



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2000 - 2003
RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
EXERCÍCIO 2002

Brasília
2003

REPÚBLICA FEDERATIVO DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa

José Viegas Filho

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Antônio Palocci Filho

Ministro de Estado dos Transportes

Anderson Adauto Pereira

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues

Ministro de Estado da Educação

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Jaques Wagner

Ministro de Estado da Previdência Social

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Ministra de Estado da Assistência e Promoção Social

Benedita Souza da Silva Sampaio

Ministro de Estado da Saúde

Humberto Sérgio Costa Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Luiz Fernando Furlan

Ministra de Estado de Minas e Energia

Dilma Vana Roussef

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Guido Mantega

Sumário

.....	
Introdução	09
Avaliação do Cenário Macroeconômico do Plano Plurianual	13
Avaliação dos Programas	19
Índice	1.933
Anexo I – Realização Física e Financeira de Programas e Ações	
Anexo II – Indicadores	
Anexo III – Custos	

Introdução

A Avaliação Anual do Plano Plurianual - PPA é um procedimento gerencial que visa ao aperfeiçoamento da gestão pública sob a perspectiva dos resultados para a sociedade.

Este relatório, em particular, tem o propósito de apresentar ao Congresso Nacional a Avaliação Anual do Plano Plurianual 2000-2003, exercício 2002, atendendo ao que determina o Artigo 6º da Lei nº 9.989, de 2000. O documento contém subsídios ao processo de alocação de recursos no âmbito do Poder Legislativo. É uma referência, portanto, para a apreciação dos projetos de lei de Revisão do Plano, das Diretrizes Orçamentárias, dos Orçamentos Anuais e para a elaboração do PPA 2004 - 2007.

A avaliação constitui etapa obrigatória do ciclo de gestão governamental, que compreende, além da elaboração dos projetos de lei relacionados ao gasto público, a execução orçamentária e financeira, o sistema de controle interno e o aperfeiçoamento das organizações. Seus resultados subsidiam a tomada de decisão em cada uma das etapas desse ciclo, assegurando um processo sistêmico e contínuo de aperfeiçoamento do Plano, dos seus programas, do modelo de gestão e das organizações.

Trata-se, assim, de um instrumento para o aprimoramento da gestão, medindo os resultados dos programas e a capacidade de implementação do Governo, em confronto, sempre que possível, com a demanda e a satisfação da sociedade. Para esse efeito, a avaliação deve ser vista também como uma oportunidade para estabelecer um processo periódico de consulta aos diversos segmentos da sociedade, visando uma convergência entre as expectativas da população e os esforços do setor público. Outra função importante do processo de avaliação é a de promover o aprendizado, ampliando o conhecimento dos gerentes e suas equipes sobre o programa, quanto a resultados, concepção e implementação.

Em 2002, o processo de avaliação anual do PPA foi adequado à transição de governo e, portanto realizado de forma diferente dos dois anos anteriores. As mudanças ocasionadas pela eleição do novo governo levaram à necessidade de se produzir uma avaliação com informações sobre os resultados, concepção e implementação dos programas de todo o período 2000-2002, capazes de subsidiar as novas equipes do Governo Federal. As modificações incorporadas ao processo de avaliação também foram adotadas com o objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Plurianual 2004 - 2007, no sentido de promover uma discussão sobre os programas atuais, que compõem o PPA 2000 - 2003, no que se refere à sua concepção e gestão.

A Avaliação Anual do PPA relativa ao período de 2000-2002 foi realizada em três etapas, pelas várias instâncias de implementação do Plano Plurianual: gerentes de programas, ministérios setoriais e Ministério do Planejamento. Na Avaliação dos Programas, os gerentes procederam à análise dos resultados, da concepção e da implementação, recomendando aperfeiçoamentos nos programas e na sua gestão.

A Avaliação Setorial foi realizada sob a orientação da Secretaria-Executiva ou órgão equivalente dos ministérios, pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e pela coordenação de gerentes de programas em cada órgão, quando existente. A finalidade, neste caso, foi avaliar os resultados do conjunto dos programas, identificando os fatores de sucesso,

as dificuldades enfrentadas e os desafios setoriais colocados para o PPA 2004 - 2007. Analisaram-se também os problemas setoriais que cada ministério busca enfrentar na sociedade, assim como a pertinência, a consistência e a suficiência dos programas.

A Avaliação do Plano foi etapa coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contemplando a análise das variáveis macroeconômicas, mediante a comparação entre o cenário utilizado na elaboração do Plano e a conjuntura atual.

Na sua terceira versão, o processo de Avaliação do Plano Plurianual incorporou a Avaliação de todas as Entidades Vinculadas aos Ministérios, quanto às suas práticas de gestão. Esta avaliação foi coordenada pela Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Foi realizado, a partir de setembro de 2002, um esforço de conscientização e mobilização dos dirigentes dos órgãos setoriais, dos gerentes dos programas e suas equipes. Esse trabalho foi realizado em três etapas: Capacitação para a Avaliação Setorial, reunindo os representantes dos ministérios na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Realização de reuniões em todos os Ministérios, com os gerentes e equipes, para uma pré-avaliação dos programas, com o objetivo de apresentar os conceitos e critérios contidos no Manual de Avaliação do PPA e; Realização de Teleconferência, com transmissão nacional, para a capacitação das entidades vinculadas.

O Manual de Avaliação foi alterado, passando a analisar, com maior profundidade os problemas que deram origem aos programas, tanto do ponto de vista de cada programa, como pela visão setorial do conjunto dos programas. A possibilidade de discussão acerca da origem dos programas gerou um conjunto maior de informações de análise, resultando em um Relatório mais denso e detalhado.

O processo de avaliação também incluiu etapas fundamentais ao seu aperfeiçoamento, com o retorno da avaliação do programa ao gerente e ao órgão setorial, para verificação e conformidade em relação a modificações introduzidas em etapas posteriores à sua intervenção original.

O desenvolvimento da cultura de avaliação no Governo Federal é fundamental para que a administração pública seja, de fato, orientada para resultados. A avaliação, que se tornou viável com a reorganização do processo de planejamento do Governo Federal, a partir das determinações do Decreto nº 2.829, de 1998, criando um Plano Plurianual estruturado por programas orientados para a resolução e o enfrentamento de problemas da sociedade, constitui um instrumento que possibilita a mensuração periódica de resultados, a otimização do uso de recursos e maior transparência à ação governamental.

Avaliação do Cenário Macroeconômico do Plano Plurianual

O PPA 2000-2003 foi elaborado a partir de uma projeção de cenário que conciliava crescimento econômico e estabilidade de preços. Estimava-se para o período taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB de 4,0% para o ano de 2000 e 4,5%, 5,0% e 5,0% para os anos de 2001, 2002 e 2003 respectivamente. O crescimento médio previsto foi de 4,6% ao ano, valor que pode ser considerado elevado inicialmente, mas que se mostra modesto se levarmos em consideração as necessidades de crescimento do emprego e renda e as taxas de crescimento históricas da economia brasileira entre as décadas de cinquenta e oitenta.

Ano	Prevista no PPA	Realizada
2000	4,00%	4,36%
2001	4,50%	1,42%
2002	5,00%	1,52%
2003	5,00%	2,25% (*)

Taxa de Crescimento do PIB

(*) Projeção utilizada no Projeto de LDO 2004

No que tange à expectativa de inflação, o cenário indicava taxas declinantes, com 6,0% em 2000, 4,3% em 2001, 3,45% em 2002 e 3,0% em 2003 (IGP-DI/FGV médio). Adicionalmente, as expectativas de taxa de juros também apontavam uma trajetória decrescente.

	Previsto no PPA	Realizado
2000	6,00%	13,80%
2001	4,30%	10,36%
2002	3,45%	13,51%
2003	3,00%	26,51%(*)

Expectativa de Inflação

(*) Projeção utilizada no Projeto de LDO 2004

As previsões relacionadas ao comportamento das finanças públicas contemplavam um ajuste fiscal calcado no aumento de receitas e controle efetivo do gasto público. Os parâmetros adotados apontavam para a geração de superávits no Governo Central conforme apresentado na tabela abaixo:

	Previsto no PPA	Realizado
2000	2,65%	1,86%
2001	2,60%	1,83%
2002	2,10%	2,42%
2003	1,80%	2,45% (*)

Superávit Primário Governo Central

(*) Projeção utilizada no Projeto de LDO 2004

O crescimento real do PIB brasileiro observado no ano de 2000 foi de 4,36%, superando as expectativas previstas no cenário PPA 2000-2003. Neste ano o País não enfrentou nenhuma restrição interna ou externa que gerasse percalços ao crescimento. O bom resultado em termos de crescimento não foi observado no controle inflacionário, a taxa de inflação foi de 13,80%, medida pelo IGP-DI médio, mais do que o dobro da taxa prevista no cenário inicial. O aquecimento da economia e a elevação do preço do barril do petróleo foram os principais responsáveis pela manutenção do patamar inflacionário, superior a 10%, verificado no ano de 1999 (11,34%) em função da desvalorização cambial.

Na área fiscal o Governo obteve bons resultados. O desempenho do Governo central e das estatais federais - com superávits da ordem de 1,86% e 0,92% do PIB respectivamente - fez com que o superávit do Governo Federal chegasse aos 2,78% do PIB. Este resultado foi o primeiro de uma série de expressivos superávits fiscais que o Governo Federal obteve ao longo do período 2000/2002 e contribuiu para o superávit consolidado do setor público de 3,46% naquele exercício.

No ano de 2001 a economia brasileira não conseguiu repetir o bom desempenho de 2000 e a taxa de crescimento real do PIB ficou em 1,42%, abaixo dos 4% projetados no cenário. Contribuíram para esse fraco desempenho fatores restritivos de ordem interna e externa. Internamente, as restrições ao crescimento da economia se iniciaram com a crise energética. As necessidades de economia no consumo chegaram a cerca de 20%, limitando já no primeiro semestre as perspectivas de crescimento. Do ponto de vista externo, a crise Argentina afetou duramente a economia brasileira. O temor quanto a possível contaminação do Brasil pela crise vizinha contribuiu para que o dólar se valorizasse frente ao real. No último trimestre do ano, o cenário internacional foi ainda afetado pelo atentado terrorista de 11 de setembro, que promoveu um desaquecimento da economia americana rebatido sobre a economia internacional. Tanto a crise Argentina quanto o desaquecimento da economia internacional reduziram as exportações brasileiras e deterioraram o saldo da balança comercial a despeito da desvalorização cambial observada. A inflação no ano de 2001 recuou cerca de 3,5% em relação ao ano anterior, mas, ainda assim, foi bastante superior à prevista pelo cenário PPA, de 4,3% IGP-DI médio.

Sob o ponto de vista fiscal, em 2001 manteve-se o ajuste fiscal iniciado no ano anterior, obtendo-se o superávit de 3,64% do PIB para o setor público consolidado. O Governo Central contribuiu com 1,83% do PIB, o resultado foi inferior ao previsto pelo cenário PPA 2000/2004 que era de 2,6% do PIB. Entretanto, o resultado consolidado do setor público alcançou as metas previstas junto ao Fundo Monetário Internacional.

No início de 2002, eram boas as perspectivas para o crescimento da economia. Contudo, as especulações relacionadas ao momento eleitoral geraram focos de instabilidade econômica já no primeiro semestre. No segundo semestre houve uma forte depreciação do real e uma elevação da avaliação do Risco Brasil, responsável pelo encarecimento e redução do crédito externo disponível ao País. O resultado de 2002 confirmou as previsões de crescimento econômico do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para 2003 (de 1,5%) e ficou em 1,52%, bem abaixo do crescimento previsto no PPA de 5%. O crescimento de 2002 foi puxado, principalmente, pelo setor agropecuário que cresceu 5,79%, enquanto a indústria e o setor de serviços cresceram, respectivamente, 1,52% e 1,49%. Segundo o IBGE, o valor nominal do PIB de 2002 foi de R\$ 1,32 trilhão.

Já em agosto de 2002, a revisão das expectativas de acordo com o cenário interno apontava para uma inflação de 9,43% para o exercício - IGP-DI médio-valor bem superior ao previsto no cenário PPA, de 3,45%. O resultado do IGP-DI médio para o ano de 2002 confirmou as previsões de elevação de preços e ficou em 13,51%. A inflação registrada também superou a meta do Banco Central para 2002, que era de 6,5% para o IPCA - que ficou em 12,53%.

A elevação da cotação do dólar foi uma das principais causas para a elevação inflacionária dos últimos três meses do ano. A valorização do dólar, se por um lado foi uma das principais responsáveis pela elevação dos preços da economia, de outro, promoveu um aumento na competitividade das exportações brasileiras, ocasionando uma melhora no saldo da balança comercial, que atingiu a cifra de US\$13,126 bilhões no ano de 2002. O saldo em transações correntes também apresentou uma melhora significativa e passou de -4,55% do PIB em 2001 para -1,7% em 2002.

Com relação às metas de superávit primário do Governo Central, apesar destas não terem sido atingidas nos primeiros dois anos do plano, a meta para o Setor Público Consolidado foi alcançada. No ano de 2002 a previsão do PPA 2000/2003 de superávit primário de 2,10% do PIB foi superada. O Governo Central obteve um resultado primário em 2002 de 2,42% do PIB, o que confirmou as perspectivas de um bom desempenho na área fiscal, superando em 0,32% do PIB o previsto no PPA. Essa boa *performance* também foi seguida pelas estatais federais, estados e municípios, que obtiveram um superávit de 0,4 e de 1,06% do PIB respectivamente. O esforço fiscal do Setor Público Consolidado somou cerca de R\$52.364 bilhões e ajudou a amenizar os impactos das elevações das taxas de câmbio (R\$/US\$) e de juros sobre a relação dívida/PIB.

O último ano que compõe o cenário PPA 2000/2003 se iniciou sob a influência da instabilidade cambial e de preços registrada no final de 2002. Isto indica que este será um ano diferente do previsto no cenário, para o qual se estimava um forte crescimento econômico e uma baixa inflação. Em termos de crescimento econômico, o valor previsto inicialmente pelo PPA era de 5% de crescimento real, valor este revisto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2003 para 4% e atualizado novamente no PLOA 2003 para cerca de 3%.

As expectativas de uma taxa de inflação mais elevada e a instabilidade gerada pela Guerra no Iraque resultaram na revisão no PLDO 2004 do crescimento real do PIB para 2,25% no ano de 2003. No Projeto da Lei Orçamentária de 2003 a variação prevista do IGP-DI médio para 2003 era de 7,39%, mas diante da aceleração inflacionária do final de 2002, a projeção do PLDO 2004 ficou em 26,51% para o ano de 2003. No lado fiscal, novamente o resultado previsto para o Governo Central e setor público consolidado deve ser superior ao cenário PPA, que tem como meta para o superávit primário 1,80% do PIB. O superávit primário para o governo central na LOA 2003 foi de 2,25% e a meta para o setor público consolidado foi de 3,75%. Ambas as metas foram revistas no ano de 2003, sendo elevadas para 2,45% e 4,25% do PIB para o Governo Central e setor público consolidado, respectivamente.

Em resumo, os indicadores econômicos para o período apresentaram desvios em relação às projeções realizadas no âmbito do PPA 2000-2003, devido a fatores não previstos, como o racionamento de energia elétrica, o atentado de 11 de setembro, a crise Argentina e as expectativas relacionadas às eleições. Esses fatores de instabilidade levaram à adoção de uma política econômica de ajuste para minimizar seus impactos sobre a estabilidade econômica.

Apesar dos desvios observados entre o cenário construído para o PPA e as taxas efetivas de crescimento real do PIB e de inflação, houve superação do previsto no que se refere ao ajuste fiscal realizado pelo Governo. Há de se considerar que as projeções de crescimento da economia e inflação à época da elaboração do PPA estavam de acordo com o cenário macroeconômico daquele momento, ou seja, sem grandes restrições internas e externas. A expectativa era de que nos anos seguintes a economia brasileira se comportasse como em 2000, em que o crescimento foi de 4,5% ao ano, confirmando a possibilidade de obtenção de taxas médias de crescimento na casa dos 4% no médio e longo prazo.

Índice por Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Agricultura de Precisão	21
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	29
Conservação de Solos na Agricultura	30
Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária	35
Desenvolvimento da Aqüicultura	41
Desenvolvimento da Economia Cafeeira	43
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta	45
Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira	48
Desenvolvimento da Pesca	50
Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau	52
Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer	56
Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais - Proflores	58
Erradicação da Febre Aftosa	61
Fomento à Equideocultura	67
Gestão da Política Agropecuária	70
Produção de Borracha Natural	75
Produção e Abastecimento Alimentar	77
Produtividade da Avicultura	79
Produtividade da Bovinocultura	85
Produtividade da Caprinocultura e da Ovinocultura	87
Produtividade da Citricultura	92
Produtividade da Suinocultura	98
Produtividade de Cereais	101
Produtividade de Oleaginosas	108
Produtividade de Olerícolas	112
Produtividade do Algodão e de outras Fibras	116
Qualidade dos Insumos Agrícolas	121
Qualidade dos Insumos Pecuários	123
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	126
Seguro Rural	128

Ministério da Ciência e Tecnologia

Aplicações Nucleares na Área Médica	135
Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma	141
Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	150
Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas	155
Ciência e Tecnologia para o Agronegócio	161
Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico	165
Climatologia, Meteorologia e Hidrologia	167
Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos	171
Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear	175
Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico	179
Fomento à Pesquisa em Saúde	186

Gestão da Política de Ciência e Tecnologia	193
Inovação para Competitividade	197
Mudanças Climáticas	204
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	209
Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia	223
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada	227
Promoção do Desenvolvimento Tecnológico no Setor Petrolífero	232
Segurança Nuclear	235
Sistemas Locais de Inovação	240
Sociedade da Informação - Internet II	244

Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural	255
Cinema, Som e Vídeo	258
Cultura Afro-Brasileira	263
Gestão da Política de Cultura	266
Livro Aberto	270
Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico	273
Museu Memória e Futuro	280
Música e Artes Cênicas	283
Produção e Difusão Cultural	285

Ministério da Defesa

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica	389
Adestramento e Operações Militares da Marinha	393
Adestramento e Operações Militares do Exército	395
Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil	401
Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil	403
Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil	405
Calha Norte	407
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	412
Desenvolvimento da Aviação Civil	414
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	418
Ensino Profissional da Aeronáutica	422
Ensino Profissional da Marinha	424
Ensino Profissional do Exército	426
Gestão da Política de Defesa Nacional	429
Mobilização para Defesa Nacional	433
Nacionalização do Material Bélico	435
Operações Militares	437
Proantar	439
Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo	441
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	444
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	451
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	453
Recursos do Mar	456

Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário	458
Serviço de Saúde das Forças Armadas	460
Tecnologia de Uso Aeroespacial	463
Tecnologia de Uso Naval	466
Tecnologia de Uso Terrestre	469

Ministério da Educação

Desenvolvimento da Educação Especial	473
Desenvolvimento da Educação Profissional	476
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	481
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	484
Desenvolvimento do Ensino Médio	494
Educação de Jovens e Adultos	502
Escola de Qualidade para Todos	507
Estatísticas e Avaliações Educacionais	511
Gestão da Política de Educação	520
Hospitais de Ensino	525
Toda Criança na Escola	529

Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira	537
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	543
Crediamigo	546
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	550
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	557
Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II	561
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro	566
Educação Fiscal	571
Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios	573
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	578
Gestão da Política de Regulação de Mercados	584
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	589
Integração da Cadeia do Agronegócio	592
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	594
Recuperação de Créditos da União	596
Resseguro	597
Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada	599
Serviços de Informática para o Setor Público	601

Ministério da Integração Nacional

Defesa Civil	607
Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - Prodeagro	611
Desenvolvimento da Amazônia Legal	612
Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	618
Desenvolvimento da Região Nordeste	624
Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal	629

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia do Itabapoana	632
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	635
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe	640
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordeste	646
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas	649
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões	653
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio	659
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba	669
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	675
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre	682
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó	690
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	694
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	699
Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira	705
Gestão da Política de Integração Nacional	708
Irrigação e Drenagem	715
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Pronager	719
Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo	729
Proágua Infra-Estrutura	731
Transposição de Águas do Rio São Francisco	735

Ministério da Justiça

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	743
Assistência Jurídica Integral e Gratuita	752
Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País	758
Combate à Violência Contra a Mulher	768
Combate ao Crime Organizado	774
Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras	783
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	789
Defesa dos Direitos do Consumidor	800
Defesa Econômica e da Concorrência	804
Direitos Humanos, Direitos de Todos	811
Educação e Segurança no Trânsito	823
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas	829
Gestão da Política de Direitos Humanos	840
Gestão da Política na Área da Justiça	843
Modernização da Polícia Federal	846
Paz nas Escolas	853
Proteção da Adoção Internacional	861
Reconhecimento de Utilidade Pública	863
Reestruturação do Sistema Penitenciário	868
Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	875
Segurança do Cidadão	890
Segurança nas Rodovias Federais	896
Território e Cultura Indígenas	903

Ministério da Previdência e Assistência Social

Arrecadação de Receitas Previdenciárias	911
Atenção à Criança	918

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	924
Brasil Jovem	926
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	934
Erradicação do Trabalho Infantil	944
Gestão da Política de Previdência Social	952
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	956
Previdência Complementar	958
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	963
Previdência Social Básica	964
Qualidade do Atendimento na Previdência Social	972

Ministério da Saúde

Alimentação Saudável	983
Assistência Farmacêutica	994
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	999
Controle da Hanseníase e de Outras Dermatoses	1003
Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	1006
Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias	1011
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	1018
Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares	1024
Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores	1029
Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica	1034
Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids	1049
Profissionalização da Enfermagem	1088
Qualidade do Sangue	1095
Qualidade e Eficiência do SUS	1102
Saneamento Básico	1105
Saúde da Criança e Aleitamento Materno	1111
Saúde da Família	1117
Saúde da Mulher	1124
Saúde do Jovem	1134
Saúde do Trabalhador	1141
Saúde Mental	1147
Saúde Suplementar	1154
Valorização e Saúde do Idoso	1160
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	1162
Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços	1168
Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras	1176

Ministério das Comunicações

Gestão da Política de Comunicações	1187
Inovação Tecnológica em Telecomunicações	1189
Qualidade dos Serviços de Telecomunicações	1198
Serviços de Comunicação de Massa	1201
Serviços de Radiodifusão	1202

Serviços Postais	1204
Serviços Privados de Telecomunicações	1208
Telefonia Fixa	1211
Universalização dos Serviços de Telecomunicações	1213

Ministério das Relações Exteriores

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior	1219
Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1222
Divulgação do Brasil no Exterior	1226
Ensino Profissional Diplomático	1233
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	1237
Gestão da Política Externa	1240
Promoção das Exportações e Acesso a Mercados	1245
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais	1248

Ministério de Minas e Energia

Abastecimento de Energia Elétrica	1255
Abastecimento de Petróleo e Derivados	1269
Atuação Internacional na Área de Petróleo	1276
Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel	1282
Conservação Ambiental de Regiões Mineradas	1284
Desenvolvimento da Produção Mineral	1289
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool	1298
Energia das Pequenas Comunidades	1301
Energia na Rede Sudeste	1307
Energia no Eixo Arco Norte	1311
Energia no Eixo Madeira-Amazonas	1313
Energia no Eixo Sul	1315
Energia nos Eixos do Centro-Oeste	1318
Energia nos Eixos do Nordeste	1321
Gestão da Política de Energia	1323
Indústria Petroquímica	1328
Integração Elétrica Norte-Sul	1330
Luz no Campo	1333
Oferta de Petróleo e Gás Natural	1334
Pesquisa Aplicada na Área Energética	1341
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo	1345
Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível	1350
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	1354
Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural - Conpet	1364
Reassentamento de Itaparica	1367
Refino de Petróleo	1371
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	1375
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	1377

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Agricultura Familiar - Pronaf	1383
Emancipação de Assentamentos Rurais	1396

Gerenciamento da Estrutura Fundiária	1401
Gestão da Política Fundiária	1409
Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais	1412
Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos	1422

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Brasil Classe Mundial	1431
Cultura Exportadora	1437
Defesa Comercial	1440
Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas	1442
Desenvolvimento do Setor Exportador	1453
Design Brasil	1457
Financiamento às Exportações	1461
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	1465
Investimentos em Petróleo e Gás	1467
Metrologia e Qualidade Industrial	1469
Pólo Industrial de Manaus	1472
Propriedade Intelectual	1475

Ministério do Esporte e Turismo

Brasil Potência Esportiva	1481
Esporte na Escola	1489
Esporte Solidário	1492
Gestão das Políticas de Esporte e Turismo	1498
Municipalização do Turismo	1501
Turismo: a Indústria do Novo Milênio	1506

Ministério do Meio Ambiente

Águas do Brasil	1511
Amazônia Sustentável	1518
Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida	1522
Brasil Joga Limpo	1534
Despoluição de Bacias Hidrográficas	1546
Educação Ambiental	1552
Florestar	1561
Florestas Sustentáveis	1571
Gestão da Política do Meio Ambiente	1577
Nossos Rios: Araguaia-Tocantins	1589
Nossos Rios: Paraíba do Sul	1592
Nossos Rios: São Francisco	1595
Pantanal	1603
Parques do Brasil	1609
Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais	1617
Proágua - Gestão	1623
Problema da Amazônia	1629
Qualidade Ambiental	1642
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1645

Turismo Verde	1649
Zoneamento Ecológico-Econômico	1655

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Cartografia Nacional	1667
Censo 2000	1669
Desenvolvimento de Gerentes e Servidores	1672
Gestão do Patrimônio Público	1679
Gestão do Plano Plurianual	1683
Gestão dos Orçamentos da União	1689
Gestão Pública Empreendedora	1691
Informação e Conhecimento em Políticas Públicas	1697
Informações Estatísticas e Geográficas	1702
Nacional de Desburocratização	1706
Qualidade no Serviço Público	1710
Recursos para o Desenvolvimento	1716
Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços	1723
Responsabilidade Fiscal Para a Estabilidade	1733
Valorização do Servidor Público	1735

Ministério do Trabalho e Emprego

Assistência ao Trabalhador	1743
Eradicação do Trabalho Escravizador e Degradante	1748
Geração de Emprego e Renda	1754
Jovem Empreendedor	1759
Novo Emprego e Seguro-Desemprego	1764
Qualificação Profissional do Trabalhador	1772
Trabalho Legal	1781
Trabalho Seguro e Saudável	1787

Ministério dos Transportes

Corredor Araguaia-Tocantins	1801
Corredor Fronteira Norte	1803
Corredor Leste	1805
Corredor Mercosul	1807
Corredor Nordeste	1812
Corredor Oeste-Norte	1814
Corredor São Francisco	1816
Corredor Sudoeste	1818
Corredor Transmetropolitano	1820
Descentralização de Rodovias Federais	1823
Gestão da Política de Transportes	1825
Manutenção da Malha Rodoviária Federal	1827
Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada	1829
Manutenção de Hidrovias	1831
Navegação Interior	1833
Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário	1835

Serviços de Transporte Ferroviário de Carga	1838
Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1839

Presidência da República

Captação e Difusão de Notícias	1845
Comunidade Ativa	1849
Defesa Jurídica da União	1850
Divulgação dos Atos Oficiais	1855
Gestão da Política de Comunicação de Governo	1858
Inteligência Nacional	1860
Nacional Antidrogas	1863
Proteção da Amazônia	1873

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR

Carta de Crédito	1879
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1884
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	1887
Gestão Urbana e Metropolitana	1893
Infra-Estrutura Urbana	1895
Minha Casa	1900
Morar Melhor	1903
Nosso Bairro	1907
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-Habitat	1912
Saneamento é Vida	1917
Transporte Rodoviário Urbano	1921

Índice por Programa

Abastecimento de Energia Elétrica	1255
Abastecimento de Petróleo e Derivados	1269
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica	389
Adestramento e Operações Militares da Marinha	393
Adestramento e Operações Militares do Exército	395
Administração Tributária e Aduaneira	537
Agricultura de Precisão	21
Agricultura Familiar - Pronaf	1383
Águas do Brasil	1511
Alimentação Saudável	983
Amazônia Sustentável	1518
Aplicações Nucleares na Área Médica	135
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	29
Arrecadação de Receitas Previdenciárias	911
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior	1219
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	743
Assistência ao Trabalhador	1743
Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil	401
Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil	403
Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil	405
Assistência Farmacêutica	994
Assistência Jurídica Integral e Gratuita	752
Atenção à Criança	918
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	924
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	999
Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País	758
Atuação Internacional na Área de Petróleo	1276
Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida	1522
Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma	141
Brasil Classe Mundial	1431
Brasil Joga Limpo	1534
Brasil Jovem	926
Brasil Patrimônio Cultural	255
Brasil Potência Esportiva	1481
Calha Norte	407
Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	150
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	543
Captção e Difusão de Notícias	1845
Carta de Crédito	1879
Cartografia Nacional	1667
Censo 2000	1669
Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas	155
Ciência e Tecnologia para o Agronegócio	161
Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico	165

Cinema, Som e Vídeo	258
Climatologia, Meteorologia e Hidrologia	167
Combate à Violência Contra a Mulher	768
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	934
Combate ao Crime Organizado	774
Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel	1282
Comunidade Ativa	1849
Conservação Ambiental de Regiões Mineradas	1284
Conservação de Solos na Agricultura	30
Controle da Hanseníase e de Outras Dermatoses	1003
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	412
Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária	35
Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras	783
Cooperação Científica e Tecnológica Internacional	1222
Corredor Araguaia-Tocantins	1801
Corredor Fronteira Norte	1803
Corredor Leste	1805
Corredor Mercosul	1807
Corredor Nordeste	1812
Corredor Oeste-Norte	1814
Corredor São Francisco	1816
Corredor Sudoeste	1818
Corredor Transmetropolitano	1820
Crediamigo	546
Cultura Afro-Brasileira	263
Cultura Exportadora	1437
Defesa Civil	607
Defesa Comercial	1440
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	789
Defesa dos Direitos do Consumidor	800
Defesa Econômica e da Concorrência	804
Defesa Jurídica da União	1850
Descentralização de Rodovias Federais	1823
Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - Prodeagro	611
Desenvolvimento da Amazônia Legal	612
Desenvolvimento da Aqüicultura	41
Desenvolvimento da Aviação Civil	414
Desenvolvimento da Economia Cafeeira	43
Desenvolvimento da Educação Especial	473
Desenvolvimento da Educação Profissional	476
Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais - Proflores	58
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta	45
Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira	48
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	418
Desenvolvimento da Pesca	50
Desenvolvimento da Produção Mineral	1289
Desenvolvimento da Região Centro-Oeste	618
Desenvolvimento da Região Nordeste	624

Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau	52
Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos	1672
Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas	1442
Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos	171
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	481
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	484
Desenvolvimento do Ensino Médio	494
Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal	629
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	550
Desenvolvimento do Setor Exportador	1453
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional	557
Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II	561
Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer	56
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro	566
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia do Itabapoana	632
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	635
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe	640
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	699
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordeste	646
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas	649
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões	653
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio	659
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba	669
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri	675
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre	682
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó	690
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul	694
Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira	705
Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear	175
Design Brasil	1457
Despoluição de Bacias Hidrográficas	1546
Direitos Humanos, Direitos de Todos	811
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool	1289
Divulgação do Brasil no Exterior	1226
Divulgação dos Atos Oficiais	1855
Educação Ambiental	1552
Educação de Jovens e Adultos	502
Educação e Segurança no Trânsito	823
Educação Fiscal	571
Emancipação de Assentamentos Rurais	1396
Energia das Pequenas Comunidades	1301
Energia na Rede Sudeste	1307
Energia no Eixo Arco Norte	1311
Energia no Eixo Madeira-Amazonas	1313
Energia no Eixo Sul	1315
Energia nos Eixos do Centro-Oeste	1318
Energia nos Eixos do Nordeste	1321
Ensino Profissional da Aeronáutica	422

Ensino Profissional da Marinha	424
Ensino Profissional Diplomático	1233
Ensino Profissional do Exército	426
Erradicação da Febre Aftosa	61
Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante	1748
Erradicação do Trabalho Infantil	944
Escola de Qualidade para Todos	507
Esporte na Escola	1489
Esporte Solidário	1492
Estatísticas e Avaliações Educacionais	511
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas	829
Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico	179
Financiamento às Exportações	1461
Florestar	1561
Florestas Sustentáveis	1571
Fomento à Equideocultura	67
Fomento à Pesquisa em Saúde	186
Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios	573
Geração de Emprego e Renda	1754
Gerenciamento da Estrutura Fundiária	1401
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	1237
Gestão da Política Agropecuária	70
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	578
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia	193
Gestão da Política de Comunicação de Governo	1858
Gestão da Política de Comunicações	118
Gestão da Política de Cultura	266
Gestão da Política de Defesa Nacional	429
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1884
Gestão da Política de Direitos Humanos	840
Gestão da Política de Educação	520
Gestão da Política de Energia	1323
Gestão da Política de Integração Nacional	708
Gestão da Política de Previdência Social	952
Gestão da Política de Regulação de Mercados	584
Gestão da Política de Transportes	1825
Gestão da Política do Meio Ambiente	1577
Gestão da Política Externa	1240
Gestão da Política Fundiária	1409
Gestão da Política na Área da Justiça	843
Gestão das Políticas de Esporte e Turismo	1498
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	1465
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	589
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	1887
Gestão do Patrimônio Público	1678
Gestão do Plano Plurianual	1683
Gestão dos Orçamentos da União	1689
Gestão Pública Empreendedora	1691

Gestão Urbana e Metropolitana	1893
Hospitais de Ensino	525
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	956
Indústria Petroquímica	1328
Informação e Conhecimento em Políticas Públicas	1697
Informações Estatísticas e Geográficas	1702
Infra-Estrutura Urbana	1895
Inovação para Competitividade	197
Inovação Tecnológica em Telecomunicações	1189
Integração da Cadeia do Agronegócio	592
Integração Elétrica Norte-Sul	1330
Inteligência Nacional	1860
Investimentos em Petróleo e Gás	1467
Irrigação e Drenagem	715
Jovem Empreendedor	1759
Livro Aberto	270
Luz no Campo	1333
Manutenção da Malha Rodoviária Federal	1827
Manutenção de Hidrovias	1831
Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada	1829
Metrologia e Qualidade Industrial	1469
Minha Casa	1900
Mobilização para Defesa Nacional	433
Modernização da Polícia Federal	846
Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico	273
Morar Melhor	1903
Mudanças Climáticas	204
Municipalização do Turismo	1501
Museu Memória e Futuro	280
Música e Artes Cênicas	283
Nacional Antidrogas	1863
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	209
Nacional de Desburocratização	1706
Nacionalização do Material Bélico	435
Navegação Interior	1833
Nosso Bairro	1907
Nossos Rios: Araguaia-Tocantins	1589
Nossos Rios: Paraíba do Sul	1592
Nossos Rios: São Francisco	1595
Novo Emprego e Seguro-Desemprego	1764
Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais	1412
Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos	1422
Oferta de Petróleo e Gás Natural	1334
Operações Militares	437
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Pronager	719
Pantanal	1603
Parques do Brasil	1609
Paz nas Escolas	853

Pesquisa Aplicada na Área Energética	1341
Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	1006
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo	1345
Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planafloro	729
Pólo Industrial de Manaus	1472
Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais	1617
Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias	1011
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	1018
Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares	1024
Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores	1029
Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica	1034
Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids	1049
Previdência Complementar	958
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	963
Previdência Social Básica	964
Proágua - Gestão	1623
Proágua Infra-Estrutura	731
Proantar	439
Problema da Amazônia	1629
Produção de Borracha Natural	75
Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia	223
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada	227
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	594
Produção e Abastecimento Alimentar	77
Produção e Difusão Cultural	285
Produtividade da Avicultura	79
Produtividade da Bovinocultura	85
Produtividade da Caprinocultura e da Ovinocultura	87
Produtividade da Citricultura	92
Produtividade da Suinocultura	98
Produtividade de Cereais	101
Produtividade de Oleaginosas	108
Produtividade de Olerícolas	112
Produtividade do Algodão e de outras Fibras	116
Profissionalização da Enfermagem	1088
Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-Habitat	1912
Promoção das Exportações e Acesso a Mercados	1245
Promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Setor Petrolífero	232
Propriedade Intelectual	1475
Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo	441
Proteção da Adoção Internacional	861
Proteção da Amazônia	1873
Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível	1350
Qualidade Ambiental	1642
Qualidade do Atendimento na Previdência Social	972
Qualidade do Sangue	1095
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica	1354
Qualidade dos Insumos Agrícolas	121

Qualidade dos Insumos Pecuários	123
Qualidade dos Serviços de Telecomunicações	1198
Qualidade e Eficiência do SUS	1102
Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário	1835
Qualidade no Serviço Público	1710
Qualificação Profissional do Trabalhador	1772
Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural - Conpet	1364
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	444
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	451
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	453
Reassentamento de Itaparica	1367
Reconhecimento de Utilidade Pública	863
Recuperação de Créditos da União	596
Recursos do Mar	456
Recursos para o Desenvolvimento	1716
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1645
Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços	1723
Reestruturação do Sistema Penitenciário	868
Refino de Petróleo	1371
Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	875
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais	1248
Responsabilidade Fiscal Para a Estabilidade	1733
Resseguro	597
Saneamento Básico	1105
Saneamento é Vida	1917
Saúde da Criança e Aleitamento Materno	1111
Saúde da Família	1117
Saúde da Mulher	1124
Saúde do Jovem	1134
Saúde do Trabalhador	1141
Saúde Mental	1147
Saúde Suplementar	1154
Segurança do Cidadão	890
Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário	458
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	126
Segurança nas Rodovias Federais	896
Segurança Nuclear	235
Seguro Rural	128
Serviço de Saúde das Forças Armadas	460
Serviços de Comunicação de Massa	1201
Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada	599
Serviços de Informática para o Setor Público	601
Serviços de Radiodifusão	1202
Serviços de Transporte Ferroviário de Carga	1838
Serviços Postais	1204
Serviços Privados de Telecomunicações	1208
Sistemas Locais de Inovação	240
Sociedade da Informação - Internet II	244

Tecnologia de Uso Aeroespacial	463
Tecnologia de Uso Naval	466
Tecnologia de Uso Terrestre	469
Telefonia Fixa	1211
Território e Cultura Indígenas	903
Toda Criança na Escola	529
Trabalho Legal	1781
Trabalho Seguro e Saudável	1787
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	1375
Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1839
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	1377
Transporte Rodoviário Urbano	1921
Transposição de Águas do Rio São Francisco	735
Turismo Verde	1649
Turismo: a Indústria do Novo Milênio	1506
Universalização dos Serviços de Telecomunicações	1213
Valorização do Servidor Público	1735
Valorização e Saúde do Idoso	1160
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	1162
Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços	1168
Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras	1176
Zoneamento Ecológico-Econômico	1655

Agricultura de Precisão
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Conservação de Solos na Agricultura
Controle de Fronteiras para a Proteção da Agropecuária
Desenvolvimento da Aqüicultura
Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta
Desenvolvimento da Indústria Sucoalcooleira
Desenvolvimento da Pesca
Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau
Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer
Erradicação da Febre Aftosa
Fomento à Equideocultura
Gestão da Política Agropecuária
Produção de Borracha Natural
Produção e Abastecimento Alimentar
Produtividade da Avicultura
Produtividade da Bovinocultura
Produtividade da Caprinocultura e da Ovinocultura
Produtividade da Citricultura
Produtividade de Cereais
Produtividade de Oleaginosas
Produtividade de Olerícolas
Produtividade do Algodão e outras Fibras
Qualidade dos Insumos Agrícolas
Qualidade de Insumos Pecuários
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Seguro Rural

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Agricultura de Precisão

Resultados

O Programa **Agricultura de Precisão** está sob responsabilidade da Embrapa e tem como objetivo promover a geração e adaptação de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. A contribuição das três ações do Programa para a evolução do índice do indicador proposto Geração Tecnológica difere, por se tratarem de ações de pesquisa em diferentes estágios de execução. De um lado, as ações Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária (cod. 4241) e Desenvolvimento de Sistemas de Rastreamento e de Tomada de Decisão para o Agronegócio (cod. 4242) correspondem a novas áreas de pesquisa no País, com pouco conhecimento técnico e baixa infra-estrutura. Assim, tais ações têm demandado um tempo maior para gerar benefícios à sociedade. A execução dessas ações tem se baseado mais na criação de infra-estrutura, de rede de competências técnicas e de resultados para uso dos agricultores, tornando a agricultura brasileira mais competitiva, do que em solicitação de patentes de invenção - PI e em criação de modelos de utilidade - MU de sensores, de equipamentos e de *softwares*. Na realidade, viabilizam o uso agrônomo de equipamento, técnicas e processos para os usuários em geral. Por outro lado, a ação Desenvolvimento de Metodologias Avançadas para o Agronegócio contribuiu de forma decisiva para atingir o indicador proposto, correspondendo a quase 95% da geração tecnológica, através da experiência da Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos - SP.

Inicialmente, foi proposto o índice 15 a ser alcançado ao final do PPA para o indicador Geração Tecnológica. Esperava-se que a variação do índice do indicador para o exercício de 2002 já alcançasse o valor 15. Entretanto, não se conseguiu atingir o valor programado, tendo-se alcançado o índice 10. A gerência do Programa acredita que a previsão está supervalorizada e que o valor ideal seja 10. É possível que no futuro este índice possa ser melhorado à medida que se amplie a equipe técnica e os programas tenham uma melhor adequação de recursos financeiros e investimento em treinamento, infra-estrutura e equipamentos de pesquisa.

Até o momento, destacam-se os seguintes resultados:

- desenvolvimento de infra-estrutura para o trabalho com **Agricultura de Precisão**;
- estabelecimento de competências técnicas;
- estabelecimento da Rede Nacional de Pesquisa em Agricultura de Precisão;
- desenvolvimento de rotinas para gerenciamento econômico do sistema de produção agrícola;
- implantação do Sistema de Rastreabilidade de Bovinos - Sibov;
- desenvolvimento de equipamentos e sensores;
- transferência de tecnologia para uso em empresas e propriedades agrícolas;
- disponibilização de literatura brasileira com resultados de pesquisa para o público em geral;
- treinamento formal de pessoal nos níveis de graduação, pós-graduação e pós-doutorado e treinamento informal de curta duração; e
- Realização de eventos e de treinamentos que promoveram a transferência de resultados gerados.

Gerente:

Evandro Chartuni Mantovani

O Programa contemplou importantes desenvolvimentos, como metodologias instrumentais avançadas para o agronegócio que levam a bons índices de produtividade e sustentabilidade. Nos projetos e subprojetos desenvolvidos nesse período é importante destacar a participação de 31 centros de pesquisa da Embrapa e outras onze instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA. Os desafios continuam e são grandes. As ações em agricultura de precisão têm promovido soluções para que o agronegócio brasileiro continue a ser modernizado em harmonia com todas as evidências internacionais. Não haverá progresso, desenvolvimento, competitividade, sustentabilidade ambiental, social e econômica de um determinado país sem o avanço da fronteira do conhecimento e sua rápida incorporação tecnológica pelas forças produtivas, sociais e políticas da sociedade em que está inserido. Havendo a liberação organizada de recursos orçamentários e financeiros não existirão problemas quanto a implementação de ações planejadas.

Este Programa implementa projetos de pesquisa, desenvolvendo métodos, processos e produtos que vêm sendo incorporados ao sistema produtivo no decorrer dos anos. Dessa forma, a avaliação de impacto só será possível na medida em que todos os resultados forem sendo incorporados à agricultura brasileira. De qualquer forma, houve benefício para a sociedade com a disponibilização de um conjunto de técnicas e metodologias de alto nível e que já garantiram um melhor domínio dos problemas relacionados à agropecuária, no enfoque da **Agricultura de Precisão**.

Através da participação da Rede de Competência Técnica, formada por diversos organismos, realizaram-se muitos resultados, contemplando-se:

- desenvolvimento de métodos de imagens para análises tomográficas e microscópicas com foco na qualidade de produtos agropecuários. Esses métodos permitem melhorar a competitividade de produtos da fruticultura nacional;
- desenvolvimento de métodos e técnicas para tomada de decisão com análise de risco agroclimático;
- desenvolvimento de método para a caracterização da qualidade de matéria orgânica e substâncias húmicas de solos sob diferentes sistemas de manejo, incluindo plantio direto, em conjunto com métodos de ressonância paramagnética eletrônica e fluorescência de luz no espectro visível e ultravioleta;
- desenvolvimento de um método de calibração para uma sonda espiral para medida da umidade do solo, que também combinada com um penetrômetro de impacto pode medir simultaneamente a resistência do solo e o teor de umidade ao longo do perfil do solo;
- desenvolvimento de um sistema para controle de qualidade em silos e desenvolvimento de um espectrômetro fototérmico que permite o estudo e determinação de estresse hídrico e análise da qualidade de alimentos;
- desenvolvimento de um sensor de paladar denominado de "Língua Eletrônica". É uma contribuição inédita, inclusive internacionalmente, com depósito patente pela Embrapa no País e no exterior. Ela permite o desenvolvimento de um sistema de classificação de café. É baseada em sensores construídos com polímeros condutores, em montagem de filmes finos, usando princípios de nanotecnologia. A interpretação e análise dos dados utiliza redes neurais. Na aplicação proposta, busca-se inserir nas análises de padrões de bebidas de café um sistema de padronização, complementando o trabalho do degustador;
- desenvolvimento de um sistema para aquisição de dados em campo com uso de *palmtop* e métodos de correção para sistemas de posicionamento global para **Agricultura de Precisão**;

- desenvolvimento de padrões internacionais baseados no protocolo de comunicação digital serial *Controller Area Network* - CAN têm sido elaborados e adotados para aplicações que utilizam eletrônica embarcada em máquinas e implementos agrícolas;
- desenvolvimento de novos *softwares* para diagnósticos de sistemas de produção, a partir de base de dados com modelos de previsibilidade de processos, incluindo a redução de perdas e a otimização de custos de produção;
- desenvolvimento de um método complementar para a análise da qualidade de madeiras brasileiras;
- desenvolvimento de um método avançado para previsão de zonas de risco em ambiente de agricultura de precisão;
- definição de normas técnicas para a utilização de *transponders* junto ao sistema eletrônico de identificação de animais. Estas normas são fundamentais para garantir a qualidade do registro e acompanhamento dos animais no país, em atendimento, principalmente, aos países importadores de carne do país, como é o caso do Mercado Comum Europeu. O trabalho encontra-se em estágio avançado e está sendo executado pela Associação Nacional de Normas Técnicas.

Podem ser destacados ainda, alguns fatores resultantes da execução do Programa:

- premiação de projetos: é importante destacar a alta qualidade técnica dos projetos que têm sido desenvolvidos e seus resultados. Houve a premiação de seis projetos desenvolvidos na Embrapa Instrumentação Agropecuária, dois projetos desenvolvidos na Embrapa Solos e um projeto desenvolvido na Embrapa Pecuária Sudeste;
- patentes: foram requeridas várias patentes, as quais somam um total de dezesseis depósitos de privilégio de invenção; e
- publicações: Nota-se também a qualidade dos trabalhos científicos que somaram um total de 480 publicações, sendo quase uma centena em revistas indexadas;

Para 2003, as principais realizações esperadas estão listadas a seguir:

- como **Agricultura de Precisão** é nova no país, várias equipes priorizaram os seus trabalhos para melhor conhecer esta ferramenta e desenvolver metodologias a serem implantadas nessa segunda etapa do processo, que é o de transferência de tecnologia para aplicação em áreas de produção. Isso demanda a formação/capacitação de recursos humanos, principalmente no que se refere ao pessoal qualificado e treinado para o uso de tecnologias de agropecuária de precisão. A proposta contempla a incorporação de diferentes modalidades de estagiários, bolsistas, de média e longa duração, tanto a nível nacional como internacional, na participação e execução de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D;
- promover a **Agricultura de Precisão** como forma de gerenciamento da variabilidade espaço-temporal dos sistemas de produção visando: diminuir as vulnerabilidades; aumentar a competitividade dos produtos agrícolas nacionais; assegurar respostas com bases científicas às questões ambientais; e contribuir para o aumento da qualificação técnica e da oferta de empregos na cadeia produtiva do agronegócio.

- implantação do sistema de gerenciamento econômico ambiental em propriedades agrícolas da Região Centro-Oeste, a partir da disponibilização do aplicativo para os agricultores, do treinamento sobre o seu uso, do monitoramento da utilização do aplicativo, e da verificação do nível de dificuldade de utilização.

Concepção

O advento da agricultura de precisão, com a incorporação de tecnologias avançadas no campo, vem provocando uma nova revolução nos processos, sistemas e métodos do manejo agrícola, trazendo principalmente novas soluções para as questões do aumento da produtividade em conjunto com a redução do impacto ambiental. O manejo, via um melhor conhecimento das variáveis agrícolas, é a solução utilizada na agricultura de precisão. Esse conhecimento decorre de mapas obtidos a partir do sensoriamento, em muitos casos, em tempo real e remotamente sobre variações espaciais e temporais de crescimentos de plantas e suas produções. Assim, obtêm-se dados sobre matéria orgânica, relevo, disponibilidade de água, distribuição de macro e micro nutrientes, variações edafo-ambientais, entre outras. Dessa forma, o manejo de sítio específico e a tomada de decisão pode ser feita a partir de uma base correta de informações. O uso da agricultura de precisão vem se tornando cada vez mais freqüente em países, como Estados Unidos e Japão, onde os governos vêm enfatizando a pesquisa e o desenvolvimento nesta área como uma estratégia nacional (NRC, 1997; *Japanese Government*, 1998). Na Europa vários países têm publicado seus resultados de aumento de produtividade com o uso da agricultura de precisão (Blackmore, 1994; Larscheid, 1996; Larscheid, 1997). Assim, o Governo brasileiro deve priorizar ações que garantam ao País desenvolver sua agricultura fundamentada nos avanços tecnológicos atuais, de forma a garantir seu nicho frente ao cenário de um mundo cada vez mais globalizado.

As mesmas justificativas e considerações avaliadas para o PPA em curso continuam válidas. Não há dimensão temporal para mudar significativamente o cenário já analisado. As premissas continuam pertinentes em relação à concepção do Programa.

Em relação à estratégia de implementação do Programa, de uma maneira geral, as práticas atuais têm sido adequadas para o atingimento dos resultados. A grande contribuição para a obtenção dos principais resultados do Programa foi proveniente da integração de competência, nas diferentes áreas que compunham as tecnologias de agricultura de precisão, tanto do setor público (universidades estaduais e federais, centros de pesquisa, agentes de extensão etc.), como da iniciativa privada (indústrias de máquinas agrícolas, universidades particulares e cooperativas de produtores rurais, empresários do setor etc.). Além disso, a atuação efetiva do gerente de Programa em sintonia com os líderes de projetos e coordenadores de ações foram decisivas para o cumprimento das metas.

Implementação

No planejamento de execução de atividades, a não liberação de recursos financeiros previstos no cronograma, no tempo adequado, comprometeu o atingimento de metas propostas inicialmente de índice quinze, limitando o escopo inicial do Programa. Esta situação é mais crítica na área de pesquisa agropecuária, pois a margem de flexibilização para execução das diversas práticas agrícolas é limitada. Por isso, é essencial o cumprimento do plano de desembolso de recursos financeiros, conforme o plano de execução física para atingimento das metas no tempo programado. Em 2002, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do Programa. Apesar das dificuldades, a Embrapa conseguiu manter a execução das metas propostas no Programa. Em parte, a execução foi possível devido à participação da iniciativa privada e de investimentos anteriores.

Em 2002, no que se refere ao contingenciamento, restrições interferiram no desempenho da ação Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária (cód. 4241) como, por exemplo, o problema de acompanhamento de propriedades com **Agricultura de Precisão**. No início do Programa, foram previstas três propriedades na Região Centro-Oeste para o acompanhamento do trabalho de Gerenciamento do Sistema de Produção. Com os cortes orçamentários, reduziu-se para uma propriedade e com um volume de informações bem menor que o esperado para melhorar a avaliação metodológica. Apesar dos problemas, conseguiu-se desenvolver e testar a parte metodológica com os dados da Embrapa Milho e Sorgo (área experimental) e os dados da Fazenda Recanto, em Sidrolândia MS, mas para a questão estratégica do Programa, perdeu-se muito tempo para transferência de tecnologia.

Em 2002, com o atraso na liberação dos recursos, as ações propostas precisaram ser reavaliadas para não haver descontinuidade. Não é possível planejar uma atividade sem a segurança de se ter o dinheiro para executar a meta proposta. Havendo atrasos na liberação do orçamento, dependendo da atividade, é possível recuperar o tempo perdido, mas em alguns casos, como na agricultura, perde-se o trabalho naquela safra, devendo-se aguardar a safra seguinte.

No âmbito tecnológico, os recursos mais avançados da eletrônica e da computação, como os sistemas de posicionamento global - GPS, os sistemas de informação geográfica - SIG, o sensoriamento remoto, os sistemas de controle e aquisição de dados, os sensores e atuadores, entre outros, estão cada vez mais presentes nas áreas de produção agrícola. Busca-se com esse Programa a otimização do uso de insumos agrícolas com base em tecnologia de agricultura de precisão, para que se tenha máximo retorno econômico e benefícios ambientais. Além disso, estão sendo viabilizadas técnicas de agricultura de precisão para o gerenciamento econômico de sistemas de produção agrícola, visando à melhoria de produtividade, para as culturas de milho e de soja. Além disso, foram desenvolvidos mapas georreferenciados de caracterização da área de produção, tais como altimetria, textura, matéria orgânica, fertilidade do solo, incidência de pragas, doenças e plantas daninhas e produtividade. Mapas de produtividade de grãos do milho e da soja estão sendo obtidos com sistemas de monitoramento automático de produtividade, composto de um sistema de posicionamento global via satélite - DGPS, de sensores medidores de velocidade de trabalho das colhedoras, de produtividade e de umidade de grãos. Além disso, uma estrutura adequada de transmissão de dados à distância está sendo desenvolvida para facilitar a coleta de dados em áreas remotas, sendo montado em um "laboratório móvel", versátil e compacto, para automação e controle da aquisição de dados e informações de sistemas de produção. Dessa forma, os sistemas de manejo tradicionais, com o ineficiente tratamento de variabilidade dos fatores que afetam os sistemas de produção agrícola (fertilidade, umidade do solo, controle fitossanitário etc.), pela média das áreas cultivadas, estão sendo substituídos por sistemas de manejo localizado, aplicando técnicas de agricultura de precisão, inserindo estratégias econômicas e ecologicamente mais eficientes, assegurando competitividade e sustentabilidade ao agronegócio brasileiro.

Um obstáculo à nova tecnologia disponibilizada para os agricultores pelas empresas internacionais foi a falta de pessoal treinado, nos diferentes segmentos. A tecnologia da agricultura de precisão teve um ciclo de vinte anos, até o seu lançamento no mercado mundial. Neste período, os países que desenvolveram

esta tecnologia tiveram tempo suficiente para treinamento de profissionais em diferentes áreas, como informática, automação, sistemas de informação geográfica etc nos diferentes níveis de ensino, pesquisa, indústria, extensão rural e de uso, no caso de agricultores. No Brasil, a tecnologia foi disponibilizada para a agricultura a partir de 1997, sem o devido preparo dos diferentes segmentos citados. Sendo assim, estão sendo desenvolvidas atividades de pesquisa para adequar metodologia, desenvolver sistemas e acompanhar este tema e, ao mesmo tempo, aproveitando os conhecimentos gerados para treinamento de profissionais. No momento, não há profissionais suficientes para atender ao mercado brasileiro.

Em razão da extensão territorial brasileira, não se dispõe de recursos humanos suficientes para atender a todas as regiões. Além disso, não há profissionais com treinamento necessário para o trabalho de assistência técnica e extensão rural. A velocidade de geração de tecnologia é maior do que a de geração de informação para dar suporte ao uso na agricultura. Portanto, há necessidade urgente de aumentar a capacidade de treinamento de profissionais para atender às demandas que novas áreas, como a agricultura de precisão, estão requerendo. Neste sentido, as universidades, centros de pesquisa e serviços de extensão rural precisam articular um programa intenso de treinamento dos diferentes níveis, integrado com a iniciativa privada, para facilitar acesso aos novos conhecimentos e tecnologias que estão sendo disponibilizados no mercado.

O processo de capacitação ocorreu apenas para gerentes e coordenadores técnicos do PPA, não se estendendo para os pesquisadores e gestores das unidades da Embrapa, em termos da organização, propostas, objetivos, metas e gerenciamento do PPA. Isso causou dificuldades para a gerência, que tinha ações de coordenação com critérios distintos para o PPA e para a Embrapa. A melhor forma de corrigir este problema ou distorção seria a unificação do sistema de planejamento, a partir de discussões entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e Embrapa.

Além disso, em 2002 houve limitação de recursos financeiros para atender a todas as equipes nos projetos de pesquisa. A solução implantada foi a estruturação de uma Rede de Competência Técnica, com a participação da iniciativa privada, universidades, centros de pesquisa estaduais, cooperativas, fundações, redes de extensão rural e agricultores em um projeto integrado. Após três anos de atividades, foi possível disponibilizar produtos e serviços, viabilizando esta tecnologia de forma mais eficiente e facilitando o seu uso na agricultura brasileira.

Houve uma efetiva participação dos parceiros no desenvolvimento de projetos. Na sua maioria os projetos que têm sido desenvolvidos visam à organização de equipes multi-institucionais. Logo este tem sido um dos pontos fortes que apontam o sucesso do modelo. Entretanto, a impossibilidade de repasse de recursos financeiros para parceiros, como é o caso de universidades, centros de pesquisa estaduais, cooperativas, entre outros, comprometerão futuras parcerias.

Pode-se citar como parceiros: ARS/USDA-Lincoln-Nebraska, *Nebraska University*, *Purdue University*, Fundação ABC, Unicamp/Feagri, Uniderp, UFMS, UFMT, tendo como vantagens as competências técnicas e a formação de recursos humanos nos programas de graduação, pós-graduação e pós-doutoramento. As principais parcerias e suas vantagens/desvantagens encontram-se no quadro a seguir:

Parceiros	Vantagens/Desvantagens
AGCO do Brasil	Disponibilização de equipamentos para atividades do projeto/ dependências
Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Engenharia Agrícola	Integração de competências/competição pelas mesmas fontes de recursos financeiros
Unidades da Embrapa	Integração de competências e complementaridade de facilidades na execução de pesquisas/competição institucional.

Outras possíveis parcerias são: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, na área de sensoriamento remoto aplicado a agricultura; Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar, na área de agroclimatologia e IBGE/ENCE, com sistema de gerenciamento e tomada de decisão. O estabelecimento dessas parcerias depende de aprovação de projetos que viabilizem recursos financeiros para as diferentes atividades propostas.

No Programa, o público-alvo, ou seja, produtores rurais, agroindústrias, cooperativas e entidades de pesquisa e transferência de tecnologia, participa de duas maneiras: na execução do Programa, em unidades pilotos de desenvolvimento e ajustes de metodologias e como usuário das tecnologias geradas. Além disso, a própria programação de metas a serem desenvolvidas leva em consideração o plano diretor das instituições envolvidas no agronegócio brasileiro, no âmbito da agricultura de precisão.

Como todas as atividades foram desenvolvidas a partir de demandas do público-alvo, os resultados estão agora sendo transferidos em forma de produtos, metodologias e processos, facilitando a utilização em todos os níveis. Desta forma, por se tratar de um Programa em execução com estreita colaboração do usuário, tem-se conseguido um excelente grau de satisfação do usuário/beneficiário. Isto pode ser comprovado na divulgação dos relatórios e na gestão dos dirigentes das unidades onde se desenvolvem os trabalhos. Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos podem ser destacados:

- recursos materiais insuficientes: na ação Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária (cód. 4241) estava previsto realizar mais um ano de safra de milho, na área experimental de 38 hectares, da Embrapa Milho e Sorgo. Pretendia-se completar os ciclos previstos de mapas de produtividade de milho, com a finalidade de determinação do padrão de produção de milho, na área. Para tanto, o recurso de R\$ 38 mil destinado a compra de semente, de adubo, de herbicida, de inseticida, de óleo diesel etc. não era disponível na unidade e a área ficou sem o plantio, prejudicando a última análise de mapas georeferenciados;
- infra-estrutura inadequada: com recursos externos do Programa de Modernização Tecnológica da Agropecuária da Região Centro-Sul do Brasil - Promoagro foi construído o Laboratório de Automação Agropecuária, em 1997, na Embrapa Milho e Sorgo. Com recursos do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária para o Brasil - Prodeta 030-01/99 (2000-2003) foi possível comprar os equipamentos básicos para iniciar os projetos propostos. Entretanto, para algumas atividades, como o caso do sensoriamento remoto, houve limitações na obtenção de um cronograma adequado e os trabalhos foram realizados com equipamentos emprestados de outros projetos da unidade e de universidades parceiras no projeto, quando disponíveis;

- necessidade de investimentos adequados, tanto na parte de infra-estrutura, como recursos materiais: os investimentos são necessários para que a pesquisa possa desenvolver adequadamente os seus trabalhos e apoiar o setor agrícola usuário desta tecnologia. Os recursos de investimentos são muito pequenos e a velocidade de respostas dos pesquisadores ficam na dependência da disponibilidade de infra-estrutura necessária para os trabalhos. Na maioria dos centros de pesquisa, tem-se recursos humanos treinados para condução de pesquisas de alto nível, mas não há condições adequadas de trabalho;
- as conseqüências de alterações incluídas pela lei orçamentária de 2002: as alterações não apresentaram nenhum impacto no Programa; e
- compatibilidade da Embrapa com o modelo de gestão por programas: as ações são realizadas diretamente pela unidade da Embrapa. A Embrapa já vem trabalhando neste modelo de gestão de programas há algum tempo. Por isso, a estrutura está adequada e compatível com o MAPA, faltando apenas integrar as ações de planejamento e relatórios, pois cada instituição tem o seu sistema e, em alguns casos, o relatório é elaborado duas vezes para o mesmo Programa.

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

O Programa é uma iniciativa do Congresso Nacional e não houve uma estruturação adequada de seus atributos dentro do modelo de planejamento proposto para o período 2000-2003.

A concepção precária do Programa implica na necessidade de um reexame da demanda do Congresso Nacional para seu equacionamento dentro do modelo de integração plano e orçamento. Para atender a demanda do Congresso Nacional, seria importante que as suas iniciativas pudessem expressar-se dentro do Programa de forma melhor estruturada em termos de objetivo a ser atingido, indicadores de resultado, público-alvo e detalhamento da demanda a ser atendida.

O desempenho do Programa aferido por seu indicador renda agrícola demonstraria a efetividade do Programa pelo atendimento da meta planejada. Contudo, o indicador pode ter sofrido influência da quase totalidade dos programas voltados para agricultura e a geração de renda no setor.

Por sua vez, a mensuração dos resultados através da única ação do Programa, qual seja, estímulo à produção agropecuária, fica bastante prejudicada face à profusão de produtos associados a mesma, que impede a mensuração de um resultado único.

O objetivo do Programa é fomentar a produção e facilitar o abastecimento de produtos agropecuários. Apesar da vinculação com o indicador, o objetivo é bastante amplo e pouco focado.

Observação semelhante pode ser feita em relação ao público-alvo. O Programa pode atender as expectativas de pequenos, médios e grandes produtores, assim como beneficiar diretamente órgãos públicos estaduais, regionais e nacionais, cooperativas e entidades representativas dos produtores rurais. Nesse sentido o público-alvo é heterogêneo e institucionalmente amplo.

Apesar de o Programa possuir uma única ação existem subações, tais como, construção de linhas de energia elétrica rural, construção de instalações rurais, apoio ao melhoramento genético de animais domésticos de interesse econômico e apoio a exposições e feiras agropecuárias, inadequadamente definidas nos localizadores de gasto da ação.

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2003 foi de R\$ 953 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 740 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 78% de execução financeira.

Resultados

Concepção

Implementação

Gerente:

Rinaldo Junqueira de Barros

Conservação de Solos na Agricultura

O Programa tem por base o Capítulo VI – Da Proteção Do Meio Ambiente e da Conservação dos Recursos Naturais, da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991 (Lei Agrícola), bem como outros diplomas legais que regem a matéria e o próprio Regimento Interno do Ministério da Agricultura. Nesse contexto, a sociedade, por meio de suas organizações ligadas ao setor agrícola, tem demandado a participação do Governo Federal no processo de recuperação dos recursos naturais envolvidos no processo produtivo agrícola, principalmente o solo, a água e a biodiversidade.

Embora o Programa tenha uma base conceitual comum a todo País, os trabalhos são apoiados a partir das demandas das comunidades e, portanto, atende as especificidades locais e regionais. Existe, entretanto, necessidade de ações complementares ao Programa, a exemplo de uma maior interação entre outras instituições responsáveis pelas áreas de infra-estrutura de comunicação e transporte, armazenamento, saúde, agentes financeiros públicos e privados com linhas de crédito para infra-estruturas (agroindústrias e similares), uma vez que para se atingir o desenvolvimento sustentável deve-se focar desde ações de recuperação, manejo e gestão ambiental, e incluir as diversas áreas do conhecimento, que devem ser trabalhadas de forma multi e interdisciplinar para se atingir o objetivo maior que é a melhoria da qualidade de vida das populações.

Resultados

A variação dos índices dos indicadores do Programa no período 2000/2002 refletiu, de forma geral, uma contribuição significativa do mesmo para a solução dos problemas de degradação ambiental e para a melhoria da produtividade nas áreas objeto de trabalho.

Apesar dos resultados positivos, no que concerne à geração de tecnologias em manejo e conservação de solo e água, da validação das mesmas no âmbito das unidades demonstrativa implantadas e dos ganhos de produtividade de diversas culturas anuais registrada nos projetos, a evolução dos indicadores relativos à recuperação de áreas degradadas ficou aquém do planejado, em decorrência do compartilhamento de despesas adotado pelo MAPA e de outros entraves, como as dificuldades inerentes à celebração de convênios. Mesmo com os avanços alcançados pelo Programa, o cenário atual mostra, que em algumas regiões do País, o processo de degradação vem aumentando, principalmente em decorrência do uso de tecnologias agrícolas inadequadas, que tem acelerado a perda da capacidade produtiva dos solos em áreas frágeis, com conseqüentes prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

Os principais resultados alcançados pelo Programa no período, além dos mensurados, foram as ações de capacitação de técnicos multiplicadores e de produtores rurais em gestão da propriedade e em manejo e conservação do solo e da água no processo produtivo agrícola; a implantação de viveiros de mudas para a recuperação de matas ciliares; a validação de espécies de cobertura de solo para a viabilização do plantio direto junto aos pequenos e médios agricultores; o estabelecimento de sistemas de rotação de culturas com a incorporação de matéria orgânica; e a organização dos produtores para os aspectos de comercialização (insumos e produtos).

As principais lacunas enfrentadas pelo Programa foram a escassez de pessoal e a pouca capacidade técnica das instituições parceiras para enfrentar os desafios impostos para se atingir a sustentabilidade da produção agrícola em um mercado cada vez mais competitivo. É importante ressaltar que não houve mudanças na

gestão interna do Programa e que as alterações na política setorial não afetaram o desempenho do mesmo. Entretanto, o contingenciamento de recursos e a própria conjuntura econômica foram fatores que atuaram de forma adversa no cômputo geral do Programa.

Com base nos índices alcançados no período 2000/2002 e no cenário econômico atual, pode-se prever que para que seja alcançado o índice previsto de recuperação de área agrícola degradada será necessária a revisão do Orçamento Geral da União, uma vez que o recurso disponível para apoiar as iniciativas das comunidades tem sido bastante reduzido em relação às demandas, mesmo considerando os recursos e esforços dos produtores e de outras instituições parceiras.

Uma estratégia que está sendo analisada pelos gestores do Programa é incentivar a estruturação dos estados e municípios para a condução desse trabalho em um projeto de médios e longos prazos, a exemplo do que vem sendo implementado nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O Programa apresenta essencialmente impactos positivos sobre o meio ambiente e sobre seu público-alvo, pela utilização de tecnologias de manejo e conservação do solo mais apropriadas às suas condições sócio-ambientais, com reflexos positivos no controle da erosão do solo, na proteção dos mananciais, no controle biológico de plantas daninhas, pragas e doenças, no uso mais racional dos agrotóxicos, dentre outros aspectos relativos ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais no processo de produção agrícola.

Os benefícios mensuráveis no âmbito do Programa foram, principalmente, a recuperação da capacidade produtiva do solo e a proteção dos mananciais, a redução dos custos de produção, o aumento da produtividade das culturas, o gerenciamento mais eficiente da propriedade. A proposta orçamentária para 2003 é tímida frente a importância que se reveste o tema para a sociedade e os desafios impostos para reverter o passivo ambiental decorrente do processo desordenado de uso e ocupação do solo, característico do desenvolvimento brasileiro.

.....
O Programa, dentro de parâmetros técnicos, econômicos e ambientais, deve ampliar suas metas físicas para atender as necessidades apontadas nos diagnósticos que compõem os projetos de recuperação ambiental.

Concepção

O Programa necessita ainda, ter sua matriz financiadora ampliada de forma a permitir o fortalecimento das parcerias entre sociedade e Governo dentro das ações necessárias para reverter o processo de degradação ambiental, que depende de tecnologias apropriadas, capacidade de gestão, recursos financeiros e horizonte temporal. Somente a partir desses fatores, e de uma atuação harmônica no seio da sociedade, pode-se atingir um patamar de desenvolvimento que seja considerado sustentável.

Como forma de suporte às ações básicas estabelecidas, o Programa tem atuado, dentre outras, nas seguintes atividades:

- promoção de treinamento sobre gestão da empresa agrícola com vistas à melhoria dos controles administrativos da propriedade;
- realização de cursos para técnicos e produtores rurais nas áreas de manejo e conservação do solo e da água e sobre sistemas agrícolas sustentáveis, a exemplo do plantio direto, do cultivo mínimo, manejo da matéria orgânica etc.;

- organização dos agricultores em Clubes Amigos da Terra e outras formas de associativismo;
- apoio ao desenvolvimento, teste e divulgação de máquinas e equipamentos apropriados à pequena propriedade;
- formação de bancos de sementes de espécies vegetais apropriadas para cobertura e para a melhoria da estrutura física e biológica do solo;
- implantação de viveiros comunitários para recomposição de matas ciliares e para recuperação de solo; e
- palestras sobre o uso seguro de agrotóxicos, tríplex lavagem e reciclagem de embalagens.

Desta forma, a ampliação das metas do Programa com vistas a atender especificidades locais e regionais identificadas nos diagnósticos técnicos pode contribuir para a melhoria da eficiência das interferências socioambientais. A articulação com outras unidades do MAPA poderá também contribuir para melhorar substancialmente a relação custo-benefício de suas ações junto aos agricultores e organizações do setor. É importante também, ampliar o processo de articulação com as diversas organizações que atuam no setor agrícola com o objetivo de estabelecer na sociedade em geral o comprometimento para com a gestão sustentável dos recursos naturais.

Deverão também ser ampliadas as articulações com outros ministérios e, dessa forma, ampliar as ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas, melhoria da capacidade produtiva dos solos, aumento da produtividade da terra e do trabalho, preservação da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, dentre outras, o que pode significar uma atuação complementar de governo na área de desenvolvimento socioeconômico e de proteção ambiental.

As principais estratégias que contribuíram para o alcance dos resultados do Programa foram a organização e a participação direta dos produtores rurais no planejamento e execução do trabalho; a atuação em forma de parceria com as organizações do setor agrícola tanto com relação aos recursos humanos, materiais e financeiros, como no que se refere a motivação das comunidades para conseguir um incremento de renda em âmbito local, para a recuperação e preservação do meio ambiente em benefício de todos, tendo, como resultante, a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica.

Será de grande importância aperfeiçoar e estabelecer novos mecanismos de articulação e coordenação do Programa, o qual apresenta um conceito apropriado e uma forma eficiente de gestão do uso, do manejo e da preservação dos recursos naturais, principalmente do solo, da água e da biodiversidade. Essa articulação e coordenação poderão ser melhoradas a partir do estabelecimento de estratégias semelhantes à adotada pelo Banco do Nordeste, nos chamados "pólos de desenvolvimento" presentes em vários projetos em sua região de abrangência. Outra estratégia efetiva para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e de articulação intra e interinstitucional poderão ser a elaboração do Plano Diretor Agrícola Municipal - IEA-SP/ Embrapa, que busca, por meio de um diagnóstico socioeconômico, estabelecer as prioridades de desenvolvimento e a divisão de responsabilidades na busca de apoio técnico/financeiro e institucional para atingir as metas propostas pela comunidade, além de uma estratégia clara com relação à abertura de novos mercados com base na competitividade, qualidade dos produtos e gestão eficiente.

Neste contexto, a experiência do MAPA na área de microbacias hidrográficas, somadas às ações de pesquisa agrícola e de desenvolvimento tecnológico, com o apoio dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, canalizada de forma integrada e harmônica com as ações ambientais de outros ministérios e órgão de governo, poderá significar um grande avanço na gestão ambiental no País, na melhoria dos processos produtivos no campo, com grandes reflexos positivos na geração de emprego e melhoria de renda da população.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa no período 2000-2003 sofreram cortes e contingenciamento, o que gerou dificuldades na condução dos trabalhos e divergências entre as metas planejadas e as realizadas. Como estratégia para minimizar esse problema, a gerência atuou junto aos parceiros na definição de formas de atuação conjunta, no que se refere tanto a disponibilização de recursos humanos, como materiais e financeiros. Outras alternativas encontradas para a superação dessa restrição foram o alargamento do prazo para a execução dos projetos e a busca de alternativas técnicas menos custosas para as ações práticas no campo. Entretanto, novas fontes de receitas deverão ser identificadas e novas parcerias devem ser promovidas, com vistas a um maior fortalecimento e uma maior efetivação do Programa junto às comunidades rurais.

Implementação

As atividades humanas em geral, e a agricultura em particular, exercem um forte impacto no meio ambiente. Quando conduzidas de forma imediatista ou sem um planejamento de uso dos recursos naturais a longo prazo têm, como consequência a degradação do solo e do meio ambiente como um todo, o que implica a necessidade de uma aplicação prática dos conceitos preconizados pelo desenvolvimento sustentável para as mais diversas atividades humanas.

Os esforços dos governos para enfrentar os desafios impostos pela gestão sustentável dos recursos naturais, entretanto, têm resultado em uma ampla gama de ações governamentais desconexas e difusas em todos os níveis administrativos, o que leva a uma perda de foco gerencial. O setor agrícola tem como sua base produtiva o solo e os recursos hídricos, os quais requerem um uso e manejo sustentável que, com o emprego de tecnologias apropriadas, garantem a manutenção e a melhoria da produtividade econômica ao longo dos anos.

Áreas agrícolas degradadas podem, com a utilização de manejo apropriado, ser reincorporadas ao processo produtivo em bases econômicas. Portanto, ao lado da prevenção da degradação das terras, a recuperação de áreas degradadas no contexto agrícola assume alta relevância socioeconômica e ambiental, vez que constitui uma das estratégias para reduzir o avanço das atividades humanas sobre áreas naturais e permite a reversão do ciclo de pobreza induzido por uma agricultura extrativista. Um dos exemplos da reversão desse quadro pode ser visualizado na integração lavoura-pecuária, que permite substanciais ganhos de produtividade e de qualidade ambiental, estratégia incentivada pelo Programa e adotada pelo produtor.

Daí a importância de uma ação intersetorial coordenada, com o objetivo de viabilizar as mudanças tecnológicas necessárias e garantir a sustentabilidade ambiental almejada pela sociedade. Como contribuição complementar para as ações de desenvolvimento, no período 2000-2003 o Programa atuou, diretamente ou na forma de parcerias, na capacitação de recursos humanos, tanto de pessoal técnico (multiplicadores), como de agricultores, estudantes e professores.

Cursos técnicos, seminários, dias de campo, demonstração de máquinas e equipamentos foram realizados em vários municípios, beneficiando diretamente cerca de 22 mil pessoas, sem contabilizar o público atingido por campanhas educativas e pelos materiais de divulgação (cartilhas, folder, cartazes), cujo resultado é difuso e de difícil mensuração. Mas certamente essas ações contribuíram efetivamente para despertar a consciência da sociedade para a importância da qualidade do meio ambiente para a sustentabilidade das atividades econômicas, bem como para dar sustentação técnica às ações de desenvolvimento social.

Controle de Fronteiras para a Proteção da Agropecuária

O objetivo do Programa **Controle de Fronteiras para a Proteção da Agropecuária** é impedir a disseminação de pragas e doenças na agropecuária.

Resultados

A evolução do índice do indicador ocorreu conforme a seguir:

- avanço dos indicadores, devido a formulação conservadora dos índices inicial e final: nos três anos de implementação do PPA, o indicador superou a variação inicialmente prevista. O bom desempenho do indicador foi decorrente de uma postura conservadora na elaboração dos índices inicial e final, e não necessariamente do desempenho do Programa. O índice previsto mede a taxa de conformidade no controle de fronteiras, ou seja, a relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número previsto, com base na percepção de enfermidades. Iniciou-se com o índice 80, com previsão de índice de 90 ao final dos três anos. Todavia, já em 2000 ultrapassou-se 100, mantendo-se esse patamar para os anos seguintes, 2001 e 2002. Esse crescimento além do esperado é reflexo do aumento do comércio interno e externo de produtos agropecuários, que requer a fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como do avanço na regulamentação do controle do trânsito de produtos agropecuários; e
- implicações decorrentes da não-gestão dos recursos financeiros pela gerência: irregularidades na disponibilização dos recursos financeiros, bem como a falta de controle pela gerência e coordenações, prejudicaram a realização de ações de treinamento e capacitação, modernização do sistema de controle e atendimento, dotação de infra-estrutura, entre outras, comprometendo os resultados. A falta de controle da gestão financeira também impactou no aumento dos riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças. É esperado um maior aporte de recursos financeiros e alteração do modelo de gerenciamento dos mesmos para se garantir o atingimento das metas programadas para o próximo exercício.

No ano de 2002, como nos anteriores, houve forte incremento nas ações desenvolvidas pelo Programa, em decorrência do aumento da atividade do agronegócio, tanto no mercado interno, quanto internacional. Com isso, as ações do Programa cresceram em número, ultrapassando o previsto. A única ação não executada foi a Apoio à modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em Instâncias Intermediárias (cód. 1827), em razão da não-liberação dos recursos dentro da programação elaborada. Para a obtenção dos resultados alcançados, o ministério e os estados precisaram ampliar suas redes de postos de vigilância, buscando satisfazer as necessidades do público-alvo. As dificuldades oriundas da inexistência de uma rede informatizada no ministério, interligando postos federais e estaduais, têm ocasionado perda de dados, prejudicando as informações.

Como realizações de 2002, pode-se destacar:

- elaborou-se um novo manual para os trabalhos do controle de fronteiras. O manual de orientação foi atualizado, padronizando procedimentos. Tal manual permitiu que se utilizem os mesmos padrões de Norte a Sul e de Leste a Oeste do País, o que confere credibilidade ao sistema instituído pelo Brasil;

Gerente:

**Júlio de Castilhos Matzenbacher
Machado**

- foi montada toda uma estrutura de trabalho com vistas a um maior acesso do MAPA nas ações de anuência, quer seja prévia, quer seja de liberação da mercadoria. A nova portaria foi assinada ao final do ano de 2002 e entrará em vigor nos próximos dias. Por ela, resguarda-se e amplia-se o trabalho do ministério no controle de fronteiras, assegurando maior rigor ao processo de fiscalização;
- conseguiu-se ampliar o número de técnicos disponibilizados para os trabalhos nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas interiores. Com a realização de concurso público, aumentou-se o número de técnicos, embora não se tenha atingido o ideal. Houve uma pequena melhoria na estrutura nacional de controle de fronteiras. Espera-se que novos concursos sejam realizados, suprimindo as lacunas hoje existentes no Brasil, e que trazem intranquilidade quanto à salvaguarda da agropecuária nacional.

Concepção O Programa **Controle de Fronteira para a Proteção da Agropecuária** decorreu da necessidade de se preservar a zoossanidade e a fitossanidade nacional e de se garantir a qualidade do produto agropecuário exportado pelo Brasil. Por meio das ações de controle das fronteiras internacionais e interestaduais, buscou-se preservar a qualidade e a sanidade da produção agropecuária nacional, a qualidade do produto agropecuário oferecido ao consumidor brasileiro e, ao mesmo tempo, assegurar a exportação de produtos brasileiros de qualidade em termos sanitários. A grande barreira comercial é a sanitária, razão pela qual os cuidados dispensados ao fator sanidade ganharam importância, consumindo significativa parcela dos esforços das nações, especialmente daquelas exportadoras de produtos agropecuários, como é o caso do Brasil.

Para o futuro, é preciso assegurar recursos compatíveis com o vulto do Programa, devido sua importância para preservar e ampliar mercados para os produtos brasileiros, além de garantir a oferta interna de produto saudável. Além disso, as questões sanitárias só tendem a crescer em importância no relacionamento comercial entre as nações. Os aspectos do Programa, que necessitam de ajuste, estão descritos abaixo:

- os indicadores não estão ajustados à realidade: com o incremento do comércio interestadual e internacional de produtos agropecuários, as projeções estabelecidas ao início do Programa foram em muito superadas. Para o próximo quadriênio dever-se-á ajustar tais projeções;
- o alcance das metas físicas nem sempre representa o efetivo resultado do programa: nem sempre os resultados mensurados nas metas físicas refletem o real desempenho do Programa, ou seja, a efetividade do Programa não se restringe ao atingimento das metas físicas. No caso específico do controle de fronteiras, o número efetivo de partidas inspecionadas pode não significar eficiência de fiscalização e, portanto do controle zoossanitário e fitossanitário. Isso ocorre porque pode ocorrer falta de qualidade nas inspeções realizadas, não trazendo resultados efetivos em termos de fiscalização sanitária. Inspeções realizadas em condições precárias, com falta de infra-estrutura ou de capacitação de pessoal poderão resultar em avaliação sanitária equivocada, colocando em risco os objetivos do Programa.

Implementação Abaixo, estão listados os principais aspectos da implementação do Programa **Controle de Fronteiras para a Proteção da Agropecuária**:

- centralização financeira e o impacto na execução e coordenação: o padrão de execução financeira do Programa não atendeu ao previsto no PPA. Tal

fato ocorreu porque a gestão financeira do MAPA foi centralizada na Secretaria Executiva, dificultando o controle do gerente e dos coordenadores de ação. Sem a gestão financeira não é possível realizar coordenação, acompanhamento e controle das ações. O reflexo maior desse descasamento fez-se sobre o relacionamento entre os executores e os coordenadores. Os recursos eram liberados sem o conhecimento do coordenador e, portanto, seu uso não foi acompanhado e controlado. Os recursos eram liberados diretamente às Delegacias Federais de Agricultura - DFA's, na maioria das vezes, sem acompanhamento da equipe técnica. Assim, torna-se difícil opinar sobre a adequação dos recursos destinados às diferentes ações. Entretanto, percebe-se a necessidade de ampliação desses recursos para exercícios futuros, em razão do crescimento apresentado. A maior autonomia ao gerente e aos coordenadores de ação conduzirá a melhores resultados, especialmente nas ações delegadas. No caso do controle de fronteiras, não é possível atrelar a liberação de recursos com as metas a serem atingidas. Isso, teoricamente, deveria inviabilizar tais liberações, o que não acontece, devido ao trabalho dos coordenadores das ações e do gerente do Programa. As ações de controle e vigilância dos postos de fronteira acontecem com ou sem a suficiente liberação de recursos financeiros. Isso porque o técnico está no local e, bem ou mal, desempenha suas funções. As implicações dizem respeito à qualidade do trabalho realizado. Isso se reflete, principalmente, nas questões administrativas e também nas de fiscalização quando se necessita de um apoio laboratorial ou algo semelhante que escape ao controle do técnico que está no posto. Embora se registre superação de metas, uma das ações do controle de fronteiras, a que diz respeito a modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em Instâncias Intermediárias, não realizou nada, por não-disponibilização de recursos financeiros para o que foi programado;

- problemas no fluxo de informações: as informações são captadas junto aos órgãos executores pelos coordenadores de ação. Para isso, são utilizados todos os esforços e todos os meios de comunicação disponíveis, uma vez que a rede de informática do ministério e entre o ministério e os executores estaduais, ainda não foi implantada. Há sistemas desenvolvidos que poderiam ser utilizados e que simplificariam essas atividades, como é o caso do Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro - SAFF. Este, todavia, esteve inoperante a maior parte do ano de 2002 e, no momento, ainda não pode ser utilizado no dia-a-dia. Espera-se e necessita-se que seja instalada, com urgência, a rede de informática do Ministério para interligar os postos de vigilância. A efetiva implantação de uma rede informatizada dentro do MAPA e entre o ministério e os estados, que são os executores da política de sanidade animal e vegetal nas unidades federativas, permitirá que se coordene e se acompanhe efetivamente o trabalho dos executores. Tal fato também beneficiará o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos realizados pelo pessoal do ministério naquelas ações que são indelegáveis, como o controle das fronteiras nacionais. Além de maior agilidade ao processo de controle e fiscalização propriamente dito, poder-se-á dispor, em tempo real, dos dados acerca do comércio nacional e internacional de agroprodutos. As ações de vigilância e fiscalização sofrem prejuízos em razão dessa falha de comunicação. Essa é a maior expectativa para 2003. Implantando-se esse sistema, os números do trânsito interestadual e internacional de produtos da agropecuária aumentarão significativamente, bem como os recursos da vigilância serão incrementados.

Além disso, a prática tem demonstrado que a coordenação e o acompanhamento dos executores são tarefas intimamente relacionadas com a gestão financeira do Programa. A gestão financeira pelo gerente viabiliza a melhor coordenação das tarefas e a articulação com estados e municípios; e

- recursos materiais e infra-estrutura inadequados: há tempos os postos do ministério se ressentem da falta de investimentos e, até mesmo, de recursos para manutenção. Há locais com péssimas condições de instalação. Muito pouco tem sido feito para sanar essa situação. Além disso, a maioria dos postos não dispõem de computadores adequados ao trabalho que precisa ser feito. Não há uma rede de informática que permita a interligação dos postos com as Delegacias, com a sede em Brasília e até mesmo entre eles, o que prejudica os resultados. Enquanto outros ministérios trabalham totalmente informatizados, a maioria do pessoal do MAPA continua executando controles manuais.

No que se refere aos recursos humanos e à capacitação, tem-se:

- quantidade inadequada de recursos humanos: a equipe gerencial tem outras atribuições que não permitem dedicação maior, como seria adequado. Seria necessário dispor de mais técnicos atuando no controle de fronteiras. Para melhor compreender o problema, no porto de Santos há pouco mais de uma dúzia de fiscais federais agropecuários, quando seriam necessários pelo menos trinta técnicos. Além disso, seria necessário mais do que o triplo dos postos instalados oficialmente, mas isso não é possível, porque não se dispõe de instalações e nem de pessoal. Também ter-se-ia que adotar uma política de remanejamento dos recursos humanos, pois há áreas de concentração desnecessária e outras carentes de pessoal;
- capacitação dos técnicos: a conscientização dos técnicos envolvidos sobre a importância da vigilância e fiscalização do trânsito de produtos agropecuários para o sucesso do País como produtor e exportador desses produtos constituiu fator preponderante para a obtenção dos principais resultados do Programa. Essa conscientização foi alcançada através de treinamentos e reuniões técnicas de uniformização de procedimentos, culminando com a elaboração de manual operativo, que forneceu os subsídios necessários ao bom desempenho da função, padronizando-se as atividades no âmbito nacional. A partir da ação zelosa dos fiscais federais agropecuários, inúmeras pragas e doenças foram impedidas de entrar e de se disseminar em nosso País. Além disso, diversas partidas de produtos nacionais destinados à exportação, que não apresentaram as condições sanitárias requeridas pelos países importadores, tiveram sua saída impedida pelos fiscais brasileiros, preservando a boa imagem do País na comunidade internacional. Com isso se assegurou a manutenção e a ampliação dos mercados compradores de produtos brasileiros;
- capacitação da equipe gerencial: a capacitação gerencial foi perseguida pela equipe do Programa. Todavia, a falta de meios para a gerência eficaz e a centralização da liberação de recursos, que na maioria das vezes ignorou a existência do coordenador da ação, contribuíram para desestimular maiores esforços. Reuniões e debates foram realizados entre os componentes da coordenação e da gerência e com as equipes de planejamento do ministério, fortalecendo a conscientização sobre as propostas do PPA. Muitos avanços frustraram-se diante da política centralizada de liberação de recursos; e
- capacitação para os estados: no âmbito estadual, o esforço de capacitação se fez presente, a exemplo do citado para a gerência e coordenação. Nesses casos, as assertivas oferecidas anteriormente também se aplicam, pois os problemas vivenciados foram semelhantes. A questão financeira mais uma vez esteve presente, na medida em que os aportes de recursos não ocorreram em consonância com as necessidades.

No que se refere às parcerias, tem-se:

- parceria com estados: as parcerias do ministério se fazem com os estados, aos quais são repassados recursos. Na medida em que os recursos se tornam escassos, as ações desses parceiros também diminuem, podendo comprometer os resultados do programa. A forma mais clara dessa desaceleração se mostra na dificuldade de obtenção de dados para os relatórios mensais e anual; e
- parcerias privadas: no segmento privado, tem-se contado com o apoio de entidades representativas na elaboração de normativos e definição de procedimentos com vistas a simplificar e agilizar os processos.

No que se refere à participação da sociedade e do público-alvo, tem-se:

- consultas públicas: como canal permanente de comunicação com o público-alvo, que consta de produtores e consumidores de produtos agrícolas, e com a sociedade cita-se a consulta pública dos normativos a serem implementados e a permanente disponibilidade para ajuste de procedimentos. As sugestões são acolhidas e busca-se fornecer esclarecimentos ao público sobre ações desenvolvidas. Sugestões ou reclamações, por parte da sociedade ou do público-alvo, são armazenadas e encaminhadas às coordenações, onde recebem o tratamento adequado, por meio de formulação de respostas, ou, se for o caso, ajuste do procedimento ou do regulamento.

No que se refere aos convênios, em 2002, tem-se:

- não assinatura de convênios: com a não-assinatura de convênios com a maioria dos estados, houve pouca aplicação de seus recursos humanos nos trabalhos do controle de fronteira. O prejuízo maior foi a não-obtenção, com oportunidade e suficiência, dos dados de acompanhamento e controle do programa.

No que se refere ao desempenho das ações no exercício 2002, tem-se:

- desempenho do Programa devido a alterações incluídas pela LOA 2002: com as alterações incluídas no orçamento do ministério, houve prejuízo para todas as ações. Além de corte de mais de 60% dos recursos inicialmente disponibilizados, houve retardo e descontinuidade na liberação do orçamento, tudo isso agravado, ainda mais, pela gestão centralizada dos recursos, o que gerou descompasso e desinformação entre o previsto e o executado.
- contingenciamento orçamentário: o contingenciamento de recursos no ano de 2002 foi muito grande, gerando atraso e descontinuidade nas liberações, que, além disso, se fizeram insuficientes para as necessidades, especialmente para os trabalhos de controle das fronteiras da Argentina, Uruguai e Paraguai, onde ocorreram surtos de febre aftosa;
- atraso na liberação de recursos: equipes de execução nos estados foram movimentadas com atraso para controlar fronteiras, por falta de recursos no momento devido. Outras ficaram retidas em hotéis por falta de pagamento, entre outros eventos. Com isso, sempre se perdeu em eficiência fiscalizadora; e
- inadimplência estadual ou municipal: muitos estados deixaram de receber recursos por estarem inadimplentes com o ministério. Isso se traduziu em queda da qualidade do trabalho produzido.
- desempenho físico das ações com recursos descentralizados: com a pequena descentralização de recursos para os estados, via convênios, especialmente as ações de acompanhamento e controle sofreram certa descontinuidade. Houve dificuldade de obtenção dos dados de execução.

No que se refere à adequação da estrutura organizacional à gestão por programas, percebe-se que o Ministério não está estruturado para este tipo de gerenciamento. Existem muitos programas que não estão amparados no PPA. Ao mesmo tempo, os programas componentes do PPA têm gerentes e coordenadores de ação em uma estrutura que não é a do departamento ou da secretaria. E o que tem predominado é a estrutura departamental. Com isso, há conflitos, com algumas ações beneficiadas com recursos de outras, pois a sua alocação não se faz por programa, mas por disponibilidade momentânea. Os remanejamentos são providenciados mais tardiamente, mas como isso vem sendo feito à revelia do gerente, este não tem como controlar suas disponibilidades.

Desenvolvimento da Aqüicultura

O Brasil possui uma linha costeira com 8.500 km de extensão, cerca de 12% de água doce disponível do planeta, 550 mil hectares de reservatórios e mais de 400 km de canais de irrigação somente no Nordeste. Além disso, possui clima e grandes extensões de terras alagadas propícios ao desenvolvimento da aqüicultura.

Apesar de nos últimos cinco anos a aqüicultura brasileira ter apresentado taxas de crescimento anuais superiores a 20%, enquanto a média mundial é de 9%, a produção nacional aquícola ocupa o 25º lugar no ranking mundial.

Esses dados configuram um contraste acentuado entre seu potencial e o nível de produção que se pretendeu diminuir com o desenvolvimento deste Programa. Enquanto muitos estoques pesqueiros naturais já se encontram em seu limite máximo de exploração, a produção de pescado pela aqüicultura tem aumentado muito nos últimos anos. Atualmente, este é o setor de produção de alimentos de origem animal de maior crescimento no mundo.

O Brasil enfrenta um grande desafio: utilizar seu potencial aquícola de forma sustentável.

A regulamentação está gradativamente sendo institucionalizada, balizando a exploração econômica da atividade e colocando de um lado a perspectiva de produção responsável e sustentável e, de outro, uma maior segurança para a inserção de novos produtores.

.....
A execução do Programa contribuiu para a expansão da produção e renda do aquícultor. Contudo, vale ressaltar que diante das oportunidades de mercado e dos avanços na regulamentação, houve grande estímulo por parte da iniciativa privada em alavancar o crescimento da produção aquícola.

Resultados

Os resultados do Programa são mensurados por dois indicadores: o Valor de Produção do Pescado Gerado pela Aqüicultura e o Valor da Exportação de Pescado gerado pela Aqüicultura.

Em relação ao primeiro indicador, observa-se que seu valor cresceu ao longo do período de 2000/2002. Em dezembro de 2001 o valor apurado foi de 200 mil toneladas. Para o exercício de 2002, estima-se que a produção tenha atingido cerca de 250 mil toneladas. Os resultados podem ser considerados bastante satisfatórios quando confrontados com a meta prevista para o final do PPA em dezembro de 2003: 258.468 toneladas.

O resultado mensurado a partir do Valor das Exportações também apresenta comportamento favorável. Em dezembro de 2000 o valor apurado foi de US\$64 milhões contra US\$74 milhões no mesmo mês de 2001. Para o exercício de 2002 a tendência de crescimento continuou e as exportações totalizaram cerca de US\$150 milhões.

A formulação e publicação das Plataformas Tecnológicas do Camarão Marinho Cultivado, dos Moluscos e da Truta, em 2001, criou um ambiente institucional, dentro da ótica de agronegócio, de estímulo para que essas cadeias produtivas se desenvolvam com aumento de competitividade. O êxito, nessa fase inicial, de implantação das plataformas das cadeias produtivas contou com o apoio financeiro e técnico do CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos

Gerente:

Jaime Junqueira Payne

- Finep e de outros órgãos da administração pública federal (Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Trabalho e Emprego), do Sebrae e do Senai além da articulação com universidades, centros de pesquisas e as associações de produtores.

Concepção

Aumentar a produção de pescado e a renda dos aqüicultores são os objetivos precípuos do Programa. Seu público-alvo é composto por aqüicultores, abrangendo desde a aqüicultura familiar até empresários exportadores.

Suas ações buscam, de forma geral, melhorias técnicas na produção aqüícola. Destacam-se os projetos Implantação de Unidades Demonstrativas de Cultivo e Processamento de Produção Aqüícola, Implantação de Centro de Pesquisa em Aqüicultura e a atividade Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aqüicultura.

Implementação

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2003 foi de R\$ 26 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 18 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 69% de execução financeira.

Deve-se destacar a evolução significativa da dotação e execução global do Programa ao longo do período. Em 2000 o Programa contava com R\$ 5,3 milhões de dotação orçamentária e foram executados R\$ 2,4 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 12,3 milhões e foram executados R\$ 8,9 milhões. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve um crescimento de 132% na dotação orçamentária do Programa, contra um aumento de 271% na execução.

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Historicamente, a produção, industrialização e comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais onde ocupa uma área de 2,7 milhões de hectares, em 1.850 municípios distribuídos em doze estados da federação. Este significativo parque produtivo tem uma intrincada rede de impactos econômicos "para frente" e "para trás" da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gere cerca de 11 milhões de empregos diretos e indiretos e responsável pela geração de riquezas representadas pelas 47,3 milhões de sacas de café produzidas na safra 2002/2003, das quais 28,3 milhões foram exportadas no ano de 2002, com entrada de divisas de US\$ 1,4 bilhão, significando 5,2% da pauta de exportação brasileira.

Nos últimos anos, o mercado mundial de café caracterizou-se por grande dinamismo com o ingresso de novos produtores, bem como o crescimento da produção em países de menor expressão, acirrando em muito a concorrência internacional. Tal dinamismo refletiu-se em uma produção mundial superior às quantidades consumidas e, por conseguinte, uma pressão constante de redução de preços das variedades produzidas.

A produção brasileira de café ocupa posição de destaque no mercado mundial. Em 2002 sua participação relativa foi de 39,8% das 118,7 milhões de sacas colhidas mundialmente. Tal posição coloca nas políticas governamentais brasileiras o ônus da liderança, qual seja, a responsabilidade de reduzir as oscilações de preços e manter a estabilidade da produção cafeeira.

.....

As ações do Programa foram fundamentais para a sustentação e a ampliação da capacidade competitiva da cadeia produtiva do café brasileiro. De um lado, o apoio aos estudos e pesquisas deu sustentação à produção e à modernização tecnológica, reduzindo o custo de produção e ampliando a capacidade produtiva. As ações de marketing buscaram ampliar os mercados interno e externo para o produto. A política de conservação do estoque buscou a sustentação ao correto ritmo e forma de escoamento da produção cafeeira, ao mesmo tempo em que a política de crédito rural garantia a disponibilidade dos recursos financeiros necessários para enfrentamento da crise do setor produtivo. O resultado deste esforço conjunto foi que, no ano de 2002, foi batido o recorde de exportação do café do Brasil e, simultaneamente, aumentou-se o consumo interno do produto em termos absolutos e *per capita*. Além disso, promoveu-se a melhoria da qualidade média do café brasileiro.

Resultados

Para o ano de 2002, previa-se uma produtividade média do café brasileiro de 16,88 sacas/ha. Dados atuais mostram que esta produtividade foi de 19,04 sacas/ha, portanto 13% acima da estimativa inicial. Contribuíram para este aumento as condições favoráveis de tempo e os aspectos fisiológicos do cafeeiro que implicam na bienalidade da produção. O valor estimado para o indicador do PPA no final do período 2000-2003 é de uma produtividade de 20 sacas/ha. Portanto, o índice obtido ficou apenas a 5% da meta proposta.

Gerente:

Jaime Junqueira Payne

Não obstante o elevado índice de produtividade alcançado (19,04% sacas/ha), que ficou próximo ao previsto para o final do PPA (20 sacas/ha), dificilmente se alcançará o valor desejado por duas razões

fundamentais. Em primeiro lugar, devido aos preços em vigor não estarem remunerando adequadamente o produtor, este passa a usar com muita parcimônia os insumos e serviços recomendados para um adequado sistema de cultivo. Em segundo lugar, como no ano de 2002 obteve-se uma alta produtividade, possivelmente assista-se em 2003 a um leve decréscimo da produtividade, também em função das características fisiológicas ligadas à bienalidade do café. Amenizará este duplo efeito, a existência de um parque cafeeiro novo entrando em produção.

Concepção

Elevar a produtividade da lavoura cafeeira nacional e sustentar a renda do agronegócio do café são os objetivos precípuos do Programa. Seu público alvo é composto pelos segmentos: produção, industrialização e comercialização de café.

Nos últimos anos a conjuntura econômica foi extremamente desfavorável para a produção cafeeira, caracterizando-se por um período de baixos preços do produto e, em consequência, pela vulnerabilidade financeira dos agentes produtivos. Nesse contexto, as ações do Programa foram eficazes para o alcance dos seus objetivos. O apoio através do crédito rural, a política de estoques, os incentivos de *marketing* e os avanços de novos processos e produtos obtidos de resultados de pesquisas, foram fundamentais para superação deste período crítico.

Implementação

Com os recursos para o desenvolvimento deste programa foram feitos contratos para viabilizar financiamento nas linhas de crédito de: custeio, colheita e estocagem junto a instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR e descentralizados créditos às empresas vinculadas a esta pasta (Embrapa e Conab) para a execução de despesas primárias.

As parcerias realizadas com recursos do Funcafé foram vantajosas em relação à pesquisa e desenvolvimento da cafeicultura e manutenção dos estoques governamentais.

Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta

Foi editado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em setembro de 2002, o Marco Legal da Produção Integrada de Frutas no Brasil, que representa o conjunto normativo e regulamentar do sistema de Produção Integrada de Frutas - PIF, em conformidade com os requisitos internacionais de mercado, principalmente os da União Européia e EUA, o que confere fatores de qualidade e competitividade na oferta de frutas produzidas sob este regime.

Dentro do marco legal, destaca-se o Regulamento da Avaliação da Conformidade - RAC, resultado da parceria entre o MAPA e o Instituto Nacional de Metrologia - Inmetro. Neste regulamento, são estabelecidos as regras e os procedimentos de auditoria em processos, de produção no campo e de processamento nas empacotadoras. Para propiciar as condições de identificação de origem das frutas e a realização de processos da rastreabilidade, foi instituído o Selo de Conformidade, que traz a identificação de origem e a logomarca da Produção Integrada de Frutas - PIF Brasil.

A implantação e desenvolvimento do sistema da Produção Integrada de Frutas - PIF no Brasil, apresenta resultados de destaque na redução de intervenções agroquímicas, o que contribui efetivamente na preservação de recursos naturais como água, ar, solo e a biodiversidade, consolidando procedimentos de: sustentabilidade ambiental e agrícola; redução de resíduos químicos em alimentos; e, sobretudo, melhoria da qualidade da saúde do trabalhador rural e da população de pólos frutícolas e, ainda, do consumidor em geral.

O segmento frutícola vem experimentando significativos avanços com a consolidação de modernos pólos como o da maçã, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com 8.660 ha e 167 produtores (representando 30% do segmento produtor e 100% do exportador) credenciados no sistema da Produção Integrada de Frutas - PIF e habilitados para o Selo de Conformidade da PIF; em Petrolina PE/Juazeiro BA, manga com 3.397 ha e 35 produtores, a uva com 764 ha e 22 produtores inscritos no sistema PIF; mamão em Linhares ES, com 292 ha e 16 produtores na PIF; laranja em São Paulo, com 324 ha e 22 produtores no sistema PIF; melão e caju no Ceará e Rio Grande do Norte, em processo de adesão à PIF; o florescimento de novos pólos como o da lima ácida e caju no Piauí, abacaxi e caju no Tocantins, banana no Rio Grande do Norte e Ceará e a vitivinicultura da Metade Sul RS; e o revigoramento da citricultura no Estado do Rio de Janeiro; e da bananicultura do Vale do Ribeira em São Paulo e litoral de Santa Catarina, com 1.774 ha e 56 produtores no sistema PIF.

Os projetos de Viveiros de Plantas Matrizes e Borbulheiras encontram-se todos implantados. Para o ano agrícola 2002/2003 serão produzidas 7 milhões de borbulhas e, a partir de 2004/2005, 22 milhões de borbulhas/ano, propiciando a produção de material propagativo com alta sanidade e identidade genética, facilitando assim a implantação de um Programa Nacional de Mudanças Certificadas.

Os esforços do **Profruta** direcionados à qualificação de técnicos e gestores do setor frutícola, abrangendo os principais pólos do País, representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados compreendem atividades desenvolvidas no processo de incorporação tecnológica, em bases produtoras de pólos frutícolas, no campo e no tratamento em

Resultados

Gerente:

Jose Rozalvo Andrigueto

empacotadoras. A execução das atividades, em parceria com as unidades de pesquisa da embrapa, associação de produtores, empresas estaduais de pesquisa e extensão rural e universidades totalizam, no ano, 124 cursos sobre sistema de produção integrada de frutas, manejo de viveiros e de culturas. Foram capacitados 4.086 produtores e técnicos multiplicadores.

As ações de difusão de tecnologia, realizadas em parceria com instituições de ensino e pesquisa, secretarias estaduais de agricultura, associações de produtores e cooperativas, dentre outras instituições públicas e privadas, envolvem as principais culturas de clima temperado e tropical de todos os pólos frutícolas. As atividades executadas incluem 88 palestras, seminários, dias de campo, *workshop* etc. 43.800 exemplares de publicações técnico-científicas editadas dez inserções na imprensa escrita; e 9.056 fruticultores atendidos.

As ações de promoção das frutas brasileiras nos mercados interno e externo são realizadas em parceria com instituições públicas e privadas, órgãos de governo estadual e municipal, associação de produtores e *traders* e visam a superação de barreiras não alfandegárias, melhoria de condições competitivas, aprimoramento em gestão do agronegócio, abertura de novos mercados potenciais, atração de novos investimentos; e estímulo a parcerias estratégicas no comércio internacional. Foi realizado o total de nove eventos. No mercado interno, um dos importantes efeitos das atividades realizadas refere-se à maior integração inter-regional na dinâmica do comércio das frutas, como a oferta da manga do Nordeste presente no mercado da Região Sul, alcançando o comércio de Pelota RS; o pêssego da Metade Sul RS comercializado no Centro-Oeste; a banana do Rio Grande do Norte no mercado Sudeste. O resultado é a ampliação da capacidade mercadológica da cadeia das frutas e a abertura de novas oportunidades de negócio, suportada por melhoria na infra-estrutura de processamento, armazenamento, distribuição e logística, além de procedimentos normativos de classificação e acondicionamento das frutas.

Os principais indicadores que refletem a evolução do setor frutícola brasileiro apontam significativos avanços em decorrência de ações como: organização da base produtora e da cadeia das frutas; execução de intensivo programa de capacitação tecnológica e gerencial; incorporação tecnológica, conforme requisitos dos sistemas PIF, Sistema de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle - APPCC e Boas Práticas Agrícolas; e disponibilização da informação qualificada aos agentes da cadeia das frutas. Os referidos indicadores são os seguintes:

Indicadores de Evolução do Setor Frutícola			
Indicadores	2001	2002	Variação (%)
Produção			
- Milhões de toneladas	42	43	+ 2,4
Exportação			
- US\$ milhões	221,4	248,3	+ 12,1
- Mil toneladas	590,5	679,7	+ 15,1
Saldo Comercial			
- US\$ milhões	174,1	238,6	+ 37,0
Área Nacional Cultivada			
- Milhões de ha	2,1	2,2	+ 4,8
Participação no Mercado Mundial de Frutas			
- Percentual	1,2	1,3	+ 8,3

O Programa de **Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta** focaliza a implementação de atividades pelo MAPA, em amplo modelo de parceria institucional pública e privada, objetivando a expansão da produção e renda do setor frutícola nacional.

Concepção

O público-alvo são os agentes da cadeia das frutas, como os produtores, distribuidores, *traders*, gestores, viveiristas, processadores e agroindústrias, centrais de abastecimentos, instituições de pesquisa e tecnologia, financeiras e, sobretudo, o universo de consumidores finais.

A estratégia de execução fundamenta-se na articulação e integração multiinstitucional e multidisciplinar, visando o cumprimento de objetivos e metas previstos. As ações de desenvolvimento, relativas à expansão da produção e renda, são diretamente geradas pelo segmento privado, constituinte da base produtora. Ao Estado, cabe o papel indutor e articulador de apoio e fomento, conforme o modelo de gestão integrativa adotado.

A parceria de cooperação técnica MAPA/CNPq, em razão de facilidades institucionais e gerenciais no processo de implantação dos projetos, propicia ampla disponibilidade do banco de pesquisadores e gestores em ciência e tecnologia e agilidade e eficácia na viabilização processual, conforme requisitos do Programa.

Implementação

Neste sentido, o convênio MAPA/CNPq viabilizou, no período 2000/2001, a implantação de um total de 57 projetos, sendo 27 na área da Produção Integrada de Frutas - PIF, 24 em Produção de Mudas e Borbulheiras, um na Capacitação Técnica e Gerencial e cinco da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância socioeconômica nos principais pólos do País.

Os recursos financeiros alocados nos projetos totalizam R\$ 14 milhões, no período de 2000/2001, compreendendo as parcelas de R\$ 10,8 milhões do MAPA e R\$ 3,2 milhões como contrapartida do CNPq. Para o ano de 2002, previu-se a alocação de R\$ 7,9 milhões e, ainda, a inclusão de um total de 22 novos projetos demandados e devidamente avaliados e enquadrados no convênio MAPA/CNPq.

As ações prioritárias definidas no **Profruta** referem-se a evolução do sistema de Produção Integrada de Frutas - PIF, Implantação de Viveiros Matriz e Borbulheiras, Capacitação Tecnológica e Gerencial, Defesa Fitossanitária e o sistema de Integração e Qualificação da Informação.

Durante o exercício de 2002, foram realizadas visitas técnicas *in loco* de acompanhamento e supervisão dos projetos em desenvolvimento e foram gerados relatórios de avaliação técnica e financeira de cada um dos projetos. Também foram geradas recomendações de ajustes, conforme os casos, e encaminhados a cada um dos coordenadores de projeto.

As ações de capacitação gerencial realizadas contribuíram efetivamente para melhorar o nível de competência dos agentes da cadeia das frutas e a oferta de produtos, conforme os requisitos de qualidade do mercado internacional.

O resultado apresentado no **Profruta** decorre, fundamentalmente, do processo de integração multiinstitucional público e privado, envolvendo 21 órgãos federais, dezenove estaduais, treze universidades e dezessete associações de produtores e três instituições internacionais, totalizando 73 parcerias.

O modelo de integração adotado pelo **Profruta** propicia aos beneficiários do Programa, como os produtores, técnicos e pesquisadores, condições de interação direta no processo de planejamento, execução e avaliação das atividades e, quando pertinentes, propostas de ajustes, correções e inclusões de demandas.

Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira

Resultados

O Programa **Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira** era, até o ano 2000, apenas uma ação dentro do Programa Gestão da Política Agropecuária. Em 2001, embora tenha assumido o *status* de Programa, continuou com apenas uma ação (Estudos sobre o Setor Sucroalcooleiro), uma vez que as principais políticas relacionadas à indústria sucroalcooleira eram implementadas com recursos da Parcela de Preços Específica - PPE, cobrada sobre a gasolina. Tais recursos eram administrados pela Petrobras (responsável pela sua arrecadação), de forma extra-orçamentária, na chamada Conta-Petróleo. Dessa conta saíam os recursos para o pagamento das equalizações de custos de produção da cana-de-açúcar destinada à produção de álcool na Região Nordeste, bem como, para o pagamento dos subsídios ao frete (regra de saída), devidos aos produtores localizados nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ao comercializarem o álcool nos estados das regiões Sul e Sudeste, além dos recursos para a aquisição e manutenção dos estoques de álcool, política executada pela Petrobras.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 33, do dia 11 de dezembro de 2001, regulamentando a criação de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, foi editada a Lei nº 10.336, naquele mesmo mês, criando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre combustíveis, em substituição à PPE, que vigoraria até o dia 31/12/2001. Essa lei estabelece que os recursos arrecadados poderão ser aplicados, entre outras coisas, no pagamento de subsídios aos preços e ao transporte do álcool combustível. Para complementá-la, em maio de 2002 foi editada a Lei nº 10.453, definindo um conjunto de instrumentos de política que, mediante a sua criação por ato do Poder Executivo, poderiam ser utilizados para cumprir os propósitos explícitos na Emenda Constitucional nº 33. Em 30 de agosto foi editado o Decreto nº 4.353, criando os seguintes instrumentos: financiamento à estocagem; contratos de opções; aquisições e vendas de álcool; prêmio para o escoamento da produção; equalização de custos de produção; e, Cédula de Produto Rural - CPR. Por meio do decreto também foi delegada a competência ao Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool para proceder à regulamentação desses instrumentos.

O primeiro passo nesse sentido foi a edição da Resolução CIMA nº 24, estabelecendo normas para o Programa de Financiamento à Estocagem. Essas normas foram complementadas pela Resolução 3.020 do Banco Central. Paralelamente à formatação desse Programa de Financiamento, foi articulada a criação de novas Ações dentro do Programa **Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira**, tendo sido validadas duas: Operação da Política do Alcool Etílico Combustível e Financiamento e Equalização à Estocagem de Alcool Combustível. Esta última, inclusive, seria a responsável pelo acolhimento dos recursos do Programa de Estocagem, objeto da Lei nº 10.538, que abriu o crédito especial de R\$ 500 milhões para o ano de 2002, recursos estes mantidos no orçamento do Ministério da Fazenda.

Gerente:

José Nilton de Souza Vieira

De um modo geral, a nova legislação do setor cria uma perspectiva favorável para o desenvolvimento da atividade em bases sustentáveis, devendo o Governo intervir apenas em situações excepcionais, utilizando instrumentos de política que já apresentam grande êxito na regulação dos mercados agrícolas. Neste sentido, para não apenas cumprir o disposto na Lei nº 10.453 e no Decreto nº 4.353, como também dotar o Poder Executivo de instrumentos

de intervenção ágeis e eficazes, é fundamental a validação das demais ações propostas à Secretaria de Orçamento Federal, especialmente as que dão suporte à operacionalização do Prêmio para o Escoamento da Produção, dos Contratos de Opções e das Cédulas de Produto Rural. Há que se ressaltar a crescente importância estratégica do álcool combustível, não apenas pela sua revitalização na matriz energética, como também pela expectativa de que em um futuro próximo ele venha a se tornar uma nova *commodity* no mercado internacional, uma vez que há um grande conjunto de países estudando a sua utilização como oxigenante para a gasolina, abrindo a perspectiva de que o Brasil venha se tornar um grande fornecedor mundial.

O Programa **Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira** encontra-se em fase de transição, onde a mudança na legislação do mercado de combustíveis cria a necessidade de cadastramento de novas ações para permitir a operacionalização de instrumentos até então implementados com recursos extra-orçamentários. A extinção da PPE, substituída pela CIDE, também permitirá a reformulação dos instrumentos que vinham sendo utilizados, dentro do contexto da política agrícola. Tais instrumentos já foram criados pelo Decreto nº 4.353, de 2002, demandando apenas regulamentos complementares, cuja competência para edição foi delegada ao Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA.

Concepção

Paralelamente à edição desses regulamentos, deve-se proceder ao cadastramento das ações relacionadas aos instrumentos, e conseqüente dotação orçamentária. Como tal pleito não foi contemplado por ocasião da discussão do Orçamento 2003, a eventual necessidade de implementação de algum dos instrumentos somente poderá ser atendida com a aprovação de lei específica, abrindo crédito especial (exceção ao financiamento à estocagem, que conta com alocação orçamentária de R\$ 500 milhões).

O Programa **Desenvolvimento da Indústria Sucroalcooleira** ainda está em fase de estruturação. No início do PPA 2000/2003 era apenas uma ação dentro de outro Programa. Ao adquirir *status* de Programa passou a contar com apenas uma ação. Recentemente, com a mudança da legislação sobre os combustíveis (edição da EM nº 33 e da Lei nº 10.336), criou-se a necessidade de ampliar o escopo do Programa, de forma a contemplar importantes instrumentos de política para o setor sucroalcooleiro que vinham sendo implementados de forma extra-orçamentária, uma vez que os recursos utilizados vinham da antiga Parcela de Preços Específica, arrecadada sobre a gasolina e mantida no caixa da Petrobras. Com a edição desses normativos, criou-se a necessidade de cadastramento de novas ações no PPA, especialmente as relacionadas a instrumentos como Aquisição e Venda de Alcool Combustível, Financiamento à Estocagem, Manutenção e Conservação dos Estoques de Alcool, Contratos de Opções, Prêmios para o Escoamento da Produção e Cédulas de Produto Rural. Esses instrumentos, já utilizados com grande êxito na condução das políticas para a maioria dos demais produtos agrícolas, deverão contar com regulamentos específicos, de forma a respeitar as peculiaridades da indústria sucroalcooleira.

Implementação

Adicionalmente, com o processo de revitalização do álcool na nossa matriz energética, combinado com a consolidação do álcool como *commodity* internacional, novas atribuições devem ser conferidas à gestão do Programa, criando a necessidade de dotação orçamentária para a ação Operação e Fiscalização da Política do Alcool Combustível, de forma que o Governo, por meio do CIMA, possa acompanhar o ritmo com que tende a se desenvolver o setor nos próximos anos, dispondo de instrumentos para assegurar a estabilidade do mercado interno, tanto de álcool quanto de açúcar.

Desenvolvimento da Pesca

No final da década de 90 o País possuía uma produção de cerca de 700 mil toneladas de pescado, consumo *per capita* de 6,4 kg/ano, ocupava 25º lugar no *ranking* da produção mundial de pescado, déficit na balança comercial da atividade de 332 milhões de dólares e era o maior importador de pescado da América Latina.

O Brasil dispõe de potencial em recursos pesqueiros capaz de reverter este quadro e gerar efeito multiplicador de emprego, renda e divisas e incrementar a oferta de produtos e proteínas de origem animal para o mercado interno e externo.

Resultados

Estima-se que a produção atual em 2002 no Brasil atinja o nível recorde de 1 milhão de toneladas. O Programa de **Desenvolvimento da Pesca** estabeleceu como meta sair de 750 mil toneladas para 1.200 toneladas em 2003, os resultados já alcançados com o crescimento na produção pesqueira demonstram o acerto nas metas estabelecidas para o desenvolvimento da pesca, focada nas seguintes estratégias:

- ampliação e modernização da pesca oceânica na Zoneamento Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e em águas internacionais;
- estímulo à aquicultura continental, costeira e de águas oceânicas;
- recuperação e racionalização das principais pescarias costeiras;
- apoio a pescarias artesanais e aquicultura familiar;
- introdução de ovas alternativas tecnológicas e comerciais;
- projeção e inserção internacional competitiva da atividade pesqueira e da aquicultura, incluindo a abertura de espaços negociais e a atração de capitais estrangeiros; e
- aumento do consumo interno dos produtos pesqueiros.

O segundo indicador escolhido para avaliação do resultado do programa foi a balança comercial de pescado, que registrará nesse ano de 2002 um superávit de US\$100 milhões.

A estagnação da atividade da pesca no Brasil, nos anos 90, se relacionou com fatores macroeconômicos, políticos e sociais exógenos, e com assuntos que são característicos do setor da pesca e aquicultura. Esse período de dificuldades, no entanto deve ser encarado como fase transitória e não como uma realidade definida e inflexível.

Entre os fatores que contribuíram para essa situação, destacaram-se os períodos de instabilidade econômica que de certa forma conspiraram contra a materialização de projetos e modernizações que exigiam prazos relativamente longos para amadurecer; supervalorização do real, que dificultou de forma crescente as exportações e facilitava a competição das importações; restrições portuárias e tarifárias que encareciam a importação de alguns insumos e equipamentos e impediam realizações de índices melhores de competitividade na indústria; taxas de juros relativamente altas; e fontes de financiamento difíceis de acessar.

Gerente:

Geovanio Milton de Oliveira

O estímulo à pesca oceânica e a aquicultura reverteu o tradicional déficit que chegou a US\$340 milhões, em 1998. As vendas de pescado no exterior iniciou-se há sete anos e a balança comercial do setor fechou o ano de 2001 com um superávit de cerca de US\$25 milhões.

O novo modelo de desenvolvimento da pesca em implantação no Brasil, desde 1998, abriu a economia ao comércio mundial e incorporou os princípios comerciais dos acordos e tratados internacionais. Essa mudança provocou no setor pesqueiro do País o mesmo processo de transformação que já estava em andamento no âmbito internacional, que significa um novo comportamento dos consumidores que promovem importantes mudanças em seus hábitos de consumo e aumentam suas exigências de preço e qualidade dos produtos e um pesado acirramento da competição em todos os mercados.

Estudos de profundidade realizados ao longo da costa brasileira têm diagnosticado novos recursos pesqueiros, o que tem possibilitado o aproveitamento de novas reservas de recursos oceânicos de profundidade. A pesca profunda tem sido considerada uma alternativa importante para possibilitar a redução de esforço necessária sobre a plataforma continental do Sudeste e Sul do Brasil.

Com a incorporação de embarcações estrangeiras arrendadas para operações de arrasto de fundo, espinhel de fundo, emalhe de fundo e covos, várias áreas de pesca entre 200 e 866 metros de profundidade foram identificadas como produtivas para recursos valiosos.

.....

Aumentar a renda do pescador e contribuir para a sustentabilidade da sua atividade é o objetivo do Programa. O público-alvo se restringe aos pescadores artesanais.

Concepção

O Programa possui sete ações sendo uma operação especial, uma atividade e cinco projetos. A operação especial Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras procura oferecer condições de concorrência aos pescadores e aos armadores nacionais frente às vantagens competitivas dos pescadores estrangeiros.

A ação Registro Nacional da Atividade Pesqueira é responsável pela manutenção do sistema de cadastro e registro nacional de aqüicultores e de embarcações pesqueiras.

O projeto Estudos Socioeconômicos do Setor Pesqueiro procura gerar informações socioeconômicas a respeito da viabilidade de negócios que envolvam a atividade pesqueira. A implantação do sistema informatizado para o registro da atividade pesqueira tem como finalidade a obtenção e a disponibilização de informações seguras e tempestivas sobre a atividade pesqueira. A difusão de tecnologias em pesca promove a transferência de tecnologias em pesca costeira, estuarina e oceânica, por intermédio da introdução de técnicas de pesca apropriadas, visando à diversificação do pescado e ao aumento da produção. A implantação de sistema de integração e qualificação da informação comercial e tecnológica da pesca disponibiliza, aos agentes da cadeia pesqueira, rede de divulgação de informações estatísticas de produção e comercialização, a fim de subsidiar a tomada de decisão. Por fim, o projeto Campanha para a Promoção do Pescado Brasileiro objetiva promover o pescado brasileiro no mercado mundial.

.....

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2003 foi de R\$ 24 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 19 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 81% de execução financeira. Em 2000 o Programa contava com R\$ 8,5 milhões de dotação orçamentária e foram executados R\$ 4,8 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 7,8 milhões e foram executados R\$ 7,3 milhões. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve uma redução de 8% na dotação orçamentária do Programa, contra um aumento de 66% na execução.

Implementação

Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau

A cacauicultura promoveu nas regiões produtoras de cacau, cultivos de vários ciclos de significativo desenvolvimento econômico. O apogeu da cultura ocorreu no período compreendido entre 1970 e 1980, quando as exportações brasileiras registraram volumes na ordem de 450 t/ano e os preços internacionais do produto (amêndoa) atingiram valores médios nominais em torno de US\$3,50/t. Em decorrência do preço atrativo, a lavoura apresentou, em termos mundiais, expansão descontrolada da área implantada, fato que promoveu acentuado desequilíbrio entre oferta e demanda do produto e, conseqüentemente, causando expressiva redução nos preços internacionais.

No Brasil, particularmente na região produtora baiana, a crise causada pela desvalorização do produto atingiu proporções drásticas devido ao surgimento e à disseminação abrupta da doença "vassoura-de-bruxa", o que levou o setor cacauero daquela região a uma situação pré-falimentar.

Na Região Amazônica, onde o sistema de cultivo de baixo custo é pautado em módulos familiares, a exploração e a tolerância genética do material botânico implantado, não foi suficiente para conter os danos, pois a baixa experiência dos produtores com os alternantes ciclos de preço, determinou o abandono ou mesmo a eliminação de significativa área das lavouras implantadas.

A estruturação do Programa está direcionada para a reversão do declínio da produção de cacau observada nas últimas décadas. Os últimos números da produção cacauera informam que essa reversão da produção já está acontecendo desde 2001, com a ênfase no combate à "vassoura-de-bruxa", doença que dizimou cacaueros e reduziu a atividade e empregos no setor.

Resultados

Os resultados obtidos pelo Programa podem ser mensurados pela produção de cacau e pela renda agropecuária nas regiões cacaueras. O primeiro indicador dá uma dimensão quantitativa do grau e da evolução da atividade nas áreas produtoras. Já o segundo, é um indicador qualitativo e busca mostrar a capacidade de geração de valor agregado pelas regiões produtoras.

Baseados na evolução do período 2000-2002, esses indicadores mostram tendência de superação das metas previstas para o final do PPA. Para o indicador de Produção de Cacau, o valor do ano de 2002 foi de 160 mil toneladas para uma meta em 2003 de 180 milhões. Em relação ao indicador de renda, o valor observado para 2002 foi de R\$ 913/ha para uma meta de R\$ 1.020/ha em 2003.

No ano 2000, foram elaboradas 5.137 propostas de financiamento para mini, pequenos, médios e grandes produtores, no valor de R\$ 156,8 milhões. Os centros de extensão da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac buscaram aprimorar a mão-de-obra trabalhadora no meio rural, qualificando 31.260 trabalhadores, administradores e produtores em aspectos técnicos e gerenciais ligados à cacauicultura e 19.899 nas áreas de diversificação de cultivos. A biofábrica, implantada em 28 de junho de 1999, entregou aos produtores 600 mil mudas, possuindo capacidade de obtenção de até 1 milhão de mudas por ano.

Gerente:

Hilton Kruschewsky Duarte

Em face da importância da biotecnologia na reorientação da pesquisa com a "vassoura-de-bruxa", criou-se a rede-genômica, para conhecer o genoma do cacauero e do fungo causador da doença. O mapeamento e

caracterização genética de ambos permitiram identificar as interações existentes e delinear estratégias para obtenção de plantas resistentes ou imunes à doença. Paralelamente, desenvolveu-se o Tricovab, eficiente agente biológico antagônico ao fungo causador da "vassoura-de-bruxa", reduzindo a disseminação da doença em 56% na copa das árvores e em 90% na folhagem morta das árvores. Disponibilizaram-se e venderam-se 22.680 kg do produto.

Em termos de metas físicas realizadas, alcançou-se: 72% da área atendida nas ações de apoio à diversificação agroeconômica das regiões produtoras de cacau; 81% da área programada foi trabalhada no controle da doença Vassoura-de-Bruxa; 88% dos produtores foram atendidos pela geração e difusão de tecnologias para desenvolvimento da cacauicultura; alcançou-se 93% da meta prevista no número de matrículas realizadas nas escolas agrotécnicas; distribuíram-se 5,03 milhões de mudas e garfos de cacaueiros resistentes a doenças, com índice de 139% de realização sobre as estimativas programadas.

Já no ano 2001, verificou-se elevação da produção nacional de cacau, em virtude de boas condições climáticas, mas também pela inicial e leve recuperação de produtividade nas áreas trabalhadas no Estado da Bahia. Na parte de crédito, introduziram-se mudanças nos critérios de financiamento aos produtores, com adoção de juros fixos e carência compatível com a atividade agrícola. Adotaram-se parcerias com governos estaduais visando revitalização da lavoura do cacau bem como expansão da diversificação agrônômica nas regiões produtoras. Também deu-se maior ênfase à industrialização de subprodutos visando propiciar agregação de valor ao produto e renda aos produtores.

No tocante à extensão rural, buscou-se a adoção de novos métodos de extensão rural, de forma a propiciar otimização dos recursos humanos e financeiros na capacitação dos produtores e trabalhadores rurais. Foram gerados aproximadamente 50 mil postos de trabalho em função do processo de recuperação da lavoura cacaueira. A Ceplac foi credenciada a emitir a Declaração de Aptidão no Programa **Nacional de Fortalecimento Familiar - Pronaf**, favorecendo os mini produtores na obtenção de financiamento e assistência técnica.

Um evento importante foi a inclusão do cacau no Plano Safra, garantindo o financiamento contínuo para os produtores de cacau. Paralelamente, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Cacau, o que permitirá a formulação de políticas públicas para a atividade.

Nas metas físicas realizadas, alcançou-se: 114% da área programada nas ações de apoio à diversificação agroeconômica das regiões produtoras de cacau; 86% da área programada no controle da doença Vassoura-de-Bruxa; 89% dos produtores atendidos pela geração e difusão de tecnologias para desenvolvimento da cacauicultura; 98% da meta prevista no número de matrículas realizadas nas escolas agrotécnicas; distribuição de 2,7 milhões de mudas e garfos de cacaueiros resistentes a doenças, com índice de 68% de realização sobre as estimativas programadas; e venda de 10.396 kg de biofungicida, acusando redução parcial da produção em função de estoques vendidos anteriormente e não utilizados pelos produtores.

Em 2002, a adoção de novas tecnologias permitiu obter e disponibilizar 10 novos clones poligênicos de cacaueiros, de características superiores aos clones distribuídos em 2001, principalmente no referente às características de produtividade, resistência e autocompatibilidade genética. Verificou-se o incremento de aproximadamente 30 mil ha na área clonada e adensada, como

consequência do estímulo derivado dos preços, em face da sensível elevação das cotações internacionais do produto. Isso contribuiu para a continuidade da reversão da curva de produção em nível nacional.

No referido ano, atingiu-se um percentual médio de 83% de realizações (quando comparadas ao cronograma físico previsto em 2002). A intensificação da utilização de agrossistemas florestais, com consorciação de cacau com outros cultivos, têm apresentado resultados positivos, principalmente na redução da dependência econômica da monocultura e agregando renda ao produtor. A introdução de novas tecnologias ofertadas ao produtor, a utilização da comunicação em massa para divulgar as informações e os treinamentos realizados pela Ceplac permitiram um bom desempenho nas seguintes ações: Desenvolvimento e Produção de Mudanças e Garfos de Cacaueiros Resistentes a Doenças; Apoio à Diversificação Agroeconômica das Regiões Produtoras de Cacau; Manutenção das Escolas Agrotécnicas das Regiões Cacaueiras; e Geração e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Cacaucultura.

Concepção

O objetivo do Programa é recuperar a renda agropecuária nas regiões cacaueiras e o seu público-alvo são cacaucultores de diferentes portes de produção.

Suas ações gravitam em torno do financiamento a mini e pequenos produtores e a geração ou manutenção de suporte tecnológico e de conhecimento aplicados à cacaucultura. Dentre as nove ações que compõem o Programa destacam-se três ações. A primeira é o Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, ação esta amparada pela Lei nº 9.126, de 1995, e tendo o Banco do Brasil como agente financeiro dos recursos orçamentários disponíveis. A segunda é a atividade de Geração e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Cacaucultura, que desenvolve pesquisas voltadas à cultura do cacau e busca a difusão dessas pesquisas junto ao produtor. A terceira ação Controle da Doença Vassoura-de-Bruca nos Cacaueiros desenvolve pesquisas visando à obtenção de variedades menos suscetíveis a doenças.

Implementação

O problema fundamental na ação Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, tem sido o lento ritmo verificado, em função da falta de garantias dos produtores, para obtenção de financiamentos. A solução encontrada e adotada resolveu parcialmente o problema em outubro do corrente ano, com a criação do fundo de aval para mini produtores no Estado da Bahia.

Nas ações de extensão rural, realizaram-se dias de campo buscando reduzir custos e otimizar os recursos aplicados na assistência técnica ao produtor. Paralelamente, buscando superar, ainda que em parte, as restrições financeiras do Programa, celebraram-se parcerias com os governos dos estados da Bahia e do Mato Grosso na busca de recursos e cooperação técnica. Medidas de melhorias na comunicação, via internet, informatizaram os escritórios locais visando reduzir os custos operacionais.

As ações de responsabilidade do Ministério da Fazenda tornar-se-iam de extrema valia para o objetivo do Programa, contudo, avaliação recebida do seu coordenador de ação, indica que os desembolsos ocorreram em ritmo lento devido, principalmente e como já mencionado, à falta de garantias a serem oferecidas pelos produtores às instituições financeiras, para fins de renegociação e contratação de operações. Também, a criação de mecanismos para integrar o gerente e os coordenadores das ações, com vistas a buscar soluções para o bom desempenho do Programa, constituem aspecto que, obrigatoriamente, deverá ser considerado.

As informações do Ministério da Fazenda prestadas pelo coordenador da ação Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para a Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana são remetidas à época da avaliação do PPA e por meio do formulário Responsável Técnico, solicitado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sendo a ação descentralizada, executada pelo Ministério da Fazenda, não se conseguem identificar nem sugerir melhorias necessárias à implementação, bem como à capacitação das equipes executoras locais. Cabe esclarecer que todas as seis ações executadas pela Ceplac são de forma direta.

No Programa, as parcerias normalmente contribuem com recursos financeiros, no entanto a execução das metas fica sob responsabilidade da Ceplac. As parcerias são de extrema importância para o alcance do objetivo proposto, principalmente na área de pesquisa, que virá intensificar progressivamente a busca das parcerias.

No programa Biotecnologia e Recursos Genéticos, a Ceplac desenvolve, em parceria com a Embrapa, o genoma do cacau e do *Crinipellis Perniciosa* (fungo causador da doença Vassoura-de-Bruxa). Tal parceria apresenta como vantagens, não apenas a soma de esforços para uma maior agilidade nos resultados do processo, mas também a redução dos custos da pesquisa.

Dentre os mecanismos de participação da sociedade no Programa, existe o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Cacau, sendo o diretor da Ceplac o seu secretário-executivo e participante ativo de reuniões periódicas com todos os segmentos do agronegócio cacau. Verificam-se, também, contatos diretos e sistemáticos dos extensionistas da Ceplac com os produtores de cacau, assim como a realização de eventos tais como a Semana do Produtor, dias de campo, *workshops* e outros, os quais incentivam a participação direta do público-alvo.

Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer

A área total dos cerrados brasileiros é de aproximadamente 200 milhões de hectares, concentrados principalmente na Região Centro-Oeste. Esta extensa área foi considerada, durante muito tempo, improdutivo por problemas decorrentes da existência de alumínio nocivo e a deficiência de nutrientes químicos no solo. No entanto, com a correção de solo adequada combinada com adubação compensatória e a implantação de infra-estrutura de produção seria possível incorporar 120 milhões de hectares ao processo produtivo. O Governo do Brasil, atento a este potencial de desenvolvimento, iniciou de forma consistente, a partir da segunda metade da década de 70, o processo de ocupação dos cerrados, visando o direcionamento do desenvolvimento ao interior do País e a criação de nova fronteira agrícola nessa região. Considerando os resultados obtidos por projetos pioneiros, foi formalizado o Acordo de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, cuja operacionalização iniciou em 1979 como um programa binacional. Outro evento decisivo na conquista do cerrado foi a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados - CPAC, vinculado à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, com o objetivo de realizar pesquisa sobre o cerrado.

Nas áreas adjacentes ao Programa de **Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer**, em maior ou menor escala, instalou-se grande número de produtores, oriundos da própria região e de outras localidades, com o objetivo de praticar atividades agrícolas, estimuladas pelo sucesso do Programa e pelo potencial de crescimento e de obtenção de renda evidenciados pelo fator demonstração.

Atualmente a área explorada na região soma 57 milhões de hectares (incluindo áreas de pastagens), com amplas possibilidades de expansão. A ampliação da produção de grãos no cerrado e a presença de diversos segmentos do agronegócio, têm contribuído de forma significativa para o equilíbrio da produção e do comércio de alimentos em âmbito mundial. A soja é um bom exemplo típico. O País responde com cerca de 20% da produção mundial, sendo que a produção do cerrado participa com 50% da produção nacional, exercendo forte influência sobre os preços internacionais.

Resultados

O Programa possui um único indicador denominado Área do Cerrado Incorporada ao Processo Produtivo. O valor final previsto para o indicador é de 350.000 ha, valor já alcançado desde 2001, ano de término do Acordo de Cooperação Nipo-Brasileira.

Com a extinção da ação Financiamento para a Expansão Agrícola no Cerrado, permaneceu apenas a atividade Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Prodecer atendendo os 625 agricultores beneficiários. Apesar das limitações de atuação do Programa será possível superar o índice de área incorporada ao processo produtivo previsto para 2003.

Gerente:

Nelson Victor Trombeta

O **Prodecer** trouxe efeitos múltiplos e encadeados ao induzir novos agricultores a se instalar nas adjacências dos projetos e, ao demonstrar *in loco*, a capacidade produtiva da região, incentivando-os pelo próprio sucesso do programa. Implantou-se infra-estrutura econômica e social que beneficiou toda a região: estradas, comunicação, energia elétrica, além de serviços de assistência à saúde e à educação, com a criação de escolas e centros de saúde. Um

número significativo de empregos foi gerado, aumentando, com eles e com a produção agrícola, a arrecadação de impostos.

O desenvolvimento da fronteira agrícola na região dos cerrados, não só tem aumentado a produção de soja e milho, mas também o volume produzido de feijão, café, algodão, arroz, frutas e olerícolas. Essa produção induziu o desenvolvimento da avicultura, da suinocultura e da agroindústria (processamento de soja e de algodão, frigoríficos, produção de sucos, entre outros), além de proporcionar o crescimento de outros setores da economia, a exemplo de máquinas, equipamentos e insumos, criando oportunidades no setor de agronegócios com seu efeito multiplicador.

Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados é objetivo central do **Prodecer**. Nesse sentido o público-alvo do Programa são médios agricultores e trabalhadores sem-terra, associados a cooperativas.

Concepção

São objetivos subjacentes ao **Prodecer**: a abertura de áreas agrícolas, produção agrícola eficiente, administração estável da propriedade, desenvolvimento/difusão de tecnologias agrícolas e consolidação da agricultura, dando-se ênfase à proteção do meio ambiente.

Para a coordenação do Programa foi criada a Companhia de Promoção Agrícola - Campo empresa binacional com 51% do capital sendo brasileiro e 49% japonês. A execução do Programa, por sua vez, ficou por conta das cooperativas beneficiadas com os financiamentos. A Campo possui papel complementar de proporcionar assistência técnica às cooperativas participantes e o serviço de fornecimento de equipamentos de produção aos assentados, a partir da ação Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Prodecer, uma das duas ações do Programa.

Entre 2000 e 2001, grande parte dos recursos do Programa estavam alocados na ação Financiamento para Expansão Agrícola do Cerrado, ação extinta em 2001 com o término do contrato de cooperação.

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2002 foi de R\$ 30,7 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 25,3 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 82% de execução financeira. Esse percentual só não foi maior porque foram previstos recursos orçamentários para a ação de financiamento em 2001, ano em que se encerrou o acordo de cooperação.

Implementação

Em 2000, o Programa contava com R\$ 11,8 milhões como dotação orçamentária e foram executados R\$ 11,7 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 7,3 milhões que foram totalmente executados. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve uma redução de 38% na dotação orçamentária do Programa e um ligeiro aumento dos altos percentuais de execução, de 98,7% para 100%.

Com a limitação do Programa para apenas a ação de Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do Prodecer, a responsabilidade pela manutenção e fortalecimento dos projetos passa gradativamente para a comunidade assentada, via suas organizações associativas, cabendo a elas e aos interessados providenciar a solução dos problemas que impedem o seu crescimento.

Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais

Resultados O Programa iniciou-se em 2002. Tal fato reflete-se em um curto período de implementação, resultando em uma avaliação pouco aprofundada. Foram utilizados três indicadores envolvendo a área cultivada, o consumo *per capita*, e a exportação de flores e plantas ornamentais. O mercado interno tem apresentado um crescimento entre 10% e 15% ao ano. Assim, espera-se um incremento nos índices dos indicadores Área Cultivada de Flores e no Consumo Interno *Per Capta* Anual na mesma proporção da expansão do mercado. Apesar da expansão da produção, não houve aumento no valor exportado. As exportações devem alcançar US\$13 milhões em 2002.

O Programa envolve as seguintes ações: Assistência Técnica aos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais, Certificação de Flores e Plantas Ornamentais e Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) não disponibilizou recursos orçamentários para os projetos das ações de assistência técnica e de certificação de flores e plantas ornamentais, a serem executados em parceria com o CNPq. Espera-se, contudo, que os recursos das ações sejam transferidos para o CNPq até o final do exercício, para serem direcionados para os projetos de desenvolvimento. No caso da ação de pesquisa e desenvolvimento, recursos parciais foram transferidos para a Embrapa, que implantará projetos de pesquisa com resultados previstos para no mínimo três anos.

Concepção O mercado mundial de flores e plantas ornamentais é avaliado em US\$ 94 bilhões. Atualmente, os valores das exportações brasileiras variam entre US\$13 milhões e US\$15 milhões, representando 5% da produção nacional, constituído basicamente de produção de bulbos e mudas e recente incremento na exportação de flores. A potencialidade do Brasil em ampliar o mercado é imensa devido a inúmeros microclimas variados e a diversidade de espécies, principalmente de clima tropical, com crescimento de demanda.

A atividade é grande demandante de mão-de-obra, utilizando até vinte homens por hectare. O retorno econômico apresenta renda de até US\$100 mil por hectare, algumas espécies podendo gerar renda superior. Para a expansão da produção e a conseqüente exportação de flores e plantas ornamentais, é preciso:

- respostas e suportes à geração de novas tecnologias;
- desenvolvimento de tecnologias de produção e pós-colheita;
- maior rapidez na transferência e difusão de tecnologia gerada;
- intensiva capacitação de mão-de-obra;
- melhoria da logística (transporte e distribuição);
- normatização, da padronização e da classificação de produtos florícolas;
- organização da base produtiva;
- dotação de mecanismos que avaliem a conformidade do sistema de produção integrada;
- um sistema ágil de informações gerenciais e tecnológicas.

Gerente:

Paulo César Nogueira

Portanto, o objetivo do Programa **Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais**, conhecido como **Proflores**, é dotar o setor florícola nacional de capacidade técnica e organizacional capaz de desenvolver e incrementar a floricultura para inseri-la num mercado globalizado e competitivo. Cabe ao MAPA, em parcerias com instituições públicas e privadas, por meio de ações integradas, impulsionar o setor florícola para gerar emprego, renda e divisas, através da exportação.

O Programa é recente, o que torna difícil elaborar uma avaliação efetiva dos aspectos de sua concepção, inclusive no que se refere à estratégia de implementação. Entretanto, o Programa parece estar adequado quanto aos seus objetivos, ao público-alvo, às ações, às metas físicas e aos indicadores.

.....
A ação de pesquisa e desenvolvimento é de responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e teve início em 2002, sendo que os primeiros resultados estão previstos para daqui a três anos. A Embrapa está se estruturando para a criação de um programa de pesquisa em flores e plantas ornamentais.

Implementação

O MAPA, por meio da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC) e da Secretaria de Política Agrícola (SPA) realizaram outras ações, além daquelas programadas. Essas ações, de grande interesse para o setor, estão descritas a seguir:

- Estabelecimento de linhas de crédito;
- Publicação de descritores para proteção de cultivares de espécies florícolas; e
- Fomento e sensibilização de floricultores por meio das associações de produtores.

Além disso, o programa prevê ações integradas com:

- O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq; Embrapa; Instituto Brasileiro de Floricultura - Ibraflor; Instituto Agrônomo de Campinas - IAC; a Agência de Promoção e Exportação - Apex; as associações de produtores; e as universidades.

A APEX, vinculada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae tem tido uma forte e significativa ação na área de promoção à exportação. Embora havendo muitos parceiros, não existem mecanismos de participação do beneficiário final, ou seja, da sociedade.

O **Proflores** teve início em 2002 e desenvolveu algumas ações sem a necessidade de recursos, que estão listadas a seguir:

- estabelecimento de linhas de crédito para floricultura dentro do Plano Safra do MAPA.
- publicação dos descritores de proteção de cultivares da espécie rosa, iniciando o processo de proteção das cultivares geradas no Brasil e exterior. Estima-se a inclusão de cerca de dez espécies dentro de um ano. Tal fato permitiu a inserção do Brasil no ambiente mundial de propriedade intelectual, através da regulamentação da proteção de cultivares de flores; e
- o programa de promoção Flora Brasilis no exterior e no Brasil, promovido pela APEX.

Portanto, o Programa encontra-se em estágio inicial. Para a continuidade do Programa, aguarda-se o início do fluxo de recursos financeiros a partir do consequente convênio com o CNPq, para atendimento dos projetos selecionados dentro das ações do Programa.

Espera-se implantar uma atividade de Pesquisa de Flores e Plantas Ornamentais pela Embrapa, em parceria com institutos, universidades e empresas de pesquisa estaduais. Deve-se também contemplar os pólos de produção em 12 estados, de um amplo programa de capacitação, com o envolvimento de técnicos do sistema privado e público de assistência técnica. Deve-se ainda implantar projetos de produção integrada de flores e plantas ornamentais para atendimento das demandas do mercado externo referentes à rastreabilidade do sistema de produção, do componente ambiental e social.

No que se refere à utilização de recursos:

- os recursos liberados não foram utilizados nas atividades programadas nas ações do PROFLORES: mesmo na ação Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais (cód. 2461), apesar de liberados 51% dos recursos, não se obedeceu ao cronograma, prejudicando a execução das metas físicas. Nas ações coordenadas pelo MAPA, que são Assistência Técnica (cod. 1687) e Certificação de Flores e Plantas Ornamentais (cod. 2493), apesar de definidas as metas, não houve aplicação de recursos nas atividades programadas;
- compatibilidade do fluxo de recursos com o Decreto de Programação Financeira: apesar de execução baixa e irregular no presente exercício, que ocasionou transtornos administrativos, nada foi aplicado nas atividades programadas nas ações coordenadas pelo MAPA e não há informações a respeito da ação coordenada pela Embrapa; e
- contingenciamento e atraso na liberação de recursos: dificultaram de maneira geral as ações do MAPA e promoveram atrasos no cronograma.

No que se refere à estrutura organizacional, a gerência afirma que há uma adequação à gestão por programas.

Erradicação da Febre Aftosa

O período do PPA 2000-2003 foi marcado pela tentativa de erradicar a doença do território nacional, com intuito de aprimorar o comércio de produtos de origem animal, com destaque para carne bovina e suína. Com isso, buscou-se melhorar a competitividade do agronegócio e eliminar possíveis barreiras para a exportação.

Resultados

Percebe-se um grande avanço nos índices. O indicador Zona Livre de Febre Aftosa alcançou 3.593.833,90 Km² da área territorial até outubro de 2002. Além disso, em novembro, restituiu-se para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a condição sanitária de zona livre de febre aftosa com vacinação, alcançando-se uma área de 3.970.853,00 Km². Essa área corresponde apenas aos estados com reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação. O Estado de Rondônia, por sua vez, tem o reconhecimento nacional. A decisão pela incorporação internacional desse estado à zona livre de febre aftosa com vacinação ocorrerá em maio de 2003, durante reunião do Comitê Internacional da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

A manutenção desse resultado exige, ainda, a reestruturação do serviço estadual de defesa sanitária animal e maiores investimentos por parte de todos os seguimentos envolvidos para fortalecimento do sistema de prevenção primária. Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por exemplo, saem de uma situação tranqüila observada até início de 2000, quando estavam cercados por países livres da doença, e passam a conviver com países vizinhos considerados infectados por febre aftosa.

Para o indicador Taxa de Erradicação da Febre Aftosa em Bovídeos registra-se que 81% do rebanho nacional ocupa área livre da doença. Este valor é 3% acima do previsto para todo o período do PPA. No período 2000-2002, foram incorporados os circuitos pecuários Centro-Oeste e Leste (RJ, DF, ES, BA, SE, MG, MS, SP, MT, GO e TO) à zona livre de febre aftosa com vacinação.

As reintroduções da doença no Estado do Rio Grande do Sul em 2000 e 2001 apresentaram como causas principais: o desmantelamento do sistema de defesa sanitária animal, principalmente na Argentina; a política inicial adotada por aquele país em esconder a ocorrência da doença em seu território (não possibilitando aos demais países, dentre eles o Brasil, o estabelecimento de estratégias adequadas de proteção); a falta de credibilidade e transparência de outros países da América do Sul no que se refere à notificação da doença; e a desestruturação do serviço veterinário, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, iniciada a partir do final dos anos 90.

A execução do Programa até o presente momento permitiu o cumprimento das metas estabelecidas. Entretanto, percebe-se que a fase intermediária de erradicação da doença, representada pela manutenção da vacinação, ainda não permite a incorporação adequada nos mercados internacionais do agronegócio brasileiro relacionado a produtos de animais susceptíveis à doença. Os benefícios conquistados poderão ser ampliados através da conquista de áreas livres sem vacinação, sendo que o próximo plano plurianual deverá considerar:

- incorporação do programa nos estados do Norte e Nordeste;
- fortalecimento do sistema de prevenção primária, incluindo ações conjuntas com os países vizinhos; e

Gerente:

Geraldo Marcos de Moraes

- retirada da vacinação contra a febre aftosa. A erradicação da febre aftosa sem vacinação é a situação a ser perseguida após a erradicação da febre aftosa com vacinação.

Como resultado principal, o Programa contribuiu para ampliar as exportações de produtos agropecuários, superando barreiras comerciais e contribuiu para o saldo positivo da balança comercial.

..... **Concepção**

O País possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, com 182 milhões de cabeças. O abate corresponde a 37 milhões de bovinos, colocando o Brasil em segundo lugar, apenas atrás da China. Há também grande potencialidade na exploração de suínos, estando em 4º lugar no ranque de exportações, com 3.518 milhões de toneladas. Bovinos e suínos são as duas espécies que sofrem as maiores restrições sanitárias relacionadas à febre aftosa. A erradicação dessa doença representa condição básica para a abertura de mercados, de forma que o Programa ainda apresenta grande impacto econômico e social.

A reintrodução da doença em alguns países levou a mudanças importantes nas regras sanitárias internacionais, tornando-as mais rigorosas. Atualmente, os países devem comprovar não apenas a ausência da doença, mas também da infecção pelo agente viral envolvido, o que demanda a manutenção de sistemas de vigilância ativa.

As reintroduções foram resultado, principalmente, do desmantelamento dos sistemas de defesa sanitária animal. A febre aftosa é uma doença altamente transmissível e de difícil controle. Exige um sistema de vigilância com capacidade para rapidamente identificar uma suspeita e, no caso de confirmação da doença, ter capacidade de contenção e eliminação. Outros problemas relacionados à reintrodução da doença no Brasil referem-se à complexidade de controle junto à fronteira internacional, que apresenta grandes dimensões e reduzido número de barreiras naturais. Os investimentos na prevenção primária devem ser compatíveis com a vulnerabilidade das fronteiras nacionais e com o contrabando, motivado, principalmente, por diferenças de preços e por falta de esclarecimento da comunidade em relação aos riscos existentes. Assim, torna-se indispensável o trabalho conjunto com os países vizinhos, o fortalecimento do serviço veterinário oficial e a participação da comunidade.

As perdas econômicas ocasionadas pela febre aftosa podem ser agrupadas em três níveis principais: restrições ao comércio exterior, redução da produção e produtividade do rebanho e maiores custos de sanidade animal:

- restrições ao comércio exterior - os fatores a serem considerados para estimação total das perdas são: a diminuição no volume de produção de carne, por restrições sanitárias no mercado internacional; o volume de carne exportável em forma fresca ou resfriada, por ano não exportado; a diferença do valor da tonelada de carne fresca (ou resfriada) pago aos países sem febre aftosa, em relação ao valor pago aos países com febre aftosa, e o valor da carne enlatada vendida como conserva;
- redução da produção e produtividade do rebanho - as perdas físicas resultantes da febre aftosa podem ser diretas ou indiretas. As primeiras são ocasionadas pela diminuição na produção de carne e leite, causando reduções a curto prazo na economia dos estabelecimentos afetados. As perdas físicas indiretas reduzem a produtividade do estabelecimento a médio e longo prazos, devido à diminuição da capacidade de reprodução dos animais atingidos e ao número excessivo de mortes, animais descartados e abortos. Outras perdas indiretas

resultam do aumento na incidência de mastites que freqüentemente acompanham um foco de febre aftosa, causando também perdas permanentes em vacas afetadas.

- maiores custos em sanidade animal - a presença da febre aftosa obriga, em países onde a pecuária tem importância econômica, a vacinação sistemática do rebanho pelo menos duas vezes por ano, dependendo da faixa etária envolvida. Isto implica custo elevado, tanto para o setor público como para o privado, representado pela aquisição e aplicação da vacina, pela fiscalização da vacinação e pelas atividades de divulgação e conscientização. A título de exemplo, o custo estimado com aquisição e aplicação da vacina contra a febre aftosa representa, historicamente, 60% do total de recursos financeiros empregados. Em 2002, este valor foi da ordem de R\$ 305 milhões.

Embora não se utilize o modelo de gestão proposto pelo plano, o Programa tem obtido resultados satisfatórios na erradicação da febre aftosa. Entretanto, é preciso fortalecer a participação da gerência na tomada de decisão e no fluxo de recursos, aprimorar a coordenação entre parceiros e investir na capacitação de pessoal local. Percebe-se que as ações estão solucionando efetivamente os problemas, mas é preciso reformular algumas ações e indicadores que serão vistos mais adiante.

.....
As principais estratégias empregadas na erradicação da Febre Aftosa podem ser resumidas nos seguintes itens: **Implementação**

- implantação gradativa de zonas livres da doença;
- participação da comunidade; e
- ações descentralizadas, com base principalmente no fortalecimento do sistema de informação e dos serviços estaduais de defesa sanitária animal.

Alguns pontos relevantes estão mencionados abaixo como forma de aprimorar a implementação do Programa:

- má descentralização dos recursos financeiros. A gerência do Programa apresenta pouca participação e conhecimento dos aspectos de financiamento das atividades. A descentralização de recursos para os estados está sendo realizada de forma extemporânea, insuficiente e sem critérios claros, de forma que a gerência do Programa possua pouca participação e conhecimento sobre os aspectos de financiamento das atividades;

O sistema de defesa sanitária animal exige investimentos constantes e disponibilização contínua e adequada de recursos para manutenção de atividades fundamentais que, comparadas aos benefícios obtidos, podem ser consideradas relativamente de baixo custo;

- pouca coordenação na erradicação da doença entre os países da fronteira. Como a erradicação da doença em nosso território depende da evolução dos programas de erradicação nos países limítrofes, há necessidade de maior apoio financeiro nestes países. É preciso ainda melhor cooperação entre países;
- precariedade do sistema de informação. O sistema existente atualmente é bastante precário, não permitindo agilidade e qualidade de análise em relação às informações produzidas. As informações necessárias são obtidas através de relatórios produzidos por cada estado. Não há padronização e consistência adequadas. No Departamento de Defesa Animal não existe, no momento, um sistema de informação adequado, sendo que diagnósticos realizados pela

equipe interna do Departamento apontam esta deficiência como o principal problema e prioridade do setor. Como exemplo, apenas os estados pertencentes a atual zona livre de febre aftosa com vacinação, e os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina encaminham periodicamente informações sobre as ações executadas, com objetivo de elaboração de outros relatórios de compromisso do Departamento de Defesa Animal. Os estados do Norte e Nordeste encaminham os dados com atraso.

O sistema de informação encontra-se deficiente em todos os níveis: central (Departamento de Defesa Animal) e estadual (órgãos executores de defesa sanitária animal);

- capacitação insuficiente. No âmbito dos órgãos executores estaduais, ocorreram treinamentos em áreas como, emergência sanitária e educação sanitária, ainda que com deficiência quantitativa e qualitativa de cursos específicos na área de programas sanitários em saúde animal. O esforço de capacitação, no entanto, foi insuficiente no que se refere ao gerenciamento de programas sanitários em saúde animal. Outro agravante é representado pela deficiência de escolas e de profissionais com formação adequada para realização dos treinamentos necessários;
- necessidade de fortalecer as parcerias. A participação do setor privado ocorre, principalmente, nas atividades de vacinação e de constituição e gerência de fundos privados de erradicação. Entretanto, em poucos estados houve a constituição e gerenciamento de fundos privados de erradicação. Em outros, o estado assumiu esta responsabilidade, e ainda há aqueles onde o fundo não foi criado. O setor privado tem apoiado financeiramente atividades de vacinação e de cadastramento em países limítrofes, em especial a Bolívia, o que deveria ocorrer também em países como Paraguai e Argentina.

A responsabilidade de aquisição e aplicação da vacina é do produtor (apenas para pequenos produtores com dificuldades para aquisição e aplicação da vacina o serviço público apóia a execução dessa atividade). Os resultados obtidos na zona livre de febre aftosa com vacinação demonstram a excelente participação dos produtores, apresentando índices de vacinação superiores a 90%, pelo menos nos últimos cinco anos.

A restituição internacional da condição sanitária como zona livre de febre aftosa com vacinação para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a possível inclusão do estado de Rondônia somente foi possível através do esforço conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (representando o Governo Federal), das secretarias da agricultura dos respectivos estados (representando os Governos Estaduais) e das entidades representativas dos produtores, indústrias frigoríficas e laboratórios produtores da vacina (representando a iniciativa privada). No caso específico do Rio Grande do Sul, deve-se registrar que, inicialmente, houve entraves políticos entre os governos Federal e Estadual que dificultaram a implantação das ações necessárias. Somente após intenso processo de negociação, a equipe técnica envolvida obteve condições de trabalho;

- interferência dos convênios. A gerência não tem muita participação na celebração dos indispensáveis convênios com os órgãos estaduais de defesa sanitária animal. Entretanto, sabe-se que vários estados sempre tiveram dificuldades para a implementação dos convênios, como a lentidão da tramitação;
- falta de autonomia da gerência na tomada de decisão. O gerente não possui participação e envolvimento em grande parte das questões orçamentária e financeira. Para ele, a gerência deveria ser de responsabilidade, no mínimo,

de diretores de departamentos. O gerente também alega que sua atividade representa mero acúmulo de serviço dentre os vários executados pela reduzida equipe de profissionais do departamento. Não foram observados resultados concretos, no período analisado, decorrentes da atividade adicional de gestão.

A atual estrutura administrativa e organizacional do Governo Federal impede uma ação mais efetiva e direta por parte dos gerentes, que não apresentam qualquer tipo de participação no processo de quantificação e descentralização de recursos financeiros. O gerente acredita que o problema no Departamento de Defesa Animal esteja no critério de seleção do gerente. Os programas conduzidos no departamento apresentam como gerentes chefes de divisão ou profissionais de cargos comissionados que não apresentam qualquer tipo de poder de tomada de decisão em questões gerenciais como descentralização de recursos, agendamento de reuniões, dentre outros. Assim, o gerente acredita que o mais adequado, dentro do arcabouço administrativo existente, seria a gerência dos programas estar sob a responsabilidade, no mínimo, de diretores de departamentos, que constituiriam suas equipes de trabalho. O gerente apresenta como exemplo da "incoerência" hierárquica o fato de que seus superiores imediatos não tomaram conhecimento do relatório final do SIGPlan e também não estão participando da elaboração do presente relatório;

- pouca articulação na participação dos setores da sociedade e dos estados. O Conselho Nacional de Saúde Animal ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, nos últimos anos, apresenta-se de forma pouco articulada com o Departamento de Defesa Animal.

A participação no âmbito estadual varia muito em relação à importância do setor pecuário dentro de cada estado. Atualmente, o grande desafio é motivar a participação do setor na maior parte dos Estados do Norte e Nordeste.

A participação no âmbito local (municípios) é de fundamental importância. Entretanto, na maioria dos estados onde foram implantados conselhos municipais de saúde animal, os mesmos funcionaram por pouco tempo, sendo que atualmente, na maioria dos estados estes conselhos encontram-se desarticulados e inoperantes. Tal fato prejudica a percepção do Governo quanto à satisfação dos produtores e industriais ligados a pecuária.

A execução do Programa depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. A situação da grande maioria dos estados é crítica e nos últimos anos o apoio do Governo Federal, como mencionado acima, foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados; e

- recursos humanos inadequados. Apesar do recente concurso realizado pelo MAPA, que possibilitou a incorporação de novos profissionais ao departamento, ainda se considera a quantidade aquém da necessária, agravada pela expectativa, a curto prazo, quanto a aposentadoria de muitos profissionais do MAPA. Na maioria dos estados o quadro de recursos humanos empregado no sistema de vigilância e defesa sanitária animal necessita ser ampliado e motivado. Há necessidade de treinamentos e capacitações específicas, voltados para os interesses do departamento.

O avanço das ações do Programa **Nacional de Erradicação da Febre Aftosa** faz parte do planejamento de 1992 que previa a implementação gradativa de zonas livres de febre aftosa, culminando com o Brasil livre de febre aftosa em 2005. Apesar de resultados importantes como o do Estado

de Rondônia e de avanços observados nos estados do Pará, do Acre e do Maranhão, destaca-se a necessidade de ações mais contundentes para mudança do quadro sanitário na região. A principal demanda seria a busca de um sistema de vigilância e atenção veterinária alternativo (respeitando-se os princípios básicos de defesa sanitária animal, como cadastro, controle da movimentação e vigilância sanitária) naqueles estados que não apresentam na pecuária um grande suporte econômico e social. Ressalta-se que o modelo empregado nos estados dos circuitos pecuários Leste, Centro-Oeste e Sul exige grandes investimentos e recursos tanto para sua implantação como para sua manutenção, o que se apresenta de forma incompatível para a maioria dos estados do Norte e Nordeste.

Finalmente, para 2003 espera-se a confirmação internacional do reconhecimento do Estado de Rondônia como livre de febre aftosa com vacinação. Além disto, o Estado do Acre e parte do Estado do Pará apresentaram avanços significativos dentro das atividades do Programa em 2002, havendo expectativa da incorporação destes estados (ou parte destes) à zona livre de febre aftosa com vacinação, com possível reconhecimento nacional em 2003 e encaminhamento para aprovação internacional em maio de 2004. As atividades em 2003 deverão considerar a implantação e fortalecimento do Programa **Nacional de Erradicação da Febre Aftosa** nos estados dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, bem como o fortalecimento do sistema de prevenção primária. Nesses circuitos o desempenho das ações ficou abaixo do previsto; e

- adequação ao modelo de gestão por programas. Entende-se como ponto crucial a existência de uma desvinculação do PPA com a gestão e a condução das ações específicas do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, pela Divisão de Febre Aftosa. Na realidade, infelizmente, a gestão dentro do PPA apresenta-se como mero preenchimento de dados, muitas vezes elaborados e obtidos de forma extemporânea e superficial, sendo que a gerência não pretende diminuir a importância do PPA com essa afirmação, apenas contribuir para sua melhor adequação.

Fomento à Eqüideocultura

Resultados

O Programa tem como objetivo desenvolver a eqüideocultura nacional, objetivando melhoria das características econômicas de produção e o incremento nas atividades de registro genealógico e provas funcionais dos eqüinos de sela e de tração. Para tal, há ações de assistência financeira, de fomento à eqüideocultura e de fiscalização de atividades turtísticas.

Os índices planejados não sofreram alteração em 2002 e não há possibilidade de alcance do índice final do PPA. Embora havendo bons resultados em 2001, as atividades permaneceram praticamente paralisadas em 2002, tendo em vista que foram aplicados no Programa apenas 3,31% da dotação orçamentária. Há, entretanto, alguns resultados do período 2000-2002 que merecem ser destacados:

- elaborou-se o controle de serviços de registros genealógicos com confiabilidade internacional, permitindo um significativo incremento nas exportações de diversas raças de eqüídeos; e
- houve um aumento na procura por animais brasileiros no mercado internacional. Tal fato é percebido por meio da maior participação desses animais na prática de esportes hípicas no âmbito mundial, razão pela qual o Brasil passou de um mercado importador para exportador.

Além disso, houve uma reorganização da estrutura eqüestre do país, fortalecendo o setor:

- houve a normatização do Código Nacional de Corridas;
- em parceria com a Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos de Corrida - ABCCC, realizou-se a classificação e reclassificação de todos os jóqueis clubes brasileiros em categorias e de acordo com os critérios previstos na Lei nº 7.291/84;
- fiscalizou-se a situação do movimento geral de apostas em corridas de cavalos nos hipódromos brasileiros, agências e agentes credenciados;
- elaborou-se um banco de dados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com todos os resultados consolidados, em sistema *on-line* e em tempo real, permitindo melhor atendimento ao público-alvo do Programa; e
- fez-se um levantamento dos 42 hipódromos existentes a fim de classificá-los por categoria e também um levantamento populacional junto às associações de criadores, que permitiu conhecer o efetivo do plantel eqüino nacional.

Apesar do bom desempenho em 2001, os indicadores finais não poderão ser alcançados, devido ao contingenciamento sofrido em 2002. Nesse último ano houve paralisação das atividades, não havendo investimento em pesquisa, melhoramento genético, parceria com universidades e instituições de pesquisas. Em decorrência, poderá ocorrer retração nas exportações de eqüídeos, principalmente quanto aos cavalos PSI (puro sangue inglês).

Gerente:
Antonio Carlos Motta

Concepção

O Brasil situa-se entre os primeiros colocados em criação de eqüídeos do mundo. Entretanto, apenas 9% do efetivo populacional tem registro genealógico. O objetivo do Programa é desenvolver a eqüideocultura nacional, objetivando melhoria das características econômicas de produção e o incremento das atividades de registro genealógico. Tal fato permitirá colocar a criação do cavalo nacional no estágio dos países desenvolvidos, ou seja, transformar o País em um grande produtor de cavalos no âmbito nacional ou internacional.

Para que se desenvolva a indústria de cavalo é preciso que ocorra um trabalho de integração entre universidades e entidades de pesquisa com as associações de criadores de cavalos e jôqueis clubes. Apesar das dificuldades, os parceiros estão trabalhando de forma sintonizada com a gerência. As articulações com os parceiros são efetuadas formalmente e através de reuniões e palestras com a finalidade de se definir estratégias de ação. Uma das estratégias utilizadas foi a parceria com as Associações de Criadores e Proprietários de Cavalo, que contribuiu, em muito, para a melhoria da qualidade dos animais, mediante a utilização de pesquisas desenvolvidas, incremento do registro genealógico dos animais, contribuindo para ampliação da comercialização interna e externa dos eqüídeos.

O Programa está bem concebido. O dimensionamento do público-alvo como sendo os eqüideocultores nacionais está compatível com as ações pré-estabelecidas. Entretanto, há de se destacar que hipólogos, especialistas em melhoramento, farmacologia, nutrição, comportamento, clínica e reprodução animal são beneficiados pelo Programa. As ações, embora aquém das reais necessidades do Programa, estão compatíveis com o que se programou, considerando os limites orçamentários estabelecidos e as metas físicas estão compatíveis com as atividades programadas. Independente dos recursos orçamentários, os criadores têm procurado aprimorar as provas zootécnicas, com vista a melhoria genética dos animais das diversas raças.

No que se refere à organização dos trabalhos no âmbito da gerência, alguns aspectos da gestão do Programa são afetados pela estrutura organizacional do MAPA. A estrutura impossibilita que os trabalhos sejam organizados e geridos pelo gerente do Programa, o que prejudica a articulação com outras unidades, em decorrência da disposição dos níveis hierárquicos do MAPA. Além disso, a departamentalização gera, invariavelmente, conflitos com o modelo de gestão definido pelo PPA. A coordenação, apesar das deficiências no tocante às diretrizes estabelecidas, vem sendo efetuada diretamente pelo gerente e pelo coordenador.

No que se refere aos recursos, o gerente não tem participação quanto à definição de onde aplicá-los. Além de os recursos nem sempre serem aplicados conforme o proposto, a gestão pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE ocorre sem a participação do gerente do programa e coordenador das ações.

Implementação

No período 2000/2001 houve um empenho muito grande do ministério visando a capacitação de seus técnicos e das associações de criadores, para uma intensificação do acompanhamento das atividades previstas no PPA. No ano de 2002, em virtude das dificuldades orçamentárias, esta atividade foi interrompida. O MAPA, com suas delegacias estaduais, apresenta uma estrutura de pessoal e material adequada ao atendimento das metas previstas para o bom desempenho das atividades definidas no Programa. As parcerias firmadas (associações de criadores, jôqueis clubes) têm capacidade plena de cumprir com as atribuições definidas em instrumentos contratuais.

Não há mecanismos de participação da sociedade no Programa, nem qualquer instrumento de medição da satisfação do público-alvo.

No que se refere ao desempenho físico, as metas são estabelecidas, mas nem sempre são executadas, por questões de ordem administrativa. As avaliações das atividades desenvolvidas estão aquém do esperado, em virtude da não-priorização por parte das autoridades constituídas. Em relação a ações executadas por outras instituições em 2002, a não-descentralização de recursos para as instituições parceiras fez com que as atividades de registro genealógico, o controle de trânsito e o acompanhamento fossem efetuados de forma contínua, porém em ritmo mais lento que o desejado. Em 2002, no que se refere ao fluxo de recursos financeiros, a não-aplicação dos recursos nas atividades previamente delineadas concorreu para o baixo nível de execução das atividades constantes da ação. Apesar das alterações instituídas pela LOA 2002, com uma sensível redução da dotação orçamentária, não houve impacto na execução do Programa. Na verdade o grande impacto ocorreu em decorrência da não aplicação dos recursos aprovados nas atividades previamente estabelecidas e constantes do PPA.

A estrutura do MAPA não está adequada à gestão por programas. A atual estrutura do MAPA é departamentalizada verticalmente, enquanto que a estrutura do PPA é processada através de gestão por programas.

Gestão da Política Agropecuária

Resultados O Programa **Gestão da Política Agropecuária** tem como objetivo gerir o conjunto das políticas agrícolas, especialmente pelo apoio no planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária. Por se tratar de um programa de gestão, está voltado primordialmente para estudos e informações, que dão suporte às atividades desenvolvidas nas unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou de outros ministérios. Pelo mesmo motivo, seu público-alvo não é composto por categorias definidas de agentes econômicos ou sociais, o que, por outro lado, não permite a obtenção de indicadores de desempenho.

Em um primeiro momento, o Programa enfrentou algumas dificuldades com relação ao cumprimento de suas metas, tanto físicas quanto financeiras, mesmo assim importantes resultados foram alcançados no período 2000-2003, podendo-se citar:

- apoio à consolidação de setores com grande competitividade e capacidade de crescimento econômico a taxas elevadas, como a aquíicultura, a fruticultura, a bovinocultura, a avicultura e a suinocultura;
- postura mais afirmativa nas negociações, transações e eventos internacionais para fortalecer a posição do agronegócio brasileiro no comércio mundial;
- introdução de um modelo de defesa agropecuária voltado à erradicação e ao controle de enfermidades em produtos que possam comprometer a saúde do consumidor ou prejudicar seu comércio com outros países;
- acompanhamento e incentivo à estruturação do setor associativo rural;
- desenvolvimento do sistema de acompanhamento orçamentário, financeiro, de planejamento e de contabilidade; e
- coordenação do sistema de assistência técnica e extensão rural nos estados da federação.

Para o exercício de 2002, o Programa executou 97% dos recursos financeiros previstos, no que tange aos recursos de fonte do Tesouro Nacional (dispêndio de R\$ 13,3 milhões do total previsto de R\$ 13,7 milhões). Quanto ao desempenho físico, ficou em 50% do previsto para as ações que contam com recursos orçamentários. Incluindo as ações de concessão de crédito, com recursos descentralizados, o desempenho físico sobe para 74%, por conta do bom desempenho do Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Gerente:

Ângelo Bressan Filho

Como se trata de um programa que, na sua concepção, está mais voltado à elaboração de estudos e pesquisas de suporte ao setor agropecuário, certas ações parecem atender melhor o objetivo geral do Programa, conforme descrito abaixo nos resultados do exercício de 2002:

- a ação Estudos e Pesquisas de Apoio à Política Agrícola (cod. 2129) teve um desempenho muito satisfatório e contribuiu de forma efetiva para atualizar e qualificar os técnicos da secretaria no desempenho de suas funções de formulação de políticas para o setor agrícola. Nessa ação foram realizadas 147 atividades, frente a uma meta de 150, que contribuíram de forma efetiva para atualizar e qualificar os técnicos da secretaria. Dentre as mais importantes, estão os estudos de âmbito internacional, como os desenvolvidos junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, e aqueles voltados para negociações e desenvolvimento de alianças com países de interesse para o setor agrícola, acordos mercadológicos bilaterais e multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio - OMC e o MERCOSUL, dentre outras negociações estratégicas para a política agrícola do Brasil;
- uma importante realização foi a implantação de um portal na internet (www.agricultura.org.br), resultado da ação Implantação de Sistema Gerencial da Política de Abastecimento (cod. 3660), desenvolvida em conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo - FIPE. Esta ação cumpriu todas as etapas de execução previstas para 2002, superando as expectativas. O sistema efetivamente implantando no MAPA já está aberto ao público, embora ainda em fase de aperfeiçoamento e expansão. Todas as etapas previstas para este exercício foram cumpridas, além de iniciadas outras etapas previstas para o exercício seguinte; e
- A ação "Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo" (2152) obteve resultados muito próximos do esperado, atingindo em 80% a meta física, e contribuiu de forma efetiva na promoção, divulgação e fortalecimento do associativismo rural e do cooperativismo, mediante apoio e capacitação técnica dos quadros social e funcional dessas organizações.

Outras atividades também contribuíram para o desenvolvimento e modernização da agropecuária no País, podendo-se citar: a promoção e o fortalecimento do associativismo rural no Brasil; a garantia dos padrões de sanidade animal e vegetal, proporcionando qualidade exigida aos principais produtos exportáveis; e o apoio ao sistema de assistência técnica e extensão rural, contribuindo para uma maior eficiência do sistema de produção agropecuária. Estas atividades, porém, tiveram um desempenho abaixo do esperado, devido ao compartilhamento de despesas comuns com outros programas. Por outro lado, o desempenho das ações de concessão de crédito ficou bem acima do inicialmente previsto. A ação Concessão de Crédito (cód. 9340) executada pelo Banco do Brasil e Bnco do Nordeste - BNB alcançou 203% do previsto, por conta do bom desempenho do Banco do Brasil (217%) que compensou o mal desempenho do BNB (62%). Também a ação Concessão de Crédito (cod. 9339), executada pelo BNDES, teve desempenho bem acima do previsto, ficando em 259% o executado.

.....

O Programa congrega uma lista de ações que dão suporte às atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em sua função de gerir o conjunto das políticas agrícolas. O Programa consta das seguintes ações executadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com suas respectivas causas:

Concepção

Causas	Ação
Necessidade de crédito rural para o produtor	Concessão de Crédito Rural
Apoio ao cooperativismo e ao associativismo rural	Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo
Melhorar a transparência e liquidez dos mercados agropecuários, objetivando aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro	Implantação de Sistema Gerencial da Política de Abastecimento
Suporte à política de sustentação de preços ao produtor	Estudos e Pesquisas de Apoio à Política Agrícola
Necessidade de promover e incentivar o desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, por meio de programas e projetos na área de transferência de tecnologias agropecuária e gerencial	Coordenação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural
Necessidade de garantir a qualidade alimentar na supervisão, na produção e no consumo implantando a reformulação da política nacional de defesa agropecuária e seu sistema de segurança, proteção e defesa agropecuária, apoiando o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária	Redefinição de Processos de Defesa Agropecuária
Necessidade de estimular organizações públicas e privadas a implementarem programas de melhoria da qualidade e do desempenho institucional, conferindo-lhes o reconhecimento formal e público, diante dos resultados apresentados, como instituições comprometidas com a qualidade da sua gestão e, conseqüentemente, com os seus usuários	Qualidade e Produtividade para o Agronegócio

Abaixo, encontram-se alguns aspectos referentes à concepção:

- conjunto de ações: apesar das diferenças de natureza e objetivo que elas apresentam, a fusão das ações no mesmo programa permite identificar suas interfaces, facilitando sua administração e potencializando seus resultados. O conjunto das ações se destinava a criar as bases para o desenvolvimento da atividade agrícola e para o crescimento da produção, de acordo com as necessidades do país. As ações consideravam a previsão de um volume de crédito compatível com as necessidades; suporte à política de sustentação de preços ao produtor; apoio ao cooperativismo e associativismo rural; a garantia da qualidade e sanidade dos produtos agropecuários e a geração, compilação e disseminação de informações de interesse dos produtores e demais agentes econômicos que gravitam em torno desse setor. Durante o período 2000-2003 foram feitos alguns ajustes no programa. As ações Estudos Sobre o Setor Sucroalcooleiro, Proteção de Cultivares, Estudos de Apoio ao Agronegócio e Estudo de Viabilidade para a Implementação do Programa Vida no Campo - Brasil Verde foram transferidas para outros programas ou excluídas do PPA. Da mesma forma, as ações Concessão de Crédito Rural, Coordenação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Qualidade e Produtividade para o Agronegócio foram incluídas ao longo do tempo;
- concepção: quanto à concepção, o Programa é genérico, por se tratar de um instrumento de gestão. Por outro lado, as ações estão programadas para

cumprir objetivos bastante específicos, conduzindo a produtos bem definidos. Havendo recursos, as ações cumprem satisfatoriamente seus objetivos;

- estratégia de implementação: a estratégia de implementação adotada para o Programa está adequada. Cada ação tem sua própria estratégia de execução, de acordo com sua finalidade. Os principais aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para obtenção dos resultados foram:
 - os estudos são contratados com centros de pesquisa especializados;
 - a promoção do associativismo é realizada por meio de convênios com segmentos interessados;
 - a concessão de crédito rural é executada pelos próprios agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e o BNDES por intermédio dos bancos credenciados); e
 - as coordenações de assistência técnica e de extensão rural são feitas pela Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo nas unidades da federação.
- mecanismos de coordenação: para aperfeiçoar os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), por meio da Coordenação de Planejamento (COP), está desenvolvendo um sistema denominado SIPLAN (Sistema de Planejamento) em que todos os coordenadores de ação e gerentes dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) terão acesso melhorando a comunicação e a administração das ações.

.....
A seguir, estão as características da implementação durante o período 2000-2003: **Implementação**

- execução financeira: os valores liberados para implementação das ações ficaram muito abaixo do previsto, representando uma redução de quase 60% da lei original. As metas físicas foram atingidas, porque também foram reduzidas na mesma proporção dos recursos. Em 2002, o cumprimento das metas físicas na maioria das ações foi comprometido pelo compartilhamento de despesas, especialmente as de natureza administrativa, com outros programas. Nesses casos, mesmo havendo adequação entre a liberação financeira e a execução prevista, os recursos não chegaram ao agente executor da ação. Quanto ao fluxo de recursos, de forma geral, satisfaz às necessidades de execução das ações, com exceção da ação Redefinição de Processos de Defesa Agropecuária (cod. 1099), que por ser definida como uma "atividade" necessita da liberação de recursos em tempo hábil e teve sua execução comprometida em função do não-atendimento desta condição.

As alterações instituídas pela LOA 2002 não tiveram impacto sensível ao desempenho do Programa;

- multissetorialidade: a maior parte das ações do Programa é executada pelo próprio MAPA. Somente as ações Concessão de Crédito Rural são executadas pelos agentes financeiros com recursos extra-orçamentários. A avaliação do desempenho da ação de concessão de crédito, desenvolvida pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste, no exercício de 2000, ficou prejudicada, pois a ação mudou de programa e os dados, tanto físicos, quanto financeiros, não foram enviados a tempo para o gerente do Programa **de Gestão da Política Agropecuária**. Entretanto, no exercício de 2001, superadas as dificuldades iniciais, a ação caminhou em ritmo normal, contribuindo para que o objetivo do Programa fosse alcançado;

- desempenho físico das ações: as informações relativas ao desempenho físico das ações são captadas por meio do módulo de acompanhamento e gerenciamento desenvolvido pela COP/SPOA do ministério, que é preenchido pelo coordenador da ação e encaminhado para o gerente do programa. Além disso, são feitas visitas aos coordenadores, já que grande parte das ações é desenvolvida nas unidades do próprio ministério. No ano de 2002, as ações executadas em outras unidades administrativas do ministério tiveram dificuldades no cumprimento de suas metas físicas em razão do compartilhamento de despesas com outros programas, sendo elas: Coordenação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (cod. 2123), sem execução física; "Redefinição de Processos de Defesa Agropecuária (cod. 1009), com execução de 20% do previsto; e Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo (cod. 2152), com 80% de execução. Por outro lado, o desempenho das demais ações, se situaram, na média, acima do previsto. O desempenho global das ações foi de 74% de execução física;
- capacitação no âmbito federal: o esforço de capacitação e treinamento desse Programa tem sofrido as mesmas restrições orçamentárias que as equipes do conjunto do Ministério;
- parcerias: o programa não prevê parcerias para nenhuma das ações;
- convênios: em 2002 não foram relatadas dificuldades na formulação de contratos ou celebração de convênios, por parte das demais unidades administrativas do Ministério;
- participação da sociedade: não existem mecanismos de participação da sociedade no Programa, especialmente por se tratar de programa de gestão, voltado para o setor público;
- satisfação dos usuários: este é um programa de gestão e está voltado, primordialmente, para estudos e buscas por informações. As ações não são de cunho finalístico e o público-alvo é muito difuso e não identificável; e
- Modelo de Gestão: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possui ainda uma estrutura departamentalizada, incompatível com um modelo de gestão por programas. No entanto, há a preocupação e consciência de se adequar da melhor forma possível sua estrutura organizacional às exigências e necessidades imperativas de uma administração mais gerencial, voltada para resultados e sensível às demandas sociais.

Produção de Borracha Natural

Dada a importância econômica e social da extração e do cultivo de borracha natural no País, o apoio governamental é necessário para apoiar a transição do sistema produtivo em direção a um modelo que se ajuste à abertura da economia. Tendo em vista o fim da subvenção econômica em 2005, o Programa necessita um diagnóstico do setor mapeando a produção, o consumo interno, a importação, a inter-relação entre os integrantes da cadeia e a avaliação dos resultados da subvenção para produtores, usinas de beneficiamento e indústrias de transformação.

A continuidade dos ganhos de produção obtidos com o benefício sugere um novo desenho do Programa que deve passar por questões como: geração e transferência de tecnologias; adaptação local de tecnologias de produção importada (novos clones de maior produtividade e resistência a pragas e doenças); alocação de recursos de crédito para os agentes econômicos da cadeia produtiva; e capacitação de mão-de-obra em novas técnicas de produção.

Os resultados obtidos pelo Programa são mensurados pela Taxa de Importação de Borracha. O indicador mede indiretamente a capacidade de produção interna de borracha natural. Quanto menor a absorção de borracha importada, maior seria a produção interna e mais eficaz os benefícios advindos da subvenção econômica. O valor apurado para o indicador ao longo do período de vigência do PPA 2000- 2003 evolui favoravelmente. Contudo, o valor apurado para 2002 foi idêntico a 2001 e está 17% acima da meta para 2003.

Resultados

Apesar da imprecisão do indicador, pode-se dizer que o programa teve um relativo sucesso quanto ao estímulo para que os produtores continuassem na atividade. Pelas evidências, se pode concluir também que houve um aumento da produção de borracha natural no País. Verificou-se também no Estado do Acre, não só o estímulo à fixação dos seringueiros nas florestas como também um retorno aos seringais nativos abandonados daqueles que haviam migrado para a periferia das cidades, sobretudo à capital Rio Branco.

No entanto, o Programa carece de ações que possam dar sustentabilidade à cadeia produtiva, bem como de ações de monitoramento e avaliação. A ação de fiscalização aprovada para o ano de 2002 não foi implementada.

A questão central relativa ao Programa é a necessidade de se avaliar os impactos causados no público-alvo da aplicação dos recursos pelo Governo Federal no período 1997/2002.

O Programa de Subvenção foi criado pela Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997. Diminuir a dependência de importação de borracha natural é o objetivo do Programa e se direciona produtores e beneficiadores de borracha e indústrias de pneus.

Concepção

O Programa conta com duas ações. A primeira é a operação especial responsável pela concessão da subvenção econômica aos produtores. A partir de 2002, o Programa passou a contar também com uma atividade responsável pela fiscalização dos recursos da subvenção.

Gerente:

João Carlos Monteiro de Carvalho

Implementação

Os recursos orçamentários do Programa no período 2000/2002, da ordem de R\$ 130 milhões, não foram suficientes para atender à demanda dos produtores. No entanto, recorreu-se às operações oficiais de crédito e o problema foi sanado. Em 2002, houve um déficit de cerca de R\$ 25 milhões cobertos pelos leilões previstos nas operações oficiais de crédito.

O Estado do Acre foi o principal parceiro do Programa, o que deve servir de exemplo para se multiplicar as atividades e portanto os recursos financeiros e humanos, através de novas parcerias tanto com o setor público quanto com o setor privado.

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab foi, no período, outro importante parceiro, realizando os pagamentos da subvenção aos produtores, via os usineiros.

Deve-se destacar a manutenção da dotação e execução global do Programa ao longo do período. Em 2000, o Programa contava com R\$ 42,1 milhões de dotação orçamentária e foram executados R\$ 40 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 44,3 milhões e foram executados R\$ 44,1 milhões. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve um crescimento de 5% na dotação e na execução orçamentária do Programa.

Produção e Abastecimento Alimentar

A atividade agrícola pressupõe dos produtores a incursão em riscos que serão tanto menores quanto maiores forem os mecanismos de proteção disponíveis pelo sistema econômico. A garantia de abastecimento e os seus efeitos estabilizadores sobre os preços agrícolas e a remuneração aos produtores permitem um grau de previsibilidade que diminuem os riscos acima aludidos.

A atuação do Programa visa formar e manter estoques de produtos básicos com o objetivo de assegurar o abastecimento do mercado interno, garantindo a estabilidade do sistema de preços e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores agrícolas preços mínimos de comercialização.

O resultado do Programa medido pelo indicador Produção Nacional de Grãos sugere um relativo sucesso no atingimento das metas previstas e até sua superação no final de 2003. Contudo deve-se ressaltar que a produção nacional de grãos sofre influências de variáveis do mercado interno e externo, além de contar com o apoio advindo de outros programas governamentais.

Resultados

De todo modo, a meta estipulada para o indicador para 2003 de 100 milhões de toneladas está na iminência de ser alcançada. Em 2002 a produção chegou ao montante de 99 milhões de toneladas. Para 2003, estima-se que a meta inicial estipulada para o Programa será ultrapassada com a produção de 112 milhões de toneladas.

Em relação à estabilidade de preços recebidos pelos produtores, o Programa carece de um acompanhamento próprio e sistemático.

A aquisição de produtos da alimentação básica se reduziu, sobretudo a partir da alteração da sistemática de comercialização acordada pela Resolução nº 17, de 10 de agosto de 2001, que restringe a utilização do Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos e Contratação de Serviços de Apoio à Comercialização às operações de interesse, direto ou indireto do Governo Federal, o que ocasionou uma retração na execução dessa ação: de 51,8 mil toneladas previstas em 2002, apenas 2,2 mil toneladas foram adquiridas.

A formação dos estoques públicos, devido à sua característica de regulação do mercado, está sujeita às condições de preço dos produtos que tiveram comportamento diferenciado ao longo do período 2000-2002. Em 2000, 80% da meta de formação de estoques públicos foi atingida. Em 2001, apenas 3,8% do programado foi atingido, principalmente na modalidades de Aquisições do Governo Federal - AGF e menor quantidade em contratos de opções, perfazendo um total de 195.896,6 toneladas (arroz, milho, algodão, farinha de mandioca, fécula de mandioca e sisal), que contribuiu para a estabilidade dos preços dos produtos. Em 2002, em função dos preços estarem sendo controlados pelo mercado, pelos contratos de opções e pelas vendas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab não foi necessária a efetivação das compras governamentais. Neste período foram vendidas 3.022.866 toneladas de produtos oriundos de contratos de opções (arroz - 611.496 t, milho - 1.784.484 t, e café - 626.886 t.); e leilões públicos de estoques de AGF no total de 2.646.909,2 toneladas, sendo predominantes o arroz - 1.140.489,7 t e o milho - 1.384.245,8 t e o restante, farinha/fécula de mandioca, algodão, sisal e soja.

Gerente:

Gilton Saback Maltez

Concepção

Contribuir para a produção e o abastecimento alimentar e atenuar as oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais é o objetivo descrito no PPA para o Programa. O público-alvo do Programa é bastante amplo e engloba todo o universo de produtores rurais. Pode-se afirmar que ele poderia ser ampliado com a inclusão dos consumidores de produtos agrícolas, uma vez que a estabilidade de preços também lhes é benéfica.

O Programa possui uma divisão institucional importante no conjunto de suas ações. De um lado, são desenvolvidas ações de manutenção e administração da infra-estrutura operacional e de formação e fiscalização de estoques públicos de alimentos geridas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De outro, são desenvolvidas ações de financiamento, garantia e sustentação de preços e de equalização de preços e juros geridas pelo Ministério da Fazenda.

Implementação

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2003 foi de R\$ 10.091.200,00, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 5.140.500,00, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 51 % de execução financeira. Deve-se destacar a evolução em direções opostas da dotação e da execução global do Programa ao longo do período. Em 2000 o programa contava com R\$ 2.344.500,00 como dotação orçamentária e foram executados R\$ 1.704.500,00. Em 2002, o Programa contou com R\$ 3.617.400,00 e foram executados R\$ 1.413.100,00. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve um crescimento de 54% na dotação orçamentária do Programa, e redução de 17% na execução financeira.

A maior parte dos recursos destinados ao orçamento do Programa são relativos às atividades Formação de Estoques Públicos e Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos.

Em 2002, observa-se que a execução financeira das duas ações foi acentuadamente baixa: 15% para a primeira e 37% para a segunda, o que explica a baixa execução total do Programa, 40%. Como foi visto acima na seção de resultados, tal fato se liga a particularidades no comportamento do mercado no referido ano.

Produtividade da Avicultura

Resultados

O objetivo do Programa **Produtividade da Avicultura** é elevar a performance dos rebanhos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas. O Programa consta das ações de controle de doenças da avicultura e de pesquisa e desenvolvimento, sendo esta última executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Os indicadores são:

- Rendimento da Carcaça de Frango;
- Taxa de Controle da Doença de Newcastle nos Plantéis Agrícolas; e
- Taxa de Conversão Alimentar.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da portaria nº 193, de 1994, formalizou a estruturação do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária. O PNSA desenvolveu no período 2000-2003, as atividades descritas a seguir:

- definição de normas de vigilância e controle sanitário e de fiscalização e registro de estabelecimentos de produção de aves;
- controle das doenças das aves que têm importância para a produtividade do plantel e para a saúde pública;
- implementação de medidas sanitárias para as doenças prioritárias do PNSA, como a doença de Newcastle, a influenza aviária, salmoneloses, micoplasmoses e a doença de Marek; e
- monitoramento das atividades de defesa sanitária animal que são executadas no âmbito dos estados pelas Delegacias Federais de Agricultura e pelas Secretarias Estaduais de Agricultura.

A partir da listagem estabelecida acima, percebe-se que o indicador Taxa de Controle da Doença de Newcastle nos Plantéis Avícolas é limitado, na medida em que não engloba as principais doenças avícolas.

O Programa registrou os seguintes resultados para o período:

- ampliação de registros de propriedades avícolas de reprodução (bisavózeiros, avózeiros e matrizeiros), com ampliação dos estados participantes no PNSA: RS, SC, PR, SP, MG, MT, MS, GO, DF, PE, CE, SE, BA, ES e RJ;
- ampliação das atividades de pesquisa realizadas pela Embrapa/CNPSA, relacionadas com estudos de melhoramento genético e de treinamento específico para doença de Newcastle;
- regulamentação das normas técnicas específicas do PNSA para importação, registro e controle sanitário de Ratitas (emas e avestruzes);
- ampliação da área de vigilância e fiscalização de estabelecimentos de produção de frango de corte;
- vigilância de 100% dos focos de doença de Newcastle;
- em 2002, as atividades de vigilância de controle/erradicação das suspeitas de doença de Newcastle foram realizadas em 100%, tendo sido iniciado o Estudo de atividade viral da doença de Newcastle e de vigilância da doença de Newcastle e da influenza aviária

Gerente:

Márcia França Gonçalves Villa

nos estados do RS, SC, PR, SP, MG, MS, MT, Go e DF. Foi estabelecido um manual de emergência sanitária para doença de Newcastle e influenza aviária e adotadas normas de vigilância e restritivas de trânsito em relação aos países que apresentaram a ocorrência das doenças em 2002;

- no ano de 2002 os estados de SE, AL, PB, BA, RN, ES e PA desenvolveram atividades visando o fortalecimento do PNSA e sua real implantação nesses estados;
- trabalho conjunto com o Ministério da Saúde em relação à vigilância da influenza humana e da influenza aviária;
- neste ano estavam registrados no MAPA 455 estabelecimentos avícolas de reprodução, sendo cinco granjas de criação de bisavós, 36 granjas avoazeiras, 310 matrizeiras, uma granja SPF, quatro incubatórios de bisavós, dezessete incubatórios de avoazeiros, 81 incubatórios matrizeiros e um incubatório SPF; e
- no ano de 2002, visando a padronização das atividades e implementação do Programa Nacional de Sanidade Avícola, foram definidos manuais técnicos no âmbito do PNSA. Esses manuais foram distribuídos para todas as unidades federadas visando a organização dos serviços, sendo:
- manual de estrutura administrativa e operacional do PNS;
- manual de procedimentos operacionais do PNSA - atividades de campo;
- manual de emergência sanitária para doença de Newcastle e Influenza aviária;
- manual - consolidação da legislação sanitária relacionada ao PNSA.

No trabalho de monitoramento e certificação sanitária alcançou-se, no ano de 2002, um número de 240 núcleos certificados livres de Salmonella e Micoplasma distribuídos nos seguintes estados: Rio Grande do Sul - 21 núcleos distribuídos em sete estabelecimentos avícolas; Santa Catarina - nove núcleos em quatro estabelecimentos avícolas e um incubatório; Paraná - 169 núcleos distribuídos em 106 estabelecimentos avícolas; Minas Gerais - onze núcleos distribuídos em quatro estabelecimentos avícolas; Mato Grosso do Sul - cinco núcleos em um estabelecimento avícola. Estas certificações são realizadas de forma sistemática e no acompanhamento da situação sanitária do plantel de reprodução de acordo com as IN DAS nº 44/01 e 03/02.

As Secretarias Estaduais de Agricultura detém cadastro dos estabelecimentos de produção comercial que estão sujeitos à fiscalização e às ações de defesa sanitária animal.

Neste exercício, as atividades de vigilância e de controle das doenças avícolas foram desenvolvidas de forma lenta, apresentando como causa principal a compartimentalização de recursos financeiros e a falta de recursos humanos especializados para a operacionalização das referidas atividades, no campo. Entretanto, a ação Pesquisa e Desenvolvimento em Avicultura transcorreu de forma normal, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos.

Portanto, a importância socioeconômica do Programa de **Produtividade na Avicultura** se traduz principalmente na geração de serviços e na sua relevância no Produto Interno Bruto - PIB com controle sanitário. A execução do Programa aumenta a competitividade e produtividade do setor avícola do País e garante vendas no exterior devido às garantias sanitárias. Além disso, promove a abertura comercial com potenciais consumidores do produto.

O principal resultado esperado para 2003 é a consolidação do Programa em todos os estados da Federação e o fortalecimento das atividades de vigilância da doença de Newcastle e da influenza aviária com a conclusão das oito etapas do Estudo de atividade viral da doença de Newcastle e de vigilância da doença de Newcastle e da influenza aviária.

Concepção

O Brasil vem ganhando crescente importância no mercado mundial de frango. Em 1975, o País exportava 3.469 toneladas, enquanto que em 2001, foram exportadas 1.249.288 toneladas. Isso representou um aumento de 360 vezes nas exportações do período. Em 2001, as exportações brasileiras representaram US\$ 1.291.658,00, colocando o País como segundo maior produtor e exportador mundial. Além disso, a necessidade de proteína animal de alto poder nutricional e de baixo custo de venda possibilitou o desenvolvimento da avicultura. Reduziu-se o ciclo de produção, situando-se entre 30 e 45 dias para o frango, possibilitando o aumento da oferta no mercado de produtos. E o intenso desenvolvimento tecnológico de equipamentos, de imunobiológicos e de mecanismos de biossegurança favoreceram uma maior produtividade.

Outro fator significativo de aumento no consumo de aves foi a identificação do problema da Encefalopatia Espongiforme Bovina - BSE, conhecida como Vaca Louca. Tal fato resultou na redução do consumo mundial de carne bovina e conseqüentemente na expansão dos mercados de carnes brancas (aves) e de avestruz.

No Brasil, tradicionalmente as regiões Sul e Sudeste são grandes produtoras de aves. Há cerca de dez anos, a Região Centro-Oeste apresentou um grande desenvolvimento na produção de aves, devido à oferta de grãos que reduzia o custo de produção e aos incentivos dos governos estaduais. Atualmente, observa-se a expansão do setor produtivo avícola para estados onde não existe tradição desse setor como a Região Nordeste e alguns estados da região Norte, mais especificamente o Amazonas e Rondônia. Essa produção descentralizada, caso seja acompanhada de tecnificação, possibilitará a maior oferta de produtos e a redução do custo de produção e de comercialização.

Alguns aspectos referentes à concepção do Programa estão descritos a seguir:

- adequação do objetivo ao problema: o atual objetivo "elevar a performance dos rebanhos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas" deve ser redefinido como aumentar a produtividade e a oferta de aves e produtos com controle sanitário;
- o dimensionamento do público-alvo: são a população em geral, os produtores independentes e da indústria avícola e os produtores e os comerciantes de produtos de uso veterinário. O público-alvo está diretamente relacionado com o aumento da área produtiva, com o aumento do consumo interno de produtos avícolas e com as exportações;
- regionalização: o Programa Nacional de Sanidade Avícola está realizando um Estudo de Atividade Viral para a doença de Newcastle e de Vigilância da doença de Newcastle e da influenza aviária, abrangendo, assim, as principais doenças de lista "A", descritas pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, que são importantes no comércio internacional de aves e produtos. Nesse estudo são trabalhados os estados do RS, SC, PR, SP, MG, MT, MS, GO e o DF, considerados como importantes estados produtores nacionais. O trabalho visa estabelecer a regionalização de zona livre da doença de Newcastle e da influenza aviária no segmento de produção industrial;
- suficiência das ações: o Programa deve ser implementado com as ações de registro de estabelecimentos, fiscalizações sanitárias e vigilância epidemiológica para as doenças prioritárias do PNSA. O monitoramento dos plantéis para salmoneloses e micoplasmoses visa à certificação sanitária dos núcleos e estabelecimentos de reprodução avícola;

- pertinência das ações: o programa é estruturado de forma que as atividades de registros de estabelecimentos, fiscalização, vigilância e monitoramento sanitário no âmbito estadual sejam executadas pelas Delegacias Federais de Agricultura e pelas Secretarias Estaduais de Agricultura;
- suficiência de metas físicas: as metas físicas devem ser ampliadas em função da complexidade do segmento, que é estratificado por área produtiva como linhas puras, bisavozeiros, avozeiros, matrizeiros, frango de corte e postura comercial; e
- adequação dos indicadores: os indicadores necessariamente têm que ser adequados em função do Programa Nacional de Sanidade Avícola que está baseado no controle sanitário de doenças e não apenas na produção avícola.

Algumas outras ações foram relevantes para a execução do Programa:

- capacitação de recursos humanos;
- ampliação da rede laboratorial de diagnóstico;
- desenvolvimento sustentável para o setor relacionado ao meio ambiente; e
- ações de saúde pública.

No que se refere à estratégia de implementação, alguns pontos precisam ser aperfeiçoados:

- plano de ação com metas: o plano de metas deve ser gerado na área técnica de normatização e execução, devendo ser analisada a capacidade operacional de recursos humanos e financeiros;
- plano de avaliação: deve ser implantado de acordo com a capacidade operacional;
- organização dos trabalhos no âmbito da gerência: existe a necessidade de compatibilização da estrutura hierárquica formal do MAPA e da gerência técnica do Programa **Produtividade da Avicultura** do PPA de forma autônoma que possa adotar medidas administrativas dentro da sua área de competência;
- organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: existe a necessidade de capacitação dos recursos humanos em áreas específicas e de estruturação dos serviços básicos;
- forma de articulação com outras unidades do ministério: a articulação com o Departamento de Fiscalização e Fomento da Produção Animal da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - DFPA/SARC e de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária - DIPOA/SDA estão boas, porém existe ainda a necessidade de um maior entrosamento com as áreas de política agrícola e de agricultura familiar;
- forma de coordenação e acompanhamento dos executores: existe a necessidade de ampliação da estrutura gerencial do PNSA para atendimento às demandas das 27 unidades federadas;
- forma de articulação com outros ministérios: a atuação com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário deve ser aprimorada e estruturada para restringir ações que coloquem em confronto as ações institucionais do Governo Federal, devendo ser observadas as normas e legislações específicas na implantação dos programas técnicos. A articulação com o IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Saúde/FUNASA se apresenta satisfatória com boas perspectivas futuras;
- forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse etc.): o compartilhamento de recursos limita a ação gerencial;

- forma de participação do público-alvo: existe necessidade de um maior trabalho de divulgação para a população consumidora de produtos de aves. Em relação aos produtores a situação está bastante avançada com participação dos mesmos no Comitê Consultivo do Programa Nacional de Sanidade Avícola;
- forma de controle e acompanhamento do desempenho: atualmente o controle é insipiente, devendo ser melhorado por meio de implantação de um sistema de controle operacional informatizado que interligue os sistemas em operação como o SIPE e o SAFF e tenha abrangência no âmbito Federal e Estadual; e
- plano de capacitação das equipes locais: face a sistemática de trabalho implantada com atuação federal e estadual, por meio de convênios com as Secretarias de Agricultura ou órgãos executores de Defesa Sanitária Animal nos estados a capacitação de recursos humanos de equipes locais é realizada no âmbito estadual sendo praticamente inexistente em nível municipal. Esta quando executada é de iniciativa dos governos estaduais e municipais.

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos melhores resultados do programa foram:

- a estruturação dos serviços de defesa sanitária animal de forma globalizada; e
- a descentralização de ações para os organismos executores das Secretarias Estaduais de Agricultura, com a inclusão de programas sanitários específicos como o de Sanidade Avícola, Sanidade Suína, Sanidade dos Ovinos etc.

.....
No que se refere à implementação, alguns pontos merecem destaque:

Implementação

- execução financeira: a execução financeira do período 2000-2003 foi prejudicada pelo compartilhamento dos recursos financeiros, que foi fator limitante para a realização de avaliações e análises do tema. O compartilhamento dos recursos orçamentários e financeiros entre as unidades do ministério, e as divergências entre as estruturas administrativas hierárquicas formais e as gerências do PPA dificultam sobremaneira a execução das ações, chegando muitas vezes a inviabilizar as atividades com recursos do PPA. Em relação às atividades de pesquisa, devido à estrutura administrativa hierárquica formal, onde as atividades sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA e da Embrapa existem dificuldades para integração das demandas e necessidades;
- monitoramento do desempenho físico: não existe no âmbito da gerência nenhum mecanismo de monitoramento do desempenho físico. As informações sobre o desempenho físico das ações, quando necessárias, são solicitadas ao COF/MAPA. Em relação às ações executadas em outras unidades administrativas, existiu uma grande dificuldade de execução das atividades técnicas por parte das Delegacias Federais de Agricultura - DFA's em função da carência de recursos humanos e de recursos financeiros, no ano de 2002;
- recursos materiais e infra-estrutura: para execução das atividades de vigilância, fiscalização e controle sanitário do setor existe a necessidade de adequação das estruturas formais para atendimento às atividades de auditoria e de atividades de campo;
- capacitação: devido ao reduzido tamanho da equipe técnica, teve-se o apoio de outras áreas do Departamento de Defesa Animal, como a Divisão de Epidemiologia e a Divisão de Quarentena e Trânsito e do Departamento de

Inspeção de Produtos de Origem animal. No que se refere à capacitação local, as equipes estaduais para a realização de ações específicas ainda são muito reduzidas. As equipes técnicas locais das DFA's e Secretarias de Agricultura dos estados, de uma maneira geral, executam atividades de defesa sanitária animal de forma global. Em todos os níveis do Governo há necessidade de definição de responsáveis técnicos e de reciclagem e aprimoramento técnico da área específica. Existe a necessidade de treinamento e atualização permanentes principalmente nas áreas de informática, planejamento e específica em sanidade avícola;

- parcerias: os parceiros nessa execução são a Embrapa/CNPNSA e o setor produtivo privado, por meio de suas entidades representativas, como a União Brasileira de Avicultura e a Associação de Criadores de Avestruzes do Brasil, dentre outras. Os principais parceiros e suas contribuições estão listados no quadro abaixo:

Principais parceiros	Vantagens
Embrapa	Desenvolvimento de pesquisa
Universidades públicas	Pesquisa e capacitação de recursos humanos
Laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos setores públicos e privados	Aumento da capacidade laboratorial e atendimento ao PNSA
Setor produtivo privado	Aplicação das normas e controle sanitário efetivo aumentado a oferta de produtos e serviços.
Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Saúde	Aumento da ação institucional e permeabilidade na aplicação das normas sanitárias.

Assim, o processo de parceria foi bastante produtivo, devendo ser ampliado principalmente em relação à Embrapa/CNPNSA. As vantagens são decorrentes da ampliação da permeabilidade de implantação dos programas sanitários pelas secretarias estaduais de agricultura, da atuação dos setores públicos e privados no desenvolvimento científico e tecnológico e da real aplicação e implantação do PNSA;

- convênios: em 2002, os convênios com as Secretarias Estaduais de Agricultura ou órgãos executores de defesa sanitária animal nos estados para execução das atividades de defesa sanitária animal foram atrasados, sendo um grande limitante para execução das atividades técnicas específicas. Os convênios realizados com grande parte das secretarias de agricultura não foram concluídos e as atividades técnicas em grande parte não puderam ser executadas;
- participação da sociedade: o Programa não possui mecanismos de participação direta da sociedade civil, contando com sua representação a partir do segmento privado organizado em entidades setoriais como a União Brasileira de Avicultura;
- satisfação dos usuários: devido ao Programa ser estruturado para atendimento ao setor produtivo, o mesmo não avalia a satisfação dos usuários. A maior dificuldade em se elaborar uma pesquisa de satisfação do usuário é a falta de um sistema de coleta de dados e de avaliação informatizado para execução dessa ação; e
- modelo de gestão: existe a necessidade de adequação da estrutura administrativa hierárquica formal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à estrutura do PPA.

Produtividade da Bovinocultura

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento no setor para alterar essa situação.

O País insere-se, no comércio mundial, como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento do mercado interno. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho nacional expressa na fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de projetos de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite.

Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

O Programa tem apresentado um desempenho satisfatório, entretanto não foram alcançados os índices dos indicadores previstos, tendo em vistas as dificuldades orçamentárias e financeiras. Deve-se esclarecer que os indicadores relativos à produtividade leiteira bovina estão superestimados.

Resultados

Os resultados são considerados satisfatórios, apesar da conjuntura econômica, com o contingenciamento de parte das dotações orçamentárias. Ainda em decorrência da conjuntura econômica, a pecuária leiteira ficou estagnada, devido aos baixos preços praticados na comercialização entre a indústria e o produtor. Quanto à pecuária de corte, motivada principalmente pelo crescimento do mercado externo, houve um avanço contínuo.

O Programa de Melhoria de Qualidade do Couro está em fase de treinamento do pessoal que executa a esfolia na indústria e conscientização dos produtores em relação aos fatores que agredem a qualidade da pele, com a padronização e classificação do couro, mediante pagamento de adicionais pelo controle de qualidade. Acredita-se que uma vez implantado o controle de qualidade haverá uma maior oferta de couro de qualidade superior, concorrendo para melhoria das exportações, tendo em vista que atualmente o Brasil apenas produz peles de qualidade inferior.

Elevar a performance dos rebanhos bovinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas é o objetivo principal do Programa e o seu público-alvo constitui-se de criadores de gado de leite e de corte, indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

Concepção

Suas ações buscam, de forma geral, melhorias técnicas e a profissionalização da produção bovina. Destacam-se os projetos Controle de Doenças da Bovinocultura, Profissionalização de Produtores em Bovinocultura de Corte e de Leite, e as atividades Transferência de Embriões e Inseminação Artificial em Bovinos de Leite e Pesquisa e Desenvolvimento Em Bovinocultura.

Gerente:

Hygino Felipe de Carvalho

O avanço ocorrido na bovinocultura, nos últimos anos, é significativo e a contribuição das ações inseridas no Programa poderiam ser mais efetivas caso a definição de onde se aplicar os recursos guardasse coerência com as metas estabelecidas no PPA. É imprescindível que a gerência do Programa tenha condições de manifestar-se quanto a execução das metas definidas nas diversas ações do Programa, objetivando o estabelecimento de prioridades quanto ao aspecto técnico operacional.

Implementação

O total das dotações orçamentárias no período de 2000/2002 foi de R\$ 64,8 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 50,7 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 78% de execução financeira.

Em 2000, o Programa contava com R\$ 17,7 milhões de dotação orçamentária e foram executados R\$ 12,2 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 19,2 milhões e foram executados R\$ 16,8 milhões. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve um crescimento de 8,4% na dotação orçamentária do Programa, contra um aumento de 32,8% na execução.

Os recursos orçamentários alocados no período 2000-2002, foram insuficientes para o atendimento das metas propostas. Deve-se esclarecer que parte dos recursos não foram aplicados para atendimento das metas previstas no programa e sim em outras atividades, considerando que a definição de onde aplicar não está afeta à gerência e coordenação do Programa.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação do Programa destacam-se: dificuldade em articular o nível hierárquico da estrutura organizacional com a estrutura de cadeia produtiva do programa; recursos financeiros liberados de forma inadequada, comprometendo a execução dos trabalhos.

O desempenho das parcerias foi satisfatório, considerando as dificuldades na implementação das atividades programadas para a execução das ações. Os mecanismos adotados são reuniões, encontros e palestras no sentido de apresentar definições de diretrizes técnicas operacionais.

Produtividade da Caprinocultura e da Ovinocultura

O Programa **Produtividade da Caprinocultura e da Ovinocultura** busca **Resultados** elevar a performance dos caprinos, ovinos e de pequenos animais, mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

O crescimento da exploração de pequenos ruminantes na região está transformando o cenário dos nossos sistemas produtivos. Ao longo das últimas décadas, a caprinocultura e a ovinocultura têm sofrido transformações radicais nos diversos elos de suas cadeias produtivas, devido à expansão dos mercados interno e externo. Explorados tradicionalmente de forma extensiva, os caprinos e ovinos têm aumentado substancialmente seu contingente populacional e sua qualidade genética. A competitividade tem provocado uma busca incessante por novos conhecimentos técnicos e gerenciais. Assim, as instituições públicas e privadas vêm desempenhando um papel de fundamental importância no delineamento deste cenário. No ano de 1970, o efetivo caprino no País era da ordem de 6 milhões de animais, elevando-se para pouco mais de 8 milhões em 2001. Já o de ovinos era da ordem de 10 milhões, passando para pouco mais de 14 milhões de cabeças em 2001. Em 1970, foram abatidos no País 752 mil unidades caprinas e 692 mil unidades ovinas. Em 1992, esses números elevaram-se para 1.639 mil cabeças caprinas e 1.196 mil cabeças ovinas, representando um crescimento da ordem de 45,9% e 57,8% para caprinos e ovinos, respectivamente. A produção brasileira de peles de caprinos e de ovinos deslanados no Nordeste, em 2000, foi de 6 milhões de unidades. Já a de ovinos lanados foi de 1,3 milhão de unidades.

Todos os estados do Nordeste apresentam o mesmo potencial para a caprinocultura. Entretanto, os estados da Bahia, Piauí e Pernambuco são os que detêm os maiores rebanhos. Em ovinos, a Bahia detém o maior rebanho, seguida do Ceará e do Piauí. Em geral, os tamanhos dos rebanhos têm relação com a área de cada estado, já que os sistemas de produção são similares. O Rio Grande do Norte tem como mérito o pioneirismo na criação de uma bacia leiteira, com subsídios governamentais para a merenda escolar, onde hoje são produzidos 10 mil litros diários de leite de cabra. Programa similar já está em andamento no semi-árido da Paraíba e zona norte do Estado do Ceará. Entretanto, em relação à caprinocultura de corte, que é bem mais expressiva do que a de leite, o Rio Grande do Norte não tem destaque maior do que os demais estados. A Região Nordeste, detentora do maior rebanho de caprinos, abrange uma área total de 166,2 milhões de hectares, dos quais 95,2 milhões (57%) estão inseridos na zona semi-árida. As microrregiões geográficas de Juazeiro-BA, Euclides da Cunha-BA, Alto Médio Canindé-PI, Campo Maior-PI, São Raimundo Nonato-PI e Petrolina-PE destacam-se como principais produtoras de caprinos. No aspecto de densidade, as microrregiões Cariri Ocidental-PB e Itaparica-PE destacam-se como as mais importantes.

Quanto ao desempenho do Programa, caso sejam consideradas as unidades produtivas como um todo, os índices dos indicadores não sofreram nenhuma evolução significativa. As razões que podem ser apontadas dizem respeito ao nível cultural do produtor, a carência de crédito rural, a carência de assistência técnica principalmente, em virtude da natureza da atividade pecuária, que reflete lentamente as inovações tecnológicas emanadas dos institutos de pesquisa e desenvolvimento. O melhor desempenho das atividades depende, substancialmente, de um amplo programa de transferência de tecnologia e de políticas públicas, em especial programas de créditos compatíveis.

Gerente:

Luiz da Silva Vieira

Os principais resultados obtidos em relação à caprinocultura dizem respeito a:

- bacias leiteiras: organizou-se diversas bacias leiteiras no Nordeste, notadamente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Destaca-se a consolidação da bacia caprina leiteira que abrange o Norte Fluminense e a Zona da Mata de Minas Gerais; e
- sanidade animal: na área de sanidade animal, destaca-se o aprimoramento das técnicas para diagnóstico e medidas de controle da artrite encefalite caprina a vírus (CAEV).

Com relação à ovinocultura tem-se como resultados:

- instalação de frigoríficos: consolidou-se a instalação de duas dezenas de frigoríficos no Nordeste. Eles localizam-se nas cidades de Feira de Santana-BA, Jequié-BA, Jussara-BA, Pilar-BA, Guaiúba-CE, Quixadá-CE, Pajuçara-CE, Tauá-CE, São João do Cariri-PB, Petrolina-PE, Campo Maior-PI, Natal-RN, Mossoró-RN e Lagarto-SE. Implantaram-se, também, outras unidades no Sudeste e no Centro-Oeste; e
- qualidade da carne: destacam-se os programas de produção de carne ovina de qualidade, abrangendo, inclusive, o melhoramento genético dos rebanhos.

Com relação aos pequenos animais, merece destaque:

- programa de apicultura: a implementação do programa de apicultura no Meio Norte consolidou esta região como uma das maiores produtoras de mel de qualidade para exportação.

A limitação de recursos para a geração e transferência de tecnologia afetou o desempenho de algumas atividades. No caso particular da produção de lã ovina, a crise do setor prejudicou os resultados obtidos. O mercado de lã tem se retraído ao longo dos últimos anos. Com isso, os produtores de lã do Rio Grande do Sul têm alterado seus objetivos, passando a ter como meta principal, a produção de ovinos para corte, abatendo seus animais em idade mais precoce, ao invés de mantê-los por mais tempo no rebanho com vistas a produção de lã.

O alcance pleno dos índices previstos dependerá substancialmente da organização das cadeias produtivas, bem como da melhoria dos sistemas de créditos adequados e da implementação de programas de transferência de tecnologia.

A consolidação da bacia leiteira da Zona Norte do Estado do Ceará desponta como um resultado relevante a ser esperado para 2003, uma vez que o Programa prevê a industrialização de queijos e outros produtos de qualidade superior, sendo negociada a sua distribuição no mercado de Fortaleza, através de uma marca comercial já consolidada no agronegócio. Espera-se também a inserção da carne ovina no Programa Carne de Qualidade, a exemplo do que já acontece com a carne bovina nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Concepção

A crescente demanda por carne ovina e caprina no País pode ser percebida pelo aumento das importações em cinco vezes, no período de 1990 a 2000. Da mesma forma, a ampliação de pólos couro-calçadistas do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Nordeste levaram os curtumes a importarem grande parte da matéria-prima. A produção nacional, além de não atender a toda a demanda, ainda apresentava problemas quanto à qualidade da matéria-prima em função das questões ligadas ao manejo animal. Com isso, os produtores e empresários do setor vislumbraram a possibilidade de incrementar a atividade no meio rural, implantando a agroindústria. A demanda por derivados de caprinos e ovinos ocorre devido:

- aumento da demanda nacional e internacional de carne ovina e caprina: com relação às carnes caprina e ovina, o consumo *per capita* é ainda muito baixo, girando em torno de 2 kg por habitante/ano. Entretanto, o mercado mais exigente para o produto tem crescido substancialmente nos grandes centros, de forma que a produção nacional atende a apenas 50% da demanda, sendo o restante importado principalmente da Nova Zelândia, Uruguai e Argentina. Percebe-se um potencial mercado para o crescimento da atividade. Soma-se a isso, o fato de que os mercados externos são altamente demandantes, principalmente países do Oriente Médio, o que configura uma perspectiva de mercado de médio e longo prazos;
- busca por alimentos nobres: quanto ao leite caprino, várias bacias estão implantadas e em implantação em todo o País, atendendo prioritariamente às exigentes classes A e B. O Brasil é detentor de um mercado potencial para queijos finos, iogurtes, leite em pó, leite fluido e cosméticos processados do leite de cabra;
- carne e leite com baixo teor de gordura: com relação às vantagens comparativas, as carnes caprina e ovina deslanadas tem teores protéicos similares aos das demais carnes consumidas no País, apresentando, no entanto, teores mais baixos de gordura saturada, em relação às carnes bovina e suína, sendo similares aos da carne de frango. Estas informações, se usadas como estratégia de *marketing*, poderão ajudar a ampliar as demandas internas para o produto. Da mesma forma, o leite caprino tem teores diferenciados em relação ao leite bovino, sendo mais rico em vitaminas e mais protéico, além de ser mais digestível. Por essas razões, é considerado um alimento superior em relação ao leite bovino;
- melhor qualidade do couro: deve-se ressaltar que as peles caprina e ovina têm melhor aceitação, já que os produtos deles derivados, como bolsas, calçados e vestuários, são considerados de superior qualidade em relação aos produtos derivados do couro bovino e de outras espécies. Devido à baixa produção interna, os grandes pólos couro-calçadistas do País importam grande parte da matéria-prima. Sintomaticamente, esta situação projeta uma grande oportunidade de negócios para os produtores e para a agroindústria (curtumes) de ovinos e caprinos do Brasil; e
- atendimento ao programa de merenda escolar no Nordeste: no Nordeste, os programas governamentais ligados à merenda escolar foram os propulsores do crescimento da caprinocultura leiteira, levando os produtores a se organizarem em núcleos, com a conseqüente demanda por novas tecnologias.

Assim, existe uma potencial expansão no mercado de caprinos e ovinos no país. No entanto, alguns aspectos da implementação precisam ser revistos:

- suficiência das ações, das metas físicas e dos indicadores: é preciso buscar informações junto às partes interessadas, como forma de reformular ações, metas e indicadores.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- demanda tecnológica => implantação de políticas de crédito e transferências de tecnologia

Implementação

A liberação dos recursos para a pesquisa talvez seja o principal fator limitante do Programa, uma vez que os valores orçados não têm sido liberados de acordo com o volume de recursos e os cronogramas aprovados. Entretanto, alguns pontos positivos merecem ser destacados:

- recursos financeiros: em 2002, os cortes praticados no orçamento previsto e os atrasos na liberação dos recursos foram os principais fatores que interferiram no alcance das metas físicas previstas, embora esforços tenham sido despendidos com vistas ao pleno cumprimento das metas. A liberação dos recursos para a pesquisa talvez seja o principal fator limitante do Programa, uma vez que os valores orçados não têm sido liberados de acordo com a quantidade e os cronogramas aprovados. O repasse de recursos deveria contemplar plenamente os orçamentos e prazos aprovados para que o Programa fosse executado em sua plenitude. Embora os recursos financeiros liberados tenham sido insuficientes, as metas físicas programadas foram cumpridas em quase sua totalidade graças às parcerias firmadas;
- infra-estrutura: o serviço de extensão rural está enfraquecido no último ano, dificultando a assistência técnica no âmbito da unidade produtiva;
- capacitação dos gerentes: houve um bom esforço para capacitação de gerentes e coordenadores técnicos no período, o que facilitou a implementação de ações e coleta de informações;
- boas parcerias: os parceiros principais foram o Banco do Nordeste, as associações de produtores, o Sebrae e as universidades. O Banco do Nordeste tem sido importante parceiro no financiamento de projetos de pesquisa. O Sebrae tem desenvolvido ações conjuntas para a transferência de tecnologia. As universidades, por sua vez, são parceiras no desenvolvimento tecnológico. As Associações de produtores desempenham importante papel na validação no meio real das tecnologias geradas. Houve um esforço muito grande dos parceiros na implementação das ações previstas. As principais parcerias estão descritas na tabela a seguir:

Embora havendo uma certa parceria com o público-alvo do programa (pecuaristas, cooperativistas, agroindústrias, pesquisadores e extensionistas), há uma dificuldade de articulação com os beneficiários em todo o País.

Parceiros	Vantagens
Banco do Nordeste	tem sido importante parceiro no financiamento de projetos de pesquisa;
Associações de produtores	desempenham importante papel na validação no meio real das tecnologias geradas;
Sebrae	tem desenvolvido ações conjuntas para a transferência de tecnologia;
Universidades	são parceiras no desenvolvimento tecnológico.

- as dimensões territoriais do País e a dispersão das ações desenvolvidas em todo o território nacional dificultam as ações gerenciais, dentro do modelo de gestão em uso. Também não existem parcerias com outros programas do PPA;

- obtenção de informações: outro fator auxiliar no desempenho do Programa, é o sistema de coleta de informações. Apesar das dificuldades, ele foi decisivo para obtenção dos resultados do programa. Ressalte-se, principalmente, a interação entre a gerência, a coordenação técnica e os diversos executores de ações; e
- modelo de gestão: a gerência do programa entende que a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é adequada para a eficiente gestão do Programa.

Alguns aspectos da concepção precisam ser aprimorados:

- o Programa não apresenta mecanismos de avaliação da satisfação do usuário; e
- existe uma dificuldade de articulação com os beneficiários em todo o País.

Produtividade da Citricultura

Resultado O objetivo do Programa **Produtividade da Citricultura** é elevar a produtividade, mediante o controle de pragas e o emprego de novas tecnologias. Por se tratar de um Programa eminentemente de defesa vegetal, tem-se procurado assegurar condições de proteção fitossanitária às extensas áreas cultivadas com citros no País, mediante o desenvolvimento da ação Prevenção e Controle de Pragas da Citricultura (cód. 1092).

A cultura de citros no Brasil é afetada pela incidência de pelo menos quatro pragas de caráter quarentenário, de nível A-2 (presentes em áreas restritas e mantidas sob controle oficial), causadoras do cancro cítrico (bactéria), pinta preta (fungo) e clorose variegada dos citros (bactéria). De introdução mais recente, a mosca negra dos citros completa essa relação. É responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a manutenção do caráter quarentenário A-2 dessas pragas, exercendo rigoroso controle oficial sobre as mesmas, razão pela qual o físico realizado ultrapassa, de forma significativa, o físico previsto, situação que reflete o apoio de instituições parceiras, as quais agregam esforços para viabilizar o alcance dos resultados.

O Brasil cultiva cerca de 1 milhão ha com espécies cítricas. No ano de 2000, o Programa contemplou cerca de 920.000ha. Em 2001, a meta de abrangência da área de cultivo de cítricos reduziu-se para apenas 500 mil ha, como a consequência da redução dos recursos financeiros para a execução dos trabalhos. Trata-se de um obstáculo à execução, na medida em que o Programa é eminentemente de defesa vegetal, visando conferir ao produto cítrico brasileiro *in natura* e industrializado, requisitos de fitossanidade, com os quais se pretende ampliar a sua competitividade no mercado globalizado, onde barreiras fitossanitárias impedem a expansão comercial.

No período 2000/2002, o indicador variou dentro do previsto. Em 2002, no entanto, houve algumas dificuldades, em virtude da descontinuidade de fluxo financeiro. Os problemas foram contornados, mediante a manutenção das atividades dos órgãos estaduais de defesa fitossanitária e do Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus, nos principais estados executores (São Paulo, Paraná, Bahia e Sergipe). O índice inicialmente previsto de proteção das áreas cultivadas será atingido, principalmente, em relação às pragas mais importantes da citricultura, o cancro cítrico e a pinta preta, que ainda não foram disseminadas. Destaca-se a redução do número de focos do cancro cítrico registrado em São Paulo, de 456, no período janeiro-setembro/2001, para 220, no mesmo período de 2002. Em 2003, será procedida uma análise acurada da variação do índice do indicador, ao longo de todo o período do PPA. Há ainda alguns obstáculos em relação à disseminação de pragas:

- elevada taxa de disseminação da praga CVC (clorose variegada dos citros), presente em quase todas as regiões citrícolas do País, em decorrência do intenso trânsito de material de multiplicação (mudas) contaminado;
- ocorrência da virose Morte Súbita, ainda circunscrita aos estados de São Paulo e Minas Gerais, mas com potencial de disseminação para outras regiões produtoras; e

Gerente:
Tarcísio da Silva Siqueira

-riscos crescentes de expansão da nova praga denominada Morte Súbita dos Citros, provavelmente uma nova versão (mutação) da antiga virose Tristeza dos Citros, o que vem merecendo atenção redobrada das equipes técnicas nos estados produtores. Registrou-se a morte de mais de um milhão de árvores cítricas no Estado de São Paulo, decorrente dessa nova praga.

O controle da disseminação de pragas deverá ser mais rigorosamente administrado e monitorado pela equipe de gerenciamento do Programa, de modo a se evitar impactos negativos sobre o nível de qualidade e competitividade do produto cítrico nacional.

Os principais meios encontrados para aprimorar a implementação do Programa no período 2000/2002, principalmente no que se refere à eliminação de pragas e a conseqüente eliminação de barreiras para o comércio, estão listados a seguir:

- efetivação das parcerias: manutenção e ampliação da parceria com os organismos oficiais de defesa fitossanitária dos estados e com o Fundecitrus cuja mobilização tem permitido manter o índice de proteção da citricultura nacional contra as chamadas pragas quarentenárias (cancro cítrico, CVC e pinta preta);
- desesenvolvimento de meios para eliminação de pragas: avanços significativos na definição de critérios técnicos, no âmbito nacional, para a implantação de áreas livres de pragas, locais de produção livres e de sistemas de mitigação de riscos de pragas, os quais induzirão mudanças nas políticas setoriais de apoio à produção, permitindo facilidades de certificação fitossanitária de origem e certificação fitossanitária para o mercado internacional, ampliando as possibilidades do produto cítrico nacional nos mercados interno e externo, com possibilidades de expansão de renda para o produtor;
- expansão do mercado: contínuo progresso de soluções de conflitos de ordem fitossanitária, com remoção de barreiras impostas ao produto nacional, com possibilidades de expansão de mercado, em particular na União Européia;
- redução de focos de cancro cítrico em São Paulo: sucesso da metodologia de trabalho posta em prática na erradicação do cancro cítrico das áreas de produção do Estado de São Paulo, com reflexos na drástica redução dos focos da doença nas regiões nobres da citricultura paulista;
- capacitação de profissionais agrônomos: ampliação do número de engenheiros agrônomos treinados e credenciados para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado, documentos que subsidiam a permissão de trânsito interestadual e a emissão de certificados fitossanitários internacionais, habilitando o produto para o mercado externo; e
- discussões sobre a reestruturação do Fundecitrus: continuidade dos estudos e discussões em torno da transformação do Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus em entidade de âmbito nacional, o que cria amplas perspectivas de maior apoio técnico-científico, principalmente na área de fitossanidade, fator determinante da competitividade dos produtos cítricos.

No ano de 2002, pode-se destacar as principais realizações:

- estabelecimento de área livre de pragas em regiões produtoras de citros do Estado do Piauí e estabelecimento de local de produção livre de pragas da citricultura em áreas produtoras de Minas Gerais, com vistas à exportação para os Estados Unidos e outros mercados internacionais. Trata-se da situação ideal, sempre perseguida pelas regiões produtoras de *commodities*, principalmente pelo fato de serem as barreiras fitossanitárias os principais entraves ao comércio internacional;
- elaboração dos manuais técnicos de procedimentos para as pragas: Mosca das Frutas, Pinta Preta e Cancro Cítrico. Os manuais operativos elaborados viabilizam a implementação de um sistema de vigilância fitossanitária interna para as pragas em questão, contemplando medidas de controle e de manejo integrado das mesmas em áreas cuja produção se destina ao mercado externo; e

- elaboração de Programa de Contingenciamento visando a Mosca Negra dos Citros. De introdução recente no País, a Mosca Negra dos Citros é praga limitante das exportações do produto cítrico. O Programa de Contingenciamento tem por objetivo evitar a dispersão da praga, mantendo o seu foco restrito a algumas áreas da Região Norte, distantes dos principais centros produtores de frutas cítricas.

Apesar dos problemas em relação à continuidade do fluxo de recursos, da escassez de recursos, da centralização de decisões quanto à alocação de recursos financeiros, da ausência de apoio da estrutura burocrática mais próxima da equipe de gerenciamento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da propagação de pragas, há alta expectativa de cumprimento do índice previsto para o indicador.

Para 2003, são esperados as seguintes realizações:

- ampliação do número de engenheiros agrônomos credenciados para a emissão de Certificados Fitossanitários de Origem - CFO;
- ampliação da parceria com o Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus; e
- cumprimento de exigências fitossanitárias, com vistas à exportação de citros para a China.

Concepção

O Brasil é um dos maiores produtores de frutas cítricas do mundo. São cultivados no País, em todas as regiões, cerca de 1 milhão de hectares, que produzem algo em torno de 14 milhões de toneladas anuais de frutas cítricas. Isso indica que nas últimas três safras (1999/2000, 2000/2001 e 2001/2002) foram produzidas, em média, quase 360 milhões de caixas de laranja de 40,8 kg/safra. Desse total, 70% são transformadas em suco concentrado de laranja, na quase totalidade destinadas ao mercado externo - países da União Européia, Nafta, Ásia e outros. Gera-se de receita proveniente das exportações cerca de US\$ 1,5 bilhão, representado por 1,1 milhão de toneladas anuais. Asseguram-se cerca de 450 mil empregos diretos, só no Estado de São Paulo. Trata-se de um segmento da mais alta relevância econômica, social e política, inserido em um setor, o de agronegócio, que vem gerando, nos últimos anos, superávits crescentes, de crucial importância para a atual conjuntura da economia brasileira.

Aspecto importante da estratégia de implementação tem sido o de enaltecer o produto, apresentado-o como um dos mais importantes da pauta produtiva do País, gerador de empregos diretos e indiretos e gerador de receitas cambiais, via exportações do produto *in natura* e industrializado.

O Programa executa a ação Controle de Pragas da Citricultura, com prioridade para o monitoramento e a proteção das áreas cultivadas das pragas de maior impacto nos cultivos citrícolas, as chamadas pragas quarentenárias ou regulamentadas, em especial o cancro cítrico, a pinta preta, a clorose variegada dos citros, a mosca negra dos citros, a virose "morte súbita dos citros", além das moscas das frutas, dos gêneros *anastrepha* e *ceratitis*.

A equipe técnica do MAPA e os parceiros das iniciativas pública e privada têm conseguido manter padrões de fitossanidade que conferem ao produto cítrico nacional condições de qualidade e de competitividade exigidas no mercado mundial. Para tal, utilizam métodos de trabalho apropriados, que contemplam a formulação e a aplicação da legislação, a certificação de origem, a vigilância e o monitoramento fitossanitários, além do emprego de medidas mitigadoras de risco. São necessários ainda investimentos nas áreas de estabelecimento e

manutenção de áreas livres de pragas e de locais de produção livres de pragas, cujos resultados permitirão ao produto cítrico nacional, um trânsito mais fluido em todos os mercados do mundo. Assim, ressalta-se a importância do desenvolvimento de ações voltadas para o controle das pragas e doenças da citricultura.

Além das barreiras fitossanitárias, o produto tem que superar outros tipos de restrições, desenvolvidas a partir do advento da Organização Mundial do Comércio - OMC. São exemplos, a sobretaxação nos impostos para exportação, estabelecimento de quotas, entre outras. Daí a necessidade de se investir na formulação de uma política agrícola para o País, contemplando medidas e ações para o abastecimento pleno do mercado interno e para a expansão das exportações a partir da ampla defesa dos produtos agrícolas brasileiros competitivos, como é o caso dos citros.

É interessante acrescentar ao Programa ações de pesquisa, inclusive privadas, com vistas à identificação de soluções de médio e curto prazo para os problemas de ordem fitossanitária, em particular os surgidos recentemente, os quais podem limitar a presença do produto cítrico brasileiro no mercado externo. Uma outra ação a considerar é a da defesa dos interesses do setor citrícola no mercado internacional, de modo a efetivar a atuação da Organização Mundial do Comércio, visando a eliminação de subsídios e de práticas de antiliberalização do mercado.

.....
Abaixo, estão listadas os principais aspectos referentes à implementação: **Implementação**

- execução financeira: de todas as limitações impostas à implementação, como atrasos na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA, contingenciamento de recursos, escassez de recursos, redução de metas e de recursos, a que causou maior dano foi a total centralização das decisões quanto à liberação dos recursos. Assim, o modelo pode ser aperfeiçoado na medida em que assegure maior autonomia para os gerentes de programas. Ao longo dos três últimos anos, decisões de liberação de recursos financeiros à revelia da equipe gerencial do Programa foram um fator desestimulante e inibidor da criatividade das equipes. Em 2002, a descontinuidade do fluxo financeiro, com potencial para desestabilizar o cronograma de atividades do Programa, foi compensada com a participação mais efetiva de entidades parceiras;
- sistema de acompanhamento físico e financeiro: para melhorar a gestão dos recursos, o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal - DDIV desenvolveu e implementou o Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro - SAFF, *on line*, junto às delegacias do MAPA nos estados e órgãos estaduais de defesa agropecuária. A operação do sistema, no entanto, foi difícil. Problemas de funcionamento em rede e inclusive a ausência da cultura de planejamento impedem o pleno funcionamento do SAFF. É necessário, dessa forma, resolver o problema de comunicação em rede. Os investimentos nessa área têm sido baixos. É necessário, também, investir em ações de sensibilização e capacitação do pessoal que opera o sistema;
- desempenho físico das ações: a quase totalidade do desempenho físico é fruto das ações descentralizadas. Não há envolvimento de outras unidades administrativas do ministério na execução de ações do Programa;
- capacitação no nível federal: o esforço de capacitação se mostrou bem mais dinâmico no início da implementação do PPA 2000/2003. A gerência considera fundamental o papel da capacitação na implementação dos programas. Um grande instrumento de aperfeiçoamento da capacitação é o conjunto de informações gerado pelos resultados das avaliações em curso.

Além disso, apenas equipes capacitadas podem implementar efetivamente a ação de controle de pragas na citricultura. Para aperfeiçoar os mecanismos de capacitação, é muito importante estimular e incentivar a participação das parcerias. É preciso criar mecanismos de estímulos para uma maior participação de parceiros no processo, inclusive a partir de incentivos fiscais e deduções do imposto de renda;

- parcerias: a participação dos parceiros foi vital para a obtenção dos resultados do Programa no período. Destaca-se a participação das secretarias de agricultura, por intermédio dos seus órgãos de defesa vegetal, agências de defesa agropecuária (Bahia, São Paulo, Paraná, Minas Gerais), cooperativas de produtores e, em particular, o Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus. Entretanto, não existe nenhum mecanismo de medição da satisfação da sociedade.

É necessário, investir-se mais na consolidação e comprometimento das parcerias. É preciso também que sejam criados mecanismos de estímulos para uma maior participação de parceiros no processo, inclusive com aportes (contrapartidas) financeiros significativos, mediante a concessão de incentivos fiscais, deduções do imposto de renda, etc. Um fluxo mais regular de recursos financeiros para apoiar projetos de interesse da citricultura nos estados é uma forma de aperfeiçoar o mecanismo de parcerias com órgãos da iniciativa pública. Quanto aos parceiros da área privada, poderiam ser estudados mecanismos de estímulo e incentivos na esfera tributária.

Além disso, promove-se a ampla mobilização e integração dos setores identificados com a citricultura nos estados, nas áreas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, comercialização e defesa fitossanitária;

- participação da sociedade: não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa;
- satisfação do usuário: o Programa não avalia a satisfação dos usuários em relação à execução;
- problemas causados pelas pragas: devido ao gigantismo do setor, persistem ameaças de ordem fitossanitária, em que agentes causadores de moléstias de grande impacto econômico - insetos, fungos, bactérias e vírus - precisam ser permanentemente monitorados e controlados. O cancro cítrico, a pinta preta, a clorose variegada dos citrus CVC, a mosca negra dos citrus, as moscas das frutas dos gêneros anastrepha e ceratitis e, mais recentemente, a virose causadora da morte súbita dos citros são doenças e pragas de impacto devastador quando instaladas em culturas comerciais. São capazes de subtrair, além da produtividade e da qualidade, as condições de competitividade no mercado internacional, na medida em que a possibilidade da presença do produto no mercado está atrelada, fundamentalmente, ao cumprimento de requisitos fitossanitários impostos pelos países importadores.
- recursos materiais e infra-estrutura adequados: são suficientes e há uma tendência para melhoria, principalmente na área de acesso à informação; e
- não-adequação ao modelo de gestão por programas: na verdade, esta é a questão que mais incomoda a equipe de gerenciamento do Programa. A rigor, apenas a área de planejamento e orçamento, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério, utiliza a gestão por programas. Esforços empreendidos junto às diversas áreas do ministério não têm sido suficientes para mudar uma realidade que tem sido prejudicial à plena execução do Programa. Investiu-se muito pouco em um processo de divulgação e compreensão institucional mais amplo do modelo proposto, o que vem gerando dificuldades operacionais, comprometendo a qualidade das atividades de auditoria, supervisão, orientação e gerenciamento do Programa.

Há o problema da centralização do processo de liberação de recursos. Nem o gerente, nem o responsável pela ação têm participado desse processo. São desconhecidos, também, os critérios utilizados para a avaliação das propostas de projetos e pleitos de recursos financeiros apresentados pelos executores das ações descentralizadas. No Programa **Produtividade da Citricultura** são muito importantes e estratégicas as ações descentralizadas e são extremamente competentes os executores de tais ações. A necessidade de apoiá-los e expandir a sua atuação são condições vitais para a correta execução do Programa.

O gerente do programa e sua equipe têm encontrado sérias dificuldades para a execução das suas atividades. As condições de diálogo com a instância hierárquica à qual está submetido o gerente e a sua equipe (Coordenação de Proteção de Plantas - CPP, do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal - DDIV) se deterioraram de forma significativa a partir dos últimos meses de 2001 (conforme informações contidas em relatórios anteriores).

Produtividade da Suinocultura

Resultados O objetivo do Programa **Produtividade da Suinocultura** é elevar a performance dos rebanhos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das suas funções produtivas e reprodutivas. O Programa está sob responsabilidade do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, sendo que a ação de pesquisa e desenvolvimento é executada pela Embrapa.

O indicador Rendimento da Carne Suína encontra-se em 60%, que é a relação entre a quantidade de carne e o peso do animal. Tal indicador altera-se apenas no médio e longo prazos. O indicador Zona Livre de Peste Suína Clássica abrange uma área de 4.400.000 km². Na busca de melhores indicadores, o Programa obteve os seguintes resultados no período 2000-2002:

- declaração de uma zona livre de peste suína clássica sem vacinação, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Tocantins. A ampliação da zona livre de Peste Suína Clássica - PSC permitiu a conquista de mercados externos, aumentando as exportações de suínos e produtos suínos, gerando renda e empregos. O Brasil conta com um rebanho suíno de 30,5 milhões de cabeças produzindo 1,620 milhões de toneladas de carne. Em 2001 foram exportadas 240 mil toneladas de carne suína, conferindo ao País a quarta posição no mercado mundial;
- elaboração do Plano Estratégico de Vacinação contra Peste Suína Clássica na Região Nordeste permitiu a vacinação de cerca de 1.647.733 suínos nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte, em 2002. Restrições orçamentárias e financeiras ocasionaram diversas interrupções no plano, alterando a estratégia de vacinar o maior número de animais no período de Três a quatro meses. A vacinação estendeu-se ao longo do ano inteiro;
- incorporação de novas tecnologias melhorando os índices de produtividade na suinocultura. Melhorou-se a eficiência de rações e alimentos e lançou-se linhagens híbridas de suínos e de tecnologias que promoveram um adequado manejo dos dejetos suínos. Além disso, houve a determinação da digestibilidade de alimentos. A melhoria da digestibilidade favorece a maior absorção de nutrientes na digestão do animal. Tal fato faz com que o animal engorde com menor quantidade de alimento, melhorando os índices de produção;
- declaração de zonas livres de doenças de suínos permite a conquista de mercados externos, aumentando as exportações de suínos e seus produtos, gerando renda e empregos para o País, indústria e produtores.
- em 2002, foram realizados estudos sobre a Linfadenite Granulomatosa em suínos, verificando-se seu impacto econômico sobre a produção, identificando-se fatores de risco e novos critérios para o destino de carcaças afetadas. Também se elaborou um Manual de Contingência para Peste Suína Clássica, Proposta de Identificação Individual de Suínos, Proposta de Monitoramento Sorológico na Zona Livre de Peste Suína Clássica e atualização da legislação sobre Brucelose e Tuberculose Suína. Esses trabalhos visam a manutenção da zona livre de

Gerente:

Ted Renan Sanxo

Peste Suína Clássica existente, possibilitando a conquista de mercados internacionais para as exportações de carne suína.

Para 2003, espera-se:

- estruturação da Zona Livre de PSC existente;
- realização de monitoramento sorológico na Zona Livre de PSC;
- realização de nova etapa do Plano Estratégico de Vacinação contra PSC no Nordeste;
- diagnóstico de situação da suinocultura na Região Norte; e
- incorporação de novas tecnologias visando melhorar os dados zootécnicos da suinocultura nacional, como a melhora na eficiência de rações e alimentos, o lançamento de linhagens híbridas de suínos e o manejo adequado de dejetos de suínos.

.....
A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se uma importante fonte de renda e estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se a:

Concepção

- contribuição para a alimentação da população brasileira;
- viabilização para o pequeno e médio produtor agrícola;
- geração de emprego e fixação do trabalhador no meio rural; e
- contribuição para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais.

Dessa forma, o Programa está adequado ao objetivo do problema, no que se refere ao objetivo, público-alvo, ações, metas físicas e indicadores.

Os aspectos descritos a seguir foram essenciais para o sucesso do Programa:

- Os convênios estabelecidos com as unidades federativas através de repasse de recursos;
- O estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada através de comitês locais; e
- A criação de fundos de indenização.

Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são essenciais para assegurar o mercado nacional e internacional.

.....
No que se refere à implementação, alguns aspectos devem ser destacados:

Implementação

- execução financeira: o programa não tem tido gerenciamento sobre os recursos financeiros previstos, de modo que há um distanciamento entre o planejado e o reprogramado. O Programa também é suprido com outras fontes de recursos não previstas no orçamento do Programa. Em 2002, o fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade ao longo do ano, prejudicando principalmente a execução de atividades emergenciais do Programa que demandavam a alocação de grande soma de recursos. Além disso, restrições financeiras ao longo do ano impossibilitaram ou prejudicaram

a realização de várias atividades planejadas pelo Programa. No entanto, as metas físicas previstas no PPA tiveram seu cumprimento dentro do previsto;

- desempenho das ações: o atraso na liberação de recursos e a falta de contrapartida estadual prejudicaram o andamento do Plano Estratégico de Vacinação contra PSC em 2002. Ocorreu um grande aumento do físico realizado em 2002, em virtude do Plano Estratégico de Vacinação contra Peste Suína Clássica na Região Nordeste. Além disso, o desempenho físico das ações executadas pela Embrapa decorreu de acordo com o previsto;
- monitoramento do desempenho físico: não tem havido controle da gerência sobre as ações com execução descentralizada, pois não há uma rotina de emissão de relatórios por parte dos estados. Anualmente, por ocasião da avaliação anual, a unidade descentralizada envia um relatório com as ações realizadas. Assim, é necessário implantar um sistema de informação eficiente que possibilite realizar o acompanhamento das ações do Programa desenvolvidas nas unidades federativas que executam o Programa e nas unidades descentralizadas;
- infra-estrutura: as secretarias estaduais de agricultura, responsáveis pela execução da maioria das atividades do Programa, em vários estados da Federação, estão com sua estrutura de escritórios locais sucateada, prejudicando o desenvolvimento das atividades pertinentes ao Programa;
- recursos humanos: existe necessidade de contratação de recursos humanos nas equipes locais, responsáveis pela execução das atividades do Programa nos estados. A baixa remuneração dos recursos humanos das equipes locais, responsáveis pela execução das atividades do Programa nos estados, gera grande desmotivação e prejuízo nas atividades do Programa;
- capacitação: foram disponibilizados cursos através da Escola Nacional de Administração Pública - Enap. Entretanto, para as equipes nos níveis estaduais e municipais não houve qualquer treinamento, resultando em má inserção no processo. Dentro da estratégia de implementação do Programa, faz-se necessário melhorar a forma de controle e acompanhamento de seu desempenho;
- parcerias: as parcerias estabelecidas com a iniciativa privada resultaram na criação de fundos de indenização para ocorrência de doenças e incentivo às pesquisas. Elas auxiliaram a obtenção dos resultados obtidos pelo Programa;
- participação da sociedade: não há nenhum mecanismo de avaliação da participação da sociedade;
- avaliação da satisfação dos usuários: a satisfação dos usuários em relação à execução do Programa tem sido averiguada através dos comitês municipais e estaduais de saúde animal, onde são discutidas as diretrizes do Programa e as demandas do público-alvo;
- contratos e convênios: não houve interferência dos processos de contratos e convênios na implementação do Programa, em 2002; e
- adequação ao modelo de gestão por programas: o modelo de gestão por programas estabelecido pelo PPA não entrou em vigência no âmbito do MAPA. Existe uma estrutura organizacional paralela, com regimento interno específico, com estrutura física e financeira diferente do PPA.

Produtividade de Cereais

Resultados

O objetivo do Programa **Produtividade dos Cereais** é elevar a produtividade e a estabilidade da produção de cereais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias. Sua implementação é descentralizada, sendo que a ação de pesquisa e desenvolvimento é executada pela Embrapa.

O Programa promoveu um aumento na produtividade potencial de cereais, ultrapassando o índice proposto no início do período. O índice do indicador Produtividade Potencial de Cereais foi estimado em 100 no início do PPA e sua meta final foi definida em 114. O índice no período 1999/2000 atingiu um incremento de 2,14%, tendo atingido 6,4% no período 2000/2001. Em 2002, superou-se o atingimento da meta programada, obtendo um incremento de 14,59%.

A produtividade dos cereais em nível experimental aumentou consideravelmente no período 1999/2002, conforme se observa na tabela abaixo:

Produtividade Experimental dos Cereais no período 1999 a 2002

Cultivar	1999	2000	2001	2002
----- Kg/ha-----				
Milho híbrido	6.600	6.864	7.139	7.680
Arroz terras altas	3.440	3.492	3.544	3.598
Arroz irrigado	7.150	7.365	7.585	7.813
Feijão irrigado	2.500	2.500	2.652	2.642
Feijão sequeiro	1.800	1.827	1.854	1.882
Trigo	1.800	1.826	1.870	1.849

Convém ressaltar que o indicador do Programa apresenta um grande nível de complexidade, que independe da disponibilidade de tecnologias apropriadas e do controle efetivo de pragas.

Como resultado do Programa, tem-se a geração de cultivares mais resistentes a pragas, o que acarreta uma diminuição e um uso mais racional de defensivos, resultando em menor dano ambiental. Um resultado indireto é a diminuição das importações e o aumento das exportações, acarretando um saldo positivo na balança comercial.

As orientações do mercado, fatores climáticos, entre outros, podem afetar significativamente o indicador do programa. Com o controle de pragas e a geração de um grande *portfolio* de tecnologias, o Programa forneceu mais instrumentos para que os usuários possam aumentar a competitividade na produção de cereais.

As realizações esperadas para 2003 são o desenvolvimento de sessenta tecnologias e práticas, incluindo novas cultivares, manejo integrado de pragas, de doenças e plantas daninhas, novas modalidades de plantio e manejo de fertilizantes etc. Contemplam também o aperfeiçoamento do zoneamento agroclimático e a racionalização do uso de agroquímicos visando, principalmente, a melhoria da qualidade dos produtos. Estas inovações procuram atender aos objetivos e metas estabelecidos pelo Programa, com o intuito de gerar, avaliar, selecionar e lançar cultivares que atendam a todos os segmentos de produtores e ao agronegócio.

Gerente:

Pedro Antônio Arraes Pereira

Concepção

O aumento da produtividade dos cereais é extremamente importante para o País. As restrições para incorporação de novas áreas à agricultura e a crescente demanda por cereais para o consumo humano e animal tornam fundamental elevar a produtividade através de novas tecnologias geradas pela pesquisa. Além disso, o setor do agronegócio brasileiro apresenta uma grande competitividade, sendo, inclusive, uma das âncoras do plano de estabilização econômica.

No que se refere à concepção do Programa, seguem as recomendações da gerência:

- objetivo do Programa: poderia haver uma atualização. Ao invés de se usar "elevar a produtividade dos cereais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias", poder-se-ia usar o objetivo "elevar a produtividade e estabilidade da produção de cereais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias";
- público-alvo: a caracterização do público-alvo como sendo os produtores, as associação de produtores, as agroindústrias, os pesquisadores e as extensionistas é pertinente ao objetivo do Programa;
- ações: as ações Prevenção e Controle de Pragas nos Cereais e Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais continuam pertinentes, atendendo às prerrogativas do programa. A ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais é mais abrangente, pois contempla um grande *portfolio* de geração de tecnologias e conhecimentos; e
- indicador: o indicador é o número-índice de produtividade potencial do cereal. Ele compara a produtividade das tecnologias geradas em nível experimental. Como o escopo do Programa é bastante amplo, acredita-se que por meio desse indicador e levando-se em consideração outros fatores conjunturais que afetam a produtividade/produção dos cereais, possa-se aferir o progresso gerado pelo Programa para o agronegócio nacional. Para o próximo PPA deverá ser incluída uma ação referente à cultura do sorgo pela crescente importância dessa gramínea na cadeia do agronegócio.

No que se refere à estratégia de implementação, precisa-se observar:

- plano de ação: para que o Programa possa continuar tendo sucesso, há necessidade de um maior comprometimento dos responsáveis pelas ações que, no caso deste Programa, estão dispersas pelas unidades da Embrapa e pelas Delegacias Federais de Agricultura DFA's em todos os estados da federação;
- articulação com outras unidades do ministério: é preciso melhorar a forma de articulação com outras unidades do ministério. Enfatiza-se a necessidade de um maior comprometimento dos departamentos do ministério e as respectivas chefias com as prerrogativas de trabalho do PPA;
- ação que gerou os melhores resultados: na ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais, a Embrapa tem uma estratégia focada na obtenção de resultados, que é articulada por meio de um *portfolio* de projetos, competindo pelos recursos disponíveis. Por meio destes projetos de pesquisa e desenvolvimento, estudam-se os gargalos tecnológicos identificados nas cadeias produtivas dos cereais; e
- avaliação: o sistema de avaliação das unidades da empresa e o processo de avaliação de desempenho individual sempre voltados para a obtenção de metas programadas servem como elementos catalisadores e de aumento da eficiência dos recursos públicos para o atingimento dos resultados do Programa.

Os meios para atingir os principais resultados e seus benefícios estão apresentados abaixo:

Implementação

- zoneamento agroclimático: o projeto de zoneamento agroclimático de culturas de grãos apresentou excelentes resultados, permitindo estabelecer o grau de risco climático. Previu-se a seca para as principais regiões de cultivo do arroz, feijão e milho e geada para o trigo. Gerou várias publicações, palestras e cursos. Os resultados estão sendo utilizados pelo Governo para definir políticas de crédito e de seguro agrícola rural. Os resultados destas análises de risco resultaram em economia de, aproximadamente, R\$ 150 milhões, logo no início da sua aplicação, e uma significativa redução das perdas provocadas por eventos climáticos;
- sistema de integração lavoura pecuária: é uma tecnologia Embrapa que permite:
 - competitividade (produtividade, agregação de valores e qualidade da produção);
 - sustentabilidade (competitividade acrescida de benefícios agrônômicos, maior lucratividade, geração de empregos e preservação ambiental);
- desenvolvimento de tecnologia para o plantio de arroz e feijão no cerrado: objetivando a participação efetiva do arroz e do feijão nos sistemas agrícolas da região do cerrado, foi desenvolvido o projeto Desenvolvimento de tecnologia para a produção sustentável de arroz de terras altas e de feijoeiro, sob condições favorecidas de disponibilidade hídrica, enfocando plantio direto, manejo da fertilidade do solo, rotação de culturas, manejo de plantas daninhas, mecanização e cultivares adaptadas. As rotações de cultura e os sistemas de manejo do solo afetaram diferentemente os rendimentos do arroz e do feijoeiro. Foi necessário mais de um ano de cultivo de soja, após o de arroz, para tornar o sistema de produção soja-arroz sustentável;
- controle de plantas daninhas: com relação ao controle de plantas daninhas, ainda restam estudos conclusivos sobre a forma de utilização de alguns herbicidas;
- aumento na qualidade do plantio do feijão e do arroz: aprimorou-se o uso das máquinas compactadoras para o plantio do arroz. Reduziu-se a quantidade de sementes descobertas, aprofundou-se a semeadura e aumentou-se o índice de velocidade de emergência. O melhoramento da técnica de mistura do adubo no solo propiciou o aumento na produtividade do feijoeiro cultivado sob plantio direto. Além disso, aprimorou-se o uso das colhedoras, o que reduziu os danos mecânicos nas sementes, sem provocar elevação no percentual de perda do feijão;
- desenvolvimento do plantio em várzeas: a adubação nitrogenada na cultura do feijoeiro em várzeas propicia ao produtor ganho econômico considerável em função da resposta da planta ao nutriente. Maiores produtividades do feijoeiro foram obtidas no Sistema de Plantio Direto - SPD, independente ou não do uso do triturador da palha do arroz. O cultivo do feijoeiro irrigado por subirrigação na entressafra do arroz tem se mostrado como uma alternativa viável para aumentar a produtividade de grãos no ecossistema várzea;
- desenvolvimento no plantio do arroz irrigado: a cultura do arroz irrigado no Rio Grande do Sul ocupa atualmente cerca de 950 mil ha e contribui com 50% da produção nacional. Uma série de fatores de manejo tem limitado o potencial produtivo da região, como sistemas de cultivo, níveis de fertilidade, controle de insetos, doenças e invasores. O projeto Melhoria do sistema de

produção de arroz irrigado na região de clima temperado desenvolveu técnicas de rotação de culturas nas várzeas capazes de aumentar os rendimentos obtidos pelos produtores. Além disso, foram realizados estudos para aprimorar o cultivo do grão;

- desenvolvimento do cultivo do trigo: o projeto Avaliação e desenvolvimento de germoplasma básico de trigo desenvolveu conhecimentos que levam ao aumento da eficiência do processo de melhoramento genético pela identificação de genes associados à qualidade industrial, à adaptabilidade climática, ao potencial produtivo, à estabilidade da qualidade e à resistência a doenças e estresses ambientais. Desenvolveram-se novas linhagens do trigo, como as resistentes a pragas, as tolerantes ao alumínio, as ideais para panificação, entre outras. Identificou-se o gene VRN, que permite a antecipação do plantio de trigo para o início de maio. E ainda foram identificados os genes Rht1, Rht2 e Rht8 de nanismo, que quando presentes na cultivar Maringá, provocam significativa redução da altura de planta e aumento do rendimento. Entretanto, os genótipos anões produziram grãos de menor peso hectolitro (PH) e menor teor de proteínas do que os produzidos pela cultivar de porte alto, influenciando, assim, a qualidade do produto colhido. A magnitude dos efeitos dos genes de nanismo foi diferente nos diversos locais, evidenciando forte interação genótipo/ambiente;

No projeto criação de cultivares de trigo para a região tritícola sul-brasileira, foram desenvolvidas sete novas cultivares. Foram também estendidas as áreas de recomendação de algumas cultivares para cultivo em plantio antecipado.

Como resultado do projeto Melhoramento genético de trigo para a região centro-sul brasileira foram indicadas e lançadas para cultivo, no Paraná, duas novas cultivares de trigo, que se destacaram tanto no aspecto agrônomo como na qualidade industrial. Também foi feita a produção de sementes genéticas visando garantir a pureza e a uniformidade das novas cultivares; e

- aumento nas variedades de milho e sorgo: os lançamentos de milho constituem-se em uma oferta bastante diversificada e adaptada às várias regiões agroecológicas do País. Lançaram-se dezenove variedades de milho e cinco variedades de sorgo. Os resultados de alguns projetos estão descritos abaixo:
 - as ações implementadas no projeto Desenvolvimento de Cultivares de Milheto possibilitaram introdução de oitenta variedades e sintéticos, 56 populações, 28 linhagens macho-estéreis (A/B) e 520 linhagens R multiplicadas e 800 introduções. Algumas variedades se destacaram pelo elevado teor protéico. Além disso, houve o estudo dos diferentes estágios de plantio do milheto, identificando a melhor fase para a colheita. Os resultados foram divulgados através de palestras, entrevistas na imprensa escrita e falada, congressos, trabalhos técnico-científicos, exposições, dias de campo, distribuição de sementes e atendimento a usuários;
 - o subprojeto produção de sementes genéticas e básicas de milho, sorgo e milheto objetiva suportar às atividades de produção de sementes básicas de híbridos do programa de melhoramento da Embrapa Milho e Sorgo, assim como produzir sementes e grãos para programas de difusão de tecnologia. Durante o ano de 2000, foram colhidos 31.025 kg de sementes básicas destes parentais e ampliados cerca de 3.500 kg de sementes genéticas que farão parte dos novos híbridos. Em 2001, foram colhidas 99,4 toneladas de sementes básicas de parentais e ampliadas ou regeneradas 6,4 toneladas de linhagens componentes dos parentais de híbridos já lançados ou em perspectiva de

lançamento para os próximos anos. Em 2000, foram produzidos 5.398 kg de sementes dos novos híbridos de milho que entraram no processo de pré-lançamento, sendo que em 2001 foram produzidas cerca de 7 toneladas dos novos híbridos. Sementes das variedades BR 451, do BR 473 e do BR 4154, também foram multiplicadas, visando abastecer o mercado em função do menor interesse das empresas produtoras de sementes em produzi-las. Além dessas, também foram produzidas sementes básicas da variedade BR 106; e

- o projeto Desenvolvimento de Cultivares de Milho procurou implementar estratégias capazes de atender às demandas atuais e futuras com ênfase no melhoramento para obtenção de materiais com estabilidade de produção em ambientes predominantemente tropicais, adotando as seguintes ações: fortalecimento de parceria interna com a criação de núcleos temáticos de tal forma que haja interação entre as diferentes linhas de pesquisa; busca de maior participação de empresas associadas ao grupo Unimilho para conhecimento e avaliação de cultivares em fase mais adiantada de melhoramento; e abertura do Programa de melhoramento na liberação de gemoplasmas com a participação de empresas privadas no programa de troca de testadores. Estas inovações procuram atender aos objetivos e metas estabelecidas pelo projeto no intuito tanto de gerar, avaliar, selecionar e lançar híbridos e variedades que atendam todos os segmentos de produtores e agroecossistemas quanto de caracterizar/selecionar linhagens e combinações híbridas que agreguem valor ao produto final.

De 2000 para 2001 houve um pequeno crescimento na quantidade de variedades que estão sendo aprimoradas. O programa direcionado para o desenvolvimento de híbridos e/ou linhagens é um processo contínuo com a geração de novas combinações híbridas. Anualmente, cerca de 2 mil linhagens tiveram suas gerações avançadas e participaram com inúmeras combinações híbridas. A parceria em nível interno com os Núcleos de Estresses Abióticos e Bióticos possibilitou identificar linhagens elites, do programa de melhoramento da Embrapa Milho e Sorgo, com resistência/tolerância a enfermidades e a pragas.

No ano de 2000 várias combinações híbridas foram identificadas com potencial de produção de 12 a 15 t/ha e foi lançado o híbrido triplo BRS 3150 para produção de grãos e adaptação para a região Centro-Oeste, Sudeste, sul do Maranhão. Em 2001, novas combinações híbridas foram identificadas, tendo-se como fator inovador, além das linhagens tropicais, o uso de linhagens com germoplasma subtropical/temperado com tetos de produtividade de até 18t/ha para as regiões Sul e Centro-Oeste. Em 2001, foram lançados quatro novos híbridos. Todos os produtos gerados e lançados, bem como as novas combinações em estudo constituem-se em alternativas para futuros lançamentos ou para o estabelecimento de um futuro negócio. As avaliações iniciais efetuadas em 2000, por empresas privadas e através do Programa de troca de testadores, tiveram maior consolidação em 2001, sendo que alguns híbridos já participaram de redes nacionais e estaduais de ensaios (Aventis), enquanto outras empresas (Semeali, Santa Helena, Colorado) reavaliaram os melhores híbridos em vários locais e encontraram combinações bem superiores às testemunhas comerciais. Durante o período de execução do projeto foram geradas 182 publicações técnicas, vinte entrevistas foram concedidas a jornais e TV, 28 palestras foram proferidas, houve a participação em quinze dias de campo, foram promovidos cinco treinamentos técnicos e vinte unidades de demonstração foram visitadas por produtores, técnicos e estudantes.

Abaixo, encontram-se os principais tópicos referentes à forma de implementação:

- execução financeira: há necessidade de um maior aporte de recursos orçamentários para o Programa, principalmente tendo em vista o resultado dos recursos aplicados que contribuíram sobremaneira para o aumento da produtividade dos cereais e o atingimento do patamar de 100 milhões de toneladas de grãos. Entretanto, o maior problema é o contingenciamento dos recursos e o fluxo irregular de alocação dos recursos no Programa. Mesmo assim, as instituições envolvidas na execução do Programa se esforçaram em buscar formas alternativas de captação e conseguiram manter, em níveis razoáveis, seu poder de execução. É interessante ressaltar que não houve alterações instituídas pela LOA 2002;
- infra-estrutura: apesar de adequada atualmente, a infra-estrutura já manifesta sinais de deficiência, devendo-se prever, nos próximos anos, recursos extras para investimentos;
- monitoramento do desempenho físico: o desempenho físico da ação pesquisa e desenvolvimento é realizado por meio dos relatórios dos projetos de pesquisa, que são concentrados por mecanismos que facilitam o acompanhamento desse desempenho. Na ação de controle de pragas, o acompanhamento é feito por um responsável técnico do Minsitério da Agricultura Pecuária e Abastecimento que agrega as informações obtidas por todas as delegacias do ministério nos estados. Futuramente, deve-se implementar um meio informatizado de acompanhamento das metas físicas e um programa de visitas às unidades descentralizadas, porém, para que isso ocorra é necessária a alocação de recursos no Programa, cuja gestão dos mesmos seja de responsabilidade do gerente. Em 2002, a disponibilidade de recursos para ações descentralizadas foi plenamente suficiente para execução total das atividades;
- capacitação: houve um treinamento, realizado na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, que foi muito importante para o êxito do Programa;
- parceria: este Programa tem uma forte parceria com as empresas estaduais de pesquisa, principalmente, na ação de pesquisa e desenvolvimento de cereais. A vantagem dessa parceria é o grande poder de capilaridade em todas as regiões de abrangência do Programa e a desvantagem é o pouco apoio financeiro (contrapartida) dos governos estaduais, causando problemas para o atingimento do público-alvo. Na ação de pesquisa e desenvolvimento de cereais existem várias parcerias dos projetos componentes com as empresas estaduais de pesquisa, universidades e empresas privadas. Muitos desses projetos constituem-se de desenvolvimento de tecnologias e informações que abrangem todos os elos da cadeia do respectivo produto;

No caso da ação prevenção e controle de pragas nos cereais também existe uma forte parceria com as secretarias estaduais de agricultura que têm papel preponderante no acompanhamento das metas programadas.

- contratos e convênios: não houve necessidade de contratos e convênios para cumprimento das duas ações do Programa, pois estas são executadas pelos centros de pesquisa da Embrapa e pelas delegacias federais de agricultura dos estados;

- satisfação do público-alvo: o Programa não dispõe de um mecanismo sistemático de avaliação da satisfação dos usuários. Entretanto, foram realizados aproximadamente quatrocentos eventos, tais como: dias de campo, feiras e exposição de tecnologias, seminários e cursos, onde existe uma participação direta do usuário com as tecnologias geradas. É importante considerar que os mecanismos de transferência de tecnologias geradas contemplam uma fase de validação dessas técnicas por meio de trabalhos conjuntos com usuários finais, como cooperativas, associações de produtores e empresas de extensão pública e privada;
- participação da sociedade: o Programa não apresenta mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa; e
- adequação ao modelo de gestão: o ministério e as delegacias federais de agricultura DFA's não estão adaptados à estrutura de gestão por programas. Falta articulação entre o MAPA com as suas delegacias e falta conhecimento por parte dos funcionários das DFA's, o que dificulta o acompanhamento na execução das metas.

Produtividade de Oleaginosas

Resultados

O Programa Produtividade das Oleaginosas, sob responsabilidade da Embrapa, centra-se, principalmente, no controle de pragas e no desenvolvimento da cultura da soja, principal produto agrícola da pauta de exportações brasileiras. Como resultados da ação de pesquisa e desenvolvimento tem-se:

- Produtividade Média das Oleaginosas: o indicador Produtividade Média das Oleaginosas é o definido para o Programa. Comparando-se o rendimento médio de grãos da soja (2.299 kg/ha) dos cinco últimos anos da década de 90, com o rendimento médio dos dois últimos anos de PPA (2.658 kg/ha), observa-se um incremento de 15,6%. Este significativo aumento é resultado da difusão e uso das últimas tecnologias geradas durante este PPA; e
- Tecnologia Gerada: no que se refere à tecnologia gerada, os índices obtidos foram um pouco acima do previsto, gerando-se 58 tecnologias disponibilizadas aos produtores. Tal fato ocorreu, pois muitos resultados obtidos se originaram de projetos de pesquisa já em andamento desde a década de 90. Também foram executadas mais de duas centenas de ações de transferência de tecnologias, tais como dias de campo, vitrines tecnológicas e unidades demonstrativas. O aumento de produtividade devido à geração de tecnologia tem sido aproximadamente de 2% ao ano, representando o dobro do que é alcançado, em média, em outros países (1% ao ano). Para esta avaliação, estão sendo usados os resultados experimentais da maioria dos estados brasileiros, pois os ganhos nos experimentos estão isentos da maioria das outras influências citadas na resposta.

O desempenho da soja também pode ser observado através do aumento da produção nos últimos anos. O País passou de 26 milhões de toneladas em 1996 para aproximadamente 41 milhões de toneladas em 2002. Tal fato representou um aumento de quase 60%. O Brasil é o segundo maior exportador, ocupando a posição após os Estados Unidos.

Além disso, a Embrapa atua no incentivo ao consumo da soja, devido aos seus valores nutritivos. Foram aprimorados diversos produtos: extrato ou "leite" de soja, extrato de soja condensado, farinha de soja, massa básica, grãos de soja cozidos, hidratação da proteína texturizada de soja, queijo de soja e macarrão com farinha de soja. Além disso, a Empresa criou 108 receitas à base do grão.

Na ação Prevenção e Controle de Pragas de Oleaginosas (cód. 3663) os índices relativos à área prevenida foram alcançados em uma taxa de 90%. Entretanto, as demandas de trabalho, devido ao surgimento de novas pragas quarentenárias, superaram a área prevista de 5.172.414 hectares, indicando que esta meta está subestimada para o cenário atual e, conseqüentemente, deverá ser revisada.

As principais realizações referentes ao ano de 2002 estão descritas a seguir:

- foram criadas e disponibilizadas aos produtores mais de dezoito cultivares superiores de soja e também cinco novas técnicas para os sistemas de produção de mamona, amendoim e gergelim. Todas essas tecnologias visam o aumento da produtividade, qualidade do produto e a estabilidade de produção para produtores. Além disso, foram realizadas pelo menos 64 eventos dias de campo com um público médio de 475 pessoas, resultando em um total de 30.451 participantes. Realização de pelo menos 64 eventos dias de campo objetivando levar ao público de interesse as novas e disponíveis tecnologias de produção e utilização dos produtos; e

Gerente:

Plínio Itamar de Mello de Souza

- ampliação da difusão das principais medidas fitossanitárias, bem como a implementação de práticas agronômicas para a manutenção dos níveis baixos das populações de pragas que provocam danos econômicos às culturas oleaginosas.

Para 2003, além de novas tecnologias de produção e diminuição dos prejuízos causados pelas pragas, espera-se um nível de recursos que permita a ampliação e atualização dos projetos de pesquisa, especialização, reciclagem e atualização dos pesquisadores e demais técnicos do Programa, bem como a ampliação das áreas de controle e prevenção das pragas comuns às oleaginosas.

.....

As culturas oleaginosas são fundamentais na alimentação da sociedade, bem como na economia do País. Elas ocupam mais de 10% do PIB agrícola e mais de 1% do PIB nacional. Além disso, é considerável o valor nutritivo das culturas, principalmente da soja, na solução de problemas de desnutrição do País. Para que esta importância seja mantida e os benefícios sejam ampliados, é necessária a constante atualização, geração e difusão das tecnologias para aumento da produtividade.

Concepção

O Programa consta de ações de controle de pragas e de pesquisa e desenvolvimento. Ambas visam aumentar a produtividade e melhorar o valor produtivo, principalmente da soja. Conforme o gerente, as duas ações do Programa são adequadas para o problema.

O plano de ação com metas, prazos, e responsáveis estabelecidos, o plano de avaliação, a organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas, a atuação dos coordenadores, o plano de capacitação das equipes locais e, especialmente, a Coordenação Geral de Planejamento - COP do MAPA, foram fundamentais na estratégia de implementação do Programa.

.....

Os principais aspectos da estratégia de implementação estão descritos a seguir:

Implementação

- parcerias: um dos fatores que contribuíram para o desempenho do Programa foram as parcerias. As parcerias no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ocorreram entre departamentos e unidades da própria Embrapa, entre governos estaduais, empresas estaduais de pesquisa e extensão, universidades e fundações. Eles foram parceiros e colaboradores importantes no processo de geração de tecnologia, difusão e prevenção de pragas. As parcerias só não foram maiores e mais intensas devido à limitação de recursos para deslocamento, estabelecimento de eventos e compromissos para o futuro. Ainda não foram efetivadas parcerias com outros programas do plano plurianual. O Programa Agricultura de Precisão e o Programa Produtividade de Cereais poderiam ser importantes parceiros. Contudo, as limitações financeiras e a falta de maior internalização do PPA nas diferentes unidades, ainda dificultam a formalização dessas parcerias.
- participação dos usuários: o Programa viabiliza meios de aferição da satisfação pelo público-alvo. Os mecanismos permanentes de participação dos produtores, exportadores e consumidores ocorrem principalmente durante eventos, tais como, dias de campo, palestras e congressos. São vários os mecanismos utilizados. Entretanto, os principais são questionários e consultas. Os resultados obtidos, em geral, são levados aos administradores, coordenadores e responsáveis pelo planejamento, execução e obtenção dos produtos;

- participação da sociedade: não há nenhum mecanismo de participação da sociedade;
- contratos e convênios: em 2002, a lentidão na tramitação e a existência de pessoas pouco familiarizadas no comando das decisões nos processos de contratos e convênios trouxeram dificuldades e desgastes desnecessários;
- recursos humanos: a gerência conta apenas com o apoio de uma estagiária. Além disso, não há recursos disponíveis para deslocamento a outras unidades e instituições envolvidas no Programa. Também é necessário um melhor atendimento quanto à quantidade e qualidade dos recursos humanos das equipes locais;
- capacitação: no que tange ao monitoramento, os esforços de capacitação oferecidos à equipe gerencial foram significativos para consolidação de conceitos e melhor compreensão sobre o Programa. Além disso, foram fundamentais para eficiência e motivação do desempenho individual e em equipe. Entretanto, praticamente, não houve essa capacitação nos níveis estaduais e municipais, significativos para a internalização e divulgação do PPA;
- fluxo de informações: com relação à ação de controle de pragas, a ausência de um responsável técnico durante grande parte do período, prejudicou a obtenção dos dados, muito embora as informações disponíveis, somadas à geração de tecnologia acima do esperado, mostrem que os indicadores do programa evoluíram conforme programado.
- recursos materiais: em 2002, na ação Pesquisa e Desenvolvimento em Oleaginosas (cód. 2156) observa-se a limitação de materiais e infra-estrutura, principalmente por ocasião dos cortes orçamentários. É importante que haja recursos para repor as maquinarias e outros aparelhos, que se depreciam ou precisam ser substituídos por similares mais atualizados. Portanto, recursos materiais, principalmente ligados à infra-estrutura são indispensáveis na execução das pesquisas;
- execução financeira: houve restrições financeiras e orçamentárias durante todo o período. Quando ocorrem restrições financeiras na área de geração de tecnologia, o recurso disponível é canalizado para a manutenção e finalização dos experimentos em andamento, em detrimento da difusão de tecnologia, prevenção dos problemas, planejamento, estratégias e atualização dos técnicos e pesquisadores. Por esse motivo, a curto prazo, os prejuízos são pequenos. Contudo, os danos são maiores a médio e longo prazos. Os danos futuros são expressos pela interrupção de projetos, pela diminuição da agilidade de pesquisa, pela diminuição na quantidade dos dados obtidos e pela limitação na transferência de conhecimento. Prejudica-se, assim, o desenvolvimento e a difusão das novas tecnologias, bem como a atualização técnico-científica dos pesquisadores, devido às restrições de participação em reuniões e outros eventos técnicos-científicos;

As restrições orçamentárias podem prejudicar a estimativa de alcance dos índices previstos para o indicador até o final do plano em 2003. Entretanto, a previsão original para o alcance dos índices não foi modificada.

Em 2002, na ação Prevenção e Controle de Pragas de Oleaginosas (cód. 3663) as limitações financeiras impostas com a liberação de apenas 56,44% do valor orçado e a descentralização dos recursos financeiros em desacordo com a programação técnica da coordenação dificultaram a execução das metas programadas. É importante salientar que os serviços oficiais de

inspeção e fiscalização vegetal das unidades da federação demandam recursos financeiros para cobrir os custos com diárias, transporte, material de apoio e análise laboratorial para execução das atividades propostas. Quando se trata de novas pragas é importante viabilizar ainda cursos de treinamento e capacitação do corpo técnico, que atua nos campos de produção, para melhorar a formação de diagnósticos e tornar mais eficiente o método de controle.

Na ação Pesquisa e Desenvolvimento em Oleaginosas (cód. 2156), além da redução drástica do orçamento para esta atividade, não foi cumprido adequadamente o cronograma de liberação dos recursos programados para esse período. Até agosto, haviam sido liberados 56,6% dos recursos previstos para 2002, ou seja, 10% menos que o programado.

As restrições financeiras não prejudicaram substancialmente a execução da pesquisa programada, porém interferiram na agilidade dos trabalhos e na qualidade dos resultados, devido aos atrasos na aquisição de insumos de laboratório e de campo. O atraso na aquisição de insumos de campo para a próxima safra das culturas de verão poderá comprometer seriamente a qualidade dos experimentos programados. As maiores limitações ocorreram na transferência de conhecimentos e tecnologia, bem como na atualização técnico-científica dos pesquisadores (restrição da participação em congressos e reuniões). Não houve, no entanto, problemas no cumprimento das metas estipuladas para o período;

- desempenho físico das ações: devido às restrições orçamentárias incluídas com a LOA 2002, em ambas as ações que constituem este Programa as consequências das alterações provocadas pela lei orçamentária foram bastante negativas. Na ação correspondente ao controle de pragas, não foi possível ampliar a área prevenida, principalmente no que concerne às medidas de prevenção de novas e ameaçadoras doenças, tais como a ferrugem da soja, nematóide de cisto e necrose da haste. Com relação à ação de pesquisa e desenvolvimento, a falta de recursos está atuando negativamente na preparação e atualização dos pesquisadores para novas tecnologias, na qualidade das pesquisas e no planejamento e estabelecimento de novos e necessários projetos.

No último ano, o desempenho físico das ações com recursos descentralizados ocorreu dentro do previsto, embora não tenha existido condições para ações preventivas, em relação às novas doenças surgidas. Além disso, o desempenho físico das ações executadas em outra unidade demonstrativa foi dentro do esperado (90% a 100%); e

- modelo de gestão por programas: a gerência acredita que a estrutura organizacional do ministério parece adequada a gestão por programa e a Embrapa está em fase de adequação a esse tipo de gestão.

Produtividade de Olerícolas

Resultados

O Programa contribui para a sustentabilidade da olericultura brasileira através do desenvolvimento tecnológico que favoreça a construção de um modelo de produção que contribua para a conservação dos recursos naturais, abasteça o mercado com produtos isentos de resíduos, viabilizando um empreendimento econômico e social sólido, através de vertentes que se completam, isto é, o aumento da produtividade da olericultura mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias. Para tal, o Programa compreende as ações de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D realizadas sob responsabilidade da Embrapa, bem como a área em hectares, envolvida na ação de prevenção e controle de pragas, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Todas as ações previstas para execução do Programa foram implementadas e/ou aperfeiçoadas e espera-se o cumprimento de todas as metas estabelecidas até 2003.

Como produtos dos projetos de P&D executados, têm sido obtidos e serão gerados resultados importantes nos seguintes indicadores de desempenho: Produção Científica; Produção de Publicações Técnicas; Desenvolvimento de Tecnologias, Produtos e Processos; e Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem. No período de realização do Programa foram e/ou serão lançadas cultivares de hortaliças e mandioca e desenvolvidos ou aperfeiçoados sistemas de produção de hortaliças (tomate, batata, cebola, repolho, alface, couve-folha, batata-doce, mandioca, alho, melancia e melão) convencional ou protegido (tomate, pimentão e melão) em todas as regiões brasileiras. As tecnologias desenvolvidas viabilizam a produção olerícola tanto para sistemas de produção próprios à agricultura familiar quanto para produção intensiva. Parte substancial da programação concluída e em andamento tem na sua base científica a agroecologia, campo do conhecimento que tem caráter multidisciplinar, que condiciona o objetivo de produzir às preocupações sociais e ambientais que privilegiam a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção.

A ação de prevenção e controle de pragas que incorporam meios legislativos, culturais, biológicos e químicos, normalmente já é realizada pelos produtores. Entretanto, o foco da ação do Programa é sobre as pragas quarentenárias (Quarentenárias A2 e Não-Quarentenárias Regulamentadas) que possam vir causar danos econômicos à olericultura nacional. Também estão incluídas no controle, aquelas pragas que não se enquadram nas categorias citadas, mas que têm um grande potencial de causar danos econômicos.

O acréscimo da produtividade média nacional de hortaliças, decorrente das atividades de pesquisa e desenvolvimento e do controle de pragas foi da ordem de 5% ao ano, a partir de 2000, conforme base de dados da Embrapa Hortaliças. O acréscimo da produtividade de hortaliças de importância econômica variou em 8% para a batata, em 13% para o tomate industrial, em -2% para o tomate de mesa, em -5% para a cebola, em 15% para o alho, em 3% para a cenoura, em 6% para a batata-doce, em 0% para a melancia e para o melão e em 12% para outras hortaliças.

Gerente:

Ruy Rezende Fontes

Tomando como base as informações do banco de dados da Embrapa Hortaliças e considerando o acréscimo médio em produtividade das hortaliças cultivadas de maior importância econômica no Brasil entre 2000 e 2002, verificou-se que este aumento na produtividade correspondeu a um acréscimo na renda agrícola nacional da ordem de US\$ 145 milhões/ano.

As principais atividades realizadas em 2002 estão listadas a seguir:

- diagnósticos e sistemas de produção: estabelecimento de rotinas alternativas de controle de irrigação baseados no estado de hidratação das plantas; caracterização do comportamento circadiano da hidratação de diversas partes da planta no campo; sistema de produção para a cultura da melancia em Roraima; kit diagnóstico de populações de traça-das-crucíferas suscetíveis a inseticidas organofosforados; kit diagnóstico de populações de mosca-branca resistentes a inseticida;
- cultivares e variedades: cultivar de abóbora híbrida com elevada produtividade e adaptada às condições edafoclimáticas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e uma linhagem de berinjela resistente à murcha-bacteriana que permite a ampliação da base geográfica de cultivo; e
- tecnologias geradas: metodologia para a avaliação da hidratação das plantas no laboratório e no campo; protótipo portátil para medições rápidas e satisfatórias da hidratação de plantas no campo; manejo integrado de insetos, doenças e plantas daninhas na cultura da melancia; tecnologia de produção para a cultura da melancia em Roraima; tecnologia de irrigação para cultivos no cerrado de Roraima; manejo de resistência a inseticidas em mosca-branca; metodologia para aplicação de fungicidas na ocorrência de "tombamento" de plântulas cultivadas em substrato contaminado; desenvolvimento de dois equipamentos para produção de péletes; manejo de resistência a inseticidas em traça-das-crucíferas.

Todas as ações previstas para execução no Programa foram implementadas e/ou aperfeiçoadas e espera-se o cumprimento de todas as metas estabelecidas até 2003.

No desenvolvimento destas ações tem importância fundamental a difusão de tecnologias que favoreçam a sustentabilidade dos sistemas de produções regionais. Isto ocorre através de recomendações técnicas onde são priorizadas a utilização de cultivares adaptadas, além da aplicação de fertilizantes, irrigação e demais componentes de produção. Estão sendo desenvolvidos sistemas de manejo integrado de pragas e doenças para as culturas do tomate, batata, batata-doce, brássicas e outras hortaliças, baseados em variedades resistentes a patógenos e insetos. A utilização de agentes de controle biológico como, por exemplo, o parasitóide *Trichogramma Pretiosum*, ou de meios naturais como a solarização para combater fungos de solo e nematóides em locais sob cultivo protegido tem sido demonstrada. Além disso, estão sendo empregadas táticas visando a retardar o aparecimento de populações resistentes a agrotóxicos e desse modo, reduzir os custos de produção, prolongando a vida útil destes produtos.

O aumento das exigências dos consumidores em relação à alimentação faz com que a geração, a adaptação e a transferência de conhecimentos e tecnologias, associadas a um controle de pragas adequado aos diferentes sistemas de produção de hortaliças, sejam realizadas no sentido de elevar a produtividade com qualidade e manter uma atividade agrícola sustentável.

Concepção

No sentido de melhorar a adoção dos resultados gerados pelo Programa é fundamental que outros ministérios sejam envolvidos de forma efetiva. Essa articulação, apesar de ser realizada pelo gerente, na maioria das vezes, requer um envolvimento com os níveis hierárquicos superiores.

Ainda que os indicadores do Programa tenham sido propostos e discutidos pela Embrapa, podem ser melhorados, com o objetivo de demonstrar claramente os resultados alcançados pelas ações do Programa: Pesquisa e Desenvolvimento; e Controle de Pragas da Olericultura.

Assim, como os demais programas do MAPA, não há uma gestão conforme a estabelecida para o PPA. Entretanto, a Embrapa vem procurando se adaptar melhor ao modelo. Enquanto a Embrapa é responsável pela ação de pesquisa e desenvolvimento, o MAPA é o responsável pelo estabelecimento e coordenação da execução de políticas de controle de pragas e zoneamento fitossanitário, através das Delegacias Federais de Agricultura - DFA's e secretarias.

Implementação

Embora tendo existido alguns obstáculos, houve avanços significativos na forma de implementação das ações, conforme descrito abaixo:

- sistema de informação. Foram obtidos avanços significativos nos processos de gestão da informação para as ações do Programa, cuja base eletrônica encontra-se instalada na Embrapa Hortaliças. Em setembro de 2002 a base impressa relativa a projetos e relatórios de andamento e finais das atividades de P&D foram transferidas para o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento na Embrapa;

O MAPA estabeleceu e coordena a execução de políticas de controle de pragas e zoneamento fitossanitário, através das DFA's e Secretarias

- acompanhamento de P&D. No que se refere à ação de pesquisa e desenvolvimento, a implementação e o acompanhamento dos projetos de pesquisa é fundamental para verificar os resultados esperados. As equipes elaboram propostas de projetos que são submetidas em sistema competitivo a um painel de consultores e a uma comissão técnica de macroprograma para avaliação quanto ao mérito técnico e estratégico. As propostas aprovadas são executadas e acompanhadas quadrimestralmente, avaliando-se o desempenho físico-financeiro, através da análise de relatórios técnicos e visitas de supervisão. Eventuais discrepâncias na execução do projeto são discutidas e corrigidas. Projetos que apresentam problemas recorrentes são cancelados. O sistema competitivo prevê mais de dois editais por ano, com linhas específicas de interesse estratégico para a Embrapa e para o País, que são definidas pela diretoria executiva da empresa, ouvidos vários segmentos do agronegócio e o MAPA.
- fluxo de recursos na ação de P&D. Apesar de os recursos liberados para ação de pesquisa e desenvolvimento, coordenada pela Embrapa, terem sido suficientes, seu fluxo de liberação tem que ser melhorado;
- fluxo de recursos na ação de controle de pragas. Nesta ação, os aspectos de liberação de recursos para as diferentes DFA's do Brasil têm que ser aperfeiçoados, no sentido de viabilizar a realização das metas combinadas com as diferentes secretarias de agricultura estaduais. Os estados alegam dificuldades na liberação de recursos para as providências de trabalho combinadas com as secretarias de agricultura do estado. Entretanto, as metas físicas estão sendo atendidas, sendo que a qualidade está comprometida. Em 2002, a demora na liberação dos recursos causou uma série de improvisações e situações extremamente difíceis de gerenciar;
- recursos humanos e materiais. Estão adequados para a execução das ações;

- capacitação. A equipe gerencial participou de vários seminários e encontros programados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPO e pelo MAPA. O treinamento mostrou-se bastante útil, mas esta iniciativa poderia ser melhor explorada, aumentando-se a frequência e aperfeiçoando-se o conteúdo programático dos mesmos. No que se refere aos níveis estadual e municipal, não houve esforço de capacitação;
- parcerias. O desempenho dos parceiros foi semelhante ao de boa parte dos executores de projetos de P&D no âmbito da Embrapa. Em poucos casos, a celebração dos contratos e convênios ocorreu com atraso. O processo de celebração de alguns convênios entre Embrapa/empresas estaduais e MAPA/secretarias de agricultura, em alguns casos, ocorreu de forma intempestiva. O número de parceiros foi adequado, mas poderá ser aumentado na medida que o setor produtivo de hortaliças conheça melhor as diretrizes do Programa **Produtividade de Olerícolas**. Além disso, projetos de P&D da Embrapa e a ação de prevenção e controle de pragas realizadas pelo MAPA contemplam as principais políticas do governo em C&T, Desenvolvimento Agrário, Pronaf, agricultura familiar, que estão alinhadas com a atuação do MAPA e das DFA's estaduais. A interação entre a Embrapa e o MAPA quanto à gestão do Programa tem se dado de forma altamente profissional e respeitosa, plena de oportunidades que favorecem contribuições mútuas ao aperfeiçoamento do processo;
- sociedade. A resposta da sociedade aos mecanismos de consulta desenvolvidos pelo Programa apresenta resultados satisfatórios, tanto no atendimento às demandas apresentadas, como no desenvolvimento e difusão dos produtos acabados. Os resultados obtidos pelo Programa têm sido percebidos pela sociedade como confiáveis e tempestivos;
- público-alvo. O público-alvo do Programa é parcialmente atendido pela Embrapa Hortaliças, unidade de pesquisa da Embrapa. Para isso, o setor de atendimento ao cidadão recebe, processa, encaminha e responde a correspondências. Assim, é possível avaliar a adequação das tecnologias, produtos, processos e serviços desenvolvidos pelas instituições de P&D localizadas em diversas regiões do País e determinar se os mesmos foram adotados pelos agricultores e/ou usuários. Estas informações permitem a avaliação de satisfação do Programa **Produtividade de Olerícolas**.
- tecnologia. Para a efetivação do Programa tem importância fundamental a difusão de tecnologias que favoreçam a sustentabilidade dos sistemas de produções regionais. Recomendam-se técnicas onde são priorizadas a utilização de cultivares adaptadas, além da aplicação de fertilizantes, irrigação e demais componentes de produção. Há demonstrações sobre os sistemas de manejo integrado de pragas e doenças para as culturas do tomate, batata, batata-doce, brássicas e outras hortaliças, baseados em variedades resistentes a patógenos e a insetos. Demonstra-se também a utilização de agentes de controle biológico ou de meios naturais como a solarização para combater fungos de solo e nematóides em locais sob cultivo protegido. Além disso, são apresentadas técnicas visando retardar o aparecimento de populações resistentes a agrotóxicos e, desse modo, reduzir os custos de produção e prolongar a vida útil destes produtos; e
- Adequação ao modelo de gestão por programas: a estrutura está em fase de adequação à gestão por programas. As modificações que vêm sendo processadas no MAPA e na Embrapa para ajustar ao PPA estão resultando em efeitos positivos.

Produtividade do Algodão e outras Fibras

Resultados O Programa **Produtividade do Algodão e de Outras Fibras**, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem o objetivo de elevar a produtividade mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias. O desempenho positivo do Programa **Produtividade do Algodão e de Outras Fibras**, no período 2000-2002, está refletido, principalmente, no crescimento da produtividade do algodão em caroço, que aumentou muito em relação à média da década de 1990. Abaixo, encontram-se os principais resultados do período 2000-2002:

- aumento da produtividade: a produtividade passou de 2.543 kg/hectare em 2000 para 2.900 kg/hectare em 2001. Em 2002 caiu para 2.817 kg/hectare, não afetando o desempenho do Programa. É importante destacar que os dados de produtividade já superam a meta prevista para 2003, de 2.700 kg/hectare. Comparando-se os resultados de produtividade do algodão brasileiro, observa-se uma trajetória crescente que pode ser explicada pela geração de novas cultivares e pela forte injeção tecnológica no sistema produtivo dos agricultores empresariais, sob condições de mecanização total no cerrado do Centro-Oeste do Brasil;
- aumento da produtividade e do rendimento do algodão no Estado do Mato Grosso: refletindo o cenário de modernização da cotonicultura, o Estado do Mato Grosso, atualmente, é o principal produtor nacional, responsável por mais de 50% da produção interna de algodão em caroço, alcançando na recente safra a produtividade de 3.510 kg/hectare. O rendimento das fibras aumentou de 2% a 3%, atingindo os valores de 40-41%, superando a média dos principais países produtores, como a China, Austrália, Israel, Uzbequistão, Espanha e Grécia, segundo o Centro Nacional de Pesquisa de Algodão, o que contribuiu para elevar a média da produtividade nacional;
- desenvolvimento e transferência de tecnologia: entre as atividades de desenvolvimento de uma cultivar pela instituição de pesquisa e sua utilização pelos agricultores nos campos de produção, requer-se todo um processo que passa pela geração da tecnologia, validação pelo produtor ou outro agente da cadeia de algodão e atividades de transferência de tecnologias. Até o final de setembro de 2002, foram desenvolvidas onze tecnologias, atendendo quase o total previsto para este ano de 2002, que são doze. Essas tecnologias envolveram o manejo da cultura e de pragas para as condições de cerrado e a produção de algodão colorido no sistema orgânico. Foram realizadas 28 transferências de tecnologias, sendo quatorze dias de campo e quatorze unidades de demonstração de resultados, nos diversos estados produtores, em especial, Mato Grosso, Goiás e Bahia;
- desenvolvimento de uma cultivar de algodão para o cerrado: no período de 2002 foi lançada uma nova cultivar de algodoeiro arbóreo herbáceo para o cerrado, denominada de BRS Cedro. Esta cultivar é oriunda da linhagem CNPA 97 - 1067 selecionada para a exploração por agricultores sob condições de mecanização total no cerrado do Centro-Oeste do Brasil. A vantagem dessa cultivar está em seu rendimento de fibras (40-41%), que suplanta em 2% a 3% a cultivar mais plantada no cerrado, a CNPA ITA 90. Os principais impactos positivos estão diretamente relacionados a um maior

Gerente:

Fernando Antônio de Souza Costa

rendimento de fibras e menor custo dada a redução do número de aplicações com agrotóxicos;

- desenvolvimento de uma cultivar de fibra de vegetais para a Região Nordeste: no que se refere à cultura do sisal, até maio de 2002, foram desenvolvidas cinco tecnologias e realizadas dez unidades demonstrativas, três dias de campo em Ouro Velho - PB, Monteiro - PB e Caririaçu - CE. Além disso, foi implantado um programa de verticalização da cultura do sisal com 240 horas de aulas para cem agricultores do distrito de Massabielle do município de Esperança - Paraíba - PB, cumprindo as metas físicas para o ano corrente da ação de pesquisa e desenvolvimento em fibras vegetais. Em relação à pesquisa e desenvolvimento de fibras de vegetais foi concluída uma tecnologia, representada por uma cultivar híbrida de sisal (*Agave sisalna*), o híbrido 11.648, adaptado ao Nordeste brasileiro. Este genótipo produz em média de cinquenta a sessenta folhas por corte, totalizando a produção de quatrocentas folhas, durante o ciclo, o que representa o dobro em relação ao material local (*Agave sisalana*), além de apresentar maior resistência à seca e doenças de caule, promovendo aumento da produtividade; e
- cultivo orgânico de algodão colorido visando o mercado externo: a transferência de tecnologias para o cultivo orgânico utilizando cultivares que apresentam plumas coloridas mostra novas possibilidades para o produtor brasileiro. Vislumbra-se uma forma de alcançar nichos de mercados que estão dispostos a pagar preços melhores para produtos denominados de orgânicos. A diferenciação, através da produção de um produto orgânico e colorido (marrom) é uma forma de agregar valor ao produto brasileiro e contornar os subsídios fornecidos aos produtores dos principais países concorrentes no mercado internacional.

Embora tendo um ótimo desempenho, há aspectos que precisam ser melhorados. Há uma assimetria na divulgação das informações geradas no atendimento aos produtores das diversas regiões brasileiras. A correção deste viés pode transformar-se no elemento essencial no processo de estímulo da eficiência, da qualidade e do aumento da produtividade.

.....

Com a abertura comercial no início da década de 1990, o problema enfrentado pela cotonicultura brasileira ficou refletido na queda da produção nacional e na elevação das importações. Gerou-se sérios danos econômicos e sociais em diversas regiões brasileiras, em especial no Nordeste. Constatou-se desemprego no processo produtivo decorrente do fechamento de unidades de beneficiamento e processamento da matéria-prima, o algodão.

Concepção

O conjunto das ações previstas neste Programa é consistente e se complementa sinergicamente para superar as causas dos problemas enfrentados pela cotonicultura brasileira na última década. Entretanto, é importante consolidar o entendimento de uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um progresso em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se apoiem simultaneamente.

Em relação às metas físicas, a meta prevista para as atividades de Prevenção e Controle de Pragas da Cotonicultura em uma extensão territorial de 250 mil hectares está sub estimada. É preciso estabelecer uma meta superior na implantação de uma Área Livre da Praga *Anthomonus Grandis*, que requer o uso de sistemas de exclusão, detecção, delimitação, controle e erradicação dessa praga quarentenária que provoca significativos danos econômicos. No que se refere à estratégia de implementação adotada, é preciso aperfeiçoar os seguintes aspectos:

- é preciso haver uma reformulação, visto que o trabalho do gerente está limitado, não podendo organizar as linhas de ação para acompanhamento do trabalho *in loco*. Dentro do atual sistema estrutural, o gerente está isolado em uma posição estática, não verificando as atividades desenvolvidas em cada ação e não acompanhando os ganhos sociais obtidos pelos beneficiários;
- a limitação financeira imposta ao gerente inviabiliza sua participação no processo, restando-lhe apenas a função de ajuste de informação recebida e repasse aos demais setores e órgãos; e
- precisa-se definir melhor a função do gerente como facilitador na integração das ações do Programa, bem como suas responsabilidades e sua amplitude de trabalho.

..... **Implementação**

O Programa consta de quatro ações, sendo elas: Pesquisa e Desenvolvimento em Cotonicultura, Pesquisa e Desenvolvimento em Fibras Vegetais, Prevenção e Controle de Pragas da Cotonicultura e Profissionalização de Agricultores em Cotonicultura em Regiões de Seca. As duas primeiras ações são executadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, através de suas unidades descentralizadas e pelas empresas estaduais de pesquisa e extensão rural, que mantêm uma forte estrutura destinada a executar atividades de pesquisa, tornando-se um parceiro insubstituível. As outras duas ações do Programa estão sob a responsabilidade do MAPA, por meio das secretarias estaduais de agricultura, via convênios. Com a centralização das decisões a respeito dos recursos financeiros e sua limitação para essas duas ações, houve pouco aproveitamento da parceria, já que as atividades previstas não foram executadas conforme o previsto. As restrições aos dispêndios orçamentários e dificuldades na gestão dos recursos foram um obstáculo a um melhor desempenho do Programa, gerando:

- dificuldades de monitoramento e avaliação: o Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal - DDIV desenvolveu e implementou o Sistema de Acompanhamento Físico e Financeiro - SAFF, disponível para as Delegacias Federais de Agricultura - DFA e para os órgãos estaduais de defesa fitossanitária. A idéia do sistema é facilitar o acompanhamento das metas físicas e financeiras, possibilitando que as informações geradas possam retroalimentar o sistema indicando os pontos de aperfeiçoamento. Entretanto, problemas na operação do sistema e funcionamento da rede impedem o pleno funcionamento deste instrumento de monitoramento e avaliação. Ainda, é preciso um aprimoramento por meio de investimentos em máquinas, programas de informática e capacitação do corpo técnico envolvido com a alimentação do sistema; e
- falta de comprometimento no repasse dos recursos para profissionalização de agricultores: durante o período 2000-2002 houve uma restrição aos dispêndios orçamentários para as políticas agrícolas do segmento da cotonicultura. Para agravar os problemas ocasionados pela redução orçamentária, a centralização dos recursos financeiros e a falta de comprometimento em repassar os recursos para as atividades propostas prejudicaram as ações de profissionalização de agricultores da cotonicultura em regiões de seca. A cotonicultura é uma atividade que tem um peso social muito expressivo, em especial no Nordeste do Brasil, no sentido de gerar renda e ocupações produtivas. Apesar dos esforços e recursos para o lançamento de cultivares altamente produtivas e da geração de tecnologias de produção, os resultados alcançados até o momento na Região Nordeste

mostram que a viabilidade da cotonicultura depende, por algum tempo, de apoio governamental. Um fator restritivo à atividade é o despreparo do agricultor, que sem os conhecimentos adequados para a convivência com as características especiais do semi-árido, do mercado e das condições fitossanitárias obtém baixa produtividade em relação à média nacional. A reflexão que se deve fazer é sobre as perdas ocasionadas pela não liberação, até o momento, dos recursos orçamentários previstos para a ação de profissionalização dos agricultores em cotonicultura em regiões de seca.

Em 2002, o desempenho físico das ações Pesquisa e Desenvolvimento em Cotonicultura (cód. 2169) e Pesquisa e Desenvolvimento em Fibras Vegetais (cód. 2170) apresentou resultados que confirmam o cumprimento das metas propostas, enquanto as ações Prevenção e Controle de Pragas da Cotonicultura (cód. 1093) e Profissionalização de Agricultores em Cotonicultura nas Regiões de Seca (cód. 1675) ficaram prejudicadas devido às limitações financeiras impostas pelos dirigentes do MAPA.

Apesar dos problemas financeiros, o programa apresentou grandes avanços, principalmente em relação à produtividade. A ação de controle de pragas foi fundamental na melhoria do desempenho e na ampliação do mercado internacional. Abaixo estão algumas considerações sobre o processo de implementação:

- parcerias com órgãos executores da defesa sanitária: a participação efetiva dos parceiros foi extremamente importante para os resultados obtidos no período 2000-2002 no que diz respeito ao aumento da produtividade da cultura e no rendimento de fibras. Destacam-se os órgãos executores de defesa fitossanitária, que são parceiros importantes nas ações de prevenção e controle de pragas da cotonicultura nos estados. Entretanto, as limitações financeiras impostas também aos órgãos estaduais, tornam-se um obstáculo ao processo;
- capacitação da equipe técnica: a regulamentação pelo MAPA dos conceitos de Área Livre de Praga, Local Livre de Pragas e Sistema de Mitigação de Riscos tem promovido um processo de capacitação da equipe técnica, que acompanha todas as atividades de defesa vegetal. Além disso, os centros de pesquisa, através do processo de transferência de tecnologia, viabilizaram várias ações de campo, unidades de demonstração, palestras e cursos que minimizaram parte do problema de capacitação dos profissionais. A qualificação dos profissionais que trabalham à frente da execução das ações deste Programa é altamente especializada e fica demonstrada através da qualidade dos trabalhos apresentados, mesmo com as limitações financeiras que foram impostas pelo governo;
- cooperação entre produtores: a estrutura de política setorial para criar sustentabilidade da cotonicultura nacional requer apoio dos produtores na execução das atividades de prevenção e controle das pragas. Este trabalho visa garantir uma estabilidade econômica aos produtores de algodão. As ameaças de ordem fitossanitária estão promovendo uma organização dos produtores para a realização de ações conjuntas voltadas para o controle das pragas e doenças da cotonicultura e a proteção das áreas cultivadas com o algodoeiro. A modernização da produção recai sobre os investimentos que estão sendo realizados para o estabelecimento e manutenção das áreas livres da praga *Anthonomus Grandis*, cujos resultados permitirão ao produto dessas áreas um trânsito livre nos mercados interno e externo;

- viabilização da produção do Mato Grosso para exportação: a reformulação dos mecanismos de prevenção e controle de pragas, no sentido de evitar novos surtos, está ocorrendo no âmbito do manejo integrado de pragas, o que inclui os trabalhos para caracterização da Área Livre da Praga *Anthonomus Grandis*, o bicudo do algodoeiro, em uma extensão de 150 mil hectares do Estado do Mato Grosso, principal produtor nacional. Os produtores do estado do Mato Grosso, responsável por mais de 50% da produção interna, estão realizando um trabalho de levantamento e monitoramento fitossanitário para estabelecer uma Área Livre da Praga *Anthonomus Grandis*, que abrange uma extensão territorial de 150 mil hectares, demonstrando o grau de modernização do segmento produtivo. O reconhecimento da área livre pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF brasileira irá permitir que a produção proveniente dessa área possa ingressar em mercados que exigem certificação fitossanitária de origem, garantindo que a partida é livre da praga *Anthonomus Grandis*. Este trabalho será facilitado com a inclusão desta praga na lista oficial brasileira de pragas quarentenárias A2, o que irá permitir a exigência da certificação para efeito de rastreabilidade no trânsito e comercialização dos produtos oriundos da produção interna e daqueles importados de outros países. Para garantir o mecanismo de certificação, deverá ocorrer a ampliação do número de profissionais, engenheiros agrônomos, treinados e credenciados para a emissão dos Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados - CFOC, documentos que subsidiam a permissão de trânsito de vegetais e a emissão dos certificados fitossanitários para o mercado externo. Esse sistema requer dos produtores medidas que encoragem e aumentem a mudança técnica, a especialização da mão-de-obra, produtividade da cultura e qualidade do produto. Assim, abrir-se-ão novos mercados internos e externos para os produtos provenientes dessa área; e
- adequação ao modelo de gestão: a estrutura do ministério não está adequada ao modelo de gestão por programas. A organização dos trabalhos no âmbito do MAPA precisa ser reformulada, visto que os recursos financeiros são administrados de forma centralizada. Além disso, o gerente e o coordenador não têm participação no processo de tomada de decisão relacionado ao repasse de recursos, o que diminui a eficiência do Programa, podendo até inviabilizá-lo.

Qualidade dos Insumos Agrícolas

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas tem influência direta na produtividade da agricultura, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

.....
A variação dos índices dos indicadores, no período de 2000 a 2002, ocorreu dentro dos valores esperados. Este resultado foi alcançado através do desdobramento de esforços dos responsáveis técnicos e suas equipes de execução, os quais, além da fiscalização, executaram ações de orientação junto à indústria e ao comércio de insumos agrícolas, o que contribuiu para redução das irregularidades e, conseqüentemente, para a variação positiva dos índices dos indicadores.

Resultados

Houve um aumento da percepção, por parte dos usuários dos insumos agrícolas, da presença e atuação do Governo Federal no controle da qualidade desses insumos e serviços colocados no mercado agrícola. Houve também um acréscimo nas solicitações de novos registros de estabelecimentos e produtos, por parte dos fornecedores de insumos e serviços agrícolas que antes operavam na informalidade. Como conseqüência da criação deste Programa, os setores técnicos responsáveis pelas ações inseridas no Programa deflagraram processos de revisão da legislação que regulamentam estes setores, visando equilibrar os requerimentos e diretrizes legais com a evolução técnica da indústria de insumos agrícolas.

Destaca-se como ponto positivo do Programa a definição de metas físicas abrangendo a fiscalização de todo universo de estabelecimentos registrados, permitindo o acompanhamento de toda atividade do setor. Destaca-se, também, a grande experiência da equipe de fiscalização, capaz de fazer diagnósticos precisos dos problemas do setor. Registre-se a necessidade de promover o treinamento de novos fiscais incluídos na equipe.

A estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores é alta, especialmente porque os valores apurados antes da elaboração do PPA 2000-2003 apresentaram índices significativos de irregularidades. A fixação dos índices em valores razoáveis permitiu o alcance dos mesmos, conforme o previsto.

Os índices previstos para o final do PPA 2000-2003 foram mantidos, exceto a Taxa de Irregularidade de Defensivos Agrícolas que foi atualizado, passando de 10% para 5% ao final do PPA 2000-2003.

O impacto do Programa sobre o público-alvo é positivo, considerando que a estimativa de execução até 31 de dezembro de 2002 confirma a execução das metas físicas programadas para 2002. Caso as metas para 2003 não sejam alcançadas, o prejuízo para o público-alvo resultará na perda ou redução da garantia de qualidade dos insumos e serviços agrícolas ofertados no País com a respectiva redução da produtividade agrícola.

Gerente:

José Marçal dos Santos Júnior

Concepção

Salvaguardar a produção e a produtividade agrícola pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores é o objetivo principal do Programa. Nesse sentido seu público alvo são agricultores e estabelecimentos comerciais de insumos.

O *Programa Qualidade dos Insumos Agrícolas* exerce o papel fundamental de garantir a qualidade dos insumos agrícolas colocados à disposição dos agricultores, em todo o País. Assim, através das ações de fiscalização sobre a produção e comércio de agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas, bem como sobre a prestação de serviços agrícolas (aviação agrícola) e proteção e registro de cultivares, o poder público garante ao produtor rural que aquele insumo ou serviço que este adquire possui efetivamente os níveis de qualidade informados.

O tamanho do público-alvo sofre alterações causadas pela própria dinâmica do mercado. Novas empresas surgem enquanto outras são fechadas. No entanto, a tendência de crescimento no tamanho do público-alvo é plenamente verificável.

Implementação

A execução financeira do Programa no período 2000-2003 foi satisfatória, em termos da quantidade de recursos financeiros disponibilizados.

No entanto, a liberação dos recursos não aconteceu conforme os períodos programados, causando algumas dificuldades na execução das metas físicas. Como alternativa para evitar a descontinuidade no fluxo de liberação dos recursos, sugere-se o empenho dos valores previstos em uma base trimestral. Para a ação Registro de Cultivares faz-se necessário o compartilhamento de recursos com a ação Proteção de Cultivares.

A equipe gerencial responsável pela implementação do Programa **Qualidade dos Insumos Agrícolas** foi beneficiada no processo de capacitação. Alguns dos cursos oferecido pela Escola Nacional Administração Pública - ENAP, onde houve participação da equipe do Programa, possibilitaram a formação de uma visão mais acurada na busca de alternativas para superação dos problemas que obstruíam o desempenho efetivo do Programa.

O Programa executa ações de fiscalização de caráter indelegável, portanto, inadequado à formação de parcerias. Os responsáveis direto pela execução das ações do Programa são os fiscais federais agropecuários, carreira fim do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O público-alvo do Programa possui diversas entidades de classe que os representam nas relações com os órgãos governamentais. Estas entidades de classe mantêm uma agenda permanente de reuniões com o Poder Público, onde são discutidos os temas de interesse de ambas as partes e apresentadas sugestões para direcionamento das atividades de fiscalização. A equipe gerencial, na busca de maior integração com os usuários do Programa, participa rotineiramente de seminários, reuniões técnicas, palestras, congressos e outros eventos promovidos pelas entidades representantes dos usuários, além de oferecer patrocínio, sempre que possível.

O Programa não dispõe de um sistema formal para pesquisa de satisfação dos usuários. Estas informações são aferidas indiretamente, através dos contatos mantidos pelas equipes de fiscalização no exercício das suas atividades, e também são manifestadas pelas instituições representantes dos usuários em reuniões técnicas ou através de contatos diretamente com a gerência do Programa e com os responsáveis pelas ações. Estas avaliações permitem o direcionamento das ações de fiscalização, bem como a definição de prioridades.

Qualidade de Insumos Pecuários

Resultados

O objetivo do Programa **Qualidade dos Insumos Pecuários** é salvaguardar a produção e a produtividade pecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Os resultados do Programa decorrem das ações de fiscalização estabelecidas no PPA 2000-2003. O indicador Taxa de Conformidade e Qualidade de Produtos Veterinários depende desse processo de fiscalização, cujos resultados são identificados apenas em longo prazo. Assim, ainda não foi possível medir as repercussões do desempenho do indicador na sociedade.

As ações fiscalizadoras apresentam um grau de eficiência satisfatório, em razão da aplicação de reconhecidos critérios técnicos de avaliação de produtos. Na medida em que as ações de fiscalização envolvem um conjunto de atividades, tais como a análise de relatórios técnicos para registro de um produto, avaliação das condições de produção, armazenamento e distribuição, pode-se garantir a qualidade dos insumos pecuários quando se consegue atuar sobre toda a cadeia. Ocorrem restrições periódicas em razão do contingenciamento e de alguns aspectos da conjuntura econômica.

Percebe-se uma supremacia das empresas e dos produtos regularizados em relação aos demais, principalmente na garantia de qualidade do produto a ser disponibilizado ao consumidor. Considera-se imprescindível a manutenção das ações, necessitando-se ainda aprimorar os mecanismos de gestão dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis para incrementar a fiscalização da produção e comercialização dos produtos de uso veterinário. Alguns aspectos relacionados ao controle de rotina atingiram taxas de conformidade acima da média prevista. Citam-se, por exemplo, os resultados do controle de qualidade de insumos biológicos (vacinas) utilizados nos programas sanitários oficiais e o índice de aprovação de produtos submetidos à análise para registro.

Embora não tenham ocorrido prejuízos significativos, é imprescindível que se disponibilizem os recursos orçamentários, permitindo executar as ações previstas, visando assegurar o *status* sanitário do rebanho nacional e a inocuidade dos alimentos.

As principais atividades realizadas em 2002 estão listadas a seguir:

- controle de qualidade de vacinas: as vacinas contra a Febre Aftosa, Carbúnculo Sintomático, Raiva e Botulismo e Doença de Newcastle e Bronquite Infecciosa (para aves) foram testadas oficialmente em 100% dos lotes produzidos;
- fiscalização da indústria: a fiscalização da indústria de produtos veterinários atingiu 90% do programado; e
- Registro de produtos: as análises de dossiês técnicos para concessão de registros de produtos veterinários atingiu 80% do esperado, em razão do aumento não previsto da demanda, impulsionada pelo incremento na produção animal, que forçou o aumento da disponibilidade de insumos.

Gerente:

Ricardo Rego Pamplona

Concepção O controle permanente visando à garantia da qualidade dos insumos pecuários constitui uma atividade essencial do Estado, sendo, portanto, indelegável. A conformidade dos insumos pecuários é imprescindível para assegurar a sanidade dos animais e, por consequência, a inocuidade dos seus produtos para o homem.

O resultado das ações do Programa reflete diretamente na economia do País, considerando que não existe agropecuária forte sem o uso adequado de insumos. Além disso, o aumento na produção de insumos pecuários repercutem no agronegócio. Em 2001, o agronegócio representou uma participação acima de 40% nas exportações brasileiras, contribuindo de forma significativa para a estabilidade econômica. Os principais aspectos referentes à concepção do Programa estão listados a seguir:

- metas físicas: o processo exige atualização constante devido à dinâmica do setor, influenciada pelo agronegócio;
- parcerias: os indicadores atingidos são influenciados positivamente pela parceria entre o setor público e privado, por meio da aquisição de insumos e troca de informações técnicas;
- capacitação: para o cumprimento pleno das ações seria necessário incrementar o quadro de recursos humanos em toda a cadeia da atividade; e
- legislação adequada: o Programa faz parte da atividade fim do MAPA, cujas ações estão alicerçadas em uma legislação clara e abrangente, o que contribui para a obtenção de resultados. A parceria com o setor privado amparada legalmente é um instrumento eficaz de orientação prévia antes da aplicação da fiscalização propriamente dita.

Implementação Os aspectos da implementação estão listados a seguir:

- aprimoramento da gestão de recursos: para o cumprimento adequado da ação, seria necessária a alocação específica de recursos para o cumprimento das metas. Além disso, é imprescindível a participação do setor técnico na discussão sobre a programação orçamentária/financeira;
- capacitação continuada: é necessário dar continuidade ao Programa de capacitação dos gerentes e coordenadores técnicos. Além disso, para que se cumpram plenamente as ações, seria necessário o incremento do quadro de recursos humanos em toda a cadeia da atividade;
- parcerias com outros programas: não existe parceria com outros programas;
- participação da sociedade: não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa;
- satisfação do público-alvo: o Programa não avalia satisfação dos usuários/beneficiários do Programa;
- recursos financeiros: em 2002, os recursos financeiros liberados foram insuficientes. Para cumprimento adequado da ação, seria necessária a alocação específica de recursos para o cumprimento das metas. É imprescindível a participação do setor técnico na discussão sobre a programação orçamentária/financeira. Além disso, houve falta de regularidade dos recursos financeiros. Tal fato afeta diretamente a regularidade das ações. Por se tratar de uma atividade com peculiaridade técnica, trabalhos já iniciados são forçados a constantes interrupções, gerando maiores gastos. Assim,

não se obtém o resultado esperado no prazo estabelecido, com conseqüente prejuízo às ações futuras;

- infra-estrutura inadequada: a atividade requer estrutura laboratorial específica com manutenção e renovação freqüente de equipamentos em razão da crescente demanda;
- recursos humanos: a atividade requer a reciclagem de técnicos e a disponibilização de profissionais em número suficiente em razão da crescente demanda. As principais ações desenvolvidas são realizadas por equipes locais. O contingenciamento de recursos financeiros impede as reciclagens e treinamentos regulares;
- desempenho das ações: o atraso na liberação de recursos implica em não realização de atividades programadas. As ações são desenvolvidas nas outras unidades administrativas, em continuidade àquelas de competência do órgão central. A avaliação do desempenho reflete de uma maneira geral as dificuldades encontradas em toda a linha de fiscalização adotada pelo MAPA; e
- adequação ao modelo de gestão por programas: há necessidade de adequar a estrutura organizacional, sendo imprescindível a autonomia do gerente.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do público consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, adequando regras e procedimentos internos a padrões internacionais.

Ressalta-se, ainda, a influência e interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

Resultados

O Programa conta com uma cesta de quatro indicadores para aferição dos resultados do conjunto das ações implementadas.

O primeiro indicador é a implementação do Sistema Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC que procura identificar estabelecimentos produtores possuidores de análise de perigos e pontos críticos de controle. Em 2001 e 2002, o indicador apresentou os valores de 175 e 83 estabelecimentos, respectivamente, demonstrando um retrocesso do Programa nesse aspecto. A meta para 2003 é de 400 estabelecimentos, comparando com os valores de 2002, têm-se um resultado alcançado de apenas 20%.

O segundo é o Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário. Entre 2000 e 2001 houve retrocesso no indicador: de 4.135 estabelecimentos para 4.050. Dado que a meta para o final do PPA 2000-2003 é de 4.200 estabelecimentos, o indicador mostra um desempenho razoável do Programa.

Outro indicador é a Taxa de Irregularidade na Produção de Alimentos e Bebidas. A análise dos últimos dos anos mostra que esse indicador tem evoluído de forma positiva, ainda que abaixo dos patamares estipulados.

Por último, a Taxa de Padronização de Produtos Vegetais, que não apresentou apuração de valores no período.

No conjunto das ações do Programa, pôde-se aferir resultados positivos:

- na rastreabilidade teve-se a implantação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV que é responsável pela identificação e registro de todos os animais criados e importados, constituindo-se em ferramenta fundamental para a certificação de origem, instrumento básico para garantir a qualidade de carnes a serem consumidas no Brasil e exportadas para o resto do mundo;
- as deficiências do quadro de pessoal da defesa agropecuária foram minimizadas com a contratação de 674 novos fiscais federais agropecuários, o que significa melhor desempenho para as ações de fiscalização e inspeção;
- as implementação nos processos produtivos da metodologia do APPCC trouxe substancial aumento nos padrões de qualidade dos alimentos produzidos no Brasil, fruto das ações do Programa; e
- os avanços alcançados nos fóruns internacionais para harmonização da aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias e, conseqüentemente a internalização no País, são resultados oriundos das ações do Programa.

Gerente:

Luiz Carlos de Oliveira

Concepção

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores é o objetivo principal do Programa. A abrangência do público alvo é bastante ampla e envolve toda a cadeia produtiva agropecuária: produtores, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de gêneros alimentícios e o consumidor final.

O Programa conta com doze ações (sendo onze atividades e um projeto) orçamentárias, quais sejam, Análise de Perigos Físicos, Químicos e Microbiológicos e Controle de Pontos Críticos Na Produção Agroindustrial; Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade; Classificação de Produtos Vegetais, Seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico; financiamento para Produção sem uso de Agrotóxicos (apoio à Agricultura Orgânica); Fiscalização da Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico; Inspeção de Bebidas, Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal; Inspeção de Produtos de Origem Animal; Operação do Sistema Laboratorial de Apoio Animal; Operação do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal; Padronização de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico; Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas; Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Pecuários e, por último; Tipificação de Produtos de Origem Animal.

Implementação

Para falar da implementação do Programa é importante lembrar que suas ações compreendem as atividades regimentais da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, portanto a execução está intimamente ligada à própria existência do órgão. Além disso, o Programa foi caracterizado, no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como programa estratégico, o que resultou em um gerenciamento intensivo do MAPA e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

O total das dotações orçamentárias no período de 2000 a 2002 foi de R\$ 94 milhões, incluídos os créditos adicionais. A execução financeira somou o montante de R\$ 84 milhões, o que em termos percentuais corresponde a cerca de 89% da execução financeira.

Deve-se destacar a evolução ascendente da dotação e da execução global do Programa ao longo do período. Em 2000, o Programa contava com R\$ 26 milhões como dotação orçamentária e foram executados R\$ 22 milhões. Em 2002, o Programa contou com R\$ 37 milhões e foram executados R\$ 32 milhões. Comparando os anos de 2002 e 2000, houve um aumento de 42% na dotação orçamentária do Programa e um ligeiro aumento dos percentuais de execução, de 85% para 87%.

Seguro Rural

O seguro agrícola constitui-se em um importante instrumento de política agrícola por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes, sobretudo, de fenômenos climáticos adversos. Além desse lado redutor do risco, destaca-se ainda a indução à incorporação tecnológica da produção, uma vez que em sua contratação exige-se que a condução de lavouras seja dentro de um patamar tecnológico mínimo.

A partir de 1995, foram adotadas sucessivas medidas para estimular a expansão do Seguro Agrícola Privado no Brasil. Destaca-se a reestruturação do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR, o qual é destinado à cobertura dos riscos inerentes à atividade agrícola, com autorização, a partir da safra de 2000, do financiamento do prêmio do seguro dentro do crédito rural. Como o pagamento do prêmio normalmente coincide com a época de plantio, essa medida visou desonerar o produtor de uma despesa que ele teria de assumir justamente no momento em que se encontraria mais carente de recurso.

Na reestruturação contemplam-se os prêmios pagos na contratação do Seguro Rural, por pessoas físicas ou jurídicas que explorem atividades agropecuárias, na forma regulamentada pelo Conselho Nacional de Seguro Privado. O Conselho estabeleceu que é obrigatório o respeito às orientações do zoneamento agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Resultados

A adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, no período de 2000 a 2002, manteve-se nos níveis esperados, com um total de 677.968 empreendimentos segurados. Dentre as medidas governamentais adotadas que contribuem para o alcance dos resultados do Programa, bem como para o incremento de seus níveis de adesão, destacam-se: a execução e implementação das ações de Zoneamento Agroclimático e Pedoclimático pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujos indicativos são utilizados pelo Sistema Financeiro Nacional nas ações do Seguro Rural tanto público como privados; determinação do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - Bacen, de condicionar a operacionalização do Prodeagro aos indicativos do zoneamento agrícola; a manutenção de alíquota de adicional (prêmio de seguro) para adesão ao Prodeagro, em níveis compatíveis com a renda da atividade agrícola; o pagamento das indenizações devidas em empreendimentos amparados pelo Proagro em tempo mais oportuno; e maior celeridade no julgamento dos recursos dos produtores rurais junto à Comissão Especial de Recursos - CER.

As ações de zoneamento agrícola do País (agroclimático e pedoclimático) abrangendo as principais culturas nas diversas unidades da federação, vêm contribuindo de forma efetiva para a redução de perdas de safras por eventos climáticos adversos, bem como para o incremento da produção e produtividade agrícola. As informações disponibilizadas no âmbito dessas ações, contemplando por município as áreas aptas ao plantio, épocas adequadas para implantação das culturas, consoante os tipos de solos e ciclo das cultivares, bem como indicação de cultivares por região de adaptação e respectivas características agronômicas, têm sido grandemente demandadas pelo público-alvo, especialmente produtores rurais, agentes financeiros do crédito rural, entidades de seguro agrícola, produtores de sementes, órgãos de assistência

Gerente:

Ângelo Bressan Filho

técnica e extensão rural, bem como por instituições de pesquisa e de fomento agrícola. O zoneamento agrícola implementado, além de beneficiar diretamente o conjunto de agricultores, que seguem seus indicativos na condução de suas lavouras, vem se constituindo em instrumento necessário e imprescindível ao fortalecimento e expansão da atividade de **Seguro Agrícola** no País e, em especial, do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, bem como na melhoria do crédito de custeio agrícola. No período, foram realizados 151 zoneamentos agroclimáticos anuais, contemplando as culturas de arroz, algodão, café, feijão, milho, soja e trigo com superação da programação física prevista para o período. Realização de doze zoneamentos pedoclimáticos contemplando a cultura de caju para todos os estados da Região Nordeste, a cultura de feijão para o Estado da Bahia e a cultura da maçã para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Revisão e refinamento técnico-científico dos zoneamentos já realizados, face ao avanço metodológico e à agregação de novos dados e informações. A liquidação das indenizações pendentes, decorrente de eventos sinistrantes em lavouras, através dos recursos financeiros disponibilizados na ação de Manutenção da Estabilidade dos Prêmios do Seguro Rural, constituiu-se em resultado importante para o alcance dos objetivos do Programa. O atendimento tempestivo da demanda de recursos administrativos impetrados junto à Comissão Especial de Recursos - CER, no período de 2000 a 2002, com um total de 9.068 recursos julgados, contribuíram de forma eficaz para possibilitar o pagamento de indenizações devidas pelo Proagro a produtores rurais. Através do sistema de informações gerenciais das ações de zoneamento agrícola, foram acompanhados no período 213.095 contratos de crédito rural, com cláusula de adesão ao Proagro.

A taxa média de adesão ao Seguro Agrícola, referenciada nos níveis de adesão ao Proagro, estabelecida para o final do PPA 2000-2003 em 65%, deverá ser alcançada. Tal pressuposto baseia-se no fato de que o Proagro, a partir da implementação do zoneamento agrícola, passou de uma situação de déficits crescentes em suas contas, para uma situação de maior estabilidade, o que possibilita o pagamento das indenizações por eventos climáticos adversos em tempo mais oportuno. Em decorrência, o referido Programa passou a ter maior credibilidade e confiabilidade junto aos agricultores. Por outro lado, a ocorrência de eventos climáticos catastróficos em algumas regiões do País, como secas e geadas induzem o agricultor a buscar, cada vez mais a proteção do Seguro Agrícola para suportar os riscos inerentes à atividade. No entanto, há que se considerar que os agricultores, ao adotarem os indicativos do zoneamento agrícola, têm reduzidas as probabilidades de perdas por eventos climáticos adversos, o que pode, por sua vez, induzi-los a não buscarem a proteção de seus empreendimentos, contra os riscos de eventos amparados pelo Proagro e, conseqüentemente, influenciar o índice inicialmente previsto.

Os resultados alcançados com a execução das ações previstas no Programa, têm sido altamente positivos. O grande interesse despertado no público alvo nas ações de zoneamento agrícola, a utilização de seus indicativos pelos agricultores, empresas produtoras de sementes, entidades de assistência técnica, pesquisa, extensão rural e fomento agrícola, bem como agentes financeiros do crédito rural e entidades de seguro rural, e a agilização do julgamento de recursos no âmbito da CER/Proagro e a ampliação ocorrida dos recursos financeiros do fundo de Manutenção da Estabilidade dos Prêmios do Seguro Rural, têm contribuído para a melhoria do nível de satisfação nos resultados do Programa.

Concepção

A atividade agrícola, face às suas características, sujeita-se a riscos de diversas naturezas, especialmente os decorrentes de eventos climáticos adversos. A incidência de tais riscos, em lavouras, levam normalmente a frustrações de safras e, conseqüentemente, a prejuízos difíceis de serem suportados pelos agricultores. O Seguro Rural privado é, ainda, incipiente no País. Decorre, daí, a necessidade de adoção de medidas governamentais que venham possibilitar o fortalecimento da atividade de Seguro Rural no País. A experiência com a implementação do Programa **Seguro Rural**, especialmente os resultados obtidos com as ações de zoneamento agrícola indicam a necessidade de sua continuação, ampliação para outras culturas relevantes e seu fortalecimento.

A articulação com o Instituto de Resseguros do Brasil - IRB/MF responsável pela implementação da ação Manutenção da Estabilidade dos Prêmios do Seguro Rural deve ser fortalecida.

As ações essenciais ao alcance dos resultados do Programa, quais sejam: Zoneamento Agroclimático e Pedoclimático do Brasil são realizadas através das parcerias estabelecidas com as principais instituições de pesquisa agrícola do Brasil, universidades e com apoio de instituições responsáveis pela coleta de dados e informações meteorológicas e pluviométricas. Tal estratégia permitiu o desenvolvimento dessas ações com forte embasamento técnico e científico, o que refletiu em seus resultados e grande aceitação junto ao público-alvo.

Em que pese não haver necessidade imediata de reformulação na concepção atual do Programa, alguns aspectos devem ser considerados com relação à atividade de seguro agrícola no País, com vistas ao delineamento futuro de maior suporte governamental a esta atividade. O seguro agrícola é instrumento extremamente importante para a estabilidade da renda agrícola e à indução de tecnologia. É preciso considerar, no entanto, que o acesso do produtor ao Seguro agrícola depende do pagamento de prêmio compatível com a rentabilidade agrícola. Dado aos riscos inerentes à atividade agrícola, o custo do risco pode tornar-se insuportável ao agricultor ou antieconômico para a atividade. Apesar dos esforços do Governo, o seguro agrícola ainda continua incipiente no Brasil, estimando-se que o total do risco contratado esteja em torno dos R\$ 300 milhões/ano, valor irrisório se comparado ao tamanho da economia agrícola do País. Assim, além dos instrumentos já adotados no âmbito das ações do Programa, é necessário que o Governo utilize outros mecanismos que possam tornar o seguro agrícola interessante aos produtores rurais e às seguradoras. Para que a expansão do Seguro Agrícola Privado se dê de forma rápida, democrática (abrangendo o maior número possível de culturas, regiões e produtores) e também a custos compatíveis com a realidade atual da agricultura brasileira é necessário o subvencionamento governamental de parte dos custos de contratação do seguro e, subsidiariamente, garantir a estabilidade das operações de seguro.

Implementação

Em que pese um distanciamento entre os recursos disponibilizados no período 2000 a 2002 com o previsto no PPA (Lei 9.989 de 21/07/2000), o Programa **Seguro Rural** pode ser implementado sem prejuízo do alcance das metas estabelecidas em suas diferentes ações. A grande interação havida com o setor responsável pela gestão orçamentária do ministério permitiu a superação de dificuldades financeiras, eventualmente ocorridas ao longo da execução do Programa.

A execução físico/financeira da ação multisetorial: Manutenção da Estabilidade dos Prêmios do Seguro Rural teve desempenho normal nos exercícios de 2000 e 2001. No exercício de 2002, a ação não contempla execução física, tendo, neste exercício, execução financeira abaixo do previsto.

O esforço de capacitação da equipe gerencial, desenvolvido pelo Governo Federal, contribuiu para um melhor desempenho das ações.

O Programa é executado de forma centralizada. As parcerias foram estabelecidas, mediante contratos de execução e têm se desenvolvido normalmente. Por outro lado cabe ressaltar o interesse e colaboração de agentes governamentais (instituições de pesquisa e agentes financeiros) e não-governamentais (cooperativas agrícolas, entidades seguradoras e empresas demandantes de sementes) na implementação do Programa.

O Programa, embora não conte com mecanismos institucionalizados ou outros canais de participação formal, consulta o público-alvo através de reuniões, palestras, seminários etc. visando colher subsídios para melhoria dos trabalhos executados, aferir o grau de satisfação, bem como divulgar as ações desenvolvidas.

Aplicações Nucleares na Área Médica
Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma
Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa
Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas
Ciência e Tecnologia para o Agronegócio
Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico
Climatologia, Meteorologia e Hidrologia
Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos
Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear
Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico
Fomento à Pesquisa em Saúde
Gestão da Política de Ciência e Tecnologia
Inovação para Competitividade
Mudanças Climáticas
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE
Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada
Promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Setor Petrolífero
Segurança Nuclear
Sistemas Locais de Inovação
Sociedade da Informação - Internet II

Ministério da Ciência e Tecnologia

Aplicações Nucleares na Área Médica

Trata-se aqui de programa finalístico, cujo objetivo é contribuir para o atendimento da demanda nacional de produtos e técnicas nucleares para diagnóstico e tratamento terapêutico. Tem como unidade responsável a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Variação do índice do indicador: o Programa tem como indicador o número de "Pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares"; seu índice inicial foi 1.400.000 (apurado em 1/1/1999).

No período de 2000 a 2002, o índice do indicador teve um crescimento médio anual em torno de 10%, muito próximo ao que foi inicialmente planejado. Especificamente em 2002, foram realizados em todo o País 2.050.000 procedimentos médicos com produtos e técnicas nucleares, índice apenas 1,6% abaixo da meta prevista para o ano. Os índices elevados obtidos no indicador têm se refletido em atendimento integral da demanda de produtos nucleares para diagnóstico e tratamento terapêutico no País.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: espera-se atingir 90% da meta prevista (2.250.000 pacientes atendidos, enquanto que a meta original era de 2.500.000) até o final do Plano. Sendo essa uma taxa elevada de cumprimento do índice, não se mostra necessária qualquer alteração no índice do indicador do programa. Esse resultado se deve principalmente ao permanente contato entre as instituições de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN e Instituto Engenharia Nuclear - IEN) com a classe médica, o que tem permitido uma constante atualização dos produtos oferecidos, em quantidade, qualidade e variedade, acompanhando os avanços e as tendências da medicina nuclear no mundo.

Principais resultados: para alcançar o objetivo, o Programa tem seguido duas diretrizes principais: manutenção da produção rotineira dos produtos nucleares do portfólio da CNEN e o desenvolvimento de novos produtos. Nessas condições, os principais resultados obtidos pelo Programa, durante o período 2000 a 2002, foram os seguintes:

- Produção e distribuição de 14.260.899 miliCuries (mCi) de radioisótopos e radiofármacos.
- Conclusão e ampliação das instalações de produção de Gálio-67 e Tório-232.
- Conclusão da implantação da célula de produção de Tecnécio-99m via gel no IPEN.
- Conclusão do laboratório PET, com a instalação do Ciclotron RDS 111 no IEN.
- Produção de Iodo-123 ultra-puro e de diversas substâncias marcadas com esse produto.
- Produção experimental de sementes de Iodo-125 para tratamento da próstata.
- Produção de Flúor-18 (FDG) para utilização em PET (*Positron Emission Tomography*).

Assessora de Gerente:

Elianne Prescott

Resultados esperados para 2003: nesse ano, espera-se manter as mesmas taxas de crescimento de produção de radioisótopos e radiofármacos dos anos

Resultados

anteriores. Adicionalmente deverão continuar as atividades de ampliação ou implantação de outras unidades, tais como: célula de produção de sementes de Iodo-125; produção de radiofármacos baseado no anticorpo monoclonal anti-CEA marcado com Tecnécio-99m; produção de radiofármacos baseados no peptídeo octreotite marcados com Tecnécio-99m; produção de radiofármacos baseados em peptídeos para diagnóstico de focos de infecção e para localização de tumores neuroendócrinos do trato intestinal; produção de Índio-111; produção rotineira de Flúor-18 (FDG) no laboratório PET e produção de hidrogéis.

Impacto sobre o público-alvo: diante dos resultados obtidos, tem sido possível obter benefício socioeconômico decorrente da implementação do Programa, na medida em que se tem atendido às necessidades do público-alvo – hospitais, clínicas, laboratórios, centros de pesquisas e pacientes que necessitam de tratamentos e serviços de medicina nuclear – quanto à oferta de produtos nucleares para uso na área médica. Quanto à proposta orçamentária para 2003, avaliar as suas conseqüências depende particularmente de hipóteses feitas quanto à taxa de câmbio, uma vez que parte importante dos insumos e matérias-primas utilizadas no âmbito do Programa é importada. Supondo uma taxa de R\$ 3,80 por dólar e considerando um aumento de demanda da ordem de 10%, a necessidade total de recursos para o Programa será em torno de R\$ 25,2 milhões. Os recursos previstos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2003 são de R\$ 16.745.000,00. Portanto, a configurar-se essa insuficiência de recursos para 2003, há o risco de que não se possa atender às demandas dos nossos clientes.

Concepção

Problema ou demanda da sociedade que deu origem ao Programa: o Programa visa a atender à demanda da sociedade por produtos (radioisótopos e radiofármacos) para uso em medicina nuclear, tanto para diagnóstico quanto para terapia. No campo dos diagnósticos, a medicina nuclear representa um avanço em relação às radiografias: na medida em que produz imagens que mostram o funcionamento dos órgãos, permite perceber problemas de saúde antes que eles possam ser detectados por outros exames. Já no que se refere à terapia de doenças, ela é particularmente importante no tratamento de câncer, mal de Alzheimer (doença degenerativa, mais comum em idosos) e problemas de tireóide.

A transformação sofrida por essa demanda corresponde basicamente a um aumento anual em torno de 10%. Paralelamente ao atendimento a essa demanda, o Programa é guiado ainda por esforços de nacionalização de vários produtos hoje importados (especialmente do Tecnécio-99m, via gel), buscando economia de divisas, e pela necessidade de desenvolvimento de novos produtos, de maneira a acompanhar o ritmo de avanços da área em outros países.

Aspectos do Programa a serem melhorados: de maneira geral, o Programa apresenta uma concepção adequada.

Objetivo: é muito específico e está perfeitamente bem conceituado.

Público-alvo: também está bem caracterizado: em primeira instância são os centros de medicina nuclear (clínicas, hospitais, laboratórios etc.) espalhados por todo o País, chegando hoje a mais de 300, e que recebem os radioisótopos e radiofármacos da CNEN. Por sua vez, esses centros de medicina nuclear utilizam esses produtos nos pacientes, tanto para realização de importantes diagnósticos, como em terapia.

Cumprе ressaltar que, neste processo todo, destaca-se a participação do Sistema Único da Saúde - SUS, que patrocina a maioria dos exames realizados, por meio da sua rede própria ou de credenciados.

Dimensionamento do público-alvo: o público-alvo é caracterizado pelas mais de 300 clínicas (chegando a 360 se considerarmos que algumas instituições, principalmente hospitais, têm mais de uma unidade de medicina nuclear) existentes em todo o País: hospitais, clínicas, laboratórios, centros de pesquisa e, conseqüentemente, pacientes que necessitam de tratamento e serviços de medicina nuclear. Naturalmente, esse número tende a crescer durante os próximos anos.

Regionalização: os produtos da CNEN, para utilização em medicina nuclear, são distribuídos às clínicas espalhadas por todo o País. Conforme dados de 2001, essa distribuição foi de: 64% na região Sudeste, 15% no Sul, 13% no Nordeste, 7% no Centro-Oeste e 1% no Norte. Espera-se que, nos próximos anos, o número de clínicas e a demanda aumente nas regiões Centro-Oeste e Norte. Vale lembrar que o aumento de demanda depende, principalmente, da criação de novas clínicas (cuja instalação depende exclusivamente do interesse da classe médica) e o fornecimento de produtos, garantido pela execução deste Programa.

Matriz de fontes de financiamento: dentro deste Programa não há parcerias externas, portanto os recursos utilizados são todos orçamentários da fonte 100 ou 250. As atividades de produção continuarão a consumir a maior quantidade de recursos para seu custeio (corrente), portanto, esta natureza de despesa deverá continuar a ser priorizada na alocação de recursos. É importante ressaltar que há uma constante necessidade de reposição de equipamentos que já atingiram o fim da sua vida útil, assim como as novas exigências dos programas de controle de qualidade exigem a utilização de novos equipamentos para verificação, análises e controle de processos. Assim, embora a maior proporção de recursos seja em custeio, é necessário alocar também um percentual adequado de recursos em capital.

Outros: é importante destacar que o Programa dispõe de recursos humanos com capacidade técnica adequada para o funcionamento das unidades de operação, pesquisa e desenvolvimento, além de instalações satisfatórias.

Entretanto, há a necessidade de se manter um fluxo adequado de recursos para atendimento das necessidades mínimas das unidades de produção, particularmente em momentos de aumento expressivo do custo da moeda estrangeira, uma vez que é significativo o uso de insumos e matérias-primas importadas.

Outros produtos desenvolvidos: destacam-se aqui as atividades de pós-graduação desenvolvidas pelas instituições da CNEN envolvidas com este Programa. Os trabalhos resultantes dessas atividades correspondem a produtos que, embora de forma indireta, concorrem também para a obtenção do objetivo do Programa, na medida em que novos produtos, metodologias ou processos são desenvolvidos ou aperfeiçoados durante a execução das atividades de pesquisa.

Análise da estratégia de implementação: identificam-se dificuldades reduzidas na estratégia de implementação desse Programa, uma vez que a articulação entre os envolvidos é feita de forma direta pelo gerente, que também pertence à unidade responsável, o que lhe permite acompanhar *in loco* as atividades e articular as ações necessárias junto aos executores das tarefas. Além disso, a classe médica (individualmente ou por meio de suas associações de classe, como, por exemplo, a ABBMN - Associação Brasileira de Biologia e Medicina Nuclear) mantém uma interação constante com as instituições IPEN e IEN, de modo a oferecer uma atualização de produtos que efetivamente atendam às necessidades do público-alvo e ao acompanhamento dos novos desenvolvimentos tecnológicos na área de medicina nuclear.

Principais aspectos da estratégia de implementação: este Programa tem algumas peculiaridades do ponto de vista operacional. Entre elas, destacam-se: (a) a maioria das atividades é essencialmente de produção, com prazos, produtos e quantidades bem definidos; (b) as atividades são realizadas apenas por instituições da própria unidade responsável (CNEN); (c) a clientela, embora distribuída por todo o Brasil, é muito homogênea; (d) a produção deve atender a uma demanda bem definida; e (e) as instituições que fornecem os produtos estão sob a mesma coordenação hierárquica da unidade responsável.

Devido a estas características, as possíveis dificuldades de implementação reduzem-se consideravelmente.

Implementação

Uma política de Ciência e Tecnologia em saúde, baseada nos pressupostos de seletividade e competitividade, deve estar orientada para a preservação e renovação da base técnico-científica instalada, de forma adequada às necessidades do País, ao mesmo tempo em que deve incentivar o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e garantir estabilidade de financiamento aos grupos de pesquisa e desenvolvimento. Embora tenha-se buscado estreitar a cooperação com o Ministério da Saúde, para, em conjunto com a comunidade científica e tecnológica, definir e implementar uma agenda de prioridades e ações compartilhadas, evidencia-se que essa articulação pode ser prejudicada, notadamente frente a recorrentes contingenciamentos orçamentários, que limitam a participação do setor privado e a sua interação com o setor acadêmico, e restringem não só sua ampliação, mas também o atendimento a importantes problemas de saúde e da sociedade. A interação entre os sistemas de saúde e de C&T não pode ser tênue e eventual, sob o risco de resultar em iniciativas circunscritas, de pouca duração e impacto.

Vale destacar que, enquanto a atuação do sistema de C&T orienta-se pelas prioridades do avanço do conhecimento científico e tecnológico, a do Ministério da Saúde orienta-se conforme as prioridades sanitárias e as políticas sociais de cada governo e, desse modo, a operação do sistema de C&T em saúde deve ser concertada e privilegiar a interação entre os sistemas estaduais, federais e internacionais; buscar a utilização da capacidade de pesquisa instalada nas universidades e demais instituições de P&D; garantir estabilidade orçamentária e estrutura suficiente para lidar com os processos de invenção, inovação e de produção de bens e serviços.

Em 2002, com base na avaliação realizada no ano anterior, e para dar uma maior agilidade gerencial, o Programa teve o número de suas ações reduzidas, com a fusão e/ou cancelamento de algumas ações.

O orçamento aprovado para 2002 previa a aplicação de R\$ 73,8 milhões, considerando todas as fontes de recursos, sendo R\$ 20 milhões do capital da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e R\$ 50,54 milhões de um crédito suplementar distribuído em duas ações do Fundo CT-Saúde. Considerando apenas o orçamento fiscal, no valor de R\$ 53,8 milhões, foi liquidado apenas R\$ 1.19 milhão; o que representa 2,23% do total programado para o financiamento de nove ações. O contingenciamento impossibilitou a execução de cinco ações do Programa, além de só ter possibilitado a contratação de um projeto no âmbito do Fundo Setorial de Saúde.

Para o exercício de 2003, prevê-se um orçamento de R\$ 30 milhões. Caso seja possível executar a totalidade do orçamento da União programado originalmente para o período 2000/02, de R\$ 7,8 milhões, e o orçado para 2003, terá sido possível executar R\$ 37,8 milhões ao término do Plano Plurianual - cerca de 54% do orçamento total previsto para o Programa.

Durante a sua execução, o Programa introduziu melhorias no mecanismo de gerenciamento visando adequá-lo aos novos instrumentos introduzidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, com destaque à criação do fundo setorial. Esse instrumento tem por expectativa ampliar o volume de recursos a ser aplicado à C&T em saúde, com impactos não só no orçamento destinado ao Programa, já a partir do exercício de 2002, mas também nos resultados advindos da sua implementação. Infelizmente, o forte contingenciamento restringiu essa expectativa, traduzindo-se no principal problema detectado pelo Programa. Por outro lado, essa situação pode vir a prejudicar a realização das metas previstas no âmbito da maioria das ações do Programa, relativas ao número de projetos financiados, na medida em que houve redução no valor médio desses projetos.

No que concerne ao esforço de capacitação da equipe interna no MCT, cabe registrar que, desde o início de 2002, o Programa ficou sem gerente e, assim, conta hoje com uma equipe pequena, sem dedicação exclusiva. Existe um apoio eventual de técnicos da Secretaria de Políticas e Programas de C&T do MCT. Por outro lado, as equipes de coordenação, responsáveis pelas ações nas agências, FINEP e CNPq, são compostas de técnicos com experiência e capacidade de gerenciamento, acompanhamento e avaliação de projetos. Entretanto, não há registro sobre eventuais atividades de treinamento dessas equipes nas agências.

Assim, e considerando o caráter multidisciplinar da pesquisa em saúde, face à diversidade de áreas que se relacionam com o tema, faz-se necessária a manutenção e ampliação de instrumentos, iniciativas e recursos disponibilizados pelo Programa, de forma a garantir um efetivo avanço do conhecimento; aumento da competitividade do setor industrial e de capacitação de recursos humanos adequados para atuar nos diversos segmentos e temas relacionados com o setor saúde. Devido à capacidade de mobilizar parceiros, o Programa, além de estimular a articulação interna, com demais programas do MCT, deve também ampliar a cooperação com iniciativas que têm interface direta com o setor. Ainda, com relação a parcerias, vale citar a interação com instituições de P&D e, com a comunidade técnico-científica, a realização de ações conjuntas, tanto de identificação e definição de necessidades, prioridades e estratégias, na execução de estudos diagnósticos e prospectivos, como em processos de acompanhamento e avaliação. Entre as principais vantagens desse modelo de integração, residem a compatibilização de esforços, recursos e resultados, notadamente pela viabilização de programas e projetos cooperativos ou em rede, e a articulação de políticas públicas.

Espera-se, a partir da operacionalização do Fundo Setorial de Saúde - CT-Saúde, ampliar a participação dos diversos segmentos relacionados com o setor, tanto no processo de formulação, como no de implementação de importantes atividades que visam ao desenvolvimento da pesquisa e de tecnologias necessárias ao conhecimento dos problemas locais de saúde, bem como que garantam níveis satisfatórios de saúde à população brasileira, principal cliente dos resultados advindos desse esforço.

Para 2003, espera-se a consecução dos seguintes objetivos específicos:

- Formular um marco conceitual e implementar uma metodologia de avaliação de desempenho do sistema de saúde, tomando como eixo principal o princípio da equidade em relação a aspectos fundamentais de acesso, utilização e financiamento do sistema, estabelecendo indicadores para monitoramento e avaliação; e

- Promover a articulação interinstitucional para a implementação de ações e estratégias que visem: (a) a aumentar a capacidade de regulação, indução e articulação; (b) à implementação de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica necessários à melhoria das condições de saúde; (c) a estimular projetos cooperativos entre empresas e entre empresas e universidades e demais centros de pesquisa; (d) à criação e concessão de incentivos fiscais e proteção tarifária; (e) ao poder de compra do Estado, visando estimular a capacitação científica e tecnológica dos setores público e privado nacionais; (f) à elaboração, reformulação e adequação de um arcabouço legal para questões ligadas, entre outras, à propriedade industrial, biossegurança e bioética, com a regulamentação do acesso aos recursos genéticos e do uso experimental de animais; e (g) a conceder financiamento em condição favorável com o compartilhamento de risco nos casos de empreendimentos tecnológicos de ponta.

O pleno atingimento dos benefícios esperados pelas atividades de C&T em saúde depende fortemente das condicionantes econômicas do País, mesmo considerando que as questões relativas ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde já façam parte das preocupações consideradas no planejamento estratégico do Governo.

Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma

O objetivo do Programa é conservar recursos genéticos e desenvolver produtos e processos biotecnológicos relevantes para a produção industrial, a agropecuária e para a saúde humana.

Resultados

O acompanhamento dos resultados do Programa é realizado por meio dos seguintes indicadores:

- Número-índice de Empresas de Base Biotecnológica Criadas no País. Valor no início do PPA: 100/ Valor previsto final PPA: 130;
- Número-índice de Produtos e Processos Biotecnológicos Gerados no País. Valor no início do PPA: 100/ Valor previsto final PPA: 130; e
- Número-índice de Acesso a Material Genético Caracterizado e Conservado. Valor no início do PPA: 100/ Valor previsto final PPA: 160.

O índice do primeiro indicador superou o valor inicialmente previsto para o final do PPA (130), já em 2001. Em 2002, por meio de estudo coordenado pela Gerência do Programa e executado pela Fundação Biominas, foram identificadas 304 empresas de diferentes origens e perfis quanto às aplicações biotecnológicas. Essas empresas estão distribuídas por todo o País, mas com uma forte concentração na região Sudeste. Muitas delas surgiram em decorrência do apoio do Governo Federal e Estadual, realizado nos últimos dez anos ao segmento da biotecnologia.

No caso do segundo indicador, não é possível mensurar a obtenção ou expansão no número de produtos ou processos biotecnológicos gerados no País nos últimos dois anos. Um produto biotecnológico possui um tempo de maturação para ser disponibilizado no mercado bastante variável. Por exemplo, um fitomedicamento, conforme o alvo terapêutico, pode demorar de 12 a 20 anos da pesquisa até chegar ao mercado, uma planta melhorada ou mesmo transgênica pode chegar ao mercado em torno de 6 a 10 anos. Para se disponibilizar um produto biotecnológico no mercado, este deve cumprir um conjunto de exigências de segurança biológica, testes pré-clínicos e clínicos, testes de campo, dentre outras. Assim, não há condições de se responder de maneira assertiva quanto à variação deste índice.

A indefinição também prevalece em relação ao terceiro indicador. Os números/índices planejados no início do PPA foram visualizados com base nas demandas/espécies, na equipe disponível, na infra-estrutura existente e, principalmente, com base nos recursos financeiros que seriam aportados pelo Programa. Nos dois anos e meio de existência do PPA, infelizmente, os índices oscilaram de maneira decrescente do início do Programa até este período, pela incerteza e lentidão do repasse de recursos financeiros para desenvolvimento das atividades/espécies prioritárias indicadas nas ações de recursos genéticos (2153/4416). Uma simples reflexão sobre a natureza das ações e a variação dos números/índices das ações de recursos genéticos induz à conclusão de que é impossível se especificar um valor numérico anual de coletas de espécies e de acessos ao material genético, caracterizados e conservados em bancos de germoplasma ou em coleções de culturas.

A Coordenação Geral de Biotecnologia do MCT é a responsável pela gerência do Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos (Genoma) e pelas demais ações de biotecnologia realizadas pelo MCT e suas agências. No âmbito de suas atribuições, procurou promover

Gerente:

Ana Lúcia Delgado Assad

um conjunto de atividades destinadas a ampliar a competência nacional em temas de fronteira com ênfase naqueles de importância para o País, como seqüenciamento genético, fitomedicamentos, bioinformática, capacitação de recursos humanos, cooperação internacional, dentre outros.

No ano de 2002 foram consolidadas várias atividades do Programa, promovendo-se também o acompanhamento e a avaliação das atividades em curso. Dentre elas estão incluídas: as redes nacional e regionais para o seqüenciamento dos diferentes genomas; o início da implantação da Rede de Estrutura de Proteínas coordenado pelo Laboratório Luz Sincrotron - ABTLuz; o Laboratório de Bioinformática, no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC; o Sistema de Informação em Coleções de Culturas - SICol; os projetos de pesquisa e desenvolvimento em genoma de eucaliptus, da banana; início da implantação da rede de pesquisas e desenvolvimento dos genoma bovino, do arroz, do camarão e do guaraná; pesquisa e desenvolvimento do Fator VIII; pesquisa e desenvolvimento de projetos para a obtenção de seis fitomedicamentos pela Fiocruz; início da operacionalização da Rede de Biossegurança da Embrapa; funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio; financiamento dos projetos de fitomedicamentos e bioinformática; diversos programas de cooperação internacional com vários países, como Cuba, Argentina, Índia, Alemanha, China; dentre muitas outras atividades.

Dentre os resultados obtidos, podem ser identificados como bastante positivos os seguintes: destaque dado ao segmento da biotecnologia decorrente da atuação do Governo Federal; ocupação e divulgação contínua na mídia de informações referentes às atividades financiadas pelo Programa; cumprimento de todas as atividades previstas; formação e capacitação de recursos humanos em diversas áreas; ampliação da competência em biologia molecular, seqüenciamento genômico e bioinformática em todas as regiões do País; participação de jovens pesquisadores em projetos de destaque nacional. Deve ser destacado, também, que os procedimentos operacionais adotados para os programas de gerenciamento intensivo, com a liberação de recursos conforme solicitado, permitiu a execução de grande parte do planejado pelo Programa.

Com relação às ações existentes no Programa, à ação referente a coleta e conservação de recursos genéticos (2153 e 4416), atividade realizada sob a responsabilidade da Embrapa, permitiu a inserção das atividades básicas de recursos genéticos, desenvolvidas pela Embrapa desde 1976, no Programa Plurianual do Governo, apresentando perspectivas de possíveis avanços nas pesquisas de avaliação, caracterização e conservação do germoplasma coletado, resgatado e introduzido. O objetivo desta ação é atender às demandas relacionadas ao uso potencial e atual de germoplasma pelos melhoristas e pelos agricultores na sua forma direta. No decorrer de todos esses anos, grande esforço tem sido feito pelos pesquisadores envolvidos nas atividades de caracterização e conservação de recursos genéticos no sentido de desenvolver seus trabalhos referentes a este tema, que, aliás, vêm apresentando excelentes resultados, embora, aquém do planejado e desejado.

A ação "Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia para Segurança Alimentar e Ambiental" (2006), sob a responsabilidade da Embrapa, que teve início em 2001, apresentou os seguintes resultados: organização de Rede de Pesquisa em Biossegurança, para trabalhar os impactos ambientais, incluindo todas as pesquisas associadas ao milho, arroz, soja, algodão, mamão e batata; desenvolvimento de protocolos gerais de análise ambiental; análises da segurança alimentar, para mamão, feijão, soja, algodão e batata, que deverão ser testados e certificados a partir de 2003. É importante ressaltar que o tempo de preparação,

reconversão técnica e amadurecimento de um projeto dessa envergadura excede em muito os prazos estipulados nos atuais moldes do PPA. Deve-se, considerar, também, que as mudanças na legislação sobre uso de OGM (Organismos Genéticamente Modificados) ocorridas durante o ano de 2002 prejudicaram o andamento das atividades previstas na ação no que tange à implementação dos protocolos de análise, uma vez que é necessário obter material vivo, cujo plantio foi proibido por decisão judicial até a aprovação de legislação ambiental apropriada, adicional à legislação de biossegurança, já vigente no País desde 1995, o que só aconteceu ao final de novembro de 2002.

O envolvimento da Embrapa na área de pesquisa em biossegurança de OGM, apoiada pela ação 2006, durante os anos 2001 e 2002, possibilitou à empresa responder aos anseios da sociedade no que tange à obtenção de dados sobre os impactos de OGM gerados no Brasil, em contraposição aos dados gerados no exterior pela maioria das empresas multinacionais. É possível que o atraso na implementação experimental em 2002 tenha reflexos negativos no cumprimento da programação estabelecida para 2003. Além disso, o baixo percentual financeiro liberado na rubrica de investimento em 2002 não permitiu a aquisição de alguns dos equipamentos necessários para a implementação de várias atividades. De fato, a liberação feita às vésperas do encerramento do ano fiscal dificultou o cumprimento das metas.

Na ação "Fitoterapia em Saúde Pública" (4560), sob a responsabilidade da Fiocruz, os resultados alcançados foram satisfatórios: mais plantas foram selecionadas, passando pelo processo de identificação e seleção, tendo sido concluídas as etapas planejadas; assim como mais monografias estão sendo elaboradas. Foram finalizados estudos de dezesseis portfólios e vinte monografias de plantas específicas. O desdobramento desta meta foi reforçado em sua execução pelas seguintes tarefas: (i) geração de documentação apropriada para o respaldo legal dos produtos; e (ii) *expertise* disponível na instituição executora, constituindo-se atualmente em um dos seus principais projetos, com firme tendência à regionalização da execução (o que significa maior engajamento das pesquisas no tocante à nacionalização da meta) com foco na elaboração de uma futura Farmacopéia Nacional de Plantas Medicinais. Projeta-se, ainda para este ano, publicação das dez primeiras monografias.

Com relação à validação química e farmacológica da matéria-prima vegetal, maior número de metodologias analíticas foi produzido. Foram estabelecidas 4 metodologias e quatro perfis químicos, além de cinco protocolos farmacológicos. Estes números referem-se apenas aos produtos prioritários, que seguem o curso do desenvolvimento tecnológico para produção de fitomedicamentos com as seguintes atividades: antialérgicos, repelência de insetos vetores, anti-inflamatório, anti-maláricos e Doença de Chagas. Nem todas as pesquisas foram publicadas, mas estão inseridas nos portfólios dos produtos. É importante destacar que a oferta de ensaios toxicológicos com qualidade é um gargalo nacional, e esta fase é determinante na obtenção dos produtos. Os ensaios para dois produtos estão em fase avançada (malária e alergia). Quanto ao estabelecimento de fórmula farmacêutica, diversas formulações para os produtos finais foram definidas (alergia, papiloma vírus e desinfetante), e três delas passam por ensaios de estabilidade. No tocante à validação clínica dos produtos, três protocolos clínicos já foram desenhados (alergia, malária e papiloma vírus), e os ensaios estão aguardando os resultados finais da toxicologia. Finalmente, nenhum fitomedicamento foi registrado, e muito provavelmente não o será antes do término do período do atual PPA. Trata-se de uma meta equivocada, e que deveria ser revista. Do ponto de vista tecnológico, o resultado final poderia ser considerado

como a constituição do dossiê para o registro, ou eventualmente para obtenção da patente ou dos laudos finais de cada fase do desenvolvimento dos produtos.

A ação "Pesquisa e Desenvolvimento de Genes para a Agricultura e Pecuária" (2455), sob responsabilidade da Embrapa, avançou em conformidade com os padrões de seqüenciamento de espécies. Foram realizadas 4370 seqüências genômicas do fungo *Crinipellis perniciosa* pela rede que integra a Unicamp, Ceplac e Uesc; 3.000 seqüências de cDNA de nematóides do gênero *Meloidogyne* no âmbito do projeto genoma raízes; 2.500 seqüências de raízes de milho e 6.000 seqüências de raízes de soja pelas seguintes unidades da Embrapa: Milho e Sorgo e Soja, que integram a rede Genoma Raízes; e 1.500 seqüências de cDNA de carrapatos *Boophyllus microplus*, que se relaciona a projeto específico com foco na descoberta de uma vacina para este ectoparasito. Em café, vale citar o projeto em parceria com a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, tendo sido realizadas 6.469 seqüências válidas. Em Musa (banana), projeto internacional coordenado pelo *International Network for the Improvement of Banana and Plantain* - INIBAP, foram realizadas as primeiras 464 seqüências válidas. O projeto *Genolyptus* realizou 464 seqüências válidas. Em cenoura, que integra o projeto Genoma Raízes, foram obtidas até o momento 193 seqüências válidas. No total, foram obtidas 25.088 seqüências de cDNAs, correspondendo a 84.% das 30.000 previstas no exercício. Além disso, foram determinadas 40 estruturas primárias de proteínas/peptídeos a partir de anfíbios. Estes peptídeos têm propriedades antimicrobianas e outras propriedades farmacêuticas, e estão sendo gradualmente submetidas ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI para pedidos de patenteamento, o que poderá a curto prazo resultar em significativo impacto econômico. No que concerne às pesquisas sobre bovinos e *Orygens*, estas ainda não foram iniciadas, pois os recursos somente foram aprovados em dezembro de 2002. Vários destes projetos possuem parceria com o MCT, com financiamento compartilhado tanto pelo Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos, como pelos fundos setoriais.

Nas ações a cargo do MCT e de suas agências, CNPq e Finep, tais como Manutenção da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (4523/3465), Implantação da Rede de Laboratórios de Mapeamento Genético (1261), Implantação da Rede Nacional de Bioinformática (1255), Implementação do Laboratório Nacional de Biologia Molecular (1259), Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (4189), Fomento à Projetos Estratégicos de Biotecnologia (4438), Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Imunobiológicos, Medicamentos, Produtos e Processos Terapêuticos (4155), Fomento ao Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Agronegócio (4169) e Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor da Biotecnologia - CT Biotecnologia (4031), foram implantadas quase todas em sua totalidade, gerando resultados bastante promissores para a biotecnologia, bem como ampliando as competências nacionais nos diversos temas que envolvem a biotecnologia. A ação Criação de Bancos de Germoplasma e Coleções de Culturas (Finep - 3455) não executou absolutamente nada pois teve seus recursos contingenciados; e a ação Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Genéticos (3674), sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA não implementou nenhuma atividade por questões de organização interna.

Com relação aos impactos do Programa sobre o público-alvo, os resultados são positivos. Devem ser considerados como público-alvo as instituições de ensino e pesquisa, os pesquisadores e as empresas, e, num segundo momento, a

sociedade, que é a beneficiária final dos resultados das pesquisas. Várias instituições tiveram condição de manter o nível e continuidade das pesquisas em biotecnologia. Outras tiveram sua infra-estrutura parcialmente recomposta. Foi possível manter e implementar projetos distribuídos regionalmente, em parceria com as Fundações Estaduais de Pesquisa. Vários pesquisadores e pessoal técnico atuante na área foram capacitados em diferentes temas. Como impacto negativo pode ser citado o contingenciamento orçamentário e a demora na utilização dos recursos, caso específico da ação 1261, fonte 148.

Para 2003, são esperados os seguintes resultados:

- início de funcionamento da Rede de Pesquisas em Proteoma, visando dar continuidade às pesquisas das Redes Genômicas;
- consolidação da Rede de Pesquisa em Biossegurança de Alimentos da Embrapa, com a realização de pesquisas destinadas a fornecer subsídios para a tomada de decisões com relação à segurança de transgênicos;
- ampliação das atividades de coleta, caracterização e avaliação dos recursos genéticos dos diferentes biomas e regiões do Brasil, ampliando-se o número de acesso de espécies nativas nos bancos de germoplasmas;
- disponibilização à sociedade de pelo menos quatro fitomedicamentos depois de terem sido cumpridas todas as etapas do desenvolvimento científico e tecnológico;
- consolidação do Laboratório Nacional de Biologia Molecular Estrutural e da Rede de Pesquisas em Biologia Molecular Estrutural no Laboratório Nacional de Pesquisas Luz Sincrotron; e
- ampliação das atividades de capacitação de recursos humanos em biossegurança, risco biológico e bioinformática.

É mundialmente reconhecida a importância estratégica dessa área por seu potencial de desenvolvimento econômico e social. É consenso que essa área constitui uma das maiores oportunidades de ingresso do Brasil no grande mercado de conhecimento e de novas tecnologias. Estima-se que o mercado de produtos biotecnológicos movimentará, em 2005, cerca de US\$30 bilhões na venda de produtos gerados pela engenharia genética somente na agropecuária. Em saúde, estimam-se US\$15 bilhões em processos e produtos. A participação do Brasil nesse mercado ainda é modesta, mas apresenta grande potencial de crescimento, considerando que o País possui uma base técnico-científica instalada de alta qualidade e as imensas possibilidades de utilização de sua biodiversidade. Além disso, a ampliação da capacidade técnico-científica nacional no seqüenciamento de genomas é de interesse estratégico para a competitividade da indústria, da saúde e da agropecuária. Assim, o avanço do conhecimento nessas áreas deve alavancar a criação de empresas de base tecnológica em biotecnologia e consolidar a posição do Brasil como líder na América do Sul.

A idéia de ordenar as questões sobre a biotecnologia em um único Programa de âmbito nacional foi um avanço na organização do sistema de C&T. Algumas ações de biotecnologia encontram interface com outros programas cujas atividades de coordenação e planejamento devem ser substancialmente melhoradas. Nesse sentido, sugere-se:

- incluir no Programa as ações executadas por outros ministérios;
- promover uma maior articulação intra e inter ministérios e órgãos que atuem em biotecnologia; e

Concepção

- promover a autonomia dos gestores e responsáveis de ação na gestão do Programa e a efetiva participação na tomada de decisão quanto à programação orçamentária e financeira.

Quanto ao desenho do Programa, este necessita atenção nos seguintes aspectos:

- adequação do objetivo ao problema - algumas ações estão apontando para a necessidade de ajustes nas metas;
- regionalização - abrangência do Programa deve ser mantida como nacional, mesmo que suas ações tenham caráter regional;
- pertinência das ações - ações necessitam ser adequadas a uma nova realidade da pesquisa e produção biotecnológica, bem como devem ser incluídas outras ações em execução em outros programas;
- suficiência das ações - necessidade de ajustes na abrangência, nome e número de ações;
- suficiência de metas físicas - algumas ações necessitam ter suas metas ajustadas em virtude da real implementação; e
- adequação dos indicadores - faz-se necessário uma redefinição dos indicadores considerando as novas abordagens para a biotecnologia.

O Programa de Biotecnologia possui um caráter dinâmico e está sendo continuamente monitorado em sua execução global e em cada ação. Desta forma, é possível indicar a necessidade de ajustes nas metas e nos indicadores, bem como nas questões operacionais.

Outros produtos são gerados em decorrência do apoio e das ações implementadas pelo Programa. Destacam-se: desenvolvimento de sistemas de informação para utilização em biotecnologia, treinamento e capacitação de recursos humanos, fortalecimento de equipes institucionais nas instituições, implementação do sistema de informação, ampliação da capacitação e da infraestrutura em biologia molecular e novas linhas de financiamento.

Alguns aspectos em que a estratégia de implementação necessita ser aperfeiçoada e mesmo fortalecida:

- plano de avaliação - melhorar a implementação;
- organização dos trabalhos no âmbito da gerência - via fortalecimento da equipe de gestão e de apoio do Programa;
- forma de articulação com outras unidades do Ministério - visa otimização e melhor troca de informações internas e entre os gerentes;
- forma de articulação com as parcerias - estas devem ser fortalecidas;
- forma de coordenação e acompanhamento dos executores - melhorar a implementação das ações; e
- forma de articulação com outros ministérios - mudança de mentalidade e de feudos existentes hoje.

Como comentários adicionais, o Programa tem procurado atuar em contínua articulação com os diferentes atores envolvidos no processo (MCT e suas agências, outros ministérios, comunidade científica e empresarial), contudo faltam algumas

condições que merecem ser melhoradas, como infra-estrutura física, ampliação do quadro de pessoal técnico e de gestão orçamentária e financeira, implantação da cultura de acompanhamento e avaliação qualitativa e quantitativa.

Outra questão para o melhor funcionamento do Programa está relacionada à ausência de recursos específicos para gestão e administração do mesmo como um todo, incluindo a parte de acompanhamento e avaliação; recursos estes não destacados no orçamento do Programa.

Como aspecto positivo da estratégia de implementação, cabe destacar que uma das estratégias adotadas pelo Programa de **Biotecnologia e Recursos Genéticos** é a formatação de redes de pesquisas, que permite a integração de grupos de pesquisa, a participação de grupos emergentes e a formação de recursos humanos, criando um ambiente favorável para a troca de experiências, além de maximizar a aplicação de recursos. Outra ação adotada é o lançamento de editais em temas considerados de importância estratégica, como fitomedicamentos e bioinformática. Tal mecanismo permite maior transparência na aplicação de recursos, ampliando a concorrência entre vários grupos de pesquisa, e a seleção das propostas com a prevalência do mérito, dentre outros critérios.

No que tange aos mecanismos de supervisão, considera-se boa a articulação com os responsáveis de ação e com a direção das instituições responsáveis por sua implementação. Contudo, esta estratégia merece maior atenção, pois existem casos em que o responsável pela ação não pode responder e nem é ouvido pela instituição quanto aos ajustes que são efetuados nas ações, no orçamento e no planejamento das mesmas.

..... **Implementação**
Apesar do volume de recursos financeiros liberado ter sido insuficiente, os resultados obtidos no decorrer do ano de 2002 foram bastante satisfatórios, considerando a amplitude e diversidade de ações que compõem o Programa, com relevantes avanços quanto a:

- fortalecimento da articulação intra e inter-institucional, já tendo fornecido um forte impacto, principalmente nas instituições de ensino e pesquisa envolvidas no mesmo;
- ampla divulgação dos investimentos realizados no Genoma por meio da mídia;
- divulgação contínua dos resultados do Programa e de suas ações em congressos e eventos nacionais e internacionais, contribuindo para tornar mais efetivas as propostas que foram estabelecidas no referido Programa;
- promoção de reuniões técnicas para discussão sobre novos temas e projetos específicos, bem como sobre a possibilidade de aplicação dos resultados;
- fortalecimento da cooperação internacional, com ampliação das parcerias internacionais e implementação de diversos projetos binacionais; e
- avaliação contínua de suas atividades e projetos, por meio de consultoria *ad hoc*.

A maior parte das metas estabelecidas para 2002 foram realizadas, bem como a execução financeira das ações que ultrapassou, de modo geral, a média de 80% do previsto.

Destaca-se que grande parte dos recursos não executados está empenhada para liberação em 2003. Três ações tiveram problemas em sua execução, duas delas não implementaram nenhuma atividade. Trata-se da ação 3455 - Criação

e Consolidação de Bancos de Germoplasma, sob a responsabilidade da Finep, que teve seus recursos contingenciados, e da ação 3674 - Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Genéticos, sob responsabilidade da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA. A ação 1261 - Implantação da Rede de Laboratórios de Mapeamento Genético executou em torno de 40% do liberado, contudo o saldo existente encontra-se já empenhado para liberação no decorrer de 2003, com recursos na fonte 0148.

Por ser considerado estratégico, o Programa não sofreu problemas quanto à solicitação e liberação de recursos. De fato, os recursos solicitados, mês a mês, foram liberados, cumprindo-se o programado. Assim, com a garantia da regularidade na liberação e disponibilidade de recursos, é possível efetuar uma aplicação e uma programação mais eficiente.

Dois pontos prejudicaram a eficiência do Programa: (a) o tempo na definição dos limites orçamentários para cada ação, provocando atrasos na execução do planejado, implicando efetuar ajustes nas ações; e (b). os recursos da fonte 0148, que possui um volume considerável de restos a pagar, muitas vezes decorrentes de dificuldades do beneficiário final em cumprir os procedimentos para sua utilização.

Outros aspectos a serem considerados, que dificultam a gestão do Programa, são os seguintes: ausência de clareza quanto ao papel do gerente e dos responsáveis de ações junto às instituições a qual estão vinculados; impossibilidade do gerente, bem como dos responsáveis de ação de outros ministérios (caso das ações na Embrapa e na Fiocruz) de gerir e alocar recursos; o excesso de solicitação de informações mensais por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP (poderia ser bimestral), no caso de Programas Estratégicos; e, finalmente, a ausência de uma ação específica destinada às atividades de coordenação e gestão do Programa.

No que tange à multissetorialidade, o Programa possui ações em execução no Ministério da Agricultura/Embrapa e Saúde/Fiocruz. O relacionamento com os responsáveis de ação é bastante salutar e de cordialidade. Contudo, os mesmos não possuem gerência sobre as decisões de aplicações financeiras dos recursos, contingenciamentos, programação anual e nem mesmo informações sobre os orçamentos que teoricamente estariam responsáveis. Os atores envolvidos na proposta de integração matricial do PPA devem adquirir uma visão mais integrada do sistema público de gestão; as relações de impessoalidade devem prevalecer no trato da coisa pública.

Mesmo com as dificuldades de contingenciamento e indefinição acerca do papel do responsável da ação na alocação dos recursos, as ações executadas em outros ministérios encontram-se em andamento, e algumas delas com atraso. Vale destacar que existe uma ótima integração do gerente com os responsáveis de ação, exceto com a atual ADA, que está indicando novo responsável pela ação. Conforme citado anteriormente, um ponto de restrição refere-se à efetiva participação do responsável das ações na distribuição e alocação de recursos. Falta divulgar ao responsável de ação informações quanto ao orçamento inicial, limite de recursos, liberação mensal, dentre outros. Estes dados ficam sob a responsabilidade das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOAs específicas, que não os repassam.

Com relação à capacitação, houve um aumento na oferta de cursos para a equipe técnica do Programa. Este esforço permitiu uma maior compreensão do PPA e uma melhoria na qualidade dos trabalhos associados à programação físico-financeira. Os treinamentos devem ser estendidos aos responsáveis técnicos das ações descentralizadas e multissetoriais e suas equipes técnicas,

bem como aos gestores das instituições, para que possam incorporar a lógica do PPA na administração e gestão interna.

No que concerne a parcerias, estão sendo fortalecidas pelo Programa com as Instituições de Ensino e Pesquisa, com empresas e com fundações estaduais de apoio à P&D. A construção de Redes de Pesquisa para a solução de problemas está sendo promovida e incentivada pelo Programa como uma forma de unir esforços na busca de respostas coletivas, agregação de competências, ampliação da participação dos diferentes grupos, capacitação de recursos humanos, geração de conhecimentos passíveis de serem transferidos ao setor produtor de bens e serviços, dentre outros fatores. Esta não tem sido uma tarefa fácil, pois significa mudar mentalidades, formas de trabalho, dividir responsabilidades e lideranças. Significa, também, rediscutir questões como propriedade intelectual, parcerias, custos dos projetos, partição de autoria e benefícios entre todos. Enfim, é um novo processo de aprendizado que está sendo promovido.

Além disso, destacam-se as ações conjuntas com os programas de Sociedade da Informação, Tecnologia Industrial Básica, Agronegócio, Saúde e Capacitação de Recursos Humanos. São ações discutidas e avaliadas conjuntamente pelos gerentes, que buscam soluções adequadas a objetivos comuns, e visam a otimização do uso dos recursos públicos. No caso do Agronegócio e Saúde, estas estão sendo fortalecidas em função da criação dos Fundos Setoriais de Agronegócio, Saúde e Biotecnologia. Tais parcerias permitem a tomada de decisões com base num trabalho integrado e com atividades e projetos conjuntos, além de permitir o fortalecimento de ações.

Considera-se, ainda, que seriam vantajosas parcerias com os programas Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida e Probem da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, e com alguns programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no sentido de desenvolver atividades conjuntas, nas quais a biotecnologia é uma das ferramentas na solução de problemas econômicos e sociais.

Existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, tais como: consulta pública, divulgação do Programa em fóruns específicos, divulgação na mídia das atividades executadas, discussão contínua com os pares, dentre outros mecanismos.

O Programa também avalia a satisfação de seus beneficiários em relação à execução, por meio de discussões com os usuários, consulta pública e avaliação periódica dos projetos que são apoiados pelo Programa. Entretanto, nota-se um desconhecimento grande do público sobre as ações e instrumentos públicos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico governamentais.

Por fim, considera-se que a estrutura organizacional do Ministério está adequada à gestão por programas. De fato, o MCT adequou sua estrutura ao PPA mediante a criação de uma assessoria específica. Desta forma, a Coordenação Geral de Biotecnologia do MCT é a responsável pela gestão do Programa de **Biotecnologia e Recursos Genéticos**, bem como pelas demais atividades relacionadas ao tema, que ultrapassam as definidas nas ações do Programa. No caso deste Programa, por ser considerado um programa estratégico, o MCT também forneceu um tratamento diferenciado na gestão de informações físico-financeiras, na liberação dos recursos e no suporte de modo geral. Da mesma forma, existe um interlocutor e simetria entre esta organização, o MCT e suas agência (CNPq e Finep). Recomenda-se que este tipo de suporte e infra-estrutura deva continuar. O mesmo não ocorre na estrutura organizacional da Embrapa e Fiocruz.

Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Resultados O Programa de **Capacitação de Recursos Humanos** tem como objetivo ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e qualificação de pesquisadores.

O acompanhamento dos resultados do Programa é realizado por meio dos seguintes indicadores gerais:

- Número-índice da Produtividade Relativa dos Bolsistas de Pesquisa do CNPq. Valor no início do PPA: 130,000/ Valor previsto final do PPA: 130,000. Este índice mede a relação entre a produtividade dos bolsistas de pesquisa apoiados pelo CNPq e a produtividade dos demais pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa e indica que os bolsistas de produtividade de pesquisa devem apresentar uma produtividade 30% superior aos demais pesquisadores doutores do País. Este índice tem sido alcançado sem problemas e deve ser mantido até 2003. Na verdade, este índice não tem previsão ou intenção de variação mesmo para períodos mais longos, já que o valor relativo permanece um valor adequado mesmo com o crescimento da base.
- Taxa de Pesquisadores Doutores em relação à População. Valor no início do PPA: 119,000/ Valor previsto final do PPA: 127,000. Em 1997, utilizando os dados oficiais do CNPq em termos de doutores cadastrados e a população brasileira, esse índice foi de 119. Em 2001, o índice foi de 162 e, em 2002, de 194, ultrapassando a meta estabelecida para 2003, que é de 127. Isto pode ser explicado pela maior cobertura no cadastramento realizado pelo CNPq, bem como pelo expressivo aumento do número de doutores formados nos últimos anos. Nesse aspecto, basta lembrar que, em 1990, o País formou 1.400 doutores, em 2001 formou 6.400 e, em 2002, aproximadamente 7.000 doutores.

É possível dizer, portanto, que os indicadores são adequados e tiveram uma evolução muito satisfatória, indicando a importância e o êxito continuado do Programa como um todo. Além disso, a expectativa acerca da estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do Plano (2003) é alta devido ao bom desempenho do Programa, formando e qualificando novos pesquisadores e incentivando o aumento da produção científica.

Os resultados do Programa são satisfatórios apesar das dificuldades ocorridas ao longo de 2002. O Programa é constituído de quatro ações, e sua análise permite algumas observações:

- Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa - os resultados podem ser considerados excelentes, destacando-se a concessão de duas modalidades de bolsa, a de Produtividade em Pesquisa e a de Desenvolvimento Científico Regional. A bolsa de Produtividade em Pesquisa possibilitou aumento da produção científica em termos qualitativos e quantitativos. No período de 2000 a 2002, houve aumento na oferta dessas bolsas em 10%, permitindo a incorporação de novos pesquisadores ao sistema. Os bolsistas de Produtividade em Pesquisa são responsáveis, em grande parte, pelo expressivo crescimento no número de publicações em revistas de grande impacto no País e exterior. Relevante ressaltar que o Brasil é responsável, hoje, por

Gerente:

Alice Rangel de Paiva Abreu

1,44% da produção científica mundial. A bolsa de Desenvolvimento Regional destacou-se no período considerado pela importância na redução das diferenças regionais em termos do conhecimento científico e tecnológico. Esta bolsa é concedida a pesquisadores que desejam participar de grupos de pesquisa nas instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e permitiu um aumento da interação entre grupos de pesquisa nessas regiões.

- Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores - os dados agregados no País indicam um número crescente de doutores titulados em todas as áreas do conhecimento. Houve, em 2002, o mesmo número de bolsas concedidas que no ano anterior. Neste sentido, é importante ressaltar que, em 1990, o País formava em torno de 1.400 doutores/ano, em 2001 foram titulados 6.300 doutores e, em 2002, próximo a 7.000. Registre-se que o crescente número de doutores tem influência não apenas na melhoria da pesquisa científica do País como também na dos cursos de pós-graduação. No período 2000 a 2002, houve igualmente um aumento na formação de mestres, etapa importante da formação do pesquisador, especialmente em algumas áreas do conhecimento ainda pouco consolidadas. Outro importante resultado desta ação foi a concessão de bolsas de doutorado no exterior, que vinha apresentando nos últimos anos um decréscimo na demanda. Em 2001, houve um aumento na demanda por meio de induções em algumas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento científico do país, permanecendo estável em 2002. Entre 2000 e 2001, o número de candidatos aprovados ao final do processo seletivo correspondeu a 31% da demanda. Em 2002, registrou-se percentual semelhante de recomendação, que, no entanto, não pôde ser atendido na sua totalidade face às restrições vinculadas ao contingenciamento e ao aumento da taxa de câmbio. Estas mesmas restrições afetaram, em 2002, as modalidades Estágio-Sênior, Pós-Doutorado e Doutorado Sanduíche no exterior, que em 2001 tinham apresentado um crescimento de 25% nas concessões em relação a 2000.
- Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa - os resultados podem ser considerados satisfatórios no período como um todo - apesar da redução de 8% no número de bolsas implementadas em 2002 -, principalmente pelo impacto positivo na renovação do quadro de pesquisadores do País. Os bolsistas são avaliados anualmente e alguns resultados mostram a importância da iniciação científica na formação de novos pesquisadores, como: (a) os ex-bolsistas demoram, em média, 1,4 ano para ingresso na pós-graduação, contra 6,8 anos para aqueles que não tiveram bolsa de iniciação científica; (b) 76% dos ex-bolsistas que ingressam no mestrado recebem bolsa do CNPq ou da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para a realização do curso, significando que as chances de um ex-bolsista são 1,5 vezes mais elevadas do que aqueles que não tiveram bolsa na graduação; (c) 61% dos bolsistas de iniciação científica publicaram como autor ou co-autor, mostrando claramente a sua distinção e qualidade acadêmica, bem como o engajamento dos orientadores no processo de formação de novos pesquisadores; (d) estímulo ao envolvimento de novos pesquisadores na atividade de formação, envolvendo jovens doutores na formação de jovens pesquisadores; (e) parcerias, não formalizadas, com 120 instituições de ensino e pesquisa em todas as regiões do País, resultando numa contrapartida em bolsas concedidas com recursos próprios. Em 2002, essa contrapartida foi de 9.500 bolsas, representando um acréscimo de aproximadamente 50% em relação ao número de bolsas concedidas no âmbito da ação; e (f) estabelecimento de uma política de descentralização regional abrangendo as principais instituições de ensino e pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

- Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos - esta ação, por sua vez, tem possibilitado dar maior transparência e eficiência ao processo como um todo. Não obstante não haver sido estabelecido um indicador de sucesso para a ação Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa, o Programa dispõe de uma avaliação anual para medir o número de ex-bolsistas de iniciação científica que já concluíram o mestrado e/ou doutorado em cursos reconhecidos pela Capes, o que deverá constar da próxima versão do PPA.

Como os resultados do Programa de **Capacitação de Recursos Humanos** são consequência de investimentos continuados feitos durante anos, espera-se, para 2003, o aumento no número de doutores titulados em todas as áreas do conhecimento. Espera-se formar, em 2003, aproximadamente 8.000 doutores. Da mesma forma, espera-se aumentar a oferta do número de bolsas nas demais modalidades de bolsas oferecidas pelo CNPq. Particularmente, na ação Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, espera-se um aumento do número de bolsas em 20%, recuperando o corte efetuado em 2002.

Em relação ao público-alvo do programa (alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores já titulados), as bolsas de formação (iniciação científica, mestrado e doutorado) têm cumprido seus objetivos, gerando os impactos positivos já descritos anteriormente.

..... **Concepção**

A demanda da sociedade que deu origem ao Programa confunde-se com as próprias razões da criação do CNPq. Assim, as soluções de problemas sócio-econômicos-culturais do País, sejam atuais, sejam apontados por estudos prospectivos, ou ainda, decorrentes do novo processo econômico globalizado e da competição internacional, exige uma base técnico-científica capaz de enfrentar os desafios que lhe são apresentados. Operando tradicionalmente mediante a chamada demanda espontânea, quando é preservada a liberdade de escolha do tema da pesquisa pelo pesquisador, o CNPq dispõe também de mecanismos de indução às pesquisas, cuja necessidade se apresenta em decorrência da demanda por resolução de problemas concretos.

Dois aspectos do Programa necessitam ser melhorados. O primeiro diz respeito à questão da regionalização. De fato, a conhecida concentração regional dos investimentos em C&T, expressa pela concentração da base técnico-científica e de infra-estrutura de pesquisa, guarda uma evidente proporcionalidade com o desenvolvimento das regiões. Assim, faz-se necessário intensificar as ações destinadas a promover a desconcentração regional desses investimentos, como forma, inclusive, de atingir o desenvolvimento equânime e, por conseguinte, a melhoria das condições de vida das populações locais.

O outro aspecto é concernente à suficiência das metas físicas do Programa, as quais não têm conseguido acompanhar o crescimento significativo da comunidade acadêmico-científica do País, que é, em parte, resultado do próprio Programa. É necessário aumentar as metas físicas do Programa para os próximos anos para que consiga manter sua eficácia e sua importância.

Em termos de aperfeiçoamento da estratégia de implementação, no Plano de Avaliação, há necessidade de aperfeiçoamento da avaliação das bolsas de mestrado e doutorado, com a criação de indicadores que permitam medir o alcance dos objetivos para os quais foram concedidas essas bolsas.

Ainda, na implementação das bolsas do Programa, desde a iniciação científica até a bolsa de doutorado e de produtividade de pesquisa, um aspecto que contribui para o alcance dos resultados é o julgamento pelos pares, que garante a priorização do mérito científico para as concessões, além de garantir a transparência do sistema.

Implementação

A execução financeira do Programa, no período 2000-2002, ficou próxima do esperado. A ocorrência de contingenciamento dos recursos orçamentários alocados ao Programa, bem como a forte desvalorização cambial de 2002, impedem a execução da totalidade dos recursos alocados no PPA. Algumas medidas têm sido tomadas, visando minimizar o problema, como o estabelecimento de convênios, acordos de cooperação e utilização de recursos provenientes de fundos setoriais, mas espera-se que a introdução na lei orçamentária de 2003 da proibição de contingenciamento dos recursos de C&T possa dar uma maior tranquilidade ao Programa e permitir a execução da totalidade dos recursos previstos.

Em 2002, o fluxo de recursos financeiros ao Programa sofreu descontinuidade, o que impediu que a totalidade das metas previstas fosse alcançada, prejudicando as ações de forma diferenciada. Na ação Concessão de Bolsas de Formação e Qualificação de Pesquisadores, a descontinuidade implicou redução da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, impedindo o atendimento à demanda crescente nessas modalidades. Na ação Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa houve diminuição de 8% no número de bolsas concedidas. Nesta ação, a demanda está reprimida há cinco anos, e o impacto negativo na comunidade científica foi grande.

Em relação ao esforço de capacitação interna, o CNPq possui um programa de capacitação interna de servidores que tem contribuído de forma significativa para a capacitação do seu corpo técnico e gerencial. Entretanto, há necessidade de ampliar o número de recursos humanos face às aposentadorias, demissões a pedido e ao reduzido número de admissões.

No período de 2000 a 2002, cabe destacar a implementação de parcerias, face à manutenção das metas físicas e do volume de recursos alocados ao Programa, como uma importante estratégia para a ampliação do Programa nas suas três ações substantivas. Apesar de envolver ainda um volume de recursos relativamente pequeno face ao Programa como um todo, essas parcerias indicam uma real possibilidade de crescimento do Programa e de sua maior inserção no tecido institucional e governamental do País. Nesse ponto, destacam-se:

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - apoio às ações de formação de recursos humanos e de indução e implementação de projetos de pesquisa que visem ao desenvolvimento do Estado de Alagoas.
- Universidades e/ou Instituições de Pesquisa - a ação Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa envolveu uma parceria não formalizada com 120 instituições de ensino e pesquisa em todas as regiões do País, resultando numa contrapartida em número de bolsas concedidas com recursos próprios das diferentes instituições. No período 2000 a 2002, esta contrapartida foi de 9.500 bolsas/ano, representando um acréscimo de aproximadamente 52% em relação ao número de bolsas concedidas pelo CNPq.
- Fiocruz - este convênio possibilitou a ampliação da oferta de 60 bolsas de iniciação científica na ação Concessão de Bolsas de Iniciação à Pesquisa.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - na ação Concessão de Bolsas de Formação de Recursos Humanos para a Pesquisa é importante salientar que se iniciou uma parceria, ainda incipiente, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC, por meio dos novos fundos setoriais aprovados pelo Congresso Nacional. Alguns fundos formataram programas de formação de recursos

humanos em áreas consideradas estratégicas, com bolsas de Mestrado, Doutorado e Aperfeiçoamento, utilizando o CNPq como agência executora. Apesar de envolver ainda pequenos números, é um processo extremamente significativo e promissor.

Há mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário) no Programa mediante representação nos órgãos colegiados do CNPq, que, entre outras atribuições, estabelecem os critérios para: (a) definição de prioridades para alocação das bolsas e recursos financeiros às diversas áreas do conhecimento; e (b) estabelecimento de critérios para o processo de concessão das bolsas e auxílios financeiros aos pesquisadores, operacionalizado por meio dos comitês assessores. A transparência nas concessões de bolsas e auxílios permite maior controle social em relação à aplicação dos recursos.

Apesar de o Programa não dispor de um mecanismo padrão definido de avaliação da satisfação de usuários/beneficiários em relação à execução, considera-se que a ação Gestão, Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos tem tido uma atuação decisiva na consolidação de uma base de dados sobre a pesquisa científica no País. A base instalada permite a total transparência das atividades realizadas e faculta os instrumentos para uma avaliação ampla do sistema. Até o momento, várias avaliações relativas a instrumentos específicos do Programa têm sido realizadas e estão publicadas ou disponíveis na página do CNPq. É preciso reconhecer, no entanto, que a diversidade de instrumentos, públicos-alvo e a amplitude do Programa tornam uma avaliação global extremamente complicada. As ações, apesar de serem desenvolvidas para atendimento a uma demanda básica, atuam em focos diferenciados, tendo, portanto, diferentes maneiras de observação dos impactos gerados na sociedade. Alguns impactos podem ser observados de forma mais imediata, a partir do conhecimento gerado. No entanto, garantir uma produção crescente de conhecimentos é um resultado a ser alcançado a médio e longo prazo, o que dificulta uma análise de impacto por meio de uma pesquisa de satisfação.

Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas

O objetivo do Programa é desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade.

Resultados

O acompanhamento dos resultados do Programa é realizado por meio dos três seguintes indicadores:

- Número-índice de Modelos de Gestão Ambiental desenvolvidos. Índice no início do PPA: 100/ Índice previsto final do PPA: 200.
- Geração de Mapas Temáticos. Índice no início do PPA: 230/ Índice previsto final do PPA: 1.150.
- Coleções de Biodiversidade Preservadas. Índice no início do PPA: 18/ Índice previsto final do PPA: 22.

Os indicadores Modelo de Gestão Ambiental Desenvolvido e Geração de Mapas Temáticos estão sendo alcançados a contento.

Na revisão de 2002, foi sugerida uma alteração no valor da produção anual de Mapas Temáticos Gerados, de 230 para 229, por ser este o número de imagens efetivamente utilizado para o mapeamento de toda a Amazônia Legal. Consequentemente, o índice previsto ao final do PPA será de 1.146, a partir de um valor inicial de 230.

O novo indicador, Coleções de Biodiversidades Preservadas, pressupunha a implantação de uma nova ação a partir de 2002, intitulada Apoio à Preservação de Coleções de Biodiversidade, o que não se concretizou. Para que o índice possa ser alcançado ao final do PPA, é imprescindível a criação desta nova ação. Esta ação é fundamental para gerar o conhecimento e a gestão da biodiversidade brasileira, compromisso assumido nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário.

Os indicadores definidos para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas - PCTGE não contemplam toda a diversidade apresentada por suas ações, nem as necessidades implícitas em seus objetivos. O Programa possui características específicas que geram resultados não mensurados por indicadores.

Uma vertente do Programa foi promover maior articulação entre instituições nacionais e internacionais (ver o documento "A Situação Atual do Programa de Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas", de outubro de 2000, e "Memória do 2º Encontro do PCTGE: Revisão do Programa para 2002", de março de 2001).

Nesse sentido, foram envidados esforços substanciais para apoiar projetos de caráter multiinstitucional, oriundos das unidades de pesquisa do MCT ou de outras instituições de ensino superior e pesquisa. Dentre os projetos apoiados, destacam-se: 1) o Geoma - Rede temática de pesquisas em modelagem ambiental da Amazônia, lançado pelo MCT em outubro de 2002. Fruto de planejamento e organização de quase dois anos, o Geoma envolve sete unidades de pesquisa do MCT, o que acontece pela primeira vez, e terá como produto final modelos georreferenciados dos impactos da presença humana na Amazônia brasileira; e 2) o Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP. Reunindo

Gerente:

Luiz Carlos de Miranda Joels

as principais instituições de ensino superior e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e reconhecido pela Organizações das nações Unidas/*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - ONU-UNESCO, o CPP tem por objetivo produzir conhecimento para o desenvolvimento sustentável do Pantanal. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP criada para gerir o CPP foi reconhecida pelo Ministério da Justiça em outubro de 2002.

Promoveu-se ainda a articulação com instituições internacionais. O principal exemplo dessa articulação foi realizado no âmbito da ação de Mata Atlântica, com o lançamento de um edital que propiciou a parceria entre pesquisadores alemães e brasileiros, com recursos da cooperação dos dois países.

Cabe ainda citar a articulação com outros ministérios. Para o alcance das metas estabelecidas no PCTGE, é particularmente importante a parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Exemplos de integração com o MMA podem ser observados na definição da Política Nacional de Biodiversidade, na elaboração da Agenda 21 Nacional, na regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na regulamentação dos jardins botânicos brasileiros e na proposta de um projeto de pesquisa para unidades de conservação, entre outros.

A ação Monitoramento Ambiental da Amazônia tem produzido os mapas temáticos necessários à gestão ambiental do bioma amazônico com regularidade, confiabilidade e tecnologias cada vez mais avançadas. O próximo passo para esta ação, a ser contemplado no PPA 2004-2007, é expandir seu escopo, tanto geográfico—levando-a para outros biomas—, quanto temático—abordando problemas específicos sub-regionais—, de maneira que os resultados do monitoramento ambiental por sensoriamento remoto possam ser aplicados à gestão de outros problemas ambientais e a outros biomas.

Com o contingenciamento orçamentário em 2002, a execução física e financeira não atingiu os valores aprovados pela LDO. Foi especialmente afetada a ação executada pelo CNPq, Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento sobre a Composição e Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros, que inclui o apoio aos Projetos de Pesquisa de Longa Duração - PELD. Estes projetos contam com o repasse de recursos anuais, como aprovados pelo CNPq em 1998 (nove projetos) e 2001 (três projetos), por um período de dez anos, para se atingir os resultados de longo prazo previstos. Com o contingenciamento, parte do público-alvo está insatisfeita, pois os compromissos assumidos não foram totalmente cumpridos. Situação semelhante ocorre com os oito projetos na Mata Atlântica, também executados nessa ação.

Por outro lado, em 2002, a execução no Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA foi significativamente superior à de 2001, com reflexos positivos sobre a satisfação do público-alvo. Também o público-alvo de outras ações, como a de Monitoramento Ambiental da Amazônia, Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental e as executadas pelo Museu Goeldi, manifestou satisfação com o desempenho da ação em 2002, apesar das dificuldades orçamentárias.

O acordo de doação entre o MCT, a The United States Agency for International Development - USAID e o Banco Mundial, mediante o qual seriam obtidos recursos para a execução da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia do PPG7, não foi assinado em 2002. Essa demora na assinatura do Acordo de Doação, prevista inicialmente para 2000, tem causado prejuízos à pesquisa.

Cabe ressaltar que a proposta orçamentária encaminhada para 2003 poderá limitar a execução das ações coordenadas pelo CNPq e pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, pois os recursos estão aquém dos compromissos assumidos.

O Programa de **Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas - PCTGE** - **Concepção**

O Programa de **Ciência e Tecnologia para Gestão de Ecossistemas - PCTGE** foi concebido em 1999, a partir da confluência de várias atividades existentes no âmbito do MCT e do Ministério da Integração Nacional - MIN voltadas para geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para a gestão dos ecossistemas dentro dos princípios da sustentabilidade, consignados na Agenda 21 e nos compromissos internacionais firmados pelo Governo. Adicionalmente, foram criadas duas ações para viabilizar o alcance dos objetivos.

Com o início da implementação, a gerência e os coordenadores realizaram uma análise do Programa frente às necessidades do País na formulação de políticas e estratégias que possibilitassem o conhecimento, o uso e a preservação dos ecossistemas brasileiros. As recomendações geradas subsidiaram as propostas de revisões do Programa em 2001 e 2002.

Estas propostas buscavam, entre outras coisas, minimizar o desequilíbrio regional, pois o foco original do Programa era a Amazônia. Para atenuar este desequilíbrio, o Projeto de Ecologia de Longa Duração foi expandido para incluir sítios novos no Pantanal, Cerrado e Caatinga e a ação gerada para o bioma Mata Atlântica foi implantada com o apoio a oito projetos de pesquisa. Também foi executada ação específica para a Mata Atlântica. No entanto, ainda é necessário ampliar o espectro regional do PCTGE, permitindo assim ampliar o conhecimento sobre outros ecossistemas, como os manguezais e o semi-árido.

Como já proposto, é necessário criar uma ação específica para a manutenção, ampliação e informatização de coleções de biodiversidade. Coleções de biodiversidade são essenciais para o conhecimento da biodiversidade brasileira e sua utilidade depende de apoio a longo prazo, caracterizando assim uma atividade de interesse do País.

Lições aprendidas com a implementação do Programa nos remetem a algumas reflexões. Podemos destacar a necessidade premente de se ampliar e fortalecer grupos multiinstitucionais de pesquisas sobre ecossistemas brasileiros que possam subsidiar a tomada de decisão, incluindo o estabelecimento de diretrizes e políticas para a efetiva gestão desses ecossistemas. Instrumentos adequados para permitir o apoio a esses grupos são fundamentais.

Em suas próximas revisões, será necessário promover algumas modificações no PCTGE. A primeira é a adequação dos indicadores. O indicador novo proposto para 2002 - Coleções de Biodiversidades Preservadas - só será atingido se criada a ação específica que permita atingi-lo. O segundo é a expansão da matriz de fontes de financiamento, com a inclusão de recursos oriundos dos fundos setoriais do MCT.

Além dos aspectos mencionados acima, o mecanismo para contratação de projetos por meio de editais, adotado para execução de algumas ações, deveria ser ampliado devido à possibilidade de atender a um público-alvo maior e à transparência na aplicação dos recursos.

Por fim, o PCTGE precisa de um plano de ação com metas, prazos e responsáveis estabelecidos para a sua implementação. É importante desenvolver instrumentos semelhantes aos termos de compromisso estabelecidos entre o MCT e suas unidades de pesquisa. Estes termos ampliam o compromisso das instituições com os objetivos do PCTGE e com a aplicação dos recursos para atingir seu objetivo final, como já pode ser constatado pelos resultados apresentados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; permitem ainda uma avaliação mais transparente.

Implementação

A execução financeira do PCTGE em 2000 e 2001 foi bastante satisfatória, com exceção das ações do PPG7 e as da Sudam/ADA. No caso do PPG7, o Acordo de Doação não foi assinado com os organismos internacionais. Já as ações executadas pela Sudam em 2000 apresentaram desempenho médio, uma vez que o aporte de recursos oriundos de agência oficial de crédito - o Banco da Amazônia - não se concretizou. Em 2001, não houve execução nessas ações devido à extinção da Sudam e à fase de transição para a atual Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

As demais ações do PCTGE tiveram eficiência acima de 70%, em 2000 e 2001. Dentre as unidades executoras, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá apresentaram melhor desempenho na execução financeira.

Em 2002, o corte no orçamento de algumas ações, o posterior contingenciamento e a irregularidade no fluxo dos recursos, com mais de 50% das liberações concentradas no 4º semestre, afetaram as ações do PCTGE. Foram particularmente prejudicadas as pesquisas com características de sazonalidade, onde é aplicada grande parte dos recursos do PCTGE.

Das onze ações do PCTGE executadas no âmbito do MCT, oito são implementadas por outras unidades administrativas do próprio MCT. O desempenho físico dessas ações está, na média, dentro do previsto. No entanto, algumas vezes, apesar da meta física ter sido atingida, não o foi dentro dos parâmetros desejáveis, como por exemplo a ação 4157, executada pelo CNPq, onde os projetos receberam apenas 35% dos recursos previstos na LOA, e apenas no último mês de 2002.

O desempenho físico das ações do PCTGE executadas pelo Ministério da Integração Nacional ficou abaixo do previsto em 2002 devido à demora na criação da ADA, que substituiu a Sudam, e às condições operacionais e de recursos humanos limitadas que a nova administração encontrou. No segundo semestre de 2002, a ADA retomou as atividades e, apesar da baixa execução financeira, atingiu metas físicas razoáveis.

A LOA 2002 teve impactos positivos e negativos sobre o desempenho do PCTGE. Buscando aprimorar a gestão, algumas ações foram fundidas, reduzindo assim o número de ações do programa, de dezesseis em 2001, para treze, em 2002. Entretanto, a aglutinação de ações não propiciou a melhoria da gestão do PCTGE como se esperava, pois houve um corte dos recursos orçamentários para essas ações. Por outro lado, o aumento significativo do orçamento do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia teve um impacto positivo sobre a instituição. O orçamento aprovado na LOA 2002 foi 233% maior que o na LOA 2001 e, mesmo com o Limite de Empenho, os recursos disponíveis foram 205% maiores que na LOA 2001.

A maioria das ações do PCTGE é executada de forma centralizada por meio das unidades de pesquisas do MCT (INPA, INPE, MPEG e Mamirauá). Já no CNPq e na ADA, a execução das ações é descentralizada, mediante convênios com as instituições executoras. O mecanismo adotado pela gerência, juntamente com o CNPq, para monitoramento da execução dos projetos, consiste na realização de seminários anuais, avaliação por consultores *ad hoc*, visitas técnicas aos projetos em andamento e apresentação de relatórios anuais. A grande dificuldade para o aperfeiçoamento destes mecanismos de controle

consiste na carência de recursos para o gerenciamento destas ações descentralizadas. No âmbito da ADA, o acompanhamento é realizado pela própria agência. Para aperfeiçoar os mecanismos de trabalho multissetoriais, sugere-se a criação de instrumentos contratuais análogos aos Termos de Compromissos firmados entre o MCT e suas Unidades de Pesquisas, estabelecendo claramente as metas a serem alcançadas no período com seus respectivos responsáveis.

Em termos de esforço de capacitação da equipe gerencial, observou-se um grande empenho por parte do Ministério do Planejamento para a capacitação da equipe gerencial do Avança Brasil, conforme a filosofia de descentralização da execução orçamentária do PPA. No entanto, esta capacitação não atingiu o escalão superior, nem os coordenadores das ações, fazendo com que fossem mantidas as estruturas gerenciais tradicionais nos Ministérios e nas unidades de pesquisa. Isso dificultou a implementação do Plano conforme concebido. A capacitação precisa continuar e ser expandida para todos os responsáveis pela execução do Avança Brasil, possibilitando assim uma mudança de paradigma que permita a implantação do modelo conforme sua concepção.

A gerência do PCTGE procurou capacitar os coordenadores das ações para implementar o Avança Brasil a partir de reuniões de planejamento e avaliações anuais em 2000 e 2001. Já em 2002, não foi possível realizar as referidas reuniões em decorrência de restrições orçamentárias e indefinições quanto às estruturas administrativas adequadas à gestão por programas.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para as atividades da gerência do PCTGE. Há, no entanto, deficiências nas instituições executoras com carências críticas de pesquisadores, técnicos e gestores em todas as instituições participantes. Ressalta-se, também, o fato de a filosofia do PPA – gestão voltada para resultados – ainda não ter sido assimilada pelas equipes locais, demonstrando-se a necessidade de treinamento.

Um dos resultados mais expressivos da implementação do PCTGE é a agregação das instituições executoras, catalisada pela gerência do Programa, em redes de pesquisa, atingindo assim um dos objetivos do novo modelo gerencial proposto pelo Avança Brasil. Estas parcerias técnicas estabelecidas com o apoio político do MCT já possibilitaram a angariação de recursos financeiros por meio da aprovação de projetos nos fundos setoriais e em outras fontes.

Os principais parceiros do PCTGE são o Banco Mundial e o Banco da Amazônia - BASA. Desde 1995, o Banco Mundial, a partir de recursos de doações dos países do G7, tem apoiado financeiramente o fortalecimento de instituições de pesquisas e ampliação do conhecimento da região Amazônica por meio do Subprograma de Ciência e Tecnologia do PPG7. Entretanto, o processo de planejamento e assinatura do Contrato de Doação para a implementação da Fase II do Subprograma (com recursos da Usaid), iniciado em 1999, é bastante complexo e moroso, fato que compromete o atendimento das metas estabelecidas para a ação 3480 - Fomento às Ações de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto. Por sua vez, a parceria com o BASA, que poderia ter contribuído para a ampliação das pesquisas realizadas no âmbito da ADA, não se consolidou.

Nos documentos de planejamento do PCTGE está registrada a importância que a gerência, os coordenadores de ação e os dirigentes das instituições envolvidas dão à formação de parcerias como instrumento de expansão do capital intelectual e como forma de acessar recursos materiais e financeiros adicionais. Todas as instituições participantes do PCTGE têm trabalhado com

esse objetivo, destacando-se o Museu Goeldi, que tem trabalhado arduamente para desenvolver estas parcerias e participa de diversas iniciativas nacionais e internacionais, com 39 projetos e programas em parceria com instituições nacionais e doze iniciativas de cooperação internacional. Em decorrência, pelo segundo ano consecutivo, o volume de recursos captados de outras fontes pelo MPEG superou os recebidos do Tesouro.

A natureza complexa do Programa não favorece uma avaliação simplificada do grau de satisfação dos usuários/beneficiários em relação à execução. O público-alvo do PCTGE é constituído por dois grupos principais, a comunidade científica e os tomadores de decisão em meio ambiente, planejamento regional e ciência e tecnologia. Informações colhidas junto à comunidade científica atuante, principalmente na Amazônia e Pantanal, têm mostrado satisfação com a atuação do PCTGE. Esta satisfação pode ser evidenciada por meio da estruturação e fortalecimento de parcerias com as instituições presentes nestas regiões para o alcance dos objetivos do PCTGE. Espera-se, para 2003, impactar o público-alvo mediante:

- o fortalecimento e expansão de projetos multiinstitucionais, ferramenta para a integração e sinergia entre as ações e com instituições externas ao Programa. Espera-se que o CPP e o Geoma estejam em plena atividade até o fim do ano;
- aprovação, pelo MCT, do Programa Costa Norte; e
- elaboração e lançamento do programa de pesquisa em unidades de conservação, em parceria com o Ibama.

A atuação junto aos tomadores de decisão também tem apontado bons resultados. A ação Monitoramento Ambiental da Amazônia é fundamental para a gestão ambiental daquela região. As ações de pesquisas desenvolvidas pelo INPA, MPEG e Mamirauá têm gerado conhecimentos importantes para a gestão sustentável da Amazônia, de interesse das comunidades locais e nacionais. O modelo de gestão ambiental gerado em Mamirauá foi avaliado positivamente pelo Governo do Estado do Amazonas e será replicado na área da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Amanã.

Por fim, a estrutura do Ministério ainda está em fase de adequação à gestão por programas. Observa-se a necessidade de maior progresso na adequação da estrutura organizacional. A eventual superposição entre a atuação da secretaria responsável pelas unidades de pesquisa e a gerência do Programa, responsável pelas ações executadas por essas unidades, foi objeto de um esforço comum para aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento e avaliação de ambas.

Ciência e Tecnologia para o Agronegócio

O objetivo do Programa é incrementar a competitividade das cadeias produtivas e dos complexos agroindustriais, com a introdução da Ciência e Tecnologia no setor de agronegócio.

Resultados

O acompanhamento dos resultados do Programa é realizado por meio do indicador: Número-índice de Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos com o Agronegócio. Valor no início do PPA: 100,000/ Valor previsto final do PPA: 115,000.

Em virtude das novas diretrizes de financiamento e novos modelos de gestão, com a implantação dos fundos setoriais, especificamente do fundo setorial do agronegócio, o indicador deverá ser alterado, buscando padronizar o critério de avaliação das ações do fundo, onde haverá atuação tripartite, ou seja, Governo, iniciativa privada e academia.

Essa alteração se dá basicamente para estabelecer um mesmo padrão de avaliação entre os objetivos do Fundo Setorial do Agronegócio, as ações deste Programa e a integração dos diversos aspectos a serem avaliados em cada ação convergente para o Programa. Destaca-se que a apuração do indicador ficou comprometida devido ao contingenciamento de recursos durante o primeiro semestre do ano de 2002, que atuou como freio administrativo às implementações necessárias; o atraso no tocante à operacionalização do Fundo Setorial do Agronegócio, a formação de seu comitê gestor e, por decorrência, a integração dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo mesmo e as ações já em andamento foram severamente afetados pela falta de recursos.

A obtenção dos resultados, em 2002, ficou muito abaixo do esperado. Em virtude do contingenciamento orçamentário, algumas ações não tiveram execução financeira e outras tiveram seus limites de empenho reduzidos substancialmente, comprometendo os resultados do Programa. O atraso na implantação do Comitê Gestor do Fundo do Agronegócio também contribuiu para o comprometimento da obtenção de resultados, pois não houve tempo hábil para implementação dos projetos aprovados pelo comitê.

Destaca-se o projeto Avaliação da Qualidade e Produtividade na Pesquisa Agropecuária – sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, executado pela Embrapa, com índice de realização física de 71,4%. O recurso repassado não atingiu o total previsto (liberação de R\$ 136 mil frente a um orçamento de R\$ 160 mil) e foi liberado apenas em dezembro de 2002. Apresentam-se como resultados obtidos: 1) implantação do novo modelo de gestão de programação da Embrapa; 2) consolidação dos macroprogramas e das comissões técnicas de macroprograma; 3) continuação da implantação interna do modelo de gestão estratégica (MGE), segundo a metodologia do *Balanced Scorecard*; e 4) alinhamento do novo modelo de gestão da programação (SEG) com o modelo de gestão estratégica.

Em termos de impactos sobre o público-alvo do Programa, é sabido que o contingenciamento ocorrido em 2002 fez com que as ações do Programa tivessem impactos negativos na obtenção de melhores resultados. Mesmo assim, tanto a Finep quanto o CNPq – que são os agentes do MCT para implementação das ações propostas – e a Embrapa, tiveram atuações que minimizaram tais impactos.

Gerente:

Reinaldo Fernandes Danna

Com relação ao CNPq, durante o ano de 2000, houve a implementação das plataformas tecnológicas para os setores de citricultura, avicultura, cacauicultura, cajucultura, malacocultura, carcinocultura, ovinocaprinocultura, fruticultura e pecuária de leite. Em 2001, houve continuação do apoio às plataformas instaladas em 2000 e, em 2002, era esperada a implantação das plataformas de cana-de-açúcar, café, sementes e flores, mas que não se concretizaram pela falta de recursos orçamentários/financeiros destinados à ação.

Com relação à Finep existe, desde 2000, uma carteira de projetos que se encontram nas diversas fases, ou seja, desde consultas prévias para financiamento até projetos aprovados já na fase de desembolso.

Espera-se que, para 2003, com a entrada em funcionamento normal do Fundo Setorial do Agronegócio e com os recursos não contingenciados, comecem a ser implementadas as ações indicadas no Documento de Diretrizes Básicas do Fundo, com aplicação integral de recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

..... **Concepção**

O setor de agronegócio nos últimos anos tem sido o sustentáculo da balança comercial brasileira, proporcionando superávit que beneficia o País como um todo. Em termos sociais, a atividade do setor atinge 41% da nossa força de trabalho, e tem uma grande importância, uma vez que representa 75% do total de gastos das despesas para as famílias de baixa renda. Em termos econômicos, o setor de agronegócio representa cerca de 40% do PIB nacional, ou seja, R\$ 320 bilhões.

O Programa deriva da constatação de que o agronegócio é um dos setores da economia em que o incremento da competitividade está mais fortemente relacionado com o suporte científico e tecnológico. Nos países desenvolvidos, tem-se observado que a contribuição da ciência e tecnologia para o incremento da competitividade tem-se constituído na mola propulsora do dinamismo econômico das cadeias produtivas e complexos agroindustriais. O desafio da competitividade nos negócios que processam/envolvem produtos ou matérias-primas de origem agrícola, pecuária ou florestal requer cada vez mais soluções no âmbito da gestão e da inovação tecnológica. Verifica-se que as políticas e planos de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico apresentaram resultados importantíssimos no sentido de dotar o País de uma razoável infraestrutura de P&D. Entretanto, atualmente, o País ainda se ressentido de uma maior interação entre essa capacitação científica e tecnológica e as reais demandas da sociedade e do setor produtivo. Nas empresas do setor privado que compõem as cadeias produtivas do agronegócio, as atividades de pesquisa e desenvolvimento têm sido bastante limitadas, com implicações negativas em sua capacidade de inovação. Nesse sentido, há que se buscar a articulação entre o capital intelectual disponível e a capacidade empreendedora nacional, no sentido de mobilizar segmentos da sociedade para o estabelecimento efetivo de parcerias entre os setores empresariais e os de fomento e de execução de pesquisas, em todos os níveis, no estabelecimento de prioridades e na identificação dos problemas e dos gargalos tecnológicos que comprometem a competitividade dos diversos setores do agronegócio brasileiro.

Se levarmos em consideração toda a cadeia produtiva do agronegócio, deparamo-nos com uma interação bastante grande entre ministérios. Quando se fala em produção propriamente dita, a mesma está intimamente ligada ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, bem como com o Desenvolvimento Agrário, no caso de Produção Rural de Economia Familiar; quando caminhamos para a necessidade de infra-estruturas, devemos salientar a grande importância das vias de transporte (Ministério dos Transportes e

Ministério do Planejamento) e sua implementação visando o fluxo da produção; a parte final da cadeia pressupõe as transações comerciais do mercado interno e externo, envolvendo os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o de Relações Exteriores.

O Programa foi bem concebido. De fato, há apenas duas observações:

- Adequação dos Indicadores: conforme explicitado anteriormente, estes devem exprimir tanto a agregação de valor (econômico e funcional) do produto agrícola, quanto o aumento do peso do setor de agronegócio no saldo da balança comercial brasileira.
- Matriz de Fontes de Financiamento: com a implementação do fundo setorial do agronegócio haverá nova fonte de financiamento, além das já existentes, uma vez que os recursos do fundo serão oriundos de 17,5% do total da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Importante ressaltar que a consolidação das ações ora vigentes, e o conjunto de ações a serem definidas pelo Fundo Setorial do Agronegócio, irão proporcionar maior objetividade e legitimidade ao incremento da competitividade das cadeias produtivas e dos complexos agroindustriais.

No que tange à estratégia de implementação, merecem destaque:

- Forma de articulação com as parcerias e com as partes interessadas: é esperado que a implantação do Fundo Setorial do Agronegócio proporcione uma nova forma de parceria com os diversos segmentos, uma vez que eles fazem parte, inclusive, da composição do Comitê Gestor.
- Forma de participação com o público-alvo: pois este fará parte do Comitê Gestor, com atuação intensa, portanto, no Fundo Setorial/Programa de Tecnologia do Agronegócio.

Também existe a necessidade de adequar, nas atuais linhas de financiamento operadas pela Finep, os prazos e tempo de duração de projetos relacionados ao agronegócio, pois esses prazos e tempos são diferentes daqueles das áreas tradicionalmente apoiadas, mais voltadas para a área industrial.

Um aspecto positivo na estratégia de implementação são as plataformas tecnológicas, as quais permitem que haja um efetivo envolvimento do setor interessado, fazendo com que o mesmo seja responsável pelas atividades e resultados a serem obtidos.

Além disso, o aperfeiçoamento de mecanismos de supervisão, articulação e coordenação poderão, com a implantação do Fundo Setorial do Agronegócio, contribuir para a melhoria do desempenho do Programa.

.....

No período 2000-2002, o Programa teve um desempenho modesto. Em 2002, somente com relação à ação 4180 (Fomento à pesquisa e desenvolvimento em agronegócio), houve gastos da ordem de 14,31%, sendo que o restante não foi empenhado. Espera-se que tais recursos sejam gastos em 2003, para que não haja descontinuidade da programação inicialmente desenvolvida. Ressalta-se que os recursos financeiros liberados em 2002 foram insuficientes. A execução programada foi prejudicada pelo contingenciamento orçamentário e o desembolso financeiro, pois as ações contempladas receberam os recursos apenas no mês de dezembro de 2002, influenciando, negativamente, no desempenho das ações do Programa executadas em outros ministérios e pelas agências de fomento CNPq e Finep.

Implementação

Além disso, no período de 2000-2002, o Programa teve um caráter multidisciplinar, pois atuou através de plataformas, que é a forma mediante a qual busca-se o comprometimento dos setores envolvidos e essa atuação faz com que as responsabilidades sejam compartilhadas. Entretanto, a falta de recursos prejudicou sensivelmente a qualidade do esforço de capacitação oferecido à equipe gerencial e, do mesmo modo, a qualidade dos serviços oferecidos. Ressalta-se que recursos humanos, materiais e de infra-estrutura estão adequados para implementação do Programa, mas há necessidade de investimentos constantes na formação e aperfeiçoamento de pessoal, bem como na manutenção e modernização da infra-estrutura, de modo a atender às demandas atuais e futuras da implementação do Programa.

O desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas para o período foi positivo. Houve grande interação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que concerne a trabalhos conjuntos, bem como à agregação de recursos financeiros. Outro parceiro foi a Embrapa, que, além do apoio na geração, também atuou como difusora de conhecimento científico e tecnológico para os setores envolvidos. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário, via Incra, dividiu responsabilidade em cooperação técnica, econômica, de gestão e acompanhamento /avaliação dos projetos desenvolvidos conjuntamente.

Em termos de parcerias prováveis, o Fundo Setorial do Agronegócio, que estará sendo efetivamente implementado a partir de 2003, terá um papel bastante importante, pois congregará a participação da iniciativa privada, da academia e do Governo, propiciando maior objetividade aos anseios do setor.

No que tange a mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, quando existem iniciativas tipo plataformas, a interação com o público-alvo é bastante grande, pois com a participação do mesmo se dividem as responsabilidades e até mesmo os custos.

Além disso, quando falamos em trabalhos conjuntos, que é o caso das plataformas, a união de esforços já é uma forma de avaliação da satisfação do usuário. Outras formas de avaliação passam pela colaboração nas atividades e também no aporte de recursos, ações que demonstram a cumplicidade dos usuários com o desenvolvimento dos projetos.

Por fim, considera-se que a estrutura organizacional do Ministério está em fase de adequação à gestão por programas. Tendo em vista que o Programa de Agronegócio apresenta interface com diversos outros programas, com destaque para Biotecnologia, Saúde e Meio Ambiente, tem-se buscado maior interação com os setores responsáveis na busca de sinergia das ações. Ressalte-se ainda que o Fundo Verde-Amarelo aprovou um número significativo de projetos relacionados com o agronegócio.

Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico

O objetivo do Programa é desenvolver a capacitação tecnológica do setor industrial e de serviços aeronáuticos. **Resultados**

O Programa conta com o indicador Número-índice de Profissionais em P&D e Engenharia Não-rotineiras nas Empresas. Valor no início do PPA: 100,000/ Valor previsto final do PPA: 115,000.

Os resultados ainda não foram apurados, uma vez que a implementação do Programa dependia fundamentalmente da criação do Fundo Setorial da Aeronáutica, o que ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, que, entre outras providências, instituiu o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico, mediante a destinação de 7,5% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, recursos estes originalmente alocados ao Fundo Verde-Amarelo, criado pela Lei nº 10.168, de dezembro de 2000. O referido Programa foi regulamentado pelo Decreto nº 4.179, de 2 de abril de 2002, que, no seu artigo 1º, estabeleceu que os recursos para pesquisa e desenvolvimento do setor serão depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, em categoria de programação específica denominada "CT-Aeronáutico".

Entretanto, foi apenas no mês de novembro de 2002 que ocorreu a primeira liberação de recursos financeiros. Destinou-se ao CT-Aeronáutico o montante de R\$ 1 milhão e, na 1ª Reunião do Comitê Gestor do Fundo, realizada em 28/11/2002, foram aprovados dois projetos cooperativos. Entretanto, apenas um foi contratado pela Finep em tempo hábil, uma vez que o mesmo já havia sido apresentado e contava com parecer técnico favorável.

Trata-se de um projeto que envolve a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Embraer e a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC, que solicitava R\$ 250 mil do FNDCT.

Assim, não houve impacto sobre o público-alvo e não há expectativa em se atingir o índice previsto ao final do PPA atual.

O Programa surge da necessidade em se apoiar a sustentação do patamar de competitividade já alcançado pelo setor aeronáutico brasileiro, claramente exemplificado pela Embraer, articulando os diversos atores por meio do estímulo às demais empresas, a instituições de P&D e da formação de recursos humanos. O setor aeronáutico brasileiro abrange um conjunto de empresas que desenvolvem partes, peças, componentes, equipamentos e serviços tecnológicos e instituições de P&D. Cabe destacar a Embraer, indústria montadora e exportadora dos produtos finais, e o Centro Técnico Aeroespacial - CTA, centro irradiador de tecnologias e de formação de recursos humanos. A citada empresa é a maior indústria exportadora do País, exercendo papel de referência nacional, tanto em termos de definição de padrão tecnológico, como de alavancadora do setor aeronáutico brasileiro no cenário internacional. **Concepção**

Gerente:
Américo Rodrigues Filho

O Programa possui um desenho adequado, entretanto há um aspecto da estratégia de implementação que necessita ser revisto. De fato, a forma de repasse dos recursos planejada é mediante convênios com instituições

de pesquisa e empresas, sendo que os recursos depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT serão destinados para pesquisa e desenvolvimento do setor, conforme disposto na legislação pertinente. Entretanto, e como ocorre até o momento, se quase nenhum recurso financeiro for destinado ao CT-Aeronáutico, o Programa continuará praticamente paralisado.

Implementação

Como não ocorreu a liberação de quaisquer recursos no período de 2000 a novembro de 2002, o Programa permaneceu inerte em todo o período.

Cabe ainda enfatizar que não é possível executar um Programa de C&T no setor aeronáutico, uma área que se destaca pelo uso e desenvolvimento de tecnologias de ponta, apenas com os recursos liberados em 2002 e os previstos para 2003. Para 2003, a LOA prevê R\$ 15 milhões, sendo R\$ 3 milhões para Capacitação de Recursos Humanos e R\$ 12 milhões para o Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Setor Aeronáutico.

Climatologia, Meteorologia e Hidrologia

Resultados

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é ampliar a antecedência e a confiabilidade das previsões de tempo e clima, tendo como finalidade dar suporte técnico à tomada de decisões de instituições do Governo, da iniciativa privada e do terceiro setor, visando a proteção da sociedade, do meio ambiente e dos setores produtivos.

O Programa apresenta quatro indicadores: "Previsão numérica de tempo global - Resolução espacial da previsão"; "Previsão numérica de tempo regional - Resolução espacial da previsão"; "Taxa de acerto da previsão da tendência climática sazonal - região Amazônica, norte do Nordeste e Sul"; e "Taxa de acerto da previsão da tendência climática sazonal - Região Sudeste, sul do Nordeste e sul do Centro-Oeste".

Em 2002, as resoluções espaciais da previsão numérica de tempo global e tempo regional foram de 60 km e 15 km, respectivamente, atingindo antecipadamente as metas propostas. Da mesma forma, as taxas de acerto na previsão da tendência climática sazonal para a região Amazônica, norte do Nordeste e Sul já atingiram a meta inicialmente proposta de 80%. Por outro lado, a taxa de 60% de acerto na previsão da tendência climática sazonal para a região sul do Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste deverá ser atingida até o final de 2003, conforme previsto.

Em 2000, a gerência do Programa propôs a inclusão no PPA de um indicador hidrológico, tendo em vista que os quatro indicadores existentes até então somente se referiam aos temas tempo e clima, não contemplando o tema hidrologia. Esta solicitação foi atendida em 2001 e, como consequência, o Programa Climatologia, Meteorologia e Hidrologia - PMCH passou a ter cinco indicadores. O presente comentário refere-se à ausência deste indicador hidrológico para 2002. Diante deste fato, e registre-se o desconhecimento das razões desta ausência pela gerência do Programa, não foi possível avaliar a sua variação.

Dentre as principais realizações do Programa, podemos destacar como resultados relevantes obtidos por meio das Ações que compõem o Programa **Climatologia, Meteorologia e Hidrologia**, no período de 2000-2002:

- Realizações correspondentes à ação Implantação da Agência de Meteorologia e Clima - AMC: foi elaborada minuta do Projeto de Lei para a criação da Agência de Meteorologia e Clima - AMC, com a finalidade de propor a política para o setor e, como decorrência, o avanço na sua organização. O texto encontra-se em processo de avaliação na Casa Civil da Presidência da República.
- Realizações correspondentes à ação Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCRH: foi iniciada a retomada do processo de implantação de novos Centros Estaduais de Meteorologia e Hidrologia, bem como a modernização tecnológica na área de informática dos dezoito Centros Estaduais já existentes e de quatro em fase de implantação, distribuindo equipamentos de informática e proporcionando as condições necessárias para a implantação dos Bancos de Dados nos respectivos Centros; foi iniciado o processo de modernização e expansão da rede

Gerente:

Andréa de Castro Bicalho

hidrometeorológica do Estado do Maranhão, com a instalação de quatro Plataformas Automáticas de Coletas de Dados - PCD; apoiou-se a participação dos Centros Estaduais no Congresso Brasileiro de Meteorologia, ocorrido em 2002, adquirindo três estandes destinados à exposição de produtos oriundos dos Centros; foi dada continuidade ao processo de transferência de ciência e tecnologia para os Estados, por meio de financiamento de bolsas de pesquisa e desenvolvimento nas áreas fins do Programa e na área de informática, visando a solução de problemas locais, tendo sido destinadas dez bolsas para a Coordenação Técnica do PMTCRH no Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC e quatro para o Sistema de Meteorologia do Estado do Rio de Janeiro - SIMERJ; o Programa de Monitoramento Climático em Tempo Real na Região Nordeste - Proclima, como resultado do PMTCRH, forneceu apoio técnico na execução do levantamento das ações emergenciais contra as secas no Nordeste, na estação chuvosa de 2000-2001 e forneceu os recursos necessários à participação de técnicos do CPTEC em dez reuniões climáticas nos estados apoiados pelo Programa. Vale ressaltar que os produtos resultantes do Proclima são de significativa importância como suporte técnico às ações emergenciais, visto que amplas áreas do semi-árido continuam em condições de forte deficiência hídrica.

- Realizações correspondentes à ação Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos - LBA: deve ser evidenciado o total de estudos que compõem a ação LBA, que já chega a mais de cem, distribuídos nos seus vários temas científicos e em vários sítios experimentais. O período de abrangência da ação é de seis anos (1998-2004) e vem apresentando resultados científicos expressivos ao aumentar substancialmente o conhecimento sobre os ecossistemas amazônicos e como seu funcionamento é alterado devido às mudanças dos usos da terra. Além disso, a LBA tem servido ao propósito de treinar e formar uma nova geração de pesquisadores amazônicos preparados para lidar com questões de desenvolvimento sustentável e meio ambiente amazônico. Esta atividade envolve mais de noventa instituições brasileiras e várias outras instituições dos demais países amazônicos, bem como EUA e oito países europeus, sendo considerado o maior programa científico ambiental ocorrendo em escala mundial.
- Realizações correspondentes à ação Apoio à Modernização dos Sistemas de Meteorologia e Hidrologia: foi dada continuidade ao processo de assinatura do contrato com a NEC e JBIC, instituições japonesas, possibilitando a aquisição, instalação e início de funcionamento, no CPTEC, do primeiro lote dos equipamentos do sistema de supercomputação, que irá proporcionar avanços significativos na melhoria da qualidade da previsão de tempo, estudos para estabelecer cenários de mudanças climáticas e extensão dos cálculos de estimativas diárias de água no solo e operação da previsão de poluição atmosférica, resultante de queimadas. Entretanto, a falta de pagamento da segunda parcela referente à aquisição do sistema inviabiliza o recebimento do segundo lote de equipamentos, lote este que é imprescindível ao funcionamento do sistema de supercomputação como um todo.
- Realizações correspondentes à ação Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Recursos Hídricos - CT-Hidro: foi criada a ação Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Recursos Hídricos - CT-Hidro, cujos resultados no exercício consistiram de 456 pesquisadores com acesso a

bolsas de desenvolvimento tecnológico ou bolsas para mestrado e doutorado na área de recursos hídricos. Essa ação viabiliza-se com a utilização de recursos provenientes do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro.

- Realizações correspondentes à ação Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Recursos Hídricos - CT-Hidro: foi criada a ação Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Recursos Hídricos - CT-Hidro, cujo resultado no exercício consistiu na contratação de 37 projetos de desenvolvimento tecnológico com foco nos recursos hídricos. Essa ação viabiliza-se com a utilização de recursos provenientes do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro.
- Realizações correspondentes à ação Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC: destaca-se em 2002 a introdução de novos métodos de previsão numérica de tempo no CPTEC/INPE, as chamadas "previsões probabilísticas", com aumento da confiabilidade das previsões. Ainda no mesmo exercício, o CPTEC inaugurou seu novo sistema de supercomputação, considerado o mais poderoso sistema instalado na América Latina. Os sistemas existentes no CPTEC, de previsão numérica de tempo e clima, foram implementados no novo supercomputador. Já neste início de 2003 estes sistemas de previsão meteorológica estão operando rotineiramente. Além da melhora substantiva na previsão meteorológica do Brasil, este novo equipamento irá permitir a inserção do país no seleto grupo de menos de dez países do planeta com supercomputação de altíssimo desempenho.
- Realizações correspondentes às ações Sistema de Informações Hidrológicas e Hidroenergéticas para Geração de Energia Elétrica; Operação e Manutenção da Rede Hidrométrica; e Consistência de Dados Hidrometeorológicos: foi criada uma comissão de transição da administração da rede e do Sistema de Informações Hidrometeorológicas; foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel para troca de informações hidrológicas e manutenção do Sistema de Informação; foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica entre a ANA e a União, por meio da Secretaria de Energia do Ministério das Minas e Energia - MME, visando ao repasse de recursos financeiros oriundos da Compensação Financeira e Royalties sobre geração de energia elétrica, do MME para a ANA, para operação e manutenção da Rede Hidrometeorológica Básica. Nesse período teve início a implantação das Plataformas de Coleta de Dados - PCD e sensores de chuva e nível de rios na Amazônia, por meio de um acordo do Sistema de Vigilância da Amazônia - Sivam, inicialmente com a Aneel e posteriormente com a ANA, para a transmissão de dados via satélites brasileiros. Os resultados alcançados com a operação do Sistema de Informações Hidrológicas foram satisfatórios.
- Realizações correspondentes às ações Operação dos Serviços Meteorológicos; Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas; Implantação de Laboratórios de Precisão; Implantação de Oficinas de Manutenção; Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos; e Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos: o uso das Estações Automáticas de Coleta de Dados e do moderno sistema de comunicações adquiridos no período permitiu o monitoramento em tempo real das condições de tempo, o que se refletiu positivamente nas previsões, com conseqüente aumento de frequência e melhoria na qualidade dos dados observados. A obtenção dos resultados

apresentados foi possível em função de iniciativas adotadas visando à concentração de esforços para a integração entre as diversas ações que compõem o Programa.

No que tange aos resultados esperados para o ano de 2003, eles se referem especificamente a duas ações, quais sejam:

- Ação Implantação da Agência de Meteorologia e Clima: instituição do Sistema Brasileiro de Meteorologia e Climatologia e criação da Agência de Meteorologia e Clima - AMC, com a finalidade de propor a política para o setor e o avanço na implantação do novo arranjo institucional.
- Ação Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCRH: consolidação dos dezoito centros estaduais já existentes e implantação dos quatro novos centros.

Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos

Trata-se de Programa finalístico, cujo objetivo é responder aos desafios das barreiras técnicas ao comércio internacional, decorrentes da crescente sofisticação do mercado e das exigências de certificação da qualidade.

Resultados

Variação do índice do indicador: o programa tem como único indicador o Número de Sistemas e Produtos Certificados, que expressa a qualidade certificada de produtos e sistemas e que está diretamente relacionado com a competitividade das empresas brasileiras. Seu índice inicial foi de 3.800 unidades, apurado em 1/12/1998, seu índice final é de 12.500 unidades.

Entre 2000 e 2002, o índice alcançado pelo indicador do Programa evoluiu de acordo com o esperado.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: tendo em vista o índice alcançado até o momento, a probabilidade de que se alcance o índice previsto para o final do período é bastante elevado (acima de 90%), ainda mais considerando-se o esforço exportador do governo brasileiro, que deverá provocar como consequência o aumento do número de sistemas e produtos certificados como comprovação de atendimento a requisitos de qualidade. Espera-se, assim, que o índice final previsto para 2003 seja mesmo superado.

Modificação da previsão original para o alcance do índice: faz-se necessário ajuste no índice final do PPA, que deve diminuir de 23.220 unidades para 12.500 unidades. Esse ajuste já havia sido solicitado em 2001, de maneira a excluir do cômputo o número de Normas Técnicas editadas e o número de Pessoal Técnico Certificado, uma vez que a utilização em um mesmo indicador de dados de diferentes origens pode ocasionar distorções decorrentes do fato de que a Norma Técnica como base da certificação já estaria incluída quando se considera o número de produtos e sistemas certificados.

Por esse mesmo motivo, identifica-se a necessidade de ajuste no cálculo do índice inicial registrado de 8.600 para 3.800 de Sistemas e Produtos Certificados, referente a 1998.

Dentre os principais resultados obtidos pelo Programa no período – e particularmente em 2002 –, destacam-se os seguintes:

- No âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia - INT, deu-se o apoio à certificação de produtos regulamentados, em especial no que se refere à avaliação da conformidade de aproximadamente 153 milhões de preservativos masculinos destinados à distribuição gratuita no âmbito do Programa DST/AIDS, com a emissão das respectivas licenças de importação. No INT destaca-se, ainda, a realização de pesquisas e de ensaios nas áreas de uso eficiente de energia, gás natural, combustíveis e medidas elétricas e controle da qualidade em combustíveis, o que tem reflexo direto na qualidade de vida do cidadão.
- Iniciada a disseminação, pelo Observatório Nacional - ON, de sinais para a Rede de Sincronismo em Tempo Real à Hora Legal Brasileira (*ReSync/HLB*), em ambiente com alto nível de segurança e confiabilidade, via linhas telefônicas discadas, inicialmente para o Serpro e Banco Central, o que permitirá a certificação de assinaturas digitais em transações eletrônicas, em articulação com a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL. A regulamentação do sincronismo à Hora Legal Brasileira - HLB, tem a finalidade de estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de um sistema de certificação digital baseado em chaves públicas.

Gerente:

Reinaldo Dias Ferraz de Souza

- Aprimoramento da infra-estrutura e de serviços na área de radiações ionizantes, de responsabilidade do Instituto de Radioproteção e Dosimetria/ Comissão Nacional de Energia Nuclear - IRD/CNEN, com destaque para a disponibilização e coordenação da Rede de Laboratórios Autorizados de Monitoração Individual Externa, responsáveis pelo controle dos níveis de contaminação dos trabalhadores expostos à radiação ionizante, bem como o estabelecimento da Rede de Laboratórios de Calibração, responsáveis pela calibração dos equipamentos que efetuam a monitoração da radiação ionizante nos ambientes.
- Operacionalização do Portal da Biblioteca Digital Brasileira, hospedada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, com o objetivo de integrar em um único portal os mais importantes repositórios de informação digital do País, o que deverá contribuir para facilitar o acesso a documentos que sejam de interesse para o desenvolvimento das atividades técnicas e científicas e para os demais setores de importância vital para o desenvolvimento econômico e social do País.

No que se refere especificamente ao ano de 2002, os resultados obtidos foram acima do esperado, em decorrência particularmente do aporte de recursos do Fundo Verde-Amarelo para algumas ações, por meio de parceria com o Programa Inovação para competitividade.

Estes resultados têm permitido ao País um aumento significativo na certificação de produtos, processos e sistemas (gestão da qualidade e gestão ambiental). As ações do Programa, ao lado das ações a cargo dos demais agentes públicos e privados envolvidos nesse tema, estão de fato criando melhores condições para a superação de obstáculos técnicos ao comércio internacional.

No que se refere aos principais resultados esperados para 2003, destacam-se os decorrentes dos projetos contratados a partir de 2001, na ação Fortalecimento da Infra-Estrutura da Tecnologia Industrial Básica.

Impacto sobre o público-alvo: se considerarmos somente os resultados decorrentes dos recursos orçamentários alocados ao Programa, os impactos não seriam altamente positivos, pois, com a descontinuidade do empréstimo com o Banco Mundial, que deveria ser a principal fonte de recursos, foram concluídos os projetos aprovados em 1998. No entanto, em função do volume de recursos oriundos de parceria com outros programas, notadamente com o Programa Inovação para a Competitividade, por meio do Fundo Verde-Amarelo (Programa de Estímulo à Interação Universidade Empresa para Apoio à Inovação), o impacto junto ao público-alvo do Programa está sendo bastante significativo.

..... **Concepção**

Problema ou demanda da sociedade que deu origem ao Programa: uma das maiores exigências dos mercados interno e externo é a qualidade certificada de produtos, sistemas e serviços. Para a emissão dos certificados, exige-se um grande aparato de laboratórios de ensaios, de normas técnicas, de programas de certificação e de laboratórios metrológicos. Contribuir para a expansão e a consolidação dessa infra-estrutura é o propósito do Programa, de modo que o mesmo possa cumprir seu objetivo de superação de barreiras técnicas ao comércio.

Principais aspectos da estratégia de implementação: o Programa está altamente relacionado com as demandas dos diversos setores da economia, sendo elevado o grau de resposta aos mecanismos de fomento adotados.

Implementação

.....

Avaliação do padrão de execução financeira: os recursos financeiros não foram suficientes para atender à demanda e consolidar a Infra-Estrutura de Tecnologia Industrial Básica visando ao aumento da competitividade dos produtos brasileiros. Esse efeito foi minimizado pela parceria com o Programa Inovação para Competitividade – que utiliza recursos dos fundos setoriais, principalmente o Fundo Verde-Amarelo, o que contribuiu para o aumento do número de projetos apoiados pelo Programa e para cumprimento das metas físicas acima do previsto.

Quanto à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, a descontinuidade do fluxo prejudicou a execução programada, retardando e dificultando a implementação de algumas atividades.

Esforço de capacitação: quanto à implementação do Programa no âmbito do PPA, os treinamentos promovidos possibilitaram uma melhor compreensão dos mecanismos do modelo e de seus instrumentos. Quanto à capacitação da equipe voltada à ação finalística, é satisfatória e suficiente para a implementação bem-sucedida do Programa.

Entretanto, identificam-se carências quantitativas de recursos humanos, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes locais. Nas equipes locais, em função especialmente da redução do quadro de servidores ocorrida nos últimos anos e da impossibilidade de expansão do quadro de pessoal. No que se refere às necessidades da equipe gerencial, elas decorrem da expansão das atividades desenvolvidas, em função das parcerias, principalmente com o Programa Inovação para a Competitividade, o que exigiu um grande esforço da equipe envolvida com a gestão do Programa.

Recursos materiais e infra-estrutura disponível: têm sido adequados para a implementação do Programa.

Impactos das modificações introduzidas pela LOA 2002 sobre o desempenho do Programa: os impactos foram negativos, particularmente em decorrência do contingenciamento orçamentário, que fez com que algumas atividades fossem deslocadas no tempo e não pudessem ser totalmente implementadas.

Restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto no ano de 2002: destaca-se, a esse respeito, o contingenciamento orçamentário, como apontado acima.

Parcerias: o Programa, na sua concepção, tinha como principal fonte de recursos o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT, que utilizava recursos provenientes de acordo firmado com o Banco Mundial. O PADCT dispunha de uma estrutura de planejamento, gestão e de acompanhamento de projetos com participação bastante efetiva dos parceiros. Dada a descontinuidade do acordo de empréstimo e as limitações orçamentárias e financeiras que dificultaram a realização de reuniões e de acompanhamento dos projetos apoiados, esta estrutura foi descontinuada.

Com a parceria estabelecida com o Programa Inovação para Competitividade, o Programa passou a utilizar a estrutura de apoio gerencial dos fundos setoriais.

Assim, no que se refere às parcerias com outros programas, destacam-se aquelas com o Programa Inovação para Competitividade e com o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma, as quais possibilitam ampliar o alcance do Programa **Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos**.

Desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas: ficou dentro do previsto. Vale ressaltar que o desempenho positivo do Programa se deve ao aporte de recursos do Fundo Verde-Amarelo, por meio da parceria com o Programa Inovação para Competitividade.

Adequação da estrutura organizacional do Ministério à gestão por programas: a estrutura está perfeitamente adequada à gestão por programas.

Mecanismos de participação da sociedade: um dos mecanismos utilizados foi o de julgamento das propostas apresentadas para obtenção de financiamento por meio de Comitê Assessor, formado por representantes das comunidades científica, tecnológica e empresarial, o que proporciona consistência e transparência para a sociedade dos mecanismos e critérios utilizados no julgamento.

Mecanismos de avaliação de satisfação dos usuários/beneficiários: os mecanismos de pesquisa de satisfação dos usuários do Programa não são formais. No entanto, as representações que a gerência do Programa possui junto aos Comitês Técnicos do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade - Conmetro, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aos Organismos de Certificação Credenciados - OCC resultam em um sistema de consulta às partes interessadas bastante eficiente. Ao mesmo tempo, esses mecanismos de consulta têm sido adotados também para harmonizar e aprofundar as posições brasileiras junto à OMC, ALCA e Mercosul, o que resulta no elevado grau de confiança que o Programa alcança junto ao público, indicado pelo número expressivo de propostas de projetos recebidas em resposta ao edital lançado.

Mesmo assim, é possível estruturar e implementar tal pesquisa. Fica como compromisso para as próximas etapas.

Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear. Tem como unidade responsável a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Resultados

Variação do índice do indicador: note-se inicialmente que os dois indicadores do Programa: Novos Produtos e Serviços Ofertados na Área Nuclear e Produtos e Serviços Aplicados na Área Nuclear foram introduzidos em 2001, substituindo o indicador inicial, que foi julgado inadequado na avaliação de 2000. A variação dos novos índices evoluiu adequadamente durante o período 2000-2002, apesar de o desempenho em 2002 não ter sido inteiramente satisfatório em função da redução no aporte de recursos. Apesar disso, a variação dos indicadores ocorreu dentro do esperado no ano de 2002, tendo o número de "Produtos e serviços ofertados na área nuclear" passado de 168 em 2001, para 173 em 2002 – o que corresponde a um aumento de 3% –, enquanto o índice de "Novos produtos e serviços ofertados na área nuclear" foi 5.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: nessas condições, é alta (acima de 90%) a expectativa de alcance do índice previsto para os indicadores até o final do plano. O índice relativo a Produtos e Serviços Ofertados na Área Nuclear, itens do portfólio da CNEN, certamente atingirá 100% no final de 2003. Quanto ao índice relativo a Novos Produtos e Serviços, devido ao maior tempo de maturação e desenvolvimento, a taxa de cumprimento deverá estar em torno de 92%.

Os resultados obtidos pelo Programa em 2002 se mantiveram dentro do esperado. Dentre esses resultados, destacam-se os seguintes:

- Manutenção de um portfólio atualizado de produtos e serviços, com 173 itens, que permitiram atingir aproximadamente 1.090 clientes e geraram uma receita anual de R\$ 1,62 milhão. Ressalte-se que estes números, ainda que razoavelmente compatíveis com a previsão inicial, estão abaixo do que se poderia realizar se não tivessem ocorrido as reduções de recursos.
- Desenvolvimento de cinco tecnologias envolvendo aplicações bastante diversificadas como: obtenção de esferas cerâmicas para fins industriais, fabricação de dosímetros utilizando material termoluminescente nacional, caracterização da tireotrofina humana recombinante, tecnologia para tratamento de efluentes da filtração de DUA e UF4 e otimização de eletrodos de difusão gasosa.
- Publicação de 741 trabalhos completos em anais de congressos e de 279 trabalhos em periódicos especializados. Ao mesmo tempo, foram satisfatoriamente mantidos os sistemas de disseminação de informações a toda a comunidade científica que utiliza as bases de dados da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, por meio dos serviços de acesso *on line*, disseminação seletiva e serviço de acesso a documentos primários, sendo que a obtenção de reproduções em papel foi mais restritiva.

Gerente:

Antônio Carlos de Oliveira Barroso

Adicionalmente, a produtividade tecnológica, que agrega todas as atividades finalísticas (P&D), mostrou-se bastante razoável, tendo em vista as restrições orçamentárias enfrentadas por algumas ações. A expectativa é que estes índices de acompanhamento interno se mantenham no patamar do ano passado, ou um pouco abaixo: tecnologias desenvolvidas = de 3 a 5; pesquisas realizadas = de 40 a 50; processos e metodologias desenvolvidos/aperfeiçoados = de 30 a 40; protótipos desenvolvidos = 1 ou 2; projetos desenvolvidos = de 3 a 5.

Quanto aos resultados esperados para 2003, vale notar que o índice relativo a Produtos e Serviços Ofertados na Área Nuclear certamente será atingido em 100% em 2003. Quanto ao índice relativo a Novos Produtos e Serviços, devido ao maior tempo de maturação e desenvolvimento necessário, a sua taxa de cumprimento deverá ficar em torno de 90%.

Impacto sobre o público-alvo: devido à natureza do objetivo do Programa e à generalidade do seu público-alvo – setor produtivo, comunidade científica, órgãos e instituições demandantes – uma avaliação dos benefícios causados pela agregação de valor dos "produtos" das ações deste Programa nas respectivas cadeias produtivas e sociais em que os mesmos se inserem demandaria um esforço bastante grande e demorado para obter conclusões consistentes (julga-se, entretanto, que tal iniciativa deva começar a ser implementada gradativamente a partir do próximo ano). Assim, baseando-se apenas nos indicadores do Programa e nas opiniões dos clientes expressas nos questionários que nossos institutos enviam, percebe-se que, diante do aumento quantitativo dos produtos, da produtividade e da manutenção de um alto nível de satisfação do cliente, o Programa definitivamente estará propiciando benefícios ao seu público-alvo com um impacto bastante positivo.

..... **Concepção**

Problema ou demanda da sociedade que deu origem ao Programa: a tecnologia nuclear, além de sua aplicação para a geração de eletricidade e produtos decorrentes da utilização de processos de calor, tem um vasto conjunto de outras aplicações decorrentes do uso de radiação e radioisótopos. Isto dá origem a uma plethora de tecnologias e processos em que as técnicas nucleares são componentes essenciais ou pelo menos importantes. As demandas que justificam esse Programa decorrem, assim, da importância das aplicações nucleares em diversas áreas, tais como: energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos.

Aspectos do Programa a serem melhorados:

Dimensionamento do público-alvo: o dimensionamento do público-alvo não pode ser feito com muita precisão, pela falta de periodicidade quanto à necessidade de alguns tipos de serviços e produtos fornecidos pelo Programa. De um modo geral, nos últimos três anos, têm sido atendidos cerca de 800 a 850 clientes por ano. Estima-se que o universo destes seja em torno de 1.000.

Regionalização: este não é um conceito que seja gerencialmente muito útil nesse caso. Isto porque temos um portfólio muito amplo e diversificado de produtos e serviços de características muito diversas e cuja maioria é de aplicação nacional.

Adequação dos indicadores: tendo em vista a diversidade das ações deste Programa, seria necessário trabalhar com um conjunto maior de indicadores, como será mais detalhado mais adiante.

Todos os outros itens relacionados ao desenho do Programa estão adequados.

Outros produtos desenvolvidos: neste caso, encontram-se todos os outros produtos monitorados internamente (que também servem de indicadores complementares não-previstos no PPA), além dos produtos previstos, quais sejam: tecnologia aperfeiçoada, processo desenvolvido/aperfeiçoado, metodologia desenvolvida/aperfeiçoada, protótipo desenvolvido, projeto concluído, publicações (em revistas especializadas), capítulo de livros, patentes, trabalhos apresentados em congressos, dissertações e teses concluídas.

Análise da estratégia de implementação: diante da restrição de recursos para o Programa, a prioridade tem sido dada às atividades voltadas para as aplicações nucleares na área médica (em detrimento de outras atividades, particularmente P&D para tecnologias de reatores e ciclo de combustíveis), que requerem comparativamente menos recursos e produzem resultados em menor prazo. Essa estratégia, entretanto, é avaliada como sendo não apenas inadequada, mas mesmo prejudicial à implementação do Programa e ao alcance do objetivo proposto, uma vez que compromete atividades estratégicas para o desenvolvimento tecnológico na área nuclear. Trata-se tão somente de uma alternativa encontrada para se implementar o Programa em um contexto de restrição significativa de recursos.

Estratégia de implementação: a estratégia adotada para a implementação do Programa tem sido adequada. O elevado grau de resposta do público-alvo aos mecanismos de fomento adotados no âmbito do Programa tem comprovado a sua relevância para a satisfação de uma demanda e a adequação da sua estratégia.

.....

Execução financeira: de um modo geral, os valores alocados neste Programa encontram-se bem abaixo da capacidade produtiva dos três institutos da CNEN que executam as ações. Isto tem gerado uma forte movimentação dos mesmos no sentido de conseguir recursos para projetos de pesquisa em outras áreas de incentivo, muitas vezes afastando-se bastante dos interesses da área nuclear.

Implementação

Além disso, o valor nominal do orçamento não tem sido um referencial confiável do que será possível realizar, já que este é muitas vezes contingenciado, como no ano de 2002, em que 80% dos recursos de capital foram contingenciados e 7% do montante destinado ao custeio. Os valores do projeto de lei foram, então, menores que a LOA de 2002, tendo sido insuficientes os recursos financeiros liberados para o Programa. Sugere-se, assim, a manutenção da estratégia que sempre adotamos nestas situações, qual seja priorizar as ações finalísticas que mais contribuem para o alcance do objetivo proposto. Essa estratégia assegurou que, no ano de 2002, o cumprimento das metas físicas ficasse dentro do previsto.

No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, no ano de 2002, o fluxo efetivamente sofreu descontinuidade, mas esta não prejudicou decisivamente a execução programada. Ressalte-se, contudo, que o ritmo de liberação de recursos acarretou dificuldades com os fornecedores, os quais aumentaram as suas cotações, presumindo atrasos de nossa parte no pagamento.

É importante, ainda, ressaltar que o montante de restos a pagar em impostos, pelos limites anuais de liberação financeira, tem afetado de 10 a 15% do orçamento do Programa, causando significativo impacto no ano seguinte.

Esforço de capacitação: foi julgado eficaz e compatível com as necessidades do Programa. A oferta de oportunidades de capacitação, por parte da ENAP, foi satisfatória e aproveitada na medida das necessidades e da disponibilidade de tempo. No âmbito institucional, procurou-se obter vagas e incentivar para que o pessoal da área de planejamento e coordenação da CNEN também participasse.

Ressalte-se, no entanto, que os recursos humanos não estão adequados para a implementação do Programa, em função da quantidade insuficiente de especialistas e técnicos operacionais nas equipes locais, em que pese a alta qualificação e o nível de especialização dos recursos humanos que atuam nas diversas atividades das ações do Programa. A isso se deve acrescentar o fato de a idade média dos nossos servidores ser razoavelmente alta, traduzindo-se anualmente em um crescente número de aposentadorias.

A CNEN realizou, em 1994 e 2002, dois concursos públicos, mas a limitação imposta para o número de vagas e o fato de que uma boa parte dos novos servidores ter sido alocada nas áreas de segurança e licenciamento, fez com que não fosse possível atender adequadamente às necessidades de pessoal para as áreas de P&D. Portanto, para promover a melhoria do Programa em sua implementação, novos concursos deverão ser feitos para aumentar o contingente de técnicos e especialistas, principalmente, da área fim.

Recursos materiais e infra-estrutura disponível: são atualmente adequados e têm permitido que as metas estabelecidas sejam cumpridas com êxito, ainda que com recursos abaixo da real necessidade. Convém ressaltar, entretanto, que os progressos da ciência e da tecnologia, como um todo, exigem permanente melhoria das instalações existentes, bem como a implantação de novas e modernas unidades. Neste sentido, a infra-estrutura disponível para o Programa está se defasando em relação à dos centros de excelência e há a necessidade de novos recursos orçamentários e financeiros para que se possa recuperar melhores condições.

Parcerias: o Programa opera com parcerias apenas esporadicamente; nessas situações, as parcerias têm funcionado a contento sempre que o fluxo de recursos não impõe obstáculos ao cumprimento de metas.

No que se refere ao desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas – no caso do Programa, apenas a ação Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear foi executada em unidades fora da CNEN – ele ocorreu dentro do previsto, em que pesem as restrições orçamentárias.

Mecanismos de participação da sociedade: não há mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa.

Avaliação do grau de satisfação dos usuários/beneficiários: os três institutos da CNEN, executores das ações deste Programa, mantêm um programa de pesquisa de opinião de seus clientes focalizado nos principais produtos e serviços. É utilizado o formalismo da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI, já que tais institutos participam do *benchmarking* coordenado por aquela associação. Nas pesquisas do ano em curso, a avaliação da satisfação dos clientes englobou as seguintes dimensões de análise: "presteza do atendimento, qualidade dos produtos/serviços, infra-estrutura de atendimento, fidelidade do cliente, preço, comparação com competidores, divulgação dos produtos/serviços e assistência técnica". A percentagem de satisfeitos variou entre 82% e 91%.

Adequação da estrutura organizacional do Ministério à gestão por programas: a estrutura está perfeitamente adequada à gestão por programas.

Expansão e Consolidação do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Programa **Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico** foi criado com o objetivo de ampliar e ajustar a base técnico-científica do País, tanto em termos quantitativos como qualitativos, para a produção crescente de conhecimentos e serviços em todos os setores econômicos e sociais.

O Programa conta com o indicador Número-índice de produtividade relativa dos pesquisadores apoiados pelo CNPq. O cálculo desse índice leva em consideração o conjunto dos pesquisadores por grande área, cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa. Ele é centrado num escore padronizado, calculado com base na média e desvio padrão, iguais a, respectivamente, 50 e 20. É obtido a partir de uma relação entre o escore médio esperado para os bolsistas de pesquisa (por definição igual a 65) e o escore médio de todos os doutores cadastrados no Diretório (por definição igual a 50). Estima-se que 30% dos doutores mais produtivos sejam atendidos com bolsa de pesquisa. Não existe uma previsão ou intenção de variação do mesmo frente ao que foi planejado, podendo-se dizer que a variação do índice do indicador, no período de 2000 a 2002, ficou dentro do previsto e esperado.

Na avaliação do Programa referente ao ano de 2001, havia uma pretensão de se criar mais um indicador para o Programa, relacionado à desconcentração institucional e regional. Esse seria um indicador muito bom, na medida em que uma combinação deste com o indicador já existente aperfeiçoaria e otimizaria o processo de verificação de resultados do Programa. Pode-se dizer que o trabalho de definição desse indicador já está em fase adiantada, porém ainda não concluído. Foi dada prioridade ao trabalho de aperfeiçoamento do índice do indicador já existente (evolução do banco de dados e das informações no sentido de aperfeiçoar a qualidade do indicador).

Pode-se dizer que os resultados propostos e esperados, no período 2000-2002, foram alcançados de maneira bastante satisfatória. Claro que nem tudo se concretizou, tendo em vista diferentes fatores e restrições, tanto internos como externos ao Programa, incluindo o contingenciamento orçamentário e a descontinuidade na liberação de recursos. Em alguns casos, as metas físicas foram atingidas por meio da utilização de recursos de outros programas do PPA e outras formas de parcerias. Em outros, no entanto, a execução física ficou completamente prejudicada (projetos foram interrompidos, paralisou-se a importação de equipamentos, pagamentos comprometidos não foram realizados etc.).

No que diz respeito à concepção do Programa, houve uma adequação ao longo do período em análise. Algumas ações tiveram suas formas de operacionalização alteradas, outras foram fundidas, foram criadas novas ações e houve também a exclusão de ações. No entanto, considera-se ainda pertinente uma revisão do Programa, em alguns aspectos. O primeiro deles diz respeito ao conjunto das ações que compõem o Programa, considerando-se que as ações executadas pelos institutos devem ser agrupadas em um novo Programa (ver justificativa no próximo item). O segundo se refere à construção de uma nova estratégia de atuação, que priorize o apoio aos seguintes elementos: instituições, grupos de pesquisa consolidados, novos grupos e redes de pesquisa integradas.

Gerente:

Guilherme Euclides Brandão

Iniciado e concluído o processo de avaliação dos institutos de pesquisa (visando o aprimoramento da gestão) e iniciado o processo de implantação das recomendações contidas no relatório gerado pela Comissão de Avaliação. Cabe observar aqui que numa avaliação anterior do Programa **Expansão e Consolidação do Desenvolvimento Científico e Tecnológico** foi sugerida a criação de um novo programa para abrigar as ações dos institutos. Essa proposta não implica recursos orçamentários adicionais e facilita, entre outros aspectos (concernentes à construção de uma nova fase de concepção do Programa), a implementação do conjunto de recomendações resultantes da avaliação dos institutos. É importante observar que o Programa deve garantir uma estreita articulação com essas ações, caso agregadas num outro programa. Essa articulação deve ocorrer também com todos os programas do PPA, uma vez que o pleno atendimento do objetivo básico do Programa em análise depende do bom andamento do conjunto dos outros programas, destacadamente o de Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa.

Retomada do fomento à pesquisa em nível federal, especialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, com destaque para o apoio a núcleos de excelência, à pesquisa fundamental e a projetos regionais. No que diz respeito à consolidação da estratégia de desenvolvimento regional, vários convênios visando a implementação de ações conjuntas foram firmados entre o MCT (e suas unidades) e os governos de diversos Estados.

Foi criada a ação Apoio a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas. Já se pode observar, como resultado dessa ação, uma melhoria substancial na infra-estrutura de pesquisa dessas instituições. Por meio do lançamento de editais referentes ao componente institucional, as instituições de ensino superior e de pesquisa foram estimuladas a realizar um esforço de planejamento estratégico das suas atividades, buscando apoiar os planos de desenvolvimento da infra-estrutura de pesquisa institucional à luz das prioridades e objetivos estratégicos da instituição.

No contexto da ação Implementação da Componente Científica do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Programa alcançou muitos resultados importantes. Entre eles vale mencionar o desenvolvimento de técnicas de diagnóstico e terapias mais seguras e menos evasivas, possibilitando a redução do tempo de recuperação dos pacientes, assim como minimizando eventuais seqüelas provenientes de determinados procedimentos cirúrgicos, e ainda os avanços significativos no que se refere à prevenção e controle do câncer de colo de útero. Merece destaque, também, um projeto que está sendo desenvolvido com o objetivo de estabelecer metodologia(s) que sirva(m) para o desenvolvimento de vacinas efetivas contra a dengue, considerando que todas as tentativas de desenvolvimento de vacinas, até o momento, não resultaram em produtos licenciados para uso em humanos. Um outro projeto importante está sendo desenvolvido no sentido de caracterizar, de forma detalhada, os ciclos de energia, água, carbono e nitrogênio em diferentes tipos de cobertura vegetal na região Amazônica. A abordagem proposta por esse projeto é única no País, uma vez que existe uma deficiência em nosso território no que diz respeito à obtenção de dados experimentais detalhados para se caracterizar as variações temporais desses ciclos, em ecossistemas de manguezal, floresta e agricultura, na região Amazônica. Os resultados que já começaram a ser obtidos com esse projeto se constituem em importantes informações também para o estudo de outros ecossistemas considerados frágeis, ou de relevância inquestionável, tais como Mata Atlântica, Cerrados do Brasil Central, Matas Ciliares etc.

Na ação Apoio a Núcleos de Excelência - Pronex, pode-se mencionar que, apesar da irregularidade no desembolso dos recursos financeiros, resultados favoráveis são observados. Foi realizado um processo de avaliação que, dentre outras coisas, resultou na elaboração de indicadores (produção científica, produção tecnológica, formação de recursos humanos, multidisciplinaridade/interdisciplinaridade e cooperação) para o acompanhamento dos projetos apoiados. O retorno dado pelos pesquisadores envolvidos (parceiros que somam recursos de conhecimento à ação) é bastante positivo. São mencionadas melhorias substanciais no que diz respeito, entre outras coisas, a: infra-estrutura dos centros; formação de recursos humanos, produção científica/tecnológica e interface social; cooperação entre instituições, e criação e fortalecimento de grupos emergentes.

Por meio da ação Difusão da Produção Científica Nacional muitas publicações de alta relevância e interesse científico foram financiadas. Os recursos alocados para essa ação, no período em análise, estiveram sempre aquém do necessário, o que além de não permitir o apoio a novas publicações de alto nível, faz com que as publicações que vêm sendo apoiadas, sejam apoiadas com recursos inferiores ao necessário para manter o padrão de qualidade dessas publicações. Nesse sentido, a ampliação do orçamento dessa ação torna-se importante no contexto do Programa.

Os resultados gerados por meio da ação Fomento a Pesquisa Fundamental dizem respeito à contratação de um grande número de projetos individuais ou de grupos de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento. A implementação dessa ação é feita, basicamente, por meio do lançamento de editais. Com relação ao Edital Universal, por exemplo, entendido como mecanismo basal do sistema, cuja consolidação e fortalecimento sugerem o lançamento de pelo menos duas chamadas/ano (com garantia de estabilidade de regras e de recursos), de uma demanda de aproximadamente sete mil propostas, só em 2001, foram atendidas apenas cerca de 1,2 mil. Em 2002, a situação ficou ainda mais grave, uma vez que não foi possível lançar nenhuma chamada. Cabe destaque, ainda, nessa ação, a constituição e consolidação de redes cooperativas de pesquisa básica e aplicada, organizadas como centros virtuais de caráter multidisciplinar e de abrangência nacional. Exemplo disso é a implantação de três redes em nanociências e nanotecnologias. Finalmente, é importante mencionar a enorme demanda reprimida relativa a essa ação, decorrente dos insuficientes recursos orçamentários disponíveis no período analisado.

Expansão e divulgação, em revistas indexadas e conferências, de importantes dados científicos derivados da construção e operacionalização de alguns telescópios (projetos Gemini e SOAR). Pode-se dizer que, com a entrada em operação desses telescópios, a comunidade nacional tem à disposição instrumentação de grande porte e altamente competitiva. Considerando que há um intervalo de um a dois anos entre as observações astronômicas e a publicação das suas análises científicas, pode-se esperar, em breve, um número significativo de publicações de impacto baseadas em observações com esses telescópios.

Desenvolvimento institucional do Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, unidade executora da ação Desenvolvimento de Competência no Campo da Matemática, que se tornou uma organização social com resultados extremamente satisfatórios no desenvolvimento de suas competências. Esse fortalecimento da matemática, tanto no ensino quanto no setor produtivo, teve ainda como elemento propulsor o projeto Instituto do Milênio para o Avanço Global e Integrado da Matemática Brasileira (desenvolvido no âmbito da ação Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional - Institutos do Millenium).

Aperfeiçoamento dos serviços eletrônicos de informação e comunicação, no âmbito da ação Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica, permitindo uma melhora substancial no acesso informatizado às ações do Governo na área de Ciência e Tecnologia. Uma das experiências do CNPq em Tecnologia da Informação, a Plataforma Lattes (conjunto de sistemas computacionais que visa compatibilizar e integrar as informações em toda a interação da agência com as outras instituições públicas na área de C&T e seus usuários), tem sido estendida aos países da América Latina, Caribe e Península Ibérica. Nesse sentido, foi constituída, em dezembro de 2002, uma rede Internacional de Fontes de Informação e Conhecimento para Gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação - Rede ScientI, um relevante instrumento para a democratização da Ciência, Tecnologia e Inovação em escala mundial.

Por fim, merece registro o fato de que vários projetos desenvolvidos nesse Programa já se encontram em fase de negociação/registro de patente, e com empresas já interessadas em comercializar o produto final.

Os principais resultados esperados, para 2003, podem ser assim resumidos:

- geração de um número significativo de publicações de impacto baseadas em observações com os telescópios desenvolvidos a partir dos projetos Gemini e SOAR;
- incremento do fomento à pesquisa em nível federal, com um número ainda maior de convênios firmados entre o MCT (e suas unidades) e os governos dos diferentes Estados;
- ampliação do número de redes de pesquisa consolidadas e apoiadas, no sentido de realizar pesquisa e gerar conhecimento nas mais diversas áreas, que venham a ser utilizados na solução dos problemas sociais;
- aprimoramento da infra-estrutura dos centros de pesquisa, da cooperação entre instituições de pesquisa, bem como a criação e fortalecimento de novos grupos; e
- inserção, no mercado, de produtos gerados a partir de projetos desenvolvidos no âmbito do programa.

Quanto aos impactos do Programa sobre o público-alvo, a análise que se faz é bastante positiva. Ainda que algumas ações tenham tido uma execução aquém do previsto, outras superaram a expectativa, não só na execução das metas físicas, como na geração de conhecimentos, produtos e serviços de extrema importância e eficácia no atendimento às demandas da sociedade que deram origem ao Programa.

..... **Concepção**

Um sistema econômico cada vez mais interdependente em âmbito global tem demandado novos conhecimentos e serviços, de crescente complexidade científica e tecnológica, em ritmo cada vez mais acelerado. Nesse sentido, pode-se dizer que o problema que deu origem ao Programa – a necessidade de ampliação e ajuste da base técnico-científica do País – além de não se alterar no tempo, torna-se cada vez mais complexo, o que requer um processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento do Programa.

Dessa forma, além das revisões anteriormente sugeridas no sentido de aperfeiçoar o Programa, considera-se pertinente observar também as seguintes questões:

- a regionalização, por exemplo, é um atributo do Programa que precisa ser aperfeiçoado. A desconcentração regional ainda não pode ser bem dimensionada no âmbito do programa, face à inexistência (até o momento) de um indicador que facilite a análise dessa questão e o direcionamento de ações;

- a suficiência das metas físicas é um outro atributo a ser aperfeiçoado, considerando que, em muitos casos, elas não refletem o que foi de fato realizado;
- é necessária a construção de outros indicadores, uma vez que o indicador utilizado no Programa, apesar de ser adequado, não é suficiente para que o processo de verificação dos resultados seja plenamente efetivo, considerando todas as questões envolvidas no desenvolvimento do mesmo, como, por exemplo, a da regionalização anteriormente mencionada;
- os mecanismos de interação entre ministérios também precisam ser melhorados. Sugere-se uma ação do Ministério do Planejamento nesse sentido, por meio da promoção de reuniões e seminários de integração dos diversos ministérios. Vale observar que, na realidade, todos os aspectos de estratégia de implementação do Programa – organização dos trabalhos no âmbito da gerência, forma de articulação com outras unidades do Ministério, forma de articulação com parcerias, com outros ministérios etc. – também demandam um processo contínuo de aperfeiçoamento e redirecionamento de ações.

.....
O padrão de execução financeira do Programa, no período 2000-2002, não é considerado adequado. Além de um orçamento aquém do necessário, com contingenciamento de recursos e irregularidade nos desembolsos, conforme já mencionado, a conjuntura econômica desfavorável tem prejudicado de modo significativo algumas atividades, tais como a importação de equipamentos e insumos.

Implementação

Algumas medidas, consideradas estratégicas, têm sido tomadas, visando minimizar o problema, e envolvem principalmente: ampliação dos prazos de vigência inicialmente previstos para o desenvolvimento dos projetos contratados pelas diversas ações e busca de fontes alternativas de financiamento, tais como o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação.

Uma outra estratégia de implementação que merece destaque no processo de obtenção dos principais resultados do Programa diz respeito à utilização de editais como importante instrumento de operacionalização do fomento à pesquisa. Contudo, em relação a essa estratégia, cabe registrar que, considerando os objetivos do Programa, os editais devem ser aperfeiçoados no sentido de estarem mais voltados para o apoio às instituições, formação e fortalecimento das redes de pesquisa, a grupos consolidados e a novos grupos de pesquisa, do que para o atendimento individual de pesquisadores.

Cabe destacar, como uma importante estratégia de implementação do Programa, a utilização de uma infra-estrutura de informações, a partir da ligação integrada de diferentes bases de dados, que tem facilitado o processo de acompanhamento e avaliação de diferentes projetos apoiados pelo Programa. Também merece destaque uma estreita articulação com o Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa, quem vem induzindo a capacitação de Recursos Humanos em áreas identificadas como carentes.

No que diz respeito ao gerenciamento, cabe mencionar que a equipe gerencial responsável pela execução do Programa, apesar de pequena, tem buscado expandir suas competências e habilidades, no que se refere a aspectos de liderança, técnica gerencial e negociação, e também os seus conhecimentos teóricos sobre a filosofia do PPA e seus desdobramentos. Inclusive, no período em análise, parte da equipe participou de um curso de Formação de Multiplicadores do Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Certamente, esse esforço de capacitação traz elementos agregadores de eficiência e eficácia

à gestão do Programa. Em termos qualitativos, os recursos humanos são adequados para a execução do Programa; quantitativamente, ainda há carência de pessoal nas instituições executoras das ações.

Existem duas ações do Programa que são executadas pelo Ministério da Educação (ações descentralizadas). Em relação a essas ações, é preciso mencionar que não existe, no âmbito da gerência, nenhum mecanismo de monitoramento de desempenho. As informações são captadas por meio dos relatórios gerados pelos coordenadores das ações ao final de cada exercício. Em 2002, por exemplo, o relatório gerado sobre uma dessas ações – Produção de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Ciências Sociais e Humanas – indica sensíveis dificuldades para a execução das atividades previstas e o conseqüente alcance das metas traçadas, devido a diversas restrições orçamentárias e financeiras. Foram observadas ainda restrições tecnológicas, incluindo a indisponibilidade de equipamentos mais eficientes e de *softwares* e CD-Roms a serem utilizados nos projetos de pesquisa. No entanto, apesar de toda a dificuldade apresentada, as metas alcançadas foram consideradas satisfatórias. Conhecimentos foram gerados, por meio de várias publicações, entre artigos, livros, capítulos de livros e tese de doutorado. Também foram realizadas pesquisas, algumas já concluídas e outras ainda em andamento. Dentre as medidas tomadas pelos executores da ação no sentido de minimizar os efeitos dos problemas enfrentados, menciona-se a agilização das atividades de captação de recursos externos, por meio de parcerias, inclusive com a criação de uma função específica para esse fim.

Uma análise da adequação dos recursos materiais e da infra-estrutura disponíveis para a implementação do Programa indica que, apesar de não serem plenamente satisfatórios, esses recursos possibilitam o andamento do Programa. Observa-se, por exemplo, deficiências pontuais na implementação de algumas ações: pouco material de reposição para os laboratórios, indisponibilidade de equipamentos mais eficientes etc.

Abordando, mais uma vez, a questão das parcerias, julga-se importante esclarecer que o Programa, considerando o conjunto de suas ações, tem buscado as parcerias, não só como forma de minimizar os efeitos da atual conjuntura econômica e financeira, mas também por considerar que o trabalho em forma de parcerias democratiza ações e enriquece processos. As principais parcerias têm sido realizadas da seguinte forma: com as Secretarias de Ciência e Tecnologia dos Estados e Fundações de Amparo à Pesquisa, por meio de contratos de financiamento envolvendo a aquisição de equipamentos, concessão de bolsas, desenvolvimento de projetos etc.; com os fundos setoriais, uma vez que os produtos e serviços gerados a partir da implementação dos diversos fundos contribuem para o alcance do objetivo do Programa; e também com instituições públicas, já que a participação de representantes dessas instituições em comitês e colegiados no âmbito do Programa agregam conhecimentos e experiências. Certamente que muitos motivos (de ordem orçamentária/financeira, política e de pessoal) têm impedido o pleno estabelecimento de ações de parceria continuada.

Várias ações contam, tanto na sua fase de planejamento como na de execução, com a participação de diversos segmentos no âmbito dos usuários/beneficiários do Programa. Entre esses segmentos podem ser citadas, por exemplo, a comunidade científica/tecnológica/empresarial, por meio de sua participação em grupos técnicos e comitês gestores que, no âmbito das ações, definem prioridades e temas a serem induzidos, analisam o mérito de projetos e participam da destinação dos recursos. Da mesma maneira participam as pró-reitorias de pesquisa das universidades e as Secretarias de C&T dos Estados.

Entretanto, o Programa não tem um mecanismo padrão definido de avaliação da satisfação de beneficiários, uma vez que o objetivo ao qual se destina – garantia de uma produção crescente de conhecimentos e serviços – é alcançado a médio e longo prazo, o que dificulta uma análise de índice de satisfação do usuário por meio de um instrumento específico. No caso de algumas ações do Programa, os produtos ou conhecimentos gerados, como, por exemplo, um telescópio construído ou uma nova técnica de diagnóstico mais segura, permitem uma observação mais imediata de impacto. No entanto, essa situação não se verifica de modo mais amplo nesse Programa.

Do conjunto das ações do Programa (excetuando-se as ações executadas pelo MEC), quatro foram executadas pelo próprio MCT, onze pelos seus diferentes Institutos de Pesquisa, quatro pela Finep e oito pelo CNPq (agências do MCT).

Cabe aqui destacar que a estrutura organizacional do MCT, responsável pela gestão desse Programa, bem como de outros programas do PPA, vem se mostrando adequada a uma gestão por programas. O compromisso desse Ministério com o novo modelo de gestão do Governo resultou, entre outras coisas, no desenvolvimento de instrumentos e ferramentas gerenciais voltadas especificamente para o PPA, que vêm sendo aperfeiçoados continuamente, tornando-se ainda mais eficazes, no ano de 2002, ao processo de gestão por programas. No entanto, o Programa envolve diferentes instituições (tanto no âmbito de um mesmo ministério, como em diferentes ministérios) na execução de suas ações. Nesse sentido, é possível afirmar que ainda existem aspectos, relacionados às estruturas organizacionais dessas instituições (ou de parte delas), que dificultam a execução das ações e, conseqüentemente, a implementação do Programa como um todo, em concordância com o novo modelo de gestão por programas.

Um desses aspectos é a existência de estruturas organizacionais ainda com tradição de privilegiar os meios e não os resultados, sem levar em consideração a filosofia do novo modelo voltado para a obtenção de resultados sociais globais. Isso dificulta a exploração da sinergia entre as diferentes ações do Programa, no sentido de integrá-las no âmbito das instituições, otimizando os recursos (tanto financeiros como humanos) e dando mais efetividade ao Programa. Além disso, essas estruturas também não favorecem a aproximação e interação do gerente do Programa com o(s) ordenador(es) de despesa dessas instituições, o que dificulta a atuação do gerente no seu papel de orientar a execução do Programa, antecipando-se a eventuais restrições e participar da administração orçamentária e financeira do Programa.

Fomento à Pesquisa em Saúde

O Programa **Fomento à Pesquisa em Saúde** objetiva promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública. É executado por meio da concessão de apoio financeiro a projetos e à realização de estudos, em consonância com os objetivos do MCT, e em estreita articulação com o Ministério da Saúde. Essa articulação engloba, também, todos os setores geradores de conhecimento – comunidade técnico-científica, agências de fomento e de financiamento e instituições de P&D&I – e visa à identificação de prioridades e necessidades dos serviços de saúde, no sentido de garantir efetividade aos investimentos e consolidar a política de C&T em Saúde. Atua mediante o apoio a projetos e atividades voltados para o aproveitamento de oportunidades regionais e locais, de modo a diversificar e ampliar a base de inovação e visando gerar produtos, processos e serviços que venham a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Sua operacionalização está a cargo das agências de fomento do MCT - CNPq e Finep.

São público-alvo do Programa, as unidades gestoras e executoras do SUS, as instituições de ensino, pesquisa e produção e os profissionais de ciência e tecnologia e de saúde.

Resultados

De uma forma geral, os resultados do Programa são satisfatórios e seus impactos no público-alvo têm sido positivos. Isso pode ser identificado durante reuniões e eventos que contam com a participação de representantes da comunidade técnico-científica, haja visto que o Programa não dispõe de outros mecanismos permanentes de consulta à sociedade. Normalmente, esses segmentos participam de seminários e *workshops* em temas específicos, ou assessorando tecnicamente, de forma independente, as agências em seus processos de formulação, análise, acompanhamento e avaliação de projetos e programas. Assim, a boa aceitação do Programa pode ser verificada, mesmo que informalmente, durante visitas de acompanhamento e avaliações de atividades e projetos, bem como pela receptividade durante a realização em eventos na área e mesmo durante divulgação de trabalhos em diferentes fóruns.

No exercício de 2002, o número de projetos apoiados, pelas ações do Programa foi relativamente baixo, particularmente em decorrência do forte contingenciamento de recursos, notadamente nas ações a cargo do CNPq, comprometendo as metas físicas previamente estabelecidas.

Por meio das ações executadas pela Finep, foram contratados doze projetos, sendo:

- sete na ação Fomento à P&D de Medicamentos e Hemoderivados;
- dois na ação Fomento a Projetos de Avaliação Tecnológica de Produtos e Processos;
- dois na ação Fomento ao Desenvolvimento e Aprimoramento de Sistemas de Informação em Saúde; e
- um na ação Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Setor de Saúde - CT-Saúde, intitulado Rede Piloto de Tele saúde em Oncologia Pediátrica.

Gerente:

Expedido José de V. Gonçalves

A título de resultados atingidos em 2002, cabe destacar:

- purificação da vacina anti-rábica *Fuenzalida palácios* e o desenvolvimento e a produção de teste Imunodiagnóstico da

Brucelose Bovina, em escala compatível com a demanda do Ministério, ambos no âmbito do projeto executado pelo Tecpar;

- produção de Kit Diagnóstico da Leucose Enzoótica Bovina, já registrado pelo Ministério da Agricultura, e em fase de teste; e
- desenvolvimento de tecnologia para fabricação de endopróteses (*stents*) para tratamento de patologias vasculares periféricas (arteriosclerose e/ou aneurismas) e também para casos de estrangulamento de vias aéreas superiores, pelo Laboratório de Transformação Mecânica da UFRGS.

Merece destaque, como um dos aspectos que mais contribui para a obtenção de resultados pelo Programa, a mobilização de parceiros diversos na realização da maioria das suas ações. Apesar das parcerias serem mais de caráter institucional do que propriamente financeiro, a forte interação com outros programas do MCT e mediante convênios com o Ministério da Saúde, é possível realizar importantes atividades com a concessão de bolsas e auxílios pelo CNPq. Por intermédio de convênios com o Ministério da Saúde, apoio técnico e administrativo são concedidos em atenção às demandas das secretarias estaduais de saúde, no sentido de aprimorar processos de gestão e de formulação de políticas. Apenas na área de doenças infecciosas, parasitárias novas, emergentes e reemergentes, no período de 1999 a 2001, foi investido quase R\$ 6 milhões na concessão de bolsas e financiados mais de 100 projetos. Vale citar, por exemplo: o convênio com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com aporte de R\$ 4 milhões, para suporte ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Vigilância Sanitária, através de apoio ao treinamento técnico-científico, com ênfase no controle de qualidade de produtos, como alimentos e medicamentos em geral, água e leite, imunobiológicos e vacinas, fitofármacos e domissanitários, cosméticos e treinamento em toxicologia; o Pró-Saúde; o convênio com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que estabelece uma cooperação técnica para o aperfeiçoamento de atividades de desenvolvimento científico e formação de recursos humanos nas áreas de saúde coletiva e pesquisa biomédica e mobiliza recursos da ordem de R\$ 9 milhões; o convênio para execução do Programa de Reforço ao Sistema Único de Saúde/Reforsus, que objetiva promover inovações na administração do setor da saúde, por meio da concessão de auxílios à pesquisa, à capacitação de recursos humanos, à contratação de estudos, à elaboração de propostas de modelo organizacional e sua implementação em hospitais públicos ou filantrópicos do País, mobilizando recursos da ordem de R\$ 50 milhões; e, ainda, o convênio para implementação do Programa de Interiorização do Trabalho - PIT de Saúde, no valor de R\$ 33 milhões, que visa ao apoio de pesquisas destinadas a solucionar problemas detectados por médicos e enfermeiros que atuam no interior, de maneira a viabilizar a consolidação do SUS. No âmbito desse convênio, 35 projetos já foram contratados em 2001 e estão em andamento.

O impacto do Programa é medido pelo indicador Número-índice da Produtividade dos Pesquisadores na Área da Saúde. Este indicador permite medir a produção técnico-científica nacional na área, utilizando como base de apuração o Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa - DNGP, do CNPq, base censitária da capacidade instalada de pesquisa no Brasil, medida por Grupos de Pesquisa. O valor apurado no início do PPA foi igual a 100 e o previsto, a ser alcançado em 2003, igual a 115. Considerando as avaliações realizadas durante a execução do Programa, ao longo da vigência do Plano Plurianual, verificou-se que o indicador apresentou uma taxa de crescimento superior àquela estimada originalmente. Com relação à 2002, o indicador apurado foi de 136,76; já ultrapassando a meta estabelecida inicialmente para 2003.

Cabe ressaltar que a análise e a avaliação da implementação do Programa leva em consideração um conjunto amplo de indicadores, alguns deles não mensurados pelo indicador definido no âmbito do PPA e que permitem caracterizar e avaliar os resultados e impactos dos esforços empreendidos no âmbito das ações, no aumento e eficiência do desempenho do setor de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em Saúde. Entre esses indicadores, destacam-se: os relacionados às atividades de formação e capacitação de recursos humanos, tanto da indústria, como de instituições de ensino e pesquisa, e que exigem o levantamento do número e perfil dos profissionais atuantes na área; do número de teses e dissertações concluídas; do número de bolsas e auxílios concedidos, entre outros; os que permitem apurar os resultados obtidos pelos projetos financiados e que medem a produtividade técnico-científica, como o número de patentes concedidas e solicitadas; produtos, processos e *softwares* desenvolvidos; serviços disponibilizados, entre outros; os voltados para avaliar o impacto dos resultados alcançados, em diferentes dimensões – estratégica, científica, tecnológica, social e econômica –, mediante levantamentos sobre resultados e atividades relacionadas às prioridades nacionais em saúde, quanto a aspectos reais e potenciais de geração de inovações e de conhecimentos a serem aplicados no complexo industrial em saúde, no SUS, em programas e serviços de saúde e na sociedade de um modo amplo; os voltados para medir a participação do setor privado no financiamento e execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, como volume de recursos aplicados à área, através de execução direta, ou em parceria com o setor público, por exemplo, por meio da taxa de gastos em P&D e da participação de novos produtos no faturamento de empresas do setor de saúde etc.

Nesse sentido, merece ser citado o aumento verificado no número de doutores formados nos últimos anos na grande área Ciências da Saúde, que passou de 4,5 mil, em 1998, para 5,8 mil, em 2002; e na grande área Ciências Biológicas, de 4,6 mil, em 1998, para 5,8 mil, em 2002. Apenas no período de 1998 a 2001, foram defendidas mais de 6 mil teses e 17 mil dissertações de mestrado nas duas grandes áreas mencionadas. Destaca-se, no entanto, que o levantamento e a mensuração da maioria dos indicadores citados constituem-se em um grande desafio para a área de C&T, na medida em que não estão sistematizados, de tal forma que não podem ser adotados como indicadores do Programa neste momento.

Como aspecto negativo da implementação do Programa, vale reiterar o citado contingenciamento dos recursos orçamentários que provocou impacto na implementação do Programa e exigiu, em alguns casos, a prorrogação do prazo de execução de projetos e atrasou a operacionalização efetiva do Fundo Setorial de Saúde - CT-Saúde.

..... **Concepção**

O Programa **Fomento à Pesquisa em Saúde** emerge da necessidade de adequar o Brasil às rápidas mudanças no quadro epidemiológico e demográfico – que tendem a agravar a situação da saúde no País –, bem como capacitá-lo diante das profundas transformações advindas do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo contemporâneo.

O desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro tem se dado de forma assimétrica, com uma nítida supremacia das instituições de ensino e pesquisa localizadas nas regiões Sudeste e Sul. Um indicador que apóia esta afirmativa é o baixo número de grupos de pesquisa vinculados a instituições localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Neste contexto, o Programa pode desempenhar um papel essencial na mobilização da sociedade, na busca de soluções adequadas e mediante a intensificação de conectividade entre os

diversos agentes do processo inovativo. Uma possibilidade é estimular a concepção e implementação de projetos cooperativos e/ou em rede, envolvendo a participação de universidades, centros de pesquisas e empresas de diferentes regiões brasileiras. Neste sentido, o CT-Saúde destaca um percentual de 30% do seu orçamento para aplicação nestas regiões e, assim, pode se caracterizar como um instrumento de ação estratégica e de conexão entre distintos atores para possibilitar sinergias, desde que haja instrumentos capazes de articular os diversos segmentos representativos da sociedade, em todos os níveis decisórios, aperfeiçoando os mecanismos de controle social. De fato, este ponto merece atenção, tanto na concepção do Programa, quanto em sua estratégia de implementação.

Deve-se lembrar que o objetivo do Programa é amplo e, portanto, várias ações não expressas no PPA contribuem para seu êxito. A institucionalização das atividades de P&D no setor saúde sempre foi marcada por um caráter essencialmente público, na medida em que são desenvolvidas majoritariamente em instituições públicas de ensino e pesquisa, com uma participação muito discreta do setor privado e de instituições envolvidas com a produção de serviços de saúde. Algumas áreas ligadas ao setor saúde, em campos definidos da pesquisa estratégica, do desenvolvimento tecnológico, da produção e até mesmo da política industrial, têm sido financiadas diretamente pelo Ministério da Saúde. A contribuição do sistema de C&T ao setor tem-se dado, principalmente, pela estruturação de um expressivo sistema de pós-graduação e pelo financiamento a instituições de pesquisa, por meio da atuação da Capes, do CNPq e da Finep, além de agências estaduais de fomento à pesquisa; o que, de certa forma, vem possibilitando expandir, qualitativa e quantitativamente, a base científica nacional.

Avaliações recentes indicam que, embora a ciência brasileira ainda seja incipiente, já existem áreas e subáreas de relativa consolidação e competitividade. De modo geral, os recursos aplicados pelas agências governamentais de fomento à C&T em atividades de pesquisa e capacitação de recursos humanos em saúde no País representam cerca de 20% do total investido. Somente o CNPq aplica aproximadamente 30% do seu orçamento em ações relacionadas, direta e/ou indiretamente, à Saúde. Como resultado deste esforço, o País hoje detém um razoável sistema de C&T em saúde e um contingente significativo de instituições atuantes na área. Muito embora o número de pesquisadores brasileiros atuantes em áreas ligadas à saúde e correlatas seja considerado expressivo, sua expansão é necessária para dar sustentação ao processo de desenvolvimento nacional.

Sob o ponto de vista da relevância científica, a última década significou uma era de extraordinária aceleração nos avanços do conhecimento, cabendo listar os avanços em direção à genômica humana e de outros mamíferos, de insetos vetores, de microorganismos e de parasitas e aos estudos do genoma, além do aumento do potencial de intervenção da medicina, pela incorporação de um conjunto de inovações tecnológicas. No âmbito da saúde coletiva, são exemplos de avanços científicos que condicionam e redefinem as prioridades, os conhecimentos gerados pela epidemiologia e pelas ciências sociais relativos ao processo saúde/doença; as mudanças nos processos de planejamento e gestão voltadas para o aumento da eficiência, eficácia e melhoria da qualidade dos serviços; e os conhecimentos sobre as formas de articulação e organização dos interesses e da representação social das condições de saúde sobre a oferta de serviços e as modalidades de atendimento do sistema. É interessante notar, também, que não só os avanços das ciências biológicas, sociais e da saúde influenciam as prioridades nas áreas de saúde, mas também áreas como a informática e a microeletrônica. Algumas áreas da saúde têm demonstrado um desenvolvimento científico

significativo, como resultado da própria demanda dos pesquisadores, notadamente as investigações biomédicas em temas relacionados com mecanismos de ação de drogas, processos fisiológicos básicos e doenças crônicas e degenerativas. Para os próximos 50 anos, antecipam-se conquistas ainda mais extraordinárias, na medida em que a genética molecular evolua em sua trajetória.

Cabem, ainda, alguns comentários acerca da estratégia de implementação. O desafio de se estabelecer uma política específica para C&T em saúde depende da capacidade do Estado em hierarquizar e estabelecer prioridades, em uma perspectiva de médio e longo prazo, e de relacionar ações ao objetivo maior de desenvolvimento nacional. A escassez de recursos públicos exige a adoção de um modelo de gestão voltado para a integração de esforços e para a obtenção de resultados. Em contrapartida ao modelo de C&T tradicional, baseado predominantemente na demanda espontânea, deve-se promover a indução planejada, direcionando investimentos para áreas e temas prioritários, de maneira a conciliar a dinâmica própria da C&T com as políticas e prioridades na área de saúde, compatibilizando prioridades com a liberdade de criação.

No que tange aos aspectos do Programa que precisam ser melhorados, é importante ressaltar que, além de iniciativas voltadas para sanar as urgências, é de suma importância estabelecer uma capacidade regional de pesquisa, assim como instituir políticas e estratégias de fomento à pesquisa em saúde voltadas para a identificação de demandas locais por ciência e tecnologia. Neste sentido, programas que intensifiquem a cooperação entre universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, na expectativa de contribuir para acelerar o processo de inovação tecnológica, o tratamento do desequilíbrio regional em relação às atividades de C&T deve ser enfatizado. É fundamental o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia necessárias ao conhecimento dos problemas locais de saúde, bem como a intervenção nestes problemas.

Implementação

Uma política de C&T em saúde, baseada nos pressupostos de seletividade e competitividade, deve estar orientada para a preservação e renovação da base técnico-científica instalada, de forma adequada às necessidades do País, ao mesmo tempo em que deve incentivar o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e garantir estabilidade de financiamento aos grupos de pesquisa e desenvolvimento. Embora tenha-se buscado estreitar a cooperação com o Ministério da Saúde, para, em conjunto com a comunidade científica e tecnológica, definir e implementar uma agenda de prioridades e ações compartilhadas, evidencia-se que essa articulação pode ser prejudicada, notadamente frente a recorrentes contingenciamentos orçamentários, que limitam a participação do setor privado e a sua interação com o setor acadêmico, e restringem não só sua ampliação, mas também o atendimento a importantes problemas de saúde e da sociedade. A interação entre os sistemas de saúde e de C&T não pode ser tênue e eventual, sob o risco de resultar em iniciativas circunscritas, de pouca duração e impacto.

Vale destacar que, enquanto a atuação do sistema de C&T orienta-se pelas prioridades do avanço do conhecimento científico e tecnológico, a do Ministério da Saúde orienta-se conforme as prioridades sanitárias e as políticas sociais de cada governo e, desse modo, a operação do sistema de C&T em saúde deve ser concertada e privilegiar a interação entre os sistemas estaduais, federais e internacionais; buscar a utilização da capacidade de pesquisa instalada nas universidades e demais instituições de P&D; garantir estabilidade orçamentária e estrutura suficiente para lidar com os processos de invenção, inovação e de produção de bens e serviços.

Em 2002, com base na avaliação realizada no ano anterior, e para dar uma maior agilidade gerencial, o Programa teve o número de suas ações reduzidas, com a fusão e/ou cancelamento de algumas ações.

O orçamento aprovado para 2002 previa a aplicação de R\$ 73.807,1 mil, considerando todas as fontes de recursos, sendo R\$ 20 milhões do capital da Finep e R\$ 50,54 milhões de um crédito suplementar distribuído em duas ações do Fundo CT-Saúde. Considerando apenas o orçamento fiscal, no valor de R\$ 53.808.080,00, foi liquidado apenas R\$ 1.199.321,00; o que representa 2,23% do total programado para o financiamento de nove ações. O contingenciamento impossibilitou a execução de cinco ações do Programa, além de só ter possibilitado a contratação de um projeto no âmbito do Fundo Setorial de Saúde.

Para o exercício de 2003, prevê-se um orçamento de R\$ 30 milhões. Caso seja possível executar a totalidade do orçamento da União programado originalmente para o período 2000/2002, de R\$ 7,8 milhões, e o orçado para 2003, terá sido possível executar R\$ 37,8 milhões ao término do PPA – cerca de 54% do orçamento total previsto para o Programa.

Durante a sua execução, o Programa introduziu melhorias no mecanismo de gerenciamento visando adequá-lo aos novos instrumentos introduzidos pelo MCT, com destaque à criação do fundo setorial. Esse instrumento tem por expectativa ampliar o volume de recursos a ser aplicado à C&T em saúde, com impactos não só no orçamento destinado ao Programa, já a partir do exercício de 2002, mas também nos resultados advindos da sua implementação. Infelizmente, o forte contingenciamento restringiu essa expectativa, traduzindo-se no principal problema detectado pelo Programa. Por outro lado, essa situação pode vir a prejudicar a realização das metas previstas no âmbito da maioria das ações do Programa, relativas ao número de projetos financiados, na medida em que houve redução no valor médio destes projetos.

No que concerne ao esforço de capacitação da equipe interna no MCT, cabe registrar que, desde o início de 2002, o Programa ficou sem gerente e, assim, conta hoje com uma equipe pequena, sem dedicação exclusiva. Existe um apoio eventual de técnicos da Secretaria de Políticas e Programas de C&T do MCT. Por outro lado, as equipes de coordenação, responsáveis pelas ações nas agências, Finep e CNPq são compostas de técnicos com experiência e capacidade de gerenciamento, acompanhamento e avaliação de projetos. Entretanto, não há registro sobre eventuais atividades de treinamento dessas equipes nas agências.

Assim, e considerando o caráter multidisciplinar da pesquisa em saúde, face à diversidade de áreas que se relacionam com o tema, faz-se necessária a manutenção e ampliação de instrumentos, iniciativas e recursos disponibilizados pelo Programa, de forma a garantir um efetivo avanço do conhecimento; aumento da competitividade do setor industrial e de capacitação de recursos humanos adequados para atuar nos diversos segmentos e temas relacionados com o setor saúde. Devido à capacidade de mobilizar parceiros, o Programa, além de estimular a articulação interna, com os demais programas do MCT, deve também ampliar a cooperação com iniciativas que têm interface direta com o setor. Ainda, com relação a parcerias, vale citar a interação com instituições de P&D e comunidade técnico-científica, a realização de ações conjuntas, tanto de identificação e definição de necessidades, prioridades e estratégias, na execução de estudos diagnósticos e prospectivos, como em processos de acompanhamento e avaliação. Entre as principais vantagens desse modelo de integração, residem a compatibilização de esforços, recursos e resultados, notadamente pela viabilização de programas e projetos cooperativos ou em rede, e a articulação de políticas públicas.

Espera-se, a partir da operacionalização do Fundo Setorial de Saúde (CT-Saúde), ampliar a participação dos diversos segmentos relacionados com o setor, tanto no processo de formulação, como de implementação de importantes atividades que visam ao desenvolvimento da pesquisa e de tecnologias necessárias ao conhecimento dos problemas locais de saúde, bem como que garantam níveis satisfatórios de saúde à população brasileira, principal cliente dos resultados advindos desse esforço.

Para 2003, espera-se a consecução dos seguintes objetivos específicos:

- Formular um marco conceitual e implementar uma metodologia de avaliação de desempenho do sistema de saúde, tomando como eixo principal o princípio da equidade em relação a aspectos fundamentais de acesso, utilização e financiamento do sistema, estabelecendo indicadores para monitoramento e avaliação.
- Promover a articulação interinstitucional para a implementação de ações e estratégias que visem: a aumentar a capacidade de regulação, indução e articulação; a implementação de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica necessários à melhoria das condições de saúde; a estimular projetos cooperativos entre empresas e entre empresas e universidades e demais centros de pesquisa; a criação e concessão de incentivos fiscais e proteção tarifária; ao poder de compra do Estado, visando estimular a capacitação científica e tecnológica dos setores público e privado nacionais; a elaboração, reformulação e adequação de um arcabouço legal para questões ligadas, entre outras, à propriedade industrial, biossegurança e bioética, com a regulamentação do acesso aos recursos genéticos e do uso experimental de animais; e a conceder financiamento em condição favorável com o compartilhamento de risco nos casos de empreendimentos tecnológicos de ponta.

O pleno atingimento dos benefícios esperados pelas atividades de C&T em saúde depende fortemente das condicionantes econômicas do País, mesmo considerando que as questões relativas ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde já façam parte das preocupações consideradas no planejamento estratégico do Governo.

Gestão da Política de Ciência e Tecnologia

O Programa **Gestão da Política de Ciência e Tecnologia** tem como objetivo apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia.

Resultados

Os principais resultados, no ano de 2002, podem ser divididos em duas áreas: no plano interno, com resultados que mostram a consolidação do debate sobre a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e, no plano externo, com a busca de maior cooperação internacional entre o Brasil e outros países.

No âmbito interno, a mobilização para o debate em torno dos grandes desafios nacionais em C&T foi alcançada com a finalização do Livro Branco de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Livro Branco reúne os resultados da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001, e contém propostas estratégicas para os próximos dez anos da CT&I brasileira.

Também relacionado ao debate sobre as Diretrizes e a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foram elaborados estudos sobre indicadores de Ciência e Tecnologia e Pesquisa e Desenvolvimento e estudos prospectivos sobre os setores econômicos que constituem importantes insumos para o desenvolvimento do setor. Em 2002, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE desenvolveu atividades de prospecção tecnológica e a estruturação de proposta metodológica para apoio à tomada de decisão dos comitês gestores dos fundos setoriais. O estudo dos indicadores do setor é importante para situar o País no contexto internacional e balizar as discussões e a tomada de decisões. Deve-se destacar, portanto, o desenvolvimento de indicadores sobre recursos humanos na área de C&T e a conclusão da pesquisa sobre inovação tecnológica desenvolvida em parceria entre o MCT e o IBGE.

Deve-se destacar a criação de novos instrumentos e mecanismos de incentivo à P&D e à inovação no setor privado, a finalização das regulamentações e a organização dos comitês gestores dos fundos setoriais, e o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Inovação, que pretende alterar as formas de interação entre as instituições científicas e tecnológicas do Governo Federal e o setor privado, com destaque especial para a questão da propriedade intelectual. No período foram organizados e coordenados eventos de mobilização e planejamento participativo de ações de CT&I, tendo como participantes diversas instituições públicas e privadas do País envolvidas com os temas priorizados pelos fundos setoriais e ações estratégicas definidas pelo Ministério.

As ações de cooperação em C&T do Brasil com países da América do Sul, cujas modalidades de apoio são Missões Identificadoras de Atividades de Cooperação, Apoio Financeiro a Eventos de C&T e Atividades de Pesquisa Conjunta em C&T, avançaram significativamente em 2002 com o desenvolvimento de projetos conjuntos promovidos pelo Brasil junto aos países da América do Sul, abrangendo o apoio às atividades de cooperação e, especificamente, projetos de ação induzida entre o Brasil e a Argentina. Em números, é possível constatar a significativa participação nas ações induzidas Brasil e Argentina, com a aprovação de 25 projetos no ano 2002 – a Argentina se mantém como o principal parceiro do Brasil, uma vez que responde por mais de 50% das ações de cooperação. Ainda no que diz respeito ao apoio a atividades de cooperação internacional, ressalta-se a aprovação de 41 novos projetos.

Gerente:

André Amaral de Araújo

De maneira sucinta e objetiva, poder-se-ia agregar os resultados obtidos pelo Programa da seguinte forma:

- publicação do Livro Branco, documento que consolida as diretrizes nacionais para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- regulamentação dos fundos setoriais: foi finalizado o processo de regulamentação dos quatorze fundos setoriais criados no período 2000-2002;
- consolidou-se a estratégia de cooperação internacional: nos últimos dois anos o MCT firmou acordos de cooperação internacional com mais de 25 países;
- Na área de indicadores destacam-se o processo de articulação com os estados para a regionalização de indicadores de C&T e P&D, identificação de novas metodologias para estes indicadores decorrentes das mudanças na classificação orçamentária e o lançamento da Pesquisa Nacional de Inovação - Pintec, realizada pelo IBGE em parceria com o MCT;
- criação de novos mecanismos de incentivo e instrumentos de fomento à inovação, como subvenção econômica, equalização da taxa de juros e incentivos a investimentos em capital de risco, além de mecanismos de incentivos previstos na Medida Provisória 66, relacionados ao imposto de renda de pessoas jurídicas;
- envio ao Congresso Nacional da Lei de Inovação, que consolida um novo marco regulatório da área de C&T e amplia os instrumentos de fomento à inovação; e
- destaca-se também a articulação entre os diversos atores que participam do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, podendo-se citar neste contexto as secretarias estaduais e municipais de ciência e tecnologia, as fundações estaduais de amparo à pesquisa e o setor privado. Por fim, ressalta-se o apoio às ações de cooperação internacional com parceiros tradicionais – América Latina e Estados Unidos, por exemplo – e com novos parceiros, com destaque aos países de Língua Portuguesa.

Os impactos do Programa sobre seu público-alvo podem ser avaliados positivamente, considerando inclusive a estimativa de execução até o final do exercício (2002) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2003. Isto porque, embora não existam indicadores para o Programa, o objetivo geral de estabelecer diretrizes para a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação foi cumprido, após amplo debate com a sociedade – que teve a sua expressão máxima na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em setembro de 2001.

Concepção

O problema/demanda que deu origem ao Programa pode ser, em parte, identificado em sua justificativa: a natureza horizontal do desenvolvimento científico e tecnológico exige um grande esforço de interação do Ministério da Ciência e Tecnologia com os demais órgãos do Governo e um amplo leque de instituições que atuam no setor. Para tanto, o MCT deve reforçar a sua capacidade de coordenação, formulação, tomada de decisão, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, assim como de geração de indicadores de C&T e P&D. A estas, adicionou-se a componente inovação, derivada da prospecção que se realizou no âmbito do Ministério com toda a sociedade, da formulação de novas diretrizes para o setor, bem como da observação das novas tendências internacionais. E segue a justificativa: isso implica também a necessidade do MCT estar permanentemente atualizado em relação aos conhecimentos produzidos no País e no exterior, bem como estar engajado em todas as decisões brasileiras às quais os componentes científico e tecnológico possam trazer alguma contribuição.

No cômputo geral, os atributos do Programa estão bem concebidos. A única observação foi em relação à adequação do objetivo ao problema. Atualmente, o objetivo do Programa é: apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia. Considerando o problema/demanda identificado, há sinalização de que este objetivo deve ser reformulado para melhor expressar a finalidade do Programa.

Em termos de estratégia de implementação, não há necessidade de reformulação ou aperfeiçoamento de nenhum de seus itens. De fato, a estratégia de implementação foi bem-sucedida, pois estabeleceu um mecanismo inédito de articulação entre os gerentes de programa e as estruturas formais do Ministério. Desde o início da implementação do novo modelo de planejamento, expresso pelo PPA 2000-2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia estabeleceu uma "gestão tripartite" dos programas do PPA que esteve baseada na gerência do Programa **Gestão da Política de C&T**, na Assessoria de Acompanhamento e Avaliação e na Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, todas ligadas diretamente à Secretaria-Executiva do Ministério. Esta gestão identificou como principais "problemas" do modelo as dificuldades do fluxo de informação e a interação dos gerentes de programa com as estruturas formais e estabeleceu, entre outras coisas, um Sistema de Informações Gerenciais para o Ministério e a figura do "coordenador de ação", que seria responsável pelas informações de execução das ações.

Um outro fator que atesta o sucesso deste modelo foi o fato dele ter sido utilizado como exemplo por outros ministérios setoriais e incentivado pela própria Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento.

Houve crescimento expressivo dos recursos alocados ao Programa. Em termos gerais, os recursos previstos para o PPA e os alocados efetivamente ao Programa praticamente triplicaram no período 2000-2002, e há recursos previstos no PLOA 2003 da ordem de R\$ 20 milhões. As ações que tiveram um aporte significativo de recursos, em relação ao previsto inicialmente no PPA, foram: Planejamento e Coordenação das Políticas e Atividades de Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica; e Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Internacional em Pesquisa e Desenvolvimento. Este aporte de recursos reflete a importância atribuída ao Programa no que se refere ao seu objetivo de estabelecimento de diretrizes para a Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

Ressalta-se que a liberação financeira no ano de 2002, com a conseqüente descontinuidade do fluxo de recursos, comprometeu a execução de algumas ações. Mesmo assim, pode-se dizer que, em média, as metas físicas puderam ser cumpridas graças ao estabelecimento de parcerias, não comprometendo de forma significativa o atingimento dos resultados.

Não houve esforço de capacitação sistemática da equipe gerencial. Ressalta-se apenas a importância do debate realizado na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, sobre os Programas de Gestão da Política, ainda que tenha sido realizado apenas em 2002, apesar da solicitação deste debate pelo gerente do Programa de **Gestão da Política de Ciência e Tecnologia** desde o início de 2000. Além disso, destaca-se a importância de se fortalecer os sistemas estaduais para a consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Assim, alguns estados devem ser apoiados na reformulação ou na estruturação de suas secretarias estaduais de ciência e tecnologia.

Implementação

O desempenho dos parceiros pode ser avaliado positivamente. Destaca-se a importância do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, organização social criada em decorrência da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que tem como principais objetivos a avaliação das políticas de CT&I e a prospecção tecnológica. Existem parcerias informais com todos os programas do Ministério da Ciência e Tecnologia decorrentes do papel de coordenação dos programas do Ministério assumido pelo Programa em conjunto com a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Além disso, dada a natureza do objetivo do Programa, existem fóruns específicos para a participação de setores da sociedade. Foi dinamizado o Fórum das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia, e está sendo ativado o Fórum das Secretarias Municipais de Ciência e Tecnologia. Foram criados os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, que têm participação da academia e da iniciativa privada, além da participação dos interlocutores tradicionais do Ministério para debate e estabelecimento de diretrizes para o setor (Academia Brasileira de Ciências - ABC e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC).

O Programa não realiza avaliação sistemática da satisfação do usuário/beneficiário do Programa. A dificuldade em se estabelecer este tipo de avaliação se dá pelo caráter dos programas de gestão da política que, em geral, têm como usuário/beneficiário toda a sociedade, sendo necessária a realização de estudos e estabelecimento de uma metodologia específica para a realização desta pesquisa. Apesar de não existirem pesquisas sistemáticas, observa-se que o programa tem tido repercussões positivas na imprensa e nos diversos fóruns em que participa, no que se refere ao estabelecimento de novas diretrizes para a política de CT&I, especialmente em relação à criação de novos mecanismos de incentivo e instrumentos de financiamento à inovação, que têm sido citados como exemplo, inclusive, por outros países.

Inovação para Competitividade

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais e das condições de inserção da economia brasileira no mercado internacional.

Resultados

O Programa apresenta três indicadores: taxa de participação dos gastos em P&D no faturamento bruto das empresas, taxa de participação de novos produtos no faturamento bruto médio das empresas e taxa de participação de pessoal técnico em atividades de P&D no total de empregados das empresas. Saliente-se que os valores dos indicadores utilizados pelo Programa são fornecidos pela Anpei com uma defasagem de cerca de dois anos; assim, em 2002, estão disponíveis os valores correspondentes a 2000.

Com relação ao 1º indicador, o valor de referência, relativo a 1997, era de 1,0% e, em 2000, atingiu 1,73%, já superando a meta final do PPA de 1,5% (a qual resultou de correção realizada na primeira avaliação). Diante dessa evolução positiva do índice, espera-se mesmo que a meta de 2% - originalmente prevista, no momento de elaboração do PPA, e depois revisada para baixo por causa do fraco desempenho da economia brasileira - seja passível de ser alcançada, caso não haja um agravamento das condições econômicas do País.

Com relação ao segundo indicador, o valor referência, relativo a 1997, era de 38,0% e, em 2000, atingiu apenas 30,76%, distanciando-se do índice final estimado de 40%, mas que ainda é factível de ser alcançado até o final do Plano.

Com relação ao 3º indicador, o valor referência, relativo a 1997, era de 15,6/1000 e, em 2000, atingiu 25,8/1000, superando a meta final de 20/1000.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: é boa (entre 70 a 90%) a estimativa de alcance do índice previsto para os três indicadores até o final do ano. No caso do primeiro e do terceiro indicadores, o índice final já foi alcançado; no que se refere ao segundo indicador - "Taxa de participação de novos produtos no faturamento bruto médio das empresas" -, apesar da evolução insatisfatória até o momento, devida principalmente ao fraco desempenho econômico do País, há ainda a expectativa de que, uma vez retomado o crescimento mais acelerado da economia brasileira, o índice desse indicador aumente rapidamente. Essa expectativa baseia-se, sobretudo, na percepção do potencial que apresenta a economia brasileira de absorção de novos produtos.

Modificação da previsão original para o alcance do índice: julga-se que não há necessidade de alteração nos índices dos indicadores do Programa. Cabe destacar, entretanto, que o seu pleno atingimento dependerá fortemente dos condicionantes econômicos do País no próximo ano, mesmo considerando que as questões relativas ao desenvolvimento tecnológico e inovação já fazem parte das preocupações do planejamento estratégico de grande parte das empresas brasileiras.

De maneira geral, um resultado importante alcançado pelo Programa tem sido o fato de que começou a existir uma preocupação maior, pelo menos por parte das empresas líderes, com as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica com vistas aos desafios

Gerente:

Reinaldo Fernandes Danna

decorrentes da sua inserção na economia globalizada. De maneira mais específica, dentre os principais resultados obtidos em 2002, destacam-se os seguintes:

- Concessão de 3.282 bolsas de desenvolvimento tecnológico para programas de interesse das empresas em vários campos, em especial para pequenas e médias empresas, visando a aumentar a competitividade das cadeias produtivas, mediante o aumento da capacidade tecnológica dessas empresas na produção e comercialização de seus bens e serviços.
- No âmbito do Fundo Setorial de Energia, lançamento dos seguintes mecanismos de avaliação de propostas e contratação de projetos: Edital CT-Energ/Inovação (Finep 01/2002), disponibilizando recursos do Fundo Setorial de Energia Elétrica para execução de Projetos de Inovação Tecnológica para o setor; Carta Convite CT-Energ/Empresas (Finep 02/2002), que teve como objetivo identificar e selecionar empresas ou consórcios de empresas dispostas a aplicar recursos financeiros, em conjunto com recursos do CT-Energ, resultando no envolvimento de quinze empresas e de um consórcio de empresas, associadas com dezenove instituições de ensino superior e/ou de pesquisa; Encomenda CT-Energ/RTG (Finep 03/2002), que teve como principal objetivo o início das atividades de Rede de Turbina a Gás. Neste edital, foram aprovadas nove propostas em âmbito nacional, que correspondem a um total de recursos de R\$ 17,2 milhões, dos quais R\$ 658.184,64 serão destinadas a bolsas de pesquisas.
- Realização de iniciativas diversas com as ações relacionadas com o Fundo Verde-Amarelo, tais como: a aprovação de 65 propostas de empresas que responderam a uma Carta-Convite para concorrer a um apoio do FVA no valor máximo de R\$ 25 milhões, para a execução de projetos cooperativos de seu interesse nos próximos 24 meses, bem como de outros 36 projetos selecionados por meio de um edital que objetivou a realização de projetos cooperativos, de menor porte, entre entidades tecnológicas e empresas; apoio a 124 projetos nas áreas de Metrologia (Laboratórios de Calibração e de Ensaio, Redes Metrológicas Estaduais e P&D em Metrologia); Avaliação da Conformidade; Tecnologias de Gestão (Centros de Referência); Propriedade Intelectual (Núcleos de Apoio ao Patenteamento e Organização de Escritórios de Negócios); e Design (Núcleos de Prestação de Serviços à Indústria); apoio a doze projetos voltados para a elaboração de Planos de Investimentos para Parques Tecnológicos ou na implantação destes; em parceria com outras instituições, públicas e privadas, e de governos estaduais e municipais, apoio a 36 Arranjos Produtivos Locais, localizados em 24 Estados, no valor de R\$ 32,3 milhões, que abrangem diversos segmentos produtivos, tais como, tecnologia da informação, fármacos, rochas ornamentais, madeira e móveis, gesso, têxtil e confecções, couro e calçados, autopeças e vários segmentos da agropecuária. Portanto, no que se refere aos resultados obtidos em 2002, eles ficaram dentro do esperado.

Entretanto, o aspecto negativo relacionado aos resultados é com relação ao forte contingenciamento dos recursos orçamentários, o que vem trazendo problemas para a implementação de várias ações e, conseqüentemente, uma frustração muito grande junto às entidades parceiras e ao público-alvo, que pode inviabilizar a utilização desses instrumentos e trazer o descrédito para o Programa, em especial para as ações relacionadas com os fundos setoriais.

No que se refere aos principais resultados esperados para 2003, destacam-se os seguintes:

- intensificação das ações do Programa diretamente relacionadas com os fundos setoriais, tendo em vista que todos os comitês gestores estão funcionando normalmente com uma carteira de mais de 400 projetos em execução;
- implementação dos novos instrumentos de promoção da competitividade: a equalização de taxas de juros em financiamentos à inovação tecnológica pela Finep; a subvenção econômica às empresas que executem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial ou Agropecuário - PDTI/PDTA; e o estímulo às empresas de base tecnológica mediante participação no seu capital e em fundos de capital de risco para essas empresas, criados pela Lei nº 10.332, de dezembro de 2001, que foram regulamentados e com recursos orçamentários estabelecidos.

Impacto sobre o público-alvo: os impactos do Programa sobre o público-alvo, o setor produtivo, têm sido, no geral, positivos, pois o Programa tem permitido um maior entendimento da importância do desenvolvimento tecnológico para o fortalecimento da competitividade das empresas e, ao menos em tese, tem permitido equacionar as principais questões demandadas por elas, por intermédio dos novos instrumentos e da maior participação das empresas na formulação estratégica para a implementação dos fundos setoriais. Em especial, a montagem de redes e de projetos cooperativos entre empresas e instituições de pesquisa, particularmente aqueles com características pré-competitivas, tem mobilizado vários segmentos empresariais.

O Programa pretende contribuir para a melhoria da competitividade dos produtos e processos produtivos das empresas nacionais, facilitando a sua inserção na economia globalizada, disponibilizando instrumentos e mecanismos que apoiem ou estimulem o desenvolvimento tecnológico das mesmas. Isso decorre do fato de que, ao contrário dos países mais desenvolvidos, a inovação tecnológica não ocorre na intensidade desejada dentro das empresas brasileiras. Associado a isso, tem-se um número insuficiente de patentes industriais no Brasil, além de um número pequeno de pesquisadores mais qualificados trabalhando diretamente nas empresas. Problemas dessa natureza demonstram a necessidade de um Programa como o de Inovação e Competitividade.

Concepção

Para a montagem do novo PPA, sugere-se a criação de novos programas a partir de algumas ações com foco setorial bem definido, tais como aquelas que suportam as atividades dos fundos setoriais de energia elétrica, de recursos minerais e de transportes terrestre e hidroviário.

Para facilitar o gerenciamento do Programa, algumas ações deveriam ser fundidas ou canceladas, especialmente aquelas com recursos reduzidos e que são parcialmente atendidas pelos fundos setoriais. Assim, sugere-se fundir as ações 4147 e 4215 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e cancelar a ação 4196 - cancelamento este já contemplado no PLOA 2003. Além disso, recomenda-se fundir as ações 9377, 9378, 9379 e 9380 da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, executadas com recursos não abrangidos pela LOA.

Com relação à matriz de fontes de financiamento, torna-se necessário melhorar o registro daquelas resultantes de parcerias, particularmente as contrapartidas realmente efetivadas pelo setor produtivo.

Os principais aspectos da estratégia de implementação utilizadas pelo Programa são:

- estimular o aumento efetivo da participação do setor produtivo nacional na alocação de recursos para a capacitação tecnológica das empresas, contribuindo para o aumento dos investimentos do País em C&T;
- introduzir a dimensão tecnológica em programas do Governo que visem aumentar a competitividade das cadeias produtivas relevantes para o País;
- adotar critérios de seletividade na alocação de recursos, procurando conciliar o incremento da capacitação tecnológica nacional com a geração de impactos sociais positivos; e
- adotar um modelo de gestão que atue na integração de agentes e iniciativas pela centralização das decisões de caráter estratégico com a descentralização das ações operacionais.

Na implementação do Programa, todos os aspectos acima foram importantes, em particular o modelo adotado de gestão que propicia a integração dos diversos participantes e de suas iniciativas, buscando a centralização das decisões de caráter estratégico com a descentralização das ações operacionais.

Aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação: o Programa possui, na maioria de suas ações, comitês de supervisão, articulação e coordenação, tanto intra MCT como interministérios e outros parceiros; entretanto, seria interessante o estabelecimento de um fórum, sob a coordenação do MCT, que trabalhasse na articulação das interfaces de todos os programas com forte interação com o setor produtivo, buscando uma maior sinergia entre eles e utilizando todos os instrumentos e mecanismos disponíveis em suas ações.

..... **Implementação**

No período 2000-2003, o Programa **Inovação para Competitividade** previa originalmente a aplicação total de R\$ 5.366.773.098,00, considerando todas as fontes, sendo R\$ 512.233.098,00 (9,5%) correspondentes a recursos do Orçamento da União e R\$ 4.854.540.000,00 (90,5%) às demais fontes. Até a presente data, já foram realizados R\$ 479.097.713,00 do montante correspondente aos recursos do Orçamento da União, acima de 60% do previsto originalmente. Considerando o que será realizado, ainda em 2002 e o proposto para o exercício de 2003 (PLOA), é possível estimar que o Programa alcance e até supere o valor total previsto inicialmente.

Com relação às demais fontes, que são constituídas por outros recursos administrados pela União (incentivos fiscais e financiamentos da Finep) e principalmente por recursos de parcerias (na quase totalidade pelo setor produtivo), o acompanhamento realizado pelo MCT e agências, junto aos executores de projetos, indica que também poderá ser atingido o valor inicialmente previsto. Neste sentido, cabe destacar que apenas com a ação relativa aos incentivos fiscais, no período 2000-2001, foram usufruídos pelas empresas beneficiárias cerca de R\$ 75 milhões em incentivos e realizados investimentos com recursos próprios no montante de cerca de R\$ 1,26 bilhão.

Por outro lado, durante a sua execução, o Programa sofreu permanentes ajustes nas suas ações, visando a introduzir melhorias no seu gerenciamento e adequá-lo à implementação dos novos instrumentos introduzidos pela atual política do MCT, com destaque para os recursos destinados aos fundos setoriais. Esses novos recursos deveriam impactar de maneira significativa os valores dos recursos do Orçamento da União destinados ao Programa, notadamente a partir do exercício de 2002. Neste ano, os recursos financeiros liberados foram

insuficientes, comprometendo o cumprimento das metas físicas, que ficou abaixo do previsto. No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, a descontinuidade sofrida pelo fluxo também prejudicou a execução programada.

Ressalte-se que a possível frustração no crescimento dos recursos não deverá afetar fortemente a realização das metas propostas originalmente, se for considerada a execução do conjunto das ações do Programa, mas poderá limitar de maneira expressiva a consolidação de novas expectativas criadas e já iniciadas junto às entidades parceiras, em especial àquelas relacionadas com os fundos setoriais e os novos instrumentos de apoio às empresas.

Avaliação do desempenho do Programa quanto à sua multisetorialidade: esse Programa é basicamente executado pelo MCT e suas agências; tem, portanto, característica setorial. Algumas poucas ações, sob responsabilidade de outros ministérios, não foram executadas ou pelo menos não usaram os recursos previstos no orçamento. O gerente, entretanto, não conseguiu obter informações sobre essas ações, a não ser os valores disponíveis no Siafi/Sidor.

O Programa conta com um mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada. O MCT criou um sistema de informações gerenciais, o SIGMCT, que deverá facilitar o acompanhamento da execução das ações. Entretanto, cabe destacar que o sistema ainda não está completamente disponibilizado, nem amplamente utilizado por todos os envolvidos no Programa.

Para superar essas dificuldades, tem-se utilizado a troca de informações entre os coordenadores e gerentes de Programa e a ajuda da assessoria do MCT, encarregada da coordenação geral da gestão dos programas do Ministério.

Além disso, existe o acompanhamento e avaliação por parte das agências e, naquelas ações que possuem um comitê gestor ou outra forma colegiada, existem mecanismos de acompanhamento e avaliação específicos. No caso das ações relacionadas com os fundos setoriais, existe uma gestão compartilhada contínua do MCT, Finep, CNPq e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, que faz o papel de secretaria técnica do fundo.

A equipe gerencial não está dedicada exclusivamente ao Programa, mas conta com o apoio eventual de diversos técnicos da Coordenação-Geral de Inovação e Competitividade da Secretaria de Política Tecnológica Empresarial do MCT. Alguns desses técnicos têm sido treinados em cursos realizados pela ENAP e financiados pelo PPA.

Um problema que merece ser destacado é que o quadro técnico efetivo do MCT (servidores de carreira) é muito pequeno. Essa carência tem sido compensada com a utilização de técnicos cedidos ou contratados em caráter precário ou tercerizados, não pertencendo ao quadro do MCT, o que provoca grande rotatividade desse pessoal e torna o seu treinamento totalmente inútil. Portanto, diante da quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, recomenda-se a ampliação da atual equipe, até mesmo porque o Programa tem a perspectiva de ampliação do seu enfoque atual.

Quanto às equipes responsáveis pelas ações, elas são compostas de técnicos do MCT, da Finep e do CNPq, com capacitação no gerenciamento, acompanhamento e avaliação de projetos. Quanto às equipes técnicas das agências, o gerente não dispõe de informações sobre o seu treinamento e capacitação.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponível têm sido adequados para a implementação do Programa.

Impactos das modificações introduzidas pela LOA 2002 sobre o desempenho do Programa: há dois aspectos distintos, o primeiro está relacionado à restrição orçamentária, o Programa demandou uma constante redefinição de prioridades e redimensionamento de metas físicas, boa parte dos eventos programados para 2002 foram reprogramados para os exercícios seguintes e o horizonte de realização analisado frente à programação financeira do início do ano ficou em cerca de 60% de sua execução.

O segundo aspecto é o de que, em função dos limites estabelecidos pelo Decreto 4.512, de dezembro de 2002, o Programa apresenta resultado de execução financeira bem superior, cerca de 95%, desde que seja utilizado o limite de empenho autorizado neste Decreto como referencial de cálculo.

Restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto no ano de 2002: o contingenciamento demandou constantes reprogramações em todas as ações do Programa ao longo do ano, dificultando assim o alcance das metas inicialmente estabelecidas. Ressalte-se, além disso, que se entende como desastrosa a orientação estabelecida de considerar os restos a pagar do exercício de 2001 como pertencentes ao exercício de 2002, fato que reduziu ainda mais os recursos disponíveis para novas atividades. Dessa maneira, as ações foram muito prejudicadas, bem como a imagem do Programa e do Governo junto às empresas, instituições de P&D e demais parceiros envolvidos, principalmente naquelas ações relacionadas com os fundos setoriais.

Pelas características desse Programa, quase todas as suas ações são realizadas em parcerias, desde as definições estratégicas até a sua implementação. Os resultados obtidos têm sido animadores em todos os níveis. Os principais parceiros do Programa são:

- as empresas: são as principais beneficiárias dos instrumentos do Programa e têm conseguido melhorar a competitividade de seus produtos e serviços;
- entidades empresariais e de trabalhadores: participam direta ou indiretamente em todos os níveis no Programa. A principal vantagem dessa parceria é trazer o Programa mais próximo aos problemas reais dos setores produtivos e divulgá-lo no seu âmbito;
- ministérios e órgãos/entidades públicas: nesse caso, a principal vantagem é a possibilidade de articulação e implementação de ações entre as diversas políticas públicas com a de ciência, tecnologia e inovação. A principal desvantagem é decorrente da tentativa de apropriação de recursos do Programa do MCT para resolver problemas de responsabilidade desses parceiros e que não são relacionados diretamente com os objetivos e o público-alvo do Programa; e
- instituições de P&D: são beneficiárias diretas de grande parte dos recursos do Programa. A principal vantagem é atuar em projetos cooperativos, em rede ou isoladamente, atendendo à demanda empresarial. A principal desvantagem é a tentativa de se apropriarem dos recursos do Programa para resolver problemas não associados ao seu público-alvo.

Dentre as dificuldades encontradas nas parcerias, destacam-se: o constante contingenciamento de recursos e o desconhecimento, ainda existente em parte dos setores empresariais, dos instrumentos e mecanismos disponíveis no Programa.

Quanto ao contingenciamento, algumas vezes, a falta de recursos é suprida pelos parceiros, mas o que geralmente ocorre é o atraso na execução da atividade ou o seu adiamento, ocorrendo, até, o cancelamento da atividade em execução ou planejada.

Por ser um Programa que abriga diversos instrumentos e mecanismos de apoio, como bolsas, incentivos fiscais, financiamentos reembolsáveis ou não, capital de risco, subvenção econômica, entre outros, o Programa tem inúmeras parcerias com outros programas do MCT, especialmente aqueles com maior envolvimento com o setor produtivo.

As parcerias com programas de outros ministérios são mais de ordem institucional do que financeira, como vários programas do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Nesse caso, podemos citar, como exemplo, a colaboração com os Fóruns de Competitividade, coordenados por aquele Ministério.

Desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas: ficaram abaixo do previsto. Como a maior parte dos recursos - acima de 90% - foi executada pelas outras unidades administrativas do MCT - o CNPq e a Finep -, aqui valem as mesmas observações já feitas para o Programa.

Interferência dos processos de contratos e convênios na implementação do Programa: impedimentos legais corresponderam à interferência em questão, diante da falta de regulamentação para aplicação de alguns mecanismos presentes em ações do Programa. Como muitos projetos foram aprovados no final do segundo semestre, aconteceram alguns problemas na complementação dos documentos necessários para a contratação e posterior liberação dos recursos, esse fato contribuiu para que fossem colocados em restos a pagar uma parte dos recursos aprovados.

A estrutura do Ministério vem se ajustando à gestão por programas. Existe uma assessoria ligada diretamente ao Secretário-Executivo com a finalidade de coordenar a gestão dos programas. Cabe, entretanto, ressaltar mais uma vez que o papel de gerente não foi ainda claramente definido e entendido por todas as áreas e unidades.

A sociedade participa do Programa em vários comitês, tanto em âmbito estratégico, quanto tático-operacional. Existem comitês institucionalizados, que contam com a participação de representantes dos principais órgãos de Governo, dos setores produtivos e da área científico-tecnológica. Um outro canal que se utiliza fortemente é o de seminários e *workshops* de temas específicos, que visam a consultar a parcela da sociedade interessada no Programa. Quanto ao controle social, o MCT e suas agências utilizam, há muito tempo, a assessoria técnica independente para a análise, acompanhamento e avaliação dos seus projetos e programas, sendo obtidos bons resultados.

O Programa não possui um mecanismo formal de consulta aos seus usuários/beneficiários. Entretanto, busca-se aferir a boa aceitação do Programa pelo público-alvo, ainda que informalmente, durante os acompanhamentos e avaliações de execução de suas atividades e projetos, bem como mediante consultas eventuais, ou mesmo pela receptividade durante a divulgação de suas ações em eventos diversos e durante os trabalhos em diversos fóruns. Indicador importante da satisfação do usuário/beneficiário do Programa tem sido o expressivo valor envolvido nas contrapartidas das empresas.

Mudanças Climáticas

Resultados Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas. Tem como unidade responsável a Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Variação do índice do indicador: o Programa tem como único indicador o Número de instituições capacitadas envolvidas com o tema mudanças climáticas. Seu índice de referência é 27 instituições, apurado em 1/7/1999.

O índice alcançado pelo Programa, no período de 2000 a 2002, foi de 43 instituições capacitadas. Considerando que o índice previsto para tal Programa ao final do PPA em 2003 é de 49 instituições capacitadas, pode-se afirmar que a evolução anual do índice está de acordo com o previsto. Ressalte-se que, do exercício de 2001 para o exercício de 2002, não houve alteração no índice alcançado pelo Programa **Mudanças Climáticas**, uma vez que a maioria dos estudos e trabalhos desenvolvidos no âmbito desse Programa demanda longo prazo de desenvolvimento, tendo sido os principais estudos e parcerias já estabelecidas em 2001.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: com base nos resultados obtidos até agora, tal estimativa é média (entre 70% e 89%). Essa estimativa, entretanto, baseia-se na expectativa de que não ocorra, em 2003, um contingenciamento de recursos do Programa da mesma magnitude de 2002, de mais de 50% do orçamento que lhe havia sido autorizado na LOA 2002. Diante dessa redução dos recursos disponíveis, várias etapas que estavam previstas para serem desenvolvidas em 2002 tiveram de ser adiadas, o que implicará dificuldades para se atingir alguns resultados em 2003.

Os principais resultados do Programa **Mudanças Climáticas** no exercício de 2002 foram:

- ratificação do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, pelo Congresso Nacional;
- estabelecimento da autoridade nacional designada para fins do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL no âmbito do Protocolo de Quioto, definida como sendo a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC;
- conclusão da regulamentação nacional do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, a ser aplicada quando o Protocolo de Quioto entrar em vigor;
- finalização da Primeira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
- disponibilização na internet, no site www.mct.gov.br/clima, dos relatórios setoriais que serviram de base para elaboração do primeiro inventário brasileiro das emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal;

-tradução para português de todas as decisões do Acordo de Marrakesh, celebrado durante a VI Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

-elaboração de cartilha para empreendedores de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

Gerente:

José Domingos Gonzalez Miguez

- atuação como presidente do grupo de contato do G77 e China nos trabalhos de regulamentação da inclusão de florestamento e reflorestamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no âmbito do Protocolo de Quioto;
- atuação como presidente nos trabalhos de revisão das diretrizes para elaboração das Comunicações Nacionais dos países no Anexo I, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
- tradução do III Relatório de Avaliação do IPCC e do Sumário para Formuladores de Políticas do Grupo I sobre a Ciência da Mudança do Clima; e
- desenvolvimento do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima", em francês.

Principais resultados esperados para 2003:

- submissão da Primeira Comunicação Nacional do Brasil ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
- finalização do Guia de Boas Práticas para elaboração de inventários de emissões de gases de efeito estufa relacionados ao setor de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC;
- conclusão da regulamentação das modalidades e definições para inclusão de florestamento e reflorestamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo;
- finalização do Projeto Análise da Vulnerabilidade da População Brasileira aos Impactos Sanitários das Mudanças Climáticas, atualmente em execução por parte da Fundação Instituto Oswaldo Cruz - Fiocruz; e
- finalização do projeto Mudanças Climáticas Globais e o Branqueamento de Corais no Brasil, atualmente em execução por parte da Universidade Federal da Bahia.

Os impactos do Programa sobre seu público-alvo - a sociedade brasileira - em 2002 foram considerados bastante positivos por dois pontos específicos: pela ratificação do Protocolo de Quioto e finalização de sua regulamentação; e pela finalização e aprovação da Primeira Comunicação Nacional do Brasil ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Quanto às possíveis conseqüências da proposta orçamentária para 2003, entende-se que tal proposta não reflete as necessidades deste Programa, visto que o Programa enfrentou um corte orçamentário de mais de 50% em 2002, o que acabou comprometendo o cumprimento de algumas metas estabelecidas para suas ações. Uma vez que a proposta orçamentária de 2003 não oferece condições de compensar a perda que o Programa teve que enfrentar em 2002, as metas de algumas ações previstas para o final de 2003 deverão ser revistas.

.....

Não há aspectos do Programa a serem melhorados.

Concepção

Os principais produtos obtidos pelo Programa **Mudanças Climáticas** em 2002, que não estavam expressos no PPA 2000-2003, mas que contribuem para o objetivo do Programa foram os seguintes:

- ratificação do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, pelo Congresso Nacional;

- elaboração de cartilha para empreendedores de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e UNCTAD; e
- desenvolvimento do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima", em francês.

Quanto à organização dos trabalhos no âmbito da gerência para o eficiente desenvolvimento das ações do Programa, há necessidade de ampliação da sua equipe, uma vez que se conta apenas com um pequeno núcleo administrativo e técnico que, apesar do esforço empreendido, não consegue suprir toda a demanda decorrente das atividades desse Programa.

Há dificuldade para articulação com outros ministérios, visto que o tema mudanças climáticas ainda é considerado pouco relevante em suas agendas. Para mudar esse cenário, foi criada, em 1999, a Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, que conta com representantes de praticamente todos os ministérios, cujas ações têm relação com o tema, direta ou indiretamente.

A maioria dos estudos e produtos desenvolvidos no âmbito do Programa é caracterizada pelo fato de se tratar de projetos de longa duração, cujos resultados somente serão atingidos ao final do PPA, em 2003. Contudo, tais projetos, apesar de não terem sido concluídos, geram uma quantidade muito significativa de informação sobre mudanças climáticas e possibilitam uma participação ativa do Brasil neste tema.

Implementação

O Plano Plurianual do Governo estabelecia um orçamento total para o Programa **Mudanças Climáticas** no valor de R\$ 6.316.795,00, sendo R\$ 1.388.795,00 para o exercício de 2000; R\$ 1.503.000,00 para o exercício de 2001; R\$ 1.639.000,00 para o exercício de 2002; e R\$ 1.786.000,00 para o exercício de 2003.

Do montante previsto e autorizado para o exercício de 2000 (R\$ 1.388.795,00), o Programa implementou aproximadamente 60% do orçamento disponibilizado, apesar das diversas dificuldades burocráticas enfrentadas em seu primeiro ano. Deve-se registrar que o Programa havia pré-empenhado mais de 90% dos recursos disponíveis neste exercício. No entanto, devido a dificuldades na celebração de contratos e convênios, vários pré-empenhos tiveram que ser cancelados.

Do montante previsto para o exercício de 2001 (R\$ 1.503.000,00), somente foram autorizados e disponibilizados ao Programa o montante de R\$ 1.033.249,00. Nesse exercício, o Programa implementou mais de 90% dos recursos disponibilizados.

Do montante previsto para o exercício de 2002 (R\$ 1.639.000,00), somente foi autorizado e disponibilizado ao Programa o montante de R\$ 405.601,00. Ressalte-se que esse volume de recursos se mostrou insuficiente para o cumprimento das metas físicas, que ficou muito abaixo do previsto. Adicionalmente, a execução do Programa ficou comprometida pela descontinuidade da liberação do fluxo financeiro.

Em relação ao exercício de 2003, a proposta orçamentária desse exercício prevê uma redução considerável do orçamento do Programa, de R\$ 1.786.000,00 para R\$ 842.250,00. Tal proposta não atende às necessidades orçamentárias do Programa. Apesar de sua gerência não ter concordado com o valor de orçamento proposto, não foi possível nem autorizado realizar nenhuma alteração no valor dessa proposta.

Em decorrência do que foi apresentado acima, diversas metas do Programa foram comprometidas. Contudo, dada a excelência da pequena equipe técnica e administrativa do Programa, foi possível atingir diversos resultados, muitos deles contando com o apoio das instituições parceiras do Programa.

Durante o período de 2000 a 2002, a equipe gerencial responsável pela implementação do Programa participou de diversos cursos relacionados ao desenvolvimento de programas no âmbito do Plano Plurianual do Governo que, somados à experiência prática adquirida neste mesmo período, permite afirmar que houve uma considerável evolução na sua capacitação. Em que pese a sua capacitação satisfatória, a equipe gerencial apresenta quantidade inadequada de recursos humanos. Essa dificuldade, que se agravou durante o exercício de 2002, deverá continuar crescente no exercício de 2003, uma vez que parte dos consultores que apóiam a gerência do Programa na execução do mesmo é contratada no âmbito de Projetos de Cooperação Internacional com o PNUD e terão que ser afastados impreterivelmente até o mês de julho de 2003, de acordo com determinação do Ministério Público do Trabalho.

Já no que se refere aos recursos materiais e à infra-estrutura disponível, o Programa não tem encontrado qualquer dificuldade.

O desempenho dos parceiros do Programa **Mudanças Climáticas**, durante o período de 2000 a 2002, foi considerado satisfatório, visto que não se registraram atrasos significativos no cumprimento das tarefas e metas acordadas. Conforme foi mencionado anteriormente, o Programa é caracterizado pelo desenvolvimento de estudos e projetos de longa duração, de forma que os resultados finais somente poderão ser avaliados a partir de 2004. Há que se observar, porém, que, em relação ao exercício de 2002, devido ao contingenciamento de mais de 50% do orçamento deste Programa, alguns resultados ficaram comprometidos. O desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas ficou, assim, muito abaixo do previsto. Contudo, esse problema ocorreu devido ao corte orçamentário e não porque os parceiros deste Programa deixaram a desejar em sua atuação. Pelo contrário, houve projetos que não receberam nenhum recurso do Programa neste exercício e continuam sendo implementados, dentro do possível, pelas instituições parceiras, graças ao esforço e empenho envidado por essas instituições.

Os principais parceiros do Programa são: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb; Fundação Instituto Oswaldo Cruz - Fiocruz; Universidade Federal da Bahia - UFBA; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD; Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE - UFRJ; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; entre outras. A principal vantagem dessas parcerias é que elas viabilizaram que o Programa conseguisse reunir os melhores pesquisadores e especialistas de cada área no Brasil. Quanto à principal desvantagem, tem-se um menor poder gerencial, pois os parceiros não estão subordinados ao Programa, o que acaba dificultando o cumprimento de alguns prazos.

Há dois mecanismos permanentes de participação da sociedade no tema mudanças climáticas, um interno e outro externo, a saber:

- Mecanismo interno de participação da sociedade: o site www.mct.gov.br/clima, no qual são disponibilizadas todas as informações sobre a implementação da Convenção sobre mudança do clima no País. Esse site possibilita que textos importantes sejam disponibilizados para todo o Brasil em nosso idioma, como a íntegra do texto da Convenção sobre Mudança do

Clima e do Protocolo de Quioto, documentos relativos às negociações no âmbito da Convenção, em especial decisões das Conferências das Partes, e documentos, discursos e propostas que refletem a posição brasileira nesse tema. Além disso, aponta para informações existentes na internet relacionadas à mudança do clima consideradas relevantes, com níveis de conhecimento que vão desde informações para iniciantes até informações científicas bem detalhadas (como relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC). O site em questão tem sido um meio eficaz de colocar o público externo em contato direto com a equipe do MCT, que tem procurado esclarecer dúvidas de estudantes, jornalistas e profissionais de outras áreas interessados em obter informações sobre mudança do clima e sobre a própria implementação da Convenção no País. Por ser desenvolvido em quatro idiomas - português, espanhol, inglês e francês - o site brasileiro de mudança do clima tornou-se fonte de referência também fora do País, principalmente na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa, que acompanham as negociações da Convenção do Clima por meio da *home page* brasileira, demonstrando, assim, a importância e abrangência desse mecanismo.

Mecanismo externo ao Programa **Mudanças Climáticas** de participação da sociedade: o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado por meio do Decreto nº 3.515, de 2002, tem o objetivo de ser uma instância pública de debates sobre o tema. A criação de tal fórum tem permitido maior integração dos diversos atores sociais, aumentando a consciência da sociedade sobre os desafios que o tema de mudança do clima envolve.

Mecanismos de avaliação de satisfação dos usuários/beneficiários: a avaliação do Programa relacionada à satisfação de seus usuários/beneficiários tem sido feita por meio de pesquisas e consultas a diversos segmentos da sociedade sobre o tema mudanças climáticas, recebimento de mensagens pela internet (e-mail institucional cpmg@mct.gov.br disponível no *site*) e também pesquisas e consultas sobre a política brasileira destinada a esse tema.

A estrutura do Ministério se mostra adequada à gestão por programas.

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Resultados

O objetivo do Programa é capacitar o País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira.

A avaliação dos resultados do Programa é realizada por meio dos seguintes indicadores:

número-índice de capacitação acumulada em tecnologias espaciais, cujo valor no início do PPA era 100 e o valor previsto para o término do PPA é 105; e

taxa de participação da indústria nacional no desenvolvimento das atividades espaciais, cujo valor no início do PPA era 9% e o valor previsto para o término do PPA é 19%.

Os indicadores não têm sido apurados anualmente devido às características intrínsecas dos mesmos, que demandam um período mínimo de 3 a 4 anos para que se possam realizar observações significativas. Assim, por exemplo, a "taxa de participação da indústria nacional" pode sofrer uma variação "sazonal" drástica de um ano para outro sem que isto reflita qualquer mudança de política, mas, meramente, uma coincidência de fases de maior ou menor exigência de participação industrial nos principais projetos de desenvolvimento (que são, estatisticamente, em número pequeno). A primeira apuração está prevista para 2003.

A expectativa corrente quanto à obtenção dos índices inicialmente previstos é de uma possibilidade média, no caso do primeiro indicador, e baixa, no caso do segundo.

É possível identificar alguns fatores que afetaram negativamente o desempenho do Programa no período 2000-2002 e que devem prejudicar a obtenção dos resultados esperados. Cumpre destacar:

- alocação de recursos orçamentários em níveis incompatíveis com as necessidades identificadas;
- contingenciamento orçamentário e financeiro dos valores previstos nos projetos de lei orçamentária anual, referentes ao período 2000-2002, reduzindo o montante de recursos efetivamente liberados para o Programa;
- forte desvalorização do real frente ao dólar, o que elevou os gastos, em reais, com a aquisição de componentes, equipamentos, sistemas e serviços, provocando um descompasso entre metas físicas e recursos disponíveis para os projetos que dependiam fortemente de aquisições no exterior;
- frustração das receitas previstas para o "Fundo Espacial", em virtude de negociações com as empresas estrangeiras interessadas em fazer uso do Centro de Lançamento de Alcântara para os lançamentos espaciais em caráter comercial - principal fonte de receita prevista para esse fundo - estarem ainda em fase bastante preliminar; a concretização desta fonte ainda dependerá, em grande medida, da definição de recursos para investimento e da aprovação dos Acordos de Salvaguardas Tecnológicas em tramitação no Congresso Nacional;
- perda de recursos humanos dos quadros técnicos dos órgãos responsáveis pela implementação do PNAE, minorada mas não compensada pelas contratações decorrentes dos concursos públicos promovidos autorizados no período abrangido por este relatório;
- dificuldades impostas pelos procedimentos de licitação e/ou recursos judiciais

Gerente:

Lauro Tadeu Guimarães Fortes

verificados nas contratações de bens ou serviços no País ou no exterior, acarretando atrasos no desenvolvimento dos projetos; e

- necessidade de revisão dos projetos, seja em decorrência de problemas de natureza técnica, seja por motivos de limitações orçamentárias ou financeiras.

É importante frisar que o desenvolvimento autóctone de bens e serviços de elevada complexidade técnica - como são usualmente os bens e serviços demandados pelo PNAE - requer investimentos de longo prazo de maturação e um fluxo estável de recursos que viabilize a manutenção de equipes técnicas, tanto nos institutos de pesquisa quanto na indústria nacional. A opção de contratação no mercado internacional - muitas vezes imposta pela urgência do atendimento às demandas dos usuários - requer, igualmente, procedimentos de licitação complexos que não se realizam adequadamente em ambientes de incerteza quanto à liberação dos recursos.

As ações que tiveram suas performances mais afetadas em decorrência dos obstáculos apontados acima são destacadas a seguir.

O desenvolvimento da Plataforma de Multimissão - PMM a ser utilizada tanto no SSR-1, primeiro satélite de sensoriamento remoto brasileiro, a ser lançado em 2005, quanto em outros satélites nacionais de pequeno porte - sofreu atrasos consideráveis em razão das dificuldades ocorridas nos procedimentos de licitação, bem como das limitações de caráter orçamentário. Superados os problemas nos procedimentos de licitação relativos ao desenvolvimento pela indústria de plataforma multimissão (plataforma que reúne todos os equipamentos que desempenham funções necessárias à operação em órbita de um satélite, em órbitas baixas de qualquer inclinação, tanto equatoriais quanto polares) a ser utilizada pelos satélites nacionais de sensoriamento remoto e coleta de dados, o cronograma original do contrato de desenvolvimento da PMM antevia o término do projeto preliminar da plataforma (excluindo-se o subsistema de controle de atitude) em outubro de 2002, seguido pela Revisão Preliminar do Projeto - PDR. Devido ao contingenciamento orçamentário, o contrato de desenvolvimento da plataforma foi subdividido em duas partes: em outubro de 2002 foi concluído o projeto preliminar só da parte mecânica da PMM; o término do projeto preliminar do restante da PMM foi adiado para fevereiro de 2003.

O projeto de desenvolvimento do veículo lançador de satélites VLS-1, com diversos itens a importar e componentes de longo prazo de fabricação a contratar no exercício de 2002 e nos próximos exercícios, recebeu pouco mais de 60% dos recursos previstos. Contornando-se as dificuldades financeiras e técnicas, logrou-se concluir as etapas necessárias ao desenvolvimento completo do terceiro protótipo do referido veículo (VLS -1 V03), a ser lançado no primeiro semestre de 2003, mas o projeto como um todo deverá sofrer atrasos, caso não sejam compensadas as perdas sofridas nos anos de 2000 e 2002.

Os lançamentos dos foguetes de sondagem SONDA - IIIA V01 e VS-40 V03 foram adiados para o exercício de 2003, em virtude da insuficiência de recursos para aquisição de componentes e fabricação de módulos, comprometendo a realização de experimentos científicos e tecnológicos no ambiente de microgravidade propiciado por tais vãos.

Fez-se necessária a revisão dos termos da participação brasileira no projeto de construção da Estação Espacial Internacional, em virtude da proposta elaborada pela Embraer para o desenvolvimento do Palete Expresso (que se constitui no principal item sob responsabilidade brasileira e tem prazo de conclusão que não admite atrasos, por influenciar diretamente uma série de etapas previstas na implantação da Estação) ter apresentado valores substancialmente acima do orçamento previsto.

No que se refere à implantação do Centro Regional de Pesquisas Espaciais, na localidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, o forte contingenciamento orçamentário não permitiu que fossem realizados os procedimentos de licitação essenciais à execução das atividades previstas. Ressalte-se a importância do referido Centro para a ampliação da cooperação espacial com os países do Cone Sul e para a realização de atividades de ensino e pesquisa, particularmente nas áreas de aeronáutica, geofísica espacial e radioastronomia, contribuindo para a pretendida descentralização das atividades de C&T no Brasil, tradicionalmente concentradas no eixo Rio-São Paulo. A eventual paralisação das obras no avançado estágio em que se encontram provocaria a deterioração de equipamentos e instalações laboratoriais já adquiridos.

O Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS, de desenvolvimento de satélites em parceria com a China, sofreu atrasos decorrentes de problemas técnicos detectados no segundo satélite quando dos testes finais para lançamento, em meados de 2002. O problema detectado demandou a substituição de um determinado componente em diversos equipamentos do satélite e o conseqüente adiamento de seu lançamento para 2003.

Finalmente, no caso do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, há que se considerar que a obsolescência técnica de equipamentos e instalações decorrente da insuficiência de recursos compromete não só a viabilização da possível utilização do CLA como centro prestador de serviços de lançamento, em bases comerciais, mas também a sua utilização como base de lançamento de foguetes de sondagem e veículos lançadores a serem desenvolvidos no âmbito do PNAE. Problemas nos procedimentos de licitação foram igualmente responsáveis pelo adiamento da contratação da infra-estrutura portuária, na cidade de Alcântara, destinada a viabilizar a realização de operações comerciais de lançamento, a partir do referido Centro.

Cumpra observar que a continuidade da parceria com a China, consolidada no âmbito do projeto de desenvolvimento dos satélites CBERS 1 e 2, pode vir a ser comprometida, caso se mantenha o atual patamar de liberação de recursos. Ressalte-se que este Programa, que deverá ter continuidade com os satélites CBERS 3 e 4, além de contribuir de forma importante para a gradativa autonomia do Brasil no tocante à tecnologia de satélites - constitui-se, de fato, no projeto que até o momento carrega a maior quantidade de recursos para a contratação de empresas brasileiras -, vem também contribuindo para reduzir a dependência brasileira das imagens de satélites estrangeiros, na realização das aplicações de sensoriamento remoto de seu interesse. De fato, é cada vez maior a utilização de imagens CBERS para aplicações nas áreas de agricultura, planejamento urbano, monitoramento da qualidade da água e controle de desmatamentos e queimadas. No entanto, os parceiros chineses, hoje amparados por uma economia que cresce de forma pujante e impulsiona um Programa espacial crescentemente ambicioso, provavelmente não estarão dispostos a tolerar, como no passado, atrasos que venham a se impor, pelo lado brasileiro, em virtude de limitações orçamentárias.

Apesar dos problemas relatados, logrou-se obter, no período 2000-2002, uma série de resultados significativos, detalhados a seguir por grupos de ações (subprogramas).

Os principais resultados obtidos no período de 2000-2002, no conjunto das ações voltadas para o desenvolvimento de satélites e cargas úteis, foram:

- conclusão e envio para lançamento, a partir da base chinesa de Taiyuan, do segundo Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS-2. As etapas de montagem, integração e testes foram realizadas, durante 14 meses,

por equipes técnicas brasileiras e chinesas, nas instalações do Laboratório de Integração e Testes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - LIT/INPE. O lançamento, a cargo da China, foi adiado devido a problemas técnicos, os quais já estão sendo solucionados, de modo a permitir que o satélite seja lançado em setembro de 2003. O sucesso da cooperação entre Brasil e China ensejou a continuidade do Programa, tendo sido acordada sua extensão para outros dois satélites com características mais avançadas, que ampliarão sensivelmente a gama de aplicações contempladas. Tais resultados representam importante avanço na capacitação nacional no âmbito do desenvolvimento e integração de satélites de médio porte e alta complexidade;

- progresso significativo no desenvolvimento do projeto da plataforma multimissão, constituinte básica dos futuros satélites nacionais de pequeno porte, em particular, do satélite de sensoriamento remoto SSR-1. Atualmente, estão sendo desenvolvidos pela indústria brasileira quatro subsistemas integrantes da referida plataforma, quais sejam: estrutura, suprimento de energia, propulsão e telecomando/telemedidas. Um quinto sistema, denominado *Attitude Control and Data Handling - ACDH*, deverá ser contratado no mercado internacional, mas sua execução será feita em parceria com empresas nacionais, de modo a propiciar condições para que haja transferência de tecnologia;
- progresso significativo na execução das etapas sob responsabilidade brasileira do projeto do Microsatélite Científico Franco-Brasileiro - FBM, com a contratação do desenvolvimento na indústria nacional dos principais subsistemas do satélite. O projeto, desenvolvido no Brasil pelo INPE, é fruto da cooperação existente entre os dois países e teve início em 1996. O objetivo principal do satélite é a realização de pesquisas científicas de relevância sobre fenômenos da alta atmosfera, bem como experimentos visando qualificar tecnologias de interesse espacial. O Brasil é responsável por 50% do projeto, o que compreende a estrutura, o controle térmico e o sistema de potência elétrica. O segmento solo, o controle do satélite e o seu lançamento são igualmente de responsabilidade do Brasil. Para o lançamento, previsto para 2004 a partir do CLA, deverá ser utilizado o Veículo Lançador de Satélite-1 - VLS-1. Os cinco experimentos científicos e tecnológicos brasileiros a serem embarcados no FBM, aos quais se adicionam quatro experimentos franceses, foram selecionados pela Academia Brasileira de Ciências - ABC;
- conclusão e Lançamento do Humidity Sounder for Brazil - HSB, um sensor de umidade atmosférica adaptado às necessidades específicas do Brasil, que integra o satélite meteorológico americano Aqua. O HSB deverá permitir o aperfeiçoamento das previsões meteorológicas brasileiras.

No que se refere às ações voltadas para aplicações espaciais, destaca-se a gradativa redução da dependência brasileira de aquisição de imagens de satélites estrangeiros, em virtude da ampla disseminação de imagens CBERS para aplicações nas áreas de agricultura, planejamento urbano, monitoramento da qualidade da água e controle de desmatamentos e queimadas. De fato, foi feito um esforço intensivo de apuração da qualidade das imagens geradas pelo CBERS-1 e de implementação de uma estratégia de disseminação das mesmas, resultando, por exemplo, em 1.400 imagens terem sido distribuídas, em 2001, a usuários brasileiros e chineses. A entrada em operação do satélite CBERS-2 vai permitir que sejam captadas imagens em intervalos menores de tempo, reduzindo, por exemplo, de 26 horas para 13 horas, o tempo de observação necessário para se obter um mapa de Brasília.

Quanto às ações voltadas para o desenvolvimento de foguetes de sondagem e de veículos lançadores de satélites, pode-se destacar os seguintes pontos:

- desenvolvimento do terceiro protótipo do Veículo Lançador de Satélite - VLS-1-V03, cujo lançamento, a partir da Base de Alcântara, previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2003, em data ainda não confirmada, a depender da verificação técnica dos meios de lançamento da base e das condições climáticas na região. Ressalte-se que o processo de qualificação desse veículo iniciou-se com o lançamento do primeiro protótipo, em 2 de novembro de 1997, prosseguiu com o lançamento do segundo protótipo, em 11 de novembro de 1999, e terá continuidade com mais dois lançamentos programados para 2003 e 2004, respectivamente;
- realização de diversas operações de lançamento de foguetes de sondagem, desenvolvidos pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, do Centro Técnico Aeroespacial - CTA. Ressalte-se que as condições de microgravidade (situação em que o peso de um determinado sistema é pequeno, se comparado ao peso que ele teria na superfície da Terra) que se reproduzem em vôos suborbitais, tais como os realizados pelos foguetes de sondagem, permitem a realização de pesquisas de grande potencial em áreas como biologia, crescimento de cristais, novos materiais, medicina, dinâmica de fluidos, física básica e combustão.

Dentre as operações realizadas pelo IAE/CTA, no período 2000-2002, destacam-se:

- Operação Alecrim: lançamento da Plataforma Suborbital - PSO pelo foguete brasileiro de sondagem SONDA III, a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI, em dezembro de 2000. O lançamento representou o primeiro vôo de qualificação da PSO, desenvolvida pelo INPE. Uma vez qualificada, esta plataforma - câmara estabilizada onde são alojados os experimentos embarcados, a qual é preparada para recuperação no mar e provida de fonte de energia, computação de bordo e meios de transmissão de dados - deverá propiciar condições para a realização de experimentos em condições de microgravidade muito semelhantes às que deverão prevalecer na Estação Espacial Internacional, embora de curta duração;
- Operação Baronesa: vôo de qualificação do primeiro protótipo do foguete de sondagem VS-30/Orion, composto por dois estágios, sendo que o motor do primeiro estágio (S-30) corresponde ao do foguete de sondagem brasileiro VS-30 e o motor do segundo estágio (Orion) foi fornecido pelo Centro Aeroespacial Alemão DLR-Moraba. A importância dessa experiência conjunta, realizada em 17 de agosto de 2000, está no desenvolvimento de um foguete de sondagem com maior capacidade de empuxo, possibilitando o alcance de um apogeu maior, a exposição dos experimentos ao ambiente de microgravidade por mais tempo e o transporte de carga útil de maior massa. Na operação realizada, o foguete realizou vôo perfeito, indicando que o VS-30/Orion tem condições de permanecer por aproximadamente sete minutos em ambiente de microgravidade, transportando uma carga útil de 160 kg;
- Operação Lençóis Maranhenses: experimento para recuperação em terra de plataforma alemã lançada por um foguete de sondagem brasileiro VS-30, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA. Realizado com sucesso em fevereiro de 2000, utilizou o quinto veículo da família VS-30 e uma plataforma do Centro Aeroespacial Alemão DLR-Moraba, transportando experimentos científicos de duas universidades brasileiras (FEI

e Univap), e um experimento tecnológico da organização alemã DASA. O veículo permaneceu no espaço por treze minutos, proporcionando aproximadamente duzentos segundos de microgravidade, tempo suficiente para os experimentos pretendidos;

- Operação Parnamirim: lançamento, em 12 de maio de 2002, do trigésimo primeiro foguete de sondagem SONDA III (SONDA III V31), a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI, em Natal-RN. Durante o vôo, que teve duração de um pouco mais de treze minutos e alcançou um apogeu de 593 quilômetros, foram feitas medidas para avaliar a concentração de ionização na ionosfera - camada alta da atmosfera na faixa entre 150 e 500 km de altitude, pela qual trafegam ondas de rádio;
- Operação Pirapema: lançamento, em 23 de novembro de 2002, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, do VS-30/Orion, veículo desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE/CTA em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão - DLR-Moraba. O vôo teve a duração de onze minutos, período no qual puderam ser realizados experimentos científicos em ambiente de microgravidade, de interesse do DLR e do *Institute for Physical Space Research*, ambos da Alemanha, e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE;
- Operação Cumã: lançamento, em primeiro de dezembro de 2002, do VS-30 V06, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara. O vôo teve duração de onze minutos e atingiu um apogeu de 120 km. Problemas ocorridos aos 29 segundos após a decolagem provocaram uma separação prematura do módulo da carga útil, por razões que ainda demandam investigações mais detalhadas, causando uma redução do tempo de vôo e do apogeu, o que propiciou cerca de trinta segundos de permanência dos experimentos em ambiente de microgravidade. O período de microgravidade obtido foi suficiente apenas para registrar as informações dos experimentos que tiveram seus dados transmitidos por telemetria.

No que diz respeito à adequação da infra-estrutura do Centro de Lançamento de Alcântara para prestar serviços de lançamento em bases comerciais, destacam-se as ações voltadas para a melhoria da infra-estrutura portuária de pessoal e de cargas em Alcântara. O atracadouro de pessoal foi concluído ao final de 2002. Quanto às obras referentes ao atracadouro de cargas, o processo de licitação está sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Espera-se que as obras tenham início em 2003. As demais necessidades, referentes à melhoria da infra-estrutura operacional e da infra-estrutura geral do CLA, assim como ao reassentamento da população que ainda se encontra na zona de operações do Centro, aguardam a definição e liberação de recursos orçamentários em níveis compatíveis com as necessidades identificadas. Espera-se também que com o projeto de desenvolvimento local integrado e sustentável de Alcântara, iniciado pela AEB em janeiro de 2002, com a colaboração do PNUD, sejam criadas condições para maior integração e articulação das ações do poder público local com o CLA.

No campo da pesquisa e desenvolvimento, houve progresso significativo na ciência e tecnologia espaciais, desenvolvidas nos institutos de pesquisa e universidades brasileiras. Tais avanços se expressam no aumento do número de artigos publicados em periódicos indexados e de mestres e doutores, bem como na ampliação do leque de pesquisas realizadas no Brasil. Com efeito, nosso País conta, atualmente, com especialistas nas principais linhas de pesquisa relacionadas direta ou indiretamente à área espacial, quais sejam: ciências espaciais e atmosféricas; observação da terra; tecnologia de materiais e sensores; física de plasmas; e computação e modelagem matemática.

Os principais resultados esperados para 2003 podem ser assim resumidos:

- lançamento, em setembro de 2003, do segundo Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS-2. A responsabilidade brasileira neste satélite é de 30%, envolvendo grande participação de empresas nacionais. O CBERS-2 garantirá a continuidade do fornecimento de imagens aos usuários do satélite CBERS-1, lançado em 1999;
- lançamento, a partir do Centro de Alcântara, do VLS -01 V03, terceiro modelo de voo do veículo lançador de satélites nacional VLS-1. Os testes em voo representam a etapa final do desenvolvimento do primeiro lançador de satélites nacional, projeto de grande importância estratégica que, ao longo das últimas duas décadas, propiciou a qualificação de inúmeras empresas do setor aeroespacial brasileiro e o domínio no País de tecnologias essenciais ao objetivo de crescente autonomia do Brasil no setor;
- conclusão parcial do desenvolvimento, na indústria nacional, de modelo de qualificação da Plataforma de Multimissão - PMM (a menos do subsistema de controle de atitude e processamento de dados), a ser utilizada no satélite nacional de sensoriamento remoto SSR-1, bem como em futuros satélites brasileiros de pequeno porte. A plataforma é constituinte básica do satélite, incluindo sua estrutura e os dispositivos que garantem suprimento de energia, comunicação com a Terra e controle do satélite no espaço. O desenvolvimento da PMM representa importante oportunidade de qualificar empresas do setor aeroespacial brasileiro e irá dotar o Brasil de uma alternativa tecnológica capaz de reduzir significativamente os custos de desenvolvimento de futuros satélites nacionais de pequeno porte (até 520 kg).

Lançamento, em princípio, de quatro foguetes de sondagem:

- SONDA IIIA V01, primeiro lançamento do novo foguete, que consiste em um SONDA III, modificado para atingir maiores altitudes, propiciando permanência mais longa da carga útil em ambiente de microgravidade;
- VS-40 V03, terceiro voo do novo foguete VS-40, que propiciará a realização de um experimento tecnológico relacionado à reentrada na atmosfera;
- VSB-30 V01, primeiro lançamento de um novo foguete, que consiste de um VS30 acrescido de motor adicional (*booster*), ampliando substancialmente o alcance e o tempo de permanência em condições de microgravidade; e
- VS-30 V07, sétimo voo do foguete VS-30, que conduzirá plataforma de microgravidade da Argentina ou da Alemanha, a definir.

.....

Nos últimos anos, a quantidade de usuários das tecnologias geradas no âmbito das atividades espaciais tem crescido de forma continuada. No Brasil, as tecnologias espaciais são hoje largamente utilizadas, não somente na área de telecomunicações mas também no monitoramento do meio ambiente - área na qual se destaca o projeto de avaliação periódica do desflorestamento da Amazônia -, no planejamento da ocupação do solo, na cartografia, no inventário de recursos minerais, na agricultura, na vigilância territorial, no planejamento urbano, no monitoramento oceânico, entre outras áreas de aplicação. Cresce continuamente a comunidade nacional de usuários de imagens de sensoriamento remoto. De fato, os sistemas SGI e SITIM (MS-DOS) e SPRING (Windows e Linux), que compõem o principal projeto tecnológico nacional em Processamento de Imagens e Tratamento de Informações Geográficas, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, contam com mais de 20 mil usuários no Brasil e no Exterior.

Concepção

O que se verifica, portanto, é um aumento da demanda social efetiva pelas denominadas "aplicações espaciais" que correspondem, no PPA, a um conjunto de ações vinculadas não apenas ao PNAE/PPA, mas também a outros programas da área de C&T, tais como o de "Climatologia, Meteorologia e Hidrologia" e de "Mudanças Climáticas". Há, ainda, um amplo leque de ações e programas vinculados às mais diversas áreas de Governo - com destaque para as de Meio Ambiente, Defesa, Agricultura e Energia - que fazem uso das informações geradas pela tecnologia espacial, em particular imagens de satélites, no tratamento dos problemas a que se propõem a enfrentar.

Por exemplo, a disponibilidade de satélites nacionais desenvolvidos no âmbito do Programa espacial - SCD-1, SCD-2, CBERS - permitiu a implantação do Sistema Nacional de Coleta de Dados, que conta hoje com cerca de quinhentas plataformas remotas de coleta de dados (PCDs) distribuídas por todo o território nacional, além de algumas instaladas em países vizinhos. As áreas de meteorologia e de geração de energia hidrelétrica hoje dependem operacionalmente das informações fornecidas pelo Sistema, mas os usuários não se restringem a tais setores, abrangendo cerca de 72 instituições - empresas, órgãos públicos e universidades - voltadas para utilizações diversas, como monitoramento da qualidade da água, oceanografia e estudos de química da atmosfera. Quanto ao controle do desmatamento da Amazônia, as ações desenvolvidas pelo INPE e pelo Ibama neste sentido começam a fazer uso, também, das imagens produzidas pelo satélite sino-brasileiro CBERS.

Se existe um reconhecimento crescente de que as tecnologias espaciais podem contribuir para a solução de problemas nacionais, beneficiando a sociedade brasileira, não se pode ignorar, por outro lado que, em áreas estratégicas, usualmente as tecnologias não estão disponíveis para transferência ou apropriação, havendo a necessidade de se estimular a capacidade de inovação endógena. É o caso do setor espacial, onde, em particular, muitas das tecnologias envolvidas possuem caráter dual, podendo ser empregadas tanto para fins civis quanto militares, o que torna o acesso a essas tecnologias ainda mais restrito. Nesse contexto, o desenvolvimento autóctone de tecnologias espaciais permanece sendo um objetivo específico a ser perseguido pelo PNAE.

Permanece sendo igualmente válido o objetivo específico de capacitação tecnológica da indústria, visto que o altíssimo valor agregado dos bens e serviços espaciais e a possibilidade de emprego destas tecnologias em outros elos da cadeia produtiva podem contribuir para melhorar os índices de crescimento econômico, assim como a balança comercial de pagamentos.

Existem três aspectos concernentes à concepção do Programa que necessitam ser aperfeiçoados:

- suficiência de metas físicas: na medida em que se ampliam as demandas por novas aplicações espaciais e pelas alternativas tecnológicas associadas às mesmas, tende a ampliar-se no Brasil o grau de dependência de soluções importadas. A superação deste descompasso exigirá que o Programa Nacional de Atividades Espaciais retorne a um patamar de atuação bem superior ao praticado nos últimos anos, o que se traduziria em metas físicas mais ambiciosas e na correspondente adequação dos recursos orçamentários;
- adequação dos indicadores: falta ao PNAE um indicador capaz de refletir o grau de atendimento do Programa às necessidades dos usuários das aplicações espaciais no País;

- matriz de fontes de financiamento: o aumento da demanda social efetiva pelas tecnologias espaciais geradas no âmbito do PNAE pode permitir, no horizonte de curto a médio prazos, que outros órgãos governamentais venham a participar do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - Sindae, não apenas como usuários, mas como financiadores das atividades previstas no PNAE/PPA. Uma alternativa que já vem sendo adotada, mas não é suficiente, é a captação de recursos dos denominados "fundos setoriais" para o financiamento destas atividades. Não basta apenas diversificar as fontes de financiamento, mas é fundamental que as mesmas sejam estáveis, de forma a evitar soluções de continuidade.

Há, também, alguns itens da estratégia de implementação que necessitam ser melhorados:

- plano de Avaliação: a estratégia de avaliação adotada deve ser revista, de modo que passe a integrar efetivamente o ciclo de gestão do Programa e aumente o comprometimento de todos os executores com a consecução dos resultados previstos;
- forma de articulação com outros ministérios: como outros programas multisetoriais, o PNAE se ressentiu do fato de algumas de suas ações estarem sob a responsabilidade de outros ministérios. Com efeito, há empecilhos à atuação efetiva do gerente como coordenador em nível estratégico destas ações, uma vez que a implementação das mesmas se subordina às prioridades estabelecidas pelos respectivos gestores (dirigentes). A criação de um protocolo de trabalho entre as instituições responsáveis pelas ações do PNAE, com a definição de responsabilidades e direitos de cada parte, pode contribuir para uma maior adequação da implementação das ações aos objetivos do Programa. Há que se considerar, no entanto, que tais protocolos podem ser pouco eficazes caso não estejam atrelados a algum mecanismo de repasse de recursos;
- forma de articulação com outras unidades do Ministério: as dificuldades relatadas no item anterior se reproduzem, embora em menor escala, quando se considera o conjunto de ações do PNAE sob a responsabilidade de outras entidades vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- forma de repasse dos recursos: o entendimento jurídico de que seja necessário celebrar convênios para o repasse de recursos da Agência Espacial Brasileira - AEB para os órgãos executores, quais sejam, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/MCT e o Centro Técnico Aeroespacial - CTA tem provocado atrasos adicionais na liberação de recursos, concentrando a execução dos projetos no segundo semestre de cada ano. Por outro lado, a contratação de fornecedores tradicionais tem sido prejudicada pelas exigências legais (tais como certidões negativas, dentre outras);
- mecanismos de controle social - A ampliação dos mecanismos de controle social sobre o PNAE passa pelo fortalecimento da capacidade de deliberação do Conselho Superior da AEB.

O aspecto que mais contribuiu para o sucesso do Programa foi a ampliação das parcerias internacionais. De fato, a cooperação internacional esteve presente em todas as iniciativas, com destaque para projetos de maior vulto tais como o do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS e a participação brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS. Negociações em andamento com a Rússia, Ucrânia, Alemanha e Argentina, dentre outras, passaram a contribuir, a partir de 2002, para o aperfeiçoamento dos projetos existentes e para o desenvolvimento de novos projetos, tendo em vista a consecução dos objetivos do PNAE.

Implementação

O padrão de financiamento originariamente previsto no PPA 2000-2003 já estava aquém das necessidades identificadas à época e muito abaixo dos patamares históricos do Programa. Há que se considerar, ainda, que a maioria dos projetos do PNAE depende fortemente de aquisições no exterior e que a expressiva desvalorização do real frente ao dólar, ocorrida no período, reduziu significativamente os eventuais ganhos decorrentes da elevação nominal de alguns dos valores orçamentários inicialmente previstos. Algumas das distorções iniciais foram parcialmente corrigidas no decorrer do processo orçamentário, entretanto outras permaneceram sendo um obstáculo ao bom desempenho do Programa.

Quanto às ações referentes ao desenvolvimento de satélites e cargas úteis, observou-se uma redução significativa no montante de recursos originalmente previstos. A ação mais prejudicada foi a de desenvolvimento do satélite de sensoriamento remoto brasileiro - SSR-1, particularmente nos anos de 2001 e 2002, nos quais se registrou um volume de recursos liberados muito inferior àquele que seria necessário para o desenvolvimento da plataforma multimissão a ser utilizada por este satélite. Além de sua missão específica voltada ao monitoramento da Amazônia, o SSR-1 também integrará o sistema brasileiro de coleta de dados (do qual hoje fazem parte o CBERS-1 que, além das câmaras de sensoriamento remoto, carrega um transponder para coleta de dados, e os satélites SCD-1 e SCD-2). Ressalte-se que cerca de 72 instituições - órgãos de governo, empresas e universidades - fazem uso regular dos dados voltados essencialmente para aplicações nas áreas de hidrologia e meteorologia coletados por estes satélites. Esta comunidade vem manifestando sua preocupação com a continuidade operacional do sistema, uma vez que os satélites SCD-1 e SCD-2 já se encontram em fase de sobrevida e que os satélites CBERS não poderiam suprir totalmente a eventual perda destes satélites, por apresentarem frequência insuficiente de passagens sobre o território nacional.

Quanto ao desenvolvimento de veículos lançadores, houve uma melhoria expressiva, se considerarmos os recursos inicialmente previstos no PPA. Tal melhoria, ainda que não totalmente satisfatória - visto que os valores do PPA estavam em níveis incompatíveis com os patamares históricos e as metas pretendidas para o projeto -, permitiu que fosse concluído o terceiro protótipo do VLS-1, a ser lançado em 2003.

No que se refere aos foguetes de sondagem, a defasagem entre recursos previstos no PPA e os liberados, da ordem de 33%, levou a uma redução na quantidade de operações de lançamento previstas, particularmente nos anos de 2001 e 2002.

Quanto ao conjunto de ações destinadas à manutenção e à implantação de infraestrutura espacial, o aumento de recursos ocorrido no período concentrou-se na ação de "implantação da infra-estrutura necessária ao CLA para a prestação de serviços de lançamento", sob a responsabilidade da Agência Espacial Brasileira. Ressalte-se, no entanto, que tal aumento foi suficiente apenas para compensar a saída da Infraero do projeto de comercialização do Centro e que, dado o enorme passivo existente no atendimento às demandas por melhorias na infra-estrutura operacional e geral do CLA e nas agrovilas que abrigam parte da população já reassentada, muitas iniciativas a serem implementadas, de modo a dar seguimento ao referido projeto de comercialização, continuam a depender da alocação de recursos compatíveis com as necessidades já identificadas. Alguns projetos, tais como o de recuperação do Atracadouro de Pessoal, na cidade de Alcântara, só foram implementados mediante o estabelecimento de parcerias com os governos estadual e municipal.

No que se refere às ações de pesquisa e desenvolvimento, a perda de recursos foi expressiva, da ordem de 34%, afetando negativamente a contribuição brasileira para o desenvolvimento da ciência e tecnologia espaciais. As perdas foram parcialmente compensadas pela captação de recursos junto a agências estaduais de fomento à C&T;

No que se refere ao conjunto das ações estabelecidas para, de forma complementar, promover a maior capacitação do setor produtivo e estimular a sua maior interação com universidades e centros de pesquisa, não houve implementação de nenhum projeto. Isto se deveu, por um lado, à falta de recursos do FNDCT e à frustração das fontes de receita do Fundo Espacial. Por outro lado, não houve tampouco tomador para a linha de crédito que foi colocada pela Finep para financiar a capacitação e o desenvolvimento tecnológico das empresas do setor.

Quanto à participação brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS, há que se ressaltar que a proposta inicial do PPA destinava um valor meramente simbólico à implementação desta ação, de forma absolutamente incompatível com o cumprimento dos compromissos assumidos pelo País frente à comunidade de dezesseis países que integram o projeto da Estação - orçados em US\$ 120 milhões até 2003, valor este explicitado na Exposição de Motivos Interministerial nº 026/97, anexada ao projeto quando de seu encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República. Apesar do esforço de elevação dos recursos orçamentários destinados ao projeto, registrado no decorrer dos processos anuais de elaboração orçamentária, esta recomposição não se deu ao nível necessário - em função, inclusive, da forte desvalorização do real frente ao dólar verificada no período - provocando sensível atraso no cronograma de desenvolvimento do Paleta Expresso, item de maior complexidade dentre os que haviam ficado sob responsabilidade do Brasil. Estes atrasos, associados ao excessivo distanciamento que se verificou entre o custo originalmente estimado do equipamento e as propostas apresentadas para sua fabricação na indústria nacional, tornaram necessária a renegociação da participação brasileira no projeto, ora em curso. O objetivo é rever os termos da participação brasileira buscando atender à restrição orçamentária inicial e evitando itens com prazos de desenvolvimento que sejam inflexíveis.

Dentre as alternativas que podem ser contempladas para suprir a insuficiência do atual padrão de financiamento fiscal, citam-se:

- ampliação das parcerias internacionais (em curso);
- maior integração com outros programas de Governo, usuários das tecnologias espaciais geradas no âmbito do PNAE, de modo que os mesmos venham a contribuir para a consecução das ações do PNAE (em análise);
- captação de recursos dos fundos setoriais para financiamento de algumas ações previstas no PNAE (em curso);
- estímulo à maior geração de receitas próprias, decorrentes da comercialização de serviços espaciais (em curso); e
- identificação e incorporação de outras fontes de receitas para o "Fundo Espacial", que se torna essencial em face de que as receitas previstas, que seriam primordialmente decorrentes da realização de lançamentos comerciais a partir da Base de Alcântara, não deverão se concretizar no curto prazo (em análise).

Há de se destacar, ainda, que os recursos humanos não estão adequados à implementação do Programa, devido aos seguintes fatores:

- quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: a Agência Espacial Brasileira - AEB, responsável pela gerência do PNAE, não possui uma estrutura específica de servidores de carreira e tem tido dificuldades para atrair para seus quadros membros da carreira de gestão de C&T e de outras carreiras de Estado;
- quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais: nos últimos anos, houve uma perda expressiva de recursos humanos dos quadros técnicos dos órgãos responsáveis pela implementação do PNAE, seja pelo aumento do número de aposentadorias, seja pela evasão provocada pelos salários pouco competitivos em relação ao mercado, oferecidos por estas instituições. Ressalte-se que a realização recente de concursos públicos para preenchimento das vagas surgidas, tanto no INPE quanto no CTA, não foi suficiente para permitir a recomposição de seus quadros técnicos em níveis adequados ao volume de atividades previstas;
- insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais: a partir da década de 1990, as oportunidades de treinamento de alto nível tornaram-se mais escassas, o que representa um estímulo à evasão e compromete o desempenho do PNAE.

Tampouco os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados à implantação do Programa, como pode ser constatado a seguir:

- Centro de Rastreo e Controle - CRC e Laboratório Associado de Combustão e Propulsão - LCP, ambos vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, necessitam urgentemente de atualização tecnológica de seus equipamentos e de sua infra-estrutura, em funcionamento há mais de dez anos. Ressalte-se que a obsolescência eleva sobremaneira os custos e dificulta os trabalhos de manutenção, comprometendo a confiabilidade de seus sistemas;
- a Usina Coronel Abner, vinculada ao Ministério da Defesa, passou recentemente por uma revitalização emergencial, mas ainda se ressentida da precariedade de suas instalações. Para atender ao PNAE, será necessário ampliar a capacidade dos meios de produção, controle, ensaios e estocagem da referida usina, já próxima da saturação em função da demanda gerada pelos foguetes de sondagem e pelo desenvolvimento do VLS-1;
- no que se refere ao Centro de Lançamento de Alcântara, além dos investimentos necessários para a construção de novos sítios de lançamento, adequados às necessidades particulares de cada tipo de lançador, o Centro requer, para poder operar em bases comerciais, que sejam adotadas várias providências referentes à sua infra-estrutura geral, incluindo: a construção de um Atracadouro de Cargas, em Alcântara, para a recepção das cargas destinadas ao Centro; melhorias na infra-estrutura portuária de pessoal, em São Luís; modernização da infra-estrutura operacional, incluindo os sistemas de comunicações, radar/trajetografia, telemedidas, segurança de voo e meteorologia; ampliação da infra-estrutura geral, com a construção de alojamentos, refeitórios, tratamento de lixo e esgoto e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e eletricidade; e reassentamento de famílias que hoje ocupam a parte operacional do Centro e melhorias nas agrovilas que abrigam parte da população já reassentada.

Dentre as parcerias estabelecidas, essenciais ao bom desempenho do Programa, destacam-se:

- **Agências Espaciais Internacionais:** os laços de cooperação com outros países na área espacial estreitaram-se muito em anos recentes. Foram firmados Acordos-Quadro de Cooperação para Uso Pacífico do Espaço Exterior com a Agência Espacial Européia - ESA, Argentina, China, Estados Unidos, França, Rússia e Ucrânia e memorandos de entendimento com Alemanha, Chile e Índia. Tais parcerias são vantajosas, pois representam uma oportunidade de compartilhamento de custos e transferência de tecnologia. Ademais, as parcerias em projetos espaciais constituem uma estratégia clássica de fortalecimento dos laços de amizade entre os países. As complicações residem no âmbito financeiro. Há que se desembolsar, em tempo hábil, os recursos necessários ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos celebrados com Agências Espaciais Internacionais. Tal desembolso pode ser dificultado pelo cumprimento das metas de ajuste fiscal e pelas variações cambiais;
- **Fundos Setoriais:** o Fundo Setorial de Infra-Estrutura provê sólida contribuição para a melhoria da infra-estrutura espacial, particularmente no que se refere a algumas instalações laboratoriais do Centro Técnico Aeroespacial - CTA e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, beneficiadas por liberações recentes de recursos deste Fundo. Destaca-se, positivamente, o fato de as diretrizes e os requisitos para a liberação de recursos destes Fundos serem amplamente divulgados. Entretanto, essas diretrizes obedecem aos objetivos estabelecidos para cada setor específico, o que dificulta o financiamento compartilhado de projetos multisetoriais;
- **Agências Estaduais de Fomento:** no âmbito da ciência e tecnologia espaciais, muitos projetos contam com recursos e bolsas concedidos por agências estaduais de fomento às atividades de C&T (em especial, a Fapesp). Estas parcerias contribuem para uma maior estabilidade de recursos. Entretanto, suas diretrizes obedecem às prioridades em C&T estabelecidas por cada Estado da Federação.

Espera-se que os órgãos governamentais, que utilizam as tecnologias espaciais geradas no âmbito do PNAE/PPA, venham a participar do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais - Sindae não apenas como usuários mas como financiadores das atividades previstas no PNAE. Isto poderia ocorrer mediante parcerias entre estes programas e o PNAE ou através da ampliação da captação de recursos dos fundos setoriais para o financiamento destas atividades.

Quanto às ações do PNAE executadas em outros ministérios, pode-se dizer que sua implementação está em patamares inferiores aos previstos.

O projeto de construção do Atracadouro de Cargas está sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes - MT. O edital de licitação da obra foi lançado em novembro de 2001 e o seu processo, no ano de 2002, foi marcado por diversos recursos judiciais impetrados pelas empresas licitantes, que não passaram à etapa de pré-qualificação técnica, obtendo liminares da justiça para continuarem no certame. Como consequência, a abertura das propostas de preço somente pode realizar-se em dezembro de 2002. Uma das empresas licitantes, sob o amparo de liminar concedida pela Justiça, foi a que apresentou o menor preço. O assunto está sob exame da Consultoria Jurídica do MT. A contratação e o início da obra, esperadas para 2002, acabaram não acontecendo, em virtude dos obstáculos encontrados no campo jurídico. Espera-se uma rápida

solução pelo Ministério dos Transportes junto ao Poder Judiciário para o problema, de forma que as obras possam ser iniciadas em 2003.

As ações sob a responsabilidade do Ministério da Defesa apresentam níveis elevados de execução, considerando-se que os recursos liberados situaram-se muito aquém das expectativas.

No que tange às ações executadas em outras unidades administrativas - sob a responsabilidade do INPE e da AEB, entidades vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia -, elas estão em andamento, com execução em patamares abaixo dos previstos. Os baixos níveis de execução podem ser debitados, principalmente, ao contingenciamento orçamentário e ao fato da liberação de recursos ter se concentrado, uma vez mais, no final do exercício, comprometendo a realização das licitações e a execução de atividades, especialmente em um ano de transição de Governo, em que não se admitem restos a pagar.

Há mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa. O Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira - CSP/AEB, de caráter deliberativo, é o canal participativo formal para a discussão e o encaminhamento de sugestões, tendo em vista o aperfeiçoamento do PNAE. A comunidade científica e a indústria aeroespacial são segmentos tradicionalmente mais interessados e, desde sempre, participantes na formulação e implementação da política espacial.

A seleção de um astronauta brasileiro para integrar o projeto da Estação Espacial Internacional e a realização, pelo INPE, de cursos de divulgação voltados para o ensino médio têm contribuído para o aumento de interesse dos jovens pelo assunto. Uma evidência deste interesse é a formação de grupos de pesquisa em tecnologia espacial, em nível de graduação, em algumas universidades brasileiras.

O Ciclo de Palestras "Quintas Espaciais", organizado pela AEB com a participação de especialistas de institutos de pesquisa e universidades brasileiras, transformou-se num fórum importante de divulgação científica, tendo atraído um público eclético, composto por estudantes, técnicos e dirigentes de instituições interessadas no tema.

A assinatura recente do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-EUA, tendo em vista a comercialização de serviços de lançamento a partir do CLA, chamou a atenção de políticos, jornalistas e organizações não-governamentais para as implicações políticas, sociais e econômicas de projetos da área espacial.

Dessa forma, o grau de participação da sociedade no PNAE tem aumentado e a tendência é a de que ele se amplie ainda mais.

Não há avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários do Programa. Entretanto, representantes dos maiores usuários das tecnologias espaciais têm assento e voto no Conselho Superior da AEB, podendo formalizar demandas ou expressar eventuais discordâncias. Acredita-se, no entanto, que a grande massa de usuários finais (beneficiários) desconheça a relação entre os benefícios de que usufrui e as atividades espaciais desenvolvidas no âmbito do PNAE. Buscando uma maior adequação do Programa às necessidades dos beneficiários, a AEB está intensificando atividades de divulgação. Neste sentido, a página da AEB na internet foi reformulado para permitir o acesso a textos, entrevistas e informações detalhadas e atualizadas sobre o Programa.

Por fim, considera-se necessário rever o arranjo institucional incumbido da coordenação e execução do Programa **Nacional de Atividades Espaciais**, de forma a dotar a AEB dos meios necessários para que possa exercer efetivamente o papel que lhe é atribuído por lei.

Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é produzir elementos combustíveis e equipamentos para usinas nucleares e minerais pesados e óxidos de terras raras para a fabricação de componentes de alta tecnologia.

Resultados

Variação do índice do indicador: o indicador do programa é a relação percentual entre as etapas do ciclo do combustível nuclear com produção nacional e o número total de etapas do ciclo de produção. Deste modo, o indicador mede o grau de nacionalização das etapas de produção do combustível. O índice inicial do indicador era de 51%, tendo sido estabelecida a meta de 69,8% a ser atingida em 2003.

No que se refere ao exercício de 2002, a variação do índice do indicador ficou muito abaixo do esperado; objetivamente não houve qualquer alteração no índice do indicador nesse ano. Isso se deveu ao fato de o contingenciamento de parte dos recursos destinados ao Programa ter ocasionado atrasos na implantação de unidade de enriquecimento isotópico (Ação 1393), de que dependem evoluções no índice. Se o fluxo de recursos para o empreendimento for normalizado em 2003, espera-se acrescer ao índice do indicador cerca de 2%.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: em que pese a variação do índice do indicador ter sido satisfatória no período de 2000 a 2002, a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador até o final do plano é muito baixa (abaixo de 50%). Na verdade, é certo que não se alcançará o índice previsto ao final de 2003. Isso se deve ao fato de que o alcance daquele índice está condicionado à implantação da unidade de enriquecimento de urânio (uma vez que todas as outras unidades industriais do ciclo do combustível nuclear previstas no Programa já foram concluídas: mina de urânio, em Caitité-BA, fábrica de pó e pastilhas de UO₂ em Resende, RJ). As obras da unidade de enriquecimento de urânio, entretanto, estão atrasadas em relação ao planejado devido às dificuldades com a regularidade e o montante dos recursos destinados a essa ação, como será detalhado no item referente aos principais resultados obtidos.

Modificação da previsão original para o alcance do índice: Com o atraso na entrada em operação da unidade de enriquecimento de urânio, a produção de urânio enriquecido em 2003 será pequeno (cerca de 2 %) e o índice de nacionalização das etapas do ciclo de combustível será composto basicamente pelas instalações de mineração de urânio, fábrica de pó e pastilhas de UO₂ e fábrica de montagem mecânica do elemento combustível. Como o enriquecimento representa 35% do custo do ciclo, espera-se como novo índice final do indicador do programa o percentual de nacionalização de 62 % em 2003, em vez de 69,8%, como inicialmente planejado.

Os resultados principais obtidos no período de 2000 a 2002 podem ser assim resumidos:

- na ação de fabricação de combustível nuclear foi integralmente atendida a demanda nacional de elementos combustíveis no período de 2000 a 2002, tendo sido produzidos 156 elementos combustíveis para utilização nas centrais Angra 1 e 2. As principais dificuldades enfrentadas nesta ação foram as constantes alterações no cronograma de entrega devido ao programa de operação destas centrais dentro do sistema

Gerente:

José Carlos Castro

elétrico nacional. Adicionalmente, tivemos sérias dificuldades com a contratação de transporte internacional de material nuclear, bem como com a obtenção das respectivas licenças dos órgãos nacionais responsáveis;

- na ação de fabricação de equipamentos para a indústria nuclear o fato mais relevante foi a fabricação pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP) dos "racks compactos" para a usina de Angra 2. Esta fabricação representa um ganho tecnológico importante pois pela primeira vez este tipo de equipamento foi fabricado no País, o que torna a Nuclep qualificada para produzir estes equipamentos para outras centrais, inclusive para fins de exportação;
- na ação de implantação da unidade de enriquecimento isotópico de urânio os fatos mais relevantes foram a assinatura em julho de 2000 do contrato entre a INB (Indústrias Nucleares do Brasil) e o CTMSP (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo) para fornecimento das ultra-centrífugas, a obtenção das licenças da CNEN e do Ibama para instalação da usina, execução do projeto das instalações e da primeira cascata, aquisição de materiais e a fabricação das ultra-centrífugas da primeira cascata, a conclusão das obras civis da reforma do prédio do módulo 1 e a conclusão das obras civis do módulo 2, conclusão da montagem e testes das tubulações de processo e vácuo, recebimento das primeiras ultra-centrífugas da primeira cascata e início da instalação e comissionamento da primeira cascata. Esta ação está sofrendo atrasos no seu cronograma físico devido às dificuldades da execução financeira ocorridas especialmente em 2002. Deve-se ressaltar que também em 2003 está previsto falta de recursos para esta ação;
- na ação de produção de minerais pesados e terras raras, as metas de produção de minerais pesados foram ultrapassadas. Por outro lado, a instalação em Caldas, MG, da unidade de produção de compostos de terras raras está concluída desde 1999 e apesar de ter licença inicial da CNEN ainda não obteve licença do Ibama para sua operação. Deve-se enfatizar que esta é a única unidade industrial existente no País para produção destes compostos que são atualmente integralmente importados. Com o atraso na implantação desta unidade surgiu em 2002 a oportunidade de exportação de monazita (fosfato de terras raras). Estamos atualmente esperando licença da CNEN para fazer esta exportação de cerca de 3.000 t de monazita no valor aproximado de US\$ 1.500.000;
- retomada da produção de urânio em Caitité - BA em 2002. A produção havia sido interrompida em 2001 devido a problemas de licenciamento. A produção em 2002 foi de 329 t de U3O8. Esta produção foi enviada ao Canadá para transformação em hexafluoreto de urânio-UF6 para posterior enriquecimento na Urenco.

No que se refere às dificuldades enfrentadas no período, destacam-se os problemas na regularidade e montante dos recursos liberados para a ação de implantação da unidade de enriquecimento isotópico. Nestas condições, o projeto deverá sofrer atrasos consideráveis e, como consequência, o índice de 69,8 % previsto para o indicador do Programa não será alcançado.

Quanto aos principais resultados esperados até 2003, destacam-se os seguintes:

- Produção de 92 elementos combustíveis para as usinas de Angra 1 e 2;
- Operação da primeira cascata com a produção de 1 t de urânio enriquecido a 4%;
- Término das obras civis para os módulos 3 e 4 da unidade de enriquecimento;

- Término dos testes funcionais dos sistemas e da montagem dos módulos 1 e 2;
- Término do comissionamento e início de operação da segunda cascata de enriquecimento;
- Produção de 400t U3O8, em Caitité, BA;
- Produção de 30.800 t de minerais pesados; e
- Processamento de 1.800t de monazita, com produção de 540 hidróxido de cério e 2340t de cloreto de lantânio.

Impacto sobre o público-alvo: o público alvo do Programa são as instalações produtoras de energia elétrica a partir de fonte nuclear e o setor produtivo em geral. Um atraso no alcance dos objetivos do Programa, em decorrência do atraso na implantação da usina de enriquecimento de urânio, vai levar à continuação da compra destes insumos no exterior, o que gera dependência de fornecedores internacionais e causa impacto no custo final do combustível nuclear devido às variações da paridade cambial. Como consequência, as tarifas de energia elétrica de fonte nuclear poderão ser afetadas.

.....

Problema ou demanda da sociedade que deu origem ao Programa: o Programa justifica-se pela demanda da sociedade por energia, parte da qual é atendida por meio de usinas nucleares, que demandam combustíveis e equipamentos. Por meio desse Programa, busca-se justamente implementar a estratégia do Governo de avançar no grau de nacionalização da produção de combustíveis nucleares, deixando o País menos vulnerável às vicissitudes da oferta externa desse produto.

Concepção

O Programa englobava algumas ações sem interligação entre si. Existiam ações ligadas à fabricação dos elementos combustíveis para as usinas nucleares, a cargo da INB, e ações ligadas à fabricação de equipamentos para centrais nucleares, a cargo da Nuclep. Estas ações não se inter-relacionam para atingir o objetivo do Programa, que é o de nacionalizar as etapas do ciclo do combustível nuclear. Assim, como sugestão para aperfeiçoar o Programa e melhorar a coerência das ações, propõe-se que as ações Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear e Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear deveriam ser transferidas para o Programa de Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada, a cargo da Nuclep. Com esta transferência, o acompanhamento seria facilitado, pois passaríamos a ter ações de natureza similar concentradas em um único Programa. Essas alterações já constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2003.

.....

A disponibilização de recursos no período 2000/2003 foi adequada, não se constituindo em entrave para o atendimento das metas do Programa, com exceção da ação de Implementação da Unidade de Enriquecimento de Urânio. Em 2002, foram destinados R\$ 30,7 milhões para essa ação no projeto de lei orçamentária, sendo que o empenho autorizado foi de apenas R\$ 11,2 milhões, incluindo os restos a pagar de 2001, no valor de R\$ 9,5 milhões.

Implementação

Para 2003, foi solicitado, pela INB, R\$ 48,8 milhões para essa ação, mas no Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional foram alocados apenas R\$ 15 milhões. Com estes cortes financeiros, o cronograma e a continuidade do projeto serão fortemente afetados. Não se visualizam soluções alternativas que superem essas dificuldades de gestão financeira, uma vez que, para esta fase do projeto, a totalidade dos recursos advém do Tesouro Nacional.

Uma outra ação que teve problemas de execução foi a de Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear, que atingiu apenas 32% das metas previstas, em grande parte devido a restrições orçamentárias e pelo atraso no fechamento de encomendas.

Nessas condições, os recursos financeiros liberados para o Programa mostraram-se insuficientes. Entretanto, como todas as atividades relativas às ações do Programa atingiram as metas físicas previstas para 2002, com exceção da ação de implantação da unidade de enriquecimento de urânio, o cumprimento das metas físicas ocorreu dentro do previsto.

Quanto à regularidade da liberação dos recursos, ainda que o fluxo tenha sofrido descontinuidade, a sua execução não foi decisivamente prejudicada, com exceção da ação de implantação da unidade de enriquecimento de urânio.

Restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto: o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação de recursos foram certamente as restrições centrais na execução do Programa, com efeitos negativos particularmente sobre a ação de implantação da unidade de enriquecimento de urânio. Também os restos a pagar representaram restrição relevante: foram inscritos R\$ 5,4 milhões do Tesouro para a ação de enriquecimento de urânio e R\$ 24 milhões de recursos próprios para as demais ações. Além dessas, o licenciamento ambiental também impôs restrições no caso específico da ação Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras. Foi assinado, em dezembro de 2002, o Termo de Compromisso entre INB/Ibama/CNEN/FEAM, que vai permitir a liberação da operação da Unidade de Caldas no início de 2003.

O pessoal empregado na gerência das ações dentro do Programa pertence à estrutura orgânica da INB e da Nuclep, não sendo necessário nenhum esforço adicional na capacitação da equipe. Também do ponto de vista da quantidade, tanto a equipe gerencial quanto as equipes locais apresentam número suficiente de recursos humanos.

Também os recursos materiais e a infra-estrutura foram avaliados como sendo adequados para a implementação do Programa, particularmente porque as ações do tipo atividade são comparáveis à rotina de uma empresa industrial, que já existia e dispunha de uma infra-estrutura preparada para tal.

O Programa não prevê parcerias - Também não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade, no sentido de se ter controle social sobre a aplicação dos recursos aplicados no Programa. No caso da INB e Nuclep, o grau de participação dos usuários/beneficiários do Programa está limitado à atuação dos Conselhos de Administração respectivos. Porém, desde outubro de 2002, o Programa conta com um mecanismo de avaliação de satisfação dos usuários/beneficiários, adotado com vistas à obtenção do Certificado ISO 9001-2000. Esse mecanismo corresponde a um questionário a ser respondido pelos clientes, de maneira a aferir o seu grau de satisfação com os produtos e serviços do Programa.

A estrutura do Ministério se mostra adequada à gestão por programas.

Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é atender ao mercado de equipamentos para a indústria pesada. **Resultados**

No período de 2000 a 2002, a variação do índice do único indicador do Programa Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada foi acima do inicialmente planejado. Em 2000 e 2001, os resultados excederam as metas em 58% e 24%, respectivamente. Em 2002, o índice alcançado neste Programa foi de 1.264 t, o que representa 26,4% acima da meta física estabelecida no PPA. A meta prevista já foi ultrapassada em aproximadamente 20% até o presente.

Estimativa de alcance do índice originariamente previsto: tomando-se como base o fato de que a variação prevista no índice, no período de janeiro de 2000 a setembro de 2002, foi 33% acima da meta prevista para aquele período, tem-se que é alta (acima de 90%) a expectativa de que a meta para o final do plano seja não apenas atingida como superada.

Necessidade de atualização do índice final: apesar da variação acima apresentada, o índice final foi reduzido de 1.300 t para 1.000 t no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2003 - PLOA 2003, por razões desconhecidas pela gerência do Programa.

Os resultados obtidos pelo Programa em 2002 ocorreram dentro do esperado. Dentre esses resultados, destacam-se os seguintes:

- a exportação de componentes de turbinas a vapor para centrais termelétricas norte-americanas, encomendados pela General Electric, o que proporcionou à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A - Nuclep ser reconhecida neste mercado, firmando-se como potencial fornecedora também de outras grandes empresas, e desenvolver tecnologias de fabricação que serão importantes e estratégicas para a implantação de centrais térmicas baseadas em projetos nacionais;
- o fornecimento de equipamentos para as usinas hidrelétricas de Porto Primavera, Itaipu e Pirajá II, no Brasil, e de Três Gargantas, na China; e
- a obtenção da certificação nuclear pela *American Society of Mechanical Engineers - ASME*, que qualificou a empresa para o fornecimento de equipamentos nucleares projetados conforme normas norte-americanas, no País e no exterior, dentre os quais os geradores de vapor de substituição para a Usina Nuclear Angra I, a partir de 2003.

Neste período, a Nuclep ampliou sua carteira de obras assinando contratos com empresas nacionais e estrangeiras, destacando-se a americana General Electric, o que está permitindo à Nuclep exportar componentes de turbinas a vapor para usinas termelétricas e consolidar sua tecnologia neste mercado.

Outro resultado obtido pelo Programa foi a conclusão de obras relevantes para o desenvolvimento do País, tais como: a câmara hiperbárica instalada no Centro de Pesquisas da Petrobras - Cenpes, capaz de simular pressões de até três mil metros de coluna d'água, fundamental para teste dos equipamentos para produção de petróleo e gás em águas profundas; as referentes a cerca de mil toneladas de equipamentos para usinas hidrelétricas

Gerente:

Hélio José Carvalho Monteiro

no Brasil (Porto Primavera, Itapebi, Piraju II) e no exterior (Ralco, no Chile e Três Gargantas, na China), além da entrega de equipamentos para a indústria siderúrgica e de petróleo e gás.

A Nuclep, neste período, também deu prosseguimento às atividades de prestação de serviços de montagem do submarino Tikuna nas instalações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ.

Para 2003, os principais resultados esperados são:

- início da construção dos geradores de vapor de substituição para a Usina Nuclear Angra 1;
- instalação do núcleo no vaso de pressão do reator protótipo para propulsão naval do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;
- formação de cem novos aprendizes para os setores técnico-operacionais do segmento nuclear;
- ampliação da participação como fornecedora de componentes para turbinas a vapor e a gás para usinas termelétricas nacionais e para exportação
- ampliação da participação como fornecedora de componentes para a indústria siderúrgica e de petróleo e gás; e
- prosseguimento das atividades de prestação de serviços de montagem do submarino Tikuna nas instalações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ.

Tais metas visam ampliar a capacitação tecnológica do País na área nuclear e complementar significativamente o parque industrial nacional na produção de equipamentos pesados. Ressalte-se que, desde o começo de 2003, foram transferidas para este Programa as ações 2483 - Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear e 2485 - Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear, ambas relacionadas à área nuclear e coordenadas pela Nuclep, e que estavam subordinadas ao Programa 0270 - Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia.

O Programa vem atendendo às necessidades do público-alvo (indústria de base brasileira e órgãos estatais contratantes), na medida em que atendeu à sua demanda e também permitiu que o País substituísse a importação de bens de capital por produtos nacionalizados pela Nuclep.

Concepção

Problema ou demanda da sociedade que deu origem ao programa: o programa nasceu da necessidade do País de manter o seu parque industrial de bens de capital ativo e atualizado, devidamente preparado para atender à demanda requerida. Com a desvalorização da moeda nacional, tornou-se ainda mais relevante a nacionalização da oferta de bens de capital, como os da indústria pesada, o que proporciona economia de divisas e manutenção da competitividade da produção nacional.

Aspectos do programa a serem melhorados:

Adequação do objetivo ao problema: propõe-se que o objetivo do programa seja mudado para "atender ao mercado de equipamentos para a indústria pesada e nuclear", o que deixaria o programa mais de acordo, com a inclusão de outras duas ações inadequadamente alocadas em um outro programa atualmente.

Pertinência das ações: dada a sua natureza, foi proposta e já incluída, no PLOA - 2003 a migração, para este programa, das ações 2483 - Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear e 2485 - Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear, ambas atualmente alocadas no Programa 0270 Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia.

Suficiência das metas físicas: em função das definições quanto ao prosseguimento das obras de conclusão da Usina Nuclear Angra 3, provavelmente a meta prevista para o exercício de 2003, com relação à ação 2483 - Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear, deverá ser reavaliada, estimando-se que a mesma devesse estar situada em torno de 400 toneladas de equipamento fabricado.

Análise da estratégia de implementação: a estratégia de implementação está adequada para o objetivo do programa.

Principais aspectos da estratégia de implementação: o Plano de Ação com metas, prazos e responsáveis, e respectiva avaliação periódica, foram fundamentais para a obtenção dos resultados do programa, que sempre levou em consideração a necessidade do público alvo.

Implementação

O padrão de execução financeira foi compatível com o desenvolvimento do Programa no período, não obstante dificuldades temporárias oriundas de contingenciamentos de receitas, parcialmente compensadas ao final do período por meio de crédito suplementar. Os recursos financeiros liberados foram suficientes, permitindo o cumprimento de metas físicas acima do previsto. A alteração dos dados financeiros apresentados no PLOA 2003, relativa ao Programa, parece compatível com a previsão da carteira de obras para aquele exercício.

No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, a descontinuidade de liberação dos recursos causou reflexos negativos nos prazos das obras e, conseqüentemente, dificuldades junto aos clientes finais, impedindo a realização de resultado superior ao obtido.

Observou-se o acentuado empenho das equipes de coordenação setorial do MCT, da monitoria de Programa da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPI-MP, assim como da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, objetivando apoiar a gerência e assessorias, com a disponibilização de informações e treinamento específico, que facilitaram sobremaneira a implementação do Programa. No que se refere à capacitação voltada para a ação finalística, o Programa dispõe de recursos humanos de elevada capacidade técnica, voltados para a atualização permanente e suficientemente capacitados para o desempenho das funções exigidas pelo Programa. Assim, para a implementação do Programa, mesmo com a inclusão das novas ações, a quantidade e a qualificação dos recursos humanos é adequada. Note-se, entretanto, que readequações podem ser necessárias em função da variação da carteira de obras da companhia. Em 2003, deverá haver a necessidade de reformular o quadro de pessoal em razão do início dos trabalhos relativos à fabricação dos dois geradores de vapor de substituição da usina nuclear Angra I.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponível foram adequados para a implementação do Programa até 2002. A partir de 2003, com a vinculação ao Programa das ações Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear e Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear, antes pertencentes ao Programa Produção de Componentes e Insumos para a Indústria Nuclear e de Alta Tecnologia, e considerando-se o início da construção dos geradores de vapor para Angra I, serão necessárias adaptações da infra-estrutura, enfatizando-se a manutenção preventiva e modernização das principais máquinas operatrizes, investimentos em informática e construção de sala limpa, climatizada, para montagem de internos de geradores de vapor para centrais nucleares. Sobre este assunto, a Nuclep encaminhou ao MCT as correspondências P-040/2001, em 19/06/2001, P-004/2002, em 10/01/2002, e P-052/2002, em 06/09/2002, contendo pleito relativo à suplementação de crédito orçamentário necessário às citadas providências. Tal pleito foi parcialmente atendido por meio de crédito suplementar, mas em valor insuficiente para que tal restrição fosse resolvida.

Quanto aos impactos das modificações introduzidas pela LOA 2002 sobre o desempenho do Programa, não foi identificado nenhum impacto relevante. Vale ressaltar, porém, o impacto negativo associado ao contingenciamento de parte dos recursos destinados ao Programa, que causou descontinuidade na aquisição das matérias-primas e outros insumos necessários à execução das obras, refletindo negativamente nos prazos e, conseqüentemente, dificuldades com os clientes.

O atraso na liberação de recursos financeiros dificultou o relacionamento com os fornecedores, causando, inclusive, custos maiores, particularmente devido à alta do dólar. A esse respeito, destacou-se o contingenciamento orçamentário. O limite de dispêndio financeiro para a execução do Programa foi contingenciado em 43,45%, em consequência dos Decretos 4.120 e 4.230, que definiram novos limites de dispêndios para os órgãos do Governo Federal. Tal contingenciamento causou descontinuidade na aquisição das matérias-primas e outros insumos necessários à execução das obras, refletindo negativamente nos prazos e, conseqüentemente, dificuldades com os clientes, impedindo a obtenção de resultado ainda melhor pelo Programa. Em atendimento às gestões da Nuclep, foi autorizado um crédito suplementar que, na prática, reduziu o contingenciamento para 9,9% ao final do ano.

Não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade. A Nuclep é detentora do certificado ISO 9001 - edição 1994, e também já está trabalhando nas atividades relativas à obtenção da certificação referente à edição 2000, que prevê a avaliação da satisfação do cliente/usuário na gestão da qualidade dos produtos e serviços.

A estrutura organizacional do Ministério está perfeitamente adequada à gestão por programas.

Promoção do Desenvolvimento Tecnológico do Setor Petrolífero

Resultados O objetivo do Programa é promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural.

O Programa conta com dois indicadores: Número-índice de entidades científicas e tecnológicas no setor de petróleo e gás natural, cujo valor no início do PPA era 100 e o valor previsto no término do PPA é 150; e Número-índice de pessoal técnico envolvido em P&D no setor de petróleo e gás natural, cujo valor no início do PPA era 100 e o valor previsto no término do PPA é 200.

Em relação aos questionamentos acerca dos indicadores, ainda não foi possível concluir a apuração do progresso dos índices para o período considerado, o que prejudica uma avaliação adequada. No decorrer de 2003, com o processo de avaliação formal concluído (hoje em elaboração pela Universidade de São Paulo - USP), será possível haver uma medição mais adequada da evolução do Programa.

Os resultados obtidos ficaram muito abaixo do esperado, devido ao contingenciamento orçamentário e ao fluxo irregular de recursos. Para o ano de 2002, destacam-se:

- o tanque oceânico real e outro virtual, maior investimento individual do Programa, que permite o projeto e o ensaio de plataformas de perfuração e produção de petróleo em águas profundas;
- a montagem de uma rede de computação de alto desempenho, fundamental para o desenvolvimento da exploração de bacias petrolíferas;
- a formação de uma rede de centros de pesquisas para suporte tecnológico às empresas na área de gás natural, insumo energético com pouco desenvolvimento no Brasil;
- formação de uma rede de laboratórios para a tecnologia de qualidade de combustíveis, na procura de evidências e suas soluções contra a fraude;
- a formação de aproximados mil técnicos, em vários níveis de qualificação formal, voltados para a tecnologia de petróleo e gás natural, evitando-se a importação desta mão-de-obra escassa numa área em vigoroso crescimento no Brasil, e dando suporte a inúmeras iniciativas de inovação no setor; e
- e cerca de outros mil projetos de resultados mais discretos do ponto de vista de País, mas importantes nos resultados das empresas. Parte significativa deles foi em parceria com o Cenpes, o centro de pesquisas da Petrobras, que mantém uma média de retorno em seus projetos de desenvolvimento tecnológico na faixa de 1:7. Ou seja, para cada R\$ 1,00 investido em projeto tecnológico, há um retorno médio para a empresa de aproximados R\$ 7,00.

Entretanto, há de se ressaltar que a importante infra-estrutura tecnológica que estava se formando no setor, em especial nas Regiões Norte e Nordeste, onde vêm sendo aplicados 40% dos recursos totais disponíveis, está agora em processo de desmantelamento. O progressivo contingenciamento, em termos absolutos e relativos, compromete, inclusive, o que já foi realizado; daí a necessidade de se reiniciar os projetos de desenvolvimento tecnológico o mais brevemente possível, sob pena de aprofundamento de perdas significativas ao Programa e ao País.

Gerente:

José Carlos Gomes Costa

Em relação aos impactos sobre as instituições de pesquisa e as empresas atuantes no setor (público-alvo do Programa), destacam-se a formação de mil especialistas, pelo lado da formação em recursos humanos, e de uma infraestrutura de serviços tecnológicos com relevância para as regiões Norte-Nordeste, onde não havia, até o advento do Programa, nenhum desenvolvimento tecnológico sistemático e constante.

O Programa advém da necessidade de se fomentar o desenvolvimento tecnológico no setor petrolífero diante da crescente relevância que o setor apresenta no cenário mundial. Embora os investimentos feitos pelo País na área de prospecção e, sobretudo, exploração de petróleo em águas profundas tenham resultado em incrementos significativos da participação da produção interna no total de petróleo consumido, ações ainda se fazem necessárias com o propósito da busca da auto-suficiência. Neste sentido, mesmo sendo o Brasil considerado hoje líder mundial na tecnologia de prospecção em águas profundas, a complexidade e a dimensão da indústria do petróleo impõem que novos investimentos em ciência e tecnologia sejam feitos, principalmente tendo em vista a inclusão do gás natural na matriz energética brasileira e as imposições feitas pela perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Concepção

Atualmente, a indústria do petróleo e do gás natural, no Brasil, movimenta cerca de 8% do PIB brasileiro, incluindo-se a maior empresa nacional, a Petrobras. Entretanto, a atuação desta empresa não pode ser considerada como a única promotora do desenvolvimento no setor. Assim, diante da falta de uma política energética explícita, o MCT resolveu adotar uma nova forma de atender à demanda de inovação desta indústria, mediante o fomento à tecnologia de forma permanente e estável. Desta forma, quando da promulgação da Lei nº 9.478, a Lei do Petróleo, o Congresso Nacional aprovou a destinação de recursos específicos para a pesquisa e o desenvolvimento no setor de petróleo e gás natural.

Passados cinco anos da Lei do Petróleo e três anos da efetiva implantação do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural, o que se verifica é o crescente interesse de toda a cadeia produtiva pela parceria com o Governo na procura da inovação tecnológica na área. Os centros de pesquisa se mobilizam pela qualificação de seus técnicos e instalações laboratoriais, assim como as empresas aumentam suas inversões de recursos em projetos de desenvolvimento tecnológico, traduzido pela procura e pelos resultados nos editais e cartas-convite lançados pelo Programa. Também setores correlatos como o ambiental, informática e outros estão sendo beneficiados com a infra-estrutura que está se formando na área de petróleo e gás natural.

Conforme análise, o Programa apresenta um desenho adequado. Entretanto, o Plano de Avaliação é um aspecto da estratégia de implementação que necessita ser aperfeiçoado, pois a metodologia de avaliação dos resultados dos projetos componentes do Programa está sendo desenvolvida pela Universidade de São Paulo - USP, prevendo-se a sua implantação a partir de meados de 2003.

A bem-sucedida estratégia de implementação, através de documentos gerados pela equipe do MCT em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo - ANP, com sua posterior discussão, primeiro com os interessados por meio da internet e depois com o múltiplo Comitê de Coordenação, tornou-se paradigma para as demais ações de fomento à inovação pelo MCT. Estes documentos são submetidos à crítica das associações de empresas e de centros de pesquisas/universidades, e passam por exposição pública na internet. Ouvidas as partes, a decisão final cabe a um comitê representativo dos anseios dos ministérios responsáveis pelo assunto e da sociedade.

Implementação

O distanciamento entre o planejado e o reprogramado tem relação direta com os recursos financeiros efetivamente autorizados. No período, verificou-se um aumento progressivo do arrecadado pelo Tesouro Nacional para aplicação em tecnologia de petróleo e gás natural, porém, com o contingenciamento, os projetos contratados não estão sendo honrados (à exceção das bolsas de estudo). Assim, será necessário refinanciá-los quando houver recursos disponíveis. É importante notar que projetos de desenvolvimento tecnológico não permitem a retomada no exato ponto em que pararam, ou seja, é necessário recomeçar do zero na maioria das vezes.

Para 2003, a programação orçamentária anual prevê metade dos recursos originalmente previstos pela programação orçamentária plurianual. Adicionando-se o destacamento de parcela significativa do fundo setorial de petróleo e gás natural para o item "reserva de contingência", os recursos assegurados para o Programa são da ordem de 25% do que seria arrecadado pela legislação hoje em vigor, impossibilitando um tratamento adequado à magnitude do setor de petróleo e gás natural no País.

Em termos de capacitação, destaca-se que esta não ocorreu, de forma sistemática, pelos membros da equipe que gerenciam o Programa. Entretanto, ressalta-se que o CT-Petro destaca-se dos demais fundos setoriais por manter um forte programa de capacitação de recursos humanos baseado em parcerias estabelecidas não só com o CNPq, mas também com a Agência Nacional de Petróleo. Ampliou sua ação de 2001 para 2002 da ordem de 280 (R\$ 2,6 milhões) para 600 bolsas (R\$ 5,9 milhões) concedidas. Registre-se, também, que os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa.

No aspecto de cooperação, o parceiro legal do MCT na condução deste Programa é a Agência Nacional do Petróleo - ANP. Desde o início dos trabalhos, em 1999, os órgãos do MCT (CNPq e Finep) prepararam todos os documentos de implantação e operação do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural em conjunto com a ANP, o que confere uma sinergia ímpar que serviu de paradigma para outros fundos setoriais criados no MCT. Além disso, os recursos deste Programa são administrados por um Comitê de Coordenação, presidido pelo MCT e com representantes da Finep, do CNPq, do Ministério de Minas e Energia, da ANP, dois representantes da comunidade científica e dois representantes do meio empresarial (hoje, a Associação Brasileira das Indústrias de Base - ABDIB e o Instituto Brasileiro do Petróleo - IBP). Desta forma, a gerência deste Programa se dá de forma transparente e participativa. As decisões do Comitê de Coordenação são tornadas públicas pela internet e a quase totalidade dos recursos são repassados por meio de editais e cartas-convite públicas, divulgadas pela imprensa e pela internet, favorecendo o controle social do Programa.

Entretanto, o Programa não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, pois a pesquisa de satisfação do usuário, parte do processo de avaliação contínua dos resultados do Programa, está em processo de elaboração, sob contrato, pela Universidade de São Paulo - USP. Espera-se que esteja operacional em meados de 2003.

Segurança Nuclear

Resultados

Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é garantir a segurança das atividades nucleares em todo o seu ciclo, desde a pesquisa e desenvolvimento até a aplicação e rejeitos, bem como do pessoal, da população e do meio ambiente. Tem como unidade responsável a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

O Programa apresenta três indicadores: Taxa de Implementação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron, Número-índice de Casos de Trabalhadores com Dose Elevada de Radiação e Número de Eventos Nucleares e Radiológicos. Os índices dos indicadores dos dois primeiros indicadores têm alcançado resultados satisfatórios, estando muito próximos ao inicialmente planejado. O indicador Número de Eventos Nucleares e Radiológicos, entretanto, não tem apresentado bons resultados, estando muito distante do índice previsto. A razão principal para os resultados ruins desse último indicador tem sido o recebimento, pela CNEN, de avisos de ocorrências falsas, de eventos que não são caracterizados como nucleares ou radiológicos.

A partir das condições acima, a estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do ano é muito alta (acima de 90%) para os indicadores Taxa de Implementação do Sipron e Número-índice de Casos de Trabalhadores com Dose Elevada de Radiação; entretanto, para o indicador Número de Eventos Nucleares e Radiológicos, essa expectativa é muito baixa (abaixo de 50%).

Diante da evolução insatisfatória do indicador "números de eventos nucleares e radiológicos", propõe-se uma mudança do índice final do indicador de 10 para 50. Já para o indicador "número-índice de casos de trabalhadores com dose elevada de radiação", cujo índice final não constava no sistema, propõe-se o valor de 70 (tendo sido 100 o índice de referência apurado em 31/12/1997).

Dentre os resultados obtidos no período de 2000 a 2002, descrevemos:

- licenciamento e fiscalização de instalações nucleares e radioativas;
- execução dos passos do processo de licenciamento para todas as instalações requerentes;
- fiscalizações das instalações radiativas dentro da periodicidade recomendada pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA;
- licenciamento e fiscalização das instalações nucleares seguindo os preceitos internacionais. Foram realizadas inspeções nas usinas nucleares de ANGRA I e ANGRA II, em operação e inspeções e auditorias nas instalações de produção de combustível nuclear, que compreendem desde a mina de urânio até a montagem do elemento combustível;
- implantação da infra-estrutura de resposta a uma emergência nuclear: os centros de emergência, que permitem as ações da estrutura de resposta às emergências nucleares, foram implementados e testados, conforme previsto no plano de emergência externo, no Estado do Rio de Janeiro;
- controle da dose de radiação em instalações médicas e industriais e laboratórios, instalações operando em segurança dentro das normas e padrões de radioproteção da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN -, como observada melhoria (otimização) de seu desempenho sob o ponto de vista dos critérios da radioproteção ambiental e ocupacional;

Gerente:

Ayrton José Caubit da Silva

- em estado avançado, a construção do centro regional de ciências nucleares do Nordeste, que permitirá a descentralização das ações da CNEN nas Regiões Norte e Nordeste, destacadamente nos campos da radiologia, radioterapia e medicina nuclear; e
- cumprimento da programação rotineira de gerenciamento e armazenamento de rejeitos, totalizando 20.097,3 Curies armazenados nos Institutos da CNEN, até o presente momento, e continuidade dada à implementação do Programa de Gerenciamento de Rejeitos em Centros de Pesquisa - Proger, que visa criar um Programa padrão a ser implantado em universidades e em centros que utilizam material radioativo.

No que se refere aos principais resultados esperados para 2003, destacam-se os seguintes:

- cumprimento do Programa de fiscalização referente às 2.300 instalações nucleares e radiativas existentes no País;
- licenciamento do depósito definitivo de rejeitos radioativos das usinas nucleares de Angra I, II e III;
- adequação dos valores do Anexo I da Lei das Taxas e conclusão da elaboração de proposta de texto da Lei das Penalidades;
- elaboração do sistema de banco de dados on-line para a contabilidade de material nuclear e controle de inspeções de salvaguardas;
- estabelecimento e condução de um Programa de habilitação de profissionais em proteção radiológica para o atendimento do setor; e
- conclusão da construção da primeira etapa das instalações do Centro Regional de Ciências Nucleares do Norte e Nordeste, em Recife.

Houve impactos positivos sobre o público-alvo (as instalações nucleares e radioativas, comunidades periféricas e população em geral), refletidos no aumento significativo da demanda na área nuclear, particularmente na forma de número maior de pacientes sendo tratados pela medicina nuclear, no aumento da participação da energia nuclear na matriz energética brasileira com a construção de Angra III e no aumento da aplicação de técnicas nucleares em setores diversos, tais como a agricultura e o meio ambiente.

Concepção

A relevância do Programa advém da necessidade de assegurar a proteção do trabalhador, da população e do meio ambiente, diante principalmente do aumento das aplicações de técnicas nucleares e do número de instalações nucleares e radioativas no País, com o conseqüente aumento da geração de rejeitos.

Causas do problema:

- Risco ao trabalhador, à população e ao meio ambiente, decorrente do uso da energia nuclear; a essa causa, estão associadas as seguintes iniciativas: controle de radioproteção e dosimetria, controle de salvaguardas nucleares, licenciamento e fiscalização de instalações nucleares e radiativas, manutenção da qualidade metrológica das radiações ionizantes, atendimento às emergências radiológicas, serviço de monitoração e preservação ambiental, regulamentação do sistema de proteção do Programa nuclear brasileiro, elaboração de normas nucleares radiológicas.
- Aumento da geração de rejeitos; a essa causa, estão associadas as seguintes iniciativas: recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos, reforma e melhoria das instalações de rejeitos radioativos.

- Aumento das aplicações de técnicas nucleares, assim como do número de instalações nucleares e radioativas no País; a essa causa, estão associadas as seguintes iniciativas: ampliação e modernização de laboratórios de radioproteção, segurança e salvaguardas, implantação do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste - CRCN, em Recife.

A concepção do Programa está adequada ao objetivo a que se propõe. Tendo em vista o crescimento da demanda pelos produtos e serviços disponibilizados pela CNEN e o aumento das instalações nucleares e radiativas operando no País, foi necessário aumentar a capacidade de atuação da CNEN em todo território nacional, por meio da descentralização/replicação de atividades de licenciamento, fiscalização, metrologia e atendimento às emergências. Neste sentido, a CNEN vem buscando incentivar e fomentar parcerias (vigilâncias sanitárias, órgãos de defesa civil, órgãos de proteção ambiental e universidades), proporcionando as condições de proteção radiológica e segurança nuclear para a população e meio ambiente, além de estabelecer ações que priorizem a modernização e aumento da eficiência do processo de licenciamento e controle de instalações nucleares e radiativas.

Para o aperfeiçoamento da estratégia de implementação é necessária a implantação de um sistema de indicadores de desempenho em licenciamento e controle, voltados às necessidades das partes interessadas. A implantação desse sistema já está em andamento. Para melhorar a organização dos trabalhos no âmbito da gerência é preciso informatizar o sistema de licenciamento e fiscalização, que também já está em andamento.

Quanto à forma de articulação com as parcerias, tem-se necessidade de maior formalidade no relacionamento da CNEN com a Vigilância Sanitária. Também há a necessidade de desenvolvimento de mecanismos institucionalizados de participação efetiva do público-alvo/sociedade.

Além disso, há a necessidade de aumentar a capacidade de atuação da CNEN em todo território nacional, visando ao atendimento da demanda crescente, por meio da descentralização/replicação de atividades de licenciamento, fiscalização, metrologia e atendimento a emergências.

De um modo geral, devido às restrições orçamentárias decorrentes do contingenciamento de recursos, ocorreram algumas distorções e certas metas não foram alcançadas, afetando o planejamento e a programação das atividades do Programa de Segurança Nuclear previstas para o exercício. Ressalte-se que o Programa depende diretamente dos recursos provenientes da Taxa de Licenciamento e Controle - TLC (Lei nº 9.765, de 1998), sendo que, historicamente, esses recursos têm sido liberados somente no final do exercício, impossibilitando sua utilização nas atividades de licenciamento e fiscalização. Diante de tal situação, buscou-se priorizar a implementação de medidas voltadas para a otimização da utilização dos recursos e melhoria do desempenho institucional como um todo.

Implementação

De qualquer maneira, os recursos financeiros liberados mostraram-se suficientes para o cumprimento das metas físicas dentro do previsto.

No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, a descontinuidade sofrida pelo fluxo prejudicou a execução do Programa, particularmente em decorrência das dificuldades de utilização da TLC nas atividades de licenciamento e fiscalização.

Identifica-se a necessidade de intensificação dos programas de treinamento gerencial quanto ao modelo de gestão do PPA e a extensão da capacitação aos coordenadores de ação e demais atores envolvidos com a implementação do modelo, diante da deficiência da articulação do gerente de Programa com estas pessoas. Percebe-se a relevância da promoção de trabalhos conjuntos, eventos de integração e atividades que promovam a troca de experiências entre os gerentes de programas.

Adicionalmente, identificam-se quantidades insuficientes de recursos humanos tanto na equipe gerencial quanto nas equipes locais do Programa. No que se refere à equipe gerencial, o corte de cargos de chefia na CNEN, ocorrido em 1999, por força de decreto do Poder Executivo, comprometeu a capacidade gerencial da instituição. Essa situação irá se agravar com a nova determinação de redução de cargos comissionados e funções gratificadas da instituição, decorrente do Decreto nº 4.567, de 2003. Quanto à falta de recursos humanos nas equipes locais, ela foi apenas parcialmente resolvida com a realização de um concurso público em 2002. É expressiva, portanto, a necessidade de elevação da quantidade de recursos humanos alocados no Programa, de maneira a aumentar a capacidade de atuação da CNEN em todo o território nacional, visando ao crescimento da demanda pelos produtos e serviços disponibilizados e o aumento das instalações nucleares e radiativas operando no País.

Os recursos materiais e a infra-estrutura disponível têm sido adequados para a implementação do Programa.

Identificaram-se impactos negativos decorrentes do contingenciamento, de parte dos recursos destinados ao Programa, introduzido pela LOA 2002.

O contingenciamento de recursos afetou a programação de algumas atividades do Programa Segurança Nuclear previstas para o exercício, principalmente as atividades executadas pelo MCT, resultando em metas não alcançadas. Adicionalmente, os atrasos na liberação dos recursos provenientes da Taxa de Licenciamento e Controle afetaram o desempenho das atividades de licenciamento e fiscalização da CNEN. Esse problema estaria resolvido se o superávit financeiro resultante dessa taxa tivesse sua liberação efetivada de forma mais rápida, logo no início de cada exercício.

As atividades de proteção radiológica e radioproteção tiveram algumas restrições devido a problemas de relacionamento com outros órgãos de controle no âmbito estadual e federal, devido à superposição de competências e à morosidade em processos administrativos.

O Programa tem como principais parceiros os seguintes:

- Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, da qual o Brasil tem recebido recursos por meio de projetos de cooperação, na forma de materiais e equipamentos, peritos estrangeiros e no pagamento de bolsas no exterior para especialistas brasileiros;
- Ibama, universidades, centros de pesquisa, com os quais o Programa compartilha recursos;
- Inmetro, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Nuclep, Eletronuclear, com os quais o Programa compartilha informações; e
- órgãos federais, estaduais e municipais (Defesa Civil, Vigilância Sanitária etc.), com os quais o Programa compartilha recursos humanos, esforços de capacitação e treinamentos.

Quanto a parcerias com outros programas, vale salientar a relação estreita desse Programa com o de Desenvolvimento Tecnológico na Área Nuclear, responsável pelo desenvolvimento científico e tecnológico das atividades relacionadas com radioproteção e segurança nuclear.

Não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa. Embora não exista ainda um instrumento formal para pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do Programa, estão sendo estudados ferramentas e procedimentos para a implementação de um mecanismo dessa natureza. Por enquanto, a avaliação da satisfação do usuário é realizada por meio do próprio contato do corpo funcional da instituição com os beneficiários das ações da CNEM na área de radioproteção e segurança nuclear.

O índice do desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas foi dentro do previsto. A estrutura organizacional do Ministério está perfeitamente adequada à gestão por programas.

Sistemas Locais de Inovação

Resultados Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população.

O Programa tem como único indicador a Geração de Produtos e Processos por Empresas Incubadas e Graduadas, cujo índice de referência é três mil unidades, apurado em 1/7/1999. Seu índice final é seis mil unidades. Este está associado ao número de novos produtos lançados por empresas incubadas.

O número de incubadoras e de empresas incubadas cresceu em torno de 30% ao ano nos últimos três anos, de acordo com o panorama da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas - Anprotec. Pelo crescimento apresentado no número de novas empresas incubadas, estima-se que o número de novos produtos lançados por estas empresas tenha sido expressivo, embora não tenha sido possível identificar esse número. No que se refere especificamente ao ano de 2002, a variação do índice ficou dentro do esperado. Em 2000, existiam 135 incubadoras associadas à Anprotec e, segundo os dados obtidos por eles, foram lançados 313 novos produtos. Em 2001, o número de incubadoras passou para 150 e o número médio de empresas por incubadora era de 7,4 empresas por incubadoras sendo lançado nesse ano 820 novos produtos. Em 2002, o número de incubadoras passou para 183 e o número médio de empresas por incubadoras passou para 6,6. O número de novos produtos e serviços lançados desde 2000 pelas empresas incubadas e associadas é de 2.941.

Destacam-se como principais resultados do Programa no período de 2000-2002:

- Foram apoiadas 237 incubadoras de empresas, contempladas nos dois editais lançados no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas - PNI. O principal resultado alcançado nesta ação foi o lançamento do Edital Verde-Amarelo/Parques Tecnológicos: Finep 04/2002, que disponibilizou recursos no valor de R\$ 12 milhões para apoiar a elaboração de Plano de Investimentos e para a implantação de Parques Tecnológicos.
- Foram apoiados 39 Arranjos Produtivos Locais - APL nas várias regiões do País, sendo oito da Região Norte, seis na Região Centro-Oeste e nove na Região Nordeste. O MCT, por meio de sua ação regional, apoiou a criação de Plataformas Tecnológicas em diversos municípios e Unidades da Federação. Como resultado dessa iniciativa, foram apoiados vários projetos cooperativos em todas as regiões do País, com recursos provenientes do Fundo Verde-Amarelo - FVA. As plataformas tecnológicas são fóruns onde diferentes atores sociais - do setor produtivo, do Governo e das instituições de pesquisa - se reúnem para discutir os gargalos tecnológicos ligados a um setor específico e para propor soluções para os problemas identificados. O principal objetivo das plataformas é o de induzir o surgimento de projetos cooperativos voltados para a resolução dos gargalos tecnológicos existentes nos arranjos produtivos trabalhados.

Gerente:

João Bosco de Carvalho Lima Freitas

-Realização de estudos sobre sistemas locais de inovação cujos resultados foram apresentados em um *workshop* realizado no Rio de Janeiro e que podem ser utilizados para subsidiar ações de apoio ao desenvolvimento tecnológico e econômico dos Arranjos Produtivos Locais já apoiados pelo Programa com recursos do Fundo Verde-Amarelo.

Quanto às perspectivas para 2003, esperam-se os resultados quantificáveis dos projetos em andamento, uma vez que a maioria destes corresponde a de 24 meses de duração.

Além disso, o público-alvo - universidades, instituições de pesquisa, empresas, prefeituras e entidades empresariais - tem recebido benefícios das iniciativas do Programa, visando a reforçar a capacitação em CT&I das diversas regiões do País.

.....

No que se refere ao problema ou demanda da sociedade que deu origem ao Programa, tem-se que, no contexto mundial, a existência de inúmeros sistemas de produção regionalmente concentrados demonstra que a dimensão local vem assumindo uma importância crescente no processo de inovação tecnológica. A constatação de que economias externas de aglomeração elevam a competitividade das empresas e impulsionam o desenvolvimento vem se refletindo nas políticas públicas, que passaram a desenhar ações horizontais, orientadas para a promoção do desenvolvimento local e tendo como foco não a empresa individual, mas as relações entre firmas e as demais instituições situadas em um espaço geográfico delimitado. Neste contexto ganharam destaque as ações sobre Arranjos Produtivos Locais - APL. A percepção atual é de que são necessárias ações orientadas para a constituição e o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais no País visando o fortalecimento da cooperação e do aprendizado para a inovação.

Concepção

Um Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação visando ao desenvolvimento local deve articular, orientar e apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico que contribuam para aumentar a competitividade sistêmica de cadeias produtivas e empresas que atuam em segmentos da produção com forte potencial para dinamizar Arranjos Produtivos Locais, acelerando e dando sustentabilidade ao seu processo de desenvolvimento. Para tanto, deve induzir uma forte ação de organização, coordenação, planejamento, acompanhamento e avaliação, enfim, de criação e/ou melhoria de estruturas locais que contribuam para a introdução da inovação no processo produtivo.

Dentre os aspectos do Programa a serem melhorados, propõe-se que se contemple, no objetivo do Programa, a inclusão dos agentes locais, principalmente o setor empresarial, no esforço de ampliação da capacidade local e regional de geração e difusão do progresso técnico. Assim, ao considerar a dimensão territorial da produção, a proposta de atuação do Programa implicará levar em conta também o contexto social e político local. Isto permitirá uma ação mais efetiva do Governo, possibilitando o diálogo entre os diversos atores envolvidos direta e indiretamente no processo de produção e de inovação tecnológica.

Outro ponto importante é que as ações do Programa devem visar a diminuir as diferenças regionais; para tanto, elas devem ser implementadas prioritariamente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, as ações deverão estar agora centradas nos objetivos de apoio aos Arranjos Produtivos Locais, tais como: apoiar e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento de produtos e/ou processos produtivos; incorporar a tecnologia como fator de competitividade, inclusive com visão prospectiva, antecipando futuros gargalos ou vislumbrando novas oportunidades; estimular a agregação de valor em produtos locais; estimular a articulação institucional necessária ao fortalecimento do arranjo, com ênfase na gestão do processo de inovação. Devem também ser pensados novos indicadores para avaliar a efetividade das ações de apoio aos Arranjos Produtivos, diante da dificuldade de aferição do indicador atual.

A utilização dos fundos setoriais, como fontes complementares de recursos para o apoio aos Arranjos Produtivos Locais, permitiu ações que, de outra forma, não poderiam ser implementadas por causa do contingenciamento e dos cortes ao orçamento do Programa.

Quanto à estratégia de implementação, a articulação para a implementação do Programa deve ocorrer em nível das instituições locais e entre o MCT, suas agências e institutos de pesquisa. O Programa deverá atuar também como instrumento de articulação com outros ministérios, agências de desenvolvimento regional, instituições vinculadas ao setor privado, bem como com organizações não-governamentais, visando a promover ações conjuntas e estabelecer parcerias para atender às diferentes demandas identificadas nos Arranjos Produtivos Locais.

Com relação ao aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, a articulação para a implementação do Programa deve ocorrer em nível das instituições locais e entre o MCT, suas agências e institutos de pesquisa. O Programa deverá atuar também como instrumento de articulação com outros ministérios, agências de desenvolvimento regional, instituições vinculadas ao setor privado, bem como com organizações não-governamentais, visando a promover ações conjuntas e estabelecer parcerias para atender às diferentes demandas identificadas nos Arranjos Produtivos Locais.

Por fim, com relação ao papel do gerente, acredita-se que se houver uma mudança, permitindo que o gerente participe do processo decisório da aplicação dos recursos e da definição de estratégias para sua implementação, o acompanhamento das atividades será facilitado, viabilizando uma gestão mais efetiva do Programa. Ademais, deveria haver reuniões periódicas entre o gerente e os coordenadores das ações para permitir uma melhor difusão das informações.

..... **Implementação**

O fluxo financeiro do Programa foi o ponto crítico da implementação no período. Os constantes cortes ou contingenciamento dos recursos foram a principal dificuldade na gestão do Programa. Embora o aumento anual dos recursos tivesse sido previsto, a não liberação dos mesmos foi um complicador importante. Se não tivesse havido o aporte de recursos dos parceiros e do Fundo Verde-Amarelo a implementação do Programa teria ficado extremamente prejudicada. Um outro complicador é o fato de os recursos deverem ser aplicados apenas no ano fiscal correspondente, o que, no caso de projetos de desenvolvimento tecnológico com prazo de execução superior a doze meses, representa um impedimento sério, gerando restos a pagar.

No que se refere especificamente ao ano de 2002, os recursos financeiros liberados foram insuficientes, mesmo que o cumprimento das metas físicas tenha sido dentro do previsto. Ressalte-se que os recursos do orçamento, ainda que não tivessem sido contingenciados não seriam suficientes para a realização das atividades do Programa. Assim, o contingenciamento e os cortes orçamentários ao Programa teriam inviabilizado completamente a consecução dos objetivos e a realização de praticamente todas as atividades previstas, que só foram implementadas graças à utilização dos recursos do Fundo Verde-Amarelo, permitindo a operacionalização do Programa em 2002. No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, a descontinuidade sofrida pelo fluxo prejudicou a execução programada.

Com relação à capacitação oferecida para a equipe gerencial do Programa, esta poderia ter sido mais bem elaborada se tivessem sido oferecidos cursos de negociação, gestão de programas e outros, além de somente orientação para

preenchimento de formulários e relatórios. Além disso, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial tem-se mostrado insuficiente, considerando que a equipe conta com apenas três pessoas, as quais têm outras atividades no âmbito do MCT.

Quanto ao desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas, este ficou dentro do previsto, sendo que as ações realizadas na Finep e CNPq são decorrentes de decisões das diretorias dos respectivos órgãos sem nenhuma participação da gerência do Programa, o que dificulta sobremaneira a atuação do gerente.

No que se refere ao desempenho do Programa quanto à sua multissetorialidade, no caso desse Programa, que contém duas ações no Ministério da Fazenda cujos executores são o BASA e o Banco do Nordeste, a falta de informações sobre a execução das ações ocasionou sérios problemas de gestão. Essas dificuldades reforçam a necessidade de uma mudança na estrutura gerencial do Programa, permitindo que o gerente participe do processo decisório da aplicação dos recursos e da definição de estratégias para sua implementação, o que facilitará o acompanhamento das atividades e permitirá uma gestão mais efetiva do Programa.

Quanto ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas, o papel deles foi fundamental para a implementação do Programa. Se não tivesse ocorrido o contingenciamento dos recursos do orçamento, poderia ter havido uma participação ainda maior dos parceiros em contrapartida aos recursos do Programa.

Em relação às parcerias com outros programas, vale salientar que o Programa tem uma forte parceria com o Programa de Inovação para a Competitividade e com o Programa de Expansão do Conhecimento, ambos do MCT. Estas parcerias permitiram a utilização de recursos dos fundos setoriais e bolsas de fomento tecnológico nas ações desenvolvidas no âmbito deste Programa.

E, quanto à adequação da estrutura organizacional do Ministério à gestão por programas, a estrutura não está adequada à gestão por programas, uma vez que deveria haver uma participação do gerente na decisão da alocação dos recursos. Embora a prestação de contas seja feita pela unidade ordenadora de despesas, a não participação do gerente na decisão da utilização dos recursos inviabiliza o processo de gerenciamento. Além disso, o acompanhamento das atividades não conta com dotação orçamentária, o que dificulta bastante a avaliação dos resultados por parte do gerente. Sugere-se, portanto, que o gerente tome parte no planejamento das ações previstas e no acompanhamento e decisão de apoio aos projetos e propostas apresentados.

Por fim, o Programa, no quesito avaliação de satisfação dos usuários/beneficiários, não avalia a satisfação de seus usuários. Infelizmente, não são previstos recursos para o processo de acompanhamento do Programa, que deveria possibilitar, inclusive, visitas in loco para ver como estão sendo implementadas as atividades previstas. Um acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa certamente facilitaria sua avaliação e controle.

Sociedade da Informação - Internet II

Resultados Trata-se de programa finalístico, cujo objetivo é incrementar o grau de inserção do País na sociedade de informação e conhecimento globalizados.

O Programa possui quatro indicadores, para os quais foram previstos os seguintes índices para o final do PPA (2003): Valor das Aplicações do Setor Privado em P&D de Tecnologias da Informação - 750.000; Valor da Exportação de Software - 412.500; Número de Domínios Internet - 368.500; e Número de Usuários internet - 5.625.000.

O indicador Valor das Aplicações do Setor Privado em P&D de Tecnologias da Informação deverá apresentar um índice acumulado de R\$ 657,7 milhões para o período compreendido entre 2000 e 2002, próximo, portanto, ao valor previsto para ser alcançado no final do PPA. A estimativa de alcance do índice final é considerada, portanto, alta.

O montante de R\$ 657,7 milhões se distribuiu da seguinte forma: em 2001, R\$ 377,7 milhões foram aplicados pelas empresas beneficiárias dos incentivos fiscais correspondentes à Lei nº 8.248, de 1991; para 2002, as projeções mostraram-se, inicialmente, bastante significativas, dado o início da fruição dos incentivos fiscais instituídos pela nova Lei de Informática, por parte das empresas de Tecnologias da Informação. Previu-se que essas empresas investiriam, em 2002, cerca de R\$ 670 milhões em pesquisa e desenvolvimento. Entretanto, a projeção para investimentos em P&D, em 2002, passou para R\$ 280 milhões em decorrência do fraco desempenho do setor de telecomunicações, que está passando por um processo recessivo mundial.

O indicador Número de Domínios Internet já teve seu índice final superado, tendo sido registrados, até meados de outubro de 2002, 435.223 domínios (Fonte: <http://registro.br/estatísticas.html>).

Também o índice do indicador Número de Usuários Internet foi superado, tendo em vista que a projeção para o final do PPA, de 5.625.000 usuários, já foi ultrapassada, pois, estima-se que o número de cidadãos com acesso à internet em residência já esteja em torno de 14 milhões (Fonte: <http://www.ibope.com.br>).

Assim, no que se refere ao ano de 2002, a variação dos índices dos indicadores, que puderam ser apurados, ficaram dentro do esperado.

Vale ressaltar que os índices dos indicadores, pela natureza do Programa, são susceptíveis a outras influências, alheias à implementação do mesmo. Entretanto, o Programa contribui para a elevação desses índices, visto que o MCT, por meio de suas agências CNPq e Finep, exerce importante papel de articulação e mobilização institucional direcionada ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

O Programa Sociedade da Informação - Internet II considera a rede acadêmica brasileira como um de seus componentes básicos, responsável pela infra-estrutura de rede avançada para pesquisa e desenvolvimento. Os clientes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP são formados por 369 instituições assim distribuídas: 242 de ensino superior, 68 institutos de pesquisa, seis agências governamentais ligadas à C&T e educação, 53 escolas de ensino médio ou técnico. As necessidades de conhecimento específico e comunicação avançada desses clientes são críticas para o sucesso

Gerente:

André Amaral de Araújo

de suas missões institucionais. Para atendê-los, é necessário planejar, construir e manter uma rede avançada, rica em aplicações e serviços, caracterizada por alta velocidade e continuidade de conexão; baixa taxa de erros; qualidade de serviço (reconhecimento automático de aplicações interativas para provisionamento de recursos de rede).

A pesquisa, atualmente, não é uma atividade que possa ser confinada a um grupo, organização ou País. As redes se tornaram ferramentas essenciais para a inserção dos países nesta colaboração internacional. No Brasil, o valor estratégico de uma rede acadêmica, como a RNP, presente em todos os Estados da Federação, é o fator de inclusão e participação que cria as oportunidades semelhantes para universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Também habilita a utilização pioneira de novas tecnologias e aplicações - voz, vídeo, dados, diretórios de recursos e pessoas, acessos a redes internacionais, que não seriam disponibilizadas em redes comerciais.

No período 2000-2002, foram estabelecidas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa importantes conexões internacionais. Um enlace de 155 Mbps liga o Rio de Janeiro à rede da Cable & Wireless em Nova Iorque, por meio do cabo submarino Américas II. Este enlace, inaugurado em fevereiro de 2001, garante qualidade e rapidez ao fluxo de dados internacionais do RNP2 e também é usado para conexão ao backbone Abilene, do projeto Internet II. Outra conexão, de 45 Mbps, liga o PoP da RNP no Rio de Janeiro ao PoP da Universidade Internacional da Flórida, nos Estados Unidos, e é usada exclusivamente para tráfego Internet II, concluindo, assim, a implantação do RNP2. Um terceiro link, o primeiro entre a América Latina e a Europa, foi estabelecido com a rede acadêmica portuguesa RCTS, permitindo a conexão direta do Brasil ao backbone pan-europeu Geant.

Por meio desta rede nacional, ou *backbone*, chamada RNP2, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. O principal serviço oferecido pelo RNP2 é o de conectividade internet tradicional para as instituições de ensino superior e pesquisa brasileiras, que inclui trânsito *Internet Protocol* - IP para todas as redes estaduais acadêmicas e comerciais no Brasil, mediante acordos de *peering*, trânsito internacional para *commodity* internet, bem como para Abilene/Internet II e demais redes acadêmicas que aceitam por ela transitar. As aplicações disponíveis vão desde o uso regular de serviços de comunicação e colaboração (correio eletrônico, acesso à base de dados, grupos de discussão, transferência de arquivos, www etc.) até o suporte às aplicações de colaboração estendida, como processamento de alto desempenho (os centros nacionais de processamento de alto desempenho estão ligados à rede), difusão de vídeo *streaming* e vídeo conferência, principalmente aplicados à educação.

Algumas iniciativas ocorridas no período 2000-2002 também podem ser consideradas como fatores de êxito, pois estabelecem bases mais sólidas para alavancar o Programa. São elas:

- a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, que se consolidou por meio de um novo modelo organizacional que culminou, em janeiro de 2002, com a assinatura do Decreto nº 4.007, que dá à RNP qualificação de Organização Social. O Contrato de Gestão firmado com o MCT contempla um conjunto de obrigações a serem cumpridas pelas partes, para o fomento de ações e projetos em redes que atendam às necessidades dos usuários de serviços e aplicações de rede em ensino superior e pesquisa que promovam o desenvolvimento tecnológico de redes no País;

- a criação, em 2001, e regulamentação, em 2002, do Fundo Setorial para Tecnologia da Informação - CTInfo, cujos recursos oriundos da aplicação da nova Lei de Informática, são destinados exclusivamente à promoção de projetos estratégicos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação; e
- a criação, em 2001, e instalação, em 2002, do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, para executar as atividades relacionadas à gestão do CTInfo. As atribuições do Comitê englobam desde a definição de critérios para credenciamento de instituições de ensino, pesquisa e incubadoras, até a proposta de diretrizes e avaliação dos projetos desenvolvidos com recursos do Fundo.

Dos resultados obtidos, especificamente no ano de 2002, destacam-se os seguintes:

- Atualização da capacidade da rede (banda): a infra-estrutura nacional de colaboração e comunicação para suporte ao ensino superior e pesquisa foi atualizada, durante 2002, resultando no crescimento de 70 Mbps da capacidade da rede. Isto fez com que a banda total disponível em dez/2002, 320 Mbps, seja superior ao dobro da capacidade instalada no início desta ação em 2000 (150 Mbps).
- Implementação de projetos de colaboração técnico-científica e projetos de inovação em redes avançadas: foram celebrados convênios de cooperação técnica com as 27 instituições que sediam os pontos-de-presença - PoP da rede, que permitiram a formalização de vínculos de parceria e trabalho conjunto na operação, manutenção e desenvolvimento da rede acadêmica brasileira. Foram constituídos, também, cinco Grupos de Trabalho por meio da seleção de grupos de pesquisa conceituados para realização de projetos-piloto de novas aplicações para a RNP nas áreas de transmissão de voz pela rede, armazenamento e distribuição de vídeo digital, hierarquia de diretórios, capacitação no uso de vídeo-conferência e qualidade de serviço - QoS IP. O Projeto Giga, rede experimental óptica (testbed) para pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços de telecomunicações e internet, foi elaborado e discutido, em conjunto com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD, aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel e, posteriormente, contratado junto à Finep. O Projeto Giga se insere na Iniciativa Óptica Nacional da RNP, que busca implantar uma infra-estrutura óptica nacional por meio de projetos regionais de redes experimentais. A RNP, em conjunto com o CPqD, será responsável pela coordenação executiva e pela implantação e operação da rede.
- Operacionalização do Fundo Setorial para Tecnologia da Informação - CTInfo: no âmbito das ações relativas ao CTInfo, em 2002 foram lançados editais atendendo a uma gama diferenciada de atores dos setores de Tecnologia da Informação. Os projetos selecionados estão sendo apoiados, viabilizando a transferência do conhecimento gerado nas universidades e instituições de pesquisa para o mercado, seja por meio do estímulo à criação de novas empresas de base tecnológica, seja pela transferência de tecnologia.

No que se refere aos resultados esperados para 2003, destacam-se os seguintes:

- Atualização de capacidades e manutenção da qualidade da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, para suas organizações usuárias, por meio da alteração da arquitetura e tecnologia da rede nacional. As novas aplicações demandam capacidades e funcionalidades que implicam a transformação no núcleo da rede para suporte ao tráfego de centenas de Megabits/Seg a Gigabits/Seg.

- Aquisição e implantação dos equipamentos para PoPs, em substituição àqueles que se tornaram obsoletos nos últimos dois anos; finalizar a implantação da rede experimental Giga; e contratar os projetos de pesquisa multiinstitucionais envolvendo empresas, universidades e centros de pesquisa nas áreas de novos protocolos e serviços internet, de aplicações científicas em saúde, educação, física, biotecnologia, clima e tempo, computação (grids), entre outros; implantação de novas aplicações avançadas na RNP como resultados dos projetos-piloto dos Grupos de Trabalho em 2003, em especial o uso de interatividade por voz e vídeo.
- Dar continuidade à promoção de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação junto às empresas e universidades; desenvolvimento de protótipos de aplicações estratégicas e formação de profissionais em todos os aspectos das tecnologias da informação e comunicação.

Em se tratando da proposta orçamentária para 2003, prevê-se maior aporte de recursos do Ministério da Educação na ação interministerial que sustenta os serviços de telecomunicações da rede, que tem tido seus custos elevados devido às novas instituições conectadas. Ainda no âmbito da RNP, propõe-se, para 2003, a alteração de projeto para atividade na ação de operação e desenvolvimento da rede, garantindo maior estabilidade de recursos para o Contrato de Gestão da RNP-OS. Também na Proposta Orçamentária de 2003, está prevista a inclusão de mais uma ação, que dará maior sustentação e foco ao acompanhamento e fiscalização das atividades de P&D das empresas do setor de informática beneficiadas pelos incentivos previstos na legislação, de acordo com os objetivos da política nacional para o setor.

.....
A revolução da informação e da comunicação redesenhou o mapa econômico mundial e trouxe mudanças profundas na forma de produção e nas relações sociais. Para todos os países, um desafio que se apresenta é o de construir, no menor espaço de tempo, as bases para uma adequada inserção na nova sociedade da informação. Nesse sentido, razões estratégicas motivaram o Programa, a saber: **Concepção**

- o papel central das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC na viabilização de competitividade econômica do País, por meio não somente da criação de novos produtos e serviços, mas especialmente da renovação das estruturas tradicionais de produção e comercialização de bens e serviços;
- a necessidade de uma infra-estrutura avançada de redes e de computação para suporte a todas as atividades no País, perpassando desde Educação e Pesquisa até Comércio de Bens e Serviços, e destacando o oferecimento de Serviços Públicos eficientes; e
- finalmente, uma razão básica que originou a concepção do Programa foi a detecção de sinais de esgotamento a curto prazo da evolução da primeira onda da internet brasileira.

Quanto às causas do problema/demanda acima apontadas (e as ações adotadas para seu enfrentamento), podem-se destacar as seguintes:

- Necessidade de uma infra-estrutura avançada de redes e de computação para suporte a todas as atividades no País, perpassando desde Educação e Pesquisa até Comércio de Bens e Serviços, e destacando o oferecimento de Serviços Públicos eficientes. Para tratar dessa necessidade, tem-se

investido na oferta de serviços de rede Internet II com qualidade para todas as instituições de ensino e pesquisa do País, inclusive com o desenvolvimento de aplicações inovadoras em redes avançadas como educação a distância, teleconferência, vídeo digital (telemedicina e TV) e outras.

- Para enfrentar a exclusão digital, deverão ser promovidas ações direcionadas a universalização de serviços para a cidadania. Nesse sentido, o Programa participa do FUST - Bibliotecas, parceria do MCT, Ministério da Cultura e Ministério das Comunicações que, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, visa conectar à internet todas as bibliotecas públicas do País (federais, estaduais e municipais), bibliotecas do Terceiro Setor e centros culturais. No âmbito dessa iniciativa, foi elaborado e disponibilizado no site do Programa um banco de dados cadastrais, contendo dados dessas bibliotecas.
- Identificação de tecnologias estratégicas para o desenvolvimento industrial e econômico, P&D, tecnologias-chave e aplicações. Como ação de enfrentamento, tem-se buscado a promoção de projetos de pesquisa e desenvolvimento junto a empresas e universidades, desenvolvimento de protótipos de aplicações estratégicas e formação de profissionais em todos os aspectos das tecnologias da informação e comunicação.

Quanto aos aspectos do Programa a serem melhorados, pode-se citar a adequação dos indicadores. Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela sua dinâmica, são comuns alterações de cenário, decorrentes da troca ou incorporação de novos paradigmas. Por isso, alguns indicadores do Programa se tornaram vulneráveis ou obsoletos, havendo necessidade de adequações. Dada a sua abrangência e dinâmica, o Programa deve estar em constante processo de aperfeiçoamento em todos os aspectos. A articulação com outras unidades do Ministério (CNPq, Finep, IBICT, CenPra e RNP) deve ser intensificada.

São exemplos de estratégias bem-sucedidas de implementação do Programa: a criação de organismo de deliberação com representatividade de setores da sociedade, como o Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI; a criação do Fundo de Informática - CTInfo; e a qualificação da RNP como Organização Social.

A ação multissetorial do Programa, implementada em parceria com o Ministério da Educação, está sendo executada sem problemas de ordem de articulação e/ou coordenação. Entretanto, há a necessidade de se promover, de forma contínua, o incremento dessas relações.

..... **Implementação**

As fontes de financiamento previstas no PPA para o período 2000-2003 envolvem recursos para o Programa em torno de R\$ 3,4 bilhões. Entretanto, as fontes cujos recursos advêm do setor privado (provenientes da aplicação da Lei de Informática) não foram totalmente efetivadas. Isso ocorreu porque, embora o novo modelo de financiamento tenha propiciado a ampliação das fontes de financiamento para aplicação em TICs, as ações do Fundo de Informática só foram implementadas em 2002. Ademais, os seguidos contingenciamentos ocorridos em 2002 prejudicaram a execução plena das ações, o que irá refletir no alcance das metas físicas no exercício.

Os recursos financeiros liberados em 2002 foram, assim, insuficientes, ainda que o cumprimento das metas físicas tenha ficado dentro do previsto e que algumas ações tenham tido sua meta até mesmo superada. Isto se justifica, em se tratando da ação executada pelo Centro de Pesquisa Renato Archer - CenPra,

pela demanda por parte das empresas, maior que a prevista; no caso, a análise de conformidade de Emissores de Cupom Fiscal - ECF para o Ministério da Fazenda, via convênio. Quanto às ações do Fundo Setorial de Informática, a superação de metas deveu-se ao apoio à maior quantidade de projetos e com menor duração e, ainda, à concessão de maior número de bolsas. Entretanto, os seguidos contingenciamentos prejudicaram sensivelmente a execução das metas físicas das ações relativas a Processamento de Alto Desempenho - PAD.

No que se refere à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, em função de se tratar aqui de programa estratégico.

O MCT tem parceria com o Ministério da Educação na ação que envolve o pagamento dos serviços de telecomunicações responsável pela conectividade da RNP. O Ministério da Educação repassa os recursos ao MCT, que executa esses pagamentos. Existe bom relacionamento e integração entre ambos, tendo o Ministério da Educação assento de membro no Conselho de Administração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Adicionalmente, o Comitê Gestor RNP - CG-RNP, é formado por três representantes do MCT e três representantes do Ministério da Educação e são submetidos à sua aprovação, em sua primeira reunião anual, tanto o plano de trabalho quanto o orçamento para as ações planejadas pela OS RNP.

Considerando a execução das ações nas unidades e agências do MCT, o Programa dispõe para acompanhamento, do Sistema de Informações Gerenciais - SIG/MCT.

Embora haja carência no número de recursos humanos envolvidos na gerência do Programa, houve participação em treinamentos ofertados pela ENAP durante a execução do Programa. Ressalte-se, entretanto, que é significativa a necessidade de ampliação da equipe gerencial do Programa.

O mesmo ocorre com as equipes locais. De forma geral, as instituições IFES e UPs que sediam a operação de PoPs não possuem técnicos em quantidade suficiente para atendimento eficiente da ação, principalmente pela forte demanda do mercado privado por profissionais qualificados em tecnologia da informação e redes. A formação de profissionais qualificados e a criação de mecanismos de fixação nas universidades federais e unidades de pesquisa que sediam PoPs são fundamentais para sustentação desta ação. A partir do contrato de gestão, a RNP passou a colaborar para a diminuição do impacto deste problema por meio da formalização de convênios de cooperação técnica com os PoPs. A capacitação das equipes se deu com a participação em eventos nacionais e internacionais e outras ações voltadas para o conhecimento interno sobre frentes avançadas na tecnologia de redes, entre elas as voltadas para o aumento da segurança, para a qualidade de atendimento às aplicações e para os serviços de infra-estrutura da rede.

No que se refere ainda à capacitação, vale salientar que é preciso investir em capacitação de talentos humanos para planejamento, implantação e gerência de serviços de rede de alta capacidade, pois a disponibilidade de profissionais e pesquisadores para o desenvolvimento desta ação é reduzida.

No contexto da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, algumas frentes estão em curso para atuação conjunta. A primeira diz respeito ao Programa de Excelência de PoPs, na qual, por meio de plano de trabalho combinado entre a instituição abrigo e a RNP, se desenvolverão projetos colaborativos em redes voltados para o uso inovador. A segunda parceria é com instituições de pesquisa,

universidades e fundações de apoio visando à formação de Grupos de Trabalho - GT. Os GTs são mecanismos valiosos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa tecnológica colaborativos em redes, que permitam a execução de protótipos de novos serviços e aplicações, para posterior incorporação à rede de produção.

Com a Comissão Europeia foi iniciado projeto de interligação de redes acadêmicas da América Latina, em conjunto com quatorze países da região. Este projeto resultará, em 2003, na formação de uma infra-estrutura latino-americana de redes e sua interligação à Europa, permitindo a colaboração sem precedentes intra-regional e inter-regional em várias áreas do conhecimento. Apesar de depender de recursos de contrapartida, existe grande possibilidade de início de operação desta rede em julho de 2003.

Cabe destacar a parceria para obtenção do financiamento do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep. Trata-se aí de parceria entre RNP e Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD para a criação de uma rede experimental - Rede Giga que se constituirá em um testbed óptico de transmissão em velocidades de dezenas de gigabits/seg. Esta rede será a primeira a oferecer um laboratório para P&D e avaliação de novos produtos e serviços de telecomunicações no Brasil e se constituirá no projeto inicial de uma ação da RNP para promover a implantação de redes multigigabit no País, chamada Iniciativa Óptica Nacional - ION.

Quanto aos principais parceiros do Programa, destacam-se os seguintes:

- Universidades e Centros de Pesquisa: a importância dessa parceria diz respeito ao desenvolvimento conjunto de aplicações-piloto que permitirão enriquecer a Rede de Ensino e Pesquisa com o uso de aplicações inovadoras em redes avançadas.
- Centro de Pesquisa de Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD: essa parceria dará início à promoção, por parte da RNP, da implantação de redes multigigabit no País.
- Programa *Alliance for Information Society* - @LIS: a interligação de redes acadêmicas na América Latina com a Europa é uma iniciativa do Programa *Alliance for Information Society* da União Europeia/EuropeAID. A fase de planejamento deverá terminar em março de 2003, quando então será solicitado o aval do Governo brasileiro para participação da RNP no projeto.

Além das parcerias acima, inúmeras outras são desejáveis para ampliar o acesso da população a novas tecnologias de informação e comunicação, promover a inclusão digital, promover o comércio eletrônico e aumentar a transparência nas ações governamentais, como exemplos: parceria com o Programa Comércio Eletrônico do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o Projeto ComUnidade Brasil, com o Programa Município Moderno, entre outras.

O desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas ocorreu dentro da normalidade, com fluxo regular de informação, sendo as dificuldades decorrentes de restrições orçamentárias/financeiras. As ações são executadas nas Unidades de Pesquisa do MCT (RNP-OS, IBICT e CenPra) e nas agências, CNPq e Finep.

No que diz respeito à estrutura organizacional do Ministério, a mesma está em fase de adequação à gestão por programas. Há um esforço nesse sentido, em que a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação coordena as ações de acompanhamento de todos os programas do MCT.

Com o objetivo de expor as metas e diretrizes do Programa, propostas na publicação "Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde", e colher subsídios junto à população dos diversos Estados brasileiros sobre os rumos do Programa, 4.800 pessoas participaram das consultas públicas do Livro Verde em todo o País, entre outubro de 2000 e março de 2001. Uma equipe de doze palestrantes realizou 41 eventos em 34 cidades. Desses eventos, participaram técnicos e representantes das áreas acadêmica, governamental, empresarial e do terceiro setor. Os principais assuntos discutidos foram comércio eletrônico, bibliotecas digitais, universalização do acesso, alfabetização e exclusão digital, educação a distância, governo eletrônico, infra-estrutura de redes e formas de participação no Programa.

Como mecanismo permanente e institucionalizado de participação da sociedade no Programa, pode-se citar a atuação do Comitê da Área de Tecnologia da Informação, cujas atividades estão relacionadas à gestão dos recursos destinados a atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação e que tem como membros representantes de diferentes segmentos da sociedade, tais como: Governo, instituições de fomento à pesquisa e inovação, comunidade científica e setor empresarial.

A avaliação existente da satisfação do público-alvo é voltada para as organizações usuárias do *backbone* RNP2. Anualmente, é realizada uma pesquisa de satisfação junto aos Pontos de Presença por meio de lista de discussão. Outros canais de comunicação são os *workshops*, reuniões técnicas e seminários, nos quais sempre se reserva espaço para ouvir reclamações e sugestões e, principalmente, para discutir os projetos de pesquisa e as políticas de uso da rede.

Brasil Patrimônio Cultural
Cinema, Som e Vídeo
Cultura Afro-Brasileira
Gestão da Política de Cultura
Livro Aberto
Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico
Museu Memória e Futuro
Música e Artes Cênicas
Produção e Difusão Cultural

Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural

Resultados

O Programa objetiva conservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro, entretanto, sua execução sofreu os prejuízos decorrentes do contingenciamento ocorrido no presente exercício, obrigando o Ministério da Cultura a alterar o comportamento de anos anteriores, quando absorvia os cortes nos recursos programados, não os repassando para as vinculadas.

Em 2002, foram estabelecidos limites orçamentários que permitiram pagar os compromissos e serviços de manutenção, de funcionamento da máquina administrativa e algumas atividades relativas à missão institucional, principalmente na fiscalização e inspeção técnica junto aos bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico. Não houve, portanto, possibilidade de atender às diversas demandas provenientes das comunidades vinculadas aos sítios históricos e demais áreas tombadas, com impactos negativos junto a esse público-alvo. A avaliação do primeiro ano de execução do Programa permitiu verificar que existiam ações superpostas que não justificavam esforço técnico de implementação pela similaridade com outras. Após revisão criteriosa, alcançou-se um programa mais enxuto, tornando-o mais eficaz e eficiente na gestão de suas ações, suficientes para a preservação, a contento, do patrimônio cultural brasileiro.

Os indicadores do Programa são conceitualmente adequados para quantificar a preservação dos bens imóveis e acervos culturais protegidos. Entretanto, continuam os problemas observados na avaliação de 2001 quanto à sua aplicação prática, exigindo adequação das informações disponíveis e adaptação de metodologia de coleta e armazenamento dos dados primários. Avanços foram realizados no exercício, não se conseguindo, entretanto, atingir o estágio de aplicação esperado.

Em decorrência do corte de recursos, em 2002, o Programa não obteve resultados expressivos na preservação do patrimônio cultural. Alguns bens tiveram sua conservação realizada dentro das possibilidades orçamentárias. Contudo, o contingenciamento orçamentário que se verificou no âmbito da administração federal atingiu drasticamente as ações finalísticas. O Ministério da Cultura fez um destaque para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan descentralizasse recurso para Goiás a fim de fazer frente ao sinistro que destruiu pelo fogo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis. Houve, ainda, uma determinação do Ministro da Cultura, por meio de portaria, para que os recursos liberados somente sejam alocados no Programa Apoio Administrativo - infra-estrutura. Dessa forma, o Programa ficou prejudicado no desenvolvimento das suas ações finalísticas. Apenas a atividade de Rotina, Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos foi realizada. A expectativa é que todas as metas previstas no PPA para o exercício de 2003 sejam cumpridas, desde que não haja corte e contingenciamento de recursos.

Num segundo plano de análise, observa-se que a amplitude das finalidades do Programa são extremamente longas, especialmente quando se verifica os diferentes tipos de patrimônio cultural, material e imaterial, incluídos nessas responsabilidades: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Gerente:

Carlos Henrique Heck

Assim, considerando-se a abrangência nacional desse patrimônio cultural, é importante ressaltar que os limites orçamentários definidos pela Lei Orçamentária Federal, nos últimos anos, além de indicar progressivas reduções, não são compatíveis com a realidade das demandas existentes no País.

Concepção

O Programa **Brasil Patrimônio Cultural**, conforme estabelecido no PPA 2000-2003, tem sua origem na missão do Iphan, desde sua criação, em 1937, de preservar o patrimônio cultural e que permeou os programas conexos previstos em orçamentos anteriores à Constituição e os planos plurianuais inscritos na Carta Magna de 1988.

O PPA 1995-1999 criou condições para a vigência de uma Gestão Pública Empreendedora focada em resultados e estabeleceu uma série de ações e metas para execução pelo Iphan. Estas serviram de base para a elaboração das ações do Programa no PPA 2000-2003 perfeitamente adequadas ao objetivo.

Entretanto, há problemas que ainda não foram sanados e que se referem ao dimensionamento do público-alvo, e indicadores de resultado que, também, não possibilitam avaliar os impactos causados pela intervenção promovida pelo Programa.

Implementação

Há inexistência de sistema *on-line* para troca de informações e alimentação direta, da execução físico-financeira. As informações chegam ao gerente de modo incompleto e, apesar das solicitações, muitas vezes deixam de ser enviadas em decorrência da mudança constante de responsáveis nos órgãos que integram o Programa.

O Programa, nos dois primeiros anos do PPA, 2000 e 2001, teve padrão de execução financeira satisfatório. A estabilidade econômica permitiu que os projetos fossem implementados ao longo dos exercícios sem alterações dos preços dos materiais e dos serviços contratados. Os contingenciamentos orçamentários foram totalmente absorvidos pelo Ministério da Cultura, no caso das vinculadas com ações referentes ao Programa, não havendo impactos sobre a execução das metas programadas. Entretanto, por lidar com um tipo de bem cultural que sofre as incertezas do clima, há sempre as ocorrências consideradas emergenciais, para serem atendidas, exigindo recursos orçamentários extras.

Em termos multissetoriais, o desempenho do Programa foi positivo apesar de sua magnitude. A grande dificuldade gerencial está relacionada com o monitoramento mais eficiente das ações executadas pelos diversos órgãos e ministérios envolvidos. Falta um sistema que permita maior interação e sinergia entre o gerente e os responsáveis pela execução e acompanhamento das ações distribuídas pelos diversos setores. As informações são repassadas de maneira burocrática, sem atingir o objetivo do Programa de avaliar instantaneamente a eficácia da execução e fazer os remanejamentos caso sejam necessários.

É necessário desenvolver um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar eficiente e eficaz a gestão do Programa no tocante à execução física.

Os cursos, seminários e *workshops* realizados pela ENAP foram importantes para o desempenho da equipe gerencial. Entretanto, não há um indicador passível de medir os avanços no aperfeiçoamento da gestão dos responsáveis pelas ações nos diversos órgãos. O problema, portanto, não é a capacitação que possui nível de excelência, mas dos instrumentos de monitoramento.

O Programa é executado de forma direta, pela própria natureza das intervenções, por se tratar de preservar bens móveis e imóveis tombados pela União. As intervenções, portanto, têm um caráter reativo devido à grande quantidade de bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico a serem protegidos e conservados. As ações de preservação desse patrimônio ainda não foram descobertas, com raras exceções, como fator de dinamização econômica dos sítios históricos tombados, nacional e internacionalmente. Entretanto, houve uma parceria importante para a realização do Guia Brasileiro de Sinalização Turística com a Embratur e o Denatran, lançado em dezembro de 2001.

Não há parcerias formais ou informais com outros programas do PPA.

Audiências públicas são realizadas, quando há demanda por parte de cidades históricas para transformá-las em Patrimônio da Humanidade.

O Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade mobiliza pessoas físicas e jurídicas que lutam pela preservação do patrimônio cultural na disputa das categorias em que se divide o prêmio.

Os custos para a implementação de métodos científicos de avaliação da satisfação do público com o trabalho das instituições participantes do Programa são de grande monta. Medir o resultado dessas ações junto ao público exige que o universo entrevistado seja considerável para dar maior grau de confiabilidade à pesquisa. E não há disponibilidade de recursos para tal fim.

Em 2002, o Programa sofreu os prejuízos decorrentes do contingenciamento ocorrido, obrigando o Ministério da Cultura a alterar o comportamento de anos anteriores, quando absorvia os cortes nos recursos programados, não os repassando para as vinculadas. Em 2002, foram estabelecidos limites orçamentários que permitiam pagar os compromissos e serviços alusivos à manutenção e funcionamento da máquina administrativa e algumas atividades relativas à missão institucional, principalmente no pagamento de passagens e diárias para não haver interrupção na continuidade da fiscalização e da inspeção técnica junto aos bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico. Não houve, portanto, possibilidade de atender às diversas demandas provenientes das comunidades vinculadas aos sítios históricos e demais áreas tombadas, com impactos negativos junto a este público-alvo.

Cinema, Som e Vídeo

Resultados

As ações da Secretaria do Audiovisual foram redimensionadas em função das Medidas Provisórias nº 2.219 e 2.228, ambas de setembro de 2001, que criaram a Agência Nacional do Cinema - Ancine. Em decorrência dessa reestruturação de suas funções, a Secretaria do Audiovisual passou a concentrar as suas ações no atendimento do público-alvo representado pela sociedade em geral (por meio de programas e ações relacionados com a formação de público para o audiovisual brasileiro, como a TV Cultura & Arte e o projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, por exemplo) e no estímulo ao surgimento e aperfeiçoamento de novos talentos (com o apoio à realização de concursos públicos voltados para a descoberta de novos cineastas e para a concessão de bolsas de estudos). Com o novo desenho institucional, tais ações do Programa tornaram-se mais diretamente ligadas à vertente propriamente cultural da atividade audiovisual.

Para atendimento dessas tarefas, a dotação orçamentária para o ano de 2002 foi mantida no mesmo patamar do ano anterior (R\$ 15.537.710,00 em 2001 e R\$ 15.108.901,00 em 2002). No entanto, com o contingenciamento de R\$ 9.754.717,00 as ações previstas para este ano foram prejudicadas.

Alguns exemplos podem ser indicados:

- Não foram realizados concursos públicos para a premiação de longas, médias e curtas metragens e de telefilmes. Tal ação é atividade prioritária da Secretaria do Audiovisual, em face do processo de reestruturação de funções a que ela se submeteu em 2001. Em 2002, foram repassados apenas os recursos necessários à complementação de etapas específicas dos concursos realizados no ano anterior.
- O aumento da visibilidade do cinema brasileiro no exterior teve solução de continuidade.
- O incremento da visibilidade do cinema nacional no País ficou comprometido, já que vários festivais nacionais deixaram de ser apoiados.

Em 2003, espera-se que este cenário possa mudar, de forma a incorporar novas metas e novos resultados, incluindo: maior diversificação de parceiros (com a participação de Estados, municípios, igrejas e sindicatos); ampliação do escopo de atendimento do público-alvo (incluindo populações carentes, bem como de cidades de pequeno e médio portes); e incremento do processo de desconcentração geográfica (de forma a diminuir a preponderância do eixo Rio-São Paulo).

Concepção

Para acompanhar a dinâmica das mudanças operadas no setor audiovisual do País, foi necessário definir um indicador que pudesse explicitar, com eficiência e transparência, o ritmo e a extensão deste processo.

Para o atendimento desta meta, o Programa **Cinema, Som e Vídeo** passou a atender às novas demandas do mercado, dos produtores e da sociedade brasileira em geral, concentrando os seus esforços no atendimento de quatro dimensões estratégicas: dar continuidade e ampliação do apoio à produção e comercialização do audiovisual brasileiro por meio de concursos públicos; ampliar o espaço de difusão do produto cinematográfico brasileiro no País e no exterior; incrementar o processo de formação de público para o produto audiovisual nacional; e estimular a formação profissional para o atendimento da

Gerente:

José Álvaro Moisés

diversidade da demanda atual para o desenvolvimento do setor. Para tanto, várias ações foram identificadas, incluindo: Fomento a Projetos Culturais na Área de Audiovisual; Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais no País e no Exterior; Concessão de Bolsa na Área de Audiovisual; e Apoio ao Canal Cultura & Arte.

A origem desta mudança pode ser buscada na falta de uma visão mais sistêmica do desenvolvimento da cadeia produtiva do audiovisual no País. As oscilações no âmbito da captação indicavam a necessidade de uma participação mais ativa do Estado na busca da maturidade do setor. Tal necessidade foi identificada pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura por meio de um diagnóstico, realizado em meados do ano 2000, bem como à avaliação da própria comunidade cinematográfica. Em função disso, o Governo Federal criou o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - GEDIC e a Ancine. Com as mudanças, a Ancine passou a ter a responsabilidade de reconfigurar a matriz organizacional da indústria cinematográfica e a Secretaria do Audiovisual ficou responsável pela atuação mais intensa na difusão e no fortalecimento da vertente cultural do audiovisual brasileiro.

O novo modelo de relacionamento entre o setor público e o setor privado, entre o Estado e o mercado, parte, portanto, da idéia de que a cultura é um bem público, um valor da sociedade moderna e uma arena privilegiada para a afirmação e preservação da identidade nacional. A nova ênfase está voltada para a valorização e o incremento do conteúdo brasileiro nos meios de comunicação de massa, na valorização do cinema como um meio privilegiado de expressão, no estímulo à qualidade, criatividade, experimentação e na renovação de linguagens dos produtos audiovisuais.

Para se entender o alcance e a profundidade das modificações promovidas no âmbito do audiovisual brasileiro, há que se identificar alguns elementos que contribuem para parametrizar a articulação entre o Programa e o setor do audiovisual. São eles:

- Adequação do objetivo ao problema: com a reconfiguração da matriz organizacional do audiovisual brasileiro, a divisão de tarefas entre a Secretaria do Audiovisual e a Ancine tornou-se mais clara. O objetivo do Programa é contribuir para fortalecer a vertente propriamente cultural do audiovisual brasileiro, por meio do fomento da produção de qualidade; identificação de novos talentos e apoio à produção de curtas, médias e longas metragens, autorais e experimentais, de importâncias artísticas e culturais, cuja existência não pode ser assegurada pela dinâmica do mercado; além do estímulo ao processo de qualificação do profissional e do produto audiovisual nacional.
- Caracterização do público-alvo: o público-alvo do Programa é composto pela sociedade brasileira (em geral) e cineastas (em particular), já que o Programa está comprometido com a melhoria da qualidade do produtor e do produto audiovisual brasileiro.
- Dimensionamento do público-alvo: o público-alvo do Programa é composto por toda a sociedade brasileira (em geral) e pelo setor cinematográfico e audiovisual nacional (especificamente).
- Espectro de regionalização: a abrangência do Programa é nacional.
- Pertinência das ações: as ações do Programa são pertinentes, já que elas estão dirigidas para o fomento a projetos culturais na área de audiovisual, promoção e intercâmbio de eventos audiovisuais no País e no exterior e

concessão de bolsa na área de audiovisual. As ações são, basicamente, concebidas para formação de público e difusão do produto audiovisual brasileiro.

- Suficiência das ações: outras ações, mais especificamente relacionadas com a difusão e a preservação de acervos audiovisuais, podem ser incorporadas ao fomento de projetos audiovisuais na área de audiovisual.
- Suficiência de metas físicas: as metas físicas do Programa foram compatibilizadas com a série histórica, mas precisam ser redimensionadas.
- Adequação dos indicadores: o indicador representado pelo alcance do percentual de 20% do mercado nacional pelo produto audiovisual brasileiro foi modificado em 2002, passando a acompanhar a taxa de lançamentos de filmes brasileiros em relação a filmes estrangeiros.
- Matriz de fontes de financiamento: o Programa possui as seguintes fontes de financiamento: fomento a projetos culturais na área de audiovisual (administração direta e (FNC); concessão de bolsa na área de audiovisual (FNC); apoio ao Canal Cultura e Arte (FNC); e promoção e intercâmbio de eventos audiovisuais no País e no exterior (FNC).

Para compreender as ações implantadas no PPA e, ao mesmo tempo, dimensioná-las, há que se fazer referência aos projetos desenvolvidos, em retrospectiva histórica. Tais projetos tiveram um papel relevante no impacto social do Programa. Foram eles:

- Concursos públicos: os concursos públicos dirigidos para a premiação de roteiros de longa metragem, a produção de curta e de média metragens e a produção de longa-metragens de baixo orçamento e de telefilmes foram redimensionados, passando a ser prioridade da Secretaria do Audiovisual. Embora não tenham sido realizados em 2002, face ao contingenciamento do orçamento, os concursos públicos realizados contribuíram para a valorização do cinema como um meio privilegiado de expressão a partir do estímulo à qualidade, criatividade, experimentação e renovação de linguagens dos produtos audiovisuais.
- TV Cultura e Arte: este canal foi implantado com base no pressuposto de que a cultura é um poderoso componente do processo de formação de identidades e da auto-estima dos povos. O seu compromisso era com a difusão da "cultura brasileira para os brasileiros", com ênfase na transmissão de programação de qualidade, capaz de refletir e difundir a riqueza e a diversidade cultural do País. A partir de 30 de abril de 2001, quando foi criada, a TV Cultura e Arte passou a veicular diversas formas de expressões artísticas e culturais do povo brasileiro, chegando a alcançar dezessete estados brasileiros, sendo divulgados pela TV Cultura de São Paulo e por várias operadoras brasileiras. O sinal da televisão também era transmitido pela TV Escola do Ministério da Educação, atingindo 62 mil escolas públicas em todo País, e cerca de 8,5 milhões de antenas parabólicas.
- A Redescoberta do Cinema Nacional: com o objetivo de despertar o público brasileiro para um encontro com a trajetória de formação de nossas bases históricas e culturais e com as raízes de nosso imaginário coletivo, este projeto foi realizado, desde 1999, como parte de uma política cultural voltada para a consolidação da indústria cinematográfica no País. Em parceria com a TV Escola, do Ministério da Educação, buscou veicular filmes brasileiros em 62 mil escolas públicas espalhadas de norte a sul do País.

- Cinema na Praça: projeto subsidiário da Redescoberta do Cinema Nacional, o Cinema na Praça foi desenvolvido, em 1999 e 2000, com o objetivo de divulgar o cinema nacional em praças públicas de cidades de médio e pequeno porte.
- Mostras e festivais no País e no exterior: a visibilidade do cinema nacional no País e no exterior foi ampliada nos últimos três anos, resultando na presença crescente e na premiação de filmes brasileiros em festivais nacionais e internacionais.
- Grande Prêmio Cinema Brasil: criado em 1999, o Grande Prêmio contribuiu para premiar filmes, artistas e empresas relevantes para a divulgação da cinematografia brasileira.

.....

O distanciamento entre o orçamento planejado e o reprogramado comprometeu, sobremaneira, a nova divisão de tarefas, tendo em vista a criação da Ancine. Com a responsabilidade de cuidar da dimensão propriamente cultural da atividade audiovisual no País, a SAV buscou valorizar e incrementar o conteúdo brasileiro nos meios de comunicação e de estimular a busca de qualidade, criatividade, experimentação e renovação de linguagens dos produtos audiovisuais. Em 2002, no entanto, tal tarefa foi prejudicada, já que a SAV, por exemplo, deixou de realizar concursos públicos neste ano (e apenas repassou recursos para atendimento de etapas anteriores).

Implementação

Além disso, há que se considerar que existe sobreposição de tarefas e ações práticas. Isto significa reconhecer que o Programa **Cinema, Som e Vídeo**, inclusive, é conduzido por três órgãos específicos, a saber, Secretaria do Audiovisual, Funarte e Ancine, onde cada um desses órgãos mantém a sua autonomia no que diz respeito à implementação. Há necessidade, portanto, de aperfeiçoamento de mecanismos institucionais (e não meramente funcionais e/ou circunstanciais) que possam fundamentar uma articulação maior entre eles e de contribuir para a consecução de uma ação crescentemente coordenada.

Alguns parceiros que colaboram no processo de divulgação de filmes nacionais foram: Instituto Cultural Itaú, Fundação Darcy Ribeiro, TVPUC/SP e Instituto Moreira Salles. Existe ainda um trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores para divulgação de filmes brasileiros no exterior.

O ano de 2002 foi atípico, já que os Decretos-Lei nº 4.120 e nº 4.320 impossibilitaram o atendimento de novos projetos antes da liquidação dos compromissos assumidos em 2001. Em decorrência disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando, sobremaneira, o atendimento das novas funções demandadas pelo redesenho institucional das funções da Secretaria do Audiovisual face à criação da Ancine.

Os recursos materiais também foram insuficientes para o atendimento de várias ações (por exemplo: consolidação da TV Cultura & Arte, ampliação do projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, realização do Cinema na Praça etc.).

A infra-estrutura é o “calcanhar de Aquiles” do Programa, sendo inadequada para a consecução de uma política pública de fomento à vertente cultural da atividade audiovisual no País balizada em metas de eficiência, eficácia e efetividade. Há necessidade de uma política de formação de recursos humanos para o atendimento das funções públicas, notadamente no que diz respeito às atividades fins da SAV e de qualificação permanente do pessoal disponível para o atendimento das funções públicas e de qualificação permanente dos recursos humanos disponíveis.

No que tange à questão da participação da sociedade civil no setor do audiovisual brasileiro, é impossível deixar de reconhecer o alto grau de importância de uma adequada articulação entre o Estado e o cidadão, até porque a sociedade civil é a maior beneficiária de uma política pública voltada para a construção da cidadania. No entanto, ainda não existem mecanismos formalmente estabelecidos para a mensuração do impacto social das políticas adotadas pela Secretaria.

Em relação, especificamente, ao projeto A Redescoberta do Cinema Nacional, há que se considerar a tentativa de aferição de satisfação do usuário/beneficiário por meio das coordenadorias regionais da TV Escola do MEC. Houve solução de continuidade, já que essas coordenadorias não se manifestaram.

Cultura Afro-Brasileira

Resultados

Foram tituladas 21 comunidades remanescentes de quilombo em todo o território nacional: Comunidades São José, Mata Cuece, Apuí, Silêncio e Castanhanduba, no município de Óbidos (PA); Porto Coris, em Leme do Prado (MG); Kalunga, em Teresina de Goiás; Monte Alegre e Cavalcante (GO); Mocambo, em Porto da Folha (SE); Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA); Eldorado, São Paulo (SP); Furnas do Dionísio, Jaraguari (MS); Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS); Santana, em Quatis (RJ); Castainho, em Garanhuns (PE); Mata Cavalo, Nossa Senhora do Livramento (MT); Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE); Quilombos de Maria Rosa, em Iporanga (SP); Pilões, em Iporanga (SP); São Pedro, em Eldorado (SP); Comunidade Gurupa-mirim, Jocojo, Flexinha, Carrezado, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucuruí, em Gurupá (PA); Comunidade Maria Ribeira, Gurupá (PA); Comunidade África e Larangituba, em Mojú (PA); Camiranga, em Cachoeira do Piriá (PA); Nossa Senhora do Bom Remédio, Abaetetuba (PA); Comunidade de Alto e Baixo Itacuruçu, Campopema, Jenepauba, Acaraqui, Lago São João, Arapupu e Tauaré-açu, em Abaetetuba (PA). Foram executados procedimentos de reconhecimento (relatório técnico e topografia) em 39 comunidades remanescentes de quilombo em todo o território nacional, com vistas à titulação.

Também foram reconhecidos como territórios culturais afro-brasileiros sítios históricos e lugares sagrados em todo o território nacional: Ladeira do Curuzú, Rua do Curuzú, Bairro da Liberdade, Salvador (BA); Terreiro de Mãe Menininha do Gantois; Terreiro de Mãe Hilda, Terreiro Bate Folha, Terreiro Bogun, em Salvador (BA); Terreiro Viva Deus, em Cachoeira (BA) e a antiga locação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Pirenópolis (GO).

Ocorreu ainda a restauração física de sítios históricos e lugares sagrados da cultura afro-brasileira em todo o território nacional: sede do Museu do Axé Opo Afonjá, Terreiro Casa Branca, Terreiro Bogun, Terreiro Bate-folha, Terreiro de Mãe Hilda, Terreiro de Mãe Olga do Alaketu, em Salvador (BA); Restauração da Mina de Chico Rei, Ouro Preto (MG); Restauração da Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens, Ouro Branco (MG).

Informações referentes à cultura negra, bem como serviços de pesquisa de dados, cadastro para envio de material referente ao acervo por meio eletrônico, para toda a população brasileira, em todo o território nacional, foi disponibilizado portal Palmares na internet.

Foi implantado o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, com um banco de dados em meio eletrônico contendo especificidades sobre a cultura negra, referências bibliográficas, referências de personalidades e organizações ligadas ao movimento social negro.

Foi construído e implantado o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, de Uberlândia e região e o Micromuseu do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra de Brasília (DF), com informações on-line via internet, sobre cultura afro-brasileira, com terminais eletrônicos de acesso, em um espaço localizado no Projeto Orla, às margens do lago Paranoá.

Gerente:

Carlos Alves Moura

Concepção

O Programa **Cultura Afro-brasileira** veio ocupar, em parte, uma lacuna histórica que existiu e existe no reconhecimento às origens étnicas do povo brasileiro, com relação à contribuição dos afrodescendentes no processo econômico, político e sócio-cultural do País. Uma das mais cruéis formas de se apagar a auto-estima de um povo é deixar que sua cultura se perca, que seus sítios históricos se deteriorem com as intempéries, que seus rituais religiosos sejam esquecidos. O povo brasileiro tem em sua formação étnica a contribuição valiosa do descendente do homem africano, que chegou em uma condição humilhante de escravo, mas que conseguiu, apesar das adversidades, marcar sua presença na cultura brasileira.

É necessário o incentivo à prática da cultura negra em todo o território nacional, seja por meio da capoeira, do candomblé, das congadas, e de tantas e tantas outras formas de manifestação dessa cultura. É preciso incentivar em todo o território nacional a discussão sobre os valores anti-racistas, da inclusão de um olhar diferenciado no trato com comunidades de remanescentes de antigos quilombos, valorizando, sobretudo, a perpetuação de seus valores culturais. É preciso incentivar os jovens negros a conhecerem a sua cultura e saberem que têm seu espaço garantido numa sociedade justa.

O impacto da execução das ações do Programa perante o público-alvo, a população negra brasileira, embora modesto, gerou um processo de retomada da identidade dos afro-brasileiros, fruto das discussões acontecidas durante a III Conferência Mundial da ONU de Combate ao Racismo, cuja participação da comunidade afro-brasileira deu-se com a ação deste Programa. Hoje discute-se no Brasil ações afirmativas para a população negra, como cota em universidades, e o Plano Nacional de Direitos Humanos II, que prevê ações afirmativas para ocupação de cargos públicos para afrodescendentes. O Ministério da Reforma Agrária implantou sistema de ações afirmativas que beneficia empresas prestadoras de serviço que tenham em seus quadros funcionais uma porcentagem de negros e negras equivalente à nossa diversidade étnica.

O quantitativo das ações, proporcionalmente aos recursos financeiros, necessitam de incremento na ordem de três vezes o que se tem hoje, para que se possa atender à demanda. Já os indicadores devem ser revistos para que se possa realmente mensurar com clareza e objetividade os resultados obtidos.

Parcerias são desenvolvidas com órgãos do terceiro setor, ONGs, que potencializam a execução de algumas ações. Porém, não há, hoje, um plano de avaliação eficiente. Não há mecanismos formais para se mensurar o impacto do Programa na sociedade, assim como, não existe instrumento formal para articulação com outras unidades do Ministério.

Os indicadores atualmente utilizados não espelham os resultados atingidos pelo Programa. Sem dúvida, o aspecto que mais contribuiu para a implementação do Programa foi o trabalho junto às comunidades.

Implementação

O padrão de execução financeira foi prejudicado pelo permanente contingenciamento de recursos financeiros e atraso nos repasses que não possibilitaram o cumprimento de acordos com terceiros e com a sociedade. Ainda assim, dentro do possível, utilizando-se das verbas disponíveis, houve um nível de execução financeira, dentro do Programa, que possibilitou a execução de metas mínimas. Há necessidade de se incrementar o aporte financeiro com novas receitas.

É certo também que houve problemas, causados principalmente por contingenciamento financeiro, que restringiram a execução em um nível muito

aquém do projetado, mas mesmo assim buscando parcerias, esforçando-se para cumprir as metas acordadas principalmente com o movimento social negro brasileiro, foi possível se chegar a um nível mínimo de execução que garantisse atuar em todo o Brasil, apoiando projetos, restaurando sítios históricos que estavam esquecidos pelo poder público e fazendo chegar às comunidades remanescentes de quilombo, a cidadania, por meio de ações que visam sua titulação e o desenvolvimento sustentável das mesmas. Devido ao alcance nacional das ações, é necessário que haja mais recursos para que seja efetivado um maior número de produtos por ação do Programa.

Como não há nenhum instrumento formal para a integração com outros órgãos, o sucesso da execução depende do esforço pessoal dos gerentes e assessores para se alcançar um consenso sobre as metas e formas de execução da ação.

Houve incremento significativo no esforço para capacitação, sendo que a ENAP ofereceu vários cursos. Porém, devido à falta de pessoal disponível, nem sempre foi possível realizar o treinamento.

As parcerias foram fundamentais para a execução das ações dos programas. Devido ao contingenciamento dos recursos financeiros, somente por meio de parcerias com ONGs, outro órgão de governo e do terceiro setor, foi possível a execução da maioria das ações, sendo que os parceiros sempre se mostraram fiéis ao cumprimento dos objetivos pactuados.

Seriam vantajosas várias parcerias com vários outros programas, que foram identificados no início do PPA, porém, pela falta de instrumentos específicos que permitissem essa interação, não logrou êxito.

A participação do beneficiário se dá pelo apoio a projetos, por meio, principalmente de convênios. Há dificuldades na implementação do mecanismo, bem como em seu acompanhamento, devido ao déficit de pessoal técnico existente. Tem-se procurado parcerias para a incorporação de mão-de-obra técnica especializada.

Em 2002, a execução do Programa foi prejudicada também pela insuficiência de recursos: financeiros, humanos, materiais e de infra-estrutura.

Não há pesquisa formal de satisfação do usuário. Uma pesquisa desse porte, pelo Programa ter abrangência nacional, demandaria um custo que teria de ser previsto no próprio PPA.

Gestão da Política de Cultura

Resultados O Programa deverá, em longo prazo, atingir a clientela interna (Ministério) e também a externa (sociedade em geral), na medida em que aglutina ações, como o Sistema Nacional de Informações Culturais, que tende a ser, no futuro, referencial de informações culturais da população brasileira. A ação Coordenação e Manutenção do Fundo Nacional de Cultura - FNC, além de dar suporte ao desenvolvimento das atividades correlatas ao bom desempenho dos programas e ações que compõem o FNC, agrega em si um apelo nítido de atendimento à sociedade, por meio da avaliação, da aprovação, do acompanhamento e da prestação de contas dos projetos dela demandados e que são atendidos, quer pelo mecanismo de incentivos fiscais, quer pelos recursos oriundos do próprio FNC. Por tudo isso, trata-se de um Programa que registrou um dos maiores desempenhos na execução financeira dentre os demais. Fruto disso são os benefícios aferidos:

- Continuidade regular dos procedimentos de avaliação, aprovação e prestação de contas de projetos patrocinados pelas leis de incentivos fiscais.
- Garantia das publicações dos projetos aprovados pelo Mecenato e pelo FNC junto à Imprensa Nacional (Diário Oficial da União).
- Ampliação do parque de informática, mediante sua renovação (microcomputadores), troca do cabeamento da rede lógica do Ministério, aquisição de servidores de rede e aquisição de impressora a laser com capacidade de impressão de até 24 ppm, frente e verso, em substituição às impressoras jato de tinta. Além do aspecto de economicidade gerada pela aquisição dos equipamentos nos gastos administrativos, haverá a potencialização da produção de documentos nos aspectos de tempo, segurança e qualidade.
- Inicialização do processo junto à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, visando à implantação do módulo de integração de informações gerenciais, como parte do Sistema Nacional de Informações Culturais, sustentado em ferramentas de gestão, possibilitando, assim, o cumprimento pleno de sua missão e objetivo social, focada na mensuração e avaliação de resultados. O projeto requer recursos adicionais que serão custeados pelo Programa de Modernização do Setor Público. No momento, encontra-se em estudo/paralisado naquela Secretaria.
- Deslocamentos das equipes de fiscalização *in loco* de projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Cultura, conferindo à administração experiência para a implementação de mecanismos voltados para a aferição de desempenho e resultado.
- Elaboração do projeto de aperfeiçoamento de procedimentos para a apresentação, análise, aprovação e acompanhamento de projetos apoiados por incentivos fiscais, criando mecanismos simplificados e dinâmicos na relação Ministério x sociedade (produtores culturais, artistas, técnicos etc.), dentre outros.

Gerente:

Ulysses Cesar Amaro de Melo

Assim como a integração de todas as informações geradas no âmbito do Ministério, no que respeita aos aspectos de análise, acompanhamento, prestação de contas, execução orçamentária, física e financeira, planejamento, avaliação etc. abrangendo a administração direta e as entidades vinculadas.

Registra-se que todas essas atividades, atinentes ao objetivo do Programa, não foram custeadas com recursos do Programa em sua totalidade, devendo, para tanto, no próximo PPA, conter recursos suficientes à sua finalidade, principalmente quanto ao Sistema Nacional de Informações Culturais, caso o mesmo não se viabilize pela Seges/MP.

.....
O Programa **Gestão da Política de Cultura** surgiu com a necessidade de se executar a política setorial de cultura, bem como coordenar e prestar suporte técnico aos programas finalísticos que se encontram sob responsabilidade do MinC. O gerente deste Programa coordena e apóia a ação dos gerentes dos programas finalísticos e exerce a interlocução com o órgão central de planejamento (SPI) nas atividades de formulação e revisão de políticas e de programas.

Concepção

Suas ações estão distribuídas por todas as unidades orçamentárias do MinC, dentre as quais a Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Nacional de Artes, situadas no Rio de Janeiro, e a administração direta, a Fundação Cultural Palmares e o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, que, possuem sede em Brasília.

Busca, também, criar condições para o pleno funcionamento do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, dando-lhe condições para o seu adequado funcionamento, envolvendo suporte material e de recursos humanos, que garantam o desenvolvimento das ações voltadas para as leis de incentivo à cultura e do Fundo Nacional de Cultura.

Incorpora, ainda, o papel de criar mecanismos e conduzir as atividades relacionadas às demandas do ciclo de gestão, envolvendo as gestões administrativas, orçamentárias e financeiras, bem como o Plano Plurianual (elaboração, revisões e avaliações), exigindo, por conseqüência, a concepção e implementação de sistemas informatizados integrados.

Especificamente no que tange ao processo de implementação e manutenção do Sistema Nacional de Informações Culturais, em que pesem as medidas adotadas junto à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, caso as mesmas não se concretizem, torna-se imprescindível o estabelecimento de plano de ação com metas, prazos, responsáveis e recursos orçamentários específicos do MinC para o desenvolvimento do projeto em tela.

Tal iniciativa exigirá uma gama concentrada de esforços no processo de concepção e implementação, uma vez que demandará a participação de todas as unidades do Ministério, na busca por um sistema integrado que possibilite a geração de informações em todos os níveis: gerenciais (orçamento, finanças, planejamento, administração, recursos humanos etc.) e efetivamente de interesse cultural à sociedade. Essa realidade, inclusive, vai ao encontro do novo modelo de estrutura organizacional do Ministério da Cultura, objeto de estudo e aprovação pela Seges/MP, em que a tecnologia da informação ganha tratamento dentro do planejamento estratégico, por aglutinar em si os elementos essenciais para o armazenamento de toda e qualquer informação cultural, quer para o uso técnico, gerencial ou social.

Todos os mecanismos utilizados em busca da eficácia e eficiência do Programa concentraram-se na garantia de procedimentos para o funcionamento do Pronac, basicamente na manutenção dos serviços já desenvolvidos (recepção, análise, aprovação e acompanhamento de projetos), na adoção de medidas voltadas para o investimento em infra-estrutura (principalmente informática), como também na adoção de procedimentos de acompanhamento *in loco* de projetos

apoiados pelo MinC, proporcionando ganhos de eficiência, qualidade e tempestividade dos trabalhos e confiabilidade das informações. Essas ações envolveram recursos já previstos no PPA específicos para o Programa, como também em outros programas do MinC, situação esta que deverá merecer adequação no próximo PPA, de modo que sejam previstos os recursos necessários e adequados para o Programa **Gestão de Política de Cultura**. Não obstante, dada as peculiaridades do tema cultura, o Ministério ainda identifica dificuldades para a definição de indicadores que traduzam com fidelidade os objetivos dos programas concebidos, uma vez que o setor carece de informações que possibilitem a configuração.

Implementação

Os recursos previstos no PPA para o Programa **Gestão de Política de Cultura** para o período de 2000-2002 totalizaram R\$ 8.743.232,00. As leis orçamentárias para idêntico período totalizaram R\$ 7.199.579,00, ou seja, 82% dos recursos previstos no PPA. Esses valores foram definidos proporcionalmente aos limites concedidos para a elaboração dos orçamentos anuais, via de regra, sempre inferiores aos previstos no PPA. Assim, pode-se concluir que o MinC manteve a programação inicialmente prevista para o Programa, de modo a garantir a manutenção das atividades correlatas ao Pronac, bem como a manutenção dos sistemas informatizados de uso de cada unidade ou entidade vinculada.

A concepção do modelo de gestão por programas e a criação da figura do gerente de programas resultou em um aumento significativo de demandas e atribuições inerentes à equipe de planejamento e orçamento do Ministério (que ficou incumbida de dar suporte técnico ao gerente do Programa), equipe que não sofreu alteração significativa em termos quantitativos.

Os recursos humanos alocados nas unidades vinculadas destinadas à execução deste Programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais de cada órgão, comprometendo a qualidade das informações provenientes dessas unidades. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muito baixa. Esse anacronismo é decorrente também da falta de contingente, uma vez que, mesmo que se abra possibilidade de realização de cursos, a carência impede que as pessoas sejam liberadas para a realização dos mesmos.

Nas equipes locais também há defasagem quanto à qualificação dos recursos humanos. Contudo, deve-se pontuar que, em comparação com as unidades vinculadas, a equipe da administração direta encontra-se em vantagem. Dentre os principais motivos, pode-se citar a maior penetração de servidores de carreira e uma maior disponibilização relativa para a realização de cursos e eventos.

A capacitação de recursos humanos no âmbito do Programa, sempre que necessário, realizou-se basicamente em função do corpo técnico envolvido nas áreas de planejamento e orçamento. Buscou-se, complementarmente, dotar alguns setores dessas áreas de funcionários que dominassem a ferramenta Access, sendo realizado em parceria com o Senai em 2001, curso voltado para esse fim. Tal necessidade ocorreu em função dos sistemas locais existentes estarem estruturados em Access, responsáveis pelo suporte a todo o acompanhamento físico e financeiro das atividades do Ministério.

No futuro, com o avanço dos módulos do Sistema Nacional de Informações Culturais, há a possibilidade de várias parcerias externas com órgãos e entidades voltadas para o desenvolvimento de atividades ou detentores de informações culturais.

Este Programa não prevê parceria direta com outros programas, mas contribui indiretamente para o bom andamento de todos os demais programas que utilizem recursos ou mecanismos da Lei do Pronac (incentivos fiscais) e do FNC, pois cria condições necessárias para a boa e adequada manutenção relativa ao desenvolvimento das atividades relacionadas à referida Lei.

Atualmente, não há mecanismos formalizados de participação da sociedade no Programa. No futuro, com a implantação do Sistema Nacional de Informações Culturais, especificamente no que tange ao módulo de informações culturais voltadas ao atendimento de interesse público, prevêm-se vários mecanismos de comunicação com a sociedade. Vale registrar, contudo, que a página da internet permite a comunicação externa com a sociedade, via e-mail, cujo tratamento relacional se dá no âmbito dos diversos setores envolvidos do Ministério e de suas entidades vinculadas.

O público-alvo não está devidamente identificado, especialmente no que tange ao Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC, tanto do ponto de vista interno (gerenciamento de sistemas do MinC - Gestão), como do ponto de vista externo (informações culturais à sociedade). Com a continuidade da concepção e implementação do SNIC, tais dificuldades tendem a serem solucionadas, inclusive com a adequada identificação de público-alvo, para posterior adoção de mecanismos voltados para a mensuração da satisfação de usuários.

Livro Aberto

Resultados A Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas teve crescimento dentro das expectativas: de 57% dos municípios, em 1999/2000, com biblioteca pública, para 78%, em 2002.

A manutenção da execução em 2002 foi extremamente prejudicada em razão do contingenciamento imposto ao Orçamento Geral da União - Ministério da Cultura/SLL, não sendo possível a realização da compra dos livros/estantes para a montagem de novos kits, como estava previsto no OGU 2002, razão que reduziu a realização de diversas ações do Programa **Livro Aberto**, notadamente a de maior relevância, que é a Implantação de Bibliotecas Públicas em cada Município.

A distribuição de kits de livro, visando à implantação de bibliotecas, no exercício, ocorreu somente em razão de saldo remanescente da compra de livros em 2001. Não fosse o contingenciamento mencionado, a meta inicialmente prevista, possivelmente, teria sido ultrapassada, sobretudo se for levado em consideração a atual forma de implantação (doação de kits), que diminui de forma considerável seus custos.

Tendo em vista a distribuição de livros em razão de saldo remanescente da compra de livros em 2001, foi possível consolidar a nova metodologia, implantada em 2000, que trata da distribuição de kits de livros, em substituição ao modelo antigo (celebração de convênios com estados, municípios e entidades privadas, objetivando a implantação de bibliotecas públicas). O novo modelo demonstrou ser uma forma de grande eficácia, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, já que se compram mais livros e de melhor qualidade. Isso resulta de seleção realizada por pessoal especializado, designado por Portaria Ministerial, sendo a compra feita pelo Ministério da Cultura - MinC em grandes quantidades, permitindo a redução no custo de aquisição.

A ação Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura recebeu especial atenção da unidade, tendo sido priorizados projetos de alta relevância para a cultura nacional e regional, sempre atendendo às diretrizes específicas da área e às exigências legais para o seu enquadramento, com ênfase para as manifestações culturais, apoio à produção literária e eventos literários.

Os trabalhos de implantação do Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas encontram-se em fase adiantada. Eles representam um marco importante na atuação da unidade em 2002, uma vez que será a base de estudos e pesquisas para estudiosos e a população. É a ferramenta do Ministério disponibilizada à sociedade em geral sobre a quantidade, localização e condições gerais das bibliotecas brasileiras - públicas, escolares e privadas.

Espera-se, para 2003, a continuidade das diversas ações constantes do Programa, especialmente a que diz respeito à Implantação de Biblioteca Pública em cada Município. Sua relevância para o Ministério da Cultura e para a sociedade é de suma importância, por se tratar de programa estratégico que tem por função impulsionar a cultura e a educação por meio do fomento ao hábito da leitura, sendo que no período 2000-2002 foram implantadas 979 bibliotecas públicas.

Concepção O baixo número de bibliotecas públicas existentes e o reduzido coeficiente nacional de leitura foram o ponto de partida para a criação do Programa.

Gerente:

Ottaviano Carlo de Fiore

Num primeiro momento, fez-se urgente aumentar o número de bibliotecas públicas, que passariam a atuar como verdadeiros centros de informação e cultura. Numa segunda fase, o Programa passou a prever a implementação (atualização e revitalização) das bibliotecas já existentes.

A implementação contínua de ações voltadas para a revitalização das bibliotecas públicas é prioridade a ser perseguida com grande empenho. Uma vez implantada, é de suma importância sua constante atualização do ponto de vista de acervo bibliográfico, mobiliário e de capacitação de pessoal.

O Programa pretende atingir estudantes, professores, pessoas da terceira idade, mães e público geral; aumentar o número de leitores e a participação do estado na impressão de livros, seja com o apoio do Fundo Nacional de Cultura ou do Mecenato.

Estudos devem ser feitos visando inventariar as regiões mais carentes do País, canalizando para elas maior atenção na concessão de benefícios do Programa, notadamente no que se refere às bibliotecas públicas.

A alocação de mais recursos financeiros para atingir as metas físicas é necessária para sucesso do Programa.

O indicador Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas deverá ser mantido. Indicadores alternativos que justifiquem a implantação/revitalização de bibliotecas em "zonas de perigo social" deverão ser pensados.

A pertinência de suas ações está ligada à demanda que as criou: aquisição do hábito da leitura e melhoria da performance escolar, sendo assim elas devem ser contínuas e priorizadas.

..... **Implementação**
O padrão de execução financeira para o período de 2000-2002 teve substancial elevação em relação à Lei, por meio de sua revisão, notadamente na ação Uma Biblioteca em cada Município. Nas demais ações, essa elevação foi de menor impacto.

Deve-se destacar que as restrições orçamentárias que ocorreram no período, com maior intensidade no ano de 2002, foram o que motivou a diminuição dos valores colocados à disposição do órgão para execução.

O acompanhamento do desempenho físico das ações descentralizadas é exercido pela gerência, por meio dos relatórios gerenciais produzidos pelo órgão de planejamento setorial do MinC, ou extraídos do Sigplan.

Os esforços de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa limitaram-se às reuniões de treinamento e capacitação ocorridas sempre às vésperas das realizações desses eventos.

Todo processo de capacitação deve ser contínuo. A dinâmica dos mecanismos de acompanhamento e controle, a legislação, os dados físicos/financeiros da execução e as questões conceituais devem merecer uma maior atenção por parte dos órgãos que administram o Sigplan às gerências, como forma de se obter um resultado mais esclarecedor e elucidativo.

As parcerias atuaram de forma compatível no cumprimento das metas acordadas. Como exemplo podemos citar o MEC/FNDE - doação de livros para formação de kits; MTb/FAT - treinamento e capacitação de pessoal que trabalha nas bibliotecas; MCT/Socinfo - informatização das bibliotecas por meio de recursos oriundos do FUST e a Embratel/I21 - propiciou a entrada de cem bibliotecas na internet com vídeo-conferência, todas decorrentes de contratos ou convênios.

A equipe gerencial tem buscado apoio junto aos segmentos organizados da sociedade, tais como: União Brasileira de Escritores, Coordenações Estaduais de Bibliotecas Públicas, CNBB, Comunidade Solidária e Associação Brasileira de Municípios.

A incorporação de usuários/beneficiários na implementação do Programa é importante, sobretudo se for considerado que os mesmos, em última análise, são os beneficiários do Programa.

Faz-se necessária uma maior disponibilização de equipamentos e mobiliários, em razão da atual carência, tanto tecnológica (computadores obsoletos) quanto de mobiliário em geral. O atendimento da presente questão seria inevitavelmente positivo pelas razões óbvias que decorrem de processos de modernização.

O espaço físico disponibilizado para execução do Programa/ações é bastante reduzido. Em que pese os esforços feitos pela administração no sentido de conseguir novas áreas, é, portanto, de suma importância o aumento do referido espaço físico para melhor acomodação das partes envolvidas em sua execução. A atual infra-estrutura, além de bastante reduzida, não é bem distribuída, uma vez que as unidades se misturam, tendo como conseqüência o comprometimento da execução de forma satisfatória do Programa e de suas ações.

A quantidade de pessoal envolvido na execução do Programa poderia ser aumentada, visando basicamente apoiar às gestões da equipe gerencial.

É grande a carência de recursos humanos, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, para a execução das ações do Programa. O poder público, por razões de caráter administrativo, não tem conseguido atender às demandas dos órgãos por um aumento em seus quadros, em que pese a conhecida escassez de pessoal por parte dos mesmos.

A redução das metas físicas e a adequação à rígida situação orçamentária fizeram a unidade realizar uma melhor gestão dos recursos disponibilizados, empregando-os em projetos estratégicos e de grande relevância.

Os baixos recursos financeiros transferidos para fazer frente aos atos pactuados complicaram a plena execução do limite.

A inadimplência de estados e municípios, fator impeditivo para a celebração de atos com a União, sempre tem um grande impacto restritivo nos projetos em geral. A solução foi buscar o atendimento a outros projetos similares e também prioritários.

Num contexto geral, o contingenciamento orçamentário foi a maior restrição à plena execução do Programa. As demais situações encontram-se numa escala bem menor de importância. A alternativa buscada como forma de solução possível foi efetuar uma concessão muito menor dos poucos recursos que eram disponibilizados, cabendo aos proponentes uma parcela maior de contrapartida daquela que normalmente lhes é devida pela legislação.

Basicamente, a apresentação incorreta de projetos e sua não regularização, e problemas com relação à comprovação de adimplência, foram os fatores de maior impedimento na finalização de diversos projetos, em que pese os esforços das partes no sentido de solucionar tais situações.

Não existem ações executadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério.

Não foi possível a realização de pesquisa para mensuração de satisfação do usuário/beneficiário do programa, por razões da ordem operacional, técnica e financeira.

A possibilidade de realização de um planejamento adequado às necessidades dos beneficiários é talvez o melhor exemplo do modelo de gestão como forma de melhorar o desempenho da ação governamental na execução do Programa.

Monumenta: Preservação do Patrimônio Histórico

Resultados

A Unidade Central de Gerenciamento do Programa - UCG conseguiu desenvolver o componente Investimentos Integrados, onde estão alocadas as obras, somente a partir do segundo semestre deste ano de 2002.

Considerando apenas o desempenho financeiro como parâmetro para avaliar o alcance dos objetivos propostos, chega-se à conclusão de que o cronograma encontra-se atrasado. A partir daí seria necessário acelerar o desempenho para recuperar o atraso verificado, mesmo tendo a consciência de que o tempo de execução dos programas de natureza e complexidade similares ao **Monumenta** estende-se a até dez anos, com média de sete anos para a execução. Porém, pelo enfoque do alcance dos objetivos, levando-se em consideração os fatores inerentes ao Programa, e não somente aqueles relacionados ao desempenho financeiro, chega-se a uma conclusão mais holística e mais próxima da realidade que se vivencia.

Ainda assim pode-se enumerar alguns benefícios gerados pelo Programa até 31 de dezembro de 2001:

- Dentro do componente Investimentos Integrados, na cidade de Ouro Preto (MG), as obras emergenciais referentes à Capela N. S. das Dores, proporcionaram a garantia de preservação do Patrimônio, evitando-se seu arruinamento. Com o início das obras de restauração da Ponte de Antônio Dias, presume-se assegurada a recuperação daquele bem público que foi entregue à população devidamente recuperado para seu pleno uso.
- Em Olinda, foi concluída a obra emergencial para recuperação da Rua Saldanha Marinho, que impedirá desmoronamento dos monumentos localizados naquela via. Também no Rio de Janeiro estão em andamento as obras emergenciais no prédio Solar do Visconde do Rio Seco. As obras que ali estão sendo realizadas, com recursos da contrapartida municipal, evitarão a perda do imóvel que estava com sua estabilidade seriamente comprometida. Em Recife já foram contratadas as obras de urbanização do Cais da Alfândega, que permitirão melhor acessibilidade à área histórica de Recife, além do Conjunto Chanteclair.
- Como benefícios imediatos, oriundos do componente Treinamento e Formação de Mão-de-Obra, a especialização dos 34 mestres-artífices em Veneza tornou possível a estes profissionais serem convidados a participar de intervenções em monumentos históricos, pela *expertise* adquirida, elevando assim o padrão de qualidade das intervenções. A sensibilização dos mestres-artífices concretamente para o patrimônio arquitetônico brasileiro, em seus aspectos históricos, artísticos, construtivos e de alternativas de intervenção visando sua conservação vem sendo difundida nas suas cidades de origem, seja pela sua inserção na comunidade local, onde estes atuam como multiplicadores ou pela participação em diversas entrevistas para programas de TV e para artigos jornalísticos da imprensa local e nacional.

Gerente:

Pedro Taddei Neto

- Dentro do componente Fortalecimento Institucional, os inventários patrocinados pelo **Monumenta**, no âmbito do Projeto de Fortalecimento Institucional do Iphan, estão mobilizando um total de 400

profissionais para o levantamento de 12.587 imóveis, nas 27 cidades integrantes do Programa. A primeira etapa em execução nas cidades de Belém, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Paraty, São Luís, Alcântara, Ouro Preto e Mariana irá apresentar informações sobre 6.577 imóveis (levantamento arquitetônico, informações cadastrais, titularidade, estado de conservação etc.) e está sendo executada por equipes que integram técnicos do Iphan, professores das universidades locais, estagiários de arquitetura e membros da comunidade, mobilizando um total aproximado de 150 profissionais. Além dos inventários realizados, a execução destas ações traz aumento da conscientização das comunidades locais para a necessidade da conservação de nosso patrimônio histórico e da valorização de seus aspectos históricos.

Para os componentes Promoção de Atividades Econômicas e Programas Educativos, as ações executadas em ambos refletem dois objetivos principais a atingir:

- promover o Patrimônio Histórico, ampliando o conhecimento da população brasileira sobre o tema; e
- contribuir para o incremento do turismo cultural para as cidades beneficiadas pelo Programa.

No decorrer de 2001, os esforços no sentido de possibilitar a sistematização desse processo, com a abertura da licitação referente à contratação da agência de publicidade pelo Programa, que em audiência pública recebeu dezenas de sugestões e críticas, propiciou o benefício da concepção de um edital mais aperfeiçoado, que, certamente, acarretará em um resultado muito mais satisfatório para este Programa e, por conseguinte, para o MinC e para a sociedade brasileira. Na reunião dos Ministros da Cultura do Mercosul e na Feira Internacional do Livro de Guadalajara, no México, a exposição do Programa **Monumenta** concomitantemente com a publicação do livro *Historic Cities and Sacred Sites-Cultural Roots for Urban Futures* beneficiou o Programa e a imagem do Brasil no exterior, em função da exposição ter sido visitada por formadores de opinião e autoridades dos participantes. Com a inauguração da Primeira Sinagoga das Américas, a cidade de Recife entrou no circuito internacional do turismo religioso.

.....

Concepção O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em quase todos os países sofreu, e ainda sofre, de um mal crônico: cidades, ou bairros de grandes cidades, foram abandonadas quando perderam interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física; com isso perderam também seu valor imobiliário.

Paradoxalmente, esse desinteresse garantiu que se tenham preservado até hoje suas características originais, sem o quê teriam sido demolidos para dar lugar a edificações e vias mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e com o desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação. Tal não ocorre nos períodos históricos em que a área apresenta interesse econômico, quando seu uso implica, automaticamente, a sua conservação.

No Brasil, a política oficial de preservação do patrimônio histórico iniciou-se nos anos 30, com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 1936, pelo presidente Getúlio Vargas, que cria o instituto do "tombamento", pelo qual os bens

enquadrados nessa condição devem ser preservados por seus proprietários e ocupantes, bem como, sempre que os primeiros não tiverem recursos para tal, pelo governo das três esferas. Ora, sendo áreas depreciadas, em geral espólios antigos, heranças vacantes etc. e ocupantes carentes, quase sempre o encargo recai sobre os poderes públicos; e, sendo o tombamento federal, o encargo acaba por onerar o Tesouro Nacional. Isso resulta em um mecanismo deletério, vez que, a cada novo tombamento - ato este que visa o interesse coletivo da nação - o Governo Federal cria, por assim dizer, um novo encargo financeiro permanente para si.

Por outro lado, evidentemente, obras de recuperação ou conservação de imóveis históricos geram valor para as comunidades locais, como proprietários, ocupantes, vizinhos, o fisco municipal (que vê aumentada a base sobre a qual cobra o IPTU) e outros impostos, justamente para os agentes sociais que menos têm contribuído para tais obras.

O Programa **Monumenta** tem por objetivo romper com esse processo circular negativo para o País, por meio da implementação de processos de "redesenvolvimento" das áreas históricas urbanas sob proteção federal, consideradas prioritárias por seu valor histórico e artístico e pelo risco de perda definitiva de seus bens, associada à implementação de mecanismos de compartilhamento dos encargos da preservação com os setores público e privado locais, como governos estaduais, prefeituras, proprietários, ONGs, empresários etc.

Os processos de "redesenvolvimento" visam reverter as expectativas do mercado local quanto à área, resgatando suas funções econômicas, sociais e culturais e recuperando suas edificações, monumentos e logradouros.

Os mecanismos de compartilhamento visam "devolver" à comunidade local o desfrute dos bens sob proteção federal e as obrigações daí decorrentes, mantendo, contudo, na esfera federal, o poder normativo e fiscalizatório. Para tanto, o Programa compreende:

- um processo impessoal e transparente de classificação hierárquica das áreas históricas urbanas tombadas pela União, para inclusão no Programa;
- um processo comunitário participativo em cada cidade selecionada, para desenvolver o planejamento estratégico do respectivo Projeto; e
- fundos municipais de preservação, criados por lei, para administrar os recursos para a conservação permanente dos monumentos, que receberão recursos do retorno dos investimentos do Programa na cidade, dotações da municipalidade e patrocínios privados; seus conselhos curadores serão compostos paritariamente, por representantes do setor público de um lado (União, estado e município) e, de outro lado, por representantes do setor privado (comunidade, ONGs e empresariado), conforme disposto no Regulamento Operativo do Programa.

O Programa já gerou toda uma conjuntura estrutural metodológica e operacional capaz de ser replicada aos diversos executores na área do Patrimônio Histórico Urbano Nacional, como por exemplo o Programa de Revitalização de Sítios Históricos - PRSH, da Caixa Econômica Federal, que segue os preceitos do **Monumenta**, já em operação e com benefícios sendo gerados ao País e à população brasileira. Nota-se que os acertos para a criação desse Programa pela Caixa foram feitos pela Unidade Central de Gerenciamento - UCG, ocasião em que foram repassados modelos de instrumentos como o Regulamento Operativo e rotinas já implementadas na UCG e nas Unidades Executoras do Programa - UEPs.

Outro exemplo é o Projeto de ação conjunta com o BNDES para o co-financiamento de empreendimentos comerciais nas áreas do **Monumenta** (o primeiro empreendimento do tipo já está em obras, em Recife; trata-se de um shopping center e um conjunto de salas de cinema).

O Programa, ao detectar que a capacitação dos executores finais, os municípios, precisava ser aperfeiçoada, incrementou o componente Fortalecimento Institucional dos Municípios, dividindo-o em duas vertentes: uma, dirigida à operacionalização do Programa, onde se inclui uma ação de capacitação em serviço das equipes técnicas dos municípios, sendo os capacitadores, técnicos da Unidade Central de Gerenciamento - UCG, por serem detentores do conhecimento a ser repassado para as equipes municipais. Esta modalidade de capacitação é executada mediante demanda dos municípios ou por identificação, pela própria equipe da UCG, de necessidade de capacitação das equipes municipais; a outra, insere-se em todas as etapas operacionais, como a elaboração do planejamento em oficinas ZOPP, a construção do perfil do projeto local, até as ações relacionadas ao acompanhamento da execução das obras e prestação de contas.

A metodologia é a de utilizar as viagens de supervisão para cumprir esta capacitação, trabalhando diretamente com os técnicos municipais as deficiências operacionais identificadas. Não existe uma programação pré-estabelecida, mas uma estratégia implementada: em cada visita de supervisão nos municípios, as deficiências de capacitação e treinamento relacionadas diretamente ao Programa são objeto de uma capacitação ou de previsão desta capacitação em visita posterior.

Esta estratégia de capacitação está sendo implantada também com a equipe do MinC, nas áreas de interface com o Programa **Monumenta**. Especialmente o núcleo jurídico e o núcleo financeiro da UCG têm atuado nesta linha, capacitando a equipe do MinC para melhorar sua performance nas interfaces com ações e demandas do Programa **Monumenta**.

Por meio da "Pesquisa sobre conhecimento do patrimônio histórico, Metodologia", **Monumenta**, Ammirati Lintas, *Feedback*, São Paulo - em dezembro de 1998 foi medido o indicador Grau de conhecimento do patrimônio histórico sob proteção federal pela população. Sua evolução poderá ser conferida após a próxima pesquisa prevista para dezembro de 2003.

O indicador Quantidade de monumentos conservados de forma sustentável, medido pelos relatórios de fiscalização do Iphan e relatórios de execução orçamentária do MinC e do Iphan, utiliza o termo "monumento conservado de forma sustentável" como a manutenção das características patrimoniais dos monumentos restaurados pelo Programa, sem requerer recursos federais adicionais. Desta forma, poderá ser aferida a evolução deste indicador na medida em que as primeiras obras se concluam e que a manutenção das mesmas não necessitem de recursos federais adicionais.

..... **Implementação**

A estratégia de implementação adotada, focada na descentralização, é, naturalmente, a mais adequada, pois o **Monumenta** foi concebido como um Programa de "devolução" a municípios de benefícios e ônus da preservação sustentável do Patrimônio Histórico, compreendendo a participação de prefeituras, governos estaduais, comunidades beneficiadas, ONGs e a iniciativa privada na sua implementação, mantendo, contudo, na esfera federal, o poder normativo e fiscalizatório.

É importante salientar que a descentralização das ações deste Programa por meio das Unidades Executoras do Programa - UEPs trás consigo os benefícios do uso e

fomento da capacitação locais e regionais, gerando incrementos significativos nessas economias, assim como deixando nos locais experiências técnicas para utilização em futuras intervenções neste e em outros Programas. Entretanto, a atuação dos municípios não pode ser considerada plenamente satisfatória.

O Programa foi praticamente paralisado pelas mudanças administrativas oriundas dos processos eleitorais, além do fato de as estruturas locais freqüentemente estarem aquém das necessidades de operacionalização de programas deste gênero. Daí o aperfeiçoamento do componente Fortalecimento Institucional dos Municípios, realizado pela UCG, descrito anteriormente.

Os recursos financeiros de origem orçamentária liberados para o Programa foram suficientes ante as necessidades de execução, uma vez consideradas as inúmeras dificuldades encontradas na condução do Programa, a saber:

- primeiro Programa de abrangência nacional para o patrimônio histórico no Brasil;
- primeiro Programa de preservação sustentável do patrimônio histórico, fora dos países desenvolvidos;
- primeiro Programa de financiamento à Cultura, com recursos de organismos multilaterais de financiamento;
- Programa inscrito na política de reforma do Estado e de "devolução" aos municípios de atividades tradicionalmente centralizadas, bem como na política de valorização da pluralidade étnica, cultural e geográfica do País;
- contingenciamento orçamentário imposto pelo Governo Federal a todos os programas integrantes do Avança Brasil, em 2002;
- descontinuidade administrativa dos municípios participantes do Programa;
- grande ampliação da abrangência do Programa; e
- freqüência com que as cidades permaneceram inscritas no cadastro de inadimplentes do Governo Federal.

No que diz respeito ao contingenciamento orçamentário, apesar do fluxo de recursos ter sofrido descontinuidade, isto não prejudicou decisivamente a execução planejada.

O controle do desempenho físico-financeiro encontra-se, neste momento, em fase de disponibilização de módulos do sistema para todas as Unidades Executoras dos Projetos (municípios), assim como junto ao Tribunal de Contas da União, Secretaria Federal de Controle Interno e BID. Esta medida visa, justamente, aperfeiçoar o controle do desempenho físico das ações com execução descentralizada, assim como o aumento da transparência das ações deste Programa.

A capacitação da equipe gerencial, responsável pela implementação do Programa, é feita por especialistas contratados especialmente com a finalidade de apoiar o Ministério da Cultura nesta atribuição e capacitar equipes de gerenciamento municipal ou regional (no caso do Iphan). Está prevista reciclagem e capacitação do corpo técnico do Iphan visando seu fortalecimento na execução das ações pertinentes às suas competências e no apoio ao gerenciamento do Programa **Monumenta**. No período de 2002, foi finalizada a elaboração do Plano de Capacitação dos Servidores do Iphan, que define as características e ações a serem desenvolvidas. Sua implementação em 2002 ficou prejudicada por causa do contingenciamento do orçamento federal.

Foi identificada a necessidade de uniformizar o conhecimento da equipe gerencial do Programa relativo à análise de orçamento e acompanhamento dos processos licitatórios relativos às obras objetos dos convênios firmados este ano. Esta equipe tem como uma de suas atribuições a capacitação em serviço das equipes municipais. Neste sentido, contrataram-se dois cursos específicos para toda a equipe diretamente relacionada com obras e seu acompanhamento: um curso sobre licitações e o outro sobre operacionalização do Sistema Nacional de Preços e Índices - Sinapi definido como base para as ações do PPA na área de construção civil.

Houve evolução do esforço de capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual e municipal, além das ações já descritas anteriormente. O Programa **Monumenta**, dentro do componente Fortalecimento Institucional, ainda prevê ações que se dividem em três vertentes:

- revisão da legislação e capacitação de agentes de cultura e turismo, a cargo do município (prevista para 2003);
- capacitação dos municípios para operar o Programa (em andamento); e
- capacitação dos municípios para gestão dos sítios históricos revitalizados (execução prevista para 2003).

A capacitação dos municípios para operar o Programa está prevista para iniciar no segundo semestre do corrente ano e refere-se à necessidade de apoiar alguns municípios participantes do Programa com assistência direta para colocar em marcha as ações programadas para o desenvolvimento dos projetos executivos dos investimentos propostos e para a sua contratação e supervisão. A Unidade Central de Gerenciamento está implantando um programa de assistência a estes municípios com a finalidade de assegurar a oportuna e eficiente execução das atuações e investimentos financiados pelo Programa. Este plano de capacitação é implementado em serviço pelos próprios funcionários da UCG, na medida da identificação dos principais gargalos de execução do Programa.

Neste esforço de capacitação para otimizar a operacionalização do Programa, já foram feitos mais de trinta eventos de capacitação em serviço com as equipes municipais. A assinatura de treze convênios novos este ano já é considerada resultado deste processo de capacitação.

No que tange ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, o Programa sempre se norteou pela formação de parcerias para o cumprimento da boa execução do mesmo. Podemos citar alguns exemplos de parcerias de sucesso e outras que estão sendo firmadas, no âmbito do Programa **Monumenta**: convênios de ação conjunta com o MEC, visando a introdução de noções sobre o patrimônio histórico brasileiro na rede de ensino fundamental, por meio da TV Escola e a criação de escolas profissionalizantes (Proep) voltadas para o turismo, a hotelaria e a produção cultural nas cidades do **Monumenta**.

Ficará a cargo do Ministério da Cultura, por intermédio do Programa, a produção do material de audiovisual e de cartilhas pedagógicas. O Ministério da Educação irá exibir o material na TV Escola. Convênio com a Fundação Padre Anchieta para a produção e emissão pela Rede Pública de Televisão - RPTV de uma série de vídeo-documentários sobre as cidades históricas do Programa (esses vídeos serão dublados e distribuídos pela Embratur nos principais pólos emissores de turismo no exterior). Foram elaborados e orçados dez roteiros diferentes sobre algumas das cidades históricas que participam do Programa.

Realizou-se um convênio com o Ministério do Esporte e Turismo (Programa Pólos de Ecoturismo) para a produção e difusão de roteiros integrados de turismo cultural e ecológico nas áreas de atuação dos dois programas. Efetivou-se também um convênio com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Imesp para a edição e distribuição de oito títulos inéditos da "Coleção Monumenta".

No âmbito da existência de mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário) no Programa, deve-se enfatizar que na etapa antecessora e obrigatória para assinatura de convênio de financiamento com os municípios são elaboradas cartas-consulta que, por sua vez, são originadas de uma oficina de planejamento participativo, onde todas as lideranças representativas dos municípios (multiplicadores de opinião) marcam presença. O Programa tem instituído um processo comunitário participativo em cada cidade selecionada para desenvolver o planejamento estratégico do respectivo Projeto.

O Programa, conforme o disposto em seu Regulamento Operativo, tem como pré-requisito para a assinatura de convênio de financiamento com os municípios, a criação de fundos municipais de preservação, criados por lei, para administrar os recursos para a conservação permanente dos monumentos, que receberão recursos do retorno dos investimentos do Programa na cidade, dotações da municipalidade e patrocínios privados; seus conselhos curadores serão compostos paritariamente, por representantes do setor público de um lado (União, estado e município) e, de outro lado, por representantes do setor privado (comunidade, ONGs e empresariado).

A consulta ao público-alvo, por este Programa, será realizada por meio de pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário, ao final do ano de 2003.

Museu, Memória e Futuro

Resultados O Programa **Museu, Memória e Futuro** possibilitou, ao longo dos três anos de implementação, a realização de importantes projetos para os museus federais, com a aquisição de equipamentos, reformulação de exposições, elaboração de projetos museográficos e museológicos, melhoria no sistema de climatização, tratamento técnico, aquisição e conservação de acervos, entre outros. Promoveu também a capacitação de técnicos ligados ao setor museológico com a realização de seminários, simpósios e apoio à participação de técnicos em diversos eventos. Outra ação importante foi o apoio à realização de exposições promovidas pelos museus, que tiveram grande visitação do público, incluindo-as no mesmo patamar das exposições internacionais. Em 2002, no entanto, o Programa foi extremamente prejudicado, tendo em vista que os fortes contingenciamentos orçamentários não permitiram a realização ideal dos projetos planejados. Além disso, a escassez de recursos destinados ao Programa inviabiliza a continuidade de alguns projetos e a realização de novos. A demanda apresentada pelos museus federais está bem acima do que permite realizar o Programa, o que acaba focalizando somente o atendimento às prioridades. Torna-se necessário aumentar os recursos destinados ao Programa e a sua respectiva liberação em tempo hábil, a fim de possibilitar uma maior efetividade das ações implementadas.

Espera-se, em 2003, possibilitar a climatização de diversas unidades museológicas que não puderam ser concluídas até o momento. A climatização é de fundamental importância para os museus, tendo em vista a necessidade de condições climáticas apropriadas para conservação do acervo e de tratamento especial de acordo com sua especialidade. O aparelhamento dos museus com equipamentos adequados para permitir a melhoria na realização de seus trabalhos e atendimento ao público será priorizado, bem como o tratamento, preservação e difusão de seu acervo, e execução de obras e serviços emergenciais.

Será priorizada também a capacitação de recursos humanos, devendo ser preparado um conjunto de cursos de capacitação em nível nacional.

Concepção O atual conceito de museu, elaborado pelo Conselho Internacional de Museus, organismo ligado à Unesco, o define como uma instituição permanente, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, expõe e divulga testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de aumentar o saber, salvaguardar o patrimônio e valorizar a identidade, a educação e o deleite.

O Programa **Museu, Memória e Futuro**, em consonância com o conceito de museu acima descrito, é um importante instrumento do Governo Federal para propiciar esses serviços à população, assim como para melhorar as atividades por eles desenvolvidas.

Para cumprir com efetividade seu papel social e cultural, os museus federais necessitam de um redimensionamento gerencial que lhes dê condições de sustentabilidade, de modo a incluí-los no mesmo patamar dos museus internacionais.

Para os próximos anos, há a necessidade de redefinir a meta física da ação Identificação e Inventário de Acervos Museológicos, tendo em vista que atualmente encontra-se subdimensionada. Hoje, a meta física está estipulada em 1.250 bens inventariados/identificados, que tem sido inferior à efetivamente realizada. Esse fato decorre também da dificuldade de se precisar a quantidade de bens que podem ser inventariados. Um patamar que poderia ser estipulado é o de três mil bens inventariados/identificados.

Gerente:

Octávio Elísio Alves de Brito

Uma ação freqüentemente desenvolvida pelo Programa, mas que não aparece como um produto gerado, é o apoio à capacitação de técnicos ligados ao setor museológico. Isso acontece em vista de que o Programa apóia a capacitação dos técnicos concedendo basicamente passagens e diárias para que possam participar de congressos, simpósios, *workshops* e outros eventos de interesse para as atividades desenvolvidas pelos museus. Essa ação implementada pelo Programa aparece apenas como apoio técnico, não configurando um produto específico. O Programa prevê a possibilidade de atendimento a qualquer museu federal. No entanto, considerando o total dos recursos orçamentários, o mesmo tem-se restringido aos museus vinculados ao Ministério da Cultura, com algumas exceções, como é o caso do Museu do Índio, do Ministério da Justiça.

.....

No ano de 2000, por ser o primeiro ano de implementação do PPA 2000-2003 e deste Programa, a execução financeira foi parcialmente prejudicada em vista de que os recursos financeiros foram liberados somente no segundo semestre. Em 2001, a execução entre planejado e realizado foi plenamente satisfatória, em função de os recursos terem sido liberados em tempo hábil, propiciando maior segurança e efetividade na realização dos projetos. Além disso, por meio de alteração introduzida pela LOA de 2001, foi reduzido o número de ações previstas no Programa, possibilitando um melhor planejamento e gerenciamento do mesmo. Em 2002, a execução do planejado foi brutalmente prejudicada, em função do contingenciamento dos recursos financeiros. Desta forma, muitos projetos ficaram impossibilitados de serem implementados, executando-se tão-somente uma pequena parte do que foi planejado.

Implementação

As atividades a serem executadas durante o ano pelo Programa são decididas pela equipe gerencial, juntamente com os diretores dos museus federais vinculados ao Ministério da Cultura, em reunião realizada no início de cada exercício financeiro.

Ademais, deve-se ressaltar que os recursos orçamentários estão bem abaixo das necessidades dos museus.

Não obstante, apesar do forte contingenciamento orçamentário característico do ano de 2002, o Programa possibilitou a concretização de alguns importantes projetos dos museus ligados ao Ministério da Cultura, priorizando, neste exercício, a capacitação dos técnicos ligados aos museus. As ações que mais contribuíram para se atingir os objetivos do Programa foram as de Funcionamento de Museus da União e Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos.

O Programa apoiou, com a concessão de bolsas de inscrição e com a parceria da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep, a participação de técnicos brasileiros no 13º Encontro Trienal do Conselho Internacional de Museus - ICOM-CC. Esse congresso trienal é o maior evento internacional na área de conservação e restauração de bens móveis e integrados, reunindo profissionais de museus e conservação de mais de cinquenta países. Com o apoio do Programa, foi possível viabilizar a participação de profissionais brasileiros no evento, o que representa uma oportunidade única de trocar experiências e inteirar-se das questões mundiais que estão sendo discutidas na área.

Outra ação na área de capacitação de recursos humanos foi a realização dos Seminários de Capacitação Museológica, promovidos pelo Museu de Artes e Ofícios e Instituto Cultural Flávio Gutierrez, de Belo Horizonte (MG). Os seminários foram compostos de três módulos: 1º - Programa Museológico: Princípios e Metodologia de Trabalho; 2º - Conceito Museológico e Salvaguarda Patrimonial; e 3º - Programas de Comunicação: Exposição, Educação e Avaliação. Os seminários tiveram como objetivo discutir temas relacionados ao conceito gerador dos museus, ações interdisciplinares, pedagógicas, de

requalificação urbana e de formação, diagnóstico patrimonial, armazenamento e tratamento de acervos, dentre outros, com a participação de especialistas convidados de diversas organizações congêneres no Brasil e no exterior.

Merece destaque, ainda, o apoio para os eventos e atividades realizados em prol das comemorações dos oitenta anos do Museu Histórico Nacional. Foram realizadas exposições para apresentar ao público parte do acervo guardado em reserva técnica, provocando uma reflexão sobre o ano de 1922, repleto de acontecimentos marcantes, proporcionando ao público uma reflexão e um maior conhecimento sobre a área da cidade onde está instalado o Museu. Foi realizado também um seminário internacional, nos campos das Ciências Humanas e de Pesquisa - do Brasil e do exterior - visando a troca e a ampliação de conhecimentos, contemplando questões abrangentes com temas de interesse para museus em geral e para os de história em particular, para o qual foram convidados cientistas de produção reconhecida.

Quanto à ação Funcionamento de Museus da União, além de ser a que mais dispõe de recursos, é de suma importância para a manutenção das atividades desenvolvidas pelos museus em seu dia-a-dia. Por meio dessa ação, o Programa ofereceu o aporte financeiro para as atividades de manutenção física dos prédios e acervos, vigilância e limpeza; manutenção de espaços de exposições e reservas técnicas e manutenção de atividades educativas, culturais e de difusão de museus, atendendo não só os museus de grande porte, mas também os museus menores, como os regionais de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Nordeste.

Um dos principais fatores que dificultam a implementação do Programa são as determinações legais para a formalização de convênios, como a exigência de diversas certidões e declarações. Os trâmites burocráticos também dificultam a sua implementação. Geralmente, os convênios são firmados com entidades vinculadas ao Ministério da Cultura (Iphan, Funarte e Fundação Casa de Rui Barbosa). O processo de assinatura do convênio, além de tramitar por várias divisões do Ministério, também passa por diversas tramitações nas entidades vinculadas. A exigência de contrapartida das entidades vinculadas do MinC também é um fator que prejudica a implementação do Programa.

Devido à carência de apoio técnico atuando no Programa, não é possível efetuar o efetivo acompanhamento dos executores das ações. No entanto, é efetuada a coordenação e orientação na elaboração e concepção dos projetos apoiados.

Não existe uma efetiva apuração dos indicadores estipulados para o Programa. Quanto à adequada avaliação, o Programa vê-se prejudicado pela falta de órgão ou pessoas aptos para executá-la.

O Programa não dispõe de um mecanismo sistematizado de consulta ao público-alvo (população brasileira). Somente foi efetuada uma consulta aos diretores dos museus e demais clientelas diretamente beneficiadas pelo Programa, no ano de 2000, apresentando questões sobre a concepção, execução e implementação do mesmo, a fim de proceder à sua avaliação.

As Associações de Amigos dos Museus são peças-chave no complemento de aporte financeiro e gerencial, além de disporem de grande agilidade e experiência na implementação das atividades desenvolvidas pelos museus. As parcerias neste Programa foram intensas no seu primeiro ano de execução, quando houve grande apoio das Associações de Amigos dos Museus. A partir de 2001, em função de restrições a convênios com essas associações, o desempenho de sua atuação diminuiu. Entretanto, hoje continuam sendo importantes parceiros em todas as atividades desenvolvidas pelos museus.

Música e Artes Cênicas

No período 2000-2002, o Programa alcançou o resultado previsto – aproximadamente 734 Bandas de Música apoiadas. Entretanto, o indicador Taxa de Bandas de Música não é suficiente para mensurar o Programa como um todo. Seria necessário criar outros indicadores, de abrangência, apesar de não existir equipe disponível para executar esta tarefa, nem recursos orçamentários para contratar a sua realização. Além disso, foram apoiados 323 projetos de Música e Artes Cênicas. Em 2002, foram apoiados 124 projetos dentro do concurso EnCena Brasil – que apóia a montagem e circulação de espetáculos de artes cênicas –, 23 projetos dentro do Prêmio Estímulo ao Circo e quinze projetos dentro do concurso de Apoio a Orquestras.

Resultados

O Programa não foi concebido como resposta a um problema específico, mas como continuidade das ações do Governo Federal na área da Cultura, reconhecidas como indispensáveis e importantes. Como consequência, a formulação do problema foi feita a *posteriori*, de acordo com as Orientações Estratégicas da Presidência da República: cultura como "direito" e como atividade econômica relevante a ser fortalecida.

Concepção

O Ministério da Cultura continua necessitando de uma reforma administrativa ampla, que solucione as dificuldades geradas pela duplicação e superposição de competências entre o Ministério e suas vinculadas, bem como a inadequação entre a estrutura do órgão e as tarefas que executa e deveria executar.

Não existem ainda, e precisam ser criadas, interfaces com o MEC (em educação musical e disseminação da música e das artes cênicas nas escolas), com o MPAS (com o acesso da população de baixa renda a espetáculos de música e artes cênicas), com o MJ (com as artes cênicas e particularmente música como instrumento de integração de deficientes físicos, e políticas de acesso à música e artes cênicas como garantia de direito constitucionalmente previsto), com o MF e MDIC (políticas de fortalecimento da música e artes cênicas como atividades econômicas). A interface com o MRE precisa ser fortalecida.

Há necessidade de envolver mais diretamente as associações de classe de artistas e produtores culturais. Algumas das ações são dependentes da demanda da sociedade, de maneira que se torna particularmente difícil nortear estes esforços em direções bem definidas, amparadas por uma política cultural mais ampla. A concentração da demanda da sociedade nas Regiões Sul, e sobretudo Sudeste, dificulta a adequada regionalização do Programa.

O Programa funcionou, em grande parte, respondendo às demandas da sociedade e do segmento cultural. A partir de 2001, iniciou-se a busca de uma linha de ação mais pró-ativa, no sentido de estimular, direcionar e educar a demanda social refletida nos resultados obtidos durante o período.

A ação Fomento a Projetos Culturais constitui na realidade um "guarda-chuva", abrangendo diversas iniciativas que não se enquadram facilmente em nenhuma das outras ações. Por este motivo, trata-se de uma ação ao mesmo tempo necessária e extremamente problemática. Na medida em que cada uma das outras ações constitui um mecanismo bastante específico, voltado para uma área muito delimitada, é necessária uma ação de cunho geral, para poder tomar iniciativas referentes a atividades não previstas nas demais ações. Contudo, sua existência acarreta o permanente risco de interferência nas prioridades

Gerente:

Joatan Vilela Berbel

técnicas, assim como acaba por manter aberta a possibilidade de contemplar atividades que se enquadrariam melhor em outras ações, quando a disponibilidade de recursos é insuficiente ou incompatível com o cronograma. As metas físicas são formuladas para serem compatíveis com os recursos orçamentários existentes, não para serem adequadas aos problemas que o Programa se propõe a resolver.

Implementação

Basicamente, a estratégia de implementação permitiu verificar em que medida as ações do MinC são ainda dependentes de estímulos externos (demanda da sociedade, em especial dos produtores culturais), e iniciar o trabalho na direção da definição de uma linha de ação mais pró-ativa, no sentido de estimular, direcionar e educar a demanda social, dentro de uma política cultural mais ampla. São exemplos nítidos o EnCena Brasil, o Prêmio Estímulo ao Circo e o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos.

Embora os recursos tenham sido, durante a maior parte do período, suficientes para realizar as ações planejadas, o Programa necessita ainda ser ampliado e fortalecido, para o que se faz necessário aumentar os recursos. No ano de 2002, especificamente, as restrições orçamentárias prejudicaram seriamente a implementação do Programa.

A liberação dos recursos orçamentários continua a ser fragmentada e não corresponde a nenhum critério técnico compatível com a implementação do PPA. Grande parte dos recursos só é liberada no final de cada ano, acarretando sobrecarga de trabalho e queda na qualidade das decisões tomadas. Para contornar as dificuldades geradas pelo represamento da liberação orçamentária, optou-se às vezes por empenhar recursos em planos internos inadequados, prejudicando a sistemática de acompanhamento do PPA.

Grande parte do Programa – especialmente a Ação Fomento a Projetos Culturais – é executada descentralizadamente, envolvendo contrapartida de estados, municípios e entidades da sociedade civil. É preciso ressaltar, porém, que não há sistema de informações sobre a execução física. As informações existentes não são sistemáticas e somente existem devido à natureza pública dos projetos implementados.

Não há uma política coerente de qualificação profissional, nem existe um diagnóstico das deficiências. A interface entre a área fim e a área de treinamento é frágil, assim como a relação com a ENAP. A sobrecarga de trabalho, causada pela carência de mão-de-obra, torna praticamente impossível a liberação do pessoal das suas tarefas cotidianas para atividades de treinamento.

A sociedade participa de forma organizada e significativa. Mecanismos de participação têm sido implementados, como o Fórum de Orquestras, o Seminário Circo, Direitos e Deveres e concursos, como o Concurso Nacional de Textos Teatrais Inéditos. A participação tem aumentado e este aumento tem sido estimulado pelo Programa.

Na concessão de incentivos fiscais verifica-se a dificuldade de alavancar regiões com grande riqueza cultural, porém com dificuldades socioeconômicas, pois a atuação do MinC, neste caso, apenas responde às demandas da sociedade, concentrada nas regiões Sudeste e Sul. A realização de convênios com estados, municípios e instituições privadas sem fins lucrativos, dentro dos atuais limites orçamentários, não pode compensar este desequilíbrio.

Pode-se considerar que o Programa não tem um sistema de consulta ao público-alvo. Não há também equipe disponível para trabalhar na elaboração e implementação de um sistema desta natureza, nem recursos para contratá-las no mercado.

Produção e Difusão Cultural

.....

Não foi possível aferir a variação dos indicadores, pois são necessárias informações advindas dos demais órgãos responsáveis pela execução das ações. Registra-se a dificuldade enfrentada na sua obtenção e na ausência de mecanismos que possibilitem ao gerente uma cobrança mais incisiva aos dirigentes daqueles órgãos. Não há como prever o alcance dos indicadores para o final de 2003, visto que inexistem mecanismos disponíveis para tal aferição. Em 2002, não se alcançou resultados expressivos.

Conforme descrito na avaliação 2001, foram encontradas dificuldades no que se refere à obtenção de informações detalhadas dos órgãos responsáveis pela execução das ações, restando o relatório da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, do Ministério da Cultura - SPOA/MINC como única ferramenta disponível e capaz de trazer algumas informações sobre a execução do Programa.

Houve um considerável retrocesso na execução do Programa em relação ao exercício anterior, haja vista a falta de recursos financeiros. Especialmente no período de maio a setembro, em virtude da Lei Eleitoral, o Programa ficou paralisado, sendo impossível obter informações das demais entidades envolvidas.

.....

A demanda da sociedade, à época da concepção do Programa, fundamentava-se na ausência de iniciativas governamentais específicas para o setor de produção e difusão cultural, especialmente nas áreas de promoção e circulação de espetáculos, mostras e eventos, por todo o País, relacionados com as expressões culturais nacionais, adequação e aparelhamento de espaços culturais – técnica e operacional – para a plena realização das atividades, visando a melhoria e ampliação do atendimento à sociedade, objetivando, desta forma, o aumento da produção e a difusão cultural no País e no exterior.

A experiência de quase três anos demonstrou que as maiores dificuldades se deram na execução pela falta de uma equipe de gerência e pela contumaz ausência de recursos. Faz-se necessária a criação de uma equipe de gerência com dedicação exclusiva visando ao desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da execução do Programa. Com a criação dessa equipe e, sendo o gerente imbuído do poder de exigir das unidades as informações necessárias ao acompanhamento do Programa, certamente os mecanismos para um melhor desempenho aparecerão naturalmente.

Importante é a criação de mecanismos para melhorar a articulação com as demais unidades do(s) ministério(s) – Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa e parceiro (Fundação Joaquim Nabuco/MEC) –, que também executam ações dentro do Programa.

Relativo à execução, é necessário permitir maior espaço ao gerente no que concerne ao direcionamento das ações, realizadas por outras unidades executoras, objetivando uma supervisão mais adequada sobre a obtenção dos resultados.

Durante o presente exercício, as ações pertinentes ao Programa tiveram desempenho abaixo do previsto, em função das sérias restrições orçamentárias e financeiras, o que implicou negativamente a obtenção dos resultados.

Resultados

Concepção

Gerente:

Márcio Gonçalves Bentes de Souza

..... **Implementação**

A execução financeira ao longo do período vem sofrendo restrições, considerando que até o mês de outubro o percentual de execução de 2002 se mostrou pífio, em torno de 14% do orçamento previsto. A continuar este padrão de execução, o Programa não atingirá com plenitude as metas estabelecidas para 2003.

Para o novo PPA 2004-2007, a gerência deve dispor de recursos humanos, infra-estrutura e, principalmente, mecanismos que possibilitem uma ação mais efetiva junto aos parceiros, especificamente sobre intempestividade de informações e andamento das ações do Programa para que, desta forma, possa desenvolver sua função a contento.

O Ministério da Educação, por meio da Fundação Joaquim Nabuco, é parceiro do Programa. As ações que lhe cabem são:

- Edição de Livros, Revistas Científicas e Anais: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 161.926,00.
- Produção de Vídeo e Multimídia: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 255.306,00.
- Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais: execução no período 2000-2002 no valor de R\$ 545.048,00.

Cumpre esclarecer que não existe equipe gerencial constituída para acompanhar a execução do Programa. Contudo, há que se ressaltar o esforço dos servidores na tentativa de assessorar o gerente no acompanhamento do Programa.

Não foi colocada em prática nenhuma forma de pesquisa para aferir a satisfação do usuário.

Não houve como planejar a realização das ações no ano de 2002, visto que no período de maio a setembro não foram liberados recursos financeiros para as atividades finalísticas, o que acarretou uma verdadeira desordem na execução do Programa.

Esta gerência só pode reportar as dificuldades enfrentadas pela Funarte na execução do programa, pois não tem conhecimento das dificuldades vivenciadas pelos demais órgãos que também executam ações que compõem o Programa.

As dificuldades concentraram-se sobretudo na gerência, que não dispôs de uma equipe para a correta realização da tarefa que lhe foi confiada. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes locais foi insuficiente. Não existe equipe gerencial, bem como não houve reposição por parte do governo findo de técnicos que se aposentaram ou se desligaram do setor cultural ao longo dos anos.

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica
Adestramento e Operações Militares da Marinha
Adestramento e Operações Militares do Exército
Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil
Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil
Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil
Calha Norte
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos
Desenvolvimento da Aviação Civil
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária
Ensino Profissional da Aeronáutica
Ensino Profissional da Marinha
Ensino Profissional do Exército
Gestão da Política de Defesa Nacional
Mobilização para Defesa Nacional
Nacionalização do Material Bélico
Operações Militares
Proantar
Proteção ao Vôo e Segurança do Tráfego Aéreo
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro
Recursos do Mar
Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário
Serviço de Saúde das Forças Armadas
Tecnologia de Uso Aeroespacial
Tecnologia de Uso Naval
Tecnologia de Uso Terrestre

Ministério da Defesa

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Resultados

O esforço aéreo é o produto síntese que permite ao Comando da Aeronáutica atingir o objetivo do Programa de **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, de preparar a Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional. O Indicador Taxa de Esforço Aéreo estabelece, anualmente, a relação percentual entre o número de horas voadas e o número necessário de horas de voo para manter a operacionalidade da Força Aérea Brasileira. O índice final do PPA foi estipulado em 75%, tendo sido apurado 62% em 2000 e 63,80% em 2001. O índice do indicador apurado em 2002 foi de 63,61% e o índice final do PPA é 75%.

Duas ações têm impacto direto sobre o esforço aéreo: Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação e Manutenção e Suprimento de Material de Aviação. O produto dessas ações representa a aeronave disponível para o voo. Somente no corrente ano, estas ações foram contingenciadas, até 29/10/2002, em 31,06% e 17,90%, respectivamente. No caso do material de aviação, os desdobramentos deste contingenciamento terão conseqüências também nos próximos anos, pois algumas peças de reposição demoram de seis meses a dois anos para serem entregues, após a formalização do pedido e o pagamento inicial. Vale ressaltar que a situação atual da frota de aeronaves da FAB reflete, também, as restrições orçamentárias de anos anteriores.

As principais realizações alcançadas pelo Programa, até 30 de outubro, foram as seguintes:

- operações destinadas a apoiar o exército e a marinha, conforme estabelecido no plano de missões conjuntas;
- operações destinadas a apoiar o exército, no transporte de tropas para o timor leste, e a marinha, no transporte de pessoal e de material para a estação antártica comandante ferraz;
- operações previstas no plano de apoio à amazônia, destinadas a apoiar organizações do comando da aeronáutica, das demais forças de superfície e de outros órgãos envolvidos em atividades na região amazônica;
- operações destinadas a apoiar o programa calha norte, com transporte de alimentos, de medicamentos e de profissionais de saúde, bem como de material de construção para os batalhões de engenharia do exército;
- operações de patrulhamento marítimo da zona econômica exclusiva, no tocante ao controle do tráfego marítimo e à prática de atos ilícitos;
- operações de apoio ao ministério da justiça no combate ao narcotráfico;
- operações de apoio à justiça eleitoral no transporte de pessoal e de material necessário às eleições;
- operações de apoio ao ministério da saúde no transporte de pessoal e de material necessário à vacinação;
- operações de apoio ao Programa **Comunidade Solidária** no transporte de pessoal e de material necessário às ações sociais;

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

- Operação Cruzex - exercício multinacional para treinamento de força tarefa combinada, que envolveu Brasil (coordenador), Argentina, Chile, França e Uruguai;
- Operação Fortaleza - operação combinada para prestar apoio de segurança à 43ª Reunião da Assembleia de Governadores do BID; e
- Operação Tapuru - exercício combinado para proteção da região amazônica;

Estão previstas as seguintes operações militares até o final deste ano:

- operação Boiadeiro - operação combinada para impedir a entrada de animais com febre aftosa na área da fronteira brasileira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai;
- operação Maracaju - exercício combinado com a finalidade de interceptar tráfegos desconhecidos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;
- Operação - grande exercício da força aérea com a finalidade de adestrar os comandos operacionais envolvidos no planejamento e na execução de operações da FAB; e
- operação Leão II - exercício combinado para simular a conquista de uma região no litoral do Espírito Santo (operação anfíbia)

Principais realizações esperadas até 2003:

- realização de operações que propiciem o adestramento dos comandos operacionais da força aérea;
- realização de operações combinadas com forças aéreas de países amigos; e
- realização de operações combinadas com as demais forças singulares brasileiras.

Os recursos para o programa constantes na Lei Orçamentária para o corrente ano representam apenas 46,62% das necessidades estimadas para 2002. O limite orçamentário estabelecido pela SOF para 2003 representa 40,52% das necessidades previstas. Embora os valores globais alocados ao Programa tenham uma tendência crescente desde 2000, os contingenciamentos aplicados ao longo do período impediram um fluxo constante, o que não permitiu a execução tempestiva de determinadas ações, principalmente as de Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes de Aviação e Manutenção e Suprimento de Material de Aviação, que têm impacto direto na disponibilidade de aeronaves para o voo.

Concepção

Caracterização do problema: A necessidade da sociedade brasileira de possuir uma Força Aérea adestrada e capaz de realizar as operações militares destinadas a garantir a defesa nacional não sofreu alterações ao longo do período 2000-2002.

Atributos do Programa: O objetivo do Programa, de preparar o Comando da Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação constitucional descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (toda a nação brasileira) está bem caracterizado e dimensionado, pois o Programa abrange todo o território nacional. Vale ressaltar que as ações que compõem o Programa são suficientes e abrangem os diferentes aspectos que constituem o adestramento e a realização de operações militares da Aeronáutica. Entretanto, quanto ao tipo de programa, o melhor enquadramento seria o de Serviço ao Estado, pois os bens e serviços gerados pelo Programa visam garantir a defesa da pátria, dos poderes constituídos e, também, da lei e da ordem, que são de responsabilidade do Estado.

O Programa é composto por quinze ações, todas do tipo atividade:

- Ações de caráter sigiloso;
- Alimentação de pessoal;
- Capacitação física do pessoal militar da aeronáutica;
- Instrução militar e adestramento da aeronáutica;
- Manutenção e suprimento de armamento;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes;
- Manutenção e suprimento de estandes de tiro e campos de provas;
- Manutenção e suprimento de fardamento;
- Manutenção e suprimento de material contra incêndio;
- Manutenção e suprimento de material de aviação;
- Manutenção e suprimento de material de intendência;
- Manutenção e suprimento de material de saúde;
- Manutenção e suprimento de munições;
- Manutenção e suprimento de simuladores; e
- Manutenção e suprimento do transporte logístico de superfície.

Atributo de ação: em relação a alterações no desenho do Programa seria mais adequado mudar o título da ação Suprimento e Manutenção de Armamento para Suprimento e Manutenção de Material Bélico, pois o termo material bélico abrange uma categoria maior de itens e de equipamentos, entre os quais o próprio armamento.

Estratégia de implementação: este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do Programa.

Implementação

Os recursos do Programa são oriundos, na sua totalidade, do orçamento da União. A descontinuidade do fluxo de recursos provoca um acúmulo de necessidades nos anos subsequentes. Há casos de ações, como Suprimento e Manutenção de Material de Aviação e Suprimento e Manutenção de Fardamento, em que a formalização do pedido, o pagamento inicial, o recebimento dos lotes de material e os pagamentos subsequentes ocorrem em períodos que variam de seis meses a três anos. Com isto, os planejamentos são redimensionados para valores cada vez mais altos e mais distantes da realidade orçamentária. Outra consequência da descontinuidade do fluxo de recursos é a concessão de créditos próximo ao final do exercício, o que exige da administração redimensionamento de projetos, cujos resultados não terão aplicação prática no ano em curso.

O Comando da Aeronáutica, por intermédio do **Programa Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, tem realizado parcerias com diversas instituições, entre as quais cabe destacar, o Exército, a Marinha, o Ibama, a Polícia Federal e as Forças Aéreas de países amigos. Os resultados destas parcerias têm proporcionado intercâmbios de conhecimentos, exercícios combinados e cursos de especialização, dentre outros, o que tem contribuído para o adestramento da Aeronáutica.

Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, a nação brasileira, sua participação tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa. Como o resultado do Programa está inserido em um contexto mais amplo de defesa nacional, uma pesquisa de satisfação do público-alvo neste sentido teria que considerar a atuação conjunta das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, bem como de outros órgãos governamentais que fazem parte do sistema de defesa nacional.

A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, execução e controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações.

Adestramento e Operações Militares da Marinha

A variação do índice do indicador, no que se refere à capacidade de pronto emprego dos meios operativos da Marinha, foi de 70% no início do PPA e o índice planejado ao final do PPA é de 80%. Em 2001 verificou-se uma queda do índice para 58%, essa queda evidencia a dependência de recursos alocados à Marinha do Brasil. O índice do indicador no ano de 2002 foi de 52%.

Em 2001 - A manutenção foi realizada em níveis satisfatórios dos 103 navios, 80 helicópteros e 23 aviões existentes na Marinha do Brasil; a alimentação, capacitação do pessoal e suprimento de fardamento em níveis adequados para todo o contingente de militares da Marinha.

Em 2002 - Realização de operações conjuntas com as Marinhas dos Estados Unidos, Venezuela, Argentina, Uruguai e África do Sul e visitas a portos estrangeiros; manutenção de 112 navios - sendo um navio-aeródromo; 24 navios patrulhas; 11 corvetas; 10 fragatas; 2 contratorpedeiros; e 62 navios de diversas classes; 103 aeronaves - incluindo as 23 AF-1/1A "Skyhawk"; e 25 batalhões e grupamentos de fuzileiros navais e respectivos equipamentos.

O aprestamento das Forças Navais e a manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais foram prejudicados devido a cortes orçamentários. Essas restrições ocasionaram a reavaliação do Programa Geral de Manutenção e a conseqüente postergação para o exercício seguinte dos diversos reparos e manutenções dos meios navais. Caso essa situação não se reverta, acarretará uma crescente degradação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo necessário, no futuro, maior aporte de recursos, visando a operacionalidade desses meios. As Organizações Militares Prestadoras de Serviços - OMPS responsáveis pela execução de reparos e manutenções em nossos meios, se ressentem de investimentos nos seus parques industriais que já se apresentam com grau de obsolescência considerável. Esta limitação acarreta um maior grau de terceirização de serviços e reparos.

O inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que a nação dispõe deve ser mantido, pela Marinha, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, e possibilitar o cumprimento da missão atribuída constitucionalmente à Marinha do Brasil.

O Programa e a estratégia de implementação estão perfeitamente definidos, não necessitando de alteração nos atributos.

O Programa é composto por 14 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 14 atividades.

- Abastecimento de sobressalentes e equipagens: assegurar em níveis e condições adequadas as equipagens e os sobressalentes para as organizações militares da Marinha do Brasil;
- Ações de caráter sigiloso: garantir a segurança do Estado e da sociedade, conforme prevêm a ressalva do art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, a lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e o art. 86, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- Alimentação de pessoal: promover, manter e controlar o provimento da alimentação para o pessoal militar das Forças Armadas;

Resultados

Concepção

Gerente:

**Contra-Almirante Gilberto Max Roffé
Hirschfeld**

- Aprestamento das Forças Navais: manter o preparo dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para o adequado estado de prontidão operativa das Forças Navais;
- Capacitação física do pessoal militar da Marinha: capacitar fisicamente militares para o desempenho de cargos e funções de interesse da Marinha do Brasil;
- Doutrina e estratégia militar: promover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo das Forças Armadas;
- Formação da reserva mobilizável: garantir um contingente capacitado para ser reintegrado ao serviço militar ativo, em caso de necessidade da Marinha do Brasil;
- Manutenção de meios aeronavais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios aeronavais;
Manutenção de meios de fuzileiros navais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios de fuzileiros navais da Marinha;
- Manutenção de meios navais: manter em condições ideais de operacionalidade os meios navais da Marinha;
- Manutenção de sistemas operativos: dotar os meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e os órgãos operativos da Marinha do Brasil de sistemas prontos e capacidade para auxiliar no cumprimento de suas respectivas missões;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes: assegurar adequada manutenção e o suprimento de combustível e lubrificantes nas organizações militares;
- Manutenção e suprimento de fardamento: atender às necessidades de fardamento das organizações militares, visando uniformizar a tropa;
- Manutenção e suprimento de munições: garantir a segurança no manuseio e na utilização, bem como o suprimento necessário para o ano de instrução, pêra defesa do aquartelamento e para o pronto emprego das Forças Armadas.

Público-alvo: o Programa **Adestramento e Operações Militares da Marinha** tem como público-alvo a nação brasileira.

Estratégia de implementação: no Comando da Marinha a implementação é realizada em conformidade com o Sistema do Plano Diretor da Marinha - SPD, a estratégia de execução é realizada por meio de 44 planos internos voltados para: manter em plena condição de operação os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; manter em plena condição de operação as organizações militares terrestres; disponibilizar suprimentos de gêneros alimentícios, combustíveis e lubrificantes, fardamento, munição e sobressalentes; administrar o contingente da reserva naval; e administrar as atividades inerentes ao pronto emprego das Forças Navais.

Fontes de financiamento: o Programa recebe recursos somente do Orçamento Fiscal.

Implementação

Recursos: o Programa nos anos de 2000 e 2001 executou um total de R\$ 798.176.833,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 437.241.395,00.

Satisfação do público alvo: a Marinha utiliza-se da mídia para avaliar a satisfação do público-alvo.

Adestramento e Operações Militares do Exército

Resultados

O índice inicial projetado em 1998 foi de 60%, correspondente ao indicador Taxa de Preparo do Efetivo Militar. Em 2000: a taxa sofreu uma redução de 1%, uma vez que os recursos disponibilizados atenderam apenas 50% das necessidades. Por sua vez, o contingenciamento de recursos, aliado a sua tardia inversão, influenciou de maneira negativa a execução das ações. Além disso, a descontinuidade do fluxo financeiro prejudicou a execução programada. Soluções alternativas foram implementadas, como: a redução do expediente a partir de novembro do referido ano, a priorização de exercícios e de operações militares e a redução do custo de manutenção de equipamentos, viaturas, aeronaves e outros materiais de emprego militar.

Em 2001: o índice do indicador retornou ao patamar inicial, ou seja, 60%, porém projetando as mesmas dificuldades, principalmente no que tange a Capacitação Operacional da Força Terrestre, não só no adestramento dos seus quadros e do Núcleo Base (Cb e Sd engajados), como também no preparo do contingente que presta o serviço militar inicial. Nesse sentido a prioridade foi direcionada para o período de Instrução Individual do recruta, em detrimento de exercícios, no nível Grande Unidade, previstos para a fase de Adestramento, que ocorre no segundo semestre de cada ano.

Em 2002: a previsão para o alcance do índice do indicador está comprometida, em virtude do contingenciamento decretado em meados do referido exercício implicou no licenciamento antecipado de 44 mil recrutas, que estavam prestando o serviço militar inicial. Outras medidas foram tomadas pelo Comando do Exército, tais como: a implantação do meio expediente a partir do mês de agosto; a supressão de várias operações militares, envolvendo também as outras Forças Singulares Exércitos de outras nações, assim como a suspensão de aquisições de materiais e prestações de serviços que estavam em andamento.

Diante desses fatos o índice a ser atingido em 2002, deverá ficar em torno de 50%, o que compromete a Taxa de Preparo do Efetivo Militar a ser alcançada no final do PPA 2000-2003.

Ano 2001: operação para garantir a lei e a ordem em Tocantins e na Bahia por ocasião da rebelião da Polícia Militar dos referidos estados; operação em benefício das comunidades atingidas pela seca em nove estados da federação, realizada no período de junho a dezembro de 2001; operação de apoio ao combate à febre aftosa nas áreas de fronteira, realizada no período de março a novembro de 2001; operação visando aprimorar o planejamento do apoio logístico em prol da Defesa Civil, no caso de ocorrência de incêndio no Parque Nacional do Iguaçu, com a participação dos Exércitos Brasileiro e Argentino; operação visando o emprego de uma Força de Paz multinacional, com a participação dos Exércitos do Brasil, Estados Unidos, Chile, Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Equador; apoio logístico à Polícia Federal no combate ao narcotráfico; preparo e adestramento dos quadros permanentes, dos soldados recrutas e da reserva mobilizável, visando à defesa da Pátria e a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem; operações convencionais em um quadro tático defensivo, envolvendo o Exército Brasileiro e o Argentino, com a presença de observadores dos Exércitos do Paraguai e Uruguai.

Gerente:

**General de Brigada
Rui Monarca da Silveira**

Ano 2002

Emprego da força terrestre em operações militares e exercícios de adestramento

O Exército Brasileiro, visando o seu preparo para o cumprimento de sua missão constitucional, realizou em 2002 operações militares e exercícios de adestramento, dentre os quais destacam-se:

- Operação Tapuru: grande operação militar, realizada na área da Amazônia, com o objetivo de adestrar o Sistema de Comando e Controle do Comando Combinado da Defesa. Essa operação possibilitou uma atuação combinada da Marinha, do Exército e da Força Aérea, a fim de proteger a Amazônia Brasileira. Foi realizada no período de 20 a 25 de maio de 2002, com a participação integrada de grandes efetivos de pessoal e materiais. Os participantes do Exército na Operação Tapuru foram: o Comando Militar da Amazônia - CMA, a 12ª Região Militar, a 1ª e a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, o 4º Esquadrão de Aviação do Exército, a 1ª Companhia de Guerra Eletrônica, o Destacamento de Forças Especiais e o Centro de Embarcações do CMA;
- Operação Araçari: operação visando o adestramento avançado do Comando Militar do Oeste - CMO. Realizada em Mato Grosso do Sul nos municípios de Campo Grande, Dourados e Jardim, no período de 14 a 19 de outubro de 2002, envolvendo, além das tropas do CMO, a Brigada de Infantaria Pára-quedista, a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), o Centro de Instrução de Aviação do Exército, a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, o Centro de Avaliação de Adestramento do Exército, o 1º Batalhão de Forças Especiais, a 1ª Companhia de Guerra Eletrônica, a Companhia de Defesa Química, Biológica e Nuclear, a 1ª Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes e a Força Aérea Brasileira;
- Operação Agulhas Negras: operação visando o adestramento avançado da 2ª Divisão de Exército em Operações Ofensivas. Realizada em Rezende - RJ, no período de 24 a 29 de novembro de 2002, envolvendo efetivos da 2ª Divisão de Exército, 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), 11ª Brigada de Infantaria Blindada e Centro de Instrução de Aviação do Exército;
- Operação Laço Forte: operação visando o adestramento dos quadros de uma brigada blindada. Realizada na província de Entre Rios, na Argentina, no período de 04 a 08 de novembro de 2002, com a participação de militares do Exército Brasileiro e Argentino;
- Operação Forças Unidas: operação visando o intercâmbio de experiências em operações de paz. Realizada em Montevideu, no Uruguai, no período de 06 a 10 de maio de 2002, com a participação de delegação do Exército Brasileiro e integrantes do Exército do Uruguai;
- Operação Cabañas: operação visando o adestramento de Pelotões de Força de Paz. Realizada em Santiago, no Chile, no período de 11 a 31 de outubro de 2002, com a participação de um pelotão do Exército Brasileiro e de integrantes do Exército Chileno;
- Operação Felino: operação visando o adestramento de Força de Paz, no ambiente de caatinga. Realizada na cidade de Petrolina - PE, no período de 27 de outubro a 10 de novembro de 2002, com a participação da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada;
- Operação Saci: operação visando o adestramento avançado da Brigada de Infantaria Pára-quedista em operações aeroterrestres. Realizada em Santa Maria - RS no mês de novembro de 2002, com a participação da Brigada de Infantaria Pára-quedista, Comando de Aviação do Exército e Força Aérea Brasileira.

Instrução militar e adestramento da força terrestre

Foram instruídos e adestrados cerca de 76% do efetivo militar em 2002.

- Através da instrução militar, o efetivo foi capacitado técnica e taticamente para o exercício eficaz de suas funções e as organizações militares operacionais alcançaram níveis mínimos de operacionalidade para cumprir as missões fundamentais previstas em sua base doutrinária.

Doutrina e estratégia militar

- A formulação da doutrina e da estratégia militar é de capital importância para o preparo e o emprego da Força Terrestre. O índice atingido de 100% de documentos produzidos em muito contribuiu para atingir o objetivo do Programa.

Restrições - O contingenciamento orçamentário obrigou o cancelamento de contratos, em particular os referentes à manutenção preventiva do Sistema de Telemática Militar (centrais telefônicas, equipamentos das redes rádio fixa principal e secundária), o que foi solucionado sob a forma de manutenção corretiva, ou seja, quando ela ocorre, onerando o seu custo.

O atraso na liberação de recursos ocasionou e tem ocasionado o não pagamento na época oportuna dos serviços prestados pelas concessionárias (energia elétrica, água, telefonia) com conseqüente acréscimo de juros e a possibilidade de cortes.

O aumento significativo dos recursos em restos a pagar comprometeu a dotação de exercícios seguintes e poderá comprometer a dotação de 2003, reduzindo ainda mais a eficiência da manutenção e suprimento de equipamentos, armamentos, viaturas, aeronaves e equipamentos de telemática.

Quanto às licitações, devido a esses problemas ocorridos, as empresas de maior tradição no mercado não estão se sentindo atraídas. Conseqüentemente, outras empresas com qualificação inferior vêm se habilitando e proporcionando serviços de baixa qualidade.

.....
Caracterização do problema - o Exército Brasileiro tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

Concepção

O Programa **Adestramento e Operações Militares do Exército** possibilita, por meio de suas ações, o preparo, a capacitação, o adestramento e o emprego da Força Terrestre, visando a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, a participação em operações de paz e, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

O Programa é composto por 25 ações, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército – 24 atividades e uma operação especial:

- Ações de caráter sigiloso;
- Alimentação de pessoal;
- Capacitação física do pessoal militar do Exército;
- Capacitação operacional da força terrestre;
- Cartografia terrestre;

- Compromissos decorrentes da missão de observadores militares Equador Peru - Momep;
- Doutrina e estratégia militar;
- Emprego da força terrestre em operações;
- Formação e adestramento da reserva mobilizável;
- Instrução militar e adestramento do Exército;
- Manutenção e suprimento de animais, material de veterinária e agrícola;
- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes;
- Manutenção e suprimento de equipamentos de Engenharia de construção;
- Manutenção e suprimento de fardamento;
- Manutenção e suprimento de material bélico;
- Manutenção e suprimento de material de aviação;
- Manutenção e suprimento de material de comunicações táticas e estratégicas;
- Manutenção e suprimento de material de intendência;
- Manutenção e suprimento de material de saúde;
- Manutenção e suprimento de munições;
- Manutenção e suprimento do transporte logístico de superfície;
- Manutenção e suprimento dos sistemas de telemática militar;
- Mapeamento e demarcação de áreas;
- Segurança a autoridades; e
- Seleção para o serviço militar e apresentação da reserva em disponibilidade.

Há uma certa dificuldade em gerenciar ações que agregam manutenção e suprimento tendo em vista a execução contemplar duas atividades distintas (manutenção e suprimento), as quais se encontram subordinadas a chefes de graus hierárquicos diferenciados.

Público-alvo - a repercussão do licenciamento antecipado foi um fato negativo perante o público-alvo, haja vista a dimensão do problema levado a efeito pelos meios de comunicação e pela própria sociedade. As consequências se fizeram refletir não só nos objetivos previstos no Programa **de Adestramento e Operações Militares do Exército**, como também nos aspectos sociais (sustento familiar, dívidas contraídas, desemprego, prejuízos e fechamento de microempresas que gravitam no atendimento aos soldados, como: barbearias, cantinas, lojas de artigos militares e *lavadeiras*).

A suspensão de exercícios e operações, particularmente em áreas estratégicas (Centro-Oeste, Norte e Sul), também contribuiu de maneira negativa perante as comunidades dessas regiões, uma vez que a presença de forças militares transmite sentimento de maior segurança.

A implantação de meio expediente nesse período, particularmente no decorrer de 2002, também não tem repercutido de maneira positiva diante da sociedade, transmitindo a idéia de que poderá haver um comprometimento do preparo e do emprego da Força Terrestre.

Estratégia de implementação - com a finalidade de instruir, adestrar e formar seus efetivos e a reserva mobilizável, capacitando seus quadros para o emprego em operações militares, diante da restrição de recursos, houve a necessidade de priorizar a instrução carreando esforços para o período da instrução individual, reduzindo - se o número de exercícios e operações previstos para a fase de adestramento.

.....

Capacitação - existe uma grande dificuldade da gerência do Programa devido ao acúmulo de trabalhos, o qual exerce uma função no âmbito da organização voltada para as políticas, diretrizes estratégicas e doutrina do exército, concomitantemente com o exercício das atividades relativas à gerência do Programa. Os componentes da equipe gerencial também estão empenhados nesses tipos de atividades, encontrando as mesmas dificuldades expostas ao gerente. Julga-se que, em médio prazo, a solução será destinar uma equipe com dedicação exclusiva para gerenciar o Programa.

Implementação

A partir de maio de 2001 houve um significativo esforço no sentido de capacitar a equipe gerencial responsável pela implementação do Programa. Esse esforço foi direcionado principalmente para a realização de cursos na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Essa capacitação permitiu melhorar o desempenho dos coordenadores responsáveis pelas ações, uma vez que os conhecimentos obtidos pela equipe gerencial foram repassados por meio de palestras e contatos pessoais. No entanto, a rotatividade (transferências do pessoal militar) interfere no andamento dos trabalhos, tendo em vista a necessidade de capacitar os novos componentes.

Parcerias - seria vantajoso o estabelecimento de parcerias com as demais Forças Singulares. Entretanto, julga-se que o Ministério da Defesa considere viável, nos seus estudos, essa possibilidade.

Participação da sociedade - de certa forma a sociedade tem uma participação relativa no Programa. O serviço militar obrigatório constitui a interface entre a sociedade e o Exército, uma vez que os soldados incorporados são instruídos e adestrados para serem empregados de acordo com sua missão constitucional do Exército. Os benefícios daí decorrentes estão caracterizados nas ações subsidiárias (apoio à população atingida pela seca, apoio ao combate à dengue, apoio ao combate à febre aftosa e apoio à população civil nos casos de calamidades públicas, que beneficiam a sociedade de maneira geral). Além disso, os soldados incorporados deverão estar capacitados para atuar de modo preventivo e operativo contra qualquer forma de ameaça ou agressão que comprometam a lei e a ordem e o estado democrático de direito, proporcionando segurança à sociedade.

Satisfação do público-alvo - a natureza e a característica das ações de caráter permanente desenvolvidas pelo Exército, onde se situa um de seus programas - o de Adestramento e Operações Militares do Exército - diferem da maioria dos objetivos de outros programas que são destinados a resolver, muitas das vezes, problemas de curto prazo da sociedade. A satisfação dos beneficiários dos serviços prestados pela instituição é mensurada por meio de relatórios oriundos dos comandos que efetivamente participam do preparo e do emprego das organizações militares, incrementados na fase da instrução básica individual, na fase de adestramento, nos exercícios e nas operações, as missões para garantir a lei e a ordem e, inclusive, nas ações subsidiárias em apoio à população civil. Os resultados dessa satisfação são divulgados em nível nacional por meio do Centro de Comunicação Social do Exército e pela imprensa de uma maneira

geral. Cita-se como exemplo a Operação Tapuru, divulgada pela Rede Globo (Jornal Nacional) no dia 23 e 24 de maio de 2002 e pelo Correio Brasiliense, também dos dias 23 e 24 de maio. Os resultados das pesquisas obtidos no âmbito do Exército e aqueles divulgados pela imprensa, servem de parâmetro para aperfeiçoar o Programa. Com isso, diante das dificuldades, foram priorizados os exercícios e as operações para áreas estratégicas, no sentido de manter a credibilidade da instituição perante o seu público-alvo. A concessão da Rádio Verde Oliva, obtida pelo Exército no ano de 2002, favorece a divulgação das ações que estão sendo implementadas, não somente no Programa em tela, como também das ações desenvolvidas nos demais programas vinculados à Instituição.

Assistência e Cooperação da Aeronáutica à Sociedade Civil

Resultados

O Programa em pauta é de extrema importância sistêmica para as ações do Governo Federal, uma vez que ele apóia diretamente outras atividades inseridas em diversos programas constantes do PPA, principalmente aqueles envolvidos com saúde, educação, justiça eleitoral, defesa civil e segurança e defesa. Várias ações que deveriam ser desenvolvidas por este Programa, estão sendo realizadas pelo Programa **Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica**, como exemplo, podemos citar:

- operações de apoio ao Ministério da Justiça no combate ao narcotráfico;
- operações de apoio à Justiça Eleitoral no transporte de pessoal e de material necessário às eleições;
- operações de apoio ao Ministério da Saúde no transporte de pessoal e de material necessário à vacinação;
- operações de apoio ao Programa **Comunidade Solidária** no transporte de pessoal e de material necessário às ações sociais;
- operação Fortaleza – operação combinada para prestar apoio de segurança à XLIII Reunião da Assembléia de Governadores do BID; e
- operação Boiadeiro - operação combinada para impedir a entrada de animais com febre aftosa na área da fronteira brasileira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai.

Nos anos de 2000 e 2001 aconteceram várias solicitações que foram atendidas dentro das disponibilidades do Comando da Aeronáutica, uma vez que a dotação orçamentária alocada é mínima e pouco se pode fazer além do possível que já é executado.

Parcerias - é recomendável que a dotação deste Programa derive de uma cesta orçamentária oriunda de outros programas interessados em interagir, ao longo do tempo, com esse tipo de necessidade – transporte aéreo. O Ministério da Saúde, por exemplo, poderia prever, nos seus planejamentos, quanto seria a necessidade de apoio aéreo para o próximo PPA e então informar o valor pertinente ao gerente do Programa. Os outros ministérios, por intermédio de seus respectivos gerentes, agiriam da mesma forma. De posse de todas as informações seria elaborada a projeção orçamentária para 2004-2007.

Restrições - o Comando da Aeronáutica não poderá atender todas as missões solicitadas pelos diversos órgãos federais, o que impactará negativamente na execução da missão de outros programas. Além disso, deve-se notar que a dotação orçamentária do Programa em pauta implica a diminuição do limite orçamentário, quando, na realidade, ele foi idealizado para permitir o atendimento das necessidades dos outros gerentes que necessitam de apoio aéreo. É mister observar esses detalhes, pois eles podem gerar (ou já estão gerando) a entropia do sistema.

A cultura organizacional das nossas instituições públicas ainda não permite absorver e aplicar os novos conceitos estabelecidos pelo PPA 2000-2003 dentro dos critérios de oportunidade e tempestividade. Caso este Programa venha a funcionar dentro dos padrões requeridos pelo PPA e normas pertinentes devolver-se-á à sociedade um serviço de excelente qualidade.

Gerente:

Ten Cel Int
Afonso Farias de Sousa Júnior

Execução orçamentária e financeira - até o momento não houve execução do Programa em 2002. No PLOA 2003, o Programa não recebeu dotação.

Concepção

Caracterização do problema - o Programa foi desenhado para atender às demandas de atividades constantes de inúmeros outros programas governamentais. O apoio aéreo é imprescindível para certas ações e compulsório para outras. Quando se trata de campanhas de saúde, ele é imprescindível. Quando se trata de ações de defesa civil, ele é compulsório. Foi dentro dessa concepção que o Programa foi delineado: atender as demandas de apoio aéreo do Governo Federal. No entanto, o programa necessita de modificações quanto às fontes de financiamento e quanto à forma de implementação, para melhor atendimento das demandas.

O Programa é composto por duas ações, sendo ambas atividades:

- Ações cívico sociais; e
- Apoio aéreo para o transporte de cargas e passageiros.

Fontes de financiamento - deve-se repensar o modo pelo qual a dotação orçamentária para o Programa é composta. Atualmente, ela faz parte da dotação disponibilizada para o Comando da Aeronáutica e os órgãos demandantes em nada contribuem para a alocação de recursos programada. É mister que cada órgão informe suas necessidades e valores, viabilizando o atendimento das suas solicitações. O contingenciamento e o equívoco na concepção de planejamento implicam o recrudescimento das atividades.

Estratégia de implementação - este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do Programa.

Implementação

Recursos - como as dotações orçamentárias não são planejadas em conjunto com os órgãos demandantes, fica extremamente difícil avaliar o valor inicial concreto para atender as missões solicitadas.

Equipe gerencial - se o Programa vier a funcionar com dotações concretas e desenvolver atividades sistêmicas, precisará de tecnologia e desenvolvimento para que seja montada uma equipe capaz de desenvolver as suas atividades.

Sistema de informações de apoio gerencial - como todos os programas desenvolvidos no âmbito do Comando da Aeronáutica, este Programa será beneficiado com a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, a execução e o controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Assistência e Cooperação da Marinha à Sociedade Civil

A variação do índice do indicador, no que se refere à contribuição no atendimento à demanda nas comunidades ribeirinhas, foi de 12% (início do PPA) para 10% no final do ano de 2001. Para o final do PPA está planejado um índice de 18%. No ano 2002 a previsão é que ocorra um acréscimo no índice, em relação ao ano de 2001, devido à maior intensidade das Operações de Assistência Hospitalar - ASSHOP na Região Amazônica e de recebimento de recursos, por destaque de crédito, do Ministério da Saúde.

Em 2000 foram realizadas nove operações de assistência hospitalar, empregando os navios de assistência hospitalar Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, com atendimento a cerca de 47 mil pessoas, nas regiões do Pantanal Mato-Grossense, no Nordeste e, principalmente, na Região Amazônica, totalizando 25 mil atendimentos médicos, seis mil odontológicos, seis mil exames, dez mil vacinas e 40 cirurgias. Incorporação à Marinha do navio hospitalar Dr. Montenegro.

Em 2001 tiveram início as operações com o navio de assistência hospitalar - Nash Dr. Montenegro, incorporado à Marinha em 2000. Realização de desesseis operações de assistência hospitalar - Asshop, empregando os Nash Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Dr. Montenegro na Região Amazônica. Atendimento a cerca de 40 mil pessoas, sendo 23 mil atendimentos médicos, oito mil odontológicos, 13 mil exames, além de vacinação e palestras proferidas nas diversas regiões do País, principalmente na Amazônia e no Pantanal.

Em 2002 foram realizadas 22 operações de assistência hospitalar - Asshop, empregando os Nash Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Dr. Montenegro. Foram atendidas cerca de 466 localidades e realizadas mais de 129 mil procedimentos de saúde na Região Amazônica. Realização de operações de ações cívico sociais - Aciso, em especial na Região do Pantanal e Região Amazônica (as operações atenderam às populações ribeirinhas). Atendimentos médicos, odontológicos, vacinações, exames laboratoriais e procedimentos cirúrgicos, realização de palestras de higiene, doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar às populações ribeirinhas assistidas.

Com os esforços que a Marinha vem empreendendo para a efetiva realização das Aciso e Asshop e com os recursos provenientes do Ministério da Saúde para o atendimento às populações ribeirinhas carentes, pode-se considerar como média a expectativa para atendimento do índice previsto ao final do PPA, em 2003 (18%).

Caracterização do problema - As populações ribeirinhas, em especial, da Amazônia e do Pantanal, bem como as demais populações situadas em áreas distantes e carentes de infra-estrutura de saúde e assistências, necessitam de atendimento pelas instituições governamentais, rotineiramente ou em campanha de saúde e de defesa civil, como forma de garantir-lhes o direito à cidadania e fazê-las sentir-se integradas à sociedade brasileira, por meio de cooperação da Marinha do Brasil com os demais órgãos públicos da área social dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Atributos do Programa - O Programa está perfeitamente definido, devendo ser mantido para o PPA 2004-2007 não necessitando de alteração de nenhum de seus atributos.

Resultados

Concepção

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

O Programa é composto por duas ações, com execução assim distribuída:

Comando da Marinha - uma atividade e um projeto:

- Ações cívico sociais – contribuir para a sociedade brasileira na realização de operações de mútua cooperação.

Implementação da ação - o Comando de Operações Navais, em função da programação de exercícios das Forças Navais e dos Distritos Navais, nas regiões litorâneas e ribeirinhas, planeja a execução de ações cívico social em benefício das populações nas áreas onde serão conduzidos os exercícios militares.

Descrição - apoio aos órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais, por meio de operações de defesa civil, de assistência cívico social, de assistência médica e odontológica, de transporte de cargas e passageiros.

- Obtenção e modernização de meios assistenciais – dotar a Marinha do Brasil de meios prontos capacitados para executar ações junto à sociedade.

Implementação da ação - a implementação, no âmbito do Comando da Marinha, é realizada por dois planos internos, obedecendo às diretrizes, normas e procedimentos constantes do Plano Diretor da Marinha.

Descrição - obtenção – por compra ou construção – e modernização, abrangendo os estudos técnicos prévios que se fazem necessários, de navios, helicópteros, viaturas, equipamentos e equipagens empregados em ações de assistência social realizadas pela Marinha do Brasil junto à sociedade civil.

Público-alvo - para o público-alvo o impacto é positivo, visto que, pela envergadura das operações desenvolvidas nas regiões ribeirinhas mais carentes, levando à população as mínimas condições de infra-estrutura de saúde e higiene, o grau de satisfação verificado nessas comunidades pode ser constatado pela forma como os navios são recebidos.

Estratégia de implementação - a implementação é realizada em conformidade com o Sistema do Plano Diretor da Marinha - SPD, a estratégia de execução é implantada por meio de cinco planos internos voltados para prover auxílio às populações carentes.

Implementação

Recursos - O Programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 593.733,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 118.780,00.

Em 2002, as despesas relacionadas com a aquisição de medicamentos, combustíveis e contratação de serviços para a manutenção dos navios empregados nas operações Asshop só puderam ser pagas na última semana do mês de dezembro, visto que houve atraso no repasse dos recursos financeiros provenientes do Ministério da Saúde. Entretanto, as metas estabelecidas foram praticamente alcançadas.

Considerando os créditos previstos no orçamento da Marinha do Brasil, não houve prejuízo na execução do Programa. Já em relação aos repasses de créditos provenientes do Ministério da Saúde, estes somente ocorreram em julho, novembro e dezembro. Este atraso obrigou a Marinha a utilizar-se de seus estoques para que as operações não fossem interrompidas, considerando o caráter social envolvido. Entretanto, caso os repasses não tivessem sido recebidos no segundo semestre, a situação não mais poderia ser contornada e as operações seriam canceladas.

Para a execução do Programa, além dos médicos, dentistas e enfermeiros lotados nos navios, existe a necessidade de deslocamento de mais profissionais existentes em outros setores da MB, desguarnecendo suas funções originais.

Satisfação do público alvo - A Marinha utiliza-se da mídia para avaliar a satisfação do público-alvo.

Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil

A variação do índice do indicador (grau de atendimento à demanda de cooperação) foi inferior em relação ao índice previsto, em virtude dos seguintes fatores: encerramento da ação Ações Cívico-Sociais e contingenciamento atribuído à ação Cooperação com a Construção da Infra-Estrutura.

Resultados

Ano 2001 - Execução de obras e serviços para implantação do aeroporto internacional de Natal - RN, abrangendo serviços de desmatamento, limpeza e terraplanagem da área; realização de obras e serviços de engenharia, compreendendo, entre outros, estudos, pesquisas, elaboração e alteração de projetos de engenharia, saneamento, edificações, implantação, pavimentação, conservação, restauração e melhorias de ruas, estradas e rodovias de interesse da prefeitura de Santarém - PA, realização de trabalhos de melhoria e pavimentação da rodovia MG-223, no trecho Tupaciguara - entroncamento da rodovia MG-413, na extensão de 29,56 km; execução de obras e serviços de engenharia necessários à construção do aeródromo público da cidade de Pirenópolis - GO, numa extensão de 1.500 m por 30 m de largura; pavimentação asfáltica de 36.000 m² em ruas da cidade de Sorriso - MT, compreendendo os serviços de pintura de ligação, usinagem e execução de concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ.

Ano de 2002 - Cooperação com a construção da infra-estrutura: aeroporto de Erechim - RS (concluído); aeroporto de Barreiras - BA (concluído); projeto Caraíbas - PE (concluído); execução da pavimentação da rodovia MG 223; execução do aeroporto internacional de Natal - RN; execução do aeródromo de Pirenópolis - GO; execução da construção e recuperação da rede de água e esgoto em Araguari - MG; execução de obras de infra-estrutura de interesse da prefeitura de Santarém - PA; execução da pavimentação asfáltica em ruas da cidade de Sorriso - MT; e execução da conservação da Rodovia RN-407.

A execução das tarefas pelo Exército está compatível com a quantidade de convênios firmados. Cumpre, porém, ressaltar que as obras de infra-estrutura, normalmente, têm duração de execução superior a um ano e somente apresentarão os resultados físicos em exercícios futuros, variando de acordo com o vulto da obra a ser realizada, com o fluxo de recursos e, até mesmo, com as condições meteorológicas.

Ano de 2003 - Os resultados esperados são: pavimentação da rodovia MG - 223 (em andamento); Aeroporto Internacional de Natal - RN (em andamento); aeródromo de Pirenópolis - GO (em andamento); construção e recuperação da rede de água e esgoto - Araguari - MG (em andamento); execução de obras de infra-estrutura de interesse da prefeitura de Santarém - PA (em andamento); pavimentação asfáltica em ruas da cidade de Sorriso - MT (em andamento); conservação da rodovia RN-407 (em andamento).

Caracterização do problema - Necessidade de apoio pelas Forças Armadas aos órgãos públicos estaduais e/ou municipais e outros órgãos não governamentais na assistência às populações carentes, em especial àquelas situadas nas regiões mais longínquas do território nacional, bem como atuar em situações de calamidade pública.

Concepção

Gerente:

General de Brigada Walter Paulo

Atributos do Programa - Quanto ao seu objetivo se adequaria melhor com um programa único de assistência e cooperação, mediante a gerência do Ministério da Defesa, envolvendo as três Forças Armadas.

A implementação do Programa necessita ser alterada, tendo em vista a necessidade de participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, através convênios.

O Programa é composto por uma ação, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército - Um projeto:

- Cooperação com construção de infra-estrutura - Capacitar os batalhões de engenharia de construção do Exército por meio do desenvolvimento de operações que impliquem construções de obras de infra-estrutura que venham a cooperar e assistir a sociedade civil em suas necessidades.

Implementação da ação - Implementação por meio de convênios.

Descrição - Cooperação com os diversos órgãos e entidades de governo na realização de assistência à sociedade civil na implantação da infra - estrutura.

O Exército Brasileiro possui vantagens em relação a outros órgãos nas diversas esferas de governo, na execução de ações de defesa civil, assistência social, e construção de infra-estrutura, incluindo-se nesta última a comparação também com a iniciativa privada, pois está presente em todo território nacional, possui pessoal treinado e especializado para atuar em áreas inóspitas e para realização de obras complexas de engenharia.

Público alvo - O Programa estabelece como público alvo a Nação brasileira.

Estratégia de implementação - Centralização no órgão de direção geral e descentralização na delegação de competência para os órgãos setoriais de execução. Parcerias com órgãos de interesses comuns via convênios.

Implementação

Recursos - O Programa executou em 2000 e 2001 um total de R\$ 57.991.894,00. No ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 35.773.811,00.

Capacitação - O Exército Brasileiro tem investido na especialização de pessoal nas áreas de planejamento e gestão, com oferta de cursos na Fundação Getúlio Vargas - FGV, ENAP entre outras. Também vêm ocorrendo nos últimos anos palestras nas diversas escolas militares espalhadas pelo País, elevando de sobremodo a capacitação gerencial nos diversos níveis.

Satisfação do público-alvo - A satisfação do público-alvo é de difícil mensuração devido à dificuldade de dimensioná-lo, na medida em que os ganhos indiretos proporcionados pelas obras realizadas atingem não só a população local, mas toda a região circunvizinha e a população brasileira como um todo.

Calha Norte

Resultados

Face à escassez de recursos, a gerência do Programa formalizou convênios com as prefeituras para realização de pequenas obras e serviços, que embora não fossem suficientes para atender à demanda prevista, pelo menos atendeu às necessidades essenciais, tais como: educação, saúde e saneamento básico de algumas das comunidades carentes dos 74 municípios abrangidos pelo Programa **Calha Norte**.

Diversas obras e serviços, em proveito da qualidade de vida do ser humano da Região da Calha Norte, não foram realizadas em função do contingenciamento de cerca de 1/3 dos recursos aprovados, observado o montante autorizado pelo Congresso Nacional, na LOA, e o montante recebido pelo Programa.

Foram gastos mais de R\$ 2 milhões em obras civis no período de vigência do PPA, com destaque para:

- construção de uma escola, com duas salas de aula, no município de São Sebastião do Uatumã-AM;
- eletrificação rural no distrito de Santana, no município de São Sebastião do Uatumã-AM;
- construção da Estação Hidroviária de Cargas e Passageiros em Monte Alegre/PA;
- construção de uma creche, com capacidade para 70 crianças, no município de Boa Vista-RR;
- construção da Estação Rodoviária no município de Rorainópolis-RR;
- obras de infra-estrutura e abastecimento de água na comunidade de Boiaçu, em Rorainópolis-RR;
- iluminação pública no município de São João da Baliza-RR;
- construção de uma ponte de madeira na Vila Água Fria, no município de Uiramutã-RR;
- construção de um posto médico na Vila Água Fria, no município de Uiramutã-RR;
- construção de uma ponte de madeira na Vila Flechal, no município de Uiramutã-RR;
- obras de infra-estrutura básica na Vila Mutum, no município de Uiramutã-RR; e
- construção de uma escola, com duas salas de aula, no município de Iracema-RR.

Em relação às obras militares, foram destinados mais de R\$ 33 milhões, sendo importante destacar:

- construção da 2ª Companhia de Fuzileiros do 3º Batalhão de Infantaria de Selva;
- construção do pavilhão da 2ª Companhia de Fuzileiros do 7º Batalhão de Infantaria de Selva;
- construção do terminal de Passageiros da Base Aérea de Boa Vista-RR;
- reconformação de taludes, contenção de erosões, instalações esportivas e infra-estrutura do 4º Esquadrão de Aviação do Exército;

Gerente:

Roberto de Paula Avelino

- construção das instalações do Centro de Operações do Comando Militar da Amazônia;
- conservação da BR 307 e construção de três pontes entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí-AM;
- implantação e construção de estrada em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- implantação de pelotão e construção de pequena central hidrelétrica em Pari-Cachoeira-AM;
- construção da lavanderia, fornecimento de equipamentos e reestruturação da rede elétrica em Tabatinga-AM;
- recuperação do Auditório Amazônia Régia em Tabatinga-AM;
- implantação e construção do pelotão em Tunuí-Cachoeira-AM;
- reforma e ampliação da Companhia de Comando e Apoio, da 2ª Companhia de Fuzileiros e do Pavilhão da Garagem, em Manaus-AM;
- construção de dois paióis CV3 e ampliação da Área de Expedição de Munições, em Rio Preto da Eva-AM;
- construção de seis Próprios Nacionais Residenciais - PNR, em Ipiranga-AM;
- implantação e construção do porto, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- reestruturação integrada da Estação Naval do Rio Negro para o apoio às embarcações da Região da Calha Norte, em Manaus-AM;
- Obras e equipamentos para aumentar a produção de brita, em Moura-AM;
- implantação de aquartelamento para Pelotão de Fuzileiros Navais de Tabatinga e construção de Próprios Nacionais Residenciais - PNR, em Tabatinga-AM;
- implantação de infra-estrutura e hangar, em São Gabriel da Cachoeira-AM;
- construção do prédio do Comando, subestação e rede telefônica, refeitórios, alojamentos e sala de estudo, na Ilha de São Vicente, Manaus-AM;
- obras de infra-estrutura aeroportuária e logística, pavimentação e construção de organizações militares, em Tefé-AM;
- construção do aquartelamento da 2ª Companhia de Fuzileiros, em Macapá-AP;
- implantação e construção do pelotão, em Tiriós-PA;
- obras de construção do terminal de passageiros e posto do Correio Aéreo Nacional, em Boa Vista-RR;
- obras de implantação da 3ª Companhia de Fuzileiros, em Boa Vista-RR;
- construção do aquartelamento do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva e da 1ª Base Logística de Selva, em Boa Vista-RR; e
- implantação e construção de pelotão, em Uiramutã-RR.

.....
A concepção é adequada e, no momento, não há quaisquer mudanças que justifiquem novos rumos a serem seguidos pelo Programa **Calha Norte**.

Concepção

Caracterização do problema - o Programa busca preservar a soberania nacional e a integridade territorial na Região da Calha Norte, além de promover o desenvolvimento regional.

O Programa é composto por dez ações, das quais sete são atividades e três são projetos:

- Apoio aéreo na Região da Calha Norte - é o apoio logístico realizado por meio aéreo (aeronaves da Aeronáutica, Marinha, Exército e, eventualmente, empresas privadas) em proveito das ações do Programa, em apoio às unidades militares instaladas na região e em benefício das comunidades isoladas. Muitas vezes, a utilização do meio aéreo é a única forma eficaz de prestar assistência às populações carentes na Região da Calha Norte. As chamadas "missões de misericórdia" (transporte aéreo de emergência em casos de saúde de extrema gravidade) são realizadas, principalmente pela Força Aérea, em toda a Região Amazônica. Assim, o transporte aéreo na região é de fundamental importância, principalmente pela carência de rodovias e pelo regime de águas dos inúmeros rios, que são navegáveis apenas no período do inverno (chuvas), pois a existência de corredeiras limita a navegação no verão (período de estiagem);
- Apoio às comunidades da Região da Calha Norte - visa prestar apoio diversificado às comunidades carentes, contribuindo para a sua permanência na região e para o desenvolvimento local, evitando o êxodo em busca de melhores condições de vida, com o conseqüente esvaziamento demográfico da área. Para tanto, são desenvolvidas algumas tarefas, como a distribuição de equipamento escolar para as comunidades isoladas, distribuição de material didático, distribuição de material e equipamento básico às comunidades indígenas, além de estudos dos problemas e das demandas da região;
- Manutenção da infra-estrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte - busca atenuar a deterioração, por ação do clima amazônico, das instalações dos serviços básicos prestados pelas Unidades Militares de Fronteira, a fim de mantê-las em pleno funcionamento, evitando dispendiosas recuperações futuras;
- Manutenção de aeródromos na Região da Calha Norte - os aeródromos situados na região necessitam de manutenção para continuarem operando com segurança, particularmente aqueles situados na faixa de fronteira que atendem as comunidades lá residentes e aos Pelotões Especiais de Fronteira;
- Conservação de rodovias na Região da Calha Norte - a malha rodoviária é muito pequena para a extensão da área. A maior parte das rodovias não é pavimentada e, normalmente, não são beneficiadas com recursos de outros órgãos. A ação realiza a manutenção do tráfego nas rodovias da Calha Norte, com prioridade para aquelas construídas com recursos do Programa, como, por exemplo, a BR 307, que faz a ligação entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí, no Amazonas;
- Manutenção de embarcações na Região da Calha Norte - atenua o desgaste das embarcações que são empregadas em prol das ações do Programa, mantendo-as em condições de uso com segurança e evitando aplicação de

maior volume de recursos com recuperações de grande porte. As embarcações provêm a segurança da navegação nos rios da Região da Calha Norte (patrulhamento nos rios, fiscalização das embarcações, orientação às tripulações, formação de práticos em navegação etc.) e, também, são empregadas em trabalhos que beneficiam as comunidades ribeirinhas;

- Manutenção de pequenas centrais elétricas na Região da Calha Norte - evita a interrupção do fornecimento de energia às comunidades beneficiadas, incluindo os Pelotões Especiais de Fronteira, que podem manter em bom nível as suas missões na faixa de fronteira;
- Construção de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial na Região da Calha Norte - visa melhorar a infra-estrutura de apoio à navegação e a logística para as unidades militares instaladas e para a população da região, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas, além de proporcionar segurança ao tráfego aquaviário na extensa malha fluvial local;
- Implantação da infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da Região da Calha Norte - em conjunto com outras ações, procura melhorar as condições de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações das comunidades mais carentes da região, proporcionado melhoria da qualidade de vida; e
- Implantação de unidades militares na Região da Calha Norte - busca aumentar o poder do Estado Brasileiro na região, de forma direta, de forma a preservar a soberania nacional, inibir a proliferação de ações ilícitas e servir de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área.

Estratégia de Implementação - A implementação do Programa **Calha Norte** foi bastante facilitada pelo atual modelo de gestão de programas. Entretanto, no período de 2000-2002, a gerência do programa teve algumas dificuldades para implementar suas ações e metas por razões diversas, entre as quais cabe destacar:

- o Programa **Calha Norte** - PCN mudou de administração mais de três vezes, o que causou dificuldades em alguns momentos decisórios, principalmente naqueles em que havia a necessidade de pleitear recursos para o Programa;
- o PCN foi vinculado ao Ministério da Defesa sem uma definição específica de seu emprego. O elevado número de agentes de nível hierárquico superior, porém sem qualquer vínculo de responsabilidade fiscal, patrimonial, ou administrativa perante o PPA, torna a administração do gerente, por vezes, extremamente difícil, pois é o único que tem todas essas responsabilidades citadas anteriormente;
- o desconhecimento prévio do montante de recursos a serem destinados ao Programa **Calha Norte**. Embora seja um programa importante para o desenvolvimento regional, os recursos não são destinados diretamente ao Programa, os mesmos são repassados pelo Ministério da Defesa, que nem sempre tem o PCN como prioridade; e
- em virtude de o PCN não ser unidade orçamentária, não possui Plano de Apoio Administrativo, tendo por vezes prejudicado seu planejamento em virtude de não ter recebido previamente seus recursos. Embora seja apresentada uma pré-proposta desse plano, o mesmo não tem seus recursos canalizados para o Programa, ficando a critério do Ministério da Defesa o repasse ou não.

Implementação

Recursos - Diante de um quadro de restrições orçamentárias e do agravamento de certas tendências que se verificam no contexto sócio econômico, o Programa passou por uma fase de remodelação institucional e metodológica, buscando, também, a recomposição de seu financiamento.

Parcerias - Tornou-se imprescindível e necessária a formação de novas parcerias com entidades públicas, nos diversos âmbitos, e privadas, tendo em vista a continuidade das ações do Programa dentro de uma ótica de planejamento participativo.

Com o objetivo de avaliar a eficácia dessa nova metodologia, decidiu-se eleger um Estado, a cada ano, como alvo das ações passíveis de serem empreendidas pelos diversos órgãos e instituições que atuam na região do Programa.

Para tal, o PCN contratou a FGV que, por intermédio do Instituto Superior de Administração e Economia - ISAE está realizando um excelente trabalho com o objetivo de otimizar os recursos financeiros e humanos a serem aplicados na região. Esse trabalho chama-se "Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional". Além desse trabalho, o ISAE também confeccionou outros trabalhos abaixo relacionados:

- Plano estratégico para o desenvolvimento regional do Alto Solimões;
- Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável dos sete municípios da região do Alto Solimões;
- Plano estratégico para o desenvolvimento regional do Estado de Roraima;
- Plano de desenvolvimento local integrado e sustentável dos quinze municípios do Estado de Roraima; e
- está previsto o mesmo trabalho para os Estados do Amazonas, do Amapá e do Pará.

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Resultados O índice do indicador (taxa de controle de armamentos, munições e explosivos) tem demonstrado que o Programa no ano de 2000 alcançou 95,26% das metas físicas, no ano de 2001 elevou para 98,68% de realização. Para o ano de 2002, até setembro, alcançou 89,97% do planejado.

Ano 2001 - Destruição de 180 mil armas; realização de aproximadamente 394 mil atividades de fiscalização, superando em 12% a meta prevista; realização de 307 processos administrativos; realização de 4.090 vistorias; e manutenção de registros de 28.565 pessoas físicas e jurídicas.

Ano 2002 - A meta física estabelecida de realizar 400 mil atividades de fiscalização foi superada, tendo sido realizadas 504.075 atividades, o que representa 27,7% acima do previsto.

Concepção Caracterização do problema - A atribuição dada ao Exército de controlar a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, armazenamento, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e outros produtos perigosos, como forma de auxiliar na segurança física da população e do patrimônio nacional, através do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000.

O Programa é composto por uma ação, com a execução assim distribuída:

- Comando do Exército - uma atividade;
- Fiscalização de produtos controlados - controlar a produção, armazenamento, circulação e destinação de armamentos, munições e explosivos.

Descrição - Fiscalização do porte, comércio e tráfego de armamentos, munições e explosivos no território nacional.

A ação Fiscalização de Produtos Controlados gera renda proveniente da taxa de fiscalização, cobrada pelos diversos serviços prestados pelo Exército. Em 2000, foi arrecadado R\$ 1.796.776,90, em 2001, foi de R\$ 2.296.579,38 e 2002 atingiu R\$ 2.932.529,04. Restrição - O contingenciamento de recursos ocorrido no ano de 2002 repercutiu negativamente na ação Fiscalização de Produtos Controlados, paralisando a atividade de fiscalização, mesmo com retomada do fluxo de recursos não foi possível recuperar o que deixou de ser realizado.

Público-alvo - No Programa **Controle de Armamentos, Munições e Explosivos** o público-alvo são os comerciantes e transportadores de produtos controlados pelo Exército.

Estratégia de implementação - As ações são executadas pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados - DFPC, com o acompanhamento do Departamento de Material Bélico do Exército Brasileiro - DMB.

Implementação Recursos - O Programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 2.884.697,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 1.5 milhão.

Gerente:

General de Brigada
José Rosalvo Leitão de Almeida

Parcerias - O Exército desenvolve trabalhos de fiscalização por intermédio da rede de fiscalização composta por 380 organizações militares, distribuídas em todo território nacional.

Na execução do Programa o Exército tem como parceiros, o Departamento de

Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, secretarias de Segurança Pública, Receita Federal e Departamento de Operações de Comércio Exterior - Decex.

A interação com esses parceiros tem sido eficiente e contribuído decisivamente para consecução do objetivo do Programa. No caso da Receita Federal, em particular, alguns entraves dificultam a ação em conjunto, em virtude do sigilo ao qual a mesma está obrigada. No sentido de solucionar essa dificuldade, o Exército está estudando uma forma de estabelecer um protocolo de troca de informações com aquele órgão, uma vez que uma pessoa física ou jurídica que eventualmente cometa uma infração detectada pela rede de fiscalização do Exército, muitas vezes está também cometendo infração na área fiscal.

Satisfação do público-alvo - A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, que é gestora do Programa, tem implementado pesquisa de opinião ao público-alvo, obtendo resultados que indicam um índice de satisfação entre muito bom e excelente. Este resultado reflete o grau de confiança conquistado pelo Programa ao longo de sua execução.

Desenvolvimento da Aviação Civil

Resultados O indicador Grau de Acompanhamentos dos Aeronautas Registrados estabelece a relação percentual entre o número de aeronautas acompanhados e controlados e o total de aeronautas registrados, com índice inicialmente estabelecido de 3,75%. O índice alcançado em 2000 foi de 6,0% e, em 2001, foi de 6,5%. O índice alcançado em 2002 foi de 6,5%.

O indicador Grau de Aprovação de Empresas Fiscalizadas estabelece a relação percentual entre o número de empresas fiscalizadas e aprovadas e o total de empresas do Sistema de Aviação Civil com índice inicial do PPA fixado em 14,67%. Os índices obtidos em 2000 e 2001 foram, respectivamente 50% e 55%. O índice obtido em 2002 foi de 55%.

O Programa alcançou, nos exercícios de 2000 e 2001, os resultados esperados para o período, elevando o indicador do mesmo a índices acima do previsto. Ao considerar o ritmo da implantação e execução do aludido Programa, existe uma expectativa elevada de que ele não venha a atingir o índice previsto para 2003, em decorrência das restrições orçamentárias vigentes.

As principais realizações no período foram:

- superação das metas previstas para a Ação Formação de Inspetores e Técnicos;
- elevação nas regularizações/registros de aeroportos, equipamentos e empresas referente à Ação Fiscalização de Aeroportos, Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-Estrutura Aeronáutica;
- elevação nas regularizações/registros de pessoas, equipamentos e empresas referente à Ação Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-estrutura Aeronáutica;
- formação de inspetores e técnicos de aviação civil em mais de noventa cursos;
- homologação, registro e controle de empresas, equipamentos e pessoal especializado; e
- fiscalização de aeroportos, empresas, equipamentos, instalações, documentações e procedimentos de Infra-Estrutura Aeronáutica.

Restrições - Não obstante os problemas nas ações Aquisição de Aeronaves e Simuladores e Suplementação Tarifária, foi possível adequar a execução orçamentária ao fluxo de recursos financeiros programado. Os cortes na Ação Suplementação Tarifária, entretanto, provocaram a suspensão da execução financeira durante o segundo semestre de 2001, o que levou ao não cumprimento de seu papel social e de integração territorial das regiões Norte e Nordeste, carentes de infra-estrutura, nas quais o avião é o principal e, às vezes, o único meio de transporte.

Além disso, as empresas operadoras experimentaram prejuízos na operação dessas linhas. Se essa situação perdurar, as linhas poderão até ser interrompidas, prejudicando os usuários de algumas localidades, onde a aviação é a única ligação. Vislumbra-se, portanto, a necessidade de se ampliar o limite de recursos orçamentários e financeiros destinados ao Sistema de Aviação Civil, dado o crescente número de encargos decorrentes do Programa. Ações como Fiscalização de Aeroportos e Sistema de Informações certamente necessitarão de um acréscimo significativo para efetivação de suas atividades em 2003.

Gerente:

**Brigadeiro-do-Ar
Cleonilson Nicácio Silva**

Concepção

Da forma como foi elaborado no conjunto de ações do PPA e quanto às metas que foram atribuídas, o desenho atual está adequado ao atendimento da demanda que deu origem ao Programa.

Caracterização do Problema - Necessidade de realizar o transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do território nacional, buscando promover um serviço de qualidade através do aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação, fiscalização e controle da Aviação Civil.

O Programa objetiva garantir a qualidade no transporte aéreo e, a partir de um elenco de atribuições que o Departamento de Aviação Civil já gerenciava há anos, ele veio atender à demanda por mais qualidade no Sistema de Aviação Civil.

É neste Programa que são executados o planejamento, a organização, o comando, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades relacionadas com a aviação civil no Brasil. As ações nele contidas têm caráter sistêmico e sinérgico, fazendo com que os resultados sejam produzidos sob os pilares da eficiência e da eficácia organizacionais, buscando a plena satisfação das demandas da sociedade.

O Programa é composto por nove ações, sendo sete atividades e dois projetos:

- apoio a aeroclubes e Escolas de Aviação;
- avaliação médica para o Sistema de Aviação Civil;
- fiscalização de aeroportos, empresas, equipamentos, instalações, a documentação e procedimentos de infra-estrutura aeronáutica;
- formação de inspetores e técnicos de Aviação Civil;
- homologação, registro e controle de empresas, equipamentos e pessoal especializado;
- sistemas de informações para controle da Aviação Civil;
- suplementação tarifária à Aviação Civil;
- aquisição de aeronaves e simuladores para atendimento aos aeroclubes; e
- construção e reforma de instalações para o Sistema de Aviação Civil.

Estratégia de implementação - Este Programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os demais programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. O aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente na Aeronáutica contribuiu decisivamente para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados finais atingidos pelo Programa, no período 2000-2002. O Programa dispõe de uma boa infra-estrutura para sua execução, seja por conta dos recursos materiais seja por conta dos recursos humanos. Todavia, o número de pessoas trabalhando na gerência do Programa é insuficiente.

Quanto à formação técnico-profissional, o Departamento de Aviação Civil - DAC adquire aeronaves e simuladores destinados à formação de pilotos civis, promove assistência financeira aos aeroclubes e escolas de aviação civil e investe na formação de inspetores e técnicos de aviação civil, para atuarem como vetores de controle de qualidade do sistema.

Em referência à construção, reforma e/ou ampliação de imóveis e instalações do sistema de aviação civil, o DAC é o órgão central do sistema e é da sua responsabilidade manter, conservar e construir os imóveis e instalações necessárias ao funcionamento das atividades relativas à aviação civil.

No tocante à fiscalização e controle dos integrantes do sistema, o DAC tem por atribuição efetuar os registros, conceder homologações e realizar as fiscalizações afetas aos aeroportos, empresas, aeronaves e equipamentos. Realiza ainda a avaliação e controle do pessoal diretamente ligado à atividade aérea (aeronavegantes).

Em relação à avaliação médica dos aeronavegantes, o DAC coordena e controla os exames periódicos e as avaliações médicas regulamentares dos tripulantes vinculados ao sistema. Tais exames e avaliações são realizados nas organizações hospitalares da Aeronáutica.

Quanto à suplementação tarifária, toda a aviação de terceiro nível que opera na Amazônia Legal, nos trechos previamente delineados pela Portaria nº 101/GC-5, de 2000, do Comando da Aeronáutica, é beneficiada com essa suplementação.

Indicadores - Os indicadores inicialmente previstos não mensuraram adequadamente o desenvolvimento da aviação civil. Não se pode deixar de levar em conta os índices de segurança de voo quando se fala em desenvolvimento da aviação civil, especialmente quando a sociedade questiona a segurança da aviação. Assim, sugere-se a utilização do indicador Índice de Segurança de Voo, que será calculado com base em variáveis internacionalmente aceitas, segundo orientações da Organização de Aviação Civil - OACI, em seu Anexo 13 à Convenção de Chicago, cujo índice será igual ao número de acidentes, dividido por milhão de decolagens no ano considerado, esperando-se que esse índice seja mantido em valor inferior a 1,06. Ao final do PPA 2000-2003 este índice deverá ser mantido no mesmo patamar, visto que ele se refere a uma estatística de acidente, e não é cumulativo, possuindo um valor considerado dentro de uma faixa ótima de segurança de voo.

Implementação

Recursos - Os contingenciamentos orçamentários e financeiros impostos pelo Governo, no corrente exercício, impediram o DAC de cumprir suas atribuições no nível correspondente às tarifas pagas pelos usuários da aviação civil.

Para o ano de 2003, essas dificuldades tendem a crescer, visto que os limites impostos são incompatíveis com os serviços a serem prestados e com a arrecadação do Sistema de Aviação Civil.

Apesar disso, a aviação civil brasileira apresenta prognósticos animadores para o próximo ano. O DAC deverá enfrentar as demandas crescentes para garantir um serviço de qualidade acessível a uma parcela cada vez maior da população brasileira. Grande será o esforço para manter em elevado nível a segurança do voo da nossa aviação, reconhecido e formalizado pela categorização atribuída ao país pelas autoridades civis aeronáuticas internacionais.

Satisfação do público-alvo - Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, ou seja, os próprios usuários do sistema, a participação da sociedade tem ocorrido por meio da utilização efetiva dos serviços prestados pela aviação civil brasileira. No período considerado, não foi realizada pesquisa sobre a satisfação do usuário, por falta de recursos orçamentários para tal.

Sistema de informações de apoio gerencial - A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações, através do seu Estado-Maior, e o Comando da Aeronáutica está implantando o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, que possibilitará a captação de dados gerenciais de forma padronizada e abrangente, atingindo todas as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. O objetivo deste sistema é incrementar a qualidade, homogeneizar o tratamento e tornar confiável e tempestivo o acesso às informações gerenciais administrativas, logísticas, orçamentárias, financeiras e operacionais, visando à eficácia na aplicação e no controle dos seus recursos humanos, materiais e financeiros. O referido sistema deverá estar disponível no início de 2003.

Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária

Resultados O objetivo do Programa é aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro elevando, até o final do PPA 2000-2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público-alvo os utilizadores do sistema aeroportuário nacional.

A expansão e a modernização dos aeroportos sob administração da Infraero, mediante aplicação de recursos próprios e recursos oriundos de parcerias com governos estaduais, municipais e federais têm por suporte outras quatorze ações de construção, modernização, reforma e ampliação de aeroportos incluídas no Programa. Neste contexto, destacam-se as seguintes obras:

- construção do novo aeroporto de Palmas-TO, inaugurado em 05 de outubro de 2001;
- construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, inaugurado em 19 de outubro de 2001;
- reforma e modernização do terminal de passageiros, edifício garagem, terminal de cargas, pátio de aeronave e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Salvador-BA, inaugurado em 02 de setembro de 2002;
- reforma e modernização do terminal de passageiros, edifício garagem, terminal de cargas, pátio de aeronave, e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Recife-PE, com previsão de conclusão em 2003;
- a reforma e modernização do terminal de passageiros, pátio de aeronave e ampliação da pista de taxiamento de aeronaves do aeroporto de Porto Velho-RO, a ser inaugurado até 15 de dezembro de 2002;
- a reforma e modernização do aeroporto de Maceió; e
- a ampliação do aeroporto de Brasília.

Os aeroportos de interesse estadual são contemplados com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa, através das ações Construção de Aeroportos de Interesse Estadual e Reforma e ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual. As obras são realizadas por meio de convênio entre a União, representada pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, e o Estado interessado. Foram celebrados convênios para a realização de obras nos aeroportos de:

- Arapiraca, em Alagoas;
- Amapá, no Amapá;
- Barreiras, na Bahia;
- Juazeiro do Norte e Taboá, no Ceará;
- Quirinópolis, em Goiás;
- Barreirinhas, no Maranhão;
- Poços de Caldas, em Minas Gerais;
- Bonito e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul;
- Rondonópolis e Pontes de Lacerda, em Mato Grosso;
- Paragominas, no Pará;

Gerente:

**Cel Eng Antonio Jorge Nogueira
Corrêa da Silva**

- Guariba, na Paraíba;
- Araripina e Serra Talhada, em Pernambuco;
- Bom Jesus, no Piauí;
- Angra dos Reis e Resende, no Rio de Janeiro;
- Cacoal, em Rondônia;
- São Luiz do Anauá, em Roraima;
- Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa e Vacaria, no Rio Grande do Sul;
- Caçador, Chapecó, Criciúma, Curitiba e Joaçaba, em Santa Catarina;
- Bauru e Jundiaí, em São Paulo; e
- Araguacema e Araguatins, em Tocantins.

Dentro da ação Implantação de Módulos de Combate a Incêndio, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng adquiriu 22 carros contra-incêndio do Tipo AP-2, com capacidade para sessenta litros de água e sessenta carros contra-incêndio do tipo AC-2, com capacidade para setecentos litros de água.

Na ação Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng, está realizando obras nos seguintes aeroportos:

- Academia da Força Aérea, em Pirassununga, São Paulo;
- Almenara, Lagoa Santa e Varginha, em Minas Gerais;
- Assis Brasil, no Acre;
- BV-8 (Marco Brasil-Venezuela), Caracará, Auaris e Surucucu, em Roraima;
- Base Aérea de Anápolis, em Goiás;
- Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul;
- Base Aérea de Porto Velho e Ji-Paraná, em Rondônia;
- Carolina, no Maranhão;
- Eirunepé, Ipiranga, Tefé, Tiriós, São Gabriel da Cachoeira, Cucuí, Yauretê e Tabatinga, no Amazonas; e
- Jacareacanga e Oiapoque, no Pará.

Estas obras, além de estabelecer opções de acesso de aeronaves civis e militares na Região Amazônica Legal, como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional, atendem a objetivos de outros programas do Governo, como o Projeto Calha Norte e o Projeto Sivam.

.....
Caracterização do problema - O Programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária nasceu da necessidade da construção e manutenção da rede aeroviária nacional. Para atingir este objetivo, o Programa articula um conjunto de 21 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual.

Concepção

A manutenção e o reaparelhamento dos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportado pelas ações Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura

Aeroportuária. As ações Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual e Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual contemplam os estados com recursos oriundos do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa.

O Programa é composto por quinze ações, assim distribuídas:

- Comando da Aeronáutica - quatro projetos e uma atividade:
 - Construção de aeroportos e aeródromos de interesse estadual;
 - Implantação de módulos de combate à incêndio;
 - Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse estadual;
 - Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional; e
 - Manutenção de aeroportos e aeródromos.
- Infraero - dois projetos, uma atividade e sete ações não-orçamentárias:
 - Modernização da infra-estrutura aeroportuária;
 - Reaparelhamento da infra-estrutura aeroportuária;
 - Manutenção da infra-estrutura aeroportuária;
 - Construção de aeroportos de interesse do eixo transnordestino;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse da rede sudeste;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo araguaia-tocantins;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo arco norte;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo oeste;
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo são francisco; e
 - Reforma e ampliação de aeroportos de interesse do eixo sudoeste.

Estratégia de implementação - A execução é descentralizada para os estados, através de convênio com a União, representada pelo Comando da Aeronáutica. Nesta ação, o atraso por parte dos estados na apresentação da documentação necessária à assinatura dos convênios tem comprometido o cumprimento das metas nos exercícios, provocando restos a pagar. O planejamento é coordenado e consolidado pelo Emaer, visando à aplicação de forma eficiente dos recursos destinados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da infra-estrutura aeroportuária do País, em conformidade com a política da Aeronáutica.

No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores não estão subordinados diretamente ao gerente do Programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável. Há várias unidades que recebem recursos, das quais destacam-se a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica - Direng - e a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - Comara, a grande responsável pela materialização das obras na Região Amazônica Legal.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o Programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo Programa.

.....

Gerenciamento - O fato dos gerentes e coordenadores no Comando da Aeronáutica não exercerem suas funções com exclusividade para o Programa, uma vez que exercem-na de forma cumulativa com outras funções, e a rotatividade destes, devido às características e necessidades das carreiras militares, são as maiores dificuldades percebidas na implementação do Programa neste Comando, pois requer tempo de adaptação e aprendizagem dos que recebem a função. Para eliminação deste problema, foi estabelecido que os gerentes devem pertencer obrigatoriamente ao Estado Maior da Aeronáutica com sede no prédio do Comando da Aeronáutica, em Brasília-DF. Esta solução tem como objetivo assegurar mais tempo do militar na função, maior centralização no gerenciamento, facilitar o controle e dar agilidade às ações.

Implementação

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações no âmbito do Estado-Maior da Aeronáutica - Emaer. O Comando da Aeronáutica está implantando o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPG, que possibilitará a captação de dados gerenciais de forma padronizada e abrangente, atingindo todas as unidades que compõem a sua estrutura organizacional. O objetivo deste sistema é incrementar a qualidade, homogeneizar o tratamento e tornar confiável e tempestivo o acesso às informações gerenciais administrativas, logísticas, orçamentárias, financeiras e operacionais, visando à eficácia na aplicação e no controle dos seus recursos humanos, materiais e financeiros. O referido sistema deverá estar disponível no início de 2003.

Ensino Profissional da Aeronáutica

Resultados

- Realização do Curso de Gestão Administrativa em Nível Estratégico - MBA, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas - FGV, complementar ao Curso de Política e Estratégia Aeroespacial da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
- Implantação e recuperação dos recursos materiais de informática para auxílio e desenvolvimento das atividades de Ensino na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica - Eaoar e no Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica - Ciear; e
- Recuperação e modernização da Biblioteca Técnica do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

O Departamento de Ensino da Aeronáutica está buscando estabelecer o custo-aluno para as diversas organizações de ensino do Comando da Aeronáutica, especificando o cálculo e o dimensionamento de metas financeiras que venham a corroborar e comprovar o fato histórico de que a dotação para a área de ensino posiciona-se sempre em um patamar abaixo do planejado.

A insuficiência de recursos acarreta queda na qualidade do ensino, degradação dos recursos humanos formados e impossibilita que investimentos sejam efetuados na área de pesquisa. O Comando da Aeronáutica vem, na medida do possível, ao longo dos vários exercícios financeiros, efetuando a complementação com recursos de outras fontes para que a área de Ensino não venha a se degradar. Grande parte das atividades planejadas, para as diversas ações, teve que ser alterada, reduzida ou redimensionada para que se adequasse ao limite orçamentário fixado pela Lei Orçamentária de 2001.

Concepção

Caracterização do problema - Formação e capacitação de recursos humanos e altos estudos necessários à defesa aérea brasileira.

Atributos do Programa - O objetivo do Programa descreve claramente a finalidade do mesmo e as ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos do ensino Profissional da Aeronáutica. No entanto, faz-se necessário a modificação do público-alvo para Força Aérea Brasileira, pois o atual contempla os usuários do Programa.

O Programa é composto por nove ações, todas atividades:

- Altos estudos de política estratégica - promoção do ensino de altos estudos militares e da alta administração no âmbito do Comando da Aeronáutica;
- Curso de graduação em Engenharia - formação de oficiais em engenheiros militares;
- Curso de pós-graduação - realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar;
- Ensino preparatório para formação de oficiais - realização de cursos voltados para os ensinos militar e intelectual a fim de preparar a formação de oficiais do Comando da Aeronáutica;

Gerente:

Ten Cel Av Vagner Krüger

-Especialização e aperfeiçoamento de oficiais e civis - dotação, preparação e aperfeiçoamento, de forma contínua, de docentes e discentes do Comando Aéreo de Treinamento, do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, do Instituto de Logística da Aeronáutica e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica;

- Especialização e Aperfeiçoamento de Sargentos e Civis - Preparação e aperfeiçoamento com os meios destinados à investigação e à prevenção de acidentes aeronáuticos militares ou civis, de maneira contínua, de docentes e discentes do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, da Escola de Especialistas da Aeronáutica, do Instituto de Logística da Aeronáutica para o desempenho das atividades sistêmicas da Aeronáutica;
- Formação de Oficiais - Realização de cursos voltados para os ensinos militar e intelectual a fim de preparar a formação de oficiais do Comando da Aeronáutica;
- Formação de Sargentos - Realização de cursos voltados para os ensinos militar e técnico-profissional a fim de preparar a formação sargentos do Comando da Aeronáutica;
- Formação e Especialização de Cabos e Soldados - Realização de cursos de formação e de especialização de cabos e soldados nos Comandos Aéreos Regionais.

Estratégia de implementação - Deve-se ressaltar o mérito da estrutura, concepção e implementação do Programa, que foi e tem sido aplicado dentro da estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica preexistente, gerando resultados positivos no que se refere ao planejamento das ações de Ensino e ao bom uso dos recursos alocados para esta finalidade.

Este programa tem sua execução afeta aos órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estando os mesmos subordinados hierarquicamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial do Comando da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. Os sistemas de comunicações de dados e de voz do Comando da Aeronáutica permitem a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento de toda a estrutura administrativa e operacional existente no Comando da Aeronáutica foi o aspecto que contribuiu favoravelmente para a implementação das ações e obtenção dos principais resultados do programa.

.....
Execução Orçamentária e Financeira - As Organizações de Ensino do Comando da Aeronáutica, que integram o Programa Ensino Profissional da Aeronáutica, se ressentem nos aspectos estrutural e qualitativo causado pela insuficiência dos créditos alocados no período. Não há aplicação de recursos provenientes de financiamentos externos, sendo a totalidade dos gastos efetuados com dotações constantes do Orçamento Fiscal.

Implementação

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, a execução e o controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Satisfação do usuário/beneficiário - Não há mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa. A avaliação da satisfação dos seus usuários/beneficiários é feita por meio de relatórios e exposições após o término dos cursos, os quais são utilizados no aperfeiçoamento da execução das ações.

Ensino Profissional da Marinha

Resultados A variação do indicador, no que se refere à taxa de qualificação do pessoal da Marinha, no período ocorreu dentro do esperado, ou seja, próximo de 100%.

Em 2000 foram formados: 3.062 praças por meio das Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina e dos seus Centros de Instrução; 8.961 aquaviários; 2.353 portuários; 2.431 pessoas para atividades correlatas por meio das Capitânicas dos Portos e de suas Agências; 390 oficiais da Marinha, por meio da Escola Naval e do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.

Em 2001 foram formados nove pilotos navais de combate em asa fixa (avião); 251 oficiais da Marinha na Escola Naval e Centro de Instrução Wandenkolk, Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Ache e outras organizações militares; 182 oficiais nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola de Guerra Naval; 3.591 praças e especialização e aperfeiçoamento de 3.615, nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina, Centros de Formação de Soldados Fuzileiros Navais e Centro de Instrução Almirante Alexandrino.

Em 2002 foram formados 26 pilotos de combate em Asa Fixa (avião) para Força Aeronaval da Marinha do Brasil; 365 oficiais, através da Escola Naval e do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; especialização e aperfeiçoamento de 356 oficiais no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, Centro de Instrução e Adestramento Átila Monteiro Ache e outros Centros de Instrução; formação de 188 oficiais nos cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia pela Escola de Guerra Naval; formação de 2.719 praças e Especialização e Aperfeiçoamento de 2.710 outras praças, nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina, bem como nos Centros de Formação de Soldados Fuzileiros Navais e no Centro de Instrução Almirante Alexandrino; formação de cerca de 6.700 aquaviários, 1.800 portuários e de 1.700 pessoas para atividades correlatas por meio das Capitânicas, Agências e Delegacias da Diretoria de Portos e Costas; formação de cerca de 670 oficiais para Marinha Mercante, através do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar e Centro de Instrução Almirante Graça Aranha; Criação de cursos de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas, com duração de 1 ano, e de Adaptação para o Oficial de Náutica, com duração de 2 anos; e, implementação do Núcleo de Ensino à Distância (NEAD) na Diretoria de Ensino da Marinha (DensM), visando ampliar a possibilidade de difusão do conhecimento através dos diversos cursos extra-curriculares oferecidos, com a vantagem de otimizar a utilização de recursos orçamentários.

Concepção Caracterização do problema - As atividades relacionadas ao Poder Naval, seja na área de defesa ou setor marítimo, requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantia à sua continuidade e desenvolvimento. Compete à Marinha formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal, bem como, formar ou contribuir para formação e aprimoramento do pessoal necessário à execução das marítimas e fluviais, visando sempre a elevação do nível educacional e da capacidade profissional.

Gerente:

Vice-Almirante

Kleber Luciano de Assis

O programa é composto por 10 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 10 atividades:

- Curso de pós-graduação
- Cursos de altos estudos de política estratégica
- Ensino preparatório para formação de oficiais
- Ensino profissional marítimo de nível médio
- Ensino profissional marítimo de nível superior
- Especialização e aperfeiçoamento de oficiais
- Especialização e aperfeiçoamento de praças
- Formação de oficiais
- Formação de pessoal para as atividades marítimas
- Formação de praças

Os cortes orçamentários durante esses três anos refletiram, negativamente, para as organizações militares dos setores de apoio e operativo, podendo ser constatado pela baixa satisfação pelo produto final. Em 2002, o ensino profissional marítimo foi paralisado por cerca de três meses devido os contingenciamentos, desta forma, comprometendo a segurança da navegação.

Estratégia de implementação - A Marinha executa o programa em conformidade com o Sistema do Plano Diretor - SPD, a estratégia de execução é implantada por meio de 17 planos internos voltados para: pós-graduação e ensino avançado para oficiais; formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças da Marinha do Brasil; e formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças da Marinha Mercante.

..... **Implementação**
Recursos - O programa nos anos de 2000 e 2001 executou um total de R\$ 81.718.761,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 31.474.871,00.

Capacitação - A equipe gerencial do programa, através da realização de cursos na Escola de Administração Pública, está buscando se aperfeiçoar no modelo de gestão por programas.

Parcerias - O programa não tem parcerias, mas existe a possibilidade de ser realizada parceria com o MEC, a fim de serem realizadas ações em conjunto.

Satisfação do público alvo - A satisfação das organizações militares, quanto ao produto final, é mensurado através de inquéritos pedagógicos e dos sistemas de avaliação existentes na Marinha do Brasil. Foram desenvolvidos dois sistemas de avaliação informatizados, Sistema de Avaliação Acadêmica do SEM - SAVSEN e Sistemas de Avaliação de Estágios - SAVEST.

Ensino Profissional do Exército

Resultados O índice do indicador no ano 2000 ficou em 83,84 %, em 2001 o índice obtido foi de 93,20%. Pelas informações obtidas através dos Estabelecimentos de Ensino, a tendência é que o índice de 2002 fique próximo ao ano de 2001. Os índices alcançados têm possibilitado o Exército Brasileiro a suprir a necessidade de pessoal.

Com relação aos indicadores, os resultados obtidos em 2000 e 2001 estão sinalizando que o Programa de Ensino Profissional do Exército deverá superar o índice final do PPA 2000-2003.

Ano 2000 - Melhoria da qualidade do ensino nos 90 estabelecimentos espalhados pelo Brasil, em função do processo de modernização do ensino que o Exército vem desenvolvendo; implantação e desenvolvimento do ensino a distância, permitindo ampliar o número de alunos nos diferentes cursos, com sensível melhora na qualidade; aperfeiçoamento do Sistema Colégio Militar do Brasil tornando mais homogêneo o ensino em nível nacional.

Ano 2001 - Obtenção pelo Instituto Militar de Engenharia do conceito "A" no Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação; implantação dos níveis de pós-graduação nos cursos de Aperfeiçoamento e Altos Estudos Militares; realização dos Estágios de Atualização Pedagógica e Administração Escolar para comandantes e agentes de ensino; implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), à distância; reformulação do sistema de ensino adotado para os cursos do Centro de Estudos de Pessoal - CEP; reformulação da seqüência do ensino de idiomas no Exército; implantação do desenvolvimento e da avaliação dos atributos da área afetiva do Ensino Militar; melhoria da rede de transmissão de dados do Sistema de Ensino.

Ano 2002 - O Departamento de Ensino e Pesquisa aprovou a criação de um novo segmento no Sistema de Ensino a Distância do Exército (SEAD), com a implantação no ano de 2002, do ensino fundamental, em caráter experimental, a partir da 5ª série, em áreas pioneiras ou guarnições isoladas na Amazônia Ocidental. Coube ao Colégio Militar de Manaus através da consolidação do Ensino Fundamental a distância atingir o objetivo de apoiar os militares do Exército na educação de seus dependentes, particularmente no que se refere à Educação Básica.

Implantação do Curso de Especialização em Blindados, realizado no Centro de Instrução de Blindados, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, tem por finalidade aprimorar a mão-de-obra especializada, para atuar nas guarnições dos modernos blindados adquiridos pelo Exército.

Implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), na modalidade de ensino a distancia, para militares em missão no exterior, que estão impossibilitados de realizarem o referido curso de forma presencial

No ano de 2002, a conjuntura econômica provocou reflexos mais fortes no programa, principalmente no que diz respeito a contingenciamentos ocorridos. Ocorreram grandes dificuldades relacionadas com a execução orçamentária que provocaram prejuízos à qualidade do ensino ministrado nos Estabelecimentos de Ensino.

Gerente:

**General de
Divisão Domingos Carlos de Campos**

Apesar das dificuldades relatadas acima, o Departamento de Ensino e Pesquisa vem se empenhando para que o processo de modernização do aprendizado não sofra descontinuidade e para que os Estabelecimentos de Ensino cumpram suas programações.

.....
Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar cognitivamente o seu pessoal no desempenho da atividade militar. **Concepção**

O programa é composto por 16 ações, com execução assim distribuída:

- Comando do Exército - 16 atividades:

2876 - Aperfeiçoamento de oficiais

2877 - Aperfeiçoamento de sargentos

2685 - Curso de graduação em Engenharia

2774 - Curso de pós-graduação em Engenharia

2055 - Curso de altos estudos de política estratégica

2795 - Ensino fundamental na Fundação Osório

2777 - Ensino fundamental nos Colégios Militares

2778 - Ensino médio na Fundação Osório

2779 - Ensino médio nos Colégios Militares

2509 - Ensino preparatório para formação de oficiais

2780 - Especialização e extensão de oficiais

2921 - Especialização e extensão de sargentos

3137 - Estudos e pesquisas de interesse militar

2514 - Formação de oficiais

2903 - Formação de sargentos

2918 - Habilitação de militares e civis por intermédio de ações de ensino à distância

Mecanismos de levantamento de dados estão sendo aperfeiçoados para melhor identificação dos resultados de algumas ações controladas por outras Unidades do Comando do Exército e que estão sob a responsabilidade do Gerente do Programa do Ensino Profissional do Exército.

Atributos do programa - O programa da maneira como foi idealizado vem atendendo às expectativas com relação ao objetivo, público-alvo e indicadores.

Estratégia de implementação - O objetivo será atingido através da utilização dos diferentes estabelecimento de ensino médio, fundamental, de especialização, extensão, formação, aperfeiçoamento e altos estudos, que por intermédio dos inúmeros cursos oferecido pelo Exército prepara, qualifica e forma segmento da sociedade brasileira para o desempenho dos cargos e funções necessárias ao funcionamento da Força Terrestre.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 24.696.703,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 12.255.811,00.

Capacitação - A equipe gerencial participou de cursos tais como "Avança Brasil - PPA 2000 - 2003", "Programação e Gestão Orçamentária e Financeira", "SIAFI Gerencial" e "SIAFI Gerencial - Aperfeiçoamento". A qualificação obtida pela equipe aprimorou ainda mais o desenvolvimento profissional dos participantes. No ano de 2003 a equipe participará de novos cursos, visando sempre mantê-la atualizada em relação aos procedimentos e normas a serem adotadas nos âmbitos da execução orçamentária e gerenciamento do programa.

Satisfação do público alvo - Os Comandantes das Unidades, que recebem os militares após a conclusão de seus respectivos cursos, avaliam estes militares em seus perfis profissiográficos. Os resultados destas avaliações são utilizados para identificar e aprimorar os pontos julgados necessários.

Os relatórios dos Comandantes das Unidades, que recebem os militares após a conclusão dos cursos, funcionam também como mecanismo de pesquisa de satisfação do usuário.

Parcerias - As parcerias que foram realizadas com Universidades estão apresentando dificuldades no que diz respeito a honrar os compromissos firmados.

Gestão da Política de Defesa Nacional

Implantação dos Centros de Operações do Comando Supremo das Forças Singulares **Resultados**

No período 2000-2002 foi instalada a interligação dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas ao Centro de Operações do Comando Supremo, localizado na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, e destinado ao exercício do comando e do controle das Forças Armadas pelo Comandante Supremo.

Esse sistema, desenvolvido inteiramente no Brasil, pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil é uma prova do acerto das medidas tomadas pelo Governo Federal, ao criar o Ministério da Defesa. Começa a florescer, no âmbito da defesa da Pátria, a conjugação de esforços que leva à economia de recursos, maximizando a eficiência e a eficácia de nossas Instituições Militares.

Complementarmente, busca-se a integração da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional a esse Sistema, para que o Conselho possa dispor, oportunamente, das informações necessárias ao assessoramento direto ao Presidente da República, imenso desafio que vencido, facilitou a realização em julho de 2002 de exercício combinados das três Forças, sob a supervisão do Ministério da Defesa.

Apesar do contínuo processo de redução da disponibilidade orçamentária, entre 2000 e 2002 buscou-se obter um protótipo, partindo-se de um produto em desenvolvimento no âmbito das Forças Armadas, especificamente o Sistema MERCÚRIO da Marinha do Brasil, que propiciasse um ambiente eletrônico para a apresentação de informações oriundas dos centros partícipes do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2). Entretanto, o projeto pouco evoluiu devido à carência de recursos para financiamento das necessidades do mesmo, tendo em vista o custo elevado dos seus componentes. Por outro lado, por se tratar de projeto estruturado dentro de tecnologias de rápida evolução, corre-se o risco de, caso não implantado dentro do prazo previsto (2007), tornar o SISMC2 obsoleto antes mesmo da sua operacionalização, o que acarretaria desperdício de recursos materiais e financeiros.

Sistema de Comunicações Militares Via Satélite - Siscomis

Foi dada continuidade à implantação do Siscomis, que se constitui na base física de telemática do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), com a implantação de duas novas estações em Natal e Porto Alegre, ampliando, assim, o número de assinantes das Forças Armadas, o que permitiu ao Ministério da Defesa dispor de maior flexibilidade de comunicações.

A rede de assinantes do Siscomis está sendo expandida com a inclusão de ramais em todos os Ministérios, atendendo aos Ministros de Estado, Secretários-Executivos e outras autoridades. Em coordenação com a Anatel, foram substituídos os equipamentos de rádio-enlace do Ministério da Defesa, visando a desocupação das faixas de frequência destinadas às bandas "C", "D" e "E" do Serviço Móvel Privado.

Gerente:

José Fernando Depireux Brasil

Em 2001, foram implantados 2% dos meios de comunicação necessários para o funcionamento completo do sistema, perfazendo um total de 42% do previsto para todo o projeto. Em 2002, devido à falta de recursos para investimento, não houve qualquer evolução desses resultados, conseguindo-se apenas a conclusão das estações de Porto Alegre e Natal, iniciadas em 2001.

Entretanto, o SISCOMIS funcionando desde 1994, necessita de substituição de alguns equipamentos para manter níveis mínimos de operacionalidade.

Sistema de Catalogação Militar - Sismicat

Cinco anos depois de ter assinado um acordo bilateral com a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o Brasil conseguiu uma significativa vitória no Sistema de Catalogação daquela organização. O País acaba de ascender ao chamado nível TIER-2 do referido Sistema. Isso, em linguagem técnica, significa estar incluído no seleto time de países detentores do direito de ter seu material de defesa incluído no precioso catálogo da OTAN.

Além de ser o primeiro país latino-americano a gozar dessa prerrogativa, o Brasil é também o terceiro não membro da OTAN, juntamente com Cingapura, (os demais são Austrália e Nova Zelândia) a ter alcançado esse nível, e possuir seu próprio sistema de catalogação nos moldes exigidos por aquela organização.

Com isso, a partir de agora o Brasil poderá, como qualquer país da OTAN, opinar e votar defendendo os interesses nacionais concernentes à defesa e matérias de caráter econômico-financeiro.

Uma das conseqüências imediatas a destacar, resultado da elevação do Brasil ao nível TIER-2, na OTAN, diz respeito à abertura de mercado para as empresas nacionais, de modo geral, e, em particular, para as de material de defesa. Essas firmas passarão a ter seus nomes listados no Catálogo, tornando-se potenciais fornecedoras de itens usados pelos mais de 50 países integrantes do Sistema.

A partir de agora, as Forças Armadas brasileiras poderão racionalizar seus sistemas de aquisições, com conseqüente redução de custos. A catalogação é a ferramenta que permitirá identificar itens comuns às três Forças, podendo ser expandido aos órgãos civis do governo, viabilizando a padronização, nacionalização e centralização das aquisições.

Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica

A partir de 2001, iniciou-se a reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir da revisão curricular de cursos, que foram revistos com o objetivo de formar assessores de alto nível, nos níveis de graduação e pós-graduação.

Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório

No período de 2000 a 2002 foram elaborados estudos para a implantação de um sistema único de alistamento militar. O sistema desenvolvido inteiramente no âmbito das Forças Armadas, com a participação e apoio da Secretaria de Logística e Mobilização, do Ministério da Defesa, deverá ser implementado a partir de 2003, quando se espera o alistamento de cerca de 1,6 milhões de jovens brasileiros.

Concepção

À exceção da ação Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica, as demais ações do programa são essencialmente finalísticas e poderiam estar inseridas em outros programas. Entretanto, o desenho atual dos programas do Ministério da Defesa não contempla programas nos quais essas ações pudessem ser incluídas.

O programa é composto 08 (oito) ações, sendo 07 (sete) atividades e 01 (um) projeto:

- Ações de Caráter Sigiloso;
- Alimentação de Pessoal;
- Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica;
- Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Defesa Nacional;
- Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório;
- Sistema de Comunicações Militares Via Satélite;
- Sistema Militar de Catalogação; e
- Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares.

Estratégia de implementação - Com o atual desenho, contemplando ações de grande diversidade de assuntos, não existe condição de organizar procedimentos no âmbito da gerência. Com a proposta de uma nova estrutura programática para o Ministério da Defesa o Programa de Gestão da Política de Defesa Nacional deverá contemplar ações para apoiar o processo de planejamento, avaliação e controle dos demais programas da Pasta.

Tendo em vista a inadequação do Programa, sobretudo no que diz respeito às ações que o integram, todos os aspectos relativos à estratégia de implementação deverão ser revistos e aperfeiçoados, ou sejam: a forma de articulação com outras unidades do Ministério, articulação com parcerias, coordenação e acompanhamento de executores, articulação com outros Ministérios, articulação com as partes interessadas, participação do público-alvo, etc.

Implementação

Recursos - Os valores alocados ao programa têm diminuído no período. Para o exercício de 2000, a dotação (lei+crédito) foi de R\$ 18.996.838, com a liquidação de R\$ 17.547.695, ou seja, cerca de 92,3% da dotação orçamentária. Em 2001, a dotação final foi de R\$ 54.772.913, com a liquidação de R\$ 36.095.071, ou seja, cerca de 65,8% da dotação orçamentária. A elevação da dotação ocorreu em função da ação 6499 - Intensificação da Presença Militar das Áreas de Fronteiras, para fazer face à participação do Ministério da Defesa no Plano Nacional de Segurança Pública, e para a qual foram destinados cerca de R\$ 29,7 milhões e executados R\$ 25,3 milhões. Já no exercício de 2002, a lei destinou R\$ 15.739.595, com a perspectiva de execução de R\$ 9,8 milhões, indicando a execução de 62,2% da dotação orçamentária.

Para o exercício de 2003, o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional destina R\$ 14.684.302. Em dados obtidos através do processo de Pré-Proposta Orçamentária do Ministério da Defesa junto às unidades administrativas responsáveis pelos diversos projetos, foi determinado o valor de R\$ 36.809.835 como necessários para a implementação e manutenção

mínimas das ações do programa. Desta forma, o PLO para 2003 contempla apenas 39,8% das necessidades inicialmente apresentadas pelos responsáveis pelas ações.

Restrições - Por se tratar a grande maioria das ações deste programa de projetos e atividades estruturados dentro de tecnologias de rápida evolução, a não alocação de recursos suficientes para as ações deverá inviabilizar todas as atividades de substituição de componentes e tecnologias, correndo-se o risco de tornar todos sistemas e equipamentos obsoletos antes mesmo da sua operacionalização, ou mesmo implicando em manutenção aquém daquela considerada ideal, incorrendo em elevados custos posteriores para eventuais tentativas de recuperação e retomada de posições tecnológicas e, em casos extremos, a desativação de sistemas e equipamentos até então implantados.

O resultado da não alocação adequada de recursos ao programa, e conseqüentemente às suas ações, pode ser constatado no atraso que vem sofrendo a implantação dos Sistemas SISCOMIS e SISMC2. No primeiro caso, o SISCOMIS estaria com sua conclusão prevista para 2007. Entretanto, se mantidos os valores orçamentários históricos, esse projeto somente seria concluído por volta de 2025. Não se considera nesse novo prazo a evolução tecnológica e a reposição de equipamentos e softwares. O SISMC2 tem os mesmos problemas e prazos.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Programa precisa instituir um sistema de informações de forma a facilitar a captação dos dados gerados pelos diversos órgãos que integram o programa. Uma alternativa é o cadastramento, no SIGPlan do Coordenador de Ação.

Mobilização para Defesa Nacional

Tendo em vista o Programa ter iniciado suas atividades no corrente ano, e as principais ações ainda não terem sido desencadeadas pela inexistência de respaldo legal, não foi possível, ainda, a obtenção de resultados palpáveis até o momento.

No entanto, das ações empreendidas, pode-se inferir que foi alcançada a meta aproximada de 5% (cinco por cento) da previsão inicial. Tal índice reflete as ações internas no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, pelo fato de as mesmas serem integrantes da estrutura deste Ministério.

Foram realizados estudos e trabalhos atinentes à montagem da infra-estrutura do futuro Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Desses estudos, resultaram a elaboração e proposta de dois projetos, a criação de um aplicativo informatizado (Banco de Dados SELOM) e a aquisição de uma licença Oracle para suporte do Banco de Dados SELOM. Ambos os projetos encontram-se em licitação, com conclusão prevista para o final do corrente ano. Quando implementados, propiciarão o pleno desenvolvimento dos planejamentos e demais ações ligadas à Mobilização Nacional. No entanto, a condição sine qua non para a implementação desses projetos em âmbito nacional é a de que a Lei de Mobilização Nacional esteja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

Não houve prejuízos de monta aos supracitados projetos, devido ao fato de que o contingenciamento de cerca de 30% estar relacionado com ações a serem desenvolvidas somente após a entrada em vigor da Lei de Mobilização Nacional.

Como se depreende, para o êxito do Programa de Mobilização para a Defesa Nacional, é imprescindível a existência de uma Lei de Mobilização Nacional, que ampare essa atividade e dê o necessário respaldo legal, em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Constata-se a existência de repercussões negativas junto ao público-alvo, devido a não consecução da aprovação da Lei de Mobilização Nacional. Todas as reuniões, palestras, contatos formais e informais realizados em âmbito nacional até a presente data, deixaram perante o público-alvo uma expectativa de desenvolvimento, em curto prazo, das atividades de Mobilização Nacional, o que seria possível com uma Lei de Mobilização em vigor.

Determinadas metas previstas no Programa em tela, não podendo ser realizadas por inexistência de amparo legal, ocasionaram a não utilização de recursos financeiros em determinadas áreas de interesse da Mobilização Nacional, o que impediu alguns aspectos de capacitação logística previstos para serem atingidos.

Atributos de Programa - Foram inseridas no presente Programa de Mobilização para a Defesa Nacional, como ações e metas acessórias, diversas atividades de suporte que permitirão, a curto, médio e longo prazos, desde que mantido este Programa, a consecução, em bases realistas e racionais, do planejamento atinente à Defesa Nacional em todos os Campos do Poder Nacional, com a participação de todos os segmentos da Sociedade.

Indicadores - No aspecto da adequação dos indicadores, considera-se que os mesmos estão superestimados para 2002/2003, devido à expectativa de aprovação da Lei de Mobilização Nacional, o que não ocorreu

Resultados

Concepção

Gerente:

José Luiz D'Ávila Fernandes

até a presente data. Em face disso, será necessário reavaliar a meta de 2003, pois com a implementação de dois projetos - criação do Banco de Dados SELOM e aquisição de uma licença Oracle, ainda em 2002/2003 - será possível atingir aproximadamente 10% da meta prevista neste Programa. Além de uma reavaliação dos indicadores, não se vislumbra a necessidade de outras adequações no presente Programa.

Estratégia de implementação - Necessitaremos em curto prazo integrar-nos ao Sistema "e-gov", com a criação, no âmbito da administração do referido Sistema, de um subcomitê para Mobilização Nacional, o qual propiciará a circulação de informações referentes às atividades de Mobilização, entre os Órgãos da Administração federal, informações essas de caráter administrativo-técnico, mesmo antes da aprovação da Lei de Mobilização Nacional. Após a aprovação da supracitada Lei, o Sistema Banco de Dados SELOM realizará as ligações funcionais e técnicas, secundado pelo Sistema "e-gov".

Quando da necessidade de repasse de recursos às Forças Armadas, serão efetivados na forma de provisão. No caso dos demais Ministérios e Órgãos da Administração Pública, serão efetivados convênios, visando à manutenção do Banco de Dados em constante atualização. Com as empresas privadas e outras organizações, não será necessário o estabelecimento de convênios ou outras formas de repasse de recursos, sendo aplicados apenas os dispositivos da Lei de Mobilização (esta, quando aprovada), os quais regulam a relação entre o Governo e as entidades privadas.

Implementação

Recursos - Foram utilizados outros recursos financeiros previstos em Programas de Apoio Administrativo, para apoiar a montagem de parte da infra-estrutura informatizada do futuro SINAMOB (aquisição de equipamentos), bem como aproveitadas determinadas viagens para também efetuar a divulgação e realizar atividades inerentes ao Programa de Mobilização para a Defesa Nacional junto a Órgãos federais, estaduais e municipais, e mesmo empresas e organizações privadas.

Nacionalização do Material Bélico

.....
Ano 2000

Resultados

- Manutenção das atividades da indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), empresa responsável pela execução das ações do programa.

Ano 2001

- Obtenção da Certificação ISO 9002 em Produção e Serviços Associados para Material Bélico Aeroespacial: Foguetes e Munições de Calibres 40 mm a 120mm, e respectivas embalagens;
- Obtenção da Certificação ISO 9002 em Fabricação de Armamento Leve de Emprego Individual: Pistolas e Fuzis (Ramo de Atividade - Código NACE 35-3);
- Exportações de 18.160 pistolas 9mm, 5 fuzis automáticos leves, 750 estopilhas e de 39.013 peças de reposição para pistolas e fuzis;
- Início da construção da Fábrica de Espoleta Elétrica;
- Início da implantação do sistema de saneamento e proteção ambiental na Fábrica Presidente Vargas;
- Aquisição de parte dos equipamentos industriais previstos para 2001.

Ano 2002

- Adequação do Parque Industrial - Realizado 64,81%;
- Aquisição de Equipamentos Industriais - Realizado 58,82%;
- Manutenção da Infra-estrutura Operacional - Previsto 4%, mas realizado 1,72%;
- Modernização da Fábrica de Itajubá, de um total previsto 55,24% foi realizado 5,78%.

As principais dificuldades encontradas na implementação do programa se devem principalmente ao contingenciamento orçamentário e a dificuldade da empresa (IMBEL) em gerar recursos para investimento. Tal fato contribuiu para que o país se torne cada vez mais dependente do material estrangeiro, principalmente no que se relaciona ao Material Bélico de alta tecnologia.

.....
Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma Base Industrial Mínima de Defesa que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

Concepção

O programa é composto por 10 ações

- Comando do Exército/IMBEL - 08 projetos, 01 atividade, 01 ação não-orçamentária:
 - Adequação do parque industrial
 - Aquisição de equipamentos industriais
 - Construção da fábrica de pólvora de base simples-60 toneladas/mês
 - Fábrica de espoleta elétrica

Gerente:

José Carlos Albano do Amarante

- Implantação de sistema de proteção ambiental
- Implantação de sistema de saneamento e proteção ambiental na fábrica Presidente Vargas
- Manutenção da infra-estrutura operacional
- Modernização da fábrica de Itajubá (MG)
- Modernização da fábrica de pólvora de base dupla
- Produção de material bélico

Fontes de financiamento - O programa é financiado pelo Orçamento Fiscal, Investimentos de Estatais e recursos não orçamentários.

Público-alvo - O público alvo do programa são as Forças Armadas e as Corporações policiais.

Estratégia de implementação -As Ações são executadas pela empresa estatal Indústria de Material Bélico.

Implementação

Recursos - Nos anos de 2000 e 2001 o programa executou um valor total de R\$ 4.695.558,00 (Investimentos de Estatais). Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 3.100.000,00 (Investimento de Estatais) e R\$ 11.000.000,00 (Recursos não Orçamentários).

A ação "Manutenção da infra-estrutura operacional" desde que devidamente contemplada pelo orçamento, implicará em um aumento da produção nacional de material de emprego militar e manterá as unidades operacionais da IMBEL aptas à produção do material de defesa, cumprindo assim os objetivos propostos no Programa de Nacionalização de Material Bélico e se tornando menos dependente de tecnologia estrangeira.

Restrições - As programações orçamentárias e as metas previstas para 2000-2003 foram comprometidas devido aos constantes contingenciamentos orçamentários e a dificuldade da IMBEL, decorrente de sua fragilidade financeira, em gerar recursos para serem empregados como investimento. Como tentativa de otimizar os poucos recursos obtidos, tomou-se como prioridade, as ações de Adequações do Parque Industrial e Aquisições de Equipamentos Industriais.

Capacitação - No ano de 2001 a equipe gerencial realizou cursos na Escola Nacional de Administração Pública, tal fato se repetiu em 2002, o que contribuiu para a equipe se aprimorar.

Satisfação do Público-alvo - A sociedade é beneficiário indireta do programa, os beneficiários diretos são as Forças Armadas e as Corporações Policiais que utilizam o produto da IMBEL. Não existe uma pesquisa de opinião do usuário, entretanto a satisfação do público alvo pode ser percebida através da melhor qualidade do produto e cumprimento dos contratos.

Operações Militares

-
- Operação Felino, compromisso internacional assumido no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
 - Operação Fortaleza - operação combinada para prestar apoio de segurança à XLIII Reunião da Assembléia de Governadores do BID; e
 - Operação Tapuru - exercício combinado para proteção da Região Amazônica

Apesar de todas as restrições que sofre, conseqüências da conjuntura econômica atual, o programa apresenta resultados positivos, em maior ou menor nível, em todas as ações que o integram, com reflexos também positivos, em elevado grau, em seu público-alvo, particularizando aqui, as próprias Forças Armadas e o novel Ministério da Defesa, na sua consolidação.

Caracterização do problema - O agravamento da situação em país fronteiro à Amazônia, a persistência da demanda por medidas que possam coibir, senão eliminar, os delitos transnacionais e o tráfico de drogas, a ampliação da abrangência de ações que conduzam à consolidação do Ministério da Defesa como órgão diretor da estrutura militar, em termos operacionais, e a permanência do Brasil, no desempenho de missões de Paz da ONU, justificam a existência do programa.

Atributos do programa - O programa está em processo de consolidação e definição, inclusive no seu objetivo, indicadores, índices e ações constituintes.

O Programa é composto por 03 (três) ações, todas do tipo atividades:

- Intensificação da presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira;
- Missão das Nações Unidas para o Timor; e
- Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.

Suficiência e pertinência das ações - A origem do programa se situa não em uma, mas em diversas demandas, todas no campo da segurança nacional, tanto no âmbito nacional, como no internacional e de natureza militar. Isto explica a diversidade das ações que o constituem. Assim, vejamos:

- A demanda por integração das Forças Armadas, em termos operacionais, sob o recém-criado Ministério da Defesa justifica a existência da ação Operações Militares Combinadas ou Conjuntas, que provisiona recursos para a realização do adestramento combinado e permite operações conjuntas;
- A demanda por segurança nas fronteiras, auxiliando no combate ao narcotráfico e aos delitos transnacionais e protegendo o território pátrio, justifica a existência da ação Intensificação da presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira, que contempla recursos para as operações de intensificação da presença do Estado nessas áreas, por intermédio de suas Forças Armadas (FFAA);
- A demanda pela manutenção da presença brasileira na missão da ONU no Timor Leste, justifica a existência da ação Missão das Nações Unidas para o Timor, que supre os gastos com o revezamento desse contingente.

Gerente:

Cel Bruno Augusto Dizioli

Implementação Recursos - A expectativa de execução orçamentária do programa é de 100%.

Satisfação dos usuários/beneficiários - Não há mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa. A avaliação da satisfação dos seus usuários/beneficiários é feita por meio de relatórios e exposições após o término das operações, os quais são utilizados no aperfeiçoamento da execução das ações.

Parcerias - Não há previsão de parcerias para este programa. As tarefas existentes são estabelecidas no âmbito do Ministério da Defesa, com a participação dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e dos Órgãos da Administração Direta do próprio Ministério.

PROANTAR

.....

A variação do índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) em 2002 está evoluindo conforme o planejado. Apesar do programa sofrer cortes orçamentários, as metas das ações estão sendo alcançadas devido os créditos orçamentários originários do Ministério do Meio Ambiente.

Resultados

Em 2000 - Ampliação da compreensão dos fenômenos que ocorrem no Continente Antártico e suas influências no nosso território (variações climáticas, efeito estufa, buraco de ozônio, etc), aumentando a confiabilidade das previsões meteorológicas brasileiras; conservação e manutenção da Estação Comandante Ferraz para permitir o desenvolvimento dos projetos de pesquisa; aumento do número de projetos de pesquisa relacionados à Operação Antártica.

Em 2001 - Compreensão dos fenômenos que ocorrem no Continente Antártico e suas influências no nosso território (variações climáticas, efeito estufa, buraco de ozônio, etc), aumentando a confiabilidade das previsões meteorológicas brasileiras; conservação e manutenção da Estação Comandante Ferraz para permitir o desenvolvimento dos projetos de pesquisa; monitoramento das variações na massa do gelo para avaliar o impacto do aumento do nível dos oceanos na costa brasileira e suas conseqüências socioeconômicas; coleta de dados meteorológicos na Antártica para estudo sobre a meteorologia da região sub-antártica e sua importância sobre os sistemas climáticos e de circulação que atingem o Brasil; aumento do número de pesquisadores dos projetos de pesquisas participantes da Operação Antártica.

Em 2002 - Implementação dos projetos de pesquisa (houve um aumento significativo de projetos de pesquisas relacionados ao controle ambiental); manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); missão de apoio antártico (foram realizadas com pleno sucesso, as oito missões de apoio logístico à EACF).

.....

Caracterização do problema - Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário, e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre as nossas áreas territoriais e marítimas, levaram a Marinha a participar, juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisas subordinadas à Política Nacional para Assuntos Antárticos, dos trabalhos de exploração científicos e ocupação da Antártica, visando obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, na agricultura e na pesca, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

Concepção

O programa é composto por 3 ações, com a execução assim distribuída:

- Comando da Marinha - 03 atividades:
 - Desenvolvimento de pesquisa na Antártica - Apoiar a execução de pesquisas conjuntas, visando a ampliar os conhecimentos dos fenômenos antárticos e suas influências sobre questões de relevância global e regional.
 - Manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz - Desenvolver atividades científicas brasileiras na região antártica, de forma a garantir a inserção do Brasil como parte consultiva ao Tratado Antártico.
 - Missão Antártica - Manter as atividades científicas brasileiras na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Gerente:

**Contra- Almirante
Paulo César Dias de Lima**

Fontes de financiamento - O programa é financiado pelo Orçamento Fiscal.

Estratégia de implementação - A estratégia de implementação está adequada, o programa atua de forma sistêmica, porém descentralizada, com a gerência a cargo do Comando da Marinha e com participação de diversas instituições governamentais, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq, o Ministério do Meio Ambiente, as Universidades Públicas e Privadas e Fundações.

Público-alvo - O público alvo do programa são a Marinha do Brasil e Comunidade Científica.

Implementação

Recursos - O programa nos anos 2000 e 2001 executou um total de R\$ 5.718.021,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 2.230.284,00.

Parcerias - Foram realizados convênios com instituições públicas e privadas. Destacam-se as instituições: Fundação Universidade de Rio Grande - FURG, Fundação de Apoio a Universidade de Rio Grande - FAURG e Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Petrobrás.

Participação da sociedade - A divulgação do programa está sendo realizada através de convites para representantes da sociedade, a fim de conhecerem à Estação Antártica Comandante Ferraz. A satisfação da sociedade é mensurada por meio de reuniões, convites para palestras e exposições.

Capacitação - O Gerente do programa, desde o início do PPA, está buscando o aprimoramento na gestão do programa, através de participação em cursos e palestras promovidos pela SPI/MPOG.

Foram realizados intercâmbios de pesquisadores brasileiros com pesquisadores de outros países, houve, também, a participação em fóruns internacionais.

Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo

Resultados

A variação do índice do indicador, no que se refere ao Espaço Aéreo Monitorado, foi de 42,00 (índice inicial do PPA) para 51,00 por cento até o final de 2001. A partir de 2000, o índice vem evoluindo dentro do previsto. Esta evolução deve-se, dentre outros aperfeiçoamentos, à implantação e ao efetivo emprego de três novos sistemas radares instalados na Região Nordeste, bem como à implantação de melhorias variadas no sistema de telecomunicações aeronáuticas. A viabilidade de cumprimento do índice originalmente previsto para o indicador em 2003, quanto ao Espaço Aéreo Monitorado, pode ser considerada alta. Constata-se que a partir do ano 2000 vem ocorrendo, também na Região Amazônica, a implantação gradativa de sistemas de detecção radar e de sistemas de telecomunicações aeronáuticas, o que nos permite antever que o índice previsto será alcançado ao término de 2003.

No que se refere ao Coeficiente de Acidentes Aéreos, em 2000 o índice foi de 5,3 e em 2001 de 5,6. O índice de 2002 vem superando as expectativas em relação aos anos anteriores, sendo até o presente momento de 3,11, o que demonstra que os trabalhos realizados no ano de 2001 estão apresentando resultados. Pode-se observar que o trabalho de prevenção busca uma mudança cultural. Por ser de longo prazo, os resultados se expressarão no futuro.

Na Ação 2683 - Cartografia Aeronáutica, dentro do produto Cartas Produzidas, estão sendo confeccionadas: Carta Aeronáutica Visual; Carta Especial; Carta Cadastral; Conjunto de Navegação; Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo; e Levantamento de Campo.

O número de acidentes aeronáuticos, no ano de 2002 foi abaixo do esperado. O número de solicitações para palestras e simpósios efetuados por setores da aviação civil e militar é crescente.

Como impacto positivo sobre o público-alvo do Programa pode-se citar que, no período considerado, ocorreu uma significativa melhoria na infra-estrutura de meios utilizados no Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, por meio de múltiplas ações em todo o Território Nacional, contribuindo, dentro das limitações orçamentárias impostas, para a máxima segurança possível das atividades aéreas, civis e militares.

As limitações orçamentárias prejudicaram a implementação do programa no que se refere à capacitação técnica, pois foram cancelados todos os cursos de formação em Segurança de Voo, deixando-se de entregar à aviação civil e militar 300 profissionais que trabalham com o público-alvo e são o elo do CENIPA com as empresas aéreas da aviação civil e as unidades aéreas da aviação militar.

Concepção

Caracterização do problema - Este programa foi concebido para garantir a proteção ao voo e a segurança do tráfego no espaço aéreo brasileiro. Está sustentado em ações que visam à implantação, revitalização e ampliação de instalações, sistemas e equipamentos destinados ao monitoramento do espaço aéreo.

Atributos do Programa - O objetivo do programa descreve e caracteriza com clareza a finalidade do mesmo. O público-alvo está bem definido e dimensionado e as ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos relacionados às necessidades inerentes ao programa.

Gerente:

Cel Av Bruno Nazário Martins

O programa é composto por 07 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Aeronáutica - 03 (três) atividades e 02 (dois) projetos.

- Cartografia Aeronáutica;
- Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;
- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB;
- Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e
- Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

INFRAERO - 01 (um) projeto e 01 (uma) atividade.

- Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo; e
- Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo.

Fontes de financiamento - O programa recebe recursos dos Orçamentos Fiscal e de Investimento das Estatais, este referente aos valores disponibilizados pela INFRAERO para as Ações Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo e Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo.

Público alvo - O público-alvo está bem caracterizado. É constituído pelas empresas aéreas; operadores de aeronaves civis e militares; pilotos civis e militares; unidades aéreas da Força Aérea, Exército e Marinha; e usuários ou assinantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica. E todos que estão envolvidos direta e indiretamente com a atividade aérea.

A Segurança de Vôo não engloba apenas o tráfego aéreo, e sim toda e qualquer atividade, desde a decolagem até o pouso de uma aeronave, talvez por este motivo a ação de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos não devesse estar dentro deste Programa. Pois a prevenção ocorre em todas as fases de um vôo, desde o "check" do mecânico da aeronave, passando pelas condições psicológicas e fisiológicas do piloto, condições de vôo até chegar na infra-estrutura aeroportuária que é oferecida para pouso, decolagem e taxiamento da aeronave. Por isso, no universo da segurança de vôo, o tráfego aéreo é apenas uma fase e não o único elemento-alvo da prevenção de acidentes.

Estratégia de implementação - No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estão subordinados diretamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável.

A responsabilidade pelos projetos está a cargo da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - CISCEA, enquanto o Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA responde pelas atividades. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA é o responsável pela investigação e prevenção de acidentes e incidentes aeronáuticos, ação não ligada diretamente ao monitoramento do espaço brasileiro. O CENIPA realiza, também, atividades de prevenção visando à segurança de

vôo em todos os seus níveis. O Instituto de Cartografia da Aeronáutica - ICA é responsável pela confecção das cartas de navegação aérea necessárias ao controle do tráfego aéreo brasileiro.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

Recursos - No que se refere à Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; à Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro; e à Ampliação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, nos exercícios de 2000, 2001 e 2002, os recursos efetivamente liberados foram coerentes com aqueles originalmente previstos no PPA 2000-2003. Quanto ao exercício de 2003, a Proposta de Lei Orçamentária contempla um montante de recursos superior àquele originalmente previsto no PPA 2000-2003.

Implementação

Nas demais ações do programa, os contingenciamentos do orçamento, neste período, exigiram mudanças nas prioridades de alocação de recursos previamente planejados. Entretanto, no PPA vigente, há um incremento com relação ao PPA Lei (1.326.481.201,00 X 1.061.201.276,00).

Satisfação do público-alvo - A credibilidade no transporte aéreo brasileiro junto ao público-alvo está pautada na segurança da aviação civil. A procura pelo CENIPA dos diversos segmentos da aviação civil, visando à formação de elos do Sistema de Proteção ao Vôo - SIPAER, reflete a credibilidade deste Órgão Central perante a coletividade aeronáutica. Entretanto, os cortes orçamentários efetuados pelo governo neste ano causaram impactos negativos difíceis de serem mensurados.

Parcerias - O CENIPA estabeleceu convênios com universidades que possuem o curso de Ciências Aeronáuticas, com vistas a formar alunos em Segurança de Vôo. Esta iniciativa já formou diversos Agentes de Segurança de Vôo, sendo as despesas pagas pelas próprias Universidades.

Participação da sociedade - A sociedade vem demonstrando cada vez mais interesse pela Segurança de Vôo. Escolas do Rio de Janeiro estão fazendo campanhas contra Balões não - Tripulados, que é uma das causas de acidentes aeronáuticos. Reportagens de âmbito nacional sobre o Perigo de colisão com aves e Balões estão sendo realizadas, o que contribui muito para a prevenção de acidentes aeronáuticos. Campanhas publicitárias, tão necessárias para atingir toda a população, não são realizadas por falta de recursos financeiros. Na ótica da CISCEA, no período considerado constatou-se uma forte participação da sociedade, por intermédio da mídia e de entidades de classe, no sentido de exigir a prestação de serviços afetos à Proteção ao Vôo, com a devida segurança e eficiência.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o planejamento, execução e controle orçamentário nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Resultados O indicador "Taxa de Adequação dos Meios Operativos da Aeronáutica" estabelece a relação percentual entre o número de aeronaves, simuladores e viaturas operacionais existentes e a necessidade da Aeronáutica. O índice que corresponde à meta final em 2003 está previsto em 90%. Os valores apurados foram 6,35% em 2000 e 20,25% em 2001. A expectativa para 2002, já ajustada, é da ordem de 63,12%, em função do contingenciamento, que chegou a 34,12% do previsto na LOA.

O Programa também sofreu grave impacto quanto a sua execução devido ao contingenciamento e às restrições de Restos a Pagar no exercício de 2002, o que obrigou a uma revisão dos contratos e compromissos assumidos para o período de 2002 em diante.

Essa projeção, evidentemente, não permite a conservação do índice geral de 90% para o término do PPA 2000-2003. Assim, analisando-se as possibilidades orçamentárias e o comportamento dos principais projetos do Programa, conclui-se que o índice de 90% deve ser restabelecido para um valor situado na faixa de 75% a 80%.

É importante destacar a necessidade de se definir um novo indicador para o programa, pois o atual, além de ser de difícil mensuração, não retrata os resultados alcançados pelo programa de modo a evidenciar a resolução do problema que o gerou.

A assinatura da Diretriz Presidencial, que criou o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB), em 13 de julho de 2000, só apresentou resultados efetivos ao final de 2001 e durante 2002, a ressaltar:

- assinatura dos contratos de produção de 76 (setenta e seis) aeronaves AL-X;
- início formal da aquisição de dezesseis aeronaves F-5E, junto ao Governo Suíço;
- aquisição de dez aeronaves C-130H, pertencentes à Força Aérea Italiana, iniciada em 2001, tendo sido recebidas 4 (quatro) em 2001, 4 (quatro) em 2002, estando prevista as duas últimas para meados de 2003; e
- decisão do Conselho Nacional de Defesa que, reunido ao final do mês de outubro de 2002, selecionou a empresa espanhola CASA para o fornecimento de doze aeronaves C-295, referentes ao Projeto CL-X (aeronave leve de transporte) e, também, para a prestação dos serviços de modernização de oito aeronaves P-3BR (aeronaves de Patrulha e Guerra Anti-submarino).

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pela Aeronáutica, os resultados obtidos pelo Programa contemplaram o alcance, mesmo que parcial, das principais metas estabelecidas para o período, destacando-se os seguintes resultados:

Gerente:

Cel Marco Aurélio Gonçalves Mendes

-Modernização e Revitalização de Aeronaves - dentro de uma graduação de importância para o objetivo do programa, esta foi a ação de melhor desempenho entre as demais. O produto estabelecido para o ano de 2001 nessa ação foi definido como sendo o de 431 aeronaves

modernizadas ou revitalizadas. Entretanto, este dado não expressa a realidade e nem a intenção planejada pela Aeronáutica para o mesmo período, agravado pelo fato de que não há compatibilidade financeira entre o número de aeronaves a serem modernizadas e o montante de recursos autorizado para tal serviço, no período pretendido. O fato é que o número de 431 unidades referia-se à meta global para o período total do PPA 2000-2003, ou seja, o mesmo seria o resultado dessa ação após a vigência dos quatro exercícios correspondentes a esse PPA.

Após o início da vigência do Avança Brasil, houve necessidade de atualizar-se este planejamento, assim estabeleceu na área logística da Aeronáutica, para o período 2001-2006, que fosse perseguido o seguinte cronograma físico:

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Unidades	20	35	56	124	128	86

Esta previsão, que totaliza 449 aeronaves, acompanha as orientações emitidas pela Diretriz Presidencial, de 13 de julho de 2000, referentes ao Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - PFCEAB.

Ao encerrar-se o exercício 2001, de fato, foram executados serviços de modernização e revitalização em trinta aeronaves da FAB, assim definidas:

- dezesseis T-25,
- dez T-27,
- três VU-9; e
- um KC-137.

Havia, ainda, a intenção de se revitalizar e modernizar duas aeronaves do tipo C-91A em 2001, mas a transferência dos encargos de manutenção do projeto C-91 do Parque de Material de Aeronáutica do Galeão (PAMA-GL) para o Parque de Material de Aeronáutica dos Afonsos (PAMA-AF) impediu que esse projeto avançasse conforme planejado. Entretanto, para 2002 a expectativa é de que duas aeronaves C-91A sejam efetivamente modernizadas e colocadas em operação.

Também é fato a entrega de duas aeronaves F-5 E/F à EMBRAER, em fevereiro de 2001, para que fossem iniciados os trabalhos de modernização da atual frota deste tipo de aeronave. Os trabalhos realizados ao longo de 2001 e 2002, nessas aeronaves, está sendo o de prepará-las como protótipo para as demais aeronaves, utilizando-as, segundo o contrato firmado com a EMBRAER, como plataformas experimentais para as modificações planejadas. Considerando-se, então, que a previsão correta de meta física para o exercício 2001 seria a de vinte aeronaves modernizadas ou revitalizadas e que a meta realizada foi de trinta aeronaves, concluímos que o aproveitamento da ação, naquele ano, foi de 150%, bem acima do esperado. Para o ano de 2002 a expectativa é de possamos revitalizar um total de dezenove aeronaves, assim distribuídas: dois C-91A, três T-25 e quatorze T-27.

A intenção da Aeronáutica, dentro dessa ação, ao longo dos quatro anos do PPA, é modernizar e revitalizar parcela significativa de sua atual frota, seriamente atingida e indisponibilizada operacionalmente pela escassez de recursos orçamentários, especialmente ao longo do último decênio, que impediram a necessária, antecipada e oportuna aquisição de suprimentos e serviços de manutenção. Essa situação acabou provocando a parada de praticamente metade

de uma frota de aproximadamente setecentas aeronaves de combate, de apoio ao combate e de instrução, pertencentes ao acervo da Força Aérea Brasileira. A meta proposta originalmente, entretanto, espelha o número total de aeronaves que necessitam de alguma ação modernizadora ou revitalizadora para que possam voltar a serem empregadas em suas missões originais, de forma eficiente e segura, como é o desejo da Aeronáutica. A realização desses serviços propiciará o retorno das mesmas às lides dos intransferíveis serviços institucionais de manutenção da soberania e da segurança nacional, de apoio humanitário, no atendimento às necessidades da saúde pública e do meio ambiente, ou nos casos de calamidades públicas e de atendimento regular à frações da população e unidades militares dispostas, permanentemente, em localidades de acesso possível apenas pelo meio aéreo.

- Aquisição de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica - a previsão inicial, relativa à meta a ser obtida em 2001, revelou-se muito aquém do resultado alcançado em virtude da abrangência permitida pela definição de equipamentos de comunicação e eletrônica, que envolve não só a área de material de aviação, mas também outras áreas da logística da Aeronáutica, principalmente ao se referir aos equipamentos de eletrônica, material de natureza comum a, praticamente, todos os setores de apoio e manutenção às diversas atividades e às necessidades operacionais, logísticas e administrativas da Força Aérea Brasileira.
- Aquisição de Aeronaves - apesar de não ter sido alcançado a meta desejada, permanecendo a mesmo no patamar físico de 41,93%, esta ação, pela sua importância para os objetivos do programa e, especialmente, para o cumprimento das missões da FAB, está colocada entre as de melhor resultado alcançado. Fato esse comprovado pela alocação de recursos suplementares, que permitiu importantes aquisições, como as oito aeronaves C-130H (de um total de dez negociados) e os cinco P-3BR (de um total de doze negociados), além de possibilitar o início das negociações para a aquisição de 16 (dezesseis) F-5 E/F, além da assinatura dos contratos comerciais de produção das 76 (setenta e seis) aeronaves AL-X (AT-29).
- Construção e Aquisição de Instalações Militares - observando-se a relação final entre a meta prevista e o resultado alcançado, verifica-se que esta foi uma das ações de maior aproveitamento. Em que pese a unidade estabelecida para a sua medição, o metro quadrado, e a inexperience na identificação do seu comportamento prático e real, ainda sim o resultado foi muito além do esperado. É importante ressaltar que a consecução desta ação permite a ampliação desejada das obras de apoio e proteção física à atividade fim da FAB. É provável que seja necessária uma análise do produto dessa Ação, o que irá melhorar qualitativamente a sua mensuração e a interpretação correta dos resultados.
- Modernização de Instalações Militares - o fato de esta ação ter recebido todo o crédito solicitado em 2001 e, também, pelos expressivos resultados alcançados ao longo do período analisado, mesmo não tendo atingido a meta planejada, caracterizam esta ação como uma das mais proveitosas e adequadas às atuais necessidades de infra-estrutura da FAB. A importância dessa Ação está vinculada à possibilidade de incrementar e modernizar o necessário apoio de infra-estrutura às atividades operacionais (apoio à máquina) e aquele prestado as seus militares (apoio ao homem), proporcionando-lhes um ambiente de trabalho digno e seguro, capaz de garantir e manter a sua eficácia no cumprimento da atividade fim do Comando da Aeronáutica.

Restrições - Uma das maiores dificuldades para a consecução do índice

planejado, para o período considerado, foram os longos prazos requisitados para a tramitação dos processos de financiamento, necessários à execução de quase todos os projetos incluídos no Programa. A morosidade verificada na análise e aprovação foi sentida em todas as suas fases, quer seja na área do Governo Federal, quer seja nas negociações junto às instituições financeiras internacionais.

As dúvidas suscitadas na interpretação do artigo 36 ("É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo"), da Lei de Responsabilidade Fiscal, impediram que as transações de financiamentos, tendo como agentes órgãos do próprio Governo, fossem concretizadas. Esse fato implicou em uma melhor apreciação do dispositivo legal, o que gerou atrasos nas aquisições de bens e serviços referentes ao prosseguimento do Programa. Vale ainda ressaltar que os contratos de financiamentos externos possuem sequência definida, processos longos e lentos, o que faz com que ocorram atrasos na execução dos projetos a eles vinculados.

Ao longo dos exercícios de 2000, 2001 e 2002, destacamos que os principais óbices enfrentados na consecução do Programa Reaparelhamento e Adequação da FAB foram a morosidade excessiva na tramitação dos processos de autorização de financiamentos no exterior e o contingenciamento imposto ao Programa. Na quase totalidade das ações, o cronograma físico para a execução dos diversos projetos, no período considerado, esteve sempre condicionado ao montante dos recursos disponíveis estabelecidos pela área econômica do Governo. Havendo mais recursos e sendo os mesmos liberados com oportunidade, frente às necessidades do programa, certamente os resultados seriam melhores, com substancial economia.

É importante frisar que os primeiros reflexos se fazem sentir quanto à degradação da capacidade da FAB no cumprimento das missões de Defesa Aérea, garantia da soberania nacional no controle e uso do espaço aéreo sobrejacente ao território brasileiro, e de suas consequências quanto à impunidade dos vôos ilícitos, ao narcotráfico e ao contrabando de recursos nacionais. A indisponibilidade das aeronaves de transporte também acarreta dificuldades no atendimento das missões de apoio ao Governo Federal, muitas delas em auxílio aos Ministérios da Justiça (Polícia Federal, Defesa Civil, TRE), Saúde (campanhas de vacinação, calamidades públicas, distribuição de medicamentos, evacuação aeromédica), Ciência e Tecnologia (apoio à missão Antártica), Relações Exteriores (demarcação territorial, missões humanitárias no exterior e transporte de tropas brasileiras engajadas em missões de paz da ONU), e ao próprio Ministério da Defesa no apoio logístico à Marinha do Brasil e ao Exército Brasileiro.

Até o preparo e a manutenção operacional dos pilotos e mecânicos ficaram comprometidos, o que vem gerando um problema de elevadas proporções, latente e cumulativo, de difícil solução em curto prazo, com reflexos potencializados e cada vez mais inibidores na obtenção e manutenção da necessária capacidade operativa da Força.

Dessa forma é fácil aquilatar o tipo e a dimensão da penalidade que sofrerá o público-alvo do Programa, a Nação brasileira, caso a FAB seja exigida em sua plenitude operacional, o que, no momento, infelizmente não é possível oferecer, apesar de todos os esforços da Aeronáutica e mesmo sendo essa a sua maior destinação constitucional.

Concepção

Caracterização do problema - O Programa Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira têm sua origem na necessidade de se dar os meios necessários à Aeronáutica e à Nação brasileira de dispor de uma Força Aérea adequadamente equipada e adestrada, em condições de manter e garantir, permanentemente, o domínio, o controle e a liberdade no uso do espaço aéreo sobrejacente ao território nacional. Essa atribuição antecede o estabelecimento do PPA e é uma preocupação constante das autoridades da Aeronáutica desde a sua criação, datada de 1941.

A soberania do espaço aéreo brasileiro permite o seu uso ordenado e em benefício da Nação brasileira por meio do controle do tráfego aéreo, sua segurança e garantia como fator de sobrevivência do povo brasileiro. É importante lembrar o engajamento da FAB nas missões humanitárias, na busca e no resgate a acidentados aéreos, na evacuação aeromédica, nas campanhas de saúde, nas atividades de coibição aos vôos ilícitos e nas missões de transporte logístico em apoio às iniciativas federais na manutenção da ordem e da segurança interna, onde e quando se fizerem necessárias.

Atributos do Programa - O objetivo do programa, reaparelhar e adequar os meios aéreos e a infra-estrutura de suporte da FAB, descreve e caracteriza com clareza a finalidade do mesmo. O público-alvo, a Nação brasileira, está bem definido e dimensionado, pois o Programa abrange todo o território nacional. As ações que o compõem são suficientes e abrangem os diferentes aspectos relacionados às necessidades inerentes à adequação dos meios aéreos e de infra-estrutura da FAB, em face de sua destinação constitucional.

O programa é composto por 10 (quinze) ações, todas do tipo projeto:

- Aquisição de Aeronaves;
- Aquisição de Simuladores;
- Aquisição de Veículos de Superfície para Atendimento à Área Operacional Militar;
- Construção e Aquisição de Instalações Militares;
- Implantação de Novos Sistemas Bélicos;
- Implantação de Sistemas de Telemática Militar;
- Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica;
- Modernização de Instalações Militares;
- Modernização e Revitalização de Aeronaves;
- Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica.

Atributos de Ação - É preciso ressaltar a necessidade de melhorar alguns atributos, tais como:

Construção e Aquisição de Instalações Militares

- A unidade de medida, metro quadrado (m²), do produto, instalação militar construída ou adquirida, não reflete a verdadeira dimensão da instalação construída ou adquirida. A construção de um pátio em concreto de 1.000 (mil) metros quadrados certamente terá um custo menor do que um auditório ou uma enfermaria de 900 (novecentos) metros quadrados. A sugestão seria estabelecer como unidade de medida a unidade (instalação) construída ou adquirida.

Implantação de Novos Sistemas Bélicos

- A unidade de medida (unidade) do produto (sistema implantado) não exprime com exatidão o conceito de unidade ao representar o produto gerado a ser dimensionado. Por exemplo, no caso do míssil MAA-1 a unidade do produto, pela atual definição, seria o "sistema", ou seja, independente do número de mísseis a ser produzido, só contaria, para efeito de "unidade", a existência de um único sistema, mesmo que esse "sistema" venha a gerar cem mísseis, como produto final. Entendemos que cem unidades do referido míssil representam, com maior clareza e exatidão, o produto a ser alcançado nesta ação. A sugestão proposta é que o produto seja expresso pelo valor unitário gerado, a unidade implantada, (cada unidade correspondendo a uma unidade de um determinado tipo de artefato bélico) e não pelo sistema implantado, situação em poderia abrigar várias unidades (mísseis), cuja quantidade total permaneceria desconhecida, não expondo, assim, de forma mais transparente e eloqüente a real quantidade do produto obtido.
- Geral - Quando o produto de uma determinada ação for apenas uma unidade a ser obtida em um período maior do que um ano (um exercício financeiro), que seja possível utilizar-se como unidade de medida física o percentual sobre a totalidade do projeto, a ser alcançado ao final de cada exercício que venha a compor a proposta de um cronograma físico. Esse procedimento tornaria mais claro e exato o acompanhamento e o controle do progresso do produto medido.
- Estratégia de implementação - No âmbito do Programa Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira a estratégia de implementação existente, até o momento, foi considerada suficiente para o seu gerenciamento. Os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada no cumprimento da missão de cada organização responsável. A estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. A administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações. O aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente na Aeronáutica contribuiu para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

Recursos - Os recursos financeiros do programa são oriundos do orçamento da União e de financiamentos. O contingenciamento imposto no período exigiu mudança nas prioridades de alocação de recursos, previamente planejada entre as ações, importando em maior carga de recursos para o exercício de 2003.

Assim é que, observando-se os resultados alcançados pelas ações do Programa, podemos concluir que houve relativa compatibilidade e oportunidade, quanto à liberação dos recursos orçamentários em relação às necessidades de execução de cada uma das mesmas. A insuficiência de recursos para o desempenho do programa foi identificada, não na relação existente entre o crédito autorizado e o crédito realmente empenhado e liquidado, mas sim na relação permitida entre o crédito solicitado, por meio da Proposta Orçamentária originalmente calculada, e o crédito efetivamente autorizado, e mesmo suplementado, que constou da Lei Orçamentária Anual. Como exemplo dessa situação, citamos a ação Implantação de Novos Sistemas Bélicos, que previa para 2001, inicialmente,

Implementação

recursos da ordem de R\$ 5.258.497,64 e foi contemplada com R\$ 3.000.000,00. Essa ação, em 2001, tratou apenas do míssil MAA-1, um projeto da maior importância, não só para a FAB, pelo seu potencial bélico, mas principalmente, como empreendimento científico, contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento tecnológico da Nação brasileira.

O problema tende a se agravar, uma vez que a diferença de recursos não obtidos em 2000, 2001 e 2002 certamente se tornará imperiosa ao longo dos próximos exercícios financeiros, o que, sem dúvida, comprometerá o desempenho de outras Ações e mesmo do Programa, como um todo, pelo excessivo acúmulo de necessidades orçamentárias postergadas.

Parcerias - O Programa Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira não prevê a realização de parcerias.

Satisfação do Público Alvo - Devido à característica e a dimensão do público-alvo do programa, a Nação brasileira, sua participação tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o programa e através dos veículos de comunicação. Como o resultado do programa está inserido num contexto mais amplo de Defesa Nacional, uma pesquisa de satisfação do público-alvo neste sentido teria que considerar a atuação conjunta das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, bem como de outros órgãos governamentais que fazem parte do sistema de Defesa Nacional.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, execução e controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

.....

A expectativa para o alcance do índice do indicador (Taxa de adequação da Marinha do Brasil) planejado para o final do PPA (2003) é baixo, devido os cortes orçamentários.

Resultados

Ano 2000 - Revitalização de 11 aeronaves Sky Hawk AF-1 e AF-1 A, que já se encontram realizando exercícios com o navio aeródromo Minas Gerais; modernização da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, com ampliação da pista, novo sistema de parada de aeronaves em emergência e novo hangar para abrigar aeronaves de asa fixa; adquiridos seis navios-patrolha, que já iniciaram o patrulhamento da costa brasileira; incorporado, à armada brasileira, o navio aeródromo São Paulo.

Ano 2001 - Modernização de meios aeronavais: modernizadas três aeronaves do tipo SH-3, correspondendo a 100% da meta estabelecida para o exercício Modernização de organizações militares terrestres: 1º Distrito Naval, Colégio Naval e Casa do Marinheiro; obtenção de sistemas operativos: concluída a instalação do novo sistema de combate da fragata Liberal e em andamento a obtenção dos sistemas de armas da corveta Barroso e do submarino Tikuna.

Ano 2002 - Prosseguimento da modernização das Fragatas Classe Niterói, o processo de modernização desta classe de Fragatas está sendo desenvolvido no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, com a assessoria da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron); lançamento da Corveta Barroso, o projeto de construção da Corveta entra agora numa nova fase, com o casco já flutuando; Conclusão do projeto de concepção do Navio - Transporte de Apoio, o projeto foi desenvolvido pelo Centro de Projeto de Navios, Organização Militar do Comendo da Marinha e sua execução depende de aprovação de financiamento do BNDES.

.....

Caracterização do problema - Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da Marinha para manter seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do país, como fator da democracia e do desenvolvimento.

Concepção

Atributos do programa - A concepção do programa está adequada a seus objetivos, não necessitando reformulação. Os produtos estão bem definidos, de acordo com o que se espera obter em cada ação.

Restrições - Os cortes orçamentários estão inviabilizando atividades de construção naval, modernização de meios, desenvolvimento de atividades de pesquisa; gerando consequência na oferta de empregos no setor de construção naval, no setor de manutenção e de tecnologia aplicada e além de ficarmos mais dependentes de tecnologia proveniente do exterior. A solução encontrada, a fim de minimizar os efeitos do contingenciamento, foi o alongamento dos prazos de construção e modernização de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais com longo tempo de utilização necessitam ser modernizados, a fim de serem empregados operativamente. Não havendo a correspondente reposição, de meios sem condições de uso, implicará grave redução da capacidade do poder de combate da Marinha.

Gerente:

**Contra-Almirante
Gerson Carvalho Ravanelli**

A Marinha necessita dispor de Sistemas de Comando, Controle, Comunicações e Informações compatíveis com as necessidades de atuação do Poder Naval, inclusive para operar junto a outras Marinhas ou quando integrada a Forças de Paz e outras Forças Singulares e desenvolver táticas, procedimentos operacionais e métodos de avaliação do desempenho dos sistemas disponíveis;

O programa é composto por 14 ações, com execução assim distribuído:

Comando da Marinha - 14 projetos:

- Construção de organizações militares terrestres
- Modernização de bases da Marinha Brasileira no corredor São Francisco
- Modernização de meios aeronavais
- Modernização de meios de fuzileiros navais
- Modernização de meios navais
- Modernização de organizações militares terrestres
- Obtenção de embarcações de apoio
- Obtenção de meios aeronavais
- Obtenção de meios de fuzileiros navais
- Obtenção de meios navais
- Obtenção de próprios nacionais residenciais para a Marinha
- Obtenção de submarinos de propulsão nuclear
- Projetos de construção naval

Estratégia de implementação - A estratégia de execução, em conformidade com o Plano Diretor da Marinha, é implementada por meio de planos internos voltados para consecução das ações que compõe o programa.

Público-alvo - O programa tem como público alvo a Nação Brasileira.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 559.355.376,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de 159.627.907,00

Capacitação - O esforço de capacitação oferecido à equipe gerencial foi considerado suficiente e, em termos qualitativos, o apoio prestado pela ENAP é satisfatório.

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

O índice do indicador (taxa de reaparelhamento e adequação do Exército Brasileiro) no início do PPA foi de 8% e o planejado ao final do PPA é de 9%. Devido os cortes orçamentários a expectativa é de não se atingir o índice previsto.

Em 2000 - Ampliação da Aviação do Exército; modernização e ampliação do Sistema de Informática do Exército; reestruturação da Força Terrestre; adquiridas 42 Viaturas Blindadas de Combate Leopard M1A1 e 16 Lançadores Múltiplos Universais Astros II.

Em 2001 - Implantação de 70% do Sistema de Aviação do Exército, o que aumenta a capacidade operacional da Força Terrestre, permitindo flexibilidade e maior rapidez nas operações militares; aquisição de oito helicópteros Cougar e tanques de traslado para os helicópteros Black Hawk, proporcionando condições favoráveis para operar com eficiência na Amazônia; implantação de 50% do Sistema de Material do Exército - SIMATEX, que é fundamental para o controle efetivo de todo o material do Exército, possibilitando economia de meios e maior racionalidade no emprego dos recursos;

Revitalização de 50% das viaturas blindadas; aquisição de 02 Viaturas Blindadas de Combate Leopard M1A1; aquisição de 37 Viaturas Blindadas Obuseiras Autopropulsadas M-109 A3.

Em 2002 - A aquisição de duas aeronaves "COUGAR" contribuirá sobremaneira para aumentar o poder de combate das tropas aeromóveis e também para a consecução da implantação do Sistema de Aviação do Exército, hoje com, aproximadamente, 70% do planejado implantado.

Foi dada continuidade à revitalização das viaturas blindadas URUTU e CASCAVEL, com recursos da Ação 5375, o que é fundamental para a manutenção do poder de combate da Força, com grande economia de meios/recursos. Atualmente, cerca de 40% da frota de viaturas blindadas foi revitalizada, permitido uma sobrevida desses meios por mais dez anos de operacionalidade.

Foi de grande importância a aquisição de viaturas operacionais 05 Ton e leves, em substituição à frota anterior da década de 1970 e a aquisição de meios de comunicações modernos, em substituição aos atuais modelos obsoletos, permitindo uma elevação da operacionalidade do Sistema de Comando e Controle, nas atividades operacionais.

O Programa foi contingenciado em 43,55 % dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Projeto de Lei Orçamentária para 2003 está prevendo uma redução de 65,62 % dos recursos previstos no PPA 2000/2003. Dessa forma, há uma redução de aproximadamente 59 % nas metas financeiras para o período 2002/2003. Considerando o mesmo índice para as metas físicas, sem a inflação nos preços dos materiais, e considerando que o índice iria variar de 8,100 para 8,300 no final de 2003, no máximo alcançará 8,182, demonstrando definitivamente que o índice do indicador do Programa está muito aquém do esperado ao início do PPA 2000/2003.

As aquisições no período 2000-2002 não foram suficientes para mudar um quadro de necessidades, tais como: o sistema de armamento está com mais de 30 anos de utilização, equipamentos eletrônicos obsoletos e um sistema de defesa antiaérea com uma defasagem tecnológica de cerca de 30 anos, necessitando substituição.

Resultados

Gerente:

**General de
Brigada Nelson Marcelino de Faria Fil**

O Exército dispõe apenas de 61% das viaturas previstas, sendo que, das existentes, 62% estão com mais de 20 anos de utilização, o material de comunicações de campanha está obsoleto. A escassez de recursos não está permitindo dotar a Força Terrestre de suas necessidades mínimas anuais, o que pode comprometer o cumprimento de sua missão Constitucional.

Concepção

Caracterização do problema - O Exército Brasileiro ao buscar dotar as suas OM com vetores de modernidade tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

O programa é composto por 15 ações, com a execução assim distribuída:

Comando do Exército - 14 projetos e 01 atividade:

- Adequação de organizações militares
- Implantação do sistema de aviação do Exército
- Implantação do sistema de comando e controle
- Informatização do Exército
- Instalação de organizações militares
- Modernização da Força terrestre
- Modernização operacional das organizações militares do Exército
- Modernização operacional dos Batalhões de Engenharia de construção
- Obtenção de armamentos
- Obtenção de meios específicos
- Obtenção de meios terrestres
- Obtenção de próprios nacionais residenciais para o Exército
- Produção de material de emprego militar
- Revitalização de materiais de emprego militar
- Transferência de organizações militares

As ações do programa em um total de 15, o Estado-Maior do Exército gere diretamente 3 ações, o que permite melhor acompanhamento da distribuição dos recursos e sua aplicação. As demais ações estão distribuídas na responsabilidade de órgãos de direção setorial, ou seja, departamentos e secretarias.

Estratégia de implementação - A estratégia de implementação foi aperfeiçoada e proporcionou uma melhora no acompanhamento da aplicação dos recursos autorizados, pois as ações de maior aporte orçamentário e financeiro são geridas diretamente pelo Estado-Maior do Exército (Órgão Gestor).

A gerência do Programa foi reformulada e atribuída à 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, responsável pelas atividades de Logística, centralizou a execução das ações e proporcionou um emprego mais judicioso dos recursos. A centralização das ações permitiu um melhor acompanhamento da execução orçamentária, coordenando a execução dos Órgãos de Direção Setorial e mantendo os lançamentos no SIGPLAN atualizados e de fácil consulta, por meio de relatórios mensais.

Público-alvo - O público alvo do programa é a Nação Brasileira.

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 243.138.860,00. Para o ano de 2002 está previsto R\$ 349.060.405,00.

Implementação

Participação da sociedade - Não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no programa, entretanto, pesquisas divulgadas pelos principais institutos de pesquisa de opinião pública, apontam o Exército como a instituição de grande credibilidade no País.

Capacitação - Os integrantes da equipe gerencial, seja os do Estado-Maior do Exército ou os dos Órgãos de Direção Setoriais (Departamentos e Secretarias), participaram de cursos na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2001 e 2002, de forma que estão devidamente capacitados para as atividades inerentes ao desempenho do Programa no nível Federal. Buscou-se inclusive, capacitar uma quantidade maior de militares, do que o necessário, como uma forma de manter a continuidade dos trabalhos, independente da rotatividade de pessoal, que é uma característica da atividade militar.

Recursos do Mar

Resultados

A variação do índice do indicador (taxa de atualização do levantamento do relevo e dos recursos existentes da plataforma continental) está dentro do planejado, para o ano de 2002.

Ano 2000 - Conservação e manutenção da Estação Científica de São Pedro e São Paulo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas e, primordialmente, para reconhecimento internacional do território nacional; término da determinação das linhas de base e do traçado do pé do talude continental, para a delimitação da Plataforma Continental jurídica brasileira; conclusão do levantamento dos dados pretéritos dos recursos minerais existentes na Plataforma Continental, em cumprimento à fase inicial do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental jurídica brasileira.

Ano 2001 - Elaboração da Proposta Nacional de Trabalho para a execução das metas físicas da ação "Avaliação dos Recursos Não Vivos"; obtenção de dados oceanográficos e meteorológicos para formulação de previsões climáticas através de bóia fixa e bóias de deriva lançadas pelo programa; preparação dos documentos cartográficos finais para a composição do Relatório final, a ser apresentado à comissão de limites da Plataforma Continental da ONU; conservação e manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para permitir o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas.

Ano 2002 - Elaboração da Proposta Nacional de Trabalho do Plano de Reconhecimento dos Recursos Minerais da Plataforma Continental (REMPLAC); o início da digitalização das folhas de bordo de levantamentos hidrográficos realizados pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), de modo a produzir uma base de dados batimétricos fundamentais para a Avaliação dos Recursos não Vivos (REMPLAC); lançamento de bóias de deriva e instalação de estações meteorológicas automáticas essenciais para o monitoramento do oceano e o melhor conhecimento do clima do Brasil; término da preparação dos documentos cartográficos que comporão o relatório final do levantamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira; manutenção da Estação Científica do Arquipélago São Pedro e São Paulo, permitindo o desenvolvimento de projetos de pesquisa que possibilitem o conhecimento dos ecossistemas e suas biotas.

Restrições - É importante ressaltar que a Marinha do Brasil, em virtude dos cortes orçamentários, utilizou os recursos humanos e materiais a seu alcance a fim de minimizar os efeitos do contingenciamento, bem como a interação com as instituições participantes do programa.

Concepção

Caracterização do problema - Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como, as necessidades de levantar e explorar os recursos da Plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva, com finalidade de defesa e comerciais, impelem a Marinha a participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisas e empresas nacionais, visando ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades de nosso mar e buscar novas formas de exploração/exportação dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

Gerente:

Contra-Almirante
Paulo César Dias de Lima

O programa é composto por 05 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 04 atividades e 01 projeto:

- Avaliação dos recursos não vivos da Zona Econômica Exclusiva
- Fomento ao desenvolvimento de conhecimentos sobre os ambientes costeiros e marinhos
- Levantamento da plataforma continental brasileira
- Manutenção da estação científica do arquipélago de São Pedro e São Paulo
- Pesquisa e monitoramento oceanográfico

Fonte de financiamento - O programa recebe recursos do Orçamento Fiscal.

Estratégia Implementação - A implementação está adequada. A participação de outros órgãos governamentais e instituições de pesquisas contribuíram para o alcance das metas físicas. No ano de 2002, foram descentralizados créditos para várias instituições: Fundação de Apoio à Universidade Federal de Rio Grande (FAURG), Fundação de Apoio a Universidade de Pernambuco e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), sem que isto signifique a perda do caráter nacional do Programa, pois o objetivo é que os resultados sejam em benefício do País. As ações que compõem o Programa têm caráter nacional, exigindo uma gestão participativa dos diversos atores envolvidos.

O controle da execução das ações do programa é realizado através reuniões nos Comitês responsáveis, onde são analisadas as dificuldades para a implementação do Programa e buscadas as soluções para que seja cumprida a meta física das ações.

Público alvo - O programa "Recursos do Mar" tem como público alvo a Marinha do Brasil e exploradores legítimos da plataforma continental brasileira (Comunidade científica, universidades e empresas nacionais).

.....
Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de **Implementação** R\$ 4.278.623,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 1.552.680,00.

Satisfação do público-alvo - A satisfação do público alvo é realizada através de reuniões, convites para palestras aos diversos segmentos da sociedade e exposições.

Parcerias - Foram realizados diversos cursos dentro do escopo do Programa Mentalidade Marítima não previstos no PPA, bem como cursos de formação de pessoal, no âmbito da Agenda Ambiental Portuária e Gerenciamento Costeiro, em conjunto com os Estados e Municípios interessados.

Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário

Resultados Os índices dos indicadores (coeficiente de acidentes náuticos) apurados nos anos de 200 e 2001 foram respectivamente, 1,95% e 1,65%. O índice planejado para o final de 2003 é de 1%. No ano de 2002 o índice alcançou 1,6 % . Para o ano de 2003 é baixa a expectativa do alcance do índice planejado.

Ano 2000 - Produção e reimpressão de cerca de cem tipos de cartas náuticas, perfazendo um total de 80 mil cartas produzidas, cobrindo todo o litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, e principais áreas fluviais; registro, fiscalização e inspeção de cerca de 60 mil embarcações; participação efetiva da Marinha em 109 casos de socorro e salvamento da vida humana e dos meios que trafegam nas áreas marítimas e fluviais.

Ano 2001 - Produção e reimpressão de cerca de 50 tipos de cartas náuticas, perfazendo um total de 40 mil cartas produzidas, cobrindo todo o litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, e principais áreas fluviais; registro, fiscalização e inspeção de cerca de 60 mil embarcações; participação efetiva da Marinha em 94 casos de socorro e salvamento da vida humana e dos meios que trafegam nas áreas marítimas e fluviais; manutenção e conservação de cerca de 1.060 sinais náuticos entre faróis, radiofaróis, faroletes e bóias; construção de marcos geodésicos e padronização das referências geodésicas em dez estações da rede DGPS.

As atividades desenvolvidas pela Marinha, na execução das ações do programa, face o contingenciamento de recursos priorizam aquelas tarefas que por força de tratados internacionais não poderiam deixar de serem executadas, no caso específico às atividades relacionadas a segurança de navegação e salvaguarda da vida humana no mar, nas áreas do Atlântico Sul sob responsabilidade do Brasil, bem como as atribuições perante a Organização Hidrográfica Internacional (OHI) e à Organização Marítima Internacional (OMI).

Ano 2002 - Manutenção preventiva dos principais faróis, radiofaróis, faroletes e bóias. Nos demais sinais náuticos, manutenção corretiva (por envolver a segurança da navegação, essa atividade não pode deixar de ser realizada); elaboração e divulgação de boletins meteorológicos e aviso aos navegantes para toda a área marítima de responsabilidade do Brasil, (atividade que contribui para a segurança da navegação); registro de 504.877 embarcações e 43.186 inspeções em todo o território nacional (atividade que contribui para a redução de acidentes náuticos).

Concepção Caracterização do problema - Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas, para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades, sendo bem desenvolvidas, além de atingir seus propósitos, contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que, em última análise representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

Gerente:

Cel. Av. Jorge Silva Escobar

Atributos do programa - O Programa e a estratégia de implementação estão perfeitamente definidos não havendo necessidade de alteração para o próximo PPA.

O programa é composto por 04 ações, com a execução assim distribuída:

Comando da Marinha - 04 atividades:

- Hidrografia e cartografia náutica - Contribuir para segurança e a orientação do tráfego marítimo e fluvial.
- Registro e fiscalização de embarcações - Contribuir para a segurança do tráfego marítimo e fluvial, por intermédio do controle das embarcações e da fiscalização quanto ao cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores sob jurisdição brasileira.
- Sinalização náutica - Contribuir para orientação e segurança do tráfego marítimo, fluvial e lacustre em águas nacionais brasileiras.
- Socorro e salvamento - Permitir a estruturação e a capacitação da Marinha para participar do serviço de busca e salvamento marítimo sob responsabilidade do Brasil, à vista dos dispositivos previstos em convenções e acordos internacionais dos quais o País é signatário.

Estratégia de implementação - A estratégia de execução é realizada por meio de 14 planos internos voltados para: prover informações e previsões ambientais para apoio à aplicação do poder naval nas áreas marítimas de interesse nacional e nas vias navegáveis interiores sob jurisdição brasileira; e manter a segurança e o controle marítimo e fluvial.

Público-alvo - O programa tem como público alvo a Comunidade marítima e fluviária e a Marinha do Brasil.

.....
Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 23.263.217,00. Está previsto um valor de R\$ 16.435.284,00 para o ano de 2002. **Implementação**

Restrições - Devido os cortes orçamentários os reparos e manutenções realizadas passam a ser seletivas e corretivas, ao invés de preventivas. No período 2000-2002 deixaram de ser adquiridos materiais e serviços que indiretamente gerariam renda e emprego à população.

Satisfação do público alvo - Para o público-alvo o impacto é negativo, visto que as limitações orçamentárias impedem a expansão do nível de segurança e proteção do transporte aquaviário.

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Resultados

Até a presente data, não ficaram definidos quais seriam os melhores indicadores para uma boa aferição dos resultados do Programa. Quando da elaboração do PPA 2000/2003, foram adotados indicadores que não expressam a realidade do Serviço de Saúde das FFAA. As relações adotadas (paciente atendido/beneficiários existente; nº de leitos disponíveis/leitos ocupados) nada mensuram em termos de avaliação. A CPSSMEA está designando um Grupo de Trabalho inter-forças, a fim de definir uma nova metodologia para construir indicadores que traduzam a realidade do Serviço de Saúde.

Como decorrência das dificuldades geradas pelas restrições orçamentárias, o público alvo das Três Forças Singulares (aproximadamente 1,3 milhões), foi atendido quantitativamente, mas não qualitativamente. Além disso, a compressão orçamentária imposta ao longo dos últimos anos, tem dificultado a renovação e a atualização dos equipamentos necessários ao cumprimento da missão, ocasionando uma maior dependência do atendimento em entidades privadas, desviando recursos financeiros que deveriam estar sendo aplicados dentro dos Sistemas de Saúde das Forças. Como resultados positivos, podemos ressaltar uma maior integração das 03 (três) Forças no que se refere à produção de fármacos, com o desenvolvimento de um trabalho de racionalização na produção dos três laboratório químicos militares. Essa integração tem sido observada também na área assistencial, principalmente, na região Amazônica, em Salvador e em Brasília.

Observa-se nos últimos anos um aumento do número de usuários, principalmente pela inclusão de dependentes. Tem-se observado ainda o aumento do número de idosos, levando a um maior gasto de recursos na assistência médico-hospitalar. O Serviço de Saúde das Forças Armadas tem procurado investir em preparação de Medicina Preventiva e de Assistência à terceira idade, incluindo programas de atendimento domiciliar.

Além da preocupação com a terceira idade, tem-se investido de modo eficiente em programas preventivos nas áreas de DST/AIDS, dependência química e alcoolismo.

A implementação de Programas Preventivos e de Assistência à terceira idade, principalmente o Programa de Assistência Domiciliar, teve uma excelente aceitação do público usuário e das Organizações Hospitalares, na medida em que contribuíram para a redução de custos nestas Organizações e proporcionou um melhor atendimento Bio-psico-social dos pacientes, mantendo-os junto aos familiares.

Vale destacar, ainda, as realizações ocorridas no âmbito do Comando da Marinha:

- Implantação de 13 (treze) Programas de Saúde (preventivos e comunitários) em cinco Distritos Navais (1º DN, 3º DN, 4º DN, 5º DN e 6º DN), a saber: Programa de Imunização; Programa de Controle do Diabetes Melitus; Programa de Controle da Hipertensão Arterial; Programa de DST/AIDS; Programa de Dermatologia Sanitária; Programa de Pneumologia Sanitária; Programa de Saúde do Idoso; Programa de Saúde Mental; Programa de Saúde Bucal; Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança; Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher; Programa de Atenção às Doenças Profissionais; Programa de Reabilitação e Readaptação Funcional; e Modernização do Parque Fabril do Laboratório Farmacêutico da Marinha;

Gerente:

**Maj Brig Méd
Ricardo Luiz de Guimarães Germano**

- Ação Atendimento Médico Hospitalar/ Fator de Custo - 35% superior ao planejado, alcançando 1.4 milhão de atendimentos; e

- Ação Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalar e Odontológicos - 28% superior ao planejado, alcançando 595 mil atendimentos.

Concepção

Caracterização do problema - O Serviço de Saúde das Forças Armadas tem como missão proporcionar a adequada assistência médico-hospitalar aos militares (ativos e inativos) e aos seus dependentes, atuando, além da área assistencial, nas áreas preventiva, pericial e operacional, abrangendo tanto o treinamento como o emprego real.

Atributos do programa - O PPA 2000/2003 abrange todo o espectro das ações do Serviço de Saúde das Forças Armadas, não havendo, portanto outros produtos a serem relacionados. O objetivo do programa descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (Militares das Forças Armadas e seus dependentes) está bem caracterizado e dimensionado.

O programa é composto por nove ações, assim distribuídas:

Comando da Aeronáutica - duas atividades e um projeto:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo;
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo da Aeronáutica; e
- Aquisição de Ambulâncias e UTI Móvel.

Comando do Exército - duas atividades:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo; e
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo do Exército.

Comando da Marinha - duas atividades e um projeto:

- Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo;
- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Cargo da Marinha; e
- Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica.

Hospital das Forças Armadas - uma atividade:

- Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas.

Estratégia de implementação - Temos a ressaltar a importância de uma assessoria permanente no trato dos assuntos de saúde para o Ministério da Defesa nos moldes em que foi formalizado pelo presidente da CPSSMEA, o que facilitaria uma maior integração dos três Serviços de Saúde das FFAA. É fundamental a atuação de forma integrada e racionalizada dos Serviços de Saúde das Forças Singulares, coordenados pelo Ministério da Defesa.

A gestão por programa facilita o desempenho da ação governamental na medida em que permite a aplicação efetiva naquela área específica dos recursos disponibilizados, evitando-se desvios da finalidade precípua.

Implementação

Parcerias - Há necessidade de maior intercâmbio, principalmente, com o Ministério da Saúde, nas áreas de produção de medicamentos, fornecimento de medicamentos previstos nos programas oficiais (DST/AIDS, Tuberculose, Hanseníase, Renais Crônicos e outros) e participação em campanhas de vacinação.

Recursos - Os créditos disponibilizados na ação 2059 (fator de custo) encontram-se aquém (cerca de 70%) do proposto no PPA, causando uma distorção no cumprimento da missão, levando a restrições importantes com conseqüente queda da qualidade do serviço prestado.

Satisfação do Público-alvo - O público-alvo do programa, apesar de estar sendo atendido na sua necessidade, não tem sido contemplado na sua expectativa em relação à qualidade dos serviços recebidos. Uma participação mais integrada dos três Serviço de Saúde, principalmente nos últimos escalões (os mais sofisticados), traria uma maior economia, cujos resultados corrigiriam a falta de qualidade ora apontada.

O público-alvo participa interagindo com os profissionais de saúde nos diversos programas de Saúde preventiva.

A pesquisa da satisfação do usuário é realizada de duas formas:

- Ativa - entrevista com os pacientes ambulatoriais, pacientes internados e com os respectivos acompanhantes; e
- Passiva - coleta de críticas e sugestões recolhidas em urnas específicas.

Os resultados desta pesquisa são aplicados no melhor gerenciamento, fazendo os ajustes administrativos, exemplo: redução da demanda de diversos setores, racionalização de procedimentos etc.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - O Programa precisa instituir um sistema de informações de forma a facilitar a captação dos dados gerados pelos diversos órgãos que integram o programa. Uma alternativa é o cadastramento, no SIGPLAN, do Coordenador de Ação.

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Resultados

O indicador "Taxa de Execução das Pesquisas Programadas" estabelece o percentual entre o índice inicialmente planejado e o resultado apurado em cada exercício. O índice inicial foi estabelecido em 40% e a meta final em 2003 está prevista em 80%. Em 2000, o resultado apurado foi de 51% e, em 2001, de 60%. A previsão para 2002, já ajustada, é da ordem de 64%, devido aos diversos problemas, como o contingenciamento, que chegou a 55% do previsto na LOA.

Até o ano de 2001, o Programa vinha apresentando resultados considerados satisfatórios, atingindo as metas previstas e alcançando o índice inicialmente planejado. Em 2002, porém, isto não aconteceu, devido ao forte contingenciamento imposto, principalmente nas ações relativas ao Desenvolvimento de Aeronaves e de Sistemas Bélicos e Associados.

Outro aspecto a ressaltar, diz respeito à baixa expectativa de alcance do índice previsto até o final do PPA, pois o programa sofreu um forte contingenciamento em 2002 e houve comprometimento de parte dos recursos financeiros com Restos a Pagar, o que prejudicou sensivelmente o desenvolvimento das ações. Sugere-se, portanto, o percentual de 75 como novo índice ao final do Plano.

A execução orçamentária e financeira das ações do programa no período, apesar das inúmeras dificuldades, possibilitou que as principais metas previstas fossem atingidas, com destaque para:

- conclusão do segundo protótipo da aeronave AL-X, o que possibilitou o início da produção destas aeronaves para a FAB, no ano de 2002;
- conclusão do desenvolvimento de diversos armamentos, bem como o início da fase final de outros, em especial o míssil ar-ar MAA-1 "Piranha", de grande importância operacional para a Força Aérea Brasileira.

Concepção

Caracterização do problema - O Programa tem origem nas seguintes demandas da sociedade:

- aumento da capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, por intermédio de cursos de reciclagem e capacitação de pessoal;
- desenvolvimento de aeronaves; desenvolvimento de sistemas bélicos e associados; manutenção do funcionamento dos órgãos de pesquisa e desenvolvimento da Aeronáutica;
- implantação de infra-estrutura para pesquisa e desenvolvimento, proporcionando o ambiente necessário ao desenvolvimento de projetos e de pesquisa científica e tecnológica na área aeroespacial;
- execução de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aeroespacial nas áreas de pesquisa básica, de sistemas com aplicação em aeronaves, de foguetes de sondagem e de foguetes lançadores de Satélites;
- suporte ao desenvolvimento industrial, com transferência de tecnologia desenvolvida no Centro Tecnológico Aeroespacial - CTA; e de fomento, coordenação e apoio para o complexo industrial aeroespacial brasileiro.

Gerente:

Cel Int Almir de Carvalho Coelho

Atributos do Programa - O objetivo do programa, de aumentar a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira descreve claramente a finalidade do mesmo. O público-alvo (a Força

Aérea Brasileira, as demais forças singulares, a comunidade científica e a indústria aeroespacial) está bem caracterizado e dimensionado, e as ações que compõem o programa são suficientes e abrangem os diferentes aspectos que compõem a Tecnologia de Uso Aeroespacial.

O programa é composto por 08 (oito) ações, das quais 04 (quatro) são projetos e 04 (quatro) atividades. As ações "Implantação de Infra-Estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento", "Desenvolvimento do AM-X", "Desenvolvimento de Aeronaves" e "Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados", demandando mais de 95% dos recursos alocados, são as mais importantes para o cumprimento do objetivo do programa.

Estratégia de implementação - No Comando da Aeronáutica, os órgãos responsáveis pela realização das ações, e os respectivos coordenadores, não estão subordinados diretamente ao gerente do programa. Entretanto, os órgãos de direção geral e setorial da Aeronáutica estabelecem planos de ação, planos de avaliação, organização para o trabalho, forma de repasse de recursos, forma de controle e acompanhamento do desempenho, de modo que a realização das ações está incorporada ao cumprimento da missão de cada organização responsável.

Vale lembrar que a estrutura administrativa na qual o programa está inserido é compartilhada com todos os programas sob a responsabilidade da Aeronáutica. Esta estrutura ocupa os seus diferentes níveis organizacionais e situa-se em locais físicos dispersos por todo o território nacional. No entanto, a administração da Aeronáutica detém a necessária coordenação e o acompanhamento das ações e o aproveitamento da estrutura administrativa e operacional existente contribui para a implementação das ações e para a obtenção dos resultados atingidos pelo programa.

O acompanhamento do desempenho das ações tem sido feito por meio de relatórios mensais elaborados pelos Coordenadores de Ação, os quais permitem ao Gerente avaliar os resultados parciais alcançados. Em novembro de 2002 o perfil de Coordenador de Ação foi habilitado no SIGPLAN, o que facilitará sobremaneira o trabalho da equipe gerencial.

..... **Implementação**

Recursos - Os recursos financeiros do programa são oriundos do orçamento da União e de financiamentos externos. O contingenciamento imposto no período exigiu mudanças nas prioridades de alocação, previamente planejadas entre as ações, importando em maior necessidade de recursos para o exercício de 2003.

Para a implementação do programa, há que se evidenciar o enorme esforço para manter os recursos humanos no CTA, especialmente os técnicos de alto nível, tão necessários para o desenvolvimento das pesquisas e projetos.

Capacitação - A capacitação da equipe gerencial tem se dado por meio dos cursos realizados na ENAP, relacionados com as áreas de planejamento, orçamento e gestão. Além disso, há que se destacar a contribuição do Monitor da SPI, que tem realizado reuniões para nivelar conceitos com o objetivo de facilitar o desempenho das atribuições do gerente e da equipe.

Participação da Sociedade - Pela especificidade do programa, não há fóruns estabelecidos que permitam a participação da sociedade no desenvolvimento das ações.

Parcerias - Os intercâmbios de conhecimentos, devido à capacitação profissional, especialmente aqueles ligados à ação Capacitação de Especialistas do Setor Aeroespacial, do Programa Nacional de Atividades Espaciais, auxiliaram o atingimento das metas planejadas.

Público alvo - A escassez de recursos tem provocado insatisfação dos usuários/beneficiários do programa, pois impede o desenvolvimento dos diversos projetos que são de elevada importância para a Força Aérea e para o Brasil. Devido às características e à dimensão das ações do programa, a participação do público-alvo tem ocorrido por meio de relatórios que são elaborados pelos diversos órgãos que desenvolvem ou participam dos projetos de tecnologia aeroespacial.

Sistema de Informações de Apoio Gerencial - A implementação do modelo de gestão por programas permitiu uma melhor organização da ação setorial, resultando em maior transparência e no desenvolvimento de novas e modernas ferramentas gerenciais. Nesse sentido, o Comando da Aeronáutica está consolidando a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), o qual faz a transposição da metodologia do PPA para a Aeronáutica, orientando o seu planejamento, a sua execução e o seu controle orçamentário, nos mesmos parâmetros e critérios dos programas e ações do PPA.

Tecnologia de Uso Naval

Resultados O índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) no início do PPA foi de 65%. O índice planejado para o final do PPA é de 100%.

Ano 2000 - Todos os projetos desenvolveram-se de acordo com a programação físico-financeira estabelecida.

Ano 2001 - Conclusão de unidade piloto enriquecimento de material radioativo e a ampliação do laboratório de análise isotópico; instalação de equipamentos e sistemas necessários à produção de energia elétrica em parceria com a indústria nacional; conclusão da fabricação dos geradores de vapor em parceria com a indústria nacional; conclusão do projeto básico dos sistemas do reator nuclear.

Ano 2002 - O Programa nuclear como um todo teve 69% da sua infra-estrutura básica, instalações de apoio, segurança e saúde instalados até 2001. No ano de 2002 houve um incremento de cerca de 0,2%, com previsão de conclusão em 2016, quando então terá início o programa experimental de validação do protótipo do reator nuclear, com previsão de conclusão em 2019; implantados 88% do Ciclo do Combustível até 2001, com incremento de cerca de 3% em 2002 e previsão de conclusão em 2008.

Com relação aos demais projetos de ciência e tecnologia, voltados para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e coleta de informações aplicados à dissuasão estratégica, ao desenvolvimento de tática e à absorção de conhecimento sobre tecnologias sensíveis, excetuando o Programa Nuclear, podem ser mencionados os seguintes resultados: conclusão de um sistema de simulação tática e de treinamento; prontificação dos protótipos do Sistema de Controle e Manutenção de Máquinas e Simuladores de Treinamento e do Sistema de Controle de Avarias; prosseguimento da atualização do jogo de guerra aeronaval do Centro de Jogos da Escola de Guerra Naval (EGN); prosseguimento das atividades de pesquisa aplicada, desenvolvimento de equipamentos e sistemas, inclusive softwares e experimentos, na área de guerra eletrônica; prosseguimento do desenvolvimento do Sistema Naval de Comando e Controle (SISNC2); prosseguimento do desenvolvimento de sistemas de apoio ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento de tática.

As finalidades das ações do programa prevêm adquirir conhecimento tecnológico que permita o desenvolvimento do projeto e a construção de um reator nuclear para a geração de energia elétrica e de um submarino que utilize a propulsão nuclear; dotar a Marinha de sistemas operacionais, gerenciais e de suporte à decisão do cumprimento de sua missão constitucional; e de prover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo no que tange a aplicação de táticas de guerra naval.

Gerente:

**Contra - Almirante
Marcelo Victor de Uzêda**

É importante ressaltar que o programa é de relevância para o País, permitindo a independência tecnológica na área nuclear, além de provocar um arraste tecnológico de diversos segmentos da indústria nacional. Os cortes orçamentários criam dificuldades gerenciais, exigindo remanejamentos, nem sempre possíveis, e esforços de planejamento para atingir as metas físicas das ações.

Concepção

Caracterização do problema - O domínio tecnológico no campo militar é um aspecto fundamental para gerar capacidade dissuasória, além disso, a busca de novas tecnologias de uso militar, tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais. A Marinha do Brasil atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos que são o "Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha" e o "Programa Nuclear da Marinha". Tais projetos há longo tempo contribuem para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e sua continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo nosso grau de dependência externa.

O Programa foi concebido para capacitar a Marinha com a tecnologia necessária à dissuasão estratégica, além da busca de novas tecnologias de uso militar com aplicações na vida nacional, uma das grandes vertentes de desenvolvimento de países considerados como potências mundiais.

O programa é composto por 06 ações, com execução assim distribuída:

- Comando da Marinha - 06 projetos:

3216 - Construção de protótipo de submarino com propulsão nuclear

1421 - Construção do protótipo de reator nuclear

3217 - Desenvolvimento e aplicação de tecnologia nuclear em pesquisa e empreendimentos conjuntos

3529 - Desenvolvimento e avaliação de meios e sistemas navais

3215 - Desenvolvimento, simulação e avaliação de táticas aplicadas na guerra naval

1425 - Implantação de infra-estrutura básica na área nuclear

Atributos do programa - A Marinha entende que os problemas foram bem delineados e inseridos no Programa de Tecnologia de Uso Naval que, com suas ações e metas-físicas definidas, é adequado e exequível não havendo necessidade de correções nesse momento dos atributos do programa.

Fonte de financiamento - O programa recebe somente recursos do Orçamento Fiscal.

Estratégia de implementação - A estratégia de execução é implantada por meio de 3 planos internos voltados para: desenvolver materiais, equipamentos, sistemas e protótipos para a propulsão nuclear; e adquirir "know - how" em sistemas para aplicação na guerra naval.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 um total de R\$ 156.059.626,00. Para o ano de 2002 está previsto um valor de R\$ 84.837.862,00.

Restrições - A execução financeira do Programa Tecnologia de Uso Naval, no período 2000-2002, vem se realizando de modo satisfatório, ainda que a cada ano o atraso na liberação dos recursos orçamentários tenha gerado consequências indesejáveis, principalmente no caso dos projetos de investimentos, que sofrem o retardamento das metas e o conseqüente alongamento do prazo para a conclusão do Programa, sem se falar na degradação do material, perda de capacidade de pesquisa e desenvolvimento já implantados.

Entende-se que as dificuldades do Programa de Tecnologia de Uso Naval são exclusivamente de caráter financeiro, o que leva a inferir num atraso na sua conclusão.

O distanciamento entre o planejado inicialmente no PPA e o reprogramado tem sido minimizado, quando possível, com recursos de outros programas e sendo facilitado pelo modelo de gerenciamento interno da Marinha - Plano Diretor, que possui estrutura similar ao modelo de gestão por programas do Governo Federal.

Parcerias - A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia com maior intensidade e, principalmente, com aporte financeiro poderia acelerar a conclusão do Programa, recebendo em troca a conseqüente tecnologia de ponta desenvolvida.

Tecnologia de Uso Terrestre

.....

A variação do índice do indicador (taxa de execução das pesquisas programadas) no período pode ser estimando em 75 %, o que faz prever a possibilidade de atendimento dos 80% ao final do PPA.

Resultados

Em 2000 - Todos os projetos desenvolveram-se de acordo com a programação físico-financeira estabelecida.

Em 2001 - Aprovação do protótipo do míssil MSS 1.2.; levantamento dos dados de balística interna e externa, bem como a melhoria na resistência do tubo lançador da Arma Leve Anticarro - ALAC; montagem dos óculos e dos monóculos de visão noturna, com domínio de tecnologia; finalização do software do Módulo de Ensino para Guerra Eletrônica, representando o domínio de tecnologia vital para essa atividade; avaliação técnica do Morteiro 120mm.

Em 2002 - Desenvolvimento da unidade de tiro do míssil Superfície/Superfície Anticarro 1.2 (MSS 1.2 AC); conclusão da avaliação técnica do fuzil 5,56mm; conclusão da avaliação técnica dos óculos de visão noturna; avaliações operacionais da viatura blindada de transporte de tropas e viatura $\frac{3}{4}$ ton 4x4, 4P; desenvolvimento de mísseis e foguetes; Desenvolvimento de armas convencionais e munições (Morteiro 120mm, Fuzil 5,56mm, Munição para Morteiro 120mm); desenvolvimento de materiais de Comunicações e Eletrônica (Sistema computadorizado de Tiro para Artilharia de Campanha); desenvolvimento da nova família de blindados de rodas (NFBR); pesquisas, destacando-se a irradiação de alimentos, o laboratório biológico de contenção máxima, carbono-grafite, reatores nucleares de alta temperatura refrigerados a gás, etc.

.....

Caracterização do problema - O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual de interesse do Exército e das forças singulares, e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa.

Concepção

O programa é composto por 03 ações, com a execução assim distribuída:

- Comando do Exército - 03 atividades:

2769 - Avaliação de material de emprego dual - Proporcionar o suprimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e materiais de utilização do pessoal militar e civil do Exército Brasileiro.

2786 - Funcionamento dos órgãos de pesquisa e desenvolvimento do Exército - Contribuir e atender às necessidades das organizações militares das Forças Armadas em pesquisa, desenvolvimento e avaliação de materiais de seu interesse.

4403 - Pesquisa e desenvolvimento de material dual - Proporcionar a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos para medição e aferição dos equipamentos e dos materiais de utilização do pessoal militar e civil do Exército Brasileiro.

Atributos do programa - Os atributos do programa estão bem definidos, não necessitando de alteração.

Estratégia de implementação - Desenvolvimento próprio, por intermédio dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Exército e/ou em parceria com indústrias, preferencialmente nacional, e com outras organizações das demais forças singulares.

Gerente:

**General de Divisão
Renato César Tibau da Costa**

Público-alvo - O principal usuário do produto final, gerado pelo programa Tecnologias de Uso Terrestre, é o Exército Brasileiro. Secundariamente são usuários os fabricantes de produtos controlados pelo Exército Brasileiro, por força da legislação, tais como: armas de porte, coletes a provas de balas, blindagens para veículos, etc.

Indicadores - Existe a necessidade de alterar o indicador devido ser de difícil mensuração.

Implementação

Recursos - O programa executou nos anos de 2000 e 2001 o total de R\$ 9.037.233,00. Para o ano de 2002 está previsto R\$ 4.578.825,00.

Parcerias - O programa não tem parceria formal, entretanto, a Secretaria de Ciência e Tecnologia - SCT mantém contratos de desenvolvimento com empresas civis, tais como a MECTRON, no desenvolvimento do míssil anticarro e com a GESPI, no desenvolvimento nos tubos de compósitos para o lançamento da Arma leve Anticarro - ALAC.

Satisfação do Público-alvo - O programa avalia a satisfação do público-alvo por meio de apresentações dos produtos aos altos escalões do Exército e através de exposições.

Desenvolvimento da Educação Especial
Desenvolvimento da Educação Profissional
Desenvolvimento do Ensino de Graduação
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação
Desenvolvimento do Ensino Médio
Educação de Jovens e Adultos
Escola de Qualidade para Todos
Estatísticas e Avaliações Educacionais
Gestão da Política de Educação
Hospitais de Ensino
Toda Criança na Escola

Ministério da Educação

Desenvolvimento da Educação Especial

Resultados

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional define a Educação Especial como modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, a Educação Especial perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil ao ensino superior. Essa modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

A expressão Necessidades Educacionais Especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s). É um conceito mais amplo.

As ações implantadas pelo Programa instauraram um novo tempo para a educação especial contribuindo para torná-la, de fato e de direito, parte integrante do sistema educacional brasileiro e fazer dela um agente de mudança da gestão e da prática pedagógica no processo de construção da educação inclusiva, com a mobilização da sociedade e a promoção de ações visando à equidade na educação.

Os resultados da política para a educação especial são animadores. Dados do Censo Escolar indicam que, considerando tanto as escolas especializadas como os alunos integrados nas escolas comuns, o atendimento a alunos com necessidades especiais aumentou 33%, entre 1998 e 2002. No período, o atendimento em classes comuns cresceu 150%, passando de 43,9 mil em 1998 para 110,5 mil em 2002. Como consequência, o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos pelas classes de integração passou de 13% em 1998 para 24,6% em 2002. Este resultado deixa claro que as políticas adotadas no âmbito da Educação Especial têm colaborado para que os sistemas de ensino se transformem em contextos inclusivos que venham a realizar uma educação de qualidade realmente para todos.

No período de 1998 a 2002, houve crescimento de 5,2% para 6,9% na matrícula na Educação Especial. No decorrer desse período, a discussão nacional da política de atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais gerou a adoção de novo paradigma do qual resulta o conceito de necessidades educacionais especiais que é mais amplo do que os que vinham sendo praticados.

Dois fatos novos contribuem para mudanças quantitativas e qualitativas na produção de informações na área de Educação Especial: o Censo Demográfico 2001 e as consequências da implementação, em todos os níveis de ensino, da Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CEB, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a partir de 2002.

A qualificação de docentes em Educação Especial deve ser objeto de impulso com a implementação da política de educação de qualidade para todos e a consequente melhoria da formação inicial e continuada de todos os professores da educação básica, conforme o que recomenda a Resolução nº 2 CNE/CEB. Ainda assim se torna

Gerente:

Reinaldo Estelles

baixa a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador Taxa de Docentes Qualificados em Educação Especial, em razão das restrições orçamentárias e financeiras do programa ocorridas neste exercício, bem como as previsões para 2003.

A partir de 2002 com a implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, todos os municípios devem oferecer serviços de Educação Especial. Diante dessa exigência será uma consequência natural o atingimento da meta prevista de 90% dos municípios até 2003.

Todas as políticas implementadas têm contribuído para a melhoria do atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais, pois respondem a demandas da comunidade educacional; no entanto, como o programa é de natureza complementar às políticas locais, a verificação do impacto considera a integração no conjunto das políticas locais. Não houve tempo hábil para um processo de avaliação com base no princípio de inclusão, ou seja educação de qualidade para todos.

Concepção

Considerando que o Programa tem como objetivo a implementação da política de Educação Especial, sua concepção está baseada no trabalho com parcerias dos atores educacionais, instituições, níveis de governo e representantes dos segmentos populacionais interessados, o que vem garantindo a legitimidade da implementação da política de atendimento. Neste contexto a evolução do programa determina uma fase de instrumentação e implementação de novos procedimentos nos diferentes níveis de governo/sistemas de ensino, o que exigirá do nível federal a disponibilização de apoio técnico e financeiro à gestão da educação especial.

Considerando a política global de educação de qualidade para todos, é necessário estabelecer políticas públicas de expansão e diretrizes nacionais para o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Para o aprimoramento da política de atendimento é necessário superar a questão da identificação da demanda, cujo processo depende de ação integrada e sistemática com outros órgãos do Governo Federal e outros níveis de governo. Para que o atendimento educacional a alunos com necessidades educacionais especiais se torne universal é preciso apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino.

Implementação

As previsões orçamentárias iniciais do Programa foram definidas por teto estabelecido e determinado pelo setor de orçamento e não pelos responsáveis pela formulação e implementação do Programa. Conseqüentemente, as metas, produtos e resultados foram definidos em função dos recursos disponíveis e não pelas reais necessidades de enfrentamento do problema para o qual o programa é proposto. Assim sendo, o Programa demandará muito mais tempo para alcançar os resultados. Os valores propostos no orçamento, ano a ano, foram coerentes com a proposta inicial, mas sempre aquém das necessidades reais.

A execução orçamentário-financeira abaixo de 100% do previsto, deveu-se ao contingenciamento do orçamento determinado pelos setores econômicos do Governo Federal.

Como a gestão dos programas está sob responsabilidade das áreas fins dos órgãos, existe uma insuficiência de recursos humanos nas áreas de orçamento e finanças, uma vez que a gratificação dos servidores desta carreira é reduzida quando este não está atuando na área setorial de orçamento e finanças.

A gerência do Programa participou de todos os treinamentos oferecidos pelo Ministério do Planejamento. Esses treinamentos contribuíram para orientar a objetividade das ações propostas em relação às metas e resultados esperados.

Todas as ações desenvolvidas no programa incluem parcerias com instituições que representam o interesse do segmento populacional que constitui o público-alvo. Essas parcerias têm creditado legitimidade às políticas desenvolvidas junto à comunidade escolar do País e repercutido junto às instituições estrangeiras similares e a organismos internacionais.

Ainda não há parcerias com outros programas, mas seria vantajosa a articulação com o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR (Ministério do Trabalho e Emprego), com o programa Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Previdência e Assistência Social), com o programa de Direitos Humanos (Ministério da Justiça), entre outros.

Desenvolvimento da Educação Profissional

Resultados

De 2000 ao final do exercício de 2002 pode ser verificado um incremento de 29,8% na matrícula da Educação Profissional brasileira; atualização de cinquenta mil profissionais que atuam na área; elaboração/produção e distribuição de 126 mil volumes dos Referenciais Curriculares Nacionais para a educação profissional de Nível Técnico, contendo orientações como as mudanças curriculares que as escolas devem produzir em todos os seus cursos, com o benefício direto a 2,2 mil instituições, 717 mil alunos e 77 mil professores; consolidação de 430 planos de cursos técnicos da rede federal; implantação do Sistema Nacional de Cadastro dos Cursos Técnicos - CNTC, com 2.553 planos cadastrados em todo o País, e o incremento no número de Centros Federais de Educação Tecnológica que, além de atuarem nos três níveis de educação profissional, funcionam, ainda, como centros de serviços. Em 1995, eram 5, e em 2002, este número é de 27, representando um crescimento de cerca de 540%.

Verifica-se que o Programa **Desenvolvimento da Educação Profissional** contribui para implementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a criação de um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário, visando habilitar jovens e adultos para o mercado de trabalho; que suas ações, voltadas para a coordenação da Educação Profissional e para o apoio às Instituições Federais de Educação Tecnológica, permitem promover oferta coerente com o mercado de trabalho, o que reflete diretamente nas condições de empregabilidade dos jovens e adultos do País; que, principalmente por meio das ações do Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep, vem investindo no fortalecimento da Rede Federal, no reordenamento das Redes Estaduais e na criação de escolas do Segmento Comunitário, assegurando a expansão da oferta de matrículas, mediante o financiamento a terceiros para a construção de escolas, ao invés de buscar a ampliação da própria Rede Federal, o que representa uma mudança fundamental na atuação do MEC.

Em 2002 foram inaugurados/implementados 84 Centros de Educação Profissional, nos três segmentos, totalizando 104 centros ao longo de cinco anos de execução. Destaca-se ainda, em 2002, o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte a aproximadamente 155 mil alunos por meio da ação Assistência ao Educando da Educação Profissional, que é específica das Instituições Federais de Educação Profissional.

Uma dificuldade para indicar os resultados do Programa é o estabelecimento de apenas uma meta física por ação, que impossibilita explicitar claramente todos os resultados das diversas atividades que a compõe. Há nestas Ações outras metas atingidas que deixaram de ser aferidas, tais como:

- Estudos desenvolvidos para a concepção das Políticas Nacionais da Educação Profissional. (Parâmetros curriculares; modelos de gestão; pesquisas de mercado de trabalho; certificação de competências etc);
- Dados de estágios intermediários de execução dos Centros de Educação Profissional a serem implantados;
- Dados de estágios intermediários de execução dos Planos Estaduais de Educação Profissional a serem implantados;

Gerente:

Exedito José de V. Gonçalves

- Oferta de vagas por nível (Básico, Técnico e Tecnológico); e
- Cursos novos ofertados.

Para 2003, estão previstas as conclusões de algumas atividades iniciadas ainda em 2002, como: a) a implementação do Sistema de Certificação Profissional, tão logo o Conselho Nacional de Educação - CNE aprove a Proposta de Normas para o Credenciamento de Instituições para o fim específico de Certificação Profissional e o Projeto de Resolução; b) a conclusão de estudos de mercado no Estado de São Paulo, que estão sendo realizados pela Fundação Estadual de Análise de Dados - Seade, contratada pelo Proep, com a aplicação da metodologia da Pesquisa da Atividade Econômica Regional - PAER; a conclusão de cerca de 30 Centros Escolares de Educação Profissional, financiados pelo PROEP; o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, a partir das Diretrizes Curriculares já estabelecidas em 2002.

.....

Este Programa tem como objetivo principal implementar a Reforma da Educação Profissional, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, promulgada em 1996, propondo mudanças emblemáticas na grande virada de qualidade e universalização da educação a ser construída no Brasil.

Concepção

Essa modalidade de ensino é estratégica para a competitividade e para o desenvolvimento humano. Assim, desde 1997, o Ministério da Educação vem comandando uma forte política para reformar a Educação Profissional, determinando sua melhoria e expansão, sintonizadas com as demandas do setor produtivo e com as necessidades de desenvolvimento do País, da sociedade e dos cidadãos.

A primeira grande mudança é que a Educação Profissional desvinculou-se do antigo ensino de segundo grau, passando a ser complementar à formação básica, isto é, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. Temos hoje no Brasil a educação profissional muito mais voltada para a realidade do mercado e em sintonia com o mundo do trabalho.

Desmembrada do ensino médio, a Educação Profissional passou a contar com cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho - locais e regionais. Hoje, a educação profissional está estruturada em três níveis: Básico, independente de qualquer escolaridade anterior; Técnico, simultâneo ou posterior ao ensino médio; e Tecnológico, pós-médio superior. A estrutura curricular em módulos permite ao aluno fazer vários cursos de curta duração, em diferentes momentos de sua vida profissional, e apresenta conteúdos flexíveis que levam em conta as preferências dos estudantes. Com identidade própria, a Educação Profissional vem atraindo jovens que desejam, verdadeiramente, atuar como profissionais de nível médio.

.....

Para consolidar a nova educação profissional, o Ministério da Educação promoveu uma intensa mobilização dos setores envolvidos, obtendo resultados significativos, nesse movimento: a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e do Sistema Nacional de Educação Tecnológica; o estabelecimento de funções estratégicas de fomento, ensino, pesquisa e desenvolvimento da educação profissional, por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica e das escolas pertencentes à rede federal de ensino; a implantação de programa com a finalidade de promover a melhoria e a expansão da educação profissional; a publicação de referências curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico; e a captação de recursos financeiros complementares aos nacionais, para expansão e melhoria da educação profissional.

Implementação

Já em 1999, quando foi realizado o 1º Censo da Educação Profissional, obtiveram-se elementos que atestam os efeitos desse novo modelo educacional. Verificou-se que 3.948 instituições - escolas técnicas federais, estaduais e municipais e estabelecimentos privados de ensino - já ofereciam, naquele ano, cursos básicos, técnicos e tecnológicos no País. Mesmo considerando o caráter espontâneo do censo e que, assim, os dados podem estar subestimados, foram contabilizados 2,8 milhões de estudantes matriculados, estando a maior concentração no Nível Básico - cursos de curta duração -, com 71,5% das matrículas, seguido daqueles inseridos nos Níveis Técnico e Tecnológico, com participações respectivas de 25% e 3,4%.

A maioria das Ações deste Programa se desenvolve de forma descentralizada, ocasionando uma série de impasses e dificuldades de parte das diversas Unidades Gestoras, gerando, sem dúvidas, a necessidade de que as mesmas sejam mais bem preparadas para que o desenvolvimento das atividades seja facilitado.

O estabelecimento de parcerias com o setor produtivo para a implantação de Centros de Educação Profissional é um ótimo exemplo de estratégia bem sucedida no Programa. O segmento comunitário, que no marco inicial da política de Educação Profissional, representava o maior desafio do Proep, por seu caráter de ineditismo, apresentou um resultado muito satisfatório. O investimento nesse segmento não se refere apenas à criação de escolas particulares direcionadas para a Educação Profissional, mas sim de estabelecer associações entre o setor público e segmentos do setor produtivo da economia, em que o primeiro financia a criação, expansão ou modernização, total ou parcial das instituições, e o segundo se incumba de administrá-las e de responder pelos custos decorrentes. O Programa já recebeu deste segmento o pleito de 950 instituições, das quais foram atendidas até o momento 132, estando em análise, reformulação e/ou identificadas, atualmente 140 Cartas-Consulta. Neste segmento já se conta com trinta escolas inauguradas, com um investimento da ordem de R\$ 71 milhões.

As ações que têm execução direta, pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica - Semtec/MEC, têm obtido execução que varia entre 60% e 70% do orçamento publicado, considerando-se, neste cálculo, que houve, em algumas ocasiões, a necessidade de contingenciar parte do valor destas ações.

As ações do chamado Orçamento de Outros Custeios e Capital têm tido, ao longo do PPA 2000/2003, cerca de 100% de execução, uma vez que se tratam de recursos utilizados diretamente no funcionamento das escolas da Rede Federal, na assistência aos seus alunos e na modernização de sua infra-estrutura.

Nas Ações que são especificamente para as atividades do Proep, houve, em diversos exercícios, a redução/contingenciamento de seus recursos e, neste período do PPA 2000/2003, o Programa teve que enfrentar diversas dificuldades que implicaram diretamente no nível de execução de suas ações, tais como:

- limitações impostas pela Lei Eleitoral, proibindo a União de transferir recursos para os Estados e Municípios, por determinado tempo antes e depois da data da eleição, em 2000 e em 2002;
- contingenciamento dos recursos do MTE, não liberando parte dos créditos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, em 2000, 2001 e 2002;
- o fluxo de liberação dos recursos financeiros totalmente irregular, no período de 2002, considerando as restrições de ordem orçamentária e financeira impostas por ajustes na política econômica do Governo Federal, etc.

Mesmo assim, a média de execução de 2000 e 2001 é de 75% do Orçamento liberado, e, em 2002, esta média foi superior, dado ao volume de atividades do Programa, executadas no exercício.

Afora o Programa ter um excelente controle da execução orçamentária e financeira, a educação profissional brasileira, de um modo geral, ainda tem poucos meios de aferir a satisfação de seus beneficiários, uma vez que não foram estabelecidas políticas continuadas para tal fim, no MEC. Todavia, já foram aplicadas algumas ferramentas, tal como Censo, realizado em todos os níveis, a primeira vez em 1999, devendo ser colocado como atividade contínua, em breve, e, sua verificação no nível técnico, que vem sendo inserido no Censo Escolar, realizado pelo INEP, que vêm dando indicações dos rumos que a Educação Profissional está tomando.

Além disso, constantemente estão sendo realizados estudos a fim de estabelecer uma metodologia para avaliar os impactos sociais que a implementação do Proep e, conseqüentemente, da reforma nesta modalidade de ensino, possa proceder no País.

Contudo, mesmo a Semtec/MEC não dispendo de instrumento sistematizado para o acompanhamento físico da execução de suas ações, tendo que obter, por vezes, somente no final do exercício, os dados de algumas das ações deste Programa, especificamente àquelas relacionadas diretamente às instituições federais de ensino e, em alguns casos tendo que coletar informações por meio de procedimentos de acompanhamento *in loco*, no caso daquelas ações do Proep e/ou das instituições federais de ensino, que se tratam de obras e aquisição de equipamentos, há a percepção e a aferição de que são positivos os resultados do Programa. Os próprios órgãos de controle, quando em processos de auditoria regulares, têm-se pronunciado como satisfeitos com o alcance de metas físicas e qualitativas. Obviamente faz-se necessário, ainda, que se aprimore os meios de aferir estes dados/resultados.

Há que se considerar, ainda, que no Proep, conta-se com a parceria do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com aporte de recursos financeiros para a execução de suas ações e com a do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, para o desenvolvimento do Programa Técnico Empreendedor, convergindo para o alcance de um objetivo comum entre ambas as instituições: disseminação da cultura empreendedora.

A participação da sociedade no Programa tem sido fortemente percebida na procura pelos cursos de qualificação e de requalificação, na busca legítima de seus direitos relativos ao acesso à Educação Profissional, bem como junto a órgãos públicos e privados, em pleitos que lhes garantam isso.

Além disso, as Escolas têm podido contar, inclusive com conselhos formados por representantes de diversos segmentos, atuando junto a elas, a exemplo do próprio Proep, que tem, em sua estrutura operacional, um Conselho Diretor estabelecido, que conta com representantes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, tanto do lado do Empregador quanto do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e do próprio MEC.

Esta participação é, claramente, resultado do que a Lei Federal nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, proporcionou, corrigindo as falsas expectativas em relação à Educação Profissional criada pelas legislações anteriores, dispondo que "a Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva".

Tendo, com esta concepção, superado diante da sociedade, os enfoques assistencialista e economicista desta modalidade de ensino, bem como o preconceito social que a desvalorizava, reforçando/garantindo, a ela, o direito à profissionalização, preconizado pela Constituição Federal, tanto ao aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, quanto ao trabalhador em geral.

As restrições orçamentárias e financeiras ocorridas no exercício de 2002 diminuíram o ritmo de investimento que o Programa estava imprimindo e inviabilizou, inclusive, o cumprimento de metas negociadas junto à Seain/MP e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, quando do processo de prorrogação da vigência do contrato de empréstimo, que financia parte das ações do Programa em questão, bem como inviabilizou, ainda, a execução de ações previstas nas escolas da rede. Só nas ações do Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep, houve o corte orçamentário da Fonte 2180 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, que descentralização orçamentária e financeiramente apenas R\$ 20 milhões, dos R\$ 50 milhões aprovados no Orçamento (Portaria Interministerial publicada em 18/06/2002); o fluxo irregular na liberação dos recursos financeiros das Fontes 2100 e 2112 - Ministério da Educação - MEC e Fonte 0148 - Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, tendo sido liberados apenas R\$ 74 milhões, dos R\$ 162 milhões (R\$ 82,6 milhões aprovados no Orçamento 2002 e R\$ 79,4 milhões inscritos em Restos a Pagar de 2001).

Este cenário tende a ser agravado com a redução do orçamento de 2003, que só das ações do Proep foi da ordem de 71,7% sobre o montante inicialmente previsto, isto é, foram solicitados R\$ 230 milhões e na Lei Orçamentária aprovada no Congresso Nacional consta apenas R\$ 73,5 milhões, em todas as fontes de financiamento.

As conseqüências da falta de orçamento podem ser diversas, entre as quais: paralisação de projetos em andamento (obras contratadas); impossibilidade de dar continuidade em processos para aquisição de equipamentos; impedimento para realizar novas licitações; impedimento para iniciar projetos já conveniados; e pagamento de taxa de compromisso sobre o montante não desembolsado pelo BID (0,75% ao ano).

Desenvolvimento do Ensino de Graduação

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

Neste cenário, a demanda da sociedade é mais contundente, exigindo cada vez mais do poder público uma crescente oferta de cursos e de qualidade. E neste caso é bastante simples medir o público-alvo, pois são: alunos matriculados nas instituições de ensino superior.

O problema está no mecanismo ideal que possibilite a captação dos recursos financeiros necessários à melhoria e qualificação do corpo docente e discente, à modernização de seus laboratórios de ensino e de suas bibliotecas, e ao desenvolvimento de novas tecnologias científicas, além de oferecer assistência ao educando.

O financiamento adequado para as instituições federais de ensino superior representa o maior desafio para o programa. Os custos são sabidamente altos, porém os resultados vêm melhorando a cada ano, com uma maior otimização do uso da infra-estrutura existente.

Podem ser destacados os principais resultados do Programa:

- Otimização da capacidade instalada nas instituições de ensino superior, através da oferta de novos cursos noturnos e a distância, nas áreas de ciências biológicas, matemática, física e pedagogia, entre outros.
- Ampliação da oferta de vagas, como forma de absorver o aumento dos egressos da Educação Básica.
- Aprimoramento do ensino através de avaliações sistemáticas do aluno (Provão) e das instituições (avaliação de desempenho de cursos, credenciamento e credenciamento), estimulando a excelência na formação oferecida aos alunos.
- Evolução da qualificação dos docentes das instituições federais de ensino superior, com a continuidade, em 2002, da exigência de professores com pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).
- Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito - Fies: foram assinados no primeiro semestre de 2002, 31.026 contratos novos e, no ano de 2002, aditados 224.667 contratos
- Funcionamento de Cursos de Graduação: inclui a folha de pagamento e os recursos para Outros Custeios e Capital - OCC. A execução, exceto a relativa à folha de pagamento, tem sido prejudicada no decorrer de 2002, pelos constantes atrasos nos repasses dos duodécimos às instituições. Foi aprovada emenda de complementação de custeio no valor de R\$ 90 milhões, liberados ao final do exercício. Como os recursos são passados através de convênios, fica difícil a execução normal na medida em que complementação de custeio deve se dar ao longo do ano e não no último mês do ano.

Resultados

Gerente:

José Luiz da Silva Valente

- Implantação da Fundação Universidade Federal de Tocantins: os recursos estão sendo utilizados através da Fundação Universidade de Brasília que, por Decreto Presidencial, ficou com a responsabilidade por sua implantação. Estão sendo executados trezentos concursos de professores, sendo cem com exigência de titulação mínima de doutor e duzentos com titulação mínima de mestre, além da aquisição de equipamentos necessários ao pleno funcionamento da nova Universidade. Não estão sendo utilizados recursos de pessoal, na medida em que os concursados só assumirão em 2003.
- Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a Secretaria de Educação Superior vem repassando recursos para atendimento de um programa de modernização da gestão acadêmica. Em 2002 esse valor atingiu o montante de R\$ 12,5 milhões, além do atendimento de situações emergenciais.
- Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino: certamente o esforço na formação de recursos humanos deve ser acompanhado pela necessária infra-estrutura, que compreende, entre outros, bibliotecas de qualidade, laboratórios equipados, salas apropriadas para um ensino renovado e recursos de informática. A este fim destina-se o projeto de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino, de abrangência nacional, ou seja, beneficia todas as instituições federais de ensino superior e todos os hospitais de ensino, tomando-se por base para o atendimento, os pleitos apresentados pelas respectivas instituições. Em 2001, o projeto foi contemplado com R\$ 273.947 mil, entre recursos do tesouro e financiamentos externos. E, no ano de 2002, houve um pedido de suplementação orçamentária, não aprovado, no valor R\$ 194 milhões.
- Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior - Pet: foram pagos R\$ 8 milhões para os alunos bolsistas, perfazendo um total de 2.759 estudantes beneficiados.

Os dias atuais recolocam o papel do ensino em geral e da universidade em particular, em uma crescente demanda por este nível de ensino. E para que se possa competir em um mundo globalizado, faz-se necessário um investimento pesado na elaboração/aplicação de instrumentos de mensuração dos mais variados aspectos ligados à qualidade de ensino superior brasileiro.

Baseado neste cenário, os índices alcançados foram razoáveis, pois o controle efetivo na busca do aumento de alunos matriculados em um ensino de qualidade, vai ao encontro de outras medidas já adotadas.

Espera-se que 2003 possa trazer o final da entrega dos equipamentos do Programa de Modernização e Qualificação da Educação Superior. Ainda resta um conjunto grande de equipamentos para ser entregue às Instituições Federais de Ensino Superior. A autorização de novos concursos tanto para docentes como para técnicos-administrativos é indispensável para a sobrevivência das instituições em 2003. Com eles também será possível atingir a meta de 85% dos docentes com titulação de mestres e/ou doutores nas instituições federais de ensino superior. A obrigatoriedade de contratação preferencial para docentes com mais titulação, certamente deverá contribuir de maneira significativa para o atingimento da meta. É importante que os recursos do fundo de infra-estrutura se voltem na direção das instituições federais de ensino superior. Eles representam o único meio de transformação, renovação e reaparelhamento destas instituições.

Concepção

De modo geral, o Programa tem se mostrado capaz de expandir a oferta de cursos no ensino superior. Entretanto, os resultados parecem aquém do ponto de vista qualitativo e de eficiência. É bem estruturado, mostrando coerência no conjunto de ações, que têm metas físicas suficientes para o alcance dos objetivos. Ainda, possui indicadores adequados e é voltado para um público-alvo identificado, com uma estratégia de execução correta.

Entretanto, há que ser considerado que as ações que compreendem o Programa devam ser mais bem regionalizadas. Além disso, algumas ações são amplas e genéricas, precisando ser mais bem definidas.

Implementação

Neste período, muitos avanços foram alcançados, conforme números já explicitados nos resultados, mas há grandes dificuldades na implementação de um programa que pretende ser um acompanhamento do funcionamento das instituições de ensino superior. A execução é totalmente descentralizada e não há subordinação hierárquica que obrigue as instituições a informar cada meta executada. Seria o caso de normatização específica.

Ainda, o financiamento adequado para as instituições federais de ensino superior representa o maior desafio para o programa. Os custos são sabidamente altos, porém os resultados vêm melhorando a cada ano, com uma maior otimização do uso da infra-estrutura existente.

Sem dúvida a criação do banco de dados para as instituições federais de ensino superior e hospitais com informações refinadas, é o que permitiu a implantação e acompanhamento de uma política de desenvolvimento, tanto gerencial como financeira, bem como um maior controle e sistematização do trabalho em nível nacional sem, no entanto, perder a visão particular e atentar para as peculiaridades individuais de cada uma das unidades.

A capacitação ocorreu em diversos níveis, que perpassa pelos atores que atuam não como um órgão fiscalizador e sim indutor, e por meio das instituições federais de ensino superior com o incentivo a programas desta natureza. Faz-se importante mencionar o trabalho conjunto que existe por parte das comissões de especialistas, e toda a metodologia desenvolvida para avaliação dos cursos. Ainda, as verificações *in loco* que permitem avaliar mais pontualmente as dificuldades e com isto permitir trocas de experiências.

A capacitação das equipes responsáveis evoluiu neste período principalmente no que tange aos indicadores contidos na matriz de distribuição de recursos da instituições federais de ensino superior, resultando em um melhor desempenho de quase todas elas. E, se for considerado que a capacitação leva em conta o aumento do acesso às universidades federais, diminuição do tempo gasto para a obtenção da graduação e aumento do número de graduados, estando todos ligados às condições de ofertas dos cursos de graduação, o saldo é positivo.

Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

Resultados

Nos últimos anos, verificou-se um crescimento expressivo na eficiência da pós-graduação, que formou, em 2000, 96% mais mestres e 110% mais doutores do que em 1995. Isso se deve, basicamente, à redução dos tempos médios de titulação e à expansão do sistema nacional de pós-graduação, com a criação de novos cursos.

O número global de bolsas de mestrado e de doutorado manteve-se inalterado no período de 1995/2002, com o crescimento da participação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, considerando a distribuição entre as agências federais. A manutenção desses níveis traduz-se em uma diminuição do atendimento do sistema. O mestrado, passou de 37% de bolsas para os alunos matriculados e titulados, em 1995, para menos de 19% projetados em 2002.

No doutorado, os números são 46%, em 1995, para 34% projetados em 2002. A mesma análise com as mesmas conclusões pode ser feita com relação aos recursos destinados ao custeio das atividades de pós-graduação.

Essa situação ganhou contornos dramáticos no primeiro semestre de 2002. No ano de 2001, foram recomendados, pelo Conselho Técnico Científico da Capes, 104 cursos de mestrado e 44 de doutorado que não foram apoiados e que, portanto, não puderam funcionar pela ausência de recursos. Cabe ressaltar que metade desses cursos encontra-se fora da Região Sudeste.

O orçamento disponível na Capes, por sua vez, não permite mais repriorizações para o atendimento desses cursos. Isso já foi feito, ao longo dos últimos anos, inclusive com a extinção de diversos programas, o que permitiu a ampliação do número de bolsas na Capes, em que pese a manutenção dos níveis orçamentários da agência.

É importante registrar que, nesse intervalo de tempo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq vem demonstrando, por medidas concretas, que o sistema de pós-graduação deixa progressivamente de ser referência para suas políticas de fomento. O CNPq, já há vários anos, suspendeu a transferência de recursos para os programas de pós-graduação na forma de taxas acadêmicas; suspendeu a concessão de bolsas para cursos novos e reduziu em números absolutos as bolsas de mestrado e doutorado concedidas, em favor de outras modalidades de fomento, priorizadas por aquela agência e isso ampliou enormemente a responsabilidade da Capes no apoio à pós-graduação.

Gerente:

Luiz Alberto Horta Barbosa

Os programas de bolsas de mestrado e doutorado da Capes são, hoje, os instrumentos fundamentais da política de desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. O papel que desempenham é decisivo para a mobilização dos melhores talentos para esse nível de formação e para assegurar, aos alunos selecionados, condições para que possam se dedicar a seus projetos de estudos.

A preservação desse ritmo de desenvolvimento na pós-graduação estava, porém, ameaçada, devido a três fatores:

- Congelamento, desde 1995, dos valores das bolsas que, por serem hoje insuficientes para a manutenção dos bolsistas, tem reduzido seu poder de atração sobre os melhores alunos;
- Contenção do número de bolsas das agências; e
- Redução do apoio à manutenção dos cursos.

Assim, foram tomadas medidas emergenciais para, ainda no segundo semestre de 2002:

- apoiar os 166 cursos de mestrado e os 64 cursos de doutorado recomendados para funcionamento pelo Conselho Técnico Científico da Capes, entre 1998 e janeiro de 2002;
- cobrir o corte de bolsas do CNPq no sistema de pós-graduação; e
- realizar ajuste de custeio para os cursos de excelência, com notas 6 e 7.

As três medidas resultaram na edição de um crédito suplementar de R\$ 12.268.027,00 ao orçamento da Capes, aprovado em junho de 2002, possibilitando um acréscimo de 972 bolsas de mestrado e 336 de doutorado.

Embora este Programa necessite de aperfeiçoamentos em seus atributos, os produtos gerados, no conjunto das ações que o compõem, adequam-se às características do Sistema Nacional de Pós-Graduação, possíveis mudanças nessas caracterizações poderão advir de novas ações ou mesmo de revisões conceituais nas políticas públicas nacionais.

Cabe destacar entre os produtos gerados pelo programa, o processo de digitalização de documentos históricos da Capes, conseqüentemente da pós-graduação brasileira, conforme detalhado no item que trata das melhorias implementadas em 2002.

Ainda, sobre os produtos gerados e no que se refere ao aspecto da transparência desta Agência, foram disponibilizados dois sistemas informatizados da maior importância. O primeiro, estatísticas da pós-graduação, oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação coletadas anualmente junto às instituições de ensino superior públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação permitindo, além da transparência, o material necessário para elaboração de teses e diagnósticos da pós-graduação. O segundo, banco de teses, permite o acesso, via *home page*, de mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001, disseminando os resultados das pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação.

Durante o ano de 2001, quando da realização da avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação, relativa ao período 1998-2000, as comissões de áreas do conhecimento relataram ao final desse processo que, em 2000, foram titulados 18.374 alunos de mestrado e 5.344 alunos de doutorado. Esses dados revelaram um crescimento de 76% relativamente ao número de titulados em 1996. O tempo médio de titulação dos alunos de mestrado caiu para 3,0 anos e para os de doutorado, 4,6 anos.

Segundo os dados apurados em 2002, constata-se grande avanço no sentido da redução do tempo médio anual de titulação de mestrado para 2,7 e no doutorado em 4,3. Foram titulados 19.986 alunos de mestrado e 6.042 do doutorado, podendo-se afirmar que houve um significativo crescimento do número de alunos titulados em relação ao ano anterior, cuja taxa atingiu 8,8% para o mestrado e de 11% para o Doutorado. Se comparado com o número de alunos titulados em 1996, percebe-se que houve uma expansão de aproximadamente 93%.

Entre os indicadores de produtividade dos programas de pós-graduação, destacam-se os indicadores Tempo Médio de Formação no Mestrado e no Doutorado, que até o ano de 1997 apresentavam os índices de 3,86 e 5,95, respectivamente. Após a implementação de algumas políticas como: a concessão de auxílios integrados para melhoria de infra-estrutura das IES; a adoção de critérios baseados no tempo de titulação para distribuição das quotas de bolsas; acesso às publicações internacionais com a implantação do Programa de Apoio à Periódicos; recomendações e sugestões de melhoria do processo seletivo das IES para oferecer aos indivíduos mais capazes o acesso aos programas de pós-graduação; ampliação de intercâmbios com outros países; o contínuo aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação; esses índices começaram a declinar. Já no final de 2000, caíram para 3,45 no mestrado e para 4,89 no doutorado.

A evolução desses índices demonstra que o Programa já atingiu as metas estabelecidas no PPA 2000-2003, que foram de 3 para o mestrado e de 5 para o doutorado.

Desta forma, nota-se que as políticas implementadas pela Capes alcançaram bons resultados, tanto na adequação do Sistema Nacional de Pós-Graduação às transformações da sociedade, quanto ao fortalecimento e aperfeiçoamento do Sistema em suas diferentes dimensões de produtividade e de qualidade.

O indicador: Número-Índice de Mestre e Doutores Titulados em Cursos de Pós-Graduação não foi criado pelo gerente do Programa. A fórmula de cálculo não é apropriada para expressar o resultado esperado do indicador no período 2000-2003, portanto, sugere-se que sejam reformulados os seus atributos, tendo por base o número ideal de pessoas a serem qualificadas por ano e o tempo necessário para atender as demandas de formação de recursos humanos pós-graduados pela sociedade brasileira.

O indicador: Taxa de Bolsistas na Pós-Graduação no Brasil e no Exterior não foi criado pelo gerente do Programa. Não é aplicável, não possui representatividade na pós-graduação, razão pela qual sugere-se que seja suprimido do PPA, conforme foi pedido anteriormente à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - SPO/MEC.

As condições básicas necessárias para a programação de financiamento das ações desenvolvidas pela Capes encontram respaldo no campo da Administração Orçamentária e Financeira, portanto, no que se refere à gestão orçamentária e financeira, ela busca essencialmente garantir a continuidade dos fluxos de recursos necessários ao cumprimento das tarefas inerentes à execução das ações sob sua responsabilidade, sem desconsiderar, contudo, as dificuldades e os vários desafios que se apresentaram nos três últimos anos.

Nos últimos seis anos, a Capes vem intensificando o desenvolvimento de políticas de pós-graduação socialmente relevantes para aprimorar o Programa. Entre as melhorias implementadas pode-se destacar:

Em 2000

- A Capes aperfeiçoou o processo de seleção de bolsistas para o Programa de Bolsas no Exterior, o qual tem a finalidade de formar recursos humanos altamente qualificados nos diversos níveis para atender às necessidades do País, bem como promover a internacionalização da cultura brasileira e o intercâmbio de pesquisadores nacionais com os de outros países. Foram mantidas, durante o ano, um total médio de 1499 bolsas, mediante a implantação de 760 bolsas de doutorado pleno, 308 de doutorado-sanduíche, 11 de mestrado e 246 bolsas de graduação-sanduíche.
- O Programa de Bolsas no País: o Programa de Demanda Social que tem como finalidade a capacitação de pessoal nos Programas de pós-graduação nas IES brasileiras, atendeu a uma demanda espontânea de um número médio de bolsas num total de 10.142 bolsas, sendo 2.944 de doutorado e 7.198 de mestrado beneficiando 95 instituições de ensino superior.
- Quanto ao fomento aos programas de pós-graduação, destacamos: o Programa de aquisição de periódicos - PAAP, que, em novembro de 2000, foi lançado o Portal de Periódicos Eletrônicos. Este instrumento viabiliza o acesso eletrônico ao conteúdo integral de periódicos internacionais beneficiando a comunidade acadêmica e as instituições de ensino superior.

Em 2001

- Foi realizada pela Capes a avaliação trienal dos programas de Pós-Graduação. Foram avaliados 1.545 programas com um total de 2.352 cursos, sendo 1511 de mestrado e 846 de doutorado. O número de alunos matriculados totalizou 96.618 alunos, entre estes 63.614 em cursos de mestrado e 33.004 em cursos de doutorado. O número de bolsistas integrantes do sistema em 2001 foi de 23.828 alunos e atingiu uma taxa de aproximadamente 25% do total de alunos.

A preparação deste processo avaliativo envolveu vários procedimentos, entre os quais se destacam: nos anos que antecedem a realização da avaliação são aprimorados os instrumentos e os procedimentos necessários ao acompanhamento anual dos programas por parte da Capes; definição de parâmetros e critérios de avaliação de cada área, respeitando as diretrizes e referenciais da grande área do conhecimento; o ajustamento do Sistema Coleta-CAPES, pelo qual as IES enviam os dados dos programas que subsidiam a análise das Comissões de Avaliação para emissão de conceito referente a cada curso.

Em 2002

- O processo de digitalização fará com que a Capes ingresse em uma nova era, possibilitando a racionalização de espaços, transparência, padronização de informações e agilidade na busca de informações relativas ao banco de dados dos sistemas de Avaliação da Pós-Graduação, de Bolsas e de Fomento, encerrando, definitivamente, com o processo moroso, ultrapassado e dispendioso da microfilmagem de seus documentos e de sua história, melhorando a gerenciamento das informações de caráter histórico-institucionais.
- De natureza estratégica, a Capes está transformando o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica - PICDT para um novo modelo de apoio a missões de estudo e de trabalho voltado à formação de

docentes de instituições públicas de ensino superior; vinculado a projetos conjuntos de pesquisa e pós-graduação entre equipes de diferentes regiões do País ou de diferentes cidades da mesma região e de diferentes instituições.

- De caráter estratégico, no campo da informática a Capes desenvolveu e disponibilizou, em fevereiro, dois sistemas da maior importância para a visibilidade de suas ações. O primeiro, estatísticas da pós-graduação, oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-graduação coletadas anualmente junto às IES públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação. O segundo, banco de teses, permite o acesso via *home page*, de mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001.
- Os referidos sistema já tiveram 87.433 acessos somente nos meses de julho e agosto de 2002, dos quais 7.615 relativos aos resultados de pesquisas estatísticas da pós-graduação e 79.818 referentes aos resumos de teses e dissertações.
- Atualização e modernização da *home page* da Capes e, ainda, do portal de periódicos, ambos mantidos na rede mundial de computadores, mecanismos estratégicos para a divulgação e operacionalização das principais ações desta agência.
- O Programa de Qualificação Institucional - PQI visa promover o desenvolvimento acadêmico das IES públicas através: de estímulo à elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional; da qualificação de docentes e, excepcionalmente, de técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do país; e do apoio à políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados. Até 30 de abril, foram apresentadas 274 propostas para o PQI. Das 59 instituições de ensino superior que se candidataram, 39 são federais e 20 estaduais e apresentaram 200 e 74 projetos, respectivamente.
- O Programa de Absorção Temporária de Doutores - ProDoc objetiva promover a inserção de jovens doutores em cursos de pós-graduação no país avaliados pela Capes. Esses doutores deverão exercer atividades de docência e pesquisa, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação; distribuir a cada ano, em bases competitivas, para os programas de pós-graduação avaliados pela Capes, bolsas de pós-doutorado no País com quatro anos de duração. As áreas das Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias serão atendidas nos anos pares. Nos anos ímpares, será a vez das Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas, Letras, Linguística e Artes e Multidisciplinar. No início de novembro de 2002, foram implementadas 128 cotas de bolsas para os projetos selecionados para as áreas cujo atendimento foi previsto para os anos pares e os projetos das áreas previstas para os ímpares serão contemplados após seleção em abril de 2003.

Além de outras medidas, em 2000-2001, a Capes organizou e realizou o Seminário Nacional: Pós-Graduação: Enfrentando Novos Desafios. Participaram deste evento representantes da comunidade acadêmica, professores, estudantes e outros interessados nas questões sobre a pós-graduação em discussão. A expectativa da Capes quanto aos resultados desse seminário foi adicionar mudanças em seus programas de bolsas e de fomento com a colaboração da comunidade científica para elaboração de propostas de aperfeiçoamentos e de sugestões quanto às formas de implementá-las objetivando assim, a implementação de melhorias no sistema nacional de pós-graduação.

No que se refere ao programa de apoio à aquisição de periódicos, espera-se, para 2003, a manutenção das bases já existentes a fim de proporcionar maior acesso por parte do público-alvo (professores, pesquisadores e alunos da pós-graduação, da graduação e a comunidade em geral) que irão, por certo, melhorar substancialmente a produção científica brasileira.

Também é esperado o atendimento a um número maior de bolsistas, por conta do crédito suplementar ocorrido no segundo semestre de 2002, bem como a consolidação dos programas PQI e ProDoc. Há de se ressaltar o impacto causado pela variação cambial, no que tange as bolsas de estudo no exterior, o que demandará crédito suplementar para o próximo exercício.

Outra questão a ser discutida será a necessidade da expansão da pós-graduação que tem registrado um crescimento na ordem de 8% anual, sem que haja o correspondente crescimento orçamentário para atender a essa demanda. Registre-se ainda, que os valores das bolsas de estudo não sofrem reajustes desde 1994 e que, a partir de 1998, as bolsas de estudo não são mais vinculadas aos vencimentos da tabela do professor adjunto da administração federal, este reajustado em 2002 em 17,47%.

.....

O Programa **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação** começou há 51 anos quando foi criada a Capes. Ele originou-se devido à necessidade do governo criar uma política de formação de recursos humanos de alto nível nas instituições de ensino superior e à busca de maior capacitação científica e tecnológica para enfrentar os desafios nacionais e regionais. Após cinco décadas de existência, encontra-se bem detalhado em suas ações principais, no entanto, a flexibilidade e a dinamicidade do Sistema Nacional de Pós-graduação requerer mudanças futuras a fim de ajustar-se à evolução exigida pelo desenvolvimento do ensino, da ciência e tecnologia nacional e mundial.

Concepção

Com a edição da Lei de Diretrizes e Bases - LDB passamos a vivenciar uma nova fase no sistema de pós-graduação, a de dar condições para que as instituições de ensino superior pudessem ser instituições multidisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, por meio da capacitação de recursos humanos de alto nível, procurando atender ao mínimo exigido de titulação de mestrado ou doutorado dos quadros universitários, que é de pelo menos um terço do corpo docente.

Hoje, faz-se necessária a elaboração de um Plano Nacional de Pós-Graduação, no qual sejam explicitadas as diretrizes que permitam aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias de acompanhamento e avaliação, a fixação de prioridades e a eficiente alocação de recursos no sistema para assegurar-lhe a eficiência esperada e manter o padrão de qualidade conquistado.

Na avaliação do Programa quanto à sua concepção, destacam-se alguns atributos a serem aperfeiçoados:

- adequação do objetivo ao problema: o objetivo do Programa está adequado para atendimento aos fins a que se propõe. No entanto, faz-se necessário a reformulação de algumas ações que serão objeto de análise para o próximo PPA;
- caracterização do público-alvo: o público-alvo é bastante diversificado quanto às suas características socioeconômicas, especialmente, se considerada a amplitude de atendimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação;

- dimensionamento do público-alvo: a dimensão do público-alvo para atendimento da demanda nacional está bem definida no programa, bem como em suas ações, merecendo apenas uma revisão para o próximo PPA;
- regionalização: pela própria dinâmica do Programa torna-se difícil sua regionalização, já que o aspecto nacional tem maior importância na avaliação do sistema de pós-graduação;
- pertinência das ações: as ações são pertinentes e consistentes, no entanto, considerado o universo de indivíduos e as regiões brasileiras a serem atendidas pelo Programa de **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação**, faz-se necessária a criação de outras ações voltadas para o enfrentamento de desigualdades regionais para que ele possa atingir por meio delas a suficiência em quantidade e qualidade;
- suficiência das ações: faz-se necessária a criação de outras ações, como por exemplo, uma ação voltada para o enfrentamento de desigualdades regionais no que diz respeito a capacitação de recursos humanos qualificados para que o Programa possa atingir a suficiência em quantidade e qualidade;
- suficiência de metas físicas: a maioria das ações tem metas físicas bem quantificadas e demonstram sintonia com o objetivo do programa, mas há a possibilidade de se definir metas mais adequadas, como no caso da ação credenciamento e credenciamento dos cursos de residência médica;
- adequação dos indicadores: dos quatro indicadores que compõem o Programa, somente dois (o tempo médio de formação no mestrado e no doutorado) são adequados. Dos outros dois, um deve ser suprimido do PPA e no outro (número-índice de mestres e doutores titulados em cursos de pós-graduação) deve-se reformular o seu atributo (cálculo) para poder atingir os fins a que se destina; e
- matriz de fontes de financiamento: a matriz de fontes de financiamento é o desafio enfrentado pelos administradores públicos atuais. É claro que devem ser agregadas outras fontes de financiamento para garantir a crescente demanda de bolsas de estudo no País e no exterior e, também, a melhoria dos laboratórios de pesquisa, etc.

Ao analisar a estratégia de implementação do Programa, destacam-se alguns aspectos que necessitam de aperfeiçoamentos:

- organização dos trabalhos no âmbito da gerência: esse ponto, durante as reuniões na ENAP em 2001, foi bastante discutido entre os gestores e assessores do PPA. As principais conclusões levaram ao entendimento comum de que existe ainda, no âmbito dos órgãos, dificuldades de integração entre a gerência do PPA e os demais setores. Esse aspecto foi comum a todos os órgãos envolvidos no PPA. Dentre as principais dificuldades pode-se destacar: Ausência de um fluxo de informações de maneira contínua para alimentação do SIGPlan e também, ausência de programas internos integrados ao PPA;
- organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: melhorar a coleta de informações gerenciais das ações que não estão sob a responsabilidade do gerente;
- forma de articulação com outros ministérios: as principais articulações da Capes têm ocorrido com o Ministério das Relações Exteriores, na implementação e consolidação dos programas de Cooperação e Intercâmbio

Internacional e mais recentemente, por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos para a Área de Relações Internacionais, denominado Santiago Dantas. Outro que merece ser destaque é o Programa de Apoio à Educação a Distância - Paped, que forma profissionais em nível de mestrado e de doutorado. Esta é uma parceria da Capes com a SEED/MEC. Estas articulações são necessárias, devem ser progressivas e melhoradas para que elas possam contribuir de forma efetiva para os parceiros; e

- forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse, etc): aperfeiçoar as normas que regem o assunto, ou seja, melhorar os ditames da IN/STN/01/97, a fim de que possam ser utilizados pelas áreas sociais. A referida Instrução Normativa é mais apropriada para obras e serviços, mas deixa a desejar quando se trata de investimentos sociais, no caso específico, o de bolsas de estudo.

.....
A execução das ações multissetoriais requer um aperfeiçoamento dos procedimentos ora implantados, a saber: melhorar o fluxo de informações referentes à implementação e aos resultados obtidos em cada ação pelos setores envolvidos; os executores das ações multissetoriais deverão ser informados quanto ao papel do gerente do Programa para que haja uma maior integração entre eles.

Implementação

Ao se avaliar o padrão de execução financeira do Programa no período 2000-2003, destacam-se, a seguir, algumas divergências entre o planejado e o executado.

Quando da concepção do PPA 2000-2003, havia uma previsão de crescimento orçamentário anual nas principais ações deste Programa, cita-se como exemplo o caso da ação de bolsas de estudo que crescia 6% em 2001, 13% em 2002 e 32% em 2003, em relação a 2000, certamente prevendo o crescimento na área de pós-graduação, entretanto, esses acréscimos orçamentários não ocorreram, ou seja, em 2001 houve decréscimo de 2%; em 2002, houve um acréscimo de 7%; em 2003, há a previsão de um acréscimo de apenas 3%, também em relação ao orçamento de 2000.

No exterior, a manutenção anual dos 1.600 bolsistas previstos na meta do Programa tem um custo de US\$ 33 milhões, já considerando despesas com taxas, auxílios, seguros, etc. Em 2000, a despesa foi estimada ao dólar de R\$ 1,85. Em 2003, a despesa foi estimada ao dólar de R\$ 2,80. Atualmente o dólar oscila em torno de R\$ 3,40.

Para o exercício de 2003, foram solicitadas providências junto ao Ministério do Planejamento para que o teto da proposta orçamentária contemple assegurar recuperação parcial dos níveis de atendimento do sistema de pós-graduação, considerando a projeção de matrículas no sistema para 2003, ou seja, 20% para o mestrado adicional de 3.100 bolsas, e 39% para o doutorado - adicional de 3.700 bolsas, além das 1.308 bolsas pertinentes à suplementação obtida em 2002.

Outra questão relacionada com as bolsas de pós-graduação e pesquisa do Governo Federal, concedidas no país pelas duas agências, Capes e CNPq, diz respeito aos seus valores, congelados desde 1995. Um aumento semelhante ao oferecido aos professores universitários em 2002, 17,47%, resultaria em nova parcela adicional, que para a Capes seria de R\$ 80.134.898,00, já levando em conta o aumento do número de bolsas destacado acima.

A fim de evitar a descontinuidade na Ação Manutenção e Ampliação do Acervo Bibliográfico, é fundamental garantir que a proposta orçamentária do Governo

já contemple, nessa atividade administrada pela Capes, teto de recursos suficiente para a manutenção dos contratos de aquisição de periódicos eletrônicos firmados com as principais editoras internacionais, orçado em US\$ 17 milhões, bem como para a parcela destinada às Instituições Federais de Ensino Superior para a aquisição de periódicos no formato impresso, estimada em US\$ 5 milhões, totalizando US\$ 22 milhões.

Quando a ação, mesmo que descentralizada, está sob a responsabilidade do gerente e coincide com aquela inerente ao orçamento da Capes, tem um monitoramento satisfatório; como exemplo, citamos o caso da ação concessão de bolsa de estudo que é acompanhada por meio de sistema próprio da Capes (Boletim Estatístico) e disponibilizada à comunidade na *home page* www.capes.gov.br. Ressalta-se que, o levantamento de dados dos médicos residentes mantidos, são obtidos junto à SPO/MEC, utilizando-se o sistema Siape.

Quanto às demais ações, cujo orçamento estão distribuídas em diversas unidades orçamentárias, o monitoramento tem sido efetuado mediante comunica SIAFI e e-mail que não têm demonstrado eficácia, já que algumas instituições não retornam com as informações precisas ou atrasam o envio delas.

Durante o período de 2000 e 2002, houve capacitação do gerente e de sua equipe, ainda que de forma elementar, quanto ao preenchimento de informações no sistema fornecido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento; e levando-se em consideração que, a cada ano, existem modificações efetuadas no sistema, esses esforços são efetuados geralmente no final de cada exercício, não tendo, portanto, uma continuidade durante o ano seguinte que possa dar maior apoio à equipe envolvida.

Este Programa entende como parceria as próprias instituições de ensino superior que mantém programas de pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, a Capes tem se utilizado de forma regular, por meio dos consultores, que são pessoas do meio acadêmico, e que são chamadas para proceder ao acompanhamento e a avaliação dos programas de pós-graduação e de apreciar o mérito das solicitações de bolsa ou auxílios a serem concedidos. O Ministério das Relações Exteriores tem sido outro parceiro na implementação e consolidação dos programas na área de cooperação internacional e mais recentemente na concessão de bolsas de estudo para a formação de recursos humanos na área de relações internacionais, cujo programa foi denominado na Capes como Programa Santiago Dantas. Outra parceria que merece ser destacada é a CAPES com a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC que mantém o programa de Apoio à Educação a Distância - PAPED que forma profissionais em nível de mestrado e doutorado. Pode-se enfatizar, ainda, a participação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, no apoio prestado tanto ao gerente quanto a própria Capes a respeito da execução e elaboração do orçamento para o programa de desenvolvimento da pós-graduação.

Quanto à participação da sociedade (usuário/beneficiário), neste Programa, pode-se afirmar que o sistema de avaliação da pós-graduação só existe pela participação da comunidade acadêmica, ou seja, dos professores e pesquisadores atuantes na pós-graduação brasileira. Há de se ressaltar, também, a atuação destes na emissão de pareceres, quanto ao mérito das concessões de bolsas de estudo para o exterior e na avaliação de programas da Capes, percebe-se que existe participação da sociedade interessada no desenvolvimento e nos resultados da pós-graduação brasileira.

Torna-se evidente essa integração pelo fato de a comunidade acadêmica estar presente na avaliação dos programas de pós-graduação e nas grandes decisões da Capes, por meio do Conselho Técnico Científico e do Conselho Superior da Capes, considerando-se esse fórum permanente altamente qualificado para emitir juízo de valor sobre as ações desenvolvidas junto ao Programa de **Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação**.

Além desta ação, em outra (ampliação do acervo bibliográfico) é realizada pesquisa de opinião informatizada, a qual tem apontado boa satisfação dos usuários. Ressalta-se, também, o grande esforço da CAPES no sentido de disponibilizar, via internet, todos os dados estatísticos, as informações históricas os resumos das teses e dissertações produzidas, informações sobre distribuições de bolsas de estudo, informações sobre os programas e outras.

Quanto ao fato de implementar pesquisa de satisfação do usuário no aspecto global da pós-graduação, esse assunto deve ser discutido nas esferas competentes para o próximo PPA.

Desenvolvimento do Ensino Médio

Resultados Os números do ensino médio evidenciam o salto que vem experimentando a educação brasileira. As matrículas no ensino médio regular passaram de pouco menos de cinco milhões de alunos em 1994, para 8,4 milhões em 2001, com um crescimento de 70,5%.

No ensino médio supletivo também se observou um crescimento expressivo, conforme tabela a seguir:

Ensino Médio (Regular)

Ano	Matrícula	Concluintes
1994	4.936.211	917.298
2001	8.417.007	1.853.343 *
Crescimento 94/2001	70,5%	102%

Ensino Médio (Supletivo)

Ano	Matrícula	Concluintes
1995	340.046	76.413
2001	1.000.007	380.563*
Crescimento 95/2001	194%	398%

FONTE: MEC/INEP/SEEC (*)Concluintes referentes ao ano de 2000

O ensino médio regular incorporou 3,5 milhões de novas matrículas desde 1994. O crescimento desta etapa da educação básica foi, em sete anos, o equivalente ao registrado nos quatorze anos anteriores. No período de 1980 - 1994, o sistema havia acrescido apenas 2,1 milhões de matrículas às já existentes.

A distribuição nas matrículas também é digna de registro. As maiores taxas de crescimento, verificadas no período de 1994 a 2001, ocorreram nas Regiões Nordeste, com 98,1%, e Norte, com 93,2%. Isto mostra que estão se reduzindo de forma significativa as diferenças regionais no acesso ao ensino médio.

As mudanças que vêm ocorrendo no setor educacional, desde a implantação da atual Lei de Diretrizes e Bases, são de caráter estrutural e filosófico, cujos resultados só poderão ser mais bem avaliados num espaço de tempo maior do que o proposto neste instrumento. Além disso, estudos e pesquisas demonstram que os resultados de mudanças educacionais levam, em média, cinco anos para produzirem variações significativas nos indicadores educacionais.

De acordo com os dados disponíveis até agora, observa-se que de 1999 para 2000 as taxas de escolarização bruta e de atendimento escolar, tiveram respectivamente o seguinte crescimento: 2,40%, (74,80% para 76,60%) e - 1,80% (84,50% para 83%). Quanto à taxa de escolarização líquida, o crescimento médio observado durante os anos de 1999, 2000 e 2001 foi de 2,60% (1999 - 32,60; 2000 - 33,30% e 2001 - 34,30%) A variação positiva das taxas de escolarização bruta e líquida deve-se, muito provavelmente, a ações anteriores ao PPA vigente, resultantes tanto do Governo Federal quanto dos estaduais e de movimentos espontâneos da própria sociedade, em resposta às exigências do mercado de trabalho por maior e melhor

Gerente:

Maria Beatriz Gomes da Silva

escolarização dos seus trabalhadores; acredita-se que o crescimento negativo da taxa de atendimento deva-se aos ajustes que os governos municipais e estaduais vinham realizando em seus sistemas educacionais, em face das orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as quais apontaram para uma nova organização da Educação Básica, incluindo, pela primeira vez, a oferta obrigatória do Ensino Médio como sua etapa final.

Embora não seja possível avaliar as variações da maior parte desses indicadores para os períodos subsequentes (2001 e 2002) tendo em vista a inexistência de dados oficiais, acredita-se que a tendência de crescimento positivo será observada em todas as taxas (inclusive a de atendimento) uma vez que o governo federal intensificou ainda mais as ações que beneficiam o ensino médio, por meio de transferência de recursos oriundos do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem e do Projeto Alvorada/Desenvolvimento do Ensino Médio. Tais ações têm fortalecido as articulações com os governos estaduais, constitucionalmente responsáveis pela oferta de ensino médio no País, no sentido de ampliar o número de vagas e de promover mudanças curriculares convergentes com os avanços do conhecimento e com as exigências da sociedade moderna.

Quanto à taxa de distorção idade/série, baseada nos dados do Censo Escolar, verifica-se uma variação positiva de 3,5% (54,90% para 53%), apontando para o fato de que mais alunos na faixa etária de 15 a 17 anos, encontram-se freqüentando a série correspondente à sua idade, no ensino médio. Isso se deve a programas de correção do fluxo escolar, já no ensino fundamental cujos resultados vêm se refletindo positivamente no ensino médio. Essa variação provavelmente seria maior se não estivesse ocorrendo o fenômeno do retorno ao ensino médio, de um número cada vez maior de jovens fora dessa faixa etária buscando melhorar seu grau de escolarização.

As ações desenvolvidas permitiram uma expansão da rede de escolas que atendem aos padrões de qualidade exigidos para o funcionamento adequado de uma escola de jovens e jovens adultos e uma mudança de paradigma curricular que vem contribuindo para a melhoria gradativa da aprendizagem dos alunos.

Um produto que impacta no resultado do Programa é a visibilidade que o ensino médio vem tendo junto à comunidade educacional e junto à sociedade em geral. Pode-se dizer que isso é inédito, pois até há bem pouco tempo os olhares dos estudiosos, dos empregadores e dos próprios usuários (pais e alunos), voltavam-se quase que unicamente para o ensino fundamental, visto como a formação mínima necessária para os cidadãos brasileiros. Na medida em que o acesso e a permanência no ensino fundamental vem se concretizando (ainda que muitos passos necessitem ser dados), o nível de exigência por patamares mais altos de escolaridade vem crescendo e, naturalmente, o ensino médio passa a ser um desejo legítimo por parte dos usuários do sistema educacional. Isso explica, em boa parte, o grande crescimento que caracteriza o ensino médio hoje, pressionando os governos estaduais e o governo federal a instituírem políticas e ações que garantam a oferta da última etapa da Educação Básica.

Esse movimento por maior qualificação da população se reflete inclusive no meio empresarial, ONG e em outros órgãos do governo, por meio do estabelecimento de parcerias inovadoras como as que o MEC estabeleceu com o Instituto Itaú Cultural para permitir que os alunos e professores tenham acesso à exposições itinerantes de reproduções artísticas que servirão como contextos pedagógicos para o desenvolvimento curricular, com o Sebrae que objetiva capacitar professores para desenvolver uma cultura empreendedora nas escolas de ensino médio do País ou com ONG que atuam com alternativas de atendimento para grupos socialmente desfavorecidos que queiram ascender ao ensino superior.

Outro produto que merece destaque é a aceitação cada vez maior que o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM vem obtendo junto aos concluintes do ensino médio que desejam continuar seus estudos, pois o mesmo vem sendo adotado por quase 400 Instituições de Ensino como um dos critérios para ingresso nos cursos superiores.

Para 2003 espera-se que o Projeto de Investimento do Estado do Rio de Janeiro seja concluído, permitindo a celebração dos primeiros convênios e a conseqüente transferência de recursos para a melhoria e expansão do Ensino Médio naquele estado. Estima-se, também que as ações de capacitação dos Subprogramas "A" (Projetos de Investimento das Unidades da Federação) e "B" (Políticas e programas nacionais) do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem dupliquem o número de gestores (escolas e sistema) e de professores das diferentes áreas de conhecimento do Ensino Médio, fortalecendo as secretarias de educação e as escolas e melhorando os resultados da aprendizagem dos alunos.

Concepção

A universalização do acesso e a correção do fluxo escolar no ensino fundamental, bem como o retorno de milhares de trabalhadores à escola, por exigências do mercado de trabalho, levaram a uma extraordinária expansão da demanda pelo ensino médio. De meio exclusivo de preparação das elites para o acesso à educação superior, o ensino médio tornou-se a base da formação dos brasileiros. Uma série de mudanças em andamento desde 1995 vem preparando o ensino médio para o exercício desse papel.

A explosão que vem caracterizando o ensino médio, levou o Governo Federal a buscar recursos externos para apoiar as Unidades da Federação no atendimento à crescente demanda e na melhoria da qualidade do ensino ofertado, por meio do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Projeto Escola Jovem, uma vez que a Constituição determina que cabe aos estados e ao Distrito Federal a responsabilidade pela oferta de ensino médio no País. Dessa forma, o Governo brasileiro assinou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em outubro de 2000, contrato de empréstimo no valor de 1 bilhão de dólares norte-americanos (500 milhões do BID e 500 milhões de contrapartida nacional, sendo 50 milhões do Tesouro Nacional e 450 milhões dos estados e DF), para as duas fases do Programa. A primeira fase, em andamento até dezembro de 2003, conta com recursos da ordem de 250 milhões de dólares norte americanos, sendo 250 milhões do BID e 250 milhões de contrapartida nacional, dos quais 25 milhões provêm da União e os demais das UF (Contrato de Empréstimo nº 1225/OC-BR).

Além do Projeto Escola Jovem, o ensino médio contou, em 2002, com R\$ 400 milhões, oriundos da ação Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio, integrante do Projeto Alvorada, para treze estados de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Implementação

A avaliação do Programa vem se efetivando por meio do acompanhamento *in loco* mas, reconhecem-se as limitações desse método e, por isso, já está sendo implantado um sistema informatizado de avaliação que permitirá um registro mais preciso e em tempo real de sua execução.

Quanto às dificuldades encontradas ao longo dos exercícios de 2000/2002:

- Contingenciamento de recursos orçamentários.
- Rotatividade de gestores estaduais e respectivas equipes técnicas.
- Despreparo das equipes técnicas dos Estados.

Quanto às oportunidades encontradas ao longo dos exercícios de 2000/2002:

- Desenvolvimento de uma política central capaz de referenciar e subsidiar os Estados na implementação de políticas locais para a expansão e melhoria do ensino médio.
- Maior articulação entre a União e as UF na implementação da reforma do ensino médio, iniciada com a promulgação da LDB.

Os índices projetados no PPA para 2003 refletem uma realidade educacional difícil de ser alcançada, no que se refere às taxas de Escolarização Líquida e de Distorção idade/série uma vez que a reforma iniciada logo após a promulgação da LDB, alterou profundamente a estrutura do sistema educacional e a concepção de conhecimento e, portanto, de currículo da educação básica. Isso trouxe implicações diretas não só na aprendizagem dos alunos, mas também, na atuação dos professores em serviço que passaram a sentir necessidade de atualização permanente para se apropriarem dos novos conceitos e metodologias decorrentes do novo modelo educacional.

Para que os índices projetados pudessem ser alcançados seria necessário um crescimento médio anual de 8% para a taxa de Escolarização Líquida e um decréscimo de 4,5% em média ao ano, para a taxa de Distorção idade/série. No entanto, o observado, nos três últimos anos, foi um crescimento médio anual de somente 2,60% para a líquida e um decréscimo inferior a 0,10% para a de Distorção idade/série.

Em relação às taxas de escolarização bruta e de atendimento escolar é mais provável o alcance dos índices previstos em face do significativo o crescimento observado nos últimos três anos.

As taxas para as quais se sugere alteração, são as que refletem os resultados da qualidade do ensino ofertado. No caso da primeira, consideram-se somente os alunos que estão matriculados no ensino médio em idade escolar própria (15 a 17 anos), ou seja, aqueles que tiveram uma trajetória escolar sem reprovações, repetências ou evasões. No caso da segunda, consideram-se somente alunos fora da idade escolar própria para o ensino médio, e cujo atendimento necessita de ações diferenciadas, pois em geral, são trabalhadores que freqüentam o ensino noturno e que trazem marcas de sucessivos fracassos escolares. Portanto, os índices alcançados até o presente momento, indicam que alguma deficiência está ocorrendo já no ensino fundamental, início da vida escolar dos alunos, com prejuízos profundos para a normalidade do fluxo escolar. Assim, são poucos os que chegam ao ensino médio sem o estigma do fracasso escolar e, portanto, na faixa etária adequada. Da mesma forma, o retardamento ou a retenção no ensino fundamental, obriga muitos jovens a se inserirem de imediato no mercado de trabalho, deixando a continuidade dos estudos para outro momento, em face da necessidade de contribuírem com a renda familiar. Além disso, o problema persiste também no ensino médio, evidenciando, portanto, uma reincidência na falta de qualidade do ensino ofertado, seja por equívocos de concepção ou de métodos pedagógicos. Essa situação aponta claramente para o acerto das políticas de capacitação ou de formação continuada dos professores em serviço, assim como aponta para a necessidade urgente da revisão da formação inicial de professores. Por tais razões é preciso considerar que para o alcance dos indicadores previstos para o final do PPA vigente será necessário um tempo maior para que as políticas federais e estaduais de capacitação docente produzam efeitos melhores dos que vem ocorrendo até agora na aprendizagem dos alunos.

Considerando que o público-alvo do Programa são os alunos matriculados e considerando ainda o crescimento positivo das matrículas nos três últimos anos informados (1999: 7.769.179; 2000: 8.192.948 e 2001: 8.398.008), bem como o aumento dos estabelecimentos de ensino que oferecem ensino médio (1999: 18.603; 2000: 19.456; e 2001: 20.220), pode-se afirmar que não existem aspectos negativos quanto ao atendimento da demanda, apesar da baixa execução física por parte das unidades da Federação. O que pode ocorrer muitas vezes em decorrência da baixa execução física, são prejuízos na qualidade do ensino ofertado, em face da demora na execução dos programas de capacitação de professores e na implementação da infra-estrutura (aquisição de laboratórios, acervo bibliográfico e materiais didáticos em geral, reformas e recuperações de escolas). É para minimizar tal situação que a Semtec/MEC vem implementando junto às coordenações de ensino médio das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, ações como a formação de uma rede de capacitadores e a distribuição às escolas de materiais impressos e audiovisuais, baseados nos princípios da reforma curricular em andamento. Esta rede de capacitadores vem sendo formada por meio de teleconferências, seminários, oficinas, fóruns regionais e nacionais, cursos e programas televisivos em canal próprio do MEC (TV-Escola).

No que se refere especificamente às possíveis consequências da proposta orçamentária para 2003 é provável que a execução de algumas ações do programa fiquem comprometidas por falta de recursos, pois dos R\$ 189 milhões solicitados pelo subprograma "A" do Projeto de Melhoria e Expansão do Ensino Médio - Escola Jovem, somente R\$ 64 milhões foram concedidos.

A gerência do Programa está organizada em coordenações responsáveis pela execução dos subprogramas "A" e "B" do Projeto Escola Jovem e do Programa de **Desenvolvimento do Ensino Médio** - Projeto Alvorada. No entanto tais coordenações carecem de maior espaço físico e de recursos humanos qualificados e pertencentes ao quadro de servidores permanentes do MEC. A alternativa tem sido contratar consultores que nem sempre correspondem ao currículo apresentado e que precisam ser substituídos ao longo do processo, gerando uma alternância que acaba por retardar atividades em desenvolvimento.

A exemplo do que ocorre no âmbito federal, as unidades descentralizadas (secretarias de educação das unidades da Federação) carecem de recursos humanos qualificados e com dedicação exclusiva aos Projetos de Investimento locais, com o agravante de que, havendo troca de dirigentes nas unidades da Federação, o que é bastante comum, as equipes técnicas tendem a ser substituídas, trazendo prejuízos à execução das ações.

Os executores são coordenados e acompanhados por consultores contratados e treinados pelo MEC, com recursos do Programa, mas devido a insuficiência daqueles e/ou a pouca experiência com execução de projetos demandam um tempo maior do que o previsto na capacitação para que possam realizar suas atividades com maior eficácia.

O público-alvo do Programa (alunos matriculados) vem participando gradativamente de algumas atividades do subprograma de Políticas Nacionais do Projeto Escola Jovem (subprograma "B"), mas considera-se que sua participação precisa ser institucionalizada pelos governos estaduais por meio de conselhos de alunos ou outros mecanismos com poder deliberativo, inclusive nas questões curriculares.

Embora capacitadas periodicamente as equipes que executam os Projetos de Investimento dos Estados demandam um tempo extra para sua qualificação, em face das constantes trocas de pessoal técnico e ao acúmulo de tarefas por parte daquelas que pertencem ao quadro de pessoal permanente das secretarias de educação de muitas unidades da Federação.

Cabe destacar ainda que, via de regra, o pessoal técnico permanente não possui dedicação exclusiva à execução dos projetos de investimento de seus respectivos estados e, em vários casos, situam-se mais no plano político-institucional do que no plano técnico-operacional, demandando *feedback* constantes para que se mantenham focalizados também na execução dos projetos de investimento locais.

Considera-se que, apesar das limitações já indicadas, é preciso continuar e intensificar a capacitação dos técnicos do MEC e das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal a fim de agilizar a execução do Programa. Considera-se, ainda, que haveria necessidade de instituir-se uma estratégia para garantir a manutenção dos técnicos contratados, independentemente das trocas de dirigentes, com o objetivo de evitar interrupções ou quebras nas ações/atividades em execução.

No que se refere à execução dos projetos de investimento do Projeto Escola Jovem- sub "A" e dos Planos de Trabalho do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio- Projeto Alvorada os aspectos que mais contribuíram para o alcance dos principais resultados do Programa foram a capacitação de recursos humanos e o acompanhamento físico-financeiro. A implementação de ambos deu-se pela constituição de equipes técnicas multidisciplinares, no órgão central (MEC) e nas unidades descentralizadas (Secretarias de Educação). Tais equipes são compostas por, no mínimo, três profissionais entre pedagogos, engenheiros, advogados, administradores, economistas, contadores, arquitetos, que atuam em regiões pré-definidas, prestando assistência técnica, capacitando, aplicando instrumentos de monitoramento e avaliação da execução do Programa e produzindo relatórios circunstanciados. Os relatórios são encaminhados aos dirigentes das secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal para análise e, se for o caso, para adoção de medidas corretivas.

No que se refere à execução do subprograma de Políticas Nacionais do Projeto Escola Jovem (sub "B"), a estratégia que mais contribuiu para direcionar a ação dos estados no sentido de enriquecer as ações do voltadas para o desenvolvimento curricular foi a formação de uma rede de capacitadores para que o ensino médio obtivesse a visibilidade hoje alcançada e para que os gestores e professores das escolas atendidas passassem a desenvolver práticas convergentes com as Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais.

Quanto às oportunidades, cabe ressaltar que este mecanismo de monitoramento vem funcionando, também, como capacitação em serviço para as equipes estaduais que ao se envolverem no processo são levadas a assumirem um compromisso mais efetivo com o Programa e a reverem conceitos, metodologias além de aperfeiçoarem os seus próprios instrumentos de acompanhamento. Dessa forma, a própria equipe do MEC vem identificando aspectos a serem ainda contemplados no sistema informatizado que se encontra em fase de implantação.

A capacitação da equipe gerencial foi uma constante não só pela necessidade de aperfeiçoamento de seus integrantes, que passaram a dominar novos conceitos e a utilizarem novas ferramentas de trabalho, mas ainda, pela rotatividade de técnicos contratados. Essa capacitação foi oportunizada em alguns momentos por diferentes órgãos do Governo e, em outros, por iniciativa da própria gerência para atender às demandas do Programa. As capacitações foram oferecidas por meio de treinamento em serviço, seminários, reuniões técnicas, ciclos de

palestras, mini-cursos e outros, versando sobre as áreas orçamentária, administrativa, financeira, gerencial e pedagógica. A capacitação sistemática possibilita que a dinâmica de execução torne-se mais ágil, mais precisa e, portanto, mais eficaz.

De forma semelhante ao que ocorreu na esfera federal, as equipes técnicas das unidades da Federação foram sistematicamente capacitadas por meio de treinamento em serviço, seminários, reuniões técnicas, ciclos de palestras, mini-cursos e outros, versando sobre as áreas orçamentária, administrativa, financeira, gerencial e pedagógica. Devido às constantes mudanças nas equipes estaduais, tal capacitação tornou-se essencial para que a execução dos Projetos de Investimento e dos Planos de Trabalho não sofressem demasiada solução de continuidade. Ainda assim, alguns problemas ocorreram, demandando, inclusive, a necessidade de assistência técnica individualizada ou em pequenos grupos, para garantir a continuidade de algumas ações estaduais.

Cabe destacar que os principais parceiros do Programa são os governos estaduais por meio de suas secretarias de educação. Embora ainda sejam detectadas insuficiências nas equipes estaduais, de 2000 a 2002 houve alguns avanços no sentido das mesmas irem gradativamente atendendo às orientações técnicas para a melhor execução dos Projetos de Investimento e dos Planos de Trabalho, levando a uma melhoria no atingimento das metas físicas estabelecidas. É importante salientar que no início da implementação do Projeto Escola Jovem algumas unidades da Federação tiveram resistência em aderirem ao Programa motivadas por questões de divergências políticas. No entanto esse problema foi superado e hoje, somente o Estado do Paraná não participa, por estar executando um programa semelhante com recursos próprios e o Estado do Rio de Janeiro, por ainda estar elaborando seu Projeto de Investimento.

No tocante às pesquisas para o ensino médio, a Unesco por solicitação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação-Semtec/MEC, está desenvolvendo pesquisa denominada: O Ensino Médio: Percepção dos Alunos e Professores sobre a Escola. A pesquisa vem sendo desenvolvida por meio de instrumentos quantitativos (questionários) e qualitativos (cadernos de redação), aplicados a alunos e professores de uma amostra constituída por escolas públicas e privadas de ensino médio, em 13 capitais brasileiras, perfazendo um total de 57.702 questionários e 3.145 redações. Os dados analisados, até o momento indicam a existência, ainda, de uma grande heterogeneidade entre as escolas de ensino médio e um descompasso entre os desejos e anseios da comunidade pesquisada e o que é oferecido pela escola. Embora parcial, a análise dos resultados indica a necessidade de intensificar as ações que chegam diretamente às escolas e professores e que envolvem diretamente os alunos, para intervir no descompasso apontado. Isto já vem ocorrendo por meio de ações de capacitação desenvolvidas pelo MEC e, também, pelos estados, mais especificamente pela realização de fóruns denominados De Escola para Escola. No tocante à capacitação já foram realizados seis fóruns regionais e 2 nacionais, sendo que no último, realizado em Brasília, no mês de outubro, os alunos participantes elaboraram uma carta dirigida aos novos governantes do País, apontando para o tipo de escola de ensino médio que desejam. O conteúdo da carta, que foi lida pelos alunos, aproxima-se muito do novo paradigma curricular proposto nas atuais Diretrizes e Parâmetros Curriculares do Ensino Médio.

Destacam-se, ainda, o Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB e do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, cujos resultados, amplamente divulgados, reforçam a necessidade de continuar investindo em ações que melhorem a qualidade do ensino.

Educação de Jovens e Adultos

Resultados As taxas de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, foram reduzidas. Segundo dados do IBGE a redução foi de 14,9% em 1996 para 13,6% em 2000. Analisando os dados, verifica-se que a redução atingiu todas as idades, observa-se, porém, que a intensidade diminui à medida que aumenta a idade da população, principalmente quando se trata da população da zona rural.

Ressalta-se que os resultados das ações como Recomeço-Programa Supletivo, implantada em 2001, e que beneficiam atualmente 1,3 milhão de alunos, somente contribuirão para a variação do índice a partir de 2003, quando estes alunos concluirão o primeiro segmento do ensino fundamental.

O Ministério da Educação no âmbito do Programa **Educação de Jovens e Adultos** desenvolveu em parceria com os sistemas de ensino, no período 2000-2002 ações prioritárias que possibilitaram a formação continuada de 69.401 docentes e a oferta de material didático para 2.523.712 alunos. Essas metas poderão ser ampliadas com a realização de novos convênios a serem efetivados, após o vencimento do prazo estabelecido pela Lei Eleitoral, que proíbe a transferência de recursos de convênios às instituições públicas nesse período.

Em 2002, foram feitos investimentos na melhoria da qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos, por meio da formação continuada de 18.290 professores e da oferta de material didático específico e adequado à modalidade educação de jovens e adultos para 462.578 alunos.

Destaca-se que essas ações beneficiaram os professores e os alunos dos sistemas de ensino das regiões metropolitanas de São Paulo, Vitória, Rio Janeiro, Brasília e entorno, integrantes do Programa Brasil diz não à Violência, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

De acordo com o Censo Escolar 2001, a matrícula do ensino fundamental de jovens e adultos cresceu 17%. O crescimento foi maior na Região Norte com 34%, passando 332.166 para 445.845 alunos e na Região Nordeste, onde o crescimento foi de 54%. Nessa região, a matrícula passou de 540.868 para 835.513 alunos.

Em 2002, o Censo Educacional apresentou um crescimento no ensino fundamental de jovens, em relação ao ano anterior, na ordem de 26%. Na Região Norte, o crescimento foi de 13%. Na Região Nordeste, o crescimento foi de 33%. As duas regiões somam atualmente, no ensino fundamental para jovens e adultos, uma matrícula de 1.601.774 alunos.

O crescimento da matrícula foi atribuído, entre outras ações, a criação do Recomeço - Programa Supletivo, implantada no ano de 2001 nas Regiões Norte, Nordeste e 389 municípios de outras regiões com IDH igual ou menor a 0,5. No primeiro ano a ação beneficiou aproximadamente 830 mil alunos do ensino fundamental de jovens e adultos, com avaliação no processo. Atualmente cerca de 1,3 milhão de alunos são beneficiados com a ação.

A continuidade do Recomeço - Programa Supletivo nas Regiões Norte e Nordeste, combinada com outras ações de apoio aos sistemas de ensino, possibilitará o aumento da oferta de ensino fundamental e conseqüentemente a redução dos atuais índices de analfabetismo.

Gerente:

Maria Auxiliadora Lopes

A redução das taxas de analfabetos, segundo dados do IBGE, atingiu todas as idades, observa-se, porém que a intensidade diminuiu à medida que aumenta a idade da população. A

população acima de cinquenta anos, principalmente na zona rural, não se beneficia da oferta de ensino pelos sistemas.

O Programa contribuiu para aumentar a oferta de ensino fundamental para jovens e adultos com a implantação do Recomeço-Programa Supletivo, nas Regiões Norte e Nordeste, onde historicamente se registram as maiores taxas de analfabetismo; investiu na melhoria da qualidade do ensino fundamental de jovens e adultos por meio da formação continuada de professores e da oferta de material didático específico, adequado à modalidade educação de jovens e adultos; apoiou financeiramente aos sistemas de ensino das regiões metropolitanas das capitais, áreas onde estão concentrados um contingente elevado de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não o concluíram na idade própria.

As taxas de analfabetismo, segundo dados do IBGE, são maiores em algumas regiões. As Regiões Norte e Nordeste detêm as taxas mais elevadas. Para essas regiões foi criado e implantado a operação especial Recomeço - Programa Supletivo que, no período de 2000-2002, beneficiou 1,3 milhão de alunos.

O Programa, no período 2000 - 2002, foi ampliado com a criação de duas novas atividades (Alfabetização Solidária e Veiculação de Programas de Rádio-Escola) e de uma Operação Especial (Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para a Educação de Jovens e Adultos).

Este crescimento apresentou como consequência o aumento significativo de vagas no ensino fundamental para jovens e adultos, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, e em municípios com IDH abaixo da média nacional, localizados em outras regiões. Vale ressaltar que estes resultados foram evidenciados na área de abrangência do Recomeço - Programa Supletivo. Outra consequência desse crescimento está relacionada à melhora da qualidade da oferta, resultado do apoio financeiro aos sistemas de ensino para o desenvolvimento de formação continuada a provisão de material didático específico para essa faixa etária.

Ações de outros programas impactaram positivamente no resultado do Programa **Educação de Jovens e Adultos**. Nesse sentido, o aumento da oferta de vagas no ensino fundamental e a redução da defasagem idade série, por meio da ação Correção do Fluxo Escolar, contribuíram para o aumento da escolarização no ensino fundamental e conseqüentemente para a redução da demanda por educação de jovens e adultos.

Espera-se para 2003 o aumento da oferta de ensino fundamental para jovens e adultos, principalmente, por meio da ação Recomeço - Programa Supletivo nas Regiões Norte e Nordeste, onde existe o maior número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental na idade própria. Bem como a produção e distribuição de novo material didático que atenda a especificidade da modalidade, levando em conta não só o espaço geográfico onde reside o aluno, mas também as suas condições de vida e de trabalho.

.....

Determina o texto constitucional no Artigo 208, que é dever do Estado com a educação a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando, inclusive, sua oferta aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. Nesse sentido, esclarecemos que a Constituição se refere a ensino fundamental e não alfabetização. Por sua vez, ensino fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Dessa forma, entende-se ensino fundamental como processo e alfabetização como início desse processo.

Concepção

O objetivo deste trabalho foi orientar os responsáveis pelas instituições que desenvolvem ações voltadas para a redução do analfabetismo, da importância

da definição dos termos e da influência desses termos na definição das políticas públicas voltadas para esta população. Visa-se, acima de tudo, que o atendimento de jovens e adultos não se restrinja a programas de alfabetização, com curta duração, que mais se caracterizam como campanhas, sem preocupação de encaminhamento dos beneficiados para a continuidade do processo até a conclusão do ensino fundamental.

O Programa, conforme previsto inicialmente no PPA, se constituía de duas atividades e de dois projetos. Os recursos orçamentários previstos para os quatros anos de Plano somavam R\$ 176.624.055,00.

O objetivo do Programa é adequado, seu público-alvo está bem definido, as ações são suficientes e estão adequadas ao objetivo. Os indicadores estão bem definidos.

Por se tratar de ensino fundamental, conforme determinação constitucional, compete aos sistemas de ensino estaduais e municipais a sua oferta.

Implementação

O Programa se caracteriza como multissetorial. Duas de suas atividades são executadas por órgãos que estão fora da estrutura do Ministério da Educação. Uma das instituições executoras é o Ministério da Reforma Agrária e a outra uma Organização Não-Governamental.

Com relação ao objetivo do Programa, articulou-se com os executores das ações, por meio de reuniões, estudos e debates, visando uma melhor compreensão do que é a Educação de Jovens e Adultos, no âmbito do ensino fundamental.

O programa necessita aperfeiçoar alguns aspectos da sua implementação:

- A administração reconhece a importância do Programa para o governo e para a sociedade e apoiar a gerência no desenvolvimento dos trabalhos;
- Aperfeiçoar o processo de articulação iniciado;
- Maior integração. Implantar o Sistema de Avaliação de Educação de Jovens e Adultos;
- Ampliar as parcerias existentes;
- Implantar o Sistema de Consultas ao público-alvo; e
- Integrar com os Conselhos de Acompanhamento do Fundef.

É ainda de fundamental importância a participação do Gerente nas decisões sobre a criação de novas ações, na extinção de ações existentes e na redefinição de metas físicas e financeiras.

Deve-se dar continuidade à articulação iniciada com os órgãos governamentais e não-governamentais que executam as ações do programa. Criar um sistema de acompanhamento, que possibilite a sistematização da supervisão e fortaleça a articulação com os coordenadores de ações.

No desenvolvimento de ações para aumentar o nível de escolarização da população de quinze anos ou mais, que não concluíram o ensino fundamental, o Ministério da Educação conta com a parceria das organizações não-governamentais. De acordo com projetos educacionais encaminhados por essas instituições no ano de 2000, essas organizações atenderam; 78.026 alunos, no ano de 2001 foram beneficiados 94.235 e em 2002, com os projetos aprovados até julho, estavam sendo beneficiados 48.650 alunos.

São parceiros do Ministério da Educação, na execução das ações do Programa, as secretarias estaduais de educação, as prefeituras municipais e as seguintes organizações não-governamentais: Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiroz Filho - Ibeac, Associação de Educação Católica do Brasil - AECB, Movimento de Educação de Base - MEB, Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - Aapas, Instituto Agostin Castejon, Rede de Desenvolvimento Humano - Redeh, Grupo Estudos sobre Educação Metodologia de Pesquisa e Ação - Geempa, Instituto Técnico para Educação e Cultura, Pastoral da Criança - CNBB e Conselho Comunitário Educação Cultura Ação Grande São Paulo. O apoio financeiro a essas instituições são transferências voluntárias e ocorrem sob a orientação das normas vigentes.

No exercício 2002, obteve-se maior disponibilização de informações físicas e financeiras referentes às ações em desenvolvimento. Em 2003, faz-se necessário o fortalecimento do processo de articulação entre coordenadores de ações e equipe gerencial.

Sobre a capacitação, destaca-se que a equipe gerencial do Programa participou de cursos, seminários e reuniões de estudo visando o bom desempenho gerencial. Foram de fundamental importância os cursos realizados pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, as orientações de Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - SPO/MEC, e o acompanhamento dos monitores do Ministério do Planejamento. Esses eventos possibilitaram uma maior integração com os coordenadores de ações multissetoriais, e uma melhor compreensão da importância das parcerias para o alcance dos objetivos do Programa.

O reconhecimento da importância do Programa, pela administração, se constitui fator fundamental para o alcance dos objetivos, uma vez que se reveste em fortalecimento gerencial. A criação de ações como o Recomeço - Programa Supletivo, indica apoio institucional que necessita ser ampliado de forma a alcançar todas as ações que compõem o Programa.

Visando o melhor desempenho do Programa, além do apoio institucional, outras estratégias de implementação serão necessárias, entre as quais, indica-se:

- fortalecimento da equipe gerencial com maior apoio às atividades gerenciais e capacitação dos técnicos;
- aperfeiçoar o processo de articulação iniciado;
- implantar o Sistema de Avaliação de Educação de Jovens e Adultos;
- ampliar as parcerias existentes;
- implantar o sistema de consultas ao público-alvo;
- integrar com os Conselhos de Acompanhamento do Fundef, órgão responsável pelo Controle Social do Recomeço - Programa Supletivo;
- Participação do gerente nas decisões sobre criação de novas ações, definição de metas financeiras e físicas.

Algumas ações do Programa, a exemplo do Recomeço - Programa Supletivo, no qual o apoio financeiro efetiva-se por transferência direta e mensal, possibilitou aos parceiros uma execução sistemática e mais ágil.

O apoio financeiro para as demais ações, ocorre por demanda e com base em critérios pré-estabelecidos. Os parceiros apresentam planos de trabalhos anuais e os recursos são transferidos por meio de convênios. Com exceção das ONG, para demais instituições, por força da Lei Eleitoral, no período de 6/7 a 27/10, foram suspensas as transferências de recursos.

Em decorrência do modelo de gestão proposto no PPA, os programas multisetoriais proporcionaram parceria com diferentes órgãos do Governo Federal, entre os quais situam-se o Ministério da Justiça, o Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério da Saúde, a Fundação Palmares e a Secretaria de Assistência Social.

A parceria possibilitou uma maior integração entre as esferas de governos e uma maior articulação do setor educacional com outros setores governamentais no âmbito dos governos estaduais e locais. Esta articulação permitiu, na formação continuada de professores, o desenvolvimento de temas transversais como ética e cidadania, saúde, orientação sexual, educação para trânsito. O objetivo é desenvolver uma proposta pedagógica elaborada pelos sistemas de ensino com a participação dos demais segmentos: saúde, segurança, arte e lazer.

Considerando a natureza do problema, alto índice de analfabetismo na população de quinze anos ou mais, faz-se necessário ampliar as parcerias existentes com as instituições governamentais e não-governamentais e, mais ainda, buscar novos parceiros.

Quanto ao controle social, no âmbito do Recomeço - Programa Supletivo, o controle social da aplicação dos recursos transferidos aos sistemas estaduais e municipais de ensino, é realizado mediante a atuação dos Conselhos de Acompanhamento do Fundef, responsáveis também pela aprovação das prestações contas.

No que se refere à atividade Alfabetização Solidária, o acompanhamento da execução é realizada com a participação das universidades parceiras e os resultados registrados em relatórios, que são divulgados aos parceiros e representantes da comunidade.

Com relação às demais ações do Programa, visando maior controle, por parte da sociedade, sobre a transferência de recursos a estados e municípios, a relação dos beneficiários é divulgada pela mídia.

O desempenho do Programa, porém, encontra um obstáculo: a falta de combinação da matriz do Programa com a estrutura organizacional vigente.

Escola de Qualidade para Todos

.....

Considerando os objetivos do Programa, podem-se destacar como principais **Resultados** resultados no período de 2000 a 2002:

- capacitação de 124 mil professores do ensino fundamental para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com reflexo imediato na melhoria da qualidade do ensino fundamental público;
- atendimento a 450 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, o que significa uma considerável redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos;
- capacitação de 65 mil profissionais de educação para a utilização dos novos recursos da educação a distância, o que contribui, significativamente, para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem;
- aparelhamento, com recursos de informática, de 4 mil e 800 unidades escolares e capacitação de 6 mil e 400 profissionais, visando atuação nos Centros de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas, levando tecnologia aos alunos e assim enriquecendo o aprendizado;
- veiculação de 790 mil minutos de programas educativos pela TV-Escola, propiciando a oportunidade de capacitação, aperfeiçoamento e acesso a novos recursos, para utilização em sala de aula pela grande maioria dos professores do ensino fundamental;
- distribuição de 12,8 milhões de materiais impressos, referentes ao Programa TV Escola, para apoio à educação à distância e ao uso de novas tecnologias na educação; e
- capacitação de quinze mil profissionais, entre coordenadores, professores e técnicos de escolas do ensino fundamental, visando a utilização pedagógica do computador em sala de aula e assistência técnica permanente às escolas do Ensino Fundamental participantes do Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo.

A Secretaria de Educação Fundamental, no relatório de avaliação dos Parâmetros em Ação, realizada em novembro de 2002, em seis diferentes estados, focada em professores e coordenadores de grupo, além de pesquisa amostral em todos os estados contemplados com o Programa, concluiu que a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental tem efetivamente elevado a qualidade do ensino fundamental público. Também, por meio do documento Política de Melhoria de Qualidade na Educação: Um Balanço Institucional, de novembro de 2002, com o objetivo de registrar e avaliar o desenvolvimento dos programas em execução nos sistemas de ensino do país, no período de 1996-2002, a Secretaria de Educação Fundamental - SEF concluiu que as estatísticas educacionais evidenciam que o Programa de Aceleração da Aprendizagem contribuiu para a melhoria das taxas de transição com a redução de repetência, queda da evasão, aumento da taxa de promoção, indicando avanço no sentido de regularização do fluxo escolar, além de redução, no período, de 30,34% para 22,5% da defasagem de dois ou mais anos, de 1ª a 4ª série.

A Secretaria de Educação a Distância - SEED realizou, em 2001, pesquisa de avaliação comparativa nacional, para estimar indicadores representativos da utilização e do impacto do Programa TV-Escola, cuja

Gerente:

Pedro Crisóstomo Rosário

finalidade foi conhecer as formas, os avanços e as dificuldades enfrentadas pelas escolas na implantação do Programa. Foram considerados valores, preocupações e percepções dos agentes interessados no Programa: coordenadores pedagógicos, diretores, supervisores, professores, alunos e pais. Foi detectado que 86% das escolas urbanas com mais de cem alunos possuíam o kit, 70% utilizavam com docentes e 67% utilizavam com os alunos. Entre os problemas encontrados, destacam-se a falta de pessoal disponível para realizar as gravações dos programas, problemas técnicos com os equipamentos e com a transmissão e quantidade insuficiente de fitas virgens. Levando em conta os resultados da pesquisa, foi decidida a continuidade do curso de capacitação do professor no uso de novas tecnologias e produção de série de vídeos com programas sobre o uso da TV-Escola. Diante da necessidade de solucionar problemas técnicos existentes, a SEED está trocando parte das antenas parabólicas analógicas por digitais, modernizando, assim, a recepção e eliminando problemas de ruídos e interferências nas imagens exibidas. Ainda, com base nos resultados da pesquisa, nova seleção de vídeos será adquirida e exibida e novas séries serão produzidas para a TV-Escola.

Com exceção da ação Equipamentos de Informática para TV-Escola, em que o atraso no processo licitatório impediu a execução em 2001 e a retardou em 2002, para as demais ações espera-se que, em 2003, haja superação das metas previstas para o PPA 2000/2003.

Com relação aos indicadores para o período analisado, constatamos que os índices das Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos e da Taxa Esperada de Conclusão do Ensino Fundamental não foram calculados no período referente ao PPA 2000/2003, tendo em vista que informações do Censo Populacional do IBGE, ainda não disponíveis, são necessárias para medi-los.

Todavia, o último índice apurado em 1999, após a elaboração do PPA, de 97% na Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos, evidencia que houve uma oscilação favorável do percentual previsto para o PPA/2003, pois a meta prevista já foi superada, demonstrando que as ações do Programa vêm alcançando os objetivos propostos, com a ampla mobilização dos governos federal, estaduais e municipais e da comunidade no sentido de matricular as crianças que ainda estavam fora da sala de aula. Verificou-se, também, o crescimento na matrícula de 5ª a 8ª série, revelando o aumento da escolarização média, a melhoria da qualidade do ensino e a redução de repetência e da evasão.

Um dado relevante é a queda mais acentuada da Taxa de Distorção Idade/Série no Ensino Fundamental. Em 1998, era de 45%; em 2001, foi reduzida, para 39%, excedendo as expectativas do PPA/2003. Os dados apontam para a melhoria do desempenho escolar do nível fundamental, demonstrando a eficácia da ação Aceleração da Aprendizagem, permitindo que as escolas públicas absorvam todas as crianças e jovens em idade escolar e, gradativamente, corrijam a distorção entre a idade do aluno e a série que ele frequenta e, conseqüentemente, ofereçam um número maior de vagas nas séries iniciais do ensino fundamental, onde a repetência é mais acentuada.

Concepção

O Programa **Escola de Qualidade para Todos** originou-se desta necessidade de universalizar um ensino fundamental público de qualidade, corrigir as distorções existentes, e propiciar aos alunos e professores o acesso a novas tecnologias na educação.

Nos últimos seis anos, grandes avanços foram registrados e já se pode dizer que o país está se recuperando do atraso educacional.

As desigualdades regionais também foram atenuadas pela prioridade à educação. Dados de 1995 revelam que na região Nordeste, a mais pobre do País, os habitantes tinham quatro anos de estudo, em média. Nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, esse índice chegava a seis anos. Em 1999, a população de dez anos ou mais de idade, residente na Região Nordeste, tinha 4,3 anos de estudo, enquanto, no Sul, esse índice chegava a 6,2 e, no Sudeste, a 6,5.

Repensando os problemas ou demandas que deram origem ao Programa, considerou-se que as desigualdades sociais e a concentração de renda têm sua origem, em grande parte, no atraso educacional de décadas e na baixa escolaridade média da população brasileira.

A partir de 1995, a educação foi definida como prioridade. Como os resultados nessa área demandam tempo, decidiu-se enfrentar, inicialmente, a questão do ensino fundamental. O mais importante era matricular e manter as crianças de 7 a 14 anos na escola, garantindo-lhes um ensino de qualidade.

O Programa de Governo para a educação, alicerçado na busca da igualdade de oportunidades, incorporou os princípios da universalização, descentralização, municipalização, participação da comunidade na gestão das escolas e maior controle social do gasto público e dos resultados.

Entre os aspectos do Programa que precisam ser melhorados, visando seus objetivos no período do PPA, está um aumento considerável no quantitativo do público-alvo previstos nas metas físicas, que possibilitasse atendimento a um maior número de escolas, alunos e professores do Ensino Fundamental. Todavia, o aumento do público-alvo depende de maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

Com relação ao objetivo, público-alvo, regionalização, metas físicas e indicadores, considerando o objetivo de universalizar um ensino fundamental público de qualidade, utilizando-se de novas tecnologias na educação, o desenho do Programa mostra-se adequado, com alguns ajustes necessários em sua estratégia de implementação.

Não existem, no Programa, outros produtos desenvolvidos com recursos orçamentários ou não, que não estejam expressos no PPA 2000-2003, e que contribuam para o objetivo do mesmo.

.....
Merece destaque a principal dificuldade encontrada: o atendimento, por parte de estados e municípios, de todas as exigências legais para se habilitarem ao recebimento de transferências voluntárias por meio de convênios.

Implementação

As ações associadas à Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais são operacionalizadas por meio da celebração de convênios com estados e municípios e submetidos à avaliação técnico-pedagógica do Ministério da Educação. As ações vinculadas à TV-Escola, bem como ao Programa Nacional de Informática na Educação - ProInfo são operacionalizadas, de forma centralizada, na Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. O apoio financeiro à aquisição do *kit* tecnológico para as escolas se concretiza mediante a celebração de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação. Os equipamentos do ProInfo são adquiridos mediante um processo de licitação internacional e distribuídos às escolas, possibilitando um grande ganho financeiro e os recursos para capacitação são repassados a estados e municípios mediante a celebração de convênios. Especificamente, no caso das ações - Apoio às Instituições de Ensino para Implementação de Referencial de Formação de

Professores de Ensino Fundamental e Aceleração da Aprendizagem - consideramos que houve avanço na estratégia de implementação dos Programas, quando se optou por definir as áreas de atendimento prioritário, o que significou um melhor direcionamento dos recursos disponíveis, em contraposição à situação anterior, em que a inexistência de um filtro no início do processo ocasionava a pulverização de recursos, sem atingir as áreas realmente deficitárias.

Quanto às ações que compõem o bloco de utilização de novas tecnologias para a educação (TV-Escola e ProInfo), seus auspiciosos resultados se devem à estratégia de se criar núcleos técnicos e administrativos, cuja função precípua é operacionalizar as ações relacionadas a objetivos específicos.

Avaliando o padrão de execução financeira do Programa, em que os recursos foram executados na sua quase totalidade e as metas foram praticamente todas alcançadas, conclui-se que os recursos foram compatíveis com as necessidades de execução.

Quanto à estratégia de implementação, considerando a deficiência de recursos humanos disponíveis na estrutura do FNDE, entendemos que a criação de um corpo técnico, com lotação no Ministério Planejamento e exercício junto ao gerente, facilitaria a organização dos trabalhos.

Também a forma de coordenação e acompanhamento dos executores pede uma política específica, aliada a uma equipe especializada em cada programa, o que permitiria uma melhoria na coordenação e acompanhamento. Tal medida viria otimizar o processo, uma vez que, considerando as três vertentes que constituem o Programa, a sua implementação requer a utilização de diferentes estratégias de execução.

Quanto à evolução do esforço de capacitação da equipe gerencial, consideramos que foi insuficiente, talvez até motivada pela grande diversidade dos problemas enfocados. Porém, na gestão desse Programa, a deficiência na capacitação da equipe não interferiu significativamente no desempenho, graças ao grande entrosamento de seu gerente com os gestores das ações, além de conhecimento e experiência em gestão pública, que possibilitaram acesso às informações, suprimindo as falhas existentes.

O grau de participação da sociedade sobre o Programa é moderado. Considerando que as ações do Programa capacitação de professores e provimento de infra-estrutura para a utilização de novas tecnologias na educação se desenvolvem dentro da escola, a sociedade não participa de forma estruturada, mas à medida que os pais e responsáveis participam da vida escolar de seus filhos. Há, ainda, a participação constatada por meio da fiscalização empreendida pela sociedade quanto à utilização correta dos recursos repassados e ao atingimento das metas propostas. Vale ressaltar o aumento significativo da participação dos pais a partir de ações de estímulo do Ministério da Educação, como o “Dia da Família na Escola”.

Tanto a estrutura organizacional do Ministério da Educação, quanto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, estão adequadas ao modelo de gestão por programas, no entanto, há carências de infra-estrutura e, principalmente, de recursos humanos, em quantidade e capacitação, para que se possa executar e gerir o Programa, dentro dos princípios adotados pelo PPA 2000-2003.

Estatísticas e Avaliações Educacionais

Resultados

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica na área foram prioridades do Governo para o setor educação, concretizadas com a reestruturação e revitalização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

As atribuições do INEP, contempladas no Programa **Estatísticas e Avaliações Educacionais** estão de acordo com a LDB: coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

Os resultados obtidos no âmbito do Programa apontam avanços na sua consolidação, tanto em termos qualitativos como quantitativo, demonstrando o aumento da eficiência e da eficácia de sua gestão. Estes resultados também explicam a significativa credibilidade alcançada nas áreas de avaliação, estatísticas e de indicadores educacionais, possibilitando a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. O Programa abrange as avaliações e a produção das estatísticas básicas da educação nacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

A eficiência e a credibilidade alcançadas pelo INEP na organização de suas avaliações, informações e estatísticas educacionais têm proporcionado uma ferramenta indispensável aos formuladores, executores e avaliadores de políticas em todos os níveis da gestão educacional e, ao mesmo tempo, permitido atender à demanda de universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais.

O desempenho do sistema educacional brasileiro vem interessando sobejamente a opinião pública, estimulando e subsidiando o debate em torno desse tema, que passou a ocupar lugar de grande relevância na agenda da sociedade brasileira.

Dessa forma, o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliações e de estatísticas educacionais vem, também, produzindo com sucesso a democratização do acesso às informações qualificadas e fidedignas.

O padrão de execução financeira do Programa, confrontado com o previsto no PPA 2000/2003, não apresentou restrições que gerasse divergências entre o planejado e o realizado. Todavia, no ano de 2000 a arrecadação do INEP foi frustrada em relação à previsão, gerando um déficit de quase R\$ 8,5 milhões e a necessidade de um crédito suplementar de R\$ 1,5 milhão por autorização do Legislativo. No período em pauta, a execução financeira foi de 98,78% sobre a receita total do órgão, incluindo todas as fontes.

Em 2001, em decorrência da isenção do pagamento de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os concluintes do ensino médio de instituições públicas e para os que se declararam carentes, a arrecadação do INEP foi frustrada em cerca de R\$ 14,7 milhões em relação à previsão, valor suprido por remanejamento interno e por crédito suplementar. Naquele ano, a execução financeira representou 98,64% da receita total do órgão, incluindo todas as fontes e excluindo o correspondente não arrecadado.

Gerente:

**Solange Maria de Fátima Gomes
Paiva Castro**

Em 2002, o INEP consolidou o ENEM e o Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão como avaliações nacionais, ampliando e incorporando a utilização dos seus resultados tanto pelos entes públicos na formulação e no monitoramento das políticas educacionais como, principalmente, pelas instituições de ensino na melhoria da qualidade de sua oferta educacional.

O Censo Escolar, em 2002, consolidou sua rede de coleta e processamento de dados pela utilização do Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIED. O SIED alimenta as bases de dados nas secretarias de educação estaduais, ligando-as *on-line* ao INEP que centraliza e finaliza o levantamento. Disponibilizou também, o aplicativo Sistema Administrativo Escolar - Saemec, que, além de informatizar a administração da escola, auxilia na coleta do Censo. O uso da base de informações geradas pelo Censo melhorou o perfil dos gastos federais com Educação Básica, em termos tanto de otimização dos recursos como de execução de políticas de diminuição das desigualdades regionais.

Também em 2002, o Sistema de Informações da Educação Superior - SIED-SUP permitiu que todo o levantamento do Censo da Educação Superior acontecesse pela internet, integrando sua base de dados e outros sistemas operacionais, como o Cadastro da Educação Superior, ferramenta de consulta disponível ao público e ao Sistema de Acompanhamento de Processos de Instituições de Educação Superior - Sapiens, do MEC.

O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja surge num momento em que os indicadores educacionais apontam para o crescimento da educação de jovens e adultos e para a necessidade de mecanismos de acompanhamento e avaliação da qualidade de sua oferta. A Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação - ACE veio propiciar a integração de todas as avaliações da Educação Superior a uma mesma base de dados e com um mesmo padrão conceitual. Ambas as estruturas permitiram ao INEP, em 2002, complementar sua atuação no sentido de cumprir sua missão institucional.

..... **Concepção**

Pela característica das ações que compõem o Programa, é impossível definir, entre as estratégias, quais as que mais contribuíram para garantir o sucesso do programa, pois, por sua correlação, qualquer delas que fracasse, inviabiliza o todo. A seguir, tem-se a avaliação do Programa, ação por ação:

Censo Escolar da Educação Básica

O Censo Escolar, proposto com abrangência nacional, é realizado anualmente nos 5.561 municípios brasileiros, levantando as informações estatísticas da Educação Básica que permitem acompanhar o desenvolvimento das redes de ensino no País.

A coleta e o processamento dos dados são operacionalizados pelas secretarias estaduais de educação de forma descentralizada. As informações obtidas subsidiam diretamente uma série de políticas públicas, que vão da distribuição de recursos à implementação de projetos.

Todas as escolas das redes pública e privada do País respondem ao Censo, por meio de um questionário padronizado detalhando informações quanto ao perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar, a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino, bem como levantando os dados que servem de base para o cálculo dos principais indicadores educacionais como as taxas de repetência, promoção e evasão escolar. A presente ação apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta 262.311 escolas, com levantamento de 1.116 variáveis;
- Ano 2001 - universo de coleta 265.224 escolas, com levantamento de 1.855 variáveis; e
- Ano 2002 - universo de coleta 255.886 escolas, com levantamento de 1.925 variáveis.

Cabe destacar que o universo de coleta do Censo Escolar é fator variável no processo, conforme a política de educação defina objetivos de expansão ou nucleação da escola. Desta forma, a questão proeminente para o Censo Escolar é a melhoria da qualidade da informação, da abrangência das variáveis e expansão do seu número, permitindo a observação mais detalhada do sistema educacional brasileiro, bem como a utilização dos seus resultados na elaboração de políticas públicas.

Censos, Exames e Avaliações Especiais

Os levantamentos especiais são realizados em âmbito nacional, respondendo a demanda do Ministério da Educação por informações específicas de orientação a determinadas políticas educacionais para Educação Básica, tendo sempre caráter complementar ao Censo Escolar, atendendo, no máximo, duas demandas por levantamentos ou duas por pesquisas amostrais por ano. Em 2000, foi realizado o Censo da Educação Infantil, divulgado no ano seguinte, como o Censo Escolar levanta, desde 1996, dados sistemáticos sobre a pré-escola e, a partir de 1998, também coleta dados de creche. O levantamento especial, no ano 2000, priorizou a busca por informações que adicionassem novos elementos mais detalhados ao retrato que já se tinha da Educação Infantil nos 5.507 municípios que a oferecem, em especial buscando preencher as lacunas quanto à forma de oferta e demanda, bem como capacidade de atendimento dos municípios responsáveis pela oferta dessa educação.

Em 2002 estão sendo finalizadas pesquisas amostrais: Livro Didático e Infra-estrutura; Perfil do Docente e do Diretor; e Gestão da Educação - Forma de Evolução do Ensino.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB

Constitui um dos mais amplos e completos sistemas de dados sobre o ensino fundamental e médio em nosso País, implantado em 1990 com o objetivo de coletar dados e produzir informações sobre o desempenho do aluno e dos fatores a ele associados. Os dados levantados, a cada dois anos, por meio da aplicação de provas aos alunos e de questionários para professores e diretores, depois de analisados, permitem acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e aspectos que estão associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

Em 2000, após a conclusão dos trabalhos de campo e de processamento e transcrição das informações coletadas, foi constituída a base de dados que possibilitou as análises de resultados. Em 2001, o SAEB realizou seu sexto ciclo de aplicação avaliando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, dos alunos brasileiros da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Para a realização do SAEB 2001, foram envolvidos 287.719 alunos, 11.737 turmas, 6.935 escolas, 21.754 funções docentes (professores) e 6.820 diretores de escolas das redes estadual, municipal e particular em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Durante o exercício de 2002 foi realizada a análise minuciosa dos dados levantados.

Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM

O ENEM, aplicado pela primeira vez em 1998, configura-se numa proposta inovadora de avaliação do desempenho individual do jovem ao término dos onze anos de escolarização básica, aferindo o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania de jovens e adultos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio.

O ENEM é voluntário, de caráter interdisciplinar e oferece parâmetros para o prosseguimento nos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho. De forma complementar ou alternativa, o Exame é também utilizado para seleção de ingresso no Ensino Superior. A prova é composta por uma redação e questões de múltipla escolha que avaliam o desempenho a partir de uma matriz de competências e habilidades.

A concepção do ENEM está calcada nos delineamentos da Educação Básica estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB e, sobretudo, nas diretrizes e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. É, portanto, um instrumento balizador e indutor da reforma que vem sendo implementada neste nível de ensino, ajudando a sinalizar à escola que o modo de construção do conhecimento deve seguir uma nova trajetória. A medida que as instituições de ensino superior começaram a fazer uso do exame em seus processos seletivos, passaram a catalisar essa mudança que busca inverter a concepção de ensino e que agendou, ao longos dos anos, uma educação compartimentada e com pouca relação com a realidade.

Até pouco tempo, aqueles que desejavam ingressar no ensino superior submetiam-se a um processo seletivo rigidamente separado por disciplina e baseado na memorização de conteúdos. Com o ENEM, há outro processo. A prova é contextualizada, não exige memorização, mas sim raciocínio crítico e se espelha nas habilidades e competências adquiridas durante a escolarização básica.

A cada edição, o número de participantes do ENEM vem se aproximando mais do número de concluintes do Ensino Médio. Com isso, os resultados e os dados levantados geraram um conjunto de indicadores que agrega novas informações ao diagnóstico sobre educação brasileira. Além da prova, os participantes respondem a um questionário socioeconômico que coleta dados de identificação pessoal, condição familiar, trajetória escolar, vida profissional, hábitos culturais, crenças e valores pessoais.

A associação dos resultados da prova com os dados do questionário permite o mapeamento do desempenho dos participantes de acordo com determinadas características como sexo, cor, idade e tipo de escola freqüentada. Esses indicadores são fundamentais para a focalização e maior efetividade das políticas públicas, permitindo que sejam traçadas, também, diretrizes para ações no âmbito da escola. O ENEM apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 390.166 inscritos, prova realizada em 169 municípios do País, com 273 Instituições de Ensino Superior - IES utilizando seus resultados em seus processos seletivos;
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.627.981 inscritos, prova realizada em 277 municípios, com 377 IES utilizando seus resultados;
- Ano 2002 - universo de coleta: 1.817.714 inscritos, prova realizada em 600 municípios, com 380 IES utilizando seus resultados.

Censo do Ensino Superior

O Censo do Ensino Superior, realizado anualmente, em âmbito Nacional, tem passado por grandes transformações nos últimos anos. Não só pela expansão acentuada deste ensino que vem ocorrendo nos últimos anos, mas, também, pela necessidade de diversificação da sua oferta em face da demanda de formação profissional para o mercado de trabalho.

Abrangendo todas as instituições públicas e privadas de educação superior do País em suas diversas formas de organização acadêmica (universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, escolas ou institutos superiores e centros de educação tecnológica) e contemplando os cursos de graduação presenciais e a distância, o Censo do Ensino Superior levanta: o número de instituições, sua distribuição pelas unidades da Federação, capitais e interior, categoria administrativa e organização acadêmica; titulação e regime de trabalho do pessoal docente e técnico administrativo; cursos sequenciais e de graduação com respectivas habilitações; ofertas de vagas, números de candidatos e forma de ingresso; matrículas e concluintes.

Seu conjunto de informações permite o acompanhamento social das políticas públicas, identificando o alcance dos objetivos propostos, as áreas que necessitam de maiores ou menores investimentos e necessidades de ajustes. Para os gestores das Instituições de Ensino Superior - IES, o Censo oferece importantes subsídios para a adoção de iniciativas coerentes e adequadas à realidade institucional e acadêmica. A presente ação apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 1.180 IES, abrangendo 10.585 cursos, com 2.694.245 matrículas.
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.391 IES, abrangendo 12.155 cursos, com 3.033.980 matrículas.
- Ano 2002 - em fase de levantamento, ainda, sem dados preliminares.

Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão

Concebido em 1996, como um processo destinado a fornecer à sociedade e particularmente à comunidade acadêmica o diagnóstico dos cursos de graduação do País, o Provão consolidou-se como um dos instrumentos para o aperfeiçoamento da oferta desses cursos, mobilizando a comunidade educacional para a necessidade da permanente melhoria da qualidade do ensino e sedimentando a cultura da avaliação na Educação Superior.

O exame, obrigatório para todos os concluintes dos cursos avaliados, verifica o resultado final do processo de ensino-aprendizagem quanto a dois aspectos fundamentais: aquisição pelos alunos de conhecimentos atualizados e o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam enfrentar os desafios da futura profissão.

As provas têm formato específico em cada área avaliada e são compostas de questões objetivas e discursivas, abordando temas referentes à formação profissional básica específica e geral do graduando, bem como às habilidades e ao perfil profissional visando avaliar a capacidade do graduando de desenvolver na vida profissional o que aprendeu durante o curso.

Paralelamente, o exame também levanta por questionário próprio a realidade sócio-cultural do graduando, o ambiente no qual ele desenvolveu o seu aprendizado e a opinião que ele tem do seu curso quanto aos recursos e instalações disponíveis, acervo da biblioteca e laboratório, estrutura curricular e o desempenho dos professores em sala de aula.

O foco do exame, todavia, é sempre o curso, e não o graduando. O desempenho dos alunos fornece os indicadores essenciais sobre a qualidade de sua formação. A leitura conjunta dessas informações possibilita estabelecer graus de correlação entre vários aspectos avaliados nos cursos e o aprendizado demonstrado pelo aluno. Tais dados, relacionados entre si, permitem formar um quadro mais preciso do complexo sistema de educação superior de graduação do País. O Provão apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 18 áreas avaliadas; total efetivo de 213.590 inscritos; 197.840 presentes em 2.888 cursos avaliados.
- Ano 2001 - universo de coleta: 20 áreas avaliadas; total efetivo de 289.339 inscritos, 271.421 presentes em 3.701 cursos avaliados.
- Ano 2002 - universo de coleta: 24 áreas avaliadas; total efetivo de 397.278 inscritos, 370.338 presentes em 5.030 cursos avaliados (dados preliminares).

Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação

A Avaliação das Condições de Ensino - ACE consiste na verificação da qualidade do corpo docente, da organização didático-pedagógica e da infra-estrutura dos cursos de graduação. É realizada por comissões de professores que examinam as condições dos cursos no seu próprio local de funcionamento.

A avaliação é condição prévia para que as Instituições possam obter ou renovar o reconhecimento dos seus cursos, medida necessária para emissão do diploma do estudante ao final da graduação. A ACE é também realizada periodicamente para o conjunto de cursos da educação superior que já foram submetidos ao Provão. Estas duas finalidades são complementares à medida que visam informar ao Ministério da Educação e à sociedade se os cursos estão cumprindo as metas de qualidade estabelecidas previamente e se reúnem as condições mínimas necessárias a formação dos futuros profissionais. Ao realizar esta avaliação periodicamente, objetiva-se garantir a permanência desses padrões de qualidade nos patamares desejados. Em 2002, primeiro ano de implantação da ACE, está prevista a avaliação das condições de ensino de 1.900 cursos.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional é voltada para as condições gerais de funcionamento das instituições de ensino superior. Diferentemente do Provão, que foca os cursos, apóia-se na análise de todas as informações relativas às Instituições e na visita de uma comissão de avaliadores que faz uma verificação do local de funcionamento.

Seus principais objetivos são verificar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que contempla objetivos, metas e ações das organizações; a qualificação e a política de valorização dos professores; a infra-estrutura e a organização institucional, abrangendo a gestão acadêmica e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As informações apuradas pela Avaliação Institucional subsidiam o Ministério da Educação nas decisões sobre credenciamento e credenciamento das IES.

A montagem e o aperfeiçoamento dos instrumentos da avaliação, ocorridos em 2002, deram particular ênfase à capacitação dos avaliadores com o intuito de homogeneizar os procedimentos a serem adotados. Paralelamente foram elaborados manuais para o apoio às equipes de avaliadores na visitas às Instituições, objetivando integrar as informações apuradas em uma mesma base de dados e no mesmo padrão conceitual dos demais processos.

Em 2002, está prevista a avaliação Institucional dos 41 Centros Universitários que ingressaram junto ao MEC com pedido de credenciamento ou reconhecimento.

Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais

O papel do INEP propiciou a montagem de um conjunto de indicadores para tomada de decisões pelos políticos, gestores, dirigentes educacionais e sociedade. Trouxe, também, a necessidade de que tais informações alcancem de fato esses públicos distintos.

Essa tarefa complexa, de atendimento diferenciado e muitas vezes individualizado, é realizada com o auxílio de várias ferramentas como internet, publicações, palestras e eventos.

O INEP conta, também, com uma linha editorial própria responsável pela publicação de obras de referência em educação.

No atendimento ao público interno encontra-se o Centro de Informações e Biblioteca em Educação - Cibec, que realiza atendimento pessoal, por e-mail, telefone ou carta.

Parte dessa demanda por informações origina-se de pesquisadores e especialistas que muitas vezes requerem levantamentos especiais ou microdados estatísticos. O INEP dispõe, para esse fim, de uma coordenação formada por técnicos capacitados que respondem pelo relacionamento com esse público.

Paralelamente aos serviços criados para atender as solicitações previamente encaminhadas, há uma oferta crescente de produtos e serviços em que o próprio usuário busca a informação de que necessita via internet.

O impacto provocado na opinião pública, a partir da divulgação dos Censos e Avaliações Educacionais, deve-se em grande parte à cobertura da mídia. Como parte do processo de disseminação, o INEP mantém uma assessoria de imprensa que tem como função informar os veículos de comunicação a respeito das pesquisas realizadas, produzindo textos específicos para atender a demanda dos jornalistas, detalhando dados e conceitos.

A disseminação de informações pelo INEP apresenta a seguinte variação de índices no período:

- Ano 2000 - universo de coleta: 1.159.204 usuários internet; 4.581 usuários da biblioteca; 21 eventos realizados; 77 títulos publicados e 80 mil publicações distribuídas.
- Ano 2001 - universo de coleta: 1.845.566 usuários internet; 4.105 usuários da biblioteca; 72 eventos realizados; 144 títulos publicados e 120 mil publicações distribuídas.
- Ano 2002 - universo de coleta: 2.224.847 usuários internet; 3.904 usuários da biblioteca; 41 eventos realizados; 336.250 títulos publicados, 317.750 publicações distribuídas (dados preliminares).

Sistema Integrado de Informações Educacionais - SIED

O SIED foi desenhado para que as diversas bases de dados do INEP estivessem integradas, servindo de suporte aos diferentes programas empreendidos, tanto pelo MEC como pelos demais usuários das informações educacionais. Para

esse fim, o Sistema foi concebido logo no início da reestruturação do INEP e atualmente, do ponto de vista da sua aplicabilidade, encontra-se numa fase bastante avançada principalmente no que se refere aos levantamentos estatísticos da educação superior, casos em que o SIEd reúne na mesma plataforma operacional a coleta de dados e o acesso das informações aos usuários.

Na Educação Básica, o módulo SIEd Censo Escolar tornou possível a montagem do cadastro nacional das escolas de educação básica e a base que reúne todas as informações censitárias em cada nível de ensino.

Na Educação Superior, o SIEd-Sup, outro módulo, permite que todo o levantamento aconteça pela internet, integrando ainda a base de dados a outros sistemas operacionais como o cadastro de Educação Superior, uma ferramenta de consulta disponível ao público, que agrega informações de todos os cursos e instituições do País.

As metas e ações do Programa têm características técnicas e metodológicas tão específicas que são determinantes de sua implementação. Assim, por exemplo, no caso das avaliações da Educação Básica efetivadas pelo INEP, todas de âmbito nacional, embora igualmente referenciadas pelas metodologias de provas aplicadas aos alunos na implementação do ENEM, do SAEB e do Encceja possuem características absolutamente distintas, em atendimento a concepção e aos objetivos de cada um deles:

- O SAEB tem a Matemática e a Língua Portuguesa como disciplinas básicas que constituem as provas, podendo haver a inclusão de outras disciplinas em diferentes edições do Exame. É aplicado a cada dois anos para alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Como foi concebido para comparar o desempenho das redes de ensino, é amostral, o que determina que sua aplicação nas escolas definidas pela amostra seja articulada em todas as suas etapas com as secretarias estaduais de educação.
- O ENEM, configura-se como uma proposta de avaliação do desempenho individual, aferindo o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania de concluintes ou egressos do Ensino Médio. O Exame é voluntário e são isentos da taxa de inscrição os concluintes de escolas públicas e os que se declaram carentes. A prova é multidisciplinar e única, sendo oferecida sua aplicação em determinado número de municípios, previamente determinados, conforme distribuição de concluintes e participantes do ano anterior e instituições de ensino superior que utilizam.
- O Encceja é proposto como uma referência de avaliação nacional para todos que não concluíram a educação básica, sendo também importante instrumento para avaliação dos programas de educação de jovens e adultos. Educação que se configura numa modalidade estratégica de esforço em busca de igualdade de acesso à educação como bem social.

Em 2002 o INEP está realizando a primeira aplicação do exame, em parceria com quinze secretarias de educação, para fins de certificação de conclusão em nível do ensino fundamental e médio.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aplica-o, também, em 51 municípios para 14.212 inscritos na pesquisa qualitativa para avaliação do programa recomeço, financiado pelo Fundo.

As provas do Encceja, elaboradas pelo INEP, correspondem às quatro áreas do conhecimento estabelecidas na Base Nacional Comum, sendo Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Artística e Educação Física; História

e Geografia; Matemática; Ciências Naturais, para o Ensino Fundamental e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, para o Ensino Médio. A implementação do Encceja é compartilhada com Secretarias de Educação de municípios e estados parceiros, por adesão, cabendo-lhes a definição e divulgação dos critérios quanto à sua utilização para fins de certificação, realização de inscrições, cadastro de inscritos, aplicação das provas e divulgação dos resultados.

O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais é do tipo Serviços ao Estado e o público-alvo que consta no PPA é Governo.

Caracterização do público-alvo: o conceito proposto para público-alvo não é adequado a programas criados em atendimento à demanda da sociedade, uma vez que é definido para programas gerados a partir de problemas. No caso do Programa em pauta as demandas da sociedade são, ao mesmo tempo, difusas em sua abrangência e específicas quanto a determinação legal, o que inviabiliza a caracterização do público-alvo.

Dimensionamento do público-alvo: o conceito de dimensionamento refere-se a programas gerados a partir de problemas relacionados às ações típicas de Estado. Os que caracterizam as demandas da sociedade não propiciam dimensionamento de público-alvo para a adequada definição das metas físicas conforme o determinado.

O Programa não tem pesquisa de satisfação do público-alvo. Considerando que o Programa abrange eminentemente funções inerentes a atividades exclusivas de Estado, estando a cargo de uma Autarquia Federal, há que se avaliar o cumprimento da missão institucional. Sendo o usuário o Estado, sua satisfação é medida pelos controles pertinentes. Os demais beneficiários/usuários tornam-se por demais difusos para que seja considerada a aplicação de pesquisas nesse sentido.

Implementação

O Programa não conta com parceiros na execução das tarefas ou no cumprimento das metas enquanto apoio de terceiros com recursos financeiros, materiais ou humanos que não sejam contrapartida ou atribuição legal.

Porém, no que diz respeito a outros projetos que contribuíram para a implementação do Programa, embora não constem do PPA vigente, o INEP integrou um amplo conjunto de iniciativas multilaterais ligadas ao desenvolvimento de indicadores comparáveis e algumas devem ser citadas tanto pelo desafio que representaram, quanto pelos benefícios que geraram. As principais, nesse contexto, são o Projeto Mundial de Indicadores - WEI, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação e o projeto de indicadores educacionais do Mercosul.

A participação do Brasil nestas iniciativas trouxe pelo menos três grandes benefícios: primeiro, a possibilidade de cooperação técnica numa área que exige constante aprimoramento teórico e metodológico; segundo, a oportunidade de situar o desempenho do sistema educacional brasileiro frente ao de outros países. Além disso, ao inserir-se em projetos internacionais, o Brasil passou também a influir na definição dos indicadores e no tratamento das informações, o que permite instrumentos e enfoques que contemplem a diversidade dos países envolvidos e possibilitam diagnóstico mais preciso das suas realidades educacionais.

Gestão da Política de Educação

Resultados Este Programa, caracterizado como de Gestão de Políticas, não possui indicadores. Seu principal objetivo é apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas na área da educação.

Considerando a tipicidade do Programa **Gestão da Política de Educação** e sua abrangência no MEC, o mesmo não possui um público-alvo bem definido, ou melhor, não tem um reflexo direto na sociedade, de modo que se perceba, explicitamente, algum prejuízo ou benefício decorrente da sua implementação. No entanto, sobressaem-se as atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, pelo INEP e pelo FNDE.

Concepção Não foi exatamente um problema ou demanda da sociedade que concorreu para que o Programa fosse criado. As ações que integram o Programa de **Gestão da Política de Educação** já eram executadas e foram elencadas porque tinham como finalidade contribuir para o atingimento do objetivo proposto. Dessa forma, é evidente que para cada ação exista uma demanda exclusiva.

O Programa é composto de oito ações das quais cinco são destinadas a fornecer o suporte técnico-administrativo às atividades desenvolvidas no âmbito das secretarias finalísticas do MEC, que promovem e implementam as políticas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Tecnológico, Educação Especial, Educação a Distância e Ensino Superior. Abrangem atividades permanentes voltadas ao aprimoramento de cada modalidade de ensino, dando sustentação às iniciativas empreendidas, possibilitando estudar, analisar, treinar, supervisionar e acompanhar seus planos de trabalho, que correspondem às diversas ações que integram os demais programas típicos do MEC, no PPA 2000/2003.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada. Como as ações são implementadas por diversos órgãos, envolvendo duas autarquias, um colegiado e cinco secretarias e cada ação possui peculiaridades próprias, fica difícil o conhecimento por parte da gerência do Programa, sobre a forma de trabalhar, de articular, de coordenar, entre outros tópicos, inclusive, porque não existe uma orientação dirigida especificamente para o gerenciamento deste Programa. Seria necessário que os órgãos responsáveis dispusessem de mecanismos apropriados, de um sistema que atendesse aos objetivos próprios do gerenciamento quanto à implementação/gestão das suas ações, o que requer, sobremaneira, recursos humanos e materiais, cuja escassez dos recursos orçamentário-financeiros consignados às ações, somada a outras condições, impossibilitam.

Implementação No seu conjunto, as ações do Programa obtiveram, em média, o desempenho financeiro de 94% em 2000, de 85% em 2001 e de 80% em 2002. Saliente-se que problemas conjunturais da economia, não têm permitido um aporte de

Gerente:

Marluce Araújo de Lucena

recursos, quer financeiro, humano e material, num nível satisfatório, para uma melhor performance dessas atribuições, refletindo-se na execução, que decai a cada ano do período analisado, especialmente em 2002, quando o Decreto nº 4.231/2002, estabeleceu restrições que afetaram imensamente a execução de despesas pertinentes a tais ações. As outras três ações serão destacadas a seguir:

Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional

Engloba todas as atividades desenvolvidas pelo CNE, órgão colegiado do MEC, que tem por finalidade colaborar na formulação da política nacional de educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro, visando zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que o regem.

Como resultados de 2000, destacam-se: a Resolução CNE/CEB 01/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estudos e audiências públicas sobre a Regulamentação da Educação a Distância, a Reestruturação do Curso Normal no Ensino Superior e as Diretrizes Curriculares para Formação de Docentes.

No exercício de 2001, o CNE promoveu discussões e deliberou sobre temas como Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Área da Saúde e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação no Campo.

Com o objetivo de disseminar as novas Diretrizes Curriculares homologadas pelo MEC, ouvir diferentes segmentos sociais a respeito do tema e convocar a todos para zelar pela sua observância, a Câmara de Educação Básica deu início à Mobilização Nacional pela Nova Educação Básica. Realizando, para tanto, reuniões de consulta com vários segmentos da sociedade (setor empresarial, conselhos profissionais, associações da área da educação e científicas, universidades, representantes da justiça, do mundo cultural e artístico, ONGs, entidades sindicais, Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e secretarias estaduais do trabalho, comissões de educação do Senado e da Câmara Federal, comissões de educação das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores das cidades com segundo turno eleitoral, gestão dos sistemas de ensino e áreas governamentais, professores e especialistas, Unesco, OIT, Unicef, PNUD, BIRD e BID, profissionais liberais e outras pessoas de destaque na vida nacional em diferentes áreas).

Em 2002, destaca-se a aprovação do plano de trabalho do CNE para o período 2002-2004, que corresponde ao principal instrumento institucional de gestão e de planejamento organizacional do Conselho, estabelecendo o referencial para prosseguimento da execução de suas finalidades. Embora iniciado em abril de 2002, apenas em outubro este plano foi aprovado, podendo ocorrer que a implementação de muitas ações somente seja possível em 2003. Para 2002, as atividades do CNE incluíram o acompanhamento do Plano Nacional de Educação - PNE, o que deve envolver o desenho de mecanismos/procedimentos e um adequado planejamento das ações educacionais pelos três entes federativos, devendo contar com a participação dos diversos atores sociais e governamentais. O Conselho propõe-se a participar da articulação entre todos os envolvidos de forma a acompanhar a implantação do PNE e a elaboração dos planos estaduais e municipais.

Nesse sentido, destacam-se quatro portarias importantes, instituindo: a Comissão de Acompanhamento da Implantação do PNE e de Análises das Estatísticas Educacionais; a comissão permanente com a finalidade de realizar estudos e encontros sobre os grandes temas da educação brasileira, mediante a promoção do diálogo entre as gerações de educadores e de representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário; a comissão permanente para promover estudos e ações voltadas para a implementação e o acompanhamento do Programa de Memória

e Informação do CNE; e a comissão permanente para desenvolver ações voltadas para o acompanhamento do regime de colaboração do Conselho Nacional com os conselhos estaduais e municipais de Educação.

Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação

Desenvolvida pelo FNDE que, além de combater a evasão de receitas que constituem a principal fonte de financiamento a projetos voltados para o Ensino Fundamental público, inspeciona escolas da rede privada, prestadoras do serviço.

Por meio desta ação, busca-se assegurar que as empresas recolham a contribuição de 2,5% sobre a folha de pagamento, para o salário-educação, bem como inspecionar as escolas prestadoras de serviços nas modalidades Escola Própria e Aquisição de Vagas, visando comprovar o efetivo atendimento aos alunos indicados pelas empresas optantes por aquelas modalidades.

Complementando as fiscalizações empreendidas pelo INSS, o FNDE, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados examinam nas próprias empresas a documentação pertinente, resultando, quando for o caso, nas conseqüentes medidas, e, através de sistema informatizado são efetuados, rotineiramente, todos os cruzamentos entre os dados provenientes das escolas, além de examinar documentos peculiares às atividades de ensino.

Em 2000 e 2001, a ação Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação pertencia ao Programa Arrecadação do Salário-Educação, extinto a partir de 2002.

Em 2001, merece destaque o Programa Integrado de Inspeção em Empresas e Escolas - Proinspe, integrante desta ação, com o objetivo de fiscalizar a regularidade da situação de empresas e escolas, em relação às contribuições devidas para o salário-educação. Neste ano, uma amostragem permitiu que fossem efetuadas nas empresas optantes pelo Sistema de Manutenção do Ensino - SME, 328 notificações, das quais 157 decorrentes de informações fiscais de débito do INSS.

Em 2002, foram intensificadas as ações de controle e inspeção mediante auditorias preventivas e orientativas, bem como inspeções quanto à regular aplicação dos recursos transferidos à conta de outras ações financiadas pelo Salário-Educação. O número de inspeções realizadas em 2002 foi de 1.686. No que tange ao Controle da Arrecadação do Salário-Educação e ao Sistema de Manutenção do Ensino - SME, inspeção realizada significa o número de empresas fiscalizadas. Já no acompanhamento da regular aplicação dos recursos provenientes do salário-educação, inspeção realizada é o somatório de situações auditadas (por exemplo: convênios auditados e transferências fiscalizadas).

Estudos e Pesquisas Educacionais

A cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas visando beneficiar formuladores e gestores de política educacional.

É subsidiária às demais ações desenvolvidas no âmbito do INEP concentrando-se na complementação de estudos voltados ao financiamento da educação, tendo como tema central a análise do financiamento e gastos sociais em educação e suas relações com a produtividade do sistema educacional brasileiro. Tem contado com a colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais, mediante descentralização de recursos para o seu desenvolvimento. Em 2002, foram descentralizados para a UFMG, recursos complementares visando dar

continuidade ao convênio que objetiva a Análise do Financiamento e Gastos Sociais em Educação e Relacioná-los com a produtividade de Sistema Educacional Brasileiro, desenvolvida no âmbito do programa Comunidade Gestora de Informações Educacionais. O levantamento de dados sobre este tópico é mais uma importante atividade desenvolvida pelo INEP, ligada à produção de informações e indicadores. O esforço realizado nessa área, desde 1999, centrou-se, principalmente, no aprimoramento da metodologia de apuração e estimativa das informações. Tem permitido identificar como é feita a distribuição de recursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino dos governos municipais, estaduais e Federal e subsidiar projetos internacionais.

Os indicadores são apresentados para cada unidade da Federação e incluem informações como gasto total em moeda corrente e o percentual de gasto com educação em relação ao PIB. Outro dado produzido é o gasto médio por aluno/ano para cada nível de ensino.

A produção de indicadores sobre gasto com educação foi retomada pelo INEP em 1997, em cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Essa parceria era necessária uma vez que o conjunto de indicadores utilizados para determinar tais gastos não se restringia ao escopo do MEC. Para efeito do cálculo, são analisados os balanços da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e de uma amostra representativa dos municípios.

Em 2001, o INEP passou a se responsabilizar por essa atividade. Para aprimorar e agilizar o processo de tratamento das informações, também desenvolveu e está implementando o Sistema Nacional de Informações de Gasto Social - SING, que possibilita coletar e tratar os dados de financiamento e gasto segundo a finalidade e não pela sua função, a partir dos balanços já publicados pelos municípios, estados e Governo Federal e apresenta como resultado os gastos consolidados de cada esfera de governo, incluindo as administrações direta e indireta.

Essa tarefa tem se constituído em um desafio permanente devido a inexistência de padronização nos programas e subprogramas expressos nos balanços dos governos estaduais e municipais, o que exige tratamento individualizado de cada informação apresentada.

O gasto social compreende todas as despesas públicas que tenham como objetivo beneficiar diretamente e promover o bem-estar de uma população-alvo, em um ano de referência. Ao conhecer o gasto social, o Governo consegue avaliar com mais eficácia a destinação dos recursos financeiros sob sua responsabilidade. O cálculo serve também para definição da proposta orçamentária na esfera municipal e estadual.

Destaque-se que a implementação de projetos desse tipo envolve permanente esforço de articulação e parceria com os demais órgãos do MEC, bem como com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Universidades, instituições de pesquisa e organismos de cooperação internacional. Além disso, o desenvolvimento metodológico nesta área foi impulsionado pela participação do Brasil, a partir de 1997, em projetos internacionais, especialmente no projeto-piloto *World Educational Indicators - WEI*, promovido pela Unesco/OECD.

Em 2002, esses estudos foram realizados a contento, com a execução de 100% dos recursos previstos.

Em 2003, inicia-se uma nova administração de Governo e podem ocorrer algumas adequações na programação a ser implementada. Contudo, destacam-se ações importantes como as atividades desenvolvidas pelo CNE, em especial para aquelas que envolvem vários atores dos diferentes segmentos sociais com o propósito de discutirem as Diretrizes Curriculares Nacionais, com vistas a promover o seu aperfeiçoamento e a convocar todos para zelar pela sua observância e, sobretudo, o monitoramento da implementação do PNE. Também têm seu mérito as iniciativas do INEP, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos de estudos e pesquisas visando beneficiar formuladores e gestores de política educacional, ressaltando-se, ainda, a preocupação do FNDE quanto a evitar irregularidades, na arrecadação como na aplicação do Salário-Educação, o que, certamente, refletirá em maior disponibilidade de recursos destinados ao Ensino Fundamental público, beneficiando com maior qualidade um maior número de alunos na faixa etária correspondente.

Na Coordenação-Geral da CPS/SPO, o gerente do Programa **Gestão da Política de Educação** interage com os gerentes dos diversos programas do MEC, de forma a promover a internalização do Modelo de Gestão do PPA, orientando e apoiando no processo de elaboração, revisão, acompanhamento e avaliação.

O Programa não demandou capacitação específica, ou melhor, o não-treinamento de suas equipes não teve interferência direta e significativa no desempenho das ações afetas. Contudo, a exemplo do que ocorreu no *workshop* de gerenciamento do PPA: Desafios dos Programas Gestão de Políticas Públicas, em 2002, seria conveniente que o Ministério do Planejamento promovesse um evento para participação dos responsáveis pelas várias ações que compõem esses programas, no Governo Federal, para troca de experiências e um possível posicionamento quanto à oportunidade das ações que os integram.

Hospitais de Ensino

Resultados

As dificuldades no sistema de saúde pública são incessantes. A falta de recursos tem sido a principal queixa do gestor público, entretanto as dificuldades são mais complexas, tendo assim o Governo um papel fundamental, não apenas de um órgão fiscalizador, mas também como um parceiro, trabalhando para implementação de uma mudança organizacional, com propósitos mais competitivos frente ao mercado nacional e internacional no que diz respeito à assistência, à pesquisa e ao ensino. Baseado neste cenário, o Ministério da Educação vem desenvolvendo um banco de dados com indicadores de todos os hospitais vinculados às Universidades Federais, que possibilita através das informações fornecidas pelos diretores dos hospitais, acompanhar a evolução da gestão, assim como identificar os pontos em que deve atuar de forma mais eficaz.

A sociedade é o público-alvo, e também o instrumento para que os hospitais universitários possam realizar assistência, ensino e pesquisa. A maior prova da sua importância é o fato de que um em cada dez brasileiros são usuários dos hospitais universitários.

Essa rede de hospitais é composta de 45 unidades pertencentes a 29 Instituições Federais de Ensino localizadas em vinte estados e no Distrito Federal. Os Hospitais Universitários - HU são unidades de saúde, únicas em algumas regiões do País, capazes de prestar serviços altamente especializados, com qualidade e tecnologia de ponta, à população, garantindo, também, o suporte técnico necessário aos programas mantidos por diversos centros de referência estaduais ou regionais e à gestão de sistemas de saúde pública, de alta complexidade e de elevados riscos e custos operacionais.

São, ainda, importantes centros de formação de recursos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços de assistência à população possibilita o constante aprimoramento do atendimento, com a formulação de protocolos técnicos para as diversas patologias, o que garante melhores padrões de eficiência e eficácia, colocados à disposição para a Rede do Sistema Único de Saúde - SUS. Essa forma sistêmica de tratar a saúde, fez com que, ao longo do tempo, os hospitais assumissem um papel que alterou sua estrutura e padrões de funcionamento. Com efeito, na mesma medida em que se tornaram grandes centros hospitalares, a importância das atividades assistenciais passou a ser tão relevante quanto as funções de ensino e pesquisa.

Assim, uma das formas de respaldar este novo contexto, principalmente em função de uma demanda reprimida de atendimento à saúde da população, impondo um aumento de produtividade, foi a instituição, no segundo semestre de 1999, do Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Universitários Federais, entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, o qual é identificado dentro do orçamento deste Ministério e no Plano Plurianual, como Apoio ao Funcionamento dos Hospitais de Ensino. Nesta Ação, cada um dos ministérios tem destinado ao reforço do custeio dos Hospitais de Ensino, mantidos pelas instituições federais de ensino superior, recursos de seus respectivos orçamentos. No caso do MEC, este valor, em 2002, foi de aproximadamente R\$ 31 milhões, dos quais 99,2% foram liquidados.

Gerente:
Atílio Mazzoleni

Objetivando não haver distorções quanto às metas a serem seguidas no programa interministerial, princípios essenciais foram acordados

por meio de um termo de adesão, sem o qual a instituição fica impedida de participar. Cabe destacar alguns pontos desse termo como: atuar no atingimento das metas previstas no Programa de Saúde da Família e da Mulher, instituído pelo Ministério da Saúde, para o quinquênio 1998-2002; participar, sempre que convocada, nos programas emergenciais de atenção à saúde da população em regime de mutirão; criar novos leitos, somente após decisão conjunta com o MEC; priorizar implantação de custos hospitalares; participar em cursos de aperfeiçoamento de gestão; pactuar com o gestor público nas comissões bi e tripartite e conselhos de saúde, participando na elaboração das políticas local e regional de saúde e estabelecendo uma relação adequada entre demanda e oferta de serviço, sem prejuízo para o ensino; incentivar um programa de combate à infecção hospitalar, visando obter eficácia no controle e qualidade nos procedimentos; e não utilizar os recursos para acréscimo do atual quadro de pessoal.

O sucesso do programa, apesar de instalado há apenas três anos, já é claramente perceptível. A produtividade e a qualidade da gestão da grande maioria dos HU aumentou, e os usuários do SUS e estudantes da área da saúde, clientes diretos dessas instituições de ensino, pesquisa e assistência, têm sido diretamente beneficiados por este importante instrumento de política governamental.

Um exemplo promissor é a elevação progressiva da porcentagem de atendimentos ambulatoriais e hospitalares de complexidade terciária dos HUs, visando zerar o atendimento de complexidade primária e reduzir o de complexidade secundária, utilizando-os apenas para confirmação de diagnósticos. Neste sentido, pode ser demonstrada a frequência de alguns procedimentos/ano que são efetuados: cerca de 2 mil transplantes, 5 mil cirurgias cardíacas, 6 mil neurocirurgias, 15 mil em oncologia. Estes números representam praticamente 50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes, 50% de neurocirurgias e 65% das cirurgias de má-formação craniofaciais realizadas no País.

Outros números podem confirmar os benefícios/ano que os HU representam para todo o Sistema de Saúde, e conseqüentemente, o êxito da gestão do programa interministerial vinculado a toda a estrutura montada, principalmente ao que diz respeito ao Sistema de Informação dos Hospitais Universitários - SIHU, que é a fonte para a elaboração da matriz de distribuição de recursos dos hospitais. Conforme dados apurados, destacam-se: mutirões de catarata, próstata, varizes, hérnia e demais campanhas nacionais, que beneficiaram mais de 290 mil pessoas; Produção Científica Brasil correspondente a cerca de 350 teses, 750 dissertações, 850 livros publicados, 2.500 artigos em revistas, 8 mil trabalhos em congressos e 3 mil palestras; recuperação do parque tecnológico, com a aquisição de quase 10 mil equipamentos, 80 mil m² de reformas e 40 mil m² de construção e/ou ampliação; definição de indicadores, por meio do banco SIHU, baseado na relação ideal de exames laboratoriais e raio X por internações e consultas; cirurgias por salas e cirurgiões, consultas por salas ambulatoriais, internações por leito, kg de roupa lavada por internações e cirurgias, refeições por internações e residentes, e leitos por médico, enfermeiros, auxiliar e técnico de enfermagem.

Finalizando, faz-se necessário destacar que paralelamente a estes ganhos obtidos junto aos HUs, tendo-se sempre como base as informações contidas no banco SIHU, o Ministério da Educação concedeu um recurso adicional que irá incrementar em quatrocentas bolsas de residência médica, e após negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o acréscimo de 3.300 vagas de técnicos da área da saúde.

Espera-se que, em 2003, haja maior inserção dos hospitais universitários no sistema único de saúde. Com a autorização de concurso para 11 mil contratações de técnicos de atividade-fim, haverá um menor comprometimento da receita

em terceirização, capacitação dos servidores e melhoria das instalações físicas. A autorização dos plantões hospitalares pelo Ministério do Planejamento fará com que docentes e técnicos do quadro atendam 24 horas com qualidade na assistência e no ensino.

.....

Sobre os indicadores previstos no Programa, vale comentar: aumentar a relação entre leitos ativos/médicos residentes elevaria o atual quantitativo de leitos hospitalares de quase 11 mil para 18 mil e seria impossível mantê-los. Quanto à relação internos/docentes médicos, esta foi aumentada, pois as IFES aumentaram de dois semestres para três semestres o período de internato, melhorando assim o indicador. Mas certamente o mais apropriado seria ter o indicador de procedimentos de alta complexidade/paciente internado, internações/leito e atendimentos médicos/profissionais (docente e médico).

Concepção

Há necessidade de criar condições mais favoráveis ao aumento da quantidade/qualidade da assistência hospitalar e ambulatorial, e assim possibilitar um melhor atendimento a partir da formação de profissionais de ciências da saúde mais qualificados.

Os indicadores deveriam ser mais próximos aos do Sistema de Informações dos Hospitais Universitários Federais/Secretaria de Ensino Superior/MEC, por se tratarem de dados repassados, semestralmente, pelos dirigentes das instituições e validados por técnicos da área após reuniões, visitas técnicas e relatórios de atividades de ensino/assistência.

Existe um sério problema na apresentação dos resultados, isto se deve ao fato de que os quase R\$ 600 milhões da receita SUS (prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde) e as mais de 11 milhões de consultas, as 390 mil internações e as 480 mil cirurgias não são informados, isto porque o orçamento está alocado no Ministério da Saúde e não aparece no Programa **Hospitais de Ensino**, que tem como o grande volume de recursos a alocação, indevida, à folha de pagamento de pessoal do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

As ações de assistência, ensino e pesquisa deveriam ser mais discutidas com o Ministério da Saúde, tomando por base um trabalho de convencimento dos dirigentes, mostrando a importância das metas contidas no Programa Interministerial, que passam pela assistência, ensino e melhor gestão do recurso público.

A criação de um banco de dados dos hospitais, com informações refinadas e confiáveis, permitiu a implantação e acompanhamento de uma política de desenvolvimento para os HU, bem como um maior controle e sistematização do trabalho em nível nacional, sem, no entanto, perder a visão particular e atentar para as peculiaridades individuais de cada uma das unidades.

A presente avaliação poderia causar uma grande distorção, pois a maior parte dos recursos está alocada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, destinado ao pagamento da folha de pessoal. Há um relatório detalhado da utilização dos recursos conforme cronograma feito pela Coordenação-Geral dos Hospitais Universitários.

.....

A Secretaria de Educação Superior desenvolveu o Sistema de Informações dos Hospitais Universitários Federais - Sihuf, com indicadores de todos os hospitais vinculados às Universidades Federais. A produtividade e a qualidade da gestão da grande maioria dos hospitais universitários aumentou, e os usuários do SUS e estudantes da área da saúde, clientes diretos dessas instituições de ensino, pesquisa e assistência, têm sido diretamente beneficiados por este importante instrumento de política governamental.

Implementação

Com a consolidação do Sihuf, é possível identificar semestre a semestre, as transformações ocorridas nos hospitais universitários, seja através da solução de alguns problemas detectados até a viabilização de planejamento e conseqüente organização do trabalho a ser desenvolvido.

Principais Parceiros: Ministério da Saúde, cuja vantagem é a disponibilidade de R\$ 30 milhões para o custeio dos HU e as secretarias de saúde, cuja vantagem é o contrato de metas vinculado ao fator de incentivo ao desenvolvimento, ensino e pesquisa.

Existe um programa do Ministério da Saúde, que premia os hospitais com os maiores índices de satisfação dos usuários, de acordo com pesquisa respondida pela comunidade assistida.

O desempenho do Programa sofre alguns entraves, na medida em que sua execução é totalmente descentralizada, sem subordinação hierárquica direta dos hospitais universitários ao MEC. Sendo assim, a coleta de informações, muitas vezes se dá em um tempo diferente daquele esperado pelo Programa.

Toda Criança na Escola

Resultados

Ao longo do período 2000-2002 cerca de 92% dos investimentos realizados correspondem a cinco principais ações, quais sejam: Alimentação Escolar, Complementação do Fundef, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola e Bolsa Escola. Estes investimentos têm contribuído para a estruturação da escola de forma a dar condições de acesso, de permanência e de conclusão do Ensino Fundamental aos alunos.

O destaque maior foi o Bolsa Escola, cujos recursos são direcionados às famílias necessitadas, de acordo com a seleção prévia feita pelo município, minimizando a interferência política no processo de atendimento. Em seu primeiro ano, no exercício de 2001, a prioridade do Bolsa Escola foi promover a adesão de todos os municípios brasileiros. Buscando atingir esta meta, a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola se mobilizou, dando ampla divulgação ao programa, além de fornecer orientações quanto à sua implantação nos municípios.

Já em 2002, mais amadurecido e em busca da sua consolidação, o enfoque do Bolsa Escola se voltou para a avaliação, monitoramento e o controle que vêm sendo gradualmente implementados e incrementados. Um dos grandes desafios de um programa social deste porte, com execução fortemente descentralizada, está em minimizar as fragilidades na interação entre o gestor federal e os municípios. Essa foi a tônica que orientou o Bolsa Escola este ano.

A partir da criação do Programa, foi iniciada uma série de ações que permitiram sua efetiva implementação em 99,7% dos municípios brasileiros, graças a uma grande mobilização para a adesão dos municípios e divulgação na sociedade. Além do uso de veículos de comunicação, da página do Bolsa Escola no portal do Ministério da Educação e da distribuição de material às prefeituras, foi criada a Caravana do Bolsa Escola, que percorreu o País divulgando o Programa nas reuniões de associações de prefeitos, da União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime e do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem, entre outras.

Todo esse esforço, mais o comprometimento de prefeitos, secretários de educação, professores e da equipe que coordena o Bolsa Escola Federal, garantiram a sua implementação num curto período. O ano de 2001 encerrou com a adesão total de 5.470 municípios, alcançando 98% dos 5.561 municípios brasileiros. Isso representou mais de 8,2 milhões de crianças pertencentes a 4,8 milhões de famílias carentes. Ao longo daquele exercício foram transferidos R\$ 409,9 milhões em benefícios.

Em 2002, a ação foi ampliada, faltando apenas a adesão de quinze municípios, do universo de 5.561, e o atendimento estendeu-se a cerca de 5,1 milhões de famílias, beneficiando aproximadamente 8,7 milhões de alunos.

Fruto de parceria com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, no final de 2002 foi publicado um livro contendo experiências no desenvolvimento de ações socioeducativas. O livro, a ser distribuído às prefeituras e instituições de Ensino Fundamental, possui 31 experiências exemplares de ações socioeducativas, selecionadas com base nos seguintes critérios: abrangência da ação; efetividade da permanência dos alunos na escola; criatividade das atividades propostas; adequação à realidade e à cultura locais; condições da escola e comunicação da mesma com a comunidade e os alunos e pertinência da temática escolhida para a ação (ética, saúde, meio ambiente, cultura, orientação

Gerente:

Wilma Luíza Santana

sexual etc). O principal objetivo dessa publicação é servir de referência para o desenvolvimento das atividades extraclasse em períodos complementares aos das aulas - contrapartida exigida aos municípios para a adesão ao Bolsa Escola Federal.

Convém registrar que a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola vem desenvolvendo esforços quanto ao provimento de pessoal qualificado para compor a equipe de trabalho do Programa, destacando-se, em 2002, a realização de cursos de capacitação de pessoal, bem como a incorporação de novos servidores provenientes da carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Com a finalidade de reunir um conjunto diverso de orientações para os gestores municipais e outros parceiros do programa, foi desenvolvido o Manual Bolsa Escola, disponibilizado em versão eletrônica, visando, além da capacitação, estabelecer um canal de comunicação entre os agentes envolvidos. Merece destaque, também, a crescente utilização do Fala, Brasil, um canal de comunicação direta da sociedade com o MEC, por meio da linha 0800 61 6161 e da internet.

A ação Alimentação Escolar, conforme determina a Constituição, tem caráter suplementar e, desde 1999, teve a sua descentralização universalizada, mediante repasse automático de recursos às entidades executoras (Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação), visando garantir merenda escolar de boa qualidade, respeitando hábitos alimentares, estimulando a aquisição de produtos da região - produtos básicos em sua maioria (arroz, feijão, verduras, carnes, frutas etc.). Com aporte de R\$ 900 milhões para 2002, dos quais foram liquidados R\$ 848,7 milhões, a merenda escolar foi servida durante duzentos dias do ano letivo, a mais de 36 milhões de alunos matriculados no Ensino Fundamental e Pré-escolar da rede pública e de escolas filantrópicas, tornando-se insubstituível nas camadas mais pobres da população.

Cabe registrar, entretanto, que a ação Alimentação Escolar, cujo per capita é de R\$ 0,13 por aluno/dia, tem sido alvo de inúmeros pleitos de reajuste do valor, os quais são oriundos das entidades executoras (prefeituras, secretarias de educação) e de outros representantes dos interesses da população, tais como, deputados, senadores e membros dos conselhos de alimentação escolar nos municípios. Os recursos têm sido insuficientes para se alcançar o valor nutricional desejado na merenda escolar, que é um benefício estratégico para manutenção da criança na escola. Embora a ação do Governo Federal tenha caráter suplementar, constata-se que, por razões diversas, mas sobretudo devido à escassez de recursos, a grande maioria dos municípios não faz a complementação com recursos próprios.

Ademais, deve-se lembrar que este valor per capita foi estabelecido há mais de oito anos e que no decorrer desse período vem sendo implantada uma série de mudanças e aprimoramentos, que possibilitaram melhoria da qualidade da ação e otimização da aplicação dos recursos. Todavia, existem aumentos de preços, em todas as regiões do País, que não podem ser ignorados.

Neste caso, não se trata apenas de ampliar uma ação governamental carreando mais recursos financeiros, mas de manter o benefício conquistado por essa população de cerca de 37 milhões de estudantes e de manter a efetividade do gasto público.

Não obstante, a universalização do Ensino Fundamental, objetivo do Programa, vem sendo alcançada. Isso significa disponibilizar escolas a todas as crianças que se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos, idade própria para esse nível de ensino.

Os bons resultados obtidos nas ações dos programas da área de educação, em geral, têm sido decorrentes de fatores variados: o aprimoramento do censo escolar, pois o número de alunos passou a ser a base para definição e cálculo do volume de recursos a serem repassados; o critério de destinação de verbas passa a ser técnico, na maioria das ações; o processo de descentralização de recursos; instituição de conselhos para o exercício do controle social; e a continuidade das ações e constante busca de aperfeiçoamentos.

..... Conceção

Vale destacar algumas ações e suas características: Alimentação Escolar - atendimento universal, repasses mensais a todos os municípios brasileiros; Bolsa Escola - atendimento universal, repasses mensais a 5,1 milhões de famílias; Dinheiro na Escola - repasses anuais aos 5.561 municípios e repasses diretos a cerca de 75 mil escolas que possuem unidades executoras próprias.

A ação Alimentação Escolar, também universal, possui repasse automático de recursos às entidades executoras, visando garantir merenda escolar de boa qualidade. A criação dos conselhos de Alimentação Escolar, em cada município, possibilitou a participação da sociedade civil na ação governamental, contribuindo para melhor gestão dos recursos públicos.

A Distribuição do Livro Didático, por sua vez, vem sendo aprimorada - processo democrático de escolha; disponibilização de dados pela internet; distribuição tempestiva dos livros diretamente às escolas; entrega de livros até dezembro do ano anterior. Adicionalmente, incorporou-se a distribuição de dicionários da língua portuguesa, iniciada em 2001, e a produção de livros didáticos em Braille.

O Dinheiro Direto na Escola, descentralizado diretamente para as escolas que possuem unidades executoras, tem contribuído para manutenção do prédio escolar e aquisição de pequenos equipamentos necessários ao desenvolvimento do ensino.

A Complementação do Fundef, que visa assegurar o investimento mínimo por aluno/ano, tem sido feita para os estados da Bahia, Maranhão, Pará e Piauí, regularmente, desde o ano 2000.

..... Implementação

No **Programa Toda Criança na Escola** a expectativa a realização das metas físicas e financeiras ficou em torno de 81%, a exemplo do que vem ocorrendo nos anos anteriores. Vale lembrar que nesse período as restrições financeiras e/ou orçamentárias puderam ser superadas de forma a não prejudicar o bom andamento das ações.

As ações estão em constante aprimoramento e, embora existam limitações técnicas relevantes, tais como, escassez de pessoal, datas-limite impostas pela lei eleitoral, em 2002, e outras, grande esforço tem sido empenhado na busca de alcance dos objetivos.

No que se refere ao orçamento para 2003, os valores previstos, conforme consta da proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, correspondem ao estimado no PPA, ou seja, se por um lado mantém-se a execução das ações nos mesmos patamares vigentes, por outro não há incrementos expressivos em relação ao período 2000-2002.

Em Educação, o ciclo completo de apuração dos índices dos indicadores anuais envolve, em alguns casos, um período superior a dois anos. As informações do ano observado são coletadas pelo censo escolar no ano seguinte e, só a partir daí, torna-se possível o cálculo das variações e dos impactos.

É oportuno lembrar que o PPA 2000-2003 utilizou as taxas que se encontravam disponíveis à época de sua elaboração, ou seja, aquelas relativas ao ano de 1997. Os índices de 1998 e 1999 estavam disponíveis para as avaliações em 2000 e 2001, respectivamente. Por consequência, os índices de 2000 são os utilizados na medição de resultados do ano 2002.

Pode-se afirmar, no entanto, que essas variações ainda não refletem possíveis mudanças ocorridas na sociedade decorrentes das ações do Programa. Contudo, deve-se levar em conta que as ações do Programa correspondem aos objetivos traçados e que, portanto, os resultados podem indicar tendências podendo, assim, embasar o processo decisório.

Apesar dos indicadores não apresentarem os resultados esperados e não constituírem instrumento preciso de avaliação, devido, sobretudo, ao deslocamento temporal, o desempenho individual das ações e, por consequência, do Programa como um todo tem sido bastante satisfatório.

As ações do Programa são voltadas à estruturação do ambiente escolar para criar condições para que o processo ensino-aprendizagem se desenvolva com a maior qualidade possível. O conjunto compreende ações de manutenção do prédio escolar; fornecimento de alimentação escolar; distribuição de livros didáticos e para-didáticos; aquisição de transporte escolar; transferência de renda a famílias que mantêm os filhos na escola; capacitação de membros da sociedade para exercer o controle social; e outras voltadas ao apoio a projetos específicos dentro do Ensino Fundamental.

Em geral, as ações de maior volume financeiro são executadas de forma descentralizada, ou seja, o Governo Federal repassa os recursos para estados (Fundef), municípios (Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola), escolas (Dinheiro Direto na Escola) e até diretamente às famílias (Bolsa Escola).

Em um país com a dimensão geográfica do Brasil, a descentralização dos recursos tem-se mostrado fundamental, frente à incapacidade dos agentes federais atuarem de forma eficaz e eficiente, devido não somente à falta de capilaridade, mas aos altos custos que a ação centralizada acarreta. Vale ressaltar, entretanto, que a ação Livro Didático, por suas peculiaridades, tem sido a exceção, visto que está comprovado que a aquisição de livros em grande escala, de forma centralizada, permite uma economia expressiva (em geral o livro que é comprado pelo FNDE custa cerca de 1/5 do valor cobrado nas livrarias).

Além disso, é desnecessário afirmar que a célula governamental mais próxima do cidadão é o município e, por isso, conhece melhor as demandas do público, ao mesmo tempo em que é a mais cobrada. Sabe-se, ainda, da experiência de outros países que a descentralização traz melhores resultados, na maioria dos casos.

Ademais, o Governo Federal não tem estrutura de fiscalização capaz de inspecionar e garantir a boa aplicação dos recursos nos 5.561 municípios, cerca de 170 mil escolas, e assim por diante (apenas para citar os números astronômicos).

Ainda assim há necessidade de aprimorar o processo de descentralização, capacitar as citadas entidades executoras locais e fortalecer os organismos de controle social que já foram instituídos (conselhos de Alimentação Escolar, conselhos do Fundef e outros), propiciando, inclusive, a sua instrumentalização. Além disso, as ações carecem de instrumentos mais efetivos de acompanhamento do desempenho.

A execução financeira, do período 2000-2002, e o planejado na proposta orçamentária para 2003, correspondem ao padrão originalmente previsto no PPA. As reprogramações existentes foram necessárias em função de fatores técnicos, operacionais e legais surgidos no decorrer da implementação de cada ação.

Pode-se citar como exemplo a previsão de repasses da Complementação do Fundef que não foi cumprida, visto que, no decorrer da execução, apenas quatro estados, dos seis que constavam do PPA, se enquadraram no critério estabelecido para distribuição de tais recursos.

Outro caso é o da Bolsa Escola que teve sua implantação em meados de 2001, e não no início do ano, devido à não-aprovação tempestiva do Fundo da Pobreza (origem dos recursos orçamentários) e outros fatores operacionais, gerando repasses menores do que o estimado para o ano.

A questão que se apresenta no momento refere-se a planejar a ampliação do atendimento à clientela, que se não é possível para 2003, será imprescindível para o próximo PPA/orçamento 2004 - 2007.

As informações do desempenho físico das ações são oriundas das diversas unidades responsáveis pelos repasses de recursos, do FNDE e da Secretaria do Programa Nacional Bolsa Escola. Ao contrário do que se deseja, não se originam dos executores locais, haja vista não existir sistema que permita a medição de resultados *in loco*.

Destarte, as dificuldades de implantação de um mecanismo de monitoramento da meta física são intrínsecas à estrutura administrativa do próprio Governo Federal, ao gigantismo das ações que compõem o Programa e à configuração geográfica do país.

Ao longo dos três anos, foram necessários diversos aperfeiçoamentos, de forma que os atributos do Programa encontram-se, em geral, adequados. Cabe registrar que no primeiro ano chamava-se Programa Aceleração da Aprendizagem e não havia coerência entre o objetivo, as ações e os indicadores adotados. Além do que, o nome induzia a um entendimento equivocado acerca do papel do Programa. Conseqüentemente, foi necessário recompor a cesta de ações, rever indicadores e estabelecer novos produtos, de forma que o resultado de tudo isso é o Programa **Toda Criança na Escola**.

A demanda social vem sendo atendida, haja vista que as ações em geral estão bem focadas. Todavia, deve-se manter em vista que aprimoramentos são necessários, bem como a participação da sociedade, como agente fiscalizador, que deve ser intensificada.

É necessário, ainda, destinação de maior volume de recursos orçamentários para manutenção dos benefícios à população.

Um instrumento importante para o reconhecimento da situação, que pode ser utilizado no aprimoramento das ações/programas, é a pesquisa de satisfação do usuário. Em primeiro lugar, as pesquisas de satisfação envolvem gastos e são poucos os recursos disponíveis para tal. Em segundo, há necessidade de mobilização da equipe envolvida no Programa/ação, visto que são indispensáveis: planejamento adequado; delimitação geográfica e populacional; definição de plano amostral e parâmetros; estabelecimento de indicadores; crítica dos dados. Não basta contratar uma empresa para realização da pesquisa. Nesse caso, esbarra-se na escassez de recursos humanos.

Entre todas as ações do Programa **Toda Criança na Escola**, apenas a Alimentação Escolar foi objeto de pesquisa de satisfação. No final de 2001, foi realizada com recursos do Banco Mundial a Avaliação do Impacto Distributivo e Elaboração de Sistemática de Monitoramento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Essa pesquisa foi contratada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o FNDE, e realizada pelas empresas BoozAllen & Hamilton e Instituto Vox Populi, com os seguintes objetivos: avaliar e aperfeiçoar a execução da ação; propor meios de fortalecer a atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar-CAE; conhecer e divulgar as formas e práticas gerenciais que têm melhor contribuído para o funcionamento do PNAE, tanto na produção da alimentação quanto no atingimento dos benefícios esperados.

O trabalho considerou dois segmentos distintos - escolas e pais de alunos, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar. Os municípios foram classificados, segundo o porte, em capital e interior, selecionados por sorteio aleatório, sendo pesquisados 324 municípios. A seleção das escolas seguiu o mesmo critério, observando-se a proporcionalidade de acordo com as características - municipal e estadual; localização nas zonas urbana e rural - totalizando 3.809 escolas. Em cada escola foram entrevistados, face a face, três públicos distintos: o diretor, a merendeira e um aluno. O tamanho da amostra foi calculado com intervalo de confiança de 95% e margem de erro entre 6% e 10%, para cada um dos 27 estados brasileiros.

Entre os principais eixos de investigação, destacam-se: a caracterização da amostra; a avaliação da merenda oferecida aos alunos; modelos de gestão operacional; avaliação da gestão e controle de atividades básicas para o sucesso do Programa; e o conhecimento de aspectos gerais do PNAE.

Os resultados da pesquisa, que envolvem grande número de informações, estão disponíveis no site do FNDE. Merecem destaque nas respostas dos alunos: cerca de 76% de alunos consomem a merenda escolar, cinco dias na semana; 65% consideram que a merenda é igual à comida de casa; sobre a efetividade da ação, 88% dos entrevistados associam a merenda escolar a ter mais saúde.

Quanto aos diretores de escolas, aproximadamente 80% consideram que é grande a contribuição da ação Alimentação Escolar para: aumento da frequência escolar; aumento da aprendizagem; e, formação de bons hábitos alimentares.

O Conselho de Alimentação de Alimentação - CAE, consultado sobre sua própria atuação, em 85% das respostas, compreende que sua importância é grande ou muito grande para o sucesso da ação.

Para finalizar, 71% dos entrevistados declararam que Programa de Merenda Escolar, como é conhecida a ação, é bem realizado.

Administração Tributária e Aduaneira
Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Crediamigo
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional
Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur II
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização,
Previdência Privada Aberta e Resseguro
Educação Fiscal
Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União
Gestão da Política de Regulação de Mercados
Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito
Integração da Cadeia do Agronegócio
Produção de Moeda e Documentos de Segurança
Recuperação de Créditos da União
Resseguro
Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada
Serviços de Informática para o Setor Público

Ministério da Fazenda

Administração Tributária e Aduaneira

Resultados

A administração tributária e aduaneira constitui-se num conjunto de ações e atividades, integradas e complementares entre si, que visam garantir o cumprimento pela sociedade da legislação tributária e aduaneira e que se materializam numa presença fiscal ampla e atuante, quer seja no âmbito da facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, quer seja na construção e manutenção de uma forte percepção de risco sobre os contribuintes faltosos.

Assim, todas as ações que compõem o Programa representam um fluxo único de trabalho, voltado para obtenção de dois resultados ou produtos finais básicos: a arrecadação aos cofres da União de tributos e contribuições administrados e o controle fiscal e aduaneiro do comércio exterior.

Neste sentido, não cabe distinguir uma ou outra ação do Programa como de maior relevância para a consecução dos seus objetivos ou para explicar o desempenho favorável de seus indicadores - os quais derivam de todo o conjunto de ações e atividades desenvolvidas pela Receita Federal.

A análise do Programa de **Administração Tributária e Aduaneira** pela ótica dos resultados alcançados, mostra, em primeiro lugar, o incremento real da Arrecadação Administrada pela Secretaria de Receita Federal - SRF verificado ao longo de 2000 a 2002, fundamental para o alcance dos macro-objetivos 01, 02, 04 e 13, contribuindo sobremaneira para a estabilidade fiscal do País. Os índices de crescimento real, com relação aos anos imediatamente anteriores foram: 2000 - 2,62%; 2001 - 2,45%; 2002 - 8,75%.

Esses resultados positivos foram alcançados apesar dos cortes e contingenciamentos do Orçamento e de atrasos na liberação de recursos, ocorridos especialmente nos segundos semestres dos anos de 2001 e 2002, quando a SRF procurou priorizar as ações finalísticas e despesas incompressíveis.

De janeiro a dezembro de 2002, a arrecadação das Receitas Administradas pela SRF atingiu a cifra de R\$ 232,71 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 23,26% e real de 8,75%, em relação ao ano de 2001.

Na área aduaneira, a Receita Federal foi responsável em 2002 pelo desembaraço de cerca de 1,14 milhões de Declarações de Importação - DI e aproximadamente 909,1 mil Declarações de Despacho de Exportação - DDE. A essas declarações corresponderam cerca de 94,0 milhões de toneladas de produtos importados, no valor total FOB de US\$47.241 milhões, e 295,1 milhões de toneladas de produtos exportados, no valor total FOB de US\$ 60.361 milhões.

Ainda como resultados diretos da atuação da Secretaria da Receita Federal no período pode-se mencionar:

- incremento do número de declarantes Pessoas Físicas de 11.101.558 em 2000 para 15.481.070 em 2002;
- aumento do número de contribuintes atendidos pela SRF, com diversificação dos mecanismos de atendimento, por meio da consolidação do atendimento telefônico automatizado (Receita Fone), aumento do número de acessos ao *site* na internet.

Gerente:

Exedito José de Vasconcelos Gonçalves

- contribuintes atendidos nos Centros de Atendimento ao Contribuinte (atendimento pessoal):

Ano de 2000 - 7.630.000

Ano de 2001 - 9.090.000

Ano de 2002 - 10.070.138

- contribuinte atendidos no atendimento telefônico

Ano de 2000 - 14.524.008

Ano de 2001 - 21.847.544

Ano de 2002 - 14.397.493

- número de acessos à página da SRF na Internet

Ano de 2000 - 50.398.482

Ano de 2001 - 89.948.248

Ano de 2002 - 118.721.184

Obtenção de premiações pela página institucional na Internet ao longo do período de 2000-2002

Pela ótica do Governo, os impactos positivos da atuação da SRF são traduzidos pelos superávits de arrecadação que vêm sendo obtidos, destacando-se, ao longo do ano de 2002, a ocorrência de arrecadações extras, especialmente decorrentes de medidas legais editadas com o objetivo de estimular o pagamento e facilitar a cobrança dos débitos em atraso. O reflexo direto de tais ocorrências é a geração de um adicional de R\$ 25,5 bilhões na arrecadação de 2002 (sem contrapartida no ano de 2001), o qual explica, em grande parte, o crescimento real de 8,75% observado na arrecadação das receitas administradas pela SRF de janeiro a dezembro, em relação a igual período de 2001. O excedente de arrecadação verificado em 2002 foi fundamental para o equilíbrio geral das contas públicas e representou uma parcela importante do superávit primário realizado pela União.

Pela ótica dos contribuintes, os impactos positivos decorrentes da ação da SRF são traduzidos na disponibilização de diversos mecanismos e ferramentas de facilitação do cumprimento das obrigações tributárias, os quais, de um modo geral, vêm tendo grande aceitação.

Pela ótica da sociedade em geral, o desempenho da Receita Federal tem impacto apenas indireto e se reflete na sua contribuição para a estabilidade econômica do país, a partir da garantia de um fluxo de arrecadação compatível com a programação de gastos do Governo Federal - contribuição que se estende também aos estados e municípios, considerando-se as transferências constitucionais de receitas. Além disso, o desempenho da SRF, sobretudo na área do controle aduaneiro, se reflete sobre a sociedade sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional e da saúde e segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à população.

Com relação aos resultados esperados para 2003, a Secretaria da Receita Federal aprovou 14 objetivos estratégicos, a serem perseguidos no período de 2003-2004, conforme Portaria SRF nº 1.150/02, a saber:

- Subsidiar a formulação da política tributária e de comércio exterior;
- Promover a integração da SRF com órgãos de Estado e organismos, nacionais e internacionais;
- Intensificar a atuação da SRF no combate ao crime organizado;
- Fortalecer a imagem institucional da SRF e promover a conscientização tributária do cidadão;
- Promover o atendimento de excelência ao contribuinte;
- Otimizar o controle e a cobrança do crédito tributário;
- Aprimorar a qualidade e a produtividade do trabalho fiscal;
- Aumentar a eficácia da vigilância e da repressão aos ilícitos aduaneiros;
- Simplificar, padronizar e agilizar o controle aduaneiro;
- Aumentar a eficiência e a eficácia no preparo, análise e julgamento dos processos administrativo-fiscais;
- Promover o aperfeiçoamento, a simplificação e a consolidação da legislação tributária federal e uniformizar a interpretação;
- Aperfeiçoar a política de Recursos Humanos da SRF;
- Aumentar a eficácia e a eficiência na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de mercadorias apreendidas; e
- Aprimorar a política de gestão da informação e de infra-estrutura de tecnologia.

Esses objetivos serão atingidos por meio de programas nacionais e ações a serem desencadeadas pelas diversas unidades organizacionais da SRF.

Destaca-se entre os resultados esperados:

- resultado global de arrecadação para 2003 da ordem de R\$ 253.262 milhões;
- redução do passivo tributário da União (estimado em R\$ 334.995 milhões em dezembro de 2002), por meio do aprimoramento do controle do crédito tributário sub judice (montante total envolvido de R\$ 104.338 milhões) e agilização da análise dos pedidos de compensação (montante total envolvido de R\$ 39 bilhões), priorizando ainda o acompanhamento do cumprimento das obrigações tributárias dos maiores contribuintes;
- melhoria da qualidade do atendimento ao contribuinte, com redução dos tempos de espera nas filas dos Centros de Atendimento e aumento da satisfação do público-alvo com os serviços prestados pela SRF; e
- agilizar as atividades de despacho aduaneiro, buscando reduzir o prazo médio de permanência da mercadoria na zona primária, intensificando a interiorização do despacho aduaneiro e aperfeiçoando os mecanismos de verificação e controle, com vistas a reduzir os custos na importação e na exportação, tanto para a Administração quanto para o contribuinte.

Concepção

O problema ou a demanda da sociedade que deu origem ao programa, constitui a própria razão da existência da Secretaria da Receita Federal como administração tributária, qual seja: possibilitar a arrecadação de recursos para financiamento das ações do Estado, por meio da aplicação da legislação tributária vigente, de forma que a carga tributária (volume arrecadado / PIB) expresse o volume de recursos necessários para o bem-estar da sociedade brasileira.

Ao longo da última década a sociedade brasileira tem sido cada vez mais exigente com a qualidade dos serviços públicos, e neste contexto a Secretaria da Receita Federal tem como um dos elementos da missão institucional a prestação de serviços de excelência para a sociedade. As grandes transformações ocorridas na estrutura organizacional e na atuação da instituição têm tomado como foco o contribuinte/cidadão, que resultaram no incremento de serviços à distância e na utilização maciça da internet como forma de garantir a comodidade e transparência no cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes.

Foram identificadas sete causas do problema acima, a seguir:

Causa	Ação
Combate à sonegação fiscal.	Ações de Caráter Sigiloso.
Aumento da presença fiscal e garantia da percepção de risco pelo descumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes.	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira.
Eficiência e eficácia no controle, cobrança e recuperação do crédito tributário apurado por iniciativa do fisco ou do contribuinte.	Lançamento, Cobrança de Tributos e Atendimento ao Contribuinte; e Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais.
Garantia dos fluxos financeiro e contábil da arrecadação de receitas federais, realizada por meio da rede arrecadadora credenciada, mediante remuneração pela SRF.	Remuneração por Serviço de Arrecadação.
Necessidade de sistematização, congruência, transparência e clareza nas normas tributárias e aduaneiras.	Normatização e Gestão Tributária e Aduaneira. Reaparelhamento, Atualização e Aperfeiçoamento Tecnológico da SRF; Sistemas Informatizados da SRF; e
Incentivo à inovação e avanço da tecnologia em prol da excelência na prestação dos serviços à sociedade.	Sistemas Informatizados do Conselho de Contribuintes.
Garantia do fluxo de comércio exterior por meio de simplificação e agilização dos procedimentos de controle aduaneiro.	Sistema Integrado do Comércio Exterior - Siscomex.

Implementação

Recursos Financeiros - relativamente à execução orçamentária e financeira do Programa de Administração Tributária e Aduaneira, a SRF considera importante apresentar as seguintes considerações:

Os recursos alocados no orçamento da SRF são oriundos de receitas vinculadas ao Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, que giram em torno de R\$ 3,75 bilhões ao ano; desse montante, a SRF tem utilizado em média R\$ 800 milhões anuais.

Para o ano de 2003, a Lei Orçamentária contempla créditos na ordem de R\$ 706.448.682,00, para os grupos de outras despesas correntes e de capital. Esse valor representa, de pronto, uma redução de 29,00 % em relação ao orçamento do exercício de 2002, que foi da ordem de R\$ 908.222.746,00.

Vale ressaltar que os avanços conseguidos pela SRF em termos de modernização de sistemas permitiram uma significativa redução de custos (ex: Programa do Imposto de Renda), bem como a elevação da arrecadação através de sistemas mais eficientes de cruzamento de informações.

Recursos Materiais - pela natureza das atividades que desenvolve, a Secretaria da Receita Federal precisa dispor de agilidade e alta capacidade de ação, de forma a dar respostas tempestivas e eficazes às demandas do dia-a-dia. Isto exige uma atualização permanente de seu parque tecnológico, um aprimoramento contínuo de seus sistemas de informação e das ferramentas de comunicação interna e externa, uma maior capacidade de locomoção de servidores em atividades de fiscalização ou de vigilância e repressão, entre outros requisitos.

Assim, a Receita Federal tem uma demanda permanente por novos e mais eficientes recursos materiais. Nesse sentido, qualquer corte ou contingenciamento nos recursos orçamentários/financeiros da SRF se reflete imediatamente em perda de capacidade resolutive do órgão, uma vez que o primeiro item de despesa atingido pela escassez de recursos é justamente o relativo à ampliação e reposição dos recursos materiais.

Infra-estrutura - a Receita Federal conta hoje com 567 Unidades espalhadas por todo o território nacional, que representam uma rede de aproximadamente mil imóveis, entre próprios e alugados. A administração de todo esse patrimônio implica a alocação permanente de expressivos recursos financeiros por parte da SRF, bem como de razoável contingente de recursos humanos.

A despeito de contar com toda essa rede já instalada, a Receita Federal, pelas dimensões do órgão, pela abrangência de sua atuação e pelo crescimento constante da demanda dos contribuintes por atendimento e serviços, tem uma necessidade permanente de ampliação de sua infra-estrutura física, não só pela aquisição ou construção de novos imóveis e instalações, como também pela manutenção e modernização dos já disponíveis.

Some-se a isso a necessidade de ampliar a presença física da SRF nas áreas de fronteira, com novas instalações nos principais pontos e rotas de entrada e saída do País de mercadorias, pessoas e bagagens.

Além disso, o aprimoramento dos meios e instrumentos de investigação, preparo e execução das atividades de vigilância e repressão tem resultado num aumento expressivo das apreensões de mercadorias em situação irregular (objeto de contrabando ou descaminho), demandando uma ampliação dos depósitos para armazenamento de mercadorias apreendidas.

Recursos Humanos - no que tange ao quantitativo dos recursos humanos, pode-se afirmar que a situação atual da Receita Federal é francamente deficitária. De acordo com a Portaria MF nº 2.581, de 29 de agosto de 1996, a lotação aprovada para a SRF, na carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, é de 15.006 Auditores e 16.999 Técnicos. O quadro atual (em dezembro de 2002) situa-se bem abaixo dessa lotação ideal - perfazendo um total de 7.692 Auditores e 6.673 Técnicos, ou 51,26% e 39,26%, respectivamente, da lotação potencial aprovada. Vale dizer que a Secretaria da Receita Federal tem um quadro funcional muito aquém das suas necessidades, comprometendo a realização de sua missão institucional. A carência de recursos humanos pode ser observada tanto nas Unidades Centrais como nas Descentralizadas, resultando ainda numa insuficiência do quadro de julgadores das 18 Delegacias de Julgamento.

Gerência do Programa - em 2002, a Receita Federal deu um grande passo no sentido da modernização gerencial e da institucionalização das atividades de planejamento e avaliação institucional, com a discussão e elaboração do Programa de Trabalho SRF 2003/2004, o qual consolida as ações e atividades programadas por todas as mais de 560 Unidades da SRF - num total inicial aproximado de 5.340 ações.

Todo esse conjunto de ações se integra e se articula a partir de um referencial único comum representado por quatorze objetivos gerais e vinte e cinco programas nacionais. Por outro lado, as alterações promovidas na estrutura da Receita Federal pela Portaria MF 259/01 também procuraram adequar a Instituição a essa nova filosofia gerencial - calcada na busca de resultados e na gestão de programas.

Como parte do processo de adequação ao modelo de gestão por programas, a SRF procurará em 2003 promover a integração do Programa de Trabalho SRF com as rotinas, metodologias e sistemas relacionados à elaboração do PPA, à programação e execução orçamentária e financeira, à programação e execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Procad, e à avaliação de gestão e desempenho institucional.

Paralelamente, está prevista para 2003 a implementação de um amplo Programa de Capacitação Gerencial, com vistas a sedimentar a visão e os conceitos de administração voltada para resultados e a firmar o planejamento como efetivo instrumento de gestão.

Parcerias - quanto às parcerias da SRF com outros órgãos no âmbito do PPA, das ações que compõem o Programa de Administração Tributária e Aduaneira, apenas a Ação Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais envolve parceria - no caso com os Conselhos de Contribuintes (do próprio Ministério da Fazenda). Os processos administrativos de impugnação de créditos lançados pela SRF são apreciados em primeira instância pelas Delegacias da Receita Federal de Julgamento - DRJ (Unidades da estrutura organizacional da SRF) e em segunda instância pelos Conselhos de Contribuintes.

A SRF tem parceria na execução do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, gerenciado pelo Ministério da Fazenda e Ministério da Educação. Esta parceria veio reforçar as ações da SRF em prol da promoção do exercício da cidadania, iniciadas desse a década de 70 com o Programa Institucional Contribuinte do Futuro. Atualmente, no âmbito do PNEF, a SRF participa do Grupo de Trabalho Educação - GEF, gerenciado pela ESAF (Escola de Administração Fazendária), com representantes regionais e locais, responsáveis pela realização de ações coordenadas de educação fiscal nos Estados e Municípios, em parceria com Secretarias de Fazenda e Educação.

A SRF também participa do Programa Nacional de Desburocratização, e mais diretamente da política de Governo Eletrônico lançada pelo Governo Federal, como instrumento de desburocratização para a cidadania. Na área tributária, a desburocratização do Governo Federal prevê:

- ampliação da utilização da internet para informações de situação fiscal: certidões negativas, débitos fiscais e dívida ativa;
- implantação de pagamentos e obrigações fiscais via internet e débito em conta-corrente bancária, a exemplo dos sistemas desenvolvidos pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- ampliação da rede de informação sobre inscrição no cadastro Pessoa Física;
- ampliação da rede de centrais de atendimento, inclusive a implantação de terminais de auto-atendimento; e
- implantação da Ouvidoria Geral do Ministério da Fazenda - MF.

A SRF vem atuando em todas as linhas descritas acima, o que demonstra a sintonia desta parceria com as estratégias da Secretaria.

Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins

O Programa tem por objetivo desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada.

Resultados

A ESAF tem conseguido superar suas metas nos três primeiros anos do PPA 2000/2003, inclusive já estando, em 2002, com o índice de seus indicadores acima dos resultados esperados para 2003. Em relação ao número absoluto de capacitações, houve uma pequena redução quando comparado com o de 2001, mesmo superando a meta, devido inicialmente à subtração do valor do orçamento para o ano de 2002 e as restrições nos limites de empenho e pagamentos, contenção na liberação nos meses de julho e agosto, o que levou a Escola a adiar as negociações de nossos contratos e convênios e, conseqüentemente, reduzir seu ritmo de capacitações.

Essa firmeza na evolução dos índices dos indicadores e superação das metas, ano a ano, decorre, principalmente, da adoção de um bom planejamento estratégico por seis anos consecutivos e um persistente programa de qualidade iniciado em 1998. Em 2002 a ênfase do planejamento estratégico foi trabalhar com "foco no cliente", com maior relacionamento com as instituições que demandam os serviços da Escola.

No que se refere à cesta de indicadores, não houve necessidade de ponderação, uma vez que os três indicadores tiveram seus índices superando as metas em mais de 100%.

Os principais resultados alcançados pelo Programa foram:

- a elevação do número de concursos públicos em 2002;
- ampliação da atuação junto aos municípios por meio de ações de capacitação desenvolvidas junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM;
- cooperação técnica - O período foi de consolidação e fortalecimento dos projetos;
- Canadá - fase de implementação dos programas de capacitação e sensibilização;
- Banco Mundial - realização dos programas Gestão Urbana e Municipal - GUM, Relações Fiscais Intergovernamentais - RFI e Governo Aberto e Participativo - GAP;
- Consultoria - países do continente africano de língua portuguesa;
- União Européia - Pós-graduação em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal, tendo a Escola de Administração Fazendária - ESAF como centro de mediação de conhecimentos;
- cursos específicos na França;
- Itália - parceria com a Universidade de Bolonha;
- Centro Interamericano de Administradores Tributários - CIAT/ ESAF como sede de eventos;
- Fundo Monetário Internacional - FMI: ampliação de três para dez programas anuais;

Gerente:

**Maria de Fátima Pessoa de Mello
Cartaxo**

- educação à distância: a partir de 1999, curso de promoção virtual de servidores das carreiras de finanças e controle, analista do Banco Central, gerenciamento da rotina de trabalho, formação de disseminadores de educação fiscal; e
- pós-graduação desde 1999: investimento em pós-graduação, mediante a formação de parcerias com instituições renomadas de educação superior, avaliadas em grau de excelência pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação - Capes/MEC. Os programas de pós-graduação, incluindo as modalidades *lato sensu* (especialização) e *strictu sensu* (mestrado profissional), são desenvolvidos e realizados pela ESAF em conjunto com a Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Getúlio Vargas, destacando-se as áreas de Economia, especialmente Economia do Setor Público; Direito, sobretudo no que tange ao Direito Tributário; Comercio Exterior e Gestão Pública.

Os registros de apuração dos índices de satisfação para os anos de 2000/2002 estão acima de 90% o que confirma a viabilidade do índice previsto para o ano de 2003 (85%).

Para 2003, espera-se novamente suplantar as metas previstas para o último ano do PPA, mas como a ESAF tem trabalhado no limite do que sua reduzida estrutura permite e com um orçamento muito apertado, não há como prever um aumento razoável na performance dos indicadores. As melhorias têm sido exploradas convenientemente, não restando muito a acrescentar.

O aumento do orçamento da ESAF, de R\$ 13.563.377,00 para R\$ 17.840.433,00 poderá significar uma melhoria nas condições de gestão da Escola.

No que tange à avaliação de gestão, espera-se superar os trezentos pontos, com uma elevação superior a 20% em relação a 2002.

..... **Concepção**

A reforma do Estado, iniciada em 1995, pressupõe uma modernização da Administração Pública, que deve contar com mão de obra selecionada, capacitada e de elevado nível de qualificação profissional no campo das finanças públicas e áreas afins.

Tendo em vista as fortes restrições orçamentárias do exercício de 2002 e as fortes pressões para manutenção e elevação do superávit primário em 2003, a ESAF restringiu o volume de capacitações neste ano e muito provavelmente terá de fazer o mesmo em 2003.

..... **Implementação**

A ESAF teve seu nível de atividades dificultado/restringido pelas fortes restrições orçamentárias no ano de 2002, quebrando o ritmo de atendimento das demandas e retardando as sua retomada, chegando mesmo a acarretar a suspensão ou cancelamento de atividades importantes da sua missão institucional.

O contingenciamento orçamentário afeta a ESAF de forma direta e indireta. Direta, pois necessita-se de orçamento para que se possa manter o bom funcionamento da Escola e indiretamente, uma vez que nossos clientes são, na sua quase totalidade, órgãos públicos e estes acabam por demandar uma quantidade menor ou mesmo o cancelamento de ações de capacitação.

As ações de capacitação exigem cada vez mais infra-estrutura adequada e equipamentos de informática cada vez mais modernos. Tem-se buscado alternativas para solucionar tais problemas, mas tais alternativas acarretam em

custos para nossos clientes, levando-os a cancelar projetos de capacitação ou a procurar outras instituições que não a ESAF. Vale lembrar que a construção da sede da ESAF data de 1975 e que as instalações carecem de manutenção e modernização.

Quanto aos recursos de informática, tem-se o parque tecnológico defasado, de vez que a verba para investimento é insuficiente.

Outro fato importante é o quadro de pessoal reduzido, situação que vem se agravando *vis-à-vis* o número de aposentadorias sem preenchimento. Percebe-se também a necessidade de ampliar os esforços no sentido de fortalecer a qualificação e atualização de seu quadro técnico.

Já com relação a sua equipe gerencial, a ESAF manteve em 2002, significativos investimentos, ritmo que deverá ser mantido em 2003.

A forma de atuação da ESAF, construindo com os clientes os projetos e os planos de capacitação fortalece a prática da parceria, tornando seus clientes co-responsáveis pelo cumprimento das metas do Programa. Contudo, a falta de planejamento das atividades por parte de alguns clientes dificultou a melhor qualidade do atendimento e dos produtos.

A ESAF sugere a redefinição no objetivo do Programa, que passaria a ser: "selecionar, capacitar e formar recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada".

O público-alvo também seria mais bem definido se entendido como: "servidores públicos do sistema fazendário e afins nas três esferas de governo".

Alterar a meta física da Ação 2250 Seleção, formação e capacitação de recursos humanos em finanças públicas e áreas afins para 32.500 servidores capacitados.

Resultados O Programa tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso, mediante oferta de serviços financeiros e de capacitação, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda à Região Nordeste.

O Crediamigo vem se expandindo e consolidando suas atividades, proporcionando a inserção competitiva dos microempresários do Nordeste no mercado. Como consequência, possibilita o aumento dos ganhos financeiros e a melhoria da qualidade de vida nas regiões de atuação.

No ano 2000, o Crediamigo firmou parceria estratégica com o Banco Mundial, assinando contrato de empréstimo com aquela instituição no valor de US\$ 50 milhões, recursos que serão utilizados para financiar o Projeto de Desenvolvimento de Microfinanças do Nordeste. O prazo para pagamento é de quinze anos e o apoio do Banco Mundial não se limita ao empréstimo, abrangendo também todas as ações que possibilitem o bom desempenho e o crescimento do **Crediamigo**. Os recursos envolvem US\$ 100 milhões, sendo metade de contrapartida do Banco do Nordeste e garantirão a continuidade do Programa.

O Programa **Crediamigo** realizou 359,2 mil operações de crédito em 2002, com a aplicação de R\$ 287,3 milhões, assegurando a manutenção de 118 mil microempreendedores atendidos com o aporte de crédito do Programa. Ainda que principiante, mereceu destaque a oferta de produtos como Giro individual e investimento fixos, lançados em 2002 e que resultou em 14,2 operações envolvendo recursos na ordem de R\$ 24,0 milhões.

A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU em 2001, cumprindo Plano de Auditoria da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba, constatou a efetividade do programa e a satisfação de seus clientes. Mais de 80% deles afirmaram que seus negócios cresceram após a adesão ao **Crediamigo**. Além do TCU, uma auditoria externa ratificou a adequação dos demonstrativos financeiros, além da qualidade da carteira e dos sistemas de informação e gerenciamento.

O Programa, iniciado em 2000, teve que se estruturar tanto do ponto de vista físico quanto de recursos humanos. Os resultados do Programa nos anos 2000 e 2001 apresentaram-se satisfatórios. Quanto ao fornecimento de crédito, o Programa superou sua meta de execução física em 6,5% no ano de 2000. No ano seguinte, o percentual de cumprimento da meta ficou em 88%. Em 2002, o Programa superou sua meta física em 2,1%, realizando 359.216 operações de crédito. É preciso lembrar que, na avaliação de 2001, foi solicitado o ajuste, posteriormente validado pelo Ministério da Fazenda, das metas físicas e financeiras de operações de crédito. Os novos números previram a realização de 217.018 operações em 2000; 291.940, em 2001; 340.256, em 2002; e 425.000, em 2003.

As novas metas financeiras para a ação financiamento concedido, para o período de 2000 a 2003 foram: R\$ 155.705.902,10, em 2000, R\$ 249.609.389,40, em 2001, R\$ 259.207.129,03, em 2002 e R\$ 340.000.000,00, em 2003, totalizando R\$ 1.004.522.420,53. O alcance dessas metas pelo **Crediamigo** ficou em 89,46% em 2000, 80,55% em

2001, 87,19% em outubro de 2002.

Gerente:

Maria Rita da Silva Valente

A solicitação do ajuste teve duas motivações: o Programa de expansão do Crediamigo, que tornou as metas físicas anteriores inexecutáveis, e a verificação de inconsistência no valor informado para a ação financiamento concedido. O valor anteriormente previsto no PPA de R\$ 180.149.921,00 considerava o incremento da carteira ativa como índice de eficácia da injeção dos recursos do Programa na economia da região, valor este que não refletia a unidade de medida da Ação Financiamento Concedido. Pois, cada financiamento concedido corresponde a um valor contratado, que prevê a rotatividade dos recursos na economia, haja vista que o cliente renova seu financiamento quando quita o anterior (diferentemente do valor incremental de carteira ativa, que se refere a uma variação de saldo em posições estáticas dos valores devidos pelos clientes).

Com a expansão do Programa, iniciado em 2000 e consolidado em 2001, o **Crediamigo** construiu as bases necessárias para seu crescimento sustentado. Com os investimentos realizados neste período a expectativa é de que o Programa alcance a meta de 25% do mercado potencial até o próximo ano. Para tanto, as ações e estratégias darão suporte à captação média mensal de 19 mil clientes atendidos, o que implica em um crescimento de apenas 24%, em relação ao desempenho atual.

Em 2002, o **Crediamigo** foi responsável por 13,89% da penetração do mercado de microfinanças nordestino. O percentual representa mais da metade da meta de 25% do potencial previamente estabelecida para o ano de 2003. Nos anos de 2000 e 2001, o percentual de cumprimento ficou em 4,55% e 10,50%, respectivamente, o que aponta um avanço de 214% no cumprimento da meta verificado em 2002 quando comparado com o ano 2000 (de 4,50% para 14,28%). Ressalte-se que o desempenho foi conseguido mesmo com os investimentos feitos em 2000 e 2001 na capilaridade da rede, na oferta de novos produtos - como o Investimento Fixo - no aperfeiçoamento operacional e na formação de profissionais, que geram dividendos futuros, uma vez que o retorno dos investimentos feitos nos mercados não explorados aparece, em média, somente após nove meses. Considerando o aumento do número de assessores de crédito (que totalizam 574) e a consolidação de 165 unidades e 58 postos de atendimento, decorrente do Programa de expansão do **Crediamigo**, a estrutura para o crescimento do programa encontra-se solidificada e a expectativa é de que, no ano de 2003, o **Crediamigo** registre sua maior taxa de crescimento, suficiente para atingir a meta de 25%.

Em resposta à reestruturação do setor industrial, advinda com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real e caracterizada por um forte aumento da produtividade e redução da oferta de emprego, passou a existir uma migração de empreendedores para a informalidade, como forma de substituir os empregos formais por outras atividades capazes de gerar renda e ocupação produtiva.

Concepção

Uma grande parcela da população passou a encontrar, no setor informal, um meio de sobrevivência, constituindo um segmento microempresarial dinâmico, que tem entre suas principais fragilidades a falta de acesso ao crédito por não disporem de garantias tradicionalmente exigidas pelo sistema financeiro.

A maioria desses microempresários é de meia idade em diante, têm um nível de escolaridade oscilando entre baixo e médio e possuem larga experiência adquirida em anos de dedicação à atividade. Há um certo isolamento e falta de integração, dado que é pequena a participação em associações comunitárias, problema este que é menor onde há uma maior atuação de instituições oficiais promovendo capacitação e o fortalecimento comunitário.

Como o acesso dessa camada da população ao sistema bancário é difícil, devido ao baixo nível operacional, ao reduzido porte dos negócios e à fragilidade ou inexistência de garantias, o aporte de crédito a tais empreendedores se dá, em larga medida, através dos fornecedores e/ou agiotas, que cobram taxas de juros exorbitantes, inviabilizando o crescimento das atividades.

Experiências em países como Bangladesh, Indonésia, Bolívia, Colômbia e Peru provaram que o microcrédito é uma saída viável para atender à demanda do setor informal. As experiências foram implantadas por bancos sociais ou entidades similares, resultando no aumento e melhor distribuição de renda nesses países, que apresentam aspectos similares aos da Região Nordeste.

O Banco Mundial e o Banco do Nordeste, em reunião realizada em Fortaleza, em novembro de 1996, decidiram iniciar um processo de cooperação para implementação conjunta de um programa de desenvolvimento local integrado a sistema de microcrédito. A proposta baseava-se na constatação de que a atividade produtiva informal de pequeno porte, centrada no núcleo familiar e notadamente nas pequenas propriedades, não estava sendo plenamente atendida pela ação de financiamento do Banco, em função principalmente das restrições decorrentes da regulamentação do sistema bancário brasileiro para operações dessa natureza. Frente a essa demanda, criou-se o **Programa Crediamigo** e tendo em vista os resultados até então alcançados, conclui-se que o Programa está bem concebido. A seguir, é apresentada a tabela de causas do problema e suas respectivas ações:

Causa	Ação
Microempreendedores sem acesso ao crédito	Financiamento ao microempreendedor
Setor informal sem capacitação empresarial	Microempreendedor capacitado

Implementação O **Crediamigo** é um Programa extra-orçamentário cujas metas financeiras voltam-se para a aplicação de recursos junto a microempreendedores, especialmente na concessão de empréstimos. 99,2% dos recursos do Programa têm esta finalidade, enquanto o restante é destinado à capacitação dos clientes.

Desde sua criação, o **Crediamigo** vem construindo, ano a ano, parcerias fundamentais para a continuidade de sua atuação, seu bom desempenho e garantia de crescimento. Além da parceria com o Governo Federal, o Programa angariou o apoio do Banco Mundial, que, em 2000, assinou contrato de empréstimo garantindo US\$50 milhões à expansão do **Crediamigo**, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no contrato de US\$30 milhões, da Agência Alemã de Investimentos - DEG no empréstimo de 15 milhões de euros e do Grupo Consultivo de Assistência à Pobreza (CGAP) na identificação de soluções que permitam atender um maior número de pessoas na Região Nordeste.

O **Crediamigo** lançou um novo produto em 2001. O Capital para Investimento Fixo destina-se aos clientes do programa cujas necessidades de capital de giro já estejam satisfeitas em certa medida e que desejem fazer investimentos nas instalações, comprar ativos fixos ou aumentar o espaço físico do negócio.

Entre as ações que resultaram em produtos ou serviços oferecidos aos clientes do **Crediamigo** no período requisitado, destacam-se as duas aulas-oficinas realizadas, que reuniram cerca de 35 mil microempreendedores nas nove capitais do Nordeste, e que prestaram informações sobre o funcionamento do Programa e abordaram temas como comercialização de produtos e serviços, a importância do autodesenvolvimento do empreendedor e o atendimento ao cliente.

Com a definição de sua política ambiental, o **Crediamigo** disponibilizou treze guias de práticas ambientais racionais relacionadas a atividades de comércio, indústria e prestação de serviços. O Programa mobilizou as comunidades dos 1.983 municípios de sua atuação através da abordagem do tema Microfinanças e Agenda 21 em um de seus principais instrumentos de interação com a comunidade: o Farol do Desenvolvimento. A promoção de oficinas temáticas faz parte da filosofia do Programa, visando levar um aporte conceitual para disseminação entre os participantes, proporcionando oportunidades de capacitação e troca de experiências. Na oficina sobre microfinanças, os participantes são convidados a discutir e apresentar contribuições relacionadas com: "o desenvolvimento das microfinanças enquanto estratégia de redução das desigualdades sociais e a Agenda 21 do município" e a "articulação para o desenvolvimento de oportunidades de capacitação do setor informal", além de outros assuntos colocados pela comunidade.

O **Crediamigo** disponibiliza, desde sua criação, instrumentos de fácil acesso que permitem uma interação constante com a sociedade. A comunidade pode colher informações e sugerir mudanças através da linha gratuita do Cliente Consulta (0800.703030) e fazer valer sua opinião no Fórum de Clientes do Banco do Nordeste. Outra forma de participação está nos próprios balcões de atendimento da rede do Programa, instalados sob a forma de agências, postos e pontos de apoio, além das visitas sistemáticas realizadas por assessores do **Crediamigo** a um número cada vez maior de municípios da região de atuação do Banco. Ressaltem-se, ainda, as pesquisas de satisfação realizadas, determinantes na adaptação do Programa às necessidades dos clientes ativos e potenciais.

Como se vê, o envolvimento da sociedade com o **Crediamigo** é alto, como mostram as pesquisas de satisfação do programa, e crescente, à medida que o programa se expande. Em abril de 2001, uma auditoria do Tribunal de Contas da União aferiu uma satisfação superior a 90% junto aos clientes do Estado da Paraíba. A satisfação mantém-se até mesmo entre os que já deixaram o Crediamigo: 93% recomendariam o programa a outros microempresários. A maioria absoluta dos clientes ativos (98%) estão satisfeitos com o serviço prestado pelo assessor de crédito.

Além do TCU, uma pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas - Ipespe também é reveladora da influência do **Crediamigo** junto à sociedade. Mais de 90% dos clientes pesquisados nos nove estados do Nordeste consideram o Programa decisivo para o bom desempenho do seu negócio e para a geração de emprego e renda nas localidades onde ele está presente. Cerca de 95% consideram o acesso ao crédito ótimo e bom, e 96% estão satisfeitos com o atendimento que recebem.

Vale destacar que se encontra em fase de preparação uma avaliação sócio-econômica que medirá os impactos do **Crediamigo** na sociedade e subsidiará o Programa na identificação de controles sociais que permitam alcançar objetivos de melhoria de qualidade de vida, geração de emprego e renda e estimular a inserção social do indivíduo através do exercício da cidadania. Porém, para o Programa, não se verificou um esforço de capacitação ao longo do período de 2000 a 2002.

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Resultados O Programa tem por finalidade assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Em 2002, ocorreu uma contração nas principais categorias de emissões primárias e nas distribuições secundárias. O volume financeiro de emissões de ações até setembro apresenta queda de 15% sobre o mesmo período de 2001. As distribuições secundárias apresentam queda semelhante, de 13%. Mais significativa é a queda de 36% nas emissões de instrumentos de crédito; é ela a principal responsável pela projeção de menos de 10% para o indicador do PPA de 2002.

Na segunda metade da década de noventa, o financiamento das companhias abertas no mercado de capitais deu-se majoritariamente via crédito: debêntures e notas promissórias foram responsáveis, na média, de 1995 a 2001, por 77% do volume financeiro total de emissões primárias. A queda nesse volume, em 2002, explica-se, em grande medida, pela volatilidade observada nos mercados brasileiros neste ano, devido a incertezas de toda ordem, em especial a desaceleração da economia norte-americana. A depreciação cambial e movimentos localizados de venda de ativos por fundos de investimento impactaram na estrutura a termo das taxas de juros, com reflexos em diversos setores. No mercado de capitais, observou-se a suspensão de diversas emissões primárias de títulos de crédito: debêntures e notas promissórias.

Relativamente à capitalização das companhias abertas no mercado secundário, expressa como um percentual do produto interno bruto, é possível observar que essa relação varia numa amplitude significativa de 10 % no período de 1999 a 2002, variação explicada, em grande parte, pela elevada volatilidade verificada no atual contexto.

Ademais, o número de acessos a *home-page* da CVM superou em muito o esperado. O comportamento observado se deve, em grande parte, à enorme ampliação da diversidade e quantidade de informações que se tornaram disponíveis no *site*.

O crescimento da Taxa de Andamento dos Processos Administrativos da CVM no período de 2000/2001 (11,8% e 12,5%, respectivamente) se deve, principalmente, à implementação do procedimento denominado Termo de Acusação que, ao permitir a simplificação do rito processual, faz com que processos que estariam ainda, possivelmente, aguardando a instauração como inquéritos administrativos, - o que requer, inclusive, a designação de uma Comissão de Inquérito - possam ser mais rapidamente iniciados, provocando o aumento do número de processos em andamento. O resultado alcançado em 2002, de 16,41% é o reflexo do movimento de expansão dos Termos de Acusação, somado a um ritmo de finalização que possivelmente foi menor do que o esperado para esse novo procedimento.

Gerente:

Ana Maria da França Martins Brito

Além dos resultados dos indicadores acima analisados, são dignos de destaque outros resultados do Programa alcançados até 2002:

- implementação do processo de Certificação de Agentes Autônomos de Investimento
- assinatura de Contrato de Empréstimo para Assistência Técnica, com o BIRD, que prevê estudos, atualização de normas, reaparelhamento, treinamentos etc.
- edição e distribuição de Cadernos de Orientação aos Investidores no âmbito do Prodin - Programa de Orientação e Defesa do Investidor;
- explicitação da regra de marcação a mercado dos títulos de crédito integrantes da carteira dos fundos de investimento financeiro, realizada em conjunto com o Banco Central, bem como a realização de fiscalizações naqueles fundos, em decorrência das novas atribuições que lhe foram cometidas, em decorrência das alterações introduzidas na Lei nº 6.385/1976;
- divulgação das carteiras dos fundos de valores mobiliários na internet; e
- aprimoramento da estrutura regulatória do mercado de valores mobiliários, através da edição, entre outras, das Instruções CVM Nº 358/2002 (regras e vedações relacionadas com o possível uso indevido e privilegiado de informações relevantes, em detrimento do interesse dos acionistas e da própria companhia), Instrução CVM Nº 361/2002 (dispõe sobre oferta pública para aquisição de ações), Instrução CVM Nº 376/2002 (estabelece normas e procedimentos a serem observadas nas operações realizadas em bolsas e mercado de balcão organizado por meio da rede mundial de computadores).

São dignos de destaque, ainda, importantes resultados do Programa alcançados até 2001:

- a Reforma da Lei das Sociedades por Ações e concessão do status de Agência Reguladora à CVM, com mandato fixo para seus dirigentes, autonomia orçamentária e financeira;
- a atualização do Sistema de recebimento de informações das SA's - Safian que permite o envio de informações pela internet;
- a implementação dos Termos de Acusação;
- a digitalização dos Pareceres Jurídicos, desde 1978 (disponíveis no *site*), bem como de todas as decisões do Colegiado aos recursos apresentados pelos participantes de mercado contra decisões das áreas técnicas;
- o início da implementação da CVMWeb e da contratação da Fipecapi, permitindo o recebimento das informações de Fundos de Valores mobiliários, via internet e o desenvolvimento de ferramentas que aperfeiçoarão o acompanhamento das atividades dos fundos de investimento fiscalizados pela CVM - o aprimoramento da estrutura regulatória do mercado de valores mobiliários, através da edição, entre outras, da Instrução CVM Nº 356/2001 (regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimentos em direitos creditórios e fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos creditórios).

Para o ano de 2003, com o objetivo de aprimorar sua ação de acompanhamento do mercado, estão previstas diversas iniciativas visando agilizar os procedimentos, ampliar e melhorar a qualidade atividades já desenvolvidas por esse órgão e, principalmente, para a supervisão de mais 5 mil fundos de investimento e das negociações dos contratos na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), decorrente de suas novas atribuições especificadas na Lei nº 10.303/2001, de 31/10/2001.

Entre outras iniciativas, a contratação de mais analistas e inspetores, e, conforme previsto na Ação Estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de Atuação, a contratação de consultoria para o desenvolvimento de sistemas mais aperfeiçoados de acompanhamento de mercado (Bovespa e BMF) e para o desenvolvimento de manuais de inspeção que serão instalados em *note-books* utilizados nas inspeções realizadas em campo.

As novas atribuições da CVM, definidas em lei, também determinarão vários outros resultados esperados para o ano 2003. Entre eles, pode-se citar a continuidade dos esforços de regulamentação da nova lei, com novas modalidades de investimento, aperfeiçoamento das regras existentes sempre com vistas à simplificação e aperfeiçoamento de seus objetivos, assim como a ampliação do esforço de divulgação de decisões administrativas, orientação ao público e atendimento às reclamações e consultas ao investidor e público em geral. Esse conjunto de fatos deverá ser levado em consideração quando da reavaliação das metas para 2003.

..... **Concepção**

A despeito dos avanços obtidos na regulação e supervisão do mercado de valores mobiliários, desde a instituição da Comissão de Valores Mobiliários, esse mercado ainda não desempenha plenamente o papel decisivo para o qual está vocacionado: a promoção do crescimento econômico sustentado. Dada a reconhecida importância do sistema financeiro para o desenvolvimento do país e para a redução da pobreza, o programa foi estruturado com o propósito de induzir, através de uma atuação governamental coordenada e eficaz, as condições macro e microeconômicas favoráveis ao investimento por meio de valores mobiliários, instrumento natural de canalização da poupança para o investimento produtivo.

O Programa tem como justificativa a necessidade de se aumentar a taxa de poupança doméstica da economia. Diversas causas são apontadas para o problema e, sobre algumas, a CVM não tem poder de atuar, de fato ou de direito. As crises internacionais, por exemplo, induzem efeitos negativos no investimento em bolsas de valores, não apenas por um menor influxo de investimentos estrangeiros, mas também pelo impacto nas expectativas dos investidores domésticos. Outras variáveis, como inflação, taxa de juros, taxa de câmbio etc., também influenciam o comportamento do mercado, independentemente da atuação do órgão regulador do mercado de valores mobiliários.

Além dessas variáveis, que influenciam diretamente o problema, outros fatores vêm sendo apontados como cruciais para a definição do patamar de desenvolvimento de um mercado de capitais. A experiência internacional aponta, por exemplo, a política de governança corporativa praticada pelas companhias, voluntariamente ou por força legal, o tratamento tributário dispensado aos investimentos de risco, o nível de desenvolvimento dos intermediários financeiros, a estrutura de financiamento do sistema de seguridade social e o grau de autonomia e de fortalecimento do órgão regulador e fiscalizador, entre outros. Tais fatores assumem especial importância num ambiente de globalização dos fluxos financeiros, em face de permitir um certo grau de competição internacional, pois os ambientes de negociação estrangeiros, também por terem maior liquidez, apresentam menores custos de transação e captação.

Em virtude desses desafios, o Programa sofreu algumas adaptações. O aspecto de fortalecimento institucional, com o propósito de dar ao órgão melhores condições para regular e supervisionar o mercado desenvolveu-se na esteira da reforma da Lei nº 6.385/1976, que modificou a estrutura da CVM - agora com a feição de agência reguladora, e da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), esta induzindo, também, novas responsabilidades para a autarquia.

Com o apoio do BIRD foi estruturado um projeto de fortalecimento institucional, financiado por meio de assistência técnica, inserindo-se novas ações no Programa. O treinamento dos servidores, no entanto, continua aquém do necessário, nem sempre acompanhando a evolução observada no mercado fiscalizado.

Merece menção, ainda, entre as adequações do Programa, a proposta de criação de um projeto para o estudo e prospecção de novos mercados, como derivativos de energia, *commodities* ambientais, *venture funds* etc. Essa iniciativa decorreu da percepção de que há um imenso potencial de desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento do investimento produtivo, muitos já sendo implantados diretamente pelo mercado, mas ainda sem uma adequada estrutura regulatória, o que pode desestimular seu crescimento. Além disso, dado o ineditismo de alguns projetos, faz-se necessário que o órgão regulador possua os conhecimentos necessários e adequados desses segmentos, para o que seria necessário mais pessoal e treinamento adequado.

Alguns outros produtos são desenvolvidos com recursos do Programa, mesmo não sendo computados, diretamente, nas metas de cada uma das ações. O intercâmbio de informações com órgãos governamentais nacionais e estrangeiros, dentro de acordos ou convênios de cooperação, vem assumindo importância crescente, pois a complexidade das negociações e o caráter transfronteiriço dos investimentos exigem a atuação interdisciplinar e interjurisdições. No país, merece destaque a participação da CVM no COAF, com vistas a dar efetividade à repressão aos ilícitos financeiros, em especial os crimes de lavagem de dinheiro. Também junto às Agências como Aneel, ANP, Anatel, Ancine, que são responsáveis por regulação e fiscalização de setores onde atuam companhias abertas, a CVM busca trabalhar em cooperação para melhor desempenho de suas atribuições.

A atuação no âmbito parlamentar, assessorando tecnicamente as instituições parlamentares na discussão e na implementação das necessárias reformas no ordenamento jurídico relacionado ao mercado de capitais, constitui um esforço de grande envergadura e, ainda que não representado diretamente no PPA, os resultados obtidos podem ser fundamentais para os objetivos do Programa. Merece destaque a aprovação da reforma do marco legal das sociedades por ações, com a introdução de instrumentos que deverão contribuir para o aumento da confiabilidade do mercado doméstico. Em continuação, participa-se da discussão de outro projeto em andamento, é o da reformulação e modernização da Lei das Sociedades por Ações, especificamente das regras contábeis e demonstrações financeiras de modo a tornar possível a sua modernização e adequação aos padrões internacionais.

Ainda se faz necessário o desenvolvimento de um planejamento de longo prazo de atuação do Programa, com as providências necessárias ao desenvolvimento do mercado de capitais nacional. Alguns resultados se apresentam apenas após uma certa maturação, pois dependem da confiança dos investidores no mercado, na eficiência do sistema de distribuição, na transparência, na fidedignidade dos registros, nas informações prestadas pelos participantes, intermediários e ambientes de negociação e na capacidade de o órgão regulador identificar, apurar e punir ilícitos tempestivamente. Esta confiança resulta, portanto, de uma avaliação histórica do comportamento e da evolução daquele mercado, bem como, da atuação governamental.

Muitas das iniciativas necessárias à correção dos entraves ao pleno desenvolvimento do mercado de valores mobiliários são de competência de outros órgãos do Ministério, como o Banco Central, a Secretaria da Receita

Federal e a Susep. Apesar do expressivo incremento no grau de articulação entre os órgãos adquirido nos últimos anos, ainda é necessário trabalhar na implementação coordenada, em termos de política econômica, fiscal e administrativa, das medidas que contribuam decisivamente para o desenvolvimento desse mercado.

Relativamente ao poder regulamentar, um dos aspectos que merece maior destaque é o mecanismo de audiência pública. Essa prática, da qual a CVM foi pioneira desde o início de suas atividades, no final dos anos setenta, foi ampliada nos anos recentes, garantindo não apenas maior transparência ao processo de elaboração das normas da Comissão, mas também maior eficiência, ao criar oportunidade para correção de imprecisões e preenchimento de lacunas, o que gera maior legitimidade às regras estabelecidas.

No âmbito de educação e orientação ao público, no caso o investidor, nos últimos anos houve um amadurecimento do Programa Prodin, consubstanciado em ação própria do Programa Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários. Inicialmente estruturado com a criação de uma superintendência destinada exclusivamente ao recebimento e tratamento das denúncias, dúvidas e solicitações de informações, a experiência obtida forneceu lições que permitiram um tratamento mais uniforme e organizado dessa atividade, bem como, uma melhor coordenação dos recursos disponíveis ao atendimento dessa necessidade da sociedade.

A contratação de uma Central 0800, com sistema de informações simultaneamente disponível, via página da CVM na internet, além do desenvolvimento e distribuição, de publicações educativas e informativas, bem como a realização de visitas e palestras em universidades e reuniões com investidores, fora do eixo RJ-SP, vêm contribuindo para a plena aceitação da atividade, firmando-a como indispensável aos objetivos da CVM.

No âmbito da fiscalização, a celebração de convênios para intercâmbio de informações com outros órgãos, vem colocando à disposição do órgão, apesar dos escassos recursos, meios adicionais e eficazes de acelerar os processos de investigação, especialmente quando as negociações ou condutas envolvidas possuem repercussão em áreas em que a CVM não possui competência legal para investigar.

Adicionalmente, a CVM, objetivando dar transparência a sua atuação e formar uma jurisprudência, passou a divulgar as atas de reuniões e julgamentos realizados pelo Colegiado. No mesmo sentido, deve ser ressaltado que os julgamentos das pessoas acusadas por irregularidades cometidas no mercado de valores mobiliários, a partir da alteração da Lei 6385/1976, são realizados em sessões abertas ao público.

Implementação

A despeito da economia obtida em algumas ações, a CVM sofreu com restrições orçamentárias em algumas atividades, as quais ensejaram pedidos de créditos adicionais, normalmente por meio de fonte compensatória. O tempo para aprovação dessas alterações, no entanto, impediu a execução de algumas licitações, assim como inviabilizou a aquisição de materiais importantes, como a aquisição de veículos para as atividades de fiscalização.

A quantidade de técnicos é claramente insuficiente para atender às necessidades de regulação e fiscalização do mercado. Setores importantes, com elevada responsabilidade e demanda por parte do mercado e da sociedade, muitas vezes possuem apenas dois analistas, dificultando a cobertura sobre as condutas praticadas pelos agentes do mercado. O número de servidores situa-se em patamar próximo ao de 25 anos atrás, quando o mercado era muitas vezes menor e as responsabilidades da CVM bem mais restritas. Essas questões

mostram-se ainda mais preocupantes em virtude da recente expansão das atribuições legais da CVM, decorrentes da ampliação do conceito de valor mobiliário, este sujeito à regulação do órgão.

O ritmo de treinamento não tem conseguido acompanhar as necessidades de atualização do corpo técnico. Some-se a isso o fato da existência de um reduzido número de técnicos ter inviabilizado, não raramente, a liberação desses para treinamento. Vale ressaltar que o mercado de valores mobiliários tem a peculiaridade de absorver rapidamente novas tecnologias, cada vez mais complexas, em razão do que o tempo de formação de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários vem aumentando de forma proporcional. Assim, além da ampliação do corpo técnico, faz-se necessária uma maior integração internacional com outros órgãos reguladores, em especial na área de mercado de capitais, que permita a absorção de conhecimento de países que possuam mercados mais maduros.

O Programa sofreu algumas restrições durante sua execução, algumas imputáveis ao tempo muitas vezes excessivo demandado por alguns processos licitatórios. Nesse particular, o atual diploma legal que regula licitações e contratos públicos permite o uso, por parte dos fornecedores, dos recursos e prazos estabelecidos pela lei com o fim meramente protelatório. A adoção do pregão, mais recente, introduziu uma maior eficiência nos certames, além de economicidade, mas ainda não pode ser utilizada para todos os tipos de despesa.

O contingenciamento orçamentário de 2002, também teve reflexo importante na execução do Programa. O número insuficiente de técnicos, ao mesmo tempo, não permitiu a execução de todas as iniciativas planejadas, com impactos, também, na execução financeira. A pouca flexibilidade de alteração das dotações orçamentárias, exigindo o processamento de créditos suplementares apenas para alteração de rubricas, também inseriu atrasos no cronograma, especialmente pelo fato de alguns pleitos serem atendidos apenas no final do exercício, sem tempo hábil para permitir a contratação do serviço ou bem pretendido.

A redução do volume de recursos financeiros liberados ao longo do ano de 2002 obrigou a CVM a reformular algumas ações inicialmente planejadas. Entre as principais ações afetadas encontram-se as ações Reforma e Ampliação da CVM e Estudos Prospectivos para o Desenvolvimento de Novos Mercados. No caso da primeira, sua execução foi muito aquém do desejado, e a segunda, nem foi iniciada. Esta insuficiência de recursos impediu, também, a aquisição de um novo andar no edifício-sede, bem como a reformulação de alguns andares da sede e da Delegacia de São Paulo, necessários para a alocação de servidores a serem contratados no próximo concurso, que se justifica pelo já dimensionado aumento de atribuições desta Comissão.

Não obstante o cumprimento das metas físicas definidas para a Ação Sistemas Informatizados da CVM, não foi possível adquirir alguns equipamentos de informática para expansão e substituição de alguns que estão tecnologicamente defasados ou danificados (servidores, microcomputadores e impressoras), necessários para, principalmente, permitir a expansão dos bancos de dados, atender a demanda dos usuários internos e externos, inclusive para agilizar o acesso à *home page* da CVM, atualmente muito lento.

Quanto às Ações Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários e Orientação e Defesa aos Investidores - Prodin, apesar de terem superado a meta física, não ocorreu um aumento proporcional nas despesas. Isto porque que nem todas as atividades relacionadas a estas ações estão representadas na meta física. A superação deu-se, em muitos casos, através da utilização de recursos disponíveis na própria CVM.

Ademais, as restrições orçamentárias comprometeram a realização de algumas atividades, tais como inspeções em campo, edição da Revista CVM, realização de palestras em diversas universidades no Brasil e intensificação da cooperação e intercâmbio de informações entre diversos órgãos governamentais, entidades de mercado nacionais e internacionais.

Com relação às Ações Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais, os recursos liberados permitirão que seja iniciada a execução, em 2003, de alguns dos componentes planejados.

Vale ressaltar que, dentro de tal contexto, a área de informática, em especial, carece de investimentos, tendo em vista que a CVM, no exercício de suas atribuições, prioriza a fiscalização indireta, o que demanda grandes investimentos em equipamentos e desenvolvimento de sistemas de recebimento, armazenamento e processamento de informações dos diversos agentes sob sua jurisdição.

Conforme já ressaltado, as novas atribuições recebidas pela CVM trouxeram, como conseqüência, a necessidade de reformar e ampliar o espaço físico de suas instalações, não apenas da sede da Autarquia mas também de sua Superintendência Regional de São Paulo, ações essas que também demandam recursos para a sua concretização. O Programa sob a responsabilidade da CVM sofreu algumas alterações consideradas bastante positivas, seja na reestruturação das ações, ou na definição dos seus produtos, como também através da inclusão de 2 (duas) ações, permitindo a alocação de recursos para estudos e capacitação a serem realizados com recursos do projeto com o Banco Mundial e com o BID. Destaca-se, portanto, as seguintes alterações:

- até 2001 havia uma ação denominada reaparelhamento e modernização da CVM, que incluía tanto a obra nas instalações da sede da autarquia, no Rio de Janeiro, quanto o plano de desenvolvimento do MVM, atinente à construção de uma infra-estrutura de informática na sede e nas regionais de São Paulo e do Distrito Federal. Em 2002, esta ação foi reformulada, desdobrando-se nas ações reforma e ampliação das instalações da CVM, que se refere às obras a serem executadas, e sistemas informatizados da CVM, que passou a contemplar toda a infra-estrutura de informática necessária ao cumprimento de suas atribuições.
- A ação Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores resultou da transformação da Ação Regulamentação e Ordenamento do Mercado de Valores Mobiliários, cujo produto era norma publicada que foi substituído por informação disponibilizada (medido através de *megabyte*). Este novo produto reflete mais claramente a atuação da CVM no sentido de propiciar transparência aos seus atos e às informações disponibilizadas, principalmente, pelas companhias abertas e pelos fundos de investimentos.

Os projetos a serem realizados pela CVM, com o apoio do Banco Mundial, previstos para 2003, se referem à Tecnologia da Informação, Supervisão de Mercado, Elaboração de Manuais de Inspeção e Procedimentos; Aquisição de *Note-books* e Capacitação dos Servidores.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

O Programa foi criado em função da necessidade de se assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional. E, portanto, está diretamente ligado ao macroobjetivo 1, "Criação de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento sustentável". Os principais resultados alcançados no período de 2000 a 2002 foram:

- implementação de ferramentas de análise, avaliação de risco, de acesso e compartilhamento de informações no âmbito da área de fiscalização do sistema financeiro nacional, segundo princípios e práticas adotados internacionalmente;
- implementação de nova sistemática de acompanhamento/monitoramento das instituições financeiras sob regime de administração especial;
- implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- autorização de funcionamento de instituições em boas condições técnicas e patrimoniais e da retirada do sistema de instituições que poderiam vir a trazer problemas para o mercado financeiro;
- concessão e autorização de funcionamento de 234 novas cooperativas e de 25 sociedades de crédito ao microempreendedor e contratação de novas casas lotéricas como correspondentes bancários, além de autorização para instalação de terminais eletrônicos em localidades onde não existem agências bancárias;
- criação do código de defesa do consumidor bancário;
- imposição de limites de risco aos quais as instituições financeiras devem se submeter e de avaliações eficazes e tempestivas da situação econômico-financeira das instituições;
- combate aos crimes contra o sistema financeiro nacional, notadamente àqueles relacionados à "lavagem" de dinheiro. Nessa linha, foi elaborado questionário, distribuído a 204 bancos, para avaliação de providências por eles já adotadas em face das disposições da Lei nº 9.613 e da Circular 2.852. Paralelamente, foram desenvolvidos trabalhos em Inspeções Globais Consolidadas (IGCs), para avaliar o sistema informatizado de detecção e de seleção de operações suspeitas e os procedimentos adotados pelo banco para tratamento das ocorrências;
- reestruturação do sistema financeiro nacional por meio de fusões, cisões e liquidações de instituições financeiras públicas e privadas, mediante soluções adotadas pelo próprio mercado;
- recuperação de créditos do Banco Central da ordem de R\$ 3,6 bilhões junto às empresas liquidandas, sendo a quase totalidade relativos a operações no âmbito do Proer Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro;
- capacitação de servidores, realização de estudos e disponibilização de equipamentos voltados para o aperfeiçoamento da atuação do Banco Central junto ao sistema financeiro nacional.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Gerente:

João Antônio Fleury Teixeira

Com relação às dificuldades, podem-se citar problemas de ordem administrativa relacionados a processo licitatório, que acarretaram dificuldades para a construção do edifício do Banco Central em Curitiba.

Além disso, contingenciamentos orçamentários e financeiros e liberação de créditos adicionais de forma intempestiva dificultaram a implementação de algumas ações do programa.

Em outubro de 2001, houve a substituição do gerente Sr. Antônio Carlos Monteiro, pelo Sr. João Antônio Fleury Teixeira, e da equipe de assessoramento ao gerente.

Concepção O Programa foi criado como forma de responder a uma demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro nacional sólido, eficiente, eficaz e efetivo, e que estivesse compatível com o nível das melhores práticas internacionais.

Foram identificadas oito aspectos da demanda:

Causa	Ação
Necessidade de monitoramento do risco sistêmico, evitando focos de deterioração do SFN;	Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de recursos informatizados atualizados;	Sistema de Informações do Banco Central - Sisbacen;
Necessidade de controle da composição do Sistema Financeiro Nacional;	Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade atendimento à crescente demanda por troca de numerário;	Adequação das instalações dos edifícios do Banco Central;
Necessidade de normatização para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional;	Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação do Banco Central;	Capacitação para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional Estudos para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional Aquisição de equipamentos para aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional;
Necessidade de criação de instrumento voltado para proporcionar maior segurança e estabilidade do Sisbacen.	Realocação do Centro de Serviços de Informática - CSI alternativo.

Levando-se em consideração as alterações promovidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), constantes do Projeto de Lei de Orçamento para 2003, para o exercício de 2003, nas ações que compõem o Programa, nos produtos e metas físicas dessas ações, considera-se que o Programa está bem estruturado. Observam-se, entretanto, algumas alterações dignas de nota ao longo do período: 1) a ação Aquisição de Carteiras Imobiliárias de Instituições Financeiras em Liquidação que constou do PPA - Exercício 2000, foi excluída do PPA - Exercício 2002, tendo em conta que, de acordo com a nova política da CAIXA, tais carteiras imobiliárias não seriam mais adquiridas pela instituição; 2) a fusão, em 2002, das Ações Regulamentação do SFN" e "Ordenamento do SFN foi considerada inadequada, tendo em conta que se trata de ações distintas, com produtos diferenciados. Foi solicitado o desmembramento dessas duas ações para o exercício de 2003, tendo sido contemplado no Projeto de Lei do Orçamento para 2003.

Porém, sugere-se que cada ação que compõe o Programa seja objeto de um plano de ação, com metas, prazos e responsáveis, de modo a facilitar sua execução, acompanhamento e avaliação. Essa organização dos trabalhos seria

feita no âmbito da gerência. De tal modo, que a implementação do Programa seria facilitada pela atuação do gerente no sentido de promover a articulação entre as unidades administrativas envolvidas no desenvolvimento das ações.

Vale destacar algumas ações que mais contribuíram para o alcance dos resultados: Ação: Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional: O esforço de adaptação das normas e práticas brasileiras a padrões internacionalmente reconhecidos resultaram em avanços no aprimoramento e na consolidação de normativos e de funcionamento das instituições, destacando: 1) revisão e atualização das normas que tratam de concessão de autorização para funcionar e de transferência de controle de instituições financeiras, de forma a permitir análises e exigências mais abrangentes; 2) revogação de 781 normas com o objetivo de facilitar e agilizar a consulta e a pesquisa das normas vigentes, por parte das instituições financeiras; 3) revisão dos normativos, com vistas a facilitar a atuação da fiscalização; 4) inovações no sentido de tornar indispensável, para o desempenho da função de agente autônomo de investimento, o registro na Comissão de Valores Mobiliários, a obrigatoriedade de aferição de conhecimentos por entidade certificadora e a exigência de contrato com instituição integrante do sistema financeiro; 5) estabelecimento de critérios mais objetivos e rigorosos que permitam que os créditos tributários reflitam com maior fidedignidade a geração de benefícios futuros; 6) exigência de implantação de sistemas de controles internos pelas empresas administradoras de consórcios; 7) atualização do sistema Central de Riscos de Créditos; 8) melhoria das condições para aquisição da casa própria, com a edição de normas voltadas para o aprimoramento do Sistema Financeiro de Habitação; 9) edição de normativo com vistas a facilitar a abertura de contas de depósitos nos bancos pela população de baixa renda; 10) autorização às instituições financeiras para abertura de Postos de Atendimento Bancário eletrônico em qualquer localidade do País; 11) aprovação de norma que possibilita a formação de cooperativas de crédito de pequenos empresários.

Ação: Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional: 1) aprimoramento dos padrões de fiscalização e de supervisão do sistema financeiro; adoção de procedimentos de avaliação do gerenciamento das instituições financeiras, de forma a minimizar os riscos de perdas com quebras de bancos e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central; 2) análises sistemáticas da situação patrimonial das instituições do sistema financeiro, simulações e cenários em função de tendências no comportamento das variáveis macroeconômicas e avaliação dos impactos das mudanças; 3) implantação do sistema Expectativa de Mercado, que tem por objetivo gerar relatórios sobre previsões do mercado sobre índices econômico-financeiros; 4) implantação do Sistema Alerta de Ilícitos Financeiros, com o objetivo de rastrear dados sobre ilícitos cometidos pelas instituições financeiras; 5) disponibilização ao público e ao sistema financeiro de informações tempestivas para auxiliar na tomada de decisão e no gerenciamento de riscos.

Ação: Sisbacen: 1) implantação do Sistema de Registro de Atendimentos e Reclamações para facilitar o gerenciamento dos atendimentos de denúncias e reclamações dos cidadãos; 2) agregação de novas bases de informações na página do Banco Central na internet; 3) desenvolvimento parcial do sistema de informação que permitirá aos clientes consultar e monitorar os dados de serviços referentes a capital estrangeiro e câmbio; 4) desenvolvimento parcial do sistema Cadastro de Cheques sem Fundo, que tem por objetivo manter base de informações sobre emitentes de cheques sem fundo; 5) desenvolvimento parcial do sistema Cadastro de Dados do Banco Central, com o objetivo de organizar

o acervo institucional de informações, facilitando a consulta por parte das instituições financeiras; 6) implantação do Sistema de Informações Financeiras Trimestrais, que recebe informações das instituições, possibilitando livre consulta via internet; 7) disponibilização para a sociedade de séries temporais (informações econômico-financeiras, indicadores de conjuntura, estatísticas do Mercosul, informações macroeconômicas padronizadas) disponíveis no sítio do Banco Central na internet; 8) implementação de ferramentas de análise, avaliação de risco de acesso e compartilhamento de informações da área de fiscalização; 9) desenvolvimento parcial do Sistema de Acompanhamento de Instituições Financeiras em Regimes Especiais; 10) implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro; 11) implantação do sistema Estatísticas Bancárias Internacionais, com o objetivo de captar informações remetidas pelas instituições financeiras e geração de relatórios para atendimento ao *Bank for International Settlements*; 12) desenvolvimento parcial do sistema Multas de Importação Financiada sobre parcelas vencidas de Declaração de Importação, com o objetivo de gerar, monitorar, contabilizar e consultar multas relativas ao mercado de câmbio e à gestão do fluxo de capitais estrangeiros.

Para 2003, espera-se manter a estabilidade do sistema financeiro, mediante 1) o aperfeiçoamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro; 2) acompanhamento do desenvolvimento tecnológico, dotando o Banco Central de recursos compatíveis com os padrões internacionais; 3) conclusão e implantação do sistema Central de Risco, com o objetivo de prover o Banco Central de informações precisas e sistemáticas sobre as operações de crédito contratadas pelas instituições financeiras, com o propósito de proteger os recursos depositados pelos cidadãos nestas mesmas instituições; 4) conclusão e implantação de sistemas ora em desenvolvimento e implementação de novas ferramentas para a área de fiscalização, segundo princípios e práticas adotados internacionalmente.

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur II)

Resultados

O **Prodetur/NE II** tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população permanente dos pólos turísticos. Objetiva apoiar os investimentos e ações para gerar renda turística e assegurar que os governos municipais possam receber parte desta renda para gerirem eficazmente os investimentos e fluxos de turismo em benefício da população permanente. O Programa está alicerçado na premissa maior de completar e complementar o **Prodetur/NE I**, focalizando principalmente a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística. São três os componentes prioritários para o financiamento dos investimentos: fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do Setor Privado.

Apesar do **Prodetur/NE II** ainda não estar em operacionalização, durante o período em tela (2000-2002), marcado pelas fases de formatação, negociação, aprovação e contratação, já são notórios os benefícios tanto para o público-alvo do Programa, como para as populações residentes dos Pólos de Turismo. Pode-se citar: 1) planejamento sistêmico, integrado e participativo, por mesorregião; 2) fortalecimento da gestão municipal, pela criação de uma capacidade de gestão administrativa e fiscal adequada aos municípios, antes de qualquer investimento em infra-estrutura; 3) expansão e consolidação de mecanismos estruturados de controle social; 4) compromisso de redução dos passivos ambientais decorrentes do Prodetur/NE I; 5) inclusão de um componente voltado para a promoção de investimentos do Setor Privado.

O ano de 2002 foi, para o Prodetur/NE II, um ano de definição e contratação do Programa, visto que após as fases de concepção e formatação, iniciadas em 1999, houve grandes avanços, entre os quais: a realização da Missão de Negociação do BID, em janeiro; a assinatura do Termo de Compromisso entre Banco do Nordeste e BID, para sua operacionalização, em março; a autorização do Senado Federal, para concessão de garantia da operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste, em abril; a aprovação pelo Senado Federal, da Resolução 026, que trata da concessão de aval da União aos Estados submutuários, para o tipo da operação em questão, em junho; a assinatura do Contrato de Empréstimo no valor de US\$240 milhões, entre Banco do Nordeste e BID, referente à primeira tranche do Prodetur/NE II, em setembro; a realização do Encontro Técnico do Banco do Nordeste com as Unidades Executoras Estaduais - UEE's e a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre Banco do Nordeste e Ministério do Esporte e Turismo para disciplinar as condições de aporte de contrapartida nacional ao Programa, em novembro; e a instalação do Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Arrecifes PE em dezembro.

O Nordeste conta com um ambiente propício à expansão responsável e sustentável da sua indústria turística, mormente o crescimento que vem sendo registrado no número do fluxo turístico (contabiliza um aumento de 81%, no período de 1994 a 1999). Ainda no âmbito do **Prodetur/NE I**, estima-se a geração de 3.870 oportunidades diretas/indiretas de ocupação produtiva, a partir da combinação dos investimentos realizados pelo Programa

Gerente:

Marcelo Pelágio da Costa Bomfim

com a iniciativa privada e a chegada de investimentos privados da ordem de US\$10,9 bilhões para o turismo, dos quais já se tem conhecimento da existência de projetos que totalizam US\$6,6 bilhões, com expectativa de incremento desse número em US\$4,3 bilhões, nos próximos dois anos (envolvendo desde o setor informal até os grandes *resorts* e parques temáticos). É esperado que o **Prodetur/NE II**, que diversifica os investimentos e adicionou os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresente um resultado no mínimo igual ao que já se verifica em sua primeira etapa.

Os investimentos do **Prodetur/NE** vêm promovendo uma verdadeira revolução no Setor Turismo local. A dinamização da economia é fato, destacando-se o aproveitamento e reaquecimento de importantes atividades, a exemplo dos produtos alimentares e hortifrutigranjeiros, da agropecuária, indústria da construção civil, dos serviços em geral. Enfim, o Programa introduziu um novo cenário na Mesorregião, criando, portanto, uma ambiência favorável e a sua conseqüente consolidação como destino turístico.

Concepção

Embora sendo inquestionável o potencial turístico do Nordeste, pois a região reúne num mesmo espaço, biodiversidade, belezas naturais e riqueza histórico-cultural, a região não contava até dezembro de 1994, com um Programa que tivesse uma proposta voltada para o Turismo, de forma orgânica, e apresentava inúmeras deficiências/entraves ao seu desenvolvimento, enquanto território vocacionado para o turismo.

Em 1998, numa ação empresarial que visava atrair, de forma ordenada, os investimentos complementares, e assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade, o Banco do Nordeste - BNB, em parceria com os governos estaduais, deu início à estruturação dos Pólos de Turismo, como forma de promover o aproveitamento sustentável da atividade turística via incorporação de paradigmas empresariais e fortalecimento dos elos da Cadeia Produtiva do Turismo, pela potencialização do uso dos recursos públicos, direcionando-os para aquelas localidades que contavam com investimentos em infra-estrutura já realizados, que ganham vida pela instalação de Conselhos. Uma vez instalados todos os Conselhos de Turismo, a proposta é proporcionar a integração desses pólos, possuidores de diferentes atrativos, transformando-os num único produto turístico, detentor de reconhecido padrão e qualidade internacional.

Conseqüência dos animadores resultados de toda essa ação orgânica, a qual vem beneficiando centenas de municípios em todos os estados da Região Nordeste, e a partir da identificação da necessidade de garantir a sustentabilidade das inversões realizadas, foi concebido e formatado o **Prodetur/NE II**, mobilizando US\$ 800 milhões (US\$ 480 milhões de financiamentos e US\$ 320 milhões de contrapartida nacional), em duas tranches de igual valor. O **Prodetur/NE II** tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população permanente dos pólos de turismo e focaliza principalmente a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos em curso e da própria atividade turística.

Vale destacar que o **Prodetur/NE II** é um programa de financiamento do Banco do Nordeste, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cuja Matriz de Financiamento estabelece a seguinte estrutura de fontes de recursos:

A - Fontes Externas

1. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Valor (US\$ Mil)	
1a. Tranche	240.000,00
2a. Tranche	240.000,00
Sub total	480.000,00

B - Fontes Internas

1. Contrapartida Nacional (*)

Valor (US\$ Mil)	
1a. Tranche	160.000,00
2a. Tranche	160.000,00
Sub total	320.000,00

CUSTO TOTAL: US\$ 800.000,00

(*) 50% da contrapartida nacional, que corresponde a US\$ 160.000,00, serão oriundos do Orçamento Geral da União - OGU. Os 50% restantes serão aportados por outros órgãos federais, estados e/ou municípios.

A estratégia do **Prodetur/NE II** está desenhada de forma que os investimentos e ações deverão obrigatoriamente ser priorizados nas áreas das municipalidades daqueles pólos de turismo que integraram o **Prodetur/NE I**, ou que de alguma maneira sofreram impacto em sua implantação. O objetivo estratégico é consolidar, completar e complementar todas as ações necessárias para tornar o turismo sustentável nessas áreas, em benefício da população local, antes de sua expansão a novos pólos. Assegurada a execução dessas ações poderão ser incluídos investimentos adicionais nos municípios dos pólos já priorizados e em outros pólos identificados no Estudo de Demanda Regional.

A inserção dos estados e municípios no Programa tomará como base a política de turismo adotada, focada no conceito de pólos de turismo e detalhada em Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - Pdits, validados pelos Conselhos de Turismo que lhes correspondam. Deverá ser elaborado um Pdits para cada Pólo de Turismo, para assegurar o desenvolvimento sustentável do Setor de cada Estado. As Unidades Executoras Estaduais - UEEs prepararão os Pdits consultando as comunidades das áreas de influência, as partes interessadas e o respectivo Conselho de Turismo, para assegurar transparência e consideração aos interesses locais. O Pdits incluirá: definição da área de planejamento e da estratégia de desenvolvimento do turismo; diagnóstico econômico, social, ambiental e demográfico do Pólo, relevante para o Programa; avaliação crítica do provimento de serviços públicos, em termos de infra-estrutura e capacidade administrativa do Estado e governo local; estimativa da demanda atual e aproximação estratégica para identificar a demanda potencial de turistas e previsão de seus impactos; plano de ação incluindo os investimentos públicos e privados necessários para o alcance da estratégia, os custos e os cronogramas para sua implantação, bem como indicadores periódicos de referência. Para

avaliação do Pdits, o Banco do Nordeste será assessorado por empresa de consultoria especializada contratada para este propósito, que apoiará na análise técnica, econômica, social e ambiental. Depois de avaliado e aprovado, os Pdits serão submetidos ao BID para o "de acordo".

Enfim, a concepção do **Prodetur/NE II**, em novos moldes, traz uma inquestionável contribuição para a mudança de paradigmas em relação ao planejamento e gestão da atividade turística regional, experimentada pelos representantes dos estados nordestinos, que agora percebem a força alavancadora da integração e convergência de ações.

Implementação

Estão sendo ultimadas as providências para execução do Programa, especialmente aquelas referentes às condições prévias ao primeiro desembolso do BID, consubstanciadas no Contrato de Empréstimo assinado entre Banco do Nordeste e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, bem como ao primeiro desembolso de recursos de cada Sub-Empréstimo.

Desempenho na Execução Financeira - avaliando o fluxo de recursos financeiros liberados em 2002 e tomando como referência o Decreto nº 4.320/02, é possível afirmar em relação aos recursos de contrapartida nacional alocados pelo Ministério do Esporte e Turismo - MET, que dos R\$ 30.547.000,00 conveniados com os estados (sendo R\$ 3.254.000,00 de responsabilidade estadual), o MET já empenhou um total de R\$ 18.572.000,00, dos quais R\$ 14.786.000,00 já estão liberados.

Os recursos estão sendo aplicados em: elaboração de Pdits; projetos de sinalização turística; implantação de sistema de esgotamento sanitário; conclusão de obras de recuperação de patrimônio histórico; revitalização urbana municipal e urbanização de praias; elaboração de Planos Diretores Urbanos; elaboração de Planos de Estruturação de Unidades Executoras Estaduais; elaboração de estudos de impactos ambientais, incluindo Áreas de Proteção Ambiental - APA's, planos de manejo, planos de gestão ambiental e Centros Receptivos e de Controle de Turismo Ecológico; elaboração de bases cartográficas municipais.

Capacitação da equipe - embora não tenha sido aplicada uma significativa capacitação formal, como forma de esforço de adequação dos integrantes da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa, é possível afirmar que houve sim, uma evolução em decorrência das lições aprendidas no decorrer do processo (considerando tratar-se da mesma equipe desde 1998 - **Prodetur/NE I**), confrontando com as ações realizadas e os obstáculos superados. Constituinte-se em uma aprendizagem prática, especialmente sendo trabalhadas as questões afetas a habilidades e atitudes.

Parcerias estratégicas - dada a magnitude e complexidade do **Prodetur/NE II** que envolve uma série de parceiros estratégicos, a forma de articulação com as parcerias é um item essencial para a sua operacionalização, considerando que os diversos entes envolvidos na Matriz de Relacionamento do Programa tem diferentes níveis de entendimento do próprio Programa e por conseguinte graus diferenciados de comprometimento com suas premissas de foco em resultados, transparência e celeridade.

A Matriz de Relacionamento engloba: BID, Banco do Nordeste, Ministérios (Fazenda, Esporte e Turismo, Integração Nacional, Cultura, Meio Ambiente, Educação, Indústria e Comércio Exterior, Transportes, Planejamento, Orçamento e Gestão), Banco Central - BCB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Estados e Municípios (Secretarias e Unidades Executoras Estaduais/Municipais - UEE/UEM) e Conselhos de Turismo dos Pólos.

Todos os obstáculos encontrados no período de concepção, formatação e negociação do Programa, englobando restrições de ordem diversa -

contingenciamento de crédito, necessidade de excepcionalidade do Programa, trâmites processuais para autorização da operação e do aval da União, extensos ritos operacionais do BID, formalização do aporte de contrapartida nacional a cargo do Ministério do Esporte e Turismo - MET, restrições orçamentárias estaduais, conjuntura política (eleições 2002) - foram superados em função de esforço no sentido de mobilizar os parceiros e de convergir ações para o objetivo comum de viabilizar o **Prodetur/NE II**.

No caso específico do **Prodetur/NE II**, considerando que o Turismo é, por sua própria natureza, uma atividade multissetorial, com impactos diretos e indiretos em diversos outros setores econômicos, que se complementam de forma a tornar um destino turístico mais competitivo, identifica-se uma gama variada de programas sinérgicos e co-relacionados, entre os quais podem ser citados aqueles referentes a: desenvolvimento da educação profissional; valorização do idoso e da pessoa portadora de deficiência; saneamento básico; desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas; qualificação profissional do trabalhador; preservação e patrimônio histórico; segurança e qualidade de alimentos; segurança pública; transporte; parques do Brasil; aeroportos.

Gestão do Programa - ressalta-se que o **Prodetur/NE II** é um Programa em que o Banco do Nordeste tem como principal papel viabilizar projetos de ordem turística nos Estados contemplados, a partir de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e acompanhar gerencialmente o Programa, onde os estados atuam como co-executores.

O acompanhamento gerencial *pari passu* do Programa realizado pela Equipe do Banco do Nordeste permite com que os resultados esperados e as metas sejam satisfatoriamente atingidas. Inclusive, vale ressaltar, que durante as Missões do BID realizadas para o início da segunda fase do Programa, ocorreram diversas avaliações, realizadas por empresas de consultorias internacionais, as quais reconheceram os grandes avanços e as realizações do Programa, assim como também sugeriram pontos de melhoria (lições aprendidas), que já foram incorporadas ao desenho do **Prodetur/NE II**. Nesse "novo" Programa, os estados também foram envolvidos no processo de avaliação através da elaboração de seus respectivos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável - Pdits - quesito prévio para a autorização de desembolso dos recursos - que devem conter as realizações do Programa em sua primeira fase, assim como também os impactos causados por ele, se constituindo assim em ferramenta fundamental não apenas de avaliação do **Prodetur/NE I**, como também mitigadora dos possíveis passivos a serem causados pela segunda etapa. Os cronogramas estabelecidos procuram estabelecer uma lógica de desembolso dos recursos e início das obras físicas do **Prodetur/NE**, inclusive por exigências do BID. Para o adequado acompanhamento do Programa, são realizadas vistorias técnicas pelo Banco do Nordeste nos estados e cabe ainda ao gerente multiplicador o papel de remover os entraves existentes à evolução do Programa.

Restrições - entre outras restrições, pode-se citar: o relacionamento com o BID, que ainda é um organismo extremamente burocrático e inflexível em seus dogmas e rituais técnicos, o que certamente dificulta/retarda o processo de negociação e operacionalização do **Prodetur/NE II**, ao não considerar as distintas realidades locais entre os países e ; a morosidade no fluxo processual para autorização da operação por parte dos Ministérios; a falta por parte dos estados e municípios de maior entendimento dos benefícios advindos do cumprimento de exigências do BID para o Programa, havendo sempre resistência em obedecer o pactuado durante a fase de negociação, além da dificuldade em viabilizar os processos de licitações, necessários para o desenvolvimento do Programa.

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro

Resultados

O Programa tem como justificativa a desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização, previdência privada aberta, bem como a falta de regulamentação complementar para o controle e fiscalização do mercado de planos de saúde. Dessa forma, espera-se o crescimento e desenvolvimento dos mercados supervisionados e o aperfeiçoamento da regulamentação e dos instrumentos de controle e fiscalização com ênfase na preservação dos direitos do público consumidor.

Os índices obtidos em 2000, 2001 e primeiro semestre de 2002, com exceção da participação do mercado de seguros no PIB, indicam uma baixa probabilidade de que os índices esperados sejam alcançados até o final do PPA. Deve ser ressaltado, contudo, que, conforme já mencionado na avaliação de 2001, fatores exógenos influenciam diretamente os índices definidos, mais intensamente que a própria atuação da Susep (Superintendência de Seguros Privados). Além disso, o desempenho da Economia ao longo desse período foi fator determinante para o distanciamento entre os índices planejados e os obtidos principalmente devido às crises externas.

Assim, pode-se inferir que o fato dos índices de participação do mercado de previdência privada aberta no PIB e participação do mercado de capitalização no PIB terem ficado abaixo do estimado, não significa que a atuação da Susep no período tenha sido ineficiente, o que se demonstra pela relativa estabilidade que esses mercados vêm apresentando, pela redução do número de reclamações de consumidores junto à Susep, pelo aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral, inclusive para segmentos da população que nunca foram consumidores habituais dos produtos comercializados pelos mercados supervisionados, além da padronização de produtos massificados, propiciando um maior nível de esclarecimento dos agentes envolvidos, e agilidade para aprovação.

Destaca-se ainda, que o problema então apontado quando da concepção do PPA, Desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência privada aberta, encontra-se, atualmente, em grande parte resolvido. Isto porque as ações implementadas pela Susep no sentido de criar, revisar e consolidar normas dos mercados fiscalizados, principalmente aquelas relativas aos produtos de maior penetração, como seguro de automóveis e vida, beneficiaram diretamente o público-alvo.

No tocante aos principais resultados obtidos no período de 2000 a 2002, destacam-se:

Gerente:

Carlos Eduardo de Souza e Silva

-criação de novos produtos de seguro de vida, previdência privada aberta e capitalização, através da edição de diversos atos normativos regulamentadores, favorecendo de modo significativo o aumento da poupança interna.

-maior nível de controle da solvência e liquidez dos agentes dos mercados sob supervisão, permitido a partir de aperfeiçoamentos

realizados nos mecanismos de controle e fiscalização à distância. Tais controles servem de direcionamento para a ação preventiva da Susep, de modo a resguardar os direitos dos adquirentes dos produtos comercializados pelos mercados supervisionados, contribuindo, desta forma, para o seu bom desenvolvimento;

- decretação de regime especial imposta a partir de ações de fiscalização em empresas de pequeno porte que vinham operando próximas do limite de solvência, evitando o agravamento da situação econômico-financeira das mesmas e, por conseguinte, minimizando o prejuízo de seus credores, tendo havido apenas um caso de empresa de grande porte liquidada nesse período;
- aprimoramento dos regulamentos dos contratos dos produtos comercializados a partir de ações de regulamentação, aumentando a transparência para os consumidores quanto a seus direitos e obrigações, propiciando um maior nível de esclarecimento, uma maior credibilidade dos contratos e, conseqüentemente, a redução do volume de reclamações;
- publicação de normativo legal permitindo que em algumas circunstâncias pudessem ser decretadas liquidações ordinárias e falências de empresas dos mercados supervisionados;
- manutenção de uma adequada presença fiscalizatória, apesar da exigüidade de recursos humanos, através da priorização das fiscalizações dirigidas através dos indicadores de mercado analisados pelas áreas que exercem o trabalho de fiscalização à distância, se constituindo num trabalho de caráter preventivo, visando identificar a tempo eventuais desvios que poderiam vir a causar prejuízos aos clientes das empresas e à sociedade como um todo; e
- ao longo do ano de 2002, foram realizadas 257 fiscalizações, valendo destacar que até o final do mês de outubro foram realizadas cerca de 210 fiscalizações, ultrapassando antecipadamente a meta do PPA estabelecida para este exercício 142. Quanto à ação de regulamentação, no exercício de 2002, foram expedidos cerca de 85 atos normativos, igualmente ultrapassando com folga a meta estabelecida para o PPA para este exercício (50 atos normativos expedidos).

No que se refere a dificuldades encontradas no período, pode-se citar o impasse existente no processo de abertura do mercado nacional de resseguros, em face de ação direta de inconstitucionalidade movida em virtude da Lei nº 9.932/1999. O processo de abertura proporcionaria maior concorrência, especialização, aumento de capacidade e ajuste de preços, o que certamente facilitaria o crescimento mais acelerado do mercado.

Além disso, o fato do crescimento econômico ter sido aquém das expectativas nos últimos anos, acabou por limitar o desenvolvimento dos mercados supervisionados, haja vista a demanda potencial existente.

Outra dificuldade ocorrida no período foi no que diz respeito à tentativa promovida pela Susep de aprovação de normativo legal em que se preserve. Em caso de liquidação das empresas supervisionadas, as reservas técnicas ficariam diretamente vinculadas ao pagamento dos direitos dos participantes e segurados, não podendo ser utilizadas para pagamento a outros credores, excluindo as da prioridade estabelecida pela Lei das Sociedades Anônimas.

Vale ressaltar, a despeito das citadas melhorias obtidas nos mecanismos de controle e fiscalização das empresas à distância, a restrição orçamentária para concessão de diárias e passagens pode ser considerado um óbice para o aumento da eficácia da Susep no cumprimento de sua missão institucional. Isso

porque se deve levar em consideração a abrangência nacional das ações de fiscalização, bem como a necessidade de aprimoramento e um maior nível de profundidade nos trabalhos de campo.

A questão de cortes no orçamento e contingenciamento também pode ser considerado um óbice em face dos contratos de desenvolvimento de sistemas informatizados, os quais não puderam ser implantados em tempo hábil.

O Programa **Desenvolvimento dos Mercados de Seguros Privados, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro** vem conseguindo obter bons resultados, a despeito de dois dos três indicadores esperados não terem sido efetivamente alcançados. Como já mencionado, tal fato, não implica no insucesso do Programa, mas sim demonstra a não-adequação daqueles indicadores para dimensionar o seu sucesso. Fato concreto é que o público-alvo, composto pelas pessoas físicas e jurídicas que compõem os mercados supervisionados e pelo público consumidor, sofreu impactos positivos através dos resultados das ações do órgão implementadas ao longo do período de vigência deste PPA.

Como principais resultados esperados para 2003, poderiam ser citados os seguintes:

- aprimoramento das normas que regulam os mercados supervisionados. A sistematização e consolidação de normas editadas, bem como a edição de novas normas é uma ação de caráter contínuo, que objetiva manter a regulamentação dos mercados supervisionados adequada à realidade e às necessidades dos agentes envolvidos, sendo que a padronização de alguns planos de seguro de vida e previdência, assim como a adequação dos produtos a nova legislação deverá continuar sendo efetuada, o que deverá ter um impacto extremamente positivo no que se refere à penetração desses produtos.
- manutenção da estabilidade e desenvolvimento dos mercados supervisionados, com redução do número de reclamações de consumidores junto ao órgão e aumento da diversidade de produtos oferecidos ao público em geral.
- aumento do volume de reservas técnicas e receitas provenientes das operações dos mercados provisionados em face da maior penetração dos produtos comercializados.
- redução da assimetria de poder e informação nas relações entre os agentes do mercado, que é um problema de natureza estrutural desses mercados e deve ser atenuado através de uma atuação constante deste órgão fiscalizador; e
- manutenção da credibilidade dos contratos e redução dos custos de transação/contratação, de modo a permitir uma maior penetração dos produtos.

..... **Concepção**

Quando da concepção do Programa, o problema então apontado era a desatualização das regras e mecanismos de controle e fiscalização dos mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência privada aberta, haja vista a expansão e as transformações experimentadas pelos mercados a partir do início do processo de estabilização econômica, que acabaram deixando a legislação e os mecanismos de controle e fiscalização então existentes inadequados.

Com a expedição de atos normativos definindo a forma e o nível de informações a que as empresas são obrigadas a apresentar periodicamente a Susep por meio magnético, e o conseqüente incremento na utilização da informática como ferramenta para análise de bases de dados encaminhadas pelas empresas, o órgão passou a ter um controle mais amplo e efetivo das operações realizadas pelas empresas pertencentes aos mercados supervisionados.

Assim, surge a necessidade da redefinição do problema que dá origem ao Programa. O problema atual seria a assimetria de poder e informação nas relações entre os agentes do mercado, que na verdade é um problema estrutural de mercados dessa natureza e que deve ser atenuado através de uma atuação constante dos organismos reguladores e fiscalizadores.

Um aspecto fundamental para a obtenção dos principais resultados do Programa seria a preocupação com o aspecto qualitativo quando da execução da ação e não apenas com o quantitativo, já que não implica necessariamente que tenha sido atingida com a devida eficiência. Um exemplo dessa preocupação qualitativa é a chamada Reunião de Solvência, realizada na Susep mensalmente, a qual conta com a participação de representantes dos departamentos da área fim do órgão, da diretoria e do gerente deste Programa. Na referida reunião são debatidos os principais problemas que vêm sendo enfrentados pelas empresas pertencentes aos mercados supervisionados, no que tange à sua saúde econômico-financeira, problemas estes identificados principalmente a partir dos mecanismos de controle e fiscalização à distância implementados pelo Órgão. Um dos principais resultados da reunião é o direcionamento das ações de fiscalização externa do órgão com vistas a apurar *in loco* os problemas apontados visando a dimensioná-los da melhor forma, bem como identificar que medidas devem ser tomadas.

.....
O Programa tem como estratégia de implementação buscar a ampliação e modernização da fiscalização, por meio de sistema *on line* de informações do mercado supervisionado, simplificação das rotinas e procedimentos, através da consolidação e revisão das regras de atuação, facilitando o acesso às informações pelo público consumidor e pelo mercado. Dessa forma, entende-se que a estratégia de implementação que vem sendo utilizada pela Susep pode ser entendida como adequada.

Implementação

Recursos Financeiros - no que diz respeito ao padrão de execução financeira das ações de fiscalização e de regulamentação, os recursos utilizados têm sido adequados ao cumprimento das metas estabelecidas ao longo do PPA.

Quanto à ação de concessão de empréstimos para liquidação de empresas pertencentes aos mercados supervisionados (Lei nº 10.190, de 2001- art. 3º), os recursos financeiros não vêm sendo suficientes para a manutenção das massas, o que prejudica o andamento dos trabalhos realizados nas empresas em liquidação extrajudicial, sendo que, para 2003, será necessário solicitar crédito suplementar.

Infra-estrutura - a infra-estrutura implantada no órgão não se demonstra suficiente para atender às suas necessidades, haja vista o potencial de crescimento dos mercados supervisionados. Seria necessário um aumento de espaço físico para comportar um maior número de servidores, além de investimentos em infra-estrutura de informática e telecomunicações que acompanhe as crescentes necessidades de troca e processamento de informação proveniente dos diversos agentes dos mercados fiscalizados.

Recursos Humanos - atualmente a Susep conta com um quadro técnico de trezentos servidores estatutários, complementado por mais 28 funcionários ocupantes de cargos em comissão de livre provimento e mais cinco requisitados também comissionados, para fiscalizar um mercado composto por 119 Companhias Seguradoras, trinta Entidades Abertas de Previdência Complementar, dezesseis Sociedades de Capitalização e aproximadamente 78 mil corretores entre pessoas físicas e jurídicas. Vale ressaltar, que a carência de pessoal do órgão se deve em parte ao fato do quadro funcional não vir sendo

incrementado na mesma proporção em que o mercado cresceu nos últimos anos, notadamente a partir do início do processo de estabilização da economia, ocorrido a partir de 1994. Tal deficiência foi parcialmente suprida através da realização de concurso em 2002 quando o quadro de servidores aumentou em 33 vagas, pelo incremento da terceirização (55 funcionários de apoio) e pelo processo de informatização ocorrido no período, que permitiu um aumento da produtividade de algumas atividades desenvolvidas pelo órgão.

Contudo, a sede não dispõe atualmente de espaço físico suficiente para um aumento de quadro mais significativo, problema que precisa ser solucionado com vistas a que se possa atender a demanda atual por funcionários, bem como possibilitar o atendimento à demanda futura que tende a ser crescente em, face do potencial de expansão dos mercados supervisionados em um ambiente de estabilidade econômica.

Quanto à qualificação do corpo funcional, embora o seu nível possa ser considerado bom, o trabalho de fiscalização e regulação de empresas eminentemente financeiras exige um grau de qualificação bastante alto, principalmente considerando a complexidade das atividades, bem como sua importância e volume de recursos (reservas técnicas) em poder das empresas pertencentes aos mercados sob supervisão da Susep. Além disso, a exigüidade de mão-de-obra prejudica a disponibilidade para afastamento dos servidores para treinamento.

Parcerias - no que se refere à participação da sociedade no Programa, as Entidades Fenaseg, Fenacor, ANAP e órgãos de defesa do consumidor participam principalmente no que diz respeito à elaboração de normativos que são apresentados em audiência pública na Susep ou através de sugestões elaboradas por comissões técnicas das respectivas entidades mencionadas. Os consumidores através das reclamações, denúncias e consultas ajudam na elaboração do foco da atividade fiscalizatória. Existem, ainda, uma comissão contábil e outra atuarial com participação de personalidades de prestígio profissional destas áreas. No caso de publicações de normativos de natureza polêmica, e visando contrabalançar o poder de participação das empresas supervisionadas, são realizadas audiências públicas, nas quais o público em geral pode expressar suas opiniões e críticas.

Educação Fiscal - PNEF

Resultados

Em continuidade aos trabalhos que vem realizando, o Grupo de Trabalho Educação Fiscal - GEF, juntamente com os GEFs dos Estados, tem consolidado a implementação do Programa de Educação Fiscal por meio de diversas ações de sensibilização, de divulgação do Programa e de capacitação de professores para a implantação do Programa nas escolas.

No ano de 2002, na condição de coordenação nacional do Programa, a ESAF/Geref teve como principais resultados:

1. Três reuniões nacionais com o GEF. As reuniões tiveram por objetivos conhecer mais de perto os trabalhos que os Estados de Pará e de Alagoas vêm realizando na implantação do Programa; realizar a troca de experiências entre todos os Estados brasileiros; promover a capacitação do grupo e acompanhar o desenvolvimento do PNEF em todo Brasil.

Evento	Período	Local	Nº de participantes	Carga horária
20ª Reunião do GEF	23 a 25.4.02	Belém/PA	69	20h
21ª Reunião do GEF	6 a 8.8.02	Maceió/AL	61	20h
22ª Reunião do GEF	2 a 5.12.02	ESAF/Brasília	61	32h

2. A primeira avaliação, em nível nacional, do PNEF. Esse trabalho teve início em 2000, numa parceria com o Unicef. Foi definido um sistema de monitoramento e avaliação, com a definição dos instrumentos Relatório de Avaliação - RA e Ficha de Avaliação - FA.

Evento	Período	Local	Nº de participantes	Carga horária
1ª reunião da Comissão Aval.	20 a 22/2/02	ESAF/Brasília	7	24h
2ª reunião da Comissão. Aval.	19 a 23/8/02	ESAF/Brasília	6	40h

A primeira reunião teve por objetivo validar a FA e definir um cronograma de trabalho.

Na segunda reunião, foram analisados os RAs, enviados pelos Estados, e elaborada a avaliação do Programa nos Estados. Foram elaboradas as FAs.

Foram selecionados dois Estados para visita da Comissão de Avaliação para verificação das informações contidas nos RA.

Os Estados visitados foram Maranhão e Paraná.

A Geref enviou as FAs aos estados e recebeu as contra-argumentações de alguns deles.

A última reunião prevista para novembro/2002, na qual seriam analisadas as contra-argumentações apresentadas e elaboração de relatório final, não pode se realizar devido à impossibilidade da participação de todos os componentes da Comissão de Avaliação.

Gerente:

**Maria de Fátima Pessoa de Mello
Cartaxo**

3. O primeiro curso à distância Disseminadores de Educação Fiscal, em parceria com o Cened.

Evento	Período	Local	Nº de participantes que concluíram o curso	Carga horária
Curso de Disseminadores de Educação Fiscal	29.10 a 30.12.02	Acesso à distância em todo o Brasil	607	80h

4. A produção bimestral do Comunicado GEF;
5. A produção do vídeo O Cidadão Acima de Tudo (criação e produção exclusiva de servidores da ESAF);
6. Participou da definição dos conteúdos para a criação do *site* Leãozinho (sobre o Programa de Educação Fiscal), da Secretaria da Receita Federal.
7. A produção de cartazes sobre o PNEF.

IMPLANTAÇÃO NAS ESCOLAS:EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS GLOBAIS DO PNEF (nível Brasil) dezembro/2002

RESULTADOS	1998	1999	2000	2001	2002
Nº de alunos instruídos pelo Programa	371.162	545.502	963.366	2.003.817	3.105.998
Nº de escolas abrangidas	1.841	2.139	2.810	13.823	13.957
Nº de professores capacitados	10.426	12.198	13.515	45.222	77.753
Nº de municípios participantes	191	256	391	1.001	1.723

Fonte: Indicadores de Desempenho dos Estados brasileiros

Para 2003, espera-se a finalização dos trabalhos da Comissão de Avaliação/2002, que deverá ocorrer em 2003, após a 23ª reunião do GEF, em março/2003.

Fortalecimento da Administração Fiscal de Estados e Municípios

Resultados

No âmbito dos estados, o resultado mais importante, decorrente dos investimentos na reengenharia de procedimentos operacionais e de gestão, na capacitação maciça do corpo funcional e na utilização intensiva de tecnologia de informação e comunicação foi o desempenho da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS, tributo responsável por mais de 80% da arrecadação própria dos estados. No período de 1997 a 2001, a arrecadação do ICMS apresentou taxa de crescimento real de 9,7%, valores deflacionados pelo IGP-DI. Entre 2000 e 2001, o crescimento foi de 4,3%. A revisão e a simplificação dos mecanismos legais, o controle integrado e informatizado dos principais processos da administração tributária e financeira e o fortalecimento da inteligência fiscal e do acompanhamento do desempenho econômico-fiscal por segmento foram decisivos para esse resultado. A cooperação entre as unidades da federação, fator chave para aumentar a eficiência da gestão tributária, também teve um impulso extraordinário nos últimos dois anos, com a concepção e o desenvolvimento do Sintegra (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços). Baseado em uma rede própria (internet), conectando as 27 unidades da federação, o Sintegra possibilita o intercâmbio de informações para a verificação do pagamento adequado das alíquotas interestaduais, além da solicitação e acompanhamento formais de pedidos de fiscalização e de informações complementares.

A transparência da gestão fiscal e a melhoria do atendimento ao contribuinte igualmente merecem destaque. O Programa vem promovendo uma verdadeira revolução no modelo de atendimento ao contribuinte: integrando serviços, democratizando o acesso a informações fiscais e facilitando o cumprimento de deveres junto às administrações estaduais. O auto-atendimento dos contribuintes, por intermédio de quiosques eletrônicos e da internet, foi privilegiado em todas as unidades da Federação. Atualmente, todos os estados possuem sítio fiscal, colocando à disposição dos contribuintes e cidadãos em geral entre 10 a 50 tipos diferentes de serviços, como cadastramento *on line*, certidão negativa de débito e informações sobre a gestão fiscal. Alguns estados, como São Paulo, estabeleceram, inclusive, a internet como meio principal de prestação de serviços aos contribuintes, por intermédio dos Pontos Fiscais Eletrônicos. Atualmente, o contribuinte somente comparece a um posto de atendimento presencial em situações especiais. Apesar do Programa encontrar-se ainda em execução nos estados, todos os índices previstos já foram alcançados ou mesmo ultrapassados. Uma análise pormenorizada dos indicadores evidencia os seguintes resultados:

- o processo de arrecadação dos tributos estaduais está mais ágil e confiável, favorecendo o cumprimento voluntário das obrigações e a notificação imediata dos contribuintes inadimplentes. Todos os estados implementaram processo de automação bancária e grande parte já concluiu a informatização integrada dos processos de gestão tributária. Em vinte estados, 100% das declarações do ICMS são em meio magnético;
- a recuperação de débitos cresceu em dez estados e, em quatorze, houve redução do estoque dos valores do contencioso administrativo em relação à receita tributária, em função do acompanhamento e controle do contencioso administrativo e judicial, envolvendo a simplificação e a cobrança automática de débitos, o

Gerente:

Robson de Araújo Jorge

controle dos parcelamentos, a notificação imediata dos inadimplentes e o controle e acompanhamento das ações judiciais;

- a estimativa da receita e da despesa foi melhorada. Em 21 estados, a receita realizada aproximou-se da receita orçada e, em dezessete estados, a despesa empenhada também se aproximou da despesa orçada; e
- os registros financeiros e contábeis são efetuados e controlados automaticamente. Todos os estados já implantaram ou modernizaram seus sistemas integrados de gestão financeira.

O atendimento aos municípios teve início em 2001, quando foi assinado o contrato de empréstimo junto ao BID, tendo sido beneficiados, nesse período, 12 municípios.

Em relação aos municípios, o principal avanço, entretanto, foi a qualificação de fornecedores, que submeteram seus *softwares* a testes e validações, amparados por rigorosa metodologia de avaliação de qualidade de *software*, procurando averiguar, além da qualidade, o atendimento das especificações definidas no Edital Internacional de Pré-Qualificação. O Programa prevê, obrigatoriamente em relação aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes e optativamente para aqueles com população entre 50 mil e 150 mil habitantes, a aquisição de um Conjunto de Sistemas Aplicativos - CSA, que abrange oito sistemas informáticos na área de gestão municipal tributária, financeira, atendimento e ouvidoria, recursos humanos, compras e patrimônio, protocolo, legislação e informações gerenciais, homologados pelo Centro de Pesquisa Renato Archer, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com vasta experiência na avaliação de qualidade de *software*. A intenção é uniformizar procedimentos, racionalizar os custos de aquisição e facilitar o processo de modernização de municípios menores que dispõem de estrutura administrativa e gerencial reduzida. Com a homologação dos CSA, a expectativa é que o programa amplie substancialmente o número de municípios atendidos, beneficiando, nesta primeira etapa, cerca de 25% da população brasileira.

Não é possível avaliar a variação dos índices dos indicadores em relação aos municípios, tendo em consideração que os primeiros contratos de subempréstimo foram firmados em 2002.

..... **Concepção**

Com a estabilização dos preços e o aprofundamento da crise fiscal, os desequilíbrios estruturais do regime fiscal brasileiro, camuflados durante anos pela inflação alta, se agravaram. A inflação mascarava de forma perversa os resultados das finanças públicas. Como as receitas sempre estiveram mais bem indexadas que as despesas, a inflação elevava as receitas nominais e corroía parcela significativa das despesas em termos reais, gerando falsos resultados de equilíbrio fiscal. Além disso, a inflação representava um mecanismo perverso de financiamento do setor público, que se apropriava do chamado imposto inflacionário, incidente principalmente sobre as camadas mais pobres da população, sem acesso à moeda indexada. Com a estabilidade macroeconômica, as decisões de gasto do setor público passaram a ter impacto real sobre os orçamentos.

Ficou evidente que uma política de ajuste fiscal, envolvendo iniciativas de ordem emergencial - rápida geração de resultados fiscais favoráveis - e medidas de ordem estrutural - privatizações, Reformas Administrativa e da Previdência e Acordos de Refinanciamento com Estados e Municípios -, era fundamental para a estabilidade e o crescimento, como também se tornou inequívoca a

necessidade de se desenvolverem ações no domínio das finanças públicas municipais e estaduais de tal modo a propiciar a descentralização sustentável da governança e o fortalecimento do pacto federativo, que significa o aumento da capacidade dos governos locais de gerar seus próprios recursos e de assegurar uma administração financeiramente sustentável, condição para que assumam os gastos sociais básicos e a melhoria da qualidade e disponibilidade dos serviços públicos locais, fundamentais à efetiva promoção do desenvolvimento humano e à melhoria das condições de vida da população. essas despesas, há que se observar, não poderão ser financiadas pelo aumento da participação local na receita dos impostos federais e por níveis crescentes de endividamento. Há que se observar o cumprimento da Lei de responsabilidade fiscal, que impõe ao gestor público disciplina fiscal, limitando gastos e inibindo a geração de déficits imoderados.

Em relação às estratégias de implementação, merecem destaque:

- a criação de uma unidade de coordenação exclusiva para o programa foi fundamental para viabilizar sua execução. Dada a amplitude e a complexidade do programa, o envolvimento da gerência com outras atividades comprometeriam os seus resultados;
- no âmbito dos estados, a realização de encontros nacionais de coordenação foi fundamental para o êxito do programa. Além da discussão conjunta dos problemas e possíveis ajustes na gestão do programa, os encontros priorizam a difusão de soluções técnicas e o intercâmbio de experiências;
- no âmbito dos municípios, a adoção de atendimento diferenciado para municípios com população inferior a 5 mil habitantes, que dispõem de reduzida estrutura administrativa e gerencial. No processo de validação dos *softwares*, são envolvidos técnicos municipais que estão inseridos ou em processo de inserção no programa, em função da larga experiência na gestão dos processos administrativos e fiscais abrangidos pelo programa. Nesse processo, os técnicos municipais têm oportunidade de rever pontos críticos em relação a sua área de atuação; e
- outra iniciativa relevante foi a delimitação do rol de implementações passíveis de serem financiadas, relacionadas sob a forma de recomendações técnicas. Na concepção do Programa, foi traçado, tendo-se como referência uma amostra representativa de setenta municípios, um diagnóstico detalhado da gestão fiscal e administrativa dos municípios, como também realizado um esforço de pesquisa e consolidação das melhores práticas. O resultado desse trabalho integra o Regulamento Operativo do Programa, o qual prescreve as iniciativas que devem ser adotadas na modernização dos principais processos da gestão fiscal e administrativa.

Dadas as particularidades dos públicos-alvos e os estágios diferenciados de execução, entende-se que esse Programa deveria ser dividido em dois, um voltado aos estados e outro, aos municípios.

Com a inserção dos municípios no Programa, novas estratégias de coordenação e acompanhamento dos executores terão que ser adotadas, tendo em vista a complexidade do Programa, dadas as diversidades regionais e o desafio de implementar estratégias verdadeiramente efetivas de desenvolvimento da capacidade sustentável de governança dessas instâncias.

O fortalecimento da posição do município na Federação Brasileira tem-se intensificado a partir de 1988, ampliando o seu raio de autonomia. O processo

de descentralização não se tem restringido à esfera fiscal com a ampliação das transferências de recursos, das faculdades tributárias próprias e da autonomia administrativa. O Governo Federal também tem privilegiado os municípios, estabelecendo-os como centros de referência de diversos de seus programas, como, por exemplo, a municipalização da saúde e dos programas assistenciais. Há a convicção de que os serviços públicos são mais eficientes e responsivos no nível local. A proximidade favorece o cidadão, de um lado, pela solução mais imediata dos problemas e, por outro, pela possibilidade do exercício efetivo do controle social. Além do equilíbrio fiscal, os municípios necessitam, neste cenário, de melhor governança, melhores instituições políticas e administrativas, que possibilitem aos seus governos encontrar suas próprias maneiras de promover o desenvolvimento econômico e de promover a justiça social. O espectro de intervenção do Programa, no âmbito do município, é, portanto, mais amplo, sem mencionar a amplitude, o que exige uma estratégia de implementação diferenciada, requerendo um esquema particular de gestão, acompanhamento e avaliação. Na prática, o Programa já funciona dessa forma - a gestão é integrada, mas dispersa.

..... **Implementação**

O Programa tem como principais parceiros o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, a CAIXA, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Escola de Administração Fazendária - ESAF e o Centro de Pesquisa Renato Archer - Cenpra, entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A CAIXA é o agente financeiro e co-executor do Programa, responsável pela concessão de subempréstimos aos estados e municípios e pela prestação de assistência técnica, sob a coordenação do Ministério da Fazenda, aos municípios executores dos projetos, especialmente os de menor população, que serão atendidos na modalidade projeto simplificado. A capilaridade da Caixa é fundamental para a penetração do programa nos pontos mais distantes do país. Sem a participação da Caixa, ficaria totalmente comprometida a operacionalização financeira do Programa.

O Programa não apresentou restrições financeiras no período 2000-2003. As divergências entre o planejado e o realizado devem-se, em relação aos estados, às dificuldades operacionais enfrentadas no que respeita às contratações e à prestação de contas, o que acarretou atraso na liberação de recursos. O prazo para conclusão dos processos licitatórios, principalmente no início do Programa, foi extenso, interferindo em seu andamento. O prazo de execução do Programa também foi ampliado em função da revisão dos projetos de todos os estados. Com a experiência adquirida, pôde-se verificar que ações inicialmente planejadas se mostraram não aplicáveis, como também novas implementações são necessárias, o que exigiu um esforço de replanejamento para a adequação do projeto inicial à nova realidade e às novas necessidades de cada unidade federativa.

No âmbito dos municípios, apesar das negociações para implantação do programa ter iniciado em 1998, o contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID somente foi assinado em 18 de maio de 2001. Em 2000, dada a eminência da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que implicaria modificações substanciais nos componentes do Programa, e dada a aproximação das eleições gerais para os governos municipais, foi decidido postergar a sua implantação. Em 2001, investiu-se na divulgação do Programa e intensificou-se o contato com as prefeituras selecionadas. Em 2002, foram assinados os primeiros contratos de subempréstimo com as prefeituras

enquadradas na modalidade projeto ampliado. O atendimento dos municípios menores não foi ainda iniciado em razão da finalização do processo de qualificação dos fornecedores do Conjunto de *Softwares* Aplicativos - CSA, principal componente da modalidade projeto simplificado. Os produtos, inicialmente reprovados por não atenderem aos padrões de qualidade requeridos e às especificações do Edital de Pré-Qualificação, foram novamente reapresentados, testados e, finalmente, homologados. Com a recente qualificação de fornecedores, será possível atender o número de beneficiários previstos.

Como o Programa privilegia a implantação de novos modelos de gestão na área fiscal, no caso dos estados, e na área fiscal e administrativa, no caso dos municípios, envolvendo a revisão e a normatização dos processos e a automatização das rotinas, são importantes a integração e articulação com os órgãos responsáveis por essas áreas no âmbito federal, principalmente em função do papel de liderança e de regulamentação que lhes cabem.

Dada a natureza do Programa, também não foram ainda desenvolvidos mecanismos diretos de participação da sociedade. Não obstante a existência da relação direta entre a melhoria da gestão fiscal e administrativa e a melhoria ou mesmo disponibilidade de serviços sociais básicos, não é possível, muitas vezes, aferir a satisfação dos usuários em relação aos produtos ou resultados advindos do Programa, tendo em vista a dificuldade do cidadão visualizar essa relação. Como quase todos os projetos, no âmbito dos estados e municípios, envolvem investimentos voltados para o atendimento do cidadão, particularmente do contribuinte, sugere-se concentrar a pesquisa de satisfação do usuário na aferição desse componente.

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União

Resultados O Programa foi criado a partir da percepção da necessidade de aperfeiçoamento da gestão financeira, contábil da União para melhoria do gasto público.

Entre os anos de 2000 a 2002, o programa apresentou desempenho satisfatório, podendo se destacar os seguintes resultados:

- Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN: essa ação refere-se aos principais Sistemas Informatizados da STN, desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das diversas atribuições finalísticas, bem como confiabilidade às informações prestadas pela Secretaria. Cabe ressaltar que a maioria das atividades desenvolvidas no âmbito da Instituição, até mesmo as de caráter estratégico, como o controle e acompanhamento dos recursos sob sua responsabilidade, eram realizadas através de planilhas eletrônicas. Destacam-se as seguintes principais melhorias:
- integração dos sistemas Elaboração da Proposta Orçamentária da Dívida Pública Interna - Elabora e Dívida Pública Interna - DPI para permitir a elaboração da proposta orçamentária pelo sistema Elabora.
- contabilização automática, para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo - Siafi, dos lançamentos contábeis gerados pelo sistema DPI.
- criação de módulo de consultas construídas, que permite a utilização de diversos parâmetros, para o sistema DPI e respectivos relatórios.
- criação de arquivo de agenda financeira mensal no sistema Dívida Externa; e
- criação de processo automático para envio periódico à Secretaria de Orçamento Federal - SOF de arquivos referentes à execução orçamentária da Dívida.
- Siafi Operacional (manutenção): durante o período 2000-2002, foram agregadas inúmeras funcionalidades aos sistemas Siafi e Siafi Gerencial, com o objetivo de facilitar o trabalho dos gestores públicos, devendo ser contemplados também, em 2003, a universalização do Subsistema Siafi Gerencial para as 4.800 unidades gestoras do sistema, bem como do módulo Contas a Pagar e Receber - CPR de forma a racionalizar o processo de gestão e controle dos recursos públicos.

Como principal limitador ao funcionamento do sistema, pode-se destacar a redução dos limites orçamentários, o que deverá se repetir em 2003, considerando que o montante atualmente proposto na Lei Orçamentária Anual (LOA) é menor que o efetivamente executado nos exercícios de 2001 e 2002. A impossibilidade de expansão dos recursos poderá acarretar riscos operacionais e redução da disponibilidade do Sistema, como forma de adequar os custos de produção à disponibilidade orçamentária concedida.

Gerente:

Almério Cançado de Amorim

-Siafi Século XXI: Principais Resultados do Projeto a partir de 2000 são:

-Elaboração dos documentos Projeto de Desenvolvimento dos Sistemas que compõem o Projeto Siafi Século XXI e Documento de Visão, onde está estabelecido o escopo do projeto;

- início do processo de capacitação das equipes técnicas envolvidas no Projeto, no âmbito da STN e do Serpro;
- início das atividades de Levantamento de Requisitos para especificação das funcionalidades do Sistema.
- primeira fase da validação tecnológica;
- prototipação do documento virtual;
- desenvolvimento e disponibilização do Centro de Treinamento Virtual do Siafi, com a realização do curso de Siafi Gerencial para quase 2 mil servidores;
- desenvolvimento do projeto-piloto com a implementação da funcionalidade Nota de Dotação; e
- conclusão do levantamento do parque tecnológico, com a atualização parcial, disponibilizando microcomputadores para as Unidades Gestoras com vistas à substituição da forma de acesso ao Siafi. Contudo, não foi possível a adequação das conexões dos usuários devido a problemas orçamentários/financeiros/administrativos do Serviço Federal de Processamento de Dados -Serpro.
- Gestão da Dívida Pública: a execução da Ação Gestão Da Dívida Pública está diretamente ligada à quantidade de emissões de títulos feitas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo, que dependem das necessidades de financiamento do País e, principalmente, das condições do mercado financeiro. Assim, a ação Gestão da Dívida Pública caracteriza-se como uma ação acessória, cuja execução depende da ocorrência da ação principal (emissão de títulos). No exercício de 2000, foram 38 os contratos geridos, produtos da referida ação, tendo sido pago o montante de R\$ 5.820.000,00, correspondendo a 100% da dotação consignada no Orçamento Geral da União (OGU). No exercício de 2001, foram previstos 68 contratos e realizados 42, tendo sido pago o montante de R\$ 8.064.588,10.

Em 2002, tendo em vista a reestruturação ocorrida no âmbito do gerenciamento da dívida pública, houve a necessidade de se assumir novos contratos, fazendo com que a Ação Gestão do Serviço da Dívida Externa passasse a ser denominada Gestão da Dívida Pública. Porém, devido à transferência para a STN de algumas atividades realizadas atualmente pelo Banco Central ter sido postergada para 2003 e como as emissões programadas para o exercício de 2002 não foram concretizadas em função de condições desfavoráveis do mercado internacional, o número de emissões externas ficou abaixo do programado. Entretanto, até o presente momento, estão sendo geridos 47 contratos, tendo dessa forma superado a meta física para o ano de 2002.

Como impacto positivo, pode-se destacar o cumprimento integral de todos os compromissos financeiros assumidos quando da emissão de títulos públicos, inclusive considerando as despesas estimadas para até 31/12/02. Para o exercício de 2003, a restrição orçamentária imposta por cortes na proposta original submetida pela STN poderá constituir-se grave problema, tendo em vista a perspectiva de aumento na quantidade de títulos emitidos e na complexidade das operações, ou seja, operações estruturadas, que envolvem troca ou recompra de títulos e apresentam despesas mais elevadas, por envolver ritos processuais e administrativos diferenciados, seja por parte dos advogados, seja por parte dos agentes envolvidos. Importante registrar que o total das despesas é muito inferior aos ganhos financeiros que a União vem obtendo nas operações realizadas, as quais têm por objetivo reduzir o custo e alongar o prazo da dívida pública.

- Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública - Proger: os impactos positivos resultam do fortalecimento da estrutura organizacional e na melhoria da capacidade do quadro técnico da STN no gerenciamento da dívida pública, com reflexos na redução de seu custo. Para 2003, estão previstas ações que possibilitem a integração dos sistemas de informação existentes, a participação de servidores em programas de aperfeiçoamento (*workshops*, visitas técnicas, treinamentos e seminários), a aquisição ou o desenvolvimento de ferramentas analíticas (*software*), além da implantação de programa de redução e gerenciamento dos riscos operacionais inerentes às atividades das áreas envolvidas com a administração da dívida pública.

Gestão Financeira e Contábil:

- em 2000, o Balanço Geral da União-BGU referente ao exercício de 1999 foi disponibilizado via internet e por CD-Rom. O CD foi viabilizado em parceria com o Banco do Brasil, sendo disponibilizados, em 2000, aproximadamente quatrocentos CDs. Tal número, contudo, elevou-se para mil CDs em 2001 e 2002;
- do ponto de vista de conteúdo, a cada ano, o BGU apresenta melhor adequação à LOA, ou seja, todos os demonstrativos apresentados no orçamento estão sendo incorporados. De igual maneira, por solicitação do Tribunal de Contas da União - TCU, o BGU passou a incorporar capítulo específico para o relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo; e
- por fim, em 2002, foram disponibilizadas as séries históricas de receitas e despesas. Ainda nesse exercício, a Coordenação Geral de Contabilidade - Ccont coordenou o Fórum Internacional de Normas Contábeis e vem orientando estados e municípios (5.600 municípios) sobre normas contábeis aplicadas à Administração Pública.

A elaboração do BGU encontra-se em fase de desenvolvimento e dentro do cronograma previsto. Até o momento foram analisadas as últimas prévias e emitido relatório conclusivo indicando várias adequações a serem feitas. Nesta oportunidade, houve a inclusão de um Balanço Patrimonial - BP com dois exercícios e duas Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP, por Natureza e Natureza Função, também com dois exercícios, que passarão a integrar o Volume III, dando início ao cumprimento da primeira Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público - NICSP, que o Brasil deverá implementar até 2003, de acordo com o convênio assinado com a Associação Interamericana de Contabilidade - AIC.

- Gestão de Haveres da União: no exercício de 2000, o valor efetivamente recebido corresponde a 93% (R\$ 19.450.909.872,24) das expectativas previstas. Houve alteração do produto desta ação no exercício de 2001, passando de 'Contrato Gerido' para 'Haver Recebido', em função do volume de haveres efetivamente recebidos ser medida mais representativa do resultado da ação. Assim, foi previsto para o ano, o recebimento de R\$15,989 bilhões em haveres, sendo recebidos R\$19,435 bilhões. Em 2002, foram arrecadados R\$ 20,479 bilhões contra a previsão de R\$ 18,168 bilhões. A meta estipulada foi atingida em níveis acima de 100% em função da cobrança efetiva por parte do Tesouro Nacional e do Agente Financeiro, aliada ao fato de os contratos estarem lastreados por garantias consistentes e de fácil execução.

Para 2003, os principais resultados esperados são:

- com relação ao BGU 2003, espera-se uma maior adequação do balanço orçamentário e outros demonstrativos a nova forma descrita nas normas internacionais de contabilidade.

- ao Sistema Integrado de Administração Financeira devem ser agregadas novas funcionalidades em 2003, como: desenvolvimento de novo tipo de Ordem Bancária que permita a utilização de código de barras; ajuste ao novo Catálogo de Mensagens do Sistema de Pagamento Brasileiro; elaboração do Manual de procedimentos de Cadastradores Siafi com a finalidade de dar suporte aos cadastradores parciais, regionais e de unidades gestoras na habilitação dos usuários ; funcionamento do Centro de Treinamento Virtual do Siafi com a disponibilização de curso sobre o subsistema Contas a Pagar e a Receber - CPR, dentre outros.
- além da manutenção dos sistemas Dívida Interna Contratual, Dívida Agrícola, Elaboração da Proposta Orçamentária da Dívida Pública Interna - Elabora e Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF, também se pode destacar a manutenção do Sistema de Gerenciamento de Riscos - Gerir. O sistema tem como principal objetivo subsidiar a elaboração de estratégias de emissão de títulos da dívida pública, fornecendo indicadores financeiros, perfil de maturação e indicadores de custo e risco associados a cada estratégia. Dessa forma, o gestor pode selecionar a estratégia que minimize os custos e riscos associados à dívida, sujeito às restrições impostas por um comitê gestor. Possui os módulos de mapeamento e armazenamento da carteira de haveres e obrigações do Tesouro Nacional, de geração de informações gerenciais e simulação de estratégias e de gerenciamento de risco.

.....

O Programa surgiu para viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante a transparência do gasto público, administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado.

Concepção

Este Programa compõe-se de ações continuadas do Governo Federal relativas à administração e programação financeira, gestão da dívida pública e a contabilidade geral da União, sob a responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Por sua especificidade, o Programa exerce grande influência no saneamento das contas públicas, especialmente mediante a melhoria do gasto público.

A definição das ações levou em consideração a necessidade de modernização do sistema de finanças, tal como prescreve o macroobjetivo nº 2 do PPA. Assim, entende-se que as ações definidas contribuem para a manutenção e modernização das atividades relacionadas ao sistema de finanças e contabilidade da União.

Uma questão complexa, que ainda merece reflexões mais aprofundadas, é a da adequação das metas físicas. De fato, as metas físicas não têm se apresentado como um dado gerencial relevante, vez que as atividades desenvolvidas para a consecução do objetivo proposto geram impactos bem mais importantes do que a geração quantitativa de produtos ou serviços específicos. Talvez pudessem ser substituídos por informações sobre o andamento de projetos de longo prazo ou ainda por indicadores de nível menos estratégico, com a finalidade de se medir a própria ação. Tal medida poderia transformar o processo gerencial em uma fonte mais rica de *feedback*. Contudo, ainda não temos uma proposta concreta.

Implementação

As dotações orçamentárias de 2000 a 2002 e as previsões para 2003 limitam o escopo de atuação do programa, sendo suficientes apenas para as atividades de manutenção, em detrimento das iniciativas voltadas para a modernização e o conseqüente fortalecimento do sistema de finanças e controle.

Com relação à ação Sistema Integrado de Administração Financeira, tem-se como principal limitador ao funcionamento do sistema, a redução dos limites orçamentários, já que o montante atualmente proposto na LOA para 2003 é menor que o efetivamente executado nos exercícios de 2001 e 2002. A impossibilidade de expansão dos recursos acarretará riscos operacionais, podendo levar à redução da disponibilidade do Sistema como forma de adequar os custos de produção à disponibilidade orçamentária concedida, com empecilhos à execução orçamentária e financeira de todos os órgãos do Poder Público que dependem do sistema para o desempenho de suas funções.

Especificamente, como forma de adequação aos ajustes orçamentários impostos, as despesas com o Siafi vêm apresentando pouco grau de variabilidade, sendo esses acréscimos inferiores aos benefícios gerados por sua produção. Como forma de ajuste à disponibilidade existente, inúmeras medidas foram impostas à estrutura que atende ao sistema, provocando a eliminação do serviço de manutenção de equipamentos que acessam o Siafi, a impossibilidade de adequação dos circuitos para aumento da velocidade de acesso e a transferência para o usuário final a responsabilidade de contratação de novos circuitos para acesso ao sistema.

Considerando que o custo médio mensal do Siafié da ordem de R\$ 4,5 milhões, pode-se verificar que a disponibilidade orçamentária aprovada vem atendendo às despesas somente até o mês de setembro de cada exercício, gerando a necessidade de articulação da STN para a garantia dos recursos necessários para manutenção do sistema.

No que tange à ação Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Orçamentária 2002 também não foi suficiente para atender às necessidades evidenciadas no período. Essa ação contempla todos os sistemas internos do Tesouro Nacional, mas, efetivamente, não tem sido suficiente para o desenvolvimento, manutenção e produção de sistemas críticos vinculados às Dívidas e aos Haveres da União. Em conseqüência, estima-se que a meta física tenha ficado entre 60 a 89%, portanto abaixo do previsto.

Os recursos liberados para as ações Gestão Financeira e Contábil, Gestão de Haveres da União e Gestão de Obrigações da União foram insuficientes para a cobertura das despesas geradas em 2002. Importante destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN vem apresentando, nos últimos anos, aumento dos custos operacionais em virtude do incremento de atribuições e a conseqüente ampliação da sua estrutura administrativa. Entre as novas atribuições, podem ser destacadas aquelas relacionadas à implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), que atribuiu à Secretaria novas responsabilidades e transferiu atribuições de outras instituições.

Para o atendimento da demanda, foram criadas coordenações-gerais, realizados concursos públicos para contratação de novos servidores, bem como realizada a celebração dos acordos/convênios/contratos a seguir:

- Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN;
- Contratos de cessão de créditos (renegociação de dívidas) e de prestação de serviços para cobrança judicial dos créditos cedidos em favor da União celebrados junto ao Banco do Brasil - BB,

- Convênio entre a Caixa Econômica Federal - CAIXA e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, destinado à coleta de informações contábeis nos mais de 5.000 municípios brasileiros.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (parágrafo 2º, do artigo 50) prevê como responsabilidade da STN a permanente atualização e divulgação das informações contábeis, onde se destacam a elaboração e publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal. A não-divulgação das referidas informações implica descumprimento da LRF.

Cabe destacar, também, que as atividades desempenhadas pelos servidores do Tesouro Nacional, exigindo deslocamentos a diversas localidades do país e do exterior, vêm pressionando os custos com diárias e passagens. Destaca-se entre as atividades que exigem a constante realização de viagens as seguintes:

- acompanhamento da situação econômica e financeira dos estados e municípios, conforme Programa de Reestruturação Financeira de Estados e Municípios;
- acompanhamento de leilões da dívida pública realizados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro;
- lançamentos de títulos brasileiros no exterior;
- negociação de operações de crédito externo de interesse da União e junto a diversos credores estrangeiros; e
- participação dos servidores do Tesouro Nacional em grupos de trabalho.

Durante 2000 e 2001, foi possível a garantia do funcionamento do Siafi de forma a permitir aos 36 mil usuários a utilização do sistema sem limitações operacionais. Contudo, em 2002, por limitações orçamentárias, foi adotada medida que dificultou o acesso ao Siafi, a saber: adoção do acesso via internet com utilização do *Host On Demand* - HOD e desativação dos circuitos SNA.

No que tange à Ação Sistema Informatizado da STN, problemas localizaram-se, principalmente, na manutenção e produção dos sistemas. A entidade responsável pela manutenção da infra-estrutura dos sistemas internos da STN é o Serpro, empresa pública, sujeita, portanto, a contingenciamento orçamentário/financeiro, o que tem impactado diretamente no cumprimento dos acordos de níveis de serviço. Assim, o contingenciamento de recursos constituiu-se na principal limitação para o alcance de melhores resultados, impossibilitando a criação de infra-estrutura específica para a STN com o fim de comportar todos os sistemas internos. Ressalta-se que, a cada novo exercício, surgem necessidades de controle, caracterizando novos módulos de sistemas que necessitam de implantação. Cabe lembrar que esses sistemas internos referem-se aos mecanismos de gerenciamento dos recursos públicos, garantindo tratamento homogêneo e sistemático da administração dos Haveres e Obrigações sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

Não têm havido problemas de compatibilização da estrutura da Secretaria com o modelo de gestão por programas. Porém, permanecem algumas questões passíveis de melhoria, tais como a definição clara do papel dos gerentes de programas, dos responsáveis pelas ações e dos gerentes de linha desses responsáveis, a adequação das formas de mensuração dos resultados das ações e programas, especialmente os de gestão.

Gestão da Política de Regulação de Mercados

Resultados

O Programa **Gestão da Política de Regulação de Mercados** tem por objetivo estabelecer novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

A execução do Programa é altamente benéfica do ponto de vista sócio-econômico tendo em vista que possibilita a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos, seja pela melhoria dos instrumentos regulatórios ou pela introdução da competição, elevando a eficiência das empresas. Com relação aos preços não-administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor por meio do incremento à concorrência.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE do Ministério da Fazenda - MF não possuía indicadores no período de 2000 a 2002. Contudo, procurou desenvolver ferramentas gerenciais que buscassem reduzir o tempo médio de instrução e apreciação dos atos de concentração e dos processos administrativos, bem como de outras atividades. Nesse sentido, a partir de 2002, a SEAE procurou implementar indicadores de eficiência (como o Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico e a Eficiência quanto à Ação Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais), de eficácia (quanto ao Orçamento da Secretaria e às ações do PPA) e de economicidade (quanto aos Serviços de Informática, à Ação Promoção e Estímulo à Concorrência e à Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais).

No período de 2000 a 2002, o Programa apresentou resultados bastante satisfatórios, inclusive com superação de metas em algumas ações. Não houve mudanças na gestão interna do Programa e na Política Setorial. Apesar dos significativos contingenciamentos nos anos de 2000 e 2001, os resultados não foram significativamente afetados, sendo que, em 2002, com a possibilidade de utilização de recursos provenientes das taxas referentes à análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios não houve qualquer problema para a execução do Programa.

Vale citar que a Ação Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais obteve um expressivo incremento físico de 275%. Essa ação, objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais. Isso é alcançado por meio de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.

Essa Ação tem como produto normas publicadas, sendo utilizados os seguintes procedimentos e instrumentos na implementação e execução da Ação: 1 - pesquisa e coleta de dados nos sistemas de acompanhamento de mercado; 2 - reuniões com representantes dos setores envolvidos; 3 - reuniões com técnicos de outros ministérios afins; 4 - levantamento e análise comparada de normas e legislações; 5 - reuniões internas e, por fim, 6 - a elaboração de normas.

Gerente:

Francisco de Assis Leme Franco

Em 2002, foram produzidas 29 normas envolvendo a regulação de atividades econômicas e contando com a participação da SEAE. Inicialmente, foi prevista para essa ação a publicação de três normas anuais. Contudo, uma série de fatos ocorridos a partir de 2001 contribuíram para a superação, em muito, das metas físicas inicialmente previstas. Entre esses fatores, pode-se destacar a intensificação da ação do governo no sentido de regular a área de medicamentos, resultando na publicação de diversas normas relativas a esse setor. Aliado a isso, foram executadas medidas destinadas à preparação, por parte do Governo, da abertura do mercado de derivados de petróleo, o que resultou na produção de vários instrumentos legais. Além disso, em virtude das novas atribuições conferidas a esta Secretaria, no que concerne à fiscalização de prêmios e sorteios com fins comerciais e ao combate aos cartéis, fez-se necessária a publicação de normas legais para regulamentar a atuação da SEAE nessas áreas.

Ressalte-se também a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais. Vale dizer, que as competências relativas à operacionalização e fiscalização de prêmios e sorteios começaram a ser transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Desde então, para a realização de operações de distribuição gratuita de prêmios e sorteios por parte de instituições financeiras é necessária a autorização da SEAE. Os agentes interessados em realizar eventos devem submeter à apreciação da Secretaria os documentos necessários à obtenção da autorização. Destaque-se que os documentos estão exaustivamente relacionados no próprio texto legal, que estabelece a necessidade de autorização do Poder Público. Ainda, a SEAE atua como instância de recurso para emissão de autorizações de distribuição gratuita de prêmios.

Essa ação objetiva emitir autorizações e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios quando instituições financeiras forem partes interessadas; emitir autorizações e fiscalizar as extrações de corridas de cavalo (*sweepstakes*) e outras modalidades de loterias por parte de *jockey clubs*; homologar planos de extração de lotéricas; e fiscalizar a captação de poupança popular. Além dos objetivos mencionados, essa ação visa, ainda, a dar maior transparência a tais eventos, bem como a assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto n.º 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para subsidiar a análise relativa à concessão de pedidos de autorização para promoções, a SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de capacidade e de solvência das empresas interessadas em realizar os eventos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do Procon e dos cidadãos de modo geral.

Em 2002, a Secretaria cumpriu os objetivos traçados para a ação, tendo, inclusive superado a meta física prevista em 100%, visto que o número de pedidos para prêmios e sorteios foi superior à média histórica. Ainda assim, o consolidado financeiro ficou aquém do previsto.

Destaca-se também a Ação Estruturação e Acompanhamento de Regimes Tarifários, que visa a estruturar critérios e regras para fixação e reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes. É aplicada especialmente no caso de serviços/preços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa. Essa Ação tem como produto normas e parâmetros técnicos e legais destinados principalmente às operadoras de setores privatizados, concessionárias de serviços públicos e Agências Reguladoras. Essa ação teve, em 2002, suas metas físicas e financeiras alcançadas, sendo estruturados os seguintes Regimes Tarifários: preços do petróleo e derivados, tarifas

de aviação, preços de medicamentos e mensalidades de planos de saúde, entre outros. Em 2002, foram publicadas dezesseis normas referentes a esta ação.

Estima-se que o alcance do índice previsto para os indicadores até o final do plano seja alto, ou seja, acima de 90%. Portanto, avalia-se que as metas serão cumpridas integralmente, com possibilidade de superação em várias ações, principalmente pela disponibilidade de recursos, conforme exposto anteriormente.

Dessa forma, dados os excelentes resultados alcançados, sugere-se que não haja alterações na elaboração do próximo Plano Plurianual, podendo haver, excepcionalmente, adequação de metas em virtude de melhorias na atividade econômica.

Para 2003, o planejamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico está baseado nas atribuições atuais do órgão, que é encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e reprimir condutas anticoncorrenciais, atuando em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados. Em 2003, a SEAE planeja aumentar sua eficiência na execução de diversas atribuições mencionadas acima. O planejamento das atividades e projetos da Secretaria contemplou os seguintes elementos:

- Análise de atos de concentração	- Agenda internacional
- Condutas anticompetitivas	- Relações institucionais
- Regulação e acompanhamento de mercados	- Gestão da SEAE
	- Prêmios e sorteios

Entre tais projetos e atividades, vale mencionar que, em 2002, foram analisados 586 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, com o tempo médio de 110 dias para a análise de atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da SEAE, do Ato de Concentração, não descontados os períodos de suspensão de contagem de prazo quando as empresas envolvidas são oficiadas pela Secretaria a fim de prestarem esclarecimentos adicionais no decorrer da tramitação dos Processos. Nessas ocasiões, suspende-se a contagem dos prazos, desde o envio do Ofício da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante da Lei nº 8.884/1994, art. 54, §8º). Os processos em análise podem ter seu prazo legal suspenso quantas vezes for necessária a prestação, por parte das requerentes ou interessados, de informações adicionais, fazendo com que o tempo líquido de análise de um Ato de Concentração da SEAE seja, em média, de trinta dias (Prazo legal estabelecido pela Lei nº 8.884/1994). Por oportuno, cabe informar que medidas adotadas em 2002 (em especial a adoção do Procedimento Sumário para Atos de Concentração que não envolvam complexidade analítica ou que flagrantemente não envolvam riscos à concorrência) deverão implicar a redução do tempo bruto de análise de Atos de Concentração em 2003. Como resultado, todo os agentes econômicos envolvidos serão beneficiados.

Concepção

Conforme menção anterior, o Programa, inicialmente visou atender ao artigo 70 da Lei nº 9.069/1994 (Lei do Real) que estabelecia que o reajuste e a revisão das tarifas de serviços públicos fossem feitas conforme atos, normas e critérios fixados pelo Ministro da Fazenda, o que, em parte, é feito até os dias de hoje. Com a liberação dos mercados, o incremento da concorrência no País e a participação de capitais privados nos serviços públicos, o Programa foi sendo estendido para contemplar mecanismos mais adequados a esse novo cenário de competição. Assim, algumas alterações que ocorreram ao longo do tempo vieram a expandir e atualizar o escopo do Programa.

A única alteração que ainda não foi possível realizar refere-se à implantação de Coordenação-Geral específica para atender à Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins comerciais. Atualmente, a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais está sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Serviços Públicos e Infra-Estrutura - Cogsi, ou seja, dentro de uma coordenação cujas atividades não têm relação com a ação, principalmente, no que se refere à fiscalização. Dois graves problemas decorrem dessa conformação: a sobrecarga de trabalho da Cogsi e a pouca adequação dos técnicos à tarefa, tendo em vista ser regulação econômica e defesa da concorrência a especialidade do quadro da Coordenação.

O aspecto mais importante na implementação foi à capacitação dos servidores e o incentivo ao recebimento de novos quadros para a Secretaria, principalmente servidores pertencentes às carreiras de Estado.

Foram identificadas cinco causas do problema que originou o Programa, a seguir:

Causa	Ação
Necessidade de acompanhamento dos principais mercados para detecção antecipada de problemas que possam afetar os preços;	Acompanhamento Sistemático de Mercados;
Necessidade de assessoramento ao Ministério da Fazenda nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais;	Acompanhamento de Regimes Tarifários Estruturados;
A concorrência é a forma mais efetiva para que os consumidores tenham disponibilidade de produtos e serviços com preços mais adequados, melhor qualidade e maior diversidade;	Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais e Promoção e Estimulo à Concorrência;
Necessidade de análise, autorização e fiscalização das promoções e sorteios a fim de evitar e inibir práticas inadequadas; e	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais; e
Necessidade de suporte informatizado avançado para que as ações sejam operacionalizadas de forma tempestiva.	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Com relação às ações que compõem o Programa, temos que a primeira ação, **Implementação** Acompanhamento Sistemático de Mercados, tem por objetivo observar a variação dos preços que impactam diretamente os índices de inflação, bem como acompanhar os principais mercados para detectar problemas que possam afetar os preços e, assim, promover ações que possam corrigir distorções.

Já a Ação Acompanhamento de Regimes Tarifários Estruturados se faz necessária pois, apesar de as Agências Reguladoras serem encarregadas da estruturação nos mercados setoriais, há ações que impactam as políticas macroeconômicas e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Nesse caso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, como é o caso do Conselho Nacional de Política Energética. Ainda, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário - Antaq, devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Existem também outros setores, como o setor postal,

que ainda não possuem agência reguladora, para os quais é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Por fim, independentemente de existência ou não de agência, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Quanto às ações Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais e Promoção e Estímulo à Concorrência, essas são importantes por buscarem a impedir o exercício de poder de mercado das empresas, bem como inibir práticas anticoncorrenciais. Já a Ação Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais decorre da possibilidade de as empresas, ao procurarem expandir suas vendas ou elevar suas receitas, virem a promover promoções ou sorteios que não possam cumprir, o que prejudicaria os consumidores. Nesse sentido, é necessário analisar, autorizar e fiscalizar esses eventos de forma a evitar e inibir práticas inadequadas.

Finalmente, a Ação Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico é de suma importância para o sucesso das outras ações, dado que estas exigem um suporte informatizado avançado para que as atividades sejam executadas de forma tempestiva.

O Programa Defesa Econômica e da Concorrência, que é gerenciado pela Secretaria de Direito Econômico - SDE, do Ministério da Justiça, tem duas de suas ações sob responsabilidade da SEAE, quais sejam: Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais e Harmonização da Legislação e Procedimentos para a Promoção e Defesa da Concorrência Junto aos Blocos Regionais.

Com essa estrutura de programa, a SEAE vem obtendo bons resultados no que se refere à execução das ações do PPA, e isso se deve a vários fatores, como a ênfase que tem sido conferida à capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação de suas atividades. Nesse sentido, vários servidores oriundos das carreiras de Estado têm sido agregados à equipe de trabalho, o que tem contribuído para o aperfeiçoamento da operacionalização das ações. Além disso, a SEAE conta com recursos próprios obtidos por meio de taxas arrecadadas junto às empresas para as quais presta serviços de análise de atos de concentração e de fiscalização de prêmios e sorteios. Esse fator permite que as necessidades financeiras da Secretaria sejam atendidas e, conseqüentemente, que o Programa seja executado com sucesso.

A SEAE também vem dando atenção à evolução do grau de participação da sociedade no Programa. Nesse sentido, a Secretaria possui um *e-mail* institucional para recebimentos de sugestões, questionamentos e denúncias por parte do cidadão/usuário, por meio do qual são respondidas, aproximadamente, oitenta mensagens eletrônicas por mês. Esse fator permite à Secretaria conhecer as expectativas da sociedade e, dessa forma, promover melhoria em suas atividades.

No que se refere aos impactos sócio-econômicos, temos que a execução do Programa é altamente benéfica, tendo em vista que possibilita a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos, seja pela melhoria dos instrumentos regulatórios ou pelo incentivo à competição, fato este que eleva a eficiência da economia como um todo. Com relação aos preços não-administrados, o Programa também beneficia a redução de preços ao consumidor por meio do incremento à concorrência.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

Resultados

Com o objetivo de buscar alcançar as metas para a inflação definidas pelo Governo Federal diversas medidas de aperfeiçoamento foram adotadas, tendo-se como principais resultados alcançados pelo Programa **Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito**:

- Implantação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB;
- Conclusão do relatório do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil, que tornou possível o conhecimento do montante da alocação dos investimentos estrangeiros realizados no Brasil até dezembro/2000;
- Pesquisa sobre Capitais Brasileiros no exterior, que permitiu a aferição dos ativos detidos por residentes no exterior e a elaboração da Posição Internacional de Investimentos;
- Aperfeiçoamento do regime de metas para inflação;
- Divulgação tempestiva de estatísticas e de decisões do Banco Central, divulgação dos normativos editados entre 1965 a 1989, por meio eletrônico e a disponibilização de informações sobre a dívida externa do setor público no sítio do Banco Central na internet, aumentando a transparência da atuação da instituição;
- Realização de campanhas educativas sobre a utilização do dinheiro e para a divulgação de novas cédulas e moedas;
- Recuperação de parte dos créditos concedidos, no passado, a outros países pelo governo brasileiro, para financiamento de exportação de produtos e serviços brasileiros, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - Proex; Gestão junto ao Fundo de Garantia à Exportação, no sentido de garantir que o seguro de crédito à exportação seja um instrumento importante na alavancagem das exportações brasileiras, colaborando para o incremento da balança comercial; e
- Aperfeiçoamento na gestão das Reservas Internacionais.

Cabe registrar que a meta para a inflação estabelecida para 2002 não foi cumprida, dado que o IPCA variou 12.53% e o limite superior do intervalo de tolerância da meta para o ano era de 5.5%. Em carta aberta ao Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central explicou que o não cumprimento da meta deve ser atribuído a três fatores: a forte depreciação cambial, a evolução dos preços administrados por contrato e monitorados e a deterioração das expectativas para inflação. A política monetária foi conduzida de modo a perseguir metas para inflação ajustadas, que busquem a convergência da trajetória das metas estabelecidas pelo conselho Monetário Nacional, levando em consideração, contudo, o custo do ajuste em termos de produto e renda da economia brasileira.

Em outubro de 2001, ocorreram mudanças internas no gerenciamento do Programa, com a substituição do gerente e da equipe de assessoramento.

Para 2003, pretende-se dar continuidade nos processos de aperfeiçoamento das ações, bem como aprofundamento na elaboração de estudos e pesquisas, objetivando avanços no desenvolvimento do modelo estrutural para a economia brasileira, resultando no aperfeiçoamento da elaboração de projeções e de cenários; evolução tecnológica do Sistema de Pagamentos Brasileiro, com redução de custos para os usuários; avanços na reforma da Lei de Falências e incremento no relacionamento com organismos e instituições internacionais.

Gerente:

João Antônio Fleury Teixeira

Concepção O Programa busca o crescimento sustentado e uma distribuição mais equitativa da renda. Para tanto, o controle do processo inflacionário é fundamental, permitindo o alongamento do horizonte de planejamento dos agentes, que deverá conduzir ao crescimento dos investimentos e geração de empregos, e eliminando um imposto que recai mais fortemente sobre as classes menos favorecidas.

Foram identificadas quatro aspectos da demanda:

Causa	Ação
Necessidade formulação e gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito pelo Governo Federal, buscando a estabilidade do poder de compra da moeda.	Formulação e gerenciamento das políticas monetária, cambial e de crédito.
Necessidade da realização de estudos e análises para subsidiar a formulação da política econômica do país.	Análise macroeconômica e proposições para formulação da política econômica.
Necessidade de suporte técnico e negocial para o trato dos assuntos internacionais.	Assistência técnica em assuntos internacionais
Necessidade de um Sistema Informatizado específico para assuntos da área de política econômica do Ministério da Fazenda - MF	Sistema Informatizado da Secretaria de Política Econômica

As metas físicas para ações de programas de gestão de políticas públicas são de difícil definição, considerando que a quantidade do produto por ela gerado, em geral um serviço, depende da demanda por parte do público-alvo e/ou do comportamento do mercado, bem como se constituem de serviços de difícil mensuração. Além disso, é significativo o grau de variabilidade do produto em função das condições em que ele é elaborado. Exemplo: a fiscalização em uma instituição financeira pode consumir mais tempo e recursos do que em outra.

Originalmente, o Programa não possuía indicador, embora tenha sido solicitada a inclusão do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que mede as metas para inflação, como indicador do Programa. Tal solicitação foi atendida em 2002, com a sua inclusão no PPA Vigente e para LOA 2003.

Não foi identificado nenhum produto que contribua para o objetivo do Programa, além daqueles que já constam das ações que o compõem.

Sugere-se que cada ação do Programa seja objeto de um plano de ação com metas, prazos e responsáveis, de modo a facilitar sua execução, acompanhamento e avaliação. Essa organização dos trabalhos seria realizada no âmbito da gerência de tal modo, que a implementação do programa seria facilitada pela atuação do gerente no sentido de promover a articulação entre as unidades administrativas envolvidas no desenvolvimento das ações.

A disponibilização de canais de comunicação entre as unidades responsáveis pelas ações do Programa e a sociedade por meio de instrumentos como as centrais de atendimento ao público, telefone 0800, e página na internet tem permitido a maior comunicação com o público-alvo, com a imprensa e a população em geral. Por esses meios são apresentadas críticas, dúvidas, reclamações, sugestões e elogios, de modo a fornecer elementos importantes para o aperfeiçoamento da atuação e, conseqüentemente, da estratégia de implementação do Programa. Analistas financeiros participaram de avaliações, com vistas ao aperfeiçoamento da atividade de formulação e gerenciamento da política monetária.

Implementação A ação - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais - ressen- te-se particularmente das dificuldades causadas pelo descompasso entre as características e contingências a que está submetida, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros. Na medida em que há intensa participação em reuniões de negociação internacional, assinalam-se três pontos críticos:

- A dificuldade de prever o momento de realização das reuniões, o que não depende da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda - SAIN;
- Despesas realizadas geralmente em dólar, tendo sofrido forte impacto cambial;
- Intensificação do relacionamento oficial internacional, em função do movimento globalizante das economias locais.

Em contrapartida, assinala-se que:

- Tem sido reiterada, na formulação das propostas orçamentárias, a solicitação de recursos compatíveis com a importância da ação, sem sucesso, levando à solicitação sistemática de créditos suplementares, a cada exercício;
- O contingenciamento, praticado durante todo o período tem por consequência dificultar ainda mais o desempenho satisfatório.

Devido às restrições orçamentárias e financeiras, muitos projetos definidos no contexto do planejamento estratégico do Banco Central e voltados para a melhoria dos resultados do programa sofreram restrições, como mudanças no cronograma e revisão dos resultados esperados mediante a definição de metas menos ambiciosas.

Vale dizer que alguns edifícios do Banco Central estão funcionando em caráter precário, necessitando de reforma; outros necessitam de revitalização, por meio da substituição de materiais e equipamentos, como carpetes, aparelhos de ar condicionado, elevadores, mobiliário etc. Essas medidas mostram-se necessárias para proporcionar maior segurança aos servidores, aos visitantes e ao patrimônio. A inclusão de projeto para revitalização dos edifícios do Banco Central no PPA tem sido solicitada reiteradamente, mas sem êxito.

Atualmente a autarquia conta com 4.600 servidores, sendo que oitocentos já reúnem condições para se aposentar ainda em 2003. A não-realização de concursos anuais vem reduzindo de forma perigosa o número de servidores do órgão. Outro ponto relevante é a concorrência predatória entre órgãos do setor público que estão com salários de ingresso bem superiores aos do Banco Central. Em 2002, o Banco Central perdeu sessenta servidores para outros órgãos do poder executivo e do judiciário.

A permanente redução orçamentária vivenciada nos últimos anos vem, de forma sistemática, impossibilitando o adequado treinamento dos níveis gerenciais das unidades administrativas responsáveis pelas ações, com todos os reflexos na qualidade da prestação dos serviços à sociedade. A impossibilidade de programa permanente de treinamento trará, a médio prazo, grande perda de qualidade e efetividade nos serviços prestados. Apesar disto, no decorrer de 2001/2002, diversas ações de treinamento foram implementadas no âmbito do Banco Central. O gerente e os servidores envolvidos com os programas participaram de eventos de treinamento promovidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com reflexos bastante positivos para a gestão e acompanhamento.

A sociedade utiliza os serviços disponíveis no sistema de informações do Banco Central (Sisbacen), com acesso via internet e também diretamente do sítio do Banco Central (www.bcb.gov.br). O número de acessos à página do Banco Central na internet aumentou de 2.189.034, em 2000, para 6.166.000, em 2002.

A instituição disponibiliza, também, serviços de atendimento ao público (para recebimento de reclamações, dúvidas e sugestões) no balcão nas nove capitais onde tem representação e por meio do telefone 0800 99 23 45.

Está sendo avaliada a adoção de medidas internas voltadas à avaliação dos serviços do Banco Central prestados junto a suas diversas clientelas.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Resultados

O Programa tem como objetivo contribuir para a integração dos produtores rurais e demais componentes da cadeia do agronegócio. Sendo assim, o trabalho realizado pelo Banco do Brasil nas salas de agronegócios e por meio de palestras e seminários visa divulgar as novas ferramentas de comercialização, as parcerias com empresas da cadeia do agronegócio e as linhas de crédito rural, buscando capacitar o produtor rural. Dessa forma, colocando-o em condições de atuar no mercado do agronegócio de forma mais justa e consciente, transformando-o em empresário rural.

O resultado alcançado nas ações que compõem o Programa tem sido superior às expectativas e tem contribuído para a integração dos produtores rurais e dos demais agentes da cadeia do agronegócio. Isso tem propiciado o fortalecimento das relações com os diversos setores dessa cadeia, reforçando as parcerias e o comprometimento de todos na busca de um resultado satisfatório para o setor.

O Banco do Brasil tem ampliado, cada vez mais, sua participação com os agentes do agronegócio utilizando os recursos do crédito rural, os instrumentos de comercialização - CPR, negócios eletrônicos, salas de agronegócios, Mercados Futuros e de Opções - e de parcerias com empresas, como instrumento alavancador de promoção da integração entre os diversos participantes da Cadeia do Agronegócio.

O número de contratos de Mercados Futuros e Opções negociados produziram impacto positivo no resultado da BM&F. Sem contar o grande número de palestras realizadas pelo BB junto aos produtores rurais na disseminação desse mecanismo de proteção.

Além disso, o Banco do Brasil também tem apoiado os eventos do setor no qual participa, inclusive, como palestrante na disseminação dos novos mecanismos e de tendências para a atividade, contribuindo para que o Produtor Rural tenha condições de atuar no mercado do agronegócio de forma mais justa e consciente, transformando-o em empresário rural. E tem sido positiva a recepção do público-alvo nesses encontros, seminários, palestras, feiras e exposições realizadas pelo Banco do Brasil em todo o País. O índice de satisfação apurado pela Central de Atendimento do BB (BB Responde), com base nas consultas realizadas à diretoria de agronegócios mostrou-se satisfatório.

Vale destacar que a Ação Realização de Negócios entre Segmentos do Agronegócio tem contribuído significativamente para o crescimento do agronegócio no país. Vários convênios foram efetuados em 2002, proporcionando maior integração com a cadeia do agronegócio. Ultrapassaram-se as expectativas e conseguiu-se superar os dados financeiros e metas físicas da ação. Foram formalizados 875 convênios contra uma meta de 578, superando em 51,38% a meta estabelecida para o período, e em volume de recursos foram contratados cerca de R\$ 2,069 bilhões, 90% acima do compromisso assumido.

Gerente:

Biramar Nunes de Lima

Destaca-se também que o volume de recursos avalizados (Ação Aval para Venda Antecipada da Produção CPR) ultrapassou a meta estipulada para 2002 em 145% e em 160% com referência a quantidade de cédulas avalizadas, superando as expectativas de desempenho do produto.

Destaca-se ainda que os Negócios Eletrônicos - Comercialização - têm tido crescimento expressivo nos negócios realizados pelos empresários rurais, principalmente na negociação de CPR's por meio do Leilão Eletrônico. Em 2002, a ação ultrapassou as metas físicas - quantidades de vendas realizadas - em 524% e em 5,45% o valor das vendas realizadas num montante de R\$ 1,641 bilhão.

Para 2003, o Banco do Brasil pretende ampliar, cada vez mais, sua participação utilizando-se dos recursos do crédito rural (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger, Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, Poupança-Ouro e MCR 6.2), dos instrumentos de comercialização (CPR, BB Leilão Eletrônico, Balcão de Agronegócios, BB Logística, Salas de Agronegócios, Mercados Futuros e de Opções) e das parcerias com empresas (convênios BB AGro, BB Convir e BB Coop) como instrumento alavancador de desenvolvimento e de integração entre os diversos participantes da cadeia do agronegócio. Com isso, o Banco do Brasil espera consolidar uma maior integração entre os agentes da cadeia do agronegócio por meio do cumprimento de todas as metas físicas e financeiras das ações do programa.

.....

O Banco do BrasilB identificou que uma das principais dificuldades dos produtores rurais era a obtenção de informações sobre o mercado (preços, tendências e cenários da atividade agropecuária) e acesso a novas práticas e tecnologias. Pois, com isso, estariam em melhores condições de financiar e comercializar a sua produção agropecuária, obtendo preços melhores e custos menores.

Concepção

O Banco do Brasil, na sua função, como o maior responsável pela a implementação da Política Agrícola do Governo Federal e o principal agente financeiro do agronegócio atua no Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** com intuito de promover a interação entre os agentes do agronegócio, propiciando ganhos a todos os participantes desse setor.

O resultado alcançado nas ações que compõem o Programa tem sido superior às expectativas e tem contribuído para a integração dos produtores rurais e dos demais agentes da cadeia do agronegócio.

.....

O Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** não utiliza recursos do Orçamento da União. Os recursos para a execução das ações que compõem o Programa são de responsabilidade do Banco do Brasil.

Implementação

Periodicamente, o Banco do Brasil realiza "Encontros de Trabalho" para divulgação e capacitação dos seus funcionários na operacionalização dos produtos e serviços de sua gestão. Além disso, disponibiliza treinamentos auto-instrucionais, informações na intranet corporativa e divulgação na agência de notícias (interna) acerca dos produtos e serviços que compõem o Programa.

A implementação do Programa **Integração da Cadeia do Agronegócio** pelo Banco do Brasil transcorreu sem problemas.

Produção de Moedas e Documentos de Segurança

Resultados O Programa objetiva melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua aplicação. A Casa da Moeda do Brasil foi constituída para garantir o abastecimento de Cédulas, Moedas, Selos Fiscais e Selos Postais aos específicos órgãos governamentais, como Banco Central, Secretaria da Receita Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o que é traduzido, no Programa, nas metas das suas principais ações.

Os principais produtos do Programa são, desta forma, as linhas de produção de Cédulas, Moedas, Selos Fiscais e Selos Postais, que alcançara níveis de produção superiores às metas programadas.

Destaca-se, assim, que a produção de Cédulas foi superior à meta em 6,7%, a produção de Moedas foi superior à meta em 1,6%, e, por fim, que a produção de Selos Fiscais foi superior em 4,5% à meta da respectiva ação.

Para 2003, a Casa da Moeda do Brasil espera continuar a atender plenamente às necessidades de seus clientes.

Concepção Como dito, o Programa visa atender demandas do Setor Público e de Empresas prestadoras de serviços públicos por Cédulas, Moedas, Selos Fiscais, Selos Postais e outros documentos de Segurança.

As metas estimadas no PPA 2000-2003 foram baseadas em dados históricos, e teve pouca participação dos principais clientes, que passam as suas programações anualmente.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB é fornecedora de produtos para, entre outros, órgãos da Administração Pública Federal, Banco Central (cédulas e moedas); Secretaria da Receita Federal (selos fiscais); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (selos postais) e Departamento de Polícia Federal (passaportes).

A participação daqueles órgãos expressando suas demandas futuras, no mínimo com o mesmo horizonte do período do PPA (4 anos), inclusive com os valores desejados a serem agregados aos produtos, em muito contribuiria para o aperfeiçoamento do Programa, possibilitando o direcionamento mais adequado das atividades necessárias para o alcance das metas.

Implementação A execução financeira do Programa no período 2000-2003 deverá ficar em 83% do previsto para as ações referentes às linhas de produção. Esta variação é decorrente de alterações ocorridas nas demandas, a pedido dos clientes. O financiamento das ações é feito por recursos próprios, oriundos das receitas dos produtos vendidos.

Gerente:

Luiz Carlos Ferreira Lamarão

Quanto às ações referentes a investimentos, deverão ser realizados apenas 46% do previsto, em decorrência de contingenciamentos orçamentários dos principais clientes ocorridos em 2000, com conseqüente redução de caixa da Casa da Moeda do Brasil - CMB no exercício de 2001, e da forte pressão cambial que ocorre neste exercício de 2002, fazendo com que investimentos sejam adiados.

A capacitação da equipe gerencial responsável foi adequada; houve diversas participações em cursos relacionados ao PPA, o que aprimorou a concepção e implementação do Programa.

Considerando que o Programa da CMB no PPA é voltado para linhas produtivas, seu bom resultado está também diretamente vinculado à preparação das suas equipes operacionais e técnicas. Existe grande dificuldade da empresa em gerir seus recursos humanos pela pouca autonomia de gestão, como restrições na contratação de pessoal mais preparado, inexistência de sistema remuneratório adequado e de um plano de carreira e sucessão compatível com suas funções. Diante desses fatos identificados, é grande a dificuldade em reter os novos empregados e manter o clima organizacional satisfatório.

A CMB não é fornecedora direta dos usuários de seus produtos, uma vez que estes são utilizados por toda a sociedade. Há necessidade de uma melhor interação com seus clientes para uma melhor avaliação da satisfação dos usuários.

Recuperação de Créditos da União

Resultados O Programa tem como objetivo aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal.

A arrecadação acumulada da dívida ativa da União alcançou o patamar inicialmente previsto, do mesmo modo que a arrecadação acumulada da defesa da Fazenda Nacional. Os números alcançados decorreram de alterações legislativas de indução de pagamentos e quitações, especificamente com a adoção de anistias e remissões parciais, práticas que não deverão ser adotadas com a mesma amplitude no exercício de 2003.

Muito embora, os valores arrecadados mostrem-se positivos, o forte contingenciamento de recursos financeiros aplicáveis no órgão de execução do projeto Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, dificultou enormemente o desempenho e o alcance das metas propostas.

Traduzido em números o resultado do Programa, no ano de 2002, as ações Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e Representação e Defesa da Fazenda Nacional Em Juízo, ambas com, respectivamente, realizações físicas de 111,8% e 106,8%, retratam o incremento no exercício das atividades fim do órgão. Em termos de resultados de arrecadação, quando comparados com o exercício anterior, foram 20% superiores para a arrecadação no segmento da dívida ativa e 34% maiores para a defesa em juízo.

Em 2003, espera-se um crescimento da ordem de 15% para a Ação Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União e 20% para a Ação Representação e Defesa da Fazenda Nacional Em Juízo.

Concepção Este Programa passou por mudanças em termos de ações, buscando a adequação, especialmente de uma delas, à realidade das ações do órgão responsável, qual seja, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

O Programa **Recuperação de Créditos da União** tem como cliente o próprio poder público, mais especificamente, o segmento da administração dedicado à gestão fazendária e fiscal.

É pertinente assinalar, que muito embora haja um fundo, Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Atividade de Fiscalização - Fundaf - de aplicação específica para a realização dos objetivos do programa, os recursos não vêm sendo utilizados de forma plena, o que, mesmo considerado o relativo aparelhamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em muito dificulta a superação da considerável carência em termos de recursos materiais e humanos.

Implementação Recursos Financeiros - não há dúvidas de que os resultados poderiam ser melhorados, não fosse a sistemática subestimativa das previsões orçamentárias, ao que se agregaram contingenciamentos financeiros, dedicadas ao órgão de implementação do programa.

Recursos Humanos - é necessária a aprovação de um quadro de pessoal de apoio próprio para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, além de um permanente programa de capacitação e aperfeiçoamento do pessoal atualmente lotado. Atualmente, apenas o coordenador-geral da dívida ativa da União atua diretamente no programa.

Gestão do Programa - organicamente, o órgão responsável pela execução das atividades, não está adequadamente desenhado, anotando-se uma segmentação que desconsidera o programa em sua integralidade.

Gerente:

Agostinho do Nascimento Netto

Resseguro

Resultados

O objetivo do Programa é definido como: Garantir indenização por prejuízos de riscos futuros da sociedade em excedente técnico ao mercado segurador nacional. Sendo assim, o programa se confunde com o próprio IRB-Brasil Resseguros S.A. Em 2002, o setor sofreu influência da conjuntura econômica e, por isso, a variação apresentada pelos indicadores do Programa teve alcance insuficiente em relação ao programado para o período 2000/2002.

Apesar das incertezas do processo de privatização e suas conseqüências na gestão empresarial, da conjuntura econômica desfavorável, o **Programa Resseguro** mostrou-se presente em vários projetos estratégicos na esfera do PPA, seja viabilizando a cobertura de resseguro, seja pela mediação na colocação de excedentes no mercado externo ou mesmo na aceitação de riscos não abrangidos pelo mercado interno. Entre outros, o IRB participou dos seguintes projetos:

- Hidrovia São Francisco - Desenvolvimento do baixo São Francisco - projeto de irrigação do Baixo Irecê - cobertura de resseguro concedida integralmente no País para riscos de engenharia, obras civis em construção e instalação/montagem dos equipamentos para as etapas I e II do projeto;
- Projeto Marituba - projeto de obras de construção civil de desenvolvimento interno na área I do projeto - cobertura de resseguro para o projeto, obras Civis em Construção (Estradas, Tanques de Piscicultura e escavações de material em solo saturado);
- Projeto Salitre - obras de execução de infra-estrutura de irrigação da 1ª etapa do projeto - cobertura de resseguro para riscos de engenharia, obras civis em construção e instalação/ montagem de equipamentos no mercado nacional;
- Corredor Araguaia-Tocantis - construção de eusa de lajeado no rio tocantis - cobertura de resseguro no País para a Cia. Docas do Pará/Hidrovia de Tocantis, cobertura para as obras de transposição da Barragem da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães;
- Corredor Nordeste - Porto de Suape - Cais 4 - cobertura de resseguro para obras civis e montagem da construção do quarto berço de atracação;
- BR-232/PE-Recife-Caruaru - obra com cerca de 118 km de extensão, envolvendo construção de nova pista e restauração da existente - viabilização da cobertura de resseguro junto ao mercado internacional, uma vez que a capacidade retentiva do país, para o risco em questão, encontrava-se esgotada.

Persistem as dúvidas quanto ao cenário para as operações de resseguro desempenhadas pela empresa e, em que pese o modelo de resseguros exigido pelo mercado segurador nacional e internacional (público-alvo), as operações de resseguro implementaram, até o momento, condições positivas para o fortalecimento do setor. O aumento da capacidade de retenção no país, elevação dos valores dos contratos automáticos de resseguro incêndio - de forma a minimizar os impactos dos preços internacionais - viabilização de consórcios, desenvolvimento de parcerias visando suporte financeiro, troca de tecnologia e experiências em riscos assumidos nas áreas de garantia, responsabilidade civil, *property* e *marine*, saúde e riscos rurais.

Gerente:

Maria Cristina Fischer Matos

As pressões para a abertura das operações de Resseguro no País - que implicam salvaguardas diferenciadas para a gestão empresarial, poderão modificar as condições de atuação do Programa **Resseguro**, impondo redefinição de seus tamanho e foco.

Para o ano de 2002, tem-se uma taxa de desempenho do IRB, medido pelo indicador combinado de 109%, o que reflete as condições econômicas desfavoráveis ocorridas no exercício.

Em relação a 2003, espera-se a sustentação do projeto de liderança na América Latina, de forma a aceitar negócios originados nesse mercado e apoiar interesses brasileiros nos programas de seguros liderados por seguradoras nacionais.

Concepção

A demanda original mantém-se atual, estando o Programa **Resseguro** a ela perfeitamente adequado. Considerando a inter-relação do Programa com a missão institucional da empresa, faz-se necessário redefinir seus tamanho e foco, presente a possibilidade de destaque para outras demandas correlacionadas e de relativa importância para o mercado.

Essa redefinição importará, forçosamente, em revisão concomitante da caracterização e dimensionamento do público-alvo, da distribuição geográfica da atuação, da pertinência das ações com a conseqüente interferência sobre a sua suficiência, impactando também em reavaliação das metas físicas e dos indicadores utilizados. Exemplo de novo produto que poderá ser agregado ao Programa é a inspeção de riscos, cujo diagnóstico resulta na formulação de coberturas necessárias, prevenção de ocorrência de sinistros e acompanhamento da implantação de projetos.

A estratégia de execução originalmente idealizada pressupunha nível de autonomia de gestão empresarial não alcançado em função do processo de privatização. Apesar desse entrave, bem como da interação passiva do modelo centralizado com o Programa **Resseguro** e de não existirem sistemas tecnológicos adequados ao gerenciamento por programas, diversas soluções *tailor-made* foram implementadas.

Implementação

No tocante à execução financeira, atualmente é previsto mínimo distanciamento em relação ao planejado para o final do PPA (cerca de 1,6% acima do planejado). Vários treinamentos/seminários foram oferecidos no período, de ótimo nível, mas que pouco agregaram no desempenho das ações do Programa visto serem fortemente centradas em processos que se relacionam com a área de atuação da Empresa.

Recursos Humanos - a carência de pessoal é crítica, pela inviabilidade de realização de concurso público em face do processo de privatização. Nos últimos anos, contingente significativo de empregados deixou a empresa, por iniciativa própria ou por aposentadoria.

Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada

A parceria com o setor privado enseja aprimoramentos e maior velocidade no acesso a soluções tecnológicas de melhor desempenho e menor custo. A variação do indicador será mais visível quando se iniciar os ganhos frutos das parcerias que forem estabelecidas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro com o setor privado.

O ComprasNet, serviço desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi fruto da parceria do Serpro com o consórcio Unisys/Vesta. É o portal de compras do Governo Federal e tem como resultados para a sociedade o acesso a informações e serviços, como, por exemplo: consultas a licitações, consultas a resultados de licitações, entre outros. O objetivo do portal de compras do Governo é promover total transparência e permitir o controle, pela sociedade, das ações e decisões que envolvam as compras públicas no âmbito do Poder Executivo. Um resultado extremamente visível é que, no ano de 2002, o Governo economizou R\$ 500 milhões em compras realizadas através da modalidade pregão, de um valor total de R\$ 2 bilhões.

No relatório de 2001, fez-se constar que o indicador deveria ser de 1% (um por cento) na participação dos recursos auferidos com serviços de informática para a iniciativa privada. Nesse patamar é alta a probabilidade de alcance.

Os impactos do Programa **Serviços de Informática em Parceria com a Iniciativa Privada** foram extremamente positivos: o ComprasNet; Operação da AC- Raiz, tendo em vista que o Serpro fora escolhido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, por conta do seu ambiente seguro, a infraestrutura adequada, pessoal qualificado, instalações, equipamentos e *softwares* específicos, com nível de segurança de padrões internacionais; e implantação do *0* de pagamentos, pelo qual os contribuintes podem fazer pagamentos ao Governo Federal com débito em conta do valor do pagamento e da taxa pela prestação do serviço.

O PPA, em toda a sua concepção, incentiva a parceria com a iniciativa privada. Essa parceria permite a troca de experiências, a renovação tecnológica e melhor desempenho com menor custo. Existem, contudo, algumas limitações legais que ainda não foram adequadamente tratadas para dar efetividade e rapidez ao processo de parcerias com o setor privado que prefere, no mais das vezes, tratar o Governo Federal apenas como um cliente tradicional e bom comprador. Outra dificuldade que deve ser tratada é a burocracia administrativa que tem emperrado ou inviabilizado promissoras parcerias com o setor privado.

Deve ser estabelecido debate de forma transparente sobre a Parceria com o Setor Privado, objetivando transpor limitações legais e burocráticas. A troca de experiências entre o Setor Público e o Setor Privado é saudável e ambos ganham em conhecimento e aplicação de práticas mais modernas de emprego da tecnologia da informação.

Resultados

Concepção

Gerente:

Gilson Oliveira Lariu

Implementação Os recursos, em 2002, estiveram no patamar previsto no orçamento.

O Programa utiliza-se da estrutura organizacional do Serpro. No período do programa a empresa tem investido na Gestão do Conhecimento, criando as comunidades de conhecimento em todos os seus segmentos.

As parcerias deixaram resultados valiosos para ambas as partes. Vejam o exemplo do ComprasNet, serviço desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com o consórcio Unisys/Vesta, que deu transparência às compras efetuadas pelo Poder Executivo Federal. Em 2002 estima-se que o Governo deverá economizar R\$ 500 milhões em compras realizadas através da modalidade pregão, de um total de aproximadamente 2 bilhões.

O Gerente do Programa deixa o *e-mail* disponível para acesso da sociedade, permanentemente.

As manifestações elogiosas sobre o ComprasNet têm sido publicadas nas revistas especializadas. Em recente seminário sobre o E-gov ficou patente a satisfação dos usuários/beneficiários do Programa Governo Eletrônico, cujo apoio técnico-operacional é fornecido pelo Serpro.

Serviços de Informática para o Setor Público

Resultados

O Programa é criado a partir da necessidade de modernização dos processos da gestão das finanças públicas e das ações estruturantes e integradoras de Governo. Ao longo do PPA 2000-2003, a variação dos indicadores foi expressiva. Por exemplo, o indicador Índice de Cumprimento dos Acordos de Níveis de Serviços - Icans, que tinha uma taxa de 80,00% em dezembro de 1999, superou o percentual previsto. Nas duas medições anteriores, em 2000 e em 2001, os percentuais foram 98,95 e 99,30%, respectivamente. Isso se deve ao aperfeiçoamento do relacionamento com os clientes que passaram a especificar, juntamente com as equipes técnicas, com mais precisão, os níveis de serviços.

Na cesta de indicadores tem-se a satisfação dos clientes, índice que tende para 100,00%, segundo a avaliação feita pela Central de Atendimento do Serpro CAS. Com especificação mais precisa dos níveis de serviços, as chamadas para a Central de Atendimento são solucionadas, invariavelmente, nos prazos acordados.

O Serpro Serviço Federal de Processamento de Dados) reduziu os seus preços em 45%, nos últimos 5 anos (período em que se enquadra o Programa **Serviços de Informática para o Setor Público**, com crescimento do volume de serviços, o que demonstra o repasse de ganhos em produtividade aos clientes. Além disso, os preços dos serviços têm se mantido em valores até 50% mais baixo que os do mercado.

Alguns resultados expressivos, consolidados com o advento do Programa podem ser destacados: aumento da entrega de declarações por meio do ReceitaNet de 705,9 mil em 1997, para 31,4 milhões em 2002; recepção de declarações de isentos, estimadas em 40 milhões; criação do Centro de Treinamento Virtual Siafi para capacitar 35 mil usuários. Como principais resultados do Portal E-gov, destacam-se: universalização dos serviços por meio do Portal Rede Governo; infra-estrutura avançada para o Governo Eletrônico - Rede Br@sil. gov. - desenvolvida em parceria entre o Ministério das Comunicações, Serpro e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, com o objetivo de centralizar a contratação da infra-estrutura de telecomunicações e informática, otimizar a aplicação dos recursos e incentivar o compartilhamento de redes; terminais de acesso público com 80 quiosques funcionando "salas-cidadão" nos Ministérios, Serpro, Anatel e INSS; serviços de mensagem do Governo Federal, integrando todos os Ministérios, Serpro, Advogacia-Geral da União, Correios e Banco Central, entre outros; modernização de Redes Locais, com instalação de 7 mil pontos em dezessete órgãos públicos e instalação de oito servidores de grande porte e 24 departamentais em onze órgãos públicos; "páginas brancas" - elaboração e disponibilização, na internet, de catálogos de informações sobre autoridades governamentais, entre outros. Entre os resultados que impactaram diretamente a sociedade têm-se: Sistema de Pagamento *On Line* - Sispagon, fazendo parte do primeiro Balcão Virtual de Serviços ao contribuinte; Implantação do Centro de Certificação Digital do Serpro - CCD/Serpro, credenciado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação para funcionar com Autoridade Certificadora da Infra-Estrutura de Chaves Públicas da ICP-Brasil, tornando-se a primeira Autoridade Certificadora no âmbito da Administração Pública; Apoio à implantação do Sistema de Pagamento Brasileiro - SPB, junto ao Banco Central, uma revolução no Sistema Financeiro

Gerente:

Gilson Oliveira Lariu

Nacional - SFN. Ao Serpro coube a Certificação de todos os Bancos para a operação segura do SPB.

Os acordos de níveis de serviços são um dos principais instrumentos de melhoria dos serviços e aperfeiçoamento do relacionamento com os clientes, pois a especificação, cada vez mais precisa dos níveis de serviços acordados, tem levado à superação do índice originalmente estimado. Por consequência, a melhoria da satisfação dos clientes é significativa.

A previsão original dos indicadores foi plenamente alcançada. Por exemplo, o indicador Índice de Cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço - Icans, originalmente previsto para ser alcançado o percentual de 95,00%, superou a estimativa. O Grau de Satisfação do Cliente é demonstrado pela medição feita por intermédio da Central de Atendimento Serpro - CAS com indicação de 100,00% de satisfação na resolução, dentro dos prazos convencionados, das ocorrências registradas.

O Programa **Serviços de Informática para o Setor Público** não tem impactos negativos. A sua concepção ensejou aperfeiçoamento no desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação e informática contratados pelos órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturantes e integradores do Governo Federal.

Concepção

O Programa surge da necessidade de modernização dos processos da Gestão das Finanças Públicas e das ações estruturantes e integradoras do Governo Federal, contribuindo para a melhoria da relação sociedade e Estado.

O Programa **Serviços de Informática para o Setor Público** é do tipo Serviços ao Estado e horizonte temporal Contínuo, conforme classificação do PPA. As melhorias introduzidas têm o propósito de acompanhar a evolução, extremamente veloz, da tecnologia da informação. Quanto à adequação do objetivo ao problema, está correta, não sendo necessária reformulação; a caracterização do público-alvo está bem definida; as ações estão pertinentes e viabilizam a execução do Programa; as ações vinculadas ao Programa contemplam as metas físicas suficientes para a sua execução e o indicador é representativo e expressa os resultados alcançados.

Demandas surgiram no decorrer do desenvolvimento do Programa **Serviços de Informática para o Setor Público**, mormente no que diz respeito à evolução da tecnologia da informação, proporcionando melhorias para os clientes e para a sociedade.

Implementação

Os recursos foram insuficientes no ano de 2002, tendo sido necessário o pedido de suplementação orçamentária. A supressão de algumas atividades foi imposição da escassez de recursos orçamentários, tendo demandado renegociação com os clientes no sentido de adaptarem os níveis de serviços aos poucos níveis orçamentários.

A estrutura do Serpro é adequada para a gestão por programas. As Unidades de Negócios, responsáveis diretas pelo atendimento dos órgãos contratantes conduzem as ações de interesse específico de cada um, com ênfase nas ações que estejam vinculadas ao PPA. A especialização e profundo conhecimento das atividades dos clientes é exigência fundamental para o bom êxito do Programa.

Os usuários têm um canal aberto permanente com a Central de Atendimento Serpro - CAS. A sociedade, quando questiona algum tipo de serviço, o faz por

intermédio do cliente. Em se tratando de problemas no desenvolvimento ou na manutenção de sistemas, estes são solucionados imediatamente, a fim de manter o bom nível de relacionamento Serpro-usuários finais. Além disso, o *e-mail* do Gerente do Programa está sempre disponível para o recebimento de críticas e sugestões.

A Central de Atendimento Serpro - CAS é o veículo que mede sistematicamente o nível de satisfação dos clientes, principalmente pela rapidez na solução de problemas detectados e a sistemática de pós-serviço, acompanhando se a solução foi adequada para o problema levantado.

Defesa Civil
Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - Prodeagro
Desenvolvimento da Amazônia Legal
Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
Desenvolvimento da Região Nordeste
Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia do Itabapoana
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul
Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira
Gestão da Política de Integração Nacional
Irrigação e Drenagem
Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Pronager
Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo
Proágua Infra-Estrutura
Transposição de Águas do Rio São Francisco

Ministério da Integração Nacional

Defesa Civil

Resultados

A atuação da Defesa Civil não se restringe às ações emergenciais. A Secretaria Nacional de Defesa Civil - Sedec, órgão de coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil - Sindec, atua em parceria com os órgãos estaduais e municipais, tanto na normalidade quanto na anormalidade provocada por desastres. De acordo com as atribuições legais e para atender à crescente demanda de apoio técnico dos órgãos integrantes do Sindec, necessita-se de um quadro técnico apropriado, bem como da implantação de um centro nacional de gerenciamento de informações e operações de desastres.

Para aperfeiçoar o Programa no âmbito do Ministério da Integração Nacional e adequá-lo às demais ações governamentais, as áreas de riscos de desastres indicadas pelos órgãos de Defesa Civil poderiam ser critério para priorizar a ação governamental. Para tanto, deve-se observar os princípios do desenvolvimento sustentável para minimizar as desigualdades regionais, visando à prevenção de desastres e à melhoria da infra-estrutura econômica e social.

No que se refere à prevenção e preparação, a Sedec promoveu visitas técnicas às instalações sensíveis, tais como: Usina Nuclear de Angra dos Reis/RJ; Usina Hidroelétrica de Itaipu/PR e a outras instalações e/ou atividades que representam risco de desastres.

Todas as obras e serviços de engenharia executados com recursos do Programa Defesa Civil são avaliados na sua conclusão, por meio de inspeções técnicas realizadas pelos técnicos da Secretaria ou da Caixa Econômica Federal - CAIXA, que, em seguida, elaboram um relatório técnico de desempenho físico, documento que integra a prestação de contas dos convênios celebrados.

Seria recomendável que todos os órgãos estaduais e municipais de defesa civil tivessem participação ativa em todas as fases do planejamento e da implementação das ações de defesa civil. A parceria com os órgãos de coordenação estadual, mediante repasse de recursos, além de fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil - Sindec, agregaria mais qualidade às obras e serviços implementados com o acompanhamento das ações durante toda a execução.

Outro dado importante de desempenho do Programa são os depoimentos positivos dos agentes da implementação do Bolsa-Renda, tais como: funcionários dos Correios e das agências da CAIXA, lideranças comunitárias, funcionários das Prefeituras e outros. O Programa Bolsa-Renda beneficiou, em 2002, 6.011.350 famílias, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A Sedec promove e ainda apóia eventos de Defesa Civil realizados pelos órgãos estaduais e municipais, tanto ministrando cursos e palestras quanto distribuindo publicações técnicas. O impacto dessas ações é altamente positivo, visto que os técnicos e agentes de defesa civil capacitados, nos âmbitos municipal e estadual, atuam mais eficientemente na prevenção e na primeira resposta aos desastres.

A ação Capacitação de Agentes de Defesa Civil alcançou 94,7% da meta, capacitando 234 agentes em 2002 - observa-se a melhoria significativa no desempenho dos órgãos estaduais, com reflexo direto na criação e na organização dos órgãos municipais de defesa civil - as Comdec. O maior desafio é o envolvimento das lideranças

Gerente:

José Wilson Pereira

comunitárias e da sociedade em geral, nas ações de defesa civil. Em muitos municípios onde existem as Comdec, cria-se uma rede de representação local e formam-se os Núcleos Comunitários de Defesa Civil - Nudec, que, em várias localidades são muito atuantes e têm representado a forma mais eficiente de gestão no município. O principal benefício é a oportunidade de o cidadão desempenhar sua cidadania com o objetivo de reduzir os riscos a que está exposto, bem como proteger seu patrimônio dos danos causados pelos desastres.

Concepção

Com um único Programa, a complexidade das ações de defesa civil não foi contemplada, e os seus diferentes produtos (municípios atendidos, municípios assistidos e agentes capacitados) foram aglutinados e medidos por um único indicador. Pela dificuldade de apurar esse indicador, o desempenho do Programa tem deixado de ser aferido nos últimos três anos. O indicador atual refere-se apenas aos municípios afetados por desastres, não incluindo a atuação preventiva, considerada como prioritária pela doutrina. Portanto, é recomendável estabelecer mais de um indicador. Poder-se-ia utilizar a denominada cesta de indicadores. Com esse raciocínio, se mais dois forem criados, ter-se-á três indicadores, situação que reforça ainda mais a tese de que as atuais ações devam ser transformadas em programas.

Considerando a atuação preconizada pela Política Nacional de Defesa Civil, o atual Programa de Defesa Civil do PPA deveria ser desmembrado em quatro programas:

- Prevenção de Desastres: compreende ações e atividades implementadas antes da ocorrência dos desastres e tem como objetivo avaliar e reduzir riscos de desastres;
- Preparação para Emergências e Desastres: compreende ações e atividades implementadas antes da ocorrência dos desastres e tem como objetivo preparar e capacitar as instituições e equipes para atenderem situações de desastres;
- Respostas aos Desastres: contempla ações e atividades implementadas durante a ocorrência dos desastres e tem como objetivo atender situações de desastres; e
- Reconstrução: contempla ações e atividades implementadas após a ocorrência dos desastres e tem como objetivo reconstruir e recuperar o cenário dos desastres, em caráter permanente, incorporando os aspectos da prevenção.

A criação desses quatro Programas, em substituição às ações previstas atualmente no PPA, muito contribuiria para o entendimento da real amplitude da atuação da defesa civil pela classe política, gestores públicos e população em geral, além de atender ao estabelecido na Política Nacional de Defesa Civil.

Somente na hipótese da impossibilidade (política, técnica, administrativa) de implementar a alternativa acima recomendada, poderiam ser adotadas, no mínimo, cinco ações: Prevenção de Desastres; Preparação para Emergências e Desastres; Respostas aos Desastres; Reconstrução; e Capacitação de Agentes de Defesa Civil.

O Programa Defesa Civil utiliza o indicador Taxa de Atendimento Populacional nos Municípios Afetados por Desastres para medir o seu desempenho físico. Este indicador é influenciado por vários fatores, sendo a ocorrência de desastres o fator preponderante. Outro fator que pesa na variação do índice é a aprovação de recursos extraordinários, mediante a emissão de Medidas Provisórias, já que o número de municípios assistidos (produto) está diretamente relacionado com o montante de recursos aprovados no Orçamento Geral da União - OGU, sempre muito aquém do necessário.

Implementação

Atualmente, os recursos financeiros para as ações de Defesa Civil provêm das fontes: OGU e MPs. No entanto, existe o Fundo Especial para Calamidades Públicas - Funcap, desativado por falta de recursos orçamentários, que constitui um instrumento financeiro aprovado e apropriado para captar recursos de outras fontes de financiamento, tais como: doações voluntárias, contribuições de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, destinadas ao atendimento emergencial.

O repasse dos recursos federais, mediante convênios com estados e municípios, tem sido inoportuno para as necessidades emergenciais provocadas por desastres, pois a celebração consome dias, semanas e até meses para a completa instrução de processo – constituída pela inclusão de documentos exigidos pela legislação e apresentação e análise do projeto técnico.

Para o atendimento emergencial de desastres, o ideal seria alocar recursos no Funcap, já existente, para atuação imediata do Governo Federal, em grandes desastres, complementando a atuação do estado e do município. Para as demais ações (não-emergenciais), se utilizaria o repasse por convênios. A melhoria dos aspectos físico-financeiros poderia ser alcançada com a efetiva participação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - Comdec e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - Nudec, em todas as fases, na implementação do Programa **Defesa Civil** - planejamento, acompanhamento, avaliação e controle das ações governamentais.

No exercício de 2002, os recursos orçamentários não foram suficientes, tanto para prevenção e preparação, quanto para o atendimento à população afetada por desastres, em suplementação à ação dos estados e municípios. Historicamente, os recursos extraordinários têm representado a maior parte dos recursos aplicados. Há casos em que o total dos recursos aplicados representa até 200 vezes o valor do orçamento anual. Portanto, as metas físicas estipuladas, correspondentes aos recursos orçamentários, têm tido um bom desempenho.

No ano de 2002, o fluxo dos recursos orçamentários sofreu uma grande descontinuidade pelo impedimento legal da Lei Eleitoral (período de junho a outubro). No entanto, verifica-se que, nos últimos anos, o fluxo de recursos financeiros tem sido descontinuado, com grande concentração na última quinzena do mês de dezembro.

Quanto aos recursos humanos e à infra-estrutura, é importante considerar as seguintes dificuldades:

- falta de espaço físico e insuficiência de equipamentos;
- falta de *softwares* específicos e de melhores sistemas gerenciais de informação, que dificultam o acompanhamento, a avaliação e o controle das metas a serem alcançadas;
- força de trabalho (servidores níveis técnico e administrativo) insuficiente, dado o número de convênios celebrados com estados e municípios. Há necessidade de engenheiros para análise de projetos de engenharia, acompanhamento de obras, inspeção *in loco* e análise de prestação de contas. O volume de trabalho é muitas vezes maior que a força de trabalho atual;
- necessidade de contínua capacitação dos funcionários para permitir melhor qualidade nos serviços prestados.

A implementação do Programa também foi marcada por dificuldades relacionadas à tramitação, à legislação e ao fluxo de recursos, tais como:

- contingenciamento da ação Capacitação de Agentes de Defesa Civil, prejudicando o desempenho físico;
- convênios celebrados e publicados sem a imediata liberação de recursos, alguns com atraso de até três meses;
- vários casos de impedimentos na celebração de convênios, devido à inadimplência dos estados e municípios;
- cancelamento de convênios com recursos de restos a pagar;
- grande dificuldade para a apresentação das prestações de contas (em alguns casos, somente após as sucessivas cobranças é que o conveniente apresenta a prestação de contas);
- inexistência de contrapartida (em valor e rubrica) no orçamento do estado e/ou município;
- processos de licitação e contratos que atrasam o início da execução física do objeto, sendo necessária a celebração de aditivos;
- tramitação longa e complexa da documentação exigida na instrução de processo (análise das áreas específicas deste Ministério, quanto aos aspectos administrativos, institucionais, técnicos, financeiros e jurídicos); e
- desconhecimento da legislação vigente e da documentação exigida para a celebração de convênios por parte da maioria das administrações municipais brasileiras.

Ademais, é importante citar que o resultado da capacitação em defesa civil, em nível estadual é altamente positivo. Em nível municipal, o processo avança muito lentamente, devido ao grande número de municípios e ao despreparo dessas administrações municipais. Está sendo estudada a proposta de um projeto de capacitação para municípios, utilizando-se a metodologia do ensino a distância. Espera-se desta forma avançar mais rapidamente na preparação dos agentes de defesa civil locais, onde é dada a primeira resposta ao desastre. Em apoio aos municípios, é recomendável a veiculação de campanhas preventivas para a conscientização da população quanto às ações de redução de desastres.

Os principais parceiros na Capacitação de Agentes de Defesa Civil correspondem aos órgãos de excelência técnica, que agregam conhecimento técnico-científico, pois, além do baixo custo, essas parcerias representam somente vantagens.

Quanto à avaliação dos cursos, os participantes avaliam cada um dos aspectos: conteúdo programático, palestrantes e organização. Outro índice para medir o êxito dessa ação é a demanda crescente. A evolução do índice de realização física está baseada na proporção de alunos treinados dos cursos realizados em relação ao programado.

A capacitação para o aperfeiçoamento da equipe técnica gerencial da Sedec responsável pela implementação do Programa é contínua, por meio da participação dos técnicos em eventos como seminários, congressos e cursos nacionais e no exterior. Outro aspecto a considerar é o acesso às publicações e revistas técnicas produzidas pelos organismos internacionais afins, como os das Nações Unidas, e por órgãos de excelência técnicas nacionais, como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e outros.

Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - Prodeagro

.....

Embora, desde o início de sua execução em 1993, o Programa tenha sido penalizado por problemas decorrentes da irregularidade de fluxo financeiro, cabe salientar que, foram alcançados resultados significativos.

Resultados

O Programa tem contribuído para melhoria da qualidade de vida de pequenos agricultores, população indígena e ribeirinha. Entre as metas atingidas no período 2000-2002 destacam-se: o cadastramento fundiário de 912.348,36 hectares de imóveis rurais e a emissão de 1.009 títulos de propriedade para pequenos produtores rurais; a demarcação de 570.656 hectares de áreas indígenas; a implantação de 332 projetos do Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias - Padic; a conclusão da restauração de 83,73 km de rodovias estaduais e a conclusão do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico.

.....

O **Prodeagro** visa promover o desenvolvimento econômico sustentável do Estado de Mato Grosso por meio de ações de Ordenamento Territorial que harmonizem a ocupação do território com a conservação da sua diversidade biológica e cultural.

Concepção

O Programa atua de forma integrada por meio de ações voltadas para as áreas de infra-estrutura socioeconômica; desenvolvimento local; pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agroflorestais; e proteção dos recursos naturais.

Vale ressaltar que o **Prodeagro** é objeto de um acordo de empréstimo internacional com o Banco Mundial que se encerrou em 30 de setembro de 2002.

.....

A implementação se deu por meio de ações descentralizadas tendo em vista que o Programa é composto de diversos componentes que deviam convergir para uma estratégia de desenvolvimento regional, necessitando do envolvimento de diversos órgãos, em especial em esfera estadual.

Implementação

O Programa foi executado pelo Estado do Mato Grosso, que manteve equipes técnicas para supervisionar os contratos e convênios que foram para a condução das ações estabelecidas no âmbito do acordo de empréstimo Programa **Prodeagro**.

O principal envolvimento social ocorreu no âmbito dos projetos comunitários geradores de alternativas econômicas de Mato Grosso - Padic, que gerou nas comunidades capacitação gerencial e o aumento de cidadania.

Gerente:

Morganna Mendes P. de Oliveira

Desenvolvimento da Amazônia Legal

Resultados O Programa **Desenvolvimento da Amazônia Legal** tem como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Não há divulgação desse índice no período de 2000/2002.

A ação Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal/Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, em 2002, realizou 67,7% de sua meta física prevista. Foram aplicados R\$ 647.644,00, representando 95% do valor liberado para empenho, e capacitadas 960 pessoas, mediante convênios firmados com diversas instituições. Os resultados a serem gerados pelos convênios celebrados são os seguintes:

- realização de vinte cursos para capacitação de um total de quinhentos gestores na área de Saneamento Ambiental, vinculados a órgãos estaduais e municipais da Região;
- a realização de oito cursos de capacitação profissional para 160 adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social;
- a capacitação de cem mulheres domésticas, na faixa etária de 14 a 25 anos, com a mobilização de quarenta empresários locais para inseri-las em estágios ou empregos em suas empresas;
- a realização de cursos, em cinco módulos, para capacitação de duzentos profissionais do terceiro setor;
- a realização dos seminários O Empreendedor de Ecoturismo e II Conferência de Responsabilidade Social da Amazônia - 2002.

A ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal/ADA, realizou 11,5% da meta física prevista. Foram realizados sete estudos sendo seis estudos desenvolvidos no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica Internacional celebrados pela extinta Sudam com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Organização dos Estados Americanos - OEA, cujas execuções foram repassadas à ADA, em setembro de 2002. A ADA apoiou a realização do projeto Estruturação de um Núcleo de Gestão Tecnológica: Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento de Produtos da Biodiversidade Amazônica, através do convênio de cooperação financeira no valor de R\$ 55.566,00, com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi, no Estado do Amazonas.

A ação Manutenção de Distrito Agropecuário/na Região Norte/Suframa realizou, em 2002, os seguintes itens: 33 km eletrificação rural; 106,7 km de pavimentação asfáltica; abertura de 4,5 km de estradas vicinais; demarcação de 286 lotes, através dos convênios firmados nº 014/2001, celebrado entre a Suframa e o 6º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC e nº 179/2001, celebrado entre a Suframa e a Companhia de Energia do Amazonas - CEAM.

Gerente:

Divino da Costa Vaz

A ação Fomento às Exportações da Amazônia Ocidental - Pexpam/Suframa realizou, em 2002, 77,7% do montante da meta física prevista. Dos US\$ 83.134.132,00, 88,2% foi realizado em Rondônia, 7,2% em Roraima e 4,6% no Acre.

A ação Edição e Distribuição de Publicações sobre Oportunidades de Investimento na Amazônia Ocidental/Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, em 2002, publicou e distribuiu 72.621 exemplares entre títulos e folheterias, número superior à meta de 26.000 exemplares inscrita originalmente no PPA para o exercício. Foram editados e publicados na mídia impressa e eletrônica os seguintes produtos: exemplares do folder Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental e do catálogo sobre os produtos produzidos no PIM, em português, inglês e espanhol; exemplares do folder Boas Oportunidades por Natureza, em português, espanhol, inglês, japonês e chinês; atualização da revista ZFM e Amazônia Ocidental: um modelo de desenvolvimento sustentado; exemplares do Boletim Informativo em quatro edições: fevereiro, março, abril e maio; livretos sobre Potencialidades Regionais e sobre Processo Produtivo Básico - PPB (1993 a 1995; 1996 a 1998 e 1999 a 2001); atualização de livretos sobre Manual de Orientação para Celebração de Convênios; fitas de vídeo (Amazônia: Boas Oportunidades por Natureza e ZFM e Amazônia Ocidental: um modelo de Desenvolvimento Sustentável), em português, inglês e espanhol; revistas eletrônicas ZFM e Amazônia Ocidental e Amazônia: Boas Oportunidades por Natureza; *folder* do centro de biotecnologia; fitas de vídeo documentário '1ª Feira Internacional da Amazônia'; reprodução em Betacam e VHS (inglês, português e espanhol) documentário sobre Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental - Um modelo de desenvolvimento sustentável'; produção, edição e reprodução do documentário, produzido em Betacam e reproduzido em VHS, com duração de quinze minutos sobre 'ZFM-Interiorização e Desenvolvimento da Amazônia'; produção e veiculação de campanha publicitária institucional nacional, comemorativa dos 35 anos do modelo ZFM; inserções na mídia impressa (Veja, Isto é, Época e nos principais jornais e revistas regionais); inserções de spots nas emissoras de rádio dos Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá.

Os estudos para a Promoção de Investimentos na Amazônia Ocidental/Suframa realizados, em 2002, foram os seguintes: Projeto de Revitalização da Cadeia Projetiva do Açaí no Município de Codajás (AM); estudo de logística para dar suporte ao projeto geral denominado "Flórida/Amazonas" e estudo de otimização e planejamento do Projeto de Entrepasto Internacional da Zona Franca de Manaus - EIZOF; implantação do Centro de Gestão Estratégica - CGE do Centro Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus - CT - PIM; elaboração de projetos estruturantes do Sistema - Centro Tecnológico e Informação do PIM; atualização de oito estudos (piscicultura, madeira, óleo de dendê, palmito de pupunha, amido de mandioca, plantas medicinais e cosméticos, açaí e cupuaçu, guaraná e cacau); ampliação e manutenção do projeto potencialidades regionais; Progex - apoio tecnológico às empresas de produção regional com potencial exportador; implantação do escritório internacional *Technology and Promotion Offices* - ITPO da UNIDO na Suframa.

A ação extra-orçamentária Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - Finam, em 2002, aplicou o montante de R\$ 183 milhões em projetos aprovados anteriormente à edição da Medida Provisória nº 2.146, de maio de 2001, que extinguiu o apoio do Finam a novos projetos. Dessa aplicação, 73% foram destinados para o setor serviços, 10% para indústria, 9% para agroindústria e 8% para agropecuário.

Para a ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte - FNO/Banco da Amazônia S/A - BASA a Secretaria do Tesouro Nacional - STN repassou para o FNO, no período de janeiro a dezembro de 2002, o montante de R\$ 565 milhões (valores nominais). Essa ação, em

conformidade com a Lei nº 10.407, de 2002, realizou 102% da meta financeira prevista. Foram contratadas, de janeiro a dezembro, 14.125 operações, no valor de R\$ 605 milhões (valores nominais), financiando atividades produtivas dos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços. O saldo de aplicações da carteira de financiamento, até 31 de dezembro de 2002, elevou-se para R\$ 3,8 bilhões. No ano de 2002, estimou-se a geração de 143.792 empregos diretos e indiretos.

Na ação Concessão de Incentivos Fiscais para Projetos de Aproveitamento de Matérias-Primas Regionais/Suframa, executada no Estado do Amazonas, foram analisados e aprovados pela Suframa 152 projetos agropecuários e cinco projetos agroindustriais, com o objetivo de estabelecer modelo de ocupação sustentável e produtiva das áreas de propriedade dessa autarquia, através de uma exploração técnica e economicamente viável, ecologicamente correta e socialmente desejável. Estima-se a geração de 399 empregos diretos e 551 indiretos, que dar-se-à a partir da implantação dos projetos. Para 2003, espera-se a aprovação de 150 novos projetos e a implantação dos projetos aprovados em 2002, com a expectativa de 2.209 empregos diretos e 2.560 indiretos.

Na ação Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social na Amazônia Ocidental/Na Região Norte/Suframa, no ano 2002, a Suframa apoiou quarenta projetos. Estima-se o total de 1.009 empregos diretos, 5.487 empregos indiretos e 47.036 famílias beneficiadas. Para 2003, espera-se a celebração de 121 convênios, gerando 1.756 empregos diretos, 12.880 indiretos e beneficiando 56.483 famílias.

..... **Concepção**

O Programa **Desenvolvimento da Amazônia Legal** foi concebido a partir da identificação dos seguintes problemas: necessidade de geração de emprego e renda; diversificação da base produtiva, explorando as vocações regionais em bases sustentáveis; internalização de renda, mantendo a poupança regional e captando recursos extra-regionais de maneira a potencializar os investimentos na Região Norte; redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão social; mitigar as disparidades intra-regionais, intervindo para o desenvolvimento regional equilibrado; integração da economia regional às economias nacional e internacional.

O Programa precisa ser reformulado, principalmente no que se refere à necessidade de compatibilização do seu objetivo com instrumentos financeiros e gerenciais para a sua implementação. Isso deve ocorrer mediante orientação de um projeto nacional consubstanciado na Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

A definição adequada do público-alvo é: pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem atividades econômicas nos diversos setores da economia da Amazônia Legal, tais como agrícola, pecuário, agroindustrial, industrial, turístico, comércio e de serviços.

Este deverá ser redimensionado para o próximo PPA, uma vez que estamos propondo uma focalização do público-alvo para empreendedores.

É inadequada a regionalização, dadas as dimensões continentais que possui a região Amazônica, bem como a diversidade e complexidade de problemas de ordem estrutural.

As ações contribuem para o objetivo do Programa e para a melhoria do indicador, porém não são suficientes para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

As metas físicas não são suficientes para superar deficiências estruturais da região Amazônica, de modo a assegurar a sustentabilidade de seu processo de crescimento, que tem como fundamento a inclusão social de sua população, a

reestruturação de sua base produtiva e a sua efetiva integração à economia nacional e internacional em bases competitivas. Diversos programas do PPA, sob gerência de outros setores do Governo, têm metas físicas complementares e contribuem igualmente para o alcance dos objetivos deste Programa. No entanto, a realização das metas físicas deste Programa contribui complementarmente para a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

O IDH é um indicador útil para avaliar a efetividade do conjunto dos programas do PPA que têm algum impacto na Amazônia Legal, principalmente programas setoriais da educação e da saúde. O conjunto de ações deste Programa impactará, de forma relevante, apenas o fator renda, dos três fatores que compõem o IDH. É mais adequado o desenho de algum indicador que sofra mais influência do fator renda, já que diversos índices econômicos têm publicação anual.

Para o Programa **Desenvolvimento da Amazônia Legal** foi criado, em 2001, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, de dotação orçamentária. Parte de seus recursos é vinculada à participação com novos recursos de Estados e Municípios. O Finam foi extinto para novos projetos. Essas três medidas alteram as fontes de recursos do Programa.

A execução descentralizada das Ações contribui para os resultados do Programa. As ações são desenvolvidas pela ADA, Suframa e pelo BASA, unidades executoras das ações, na Região da Amazônia Ocidental.

É necessário criar uma agenda de compromissos com reuniões periódicas, instrumentos e ferramentas necessárias para acompanhamento e avaliação das execuções das ações do Programa.

.....

No ano 2000, a LOA + Créditos previa a alocação de R\$ 1.573.713.913,00 no Programa. Desse total de recursos, R\$ 1.047.202.066,00, ou 66% foram efetivamente executados. No ano 2001, a LOA + Créditos previa a alocação de R\$ 2.041.081.111,00. Desses, R\$ 1.023.029.263,00, ou 50% foram efetivamente executados. Em 2002, a LOA + Créditos previa a alocação de R\$ 1.088.464.106,00, incluindo R\$ 404.395.103,00 para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. Foram executados R\$ 712.783.895,00, que corresponde a 57,6% da previsão inicial (R\$ 1.236.836.622,00). O baixo desempenho do Programa no ano de 2002, decorreu, dentre outros, dos seguintes fatores: contingenciamento parcial de recursos para algumas ações executadas pela Suframa; pela execução reduzida de ações no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, tendo em vista que a ADA encontra-se em fase de estruturação. Destaque-se, ainda, que o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, com recursos orçamentários previstos de R\$ 440 milhões, não entrou em operacionalização.

Implementação

O desempenho das ações do Programa executadas em outros Ministérios foi alto. Na ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte - FNO, de responsabilidade do BASA/MF, em 2001, houve a realização da meta física em 116% e de meta financeira em 122%. Em 2002, o FNO aplicou R\$ 605 milhões no financiamento de atividades produtivas da Região Norte, com a geração aproximada de 143.792 oportunidades de ocupação de mão-de-obra. As ações sob responsabilidade da Suframa/MDIC que, em 2001, obtiveram bons desempenhos para o alcance do objetivo do Programa são as seguintes: Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social na Amazônia Ocidental: em 2001, houve a realização da meta física em 191% e da meta financeira em 71%. No 1º semestre de 2002, esta ação aplicou R\$ 4 milhões; Concessão de Incentivos Fiscais para Projetos de Aproveitamento de Matérias-primas Regionais: em 2001, a meta física realizou 760%; Implantação de Projeto

Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus: em 2001, realizou 100% da meta física e 87% da meta financeira.

As informações relativas ao desempenho físico das Ações são adquiridas através de relatórios semestrais que a gerência do Programa solicita aos órgãos executores.

Durante o período de 2000 a 2002, foram desenvolvidos alguns eventos de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa no âmbito do Governo Federal, porém não suficiente. No caso, por exemplo, do curso Orçamento e Execução Financeira: desafios para o gerenciamento dos programas do PPA, realizado em 2002, pela ENAP, faltou didática aos palestrantes, nivelamento dos participantes, e foi exíguo o período do curso, com matéria relativamente extensa, que é o orçamento e as suas relações com o Plano Plurianual. No caso da Suframa, a capacitação só ocorreu para os gerentes de programa e não para a equipe técnica, tendo como consequência o desnivelamento do conhecimento na implementação do Programa. No caso do FNO, o BASA mantém um constante Programa de Desenvolvimento Humano, para a capacitação de seu pessoal, tendo investido no biênio 2000-2001 cerca de R\$ 8,5 milhões.

Com a extinção da Sudam, os dois únicos executores de ação, que desenvolvem parcerias no Programa são a Suframa e o BASA. No caso da Suframa, a ação Fomento a Projetos de Infra-estrutura econômica e social na Amazônia Ocidental vem sendo executada em parceria com os governos estaduais e municipais bem como com entidades de ensino e pesquisa sem fins lucrativos. A ação Implantação do Projeto Piloto de Colonização em Grupo, dada sua natureza, requer a existência de parcerias para compor a responsabilidade de sua execução, principalmente naquilo que concerne ao financiamento para implantação dos projetos agropecuários e agroindustriais. A inexistência de parceiro com essa finalidade vem dificultando o andamento da ação no alcance dos benefícios que foram estimados quando da sua concepção, comprometendo assim, a implementação do projeto nos moldes originais. No caso do BASA, a ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte - FNO, vem contando com a participação de instituições públicas, em nível federal, estadual e municipal e de representantes das classes produtoras e trabalhadoras, que definem prioridades espaciais e setoriais para seus respectivos estados, na Região Norte.

No caso da Amazônia Ocidental, a sociedade tem alto grau de participação no controle e acompanhamento da execução do Programa através de órgãos representativos das diversas classes como: Conselho de Administração da Suframa-CAS (governadores dos estados e prefeitos das capitais do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia; classes produtoras; classes trabalhadoras; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Ministério das Comunicações; Ministério de Minas e Energia; Ministério dos Transportes; Ministério da Defesa; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional; Banco da Amazônia S/A - BASA); Tribunal de Contas da União-TCU; Secretaria Federal de Controle-STC; Auditoria Interna etc. Outro mecanismo de controle instituído pela Suframa foi a reformulação da Resolução 052/97 aprovando novos critérios de Aplicação dos recursos, objetivando proporcionar à sociedade maior transparência e obtenção de divisão igualitária na aplicação dos recursos oriundos da sua atividade. No caso do BASA, os resultados socioeconômicos provêm da análise alocativa dos recursos do FNO, a partir de um sistema aberto e participativo, que contempla aspectos qualitativos relevantes de toda a estrutura produtiva e do mercado, e busca ainda, otimizar resultados, por meio da aplicação de modelos quantitativos como a Matriz de Contabilidade Social (MCS).

O Programa não dispõe de um sistema de consulta sobre a satisfação do público-alvo. As dificuldades para a implementação dessa pesquisa são a falta de orçamento, de uma gerência estável para que se implante algum sistema e de uma formação da equipe técnica para administrá-la. Porém, para as ações Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social na Amazônia Ocidental e Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte - FNO é disponível um instrumento de avaliação socioeconômica que é aplicado aos projetos financiados nos estados e municípios. Esse instrumento permite mensurar o nível de satisfação da sociedade beneficiada em termos de emprego e geração de renda, bem como a qualidade de gestão do projeto.

A execução orçamentária da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA somente teve início no mês de agosto, quando foi criada a Unidade Gestora - UG da Agência no Sistema Integrado da Administração Financeira - Siafi. O limite disponibilizado para empenho, no exercício, foi de R\$ 19.166.228,00, ou seja, 48,5% do orçamento total aprovado.

Nas execuções pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, o fluxo de recursos sofreu contingenciamento parcial.

Na ação executada pelo Banco da Amazônia, o fluxo foi compatível com a programação.

O Programa enfrentou dificuldades em termos de recursos humanos e de infra-estrutura, assim como restrições de ordem administrativa, tais como:

- quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial;
- constantes alterações de gerência que, conta com apenas uma assessora para proceder ao acompanhamento das ações executadas na ADA/Sudam, Suframa e Banco da Amazônia;
- quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais;
- com a extinção da SUDAM parte do corpo técnico foi redistribuída para outros órgãos. Num primeiro momento, a ADA ficou em fase de instalação, centrando os seus esforços na implementação das estruturas da Agência nos seus aspectos legal, administrativo e físico; e
- A execução orçamentária da ADA somente teve início no mês de agosto, quando foi criada a Unidade Gestora - UG da Agência no Sistema Integrado da Administração Financeira - Siafi.

O desempenho físico das ações executadas na Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA teve um resultado baixo, em 2002, pelos seguintes motivos: início na execução orçamentária somente no mês de agosto, quando foi criada a Unidade Gestora - UG da Agência no sistema Siafi e o limite disponibilizado para empenho foi 48,5% do orçamento total aprovado.

A implementação do modelo de gestão por Programa é um mecanismo de eficiência e inovação na gestão pública, pois veio resgatar a função de planejamento; permitir transparência nas ações do Governo possibilitando identificar a responsabilidade e capacidade administrativa do gestor do Programa, bem como permite identificar as dificuldades que surgem durante o processo de execução. Adicionalmente, ainda há muito a fazer, tanto do ponto de vista externo como interno, uma vez que a cultura administrativa tradicional se contrapõe ao novo modelo de administração por resultados ora estabelecido pelo Governo Federal. É evidente a necessidade de se estabelecer uma cultura de gerenciamento participativo em escala vertical e horizontal, a fim de que seja criado no corpo institucional o comprometimento no alcance das metas.

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

Resultados O programa possui como indicador o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que se mostra inadequado para mensurar o esforço empreendido pela Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, no estímulo ao desenvolvimento da Região. É relevante observar que o último ano em que houve apuração do índice da Região foi o ano de 1996, portanto, anterior ao início do programa (2000).

Para nortear sua atuação, foi definido, para o período 2000-2003, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste estabelecendo premissas básicas para ações estruturadoras e complementares das necessidades e interesses da Região. Estão propostos programas e projetos em três grandes categorias: Infra-estrutura, social e dinamização econômica. No período 2000-2002, a SCO executou atividades de apoio a quinze pólos dinâmicos, sempre por meio do trabalho conjunto com as esferas estaduais e municipais, bem como com entidades empresariais e universidades da Região.

Para intensificar o intercâmbio técnico-científico entre o Ministério da Integração e as universidades públicas e privadas da região Centro-Oeste, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica, com base no qual estão sendo apoiadas a pesquisa e divulgação de temas relevantes à compreensão dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais de formação da sociedade Centro-Occidental Brasileira, cujo resultado será a publicação da Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, para a qual foram selecionados, inicialmente, treze títulos.

Outra iniciativa relevante para o aumento do conhecimento sobre o Centro-Oeste é o desenvolvimento do estudo "Memória da Gente Pantaneira". O trabalho orienta a formulação e a implementação de políticas públicas cujo objeto seja o desenvolvimento sustentável do Pantanal Matogrossense e da Bacia do Alto Paraguai, nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, ampliando, ulteriormente, a percepção e as formas de adaptação do homem pantaneiro a seu meio.

A possibilidade de atingir o índice previsto para o indicador até o final de 2003, estará condicionada ao estabelecimento de parcerias com os demais ministérios com influência direta nos componentes de mensuração do IDH.

As ações do programa, em especial a implantação dos pólos produtivos, possuem um ciclo de maturação que pressupõe necessidade de tempo para apresentar resultados. No atual estágio de desenvolvimento, a SCO está constituindo parcerias alavancadoras de negócios para a Região.

A ação do Estado no desenvolvimento regional busca, no presente, "regulamentar, induzir e fiscalizar" o desenvolvimento, motivando e atraindo os diversos agentes regionais de fomento, principalmente, a iniciativa privada, com foco orientado para a integração regional e o crescimento alinhado ao ambiente competitivo da economia globalizada. A criação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, da Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO (Decreto nº 3.680 de 01.12.2000), insere-se no esforço de aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e de gestão em apoio ao desenvolvimento regional, identificando e viabilizando investimentos que promovam e potencializem as vocações da Região Centro-Oeste.

Gerente:

Morganna Mendes P. de Oliveira

Para o cumprimento de sua missão, a SCO assumiu importantes atribuições e instrumentos que a habilitam a desenvolver uma ação concertada e incisiva rumo ao fortalecimento da capacidade competitiva e do desempenho econômico do setor produtivo da Região Centro-Oeste. Além disso, a SCO tem buscado o aperfeiçoamento dos foros institucionais e das fontes de financiamento em apoio à viabilização de novos negócios na Região.

O Programa Desenvolvimento da Região Centro-Oeste é o principal instrumento na promoção do desenvolvimento sustentável da Região, com vistas à consolidação de um ambiente favorável à inovação e à iniciativa empresarial, lançando mão, para tanto, de uma rede de parcerias estratégicas.

O objetivo do programa é muito amplo, dificultando a obtenção de resultados. Em função desta constatação o programa foi remodelado e atuará segundo a lógica dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, com a inclusão de ações que permitam identificar, promover e gerir oportunidades de investimentos nas regiões.

O indicador escolhido é o IDH, índice que pressupõe um esforço orquestrado das diversas áreas governamentais na obtenção de resultados.

Como resultado do programa, pode ser citada ainda a elaboração do estudo de demanda para provisão de assistência técnica aos pólos produtivos do Sudeste de Mato Grosso (MT), Rio Verde e Jataí (GO), Paranaíba e Três Lagoas (MS) e Tecnologia da Informação (DF); a realização do projeto básico para a vinda de dois especialistas italianos para apoiar o processo produtivo de pequenas empresas localizadas nos Pólos, e; o encaminhamento das negociações com o Banco Interamericano para a aprovação do Projeto, através de projeto específico.

Desempenho do FCO no Período 1995-2002:

a) Modificações recentes melhoraram o desempenho do Fundo

- Lei no 10.177 de 2001: redução dos encargos financeiros; possibilidade de reprogramação da dívida dos mutuários; concessão de bônus de adimplência; Possibilidade de utilização dos recursos do Fundo para empreendimentos comerciais e de serviços.
- Aumento do teto de aplicações do Fundo, por empresa tomadora, de R\$ 10 para R\$ 20 milhões.
- Portaria MI nº 540/2002: possibilidade de atuação de novos agentes financeiros no FCO.

b) Emprego e renda no Centro-Oeste

- As aplicações do FCO geraram 202 mil empregos diretos e 292 mil empregos indiretos na Região entre 1995 e 2002.
- Entre 1995 e 2002, foram aplicados R\$ 3,5 bilhões em empresas dos setores primário, secundário e terciário da Região.

Para operacionalizar a estratégia de dinamização econômica da Região, prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, está prevista a estruturação e promoção de Pólos Dinâmicos (Clusters), que, conceitualmente, envolve as idéias de aglomeração, afinidade, articulação, ambiente de negócios e apoio institucional. Procura relacionar todo o conjunto de atividades de um determinado local que se desenvolve ou pode se

desenvolver a partir de um determinado setor industrial ou de um conjunto de indústrias. Apóia-se em uma idéia de parceria e cooperação entre Estado e Sociedade e de que a competitividade vem da integração entre empresas e representantes da sociedade em favor do desenvolvimento. A formação e a existência de um Pólo Dinâmico tem por base a constituição de um órgão articulador, nem público nem representante de apenas um segmento privado, que integre os diversos interesses com a necessária busca de competitividade nos mercados alvos.

Foram executadas atividades de apoio a quinze Pólos Dinâmicos na Região Centro-Oeste, sempre através de trabalho conjunto com os respectivos Governos estaduais, municipais, entidades empresariais e universidades da Região. Este projeto tem por objetivo:

- Avaliar o potencial das principais atividades econômicas do pólo e caracterizar oportunidades de investimento produtivo privado economicamente viáveis;
- Identificar e propor investimentos e ações de apoio (infra-estrutura; pesquisa e gestão tecnológicas; capacitação; normativo-legais; financeiras; e institucionais, entre outras) essenciais à viabilização dos empreendimentos privados catalisadores da economia regional.

c) Estudo sobre "Memória da Gente Pantaneira": Expressão e Cultura

O estudo visa ampliar a percepção a as formas de adaptação do homem pantaneiro a seu meio. O trabalho orienta a formulação e a implementação de políticas públicas cujo objeto seja o desenvolvimento sustentável do Pantanal matogrossense e da Bacia do Alto Paraguai, nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Foram desenvolvidos os trabalhos básicos, bem como contratada a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (Fapex) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para realização de estudos sobre a "Memória da Gente Pantaneira", seu meio, sua cultura, sua vivência.

Foi apresentado o documento - "A Memória do Pantanal Matogrossense: Delimitação do Campo Científico e Especificação dos Temas Abrangidos pelo Estudo" . Estão em andamento os seguintes estudos: "A Memória do Pantanal Matogrossense: Sistematização das Pesquisas em Andamento"; "Organização do Encontro sobre as Expressões Culturais e a Adaptação do Homem Pantaneiro a seu Meio". O trabalho foi apresentado em outubro de 2002, por meio de realização de Encontros Regionais, visando discutir os seus resultados com a comunidade local.

Concepção

Dentro da lógica concebida para a criação de um programa, que deverá surgir a partir de um problema/demanda da sociedade, o Programa de Desenvolvimento dos Eixos do Centro-Oeste possui concepções ampliadas, dificultando o direcionamento das suas ações. Como resultado, a percepção da sociedade local do esforço governamental finda por se diluir, apesar dos evidentes esforços na identificação de oportunidades de negócios e nichos de mercado para os produtos de determinada cadeia e no levantamento dos pontos críticos, atuais e potenciais, que impedem atingir os objetivos.

O programa conta com a contribuição dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, que possui como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste através da aplicação de recursos tributários em programas de financiamento aos setores produtivos.

Forma de controle e acompanhamento do desempenho.

Como o indicador do programa não está adequado, também não estão adequadas as formas de controle e acompanhamento do seu desempenho.

O programa deverá incentivar o desenvolvimento sustentável, mediante a harmonização de políticas públicas na regulação das atividades humanas no território, por meio de ações que minimizem a excessiva concentração de atividades em determinadas áreas e de insuficiência em outras. Maximizar a integração inter e intra-regional e evitar a degradação ambiental.

Deve-se intensificar as delimitações das áreas geográficas relevantes, identificar aglomerados ou complexos produtivos existentes, definir indicadores de desenvolvimento adequados, identificar e avaliar os serviços de apoio empresarial existente, identificar e avaliar os serviços de logística existentes, elaborar projetos com explicitação de necessidades estratégicas e definir as metas a alcançar no tempo.

Buscar estimular o setor agropecuário, apoio associativo, formação e fortalecimento de cadeias produtivas e qualificação das cadeias tradicionais, investimentos em infra-estrutura, acompanhamento da execução dos programas sociais contidos no PPA e desenvolver econômica e socialmente a região.

Tendo em vista a necessidade de apoiar as ações do Programa, a SCO definiu, para o período 2000-2003, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Foram estabelecidas premissas básicas para as ações estruturadoras e complementares das necessidades e interesses das Unidades da Federação da Região, propondo projetos em três grandes categorias: infra-estrutura, social e dinamização econômica.

Em relação à dinamização econômica, devem-se destacar diversas ações para a identificação, definição e implementação de pólos dinâmicos e de cadeias produtivas na Região Centro-Oeste.

No período 2000-2002 foram desenvolvidas ações de apoio a quinze pólos dinâmicos na Região Centro-Oeste, sempre por meio do trabalho conjunto com as esferas estaduais e municipais, bem como com entidades empresariais e universidades da Região.

O programa desenvolve-se bem com os atuais mecanismos de supervisão, articulação e coordenação existentes.

.....

O programa teve uma execução financeira basicamente alavancada pela performance do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, que no período de 2000-2002, realizou contratações no valor de R\$ 2.496,1 milhões. Cabe à SCO/MI, em conjunto com o Banco do Brasil, gerenciar a administração dos recursos do FCO, provendo, inclusive, os serviços de Secretaria-Executiva de seu Conselho Deliberativo, o qual supervisiona a execução dos trabalhos. Do Orçamento Geral da União houve celebração de convênio, no valor de R\$ 6.200 mil, objetivando a implantação de modelo de gerenciamento nas prefeituras dos municípios do entorno do DF. As demais ações constantes do Programa foram contingenciadas em até 90% dos recursos orçados, gerando descontinuidade em sua execução.

Implementação

O programa não possui características de multissetorialidade. Por ser fomentador de desenvolvimento regional, seus parceiros principais são as demais esferas de governo, entidades de classe e entidades privadas dos estados da Região Centro-Oeste.

A principal ação descentralizada do Programa é a de financiamento de projetos de desenvolvimento do turismo, indústria, agropecuária e agroindústria na Região Centro-Oeste, com recursos provenientes do FCO, e distribuídos através das unidades do Banco do Brasil. Por meio da supervisão do CONDEL foram estabelecidas metas de aplicação dos recursos, atingindo o desempenho esperado durante o primeiro semestre do ano de 2002. As demais ações são execução direta pela SCO.

Durante o período não foi empreendido esforço para capacitação da equipe gerencial do programa.

No atual estágio do Programa não estão programadas ações de capacitação para equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual e municipal.

Quanto ao desempenho dos parceiros eleitos, o programa tem se valido da contribuição de várias entidades públicas e privadas, das quais se destacam:

- a) Com o objetivo de identificar oportunidades e nichos de mercado para os produtos de cadeias produtivas específicas e o levantamento de seus pontos críticos, o Ministério da Integração articulou a execução de plataformas tecnológicas, em trabalho conjunto com o MCT e com as Unidades da Federação da Região Centro-Oeste, nas seguintes áreas: Turismo (MS), pecuária de corte (MS), couro e derivados (MS), Gás (MS), mandioca (MS), bovinocultura de leite e de corte (MT), têxtil (MS), madeira (MT), algodão (MT), Pantanal (MS), tecnologia da informação (DF), grãos/aves/suínos (GO), e farmacêutica (GO).
- b) Na formulação e execução de suas atividades, o Programa tem-se valido, também, da importante contribuição das universidades públicas e privadas da região Centro-Oeste. Para intensificar o intercâmbio técnico-científico com essas instituições, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica, com base no qual está apoiada a pesquisa e divulgação de temas relevantes à compreensão dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais de formação da sociedade Centro-Ocidental brasileira.

Foram identificados 50 programas do Avanço Brasil que no 2º estágio do Programa serão eleitos parceiros na consecução dos objetivos propostos.

A formação e a existência de um pólo dinâmico tem por base a constituição de um órgão articulador, nem público nem representante de apenas um segmento privado, integrador dos diversos interesses que tem por objetivo identificar e propor investimentos e ações de apoio (infra-estrutura, pesquisa, e gestão tecnológicas, capacitação, normativo-legais, financeiras, e institucionais, entre outras) essenciais à viabilização dos empreendimentos privados catalizadores da economia regional.

O Conselho Deliberativo - CONDEL do FCO também se constitui em fórum deliberativo de diversos segmentos da sociedade, onde, juntamente com os Governos Federal e Estaduais são estabelecidas linhas de atuação para o Fundo.

Todo ano é elaborada pesquisa qualitativa de satisfação dos usuários do FCO, coordenada pela Secretaria do Centro-Oeste e aprovada pelo CONDEL, que direciona para os aperfeiçoamentos necessários na aplicação dos recursos do Fundo.

O modelo de gestão por programas é uma iniciativa que trata objetivamente as demandas da população. estaria ótimo se a alocação dos recursos tivesse fluxo contínuo, pois o grande dificultador do programa está na descontinuidade da implementação das suas ações.

O Programa Desenvolvimento da Região Centro-Oeste é de concepção ampla e necessita de ações focadas em objetivos específicos. Neste sentido, está sendo reformulado para o PPA 2003, onde assumirá uma estruturação por eixos. Desta forma, será possível estabelecer prioridades de atuação e alocação de recursos dentro de cada programa para alguma mesorregião do eixo e se obter os resultados desejados, que não ocorreram, conforme as metas estabelecidas, por questão de indisponibilidade de recursos suficientes para atender todas as demandas da sociedade. Desta forma, uma adequação da estrutura da SCO em Secretaria com funções de agência - a Agência Centroeste, dará concretude ao objetivo de promover um ambiente favorável ao investimento, à inovação e à iniciativa empresarial na Região. Essa estrutura atuará como lócus de convergência, divulgação e promoção do desenvolvimento de toda a Região, com vistas à consolidação de um ambiente favorável à inovação e à iniciativa empresarial, lançando mão, para tanto, de uma rede de parcerias estratégicas.

Desenvolvimento da Região Nordeste

Resultados Os contingenciamentos sucessivos, a irregularidade no fluxo dos recursos financeiros previstos para realizar as metas constantes do OGU, a extinção da SUDENE, e as alternâncias de comando no Ministério da Integração Nacional-MI, inviabilizaram uma análise comparativa com exercícios anteriores.

A inadequação do indicador está relacionada ao fato do IDH não ser aferido anualmente. E ao fato das ações do Programa estarem relacionadas apenas à variável renda. Assim, estamos analisando a possibilidade de utilizar ou desenvolver novos indicadores, mensuráveis anualmente.

O Programa se caracteriza pelo fomento a atividades produtivas, portanto, faz-se necessário discutir a forma de compatibilizar objetivo, ações e instrumentos de financiamento. E ainda, definir quais as parcerias deverão ser celebradas com outros Programas do PPA, visando consubstanciá-lo a partir das diretrizes do Projeto Nacional de Integração e Desenvolvimento Regional.

Um dos resultados a ser considerado é a geração de empregos propiciada pelos investimentos financiados com os recursos do FNE, Finor e ainda a população beneficiada com obras de infra-estrutura oriundas de Emendas Parlamentares.

O Programa de Desenvolvimento do Nordeste - PDN é um Programa multisetorial. Os resultados positivos das ações de desenvolvimento sustentável foram possíveis devido à existência de estudos, planejamento e estratégias de implementação das Ações realizadas pelo Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável - BRA98/017, criado em 1998 e desenvolvido pela extinta Sudene com a cooperação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

As alterações da legislação, estipulando encargos financeiros pré-fixados para os financiamentos concedidos com recursos do FNE e a Portaria nº 460, de 19 de dezembro de 2001, do Ministério da Integração Nacional estabelecendo diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos no exercício de 2002. A legislação ainda facultou ao banco administrador o repasse de recursos a outras instituições que operacionalizem a concessão de crédito, desde que sejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil. A adequação das diretrizes de programação de aplicação dos recursos, repassadas para o BNB (Banco administrador responsável pela ação de financiamentos) tem se constituído em instrumento de fortalecimento da ação.

A execução das Ações foi prejudicada pelos sucessivos contingenciamentos de recursos, nos exercícios de 2000 a 2002, pela extinção da Sudene. As Ações são financiadas pelas fontes 100,179,101, 250 e extra-orçamentária. Os recursos do Finor foram repassados até maio de 2001, sendo suspensos até dezembro do mesmo ano. Em 2002, voltaram a ser liberados para financiar os compromissos assumidos antes de sua extinção.

Como a liberação dos recursos procedentes das emendas parlamentares de 2001, ocorreu em dezembro, a execução dos projetos sob a responsabilidade da Codevasf, deu-se no primeiro semestre de 2002.

Gerente:

Morganna Mendes Pedroza de Oliveira

As ações orçamentárias previstas para serem executadas pela Adene em 2002, até outubro não foram iniciadas, devido a incerteza quanto a liberação dos recursos. E ainda a falta de estruturação da Agência, pendente, a aprovação do regimento interno.

A única ação com fluxo normal de liberação de recursos, no período de 2000 a 2002, é a 9468 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola da Região Nordeste - FNE, que em 2001 atingiu uma arrecadação maior que a prevista na LOA, na ordem de 22,2%, atingindo portanto o montante de R\$ 1,4 bilhão. Quanto ao número de operações realizadas, por tratar-se de financiamento, o alcance da meta depende de muitas variáveis, dentre elas o fator risco, a atração pelo investimento, taxa de juros, etc..

As informações relativas ao desempenho físico das ações multisetoriais, são adquiridas por meio da base de dados, de relatórios trimestrais, que o BNB encaminha à Gerência de Acompanhamento dos Fundos da Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional/MI. A base de dados é trabalhada pelo MI, que gera informações gerenciais, por meio do Sistema de Informações Gerenciais - SIG.

A descontinuidade administrativa, no que se refere à gerência do Programa, a extinção da Sudene, o atraso na estruturação da Adene, a inserção de emendas parlamentares de Ações não programadas, são alguns dos fatores que contribuíram para descontinuidade das ações, e dificultaram a implementação dos mecanismos de acompanhamento. Assim as informações relativas ao desempenho físico das ações descentralizadas (compromissos firmados pela Adene e Codevasf com estados e municípios) são levantadas por meio de relatórios semestrais ou anuais, quando esta gerência solicita a Adene, e a Codevasf.

Houve participação dos gerentes em cursos voltados para o aperfeiçoamento da gerência do PPA, ministrados pela ENAP, o maior conhecimento da metodologia propiciou uma avaliação mais ampla no exercício de 2001, que contou com a participação de representantes dos executores, oportunidade em que foram registradas todas as necessidades de alterações, as ações desenvolvidas - com suas restrições e soluções propostas.

Foram desenvolvidas Ações específicas, voltadas para o alcance do objetivo do Programa que desenvolvem suas atividades na Ação Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, em 2001, por meio da Ação Capacitação para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, voltadas à formação dos agentes do desenvolvimento. Em 2002, a proposta é promover a capacitação de técnicos e gerentes das prefeituras municipais, lideranças municipais e técnicos de órgãos públicos municipais, em planejamento e gestão de políticas públicas, desenvolvimento sustentável local e educação digital.

As Ações do Programa estão mais voltadas para o fomento e sofreram descontinuidade. Para uma maior otimização dos recursos investidos é necessária a realização de Ações integradas com outros Programas, segundo uma concepção de Projeto Nacional de Desenvolvimento Regional e da metodologia do PPA, propiciando uma convergência de esforços e uma otimização de recursos, que deverão resultar no equacionamento da dívida social com o Nordeste, reduzindo as disparidades regionais e a exclusão social.

Concepção

Considerando os recursos do Finor no exercício de 2000 foram investidos 308,2 milhões de reais, em 2001, de janeiro a maio, 70,0 milhões, e 86,3 milhões no primeiro semestre de 2002 (referentes a compromissos celebrados antes de maio de 2001). Fica claro que as metas não foram alcançadas.

Em decorrência da reformulação procedida no programa, no que se refere as ações a serem executadas em 2003, que visam ao estímulo das oportunidades de investimento, a serem viabilizadas pelos financiamentos do FNE e FDNE, torna-se evidente a necessidade de eleger o objetivo adequado.

A definição adequada do público-alvo do Programa é: pessoas físicas e jurídicas que desenvolvem atividades econômicas dos diversos setores da economia do nordeste, tais como agrícola, pecuário, agroindustrial, industrial, turístico, comercial e de serviços . Deverá ser redimensionado para o próximo PPA, uma vez que estamos propondo uma focalização do público-alvo para empreendedores.

As Ações definidas no programa desde a sua concepção até a atual, reformuladas para 2003, não são suficientes para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, a exemplo do estudo dos eixos, que está introduzindo uma série de atualizações, destacando o significado da visão espacializada no estudo, clusters ou arranjos produtivos locais, refinamentos no conceito de sustentabilidade - acrescentando além da óptica econômica, a social, a ambiental e a político institucional. Acrescentam-se, também, aspectos ligados à estratégia de perenização do planejamento, enfoques dos portfólios ambientais; enfoques em informação e conhecimento; enfoques do portfólio social; desdobramentos conceituais e análise da demanda. Sugerimos um estudo detalhado para a inserção de novas Ações compatibilizadas com os estudos acima mencionados e com as diretrizes de um Projeto Nacional de Integração e de Desenvolvimento Regional.

Implementação

Houve descontinuidade das ações deste Programa, sendo que em 2001 foi inserida a Ação - 1060 - Apoio ao Desenvolvimento Rural por meio de emenda parlamentar na Lei Orçamentária Anual - LOA. Em 2002, foi excluída a Ação 1838 - Apoio ao Produtor Rural - PAPP. Para 2003 o Programa foi reformulado, passando a ter duas Ações: 1774 - Promoção de Oportunidades de Investimentos nos Eixos do Nordeste e 1822 - Estudos para Identificação de Oportunidades de Investimentos nos Eixos do Nordeste, e as Ações de financiamentos pelos Fundos Constitucional FNE e Orçamentário Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE .

Outro fator que contribuiu para a descontinuidade das Ações do Programa de Desenvolvimento do Nordeste - PDN - foi a edição da Medida Provisória nº 2.145, de maio de 2001, que extinguiu dispositivos da Lei nº 8.167/91, e criou o FDNE e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene.

Em decorrência, os repasses de recursos para as ações em andamento (celebradas antes da data de extinção do Finor) foram temporariamente suspensos, provocando redução no alcance das metas programadas para o exercício de 2001. Cabe registrar que alguns projetos são de médio e longo prazo com desembolsos programados. Nesse sentido, a medida provisória assegurou o repasse desses recursos, ficando vedada a celebração de novas contratações. A regulamentação do FDNE, deu-se por meio do Decreto nº 4.253, de 31 de maio de 2002, estando ainda aguardando a aprovação do regimento interno e do contrato de gestão da Adene, para ser operacionalizado.

Quanto à Ação 9468 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento industrial e Agrícola da Região Nordeste - financiada com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, pode-se afirmar que os recursos relativos ao Fundo Constitucional não estão sujeitos a contingenciamento, sendo, então, liberados regularmente pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

No período de janeiro a dezembro foram repassados pela STN R\$ 1.695 milhões, sendo que, no período de janeiro a dezembro foram contratadas 25.093 operações de crédito, totalizando o montante de R\$ 254 milhões.

Em 2002, segundo informações do Banco do Nordeste do Brasil - BNB - foram contratadas 24.798 operações de crédito, totalizando o montante de R\$ 183 milhões. Cabe registrar que 98,8% dessas operações referem-se a operações contratadas com mini/micro/pequenos empreendedores. Estima-se que os recursos aplicados propiciaram a geração de 188 mil empregos diretos e indiretos, contribuindo, dessa forma, para uma melhor distribuição de rendas entre as populações dos municípios atendidos pelo FNE.

Para a Ação de nº 1858.0020 - Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste - o limite orçamentário foi da ordem de R\$ 2 milhões na Fonte 179. A meta prevista para esta Ação era de 11 estudos. Convênios foram celebrados para elaboração dos seguintes estudos:

- 1) Proposta Técnica para Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Nordeste - PDN, no valor de R\$ 475.000,00, com o objetivo de explicitar o estado desejado para a Região, trajetórias, diretrizes e linhas de ação para obtenção do estado desejado como um referencial para as políticas de promoção do desenvolvimento do Nordeste.
- 2) Estudos de Conjuntura Econômica da Região Nordeste, no valor de R\$ 245.000,00, com o objetivo de dotar o setor público, os segmentos empresariais e a sociedade com informações confiáveis sobre a evolução da atividade econômica no Nordeste.
- 3) Cenários Sócio-Econômicos de Sub-Regiões selecionadas do Nordeste, no valor de R\$ 162.000,00, visando a definir a situação atual das mesmas e, a partir daí, elaborar cenários com trajetórias alternativas de desenvolvimento.
- 4) Estudos Hidroclimáticos do Nordeste, no valor de 116.000,00. O acompanhamento climático em tempo real é pré-requisito para a identificação de áreas com déficit hídrico e consequentemente irá permitir a tomada de decisões por parte dos organismos governamentais e a antecipação de Ações necessárias ao processo de gestão.
- 5) Pesquisa sobre Demanda Turística na Região Nordeste - R\$ 84.000.
- 6) Pesquisa para Realocação de Pequenas Unidades Produtivas em Gravatá - PE-R\$ 69.000.

Em relação à Ação com Recursos Extra OGU, e segundo informações da Inventariança Extrajudicial da Extinta Sudene no tocante às Ações referentes aos recursos do Finor, embora atualmente o Fundo não possa aprovar novos projetos, os procedimentos adotados para fiscalização e controle continuam sendo aplicados para os empreendimentos que se encontravam em fase de implantação na data da extinção. Em 31.12.02 esses projetos somavam 190 plantas em processo de implantação.

Os empreendimentos em implantação representam um saldo a liberar para o Finor da ordem de R\$ 1,51 bilhão, dos quais R\$ 349,83 milhões são destinados para os empreendimentos enquadrados no art. 5º e R\$ 1.151,81 milhões para os enquadrados no art. 9º. Contudo, os compromissos de curto prazo somam R\$ 352,82 milhões, dos quais R\$ 49,1 milhões para o art. 5º e R\$ 303,72 milhões para o art. 9º da Lei nº 8.167/91.

Em 2002, foram concluídos 16 empreendimentos, localizados em cinco estados do Nordeste, cujos investimentos projetados somaram R\$ 261,35 milhões, dos quais R\$ 139,69 milhões oriundos do Finor. Estima-se que foram criados 3.667 empregos diretos.

Adicionalmente, outros sete projetos receberam a última parcela de recursos do Fundo, cujos investimentos somaram R\$ 118,89 milhões, dos quais R\$ 61,96 milhões provenientes do Fundo. Também foram criados 1.292 novos postos diretos de trabalho, segundo estimativas dos projetos. Futuramente, quando da expedição do Certificado de Empreendimento Implantado, estes passarão à condição de projetos concluídos.

Espera-se com a aprovação do Plano de Desenvolvimento do Nordeste o estabelecimento de um acompanhamento sistêmico das Ações, a continuidade dos projetos de Desenvolvimento Local Sustentado e a regularização dos repasses dos recursos orçamentários e financeiros, de forma a viabilizar a execução das ações dentro do exercício.

Os recursos relativos às Ações sob a responsabilidade da Adene só foram liberados a partir de outubro. O contingenciamento, em média de 45% dos recursos orçamentários, e a incerteza quanto à disponibilização dos recursos financeiros, inviabilizaram a programação da totalidade das Ações.

A extinção da Sudene, por meio da Medida Provisória nº 2.145, em 02 de maio de 2001, e a criação da Adene, ainda não estruturada, contribuem para o atraso na execução das Ações. A Agência não dispõe de material e equipamento suficientes para agilizar a implementação das Ações. A falta de estruturação da Adene, somada ao contingenciamento em média de 45% dos recursos, à não disponibilização do financeiro, contribuíram para a não realização dos convênios com estados e municípios.

O Programa sofreu constantes alterações de gerência, e conta atualmente com a gerente e uma assessora para proceder ao acompanhamento das Ações executadas na Adene/Sudene, Codevaf e BNB. Além disso, a Adene, principal executora das Ações do Programa, não possui quadro próprio, e, em decorrência da extinção da Sudene, parte do corpo técnico foi redistribuído para outros órgãos, e a Adene ainda não foi estruturada, trazendo sérios prejuízos quanto à implementação das Ações.

Embora tenha havido alterações nos montantes das Ações para o exercício de 2002, o que impactou negativamente na execução das Ações foi o contingenciamento dos recursos orçamentários, a demora e a incerteza quanto à liberação dos recursos financeiros a serem repassados para a Adene, que iniciou-se em outubro.

Os recursos provenientes do FNE, sob a gestão do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, estão sujeitos a uma série de formalidades e exigências de mercado, as quais os interessados nem sempre se habilitam, acarretando um número menor de operações contratadas.

Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal

O Programa **Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal** não foi formulado com indicador. Este programa é consequência da Lei Complementar nº 94, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 1998, e alterado pelo Decreto nº 3.445, de 2000, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, com o objetivo de coordenar ações integradas entre a União, o Distrito Federal, os Estados de Goiás e Minas Gerais e municípios que compõe a região, para implantar soluções imediatas e em médio prazo para os problemas existentes.

Resultados

Para consolidar e orientar a realização de ações na RIDE, foi implementado o Programa de Desenvolvimento Regional Estratégico do Distrito Federal e Entorno - ProRIDE, de caráter operativo, que define algumas ações estruturantes a serem implementadas. Firmada parceria com o Governo do Estado de Goiás para a elaboração de nove Planos Diretores, norteadores da Política de Ordenamento Territorial da Região. Para implementar o Programa de Ações Sociais em Apoio à Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno, a RIDE promoveu a integração de políticas públicas estaduais e municipais com ações de 47 programas do Avança Brasil, relativos às áreas de Educação, Direitos Humanos, Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional do Trabalho, Moradia e Infra-Estrutura, Saúde, Esporte, Turismo e Cultura.

Com o objetivo de envolver as comunidades locais na coleta de informações e na elaboração de propostas de soluções para os problemas identificados foi concebido e instalado o Sistema RedeRIDE. Esse sistema foi desenvolvido em um ambiente onde gestores, líderes comunitários e cidadãos podem interagir, construindo consultas personalizadas ou previamente estruturadas, utilizando uma linguagem simplificada, com o apoio de tabelas, gráficos e mapas. Foram instalados 22 terminais de computadores, conectando todos os municípios e capacitando as respectivas equipes das prefeituras. Destaca-se, também, o desenvolvimento, no âmbito da RedeRIDE, do quiosque do cidadão, um projeto de alfabetização digital onde os equipamentos são instalados em bibliotecas públicas municipais das cidades. Deve ser mencionada, ainda, a capacitação de gestores públicos no Distrito Federal e nos municípios da RIDE, utilizando-se o Sistema de Apoio à Decisão Local - SADL. Teve seu início em outubro de 2000, tendo sido treinadas, desde então, sete turmas, totalizando 130 alunos, beneficiando dezoito municípios, bem como onze Administrações Regionais do DF. O término do Programa ocorreu em outubro de 2001.

Os impactos positivos do Programa para a população são os quiosques do cidadão que atendem, em média, 150 crianças/dia, na alfabetização digital; os Planos Diretores que disciplinarão o uso do solo, o ordenamento territorial e a arrecadação tributária dos municípios. É relevante mencionar o resultado da articulação da RIDE com os demais programas do Avança Brasil, que permitiu à população da região o acesso a todos os programas sociais empreendidos pelo Governo Federal. Para 2003, faz-se necessário implementar medidas urgentes no campo da segurança pública, geração de empregos e renda. Para tanto, estão estruturadas ações junto ao projeto ProRIDE, documento estruturado pela RIDE, contemplado como parte integrante do programa na proposta orçamentária para 2003.

Gerente:

Manuel Marcos Maciel Formiga

Concepção

Na década de 1970, quando Brasília passou a desempenhar plenamente suas funções de centro político-administrativo do País, dois movimentos se consolidaram: o primeiro consistiu na fixação de parcela expressiva do contingente migratório dirigido ao Distrito Federal em municípios goianos limítrofes, notadamente Luziânia e seu então distrito de Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Padre Bernardo, que iniciaram processo de conurbação com cidades-satélites do Distrito Federal, desempenhando a função de cidades-dormitório. Além disso, na década de 1990, a pressão do processo de expansão urbana sobre os recursos naturais, principalmente água e solo, bem como sobre a oferta de infra-estrutura e serviços coletivos, exige a intervenção direta das forças atuantes regionais na busca de alternativas para o desenvolvimento da região. O segundo movimento foi a ampliação da área de influência direta de Brasília, a partir da forte expansão dos setores comercial e de prestação de serviços, disputando com Goiânia a condição de principal pólo regional. Além disso, a disponibilização de ampla infra-estrutura social, notadamente nas áreas de saúde e educação, passou a exercer forte atração sobre a população dos municípios vizinhos, extremamente carentes no que diz respeito a equipamentos urbanos. O objetivo inicial do Programa era propiciar à área de influência do Distrito Federal condições de desenvolvimento mais equilibrado com o de Brasília. Para tanto, torna-se necessária a estruturação de rede urbana regional, identificando-se pólos que serão objetos de ações de desenvolvimento urbano. Com isso, busca-se alcançar três metas básicas: abertura de novas oportunidades de emprego, melhoria no abastecimento de Brasília quanto a produtos agrícolas e atenuação da pressão sobre os equipamentos urbanos e serviços sociais do Distrito Federal. O grande desafio é implementar ações que promovam a inserção competitiva da população da RIDE, principalmente nas especificidades que envolve o entorno do Distrito Federal, considerando diferenças sociais, econômicas e os recursos naturais da região, em conjunto com o Governo Federal, os Estados de Goiás e Minas Gerais e os municípios que compõem a RIDE.

Implementação

A fonte de financiamento do Programa é o Orçamento-Geral da União e, desde sua efetiva implantação no ano de 2000, vem sendo sistematicamente contingenciado, com percentuais próximos a 90% dos recursos orçados, o que retarda e dificulta a obtenção de resultados, em flagrante descompasso com a ampliação dos problemas que deram origem ao Programa.

Para implementar o Programa de Ações Sociais em Apoio à Segurança Pública no Distrito Federal e Entorno, o Governo Federal, por meio da RIDE, promoveu a integração de políticas públicas estaduais e municipais com ações de 47 programas do Avança Brasil, relativos às áreas de Educação, Direitos Humanos, Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional do Trabalhador, Moradia e Infra-Estrutura, Saúde, Esporte, Turismo e Cultura. A administração da RIDE está desenvolvendo ações no sentido de atrair, prioritariamente, todos os benefícios sociais existentes e que vierem a ser criados pelo Governo Federal, visando reforçar o setor social da região. Através de articulação da administração da RIDE, em contato direto com os prefeitos da região, ministérios responsáveis e a Presidência da República, por meio da Casa Civil e do Gabinete de Segurança Institucional, foram viabilizadas as ações: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Bibliotecas nos Municípios; e os Programas: Paz na Escola e Esporte na Escola. Com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU: curso em resíduos sólidos, estudos sobre saneamento para a região e estudo para implantação de pólos de economia popular.

Embora o Programa possua em sua essência um forte componente articulatório, a forma de atuação com os demais órgãos é implementada de maneira personalística, podendo sofrer descontinuidade em função das constantes trocas de comando.

A obtenção de recursos para o Programa está prejudicada pelos constantes contingenciamentos dos orçamentos aprovados.

Os melhores resultados foram obtidos por meio de parcerias estabelecidas com os demais órgãos da administração federal e pela efetiva atuação do CoaRIDE, que já realizou doze reuniões de trabalho, onde foram apresentadas onze proposições.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Bacia de Itabapoana

Resultados O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Bacia do Itabapoana**, propõe-se a implementar um novo modelo de gestão, portanto a definição de índices e indicadores não foi feita por julgar-se que os mesmos não seriam capazes de mensurar os resultados esperados com a implementação do Programa. A mensuração se dá a partir de alguns resultados alcançados durante o período de avaliação e que correspondem, na grande maioria, em fatores organizacionais e participativos.

O Programa registrou significativos avanços em função das ações desenvolvidas em conjunto com parceiros e comunidade em geral daquela região. Pode-se salientar as seguintes mudanças ligadas ao processo iniciado pela implementação do Programa:

- Fortalecimento do processo de articulação entre os diversos setores (sociedade civil organizada, governos municipais, universidades, associações etc.) em torno da criação de dezoito Conselhos Municipais de Desenvolvimento, como pressuposto do Fórum Mesorregional a ser inaugurado em dezembro de 2002.
- Fortalecimento a criação de associações e empreendimentos mediante estímulo de projetos capacitadores dos setores turismo, fruticultura e piscicultura, além de estímulo ao associativismo.
- Consolidação do Consórcio intermunicipal e estadual dos dezoito municípios da Mesorregião.
- Atração de novos parceiros com alocação de recursos para os mesmos objetivos de desenvolvimento local, como é o caso do Sebrae e da Universidade Federal Fluminense.
- Atração de parceiros sob forma de maior cooperação institucional de outros Órgãos do Governo Federal (Ibama, a exemplo) e dos Governos Estaduais.
- Participação ativa da comunidade no processo de identificação dos problemas que devem ser foco dos planos mesorregionais a serem formatados no âmbito do Fórum Mesorregional.

É importante salientar que foram identificados alguns aspectos que denotam questões negativas em função de fatos e expectativas decorrentes da implementação do Programa em virtude, principalmente das seguintes imperfeições:

O alto grau de expectativa gerado com o Programa e a insegurança quanto a continuidade do mesmo em período de transição político-administrativa, trazendo de volta a desconfiança quanto ao papel do Governo Federal no processo de desenvolvimento da região (investimentos) e que já havia sido vencido pelas ações proativas do Programa.

Gerente:

Rogério Oliveira de Castro Vieira

A não-liberação dos recursos do orçamento 2002 impedindo a continuidade de projetos constantes da base de sustentação técnica do Programa, como no que se refere ao processo de alfabetização digital, interação digital e formação de base de dados comuns aos municípios da Mesorregião via Portal do Fórum.

Entretanto pode-se relatar que o Programa vem sendo implementado com significativo empenho, contribuindo com aspectos inovadores como:

- Fortalecimento do associativismo e da cooperação intersetores e intermunicipal;
- Surgimento de iniciativas comuns entre os municípios da Mesorregião;
- Criação de dezoito Conselhos Municipais de Desenvolvimento sob a ótica do Desenvolvimento Integrado regionalmente;
- Capacitação de agentes multiplicadores de turismo, piscicultura e fruticultura através dos cursos de associativismo e das respectivas atividades.
- Surgimento de ações integradas entre os estados e ente órgãos do Governo Federal mediante demanda organizada da comunidade local.

.....
Sob a ótica da concepção, o problema que demanda a proposição do Programa é a redução das desigualdades regionais persistentes no território nacional. Neste sentido, foram identificadas algumas questões que concorrem para a manutenção do *status-quo*:

Concepção

- Falta de organização para o Desenvolvimento Regional;
- Foco equivocado de atuação espacial - macrorregiões entendidas como espaços territoriais muito grandes e heterogêneos;
- A nacionalização das políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional propiciando a participação de espaços sub-regionais diferentes que apresentam desigualdades intra e inter-regionais;
- O processo crescente de empobrecimento e exclusão de áreas diferenciadas, como por exemplo as localizadas nas fronteiras estaduais (Mesorregião Bacia do Itabapoana) exigem uma atuação diferenciada de governo no espaço regional;
- A falta de participação dos atores regionais na tomada de decisão enseja novos modelos de gestão que propiciem mecanismos de consulta e planejamento mais eficientes.

Para o momento seguinte de execução do Programa, isto é, para o período de 2004/2007, um novo Programa deve ser redesenhado, inclusive com outras ações e atividades, a partir do próximo período 2004/2007, visando reduzir, de forma efetiva e na prática de ações de investimento em infra-estrutura, as desigualdades regionais que persistem na Mesorregião Bacia do Itabapoana.

É importante reafirmar que o Programa tem como objetivo maior a implantação de um novo modelo de gestão regional que estabeleça uma nova sistemática de organização dos atores regionais. Considera-se que sem organização devida dos atores, qualquer tentativa de intervenção regional, por mais bem intencionada ou intensiva em capital, está fadada ao fracasso.

Também se faz necessário que se desenvolvam formas de articulação com outras unidades do Ministério - que demonstraram-se muito inconstantes, em parte pelas constantes mudanças no primeiro escalão de Governo, em parte pelo conjunto diferenciado de Secretarias com missão institucional específica que ainda não implementou sistemática coordenada de gestão dos Programas sob sua gestão, com prejuízos importantes para o conjunto dos programas- e com outros ministérios, pois, por se tratar de experiência relativamente recente, os programas afetos ao PPA ainda sofrem com a falta de articulação intragovernamental. Essa é

uma característica que não nos parece "privilegio" do Programa, mas própria, se não de todos, da maioria dos programas inclusos no PPA.

O foco da estratégia de atuação na Mesorregião da Bacia do Itabapoana está sendo a organização dos esforços envidados pelos entes que já possuem relevante atuação naquele espaço deprimido. O trabalho do Ministério da Integração Nacional foi feito no sentido de criar uma convergência das ações utilizando-se para isso das cinco ações do programa e de um trabalho de negociação com estes atores de atuação mais expressiva. É neste contexto que deve ser entendido o processo de construção coletiva dos projetos de organização de cadeias produtivas e de promoção do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião.

O presente programa pretende contribuir para o fortalecimento da base econômica mesorregional, pelo incentivo à cooperação intermunicipal e interestadual, tendo em vista o desenvolvimento com equidade e sustentabilidade da Bacia do Itabapoana.

A estratégia de novas regionalizações com base em mesorregiões diferenciadas e o incentivo à implantação de um novo modelo de gestão pelo Ministério da Integração Nacional pretendem fomentar iniciativas como as anteriormente citadas, além de estimular cooperação entre municípios, estados e o Governo Federal, tendo em vista o objetivo de elevação da qualidade de vida da população da Mesorregião Bacia do Itabapoana.

No ano de 2002 o processo de efetivação dos projetos foi iniciado dando sequência a uma série de implementações, dentre os quais pode-se destacar os cursos de capacitação dos agentes mesorregionais para a gestão compartilhada do desenvolvimento.

Identifica-se na Mesorregião um grande potencial de desenvolvimento (analisando-se o mapeamento de potencialidades), principalmente em algumas cadeias produtivas como a da fruticultura, do turismo e da aquicultura. Além destas, a Mesorregião possui outras cadeias produtivas com expressivo potencial para exploração, é o caso da pecuária bovina, da cana-de-açúcar e atividades ligadas ao petróleo.

Com a implantação de Conselhos de Desenvolvimento, objetivou-se também a implantação do Fórum Mesorregional de Desenvolvimento Sustentável como meio de articulação institucional entre as diversas esferas de governo e da sociedade civil organizada, sendo realizado simultaneamente à construção de estruturas similares de representatividade em nível municipal, contribuindo para a organização de uma forte estrutura de rede na Mesorregião.

Por fim, para que sejam atingidas as metas propostas no âmbito da Mesorregião, ainda é necessário que se discuta sobre as dificuldades orçamentárias e os possíveis entraves com a não-liberação de parcela dos recursos de 2001 ainda não liberados, e dos recursos 2002 (reunião com atores locais).

Implementação

Apesar de constar no PPA 200-2003, Lei nº 9.989 de 2000, é importante ressaltar que somente no ano de 2001 pode-se dizer que foram feitos os primeiros movimentos operacionais para implantação do Programa da Mesorregião Bacia do Itabapoana.

No que tange a liberação de recursos para efetivação de cinco convênios ligados ao processo de instalação do Fórum e implementação dos objetivos do Programa, somente em Dezembro de 2001 foram efetuadas as primeiras liberações, o que contribui para que as ações programadas somente estejam ocorrendo ao longo de 2002.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras

O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras** **Resultados**

O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras**, assim como os demais programas de Mesorregiões, não apresenta um indicador capaz de sintetizar seus resultados a curto prazo, pois tais resultados são antes qualitativos, envolvendo a mobilização do público-alvo, a legitimação dos interesses locais, o planejamento estratégico e a integração de atores e de políticas incidentes na região, que não necessariamente afetam o IDH, indicador proposto para o Programa, que somente poderá ser válido a longo prazo.

Entretanto, ainda que o Programa não apresente indicadores que possam refletir a especificidade que é inerente a ele, pode-se dizer que, pelas atividades realizadas, o indicador, se houvesse, refletiria uma realização muito abaixo do esperado, pois, por questões relacionadas principalmente a restrições orçamentárias, o Programa ainda se encontra em seu estágio inicial, buscando a mobilização dos atores locais em torno do novo modelo de gestão proposto e a implantação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião.

Os resultados obtidos em 2002 refletem a realidade dos contingenciamentos de recursos que aplacam os Programas não estratégicos do Governo Federal. As atividades empreendidas decorreram da liberação de recursos inscritos em restos a pagar de 2001. Os recursos do Orçamento-Geral da União de 2002 foram disponibilizados no último bimestre daquele exercício, e empenhados no mês de dezembro. Entretanto, não houve liberação dos recursos, ficando as respectivas atividades postergadas para o exercício de 2003. Tais atividades significarão o atingimento das metas prioritárias do Programa, quais sejam, a implantação do Fórum da Mesorregião e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Mesorregional, pilares fundamentais do Programa.

Um dos resultados alcançados foi o grau de mobilização dos atores locais, que se mostrava como a grande dificuldade enfrentada pelo Programa. Em municípios distantes entre si, e com uma malha viária bastante deficitária, a promoção de encontros para discussão do Programa mostrou-se bastante prejudicada, com atores tendo que se deslocar mais de 1.000 km para participar dos eventos. Apesar disso, conseguiu-se, em 2002, uma boa mobilização dos atores locais, inclusive com a participação de governos estaduais.

Outro bom resultado foi a informacional, com ampla difusão dos princípios que norteiam o Programa. Nos eventos realizados, conseguiu-se transmitir os princípios fundamentais do Programa, seus objetivos e dificuldades, incitando os atores locais a convergirem esforços em prol do bem comum. Não obstante, muito ainda há que ser realizado para ser possível a implantação do Fórum da Mesorregião.

Ainda houve a definição de pré-projetos de interesse local. Nas oficinas de gestão compartilhada realizadas em Barreiras/BA e Cristino Castro/PI, delinearam-se pré-projetos oriundos dos próprios atores locais. Tais pré-projetos explicitaram o alto grau de carência da região, bem como pontos comuns que não podem ser tratados por apenas uma pasta do Governo Federal, mas que exigem forte integração das ações em

Gerente:

Auro Shiguenari Yoshida

torno de projetos estruturantes. As grandes demandas identificadas relacionam-se à infra-estrutura de energia, à malha viária, ao sistema de saúde, e, principalmente, à falta de informação.

Para 2003, é grande a expectativa em torno da implantação do Fórum da Mesorregião, ponto basilar do Programa, e a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião, além da capacitação dos gestores e atores da sociedade civil local para atuar no novo modelo de gestão compartilhada, e a implantação de projetos-piloto definidos pela comunidade mesorregional. O Fórum Mesorregional é a prioridade no âmbito do Programa, pois é base de tudo. No Fórum serão discutidos os problemas e buscadas as soluções, que servirão de subsídio à tomada de decisão pelo Governo Federal.

Concepção

O Programa foi concebido, assim como os demais programas de desenvolvimento de mesorregiões diferenciadas, em resposta à intensificação das desigualdades sócio-econômicas intra e inter-regionais em vários pontos do país.

A nova concepção deveu-se à percepção quanto à inadequação do processo de planejamento tradicionalmente praticado para o desenvolvimento regional, com base em macrorregiões, que dispersavam os esforços envidados, bem como os escassos recursos disponíveis, com baixíssima eficácia e efetividade. Assim, idealizaram-se as mesorregiões, como porções subnacionais, com características socioeconômico-culturais comuns, nas quais se poderia praticar nova forma de gestão do espaço e onde as políticas públicas fossem mais bem equacionadas e integradas, otimizando-se, assim, a aplicação dos recursos públicos.

Ainda, a baixíssima participação local no ciclo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas ensejou a busca de organização da sociedade para o desenvolvimento mesorregional, como fator fundamental para o melhor controle social, que até então não existe. Evidentemente, tal organização significa a união de esforços de vários entes governamentais e da sociedade civil para o desenvolvimento comum, e que não poderá ser possível sem que o atual modelo de competição predatória entre entes federados seja substituído por outro, de natureza cooperativa. Não se quer eliminar a competição, muitas vezes produtiva, mas fortalecer a cooperação tanto em nível governamental quanto com a sociedade organizada, instituições de fomento, setor produtivo, etc.

As metas físicas definidas para o Programa não guardam correspondência com a realidade. Em tese, há metas físicas associadas a recursos orçamentários; entretanto, não se consegue sequer a décima parte destes recursos. Então, não há que se falar em metas físicas, pois nem mesmo se sabe se o planejado é possível de ser alcançado com os recursos estimados.

Não há que se falar em adequação de indicadores pois ainda não se conseguiu conceber indicadores que consigam mensurar os resultados que o Programa pode alcançar. Por se tratar de Programa que busca a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a partir, principalmente, da organização das mesmas, fortalecendo a participação social nos processos de planejamento, implementação e avaliação dos diversos programas atuantes na região, os indicadores deverão ter caráter qualitativo, com a preocupação de se tentar expurgar os efeitos provenientes dos demais programas do Avança Brasil, bem como de outras esferas governamentais.

A não-priorização do Programa no rol daqueles voltados à esfera social tem sido fator determinante para que se atrase a execução do mesmo. Como exemplo,

não houve quaisquer possibilidades de carrear recursos financeiros para os exercícios de 2000 e 2002, embora houvesse recurso orçamentário. Quem acaba sofrendo as conseqüências são as populações locais, que deixam de ser beneficiadas por um Programa que prima pela participação popular.

Com o objetivo de se ampliar a participação popular, busca-se a difusão e democratização da informação através da criação de *homepage* da Mesorregião e outros canais, tais como boletins e cartilhas, nas quais os atores locais poderão participar das discussões no âmbito do Fórum que define as estratégias de ação para o desenvolvimento mesorregional.

O gerente do presente Programa não está capacitado a conduzir, de maneira satisfatória, as atividades inerentes ao mesmo, haja vista seu tempo ser ocupado por outras atividades, sempre imputadas como emergenciais, o que acaba tolhendo seu potencial para o devido engajamento ao Programa. Assim, é necessário buscar outra forma de condução, na qual seja dado ao gerente maior poder de administrar tanto seu tempo quanto seus recursos.

O canal de articulação entre as diversas unidades do Ministério ainda é muito incipiente, sendo necessários esforços no sentido de fortalecer e consolidar tal articulação.

Da mesma forma, a articulação com os parceiros locais ainda é bastante precária, seja com organizações da sociedade civil ou com outros níveis de governo.

O sistema de acompanhamento dos executores do Programa restringe-se à análise documental e, algumas vezes, pelo acompanhamento *in loco* do gerente. Ressente-se da impossibilidade de o gerente atuar mais juntamente ao público-alvo do Programa, o que, em muitos casos, enfraquece a imagem do Governo Federal como principal responsável das ações em curso.

A articulação com as demais pastas do Governo Federal é um dos pilares fundamentais para o sucesso do Programa. Neste sentido, deve-se envidar esforços no sentido dessa integração, como premissa básica para a otimização da aplicação dos escassos recursos públicos.

A estrutura rígida das atuais formas de repasse de recursos muitas vezes impossibilita, ou dificulta em demasia, o acesso aos atores locais. A discussão do fortalecimento das relações público/privado devem promover soluções mais conformes ao novo paradigma centrado em resultados.

Falar de participação do público-alvo é considerá-lo como cliente das ações do Programa. Entretanto, busca-se a participação ativa do público-alvo não como cliente, mas como parceiro em prol de um objetivo que a todos beneficia. Promove-se a integração global dos atores, e não novas formas de políticas assistencialistas. É um modelo de gestão compartilhado, redefinindo-se os papéis dos atores com atuação na Mesorregião.

Os mecanismos de controle social devem sofrer reformulação, pois os existentes não conseguem atingir sua finalidade. Somente a partir da abertura à participação social no ciclo planejamento-implementação-avaliação das políticas públicas ter-se-á um verdadeiro controle social, baseado na cidadania de que tanto o povo necessita e tanto desconhece.

A experiência alcançada mostra que é necessária uma maior presença do gerente junto aos atores locais. Em que pesem os eventos realizados na Mesorregião, o descrédito demonstrado pelas ações do Governo Federal arrefeceram os resultados obtidos. A grande quantidade de propostas que convergem para a

região e que ficam só no discurso fez com que o esforço fosse mais árduo, para quebrar o ceticismo existente e, para apresentar e discutir as diretrizes do Programa. Além disso, a participação dos atores locais foi bastante restrita, fruto das grandes distâncias que separam os municípios, bem como pela falta de estruturas das prefeituras para poder enviar representantes: a carência é fator de limitação da participação dos atores locais. Dessa forma, é preciso uma presença mais forte do Governo Federal nessas áreas, que já não acreditam nas promessas, conselhos e fóruns existentes na região, que, em quase sua totalidade, não conseguiram alcançar os resultados prometidos.

..... **Implementação**

No exercício de 2000, houve contingenciamento de 100% dos recursos, não tendo sido empreendida qualquer ação.

Quanto ao cumprimento das metas físicas, este encontra-se muito abaixo do previsto, haja vista o recorrente contingenciamento dos recursos a que o Programa tem sido exposto. Até o presente momento, menos de 5% dos recursos previstos no PPA foram liquidados e, portanto, a execução física não poderia estar dissociada desta realidade. Os recursos de 2002 encontram-se empenhados e inscritos em Restos a Pagar para execução em 2003. Tais recursos serão suficientes para a implantação do Fórum e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião. Certamente são os pontos mais importantes, pois definirão, de forma legítima, as prioridades para a Mesorregião que deverão ser atacadas pelos atores que atuam na região.

Embora muitos Programas tenham sofrido descontinuidade na liberação dos recursos, tal não foi a realidade do presente Programa. Entretanto, os recursos só foram disponibilizados no final daquele exercício, o que comprometeu a execução do Programa, pois já se poderia estar empreendendo ações para a efetiva implantação do Fórum. Tais ações ainda se encontram suspensas, dependendo da solução de conflito quanto à divergência de entendimento quanto ao aspecto legal do instrumento utilizado para a descentralização dos respectivos recursos.

Em se tratando de recursos materiais e de infra-estrutura, o Programa apresenta suficiência. Entretanto, muitas vezes, em se tratando de regiões com alto grau de carência, como é a realidade das Mesorregiões, os municípios não dispõem de recursos para serem representados nos eventos promovidos pelo Ministério da Integração Nacional, muito menos as organizações da sociedade civil. Neste sentido, seria muito interessante conceber instrumentos para possibilitar a mais ampla participação possível, auxiliando os municípios mais carentes na locomoção e estadia de seus representantes. Tal providência fortaleceria a participação social no Fórum da Mesorregião.

Os recursos humanos disponíveis para o Programa mostram-se insuficientes. A equipe gerencial atualmente conta com o gerente e um assistente. Entretanto, visto que ambos atuam em outra unidade, que também requer alto grau de dedicação, a equipe tem-se mostrado insuficiente para exercer ambas as competências. É necessário, então, repensar a dimensão da equipe ou a atribuição de funções a fim de que se possa atingir os objetivos almejados de maneira mais satisfatória.

Adicionalmente a constituição de equipes locais seria de grande valia, haja vista a enorme distância dificultar bastante a integração com os atores locais, e as viagens esporádicas não preencherem a lacuna existente entre a gerência do Programa e a realidade local.

No entanto, a grande restrição continua sendo, como explicitado no relatório de avaliação de 2002, a multiplicidade de funções desempenhadas pelos gerentes.

Embora fossem sugeridas alterações quanto às metas físicas aplicáveis ao Programa, tais não foram acolhidas. Entretanto, tal fato não se constituiu em restrição para o desempenho do programa, sendo estas de outro caráter, como já mencionado.

O recorrente contingenciamento orçamentário, associado a decisões de cunho político, tem sido o maior fator de restrição ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa. Até o presente momento, menos de 5% dos recursos previstos no PPA foram liquidados, o que se reflete na execução física do Programa.

O Programa tem como ponto fundamental a integração entre os três níveis de Governo, bem como entre estes e a sociedade civil, o que será refletido no Fórum da Mesorregião. Neste sentido, outra restrição presente é o fato de não haver instrumentos que possibilitem a descentralização, da maneira desejada, dos recursos, pois a legislação não vislumbra tal integração. Dessa forma, embora os fins sejam de interesse mútuo, algumas vezes os convênios são autorizados, outras vezes não, o que vem gerando incertezas quanto à continuidade do Programa. É preciso aperfeiçoar os instrumentos que possibilitem fortalecer a parceria público-privada.

O Programa busca descentralizar recursos de forma que estes possam ser aplicados em qualquer parte da Mesorregião, independentemente de fronteiras e jurisdições municipais e estaduais. Entretanto, os atuais instrumentos utilizados na descentralização de recursos não vislumbra a possibilidade de integração dos atores locais, nem mesmo reconhecem a Mesorregião. Desse vácuo jurídico resultam inoperâncias que têm dificultado a implementação do Programa.

A execução física do Programa em 2002, com recursos desse mesmo ano, foi inexistente, haja vista os recursos disponibilizados em 2002 terem sido empenhados, mas inscritos em restos a pagar para liberação em 2003.

A estrutura organizacional deste Ministério está adequando-se à gestão por Programas, não dispondo as gerências, ainda, da autonomia desejada, sendo seu poder de decisão bastante restrito. Além deste fato, há que se destacar a multiplicidade de funções insertas em uma estrutura matricial que, no mais das vezes, sobrecarregam alguns gerentes com atividades outras, sempre de caráter urgente.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe

Resultados

A natureza do Programa dificulta a construção de indicadores que expressem possíveis resultados. Desta forma o mesmo não conta com indicador ou índice, prejudicando a análise de seus resultados.

Tarefa importante será buscar índices e indicadores que se adaptem ao Programa. A incorporação do Programa ao PPA 2000-2003 por via legislativa ocorreu sem a definição de seus indicadores. A Secretaria de Programas Regionais Integrados do Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverão realizar os trâmites necessários para a definição destes indicadores para terem sua vigência a partir do ano 2003, e para o novo PPA 2004-2007.

O Programa até o presente momento apresentou resultados pouco satisfatórios por uma série de obstáculos operacionais. O atraso ocorreu em função de alguns aspectos básicos:

- O ano de 2000 não teve orçamento para o Programa;
- O limite orçamentário foi definido apenas no mês de maio de 2001, ou seja, o recurso efetivamente disponível para utilização no Programa;
- A nomeação do atual gerente do Programa pôde ser realizada somente em meados de setembro de 2001;
- O trabalho de mobilização e obtenção de cooperação junto aos atores locais é de natureza complexa, exigindo atividades criteriosas;
- Em função dos trabalhos terem sido praticamente iniciados no 2º semestre de 2001, houve tempo de empenhar os recursos orçamentários disponíveis (R\$ 621.161,00) para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, para a contratação de projetos para o cumprimento das ações do Programa. Estes recursos foram inseridos em restos a pagar de 2001, a serem liberados no início do ano de 2002. No entanto, a liberação financeira ocorreu somente agora no final de outubro de 2002, e mesmo assim apenas a terça parte (cerca de R\$ 200 mil) da previsão orçamentária de 2001 (R\$ 621.161,00). Esse recurso financeiro é destinado para a execução das ações 7717 e 7719 (realização do Fórum e do Planejamento);
- Não existe ainda o recurso orçamentário do ano de 2002.
- Frequentes mudanças no comando do Ministério da Integração Nacional, contribuindo para: a inconstância nas prioridades; descontinuidade no apoio às ações e na liberação de recursos; falta de sensibilidade para com o público alvo; e aumento no descrédito das políticas públicas do Governo Federal junto às populações locais.

Pelas razões expostas não foi possível ainda a execução de metas físicas. No entanto, mesmo sem recursos, foi possível obter

Gerente:

Ricardo Dias Ramagem

importantes avanços, motivar e mobilizar os atores locais sobre a importância estratégica do programa para o desenvolvimento da Mesorregião da Chapada

do Araripe. Atividades foram realizadas neste sentido:

- Atuação em conjunto com os governos dos estados envolvidos por intermédio das Secretarias Estaduais de Planejamento e demais instituições estaduais;
- Estabelecimento de parceria com instituição gabaritada para a viabilização da realização do Fórum e do Planejamento (ações 7717 e 7719);
- Atuação em conjunto com as Associações Municipais na mesorregião envolvida;
- Identificação e interlocução com os principais atores da Mesorregião;
- Identificação dos principais projetos e atividades em andamento na Mesorregião, e o estabelecimento da cooperação com os mesmos.

A instituição contratada, por intermédio do recurso financeiro liberado para o IICA, para a realização do Fórum e do Planejamento (ações 7717 e 7719) é a Universidade Regional do Cariri - URCA, instituição com reconhecida capacidade de mobilização e articulação na mesorregião da Chapada do Araripe.

Foram realizadas quatro reuniões envolvendo os três estados no espaço da Mesorregião, com o objetivo de mobilizar os atores locais para o início do processo de implantação do Modelo de Gestão. Destas reuniões saíram alguns representantes para as discussões do Fórum e o elenco dos principais problemas bem como das ações recomendadas para a resolução dos problemas ou para o aproveitamento de suas potencialidades.

Encontra-se em fase de planejamento e construção o Portal da Mesorregião que apresentará dados e informações que tornarão possível a discussão de importantes questões para a região, constando banco de dados, programas de governo que atuam na mesorregião, dados de atores locais envolvidos no processo e outros dados que caracterizam o Programa e a Mesorregião como espaço para o planejamento e a ação integrada, que visa ao seu desenvolvimento sustentável.

Os impactos negativos ocorrem pela não liberação de recursos financeiros previstos no orçamento. Fica difícil mensurar ou quantificar possíveis impactos decorrentes de algumas das ações, pois a execução fica prejudicada pela falta de recursos. Esta ausência e inconstância na liberação do financeiro provoca o crescente descrédito nas ações do Governo Federal devido às expectativas criadas, porém não cumpridas por causa de três fatores: não liberação de recursos; liberação de pequena quantidade em relação ao previsto no orçamento; e quando há a liberação, esta ocorre com grande atraso, prejudicando todo o cronograma e a execução das ações previstas.

Apesar da ausência de recursos, foi possível obter importantes avanços por intermédio da motivação e mobilização dos atores locais sobre a importância estratégica do programa para a mesorregião. Seguiram-se os seguintes impactos positivos:

- maior interação entre os estados da federação envolvidos (CE, PE e PI), por intermédio das Secretarias Estaduais de Planejamento e demais instituições estaduais, com vistas ao enfrentamento de problemas comuns existentes na Mesorregião (área de fronteira dos três estados);
- maior cooperação, integração e sinergia entre instituições governamentais federais e não governamentais na otimização de projetos desenvolvidos na região, evitando duplicação de tarefas e desperdício de recursos;

- melhor sistematização e encaminhamento de demandas socioeconômicas e socioambientais provenientes dos municípios e associações de produtores da mesorregião, junto aos órgãos do governo federal.

Existe a possibilidade de redução dos recursos para a proposta orçamentária de 2003. Isso aliado à costumeira não liberação do financeiro, poderá inviabilizar o Programa e decepcionar os atores da mesorregião.

..... **Concepção**

Os problemas que deram origem ao Programa e as causas que os identificam são os seguintes:

- Agravamento das desigualdades sociais na Mesorregião;
- Agravamento das desigualdades intra e inter-regionais especialmente em áreas deprimidas;
- Baixos níveis de mobilização e organização da sociedade em torno de um planejamento e proposta de desenvolvimento para a Mesorregião da Chapada do Araripe;
- Falta de participação local e controle social no ciclo de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Baixos níveis de mobilização e organização das cooperativas e associações de produtores locais;
- Desarticulação do sistema produtivo local e baixa dinamização das cadeias produtivas;
- Inadequação do processo de planejamento baseado na abordagem única de âmbito macrorregional, não considerando as especificidades meso e microrregionais;
- Falta de integração e cooperação adequadas entre os programas e projetos desenvolvidos na região;
- Necessidade de estabelecer formas de gestão que permitam a articulação entre os governos Federal, estaduais e municipais para o enfrentamento dos problemas na mesorregião.

Não há um plano de avaliação do Programa, sendo que no momento está sendo montado um Sistema de Acompanhamento e Avaliação no âmbito da Secretaria de Programas Regionais Integrados. Este Sistema possuirá um pormenor de informação que permitirá a emissão de relatórios detalhados o bastante para diversas instâncias de exame das informações.

A organização dos trabalhos no âmbito da gerência é feita conforme a possibilidade que é conferida pela exígua estrutura que possui o Programa (estrutura composta de gerente e apenas um auxiliar, incorporado recentemente). Será necessária a incorporação de novos técnicos.

Embora as Mesorregiões sejam espaços homogêneos para a constituição de ações planejadas integradas, não há uma ação orquestrada por parte do Ministério para uma atuação sistemática no âmbito das Mesorregiões que envolvam outras secretarias e instituições coligadas.

Há instrumentos hábeis para a formalização destas parcerias como no caso do repasse de recursos por meio de contrato com organismos internacionais (IICA) ou convênios com os estados e municípios. Também existe entre o Ministério da Integração Nacional e o Programa Comunidade Ativa que possui um termo de compromisso e também no caso do Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural

que possui um termo de acordo para esta formalização. No entanto o grande entrave que merece ser ressaltado é que a efetivação destas parcerias não se concretiza devido ao comprometimento dos recursos da Mesorregião por meio do contingenciamento dos seus recursos. Ou seja, a não-liberação do financeiro em tempo e na quantidade minimamente necessários.

O repasse de recursos está sendo feito por meio de convênios mais freqüentemente ou por intermédio de Plano de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (IICA). No entanto outras formas devem ser analisadas e aperfeiçoadas, já que existe a previsão legal para isso, entre elas ressalta-se o Termo de Parceria, possibilidade de instrumento a ser firmado com Oscip.

No fórum haverá a oportunidade de estabelecer prioridades com todos os parceiros. Todavia, vale afirmar que no caso dos recursos do Programa a deliberação do Fórum não assegura a liberação dos recursos financeiros, cujo trâmite é diferenciado e escapa da esfera de atuação do Gerente do Programa.

A atuação das Secretarias Estaduais de Planejamento dos três estados, a articulação com a Universidade Regional do Cariri (parceira na organização do Fórum) e Organizações como a Fundação Araripe e o Projeto Dom Hélder Câmara tem sido importante na mobilização dos atores locais, já que a manutenção do trabalho de interlocução com representações é mais direto e ao mesmo tempo menos extenuante que a interlocução com lideranças espalhadas por todo o território de abrangência do Programa.

.....
O padrão de execução financeira foi inexistente, para não dizer péssimo. Houve grande distanciamento entre o planejado e o realizado. **Implementação**

No final de 2002 houve uma mudança significativa nos resultados alcançados pois finalmente aconteceu, apesar do atraso, a liberação de pelo menos parte dos recursos financeiros dos restos a pagar do ano de 2001. Isso possibilitou o início da implementação de projetos que contemplam as ações Realização do Fórum e 7719 Implementação do Planejamento. Quanto ao orçamento de 2002 foi possível realizar o empenho de pelo menos parte dos recursos previstos, de forma a atender as ações Gerenciamento da Implementação de Projetos, Mobilização Mediante o Associativismo e Cooperativismo e Capacitação para a Gestão do Desenvolvimento.

A obtenção de resultados em 2002 pode ser considerada como satisfatória se considerarmos a liberação de parte dos restos a pagar de 2001, o que possibilitou dar início a implementação de projetos fundamentais. No entanto não ocorreu a liberação dos recursos do orçamento de 2002, apenas foi possível fazer o empenho (o que não significa liberação) de parte dos recursos do orçamento de 2002.

A situação atual alcançada em 2002 podem ser detalhada da seguinte forma:

Os Programas de Mesorregiões foram incluídos no PPA 2000-2003 no segundo semestre de 2000, sendo que neste primeiro ano não houve recursos para a sua execução. Durante este período, até momentos antes da nomeação da gerência do Programa, foi efetivada apenas uma ação de estudo de cadeia produtiva do gesso na mesorregião. Após a nomeação do gerente do Programa, somente na segunda quinzena do mês de setembro de 2001, aconteceram as primeiras participações do Ministério nas reuniões locais. Durante estas reuniões (Recife, Fortaleza, Teresina e Juazeiro do Norte), e também em reuniões realizadas em Brasília com técnicos dos Governos Estaduais, foram iniciados os trabalhos de constituição de parcerias para que fosse possível a sensibilização e mobilização dos atores locais para dar início aos trabalhos de implementação das ações do Programa.

Cabe ressaltar que não apenas o segmento governamental foi alvo da atuação de sensibilização por parte da gerência do Programa, mas também as entidades de ensino e pesquisa da região e instituições ligadas ao terceiro setor também foram mobilizadas.

Desta articulação construída surgiram propostas de trabalho conjunto dos atores locais junto ao Ministério da Integração, que se concretizam hoje em importantes projetos que estão com seu início de execução já marcados e outros cuja análise e apreciação de viabilidade técnica estão em sua fase final, tornando este exercício de fundamental importância para apresentar o Programa e o Ministério da Integração Nacional como parceiros da região, comprometidos com uma proposta de mudança de seus indicadores de qualidade de vida, tornando a mesorregião mais integrada às demais regiões do País.

Em função dos trabalhos terem sido praticamente iniciados no 2º semestre de 2001, houve tempo de empenhar os recursos orçamentários de 2001 disponíveis (R\$ 621.161,00) para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, para a contratação de projetos para o cumprimento das ações do Programa. Estes recursos foram inseridos nos restos a pagar de 2001, que deveriam ser liberados no início do ano de 2002. No entanto, a liberação financeira dos recursos ocorreu somente no final de outubro de 2002, e mesmo assim apenas uma parte (cerca de R\$ 250 mil) da previsão orçamentária de 2001 (R\$ 621.161,00). Esse recurso financeiro é destinado para a execução das ações 7717 e 7719 (realização do Fórum e do Planejamento).

Portanto a liberação dos recursos financeiros ocorreu somente no ano de 2002. A partir deste momento foi possível a execução física das ações previstas conforme previsão orçamentária de 2001.

Quanto ao orçamento de 2002 (R\$ 584.640,00), a Secex/SPOA do Ministério da Integração Nacional, em novembro de 2002, colocou a possibilidade de serem disponibilizados apenas parte dos recursos orçamentários previstos para o Programa. Neste sentido foi possível empenhar recursos no valor de R\$ 287.160,00 para as ações 7721 (implementação de projetos), 7723 (apoio ao associativismo e cooperativismo) e 7725 (capacitação). Os recursos foram empenhados, conforme publicado no DOU de 27 de dezembro de 2002, seção 3, sob a denominação de Extrato de Convênio n.º 637/2002-MI, e aguardam a liberação de recursos financeiros, conforme a disponibilidade do orçamento 2002 do Governo Federal. Será portanto executado em 2003. Aguarda-se a liberação para o mês de março ou abril de 2003.

Devido à não-liberação de recursos em tempo hábil, e na quantidade minimamente satisfatória, ainda não foi possível a capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual e municipal. Está sendo iniciado na próxima semana a primeira capacitação da equipe da instituição contrada.

Acreditamos que o esforço de adequação e de capacitação interfere de forma bastante positiva no desempenho das ações com recursos descentralizados. Se pelo menos parte dos recursos do orçamento de 2002 forem liberados, será possível alcançar resultados bastante positivos, conforme projeto de parceria que estamos propondo para a Mesorregião.

As proposições para aperfeiçoá-la dependem fundamentalmente do respeito ao cronograma de liberação dos recursos financeiros autorizados pelos órgãos competentes do Governo Federal. Fato que está acima da alçada do gerente do Programa.

O Programa conta com importantes parcerias, sem as quais seria impossível alcançar quaisquer resultados, ainda mais sem recursos financeiros.

Há instrumentos hábeis para a formalização destas parcerias como no caso do repasse de recursos por meio de contrato com organismos internacionais (IICA) ou convênios com os estados e municípios. No entanto o grande entrave que merece ser ressaltado é que a efetivação destas parcerias não se concretiza devido ao comprometimento dos recursos da Mesorregião por meio do contingenciamento dos seus recursos. Ou seja, a não-liberação do financeiro em tempo e na quantidade minimamente necessários.

Uma das possibilidades mais efetivas de formas de articulação com as partes interessadas corresponde à uma das principais ações do Programa da Mesorregião, que se constitui no objetivo do Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião. Este pretende ser a instância que reúne os segmentos representativos das três parcelas da sociedade (poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada).

A atuação das Secretarias Estaduais de Planejamento dos três estados, a articulação com a Universidade Regional do Cariri (parceira na organização do Fórum) e Organizações como a Fundação Araripe e o Projeto Dom Hélder Câmara tem sido importante na mobilização dos atores locais, já que a manutenção do trabalho de interlocução com representações é mais direto e ao mesmo tempo menos extenuante que a interlocução com lideranças espalhadas por todo o território de abrangência do Programa.

O mecanismo adotado para assegurar a participação social é o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe, que pretende ser a instância que reúne os segmentos representativos das três parcelas da sociedade (poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada).

Inclusive isso se constitui em uma das principais ações do Programa, denominada: ação Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe.

Dentre as funções do Fórum estará a de acompanhar a execução dos programas que serão implantados como resultado da articulação e dentro de uma estratégia que busque o desenvolvimento da Mesorregião. No Fórum haverá a oportunidade de estabelecer prioridades com todos os parceiros. Todavia, vale afirmar que no caso dos recursos do Programa a deliberação do Fórum não assegura a liberação dos recursos financeiros, cujo trâmite é diferenciado e escapa da esfera de atuação do gerente do Programa.

Esta ação está sendo implementada com a parceria da Universidade Regional do Cariri - URCA, instituição com reconhecida capacidade de mobilização e articulação na mesorregião da Chapada do Araripe.

O Programa não dispõe de um mecanismo para a realização de pesquisa de satisfação do usuário. Esta questão foi debatida em um dos encontros promovidos pela ENAP para discussões sobre os programas do PPA 2000/2003. Na ocasião, vários gerentes manifestaram a dificuldade de se implantar um mecanismo confiável e representativo para aferir a satisfação do usuário. Existem dificuldades para isso. Seria necessário a implementação de pesquisas periódicas e sistemáticas por meio de questionários e (ou) algo semelhante ao sistema 0800 utilizado pelo sistema de telefonia. Estes procedimentos envolvem maior aporte de recursos humanos e financeiros nos programas.

O que está sendo montado no âmbito da Secretaria de Programas Regionais Integrados é um Sistema de Acompanhamento, Avaliação e Monitoramento. Este Sistema possuirá um pormenor de informação que permitirá a emissão de relatórios detalhados o bastante para diversas instâncias de exame das informações. Todavia não se refere à questão da averiguação da satisfação do usuário.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina

Resultados

Como ainda não foi possível estabelecer um ou mais indicadores que traduzam efetivamente os resultados alcançados pelo Programa, não há como proceder, com base em evolução de índices, a avaliação do grau de contribuição do programa para o adequado enfrentamento do problema.

A implementação do Programa sofreu restrições orçamentárias, financeiras e, até mesmo, de capacidade institucional de parceiros para a sua implementação.

Ainda assim, citam-se como resultados do Programa, a efetivação das parcerias com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e de Sergipe para a implementação de projetos, sendo, respectivamente, um de capacitação de artesãos e outro de capacitação de gestores municipais para a utilização do Zoneamento Econômico e Ecológico como instrumento de planejamento e ordenamento territorial.

Efetivados mediante convênios, tais projetos estão em fase de implementação, devendo seus resultados específicos virem a ser alcançados apenas ao final de 2002 ou início de 2003.

No entanto, é possível dizer que, mantidas as condições, ou melhor, as restrições para a implementação do Programa, os resultados ficarão aquém do que se pode pretender. Esta afirmativa é tanto mais verdadeira quanto mais persistirem as restrições orçamentárias e financeiras, principalmente, além das relativas a recursos humanos alocados ao programa.

Com uma execução nitidamente aquém do que era previsto ou desejável, os prejuízos para o público-alvo, embora não quantificados, podem ser qualitativamente avaliados, a partir da manutenção de uma organização precária para o acesso a oportunidades de alavancagem do desenvolvimento local sustentável, baixa capacidade de aproveitamento do potencial endógeno da mesorregião, dentre outras.

A execução abaixo do esperado gera, também, um descrédito no público-alvo quanto a iniciativas da administração pública federal, o que gera dificuldades adicionais para o alcance dos objetivos inicialmente estipulados.

Concepção

O Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Mesorregiões Diferenciadas teve sua origem na constatação de que as diferenças sociais e econômicas intra e inter-regionais no Brasil agravavam-se a cada dia, como resultado do perfil da distribuição de renda, dos diferentes graus de organização social para o acesso aos programas de desenvolvimento regional e da falta de capacitação para agregar valor a produções locais com potencial para ser absorvido pelos mercados consumidores.

Gerente:

Fábio Eduardo de Mello Cunha

Essa situação deixava evidente a formação de nítidas áreas em que a situação das populações estava a exigir uma presença do Estado mais atuante, que pudesse reverter quadros preocupantes de exclusão social. Assim surgiram

os diversos Programas das Mesorregiões incluídos no PPA, dentre os quais o da Zona da Mata Canavieira Nordestina, que se constituiu em uma mesorregião

devido à precária situação em que se encontrava sua população a partir da estagnação/declínio da atividade antes predominante da cultura canavieira, com reflexos significativos sobre a estrutura fundiária da mesorregião, das relações entre capital e trabalho, além de sua característica de atrair populações migrantes em busca de melhor qualidade de vida, vindas do interior nordestino e concentrando-se no entorno das capitais ao longo do litoral.

Um dos aspectos do Programa que precisa efetivamente de melhoria é a que se refere aos indicadores. Antes de "adequação" há que se falar em concepção de indicadores para o Programa.

Do ponto de vista da estratégia de implementação, é preciso ressaltar a questão da organização dos trabalhos no âmbito da gerência como um dos aspectos a serem aperfeiçoados.

.....
Observando-se o que foi programado no PPA-Lei e o efetivamente executado financeiramente no período 2000/2002, observa-se um nítido distanciamento entre "planejado" e "reprogramado".

Implementação

Essa diferença tem origem ainda na aprovação das leis orçamentárias, com cortes significativos na proposta original do Programa, passa pelo contingenciamento imposto pela necessidade de contenção do déficit fiscal e é agravada pela necessidade interna do Ministério em priorizar suas ações tendo em vista os limites financeiros que lhe são disponibilizados a cada exercício.

Não foram disponibilizados recursos financeiros para o Programa, tanto no exercício de 2000, quanto no de 2002. Ações eventualmente em andamento estão sendo financiadas com recursos do OGU-2001, inscritos em restos a pagar, cuja liberação ocorreu ainda em meados do ano de 2002.

As conseqüências deste "padrão" de execução financeira são dramáticas para o Programa e vão desde o inevitável alongamento do prazo necessário para a consecução das ações previstas, até o inevitável descrédito do público-alvo. Este descrédito é particularmente danoso, na medida em que o programa está amparado em iniciativas locais que dependem de mobilização e envolvimento da comunidade local.

No que se refere ao acompanhamento físico das ações, as informações relativas ao desempenho físico são captadas pelo gerente, ou pelo seu sub-gerente, por meio de contatos telefônicos, mensagens eletrônicas, relatórios impressos e, eventualmente, por meio de visitas *in loco*.

Houve um esforço de capacitação destinado, de forma global, à equipe gerencial de todos os programas de mesorregiões. Este esforço se traduziu em reuniões internas de nivelamento de informações, além de seminários em torno de informações conceituais.

Este esforço se mostrou bastante útil, mas deve ser aprimorado no sentido de abordar, de forma mais pragmática, aspectos práticos da implementação dos programas.

Não houve, ainda, esforço de capacitação de equipes locais para a implementação das ações sob sua responsabilidade.

Está previsto um esforço desta natureza no caso do Programa de Capacitação de Artesãos do Rio Grande do Norte e Paraíba, a cargo da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, visando a capacitação de multiplicadores a serem distribuídos pelos municípios a serem atendidos.

O Programa não conta ainda com parcerias, embora esta situação deva evoluir a partir da constituição do Fórum, da identificação de projetos a serem priorizados e implantados com a ótica mesorregional, da adoção de novas práticas de gestão, que inclui a identificação de novas formas de equacionamento operacional e financeiro para a implementação das ações.

Analisando a implementação do Programa sob uma ótica mais global, observa-se que o modelo de gestão por programa adotado para o PPA-2000/2003 contribui enormemente para o melhor desempenho da ação governamental, ao tentar introduzir a questão da horizontalização das decisões e a responsabilização gerencial.

O seu sucesso, no entanto, depende, ainda, do aperfeiçoamento de suas práticas, em um contexto em que ainda domina a verticalização das estruturas e do processo decisório, bem como de pouca autonomia do gerente em questões que extrapolam a gestão física, notadamente as de caráter orçamentário e financeiro.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas

Resultados

Por ser um programa inovador com um novo enfoque para o desenvolvimento regional e por tratar-se de um programa que foi incluído no PPA por via legislativa, não houve a etapa de criação de indicadores. Atualmente efetiva-se um esforço para chegar-se à sua elaboração, o que demandará também a participação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Apesar disso pode-se enumerar alguns resultados do Programa.

A maior expectativa e preocupação na implantação do Programa durante o ano de 2002 foi a de promover a sensibilização e mobilização dos atores de cada uma das microrregiões que compõem o Programa. Além disso, também havia o objetivo de implantar uma estrutura do Fórum da Mesorregião, que atendesse ao objetivo de promover a interlocução do Programa com representações locais. Estes dois objetivos foram obtidos por meio de oficinas de trabalho que foram montadas nas microrregiões, onde se procurou mobilizar o maior número de representações dos três setores da sociedade e procurar a construção de primeiros consensos em torno dos maiores problemas e potencialidades da região. No caso da estrutura mínima do Fórum esta foi obtida por meio da reunião dos representantes microrregionais e a eleição/indicação de representantes durante esta reunião conjunta, realizada após o evento de instalação do Fórum da Mesorregião.

Podem ser enunciados, então como principais resultados da atuação do Programa durante 2002 os seguintes:

- realização das reuniões microrregionais com a presença dos representantes de entidades atuantes nas microrregiões. Destas reuniões saíram os representantes microrregionais e os principais problemas e potencialidades destas microrregiões inclusive com a indicação de linhas de atuação para minimizar estes problemas ou maximizar a utilização das potencialidades;
- instalação da estrutura provisória do Fórum da Mesorregião. A partir desta estrutura provisória há uma legitimidade mínima para discussões de fundamental importância para implementação do Programa. Deste modo já é possível a promoção das discussões a respeito da aprovação do Regimento de Funcionamento do Fórum, a elaboração e a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião e a discussão e aprovação de projetos para o desenvolvimento da Mesorregião com a conseqüente alocação de recursos para a execução destes projetos dentro do espaço da mesorregião.
- elaboração do portal da mesorregião. Esta ferramenta que se encontra em aperfeiçoamento, contendo inclusive alguns defeitos no que se refere a dados incorretos e formato não adequado para a apresentação de várias das informações que se encontram em seu interior, será no médio prazo o instrumento de trabalho que permitirá socializar importantes e fundamentais informações entre os atores mesorregionais bem como a comunicação entre estes atores, o que hoje se encontra disponível é apenas o mínimo, para o início dos trabalhos do instrumento que possibilitará inclusive a maior competitividade dos pequenos e médios produtores da região, por meio da disseminação de informações estratégicas sobre o mercado de seus produtos.

Gerente:

Sérgio Paz Magalhães

Para 2003, o que se ambiciona com a execução do Programa são os seguintes pontos:

- regimento Interno do Fórum aprovado e estrutura do Fórum definitivo constituída, pois a partir destes eventos já haverá um ente com a atribuição formal de pensar o desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião;
- plano de Desenvolvimento da Mesorregião em elaboração com os principais elementos definidores de seu formato já constituídos e sendo utilizados para a priorização de ações no âmbito do espaço mesorregional, será o instrumento que permitirá discussões com atores detentores de recursos para que seja possível a integração das mais diversas ações na busca do desenvolvimento mesorregional;
- inclusão de elementos ao portal da Mesorregião que o tornem uma estrutura definitiva para a constituição da identidade mesorregional e para a utilização pelos segmentos produtivos mais vulneráveis economicamente e socialmente;
- implementação de projetos demonstrativos de fortalecimento de cadeias produtivas economicamente viáveis e socialmente justificáveis para a atuação conjunta do Ministério da Integração Nacional e de todos os atores envolvidos neste processo. Estes projetos tem por objetivo apresentar a forma alternativa de atuação por meio do esforço conjunto dos vários atores no âmbito regional.

..... **Concepção**

No que se refere à concepção do Programa, esta foi marcada pela constatação de uma série de inadequações constatadas na questão do desenvolvimento regional, como por exemplo, a macrorregionalização para a atuação, a concentração de atenção nas macrorregiões Norte, Nordeste de Centro-Oeste a constatação da existência de regiões do País que se encontravam deprimidas quando comparadas com as regiões nas quais se encontravam inseridas e o processo de competição predatória que se encontra hoje entre as várias unidades da federação. Para início a um processo diferenciado de desenvolvimento regional foi elaborada uma estratégia de atuação por meio dos programas de Mesorregiões que levando em conta todo este contexto enunciou como problema a ser confrontado o seguinte: baixos níveis de mobilização e organização da sociedade em torno de uma proposta de desenvolvimento integrado e sustentável de espaços deprimidos localizados em mais de um estado da Federação ou em áreas de fronteira chamadas Mesorregiões Diferenciadas, sendo a Mesorregião de Águas Emendadas uma destas áreas deprimidas.

..... **Implementação**

Foram elaborados dois convênios durante o exercício de 2002 com recursos de 2001: convênio de instalação do Fórum da Mesorregião e convênio para implantação de projeto de apoio ao associativismo e cooperativismo.

No que se refere ao convênio firmado com o objetivo de promover as ações necessárias à implantação do Fórum, os resultados foram satisfatórios, com bons produtos com relação às reuniões microrregionais, encaminhamento dos trabalhos e montagem do site da mesorregião que, apesar de algumas incorreções, já está auxiliando nos trabalhos de construção da identidade da mesorregião.

Quanto ao convênio de associativismo para a pequena e média produção do entorno do DF e nordeste goiano, foi prejudicada por ter havido a liberação de recursos financeiros no meio do ano, período difícil para trabalhar-se no Estado de Goiás em um exercício normal, sendo que o ano de 2002 foi caracterizado por sua atipicidade, que levou a uma impossibilidade de execução de suas atividades e a uma solicitação de ampliação de prazo. Deste modo não houve

uma obtenção de resultados total de acordo com as expectativas da época da elaboração dos projetos. Mais uma vez cabe ressaltar que estes resultados foram obtidos com recursos do orçamento de 2001.

Em se tratando dos recursos de 2002, eles não foram liberados, muito embora sejam identificados no sistema ao qual temos acesso para o preenchimento destas informações, como empenhos liquidados. Os processos ainda estão sofrendo apreciação por parte do setor jurídico do Ministério da Integração Nacional para verificar a possibilidade de que se firme estes convênios previstos.

Mais algumas considerações devem ser feitas neste sentido, já que a não-liberação de recursos ocorreu por uma série de motivos alheios à vontade do gerente do Programa. A começar pela notícia de que o Programa teria limite orçamentário para o exercício, informação que foi dada somente no quadrimestre final do ano. Após isso houve a divulgação interna do orçamento que o Programa teria disponível em um processo de alocação de recursos que se deu entre os treze Programas que constam do PPA. Com estes recursos a que o Programa teve acesso destinou-se parcelas deste montante para três projetos: Oficina de gestão compartilhada; Implantação do Fórum e constituição de elementos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da mesorregião; e Apoio à implantação do Projeto de piscicultura no noroeste mineiro. Estes projetos encontram-se hoje em compasso de espera quanto à apreciação de entrave jurídico levantado pela Consultoria Jurídica que enxerga a impossibilidade de realização de convênios com entidades que não estejam relacionadas no Art. 34 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o orçamento de 2002.

No que se refere à infra-estrutura de serviços e materiais, há uma grande carência com dificuldades de alocação para atendimento a todos os Programas pelo fato de que a estrutura administrativa deve atender à dezessete programas incluindo este matéria do relatório.

A infra-estrutura está organizada por formas lineares de organização, bem como os demais recursos. Quando deveria haver uma organização verdadeiramente matricial, com disponibilização dos recursos por programas.

A organização da administração pública encontra-se hoje em um impasse com parte de sua estrutura organizada em estrutura linear e parte com estrutura matricial. Deve-se adequar esta situação paradoxal para que seja possível a melhor execução dos programas.

Há considerações que devem ser feitas por especialistas de áreas diversas para o bom encaminhamento dos trabalhos de implementação dos programas. Questões como a formalização dos convênios, acompanhamento dos prazos de execução, análise de projetos, acompanhamento/monitoramento da execução dos projetos, prestação de contas, todas estas etapas e outras que escapam no momento, devem sofrer uma intervenção muito forte por parte do gerente, que além disso deve pensar o planejamento das ações, a sua implantação e confeccionar todo tipo de documentos relativos às formalidades exigidas para o andamento normal das ações.

No que se refere a sugestões para aperfeiçoamento dos programas, de um modo geral, a figura do gerente deve ser repensada e se tornar mais que um centro de deveres. Deve-se pensar em como torná-lo também em um foco de poder a ser exercido para uma melhor execução das atribuições que estão sob sua responsabilidade.

Estamos tratando de programas que possuem a figura do gerente responsabilizáveis pelo andamento das ações destes programas, sendo que não há nenhum ponto formal de concessão de algum poder de execução a esta figura. A proposta de implementação da estrutura matricial na administração pública federal deve ser aperfeiçoada para que seja possível realmente prever-se algum tipo de relação entre as unidades lineares da estrutura tradicional e os programas, onde seria possível um relacionamento com subprodutos das unidades meio atendendo às finalidades dos programas para que a finalidade da entidade fosse atingida.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões

O Programa não conta com indicador ou índice estabelecido, por isso a análise de resultados por meio de indicadores não pode ser realizada. **Resultados**

Os resultados alcançados em 2002, correspondem a atividades realizadas com base em dois convênios realizados em final de 2001, com a Diocese do Alto Solimões e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com recursos orçamentários de 2001.

Deu-se grande avanço na implementação da ação de implantação do Fórum e de implementação do planejamento por meio da realização de reuniões preparatórias para o Fórum e de reuniões de grupos de trabalho visando a discussão e definição da estrutura, funcionamento e representação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões. Outro aspecto de grande importância para a ação do futuro Fórum foi a constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões, que se constituirá em braço executor para a implementação de ações e projetos estabelecidos pelo Fórum.

Outra vertente de ação desenvolvida foi a capacitação de atores mesorregionais por meio de oficinas de trabalho, que permitiram um aumento de consciência sobre os principais conceitos e proposta de ação do Programa e um maior envolvimento dos mesmos no processo de constituição do Fórum.

Como principais resultados alcançados em 2002, cabe destacar, portanto:

Constituição do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões:

- Para a constituição do Consórcio Intermunicipal foram realizadas duas reuniões preparatórias, com o apoio técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, em julho de 2002, com o objetivo de apresentar e discutir algumas questões conceituais sobre consórcio intermunicipal, sua representação na forma de sociedade civil; as relações entre municípios e consórcio; estatutos sociais, entre outros aspectos, e de discutir proposta preliminar de estatuto para o mesmo. Em 12 de novembro de 2002, foi constituído o Consórcio Intermunicipal com a assinatura dos seguintes documentos básicos: Termo de Convenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões; Estatuto da Sociedade Civil de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões; Ata da Assembléia Constituinte do Consórcio Intermunicipal; Termo de Posse do Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal.
- No dia 18 de dezembro de 2002, no Município de Tabatinga, ocorreu o evento de instalação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões com a posse do seu presidente e vice-presidente, que são, respectivamente, José Amauri da Silva Maia (Prefeito Municipal de Benjamin Constant) e Rosário Conte Galate (Prefeito Municipal de Atalaia do Norte).

Gerente:

Dorotea Blos

Constituição do Pré-Fórum da Mesorregião do Alto Solimões:

- O Pré-Fórum foi constituído em reunião realizada em Tabatinga em 18 de dezembro de 2002. O Pré-Fórum é uma forma de organização criada para coordenar a discussão sobre estrutura, composição e funcionamento do futuro Fórum e será coordenada pelas seguintes instituições: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões, representado pelo seu presidente, Amauri da Silva Maia; Associação de Veradores do Alto Solimões, representada pelo seu presidente, David Bemerguy; Grupo de Trabalho Amazônico - Regional do Alto Solimões; Diocese do Alto Solimões, representada pelo Bispo Dom Alcimar Caldas Magalhães; e pela Federação das Organizações dos Caciques Ticunas - Foccit, como representação das organizações ticunas junto aos trabalhos do Pré-Fórum.
- O Pré-Fórum será responsável pela realização das seguintes atividades: organizar três reuniões de grupos de trabalho em três pólos da mesorregião para discussão do regimento do Fórum; organizar a 4ª Reunião Preparatória para Consolidação dos grupos de trabalho, aprovação do regimento e definição dos representantes no Fórum e organizar o evento de instalação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões. Cabe ressaltar que os eventos foram previstos para serem realizados no 1º trimestre de 2003.

Capacitação de 46 agentes mesorregionais em gestão compartilhada e gestão de projetos:

- As atividades de capacitação foram realizadas mediante duas oficinas de trabalho realizadas na Mesorregião com o apoio técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. A primeira oficina, em gestão compartilhada, foi realizada em junho de 2002 no Município de Tabatinga. Nessa oficina os participantes refletiram as questões sobre as vantagens e desvantagens da gestão compartilhada, identificaram problemas e potencialidades da Mesorregião e elaboraram quatro pré-projetos estruturantes em fruticultura, ecoturismo, piscicultura e manejo florestal, atendendo os condicionantes socioeconômico e ambiental. A segunda oficina, em capacitação de gestão de projetos, foi realizada em julho de 2002, no Município de Fonte Boa, onde foram realizadas abordagens teóricas sobre diversos temas, como, por exemplo, federalismo e municípios, lei de responsabilidade fiscal, consórcios e gestão compartilhada, e os participantes trabalharam no desenvolvimento de projetos a partir de um dos pré-projetos elaborados na oficina anterior, com enfoque nos seguintes aspectos: planejamento e execução, avaliação e replanejamento, cálculo de viabilidade, estimativas de receitas e custos, riscos e análise de sensibilidade.

O exercício de 2003 será de primordial importância para a implementação do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões**, em primeiro lugar, pela culminação do processo de mobilização desenvolvido na região desde final de 2000 com a implantação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões. Em segundo lugar, pelas novas perspectivas de trabalho que se colocam a partir deste marco para o desenvolvimento de novos projetos e demandas dos atores integrados no processo. O fortalecimento regional por intermédio do Fórum permitirá, também, ampliar em 2003 os esforços de articulação com instituições do Governo Federal e Estadual e de outros setores da sociedade com o intuito de implementar ações efetivas em prol do desenvolvimento social e econômico da região.

Com a continuidade da implementação do Programa, a partir da execução física dos projetos apoiados com recursos do orçamento 2002 e da aplicação dos recursos do orçamento 2003, permite-se prever o atingimento dos seguintes resultados em 2003:

- a) Instalação e funcionamento do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões;
- b) Consolidação da ação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões;
- c) Realização de primeira etapa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões;
- d) Ampliação da mobilização dos atores mediante a criação de um Portal da Mesorregião do Alto Solimões;
- e) Elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturantes da Mesorregião;
- f) Realização de projeto de apoio à base produtiva mesorregional em parceria com outras Instituições e Programas dos Governos Estadual e Federal.

.....
A concepção do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões teve sua origem no aumento das desigualdades intra e inter-regionais e no reconhecimento da Mesorregião como espaço de intensificação de problemas socioeconômicos aos quais concorrem os seguintes agravantes:

Concepção

- A localização na fronteira do país requer uma maior presença do Governo Federal para a promover a coesão social, a integração geo-econômica da Mesorregião e o fortalecimento da identidade regional;
- O isolamento físico e funcional da região frente aos pólos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do País, assim como restrições de comunicação, transporte e energia;
- Reduzido acesso dos municípios a recursos estaduais, federais e investimentos privados;
- Demanda crescente por maior controle social sobre as políticas públicas em suas etapas de formulação, implementação e avaliação;
- Inadequação do modelo de planejamento baseado em macrorregiões que dificulta o equacionamento e a integração de políticas públicas em espaços demasiadamente extensos e com grandes heterogeneidades.

Passado o período de 2000-2002 de sua implementação, a avaliação do Programa quanto à sua concepção aponta os seguintes aspectos que precisam ser melhorados:

- Quanto à suficiência de metas físicas: ausência de consonância de metas com os recursos financeiros disponíveis em razão do "custo amazônico", que se apresenta intensificado na Mesorregião pelas grandes distâncias entre os municípios, pelos altos custos de deslocamento de técnicos para a região e pela necessidade de gastos com logística, devido à precariedade de meios na região. A ampliação de metas é importante para alcançar aos resultados do Programa, no entanto, acompanhada da ampliação de recursos disponibilizados;

- Quanto à adequação dos indicadores: verifica-se a necessidade de definir um indicador adequado para mensurar os efeitos causados pelo Programa;
- Quanto à matriz de fontes de financiamento: pelo fato dos recursos do Programa serem de natureza orçamentária, os mesmos ficam sujeitos a questões de contingenciamento, o que prejudica a continuidade das atividades e o atingimento dos resultados esperados.

No que tange à estratégia de implementação de ações descentralizadas do Programa, cabe destacar alguns aspectos a serem aperfeiçoados:

- Quanto à organização dos trabalhos no âmbito da gerência, verifica-se a necessidade de recursos humanos para auxiliar na elaboração de projetos e assim dar suporte à gerência do Programa e aos atores mesorregionais;
- Quanto à forma de articulação com outras unidades do Ministério, constata-se uma ausência de um mecanismo formal de articulação do Programa com as demais unidades. Algumas atividades foram desenvolvidas pelo Programa em parceria com o Pronager, no entanto, seus resultados poderiam ser ampliados com uma articulação mais efetiva;
- Quanto à forma de articulação com as parcerias, não foram desenvolvidas, até o momento, parcerias com outros Programas do PPA em virtude da ausência de um mecanismo formal de articulação do Programa com os mesmos. Ademais, indefinições e ausência de recursos financeiros para o Programa inviabilizam a realização de parcerias pela indisponibilidade de contrapartidas a oferecer nas parcerias a negociar;
- Quanto à forma de coordenação e acompanhamento dos executores, uma das questões que precisaria ser refletida se refere à necessidade da maior presença do gerente na Mesorregião para o acompanhamento da execução dos trabalhos realizados por entidades conveniadas e o contato com os atores mesorregionais, uma vez que o monitoramento à distância dificulta esse processo de coordenação;
- Quanto à forma de articulação com outros ministérios, constata-se uma ausência de um mecanismo formal de articulação do Ministério da Integração Nacional com os demais, visando à articulação de ações em prol das Mesorregiões.

..... **Implementação**

A implementação do Programa em 2002 apresentou algumas dificuldades. No exercício de 2002, manteve-se o problema já apontado em avaliações anteriores referentes à insuficiência de recursos para a implementação do Programa. A definição de um teto financeiro para o Programa no valor de R\$ 240 mil pela SPRI e MI exigiu a priorização das ações a serem implementadas neste exercício. Tendo em consideração que a integralidade dos recursos das ações 7657 e 7665, referentes à implantação do Fórum e implementação do planejamento mesorregional, correspondentes ao exercício de 2001, foram objeto de convênio e sua execução física se estendeu por todo o ano de 2002, optou-se pela não realização de projeto com os recursos destas ações neste exercício, para permitir a utilização de recursos das demais ações.

Neste sentido, foram apresentados dois projetos para celebração de convênio, perfazendo um total de R\$ 319.387,00, quais sejam: convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM para o Projeto Mobilização da Sociedade Civil da Mesorregião do Alto Solimões, no valor global de R\$ 288 mil (processo 59000.001782/2002-17 - Empenho dos recursos: 04/12/2002); convênio com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa para

a realização do Projeto Apoio ao Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Fruticultura na Mesorregião do Alto Solimões, no valor global de R\$ 143.187,00 (processo 59000.002724/2002-19 - Empenho dos recursos: 13/12/2002. Publicação de extrato de convênio: 27/12/2002).

Os dois projetos foram empenhados e se encontram em restos a pagar, e terão sua execução física em 2003, condicionada à liberação dos recursos. Por esta razão a execução física das ações no exercício de 2002 é nula até o momento.

Cabe destacar, portanto, a insuficiência de limites financeiros e a definição tardia deste limite, como principal fator de impedimento para o cumprimento de metas físicas. A não-liberação de recursos para estes convênios teve como causa, além do atraso na definição do limite citado, a conseqüente dificuldade de tramitação dos processos em período de finalização do exercício.

O fluxo financeiro do programa, portanto, foi prejudicado, impedindo a liberação dos recursos para as convenientes no exercício de 2002. Alguns outros aspectos dificultaram a implementação do Programa, quais sejam:

- Infra-estrutura inadequada: os meios colocados à disposição do gerente no que diz respeito à possibilidade de deslocamento à Mesorregião (passagens e diárias) dificulta o acompanhamento mais próximo das atividades realizadas. No entanto, as condições de infra-estrutura e logística da Mesorregião são fatores complicadores de maior amplitude, tanto no que se refere à dificuldade de comunicação (telefonias, fax e e-mail com funcionamento precário) como com respeito à dificuldades de acessibilidade à região, tanto por meios de transporte com pouca eficiência e frequência, como pelas grandes distâncias a percorrer na região.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: o Programa apresenta somente o gerente como pessoal diretamente responsável pela implementação do mesmo, cabendo a servidores da Secretaria de Programas Regionais Integrados um apoio indireto segundo suas atribuições dentro da estrutura da Secretaria. Foi estabelecido, também, um servidor como apoio mais direto à gerência, como subgerente, no entanto, apresentando também outras atribuições que não lhe permitem uma atividade contínua junto ao Programa. A necessidade de realização de atribuições diversas, que vão desde a integração com os atores locais, o apoio para a realização de projetos, a realização das tramitações administrativas dos projetos junto ao MI, necessidade de conhecimentos jurídicos e de outra ordem, impossibilitam um funcionamento adequado da equipe gerencial, tanto na insuficiência quantitativa quanto na capacidade de dispor de técnicos com os conhecimentos específicos necessários para o bom funcionamento das atividades.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais: as equipes locais que desempenham atividades relativas ao Programa são constituídas segundo as atribuições definidas em projetos específicos realizados mediante convênio. As dificuldades encontradas no sentido de encontrar pessoal tecnicamente capacitado na Mesorregião e de levar técnicos externos, pelas implicações econômicas disto, prejudicam o atingimento de resultados.
- Atraso na liberação de recursos: o atraso e não liberação de recursos orçamentários do Programa para os projetos apresentados para a celebração de convênio teve como principal causa a definição tardia de limite financeiro para o Programa, que ocorreu somente no último trimestre do ano. Isto ocorreu por não ser o Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões** um dos Programas

Estratégicos do Ministério da Integração Nacional. Como consequência, além da reduzida cota de recursos definida para o Programa, a definição tardia da mesma levou à tramitação dos processos de convênio nos últimos meses do ano, nos apresentam-se dificuldades de tramitação devido ao excesso de demanda do período. Neste sentido, a liberação dos recursos não ocorreu até o final de dezembro de 2002, ficando os recursos em restos a pagar.

- Restos a pagar: os recursos do exercício de 2002 empenhados para os projetos em tramitação ficaram em restos a pagar e sofreram paralisação na sua liberação devido à Portaria Ministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2003, que define a suspensão de pagamentos do MI. Aguarda-se novas orientações do Ministério para liberação do recurso e execução física dos convênios.
- Contratos, convênios e licitações e impedimentos legais: a Consultoria Jurídica - Conjur, do Ministério da Integração Nacional, conferiu parecer contrário a firmar-se o instrumento de Convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal por entender que não há mútuo interesse na consecução do objeto do convênio. Trata-se de uma interpretação que não leva em consideração a missão da Instituição Conveniente, que se encontra explícita no estatuto da entidade, e a sua convergência com os objetivos do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões**. Além do mais, o MI já realizou convênio com esta Instituição para o desenvolvimento de atividades na Mesorregião do Alto Solimões e se apresentaram resultados muito satisfatórios de sua atuação. Para a resolução deste impasse solicitou-se parecer da Assessoria de Controle Interno do Ministério da Integração Nacional para que seja possível a obtenção do seu entendimento a respeito da questão. Outros pareceres negativos foram dados para convênios de outras Mesorregiões com instituições não públicas, como Agências de Desenvolvimento e Fundações. A necessidade dos Programas de Mesorregiões de apoiar o desenvolvimento endógeno mesorregional requer a parceria com instituições locais e que desempenhem atividades de âmbito regional e intermunicipal. Neste sentido, a continuidade deste entendimento pode trazer grandes dificuldades para o atingimento dos resultados esperados pelo Programa.

Alguns dos problemas apontados na implementação do Programa têm sua origem no processo, ainda não concluído, de adaptação da estrutura administrativa do Governo Federal ao novo modelo de gerenciamento por programas. Neste sentido, apesar de esforços realizados, a estrutura do Ministério da Integração Nacional não se adequou a contento ao modelo de gestão por programas, visto que a definição de recursos financeiros e definições programáticas dos programas estão ainda fortemente dependentes das unidades administrativas do Ministério, restando ao gerente um papel de mediador entre interesses e determinações externas ao Programa com as necessidades inerentes à sua implementação e atingimento de resultados.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio

Resultados

Quanto aos mecanismos de avaliação do programa que são os seus indicadores, o Programa ainda não os definiu. Essa definição depende de uma ação conjunta do Ministério da Integração Nacional com o Ministério do Planejamento e, neste sentido, está sendo realizado um estudo no âmbito da Secretaria de Programas Regionais Integrados para definir os indicadores do Programa. Mas, tendo em vista o caráter inovador do Programa que busca trabalhar o desenvolvimento regional de forma diferenciada, não houve ainda um consenso a respeito da forma de medir seus impactos. No entanto, o projeto somente teve recursos no ano de 2001, recursos esses que foram liberados apenas no segundo semestre, e em seguida entraram nos restos a pagar.

Também tem-se levado a proposta das mesorregiões para outros Ministérios. Abriu-se uma interlocução bastante promissora com o PPG7/MMA e com o Incra, instituições que têm se integrado às nossas oficinas de gestão compartilhada.

Como foi esclarecido anteriormente, ainda não foram estabelecidos indicadores e índices para o Programa. No entanto, tendo em vista a boa aceitação do programa pelos atores mesorregionais, acredito que em 2003, sendo liberados recursos ainda no primeiro semestre poderemos avançar e alcançar o objetivo de implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.

A respeito dos impactos do Programa, acredito que, apesar da liberação parcial de recursos do orçamento de 2001 ter sido muito atrasada e da não-liberação de recursos de nenhuma forma em 2002, os impactos foram positivos porque levaram uma proposta nova de atuação na Mesorregião, e a possibilidade de trabalhar de forma diferenciada. Os municípios mostram-se ansiosos para trabalhar de forma cooperativa, seja na forma de consórcios, seja por meio de parcerias informais ou associações. A sociedade civil, bastante atuante na Mesorregião do Bico do Papagaio, anseia por uma participação mais concreta na formulação e controle das políticas públicas.

Quanto a dificuldades, temos pouca chance de uma maior proximidade com os atores mesorregionais em virtude das distâncias e da restrição a diárias e passagens. Não dispomos de recursos que tornem o Programa visível e concreto. Assim sendo, temos a expor, por ora, benefícios do ponto de vista da promoção da união entre os municípios, do federalismo cooperativo, das capacitações realizadas e dos encontros onde todos aprendem sobre a região e buscam soluções conjuntas.

Conseguindo ser bem sucedidos em 2003 com liberação de recursos ainda no primeiro semestre, com certeza aprofundaremos as propostas preliminares e geraremos subsídios concretos para o próximo PPA, pois é nessa perspectiva que temos trabalhado com todos os atores mesorregionais.

Cabe destacar mais uma vez que os programas de Mesorregiões incentivam governos e sociedade civil de municípios com identidade cultural, histórica, ambiental e socioeconômica, a se unirem em consórcios, associações municipais e outras formas de trabalho coletivo para discutirem e formularem um plano de

Gerente:

Denise Valéria de Lima Pufal

desenvolvimento regional. Concomitantemente, capacitam-se os atores mesorregionais para esse pensar conjunto e para uma ação mais efetiva junto ao Congresso Nacional, às diferentes pastas ministeriais e outras entidades que possam direcionar fundos para as ações estratégicas previstas no Planejamento. Ou seja, dá-se voz para as demandas regionais dentro de uma estratégia articulada entre os diferentes municípios e estados. Dessa forma, em face da conjuntura atual, de recursos bastante limitados, temos discutido com os atores que ações seriam propostas aos elaboradores do PPA 2004-2007. Ou seja, temos buscado formular, participativamente, uma sinalização para o Governo Federal em relação às necessidades mais prementes da Mesorregião do Bico do Papagaio.

Mesmo dentro da programação prevista pela gerência, avalia-se que o Programa teve resultados abaixo do esperado. Foram realizados seminários-oficina de grande importância para os atores mesorregionais, iniciou-se um processo de capacitação e mobilização para as ações do Programa, canais de comunicação foram criados, porém, só conseguimos a liberação dos recursos dos restos a pagar do orçamento 2001 no mês de dezembro, mesmo assim sendo transferidos ao IICA. Os recursos do orçamento 2002 foram liberados em novembro, mas bastante contingenciados. O projeto para o orçamento 2002 que já estava elaborado desde o mês de agosto está sendo questionado pela área jurídica quanto à necessidade de licitação, porém a instituição a ser contratada tem dispensa de licitação e há precedentes na execução do orçamento 2001 para a contratação da referida instituição.

O maior problema do Programa continua sendo a incerteza quanto às liberações de recursos que impede que se avance em parcerias onde o principal ator do processo, no caso o Ministério da Integração Nacional, não dá garantias mínimas sobre sua efetiva participação nos acordos.

O Programa conseguiu realizar dois seminários-oficina de planejamento, contando com cerca de cinquenta pessoas ao todo, de diferentes instituições estaduais e municipais, além de representantes da sociedade civil. No entanto, não conseguimos envolver os chefes dos executivos municipais como esperávamos. Os Prefeitos não atenderam aos chamados, conflitos entre o Governo Federal e o Estado do Maranhão dificultaram nosso acesso aos municípios maranhenses e, por fim, as restrições a viagens e pagamento de diárias inviabilizou um contato mais próximo da gerência com os atores da Mesorregião e a participação em eventos locais.

Dessa forma, esperávamos poder realizar reuniões de pré-fóruns microrregionais em 2002, o que não foi possível.

Como resultados positivos cabe citar, no entanto, o início da construção de uma parceria com o Incra, o Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais - PPG7, o Plano Nacional de Florestas e com a Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher com os quais iniciamos a discussão de projetos conjuntos que têm chances de serem efetivados no exercício de 2003.

Especificamente com o PPG7 e o INCRA mapeamos as ações comuns na Mesorregião, tendo essas informações georeferenciadas.

No caso da Secretaria dos Direitos da Mulher concebemos um projeto, em com a participação da Scretaria da Mulher do Conselho Nacional dos Seringueiros para promover a documentação das mulheres agroextrativistas do Bico do Papagaio.

As parcerias e a aproximação com o Terceiro Setor foram os principais resultados do exercício de 2002.

O ano de 2003 é um ano decisivo para o Programa. Têm-se como resultados esperados para o ano de 2003 a implementação do Fórum Mesorregional e a elaboração do Planejamento Estratégico da Mesorregião do Bico do Papagaio visando a sua consideração na fase de elaboração do PPA 2004-2007.

O Fórum Mesorregional implementado e funcionando com a participação do terceiro setor, de representações microrregionais dos prefeitos e vereadores, representações dos governos estaduais e do setor produtivo será a concretização da nova forma de gestão. Além disso, o Fórum, deve funcionar não só como espaço de discussões e deliberações, mas também como instância que advoga em favor da mesorregião e se articula politicamente junto ao Executivo, Legislativo, Fundos Internacionais e grandes investidores para promoção do desenvolvimento integrado e sustentável.

Outro resultado fundamental é a integração com outras pastas ministeriais e secretarias, tais como o Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Esporte, Turismo, Cultura, Saúde, Agricultura, Secretarias da Defesa Civil, dos Direitos da Mulher e da Ação Social.

.....
Os problemas e demandas principais que deram origem ao Programa **Concepção**
Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do
Papagaio podem ser sintetizados nos seguintes itens:

- inadequação do modelo de planejamento e desenvolvimento regional baseado em macrorregiões, fator que dificulta um equacionamento mais refinado e a integração de políticas públicas em espaços demasiadamente extensos e com grandes heterogeneidades;
- demanda crescente por maior controle social sobre as políticas públicas em suas etapas de formulação, implementação e avaliação;
- crescente competição entre diferentes Unidades da Federação gerando mais desigualdades intra e interregionais;
- intensificação das desigualdades intra e interregionais, com criação de bolsões de miséria em contraponto a ilhas de prosperidade;
- reduzido acesso dos municípios mais pobres a recursos estaduais, federais e investimentos privados; e
- processo de globalização e a necessidade do País aumentar sua competitividade nos mercados internacionais, ao passo em que promove a inclusão econômica e social de parcela expressiva de sua população que está excluída do mercado de trabalho formal e do acesso a itens básicos que garantem a cidadania, além da necessidade de promover a sustentabilidade ambiental.

Quanto à suficiência das ações, o Programa carece de ações de implementação de projetos de infra-estrutura rural e apoio a empreendimentos associativos da agricultura familiar e de empreendimentos rurais não-agrícolas. Deve-se ressaltar que a quase totalidade da Mesorregião, com exceção do Município de Imperatriz, é predominantemente rural. Mesmo os grandes projetos geradores de renda, não de ocupação propriamente, atuam nas áreas de mineração, do agronegócio e da silvicultura. Grande parcela da população da Mesorregião vive no campo

e do campo, em sistemas familiares, bastante depalperados. Projetos de cooperação internacional como o PPG7 e o PPP do GEF têm disseminado na Mesorregião práticas produtivas sustentáveis que, no entanto, carecem de infraestrutura física para serem viabilizadas economicamente. Essas carências são de várias ordens: água potável, estradas vicinais, rodovias interestaduais, energia elétrica no meio rural, estruturas de apoio a comercialização e armazenamento, entre outros.

Da mesma forma, a Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa do Agroextrativismo tem apoiado pequenas comunidades com capital de giro para o semi-processamento e comercialização de produtos agroextrativista.

Essas iniciativas geraram demandas de disseminação da atividade agroflorestal, haja vista o potencial existente e o número de pessoas no campo que já sobrevivem dessas atividades. Citamos as quebradeiras de coco de babaçu, os coletores de bacuri, de fava d'anta e tantas outras espécies nativas que geram uma renda não mensurada pelos meios oficiais.

No entanto, na contramão das potencialidades regionais e das necessidades prementes da população, o Governo Federal apoiou historicamente, e ainda tem incentivado, atividades produtivas que ameaçam a sobrevivência de populações tradicionais da Mesorregião, com o desmatamento indiscriminado, a implantação de grandes projetos que implicam relocação de populações e perda de reservas florestais.

Dessa forma, ações que viabilizem economicamente a permanência dessas populações na Mesorregião, com acesso a saúde e educação, são fundamentais e geram benefícios que extrapolam as fronteiras da Mesorregião do Bico do Papagaio.

Quanto à suficiência de metas físicas, deve-se destacar que a Mesorregião do Bico do Papagaio sofre de carências crônicas que as metas físicas programadas não conseguem atender. No entanto, como os recursos não são acessíveis, as metas físicas se transformam em uma peça fictícia que sequer pode ser avaliada. O Programa não teve recursos no ano de 2000. Em 2001 os recursos chegaram apenas no segundo semestre e os recursos dos restos a pagar não foram liberados até a presente data.

No que diz respeito aos indicadores do Programa, os mesmos ainda não foram definidos. Esperamos que, dada a relevância dos programas de mesorregiões para o País e para um segmento da população que sofre carências extremas, em 2003, possamos avançar nessa questão. Acredito que esse ponto é fundamental para a avaliação da ação do Programa que é inovador e se propõe a substituir um modelo de desenvolvimento regional que visivelmente não funcionou. Por isso, a sua avaliação precisa com base em indicadores relevantes e de fundamental importância para os planejadores e executores de políticas.

Considerando o caráter inovador do Programa e o fato de o mesmo se espelhar em iniciativas bem sucedidas da Comunidade Européia, acredito que um Acordo de Coperação com a própria Comunidade Européia ou com a Agência de Cooperação Alemã - GTZ, que já tem nos apoiado informalmente, que proporcionasse novas fontes de financiamento e de capital humano para o apoio à implementação do programa, seriam de muita valia. Especialmente o intercâmbio de técnicos, a compreensão e releitura de experiências como as que vêm sendo realizadas para o desenvolvimento de Portugal, Irlanda, Espanha poderiam nos ajudar.

Quanto às formas de articulação com outras unidades do Ministério da Integração Nacional, esse aspecto carece de maior atenção interna para que as ações sejam coordenadas e focalizadas. Um exemplo é o caso do Pronager que tem potencial para ser um grande apoio às Mesorregiões, assim como as ações da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, da Secretaria de Desenvolvimento Regional por meio das estruturas da ADA e Adene. No entanto, mesmo esses órgãos sofrem de carências de recursos e rotatividade de pessoas. No caso específico do Pronager, o recurso orçamentário de que dispõe vem principalmente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que mapeia onde o recurso será aplicado e não necessariamente coincide com as mesorregiões.

Quanto à articulação com outros Ministérios, a descontinuidade administrativa do MI dificulta várias estratégias, mas especialmente a articulação com outros Ministérios se torna inviabilizada do ponto de vista formal. Ocorre, no entanto, de maneira informal através dos contatos entre técnicos, a divulgação das agendas e a participação em eventos comuns. O Ministério da Integração Nacional passou por sete ministros diferentes desde 1999, ano de sua instalação.

No âmbito dos mecanismos de controle social, apesar do Programa tentar justamente promover esses mecanismos, ainda é bastante limitado porque os interessados, no caso os atores mesorregionais, ainda não dispõem de recursos e não estão suficientemente motivados a buscarem, dentro das estruturas hierárquicas de Brasília, caminhos para levar suas demandas. Há também uma dificuldade com as demandas regionais, ou seja, que extrapolam o âmbito dos seus assentamentos, bairros, ou mesmo municípios. O controle social é melhor percebido e assimilado no âmbito local. É como se o âmbito federal estivesse distante demais das suas realidades. Penso que a implementação efetiva deste Programa tem potencial para mudar essa situação.

No que concerne à implementação, um comentário adicional diz respeito à forma de organização dos trabalhos dentro da Secretaria de Programas Regionais Integrados. Em virtude da escassez de pessoal na SPRI, o gerente assume muitas outras funções além da gerência de um ou dois programas. No meu caso, eu gerenciei por algum tempo três Mesorregiões, sendo duas inseridas no PPA (Vale do Rio Acre e Bico do Papagaio) e uma terceira como projeto, que, em virtude de quem estava ocupando a pasta ministerial, foi priorizada num determinado momento e deu respostas bastante significativas (Mesorregião do Cristalino). Atualmente gerencio duas Mesorregiões (Cristalino e Bico do Papagaio) e coordeno informalmente as mesorregiões do Nordeste. São demandas expressivas que, no entanto, ampliam nossa experiência e base de conhecimentos, mas que penalizam um maior contato e dedicação ao Programa do Bico do Papagaio.

Quanto à estratégia do Programa, o mesmo priorizou neste momento a mobilização dos atores governamentais e não-governamentais, por meio da realização de seminários de divulgação do Programa, com eventos políticos mas que também inseriam um conteúdo de discussão técnica. Em seguida, foram encomendadas ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal metodologias para a realização de oficinas de gestão compartilhada, onde, por meio de técnicas de visualização e de técnicas de estímulo a participação em grupos de trabalho heterogêneos, concebemos com os atores mesorregionais pré-projetos piloto que foram discutidos no âmbito de toda a mesorregião.

Utilizamos também de canais de comunicação diversificados: boletins mesorregionais, folder, cartazes, publicação dos relatórios além de uma página na rede mundial de computadores que está em fase de implementação.

A divulgação dos eventos também contou com a utilização de rádios locais e regionais, além da televisão e jornais. Encaminhamos também press-release para a área de comunicação social do MI que nos apoia nessa ação.

O fundamental no sucesso dos nossos eventos foi contar com profissionais muito experientes do IBAM e tentar identificar parceiros locais, além de tentar continuamente manter canais de comunicação com os atores mesorregionais.

..... **Implementação**

O grande problema do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Bico do Papagaio** é a falta de liberação de recursos. No ano de 2000 o Programa não teve recursos financeiros. Em 2001 houve uma liberação no segundo semestre e só conseguiu executar uma parcela pequena no valor de R\$ 149.065,00, ficando o restante do recurso financeiro liberado em 2001 lançado nos restos a pagar do OGU 2001, os quais, até a presente data, encontram-se bloqueados. Em 2002 não houve liberação de recursos até o momento.

Quanto ao monitoramento das ações, a gerente acompanha muito de perto a execução das ações contratadas por meio de convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Foram realizadas quatro reuniões em Brasília para planejar e avaliar as ações executadas.

Ademis, todos os eventos realizados na Mesorregião contaram com a participação da gerente que apoiou também o planejamento e a execução das reuniões. Há também um sistema de acompanhamento de projetos recém implantado na SPRI que permite ao Gerente monitorar todas as ações previstas em convênios e outros contratos, com a disponibilização das informações para toda a Secretaria.

Houve um importante esforço de capacitação através de convênio firmado pela SPRI com a Fundação Getúlio Vargas, fora do âmbito específico deste Programa, que promoveu dois seminários de impacto para todos gerentes. Especialmente o primeiro seminário reuniu pessoas de todo País para discutir a proposta das mesorregiões resultando em novas estratégias de implementação, além do intercâmbio de experiências. Na terceira semana de novembro será realizada outra oficina de capacitação, contando com a presença dos coordenadores locais das mesorregiões. No entanto, considero insuficiente o esforço de capacitação haja vista o caráter inovador do Programa. Especialmente em relação ao conhecimento do processo legislativo porque o gerente tem que estar muito próximo da base parlamentar da Mesorregião, das questões envolvidas nos consórcios de entes federados, conhecimento de outras regionalizações propostas, como as do Ministério da Saúde, além do conhecimento sobre acordos e termos de cooperação internacional.

A capacitação de equipes estaduais e municipais foi pequena até o momento. O processo de elaboração do planejamento conjunto da Mesorregião gerou uma capacitação inicial sobre as questões inerentes à temática do desenvolvimento regional. No entanto, a falta de liberação de recursos impediu avanços mais significativos nessa área.

As parcerias formuladas ainda estão incipientes e ocorrem de maneira informal. Porém estamos avançando nos contatos com o PPG7, Incra, MDA e MMA.

A busca de parcerias é uma ação constante do Programa que tem como uma das suas idéias-força a busca de sinergias entre ações de outras instituições governamentais e da sociedade civil. Recentemente ingressamos no comitê de aprovação de projetos do Programa de Pequenos Projetos do GEF, administrado

pelo Instituto Sociedade População e Natureza. Também fomos convidados a participar das reuniões do Comitê do Proteger II, programa de combate às queimadas na Amazônia financiado pelo Banco Mundial. O PPG7 e o PPP têm uma ampla gama de ações na Mesorregião do Bico do Papagaio que nos interessam sobremaneira. Em especial a questão da gestão ambiental e os projetos de apoio a comunidades rurais. Todas essas interações resultarão em aumento da sinergia desses diferentes atores e ações na mesorregião. O Incra é outro parceiro importante, considerando o grande número de assentamentos de reforma agrária na Mesorregião. Temos nos reunido frequentemente com o Incra e o MDA, além de participarmos de Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. A Secretária de Programas Regionais Integrados, à qual estamos subordinados, é Conselheira.

Algumas parcerias importantes para a Mesorregião do Bico do Papagaio identificadas até o momento seriam com pelo menos quatro grupos de programas dentro e fora do PPA. No primeiro grupo identificamos os programas de desenvolvimento econômico e social tais como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o Comunidade Ativa e o Programa Artesanato Solidário, além do Proecotur. No segundo grupo identificamos os programas de saúde indígena da FNS e o Programa Agente Jovem do INSS porque dizem respeito a necessidades muito prementes na Mesorregião. O terceiro e último grupo são os programas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Cultura que buscam o uso sustentável dos recursos naturais e o resgate de expressões da cultura nacional. O Bico do Papagaio sofre o estigma de uma reunião marcada por grandes tragédias (guerrilhas do Araguaia-Tocantins, massacre de Eldorado Carajás, além de outros conflitos registrados na memória de sua população, principalmente). Dessa forma, programas que buscassem resgatar outras identidades culturais e históricas da Mesorregião são fundamentais para o seu processo de desenvolvimento. Por último, os programas do Ministério dos Transportes relacionados com os transportes multimodais, em especial hidrovias, ferrovias e rodovias são de extrema relevância, porque impactam de várias formas a Mesorregião.

Os impedimentos para estabelecer essas parcerias residem principalmente na descontinuidade administrativa do MI que inviabiliza o andamento de termos de parceria, de cooperação e ações conjuntas.

Quanto à participação da sociedade civil, essa é outra idéia-força do Programa. Primeiro, tem uma ação específica de mobilização da sociedade civil mediante a capacitação para o associativismo e o cooperativismo. Segundo, o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião prevê uma participação consistente da sociedade civil. E, por último, o próprio objetivo do Programa está definido como a implantação de um novo modelo de gestão compartilhada de políticas em territórios diferenciados. Evidentemente, essa gestão compartilhada pressupõe, antes de mais nada, a participação da sociedade civil organizada.

A pesquisa de satisfação dos beneficiários pode ser feita através de reuniões específicas, questionários ou enquete, porém, de antemão, avaliamos que o nível de satisfação deve ser baixo em virtude da quase completa inexistência de recursos liberados e, conseqüentemente, de ações executadas. Mas cabe ressaltar que procuramos não gerar expectativas nos atores mesorregionais que não possam ser realizadas e sempre explicitamos nossas dificuldades. Ademais, não cabe pesquisa de satisfação neste momento, sob pena de prejudicar a própria mobilização dos atores relevantes do Programa.

A gestão por programas é muito positiva porque explicita objetivos e metas a serem alcançadas, além das estratégias de ação e do público-alvo. Essa característica reduz possíveis ingerências políticas. No entanto, a falta de autonomia dos gerentes, que ficam à mercê da liberação de recursos financeiros por critérios pouco transparentes, enfraquece essa figura na gestão.

Quanto a sugestões à forma de gestão, em primeiro lugar, acredito que deveria haver um limite mínimo estabelecido que os Ministérios deveriam aplicar nos Programas do PPA em relação a emendas parlamentares. Em segundo lugar, os programas deveriam ser hierarquizados para uma priorização na liberação dos recursos, além do estabelecimento de programas estratégicos. Por exemplo, programas que, mesmo não sendo estratégicos, atuam no combate à pobreza, ou beneficiam um público maior, ou beneficiam um número grande de municípios e pessoas, ou ainda, estejam vinculados a alguma outra prioridade declarada do Governo Federal, como parece ser o caso da geração de trabalho e renda do próximo governo deveriam ser priorizados na hora da liberação de recursos financeiros.

Em relação à execução financeira e orçamentária, inicialmente, os recursos do orçamento 2002 foram fortemente contingenciados. Posteriormente, tivemos a notícia de que não haveria liberação nem da pequena parcela que teria sido disponibilizada para o Programa. Mesmo assim e, a despeito de até o mês de novembro de 2002 não terem sido liberados os restos a pagar do orçamento 2001, a Gerência se mobilizou para elaborar projetos conjuntos e tentar iniciar parcerias. No entanto, até o momento, não se tem notícia da efetiva execução dos recursos empenhados em 2002.

Os problemas causados pela não liberação são enormes. Trata-se de um programa de gestão compartilhada que apregoa a organização dos municípios para elaboração de um planejamento regional e articulação junto ao Governo Federal para a liberação de recursos direcionada para finalidades técnicas acertadas e pactuadas entre diferentes atores. Quando o próprio MI não cumpre com os seus acordos e pactos ou não dá atenção aos programas do PPA, fica complicado justificar essas ausências para os atores mesorregionais.

Quanto às deficiências mais graves que afetam a implementação do Programa, tem-se a questão da inadequação da infra-estrutura. O Ministério da Integração Nacional precisa disponibilizar para os programas um portal na rede de computadores que abrigue as páginas das mesorregiões. Uma saída seria uma articulação com o MCT e com a Rede Nacional de Pesquisa para o atendimento da demanda das Mesorregiões.

Outros problemas que afetam o Programa é que o mesmo deveria ter uma gerência exclusiva que se dedicasse integralmente ao contato e articulação dos atores mesorregionais. Atualmente a equipe gerencial restringe-se ao gerente e a uma subgerente que acumula uma série de outras funções, sobrando pouco tempo para o Programa.

O gerente deveria se dedicar integralmente ao Programa que requer grandes mobilizações, articulações constantes entre setores, presença do gerente na Mesorregião e em eventos correlatos, o que atualmente é impossível. A gerente acompanhou até novembro do ano passado três Mesorregiões: Bico do Papagaio, Vale do Rio Acre, Cristalino (projeto), além de assessorar diretamente a Secretária de Programas Regionais Integrados. Esse acúmulo de atribuições tem gerado prejuízo ao Programa.

Outro problema é a insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial. O desafio de implementar um programa desse porte é muito grande e requer esforço contínuo de qualificação e adaptação à realidade.

No final de 2002, a Secretaria decidiu indicar subgerentes para as Mesorregiões, agregando servidores da área meio para contribuírem com o trabalho e ao mesmo tempo se capacitarem e se estimularem com uma atividade gerencial. Foi ótimo do ponto de vista da motivação dos servidores, porém os mesmos se ressentem de capacitação e melhor entendimento da proposta, que é inovadora.

O Programa tem por objetivo implementar uma nova forma de gestão compartilhada. Dessa forma, a capacitação de equipes locais, ainda que não necessariamente ligadas ao Ministério, é de fundamental importância para o sucesso do Programa. Um exemplo é o Pronager que tem uma atuação intensa nas mesorregiões e cujos implementadores pouco conhecem sobre a proposta de desenvolvimento regional, ou de como as suas ações de capacitação e organização de comunidades podem contribuir com a estratégia de promoção do controle social das políticas públicas e de planejamento participativo.

Os Programas de Desenvolvimento de Mesorregiões foram concebidos com propostas inovadoras e que exigem um esforço de capacitação contínua da equipe. Foram realizadas iniciativas com a Fundação Getúlio Vargas, ainda insuficientes. Igualmente, os gerentes que tiveram a oportunidade de acompanhar as capacitações do IBAM nas Mesorregiões do Bico do Papagaio, Vale do Rio Acre, Alto Solimões e Chapada das Mangabeiras ganharam muito.

Quanto ao contingenciamento orçamentário, no exercício de 2002 o Programa teria acesso a apenas R\$ 240 mil, absolutamente insuficientes para dar conta de parcerias iniciadas e de atividades de capacitação que deveriam envolver dentro dos 76 municípios fundionários das Prefeituras, Câmaras de Vereadores e sociedade civil, além de apoiar projetos piloto em cadeias produtivas de relevância mesorregional.

O atraso na liberação causou até uma certa paralisia porque os atores mesorregionais cobravam ações efetivas e uma presença concreta do MI em projetos conjuntos e outras iniciativas.

No que concerne aos restos a pagar de 2001, os mesmos somente foram disponibilizados no final de dezembro de 2002, tendo sido alvo de muitas dúvidas quanto à real liberação dos mesmos naquele exercício. Os recursos estão em uma conta do IICA aguardando a contratação dos projetos discutidos com as instituições parceiras.

Quanto à questão dos contratos, convênios e licitações, a aplicação dos recursos do OGU 2002 está aguardando a resolução de uma controvérsia jurídica. Foi celebrado, com recursos do OGU 2001, convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal sem exigência de licitação. Em virtude do excelente desempenho da instituição, decidiu-se dar continuidade ao trabalho conjunto, mas, dessa vez, exigiu-se licitação. Ocorre que o IBAM é o órgão por excelência de apoio aos Municípios e que tem quadros dedicados a essa missão há mais de cinquenta anos, devendo tal controvérsia ainda ser resolvida.

Dessa forma, indefinições por parte da Consultoria Jurídica do MI que se posiciona de forma distinta em processos iguais dificulta o entendimento dos procedimentos a serem seguidos e prejudica a execução do programa.

Em virtude desses problemas, os recursos do OGU 2002 ainda não foram executados e tem-se dúvidas sobre as reais possibilidades desses recursos serem disponibilizados.

A estrutura do Ministério ainda necessita de algumas adequações para se adaptar à gerência por programas. Especialmente em relação ao controle de documentos, ao apoio técnico e logístico. A gerência deveria ter recursos destinados a deslocamentos e diárias que pudessem ser administrados pelo gerente no interesse do Programa. Em segundo lugar, os gerentes deveriam ter a liberdade de se dirigir aos interlocutores nas Mesorregiões, assinando ele mesmo os ofícios e cartas. No entanto, os gerentes ficam restritos, inclusive quanto a formatação de parcerias e solicitação de informações setoriais.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba

Resultados

.....

Não há indicador ou índice para a aferição dos resultados da implantação das ações do Programa no que se refere ao seu objetivo de Implantar um novo modelo de gestão na mesorregião. Cabe ressaltar, porém, que ainda que houvesse indicadores e índices a aferição dos efeitos das ações do PPA ficaria extremamente prejudicada pela execução orçamentário-financeira atípica do Programa, onde somente ocorreu liberação de recursos referentes ao exercício de 2001. Apesar disso outros resultados podem ser enumerados e analisados para uma aferição dos efeitos da execução do Programa, entre os quais ressalta-se:

- Está sendo criado o portal da Mesorregião, que conterà informações que buscam caracterizar a região de abrangência do Programa bem como outras que buscam torná-la mais evidente para os diversos atores que tenham interesse em conhecer e "investir" ações buscando o seu desenvolvimento.
- Foram realizadas três reuniões microrregionais reunindo atores locais relevantes para a implementação do Fórum da Mesorregião (Eixo Litoral, Eixo Ribeira e Eixo BR-116).
- Será implantado, no dia 13 de dezembro, o Fórum da Mesorregião, o evento será realizado na cidade de Campina Grande do Sul e contará com a presença de atores locais (prefeitos, associações, empresários, entidades não governamentais e outros).
- Elaborada minuta do Regimento do Fórum da Mesorregião, instrumento que normatizará o funcionamento do Fórum. Cabe ressaltar que apesar de ser o Fórum uma entidade sem personalidade jurídica, possuirá este instrumento que apresenta as regras para a conduta de seus participantes e para o funcionamento das estruturas que o compõem.
- Em execução convênio de capacitação de gestores públicos e empreendedores privados e comunitários, locais e regionais visando a formulação de projetos e captação de recursos para sua implementação.

No que se refere à análise do benefício para a região e sua população, esta pode ser feita por meio de resultados como a mobilização inicial que foi imprimida com a efetiva implantação do Programa neste ano de 2002 (com recursos do orçamento de 2001). Deste modo foram iniciadas as discussões nas microrregiões da Mesorregião, o que trouxe como benefício uma maior interação entre os atores microrregionais para a busca de soluções para seus problemas comuns.

O prejuízo não é evidente mas ele virá se a expectativa de continuidade das ações encadeadas para este exercício não se concretizar. Este Programa visa constituir uma rede de relações entre os vários atores detentores de recursos para a mudança da realidade da mesorregião com o objetivo de conferir-lhe as condições necessárias para o seu Desenvolvimento Integrado e Sustentável. Se esta expectativa não se concretizar a constituição e fortalecimento desta rede de atores será abalada em sua base, já que ela está sendo constituída a partir de uma iniciativa do Ministério Integração Nacional.

Gerente:

Sérgio Paz Magalhães

Houve obtenção de resultados com relação aos projetos que estavam sendo executados durante o exercício de 2002 com recursos do orçamento de 2001. Deste modo, como já citado, foram realizadas quatro reuniões microrregionais, constituídos comitês setoriais, instalado o Fórum da Mesorregião, elaborada e editada a publicação Impasses e Desafios da Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (publicação que é referência das discussões nas câmaras temáticas de discussão), montado o Portal da Mesorregião, no endereço www.inf.ufpr.br/mesovrg e se encontram em elaboração projetos que serão norteadores para a atuação por meio da utilização do modelo de gestão compartilhada dos vários atores mesorregionais. Com relação ao *site*, nele estão informações a respeito da mesorregião bem como outras que auxiliarão a implantação do Programa.

No que se refere ao orçamento de 2002, o processo em andamento na mesorregião não permitiu o envio de projetos que fossem construídos a partir do consenso dos atores envolvidos no trabalho de constituição do Fórum da Mesorregião. Houve a opção por esgotar as atividades de planejamento para que o envio de projetos fosse feito apenas a partir de um processo participativo de eleição das prioridades consensuadas por todos os atores participantes.

Dentre as principais realizações do exercício de 2002 (com recursos do orçamento de 2001) estão as três que seguem:

- Realização das reuniões microrregionais na mesorregião. A partir destas reuniões microrregionais foi feito o trabalho de sensibilização e mobilização dos atores bem como as discussões sobre as principais articulações a serem feitas no âmbito da execução do Programa. Estas reuniões atuaram como preparatórias tanto para o trabalho da instalação do Fórum como para a convocação para a participação dos módulos do curso de gestão compartilhada.
- Instalação do Fórum da Mesorregião. Constituiu-se formalmente a instância prevista pelo Programa a atuar com representante para a apresentação dos anseios da mesorregião e para atuar no planejamento e articulação das ações dos vários atores envolvidos na questão da busca do desenvolvimento integrado e sustentável da mesorregião.
- Realização dos módulos dos cursos de capacitação em gestão compartilhada. Nestes módulos foram repassados conceitos para o trabalho dos vários atores por meio da utilização de técnicas de gestão compartilhada. Foram cursos voltados à capacitação de gestores públicos e privados para a busca de um modelo de competitividade sistêmica.

Para o exercício de 2003 tem-se como principais objetivos os seguintes:

- Consolidação do Fórum da Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba.
- Implantação de projetos demonstrativos para o fortalecimento de cadeias produtivas da mesorregião, eleitas de acordo com os resultados das oficinas de gestão compartilhada que estão sendo consolidadas ainda neste exercício.

Não houve o envio de projetos para utilização dos recursos referentes ao orçamento de 2002 pelo fato de ainda estarem em andamento as ações de planejamento e seleção de projetos para encaminhamento ao Ministério da Integração Nacional. Estes projetos estão em fase de finalização e serão enviados para aproveitamento de recursos do orçamento de 2003.

Acrescente-se a isso o fato de que os recursos para o Programa foram definidos somente no último trimestre do ano, sendo que esta informação foi repassada às representações mesorregionais que optaram pelo não envio de projetos não consolidados de forma consensuada pelos vários atores envolvidos nas discussões. Deste modo não houve nenhum pleito apresentado ao Ministério da Integração Nacional e estão em finalização os projetos que serão apresentados neste exercício para utilização dos recursos previstos no orçamento 2003.

..... **Concepção**

A criação do Programa está inserida num amplo contexto que abarca desde as mudanças propostas nas políticas de desenvolvimento e integração nacional até as mudanças propostas para o modelo de gestão da reforma do aparelho estatal. Deste modo a atuação em espaços menores do que as macrorregiões tradicionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul), atuação em espaços deprimidos de regiões desenvolvidas (como é o caso do Vale do Ribeira), a proposta de atuação para a recuperação do ideal federalista de cooperação entre os entes que compõem a Federação, a proposta de elevação do capital social e humano das regiões e a introdução de um modelo que apregoa a participação de outros segmentos da sociedade – que não o Governo – no ciclo das políticas públicas, são alguns dos elementos que conformam as diretrizes que ampararam a criação dos programas. A análise de todos estes fatores promoveu o desenho dos programas sendo que se pode declarar como principal problema que a implantação do Programa vem resolver o seguinte: Baixos níveis de mobilização e organização da sociedade em torno de uma proposta de desenvolvimento integrado e sustentável de espaços deprimidos localizados em mais de um estado da Federação ou em áreas de fronteira chamados Mesorregiões Diferenciadas, sendo a Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba uma destas áreas deprimidas.

Neste sentido pode-se afirmar que há uma adequação do Programa com relação a aspectos formais de sua concepção (adequação ao objetivo, identificação do público-alvo, regionalização e outros). Com relação à análise de outros elementos verifica-se que poderiam ser acrescidos outros aspectos às ações do Programa que conferissem ao público-alvo uma maior capacidade de chegar algum dia à participação do processo de coordenação de políticas que produzam efeitos efetivos no desenvolvimento da mesorregião.

Outras questões que devem ser mencionadas quanto a uma dificuldade maior de aferição dos impactos do Programa estão na inexistência de indicadores e índices e na baixa possibilidade de aferir os resultados da implantação de suas ações, já que dos três anos de existência só há execução financeira efetiva em um único ano (2001).

Há ainda outros aspectos na execução do Programa que ficam condicionados ao fortalecimento do ente cuja criação é uma das ações mais importantes do Programa: o Fórum da Mesorregião. Será a partir de sua criação e após a sua consolidação que ações como a avaliação do Programa, plano de ação e outras ligadas ao ciclo das políticas públicas, possuirão um caráter participativo e serão executadas de acordo com o que apregoam as diretrizes norteadoras da criação do Programa.

Quanto à implantação do Fórum, a principal ação do Programa, existem dificuldades para isso, sendo a maior a de apresentar um compromisso com a continuidade das ações e que este Fórum constitua-se numa proposta efetiva a ser apoiada pelo Governo Federal como ente legítimo para enfocar as ações ligadas ao desenvolvimento Mesorregional. Depois de sua constituição será possível uma análise quanto a satisfação do programa assim que seja implantado o Fórum da Mesorregião, bem como várias outras ações ligadas a um melhor encaminhamento dos trabalhos.

Implementação

No que se refere à diferença entre o planejado no PPA e o planejado no orçamento, não é o que impossibilita o alcance dos objetivos propostos pelo Programa. Durante o seu período de existência (o Programa foi introduzido no PPA durante o ano de 2000, com o Plano já em execução) apenas no exercício de 2001 houve liberação de recursos financeiros para a execução de suas ações. Deste recurso liberado apenas três das cinco ações estão sendo executadas. Sendo assim fica difícil quaisquer apreciações – mais do que isso, não há muito sentido – sobre necessidades de readequar o que foi planejado, o que pode ser dito é que o que está sendo executado atende às expectativas do que se necessita seja implantado na Mesorregião (no que se refere à qualidade do que foi planejado no desenho das cinco ações do Programa).

No caso, por exemplo, do convênio de implantação do Fórum da Mesorregião está havendo a presença do gerente nas reuniões e oficinas microrregionais como forma de verificar o que está sendo implantado. Além disso há a previsão de entrega de produtos e relatórios com boa periodicidade. Então, o controle é feito por meio de relatórios previstos e também pela visita *in loco* do gerente aos locais de implantação dos convênios.

A baixa efetivação do planejado em liberação de recursos financeiros também dificulta sobremaneira que haja a possibilidade de efetivar ações em parceria como outros Programas de Governo – o que se constitui em uma das diretrizes basilares do Programa – a impossibilidade desta constituição deve-se ao não controle por parte do gerente de um mínimo de recursos que permita efetivar esta ação. Essa situação demonstra a posição de vulnerabilidade ocupada pelo gerente de programas neste novo modelo implantado com o PPA Avança Brasil.

De um lado a gestão por programas conferiu uma maior transparência às ações governamentais, já que o programa passou a evidenciar as ações que estão sendo envidadas para a resolução de um determinado problema e quanto se avançou neste sentido, por meio do acompanhamento da evolução dos índices que demonstram a variação do indicador no tempo. A proximidade da administração pública com o público-alvo tornou-se muito mais fácil e a verificação do andamento das ações também ficou mais evidente.

Ademais, ao conferir ao gerente a atribuição de executar o programa tornou-o responsável pelo seu andamento, e por mais que se apresentem fatores que estão fora da governabilidade deste sempre restará um resquício de desconfiança quanto a sua capacidade de execução, no caso de não haver uma total implantação das ações previstas.

Além disso soma-se o fato de que a proximidade do gerente ao público-alvo leva que este seja interpretado como a personificação do Programa e no caso de frustração de expectativas, quanto a não-execução de ações planejadas de modo participativo com representações locais, leva não somente ao descrédito do Programa mas principalmente ao descrédito do gerente junto aos atores locais.

Os avanços foram notáveis para a gestão pública, mas esta mudança no modo de planejar e orçar deve ser acompanhada da devida mudança de agir na administração pública como um todo. Já não é mais possível a convivência do modo tradicional de gestão dos recursos públicos quando estão sendo propostas mudanças como a atuação mais próxima do público-alvo e uma participação cada vez mais ativa da sociedade na implementação das políticas públicas. Deve-se atentar de forma mais intensa para a questão de aproximar o que se apregoa à capacidade dos gerentes de consubstanciar o discurso em efetiva atuação.

Quanto à infra-estrutura, esta mostra-se inadequada, sendo o problema encontrado para a execução do Programa e esta inadequação deve-se ao fato de que a organização do Ministério é feita de modo linear com uma estrutura concebida por meio de diretorias, sendo incompatível com a concepção do planejamento governamental constante do Plano Plurianual de Governo. Deste modo a disponibilização dos recursos também é feita por meio destas diretorias e outras estruturas formais da organização ministerial. Deve-se pensar numa maneira de adequar as necessidades da boa gestão dos Programas com a estrutura concebida no âmbito do Ministério.

Outro grave problema para a execução do Programa deve-se à quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes do Programa, pois para a execução destes deve-se pensar na possibilidade de constituição de centros de análise de questões específicas para a implementação dos treze programas das mesorregiões. Deste modo, atualmente o trabalho de auxílio às entidades locais à elaboração dos projetos do Programa, formação de processo e acompanhamento de todo o procedimento de constituição de convênios ou contratos, acompanhamento da execução das ações – inclusive com visitas *in loco* – verificação da prestação de contas, articulação local e preenchimento de avaliações e alimentação de dados para o acompanhamento das ações do Programa, entre outras funções, tudo isso é feito pelo gerente de Programa. No caso específico desta Mesorregião o gerente ainda acumula as mesmas atividades para outra mesorregião.

No que se refere à incompatibilidade do que se previa no PPA e com o que se aloca no Orçamento, deve-se dizer que os maiores impactos ao andamento do programa não se dão pela reprogramação das atividades por causa do orçamento com previsão de execução em disparidade com o que prevê o Plano Plurianual, mas pela reprogramação que é feita pela própria execução do orçamento e pela definição dos limites no âmbito das Secretarias do Ministério. Deste modo havia uma indefinição quanto à liberação de recursos que perdurou até setembro do ano de 2002. Soma-se a isso o fato de que a gerência do Programa da Mesorregião só foi colocada à frente do Programa também durante o mês de setembro de 2002. Houve então uma grande perda de tempo com relação a elaboração de propostas de projeto sendo que não houve um processo de discussão participativa na região quanto à utilização dos recursos do orçamento, o que tornaria o envio de quaisquer projetos isolados ilegítimos no âmbito das discussões que se davam no Fórum da Mesorregião.

Mais alguns fatores determinaram o mau andamento do Programa devendo-se ressaltar o fato de que houve somente no mês de setembro a efetivação do gerente do Programa da Mesorregião do Vale do Ribeira /Guaraqueçaba. Além disso soma-se o fato de que somente no último trimestre houve a definição de limite orçamentário para o Programa. Destes fatos ocorreu a situação de que não houve a preparação por parte da região para a elaboração e envio de projetos que fossem legítimos – elaborados e enviados pelos atores da Mesorregião.

A realização que se deu durante o exercício de 2002 foi em decorrência da execução de ações previstas nos convênios firmados com recursos de 2001. Deste modo pode-se afirmar que não houve uma realização de acordo com a previsão para o exercício de 2002, muito embora a execução das ações durante o exercício com recursos de 2001 tenha-se dado de forma bastante satisfatória com a obtenção de resultados muito consistentes para o atingimento dos objetivos previstos pelo Programa.

Um fator complicante do andamento dos programas no âmbito do Ministério da Integração é que a estrutura organizacional do MI é feita por um modelo linear e não está adaptada a funcionar com a interrelação de programas atravessando transversalmente esta estrutura. Deste modo toda a alocação de recursos é feita nestas estruturas lineares restando ao gerente o dever de executar o Programa dentro das limitações impostas por esta situação.

Deve-se pensar em como tornar os programas mais que centros de responsabilização mas também centros de poder para a execução das ações previstas de serem executadas.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri

Resultados

.....

Não foi definido um índice para o Programa, entretanto, conforme a alocação de recursos financeiros – e mesmo de recursos humanos – no Programa, considera-se que a mobilização dos atores; a criação da instância decisória que proporcionará a implementação do Fórum da Mesorregião; a mobilização de comunidades, mediante o associativismo e o cooperativismo foram, dentre outros, fatores importantes para a manutenção das premissas do Programa junto ao seu público-alvo, o que tem proporcionado inclusive algumas reformulações sugeridas pelos mesmos, no sentido de serem agregados parceiros que até então não tinham ingressado no processo.

Os impactos positivos provocados pelo Programa foram os seguintes:

- Sociedade civil amplamente mobilizada para a implementação das propostas do Programa;
- Conclusão da ação de Mobilização de Comunidades, mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião. Principais indicadores: número de eventos realizados: 45; total de horas de capacitação: 700 h.; número de organizações associativas atendidas ou criadas: 38; número de Organizações associativas capacitadas/revitalizadas: 34; número de organizações associativas criadas: 4;
- Apresentação de vários projetos, formulados localmente, adequados à proposta do Programa;
- Realização de seminários locais com vistas à identificação de prioridades, antecedendo inclusive a implementação e instalação do Fórum Meso regional;
- Inclusão, em todos os estados abrangidos pelo Programa, dos principais representantes institucionais, dos mais variados segmentos, nas discussões promovidas pelo Comitê Gestor do Fórum Provisório.

Dentre os impactos negativos, destacam-se:

- Risco constante de perda de credibilidade do Programa decorrente principalmente das restrições anteriormente apontadas;
- Liberação de recursos no âmbito de emendas parlamentares fora da área de abrangência do programa estimativa de recursos orçamentários para o exercício de 2003 num montante que certamente estará aquém das demandas que surgirão a partir da consolidação do Fórum, que deverá ocorrer no final do presente exercício.

Merecem, ainda, serem feitas algumas breves considerações sobre os principais resultados obtidos pelo Programa ao longo de 2002. O primeiro deles foi a instalação do Comitê Gestor do Fórum Provisório, que congrega as mais variadas representações da sociedade civil e será responsável pela formulação, discussão e implementação das propostas que subsidiarão a instalação da Agência Meso regional de Desenvolvimento, bem como do Plano de Desenvolvimento.

Gerente:

Emanuel Malta Falcão Caloête

Um segundo resultado relevante foi a inclusão dos atores dos Estados do Espírito Santo e Bahia no Programa, por meio da composição efetiva no referido Comitê, o que facilitará a discussão coletiva a respeito dos problemas da mesorregião, bem como a implementação das ações de associativismo e cooperativismo, conveniados com a Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas - Fadenor, Convênio n.º 955/2001, que compreendiam, no âmbito do projeto, os municípios de Diamantina e Teófilo Otoni, em Minas Gerais, com ênfase nas atividades de gemas e jóias, turismo e artesanato e em São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo, com ênfase nas atividades de aqüicultura e turismo. A previsão inicial era a de serem treinados recursos humanos que estariam aptos a desenvolver as suas habilidades naqueles empreendimentos voltados para as referidas atividades. Inicialmente, estava prevista a conclusão dos cursos envolvendo 320 capacitandos/treinandos, sendo que ao final das atividades de execução, conforme relatos da própria equipe técnica da FADENOR, conseguiu-se atingir 420 pessoas, também em municípios do entorno daqueles previamente descritos no projeto.

Por fim, os principais resultados esperados para o ano de 2003 são: a identificação, mobilização e formatação de projetos originados em instituições que no início do exercício não participavam efetivamente dos encontros e seminários, de modo a propiciar a integração crescente dos atores em torno das ações propostas pelo Programa; a instalação do Fórum Mesorregional, concretizando o objetivo maior do Programa; a identificação das cadeias produtivas e *clusters* existentes e potenciais da mesorregião, o que fundamentará atuação mais coerente da equipe coordenadora do Fórum Mesorregional; a capacitação de 560 gestores regionais; a elaboração do plano mesorregional de desenvolvimento; a implementação de vinte projetos constantes da ação de gerenciamento da implementação na mesorregião; e a implementação de quinze associações/cooperativas.

..... **Concepção**

Está fartamente documentada na literatura especializada, bem como na experiência de implementação dos diversos organismos que precederam o Ministério da Integração Nacional na implementação de políticas de desenvolvimento regionais, o recrudescimento das desigualdades socioeconômicas inter e intra-regionais, nas mais variadas escalas do território nacional, em especial, em áreas selecionadas onde as suas conseqüências são claramente visíveis. Além deste fato, adiciona-se a constatação do arrefecimento dos resultados proporcionados pela Teoria dos Pólos de Crescimento, o que ensejou, tal como em tantos outros países, outro tipo de intervenção do Estado. As causas para esses fenômenos são as mais variadas, dentre as quais podendo-se priorizar a baixa capacidade de dinamismo de regiões tipicamente agrícolas, com baixo dinamismo naqueles setores mais explicitamente vinculados ao incremento da produtividade dos fatores de produção, especificamente da mão-de-obra, cujos índices de escolaridade são, na maioria das vezes, sofríveis e onde a oferta de infra-estrutura é insuficiente.

Constata-se também, naquelas áreas selecionadas (limítrofes a mais de um estado da Federação, quando os mesmos não sejam áreas de fronteira; com baixa articulação institucional; com indicadores socioeconômicos sofríveis, dentre outros fatores) uma carência generalizada de organizações institucionalmente estabelecidas voltadas para a prática organizada de desenvolvimento regional e mesmo local. É latente a dispersão de atores e de iniciativas pouco concatenadas, numa perspectiva de planejamento e de desenvolvimento sustentável de longo prazo, decorrente – na maioria das vezes – da escassez de experiências, mesmo simples, de práticas de associativismo e cooperativismo que enseje melhor

conhecimento da realidade local – em menor grau – e de alavancagem de empreendimentos que proporcionem o engajamento da população local na condução dos mesmos – em maior grau.

Inadequação do modelo de planejamento do desenvolvimento regional do país, claramente consubstanciado na estratégia de promoção de iniciativas incluídas nas tradicionais macrorregiões administrativas, aliado ao fomento de iniciativas baseadas nos pólos, conforme adiantado anteriormente, o que ensejou a constatação, dentre outras características, da dispersão de recursos, o que gerou como consequência o agravamento de problemas relacionados à integração de políticas que ensejassem maior efetividade na sua implementação.

Carência de instrumentos voltados para iniciativas voltadas para a participação do público local e de controle social no ciclo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas setoriais.

Constatação da concorrência e competição entre as unidades da federação, seja no âmbito de criação de mecanismos de incentivos fiscais para empreendimentos produtivos, seja na busca de facilidades de renegociação de dívidas junto às agências governamentais, seja na busca de programas e projetos voltados para localidades específicas, sem qualquer integração espacial com as demais localidades circunscritas ao pleito e que portanto sugerem uma intervenção apoiada em bases cooperativas.

Especificamente com relação à Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri: a escassez generalizada de instituições de ensino, pesquisa e extensão; os precários indicadores de escolaridade da população; os gravíssimos problemas ambientais causados pelos grandes projetos de reflorestamento e de contaminação de recursos hídricos; a precária malha viária e o processo de empobrecimento na maioria da área de abrangência do programa, são fatos que ensejam intervenção específica, pautada em novas estratégias participativas e na sustentabilidade.

Será particularmente útil a avaliação da adequação da inclusão do tema relacionado aos mecanismos de oferta de recursos vinculados ao crédito (vide as várias experiências relacionadas ao microcrédito no País).

O principal produto decorrente da própria implementação do Programa, que não está vinculada a custos mensuráveis, consiste da aglutinação crescente de atores e entidades na medida em que o mesmo é compreendido e divulgado junto ao seu público-alvo, o que tem sido fator determinante no bem andamento das atividades implementadas.

Tem sido recorrente a constatação de que a maioria das instituições locais conveniadas não dispõe de expertise no trato com projetos desta natureza (faltam equipes em número suficiente; falta estrutura física adequada, bem como equipamentos) o que tem ensejado reformulações freqüentes, sobretudo vinculadas a ampliações de prazo para a execução dos trabalhos.

Constata-se recorrentemente a existência, *in loco*, de programas com atividades similares, o que gera inclusive o risco permanente da perda da credibilidade do Programa.

Implementação

Tem sido constante a descontinuidade na liberação dos recursos financeiros para o Programa. A rigor, somente no exercício de 2001 foram liberados recursos, ainda que em valores significativamente menores que o previsto.

Em geral tem sido constatada a precária articulação entre as agências estaduais e, com raras exceções, ela tem sido ainda mais sofrível no âmbito municipal.

Foi particularmente importante a ênfase dedicada à Implementação do Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião, o que ensejou toda a mobilização de entidades e representantes em torno das propostas do Programa, o que motivou inclusive a criação de uma instância não prevista no seu planejamento, a qual tem sido responsável pela transição até a plena instalação do mesmo, denominada de Comitê Gestor do Fórum Provisório da Mesorregião, a qual congrega os mais variados segmentos dos estados que a compõem.

Além disso, tal instância tem apontado encaminhamentos que, respaldados pelo público local, que portanto possui maior conhecimento das dinâmicas locais, têm aferido maior efetividade na implementação de atividades, as quais têm sido realizadas num período de tempo menor que o inicialmente previsto.

Somente no exercício de 2001 houve liberação – parcial – de recursos financeiros previstos para o Programa, de sorte que não há condições de serem feitas maiores considerações sobre a questão.

São fornecidos relatórios periódicos pelas equipes técnicas responsáveis pelas atividades, além de visitas de monitoramento.

Não houve implicações significativas decorrentes de oportunidades de capacitação do seu corpo técnico, embora, tendo em vista as atividades de monitoramento anteriormente descritas, bem como o desempenho de outras atividades decorrentes de uma estrutura de planejamento matricial no âmbito dos Departamentos, sejam fatores que restringem sobremaneira a participação em eventos desta natureza.

As equipes responsáveis pela implementação das ações têm comparecido aos seminários internos e externos de avaliação sobre os programas; têm ainda participado e contribuído significativamente para o aprimoramento da sua contribuição.

São escassas as parcerias que efetivamente têm contribuído para a implementação do Programa. Conforme relatado anteriormente, a precária base do capital social, aliado às precárias estruturas vigentes de controle social, certamente impedem que o processo caminhe rapidamente, de sorte que tem sido feito um grande esforço no sentido de mobilizar lideranças que possam alavancar e aprimorar os respectivos instrumentos de fortalecimento e empoderamento social local.

- Programa das Plataformas Tecnológicas, do MCT: viabilização de oportunidades convergentes, sobretudo na área de gemas e jóias em Teófilo Otoni. Apresentação de propostas.
- Programa Artesanato Solidário: viabilização de oportunidades convergentes. Visitas *in loco*. Apresentação de propostas.

As vantagens são a maximização de oportunidades convergentes, com redução de custos para a realização de eventos, os quais têm sido feitos conjuntamente, o que tem, na perspectiva do Programa, contribuído sobretudo para a inclusão

de atores mais voltados para o setor produtivo da mesorregião, em ambos os casos, além da disponibilidade de equipes técnicas com expertise na área de atuação.

As vantagens estão relacionadas à difusão dos programas, bem como suas premissas e contextualização junto a um público cada vez mais engajado na elaboração de propostas para a formulação do plano mesorregional de desenvolvimento, o que necessariamente demanda tempo para a consolidação de parcerias e conhecimento mútuo de possibilidades.

A restrição genérica é justamente a falta de recursos financeiros para os programas da região e, quando os mesmos existem, há carência de capital humano local para a formulação dos mesmos, de modo a ajustá-los às mais variadas demandas e exigências. Tem sido recorrente a constatação de que faltam empresas/agências públicas ou mesmo privadas com capacidade técnica suficiente para a elaboração de propostas formatadas segundo os requisitos das agências de fomento.

Atualmente existem as instâncias criadas pelo Programa, formadas e consolidadas por meio dos encontros e seminários locais, destacando-se o Comitê Gestor do Fórum Provisório, composto por vários segmentos da sociedade civil.

O canal de interlocução direta do gerente com o público tem sido sistematicamente utilizado, ainda que existam sérias restrições de disponibilidade de equipamentos de transmissão de FAX, horários de funcionamento de prefeituras locais, internet, dentre outras facilidade que proporcionariam maior agilidade na comunicação, fator fundamental para o bom andamento das atividades.

Encontra-se na fase de conclusão uma minuta de pesquisa a ser enviada periodicamente ao público-alvo do Programa, o qual será discutido quando da implantação do fórum mesorregional. Entretanto, em algumas ocasiões, os dirigentes do Ministério têm tido a oportunidade de verificar o seu grau de satisfação e mesmo motivação.

Na verdade, o que ensejou maior demanda de tempo para a efetivação do instrumento foi justamente a busca de respaldo junto aos interessados pelo que está sendo executado. Não seria muito coerente aplicar algum tipo de pesquisa no início da implementação, quando modificações e aperfeiçoamentos estão sendo introduzidos.

O principal benefício é que o Programa, se aplicado conforme preconizado, seguindo-se todas as suas etapas, sem descontinuidades, poderá constituir uma das principais peças de planejamento integrado em áreas selecionadas – pobres, desarticuladas e carentes – do País, evitando-se sobreposições, conflitos e desperdício de recursos escassos, pois representaria a instância de convergência de todos os programas – público e privados – que incidem naquelas localidades, além das agências responsáveis pelas atividades estarem permanentemente sob o crivo da avaliação popular.

O principal obstáculo reside sobretudo nos canais pouco produtivos de relacionamento entre as agências federais, o que tem dificultado sobremaneira um maior alcance das metas perseguidas.

Os recursos para a realização das ações de implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião e de mobilização de comunidades, mediante o associativismo e cooperativismo, já estavam empenhados no exercício de 2001, embora já existisse mobilização prévia, ainda

que incipiente, dos atores para que o início ocorresse efetivamente no exercício subsequente.

Foram liberados, no mês de fevereiro de 2002, recursos da ordem de R\$ 165.416,00, para a implementação das ações de associativismo e cooperativismo, conveniados com a Fundação de Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas - Fadenor, Convênio n.º 955/2001, as quais compreendiam, no âmbito do projeto, os municípios de Diamantina e Teófilo Otoni, em Minas Gerais, com ênfase nas atividades de gemas e jóias, turismo e artesanato e em São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo, com ênfase nas atividades de aquicultura e turismo.

A previsão inicial era a de serem treinados recursos humanos que estariam aptos a desenvolver as suas habilidades naqueles empreendimentos voltados para as atividades às quais nos referimos acima. Inicialmente, estava prevista a conclusão dos cursos envolvendo 320 capacitandos/treinandos, sendo que ao final das atividades de execução, conforme relatos da própria equipe técnica da Fadenor, conseguiu-se atingir, em todos os 45 eventos realizados e mais de 700 horas de capacitação, 581 pessoas, incluindo participantes de municípios do entorno daqueles previamente descritos no projeto.

Toda a documentação relativa à execução das atividades, fotografias e prestação de contas foi disponibilizada a SPRI no mês de fevereiro do exercício corrente, estando a mesma em processo de verificação e análise pela área competente.

Foram realizados encontros e seminários de nivelamento de informações, no âmbito das gerências dos programas, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, o que permitiu o aprimoramento das atividades em implementação, evitando-se o desenvolvimento de procedimentos já amadurecidos em etapas anteriores, em outros programas.

No mês de julho, foram liberados recursos da ordem de R\$ 178.422,00, para a implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião, por meio de convênio com a Universidade Estadual de Montes Claros (Convênio n.º 955/2001). Embora já existisse considerável mobilização dos atores para o apoio ao desenvolvimento dos projetos citados acima, foi a partir deste momento que o alcance dos objetivos foi mais perceptível.

Foram realizados encontros de sensibilização e divulgação do Programa, momento a partir do qual foram incorporados vários parceiros efetivamente atuantes, tais como secretarias estaduais, prefeituras, sindicatos, federações e confederações, universidades, entre outros, o que tem permitido o alcance de resultados bastante positivos.

Foram realizadas atividades de acompanhamento e monitoramento das ações, por meio das quais foram corrigidas e sanadas dúvidas e questionamentos dos atores, embora tenha sido recorrente a necessidade de solicitações de termos aditivo de prazo, em ambos os projetos, em virtude da própria inércia de mobilização que deveria ter sido equacionada em período precedente ao início dos trabalhos, o que foi inviabilizado pela liberação posterior dos recursos.

Avançou-se muito na identificação de atores, principalmente no Espírito Santo e na Bahia, de modo a favorecer a identificação de instituições com potencial suficiente para a implementação de projetos inscritos nos restos a pagar do exercício de 2001. Do mesmo modo, ficou facilitada a conformação do Comitê Gestor do Fórum Provisório da mesorregião, instalado em setembro, no município de Teófilo Otoni, instância que atualmente congrega mais de noventa representantes dos mais variados segmentos da sociedade civil, dos quais dezesseis com direito a voto nos encontros ordinários de trabalho, sendo quatro por microrregional, definidas pelo referido comitê.

A partir da formação do referido comitê, também foi possível ao final do exercício, o empenho de recursos da ordem de R\$ 90 mil, para a implementação de projeto de capacitação de gestores regionais nos municípios baianos da mesorregião nas áreas temáticas de finanças públicas (Lei de Responsabilidade Fiscal); economia regional e planejamento territorial (Estatuto das Cidades), apresentado pela Fundação Luís Eduardo Magalhães.

Também está sendo aguardada a liberação dos cerca de R\$ 390 mil, consignados no PCT MI/IICA, para a implementação de atividades relacionadas aos projetos Renda nas Mãos e Ame sua Cidade, destacando-se os projetos de identificação das cadeias produtivas existentes e potenciais na mesorregião, apresentado pela Universidade Estadual de Montes Claros; o projeto Rodovias como Mídia, apresentado pela Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e o projeto de capacitação de gestores regionais em municípios selecionados de Minas Gerais e Espírito Santo, apresentado pela Universidade Estadual de Montes Claros.

Desta forma, proporciona-se o atendimento a todos os subespaços da mesorregião, ao mesmo tempo que se pulveriza a implementação de projetos em instituições dos três estados que compõem a mesorregião, a despeito da quantidade pouco expressiva de recursos financeiros disponibilizados, o que tem inclusive auxiliado na continuidade da mobilização e no comprometimento dos atores envolvidos.

Foi elaborada a *home page* (www.unimontes.br/mesovjm) do programa, por meio da qual pode-se verificar a quantidade de informações produzidas pelos parceiros ao longo da implementação do projeto, bem como as reais possibilidades de sucesso do programa.

Foram empenhados recursos no montante de R\$ 90 mil provenientes do orçamento 2002, por meio da funcional programática 04.128.0082.7743.0001, ND 335039, processo 59000.002798-2002-47, cujo conveniente é a Fundação Luís Eduardo Magalhães e o objeto: capacitação de recursos humanos para a gestão do desenvolvimento local integrado na mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Entretanto, isso só veio a ocorrer no final do exercício, no dia 27 dezembro. Este fato, somado aos recorrentes contingenciamentos, causou prejuízos significativos à execução do programa. Ao final do exercício, foram consignados recursos da ordem de R\$ 240 mil, dos quais privilegiou-se a implementação das ações de capacitação, consideradas importantes para a consecução dos objetivos perseguidos pelo Programa.

Além disso, cabe notar que por repetidas vezes houve a necessidade de solicitações de termos aditivos de prazo aos convênios firmados, o que foi agravado pela grande quantidade de procedimentos necessários à sua conclusão. Deve-se considerar, ainda, que os atores locais, via de regra, não possuem conhecimento sobre as alternativas disponíveis para a conclusão dos processos em tempo hábil, o que demandou esforço adicional da equipe gerencial no sentido de dar a todos os pleitos os encaminhamentos adequados.

Os convênios, apesar de estarem com períodos de execução prorrogados, atingiram, via de regra, as metas estabelecidas nos planos de trabalho apresentados, considerando-se as datas de liberação de recursos e o interstício do período eleitoral incidente no exercício.

Existem muitas propostas de articulação e integração de ações. Entretanto, a sua plena adequação à gestão por programas certamente demandará mais estudos e procedimentos para que se viabilize com resultados concretos.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre

Resultados

O Programa ainda não dispõe de indicadores definidos. Está sendo realizado um estudo no âmbito da Secretaria de Programas Regionais Integrados para definir os indicadores do Programa, mas, tendo em vista o caráter inovador da proposta que busca trabalhar o desenvolvimento regional de forma diferenciada, não houve ainda um consenso a respeito da forma de medir seus impactos. Ademais, como o projeto somente teve recursos no ano de 2001, os quais foram liberados apenas no segundo semestre, em seguida entraram nos restos a pagar de 2001 e até a presente data esses recursos não foram liberados, torna-se inócuo avaliar a ação do projeto que se ateve a reuniões, mobilizações e discussões com os atores mesorregionais. Mesmo assim, cabe acrescentar a boa aceitação da proposta, inclusive por parte de outros órgãos da administração federal que tenta atuar em conjunto. Citamos os bons contatos com o PPG7/MMA.

Foram realizados, apenas, dois eventos na Mesorregião do Vale do Rio Acre. O primeiro ocorreu no dia em 7 de maio deste ano, este Seminário teve como objetivo a apresentação do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre. Um segundo evento foi realizado no período de 17 a 21 de junho do corrente, na cidade de Rio Branco. O seminário teve o objetivo de iniciar uma reflexão acerca do contexto da proposta de trabalho que foi realizada na oficina. Dessa forma, o tema Desenvolvimento da Mesorregião nos Contextos Nacional e Global foi abordado em nível conceitual e prático. A oficina iniciou a capacitação dos diversos atores para desenvolverem pré-projetos de desenvolvimento local integrado. Ao final da oficina foram elaborados três pré-projetos mesorregionais, a partir dos focos estratégicos escolhidos.

Um próximo evento será realizado no período de 4 a 7 de novembro. A 2ª Oficina de Capacitação em Gestão de Projetos da Mesorregião evento detalhará e ampliará as perspectivas abertas pelos pré-projetos identificados na 1ª Oficina, através de exposições dialogadas e trabalhos em grupo, além de abordar outros temas de interesse para o desenvolvimento da Mesorregião.

O Programa vem sendo bem aceito e conta com o apoio do Governo do Acre. Espera-se que o pré-fórum da Mesorregião esteja se reunindo até o final deste ano e que novos atores locais sejam incorporados ao processo.

O maior problema observado, inicialmente, na Mesorregião do Vale do Rio Acre foi a bipolarização partidária dos municípios, este entrave vem sendo superado. O isolamento geográfico de Pauini com relação aos demais municípios pertencentes à Mesorregião também é uma dificuldade a ser superada, mas o interesse local e o bom conhecimento dos atores sobre o Programa tem ajudado.

Este interesse local sobre o Programa é uma vantagem, mas pode ser transformada em um problema em virtude da incerteza sobre a liberação de recursos para projetos de gestão compartilhada na Mesorregião Diferenciada do Vale do Rio Acre.

Apesar da liberação parcial de recursos do orçamento de 2001 muito atrasada e da não liberação de recursos de nenhuma forma em 2002, avalio que os impactos foram positivos porque levaram

Gerente:

Maila Romano Villa Verde

uma proposta nova de atuação na Mesorregião, e a possibilidade de trabalhar de forma diferenciada. No entanto, caso persista a ausência de recursos, o impacto mais provável, e bastante negativo, é o aumento do descrédito do Governo Federal na região.

Já temos sido questionados quanto a estarmos apenas realizando exercícios de retórica. Temos pouca chance de uma maior proximidade com os atores mesorregionais em virtude das distâncias e da restrição a diárias e passagens. Não dispomos de recursos que tornem o Programa visível e concreto.

Assim sendo, temos, por ora, benefícios do ponto de vista da promoção da união, do federalismo cooperativo, das capacitações realizadas e dos encontros onde todos aprendem sobre a sua região e buscam soluções conjuntas.

Dessa forma, os objetivos esperados pelo Programa correm sérios riscos de não se concretizarem, caso o orçamento de 2003 não seja efetivo e consigamos implementar as ações previstas que já estão na agenda dos atores mesorregionais.

Conseguindo ser bem sucedidos em 2003, geraremos propostas muito concretas para o próximo PPA, pois é nessa perspectiva que temos trabalhado com todos os atores mesorregionais.

Cabe destacar mais uma vez que os Programas de Mesorregiões incentivam governos e sociedade civil de municípios com identidade cultural, histórica, ambiental e socioeconômica, a se unirem em consórcios, associações municipais e outras formas de trabalho coletivo para discutirem e formularem um plano de desenvolvimento regional. Concomitantemente, capacitam-se os atores mesorregionais para esse pensar conjunto e para uma ação mais efetiva junto ao Congresso Nacional, às diferentes pastas ministeriais e outras entidades que possam direcionar fundos para as ações estratégicas previstas no Planejamento. Em face da conjuntura atual, de recursos bastante limitados, temos discutido com os atores que ações seriam propostas aos elaboradores do PPA 2004-2007. Ou seja, temos buscado formular, participativamente, uma sinalização para o Governo Federal em relação às necessidades mais prementes da Mesorregião do Vale do Rio Acre.

Mesmo dentro da programação prevista pela gerência, avalia-se que o Programa tenha se comportado abaixo do esperado. Foram realizados seminários-oficina de grande importância para os atores mesorregionais, iniciou-se um processo de capacitação e mobilização para as ações do Programa, canais de comunicação foram criados, porém, só conseguimos a liberação dos recursos dos restos a pagar do orçamento 2001 no mês de dezembro, mesmo assim sendo transferidos ao IICA. Os recursos do orçamento 2002 foram liberados em novembro, mas bastante contingenciados. O projeto para o orçamento 2002 que já estava elaborado desde o mês de agosto está sendo questionado pela área jurídica quanto à necessidade de licitação, porém a instituição a ser contratada tem dispensa de licitação e há precedentes na execução do orçamento 2001 para a contratação da referida instituição.

Outros fatores influenciaram na baixa implementação do que foi planejado. A realização da Copa do Mundo, seguida da Campanha Eleitoral impediu a realização de vários eventos, ora porque conflitava com a agenda da copa, ora porque tornava-se inconveniente e ilegal convocar grandes mobilizações pois poderia parecer uso da máquina administrativa para fins eleitorais.

No entanto, acredito que o maior problema do Programa continua sendo a incerteza quanto às liberações de recursos que impede que se avance em parcerias onde o principal ator do processo, no caso o Ministério da Integração Nacional, não dá garantias mínimas sobre sua efetiva participação nos acordos.

Cabe citar, ainda, alguns resultados, como a construção de parceria com o Incra; o Programa Piloto para a Preservação das Florestas Tropicais - PPG7; e com o Plano Nacional de Florestas; realização de dois seminários-oficina de planejamento e capacitação, ambos em Rio Branco os quais contaram com a participação de aproximadamente cinquenta pessoas em cada e a sensibilização dos atores mesorregionais para as ações do Programa.

O ano de 2003 é um ano decisivo para o Programa. Têm-se como resultados esperados para o ano de 2003 a implementação do Fórum Mesorregional e a elaboração do Planejamento Estratégico da Mesorregião, visando a sua consideração na fase de elaboração do PPA 2004-2007.

O Fórum Mesorregional implementado e funcionando com a participação do terceiro setor, de representações microrregionais dos Prefeitos e Vereadores, representações dos governos estaduais e do setor produtivo será a concretização da nova forma de gestão. Além disso, o Fórum, deve funcionar não só como espaço de discussões e deliberações, mas também como instância que advoga em favor da mesorregião e se articula politicamente junto ao Executivo, Legislativo, Fundos Internacionais e grandes investidores para promoção do desenvolvimento integrado e sustentável.

Outro resultado fundamental é a integração com outras pastas ministeriais e secretarias, tais como o Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Esporte, Turismo, Cultura, Saúde, Agricultura, Secretarias da Defesa Civil, dos Direitos da Mulher e da Ação Social.

..... **Concepção**

O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre** surge como uma tentativa de diminuir as desigualdades sociais e econômicas vislumbradas na região. Embora estas desigualdades de desenvolvimento inter e intra-regional ocorram em cada um dos municípios da mesorregião não há como resolver estes problemas de modo sustentado tratando isoladamente cada município (base econômica desestruturada, serviços inadequados de saúde, qualidade dos recursos hídricos, deposição de resíduos sólidos, entre outros).

Deve-se lembrar que a interdependência tanto municipal quanto estadual teve papel relevante uma vez que os municípios selecionados apresentam características muito parecidas e o isolamento cria dificuldades na obtenção de resultados mais expressivos.

Para o tratamento destas questões, cuja resolução extrapola os limites municipais, e, no caso do Vale do Rio Acre, estaduais, surge a necessidade de uma coordenação para a atuação governamental, tanto horizontal quanto vertical.

Com a constatação da inadequação do antigo modelo de desenvolvimento regional (macrorregional), um novo conceito de regionalização para a atuação pública na região fez-se necessária. Desta necessidade obteve-se a proposição de um novo modelo de gestão, as Mesorregiões Diferenciadas que abrangem espaços territoriais menores a fim de evitar a dispersão de recursos, geralmente, associadas ao antigo modelo, assim como o equacionamento entre as demandas e políticas públicas.

Para o melhor funcionamento do Programa seria interessante a inclusão de mais duas ações. Uma, das ações propostas, ajudará na implementação de projetos de apoio às cadeias produtivas que promovam a geração de trabalho e renda voltados para empreendimentos associativos de agricultura familiar e das áreas urbanas. Outra terá como função principal a tentativa de sanar deficiências infra-estruturais em empreendimentos rurais agrícolas e não-agrícolas.

Outra ação que teria fundamental importância na implementação do Programa seria a destinação de uma parcela, do orçamento previsto, para custear o gerente na missão de acompanhar e monitorar o Programa, já que nem sempre o Ministério da Integração dispõem de recursos suficientes.

Devido a falta, ou a não liberação, dos recursos a suficiência das metas físicas se tornam algo que não pode ser avaliado.

Como já foi colocado anteriormente este programa necessita da definição de um indicador que avalie o programa de forma eficiente. A definição de um indicador que não dê a dimensão exata pode ser prejudicial ao Programa. Uma das questões que tem atrapalhado na escolha de um indicador para o programa de Mesorregiões é a de um indicador que avalie a transversalidade das ações propostas, já que além das ações propostas no programa a sociedade pode ser beneficiada via programas ou projetos solicitados à outros entes federativos.

Considerando o caráter inovador do Programa e o fato de o mesmo se espelhar em iniciativas bem sucedidas da Comunidade Européia, acredita-se que um acordo de cooperação que proporcionasse novas fontes de financiamento e de capital humano para o apoio à implementação do Programa seriam de muita valia. Especialmente o intercâmbio de técnicos, a compreensão e releitura de experiências como as que vêm sendo realizadas para o desenvolvimento de Portugal, Irlanda, Espanha que poderiam nos ajudar.

A falta de comunicação entre as unidades do ministério aparece como uma das questões que dificulta, o acesso a programas ou projetos que poderiam levar ao desenvolvimento da Mesorregião de forma mais completa. Um exemplo de programa que contribuiria muito na questão da capacitação local é o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda.

Outro problema é que além dessa dificuldade de comunicação entre secretarias ainda há uma, evidente, carência de recursos das mesmas, ainda utilizando o exemplo anteriormente citado, o recurso orçamentário dotado ao referido projeto vem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que não necessariamente coincide com espaços abrigados pela Mesorregião.

Apesar do Programa tentar promover mecanismos de controle social, ainda é bastante limitado porque os interessados não têm acesso a quem decide que recurso será liberado e para que programa/ação e qual o grau de prioridade desse programa/ação. Dessa forma, as informações do Sigplan de recursos orçados fica muito distante do que efetivamente é disponibilizado. Assim, recai sobre o gerente uma cobrança sobre a qual ele não pode atuar.

Devido a falta de pessoal, na Secretaria de Programas Regionais Integrados, a maioria de nós assumem mais de uma função. Eu, em particular, sou gerente deste Programa e assessora do Programa de Mesorregião Diferenciada do Vale do Ribeira, além de acumular essas duas funções ainda tenho responsabilidades vinculadas à coordenação onde estou lotada.

Não resta dúvidas que o excesso de funções assumidas penaliza o envolvimento do gerente com o Programa.

A estratégia do Programa centrou-se na realização de seminários de divulgação do programa, com eventos políticos mas que também inseriam um conteúdo de discussão técnica. Em seguida, foram encomendadas ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal metodologias para a realização de oficinas de gestão compartilhada, onde, por meio de técnicas de visualização (metaplan) e de técnicas de estímulo a participação em grupos de trabalho concebemos com os atores mesorregionais pré-projetos piloto que foram discutidos no âmbito de toda a mesorregião.

Implementação

O grande problema do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Rio Acre** é a falta de liberação de recursos. No ano de 2000 o programa não teve recursos. Recursos referentes à 2001 só foram liberados em 2 de abril de 2002 sendo que apenas uma parcela pequena foi executada, no valor de R\$ 114.805,00, o restante do recurso financeiro referentes à 2001 foram lançados nos restos a pagar do OGU 2001, os quais, até a presente data, encontram-se bloqueados. Em 2002 não houve liberação, até o momento, de recursos referentes ao OGU 2002.

A gerente acompanha muito de perto a execução das ações contratadas por meio de convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Foram realizadas quatro reuniões em Brasília para planejar e avaliar as ações a executar e as executadas.

Todos os eventos realizados na Mesorregião contaram com a participação do gerente que apoio também o planejamento e a execução dos mesmos.

O controle é feito por meio de relatórios previstos e há também um sistema de acompanhamento de projetos recém implantado na SPRI que permite ao Gerente monitorar todas as ações previstas em convênios e outros contratos, com a disponibilização das informações para toda a Secretaria.

Houve um importante esforço de capacitação através de convênio firmado pela SPRI com a Fundação Getúlio Vargas, fora do âmbito específico deste Programa, que promoveu dois seminários de impacto para todos gerentes. Especialmente o primeiro seminário reuniu pessoas de todo país para discutir a proposta das mesorregiões resultando em novas estratégias de implementação, além do intercâmbio de experiências. Na terceira semana de novembro será realizada outra oficina de capacitação de todas as mesorregiões, contando com a presença dos coordenadores locais das mesorregiões.

No entanto, considero insuficiente o esforço de capacitação haja vista o caráter inovador do Programa. Especialmente em relação ao conhecimento do processo legislativo porque o gerente tem que estar muito próximo da base parlamentar da Mesorregião, das questões envolvidas nos consórcios de entes federados, conhecimento de outras regionalizações propostas, como as do Ministério da Saúde, além do conhecimento sobre acordos e termos de cooperação internacional.

A capacitação de equipes estaduais e municipais foi menor do que prevíamos em termos de número de pessoas capacitadas, embora a qualidade da capacitação tenha sido excepcional. O próprio processo de elaboração do planejamento conjunto da Mesorregião gerou uma capacitação inicial sobre as questões inerentes à temática do desenvolvimento regional e promoveu uma discussão sobre a identidade mesorregional, sua história de ocupação e como esses fatores têm influenciado nas opções de desenvolvimento assumidas. Discutiram-se também potencialidades e problemas mesorregionais, buscando-se estimular que os atores busquem utilizar os recursos disponíveis na região, reduzindo a dependência de recursos federais e estaduais.

Há grandes dificuldades de articular ações devido ao fato de que a ocorrência de cortes devido ao contingenciamento de recursos tem prejudicado sobremaneira o andamento das ações do Programa.

As parcerias formuladas ainda estão muito incipientes e ainda ocorrem de maneira informal. Porém estamos avançando nos contatos com o PPG7, Incra, MDA e MMA.

A busca de parcerias é uma ação constante do Programa que tem como uma das suas idéias-força a busca de sinergias entre ações de outras instituições governamentais e da sociedade civil. Recentemente ingressamos no comitê de aprovação de projetos do Programa de Pequenos Projetos do GEF, administrado pelo Instituto Sociedade População e Natureza. Também vamos participar da primeira reunião do Comitê do Proteger II, programa de combate às queimadas na Amazônia financiado pelo Banco Mundial. O PPG7, por sua vez, tem uma ampla gama de ações na Mesorregião do Bico do Papagaio que nos interessam sobremaneira. Em especial a questão da gestão ambiental e os projetos de apoio a comunidades rurais. Todas essas interações resultarão em aumento da sinergia desses diferentes atores e ações na Mesorregião.

O programa em si constitui uma gama de mecanismos para a participação da sociedade civil. Existe uma ação específica de mobilização da sociedade civil mediante a capacitação para o associativismo e o cooperativismo. O Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião prevê uma participação consistente da sociedade civil. E, o próprio objetivo do programa está definido como a tentativa de implantar um novo modelo de gestão compartilhada de políticas num território. Evidentemente, essa gestão compartilhada pressupõe, antes de tudo, a participação da sociedade civil organizada.

A pesquisa de satisfação pode ser feita através de reuniões específicas, porém, de antemão, avaliamos que o nível de satisfação deve ser baixo em virtude da quase completa inexistência de recursos liberados e, conseqüentemente de ações executada. Mas, cabe ressaltar que procuramos não gerar expectativas nos atores Mesorregionais que não possam ser realizadas e sempre explicitamos nossas dificuldades. Ademais, não cabe pesquisa de satisfação neste momento, sob pena de prejudicar a própria mobilização dos atores relevantes do programa.

Considero muito positiva a gestão por programas porque explicita objetivos e metas a serem alcançadas, além das estratégias de ação e do público-alvo. Essa característica reduz possíveis ingerências políticas. No entanto, a falta de autonomia dos gerentes que ficam à mercê da liberação de recursos financeiros por critérios pouco transparentes, enfraquece essa figura na gestão.

Outra questão complicada é um mesmo gerente responder por vários programas, sem ter uma equipe de apoio para a realização das ações. No meu caso, eu gerenciei dois programas e um projeto ao mesmo tempo, além de acumular outras funções de assessoramento, contanto com apoio esporádico de secretaria e posteriormente de um subgerente que também acumula outras funções. Houve prejuízos inegáveis para todas as ações.

Dessa forma, acredito que deveria haver um limite mínimo que os Ministérios deveriam aplicar nos Programas do PPA em relação a emendas parlamentares e que os programas deveriam ser hierarquizados para uma priorização na liberação dos recursos, além da discriminação em "programas estratégicos". Por exemplo, programas que, mesmo não sendo estratégicos, atuam no combate a pobreza, ou beneficiam um público maior, ou beneficiam um número grande de municípios e pessoas, ou ainda, estejam vinculados a alguma outra prioridade declarada do Governo Federal, como parece ser o caso da geração de trabalho e renda do próximo Governo.

O recurso do orçamento 2002 foi fortemente contingenciado. Posteriormente, tivemos a notícia de que não haveria liberação nem da pequena parcela que teria sido disponibilizada para o Programa. Mesmo assim e, a despeito de até o mês de novembro de 2002 não terem sido liberados os restos a pagar do OGU

2001, a gerência se mobilizou para elaborar projetos conjuntos e tentar iniciar parcerias. No entanto, até o momento, não se tem notícia da efetiva execução dos recursos empenhados em 2002

Quanto à infra-estrutura, na Secretaria de Programas Regionais Integrados faltam recursos tal como Computadores adequados para alguns servidores, falta de espaço físico e de pontos de rede.

O Ministério da Integração Nacional precisa disponibilizar para os programas um portal na rede de computadores que abrigue as páginas das mesorregiões. Atualmente, está-se articulando com o MCT e com a Rede Nacional de Pesquisa, mas essa infra-estrutura é fundamental.

O Ministério da Integração Nacional deveria manter também uma área de interlocução com os demais Ministérios. Não como uma assessoria de comunicação convencional, mas uma assessoria de articulação, integração e constante informação de todos os Ministros sobre as ações multissetoriais.

A quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial. O Gerente deveria se dedicar integralmente ao Programa que requer grandes mobilizações, articulações constantes entre setores, presença do gerente na Mesorregião e em eventos correlatos, o que atualmente é impossível. A gerente acompanha duas Mesorregiões: Vale do Rio Acre, Vale do Ribeira Guaraqueçaba, além de contribuir na Secretaria de Programas Regionais Integrados na Cooredenação de Estudos e Informação. Esse acúmulo de atribuições tem gerado prejuízo ao Programa.

Os Programas de Desenvolvimento de Mesorregiões foram concebidos com propostas inovadoras e que exigem um esforço de capacitação contínua da equipe. Foram realizadas iniciativas com a Fundação Getúlio Vargas, ainda insuficientes. Igualmente, os gerentes que tiveram a oportunidade de acompanhar as capacitações do IBAM nas Mesorregiões do Bico do Papagaio, Vale do Rio Acre, Alto Solimões e Chapada das Mangabeiras ganharam muito.

No exercício de 2002 o Programa teria acesso a apenas R\$ 114.805,00, absolutamente insuficientes para suprir a necessidade local de capacitação e apoio aos treze municípios abrangidos pela Mesorregião.

O atraso na liberação causou além de uma certa paralisia na execução um certo desconforto à gerente pois os atores mesorregionais cobravam ações efetivas e uma presença concreta do MI em projetos conjuntos e outras iniciativas.

Os restos a pagar de 2001 somente foram disponibilizados no final de dezembro de 2002, tendo sido alvo de muitas dúvidas quanto à real liberação dos mesmos.

A aplicação dos recursos do orçamento 2002 está aguardando resolução de uma controvérsia jurídica, uma vez que foi celebrado com recursos do orçamento 2001 convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal sem exigência de licitação. Em virtude do excelente desempenho da instituição, decidiu-se dar continuidade ao trabalho conjunto, mas, dessa vez, exigiu-se licitação. Ocorre que o IBAM é o órgão por excelência de apoio aos municípios e que tem quadros dedicados a essa missão há mais de cinquenta anos, devendo tal controvérsia ainda ser resolvida.

De forma geral, os gerentes não têm podido contar com as previsões orçamentárias e financeiras, pois não têm acesso à discussão das liberações, nem para argumentar sobre as prioridades, à interação com outras ações já em andamento e à melhoria da eficiência na aplicação dos recursos.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó

Resultados

Ainda não foram definidos indicadores para os Programas de Desenvolvimento de Mesorregiões Diferenciadas. Os trabalhos previstos para o ano de 2002 sofreram atraso na sua inicialização, em virtude da demora na liberação dos recursos do orçamento 2001. Os recursos necessários para a condução do programa, que segundo o cronograma de atividades deveriam ter sido liberados no início de fevereiro, foram liberados somente no início de julho.

Os trabalhos referentes à ação 1 - Implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó tiveram início imediatamente após a liberação dos recursos, em 10/07/2002, com a elaboração da etapa relativa ao levantamento e identificação dos atores relevantes da área de abrangência da Mesorregião.

Ainda com relação aos serviços a serem executados com os recursos do orçamento 2001, foi esboçado no primeiro semestre de 2002 o Projeto de Apoio à Produção e à Comercialização de Artesanato por Empreendimentos Associativos Selecionados da Mesorregião do Xingó, a ser elaborado em parceria com o Instituto Xingó/Sebrae, com implementação em sete municípios da Mesorregião. O Projeto aguarda a liberação dos recursos, que foram incluídos em restos a pagar de 2001.

Com relação aos projetos a serem elaborados com base nos recursos do orçamento 2002, foram encaminhados pelo Instituto Xingo, e aprovados pela Gerência do Programa, os Projetos de Fortalecimento e Consolidação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Xingó e de Viabilidade Operacional e Gerencial da Despoldadeira de Frutas do Povoado Ilha das Flores, Glória (BA). Os Extratos de Convênio destes projetos foram publicados no D.O.U. de 27/12/2002.

Os projetos tecnicamente viáveis e aprovados para execução com verbas do orçamento 2002 não foram executados, pois, conforme já informado, as verbas não foram liberadas no decorrer do exercício. Isto porque os Planos de Trabalho condicionam o início dos serviços à liberação dos recursos, seja em um número definido de parcelas, seja em parcela única. O atraso na liberação dos mesmos impossibilita o início das atividades, alterando o cronograma de prazos estabelecido no convênio.

O convênio para a realização da ação referente à Implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião foi celebrado, em dezembro de 2001, com o Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó - Instituto Xingó. Entretanto, as verbas para a realização da Ação foram liberadas somente em julho do corrente ano. Os serviços relativos à etapa de levantamento e identificação dos atores relevantes da área de influência da Mesorregião, com prazo de setenta dias estipulado em cronograma, foram

iniciados imediatamente após a liberação dos recursos, mas sofreu prejuízos em virtude da dificuldade de interlocução com os agentes municipais, já que estes encontravam-se, via de regra, engajados no processo eleitoral, que culminou em fins de outubro. No momento, o levantamento e identificação dos atores já foram efetuados em mais de dois terços dos municípios que compõem a Mesorregião.

Gerente:

André Luiz Lopes Rocha

Ainda em relação ao cumprimento dos prazos, encontram-se em andamento as etapas referentes à "Elaboração do Sistema de Informações, cujos primeiros resultados podem ser observados no site www.sxbrasil.com.br/promeso, e da Realização da logística da oficina de gestão compartilhada.

Quanto aos principais resultados esperados para 2003, pode-se citar:

- Aguarda-se, de imediato, a assinatura do 1º Termo Aditivo de prazo para o Convênio do Projeto de Implementação do Fórum, solicitado pelo conveniente em meados de dezembro e já aprovado pela Conjur;
- Está prevista para 18-19/02/2003 a realização da Oficina de Gestão Compartilhada da Mesorregião, reunindo os atores identificados na primeira etapa;
- Seguindo o cronograma de atividades estipulado no convênio, prevê-se para o mês de março o evento de instalação do Fórum;
- Aguarda-se a liberação dos recursos inscritos em "restos a pagar" 2001 para a execução do projeto de apoio à comercialização de artesanato;
- Aguarda-se a liberação dos recursos para a execução dos projetos de fortalecimento do Fórum e da viabilidade operacional da despoldadeira de frutas;
- Para o 1º semestre de 2003, terão início as articulações, por parte do MI e do Fórum já instituído, com vistas à continuidade do Programa no Plano Plurianual 2004/2007, agora como programa estratégico, evitando, assim, o contingenciamento de recursos e sua pronta liberação no início dos exercícios.

.....

Dentre os problemas e demandas da sociedade que deram origem ao Programa, pode-se citar o crescimento das desigualdades socioeconômicas inter e intra-regionais verificadas em diferentes espaços regionais do País, em áreas já deprimidas; a falta de organização por parte das instâncias superiores para proceder o desenvolvimento regional nestas áreas; a deficiência na participação das populações locais no ciclo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas incidentes nestas áreas; a necessidade de planejar o desenvolvimento regional em espaços menores que as macrorregiões, até então utilizadas como módulo para o planejamento do desenvolvimento regional; e o processo de competição intermunicipal e interestadual, caracterizado como "guerra fiscal", comumente verificado no modelo de gestão atual.

Concepção

.....

Não é possível efetuar uma correta avaliação sobre o padrão de execução financeira para o Programa, visto que, dentro do PPA 2000-2003, no ano de 2000 não foram distribuídos recursos para a Mesorregião; no ano de 2001, os recursos acordados sofreram contingenciamento e as verbas liberadas limitaram-se àquelas referentes à implementação do Fórum (ação 1), e a liberação ocorreu somente no início do segundo semestre do corrente ano; e, finalmente, não se tem notícia a respeito da liberação das verbas referentes ao exercício de 2002.

Implementação

Dentro do convênio firmado entre a SPRI e o Instituto Xingó para a realização da Ação de Implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião, em implementação o monitoramento da execução das etapas/metodologias vem sendo realizado a partir das visitas técnicas efetuadas por parte da gerência à área de influência da Mesorregião e de relatórios de andamento dos serviços enviados pelo conveniente. As verbas para a implementação da Ação foram liberadas integralmente em 04/07/2002 e o prazo para execução da ação, estipulado no convênio, é de 210 após a liberação dos recursos.

Pode-se destacar, no período, o bom desempenho do Instituto Xingó, responsável pela Ação de implementação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião. Os serviços referentes à ação vêm sendo conduzidos com eficiência e dentro dos prazos estipulados, com ressalva para a dificuldade encontrada por parte da equipe do Instituto na etapa de levantamento e identificação dos atores relevantes da Mesorregião, conforme mencionado anteriormente. Além disto, vêm sendo efetuadas articulações com o Ministério da Ciência e Tecnologia no âmbito do programa de Plataformas de Tecnologia, e com os Programas Comunidade Solidária, Comunidade Ativa e Artesanato Solidário - Artesol, para implementação de projetos específicos na área de abrangência da Mesorregião.

A parceria que se encontra em andamento no Programa refere-se à Ação de implementação do Fórum, que, como dito anteriormente, vem sendo realizada de forma satisfatória pelo conveniente. Existe a necessidade de verbas específicas para o deslocamento da gerência do Programa para a área de implementação do mesmo, de forma a se proceder ao monitoramento e avaliação das atividades previstas/em andamento/realizadas.

A destacar, a possível parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU na implementação do Programa de Sistemas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos, de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Além das parcerias citadas acima, seria de grande relevância a formalização de parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU, na implementação do Programa de Sistema de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos, em diferentes municípios da Mesorregião que utilizam sistema de disposição do lixo em céu aberto, entretanto, mais uma vez as dificuldades estão relacionadas à falta de verbas.

Na ação de implementação do Fórum, a etapa de levantamento e identificação dos atores mesorregionais relevantes é de suma importância para o bom desenvolvimento do Programa como um todo. Nesta etapa, as articulações com as entidades governamentais, do terceiro setor e com os potenciais parceiros da iniciativa privada vêm sendo executadas à contento pela instituição conveniente. Os mecanismos utilizados são as visitas e o material de divulgação dos objetivos e benefícios do Programa.

Ainda não foi implementado, no âmbito do Programa, um projeto específico que permitisse uma avaliação da satisfação dos seus usuários/beneficiários em relação à execução do mesmo.

Considera-se que, tanto por parte do MI, como por parte do Instituto Xingó, instituição conveniada para a execução da ação 1 - Implementação do Fórum, os recursos materiais e de infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa. Já em termos de recursos humanos, existe a necessidade de contratação de profissional para preenchimento do cargo de subgerente do Programa. Dada a descontinuidade verificada na implementação do Programa, em virtude do processo eleitoral, o volume de trabalho esteve aquém do previsto, e, neste caso, a falta do subgerente não trouxe prejuízos ao andamento dos serviços. Entretanto, se considerarmos o aporte de serviço previsto para os primeiros meses do ano, pode-se inferir que a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial será inadequada.

No que se refere às restrições que interferiram no desempenho do Programa, citamos o contingenciamento orçamentário, o atraso na liberação de recursos e a existência de restos a pagar do OGU 2001. Foram pleiteados para o Programa, no exercício de 2002, a importância de R\$ 800 mil, dos quais somente R\$ 240 mil foram destinados à sua execução. Além disto, não foram liberados os recursos referentes ao OGU 2002, assim como até a presente data não foram liberados os recursos inscritos em restos a pagar de 2001.

Conforme já informado, os serviços relativos à etapa de levantamento dos atores mesorregionais relevantes sofreram atraso em virtude do processo eleitoral. Por se tratar de uma etapa cuja conclusão é pré-requisito para as etapas subsequentes, todo o cronograma sofreu alterações nos prazos de entrega. Para tanto, já foi solicitado um Termo Aditivo de prazo para o convênio.

Durante o exercício de 2002 não ocorreu o caso de ação executada em outras unidades administrativas do MI.

A estrutura organizacional existente na Secretaria de Programas Regionais Integrados está adequada à metodologia adotada no PPA 2000/2003, o que a torna apropriada ao modelo de gestão por programas.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

Resultados O Programa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul pretende implementar um novo modelo de gestão, motivo pelo qual a utilização de indicadores clássicos, pelo menos nesse momento, poderia induzir a erros na avaliação do Programa.

O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul** obteve, nesses três anos, resultados expressivos quando comparamos estes aos objetivos do programa e mesmo quando se realiza consulta a população diretamente impactada.

Um dos principais resultados foi a articulação de atores mesorregionais vinculados à questão do Desenvolvimento Regional. Essa articulação torna-se inclusive mais importante quando percebemos que foi realizada com a participação de diversos segmentos da sociedade civil, dos governos estaduais e do empresariado de três importantes Estados do País: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Dessa articulação, diversos projetos para o desenvolvimento da Mesorregião foram concebidos e estão em execução. Foi ainda concebido um planejamento para o desenvolvimento mesorregional.

Houve também um grande avanço no segmento político. Prefeitos dos diversos municípios da Mesorregião já percebem a importância na implantação de projetos comuns de desenvolvimento, onde os limites municipais não mais seriam encarados como empecilho para implementação de projetos de desenvolvimento.

Os parlamentares também já possuem um maior entendimento da proposta do novo modelo de gestão. Esse fato, mesmo que ainda com diversas restrições, já pode ser percebido quando da repartição de recursos de emendas parlamentares. Parte destes recursos já começam a ser direcionados para projetos amplos de desenvolvimento.

Os principais impactos positivos podem ser resumidos no seguinte:

- Criação de um portal para publicação na internet de todos os produtos gerados no processo de instalação e funcionamento do Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião. O portal contém ainda dados sobre a economia de sua área de abrangência, informações e documentos necessários para a realização de projetos de desenvolvimento mesorregional, tais como: informações sobre oportunidade de negócios, demanda de produtos da Mesorregião, estudos de mercado, necessidades tecnológicas, rede de produtores, informações sobre políticas públicas incidentes na Mesorregião e outras informações econômicas importante para a elaboração de projetos estratégicos de desenvolvimento; informações sociais tais como dados demográficos, estrutura de trabalho e emprego etc; informações sobre gestão ambiental e uso sustentável de recursos naturais;

Gerente:

Marcelo Ribeiro Moreira

- Criação e funcionamento de grupos de trabalho para a avaliação/definição de projetos estratégicos de desenvolvimento para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;

- Fortalecimento da cooperação intermunicipal e interestados da Mesorregião, discutindo, formulando projetos e desenvolvendo ações estratégicas e de impacto na Mesorregião.

Os impactos negativos podem ser resumidos a seguir:

- Insegurança motivada pelo período de transição político-administrativo, evidenciada principalmente pela preocupação quanto a descontinuidade do Programa;
- Mudanças freqüentes do Ministro da Integração Nacional, dificultando o avanço das ações em andamento;

.....
O problema que demanda a proposição do Programa é a redução das desigualdades regionais persistentes no território nacional. Neste sentido, foram identificadas algumas questões que concorrem para a manutenção do *status quo*. É importante ressaltar que todas as informações relativas a concepção do programa são as mesmas para os treze programas de mesorregiões.

Concepção

Abaixo são listados os principais problemas ou demandas que induziram a criação do Programa:

- Falta de organização para o desenvolvimento regional;
- Foco equivocado de atuação espacial – macrorregiões entendidas como espaços territoriais muito grandes e heterogêneos;
- Nacionalização das políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional propicia a participação de outros espaços sub-regionais que apresentam desigualdades intra e inter-regionais;
- Falta de participação dos atores regionais na tomada de decisão enseja novos modelos de gestão que propiciem mecanismos de consulta mais eficientes.

O programa pode ser melhorado, principalmente na adequação do objetivo ao problema. No entanto, este procedimento deverá ser realizado quando da discussão do próximo PPA, pois o atual programa, que visa a implementação de um modelo de gestão, já estará finalizado.

Diversos foram os avanços alcançados com a implantação do programa, tais como:

- Elaboração de projetos de desenvolvimento mesorregional
- Fortalecimento de uma parceria inter e intra-estadual que já existia entre os três estados da Região Sul;
- Treinamento de recursos humanos em elos da cadeia produtiva do Turismo, em especial o ecoturismo;
- Elaboração de um plano de *marketing* para divulgação do programa e dos resultados já alcançados.

O aperfeiçoamento do programa está vinculado principalmente à forma de articulação com outras unidades do Ministério e também com outros ministérios.

Como o Programa está vinculado à questão territorial, seria extremamente importante que as políticas públicas incidentes no território nacional, em especial na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, pudessem ser discutidas amplamente pelo conjunto de atores vinculados à questão do desenvolvimento da Mesorregião.

Dentro do próprio Ministério, e também em outros órgãos da administração federal, outras unidades poderiam colocar à disposição do Programa ações por elas desenvolvidas. Ações de infra-estrutura hídrica poderiam ser discutidas também se levando em conta a questão territorial (mesorregional).

Outro aspecto importante na implementação do Programa está ligado à participação ampla, à confiança entre atores mesorregionais, à transparência institucional e operacional e à continuidade técnica que foram alguns dos ganhos alcançados e percebidos pelos atores mesorregionais envolvidos no Programa.

..... **Implementação**

O Programa teve sua primeira liberação financeira em dezembro de 2001 com recursos do orçamento de 2001. O restante dos recursos que deveriam ser liberados em 2001 somente o foram em 2002, como restos a pagar. A somatória de todas as liberações foi inferior ao programado na Lei do PPA 2000-2003 para o ano de 2001.

Mesmo com todo esse atraso nas liberações dos recursos do orçamento de 2001 (algumas feitas apenas em outubro de 2002), o andamento da implementação do modelo de gestão para o programa não foi prejudicado. Isto aconteceu devido ao empenho dos atores locais na manutenção do andamento do programa com recursos de suas instituições de origem, que durante muito tempo foi utilizado para promover reuniões e seminários de integração entre os três estados que compõem o Programa.

Com relação ao orçamento de 2002, apenas uma pequena fatia do que estava planejado na Lei do PPA foi realmente colocada à disposição do Programa, e mesmo essa pequena fatia ainda encontra-se contingenciada. Mesmo com esses problemas, espera-se que a partir dessa liberação um importante projeto para a região possa ser desenvolvido, minimizando, portanto, todos esses problemas.

Para o acompanhamento físico das ações, foi desenvolvido no âmbito da coordenação de acompanhamento e avaliação da Secretaria de Programas Regionais Integrados, um sistema de acompanhamento físico do Programa. Neste é possível acompanhar o andamento das ações descentralizadas por meio de convênios.

Quanto à equipe gerencial do programa, esta é formada pelo gerente e por um subgerente. A ambos foi proporcionado uma série de eventos de capacitação, por meio de treinamentos na ENAP e mesmo a partir de cursos contratados diretamente pela Secretaria de Programas Regionais Integrados à outras instituições, tais como FGV.

É importante ressaltar que com relação à questão da capacitação, houve um salto quantitativo e qualitativo expressivo de 2001 para 2002.

Também em nível estadual e municipal, esse salto foi verificado, pois diversos seminários de nivelamento foram realizados bem como cursos para os parceiros estaduais responsáveis pela execução de ações do Programa.

Um bom exemplo do esforço para proporcionar capacitação aos parceiros e executores de ações descentralizadas, foi promovido pelo gerente do programa com a disponibilização e realização de um curso de prestação de contas de ações descentralizadas.

A execução de ações por parte dos parceiros locais do Programa foi e está sendo fundamental para o sucesso do Programa. No entanto, algumas dificuldades ainda são encontradas, tais como a preocupação dos parceiros

com o fluxo dos recursos financeiros, que por vezes prejudica o início dos trabalhos gerando desconforto e desconfiança de alguns. No entanto, quando o fluxo de recursos financeiros é normal, as tarefas são executadas e a mobilização não se perde.

Quanto às parcerias com outros programas, uma importante parceria, mesmo que informal, foi realizada com o Programa da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. A grande vantagem nessa parceria reside na troca de experiências entre os atores das duas Mesorregiões.

Com relação a participação da sociedade, essa se dá principalmente por meio dos seguintes mecanismos: seminários de discussão da questão do Desenvolvimento Mesorregional; reuniões do Fórum da Mesorregião; cursos de capacitação por meio dos projetos de capacitação e de apoio ao setor de turismo.

Os maiores benefícios da implantação destes mecanismos são a divulgação do Programa e, principalmente, do modelo de gestão. Quanto às dificuldades, a principal é a logística. Como o Programa abrange mais de 420 municípios, torna-se muito difícil a participação de atores que estão nos limites da área de abrangência.

Como o Programa encontra-se basicamente no momento de implantação do modelo de gestão, ainda não cabe a implementação de um amplo sistema de avaliação da satisfação do usuário/beneficiário. No entanto, como alguns projetos-piloto estão em andamento, a população alvo destes está sendo avaliada por meio de questionários de satisfação. Como estes projetos ainda não foram finalizados os resultados ainda não estão disponíveis.

O modelo de gestão por programa adotado pelo PPA 2000-2003 é inovador e revolucionário. Tão revolucionário que necessita de tempo para que diversas barreiras sejam quebradas, tanto por parte da própria administração pública como pelos beneficiários do Programa. Dentro do Ministério da Integração, um dos obstáculos observados é o relacionado às diversas mudanças de seus dirigentes. Outro pode ser resumido no baixo poder decisório do gerente quanto às questões orçamentárias e financeiras.

O orçamento de 2002 para o Programa foi duramente contingenciado. O total de recursos que a Secretaria de Programas Regionais Integrados obteve para 2002 era insuficiente para atender os treze programas de mesorregiões. Desta forma houve uma orientação, por parte de secretaria, de que cada programa de mesorregião teria acesso apenas a R\$ 246 mil. O programa da Grande Fronteira do Mercosul apresentou um projeto para adensamento da cadeia produtiva do leite, no valor de R\$ 246.800,00, que foi empenhado apenas no fim de dezembro de 2002.

Estes recursos ainda enfrentam problemas de entendimento da consultoria jurídica do MI, os quais têm impossibilitado o repasse para implementação do projeto, apesar de aparecerem como liquidados no SigPlan.

Com relação aos recursos de emendas parlamentares, foram ainda empenhados recursos para atendimento de emenda de bancada para a Região Sul, no valor de R\$ 1.462.001,00, valor esse que até o momento ainda não foi efetivamente repassado aos municípios, apesar do SigPlan apontá-los como liquidados.

Ainda com relação aos recursos, tanto os de emendas parlamentares como os do próprio programa não tiveram fluxo de recursos financeiros em 2002.

Já em relação à infra-estrutura para o Programa, este dispõe de recursos materiais e de infra-estrutura suficientes para sua consecução. Dispõe ainda de um amplo apoio para uso de infra-estrutura física colocada à disposição do programa pela sociedade civil da área de abrangência da Mesorregião.

Os recursos humanos são suficientes para a implementação do Programa. Entendo que estes não são apenas aqueles colocados à disposição pelo Ministério, mas também todo o pessoal que está à disposição do Programa nos três estados da Região Sul. Ao todo podemos contar com cerca de cem técnicos do mais alto nível para trabalhar na implementação do Programa.

Uma das principais restrições para implementação do Programa foi o atraso na liberação de recursos. Esse atraso está até o momento inviabilizando o pouco do orçamento de 2002 que foi empenhado.

Outra restrição digna de nota diz respeito aos restos a pagar. Parte do orçamento de 2001, inscritos em restos a pagar, foi pago ao Instituto de Cooperação para Agricultura - IICA no fim de 2002. No entanto esse recurso foi cancelado no início de 2003.

Existem ainda, como restrições, os impedimentos legais, pois foram detectadas dificuldades para celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, que atualmente é o principal elo existente na região entre a sociedade civil e o Governo Federal.

Com relação ao desempenho físico das ações, temos que uma delas foi completamente atingida – Implantação do Fórum de Desenvolvimento, que ocorreu por intermédio do Conselho Regional de Desenvolvimento do Norte do Rio Grande do Sul. As outras ações encontram-se em andamento e com seu cronograma de implantação compatível com o Programa.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul

O Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul** obteve, no período, resultados bastante positivos em relação ao objetivo que se propõe. Por não haver um indicador definido, os resultados do impacto do Programa são relacionados ao cumprimento de algumas etapas previstas na proposta do Programa que estabelece o novo modelo de gestão regional.

Os principais resultados alcançados podem ser agrupados da seguinte forma:

- A articulação entre os atores sociais locais em torno de uma estrutura de gestão regional, o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Diferenciada da Metade Sul do Rio Grande do Sul, com competência para a discussão e definição de políticas para o desenvolvimento da Mesorregião da Metade Sul que conseguiu reunir no mesmo espaço diversos atores da sociedade, como as ONGs, Sindicatos Patronais e de Trabalhadores, Universidades, Governos do Estado e dos Municípios, unidades do Governo Federal, além de Parlamentares e outras instâncias representativas da realidade mesorregional.
- A sensibilização nos diversos segmentos da sociedade mesorregional em relação ao Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável das Mesorregiões Diferenciadas, o que é de extrema importância porque revela que a sociedade incorporou a importância do Programa tornando-se co-responsável pela implementação do modelo de gestão. Da mesma forma, a compreensão da importância do novo modelo para o desenvolvimento mesorregional deve contribuir para a continuidade do Programa no período vindouro (2004-2007). O comprometimento das diferentes entidades regionais com a discussão e construção de um novo ciclo de desenvolvimento mesorregional, em novas bases, com participação e integração de atores locais propicia, em última análise, a tão desejada construção de um esforço conjunto de desenvolvimento marcado pelo interesse comum.
- Para a operacionalização do Fórum, foram realizados seminários de sensibilização em diversas localidades da Mesorregião (microrregiões representativas dos Conselhos de Regionais de Desenvolvimento - Coredes). Em todos os seminários foram retomadas as discussões das questões de interesse local/regional com o levantamento das potencialidades, dificuldades e alternativas para o desenvolvimento mesorregional, desenho inicial de um Plano de Desenvolvimento Mesorregional.
- A busca pelo desenvolvimento com características endógenas, sustentável e fundamentado na cooperação entre as diferentes instâncias de governo é uma outra questão levantada na Mesorregião e que julga-se de fundamental importância para a condução das questões do desenvolvimento mesorregional. Se for verdade que os recursos para o desenvolvimento regional são escassos, também é verdade que a pulverização e a superposição de ações e atividades concorrem para os resultados nem sempre positivos que se atingem apesar de esforços continuados à redução das desigualdades regionais identificadas no território

Resultados

Gerente:

Henrique Villa da Costa Ferreira

brasileiro. É fundamental o estímulo a novas parcerias institucionais e ao desenvolvimento de ações convergentes que possibilitará a otimização dos esforços e recursos.

As maiores dificuldades encontradas não dizem respeito exclusivamente à execução das ações previstas no Programa da Mesorregião da Metade Sul. A proposição de uma nova organização regional que rompe com práticas políticas, organizacionais e institucionais que se perpetuam na gestão da questão regional do Brasil desde a gênese, é o macrodesafio encontrado nesse período de implementação do Programa.

Dentre as principais dificuldades encontradas para a implementação do modelo de gestão, destacamos:

- A sociedade local da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul apresenta uma cultura individualista e imediatista. Essa realidade exige um tempo maior para a conscientização dos atores da necessidade de trabalhar, neste primeiro momento, as questões de organização e gestão;
- Necessidade de maior motivação para a participação efetiva e comprometida nas discussões e implementação das ações propostas, dada que a pouca familiaridade de participação coletiva na tomada de decisão, resulta em altos e baixos na condução do processo de transformação que se busca;
- Falta de recursos financeiros (contrapartida) e baixa capacitação de algumas instituições para apresentação e execução das ações previstas dentro do processo de implantação do Fórum; e
- A existência de experiências anteriores não exitosas, caracterizadas pela descontinuidade ou pela gestão conflituosa, geram descrença nas novas propostas apresentadas.

..... **Concepção**

O principal problema que determina a proposta do Programa é a redução das desigualdades regionais persistentes no território nacional. Neste sentido, foram identificadas algumas questões que concorrem para a manutenção do *status quo*, de desigualdades regionais no País:

- falta de organização para o desenvolvimento regional (ausência de um modelo de gestão que propicie condições de redução das desigualdades inter e intra-regionais);
- foco equivocado de atuação espacial - macrorregiões entendidas como espaços territoriais muito grandes e heterogêneos;
- o Foco espacial de atuação governamental para a redução das desigualdades regionais no Brasil sempre foi voltado para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não privilegiando as demais regiões brasileiras (a "nacionalização das políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional" propicia a participação de outros espaços sub-regionais que apresentam desigualdades intra e inter-regionais); e
- o processo crescente de empobrecimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul exige uma atuação diferenciada de governo no espaço regional; e a falta de participação dos atores regionais na tomada de decisão enseja novos modelos de gestão que propiciem mecanismos de consulta mais eficientes.

Para o momento seguinte de execução do Programa, isto é, para o período 2004/2007, uma vez que é necessário consolidar e concluir até 2003 a implementação do novo modelo de gestão regional, base da proposta atual do

Programa, um novo grupo de ações deve ser proposto. A partir do período 2004/2007, com o novo modelo de gestão implementado, espera-se que as novas ações propostas possam, efetivamente, reduzir as desigualdades regionais que persistem na região da metade sul do Rio Grande do Sul.

Para que se possa medir a real contribuição do Programa, como fator de redução das desigualdades regionais, em especial a partir do período 2004/2007, é importante o estabelecimento de indicadores. No entanto, a dificuldade, no momento, de se estabelecer indicador para a atual fase de execução do Programa já foi objeto de comentário anterior, já que, até 2003, o Programa propõe um novo modelo de gestão, ou seja, uma nova forma de se planejar e executar o desenvolvimento regional no País e a definição de índices e indicadores não aconteceu por se julgar que os mesmos não seriam capazes de mensurar os resultados que se esperavam do Programa.

É importante reafirmar que o Programa tem como objetivo maior a implantação de um novo modelo de gestão regional que estabeleça uma nova sistemática de organização dos atores regionais. Considera-se que sem organização devida dos atores, qualquer tentativa de intervenção regional, por mais bem intencionada ou intensiva em capital, está fadada ao fracasso.

Podemos ainda destacar dentre os principais produtos vinculados à execução do Programa: parceria de atores regionais em projetos e atividades de interesse comum (inclusive com fomento compartilhado); estabelecimento de rede de comunicação intra-regional envolvendo os principais atores mesorregionais; apoio a projetos de infra-estrutura que tenham impacto na região e possam reduzir as desigualdades socioeconômicas existentes (formação de uma base local de defesa dos interesses do conjunto dos atores mesorregionais, a partir da identificação de projetos prioritários para fomento de diversas entidades governamentais); envolvimento de recursos humanos não diretamente ligados aos projetos vinculados ao Programa da Mesorregião Diferenciada como contrapartida dos atores locais (instituições envolvidas no processo de consolidação do novo modelo de gestão), à execução das ações e atividades priorizadas pelo Fórum Mesorregional.

A forma de articulação com outras unidades do Ministério da Integração Nacional precisa ser aprimorada. As constantes mudanças no primeiro escalão de Governo, e o conjunto diferenciado de Secretarias com missão institucional específica, vinculadas ao Ministério, justificam, em parte, tal constatação. Além disso, a forma de articulação com outros Ministérios, por se tratar de experiência relativamente recente, os programas afetos ao PPA ainda sofrem com a falta de articulação intragovernamental. Essa é uma característica que não parece privilégio do Programa da Metade Sul, mas própria, se não de todos, da maioria dos programas inclusos no PPA.

.....

Quanto ao exercício de 2002, embora conste da execução física-financeira a liquidação de recursos do período, deve-se ressaltar que houve o empenho, apenas, de recursos para a implementação de projetos na área de capacitação para associativismo e cooperativismo, bem como para ações de adensamento de cadeias produtivas.

Implementação

No entanto, não houve fluxo financeiro disponível para liberação dos recursos, ficando assim, os mesmos inscritos em restos a pagar o que não caracteriza a liquidação plena. A não-liberação desses recursos pode ser entendida como um grande óbice para a execução das metas físicas do Programa. Portanto, pode-se afirmar que a execução das ações previstas para o exercício 2002 do Programa foram prejudicadas.

Quanto às condições de implementação, o Programa dispõe de infra-estrutura mínima necessária para sua implementação no âmbito gerencial, estando a Secretaria de Programas Regionais Integrados, unidade responsável pelo gerenciamento do Programa, estruturada sob a forma matricial, para otimizar o aproveitamento de recursos materiais que são limitados e da infra-estrutura física, que não é a ideal, mas que não se caracteriza como óbice ao bom andamento da gestão do Programa.

No âmbito mesorregional, pela força do conjunto de instituições que fazem parte do Fórum Mesosul, não existe no momento dificuldades quanto à disponibilidade de infra-estrutura para o bom andamento do Programa. No entanto, cabe ressaltar que se considera fundamental que o Fórum Mesosul possa ter uma sede própria para continuidade das ações de estruturação do Fórum e do desenvolvimento da mesorregião independentemente de aporte financeiros do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul**.

Apesar da contribuição do gerente e do subgerente do Programa lotados na SPRI/MI à gestão do programa, com a consolidação da proposta do novo modelo de desenvolvimento regional e a implementação do conjunto de ações que compõem o Programa, seria produtiva a alocação de outros colaboradores à equipe de gestão do Programa, uma vez que cresce a importância de tarefas como o acompanhamento e avaliação dos projetos que compõem o Programa, bem como o aumento à demanda por ações *in loco*. Os recursos humanos estiveram adequados para o gerenciamento do Programa até o momento em que os diversos projetos relacionados a cada uma das ações do Programa foram implementados. Com a implementação dos projetos a partir do final de 2001, com recursos inscritos em restos (OGU 2001), a demanda por maior participação dos recursos humanos às atividades de gestão do Programa vem crescendo.

A destacar que a Secretaria de Programas Regionais Integrados, unidade a qual o Programa está vinculado, a partir de um desenho institucional que privilegiou o gerenciamento dos diversos programas do PPA afetos à Secretaria, proporcionou condições suficientes de apoio ao gerenciamento do Programa, com a criação de uma área de acompanhamento e avaliação e de estudos e informação. Tal providência contribuiu, sobremaneira, para o bom andamento do Programa, mas o atual momento do Programa, e principalmente o momento que se aproxima sugere novos aportes de recursos humanos à gestão do Programa.

Apesar de constar do PPA 2000-2003, Lei nº 9.989 de 2000, os primeiros esforços de implementação das ações do Programa da Mesorregião Diferenciada da Metade Sul do Rio Grande do Sul ocorreram em meados de 2001. As primeiras iniciativas foram relacionadas à sensibilização dos atores locais para a importância do novo modelo de gestão que se propõe. A primeira liberação efetiva de recursos para a construção do modelo, por meio do apoio ao Fórum Mesorregional e do fortalecimento ao associativismo e cooperativismo da Metade Sul do Rio Grande do Sul se deu apenas no início do exercício de 2002 referente a recursos de restos a pagar do exercício 2001. A execução da programação 2002 foi totalmente contingenciada.

O contingenciamento dos recursos foi, sem dúvida, o principal fator de interferência no desempenho das ações propostas. Não foi possível realizar o programado para 2002, em especial no que se refere às ações de capacitação e de adensamento de cadeias produtivas, fundamentais à estratégia de articulação e integração de atores em torno de interesses comuns na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

É importante evitar atraso na execução do orçamento 2003. Prevvia-se para 2002 que o modelo de gestão já estivesse plenamente implementado para que no exercício seguinte (2003) houvesse uma reversão do quadro de planejamento

regional centralizado no Governo Federal que caracterizava o paradigma anterior de desenvolvimento regional. Com o atraso verificado na execução no período 2001-2002, o desafio do exercício 2003 cresce em gênero, número e grau, uma vez que além da recuperação do tempo perdido existe a necessidade de se planejar o período 2004-2007, no contexto de participação e integração de atores mesorregionais e de seus respectivos grupos de interesse.

Quanto ao desempenho das principais ações desenvolvidas com descentralização de recursos – implementação do Fórum e Mobilização de comunidades mediante associativismo e cooperativismo – a execução dessas ações só foi possível por meio de celebração de convênio entre o Ministério da Integração Nacional e as duas entidades executoras das ações. A ação de implementação do Fórum está sendo executada pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Sul - Corede-Sul, que até o momento já cumpriu 90% do previsto no plano de trabalho e a ação de Mobilização mediante o associativismo e cooperativismo está em fase final de execução e foi desenvolvida pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - Ocergs.

Entretanto, o principal fator de coesão do novo modelo de gestão - o Fórum de Desenvolvimento Mesorregional - que se encontra instalado, minimizou, sobremaneira, maiores prejuízos à implementação do Programa causado pela irregularidade do fluxo de recursos financeiros. O Fórum tem o papel de entidade de acompanhamento e avaliação das ações em andamento e as diversas instituições que o compõem implementam, na prática, o espírito da proposta de integração institucional que rege o novo modelo de desenvolvimento regional.

Em relação à parceria intragoverno Federal, isto é, a parceria das demais instituições de Governo com o Ministério da Integração Nacional para a implementação do Programa a avaliação que se tem é que o processo ainda está em fase inicial de construção. Poucos parceiros federais foram envolvidos, até aqui, na execução do Programa da Mesorregião Diferenciada da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Destacaríamos o papel do Programa Comunidade Solidária, Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, Ministério da Ciência e Tecnologia (por meio da ação de regionalização da C&T) e o Ministério da Cultura (por meio do IPHAN). A que se destacar ainda, a parceria, mesmo que informal, com o Programa da Mesorregião Diferenciada da Grande Fronteira do Mercosul. A grande vantagem nessa parceria reside na troca de experiências entre os atores das duas Mesorregiões.

Quanto à implementação de parcerias do Governo Federal (leia-se Ministério da Integração Nacional) com os atores locais (mesorregionais) os resultados do Programa foram bastante positivos. Nessa primeira etapa de execução do Programa da Mesorregião Diferenciada da Metade Sul do Rio Grande do Sul o objetivo de integração entre a gestão do Programa e os atores locais foi amplamente perseguida. A relação dos atores mesorregionais envolvidos na instalação do Fórum Mesorregional, é considerada representativa do conjunto de forças da sociedade local.

É importante ressaltar, ainda, os pontos que podem ser considerados condicionadores da mudança na cultura gerencial que o Programa se propõe a estabelecer, como a participação ampla, a confiança e parceria entre atores, transparência institucional e operacional na execução, respeito às diferenças de opiniões, "empoderamento" (*empowerment*) da base local e sensibilização sobre necessidade de mudança.

Em relação ao acompanhamento da execução física das ações previstas no Programa, no âmbito da Secretaria de Programas Regionais Integrados foi desenvolvido um Sistema de Acompanhamento Físico das ações com metas físicas estabelecidas. Esse sistema, que é alimentado pelo gerente do Programa,

visa acompanhar as ações desenvolvidas possibilitando assim o acompanhamento do desempenho físico das ações, está em teste. As demais informações relativas ao desempenho físico são obtidas por meio de relatórios enviados à gerência do Programa que, constantemente, se faz presente *in loco*, para acompanhamento das atividades realizadas.

A equipe diretamente envolvida na gerência do Programa se resume a um Gerente e uma subgerente. Entretanto, a Secretaria de Programas Regionais Integrados, unidade a qual o Programa está vinculado, a partir de um desenho institucional que privilegiou o gerenciamento dos diversos programas do PPA afetos à esta, proporcionou condições suficientes de apoio ao gerenciamento do Programa, com a criação de uma área de acompanhamento e avaliação e de estudos e informação.

Tanto o gerente como sobretudo a subgerente foram constantemente envolvidos em esforços de capacitação e treinamento, com apoio decisivo do Ministério do Planejamento e da ENAP, o que contribuiu para a melhor capacidade de gestão do Programa. Vale a pena lembrar que, por se tratar de um esforço novo e de um processo em construção, a gestão por programas requer um período de amadurecimento e de familiaridade com os novos instrumentos e mecanismos de administração, o que é verdade tanto para as estruturas governamentais quanto para os próprios gerentes e equipes envolvidas na gestão.

Apesar da constituição do Fórum Mesorregional e de sua instalação eminente no final do mês de novembro de 2002, com uma relação expressiva de atores locais envolvidos no processo, o desafio atual é relacionado à maior inserção das instituições envolvidas na consolidação do processo participativo que o modelo propõe. Procura-se extrapolar a representação individual da instituição no Fórum para uma representatividade coletiva, processo esse que se encontra em construção e que não se realiza no curto espaço de tempo. A contribuição efetiva do Fórum para o desenvolvimento regional, em última análise, para a redução das desigualdades sociais e regionais da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação ao Estado e à Macrorregião Sul é fundamental para o amadurecimento do processo e o crescente envolvimento de atores locais. Com a criação do Fórum Mesorregional a instância decisória migra dos gabinetes federais para uma dimensão regional com a participação de todos os grupos de interesses envolvidos na gestão do desenvolvimento regional.

O novo modelo federal de gestão implementado a partir do gerenciamento por programas rompe com práticas culturais seculares na administração pública brasileira. Qualquer iniciativa que tenha como premissa o rompimento de práticas estabelecidas requer não só tempo de maturação como insistência em procedimentos propostos. Pelo formato inovador, diversos pontos que podem aprimorar o modelo de gestão federal ainda precisam ser consolidados. O contato entre os gerentes dos programas intraministérios ainda requer um esforço sistêmico. No caso do MI, esse esforço vem tendo ganhos e perdas relacionadas à descontinuidade administrativa relacionada às constantes mudanças no primeiro escalão. A troca de informações e experiências entre gerentes com ações programáticas similares ou espacialmente convergentes ainda requer um grande esforço de articulação. Não conseguimos até aqui, em parte pela cultura individualista, em parte pelo modelo inovador, uma aproximação maior entre os gerentes de programas sem a interferência dos canais estabelecidos da burocracia estatal.

Está sendo encomendada avaliação do Programa aos atores envolvidos e existe ainda, proposta de realização de uma oficina de trabalho para avaliação do estado da arte do Programa **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Diferenciada da Metade Sul do Rio Grande do Sul**. Quanto ao público-alvo, é importante salientar que nessa primeira fase de execução do Programa, que tem como objetivo maior a implementação do novo modelo de gestão mesorregional, os impactos do Programa na sociedade são restritos.

Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira

Resultados

O indicador adotado para aferição do desempenho do programa é muito susceptível ao montante e à destinação dos recursos de emendas parlamentares, que são responsáveis pela grande maioria dos recursos do Programa. O indicador escolhido não traduz a concentração de recursos em determinados estados em função do maior ou menor empenho e envolvimento dos parlamentares de cada região.

Sendo que os objetivos gerais do Programa são os de fixar o homem na região, integrando-o ao resto do País, mediante a presença do Estado nas regiões fronteiriças e promoção da melhoria da qualidade de vida daquelas populações, era previsto que o mesmo mantivesse sua característica de instrumento de repasse para municípios da faixa de fronteira. Haja vista que os diversos municípios da faixa de fronteira apresentam graus variáveis de necessidades e demandas, o Programa vem se consolidando como um instrumento das políticas de integração nacional do Ministério.

A viabilidade de cumprimento do índice originalmente previsto para o indicador em 2003 é muito baixa, tendo em vista que o percentual adotado como meta para o final do período do PPA é de 80% e o percentual alcançado no período de 2000 a 2002 foi de 17%.

O público alvo é constituído pelos habitantes dos municípios da faixa de fronteira, cuja satisfação com as obras propiciadas com recursos disponibilizados no âmbito do Programa pode ser percebida durante as visitas de inspeção periódicas que são realizadas pela equipe técnica. O impacto de pequenas obras é bastante significativo na grande maioria dos municípios contemplados. A crescente alocação de recursos para o Programa, pode ser vista como um indicador da satisfação do público alvo na satisfação de seus anseios e necessidades.

O combate a ilícitos como o narcotráfico e o contrabando nas fronteiras, nos levam a questionar a melhor forma de garantir a soberania nacional junto às nossas fronteiras. O caminho mais interessante é, sem dúvida, o desenvolvimento regional econômico e social que estimule a permanência das populações no local em que vivem. A ocupação efetiva da faixa de fronteira, tem certamente custos mais baixos e poderá permitir o desenvolvimento local auto sustentável e a integração dessas populações à cidadania e ao conjunto da sociedade nacional.

A necessidade de fixar a população da faixa de fronteira na própria região, tornando claros com a presença física, os limites do território brasileiro originou o Programa dentro do processo de integração nacional.

Tendo em vista que os recursos do Programa são predominantemente originados a partir de emendas parlamentares, a regionalização dos recursos tem pouca associação com a distribuição espacial dos problemas ou demandas, traduzindo-se na concentração de recursos em determinados estados em função do maior ou menor empenho e envolvimento dos parlamentares de cada região. Entretanto, seria importante que além disso, o Ministério tivesse uma dotação orçamentária própria para o Programa.

O Programa atendeu a uma população estimada em 1.290.000 habitantes de 99 municípios, com a liquidação de 166 Convênios em oito estados, com ênfase dos investimentos em obras de pavimentação, drenagem, pontes, postos de saúde, quadras esportivas, iluminação pública, escolas e redes de água.

Gerente:

Morganna Mendes P. de Oliveira

Fizemos análises técnica, institucional e o empenho de todos os 197 processos priorizados referentes aos Estados do Acre (65), Amazonas (2), Mato Grosso do Sul (4), Paraná (6), Rio Grande do Sul (56), Rondônia (11), Roraima (19) e Santa Catarina (34), cujos recursos referem-se ao OGU 2002 e atingiram um montante de recursos da ordem de R\$ 40.155.086,06. Entretanto, foram liquidados até o presente momento apenas quatro convênios, referentes ao Estado de Roraima, que totalizam R\$ 5.210.000,00, ou seja 12,97% do total empenhado.

Elaboramos pareceres físico-financeiros relativos às prestações de contas apresentadas por municípios dos Estados do Acre (54), Amazonas (3), Amapá (3), Mato Grosso do Sul (7), Pará (3), Paraná (1), Rondônia (6), Roraima (7), Rio Grande do Sul (14) e Santa Catarina (20), com a responsabilização das prefeituras municipais perante a execução do programa. Isto, tem tido como consequência, a redução de situações de execução parcial ou nula dos Convênios firmados.

No exercício de 2003, esperamos a atuação do Ministério da Integração Nacional na supervisão técnica e financeira das ações executadas pelos municípios da Faixa de Fronteira; na elaboração de relatórios, pareceres técnicos e recomendações; na adoção de procedimentos relativos ao desembolso de recursos; e na execução da proposta orçamentária para 2003, que conta com dotação de R\$ 66.335.000,00, sendo que, destes, R\$ 65.485.000,00 são relativos a emendas parlamentares, R\$ 500 mil destinam-se à elaboração de um "Estudo de Planejamento Estratégico para a Faixa de Fronteira" e R\$ 350 mil, correspondem ao orçamento do MI para o Programa.

Concepção

O Programa contribui para a resolução dos problemas da faixa de fronteira, mas a solução definitiva dos problemas dependerá de ações mais abrangentes, identificadas a partir de uma avaliação sistemática das carências das diversas regiões envolvidas, de modo a se consolidar, a cada dia, como um instrumento das políticas de integração nacional do Ministério.

A estratégia de implementação descentralizada de recursos federais, é adequada perante as características atuais do Programa.

Sob o aspecto do envolvimento municipal, que cria mecanismos de participação social, como forma de elevar a eficiência e a qualidade do gasto, a estratégia de implementação contribuiu para a obtenção dos resultados. Isto pode ser observado pela satisfação do público-alvo no atendimento de seus anseios e necessidades.

Implementação

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada é realizado de forma sistemática. A partir da execução financeira, são realizadas inspeções periódicas por técnicos da Secretaria de Programas Regionais Integrados, a fim de constatar-se o andamento e a conclusão da execução das ações conveniadas, qual seja, das obras civis de pequeno porte nos municípios da faixa de fronteira. A partir do término da vigência dos convênios, são realizadas as análises técnicas e financeiras das prestações de contas dos recursos recebidos pelas prefeituras, e enviadas à Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério para providências cabíveis.

Na medida do crescimento dos recursos alocados ao Programa, no período de 2000 a 2002, e o conseqüente aumento do número de convênios, a Secretaria de Programas Regionais Integrados tem conseguido com esforços qualificar a equipe técnica, no que se refere à avaliação e acompanhamento da formalização e tramitação de convênios. Este esforço tem relação direta com o desempenho da implementação das ações do Programa, visto que a qualidade das avaliações e das inspeções *in loco* dos objetos dos convênios dependem do capital humano da Secretaria.

Não há mecanismos institucionalizados, conselhos e outros canais participativos formais da sociedade sobre o Programa.

A avaliação da satisfação do público-alvo do Programa, constituído pelos habitantes dos municípios da faixa de fronteira, é realizada eventualmente e de forma não sistemática, durante as visitas periódicas que são realizadas pela equipe técnica.

Em relação à necessidade de execução prevista na LOA 2002, a quantidade de recursos liberados foi insuficiente. O que observou-se no exercício de 2002, foi a priorização de liquidação dos empenhos que estavam em restos a pagar do OGU 2001, em função da falta de recursos. Tendo sido a execução financeira insuficiente, o cumprimento das metas físicas foi prejudicado.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando assim a execução do programa. Como os recursos plicados no programa são de origem orçamentária, a falta de regularidade do fluxo financeiro reduz, substancialmente, a possibilidade de cumprimento das metas físicas previstas no PPA.

Mesmo com o crescimento dos recursos alocados ao Programa, a Secretaria de Programas Regionais Integrados tem conseguido dar à infra-estrutura, os recursos materiais e humanos adequados para a implementação do mesmo.

Como a União concorre com a maior parte dos recursos para implementação do programa, via emendas parlamentares, o contingenciamento orçamentário interferiu no desempenho das ações do mesmo.

Observou-se uma lentidão da tramitação dos Convênios, em função das dificuldades operacionais dos municípios, para atender adequadamente as exigências legais para sua formalização, e descentralização dos recursos. Isto, muitas vezes, tem como motivo a enorme carência de mão-de-obra qualificada nos municípios pequenos e distantes.

Os aspectos legais, continuam sendo os principais fatores de interferência para celebração de convênios, com os diversos municípios da faixa de fronteira, devido a dificuldade dos mesmos em atender as exigências técnicas e documentais necessárias para sua formalização.

O desempenho físico das ações com recursos descentralizados, foi abaixo do previsto, em função dos problemas observados nas inspeções periódicas, realizadas por técnicos desta Secretaria, quais sejam: alterações na execução do objeto pactuado sem a prévia autorização do MI, atraso no cronograma de execução das obras, alteração da localização das obras, realização de pagamentos após a vigência dos convênios, dentre outros.

O desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas, ocorreu dentro do previsto, haja vista que foi necessário a colaboração das áreas administrativa, jurídica, orçamentária e financeira do Ministério para a descentralização dos recursos do Programa.

Gestão da Política de Integração Nacional

Resultados

Em relação ao histórico dos resultados do Programa, em 2000 e 2001, apenas duas ações tiveram um desempenho mais satisfatório em relação ao alcance de suas metas: Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres. Apesar da suspensão, o Funres teve três projetos industriais aprovados em 2001. O projeto da Soluções Estruturais S/A tem como objetivo a implantação de indústria voltada à fabricação de componentes metálicos e prevê a geração de 29 empregos no Município de Cariacica. Já o projeto da empresa Rimo S/A Indústria e Comércio pretende ampliar e modernizar parque industrial voltado à fabricação de produção seriada de móveis residenciais de madeira. Quanto ao projeto da Fiação Espírito Santo S/A, o mesmo está voltado para a implantação de projeto industrial para produção de fios de algodão e fibras mistas e de tecidos de malha.

Em 2001, o alto percentual de recursos gastos ocorreu em função da necessidade de elaborar estudos que envolvessem desde a compreensão dos problemas que afetam o desenvolvimento regional até a proposição de alternativas para a sua promoção, primordialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esse processo culminou com a elaboração de estudos para subsidiar a construção da proposta da Política Nacional de Integração e de Desenvolvimento Regional, para aperfeiçoamento e revisão dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), do Fundo Fiscal de Investimento da Amazônia (Finam), do Fundo Fiscal de Investimento do Nordeste (Finor) e para a reestruturação das Superintendências das Regiões Norte e Nordeste.

Através da ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional foram elaborados, no ano 2000, os estudos Bases para as Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.

As principais dificuldades encontradas no período foram as sucessivas alterações no comando do Ministério da Integração Nacional e em suas prioridades, que ocasionaram a descontinuidade de políticas e ações, e o contingenciamento de recursos para o Programa, decorrente da conjuntura econômica.

Principais oportunidades encontradas no período: conforme já mencionado, por meio da ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional foram elaborados os estudos Bases para as Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. A elaboração desses documentos resultou na produção de conhecimentos que servem de base para o processo de discussão que foi desencadeado desde o ano de 2000 e permanece até hoje, no que se refere aos aspectos que compõem a questão regional, na atualidade, após o impacto da abertura econômica do País. Este processo é importante na

medida em que cria condições para se estabelecer consensos no que se refere aos principais temas e conceitos da questão regional, bem como das macrodiretrizes e objetivos das ações pertinentes ao desenvolvimento regional.

A variação do índice dos indicadores não foi apurada, pois programas do Tipo Gestão de Políticas Públicas não possuem indicadores.

Gerente:

Maria Jose Monteiro

O público-alvo desse Programa, excetuando-se a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, é o Governo, mais especificamente, o Ministério da Integração Nacional. Já o público-alvo da ação citada constitui-se dos setores produtivos do estado retro-mencionado, e o objetivo desse fundo é promover o crescimento econômico diferenciado desse estado e causar impactos na geração de empregos.

Em relação aos impactos negativos e positivos sobre o público-alvo, das ações em que caberiam avaliação de público-alvo, a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Funres teve três projetos industriais aprovados em 2001, devido à disponibilidade de recursos no fundo. Entretanto, devido à medida Provisória nº 2.145, de 2 de maio de 2001, extinguiu-se a possibilidade de opção por parte das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, ressalvado o direito previsto para a implantação de seus projetos, desde que estejam em situação de regularidade, cumpridos todos os requisitos previstos e os cronogramas aprovados. O não-estabelecimento de uma dotação orçamentária para o Funres, além de limitar as suas ações, pode levar à sua extinção gradativa em um curto espaço de tempo.

Uma das ações que efetivamente poderia contribuir para atingir os objetivos do programa, e conseqüentemente, seus resultados, a de Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, não foi executada em 2001 nem em 2002.

A ação Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional teve dez estudos realizados em 2000 sobre desenvolvimento regional e seus instrumentos de financiamento. Em 2001 foram elaborados estudos relacionados sobretudo com os fundos constitucionais. Em 2002, foram realizados quinze estudos e oito estão em fase de elaboração. Os três estudos mais recentes estão relacionados aos seguintes assuntos: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste, Contrato de Gestão, Regulamentação do Desenvolvimento do Nordeste e Estrutura Regimental da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, e Formulação da Agenda Executiva.

Sobre os principais resultados obtidos no ano 2002, as ações que tiveram os desempenhos mais satisfatórios foram a de Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - e a de Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional.

Pode ser citada, como ação desenvolvida com recursos não-orçamentários, a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - que, apesar da suspensão, a partir de maio de 2001, dos repasses de recursos pela Secretaria do Tesouro Nacional, realizou desembolsos para projetos em fase de implantação e aprovou novos projetos devido à disponibilidade existente no Fundo. Com relação à renúncia fiscal por parte do Tesouro Federal, não foi realizada nenhuma transferência de recursos até o presente momento, em função da Medida Provisória nº 2.199/14, de 24/08/2001. Quanto à renúncia fiscal por parte do Governo do Estado do Espírito Santo, também não foi transferido nenhum recurso, por dificuldades de caixa do Governo Estadual. No tocante ao recurso do setor privado, os recursos próprios, constantes do quadro de usos e fontes dos projetos aprovados pelo colegiado do Geres, no exercício de 2002, perfaziam o valor de R\$ 11.470.365,00, até o mês de outubro de 2002.

No âmbito da ação de Legislação sobre Desenvolvimento Regional do Brasil, diversos Decretos e Medidas Provisórias relativos aos fundos constitucionais foram elaborados ao longo de 2002. Merecem destaque a Medida Provisória nº 77, de 25 de outubro de 2002, que autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional, o Decreto nº 4.253, de 2002, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, e o Decreto nº 4.254, também de 31 de maio de 2002, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

Espera-se em 2003 a realização das seguintes atividades:

- Coordenar as atividades de revisão, atualização e elaboração da versão final da Política Nacional de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- Apoiar o processo de negociação e legitimação da Política Nacional de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- Coordenar a Implementação do Sistema Nacional de Integração e Desenvolvimento Regional;
- Desenvolver estudos para aprimorar as diretrizes e prioridades dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional;
- Elaborar as novas propostas para os Programas Gestão da Política de Integração Nacional, Desenvolvimento dos Eixos do Nordeste e da Amazônia Legal - PPA/2004-2007;
- Realizar o acompanhamento e a avaliação das ações executadas nos Programas acima mencionados - PPA 2000/2003; e
- Apoiar na capacitação da equipe da MI/Adeene/ADA/SCO para atividades de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e da Integração Nacional.

..... **Concepção**

Os processos de globalização e reestruturação produtiva implicaram em novas dinâmicas no desenvolvimento regional, com impactos diferenciados nas diversas regiões do País, fato que contribui para acentuar as desigualdades anteriormente já existentes entre as diversas partes do território brasileiro. Surge a necessidade de ações compatíveis com os novos paradigmas do desenvolvimento regional. A retomada da temática regional é traduzida, também, na criação do Ministério da Integração Nacional, que tem como missão principal a redução das desigualdades regionais, buscada através de conjunto de programas do qual o Programa Gestão da Política de Integração Nacional faz parte. Este Programa tem como objetivo evidenciar e fortalecer a capacidade de planejamento e gestão estratégica das políticas e programas, visando ao aumento da eficiência e à ampliação dos resultados, e especificamente promover a internalização do modelo de gestão do PPA na organização; contribuir na identificação e solução de restrições à implementação dos programas; promover a formação de parcerias internas e externas ao Ministério, visando a potencializar os resultados dos programas; apoiar os gerentes na realização da avaliação; estabelecer, em conjunto com os gerentes, indicadores adequados aos objetivos dos programas, mediante o desenvolvimento de capacidades; promover a compatibilização entre a estrutura organizacional e gestão por programas; promover e orientar a participação dos gerentes no processo de revisão do PPA e na elaboração do orçamento; apoiar os gerentes dos programas e auxiliar a tomada de decisão

na alocação de recursos; estimular a qualificação de equipes para o gerenciamento de programas; e estimular o desenvolvimento de sistemas. Assim, a finalidade do Programa é planejar, monitorar, avaliar e controlar programas da área de integração nacional.

A forma de atuação desse Programa ocorre por meio da execução das ações Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional e Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, com localizador nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e nacional. Cabe ressaltar que as ações de gestão dos programas de desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste, e do Centro-Oeste foram transferidas, em 2002, para o Programa Gestão da Política de Integração Nacional.

O objetivo do Programa Gestão da Política de Integração Nacional, apoiar o planejamento, a avaliação e o monitoramento dos programas da área de integração nacional e desenvolvimento regional, é bastante amplo e ambicioso em relação aos meios que lhe foram dados para a consecução de sua tarefa. Por isso, o Programa não tem como efetivamente apoiar a gestão dos programas finalísticos do Ministério da Integração Nacional e verificar em que medida estes programas estão contribuindo para a promoção da competitividade sistêmica da economia e redução das desigualdades regionais. Suas ações são necessárias, mas não são suficientes para atingir o objetivo do Programa.

Além das dificuldades de concepção do Programa, há problemas como sucessivas alterações no comando ministerial e contingenciamentos orçamentários.

Como a gestão de programas por resultado é cultura nova, é também necessário que se busque maior envolvimento dos tomadores de decisão do Ministério da Integração Nacional e que se proporcione aos gerentes meios e instrumentos adequados para o desenvolvimento de suas competências, ou mesmo que o Programa seja gerenciado por unidade no Ministério que tenha autoridade para exercer o papel de coordenação geral. Também pode ser delegada competência à Gerência de Estudos e Planejamento - GEP/DPR/SDR - para tal fim. E novas ações deveriam ser incluídas, tais como tecnologia da informação para o desenvolvimento regional, cenarização e análise prospectiva do desenvolvimento regional, gestão participativa do desenvolvimento regional e acompanhamento e avaliação das políticas que incidem no desenvolvimento regional.

.....
A confrontação do padrão da proposta orçamentária para 2003 com o originariamente previsto no PPA 2000-2003 permite afirmar-se que houve um acréscimo nos recursos para três das quatro ações que já constavam do PPA 2000-2003, que são Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional, e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

Implementação

Ressalta-se que aproximadamente 95% dos recursos do Programa ao longo dos três anos é proveniente de emendas parlamentares.

Em busca de alternativas para mudar o padrão de financiamento que se constituiu no período 2000-2003, uma inadequação atual no padrão de financiamento das ações é consequência do fato de que a questão regional necessita de orientações políticas mais explícitas e de uma maior priorização, a partir da elaboração de um Projeto Nacional de integração nacional e desenvolvimento regional que

seja consubstanciado numa política que concilie a competitividade, a inclusão social, a distribuição adequada das atividades econômicas e a articulação das políticas públicas.

A forma pela qual são captadas as informações relativas ao desempenho físico das ações é por meio das informações fornecidas pelo Geres, para a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - e, para as demais ações do Programa, quem fornece os dados físicos é a Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Quanto às dificuldades e oportunidades encontradas, as primeiras são pouco relevantes, pois as informações tem sido recebidas a contento. As retrições que tem sofrido a ação com execução descentralizada, que é a de Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - fazem com que essa ação movimente poucos recursos, o que também se reflete nas escassas oportunidades encontradas relativamente aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada.

Durante o período de 2000 a 2002, foram desenvolvidos alguns eventos de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa em nível do Governo Federal, porém não suficiente. No caso, por exemplo, do curso Orçamento e Execução Financeira: desafios para o gerenciamento dos programas do PPA, na ENAP, faltou didática dos palestrantes, nivelamento dos participantes, e foi exíguo período do curso, com matéria relativamente extensa, que é o orçamento e as suas relações com o Plano Plurianual.

A evolução do esforço de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa Gestão da Política de Integração Nacional em nível do Governo Federal é um processo que passa necessariamente por uma maior compreensão da questão regional, com ênfase nas diretrizes e prioridades das ações de integração nacional e promoção do desenvolvimento regional.

A forma pela qual o esforço de adequação e de capacitação da equipe gerencial se deu foi através da retomada do debate para construção da política de integração nacional e desenvolvimento regional, que começa a trazer resultados para que essa dimensão do desenvolvimento volte a ocupar lugar de destaque entre os temas de políticas públicas.

Quanto a proposições para aperfeiçoar a forma pela qual o esforço de adequação e de capacitação interfere no desempenho das ações, pode ser citada a procura por uma maior articulação entre as ações do Programa, com o objetivo de formar um conjunto de ações coeso o suficiente para o alcance de suas metas. Há também a necessidade de estruturação de uma equipe com perfil adequado a estimular o debate, identificar e executar ações relativas ao desenvolvimento regional e executar as ações do Programa, assim como a realização de capacitação direcionada para o maior conhecimento técnico da questão regional e de sistema de gerenciamento de programas por resultado.

A evolução do esforço de capacitação das equipes responsáveis pela implementação nos níveis estadual e municipal ocorreu de forma insuficiente, pois o período em questão foi de enfraquecimento do Funres e de extinção da Sudene e da Sudam, órgãos que elaboravam estudos.

Quanto a proposições para aperfeiçoar a forma pela qual o esforço de adequação e de capacitação interfere no desempenho das ações com recursos descentralizados, pode ser citado o amadurecimento do debate sobre o desenvolvimento regional, seus instrumentos de financiamento, além das

estruturas de gerenciamento. Há que se constituir novas estratégias, diretrizes, prioridades, programas e projetos para a promoção do desenvolvimento regional, além de maior ênfase na implantação dos instrumentos de gerenciamento do novo modelo de gestão por resultados. Além disso, alocar o Funres num programa mais compatível com as ações que são desenvolvidas nesse fundo é uma medida adequada para maior efetividade do Programa Gestão da Política da Integração Nacional.

No período de 2000 a 2002, o desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi insuficiente, principalmente em decorrência de contingenciamentos orçamentários.

Pode-se afirmar que não ocorreram dificuldades dignas de menção especificamente quanto à parceria, pois foi ela executada de acordo com o previsto, tendo sido realizados estudos em número e qualidade suficientes através do Projeto de Cooperação Técnica pelo IICA.

A forma pela qual a parceria poderá ser aperfeiçoada é através de uma maior estruturação das instituições de desenvolvimento regional e seu maior envolvimento com as estruturas de Governo e com a sociedade civil, além de uma maior capacitação quanto ao conhecimento técnico do problema regional e seus instrumentos de gerenciamento em gestão de programas por resultado.

Embora o Programa seja concebido para gerenciar a execução dos demais programas do Ministério da Integração Nacional, não há parcerias com outros programas do plano plurianual 2000-2003, ainda que no decorrer desses anos algumas das suas ações tenham vindo de outros programas, como por exemplo as ações de gestão dos programas de desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste. A ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - não estava incluída em nenhum programa do PPA antes de ter sido incluída no Programa Gestão da Política de Integração Nacional. A inclusão da ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - não traz vantagens, uma vez que tal ação não é típica de programa de gestão de políticas públicas.

As parcerias consideradas vantajosas com outros programas mas que não puderam ser realizadas são as que têm por parceiros programas e ministérios cujas ações sejam comuns e/ou devem ser desenvolvidas de forma articulada e integrada. Uma parceria com o Ministério da Agricultura seria interessante, em especial quanto a um programa do tipo gestão de políticas públicas no aspecto que tenha por objetivo a análise do impacto do estímulo à agricultura na geração de empregos, ou quanto ao papel da agricultura familiar no desenvolvimento regional. Outros exemplos seriam uma parceria com o Ministério do Meio-Ambiente em programa que tenha por objeto a Amazônia (projetos demonstrativos do PPG-7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil); parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em programa que tenha por foco a competitividade; e uma possível parceria com o Programa Comunidade Ativa, no que se refere ao desenvolvimento local integrado sustentável, entre outras.

Como este Programa tem por público-alvo o próprio Ministério, não há mecanismo de participação da sociedade diretamente relacionado à sua implementação. No entanto, outros programas desenvolvidos pelo Ministério, e que deviam realizar essa participação utilizam deste mecanismo para a implementação de suas ações, como é o caso do Programa de Mesorregiões Diferenciadas, que tem como instrumento de sua gestão os fóruns mesorregionais e do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda - que trabalha diretamente com o beneficiário do Programa.

Como dificuldade para a implementação da pesquisa de satisfação do usuário do Programa pode-se considerar o fato de que o Programa Gestão da Política de Integração Nacional é um programa de gestão de políticas públicas, e tem por usuário o próprio governo, excetuando-se a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - cujo público alvo é constituído pelos setores produtivos do Estado do Espírito Santo. Para essa ação, poderia ser adotada pesquisa de opinião dos empresários do Estado citado.

A falta de internalização do novo modelo de gestão por programa, que dificulta a coordenação das ações dos programas multisetoriais às quais demanda uma atuação integrada. Como a gestão por programa é um processo em construção, muita atenção deve ser dada, principalmente no que se refere à sua incorporação pelas instituições, à capacitação e treinamento de gerentes e assessores, além de maior discussão, negociação, entre outros, sobre programas multisetoriais.

Quanto aos aspectos que podem ser aperfeiçoados, pode ser citado, como meio para se obter melhoria dos programas, que os mesmos passem a agregar apenas ações que tenham relação direta com o seu objetivo, inclusive no que se refere às emendas parlamentares.

Como pode ser observado na tabela de execução físico-financeira 2002, poucas ações tiveram execução físico-financeira em 2002, devido principalmente à descontinuidade do fluxo de recursos financeiros.

O contingenciamento e as mudanças no Ministério da Integração Nacional fazem com que haja descontinuidade.

Outro fator a dificultar o alcance dos objetivos do Programa é a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial.

A falta de uma equipe estruturada especificamente para o gerenciamento do Programa, a sua localização na Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, a inexistência de respaldo legal para o papel de coordenação, a falta de autonomia do gerente e as sucessivas mudanças no comando da Secretaria dificultaram o seu melhor desempenho.

Pode ser citada, como ação desenvolvida com recursos descentralizados, a ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - Funres - que, apesar de ter tido suspensos, a partir de maio de 2001, os repasses de recursos pela Secretaria do Tesouro Nacional, realizou desembolsos para projetos em fase de implantação e aprovou novos projetos devido à disponibilidade existente no Fundo.

A ação Financiamento de Empreendimentos com Recursos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo teve um desempenho dentro do previsto, ainda que tenha tido suspensos, a partir de maio de 2001, os repasses de recursos pela Secretaria do Tesouro Nacional, de modo que realizou desembolsos para projetos em fase de implantação e aprovou novos projetos devido à disponibilidade no Fundo.

Especificamente quanto ao Programa Gestão da Política de Integração Nacional, pode-se afirmar que a estrutura organizacional do Ministério não está adequada ao modelo de gestão por programas adotado pelo PPA 2000-2003. É necessário que o Programa seja gerenciado por unidade no Ministério que tenha autoridade para exercer o papel de coordenação geral. Uma sugestão a fazer seria local o Programa Gestão da Política de Integração Nacional na Secretaria-Executiva.

Irrigação e Drenagem

Resultados

O Programa justifica-se pela necessidade de assegurar a expansão da produção agrícola em bases empresarias, maximizando as funções de emprego e renda e tornando os produtos mais atrativos, inclusive para a competição nos mercados externos. Assim, a grande extensão de terras agricultáveis; a necessidade de se aumentar a produção e a produtividade agrícola; a geração de empregos; a renda; a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural; além de contribuir para a redução das desigualdades regionais, fazem do Programa um grande instrumento de desenvolvimento socioeconômico. Sua estratégia de implementação é realizada através da execução de ações, de forma descentralizada através da celebração de convênios com Estados e/ou Municípios e de Acordos de Cooperação Técnica. Os órgãos vinculados, Dnocs e Codevasf, executam de forma direta através de contratos.

No período de 2000 a 2002, o Programa apresentou os seguintes resultados:

2000: Conclusão dos estudos de uma área de 10.000 ha referentes aos Projetos Pronor (5.000 ha) e Proparecis (5.000 ha) no Estado do Mato Grosso; Implantação de uma área de 290 ha do Projeto Pinar (MT) de um total de 4.185.

2001: Implantação de 1.860 ha (Primeira etapa) do Projeto Luis Alves do Araguaia (GO); Implantação de 2.000 ha (Primeira etapa) do Projeto Baixo Acaraú (CE); Conclusão da barragem principal do Projeto Flores de Goiás (GO) com acumulação de 172 milhões de m³ de água; Implantação de 660 ha (Primeira etapa) do Projeto Pindorama (AL); Implantação de 2.150 ha do Projeto Santa Terezinha (MS);

2002: - Implantação de 3.216 ha do Projeto Salangô(MA); Implantação de 8.426 ha do Projeto Baixo Acaraú (CE); Implantação de 345 ha do Projeto Pindorama (AL); Implantação de 11.461 ha do Projeto Tabuleiros de Russas (CE) e implantação de 528 ha do Projeto Três Barras (GO).

Cabe ressaltar que dentre os projetos supracitados, constantes do exercício de 2002, foram identificados como principais resultados, no âmbito do Programa, os seguintes: Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú (CE), Projeto Pindorama (AL) e Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas (CE).

O Projeto Pindorama (AL), localizado nos Municípios de Coruripe e Penedo, conta com uma área de 1.005 ha, cuja infra-estrutura de irrigação encontra-se concluída. Estima-se que o projeto beneficie uma população de 4.020 habitantes,além de propiciar a geração de 2.211 empregos.

No Projeto Baixo Acaraú (CE), localizado nos Municípios de Marco, Bela Cruz e Acaraú, foi concluída a infra-estrutura de irrigação da Primeira Etapa de 8.426 ha, estando em produção uma área de 1.401 ha. Quando em operação beneficiará uma população estimada em 33.704 habitantes, podendo gerar 18.537 empregos. Está em fase de implantação a segunda etapa de 3.870 ha.

Por último, destaca-se como resultado em 2002 o Projeto Tabuleiros de Russas (CE), localizado nos Municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte, encontrando-se concluída a infra-estrutura de irrigação da Primeira Etapa de 11.461 ha. Essa etapa poderá beneficiar 40.160 habitantes, além de propiciar a geração de 22.800 empregos. Está em fase de implantação a Segunda Etapa de 3.150 ha.

Gerente:

Edson Zorzin

Para 2003, vislumbra-se como principais resultados esperados os seguintes projetos:

- Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI), localizado no Município de Nova Guadalupe, conta com uma área de 3.197 ha. Desta área, 1.150 ha já se encontram com a infra-estrutura de irrigação implantada, o restante deverá ser concluído em 2003. Quando em operação/produção espera-se que 12.788 habitantes sejam beneficiados, permitindo a geração de 7.000 empregos.
- Projeto Três Barras (GO), localizado no Município de Cristalina, conta com uma área de 1.456ha, estando a infra-estrutura implantada para uma área de 520ha. Com a incorporação de mais 936ha, concluindo-se o projeto. O benefício esperado, quando em operação, é atender uma população estimada em 5.824 habitantes, podendo gerar 3.203 empregos.

Concepção

Há mais de cem anos o Governo Federal vem implementando ações de políticas públicas no desenvolvimento da irrigação e drenagem no Brasil.

Iniciada a 1ª Fase na metade do século XIX, estendeu-se até a metade da década dos anos 60 do século XX com ações isoladas e típicas dirigidas a alvos específicos em termos setoriais sem apresentar uma correspondente estrutura de política ou de programas nacionais. A segunda fase, iniciada nos fins dos anos 60, caracterizou-se pela criação do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola - Geida, onde buscou-se uma concepção e implementação de programas nacionais de largo espectro: Programa Plurianual de Irrigação - PPI (1969), Programa de Integração Nacional - PIN (1970), Programa Nacional para o Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis - Provárzeas, Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação - Profir e a concepção de lotes empresariais nos projetos públicos de irrigação. Na terceira fase, iniciada a partir de 1985, institui-se o Programa de Irrigação do Nordeste - Proine e o Programa Nacional de Irrigação - Proni e a quarta fase foi marcada pelo Projeto Novo Modelo de Irrigação.

O Programa **Irrigação e Drenagem** tem como importância fundamental a capacidade de assegurar a expansão da produção agrícola em bases empresarias, maximizando as funções de emprego e renda e tornando os produtos mais atrativos, inclusive para a competição nos mercados externos. É um programa de âmbito nacional, com maior densidade na Região Nordeste, através, inclusive, de ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf, e que segue duas linhas estratégicas.

Na primeira, atendendo as demandas por irrigação complementar, as ações de governo estão voltadas para otimizar a produção em áreas que dispõem de investimentos em equipamentos e infra-estrutura, que ficam ociosos em épocas de baixas precipitações atmosféricas, viabilizando a obtenção de mais de uma safra sob irrigação. Na segunda, caracteriza-se por investimentos governamentais no setor, além das questões relativas ao incremento da produção, da produtividade e da competitividade, associam, também, o papel de poderoso instrumento na promoção do desenvolvimento regional, onde os níveis de precipitação inviabilizam a produção agrícola, como é o caso do semi-árido.

Assim, a grande extensão de terras agricultáveis, a necessidade de se aumentar a produção e a produtividade agrícola, a geração de empregos, a renda e propiciar a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais fazem do programa um grande instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

Desta forma, as principais causas identificadas do problema descrito acima são: a baixa produtividade agrícola; falta de condições de manter a fixação do homem ao campo promovendo o êxodo Rural; a desorganização dos produtores; falta de apoio e assistência técnica ao homem do campo; e baixa divulgação dos projetos de irrigação de Governo junto à sociedade e a comunidade internacional. As ações necessárias para solucioná-las são: implantação de projetos de irrigação; estudos para o aproveitamento hidroagrícola em áreas irrigáveis; emancipação dos perímetros de irrigação; e promoção de oportunidades de investimentos.

Entretanto, para se verificar a efetividade deste programa faz-se necessário a inclusão de novos indicadores, pois o indicador atual, Produtividade Agrícola em Áreas Irrigadas, não é ideal para a avaliação dos impactos do programa, haja vista que os resultados somente poderão ser avaliados a médio e longo prazos, tendo em vista que a produção de um projeto de irrigação, após entrar em operação só é atingida de dois a cinco anos.

A estratégia de implementação deve prover formas de articulação com outras unidades do Ministério levando-se em consideração que grande parte das ações são executadas por entidade vinculadas, especialmente o Dnocs e a Codevasf. A criação da figura do subgerente nestas entidades vinculadas poderia fortalecer a rede de informações entre o gerente de Programa e estas unidades. O fortalecimento institucional da figura do gerente também tem caráter relevante para a consolidação deste processo.

.....

A execução financeira do período de 2000-2002 ficou condicionada à liberação dos limites, tanto orçamentário quanto financeiro. Uma menção deve ser feita aos programas estratégicos que receberam atenção especial no tocante aos recursos e por isto apresentaram melhores resultados. Esta condição de liberação de limites por sua vez frustrou as expectativas quanto ao alcance das metas do Programa.

Implementação

Especificamente em relação a 2002, os recursos financeiros foram considerados insuficientes. O contingenciamento dos recursos prejudicou o desempenho do Programa, refletido no cumprimento da execução física, considerada muito abaixo do previsto, bem como a continuidade na implantação dos demais projetos. Entretanto, os recursos materiais bem como a infra-estrutura foram considerados adequados às atuais necessidades de implementação das ações do Programa, porém o mesmo não se deu com os recursos humanos, considerados quantitativamente inadequados.

Os limites impostos pelo Decreto nº 4.120, de 2002 impactaram no desempenho das ações, e conseqüentemente, nas metas programadas. Somado a isso, um segundo fator limitador foi o fluxo financeiro que também ficou aquém do esperado. Um terceiro fator limitador do desempenho do Programa foram as irregularidades em alguns projetos levantadas pelo TCU, principalmente nos estratégicos, no qual ocasionou um atraso importante, haja vista que essa situação impediu a sua execução. Somado a estas restrições, a falta de recursos financeiros fez com que os restos a pagar fossem executados até o final de 2002.

Uma característica peculiar na implementação das ações do Programa é sua execução descentralizada que é feita através de convênios com estados e municípios por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste caso, o acompanhamento da execução física é traduzido nas prestações de contas obrigatórias e visitas técnicas aos projetos. Além disso, são utilizadas as informações do Sistema Integrado de Administração Financeira, do SigPlan e

do acompanhamento feito pela gerência do Programa, composta do gerente e assessor, com conhecimentos adquiridos através de cursos realizados na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

No caso da execução descentralizada mediante celebração de contratos e convênios, no exercício de 2002 duas importantes constatações de interferências foram detectadas: os impedimentos legais, onde irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União impediram a emissão de notas de empenho, elaboração de convênios e a conseqüente liberação de recursos; e a lentidão na tramitação, penalizando a execução do convênio. Estas interferências somadas ao atraso dos convenientes no saneamento das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, particularmente nos projetos estratégicos, fizeram com que o desempenho físico das ações com recursos descentralizados fossem considerados muito abaixo do previsto.

Outro importante componente na implementação do programa foram as parcerias realizadas com a Codevasf e o Dnocs na execução direta das ações do Programa e que possibilitou um melhor acompanhamento e monitoramento dos projetos devido a estrutura organizacional destas entidades. Além destes, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, desenvolveu importante parceria no processo dando suporte técnico no desenvolvimento de atividades dentro do programa. Na questão de parcerias, para o próximo Plano Plurianual, há necessidade de interação com Programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, devido a possíveis afinidades entre ações.

No tocante à satisfação do público-alvo, cabe ressaltar que não há avaliação da satisfação de usuários/beneficiários em relação à execução do Programa e há dificuldades para implementação desta pesquisa devido à não-participação dos usuários na implantação dos projetos de irrigação, mas tão somente como usuário final, depois de inaugurado o perímetro de irrigação. No ano de 2002, foi criada a ação Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Projetos de Irrigação com esta finalidade, porém não foram disponibilizados recursos para sua execução.

Organização Produtiva de Comunidades Pobres - Pronager

Resultados

O reconhecimento do Pronager (ainda enquanto um projeto de cooperação técnica com a FAO), como uma importante mediação entre a exclusão e a cidadania levou à criação, no PPA, a partir do orçamento de 2002, do Programa **Organizações Produtivas de Comunidades Pobres - Pronager**, passando o Projeto a ser um dos apoios a esse novo Programa. Em razão disso, o ano de 2002 é um momento de transição entre as ações pontuais do Projeto e a expansão dessas ações para todo o País, no contexto de um Programa Nacional.

O indicador considerado é Postos de Trabalho Gerados por Pessoas Capacitadas. Considerando o período de vigência do Pronager (1994/dezembro2002), o índice do indicador alcançado foi o de 23,402 postos de trabalho por pessoas capacitadas, o que significa 78% do índice previsto de trinta postos. Ressalta-se que, no período de 1994-2001, o índice de indicador alcançado foi 23,850 postos de trabalho por pessoas capacitadas, ou 79% do índice previsto. E, no ano de 2002, este índice do indicador caiu para 22,938 postos de trabalho por pessoas capacitadas, significando 76,46% do índice esperado. Portanto, a variação para baixo do índice do indicador no ano de 2002, em relação ao alcançado, até 2001, de 79% para 76,46% do índice do indicador esperado, pode ser atribuído, principalmente, às restrições impostas ao Programa, em 2002, pela liberação dos recursos financeiros do orçamento apenas em outubro/2002, acarretando prejuízos ao processo de sustentabilidade dos empreendimentos gerados pela capacitação nos Laboratórios Organizacionais, contribuindo para a redução do número de postos de trabalho gerados no ano, com repercussões na redução de pessoas que poderiam ter sido incorporadas ao mercado de produção de bens e/ou serviços.

O Pronager, enquanto projeto de cooperação técnica internacional, existe desde 1994. No período de 1994/2002, alcançou os seguintes resultados principais: desenvolvimento da Metodologia de Atuação do Pronager – com eixo no Método de Capacitação Massiva dos Laboratórios Organizacionais; realização de 369 eventos de capacitação em 316 municípios de 25 unidades Federadas; 134.804 pessoas capacitadas; dentre esses, 365 diretores de Laboratórios Organizacionais de Terreno (multiplicadores da metodologia de atuação do Pronager) e 9.232 outros técnicos; 31.548 postos de trabalho gerados em 3.699 empreendimentos produtivos. No ano de 2002 teve atuação em 126 municípios de 20 Estados, com 130 eventos de capacitação realizados. NOs LOTs foram capacitadas 53.300 pessoas, criados 1.356 empreendimentos produtivos que geraram 12.226 postos de trabalho. Foram capacitados, ainda, 53 Diretores de Laboratórios Organizacionais de Terreno e 645 técnicos nos estados e municípios para dar suporte aos empreendimentos.

A Metodologia de Atuação do Pronager – com eixo na Metodologia de Capacitação Massiva é constituída de cinco etapas articuladas e interdependentes: Inserção ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Município; Conhecimento Participativo da Realidade; Capacitação Massiva em Laboratórios Organizacionais; Sistema de Participação Social para a Geração de Emprego e Renda - Sipger, que compreende: organização autogestionária dos capacitados e suas empresas; assistência técnica/tecnológica/mercadológica; articulação de cadeias produtivas; apoio para acesso ao crédito; e Avaliação dos resultados (considerando geração de trabalho e renda e melhoria da qualidade de vida dos capacitados). As três primeiras etapas foram sistematizadas e vêm sendo aplicadas no processo.

Gerente:

Cristina Maria Silva Albuquerque

O Sipger ainda está em fase de implementação nos diversos Módulos e Submódulos do Pronager, estando em processo de licitação a contratação do desenvolvimento e da implantação do sistema informatizado. O sistema de avaliação está em fase de desenvolvimento com o projeto em início de elaboração. Já dispõe o Projeto de uma experiência de acompanhamento que possibilita o desenho de um sistema de avaliação de resultados, com base na definição de indicadores qualitativos. Os dados de observação de diretores e supervisores de LOT já disponíveis dão conta de uma série de resultados qualitativos registrados no decorrer e após os LOTs.

Percebe-se mudanças qualitativas no comportamento dos capacitados, com repercussão nas comunidades, o que será objeto de avaliação sistemática na implementação do sistema de avaliação e do Sipger. Da observação e da experiência acumulada dos diversos atores destacam-se os seguintes resultados qualitativos: uma maior organização social e política do grupo; os grupos sociais capacitados adquirem uma maior capacidade de articulação em suas comunidades; constata-se a elevação da auto-estima dos participantes e um maior sentimento de pertinência à comunidade; o fortalecimento dos laços de convivência comunitária e de coesão social; o reconhecimento e valorização da cultura e das potencialidades locais; uma maior capacidade do indivíduo para interferir positivamente com propostas de mudanças para a comunidade (visão de futuro); uma maior consciência dos seus direitos e da necessidade de preservação do meio ambiente; o trabalho da mulher passa a ter uma maior visibilidade e é mais valorizado, numa perspectiva de gênero; e são ampliadas as oportunidades de participação e de ascensão social para grupos de etnia negra.

Desde o ano 2000 o Pronager, vem se articulando com o Programa Comunidade Ativa e, mais recentemente, com o Programa O Brasil Diz Não à Violência do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República. A partir de 2001 vem trabalhando integrado ao Projeto Alvorada e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Essas parcerias contribuíram para a expansão das metas do Pronager.

Assinala-se, como um dos enclaves do Projeto, a inexistência de microcrédito disponível nos diversos estados, adequado às características do público-objetivo do projeto e, também, à dificuldade de capacitação, no curto prazo, de multiplicadores da Metodologia (diretores de LOT e demais técnicos exigidos). Na tentativa de superação dessas dificuldades, o Projeto tem procurado aperfeiçoar o processo de seleção de candidatos aos cursos nacionais de formação de diretores, tendo sido realizados sete cursos nacionais nos últimos dois anos. Em caráter alternativo, para assegurar a aplicação correta da Metodologia, em face da expansão do número de LOTs, foi criado um sistema de supervisão que vem apresentando resultados satisfatórios.

Quanto ao problema do microcrédito, o Pronager vem participando de grupos de estudos, no âmbito do Governo e apresentando alternativas para ampliação da oferta de microcrédito. Em 2001 foi iniciado um estudo no MI para utilização de recursos dos Fundos Constitucionais objetivando viabilizar alternativas de microcrédito adequadas, estando a proposta em fase de discussão nas instâncias próprias do Governo.

Uma outra dificuldade tem sido a implantação do Sipger, já desenhado desde dezembro de 1998, que foi contemplado no orçamento 2000, mas que, entretanto, não foi implantado até o momento, em razão da liberação dos recursos financeiros do Programa, no ano de 2002, só ter sido iniciada em outubro/2002. A este problema, somam-se outros de natureza burocrática.

É importante ressaltar que o Pronager durante o ano de 2002 atuou, até setembro, com o restante de recursos de 2001 transferidos à FAO, pois apenas em outubro foram liberados os primeiros recursos do orçamento de 2002. Isto levou ao comprometimento da execução do Projeto como um todo, acarretando sérios prejuízos para as comunidades e dificultando o cumprimento das metas assumidas com as instituições parceiras.

Considerando o índice médio dos resultados alcançados no período 1994/2001 de 79%, em relação ao esperado, pode-se assegurar que o Programa chegará, sem muito esforço, até o final do Plano (2003), a um desempenho médio situado entre 70 a 89%. Mesmo com a restrição da retenção dos recursos financeiros, foram realizadas mais de 50% de todas as ações e metas previstas, e realizadas outras atividades constantes do Documento de Projeto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional e não incluídas como metas ou ações no PPA, como pode ser constatado a seguir:

- realização de Encontros dos Capacitados e seus empreendimentos em nível municipal, estadual, regional e um nacional, com realização concomitante de feira de divulgação e comercialização de produtos (Atividade do SIPGER - 100% da meta);
- implementação do Sipger; (30% da meta prevista no Documento de Projeto);
- realização do 7º Curso Nacional de Formação de Diretores de LOT (50% da meta prevista no Documento de Projeto);
- capacitação de 53.300 pessoas (de janeiro a dezembro de 2002);
- realização de 129 LOTs (até 30/dez/2002) - (59,44% da meta prevista no Documento de Projeto);
- realização de três seminários de atualização de diretores de LOT (100% da meta prevista no Documento de Projeto);
- reunião nacional do Comitê de Coordenação (100% da meta prevista); e
- publicações e divulgação - 50% da meta prevista no documento de Projeto, embora não prevista no PPA (Publicação de uma cartilha; do primeiro número do Informativo do Sipger; produção de dois vídeos institucionais).

Espera-se que no ano de 2003 seja normalizado o fluxo financeiro para que sejam recuperados os prejuízos decorrentes da não execução das metas em 2002, na sua totalidade, embora a proposta orçamentária para 2003, encaminhada pelo Ministério da Integração Nacional, seja insuficiente para o cumprimento das metas passíveis de serem executadas, e contidas no Documento de Projeto em vigor entre o Governo Brasileiro e a FAO.

.....

Quanto ao aspecto da regionalização das metas, a experiência e a especificidade do Pronager, bem como as prioridades de instituições parceiras, indicam a necessidade de manutenção de metas nacionais, a serem perseguidas por todos os Módulos e Sub-Módulos do Programa, definidas por consenso pelo Comitê Nacional de Coordenação do Pronager.

Concepção

Para o próximo PPA sugere-se a inclusão de duas novas ações: Promoção e Divulgação Institucional do Programa, com ênfase em ações e resultados, especialmente no intuito de disseminar as experiências exitosas, a edição e distribuição de publicações institucionais e formativas, a veiculação de massa,

a promoção de eventos, e outros; e o desenvolvimento e fortalecimento Institucional, de modo a viabilizar a capacitação de equipes técnicas dos Módulos e Submódulos e a instrumentalização do processo de supervisão técnica, monitoramento, e avaliação de resultados e de impacto.

A análise do desenvolvimento do Pronager nos últimos anos indica que há perfeita adequação dos objetivos do Projeto à problemática identificada. De igual modo, constata-se que o público-alvo efetivamente atendido pelo Programa, corresponde ao perfil da população para o qual as ações e a estratégia foram delineadas, indicando que as metas são ainda quantitativamente muito modestas em relação ao número de pessoas desempregadas e subempregadas. A ampliação das metas, porém, não depende, apenas, de recursos financeiros, mas de outros fatores, dos quais se destaca a formação de recursos humanos especialistas na metodologia de atuação do Programa, seja para as ações de capacitação organizacional da população, seja para as atividades de seguimento e cooperação técnica e financeira aos empreendimentos capacitados. Com essas ponderações, entende-se que para o novo PPA é razoável que o Programa seja expandido em 50% das metas atuais.

Registra-se também a importância de que seja revista a matriz de fontes de financiamento, para viabilizar a participação financeira de parceiros do setor privado que já manifestam o interesse de atuação conjunta em diversas regiões do País. De igual modo, está prevista a tentativa de captação de recursos internos e externos, inclusive junto a instituições internacionais, para expansão do Programa de modo a alcançar 50% do público-objetivo em dez anos. (Documento de Projeto - Prodoc 2002), sendo aconselhável considerar essa possibilidade na matriz de financiamento.

Os dados de observação já disponíveis dão conta de uma série de resultados qualitativos que indicam mudanças significativas no comportamento dos participantes do Projeto, desde o desenvolvimento do Laboratório Organizacional e que estão subsidiando o desenho de um sistema de avaliação qualitativa. Destacam-se:

- na relação na comunidade: maior organização social e política do grupo dos capacitados. Isto é, os grupos adquirem uma maior capacidade de articulação em suas comunidades; maior sentimento de pertinência e fortalecimento dos laços de convivência comunitária; reconhecimento e valorização da cultura e das potencialidades locais; percepção da necessidade de preservação ambiental; maior autonomia em relação aos poderes públicos; reconhecimento como sujeitos (individual e coletivo expresso nas diversas associações produtivas.). Percebe-se também um maior fortalecimento de Conselhos Setoriais existentes e outras formas de organização e representação social;
- em nível individual e familiar: elevação da auto-estima dos participantes; capacidade do indivíduo para interferir positivamente com propostas de mudanças (visão de futuro); maior consciência dos seus direitos e da necessidade de preservação dos mesmos; visibilidade do trabalho da mulher e do homem numa perspectiva de gênero; ampliação das oportunidades de participação; e ascensão social para grupos de etnia negra, além de outros;
- em nível econômico: possibilidade de inserção econômica, com a estruturação do empreendimento(s) produtivos(s) surgido (s) nos Laboratórios Organizacionais de Terreno.

Em 2003 será dada ênfase a um Plano de Avaliação que contemple a avaliação do processo, dos resultados e do impacto das ações desencadeadas. Será assegurado que os mecanismos previstos no Sipger possam contribuir de maneira crescente para viabilizar o controle social das ações (socialização das informações, adoção de metodologias participativas, fortalecimento da articulação em rede dos capacitados e seus empreendimentos e outros).

Uma vez consolidado como Programa em 2003, haverá reflexo nas relações internas com outros programas do MI, no sentido de fortalecer uma ação integrada e complementar, sendo o Pronager uma importante ferramenta de desenvolvimento local e regional sustentável, por meio da inclusão social e econômica dos segmentos mais vulnerabilizados pela pobreza.

Considerando o término do Projeto de Cooperação Técnica Internacional em dezembro de 2003, deverão ser rediscutidas as relações com os atuais parceiros, principalmente por conta das mudanças operacionais necessárias à adequação do projeto como programa nacional.

O Pronager, durante o ano de 2003, estará sendo institucionalizado como Programa e a modalidade de relacionamento com os respectivos Módulos e Submódulos deverá ser adequada às especificidades dos programas nacionais.

A consolidação do Pronager como programa irá também se refletir nas relações com outros Ministérios, no sentido de fortalecer uma ação integrada e multisetorial, especialmente com ações concomitantes e complementares, de modo a potencializar ações de diversos programas.

Atualmente os recursos do Pronager são repassados a FAO e operacionalizados pela Unidade Administração de Projetos - UAP, da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. O repasse dos recursos segue as regras dos acordos internacionais. Após o término da cooperação internacional em dezembro de 2003, o programa deverá se adequar à legislação nacional em vigor (convênios, contratos etc).

Com relação ao repasse dos recursos das Ações de Geração de Renda para Populações Carentes, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, este já está adequado à legislação nacional, uma vez que são oriundos de Emendas Individuais e de Bancada e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, não fazendo parte do Acordo de Cooperação Internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a FAO.

Com a implantação em 2003 da ferramenta informatizada do Sipger, espera-se que os mecanismos previstos possam contribuir de maneira crescente para viabilizar o controle social das ações (socialização das informações, adoção de metodologias participativas, fortalecimento da articulação em rede dos capacitados e seus empreendimentos e outros).

A decisão política de expansão do Pronager como um programa de abrangência nacional exigiu que, no curto prazo, fosse assegurada a formação de Diretores de Laboratórios Organizacionais - especialistas na Metodologia de Atuação do Pronager - com eixo na Metodologia de Capacitação Massiva. A formação desse especialista exige um perfil de entrada já bastante qualificado, de preferência com formação de nível superior e com experiência em programas sociais e trabalhos concretos não assistencialistas, além de compromisso social. Além dos pré-requisitos exigidos, o Curso Nacional de Formação de Diretores é

desenvolvido em três etapas, sendo a primeira em regime de internato por sessenta dias, seguido da prática concreta de campo em um Laboratório Organizacional de Terreno - LOT e de uma terceira etapa de Direção de um LOT de Habilitação sob supervisão. Foi também estruturado o Quadro de Referência Nacional de Diretores de Laboratórios Organizacionais de Terreno – com acompanhamento e atualização permanentes.

O aperfeiçoamento do processo e dos mecanismos de supervisão e de avaliação intraprograma são necessários para o aperfeiçoamento dos resultados e o alcance das metas previstas. Não existe ainda um processo sistemático de avaliação multissetorial das ações desenvolvidas em parceria, o que deverá ser perseguido em 2003.

Em 2001-2002, o Projeto desenvolveu suas atividades com recursos do Orçamento de 2001, especialmente os descentralizados pela Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS/MPAS referentes à parceria com o PETI/Alvorada, no valor de R\$ 13.500.000,00 e R\$ 1.180.000,00 descentralizados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes à parceria com o Programa O Brasil Diz não à Violência, integralmente repassados a FAO. Do orçamento/2001 no montante de R\$ 13.223.428,00 do Ministério da Integração Nacional foram empenhados recursos na ordem de R\$ 5.452.828,00, dos quais foram repassados apenas R\$ 2.026.365,00 no ano de 2001 ficando R\$ 3.426.463,00 (em restos a pagar - em 2002).

No ano de 2000 e 2001, algumas ações foram executadas no âmbito do PPA/Comunidade Ativa - Ação 0071 com recursos repassados na ordem de R\$ 888 mil, uma vez que o Pronager passou a integrar o PPA a partir do corrente ano de 2002.

No âmbito das vinculadas, extintas Sudam e Sudene, as quais executam o Programa em nível regional, foram repassados recursos federais, conforme se segue:

- Ex-Sudam - Ano de 2000 (R\$ 1.240.000,00) e ano de 2001 (R\$ 803.807,00), totalizando no período recursos na ordem de R\$ 2.043.807,00;
- Ex-Sudene - Ano de 2000 (R\$ 608.479,00) e ano de 2001 (R\$ 613.827,00), totalizando no período recursos na ordem de R\$ 1.222.306,00.

Também foram repassados pela Ex-Sudene recursos na ordem de R\$ 1.229.526,00, provenientes da parceria com a Secretaria de Estado da Assistência Social para implementação de ações de capacitação junto as famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Os recursos previstos para 2002 são da ordem de R\$ 65.754,012. Destes, R\$ 43.697.480,00 são do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social, da Secretaria de Estado de Assistência Social, e R\$ 20.841.396,00 do orçamento do Ministério da Integração Nacional e das novas Agências ADA e Adene. Do total do orçamento de 2002 aprovado para todas as ações, R\$ 49.697.480,00 correspondem a Emendas Individuais, de Bancada e de Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Esse dado demonstra que 75,5% do todo o orçamento do Programa é proveniente de créditos. Apenas R\$ 16.056.532,00 são relativos à LOAS.

Do orçamento de 2002 foram empenhados R\$ =26.016.977,00 e executados apenas R\$ 3.261.000,00, o que corresponde a uma execução de 5%.

Do total de recursos empenhados, R\$ 12.539.611,00 são oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, correspondentes a Ações de Geração de Renda para Populações Carentes dos quais foram executados R\$ 261.998,00,

transferidos pela Subação 5565/Projeto Nacional. Do orçamento do MI foram empenhados R\$ 13.477.366,00 o que corresponde a 100% do previsto para as ações de Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores e Empreendedores; e Geração dos empreendimentos produtivos. Destes, R\$ 3 milhões foram repassados à FAO (executados) no mês de outubro do corrente. Até o momento não foram empenhados os recursos destinados à ação Sistema de Participação Social para a Geração de Emprego e Renda - Sipger. Os recursos repassados à FAO só poderão ser utilizados nas ações a partir de janeiro de 2003, por conta da especificidade da Metodologia de Atuação do Pronager, bem como em razão do período de no mínimo 120 dias necessários a preparação e realização dos cursos de capacitação dos Diretores dos Laboratórios Organizacionais de Terreno, responsáveis pelos eventos de capacitação massiva.

Os recursos orçamentários destinados às Agências ADA e Adene não foram empenhados. Parte pela recente implantação e estruturação das mesmas, parte pelo contingenciamento orçamentário e limite financeiro.

Com relação à execução das metas físicas PPA/2002, foram capacitadas 53.300 pessoas, o que corresponde a 20,06% do previsto nesta ação e 645 técnicos multiplicadores, correspondendo a uma execução de apenas 28,85% da meta global estabelecida. Os motivos da baixa execução em 2003 podem ser assim resumidos: contingenciamento orçamentário e limitação financeira.

O orçamento encaminhado para o ano de 2003 para o Módulo Central (MI), ADA e Adene são da ordem de R\$ 8.356.931,00, para as ações de Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Geração de Empreendimentos Produtivos, Sipger e Estudo Socioeconômico para a Geração de Emprego e Renda, quando deveria ser da ordem de R\$ 28.229.868,00. Espera-se que o impacto da redução do orçamento para o Programa em 2003 seja, em parte, compensado pelos recursos transferidos em outubro de 2002 para a FAO ou que ainda venham a ser transferidos até o mês de dezembro de 2002.

Desde 2001 e por todo o ano de 2002, o Programa investiu em capacitação de multiplicadores, tendo definido o perfil de Diretores, aperfeiçoado o processo de seleção dos candidatos, sistematizado o Plano de Curso de Formação de Diretores de LOT e realizado sete Cursos Nacionais de Formação, além de ter sistematizado o processo de supervisão da prática de direção de LOTs. Constatase, em decorrência, uma real melhoria do desempenho das atividades e dos resultados alcançados. A não liberação dos recursos do orçamento de 2002 em tempo hábil comprometeu a capacitação dos técnicos dos Módulos e dos Submódulos.

A capacitação gerencial da equipe do Programa em nível nacional (Módulo Central) foi realizada em serviço, considerando-se que, diante da especificidade da metodologia utilizada pelo Pronager, toda e qualquer capacitação das parcerias em nível estadual ou municipal são planejadas e executadas pela equipe do Governo Federal. O Módulo Nacional do Programa conta hoje com uma excelente equipe de técnicos e de peritos na Metodologia de Atuação do Pronager – com eixo na Metodologia de Capacitação Massiva.

Em 2003, o processo de capacitação sistemática da equipe do Programa, bem como dos parceiros em nível de Submódulos deve ser retomado e melhor estruturado.

Quanto as parcerias o Pronager as considera como essenciais para o desenvolvimento e a expansão do Programa. É importante ressaltar que o Pronager trabalhou o ano de 2002, na maioria de suas ações, com recursos de parceiros transferidos à FAO em 2001 (oriundos da PETI/SEAS/MPAS e GSI/PR).

Seja quanto ao aspecto financeiro ou pelo prestígio político e estratégico emprestado a participação dos parceiros foi essencial para o desenvolvimento e continuidade do Programa.

Das parcerias acima mencionadas, nenhuma se encontra oficialmente no âmbito do Programa PPA. A única ação formal, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, Ações de Geração de Renda para Populações Carentes dificilmente se prestaria para uma parceria operacional no escopo do Programa. Essas ações, que perfazem o montante de R\$ 43.697.480,00, são oriundas de Emendas Individuais, Emendas de Bancada e de Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Como a maioria dos orçamentos provenientes de créditos, essas ações dificilmente viabilizam uma ação multisetorial, com maiores reflexos no âmbito do PPA. O público-objetivo não é o mesmo, bem como os indicadores por ação que, neste caso, não se enquadram no indicador do Programa. Assim, além de não se ter a garantia da liberação das Emendas, as ações relacionadas possuem diferentes objetivos e indicadores, como por exemplo, pessoa beneficiada, armazém construído, cidadão assistido, projeto apoiado.

Ao analisar o objetivo, a concepção e a implementação do Programa, dificilmente se conseguiria, de forma mais concreta, analisar as possibilidades reais de parceria. Fica, portanto, prejudicada a análise dos benefícios destas ações no âmbito do Programa.

Os principais parceiros em 2002 foram:

- PETI/SEAS/MPAS: Essa parceria viabilizou praticamente a continuidade do Programa em 2002 por ter descentralizado recursos para a Geração de Empreendimentos Produtivos com as famílias das crianças e adolescentes do PETI, bem como para a realização de Curso de Formação de Diretores de LOTs.
- GSI/PR: Importante respaldo institucional nos eventos de capacitação em áreas de violência extrema (periferia de São Paulo, Recife, Vila Velha/ES e em regiões de fronteira.
- Setor Privado: Companhia Vale do Rio Doce que viabilizou eventos de capacitação em regiões de influência da Vale no Norte do País.

Com relação às ações previstas no PPA de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, pelas razões já analisadas, recomendamos o remanejamento das mesmas para outro Programa, como por exemplo Erradicação do Trabalho Infantil que prevê subações de geração de renda para as famílias de crianças e adolescentes beneficiados.

Outra questão de grande relevância que tem que ser analisada, é a situação das parcerias construídas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica com os submódulos estaduais e municipais. Para o Módulo Nordeste, por exemplo (atualmente sob a responsabilidade da Adene), o Documento de Projeto prevê a manutenção de parte da equipe básica que trabalha no Pronager. Essa situação só poderá ser mantida até julho de 2003, por conta do Termo de Ajuste acordado entre o Ministério Público do Trabalho, a União e os Órgãos das Nações Unidas. Nesse sentido, não só com relação ao Módulo Nordeste, as bases de todas as parcerias deverão ser renegociadas ainda no primeiro trimestre do próximo ano para que o Programa não sofra solução de continuidade.

Finalmente, é preciso rever a estratégia de construção de parcerias e de captação de recursos que assegurem a cooperação para garantir a aplicação correta e completa de todo o ciclo metodológico do Programa.

- O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Amplamente apresentada e analisada, a parceria estabelecida com o PETI teve como principal finalidade a capacitação das famílias das crianças e adolescentes do Programa, na tentativa de contribuir para a emancipação social e econômica das mesmas. As famílias não poderão dispor da bolsa como uma renda mensal vitalícia. Nesse sentido, precisam acessar programas e projetos de geração de oportunidades de trabalho e renda, tendo o Pronager atuado como com o objetivo de ser , para as famílias das crianças atendidas no PETI, uma das "portas de saída" - da assistência, para a construção da cidadania autônoma.
- O Brasil Diz Não à Violência/PIAPS - Depois de alguns eventos de capacitação executados com o apoio desse programa e áreas de extremo risco, observa-se, em alguns casos, a diminuição dos índices de violência e da criminalidade. Como exemplos, podemos citar os casos de Vila Guairá, em Valparaíso de Goiás; de Águas Lindas/GO; e de Terra Vermelha em Vila Velha/ES.

Em razão da não estruturação plena do Sipger, pelas razões já explicitadas, não foi possível ainda a formalização de parcerias com as instituições de assistência técnica e de pesquisa básica, de desenvolvimento tecnológico, o que deverá ocorrer a partir de 2003.

Neste aspecto, o ano de 2002 foi muito produtivo. Embora não tenham sido liberados os recursos orçamentários e financeiros previstos para o Sipger, foi possível:

- Realizar a 8ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Pronager (instância constituída pelo MI, FAO, UAP/ABC e Coordenadores de todos os Módulos e Submódulos) e que tem caráter deliberativo. É uma instância de gerência colegiada e que exerce também controle sobre as ações em execução.
- Implementação do processo de fortalecimento da organização dos capacitados e seus empreendimentos, com realização dos Encontros e Congressos previstos em nível local, municipal, estadual, regional e nacional, com realização simultânea de Feiras pra exposição, divulgação e comercialização dos produtos. O Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda, tem três dimensões: um amplo movimento organizado dos capacitados e seus empreendimentos; integração com parcerias especializadas para a assistência técnica, tecnológica, mercadológica; e apoio para acesso ao crédito. É um Sistema importante em todas as dimensões, podendo-se considerar, entretanto, como a "mobilização e a organização autogestionária dos capacitados e seus empreendimentos" como a mais importante, uma vez que a autogestão é uma das premissas para a sustentabilidade do processo.
- Participação crescente de parceiros não-governamentais, o que ficou evidente nos encontros do Sipger.

A avaliação da satisfação dos usuários é um dos aspectos previstos na Etapa IV da Metodologia do Pronager. É meta constante do Documento de Projeto de Cooperação Técnica Internacional - avaliação quantitativa e qualitativa. Está em desenvolvimento e estará sendo implantada, em caráter sistemático, a partir de 2003, em integração com as ferramentas do Sipger (os recursos de

informática do Sipger permitirão, inclusive, a interatividade dos usuários do sistema, o monitoramento, a transparência de todas as ações e disponibilização, on line, de todas as informações geradas pelo processo).

Já vêm sendo adotadas algumas estratégias de avaliação do nível de satisfação dos usuários:

- Avaliação da parceria com o PETI - realizado em seminário de integração das ações com coordenadores estaduais do PETI e do Pronager em janeiro de 2002.
- Pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semi-estruturada e apoio de questionário aplicado e respondido por Diretores de LOTS da parceria com o PETI
- Avaliação qualitativa, nos Encontros/Congressos do Sipger realizados em 2002, com utilização das técnicas de discussão em grupo e de relato em plenária.

Foram apropriados os seguintes resultados:

- alto nível de satisfação quanto ao processo de capacitação, ficando evidente que os empreendimentos realmente surgiram dos LOTS e que existe a consciência do avanço organizacional adquirido como o maior ponto positivo explicitado; e
- baixo nível de satisfação quanto ao processo que se convencionou chamar Pós-LOT - que compreende assistência técnica, tecnológica e mercadológica e apoio para acesso imediato ao crédito. O Pós-LOT está incluído na etapa IV da Metodologia de Atuação do Pronager (implementação/manutenção do Sipger) que ficou comprovadamente prejudicada pela não liberação de recursos para essa atividade no orçamento de 2002.

A gestão por Programa é uma estratégia extremamente positiva. Mas para que seja de fato uma ferramenta de trabalho é preciso que a metodologia tenha um rebatimento interno na operacionalização das diversas ações do Programa e no interior dos Ministérios, favorecendo a integração dos diversos programas.

A articulação multissetorial do Pronager poderia ter sido ampliada para com outros programas, mas ficou restrita aos projetos efetivamente reconhecidos como parceiros, o que pode ser aperfeiçoado para todos os projetos que tenham interfaces com os objetivos e fins do Pronager.

Reconhece-se, por fim, que o modelo de gestão por programa é muito rico e favorecedor da multissetorialidade, se for melhorada a articulação entre gerentes diversos, especialmente para a definição de indicadores síntese das ações multissetoriais e para a integração concreta, das ações dos vários programas.

Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - Planaflo

O indicador é apurado em órgão externo ao Ministério da Integração Nacional, foi preparada uma proposta para reformulação do indicador que melhor qualifique as ações do Programa. No entanto, a referida proposta encontra-se em análise pelo setor responsável pelo acompanhamento dos programas no âmbito do Ministério.

Vale ressaltar que o Programa Planaflo é objeto de um acordo de empréstimo internacional com o Banco Mundial e que esse acordo terminou em 30 de setembro de 2002.

O Programa contribuiu para melhoria da qualidade de vida de pequenos agricultores, populações indígenas e ribeirinhas, a partir da ação direta de projetos comunitários (PAIC), assim como ações de demarcação, implementação de unidades de conservação, infra-estrutura, dentre outros. Entre as metas atingidas do ano de 2000 a 2002, destacam-se: implantação do plano de manejo da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável - FERS do rio Vermelho B; Ações de fiscalização nas áreas indígenas; atendimento a 120 projetos do Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias - PAIC, que já estão em fase final de execução; pavimentação de 65% das rodovias estaduais RO 473 e RO 370; e concluído o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia.

Resultados

O Programa **Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia - Planaflo** que visava promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Rondônia por meio de ações voltadas ao ordenamento territorial. Tais ações buscaram equilibrar a ocupação do território pelas atividades econômicas (agricultura, pecuária, mineração etc.) com a conservação da sua diversidade biológicas e culturais, sanando conflitos fundiários e o mau uso dos recursos naturais (desmatamento, erosão, assoreamento dos cursos d'água etc.).

O Planaflo é objeto de um acordo de empréstimo internacional com o Banco Mundial, cujas ações são definidas em documentos do acordo. O componente PAIC mantém uma estrutura de participação comunitária que poderia ter sido observada nos demais componentes do programa.

Concepção

Tendo em vista o término do Contrato de Empréstimo 3444/BR - Planaflo, em 30 de setembro de 2002, não foi feita proposta orçamentária para 2003. Não foi aprovado recurso na proposta orçamentária 2002 para o referido projeto. Vale destacar que os recursos utilizados foram de resto a pagar do exercício de 2001.

O programa é executado pelo Estado de Rondônia que mantém equipes técnicas para monitorar os contratos e convênios. A Secretaria de Programas Regionais Integrados do Ministério da Integração Nacional mantém na Coordenação Nacional uma equipe de técnicos que supervisiona a execução das ações do referido programa. As ações foram monitoradas e estão em consonância com o acordo de empréstimo 3444/BR.

Implementação

Com relação à execução do Programa, o Estado de Rondônia manteve equipes técnicas para supervisionar os contratos e convênios que foram firmados para a condução das ações estabelecidas no âmbito do acordo de empréstimo/ Programa Planaflo. Os convênios e contratos foram celebrados no âmbito do Governo Estadual.

Gerente:

Morganna Mendes P. de Oliveira

Considerando que as ações são desenvolvidas especificamente no Estado de Rondônia, o Ministério da Integração Nacional acompanha o projeto pela Secretaria de Programas Regionais Integrados que mantém uma equipe técnica especializada. Desse modo o modelo estabelecido pelo MI atende com satisfação o desempenho do referido Programa.

Apesar da descontinuidade do repasse de recursos as ações foram implementadas e acompanhadas, através de monitorias físicas realizadas pela equipe técnica do Ministério e do Estado de Rondônia. Foi constatado que beneficiários estão satisfeitos com os resultados obtidos pelo Programa.

Proágua Infra-estrutura

Resultados

.....

Iniciado em 1996, o Proágua, dentro dos preceitos da Lei nº 9.433, de 1997, tem como objetivo a ampliação da oferta de água de boa qualidade em todo território nacional, promovendo o uso racional dos recursos hídricos disponibilizados em função de seus usos múltiplos, com prioridade para o consumo humano, de tal forma que a escassez relativa de água deixe de representar obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do País. O Programa, que prevê investimentos da ordem de 5,1 bilhões até o ano 2003, beneficiará cerca de 11,5 milhões de habitantes (2,3 milhões de famílias).

Nas regiões de abrangência do programa, prevê-se o aumento da atual oferta de água em 15,7 bilhões de m³, armazenados em barragens e açudes, a disponibilização de 3 bilhões de m³ de água e a construção de aproximadamente de 5,7 mil km de adutoras.

No período de 2000 a 2002, o programa apresentou os seguintes resultados:

2000: Conclusão das obras da adutora Amélia Rodrigues (BA), com extensão de 30 km, beneficiando 36 mil habitantes; adutora do Feijão (BA), 60 km/18 mil habitantes; adutora Trici-Tauá (CE), 18 km/23 mil habitantes; adutora de Cascavel (CE), 8 km/32 mil habitantes; e adutora de Mossoró (RN), 120 km/326 mil habitantes. Retomadas as obras da adutora Cariri (PB) e da adutora Arcoverde (PE).

2001: Conclusão das obras da adutora de Trairí - RN, extensão de 315 km, beneficiando 226.000 hab.; Sistema Adutor Piritiba/Mundo Novo-BA, em Piritiba e Mundo Novo, beneficiando 22,3 mil pessoas; Barragem Mesa de Pedra - Pi, Volume de acumulação de 47 milhões de m³ de água, beneficiando 98.000 hab.; Barragem Corredores - Pi, Volume de acumulação de 47 milhões de m³ de água, 72.000 hab.; Barragem Pedra Redonda em Conceição do Canindé-CE, Volume de acumulação de 216 milhões de m³ de água; Barragem Jenipapo, volume de acumulação de 248 milhões de m³ de água. Pequenas Obras: 57 pequenas barragens e perfuração de 296 poços artesianos. Benefícios obtidos: População atingida: 1,9 milhão de habitantes.

2002: Conclusão das obras da Barragem de Mucutú - PB, volume de acumulação de 25,3 milhões de m³ de água; Barragem Camará - PB na divisa de Alagoa Nova e Areia, com um volume de acumulação de 26,5 milhões de m³ de água, beneficiando cerca de 150 mil habitantes; Barragem Umari- RN, em Upanema, com um volume de 260 milhões de m³ de água, beneficiando a 10,2 mil pessoas; Barragem de Acauã-PB, em Salgado de São Félix, com um volume de acumulação de 253 milhões de m³ de água; Barragem Araçagi - PB, em Araçagi, com um volume de acumulação de 63,2 milhões de m³ de água; Barragem de Santa Cruz - RN, em Apodi, com um volume de acumulação de 600 milhões de m³ de água; Sistema Adutor do Cariri - PB, com 180 km de extensão, beneficiará os municípios de Boa Vista, Catolé, Soledade, Juazeirinho, São Vicente, Seridó, Cubati, Olivedose Pedra Lavrada, beneficiando cerca de 49,3 mil pessoas; Sistema Adutor de São Gonçalo do Amarante/Umarituba-CE, em São Gonçalo do Amarante, Umarituba, e Siupe, atendendo a 20,8 mil habitantes, com extensão de 18 km; Recuperação e Modernização da Adutora do Acarape - CE, em Acarape, Barreira, Fortaleza, Guaiuba, Maranguape, Paratuba e Redenção; Sistema Adutor de Baturité/aracoiaba-CE, em Aracoiaba e Baturité, com extensão de 25 km e beneficiando cerca de 50,7 mil pessoas;

Gerente:

Marcelo Pereira Borges

Sistema Adutor Chaval/Barroquinha - CE, em Chaval e Barroquinha, com extensão de 33 km, beneficiando cerca de 22 mil pessoas; Sistema Adutor Lima campos/Icó - CE, em Lima campos e Ici, com extensão de 12 km, beneficiando a 32 mil pessoas; Sistema Adutor de Iguatu-CE, em Iguatu, com extensão de 18 km, beneficiando cerca de 83 mil habitantes e Sistema de Águas Vermelhas - MG, com execução de serviço de limpeza do leito do rio Mosquito, com esgotamento Sanitário, população atendida 20,3 mil pessoas.

O Indicador principal do Programa, Taxa de População Beneficiada com Água Potável, não reflete todas as ações que o integram, mesmo assim, esteve dentro das expectativas de gerenciamento.

Entre os projetos supracitados do exercício de 2002, foram identificados como principais resultados no âmbito do Programa a construção da Barragem de Santa Cruz-RN, o Sistema Adutor do Cariri-PB e a Barragem do Castanhão-CE.

A construção da Barragem de Santa Cruz, localizado em Apodi (RN), visa ao aproveitamento hidroagrícola de uma área de 9.200 ha e o abastecimento dos Municípios de Apodi, Felipe Guerra e Mossoró, o volume de acumulação da barragem é da ordem de 600 milhões de m³ de água e gerou 720 empregos diretos e beneficiará a uma população de 56 mil pessoas.

O Sistema Adutor do Cariri (PB), com 180 km de extensão, beneficiou os municípios de Boa Vista, Catolé, Soledade, Juazeirinho, São Vicente, Seridó, Cubati, Olivados e Pedra Lavrada, além de aproximadamente 49,3 mil pessoas.

Por fim, a Barragem do Castanhão, situado no rio Jaguaribe e com capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de m³ de água, destina-se ao abastecimento de Fortaleza e outras cidades do Baixo Jaguaribe, a irrigação de 43 mil ha de terras férteis do Chapadão do Castanhão e Chapada do Apodi, a produção de 3,8 mil t/ano de pescado, ao turismo e lazer e, garantir o abastecimento d'água do Projeto Tabuleiros de Russas (com uma área de 10,5 mil ha, gerando 31,5 mil empregos); além de auxiliar no controle de cheias no Baixo Vale do Jaguaribe. O açude Castanhão beneficiará cerca de 2,6 milhões de habitantes, gerando 90 mil empregos.

Os resultados esperados para 2003, final do Plano Plurianual Avança Brasil, no conjunto de obras a serem realizadas são: volume de acumulação de 15,7 bilhões de m³ de água; volume de água disponibilizada em torno de 3,14 bilhões de m³; 5,7 mil km de adutoras (principais e secundárias); e a geração de 3 milhões de empregos (diretos e indiretos), além do atendimento a uma população de 11,6 milhões de habitantes.

..... **Concepção**

O problema da escassez de recursos hídricos no Brasil tem se tornado uma questão emblemática e estratégica, desta forma, buscou-se nos últimos anos, com maior intensidade, a utilização racional e sustentada dos recursos hídricos. Isto deveu-se a consciência de que o uso inadequado da água poderia acarretar o comprometimento dos meios de subsistência e levar ao colapso os sistemas produtivos que necessitam deste insumo como fonte primária de produção. Nesse sentido o estabelecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos através da Lei Federal de nº 9.433, de 1997, foi relevante. Neste contexto o fortalecimento da infra-estrutura hídrica, mediante a execução de obras voltadas ao aumento da oferta de água, foi medida estratégica.

No contexto da estratégia de implementação, ressalta-se a oportunidade do corpo técnico do Órgão participar no processo legislativo orçamentário, para a

fundamentação sobre viabilidade de emendas parlamentares, de forma a convergir e integrar as estratégias técnicas e políticas, provocando maior sinergia no processo de formulação do planejamento e orçamento. Da mesma forma, provocar maior articulação com outros Ministérios, pois as ações do Programa **Proágua Infra-Estrutura** exigem na sua execução, interface com demais programas da área governamental, em particular no que diz respeito aos recursos hídricos e meio ambiente no momento da elaboração das propostas orçamentárias, a fim de otimizar atividades de interesse.

Ademais, entre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para obtenção dos resultados do programa, destaca-se o estabelecimento dos roteiros de apresentação de projetos elegíveis no âmbito do programa, contemplando desde os fundamentos técnicos dos projetos até os benefícios decorrentes para as comunidades beneficiárias. Destaca-se, também, o mecanismo de acompanhamento implementado, para supervisionar as ações, a fim de se evitar o desvio da finalidade inicialmente prevista.

..... Implementação

O Programa vem encontrando dificuldades para sua execução. Numa análise específica do exercício de 2002, constatamos que o fluxo de recursos sofreu descontinuidade prejudicando a execução programada em decorrência da publicação do Decreto de Programação Financeira (Decreto nº 4.120, de 2001). Além dos problemas de fluxo financeiro, também foram considerados insuficientes na implementação do programa os recursos materiais, de infraestrutura e pessoal, considerados insuficientes para suprir todas as necessidades quanto ao acompanhamento das mais de 2 mil ações existentes no Programa. Uma outra deficiência detectada foi a insuficiente qualificação de recursos humanos das equipes locais, dado a forte descentralização de recursos na implementação do Programa.

A implementação do programa apresenta mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações através de: acompanhamento da concepção, análise e aprovação dos projetos; análise e aprovação dos procedimentos licitatórios; acompanhamento sistemático *in loco* da execução de todos os projetos, através de contratação de supervisão para as obras, e visita periódica da Unidade Gerenciadora; elaboração de Relatório Mensal das atividades desenvolvidas; e inspeção *in loco* e emissão de parecer técnico para aprovação da cada prestação de conta.

No Programa, tanto a equipe gerencial responsável pela sua implementação no nível do Governo Federal quanto as equipes estaduais e municipais participaram de programas de capacitação realizados através da promoção de vários cursos e seminários, visando o aprimoramento das ações relativas ao desenvolvimento dos projetos.

Quanto ao desempenho dos parceiros, cabe ressaltar que a implantação de obras hídricas sob a ótica do **Proágua Infra-Estrutura** envolve recursos descentralizados, exigindo por consequência parcerias representadas fundamentalmente por estados e municípios. A avaliação do desempenho pode ser considerada satisfatória entre os anos de 2000 e 2002, tendo em vista os resultados alcançados quanto a execução física do Programa, bem como, a regularidade na aplicação dos recursos.

Especificamente no exercício de 2002, a descentralização de recursos mediante celebração de contratos e convênios apresentou algumas dificuldades/paralisações na implementação das ações tais como: documentação institucional exigida nos casos de licitações, impedimentos legais e inadimplência; a exigência

de contrapartida, que dificulta a celebração de acordos com municípios de receita reduzida; a lentidão da tramitação demandada na celebração de convênios e; os indícios de irregularidades apontados pelo TCU. Estas dificuldades acarretaram um desempenho físico na implementação das ações muito abaixo do previsto em 2002. No que tange a ações realizadas em outras unidades administrativas o desempenho físico também foi abaixo do previsto, em especial no caso da ação Água na Escola que seria executado pela Adene, que não foi implementado em face das dificuldades de gestão ocasionadas pela extinção da Sudene e a criação da Adene.

O Programa não avalia a satisfação do usuário/beneficiários em relação à sua execução. A participação da sociedade no Programa acontece nos Comitês de Bacias Hidrográficas e no intenso trabalho de educação ambiental.

Transposição de Águas do Rio São Francisco

..... Resultados

A implementação do Programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco**, justifica-se por ser a opção economicamente mais viável para assegurar a garantia de suprimento hídrico à região, sem a qual o desenvolvimento sustentável não se realiza. Sua estratégia de implementação é realizada através da promoção de concorrência pública das obras componentes do empreendimento, que serão executadas por lotes consecutivos, a serem desenvolvidas à medida que os recursos financeiros forem liberados. A participação de financiamento externo e do setor privado está previsto na concepção do Programa, além da modernização da gestão dos recursos hídricos locais, através da indução de mecanismos de cobrança pelo uso da água bruta proporcionada pelo Programa.

Os resultados do Programa, devem-se basicamente a conclusão dos Estudos de Impactos Ambientais e dos Estudos de Engenharia / Projeto Básico, relativos aos trechos abaixo discriminados dos eixos Norte e Leste:

- Cabrobó-PE - Jati-CE - Concluído
- Jati-CE - Cuncas-PB - Concluído
- Cuncas-PB - Jaguaribe-CE - Piranhas-PB - Término previsto Jul/2003
- Cuncas-PB - Apodi-RN - Início previsto Jul/2003
- Itaparica-PE - Monteiro-PB - Concluído
- Salgueiro-CE - Brígida-CE - Início previsto Mar/2003
- Interligando o Agreste, Zona da Mata à Região Metropolitana de Recife - Concluído

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos os estudos de pré-viabilidade da Transposição dos Afluentes do Rio Tocantins para o São Francisco, como opção futura de compensação com água à bacia do São Francisco, porém, não se pode afirmar ainda se o projeto apresentará viabilidade. Esses estudos deverão estar concluídos em 2003 e o respectivo projeto básico só será implementado após decisão política sobre a aceitação do empreendimento.

A execução do Programa foi prejudicada no ano de 2001, em função de uma Liminar concedida pela Justiça Federal ao órgão ambiental do Governo do Estado da Bahia, impedindo o início das obras. Desta forma, não foi possível iniciar os canais de acesso e a tomada de água do rio São Francisco, nos eixos Norte (Cabrobó) e Leste (Lago de Itaparica), perfazendo um total de 107 km de canais (meta 7% - PPA) e a construção de quatro unidades de bombeamento (meta 19%- PPA).

Em 2002, a obtenção de resultados foi muito abaixo do esperado, tendo o Programa sido contemplado na Lei Orçamentária Anual somente com R\$ 8,1 milhões e não sofrendo execução orçamentária, embora os recursos tenham sido descontingenciados. O Programa, que já foi estratégico, sofreu alterações na sua concepção e não está sendo priorizado pelo Governo Federal, fazendo com as metas, custos e prazos de conclusão sofram alterações no cronograma estabelecido. Estão sendo

Gerente:

Rosevaldo Pereira de Melo

estudadas alternativas para a implementação do Programa Transposição, principalmente quanto à possibilidade da transferência de águas do rio Tocantins para o São Francisco.

O processo político, mudanças na gestão do Ministério (ministros, secretários e diretores), problemas de ordem jurídica (paralisação das audiências públicas na Bahia), somados à não-priorização do Programa e o atraso no repasse de recursos financeiros, foram fatores decisivos que afetaram o desempenho do Programa Transposição.

Os impactos negativos da não implementação do Programa sobre o público-alvo podem ser mensurados sob dois aspectos. O primeiro deles refere-se aos beneficiários do Programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco** relativo aos estados receptores, no caso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Neste caso, os prejuízos socioeconômicos decorrentes da não execução do Programa Transposição são grandes, principalmente para as populações que sofrem com as constantes estiagens prolongadas da região ou daquelas que vivem da irrigação. O segundo aspecto em questão reflete o aumento da pobreza das populações que vivem do sustento da pequena produção. Com a Transposição, o rio poderia vir a ser dividido em centenas de riachos e ribeirões, além da sustentabilidade de barragens e açudes como Orós e Barragem do Castanhão-CE, Barragem de Acauã-PB, Açudes Chapéu e Entremontes-PE, entre outros.

Ademais, o público-alvo dos estados doadores de água, principalmente, Minas Gerais, Bahia e parte de Pernambuco, preferem a idéia da revitalização do rio São Francisco, com ações que visam restabelecer as áreas degradadas, despoluição do rio, combate à erosão, fiscalização, construção de sistema de esgotamento sanitário e desenvolvimento de atividades rurais com sustentabilidade econômico e ambiental. Esse programa pode ser desenvolvido paralelamente ao Projeto de Transposição e até como uma contrapartida vinculada às populações do Vale do São Francisco. A alternativa que está sendo estudada, seria a transposição do rio do Sono-TO, para o rio Grande-BA, afluente do São Francisco.

Dentre os principais resultados alcançados em 2002, no âmbito do Programa, destaca-se o início dos projetos de saneamento básico dos municípios de Manga e São José da Lapa-MG e a conclusão nos municípios de Luis Eduardo Magalhães-BA, Santana do São Francisco e Neópolis-SE, Salgueiro, Ibimirim e Buique-PE, Piagabuçu e Igreja Nova-AL. Está previsto ainda a conclusão dos sistemas de esgoto sanitário da Cidade de Penedo (1ª Etapa), no Estado de Alagoas.

Mesmo com as restrições orçamentárias e financeiras, outros estudos importantes foram concluídos com recursos de Restos a Pagar de 2001. Destaca-se a conclusão dos estudos do Ramal Leste, envolvendo a retirada média de 20m³/s (1% do volume do rio) para o rio Paraíba-PB e o rio Ipojuca (Agreste Pernambuco), contemplando também a irrigação do pólo de Floresta/Ibimirim-PE, na bacia do São Francisco. Está em elaboração o estudo de Interligação da bacia do rio Tocantins com o São Francisco, para reforço deste rio em cerca de 50m³/s. Recursos estes assegurados no orçamento de 2001.

Para 2003, espera-se que o novo quadro político reverta esta situação e priorize o Programa de Transferências de Águas do Rio São Francisco para as bacias adjacentes.

Concepção

O Projeto, concebido em 1985 no âmbito do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS, foi aperfeiçoado pelo também extinto Ministério da Integração Regional, em 1994. A transferência de águas do Rio São Francisco para as bacias adjacentes que exibem um déficit histórico, tem a amplitude de um Projeto Nacional e insere-se na política de desenvolvimento e interação das comunidades assoladas pelas secas, articulando-se com o processo de produção e com a melhoria da qualidade de vida daqueles habitantes. Este Projeto não deve ser visto como a solução final dos problemas do Nordeste Setentrional. Atenderá às necessidades de água de parte da população sujeita às secas e representa uma parcela importante de um conjunto de medidas necessárias ao desenvolvimento da região e resgate da chamada dívida do País, com essa população. O Programa ainda está na fase de estudos, pois um movimento político contrário a transposição do rio, surgiu nos Estados banhados pelo rio, tendo o Governo da Bahia, conseguido liminar na justiça para suspender as audiências públicas, necessárias para o licenciamento prévio ambiental. Diante deste fato, houve mudanças significativas na concepção do Programa.

A idéia básica do Programa é utilizar os açudes e barragens do semi-árido instalando um sistema de bombeamento, de adutoras e canais que conduzirão as águas do São Francisco para os rios da região da seca e, destes para os açudes locais, permitindo, desta forma, elevar o índice de oferta de água per capita na área beneficiada pelo Programa para valores mais próximos dos índices requeridos para o desenvolvimento sustentável, propiciando também o alívio do aumento da demanda projetada em face do aumento populacional.

Desta forma, tem-se que a principal causa é a necessidade de aumentar a oferta hídrica nos Estados do Nordeste Setentrional, que não dispõem de rios perenes, e ações na elaboração de estudos de engenharia e impacto ambiental de transposição de águas é condição *sine qua non* para a resolução do problema.

O programa não faz mais parte das ações estratégicas do PPA 2000-2003. No entanto, deu-se início à revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com execução de obras de despoluição, recomposição de matas ciliares, esgotamento sanitário, desenvolvimento da piscicultura, etc. com recursos alocados ao Programa em 2001 e no exercício de 2002. Estuda-se ainda a possibilidade da transposição da bacia do rio Tocantins para o rio São Francisco.

O Programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco** desenvolve outro importante produto que não está expresso no PPA 2000 - 2003, que é a cooperação técnica. Este produto é realizado através do Projeto de Cooperação Técnica - PCT, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e IICA, cujo objetivo imediato é o fortalecimento da capacidade institucional do Ministério na promoção do desenvolvimento sustentável do semi-árido brasileiro e da Amazônia. Porém, está prestes a desfazer sua equipe técnica em razão de entendimentos da ABC/MRE e AGU, que dentre os motivos alegados, o objeto do Projeto de Cooperação Técnica não é compatível com os trabalhos desenvolvidos.

No que se refere à estratégia de implementação para o Programa, alguns aspectos devem ser observados: plano de ação com metas, prazos e responsáveis; forma de articulação com outras unidades do Ministério; forma de articulação com as parcerias; forma de articulação com outros Ministérios; forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse, etc); e forma de participação do público-alvo.

O Plano de ação com metas, prazos e responsáveis não está sendo priorizado pelo Governo Federal, fazendo com que estas metas, custos e prazos de conclusão sejam alterados devido à nova estratégia do Programa, que está estudando alternativas que viabilize a implementação da transposição do rio São Francisco.

No que tange a forma de articulação, tanto com outras unidades do Ministério quanto aos parceiros, o modelo institucional do Programa Transposição, relativo a gestão, operação e execução das obras, prevê a participação das unidades administrativas do Ministério, quando da implantação das obras, através dos órgãos executores Codevasf e Dnocs. No caso de parcerias, a articulação acontece com os estados integrantes do Programa e a Agência Nacional de Águas. No entanto, como as obras não iniciaram, estes órgãos não tem tido uma participação efetiva no processo.

Atualmente a forma de articulação do Programa com outros Ministérios, principalmente com o Ministério do Meio Ambiente têm sido feito através do Comitê para Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, principalmente, devido a nova concepção do Programa, tendo priorizado o processo de revitalização do rio.

Quanto à forma de repasse dos recursos, a elaboração dos estudos tem sido realizada através de convênio celebrado com o INPE/MCT - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, enquanto que, para a implementação do processo de revitalização do São Francisco, tem sido através de convênios celebrados com Secretaria de Estados e Municípios. Salienta-se que esta diferenciação da forma de repasse provoca descompasso na forma de execução das ações.

A forma de atuação do público-alvo deve-se, basicamente, a uma série de nove audiências públicas, que teve início em 19 de março de 2001, para discussão do Relatório de Impacto Ambiental sobre o Meio Ambiente - RIMA e o licenciamento ambiental do projeto transposição de águas do rio São Francisco. As audiências públicas tiveram uma participação significativa da sociedade, que resultou em ação judicial do Governo do Estado da Bahia na paralisação das audiências e conseqüentemente influenciando o processo de implementação do Programa. Desta forma, a estratégia para sua implementação passa por uma maior discussão com a sociedade, principalmente, às populações beneficiadas diretamente pelo rio São Francisco.

Implementação

A execução do Programa no período de 2000-2002 em relação ao programado, foi pouco significativo. Este baixo desempenho deve-se, principalmente, quanto aos problemas de ordem ambientais e jurídicos que impediram a execução do Programa. O Programa encontra-se ainda na fase de estudos.

Especificamente em relação a 2002, não foram liberados recursos financeiros, o que provocou um cumprimento de metas físicas muito abaixo do previsto, sendo estas metas físicas sendo realizadas com os recursos inscritos em restos a pagar do exercício de 2001.

Os limites impostos pelo Decreto nº 4.120, de 2002, impactaram no fluxo de recursos, prejudicando a execução programada. Não obstante, o Programa **Transposição de Águas do Rio São Francisco** está relacionado em "demais projetos", juntamente com as emendas de parlamentares, que foram priorizadas no decorrer do exercício. Desta forma, o ambiente é de incerteza, pois não existe restos a pagar de 2002, uma vez que os recursos não foram empenhados, enquanto que para 2003, os recursos aprovados na LOA são da ordem de R\$ 2,4 milhões, considerados insuficientes para manter a equipe técnica desejada e dar continuidade aos estudos.

Em adição ao fluxo financeiro, também foram considerados insuficientes no exercício de 2002 os recursos materiais e de infra-estrutura, enquanto os recursos humanos – equipe técnica – foram considerados suficientes e capacitados para desenvolver as ações do Programa. Quanto as alterações introduzidas pela Lei Orçamentária de 2002, esta não trouxe impacto e/ou alteração no desempenho do Programa.

As restrições que mais interferiram no desempenho das ações em 2002 foram: a não-priorização dos recursos orçamentários pelo Ministério, determinante para o baixo desempenho do Programa, uma vez que não houve execução orçamentária em 2002; e questões de licenciamento ambiental, no qual o Ibama, que paralisou o processo de licenciamento ambiental por conta de uma liminar judicial concedida ao Governo do Estado da Bahia, impediu a continuidade do projeto da transposição das águas do rio São Francisco.

A capacitação da equipe gerencial de 2000 a 2002 foi realizada através dos cursos da ENAP. No entanto, a força de trabalho existente não é um fator restritivo para a implementação das ações do Programa, uma vez que o Programa encontra-se em fase de estudos.

Os principais parceiros do Programa são os Estados a serem beneficiados pela Transposição. O aperfeiçoamento das parcerias a ser perseguido está no nível político. É necessário uma maior articulação com os parlamentares, principalmente, das bancadas dos estados "doadores de recursos hídricos", no sentido de buscar soluções quanto aos entraves para a implantação do Programa.

O Programa do PPA 2000-2003 onde a parceria se deu com maior intensidade foi com o Programa Proágua Infra-Estrutura. Esta parceria, deve-se, principalmente, a nova concepção do Programa, que vem desenvolvendo ações para a revitalização e conservação do rio São Francisco, inclusive utilizando duas ações do Programa Proágua Infra-Estrutura, necessária para a implementação do Programa. Uma parceria vantajosa seria com o Programa Irrigação e Drenagem. Porém, esta parceria somente seria efetiva, após a implantação do Programa Transposição. Principalmente, quanto à interligação dos açudes de Orós, Castanhão, Santa Cruz, Acauã etc. prevista no Programa, quando da transferência hídrica.

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas
Combate à Violência Contra a Mulher
Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Direitos Humanos, Direitos de Todos
Educação e Segurança no Trânsito
Gestão da Política de Direitos Humanos
Paz nas Escolas
Proteção da Adoção Internacional
Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei
Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País
Assistência Jurídica Integral e Gratuita
Combate ao Crime Organizado
Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras
Defesa dos Direitos do Consumidor
Defesa Econômica e da Concorrência
Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas
Gestão da Política na Área da Justiça
Modernização da Polícia Federal
Reconhecimento de Utilidade Pública
Reestruturação do Sistema Penitenciário
Segurança do Cidadão
Segurança nas Rodovias Federais
Território e Cultura Indígenas

Ministério da Justiça

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Resultados

O Programa **Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas** objetiva garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

O Programa é um instrumento a mais no combate à impunidade no Brasil, constituindo-se num serviço complementar às atribuições dos órgãos de segurança pública, que detêm o dever constitucional de zelar pela incolumidade das pessoas (Constituição Federal, art. 144). Além desse caráter protetivo, o Programa desempenha um importante papel na promoção dos direitos humanos, uma vez que seus beneficiários contam com assistência psicossocial, para reinseri-los, de forma autônoma, em um novo espaço social. Busca-se disponibilizar a essas pessoas as condições possíveis e necessárias para que possam reconstruir suas vidas em uma nova cidade, propiciando-lhes as condições para que se tornem, paulatinamente, independentes do Programa. Cabe lembrar que as pessoas recorrem ao Programa, de modo geral, como uma última alternativa, pois nos campos psicológico e social, a sua situação é bastante penosa e preocupante.

No período compreendido entre 2000 e 2002, o Programa apresentou como principais resultados:

- Ampliação da capacidade de atendimento e da abrangência geográfica – o Programa, no âmbito do PPA 2000-2003, foi iniciado com apenas três estados integrados (BA, ES e PE) e possuía uma capacidade de atendimento não superior a 100 pessoas. Atualmente, dezesseis estados possuem serviços estaduais de proteção a testemunhas (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, PA, PE, RJ, RS, SP e SC) e a capacidade de atendimento passou para 915 beneficiários. Além disso, onze estados possuem centros de apoio a vítimas de crimes (AL, BA, ES, GO, MG, PA, PE, PB, RJ, SP, SC) e dois estados contam com uma iniciativa inovadora de serviço de proteção à criança e ao adolescente (ES e MG), seguindo a experiência exitosa do modelo Provita. Estima-se, em 2002, um atendimento a cerca de 6.mil pessoas nos centros de apoio a vítimas.
- Eficiência na proteção – desde seu início, nenhuma das pessoas atendidas pelo Programa sofreu qualquer tipo de atentado, entretanto, três pessoas morreram: um caso de morte natural (cirrose hepática) e dois casos de suicídio, que denotam a importância de se investir permanentemente no incremento do acompanhamento psicossocial dos beneficiários do Programa.
- Reconhecimento e cooperação internacional – o Programa, em 2001, teve a sua eficiência, quanto a metodologia no atendimento psicossocial, reconhecida pela *Scotland Yard*, polícia responsável pelo programa inglês de proteção a testemunhas, que convidou técnicos brasileiros para realizarem uma capacitação nesse assunto para agentes ingleses. Quatro especialistas da Real Polícia Montada do Canadá – RCMP estiveram no Brasil, durante duas semanas, realizando capacitações para técnicos do Programa e para agentes policiais (militares, civis e federais) que colaboram com ele. O relator especial sobre tortura da ONU, Sir Nigel Rodley, em seu relatório de visita ao Brasil, também em 2001, reconheceu a efetividade do Programa de proteção a testemunhas,

Gerente:

Nilda Maria Turra Ferreira

recomendando a sua implantação em todos os Estados brasileiros. Em todos os seminários anuais, realizados desde 1998, especialistas de diversos programas internacionais de proteção a testemunhas (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Itália e Alemanha) marcaram sua presença, dividindo suas experiências e reconhecendo os avanços do programa brasileiro.

Existe uma deficiência no atendimento direto aos beneficiários, que só poderá ser sanada com um monitoramento mais próximo e sistemático por parte da Gerência do Programa. Outra questão é como deve se dar transparência ao destino dado aos recursos públicos, evitando que o Programa se transforme em uma "caixa preta", pois no funcionamento dos Serviços de Proteção a Testemunhas é preciso guardar sigilo, em prol da segurança de todo o sistema, o que se reflete tanto na sua execução orçamentária quanto na prestação de contas. Deve-se estudar uma metodologia de intervenção da equipe técnica junto às pessoas atendidas pelo Programa.

Para 2003, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- implantação de pelo menos mais três serviços estaduais de proteção a testemunhas, quando estarão dezenove estados integrados ao Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas;
- implantação de pelo menos mais três centros de apoio a vítimas, em 2003, quando, alcançaremos um total de quinze áreas metropolitanas beneficiadas por esse serviço; e
- investimentos nas ações de capacitação, visando a um constante aperfeiçoamento do atendimento prestado, bem como promover o aperfeiçoamento do arcabouço teórico-metodológico do modelo brasileiro de proteção a testemunhas;
- elaboração e implementação de uma estratégia de marketing e comunicação social para o Programa, visando a sua maior divulgação junto aos agentes envolvidos na sua execução e à sociedade.

..... **Concepção**

O problema que originou o Programa foi a situação de insegurança em que se encontravam as pessoas que resolviam colaborar com a Justiça prestando seus testemunhos. Tal situação contribuía para a impunidade pois prevalecia a chamada "lei do silêncio" e inúmeros crimes deixavam de ser solucionados pela falta de uma das principais provas judiciais, a testemunhal.

Como principais causas desse problema temos:

- A inexistência de serviços estatais de garantia da integridade física e psicológica de testemunhas de crimes. Para sanar isso o Programa possui as seguintes ações: implantação e manutenção de serviços de proteção a testemunhas ameaçadas; capacitação de agentes operadores dos serviços de proteção a testemunhas ameaçadas e transporte e custódia de pessoas sob grave ameaça; e
- Restrição das vias de acesso à Justiça e da realização da ordem jurídica. Para corrigir essa deficiência existem as ações de implantação e manutenção de serviços de proteção a testemunhas ameaçadas – Provita e dos centros de apoio a vítimas de crimes – CAVC.

Dessa forma, o desenvolvimento de projetos na área de assistência e proteção a vítimas e a testemunhas de crimes insere-se no âmbito de um movimento orientado por duas principais vertentes causais. A primeira, procura expandir a

atenção do Estado para os vários sujeitos envolvidos no processo penal: o acusado, o aparato repressivo e punitivo e a vítima. A segunda, é a luta contra a impunidade, criando mecanismos para promover um alargamento das vias de acesso à Justiça e de realização da ordem jurídica, auxiliando no desmantelamento de organizações criminosas e na responsabilização dos envolvidos. No entanto, o trabalho do Programa somente surtirá efeitos mais perceptíveis sobre essa segunda vertente no longo prazo, por ser um problema com raízes históricas e culturais somente solucionável com a concorrência de inúmeras ações governamentais em diversas áreas, como segurança pública, assistência social, direito, emprego e renda, entre outras.

A Gerência do Programa de **Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas** possui as seguintes atribuições:

- a fiscalização, avaliação e monitoramento dos convênios sob sua responsabilidade;
- a organização das atividades nacionais de capacitação;
- a intermediação, com órgãos estaduais de segurança pública e com a Polícia Federal, para a concessão emergencial de segurança a possíveis beneficiários do Programa e montagem de estratégias de traslado na apresentação de testemunhas em juízo e encontros familiares;
- recebimento e instrução das solicitações de ingresso no Programa;
- intermediação de contatos entre os beneficiários do Programa Federal e seus familiares (cartas, telefonemas e telegramas);
- acompanhamento jurídico dos casos do Programa Federal; e
- articulação política e institucional com outros órgãos governamentais das esferas estadual e federal com atuação direta ou indireta na implementação do programa (Ministério Público, Judiciário, órgãos de segurança pública, Comissões Parlamentares de Inquérito).

Alguns pontos do Programa merecem reformulação:

- 1) Existe uma única ação de manutenção para a continuidade de dois projetos distintos: os serviços de proteção a testemunhas – Provita e os centros de apoio a vítimas de crimes (CAVC). A meta dessa ação é a pessoa assistida. Todavia, ambos os projetos têm público e metas sensivelmente diferentes: os Provita atendem a testemunhas de crimes, em média 45 beneficiários, enquanto os CAVC atendem a vítimas de violência urbana, anualmente cerca de 1500 pessoas. O correto seria uma ação de manutenção para os Provita e para o Programa Federal e uma outra, para os CAVC.
- 2) O indicador também precisa ser reformulado, pois a eficiência do Programa não pode ser aferida analisando-se exclusivamente a taxa de atendimento de pessoas sob grave ameaça, que mede, tão-somente, a capacidade do Programa em atender às demandas de proteção que lhe são dirigidas. Do início até hoje, todas as solicitações de inclusão no Programa, que satisfizeram as exigências previstas pela Lei nº 9.807/99, foram atendidas, ou seja o indicador sempre esteve em 100%. Ao longo do período de execução, mais de novecentos beneficiários, entre testemunhas, vítimas e seus familiares, receberam efetiva proteção do Programa.

Além disso, esse indicador não alcança um dos resultados do Programa julgado o mais importante: o combate à impunidade. Nesse sentido, um indicador ideal para o Programa seria aquele que aferisse quantos processos criminais foram solucionados com o auxílio de testemunhas protegidas. Entretanto, esse tipo de

indicador apresenta como dificuldade para elaborá-lo à morosidade da justiça brasileira, pois o trâmite de um processo criminal, na grande maioria das vezes, extrapola o tempo de quatro anos do PPA, no qual essa aferição deve ser feita. Assim, a forma de composição desse indicador precisa ser melhor estudada tanto por estatísticos como por técnicos da Gerência do Programa. Outro problema é o período médio de dois anos para permanência da testemunha no Programa, sendo prorrogável quando persistir o risco ou ameaça.

Além disso, não há estudos no Brasil sobre a existência de uma demanda reprimida para o Programa. Infere-se que, dado o elevado índice de violência e impunidade no País, o número de potenciais beneficiários seja elevado, sendo revelado a partir da consolidação Programa, com o incremento de sua credibilidade perante a sociedade e pela quebra da lei do silêncio.

O indicador supracitado também apresenta os seguintes pontos desfavoráveis:

- não leva em consideração o percentual de vítimas e testemunhas que, apesar de legalmente aptas, não têm acesso ou não chegam ao conhecimento do Programa (por desinformação ou falta de encaminhamento pelas autoridades competentes) ficando, assim, desprovidas de assistência específica;
 - é incapaz de mensurar os resultados referentes à implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes que, em complementação aos serviços de proteção propriamente ditos, prestam assistência psicossocial, jurídica e psicológica às vítimas de violência, principalmente àquelas que não são legalmente consideradas testemunhas em inquérito ou processo criminal; e
 - é inadequado para medir os resultados do Programa referentes à reinserção social de seus beneficiários em novos espaços comunitários.
- 3) Concorrem para a consecução dos objetivos do Programa os serviços estaduais de proteção a testemunhas e os Centros de Apoio a Vítimas de Crimes – CAVC. Deve-se disponibilizar, nas regiões onde a violência se manifesta de forma mais latente, um serviço integrado e capaz de prestar atendimento jurídico, psicológico e social a vítimas de crimes e seus familiares e dependentes. Essa atuação interdisciplinar busca, primordialmente, intervir nos efeitos destruturantes individuais, coletivos e sociais da violência.

Existem dois produtos, não explicitados no Programa, que devem ser mencionados porque contribuem para a consecução de seu objetivo:

- 1) atividade de monitoramento que garante a sustentabilidade, harmonia e unicidade do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas. Essa atividade vem sendo compartilhada com o GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, uma entidade da sociedade civil. Cabe a ressalva que a competência legal e a responsabilidade última por essa atividade são do Governo Federal, mais especificamente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. O principal produto obtido é a uniformização de procedimentos, a socialização de metodologias e a permanente adequação e aperfeiçoamento do Sistema; e
- 2) compilação de referencial teórico e procedimental para o Programa em manuais.

A principal estratégia de implementação do Programa é a estreita parceria que existe entre o Estado (Governo Federal e Estaduais) e a sociedade civil. A filosofia que inspira o Programa é a da reinserção social da família que se encontrava em situação de risco em uma nova comunidade, vivendo o mais

próximo do normal possível, distante do local onde ocorreram as ameaças e dentro de uma série de normas de segurança, que os beneficiários se comprometem a respeitar quando de seu ingresso. Os beneficiários não ficam sob proteção policial, mas sob o constante acompanhamento da equipe do Programa e das entidades e pessoas que integram a rede solidária, centrada no sigilo de informações.

A construção da rede solidária de proteção é uma atividade permanente do Programa, que envolve a articulação de associações civis, entidades e demais organizações não-governamentais que se dispõem voluntariamente a receber, sem auferir lucros ou benefícios, as pessoas atendidas pelo Programa, proporcionando-lhes moradia e oportunidades de inserção social em local diverso de sua residência habitual. Essa estratégia incrementa o controle social do Programa e viabiliza a necessária agilidade na execução de recursos, fundamental para a proteção a testemunhas, porque as entidades da sociedade civil, não estão sujeitas a uma série de imposições legais, como seguir a Lei de Licitações.

.....
A execução financeira do programa é descentralizada, por meio de celebração de convênios com os estados. Nos casos dos Serviços de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas – Provita, os estados ainda celebram novo convênio com uma entidade da sociedade civil que irá funcionar como entidade gestora. Há, portanto, uma espécie de triangulação União – Estados – Sociedade Civil. Entretanto, a Lei nº 9.807/1999, em seu art. 1º, atribui à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para a prestação das medidas de proteção na forma de programas especiais.

Implementação

A primeira iniciativa em âmbito nacional de implementação de um programa de proteção a testemunhas foi idealizada por uma ONG do estado de Pernambuco, o Gajop – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, cujo êxito motivou a sua ampliação para outras Unidades da Federação com o apoio do Governo Federal.

As alterações na Lei Orçamentária 2002 (contingenciamento de R\$ 1.460.559,00) implicaram a drástica redução nas metas de expansão do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas. A meta em 2002 era de implantação de seis novos Provita e, com o contingenciamento, esse número se reduziu para apenas um. O mesmo ocorrendo com os centros de apoio a vítimas que tiveram sua meta reduzida de seis estados para apenas três. Apesar disso, os recursos disponíveis foram suficientes para o Programa, tendo sido logicamente priorizada a manutenção dos serviços já existentes.

Todas as metas de atendimento previstas pelos serviços de proteção a testemunhas estiveram dentro do esperado. No final de 2002, cerca de 550 pessoas encontravam-se sob efetiva proteção e assistência do Programa.

Não houve nenhum problema no fluxo financeiro do Programa em 2002. Por ser estratégico, o Programa contou com um fluxo de caixa obrigatório, sendo realizada uma solicitação mensal de recursos pelo Sistema de Informações Gerenciais. Fator que contribuiu para a eficiência desse trabalho foi a maior proximidade desta Gerência com o monitor do Programa junto ao Ministério do Planejamento, o que permitiu uma maior compreensão da lógica de funcionamento peculiar de ambas as partes.

A execução orçamentária, tanto no gasto dos recursos quanto na posterior prestação de contas, envolve uma série de precauções de sigilo e segurança, indispensáveis para a garantia da salvaguarda de vidas humanas, que exigem

ser enquadradas numa legislação específica que atenda a essa peculiaridade, especialmente na prestação de contas dos convênios ou na realização de despesas emergenciais. O desafio é conciliar transparência nos gastos de recursos públicos com observância de normas de sigilo e segurança.

O Programa possui uma única ação de manutenção tanto para a continuidade dos serviços estaduais de proteção a testemunhas e o Programa Federal, quanto para os centros de apoio a vítimas de crimes. Em 2002, cerca de 60% dos custos se concentraram na manutenção, mas isto não se fez perceptível no orçamento, por isso, parte dos recursos destinados a implantações de serviços de proteção ou centros foi empregada na manutenção. Além disso, a manutenção importa menos investimentos e, mais uma vez, o orçamento não refletiu essa lógica disponibilizando uma soma além da necessária em recursos de capital.

Outro fator que merece destaque diz respeito à histórica demora na aprovação da Lei Orçamentária, o que inviabiliza as renovações dos convênios com os Estados para assegurar a manutenção das atividades. Isso implicou em uma enorme desestabilização nos serviços estaduais em 2000 que só não redundaram num colapso graças ao empenho da sociedade civil e dos trabalhadores voluntários e anônimos que atuam no Programa. Desde então, visando agir preventivamente, os períodos de vigência dos convênios foram descompassados com o do exercício financeiro, ou seja, os convênios passaram a iniciar sua vigência por volta do mês de julho com término em julho do ano subsequente, quando a nova Lei Orçamentária certamente já estará aprovada.

Por diversas vezes o Programa foi obrigado a descumprir prazos quanto à renovação de convênios, devido aos entraves burocráticos e operacionais que envolvem a sua formalização com os estados, pelo despreparo dos entes em elaborar projetos, pela rotatividade dos funcionários que cuidam desse tipo de assunto nos Estados ou pelo longo e complexo processo de celebração de convênios junto ao Governo Federal.

Prevê a Lei n.º 9.807/1999, em seu art.1º, §2º, que a supervisão e a fiscalização dos convênios de interesse da União ficarão à cargo da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – SEDH. No entanto, esse monitoramento, desde o início da execução do Programa, vem sendo partilhado com o GAJOP. Até meados do ano 2001, isso funcionou muito bem, pois o Sistema Nacional contava com apenas sete serviços estaduais de proteção a testemunhas. A metodologia utilizada propicia a avaliação, a detecção de necessidades de reajustes e o planejamento de estratégias de superação das dificuldades. Por meio disso, o Programa alcançou o nível presente, em que mais de novecentos pessoas oriundas de todo o território nacional foram efetivamente assistidas e protegidas. O Sistema Nacional, entretanto, cresceu tão vertiginosamente, desde então, que essa estrutura de monitoramento não mais tem se mostrado capaz de atender a quinze serviços de proteção, cuja capacidade de atendimento simultâneo é de 915 pessoas.

A estratégia de implementação do Programa precisa ser reformulada nos seguintes aspectos:

- 1) a equipe conta com apenas oito profissionais, com isso os trabalhos da Gerência carecem de melhor estruturação em relação à demanda que se lhe apresenta. Esse número reduzido de funcionários implica na deficiência de desempenho das atividades de responsabilidade do Governo Federal, como: monitoramento, acompanhamento e avaliação *in loco* de cada um dos serviços estaduais;

- 2) incrementar a forma de articulação com as partes interessadas direta ou indiretamente na sua eficiência, como Ministério Público, Judiciário, órgãos de segurança pública e Comissões Parlamentares de Inquérito. Observa-se que, na prática, muitas das demandas oriundas desses órgãos pecam pelo desconhecimento da filosofia de funcionamento do Programa, seus objetivos e metas. É primordial a construção e implementação de uma estratégia de marketing e comunicação social para o Programa, lembrando da necessidade de se resguardarem as informações de caráter sigiloso para a segurança do Sistema;
- 3) Os recursos materiais foram insuficientes para a implementação do Programa em 2002, principalmente a carência de equipamentos de informática e de um banco de dados nacional, que pudesse ser alimentado com as informações relativas aos atendimentos do Programa, facilitando a emissão de relatórios de acompanhamento, de informações estatísticas e do próprio gerenciamento e monitoramento. Essa dificuldade também se aplica às entidades responsáveis pela execução do Programa nos Estados.

A SEDH tem feito, desde o início do Programa, um forte investimento nas atividades de capacitação: em 2000, essas atividades (três oficinas, um Seminário Internacional, um Curso de Especialização na UFRJ) tiveram um público acumulado de 380 pessoas; em 2001, (três oficinas, um Seminário Internacional, um oficina internacional) esse número foi de mais de quinhentas pessoas. No entanto, não houve qualquer tipo de capacitação especificamente direcionada para a equipe da Gerência do Programa, apenas algumas participações esporádicas em cursos e eventos promovidos pela ENAP e em cursos de capacitação e seminários direcionados para as equipes técnicas estaduais. Cabe destacar o Curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Direitos Humanos e Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 2000, destinado exclusivamente para os agentes operadores do Programa, do qual tomaram parte, entre os funcionários hoje a serviço da Gerência, apenas a atual Gerente e seu substituto. Ademais, o número reduzido de componentes da equipe impede que haja uma participação tão freqüente em capacitações sob pena de deixar a descoberto atribuições essenciais.

O Programa Federal atende, também, aos casos de proteção provenientes de estados ainda não integrados ao Sistema Nacional. Essa atividade é executada em parceria com o GAJOP, que possui uma equipe responsável pelo acompanhamento psicossocial dos beneficiários do Programa Federal, bem como os acompanha em todos os seus deslocamentos (triagem, inclusão na rede de proteção, apresentações em juízo ou perante autoridade policial).

O Programa é implementado com o auxílio de dois principais parceiros: os governos estaduais e as organizações da sociedade civil. A parceria entre as esferas Federal e Estadual na execução do Programa significa uma importante co-responsabilização, com o somatório de recursos financeiros (apesar de cerca de 70% das despesas serem honradas com recursos federais) e o acionamento dos órgãos de segurança pública, fundamentais no apoio ao Programa.

Especificamente no plano da União, à Polícia Federal cabe conceder a proteção ostensiva das testemunhas em situações tais como em escoltas e apresentações em juízo. Além disso, a Polícia Federal tem a atribuição legal de executar o Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE que atende aos casos de proteção de pessoas com envolvimento criminoso ou excluídas do Programa por descumprimento de normas de segurança, os chamados "réus colaboradores", uma atividade fundamental pela sua complementaridade com o Programa. O

SPDE, no entanto, não está estruturado adequadamente: a equipe não é fixa; não há uma previsão legal que delimite as atribuições e a competência da Polícia Federal no assunto e as ações vêm sendo desempenhadas de forma não padronizada.

O Programa **Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas** não dispõe de estudos referentes à satisfação do público-alvo. Há registros pontuais de usuários que externam a sua satisfação com os benefícios e atendimento proporcionados pelo Programa, assim como há alguns casos de atendidos que declaram estar o serviço aquém de suas expectativas. Este é um ponto delicado do Programa, haja vista que, não raramente, as autoridades que encaminham os casos orientam de forma equivocada sobre os benefícios de que o usuário irá dispor. De qualquer forma, as insatisfações normalmente não estão relacionadas à proteção propriamente dita, mas sim a outros benefícios acessórios, como auxílio financeiro ou moradia, por exemplo.

Outros fatores indicativos dessa satisfação/insatisfação dos beneficiários do Programa pode ser avaliada pela quantidade de desligamentos voluntários e pela quantidade de exclusões. Ambas hipóteses são previstas na Lei nº 9.807/1999 sendo que, o desligamento voluntário se dá por solicitação do próprio beneficiário, lembrando que a anuência do interessado é um dos requisitos de ingresso e permanência. Esse desligamento pode se dar por diversos motivos, desde a insatisfação do beneficiário quanto à correspondência de suas expectativas anteriormente ao ingresso, quanto pela inexistência dos fatores de risco que ensejaram o ingresso. Já a exclusão só pode se dar por decisão do Conselho Deliberativo e em razão de descumprimento de normas de segurança impostas pelo Programa, que devem contar de um parecer da equipe técnica multidisciplinar responsável pelo acompanhamento psicossocial e jurídico do caso, não antes de se fazerem pelo menos três advertências formais ao beneficiário que aliás, quando do ingresso, assina Termo de Compromisso no qual toma conhecimento de todas suas obrigações e direitos como beneficiário do Programa.

Mais recentemente, e motivado por Projeto de Lei de autoria do Deputado Nilmário Miranda, está se estruturando um serviço de proteção específico para crianças e adolescentes ameaçados. Trata-se de um projeto inovador, que segue a experiência bem sucedida do Serviço de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas – Provita, inclusive adotando os mesmos procedimentos de segurança e metodologia de atendimento e execução (constantes da Lei nº 9.807/1999 e Decreto nº 3.518/2000), porém com as peculiaridades referentes a um público singularmente diferenciado. Inicialmente serão implantados, em 2002, dois serviços de proteção a crianças e adolescentes nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que servirão como projetos-piloto para que essa experiência seja avaliada na prática e, se exitosa, ampliada para outros estados. Dadas as especificidades do público-alvo, essa atividade contará com a parceria do Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mais especificamente da ação Proteção e Assistência às Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência.

O Programa **Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas** poderia fazer parcerias com os Programas: Segurança do Cidadão sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp e Combate à Violência contra a Mulher da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher – SNDM, que possuem convergência de objetivos e metas. Com a Senasp poderia se desenvolver a estruturação de Serviços de Proteção a Depoentes Especiais – SPDEs nos Estados, pois, atualmente, apenas o Estado de São Paulo possui um serviço similar. Já com a SNDM, a parceria poderia ser profícua na ação de

Implantação de Casas Abrigo desse Programa com a ação de Implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes – CAVC, o que otimizaria os recursos financeiros e possibilitaria uma convergência de esforços no combate à violência. Ambos os projetos trabalham com um público de vítimas da violência urbana, principalmente com casos de violência doméstica.

O Programa dispõe de um canal institucionalizado de participação da sociedade civil, pois em cada um dos estados em que estão implantados os serviços de proteção a testemunhas existe como instância superior um Conselho Deliberativo, composto por representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e de órgãos públicos e entidades da sociedade civil que atuam nas áreas de segurança pública e direitos humanos. Essa mesma composição configura-se no Conselho Federal que, presidido pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, conta com a participação de representantes do Judiciário Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Justiça e de entidade da sociedade civil com atuação na área de direitos humanos. Além disso, a execução do Programa normalmente recai sobre uma ONG, responsável, entre outras, pela construção de uma rede solidária de proteção que envolve diversas outras associações da sociedade civil (entidades religiosas, associações comunitárias etc). Existe, portanto, uma forma de controle social.

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Resultados Os resultados alcançados no período 2000-2002 devem ser analisados sob a ótica de um programa desenvolvido por um órgão em processo de implantação.

A Defensoria Pública da União ainda não está estruturada integralmente. Prova disso foi a recente posse, em dezembro de 2001, de 84 Defensores Públicos da União.

Neste sentido, pode-se afirmar que os índices obtidos de 2000 a 2002 não refletem, ainda, uma atuação efetiva em relação ao objetivo do Programa, porém retrata um estágio inicial de desenvolvimento.

Em 2000, foram atendidos 10.146 cidadãos. Já em 2002, com a posse dos novos Defensores, foram atendidos 54 mil cidadãos. Diante disso, a variação do indicador não pode ser avaliada com rigor, embora seja inegável o avanço da Defensoria Pública da União no cumprimento de suas atribuições.

Tendo em conta o período de análise, as principais realizações são:

- aprovação, pelo Poder Legislativo, da criação de setenta cargos de Defensor Público da União;
- melhor estruturação da Defensoria Pública da União, como órgão central, e também dos núcleos implantados em Brasília (DF), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Salvador (BA), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Juiz de Fora (MG), Cuiabá (MT), Belém (PA), Terezina (PI), Porto Velho (RO), Palmas (TO), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Campinas (SP), Guarulhos (SP), Santos (SP), São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Bagé (RS), Caxias do Sul (RS), Porto Alegre (RS), Santa Maria (SP), Pelotas (RS), Curitiba (PR), Umuarama (PR), Florianópolis (SC), Recife (PE), Maceió (AL), Fortaleza (CE), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Natal (RN), Aracajú (SE);
- ampliação da prestação da assistência jurídica integral e gratuita junto ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Entretanto, o Programa enfrenta algumas lacunas, o que dificulta a obtenção de melhores resultados. Os recursos humanos, materiais e financeiros são insuficientes para o Programa e não suportam a ampliação do número de pessoas assistidas, sendo o quadro de Defensores, servidores de apoio e cargos comissionados bastante reduzido.

Quanto à viabilidade do cumprimento do índice originariamente previsto, com a criação de cargos de Defensores Públicos da União e a ampliação de assistência jurídica gratuita, o alcance desse índice é viável.

O grande impacto do Programa sobre o seu público-alvo, pessoas sem condições econômicas de custear um advogado sem prejuízo de seu sustento e de sua família, é a garantia do acesso ao sistema de justiça, com o oferecimento de um serviço público essencial, que envolve tanto o aspecto judicial, quanto extrajudicial, com patrocínio de causas, defesa, orientação jurídica, e promoção de conciliações.

Gerente:

José Ferreira Lima

O cidadão carente que não recebe assistência jurídica gratuita fica excluído do sistema de justiça, gerando uma sensação de impunidade na sociedade e também um aumento da violência, pois o cidadão que não pode resolver os seus conflitos de forma institucionalizada é levado a buscar a Justiça de outras formas, inclusive com a prática de atos violentos.

Os principais resultados esperados para o ano de 2003 são a criação de nova estrutura para a Defensoria Pública da União; implantação de novos núcleos da Defensoria nos estados, para a ampliação do número de pessoas assistidas para 70 mil; atuação extrajudicial, em comunidades mais carentes visando a prevenção da violência, no âmbito do Plano de Prevenção à Violência do Piaps; implantação de sistema informatizado para o acompanhamento de resultados - Relatório Mensal sobre Assistência Prestada; elaboração e distribuição de cartilhas, folhetos e outros materiais institucionais e implantação de sistema sobre a pesquisa de satisfação do usuário.

Neste sentido, a proposta orçamentária para 2003 mostra-se insuficiente para promoção da ampliação almejada.

Para o período de 2004 a 2007, o fortalecimento da Defensoria Pública da União, com o objetivo de aumentar o número de assistência jurídica gratuita prestada ao cidadão deve ser revisto com a ampliação de cargos para Defensores.

..... **Concepção**

O Programa existe para tentar solucionar ou minimizar o problema de acesso ao sistema de justiça por pessoas sem condições econômicas de custear um advogado. O sistema de justiça está colocado de forma ampla, incluindo a atuação do Poder Judiciário (julgamento), do Ministério Público (acusação) e da Defensoria Pública, atuando nas suas funções judicial e extrajudicial, com patrocínio de causas, defesa, orientação jurídica e promoção de conciliações, bem como incluindo instâncias relacionadas à proteção de direitos humanos.

O problema central, em torno do programa objeto de análise, é que grande parcela da população está excluída do sistema de justiça. O cidadão que não tem condições econômicas de pagar um advogado e pagar as custas judiciais não utiliza o sistema de justiça para resolver conflitos ou reivindicar direitos. Este problema gera os seguintes impactos:

- exclusão do cidadão do sistema de justiça, gerando uma sensação de impunidade na sociedade e também um aumento da violência, pois o cidadão que não pode resolver os seus conflitos de forma institucionalizada é levado a buscar a Justiça de outras formas, inclusive com a prática de atos violentos;
- falta de acesso ao serviço jurisdicional do Estado contribuindo para o descrédito nas instituições.

O Programa pode ser identificado, também, com a necessidade de redefinir, em conjunto com a sociedade, valores ligados à promoção de direitos humanos e dos princípios de cidadania. A inclusão da população necessitada no sistema de justiça leva a operacionalização do sistema de direitos e garantias da pessoa humana, a solução pacífica de conflitos, e, em última instância, a sustentabilidade do Estado Democrático de Direito.

A atuação em módulos temáticos é uma diretriz de atuação do Programa que valoriza a proximidade com a sociedade civil organizada e com a atuação extrajudicial e pressupõe a especialização de núcleos da Defensoria, ou seja, a implantação de núcleos para tratar de áreas específicas, tais como: regularização

fundiária de terras; família; questões trabalhistas e previdenciárias; execução penal; tortura; criança e adolescente; mulheres vítimas de violência; idosos; grupos discriminados; estrangeiros; direitos do consumidor, dentre outras demandas da sociedade. Esta atuação deverá ser priorizada conforme as demandas da sociedade, promovendo integração horizontal e vertical das ações, visando a evitar duplicidades e otimizar recursos.

As causas que deram origem ao Programa podem ser descritas como o baixo grau de conhecimento sobre direitos e deveres e a baixa capacidade do Estado para responder à demanda por Justiça, com a assistência jurídica gratuita muito restrita.

O desenho do Programa, atualmente, não é o ideal em relação ao referencial 2000-2003.

Para um melhor desenvolvimento do programa, torna-se necessário a implementação das seguintes ações no âmbito da Defensoria Pública da União, órgão do Ministério da Justiça:

- prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão (Ampliação);
- implantação de núcleos da Defensoria Pública da União;
- atuação em centros de atendimento avançados e de forma itinerante;
- criação de uma rede de articulação para a assistência jurídica;
- disseminação de direitos e deveres para o fortalecimento da cidadania;
- atuação em módulos temáticos;
- consolidação e divulgação de informações sobre defensorias;
- capacitação e aperfeiçoamento de Defensores Públicos;
- implantação de Sistema de Acompanhamento da Assistência Prestada;
- ampliação do número de cargos de Defensor Público da União;
- criação de quadro de pessoal de apoio da Defensoria Pública da União;
- estruturação da Defensoria Pública da União, com quadro de cargos em comissão e funções; e
- previsão de modalidade coletiva para a assistência jurídica.

Nesse sentido, muitas das diretrizes apresentadas, bem como as linhas de ação sugeridas nesta avaliação poderiam se constituir em ações, além daquelas constantes do PPA, tais como:

- orientação jurídica gratuita fora dos Tribunais (atuação extrajudicial realizada);
- assistência jurídica itinerante e em pontos avançados (comunidades atendidas ou visitas itinerantes realizadas);
- assistência jurídica para a regularização fundiária de imóveis urbanos (unidades habitacionais em favelas atendidas ou famílias de comunidades especiais atendidas ou lotes urbanos em vias de regularização);
- mutirões de assistência jurídica (mutirão realizado);
- disseminação de direitos e garantias fundamentais (evento promovido);

- fiscalização e regulação da rede de articulação de assistência jurídica (entidade fiscalizada ou sistema articulado);
- apoio à disseminação de informações sobre defensorias (fórum apoiado); e
- capacitação de agentes de assistência jurídica (pessoa capacitada).

As metas físicas do Programa estão subdimensionadas, pois com a posse e o início da atuação de 84 defensores públicos da União e com a estruturação e fortalecimento da Defensoria nas Unidades Federadas, quantitativos maiores poderão ser adotados, com maior aporte orçamentário e aumento do número de Defensores para a ampliação da assistência jurídica gratuita ao cidadão.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada nos pontos descritos a seguir:

A gerência do Programa não possui equipe de trabalho completa e não participa do processo de decisão sobre a execução da despesa. Estes pontos precisam ser aperfeiçoados no próximo PPA

A comunicação com outras unidades do Ministério necessita ser aperfeiçoada, com a integração das ações de outros programas do Ministério da Justiça.

O Programa é financiado apenas por recursos diretos do Tesouro. Faz-se necessário o aporte de recursos do Fundo de Segurança, pois o Programa participa do Plano Integrado de Acompanhamento de Programas Sociais - Piaps, desenvolvendo ações no campo da prevenção da violência, com assistência jurídica a comunidades carentes, nos bolsões de violência.

Apesar dos aspectos ressaltados, pode-se afirmar que, em geral, a estratégia de execução do programa no exercício 2002 foi adequada.

.....

O Programa **Assistência Jurídica Integral e Gratuita** deve buscar a **Implementação** integração de suas ações com outras ações de programas federais, especialmente, com os programas participantes do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência - Piaps.

De fato, no Brasil, vários programas passam por ações relacionadas a funções de assistência jurídica, sem a integração com o Programa Federal **Assistência Jurídica Integral e Gratuita** e são implementados de forma improvisada, com a contratação de advogados, por meio da terceirização.

Essas integrações estão identificadas como consequência do amplo leque de atribuições inerentes à atividade de assistência jurídica, determinada por lei, que envolve a busca da solução pacífica e extrajudicial dos conflitos de interesses, a defesa do carente em ações penais e civis, a defesa da criança e do adolescente, a atuação nos estabelecimentos policiais e penitenciários, nos Juizados Cíveis e Criminais e a assistência ao consumidor no exercício dos seus direitos.

Os programas federais Direitos Humanos, Direitos de Todos, Reestruturação do Sistema Penitenciário, Segurança do Cidadão, Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Combate à Violência Contra a Mulher, Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País, Defesa dos Direitos do Consumidor são exemplos de programas que envolvem assistência jurídica gratuita.

Da mesma forma, podem ser citados inúmeros projetos estaduais, municipais e de algumas organizações da sociedade civil, tais como o projeto SOS Impunidade, no Espírito Santo, o projeto Balcões de Direitos do projeto Viva Rio e Centros Integrados de Cidadania, dentre outros.

A seguir são citadas algumas possibilidades de articulação entre o Programa **Assistência Jurídica Integral e Gratuita** e outros programas federais:

- Direitos Humanos, Direitos de Todos: articulação possível com as ações Apoio à Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, Apoio à Implantação dos Juizados Itinerantes; Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos; Assistência e Orientação a Grupos Discriminados; Promoção de Eventos em Direitos Humanos e Coordenação e Manutenção dos Balcões de Direitos, mediante projetos e ações apoiados pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, como o Projeto SOS Impunidade - Região Metropolitana de Vitória, na promoção de conciliações (ação Balcão de Direitos), na formação em direitos humanos e com a atuação da defensoria na regularização da documentação civil básica.
- Segurança do Cidadão: na ação Apoio a Ouvidorias de Polícia, por meio do apoio e estímulo à estruturação de ouvidorias de polícia com a participação de defensores públicos e na ação Criação de Centros Integrados de Cidadania, atuando na prevenção e solução de conflitos.
- Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: nas ações Campanha Educativa sobre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes e Defensorias Públicas Especializadas em Crianças e Adolescentes, com atuação visando à proteção das que sofreram abusos sexuais ou qualquer tipo de exploração.
- Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei: nas ações Implantação de Serviços de Atendimento a Adolescentes com Medidas Sócioeducativas não Privativas de Liberdade e Implantação de Serviços Sócio-psicopedagógicos Destinados aos Adolescentes em Conflito com a Lei e Sua Família, por meio da assistência jurídica aos adolescentes infratores ou vítimas de violência, inclusive nos estabelecimentos onde cumprem as medidas judiciais que lhes foram impostas.
- Reestruturação do Sistema Penitenciário: na ação Mutirão na Execução Penal, pela assistência jurídica aos presos com a realização de levantamentos nos presídios, nas penitenciárias e delegacias de polícia, visando à concessão de alvará de soltura e benefícios assegurados por lei, como livramento condicional, progressão de regime, remissão e comutação de pena, indulto, extinção da pena, transferência para outros presídios, unificação de penas, dentre outros.
- Combate à Violência contra a Mulher: na ação Estudos e Pesquisas sobre o Direito da Mulher, com assistência jurídica às mulheres vítimas de violência, orientando e patrocinando causas relacionadas à família, alimentos, investigação de paternidade, dentre outras.

Atendimento e Legislação de Estrangeiros no País: assistência jurídica aos estrangeiros no País. Destaca-se que a União possui convênios de assistência jurídica internacional. Propõe-se incrementar esta ação principalmente nos países do Mercosul.

- Defesa dos Direitos do Consumidor: nas ações Apoio a Projetos de Defesa dos Direitos Difusos e Implantação do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor em casos que os Procon não obtêm êxito nos acordos extrajudiciais.
- Assentamento de Trabalhadores Agrícolas e Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos: assistência jurídica ao pequeno produtor rural, para a regularização fundiária de terras. Propõe-se oferecer ao pequeno produtor rural condições efetivas para a obtenção da propriedade da terra, nos casos legais permitidos, tais como usucapião, dentre outros.

Usucapião Especial Urbano: assistência jurídica para a ordenação da propriedade de imóveis urbanos.

A existência de mecanismos de participação permanente da sociedade somente serão possíveis com a implementação do projeto Assistência Jurídica: rede articulada com a cidadania.

Com relação à realização de pesquisa de satisfação do usuário, esta ainda depende da implantação total do Programa.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, pode-se citar algumas vantagens :

- favorece uma maior integração entre as políticas públicas;
- deixa mais transparente as ações realizadas (metas físicas), bem como a alocação de recursos financeiros; e
- focaliza as políticas públicas para demandas da sociedade.

Entretanto, alguns problemas ainda são identificados:

- A estrutura organizacional dos ministérios não acompanhou o processo de mudança do planejamento e orçamento públicos e não está voltada para os programas governamentais. A nova gestão por programas impõe nova forma de organização, menos hierarquizada e mais matricial.
- Os gerentes continuam em um plano informal, convivendo com estruturas burocráticas que dificultam a resolução de conflitos entre os ordenadores de despesas, os dirigentes e os gerentes.
- A responsabilidade pelo sucesso do Programa recai sobre o gerente, que muitas vezes, na prática, é articulador entre pessoas envolvidas no problema.
- A responsabilidade pelo sucesso do Programa deve ser compartilhada entre o dirigente do órgão, o ordenador de despesas e o gerente e, até mesmo, com os coordenadores de área.

Atendimento e Legalização de Estrangeiros no País

Resultados Com referência aos índices do Programa, frente aos números apresentados, havia a previsão inicial de, anualmente, serem regularizados aproximadamente 900 estrangeiros.

Ao longo dos anos de 2000 a 2002, houve um aumento considerável desse índice, tendo em vista que em 2000 foram regularizados 7.521 estrangeiros, em 2001, 12.173 estrangeiros e em 2002, 32.747 estrangeiros.

Analisando estes resultados, verificou-se que o aumento ocorreu devido à abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro e ao programa de privatização de empresas públicas brasileiras, nos mais diversos segmentos, adquiridas por grandes grupos multinacionais. Ocorreu, ainda, um aumento considerável no País de indústrias montadoras de automóveis, a venda de grandes empresas privadas nacionais a grupos transnacionais, bem como o advento da globalização, a qual contribuiu significativamente.

No corrente ano, o Departamento de Atendimento a Estrangeiros teve que redirecionar os recursos disponibilizados para os investimentos em infra-estrutura, equipamentos, mão-de-obra de apoio administrativo, mobiliários, automação de processos e outros, para fazer frente ao aumento considerável da demanda de solicitações de regularizações.

Quanto à cesta de indicadores do Programa, há a necessidade de reformulação das mesmas, pois existem ações que não se coadunam com o objetivo finalístico do programa avaliado. A maioria das ações têm dimensões de programa, e não se refletem no indicador deste Programa, como por exemplo, a ação Atendimento e Legalização de Estrangeiros. Para calcular os resultados, foi utilizado o somatório mensal dos indicadores de todas as ações, independente de serem relacionadas ou não com o indicador do Programa. Para o cálculo total do corrente ano, utilizou-se a média anual dos resultados obtidos até o momento.

Com referência aos resultados alcançados com o programa, apesar do considerável número de regularizações realizadas, o Departamento vem administrando um passivo de cerca de 20 mil processos, devido principalmente à falta de estrutura administrativa adequada.

Cabe salientar que uma das lacunas no processo de implantação do Programa refere-se à estrutura do Departamento, onde não foi levada em consideração a recomendação de estruturá-lo por programas, o que acarretou grandes problemas de morosidade na implantação das ações e no levantamento dos resultados. Outra lacuna refere-se aos órgãos de apoio do Ministério, que no início da implantação do PPA 2000/2003, e até o presente momento, não estão estruturados por programas e não têm estrutura operacional para atender ao Departamento rapidamente.

Quanto aos resultados do indicador do Programa, cabe ressaltar que, uma das variáveis não possibilita aferir resultados, sendo inadequada, pois não existem meios para se mensurar o número de estrangeiros ilegais existentes no País. A Lei nº 6.815, de 1980 é clara, ao colocar que nenhum estrangeiro em condição ilegal pode ser legalizado, devendo ser notificado a deixar o País. Sendo assim, qualquer estrangeiro que se encontre em condição de ilegal, procurará manter-se escondido.

Gerente:

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Um resultado importante a ser citado foi a formalização de cerca de 7 (sete) acordos internacionais, apesar do não recebimento de nenhuma dotação orçamentária para execução da ação. Estes acordos foram formalizados com ajuda dos recursos de manutenção do próprio Ministério.

Para 2003, com base no indicador que está sendo utilizado, e nas dificuldades até então colocadas, está se prevendo resultados na ordem de mais 20% sobre o resultado do ano corrente, mas para se chegar a esse resultado deverão ser implementadas algumas reivindicações feitas. Caso obtenham-se os recursos necessários, pretende-se concluir todas ações de projeto, ou pelo menos, realizar cerca de 50% do que falta para conclusão das mesmas. Acredita-se também que, em 2003, todas as restrições de caráter administrativo, orçamentário, financeiro, judicial e tecnológico serão superadas, contribuindo para a implantação de uma nova estrutura para o Departamento, para que os gargalos operacionais possam ser desfeitos.

Quanto aos benefícios e impactos positivos produzidos pelo Programa, é imperativo citar que, caso não houvesse condições de implantação de parte das ações, fatalmente o Departamento estaria hoje com um passivo de solicitação de legalização de aproximadamente 70 mil processos a serem cadastrados no sistema, analisados e concluídos, gerando prejuízos incalculáveis para o País nas áreas de segurança nacional, trabalhista, social e econômica.

Pode-se ainda destacar que não haveria o intercâmbio de estrangeiros que buscam realizar pesquisas, cursos de mestrados e doutorados, missões de pesquisadores de organismos internacionais, missões sociais de ordem religiosa, bem como não haveria condições de implantação de empresas estrangeiras no mercado nacional.

Quanto à proposta orçamentária para 2003, cabe informar, que já em 2001, houve a solicitação de crédito suplementar para o equacionamento dos custos de algumas ações, e ao longo dos anos, vem se tentando, por todos os meios, o realinhamento desses custos à conclusão das mesmas. O Departamento tentou, por crédito suplementar e emenda parlamentar, romper com as restrições orçamentárias e financeiras, e por meio de vários expedientes internos e das avaliações do SigPlan, romper com as restrições administrativas, técnicas e de concepção do Programa. Entretanto, infelizmente, não foi possível lograr êxito até o momento. Cabe destacar que, na previsão orçamentária para 2003, não foi levado em consideração nenhum dos fatores e dificuldades até então colocados.

O Programa foi elaborado com base nas atividades relativas à Lei nº 6.815, de 1980, que regulamenta a política de imigração de estrangeiros e que influencia os resultados em diversas áreas, entre elas, a política de segurança no combate aos crimes transnacionais, a fuga de suspeitos para o exterior, a relação trabalhista de estrangeiros no País, bem como a proteção do mercado de trabalho de nacionais. O Programa também tem influência nas áreas sociais, pela realização de programas por organismos internacionais e religiosos; na área econômica com o incentivo à internalização de capital produtivo estrangeiro e na implantação de empresas multinacionais, na área da educação, com relação ao intercâmbio de estudos e pesquisas realizadas por estrangeiros vinculados ou não a organismos internacionais e de comunicação, com o tratamento de correspondentes da imprensa internacional.

Concepção

A partir de 2000, o Departamento teve suas atribuições ampliadas, pois somaram-se às políticas anteriormente mencionadas, as de combate ao terrorismo,

as de políticas internacionais de justiça e de interior, referentes à composição dos acordos do Mercosul, de combate aos crimes de desvio de recursos públicos e sonegação fiscal, por meio da investigação, rastreamento e bloqueio de contas fora do País, assim como combate ao tráfico de seres humanos.

Apesar de se levar em consideração as políticas anteriormente mencionadas, que deram base à elaboração do Programa, o Departamento não foi orientado que deveria se estruturar por programas, bem como não foi previsto um aumento considerável na demanda de solicitações e de novas atribuições regimentais para o Departamento. Acrescidos a esses fatores, há ainda o fato de que, diversas ações colocadas no Programa não tiveram suas etapas explicitadas, outras têm dimensões de programa, algumas foram suprimidas e a maioria das mesmas não têm relação com o indicador do Programa.

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados, tais como:

Somente algumas ações estão adequadas ao objetivo do Programa, entre elas, as ações Regularização da Situação de Estrangeiros, Implantação da Central de Atendimento aos Estrangeiros, Manutenção da Central de Atendimento, Integração dos Sistemas de Informações Referentes à Situação de Estrangeiros no País e as ações multissetoriais, cuja responsabilidade de execução é do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Programa foi elaborado tendo em vista a diversidade de público-alvo. Com relação às ações que ainda não foram inseridas no Programa, há o seguinte público-alvo: brasileiros, com relação ao reestabelecimento de Nacionalidade; portugueses, com relação às igualdades de direitos; os países integrantes do Mercosul; a Advocacia Geral da União, quanto às investigações e bloqueios de recursos internacionalizados ilegalmente; a Polícia Federal, em solicitações de investigações realizadas por órgãos similares em outros países; brasileiros, que pretendem adquirir dupla cidadania mediante emissão de Certidão Positiva ou Negativa de Naturalização; estrangeiros que necessitam de assentamento em suas Certidões de Naturalização; refugiados assistidos pela ONU, em convênio com o governo brasileiro; a Justiça Federal, em relação às solicitações de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

É muito difícil dimensionar o público-alvo, pois não há como saber, em dimensão mundial, quantos estrangeiros pretendem vir trabalhar no Brasil, quantas empresas transnacionais pretendem se instalar no País, quantas solicitações de cooperações judiciais serão formalizadas por governos internacionais, ou pelo Governo brasileiro, e ainda, quantas missões religiosas de caráter social serão realizadas por organismos internacionais, dentre outros.

Não há, inicialmente, como regionalizar a demanda em referência às necessidades do público-alvo.

Quanto à pertinência das ações frente aos objetivos, cabe salientar que as ações mencionadas anteriormente, estão bem direcionadas a sanar as necessidades do seu público-alvo, porém foram omitidas ações que poderiam melhorar sensivelmente os indicadores.

O Programa necessita de outras ações:

- Desenvolvimento dos recursos humanos;
- Melhoria e ampliação de infra-estrutura operacional (para compatibilização ao crescimento de demanda); e

- Seminários anuais de avaliação (quanto ao atendimento das expectativas do público-alvo. Esses seminários deveriam, necessariamente contar com a participação da Polícia Federal).

Algumas ações deveriam ser transformadas de atividades para projetos como a ação Edição e Distribuição de Manuais Sobre Direitos e Obrigações de Estrangeiros. Na concepção original do Programa contava-se com a ajuda do Departamento de Imprensa Nacional para composição de fotolitos e impressão, só que, com a desativação de diversas atividades deste órgão, ele ficou impossibilitado de atender às demandas desta ação.

Não se tem como mensurar a demanda, pois não existe um sistema integrado que controle a concessão de vistos a estrangeiros em todas as embaixadas e consulados brasileiros no exterior, sendo este um programa que o Departamento irá propor no próximo PPA.

O indicador do Programa é inadequado, pois o correto seria calcular o volume de legalizações realizadas, frente ao volume de solicitações de regularização.

Este programa, e outros relacionados ao controle de imigração, geram, anualmente, R\$ 119 milhões e mais US\$ 50 milhões aos cofres públicos do País, respectivamente, em taxas de migrações e emolumentos consulares. Entretanto, os recursos em reais, por força de Decreto, estão direcionados ao Fundo de Modernização da Polícia Federal, quando na realidade, parte dele deveria estar direcionada à melhoria dos serviços ao público-alvo do Programa. Os recursos em dólares, estão direcionados aos custos operacionais do Ministério das Relações Exteriores, entretanto, parte dos recursos deveriam estar direcionados ao controle dos fluxos migratórios para o País.

Em relação ao que foi colocado até então, é importante ressaltar que há a necessidade de reformulação do Programa, incluindo as ações já mencionadas e excluindo outras, reformulando o indicador do Programa, bem como estruturando o Departamento por programas, conforme sugestões a seguir:

Programa 1

Título: Atendimento e Regularização de Estrangeiros no País.

Indicador: Número de regularizações realizadas em relação ao volume de solicitações de regularizações.

Objetivo: Executar as atividades relacionadas com as políticas de prorrogação de prazo de estada e transformação de visto temporário em permanente, buscando tornar regular a estada de estrangeiros no País.

Público-Alvo: Governo brasileiro, estrangeiros vinculados a organismos internacionais e religiosos; empresas transnacionais já instaladas e a se instalarem no País, correspondentes de imprensa internacional; pessoas participantes de intercâmbio, estrangeiros que pretendem estabelecer negócios no País e estrangeiros em condições legais, pré-definidas, que possam estabelecer residência no Brasil.

Ações Sugeridas:

- Autorização de Trabalho a Estrangeiros - Atividade/Nacional;
- Desenvolvimento e Manutenção da Central de Atendimento-Atividade/Nacional;

- Edição e Distribuição de Manuais Sobre Direitos e Obrigações de Estrangeiros - Atividade - Nacional/Internacional;
- Estudos e pesquisas em Imigração de Natureza Trabalhista e seus Impactos no Mercado de Trabalho - Atividade/Nacional;
- Regularização da Situação de Estrangeiros - Atividade/Nacional;
- Desenvolvimento e Manutenção do Sistema de Informações Sobre Trabalho de Estrangeiros - Atividade/Nacional;
- Desenvolvimento de recursos humanos - Atividade/Nacional;
- Melhoria e ampliação de infra-estrutura operacional-Atividade/Nacional;
- Seminários anuais de avaliação do problemas de atendimento e definição de metas de melhoria - Atividade/Nacional;
- Diligências policiais para averiguação de informações e autenticidade de documentação - Atividade/Nacional;
- Atendimento ao estrangeiros quanto a informações e recebimento de documentação - Atividade/Nacional; e
- Microfilmagem e cadastramento do processo administrativo no Sistema de Acompanhamento de Processos - Siapro - Atividade/Nacional.

Programa 2

Título: Políticas de Medidas Compulsórias no Brasil.

Indicador: Número de procedimentos de medidas compulsórias realizadas.

Objetivo: Realizar as atividades com referência aos preceitos legais da Lei nº 6.815, de 1980, regulamentada pelo Decreto 86.715/81, Código Penal Brasileiro e acordos internacionais de extradição e de transferência de apenados, firmados pelo governo brasileiro.

Público-alvo: Governo brasileiro no âmbito das repatriações, deportações, expulsões e extradições; pessoas condenadas, atendendo às solicitações de transferências, para cumprimento da pena em seus países de origem; atendimento a brasileiros com ocorrência no exterior; e governos estrangeiros, quanto às solicitações de extradições.

Ações:

- Extradições passivas realizadas - Atividade - Internacional/Nacional;
- Extradições ativas realizadas - Atividade - Nacional/Internacional;
- Expulsões realizadas - Atividade/Nacional;
- Deportações realizadas - Atividade/Nacional;
- Ocorrência com brasileiros no exterior - Atividade - Nacional/Internacional;
- Transferência de presos realizadas - Atividade - Nacional/Internacional;
- Negociações de acordos internacionais de extradição e transferência de apenados - Atividade/Internacional;
- Traduções oficiais de documentos para execuções de extradições - Atividade/Nacional;

- Desenvolvimento e manutenção de sistemas de acompanhamento de medidas compulsórias - Atividade/Nacional;
- Melhoria, manutenção e ampliação de infra-estrutura - Atividade/Nacional;
- Seminários anuais de avaliação dos procedimentos entre os agentes dos processos - Atividade/Nacional;
- Desenvolvimento de recursos humanos - Atividade - Nacional; e
- Diligência para averiguação da legalidade ou ilegalidade de estrangeiros - Atividade/Nacional;

Programa 3

Título: Políticas de Nacionalidade e Naturalização no Brasil.

Indicador: Somatório do número de nacionalidades, perdas e reaquisições de nacionalidades, naturalizações, retificações de assentamentos, emissão de Certidões Negativas ou Positivas de Naturalizações e Averbacões, frente ao número de solicitações.

Objetivo: Realizar as atividades inerentes à Lei nº 6.815, de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 1981, respeitando os preceitos da Lei nº 6.015, de 1973 de Registros Públicos, bem como constitucionais, no que concerne às políticas de Nacionalidade e Naturalização no Brasil.

Público-Alvo: Estrangeiros com interesse de se naturalizarem brasileiros; brasileiros naturalizados que perderam a nacionalidade; brasileiros natos, que pretendam adquirir dupla cidadania; portugueses que pretendem adquirir igualdade de direitos; brasileiros naturalizados que estão querendo realizar retificação de registros de Naturalização, por mudança de nome, casamento ou documentação incorreta; brasileiros naturalizados que querem 2ª via de Certidão de Naturalização; e brasileiros natos, referente à perda e reaquisição de Nacionalidade.

Ações Sugeridas:

- Análise e concessão de Naturalizações - Atividade/Nacional;
- Pesquisa de registros e concessão de Certidões Negativas ou Positivas de Naturalização - Atividade/Nacional;
- Concessão de 2ª via de Certificado de Naturalização - Atividade/ Nacional;
- Análise de concessão de igualdade de direitos - Atividade/Nacional;
- Análise de perda ou concessão de Nacionalidade - Atividade/Nacional;
- Análise e realização de retificação de assentamento de registros;
- Realização de digitação e digitalização de registros públicos e históricos de Naturalização - Atividade/Nacional;
- Atendimento de estrangeiros e brasileiros, referente às informações de processos em análise;
- Seminários anuais de avaliação dos procedimentos entre os agentes dos processos - Atividade/Nacional;
- Desenvolvimento, implantação e manutenção do sistema automatizado de registros públicos históricos de Naturalização e emissão de Certidão Positiva ou Negativa de Naturalização - Atividade/Nacional;

- Melhoria, Manutenção e ampliação de infra-estrutura - Atividade/ Nacional;
- Desenvolvimento de recursos humanos - Atividade - Nacional;
- Diligências policiais para averiguação de informações e autenticidade de documentação - Atividade - Nacional;
- Atendimento ao estrangeiros quanto a informações e recebimento de documentação - Atividade - Nacional; e
- Microfilmagem e cadastramento do processo administrativo no Sistema de Acompanhamento de Processos - Siapro - Atividade - Nacional.

Programa 4

Título: Políticas de Cooperação Judiciária Internacional no Brasil.

Indicador: Somatórios das solicitações de cooperações ativas, passivas e de negociações de acordos, frente aos números de efetivação.

Objetivo: Facilitar a execução das tarefas das autoridades responsáveis pelo cumprimento da Lei de todos os países, com os quais o Brasil possui acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, ou, daqueles que não dispendo de Acordo, oferecem reciprocidade em caso análogos, no âmbito da investigação, inquérito, ação penal e prevenção do crime, por meio de cooperação e assistência judiciária mútua em matéria penal.

Público-Alvo: No acordo, existem dois pólos: o polo ativo, no qual o Brasil está na posição de solicitante, e nesse caso os maiores beneficiários são as autoridades judiciais e/ou o Ministério Público do país requerente, a Receita Federal e a Advocacia Geral da União, entre outros. Em outro naípe, na condição de solicitado, pólo passivo, o Brasil atende diversos pedidos de diversos países com os quais possui Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e/ou pedidos de países que possam, eventualmente, dispensar reciprocidade nas solicitações de casos semelhantes.

Ações Sugeridas:

- Negociação de Acordos Internacionais em Matéria Penal - Atividade - Internacional;
- Operacionalização de solicitações ativas de cooperação judiciária internacional - Atividade - Nacional/Internacional;
- Operacionalização de solicitações passivas de cooperações judiciária - Atividade - Nacional;
- Reuniões técnicas de negociação e composição de acordos de Ministros do Interior, referentes à consolidação do Mercosul - Atividade - Internacional;
- Reuniões técnicas de negociação e composição de acordos de Ministros da Justiça, referentes à consolidação do Mercosul;
- Seminários anuais de avaliação dos procedimentos entre os agentes dos processos - Atividade - Nacional;
- Melhoria, manutenção e ampliação de infra-estrutura - Atividade - Nacional;
- Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas automatizados de controle e estatísticas de solicitações de Cooperação Judiciária - Atividade - Nacional;

- Desenvolvimento de recursos humanos; e
- Traduções oficiais de documentos para a execução das solicitações de Cooperções Ativas - Atividade - Nacional.

Programa 5

Título: Políticas de Atendimento a Refugiados no Brasil, em Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Assuntos de Refúgio - Acnur/ONU.

Indicador: Número de refugiados atendidos pelo Brasil, frente ao número de refugiados internacionais.

Objetivo: Este programa é realizado em parceria com o Acnur/ONU, tendo em vista o caráter social e humanitário relacionado com a questão institucional do refúgio. No âmbito do Brasil, faz-se necessário a implantação de políticas públicas que objetivem a integração local dos refugiados, reconhecidos pelo governo brasileiro.

Público-Alvo: Estrangeiros reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro, através do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.

Ações Sugeridas:

- Entrevista com solicitantes de refúgio - Atividade - Internacional/Nacional;
- Supervisão de convênio com Organizações não Governamentais para assistência aos refugiados - Atividade - Nacional;
- Participação em reuniões internacionais do Acnur, sobre as estratégias de assistência aos refugiados - Atividade - Internacional/Nacional;
- Participação em seminários nacionais e internacionais realizados com parceria do Acnur - Atividade - Nacional/Internacional;
- Assentamento e integração de refugiados no Brasil - Atividade - Nacional;
- Seminários anuais de avaliação dos procedimentos entre os agentes dos processos - Atividade - Nacional;
- Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas automatizados de controle e estatísticas de assentados e ocorrência com refugiados - Atividade - Nacional;
- Desenvolvimento de recursos humanos; e
- Edição e distribuição de informativos sobre os procedimentos do refúgio no Brasil.

Como pode ser visto, o Programa executado atualmente não espelha a realidade de todas as atividades desenvolvidas pelo Departamento, em virtude da falta de orientação em estruturar o Departamento por programa e também, em razão de se ter procurado enxugar o número de programas e ações dos mesmos, em relação ao Ministério da Justiça.

Como foi colocado, em sugestão à reformulação do programa atual, diversas ações dos programas sugeridos estavam como ações do programa atual e não foram detalhadas na concepção do mesmo. Em virtude desse problema e de diversos outros já mencionados, é proposta a reformulação do programa atual e a criação de quatro outros, estruturando o Departamento por programas finalísticos. Com base nessas alterações, teremos condições de realizar a apropriação de custos, não só de pessoal, mas de qualquer outro que seja necessário.

A estratégia de implementação do Programa deve ser aperfeiçoada nos seguintes pontos:

Plano de ação: As ações multissetoriais devem ter uma melhor gestão, pois somente o responsável pelo Programa é cobrado quanto à informação sobre a execução das mesmas, não havendo nenhum meio ou forma atual de se cobrar a responsabilidade sobre os reais executores. Seminários, envolvendo o pessoal responsável pela execução das ações e também os responsáveis das áreas meio, deveriam ser realizados anualmente visando à análise de resultados obtidos, problemas e reavaliação de metas físicas.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: Cabe informar, que o Departamento, frente aos problemas de concepção do Programa, falta de estrutura adequada para atender ao crescente volume de demanda de solicitações, e ainda, a disponibilização insuficiente de recursos, utilizou-se de muita criatividade para superar os entraves e buscar os resultados anteriormente mencionados.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério: As áreas meio do Ministério têm vários órgãos que não foram estruturados por Programa, sendo requerido então, um novo modelo de gestão. Os mesmos não têm a visão de resultados e não realizam um planejamento prévio de auxílio às áreas finalísticas. Muitos órgãos, apesar da boa vontade, não têm infra-estrutura adequada para atender a demanda deste Programa.

Forma de coordenação e acompanhamento dos executores: Não existem ainda mecanismos que garantam, ao gestor do programa, condições de acompanhar as ações multissetoriais.

Forma de articulação com outros Ministérios: Faz-se necessário aprimorar a forma de lidar com as ações multissetoriais, implantando de forma rápida, procedimentos de cobrança e punição quando constatado a falta de comprometimento dos órgãos executores.

Forma de repasse dos recursos: Há a necessidade de tornar esse processo mais flexível e rápido.

Forma de participação do público-alvo - Torna-se necessário a implementação de ações junto ao programa para buscar informações da visão do público-alvo, quanto à qualidade do produto ou serviço da sua necessidade, a qualidade no atendimento e, inclusive, sugestões de melhoria. É o que está sendo sugerido através da ação de seminários de avaliação dos resultados, junto a todos os programas sugeridos.

Todas as posições expendidas acima, com relação à melhoria da estratégia de implementação, estão calçadas em soluções e sugestões para resoluções de problemas que enfrentamos no decorrer do período, que retardaram e retardam a implementação das ações, refletindo diretamente nos resultados das mesmas.

Um dos aspectos que mais contribuíram para a obtenção dos resultados do Programa, foi o planejamento prévio do Departamento na análise dos problemas, desmembramento das ações em etapas e ações de priorização das mesmas.

Quanto ao aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, é necessário, para que se possa melhor acompanhar as execuções realizadas, o comprometimento com os resultados, os padrões e iniciativas de superação de problemas em busca de uma melhoria constante, bem como, a elevação do padrão de qualidade dentro do serviço público.

Antes de se cobrar resultados, é prioritário o fornecimento de condições estruturais básicas operacionais, pois caso contrário, o volume de problemas só aumentará, tornando a sua administração impossível. Isto poderá ser um fator de descrédito para o novo modelo de gestão, pois dentro da filosofia de programas de qualidade, preliminarmente é necessário fornecer condições para o alcance dos resultados.

Implementação

Pode ser verificado que há saldos orçamentários em todas as ações do programa, gerados na sua maioria, por cortes orçamentários e impossibilidade de execução de algumas ações, onde não havia como parcelar sua execução por terem dotação orçamentária insuficiente. Como informado anteriormente, foi tentado o crédito suplementar para se tornar efetiva a execução dessas etapas, entretanto, sem êxito até o presente momento.

O Departamento administrou o aumento na demanda de solicitações, cortes orçamentário e necessidade de melhoria e ampliação de infra-estruturas, bem como a quantidade insuficiente de recursos durante o período, e há saldo em todas as ações do programa, só que em 2003, não está previsto na LOA a dotação orçamentária desses saldos, o que poderá inviabilizar os resultados de várias ações do programa, podendo inclusive, aumentar ainda mais o passivo, de aproximadamente 20 mil solicitações que estão no aguardo de análise para decisão final.

Em relação às ações multissetoriais, cabe salientar que há a necessidade de implantar um meio ou forma, de fazer com que os responsáveis pela execução tenham um maior comprometimento com o fornecimento de informações e resultados. O que se vê é que o executante só está preocupado com a execução em si, pelo fato da ação ser uma atividade inerente ao órgão de sua responsabilidade, subentendendo o mesmo, que a obrigação de fornecer informações é somente para o seu superior imediato.

Os recursos humanos não estão adequados para a implementação do programa. O programa, em função de limitações do próprio Ministério, não pôde constituir uma equipe, sendo que, atualmente, o mesmo só conta com poucas pessoas.

Quanto ao esforço de capacitação da equipe gerencial, que ainda não existe, é necessário acapacitação dos demais funcionários que fazem parte da estrutura organizacional do programa e principalmente dos dirigentes, para que os mesmos tenham a visão da operacionalização do Programa e da busca de resultados.

No ano de 2001, houve uma parceria entre este Programa e o Programa Segurança do Cidadão nas ações de Desenvolvimento dos Sistemas de Informações de Segurança - Infoseg e Integração dos Sistemas de Informação sobre Estrangeiros, visando à alimentação da base de dados do Sistema de Automação de Medidas Compulsórias - SAMC, desenvolvido dentro da ação referida desse programa.

Até o momento não existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, mas por meio das ações dos novos programas propostos, haverá condição de criá-los.

A pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário está sendo iniciada pela Central de Atendimento aos Estrangeiros, que atualmente funciona em caráter experimental. Vale ressaltar, no entanto, as grandes dificuldades encontradas nesta empreitada, devido principalmente à falta de estrutura operacional e financeira do Departamento.

Quanto ao novo modelo de gestão, cabe salientar que sua implantação depende da absorção, por toda a estrutura governamental, dessa nova cultura, e isto não acontece de um dia para outro.

O Governo está no caminho certo, pois esse novo modelo de gestão está focado em uma das mais modernas ferramentas de gestão operacional e que vem dando excelentes resultados em diversas organizações em todo o mundo.

Combate à Violência Contra a Mulher

Resultados O Programa **Combate à Violência Contra a Mulher** tem por objetivo combater a violência doméstica e sexual contra a mulher.

Não existe apuração atualizada dos índices de estupro no país e nem dos índices de violência doméstica. De acordo com os dados da pesquisa elaborada pelo CNDM/Secretaria de Gestão - MP, no ano de 1999, foram registradas 4.697 ocorrências de estupro nas Delegacias Especializadas no Atendimento à mulher - DEAM's. De acordo com os dados do MJ/SENASP/DECASP/Coordenação de Estatísticas e Acompanhamento das Polícias, foram registrados 15.122 estupros em todas as Delegacias do Brasil, em 1999, correspondendo a um índice de 9,22, referente ao indicador Taxa de Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Em 2000, houve 14.881 casos, tendo por índice 8,78, o que indica uma queda nos índices de estupros. Entretanto, a expectativa de alcançar os índices previstos até o final do PPA fica prejudicada, porque a maior conscientização das mulheres vem tornando as questões de violência, por elas sofridas, mais visíveis. Isto pode, inclusive, levar a uma distorção na comparação entre os índices de estupro devido, apenas, ao aumento de denúncias.

O alcance dos bons resultados nesta área deve-se, em boa parte, à ação do movimento organizado de mulheres, à criação de novos conselhos de direitos, de novas delegacias da mulher e de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência e à divulgação na mídia dos direitos da mulher.

Existe uma expectativa muito baixa de conseguir reduzir os índices de violência doméstica, que se referem ao indicador Taxa de Mulheres Vítimas de Agressão Física no Âmbito Familiar, porque isso exige ações preventivas, educativas e a intervenção nos vários fatores agravantes (criação de legislação para punir o agressor e diminuir a impunidade, combater o uso de álcool e drogas, fatores culturais, desemprego etc.) que não dependem apenas de mecanismos de denúncia (Delegacias especializadas), nem de abrigos para a mulher em situação de risco. Espera-se que os dados sobre violência doméstica sejam melhor conhecidos a partir da pesquisa nacional de vitimização, prevista para 2003.

Como principais resultados o Programa apresentou os seguintes:

- 1) criação de novas delegacias da mulher - em 1999, eram 305 e, em 2002, são 339;
- 2) criação de novas casas-abrigo para mulheres vítimas de violência: em 2001, eram 49 casas e em 2002, no 1º Encontro Nacional de casas-abrigo, participaram setenta casas, sendo que ao final do exercício, serão 78. Este Encontro apresentou a realidade de trabalho nas casas-abrigo do país, as suas condições de funcionamento e o perfil das mulheres abrigadas;
- 3) formação de redes de enfrentamento da violência nos estados, como resultado da agregação de outras entidades de combate à violência na capacitação de policiais das DEAMs. A partir dos resultados de seis estudos e da Pesquisa sobre condições de funcionamento das DEAMs, realizados em 2000, várias ações foram implementadas para melhorar o atendimento, entre elas a capacitação dos policiais e profissionais das equipes das Delegacias da Mulher dos estados do Nordeste; Centro-Oeste; Sul (com exceção do Paraná) e Norte (com exceção do Tocantins). Foram capacitados 1.716 profissionais. Houve uma sensível melhora no

Gerente:

Maria das Neves Rodrigues de Araújo

padrão de atendimento às mulheres e estímulo às denúncias, tirando da obscuridade e da impunidade muitos casos que antes permaneciam desconhecidos.

Existem, ainda, outros benefícios conseguidos pelo Programa como:

- 4) o apoio à construção/manutenção/reforma/implantação de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, que as beneficiam e, também, a seus filhos pequenos. As atendidas recebem assistência social, psicológica e jurídica para romper o ciclo da violência e reconstruir suas vidas:
 - Em 2000: 16 projetos apoiados;
 - Em 2001: 14 projetos apoiados; e
 - Em 2002: 37 projetos apoiados.
- 5) publicação de cartilhas voltadas para as questões de gênero, que ofereceram às mulheres mecanismos para aumentar seus conhecimentos sobre seus direitos;
- 6) semana da Mulher Empreendedora - com o objetivo de apresentar situações passíveis de gerar renda para mulheres de baixa renda, com a identificação de mecanismos de acesso ao microcrédito, além de oficinas voltadas para saúde, educação, direitos da mulher e temas ligados à questão da cidadania;
- 7) Encontro Nacional de Diretores e Técnicos de IML que iniciou a discussão sobre humanização do atendimento às vítimas de violência nos IMLs, realizado em 5/12/2002 em Salvador/BA, que apresentou diversas experiências em vários estados; e
- 8) aumento da visibilidade das questões de gênero, em especial da violência contra a mulher, e a criação de canais de comunicação com os estados, municípios e sociedade civil para a implantação de novos projetos na área de defesa do direito das mulheres.

.....

Quando o Programa foi concebido, o problema a ser encarado com maior urgência foi o de garantir, às mulheres vítimas de violência, locais adequados para denunciar e receber ajuda para enfrentar e combater a violência. Dessa maneira, capacitar os quadros das delegacias da mulher e construir abrigos para as vítimas de violência sob risco de vida era o imperativo, pois, a cada dia, mulheres morriam caladas, sem nenhuma assistência, escondidas do mundo pelo muro das convenções sociais e sujeitas a agressores reincidentes, protegidos pela impunidade.

Concepção

Hoje, estas instâncias de denúncia e combate à violência estão consolidadas, torna-se, então, premente voltar à atenção para: as ações preventivas da violência; os mecanismos de responsabilização criminal do agressor e ações voltadas ao empoderamento das mulheres, permitindo a elas romperem o ciclo vicioso da violência, na maioria das vezes alimentado pela falta de informação e de formação.

Como principais fatores associados à violência cometida contra a mulher destacam-se:

- 1) baixa escolaridade das mulheres, na pesquisa realizada com 22 casas-abrigo, 76% das abrigadas não concluíram o 1º grau, 7% eram analfabetas e 5% semi-alfabetizadas.

- 2) baixa renda: essa mesma pesquisa revelou que 24% das mulheres abrigadas possuíam renda familiar de até um salário mínimo; 64% até dois salários mínimos e 68% de dois a quatro salários mínimos;
- 3) impunidade do agressor/morosidade da justiça - a legislação atual não intervém nos casos de violência doméstica. É necessário modificar a legislação e criar juizados especiais para a questão;
- 4) falta de qualificação profissional das mulheres vítimas de violência - muitas permanecem em situação de violência por falta de condições para sustentar a si e aos seus filhos;
- 5) carência de instituições públicas para apoiar a mulher pobre que necessita trabalhar (creches, pré-escolas e escolas em período integral);
- 6) falta de centros de atenção integrada para acompanhamento social, psicológico e jurídico da mulher; e
- 7) falta de trabalho específico voltado para o agressor - segundo a pesquisa citada anteriormente, 80% dos agressores são homens, com os quais as mulheres mantêm relação afetiva (maridos e companheiros) e 20% são os próprios pais. Embora os índices de violência doméstica sejam indicadores importantes do problema, estes precisam ser reavaliados, em face da impossibilidade de mensurá-los adequadamente.

Existem alguns fatores que também contribuem no alcance do objetivo do Programa, são eles:

- Articulação inter institucional;
- Articulação e mobilização da sociedade civil para as questões de gênero;
- Ações voltadas para garantir a transversalidade de gênero nas políticas públicas;
- Articulação internacional e
- Adesão aos instrumentos internacionais de proteção aos direitos da mulher.

Quanto às estratégias de implementação, o que mais contribuiu para a consecução dos resultados do Programa foi a forma de execução descentralizada das seguintes ações:

- 1) capacitações das DEAMs, por intermédio das ONGs, foi essencial para garantir o respeito às peculiaridades regionais e dar agilidade a esse processo.
- 2) construção/manutenção de casas-abrigo, por meio de Estados, municípios e ONGs possibilita o fortalecimento dessa política pública.

O Programa precisa, ainda, implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação tanto física quanto das ações descentralizadas, por meio de parcerias com os Conselhos estaduais e municipais e com as estruturas formais de atenção à mulher (Secretarias, coordenadorias, núcleos e similares).

Implementação

Com relação ao inicialmente previsto, o Programa teve um incremento de 7,4% no PPA. Entretanto, a execução das ações foi prejudicada em virtude dos contingenciamentos de recursos, nos exercícios de 2000 a 2002. Em 2001, o contingenciamento foi da ordem de 59,4% dos recursos e em 2002 de 45%, o que tanto limitou a quantidade de recursos disponíveis para as ações como atrasou a liberação dos recursos, que foram sendo descontingenciados aos

poucos. A maior liberação concentrou-se no segundo semestre, comprimindo a execução em poucos meses e gerando sobrecarga de trabalho. Os recursos liberados foram concentrados nas ações de casas-abrigo e de capacitação dos quadros das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM's.

Para a Ação de Implantação de Abrigos para Mulheres as metas físicas, em 2002, foram superestimadas. A construção de uma casa abrigo, em média, gira em torno de R\$ 120.000,00; variando de acordo com a região. Com os recursos previstos no orçamento, para alcançar a meta física prevista cada abrigo teria de ser implantado com R\$ 19.000,00. Além disso, a liberação de parte dos recursos aconteceu no último bimestre, dificultando a celebração dos convênios, sobrecarregando a área técnica e jurídica e prejudicando o apoio a três projetos importantes.

Na ação de Capacitação, a segunda de maior aporte de recursos, a meta era capacitar 490 profissionais e foram capacitados 1.716, superando as expectativas, devido às parcerias firmadas com estados e municípios e com entidades não-governamentais e pelo fato da metodologia utilizada para a capacitação otimizar os recursos humanos e financeiros.

O cumprimento das metas físicas ficou em torno de 77%, tendo em vista que algumas metas estavam superestimadas em relação aos recursos disponíveis, ficando a execução abaixo do esperado. Outras metas foram superadas e do total de recursos liberados a SEDIM executou 98%.

O Programa não possui nenhum mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada. As informações são coletadas a partir do sistema SIAFI, por relatórios solicitados aos convenientes e nos relatórios de prestação de contas. Em 2002, foi inserida no Termo de Convênio uma cláusula específica para que o beneficiário preste informações, trimestralmente, sobre o andamento do projeto. Uma das formas de monitoramento em estudo é a formação de parceria com os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher, para que estes façam o acompanhamento *in loco*.

As principais dificuldades para a implementação do Programa em 2002 foram: 1) o número pequeno de técnicos, que acarreta uma sobrecarga de trabalho para a Gerente e os seus assessores imediatos, com a ampliação das atribuições da Secretaria, novas ações e novo orçamento. Torna-se necessário, assim, ampliar o quadro de técnicos; 2) estrutura física da Secretaria inadequada - não há espaço físico nem condições materiais para abrigar a nova equipe; e 3) a lentidão na tramitação do processo de celebração de convênio. Quando a liberação de recursos ocorre próxima ao fim do ano torna-se mais difícil celebrá-los, apesar do esforço da área técnica, três convênios praticamente prontos ficaram sem receber os recursos, devido a um erro na mudança de modalidade, que não pode ser retificada por esgotamento do prazo.

No ano de 2001, foi realizado um Encontro de capacitação de conselheiras dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, visando ampliar a capacidade gerencial e os conhecimentos sobre as modalidades de financiamento de ações e o fortalecimento da rede de Conselhos. Nesse mesmo ano, também foram capacitadas, pela CEPIA/RJ, ONGs de vários estados para servirem de multiplicadores na metodologia para capacitação dos quadros das DEAMs. Em 2002, foram escolhidas, entre as ONGs capacitadas, entidades para reproduzirem a capacitação em gênero para os quadros das DEAMs. Foram capacitadas, até o momento, todas as delegacias especializadas do Nordeste.

Até dezembro, deverão estar concluídas as capacitações das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. A Região Sudeste, por possuir o maior número de delegacias especializadas, que demandam um volume de recursos maior, deverá ser capacitada em 2003. Em relação à capacitação, toda a equipe, que trabalha direta e indiretamente com o Programa, passou por um treinamento em questões de gênero e políticas públicas, com a duração de 32 h/aula. Esse curso foi eficiente para nivelar os conhecimentos e permitir aos demais servidores a compreensão da complexidade do tema com o qual lida o Programa. Nos dias 4, 5 e 6/11/2002 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Casas-abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, onde foram discutidos novos procedimentos e instrumentos de acompanhamento a serem implantados. Esse Encontro teve por finalidades: proceder a um levantamento das condições de funcionamento das casas-abrigo; permitir um intercâmbio de experiências entre as coordenadoras e técnicas; definir parâmetro de funcionamento e critérios para o apoio a projetos de construção e manutenção, e definir mecanismos de acompanhamento e avaliação dessa política pública.

A inserção da perspectiva de gênero nos programas tem sido positiva e tem possibilitado a formação de bases estatísticas mais realistas, dando uma maior visibilidade da participação da mulher nos diversos segmentos.

Cabe registrar alguns avanços - revisão dos livros didáticos; inserção da mãe como responsável pelo recebimento do benefício do Bolsa Escola; qualificação de 55% de mulheres no Programa de Qualificação do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e estabelecimento de quotas para participação das mulheres nos cargos comissionados nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. A parceria com o Sebrae permitiu a realização das semanas da mulher empreendedora, eventos voltados para o despertar do empreendedorismo nas mulheres e para o estudo das potencialidades locais, visando criar mecanismos para viabilizar o acesso ao crédito, além de realizar oficinas para discutir questões de gênero, saúde sexual e reprodutiva, direitos e outros temas de interesse das mulheres. Em 2001, foram realizadas duas "Semanas", uma em Cajueiro-AL e outra em Rosana-SP. Em 2002, foi realizada uma "Semana" em Luis Correa-PI e está programada outra, em Roraima, que contará com a participação de mulheres indígenas.

As parcerias com os governos estaduais e municipais permitem reduzir gastos, porque a execução é feita por quem tem familiaridade com os problemas locais. Aquelas formalizadas com as Entidades de Ensino e Pesquisa proporcionam a redução de custos, pois a execução é realizada ou orientada por especialistas, que detêm o conhecimento da problemática, regional e local, com maiores chances de propor soluções mais apropriadas. As Instituições Privadas, os Organismos Internacionais e as Organizações Não-Governamentais possuem uma visão, prática ou dinâmica, de implementação.

No âmbito do Ministério da Justiça, foi firmada parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de ampliar o alcance das capacitações das DEAMs, tendo em vista que os recursos do Programa não foram suficientes para permitir a capacitação da Região Sul. Podem ser citadas parcerias vantajosas, firmadas por meio de Protocolos de Intenção, com os seguintes programas: Direitos Humanos, Direito de Todos e Segurança do Cidadão - Ministério da Justiça; Saúde da Mulher e Saúde da Família - Ministério da Saúde; Geração de Emprego e Renda e Qualificação Profissional do Trabalhador - Ministério do Trabalho e Emprego; Agricultura Familiar - Ministério do Desenvolvimento Agrário; e Educação de Jovens e Adultos - Ministério da Educação; PRONAGER, Defesa Civil e Irrigação e Drenagem - Ministério da Integração Nacional.

A sociedade também participa por meio de: um Conselho Nacional, 21 Conselhos Estaduais e 97 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher. Todas as ações a serem implementadas nos estados e municípios são discutidas e aprovadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e implementadas com a cooperação dos conselhos do estado e dos municípios envolvidos. Por exemplo, a capacitação dos quadros das DEAMs é articulada a partir dos Conselhos estaduais e municipais, depois é formada uma comissão com representantes do Programa, de membros do conselho e de entidades voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, só depois esta proposta é discutida com a Secretaria de Segurança Pública.

O Programa também costuma avaliar a satisfação de seu público-alvo. Em 2001, foi realizada uma pesquisa junto às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAMs. Identificou-se a necessidade de capacitar o pessoal, a metodologia foi elaborada e aplicada, em 2002, nas regiões Nordeste, Norte, Centro-oeste e Sul. Para 2003, está programada uma pesquisa nacional sobre vitimização, para identificar as vítimas de violência, os tipos de violência mais frequentes e a incidência de casos de violência doméstica. Será identificado também o nível de conhecimento das mulheres sobre as políticas voltadas para o enfrentamento da violência contra elas.

Combate ao Crime Organizado

Resultados

Acompanhando a evolução do índice do indicador, observa-se que houve uma taxa de crescimento lenta nos anos de 2000 e 2001, entretanto, neste ano de 2002, ocorreu um aumento significativo em razão da contratação de novos policiais federais, o que leva a crer que o Departamento de Polícia Federal alcançará no final do PPA Avança Brasil o quantitativo estimado.

O índice reflete a relação de inquéritos policiais instaurados sobre os relatados (concluídos). A quantidade de inquéritos policiais relatados no DPF cresceu significativamente, sendo que, em 1996, relatou-se 14 mil inquéritos e em 2002, atingiu-se o valor de 28.500 inquéritos relatados. Evidencia-se, assim, que houve um aumento expressivo do trabalho realizado pela Polícia Judiciária da União no tocante às apurações das investigações.

Com relação à estimativa de alcance do índice até o final do PPA, acredita-se ser bastante exequível o seu alcance. Entretanto, uma vez que o índice não atinge anualmente a meta ideal de 100% (relação de inquéritos relatados sobre os inquéritos instaurados), nota-se que, a cada ano o quantitativo de inquéritos em tramitação no DPF aumenta, de onde se deduz que, se não houver um contínuo aumento no efetivo da Instituição, em pouco tempo, não será possível atender à demanda de Inquéritos a relatar.

Como exemplo, em 1999, tinha-se 53.739 inquéritos em andamento. Já em 2002, esse número elevou-se para 96.210 inquéritos, o que corresponde a um aumento de quase 80%, ficando o quantitativo de Delegados de Polícia Federal diminuído em 26 servidores. Com esse panorama, o DPF poderá chegar a um ponto de saturação, onde não se conseguirá corresponder a essa demanda, a menos que haja um aumento significativo de ingressos de Delegados e demais policiais federais.

Há a necessidade de se repensar um indicador que reflita de forma adequada à equalização do problema "Violência Urbana". O mais indicado é a elaboração de uma cesta de indicadores de atuação multissetorial. As ações a serem desenvolvidas que refletirão no indicador (ou numa cesta de indicadores) devem envolver além do Ministério da Justiça, outros ministérios, cuja atuação, repercute na diminuição da fonte geradora da "violência urbana", principalmente, na satisfação das necessidades básicas do ser humano, entre elas, alimentação, educação, saúde, saneamento e urbanização, atingindo assim, de forma implacável a causa do problema que não é estritamente uma questão de política criminal.

Verifica-se que o Departamento de Polícia Federal está cada vez mais atuante no combate aos crimes chamados "não violentos", mas de grande dano social. O Brasil perde ou deixa de arrecadar divisas em virtude de crimes de corrupção perpetrados por altos servidores públicos, ou por desvios de verbas de implementação de infra-estrutura, ou em investidas impetuosas contra os cofres da previdência social, contra o sistema financeiro, sonegação fiscal e evasão de divisas de grandes conglomerados empresariais. Essas divisas poderiam ser canalizadas para ações sociais que iriam diminuir os fatores geradores da violência urbana. Exatamente no combate destes crimes que o Departamento de Polícia Federal vem se fortalecendo.

Gerente:

Caio Christovam Ribeiro Guimarães

Há tempos, o Departamento de Polícia Federal vem envidando esforços para diminuir os crimes de colarinho branco, almejando a devida responsabilização penal de seus autores, que tanto sangram o tesouro nacional, por conseguinte viabilizando o governo federal a implementar as ações de combate a violência urbana, seja diretamente, ou por meio de repasses de recursos para os estados e municípios com esta finalidade.

Neste sentido, o DPF está se especializando no combate ao crime organizado, com a criação em sua estrutura organizacional, de uma coordenação especializada em lavagem de dinheiro, evasão de divisas, e ao combate ao crime organizado, estreitando os laços de cooperação com outros órgãos de fiscalização, e de inteligência, entre eles, a Secretária da Receita Federal, Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Seguridade Social, e integrando o Conselho de Atividades Fiscais - COAF.

Tendo em conta o período de análise, as principais operações realizadas pela PF (ou em andamento) e seus resultados no combate ao crime organizado são:

- Alerta na Ponte: visa combater o tráfico de entorpecente e outros ilícitos na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR;
- Ashaninka: objetivou a confirmação de invasão do território nacional, por peruanos, os quais estariam devastando a selva amazônica, precisamente a Terra Indígena Kampa. Realizada em parceria com a Funai, Ibama, Exército Brasileiro, e com o Estado do Acre;
- Bingo: visou à fiscalização e encerramento das atividades do bingo que funcionavam ilegalmente;
- Caatinga E 2001: erradicação de plantações de maconha no sertão baiano;
- Caça níqueis: fiscalizar e reprimir ilícitos de contrabando, contravenções, lavagem de dinheiro;
- Charlie: visou o combate ao narcotráfico na região de Macaé/RJ, com ligações com outros traficantes do RJ, inclusive Fernandinho Beira Mar;
- Canutama: objetiva apuração de crimes de falsificação de documentos, estelionato, e invasão de terras da União, no Estado do Amazonas;
- Câncer: objetivou combater ilícitos de contrabando e descaminho;
- Carranca: visa erradicar plantações de maconha no estado da Bahia;
- Cravo: desvio de verbas/Banco do Nordeste;
- Cobra: visou coibir a prática de ilícitos e fortalecer a presença brasileira na fronteira com a Colômbia;
- Conexão Madri: visa erradicar com tráfico internacional de mulheres;
- Combinada Brasil e Paraguai: visou reprimir o comércio ilegal de entorpecentes com a prisão do traficante Leomar de Oliveira Barbosa;
- Crédito Amigo: apurar desvio de verbas da cooperativa de crédito Conquistense;
- Criciúma: objetivou reprimir o tráfico de entorpecentes;
- Cristal: apuração de crimes praticados por empreiteiras, no estado de Tocantins, contra a administração pública;
- Defeso: objetiva a prevenção e repressão aos crimes ambientais, em parceria com o Ibama;
- Diamante: desvio de verbas no DNER;
- Dossiê Cayman: falsidade documental;

- Econômico: visa a repressão dos crimes de sonegação fiscal, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha;
- Enxurrada: visou combater roubo, estelionato, lavagem de dinheiro, porte ilegal de armas, tráfico de influência, falsa identidade, corrupção ativa;
- Força-tarefa: desvio de verbas INSS/RJ;
- Filingo: visou a prisão e desmantelamento da quadrilha do traficante Jorge Luiz Gomes da Silva;
- Ipiaú: visa reprimir o roubo a estabelecimentos financeiros no estado da Bahia;
- Las Vegas: lavagem de dinheiro/bingos(Estimativas em R\$ - 10 milhões);
- Macuco: evasão de divisas(Estimativas em R\$ - 15 bilhões);
- Merlin: desvio de verbas da SUDAM;
- Miami: crime organizado/evasão de divisas;
- MF: visa apurar fraudes no âmbito da DAMF, estimadas em R\$ 1 bilhão;
- Morcego Negro: cumprimento de mandado de prisão do italiano Mário Barata, processado na Itália por homicídios e por ser integrante da máfia;
- Nafta: visa prevenir e reprimir o comtrbando de combustível da Venezuela;
- Nordeste: crime organizado/lavagem de dinheiro (Estimativa de R\$ 500 milhões);
- Notre Dame: lavagem de dinheiro/CPMF(Estimativa de R\$ 387 milhões);
- Omertá: crime organizado/lavagem de dinheiro;
- Ouro Negro: máfia do óleo;
- Pau-Brasil: obstrução do acesso a área da Terra Indígena Alto Rio Guamá; destruição de duas pontes existentes e de um trecho da estrada, pré-determinado;
- Poconé: visa a libertação de trabalhadores rurais mantidos em regime de trabalho escravo num canavial da destilaria de álcool Gameleira S/A, no Mato Grosso;
- Quatro Rodas: importação fraudulenta de veículos;
- Raiz Dourada: combater os crimes ambientais sobre a área do Parque Nacional de Ilha Grande;
- Raposa: Infrações penais praticadas por funcionários da INDESP;
- Rio Bélico I: visa desarticular focos do crime organizado voltado ao contrabando de armas, instalado no estado do Rio de Janeiro;
- Rubi: evasão de divisas (estimativa em R\$ - 125 milhões);
- Seis Fronteiras: visou o controle das substâncias e insumos químicos que possam ser utilizados na elaboração ilícita de drogas;
- Sertão: desvio de verbas públicas (prefeituras);
- Tambaú: apuração de crimes cometidos por servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional, contra a administração pública;
- Tantalita: visa reprimir o tráfico ilícito de minérios na Floresta Amazônica;

- Tapurah: visou a repressão ao Trabalho Escravo e degradante;
- Uru Eu Wau Wau: visa a autuação e retirada de invasores do interior de Terras indígenas;
- Veneza: desvio de verbas (Banco Banorte);
- Zona Verde: apurar eventual prática de crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, bem como a responsabilidade criminal das pessoas físicas e/ou judiciárias envolvidas;

Com a realização destas operações, pelo terceiro ano consecutivo, o Departamento de Polícia Federal conseguiu a melhor atuação em apreensão de maconha, superando sucessivamente as anteriores, alcançando o recorde de 190 toneladas de maconha apreendidas e retiradas de circulação e consumo. A média de apreensões de maconha ocorrida neste PPA Avança Brasil 2000-2003 supera em mais de quatro vezes a média das apreensões ocorrida no plano anterior (1996/1999).

Outro destaque foram as investigações efetuadas por meio da Operação Diamante (Operações de caráter especial), que resultaram em 23 prisões em nove estados, todas sob a acusação de envolvimento com o tráfico internacional de drogas e armas, e o suposto negócio de venda de sentenças, cujos primeiros indícios surgiram no início da apuração.

Ainda como resultado da citada operação, a Polícia Federal efetuou a captura do gerente do tráfico considerado um dos três homens mais procurados do mundo pelo tráfico de drogas internacional, com base no Brasil, o qual movimentou pelo menos R\$ 15 milhões nos últimos dois anos.

Por meio da força-tarefa com o INSS, foi desencadeada uma operação especial que somente no Estado do Rio de Janeiro resultou em 328 inquéritos instaurados, 45 prisões em flagrante efetuadas; 198 pessoas indiciadas; 126 mandados de busca cumpridos; cinquenta quebras de sigilo telefônico; 49 quebra de sigilo bancário; seis quebras de sigilo fiscal; duas quebras de sigilo de informática; 37 mandados de busca cumpridos; quatro mandados de prisão em aberto.

Mesmo com dificuldades de diversas ordens, principalmente as de ordem orçamentária, os impactos sobre o público-alvo foram positivos. A instituição manteve a excelência dos serviços prestados de forma cooperativa, participativa e comprometida, com altos índices de confiabilidade e eficácia da Polícia Federal, sempre em benefício da sociedade.

Porém, não se pode ser ingênuos e necessário se faz evidenciar que a atividade policial, principalmente na esfera federal, por si só, é apenas uma das atividades, de um conjunto de ações a serem desencadeadas pelo Governo, para efetivamente solucionar o problema da criminalidade e da violência.

Considerando que o Governo, que ora toma posse, tem como política primordial a inclusão social das pessoas menos favorecidas, por meio de investimentos em alimentação, educação, saúde, habitação e saneamento, verifica-se que o sucesso das ações atingirá um dos fatores geradores da violência urbana: a miséria.

Com este panorama, verifica-se uma maior facilidade de desarticular as organizações criminosas de tráfico de entorpecentes, uma vez que estas se utilizam da pobreza para recrutar os seus membros.

Portanto, nossas perspectivas são otimistas quanto aos resultados a serem alcançados pelo Programa **Combate ao Crime Organizado** do Departamento de Polícia Federal em 2003.

Concepção

O Programa **Combate ao Crime Organizado** foi concebido visando suprir a demanda concreta em segurança, aspiração de toda a população, sendo esta, o foco de atenção da política do atual Governo.

Considerando que o crime organizado é um problema notório na sociedade, o Programa governamental foi criado para delinear um conjunto de ações com o intuito de solucionar, ou minimizar a índices aceitáveis, a atuação destas organizações. Tendo como diretrizes, a democracia, liberdade e cidadania, a política governamental, por meio do Programa, pretende mobilizar os órgãos públicos e a sociedade para a redução da violência.

A importância do Programa se verifica em virtude de que a violência nos centros urbanos está intimamente ligada ao crime organizado e ao narcotráfico.

Entretanto, o atual Programa de **Combate ao Crime Organizado** do DPF é diminuto para solucionar tamanho problema social. O próprio Governo tem o conhecimento que, por si só, não conseguira atingir os objetivos almejados, necessitando de uma atuação conjunta com toda a sociedade, desde a prevenção do delito, repressão, até a recuperação e reintegração à sociedade daqueles envolvidos.

Em relação à prevenção do delito, assunto largamente debatido por criminalistas, juristas, sociólogos e psicólogos, o difícil é chegar num equacionamento dos motivos que levam o indivíduo a cometer o crime, e como atuar eficazmente para mudar este panorama.

É público que, dentre esse conjunto de motivos que leva o homem a agredir o seu semelhante, atingindo bens protegidos pela lei penal, está a miséria, fome, a falta de investimentos em educação, a falta de habitação e o desemprego, porém são problemas macro, cuja solução, atinge-se ao longo de um razoável período.

Em suma, para solucionar o problema da violência, o Governo deverá canalizar recursos e reestruturar, ou formular um novo programa multissetorial, que deverá ser implementado, com vistas a atingir os objetivos que implicarão na solução do problema da violência e todas as suas conseqüências.

Para combater a violência deve-se combater o crime organizado, porém, não basta só o programa finalístico do DPF, sendo, ainda, necessárias diretrizes gerais para a atuação das polícias estaduais, focando o problema e alavancando todos os esforços e recursos no sentido de equacioná-lo.

O Programa **Combate ao Crime Organizado** contribui para resolver o problema, entretanto, muitos outros programas e ações devem ser implementados concomitantemente para uma real diminuição da violência urbana, além da disseminação do conceito de polícia comunitária pelo País, da reforma do judiciário e da revisão de leis penais.

Há a necessidade de elaboração de programas multissetoriais envolvendo alavancagem econômico-social, criando postos de trabalho tanto para o "agricultor" do narcotráfico da Região Norte e Nordeste, bem como para os moradores das favelas dos grandes centros urbanos, com ampliação de ofertas de educação em escolas com período integral para crianças e adolescentes, cursos profissionalizantes, assistência aos dependentes, urbanização atingindo principalmente aqueles que se encontram em situação de miséria e que buscam no tráfico, seqüestro e outros ilícitos o meio de sobreviver.

Alguns aspectos do programa precisam ser melhorados, como:

Adequação do objetivo ao problema: Existe um conflito de objetivos para o Programa entre o que está descrito no SigPlan e a Diretriz Estratégica do PPA Democracia, Liberdade e Cidadania.

No primeiro, consta o objetivo Combater a Criminalidade de competência federal, sendo este o mais adequado ao programa na esfera do Departamento de Polícia Federal. No segundo, o programa tem objetivo diverso: "Mobilização do Governo e Sociedade para a Redução de Violência", o qual ultrapassa os limites das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Federal.

Ademais, está se tornando comum a passagem de atribuições, das polícias estaduais para a Polícia Federal, de atividades policiais que não são competência da PF. Dessa forma, verifica-se um inchamento de atribuições, sem a correspondente estruturação financeira e de recursos humanos e logísticos para acolher estas novas funções, podendo vir a prejudicar a qualidade dos serviços oferecidos pelo DPF, financiado pelo Programa **Combate ao Crime Organizado**.

Suficiência das ações - O Programa necessita de novas ações para seu aprimoramento no próximo PPA.

Uma delas é a elaboração de normas que viabilizem o acesso, pelo Departamento de Polícia Federal, aos bancos de dados de outros órgãos públicos, concessionários de fornecimento de serviço público e entidades particulares, obviamente, sem agredir as proteções e garantias constitucionais, e disponibilizando mecanismos que permitam a responsabilização daqueles que os utilizarem inadequadamente.

Essa ação justifica-se pelo fato de que a moderna polícia de combate ao crime organizado utiliza-se essencialmente da matéria-prima "informação", condição *sine qua non*, para apurar os crimes e dismantelar as quadrilhas criminosas.

As companhias de fornecimento de água, energia e telecomunicações, as instituições financeiras, as companhias telefônicas, as juntas comerciais, os órgãos de proteção ao crédito (Serasa e SPC), as operadoras de Internet, a própria Justiça Eleitoral detêm banco de dados de seus clientes, os quais poderiam ser utilizados pela Polícia Federal nas suas atividades fins, porém, muitas das vezes esses dados são negados, com o argumento do sigilo das operações comerciais, bancárias, fiscais, eleitorais e outras.

Outra ação a ser incluída no próximo PPA é: Operações de repressão ao trabalho escravo e degradante, que se realizaria em conjunto com Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. Como justificativa temos a exploração de mão-de-obra escrava que ainda é largamente utilizada no território brasileiro, notadamente na região norte, por grandes latifundiários, para a derrubada de mata, formação de pastagens e lavouras sazonais.

Estima-se que haja em todo o território brasileiro 15 mil trabalhadores em condições de trabalho escravo ou degradante, sobrevivendo em alojamentos de lona preta, sem acesso à água potável, sendo alimentados com comida deteriorada e muitas vezes, mantidos sob vigilância armada. A meta seria a Libertação de 4 mil trabalhadores/ano.

Suficiência de metas físicas - As metas físicas estão mal dimensionadas.

Podemos citar o produto droga apreendida, que abrange tanto maconha, com

apreensões da ordem de 150 mil kg, como cocaína, onde a ordem de grandeza das apreensões é em torno de 5 mil kg. As metas devem ser adequadas para cada produto específico. Outro ponto de destaque, é a meta da ação Operações Emergenciais e Especiais que variou absurdamente nos anos de 2000 com quatro operações realizadas, 2001 com trezentas e 2002 com trinta. Logo, são metas mal estabelecidas, sem base nos anos anteriores.

Adequação dos indicadores - O indicador Taxa de Inquéritos Concluídos não espelha especificamente o combate ao crime organizado, e nem a diminuição da violência. Refere-se mais ao desempenho organizacional da Polícia Federal na atividade de polícia judiciária da União. Algumas das ações mostradas abaixo, mesmo sendo executadas com eficiência, não repercutem no índice do indicador:

- Operações de Combate ao Contrabando e ao Descaminho

Produto: apreensão de bens e valores

- Controle de Precursores Químicos e Substâncias Entorpecentes

Produto: empresas fiscalizadas

- Combate à Lavagem de Dinheiro;

Produto: quantidade de inquérito instaurado;

- Recadastramento e Intensificação da Fiscalização das Empresas de Segurança Privada; e

Produto: empresas de vigilância e estabelecimentos vistoriados, e empresas clandestinas encerradas.

Quanto à estratégia de implementação adotada, ela pode ser aperfeiçoada em alguns pontos:

Plano de avaliação - A Avaliação deve se tornar uma efetiva fonte de ajuste do programa e de elaboração para o próximo PPA, porém, verifica-se que nestes anos de avaliação, não ocorreu qualquer tipo de mudança na estrutura gerencial.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência - A estruturação de uma equipe gerencial do Programa com os meios humanos, materiais e logísticos necessários para que se possa, de forma efetiva e contínua, acompanhar a execução do planejado e ajustar corretivamente os desvios torna-se fundamental. No DPF essas equipes não existem.

Organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas - Deve-se melhorar a compreensão do Programa por parte das equipes locais, ampliando, desta forma, o seu comprometimento com os resultados.

Forma de coordenação e acompanhamento dos executores - Apesar dos esforços da ENAP em capacitar os gerentes e assessores, estes não possuem acesso à forma de efetivação do empenho orçamentário a priorização dos dispêndios do seu programa, sendo o acompanhamento realizado por meio do Quadro de Detalhamento de Despesa, SigPlan ou da Câmara dos Deputados.

Forma de articulação com outros ministérios - As experiências internacionais, principalmente na Itália, demonstram somente por uma ação conjunta entre os órgãos de repressão e fiscalização do Estado, consegue-se obter um real poderio de ataque contra as organizações criminosas. Portanto, somente através de um trabalho conjunto do Departamento de Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Banco Central e outros órgãos de inteligência, será possível ao Estado dismantelar a organização.

Implementação

Considerando-se a dotação orçamentária total prevista no Plano para o Programa **Combate ao Crime Organizado** de R\$ 315.892.253,00, a previsão de execução ao final dele é de somente 60,89%. Analisando as despesas ocorridas no período de 2000-2002, chega-se ao valor de R\$ 138.012.546,00, ou seja, o Programa efetuou nos três anos passados (2000-2002) um dispêndio de 44% do valor total planejado. Projetando que em 2003 se execute a média dos três últimos anos (R\$ 46 milhões), o Programa, no final, terá executado 58,25% do planejado para o quadriênio.

Notório que os cortes na ordem de 40% que o Programa vem sofrendo abalam consideravelmente o seu sucesso.

Em consequência, várias das operações policiais de combate ao narcotráfico, lavagem de dinheiro, e outras foram suspensas ou interrompidas. As empresas de viagem paralisaram a emissão de bilhetes em virtude de inadimplência. Os policiais que se encontram em viagem ficam em uma situação constrangedora, uma vez que não têm condições de arcar com as despesas de alimentação e hospedagem, pois são gastos adicionais no orçamento doméstico. Nas superintendências, paralisam-se as atividades fins, para solucionar pequenos problemas, tais como falta de papel ofício, cartucho de impressora, combustível para viaturas etc.

Neste panorama, a execução das despesas torna-se bastante prejudicada.

Um outro obstáculo, surgiu com a criação do Funapol. O DPF teve que se adaptar ao novo modelo de custeio da máquina administrativa, conciliando a execução financeira através do Tesouro e do Fundo, gerando alguns entraves na efetivação do empenho e liquidação das despesas.

Com a desvinculação do Funapol, o Departamento aos poucos está conseguindo se reestruturar, porém o longo período sem investimentos, acarretou o sucateamento de sua modesta infra-estrutura, considerando a enorme gama de atividades que devam ser desempenhadas pela instituição. Por ter poucas delegacias ou postos policiais na área territorial, principalmente na região amazônica, torna-se necessário constantemente o deslocamento de equipes policiais para os locais em que estão ocorrendo os ilícitos, ocasionando um aumento do custeio em diárias, passagens e combustível. Portanto há necessidade de um contínuo fluxo de investimentos na área de logística, meios de comunicação, locais de trabalho, informática e aparelhamento das unidades descentralizadas.

Verifica-se também a utilização dos recursos do Programa no custeio da máquina administrativa, o que deveria ocorrer somente por meio dos programas de apoio administrativo.

A irregularidade da disponibilização da dotação orçamentária pode vir a comprometer o bom andamento da prestação do serviço público, levando a uma diminuição da eficiência e eficácia dos trabalhos do órgão. Um incremento orçamentário, com a liberação da dotação inicialmente prevista, é fundamental para o desempenho do programa no próximo ano.

O Programa não prevê execução física e orçamentária descentralizada das ações.

Os recursos humanos estão inadequados ao Programa. Em virtude do DPF ter ficado um período de dez anos sem concursos públicos (1985/1995), não foi possível alcançar um incremento real no quantitativo dos recursos humanos na organização, embora tenha ocorrido um aumento significativo nas atividades a serem desempenhadas. Como acontece na generalidade do serviço público, o Estado investe muito pouco (comparado as empresas privadas) na atualização e desenvolvimento profissional de seus servidores. O DPF não foge desta situação, apesar de ter uma boa estrutura física para o desenvolvimento de recursos humanos (por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP), o policial

após passar pelo curso de formação é quase largado ao abandono na área de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação, vindo a ser de iniciativa particular todo o investimento no desenvolvimento profissional.

Quanto ao esforço de capacitação da equipe gerencial, o Ministério do Planejamento, através da ENAP, embora de forma modesta, vem buscando capacitar os gerentes e assessores. Entretanto, quando esta equipe não tem condições de interferir no sistema de execução das atividades da instituição, a capacitação não gera repercussão no desempenho das ações. Somente com o comprometimento da Direção Geral, e treinamento e capacitação de todos os servidores, é que será possível mudar a forma gerencial, abrangendo uma análise de desempenho institucional e alcance dos resultados estratificados em quantidade, qualidade, custo e tempestividade.

Quanto às parcerias, o programa já possui algumas, dentre elas destaca-se a parceria com a Secretária da Receita Federal, Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Seguridade Social, e Conselho de Atividades Fiscais - COAF, na fiscalização e compartilhamento de informações. Entretanto, muitas outras ainda devem ser estabelecidas, devendo ser analisados também a viabilidade e conveniência de se formar parcerias com entidades não integrantes das funções típicas do Estado.

Neste sentido, a formação de parcerias com ONGs também é salutar, já que existem sérias organizações não governamentais que visam a preservação do meio ambiente, de maus tratos contra a criança e a mulher e outros e que repercutem na área criminal.

A participação da sociedade no combate ao crime é de relevância para o êxito na solução do problema, devendo essa levar ao conhecimento dos órgãos policiais todas as informações que possuem sobre algum fato delituoso.

Logo, meios seguros devem ser implantados para que a população possa auxiliar no desempenho da atividade policial, sem que essa fique receosa de uma contrapartida advinda do grupo criminoso delatado.

A pesquisa de satisfação do usuário ainda não foi instituída pelo Programa e nem pelo DPF. Pode-se citar um caso isolado de pesquisa de satisfação na Superintendência Regional de Santa Catarina, onde obteve-se a certificação do ISO na área de emissão de passaporte e controle de empresas de segurança privada, e onde os usuários desses serviços informaram o grau de satisfação no atendimento prestado.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, a administração pública deve buscar meios e ferramentas adequadas para quantificar a eficácia e a eficiência institucional, baseando-se em dados estatísticos, coletando de forma científica os produtos oferecidos à sociedade.

As práticas gerenciais tradicionais deverão ser rompidas, com a definição da estratégia organizacional e das atribuições, aos responsáveis pela execução das ações, de contínuo monitoramento e ajustes, com o fim de cobrar a efetividade dos resultados preestabelecidos.

Para que ocorra a participação de todos, estes devem compreender os objetivos funcionais da organização e qual a atribuição de cada um na conquista dos resultados almejados, o que se obtém mediante contínuo aporte de conhecimento aos servidores, através de educação, treinamento e capacitação, mantendo-os com o moral elavado diante da instituição e a sociedade.

Deve ser aprimorada institucionalmente a função do gerente, delegando poderes de decisão ao mesmo, deixando este de ser apenas um repassador de informações para o Ministério da Justiça e para o Ministério do Planejamento, ou, então, passando a gerência para quem já possui esta autonomia política, ou seja, o alto comando da instituição.

Controle do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras

.....
No período de 2000 a 2002, a variação dos índices dos indicadores do Programa **Resultados** pode ser analisada por suas ações:

- Modernização do Passaporte e Visto Consular Brasileiro - Índice do indicador estável, tendo em vista a atual fase em que se encontra o projeto (Edital de Concorrência 001/2002 - CEL/DPF - conclusão do processo de licitação em dezembro de 2002)
- Modernização da Fiscalização do Tráfego Internacional nos portos, aeroportos e fronteiras (projeto Sentinela) - De uma forma geral, a variação não foi tão grande, entretanto, no projeto piloto, implantado em Recife/PE, o índice final estabelecido no PPA já foi atingido.

A viabilidade de cumprimento do índice originariamente previsto da ação Modernização do Passaporte e Visto Consular Brasileiro, até o final do PPA, é alta (acima de 90%), tendo em vista que, pelo cronograma estabelecido para implantação do projeto, em agosto de 2003, a capacidade de produção de passaportes e vistos para todo o País será quase simultânea. Já para a ação Modernização da Fiscalização do Tráfego Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras, essa viabilidade cai para a faixa de 70% a 89%, tendo em vista que o Brasil possui atualmente 180 (cento e oitenta) pontos de fiscalização, nos quais a implantação dos vários equipamentos envolvidos e o treinamento das equipes demanda reações e lapso temporal, cuja estimativa, ainda não pode ser adequadamente mensurada.

Tendo em conta o período de análise, as principais realizações são:

- Desenvolvimento e elaboração de edital para a concorrência do Promasp;
- Conclusão de 60% da primeira etapa da ação Modernização do Controle do Tráfego Internacional, que envolve o detalhamento das especificações técnicas, funcionais e operacionais do sistema modernizado;
- Execução de 15% das obras de adequação física e elétrica dos locais abrangidos pela ação acima citada, incluindo as delegacias inauguradas e os Núcleos Especiais de Polícia Marítima criados, de modo a permitir a instalação dos novos equipamentos;
- Realização de 5% da terceira etapa da ação de modernização, envolvendo o desenvolvimento de programas de informática, consistência de dados e captura de informações do sistema antigo;
- Implementação do projeto piloto Sentinela, que visa tornar funcional o Sistema Nacional de Controle do Tráfego Internacional - Sinti, trazendo, como consequência, a retomada das ações de fiscalização de passageiros brasileiros, suspensas desde 1991, de modo a permitir a disponibilidade dessas informações à Justiça brasileira e a instituições que consultam o governo brasileiro, auxiliando na prevenção e repressão, por exemplo, do tráfico de mulheres e crianças. Esse projeto foi instalado no Aeroporto dos Guararapes, em Recife/PE, onde foram disponibilizados novos equipamentos de informática, com leitores de OCR e códigos de barras, sistema de pesquisa *on line* no momento da fiscalização do passageiro

Gerente:
Rogério Sales

internacional, no embarque e desembarque, com a geração de relatórios estatísticos; terminais de auto atendimento, nos quais o passageiro antecipa o seu atendimento, quando seu passaporte não possui o padrão da Organização da Aviação Civil - ICAO, gerando um comprovante com código de barras que é utilizado na cabine de fiscalização para alimentar o sistema e liberar o passageiro.

Para 2003 espera-se a execução da ação Modernização do Passaporte e Visto Consular brasileiro, onde o consórcio vencedor da concorrência deverá iniciar o fornecimento do novo passaporte brasileiro em todo o Brasil, a partir de junho/2003, fazendo uso de duas fábricas localizadas em São Paulo/SP e Brasília/DF e, também, das estações de atendimento e captação instaladas em cada uma das 180 unidades da Polícia Federal, quanto ao passaporte brasileiro. Outrossim, as 160 repartições consulares do Brasil no exterior também estarão fazendo uso desta tecnologia para expedição do passaporte e do visto consular brasileiro.

Pela ação Modernização da Fiscalização do Tráfego Internacional nos portos, aeroportos e fronteiras, deverá ser implantado o projeto Sentinela nos aeroportos internacionais de São Paulo/SP (Guarulhos) e Tom Jobim (Galeão) no Rio de Janeiro/RJ, além do Aeroporto Internacional de Salvador/BA.

Os impactos sobre o público-alvo do programa no período de 1999 a 2001, podem ser considerados nulos, uma vez que o Programa ficou praticamente paralisado em virtude restrições judiciais, por força de mandado de segurança, que tramitava junto ao Superior Tribunal de Justiça e que impedia a abertura de processo licitatório cujo objeto fosse o mesmo da licitação cancelada anteriormente pelo Ministério da Justiça.

Os prejuízos para a população brasileira solicitante e usuária do passaporte brasileiro está na fragilidade de sua exposição, pelo simples fato de ser detentora de um documento extremamente procurado por quadrilhas que operam com a alteração, falsificação e utilização do mesmo, por estrangeiros ou mesmo brasileiros, que não estão aptos a obter tal documento. Esse prejuízo também pode ser percebido pela forma discriminatória com que os detentores de passaporte fora do padrão ICAO são tratados no atendimento pela fiscalização migratória dos países mais desenvolvidos, particularmente aqueles com os quais o Brasil não possui, ainda, acordo para dispensa de visto consular, constatando-se neste caso, uma opinião preconcebida de que o passaporte pode ser falso ou estar sendo utilizado por terceiro, que não o seu legítimo titular.

Quanto à ação Modernização do Sistema de Fiscalização do Controle do Tráfego Internacional, os prejuízos evidenciam-se pela fragilidade dos controles que, já obsoletos, impedem a alimentação automática e on line do banco de dados (Sistema Sinti) ou a pesquisa ao Sistema de procurados e impedidos - Sinpi, onde poderiam ser detectados brasileiros ou estrangeiros com pendências policiais ou judiciais, ou menores impedidos de deixar o País ou que estejam sendo vítimas de tráfico ou seqüestro.

..... **Concepção**

O Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - Promasp, aprovado pelo Decreto nº 1.983, de 1996, portanto anterior ao plano plurianual 2000-2003, já na Exposição de Motivos que fundamentou a edição do aludido decreto, constava, no item 3 a seguinte justificativa: "Esse programa decorre de orientação da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI), da qual o Brasil é Estado-Membro, que aprovou, por unanimidade, em reunião realizada

no Canadá, em 1989, a padronização dos requisitos básicos para a criação do passaporte de leitura mecânica (*Machine Readable Passport - MRP*), com objetivo de uniformizar, mundialmente, um passaporte dotado dos mais rígidos padrões de segurança estabelecidos pela norma ISO nº 7.501, de 15 de agosto de 1985, e de facilitar e agilizar o atendimento do grande fluxo de passageiros do tráfego internacional. É oportuno acrescentar que os países membros do Mercosul foram bastante receptivos à proposta da Polícia Federal de instituir um passaporte comum aos países do Cone Sul, seguindo os novos padrões de tecnologia MRP, nos moldes da Comunidade Européia, sendo que a Argentina e o Uruguai já implantaram o novo passaporte".

Depreende-se da fundamentação apresentada na época, que o Brasil desde então encontra-se totalmente defasado quanto às tecnologias, procedimentos e rotinas que utiliza, tanto na confecção do passaporte brasileiro e visto consular brasileiro, quanto na fiscalização realizada nos cento e oitenta pontos de fiscalização do tráfego internacional, espalhados por todo o País, seja nos portos, aeroportos ou nas fronteiras terrestres.

A situação, atualmente, não está muito diferente. Se de um lado havia uma tendência para a redução nos controles migratórios, como decorrência do amplo processo de globalização, criação de mercados comuns como a União Européia e o Mercosul e através do acesso a informações pela Internet, de outro, com o atentado ocorrido em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, passamos a testemunhar uma guinada radical na implementação dos controles dos principais aeroportos do mundo, disseminando-se uma onda de insegurança generalizada e medidas extremas de prevenção e repressão ao "terrorismo". Portanto, a manutenção do Programa permanece e se justifica, com ajustes, pela necessidade de aprimoramento dos mecanismos de controle de entrada e saída de brasileiros e estrangeiros do País e, tendo em vista a crescente sofisticação do *modus operandi* do crime organizado no País e no exterior, merece posição de destaque e de prioridade da política de segurança do Governo Federal.

O Brasil está extremamente vulnerável ao ingresso de estrangeiros como clandestinos ou fazendo uso de documentos falsos (passaportes ou vistos consulares). Ademais, em decorrência de suas fragilidades no controle do tráfego em portos, aeroportos e fronteiras, o Brasil está impossibilitado de assinar acordos de dispensa de visto consular com países que possuem uma grande preocupação com a imigração ilegal, a exemplo dos Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Japão, entre outros, prejudicando nossos cidadãos, bem como os estrangeiros que pretendam ingressar no Brasil.

Nesse sentido, o efetivo desenvolvimento das ações Controle e Emissão de Passaportes e Fiscalização do Tráfego Internacional em Portos, Aeroportos e Fronteiras depende totalmente da execução da ação Modernização do Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional, por meio da aquisição de tecnologia capaz de proceder à leitura eletrônica, reconhecer e processar documentos que possuem inúmeros itens de segurança, código de barras e código OCR, segundo padrões internacionais, bem como, do treinamento e capacitação dos recursos humanos (policiais, administrativos e prestadores de serviços).

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados:

Caracterização do público-alvo - sociedade brasileira, estrangeiros que residem no Brasil e os estrangeiros que viajam para o Brasil;

Pertinência das ações - As seguintes ações são pertinentes:

1. Modernização do Passaporte e Visto Consular brasileiro;
2. Modernização do Sistema de Fiscalização do Tráfego Internacional.

Suficiência das ações - A ação Modernização do Sistema de Fiscalização do Tráfego Internacional, que na prática trata-se do projeto Sentinela, havia sido retirada do Programa, por solicitação do Ministério do Planejamento, devido a falta de execução no ano de 2000. Porém, tendo em vista a retomada do programa, é solicitada a re-inclusão desta ação.

Suficiência de metas físicas - Tendo em vista a paralisação do Programa nos exercícios anteriores, para o ano de 2002 podemos afirmar que as ações foram corretamente dimensionadas.

Matriz de fontes de financiamento - Os recursos utilizados para implementação do Programa, são oriundos do Funapol

Como ações realizadas pelo Programa e que não constam do PPA, podemos citar:

- Modernização dos portos;
- Capacitação de Policiais, em idiomas - convênio DPF com Embratur; e
- Continuidade da criação e modernização dos Núcleos Especiais de Polícia Marítima - Nepom.

A estratégia de implementação adotada precisa ser aperfeiçoada nos pontos descritos a seguir:

Plano de ação: tendo em vista a suspensão/paralisação do Programa nos exercícios anteriores, o cronograma de execução do Programa ficou drasticamente comprometido. Tal situação enseja atualmente a aceleração da execução de determinadas etapas do projeto.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: tendo em vista o volume de expedientes gerados em relação ao Programa e a variedade e complexidade de tarefas atinentes a sua implementação, constata-se grande carência de profissionais (sejam policiais ou consultores) para fazer cumprir os objetivos estabelecidos.

Forma de articulação com as parcerias: esta Coordenação-Geral, na implementação das ações contidas no Programa, mantém parceria com a Infraero visando a preparação da infra-estrutura nos aeroportos para o projeto Sentinela.

Forma de articulação com outros Ministérios: para implementação do aludido programa este departamento estará assinando convênio com o Ministério das Relações Exteriores, no tocante especialmente a expedição de passaportes e vistos consulares no exterior.

Forma de participação do público-alvo - Há uma participação direta a qual se dá no atendimento junto ao Aeroporto dos Guararapes em Recife (PE), onde o projeto Sentinela foi implementado como projeto piloto, podendo o viajante oferecer críticas ou sugestões.

O principal aspecto da estratégia de implementação que permitiu alcançar os resultados do programa no exercício de 2002, foi a separação entre as ações e os processos licitatórios, logo após a liberação do processo pelo STJ.

Implementação

A insuficiência de recursos financeiros para garantir a implementação do projeto, conforme previsto no cronograma original, ficou evidenciada de forma clara, devido à baixa execução do Programa, enquanto havia restrição judicial junto ao STJ.

Em que pese a carência dos recursos financeiros disponibilizados ao Ministério da Justiça para as despesas de custeio, é imprescindível a revisão de tais limites sob pena de inviabilizar a implementação dos programas afetos à segurança e a aquisição de equipamentos, além de serviços, devido a variada e complexa gama de itens que integram o escopo de fornecimento.

Os recursos materiais e de infra-estrutura mostram-se inadequados. A carência de materiais atinge desde a fase de elaboração dos projetos até implementação junto às unidades do DPF, envolvendo materiais de consumo, computadores, *softwares*, etc. Em que pese as várias obras realizadas até a presente data, passando por adequações físicas, adaptação de rede elétrica, fibra óptica e aquisição de computadores de grande porte, a complexidade do Programa tem encontrado grandes óbices na sua implementação, principalmente nos aeroportos internacionais e em regiões mais inóspitas.

A infra-estrutura do DPF voltada para o desenvolvimento de projetos ainda está incompatível com as atuais exigências do Governo Federal, no tocante a gerenciar os programas aprovados. A administração de Órgãos Policiais baseada em projetos ainda encontra ambiente hostil, constituindo-se muitas vezes em obstáculos intransponíveis.

Os recursos humanos também estão inadequados. A única forma encontrada até agora, na Polícia Federal, para suprir a sistemática quantidade inadequada de profissionais mobilizados na implementação de programas, tem sido a contratação, por meio de empresas de prestação de serviços, de consultores, programadores e demais profissionais da área. As equipes locais já estão se caracterizando como insuficientes para fazer frente ao uso dos inúmeros equipamentos e tecnologias disponibilizados, considerando o reduzido efetivo, frente ao aumento das atribuições na repressão à criminalidade. Além do atual gerente do programa e dos projetos, o restante da equipe carece de especialização na área de projetos. No Ministério das Relações Exteriores, através de suas repartições consulares no exterior, constata-se razoável dificuldade tanto no quantitativo, quanto na qualificação dos recursos humanos que farão uso das novas estações de trabalho a serem instaladas. A complexidade do Programa, revela um grande desafio a ser vencido no decorrer de 2003 e 2004, principalmente.

As parcerias existentes com a Infraero e a Embratur são fundamentais para permitir a continuidade da implementação do Programa.

Entretanto, são necessários convênios para estabelecer os compromissos de cada parte, a fim de não haver comprometimento do cronograma:

- Infraero: infra-estrutura nos aeroportos - Depende da formalização de convênio pois a parceria existe apenas informalmente;
- Embratur: capacitação em idiomas - Já existe convênio, o qual resultou de participação da CGPMAF no Programa Brasil Empreendedor de Turismo.

Podemos destacar algumas parcerias e seu atual estágio de implantação com outros programas do PPA:

- Educação e Segurança no Trânsito - Já existe convênio no Estado do Rio Grande do Sul. Falta em nível Nacional;
- Modernização da Polícia Federal - A parceria já existe, faltando identificar quais são os pontos ou ações que se interseccionam;
- Proteção da Adoção Internacional - Falta estabelecer intercâmbio de informações;
- Calha Norte - Falta análise para o uso racionalizado dos recursos em ações integradas;
- Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior - A parceria já existe informalmente, faltando dimensionar e formalizar;
- Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária - Depende da formalização de convênio, pois a parceria com a Infraero existe apenas informalmente;
- Desenvolvimento de Gerentes e Servidores - A parceria já existe e não depende de convênio;
- Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras - A parceria já existe, precisando ser ampliada e formalizada.

O sistema de pesquisa de satisfação do usuário, está sendo implantado a partir da instalação do projeto Sentinela, em Recife (PE). Somente após a implementação desse projeto piloto é que passou-se a trabalhar a questão de opinião do usuário/beneficiário.

A pesquisa de satisfação vai ser feita, mediante o uso de formulário e pela internet *on-line*.

Com relação à contribuição do modelo de gestão por programas, este constitui-se, enquanto sistema de estabelecimento de metas, acompanhamento do cronograma de implantação e identificação do público-alvo, em grande avanço visando a adequada aplicação dos recursos públicos, de forma institucionalizada e não apenas de modo pessoal.

Por outro lado, constata-se certa divergência, entre a proposta orçamentária, o desembolso dos recursos financeiros e as demais atividades afetas ao Órgão, as quais invariavelmente já existiam antes da criação do PPA.

Percebe-se, ainda, devido à falta de recursos humanos capacitados para trabalhar com projetos do Governo, que o Gerente do Programa nem sempre tem o respaldo adequado de seu Ministério ou Órgão e, em face dessa dificuldade acaba subordinando certas ações do Programa a um trâmite hierárquico e burocrático comprometendo o cronograma e até o sucesso como um todo.

Em face do exposto é recomendável que o responsável pelo Órgão ou Ministério seja chamado a ratificar a autonomia, mandato e apoio do setor financeiro e de planejamento ao gerente, a fim de possibilitar a execução das ações do Programa de modo integrado com as atividades estranhas ao Projeto.

Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Programa **Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente** visa coibir a violação de direitos da criança e do adolescente. **Resultados**

O Sistema de Defesa é composto por diversos órgãos: Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Defensorias Públicas, Delegacia de Proteção, Varas da Infância e Adolescência, Juizados da Infância e Centros de Defesa. A implantação destes órgãos depende diretamente da iniciativa local municipal ou estadual. Cabe ao Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) incentivar a criação destes órgãos conforme previsto na legislação vigente. Os Conselhos Tutelares, por exemplo, devem estar presentes em todos os municípios da Federação, de maneira descentralizada e dinâmica, mas de difícil monitoramento e avaliação. Em 2001, havia 3.009 Conselhos Tutelares no País, o número foi obtido em função de uma pesquisa realizada por uma entidade parceira. Em 2002, não foi possível realizar o mesmo levantamento, mas foram apoiados os Conselhos Tutelares de onze estados para implementação do Sistema Integrado de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA.

No período de 2000 a 2002, foi apoiada a criação de dezessete unidades de Delegacias de Proteção, 23 Núcleos Estaduais de Atendimento no âmbito das Defensorias Públicas e mais de duzentos municipais e dezessete Centros de Defesa.

O indicador utilizado pelo Programa é a Taxa de cobertura municipal do Sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas verifica-se a sua inadequação, tendo em vista a impossibilidade de obter informações das unidades de defesa implantadas no nível municipal, além disso, o apoio à implantação destas unidades pelo Programa se deu basicamente no nível estadual.

A implementação da legislação preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA aprovado em 1990, teve no DCA, dentro do âmbito governamental, seu grande articulador, que estabelecia a formação de alianças ou parcerias com as entidades não-governamentais ligadas à infância e adolescência, protagonistas na defesa dos direitos e com destaque nas discussões nacionais quanto aos rumos a serem traçados pelas políticas públicas. Tratava-se de reordenar todo o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente destacando para tal alguns eixos definidos pela legislação, ou seja, o eixo da defesa e da promoção dos direitos. Neste período, é inegável o avanço desencadeado por meio do protagonismo do Programa na definição e no estabelecimento de algumas prioridades.

O Programa obteve um êxito relativo, decorridos três anos de ênfase na implantação das unidades de defesa, pois a meta física estipulada em quarenta novas unidades até 2003 será em muito superada. Entretanto, isso não significa que essa meta seja suficiente ou significativa, quando se analisa a dificuldade generalizada nos municípios para a criação dos serviços de proteção da criança e do adolescente.

Na área de defesa, alguns temas e ações específicas merecem destaque:

- 1) Criação de Delegacias Estaduais Especializadas em investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes em quinze unidades da Federação (AL, AP, BA, CE, GO, MG, MT, PA, PB, PR, PI, RN, RR, SC e TO);

Gerente:

Soleny Álvares Hamú

- 2) Divulgação da legislação específica – Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 3) Implantação das Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente nos seguintes Estados: RR, AP, MA, CE, RN, PE, TO, MT, DF, GO, MG, BA, ES, PA, PR e SC;
- 4) Implantação dos Núcleos Especializados de atendimento a crianças e adolescentes no âmbito das Defensorias Públicas nos Estados: RO, ES, MG, PE, MS, AC, PR, RS, TO, MA, SE, RJ, PB e AP. Em 2002, foram implantados seis Núcleos nos seguintes Estados: RN, AL, GO, RR, DF e PI;
- 5) Implementação da Rede nacional de proteção jurídico-social a crianças e adolescentes vitimados, por meio de 35 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente nos 27 estados;
- 6) Apoio técnico e financeiro: aos planos estaduais de promoção e defesa dos direitos da Infância e da Adolescência, nas 27 unidades federadas e a projetos estaduais e municipais para implantação e fortalecimento de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares (implantados 3.009 conselhos tutelares e 3.949 conselhos de direitos, num universo de 5.560 municípios);
- 7) Implantação dos Bancos de Dados do CEDECA/Bahia, do CEDECA/República de Emaús/PA e do Banco de Dados da Rede Nacional de Informações sobre Violência, Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes - RECRIA, que integra e articula bancos de dados regionais, reunindo a produção de conhecimento e o organizando nos eixos temáticos propostos pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e disponibilizando os dados pela internet;
- 8) Implementação do Sistema Nacional de Recepção, Tratamento, Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação de Denúncias de Exploração Sexual Praticada contra Crianças e Adolescentes, em âmbito nacional, que no período encaminhou cerca de 3 mil denúncias;
- 9) Instalação da Autoridade Central Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes. A implantação da Autoridade Central Administrativa Federal e das Autoridades Centrais Estaduais e do Distrito Federal, bem como do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras permitiu ao Governo Brasileiro cumprir com os compromissos decorrentes da ratificação da Convenção de Haia em Matéria de Cooperação em Adoção Internacional e efetivar o disposto no Decreto 3.174/1999 que, em seu art. 3º, institui, no âmbito do Departamento da Criança e do Adolescente, o Programa Nacional de Cooperação em Adoção Internacional;
- 10) Implementação de Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente por meio de convênios, visando fortalecer o movimento social na área de defesa dos direitos da criança e do adolescente, pelo apoio ao protagonismo juvenil para a superação da violação de direitos e da exclusão social em todas as unidades da federação. Foram apoiados projetos em parceria com quatorze Centros distribuídos nos Estados de AL, BA, MA, MG, MT, PE, RO, RS e SP;
- 11) Implantação do Sistema Integrado de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA em oitocentos municípios. Esse sistema nacional fará o registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, preconizados no ECA. No período

todos os estados foram contemplados com o apoio técnico e financeiro do DCA. O sistema funcionará em quatro módulos, tendo como público-alvo: Conselhos de Direitos Municipais, Estaduais e Nacional (Módulo IV), Conselheiros Tutelares (Módulo I), Varas da Infância e da Juventude dos Estados e do DF (Módulos II e III) e Varas da Infância e da Juventude (Módulos II e III). Atualmente, o Módulo I se encontra funcionando via *web* e internalizado pelo Ministério da Justiça. Os Módulos II e III estarão em breve funcionando do mesmo modo;

- 12) Implantação da Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Dado o contingenciamento, foi necessário que se maximizasse a utilização dos recursos, buscou-se otimizar a instalação das Delegacias de Proteção nos Estados que não a possuíam, sendo, em 2002, beneficiados quinze Estados. Mesmo nos Estados que não receberam repasse de recursos, foram feitas articulações para viabilizar o funcionamento da Rede. A criação do site Criança e Adolescentes Desaparecidos, em 2/12/2002, recebeu o Prêmio Microsoft de Talentos Nacionais, pelo uso social da tecnologia, com transparência para a população. Hoje, qualquer cidadão pode fazer uma denúncia pelo *site* (www2.mj.gov.br/desaparecidos). A informação será investigada e confirmada pela Delegacia de Proteção à Criança e do Adolescente do Estado onde ocorreu o desaparecimento e a seguir será disponibilizada na internet. Há, ainda, *links* para estatísticas, crianças encontradas, delegacias e pesquisa dos desaparecidos, que pode ser feita por nome, apelido, data de nascimento, de desaparecimento ou estado em que a criança desapareceu. Existe, também, um espaço para foto envelhecida daqueles que estão sumidos há vários anos. Em 2003, espera-se aperfeiçoar e melhor capacitar as equipes. A empresa americana *Computer Associates* se dispôs a levar os gestores estaduais para realizarem um curso de treinamento nos Estados Unidos, além de disponibilizar equipamentos;
- 13) Estudos e Pesquisas aplicadas sobre a temática da violação dos direitos para subsidiarem a formulação de políticas públicas que reflitam os preceitos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como público-alvo as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos; e
- 14) Capacitação de aproximadamente 15.000 atores para a atuação na área de garantia de direitos de crianças e adolescentes por meio de eventos de capacitação (oficinas, cursos, seminários) que objetivam preparar os agentes públicos e os operadores para o enfrentamento da violação de direitos e da violência contra crianças e adolescentes. O público-alvo é composto por: Conselheiros de Direitos e Tutelares, Agentes das Delegacias Especializadas, Defensores Públicos/Assistentes Jurídicos, Promotores e Técnicos das Promotorias da Infância e Juventude, Profissionais dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, Juízes e Técnicos das Varas da Infância e Juventude, Líderes Comunitários, professores e jovens.

As principais dificuldades enfrentadas pelo Programa referem-se ao pequeno número de técnicos disponíveis e às limitações orçamentárias. Quando tratamos dos assuntos que envolvem a questão da "defesa de direitos", verifica-se que todas as demandas feitas por estados, municípios e ongs que não têm seu escopo no âmbito da saúde, da educação, do trabalho e da assistência social acabam por chegar ao Programa, que além de possuir uma baixa capacidade de execução (excesso de burocracia exigida para formalização de convênios), possui também baixíssimas condições de monitoramento e avaliação das ações que são por ele

desencadeadas. O recurso disponibilizado anualmente para o Programa não atende nem 10% do total da demanda. Infelizmente, mesmo que houvesse maior aporte de recursos haveria sérias dificuldades de execução. Apesar disso, em 2002, todo o volume de recursos disponibilizados para o Programa foi executado. Dos R\$10.804.817,00 disponibilizados, R\$6.216.650,00 referem-se a recursos provenientes de uma emenda cuja gestão foi compartilhada entre governo e sociedade. Com a entrada desses novos recursos, foram atendidos dezessete estados por meio dos Centros de Defesa, que de outra forma não poderiam ser contemplados. Os recursos previstos para 2003 (R\$5.822.200,00) são insuficientes para atender à demanda do Programa.

Para 2003, pretende-se continuar com a efetiva implementação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros centros de atenção à criança e ao adolescente. Pretende-se também promover ações de combate ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

..... **Concepção**

As liberdades fundamentais e os direitos da criança e do adolescente previstos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e o Adolescente de 1989, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA têm a sua viabilização assegurada por um Sistema de Garantia, que se encontra apoiado em três eixos: Promoção, Controle e Defesa. O Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente justifica a sua intervenção quando os direitos de crianças e adolescentes são ameaçados ou violados, pela insuficiência de programas e serviços por omissão da sociedade ou do Estado e pela omissão, abuso ou conduta inadequada dos pais ou responsáveis.

Os beneficiários do Programa, crianças e adolescentes em risco social e pessoal, fazem parte de um segmento expressivo da população brasileira. Segundo o Censo Demográfico 2000, a população brasileira com menos de dezoito anos representa 35,9% do total, ou cerca de 61 milhões. Por estarem em desenvolvimento, são suscetíveis às influências negativas do meio ambiente, das comunicações e da escalada da violência. Além disso, aproximadamente 4 milhões de pessoas, entre sete a quatorze anos, estão inseridas no mercado de trabalho irregularmente e não freqüentam a escola, o que agrava ainda mais o problema.

Dada as condições econômicas e sociais atuais e a ameaça à mobilidade social, particularmente afetando os jovens, o grande desafio à sociedade brasileira não é apenas o de retomar os níveis anteriores de crescimento econômico, mas o de crescer com inclusão social. Ameaçados pela pobreza, pelo crescimento da violência, pelas mudanças no mundo do trabalho, pela perda de credibilidade das instituições públicas e da efetividade da Justiça, parte de nossos jovens sentem as angústias e contradições da sociedade em que vivem. Entende-se, assim, que o grande desafio da Nação em face de seus jovens é o de lhes propiciar as condições para que criem e desenvolvam um projeto de vida socialmente integrado. Projeto que contemple a consolidação do regime democrático, a abolição da exclusão social, o respeito pelo meio ambiente e a integração com o mundo, além da sua realização pessoal. Nenhuma intervenção governamental por si só será capaz de criar as condições favoráveis da integração social dos jovens. É fundamental que esteja integrada, articulada entre si, para que se amplie o entendimento da questão e a eficiência da ação. (Relatório MP/Avança Brasil – 2002.)

Na medida em que o Programa assume como indispensável e prioritária a participação ativa da família, das comunidades locais e da sociedade civil organizada na prevenção e na superação das conseqüências da exclusão social vivenciada por crianças e adolescentes, assumem especial relevância as

parcerias dos órgãos governamentais, com um conjunto amplo de atores como: prefeituras, governos estaduais, associações voluntárias e organizações não-governamentais e universidades, comprometidos com a defesa e promoção dos direitos desse segmento, inclusive daqueles que se acham em cumprimento das medidas sócio-educativas. Ademais, no contexto de uma política pública pluripartite e descentralizada, como é o do Programa, é preponderante, na configuração dessa rede de atores, os conselhos de direitos da criança e do adolescente, com o seu papel normativo e formulador de políticas, desde o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente - CONANDA, passando pelos conselhos estaduais e municipais, até os conselhos tutelares, principais responsáveis pelas medidas protetivas para as crianças e adolescentes.

A criação da Secretaria de Estado e Direitos Humanos – SEDH (1999) possibilitou o engajamento efetivo do Governo Federal em ações voltadas para a proteção e promoção de direitos humanos. A maioria das metas do Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH foi sendo incorporada aos instrumentos de planejamento e orçamento e se converteram em programas e ações específicas para os quais foram destinados recursos orçamentários nas Leis Orçamentárias Anuais e para os quais há previsão orçamentária até o ano de 2003, conforme determina o Plano Plurianual 2000-2003. Esses instrumentos de gestão pública refletem, portanto, a opção estratégica do Governo Federal de apoiar programas voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos. A SEDH, em 2002, é responsável pela implementação de 76 ações distribuídas em 8 Programas do PPA.

O PNDH contribuiu para ampliar a participação do Brasil nos sistemas internacional e interamericano de proteção dos direitos humanos, fortaleceu a política de adesão a tratados internacionais, sua ratificação e implementação, por meio da adoção de 'soluções amistosas' para casos de violação submetidos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, além da aceitação da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, que representa garantia adicional a todas as pessoas sujeitas à jurisdição brasileira da proteção de seus direitos, tais como os consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, quando as instâncias nacionais não se mostrarem capazes de garanti-los e de assegurar a realização da justiça.

Além dessas medidas, os resultados da elaboração e implementação do PNDH podem ser medidos pela ampliação do espaço público de debate sobre questões afetas à proteção e promoção dos direitos humanos, notadamente da criança e do adolescente, fez com que se desenvolvessem as seguintes ações:

- Implantação de unidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- Criação de defensorias públicas especializadas em crianças e adolescentes;
- Criação de delegacias de proteção; e
- Promoção de eventos relativos aos direitos da criança e ao adolescente.

O aumento do contingente de adolescentes envolvidos com drogas e autores de atos infracionais está relacionado as seguintes causas: falta de perspectiva social, dificuldades de inserção no mundo do trabalho, ausência de alternativas de lazer e processos de desintegração familiar, refletindo a ausência de um projeto de vida. Isso demonstra o desafio imposto aos esforços coletivos do Estado e da sociedade brasileira, para construir e reformar mecanismos eficazes de prevenção da delinquência juvenil e de reinserção social do adolescente em conflito com a lei. Tanto a visibilidade crescente dessas manifestações de

delinqüência quanto o sucesso e/ou insucesso dos esforços de reintegração deles ao convívio social construtivo, apresentam-se como fenômenos reveladores da eficácia e da efetividade das normas, dos discursos e das práticas coletivas concentradas no ideal de proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

As normas nacionais sobre o assunto, exemplarmente alinhadas ao melhor da doutrina internacional de proteção integral, exigem, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, prioridade absoluta no tratamento público da matéria, co-responsabilidade do Estado, da sociedade e da família no enfrentamento da questão, bem como uma ação coordenada entre as três dimensões de governo, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como a distribuição equilibrada de competências entre a União, os estados e os municípios. Torna-se cada vez mais urgente interpelar esse conjunto de boas intenções por meio de uma abordagem sistemática da situação concreta do segmento mais exposto ao fracasso dos mecanismos de socialização positiva, que são crianças e adolescentes em situação de risco ou submetidos ao cumprimento de medidas sócio-educativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Os esforços de compreensão sistemática do fenômeno constituem foco privilegiado de avaliação da performance nacional no campo da proteção e promoção dos direitos humanos, particularmente das crianças, adolescentes e jovens. Há que se reconhecer a densidade e a dramaticidade do problema, buscando-se compreendê-lo, para a implementação acelerada de medidas eficazes de solução para questões cruciais de violação dos direitos humanos, quais sejam: a violência intrafamiliar, a privação de direitos sociais e econômicos indispensáveis à socialização positiva da criança e do adolescente, o enfraquecimento dos laços de solidariedade social pela difusão hegemônica de uma cultura de competição predatória, os abusos de poder por parte dos aparatos de segurança pública, a discriminação racial, os entraves institucionais refratários ao aperfeiçoamento do sistema sócio-jurídico-educativo. Algumas medidas implantadas foram: a capacitação de recursos humanos para atuação na área de garantia de direitos; a implantação da rede de crianças desaparecidas e estudos/pesquisas aplicados na área de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente

Não é nova a preocupação da sociedade brasileira com a violência. Pode-se registrá-la na mudança de conduta da população, na mensagem dos meios de comunicação, nos discursos políticos, nos trabalhos acadêmicos e nos projetos governamentais. Nesses diversos discursos os jovens tendem a ocupar o lugar de produtores de violência, com destaque para seu envolvimento com a delinqüência, a criminalidade e o tráfico de drogas, assim como, os confrontos nas periferias entre gangues, nas saídas dos bailes funks ou no embate violento entre torcidas organizadas. Porém, antes que produtores da violência, os jovens são suas principais vítimas. O fenômeno é, evidentemente, mais complexo e os estudos existentes são ainda precários. A violência assume configurações múltiplas – desde a agressão física com morte até as agressões verbais cotidianas no âmbito familiar ou profissional. Ocupa espaços diversificados – apanágio de grupos de jovens da periferia, o assalto a lojas comerciais por parte de jovens de classe média ganha notoriedade mediática nas grandes cidades. Relaciona-se, em grande parte, ao poder de atração do mercado e à perda de valores que Costa (1999), entre outros, tem insistentemente denunciado. As estatísticas são débeis, pois, a denúncia implica risco e trabalho. O espaço privado encobre grande parte do fenômeno, impedindo-o de ser claramente visualizado e

conhecido. De toda forma, os números neste campo são chocantes. Em 1997, 72,2% dos jovens entre quinze e dezenove anos que morreram, foram mortos por causas externas (principalmente homicídio, trânsito e suicídio), enquanto este mesmo percentual para toda a população encontrava-se em torno de 16%. Em 1998, o percentual de jovens mortos por causas violentas cresceu para 77%. No caso de homicídios, a diferença de gênero é gritante: 83% foram homens. Em particular, neste caso, a maioria dos seus atores – vítimas e algozes – são jovens, pardos e pobres, normalmente habitantes das periferias urbanas. O crescimento do número de jovens envolvidos com drogas e com infrações diversas está relacionado à falta de perspectiva social, às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, à ausência de alternativas de lazer e aos processos de desintegração familiar, refletindo a ausência de um projeto de vida. Mas também está articulado com outras variáveis mais gerais tais como a perda de ritmo na mobilidade social ascendente, o crescente apelo ao consumo e o enfraquecimento das normas morais. (Relatório MP/Avança Brasil – 2002).

O Programa em sua concepção é um forte instrumento transformador da sociedade. Seu alcance se dá por meio de ações específicas que envolvem a mobilização social e sua conscientização, publicação de estudos e pesquisas sobre o tema, realização de eventos, construção de banco de dados sobre a infância e juventude e o apoio aos órgãos que compõem o Sistema de Garantia. Trata portanto de viabilizar a legislação transformando-a em um instrumento eficaz de defesa dos direitos deste segmento.

Entretanto, o Programa necessita das seguintes modificações:

- 1) a caracterização do público-alvo precisa ser aperfeiçoada. "crianças e adolescentes" é uma definição extremamente abrangente, pois não limita quais segmentos são realmente os beneficiários. O Programa tem a atribuição de zelar pela aplicação da legislação que é protetiva de todas as crianças e adolescentes, e não somente daquelas que têm seus direitos violados, por meio de ações preventivas abrangendo diversos segmentos por meio da conscientização e da capacitação. Daí surge uma dificuldade concreta de dimensionamento do público-alvo, pois não há como se estimar o número de crianças e adolescentes que terão seus direitos violados.
- 2) a ação do Programa tem atuação nacional e deveria estar presente nas discussões referentes a toda a Política da Infância e Adolescência no país.
- 3) o número de ações não é suficiente para atender adequadamente o Programa. As crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, por exemplo, são atendidas pela Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS. Entretanto, sabe-se que não se trata de um problema de assistência, mas de defesa de direitos. Portanto, existe claramente uma distorção quanto à concepção do Programa Sentinela da SEAS cujo *locus* adequado seria no Departamento da Criança e do Adolescente ou apenas uma ação neste Programa. Questões relacionadas às crianças inseridas no tráfico ou uso de drogas também não estão contempladas na concepção do Programa.
- 4) o indicador Taxa de cobertura municipal do sistema de defesa dos direitos da criança e do adolescente, utilizado pelo Programa, não é adequado, porque não reflete adequadamente a abrangência do Programa. Os órgãos que compõem esse sistema são governamentais ou não-governamentais. Sua criação depende de interesse das estruturas de governos estaduais e municipais e da sociedade. Um desses órgãos é o Conselho Tutelar que, em tese, deveria estar presente em todos os municípios brasileiros, mas somente

existem em, aproximadamente, 3 mil localidades. O Programa não tem como aferir a criação destes diversos órgãos em todo o território nacional. Outros órgãos são pertencentes apenas à esfera estadual.

Não há unidades descentralizadas subordinadas ao Departamento ou ao Programa. Os órgãos que compõem o sistema de garantia são órgãos pertencentes às estruturas estaduais e municipais e da sociedade. O Programa apenas atende a estas demandas firmando convênios com as diversas instituições.

Existe um início de articulação do Programa com outros do Ministério, como é o caso do Serviço Civil Voluntário. Além disso, tem havido o desenvolvimento de parcerias com Organismos Internacionais em algumas áreas cujas ações são inexistentes no PPA, como é o caso do abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes, onde existe também uma certa articulação com o programa Sentinela da SEAS. A articulação com os estados e municípios é feita apenas no momento de assinatura dos Convênios, para orientação e definição de áreas prioritárias para a melhor utilização dos recursos alocados no Programa.

A efetiva e direta participação do público-alvo do Programa não foi ainda implementada.

A maior parte dos convênios firmados possuem um componente de capacitação das equipes locais. Entretanto, não se pode aferir a real qualidade dos cursos que são oferecidos.

A concepção do programa foi feita tomando-se por base toda a legislação pertinente à área da infância e da adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por ser um instrumento completo para a defesa dos direitos necessita, para sua efetiva implementação, da conscientização da sociedade. Trata-se de um processo lento e que o programa vem atendendo, de forma precária, mas com algum impacto.

A busca de parcerias adequadas, para o desenvolvimento das ações listadas pelo PPA, é definida pelo Departamento e pelo Programa, de forma conjunta com a sociedade, e de critérios internos. O apoio aos estados e municípios é definido a partir destes critérios e por meio de avaliação técnica tomando-se por base as diversas situações de necessidade efetiva de maior aporte de recursos e de eficiência a partir da alocação dos mesmos.

Implementação

Em 2002, o valor disponibilizado na Lei para o programa foi de R\$15.230.000,00. Houve um contingenciamento inicial de 80% destes recursos que impactaram sobremaneira o planejamento realizado em 2001. Então, foi priorizada a aplicação dos recursos na ação de apoio às Delegacias de Proteção dando continuidade à criação da Rede Nacional de Localização e Identificação de Crianças e de Adolescentes Desaparecidos, mais ampla podendo gerar algum resultado. O recurso disponibilizado não foi suficiente para atendimento à toda a demanda, contudo, para alocação de volumes muitos superiores no Programa seria necessária a sua completa reformulação, especificamente no que diz respeito aos recursos humanos disponíveis.

Foram iniciadas as formalizações dos convênios e, finalmente, houveram outras disponibilizações, que possibilitaram o atendimento a outros estados. O contingenciamento final foi de 29,06%. Todavia, a disponibilização orçamentária em parcelas foi a restrição mais importante para o bom desempenho das ações, porque dificulta a formalização de parcerias, gerando constantes alterações do

planejamento no decorrer do exercício e o conseqüente atraso no cronograma físico com os convênios de final de exercício. Para minimizar os efeitos, foram feitas gestões constantes junto a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Outro inconveniente percebido é que a execução financeira – descentralizada por meio de transferências voluntárias (convênios) – é contabilmente do exercício de 2002, enquanto a efetiva implementação de tais metas físicas ocorrerá no exercício seguinte.

Para o real combate do problema, necessita-se de um conjunto articulado de ações, bem como de um orçamento compatível com o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, que visem ao atendimento integral emanado do ordenamento jurídico vigente (principalmente da Lei nº 8069/90).

Mesmo com o corte do orçamento aprovado em Lei, outras ações também foram prejudicadas, como foi o caso do apoio a eventos de mobilização social e às publicações. O Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, gerido pela SEAS, com apenas uma ação sob responsabilidade do Programa, por meio de ação política e parceria com organismos internacionais, conseguiu a aprovação de um convênio que propiciará maior eficácia nesta ação em diversas localidades do país.

O originalmente previsto foi cumprido por meio da otimização das ações do Programa, graças às articulações institucionais e acordos de cooperação técnica (o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA realiza a Cooperação dos partícipes para a elaboração de pesquisa e estudos que subsidiam a formulação de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente.)

Outra restrição importante foi a não efetivação de parcerias para a implantação de Delegacias Especializadas em atendimento a crianças e adolescentes por conta da inadimplência de governos estaduais junto ao sistema SIAFI.

Todas as ações do Programa são acompanhadas por meio de relatórios de execução do objeto dos convênios firmados com os estados, municípios e Ongs. São solicitados relatórios semestrais de avaliação e relatórios finais para verificar se as ações propostas foram efetivadas e quais as dificuldades encontradas para a sua execução. Não há monitoramento e avaliação das ações feitas *in loco*, uma falha de difícil superação, pois não há recursos disponíveis e nem pessoal suficiente no Programa. Nas ações do PPA, para o Programa, não há nenhuma que seja voltada para a avaliação e o monitoramento. A dotação ministerial disponível para este tipo de ação nunca é suficiente e muito pouco planejada. Dentro dos convênios não há possibilidade de inclusão destas ações pois estas são de atribuição e competência do Órgão Cedente. Na medida do possível, este monitoramento é feito de forma informal por parceiros locais que nem sempre estão disponíveis para elaboração de relatórios completos e consistentes.

O Programa não dispõe de apoio administrativo nem técnico, porque não possui quadro de pessoal adequado. A equipe, que atua diretamente, é composta apenas pela gerente, existindo uma extrema sobrecarga de trabalho na gerência tornando-se impossível desenvolver, de forma sistemática, a avaliação e monitoramento das ações que são desenvolvidas e apoiadas. O Departamento da Criança e do Adolescente atende todas as unidades da federação com uma estrutura extremamente enxuta, menos de dez funcionários do próprio quadro, sendo que todo o restante, cerca de 77 funcionários, exercem suas funções por meio de

estágios, contratos terceirizados, cargos comissionados e contratos através de organismos internacionais. Esses vínculos empregatícios dificultam o bom andamento das atividades, visto que não há segurança quanto a permanência dos profissionais em seus respectivos cargos. Isso, também, inviabiliza a configuração de uma equipe adequada que possa, de fato, promover o acompanhamento da execução das ações, bem como da avaliação relativa à implementação das políticas públicas pelo Estado. Além disso, existe, também, a deficiência qualitativa, os recursos humanos necessitam de uma capacitação programada e permanente

Os recursos materiais também são insuficientes para a perfeita condução do Programa.

No período em que o Programa ficou sob a responsabilidade da atual gerência, a partir de Julho/2001, não houve nenhum curso de capacitação. Seria fundamental a participação em cursos financiados pelo Programa e que ocorrem nos diversos Estados da Federação. Ademais, as equipes locais tiveram maiores chances de capacitação, pois este é um componente presente na maior parte dos convênios firmados. Para isso, são escolhidas entidades com notório saber e tradição na área da infância e adolescência. As equipes das Delegacias e das defensorias devem ser necessariamente capacitadas, para um melhor desempenho de suas atribuições. Os conselhos tutelares, pela contínua substituição dos seus membros, devem estar sendo constantemente capacitados. O desnível observado pelos atores que compõem o sistema de garantia (alguns possuem apenas nível de escolaridade primária outros, superior) dificulta uma homogeneização destes cursos.

A capacitação merece bastante atenção. Em oficina realizada com o UNICEF foram destacados alguns problemas:

- falta de monitoramento, avaliação e *feedback* dos cursos financiados;
- alta rotatividade da clientela de capacitação;
- necessidade de: estabelecer padrões mínimos de conteúdo e metodologia para as capacitações e formar Núcleos de Capacitação nos Estados;
- constatação da convergência de interesses e esforços do DCA/CONANDA/ UNICEF para construir um sistema eficaz de capacitação continuada para atores do Sistema de Garantia de Direitos; e
- recursos escassos.

Em outra oficina de planejamento interno foram definidos, minimamente os conteúdos que deveriam ser desenvolvidos. São eles:

- 1) O Ser Humano;
- 2) O Cidadão no Mundo;
- 3) O Direito e os Direitos Humanos; e
- 4) Direitos na Infância e Adolescência.

O Público-alvo é composto por: Conselheiros de Direitos, Conselheiros Tutelares, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Representantes de Centros de Defesa, Policiais, seguranças de escolas, Lideranças comunitárias, Educadores e Representantes de Organizações Não-Governamentais na linha da defesa de direitos.

O Programa de Defesa tem parcerias históricas, principalmente no âmbito da sociedade civil organizada e alguns organismos internacionais, que têm buscado atuar de forma mais enfática na mobilização social e na maior visibilidade da legislação aplicada à área. São entidades como: Movimento Nacional de

Meninos e Meninas de Rua, Fórum Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Associação Nacional dos Centros de Defesa, Associação Nacional dos Conselhos Tutelares, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, IPEA, UNICEF, USAID, UNIFEM e Organização Internacional do Trabalho. Elas têm contribuído técnica e financeiramente para a implementação de diversas ações. Como preconizado pela legislação, a criança é responsabilidade do Estado e da Sociedade. Não há como atuar de forma isolada nesta questão sob pena de não se promover os avanços necessários.

São feitas gestões no Congresso Nacional para que haja maior aporte de recursos ao Programa, nem sempre contudo, bem sucedidas. Em 2001, foi aprovada emenda no valor de R\$ 8.000.000,00, que contribuiu para o atendimento de diversas demandas, apesar do contingenciamento de 25% do total. Todas as dificuldades enfrentadas pelo Programa, assim como pelo Departamento da Criança e do Adolescente, são conhecidas pelas entidades que atuam nesta área. A carência histórica de recursos de toda ordem reflete-se na solidariedade e na superação de obstáculos enfrentados pela equipe.

O Programa possui uma parceria com o de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual gerido pela SEAS, pois desenvolve uma ação do PPA. São realizadas reuniões sistemáticas com o objetivo de traçar uma estratégia conjunta entre os parceiros governamentais ou não, visando a maximização da utilização dos recursos escassos. Existe, também, uma articulação com o Programa de Combate ao Trabalho Infantil – SEAS. Em 2002, foi criada uma Comissão Especial, no âmbito da SEDH, cuja missão foi propor mecanismos de solução para os trabalhos escravo e infantil. Desta comissão participam membros do Ministério Público do Trabalho, da SEAS, da CNI, da CNA, do CONANDA e do Ministério do Trabalho e Emprego. Entendeu-se que uma das principais dificuldades é promover a adequada articulação com o Ministério da Educação.

Os programas parceiros citados deveriam ter a sua gestão no campo da defesa dos direitos humanos, porque não se trata de problemas de assistência social, mas de direitos violados. Tal análise já vem sendo promovida por entidades que atuam nesta área, sendo que uma reavaliação da concepção destes programas deveria ser promovida já em 2003.

Todas as ações que envolvem as crianças e adolescentes no país deveriam ter uma maior articulação, pelo menos no nível federal. Programas como Bolsa-Escola, erradicação do trabalho Infantil – PETI e Sentinela deveriam ter suas ações planejadas de forma integrada, buscando maior efetividade e eficiência, não só de resultados como de aplicação de recursos. Na realidade as prioridades são estabelecidas de forma isolada, o que ocasiona a falta de integração nos demais níveis de governo. A demanda dos estados e municípios também é apresentada de forma fragmentada gerando uma peregrinação por obtenção de recursos nas diversas áreas.

O Programa não tem mecanismos de participação da sociedade, nem avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários quanto à execução.

A defesa dos direitos é uma ação política e subjetiva desenvolvida por meio de outras entidades, governamentais ou não, que atuam na área. Os beneficiários finais do Programa são as crianças e adolescentes, que vêm seus direitos atendidos por meio dos órgãos que compõem o sistema de garantia, cujas ações são apoiadas pelo Programa. Tais órgãos são os mais variados e estão diversos níveis. A ação descentralizada dificulta em parte este tipo de avaliação de satisfação. Como explicitado anteriormente, a falta de recursos humanos para o Programa inviabiliza qualquer ação de monitoramento e avaliação.

Defesa dos Direitos do Consumidor

Resultados O Programa **Defesa dos Direitos do Consumidor** busca assegurar os direitos do consumidor.

Inicialmente, o indicador era "Taxa de Atendimento por Procons em Municípios com mais de 20 mil habitantes", tendo como unidade de medida porcentagem, a qual no ano de 2000 e 2001 teve como meta o índice de 28% dos municípios com população superior a 20 mil habitantes que fazem atendimento ao público. Em 2000 e 2001, não foram informados os índices, o que não permite, portanto, uma avaliação segura pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC.

Para 2002, o indicador foi alterado passando a ser mensurado pelo Número-índice de Atendimento por Procons em Municípios com mais de 20 mil Habitantes. Essa mudança visa proporcionar um melhor resultado, quando da leitura do indicador, possibilitando interferência do plano gerencial no plano prático.

Ressalte-se, entretanto, que esse indicador não permite uma avaliação condizente com a realidade, ou seja, não mensura se a população brasileira está mais consciente sobre os seus direitos como consumidor. Apenas avaliando o atendimento feito pelo Procon, o indicador não espelha a realidade e não traz informações sobre os dados físicos. Muitas vezes, o consumidor não vai ao Procon reclamar sobre um produto ou serviço, apenas ameaça que irá fazê-lo e o fornecedor acaba por resolver o problema. Várias são as reportagens veiculadas na mídia, informando que o consumidor obteve decisão favorável pela Justiça, por meio de uma reclamação em jornais teve sucesso ou por uma entidade civil conseguiu um acordo. O benefício socioeconômico para o público-alvo não pode, ainda, ser mensurado. Contudo, ressalte-se que o consumidor ao receber informação sobre os seus direitos, independente de sua classe social, exigirá um produto de melhor qualidade, terá melhor argumentação quando da contratação de serviços buscando o menor preço com qualidade.

Ademais, para que realmente o indicador seja avaliado, seria necessário um fluxo de informações provenientes dos Procons instalados em municípios com mais de 20 mil habitantes. Hoje, contamos com aproximadamente 631 Procons municipais e 27 estaduais, perfazendo um total de 658 Procons na Federação Brasileira. Estes órgãos deveriam ser oficiados para informarem a quantidade de atendimentos realizados no ano de 2002. Entretanto, a maioria dos Procons não é automatizada, fazendo com que as informações demandem um muito tempo para serem compiladas.

Deve-se buscar um novo indicador. Pode-se, por exemplo, capacitar agentes e técnicos pela ação própria prevista no PPA, e estes seriam multiplicadores de informações à população local, contudo, não há como mensurar quantas pessoas foram beneficiadas.

Como principais resultados do Programa podemos citar:

Gerente:

Amanda Flávio de Almeida

1) A distribuição de material, que ultrapassou a meta. O público-alvo desta ação são os Procons estaduais e municipais, as Promotorias de Justiça do Consumidor dos Estados, as entidades civis de defesa do consumidor e os próprios consumidores. Por meio do Projeto Tô de Olho foram confeccionados e distribuídos mais de três milhões de *folders*, subdivididos em dez diferentes informativos.

- 2) Eventos realizados pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que possibilita ao DPDC o intercâmbio e uniformização de informações. Foram realizadas reuniões nos Estados de Mato Grosso, Amapá, Manaus e Goiânia.
- 3) O Fundo de Direitos Difusos superou a meta estabelecida para o ano de 2002, sendo aprovados pelo Conselho Gestor dezenove projetos, alguns de implementação dos órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor e outros ligados ao meio ambiente e ao patrimônio público.
- 4) A ação de capacitação de técnicos e agentes também excedeu a meta estabelecida, proporcionando aos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor maior interação com o Departamento e com os próprios consumidores locais.

A maioria das ações apresentou o resultado esperado no ano de 2002, entretanto, duas, referentes ao Sistema Informatizado de Defesa do Consumidor - Sindec, não tiveram progresso, devido à acertos que deverão ser implementados em 2003. Contudo, o trabalho interno com a Coordenação Geral de Tecnologia e Informação do Ministério da Justiça possibilitou um avanço no desenvolvimento do banco de dados de reclamações fundamentadas e dos processos de *recall*, que irão integrar o Sindec em sua efetiva implantação.

Outras dificuldades são o fluxo de informações internas, como obter os dados que subsidiam a execução física das ações para relatórios, e a falta de recursos materiais no Ministério para alocação em programas.

Em 2003, espera-se implementar o Sindec possibilitando a troca de informações e experiências pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, permitindo ao consumidor de qualquer localidade do país consultar, por exemplo, o banco de dados de reclamações fundamentadas, auxiliando-o para a aquisição de produtos e a contratação de serviços. Na fase de discussão e implementação será construído todo arcabouço jurídico que sustentará as atividades do Sindec, convênios e atos de delegação serão firmados, assim como a engenharia política para articulação com os parceiros.

Além disso, pretende-se renovar os cursos de capacitação que deverão atender não somente as questões básicas do consumidor, mas também o planejamento estratégico da política de defesa do consumidor de médio e longo prazo e a transversalidade dos temas relativos aos direitos humanos, aliando a defesa do consumidor ao exercício da cidadania.

.....

Este Programa foi originado pelas atribuições que o Ministério da Justiça tem em relação a defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Coube à Secretaria de Direito Econômico, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor coordenar a política nacional de defesa do consumidor prevista na Lei nº 8.07, de 1990, mais conhecida como o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Concepção

Diante disso, vislumbraram-se várias ações que pudessem colaborar para o efetivo funcionamento do programa, possibilitando uma comunicação mais eficaz e de qualidade entre os órgãos componentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC.

O Programa consiste em apoio financeiro a diversos órgãos e entidades, por meio do Conselho Federal do Fundo de Direitos Difusos, previsto na Lei Federal nº 9.008, de 1995, bem como realizações de eventos, distribuição de material informativo e capacitação de agentes e técnicos, que, diariamente, atendem ao consumidor.

Para a agilização das informações será implantado o Sindec, um sistema informatizado de informações produzidas no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SNDC, que possibilitará uma integração e consolidação.

A defesa do consumidor está em franca expansão, a Lei nº 8.078, de 1990 está em vigor há doze anos, e a conscientização do brasileiro está evoluindo para a busca de seus direitos. O atendimento do Programa abrange os 27 estados da Federação, em razão disso, é necessária uma melhor implementação da estrutura administrativa atual, pois o Brasil conta com, aproximadamente, 170 milhões de consumidores.

O indicador do programa não espelha a realidade do trabalho desenvolvido pelo DPDC em relação a população brasileira, devendo ser repensado, para mensurar se a população brasileira está mais consciente sobre os seus direitos como consumidor.

Não há produtos, que não estão expressos no PPA 2000-2003, que contribuam para o objetivo do Programa.

Quanto à estratégia de implementação deve ser repensada a forma de participação do público-alvo em eventos e em relação à prestação de informações que limitam-se, na maioria das vezes, aos Procons estaduais e municipais de capitais. Hoje existem mais de 650 Procons, em todo o País, e várias entidades civis de defesa do consumidor, enquanto o atendimento continua restrito a aproximadamente cinquenta órgãos. Ocorreu um avanço nas duas últimas reuniões trimestrais realizadas, com a participação mais efetiva do Ministério Público dos Estados, contudo, deve-se tentar viabilizar a participação de todos os Procons e entidades civis.

..... **Implementação**

As verbas destinadas para execução financeira das ações do Programa nos exercícios de 2000 a 2002 foram suficientes, isto demonstra a adequação do planejamento aos anseios do Programa. Diante da disponibilidade de recurso, as ações foram estruturadas para prestarmos um serviço de relevância nacional, atendendo sempre as prerrogativas legais de coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor conferidas ao DPDC. A execução ocorreu com regularidade na liberação dos recursos financeiros, atendendo assim, o gerenciamento do Programa.

Algumas ações não foram implementadas por dificuldades administrativas internas, devido à complexidade inerente à interação com outras áreas do próprio Ministério.

O Departamento trabalha com insuficiência de recursos materiais, os computadores possuem uma capacidade precária, dificultando, assim, o gerenciamento e o acesso às informações. O Programa também está com a infra-estrutura inadequada, por exemplo, para a ação distribuição e produção de material necessita de espaço para o seu manuseio, o que não ocorre.

O DPDC é dividido em três Coordenações com pouco mais de vinte servidores, um número insuficiente para elaborar, planejar e executar as políticas na área de defesa do consumidor. Desse total, cinco cargos foram cedidos pelo Ministério do Planejamento no ano de 2002, a título provisório. A falta de quadro próprio dificulta a continuidade na elaboração, discussão e implementação das atividades de defesa do consumidor.

A equipe do DPDC foi alterada em março de 2002 e não possui informações sobre o esforço de capacitação referente aos anos de 2000 e de 2001. Na medida do possível, busca-se estimular a capacitação dos servidores

disponibilizando os meios necessários para realização do trabalho. O Departamento tem se empenhado para atingir as metas previstas para o Programa. A gerência tem procurado melhor adequar os recursos para as ações previstas anteriormente por gestões passadas.

O Programa não tem parcerias que colaborem com a execução das metas.

Não existem mecanismos de participação da sociedade no Programa, bem como não há uma avaliação do grau de satisfação dos usuários/beneficiários.

Os usuários/beneficiários do Programa são os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, entre eles os Procons estaduais e municipais e as entidades civis de defesa do consumidor. Para que se possa avaliar a satisfação desses órgãos e entidades um ofício circular poderia ser enviado, solicitando respostas em relação a cada ação prevista no Programa. Esse modelo poderá ser eficaz ou não, isso dependerá se a resposta será apresentada em tempo hábil e da qualidade dos órgãos e entidades que compõem o SNDC.

Defesa Econômica e da Concorrência

Resultados O Programa **Defesa Econômica e da Concorrência** objetiva combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

O Programa possui, atualmente, quatro indicadores: tempo médio de instrução e apreciação de atos de concentração; tempo médio de instrução e julgamento de processos administrativos; tempo médio de resposta a consultas ao CADE; e tempo médio de instrução e apreciação de processos administrativos instaurados a partir de 1999.

De um modo geral, a variação dos índices dos indicadores ocorreu dentro do que foi esperado. Com relação aos três primeiros indicadores, os valores apurados em 2000 e 2001 mostram que, nos aspectos verificados, o desempenho apresentado pelo programa tem sido superior àquele planejado em 1999. Nesse sentido, deve ser dado destaque ao índice referente à instrução e apreciação de atos de concentração, a partir de 1999, os órgãos instrutores (Secretaria de Direito Econômico - SDE/MJ e Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF) empreenderam esforços, para reduzir o tempo médio de instrução para um valor próximo ao da previsão legal (sessenta dias). Como resultado, o tempo médio de instrução de atos de concentração caiu drasticamente, sobretudo a partir de 2000. Nesse mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE revisou os procedimentos internos de tramitação e julgamento de atos de concentração considerados simples, o que resultou numa diminuição no tempo de tramitação também neste órgão.

A economia dos esforços aplicados aos atos de concentração, com a racionalização dos procedimentos de instrução e apreciação destes expedientes, está permitindo aos órgãos de defesa da concorrência uma maior dedicação ao tratamento de condutas anticoncorrenciais. Esse fato está refletido no indicador de tempo médio de instrução e julgamento de processos administrativos, que evoluiu, ao longo dos anos de 2000 e 2001, de forma mais satisfatória do que o planejado inicialmente.

A respeito do último indicador, Tempo Médio de Instrução e Julgamento de Processos Administrativos Instaurados a partir de 1999", a sua proposição foi um esforço de identificar de que forma seriam instruídos os processos instaurados de forma mais seletiva, o que passou a acontecer a partir de 1999. Ocorre, porém, que os processos administrativos têm uma dinâmica diferenciada de tramitação, os eventos de instrução e de investigação têm prazos maiores, a sua conclusão depende da produção de provas e do estabelecimento de amplo processo de contraditório. Associado a esses fatores, os recursos humanos para a instrução e investigação de processos administrativos, bem como para a sua preparação para julgamento, são escassos. Dessa forma, não é possível dar aos processos administrativos a mesma agilidade de tramitação verificada nos atos de concentração. Portanto, o indicador proposto não conseguirá aferir, no prazo de vigência do plano, o tempo médio de instrução e julgamento de processos administrativos instaurados a partir de 1999, razão pela qual este indicador deverá ser excluído. Esse indicador só será realmente significativo quando a proporção de processos antigos, relativamente ao estoque total de processos, for substancialmente inferior à de processos instaurados a partir de 1999.

Gerente:

Paula Fontelles do Valle

Dadas as características das atribuições dos órgãos de defesa da concorrência, é difícil medir os resultados apenas por meio de indicadores de tempo. Há uma série de ações destes órgãos cujo resultado aparece de forma difusa na sociedade, combinam-se com os decorrentes de outras políticas e da própria conjuntura econômica, ou são identificáveis apenas após algum tempo, como os resultados das ações antitrustes do Estado. Por exemplo, ao impor uma condição para aprovação de um ato de concentração, o sistema estará minimizando prejuízos na concorrência que resultam do negócio em análise. Assim, estará dificultando o aumento de preços, que não tenham base em mecanismos de mercado, na pior qualidade dos produtos ou na descontinuidade injustificada da oferta. Todavia, há uma série de outros fatores econômicos, conjunturais e até políticos que podem gerar os mesmos efeitos. Raciocínio idêntico se aplica à ação repressiva dos órgãos de defesa da concorrência.

Não obstante, têm sido reconhecidos ganhos na economia e na sociedade como resultado de medidas implementadas pelo Programa, sendo os principais:

- 1) A redução no tempo médio de análise e julgamento de atos de concentração. O número de atos de concentração comunicados aumentou expressivamente no ano 2000, estando agora estabilizado em um patamar substancialmente elevado, em relação ao histórico verificado entre 1994 e 1999. Em 2002, o tempo médio de instrução e análise de concentrações aproximou-se da previsão legal de 180 dias (descontado o prazo de resposta a diligências). Esse resultado é importante por dois motivos: a) aumenta a segurança jurídica e a credibilidade dos órgãos de defesa da concorrência perante ao administrado, pois as empresas terão uma indicação de que as operações que apresentam à autoridade antitruste terão decisão célere e b) a redução do estoque de atos de concentração possibilita aos órgãos de defesa da concorrência, sobretudo aos órgãos de instrução, uma dedicação maior à instrução dos processos de apuração de condutas infrativas à concorrência.
- 2) A ênfase recente na investigação de práticas de cartel também tem proporcionado resultados positivos detectáveis no mercado. Exemplo disso é a atuação dos órgãos de defesa da concorrência na promoção da advocacia da concorrência. O CADE firmou acordo de cooperação técnica com a Anatel e a SDE firmou acordos com a Aneel, ANP e, mais recentemente, com 25 Ministérios Públicos estaduais. Esses acordos harmonizam as decisões dos órgãos que atuam em áreas estratégicas aos objetivos da defesa da concorrência. Nesse sentido, um resultado é a parceria da ANP na investigação de processos que apuram a formação de cartel nos mercados de comercialização, no varejo, de combustíveis e gás de cozinha.
- 3) Celebração de acordo de cooperação técnica com o Ministério Público de 26 estados tem permitido o aparecimento de diversas denúncias que envolvem mercados aos órgãos de instrução. Estas parcerias estão auxiliando o avanço de algumas investigações, e também permitiram o envio ao CADE, para julgamento, de alguns processos recomendando a condenação de postos de gasolina e de sindicatos de postos por prática de cartel. A assinatura desses acordos é uma importante indicação da lógica da busca de parcerias e de ação integrada, que foi buscada pelo Programa ao longo da sua execução. Esses acordos proporcionarão à Secretaria de Direito Econômico (ou até ao próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica) maiores e melhores alternativas de investigação. Com isso, a qualidade e a eficácia do trabalho da instrução dos processos certamente será elevada.

- 4) Participação cada vez mais efetiva nos fóruns internacionais que discutem a defesa da concorrência. Os contatos e o conhecimento que as autoridades brasileiras na área de defesa da concorrência adquiriram têm permitido o intercâmbio de experiências e de informações, que estão auxiliando os órgãos brasileiros na instrução de alguns casos, sobretudo os que investigam cartéis internacionais (como o das lisinas e o das vitaminas, ambos já julgados nos Estados Unidos). Um outro efeito desta atuação dos órgãos brasileiros é a visibilidade que o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC vem adquirindo no meio internacional, que se refletiu no convite feito ao Brasil para que o IV *Workshop* Internacional Sobre Cartéis fosse sediado no País. O evento foi realizado com sucesso em setembro de 2002, no Rio de Janeiro, e as discussões ocorridas no encontro estão sendo utilizadas como subsídio pelos técnicos dos órgãos brasileiros na investigação de cartéis.
- 5) Aperfeiçoamento do aparato legal, com pelo menos três iniciativas merecem destaque. A primeira é a edição do Guia Conjunto de Análise de Atos de Concentração, editados pela SDE e pela SEAE, que consolida e formaliza o esforço de racionalização dos procedimentos de instrução desses atos. Outra iniciativa, é a edição da Lei n.º 10.149, de 2000, que altera artigos da Lei n.º 8.884, de 1994 e institui o Programa de Leniência no SBDC e implanta a taxa de comunicação de atos de concentração. Com essa taxa, os três órgãos do sistema passaram a contar com uma importante fonte de recurso para custear as suas atividades. A terceira é a elaboração do Projeto de Lei que cria a Agência Nacional de Defesa da Concorrência - ANC, cuja criação, quando aprovada pelo Congresso Nacional, possa solucionar problemas de ordem legal, institucional e estrutural que ainda persistem no SBDC, e que o impedem de avançar ainda mais no alcance de resultados expressivos na área de defesa da concorrência.

Deve ser chamada a atenção, porém, para o fato de que o nível a que se chegou a demanda no Sistema (em parte devido aos bons resultados obtidos recentemente) impõe o desafio de se reforçar a estrutura material e os recursos humanos dos órgãos de defesa da concorrência, com o objetivo de atender tempestivamente a essas demandas, para que o Sistema não corra o risco de perder a sua credibilidade como autoridade competente para a prevenção e repressão ao abuso do poder econômico.

Para o exercício de 2003, espera-se uma redução ainda maior no tempo médio de instrução e julgamento dos casos, principalmente dos processos administrativos.

..... **Concepção**

O fundamento essencial da origem do Programa é a necessidade de garantir que os diversos mercados que operam na economia brasileira funcionem sob um ambiente de máxima concorrência possível. Entretanto, isso não encerra um fim em si mesmo. De fato, ao implantar definitivamente uma economia de mercado, o Estado brasileiro assume a premissa de que um ambiente concorrencial é o que melhor propicia condições para que as firmas busquem ofertar bens e serviços com qualidade cada vez melhor a preços mais baixos, em benefício do consumidor. Mercados concentrados ou que, por alguma razão, funcionam sob níveis baixos de competição, tendem a atribuir às firmas uma forma de poder econômico que pode ser abusiva, em prejuízo do bem estar da sociedade e dos consumidores, de um modo particular.

Como principais causas para o mercado concentrado e possíveis ações corretivas citam-se:

- I. Existência de poder econômico e/ou posição dominante por parte de empresas ou grupos em determinados mercados, pode ser minimizado pela instrução e julgamento de processos administrativos, que apuram infrações contra a ordem econômica;
- II. Realização de operações (fusão, aquisição, *joint-venture*, etc.) entre empresas que operam no mesmo mercado, a principal ação corretiva é a instrução e julgamento de atos de concentração.

Os atuais indicadores do Programa são indicadores de tempo, que representam uma medida importante para o resultado do Programa, mas não de forma conclusiva. Pode-se dizer que será bom para o mercado e para a concorrência se um ato de concentração for analisado e deliberado rapidamente, bem como se um processo que apura uma infração antitruste for investigado e julgado também de forma célere. Todavia, o tempo de instrução e julgamento não será o único fator determinante do sucesso da ação. A celeridade de uma decisão não garante que o resultado do julgamento foi o melhor e que será eficaz para proteção da concorrência. Portanto, apesar de os resultados do Programa serem difusos na economia e na sociedade, deve-se buscar, na medida do possível, um indicador que verifique aspectos qualitativos, que possa revelar em que medida as ações do Programa estão garantindo níveis satisfatórios de competição nos diversos mercados e se as decisões do SBDC estão sendo eficazes na prevenção e repressão ao abuso do poder econômico.

Os acordos de cooperação técnica com entidades no Brasil, estabelecendo parcerias para a defesa da concorrência, bem como a participação de técnicos e dirigentes dos órgãos do SBDC em fóruns internacionais são os principais resultados desenvolvidos com recursos orçamentários, que não estão expresso no PPA 2000-2003. As parcerias firmadas no Brasil são instrumentos importantes para auxiliar os órgãos de defesa da concorrência nas suas análises e investigações. Com respeito à participação em fóruns internacionais, estes permitem ao pessoal dos órgãos do SBDC o estabelecimento de contatos importantes e a troca de experiência na repressão a determinadas condutas, notadamente a prática de cartel.

Deverá ser aperfeiçoada a coordenação entre os órgãos que compõem o SBDC, para ações administrativas e de gestão, visando, sobretudo, à otimização de esforços e de recursos, a harmonização dos diversos sistemas que geram e armazenam informações.

Apesar de não ser de execução descentralizada, o Programa é multissetorial, envolve os Ministérios da Justiça e da Fazenda e uma autarquia. Esse fato atribui uma maior complexidade à implementação das ações do Programa sob uma gerência única, principalmente porque cada órgão tem as suas atribuições estabelecidas em Lei, e a atual estrutura do SBDC pressupõe a existência de uma certa independência técnica entre os três órgãos. Todavia, durante a vigência do Programa, procurou-se intensificar a atuação coordenada entre os órgãos, sobretudo entre os que são responsáveis pela instrução dos casos. Em algumas ações, como a promoção de eventos para a defesa da concorrência e a instrução de atos de concentração e processos administrativos, essa estratégia de aproximação dos órgãos de defesa da concorrência - principalmente maior aproximação administrativa e decisória entre os órgãos de instrução - representou um importante fator para o alcance de resultados positivos. Em conjunto, foram negociadas parcerias, participou-se de fóruns sobre a defesa da concorrência e editou-se normas e diretrizes técnicas.

É necessário que haja um entendimento entre os dirigentes dos três órgãos de defesa da concorrência com relação a três objetivos: o estabelecimento de uma rotina de troca de informações periódicas sobre gestão e implementação de ações do Programa; a definição de uma agenda de curto e médio prazo, referente a ações e medidas a serem implementadas; e construção de um canal ágil de comunicações com a finalidade de buscar soluções rápidas para problemas eventualmente enfrentados por algum dos órgãos e que possam comprometer negativamente os resultados gerais do Programa. Para isso, a direção dos três órgãos deve, conjuntamente, entender o papel do gerente no alcance dos resultados e buscar, também, um compromisso com os objetivos da gerência do Programa.

Implementação

A execução financeira do Programa, no período de vigência do atual PPA, deverá ser superior ao que foi inicialmente planejado. Isso decorre, essencialmente, da criação de uma fonte própria de receita, em dezembro de 2000, a Taxa Processual de Comunicação de Atos de Concentração, que tem a sua arrecadação igualmente dividida entre os três órgãos do SBDC, o que vem permitindo o custeio de atividades que não poderiam ser financiadas pela fonte geral do tesouro. Em 2002, o fluxo de liberação financeira foi adequado. Entretanto, a execução física não aconteceu dentro do previsto devido a algum entrave institucional. Quando da implantação plena do sistema de informações sobre a estrutura e funcionamento dos mercados, na Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, a necessidade de que a ação passasse por diversas unidades dentro do Ministério da Justiça fez com que as despesas não pudessem ser realizadas no exercício de 2002. Isso ocorreu porque nem todas as unidades que trataram do assunto foram suficientemente cêleres na adoção das medidas necessárias à realização das despesas. Para solucionar o problema, procurar-se-á uma maior aproximação entre a área técnica (que demanda o sistema) e as áreas do Ministério da Justiça responsáveis pela operacionalização das contratações necessárias.

Para o exercício de 2003, porém, estão previstas medidas para corrigir o fluxo de execução, de forma que seja realizado todo o previsto para o período (tanto a meta física quanto a orçamentária). Todavia, a previsão orçamentária para 2003 estabelece um montante de despesas inferior à receita para o exercício. Em se confirmando a previsão de orçamento, investimentos previstos para melhorar o aparelhamento físico e para promover a atualização e capacitação de recursos humanos serão comprometidos. Um efeito previsto é que a tendência de aumento da produtividade na instrução dos casos (atos de concentração e processos administrativos) pode ser interrompida. Uma alternativa possível, para minimizar o problema, é a tentativa de aprovação de créditos suplementares ao longo de 2003.

De um modo geral, considerando a multissetorialidade do Programa, a execução físico-financeira foi satisfatória. Quanto ao resultado físico, o Programa está atingindo as suas metas, e em relação ao desempenho financeiro, não foram identificadas dificuldades relevantes. Todavia, é possível que alguns gastos pudessem ser otimizados, caso houvesse uma maior integração dos órgãos especificamente para esse fim. A experiência mais significativa nesse sentido, foi a organização conjunta do IV *Workshop* Internacional Sobre Cartéis. O planejamento, o financiamento e a implantação do projeto de realização do evento foram conduzidos com a participação efetiva e integrada dos três órgãos de defesa da concorrência. O resultado foi um seminário bem-sucedido, de alto nível e com custo inferior ao que se calculou inicialmente. Embora a implementação de um mecanismo coordenado de execução financeira seja difícil, dado que os órgãos que compõem o SBDC estão em Ministérios distintos, além do CADE, que é uma autarquia, é possível que alguns projetos possam ser conduzidos de forma integrada, tal como no exemplo.

Além disso, a atuação mais integrada entre a Secretaria de Direito Econômico - SDE/MJ e a Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF tem permitido à SEAE a análise célere de atos de concentração, devido à busca conjunta de otimização de procedimentos e de troca mais intensa de informações sobre os casos. Além disso, a maior produtividade dos órgãos de instrução exigiu, também, uma reformulação dos fluxos e procedimentos internos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE/MJ, o que melhorou a sua capacidade de resposta, permitindo alcançar as metas referentes ao julgamento de atos de concentração e de processos no exercício de 2002.

Apesar dos investimentos feitos recentemente, todos os órgãos de defesa da concorrência ainda necessitam de um incremento na sua estrutura de informática. Objetivamente, é necessária a aquisição de novos microcomputadores e periféricos que suportem o volume de trabalho executado por estes órgãos. É necessário também o investimento na aquisição de livros e periódicos para utilização dos técnicos que atuam nos órgãos de defesa da concorrência, pois os seus acervos encontram-se defasados. Na Secretaria de Direito Econômico, o espaço físico e o mobiliário disponível são insuficientes para comportar de maneira adequada todos os servidores e funcionários que trabalham neste órgão, exigindo improvisos que acabam interferindo negativamente na produtividade da força de trabalho.

Há também uma carência de recursos humanos, pois o número de técnicos e de pessoal de apoio é absolutamente insuficiente para que o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência responda às suas demandas adequadamente dentro dos prazos previstos em Lei e mesmo no tempo exigido pela natureza da matéria tratada. A relação número de técnicos/número de processos dificulta em muito o alcance de alguns resultados almejados pelas autoridades antitruste ou mesmo esperados pela sociedade. Esse fato é ainda mais preocupante, considerando que a demanda do Sistema vem aumentando, tanto em volume quanto em necessidade de rigor no tratamento, nos últimos anos. Dessa forma, é imperativo uma equipe maior de assessores e gerentes que auxiliem de maneira mais efetiva na gestão institucional desses órgãos. Além disso, os técnicos devem estar em constante aperfeiçoamento, por meio de cursos, seminários e afins, objetivando acompanhar a evolução do conhecimento, decisões, discussões etc., que ocorrem constantemente no mundo inteiro.

O Ministério da Justiça, que concentra oito das dez ações do Programa, tem indicado o diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica como gerente do Programa. Entre os anos de 2000 e 2002 o Departamento teve quatro diretores e, por consequência, o Programa teve quatro gerentes. Esse fato inviabilizou a promoção de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para o gerente do Programa e seu assessor.

As parcerias estabelecidas pelo Programa não envolvem contrapartidas financeiras. Por meio da celebração de acordos de cooperação técnica, o SBDC vem firmando parcerias com importantes órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Os principais acordos foram firmados com algumas agências de regulação -ANP, Anel e Anatel - e com o Ministério Público de 25 estados da Federação. Essas parcerias estão proporcionando sinergias na investigação de determinados casos, quer pela maior expertise e maiores poderes de investigação do Ministério Público, quer pelo maior conhecimento e facilidade de obtenção de informações pelas agências em relação aos mercados regulados. Nesse campo, o desafio que o SBDC deverá enfrentar será o de formalizar o fluxo de informações e de trabalho, para que os esforços sejam otimizados, sempre com segurança jurídica.

O Programa de **Defesa Econômica e da Concorrência** tem como característica o fato de que os seus principais resultados são difusos na sociedade, não sendo facilmente verificáveis e, quando há efeitos indicativos de um bom resultado, não se pode medir qual o peso da ação antitruste na produção do resultado, e qual a contribuição de outras políticas e da conjuntura para o mesmo fenômeno. Uma das consequências disso é que o Programa não conta com uma participação forte da sociedade na sua execução. Quando há alguma manifestação do público, essa ocorre na forma de alguma representação acerca de algum indício de infração à ordem econômica cometida por alguma empresa.

O Programa também não conta com mecanismos ou instrumentos que meçam a satisfação do usuário/beneficiário.

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Resultados

O Programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos** objetiva promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.

Conforme se informou desde a avaliação de 2000, o indicador taxa de apuração de denúncias de violações de direitos humanos é inadequado. É praticamente impossível reunir as informações sobre violações de direitos em todo o país. Não há bancos de dados em muitos estados ou as bases são incompatíveis e os dados poucos confiáveis. Ademais, a variação de seu índice pode gerar análises díspares, pois se o programa obtém sucesso na promoção de direitos, difundindo uma cultura de direitos humanos, inclusive, divulgando os serviços de proteção e defesa, o índice poderia aumentar. Entretanto, o desejável seria a diminuição do índice, pois ter-se-ia conseguido incentivar atitudes de respeito e tolerância.

Um dos grandes desafios do Programa é lidar com temas novos, como política pública em construção, e com públicos pouco assistidos pelo Estado em suas especificidades, como é o caso dos direitos de homossexuais e ciganos. Além disso, chegam ao Programa os temas recorrentes que requerem algum andamento por conta de pressões sociais internas e internacionais – caso do combate à tortura e a discriminação racial. Outro grande desafio é estimular a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos, de tolerância e de valorização da diversidade. É necessário, primeiramente, levar a sociedade a rever valores e mesmo seu entendimento sobre direitos humanos. Em seguida, busca-se o ideal da convivência harmoniosa, da consolidação da democracia e da valorização da pluralidade de nosso povo.

Nesses dois sentidos, o programa obteve resultados expressivos: trabalhou com múltiplos grupos sociais – afrodescendentes, idosos, aposentados, ciganos, *gays*, lésbicas, travestis, transexuais, policiais, promotores, sem-terras, sindicalistas, professores, servidores, líderes comunitários, com instituições de todas as regiões do país, organizações grandes e pequenas, com estrutura e trabalho consolidados ou com atividade incipiente. Tratou de temas dispersos na agenda nacional como o combate à violência intrafamiliar, à tortura, ao trabalho escravo e à fome – esta, com concepção inovadora, tratada não com o foco da assistência somente, mas também como direito a ser garantido pelo Estado. Apoiou, ainda, projetos de superação da discriminação racial e buscou ampliar o acesso ao primeiro dos direitos da cidadania, o de existir como cidadão, portando seu registro civil.

Além disso, foram importantes as ações de promoção e difusão, que permitiram mudanças na forma de agir e de pensar de muitas pessoas e na prática de muitas instituições, como as policiais, outrora tidas como truculentas e principais violadoras de direitos humanos. Também merecem destaque o trabalho junto a comunidades carentes em favelas de grandes cidades, a populações ribeirinhas no Norte e a assentados e sem-terras à espera da reforma agrária.

Foram realizadas campanhas nacionais e locais buscando sensibilizar a população para lidar com os problemas que enfrenta ou para motivar o convívio mais pacífico e respeitoso.

No que se refere à promoção dos direitos humanos, percebeu-se o empenho da gerência e de seus parceiros na capacitação de um grande contingente de cidadãos de vários níveis sociais em temas relacionados com os direitos humanos, buscando trabalhar por mudanças

Gerente:

Cynthia Losso Prudente

culturais junto à população. Desde líderes comunitários, que muitas vezes não chegaram a concluir o ensino fundamental, até promotores, procuradores e agentes de segurança, milhares de pessoas ouviram, discutiram e se dispuseram a compartilhar com outras os conhecimentos adquiridos. Em 2002, quase doze mil pessoas foram atingidas. Contudo, por se entender que essa é uma atividade transversal a todas as demais ações, podemos acrescentar a esse número outras trinta mil pessoas, que participaram de cursos promovidos pelos Balcões de Direitos e por outros serviços de atendimento. Estima-se, ainda, que indiretamente o Programa tenha conseguido alcançar oitocentas mil pessoas que receberam informações ou foram sensibilizadas de alguma maneira.

A propósito da linha de defesa e garantia, percebeu-se o crescimento acentuado da demanda pela implantação de serviços de atendimento ao cidadão que visam a orientação jurídica, a mediação de conflitos e o combate/apuração a violações de direitos humanos. Apesar da falta de capacidade financeira, buscou-se trabalhar para que as instituições executoras agissem em parceria com a comunidade local, tendo em vista o uso de salas, espaços comunitários, linhas telefônicas etc. Com a redução dos custos, foram feitos mais investimentos na valorização dos recursos humanos e na população a ser atendida.

Além de oito serviços específicos para grupos discriminados (principalmente afrodescendentes, homossexuais e idosos), foram implantados e mantidos, ainda, 97 postos dos Balcões de Direitos que forneceram noventa mil documentos, sessenta mil fotografias e 61 mil atendimentos.

Outro resultado bastante satisfatório teve relação com a atividade gerencial do Programa com a realização de avaliações. Foi realizada avaliação nacional do Projeto Serviço Civil Voluntário, que já atendeu a mais de 50 mil jovens em todos os Estados. Igualmente, no que tange aos Balcões de Direitos, foi empreendida uma avaliação dos serviços que estão sendo prestados no País, a partir do estudo de casos.

Destaca-se também a efetivação de parcerias intra-governamentais, do Programa com outros federais, com destaque para o de Erradicação do Trabalho Escravidor e Degradante, de Qualificação Profissional do Trabalhador (no caso do Serviço Civil Voluntário), com a Secretaria de Estado de Assistência Social para a implantação de Centros Nacionais de Formação Comunitária e de Observatórios de Direitos Humanos e com o Ministério da Educação para a realização de uma teleconferência no Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O Programa é executado de forma democrática, envolvendo instituições federais, estados, municípios e organizações não-governamentais de diversas tendências políticas. Para tanto, foi de grande relevância a realização de várias Câmaras Técnicas e de eventos em que se reuniram executores, equipe gerencial e especialistas tanto nos temas quanto nos públicos abordados.

Todavia, o trabalho deve ser ampliado, com vistas a atingir um público cada vez mais numeroso, para que os impactos sejam maiores. Das dificuldades enfrentadas desde 2000, é marcante a troca de Gerentes, cinco se revezaram à frente do Programa. Apesar de boa parte da equipe técnica permanecer, sentiu-se certa descontinuidade no desenvolvimento de algumas ações. Também dificultou o trabalho o atraso na liberação dos recursos orçamentários e financeiros, bem como o contingenciamento. Ainda que o orçamento seja aprovado em janeiro, somente em maio/junho há recursos suficientes para garantir a execução do programa. Há necessidade de certa padronização dos projetos a serem realizados, com vistas a atingir públicos mais expressivos.

Além disso, o Programa carece de mecanismos mais elaborados de monitoramento e avaliação para garantir qualidade superior ao que se executa.

Apesar do ideal de atingir toda a sociedade brasileira, existe insuficiência de recursos financeiros, humanos e de estrutura física para isso. Nem todas as ações puderam acontecer nas 27 UFs, pela dificuldade de identificar parceiros para sua execução ou pela própria falta dos recursos. Ainda assim, foi importante a atuação do Programa no incentivo a iniciativas locais que têm potencial para serem replicadas em todo o país. Algumas já foram ampliadas e alcançaram outros estados. O desafio é fazer com que estados e municípios passem a financiar essas experiências e a incorporar em seus planos de governo a visão dos direitos humanos.

Foi considerável o impacto sobre alguns públicos específicos, alvo de algumas ações, como determinados grupos sociais, reconhecidamente discriminados e vítimas de violações, mas que não recebiam do Estado a atenção devida. Nesse sentido, o Programa deu visibilidade às demandas desses segmentos, como por exemplo os afrodescendentes, homossexuais e idosos, beneficiados pela criação e instalação dos Conselhos de Combate à Discriminação e dos Direitos dos Idosos e a criação da Promoção do Direito à Alimentação. Algumas violações que atingem a população indistintamente do grupo a que pertençam também geraram impacto permitindo ampliar a discussão e encaminhar políticas públicas para a solução. É o caso das pessoas sem documentação civil básica, que tinham o exercício de sua cidadania cerceado, as vítimas de tortura e os trabalhadores submetidos a situações análogas à de um escravo.

É notável a necessidade de maior sistematização do acompanhamento da execução das ações e de se estabelecer padrões e termos de referência que permitam as boas práticas a serem multiplicadas.

Para 2003, buscar-se-á atender às prioridades estabelecidas pelo novo Secretário Especial dos Direitos Humanos. Espera-se, também, o incremento da articulação intragovernamental o que permitirá otimizar os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Concepção

O problema identificado que ensejou a formulação do Programa foi a violação aos direitos humanos, tendo como principais descritores a falta de proteção aos excluídos e desamparados, a discriminação quanto à raça, idade, orientação sexual e condição social, a violência urbana e rural, a dificuldade de acesso a serviços e as desigualdades. De fato, esse é um grave problema do Brasil. Existe uma sensação de que direitos são violados, que determinados grupos sociais são prejudicados e até que alguns segmentos são os principais autores das violações. Entretanto, como medir as violações de direitos humanos? O que se considera como direitos humanos para esse fim? Que violações serão consideradas? Essas questões são essenciais para se pensar soluções. O problema carece de focalização, de delimitação que permita ao Estado atuar sobre ele. Dentro do conceito de violação de direitos humanos podem-se englobar todos os problemas que afligem o povo brasileiro. Por isso, não haveria programa capaz de solucioná-lo. Coibir e prevenir a ocorrência de violações aos direitos humanos consistem, na essência da atuação do Estado, que age por meio de todo o conjunto de políticas que propõe e gerência.

A má delimitação do problema pode ser melhor visualizada na relação de causas que foram identificadas, pois cada uma parece constituir um problema específico, para o qual seria criado um programa. E foi nesse sentido que as ações do Programa foram construídas. Principais causas e ações relacionadas:

- 1) desconhecimento dos direitos – Capacitação de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos; edição de documentos e informações em direitos humanos; promoção de direitos humanos e Gerenciamento do Serviço Civil Voluntário;
- 2) acesso restrito à justiça e à documentação civil básica – Implantação de serviços de fornecimento de documentação civil básica e assistência jurídica gratuita (Balcões de Direitos); manutenção de balcões de direitos; implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e combate a todas as formas de discriminação;
- 3) falta de capacitação em direitos humanos para agentes do Estado – capacitação de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos; edição e distribuição de documentos e informações em direitos humanos;
- 4) baixa qualidade e baixa eficiência dos serviços do Estado na promoção e defesa dos direitos humanos; insuficiência da ação do Estado na garantia de direitos humanos – capacitação de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos; implantação de serviços de fornecimento de documentação civil básica e assistência jurídica gratuita; Implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e combate a todas as formas de discriminação; manutenção dos balcões de direitos; estudos e pesquisas em direitos humanos; Rede Nacional de Informações e Combate à Tortura;
- 5) herança histórica de inferiorização e violência contra o negro e cultura racista; cultura violenta e machista contra homossexuais; crescimento e empobrecimento da população idosa; cultura de violência e discriminação – capacitação de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos; implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e combate a todas as formas de discriminação; estudos e pesquisas em direitos humanos;

- 6) falta de oportunidade no acesso ao emprego, à ocupação e à renda – implantação de serviços de promoção e defesa dos direitos humanos e combate a todas as formas de discriminação (outras ações são desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego) e
- 7) baixa articulação das ações de promoção e defesa dos direitos humanos; baixo índice de mobilização e participação social; a educação não privilegia a questão dos direitos humanos e da cidadania e faltam oportunidades de acesso ao sistema formal de ensino; legislação de direitos humanos inadequada ou inexistente – não há ações do programa diretamente relacionadas com essas causas. Uma delas é de competência do Ministério da Educação, outra é de competência da SEDH que a faz sem a necessidade de uma ação no programa. As outras duas careceriam de uma ação específica de fortalecimento de instituições não-governamentais que trabalhem com direitos humanos

Também é reflexo dessa dificuldade, o objetivo não exequível de "Conscientizar a sociedade brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos". A conscientização é um ato reflexo. O que o Governo pode fazer é apresentar idéias, princípios, mas cada pessoa se conscientiza. A alteração do objetivo tornou o Programa mais realista, porém permanece de difícil concretização por um Programa e seria melhor definido como um dos macro-objetivos do PPA.

Todas essas dificuldades criam uma sensação de incapacidade para executar o Programa, de modo a gerar o impacto necessário sobre a população.

Outros aspectos que precisam ser melhorados:

- 1) adequação do objetivo ao problema: redefinição do problema;
- 2) caracterização do público-alvo: o público-alvo definido está de acordo com boa parte das ações. Entretanto, quanto a outras, particularmente as de defesa e garantia de direitos, seria interessante destacar os públicos atendidos: homossexuais, afrodescendentes, idosos e hipossuficientes;
- 3) suficiência das ações: as ações do Programa devem ter seus recursos ampliados, para que o impacto do Programa seja maior na sociedade brasileira. Ademais, é necessário incrementar a inter-relação entre elas e o seu monitoramento visando otimizar recursos e incrementar a qualidade;
- 4) suficiência de metas físicas: devem ser incrementadas; e
- 5) adequação dos indicadores: o atual é inadequado. A gerência tem encontrado dificuldades para revisá-lo e construir outros melhores para o Programa e para a área de direitos humanos.

Propõe-se a utilização dos seguintes indicadores, que se referem ao impacto causado na consecução da política nacional de direitos humanos e nas duas grandes linhas de ação do programa:

- Taxa de Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos – metas-projeto do PNDH I concluídas, em relação à quantidade aferida no início do Programa;
- Quantidade de Serviços de Orientação/Apoio ao Cidadão em Questões de Direitos Humanos Implantados – quantidade de serviços implantados com recursos das ações. Implantação de serviços de assistência e orientação a grupos discriminados e implantação de serviços de disque-denúncia de violação de direitos; e

- Quantidade de Pessoas Capacitadas em Direitos Humanos - quantidade de pessoas capacitadas nas ações Capacitação de profissionais e lideranças comunitárias em direitos humanos, Promoção de eventos em direitos humanos e Implantação do Serviço Civil Voluntário, além das capacitadas em outros projetos apoiados pelo Programa, mas cujos recursos não estavam relacionados a essas ações.

Para esses indicadores é plenamente possível realizar o cálculo dos índices. Além do mais, demonstram os resultados obtidos pelas duas grandes linhas de ação do programa: "promoção e difusão dos direitos humanos" e "garantia e defesa de direitos".

Muitos dos produtos relacionados com as ações do Programa demonstram, talvez, a menor parte de sua importância e realização. Destacam-se as ações de implantação de serviços que têm como produto "serviço implantado". A implantação de um balcão de direitos ou de um SOS Racismo representa maior presença ou facilidade de acesso aos serviços do Estado. Todavia, o produto gerado pelos serviços parece ser o mais importante. Quantas pessoas foram atendidas? Quantos documentos foram emitidos? Quantos casos de discriminação foram ajuizados e acompanhados? A resposta a essas questões, sim, dão notícias dos produtos.

É importante frisar que não tem sido possível medir o impacto que cada produto gera. Por exemplo: quando um balcão de direitos concede ou viabiliza a concessão de uma certidão de nascimento, não se pode dizer que o produto seja tão somente documento emitido. A pessoa conquista a condição de cidadão quando recebe sua certidão. Ela se torna brasileira e se torna sujeito de direitos e obrigações. Da mesma forma, o ajuizamento de ações referentes a crime de racismo têm grande repercussão não só para a pessoa que sofreu a discriminação, mas para toda a população afrodescendente, na medida em que se constitui instrumento de combate à discriminação como um todo e de incentivo à valorização da diversidade.

Há algumas atividades desenvolvidas com ou sem recursos das ações do programa que merecem destaque. Um exemplo é a concessão anual do Prêmio Direitos Humanos, que é um meio valioso de promoção da cultura de direitos humanos entre estudantes e junto ao movimento social. Igualmente, o apoio concedido para realização do Seminário Nacional Questão Cigana. Em toda história brasileira, essa foi a primeira vez que o Estado voltou seus olhos para esse público e também a única oportunidade de formalização de parceria com uma organização representativa desse grupo social.

Outro produto, não tão visível, é a mudança de enfoque no tratamento de determinadas questões. Até que o Programa realizasse parcerias com o movimento homossexual, esse grupo só tinha a atenção governamental na área da saúde. O mesmo ocorria com os idosos, tratado com o olhar da assistência social, da previdência e da saúde. Assim também, pode-se referir ao combate à fome (tratado pela saúde) e o combate ao trabalho escravo. Lidar com esses temas sob a ótica dos direitos humanos amplia o debate e abarca todo o conjunto das necessidades dos segmentos afligidos e dos temas que envolvem quaisquer pessoas sem distinção.

Não haveria outra forma de implementação do Programa se não por meio da descentralização, pois para se alcançar toda a sociedade brasileira, não se pode prescindir da colaboração de tantos parceiros quantos se possa identificar. Primeiro, porque a Secretaria de Direitos Humanos não dispõe de estrutura que permitisse executar per si um programa tão amplo. Segundo, não há secretarias de direitos humanos em todos os estados e nem todos os estados e

municípios demonstram interesses na implantação de políticas de direitos humanos. Terceiro, a limitação financeira. Finalmente, conta-se que o movimento social organizado está muito avançado em relação ao Estado no trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos. Da mesma forma, alguns estados e municípios desenvolvem atividades exemplares que podem ser replicadas em outros locais.

Entretanto, alguns aspectos importantes precisam ser melhorados quanto à implementação do programa, entre os quais:

- plano de avaliação: a avaliação da execução física do Programa é muito precária, dada a falta de monitoramento das ações;
- forma de articulação com as parcerias: necessidade de maior clareza quanto aos critérios de apoio a projetos e melhor capacitação para a execução das ações;
- forma de coordenação e acompanhamento dos executores: não existe um sistema de acompanhamento ou monitoramento dos trabalhos, o que compromete a otimização dos recursos e a qualidade dos serviços prestados. Também existem poucas oportunidades de intercâmbio de experiências;
- forma de controle e acompanhamento do desempenho: ainda não é possível ter informações atualizadas em tempo real; e
- plano de capacitação das equipes locais: a falta de capacitação das equipes locais dificulta o bom uso dos recursos públicos e a qualidade e forma de prestação dos serviços.

Algumas das dificuldades inicialmente verificadas no relacionamento com os parceiros já foram superadas. Contudo, permanecem as de capacitação técnica do pessoal e das instituições envolvidas na execução do programa. Foram conseguidas informações sobre experiências bem sucedidas, que ajudaram a solucionar essas dificuldades em outros programas, que não foram colocadas em prática por restrições financeiras. Todavia, pretende-se, em 2003, a partir de um replanejamento de gastos, implantá-las.

No que tange ao acompanhamento das ações multissetoriais, a principal dificuldade é conciliar tempo para o relacionamento com a outra secretaria de Estado que executa as ações do Programa. Quando solicitadas, todas as informações foram apresentadas e imediatamente transferidas para o sistema. Certamente, uma melhor interação entre as áreas acarretaria otimização de recursos e incremento na qualidade dos produtos gerados. Uma sugestão é a designação de interlocutor no outro ministério. Além disso, podem-se identificar pessoas para reunir programas e ações assemelhadas para a melhor interlocução entre as gerências a exemplo do que se propôs com o grupo de ações para a juventude.

.....

Em relação à programação inicial do PPA, o valor total do Programa em 2002 já supera em muito o programado. Se o total da lei do PPA alcançava a monta de R\$ 29 milhões, até hoje a soma das leis orçamentárias anuais chega aos R\$ 102 milhões. Há algumas explicações importantes quanto a esse aspecto. O maior destaque se faz em relação a ações não previstas na conformação inicial do programa e que não são executadas no âmbito da Gerência. As ações Implantação de Núcleos de Atendimento a Famílias e Implantação dos Portais do Projeto Alvorada têm recursos da ordem de R\$ 71 milhões, são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e foram incluídas no Programa sem consulta à Gerência. Além dessas, foram também incluídas duas operações especiais que tampouco são de responsabilidade direta da Gerência ou mesmo da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Implementação

No que tange as ações cuja execução foi atribuída à Gerência do Programa, o valor total dos recursos aprovados em lei até 2002 já alcançaria a monta inicial de R\$ 29 milhões. Se a esse valor for adicionado o da proposta orçamentária para 2003, serão aproximadamente R\$ 40 milhões. Um incremento de mais de 1/3 do valor inicial representaria maior valorização da política de direitos humanos pelo Governo Federal. Contudo, as emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, apresentadas por parlamentares individualmente ou em comissão, representaram valoroso incremento para o Programa.

Como se pode verificar, o aumento dos recursos financeiros permitiu também superar algumas das metas físicas das ações priorizadas pela Gerência do Programa. Particularmente, as de implantação de serviços que funcionam para a defesa e garantia de determinados grupos sociais e as referentes à promoção e difusão de direitos.

É importante mencionar a disparidade existente entre o que foi aprovado em lei e os recursos liberados ao longo do ano. Essa observação é ressaltada nos relatórios do SIGPlan, porque pode gerar interpretações erradas quanto a real situação do programa. É necessário, por isso, criar alguma forma de permitir ao Gerente informar a real disponibilidade de recursos ao longo do exercício, inclusive permitindo informar aos parceiros a ação que terá prioridade.

Com relação às operações especiais de pagamento de indenização, as dificuldades no desempenho da execução financeira têm como causa as exigências legais que precisam ser cumpridas para a efetivação do pagamento.

Apesar das restrições orçamentárias e burocráticas impostas ao Programa, considera-se satisfatório o seu desempenho, estando dentro das expectativas. Uma vez que a execução do **Direitos Humanos, Direitos de Todos** é descentralizada, feita principalmente a partir de convênios em parceria com Estados, municípios e ONGs, a disponibilização dos recursos somente no segundo semestre foi fator prejudicial para que se superasse as metas planejadas. De fato, foi necessário privilegiar algumas ações de maior alcance parализando por completo a execução de outras. Algumas permaneceram assim até o final do ano. Ressalte-se, ainda, que a intempestividade da liberação dos recursos foi prejudicial no estabelecimento de parcerias. Os dados mostram que até junho/julho, somente 14% do orçamento estava liberado. A partir daí, quando a disponibilidade foi aumentando, já não era mais possível a celebração de convênios por conta das limitações impostas pela lei eleitoral. Em relação aos parceiros e ONGs, a descontinuidade dificultou o planejamento da ação que ficou restrita, na maioria dos casos a um semestre ou um trimestre.

As ações cujas metas foram ultrapassadas refletem o comprometimento e a criatividade da equipe técnica da Gerência e dos parceiros. Soma-se a isso, a incessante busca por métodos menos dispendiosos e de maior alcance do público e a capacidade dos parceiros de fazerem muito com os poucos recursos disponíveis.

Do lado das restrições burocráticas, destaca-se a demorada tramitação para a formalização das parcerias, percebida principalmente na análise das conformidades jurídica. Em 2002, ressaltou-se as prolongadas demoras dos processos para análise jurídica pela Consultoria Jurídica, alguns processos demoraram três meses para serem analisados. Isso, além da lentidão burocrática, traz necessidade de retorno a etapas já vencidas. A questão da documentação representa um outro entrave. Não se trata de eximir os parceiros de responsabilidades legais. Trata-se de melhorar os sistemas de dados dos órgãos responsáveis pela emissão desses documentos de modo a facilitar o acompanhamento da situação de regularidade.

A quantidade atual de recursos humanos é inadequada, não há mais do que três técnicos, que além do desempenho de funções burocráticas de instrução processual dos convênios, de realizar a negociação com os parceiros e de efetuar visitas técnicas de monitoramento, podem em conjunto com a gerência pensar, repensar, planejar e avaliar o Programa. Com isso a Gerência não pode dispensar a devida atenção à reflexão sobre a política pública desenvolvida, ao monitoramento dos projetos apoiados, à sua avaliação e à percepção de novas demandas sociais. Além disso, as equipes gerencial e local possuem qualificação insuficiente. As equipes executoras do Programa são, em sua maioria, composta por militantes extremamente comprometidos com os direitos humanos. Entretanto, grandes dificuldades tem sido encontradas no que se refere à preparação, à qualidade técnica, ao uso do recurso público e mesmo quanto à prestação de contas dos projetos. Oportunidade de melhor qualificação e disponibilidade para uma reflexão sobre as atividades desenvolvidas e melhores formas de atuação, permitiriam maior rendimento e destreza no exercício das funções.

Fato que precisa ser ressaltado é a impossibilidade do Programa de avaliar o impacto e a qualidade dos serviços prestados, pelas dificuldades de tempo disponível para solicitar e obter informações da área executora.

A principal alteração no desenho do Programa foi a inclusão de ação específica para o combate à prática da tortura, com recursos específicos foi possível ampliar o apoio a outros serviços de atendimento que atendem denúncias diferenciadas de violações aos direitos humanos. A outra mudança de ação resultou da unificação de outras duas que geram produtos muito semelhantes.

A Secretaria de Estado de Assistência Social é responsável pela execução das ações de Implantação de Núcleos de Atendimento à Família e dos Portais do Alvorada. Segundo os dados apresentados à Gerência e cadastrados no SIGPlan, a segunda ação teve o melhor desempenho, com 100% de execução física e economia de 35% dos recursos em 2001. O desempenho da primeira não foi tão satisfatório, obteve 57,8% de execução física com gastos de 84,7% do total previsto. No que tange a relação com outros órgãos, não se procede ao acompanhamento de ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Assistência Social.

Atualmente, de forma muito precária e pouco sistêmica o acompanhamento da execução é realizado por meio de contato por telefone e mensagens eletrônicas, além de visitas técnicas, raramente feitas, pela equipe do Programa.

A obtenção dos dados de execução somente ocorre quando da conclusão dos convênios, oportunidade em que as instituições parceiras apresentam seus relatórios de execução física e financeira.

A multissetorialidade deveria levar em consideração a semelhança entre seu objetivo e os das ações que se pretende incluir no programa. No caso do Programa **Direitos Humanos, Direitos de Todos**, isso ainda não seria suficiente, já que o objetivo "promover, garantir e defender os direitos humanos" permitiria incluir qualquer ação nova. Propõe-se que os programas deixem de ser multissetoriais e para suprir a necessidade de atuação conjunta dos órgãos, sugere-se a designação de interlocutores, de preferência lotados no MP ou na Presidência da República, fazendo a articulação de programas e ações afins.

Sugere-se, ainda, a realização de um seminário para que os gerentes de Programas multissetoriais bem sucedidos apresentassem suas experiências.

Atualmente, de forma muito precária e pouco sistêmica o acompanhamento da execução é realizado por meio de contato por telefone e mensagens eletrônicas, além de visitas técnicas, raramente, feitas, pela equipe do Programa.

A obtenção dos dados de execução somente ocorre quando da conclusão dos convênios, oportunidade em que as instituições parceiras apresentam seus relatórios de execução física e financeira.

Foram pouquíssimas as oportunidades de capacitação da equipe e da gerência, a quantidade de trabalho termina por consumir todo o tempo disponível. No que se refere à capacitação para aprimoramento na tramitação de convênio, de prestação de contas ou de execução orçamentária, um dos integrantes teve oportunidade de participar de um dos cursos oferecidos pela ENAP. Quanto a capacitação na temática do Programa, ressaltem-se o acompanhamento de alguns dos cursos apoiados pelo Programa e a tentativa de parceria para participação em curso de especialização à distância, que fracassou, pela incapacidade de acompanhamento. Quanto às equipes das instituições executoras, as oportunidades foram mais frequentes e bem sucedidas. Em 2000, foram realizadas quatro Câmaras Técnicas que envolveram representantes de várias instituições executoras e especialistas nos temas abordados.

Em 2001, foi dada ênfase na participação da Secretaria de Estado no desenvolvimento do Serviço Civil Voluntário. Junto com o Programa Qualificação do Trabalhador, o Programa realizou várias oportunidades de intercâmbio de experiências entre as instituições executoras, de apresentação de informações relevantes para o trabalho com jovens e para a boa execução do Programa. Nesse mesmo ano, foram realizadas outras Câmaras Técnicas que serviram para aprimorar a execução.

Entretanto, de fato, as capacitações não são sistemáticas. Ademais, as oportunidades de capacitação devem ocorrer preferencialmente antes do início da execução dos projetos, com vistas a orientar o melhor uso dos recursos públicos alocados, melhorar a qualidade do serviço e a transmitir a visão da Secretaria sobre como implementar as ações.

O desenvolvimento de uma política tão abrangente e transversal requer, portanto, a participação de quantas instituições e pessoas for possível, entretanto, encontram-se dificuldades para articular tantos parceiros e *stakeholders*. Na relação Estado-sociedade, a principal barreira identificada foi a da desconfiança, o temor da obrigação de replicar a vontade estatal, que foi sendo vencida na medida em que se constata a forma democrática de formulação do Programa Nacional de Direitos Humanos, de discussão franca e de celebração de parcerias. Outra barreira foi, e continua sendo, a possibilidade de criar uma dependência financeira das organizações não governamentais, o que é indesejável para os dois lados.

Na relação entre as esferas de Governo, o principal óbice constatado foi a baixa capacitação técnica da burocracia municipal. As disparidades regionais permitem identificar organizações não-governamentais mais bem capacitadas e estruturadas que muitos municípios brasileiros. As relações com o nível estadual são menos problemáticas, entretanto, o grande desafio é fazer com os governos incorporem em seus planos, questões de direitos humanos e passem a tratá-las como responsabilidade também estadual. Em muitos casos, só se realizam ações de direitos humanos quando há recursos disponíveis do Governo Federal para tanto.

No nível federal, identificam-se dois tipos de ações com dificuldades diferenciadas. Quando se trata de parceria com Universidades Federais ou Institutos de Pesquisa, existem problemas quanto ao uso adequado e legal dos

recursos repassados pela Secretaria. Em se tratando da relação com órgãos do Poder Executivo, são maiores os entraves. Destacam-se as suscetibilidades dos dirigentes de órgãos, a necessidade que têm de despontar como sendo o mentor da ação, e mesmo a quantidade desenfreada de trabalho que consome o tempo e a energia das equipes. Ainda não se aprendeu a trabalhar questões nacionais envolvendo setores diferentes da Administração Federal. Esse fato é constantemente ressaltado por gerentes de programa multissetoriais do PPA, cuja execução envolve dois ou mais ministérios.

No que se refere ao alcance das metas pactuadas poucos são os problemas que interferem na boa execução do programa. A maioria dos parceiros cumpre integralmente e, em muitos casos, superam as metas. Ocorre que, na maior parte das situações, a superação das metas não as altera diretamente. Por exemplo, quando se realiza um convênio para a implantação de um serviço, a pactuação estabelece quantidades de pessoas a serem atendidas, de casos a serem ajuizados etc. Esses subprodutos da ação não podem ser incluídos no sistema de acompanhamento.

A principal parceria formal do Programa objetiva a execução do Serviço Civil Voluntário. O Programa gerencia essa ação, enquanto o Qualificação Profissional do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego, financia com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Quanto às parcerias informais, destacam-se as realizadas com os seguintes Programas:

- Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS - questões relacionadas aos direitos dos homossexuais;
- Saúde da Criança, do Ministério da Saúde, e Toda Criança na Escola, nas questões relacionadas com o registro de nascimento (Balcões de Direitos);
- Paz nas Escolas, para a capacitação em direitos humanos;
- Erradicação do Trabalho Forçado, do Ministério do Trabalho e Emprego, no combate ao trabalho escravo; e
- Segurança do Cidadão, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, na instalação de serviços de atendimento ao cidadão.

Existem, ainda, algumas parcerias feitas diretamente com órgãos e unidades que não gerenciam programas do PPA. São elas: Gabinete de Segurança Institucional - PIAPS; Política Nacional do Idoso e Centro Nacional de Formação Comunitária, da Secretaria de Estado de Assistência Social, e Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Ministério das Relações Exteriores.

É necessário incrementar as parcerias já existentes e retomar aquelas que se perderam. Concomitantemente, o Programa deve conquistar o apoio de outros programas, entre os quais destacamos:

- Comunidade Ativa, para incluir a questão de direitos humanos na capacitação dos fóruns de desenvolvimento locais, integrado e sustentável;
- Educação de Jovens e Adultos, visando suprimir as dificuldades do Serviço Civil Voluntário na complementação de escolaridade oferecidas aos jovens; e
- Cultura Afro-brasileira, implementar ações de combate a discriminação racial.

Além desses, é necessário reforçar a experiência iniciada dos programas/ações relacionados ao jovem: Desenvolvimento da Educação Profissional, Esporte na Escola, Esporte Solidário, Saúde do Jovem, Saúde da Família, Brasil Joga Limpo, Brasil Jovem, Nacional Antidrogas e Música e Artes Cênicas.

O Programa não possui mecanismos de participação da sociedade nem avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários. Implementar a pesquisa, criando um questionário a ser respondido por toda pessoa atendida pelos projetos apoiados não é a questão central, a dificuldade seria sistematizar e avaliar as informações e dar resposta às principais queixas, que redirecionaram o foco de suas ações para o cidadão e suas demandas. Ademais, isso tornou o orçamento público mais inteligível e mais transparente na medida em que define a destinação dos recursos para cada ação. Ao se definir metas, torna-se a atividade do administrador mais objetiva, levando a otimizar os recursos de que dispõe e gerando maior comprometimento com o público. Outra mudança importante foi a designação de um gerente para cada programa, identificando as responsabilidades pela execução do Programa e permitindo avanços importantes. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos passou por uma reforma estrutural que garantiu a gestão por programas.

Levando-se em conta a experiência do Programa, relacionam-se algumas observações, visando ao aperfeiçoamento do modelo:

1. no caso do Programa, o problema era demasiado amplo e a sua solução dependeria da atuação de uma série de políticas públicas de médio/longo prazo. Isto gerou a definição de público-alvo também muito ampla, impedindo a identificação de alguns grupos sociais específicos que são atendidos pelo programa. Sugere-se a possibilidade de definição de público por ação, ou a de criar um programa separado para englobar essas ações;
2. o objetivo do Programa é focalizar a ação, o que facilitaria a construção dos indicadores;
3. sobre as dificuldades de monitoramento e avaliação, sugere-se que todo programa disponha de ação específica, com recursos, para essas finalidades, o que permitirá responder à sociedade sobre os resultados e a qualidade do programa e melhorá-lo durante a sua execução. Ademais, os recursos estariam garantidos, evitando os impedimentos causados pelas indisponibilidades financeiras do Ministério e o uso dos recursos das ações finalísticas; e
4. a figura do Gerente de Programa necessita de alguns ajustes, pois é preciso garantir maior autonomia ao imputar-lhe maiores responsabilidades. Sugere-se, ainda, a melhor adequação das estruturas administrativo-hierárquicas, para que o Gerente tenha maior capacidade de decisão, definindo-se quais as suas competências, assegurando-lhe os mecanismos de atuação.

Educação e Segurança no Trânsito

Resultados

A variação do índice do indicador no período de 2000 a 2001 foi pequena. No primeiro ano de análise, 2000/2001, essa variação foi de 14,49% (redução do número de vítimas fatais no trânsito). Analisando o ano de 2001 em relação ao ano de 2000, a variação foi de apenas 1,69%.

Levando-se em consideração que a média de redução, anual, necessária para se alcançar, ao final de 2003, o índice de 7,3 é de 14,72%, as chances de se alcançar o índice desejado são pequenas. Dessa forma, os valores apresentados são insuficientes em relação ao índice previsto.

Diversas ações foram projetadas e executadas inserindo no contexto do cenário de trânsito do País novos paradigmas. O objetivo era apresentar paradigmas que trariam mudanças fundamentais e positivas para o fenômeno trânsito, sempre buscando respeitar as especificidades locais e a heterogeneidade cultural do País. Contudo, trânsito é um tema que, necessariamente, transcende esses aspectos, pois faz parte do dia a dia de milhares de brasileiros. Assim, o combate a violência por ele gerada e a garantia de segurança e cidadania são necessidades nacionais.

Pode-se observar que o tema pedestre foi amplamente ressaltado e discutido. A educação e o comportamento consciente, inclusive nas escolas, o tratamento dos dados estatísticos de acidentes e seqüelas, o aumento da segurança nos dados registrados de veículos automotores, condutores nacionais e estrangeiros, também foram foco de ações e estratégias.

Foram muitas as realizações durante todo esse processo:

- 496 municípios se integraram ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, significando dizer que, 70% da frota nacional e 54% da população brasileira convivem em municípios que buscam maior segurança, mobilidade e fluidez para o trânsito;
- Manutenção eficiente dos sistemas Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH e Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, permitindo que mais de 35 milhões de transações fossem realizadas, processando informações sobre os condutores de veículos automotores e possibilitando o controle dos registros desses, interligando os 27 Departamentos Estaduais de Trânsito - DETRAN em todo país;
- Implantação de Sistemas que contribuirão de forma significativa para a redução da impunidade dos infratores interestaduais, induzindo a um comportamento mais consciente. Possibilitarão ainda, o controle dos recursos provenientes da arrecadação de multas que dão origem aos recursos do Fundo Nacional de Educação e Segurança no Trânsito;
- Veiculação de Campanhas Educativas assistidas por cerca de 70 milhões de pessoas num universo de pedestres e condutores de veículos, profissionais, agentes passivos e ativos do trânsito. Campanhas essas que tratavam de temas absolutamente relevantes para a promoção de um trânsito mais humano e civilizado. Entre os diversos temas abordados, destacamos a realização de campanhas que enfocam o ciclista, o motorista, o passageiro e o pedestre; e
- Projeto Rumo à Escola que fez com que alunos do ensino fundamental de 239 escolas distribuídas em 15 capitais brasileiras comesçassem a discutir o universo da locomoção.

Gerente:

Rita de Cássia Ferreira da Cunha

Neste projeto, 261.013 alunos do ensino fundamental tiveram acesso ao tema trânsito de forma transversalizada, isto é, privilegiando os aspectos da locomoção, da comunicação e do convívio social, com uma visão ampla e abrangente sobre o tema, não restringindo este assunto apenas a condutores de veículos automotores, tampouco a um fenômeno relacionado a grandes cidades;

- Desenvolvimento de sistema de controle de registro de veículos nos países que integram o MERCOSUL, visando a segurança dos veículos e condutores e propiciando o inter-relacionamento entre os países membros, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de Chile e Bolívia como convidados, no sentido de simplificar a transferência de veículos e prontuários dos condutores, controlar o fluxo de registro e a eficiência de execução do mesmo e identificar atos que demandem punição e realizá-la de acordo com a legislação pertinente.

Como principais dificuldades enfrentadas no período, podemos destacar:

- gestão - descontinuidade das pessoas responsáveis pela gestão do órgão, tanto a nível de direção como de coordenação;
- política - 2002 foi um ano eleitoral. E, por este motivo apresentou diversas restrições, como por exemplo, a realização de convênios que objetivavam a realização de campanhas (ação 1706);
- falta de quadro de pessoal - este problema se observa tanto no aspecto quantitativo como qualitativo. Isto é, falta pessoal para que se consiga maior produtividade e falta qualificação para que as ações realizadas sejam eficientes, eficazes e efetivas.
- falta de articulação externa - que gerou e gera muitas críticas e dificuldades na realização de parcerias, dificuldade na obtenção de dados estatísticos, extremamente importantes para a tomada de decisões.
- Restrição orçamentária - cortes, como por exemplo, através do Decreto nº 4.320 de 14 de maio de 2002. O Denatran sofreu corte orçamentário em cinco ações totalizando R\$ 7.202.246.

Foram obtidos alguns resultados significativos, contudo os impactos sobre o público-alvo foram pequenos devido ao percentual de execução realizado, a problemas de gestão, falta de inter-relacionamento com os órgãos do SNT e pouca participação da sociedade.

Sabe-se que a maior razão de ser do Denatran é trabalhar para reduzir de forma efetiva, o número de acidentes de trânsito e a gravidade das seqüelas por eles geradas, incluindo-se neste contexto maior mobilidade e fluidez do tráfego, fazendo do trânsito um instrumento de desenvolvimento e não um instrumento somente gerador de violência e desarmonia social. Assim, os resultados apresentados anteriormente são importantes, mas o Denatran ainda tem muito por fazer, haja vista o índice do indicador.

Para 2003 os resultados esperados são:

- Melhorar o sistema de coleta de informações e dados sobre acidentes de trânsito;
- definir o programa de inspeção veicular;
- revisar o programa de formação de condutores;

- intensificar o inter-relacionamento no SNT objetivando dentre outros:
 - + unicidade de padrões de administração, gestão, visão e valores;
 - + agilidade no atendimento ao cidadão; e
 - + busca conjunta por soluções.
- intensificar a participação da sociedade/cidadão nas decisões, políticas e estratégias a serem tomadas;
- aumentar a mobilidade e fluidez no trânsito urbano.

.....

O Programa **Educação e Segurança no Trânsito** tem abrangência em todo território nacional. O problema que o originou foi o número de acidentes de trânsito ocorridos no país e as seqüelas por ele ocasionadas. A base legal é o Código de Trânsito Brasileiro, especificamente, o artigo 19 que elenca as competências do Órgão Máximo Executivo de Trânsito.

Concepção

Assim a estrutura atual do programa nos permite analisar que o mesmo foi elaborado de forma a ter, em seu bojo, ações que permitam a redução não só dos acidentes, mas também dos impactos dos mesmos.

Basicamente o programa apresenta-se dividido em três aspectos:

- educação e conscientização;
- coleta e disponibilização de informações; e
- segurança e fiscalização.

A demanda que originou o programa não sofreu alteração, todavia faz-se necessário que o Órgão torne suas ações mais efetivas, eficazes e eficientes.

Principalmente, provendo alteração nos seguintes aspectos:

Dimensionamento do público-alvo - O público-alvo está mal dimensionado. Relacionar a sociedade brasileira como público-alvo para o Programa é muito abrangente, acredita-se que trabalhar com a especificação do público-alvo por ação seria mais eficaz.

Como exemplo, pode-se citar a ação Implantação da Municipalização de Trânsito, que visa a integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito. Seu público-alvo é a sociedade brasileira, quando, na verdade, o público-alvo poderia ser a população do município, haja vista que nem todos os municípios se integrarão por motivos diversos.

Outro ponto que merece análise é a meta física - a quantidade de municípios integrados, pois outros aspectos são relevantes, como por exemplo, a qualidade do funcionamento do órgão de trânsito, a análise de processos, assessoramento e atendimento aos já integrados, entre outros.

Regionalização - A regionalização é importante na elaboração e execução das ações, pois proporciona a solução dos problemas locais, comuns ou não a todas as regiões do país, respeitando suas especificidades.

Pertinência das ações - algumas ações poderiam ser agregadas em uma única, como por exemplo, as que tratam de educação, capacitação, formação e conscientização.

A Ação Certificação de Equipamentos para a Fiscalização de Trânsito deveria ter sua execução transferida para o INMETRO, por ser o mesmo dotado de capacidade técnica e estrutura física para sua execução.

Não há o desenvolvimento de produtos que não estão expressos no PPA 2000-2003.

Em termos de estratégias de implementação, os aspectos que precisam ser aperfeiçoados são:

- plano de ação - Há a necessidade da participação de todos os tomadores de decisão (diretores, coordenadores e principais técnicos) na sua elaboração. Um outro ponto a se destacar é a realização de eventos, abertos a todos os funcionários, para que seja criado um ambiente interno consciente e participativo, onde todos estejam conscientes da relevância de uma atuação empreendedora conjunta.
- forma de articulação com outras unidades do Ministério - É extremamente importante a realização de articulação/parcerias internas e externas. Podemos citar algumas vantagens como redução de custos, otimização de fatores, troca de conhecimento, entre outros.

O Denatran deve em conjunto com a Coordenação de Planejamento - COPLAN/MJ promover uma análise dos programas e ações sob a responsabilidade deste ministério, a fim de identificar com quais poderiam ser realizados esta articulação/integração.

- forma de articulação com as parcerias - as parcerias realizadas pelo Denatran precisam ser reavaliadas a fim de se promover uma melhora na forma das articulações existentes, como também, uma expansão das mesmas através de parcerias públicas e públicas-privadas.
- forma de repasse dos recursos - A forma de repasse de recursos obedece a legislação vigente. Entretanto, há necessidade de definir regras/normas específicas da área de trânsito para o repasse dos recursos do Denatran.
- forma de participação do público-alvo - atualmente está sendo criada a Central de Atendimento ao Cidadão. No entanto, faz-se necessária a ampliação, isto é, central telefônica, cartas, pesquisas de opinião etc.

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para obtenção dos principais resultados do programa foram:

- Integração dos municípios ao SNT com a realização de eventos de divulgação e sensibilização, assessoramento dos técnicos do Órgão no esclarecimento de dúvidas e na preparação do processo;
- Sistemas RENACH e RENAVAN, através de eventos de sensibilização, divulgação, demonstração dos sistemas e suas vantagens e reuniões trimestrais com os coordenadores estaduais,
- Campanhas educativas;
- Inserção do tema trânsito no ensino fundamental;
- Sistema Mercosul.

Implementação

Analisando o padrão de execução financeira do programa no período 2000-2003, observa-se um distanciamento entre o planejado e o executado, no que diz respeito à execução financeira. Em 2002, até o momento, o percentual de execução é de aproximadamente 65%, lembrando que, neste ano, ocorreram diversos cortes orçamentários. A solução adotada para o distanciamento citado sempre foi a identificação de prioridades e a análise dos recursos disponibilizados para a execução dessas.

No âmbito da gerência existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada, tais como - viagens de acompanhamento e monitoramento, avaliação de relatórios recebidos e avaliação da prestação de contas. No entanto, estes mecanismos são pouco eficientes.

Faz-se necessário o seu aperfeiçoamento nos seguintes aspectos:

- intensificação das viagens de acompanhamento e monitoramento - no momento o Denatran não dispõe de quadro de pessoal;
- exigência de indicadores de resultado e de avaliação em todos os projetos e ações; e
- realização de pesquisa de opinião local.

Os recursos materiais e de infra-estrutura mostram-se inadequados, pois os computadores são lentos, em número insuficiente e as impressoras e máquinas copiadoras apresentam problemas de funcionamento com frequência.

Quanto aos recursos humanos, pode-se citar que o quadro do Denatran sofreu descontinuidade em nível de direção e coordenação, sem contar que o quadro de pessoal do Denatran é de somente 65 funcionários, tendo sofrido baixas no decorrer do ano. Tanto a equipe gerencial quanto técnica necessitam de uma melhor capacitação, principalmente no que diz respeito ao PPA, e seus aspectos legais, orçamentários e financeiros. Esse esforço de capacitação de equipe gerencial, somente foi aplicado as pessoas diretamente ligadas ao Programa, Gerente e assessoras.

A capacitação é extremamente importante para o desempenho da equipe, pois agrega conhecimento, disposição e comprometimento. Quando a capacitação não ocorre, as chances de sucesso diminuem e os resultados tendem a ficar aquém do desejado.

Com relação às parcerias, até 2001 foram realizadas com os países do MERCOSUL, com o Programa Nacional de Desburocratização - PND e com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP.

Entretanto, ainda há uma grande interferência nos processos de contratos e convênios na implementação do Programa, como a lentidão na tramitação e a inadimplência estadual e municipal.

Com os países do MERCOSUL a parceria tem obtido sucesso na execução das ações e no cumprimento das metas acordadas; com o PND a parceria teve início em 2001, com o desenvolvimento de projetos pilotos em três DETRAN - Pará, Bahia e Pernambuco, contudo, internamente, nenhuma ação voltada para o tema desburocratização saiu do papel. Já em 2002, as parcerias com o PND e com a SENASP estão sendo ampliadas. O DENATRAN está desenvolvendo trabalhos internos, comitê interno para a desburocratização (Equipe "D") e pretende realizar, no mês de novembro, reunião com os DETRAN a fim de envolver todos neste processo.

Já com a SENASP, os trabalhos se intensificaram por meio da parceria com o Plano de Integração e Acompanhamento Social de Combate a Violência - PIAPS. As atividades são realizadas na ação "Campanhas Preventivas sob a responsabilidade do DENATRAN", com o repasse de recursos no montante de R\$ 3.000.000,00 para os municípios atendidos pelo PIAPS. Essa parceria com o PIAPS é considerada vantajosa, pois trabalha com municípios e o Denatran tem uma ação voltada para a municipalização, o quantitativo populacional a ser atingido é significativo e é uma oportunidade de pulverizar recursos com ações de qualidade e efetivas.

Não existe avaliação de satisfação dos usuários/beneficiários em relação à execução do Programa, devido principalmente ao posicionamento da direção da casa e à descontinuidade dos gestores.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, este tem se mostrado importante para um melhor desempenho da ação governamental. Ele permite a identificação dos objetivos, metas do governo e ainda proporciona instrumentos para que os executores possam realizar melhor suas tarefas.

Algumas observações, no entanto fazem-se necessárias:

- Gerente e assessores são fundamentais, mas têm que receber incentivos financeiros;
- Metas, Produtos, Focalização do público-alvo precisam ser bem estipulados e estarem atrelados a um bom plano estratégico e pouca sazonalidade na gestão;
- Definição de objetivos: é necessário a identificação de macro e micro objetivos;
- Comunicação com parceiros: essa é a saída para redução de custos e otimização dos fatores, mas precisa ser muito estimulada, divulgada e promover capacitação de como, quando, etc;
- Deveria ser pré-requisito para assumir cargo comissionado ter passado pela capacitação da ENAP sobre PPA;
- Equipe PPA - Gerente e Assessores - obrigatoriamente deveriam participar dos seguintes cursos na ENAP: Planejamento Estratégico, Indicadores de Desempenho, Avaliação de Resultados, Elaboração e Execução do Orçamento Público;
- Maior frequência na realização de eventos de divulgação interna sobre PPA, Plano Estratégico Instituição/Ministério em parceria com a Coordenação de Planejamento do Ministério e da Equipe do Ministério do Planejamento; e
- Condicionar da nomeação do Gerente do Programa à especificação de formação técnica.

Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas

O Programa **Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas** visa garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas. **Resultados**

A Taxa de Atendimento a Famílias Indígenas com Projetos de Desenvolvimento Rural ficará abaixo do índice ao final do PPA, por ter sido subdimensionado na época da elaboração, o atendimento ficou estabelecido para menos de 50% do total (73 mil famílias indígenas), a um custo por família bem abaixo do necessário para o desenvolvimento de atividades produtivas, que pelo menos viessem a garantir níveis satisfatórios de segurança alimentar dos povos indígenas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA acredita na viabilidade do cumprimento das metas previstas desde que se operacionalize a realização de convênios com as unidades da federação onde estejam situadas reservas indígenas, que demandam projetos compatíveis com os objetivos da ação. Cabe ressaltar que, diante da diversidade existentes nas Sociedades Indígenas, o indicador constitui somente um parâmetro a ser avaliado, devendo ser acrescentados novos indicadores.

Na Taxa de Estudantes Indígenas Matriculados em Escolas houve uma variação do índice, superando a faixa de 18%, o que permite afirmar que a continuidade das ações (Educação Escolar Indígena) no PPA possibilitará alcançar a média alta deste indicador, apesar das dificuldades administrativas, orçamentárias e financeiras.

O ano de 2000 foi marcado pelo início da organização do serviço de saúde indígena, pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, por decreto, requerendo investimentos em infra-estrutura física, equipamentos e na contratação de pessoal conforme o modelo de saúde proposto no subsistema de saúde indígena. O espaço de desenvolvimento das ações é o Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, conformado pelas aldeias, onde se desenvolvem as ações básicas de saúde, Pólo Base que serve de primeira referência para os casos não resolvidos na atenção básica e finalmente o atendimento na rede SUS constituída por unidades de saúde de municípios e estados. Os dados obtidos não refletem a realidade, considerando a fase de implantação, aliada a baixa cultura de registro e acompanhamento de dados e indicadores. Em 2001 e 2002, a Funasa prossegue na organização dos serviços e consolidação do Modelo de Atenção à Saúde, priorizando a capacitação de recursos humanos e a melhoria da capacidade de diagnóstico, além do estabelecimento de um fluxo mais organizado das informações. A partir disso observa-se mais registro de informações e maior número de casos diagnosticados e tratados, o que resultará na variação dos indicadores.

Os demais indicadores apresentaram a seguinte variação:

I. Coeficiente de incidência de doenças diarreicas na população indígena:

- ano 2000 - 95,2 por mil hab
- ano 2001 - 245,8 por mil hab
- até junho 2002 - 184,45 por mil hab

Por meio do índice percebe-se uma tendência da redução dos episódios de diarreia, provavelmente pelo aumento das equipes multidisciplinares na atenção à saúde da população indígena, o que propiciou maior cobertura assistencial e disseminação de

Gerente:
Vladinei Tadeu da Silva

informações sobre prevenção de doenças, assim como ao investimento no saneamento básico. Porém este índice ainda é elevado pois as infecções intestinais correspondem a 27,2% das causas de morte por doenças infecciosas e parasitárias.

II. Coeficiente de incidência de infecção respiratória aguda - IRA na população indígena:

- ano 2000 - 258,4 por mil hab
- ano 2001 - 595,7 por mil hab
- até junho 2002 - 548,84 por mil hab

A incidência decorre, principalmente, dos hábitos de moradia que favorecem a evolução de doenças respiratórias para os casos mais graves. A ocorrência de casos de IRA mantém-se em um nível aproximado ao de 2001.

III. Coeficiente de incidência de tuberculose na população indígena:

- ano 2000 - 164,3 por cem mil hab
- ano 2001 - 110,2 por cem mil hab
- até junho 2002 - 112,6 por cem mil hab

Existe uma possibilidade muito baixa de atingir o indicador, principalmente pela história natural da doença, que apresenta um evolução lenta, tratamento prolongado e por ser uma patologia que estigmatiza o doente. Entretanto, o aumento do coeficiente de casos de tuberculose confirmados bacteriologicamente pode ser apenas aparente, em razão de viés no denominador: nem todos os Distritos Sanitários mantêm atualizados os dados de população, até porque, durante um período do ano de 2002, o Sistema de Informação permaneceu inacessível aos usuários por motivos operacionais. O controle da tuberculose depende basicamente da maior descoberta e tratamento dos casos novos bacilíferos com a eliminação dos focos de transmissão da enfermidade. A melhoria na organização dos serviços ocorrida a partir dos meados de 2001, permitindo maior acesso dos suspeitos ao diagnóstico; a busca ativa de casos nas aldeia facilitada pela presença mais freqüente das equipes multidisciplinares no atendimento da população; a capacitação destas equipes nas ações de controle da tuberculose no decorrer do ano e a maior efetividade do sistema de informação, foram fatores que certamente contribuíram para esse aumento aparente da incidência.

IV. Incidência parasitária de malária na população indígena:

- ano 2000 - 96,8 por mil hab
- ano 2001 - 46,5 por mil hab
- até junho 2002 - 31,78 por mil hab

A ação Capacitação de Indígenas e Técnico de Campo objetiva o desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis em terras indígenas. Foram implantados pequenos projetos produtivos (usina de castanha, produção de mel, manutenção de máquina e motores, corte e costura) que até o momento estão dando resultados positivos. Cabe agora evoluir para as questões de controle de qualidade e comercialização dos produtos gerados por esses cursos. Ao se verificar a execução física, tem-se a impressão de uma evolução significativa, mas a meta é medida por aluno, o que causa uma distorção, por ser insignificante ante a realidade das comunidades indígenas. Em 2002, devido ao

contingenciamento da dotação orçamentária, houve um prejuízo na execução da ação e ocorreu grande número de pedidos para a implantação de cursos de capacitação. Esta ação visa superar o despreparo, definindo critérios básicos de aplicação do orçamento, realizando seminários com servidores das Administrações Executivas Regionais e Lideranças Indígenas. Foi contratado um especialista da área de capacitação via convênio Unesco. Essas medidas são insuficientes sendo necessárias outras, como fortalecer: o Departamento de Desenvolvimento Comunitário, com infra-estrutura e recursos humanos; as Administrações Executivas Regionais, com condições técnicas e de pessoal; as parcerias com os Departamentos de Educação e de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente, pela similaridade dos objetivos; e implantar um sistema de controle para o acompanhamento dos resultados - avaliação qualitativa. Essa ação teve como resultado 1.145 pessoas capacitadas no período, número acima do previsto. Cabe ainda ressaltar que outros órgãos governamentais coordenam por meio de outros programas ações de capacitação, (Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e Governos Estaduais). Não há qualquer informação sobre essas atividades.

Construção e Ampliação de Postos Indígenas - houve melhoria da infra-estrutura de campo, maior proteção às terras indígenas e melhoria na assistência aos índios na aldeia, e no decorrer da execução do PPA, houve a mudança na unidade de medida de m² para unidade (posto construído). O contingenciamento do orçamento levou a baixa execução da ação. Diante da proposta na revisão de 2002 de fusão das ações Construção de Postos Indígenas e Recuperação e Equipamento de Postos Indígenas, acatada para 2003, trará um melhor resultado, pois atenderá a finalidade atendimento as Comunidades Indígenas e proteção às Terras. Foram construídos/ampliados 4.327 m² e seis Postos. A Funai conta com mais de trezentos Postos Indígenas, alguns são imóveis construídos na década de 1940, outros mais recentes. Dificuldades para melhores resultados: inexistência de mecanismos de acompanhamento quanto a execução no campo; estrutura hierárquica; insuficiência na integração entre a gerência do Programa e os Departamentos.

Equipamento de Postos Indígenas - resultados positivos, apesar do superdimensionamento da meta física em relação ao recurso destinado, pois os equipamentos adquiridos pela Funai são bens de alto valor no mercado. Além disso, houve o bloqueio do orçamento. Houve a aquisição de 129 equipamentos.

Fomento as Atividades Produtivas - devido ao subdimensionamento do número de famílias indígenas, na elaboração do PPA 2000-2003, a serem atendidas pela Funai, em 50% do total real (73 mil famílias). O atendimento foi bem abaixo do necessário para o desenvolvimento das atividades que garantissem níveis satisfatórios de segurança alimentar dos povos indígenas. Além disso, o objetivo de atender as famílias indígenas com projeto de desenvolvimento rural não é de fato atendido em decorrência da baixa qualidade na aplicação dos recursos, tanto da Sede como em algumas ADRs que, por pressões de grupos minoritários de índios, acabam destinando os recursos da ação para outras finalidades, não atendendo assim as famílias indígenas que realmente precisam. Outros complicadores são: a total falta de integração entre os cronogramas de liberação de recurso e o agrícola, a dotação orçamentária insuficiente e a liberação de crédito adicional suplementar muito próximo do final do exercício. Foram atendidas 45.751 famílias indígenas.

Funcionamento de Postos Indígenas - dos 354 postos indígenas existentes, quando da elaboração do PPA 2000-2003, foram mantidos 269. A ação fica prejudicada também pelo subdimensionamento da meta.

Na ação Assistência Técnica em Áreas Indígenas, executada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento implementou-se unidades demonstrativas agropecuárias. Índios foram treinados em culturas agrícolas e trato com animais (gado, peixe, aves, suínos e abelhas), e foram ampliadas as áreas produtivas em Terras Indígenas, excetuando-se o Projeto Roraima onde ocorreu inadimplência. Os resultados obtidos no acompanhamento da execução aos projetos nos Estados de Rondônia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão em 2002 foram:

- elevou o nível nutricional de suas populações, em cujas áreas grassava a sub-nutrição e, em conseqüência, graves doenças carenciais e infecto-contagiosas, além da tuberculose, as quais já foram debeladas, graças a auto suficiência alimentar, proporcionada pelos Projetos;
- introduziu tecnologias agropecuárias e agroindustriais de fácil assimilação e compatíveis com o grau de aculturação de cada etnia;
- está conservando a biodiversidade do ambiente habitado;
- estimulou saberes nativos próprios de cada etnia; e
- os recursos para a condução dos projetos no ano de 2002 foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como um dos itens dos projetos de agricultura familiar, dentro dos municípios onde se insere a etnia beneficiada.

Atendimento a mais de 20 mil estudantes indígenas fora das aldeias, sendo 1.115 em universidades públicas e particulares. Funcionam 29 casas de estudantes indígenas fora das aldeias. A Universidade Estadual do Mato Grosso, em parceria com a Funai, implementou o terceiro grau indígena, atendendo a 250 estudantes indígenas. Foram publicados 28.950 exemplares de livros/material didático, produzidos por professores indígenas nos cursos de capacitação e em algumas escolas.

A ação Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas desenvolveu a prestação de assistência jurídica a vários povos indígenas nas diversas regiões. Foram efetuados cursos de capacitação nas áreas de Direito Humano e Legislação Indígena, em todas as unidades da Federação, beneficiando diretamente 5 mil indígenas e indiretamente algumas vezes este montante. Como resultado formaram-se agentes indígenas multiplicadores das informações sobre direitos civis, humanos e políticos, reproduzidas nos cursos de capacitação, para atuação junto às comunidades, bem como a qualificação de líderes tradicionais em diferentes áreas do saber, elevando, o nível das discussões afeta à problemática indígena, das reivindicações e da interação das comunidades com a sociedade envolvente. O principal problema é a falta de recursos humanos, considerando que as atividades desenvolvidas devem abranger diferentes povos indígenas, em nível nacional.

A ação Assistência Social para Indígenas também teve bom resultado, mas que se perde diante da meta física estipulada ser insuficiente, em relação ao universo a ser atendido.

Nas ações coordenadas pela Funasa, pode-se observar como principais resultados, em 2002, uma queda na mortalidade infantil, redução nas formas mais graves de malária, bem como redução no número de óbitos por malária e redução nos episódios de diarreia. Isto tudo, tem sido alcançado com o aumento das equipes multidisciplinares na atenção à saúde indígena, contratadas através de convênios com ONGs, o que propiciou a uma maior cobertura assistencial, divulgação de informações sobre prevenção de doenças e implantação de saneamento básico.

O impacto sobre o público-alvo foi positivo, mesmo levando em consideração que as metas físicas foram subdimensionadas em algumas ações. Existe a necessidade de rever as metas físicas estabelecidas, criar outros indicadores para melhor detectar os impactos da execução das ações sobre o problema. A proposta orçamentária 2003, somente poderá atingir os resultados, se aprovado o orçamento com o extrateto proposto pela Funai, sem cortes. No caso da Educação Escolar Indígena, se a proposta não for aprovada, a demanda não será atendida, conforme preconiza a legislação, especificamente na 2ª fase do Ensino Fundamental, Médio e Superior, ainda não oferecidos na aldeia. A restrição orçamentária levou a ação de assistência jurídica às comunidades indígenas ter desenvolvido cursos de capacitação por região, o que afeta a especificidade de cada etnia, atendendo, também, um menor número de beneficiários.

Para 2003 nas ações executadas pela Funai, espera-se um melhor entendimento e conscientização do modelo de gerenciamento por ação, da parte dos gestores, coordenadores/executores e das comunidades indígenas, para que se obtenha resultados expressivos na assistência e não ceder a grupos minoritários, que por pressão, acabam prejudicando a descentralização de dotação orçamentária a outras comunidades indígenas. O Departamento de Educação pretende: implementar o 3º grau indígena em parceria com a Universidade de Roraima/RR; implantar o Programa de Assistência e Acompanhamento às Crianças, Adolescentes e Jovens, que estudam fora das aldeias; discutir políticas e propostas de orientação para o trabalho com famílias e jovens indígenas, bem como políticas públicas para o encaminhamento e formação profissional de indígenas estudando nas cidades. A ação Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas vem evoluindo em quantidade e qualidade desde a sua implantação em 2000. Em quantidade porque tanto as ADRs como as comunidades indígenas sabem da disponibilidade de recursos e têm demandado a cada ano um volume maior de cursos. Em qualidade porque tanto na área de organização como na área produtiva, novas demandas aparecem e novos módulos de capacitação são introduzidos. Quanto à ação Assistência Técnica em Áreas Indígenas - MAPA, espera-se: a conclusão dos projetos específicos, e suporte à continuidade das atividades produtivas; o incentivo às atividades complementares desenvolvidas nos projetos; o apoio à realização de eventos que permitam a integração das comunidades indígenas, com a finalidade de repasse de conhecimentos adquiridos com os projetos específicos; gestões junto às áreas competentes para a institucionalização da ação no âmbito do MAPA a exemplo do que ocorreu com outros ministérios que fazem parte da Comissão Intersectorial da Funai.

.....

Como um dos problemas que deram origem ao Programa, está a baixa qualidade de vida das Sociedades Indígenas, que por não poderem mais sobreviver da caça, pesca, coleta e extrativismo, passaram a ter um mau hábito alimentar. Por não terem como financiar projetos de desenvolvimento sustentável, a produção de alimentos era baixa, acarretando a incidência de doenças e outras conseqüências. A falta de recursos próprios, para atender as demandas da educação escolar indígena e o repasse para a execução aos estados e municípios, com apoio da Funai. Necessidade de assistência jurídica e social às 215 sociedades indígenas.

Os principais aspectos do Programa que precisam ser aperfeiçoados são:

- Dimensionamento do público-alvo: 350 mil índios, constituindo 73.079 famílias indígenas, em 354 postos indígenas em todo o território.

Concepção

- Suficiência de metas físicas: as metas físicas foram subdimensionadas na maioria das ações, necessitando das seguintes modificações:
- Fomento as Atividades Produtivas em Áreas Indígenas - aumento da previsão do atendimento de 33.200 famílias indígenas para 73.079 famílias;
- Capacitação de Professores das Escolas Indígenas - de 180 professores para 1.200 professores;
- Funcionamento de Casas de Estudantes - de quatrocentas casas para 34 (quatrocentos é o número de estudantes atendidos nas casas e não o número de casas em funcionamento);
- Atendimento a Saúde em Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI de 350 mil indígenas atendidos para 390 mil;
- Saneamento Básico em Comunidades Indígenas - de Comunidade Indígena Beneficiada, de 47 comunidades indígenas atendidas para 1.357 aldeias atendidas;
- Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas - aumento da meta física de índio assistido.
- Adequação dos indicadores já existentes, e criação de novos para melhor avaliar os impactos.

A estratégia de implementação precisa ser modificada nos seguintes aspectos:

- Plano de avaliação: criar processo de monitoramento da execução das ações;
- Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: melhorar a integração entre a gerência/coordenadores ação/executores da ação;
- Forma de coordenação e acompanhamento dos executores: é necessário implantar um sistema de informação ágil, além do processo de monitoramento. O Programa utilizou o extrator de dados do Siafi, que após o vencimento do contrato está inoperante, mesmo assim não foi suficiente para acompanhar a execução da ação. Está em fase de implantação pelo Serpro o mesmo sistema de extração de dados via internet.
- Forma de articulação com outros ministérios: implantação de um quadro demonstrativo com as realizações e o local executado, para a supervisão e um melhor acompanhamento dessas ações. Promover a articulação das ações do Ministério da Justiça com outros ministérios, que dispõe de dotação orçamentária para atender as sociedades indígenas visando não ocorrer atividades desarticuladas sem ouvir a Funai.
- Forma de articulação com as partes interessadas: continuar com a conscientização das sociedades indígenas sobre o novo modelo gerencial contando com toda a Instituição.
- Forma de participação do público-alvo: buscar por meio dos Conselhos Indígenas, Locais de Saúde e Educação, fortalecer o entendimento do novo modelo gerencial, para que se tenha uma melhor participação na concepção e execução das ações.
- Plano de capacitação das equipes locais: por meio de cursos no modelo do Avança Brasil: PPA 2000-2003 para servidores e Lei de Responsabilidade Fiscal.

As estratégias de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos resultados foram a força de vontade da gerência em integrar as ações entre os coordenadores de ações, para a implantação do PPA, para demonstrar as especificidades da Funai e do trabalho junto aos índios, perante o Ministério do Planejamento e para manter um razoável controle das informações; o esforço e interesse de alguns técnicos; o apoio da Direção da Instituição. Também cabe ressaltar a articulação de parcerias não formais desencadeadas pela coordenação das ações da Educação Escolar Indígena e Assistência Jurídica as Comunidades Indígenas.

Há a necessidade de alterar a forma de envolvimento de outros ministérios - secretarias de estados, responsáveis por ações do Programa. As ações do Ministério da Educação, Saúde/Funasa e Agricultura são implementadas de forma desarticulada com esta gerência, que somente recebe os dados informativos das metas físicas executadas, sem ter mecanismo de avaliação junto ao público-alvo. Este relacionamento melhorou a partir da mediação do Ministério da Justiça/Coplan. Já realizou-se uma reunião com representante do MAPA/DIER - Departamento de Infra Estrutura e Extensão Rural, onde percebeu-se que a não informação das metas físicas em anos anteriores deixou de descrever o que foi desenvolvido segundo relatório do MAPA, e os mesmos já dispõem de um sistema, com outros dados que melhor indicam a situação atual. Também houve o entendimento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

.....

Durante o período ocorreu a liberação de dotação orçamentária em descontinuidade com a liberação do recurso financeiro, causando prejuízos para se cumprir, principalmente, o calendário agrícola das várias regiões do País. Como agravante também houve a não liberação do bloqueio de crédito orçamentário, o que prejudicou as seguintes ações: Recuperação de Equipamento de Postos Indígenas – não conseguiu aplicar todo o recurso, liberado próximo ao final do ano, em função dos trâmites administrativos (tomada de preço, licitação) resultando na devolução do orçamento pelas Administrações Executivas Regionais, por falta de tempo para cumprir prazos legais; Construção/Ampliação de Postos Indígenas - não se conseguiu realizar obras em tempo hábil devido às chuvas no final do ano, entretanto essa ação recebeu um maior aporte de recursos, o que viabilizou a construção/ampliação de mais duas unidade além das previstas na meta física inicial; Educação Escolar Indígena - foram também comprometidas, porque as demandas crescem ano a ano e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação não assumem o atendimento nas escolas das aldeias e com isso, muitas escolas, estudantes e professores indígenas ficam sem assistência; Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas - existe uma insuficiência de recursos financeiros, pois o universo é de 73.079 famílias, mas está previsto o atendimento a apenas 33.200 famílias. Além disso, o crédito suplementar foi liberado muito em cima do final do exercício, exceto nas ações de assistência. Essas dificuldades, de quando será liberado o recurso, provocam a insatisfação dos índios expondo as equipes de base e Sede da Funai a pressão. É necessária a aprovação da proposta orçamentária da Funai/2003, sem cortes, com orçamento liberado compatível com o financeiro.

Implementação

Para as ações executadas pela Funai, o recurso financeiro liberado foi suficiente para cumprir as metas físicas previstas, mas não condiz com o recurso financeiro necessário para atender a toda a demanda – terras indígenas continuam desprotegidas, faltou recuperação de equipamento e ocorreu o não atendimento ao número real de famílias indígenas com Projetos de atividades Produtivas.

Segundo as informações do MAPA/DIER - Departamento de Infra-Estrutura

e Extensão Rural, o padrão de financiamento fiscal de 2000-2003 foi reduzido face à não aprovação de novos convênios para expansão do Programa de Apoio às Atividades Produtivas Agropecuárias em Terras Indígenas que previa a cobertura de pelo menos uma etnia em cada unidade da Federação com comunidades indígenas, no período considerado. O Programa ficou restrito ao atendimento dos convênios já firmados em nove estados, contemplando onze projetos, implementados em parcerias com Prefeituras Municipais, Escritórios de Extensão Rural dos Municípios onde se situam as reservas indígenas, Funai Regional e outros organismos estaduais. Há necessidade de vontade política para retomada do processo de implementação do Programa, buscando resposta às demandas de diferentes etnias ao MAPA no sentido de realizar projetos que atendam aos interesses indígenas em relação as atividades agropecuárias. No MAPA/DIER não houve recursos descentralizados para implementação da ação. O recurso foi liberado para aquisição de material de expediente para a DFA/MT conforme Mensagem n.º 2002/773961 sem parecer do DIER/SARC. O MDA disponibilizou recursos considerando as áreas indígenas como de agricultura familiar nos municípios onde estão inseridas as etnias.

Não houve impacto por possíveis alterações na Lei Orçamentária de 2002 no desempenho do Programa. Houve duplicidade de Ministérios (MAPA e MDA) no atendimento às etnias em relação ao apoio às atividades agropecuárias em terras indígenas.

A ação na Funasa tem 100% de execução orçamentária e financeira, mas para implantar e implementar o sub-sistema de saúde indígena só os recursos alocados especificamente nesse programa não tem se mostrado suficientes. Considerando que a sistematização e organização das ações de saúde, historicamente demonstram o conhecimento real das necessidades da população alvo. Verifica-se, portanto, um acréscimo na demanda pelos serviços de saúde que por sua vez necessitam de investimentos para a adequada infra-estrutura. Para não comprometer a organização do subsistema de saúde indígena a Funasa vem utilizando recursos de outros programas de seu orçamento, compatíveis com as ações de saúde indígena. Isso resultou em prejuízo no alcance de metas previstas, destacando-se, por exemplo, a desnutrição entre os índios.

Normalmente, a Funasa inicia o exercício executando ainda obras de Saneamento Básico em Comunidades Indígenas, que ficaram inscritas em restos a pagar, do exercício anterior. Neste caso, a programação para 2002 foi elaborada e discutida entre a Diretoria da Funasa, no primeiro trimestre. Justifica-se a baixa realização das metas, devido a liberação da maioria dos recursos financeiros de 2001 somente em meados de 2002, o que inviabilizou qualquer início de obras por parte dos participantes do convênio. Pelo prazo eleitoral também a maioria dos convênios de 2002 só serão celebrados após as eleições.

As ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação - MEC tiveram sua execução prejudicada em função do montante de recursos não ter sido suficiente para atender a demanda das instituições que desenvolvem ações de educação escolar indígena. Em virtude disso, foram estabelecidos critérios de seleção para as instituições, nem todas se habilitam para assinatura de convênios. A Secretaria de Educação Fundamental - SEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgãos responsáveis pela elaboração do Manual de Orientações para a Assistência Financeira a Projetos Educacionais, indicaram as Secretarias Estaduais de Educação do Acre, Amazonas e Mato Grosso como instituições que poderiam pleitear recursos para a Educação Escolar Indígena. O Estado do Acre não encaminhou projeto e o Estado do Amazonas não se habilitou. Assim, em 2002, foram contempladas as Secretarias do Mato Grosso, Santa Catarina e Minas Gerais, as duas últimas com projetos encaminhados em 2001.

Faltam recursos materiais adequados e suficientes para a realização das ações, pois a maioria está sucateada. A infra-estrutura é antiga e somente com investimento conseguirá atender a demanda existente.

Para as ações de assistência às sociedades indígenas, a grande maioria em aldeias de difícil acesso, a infra-estrutura é inadequada, os recursos são insuficientes diante das metas físicas terem sido subdimensionadas, é necessário maior tempo para efetivar as compras. A falta de recurso humano capacitado também inviabiliza os procedimentos administrativos para aquisição de equipamentos/materiais. No Departamento de Educação há uma carência de computadores e impressoras e o espaço físico é muito pequeno, o que prejudica o cumprimento das atribuições dos técnicos, o atendimento às lideranças indígenas, aos estudantes e ao público em geral. Para as ações sob a responsabilidade da Funasa/MS, os recursos materiais e a infra-estrutura não são adequados, a inserção geográfica dos povos indígenas e o seu crescimento, requer uma expansão marginal, ano-a-ano, da infra-estrutura bem como a reposição de materiais depreciados com uso constante.

A quantidade de recursos humanos nas equipes locais é insuficiente, muitos servidores aposentaram-se ou foram transferidos para as Administrações Executivas Regionais em função de estudos de filhos. Além disso, a qualificação também é deficiente. Após longos anos sem capacitação, a criação da ação de Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para Atividades Auto-Sustentáveis tornou isso possível, porém ainda não será atendida toda a demanda, em todas as áreas. Especificamente na saúde indígena é um desafio, de difícil solução, fixar o profissional de saúde em áreas indígenas, considerando a localização da população e o contexto administrativo e político das instituições governamentais responsáveis pelas ações. Por outro lado, a diversidade cultural requer uma qualificação específica que conjugue aspectos antropológicos, gerenciais e de saúde pública.

Alguns fatores que interferiram no desempenho das ações foram o contingenciamento orçamentário, o atraso na liberação de recurso, as dificuldades para as assinaturas de convênios, a lentidão no cumprimento de normas do processo administrativo e falta de vontade política.

As ações do Ministério da Educação/SEF, Saúde/Funasa e Agricultura/DIER são implementadas de forma desarticulada com a gerência do Programa, que recebe os dados informativos das metas físicas executadas, sem mecanismo de avaliação junto ao público-alvo. Obtivemos significativa melhora nas informações após mediação da Coplan/MJ. Cabe, ainda, melhorar a forma de articular os Coordenadores da ação.

Realizou-se uma reunião com representante do MAPA/DIER buscando a articulação dos trabalhos com as sociedades Indígenas e obter maiores esclarecimentos sobre a situação do desenvolvimento das atividades sob sua coordenação.

Não existe nenhum mecanismo de monitoramento sobre o desempenho das ações com execução descentralizada. Consideram-se os dados apresentados com as metas físicas executadas, mês a mês, após solicitação oficial junto aos coordenadores da ação. Para sanar essas dificuldades deve-se buscar implantar um mecanismo, como um quadro demonstrativo com as realizações, para que pudessemos exercer a supervisão, apoiar e acompanhar as ações, ou solicitar dispositivos de informação (relatórios de execução/situação atual do Programa/Ação) já disponíveis nos Ministério da Saúde/Funasa, da Educação e Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Considerando as unidades administrativas (Administrações Executivas Regionais/Funai) faz-se necessário implantar um sistema de informação ágil e um processo de monitoramento. Foi utilizado o extrator de dados do Siafi, que após o vencimento do contrato está inoperante, para acompanhar a execução da ação, entretanto isso não foi suficiente. Está em fase de implantação pelo Serpro o mesmo sistema de extração de dados via internet.

Foram capacitados por curso realizado em março de 2001: Administradores Executivos Regionais, Chefe de Serviços de Administração/AER - Funai, Chefe do Museu do Índio, Chefe de Núcleo de Apoio Local, Coordenadores de Ação Funai/Sede, Equipe da gerência PPA e outros servidores Funai/Sede com o conteúdo - Curso Avançar Brasil: PPA 2000-2003 para servidores, Lei de Responsabilidade Fiscal e participação nos cursos disponibilizados pela ENAP. O gerente participou do curso MBA - Planejamento, Orçamento e Gestão. Esses cursos possibilitaram um melhor entendimento do que é o Plano Plurianual para que os participantes implementassem as ações de maneira eficiente e eficaz. É necessária a realização de cursos com a mesma finalidade para os chefes de Postos e Líderes Indígenas. A coordenação das ações de Educação Escolar Indígena/Funai, promoveu encontros Regionais e um nacional, que teve por objetivo a qualificação dos técnicos das administrações regionais, tendo alcançado como resultado uma melhora significativa nas ações desenvolvidas no plano regional, contudo é necessária a continuidade desta qualificação. A Funai não descentraliza recursos para estado/municípios.

Não são parcerias, mas ações conjuntas importantes, que merecem destaque:

Educação Escolar Indígena - Possibilitou a integração das ações, com atribuição de responsabilidades, proporcionando uma efetiva qualidade nos trabalhos desenvolvidos. Somente a ação de atendimento a estudantes indígenas fora das aldeias é desenvolvida e financiada pela Funai. Os estados atuam no nível local/regional contando com sua infra-estrutura; alguns estados não assumiram/implementaram a política de educação indígena. As ONGs executam ações localizadas contando com profissionais qualificados para atuação. As universidades atuam na melhoria das ações de Educação. Parceria com programas governamentais - FAT.

Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas - tem permitido a implementação da ação de forma mais abrangente, colaborando com recursos humanos e agregando melhoria significativa no nível da assistência prestada, em termos de infra-estrutura, e insumos.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial - propiciou conjuntamente com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, o início de uma discussão mais qualificada a respeito da bioprospecção e de expropriação de conhecimentos tradicionais e recursos genéticos associados, no movimento indígena, mediante vários cursos de capacitação cujo público-alvo foram lideranças tradicionais e indígenas graduadas, em diversas áreas do saber.

Banco Mundial - tem aberto espaços para que os povos indígenas possam participar de Fóruns internacionais de discussão sobre os mais diversos assuntos, de extrema relevância para o futuro e auto-determinação dos povos autóctones.

Ministério Público Federal - contribuição nas discussões afetas à questão indígena, que tem enriquecido e trazido informações importantes ao conhecimento das populações indígenas, em todas as áreas: saúde, educação, agricultura e principalmente, na questão fundiária.

Algumas Sociedades Indígenas já contam com Conselhos, Instituições Indígenas organizadas e capacitadas, e a participação da sociedade tem sido bem consistente, e isto se torna essencial no envolvimento da elaboração das propostas de trabalho. Como exemplos são os Conselhos Locais de Saúde Indígena, e os Conselhos/Núcleos na Área de Educação Escolar Indígena. Uma outra forma de participação tem sido desordenada por parte de minorias indígenas que atuam sob pressão agressiva. Isto leva a dificultar a execução das ações com um mínimo de planejamento. A Coordenação de Defesa dos Direitos dos Índios/Funai que coordena a ação Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas sinalizou inaugurar uma nova estratégia de participação.

Informalmente, os servidores lotados nos Postos Indígenas, onde a maioria das ações são executadas, nas Administrações Regionais e também na Sede da Funai detectam o nível de satisfação das Sociedades Indígenas, sendo que na ação Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas indica insatisfação. As reclamações mais constantes são: as demandas não atendidas em função de recursos insuficientes; bloqueio de recurso, que traz sérios transtornos para os índios já que o cronograma agrícola não se regula pelas decisões do governo e em se plantando fora do período recomendado tecnicamente terá prejuízos na produtividade; os valores dos recursos disponibilizados permitem financiamento somente de projetos em nível de segurança alimentar (roças de subsistência); falta recursos para investimentos em projetos alternativo de geração de renda.

Gestão da Política de Direitos Humanos

Resultados O Programa **Gestão da Política de Direitos Humanos** objetiva apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de direitos humanos, nesse sentido, foi concebido para dar apoio à gestão dos programas finalísticos da Secretaria de Estado e Direitos Humanos – SEDH.

Programas de gestão não possuem indicadores. Em relação às metas físicas por ação, houve evolução em conformidade com as prioridades estabelecidas pela SEDH ao longo de três administrações, desde a sua criação em 1997. A evolução das metas das ações não-orçamentárias refletiram as opções políticas das distintas administrações, entretanto a redação dessas ações é imprecisa. As únicas ações orçamentárias dizem respeito à Implantação do Sistema de Informação Nacional em Direitos Humanos e à estruturação Rede Nacional de Direitos Humanos - RNDH, que evoluíram de forma coerente com o previsto originalmente no PPA para os anos 2000 e 2001. Em 2002, houve descontinuidade do ritmo de evolução dos índices dada a baixa execução orçamentária.

No que se refere aos resultados do Programa, uma parte serviu para apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas finalísticos da área de direitos humanos. Há, porém, ações que não dizem respeito à gestão propriamente dita. Sobre essas, a maioria das metas físicas foi atingida, ainda que por via indireta, ou por mudança de estratégia. Esse seria o caso, por exemplo, da criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD, no lugar da Câmara Técnica de Promoção da Igualdade, uma mudança qualitativa que ultrapassa o que foi previsto originalmente no PPA.

O desenvolvimento do Sistema de Informações da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos - SISEDH e sua incorporação às rotinas administrativas da SEDH é talvez o resultado mais palpável e compatível com os objetivos do Programa, ainda que não se tenha conseguido desenvolver os módulos de monitoramento e avaliação, como era a concepção original, devido à saída do profissional que desenvolveu o sistema e a transferência, para a Coordenação de Tecnologia da Informação, do Ministério da Justiça - CGTI/MJ, dos serviços de desenvolvimento e suporte aos usuários, implicando em ruptura no desenvolvimento do sistema e queda na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Quanto à estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos – RNDH, iniciou-se um projeto-piloto da árvore de conhecimentos em direitos humanos, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A idéia das Árvores de Conhecimentos, desenvolvida por Pierre Lévy, filósofo, e Michel Authier, matemático com formação em sociologia e história das ciências, consiste em um programa de informática criado para que os membros de uma determinada comunidade possam revelar suas qualificações e habilidades e compartilhá-las com o grupo. Nesse caso, as 293 pessoas físicas e as 52 pessoas jurídicas que integram a RNDH estão participando dessa etapa.

Gerente:

Marcus Vinícius Romano Lemos

Em 10/12/2002 realizou-se em parceria com o Ministério da Educação, a Teleconferência de Direitos Humanos, como parte das celebrações do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ocorreu, em parceria com o Ministério do Trabalho, a implantação de núcleos de combate à discriminação no âmbito das Delegacias Regionais de Trabalho - DRT's. Consultas podem ser feitas no endereço <http://www.mte.gov.br/temas/FiscaTrab/ProgramaCombate/Conteudo/Nucleos/Default.asp>.

Até 2003, espera-se a ampliação e a dinamização da Rede Nacional de Direitos Humanos, por meio da árvore de conhecimentos em direitos humanos e a reformulação do Sistema de Informação Nacional, com vistas a auxiliar os gerentes no processo de monitoramento e avaliação de seus respectivos programas e ações.

Concepção

O Programa foi concebido para dar apoio à gestão dos programas finalísticos da SEDH. Uma das ações mais importantes do Programa, é a implementação do Sistema de Informações da SEDH - SISEDH, como instrumento para auxiliar a gestão do alto número de convênios celebrados. O SISEDH foi concebido como parte de proposta de modernização gerencial da SEDH, desenvolvida em 1999 com o apoio da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, visando adequar a estrutura da SEDH aos programas do PPA.

Em 2002, foi incluída ação para a estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos - RNDH, dada a sua complementaridade com os objetivos do SISEDH. Essa ação foi implantada pela ausência de informações gerenciais, especialmente informações relacionadas ao objeto e aos objetivos dos convênios, às metas pactuadas com os convenientes e ao seu cumprimento. O Programa necessita adequar o objetivo ao problema, pois deveria estar relacionado somente ao apoio à melhoria da gestão, focalizando os instrumentos gerenciais disponíveis (ou necessários) buscando integrar os diversos sistemas de informação da SEDH.

A reestruturação administrativa da SEDH, com o objetivo de adequá-la à concepção do PPA 2000-2003, é a principal ação, não expressa no Plano, mas que contribuiu para objetivo do Programa. Foram criadas gerências, no âmbito dos Departamentos, para cada um dos programas finalísticos, com os respectivos cargos de gerentes de programa.

A forma de articulação com outras unidades do Ministério precisa ser aperfeiçoada. Dever-se-ia estruturar o Programa (e talvez isso seja verdade para todos os do tipo gestão de políticas públicas) para que mereçam estreita colaboração das áreas setoriais responsáveis pela tecnologia da informação.

Quanto à estratégia de implementação, o que mais contribuiu para a obtenção dos resultados do Programa, foi o desenvolvimento e utilização do Sistema de Informações da SEDH, o que permitiu avaliar as políticas públicas, por meio do estabelecimento de metas a serem atingidas durante a vigência dos convênios. Frequentemente, a prioridade conferida à execução orçamentária coloca a questão da avaliação em segundo plano, o que prejudica a busca pela qualidade dos serviços e a mensuração dos resultados, objetivo dos convênios celebrados. Trata-se de problema que se inicia na elaboração dos projetos, perpetua-se durante a tramitação, até a prestação de contas.

Implementação

A execução financeira no primeiro ano foi baixa em relação ao originalmente previsto no PPA, apesar de se ter praticamente conseguido atingir a meta física prevista. Em 2001, houve execução muito maior em relação ao originalmente previsto e a meta física original foi ultrapassada em 1 ponto percentual, totalizando 40% do sistema de informações implantado. No ano de 2002, a execução foi muito baixa em relação ao originalmente previsto, assim como a meta física atingida.

Os recursos liberados para o Programa foram compatíveis com a implementação das ações. As metas físicas atingidas refletem a prioridade conferida pelo órgão a sistemas de informações e à constituição de redes, como é o caso da Rede Nacional de Direitos Humanos.

A principal restrição para a implementação do Sistema de Informações da SEDH é a sua dependência, em grande medida, da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, do Ministério da Justiça - CGTI/MJ. A necessidade de internalização do suporte técnico pela CGTI, serviço que era prestado por meio de contrato do MJ, implicou na descontinuidade do desenvolvimento do Sistema e queda na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Outro fator que interfere no desempenho das ações é a falta de infra-estrutura física do Programa, pois não há uma sala específica para a gerência atuar.

O Programa não possui um mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada. As informações relativas ao desempenho físico foram captadas tendo em vista o projeto original de sistema de informações elaborado pela empresa Logos Engenharia com o apoio da secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, no âmbito do Programa de Modernização Gerencial. Coordenação Geral de Tecnologia da Informação, do Ministério da Justiça - CGTI/MJ.

A capacitação do gerente do Programa ocorreu por meio de cursos oferecidos pela ENAP. Não há equipe no Programa, nem também nos níveis estadual e municipal.

O Programa não possui mecanismos de participação da sociedade e não avalia a satisfação dos usuários/beneficiários em relação à execução. Para conferir transparência, a gestão do Programa utiliza maciçamente a internet.

Gestão da Política na Área da Justiça

Resultados

O Programa Gestão da Política na Área da Justiça, contempla três ações. A ação "Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil" está a cargo da Coordenação Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Justiça. Esta Coordenação conta com um setor de acompanhamento e manutenção do Banco de Dados do Cadastro de Cartórios do Brasil, o qual vem se empenhando em manter, sistemática e permanentemente, a atualização do referido sistema, mediante consultas efetuadas aos cerca de 22.000 cartórios, aos 2.500 juizes das comarcas e aos corregedores dos 27 Tribunais de Justiça. Esta atualização é feita mediante correspondência via correio, tendo em vista a necessidade de se identificar a fonte da informação, todavia pretende-se ampliar o Sistema, permitindo-se uma autenticação eletrônica das informações, diretamente pelos responsáveis nos cartórios: registradores, tabeliães e oficiais.

De igual modo, o Ministério da Justiça vem se empenhando na aquisição sistemática de equipamentos modernos para dar maior velocidade às atualizações. A divulgação do cadastro de cartórios é feita pela internet, "home page" do Ministério da Justiça e edição anual da coletânea de programas e documentos do MJ, em CD.

As outras duas ações, "Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira" e "Cadastro da Legislação Brasileira", são de responsabilidade da Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ, cuja finalidade é manter o cadastro de todas as propostas legislativas editadas, bem como suas alterações, a fim de prestar informações a todos os órgãos públicos, privados e, em especial, ao cidadão. Visando a otimização e eficácia desse serviço foi contratada uma empresa, no final do exercício de 2000, com vigência prorrogada até maio de 2002, objetivando a informatização e automação dos serviços prestados.

Muito embora o sistema informatizado ainda esteja em fase de implantação, sendo que, até fevereiro de 2002, foram executados somente 50% dos serviços. A estimativa inicial de digitalização de 750.000 imagens já foi alcançada. O processo de licitação para contratação de nova empresa, visando dar continuidade à informatização do Cadastro da Legislação Brasileira, já está em andamento.

Este Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira, apesar de estar em fase de implantação, já vem causando uma expectativa positiva nos usuários, em especial, nos operadores do direito, como por exemplo, Ministros do STF, STJ, órgãos jurídicos dos Estados, Presidência da República e até mesmo representantes de organismos internacionais, uma vez que facilitará a pesquisa sobre leis do nosso País.

Para 2003, no entanto, diante dos valores incluídos na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, pelo Ministério da Justiça, podemos prever que a continuidade do desenvolvimento do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira, ficará extremamente prejudicada.

Como principais resultados pode-se destacar, então:

- Desenvolvimento e manutenção do Banco de Dados do Cadastro de Cartórios do Brasil;
- Implantação de sistema informatizado com o cadastro de todas as propostas legislativas editadas, bem como suas alterações.

Gerente:

Ivete Lund Viégas

Concepção O Programa nasce da necessidade de se manter atualizado e disponível para a sociedade o cadastro de cartórios no Brasil, bem como o cadastro da legislação Brasileira.

Este último, se torna imprescindível na medida em que presta informações a todos os órgãos públicos e privados, aos operadores do direito e, em especial, aos cidadãos de todo o Brasil sobre leis, decretos, resoluções, de 1808 até a presente data, atendendo ao público interno e externo (17 mil consultas/ano). O Programa, através de suas ações de Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira e Cadastro da Legislação Brasileira, também realiza a compilação de todos os pareceres emitidos nas duas Casas Legislativas, com vistas a se ter um mapeamento completo da origem das leis no nosso país.

O Programa e suas ações estão bem definidos, sendo a insuficiência de recursos orçamentários para o ano de 2003, provavelmente seu único problema.

A estratégia de implementação do Programa está adequada, pois trata-se apenas da necessidade de contratação de empresa especializada na área de informática, para o desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado, tornando eficiente e eficaz o serviço prestado pelo Ministério da Justiça, no que se refere ao Cadastro de todas as leis existentes em nosso País. Esta estratégia é considerada a que melhor pode atender aos objetivos do Programa, uma vez que, o Ministério não dispõe de pessoal especializado e nem infra-estrutura adequada para a implantação do sistema.

Implementação Os recursos disponibilizados no período de 2000/2002, de uma forma geral, foram suficientes para a realização das ações planejadas, muito embora o exercício de 2002 tenha ficado um pouco aquém do esperado, tendo em vista a demora na realização de nova licitação para continuação dos serviços. No entanto, já visualizamos que não será possível implementar o sistema informatizado no próximo exercício, haja vista a necessidade de aquisição de equipamentos que tenham grande porte, uma vez que o recurso solicitado na proposta orçamentária para esta finalidade, não foi incluído no PL encaminhado pelo Ministério da Justiça ao Congresso Nacional.

Há que se dizer ainda que pelo Decreto nº 4.322 de 05/08/02, que publicou o PPA vigente, verifica-se que se o valor ali constante fosse liberado na íntegra, o sistema poderia ser implantado sem nenhum problema. No entanto, com a proposta apresentada para o exercício de 2003, isso se torna impossível.

Outro fator a se destacar é a inadequação da infra-estrutura e dos recursos materiais. O Ministério da Justiça ainda não dispõe de computadores com capacidade adequada para serem servidores do SISNORMA, que é o programa do Cadastro da Legislação Brasileira. Tais máquinas, bem como outros equipamentos necessários, deverão ser adquiridas pelo Ministério.

O esforço de capacitação da equipe gerencial vem sendo realizado através de cursos, reuniões, palestras, debates, e "workshop's", realizados na ENAP, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no âmbito do Ministério da Justiça. Esse esforço é proveitoso e importante para que os gerentes e assistentes possam desempenhar suas funções com a qualidade e o conhecimento necessários, visando o alcance dos resultados esperados com as ações de cada programa.

O programa não conta com parcerias de qualquer tipo na execução das tarefas.

Trata-se de um programa de gestão, cuja finalidade é a implantação de um sistema informatizado visando a eficiência e a eficácia do Cadastro da Legislação Brasileira e dos Cartórios do Brasil. O Programa, necessita somente da contratação de empresa de informática para o seu desenvolvimento e implantação, não havendo necessidade de parceiros.. Basta que sejam liberados os recursos solicitados, haja vista que depois de desenvolvido e implantado o sistema será mantido e operacionalizado pelos funcionários do setor.

Com relação à pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário, ela também não é prevista por se tratar de um programa de gestão e de seu objetivo ser uma necessidade lógica e urgente para toda a sociedade, pois não é mais admissível, numa época em que a ciência se multiplica, que um órgão do Governo, que se dedica a manter o cadastro de toda a legislação brasileira, ainda se utilize de fichas para a guarda de informações.

Quanto à contribuição do modelo de gestão, pode-se dizer que ele foi bem concebido e é muito importante, pois facilita a identificação das ações pertinentes a cada Ministério/Órgão, sendo que cada unidade responsável pode melhor se planejar para o alcance dos objetivos. No entanto, de nada adianta a identificação do problema e de suas soluções, se os recursos solicitados, mesmo para projetos considerados estratégicos, sofrem cortes cada vez maiores, impossibilitando a consecução dos objetivos do programa.

Modernização da Polícia Federal

Resultados A variação do índice do indicador no período de 2000 a 2002 teve alcance abaixo do planejado devido a, principalmente, problemas de execução dos projetos Pro-Amazônia/Promotec e outros, relacionados com as construções/reformas empreendidas em diversas unidades.

Inicialmente a inexperience do Departamento de Polícia Federal em conduzir um empreendimento da dimensão do Pró-Amazônia e Promotec, associado a problemas normais de adequação da estrutura de gerenciamento tanto do lado do DPF quanto do lado do fornecedor, bem como questões estruturais do Governo no que se refere à aprovação e liberação de recursos orçamentários/financeiros, conduziram a um atraso na execução.

No presente momento, a maioria das questões gerenciais estão solucionadas ou estão em vias de solução.

As maiores dificuldades atuais estão relacionadas com a aprovação dos recursos tanto orçamentários, reduzidos no ano de 2002 em 30% no que se refere ao planejamento inicial e acumulando uma defasagem cambial em torno dos US\$ 20 milhões, quanto financeiros, que sofreram um rigoroso controle durante todo esse período.

Foi solicitado um crédito suplementar à LOA de R\$ 60 milhões. No entanto, houve um corte de R\$ 40 milhões, prejudicando sobremaneira às ações previamente definidas. Da LOA, embora tenha ocorrido a disponibilização total, verificou-se a falta de limite de pagamento em torno de R\$ 30 milhões, valores estes inscritos em restos a pagar.

Apesar das dificuldades relatadas na questão anterior, no que se refere ao alcance dos índices previstos o que foi feito teve resultado significativo, principalmente no combate ao tráfico de drogas, que tem tido resultados recordes em todos os estados, e no combate a outras modalidades de crimes. A evidência do aumento do desempenho da Polícia Federal e dos resultados para a sociedade torna-se notória a partir da observação dos noticiários divulgados pela mídia. Como exemplo, pode-se citar a apreensão recente de 210 aeronaves irregulares, muitas delas utilizadas por narcotraficantes na região amazônica, e a apreensão de mil toneladas de maconha em cooperação com a polícia paraguaia.

Outros resultados a serem destacados são a aquisição de quatro helicópteros, proporcionando maior rapidez nos deslocamentos, na execução de operações simultâneas e um aumento na quantidade de operações policiais dos grupos táticos da Polícia Federal; construção do Complexo Policial da Superintendência Regional do DPF em SP e a construção do edifício sede da Coordenação-Geral de Telemática - CGTI.

Dentre as questões que influenciam negativamente o desenvolvimento dos programas e, por conseguinte, a obtenção dos resultados colimados, duas merecem destaque: as constantes mudanças na alta administração dos órgãos governamentais e as restrições orçamentárias/financeiras. No primeiro caso, há de se criar a cultura de orientar o novo dirigente sobre as questões atinentes à condução dos programas sob sua alçada e no segundo, implementar um maior controle sobre os vários programas de modo a dedicar mais recursos àqueles que efetivamente, num quadro de escassez de recursos, promovam um maior ingresso de tributos ou diminua a sua evasão.

Gerente:
Paulo Torres

Com toda segurança, o maior impacto sobre o sucesso do Programa situa-se na aprovação dos recursos orçamentários solicitados e a sua liberação quando do período de execução.

Os limites estabelecidos pela SOF estão em nível de 50% dos solicitados, de acordo com o planejamento feito anteriormente e com as necessidades sociais de melhoria no desempenho das instituições voltadas à segurança pública.

As demais variáveis que impactaram negativamente o desempenho do Programa já estão plenamente sob controle, restando apenas a adequação orçamentária e financeira.

Durante o ano de 2002 muito foi feito em termos de execução para viabilizar a adequação do desempenho almejado. Projetos e especificações aguardam, engavetados, a liberação de recursos para serem executados imediatamente.

O prejuízo social pelo não cumprimento das metas de 2002 pode ser sentido a partir da análise das publicações diárias na mídia. A quantidade de jovens mortos, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, é tão alarmante a ponto de afetar a expectativa de vida média do cidadão do sexo masculino que vive nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A não liberação dos recursos solicitados para o exercício de 2003, só aumentará esses prejuízos.

Não há necessidade de alterações nos índices planejados. O orçamento de 2003, contemplando o que foi solicitado, permitirá que os índices sejam perfeitamente alcançados.

Espera-se para 2003 a aquisição de embarcações para os Núcleos Especiais de Polícia Marítima - Nepom, com a qual obter-se-á consideravelmente a eficiência e eficácia nas atividades de prevenção e repressão aos crimes de competência do DPF praticados na área portuária, adjacências e no mar territorial brasileiro; implementação do Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, pelos projetos Pró-Amazônia/Promotec, proporcionando um marco na identificação criminal Brasil e a implementação da Gestão Estratégica do DPF, através da concepção do Plano de Metas e Programação Orçamentária do DPF em maior sintonia com o PPA.

.....
Em decorrência dos erros de estratégia político-administrativa de décadas passadas, observa-se como resultado nos dias atuais, o enfraquecimento das instituições de segurança, a institucionalização da corrupção e a abertura do País para a criminalidade internacional, transformando o Brasil em um País de fronteiras abertas.

Concepção

A Polícia Federal como unidade da administração direta do Governo Federal, responsável pelas atividades de Polícia Judiciária da União, coloca-se à frente dessa situação, apontando suas deficiências e vulnerabilidades e propondo soluções concretas e exequíveis que têm como base fundamental a vontade, lealdade e a competência, como forças motoras, por excelência, capazes de impulsionar a idéia de modernização e viabilizar a implementação das medidas adequadas.

Em decorrência da complexidade das atribuições constitucionais e da sua situação atual, a Polícia Federal tem enfrentado dificuldades extremas na execução de suas ações, convivendo com a escassez de recursos de toda ordem e conduzindo o País a uma condição de extrema vulnerabilidade.

Nesse particular, é fundamental a atuação permanente da Polícia Federal, em termos de vigilância e patrulhamento para a detecção, interceptação e combate aos ilícitos praticados ao longo de toda a faixa de fronteira, como: a retirada ilegal de madeira, a exterminação de animais silvestres, o contrabando de produtos agropecuários e de mineração, entrada e fixação ilegal de estrangeiros, internação de laboratórios de refino de drogas, tráfico de crianças, tráfico de entorpecentes, contrabando de armas, saída de veículos estrangeiros sem o devido recolhimento de multas e saída de veículos de brasileiros, furtados e roubados.

No entanto, essas atividades são executadas de forma precária nos pontos fixos, onde não há recursos suficientes sequer para abastecimento de viaturas e as equipes policiais, que se encontram há muito fixadas nesses locais, estão totalmente desmotivadas, e apresentado baixos índices de produtividade.

A solução apresentada, teve por objetivo a modernização e o reaparelhamento da Polícia Federal, a nível de recursos humanos, materiais, financeiros e organizacionais, capazes de garantir os meios necessários ao cumprimento integral da sua missão constitucional. Como diretriz principal definiu-se que essa solução deve estar baseada num tripé fundamental: do ponto de vista tecnológico, apoiada no desenvolvimento tecnológico internacional, de forma a equiparar a Polícia Federal com as forças policiais dos países desenvolvidos; do ponto de vista operacional, centrada na experiência, criatividade e lealdade de todo os servidores, assegurando a implantação das soluções propostas; do ponto de vista financeiro, suportada por recursos de fontes diversas na expectativa de não onerar os cofres da União.

Essa solução, denominada de Programa **Modernização da Polícia Federal**, incorpora várias ações e está inserido no direcionamento maior do Governo federal, modernizando as atividades da Polícia Federal e resgatando a sua capacitação para o desempenho das atribuições constitucionais, tendo como meta fim, o crescimento do desempenho da Polícia Federal ao término da implantação total do Programa em questão.

O Programa precisa ser melhorado nos seguintes aspectos:

O objetivo principal do programa é a modernização do DPF em termos de recursos materiais e humanos. Nesse programa se insere uma série de ações que vão desde a construção e reformas de unidades operacionais, até a capacitação dos servidores; passando pela aquisição de novos sistemas de comunicação e de informação, de equipamentos de informática, de meios de transportes adequados e demais equipamentos necessários ao aparelhamento da Polícia Federal.

Apesar das ações estarem voltadas para o reaparelhamento do órgão e para a capacitação do seu corpo funcional, o público-alvo dos benefícios advindos dessas ações será a sociedade em geral.

O público-alvo é toda a sociedade.

Algumas ações poderiam ser regionalizadas, tal como a instalação de um núcleo de policiamento marítimo em um porto qualquer. Todavia, considerando diversos fatores que definem as prioridades de instalação, numa primeira análise, todos os grandes portos serão contemplados com uma única ação. Assim, o conceito de regionalização não se aplica neste momento, uma vez que, todo o território e toda a sociedade serão beneficiados.

As ações são pertinentes porque atuam exatamente nas questões que afetam a eficiência na prestação dos serviços da Polícia Federal.

A grandeza do Programa avizinha a suficiência, todavia, cada vez mais a Polícia Federal tem sido instada a desenvolver ações que não abrangiam o seu escopo de atividades. Por exemplo pode-se citar: crimes ambientais, crimes cibernéticos, roubo de cargas, sequestros, e a crescente demanda pelo combate a ações terroristas.

Assim, existe espaço para ampliação do Programa, contemplando ações que inicialmente não foram previstas, devido a sua inexistência ou a sua pouca significância quando da concepção do Programa.

As metas físicas foram ajustadas aos recursos disponibilizados. Esses recursos têm sido regularmente restringidos, comprometendo as metas ajustadas.

Os indicadores podem ser melhorados na próxima revisão do PPA.

Basicamente, as fontes de financiamento do programa são externas. Desta forma, em tese, não há restrição para a sua utilização. A parte que corresponde as fontes internas (tesouro e arrecadação própria) tem sofrido diversos contingenciamentos, comprometendo o desempenho da implementação.

Com relação a participação de outros produtos na implementação do Programa, pode ser citado o Projeto Promasp, que dentre as suas funções, cuida do controle das fronteiras, e que se reveste de grande importância para o alcance dos objetivos do Programa.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada nos pontos descritos a seguir:

Plano de ação - As incertezas próprias da administração pública, no que se refere a liberação de recursos, a falta de adequado corpo gerencial e por vezes a incompreensão e o receio dos gestores responsáveis pelos órgãos públicos, comprometem a implementação dos programas. Um plano de ação neste sentido se faz necessário.

Plano de avaliação - A avaliação dos programas precisa ser aperfeiçoada e introduzida nas organizações governamentais. Precisam ser tratadas como parte das ações e não como atividades acessórias ou meramente formais para o atendimento de prazos estabelecidos por outra entidade.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência - O conceito de gerência por programas ainda não foi assimilado no âmbito das instituições governamentais.

Forma de repasse dos recursos - Existem muitos intervenientes no repasse dos recursos. Seria mais viável se houvesse a possibilidade de que o repasse fosse planejado para períodos mais longos e o executor atuasse diretamente no tesouro para a liberação dos recursos.

Outros - Um fato que merece ser destacado é a dificuldade de obtenção de licenças de importação para bens a serem adquiridos para a implementação do Programa. Os órgãos do Governo, em várias oportunidades, parecem trabalhar uns contra os outros, perdendo-se o foco de que todos eles deveriam trabalhar para a sociedade. Os programas baseados em importação devem ser tratados de forma que os procedimentos burocráticos não venham a prejudicar a implementação, muitas vezes causando prejuízos financeiros diretos e indiretos pela não implementação no prazo planejado.

Um dos aspectos que mais contribuíram para a estratégia de implementação no período, foi a classificação do programa como estratégico. Merece destaque, também, a melhora substancial no relacionamento com outros Órgãos Federais e Ministério da Defesa, o que proporcionou muita agilidade aos processos de implementação do Programa.

Implementação

O planejamento financeiro para execução do programa foi executado no ano de 2000 a partir de um cronograma físico e financeiro aprovado pela Comissão de Controle e Gestão Fiscal - CCF.

Nos anos de 2000 e 2001, foram aprovados orçamentos compatíveis com o planejado. No ano de 2002 e na proposta orçamentária para 2003, entretanto, não foram contempladas dotações orçamentárias suficientes para cumprir o planejado. Acrescente-se as diferenças cambiais dos anos 2000, 2001 e 2002, e temos, então, um quadro de descompasso entre o planejado e o realizado.

Não obstante, houve nesse período um esforço de todas as áreas envolvidas para manter, no mínimo a liberação de todo o recurso que havia sido orçado. Nesse contexto de restrição orçamentária e financeira, algumas ações foram implementadas, apresentando notáveis resultados.

Há de se considerar que foram solicitadas dotações orçamentárias para o ano de 2003 no montante necessário para colocar o projeto dentro do cronograma inicialmente previsto. Desta forma, em face do limite proposto pela SOF, a solicitação de orçamento apresentada pelo DPF excede em cerca de 50% esse limite.

Em não sendo restabelecido o cronograma físico e financeiro previsto, há de se pensar num alongamento do prazo de execução do programa, suscitando, assim, uma nova renegociação com os bancos estrangeiros que financiam grande parte do Programa **Modernização da Polícia Federal**.

Os custos financeiros do serviço da dívida externa e custos sociais e políticos, pela não implementação da necessária modernização objeto do Programa, comprometem definitivamente a eficiência do Programa e a eficácia das ações do DPF.

Dentre as muitas variáveis que influem no bom desempenho da implementação de um programa, a capacitação da equipe gerencial é uma das de maior destaque. É fato conhecido que o Governo Federal se ressentia da falta de bons gerentes e principalmente da rotatividade destes, que acabam por gerar alguns atrasos. No âmbito do DPF não foi diferente.

O quantitativo de pessoas identificado atualmente como necessário para gerenciar e monitorar o Programa seria de quatro pessoas, assim distribuídas: o gerente para receber as informações, consolidá-las e orientar os demais integrantes da equipe; um responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária e financeira; outra para o acompanhamento das ações e dos produtos gerados e uma última para a avaliação dos resultados, em função destas ações e destes produtos. Com o quantitativo ideal seria possível a definição da organização do Programa, mediante o estabelecimento de papéis, responsabilidades e relacionamentos. E, sobretudo, a formação, motivação e capacitação de equipes, definindo as informações que necessitariam ser produzidas e distribuídas – a quem, quando e como.

Apesar do esforço feito para a capacitação da atual equipe gerencial, com a oferta de diversos eventos (cursos, palestras, simpósios), permanece a falta de efetivo para o gerenciamento adequado dos programas. Em alguns casos, não

existe dentro da organização uma cultura voltada para o gerenciamento e até mesmo, algumas vezes, realizam-se ações que contrariam os bons princípios de gerência.

É importante também resolver a questão da dicotomia existente entre as áreas de planejamento e orçamento no âmbito do próprio Ministério do Planejamento e que, inevitavelmente, transcendendo seus muros, vem a afetar os demais órgãos da administração pública federal.

Como principais parceiros, pode-se destacar a CCSivam, órgão implementador do projeto Sivam e a SecomSipam, órgão responsável pela implementação do Sipam. Existe uma natural convergência de objetivos na implementação do Projeto Sivam e no Programa de **Modernização da Polícia Federal**, sendo a região da Amazônia Legal, foco comum da atenção dos dois programas.

As parcerias com entidades governamentais com personalidade jurídica de direito privado, tal como Petrobrás, e com entidades eminentemente privadas, ainda se ressentem de adequado arcabouço jurídico. Nesse período, algumas iniciativas tiveram que ser abortadas pela consultoria jurídica do DPF por não haver, ainda, respaldo legal para tal parceria. Há o entendimento errôneo de que se deve fazer licitação para celebrar uma parceria, tal como um convênio com a Petrobrás.

Ainda quanto ao aspecto das parcerias e seu relacionamento com outros programas do Plano Plurianual, a experiência adquirida na implementação do Projeto Sivam foi, sempre que solicitada, passada sem restrições, pelos representantes do Comando da Aeronáutica (CCSivam) ao pessoal do DPF e em muitos casos, solucionando grandes problemas. A interligação entre os dois programas é necessária e fundamental para o bom desempenho do combate a ilícitos na região amazônica.

Há de se considerar que além dessa parceria, muito se fez com a colaboração das outras forças militares e de outros órgãos federais tais como Ibama, Funai e Senasp. Dentre as várias iniciativas, o incentivo às parcerias é, sem dúvida, uma das mais relevantes, pois permite a otimização da aplicação dos recursos federais, devendo ser incentivada e aperfeiçoada no que diz respeito a legislação vigente.

Com relação a participação da sociedade no Programa, esta é, sempre que solicitada e necessária, correspondida em sua plenitude. A necessidade pela melhoria das ações de segurança pública é um fato público e notório. Muitos imóveis têm sido colocados à disposição do DPF para a instalação de unidades ao longo de todo o território nacional. Entidades públicas federais, estaduais e municipais, assim como entidades privadas no que lhes compete ou é permitido colaborar, tem se mobilizado para formar parcerias com o DPF na solução de diversos problemas.

O Programa ainda não teve definido um mecanismo de avaliação da satisfação de seus usuários de forma direta ou sistematizada, entretanto o engajamento da sociedade nas ações do Programa, quando aplicável, denota a satisfação dos mesmos com a sua implementação.

Em futuro próximo, estará em funcionamento uma série de serviços que permitirão um melhor conhecimento da satisfação da sociedade.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, este parece ser uma das ferramentas mais eficazes para a ação governamental. O espírito de co-participação nas ações dos diversos programas incentiva a parceria que, como dito acima, otimiza a aplicação dos recursos públicos, sempre escassos em face das atuais necessidades. Não obstante, o processo de mudança de

uma forma de gestão para outra é de difícil assimilação. Há de se ter perseverança até que se chegue ao objetivo estabelecido. Um elo fraco nessa cadeia é o baixo ou nenhum envolvimento do dirigente máximo das instituições governamentais.

O apoio esperado pelos gerentes/equipe gerencial imbuídos do valor do programa pode ser contrastado por reações desanimadoras que se manifestam de modo diferente em cada momento de sua execução, exigindo diferentes tipos de comunicação. Nos momentos iniciais, a reação é de incredulidade. No momento seguinte, cristalizam-se e manifestam-se resistências sob as mais variadas formas, indo do desinteresse e da indiferença à mudança.

O reconhecimento do Programa por partes das pessoas, contribui poderosamente para validá-lo e estimula a continuidade de suas ações. O suprimimento desta necessidade ainda não foi atingido, entretanto há um trabalho em elaboração de uma proposta para melhor adequar a solicitação de recursos aos prazos exigidos pelo Governo Federal, para que de uma forma generalizada, os dirigentes das Unidades, através da pessoa responsável pela tradução do planejamento em termos financeiros, possa entender a sistemática de sua contribuição e responsabilidade junto ao planejamento global do órgão e dar sua parcela de contribuição.

A gestão dos órgãos governamentais necessita ser monitorada no aspecto da eficácia. Os principais gestores precisam ser cobrados regularmente de forma direta e não por meio de seus representantes que, via de regra, não têm o poder de influenciar nos rumos das instituições.

Paz nas Escolas

O Programa **Paz Nas Escolas** visa reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País. **Resultados**

O Programa ainda não conta com dados disponíveis para apuração da variação do índice de violência nas escolas. Na criação do programa estabeleceu-se que a melhor, mais confiável e sistemática fonte de dados para o acompanhamento da evolução do índice seria o Censo Escolar que é realizado pelo MEC anualmente. Mas, no entendimento daquela instituição o problema da violência entre os jovens, mesmo que envolva as escolas, não é um problema da escola e assim não seria adequado inserir no Censo Escolar questões referentes à violência.

Como não existe uma fonte alternativa, o Programa permanece sem dados para compor uma linha de base e medir periodicamente a variação do indicador.

Nas ações localizadas do Programa, as avaliações feitas em cada projeto denotam eficácia das metodologias aplicadas e significativo impacto sobre o número de ocorrências locais na percepção dos usuários. Porém, desenvolver uma metodologia específica para o Programa, de coleta de dados, sistematização, análise e comparação – demanda recursos materiais e humanos que o programa não tem e mesmo que tivesse, seria desperdício, uma vez que já existe o instrumento do Censo Escolar.

Apesar da carência de informações para acompanhar as variações do indicador, o Programa foi até o momento, muito bem sucedido no desenvolvimento de metodologias inovadoras eficientes e na construção de uma proposta de política pública consistente para redução efetiva do problema da violência entre os jovens, especialmente nas escolas. O mais importante resultado apresentado por este Programa, desde sua criação em 2000, é o conjunto de metodologias que foram identificadas, desenvolvidas, testadas e avaliadas, que estão hoje disponíveis e permitem-nos afirmar que temos uma proposta de política pública para a prevenção e redução do problema da violência nas escolas. São metodologias para capacitação de educadores, de policiais, para formação de grêmios nas escolas, de mediação de conflitos, de mobilização social em torno da escola, de estímulo ao protagonismo juvenil e a construção de pactos de convívio no ambiente escolar e de integração família-escola.

Um importante indicador do acerto metodológico e estratégico do programa é o resultado da recente pesquisa da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP) encomendada pelo Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS), na qual o Programa **Paz nas Escolas** aparece como a ação do governo mais lembrada como forma inibidora da violência. Isso também demonstra o acerto quanto à estratégia de implementação em parceria com as entidades da sociedade civil, que formam uma grande rede de atores com excepcional capacidade multiplicadora.

Em novembro de 2002, foi realizada a oficina "Metodologias do Programa **Paz nas Escolas** para Capacitação de Polícias e Guardas Municipais no Contexto dos Direitos Humanos", que permitiu analisar e avaliar as diferentes experiências e construir um termo de referência para orientar a atuação do Programa nesta ação específica.

Gerente:

Denise Maria Fonseca Paiva

Juntamente com as metodologias foram desenvolvidos, reproduzidos e distribuídos, para escolas e entidades, um conjunto de materiais para disseminação de soluções e de informações para a construção de uma cultura de paz nas escolas. São fitas, CDs, livros, jornais, cartilhas, e folderes. Foram distribuídos mais de 50 mil unidades de materiais que disponibilizam metodologias de mediação de conflitos, de formação de grêmios estudantis, de protagonismo juvenil e instrumentos para ações de prevenção da violência nas escolas. Destacam-se o *kit* Geração da Paz – 15 vídeos e manual de orientação em linguagem adequadas aos jovens para reflexão sobre a violência e o *kit* Ética e Cidadania no Convívio Escolar – duas fitas de vídeo e dois livros para subsidiar a implementação dos parâmetros transversais de ética e cidadania nas escolas.

Embora por limitação de recursos e por carência de metodologias adequadas tenha-se optado por privilegiar o desenvolvimento de metodologias inovadoras, foi possível o apoio, em 2002, a 47 projetos, atingindo, aproximadamente, oitocentas escolas, 6 mil professores, 10 mil policiais e 70 mil estudantes, principalmente com ações de capacitação e de estímulo ao protagonismo juvenil. A estes números somam-se um contingente expressivo de pais, lideranças comunitárias e autoridades envolvidas em atividades do Programa, não precisamente quantificadas. Deve-se destacar que devido à forma de atuação adotada pelo Programa que privilegia a formação de multiplicadores, o apoio a ações replicáveis e também a estratégias de divulgação principalmente pela distribuição de materiais auto-instrucionais e da internet, a atuação direta do Programa tem uma capacidade multiplicadora que só seria possível dimensionar com um grande esforço de monitoramento.

Como o Programa não contou com o instrumento necessário de coleta e sistematização das informações referentes à violência nas escolas, para acompanhar a evolução do seu indicador – a avaliação dos impactos negativos ou positivos da sua ação fica prejudicada. Mas avaliações qualitativas feitas junto ao público-alvo na maioria dos nossos projetos demonstraram um alto grau de aprovação. Estudantes, educadores, policiais e lideranças locais em grande maioria aprovam as ações de que participam e sempre demandam a continuidade das mesmas.

Quanto à execução financeira podemos dizer que o Programa teve um desempenho ótimo na aplicação dos recursos dos seus três orçamentos. Nos anos de 2000 e 2001, aplicou a totalidade dos recursos disponíveis que corresponderam a praticamente 100% dos orçamentos. Quanto à aplicação dos recursos, em 2002, o Programa teve um excelente desempenho, tendo inclusive recebido crédito suplementar de 8%.

Assim, considerando os fatores explicitados e a avaliação do Programa, realizada por uma equipe de especialistas externos durante o primeiro semestre de 2002, que concluiu que este "vem cumprindo com seus objetivos em escala considerável", existe um impacto positivo sobre o público-alvo muito próximo do máximo possível, levando-se em conta os limites impostos pelas carências de recursos estruturais, humanos e financeiros. Porém, em face da evolução e das dimensões que o problema da violência nas escolas atingiu, conforme recentes pesquisas da UNESCO e da UNICEF, há necessidade de ações em muito maior escala para alcançar um impacto relevante sobre o fenômeno.

Em 2003, o Programa planeja: 1) contar com o instrumento do Censo Escolar para medir e acompanhar a evolução do fenômeno da violência nas escolas; 2) integrar as suas ações com as demais no âmbito da Subsecretaria da Criança e do Adolescente; 3) articular ações com os Ministérios da Educação, da Saúde, dos

Esportes e com organismos internacionais e 4) preparar o Programa com informações, parâmetros, critérios e sistematização metodológica suficientes para atuar efetivamente como política pública de prevenção da violência nas escolas.

.....

A violência nas escolas é hoje um fenômeno que entrou inexoravelmente na agenda política da nação, após ficar relegado à uma situação invisível por muito tempo. Trata-se de uma questão multicausal e complexa que demanda ainda análises e estudos mais aprofundados. A miséria, o desemprego, as desigualdades sociais, a falta de oportunidades para os jovens, bem como a presença insuficiente ou inadequada do Estado, na forma de políticas públicas ou por meio do seu aparato da segurança pública, fazem aumentar e recrudesce as manifestações de violência no país. Entretanto, não se trata de um fenômeno circunscrito a fatores estruturais de ordem sócio-econômica. Assim, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade. Segundo estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Brasil perde por ano, como consequência dos atos de violência cometidos dentro e fora da escola, o equivalente a 10,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB), somando os custos tangíveis e intangíveis. Levando em consideração que muitos atos de violência ocorrem dentro do ambiente escolar, o custo para as escolas é também significativo. Ademais, a violação dos direitos humanos nas escolas tem uma relação direta com o aumento da evasão escolar. Nesse caso, os custos/consequências podem ser ainda maiores devido, por um lado, à perda de produtividade futura dos alunos vítimas dos atos de violência e, por outro, ao comprometimento de sua formação cidadã.

Concepção

Diversos estudos, matérias veiculadas pela mídia e dados estatísticos têm demonstrado os níveis de envolvimento dos adolescentes, tanto como vítimas quanto como responsáveis pela violência dentro e fora das escolas. A taxa de mortalidade entre jovens, causada pela violência, vem aumentando no Brasil. Atualmente, o Brasil tem a segunda maior taxa de homicídios por região no mundo, sendo menor apenas do que a da Colômbia.

Esta avaliação do problema foi redigida na criação deste Programa em 1999 e infelizmente continua atual conforme pesquisas recentes demonstram.

O “Mapa da Violência III - Waiselfisz, J. (org.). Mapa da violência III. Os jovens do Brasil. Juventude, violência e cidadania. Brasília, UNESCO/Instituto Ayrton Senna/Ministério da Justiça – SEDH, 2002” – observa que, em 2000, cerca de 70,3% das mortes de indivíduos na faixa etária entre quinze e 24 anos resultaram de causas externas (acidentes viários, homicídios, suicídios etc) sendo que 39% de assassinatos, enquanto para o todo da população as mortes externas representam apenas 12,2% do total de mortes. Esse número corrobora dados levantados pelo IBGE no Programa Censo 2000 que apontam os jovens como as principais vítimas da violência no Brasil.

Pesquisa divulgada em 2002 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), denominada “A Voz dos Adolescentes”, aponta que o Brasil tem hoje cerca de 21 milhões de adolescentes, sendo que 87% deles consideram o País violento e 47%, quase dez milhões, acreditam que precisam de mais segurança para ter uma vida normal.

Outra pesquisa “Violências nas Escolas” de Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua publicada em 2002 pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e a UNESCO revelou que em 2001 – 61% das escolas brasileiras apresentavam um ambiente inseguro.

Uma constatação muito interessante desse estudo da UNICEF é que por um lado 21% dos jovens entrevistados acreditam que os estudos são fundamentais para a realização de seus sonhos e 93% dos adolescentes entrevistados acreditam que a escola é uma das instituições mais importantes para a sociedade, por outro, aproximadamente 52% entendem que escola não é um espaço agradável e seguro.

Outra constatação importante da pesquisa UNICEF é uma contradição reveladora: ao mesmo tempo em que acham que a violência, especialmente aquela relacionada às drogas (cerca de 14% dos entrevistados afirmam já terem utilizado algum tipo de droga), é um dos motivos que os tem levado a abandonar a escola, esses mesmos adolescentes acreditam que a educação é uma das ações mais importantes no sentido de reduzir a violência. Essa contradição aponta para a necessidade de se criar um ambiente e uma cultura de paz nas escolas para, no mínimo, romper com o círculo vicioso.

Essas pesquisas e estudos não demonstram transformações importantes nas características da violência entre os jovens e nas escolas, porém demonstram claramente a magnitude que o problema atingiu, e pior, que vem aumentando. Conforme o "Mapa da Violência III", já citado, que constatou que o número de homicídios dos quais são vítimas indivíduos jovens tem aumentado em média 9% ao ano no Brasil, aumento bem mais acentuado do que aquele verificado em relação à sociedade como um todo.

O impacto da violência afeta diretamente a capacidade de aprendizagem dos alunos e a construção de sua cidadania. A escola representa um espaço privilegiado de socialização e, dependendo dos comportamentos promovidos pode ser constituída com base em relações defensivas ou propositivas. É na promoção de mecanismos propositivos, como o diálogo e a participação, que as relações sociais deverão estar apoiadas para o desenvolvimento psicossocial e humano das crianças e jovens. A potencialidade da escola como instrumento democratizador, socializador e impulsionador da melhoria das condições de vida é amplamente reconhecida. Atualmente, a escola pública está presente em todo o país e aquelas que apresentam a qualidade desejada constituem-se em referências para as famílias e comunidades quando projetam o futuro de seus filhos. A escola é, em muitos sentidos, a porta privilegiada para a cidadania e para a construção da paz.

Embora muitas das causas da violência estejam fora da escola, o seu reflexo no meio escolar representa ameaça a um dos pilares fundamentais da formação das crianças e dos jovens, o da educação. Neste sentido, a mobilização de toda a sociedade é de suma importância para a reversão deste quadro de violência. O Programa **Paz nas Escolas** tem por objetivo alavancar iniciativas voltadas para a redução da violência nas escolas e a construção de uma cultura de paz, imprescindíveis à realização de uma sociedade cidadã e democrática. Sendo que o Programa não tem capacidade de ação sobre todas as causas sociais da violência que transcendem os muros das escolas. Estrategicamente, suas ações não visam atacar as causas sociais da violência diretamente, mas sim construir, através do estímulo ao protagonismo juvenil, à mobilização social, à capacitação de educadores e policiais, entre outras formas, uma cultura de paz nas escolas. Ambientes escolares democráticos, com participação ativa de todos os atores da comunidade escolar, principalmente os estudantes, onde vigore o respeito aos direitos humanos e haja liberdade para o pleno exercício da cidadania, são muito menos propensos e vulneráveis à violência interna ou externa.

Por ser um Programa novo, não se registrando mudanças qualitativas no fenômeno da violência e com as boas avaliações recebidas dos usuários só há necessidade de atualização das metas físicas. Conforme os estudos e pesquisas citados, a violência entre os jovens em geral e nas escolas em particular, atingiu patamares inaceitáveis e mantém uma tendência de aumento.

No conjunto das ações do Programa, são desenvolvidos produtos auxiliares que não estão expressos no PPA 2000-03, mas contribuem muito para os objetivos do Programa. São materiais de divulgação, tais como livros, cartilhas, manuais, fitas de vídeo, cds, cartazes etc, que veiculam informações, instruções e metodologias para a disseminação da cultura de paz; a manutenção de um *site* na internet, para disseminação das ações e metodologias do Programa; e a promoção de eventos de intercâmbio e avaliação como instrumento para a consolidação de redes e difusão de metodologias. Estes produtos constituem instrumentos importantes, especialmente para este Programa, que opera sempre através de parcerias locais.

O Programa precisa desenvolver e implementar um sistema regular de controle e acompanhamento do desempenho.

O recurso a convênios com entidades do terceiro setor e, sempre que possível, com a interveniência de algum setor do governo local, tem vantagens que afetam muito positivamente o desempenho das ações: projetos mais bem adaptados à realidade local; execução ágil, dinâmica e flexível, característica do terceiro setor; maior capacidade de mobilização de organizações não-governamentais e apoio do poder público local no acompanhamento das ações. Estas vantagens repercutiram muito positivamente na qualidade dos projetos apoiados e no cumprimento das metas contratadas com os parceiros. As dificuldades peculiares desta estratégia são aquelas que decorrem da operação com grande diversidade de projetos e das exigências e procedimentos para a efetivação de convênios e no excesso de detalhes dos quesitos para prestação de contas.

O aspecto desta estratégia de implementação que mais contribuiu para a obtenção dos resultados do Programa foi a execução em parceria com organizações da sociedade civil acolhendo as propostas de iniciativas da sociedade. Esta estratégia permitiu identificar, desenvolver e disseminar um conjunto de metodologias inovadoras para a capacitação de educadores e de policiais, para a mobilização social e para o estímulo ao protagonismo juvenil, que antes não existiam ou eram conhecidas apenas localmente.

O Programa obteve, no período avaliado, uma excelente execução física e financeira, conforme os Relatórios do Sigplan, nos anos de 2000 e 2001 os índices de Realizado alcançaram 83,16% e 82,51% do Previsto, respectivamente. Deve-se considerar que nem todos os recursos previstos foram disponibilizados. Nesses dois anos, o Programa aplicou 100% dos recursos disponíveis. Em 2002, de acordo com o Relatório de Financiamento do Sigplan, atualizado até 1/11/2002, o Programa já empenhou 84,4% dos recursos previstos. Em 2002, o Programa contou com seu orçamento total, acrescido de um crédito suplementar de 8%, tendo aplicado integralmente os recursos disponíveis. Comparando-se o previsto no PPA 2000-2003 com os recursos efetivamente aportados, observa-se um incremento substancial do orçamento do Programa – de aproximadamente 50% até 2002. Este fato deve-se à inclusão do Programa no Plano Nacional de Segurança Pública a partir de 2001.

Implementação

No PLOA 2003 constata-se redução significativa dos recursos destinados ao Programa. Foram muito positivas as conseqüências para o Programa do aumento de recursos efetivamente recebidos frente ao inicialmente planejado no PPA

2000-2003. Quase que integralmente aplicados, estes recursos permitiram a pesquisa, a identificação, o desenvolvimento e a consolidação de metodologias de prevenção da violência nas escolas. Porém, frente à amplitude que o fenômeno da violência nas escolas assumiu e ao seu crescimento constante, como constata diversas pesquisas recentes (UNICEF, UNESCO), é necessário um aporte muito maior de recursos ao Programa.

Quanto às metas físicas, o desempenho também foi ótimo. Embora algumas metas tenham oscilado significativamente abaixo ou acima do previsto devido à grande diversidade e variabilidade de fatores que intervêm no problema. A relação orçamento/metras físicas foi adequada.

Algumas dificuldades enfrentadas pelo Programa:

- 1) a permanente carência de infra-estrutura, especialmente de equipamentos de informática, em qualidade e quantidade suficientes.
- 2) recursos humanos inadequados. A falta de opções para compor uma equipe em quantidade e qualidade suficientes para atender aos compromissos do Programa causa prejuízos em áreas de investimento gerencial, tais como planejamento, monitoramento, avaliação, articulação, etc, que a médio prazo refletem negativamente nos resultados
- 3) a excessiva lentidão do processo de convênio impacta negativamente a atuação do Programa. Em 2002, somou-se a incompreensão de setores responsáveis pela análise jurídica dos processos quanto à especificidade das ações do Programa e à importância da continuidade dos seus projetos. A combinação do excesso de detalhismos legais com a lentidão burocrática da tramitação dos processos impede ou dificulta o acompanhamento dos projetos e das parcerias, ocupando demasiadamente a gerência que direciona grande parte dos seus recursos para atenção ao processo de contratações e convênios em detrimento de atividades fins.

Contribuíram positivamente para o bom desempenho do Programa:

- 1) o fluxo de recursos financeiros compatível com a necessidade de implementação possibilitou adiantar ações que só seriam concretizadas no final do exercício;
- 2) a alteração da ação de capacitação de policiais para capacitação de policiais e agentes de direitos humanos facilitou a aplicação de metodologias mais adequadas ao propósito do programa, para construir uma nova relação polícia escola e integrar as policias e demais agentes de direitos humanos; e
- 3) a opção do programa pela execução descentralizada revelou-se um acerto inequívoco, que afeta muito positivamente o desempenho das ações: projetos muito bem adaptados à realidade local, as entidades conhecem as reais necessidades locais e as estratégias de implementação que melhor se adaptam à cultura local; execução ágil, dinâmica e flexível, característica do terceiro setor; capacidade de mobilização da ONGs; e contar com o poder público local para apoio e acompanhamento das ações.

Os bons resultados poderiam ter sido ainda melhores se o Programa contasse com estrutura de pessoal suficiente para monitorar permanentemente as ações, avaliar periodicamente a satisfação dos usuários e agilizar a execução no âmbito da gerência.

Quanto às ações multissetoriais do Programa com o MEC, o seu desempenho, em relação à execução física, foi sempre acima da meta prevista e a execução financeira esteve apenas um pouco abaixo das demais ações do Programa. Portanto, as dificuldades inerentes a este tipo de ação não tiveram impacto significativo sobre os resultados. A instituição de programas multissetoriais é uma excelente idéia para potencializar e racionalizar a ação governamental, mas carece de uma forma adequada para operar e de monitoramento externo permanente. É necessário que: 1) a definição clara do papel e das responsabilidades de cada uma das partes na ação; 2) o estabelecimento de uma agenda, ou protocolo, pelas partes ou alguma instância com autoridade sobre os programas; e 3) o monitoramento permanente de instância legítima.

O monitoramento da execução física das ações do Programa é realizado através de relatórios periódicos, de contatos telefônicos constantes e de visitas de técnicos a eventos especiais. Este modo de operar tem atendido parcialmente as necessidades, entretanto, necessita-se desenvolver um modo estruturado e sistemático de monitorar, que não existe ainda em virtude da falta de estrutura de pessoal e de recursos financeiros. Seria menos oneroso e mais eficaz se houvesse um sistema de monitoramento único e permanente para todos os programas do Departamento da Criança e do Adolescente e não para cada programa isoladamente.

O desempenho dos parceiros do Programa tem sido muito bom. As metas foram atingidas em praticamente 100% dos projetos e a qualidade das ações sempre foram muito bem avaliadas pelos beneficiários. Os maiores ganhos com as parcerias são a agilidade, a flexibilidade de execução, a criatividade e a adaptabilidade local das soluções metodológicas encontradas para os objetivos dos projetos. As dificuldades do trabalho em parceria são referentes à seleção das entidades, ao acompanhamento da execução e à garantia de homogeneidade das ações. Estas dificuldades são superáveis com a busca de uma relação sempre mais orgânica com os parceiros, com monitoramento sistematizado e com capacitações periódicas.

As parcerias com entidades da sociedade civil tem sido o principal fator responsável pelo sucesso do Programa. Em 2002, o Programa está trabalhando em conjunto com a Secretaria Nacional Anti-Drogas – SENAD em um projeto na região metropolitana do Recife (PE). Esta é uma parceria informal, ainda não avaliada, mas da qual se esperam excelentes resultados. Com ações combinadas, projetos do Programa **Paz nas Escolas** e da SENAD atuam nas mesmas escolas em atividades complementares. A prevenção ao uso de drogas e da violência nas escolas tem especificidades que não se confundem. A violência nas escolas é um fenômeno amplo do qual o tráfico e o uso de drogas é uma parte. Dessa forma a ação complementar dos programas permite abordar o fenômeno da violência nas escolas em todas as suas expressões e agregar o conhecimento específico de prevenção do tráfico e do uso de drogas entre os jovens. Agindo juntos os programas contribuem para a qualidade das suas ações e potencializam os seus resultados.

Estão em articulação ações em parceria com os demais programas do Departamento da Criança e do Adolescente: 1) Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e 2) Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas parcerias foram facilitadas com a incorporação do Programa **Paz nas Escolas** à estrutura do DCA. Outras parcerias interessantes estão em estudos com articulação do Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência - PIAPS: 1) Programa de Saúde Mental, Ministério da Saúde (no âmbito do programa Saúde do Jovem); 2) Programa Direitos Humanos, Direito de Todos, projeto Serviço Civil Voluntário

do DPDH/SEDH/MJ; 3) Programa Educação e Segurança no Trânsito, Projeto Rumo à Escola, DENATRAN. Tais parcerias ainda não foram realizadas em virtude de dificuldades de interlocução institucional, que são superadas com iniciativas de integração como as desenvolvidas no âmbito do PIAPS e dos programas multissetoriais. Como a violência é um fenômeno multifacetado e complexo a confluência de ações complementares permitem intervenções mais amplas e eficazes.

A maioria das ações do Programa são executadas por organizações não-governamentais contratadas mediante convênio. Apenas as ações multissetoriais junto ao MEC são executadas por meio de Secretarias de Educação estaduais ou municipais. Isso permite, também, maior controle da sociedade, pela maior transparência de um processo com menor número de intermediários entre o Governo Federal e o beneficiário final, e pelo fato de que a instituição contratada estará prestando serviço à terceiros, ademais existe o interesse de governos locais que são mobilizados no acompanhamento e na avaliação das atividades desenvolvidas.

Os projetos apoiados pelo Programa aplicam avaliações quanto à qualidade, aos ganhos e à satisfação dos beneficiários referentes às suas atividades. A maioria absoluta destas avaliações é muito favorável e sempre demanda mais oportunidade de participação em ações do Programa. Dificuldades da própria equipe, especialmente a carência de técnicos na gerência, impediram o aperfeiçoamento deste sistema. Seria importante que independente das avaliações por projeto, fossem feitas consultas amostrais aos beneficiários do Programa sem diferenciação por projeto.

Proteção da Adoção Internacional

Resultados

Em cumprimento a Convenção Haia de 1993, o Brasil tem sido demandado, interna e externamente, no acompanhamento de casos específicos, tanto de adoção quanto de sequestro de crianças, sejam elas brasileiras ou estrangeiras.

Em que pese o esforço internacional de impedir tanto o seqüestro quanto o tráfico e adoção irregulares, esforços tem sido envidados com o propósito de minimizar problemas que continuam existindo e que tendem, no futuro a serem equacionados.

Quando a SEDH fixou um objetivo para este Programa, não imaginou as dificuldades que surgiriam, em face, inclusive, da deficiência de pessoal especializado na área. Isto forçou a utilização de mão de obra temporária e, como consequência, uma enorme rotatividade, fato este que culminou com uma baixa produtividade, comprometendo, substancialmente, os resultados do Programa.

Ademais, a concepção do indicador acenava com a possibilidade de formalização de inúmeros acordos internacionais, bem como a cooperação das missões diplomáticas brasileiras no exterior, como forma de serem obtidos os dados que compõem sua base. Entretanto, estes acordos não foram formalizados até o momento.

Tendo em conta o período de análise do Programa, de somente um ano, e os escassos recursos disponíveis, o esforço foi concentrado na implementação do Módulo III do SIPIA, Sistema de Informações de Proteção da Infância e da Adolescência, que faz parte do Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desta forma, entre 2001 e 2002, o Módulo III do SIPIA, destinado a inclusão de informações sobre adoções nacionais e internacionais, esteve em processo de desenvolvimento.

Quanto ao cumprimento dos índices originariamente previstos, não foi possível analisá-los, principalmente, em função dos motivos já expostos de falta de pessoal especializado na área e da não formalização de acordos internacionais.

Os impactos sobre o público-alvo do Programa devem se tornar bem mais expressivos quando for introduzida uma estrutura sólida na Autoridade Central, forem uniformizados os conceitos e procedimentos, permitindo tanto a aferição quanto a padronização dos modelos de adoção.

Concepção

A adesão do Brasil à Convenção de Haia, já mencionada, motivou o estabelecimento de um sistema de cooperação em matéria de adoção entre os Países Receptores e os Países de Origem, de modo a minimizar os abusos, a assegurar que os interesses da criança sejam prevaletentes no processo e a garantir o reconhecimento das adoções efetivadas sob a égide da Convenção. O Programa **Proteção da Adoção Internacional** nasceu da necessidade de estabelecer diretrizes para esta área no Brasil e permitir sua mensuração e acompanhamento permanente.

Quanto à adequação do objetivo ao problema, a partir da uniformização de conceitos e procedimentos e a total implantação do SIPIA, a Autoridade Central se afastaria da execução e assumiria o papel de agente formulador da política de adoção no País, ficando as CEJAS – então, em condições de atuar pró-ativamente. Somente assim, será possível estabelecer claramente a adequação do objetivo ao problema.

Gerente:

Marielle Maia Alves Ferreira

Desta forma, uma revisão analítica sobre a situação problema, projetando-se a situação desejada, é extremamente necessária, na nova concepção do programa para o PPA 2004-2007.

Um outro fator a se destacar, é que os indicadores não atendem as ações e resultados pré-estabelecidos no programa.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada, dotando a gerência de estrutura e pessoal qualificado. Os mecanismos de controle social também precisam ser aprimorados, entretanto, acredita-se que, já com a introdução do Módulo III do SIPIA, certamente haverá instrumentos e informações capazes de proporcionar melhores resultados com a participação integrada tanto das instituições públicas quanto da sociedade civil. Sem a implementação de ferramentas que possibilitem a integração com o compartilhamento das informações, qualquer que seja a estratégia de implementação, os resultados estarão comprometidos.

Implementação

O Programa passou a existir em 2002. Em função dos escassos recursos disponíveis, o esforço de implementação foi concentrado na implementação e desenvolvimento do Módulo III do SIPIA, conforme citado anteriormente.

O esforço de capacitação da equipe gerencial praticamente foi inexistente. As dificuldades estruturais e escassez de mão-de-obra qualificada/especializada impediram que os objetivos do programa fossem alcançados, impondo à SEDH recorrer a pessoal de contratação temporária, culminando com alta taxa de rotatividade e baixa produtividade.

Quanto às parcerias, em face das dificuldades, ausência de mecanismos e infraestrutura para a formulação, controle e execução das tarefas afetas à Autoridade Central, não foi possível estabelecê-las, a despeito do grande interesse dos estados.

O Programa não possui mecanismos de participação da sociedade e não avalia a satisfação de seus usuários, no presente momento.

Com relação ao modelo de gestão, não há nada a se comentar.

Reconhecimento de Utilidade Pública

Resultados

No período de 2000 a 2002, conseguiu-se cumprir e superar todas as metas estabelecidas, esclarecendo que no primeiro ano, não foram lançados alguns dados no sistema, mas especificados nos relatórios de situação do Programa.

Os indicadores do ano de 2002 das ações de Cassação e Concessão do Título de Utilidade e Interesse Público foram reduzidos, respectivamente, de 100 para 37 cassações e de 1.000 para 333 concessões, apesar da sugestão contida no relatório final de 2001 de que se mantivessem os referidos índices, ou que se aumentassem os mesmos, caso houvesse aumento na dotação orçamentária.

Os índices foram bem planejados e contribuíram sobremaneira para evolução do programa e de todas as suas ações. Entretanto, com a redução dos índices nas ações citadas acima, as metas foram superadas em mais de 200%, sendo concedidos 1.052 Títulos de Utilidade Pública e Interesse Público e cassadas 67 entidades, até outubro 2002. O alcance dos índices inicialmente previstos seria perfeitamente possível.

O programa e suas respectivas ações impulsionaram o andamento dos processos, agilizando a análise dos mesmos, graças a reformulação da estrutura com contratação de pessoal, que, entretanto ainda não é suficiente, aquisição de equipamentos e mobiliário, atualização do sistema de informações, além das implantações do Protocolo e da Central de Atendimentos, que funciona junto com o atendimento ao Departamento de Estrangeiros/SNJ, deste Ministério.

Como principais realizações do programa podemos destacar:

- Melhora das instalações, do espaço físico e dos equipamentos de informática dos servidores, apesar do contingenciamento orçamentário deste programa;
- Aumento significativo da demanda e do número de processos protocolizados, mas com agilização nas análises dos processos, o que reduziu substancialmente a pendência de processos sem análise;
- Unificação do Sistema de Informações Processuais, o que possibilitou o acesso do público-alvo às informações acerca do andamento dos pedidos, bem como esclarecimentos sobre a legislação vigente por meio do site do Ministério da Justiça na Internet;
- Implantação da central de protocolo dos processos;
- Implantação da Central de Atendimento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Entidades de Utilidade Pública Federal.

Em termos de resultados de legislação, podemos destacar a edição da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 2002, em que em seu Art. 34, estabeleceu isenção fiscal para as Osci que remuneraram seus dirigentes; Portaria do Ministério da Fazenda, nº 256, de 15 de agosto de 2002, Art. 2º, IV, § 4º, estende às Osci a possibilidade de cessão de bens apreendidos ou administrados pela Secretaria da Receita Federal; Lei nº 10.539, de 2002, Art. 4º, Parágrafo único, que permite a participação de servidores públicos na composição de conselhos de Osci, vedada a percepção de remuneração ou subsídios a qualquer título; Decreto nº 4.507, de 2002, Art. 15, incisos II e III, Parágrafo único, incisos I a X, que dá permissão às Osci para receber doações de bens móveis da União, considerados antieconômicos e irrecuperáveis.

Gerente:

Mozart Rodrigues da Silva

As principais dificuldades do Programa são o contingenciamento orçamentário e a não liberação de toda dotação dentro do período, o que dificulta muito a realização das metas.

A viabilidade de alcançarmos os índices originariamente previstos é altíssima, uma vez que durante os três primeiros anos conseguiu-se superá-las.

Apesar do contingenciamento orçamentário, os impactos sobre o público-alvo do Programa foram positivos, pois conseguiu-se alcançar todas as metas e atender este público com maior presteza, principalmente em função da dedicação e auto-estima dos servidores e estagiários, imbuídos na convicção de que o seu trabalho está tendo o retorno esperado.

Caso se confirme a liberação de toda a dotação orçamentária para 2003, o que não ocorreu nos últimos dois anos, será possível cumprir todas as metas estabelecidas. Entretanto, vale ressaltar que o valor apresentado para a proposta orçamentária de 2003, ainda encontra-se abaixo das necessidades reais do Programa, impossibilitando até mesmo a implantação de um sistema de pesquisa de satisfação do usuário. Os aumentos de limites orçamentários, solicitados para todas as ações do Programa, foram negados.

..... **Concepção**

O título de Utilidade Pública Federal é um meio de que o Governo se vale para apoiar as entidades privadas que prestem serviços necessários e desinteressados à coletividade, como assistência social, o atendimento médico, a pesquisa científica e a promoção da educação e da cultura, inclusive artísticas, em todo território nacional. Este título é requerido por organizações que buscam fazer atividades filantrópicas, e receber incentivos de recursos universais.

Já as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, se destinam a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, também para todo o território nacional, com vistas a se tornarem habilitadas a fazer termos de parceria com os diversos níveis governamentais.

A criação das Oscip foi uma das prioridades do Conselho da Comunidade Solidária, e teve como principal objetivo o fortalecimento do Terceiro Setor, que constitui hoje uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País. No Terceiro Setor estão incluídas organizações que se dedicam à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, à defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, dentre outros. Os termos da parceria que este setor fica autorizado a realizar representam um avanço no campo da prestação de serviço sem os defeitos das antigas concorrências.

A legislação vigente, relacionada à Utilidade Pública (Lei nº 91, de 1935 e o Decreto nº 50.517, de 1961), necessita de uma atualização para se tornar mais adequada às mudanças advindas das transformações socioeconômicas que ocorreram ao longo dos últimos anos, além da criação de uma Coordenação de Fiscalização destinada às entidades detentoras do Título de Utilidade Pública Federal. Esta coordenação é absolutamente necessária para averiguação de denúncias ou para constatação do não cumprimento de suas finalidades estatutárias, o que atualmente, não vem ocorrendo por falta de estrutura.

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados, tais como:

Caracterização do público-alvo - O público-alvo é caracterizado como entidades, governamentais ou do Terceiro Setor, que prestam serviços de cunho social, no que tange à assistência social, ao atendimento médico, a pesquisa científica e a promoção da educação e da cultura, inclusive artística, em todo território nacional. O Terceiro Setor, se constitui hoje, em uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do País.

Suficiência das ações - Quanto á suficiência das ações podemos destacar as seguintes medidas:

- Exclusão da ação "Renúncia fiscal concedida às entidades de Utilidade e Interesse Público (9512)", que é uma ação multisetorial da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, que não tem dotação orçamentária;
- Inclusão da ação "Fiscalização das entidades detentoras do Título de Utilidade Pública Federal, Microfilmagem e Diversões Públicas";
- Aglutinação das ações "Implantação e Modernização do Sistema de Informações das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública" e "Implantação da Central de Atendimento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública Federal";
- Implantação da ação de Classificação Indicativa de Diversões Públicas.
- Suficiência de metas físicas - Conforme mencionado no relatório de 2001, as metas físicas do Programa podem ser aumentadas, desde que se tenha uma maior dotação orçamentária.
- Adequação dos indicadores - Os indicadores podem continuar os mesmos determinados nos anos anteriores.

Com relação a outros produtos que contribuem para o objetivo do programa, mas que não estão no PPA, pode-se citar a ação Classificação Indicativa de Diversões Públicas que fazia parte do Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no PPA 2000, mas que foi retirada do Plano no ano de 2001.

É extremamente importante e imprescindível que esta ação seja incorporada a este Programa, pois ela atende a uma grande demanda por classificação pública de faixa etária e horários para diversões públicas como, cinema, vídeo, televisão, jogos eletrônicos, e RPG (jogos de interpretação).

A estratégia de implementação adotada precisa ser aperfeiçoada nos pontos abaixo:

Plano de ação - As metas, com relação ao índice final do PPA, devem ser inicialmente definidos e fiscalizados para não acontecer o que ocorreu neste Programa que não tem índice final pré- determinado.

Plano de avaliação - A sugestão é que sejam feitos relatórios semestrais, o que facilitaria o controle dos Gerentes e do próprio Ministério do Planejamento.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência - Entende-se que seria altamente positivo a criação da figura de um Gerente Geral, com função exclusiva de coordenar os três programas desta Secretaria, com autonomia para articular com outras unidades desta Pasta, além de conseguir parcerias com partes interessadas da sociedade e outros ministérios, visando sempre a focalização do público-alvo. Em várias reuniões e palestras sobre o assunto este comentário foi unânime. Esta sugestão surgiu em função dos Gerentes dos programas exercerem muitas outras atividades, dentro do Ministério que não a gerência exclusiva do Programa, o que, sem dúvida, acarreta um não comprometimento total com o mesmo, além da sobrecarga de trabalho.

Um dos aspectos que mais contribuíram para a estratégia de implantação do Programa foram as inúmeras reuniões com os coordenadores das áreas para conscientização dos servidores da responsabilidade de se cumprir todas as metas estabelecidas no PPA 2000/2003. Apesar de no início da implantação do programa não se ter uma estrutura adequadada, todos se dedicaram com muito afinco para o alcance dos objetivos.

Quanto à criação de um mecanismo de supervisão, articulação e coordenação para os programas multissetoriais, foi constatado, nestes últimos anos, ser de fundamental importância sua implantação para a melhoria do desempenho do programa. Exemplo disso, é a ação Renúncia Fiscal que beneficia as Instituições de Utilidade e Interesse Público, e integra este Programa sem dotação orçamentária e onde a Unidade Executora é a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, a qual, durante todo o período, não prestou qualquer informação sobre a mesma.

Implementação

Conforme mencionado todos os anos, em relatórios anteriores, a dotação orçamentária deste programa é ínfima, além disso, a cada ano vem diminuindo e não sendo liberado o valor total da referida dotação.

É importante esclarecer que no ano de 2000 a dotação orçamentária para este programa era de R\$ 150 mil, sendo disponibilizados deste total somente R\$ 86.180,00. Já no ano de 2001, a dotação aprovada foi de R\$ 150 mil com disponibilização de apenas R\$ 107.095,00. Finalmente, em 2002, esta dotação foi de R\$ 134 mil, sendo disponibilizado, até o final do mês de outubro, a importância de R\$ 97.236,00. Finalmente, em meados de novembro e princípio de dezembro o restante foi liberado, entretanto, em virtude do reduzido tempo, não foi possível efetuar o empenho.

Importante dizer também que o número de processos vem aumentando ano a ano e a dotação orçamentária vem seguindo em sentido contrário, ou seja, sendo reduzida paulatinamente.

Os recursos materiais e a infra-estrutura não são suficientes para a implementação do Programa, faltando mobiliário, equipamentos, um maior espaço físico para o desdobramento das atividades, além da falta de um sistema de informações e de pontos de rede.

O Programa se ressentia, também, de uma melhor estrutura de recursos humanos, tanto no quesito qualificação como quantidade.

O esforço de capacitação da equipe gerencial, durante o período de 2000 a 2002, foi realizado mediante vários cursos e reuniões com os gerentes de programas. O enfoque dessa capacitação foi demonstrar aos dirigentes e servidores a importância do Programa, visando melhorar a agilização dos processos e o atendimento do público-alvo.

Com relação ao desempenho multissetorial, a única ação do Programa é Renúncia fiscal concedida às entidades de Utilidade e Interesse Público, que não tem dotação orçamentária e cuja unidade executora é a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda. A dificuldade encontrada nesta ação, é que a unidade executora não apresentou qualquer relatório nesses três anos. Foi sugerido, por diversas vezes, a exclusão desta ação do Programa, o que não foi atendido.

O Programa, até a presente data, não conseguiu parceiros. Seria interessante manter parcerias com o objetivo de fiscalizar as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal e os usuários e operadores em Microfilmagem. Tentativas de se estabelecer parcerias nesse sentido, foram realizadas entre a Caixa Econômica Federal, órgão que atende em todo território nacional, e a Coplan/MJ. Entretanto, até o momento, não foi obtido sucesso.

Os mecanismos adotados para participação da sociedade no Programa são a Internet, pelo *site* www.mj.gov.br, que já dispõe da legislação pertinente e todos os requisitos necessários para obtenção dos títulos de utilidade pública federal e interesse público; pelo e-mail utilidadepublica@mj.gov.br, pelo qual são recebidas várias solicitações de informações, reclamações, denúncias, sugestões e agradecimentos referente ao atendimento; e também a Central de Atendimento aberto ao Público, que funciona no térreo do anexo II do Ministério da Justiça, implantada no mês de setembro/2002, cujos telefones são 61-429-3425 e 429-3429. Vale salientar que essa Central de Atendimento só foi implantada recentemente, por absoluta carência de recursos orçamentários.

Com relação a pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário, esta ainda não está implantada por falta de dotação orçamentária, uma vez que o modelo da pesquisa já está pronto.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, a criação da figura de um Gerente-Geral, com função exclusiva de coordenar os três programas desta Secretaria, com autonomia para articular com outras unidades desta Pasta, além de conseguir parcerias com outros ministérios e partes interessadas da sociedade, visando sempre à focalização do público-alvo, seria muito importante. Desta forma, os gerentes teriam uma orientação mais apropriada para o gerenciamento dos programas, além de um acompanhamento mais presente nas questões mais complexas.

Reestruturação do Sistema Penitenciário

Resultados

A redução do déficit de vagas e a criação de novos estabelecimentos com melhores padrões de qualidade, combinado com os investimentos em ações de natureza social, voltadas para a população carcerária e para a capacitação dos recursos humanos do sistema, inferiram positivamente na melhoria de qualidade de vida da população carcerária (público-alvo), limitando-se este impacto, entretanto, para aqueles Estados que conseguiram a execução de um planejamento, mediante apresentação de projetos no contexto do programa. Essas ações reduziram a tensão sobre o público-alvo, decorrente do processo de superlotação, com consequente reflexo no sistema de segurança e nas ações sociais.

O programa contempla dois indicadores:

- Déficit de vagas no sistema penitenciário nacional: o índice inicial de 183% (relação entre número de vagas necessárias/número de vagas existentes) já foi superado em dezenove pontos percentuais, considerando-se que, o índice final previsto é de 152% e o índice atual já é de 133. Refletindo-se sobre este indicador encontra-se um desvio representado pela falta de informações das pessoas presas, em alguns Estados, sob a jurisdição da área de segurança pública.
- Taxa de reincidência criminal: embora o índice inicial tenha sido estabelecido em 70% (relação entre número de reincidência/número de presos libertados), não há registro de controle sobre sua base de aplicação, portanto, não há como avaliá-lo.

O Programa vem cumprindo e superando as metas previstas, contra todas as dificuldades enfrentadas, tais como: mudanças de gestão interna, contingenciamentos e conjuntura econômica. O esforço concentrado na construção de novos estabelecimentos penitenciários, tem por meta zerar o déficit de vagas no sistema penitenciário no menor espaço de tempo, pois dessa situação depende, radicalmente, o sucesso das demais ações do programa. Buscando aferir o indicador de Taxa de reincidência criminal, está sendo implementado um sistema permanente de coleta de dados sobre a população carcerária.

Tendo em conta o período de análise, as principais realizações são:

- 36.710 presos assistidos pela ação Assistência ao Preso, à vítima e ao egresso do sistema penitenciário, onde o esforço concentrado em articulações conseguiu incluir a população carcerária no rol do atendimento à saúde prestado pelo Sistema Único de Saúde - SUS;
- 13.608 agentes capacitados pela ação "Capacitação Profissional de Agentes Responsáveis pela Custódia do Preso";
- 57 mil vagas criadas com a ação Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais;

- 119.269 apenados beneficiados com o Serviço de atendimento a condenados a penas alternativas;

- 70% de execução física do Sistema de Informações Penitenciárias;

Gerente:

Ângelo Roncalli de Ramos Barros

- 1.010.929 de materiais produzidos através da ação Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade.

Para 2003 espera-se ofertar uma quantidade de novos estabelecimentos penais, distribuídos em classes que permitam a classificação dos presos pelo grau de periculosidade e, ao mesmo tempo, reduzindo o déficit de vagas; aplicar uma quantidade de cursos de capacitação para servidores do sistema, buscando recompor o planejamento estratégico para atingir a meta de capacitar, anualmente, cerca de 30% do efetivo do quadro de servidores; apoiar os Estados que ainda não estão integrados ao Sistema Único de Saúde, no planejamento para que esse serviço possa ser disponibilizado para toda a malha de estabelecimentos penais; articular com as áreas de educação, assistência social, assistência jurídica e trabalho e renda, para que as políticas dessas áreas possam incluir a população carcerária, assim como foi feito com a área de saúde; implementar a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema de Informações Penitenciárias - Infopen, levando a cada estabelecimento o processo de informatização da administração carcerária, aumentando o grau de qualidade das informações e otimizando as rotinas de controle e acompanhamento do preso ou interno; buscar, incansavelmente, o aparelhamento dos estabelecimentos penais nas áreas de serviços essenciais, melhorando a qualidade de vida da população carcerária e as condições de trabalho dos servidores, obtendo por resultado maior eficiência e eficácia na administração do estabelecimento.

O caos vivido pelo sistema penitenciário ao longo das últimas décadas representa o problema e a demanda da sociedade que dá embasamento ao surgimento do programa. O real objetivo do Programa está mais claramente explícito no seu próprio título Programa de **Reestruturação do Sistema Penitenciário**, ou seja, a verdadeira proposta está no reconhecimento que o modelo atual está totalmente ultrapassado e que os investimentos devem ser canalizados para permitir a introdução de novos conceitos para a complexa questão penitenciária.

Concepção

Com abrangência em todo o território nacional e competência gestora das unidades da Federação, o programa federal destina-se a apoiar estas Unidades, por meio de ações previamente delineadas, atacando em bloco as diversas facetas compreendidas em seus objetivos específicos: reduzir o déficit de vagas e promover a reintegração do preso à sociedade.

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados. Com relação à suficiência das ações do Programa, torna-se necessário demonstrar as causas e as respectivas ações, considerando que a maioria delas já existe, algumas deverão sofrer ajustes para o próximo PPA e outras ainda, deverão ser incluídas.

1. Causa: Superlotação dos estabelecimentos penais
Ação: Construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais
2. Causa: Inexistência ou insuficiência de recursos de infra-estrutura operacional
Ação: Aparelhamento e reaparelhamento dos estabelecimentos penais
3. Causa: Fragilidade verificada no quadro de pessoal dos estabelecimentos nos aspectos de formação e qualificação
Ação: Formação e qualificação de servidores em exercício nos estabelecimentos penais
4. Causa: Insuficiência de informações verificadas nos diversos níveis da administração (operacional, tático e estratégico)
Ação: Informatização dos estabelecimentos penais e estruturação do sistema de informações penitenciárias

5. Causa: Garantir ao cidadão preso os direitos constitucionais que não lhe forem negados na sentença condenatória - Assistência Jurídica aos carentes.

Ação: Assistência Jurídica a presos carentes.

6. Causa: Garantir ao cidadão preso os direitos constitucionais que não lhe forem negados na sentença condenatória - Assistência Social.

Ação: Assistência social aos presos, internos e egressos do sistema penitenciário, a seus dependentes e às vítimas de crime.

7. Causa: Garantir ao cidadão preso os direitos constitucionais que não lhe forem negados na sentença condenatória - Assistência educacional e qualificação profissional.

Ação: Educação fundamental e qualificação profissional à população carcerária e aos egressos do sistema penitenciário.

8. Causa: Insuficiência ou inexistência de estruturas administrativas voltadas para o acompanhamento de condenados a penas alternativas.

Ação: Apoio à estruturação dos serviços de acompanhamento dos condenados a penas alternativas.

9. Causa: Manutenção da estrutura administrativa de gerência do programa e gerenciamento dos projetos apoiados pelo Funpen.

Ação: Gerenciamento de projetos apoiados pelo Fundo Penitenciário Nacional.

10. Causa: Insuficiência de estudos e pesquisas de natureza científica nas áreas penal, penitenciária e criminológica.

Ação: Participação, divulgação, estudo e pesquisa de natureza científica nas áreas penal, penitenciária e criminológica.

Quanto às metas físicas, estas deverão ser ajustadas para patamares que traduzam objetivamente a intervenção de cada ação, em relação ao resultado esperado, no horizonte de planejamento do PPA. Indicadores novos deverão ser buscados como forma de melhor avaliar o desempenho do Programa em face do problema e ao objetivo a se atingir.

A estratégia de implementação adotada precisa aperfeiçoada nos pontos descritos a seguir:

Plano de ação - O escopo deste Programa visa, basicamente, apoiar as Unidades da Federação na manutenção e evolução do Sistema Penitenciário, a quem compete hoje a totalidade da custódia penal. Sendo, a reestruturação do sistema penitenciário competência da esfera estadual, há que se buscar um denominador comum, entre Governo Federal e estados, onde se possa estabelecer políticas, diretrizes e metas para compor um plano diretor capaz de promover a reestruturação com a mudança do modelo atual. Com respaldo no Infopen, serão definidos e distribuídos os recursos orçamentários pelas ações do Programa. A execução dessas ações se dará por administração direta ou descentralizada através de convênio com órgão ou entidade com estreito vínculo com o Sistema Penitenciário, respaldado por projeto que demonstre o diagnóstico da situação atual, o local, o tempo de duração, a forma de aplicação dos recursos e os benefícios mensuráveis a serem alcançados, analisados e aprovados em conformidade com a legislação que rege o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.

Público-alvo - Presos, internados e egressos de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes, nos termos da legislação federal vigente.

Plano de avaliação - Cada unidade da Federação, por suas especificidades e por não estarem alinhadas a uma política central, têm desempenhos diferenciados, quebrando a unidade do programa em relação à avaliação global sendo que os resultados, muitas vezes, não são diretamente proporcionais aos recursos aplicados pelo programa.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério - A questão penitenciária não está dissociada dos demais aspectos envolvidos na questão da segurança pública, muito pelo contrário. Entretanto, programas e ações relacionados a esta área dentro do Ministério da Justiça, correm totalmente dissociados, em vias paralelas. Nesta questão, há de se buscar níveis adequados de articulação no sentido de viabilizar um sistema de informações integrado, que venha a apoiar os processos de tomada de decisão e que não privilegie ações em planos sobrepostos.

Um dos aspectos da estratégia de implementação que mais contribuiu para os resultados do programa foi a dinâmica de execução implementada a partir de meados de 2001, a partir da definição de uma política central e da chamada dos parceiros (estados) a participarem de oficinas de trabalho para a elaboração de termos de referência e balizamento da análise de projetos em diversas ações. A abertura de espaço para discussão, em todos os setores de abrangência do programa, motivou os gestores estaduais no engajamento em prol da busca de soluções que viessem a minorar as crises no sistema penitenciário. A busca constante pela qualidade do serviço prestado conseguiu reduzir custos e criar mecanismos permanentes de atuação para algumas das ações e, para outras, novas perspectivas

.....
A execução financeira, já em 2002, atingiu os valores originariamente previstos. Portanto, com a execução financeira prevista para 2003, este valor original deverá ser ultrapassado cerca de 30%. Mesmo considerando o alcance do valor previsto, este programa, por restrições de natureza orçamentária, não conseguiu aplicar a receita própria do Funpen, que lhe dá sustentação.

Implementação

O contingenciamento ao orçamento de 2002 teve grande impacto sobre o desempenho do Programa, que trabalhou com recursos, de certa forma, mal distribuídos pelas suas ações, conseqüência do corte do extralimite pretendido na proposta orçamentária da Unidade. Tentou-se corrigir este fato por meio de crédito suplementar, entretanto não houve tempo oportuno para a viabilização dos mesmos. Tudo isso, combinado com uma programação financeira sempre insuficiente do Ministério da Justiça, que para fazer frente ao seu conjunto de Programas, muita das vezes teve que priorizar um, em detrimento de outro.

Some-se a esta consideração, o fato de que a necessidade real de recursos para que o Programa venha a atingir seus objetivos é muito superior à média anual aplicada. Para vencer as dificuldades de ordem financeira tem-se buscado a redução de custos nas diversas ações do programa, com relativo êxito, e na integração de políticas públicas através da inclusão da população carcerária no seu âmbito, como foi o caso da portaria conjunta do Ministério da Justiça e Ministério da Saúde, visando dar ao preso a assistência pelo Sistema Único de Saúde.

Com relação ao desempenho multissetorial do Programa, a ação Produção de Material Esportivo - Pintando a Liberdade, executada pelo Ministério do Esporte e Turismo, contou com uma relevante atuação na área de ocupação do preso,

eliminando, por conseguinte, a ociosidade, maior dos males do modelo atual do sistema penitenciário. As informações relativas ao desempenho físico da ação são fornecidas pelo gerente da ação, entretanto, a insuficiência de recursos financeiros e humanos no Ministério da Justiça dificulta o efetivo monitoramento da mesma. Uma outra dificuldade, é a inexistência de um sistema de comunicação entre o gerente da ação e a gerência do Programa, impossibilitando o acompanhamento da aplicação dos recursos, por parte do gerente do programa.

Uma análise mais acurada sobre algumas ações tem mostrado que a execução descentralizada nem sempre é a melhor opção. Embora todo o esforço venha sendo dirigido no sentido de manter um estreito monitoramento sobre as ações com execuções descentralizadas, inúmeros problemas têm surgido e esbarrado no melhor desempenho na execução dos projetos. Buscando melhores soluções tem-se alternado a forma de execução, com sucesso, para algumas ações, como o reaparelhamento de estabelecimentos penais, onde o processo de aquisição direta e centralizada de veículos especializados (carros-celas e ambulâncias) teve um alto índice de efetividade. No processo de informatização do sistema penitenciário também foi usado o processo de aquisição direta e centralizada de equipamentos e mobiliários de informática, com alta efetividade. Outro exemplo é o processo de capacitação de servidores do sistema penitenciário com a inovação do modelo de execução, onde as responsabilidades são distribuídas e as ações são integradas. No caso específico da atenção à saúde do preso a solução encontrada foi buscar uma ação conjunta com o Ministério da Saúde, trazendo o Sistema Único de Saúde para prestar o serviço devido, ficando o programa apenas com uma parcela financeira de complementação.

O esforço de capacitação da equipe gerencial ao nível do Governo Federal teve uma evolução crescente e produtiva, com palestras, seminários, reuniões de trabalho e um monitoramento de apoio prestado diretamente aos gerentes de programas. Este esforço permitiu o nivelamento do conhecimento teórico e prático sobre a política de gestão por programa.

Entretanto, o Sistema Penitenciário Nacional, estrutura de caráter permanente, dependerá sempre de política de nível nacional, para bem cumprir sua missão. O Departamento Penitenciário Nacional, órgão gestor do Fundo Penitenciário Nacional, necessita do fortalecimento do seu quadro de pessoal, tanto para atender as demandas do Programa, quanto para cumprir também a sua missão institucional. Trabalhando com um quadro mínimo, a sobrecarga de trabalho deixa pouca margem para reciclagens e treinamentos, o que vem se agravando, por uma grande maioria do quadro estar subordinada a contratos de prestação de serviços.

Com relação ao esforço de capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual ou municipal, os resultados foram nulos, uma vez que esta não é uma característica deste programa. Houve um esforço de capacitação em um sentido geral, traduzido em orientações formuladas para dar ao tomador de recursos, uma definição clara sobre os objetivos, políticas, diretrizes e metas de cada ação. Exerceu-se este trabalho sempre buscando a parceria de pessoas vinculadas às atividades no nível estadual, através de oficinas de trabalho, participações e palestras em eventos relacionados com a finalidade do programa. Este esforço permitiu um nivelamento do conhecimento sobre o programa, resultando no aprimoramento das práticas aplicadas melhorando substancialmente o desempenho físico das ações.

A infra-estrutura e os recursos materiais estão inadequados. Torna-se necessário a ampliação do parque tecnológico do Departamento Penitenciário Nacional, bem como do o espaço físico, modelando uma estrutura funcional que possibilite ao Depen exercer com maior presteza as missões que lhe são afetas, dentre elas a gestão do Programa. Utilizando-se da infra-estrutura do Ministério da Justiça - MJ para as comunicações de dados, verifica-se a necessidade de melhorar e ampliar a rede de acesso a dados, imputando maior velocidade e confiabilidade no arquivamento e recuperação de dados de informações.

Como principais parceiros deste Programa, pode-se citar o Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado Criminal, Órgãos da Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Capacitação, em todos os níveis e esferas de governo. Estas parcerias resultam em benefícios como integração das políticas públicas e redução e otimização de custos e resultados, com a consequente redução da taxa de reincidência criminal.

Todo o escopo desse programa pode ser visto como uma parceria estabelecida entre a União Federal e as unidades da Federação.

O grande número de processos submetidos à apreciação do órgão de consultoria jurídica do MJ, combinado com as mudanças de gerências havidas no MJ, provocaram o retardamento no fluxo de formulação dos convênios e do conseqüente repasse de recursos.

Não possuindo a União Federal, estabelecimentos penitenciários, toda a administração e custódia das pessoas presas restam na competência das Unidades da Federação. O programa basicamente executa recursos orçamentários do Fundo Penitenciário Nacional, cuja finalidade é apoiar as Unidades da Federação na questão complexa envolta no Sistema Penitenciário Brasileiro. Esta parceria tácita passou a ser mais fortemente reconhecida a partir de meados de 2001, quando o esforço de capacitação, para os tomadores de recursos, se fizeram presentes. Todavia, à exceção de algumas Unidades que tiveram um maior desempenho na apresentação de projetos, a maioria desses parceiros não conseguiu lograr êxito na formulação de projetos em nível desejável. A meta em relação a este aspecto relevante é buscar junto a esses parceiros o estabelecimento de planos diretores de curto, médio e longo prazo, de forma a viabilizar e otimizar as ações do programa.

Ainda quanto ao aspecto das parcerias, no campo da informação será preciso o estabelecimento de um plano conjunto, no sentido de buscar a concepção de padrões, a implementação sistematizada de banco de dados e a definição de responsabilidades, envolvendo todos os atores da área de Segurança Pública, num processo de integração que não permita redundâncias e re-trabalhos, conferindo a cada qual uma visão global do problema de ponta a ponta, através do compartilhamento de informações especializadas. Neste campo há que se estabelecer parcerias com a área de direitos humanos (menor infrator) e a área de segurança pública (polícias).

Em nível de Política, a gerência do Programa vem atuando no sentido de propiciar condições ideais para a participação efetiva da sociedade no seu objeto, o que se considera do maior relevo. A exclusão quase que total de quem está dentro do sistema penitenciário, face ao tratamento dado ao preso no modelo atual, combinado com a insuficiência de investimentos e a falta de um direcionamento adequado dos investimentos realizados comprometem o exercício de atividades que poderiam se traduzir em mecanismos permanentes de participação da sociedade, como: oficinas de trabalho, atividades pastorais etc.

O Programa ainda não teve definido um mecanismo de avaliação da satisfação de seus usuários. Todavia, pode-se afirmar que parcela de usuários, beneficiados recentemente com novos modelos de construção física e de gestão, se manifestaram muito satisfeitos, como é o caso dos Centros de Ressocialização criados em São Paulo. Estes centros permitem uma re-classificação dos presos de melhor comportamento e periculosidade para estabelecimentos com regime de tratamento de maior abertura, possibilitando a participação da sociedade.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, este parece ser o mais indicado para a atuação em nível governamental, com enfoque no ataque a objetivos específicos. A figura do gerente, no modelo atual, carece de um fortalecimento no campo do seu poder de tomada de decisão, sob pena da sua gestão passar a ser meramente figurativa, a despeito de a responsabilidade lhe ser totalmente imputada. A execução do Programa, por outro lado, requer uma estrutura de apoio administrativo que muitas vezes não tem suporte orçamentário para lhe dar sustentação, inviabilizando, do ponto de vista do ideal, atividades importantes como análises técnicas e verificações do desempenho físico das ações finalísticas.

O Ministério da Justiça tem uma estrutura organizacional propícia à gestão por programas, através de uma Diretoria de Programas e uma Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, para atendimento direto a todas as áreas finalísticas. A gestão por programas ainda está num processo de maturação, onde a prática do planejamento e da administração por resultados começa a ganhar força, mas sofrendo o impacto do aculturamento do modelo de gestão anterior, onde todo o horizonte era centrado no universo do orçamento, mais precisamente, na disponibilidade orçamentária.

Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei

O Programa **Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei** **Resultados** tem como objetivo promover a inserção do adolescente infrator no convívio em família e em comunidade.

Muito embora o Programa tenha apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao alcance das metas físicas, principalmente, em relação ao número de adolescentes beneficiados, não se pode afirmar o mesmo em relação a análise da variação do indicador no período, pois os parâmetros definidos para a formulação do indicador no momento de elaboração não têm uma relação consistente com as ações propostas.

Também não foi previsto o desenvolvimento e a implementação de um sistema que garanta a coleta dos dados necessários para acompanhamento do indicador Taxa de Reincidência do Adolescente em Conflito com a Lei. Nesse sentido, o modelo de avaliação utilizado não permite uma visão consistente da contribuição do programa para o enfrentamento do problema. O registro no sistema estadual de atendimento é precário e não existe um sistema federal de informação sobre atos infracionais cometidos por adolescentes.

O Programa está desfocado, pois as ações se propõem a atuar unicamente na prestação de serviços aos adolescentes que cometeram um ato infracional, sem que se dê atenção às questões que contribuem para que o adolescente cometa este ato, como a violência, por exemplo. Talvez seja esta a razão da escolha do indicador, pois se entende que a qualidade dos serviços prestados aos adolescentes possa ser avaliada unicamente pela reincidência ou não. No entanto, assim como o cometimento por parte do adolescente do primeiro ato infracional depende de diversos fatores intervenientes, também são diversos os fatores que levam esse adolescente a reincidir ou não nessa prática. Logo, as ações do Programa, para o adequado enfrentamento do problema, devem ser suficientes para abranger o combate aos fatores que contribuem para que o jovem pratique a infração; a adequada aplicação das medidas sócio-educativas e com muito maior ênfase nos processos de inclusão do adolescente na sociedade, através da articulação com as diversas políticas públicas e parcerias com os diversos setores da sociedade civil.

Os principais resultados obtidos pelo Programa são:

- 1) reordenamento institucional do atendimento ao adolescente infrator, com fulcro no Estatuto da Criança e do Adolescente, dando ênfase às práticas sócio-pedagógicas capazes de abolir a ociosidade, o acentuado grau de confinamento e as punições que ferem os direitos humanos;
- 2) prioridade aos serviços de execução das medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), com boa qualidade, visando à superação da forte cultura de internação repressiva que impera em grande parte dos órgãos governamentais e na opinião pública, assim como facultar aos Juízes da Infância e da Juventude opções concretas de encaminhamento dos adolescentes sentenciados;
- 3) investimento na formação de dirigentes e agentes educacionais, fornecimento de equipamentos e material permanente e viabilização de oficinas sócio-educativas;

Gerente:
Soleny Álvares Hamú

- 4) apoio a 84 obras, incluindo construção e reforma, para viabilizar serviços de atendimento aos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em unidades de semi-liberdade e de internação;
- 5) instalação de serviços de acompanhamento para reinserção social do egresso do sistema sócio-educativo;
- 6) apoio ao Módulo II do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA e a continuação de plantões institucionais para atendimento inicial e capacitação profissional;
- 7) realização de grandes convênios de construção de novas unidades de internação nos estados – unidades modelo, que vão servir de referência pedagógica e arquitetônica para todo o sistema de atendimento do país nos próximos anos; e
- 8) afirmação, junto aos parceiros do sistema sócio-jurídico-educativo de todo o país, de um estilo de trabalho comprometido com os princípios da doutrina de proteção integral, objetiva, profissional e ética.

As maiores dificuldades para a adequada execução do Programa são: mudanças na gestão do Departamento da Criança e do Adolescente – DCA ; quadro de pessoal insuficiente; precária articulação do Programa com os Governos Estaduais, o CONANDA, os Conselhos Estaduais e a sociedade civil; falta de articulação com os demais órgãos integrantes do sistema de atendimento sócio-educativo: Judiciário, Ministério Público e Defensoria; falta de definição de critérios para liberação dos recursos do Programa e inexistência de mecanismos de supervisão, acompanhamento e avaliação.

No período de 2000 a 2002, o Departamento sofreu três mudanças de Diretoria. A atual gestão, empossada em maio de 2002, encontrou um programa desprovido de critérios, informações consistentes e procedimentos operacionais sistemáticos, sem uma avaliação do problema e do impacto das ações desenvolvidas no âmbito do Programa. A implementação das ações era realizada na forma de "balcão", ou seja, as instituições proponentes encaminhavam suas demandas e a Gerência do Programa, de uma forma passiva, apenas analisava e apoiava algumas iniciativas, muitas vezes de forma desarticulada com as políticas estaduais.

Vários foram os esforços realizados de 2001 a 2002 objetivando a remodelação dos projetos apresentados junto às instituições proponentes (aperfeiçoamento formal dos convênios firmados) e à efetivação do reordenamento institucional dos sistemas estaduais de reinserção social do adolescente em conflito com a lei.

Existe uma carência crônica de pessoal técnico na Gerência do Programa. O quadro resume-se ao gerente, a quem cabe o desempenho e implementação das ações propostas, a coordenação da política nacional, a avaliação das políticas estaduais e a articulação com as demais políticas públicas. Essa situação dificulta, se não inviabiliza, o adequado enfrentamento das subseqüentes questões agregadas ao Programa.

Um fator que impacta fortemente o Programa é o elevadíssimo número de sentenças judiciais que decretam a internação dos adolescentes infratores, que além de, aparentemente, ir de encontro com o que designa o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art.122), acaba por provocar a super lotação das unidades de internação e, por conseqüência, o aumento de rebeliões. Situação que é agravada pela carência de unidades devidamente aparelhadas para o atendimento dos adolescentes e a ausência de propostas pedagógicas que se ajustem ao atendimento do adolescente que cumpre medida sócio-educativa.

Alguns resultados das ações do Programa:

- 1) capacitação de Recursos Humanos do Sistema de Segurança, Justiça e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – capacitação de operadores do direito aplicado à juventude no sistema de segurança, justiça e atendimento tornando possível propiciar eficácia nas questões relativas ao adolescente em conflito com a lei;
- 2) implantação de Serviços de Acompanhamento para Reinserção Social do Egresso do Sistema Sócio-Educativo – em parceria com as Fundações Estaduais da Criança e do Adolescente. Estão sendo implantados oito serviços de atendimento contemplando aproximadamente quinhentos adolescentes. A medida de avaliação da meta física utilizada no PPA, "unidade", faz crer que o público-alvo da ação são os egressos atendidos, no entanto, infere-se facilmente que houve um equívoco na meta registrada no PPA, querendo este, provavelmente, referir-se a serviços implantados. Dotação orçamentária Legal de R\$ 478.416,00, com distribuição nas seguintes unidades da Federação:
 - AL, parceria com a Secretaria de Estado e Justiça do Estado, R\$ 106.575,00, que possibilitou o equipamento de três oficinas pedagógico/produativas destinadas ao aprendizado de vários ofícios para os adolescentes infratores;
 - MG, parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, R\$ 473.053,60, para a capacitação de agentes do Sistema de Garantias, modernização das unidades aplicadoras das medidas sócio-educativas e em projetos que contemplam adolescentes em Meio Aberto;
 - PB, convênio com a Fundação da Criança e do Adolescente, R\$131.859,00; PE, apoio ao Governo do Estado e os Conselhos, R\$ 122.992,60, com destinação focada para capacitação e projetos de trabalhos realizados com as famílias dos adolescentes egressos;
 - RJ, parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, foram destinados R\$ 50.000,00;
 - RS, parceria com a Fundação de Atendimento Sócio-educativo, R\$ 20.664,00, para desenvolver um ciclo de seminários em sete municípios objetivando a consolidação do Programa de Inserção Comunitária e Acompanhamento de Egressos da FEBEM;
 - SP, parceria com a ONG Ágora, R\$ 369.840,00, que se destinam a um projeto com escopo de aplicação de Serviço Civil Voluntário;
 - BA, convênio firmado com o Tribunal de Justiça Estadual, R\$ 100.246,00, para capacitar os funcionários dos Fóruns no tratamento adequado aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo, e desenvolver com mais eficiência trabalhos voltados para os infantes em Meio Aberto;
- 3) implantação de Serviços de Atendimento a Adolescentes com Medidas Sócio-Educativas Não-Privativas de Liberdade – medidas sócio-educativas em meio aberto, com vistas a promover uma melhor retaguarda junto ao trabalho dos Juízes da Infância e da Juventude. Foram implantados trinta serviços, o que superou consideravelmente a meta física originalmente prevista. As parcerias desta ação são formalizadas com instituições estaduais, municipais e com organizações não-governamentais. Estão sendo atendidos diretamente, aproximadamente, 5 mil adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade). O orçamento foi da ordem de R\$ 2,9 milhões.

Os projetos apoiados tratam do atendimento por meio de oficinas criativas, trabalho com a questão da auto-estima dos adolescentes e da promoção de seu protagonismo como transformador de sua própria realidade.

A ação contempla também a capacitação de técnicos para o atendimento e a modernização dos serviços de atendimento. Os Estados apoiados foram: AL (dois convênios), BA, CE, DF (quatro convênios), MG (nove convênios), MS, PE, RJ (cinco convênios), RN e SP (três convênios); e com abrangência nacional, apoiou-se a Pastoral do Menor.

- 4) implantação de Serviços Sócio-psico-pedagógicos destinados ao Adolescente em Conflito com a Lei e sua Família – envolvimento do adolescente infrator com a sociedade e sua família, após o cumprimento da medida sócio-educativa, para uma melhor integração social, por meio de parcerias com os estados.
- 5) construção de Unidades de Atendimento para Adolescentes em Conflito com a Lei – melhoria da qualidade do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas de internação (Lei nº 8.069/90 – ECA – art. 112, VI e art. 124, V, X, XI, XII), em atendimento ao que preceitua o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Estão sendo construídas dez unidades sócio-educativas e um Centro está sendo ampliado, com capacidade total de atendimento para aproximadamente 450 adolescentes. O resultado atingido foi compatível com o esperado do Programa, haja vista o contingenciamento sofrido pela presente ação. A Dotação Orçamentária Legal de R\$ 9,2 milhões foi aplicada nos seguintes estados:

- DF, em parceria com a Secretaria de Ação Social, R\$ 1,9 milhões para a ampliação do CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado) com capacidade para 192 adolescentes;
- RS, em parceria com a Fundação de atendimento Sócio-Educativo – FASE, R\$ 500 mil para a construção do Centro de Atendimento Sócio-Educativo – CASE em Novo Hamburgo, com capacidade de atendimento para sessenta jovens do sexo masculino;
- AC, em parceria com a Secretaria de Estado da Cidadania do Trabalho e da Ação Social – SECTAS, R\$ 400 mil para a construção do Centro Sócio-Educativo em Rio Branco. O estado só possuía a Pousada do Adolescente, cujas instalações físicas são inadequadas e a capacidade de atendimento é de 36 jovens do sexo masculino;
- MG, em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUC, R\$ 2,3 milhões, para a construção do Centro Educacional Marista Marcelino Champagnat em Belo Horizonte. Esse projeto foi elaborado com uma concepção pedagógica e arquitetônica na qual os adolescentes autores de ato infracional participaram do processo de elaboração, que busca alterar comportamentos destrutivos e incentivar o desenvolvimento de um novo projeto de vida. A capacidade de atendimento é de trinta jovens do sexo masculino e dez jovens do sexo feminino;
- PA, em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNCAP, R\$ 472.275,74, para a construção do Centro de Atendimento ao Adolescente em Marabá, com capacidade de atendimento para 28 jovens;
- PI, em parceria com o Serviço Social do Estado – SERSE, R\$ 631.635,92, para a ampliação e reforma da Unidade de atendimento aos adolescentes infratores em Teresina, possibilitando o desenvolvimento das atividades com 45 adolescentes do sexo masculino;

- AL, em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC, R\$ 1,8 milhão, para a reconstrução e ampliação do Núcleo Estadual de Atendimento sócio-educativo – NEAS em Maceió, com capacidade de atendimento para 36 adolescentes, vinte do sexo masculino e dezesseis do feminino. A proposta prevê um atendimento misto, para que os adolescentes possam efetuar atividades em conjunto e, quando necessário separadamente, além ampliar a interação entre os familiares dos jovens e a comunidade;
 - SP, em parceria com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM, R\$ 1,8 milhão, para a construção de Unidade Sócio-educativa em Ribeirão Preto. A capacidade de atendimento é para 120 adolescentes.
 - AP, em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente com um investimento de R\$ 1,8 milhão, com capacidade para cinquenta adolescentes, sendo 42 do sexo masculino e oito do feminino.
 - RO, R\$ 865.232, dispondo de 32 vagas para adolescentes do sexo masculino e PE, R\$ 109.921,27, para reforma da unidade, possibilitando vinte vagas, a partir das ações geridas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - O Município de Divinópolis/MG que teve emenda parlamentar aprovada (R\$200.000,00) para a construção de unidade de atendimento;
- 6) criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigação de Atos Infracionais Praticados por Adolescentes – atendimento especializado as crianças e adolescentes, encaminhando, além dos procedimentos legais, o relatório técnico que subsidiará os Juizes da Vara da Infância e da Juventude e os da Vara de Repressão de Crimes Contra Crianças e Adolescentes na adequada aplicação das medidas sócio-educativas e na punição dos agressores de crianças e adolescentes;
- reforma de Unidades de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – melhoria da qualidade de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, em parceria com as Fundações da Criança e do Adolescente dos Estados; e
- 8) modernização das Unidades do Sistema de Justiça, Segurança e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei – aparelhamento das unidades do sistema, com o objetivo de propiciar maior agilidade aos encaminhamentos pertinentes às questões do adolescente em conflito com a lei.

Em conformidade com o Plano Nacional de Segurança Pública, e com vistas ao aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública Brasileiro e, também, objetivando minimizar os crimes praticados contra o cidadão, criança e adolescente, e reduzir a impunidade, foram estabelecidas parcerias com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados para a modernização de Delegacias de repressão a crimes praticados contra a infância e juventude.

Adicionalmente, o plano de aplicação dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente possibilitou o apoio a ações de reinserção social do adolescente em conflito com a lei que abrangeram dez estados.

Destacam-se os estudos realizados sobre o sistema de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas no Brasil, por um grupo de pesquisadores, em todas as unidades da Federação, com a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e do Departamento da Criança e do Adolescente – DCA da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

– SEDH, por pesquisadores do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, consultores e um Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Ministério da Saúde e do DCA, com a participação de representantes do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD.

Esses estudos foram desenvolvidos com o objetivo de subsidiar os trabalhos do Comitê de Avaliação das Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei, com vista à adequação dessas unidades ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Os resultados do estudo consistiram na elaboração de: 1) Mapeamento Nacional da Situação do Atendimento dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-educativas; 2) Compilação das Denúncias de Violação de Direitos nas Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei; 3) Levantamento das perspectivas de Jovens do Rio de Janeiro e seus Familiares - grupos focais; 4) Avaliação dos custos e da qualidade das medidas sócio-educativas; e 5) Propor uma Política Nacional de Saúde para os Adolescentes que cumprem Medidas Sócio-educativas de Internação, Internação Provisória e Semi-liberdade;

Conclusões do estudo apontam um aspecto preocupante a situação arquitetônica de 71% das unidades de internação não é considerada adequada às necessidades da proposta pedagógica. As inadequações variam desde a inexistência de espaços para atividades esportivas e de convivência até as péssimas condições de manutenção e limpeza. Observa-se, observa-se uma profunda carência de uma proposta de construção ou reconstrução de um projeto de vida do adolescente, procurando alternativas que o afastem dos caminhos que o levaram à prática do ato infracional.

Compilando as informações levantadas pelo mapeamento sobre o perfil dos adolescentes privados de liberdade no Brasil, obtém-se o seguinte quadro síntese: existem no Brasil cerca de 10 mil adolescentes internos em instituições de privação de liberdade. Este número é muito pequeno quando comparado com o total de adolescentes na idade de doze a 21 anos existentes no Brasil (em torno de 33 milhões). Isto significa que, para cada 10 mil adolescentes brasileiros, existem menos de três adolescentes privados de liberdade. São adolescentes do sexo masculino (90%); com idade entre dezesseis e dezoito anos (76%); da raça negra (mais de 60%); não freqüentavam a escola (51%), não trabalhavam (49%) e viviam com a família (81%) quando praticaram o delito. Não concluíram o ensino fundamental (quase 50%); eram usuários de drogas (85,6%); e consumiam, majoritariamente, maconha (67,1%); cocaína/crack (31,3%); e álcool (32,4%). Os principais delitos praticados por esses adolescentes foram: roubo (29,5%); homicídio (18,6%); furto (14,8%) e tráfico de drogas (8,7%).

Para 2003, o orçamento do Programa é de R\$ 34,5 milhões. Espera-se conseguir atingir o mesmo êxito de 2002, por meio de apoio a projetos concernentes ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas não privativas de liberdade, bem como o atendimento aos egressos do sistema sócio-educativo. Além disso, deve-se aumentar a capacidade de execução do Programa visando uma mudança significativa na forma de coordenação e de relacionamento com os agentes implementadores: instituições governamentais e não governamentais, de forma a interferir e construir propostas pedagógicas.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos foi incumbida do trabalho de prevenção à entrada dos adolescentes no mundo do tráfico, e também no

tratamento dos que se encontram nessa realidade. Visualiza-se este ano um trabalho neste sentido, que objetivará a tutela dos adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade social, impedindo que estes venham a se tornar novos integrantes da realidade do narcotráfico, e conseqüentemente autores de atos infracionais.

Quanto aos adolescentes em cumprimento de medidas privativas de liberdade, espera-se desenvolver ações que visam à melhoria do atendimento psicopedagógico destinado ao público juvenil, bem como da qualidade das estruturas físicas destas unidades aplicadoras das medidas sócio-educativas, possibilitando uma estrutura que possibilite a humanização dos adolescentes.

.....

As medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA constituem-se em um instrumento de ressocialização dos adolescentes que praticam um ato infracional. O tema da implantação efetiva das medidas tem ocupado posição de destaque na agenda nacional, por fatores diversos: existência de atos graves de relevância penal cometidos por adolescentes; direito da sociedade à segurança pública e individual; urgência em equacionar de forma eficiente a aplicação dessas medidas, delimitando competência institucional, sob o risco de comprometer o conjunto das políticas para infância e adolescência, o imperativo ético-social de garantir às crianças e adolescentes, autores ou não de atos infracionais, condições e meios para avançar no seu processo de desenvolvimento. A doutrina da proteção integral tem como pressuposto básico esta concepção, e visa viabilizar a efetivação das medidas sócio-educativas para as políticas integradas para infância e juventude.

Concepção

A autoridade judicial pode aplicar ao adolescente autor de atos infracionais medidas sócio-educativas, que variam desde a advertência, pela prática de atos infracionais mais leves até a internação em estabelecimentos educacionais, nos casos mais graves. Quatro das medidas sócio-educativas previstas no ECA, art. 112, como prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, constituem objeto de avaliação permanente do DCA.

O último estudo, realizado em 1997, por Grupo de Trabalho instituído pelo Departamento apresenta a indiferença ou apatia do conjunto da sociedade frente à problemática. As medidas de internação e semi-liberdade são executadas no País, predominantemente, por entidades governamentais, em diversos tipos de regime jurídico e vinculação administrativa. Na maioria das unidades federadas existem organismos específicos de atenção à infância e à adolescência em geral, de natureza fundacional ou similar, vinculados à secretaria da área social. Essas entidades públicas mantêm e respondem por diversos serviços e programas destinados ao adolescente infrator. Em alguns estados existem fundações ou órgãos da administração direta que se ocupam tanto dos serviços dos programas de assistência social à população em geral que deles necessitem quanto da promoção e da defesa dos direitos da criança e do adolescente, incluindo-se aí os infratores.

A aplicabilidade das medidas sócio-educativas não vem sendo exercida conforme a norma legal. Exemplo disso é a aplicação de medidas de internação, por deficiência ou ausência de estruturas compatíveis para a operacionalização de medidas alternativas. A medida de internação para sentenciados e aguardando sentença é operacionalizada em todas as unidades federadas; a internação provisória em 100%; a semi-liberdade e liberdade assistida em 74%; e a prestação de serviço à comunidade em apenas 52%. Sabe-se que a inadequação dos

espaços para a execução das medidas privativas e restritivas de liberdade, em relação à demanda, é bastante acentuada. Em alguns estados não se têm unidades adequadas destinadas à internação ou, se as têm, funcionam em imóveis públicos precariamente adaptados para esse fim.

Conforme determina o estatuto, para cada unidade de atendimento deve haver uma proposta pedagógica, obrigação inobservada pela maioria. Do total das unidades executoras de medidas sócio-educativas, 39,9% afirmaram possuir projeto pedagógico em execução, 28,5% disseram não possuir qualquer projeto e 31,5% não responderam à questão. Das que possuem projeto pedagógico, verifica-se que 29,56% estão em processo total de reestruturação, tanto em relação ao espaço físico quanto ao processo pedagógico. Assim, os impactos do programa sobre o público-alvo não são totalmente eficazes, pois as ações pedagógicas propostas, quando existem, não estão estruturadas de forma a realizar e sistematizar a transformação necessária na vida dos adolescentes, permitindo a reconstrução de um novo projeto de vida do adolescente infrator, não há o intuito de se alterar a relação do adolescente com seu meio social, ao jovem não são apresentadas oportunidades factíveis que possam levá-lo a uma nova condição

A situação dos adolescentes autores de atos infracionais no Brasil é reflexo da desestruturação social, em que crianças e adolescentes em situação de indigência são levadas às mais variadas e divergentes estratégias de sobrevivência, culminando na autoria de atos infracionais, tornando-os usuários do sistema de atendimento ao adolescente infrator.

No Brasil, 30 mil adolescentes, de dezoito a vinte anos, estão cumprindo medidas sócio-educativas. Uma análise dos atos infracionais cometidos por adolescentes revela uma baixa incidência de casos de natureza grave. Os atos praticados contra a vida representam apenas 8,46% do total. No geral, esses adolescentes estão praticando atos contra o patrimônio, especialmente furtos, o que corrobora um padrão já constatado em outros estudos. Estudos realizados pelo Departamento apontam para a necessidade de se rever o tratamento dispensado aos adolescentes autores de ato infracional no país. Evidencia-se a necessidade do reordenamento dos órgãos executores da política de atendimento ao adolescente infrator, conforme prevê o art. 259 do ECA, tendo em vista que a maioria é inadequada. Um aspecto relevante é a importância que as unidades federadas vêm dando à medida sócio-educativa de internação, considerando que em muitos Estados o número de infratores calculado para cada dez mil adolescentes de doze a dezenove anos é insignificante. Em contrapartida, grande parte desses Estados não conta com todas as medidas sócio-educativas alternativas à internação, mais humanas, menos dispendiosas e, comprovadamente, com maior índice de reinserção do adolescente à sociedade.

Este é o campo, seguramente, mais condizente com a orientação protetiva do ECA e de maior eficácia e efetividade na reinserção social dos adolescentes autores de ato infracional. A forma de aplicação das medidas sócio-educativas tem relação direta com o §1º do artigo 112 e o art. 100 que determinam que "levar-se-á em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários", uma vez que o objetivo primordial da aplicação dessas medidas é, justamente, a inserção do adolescente autor de ato infracional no seio da família e da comunidade onde vive.

A carência de dados fidedignos em relação ao adolescente em conflito com a lei, bem como em relação a outras áreas relacionadas à criança e ao adolescente, traz enormes dificuldades para o desenvolvimento das políticas públicas

pertinentes e na elaboração de estratégias de atuação. O DCA busca, por meio da Coordenação Nacional do SIPIA, da Coordenação de Estudos, Pesquisa e Monitoramento, bem como das suas três gerências, dar uma atenção prioritária à implementação dos quatro módulos constitutivos do SIPIA, desenvolvendo mecanismos para suprir a necessidade premente de coleta, uso, tratamento e difusão de informações, tendo em vista a consolidação estadual e nacional dos dados originários das fontes de alimentação do Sistema (varas e comarcas dos judiciários estaduais, bem como unidades dos órgãos estaduais responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas) em todo o País.

A prioridade estratégica do Programa de Reinserção Social é a implementação do atendimento por meio de medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), entretanto, mais da metade dos recursos e dos esforços da Gerência se concentram na orientação dos projetos de construção de novas unidades de internação em parceria com as secretarias especializadas dos estados.

Exige-se que cada proposta de construção seja acompanhada de um projeto pedagógico específico e de um correspondente projeto arquitetônico, condizentes com as normativas oficiais e com as orientações gerais do DCA, de preferência situados no contexto de um plano estadual de reordenamento do sistema de aplicação e execução das medidas sócio-educativas, ou equivalente. Com base nos avanços obtidos, desde o final do ano de 2001, DCA e CONANDA constituíram uma Comissão Ampliada de Assuntos Sócio-Educativos para preparar subsídios à elaboração de um documento sobre os parâmetros mínimos pedagógicos e arquitetônicos para aplicação e execução das medidas de privação e restrição de liberdade. A proposta foi levada a todos os órgãos estaduais participantes do último FONACRIAD, em Fortaleza/CE (outubro de 2001), colhendo-se de cada um as experiências e observações relevantes sobre cada aspecto pedagógico e arquitetônico. Um documento de trabalho inicial foi elaborado pela Comissão Especial e foi discutido exaustivamente durante cinco encontros que a Comissão promoveu, em parceria com o DCA, nas cinco regiões brasileiras. O documento final resultante será base para uma orientação detalhada do CONANDA sobre a matéria.

Apesar do sistema nacional de garantias de direitos das crianças e adolescentes contar com uma das maiores redes de conselhos estaduais e municipais (de direitos e tutelares), além das muitas ONGs e comunidades organizadas envolvidas com a área, o grau de participação da sociedade sobre o Programa é mínimo. Falta a constituição de uma rede integrada de protagonismo dessas instâncias representativas na discussão, exame e homologação das demandas de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, bem como na discussão com o DCA na formulação e implementação das políticas públicas pertinentes. Contudo, deve-se ressaltar que cerca de 20% dos parceiros de convênios, no Programa, constituem ONGs expressivas, catalisadoras de importante militância social na área dos direitos da criança e do adolescente. O Programa participou também de vários eventos promovidos pelo DCA, como o Prêmio Sócio-Educando, em que o intercâmbio com organizações sociais é intenso.

A implementação gerencial dos programas do DCA está exigindo um esforço de consolidação do caráter descentralizado das políticas públicas em termos organizacionais e financeiros. O crescente afluxo de projetos pontuais de solicitação de apoio técnico e financeiro para municípios, entidades sociais e estados, aumenta o risco de reduzir o Departamento a uma espécie de "balcão federal de distribuição pulverizada de recursos".

A complexidade da rede de atores governamentais e não-governamentais, bem como de poderes governamentais, envolvidos na constituição do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, no interior do qual se organizam o sistema de defesa de direitos, o sistema de aplicação e execução das medidas sócio-educativas, bem como o sistema de cooperação para a adoção internacional, exigem que os atores coletivos responsáveis por cada programa sejam co-responsáveis pelas decisões de apoio federal no âmbito de cada unidade da Federação.

Para tanto, o DCA, em articulação com o CONANDA, pretende restabelecer a exigência, a partir de 2003, da elaboração de um Plano Estadual de Desenvolvimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em cada unidade da Federação, no qual o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, ao lado da secretaria estadual especializado na promoção de direitos humanos, assumirão a responsabilidade maior, inclusive para a filtragem preliminar das demandas de apoio federal a serem encaminhadas ao DCA. Serão responsáveis também pelo acompanhamento e avaliação das realizações de seus estados.

Desde a Assembléia do CONANDA em fevereiro/2002, foi constituído, com o DCA, um Grupo de Trabalho para integração de ações, com ênfase para a elaboração de procedimentos destinados ao aprimoramento das políticas públicas do sistema de garantia de direitos, com base no envolvimento ativo dos Conselhos Estaduais de Direito na construção de Planos Estaduais de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O enfrentamento desse problema não pode ser tarefa exclusivamente do sistema de atendimento ao adolescente infrator. De um lado, as ações de reinserção dependem da articulação das ações especificamente sócio-pedagógicas com as demais políticas sociais básicas. Assim, para o maior êxito do Programa é necessário estruturar ações e estratégias no âmbito das áreas de saúde, trabalho e emprego, qualificação profissional, assistência social, educação, cultura e esporte. De outro, devem ser previstas ações de prevenção para adolescentes em risco de cometerem atos infracionais, que possam ser inseridos, assim como suas famílias, em programas de trabalho e renda e de ampliação dos laços familiares.

O Programa precisa ser modificado nos seguintes aspectos:

- 1) adequação do objetivo ao problema - o objetivo do Programa não descreve claramente a finalidade do mesmo - a melhor forma de resolução do problema que o originou. Neste sentido, o objetivo deve ser: "Contribuir para a prevenção da prática do ato infracional por adolescentes em situação que leve a prática do ato infracional e para a inclusão cidadã dos adolescentes que cometeram ato infracional e são usuários do sistema de atendimento sócio-educativo."
- 2) caracterização do público-alvo - o público-alvo não está bem definido. Sugere-se então: Adolescentes, doze a dezessete anos, envolvidos em situações que levem a prática da infração; adolescentes, doze a 21 anos em cumprimento de medidas sócio-educativas; e adolescentes de doze a 21 anos egressos das medidas sócio-educativas;
- 3) dimensionamento do público-alvo - 30 mil adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas; 10 mil egressos do sistema sócio-educativo e 20 mil envolvidos em situações que levem a prática do ato infracional;
- 4) regionalização - o problema precisa ser regionalizado, para tanto deve ser finalizado um levantamento que está em andamento;
- 5) pertinência das ações - todas as ações precisam ser revistas;

- 6) suficiência das ações - novas ações devem ser criadas para permitir o alcance do objetivo;
- 7) suficiência de metas físicas - as metas físicas devem ser dimensionadas em relação à magnitude do problema e novas metas físicas devem ser elaboradas para as novas ações criadas; e
- 8) adequação dos indicadores - o indicador atual deve ser revisto, novos devem ser criados, de forma a permitir avaliar os impactos causados pelo programa sobre a situação problema. Por exemplo: Taxa de inclusão de adolescentes com acesso aos bens da sociedade (trabalho, educação etc); Taxa de adolescentes retirados de situações que levem a prática do ato infracional (narcotráfico etc); Taxa de adolescentes com sucesso nas medidas sócio-educativas.

Outros produtos não expressos no PPA, mas que contribuem para o objetivo do Programa são: realização de pesquisas e estudos; eventos; articulação do sistema de garantia de direitos e do sistema de aplicação de medidas sócio-educativas; aperfeiçoamento das defensorias públicas, da defesa técnica dos adolescentes em conflito com a lei; articulação com as organizações não-governamentais de defesa de direitos, centros de defesa, universidades e institutos de pesquisa; aperfeiçoamento do SIPIA.

Quanto à estratégia de implementação, necessitam ser aperfeiçoados os seguintes aspectos:

- 1) plano de ação com metas, prazos e responsáveis - não foi elaborado;
- 2) plano de avaliação - não existe;
- 3) organização dos trabalhos no âmbito da gerência - não estão estruturados;
- 4) organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas - as unidades descentralizadas não estão organizadas para o desenvolvimento dos trabalhos;
- 5) forma de articulação com as parcerias - deve ser aperfeiçoada para criar normas de aprovação de projetos e de relacionamento;
- 6) forma de coordenação e acompanhamento dos executores - não existem mecanismos de supervisão e acompanhamento dos executores, que possibilitem a potencialização dos resultados e a avaliação da eficiência do Programa;
- 7) forma de articulação com outros Ministérios - precisa ser estruturada;
- 8) forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse, etc) - deve ser aperfeiçoada, definindo parâmetros e mecanismos de controle, tendo como condição a existência de um plano estadual e municipal de atendimento sócio-educativo. O apoio às Organizações não governamentais deveria se restringir àquelas ações de caráter nacional, campanhas, estudos e articulação, devendo estar articulado à política estadual ou municipal de atendimento sócio-educativo.
- 9) forma de participação do público-alvo - pode ser ampliada com a criação de instâncias estaduais de acompanhamento do Programa;
- 10) mecanismos de controle social - precisam ser aperfeiçoados no âmbito estadual e municipal, com maior participação dos conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, ao tempo em que os projetos apoiados pelo Programa deveriam ser submetidos aos conselhos estaduais e municipais;

- 11) forma de controle e acompanhamento do desempenho - precisam permitir a correta aplicação dos recursos e a potencialização dos resultados; e
- 12) forma de articulação com os Estados e municípios - deve ser ampliada, pelo maior relacionamento na instância nacional de representação das instituições executoras de medidas sócio-educativas.

A implementação de projetos de construção de unidades de internação pode mostrar que a forma de negociação de projeto com o Governo Estadual trará resultados significativos para o Programa. Nesse sentido, a forma de negociação com o Governo de Minas Gerais é exemplar: a partir da identificação conjunta da necessidade de construção de uma unidade de internação foi criada uma Comissão Estadual com a participação da Gerência do Programa para discussão e elaboração do projeto arquitetônico e pedagógico. Esta Comissão ouviu inclusive os adolescentes internados para identificar as expectativas em relação ao período de permanência na Unidade. Esta negociação resultou num projeto que atende aos requisitos técnicos, pedagógicos e arquitetônicos. Essa experiência mostra que o Programa tem uma capacidade de interferência muito grande na alteração da situação-problema e na capacitação dos técnicos das instituições parceiras, a medida em que num processo de negociação de projetos aporta conhecimentos e articulações que a instituição sozinha não teria condições de realizar, ao tempo que maximiza os resultados do Programa.

Outras experiências foram iniciadas no ano de 2002 neste mesmo sentido: Universidade Católica de Brasília, Universidade de São Paulo, Secretaria de Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, Instituto Ayrton Senna, Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Câmara Americana de Comércio, prefeituras municipais e algumas organizações não-governamentais. Essas experiências são relevantes como contribuição para uma melhor atuação do Programa, retirando o Governo Federal de financiador passivo de projetos para o de articulador da política nacional, identificando e construindo, junto com os parceiros, projetos que tragam maior impacto às ações do Programa.

Não existe nenhuma forma de supervisão, articulação e coordenação das ações multissetoriais. Até mesmo o título da ação criada não acompanha a filosofia do Programa, que está centrada no ECA, enquanto a ação ainda está baseada no Código de Menores. Assim, devem ser implementados mecanismos que permitam integrar as ações multissetoriais, ao tempo em que novas ações devem ser criadas, como por exemplo: ações nos Ministérios da Saúde, da Educação, da Cultura e da Assistência Social para apoio às atividades relacionadas as diferentes áreas e que tenham impacto na situação-problema.

Implementação

O orçamento previsto no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003 totalizou R\$ 87.304.622,00. Constata-se que a execução orçamentária do período 2000 a 2002, acrescida da Proposta de Lei Orçamentária para 2003 (encaminhada ao Congresso Nacional) totaliza R\$ 69.364.400,00. Em 2000, a dotação orçamentária foi de R\$ 14.023.156,00, sendo disponibilizado R\$ 9.368.032,00, o que representa 66,0% da dotação. Em 2001, a dotação foi de R\$ 28.934.662,00 sendo disponibilizado R\$ 17.254.862,00 (59,6%). Em 2002, o valor aprovado foi de R\$ 26.559.416, sendo disponibilizado R\$ 19.605.580, isto é, o valor contingenciado foi de R\$ 6.953.836,00 (26,6%). No período 2000/2002, portanto, o orçamento foi de lei R\$ 69,5 milhões, disponibilizado R\$ 46,2, ou seja apenas 66,6%, do qual 100% foi executado.

O cumprimento das metas originalmente previstas foi alcançado com um superávit do planejado, otimizando as ações do Programa por articulações institucionais e acordos de cooperação técnica (com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - que realiza a Cooperação dos partícipes para a elaboração de pesquisa e estudos com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente e com a USAID- Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional - que desenvolve o plano de ação integrada para o combate ao tráfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes no desenvolver políticas intersetoriais em consonância com o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente)

A disponibilização orçamentária tardia, implicou na execução das metas físicas no fim do exercício, o que gerou uma desproporcionalidade de execução. Dessa forma, enquanto a execução financeira - descentralizada por meio de transferências voluntárias (convênios) - é contabilmente do exercício de 2002, a efetiva implementação de tais metas físicas se dará no exercício seguinte. Além disso, a disponibilização é feita em parcelas. Para minimizar os efeitos foram feitas gestões constantes junto a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, que conseguiram minimizar o efeito indesejado.

Dado o grande volume de recursos contingenciados (33,4%), verifica-se uma grande dificuldade de atendimento à demanda. Também não foi possível efetuar um adequado planejamento das ações prioritárias, como a construção de novas unidades de internação ou a sua modernização, segundo estabelece a legislação. Seriam necessários recursos na ordem de aproximadamente R\$ 60 milhões/ano, para o atendimento mínimo em vinte estados da federação, visando à reformulação do sistema de atendimento nos estados, em que a situação é crítica, com permanentes ocorrências de rebeliões, causadas pela superlotação, ou onde estas instalações estão totalmente deterioradas.

Os 10 mil adolescentes cumprindo medida em meio fechado requerem maiores investimentos, para o desenvolvimento das ações sócio-educativas que envolvem, além das obras, cursos de capacitação para os operadores, atividades pedagógicas integradas com a educação formal, maior atenção à saúde, em especial à mental daqueles que estão envolvidos com as drogas, locais apropriados para ações de profissionalização, além de outras de atenção à família. Essas ações envolveriam recursos da ordem de R\$ 30 milhões/ano.

Os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto (20mil) não vêm sendo atendidos pelos estados e municípios conforme estabelece a legislação. A falta de recursos, principalmente nos municípios, acarreta a superlotação nas unidades de internação, além de não proporcionar resultados que garantam a inclusão social dos infratores, gerando ineficácia das ações de prevenção e a visão de que há uma impunidade dos adolescentes. Tal fato tem gerado a visão equivocada da necessidade do rebaixamento da idade penal. Essas ações envolveriam recursos da ordem de R\$ 20 milhões/ano

No que diz respeito a suficiência de recursos, acredita-se que a locação dos recursos do Programa não é compatível com a situação nacional e, conseqüentemente no problema existente, não sendo possível implementar uma política nacional coerente por parte do Governo Federal. Para o real combate do problema, necessita-se de um conjunto articulado de ações, bem como um orçamento compatível com o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, que visem o atendimento integral emanado do ordenamento jurídico vigente (principalmente da Lei nº8069/1990). Nesse sentido, o papel do Programa fica restrito ao atendimento emergencial não interferindo diretamente na solução da situação-problema.

Existe uma ação que é implementada pelo Ministério dos Esportes, Produção de Material Esportivo do Menor (Adolescente) Infrator, cuja gestão é feita de forma totalmente desarticulada com o Programa. Os recursos disponibilizados anualmente àquela ação R\$ 300.000,00 têm sido executados na sua totalidade, segundo informação verbal do Gerente da Ação.

O desempenho físico é monitorado por relatórios físico-financeiros, elaborados pelos próprios convenentes, no momento de encerramento do convênio. Há dificuldades de natureza orçamentária quanto ao custeio da logística necessária aos deslocamentos em maior abrangência.

Outros mecanismos de acompanhamento poderão ser implementados, tais como questionários dirigidos aos parceiros e ao público-alvo. Pretende-se, também, promover enquetes amostrais, por meio de telefonemas dirigidos às instituições parceiras e diretamente ao público-alvo com o objetivo de verificar a efetividade das ações.

Os recursos humanos e materiais não são considerados suficientes para a perfeita condução do Programa. Essa precariedade se deve diretamente à limitação de recursos, que inviabiliza a configuração de uma equipe adequada que possa, de fato, promover o acompanhamento da execução das ações bem como da avaliação relativa à implementação das políticas públicas desferidas pelo Estado. Ademais, existe, também, a deficiência qualitativa, que só pode ser eliminada por uma capacitação programada e permanente dos recursos humanos.

A inadimplência estadual é um aspecto a ser considerado. É comum o Estado oscilar entre adimplente e inadimplente. Isto acarreta muitas implicações no planejamento e no orçamento do órgão concedente e atrasa consideravelmente o cronograma físico. Ocorre de um empenho ser feito em situação de regularidade e, no momento de liquidar o convênio, verificar situação de inadimplência. Vale reiterar que este fato é muito preocupante quando se trata de atendimento a crianças e adolescentes que têm prioridade absoluta e não podem ficar na dependência de uma situação tecnocrata.

O Programa enfrentou entraves burocráticos para a viabilização de convênios, que são os instrumentos que viabilizam a transferência voluntária de recursos para instituições governamentais e não governamentais.

Nenhum esforço de capacitação mais consistente foi realizado para capacitação da equipe gerencial do Programa (que se resume ao Gerente). Registre-se a capacitação oferecida pela Escola Nacional de Administração Pública. Há uma ação com o objetivo específico de capacitar agentes operacionais finalísticos do sistema de segurança, justiça e atendimento ao adolescente em conflito com a lei. No entanto, os projetos apoiados são pontuais e desarticulados. Assim, a falta de capacitação mais consistente torna impossível criar uma rede articulada para implementação do Programa. Não há iniciativas com objetivo de promover capacitação gerencial para as parcerias, mas existe a necessidade de promovê-la abordando a gestão de projetos. Por meio dos Convênios firmados com os parceiros são promovidos cursos de capacitação, entretanto, não há como garantir a eficácia, pois não é possível realizar um acompanhamento nos estados. Há um processo de discussão com o UNICEF com o objetivo de montar um programa de capacitação mais consistente. Há uma demanda por capacitação dedicada especialmente à gestão de políticas públicas na área do adolescente em conflito com a lei, enfatizando indicadores, avaliação e efetividade.

Todas as ações do Programa são executadas de forma descentralizada por meio de parcerias com instituições estaduais, municipais e organizações não governamentais. A avaliação do desempenho físico e financeiro é realizada quando das prestações de contas parcial e final. O aperfeiçoamento desta avaliação poderá ocorrer com iniciativas de capacitação em gestão de projetos para os parceiros e a partir da construção de indicadores capazes de mensurar o efeito da ação no problema inicial.

Além disso, dada a interdependência da situação-problema de muitos outros fatores, as parcerias tornam-se um excelente instrumento para potencialização da solução do problema.

A parceria com o Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, permite ampliar os resultados, na medida em que ocorre integração entre as ações do Programa, para a prevenção do ato infracional.

Para o ano de 2003 está prevista a parceria com os Programas Paz nas Escolas do Ministério da Justiça e Saúde do Adolescente do Ministério da Saúde. Deve-se Aperfeiçoar a integração com as ações do Programa Direitos Humanos - Direitos de Todos.

A participação da sociedade ocorre principalmente por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Até o momento não existem mecanismos eficazes de avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa. Foram feitas experiências em grupos focais com os adolescentes internados para avaliar as ações sócio-educativas.

Considera-se um avanço o modelo de gestão por programas. No entanto, no momento da formulação do Programa, o problema não foi suficientemente analisado para a proposição de ações que apontassem para soluções. Não existe registro da formulação do Programa. Além disso, não foram elaborados diversos instrumentos: Plano de Ação, Metas e responsáveis, Plano de Avaliação etc, Modelo organizacional. As condições de gerenciamento do Programa não são adequadas, tanto em termos de recursos humanos quanto de estrutura física. Os momentos de avaliação do PPA são para refletir sobre questões que em nenhum momento da formulação e implementação foram colocadas. Os órgãos setorial e central de planejamento devem apurar e verificar os indicadores. Ainda, as propostas orçamentárias do Programa são cortadas sem que o gerente seja ouvido.

Segurança do Cidadão

Resultados Levando-se em conta o período de análise, as principais realizações são:

- Capacitação de Policiais, Instrutores Policiais e Guardas Municipais - Ao longo do período foram realizados mais de 110 cursos destinados à preparação de Instrutores policiais, perfazendo um total de sete mil policiais treinados diretamente pela Senasp. Mais de vinte convênios foram firmados com os Estados na perspectiva de preparação de mais de trinta e cinco mil policiais em todo o Brasil em Polícia Comunitária, Análise de Estatística Criminal, Direitos Humanos, Novas Modalidade de Crime, Ensino Policial, dentre outros;
- Estudos e Pesquisas em Segurança Pública - No ano em exercício foi incentivado pesquisa de Perfil das Polícias Brasileiras, com destaque para as estruturas das Polícias Civil e Militar, bem como da Polícia Técnica e dos Corpos de Bombeiros Militares independentes. Também foi assinado um convênio com o IBGE buscando a padronização do Boletim de Ocorrências a ser utilizado no registro das ocorrências policiais;
- Implantação da Polícia Comunitária - Foram firmados convênios com todos os Estados objetivando a estruturação de ações preventivas que motivem a participação da comunidade. Destaca-se, o apoio ao Programa Proerd, Jovens contra o crime, estruturação de conselhos comunitários de segurança, implantação de Postos Comunitários e incentivo à criação de Plantões Sociais nas Polícias Cíveis. A Polícia Comunitária se constitui em uma das principais formas de democratização das polícias brasileiras por propiciar a participação da sociedade organizada nas questões de segurança pública;
- Implantação de Centros Integrados de Cidadania - Dentro do previsto, foram implantados centros nas cidades de Rio de Janeiro, Goiânia, Vitória (dois projetos), Maracanaú, Distrito Federal, Santo André, Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Várzea Grande, Cuiabá e Viana;
- Implantação do Sistema de Integração Nacional das informações da justiça e Segurança Pública - Infoseg - Em 2002 foi realizada a migração do Infoseg para o Ministério da Justiça e houve a aquisição de equipamentos, bem como do *software Oracle*, possibilitando a padronização das informações gerenciais. A meta foi atingida conforme estabelecido no PPA. O Infoseg se constitui no principal instrumento de consulta das polícias brasileiras e se faz necessário o aporte implementado do FNSP, bem como, a agregação de mais técnicos especializados na área, o desenvolvimento do sistema e o incentivo aos Estados para a participação efetiva no sistema;
- Reaparelhamento das Polícias Estaduais e Guardas Municipais - Foi intensificado dentro da meta estabelecida, o reaparelhamento das polícias civis especializadas, Institutos de Criminalísticas, Institutos Médicos Legais, Centros de Ensino, Corregedorias e Sistemas de Inteligência Policial, objetivando a integração das instituições estaduais.

Gerente:

Miguel Libório Cavalcante Neto

Ainda com relação aos resultados, o Plano Nacional de Segurança Pública e os critérios para investimento nos estados ainda carecem de mecanismos mais efetivos e técnicos. Critérios como índices de criminalidade, população e efetivo policial ainda são relativos e não determinantes para o investimento voltado às Políticas Públicas adequadas. Alguns entes federados, com base na expectativa do investimento federal, remanejam e reduzem seu

orçamento, não cumprindo tecnicamente algumas atribuições previstas nos convênios. É preciso identificar e ajustar estas distorções por intermédio da exigência da elaboração de planos estratégicos nos estados e municípios. Embora tenha havido estas distorções os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Segurança Pública para o período e as determinações legais previstas no Fundo Nacional de Segurança Pública e legislações correspondentes foram plenamente cumpridas.

Em 2002, houve uma melhor qualificação dos requisitos para investimento dos Entes Federados à luz do Plano Nacional de Segurança Pública. Com a elaboração de Termos de Referência foi possível qualificar o tipo de investimento, bem como determinar critérios para emprego em áreas de alta incidência criminal, integração das ações policiais dos Estados, programas preventivos de Segurança Pública (Polícia Comunitária) e abordagem técnico-científica do emprego da Polícia Judiciária e por fim, a utilização da inteligência policial como instrumento eficaz do controle da criminalidade. A maioria dos estados apresentou seus projetos norteados por estas orientações

Outro ponto de destaque foi o reconhecimento do Plano Nacional de Segurança Pública como documento norteador para o estabelecimento de políticas públicas. Os entes Federados utilizaram o PNSP como instrumento direcionador das Políticas Estaduais e Municipais, não apenas para captação de recursos, mas também na reformulação de ações, estruturas funcionais, integração e interface com órgãos públicos nas diversas esferas de governo e a motivação para a participação da sociedade organizada nas questões de Segurança Pública. Foram incorporados compromissos e ações que contribuíram com a reformulação de critérios para o desenvolvimento de Planos Estaduais, provocando, inclusive, um seminário entre representantes dos estados Brasileiros para avaliação e efetivação de novas ações do PNSP.

Com relação ao indicador, Coeficiente de homicídios, este sofreu alterações. Em 1997 a taxa no Brasil era de 25,37 por 100 mil habitantes, nível considerado tolerável pela ONU. Contudo, ao longo do período, verificou-se, que com a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e o aporte do Fundo Nacional de Segurança Pública, foi possível um melhor monitoramento acerca dos dados de homicídio.

Isto fez com que a taxa de homicídio em 2001 passasse para 22,86 por 100 mil habitantes. Porém, alguns estados brasileiros não conseguiram diminuir os índices de homicídio no período, principalmente devido a influência de fatores sócio-econômicos e políticos, vinculados à necessidade da implementação de políticas públicas, assim como programas de prevenção da violência e criminalidade como maior frequência, destacando-se o empenho do Piaps. Recomenda-se para o próximo período a continuidade no monitoramento dos dados, o aperfeiçoamento do acompanhamento pelos estados, vinculados aos aportes do Fundo Nacional de Segurança Pública e ações estratégicas para prevenção e controle da violência.

Quanto aos impactos do Programa sobre o público-alvo, pode-se citar que os diversos contingenciamentos efetivados ao longo do período, impossibilitaram o desenvolvimento adequado das ações, gerando remanejamentos orçamentários, entraves administrativos junto aos convênios dos estados e a descontinuidade em programas pré-estabelecidos pelos mesmos. Existiu uma expectativa ao início do ano não atendida, o que gerou um aumento de demanda.

O período eleitoral, muito embora as questões de segurança pública estivessem em pauta, contribuiu também para descontinuidade do processo. Isso fez com que apenas 62% dos recursos previstos fossem empenhados até o mês de novembro, gerando um descontentamento nos estados, principalmente nos mais carentes. Recomenda-se que a liberação de recursos, bem como, a execução financeira-orçamentária do FNSP, ocorra ainda no primeiro semestre do exercício previsto, para que os estados viabilizem suas ações.

Para o ano de 2003, a proposta orçamentária priorizou investimentos para intensificação do policiamento ostensivo em áreas críticas, dentro do preconizado neste documento, e o reaparelhamento das polícias estaduais, buscando corrigir as dificuldades do presente período. Os principais resultados esperados para 2003 são:

Reformulação do Plano Nacional de Segurança Pública, com base nas propostas do novo Governo. Os ajustes tornam-se primordiais, principalmente os voltados à prevenção do crime e da violência, ao estabelecimento de Planos Estaduais de Segurança Pública e a critérios qualitativos para os investimentos na área de Segurança Pública.

Maior dinamismo e estabelecimento de acordos de cooperação entre estados e municípios objetivando a criação de um sistema único de Segurança Pública. Com a reestruturação da Secretaria Nacional de Segurança Pública espera-se uma melhor aproximação entre os Entes Federados, buscando uma sintonia dentro das políticas estabelecidas pelo Governo Federal.

Implemento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública atendendo as expectativas de aumento de demanda.

..... **Concepção**

O Programa nasce da necessidade de se conter o aumento considerável da violência e criminalidade nas cidades brasileiras. Esse aumento da violência tem causado um permanente empenho dos chefes do executivo, nas suas diversas esferas, em encaminhar soluções para o quadro que atualmente se apresenta. As propostas efetuadas pelo Poder Executivo Federal nos anos 2000, 2001 e 2002 foram norteadas para o atendimento dessas expectativas. Dentro dos repasses efetuados, a Secretaria Nacional de Segurança Pública atendeu mais de 85% das demandas políticas solicitadas.

O Programa torna-se fundamental para a sociedade brasileira na medida em que possibilita:

- Modernização das estruturas organizacionais de segurança pública do País;
- Aprimoramento dos sistemas operativos das polícias;
- Estabelecimento de políticas públicas voltadas ao controle da criminalidade e da violência em locais críticos;
- Democratização das questões de segurança pública;
- Motivação e preparo adequado ao profissional de segurança pública; e
- Cumprimento dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública e do FNSP.

As conseqüências da descontinuidade das ações do Programa **Segurança do Cidadão** são muitas, como: a interrupção dos programas e planos governamentais de controle da criminalidade e violência, a não implementação dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Pública, a interrupção nos investimentos do Fundo Nacional de Segurança Pública, iniciado no ano 2000, com o advento do Plano Nacional de Segurança Pública e a descrença nos programas do Governo Federal, principalmente no início do novo Governo.

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados:

Adequação do objetivo ao problema - O Programa **Segurança do Cidadão** tendo como base o PNSP deve estar mais restrito às questões que afetam diretamente a segurança pública e o envolvimento conjugado dos organismos policiais com a sociedade. Da forma como se apresenta atualmente, é bastante genérico. O objetivo atual - Reduzir a criminalidade- deve ser alterado para reduzir a criminalidade e promover a democratização do Sistema de Segurança Pública.

Pertinência das ações - Todas as ações contempladas pelo PPA são pertinentes e importantes, pois de forma conjunta atendem à expectativa de melhorar a segurança pública no país.

Matriz de fontes de financiamento - A Lei do FNSP prevê possibilidades de agregar recursos provenientes de outras fontes a serem definidas pela futura gestão. O FUST e Pinapol são alternativas complementares. O ideal é que o FNSP tenha fonte 150 gerada de recursos provenientes, como exemplo, de percentual de multas de trânsito estaduais e municipais, companhias de seguro, percentuais sobre programas de turismo, dentre outros, não dependendo de contingenciamentos e previsões orçamentárias.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada nos seguintes pontos:

Plano de ação - Criação de uma equipe que estabeleça metas, prazos e supervisione as ações desenvolvidas.

Plano de avaliação - Criação de uma comissão de avaliação das ações estabelecidas no PPA.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério - Criação de um grupo coordenador permanente que identifique ações comuns dentro do MJ.

Forma de repasse dos recursos - Por meio de convênios e aplicação direta.

Forma de articulação com o público-alvo - Por meio da Polícia Comunitária, mobilização comunitária e apoio as iniciativas dos órgãos de segurança pública em ações específicas.

Mecanismos de controle social - Incentivo a criação de leis e normas que diminuam as taxas de criminalidade, como por exemplo, restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais que estimulem o consumo de álcool, dentre outros.

Ainda quanto à estratégia de implementação, podemos destacar os aspectos que mais contribuíram para obtenção dos principais resultados do Programa:

- Modernização e o reaparelhamento das polícias brasileiras;
- Centralização da administração das policias estaduais em Secretarias estaduais;
- Implantação da Polícia Comunitária como preceito democrático;
- Implemento de recursos para o funcionamento adequado das policias.

As ações foram implementadas a partir das diretrizes estabelecidas pelo PNSP, do interesse efetivo da participação dos dirigentes estaduais e dos recursos provenientes do FNSP.

Implementação

O padrão de execução de 2000 a 2002 se mostrou oscilante, sendo a liberação financeira dos recursos feita somente a partir do segundo semestre dos respectivos exercícios. Faz-se necessário um planejamento mais consistente de repasse dos recursos.

Os recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública, por motivo de contingenciamento, começaram a ser liberados a partir de julho de 2002, com percentual de 15 a 20% por mês do montante previsto. Somente nos meses de outubro, novembro e dezembro é que ocorreu um aumento no montante financeiro acarretando problemas de ordem administrativa e legal, pois alguns Estados que apresentaram projetos no decorrer do ano se mostraram inabilitados para receber estes recursos por mudança na administração estadual, priorização do orçamento local, não condições de comprovar a contrapartida, etc. Apenas estados e municípios que possuíam estruturas administrativas e financeiras ajustadas tiveram condições de firmar convênios ao final do período, destacando Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo, Acre, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Alagoas, Maranhão e Distrito Federal.

Para o orçamento 2003, o Legislativo mostrou-se mais sensível à questão da segurança pública, acatando as sugestões de emendas do executivo que previam mais recursos para as atividades de policiamento ostensivo de áreas críticas e reaparelhamento das polícias estaduais.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura do programa, estes mostram-se inadequados, pois a Senasp carece de recursos para aquisição de bens materiais para administração e gestão de suas atividades. Tanto o FNSP como a gestão do Tesouro são limitadas para esse fim. A Senasp necessita, também, de uma reestruturação organizacional, definindo ações de pesquisa e acompanhamento das informações e dados criminais, gestão das políticas e programas do Governo Federal para a área de Segurança Pública e uma unidade dedicada à administração e gestão do PNSP e do FNSP.

Os recursos humanos também estão inadequados. A quantidade de cargos e funções também se mostrou insuficiente para a magnitude das ações pretendidas pelo órgão. Se não houver uma preocupação da nova administração do Governo nesses aspectos, o Programa **Segurança do Cidadão** poderá ter descontinuidade em seu processo.

O esforço de capacitação da equipe gerencial foi feito de forma restrita, ineficiente e insuficiente, concorrendo com as diversas atribuições da Senasp. É indispensável a capacitação permanente dos gestores do programa de forma presencial (aulas/seminários específicos) e não presencial (informativos, treinamento à distância, videoconferência).

Quanto ao aspecto da multissetorialidade do Programa, uma melhor integração com os programas estabelecidos pelo Piaps, principalmente nos aspectos de prevenção da violência e mediações de conflito, bem como, estruturação de guardas municipais em municípios identificados como de alto incidência criminal, tornam-se fundamentais. Outro ponto a se destacar, é a necessidade da integração efetiva, deste programa, com o programa de capacitação de lideranças comunitárias para o combate da violência urbana.

No que tange ao desempenho dos parceiros, principalmente no aspecto convênio, os estados se mostraram despreparados para elaboração de projetos técnicos,

porém dispostos a executar o que foi firmado. A pequena equipe de trabalho da Senasp e o grande número de convênios também contribuíram para a descontinuidade do acompanhamento técnico dos convênios firmados. Destaque também para as diversas alterações na direção do Ministério da Justiça que afetaram bastante o andamento dos trabalhos.

O modelo de gestão se mostrou adequado. Entretanto, o gerente acumulou diversas outras atribuições, o que acarretou o prejuízo das atividades previstas para o acompanhamento do Programa e a obtenção de melhores resultados. É necessária uma melhor distribuição das tarefas. Outros pontos podem ser melhorados também, como a adequação do treinamento para a equipe de gerenciamento e a criação, no Ministério da Justiça, de um grupo coordenador e integrador das ações e programas que tenham a mesma finalidade.

Segurança nas Rodovias Federais

Resultados A avaliação de um programa em que os insumos necessários e suficientes para alcance das metas estabelecidas no PPA 2000-2003 diminuíram em progressão geométrica, e as necessidades do público-alvo do programa aumentaram na mesma proporção, fica bastante prejudicada.

Quando da elaboração do PPA 2000-2003, o indicador definido para servir de parâmetro da avaliação do Programa **Segurança nas Rodovias Federais** foi somente a diminuição do número de acidentes nas rodovias federais. No entanto, o programa é mais abrangente, pois a exigência dos usuários das estradas também passa pelas ações de segurança pública voltadas para a prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio da União e de terceiros. Assim, para a elaboração do PPA 2004-2007, não deve ser considerado apenas o indicador Acidentes em Rodovias Federais, pois observa-se uma evolução substancial do aumento de ações de segurança pública realizadas pela PRF, na ordem de 5,7% no número de armas apreendidas e de 143% na apreensão de drogas e contrabandos.

Com relação ao alcance do índice do indicador, os resultados foram positivos, pois o índice previsto para o período de 2000 a 2002 foi atendido. Houve redução de 7,04 % no número de acidentes, de 3,71% no número de feridos e 11,9% no número de mortos em relação ao período avaliado.

Essa assertiva, de que os resultados foram positivos, não reflete um grau de mudança do bem-estar social do público-alvo, que espera uma melhoria da política de segurança nas estradas federais e a garantia de livre circulação por elas.

E mais, quando se fala em resultado positivo, verifica-se que o mesmo decorreu de grande esforço dos policiais que trabalham nas estradas, pois desde o estabelecimento do indicador, houve um aumento da frota de veículos no País na ordem de 6% anual, representando em três anos 18%, um aumento do número de veículos e de 42% de usuários circulando nas rodovias federais. No entanto, o efetivo de 10.098 policiais que existia há dez anos atrás, conta atualmente com 6.300 policiais, resultando na presença de 1.200 policiais por dia nas estradas. Não se pode ainda esquecer, que o Brasil é um país rodoviário, ou seja, a economia se movimenta sobre rodas, por isso, deve ser dada a devida atenção à instituição Polícia Rodoviária Federal.

Quanto ao indicador estabelecido originalmente no Programa, que foi a diminuição do número de acidentes, acredita-se que com as atuais condições de trabalho da PRF (estrutura, pessoal e equipamentos) não será possível alcançar uma redução desse indicador, pois a malha rodoviária que deveria ser fiscalizada teve um aumento de aproximadamente 12 mil quilômetros, enquanto que o efetivo da Polícia Rodoviária Federal diminuiu. Portanto, se continuar a ter um aumento da quilometragem a ser fiscalizada, e não tiver um aumento de efetivo, ficará muito difícil diminuir o número de acidentes e combatermos a criminalidade nas rodovias federais.

Gerente:

Antônio Carlos Dias da Silva

Não obstante, o êxito do Programa, tendo como base o índice estabelecido, necessário se faz refletir sobre a possibilidade da redução do número de acidentes de trânsito nas rodovias federais, observadas nos exercícios de 2000 e 2001, não se manter. Comparando o índice de acidentes de um ano com o índice do ano anterior, nota-se que a redução é pequena de um ano para o outro.

Os motivos para essa preocupação são a diminuição gradual do efetivo, o contingenciamento de recursos, o acréscimo do número de motoristas e o aumento da malha viária, como já citado.

O Programa, efetivamente, gera outros resultados que não estão contemplados no indicador estabelecido. Alguns desses resultados, naturalmente não seriam passíveis de mensuração. Pode-se citar o serviço que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade baseado em dois princípios básicos: o da interventividade e o da ostensividade. Sua presença ostensiva diuturna nas rodovias e sua intervenção para auxiliar, educar, fiscalizar e policiar (tirar de circulação pessoas nocivas à sociedade, seja por flagrante cometimento de crime, seja por mandado judicial), gera no cidadão usuário das rodovias federais uma sensação de segurança. Talvez seja essa sensação de segurança o maior resultado do Programa.

Outros resultados que não são medidos pelo indicador do Programa são a quantidade de auxílios que a PRF presta no seu dia-a-dia. São auxílios a usuários encontrados com problemas mecânicos em seus veículos ao longo da rodovia, com problemas de saúde, os quais além de receber os primeiros atendimentos ainda na estrada, são encaminhados às Unidades de Saúde. São prestados, também, auxílios aos moradores nas áreas lindeiras à rodovia (auxílio doente, parturiente, travessia de gado, etc). Nos grandes centros é grande o número de auxílios a pessoas que sequer o nome fica-se sabendo. Trata-se de informações prestadas sobre condições das rodovias, localização de cidades, trajeto mais curto para se chegar em uma determinada localidade, entre outras informações.

Diante destas realizações, acredita-se que um fator de extrema relevância para que a PRF alcance seus objetivos e até mesmo identifique outro indicador, é o programa de reciclagem e capacitação dos Policiais Rodoviários Federais, que serve de estímulo e incentivo ao policial, que volta a atuar com mais segurança no seu trabalho. Nota-se que o policial que não fazia cursos de reciclagem, geralmente se omitia em executar uma ação mais perigosa, uma vez que se sentia inseguro em adotar um melhor procedimento em suas ações, sem colocar em risco a vida de terceiros, e sua própria vida. Identificou-se também, que com o policial mais capacitado e consciente de seu papel diante da sociedade, o público-alvo procura mais o auxílio da polícia.

A atividade fim da PRF divide-se em duas vertentes distintas: a fiscalização e o policiamento. A fiscalização contempla as ações voltadas eminentemente para o trânsito. O policiamento, por outro lado, direciona-se às atividades com vistas ao combate às ações criminosas. Assim, o Programa **Segurança nas Rodovias Federais** contemplaria dois indicadores: Acidentes em Rodovias Federais e Criminalidade em Rodovias Federais.

A viabilidade de cumprimento do índice do indicador é alta, apesar da redução substancial do efetivo da Polícia Rodoviária Federal decorrente de mortes e aposentadorias e do grande espaço de tempo entre um concurso e outro para reposição desse efetivo, destacando-se também, como já citado, o aumento da frota de veículos e as novas demandas do público-alvo. Entretanto, a disponibilização de recursos para se atingir tal fim é fundamental.

Com relação aos impactos do Programa sobre o público-alvo, pode-se dizer que foram positivos, pois a PRF durante o período de execução do PPA, passou a identificar quais as reais necessidades da população que se encontrava às margens das Rodovias Federais, bem como público-alvo que são os usuários que trafegam nas Estradas.

Com sua atuação, desencadeou-se operações conjuntas com outros órgãos de segurança pública, efetuando patrulhamento ostensivo voltado para o combate a assaltos a ônibus de passageiros, carros de passeios, roubo de cargas e combate a prostituição infantil nas margens das rodovias, salvamento de vítimas e apoio a autoridades e instituições.

Diante das informações apresentadas, acredita-se que o público-alvo, obteve ganhos com os serviços oferecidos pela a PRF. Entretanto, com esta atuação, houve um crescimento substancial das demandas dirigidas à PRF.

Para o exercício de 2003, a PRF espera, com o ingresso dos novos aprovados em concursos, reduzir ainda mais o número de acidentes nas rodovias federais, bem como, tornar mais efetiva a presença policial, no sentido de combater com eficiência e eficácia a criminalidade nas estradas federais. No entanto, haja vista, o baixo efetivo existente atualmente, os resultados poderão ficar aquém do esperado, caso não ocorra a nomeação e posse desses novos servidores. Neste sentido, a proposta orçamentária para 2003, deve ser consideravelmente aumentada, pois da forma que está, não é suficiente nem para manter as operações normais da polícia.

Concepção

Como visto, a concepção inicial do programa centrou-se na problemática dos acidentes de trânsito. No entanto, verificou-se que a Segurança nas Rodovias Federais reclamava outras ações além daquelas voltadas para a fiscalização e prevenção das infrações de trânsito, as quais tem como resultado final, a ocorrência do sinistro de trânsito.

A criminalidade no País cresceu de forma assustadora. A rodovia, por via de consequência, passou a ser palco, também, de ações de bandidos. Crimes como o roubo de cargas e de veículos e o tráfico de drogas, os quais usam a rodovia para atingir seus mercados, passaram a exigir da Polícia Rodoviária Federal ações mais específicas de enfrentamento, levando-a a criar o Grupo de Policiamento Especial - GPE e a Assessoria de Inteligência - Assint. Esses dois organismos têm como missão principal prestar o devido combate aos delitos já citados. O contrabando, o descaminho e a falsificação de mercadorias receberam, também, maior enfrentamento já no primeiro ano do PPA.

Ressalta-se que esses delitos além de influenciarem negativamente na paz social, trazem um enorme prejuízo de ordem econômica. Em virtude do roubo de cargas, contrabando/descaminho e falsificação de mercadorias o país deixa de arrecadar bilhões de reais em tributos como ICMS, Cofins e IPI.

O problema considerado inicialmente foi apenas a ocorrência de acidentes de trânsito e, como já exposto, outro problema se apresentou, reclamando pronta intervenção da PRF. Assim, é cristalina a necessidade de ser considerado dois indicadores no programa, quais sejam: Acidentes em Rodovias Federais e Criminalidade em Rodovias Federais.

O Programa precisa se melhorado nos seguintes aspectos:

Adequação do objetivo ao problema - Inicialmente, na concepção do Programa, o objetivo era simplesmente a redução no número de acidentes nas rodovias federais, no entanto, apresentaram-se outras demandas do público-alvo, até mesmo por implicações econômicas e sociais, que acrescentou outro objetivo crucial ao programa que é a diminuição da criminalidade nas rodovias federais. Solicita-se esta alteração.

Caracterização do público-alvo - Existem novos públicos-alvo que reclamam a presença maciça da Polícia Rodoviária Federal nas estradas, fornecendo a proteção necessária para sua livre circulação:

- Usuários das rodovias federais;
- Moradores que residem ao longo das rodovias em todo País.

Dimensionamento do público-alvo - Quaisquer cidadãos que venham a fazer uso das rodovias federais, o que representa 5% da população brasileira, para serem fiscalizadas por apenas 1.200 homens/dia, responsáveis pela redução do número de acidentes e pela diminuição da criminalidade, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, assaltos, roubo de cargas, prostituição infantil e demais delitos.

Regionalização - O Programa só tem sentido quando tratado em âmbito nacional.

Pertinência das ações - Sugere-se a inclusão de outra ação - Modernização de Equipamentos para Patrulhamento, Viaturas e Aparelhos de Telecomunicações, visando ter um fluxo de recursos contínuo para que os equipamentos sejam renovados e possam acompanhar a modernização que as inovações tecnológicas exigem.

Suficiência das ações - O número de ações para que sejam atingidos esses objetivos, deve aumentar, ou quem sabe reestruturar as mesmas, ou dividir as já existentes. Como exemplo, são necessárias ações que possam dar maior poder de operacionalização na área de informação e inteligência da PRF e ações que garantam o controle e execução do grande número de contratos que a PRF possui.

Adequação dos indicadores - Existe a necessidade de dois indicadores no Programa: Acidentes em Rodovias Federais e Criminalidade em Rodovias Federais.

Matriz de fontes de financiamento - Toda a execução do programa é oriunda da arrecadação de multas previstas na Legislação de Trânsito. Entretanto, entende-se que a partir do momento em que a PRF aprimora sua atuação na fiscalização e patrulhamento, a tendência é que a arrecadação decorrente dessas multas se reduza substancialmente, pois os usuários não apresentarão as infrações que apresentavam antes. Portanto, quanto maior for a eficiência e eficácia do órgão fiscalizador (PRF), menor serão os recursos financeiros a serem executados no Programa Segurança nas Rodovias Federais. Como poder ser notado, isto é absolutamente contraditório. A receita oriunda da arrecadação de multas não deveria custear o programa na sua totalidade, mas sim que tais recursos, (Fonte 150), servissem para que o órgão fizesse as implementações necessárias exigidas pelo Programa. No entanto, a SOF insiste em alocar toda a execução do programa na arrecadação própria da PRF, inclusive despesas com pessoal e auxílios. Necessita-se de outra fonte de financiamento do Programa, como a Fonte 100, que é na realidade a fonte legítima de recursos para execução de programas voltados para a área da segurança pública.

Com relação a outros produtos desenvolvidos pelo Programa e que não estão expressos no PPA, pela área de corregedoria é possível analisá-los.

É bem verdade que a participação da área correcional do DPRF na ação efetiva de proporcionar segurança nas estradas federais, se dá de forma indireta, já que seu trabalho está diluído na área meio (área administrativa) do Departamento. Tanto é assim, que sequer existe no projeto uma previsão de

gastos diretos em um programa de disciplina e correição, aplicada aos indivíduos que compõem a instituição, apesar do grande volume de recursos gastos com o tema. Entretanto, não se pode questionar a íntima relação entre o combate à corrupção, à dilapidação do patrimônio público, além da correição geral de atitudes desses indivíduos, com o ganho do índice de maior produtividade e serviço de melhor qualidade que, por via de consequência, refletem diretamente na satisfação do cidadão usuário das Rodovias Federais.

A Corregedoria Geral instaurou, no ano de 2001, o total de 1.037 procedimentos disciplinares, dos quais foram concluídos 713. A consequência foi a aplicação de 66 advertências, 41 suspensões e 25 demissões.

Sugere-se a criação de uma ação específica dentro do programa privilegiando a área de correição, com recursos especificamente destinados para tal.

A estratégia de implementação do programa precisa ser aperfeiçoada em alguns itens:

Plano de ação - É necessário uma cobrança mais efetiva do Ministério do Planejamento dos responsáveis pelo Programa. No entanto, o Ministério do Planejamento deve estar certo de que esta cobrança seja feita sobre as pessoas realmente responsáveis pelo Programa.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência - É necessária a vinculação de pessoas com conhecimento técnico sobre o trabalho de gerência do programa. Outro fator necessário é que não haja tanta rotatividade das pessoas envolvidas neste trabalho.

Forma de coordenação e acompanhamento dos executores - Considera-se que é de fundamental importância que a direção do órgão promova uma capacitação dos dirigentes das unidades descentralizadas em todo o País.

..... **Implementação**

Algumas ações tiveram sua execução financeira prejudicada em decorrência de problemas com fornecedores, que diante de um processo de competitividade, acabaram prejudicando sensivelmente a execução do programa no órgão. Essas dificuldades foram bem evidenciadas principalmente nas licitações para compra de sistemas de informática, que não tiveram seu fluxo de recursos "cortado", mas tiveram sua execução prejudicada.

Em outras ações, como por exemplo, Patrulhamento Ostensivo, Manutenção de Unidades Operacionais, Manutenção de Serviços Administrativos e Operações Especiais Conjuntas com Outros Órgãos", o contingenciamento foi muito grande.

Observa-se que os valores concedidos nas propostas orçamentárias nunca foram suficientes para atender as reais necessidades do programa, sendo sempre necessário o pedido de crédito adicional. Já no exercício de 2002, a situação ficou mais grave ainda, pois além dos valores da proposta não serem suficientes, houve o contingenciamento dos recursos em torno de 40%, o que inviabilizou completamente a execução do Programa **Segurança nas Rodovias Federais**.

Outra situação grave e que praticamente parou o órgão e conseqüentemente a execução do programa; foi que apesar de possuir valores financeiros arrecadados e apesar de inúmeras solicitações de créditos suplementares à SOF para o pagamento de diárias operacionais e combustíveis para abastecimento da frota de viaturas e aeronaves, não foi possível o atendimento do pleito.

Pode-se destacar também que, pelo pouco efetivo disponível, geralmente a área identifica pontos críticos nas rodovias, tanto em acontecimentos de acidentes ou ocorrências de crimes, e que após efetuar esses levantamentos, providencia o deslocamento de policiais para inibir os acidentes, o que gera, portanto, despesas com o pagamento de diárias operacionais.

A ação Operações Especiais Conjuntas com Outros Órgãos não poderia ficar de maneira nenhuma contingenciada, pois é por esta ação que a PRF obtém recursos para o pagamento de diárias operacionais e deslocamentos dos policiais para as operações conjuntas nas rodovias.

Conclui-se então, que as mudanças ocorridas na Lei Orçamentária em virtude da publicação dos decretos de contingenciamentos, tiveram conseqüências extremamente negativas para a execução do Programa em 2002.

Para 2003, como já enfatizado, a PRF procurou se adequar às novas exigências do público-alvo. Portanto, surgiram novos custos principalmente no Patrulhamento Ostensivo, com a criação de grupos especializados em combate ao roubo de cargas, roubo de ônibus de passageiros, tráfico de drogas e contrabando, e ainda a criação da área de Inteligência para atuar na desarticulação de quadrilhas e demais providências necessárias para o combate da criminalidade nas estradas. Com todas essas atividades, os limites orçamentários de custeio para 2003, são insuficientes para qualquer implementação do Programa **Segurança nas Estradas Federais**.

Como houve fatores que impossibilitaram a execução orçamentária de vários projetos, inclusive na área de investimento, será necessário o alongamento dos prazos para execução desses projetos. Caso isto não ocorra, o Programa não poderá ser implementado, nem plenamente executado.

Com relação à diminuição de custos, a PRF tem procurado ajudar o Governo Federal diminuindo custos em atividades que não afetam o policiamento.

Como exemplo, podemos citar os quatro centros de formação, nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, que foram equipados com recursos oriundos das inscrições do último concurso realizado para Polícia Rodoviária Federal. Também com referência à busca de novas receitas, foi feito convênio com a ANTT, para fiscalização do transporte intermunicipal e internacional de passageiros e cargas, onde 60%, da receita das multas aplicadas, são revertidas para a PRF, e que deverão ser aplicadas em equipamentos e custeio envolvidos nessas fiscalizações.

Os recursos materiais e de infra-estrutura estão bastante inadequados. Faltam desde uniformes, que não são comprados há três anos, até coletes à prova de balas, cones de sinalização, lanternas, armas e munição, que são insumos básicos para o trabalho de fiscalização nas rodovias.

Outro fator a se destacar é que, como é de conhecimento de todos, a PRF, é oriunda do extinto DNER- Ministério dos Transportes. Portanto, foi herdada parte das instalações daquele órgão que via de regra, são antigas e se encontram danificadas, necessitando de reformas.

Com relação aos recursos humanos, a Direção-Geral em Brasília trabalha com uma equipe gerencial bastante reduzida, diante da quantidade de demandas das unidades descentralizadas em todos os estados do País. Destaca-se também que a estrutura organizacional da Diretoria-Geral, ainda é muito pequena, não permitindo desta forma, que as tarefas sejam bem distribuídas. Assim, algumas coordenações e divisões ficam sobrecarregadas.

No decorrer da execução do PPA, foi significativa a perda de recursos humanos que o DPRF teve, principalmente nas regionais, onde existe uma grande carência na área administrativa e na área operacional.

O esforço de capacitação da equipe gerencial, infelizmente, é um ponto que merece muitas críticas. Quanto à concepção e implantação do PPA na gestão de recursos no Governo Federal, não há o que se questionar, mas quanto à implementação de uma política de capacitação das pessoas responsáveis pela implementação desse plano, a situação é bem crítica. O que se percebe é que a política de capacitação só alcança seus objetivos no Órgão Central. Entretanto, nos Departamentos, como o caso da PRF, o desconhecimento sobre o processo de desenvolvimento e implementação do PPA, por parte do gerente e da sua equipe é muito grande.

Quanto ao aspecto da multisetorialidade, o Programa **Segurança nas Rodovias Federais** possui uma ação Eliminação de Pontos Críticos, cuja gerência está na PRF e toda a execução no Ministério dos Transportes.

Foi observado que o DNER, órgão extinto e responsável pela execução do programa, não fez uso correto das informações levantadas pela PRF sobre os pontos críticos nas rodovias federais.

No aspecto das parcerias, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal já se encontra realizando um levantamento minucioso das organizações governamentais e não-governamentais com os quais se possam firmar parcerias no próximo exercício.

Durante o período 2000-2002 essas parceiras não se concretizaram, principalmente, porque esse período coincidiu com uma política de reestruturação organizacional da instituição, tanto em nível organizacional, quanto em nível doutrinário, onde se deu prioridade à implementação de uma nova concepção de polícia para o atendimento das demandas da sociedade.

O Programa ainda não possui mecanismos para avaliar a satisfação dos seus usuários.

Quanto à contribuição do modelo de gestão por programas, acredita-se que este modelo proporcionou um melhor desempenho da ação governamental, trazendo muitos benefícios para o Estado. Este modelo, associado à definição de objetivos por programa, se caracteriza por ser o instrumento que faz a ligação entre o planejamento e as funções administrativas de execução, acompanhamento, avaliação e controle.

Uma característica importante e que ficou bastante clara para a Polícia Rodoviária Federal, quando da conscientização da Diretoria-Geral em dar a devida atenção ao PPA, foi a evidência de que pelo modelo de gestão por programas há a possibilidade de serem demonstrados os propósitos, objetivos e metas para os quais a administração solicita os recursos, identificando os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos, os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.

Entretanto, o DPRF não possui estrutura organizacional para isso. Hoje, a estrutura organizacional e a falta de gestores são os principais problemas da PRF. Quanto aos gestores, a PRF em parceria com a UnB, já iniciou a formação de seus servidores e, até o final de 2003, espera-se ter 140 policiais concluindo o Curso de Gerência Policial Rodoviária.

Sugere-se a adoção da estrutura organizacional proposta pelo DPRF e já enviada ao Ministério da Justiça, em janeiro de 2003.

Território e Cultura Indígenas

O Programa **Território e Cultura Indígenas** objetiva proteger a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas. **Resultados**

Avaliando o período de 2000 a 2002 há uma baixa na evolução do índice Taxa de Regularização de Terras Indígenas, isto é: para os anos de 2000 – 1,63%; de 2001 – 1,52% e de 2002 – 1,90%, um pouco acima da média anual de 1,88%. Entretanto, este resultado poderia ter sido bem acima do esperado, se todos, ou apenas uma parte, os 26 processos encaminhados para expedição dos Decretos de Homologação tivessem sido concretizados, o que poderia ter permitido o alcance do índice 2,67 até o final de 2002. Deste modo, o quadro apresenta-se favorável para atingir a meta prevista para o final de 2003 de 79%.

Pela projeção do indicador, previa-se um crescimento no PPA 2000-2003 da ordem de 7,4%, considerando todas as fases (Identificação, Declaração, Demarcação, Homologação e Registro) do processo de regularização. Esta projeção encontra-se na data de 29.10.02 em 4,43%. Contudo, ao se analisar a evolução das terras indígenas efetivamente regularizadas no que tange aos procedimentos demarcatórios, há um incremento de 22,6%. Isto é, a superfície de Terras Indígenas Registradas era de 61.482.925 ha e para o período 2000-2002, até a data indicada há uma superfície de 75.357.925 ha.

Houve uma melhora na qualidade de vida das comunidades indígenas, verificada no crescimento populacional de 2,8%, graças a um aumento na garantia territorial, da recuperação do meio ambiente, do resgate cultural e de cidadania.

Atualmente, as 215 etnias já conhecidas no Brasil ocupam uma superfície de 102 milhões 227 mil 930 hectares, que equivalem a 11,96% dos 854 milhões 740 mil 350 hectares do território nacional. Segundo dados de 2000, a população indígena está estimada em 358 mil índios, que falam 180 diferentes línguas, além do idioma oficial português.

Houve a extrusão de aproximadamente 1.360 ocupações não-índias situadas em terras indígenas, mediante o pagamento R\$ 21 milhões em indenizações por benfeitorias consideradas de boa-fé, devolvendo às comunidades diretamente envolvidas o território livre para o seu usufruto.

A Política Indigenista está definida em três grandes eixos interdependentes de atuação: Regularização Fundiária, Proteção Cultural e das Terras Indígenas e Apoio e Promoção ao Etnodesenvolvimento, tendo a Fundação Nacional do Índio - Funai a atribuição de articular, coordenar e executar as ações que assegurem aos povos indígenas seus direitos constitucionais, sob esses aspectos os resultados são os seguintes: a regularização fundiária se inicia na identificação de áreas e termina com o registro oficial da Terra Indígena. As terras indígenas registradas somam 86 milhões e 642 mil hectares. Deste total, 11 milhões 686 mil hectares foram registrados somente no período de janeiro de 2000 a início de outubro de 2002.

Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, inserido na agenda ambiental do Estado Brasileiro, iniciado em 1996 com a previsão de término em 2002, tendo sido solicitada a sua prorrogação. O objetivo é garantir a regularização fundiária de 160 Terras Indígenas, que totalizam aproximadamente 45 milhões de hectares.

Gerente:

Artur Nobre Mendes

É parte do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, acordo internacional firmado pelo Governo Federal com execução pela Funai, financiado pela KFW - Agência de Cooperação Financeira da Alemanha, pelo Rain Forest Trust Fund (administrado pelo Banco Mundial), contando ainda com a cooperação técnica da GTZ - Agência de Cooperação Técnica do Governo Alemão e do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Importante destacar um incremento de 39% nas metas do Projeto, em relação ao previsto inicialmente.

O Museu do Índio vem desenvolvendo um conjunto de atividades voltadas à proteção, preservação e difusão do patrimônio cultural indígena, internalizando os instrumentos adequados de preservação junto às sociedades indígenas. Dentro deste contexto, foi elaborado o Dossiê Expressão Gráfica e Oral dos Wajãpi do Amapá, financiado pela Unesco. O Ministério da Cultura encaminhou o projeto ao Itamarati, que apresentou à Unesco a candidatura do Dossiê ao Programa Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. O projeto definiu estratégias e diretrizes para o desenvolvimento de uma política de proteção ao patrimônio cultural dos povos indígenas.

Do esforço em resguardar os direitos indígenas, destaca-se o Programa de Compensação Ambiental Xerente - Procambix, na área de atuação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, situada no município de Lajeado, em Tocantins. Pela primeira vez na história das comunidades indígenas, a ação da Funai e do Ministério Público Federal junto ao Judiciário conseguiu jurisprudência em favor de populações que habitam a região abaixo (jusante) de curso do rio impactado pela construção e operação de uma usina hidrelétrica. Três mil indígenas da etnia Xerente, que habitam as Terras Indígenas Xerente e Funil, serão compensados no valor de R\$ 10,105 milhões, pelo período de oito anos - iniciando em 2003 - pela Investico S.A, consórcio responsável pela UHE.

Por estudos de impacto ambiental, nove comunidades indígenas, dos povos Guarani-Mbyá, Guarani-Ñandeva e Kaingang, que habitam terras atingidas pela duplicação da BR-101, trecho Florianópolis-Osório (SC), obtiveram judicialmente, em função da atuação da Funai e do Ministério Público Federal, compensação ambiental no valor de R\$ 11 milhões.

Foi iniciada a execução do Plano Emergencial de Proteção Ambiental do Povo Cinta Larga. Foram implementadas ações de esclarecimento da opinião pública, de conscientização da população indígena e de assistência em diversas áreas. Iniciou-se a operação de retirada de garimpeiros da terra indígena Roosevelt, estando prevista para final de janeiro de 2003 a sua conclusão.

Vale destacar no âmbito cultural, a exposição Tempo e Espaço na Amazônia: os Waiãpi, que contou com intensa participação da comunidade Wajãpi que participou de todas as etapas do projeto e da montagem da exposição, produzindo peças especialmente para ela. Neste contexto, inclusive, foi retomada a prática de produção de cerâmica, há mais de quinze anos abandonada por eles.

Os alguns aspectos negativos que afetaram o desempenho das ações no período foram processos judiciais, lentidão nos processos de licenciamento ambiental, Decretos de Contingenciamentos, a expedição do Decreto nº 3.751, de 2001, que estabeleceu as formas para contratação de consultorias por meio de organismos internacionais, a carência de pessoal e atrasos nas liberações financeiras para as ações financiadas pela Fonte 100.

Concepção

O patrimônio cultural e natural das sociedades indígenas encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos, cabendo ao estado promover sua proteção e revitalização mediante o desenvolvimento de ações articuladas. O Programa propõe-se a garantir às populações indígenas o pleno exercício de seus direitos coletivos.

O objetivo do programa está bem adequado ao problema, definindo ações para a promover a regularização fundiária a recuperação ambiental e cultural; garantindo aos índios o direito à posse e usufruto das terras por eles ocupadas. As principais causas e ações corretivas são:

Causa	Ação
1) Terras indígenas, ameaçadas constantemente por invasão de agentes externos;	1) Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas;
2) A falta de delimitação dos limites de uma terra indígena;	2) Identificação e Revisão de terras;
3) Ausência de atos legais que confirmam garantias à posse indígena;	3) Regularização Fundiária: expedição de Decreto Federal que confirma a demarcação da terra, indenização das benfeitorias consideradas de boa fé e o registro da terra junto ao SPU e CRI;
4) Falta de preservação da memória e revitalização do patrimônio Cultural indígena, perdida pelas décadas de contato com a sociedade;	4) Promoção de Eventos para Revitalização do Patrimônio Cultural Indígena;
5) Falta de fortalecimento das funções elementares de museu, ou seja, na constituição de coleções conservação e difusão, com ênfase nos projetos de ação educativa;	5) Funcionamento do Museu do Índio;
6) Inexistência de diagnósticos das novas demandas pelas comunidades indígenas (habitação, obras de infra-estrutura, saneamento básico);	6) Recuperação Ambiental em Terras Indígenas;
7) Inexistência de leis para Regularizar a Legislação Ambiental.	7) Estudos de Impacto Ambiental de Empreendimentos em Terras Indígenas.

O Programa precisa ser modificado nos seguintes aspectos:

- Adequação do objetivo ao problema: deve-se ficar atento ao conjunto de instrumentos legais atualmente em discussão (estatuto do índio, exploração dos recursos florestais e minerais, acesso a conhecimentos tradicionais), bem como diversos instrumentos da política de meio ambiente (ICMS Ecológico, PDPI e FNMA/MMA, comitês de bacia hidrográficas, corredores ecológicos, e outros), que poderão modificar a forma, problemas e demandas das terras e comunidades indígenas.
- Caracterização do público-alvo: população indígena estimada em 358 mil cidadãos. Todas as ações são executadas em âmbito nacional, excetuando-se os Estados do Rio Grande de Norte, Piauí e o Distrito Federal, onde até o momento a Funai desconhece a existência de comunidades indígenas.
- Adequação dos indicadores: a taxa de regularização de terras indígenas não reflete o avanço na remoção de ocupantes não índios em terras indígenas, atividade desenvolvida dentro da Ação de Regularização de Terras Indígenas, que consome a maior parte do orçamento do Programa. Não houve, até o momento, a estruturação de um novo indicador.

Alguns produtos são desenvolvidos dentro das ações de forma a contribuir para um melhor desempenho do Programa, pode-se destacar: a publicação nos Diários Oficiais da União e dos Estados do resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas, dando cumprimento ao disposto no Decreto 1.775, de 1998, que conclui a primeira fase do processo de regularização de uma terra indígena junto a Funai e o Projeto PPTAL que apoia as ações de capacitação para as comunidades indígenas voltadas para a gestão e defesa territorial, na Amazônia Legal.

A organização dos trabalhos no âmbito da gerência e do Governo Federal precisa de melhor estruturação. O envolvimento da equipe gerencial no processo alocativo de recursos ocorre de forma parcial.

Quanto à estratégia de implementação, o que mais contribuiu para a obtenção dos resultados foi a dedicação dos técnicos e dos executores das 52 Administrações Executivas Regionais, da sede central, e do Museu do Índio para cumprir o previsto no PPA, buscando o melhor resultado para garantir a integridade física, cultural e territorial das comunidades indígenas.

Implementação

Avaliando o padrão da execução orçamentária e financeira do Programa, para o período de 2000-2002, observa-se um aumento na dotação orçamentária, entretanto, houve uma baixa execução face expedição de decretos de contingenciamento e a demora nas liberações financeiras, afetando o cumprimento das metas físicas previstas. Algumas ações do Programa na Fonte 100 tiveram sua execução física comprometida em virtude da expedição do Decreto de Contingenciamento e atrasos nos repasses de recursos financeiros, prejudicando, portanto a execução das ações. Por outro lado, a ação de Regularização Fundiária, financiada pela Fonte 179 - Fundo de Erradicação da Pobreza, definida pela Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento - SOF/MP para o exercício de 2002, não sofreram descontinuidade no fluxo de recursos.

Tendo em vista que a atuação da Funai ocorre nacionalmente, há grande deficiência de infra-estrutura nos postos distribuídos no interior do País. Também o número de servidores é insuficiente. Atualmente a equipe gerencial é formada pelo gerente e um assessor. As equipes locais encontram-se com o quadro de servidores reduzido, em virtude dos Programas de Demissão Voluntária, aposentadorias e falecimentos. O último concurso público para o órgão foi realizado em 1984, prejudicando assim, a execução do programa. O número de 2555 servidores ativos é insuficiente, para prestar atendimento direto às comunidades indígenas, distribuídos em uma sede, 45 administrações regionais - AER, onze Núcleos de Apoio Local - NAL, dois Núcleos de Apoio Operacional - NAO, 332 Postos Indígenas - PIN, onze Postos de Vigilância e Fiscalização - PVF e dez Postos Indígenas de Vigilância - PIV.

Além disso a qualificação dos recursos humanos da equipe não é adequada. Neste contexto, é necessária a presença de uma equipe multidisciplinar visando a melhor forma de execução e acompanhamento do Programa, considerando os diversos aspectos que o caracterizam: planejamento, orçamento, gestão pública, fundamentos legais e econômicos do PPA, entre outros.

Apesar das dificuldades, o Programa buscou alternativas para cumprir os compromissos assumidos por meio da celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e a Unesco, para a estruturação de recursos humanos. Buscou, também, a negociação junto ao Ministério da Justiça, para sensibilizar a SOF e o Ministério do Planejamento das necessidades do órgão e as possíveis conseqüências do contingenciamento.

O Programa enfrentou alguns entraves que prejudicaram a execução de algumas ações, como a morosidade nos processos de licitações, inadimplência de empresas contratadas, a lentidão nos processos de licenciamento ambiental, processos judiciais, decisões políticas, processos administrativos, falta de legislação específica. A título de exemplo, cita-se a ação decreto homologatório de terra indígena, que não teve execução. O ato homologatório é expedido por decreto federal pelo qual é confirmada a demarcação da terra indígena, sendo posteriormente realizadas as indenizações de benfeitorias e reassentados os ocupantes não-indígenas. Em 2002, foram encaminhados pela Funai, 26 processos ao Ministério da Justiça, para adotar as providências necessárias e assinatura do decreto pelo Presidente da República, dos quais nenhum foi expedido.

A capacitação foi insuficiente, devido principalmente às mudanças na gerência do programa, que interromperam o processo. Contudo, buscou-se participar de cursos ministrados pela ENAP que tratam do Programa Avança Brasil, da Lei de Responsabilidade Fiscal e palestras junto ao Ministério da Justiça. Numa ação conjunta da gerência com a Presidência da Funai em 2001, realizou-se o Encontro Nacional de Administradores Regionais, reunindo todos os Administradores e Chefes da área administrativa, que fizeram o curso sobre o Plano Avança Brasil e a LRF.

Foram mantidos os acordos de cooperação financeira e técnica com o governo da Alemanha (KFW e GTZ), Banco Mundial e PNUD no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, o que muito contribuiu para o desempenho global do Programa. Entretanto, precisam ser fortalecidas algumas parcerias já existentes, com o Ibama, Polícia Federal, ANA, Aneel, MMA, MPF e Incra.

O Projeto Sivam/Sipam, ação coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no período de 2001 a 2002, por meio do Programa Pró-Índio iniciou a concepção do sistema de informações da Funai e o modelo de gestão da informação, implantação do sistema de gestão documental, do sistema censitário de populações indígenas, o registro nacional do patrimônio cultural indígena, levantamento de produção documental, criação da cópia de segurança de processos fundiários das terras indígenas, relatório etnoambiental das aldeias moikarako, gorotire, kubenkrâkenh e kikretum, elaboração das diretrizes de proteção das terras indígenas, 1ª reunião de chefes de posto e lideranças indígenas de Roraima sobre gestão Territorial e o papel do Pró-Índio e Sivam, capacitação técnica em educação intercultural, definição de parâmetros para criação do sistema de acompanhamento e avaliação das ações de educação escolar indígena, integração das bases de dados Sivam/Funai, capacitação técnica em geoprocessamento. Há, ainda, a participação do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, ONGs e Ministério Público Federal.

No âmbito do PPTAL (Amazônia Legal), um aspecto fundamental é o incentivo à participação indígena no processo de garantia dos seus direitos territoriais. Nesse sentido apóia ações de capacitação para as comunidades indígenas envolvidas na sua área de atuação, voltadas para a gestão e defesa territorial, com a implementação de Projetos de Acompanhamento de Demarcações e Planos de Vigilância, junto a Organizações Indígenas e ONGs.

A demarcação de uma terra indígena é a garantia à subsistência física e cultural de uma etnia e sua perpetuação enquanto povo diferenciado. Existe nos meios indígena e indigenista o reconhecimento público dos avanços expressivos nos últimos anos, no aspecto da regularização fundiária das Terras Indígenas, bem como, houve uma aumento significativo na demanda por reconhecimento de direitos territoriais de grupos indígenas situados fora da Amazônia Legal.

O Programa não promoveu a realização de uma pesquisa que avalie o grau de satisfação dos serviços prestados por ele junto às comunidades indígenas.

Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Atenção à Criança

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

Brasil Jovem

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela)

Erradicação do Trabalho Infantil

Gestão da Política de Previdência Social

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Previdência Complementar

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Previdência Social Básica

Qualidade do Atendimento na Previdência Social

Ministério da Previdência e Assistência Social

Arrecadação de Receitas Previdenciárias

Resultados

O processo de arrecadação de receitas previdenciárias vem passando por profundas transformações, tanto do ponto de vista estrutural, quanto em relação ao seu modelo de gestão. O atual modelo envolve auditoria fiscal orientada a resultados; recuperação de créditos previdenciários e princípios de gestão colegiada; modelo de inteligência focado no aumento de arrecadação, mediante o combate à sonegação e à evasão fiscal; intensificação na formação profissional; aparelhamento tecnológico e um programa de esclarecimento ao público sobre direitos e deveres.

Essas medidas contribuíram efetivamente para o comportamento da arrecadação previdenciária que, no período de 2000 e 2002, apresentou uma taxa real de crescimento de 7%, com destaque para o bom desempenho do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples. Esse resultado já superou o índice final previsto para o final do PPA, que era de 3%. A arrecadação de 2002 foi da ordem de R\$ 70,9 bilhões, representando um incremento nominal de 13,6% sobre o realizado em 2001, apesar do tímido crescimento da economia projetado para este exercício e da renúncia fiscal, que ultrapassa 11% da receita.

Em relação ao PIB, a arrecadação apresentou um pequeno crescimento em 2001 em relação a 2000, representando 5,25% do PIB, mantendo-se a mesma relação em 2002.

A dívida das empresas, apesar de elevada, tem sido objeto de acordos para pagamentos parcelados. Atualmente 38% dos créditos estão sendo amortizados, o que vem permitindo incremento nos recebimentos nessa modalidade, apesar da elasticidade do Programa de Recuperação Fiscal, o REFIS. Destaque especial para o setor público, onde 80% dos municípios parcelaram suas dívidas com cláusula de retenção da contribuição corrente diretamente no Fundo de Participação, o que evitará que novas dívidas sejam acumuladas.

Em relação à recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, os resultados obtidos têm sido progressivamente melhorados, ano a ano, em decorrência da criação de sistemas de monitoramento e gerenciamento voltados para os resultados. A recuperação da dívida apresentou os seguintes resultados: em 2000, R\$ 952,1 milhões; em 2001, R\$ 724,1 milhões; em 2002 R\$ 3,8 bilhões. Dado que atualmente o montante desta dívida situa-se em torno de R\$ 85 bilhões, a taxa de recuperação encontra-se em torno de 6,4%, no acumulado do período, enquanto o índice final do PPA para este indicador é de 10%.

No período de 2000 a 2002 o déficit previdenciário vem-se mantendo estável em torno de 1,3% em relação ao PIB. Contribuíram para tanto os aumentos na arrecadação, os quais são explicados pelos impactos da reforma da Previdência e pela recuperação do nível de empregos formais ocorridos no período.

No âmbito da fiscalização, está sendo implantada a nova metodologia de auditoria, orientada para o combate à sonegação. O sistema de inteligência fiscal em implantação manterá informações das empresas que representam parcela significativa da arrecadação, para cruzamento e análise, com o objetivo de identificar desvios a partir de um comportamento padrão observado para determinado segmento de contribuintes. Para investigação desses desvios está sendo desenvolvida a nova metodologia de auditoria, mediante utilização de ferramenta tecnológica para análise dos arquivos digitais das empresas.

Gerente:

Marcos de Oliveira Ferreira

Foi implantado um processo de desburocratização, com a simplificação dos procedimentos, bem como com a disponibilização de mais serviços pela internet. Grande parte das certidões negativas de débito já são emitidas pela rede, com maior conforto aos contribuintes e contadores, rapidez e segurança, uma vez tratar-se de documento eletrônico.

Recentemente foi disponibilizada nova modalidade de pagamento mensal de contribuição: o Cartão de Arrecadação do Contribuinte Individual, Facultativo e Empregado Doméstico. Esse novo cartão facilitará e agilizará o pagamento mensal de contribuição, eliminando os transtornos, a possibilidade de erros no preenchimento e digitação das atuais guias, além de reduzir os custos. Desde de dezembro/2002, cerca de 5,3 milhões de pessoas receberam o novo cartão.

Por meio da Guia do Fundo de Garantia e Informações da Previdência Social - GFIP, 2,3 milhões de estabelecimentos transmitem, mensalmente em meio eletrônico, dados das folhas de pagamento dos seus 20 milhões de empregados. Os dados são armazenados no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e passam a constituir a base de dados para cálculo do valor dos benefícios, dispensando os segurados de guardar, durante anos e anos, papéis e comprovantes de seus empregos e salários. Cuidou-se de unificar na Guia da Previdência Social - GPS as Guias de Recolhimento de Empresas - GRPS e Guias de Recolhimento de Contribuintes Individuais - GRCI e, com isso, o custo unitário foi reduzido de R\$ 2,02 para R\$ 1,39. Foi estabelecido um valor mínimo para recolhimento, admitindo-se acumular os pequenos valores em única oportunidade. Além disso, passou-se a admitir o recolhimento trimestral para contribuintes individuais.

Cabe destacar, como principais resultados do Programa no ano de 2002, o crescimento real de 10,2% na arrecadação dos contribuintes individuais, onde apesar da ação de orientação técnica não ser exclusiva para esse segmento, o trabalho desenvolvido tem se concentrado no aumento de novas inscrições de trabalhadores informais e o crescimento de 3,87% nos recolhimentos resultantes da ação fiscal, tendo em vista a implementação de novos procedimentos e parcerias na área.

Como principais resultados e iniciativas para 2003, ressaltam-se:

- combate sistemático à sonegação e à fraude, mediante a ampliação da fiscalização com medidas de modernização que estão sendo implementadas, destacando-se, dentre elas, os sistemas de cobrança automática das contribuições declaradas e de inteligência fiscal e, ainda, a adoção de punições mais severas aos praticantes de sonegação e fraude e a maior eficácia na cobrança da dívida ativa;
- aumento da cobertura previdenciária, com aperfeiçoamento de medidas legislativas, de conscientização, gerenciais e de apoio à fiscalização, de modo a simplificar, facilitar e criar atrativos à filiação junto ao sistema previdenciário;
- adoção de maior clareza, transparência e eficácia contábil, definindo claramente cada modalidade de benefício e sua fonte de financiamento mais apropriada, separando-se os benefícios de caráter não-contributivo, isto é, fortemente redistributivos, dos benefícios tradicionais contributivos. Esse esforço tem por objetivo assegurar, com transparência, o papel fortemente redistributivo que a Previdência Social possui no Brasil; e
- assegurar soluções de tecnologia e informação modernas e eficientes, necessárias ao atendimento e à satisfação do cliente-cidadão, de modo que

os serviços e informações oferecidos pela Previdência Social atendam às necessidades dos seus usuários internos e externos, estando disponíveis em todo o país, de maneira consistente em termos de exatidão, qualidade, integridade e segurança, acessibilidade e comunicabilidade, a custo adequado.

.....
Os principais problemas e demandas sociais que deram origem ao Programa foram: **Concepção**

- a existência de determinação constitucional expressa, no sentido de se exigir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário brasileiro, o qual encontra-se, segundo dados oficiais, deficitário;
- o aumento constante da demanda por novos benefícios previdenciários, gerando a necessidade de obtenção de recursos capazes de garantir o custeio dos mesmos;
- a inadimplência contínua e reiterada de alguns contribuintes; e
- a necessidade de se perseguir, de todas as maneiras, a efetiva cobrança de créditos existentes em prol da Previdência Social.

Tendo o Brasil optado por um modelo contributivo, baseado no sistema de "repartição simples", o qual pressupõe a solidariedade intra e inter-geracional, com garantia estatal, sem a constituição de reservas, acabou por se decidir pela tentativa de se garantir uma ampla cobertura social, abrindo mão, todavia, ainda que indiretamente, da liquidez do sistema.

Assim, na prática, tem-se sempre um sistema que pede cada vez mais a presença do Estado, com atribuições de cobertura e garantia da efetividade do sistema, o que dá ensejo, segundo posição oficial, a um déficit previdenciário sistêmico. Isso determina, por conseguinte, a busca de soluções para essa questão, tal como a necessidade de se investir na recuperação dos valores que não tenham sido arrecadados para o fundo previdenciário, bem como outras ações que se fizerem necessárias.

Por sua vez, no campo das soluções, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 20/1998, regulamentada, para o caso presente, pela Lei nº 10.035/2000, consta o surgimento de uma nova forma de arrecadação de contribuições previdenciárias, qual seja a execução de créditos oriundos de sentenças e acordos homologados perante a Justiça do Trabalho, fonte essa para a qual o Programa não se adequou, o que urge que se faça.

Outras atividades que não estão expressas no PPA e que contribuem para o objetivo do Programa são:

- Programa de Estabilidade Social - PES. Criado para enfrentar a situação de limitada cobertura previdenciária, opera de forma descentralizada em 102 comitês regionais fazendo parcerias com entidades da sociedade civil, para realização de palestras e cursos, disseminando informações sobre a Previdência e orientando os cidadãos sobre os procedimentos de inscrição no sistema. A atuação do programa consiste em ir até a sociedade, especialmente os setores mais desprovidos, em vez de esperar que o trabalhador tome a iniciativa de se inscrever na Previdência.
- Arrecadação Indireta. Um outro produto de vital importância para a atividade da Procuradoria Federal Especializada - PFE/INSS, contribuindo, no entanto, indiretamente para os objetivos finalísticos do Programa. As vitórias decorrentes da atuação da PFE/INSS, não se traduzem em aumento da arrecadação, mas sim, em economia para os cofres públicos, posto que evitam a saída indevida de recursos orçamentários.

Essa atuação, própria da missão institucional da PFE/INSS, implica um grande consumo de recursos financeiros, mas, sobretudo aumento do potencial de trabalho de parques recursos humanos. Por isso tudo, necessário se faz que seja dado um tratamento adequado a esse tipo de atuação, resgatando a importância que tal atuação da Procuradoria tem no contexto da Previdência Social, não como fonte direta de arrecadação, mas como forma de arrecadação previdenciária indireta, consubstanciada justamente na economia que se faz com o impedimento da indevida perda dos recursos disponíveis.

Destacam-se, a seguir, alguns aspectos da estratégia de implementação do programa que já estão sendo aperfeiçoados:

- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis.

Desde 2000 está sendo implementada nova metodologia de planejamento das atividades, consolidadas em um plano de ação anual orientado para resultados, que define as metas e ações a serem desenvolvidas, devidamente quantificadas, bem como os prazos, responsáveis e recursos.

O plano de ação é voltado para os aspectos de eficiência e eficácia. Instituiu-se um seminário de arrecadação onde foram traçadas as diretrizes e os objetivos estratégicos, aprovados na carta compromisso assinada por todos os dirigentes da área de arrecadação, envolvendo os 102 gerentes executivos.

- Forma de articulação com as parcerias

Como forma de se otimizar a atuação e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados, o Programa já é desenvolvido por meio de diversas parcerias que envolvem contratos de prestação de serviços e que são essenciais para o processo operacional do sistema. Essas parcerias envolvem a rede bancária, a Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Ministério do Trabalho - MTE e outros.

- Mecanismos de controle social

A representação da sociedade se faz presente pelo do Conselho Nacional de Previdência Social, que é o órgão superior de deliberação colegiada e tem como finalidade deliberar sobre a política de Previdência Social e sobre a gestão do sistema previdenciário. É de fundamental importância este fórum de discussão na busca da transparência e legitimidade na resolução dos problemas da Previdência Social. Como é órgão superior de deliberação colegiada, as soluções são respaldadas pelas entidades representativas da sociedade civil. Assim, governo, aposentados, empregados e empregadores, são co-autores das decisões proferidas pelo Conselho, o que garante a participação e a responsabilidade no equacionamento dos problemas da Previdência Social.

- Outros (Estratégia de Implementação)

A estratégia adotada para o Programa consiste na prevenção e combate à sonegação e à evasão tributária nos segmentos econômicos mais expressivos e dos grandes contribuintes; monitoramento e busca de aumento da arrecadação corrente, inclusive por meio de controle automático da inadimplência, com a implementação da cobrança automática da divergência entre as informações declaradas na GFIP e na GPS; tratamento e análise de informações, internas e externas, com a utilização de técnicas de auditoria, para identificar desvios que caracterizem indícios de sonegação, segundo critério de área geográfica, de atividade econômica, de porte, de natureza jurídica ou de regime tributário; diminuição dos prazos de trâmite dos processos

administrativos; aumento e agilização na recuperação dos créditos previdenciários; descentralização da elaboração do planejamento, em interação com as unidades descentralizadas do órgão; desenvolvimento, aperfeiçoamento e aparelhamento dos recursos humanos da área e desenvolvimento e aprimoramento do relacionamento fisco-contribuinte.

A estratégia adotada para a recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa consiste em um tratamento diferenciado para os maiores devedores, que representa algo em torno de 80% do montante a ser cobrado pela PFE/INSS.

Essa estratégia está sendo possível a partir da adoção de um gerenciamento específico, obtido a partir da criação de uma estrutura própria e diferenciada, ora consubstanciada em oito gerências estaduais, implantadas nos estados com maior potencial arrecadatório do País, responsável por todas as fases da cobrança desses créditos.

No âmbito da ação Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa, que está baseada, precipuamente, na cobrança de parcelamentos requeridos pelos devedores da Previdência Social e na execução judicial dos débitos não confessados pelos mesmos, é preciso haver melhoria das condições gerais de estrutura de trabalho, além do aumento dos recursos humanos disponíveis, já que, tanto em termos de auxiliares (agentes administrativos), quanto de executores principais (Procuradores Federais), assim como de auxiliares extraquadro, a carência é generalizada.

O principal aspecto a ser realçado dentro dessa questão foi a definição da necessidade de se dar um tratamento diferenciado ao grupo de maiores devedores, os quais, dentro do universo considerado, constituem um grupo relativamente reduzido, mas que, no entanto, significam quase 4/5 do total a ser executado.

Uma vez definido esse grupo a ser gerenciado, foi dado início ao estabelecimento das estratégias e recursos a serem empregados para a consecução dos objetivos propostos, com a celebração de parcerias e convênios com órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, tanto na esfera federal (Tribunais Regionais Federais e Secretaria da Receita Federal), quanto na estadual (Tribunais de Justiça e Secretarias Estaduais da Fazenda), sempre no intuito de se obter a celeridade nos procedimentos executórios e a troca de informações necessárias à localização de bens e devedores, o que passou a permitir a obtenção de melhores resultados.

Além dessa estratégia, pode-se apontar os trabalhos realizados no sentido da desburocratização da execução fiscal, com a adoção, ainda que parcial, da execução fiscal virtual, ora já em funcionamento em cidades como São Paulo, o que diminui o tempo de tramitação dos processos e possibilita a eliminação de documentação dispensável e desnecessária.

.....

O padrão de execução financeira do Programa, dentro do período considerado, não espelhou a realidade do que foi efetivamente realizado, especialmente em relação às ações relativas a recuperação da dívida ativa. A efetiva liberação dos recursos orçamentários, em todo o período considerado, sempre ocorreu com significativo atraso, posto que, na prática, só se tornaram disponíveis depois de transcorrido mais de um bimestre, chegando até a um quadrimestre de atraso, com prejuízos inexoráveis para o desenvolvimento dos trabalhos afetos à atuação do Programa.

Implementação

Em relação ao esforço de capacitação, destacam-se a instituição e o aprimoramento de eventos como Semana da Dívida Ativa e "Oficina Trabalhista, que se traduzem em foros adequados para a discussão de formas de melhoria dos procedimentos adotados e debates de idéias e troca de experiências bem sucedidas.

Contudo, as limitações financeiras impostas à execução destas atividades, bem como as falhas verificadas na distribuição, especialmente no ano de 2002, dos recursos disponíveis, acabaram por atrapalhar, em muito, a efetiva execução dos projetos idealizados, com sensíveis prejuízos para as ações de capacitação tidas como benéficas e necessárias para a melhoria dos resultados.

Em razão, também, da escassez de recursos orçamentários, foram priorizados os treinamentos elaborados pela Diretoria de Arrecadação, ficando as Gerências Executivas prejudicadas no atendimento de suas necessidades específicas de capacitação de servidores.

A capacitação de servidores da arrecadação, em razão da introdução de novos métodos e processos de trabalho, da complexidade das tarefas a executar e da maior descentralização administrativa e técnica, exige expressivos e constantes investimentos. Além disso, a quantidade de servidores é insuficiente, recorrendo o Ministério da Previdência e Assistência Social à contratação de serviços de terceiros para execução de atividades que deveriam ser executadas por servidores públicos. Para contrapor essa questão, recentemente voltou-se a ter admissão de novos profissionais para atuar na área, ainda assim restrita aos executores, os quais encontram-se ainda em formação, com aproveitamento apenas parcial.

A partir de janeiro de 2002, foi introduzido o Mandado de Procedimento Fiscal como documento obrigatório nas ações de fiscalização e diligência, permitindo um melhor gerenciamento das ações fiscais, garantindo ao auditor segurança no desempenho de suas atribuições e oferecendo, ao contribuinte, um instrumento de proteção contra falsos representantes do INSS que se apresentam às empresas com o objetivo de obter alguma vantagem ilícita.

O processo de arrecadação das contribuições devidas à Previdência Social, também disponível por meio da rede bancária, é feito com segurança e rapidez, mediante troca de arquivos magnéticos. Os valores arrecadados são repassados pelo banco, no dia útil imediato, à conta do INSS no Banco Central e, as informações contidas nas guias de recolhimento são transmitidas aos sistemas da Previdência até o 4º dia após o pagamento pelo contribuinte.

Recentemente, também por iniciativa da Previdência Social, os bancos passaram a desenvolver aplicativos para acolher os pagamentos de contribuições diretamente nos caixas eletrônicos (auto-atendimento) ou por meio de agendamento para débito em conta corrente, para os contribuintes individuais. Os bancos já disponibilizam para as empresas condições para pagamentos por meio da internet, *home/office banking*. O recolhimento eletrônico, por meio de débito em conta, objetiva, essencialmente, a comodidade do contribuinte e a segurança da operação.

Com vistas a se otimizar a forma de atuação e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados, a Procuradoria Federal Especializada do INSS está implementando um convênio, em nível nacional, com o Tribunal Superior do Trabalho – TST, cujo objetivo é a implantação de um sistema informatizado, que além de solucionar ou, pelo menos, minimizar a grande maioria dos problemas ora verificados, – como por exemplo a liquidação não contenciosa (fase de cálculos), que responde por aproximadamente 80% da necessidade de atuação – tem, ainda, como grande vantagem, a emissão eletrônica da GPS, o que contribuirá, em muito, para se evitar uma outra grande forma de evasão de recursos previdenciários. Essa forma de evasão se caracteriza pelo não preenchimento, ou preenchimento com dados incorretos, do código de arrecadação, o que permite, em diversos casos, que uma mesma guia possa ser

utilizada para que o devedor da Previdência Social utilize apenas um pagamento para quitar duas dívidas, de causas e naturezas diversas, com irrefutável prejuízo para o nosso público alvo.

Como forma de otimizar a atuação e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados, tem-se implementado a prática de parcerias entre o INSS e os diversos órgãos federais, bem como privados, cabendo destacar:

- a parceria do INSS com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, implementada em janeiro de 1999, possibilita que a Guia do Fundo de Garantia e Informações da Previdência Social – GFIP, seja hoje informada por meio da utilização do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP. Em agosto de 2000, tornou-se obrigatória a utilização dessa ferramenta para o cumprimento da obrigação legal, pelos contribuintes, de prestarem mensalmente, ao INSS, as informações de todos os fatos geradores de contribuições previdenciárias. A outra providência é a cobrança das divergências apuradas entre os valores declarados e os efetivamente recolhidos, com um projeto piloto em 2001 com previsão de conclusão em 2003;
- junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a parceria possibilita a troca de informações dos bancos das duas Instituições, na área de fiscalização e ações conjuntas;
- foi elaborado convênio para acesso aos bancos de dados da Receita Federal, para alimentação do sistema de inteligência fiscal, no tocante a informações das pessoas jurídicas;
- firmado um convênio com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para acesso ao SIAFI, para consultas pontuais e alimentação do sistema de inteligência fiscal; e
- a parceria implementada, ainda que de forma não coordenada e institucional, relativa ao auxílio prestado por alguns Auditores Fiscais de Contribuições Previdenciárias - AFCs, principalmente no tocante à cobrança em sede de reclamações trabalhistas, foi imprescindível para o início de uma atuação sistematizada nesta área. Contudo, devido à não institucionalização desta parceria, ao que se somam as dificuldades encontradas em todas as áreas da Previdência Social, ela se perdeu ao longo do tempo, sendo hoje praticamente inexistente, o que acarretou sensíveis prejuízos para os trabalhos até então desenvolvidos nesta matéria.

Atenção À Criança

Resultados

Não há como avaliar com precisão a variação do índice do indicador "Taxa de atendimento a crianças de até 6 anos com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo".

O problema enfrentado é que esses dados só estão disponíveis através da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio - PNAD, que é realizada anualmente (excetuando os anos em que são realizados os Censos Demográficos) por meio de uma amostra de domicílios que abrange todo o país, com exceção da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Além disso, a taxa inicial do PPA (19%) foi calculada considerando-se dados de pesquisas desatualizadas (SEAS/MPAS, PNAD 1997, Censo 1991). Os dados do Censo 2000 trazem o número total de crianças de 0 a 6 anos no Brasil, mas não informam quantas vivem em famílias que recebem até ½ salário mínimo e a PNAD não considera famílias sem residência fixa ou populações rurais da Região Norte (menos Tocantins).

Em 2001 foi utilizado para calcular a cobertura do programa dados do Censo 2000, que não possui informações relacionadas ao corte de renda, tornando inexata e imprecisa a informação relativa à demanda x atendimento. Foi estimado um percentual de 40% de crianças pobres sobre o total da população infantil (aproximadamente 5,75 milhões de crianças), resultando em uma taxa de cobertura de 27,92% , muito próxima do ideal no PPA (30%).

Para cálculo da taxa de cobertura em 2002, foram consideradas as informações da PNAD 99 que informava um número de crianças de aproximadamente 8,2 milhões de crianças de zero a seis anos vivendo em famílias com renda mensal de até ½ salário mínimo.

Embora sem a devida precisão, a análise da variação da taxa deve considerar o aumento do número de atendimentos em creches e pré-escolas. De acordo com informações do MEC, no ano de 2002, houve significativo aumento no número de matrículas, em creches e pré-escolas em relação a 2000. O MEC, em função da insuficiência de recursos, priorizou, em suas ações, os estados e municípios de menor índice de desenvolvimento humano - IDH.

Há que se considerar que as Emendas Individuais de Construção de Creche e de Atendimento de Crianças em creches, também causam impacto sobre a taxa do indicador, pois aumentam a disponibilidade de vagas para atendimento da população-alvo. No entanto não há como mensurar precisamente o número de crianças que serão beneficiadas uma vez que está ação ainda está sob execução e o número de crianças atendidas em cada projeto varia.

Gerente:

Alexandre Rocha Araújo

Em síntese, pode-se considerar que o índice do indicador encontra-se abaixo do esperado, mas que, apesar das imprecisões, a expectativa ao final do PPA 2000-2003 é atingir o índice de 30% do indicador.

Resultados:

- Foram atendidas, em creches e pré-escolas, 1.549.005, 1.608.746 e 1.631.182, respectivamente em 2000, 2001 e 2002.
- Foram construídas, ampliadas ou modernizadas 43 creches em 2000 e 392 em 2001. Os dados do ano de 2002 não foram divulgados.
- Foram capacitados 20.420, 50.436 e 32.543 professores e beneficiados 500.622, 1.306.311 e 744.739 alunos de 4 a 6 anos, respectivamente em 2000, 2001 e 2002.
- Foram distribuídos 274.076, 82.440 e 199.003 módulos de material didático em 200, 2001 e 2002 (até 30/10), respectivamente sendo que cada módulo distribuído corresponde a um aluno atendido.

Nas ações desenvolvidas pelo MEC (distribuição e material didático e formação continuada de professores) foi necessário criar critérios para atendimento das demandas que superavam a disponibilidade orçamentária/financeira.

Tendo em vista que as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação consideram atendimento de crianças de quatro a seis anos e não fazem corte de renda, só é possível analisar a viabilidade dos índices originariamente previstos tomando como base o atendimento realizado pela gerência responsável pelas ações da SEAS.

A proposta orçamentária das ações executadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social, referente ao Serviço de Ação Continuada, em função de corte, não permite que o programa tenha recursos disponíveis para 12 (doze) meses de execução. Isso causa impacto negativo, pois restringe a possibilidade de se atingir o patamar proposto para o final do PPA e pode diminuir o acesso de crianças oriundas de famílias vulnerabilizadas a creches e pré-escolas.

Espera-se para 2003 que os resultados sejam potencializados e que a oferta de serviços de qualidade seja ampliada para o atendimento de 30% do número de crianças de 0 a 6 anos que vivem em famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo que, segundo a PNAD/1999, é de aproximadamente 9,2 milhões de crianças.

.....
O marco legal que caracteriza o programa, cujos diplomas legais são mencionados abaixo, universaliza o direito de todas as crianças a serviços de promoção, proteção e inclusão:

Concepção

- Constituição Federal Brasileira, de 1988;
- Lei Federal n.º 8.069, de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;
- Lei Federal n.º 8.080, de 1990, que estabelece o Sistema Único de Saúde;
- Lei Federal n.º 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; e
- Lei Federal n.º 9.394, de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com a LDB de 1996, o atendimento de crianças de zero a seis anos passa a ser responsabilidade do Sistema de Ensino de municípios ou estados, mas na Educação Infantil, esse atendimento historicamente sempre foi feito com apoio

financeiro da Assistência Social. Um dos principais problemas advindos daí é a inexistência de um fundo específico para Educação Infantil, que compreende a creche (para crianças de zero a três anos) e a pré-escola (para crianças de quatro a seis anos).

De todo o público alvo do programa, cerca de 42,7% (PNAD 2001) vivem em famílias com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e para atendimento desse público-alvo, a Política Nacional de Assistência, por meio do Serviço de Ação Continuada efetua um repasse mensal de recursos de forma a garantir o acesso dessas crianças vulnerabilizadas pela pobreza a creches e pré-escolas.

Apesar das garantias legais e da série histórica financiada pela Assistência Social, com apoio técnico e referenciais curriculares de qualidade do Ministério da Educação, o problema deve ser repensado.

A integração das políticas básicas nas três esferas de governo e no mesmo nível de governo precisa ser aperfeiçoada. Existem problemas quanto à cobertura e insuficiência de recursos para ampliação da cobertura.

Outros aspectos da concepção

Outros aspectos de extrema importância para ajustes na concepção do programa estão relacionados a:

- Adequação do objetivo ao problema

O objetivo pode ser mais bem explicitado.

Atualmente é descrito como: "Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas (sic!) comunitárias".

Estará mais adequado se for descrito como: "Contribuir para a garantia do acesso de crianças de zero a seis anos e suas famílias aos serviços de creches e pré-escolas e alternativas comunitárias de forma a promover o seu desenvolvimento integral e minimizar os efeitos da pobreza e exclusão social";

- Caracterização do público-alvo

Mudar de "Crianças carentes de até seis anos" para "Crianças de zero a seis anos de idade que vivem em famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo".

- Dimensionamento do público-alvo

Atualmente, segundo dados da PNAD/2001 o público-alvo das ações do programa é composto de 9.266.056 crianças de zero a seis anos vivendo em famílias com renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

- Suficiência das ações

As ações atualmente desenvolvidas não são suficientes para garantir a promoção da oferta e melhoria da qualidade, principalmente da educação básica (a educação infantil constitui-se como a primeira etapa da educação básica).

- Suficiência de metas físicas

As metas de atendimento atualmente são insuficientes para alcançar os objetivos do programa. Mesmo que se considere os número de crianças vulnerabilizadas pela pobreza como público prioritário, as metas deveriam permitir a cobertura de toda a demanda.

- Adequação dos indicadores

O indicador, por considerar corte de renda, não está apropriado para refletir as ações que são desenvolvidas no âmbito do MEC. Por outro lado, as ações desenvolvidas no MEC consideram crianças na faixa etária pré-escolar (quatro a seis anos) enquanto que a taxa do indicador considera a faixa etária de zero a seis anos.

A taxa de cobertura do início do PPA foi calculada com dados muito desatualizados e não refletem, em hipótese alguma, uma efetiva capacidade de se mensurar os impactos.

Quanto aos aspectos relativos ao gerenciamento, as restrições de recursos materiais e de recursos humanos comprometem o desempenho do gerenciamento das ações, dificultam a organização dos trabalhos no âmbito da gerência, além de restringir a forma de coordenação e acompanhamento dos executores.

A SEAS contratou uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas para concepção e implementação de um sistema que fará desde o pagamento do Serviço de Ação Continuada ao monitoramento das metas executadas. Esse sistema constitui-se como um aprimoramento dos instrumentos de monitoramento da execução física.

É importante citar, ainda, que o processo de descentralização das ações, no qual os Municípios são os responsáveis pela definição e acompanhamento das ações, foi uma estratégia de ótimos resultados, o que se comprova, inclusive, com relação às ações desenvolvidas pelo MEC.

.....
A execução financeira do programa, em algumas ações, superou em muito o que havia sido previsto no PPA Lei. Podemos citar as ações de "aquisição e distribuição de material didático para erradicação infantil" e a ação de "construção, ampliação e modernização de creches". Em contraponto a isso as ações de "formação continuada de professores da educação infantil" e "implementação do referencial curricular nacional para educação infantil" tiveram uma reprogramação significativa reduzindo os recursos do PPA vigente em relação ao PPA Lei.

Implementação

Em 2002, o recurso financeiro liberado foi insuficiente, prejudicando as ações de competência da Assistência Social e do MEC, cuja demanda sofre aumentos sistemáticos. Entretanto, na ação de Atendimento à Criança o cumprimento da meta física, em alguns casos ficou acima do previsto em função da possibilidade de incremento de metas decorrente das emendas individuais de atendimento.

Quanto à proposta orçamentária 2003 para a ação de atendimento de criança em creche, cumpre ressaltar que o corte do orçamento restringe a execução a onze meses.

No caso das ações de "aquisição e distribuição de material didático para educação infantil" e "formação continuada de professores da educação infantil para implementação dos referenciais curriculares nacionais" o cumprimento de metas também ficou acima do previsto, pois na execução do convênio as instituições proponentes, devido ao elevado número de beneficiários, conseguem custos menores que os previstos nos parâmetros utilizados na programação orçamentária. Dessa forma, a execução possibilita o alcance de uma meta física maior que a inicialmente prevista. Exceção, neste caso, deve ser feita quanto a ação "assistência financeira para a melhoria da educação infantil", pois, em 2002, não houve liberação de recursos financeiros.

Na ação de atendimento à criança, do Serviço de Ação Continuada (descentralizada), o desempenho físico foi dentro do previsto. As ações de Construção, Ampliação e Modernização de Creches e de atendimento de criança em creche tiveram desempenho físico de 62,7% e 56%, respectivamente.

O acompanhamento da execução das metas físicas nas ações descentralizadas, no caso da ação de Atendimento de Criança em Creche, ligada a Secretaria de Estado de Assistência Social é feito por meio de instrumento específico, denominado Acompanhamento Físico. Esse instrumento é encaminhado à SEAS trimestralmente, por meio de sistema, cujo responsável pela digitação é o Estado. O não envio do Acompanhamento Físico causa uma vinculação impeditiva que restringe o pagamento.

Outro instrumento de monitoramento do desempenho físico é a prestação de contas parcial. Esta não causa vinculação impeditiva.

Segundo informações do responsável pelas ações no MEC, também há instrumentos de monitoramento do desempenho físico. Os Municípios reportam à coordenação das ações a execução das metas por meio de relatórios de execução.

Apesar do conhecimento de um instrumento de acompanhamento das ações do MEC, segundo relato da coordenação, existem dificuldades em seu acompanhamento.

Quanto à multissetorialidade, apesar do corte orçamentário, podemos destacar que, no caso do programa Atenção à Criança, esta característica possui um aspecto positivo de complementariedade. As ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Social possuem um objetivo de garantia de direitos aumentando a cobertura e oportunizando acesso a um número usuários continuamente maior, enquanto que as ações no âmbito da educação visam à melhoria das condições de atendimento. No entanto a adequação da taxa de atendimento talvez seja a principal dificuldade, uma vez que a taxa considerada nas ações do MEC, não são destinadas ao público de crianças na faixa etária de zero a três anos.

O fato de existir ações que estão sob a responsabilidade de um gerente, mas que são implementadas em outros ministérios, sob outra coordenação é um aspecto dificultador. Apesar disso a multisetorialidade poderá ser aperfeiçoada com sistematização de reuniões periódicas.

Capacitação - não há como avaliar esse esforço de capacitação referente ao período em questão, pois a gerência passou por três trocas de gerentes e o atual gerente não participou de nenhuma capacitação.

Apesar do reconhecimento da importância da capacitação, não houve um esforço de capacitação de estados e municípios muito significativo, tendo em vista a falta de orçamento para essa atividade.

A falta de disponibilidade orçamentária/financeira para a realização de capacitações dificulta a execução das ações descentralizadas, pois as dúvidas e incompreensões tornam-se mais acentuadas, no entanto existem formas efetivas de participação e controle social que impedem distorções muito grandes em relação as diretrizes das políticas.

Recursos materiais, humanos e infra-estrutura - a gerência do programa lida com uma série de dificuldades em termos de recursos materiais e de infra-estrutura, como falta de equipamentos de informática modernos e espaço físico insuficiente. No entanto, é importante citar que foi desenvolvido um sistema de informações e acompanhamento de metas e ações que amenizou os problemas causados pelas insuficiências.

Quanto a recursos humanos, a gerência possui equipe insuficiente, diante de um programa presente em 4.380 municípios, abrangendo todos os estados e o DF e beneficiando 1,6 milhão de crianças.

Controle social - além do Conselho Nacional de Assistência e de Educação, existem os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e de Educação que caracterizam-se como instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Estes conselhos exercem papel fundamental de controle social, principalmente em relação à aplicação dos recursos oriundos dos Fundos.

Há ainda os Conselho Tutelares e os Conselhos de Direitos que também exercem papel de controle social.

Essas instâncias de controle muitas vezes funcionam como identificadores da satisfação dos usuários, no entanto, não há formalmente uma pesquisa, coordenada pela gerência quanto a essa questão.

Uma pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do programa em função do Sistema Descentralizado poderia ser considerada atribuição do gestor local. Outro fator preponderante é a falta de recursos orçamentários/financeiros e humanos para implementar este tipo de pesquisa.

Restrições - duas restrições interferiram no desempenho do programa. A primeira está na inadimplência com CND, envio de acompanhamento de execução física de metas, tanto de estados e municípios quanto de entidades executoras, que impede o repasse dos recursos. Além disso, a prestação de contas em atraso dos estados, municípios e entidades, causa o mesmo transtorno.

Todas as ações relacionadas ao programa são realizadas de forma descentralizada, tendo os municípios como principais atores das ações. A inadimplência dos mesmos, impede o repasse de recursos, o que tem por finalidade o zelo com os recursos públicos. A orientação e os esclarecimentos por meio de cartilhas, manuais operacionais, portarias e instruções normativas, foram iniciativas adotadas para reduzir o problema.

Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

Resultados

Os indicadores do programa não variaram de acordo com o esperado e, portanto, não devem alcançar plenamente os resultados previstos para o final do PPA. O motivo que mais contribuiu para a variação pequena dos indicadores foi a restrição orçamentária e financeira para as ações do programa.

Há que se considerar, ainda, que após os primeiros resultados do Censo 2000, percebeu-se que o número de pessoas portadoras de deficiência ou com algum tipo de dificuldade subiu de 10% para 14,5% da população brasileira. Como consequência, a relação físico/financeiro sofreu um impacto negativo sobre a taxa de cobertura, desta forma torna-se difícil cumprir o índice esperado ao final do PPA.

O único indicador que tem alta viabilidade de cumprimento do índice original é a taxa de cobertura de pessoas portadoras de deficiência com o Benefício de Prestação Continuada porque se trata de um benefício constitucional e, portanto, não depende de disponibilidade orçamentária.

O atendimento às pessoas portadoras de deficiência em situação de pobreza aumentou de 141.645 no ano 2000, para 148.384 no ano 2002. Isso significa um aumento de, aproximadamente, 5%.

Foram construídos, ampliados e modernizados centros de atendimento à pessoa portadora de deficiência, bem como realizados projetos de atendimento beneficiando cerca de 22.000 pessoas.

A estimativa de execução até 31/12/02 terá impactos positivos, apesar da contenção dos recursos. O principal benefício é a possibilidade do fortalecimento da inclusão social das pessoas beneficiadas.

As propostas orçamentárias para as ações do programa não podem sofrer nenhum corte, pois isso comprometeria seus resultados. Cabe ressaltar que a proposta/2003 para a ação de atendimento a pessoas portadoras de deficiência em situação de pobreza já sofreu cortes no órgão setorial.

A não execução reforça a dupla vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência - sua condição de portadora de deficiência e sua condição de excluído social, reforçando a idéia de cidadão de segunda categoria.

Para 2003 se faz necessário o aumento dos recursos uma vez que a demanda aumentou, como revelam os dados do Censo 2000.

Concepção

A execução financeira do programa nos anos 2000 e 2001 foi de quase 100% em ambos os exercícios. No ano 2002 a execução ficará prejudicada em função da restrição de recursos financeiros. Vale ressaltar que houve, e continua havendo, um grande distanciamento entre o planejado para os quatro anos do PPA e o reprogramado.

Gerente:
Inexistente

A execução físico-financeira do Ministério da Justiça ocorreu de acordo com o esperado. Já a execução físico-financeira do Ministério da Saúde deixou muito a desejar porque nos anos 2000 e 2001 as ações não contavam com gestão de fluxo de recursos. Desta forma, o ministério priorizou o atendimento a outras ações.

As maiores dificuldades encontradas foram o pouco comprometimento dos órgãos parceiros, que se revelou através do pouco envolvimento dos Secretários e Ministros, do desconhecimento com relação ao objetivo do PPA e a necessidade de realizar outras ações utilizando os recursos do PPA.

A ação de atendimento à pessoa portadora de deficiência em situação de pobreza se dá por meio dos Serviços de Ação Continuada - SAC. A cada três meses os Estados são obrigados a alimentar o Sistema de Acompanhamento Físico da Assistência Social - SIAFAS com informações sobre a execução física em todos os Municípios. No que se refere ao seu monitoramento, Este é apenas "quantitativo", pois o acompanhamento qualitativo deve ser feito, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, pelos gestores estadual e municipal e pelos conselhos municipal e estadual de assistência social.

Com o intuito de melhorar o acompanhamento dos Serviços de Ação Continuada, a SEAS desenvolveu junto com a Fundação Getúlio Vargas, a rede articulada da assistência social, que possibilitará maior troca de informações entre os três níveis de gestão.

A equipe gerencial deste programa é, demasiadamente, pequena. Na verdade, é apenas a gerente que conta com a colaboração dos outros órgãos e ministérios parceiros.

.....
Quanto às vantagens e desvantagens do atendimento descentralizado tem-se: os gestores estaduais e municipais conhecem, de perto, a realidade e as necessidades do público-alvo e podem fazer um acompanhamento sistemático da execução das ações. Deste modo é de suma importância que as capacitações sejam estendidas a estes parceiros. Assim, será possível ter uma maior articulação e o envolvimento de TODOS. Ademais, considera-se relevante que haja previsão orçamentária e financeira para a capacitação dos gestores. Durante os anos de 2000 a 2002 não houve capacitação de gestores e/ou equipes responsáveis pela IMPLEMENTAÇÃO/IMPLANTAÇÃO das ações.

Implementação

A maior desvantagem é que, na maioria das vezes, os dados repassados ao Gestor Federal são apenas quantitativos, e não qualitativos.

Como não há parcerias com outros programas do PPA, seria importante a articulação com outros Ministérios que atuam junto às pessoas portadoras de deficiência. Pode-se destacar: o Ministério do Esporte e Turismo - Secretaria Nacional do Desporto - programa esporte solidário; Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial; Ministério do Trabalho e Emprego - Fundo de Apoio ao trabalhador e a própria Comunidade Solidária.

No que se refere à mensuração da satisfação dos usuários a principal dificuldade é a falta de recurso para que se desenvolva estratégias para aferição desta satisfação.

A característica de execução descentralizada é um outro fator impeditivo. Finalmente a pouca quantidade de técnicos que atuam no gerenciamento deste programa acaba por inviabilizar esta ação. Note-se que ao acompanhamento do PPA somam-se outras atividades pertinentes a cada área.

Resultados

Indicadores: O índice previsto é a relação percentual entre o nº de jovens atendidos na faixa etária de 15 a 24 anos e o nº total de jovens e adolescentes nesta faixa etária oriundos de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. Diante deste índice cabe ressaltar dois equívocos:

- o programa Brasil Jovem tem como uma de suas ações "Atendimento à criança e ao adolescente em abrigo", ou seja, pessoas de 0 a 18 anos;
- ainda que não houvesse a ação anteriormente citada, posto que não se enquadrava na faixa etária prevista no índice, tem-se o agravante de oficialmente não termos o nº de jovens de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, embora a PNAD forneça estes dados, os mesmos não são anuais e os dados fornecidos pelo IBGE informa somente a renda do chefe da família e não a per capita.

No entanto é possível afirmar que o Programa vem atingindo suas metas, principalmente no que se refere à ação concessão de bolsa para jovens de 15 a 17 anos como agente jovem e à ação capacitação de jovens de 15 a 17 anos como agente jovem, o que denominarei como AGENTE JOVEM, tendo inclusive ações pontuais que superaram as metas previstas.

Implantação de Centros da Juventude: Ação marcada sobretudo pela quantidade emendas parlamentares, visando a construção dos espaços físicos. Em relação às implantações, que não são emendas, não tivemos um crescimento tão exponencial. O projeto, embora com o objetivo claro de servir como espaço de referência (para acesso à informação, atividades culturais e desportivas) para jovens de 15 a 24 anos moradores de periferias e/ou comunidades de baixa renda, em alguns momentos foi incorporado nos municípios apenas como espaços para realização de cursos profissionalizantes ou de reforço escolar. Tal fato impediu que o potencial de um centro da juventude fosse aproveitado no seu máximo, que pretende inclusive elevar os jovens aos gestores do próprio centro. A Gerência do Programa realizou oficinas de capacitação junto aos Estados e Municípios e, principalmente no que tange às emendas parlamentares o rigor na análise dos projetos técnicos para que pudéssemos garantir melhores resultados.

Atendimento à criança e ao adolescente em abrigo: Em que pese esforços isolados de alguns Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Estaduais e Municipais da Assistência Social que já tenham produzidos diretrizes e parâmetros para ao reordenamento ou funcionamento dos serviços de abrigo, hoje não se dispõe de estudos e/ou levantamentos que retratem com fidedignidade a realidade nacional. Da mesma forma que se tem conhecimento de experiências exitosas no alcance do atendimento integral e no absoluto respeito aos direitos das crianças e adolescentes, conhece-se serviços que reiteradamente vêm se postando contrariamente aos ditames das leis.

Gerente:
inexistente

Para proporcionar um processo de reordenamento da Rede Nacional de Abrigo que respeite as peculiaridades locais, bem como leve em conta as experiências positivas que vem sendo empreendidas em alguns municípios, a SEAS, em conjunto com o Departamento da Criança e do Adolescente SEDH/MJ, CONANDA e CNAS, realizou um Colóquio Técnico com a presença

de representantes das vinte e sete Unidades da Federação, bem como de organizações que desenvolvem ações referenciais na área, com a finalidade de retirar parâmetros e orientações gerais para o processo de alteração na forma de participação dos organismos federais e ainda subsídios para o adequado atendimento às crianças que necessitam desses serviços. Decorrente do Colóquio, foi criado um Comitê multi-setorial com a finalidade de operacionalizar as ações recomendadas.

Através do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA destinou recursos para a realização de um diagnóstico da rede atualmente financiada pela SEAS através do FNAS, trabalho a ser realizado pelo IPEA e que fornecerá subsídios para a definição de deliberações conjuntas entre o CONANDA e o CNAS, regulamentando o atendimento nessa área, bem como orientando a aplicação dos recursos federais.

Agente Jovem: Pode-se considerar como ação mais expressiva do programa, que atingiu resultados consideráveis, muito embora, por não termos um monitoramento sistemático, torna-se difícil mensurar tais resultados. No entanto o fato de considerável incremento orçamentário nos anos de 2001 (22.000.000 + crédito) e 2002 (51.900.000) possibilitou uma cobertura maior. A gerência planejou para o ano de 2002 oficinas de avaliação nas 27 Unidades da Federação (até o momento foram realizadas 24). O que se obteve como resultado pode nos subsidiar que, numa análise geral, o AGENTE JOVEM permitiu que uma quantidade de jovens moradores dos grandes centros do interior do Brasil tivesse acesso a uma capacitação específica que lhes permitiu interagir com suas comunidades, pensar num novo projeto de vida individual, alterar junto à comunidade o olhar que a mesma tinha sobre estes jovens, considerando-os como peça importante no processo de transformação pelo qual passa a sociedade.

Cabe ressaltar que, por atingir os objetivos propostos e por ter ganhado visibilidade nas comunidades onde está implantado, o projeto conta desde sua criação com a participação do empresariado, sendo a empresa White Martins Gases Industriais a mais expressiva por financiar turmas de 25 jovens nas 27 Unidades Federativas, incluindo a capital e o município com menor IDH, possibilitou que a citada empresa renovasse por um período de mais dois anos os convênios com os municípios, permitindo assim que outros jovens possam receber a metodologia do AGENTE JOVEM.

Com relação à estimativa de execução até 31/12/02 é possível afirmar que os resultados sejam positivos, principalmente com relação ao AGENTE JOVEM, posto que as metas foram atingidas e os resultados esperados alcançados numa avaliação geral da ação. No entanto no que diz respeito às conseqüências da proposta orçamentária para 2003 é URGENTE esclarecer que, ao propor um orçamento menor para o AGENTE JOVEM, o Governo Federal estará provocando um impacto bastante negativo na sociedade, principalmente nos Estados e Municípios que têm o projeto implantado. Cabe lembrar que ao tornar-se ação continuada o AGENTE JOVEM assumiu o compromisso de pelo menos manter as metas pactuadas, o que com o orçamento proposto não será possível, permitindo assim que os jovens que estão no seu processo de formação desenvolvam ou ratifiquem um descrédito na esfera pública, pois os recursos não serão suficientes para manter as metas nos próximos doze meses, ou será necessário "cortar" um ou outro município, que certamente tem um grande nº de jovens aguardando para ingressar no projeto, visto a grande demanda reprimida no Brasil.

Cumprir dizer que, compreendendo o alcance social obtido com o projeto Agente Jovem, o mesmo foi incorporado ao Programa Nacional de Segurança Pública e Projeto Alvorada, como estratégia de combate à violência e enfrentamento à pobreza, contribuindo para a formação de uma capital social, necessário às transformações sociais que objetivem a inclusão do jovem não só como receptor das políticas, mas como participante ativo da formulação das mesmas.

Os números que envolvem a juventude apresentam uma realidade na qual o jovem aparece como sujeito e vítima da violência. Dados extraídos do "Mapa da Violência III: os jovens do Brasil" apontam que 2/3 dos jovens (70,3%) morrem por causas externas, sendo que no conjunto da população somente 12,2 % do total de mortes no país são atribuídas às mesmas. Isto demonstra o grau de vulnerabilidade que se encontra o jovem brasileiro e, não só por este motivo, é fundamental não só poder manter as metas como poder ampliar a cobertura do programa.

.....
Concepção Aspectos principais: O governo brasileiro ao instituir o Programa Avança Brasil, trouxe para si uma agenda de compromissos notadamente voltada à redução das desigualdades sociais, a promoção do homem e o desenvolvimento social e econômico.

A realidade nacional comprovadamente tem apontado que os segmentos da população mais sacrificados pelo processo de exclusão são também aqueles que menos acesso tem aos serviços públicos, inclusive os de natureza da assistência social.

Neste panorama depara-se com milhares de jovens marginalizados no processo social que, além de não terem acesso aos serviços básicos, quase nenhuma oportunidade têm de alcance aos serviços normalmente oferecidos pelos sistemas de educação, saúde, trabalho, assistência, cultura, esporte e participação social.

Assim esse importante segmento de brasileiros passa por duplo processo de marginalização, fruto da impossibilidade de acesso aos serviços básicos e, em decorrência, do próprio envolvimento em atividades não formais de produção, muitas vezes até de natureza ilegal.

Por sua vez a SEAS, compreendendo a realidade nacional e sintonizada com as propostas do Avança Brasil, estabeleceu com seus parceiros e interlocutores uma agenda social para o atendimento desses princípios, focalizando as ações da assistência para os diversos segmentos da população, priorizando aqueles que se encontram em maior grau de exclusão social.

A SEAS entende que qualquer processo de mudança da realidade caótica pela qual passa uma expressiva parte da população juvenil exige a adoção de medidas que favoreçam o protagonismo juvenil, o investimento direto nos sujeitos destinatários de suas ações, a abertura de oportunidades, bem como a criação de modos alternativos no cotidiano do processo institucional.

A partir de 1999, por meio de um conjunto integrado e articulado de ações de resgate, socialização, promoção e desenvolvimento juvenil, a SEAS, através do AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO, introduziu um novo agente e ator social, despertando a rede de serviços públicos para esse segmento. O investimento dos recursos financeiros diretamente na melhoria do padrão e qualidade de vida desses destinatários vem oportunizando mudanças nos costumes e modos da intervenção sócio-institucional, e promovendo alteração na realidade de vida de milhares de jovens, de suas famílias e comunidades.

Diante disso e compreendendo o alcance das mudanças que promove, o Agente Jovem foi escolhido como uma das ações para o combate a violência e ao enfrentamento à pobreza, tendo sua inclusão no Plano Nacional de Segurança Pública e no Projeto Alvorada.

No conjunto de ações do Plano Nacional de Segurança Pública o Agente Jovem vem servindo como estratégia de combate à violência nos grandes centros, objetivando trabalhar o jovem que é sujeito e vítima da violência, na perspectiva do trabalho no âmbito das comunidades, oferecendo-lhe instrumentos de capacitação teórica e interação com a realidade que são articulados na direção da construção de um novo projeto de vida para o jovem e uma participação comunitária que culmina na alteração de indicadores sociais e interfere na diminuição da violência na comunidade, como decorrente do protagonismo juvenil.

No Projeto Alvorada a participação do jovem dá-se como elemento estratégico de enfrentamento à pobreza, no qual a própria realidade vivida por estes jovens tem servido de mola propulsora para o trabalho comunitário, despertando no jovem a necessidade e a vontade de melhorar as condições de vida do seu município. Fornecer informação, metodologia, teoria e atividades práticas vem propiciando a formação de um capital social que além de contar com o vigor inerente a juventude, conta com a própria história de vida de cada um destes jovens que vivem o cotidiano da pobreza. Esses jovens, quando trabalhados e com investimento nas suas potencialidades, têm sido reais instrumentos para impulsionar as transformações advindas dos projetos, programas e ações propostas no Projeto Alvorada.

Outros aspectos:

- Caracterização do público-alvo

O público alvo do programa está bem identificado: jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. Tal identificação se aplica claramente para as ações AGENTE JOVEM e Implantação de Centros da Juventude. No entanto para a ação de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo não se enquadra, por se tratar de faixa etária de 0 a 18 anos.

- Dimensionamento do público-alvo

É fundamental ter oficialmente a dimensão do público alvo para uma análise real das metas que foram previstas até então e como poderemos, para o próximo PPA, atribuir outras metas ao programa. Cabe ressaltar que os números que trabalhamos são associações de dados e se faz necessário um dado oficial.

- Pertinência das ações

Mais uma vez repete-se a questão da ação Atendimento à criança e ao adolescente em abrigo, visto que não é pertinente neste programa. A mesma deverá estar prevista, num programa que permita essa faixa etária, contribuindo inclusive para sua melhor adequação à realidade brasileira.

- Suficiência das ações

É importante prever no programa ação de avaliação e capacitação continuada dos gestores com previsão orçamentária. Tais ações permitiram incorporar aspectos qualitativos, ao passo que poderão ser analisados os resultados e trabalhados de modo a melhorar o desempenho do programa no âmbito nacional.

- Adequação dos indicadores

O indicador hoje utilizado para o programa depara-se com a dificuldade de se obter dados oficiais do nº de jovens de 15 a 24 anos oriundos de famílias de baixa renda, o que impede uma exatidão.

Plano de avaliação: Fundamental uma avaliação periódica não só do programa, como também da distribuição das atividades realizadas na gerência, para identificar se as competências de cada integrante de gerência está de acordo com seu potencial.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: Deverá considerar o acima descrito, prevendo uma avaliação para uma organização mais lógica, objetivando explorar de forma qualitativa o potencial de cada um.

Organização dos trabalhos das unidades descentralizadas: Como a Política de Assistência Social tem como um de seus pressupostos a descentralização das ações, é importante que em cada Estado e Município a organização seja compatível (não igual, respeitando-se a autonomia de cada unidade) com a do Governo Federal, no âmbito da coordenação do programa para se garanta uma qualidade na execução.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério: É necessário que haja uma interlocução provocada para que as ações que estejam sendo desenvolvidas por outros ministérios possam "se falar", não só para se conhecerem, mas fundamentalmente para se articularem de modo que esta articulação chegue até estados e municípios, onde de fato as ações acontecem.

Forma de articulação com outros Ministérios: Não há uma articulação de fato com outros ministérios. É necessário que se crie, promovendo assim a intersectorialidade e integração das ações.

Forma de articulação com as partes interessadas: Não há uma interlocução direta com os beneficiários do programa, o que não permite avaliar o grau de satisfação dos mesmos.

Forma de participação do público-alvo: É necessário, ao se estabelecer um processo de avaliação e monitoramento, a incorporação do público alvo, até porque um dos pressupostos básicos do programa é o inventivo ao protagonismo juvenil, sendo assim ele deve ser considerado em todas as etapas.

Mecanismos de controle social: É necessário, além de fortalecer os conselhos já existentes, criar ou fomentar grupos/fóruns juvenis que além de agregar como mecanismo de controle possa contribuir para o desenvolvimento e melhoramento do programa.

Plano de capacitação das equipes locais: Como já citado há necessidade uma capacitação continuada, nos três níveis de governo, ampliando inclusive para as ONG responsáveis pela execução do programa.

Implementação

Aspectos principais: O governo brasileiro ao instituir o Programa Avança Brasil, trouxe para si uma agenda de compromissos notadamente voltada à redução das desigualdades sociais, a promoção do homem e o desenvolvimento social e econômico.

A realidade nacional comprovadamente tem apontado que os segmentos da população mais sacrificados pelo processo de exclusão são também aqueles que menos acesso tem aos serviços públicos, inclusive os de natureza da assistência social.

Neste panorama depara-se com milhares de jovens marginalizados no processo social que, além de não terem acesso aos serviços básicos, quase nenhuma oportunidade têm de alcance aos serviços normalmente oferecidos pelos sistemas de educação, saúde, trabalho, assistência, cultura, esporte e participação social.

Assim esse importante segmento de brasileiros passa por duplo processo de marginalização, fruto da impossibilidade de acesso aos serviços básicos e, em decorrência, do próprio envolvimento em atividades não formais de produção, muitas vezes até de natureza ilegal.

Por sua vez a SEAS, compreendendo a realidade nacional e sintonizada com as propostas do Avançar Brasil, estabeleceu com seus parceiros e interlocutores uma agenda social para o atendimento desses princípios, focalizando as ações da assistência para os diversos segmentos da população, priorizando aqueles que se encontram em maior grau de exclusão social.

A SEAS entende que qualquer processo de mudança da realidade caótica pela qual passa uma expressiva parte da população juvenil exige a adoção de medidas que favoreçam o protagonismo juvenil, o investimento direto nos sujeitos destinatários de suas ações, a abertura de oportunidades, bem como a criação de modos alternativos no cotidiano do processo institucional.

A partir de 1999, por meio de um conjunto integrado e articulado de ações de resgate, socialização, promoção e desenvolvimento juvenil, a SEAS, através do AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO, introduziu um novo agente e ator social, despertando a rede de serviços públicos para esse segmento. O investimento dos recursos financeiros diretamente na melhoria do padrão e qualidade de vida desses destinatários vem oportunizando mudanças nos costumes e modos da intervenção sócio-institucional, e promovendo alteração na realidade de vida de milhares de jovens, de suas famílias e comunidades.

Diante disso e compreendendo o alcance das mudanças que promove, o Agente Jovem foi escolhido como uma das ações para o combate a violência e ao enfrentamento à pobreza, tendo sua inclusão no Plano Nacional de Segurança Pública e no Projeto Alvorada.

No conjunto de ações do Plano Nacional de Segurança Pública o Agente Jovem vem servindo como estratégia de combate à violência nos grandes centros, objetivando trabalhar o jovem que é sujeito e vítima da violência, na perspectiva do trabalho no âmbito das comunidades, oferecendo-lhe instrumentos de capacitação teórica e interação com a realidade que são articulados na direção da construção de um novo projeto de vida para o jovem e uma participação comunitária que culmina na alteração de indicadores sociais e interfere na diminuição da violência na comunidade, como decorrente do protagonismo juvenil.

No Projeto Alvorada a participação do jovem dá-se como elemento estratégico de enfrentamento à pobreza, no qual a própria realidade vivida por estes jovens tem servido de mola propulsora para o trabalho comunitário, despertando no jovem a necessidade e a vontade de melhorar as condições de vida do seu município. Fornecer informação, metodologia, teoria e atividades práticas vem propiciando a formação de um capital social que além de contar com o vigor inerente a juventude, conta com a própria história de vida de cada um destes jovens que vivem o cotidiano da pobreza. Esses jovens, quando trabalhados e com investimento nas suas potencialidades, têm sido reais instrumentos para impulsionar as transformações advindas dos projetos, programas e ações propostas no Projeto Alvorada.

Outros aspectos:

- Caracterização do público-alvo

O público alvo do programa está bem identificado: jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. Tal identificação se aplica claramente para as ações AGENTE JOVEM e Implantação de Centros da Juventude. No entanto para a ação de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo não se enquadra, por se tratar de faixa etária de 0 a 18 anos.

- Dimensionamento do público-alvo

É fundamental ter oficialmente a dimensão do público alvo para uma análise real das metas que foram previstas até então e como poderemos, para o próximo PPA, atribuir outras metas ao programa. Cabe ressaltar que os números que trabalhamos são associações de dados e se faz necessário um dado oficial.

- Pertinência das ações

Mais uma vez repete-se a questão da ação Atendimento à criança e ao adolescente em abrigo, visto que não é pertinente neste programa. A mesma deverá estar prevista, num programa que permita essa faixa etária, contribuindo inclusive para sua melhor adequação à realidade brasileira.

- Suficiência das ações

É importante prever no programa ação de avaliação e capacitação continuada dos gestores com previsão orçamentária. Tais ações permitiram incorporar aspectos qualitativos, ao passo que poderão ser analisados os resultados e trabalhos de modo a melhorar o desempenho do programa no âmbito nacional.

- Adequação dos indicadores

O indicador hoje utilizado para o programa depara-se com a dificuldade de se obter dados oficiais do nº de jovens de 15 a 24 anos oriundos de famílias de baixa renda, o que impede uma exatidão.

Plano de avaliação: Fundamental uma avaliação periódica não só do programa, como também da distribuição das atividades realizadas na gerência, para identificar se as competências de cada integrante de gerência está de acordo com seu potencial.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: Deverá considerar o acima descrito, prevendo uma avaliação para uma organização mais lógica, objetivando explorar de forma qualitativa o potencial de cada um.

Organização dos trabalhos das unidades descentralizadas: Como a Política de Assistência Social tem como um de seus pressupostos a descentralização das ações, é importante que em cada Estado e Município a organização seja compatível (não igual, respeitando-se a autonomia de cada unidade) com a do Governo Federal, no âmbito da coordenação do programa para se garanta uma qualidade na execução.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério: É necessário que haja uma interlocução provocada para que as ações que estejam sendo desenvolvidas por outros ministérios possam "se falar", não só para se conhecerem, mas fundamentalmente para se articularem de modo que esta articulação chegue até estados e municípios, onde de fato as ações acontecem.

Forma de articulação com outros Ministérios: Não há uma articulação de fato com outros ministérios. É necessário que se crie, promovendo assim a intersetorialidade e integração das ações.

Forma de articulação com as partes interessadas: Não há uma interlocução direta com os beneficiários do programa, o que não permite avaliar o grau de satisfação dos mesmos.

Forma de participação do público-alvo: É necessário, ao se estabelecer um processo de avaliação e monitoramento, a incorporação do público alvo, até porque um dos pressupostos básicos do programa é o inventivo ao protagonismo juvenil, sendo assim ele deve ser considerado em todas as etapas.

Mecanismos de controle social: É necessário, além de fortalecer os conselhos já existentes, criar ou fomentar grupos/fóruns juvenis que além de agregar como mecanismo de controle possa contribuir para o desenvolvimento e melhoramento do programa.

Plano de capacitação das equipes locais: Como já citado há necessidade uma capacitação continuada, nos três níveis de governo, ampliando inclusive para as ONG responsáveis pela execução do programa.

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Resultados

Indicadores: A utilização de indicadores a partir de casos notificados mostrou-se inviável na prática, uma vez que os operadores do Sistema de Garantia de Direitos, representado pelos Conselhos Tutelares, Delegacias da Infância e Ministério Público não dispõem de sistemas organizados para oferecer relatórios nesse sentido.

A proposta de intervenção da Política de Assistência Social às crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual, a partir de dezembro de 2000, foi reformulada passando, do atendimento através de jornada ampliada -com desenvolvimento de atividades sócio-educativas, desportivas e culturais, para atendimento social especializado com centralidade no trabalho com a família e o desenvolvimento de ações de apoio e acompanhamento psicossocial. Esta modalidade de intervenção foi então denominado Programa Sentinela.

A proposta de intervenção trazida pelo Programa Sentinela dá cumprimento o que estabelece o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA em julho do ano 2000, construído com a participação de mais de 140 organismos públicos e sociais, fruto de um amplo processo de mobilização nacional.

Dessa forma os indicadores com que o programa trabalha estão baseados nos encaminhamentos recebidos dos Conselhos Tutelares ou mesmo da comunidade, criando assim uma base de registros de dados decorrente dos casos atendidos nos Centros e Serviços de Referência implantados pelo programa nos municípios.

Por parte do Ministério da Justiça e da EMBRATUR, além da implementação do Banco de Dados da Rede REcria e da Campanha de Combate ao Turismo Sexual, existe o apoio a Disque Denúncia Nacional, uma ação que prevê o recebimento de denúncias de todo o Brasil. Esta ação é operada pela ABRAPIA - Associação Brasileira de Proteção à Infância cujos resultados trazem significativas elevações no número de casos denunciados.

O atendimento a crianças e adolescentes vitimados pela violência sexual e a seus familiares, no período de 2000 a 2002 alcançou resultados significativos, representando um grande avanço na forma de intervir, tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil.

No que se refere ao Programa Sentinela, o desenvolvimento de ações sociais especializadas, o encaminhamento e o permanente acompanhamento dos casos atendidos junto à rede de serviços, família e comunidade, a articulação e mobilização de todos os setores e atores para o desenvolvimento de ações integradas voltadas à eliminação das situações identificadas de violação sexual, constituem a base na qual se apóiam os avanços e conquistas alcançados.

Gerente:
inexistente

Assim muito mais que números, as ações de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes conta hoje com instrumentos mais eficazes tanto para proteger as pessoas vitimadas, quanto para criar as condições necessária para a interrupção do processo vivenciado, possibilitando inclusive alterar a lógica da reprodução da violência.

Hoje as ações de atendimento especializado a criança, ao adolescente e seus familiares estão implantadas em 315 municípios brasileiros, em 26 Estados da Federação, prestando atendimento psicossocial e acompanhamento permanente dos casos por meio de 324 Centros e Serviços de Referência.

O Programa Sentinela foi considerado pelo UNICEF como uma ação exemplar no atendimento aos casos identificados de violação sexual, sendo indicado aos demais países das Américas a adoção de medidas como as desenvolvidas pelo Programa no Brasil. Essa indicação se deu quando do relatório apresentado pelo escritório do UNICEF no Panamá durante Congresso Governamental Regional sobre a Exploração sexual Infanto-Juvenil realizado em Montevidéu - Uruguai, no período de 7 a 9 de novembro, em caráter preparatório ao 2º Congresso Mundial realizado no Japão no período de 17 a 20 de dezembro.

Os índices originalmente previstos, se considerado apenas as metas físicas estabelecidas, foram amplamente superadas, pois a previsão de atendimento a 17.000 crianças e adolescentes atendidos foi alcançada, oportunizando o atendimento sistemático também a seus familiares. Dessa forma a capacidade de atendimento instalada supera a cifra de 34 mil atendimentos. Pode-se inferir a um número de atendimentos ainda maior caso se considere o fato que em grande parte das crianças ou adolescentes atendidos, o número de familiares que são atendidos não se resume a uma pessoa e sim a duas ou mais pessoas que além de receber a permanente atenção psicossocial, passam a ser acompanhadas junto à rede de serviços para os quais são encaminhadas, bem como na própria comunidade onde residem.

A previsão de atendimento para 2002 foi redimensionada tomando por base não os casos notificados, pois estes não estão organizados o suficiente para serem disponibilizados em todas as regiões do país. Dessa forma a previsão de atendimento está fundamentada na capacidade instalada, no número de municípios que implantaram ou implementaram o atendimento durante esse exercício e os relatórios parciais apresentados pela rede de Centros e Serviços de Referência.

As ações desenvolvidas pelo Governo Federal têm recebido significativo apoio institucional de organizações sociais de caráter nacional, como é caso do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (que reúne mais de 140 instituições), do Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CECRIA, de organismos internacionais, tais como Visão Mundial, Unicef, Pommar - Usaid, OIT e IIN.

Nos níveis estaduais e municipais diversas organizações sociais são responsáveis pela operacionalização do programa, pelas campanhas de mobilização pelo fim do turismo sexual e violência infanto-juvenil e pela operacionalização do banco de dados.

Em 2001, diversas agências internacionais e Ministério da Justiça apoiaram técnica e financeiramente a condução de pesquisas cruciais para um melhor entendimento dos fenômenos da violência contra crianças e adolescentes e do tráfico de crianças para fins de exploração sexual: a pesquisa PESTRAF-CECRIA, que traçou um panorama do fenômeno e das rotas do tráfico de crianças e adolescentes no Brasil, inclusive em áreas de fronteira com outros países. Esta pesquisa elencou entre as medidas necessárias ao adequado enfrentamento do tráfico de crianças com fortalecimento e expansão dos Centros e Serviços de Referência implantados pelo Programa Sentinela.

Com base nos resultados destas pesquisas, a SEAS/MPAS, a SEDH/DCA e a USAID iniciaram negociações para o desenho de uma política de referência para o atendimento de crianças e jovens vítimas de violência, priorizando áreas onde o tráfico de seres humanos segue as rotas do tráfico de armas, de drogas, e da transmissão do HIV/AIDS, principalmente nas áreas de fronteiras e pontos de desenvolvimento comercial no interior do país.

A partir dessas negociações, foram identificadas áreas críticas para uma intervenção intersetorial, com apoio técnico da USAID e contrapartida técnica e financeira do Governo do Brasil, a fim de fortalecer as políticas de atendimento desenvolvido pelo programa sentinela e desenvolver modelos que possam ser replicados em toda a extensão da Rede Sentinela. Assim em outubro de 2002 deu-se a assinatura de Memorando entre a Secretaria de Estado de Assistência Social, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Agência Americana para o Desenvolvimento - USAID, visando o desenvolvimento de Ações Integradas de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro, tendo como prioridade o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Programa Sentinela e pelos Conselhos Tutelares em sete cidades brasileiras, apontadas no relatório da PRESTRAF como integrantes das rotas de tráfico e contrabando de crianças para fins de exploração sexual.

A recomendação de fortalecimento e ampliação do Programa Sentinela apresentada nas conclusões do relatório da PRESTRAF é uma das manifestações claras dos impactos produzidos pelo programa. De outra forma, com a implantação dos Centros e Serviços de Referência em 315 municípios tem possibilitado que o Estado Brasileiro avance na operacionalização do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em vigência desde julho do ano 2000 e, paulatinamente, cumpra com compromissos assumidos junto à comunidade internacional através das Convenções, Acordos e outros instrumentos de que tem sido signatário. Neste aspecto, salienta-se, além do atendimento e proteção às vítimas da violência sexual infanto-juvenil, a adoção de medidas preventivas a ocorrência do fenômeno, bem como a responsabilização dos violadores.

..... **Concepção**

A análise da violência contra crianças e adolescentes, no Brasil, deve ter como referência as questões histórico-estrutural e cultural para compreensão do fenômeno. Deve, ainda, considerar a dimensão territorial, a densidade demográfica e a diversidade cultural, econômica e social, em função de o fenômeno apresentar-se de diferentes formas em cada região.

Por sua extrema complexidade, o tema da violência sexual, em suas diferentes formas de manifestações e danos provocados em crianças e adolescentes tem despertado as Ciências Sociais, a Psicologia e o Direito para questões que levem a compreensão do fenômeno nas suas diferentes facetas.

A violência é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social. Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sendo que as pesquisas têm confirmado que a incidência é maior entre meninas e mulheres, daí a questão de gênero ser compreendida como um conceito estratégico na análise do fenômeno. Também tem sido denunciada em outros lugares socialmente construídos: na rua, no ambiente institucional e nas redes de prostituição (tanto nas mais economicamente poderosas, quanto naquelas mais domésticas).

Dada a complexidade que envolve o tema da violência sexual ela deve ser compreendida nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e jurídicos. A violência sexual pode ocorrer no ambiente intrafamiliar, quando há relação de parentesco entre vítima e agressor, e extrafamiliar, quando não há uma relação de convivência familiar entre agressor e vítima. A exploração sexual comercial ocorre em redes de prostituição, pornografia, redes de tráfico e turismo sexual. As violências intrafamiliar e extrafamiliar não são, em si, determinantes do ingresso da criança e do adolescente nas redes de exploração sexual comercial, mas se constituem em fatores de vulnerabilização.

A situação de pobreza, a violência doméstica intrafamiliar e extrafamiliar têm sido condições fundamentais para que milhares de crianças e de adolescentes se transformem em grupos vulneráveis à exploração sexual comercial e outros tipos de violência. Neste sentido, a pobreza não somente indica exclusão social, mas possibilita a inclusão de crianças e de adolescentes na prostituição. Aponta a necessidade de uma política redistributiva de renda e de promoção de políticas sociais de proteção. É inegável que a pobreza vem não só criando espaços apropriados à exploração sexual comercial e à exploração do trabalho infantil, mas propiciando a violência em suas múltiplas facetas.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, como de gênero e de raça. É também marcada pelo autoritarismo nas relações adulto/criança. A criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão. As relações dominantes de gênero e de raça, por sua vez, se evidenciam pelo fato de que a grande maioria das vítimas de exploração sexual é do sexo feminino, negras e mulatas.

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como "autônomo" sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários.

Outros aspectos:

Adequação do objetivo ao problema

Objetivos Específicos do Programa Sentinela

- I. Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a garantia de seus direitos fundamentais, o fortalecimento da sua auto-estima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida;
- II. Proporcionar a inclusão social de crianças e de adolescentes abusados ou explorados sexualmente e de suas famílias, nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais de atendimento e/ou defesa de direitos;
- III. Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente, em programas de geração de trabalho e renda, bem como de formação e qualificação profissional: Programa Nacional

de Agricultura Familiar - Pronaf, Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda - Pronager e outros;

- IV. Contribuir para a articulação de um sistema de informações sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, como o SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência e outros;
- V. Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e jovens vitimadas sexualmente;
- VI. Contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, à exemplo dos Planos de Ações Integradas, na compreensão de que a rede articulada potencializa recursos;
- VII. Proceder a exame diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam suas ocorrências, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua remissão a curto, médio e longo prazo.

Caracterização do público-alvo

No contexto da violência sexual é preciso garantir o atendimento não só as crianças e adolescentes vitimados, mas também aos familiares que diretamente estejam na sua convivência diária, pois que:

- no atendimento aos pais está fundamentada a possibilidade de interrupção do processo de violação sofrida, uma vez que legalmente estão encarregados de educar e proteger os filhos.
- no caso da existência de irmãos a extensão do atendimento a esses possibilita além da descoberta da existência de outras vítimas, realizar um trabalho de prevenção.

Dimensionamento do público-alvo

As metas estabelecidas no PPA não são suficientes para o atendimento da demanda na forma em que o Combate à Violência Sexual vem sendo operada pela Assistência Social.

Regionalização

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescente ocorre em todas as regiões do país, tendo natural incidência mais elevada nos grandes centros urbanos, nas regiões de fronteira, garimpo, portuárias e nos grandes entrepostos comerciais e ou entroncamentos rodoviários.

Nesse sentido é preciso prever a atuação do programa em todo o território brasileiro, com aporte de recursos orçamentários e financeiros que possibilitem uma melhor cobertura nas regiões de maior incidência.

Pertinência das ações

Se considerada como uma intervenção de assistência social de natureza especializada, as ações hoje desenvolvidas são pertinentes ao enfrentamento da problemática.

Se considerada como intervenção sócio-educacional, na modalidade de jornada ampliada como inicialmente proposto no PPA, as ações são inadequadas como forma de intervenção da Política de Assistência Social, uma vez que nessa modalidade não tem como garantir a interrupção do

processo de violência sofrida, alcançado, quando muito eficiente, a prevenção de sua ocorrência. Nesse sentido, de acordo com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, deve compor um conjunto de ações desenvolvidas pelas Políticas de Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

Suficiência de metas físicas

As metas estabelecidas no PPA não são suficientes para o atendimento da demanda na forma em que o Combate à Violência Sexual vem sendo operada pela Assistência Social.

Do ponto de vista das ações de defesa dos direitos operadas pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, a previsão de atuação apenas com a manutenção da rede de informações é insuficiente, pois que faz se urgente a previsão de ações de apoio, desenvolvimento e fortalecimento da estruturas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, principalmente os Conselhos Tutelares e as Delegacias de Proteção à Infância e Juventude.

As metas estabelecidas para Campanhas de Mobilização são adequadas, porém os recursos orçamentários tem sido insuficientes até então.

Adequação dos indicadores

O Brasil não dispõe de um sistema de notificação de casos organizado o suficiente para se construir referência. Neste aspecto faz se necessário o aporte de recursos orçamentários para dinamizar o Sistema SIPIA, hoje implantado de maneira eficiente em apenas quatro Estados da Federação. Com esse Sistema de Informação para Infância e Adolescência, instalados nos Conselhos Tutelares e operando em toda sua dimensão poder-se-á de fato extrair relatórios que demonstrem a ocorrência e incidência dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Controle social: Com a construção e aprovação pelo CONANDA do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil o Estado Brasileiro edificou um conjunto de ações e instrumentos capaz de responder os aspectos que compõem a realidade nacional nessa área. O plano se constitui ainda em um instrumento capaz de subsidiar os estados e municípios para a concepção de propostas ou mesmo planos locais de combate à violência sexual.

O conjunto das ações desenvolvidas pelo Governo Federal guarda respaldo no Plano Nacional, representando uma parte das metas atribuídas a área pública. Nesse sentido o departamento da Criança e do Adolescente, a Embratur e a SEAS têm oferecido respaldo e incentivado a formação de Fóruns de Mobilização para o desenvolvimento de Planos e Ações Integradas de Combate a Violência Sexual.

Hoje mais de 110 municípios e 11 Estados da Federação já dispõem de seus Planos de Enfrentamento a Violência Sexual Infante-Juvenil, bem como Comissões, Comitês e Fóruns de Enfrentamento, responsáveis pela coordenação e monitoramento das ações definidas em cada um deles.

Esse processo tem possibilitado uma permanente mobilização da sociedade no enfrentamento dessa questão, produzindo inclusive uma série de campanhas, envolvimento do poder legislativo na criação de datas locais para o Combate à Violência Sexual, realização de Seminários, Congressos e Encontros com a finalidade de debater o fenômeno da violência sexual, bem como mecanismos para sua superação.

Implementação

Multi-setorialidade: Dada a complexidade que reveste o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, o seu enfrentamento por parte do Governo Federal não deve se restringir ao cumprimento dos eixos da análise da situação, atendimento e mobilização. O Próprio Plano Nacional prevê a participação do setor público em todos os eixos, aí incluindo a responsabilização dos agressores, a prevenção e o protagonismo dos destinatários das políticas, programas e ações.

Concretamente o avanço do setor público nesses outros eixos tem sido muito tímido sem produzir repercussão.

Na área da prevenção pode-se destacar:

- a precária contribuição da educação no desenvolvimento de conteúdos que favoreçam o desenvolvimento saudável da sexualidade de crianças e jovens, revelando a extrema dificuldade que o setor tem para abordar essa questão. Não existe uma diretriz nacional que oriente o tratamento dessa questão, mesmo enquanto um tema transversal no processo de ensino; e
- a tímida mobilização da saúde pública para com as questões que cercam a violência. Só recentemente a violência passou a ser percebida como uma questão de interesse da saúde pública, assim mesmo em função dos levantamentos produzidos nos índices de morte por causas externas, nos quais a violência se apresenta como um dos maiores fatores de óbito no País.

Os segmentos que atuam no enfrentamento da violência sexual no país reconhecem nessas duas áreas das políticas públicas instrumentos vitais para a prevenção da ocorrência, pois que o ensino constitui-se em um locus privilegiado para a formação de conceitos e de uma consciência social de respeito absoluto pelo desenvolvimento integral e saudável da sexualidade da criança enquanto seres humanos.

No campo da saúde é preciso desenvolver uma ampla mobilização e mesmo capacitação de seus operadores para que todos os casos de violência sejam notificados às instâncias responsáveis - no caso da violência infanto-juvenil aos conselhos tutelares -, a preparação dos recursos humanos no sentido de eliminar as possibilidades de revitimização dos usuários violados sexualmente, o desenvolvimento de programas de apoio à saúde mental e o tratamento especializado as vítimas, o incorporação no Programa de Saúde da Família do acompanhamento na comunidade dos casos de violência notificados.

No campo da responsabilização dos agressores é preciso desenvolver-se ações de suporte aos movimentos institucionais e legislativos que pretendam o aperfeiçoamento das legislações federais, estaduais e municipais que visem criar dificuldades à ocorrência da violência sexual, a penalização mais eficaz dos agressores, bem como a obrigatoriedade de tratamento especializado dos casos de transtornos mentais.

Sobre o protagonismo dos destinatários, devem as instâncias públicas assegurar os meios que garantam a sua participação na definição e controle das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil enquanto sujeitos do processo de atendimento e proteção de seus direitos.

De um modo geral as ações de enfrentamento à violência sexual têm sido operadas de forma descentralizada, sendo essencial que assim permaneça, inclusive que se tenha ações de fortalecimento do processo de descentralização e do controle local, desenvolvendo ações de capacitação e instrumentalização

dos gestores e técnicos que operam as ações nos seis eixos previstos no Plano Nacional. É preciso elevar o grau de competência das instituições e dos recursos humanos envolvidos nessas ações de forma a elevar o nível de confiança da sociedade nos instrumentos de intervenção.

O enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil não se constitui em uma tarefa exclusiva do Governo Federal, tão pouco de outras instâncias do setor público. Reconhecidamente tem se constituído em uma tarefa do Estado Brasileiro na qual a sociedade tem protagonizado uma série de iniciativa e em conjunto com os organismos públicos vem consolidando uma agenda permanente de trabalho com vistas à eliminação do fenômeno da violência. Para tanto diversas estratégias têm sido empreendidas por parte desses setores.

As estratégias de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados foram:

- Descentralização da gestão;
- Construção de Plano locais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
- Formação de Fóruns, Comissões e Comitês nacional, Estaduais e Municipais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- Implantação de Centros e Serviços de Referência nas regiões de maior incidência do fenômeno;
- Criação dos dias nacional, Estaduais e municipais de Mobilização pelo fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- Desenvolvimento de pesquisas e levantamento que retratem a realidade da violência em suas diversas manifestações e ocorrência, subsidiando a tomada de decisões.

Controle social: Os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação necessitam ser aperfeiçoados objetivando melhorar o desempenho de ações multi-setoriais. Para tanto se sugere a criação de um Comitê com a participação de representantes, além da SEAS, DCA e EMBRATUR, do MEC, da Saúde, do Esporte, Cultura, Polícia Federal, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, Secretaria Nacional de Segurança Pública, CONANDA e CNAS.

Este comitê teria dentre suas funções, a integração e o monitoramento das ações, bem como a formulação de propostas voltadas à superação dos pontos de estrangulamentos identificados.

Os recursos financeiros liberados foram suficientes para fazer face aos compromissos assumidos. Por outro lado, os recursos orçamentários são insuficientes para atender às necessidades da realidade nacional e às demandas da sociedade. Essa insuficiência de recursos orçamentários foi compensada pelo engajamento dos organismos públicos estaduais e municipais, ocorrendo, além do compromisso político, a destinação de recursos próprios para o financiamento de ações consorciadas.

Além dos municípios que compõem a maior parte dos parceiros financeiros, os governos estaduais, enquanto coordenadores locais, têm investido significativos recursos técnicos e financeiros na permanente assessoria técnica aos municípios com vistas à adequada implantação e funcionamento do programa, promovendo inclusive seminários de capacitação dos operadores, campanhas de mobilização da sociedade e repasse de recursos complementares.

Com base no PPA e no Plano Nacional a SEAS/MPAS, a SEDH/DCA e a EMBRATUR desenvolveram uma série de atividades visando a integração das ações e a participação conjunta nos movimentos voltados ao atendimento e garantia dos direitos das crianças e jovens vítimas de violência sexual, priorizando a busca do avanço do setor público nos eixos do atendimento, mobilização e análise da situação. Nesse sentido a insuficiência de orçamento para o atendimento a demanda foram compensadas pelos órgãos titulares dessas ações com o remanejamento interno de recursos e mesmo a integração e interação com atividades correlatas.

Os demais eixos preconizados pelo Plano Nacional poucos avanços apresentaram.

É preciso elevar o grau de envolvimento do Governo Federal de forma a elevar o nível de intervenção do setor público, atingindo maior obediência às metas estabelecidas no Plano Nacional.

Neste sentido além da previsão da incorporação de atividades a serem desenvolvidas por outros setores do poder público federal, sugere-se a criação de um Comitê com a participação de representantes, além da SEAS, DCA e EMBRATUR, do MEC, da Saúde, do Esporte, Cultura, Polícia Federal, Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, Secretaria Nacional de Segurança Pública, CONANDA e CNAS.

Acompanhamento: Existem três mecanismos para o acompanhamento do desempenho físico do programa, sendo que duas dessas oferecem também informações sobre o desempenho financeiro.

O primeiro instrumento de acompanhamento físico se dá através do Sistema de Acompanhamento Quali-quantitativo, que se constitui em um relatório trimestral apresentado pelos municípios e estados retratando o número de crianças, adolescentes e familiares atendidos no programa. Além do número de crianças e adolescentes os relatórios trazem dados que caracterizam as violências sofridas pelas crianças e adolescentes por idade, gênero, escolaridade, faixa de renda, vínculo do agressor com a criança e nível de instrução do mesmo.

Este relatório tem possibilitado uma análise mais qualitativa do fenômeno da violência, orientando melhor o conjunto das ações que devem ser empreendidas para seu enfrentamento.

O segundo constitui-se no Relatório de Execução Física e Financeira, um instrumento de controle que os conveniados enviam a gerência do programa após a execução de cada parcela de recursos liberadas, condicionante à liberação da parcela posterior. Os dados revelam o número de atendimento prestado e os recursos financeiros executados no período de cobertura da parcela.

O terceiro é a prestação de contas final dos recursos que revelam os dados qualitativos da execução física e financeira bem como o alcance e impacto produzidos pelo programa em cada município.

Capacitação: A capacitação no nível gerencial se deu através de eventos promovidos entre SEAS, DCA e EMBRATUR, visando qualificar suas equipes para uma melhor compreensão do fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, bem como o estabelecimento de estratégias adequadas para elevação dos níveis eficiência das ações.

No nível descentralizado, diversas ações foram realizadas destacando-se:

- Realização de quatro Seminários Regionais e 2 Seminários Nacionais para capacitação das equipes que operam o Programa Sentinela;
- Realização de um Seminário Internacional de Combate ao Turismo Sexual; e
- Apoio a inúmeros Seminários, Encontros, Fóruns Estaduais e Municipais realizados com a finalidade de mobilização social para a construção de Planos Locais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil;

Parcerias: Os parceiros públicos cumpriram com as metas estabelecidas, superando na maioria das vezes os compromissos formais.

As parcerias da sociedade civil enriqueceram o processo, muitas compensando as próprias limitações do poder público;

As parcerias com organismos internacionais, além de viabilizar a construção de Plano Nacional, ofereceram aporte institucional e financeiro no empreendimento de ações de atendimento, defesa de direitos, mobilização, articulação, pesquisa e capacitação. A atuação desse organismo se deu tanto no âmbito nacional como regionais e locais.

As ações desenvolvidas pelo Governo Federal têm recebido significativo apoio institucional de organizações sociais de caráter nacional, como é caso do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (que reúne mais de 140 instituições), do Centro de Referência da Criança e do Adolescente - Cecria, de organismos internacionais, tais como Visão Mundial, Unicef, Pommars-Usaid, OIT e IIN.

Controle social: A participação da sociedade é garantida por meio da exigência da criação de Comissões ou Comitês Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, ou instâncias equivalentes, onde deve estar assegurada a participação dos diversos setores da sociedade civil, bem como de representantes dos usuários dos serviços.

Além dessa participação direta nos Comitês, existe a previsão da participação dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança, da Assistência Social e outros, tanto nas atividades de mobilização, quanto nas ações necessárias para elaboração dos Planos Locais de enfrentamento. Nesses Conselhos, legalmente, encontra-se assegurada a participação da sociedade civil.

Satisfação do usuário/beneficiário: A satisfação do público alvo é medida por fatores tais como:

- elevação no número de denúncias através dos números telefônicos nacional e locais de denúncia gratuita;
- elevação no número de denúncias apresentadas aos Centros de Referência e nos Conselhos Tutelares;
- elevação no número de casos encaminhados aos operadores do Programa Sentinela;
- aumento no número de empresas que aderem a Campanha de Combate ao Turismo Sexual;
- nível de satisfação dos usuários do Programa Sentinela, inclusive os desligamento dos Centros e Serviços de Referência.

Erradicação do Trabalho Infantil

Resultados O índice do indicador para o PPA 2000-2003 estabelece uma relação entre o número de crianças da faixa etária de 7 a 14 anos que trabalham e o número de crianças dessa mesma faixa etária. Tais dados devem ser extraídos da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), para fins de medição da variação do índice. No entanto, cabe ressaltar que a PNAD apresenta dados de 1999 e de 2001. Em 1999 havia 33.173.562 crianças na faixa etária de 7 a 14 anos e 2.970.532 crianças nesta mesma faixa etária trabalhando, segundo os dados da PNAD de 2001, o número de crianças da faixa etária de 7 a 14 anos é de 32.817.046, sendo que 2.231.974 ainda encontram-se trabalhando. Tais dados retratam uma queda na taxa de trabalho infantil de 8% para 6%, o que significa que o Programa tem contribuído significativamente para a redução do trabalho infantil, em que pese o surgimento de novas formas de exploração da mão-de-obra infantil.

Os dados das PNAD de 1999 e de 2001 demonstram redução da taxa de trabalho infantil no país, logo, é possível afirmar que, o universo bastante significativo de crianças e adolescentes que foram, efetivamente, retiradas do trabalho precoce e cujas famílias encontram-se recebendo a Bolsa Criança Cidadã, por intermédio do PETI, representa o grande esforço do Governo Brasileiro em erradicar o trabalho infantil. O crescimento vertiginoso da cobertura do atendimento de crianças e adolescentes demonstra que estimativa de alcance do indicador no final de 2003 é grande.

O Programa "Erradicação do Trabalho Infantil" vem atuando pautado num conjunto de nove ações, merecendo destaque: o mapeamento dos focos do trabalho infantil, a fiscalização, a concessão da Bolsa Criança Cidadã às famílias, a manutenção das crianças e adolescentes na Jornada Ampliada, nas quais são desenvolvidas atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas, culturais e lúdicas, tendo sempre como locus de atenção a família e a geração de ocupação para as famílias, buscando assim a sua promoção e inclusão social, contribuindo para o seu processo emancipatório, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social, visando estimular uma melhoria na sua qualidade de vida.

No ano 2000 foram concedidas bolsas para 394.969 crianças e adolescentes, retirados do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante. Em outubro de 2002, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, já contava com cerca de 810.000 crianças e adolescentes sendo atendidos, com perspectiva de expansão do Programa atingindo a meta de 866.000 ao final do ano, o que comprova que a erradicação do trabalho infantil encontra-se na agenda do Governo Federal como prioridade. Os dados da PNAD de 1999 e 2001 revelam uma redução de 24,86% do trabalho de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos.

Constatam-se significativos avanços do Programa, como: redução do índice de evasão e repetência escolar, aumento do índice de aprovação, melhoria da auto-estima da criança e/ou família, melhoria no desenvolvimento físico das crianças, melhoria na qualidade de ensino, fortalecimento dos laços familiares e até mesmo melhoria no comércio local.

Gerente:
Inexistente

Erradicar o trabalho infantil é, sem dúvida nenhuma, uma missão extremamente difícil, mas não é impossível, os dados do PETI comprovam isto. O sucesso do PETI está intimamente atrelado a um amplo movimento de mobilização de setores da sociedade, envolvendo entidades governamentais e não-governamentais.

No entanto, apesar dos significativos resultados obtidos, há que se ressaltar que algumas lacunas ainda requerem ser preenchidas, como por exemplo, a inserção no Programa de duas ações fundamentais, com previsão orçamentária específica para sua execução, a saber:

- capacitação dos agentes executores do Programa (gestores, coordenadores, equipes técnicas, Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil) assegurando a estes, condições reais para exercício de suas atribuições perante o Programa; e
- monitoramento e avaliação do Programa, possibilitando o estabelecimento de mecanismos reais de melhor acompanhamento do desenvolvimento das ações e de seu impacto sobre o contexto sócio-econômico do país, do Estado, do Município e da família.

O PETI tem como meta encerrar o exercício de 2002 atendendo 866.000 crianças e adolescentes, contando atualmente, conforme posição do mês de outubro, com cerca de 810.000 crianças e adolescentes já sendo atendidos, recebendo a Bolsa Criança Cidadã e inseridas na jornada escolar ampliada, na qual desenvolvem atividades sócio-educativas (reforço escolar, atividades artísticas, esportivas, culturais, lúdicas etc). Logo, é visível o impacto positivo do Programa na vida dessas crianças e de suas famílias. Porém, a proposta orçamentária apresentada para 2003, previa não somente a manutenção desse atendimento como também a possibilidade de expansão do Programa, para a inserção de mais 300.000 crianças e adolescentes, grande parte destas, oriundas do trabalho infantil doméstico. Tendo em vista limites estabelecidos ao Ministério, a proposta apresentada sofreu cortes, implicando a apresentação ao Congresso Nacional de uma proposta orçamentária que comprometerá a manutenção do atendimento atual, bem como impossibilitará a expansão necessária ao Programa, para retirada de crianças e adolescentes que ainda se encontram inseridas no mercado de trabalho.

.....
O debate nacional e regional contínuo nestes últimos anos tem conduzido os setores envolvidos a um consenso sobre a complexidade do tema "trabalho infantil", seja quanto a seus determinantes, quanto pela variedade de formatos que assume em cada região, estado ou município.

Concepção

A compreensão sobre o significado do trabalho precoce não pode ser desvinculada, num primeiro momento, dos níveis de pobreza social nas áreas urbanas e rurais. Por outro lado, o entendimento sobre a pobreza não se limita à verificação de baixos ingressos do grupo familiar, mas compreende uma rede de fatores de várias ordens, entrelaçados, que atingem indivíduos e famílias, constituindo um quadro abrangente de privações. Em várias regiões do país o trabalho precoce está incluído num padrão de relações de exploração econômica que inclui setores empresariais dominantes. Associam-se ainda os fatores culturais como outros determinantes da inserção e manutenção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Em síntese, pode-se destacar a situação de vulnerabilidade e exclusão social, a exploração do setor empresarial associada à impunidade e à cultura de valorização do trabalho sobreposta à educação, como os principais fatores determinantes do trabalho infantil.

Tais fatores contribuíram para a constituição de um cenário, no qual milhões de crianças e adolescentes sofriam com a exploração da sua mão-de-obra, sem a garantia de seus direitos básicos à educação, ao esporte, ao lazer, ao exercício da cidadania. É nesse contingente populacional que se encontrava a maior parte dos excluídos do sistema educacional e, especialmente, aqueles que eram obrigados a ingressar precocemente no mercado de trabalho, em detrimento de sua vida de criança e de uma formação integral.

Tal cenário passou a ser objeto de muita discussão no contexto nacional e internacional pelos diversos atores envolvidos com a problemática, provocando uma grande mobilização social na busca de sua solução. A partir desta grande mobilização surgiram ações concretas de intervenção, que ganharam força a partir do ano 2000, quando foi investido maior volume de recursos no PETI, possibilitando maior cobertura no atendimento de crianças e adolescentes retirados do trabalho precoce.

O desenvolvimento das ações voltadas para a proteção da criança e do adolescente trabalhador, se traduziu no estímulo ao seu acesso, permanência e sucesso escolar, implicando, ainda, observar com maior amplitude o atendimento aos mesmos no ensino fundamental, na jornada escolar ampliada, com disponibilização de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência a suas necessidades especiais.

Nesta perspectiva, o Governo Brasileiro inseriu na sua Agenda a erradicação do trabalho infantil como uma prioridade. Para tanto, implementou uma política sustentada no conceito da família como locus privilegiado para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente por meio do PETI.

No PETI, o núcleo familiar conta com o apoio financeiro e sócio-educativo, objetivando melhoria de suas condições de vida, possibilitando o acesso aos adultos a cursos profissionalizantes e de capacitação, capazes de redefinir suas condições de produção e de inserção no mercado de trabalho.

O valor inegável das ações empreendidas para erradicação do trabalho infantil nos diversos focos de trabalho está no fato de terem propiciado a experimentação de um processo de intervenção articulada entre várias organizações, privadas e governamentais, gerado a partir de uma mobilização social significativa em torno do problema, o que possibilitou, por sua vez, resultados imediatos na mudança do contexto de vida das crianças e adolescentes, que trocaram o trabalho precoce pelos bancos escolares e por atividades sócio-educativas.

Da experiência bem sucedida nos Estados e Municípios surgiu a necessidade de ampliação do Programa, implicando atualmente o atendimento de cerca de 810.000 crianças e adolescentes que foram efetivamente retirados do trabalho.

No entanto, a inserção de crianças e adolescentes de forma precoce no mercado de trabalho é uma realidade dinâmica no país, pois, se por um lado, muitos têm saído do trabalho infantil, outras formas de exploração surgem, como por exemplo, o trabalho infantil doméstico, que, apesar de ser caracterizado como oculto, invisível e inacessível, dados recentemente divulgados pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, indicam a existência de cerca de 502 mil crianças e adolescentes inseridas no trabalho doméstico.

Outros fatores de ordem operacional do Programa requerem ser discutidos e revistos, a fim de possibilitar seu melhor desempenho e o alcance dos objetivos propostos, a saber:

- Considerando a deficiência de dados quantitativos confiáveis acerca do número exato de crianças e adolescentes que trabalham no país, é incoerente estabelecer uma relação regionalizada para atendimento, pois os dados existentes correspondem a estimativas, que nem sempre retratam fielmente a realidade.

O Programa atua atendendo demandas existentes, cujos focos de trabalho infantil já existem e/ou podem surgir face à um novo contexto econômico de determinada região, estado ou município. Neste sentido, é ideal que não haja regionalização do problema, em especial nas ações de Concessão da Bolsa

Criança Cidadã, de manutenção da jornada escolar ampliada e na geração de ocupação para as famílias do PETI.

- O Programa requer a inclusão de duas ações, especificamente relacionadas ao PETI, consideradas fundamentais para o seu bom desempenho, a saber:
 - capacitação de agentes executores, ou seja, daqueles que efetivamente executam determinadas ações no âmbito dos Estados e Municípios e que, nem sempre, contam com a qualificação necessária, para tanto, requerendo assim, uma capacitação para o exercício de suas funções, de forma correlata com as diretrizes e normas estabelecidas;
 - monitoramento e avaliação das ações, possibilitando a implementação de meios e mecanismos eficientes de acompanhamento da execução do Programa e, de avaliação do seu impacto, fornecendo assim, subsídios para as adequações e tomadas de decisão que se fizerem necessárias.
- Para o alcance dos objetivos propostos pelo Programa, faz-se necessário rever suas metas, em especial, quanto as ações de Concessão da Bolsa Criança Cidadã, Manutenção da Jornada Escolar Ampliada e Geração de Ocupação para as Famílias do PETI, cujas metas foram estabelecidas pautadas em dados existentes à época, que não retratam a realidade atual do trabalho infantil no país.

A "erradicação do trabalho infantil" é uma missão muito árdua, pois implica retirar definitivamente do trabalho todas as crianças e adolescentes abaixo de 16 anos, independente de sua localização geográfica, da atividade laboral exercida e de questões culturais predominantes. Isto implica grande esforço: inicialmente, no sentido de localizar e quantificar essas crianças e adolescentes; em segundo lugar em sensibilizá-las e a suas famílias para inserção no PETI; e, em terceiro lugar, viabilizar condições concretas para atendê-las, assegurando sua permanência na escola, na jornada escolar ampliada e, definitivamente fora do mercado de trabalho. Assim sendo, questões como dimensionamento do público-alvo, regionalização, ações desenvolvidas e metas físicas devem ser revistas e adequadas à realidade do trabalho infantil atualmente.

- O Programa não conta, ainda, com mecanismos efetivos de avaliação de processo e de impacto do Programa, o que, associado à grande dimensão do atendimento atual, cerca de 810 mil crianças e adolescentes em mais de 2.550 municípios, impossibilita melhor e maior controle da sua execução, restringindo-se ao acompanhamento da execução física e financeira.
- Há uma deficiência no âmbito da Gerência de recursos humanos, de nível técnico, para melhor atuação e desempenho do Programa. Para que os trabalhos pudessem ser mais bem organizados no âmbito da Gerência, dada a sua dimensão em termos de atendimento, seria necessário rever e viabilizar meios para ampliação da equipe, de forma a possibilitar o estabelecimento de mecanismos de execução, monitoramento, avaliação e tomada de decisão. No entanto, vale ressaltar que há organização dos trabalhos, porém esta poderia ser melhor.
- Os Estados e Municípios, também, nem sempre, contam com recursos humanos suficientes e/ou qualificados para atuarem na execução dos Programas, o que por sua vez, acarreta dificuldades na organização dos trabalhos e, por consequência compromete a operacionalização e o bom desempenho do Programa.

- Os beneficiários do Programa deveriam participar de forma mais efetiva, acompanhando e contribuindo de forma efetiva na sua execução, possibilitando assim, maior controle social do Programa.
- A participação e controle social no Programa, são de fundamental importância para o seu sucesso e para alcance dos objetivos propostos. Muito se avançou na mobilização da sociedade, visando sua maior participação nas questões relacionadas à erradicação do trabalho infantil e do Programa em si. Porém há de se fortalecer ainda mais a participação da sociedade nas ações desenvolvidas, possibilitando assim, melhor controle sob o Programa e, conseqüentemente, seu melhor desempenho.
- A não existência de ação específica de âmbito nacional voltada para a capacitação das equipes locais dificulta a operacionalização do Programa, uma vez que Estados e Municípios contam que recursos humanos pouco qualificados para execução com eficiência e eficácia do Programa. A inserção de tal ação no Programa, sem dúvida nenhuma, contribuiria significativamente para seu melhor desempenho.

Em que pese as dificuldades ainda encontradas, são significativos os avanços conquistados que contribuíram sobremaneira para a mudança da realidade do trabalho infantil no país.

Controle social: A exigência de constituição das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, em muito tem contribuído na implementação, monitoramento e avaliação dos resultados do Programa, pois são instância que contam com a participação de atores locais envolvidos, direta ou indiretamente, na problemática do trabalho infantil e, portanto, com conhecimentos e experiências que somam de forma importante à estratégia de intervenção local, observando-se e considerando-se as especificidades locais, regionais, culturais etc.

A criação dos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção do Adolescente Trabalhador - GECTIPAs, no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho de todos os Estados e DF, foi extremamente importante, pois a partir daí foram estabelecidos mecanismos mais contundentes com vistas a orientar, coibir e punir aqueles que exploram a mão-de-obra infantil.

O estabelecimento de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS/MPAS e a Secretaria de Inspeção do Trabalho - SEFIT/MTE possibilitou o fortalecimento das ações de intervenção visando a erradicação do trabalho infantil, possibilitando o planejamento, implementação e monitoramento conjunto das ações a serem desenvolvidas, bem como maior interação entre as equipes técnicas dos dois órgãos. A SEAS conta também com os GECTIPAs para supervisionarem o PETI, em especial a jornada escolar ampliada, e a SEFIT conta com o compromisso da SEAS de priorizar o atendimento às crianças e adolescentes trabalhadores que forem identificados quando das fiscalizações.

A significativa atuação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com a elaboração de diretrizes para uma política nacional de erradicação do trabalho infantil, em muito tem contribuído no processo de erradicação do trabalho infantil, seja ainda, sensibilizando e mobilizando a sociedade, os atores locais envolvidos direta ou indiretamente na problemática, em especial, os poderes públicos para melhor atuação, seja por meio de execução de projetos pontuais.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT, por meio do Programa Internacional pela Eliminação do Trabalho Infantil - IPEC, tem dado parcela significativa de contribuição, apoiando técnica e financeiramente projetos específicos voltados para o aprimoramento do Programa como, por exemplo: projeto piloto de capacitação de agentes multiplicadores da jornada ampliada do PETI em Pernambuco e Alagoas, realização de pesquisas acerca do trabalho infantil no tráfico de drogas e do trabalho infantil doméstico, promovendo uma série de atividades junto a três capitais onde foram aplicados os instrumentos de pesquisa (Belém, Recife e Belo Horizonte), no sentido de retirar crianças e adolescentes dessa forma de trabalho e, ainda, na elaboração de uma proposta de metodologia de avaliação do PETI.

.....

O Programa tem apresentado uma execução financeira conforme o orçamento estabelecido no período de 2000-2003, o que significa que vem executando seu orçamento na sua totalidade. No entanto, quanto à execução financeira especificamente referente ao ano 2002, faz-se necessário enfatizar que a regionalização do orçamento vem acarretando algumas situações que merecem ser esclarecidas. A exigência de regionalização do orçamento levou-nos a fazê-lo com base em previsões, que nem sempre retratam a realidade de Estados e Municípios, o que, por sua vez, tem acarretado algumas distorções na execução física e financeira de alguns Estados, uns tem superado em muito sua meta, enquanto outros não alcançaram a meta prevista. Não obstante, no âmbito nacional, a meta prevista está sendo atingida.

Implementação

O orçamento encaminhado ao Congresso Nacional para aprovação, após os cortes dados para se ajustar aos limites estabelecidos, não atende a necessidade real do Programa, sequer para manutenção do seu atendimento atual no decorrer do ano 2003 e, muito menos, para expansão do Programa com vistas a dar continuidade à empreitada de erradicação do trabalho infantil.

Logo, de imediato, pode-se afirmar que está comprometida a execução do Programa em 2003, face à indisponibilidade orçamentária para efetivação da programação estabelecida, pautada no objetivo do Programa de "erradicar o trabalho infantil".

A multi-setorialidade, com certeza, em muito contribui para o fortalecimento das ações quando conta com o interesse de ambas as partes e suas equipes técnicas em trabalhar de forma integrada. O Programa muito ganhou com a multi-setorialidade, pois os esforços se somam tornando as suas ações mais abrangentes, mais articuladas e integradas.

O acompanhamento do desempenho físico das ações, no caso específico da Concessão da Bolsa Criança Cidadã e da manutenção da Jornada Escolar Ampliada, se dá por meio de relatórios trimestrais apresentados pelos Estados e Municípios nos quais é informada a execução física das metas estabelecidas. Quanto à fiscalização há o Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT que sistematiza as informações inerentes às fiscalizações realizadas.

Capacitação: As capacitações, em especial de forma integrada entre os dois órgãos (SEAS/MPAS e SIT/MTE), são extremamente importantes para melhor interação entre as equipes técnicas. No entanto, se dão de forma tímida, pois o Programa não conta com recursos financeiros para desenvolvimento de capacitações. São aproveitados os eventos realizados como espaços para capacitação.

O fato do Programa não contar com ação específica voltada para capacitação das equipes estaduais e municipais implica a disponibilidade financeira e o interesse dos gestores em proporcionar as capacitações necessárias ao bom desempenho de suas equipes (o que nem sempre acontece) ou se dá por meio do estabelecimento de parcerias. Para melhor preparação das equipes técnicas seria ideal que fosse incluída no Programa a ação de capacitação, com recursos específicos para tanto, de forma a possibilitar o levantamento e atendimento das necessidades existentes de qualificação e aperfeiçoamento, visando melhores condições para implementação do Programa.

Parcerias: A luta pela erradicação o trabalho infantil tem contando com alguns parceiros, que têm contribuído sobremaneira nesta empreitada. São considerados principais parceiros:

- A Organização Internacional do Trabalho - OIT, na disponibilização de apoio técnico e financeiro para execução de projetos pontuais relacionados ao combate ao trabalho infantil e ao aprimoramento do Programa.
- O Fundo das nações Unidas para a Infância - UNICEF, na disponibilização de apoio técnico e financeiro, contribuindo na implementação de projetos específicos de combate ao trabalho infantil, bem como, na promoção de sensibilização e mobilização social.
- O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, instância de articulação e integração de esforços para erradicação do trabalho infantil, em muito contribuiu na elaboração de diretrizes nacionais para uma política de erradicação do trabalho infantil.
- As Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, que têm desempenhado papel importante na implantação e implementação do Programa, além de promover a mobilização social local necessária ao bom desempenho do Programa.
- O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, parceiro extremamente relevante nas discussões e apresentação de propostas para aperfeiçoamento do Programa.
- O Fórum Nacional Lixo e Cidadania, importante parceiro em intervenções concretas voltas para erradicação do trabalho infantil nos lixões, bem como, no processo de geração de ocupação para as famílias do PETI.
- Os Órgãos Gestores Estaduais e Municipais de Assistência Social, executores do Programa no âmbito dos Estados e Municípios (portanto, a interação com os mesmos é de fundamental importância para o Programa).
- Save the Children, Federação das Trabalhadoras Domésticas, UNIFEM, também são importantes parceiros na discussão e apresentação de propostas específicas voltadas para intervenção no trabalho infantil doméstico.
- Ministério Público do Trabalho, na promoção da articulação com as Comissões Estaduais na condução de problemas identificados no âmbito dos Estados e Municípios, promovendo audiências públicas visando garantir o compromisso de determinados setores na erradicação do trabalho infantil.
- O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, tem se mostrado um parceiro muito importante, atuando conjuntamente com a SEAS/MPAS, somando esforços na luta pela erradicação do trabalho infantil. Tal desempenho positivo se deu a partir do estabelecimento de um Termo de Cooperação Técnica entre os dois órgãos, mas, no entanto, tornou-se efetivo graças ao bom relacionamento entre as

equipes técnicas, bem como, pelo empenho e dedicação pessoal dos que atuam no âmbito dos dois órgãos. O crescimento e aperfeiçoamento das parcerias que tem sido perseguido, porém, poderia ser mais efetivo se o programa contasse com uma equipe maior, no âmbito dos dois órgãos, que pudesse expandir sua atuação no Governo Federal nos Estados e Municípios.

- O Programa Bolsa Escola, do Ministério da Educação, constitui-se num parceiro, no âmbito do PPA, uma vez que define estratégias de prevenção do trabalho infantil, configurando uma relação de complementaridade entre os dois Programas.
- A parceria estabelecida com o Pronager, do Ministério da Integração Nacional, foi fundamental para o Programa, especificamente no que se refere à inserção das famílias do PETI em projetos de capacitação e geração de renda.
- Foi firmado um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, e o Ministério da Saúde, por intermédio das Secretarias de Políticas de Saúde e Assistência à Saúde, com o objetivo de estabelecer uma parceria para a realização de ações conjuntas para o combate ao trabalho infantil e adolescente ilegal. Nesse contexto, podem ser destacadas as seguintes ações:
 - i) promover a integração da rede dos agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família nas ações de combate ao trabalho infantil, e proteção do trabalhador adolescente; e
 - ii) implementar instrumentos para veicular informação para o combate ao trabalho precoce e proteção ao trabalhador adolescente em atividades insalubres.
- A manutenção da Jornada Escolar Ampliada poderia apresentar melhores resultados se o Ministério da Educação disponibilizasse, por meios dos seus diversos Programas, condições para o seu aperfeiçoamento, como por exemplo: disponibilização de espaços físicos, reforço alimentar, material didático, material pedagógico, material esportivo etc e, principalmente, de professores para atuarem como monitores.

Controle social: Foram constituídos, no âmbito dos Estados e Municípios, Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil compostas por atores locais, governamentais ou não, conselhos setoriais e representações de trabalhadores, cujo objetivo é de contribuir para a implantação e implementação do Programa, além de ser importante espaço de articulação e integração de esforços e de acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento das ações. As famílias estão, de forma ainda tímida, constituindo as referidas Comissões, o que em muito tem contribuído para melhor controle do Programa.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, bem como, os Fóruns Estaduais, também têm desempenhado importante papel participando e acompanhando a execução das ações.

Associam-se ainda, a atuação significativa dos conselhos setoriais, que compõem a maioria das Comissões Estaduais e Municipais.

Satisfação do usuário/beneficiário: O Programa não conta com recursos específicos para realização de avaliação do Programa, o que dificulta a implementação de pesquisas acerca da satisfação do usuário/beneficiário do Programa. Em que pese a ausência de pesquisas, os depoimentos dos usuários do Programa refletem subjetivamente, sua satisfação em participar do mesmo.

Gestão da Política de Previdência Social

Resultados

Este Programa tem por objetivo apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área da Previdência Social. Apesar das restrições orçamentárias e de recursos humanos, os resultados foram satisfatórios. A ação Estudo Para Reformulação do Seguro Acidente de Trabalho foi concluída, resultando em uma minuta de um projeto de lei para um novo modelo de seguro contra acidentes de trabalho no Brasil.

Em relação à ação Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias – Siprev, teve-se como resultados, até o final do ano de 2002, a implantação do sistema em dez estados e houve treinamento em cerca de 550 municípios.

Na ação Modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, foi observado um avanço na quantidade de serviços desenvolvidos com base no CNIS, com destaque para a inversão do ônus da prova, permitindo-se a concessão de benefícios sem que o trabalhador tenha de apresentar documentos que comprovem o tempo e o valor da contribuição a partir de julho/1994. Adicionalmente tem-se trabalhado no desenvolvimento do projeto de migração da plataforma tecnológica que armazena e gerencia referido sistema de informações. No ano de 2002, essa ação não teve execução física, em função da não liberação dos recursos orçamentários.

Com mais esse passo, o processo de reconhecimento do benefício tornar-se-á mais ágil. Será possível identificar os segurados que estão em vias de obter o direito de aposentadoria ou que já o obtiveram e, de forma automática, avisá-los que estão na iminência de completar os requisitos para a aposentadoria ou que já os completaram.

Foram implantados os seguintes aplicativos:

- CADPF - Cadastramento de Pessoa Física, sistema de cadastro e a atualização de dados de pessoa física, permitindo o acesso *on-line* ao cadastro de pessoa física do CNIS, possibilitando efetuar novas inscrições, complementar e atualizar dados cadastrais de inscrições anteriores, regularizar atividades como contribuinte individual, efetuar inscrições através do Programa de Estabilidade Social, bem como efetuar acertos de dados cadastrais e dados de atividades de contribuinte individual no cadastro de pessoa física;
- GRACI - Guia Consolidada do Contribuinte Individual), que permite ao contribuinte individual realizar o pagamento das várias competências em uma única Guia de recolhimento;
- DRCI - Declaração de Regularidade do Contribuinte Individual, que permite ao segurado imprimir declaração comprovando a regularidade de seus recolhimentos;

Gerente:

Geraldo Almir Arruda

-CNIS - Carga de Remunerações de 1976 a 1989, que é o armazenamento das informações de remunerações da RAIS nas bases do CNIS referentes ao período de 1976 a 1989;

- Sistema de Identificação/Integração dos Beneficiários da Previdência Social junto ao CNIS, cujo principal objetivo é fornecer aos sistemas do Seguro

Social condições de identificar, com segurança e qualidade, os beneficiários da Previdência Social, bem como complementar o cadastro com informações dos inativos da Previdência Social, isto é, pessoas que nunca trabalharam porém possuem benefícios junto a Previdência Social, cooperando para a mudança do cadastro de trabalhador para cadastro de pessoa física;

- Datamart do CNIS, que visa disponibilizar um grupo de informações básicas que contemple os principais assuntos tratados no CNIS, tais como cadastros de pessoa física, cadastro de pessoa jurídica, recolhimentos do contribuinte individual e vínculos e remunerações dos trabalhadores;
- SARCI - Sistema de Acerto de Recolhimentos do Contribuinte Individual, que permite ao INSS, de forma *on-line* e em tempo real, corrigir e/ou incluir as contribuições que porventura estiverem incorretas na conta corrente do contribuinte individual;
- débito em conta corrente do contribuinte individual que permite fazer seus recolhimentos através do débito em conta corrente; e
- novas rotinas no processamento do seguro-desemprego.

Na ação Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação, o produto final foi implantado de acordo com as expectativas dos dirigentes, representando o alinhamento da política de informática, em todos os níveis, com as diretrizes institucionais da Previdência.

Quanto à ação Formulação de Políticas na Área de Previdência Social, tem-se avançado muito em relação à divulgação e conscientização da importância da Previdência Social junto à sociedade, no sentido de aumentar a cobertura previdenciária. No período de 2000 a 2002, mais de 11mil eventos foram realizados, entre palestras, feiras, reuniões, exposições, seminários e cursos. Somente em 2002, aproximadamente trezentos cursos foram ministrados, tendo sido treinadas mais de 13 mil pessoas. Desde 2000, mais de 4 milhões de novos segurados contribuintes individuais, segurados facultativos, empregados domésticos e segurados especiais foram inscritos na Previdência Social.

Tem-se investido muito no aprimoramento da prestação de serviços por internet, na disponibilização de unidades móveis da Previdência Social em forma de embarcações e carros que percorrem o interior do país em busca do aumento do nível de proteção social. Atualmente, estão disponibilizados mais de cinquenta serviços em terminais de auto-atendimento, internet e telefone, incluindo o requerimento e concessão de diversos benefícios.

Como se vê, há diversos impactos positivos para os beneficiários da Previdência Social, no sentido de facilitação de acesso aos serviços previdenciários, sobretudo por meio de sistemas informatizados, na dispensa de documentos para comprovação de tempo de contribuição, vínculos e remunerações e na conscientização dos trabalhadores quanto à importância da Previdência Social.

Como principais resultados esperados para 2003, ressaltam-se:

- aperfeiçoamento da gestão previdenciária, em especial por meio da revitalização das atribuições do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, de forma a tornar efetiva a gestão quadripartite preconizada na Constituição Federal;
- aperfeiçoamento e extensão do reconhecimento automático de direitos (atualmente a partir de julho de 1994) para o período até 1976, dispensando-

se o segurado de provar tempo e valor das contribuições para os vínculos contributivos registrados no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;

- ampla discussão e apresentação pelo Governo Federal de uma proposta de reforma na previdência dos servidores públicos, no sentido de unificação dos regimes previdenciários no Brasil;
- instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos, que permita aos entes da federação estabelecer o limite máximo do valor de benefícios pago pelo RGPS para os seu respectivo corpo funcional; e
- apoio técnico aos estados e municípios para reformulação dos regimes próprios destes entes, inclusive com utilização de recursos de organismos internacionais.

..... **Concepção**

Inicialmente, cabe destacar como fator que contribui para o objetivo do Programa, mas não está expresso no PPA, já que poucas ações do Programa prevêem a participação de parcerias, as parcerias do Programa de Estabilidade Social - PES com a sociedade civil organizada (entidades sindicais patronais e de empregados, igrejas, escolas, comunidades de bairros etc.), em especial na execução de cursos de formadores em Previdência Social, com o objetivo de formar multiplicadores nessa área, para potencializar a divulgação da importância da previdência na vida das pessoas. Grande parte desses cursos foi realizada com recursos das próprias entidades ou com recursos disponibilizados pelo Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT e todos os cursos têm sido bastante exitosos.

Em relação à estratégia de implementação do Programa, há necessidade de aperfeiçoamento, pois o Programa, como atualmente concebido, inclui uma série de ações que perpassam por diversos órgãos, nos mais diferentes níveis, o que gera dificuldade do gerente deste Programa em acompanhar e conseguir informações de outras áreas, uma vez pertencer a um setor restrito sem ascendência ou correlação com os demais. Na maioria das vezes, a ação do gerente é tida como uma ingerência incabível nas demais áreas. A sugestão é que o gerente desse Programa seja alguém vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro.

Em verdade, as questões de implementação ficaram mais a cargo dos responsáveis diretos pela execução de cada uma das ações. Em razão de envolver diversos outros órgãos do Ministério, sobre os quais o gerente não tem qualquer tipo de ascendência e cujas atividades não guardam qualquer correlação com as desempenhadas na unidade de trabalho do gerente, não se pode dizer que houve uma estratégia de implementação. Até mesmo as atividades referentes à coleta de informações para as avaliações e acompanhamento das ações não tiveram e continuam não tendo bom êxito. Daí a constante crítica e resistência do gerente deste programa em relação à continuidade do mesmo na função de gerência.

..... **Implementação**

De maneira geral, o padrão de execução financeira situou-se dentro do que estava previsto. Entretanto, no exercício de 2002, houve problemas de liberação de recursos orçamentários para as ações Manutenção da Infra-estrutura Tecnológica e Manutenção do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, comprometendo a execução física prevista. Além disso, não houve ações de capacitação desenvolvidas pela equipe gerencial.

No âmbito da ação do Sistema de Informações Previdenciárias - SIPREV, as parcerias com estados e municípios têm propiciado uma melhoria gerencial dos dados dos servidores, sobretudo dos estados.

O Programa, em geral, não possui sistema de consulta da satisfação do público-alvo. Eventualmente, a exemplo da ação de Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação, tem sido efetuada pesquisa através da internet e seminários.

As ações deste Programa possuem como usuários os próprios dirigentes da Instituição ou os beneficiários da previdência social. Em relação aos primeiros, não justifica pesquisa de satisfação, uma vez que são os próprios condutores das políticas de previdência social. Em relação aos segundos, está se falando de milhões de pessoas (mais de 21 milhões de segurados que recebem benefícios e quase 30 milhões que são contribuintes), o que demanda quantias vultosas para qualquer pesquisa.

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Resultados

No período de 2000 a 2002 o Programa cumpriu seu objetivo, atendendo cerca de 140 mil beneficiários ou pensionistas, vítimas de danos resultantes de situações pelas quais a União se julga responsável ou, ainda, atendendo a personalidades agraciadas com pensões vitalícias em reconhecimento à sua importância para o País.

Os gastos com pagamentos efetuados em 2001 foram de R\$ 713,85 milhões e em 2002 os gastos acumulados atingiram R\$ 746,59 milhões.

Em 2002, houve um aumento na quantidade de benefícios de complementação de aposentadorias pagos aos servidores da extinta autarquia Rede Ferroviária Federal (Lei nº 8.186/1991) em relação ao ano anterior, passando de 89.083 para 126.554 beneficiários, o que representou o principal fator de crescimento das despesas do Programa.

Concepção

Esse Programa visa atender cidadãos ou suas famílias vítimas de danos resultantes de situações pelas quais a União se julga responsável ou, ainda, atender a personalidades agraciadas com pensões vitalícias em reconhecimento à sua importância para o País. Os pagamentos destes benefícios são exclusivamente de caráter indenizatório e não há contribuição por parte dos segurados.

O repasse dos recursos para o pagamento desses benefícios, incluindo processamento e remuneração dos agentes pagadores, é feito pela União, segundo fonte específica. Porém esses gastos vêm sendo registrados como despesas de pessoal e encargos sociais, apesar de não serem decorrentes de provimento em cargo público efetivo.

Ressalta-se que, desde 2000, o INSS vem articulando junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, visando implementar a proposta para repassar a responsabilidade pelo pagamento da complementação de aposentadorias de ferroviários, regida pela Lei nº 8.186/1991, para o Ministério dos Transportes, o que irá garantir economia em relação à hora de trabalho do servidor e custo da operacionalização desses pagamentos para conceder/manter/revisar benefícios.

Implementação

Os constantes contingenciamentos impostos pelo Governo Federal, decorrentes das políticas restritivas adotadas no decorrer do exercício de 2001, levaram o MPAS a adotar medidas relacionadas à priorização para a execução de ações. Tais medidas, trouxeram como consequência uma baixa execução referente à Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial.

Com a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, o pagamento de aposentadorias ou pensão excepcional relativa aos já anistiados políticos – que vem sendo efetuado pelo INSS e demais entidades públicas, bem como por empresas, mediante convênio com o referido instituto – será mantido pelo Ministério da Justiça. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da data de publicação da citada Lei.

Gerente:

Marcos de Oliveira Ferreira

Em relação à adequação dos recursos humanos, esta tem se mostrado insuficiente, em especial para revisão dos benefícios decorrentes do vínculo empregatício da União, que depende do trabalho direto do servidor da previdência social. A realização de concurso público previsto para 2003, somente irá preencher as vagas atualmente ocupadas por terceirizados, não atendendo algumas unidades que necessitam de maior número de servidores para a execução eficiente dos serviços.

A estrutura do Ministério da Previdência Social está em fase de adequação à gestão por programas. Entre os avanços já alcançados, está a implantação de nova estrutura organizacional, atribuindo ao INSS administração colegiada com descentralização decisória.

Previdência Complementar

Resultados

O Programa tem como objetivo estimular a ampliação do sistema de previdência e garantir a segurança, liquidez e solvência de planos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC para assegurar o pagamento de benefícios complementares. A Secretaria de Previdência Complementar – SPC, como órgão regulador e fiscalizador, procura estabelecer e implementar regras que garantirão o desenvolvimento do sistema, tanto para participantes, como para patrocinadores e entidades. O estímulo, dessa forma, não ocorre diretamente, ou seja, o que a SPC procura desenvolver é um ambiente seguro para o crescimento do setor.

O Programa de **Previdência Complementar** possui dois indicadores, a saber: "Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao PIB" e "Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar". O primeiro indicador é resultado da relação entre os ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e o PIB, o qual tem uma meta ao final do PPA, em 2003, de 20%. O segundo indicador é resultado da relação percentual entre o número de participantes das EFPC e a população ocupada, tendo uma meta de 10% ao final do PPA.

Os índices de ambos os indicadores têm evoluído ao longo do período compreendido entre 2000 e 2002, entretanto, a taxas menores do que o ideal para que se alcance o índice final estabelecido para o ano de 2003. Com relação ao primeiro indicador, admitiu-se que ao longo do desenvolvimento do PPA e também das mudanças que foram realizadas no sistema de previdência complementar, a adesão de novos patrocinadores e também de instituidores aumentaria a participação dos ativos das entidades em relação ao PIB. Essa adesão ocorreu, mas não no aumento almejado e, ainda, não houve a criação de nenhum plano instituído. As alterações ocorreram ao longo dos três anos, principalmente na implementação de atos normativos, em substituição à antiga legislação vigente, no desenvolvimento de novos sistemas para a captação de dados de investimento, contábil, atuarial e de benefícios.

Os números apresentados pelos indicadores mostram o crescimento dos ativos das EFPC e do número de participantes, mas em valores, como destacado anteriormente, ficam aquém do que foi previsto na concepção do Programa.

O cenário econômico é um fator que influencia fortemente o resultado dos indicadores. As metas levavam em consideração perspectivas otimistas do crescimento das EFPC, principalmente com a introdução do Instituidor (associações ou pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial) para a criação de novos planos de benefícios. Um fator considerado para definição do valor do indicador da taxa de cobertura do sistema de Previdência Complementar é o nível de renda. O fator renda é importante para definir o grupo de pessoas que possuem condições de contribuir para um plano de Previdência Complementar, instituído pelo empregador, ou seja, um plano de benefícios oferecido por uma entidade fechada. Ou, então, optar por realizar um plano com um banco ou seguradora.

Gerente:

Solange Mara Silvia Braga Bomentre

Apesar do crescimento natural do sistema de previdência complementar, como consequência da ação da Secretaria de Previdência Complementar – SPC e de um ambiente econômico favorável, deve-se considerar que a população ocupada tem outras opções para programar sua aposentadoria. O crescimento do número de participantes que contribuem para um plano de Previdência

Complementar possui uma característica limitadora, isto é, somente terão direito a um benefício de previdência complementar, os trabalhadores de uma empresa que ofereça um plano de benefícios. Os dados de agosto de 2002 apresentam 2.080 patrocinadores, ou seja, pessoas jurídicas que aderem a um plano de benefícios de uma entidade de previdência fechada. Os patrocinadores estão classificados como públicos, quando controlados direta ou indiretamente pela administração pública, ou privados, quando não possuem vínculo com a administração pública. Dessa forma, a Previdência Complementar fechada não está disponível para toda a população, e por isso a meta de 10% superestima a performance do indicador Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar.

O indicador Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada representa a melhor relação para indicar o crescimento, pelo aspecto econômico, das entidades fechadas de Previdência Complementar. Esse é o indicador utilizado como base para se comparar o crescimento desse setor entre vários países. Os valores dos ativos entre 2000 e 2001 tiveram um bom desempenho. O ano de 2001 fechou com três pontos percentuais, acima do primeiro índice apresentado no início do PPA. No entanto, para o ano de 2002 a expectativa é de que o índice tenha um crescimento abaixo do esperado. Em 2003, a expectativa é de que o índice não alcance os 20% previstos, mas atinja um valor entre 16% e 18%. O desempenho do valor dos ativos das entidades está ligado à variação dos investimentos que estão atrelados a bolsa de valores, à variação do dólar, entre outros, e que por isso foge, em parte, à capacidade de gestão dos responsáveis pelo Programa.

Os impactos das ações de ampliação do sistema e de orientação aos patrocinadores, entidades e participantes sobre o público-alvo do Programa têm sido positivos, com o desenvolvimento dos sistemas de captação de dados das EFPC, com a realização dos estudos e implementação da nova legislação.

Destacam-se, ainda, os estudos e livros apresentados pela SPC como importantes fontes de informação aos participantes e ao mercado de previdência como um todo, os quais foram desenvolvidos ao longo de 2000 a 2002 de modo a tornar o sistema mais transparente. Durante esse período foram publicados livros dirigidos a jovens que estão ingressando no mercado de trabalho e que tenham dúvidas sobre o funcionamento do sistema de Previdência Social e Complementar. Foram também publicados livros em parceria com o BID/PNUD sobre os investimentos das entidades fechadas de Previdência Complementar e sobre benefício proporcional diferido. A produção dessas publicações foi importante para a divulgação de algumas mudanças que estavam ocorrendo no sistema de Previdência Complementar.

..... **Concepção**

A Previdência Complementar vem conquistando, continuamente, espaço na economia brasileira. Tanto no segmento de previdência fechada, em função do incremento do setor empresarial patrocinando planos de benefícios para seus empregados, quanto no de previdência aberta, que independe de vínculo empregatício, com a crescente adesão de pessoas físicas a novos planos de benefícios.

Neste contexto, as demandas que surgem para o Estado são a promoção de uma harmonização das atividades de Previdência Complementar privada com as políticas de desenvolvimento sócio-econômico do Governo e a regulação e o monitoramento dos planos de benefícios e respectivas reservas financeiras destinadas aos pagamentos futuros de seus associados, visando à manutenção do equilíbrio financeiro no longo prazo.

No quadro, abaixo, estão as principais causas e respectivas ações vinculadas ao problema abordado pelo Programa.

Causa	Ação
Regular e fiscalizar as entidades fechadas, nos aspectos: cadastral, contábil, benefícios, atuarial e de investimentos, com base em informações enviadas.	Ampliação do Sistema Integrado de Informações de Previdência Complementar com Instituições Fechadas
Garantir ampla divulgação das normas legais e orientações, informando os dados de população da Previdência Complementar, benefícios e valores pagos, e valor dos investimentos realizados.	Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar
Ocorrência de insuficiência de cobertura, inadequação da aplicação das reservas técnicas, fundos especiais ou provisões ou anormalidades.	Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

As ações do Programa de **Previdência Complementar** já eram desenvolvidas antes da implantação do PPA. As ações de supervisão das entidades e a orientação aos patrocinadores já faziam parte da fiscalização realizada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC. No entanto, nos últimos três anos, muitas mudanças ocorreram, como, por exemplo, a divulgação de dados estatísticos e artigos sobre a Previdência Complementar por meio do boletim e das informações básicas. Devido às características de setor regulador e fiscalizador, a SPC procurou, desde a Lei nº 6.435/1977, estabelecer normas para a fiscalização e intervenção nas entidades, na ocorrência de problemas que fossem contrários ou prejudiciais à garantia dos direitos dos participantes.

Dessa forma, são 22 anos de atuação da SPC em prol dos participantes, entidades, patrocinadores e da sociedade como um todo. No caso das ações, como o Desenvolvimento de um Novo Marco Legal e a Ampliação do Sistema Integrado de Informações de Previdência Complementar, houve a necessidade de atualização de normas e a criação de sistemas mais avançados para que se pudesse adequar às novas necessidades do mercado, ou seja, o crescimento do sistema, que exigiu uma maior e melhor atuação da SPC. Houve, ainda, a implementação de importantes atos normativos que estão tornando o sistema mais confiável e factível.

Quanto à concepção do Programa, podemos destacar:

- Quanto ao Dimensionamento do Público-alvo.

O índice final do PPA para o indicador Taxa de Cobertura do Sistema de Previdência Complementar está superestimando o público-alvo que deve ser atendido pelo Programa. Isso pode ser observado, principalmente, no valor das metas físicas previstas para o ano de 2002, para a ação Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência. Houve uma estimativa para o cumprimento da meta, para o ano de 2002, muito superior àquelas estipuladas para 2001, o que comprometeu o seu alcance.

- Quanto à Pertinência das Ações.

A ação Desenvolvimento do Novo Marco Legal da Previdência Complementar foi retirada do Programa e teve previsão e execução orçamentária apenas para 2000. Os anos de 2001 e 2002 não tiveram nenhuma previsão orçamentária. Entretanto, desde o início de 2001 toda a nova

legislação da Previdência Complementar foi implementada, abrangendo diversas matérias de interesse dos participantes, entidades e patrocinadores. A ação estava adequada ao objetivo proposto mas precisou contar com financiamento externo para a sua continuidade.

- Quanto à Suficiência das Ações.

A ações propostas para o Programa de **Previdência Complementar** foram pertinentes para o alcance dos resultados entre 2000 e 2002. No entanto, faz-se necessário acrescentar uma ação de capacitação dos servidores que realizam a supervisão das entidades e também participam da orientação aos patrocinadores, participantes e assistidos do regime de Previdência Complementar, por se tratar de programa finalístico. Essa ação será necessária, tendo em vista que o Ministério realizou, recentemente, concurso público – e com isso serão direcionados novos servidores para trabalharem na Secretaria de Previdência Complementar – e também para reciclar os servidores que atualmente trabalham na supervisão das entidades e em sua orientação.

- Quanto à Suficiência de Metas Físicas.

As metas físicas previstas para o ano de 2000 e 2001 estavam tanto de acordo com a previsão orçamentária quanto de acordo com a própria gerência das ações. No entanto, para o ano de 2002 foi previsto para a ação Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Privada um valor três vezes superior ao valor previsto em 2001. A ação teria sido melhor desenvolvida se a quantidade de 120 unidades de entidades supervisionadas tivesse sido equilibrada em relação ao ano anterior e posterior, mesmo com uma previsão orçamentária maior para 2002. O desenvolvimento da ação de supervisão necessita de uma gerência maior, que só estará formada em 2003, com a chegada de novos fiscais.

..... **Implementação**
O Programa, entre o período de 2000 e 2002, contou tanto com recursos orçamentários do Tesouro quanto com financiamentos externos. A ação Ampliação do Sistema Integrado de Informações contou com uma distribuição de execução financeira desequilibrada, em relação à efetiva execução da ação. Houve uma grande concentração financeira nos anos de 2000 e 2001 a despeito da previsão para 2002, ano em que ocorreu a maior parte da execução da ação.

A ação de Desenvolvimento do Novo Marco Legal não contou com uma previsão temporal de orçamento distribuído ao longo dos quatro anos. A previsão para essa ação foi somente para um ano, mas a sua aplicação continuou ocorrendo em 2001 e 2002.

A ação Supervisão das Entidades teve previsão e execução financeiras compatíveis com as metas estabelecidas e desenvolvidas ao longo do período.

E, por último, a ação Orientação aos Patrocinadores possui uma previsão orçamentária baixa, haja vista a abrangência da ação.

Para o ano de 2003, além dos recursos orçamentários do Ministério, há a possibilidade de novo financiamento externo, dado que foi realizada negociação com o BIRD, vencidas as etapas de discussão e dimensionamento de prazos e valores. No entanto, o BIRD preferiu finalizar as negociações com os novos dirigentes eleitos. No início do PPA houve a previsão de quatro ações, no entanto, o ano de 2003 será iniciado com apenas duas ações.

Foi realizado treinamento dos fiscais que estavam ingressando para a Secretaria de Previdência Complementar. No entanto, esse treinamento foi realizado de maneira informal, organizado pelos fiscais que já estavam na SPC. Quanto à equipe que estava na SPC desde 1994, não houve nenhum tipo de treinamento. A importância do treinamento no desempenho da equipe gerencial está em poder identificar os principais problemas que possam estar causando algum prejuízo aos participantes, ou que estejam fora das regras estabelecidas nas normas e que precisam ser regularizados pelas entidades.

A SPC espera, de acordo com número de vagas destinadas em concurso público realizado recentemente, receber novos profissionais para a realização da fiscalização e orientação dos patrocinadores, participantes e entidades. Dessa forma será possível aumentar a atuação da SPC na regulação das entidades.

O programa não prevê formalmente parcerias para a sua aplicação. No entanto, outros órgãos do próprio Ministério tornaram-se parceiros para a realização das ações. Para o desenvolvimento de um novo marco legal houve a participação conjunta da SPC com outros órgãos do MPAS para atuarem junto ao Conselho de Gestão de Previdência Complementar. Houve, também, a participação da Unidade Central de Projetos – UCP do MPAS para a captação de recursos externos que resultaram na contratação de consultorias e estudos que auxiliaram na elaboração dos normativos, bem como para o financiamento da ação Orientação aos Participantes.

Na supervisão das entidades houve a parceria INSS e MPAS na cessão dos fiscais que atuam na fiscalização das EFPC. E, finalmente, a ação de Ampliação do Sistema foi desenvolvida com a colaboração da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DataPrev.

O MPAS, desde junho/julho de 2002, disponibilizou em seu site o portal de Ouvidoria, para dirimir possíveis dúvidas, assim como reclamações; não apenas dos usuários e beneficiários do sistema de Previdência Complementar, mas de qualquer pessoa que queira informação. Especificamente para a Previdência Complementar, no final de 2001 e início de 2002, foi disponibilizado, pela Coordenação Jurídica e a Assessoria de Comunicação Social, um endereço de correio eletrônico para atender aos usuários e beneficiários, com relação às dúvidas nos planos de benefícios e regulamento das entidades.

Todos os questionamentos e dúvidas eram anotados, para resposta futura. Com relação ao canal aberto pela Secretaria de Previdência Complementar, não houve a continuação do desenvolvimento do projeto inicial. As dúvidas das entidades, patrocinadores e participantes continuam sendo dirimidas, mas sem os mecanismos formais que foram inicialmente instituídos.

Cabe salientar que o Programa não possui nenhum tipo de pesquisa de satisfação do usuário / beneficiário. A principal dificuldade enfrentada é a mensuração da satisfação como meio da ação de orientação junto aos patrocinadores, entidades e participantes.

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

.....

Este Programa tem como objetivo assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes. Como os pagamentos têm ocorrido dentro da normalidade, pode-se afirmar que o programa tem apresentado bons resultados. Entretanto, considerando a vedação legal da cobrança de contribuições sobre esses beneficiários (inativos, pensionistas e seus dependentes), os índices finais do PPA para os indicadores Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União de 12% e Taxa de Participação da União no Custeio da Previdência dos Servidores Públicos Federais de 66,67% não serão alcançados.

Resultados

Visando implementar uma regulamentação legal sobre esse assunto, o Governo Federal encaminhou um projeto de emenda constitucional estabelecendo a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento dos inativos.

.....

O principal problema que demanda a atuação desse Programa refere-se à crescente participação das despesas com inativos e pensionistas sobre o total do orçamento da União, limitando os recursos que poderiam ser destinados para outras áreas de políticas públicas como educação, segurança etc.

Concepção

.....

Por se tratar do pagamento de inativos e pensionistas de responsabilidade da União, despesas obrigatórias, a execução financeira das ações é integral.

Implementação

Gerente:

Delúbio Gomes Pereira da Silva

Previdência Social Básica

Resultados

Este Programa tem por objetivo garantir o reconhecimento e o pagamento de direitos previdenciários previstos em lei. A Previdência Social constitui a principal política de proteção do trabalhador, garantindo uma renda para sua manutenção, nos casos de perda permanente ou temporária de sua capacidade de trabalho ou aos seus dependentes, no caso de sua morte.

O comportamento apresentado pelo indicador Taxa de Solução de Demandas – referente à relação percentual entre o total dos pedidos de benefícios solucionados e a quantidade de benefícios protocolados no mês – no período em análise demonstra uma perspectiva positiva quanto ao alcance da meta para o final do PPA, definida em 80%. Em 2002 o percentual alcançado foi de 71,5%, resultado acima da taxa apresentada em 2001 e 2000 que foram, respectivamente de 59,7% e 54,85%. Esta evolução satisfatória foi ocasionada, principalmente em 2002, pelas medidas relativas ao processo de modernização na gestão previdenciária, ao desenvolvimento de sistemas tecnológicos e à agilidade e confiabilidade do atendimento decorrente da utilização dos registros do CNIS para o processo de concessão e manutenção de benefícios.

Em 2000, a Previdência Social concedeu 2,95 milhões de novos benefícios, um crescimento de 31% em relação a 1999. Este crescimento representou 17,4% na concessão dos auxílios-doença e a queda de 20,4% das aposentadorias por tempo de contribuição em relação a 1999, resultado da contenção das aposentadorias precoces previstas na reforma constitucional da Previdência.

No ano de 2002, foram pagos 21,1 milhões de benefícios, representando um aumento de 5% em relação a 2001. Considerando que, conforme dados do IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 pessoas indiretamente beneficiadas, os pagamentos da Previdência chegaram a 74 milhões de pessoas. Isto representa atualmente 42% da população brasileira, ou seja, de cada dez brasileiros, quatro foram beneficiados direta ou indiretamente pela Previdência em 2002. Foram gastos para o pagamento dos benefícios R\$ 88,8 bilhões, o equivalente a 6,78% do PIB brasileiro, considerando o aumento da quantidade e do valor médio dos benefícios pagos.

No Brasil, a Previdência Social tem um papel importante na transferência da renda da área urbana para a área rural. As conquistas sociais no campo são intrinsecamente associadas à expansão da Previdência, cujos pagamentos auxiliam as famílias que vivem em economia de subsistência; dinamizam o comércio local; ajudam no financiamento de pequenas produções; reduzem a migração das áreas rurais para as grandes cidades; e garantem renda na época da entressafra. Em 2002, dos 21,1 milhões de benefícios pagos, 67% situam-se em área urbana e 33% na área rural.

A expansão da Previdência Social contribui para a redução dos níveis de pobreza no País. Se não houvesse os pagamentos feitos pelo sistema previdenciário, o percentual de pobres aumentaria de 34% para 45,3% da população, resultando no aumento na quantidade de pessoas de 54,5 milhões para 72,6 milhões. Ou seja, o gasto da Previdência Social foi responsável pela redução de 11,3 pontos percentuais nos níveis de pobreza em 1999.

Gerente:

Marcos de Oliveira Ferreira

Há que se acrescentar, ainda, que as famílias com idosos têm renda 15% maior que as famílias sem idosos e que esses participam com R\$ 67 em cada R\$ 100 de renda de suas famílias, sendo que a maior parte da renda dos idosos vem da Previdência.

A utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS para o reconhecimento dos direitos previdenciários tornou mais simples o processo de concessão de benefícios, eliminando-se a exigência de numerosos documentos que o segurado muitas vezes tinha dificuldade em apresentar, vendo-se na iminência de perder o direito a um benefício. Em 2001 foi dado um grande passo nesse sentido, validando as informações do CNIS para o período a partir de 1994. O projeto do Reconhecimento Automático do Direito foi instituído pela Lei nº 10.403 de 2002 e pelo Decreto nº 4.079 de 2002 e tem como objetivo principal transferir para a Previdência Social o ônus da prova no reconhecimento do direito aos benefícios previdenciários, visando maior eficiência e eficácia no atendimento à clientela.

Com essa medida, o segurado está desobrigado de apresentar documentos comprobatórios relativos à remuneração ou contribuição para o período a partir de 1º de julho de 1994, para o qual passam a valer as informações existentes no CNIS. O segurado poderá, a qualquer momento, solicitar a retificação das informações constantes no CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período divergente. As retificações serão processadas a partir dos sistemas de acerto de dados no CNIS.

Ainda em 2002, a Previdência Social concedeu 3,9 milhões de novos benefícios, com tempo médio de dezoito dias e valor médio de R\$ 379,60. Este resultado satisfatório, foi ocasionado pelas medidas relativas ao processo de modernização na gestão previdenciária, do desenvolvimento de sistemas tecnológicos e da agilidade e confiabilidade do atendimento decorrente da utilização dos registros do CNIS, bem como pela implantação do Reconhecimento Automático do Direito.

O expressivo aumento da concessão de benefícios é explicado pela modificação na sistemática de concessão do salário-maternidade, estendido, inclusive, para a mãe adotiva a partir de 04/2002, através da Lei nº 9.876/1999. O crescimento apresentado no período deveu-se à ampliação da cobertura a todas as seguradas e à realização do pagamento do benefício pela Previdência e não mais pela empresa. Em 2000, a concessão do salário-maternidade beneficiou 829 mil mulheres.

Em decorrência da paralisação dos servidores do INSS ocorrida no segundo semestre de 2001, o atendimento à população foi prejudicado; houve uma redução do quantitativo de benefícios concedidos em 3,1%, aposentadorias 16,5% e dos benefícios acidentários 10,7%. No entanto, a concessão do salário-maternidade e da pensão por morte precedida de aposentadoria não foi prejudicada pela paralisação, de modo que o seu requerimento pode ser efetuado pela internet, apresentando uma ampliação em 8,1% e 3,5%, respectivamente.

O tempo médio de concessão de benefícios previdenciários em jan/2001 situava-se em desesseis dias, enquanto no ano de 2002 ficou em dezoito dias, tempo considerado na média histórica do INSS, após o período em que foi fortemente influenciado pela greve dos servidores previdenciários. Alguns estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas continuam a apresentar, sistematicamente, tempos médios acima da média nacional.

O Programa, por suas especificidades encontra-se presente em todo o País e envolve uma grande quantidade de pessoas e transações, sendo extremamente vulnerável a fraudes. Por essa razão, foi criada a Assessoria de Gerenciamento de Riscos, cuja atuação consiste em detectar, por meio de metodologias específicas, os pontos vulneráveis a fraudes, bem como atuar sobre aquelas já detectadas pelas áreas de controle interno. Da mesma forma, foi instituída a Assessoria de Pesquisa Estratégica, vinculada diretamente ao Ministro e voltada,

também, ao combate às fraudes contra a Previdência Social, atuando, através de intercâmbio, junto aos órgãos do poder público federal, estadual e municipal, com vista à permuta e ao cruzamento de dados estratégicos, como a identificação das ações lesivas à Previdência Social.

Para os pontos vulneráveis, são propostas alterações do processo ou implantação de controles seguros. As propostas são encaminhadas às áreas responsáveis, iniciando-se um processo de discussões e modificações dos sistemas considerados. Nos sistemas de benefícios, as vulnerabilidades já foram identificadas e trabalha-se na proposta de controles.

A Previdência Social tem proporcionado comodidade aos usuários e tem procurado reduzir drasticamente seus custos junto à rede bancária. Os bancos contratados pelo INSS processam mensalmente mais de 21,1 milhões de benefícios. Todo esse trabalho tem um preço relativamente elevado, mas custaria o dobro não fosse a utilização de recursos tecnológicos mais modernos. A tecnologia engendrou a solução de arquivos magnéticos que passaram a ser trocados diariamente entre os computadores dos bancos e da Previdência Social. Acabaram-se carnês, recibos, listagens, ofícios etc. e a implantação dos cartões magnéticos de pagamento trouxe as condições necessárias para resolver o problema.

Hoje, dos mais de 21 milhões de benefícios pagos pela Previdência Social mensalmente, cerca de dezessete milhões são sacados por meio de cartão magnético; 3,5 milhões recebem os benefícios diretamente por crédito em conta bancária e apenas setecentos mil são feitos pelos Correios em localidades que não dispõem de posto bancário, ainda assim, com todos os requisitos de segurança e comodidade

ao segurado. No próximo ano, estes benefícios pagos, atualmente, pelos Correios serão assumidos pelo Banco Postal e todos os pagamentos serão feitos com o uso de cartão magnético.

Face à especificidade do Programa, que consiste em atender à clientela previdenciária, o efeito da insuficiência de recursos humanos, tecnológicos e orçamentário-financeiros reflete diretamente no público-alvo, provocando insatisfação por parte da clientela previdenciária, ao ser obrigada a enfrentar filas, bem como retornar várias vezes à agência, para solucionar seu pleito.

Há uma crescente demanda por serviços previdenciários, aliada à escassez de recursos humanos. A falta de servidores que atuem no atendimento ao público, vem provocando enorme retardamento na conclusão das demandas realizadas nas agências da Previdência Social. Há dezessete anos não ocorre ingresso de novos servidores voltados para atuarem no Programa, além da ocorrência de uma média de 1.700 aposentadorias/ano. Estima-se, no mínimo, 18 mil novos servidores para atender de maneira adequada a demanda da sociedade brasileira. Como agravante na condução do Programa, os 4.500 contratados que reforçam a equipe no atendimento das agências da Previdência Social, terão seus contratos rescindidos por determinação do Tribunal de Contas da União, a partir de 02/2003.

Ainda neste contexto, a atividade médico-pericial, que tem por finalidade a emissão de parecer técnico conclusivo na avaliação da capacidade laborativa dos beneficiários, está a cargo de médico-perito do quadro do INSS e de médico perito credenciado, como mão-de-obra auxiliar ao quadro permanente. Há 26 anos sem realizar concurso para admissão de médico, cuja idade média está em torno de 55 anos, é mister entender o aumento a cada ano do número de médicos peritos credenciados.

A falta de recursos para investimento tecnológico por parte da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev provoca lentidão no desenvolvimento, operacionalização e acesso dos sistemas corporativos utilizados pelas agências da Previdência Social.

O Programa Interno de Melhoria do Atendimento, cujo objetivo consiste em rever o sistema de atendimento, agilizar os serviços e aumentar a comodidade dos usuários, sofreu paralisação por falta de recursos financeiros, restando cerca de oitocentas agências sem reforma, operando com máquinas de capacidade restrita. Este fato gera uma diferenciação no atendimento da clientela, tendo em vista que parte dela está se beneficiando de um atendimento com qualidade e conforto, enquanto a grande maioria ainda não atingiu este nível.

Diante desse quadro, a execução do Programa **Previdência Social Básica**, poderá vir a sofrer retrocessos, especialmente no atendimento à clientela previdenciária e na manutenção dos avanços e esforços empreendidos, principalmente, nos últimos anos. Cabe registrar que foi encaminhado Aviso desta Pasta, solicitando realização de concurso, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não tendo sido aprovado.

Como principais resultados ou iniciativas para 2003, ressaltam-se:

- Aperfeiçoar e estender o Reconhecimento Automático de Direitos (atualmente a partir de julho de 1994) para o período até 1976, dispensando-se o segurado de provar tempo e valor das contribuições para os vínculos contributivos registrados no Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS;
- Instituição de sistemática de identificação e inscrição do segurado especial, de forma a simplificar o processo concessório de benefícios, eliminar eventuais fraudes na contagem de tempo de serviço rural e proteger o trabalhador rural de intermediários de má-fé no momento da solicitação de benefício;
- Promover divulgação e orientação sobre Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais como forma de dar conhecimento à sociedade sobre os riscos e as conseqüências advindas dessas doenças, bem como reduzir os custos para o sistema previdenciário;
- Assegurar soluções de tecnologia e informação modernas e eficientes, necessárias ao atendimento e satisfação do cliente-cidadão, de modo que os serviços e informações oferecidos pela Previdência Social atendam às necessidades dos seus usuários internos e externos e estejam disponíveis em todo o País de maneira consistente, em termos de exatidão, qualidade, integridade e segurança, acessibilidade e comunicabilidade, a custo adequado.

.....
Por força de determinação constitucional, o Programa visa atender os segurados previdenciários, garantindo-lhes o recebimento, automático, de benefícios proporcionais às contribuições por eles efetuadas, quando atendidos os requisitos legais de idade avançada e tempo de contribuição. Possibilita, ainda, aos segurados previdenciários e seus dependentes, os meios indispensáveis à sua manutenção por motivo de incapacidade, encargos de família, reclusão ou morte de quem dependiam economicamente, enquanto durar a incapacidade laborativa ou o fato que gerou o benefício.

Concepção

Assim, tem-se um Programa que exige cada vez mais a presença do Estado, com atribuições de cobertura e garantia da efetividade do sistema. Hoje existem 21,1 milhões de beneficiários, mas segundo dados do PNAD/1999 existem 40,2 milhões de pessoas não protegidas pela Previdência Social. Esse contingente

dos sem-previdência estará desamparado quando lhes faltarem forças de trabalho que lhes assegurem rendas de sustento. Isso pode acontecer na doença prolongada, no acidente de trabalho, na invalidez, na morte em serviço e na idade avançada. Nessas situações de adversidade, o trabalhador e seus dependentes, se não tiverem acumulado patrimônio de onde tirar o sustento, ficarão à mercê da caridade alheia ou de benefícios assistenciais do Estado. Quem hoje não contribui, amanhã, ao perder a capacidade de trabalho, não terá direito aos benefícios da Previdência Social.

Em relação à adequação dos indicadores, ressalte-se que os atuais não são capazes de expressar os impactos causados pelo Programa sobre determinada situação, carecendo de alterações com vistas a refletir na sociedade a atuação das ações sobre o problema enfrentado.

Dentre os aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada, pode-se citar:

- Quanto ao plano de ação com metas, prazos e responsáveis.

O aprimoramento da gestão do INSS introduziu um processo de planejamento estratégico, com definição de metas e um processo de avaliação, com definição de atores e responsabilidades. As principais diretrizes consistem em: administração para resultados; descentralização decisória e orçamentária; administração participativa; avaliação de desempenho; transparência; aperfeiçoamento contínuo; processo transparente e participativo; mapeamento do planejamento em cinco regiões e a direção central; distribuição das metas em cinco áreas de interesse; priorização de despesas compulsórias; vinculação direta do planejamento ao orçamento, permitindo um acompanhamento de todas as ações previstas, a qualquer tempo; Descrição de metas nacionais direcionadas para mensuração racional e o acompanhamento específico de cada uma.

O processo de acompanhamento e avaliação, com definição de atores e papéis, envolve a Diretoria Colegiada; Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Orientador Técnico da Meta; Gerente-Executivo e Superintendentes da Dataprev e Coordenação-Geral de Controladoria.

- Quanto ao plano de avaliação.

No processo de planejamento ficou consensuado, pelos diversos níveis da organização, que o gerenciamento do desempenho é a maneira pela qual se garante que os objetivos estratégicos estão sendo atingidos e continuarão a ser, no presente e no futuro.

Como parte do processo, definiu-se a metodologia de acompanhamento da implementação dos objetivos estratégicos, através de indicadores de desempenho, os quais permitirão monitorar a implementação das estratégias corporativas até o ano de 2005.

- Quanto à organização dos trabalhos no âmbito da gerência.

Conforme estabelecido no processo de planejamento estratégico, a gestão tem priorizado a descentralização administrativa, especialmente no tocante ao orçamento destinado às Gerências Executivas. Os critérios dessa descentralização estão relacionados com a produtividade, ficando a liberação condicionada à resolutividade dos processos de benefícios requeridos. Esta estratégia possibilita avaliar o desempenho das Gerências em relação à execução do Programa.

- Quanto à forma de articulação com as parcerias.

Como forma de se otimizar a atuação e, conseqüentemente, a obtenção de melhores resultados, o Programa já é desenvolvido por meio de parcerias que envolvem a rede bancária, os Correios, as prefeituras, empresas conveniadas e outras, essenciais para o processo operacional do sistema.

Por outro lado, tem-se procurado incrementar outras parcerias com diversos segmentos da sociedade, especialmente em relação aos serviços prestados, como os serviços de perícia médica e de reabilitação profissional, cujos resultados têm-se mostrado satisfatórios, contribuindo, inclusive, para a redução de gastos, além de beneficiar diretamente os usuários.

- Quanto à forma de participação do público-alvo.

Com relação à consulta ao público-alvo, embora não seja uma prática desenvolvida nas 1.147 unidades de atendimento ao público, constam experiências exitosas, como por exemplo, a efetuada na Gerência Executiva do RJ – Centro que lançou o Projeto Ouvindo o Cliente para acompanhar o nível de satisfação do usuário. Os resultados da pesquisa foram, de acordo com os quesitos apresentados: Você foi cortesmente atendido na agência? 94,51% responderam que sim. Houve solução do seu questionamento? 69,7% responde. Que nota você daria a esta agência? Nota dez, para 52,8%; e nota nove, para 20,43% dos 658 entrevistados.

- Quanto aos mecanismos de controle social.

A representação da sociedade faz-se presente pelo Conselho Nacional de Previdência Social, que é o órgão superior de deliberação colegiada, que tem como finalidade deliberar sobre a política de Previdência Social e sobre a gestão do sistema previdenciário. É de fundamental importância esse fórum de discussão na busca da transparência e legitimidade na resolução dos problemas da Previdência Social. Como é órgão superior de deliberação colegiada, as soluções são respaldadas pelas entidades representativas da sociedade civil. Assim, governo, aposentados, empregados e empregadores são co-autores das decisões proferidas pelo Conselho, o que garante a participação e a responsabilidade no equacionamento dos problemas da Previdência Social.

.....

A matriz de financiamento do Programa não tem se revelado adequada ao longo do período analisado. O Programa vem sofrendo cortes orçamentário e financeiro ao longo desses anos, prejudicando o seu desempenho.

Implementação

O Programa **Previdência Social Básica** é composto de sete ações relativas a pagamento de benefícios. Essas obrigações constitucionais são pagas rigorosamente em dia, sendo necessários pedidos de créditos adicionais durante o período. A falta de regularidade do fluxo financeiro tem comprometido o bom desempenho das ações.

No período analisado, foram envidados esforços no sentido de assegurar os recursos necessários para que a Previdência pudesse cumprir seus compromissos. A insuficiência de recursos é decorrente de dois fatores: o subdimensionamento dos limites frente à dotação orçamentária; e a própria dotação orçamentária, que tem-se mostrado aquém das demandas de gastos da pasta, notadamente em relação ao INSS.

Os pagamentos que têm-se mostrado com maior comprometimento referem-se à remuneração dos serviços bancários, os decorrentes do Programa de Melhoria do Atendimento – PMA, cuja implementação tem significado uma mudança importante na gestão da Previdência Social. Por outro lado, a insuficiência de fluxo financeiro não tem possibilitado a modernização tecnológica da Dataprev, enquanto o montante previsto para investimentos, no período de 2000 a 2002, soma R\$ 138 milhões, foram investidos R\$ 49,4 milhões, ou seja, apenas 35,8% da dotação prevista.

Quanto ao cumprimento de metas físicas em 2002, as ações Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes de Trabalho e Serviço de Reabilitação Profissional não atingiram a meta prevista. Na primeira, não foi registrado o público das teleconferências realizadas em parceria com outras entidades e sem ônus para o INSS. Na segunda, o Programa de Reabilitação Profissional – Reabilita só foi implantado em 315 agências, prejudicando algumas localidades que aguardam pela oportunidade de entrar no programa.

Todo esse trabalho está sendo comprometido, em função do fluxo irregular de recursos que não garante o mínimo necessário para a manutenção da máquina administrativa, colocando em risco os resultados obtidos, haja vista que a cada ano a situação se agrava. Atualmente os recursos orçados/disponíveis têm permitido atender demandas que, em vários casos, não cobrem sequer a competência até outubro de cada ano.

A melhoria contínua dos recursos humanos é um desafio que se impõe, configurando-se como ponto crítico para o desempenho do programa. O esforço de capacitação tem tido especial atenção para o servidor que atua no atendimento. Em 2001, foram capacitados 38.167 servidores, representando um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Em 2002 foram capacitados 21.545 servidores para o reconhecimento de direito previdenciário.

O processo de capacitação possui uma dinâmica muito grande face às constantes mudanças na legislação previdenciária, que implicam alterações nos sistemas corporativos utilizados nas agências e impactam no atendimento ao segurado.

Em função das modificações introduzidas na estrutura organizacional do INSS, buscou-se a profissionalização do nível executivo, cujos cargos passaram a ser ocupados exclusivamente por servidores efetivos do quadro de pessoal ativo da autarquia, escolhidos em lista tríplice composta a partir de processo de seleção interna, de adesão espontânea e que prioriza o mérito profissional. Uma vez escolhido, participam do Programa de Capacitação Gerencial, antes de serem efetivados. Todos os atuais Gerentes Executivos do INSS foram selecionados sob esses procedimentos.

Um outro grande avanço nesta área foi o desenvolvimento de um projeto de educação corporativa e de melhoria de gestão efetiva, através de um acordo de cooperação técnica, entre o INSS e a Unesco. Este projeto visa à valorização dos servidores, capacitando-os e qualificando-os em prestação de serviços aos segurados. Espera-se, com isso, contribuir para a criação de uma cultura de respeito aos direitos de cidadania. Isso deu origem à Uniprev; considerado o maior curso de ensino a distância, do País. É uma universidade corporativa que promoverá a construção de uma comunidade de aprendizagem, contribuindo para a sedimentação da cultura de educação permanente, transformando as habilidades, percepções, crenças e valores em crescente desenvolvimento pessoal, profissional e institucional.

A prática de instituir parcerias tem sido um mecanismo bastante utilizado para dinamizar a atuação do Programa e tem-se mostrado bem sucedida. Tendo em vista que o Programa é executado de forma descentralizada, as parcerias são efetuadas de acordo com a expectativa de resultados, envolvendo diferentes parceiros, a nível local.

Podem-se citar casos efetivados com estados, municípios, Sebrae, SESI, Senai e outros, envolvendo processos de capacitação para os servidores, instalação de quiosque de atendimento, realização de exames médico-periciais em segurados do INSS, com uma redução substancial dos custos: R\$ 18,00 para perícia domiciliar ou hospitalar contra R\$ 27,00 cobrado pela rede conveniada e R\$ 14,00 para perícia ambulatorial contra R\$ 21,00. Esses exames destinam-se aos segurados afastados por incapacidade temporária e em processo de reabilitação, visando dar novas oportunidades de trabalho, diferentes das atividades que exerciam antes.

O cidadão tem, por outro lado, acesso direto à Previdência, por meio da Ouvidoria, que é um canal de comunicação que a Previdência mantém para que a sociedade possa fazer reclamações, sugestões e denúncias. Cada caso é acompanhado pela equipe, que procura deixar o reclamante sempre informado sobre a situação de sua denúncia ou pedido. Além de ajudar os segurados na solução dos seus problemas, a Ouvidoria também contribui para que o atendimento da Previdência tenha cada vez mais qualidade.

Em relação à adequação da infra-estrutura à gestão por programas, embora a Previdência Social disponha de uma rede física relativamente ampla, ela ainda não está totalmente adequada ao atendimento da população. A continuidade do processo de modernização das agências é essencial ao sucesso do Programa, daí a necessidade de que sejam disponibilizados recursos orçamentários suficientes que garantam a continuidade das ações voltadas à melhoria da infra-estrutura física do INSS.

No caso da adequação da estrutura organizacional, o Ministério está em fase de adequação à gestão por programas, prevalecendo a estrutura tradicional de gestão baseada no desempenho das atribuições definidas no regimento interno de cada unidade.

Qualidade do Atendimento na Previdência Social

Resultados Este Programa tem por objetivo melhorar a qualidade do sistema de atendimento aos usuários da Previdência Social.

A Previdência Social paga benefícios a 21,1 milhões de pessoas por mês. O total de beneficiários diretos da Previdência corresponde à população do Chile e do Uruguai juntas. Estima-se que a Previdência Social, indiretamente, beneficie cerca de 74 milhões de pessoas, algo em torno de 42% da população brasileira. Isso significa que, além do próprio beneficiário, existem, em média, outras 2,5 pessoas por família vivendo com recursos da Previdência.

A clientela previdenciária obteve, ao longo de 2000 a 2002, inúmeras conquistas em termos de novos serviços e aperfeiçoamento dos já existentes. Dentre os resultados promovidos pelo Programa de **Qualidade do Atendimento na Previdência Social**, destacam-se:

- reformulação de cerca de 56% da rede de atendimento, atendendo mais de 38 milhões de cidadãos nas 426 agências e unidades avançadas da Previdência Social, sendo 16 milhões somente em 2002. Também foram reformuladas 71 das 75 unidades móveis de atendimento;
- realização de mais de 2,3 milhões de atendimentos nas unidades volantes PREVMóvel, sendo 1,4 milhões no ano de 2002. Percorrendo localidades do interior do país, onde não existem agências, as unidades móveis dispõem de todos os serviços, inclusive os necessários à concessão de benefícios decorrentes da incapacidade para o trabalho;
- instalação de 1.131 terminais de auto-atendimento, beneficiando no período de 2000 a 2002 cerca de 5,8 milhões de pessoas, sendo 2,6 milhões em 2002. Entre os serviços oferecidos, as informações sobre processos de concessão e revisão de benefícios e o fornecimento de extratos de pagamento de benefícios e contribuições previdenciárias são os mais procurados;
- foram 26 milhões de acessos aos serviços oferecidos pela Internet, tais como: cálculo de contribuições; concessão inicial de benefícios de Salário-Maternidade; Auxílio-Doença e Pensão por Morte; pedidos de certidão negativa de débito e extrato de valores de benefícios. Foram atendidos mais de 147 mil requerimentos de concessão de benefícios, garantindo comodidade aos que possuem acesso à Internet e reduzindo o número de beneficiários que se dirigem às Agências;
- abertura de 134 mini-unidades de atendimento, instaladas após convênio com as prefeituras. Com o PREVCidade, o cidadão não precisa percorrer longas distâncias para ter acesso aos serviços previdenciários;
- atendimento de 28,9 milhões de cidadãos por intermédio do PREVFone (0800780191), no período de três anos. Os serviços do PREVFone são prestados a partir da operação de três centrais instaladas em Brasília, São Paulo e Salvador, reunindo um total de 130 posições de atendimentos. Além das consultas referentes às informações sobre a legislação previdenciária, há oportunidade de apresentação de reclamações, sugestões e denúncias, a serem encaminhadas à Ouvidoria, e oferecimento serviços como inscrição e o agendamento com hora marcada nas agências da Previdência Social;

Gerente:

Eliane Lourenço da Silva Sousa

- recebimento de 313.629 ocorrências com reclamações de atendimento e denúncias, no período total, sendo 123.415 em 2002. A Ouvidoria-Geral proporciona à sociedade, em geral, um canal direto, ágil e gratuito de comunicação com a Previdência Social, possibilitando o controle social da qualidade dos serviços oferecidos mediante contato por centrais de cartas, PREVfone, fax e internet;
- realização de 439 mil perícias médicas por intermédio do Sabi – Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – sendo 255 mil em 2002. O Sabi é um sistema multifuncional, que incorpora desde a marcação de consulta e requerimento de benefícios até o processo de manutenção e gestão destes. O sistema, implantado em 247 unidades, também agrega todos os conhecimentos, processos e cálculos específicos de concessão do benefício e possibilita procedimentos e indicadores únicos e válidos para todos os benefícios por incapacidade;
- realização de 3.695 supervisões às unidades de atendimento do INSS. As supervisões também contribuem para a implementação de ações de melhoria em busca da satisfação do usuário, pois objetiva avaliar o desempenho dos serviços, principalmente identificando possíveis falhas nos serviços de auto-atendimento e no sistema de gerenciamento de filas, bem como verificando os serviços em operação, para padronização;
- reativação de 11.062 benefícios e a cessação de outros 12.455, no período de 2000 a 2003, como resultado das ações desenvolvidas pela Auditoria; e
- a Pesquisa Nacional de Satisfação do Usuário do Serviço Público, realizada pelo Governo Federal no último bimestre de 1999, classificou o item Rapidez da Previdência em Analisar e Responder Pedidos como terceiro em importância e com índice de aprovação mais baixo, 59%.

A deficiência no quadro de pessoal é uma das principais causas para atrasos na concessão. Grande parte dos concessores do INSS são servidores do nível intermediário, cujo quantitativo vem sendo reduzido a cada ano. A contratação de prestadores de serviço tem amenizado o problema, mas os funcionários terceirizados não podem executar atividades de análise e concessão de benefícios (decisão do Tribunal de Contas da União). O problema tende a agravar-se em face de previsão de afastamento de três mil servidores até 2003, devido a pedidos de aposentadoria. Encontra-se no Congresso, desde 2001, Projeto de Lei nº 5.906 para aprovação de concurso público.

Apesar dos problemas enfrentados, os indicadores do Programa **Qualidade do Atendimento na Previdência Social** vem evoluindo positivamente. O indicador Idade Média do Acervo de Solicitações de Benefícios Aguardando Solução – IMA, que revela o tempo médio de permanência de um requerimento no acervo de benefícios aguardando solução, era de 88 dias em janeiro de 2002, reduzindo para 59 dias em dezembro. O indicador Taxa de Solução de Benefícios em Até Trinta Dias também apresenta resultados ascendentes, de 65% para 76% em dezembro do mesmo ano.

A tendência positiva dos indicadores é consequência direta das transformações da rede de atendimento da Previdência Social. A continuidade desse Projeto, que intensifica melhorias em instalações físicas e nos equipamentos de informática, conjuntamente com outros, como: ampliação da rede por intermédio do PREVCidade; convênios com as prefeituras municipais que não contam com unidades de atendimento em sua jurisdição; ampliação das centrais telefônicas, dos terminais PREVfácil, das unidades PREVmóvel e dos atendimentos pela internet, são fundamentais para a permanência de resultados ascendentes.

Como principais resultados e iniciativas para 2003, ressaltam-se:

- implementar padrões de qualidade em pelo menos 30% das 1.147 Unidades de Atendimento da Previdência Social;
- estender para todos os municípios brasileiros os serviços de pagamento, de modo a facilitar o acesso dos beneficiários ao recebimento de seus benefícios. (Nas localidades de difícil acesso, ampliar as atividades dos PREVbarcos incluindo o pagamento dos benefícios);
- ampliar a disponibilização de serviços previdenciários pela internet, oferecendo maior comodidade aos contribuintes e reduzindo custos no atendimento;
- intensificar a capacitação, através de programa de desenvolvimento gerencial voltado para os gerentes e suas equipes, de modo a proporcionar um atendimento solícito, cortês, rápido e resolutivo à clientela previdenciária;
- melhorar e ampliar as formas de acesso à Ouvidoria-Geral, de modo que o usuário possa obter informações, efetuar suas reclamações, bem como tomar conhecimento da situação em que se encontra a questão de seu interesse; e
- assegurar soluções de tecnologia e informação modernas e eficientes, necessárias ao atendimento e satisfação do cliente-cidadão, de modo que os serviços e informações oferecidos pela Previdência Social atendam às necessidades dos seus usuários internos e externos, estando disponíveis em todo o País de maneira consistente em termos de exatidão, qualidade, integridade, segurança, acessibilidade e comunicabilidade, a custos adequados.

..... **Concepção**

Instrumento de grandes conquistas do trabalhador brasileiro, a Previdência Social tem enfrentado, ao longo das últimas décadas, crescentes problemas institucionais, operacionais e financeiros. Tais problemas decorreram, em grande medida, da expansão não planejada do sistema, com cobertura a parcelas crescentes da população e aumento da quantidade de benefícios e serviços oferecidos, sem a necessária revisão dos seus mecanismos de financiamento.

Ao lado dos problemas relativos à estrutura de custeio e ao rol dos benefícios disponibilizados aos segurados, coloca-se com a mesma propriedade a dimensão especificamente administrativa e gerencial da crise da Previdência Social. Com efeito, o padrão dos serviços oferecidos ainda não tem a aprovação dos segurados.

A tentativa de resgate da credibilidade e da imagem institucional levou a Previdência Social à implementação de uma série de mudanças internas que resultaram em melhorias, por intermédio de ações voltadas às necessidades e anseios da população brasileira.

Antes da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), a Previdência Social já havia desencadeado um conjunto de ações como atividades preparatórias a um futuro planejamento organizacional para a Qualidade. O processo de informatização dos antigos postos de atendimento (1991), armazenando todas as informações relativas ao processo concessório, e a criação de um conjunto de sistemas de informações gerenciais, concedeu à Previdência Social o título de pioneira na disseminação de uma cultura gerencial voltada para a avaliação de desempenho (1993).

Em 23 de junho de 1998, dezoito dias depois da publicação da Emenda Constitucional nº 19, que inseriu a eficiência como um dos princípios norteadores da administração pública, foi instituído o Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social – PMA, com a tarefa de modernizar os postos e oferecer novas modalidades de atendimento ao usuário, facilitando o acesso direto e o controle externo, através de terminais de auto-atendimento, acessos à internet

e a centrais telefônicas (0800), atendimento em unidades móveis e da criação de uma Ouvidoria-Geral. Com o PMA foram intensificadas ações de capacitação dos servidores diretamente envolvidos no atendimento ao cidadão e de investimentos em tecnologia, desenvolvendo sistemas de informação necessários ao suporte das atividades e garantindo integração e controle entre as diversas áreas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, órgão executor da política de Previdência Social. A preocupação com a modernização tecnológica, na ocasião, tinha o objetivo de apoiar as ações necessárias à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários e à otimização dos resultados.

Em 1999, com a implantação de nova estrutura organizacional, atribuindo ao INSS administração colegiada com descentralização decisória, foram criadas cem gerências executivas, com autonomia para que administrassem seus recursos. A partir da reestruturação do INSS, os serviços evoluíram consideravelmente e a preocupação com a melhoria nos serviços oferecidos teve novo enfoque, em virtude da instituição do Programa Avança Brasil.

Visando a adequação da estrutura organizacional, oportunizando a flexibilização e a descentralização das ações – elementos essenciais para o aumento da capacidade operativa da instituição no sentido de dar respostas ágeis no atendimento e assegurar o controle e a participação social – a Previdência Social instituiu o Plano Diretor de Tecnologia e Informação – PDTI, dando mais um passo em direção à modernização, buscando o redesenho de processos e modelagem de dados e o desenvolvimento de novos sistemas de informação necessários ao suporte das práticas de gestão.

Nestes três anos de PPA, algumas ações implementadas possibilitaram avanços em direção à Qualidade. Em 2000, em parceria com a empresa de consultoria *Price Waterhouse e Coopers*, o INSS estabeleceu uma visão de futuro para a Instituição, de forma a permitir que os planos e projetos fossem elaborados e implementados articuladamente e em direção ao novo modelo integrado de planejamento, orçamento e gestão.

Com o propósito de consolidar o processo de descentralização administrativa iniciado em 1999 com a reestruturação organizacional, foi instituído um Plano Estratégico, que contempla o período de quatro anos, e um Planejamento Operacional Anual, iniciado em 2001, adotando uma política de responsabilização dos dirigentes por melhores resultados e melhor funcionamento das unidades. Para isso, estipula-se metas a serem cumpridas pelas Gerências Executivas e descentraliza-se os recursos orçamentários a serem administrados. O Sistema de Acompanhamento do Plano Operacional, de responsabilidade da Controladoria/INSS, que divulga mensalmente a execução física e financeira de cada ação e o responsável pela informação, auxilia na avaliação dos Programas constantes do PPA 2000-2003. Para o ano de 2003, o Planejamento Operacional pretende alcançar todas as ações que compõem o Plano Plurianual.

No início do Plano Plurianual vigente, apesar dos avanços em relação à qualidade do atendimento, tendo o número de demandas não-resolvidas nos prazos legais reduzido significativamente, a Previdência Social ainda estava distante de atender às expectativas de sua clientela.

A sociedade reclamava uma Previdência Social mais ágil, menos burocratizada, mais aberta ao controle social dos recursos que administra. Nesta perspectiva, este Programa contempla um conjunto de ações de melhoria do atendimento do INSS, especialmente nas áreas dos benefícios, auditoria, procuradoria, arrecadação e fiscalização e logística. Ele tem a finalidade de conferir agilidade à prestação de serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social, a partir da utilização intensiva de tecnologia e da revisão dos processos de trabalho relativos à prestação de serviços, tendo em vista a integração dos

serviços em local único, a ênfase na informação e orientação prévia sobre a utilização dos serviços prestados e o auto-atendimento por meio de quiosques do tipo bancário, central telefônica 0800 e internet.

O Programa **Qualidade do Atendimento na Previdência Social** possui ações que:

- estão diretamente ligadas ao atendimento, como Serviços Interativos, Reformulação da Rede de Atendimento e Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – Sabi;
- avaliam, corrigem e acompanham a execução de todo o processo de melhoria da qualidade, como Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos, Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento;
- possibilitam o controle social sobre a qualidade dos serviços disponibilizados, como a ação da Ouvidoria; e
- possibilitam a modernização da Instituição, para que ela adote uma postura pró-ativa, seja ágil e competitiva, buscando fortalecer a sua imagem e aumentar a credibilidade em seus serviços, como a ação de Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários.

Entretanto, alguns serviços não estão contemplados, como a adequação das unidades de atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais e o tratamento dos pedidos de recurso ao Conselho de Recursos da Previdência Social, motivo de insatisfação por parte significativa de segurados da Previdência Social.

As principais causas e respectivas ações vinculadas ao problema abordado pelo programa são:

Causa	Ação
Existência de um elevado acervo de processos de concessão de benefícios aguardando o julgamento de recursos nas Câmaras e Juntas do CRPS, causando longa espera para a conclusão dos pedidos de recurso.	Avaliação da Qualidade e Produtividade do atendimento das unidades do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.
O Direito Constitucional da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, de locomover-se com facilidade e de receber atendimento especial, levou a Previdência Social a promover a implementação de ações voltadas para esse público. O Projeto Previdência Especial prevê obras de adaptação das agências às pessoas portadoras de deficiência, como a instalação de pista tátil para facilitar a locomoção dos portadores de deficiência visual e a implantação do PREVFácil Especial, adequado às pessoas que utilizam linguagem Braille e/ou cadeira de rodas. O projeto prevê, ainda, treinamentos especializados aos servidores para o atendimento. O Projeto não pode ser completamente implementado por falta de verba específica.	Adequação das unidades para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

Entre os outros produtos desenvolvidos pelo Programa e que não estão no PPA vigente destacam-se:

- a ampliação da rede com a utilização do PREVCidade – acesso aos serviços previdenciários em mini-unidades de atendimento, instaladas após convênio com as prefeituras;

- atendimento móvel – PREVMóvel – Percorrendo localidades do interior do país onde não existem agências, as unidades (barcos ou automóveis) dispõem de todos os serviços, inclusive os necessários à concessão de benefícios decorrentes de incapacidade para o trabalho; e
- sistema de Acompanhamento de Atendimento Bancário – visando avaliar o atendimento disponibilizado aos segurados pelos bancos conveniados.

.....

A lei orçamentária para 2003 prevê uma redução de 3,4 milhões em relação às receitas programadas para o Programa em 2002. As ações que tiveram suas receitas reduzidas foram: Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas; Procedimentos e Processos; Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento; e Serviços Interativos. O impacto negativo sobre o usuário será inevitável, principalmente quanto ao atendimento prestado pelos Serviços Interativos. A ação Serviços Interativos sofreu uma redução de mais de R\$ 6 milhões do valor inicialmente previsto. A redução afetará a qualidade dos serviços prestados, pois dificultará a ampliação de novos pontos de atendimento para o PREVFone, a introdução de novos serviços no PREVNet e a aquisição de novos terminais PREVFácil.

Implementação

Outras ações, embora com previsão de créditos adicionais para 2003, terão dificuldades para alcançar a meta física prevista. O Projeto Reformulação da Rede de Atendimento foi inicialmente programado para encerrar-se no final de 2003, com a conclusão do processo de transformação em todas as 1.147 unidades. Entretanto, ocorreram atrasos nas obras para a adequação física dos pontos de atendimento, devido às restrições orçamentárias e à não-liberação de valores suplementares. Atualmente encontram-se reformuladas 426 unidades fixas e 71 móveis. Para 2003, segundo a lei orçamentária, será acrescido R\$ 13,4 milhões ao valor previsto pelo Decreto 4.322/2002, para a conclusão de mais 49 unidades. O orçamento disponibilizado no PPA 2000-2003 cobrirá apenas metade do total das unidades, podendo prejudicar o atendimento ágil e a comodidade dispensada aos usuários.

Apesar da baixa execução financeira, 11% em 2001 e 19% em 2002, a ação Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - Sabi é de suma importância para a Previdência Social. O Sabi é um sistema multifuncional, que incorpora desde marcação de consulta e requerimento de benefícios até o processo de manutenção e gestão destes. A conclusão do Projeto trará vários benefícios para a população, com destaque para a redução do tempo entre o requerimento e a concessão de benefícios por incapacidade e a implantação do conceito de Cliente, através da disponibilização de informações que possibilitem o atendimento ao segurado, a qualquer tempo, em quaisquer unidades de atendimento da Previdência Social. Os atrasos na implantação do Sistema Sabi devido a problemas na sua instalação e à necessidade de alterações nos módulos de atendimento ao Cliente, controle operacional e atendimento médico, dificultaram a execução física e financeira da ação Disseminação do Sabi.

A insuficiência de recursos orçamentários, resultante dos cortes e do contingenciamento realizado nos últimos anos, e a carência de pessoal têm causado graves impactos na qualidade do atendimento e dos serviços prestados.

O número de inscritos no Regime Geral de Previdência Social vem crescendo a cada ano e novos segurados têm procurado as agências, mas o quadro de pessoal responsável pelo atendimento, ao contrário, tem reduzido. A contratação de prestadores de serviço tem amenizado o problema, mas os funcionários terceirizados não podem executar atividades de análise e concessão de benefícios.

O treinamento dispensado à equipe gerencial responsável pela implementação do Programa ao nível do Governo Federal também requer ajustes. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP neste ano, agendou alguns encontros, que contribuíram para a ampliação de conhecimentos na área de gestão dos programas. As participações dos gerentes, porém foram prejudicadas face às responsabilidades de sua função como servidor público, pois suas responsabilidades não se restringem à função de gerente de programa. Falta definição do papel e da autonomia dos gerentes e do compromisso da instituição ao designá-lo.

Para fins de avaliação da qualidade das unidades de atendimento, foram criados os seguintes Sistemas:

- Sistema de Gestão do Planejamento Operacional - disponibiliza o acompanhamento da execução física das metas previstas no Plano Operacional de 2002;
- Sistema de Gestão de Indicadores - permite a análise da avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das unidades de atendimento e Gerências Executivas;
- Sistema de Acompanhamento de Cronograma do Programa de Melhoria do Atendimento - permite o acompanhamento das unidades já reformuladas e a previsão de adequação das demais;
- Sistema de Supervisão das Unidades - com informações relativas às visitas realizadas; e
- Sistema de Controle de Atendimento do PREVMóvel - contabiliza os atendimentos prestados.

A Previdência Social tem realizado grande esforço para melhorar o atendimento. No entanto, convive com problemas críticos em seu funcionamento, os mais significativos são:

- insuficiência de pessoal - o atendimento nas agências é, em localidades onde há maior demanda e menos disponibilidade de servidores do quadro permanente, realizado por prestadores de serviço contratados por empresas terceirizadas;
- insuficiência de linhas (PREVfone) - o crescimento acelerado do número de chamadas aos serviços 0800 vem ocasionando demora no atendimento e dificuldade de se completar a ligação, devido à necessidade de ampliação dos pontos de atendimento;
- falta de equipamentos de informática e dificuldades ligadas à área de tecnologia - em 57% das agências (não reformuladas) há carência de equipamentos e, em toda a rede, há freqüentes interrupções na prestação de atendimento devido às deficiências e irracionalidades dos sistemas, sobretudo na área de benefícios;
- falta de manutenção dos equipamentos - mesmo as unidades abrangidas pelo Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social têm enfrentado problemas por falta de manutenção nos equipamentos. Exemplo: terminais de auto-atendimento desativados; e

- insuficiência de investimentos em treinamento e qualificação de pessoal - o problema relacionado a pessoal também se apresenta em termos qualitativos, sendo apontados como fator de atraso na concessão de benefícios os erros na análise de processos cometidos por servidores, cuja precária habilitação decorre de insuficiência dos treinamentos, que, para serem efetivos, deveriam considerar a enorme complexidade da matéria previdenciária e as freqüentes mudanças nela empreendidas.

É importante salientar que os problemas citados acima decorrem, principalmente, da falta de recursos orçamentários resultantes dos cortes e do contingenciamento realizado nos últimos anos.

Alimentação Saudável
Assistência Farmacêutica
Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar
Controle da Hanseníase e de Outras Dermatoses
Gestão da Política de Saúde
Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde
Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias
Prevenção e Controle das Doenças Crônico-Degenerativas
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis
Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares
Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores
Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica
Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids
Profissionalização da Enfermagem
Qualidade do Sangue
Qualidade e Eficiência do SUS
Saneamento Básico
Saúde da Criança e Aleitamento Materno
Saúde da Família
Saúde da Mulher
Saúde do Jovem
Saúde do Trabalhador
Saúde Mental
Saúde Suplementar
Valorização e Saúde do Idoso
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde
Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços
Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras

Ministério da Saúde

Alimentação Saudável

Resultados

O objetivo do Programa é reduzir e controlar a desnutrição, as carências por micronutrientes nos serviços de saúde e promover a alimentação saudável nos diferentes ciclos de vida.

O número de beneficiários a ser atendido em cada município brasileiro, tanto pelo Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN, quanto pelo Bolsa-Alimentação, foi estimado por modelos estatísticos de predição, baseados em dados socioeconômicos e nutricionais provenientes de pesquisas de base domiciliar, de abrangência nacional. Este procedimento garante a eficiência distributiva dessas ações, incluídas no Programa **Alimentação Saudável** uma vez que os municípios, onde a prevalência de risco nutricional é mais alta, recebem proporcionalmente mais recursos.

Foram realizadas análises das tendências históricas das prevalências de desnutrição. Foram incluídos na pesquisa os municípios que apresentaram coberturas de acompanhamento nutricional da população infantil, nos últimos doze meses, estáveis e acima de 60%. Com este critério de inclusão, cerca de 900 municípios da região Nordeste e qualificados no ICCN foram analisados.

Observou-se que as tendências de desnutrição são claramente de queda linear. Na região Nordeste, entre maio de 1999 e abril de 2000, o declínio da desnutrição, segundo os dados do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, foi de 13,6% em relação às crianças acompanhadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS/Programa Saúde da Família - PSF nos municípios onde havia o ICCN e de 7,6% em relação ao total de crianças residentes. Esta taxa é bem mais representativa do que a tendência de queda que vinha sendo observada na região antes da implantação do Programa (que era de 5% ao ano) e quatro vezes maior do que a tendência de queda verificada na média nacional nas últimas décadas (2,9% ao ano). Em termos comparativos, cabe ressaltar que, em 1990, durante a reunião da Cúpula Mundial em Favor da Infância, em Nova York, 158 chefes de Estado pactuaram como meta para queda de desnutrição o índice de 5% ao ano.

A taxa média de recuperação nutricional das crianças assistidas pelo ICCN, segundo relatórios semestrais e visitas padronizadas de supervisão, foi de 31,1%. Esta média refere-se a 432 municípios que informaram o grau de recuperação das crianças. Em todos estes municípios, o critério de recuperação utilizado foi o peso chegar a ficar acima do percentil 10 para a idade.

Houve ampliação exponencial do número de beneficiários do programa Bolsa-Alimentação, implicando o incremento de 1,3 milhão de benefícios durante o exercício 2002. Neste momento, o Programa está presente em 4.110 municípios em todas as Unidades da Federação, o que representa 73,90% dos municípios do País. Em relação à adesão, 91,18% dos municípios do País já assinaram a Carta de Adesão, manifestando de forma expressa o desejo de se inserir no Programa. Isso leva à indicação de um forte impacto na diminuição da taxa de prevalência de desnutrição infantil no País.

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Nordeste, juntamente com as coordenações estaduais de alimentação e nutrição dos nove estados do Nordeste Brasileiro, coletou, tabulou e analisou dados em relação à anemia e médias de hemoglobina em gestantes por estados do Nordeste, chegando à taxa de 23,6%. Este estudo demonstra que a taxa constante do PPA (20%) vai ser atingida, podendo mesmo ser superada.

Gerente:

Denise Costa Coutinho

A distribuição de micronutrientes é uma ação fundamental no escopo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. É uma ação extremamente relevante para se atingir os resultados mensurados pelos indicadores do PPA: diminuição da taxa de prevalência de anemia ferropriva em gestantes; diminuição da taxa de prevalência da desnutrição na infância; diminuição da taxa de prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos de 20 a 59 anos; e diminuição da taxa de prevalência da desnutrição e carências nutricionais no idoso.

Em relação à taxa de prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos de 20 a 59 anos e à taxa de prevalência da desnutrição e de carências nutricionais no idoso, considera-se extremamente importante e impactante a divulgação de informações realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde em relação à alimentação saudável. Apesar de não haver uma mensuração atualizada a respeito destas taxas, espera-se a superação das taxas previstas no PPA, em virtude das ações desenvolvidas dentro da Atenção Básica e voltadas para a população dessa faixa etária.

Em relação aos resultados esperados com a execução do Programa, tem-se que:

- o Bolsa-Alimentação teve lançamento oficial em 17 de setembro de 2001. Ao ser lançado, estabeleceu-se para 2001 a meta de atendimento a 1.106.889 beneficiários. Até o final de 2002, pretende-se atender, no mínimo, a 1.623.000 beneficiários. A meta é qualificar todos os 5.561 municípios brasileiros até o final de 2003 e alcançar 3,562 milhões de beneficiários que estejam em risco nutricional e pertençam à faixa populacional de renda mensal per capita inferior a meio salário-mínimo: 2,760 milhões de crianças de seis meses a seis anos de idade e 802 mil gestantes e nutrízes.
- em 2002, foram envidados grandes esforços visando apoiar e estimular os municípios no sentido de acelerar o cadastramento dos beneficiários, como forma de ampliar o Bolsa-Alimentação. No final de 2002, 1.386.000 beneficiários estavam sendo atendidos pelo Programa, o que representa a contemplação de cerca de 39% do público-alvo do Bolsa-Alimentação e 85,4% da meta prevista para 2002 na Lei Orçamentária Anual - LOA 2002.
- o Bolsa-Alimentação se constitui em um Programa de renda mínima importante para o combate à fome no País, incidindo sobre o grupo populacional de maior vulnerabilidade em que as carências nutricionais causam maiores danos. A expansão do Programa é um compromisso do Governo Federal.

Com a implementação do Bolsa-Alimentação, os seguintes resultados já podem ser constatados nas famílias beneficiadas, apesar de não mensurados:

- aumento da conscientização sobre a importância da melhoria das condições nutricionais;
- maior frequência às unidades de saúde;
- intensa participação das famílias nas atividades educativas sobre alimentação e nutrição, aleitamento materno e cuidados gerais com a saúde da criança;
- aumento do tempo de amamentação das crianças;
- maior frequência das gestantes nas consultas do pré-natal;
- observância da agenda de compromissos;
- melhoria na higiene dos alimentos;
- aumento do vínculo mãe e filho;
- melhoria dos cuidados com a saúde da criança; e

- melhoria no estado nutricional das crianças, gestantes e nutrízes beneficiadas com o Programa.

Em relação ao ICCN, as visitas de supervisão e os relatórios enviados pelos municípios à coordenação do Programa demonstram os seguintes resultados alcançados:

- aumento do percentual de crianças beneficiárias com vacina em dia;
- aumento do percentual de crianças e gestantes beneficiárias com avaliação ponderal em dia;
- aumento do percentual de gestantes beneficiárias com vacina antitetânica em dia;
- aumento do número de consultas pré-natais entre gestantes beneficiárias;
- aumento do percentual de responsáveis que comparecem em atividades educativas;
- aumento do percentual de mulheres capazes de responder corretamente sobre aleitamento materno e práticas alimentares saudáveis; e
- aumento da qualidade da informação prestada pelas mães.

Um conjunto de ações, de responsabilidade da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição, foi iniciado no sentido de promoção da alimentação saudável da população brasileira. Estas ações ao mesmo tempo em que facilitam o controle das doenças crônico-degenerativas, como obesidade e hipertensão, e seus fatores de risco, também contribuem para a melhoria do estado nutricional da população de idosos. Tornou-se obrigatória a apresentação do conteúdo nutricional nos rótulos de todos os alimentos embalados possibilitando ampla divulgação de uma série de medidas informativas e educativas.

O Ministério da Saúde publicou a Portaria MS/GM nº 1.920/2002 prevendo que não serão feitas novas qualificações de municípios ao Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais. Esta mesma Portaria dispõe que a partir de janeiro de 2003, inclusive, serão encerrados os repasses a que se refere a Portaria GM-MS nº 709, de 10 de junho de 1999, que trata do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais - ICCN. Certamente, o Bolsa-Alimentação implicará uma melhor operacionalização das estratégias de combate a carências nutricionais no País, pela dinâmica, agilidade e demais fatores já especificados. Isso implica a entrada gradativa do Bolsa-Alimentação e a desqualificação concomitante do ICCN.

Deve-se enfatizar que em 2003 haverá a necessidade de finalizar a implantação do Programa em todos os municípios do Brasil. O Sistema de Informações do Programa Bolsa-Alimentação - Sisvan/SBA está sendo implantado em todos os municípios gradativamente, à medida que assinarem a Carta de Adesão, o que permitirá o monitoramento e a avaliação quanto à eficácia, eficiência e efetividade dos recursos federais transferidos com o objetivo de intensificar o combate à desnutrição.

Para que haja possibilidade de alcance dos resultados almejados no PPA, será necessária suplementação orçamentária no Bolsa-Alimentação em 2003. Caso contrário, haverá o atendimento de aproximadamente dois milhões de beneficiários enquanto o público-alvo perfaz cerca de 3,5 milhões de beneficiários. Desta forma, o alcance do índice previsto no PPA será adiado para 2004.

O programa Bolsa-Alimentação direcionará suas atuações para as seguintes ações consideradas prioritárias e estratégicas:

- completar o processo de implantação do Programa na totalidade dos municípios brasileiros;
- expandir o quantitativo de beneficiários em cada município, visando a utilização plena da cota de bolsas disponíveis;
- concentrar esforços para a implantação do sistema de acompanhamento dos beneficiários, visando a efetiva renovação dos benefícios dentro dos padrões previamente estabelecidos;
- capacitar os estados para desenvolverem ações de supervisão aos municípios;
- supervisionar estados e municípios, visando ajustar os processos operativos em desenvolvimento; e
- dar continuidade ao processo de avaliação de impacto do Programa.

..... **Concepção**

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. O acesso à alimentação adequada é um direito humano fundamental, na medida em que representa condição para a própria vida.

A concretização desse direito compreende responsabilidades tanto por parte do Estado, quanto da sociedade e das famílias. Ao Estado cabe respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades em busca da capacidade de alimentar-se de forma digna, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade. Às famílias cabe a adoção de práticas alimentares saudáveis, incorporadas por meio da socialização do conhecimento sobre a prevenção dos problemas nutricionais, desde a desnutrição até a obesidade. Alimentação correta e nutrição adequada é a base da saúde infantil e requisito indispensável para uma boa saúde ao longo do curso de vida.

Na infância, os problemas inerentes à alimentação e nutrição inadequadas são de significativa relevância, representando 55% das mortes infantis ligadas à desnutrição, segundo estudos realizados pelo Unicef para países em desenvolvimento (1998). Já a desnutrição energético-proteica agrava o curso de outras doenças, prolonga o tempo de internação e resulta em seqüelas para o desenvolvimento mental. Estima-se que, de cada dez gestantes que fazem o pré-natal, três são anêmicas, sendo bem maior a proporção entre crianças: 50% ou mais.

De outra forma, 80% da desnutrição e parte importante dos óbitos infantis ocorrem em famílias pobres, classificadas no primeiro quintil de renda, ou seja, os 20% mais pobres do País.

Nesse contexto, em março de 1998, o Ministério da Saúde criou um incentivo financeiro para o desenvolvimento de ações para combate à desnutrição, repassado aos municípios brasileiros, diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde e como parte integrante do Piso de Atenção Básica - PAB.

É inegável que o ICCN, apesar do curto período de implementação, desencadeou mudanças significativas no quadro nutricional do País, ainda que se conviva com indicadores de desnutrição ainda alarmantes entre a população mais excluída. Por outro lado, avaliações desenvolvidas demonstraram que adequações relativas à abrangência, à forma de atuação e a co-responsabilidade dos beneficiários deveriam ser procedidas.

Nesta perspectiva, foi criado o programa Bolsa-Alimentação, que fundamentalmente, redireciona as ações anteriormente desenvolvidas, estabelecendo os seguintes princípios de atuação:

- ampliação dos grupos vulneráveis, abrangendo não somente crianças de seis a 24 meses, mas estendendo até seis anos de idade, além de gestantes e nutrízes;
- transferência direta de renda, por meio de apoio financeiro, em dinheiro, dispensando procedimentos com licitação;
- fomento da atividade econômica local com a injeção de novos recursos nos municípios;
- maximização do valor do benefício para a família;
- maior controle e monitoramento do Programa, por meio do cadastramento de cada beneficiário;
- focalização na população de mais baixa renda;
- flexibilização dos alimentos fornecidos;
- reforço da agenda de compromissos do beneficiário, estimulando sua corresponsabilidade;
- eliminação da logística de gerenciamento de estoque, tais como, armazenamento, controle, distribuição e entrega de leite e óleo; e
- possibilidade de adoção de ações complementares direcionadas às famílias beneficiárias, como por exemplo, programas de gerações de renda, capacitação profissional, hortas caseiras etc.

Assim, ao encerrar o ano de 1999, o Programa **Alimentação Saudável** apresentava suas ações implementadas e fortemente consolidadas. Em janeiro de 2000, o Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais já estava implantado em 87% dos 5.507 municípios brasileiros, com uma estimativa de 850 mil beneficiários (92% da cobertura máxima prevista). Os recursos do ICCN repassados aos municípios em 1999 superaram o montante de R\$ 127 milhões. Em 2000, foi ultrapassada a marca de R\$ 152 milhões aplicados no combate às Carências Nutricionais. Nesse ano, o Programa **Alimentação Saudável** estava estruturado em quatro ações principais com recursos previstos no PPA 2000 - 2003.

Às ações descritas como integrantes do Programa Alimentação Saudável em 2000, foi acrescentada posteriormente a ação Assistência Financeira a Famílias visando à complementação da renda para melhoria da nutrição - Bolsa-Alimentação.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias:

- deficiência de micronutrientes (anemia ferropriva, hipovitaminose A, deficiência de iodo): 4294 - Atendimento a crianças, gestantes e idosos com micronutrientes; 0603 - ICCN; 3890 - Estudos e pesquisas; 3945 - Promoção de eventos;
- desnutrição energético-proteica: 0357 - Bolsa-Alimentação; 0603 - ICCN; 3890 - Estudos e pesquisas; 3945 - Promoção de eventos; e
- práticas alimentares e estilos de vida inadequados: 0357 - Bolsa-Alimentação; 0603 - ICCN; 3890 - Estudos e pesquisas; 3945 - Promoção de eventos; Incentivo à Promoção Nutricional e Modos de Vida Saudáveis (ação que deve ser implementada no futuro);

Em relação aos aspectos do Programa que necessitam ser aperfeiçoados, destacam-se:

- inclusão de nova ação: deve-se pensar futuramente a inserção, no Programa **Alimentação Saudável**, de uma ação que enfoque a promoção de hábitos de alimentação, nutrição e vida saudáveis. A denominação sugerida para esta nova ação seria Incentivo à Promoção Nutricional e Modos de Vida Saudáveis - IPNMVS. Esta ação tem como objetivo estimular, fortalecer e consolidar as estratégias de promoção da saúde, compondo o elenco de responsabilidades e ações estratégicas mínimas pactuadas para a atenção básica. Os recursos necessários para a implementação desta ação estão estimados em R\$ 87,8 milhões. O produto desejado para esta ação é o desenvolvimento de projetos relacionados à melhoria da alimentação e nutrição em cada município brasileiro abrangendo especialmente a população não atendida pelo Bolsa-Alimentação; e
- exclusão da ação: conforme amplamente exposto, a ação 0603 - ICCN será encerrada no final de 2002, segundo o texto da Portaria MS/GM/Nº 1.920 de 22 de outubro de 2002, logo, as metas do ICCN para 2003 deverão ser zeradas. O Bolsa-Alimentação tem como meta primordial atender a cerca de 3,5 milhões de beneficiários, o que somente será possível com suplementação ao valor previsto na proposta orçamentária 2003;

Em relação aos aspectos da estratégia de implementação que precisam ser aperfeiçoados, verifica-se:

- a busca de parcerias com os demais setores da sociedade envolvidos na Segurança Alimentar e Nutricional e, por conseguinte, na concretização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, leva em conta a adoção ou implementação de medidas essenciais que poderão redundar em impacto importante sobre a saúde da população;
- a articulação com outros ministérios melhorou nos últimos três anos, entretanto, há espaço para aperfeiçoamento. Pretende-se futuramente melhorar ainda mais a interação, principalmente, com os ministérios da Agricultura e do Abastecimento; do Trabalho e Emprego; da Educação; das Relações Exteriores; Extraordinário de Política Fundiária e da Integração Nacional;
- está ocorrendo uma melhora gradativa dos mecanismos de controle e desempenho com a implantação do Sistema de Informações Sisvan/SBA. Quando este Sistema estiver funcionando em toda a sua plenitude, consistirá uma ferramenta gerencial fundamental no monitoramento do Programa **Alimentação Saudável**; e
- deve-se procurar aprimorar o desempenho na operacionalização das ações pelos gestores estaduais e municipais. Desta forma, a coordenação do Programa está enfatizando contundentemente a capacitação de gestores municipais e estaduais.

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa **Alimentação Saudável** são:

- pagamento da Bolsa-Alimentação diretamente às famílias a partir do cadastramento único do Governo Federal. Com a utilização de um cartão magnético para retirar o recurso a ele destinado, o beneficiário tem acesso direto ao benefício;

- interação com os demais programas da atenção básica em nível local: a capacitação e o treinamento de profissionais ligados à atenção básica, especialmente os Agentes Comunitários de Saúde, fazem o diferencial na qualidade do atendimento do cidadão usuário do SUS;
- estimativa e seleção de beneficiários: no ICCN e no Bolsa-Alimentação, o número de beneficiários a ser atendido em cada município brasileiro foi estimado por modelos estatísticos de predição baseados em dados socioeconômicos e nutricionais provenientes de pesquisas de base domiciliar, de abrangência nacional;
- criação e desenvolvimento de sistemas de informações;
- vigilância alimentar e nutricional: em 2002 ocorreu um aprimoramento do Sistema de Informações com a instalação da versão Sisvan/SBA que permitirá o acompanhamento da situação nutricional do público-alvo do Bolsa-Alimentação e restante da população atendida no Sistema Único de Saúde;
- capacitação intensiva dos gestores estaduais e municipais na operacionalização do Sistema de Informações, assim como a capacitação intensiva das equipes do Programa Saúde da Família - PACS/PSF, com informações necessárias à obtenção de alimentação nutricionalmente correta a baixo custo; e
- parcerias: a criação e consolidação dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição e o apoio à estruturação das áreas técnicas nos estados têm contribuído de forma decisiva para a disseminação e aprimoramento da atenção básica.

.....

Antes do ICCN, 294 municípios mantinham suas atividades de combate às carências nutricionais mediante convênio celebrado com o Ministério. Em 1998, a cobertura do ICCN abrangeu 3.225 municípios, atingindo 597.725 beneficiários. Em 1999, houve ampliação da abrangência para 4.793 municípios, perfazendo um total de 850.013 beneficiários. Em 2000, atingiu-se o atendimento a 871.098 beneficiários em 5.026 municípios. Até dezembro de 2001, foram qualificados 5.127 municípios, com um total estimado da ordem de 880 mil crianças, gestantes e idosos atendidos. No final de 2001, o ICCN estava presente em 92% dos municípios brasileiros, atendendo a 95% do total de 922.536 beneficiários estimados nos estudos iniciais.

Implementação

Desde a instituição do ICCN, em 1998, o teto financeiro anual tem sido da ordem de R\$ 167 milhões. No período 1998 a 2001, foram repassados aos municípios cerca de R\$ 483,5 milhões como incentivo ao combate às carências nutricionais.

No período 2000-2002 não houve problemas de continuidade nos fluxos financeiros que atrapalhassem a execução do Programa **Alimentação Saudável**.

Os recursos pertinentes ao Programa **Alimentação Saudável** não sofreram interrupção durante o ano 2002. Não houve problemas de continuidade nos fluxos financeiros que atrapalhassem a execução do Programa **Alimentação Saudável**. Ainda assim, o cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, assim como os recursos humanos.

Não houve alterações na lei orçamentária em 2002 que afetassem o Programa **Alimentação Saudável**. A inserção da ação 0357 - Assistência financeira à família visando a complementação da renda para melhoria da nutrição - Bolsa-Alimentação, em 2001, é que impactou de forma contundente e ampla o Programa **Alimentação Saudável**, pela nova dimensão alcançada.

Quanto às restrições que interferiram no desempenho do Programa, ocorreram problemas gerenciais de estados e municípios. Deve-se ressaltar que a maioria dos municípios brasileiros vem, gradativamente, aprimorando sua estrutura e recursos humanos para operacionalizar os programas descentralizados do Governo Federal com a celeridade necessária. A melhoria do desempenho dos gestores municipais e estaduais é essencial, o que está sendo enfatizado nas intensivas capacitações realizadas. A decisão governamental de unificar os cadastros dos programas sociais interferiu, num primeiro momento, no cronograma de implantação do programa Bolsa-Alimentação. Não se pode questionar, entretanto, o grande alcance posterior dessa medida. Se os municípios, responsáveis diretos pelo cadastramento, necessitaram, no início, de uma atenção especial para se adaptarem às rotinas operacionais e tecnológicas que o cadastramento único introduziu, hoje a realidade é bastante diferente. Há um expressivo domínio do processo em todo o País.

Também ocorreram alguns imprevistos no desenvolvimento do Sistema de Informações Sisvan/SBA, essencialmente quanto ao cronograma estabelecido pelo Datasus, e que já foram superados. Este sistema será implementado de forma ampla em 2003.

Outras interferências foram:

- inadimplência - houve situações em que a inadimplência com o INSS, por parte de alguns convenentes, implicou atraso na liberação de recursos. Isso ocorreu não só com instituições públicas e privadas, mas também com secretarias estaduais. O atraso no encaminhamento da documentação exigida e seu correto preenchimento também prejudicou o desenvolvimento da ação 3890; e
- lentidão da tramitação - a ação 3890 - Estudos e pesquisas sobre alimentação saudável e recuperação nutricional envolve uma minuciosa e exigente tramitação que culmina na celebração dos convênios. Em virtude desse rigoroso processo, que envolve diversas áreas do Ministério da Saúde, a liberação dos recursos de alguns projetos atrasou, o que levou a inscrição em restos a pagar dos recursos comprometidos para alguns projetos.

Em relação ao monitoramento do desempenho físico das ações do Programa, verifica-se que as famílias beneficiadas no programa Bolsa-Alimentação são assistidas por uma equipe do PACS/PSF ou por uma unidade básica de saúde. Os dados antropométricos (peso e altura) são registrados no Cartão de Saúde e no Formulário de Acompanhamento. A participação dos beneficiários, nas atividades do Programa, deverão ser registradas na caderneta do programa Bolsa-Alimentação (que fica de posse da família) e no Formulário de Avaliação da Agenda de Compromissos.

Os dados referentes ao acompanhamento de crianças e gestantes devem ser digitados no Sistema de Informações Sisvan/SBA e transmitidos, via internet, para o módulo federal todas as vezes que os beneficiários comparecerem às consultas de rotina, bem como as atividades específicas do programa Bolsa-Alimentação. Após estes dados serem enviados, imediatamente, estarão disponíveis para acesso da Secretaria Estadual de Saúde e do Ministério da Saúde. A implementação completa do monitoramento exposto acima permite acompanhar a evolução do estado nutricional dos beneficiários, ao mesmo tempo em que possibilita mensurar periodicamente as taxas constantes do PPA 2000 - 2003.

O instrumento para acompanhamento do estado nutricional das crianças e o ganho de peso das gestantes é o Cartão de Saúde. O Cartão será fundamental para que a equipe de saúde possa monitorar a tendência de ganho de peso dos beneficiários e alimentar os dados do Sisvan.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan é um sistema de informações sobre condições alimentares e nutricionais da população e seus determinantes, o qual objetiva fornecer a base para decisões políticas, de planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e estado nutricional da população.

A implementação completa do monitoramento por meio do Sistema Sisvan/SBA, permitirá acompanhar a evolução do estado nutricional dos beneficiários, ao mesmo tempo em que possibilitará mensurar periodicamente as taxas constantes do PPA 2000 - 2003 pertinentes ao Programa **Alimentação Saudável**.

Está sendo realizada uma avaliação de impacto do Bolsa-Alimentação. Foram realizadas 1.300 entrevistas em seis municípios, em 2002. A amostra total é de 1.834 entrevistas em dezenove municípios. Os dados já coletados estão sendo digitados e analisados.

A análise preliminar dos resultados constatou que 96,2% dos beneficiários entrevistados afirmaram usar os recursos para compra de alimentos. Os recursos são gastos principalmente na compra de leite e fruta, seguida da compra de verduras, arroz, feijão e carnes. Oitenta e cinco por cento dos responsáveis declararam não ter qualquer dificuldade ou problema no recebimento do benefício. A maior parte dos entrevistados (83,8%) declarou não ter problemas no acesso aos serviços de saúde, o que induz a imagem de serviços de saúde adequados para esta faixa da população, particularmente nos municípios em que o PACS/PSF possui maior cobertura populacional.

Em consonância com as diretrizes da PNAN, identifica-se o fomento de informações sobre alimentação saudável como estratégia fundamental para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população e conseqüente melhoria do seu perfil epidemiológico e alimentar e nutricional. Nesta linha, vem sendo efetivada a elaboração de guias alimentares para a população brasileira e para grupos específicos, bem como material instrucional e educativo para profissionais da atenção básica de saúde.

O Ministério da Saúde, ao orientar as ações, programas e serviços que derivam da Política de Alimentação e Nutrição, no âmbito das diretrizes do SUS, elege a capacitação dos profissionais de saúde, em particular aqueles que atuam na atenção básica de saúde, como estratégia fundamental neste processo. Vale destacar que tal capacitação deve abordar conteúdos que consolidem a implantação da PNAN, tais como, direitos humanos à alimentação, a importância da segurança alimentar e nutricional para o perfil de saúde e nutrição da população, bem como para o direcionamento das ações na área e a relevância do enfoque da promoção da alimentação saudável, em todo o ciclo vital.

Nesse sentido, a Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição - CGPAN e o Departamento de Atenção Básica - DAB, em parceria com o Projeto Promoção da Saúde, todos pertencentes à estrutura da Secretaria de Políticas de Saúde, elaboraram uma estratégia de capacitação dos profissionais do Programa de Agentes Comunitários de Saúde/Saúde da Família - PACS/PSF e demais profissionais da atenção básica de saúde em conhecimentos sobre alimentação, nutrição e modos de vida saudáveis. No período decorrido entre dezembro 2001 e junho de 2002 foi concretizada a primeira etapa da estratégia adotada, por meio da realização de oficinas macrorregionais, capacitando-se 280 profissionais nos 27 estados da Federação. Esses profissionais serão os facilitadores e executores das demais etapas de capacitação em seus respectivos estados.

Quanto à capacitação da equipe gerencial no período 2000-2002:

- a equipe foi reforçada em termos quantitativos e qualitativos. Todos os novos membros, escolhidos em conformidade com sua condição curricular, foram

capacitados com pertinência e tenacidade. Esse esforço foi amplamente recompensado na medida em que a CGPAN passou a contar com profissionais altamente qualificados após séries de treinamentos e produção de materiais técnicos. Nesse contexto, houve a produção de manuais, questionários e folhetos diversos que facilitaram a adequação do conhecimento dos profissionais da CGPAN. Houve a transformação de uma área técnica em uma Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição - CGPAN constituída por setores com funções bem definidas. Houve também um intenso processo de capacitação dos integrantes da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa.

Quanto à capacitação das equipes nos níveis estadual e municipal:

- a estimativa é que em 1998, 1999, 2000 e 2001 foram capacitados técnicos em todos os municípios que implantaram o ICCN. Em 2001, houve capacitação de técnicos responsáveis pelo ICCN e de técnicos voltados para a implementação do programa Bolsa-Alimentação. Em 2002, a capacitação vem ocorrendo no Bolsa-Alimentação. A média do ICCN, desde sua criação em 1998, foi de um técnico por município. No programa Bolsa-Alimentação foram dois técnicos por município em duas situações distintas, portanto quatro por município. Quanto aos estados, houve, em cada situação, a média de dez técnicos capacitados por ano, incluindo profissionais das secretarias estaduais e as regionais de Saúde. A estimativa é que mais de 32 mil profissionais foram capacitados para as ações do Programa **Alimentação Saudável** nos estados e municípios no período 2000-2002.

Em relação às vantagens ou desvantagens dos principais parceiros do Programa, destacam-se:

- Gestores Municipais - responsabilidade pelo cadastramento e acompanhamento das famílias.
- Programa Saúde da Família - as equipes do Programa Saúde da Família incentivam e cobram dos beneficiários o atendimento da agenda de compromissos.
- Gestores Estaduais - Coordenação do Programa no Estado: apoio técnico e capacitação dos municípios. Participação no processo de avaliação do Programa.
- Centros Colaboradores - exercem papel importante no apoio técnico-científico e na avaliação do Programa em todo País.
- Datasus - desenvolvimento do sistema de informações e viabilização dos pagamentos do Bolsa-Alimentação.
- Denasus - Auditorias e supervisões nos municípios.
- Caixa Econômica Federal - Cadastramento das famílias beneficiadas e viabilização do pagamento da bolsa. Capilaridade permite realização do pagamento das bolsas em todos os municípios do País.

Em relação aos parceiros de outros programas do PPA:

- Há uma integração bem definida com o Programa de Saúde da Família - Programa de Agentes Comunitários de Saúde, fundamental para eficácia do Programa **Alimentação Saudável**, especialmente quanto às ações básicas de saúde, e com o Programa Toda Criança na Escola (Bolsa-Escola), do Ministério da Educação.

- Deve-se enfatizar o trabalho técnico realizado pela CGPAN em parceria com diversos outros órgãos. A CGPAN é parceira do Programa Saúde da Criança, contribuindo na formulação de materiais técnicos que discorram sobre alimentação e nutrição de crianças e na formulação do Protocolo de Atenção à Criança de zero a dez anos, buscando a Promoção de Ambiente Saudável na escola, na família e em outros ambientes da criança.
- Está sendo formulada parceria com o Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde - Desai/Funasa com o objetivo de promover a alimentação saudável em comunidades indígenas.

Quanto aos mecanismos de participação da sociedade:

- A concepção do programa Bolsa-Alimentação enfatiza o controle social via Conselhos de Saúde, associações de moradores e obviamente dos ministérios públicos federal e estaduais. A participação do Conselho Municipal de Saúde no Bolsa-Alimentação ocorre já no momento inicial da adesão do município, que necessita da Carta do Conselho Municipal de Saúde para aprovar sua adesão. Todas as informações do Programa devem estar disponíveis aos conselheiros, que participam inclusive da fiscalização da listagem de beneficiários.
- O Programa não avalia a satisfação dos usuários/beneficiários em relação à sua execução. No entanto, apesar de não mensurar de forma sistematizada a satisfação do usuário, já foram desenvolvidas pesquisas com o objetivo de demonstrar a efetividade do Programa Alimentação Saudável. A aferição indireta do grau de satisfação do usuário com o serviço prestado tem sido feita, ainda que de forma não sistemática, pela participação no Disque-Saúde. Os índices de satisfação com o Bolsa-Alimentação são grandes, sendo que 95% dos entrevistados declararam-se satisfeitos ou totalmente satisfeitos com o Programa. Além disso, observa-se que há um bom atendimento das expectativas dos beneficiários quanto ao Programa. Constatou-se que a maior parte das pessoas (83,8%) prefere receber o benefício na forma de dinheiro, em vez de recebê-lo por meio de alimentos em espécie ou de outras maneiras.
- Foram realizadas 2.328 entrevistas a beneficiários, com aplicação de instrumento de avaliação amostral do ICCN. Os beneficiários, pertencentes a 308 municípios de todos os estados brasileiros, receberam visita domiciliar de profissionais das unidades de saúde locais, em geral acompanhados pelo Agente Comunitário de Saúde do bairro, e responderam a uma série de questões inerentes ao ICCN. Essas questões abordavam aspectos referentes à forma de utilização dos produtos, tipo de orientação recebida pelo beneficiário e grau de satisfação em relação ao incentivo. Neste último item, em especial, apenas 2,5% dos beneficiários opinaram que achavam o ICCN regular ou ruim.
- O instrumental de avaliação que está sendo desenvolvido possibilitará mensuração da satisfação do usuário com o programa Bolsa-Alimentação. O art.14, da Portaria nº 1.920, estabelece que a avaliação de impacto do Programa deve contemplar a análise de seus efeitos a curto, médio e longo prazos, tanto na esfera individual e familiar quanto no contexto comunitário. A mensuração da efetividade do Programa será fundamental no processo de avaliação.

Assistência Farmacêutica

Resultados O Programa tem por objetivo garantir o acesso da população a medicamentos básicos.

No período de 2000 a 2002 o Programa atingiu 100% da população prevista. Destacam-se como pontos positivos os seguintes:

- incentivo financeiro a municípios habilitados à parte variável do Piso de Atenção Básica para Assistência Farmacêutica - Farmácia Básica, cobrindo toda a população nacional;
- a Farmácia Popular é uma ação que consiste na aquisição e distribuição de kits de medicamentos de atenção básica, com 31 medicamentos que são distribuídos para cada equipe do Programa Saúde da Família, de três em três meses. Importante ressaltar que, como a distribuição está ligada ao Programa Saúde da Família, tem-se a certeza de que o medicamento vai chegar ao doente com a avaliação de um médico e um enfermeiro, ou seja, um profissional habilitado. Desde 2001 foram distribuídos um total de 89 mil kits;
- desenvolvimento e implantação dos Núcleos de Apoio Avançados nos almoxarifados de todos os estados e no Distrito Federal que, por meio do Sistema Informatizado de Medicamentos, estão disponibilizando, *on-line*, informações gerenciais quanto aos estoques e distribuição dos medicamentos estratégicos; e
- modernização e reestruturação de treze laboratórios oficiais - Projeto Guarda-chuva, que trata da modernização e reestruturação dos laboratórios oficiais. Verifica-se que a grande dificuldade dos municípios, que receberam o valor de R\$ 1,00 habitante/ano do Ministério da Saúde, é que não tinham de quem comprar. Nesse contexto, o principal objetivo do Projeto é incentivar o crescimento da oferta de medicamentos para Atenção Básica de Saúde, fazendo como que estes sejam disponibilizados ao menor valor possível, possibilitando que o município adquira o medicamento.

Com licitações mais transparentes e ágeis, o Ministério da Saúde passou a comprar melhor os medicamentos que distribui a estados e municípios. Conseguiu adquirir medicamentos a preços reduzidos. Destaque para a licitação tipo pregão. Pregão é a modalidade de licitação instituída pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, para aquisição de bens e serviços comuns, promovida exclusivamente no âmbito da União, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de propostas de lances para classificação e habilitação do licitante com a proposta e menor preço. É um procedimento que dá transparência e agilidade nas compras, uma vez que o prazo de divulgação do edital é de apenas oito dias úteis. No Ministério da Saúde tem-se utilizado rotineiramente essa modalidade de licitação, com resultados surpreendentes. Na licitação convencional tem-se a oportunidade de interpelações judiciais e administrativas, que aumentam muito o tempo do processo, prejudicando a aquisição do produto. No pregão, essas ações são menores, uma vez que no mesmo momento todos os atores estão vendo e tomando conhecimento das decisões.

Gerente:

Platão Fischer Puhler

Também passou-se a conhecer com maior precisão a demanda, ou seja, a quantidade certa, de acordo com o número de pacientes atendidos. Destaque para a criação do

Registro Nacional de Preços de Medicamentos e Correlatos.

Quando o Ministério da Saúde repassa mensalmente às prefeituras os valores correspondentes à Atenção Farmacêutica Básica, ele acredita que os mesmos serão transformados em remédios. Entretanto, ao monitorar os repasses do ano de 1999, observou-se uma grande dificuldade do gestor municipal em adquirir os produtos. Burocracia, falta de conhecimento, economia de escala e longas distâncias foram alguns dos problemas identificados.

No intuito de contribuir para a plena utilização destes recursos, o Ministério da Saúde criou, em 2001, o Registro Nacional de Preços de Medicamentos e Correlatos, que é uma licitação pública, na modalidade de Concorrência, onde os licitantes apresentam os seus preços para registro. Aquele que atender às condições solicitadas no edital e possuir o menor preço será declarado vencedor.

Estados, municípios, Distrito Federal e órgãos vinculados a estas esferas de governo e ao Ministério da Saúde, podem comprar os produtos aos preços registrados sem necessidade de um processo licitatório, utilizando a Ata de Registro de Preços do Ministério da Saúde. Isso torna o procedimento de aquisição bem mais ágil, garantindo a possibilidade de adquirir pequenas quantidades ao preço de venda de grandes volumes, evitando a formação de estoques excessivos e otimizando a utilização dos recursos financeiros disponíveis. A utilização do Sistema Nacional de Registro de Preços de Medicamentos e Correlatos está prevista na Lei nº 10.191, de 2001.

Mais de 100 medicamentos estão registrados e após sua implantação observou-se uma melhora sensível na aquisição de produtos por meio das Secretarias Municipais de Saúde.

O Ministério investiu e está investindo na melhoria da tecnologia dos laboratórios oficiais. Resultado: controle da qualidade dos medicamentos, estímulo à concorrência com laboratórios privados e redução de preços.

O Ministério da Saúde vem ampliando as discussões sobre novas propostas de gestão que, aplicadas pelos estados e municípios, possam garantir uma melhora no processo de descentralização, especificamente na questão do medicamento.

Um ponto muito importante também foi colocar em funcionamento o Sistema de Núcleos de Apoio Avançados - NUAPs. Buscando qualidade dos serviços oferecidos, foi desenvolvido e está sendo implantado nos almoxarifados estaduais, os Núcleos de Apoio Avançados - NUAPs, que por meio do Sistema Informatizado de Medicamentos - Simed, disponibiliza, *on-line*, informações gerenciais quanto à distribuição dos medicamentos, adquiridos pelo Ministério da Saúde e distribuídos aos estados.

Com os NUAPs, obteve-se uma melhora no sistema de informações gerenciais, proporcionando aos gestores federais e estaduais, a execução da programação anual de medicamentos com os ajustes e a racionalidade necessária ao sucesso dos programas desenvolvidos.

Assim, quando o produto adquirido pelo Ministério da Saúde chega ao almoxarifado de medicamentos de todos os estados da Federação, automaticamente e concomitantemente, ele é registrado no banco de dados central (Ministério da Saúde/Brasília), e passa a fazer parte do estoque nacional.

Para se conferir se este procedimento foi implantado em cada almoxarifado estadual, há um ponto do sistema informatizado, que é operado por dois funcionários vinculados ao Ministério. Este mecanismo tem fornecido grande segurança ao processo de distribuição dos produtos e também no acompanhamento e rastreamento dos remédios para o serviço de controle de qualidade.

Os principais resultados esperados até 2003 são:

- redução nos preços dos medicamentos adquiridos e distribuídos pelo Ministério da Saúde a estados e municípios;
- aumento do número de pessoas atendidas pelo Programa de **Assistência Farmacêutica**;
- maior controle das entregas e a garantia da qualidade do medicamento; e
- facilidade de estados e municípios em comprar o medicamento, por meio do Registro Nacional de Preços.

..... **Concepção**

O problema ou a demanda da sociedade que deu origem ao Programa foi a necessidade do medicamento básico chegar à população de forma geral, mas principalmente à população carente. Com a desativação da Central de Medicamentos - CEME, o Programa de **Assistência Farmacêutica** vem suprir essa necessidade. Ao longo do seu desenvolvimento as ações foram executadas visando sempre melhorar e facilitar o acesso da população ao medicamento.

O Programa de **Assistência Farmacêutica Básica**, instituído pela Portaria nº 176, de 8 de março de 1999, que estabelece critérios e requisitos para a qualificação dos municípios e estados ao incentivo à assistência farmacêutica e define valores a serem transferidos, é um novo mecanismo de financiamento do Sistema Único da Saúde - SUS, no qual o Ministério da Saúde repassa aos fundos estaduais e/ou municipais de saúde, recursos financeiros na ordem de R\$ 1,00 por habitante/ano, com uma contrapartida estadual e municipal de no mínimo R\$ 1,00 por habitante/ano.

Importante citar que a aplicação destes recursos, na aquisição dos medicamentos voltados para a assistência farmacêutica básica, é da responsabilidade dos gestores estaduais e municipais.

A concepção do Programa pode ser considerada adequada e concorre para a obtenção dos resultados esperados, atingindo 100% do público-alvo.

Quanto à regionalização, ressalta-se que o repasse do incentivo é realizado por meio de recursos financeiros, ficando o município com a responsabilidade de adquirir o medicamento. Não há um problema quanto à caracterização do público-alvo, uma vez que cabe ao município, com o recebimento da verba, comprar o medicamento de forma a atender as necessidades da sua região. Por exemplo, alguns medicamentos que são utilizados na região Nordeste, tendo em vista as condições socioeconômicas, não são os mesmos que serão utilizados na região Sul. Verificamos aí um fator de sucesso do Programa, pois fica sob a responsabilidade do gestor municipal a decisão do que comprar, de forma a atender da melhor maneira possível à população da sua cidade.

Importante relacionar que o Programa **Assistência Farmacêutica** desenvolve outras ações, tais como distribuição de medicamentos relacionados a outros programas como Aids, *Diabetes mellitus*, endemias focais, hanseníase, hemoderivados e tuberculose.

Ações decorrentes:

- distribuição direta e gratuita a todos os doentes dos medicamentos necessários (anti-retrovirais) e os kits para testes de HIV. O Programa é considerado como referência mundial, em função dos resultados obtidos, atingindo uma população/beneficiada de 131 mil/doentes por ano;

- distribuição gratuita, a todos os diabéticos, de insulina e glibenclamida;
- distribuição gratuita dos medicamentos para controle e combate das doenças malária, leishmaniose, cólera, esquistossomoses, meningite, peste e tracoma;
- distribuição gratuita, a todos os doentes, dos medicamentos: clofazimina, dapsona, minciciclina, ofloxacino e outros;
- atendimento gratuito pela rede de fatores de coagulação VII, VIII e IX; e
- distribuição gratuita, a todos os doentes, dos medicamentos necessários ao tratamento de tuberculose.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que necessitam ser aperfeiçoados, destacam-se:

- programação de eventos técnicos, com a participação de gestores municipais, estaduais e federais, de forma a promover o intercâmbio de experiências, contribuindo tecnicamente com os parceiros na difusão de informações específicas, troca de experiência no contexto da Assistência Farmacêutica, bem como no âmbito da Política de Medicamentos.
- aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão do Programa junto à gestão municipal.

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa foram:

- promoção de licitações mais transparentes e ágeis, permitindo que o Ministério passasse a comprar melhor os medicamentos que distribui a estados e municípios. Foi possível adquirir medicamentos a preços reduzidos para fornecimento do Programa Farmácia Popular, para distribuição por meio do Programa Saúde da Família;
- conhecimento, com maior precisão, da demanda, ou seja, a quantidade certa de acordo com o número de pacientes atendidos; e
- investimento na melhoria da tecnologia dos laboratórios oficiais. Resultado: controle de qualidade dos medicamentos, estímulo à concorrência com laboratórios privados e redução de preços.

Os recursos financeiros liberados foram suficientes para cobertura do atendimento de medicamentos ao público-alvo, em um fluxo, ao longo do exercício, compatível com a programação. A execução físico-financeira das ações do Programa é inteiramente desenvolvida pelo Ministério da Saúde, com parcerias junto a municípios.

Implementação

O repasse de recursos é feito fundo a fundo e os municípios prestam contas, possibilitando verificar a execução do Programa. Quanto às ações de distribuição de medicamentos como a Farmácia Popular e Distribuição de Medicamentos Estratégicos, conta-se com a avaliação que é feita por grupos técnicos, no âmbito estadual e municipal, de forma muito precisa.

Verifica-se que há necessidade de capacitação da equipe gerencial de forma a atender melhor o público-alvo, embora, de maneira genérica, os recursos humanos estejam adequados para a implementação do Programa, assim como também estão adequados os recursos materiais e a infra-estrutura.

Não houve restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto e nem interferências dos processos de contratos e convênios na implementação do Programa.

A evolução do esforço de capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações nos níveis estadual e municipal é considerada boa, mas é possível melhorar, por meio de treinamento de equipes e troca de experiências entre os gestores federais, estaduais e municipais.

O desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas foi satisfatório.

Destaca-se a importância de realizar parcerias com laboratórios oficiais, privados e ONGs.

O Programa não possui mecanismo de participação da sociedade.

A satisfação do usuário é medida por meio de avaliação realizada pela área técnica responsável pelo Programa (não foi especificado qual o mecanismo utilizado).

Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar

.....
O Programa tem por objetivo promover o acesso equitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, emergenciais e hospitalares no Sistema Único de Saúde - SUS.

Resultados

Como principais resultados do Programa, destacam-se:

- a ampliação da modalidade de transferência com base nos repasses automáticos diretamente do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais, na medida em que consolida o processo de descentralização da gestão da assistência à saúde no SUS;
- organização e gerenciamento do Programa de Medicamentos Excepcionais, o que possibilitou a otimização dos recursos utilizados e a ampliação do número de medicamentos disponíveis para população (no ano de 2002, 129.268 pacientes receberam esse tipo de medicamento); e
- financiamento de campanhas e mutirões para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, como a cirurgia de catarata, de próstata, varizes e outros.

O principal impacto do Programa foi garantir a assistência hospitalar e ambulatorial à população brasileira, tendo sido viabilizada por mês, em média, 977 mil internações hospitalares, 594 mil sessões de terapia renal substitutiva, 461 mil de radioterapia e 88 mil de quimioterapia, dentre outros procedimentos como consultas, cirurgias eletivas, radiodiagnóstico etc.

Com relação a pontos positivos que contribuíram para o alcance dos objetivos do Programa, pode-se destacar:

- criação do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC que permitiu a elevação da oferta de outras ações assistenciais;
- o financiamento dos mutirões garantindo o acesso a cirurgias eletivas que, de outra forma, relegariam milhares de cidadãos a incapacidades e sofrimentos perfeitamente evitáveis;
- o financiamento de procedimentos de alta complexidade, como transplantes, Terapia Renal Substitutiva e outros, possibilitando para muitos brasileiros, a sua sobrevivência ou melhoria acentuada em sua qualidade de vida; e
- cobertura pelo FAEC dos procedimentos de alta complexidade tecnológica ou de alto custo, permitindo maior cobertura assistencial, sua desconcentração espacial no território dos estados, e o atendimento das pressões de demanda de casos de alta gravidade, como Terapia Renal Substitutiva (Hemodiálise e Diálise Peritoneal Contínua), quimioterapia e radioterapia.

A estratégia de implementação que mais contribuiu para o alcance dos resultados foi a ampliação das transferências fundo a fundo dos recursos federais aos estados e municípios brasileiros, habilitados de acordo com a Norma Operacional Básica - NOB 01/96, tendo sido garantido o fluxo regular no repasse desses recursos, bem como a autonomia de gestão da assistência à saúde nos âmbitos estadual e municipal.

Gerente:

João Gabbardo dos Reis

Dentre os fatores que dificultaram a implementação do Programa em 2002, destacam-se a inadequada infra-estrutura e a deficiência de recursos humanos para dar suporte à gerência.

Analizando-se o Programa frente aos indicadores selecionados - com base na comparação entre os índices registrados em 2000 e 2002 - pode-se observar que, em geral, os resultados foram satisfatórios, com destaque para o incremento financeiro destinado à área da atenção básica, que apresentou um crescimento de 27%.

O alcance desse resultado foi possível em razão de mudanças na lógica e nos modelos de financiamento da assistência, cujos critérios de distribuição dos recursos - que eram centrados no pagamento por produção de serviços - passaram a ser gradativamente substituídos por sistemas de equalização das transferências por base populacional, inicialmente com o Piso de Atenção Básica - PAB e dos incentivos para determinadas áreas, como: ações básicas vigilância sanitária; PACS; combate à carência nutricional; e saúde bucal. Mais recentemente, instituiu-se o PAB ampliado e a fixação de um valor per capita microrregional para cobertura do primeiro nível de referência da média complexidade (M1).

..... **Concepção**

A Constituição brasileira consagrou a saúde como direito de todos e dever do Estado. A Constituição também estabelece que as ações e serviços de saúde devem ser providos por um Sistema Único de Saúde, organizado segundo as seguintes diretrizes: descentralização e mando único em cada esfera. O Sistema Único de Saúde deve ser capaz de promover e otimizar o atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população, por meio de assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população, prestado pela rede pública e contratada/conveniada.

Assim foi instituído o Programa Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar como um dos instrumentos de implementação do Sistema Único de Saúde, destinado a viabilizar o custeio da assistência hospitalar e ambulatorial na rede de serviços do SUS.

..... **Implementação**

Em 2002, o desempenho físico das ações, com recursos descentralizados, ocorreu dentro do previsto. A execução descentralizada das ações desse Programa tem garantido o alcance das metas físicas, considerando que a execução das ações e serviços de saúde no SUS é da competência dos municípios e não do nível federal. No que tange ao desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas, o Programa possui somente uma ação executada pelos hospitais da rede federal, cujo desempenho físico foi considerado satisfatório.

Em relação ao esforço de capacitação no âmbito da equipe gerencial, considerando que, em geral, o gerente do Programa acumula outras atividades no âmbito da instituição, para facilitar a sua participação nos cursos de capacitação, sem prejuízo das demais funções, poderia se buscar alternativas aos cursos presenciais por aqueles via internet, tendo em vista a sua flexibilidade quanto ao horário mais adequado para cada profissional participante desse processo.

Em relação à capacitação das equipes estaduais e municipais, durante o período de 2000 a 2002, foram realizados treinamentos em todo o País com vistas à melhoria tanto da capacidade gerencial da rede de serviços quanto da qualidade do atendimento aos usuários do SUS. Nesse sentido, vale destacar as seguintes iniciativas por parte da Secretaria de Assistência à Saúde:

- criação do Programa Centros Colaboradores para a Qualidade da Gestão e Assistência Hospitalar, cujo objetivo é transferir ou construir conhecimentos e tecnologia em todos os hospitais vinculados, capacitando-os a gerenciar os recursos disponíveis de forma racional, para minimizar custos administrativos e de produção, constituindo-se em importante estratégia para o enfrentamento dos problemas gerenciais pelos quais passam os hospitais integrantes do SUS; e
- criação do Programa de Humanização da Assistência Hospitalar, por meio do qual foram capacitados profissionais dos hospitais para um novo conceito de assistência à saúde que valorize a vida humana e a cidadania.

Com relação às parcerias no âmbito de atuação governamental, é importante destacar que, em razão da superação da Norma Operacional Básica - NOB SUS 01/96, pela Norma Operacional da Assistência - NOAS 01/02, o processo de habilitação de estados e municípios foi suspenso durante o período de negociação da NOAS no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite. Desta forma, foi comprometido o cumprimento das metas relacionadas à habilitação de municípios na gestão plena do sistema, previstas no Programa **Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar**.

Quanto às parcerias com outros programas do PPA, ressalta-se que, tendo em conta que o Programa **Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar** foi desenvolvido no sentido de viabilizar o custeio da assistência hospitalar e ambulatorial na rede do SUS, os programas direcionados a grupos populacionais específicos, como Saúde da Criança, Saúde da Mulher e Valorização e Saúde do Idoso, por exemplo, mantêm estreita relação com o Programa, na medida em que os resultados de suas ações impactam sobre a situação de saúde da população, repercutindo, desta forma, no perfil da assistência a ser prestada no âmbito do SUS. Também é de extrema importância o Programa Qualidade e Eficiência do SUS, que está relacionado à infra-estrutura da rede de serviços, por viabilizar a implantação/ampliação da rede de serviços, e aqueles destinados à capacitação dos profissionais de saúde que atuam nessa rede, como, por exemplo, o Profissionalização da Enfermagem.

Um dos principais mecanismos de participação da sociedade no Programa são os Conselhos de Saúde, que atuam nos três níveis de governo. Além dessa instância legal de controle social, vale destacar:

- o sistema de cartas aos usuários do SUS;
- o Serviço de Atendimento ao Cidadão/Usuário do Sistema Único de Saúde - SAC/SUS como estratégia para aferir a qualidade do atendimento prestado aos usuários e de fortalecer os canais de comunicação entre o Ministério da Saúde e os cidadãos; e
- o Sistema de Atendimento de Demandas Espontâneas - SADE, que prevê, em seus objetivos, a identificação, classificação e priorização de necessidades e problemas, bem como opiniões e sugestões, apresentadas espontaneamente por qualquer cidadão, não se restringindo aos usuários do SUS.

Quanto à avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários do Programa, tem-se o seguinte:

Para avaliação anual de todos os hospitais da rede assistencial, foi implantado o Programa Nacional de Avaliação Hospitalar - PNASH, que consiste na aplicação de quatro questionários padronizados em cada uma das unidades.

Os questionários são divididos em: avaliação técnica, avaliação por usuários de ambulatório, avaliação por usuários de internação e avaliação por usuários de emergência.

Os questionários de avaliação pelo usuário representam 60% do resultado final, divididos igualmente entre os usuários do ambulatório, de emergência e os internados. Neles são colhidas opiniões sobre as instalações físicas da unidade, sobre a relação com as equipes médicas e de enfermagem e com os funcionários administrativos e sobre o tempo despendido em cada procedimento.

As informações obtidas são sistematizadas pelo Ministério da Saúde e os dados são cruzados com os do Sistema de Cartas aos Usuários do SUS, quando são identificadas as distorções entre os dois sistemas de avaliação, bem como os hospitais com melhor desempenho. Os resultados finais, bem como as recomendações decorrentes, são remetidos de volta aos estados e municípios.

A execução financeira do Programa tem sido satisfatória, mas não suficiente frente à crescente demanda da população por ações e serviços de saúde e aos limitados recursos financeiros destinados ao setor (apesar da garantia de fontes estáveis para o seu financiamento, decorrente da aprovação da Emenda Constitucional nº 29).

Em 2002, houve a necessidade de suplementação orçamentária no valor de R\$ 216.161.093,00, conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi (posição em dezembro de 2002). Esta suplementação contribuiu para que o cumprimento das metas físicas ficasse dentro do previsto. O fluxo de liberação dos recursos foi compatível com a programação, contribuindo também para o cumprimento das metas estabelecidas.

O Programa **Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar** não possui ações em outros ministérios. As ações previstas nesse Programa são, em sua grande maioria, executadas pelos prestadores de serviços cadastrados no SUS, sob a gestão das secretarias estaduais e/ou municipais de saúde, de forma descentralizada.

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio dos sistemas de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS - e Hospitalares - SIH/SUS.

Controle da Hanseníase e de Outras Dermatoses

O objetivo do Programa é eliminar a hanseníase como problema de saúde pública e controlar dermatoses de interesse sanitário. Espera-se que o objetivo seja atingido até o final do ano de 2005. Portanto, o agravamento prioritário desta área é a hanseníase, doença que no Brasil se detecta a cada ano cerca de 40 mil casos novos e há aproximadamente 70 mil casos registrados.

No ano de 2000, estavam registrados 77.676 casos de hanseníase com taxa de prevalência de 4,68/10 mil hab. No ano de 2001, foram registrados 72.589 casos de hanseníase. No ano de 2002, foram detectados 35.635 casos novos e estavam registrados 78 mil casos da doença. Entre 2000 e 2001, houve uma redução de 7% em números absolutos e de 9% em relação à taxa de prevalência.

Espera-se a cada ano uma redução de 30% na prevalência de hanseníase no Brasil, chegando-se ao ano de 2005 a menos de um doente para cada dez mil habitantes, em pelo menos dezessete estados do Brasil e como média nacional. Os resultados obtidos indicam ser factível a eliminação da doença se forem mantidos os processos ora em curso. Dois estados já alcançaram a meta (RS e SC). Espera-se para 2003 que mais quatro estados possam alcançá-la (PR, SP, RN e DF).

O Plano de Eliminação da Hanseníase foi fortalecido com o trabalho das equipes do PACS/PSF e os principais resultados foram:

- aumento da detecção de casos novos (devido ao processo de mobilização de estados e municípios) - esse aumento já era esperado nas regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto os estados do Sul e Sudeste mantêm suas taxas inalteradas;
- aumento da taxa de cura em pacientes paucibacilares e multibacilares (devido ao aumento de cobertura de serviços e treinamento);
- redução de incapacidades físicas no diagnóstico de pacientes (devido ao diagnóstico precoce dos casos); e
- redução da taxa de abandono ao tratamento.

A hanseníase ainda é uma doença endêmica no Brasil. O País possui o maior número de doentes da região das Américas e a quarta taxa de prevalência do mundo. A doença é endêmica em todos os 27 estados do País, sendo maior o número de casos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Acomete a população de todas as faixas etárias, sendo mais freqüente em adultos jovens das faixas socioeconômicas mais carentes.

O Programa de Eliminação da Hanseníase tem a sua concepção baseada na descentralização e na articulação com todos os parceiros, tais como estados, municípios, OPAS/OMS, Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), ONGs etc. O trabalho com o PACS/PSF tem sido importante para o aumento de redução do abandono, do diagnóstico precoce dos casos da doença e aumento da cura dos casos.

De um modo geral, a concepção do Programa está adequada, embora necessite de aperfeiçoamento no aspecto regionalização, de forma a contemplar estratégias elaboradas de acordo com as taxas de prevalência e detecção, diferenciando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, das Regiões Sul e Sudeste.

Resultados

Concepção

Gerente:

Gerson Fernando Mendes Pereira

Com relação às principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e às ações existentes no setor, destacam-se:

- prevalência oculta: campanha de divulgação, instituição de incentivo bônus, mutirão para diagnóstico de casos novos;
- falhas no sistema de informação: implementação do Sinan, treinamento de pessoal; e
- Deficiência de pessoal capacitado: treinamento de pessoal em todos os estados.

É importante destacar ainda aspectos a serem aperfeiçoados quanto à estratégia de implementação, tais como:

- organização dos trabalhos no âmbito da gerência: é preciso aumentar a equipe e melhorar a área física;
- organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: necessidade de maior descentralização, utilizando a estrutura do PACS/PSF, o que propiciará aumento da cobertura; e
- forma de repasse dos recursos: maior agilidade no repasse de recursos de convênios por parte do Ministério da Saúde e sua execução pelos estados.

Implementação

No ano de 2002, houve uma execução financeira de quase 100% do recurso orçamentário, por meio da celebração de convênio com estados e centros de referência, aquisição de medicamentos, incentivo à detecção da prevalência oculta da doença, além da assessoria direta aos estados por meio de acompanhamento e supervisão. O recurso, no valor de R\$ 14 milhões, tem sido suficiente. Importante ressaltar que neste recurso não se inclui a aquisição de medicamentos. Todos os medicamentos de hanseníase são doados pela OMS, exceto para o tratamento dos estados reacionais. Houve descontinuidade de fluxo de recursos para os convênios estaduais e com centros de referência nacional, devido ao processo eleitoral, sem entretanto comprometer o cumprimento de metas.

O monitoramento do desempenho físico é feito por meio do acompanhamento físico e financeiro da execução dos convênios. É de responsabilidade das secretarias estaduais de saúde o repasse das informações sobre a evolução física e financeira à Secretaria - Executiva do Ministério da Saúde. Os indicadores de impacto também são úteis nesse monitoramento. Há dificuldades quanto à agilidade no repasse de recursos do Ministério da Saúde aos estados e, antes, na sua execução, levando à prorrogação dos mesmos.

O Programa de Eliminação da Hanseníase trabalha em parceria com o Morhan, que faz parte do Comitê Assessor de Hanseníase e do Conselho Nacional de Saúde. O Morhan possui núcleos em todo o País, acompanha a execução das atividades em nível estadual e municipal e é o principal mecanismo de participação social.

Tem-se trabalhado em conjunto com a OPAS/OMS e com organizações não-governamentais internacionais, Sociedade Brasileira de Dermatologia - SBD, Associação Brasileira de Hansenologia - ABH, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - Conass e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems, o que tem gerado a capacitação de recursos humanos, a produção de materiais técnico-normativos, a aquisição de medicamentos, supervisão técnica aos estados.

Também são treinadas nos estados as equipes gerenciais, por meio de cursos de gerência, o que levou à capacitação de equipes nos 27 estados brasileiros.

No ano de 2001, dentro do Plano Nacional de Mobilização para a Intensificação das Ações de Eliminação da Hanseníase, foram treinados profissionais de todo o País, perfazendo um total de 15 mil profissionais, o que deverá, no ano de 2002, impactar as ações de diagnóstico e tratamento.

Ainda assim, há pouco pessoal, em quantidade e em capacitação, nos níveis estadual e municipal e há necessidade de capacitação de pessoal para o diagnóstico, tratamento, gerência do Programa e alimentação do sistema de informação.

As condições físicas e de materiais da área no nível nacional são inadequadas. Os computadores são obsoletos e a área física é pequena para o trabalho de sete técnicos.

A pesquisa de satisfação de beneficiários não possui mecanismo próprio. A avaliação é feita levando-se em conta as ligações recebidas pelo Disque-Saúde e as reclamações e reivindicações do Morhan.

Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Resultados

O Programa tem o objetivo de desenvolver e divulgar tecnologia de produtos e processos aplicáveis em saúde pública e usa como indicador a Taxa de Produtividade dos Projetos de Pesquisa. A fórmula de cálculo do indicador é a relação percentual entre o número de artigos indexados e o total de projetos científicos em curso. Os índices obtidos em 2000 e 2001 foram, respectivamente, 55% e 51%. Em 2002, este resultado só será possível no final do ano.

O Programa é complexo, envolvendo ações de pesquisa básica, clínica, saúde coletiva e histórica, desenvolvimento tecnológico de produtos e processos, ensino de nível médio e de pós-graduação *stricto e lato sensu*, serviço de referência em doenças infecto-contagiosas para suporte ao SUS, controle de qualidade em saúde.

Portanto, o indicador constituído na formulação do PPA 2000-2003 não retrata a relevância dos resultados de suas ações para a resolução dos problemas de saúde da população.

Tendo em vista que o indicador definido para o acompanhamento do Programa não explicita a relevância do resultado de todas as ações desenvolvidas pelo Programa, é conveniente relacionar os principais resultados destas ações em 2002:

- Pesquisa Científica do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CpqAM) - 67 pesquisas publicadas (59% do previsto na Lei para o ano de 2002);
- Pesquisa Científica do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz (CPqGM) - 48 pesquisas publicadas (96% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Pesquisa Científica do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) - 116 pesquisas publicadas (105% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Pesquisas Científicas da Fiocruz = 774 pesquisas publicadas (75% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Ensino em Saúde e C&T - 5.495 alunos matriculados (113% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - 34 processos/produtos desenvolvidos (83% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos - 50 processos/produtos desenvolvidos (100% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Residência Médica na Fiocruz - 108 médicos residentes mantidos (200% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Adequação da Planta de Produção de Vacinas - 25% de execução física (100% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Promoção de Eventos Técnicos Sobre Pesquisa e Desenvolvimento - 80 eventos realizados (250% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Informação e Comunicação em Saúde, C&T = 701.799 usuários atendidos (108% do previsto em Lei para o ano de 2002);
- Serviço de Referência em Saúde C&T = 523.182 serviços de referência prestados (99,5% do previsto em Lei para o ano de 2002);

Gerente:

José Eduardo Pessoa de Andrade

- Serviço de Referência C&T do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS = 8.348 serviços de referência prestados (65% do previsto em Lei para o ano de 2002); e
- Modernização e Adequação de Unidades de Saúde da Fiocruz = 25 unidades modernizadas (100% do previsto em Lei para o ano de 2002).

Considerando o índice previsto para o final do PPA e os índices obtidos em 2000 e 2001, a perspectiva de cumprimento é de 70 a 89% do índice originalmente estimado.

Como já informado anteriormente, o indicador constituído ao início do PPA 2000-2003, não retrata em sua totalidade a complexidade das ações desenvolvidas no Programa. Portanto, os impactos sobre o público-alvo serão analisados conforme os produtos resultantes de suas ações. Tais impactos se mostraram, apesar da restrição orçamentária vivida pelo Programa no período, bastante satisfatórios.

Na área de Ensino em Saúde, propiciou a capacitação de gestores e profissionais de nível médio para o SUS, destacando-se nos últimos anos o Programa de Formação de Auxiliar de Enfermagem, o Curso de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, o curso de Gestão de Serviços de Saúde e o curso de Técnico em Registros e Informações em Saúde, além dos cursos a distância regionalizados, melhorando, assim, a qualidade de atendimento do SUS. Para os primeiros, a Escola de Governo em Saúde tem formado quadros dirigentes e lideranças visando ao aumento da capacidade de governo do sistema de saúde do País. Estima-se a existência de 150 mil dirigentes no setor saúde do País. Destaca-se a criação do Programa de Educação a Distância - EAD, contando atualmente com seis mil alunos inscritos em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Foram prestados serviços laboratoriais de referência para apoio ao Sistema de Vigilância Epidemiológica do SUS nos diagnósticos de alta complexidade de doenças infecto-parasitárias. Serviços Clínicos de Referência em apoio ao SUS para diagnóstico e tratamento de doenças infecto-contagiosas. Controle de Qualidade em Apoio ao Sistema de Vigilância Sanitária, realizando análises de alta complexidade e geração de metodologias, normatização e capacitação da Rede Nacional de Laboratórios Oficiais de Controle de Qualidade em Saúde.

Para 2003, com a perspectiva de um maior incremento em seu orçamento, deverá ser permitido o desenvolvimento de algumas ações estratégicas, tais como atualizar e modernizar os laboratórios de pesquisa, auxiliando sua maior aproximação à fronteira do conhecimento (genoma e proteoma) e melhorando sua adequação às normas de biossegurança.

..... **Concepção**
O Programa foi concebido com a finalidade de responder às demandas sócio-sanitárias e de saúde do País e oferecer apoio estratégico ao SUS, por meio do desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica, formação de recursos humanos, prestação de serviços de referência, controle de qualidade e informação e comunicação em saúde.

Com relação às principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e às ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA, destacam-se:

- Existência de doenças de prevalência regionais/nacionais que necessitam de investigação para controle, diagnóstico e tratamento - Pesquisa Científica do CPqAM, Pesquisa Científica do CPqGM, Pesquisa Científica do CPqRR e Pesquisa Científica da Fiocruz.

- Necessidade de qualificar os RH do SUS. Necessidade de renovar e reciclar os quadros de pesquisadores e técnicos em C&T em saúde - Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia.
- Necessidade de desenvolver novas vacinas e reagentes diagnósticos adequados ao quadro sanitário nacional - Desenvolvimento tecnológico de imunobiológicos.
- Necessidade de desenvolver novos fármacos adequados ao quadro sanitário nacional - Desenvolvimento tecnológico de fármacos.
- Prover infra-estrutura de informações para os profissionais de saúde pública e a sociedade em geral - Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia.
- Necessidade de aprimorar e normatizar os diagnósticos clínicos das doenças infecto-contagiosas e materno infantil. Necessidade de aperfeiçoar o sistema de informações de diagnóstico de doenças infecto-parasitárias em apoio ao Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Redução do índice de mortalidade por doenças infecto-contagiosas e materno infantis - Serviço de Referência em Saúde Ciência e Tecnologia.
- Necessidade de controle de produtos de uso corrente da população que possam gerar situações de risco, tais como, medicamentos, cosméticos, saneantes, produtos biológicos, sangue e seus derivados etc.- Serviço de Referência em Saúde Ciência e Tecnologia do INCQS.

O objetivo desse Programa não traduz a magnitude de abrangência das ações desenvolvidas. Portanto, não está adequado ao problema. Entende-se ser necessária a revisão do Programa, focalizando problemas específicos que podem ser resolvidos pela pesquisa e desenvolvimento em saúde.

O indicador que está sendo utilizado não reflete os resultados das ações do Programa em todas as suas dimensões, conseqüentemente necessita de melhor adequação.

Seria pertinente a discussão acerca da possibilidade da inserção da Fiocruz em outros programas do PPA, tendo em vista a amplitude de algumas das ações pertencentes ao atual Programa. Por exemplo, a ação de ensino desenvolvida na Fiocruz é de alta relevância e impacto frente às demandas nacionais da área de saúde.

É válido mencionar que, no âmbito do Programa, ocorre o desenvolvimento de produtos e processos em saúde que não estão expressos no PPA, mas que contribuem para o objetivo do Programa. São exemplos: metodologias de análise epidemiológica, equipamentos médico hospitalares, jogos educativos.

Quanto à estratégia de implementação, destaque deve ser dado para um aspecto que muito contribuiu para a obtenção dos principais resultados e pode ser visto como o ponto forte da estratégia adotada. A Fiocruz tem utilizado um instrumento de planejamento, o seu Plano de Objetivos e Metas - POM, que favorece a implementação e obtenção dos resultados. Está em curso processo de aperfeiçoamento desse instrumento envolvendo preocupações de natureza estratégica e de revisão de indicadores buscando como meta melhores resultados de eficiência, eficácia e efetividade.

Por outro lado, a forma de articulação com outras unidades do Ministério é o principal quesito a ser aperfeiçoado. A Fiocruz é a principal unidade do Ministério da Saúde que realiza atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde. Esse Programa engloba atividades de outras duas unidades do Ministério que, em função do acúmulo de tarefas do gerente, não estão sendo articuladas como está previsto na implementação do PPA.

Implementação

A maioria das ações do Programa se dá de forma centralizada. Os orçamentos aprovados para o Programa tiveram execução satisfatória, fruto de preocupação com a eficiência da gestão. A observação das ações previstas na programação do PPA Lei, PPA Vigente e execução financeira no período confirma essa execução satisfatória no total do Programa. Algumas ações, entretanto, como a Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde e a ação de Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - BioManguinhos, tiveram alocação orçamentária muito inferior aos valores previstos no PPA.

As restrições orçamentárias do período não permitiram, também, a atualização dos laboratórios da Fiocruz no nível em que está sendo exigido pelo avanço científico na área biomédica (genoma, proteoma, biologia molecular etc.), com forte composição de equipamentos importados e sujeitos à variação cambial, já que a prioridade era não interromper o fluxo global de execução das ações propostas no plano. Para tal, os investimentos necessários na adequação dos laboratórios e em equipamentos foram postergados.

Com relação à proposta para 2003, a expectativa é que possa ser recuperada parte desse diferencial com os valores inscritos no projeto de lei orçamentária.

Em alguns casos, a estrutura administrativa na qual o Programa se insere é compartilhada com outro Programa. Por exemplo, as unidades de produção da Fiocruz, que são Farmanguinhos e Biomanguinhos, compartilham sua estrutura administrativa com o Programa de Assistência Farmacêutica e Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis.

O monitoramento das ações do Programa é realizado pela compatibilização do Plano de Objetivos e Metas - POM ao Plano Plurianual. O POM é o instrumento interno utilizado para o planejamento e a programação, bem como o monitoramento e a avaliação anual das ações finalísticas desenvolvidas pela instituição - pesquisa e desenvolvimento tecnológico; ensino; produção de imunobiológicos, kits para diagnósticos, fármacos e produtos para controle de vetores; serviços de referência em saúde; informação e comunicação em saúde. Está estruturado na definição de objetivos e metas quantificados em unidades de medida de produção física.

No caso específico da Fiocruz, foi iniciado um programa de capacitação gerencial em convênio com a ENAP para o quadro de gestores no segundo semestre de 2002. Dada a complexidade dessa instituição, já abordada em itens anteriores e o trabalho de planejamento em fase de aperfeiçoamento, esse esforço é considerado fundamental. Foram realizados cursos de planejamento estratégico e de indicadores de desempenho para nivelamento dos gestores das vinte unidades que compõem a estrutura da Fiocruz e está em processo a orientação para organizar de forma dirigida o treinamento dos gestores, já que a necessidade de fortalecer sua capacitação foi avaliada internamente como uma das questões críticas para o desempenho global dessa unidade.

O Programa tem estabelecido parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais. Dada a extensão dessas atividades, é possível destacar as parcerias de cooperação científica e tecnológica com universidades, institutos de pesquisa, organizações internacionais e outras. O detalhamento dessas parcerias exigiria um dispêndio de esforço e de tempo não disponíveis no momento. As parcerias formalizadas em convênios estão divulgadas na página oficial da instituição e estão em processo de organização e melhoria de sua divulgação por meios eletrônicos. É possível, em nível geral,

afirmar que a natureza das atividades de pesquisa e desenvolvimento incorpora, na sua programação, essas parcerias de cooperação científica e tecnológica e que esses parceiros selecionados têm desempenho equivalente ao da Unidade.

Não há mecanismos de participação da sociedade no âmbito do Programa e a diversidade de atividades desse Programa não permitiu ainda a criação de um instrumento adequado de avaliação da satisfação do usuário. Entretanto, nas atividades de serviços de referência, que envolvem o relacionamento com pacientes encaminhados pelo SUS, estão sendo desenvolvidos por meio do Programa da Qualidade, em consonância com as orientações do Governo Federal, sistemas de pesquisa de satisfação do público-alvo que utiliza os serviços das unidades do Instituto Fernandes Figueira - IFF, voltado para a atenção à saúde da mulher, criança e do adolescente, e o Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas, voltado para o atendimento às doenças infecto-contagiosas.

Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias

O objetivo do Programa é prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse sanitário. **Resultados**

Para avaliar os resultados do Programa, foram definidos os seguintes indicadores:

coeficiente de incidência da tuberculose; taxa de cura da tuberculose; coeficiente de mortalidade por doenças do aparelho respiratório; coeficiente de mortalidade por tuberculose; e coeficiente de incidência de doenças do aparelho respiratório.

Apesar da implantação de vários planos específicos de combate, desde 1993, a situação da tuberculose no Brasil ainda não apresentou grandes modificações, constituindo-se em importante problema de saúde pública. Estima-se que cerca de cinquenta milhões de brasileiros estão infectados (doentes ou não), e que ocorrem em torno de 130 mil casos (número que inclui as recidivas e os retornos ao tratamento) com cerca de cem mil casos novos de tuberculose a cada ano, dos quais são detectados 75%, proporção que se repete para o índice de cura, mas com cerca de seis mil mortes por ano. A tuberculose, enfermidade com forte determinação social, é a primeira causa de morte entre os doentes de Aids, ocorrência que se torna mais alarmante em função do aumento paulatino dos índices de resistência medicamentosa.

Na análise dos dados, verifica-se que a redução em todos os parâmetros de avaliação ocorre muito lentamente, devido às particularidades próprias da doença, sendo sempre necessário um intervalo de tempo maior para aferir os impactos das ações e mudanças implementadas. Trata-se de uma doença crônica que leva seis, nove ou doze meses de tratamento e os tratados são avaliados no nono, décimo segundo e décimo quinto mês de tratamento, só encerrando o caso no ano seguinte. Não há informações consistentes para avaliação quanto ao atingimento da meta. Apenas a partir de outubro de 2003 é que serão considerados os dados do ano de 2002.

Ainda assim, espera-se que, a partir da articulação e dos treinamentos realizados dentro do Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações para a Eliminação da Hanseníase e Controle da Tuberculose, haja um aumento do número de unidades implantadas, alterando todo patamar de parâmetros. Portanto, analisando a situação até o momento, verifica-se que a endemia pode ser considerada estável com mudanças lentas no quadro da tuberculose, não só devido às particularidades próprias da doença, como também por problemas no sistema de informação.

O Coeficiente de Incidência da Tuberculose, que em 2001 foi de 48,1/100 mil habitantes evoluiu para 48,4/100 mil habitantes em 2002. Calculando-se que tenham sido descobertos cerca de 75% dos casos existentes quando a meta era descobrir 90%, tem-se uma realização de 83% da meta. Estes valores originam-se de dados ainda parciais, no entanto do ponto de vista epidemiológico, representam uma situação de endemia. Diante das estimativas dos números de casos (novos ou não) da doença e de brasileiros infectados, acredita-se que este coeficiente tenderá a aumentar nos próximos anos, tendo em vista o trabalho que está sendo realizado na melhoria dos serviços e do sistema de informação.

Gerente:

Neilton Araujo de Oliveira

A taxa de cura teve um acréscimo muito pequeno, embora não tenha havido melhora na taxa de abandono (o que significa necessidade de maior atenção para que se possa produzir impacto no índice de abandono). Em relação à taxa de mortalidade, continua inalterada durante anos, o que poderia ser reflexo do sub-registro da tuberculose como causa básica de morte, nos atestados de óbito.

Vale ressaltar que não foi possível acompanhar os coeficientes relativos às doenças do aparelho respiratório de interesse sanitário, pelo fato de ainda não ter sido implantado um programa sistematizado para monitoramento dessas enfermidades e nem mesmo foi possível o acompanhamento das atividades hospitalares - focalizadas nessas doenças - realizadas na grande maioria dos atendimentos do sistema de saúde.

O impacto do Programa **Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias** é mensurado principalmente pelo percentual de detecção dos casos esperados e percentuais de cura dos pacientes. Espera-se que um Programa eficiente tenha condição de detectar 70% dos casos e promover 85% de cura. A implementação e consolidação do tratamento supervisionado (que se encontra em expansão) é a estratégia que será o grande instrumento transformador do *status quo* que ora vivemos.

Um importante aspecto que dificulta a avaliação dos índices alcançados é o contexto de subnotificação e dificuldades na consolidação de dados em que se encontram as informações. Uma vez que são tomadas medidas para melhorar a capacidade de detecção de todos os casos existentes, deve ocorrer aumento do coeficiente de incidência, o que não significa aumento real da incidência. Isso apenas indica que o coeficiente assumido anteriormente situava-se mais distante da realidade do número de casos, e que a partir de então, independentemente da variação da verdadeira incidência, um maior número de indivíduos acometidos foi identificado e tem a oportunidade de ser tratado. Portanto, antes mesmo de executar ações de assistência, o Programa tem como desafio promover condições para a obtenção de informações o mais fidedignas possível da realidade a ser enfrentada. E o aumento da taxa de incidência, no primeiro momento, pode representar maior impacto do Programa, com melhora da qualidade das informações.

A cobertura da implantação das atividades do PCT nos municípios brasileiros, no período de 1998 a 2001, manteve-se em torno de 76%. No tocante à implantação das atividades do Plano Nacional de Controle da Tuberculose - PCT nas unidades básicas de saúde houve um aumento no período 1998-1999 de 26% para 37% e, em 2002, ainda não temos informações consistentes até o momento para podermos avaliar as metas, porém, acreditamos que a partir da articulação e dos treinamentos realizados dentro do Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações de Controle da Tuberculose, haja um aumento do número de unidades implantadas, alterando todo o patamar de índices.

No ano de 2002, os principais resultados foram:

- Capacitação e Desenvolvimento de recursos humanos: foram realizadas 27 oficinas de capacitação pedagógicas de técnicos estaduais para repassar informações de tuberculose e hanseníase nas 27 Unidades Federadas e Distrito Federal com a participação de 373 multiplicadores que repassaram para 4.333 profissionais de nível superior e 22.065 profissionais de nível médio e Agentes Comunitários de Saúde. Participação na realização de teleconferências em parcerias com o Serviço Social do Comércio - SESC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e Serviço Nacional

de Aprendizagem do Transporte - SENAT como estratégia de multiplicação e dinamização do PCT. Distribuição para todas as Unidades Básicas de Saúde do País, de material educativo para os profissionais e população. Distribuição para todas as Unidades Básicas de Saúde do País, da Cartilha do Agente Comunitário de Saúde e do Manual Técnico para o Controle da Tuberculose, cartazes de sala, fichários de mesa, contendo sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento.

- A integração do PCT ao Programa de Saúde da Família é uma estratégia básica para se alcançar uma cobertura necessária para repercutir nos resultados que se espera futuramente no Programa de Controle da Tuberculose; segundo o Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB, a proporção de Unidade Básica de Saúde - UBS com atividades de controle da tuberculose implantadas passou de 26%, em 1998, para 37%, em 1999, atualmente, apesar de não termos dados suficientes para avaliarmos, acreditamos que encontra-se em franca expansão, resultado de um esforço não apenas para implantar como para melhorar e manter a execução contínua das ações.
- Implantação e implementação da estratégia de tratamento supervisionado - está sendo crescentemente implantada nas Unidades Básicas de Saúde em todos os municípios, especialmente nos prioritários; até 2000 estimava-se entre 7 e 10% essa cobertura e, atualmente, em torno de 26% das unidades executam tratamento supervisionado e, nos municípios prioritários, em torno de 30%. Esta ação é fundamental para um bom desenvolvimento do Programa de Controle da Tuberculose.

.....

A tuberculose ocorre com maior frequência nos grupos humanos com piores condições socioeconômicas; países mais pobres têm mais tuberculose. No mundo, a tuberculose é um grave problema de saúde pública, principalmente na idade mais produtiva da população, destruindo a vida dos cidadãos mais frágeis socialmente. No Brasil, áreas metropolitanas com intensa densidade populacional e condições socioeconômicas desfavoráveis têm apresentado dados mais preocupantes da endemia, observando-se uma importante associação com a Aids, atingindo, portanto, populações diferenciadas também.

Concepção

A urbanização, com a decorrente aproximação e a convivência prolongada dos indivíduos, tem sido importante fator de multiplicação da tuberculose. No final da década de 1980, com o aparecimento da infecção pelo HIV, este aumento foi um dos fatores que levou a OMS a declarar, em 1993, a tuberculose uma emergência mundial.

Para que um programa de controle da tuberculose e outras pneumopatias reduza efetivamente o problema, produzindo um impacto epidemiológico, é necessário que 70% dos casos pulmonares bacilíferos sejam diagnosticados e que 85% sejam curados pela quimioterapia; caso contrário mantém-se a endemia *Styblo*.

Do ponto de vista do Sistema de Saúde, o processo de descentralização do Programa de Controle da Tuberculose vem ocorrendo com altos e baixos de acordo com a política de saúde vigente. Neste momento, com o Programa Saúde da Família, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e com o norteamiento da NOAS-2002, espera-se alcançar resultados que confirmem impacto no comportamento da doença no País.

O Programa **Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias** é uma ação conjunta do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, por meio das sociedades científicas, organizações não-governamentais, entre outras, na busca do controle da tuberculose.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- fragilidade da equipe da Área Técnica de Pneumologia Sanitária - ATPS - ampliação e reforço da equipe ATPS/MS;
- pouca mobilização técnica e social - lançamento do Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações de Tuberculose e Hanseníase;
- insuficiente capacitação de pessoal na Tuberculose - capacitação de cerca de cinco mil médicos e enfermeiros e de 22 mil auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde para controle da Tuberculose; e
- desarticulação dos serviços básicos e de maior complexidade - integração de ações das Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência.

O Programa foi bem concebido, embora necessite de alguns ajustes, especialmente no tocante a seus indicadores. Como já foi mencionado, não foi possível acompanhar os coeficientes relativos às doenças do aparelho respiratório de interesse sanitário, pelo fato de ainda não ter sido implantado um Programa sistematizado para monitoramento dessas enfermidades. Deve-se fazer uma reflexão quanto à manutenção desses indicadores caso não seja possível instituir os meios necessários para sua aferição. Outro indicador pode ser incorporado ao Programa trata-se do Índice de Tratamento Supervisionado (*Directly Observed Treatment, Short-course* - DOTS). O DOTS é considerado a mais efetiva estratégia de controle da tuberculose, segue padrões internacionais, com critérios bem definidos, mas deve ser organizado com flexibilidade atendendo às realidades e especificidades regional e local.

A caracterização do público-alvo está conceitualmente adequada, posto que toda a população está exposta ao risco de adoecer. Entretanto, deve haver atenção especial aos 329 municípios considerados prioritários, segundo os critérios epidemiológicos. Ênfase também deve ser dada a grupos em situações específicas, tais como os contactantes dos doentes, indivíduos presos, doentes HIV/Aids, moradores em asilos, desabrigados e alcoolistas.

Em função disso, as ações devem ser integradas com a Atenção Básica, com destaque para o Plano de Ação Conjunta Tuberculose/HIV/Aids e ações relativas ao Sistema de Saúde Prisional.

Além do esperado com as ações acima descritas, estão sendo propostos mutirões de busca ativa de casos da tuberculose.

A estratégia de implementação deve ser aperfeiçoada nos seguintes aspectos:

- devem-se fazer planos de ação com os 329 municípios prioritários pontuando as metas, os prazos e os responsáveis, incluindo-se as ações de tratamento supervisionado e as de mobilização e mutirões para busca de casos;
- estabelecer cronograma de avaliação das ações, de forma regular, com os municípios prioritários e estados para melhorar o acompanhamento do Programa e divulgar seus resultados;
- para melhorar a organização dos trabalhos no âmbito da gerência é necessária capacitação dos novos integrantes da equipe, bem como tornar permanente o acompanhamento técnico e o apoio aos estados, além de informações operacionais e avaliações periódicas e regulares;

- no âmbito das unidades descentralizadas, a organização dos trabalhos teria melhora com supervisões regulares, educação continuada e avaliações periódicas e regulares;
- além da articulação intra-setorial da SPS, especialmente Departamento de Atenção Básica, DST/Aids etc., é necessário intensificar a articulação com a Funasa (CGLAB, Sinan, CRPHF) e com a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (fundamentalmente para a aquisição e distribuição dos tuberculostáticos);
- a forma de articulação com as parcerias também precisa ser aperfeiçoada, principalmente para a sensibilização, mobilização e suporte social aos doentes e suas comunidades;
- a forma de coordenação e acompanhamento dos executores precisa ser aperfeiçoada, tornando permanente o núcleo de apoio aos estados e municípios prioritários para o acompanhamento e sistematização da supervisão nos níveis municipal e estadual e fortalecendo a articulação entre os coordenadores das ações, executores e instituições parceiras;
- o Programa precisa aperfeiçoar a articulação com o Ministério da Educação - MEC (ações educativas) e com o MJ (sistema de saúde prisional);
- o Programa precisa aperfeiçoar a articulação com as confederações patronais (Confederação Nacional do Comércio - CNC, Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNT, Confederação Nacional da Indústria - CNI) e com as centrais sindicais e ONGs;
- pela diversidade de formas de parceria, serão necessárias várias formas de repasse, sendo que, para os gestores públicos, dar preferência ao repasse fundo-a-fundo com compromissos de metas e avaliação;
- para ampliar a participação do público-alvo, faz-se necessário o envolvimento de famílias, escolas, igrejas, grupos e associações comunitárias locais para suporte social e sensibilização ao tratamento supervisionado; e
- articulação com estados e municípios: tripartite, bipartite, oficinas e encontros regionais e estaduais para avaliações, repactuações e divulgação.

.....

Os recursos financeiros liberados foram suficientes. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. O cumprimento da meta física ficou abaixo do previsto. A falta de supervisões dos estados aos municípios e do nível central ao estadual até 2001 podem estar refletindo o não cumprimento das metas que foram propostas. Outra questão que pode ter influenciado nos resultados físicos alcançados é de inconsistência nas informações, que agora estão sendo melhoradas.

Implementação

Tanto os recursos materiais como a infra-estrutura existente são adequados para a implementação do Programa. O Plano Nacional de Mobilização e Intensificação das Ações para Eliminação da Hanseníase e Controle da Tuberculose deve provocar um aumento no número de unidades, e principalmente uma importante mobilização técnica e social em torno do controle da tuberculose, melhorando a consecução dos resultados.

Este Plano, refletindo a priorização política conferida ao enfrentamento desse agravado, foi lançado pelo Ministério da Saúde e demais gestores, com o apoio da OPAS e outros parceiros, em novembro de 2001, caracterizado pela intensa mobilização de esforços e recursos do Governo e da sociedade. Esse Plano

executa-se com o envolvimento dos gestores de saúde (Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia e outras instituições representativas da sociedade civil, atuando articuladamente em todo o Brasil, mas com ênfase em 329 municípios prioritários, identificados por critérios epidemiológicos onde residem 50% da população e estão concentrados 80% dos casos de tuberculose e hanseníase do País.

Outro importante avanço foi a organização da programação, a distribuição e controle de medicamentos; além de ter sido desenvolvido e implantado um *software* especial e realizada capacitação específica de pessoal, melhorou muito a integração intra-setorial e entre os níveis de gestão.

Algumas regiões apresentam especificidades econômicas e sociais, bem como situação epidemiológica bastante distintas, sendo necessárias integrações diferentes. Por exemplo, na região Norte a integração de ações de tuberculose e hanseníase com as do projeto Vigisus são fundamentais, enquanto nas grandes regiões metropolitanas, a integração de ações para combate à tuberculose com aquelas para HIV/Aids e para o sistema de saúde prisional são essenciais.

É preciso assegurar a melhoria da Vigilância Epidemiológica e do Sistema de Informação. Num exaustivo trabalho da Área Técnica de Pneumologia Sanitária e dos representantes dos Sistemas de Informações em Saúde, principalmente o Sinan (constituindo-se um grupo-tarefa junto ao sistema de informações), problemas persistentes em relação à subnotificação e transferência dos dados por intermédio do Sinan, estão sendo resolvidos com o desenvolvimento de novas versões do Programa. As secretarias estaduais de saúde estão sendo equipadas e seus técnicos treinados para uniformização do sistema; espera-se com esta iniciativa a melhoria da qualidade da informação.

A quantidade de recursos humanos para a implementação do Programa é adequada e está sendo feita capacitação em todos os estados e Unidades Básicas Saúde.

Algumas restrições interferiram no desempenho das ações de maior impacto, como o contingenciamento orçamentário, o atraso na liberação de recursos, o atraso na prestação de contas dos estados e municípios e a prorrogação de convênios antigos, o que impede de renová-los devido ao fato de apresentarem os mesmos objetos. O atraso na liberação de recursos dos convênios e contratos obriga o estado a remanejar e fazer o plano de trabalho retardando a execução do convênio e sua respectiva prestação de contas, isso vai repercutir no cumprimento de metas por parte dos estados, refletindo também nos municípios.

O Programa possui mecanismos de controle social, que se dá por meio de conselhos de saúde e grupos de apoio. O acompanhamento do desempenho é feito por avaliações periódicas nos níveis municipal, estadual e federal, com parceria de universidades.

Há plano de capacitação das equipes locais: educação continuada, envolvendo os pólos de capacitação do Programa Saúde da Família, universidades, centros de referência etc. É necessário acompanhar o processo de capacitação das equipes locais por meio de relatórios supervisões, integração ensino/serviço para fortalecer o controle da tuberculose.

Também é necessário ampliar as pesquisas em tuberculose, epidemiológicas e operacionais e agilizar as já em andamentos.

Entre os fatores que mais contribuíram para a obtenção dos resultados do Programa, estão:

- a prioridade política que o Ministério da Saúde e a SPS deram à tuberculose, em 2001/2002;
- um plano de mobilização e intensificação das ações de tuberculose que articulou os vários componentes técnicos, políticos e sociais necessários ao controle efetivo;
- a visibilidade que tem se dado ao esforço atual do Ministério da Saúde para ações de tuberculose;
- a criação de incentivo financeiro para controle da tuberculose na Atenção Básica;
- a criação no Ministério da Saúde de um núcleo de acompanhamento e apoio técnico aos estados e municípios prioritários; e
- a maior integração intra e intersetorial.

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Resultados

Este Programa tem como objetivo o controle, a eliminação e a erradicação de doenças imunopreveníveis na população brasileira, mediante a imunização sistemática da população e outras estratégias, como as campanhas de vacinação. Os indicadores adotados para o Plano Plurianual foram a incidência das paralisias flácidas agudas, a manutenção da erradicação do sarampo, o controle do tétano neonatal e da hepatite B na população menor de um ano de idade.

As ações do Programa têm proporcionado resultados positivos de grande impacto para as populações-alvo, como decorrência dos esforços de aperfeiçoamento envidados por todas as instâncias que nele atuam. Com isso, os indicadores apresentaram índices dentro dos resultados esperados, com os seguintes destaques:

- a taxa de notificação de paralisia flácida aguda esteve em 1,0 no ano de 2000, em 1,3 no ano de 2001 e está em 1,2 em 2002 (dado ainda preliminar);
- a incidência de Sarampo foi mantida, sem registro de casos novos, em função do sucesso das ações de imunizações mantidas pelo Programa, junto aos 5.560 municípios brasileiros;
- a incidência de tétano neonatal apresenta uma expressiva redução quando comparados os índices de 2000 (41 casos novos), 2001 (33 casos novos) e 2002 (dezenove casos até setembro), um reflexo das coberturas alcançadas pelas ações de imunização sobre a população-alvo; e
- foram mantidos os índices do triênio para a cobertura vacinal contra a hepatite B com três doses para menor de um ano. Até outubro de 02, a taxa era de 91,64%, sendo esperado 95% neste ano.

O fechamento dos dados de dezembro de 2002 deverá confirmar a marca de aproximadamente 200 milhões de doses de vacinas administradas nas 23 mil salas de vacinação de rotina instaladas em todo País, apoiados por quase 130 mil postos de vacinação ativados em situações de campanha nacional de vacinação. Cabe ainda, destacar as atuações dos 36 Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais - CRIEs em todo País, na administração de vacinas que requerem cuidados diferenciados de administração e controle. Este número total de doses de 2002 supera em mais de 6% as 188 milhões de doses administradas em 2001.

A atuação dos 36 CRIEs, das 23 mil salas de vacinação de rotina e dos 130 mil postos de vacinação em situação de campanha nacional, exigem um elenco de estratégias operacionais e de logística de distribuição de vacinas e demais insumos, todas desenvolvidas em estreita relação com 27 estados e os 5.560 municípios brasileiros.

Participam destas estratégias um corpo de profissionais que recebem capacitação permanente específica para a área de imunizações, o que possibilita, por exemplo, a incorporação de novas vacinas no calendário vacinal do País ou a realização de campanhas de vacinação voltadas para públicos específicos, como foi o caso da campanha de vacinação contra a rubéola para as mulheres em idade fértil, iniciada em 2001 e concluída em 2002.

Gerente:

Maria de Lourdes de Sousa Maia

Um resultado importante dessa política de recursos humanos do Programa foi a realização de 248 eventos de capacitação em todo País, para um público de quase três mil profissionais das salas de vacinação, voltados para o aperfeiçoamento de procedimentos técnicos e de registro de dados. Os eventos são executados nos estados municípios, numa estreita relação de supervisão, assessoramento e normatização pela instância federal.

Essa modalidade permanente de preparação profissional possibilitou a modificação simultânea do calendário vacinal em todo País, bem como a execução coordenada de campanhas nacionais de vacinação, envolvendo a aplicação de complexos protocolos de acompanhamento pós-vacinal em amostragens que envolvem milhares de cidadãos em todo País.

Vinculado ao resultado anterior, deve ser destacada a introdução de uma nova vacina no calendário nacional ocorrida simultaneamente em todo o País, que combina e substitui outras duas vacinas que compunham anteriormente o calendário vacinal. A introdução dessa nova vacina ocorre como uma forma de otimização dos procedimentos e de insumos, reduzindo também os transtornos de deslocamento e os receios quanto à dor e eventos adversos pós-vacinais que a população-alvo da vacina costuma apresentar.

A nova vacina possibilitará a redução na ordem de 10 milhões de seringas e agulhas e todas as demais despesas decorrentes do transporte e armazenagem destes insumos.

Outro resultado capaz de representar a dimensão dos esforços compreendidos nas ações de imunizações para o contexto dos 5.560 municípios brasileiros foi a conclusão, em 2002, da campanha de vacinação contra a rubéola em mulheres em idade fértil em todo País, o que representou a vacinação de mais de 28 milhões de mulheres nessa situação.

Esta ação obedece a um complexo protocolo de atenção pós-vacinal para os casos de mulheres grávidas vacinadas inadvertidamente e de mulheres que engravidaram até 30 dias após a vacinação, exigindo a preparação técnica de todo corpo profissional da área de vacinação.

Assim, para além do esforço articulado entre as instâncias federal, estadual e municipal do Programa para organizar técnica e logisticamente a realização dessa ação, há que se considerar os ganhos epidemiológicos gerais e, intrinsecamente, os ganhos nas condições de saúde dessas mulheres vacinadas e na população de crianças futuramente geradas por esta população protegida contra a rubéola.

Para o ano de 2003 o Programa está organizando e implementando um conjunto de medidas voltadas para alcançar maior homogeneidade nas coberturas vacinais em estados e municípios. O conjunto de medidas planejadas para esse resultado está sendo implementado já neste mês de janeiro, em meio a outras preocupações do Programa, como os processos de aperfeiçoamento do modelo e dos instrumentos de gestão, especialmente no que se refere à redução de perdas de vacinas e a otimização nas operações de distribuição e armazenagem de vacinas e demais insumos.

O Programa pretende, ainda em 2003, aprimorar a participação social na pactuação das metas de cobertura vacinal e no acompanhamento dos resultados das ações de vacinação, por meio do maior envolvimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, bem como por meio das estratégias de promoção da saúde para possibilitar à sociedade, um maior entendimento sobre os benefícios das vacinas para a saúde individual e coletiva.

Cabe o destaque de que, desde a criação, o Programa tem incorporado os avanços alcançados na produção de imunobiológicos, observando os mesmos avanços nos itens embalagem e acondicionamento, o que tem facilitado a distribuição das vacinas e contribuído para o alcance das metas de cobertura.

O alcance da homogeneidade nas coberturas vacinais representa um avanço e uma necessidade para a manutenção do êxito e do grau de aprovação alcançado pelo Programa. Para manter essa avaliação positiva e, especialmente, para cumprir a missão de contribuir para a boa qualidade da saúde pública no Brasil, será necessário um salto qualitativo nos instrumentos de registro, controle, avaliação e distribuição das informações geradas pelas ações de imunização, possibilitando a compreensão dos fatores que definem as diferenças nos resultados de cobertura vacinal e dos processos que levarão ao alcance gradual da homogeneidade.

.....
Concepção O Programa foi concebido para atuar na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis da população brasileira e está diante de um novo compromisso: promover o envolvimento dessa população, na forma de controle social das ações do Programa.

Isso importa na criação das condições para que a população possa ter acesso e compreensão sobre as necessidades e medidas de prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, o que está sendo entendido como uma exigência de aperfeiçoamento nos instrumentos que realizam a administração e a divulgação das informações do Programa.

O aperfeiçoamento em questão será promovido pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações na Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em Brasília, e implementado em parceria com os setores de informática e informações da Funasa e do Departamento de Informática do SUS - Datasus.

Os principais avanços serão disponibilizados às equipes estaduais e municipais atuantes no Programa, que têm as funções de geração e consolidação das informações referentes à execução das medidas de imunização da população.

As ações voltadas para a avaliação do Programa continuarão envolvendo todos os níveis de controle (federal, estadual e municipal) e pretendem o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e controle das ações de imunização sistemática da população, o que implica avanços nas formas de registro, controle, avaliação e distribuição das informações do Programa, por meio de processos informatizados.

A partir do aperfeiçoamento dos mecanismos de participação do público-alvo (entendendo o público-alvo como a população geral e não como as populações específicas de cada imunobiológico), o que se espera é a qualificação da participação da população nos conselhos de saúde, espaços consagrados pelo SUS para o controle social no setor saúde.

Os aperfeiçoamentos acima descritos fazem parte do processo de evolução do Programa, não representando uma ação corretiva sobre qualquer estratégia específica do Programa no PPA 2000-2003. Conclui-se, portanto, que a concepção do Programa está adequada.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Morbidades e mortalidade da população brasileira, por doenças imunopreveníveis - imunização sistemática da população, perseguindo coberturas homogêneas em todos os municípios do País, para controle/erradicação das doenças imunopreveníveis.
- Desafios operacionais nas ações de imunização, decorrentes da dimensão continental, características climáticas, diversidade cultural e disparidades sociais no País - estruturação e manutenção de programas de imunização sistemática da população, com ações descentralizadas e aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos, dos insumos e dos instrumentos de controle dos programas, além de sistemas de vigilância epidemiológica ativos.

.....
Os recursos financeiros liberados foram suficientes, e a liberação ocorreu ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, permitindo que o cumprimento das metas físicas ficasse dentro do previsto. **Implementação**

A execução do Programa vem ocorrendo de forma descentralizada, em ações que alcançam os 5.560 municípios brasileiros.

O Programa adota como forma de acompanhamento do desempenho físico das ações executadas de forma descentralizada, o número de doses utilizadas, diante das doses distribuídas na unidade (estadual ou municipal). Isso requer um registro de acompanhamento da distribuição e utilização das doses de imunobiológicos, processo que está recebendo um expressivo aperfeiçoamento no que se refere à qualidade da informação registrada e ao sistema informatizado para esse registro. As dificuldades para esse aperfeiçoamento residem na necessidade de um aporte de tecnologia que possa cobrir as demandas de processamento e distribuição das informações das doses distribuídas e doses utilizadas.

Por questões operacionais, as aquisições de imunobiológicos ocorrem de forma centralizada pelo Programa, o que é justificado pelo volume de compra e pelo fato de que a maior parcela é de procedência internacional, com protocolos já definidos de produção, apresentação e embalagem padronizadas para o País.

As ações de ampliação do Programa têm fortalecido a parceria com os estados e municípios e vêm sendo aperfeiçoadas com a utilização das seguintes estratégias:

- treinamento para capacitação técnica dos profissionais dos estados e municípios nas áreas de planejamento, distribuição e utilização de imunobiológicos;
- criação de 36 Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais em regiões estratégicas do País, permitindo a utilização programada e controlada de imunobiológicos voltados para situações de maior relevância epidemiológica; e
- ampliação e melhoramento da rede de frio, com a construção de câmeras frigoríficas, modernização dos equipamentos, capacitação técnica e oferta de suporte para administração.

No entanto, a infra-estrutura de armazenamento, ou seja, a rede de frio que atende ao Programa em cada um dos 27 estados, ainda necessita de adequação para favorecer uma logística mais resolutiva de distribuição das vacinas no País, além de evitar perdas de vacinas provocadas por falha em equipamentos, por vezes, não dimensionados, ou não adequados às exigências dos padrões de conservação e segurança das vacinas. Também há carência quanto à infra-estrutura do Programa para atendimento das regiões de difícil acesso, em função da distância ou da falta de condições básicas de funcionamento do Programa, como aldeias indígenas e municípios cujo acesso somente pode ocorrer em missões aéreas.

- Avaliação sistemática dos índices de cobertura vacinal nos 5.560 municípios brasileiros, com acompanhamento do Ministério Público, no incentivo aos municípios para avaliação das dificuldades locais que interferiram negativamente no alcance das metas de coberturas pactuadas.

Além do que foi orçado no Programa, foram desenvolvidas campanhas específicas de vacinação do idoso, pólio, rubéola e tétano neonatal. Os recursos financeiros partiram de crédito orçamentário e repasse fundo a fundo aos estados, na ordem de R\$ 25,2 milhões.

Dentre os fatores de maior impacto nos resultados obtidos pelo Programa, pode-se destacar o fortalecimento da descentralização no planejamento e execução de suas ações e estratégias, que faz com que sejam considerados aspectos como:

- a capacidade de aquisição e de distribuição de imunobiológicos para atendimento oportuno e descentralizado das demandas de imunizações;
- a permanente normatização técnica pertinente aos procedimentos de vacinação;
- a ampliação e adequação da rede de frio para armazenamento e distribuição de imunobiológicos;
- a capacitação continuada dos técnicos das salas de vacinação e dos centros de referência de imunobiológicos especiais; e
- o permanente aperfeiçoamento dos processos de registro e análise das informações do Programa.

Cabe destacar que o Programa vem estruturando seus processos de capacitação envolvendo estados e municípios nas ações de imunização. Embora não estejam ainda totalizados os números de 2002, a meta é de superação dos eventos e do público atingidos nas ações de capacitações realizadas em 2001, ou seja:

- em salas de vacinação: 324 eventos para 4.726 profissionais;
- em Eventos Adversos Pós-Vacinais: 153 eventos para 1.074 profissionais;
- em Rede de Frio: 80 eventos para 721 profissionais;
- em Sistemas de Informação: 331 eventos para 1.390 profissionais;
- em imunobiológico (BCG): 114 eventos para 517 profissionais; e
- supervisões de capacitação realizadas pelas equipes estaduais do Programa: 6.072 eventos.

Ainda assim, deve ser mencionado que a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial é inadequada e, nas equipes locais, o problema de quantidade de recursos humanos é ainda mais sentida. A prática na gestão municipal tem revelado que os gestores ainda não têm uma percepção adequada das necessidades de contingente de recursos humanos para as ações de vacinação, gerando uma sobrecarga para as equipes subdimensionadas e comprometendo a qualidade no que diz respeito aos procedimentos de administração de vacinas, no controle de qualidade da armazenagem das vacinas e na qualidade dos registros de informações sobre os procedimentos realizados.

O alto índice de rotatividade dos profissionais de vacinação nos municípios tem gerado um trabalho descomunal para formação dos profissionais que ingressam nas equipes de vacinação sem preparo na área. Para atender a essa demanda, o Programa mantém uma estratégia de ação continuada de formação de

profissionais ligados às salas de vacinação, à rede de frio e aos sistemas de informações que orientam o Programa.

Por outro lado, a aquisição e distribuição de imunobiológicos é a atividade de maior impacto nas metas do Programa. No caso desta atividade, houve um impacto significativo da variação cambial ocorrida em 2002 sobre os quantitativos destes insumos que são procedentes do exterior. A situação exigiu uma complementação financeira, que foi obtida a tempo de não prejudicar as metas do Programa.

As dificuldades geradas pelas especificações técnicas nos veículos adaptados às necessidades de refrigeração das vacinas fizeram com que não fosse possível a aquisição dos veículos no tempo que antecedeu ao período eleitoral, obrigando o cancelamento dessa aquisição em 2002.

O Programa utiliza a capacidade de produção do laboratório BioManguinhos da Fundação Oswaldo Cruz na fabricação de vacinas no País. Embora a previsão inicial para 2002 fosse da ordem de 180 milhões de doses produzidas nesse laboratório, o ano de 2002 fechou com 68,5 milhões de doses de vacinas destinadas ao Programa de **Prevenção e Controle de Doenças Imunopreveníveis**. Concorreram para este desempenho físico fatores como a adequação de frascos de apresentação das vacinas e da Rede de Frio para armazenagem, o que possibilitou uma forte redução nos estoques de reserva técnica e nas perdas de doses por abertura de frasco e por validade. Também contribuiu para essa posição desfavorável no desempenho físico dessa meta, o fato de que as 180 milhões de doses foram originalmente previstas na época da concepção desse PPA, não tendo sido ajustada para a realidade atual de demanda pela produção nacional de vacinas.

Mecanismos de participação da sociedade: por princípio, o Programa contempla todos os espaços orientados para a participação da sociedade no SUS, ou seja, o Conselho Nacional de Saúde, os Conselhos Estaduais de Saúde e Conselhos Municipais de Saúde, além das Conferências de Saúde (Nacional, Estaduais e Municipais). Estes são espaços já consagrados pelas Leis Orgânicas da Saúde e amparados pela Constituição Federal.

Para fortalecimento desses espaços de participação e controle social, o Programa tem intensificado esforços no sentido de ampliar o acesso às informações referentes ao conjunto de ações de imunização da população, na intenção de promover um engajamento qualificado da população nas definições e acompanhamento das ações de prevenção e controle das doenças imunopreveníveis.

Embora o Programa não conte com mecanismos específicos e sistematizados de pesquisa de avaliação de satisfação dos usuários, os resultados epidemiológicos obtidos no controle, eliminação e erradicação de doenças imunopreveníveis têm conferido avaliações altamente positivas por parte dos gestores e profissionais da saúde, inclusive com premiações nacionais e internacionais.

O usuário/beneficiário do Programa compreende toda a população brasileira, sendo que as especificidades ocorrem a cada imunobiológico contemplado no Programa.

Qualquer avaliação de satisfação deverá, obrigatoriamente, orientar-se pelos indicadores epidemiológicos do Programa. Tais indicadores são sistematicamente acompanhados pelo Programa, embora não tenham sido ainda metodologicamente adaptados para uma pesquisa de satisfação de usuários/beneficiários.

Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares

Resultados O Programa tem por objetivo reduzir a ocorrência das infecções hospitalares.

De uma forma geral, o Programa vem se desenvolvendo dentro do previsto, com execução de seu cronograma físico e financeiro no tempo determinado.

Dentre as principais realizações do triênio 2000-2002, destacam-se:

- o treinamento e capacitação de recursos humanos,
- a elaboração e divulgação de normas técnicas, roteiro de inspeção das unidades de saúde, confecção de materiais audiovisuais para utilização da comunidade científica e usuários do sistema de saúde;
- a pesquisa nacional realizada (produto do convênio com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo) permitiu conhecer a situação das comissões de controle de infecção nas distintas esferas de competência de Governo e trará conhecimento sobre uma amostra representativa dos serviços de saúde. Em maio de 2002, foi apresentada a análise parcial dos resultados, abrangendo 35% dos hospitais do País. No momento, foram coletados dados de 3.947 hospitais, correspondendo a 58,40% do total do País, sendo encerrada a etapa da coleta;
- desenvolvimento de um sistema de informação para controle de infecção hospitalar, subdividido em duas partes - uma a ser utilizada no hospital para o cálculo dos indicadores e produção de relatórios e outra para a exportação das informações, via internet ou via disquete, para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. O *software* desenvolvido para os serviços de saúde informarem suas taxas de infecção permitirá o conhecimento e o monitoramento destes índices em todo País. Sua aplicação piloto (100 unidades) ocorreu com sucesso em hospitais sentinela, nas Comissões Estaduais de Controle de Infecção Hospitalar - CECIHs e nas associações de profissionais de Comissões de Controle de Infecções Hospitalares - CCIHs dos estados. Atualmente o processo encontra-se em fase de análise e incorporação das alterações sugeridas na fase de teste, para posterior lançamento nacional;
- a implantação de Comissões Estaduais de Controle de Infecção Hospitalar nos 27 estados. Foram formadas equipes estaduais em todos os estados com a proposta de manterem programas de atualização técnico-científico contínua, promovendo espaços privilegiados de atualização dos profissionais de saúde, em especial os que trabalham com controle de infecção. Em 2002, foram disponibilizados e estimulados treinamentos para os componentes das CECIHs de todos os estados.

A partir de 2002, o Programa de controle de infecções hospitalares intensificou as interações com outros órgãos e setores do próprio Ministério da Saúde (Cenepi/Funasa, Departamento de Ciência & Tecnologia do Ministério da Saúde), além de universidades, associações e sociedades específicas. Seguindo-se a fase de estruturação das comissões estaduais, a ênfase, neste ano, foi a capacitação e o treinamento dos profissionais. Destaque-se também a finalização da versão 1.0 do sistema informação em controle de infecção hospitalar. Na ação de estudos e pesquisas, ressalte-se a finalização dos estudos 1 e 3 dos dados da Pesquisa Nacional (convênio FSP-USP). A

Gerente:

Lucila Pedroso da Cruz

ação de promoção de eventos técnicos superou as expectativas com a realização de dezoito eventos, além da publicação de artigos em revista especializada e apresentação de trabalhos em congressos.

Finalmente, para 2003 pretende-se a adoção do ensino a distância e cursos de especialização nos estados, em parceria com as universidades e sociedades específicas, visto que foi verificada a necessidade de avançar para treinamentos com conteúdo mais aprofundado e com público menor por evento com abrangência para o País todo.

.....
As infecções relacionadas à assistência são um problema de saúde pública mundial, responsáveis pelo aumento da morbimortalidade e dos custos assistenciais. A implantação de um programa de controle das infecções em serviços da saúde é justificada pela comprovação da possibilidade de redução da frequência e gravidade desses eventos, com a adoção de medidas de prevenção desenvolvidas deliberada e sistematicamente.

Concepção

O Programa tem dado ênfase nas ações de capacitação por entender que a qualificação dos profissionais de saúde é um elemento chave para a redução da incidência e gravidade das infecções em serviços de saúde.

Importante destacar outros produtos desenvolvidos a partir dos recursos do PPA 2000-2003:

- a promoção de espaços privilegiados de atualização dos profissionais de saúde, em especial os que trabalham com controle de infecção;
- a realização de 36 eventos técnicos e capacitações;
- a publicação de dois artigos em revista especializada, além do apoio integral aos quatro números da Revista de Administração em Saúde no ano de 2002; e
- apresentação de trabalhos em congressos da área de saúde.

Para melhorar a concepção do Programa, foram solicitadas as seguintes alterações:

- exclusão de duas ações (já realizadas) - Acreditação de Laboratórios quanto ao Controle das Infecções Hospitalares e Acreditação de Hospitais quanto ao Controle das Infecções Hospitalares. Essa solicitação se justifica uma vez que não há acreditação de laboratórios e nem de hospitais em infecção hospitalar. Acreditação é um processo abrangente que envolve todas as unidades dos serviços de saúde e contempla as diversas exposições ao risco e não somente o risco de infecção hospitalar;
- inclusão de duas ações, Capacitação de Profissionais de Saúde em Controle de Infecções Hospitalares (já realizada) e Elaboração de Publicações e Divulgação de Informações Referentes ao Controle das Infecções Hospitalares (proposta ainda não foi aceita); e
- inadequação dos indicadores inicialmente propostos (taxa de infecção hospitalar e taxa de pacientes com infecção hospitalar), uma vez que o conjunto de hospitais nacionais é extremamente heterogêneo, no que diz respeito a porte, complexidade, área física, dentre outras características. Além disso, os critérios utilizados para o diagnóstico das infecções não são unificados. A utilização desses indicadores só tem sentido quando se comparam situações semelhantes (hospitais de mesma complexidade, por exemplo), considerando a caracterização da população assistida, com critérios bem definidos e adotados por todos.

Foi proposta a modificação do indicador para taxa de infecção hospitalar em hospitais sentinelas (hospitais universitários selecionados para o projeto de implantação dos centros de vigilância sanitária hospitalar da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa), sendo a fórmula de cálculo a relação entre o número de episódios de infecção hospitalar no hospital sentinela num período determinado e o total de saídas (altas, óbitos e transferências) para o mesmo período.

Como aspecto da estratégia de implementação que necessita ser aperfeiçoado, destaca-se:

- Forma de articulação com as parcerias: a partir de 2002, o Programa de controle de infecções hospitalares intensificou as interações com outros órgãos e setores do próprio Ministério da Saúde (Cenepi/Funasa, Departamento de C&T do Ministério da Saúde), além de universidades, associações e sociedades profissionais. Esta estratégia está sendo incrementada uma vez que todas as ações do Programa são realizadas em parceria e que o controle de infecção é uma área multidisciplinar.
- Destaca-se o fortalecimento das parcerias como uma das estratégias que mais contribuiu para o alcance dos resultados do Programa, permitindo maior interação entre a Anvisa e os estados, universidade, associações profissionais.

Implementação

No período 2000-2001, a execução financeira do Programa alcançou o patamar de R\$ 2,5 milhões, representando 38% do valor previsto para a vigência do Plano. Para o exercício financeiro de 2002, as dotações aprovadas no montante de R\$ 1,8 milhão representam 27% do valor previsto originalmente no Plano.

No exercício financeiro de 2002, a alocação dos recursos financeiros ao Programa **Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares** foi adequada às reais necessidades de execução, e em fluxo de liberação compatível com a programação, não obstante as limitações para empenho, movimentação e pagamento impostas pelo Decreto nº 4.120/2002 e a antecipação do encerramento do exercício financeiro pelo Decreto 4.479/2002 em função da transição governamental, fatores que inviabilizaram a realização de algumas despesas e a utilização de 100% das dotações aprovadas. Apesar de tais limitações o Programa **Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares** teve execução de R\$ 1,5 milhão ou 86% da dotação aprovada para o exercício no valor de R\$ 1,7 milhão, conforme dados do Siafi-Gerencial.

Avaliando sob o ponto de vista do PPA, no período 2000-2002, foram executados no âmbito do Programa, cerca de R\$ 3,9 milhões ou 61% do valor originalmente aprovado no plano (R\$ 6,5 milhões - valor não corrigido) e 66% do seu valor corrigido (R\$ 5,9 milhões), resultando, assim, em ótimo nível de aporte de recursos financeiros ao longo dos três últimos anos. As ações técnicas são descentralizadas, no entanto não existe repasse de recursos financeiros. O recurso para o desenvolvimento do Programa é centralizado.

Seguindo-se a fase de estruturação das comissões estaduais, a ênfase, em 2002, foi a capacitação e o treinamento dos profissionais. Foram disponibilizados e estimulados treinamentos para os componentes das CECIHs de todos os estados. Os esforços de capacitação realizados pela Anvisa têm contribuído para melhorar a qualificação dos profissionais envolvidos com a prevenção e controle das infecções hospitalares, tanto os profissionais das CECIHs quanto os das vigilâncias sanitárias estadual e municipal.

A implantação do Programa, por vezes, também é limitada pela precariedade de recursos materiais das vigilâncias estaduais e municipais. O ano de 2002 foi marcado pelo repasse regular de recursos da Anvisa para as vigilâncias sanitárias estaduais por meio do Termo de Ajuste e Metas com o objetivo, entre outros (cita-se acima a qualificação dos recursos humanos), de melhorar a estrutura de recursos materiais existente. A coordenação do Programa possui recursos materiais suficientes e infra-estrutura adequada para execução das ações do Programa, observando as competências do âmbito federal.

Sobre conseqüências de alterações incluídas pela lei orçamentária de 2002 no desempenho do Programa, há que se ressaltar que a inclusão da ação Capacitação de Profissionais de Saúde em Controle de Infecções Hospitalares (conforme solicitado) foi de fundamental importância no desenvolvimento do Programa, visto que alocou recursos para uma atividade básica relativa à qualificação dos técnicos de vigilância sanitária e profissionais que trabalham em serviços de saúde. Houve também solicitação de alterações para indicadores que, até o momento, não foram concretizadas.

Não houve restrições que interferiram no desempenho das ações. Não houve interferência dos processos de contratos e convênios na implementação do Programa. O desempenho físico das ações com recursos descentralizados manteve-se dentro do previsto.

Considerando que a acreditação de serviços de saúde é um processo amplo, foi celebrado um convênio com a Organização Nacional de Acreditação - ONA. O objeto do convênio trata do apoio às ações de vigilância sanitária estadual e municipal. Duas vertentes serão trabalhadas:

- capacitação de profissionais (incluindo técnicos de vigilâncias sanitárias), visando sua inserção nas ações de melhoria de qualidade dos serviços de saúde; e
- atualização/elaboração de instrumentos utilizados como ferramentas nas atividades da Acreditação e que podem subsidiar as inspeções de vigilância sanitária.

É importante salientar que existem atividades previstas para a readequação dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública - Lacen mediante o repasse de recursos da Anvisa para as VISAs estaduais, por meio dos termos de ajuste assinados entre os estados e a Agência, com metas definidas e acompanhamento do cumprimento destas metas. O resultado esperado é bastante abrangente, pois remete a instituição a um Programa de gerenciamento da qualidade. Vale ressaltar que o foco dessa ação não é a Acreditação de Laboratórios, mas a reestruturação desses serviços, visando o incremento de sua capacidade operacional com a finalidade de subsidiar as ações de vigilância sanitária.

O público-alvo do Programa de **Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares** encontra-se distribuído em diferentes níveis de execução e utilização, a saber técnicos de Secretarias de Saúde e das Comissões de Controle de Infecções Hospitalares Estaduais, Municipais e do Distrito Federal; profissionais de estabelecimentos assistenciais de saúde e usuários do sistema de saúde.

Não foi elaborada nenhuma pesquisa que medisse a satisfação do público-alvo. Entretanto, a implantação de 27 Comissões Estaduais de Controle de Infecção Hospitalar e a participação em treinamento de aproximadamente cinco mil técnicos demonstram a sensibilização ao tema objeto do Programa pelos gestores e profissionais envolvidos. Pode-se considerar este resultado como uma avaliação positiva às ações desenvolvidas pelo nível federal em parceria com os demais integrantes do sistema.

Ainda, em 2002, paralelamente ao VIII Congresso Brasileiro de Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar, foi realizado o fórum sobre o Modelo Brasileiro de Controle das Infecções Hospitalares, com a participação de profissionais do controle de infecção. Nessa oportunidade, foram encaminhadas aproximadamente trezentas sugestões e contribuições para a revisão do Modelo Brasileiro de Controle das Infecções Hospitalares.

Em 2003, será priorizada a discussão, num fórum ampliado, sobre as necessidades de mudanças e suas formas de implantação para a melhoria do Modelo Brasileiro de Controle das Infecções Hospitalares. Utilizaremos, para tal, os resultados dos estudos e pesquisas desenvolvidos, as contribuições encaminhadas por ocasião do fórum e as que chegam sistematicamente por *e-mail*.

Outro mecanismo de participação de nosso público-alvo no Programa é feita por meio das associações dos profissionais de controle das infecções, CECIHs, de e-mails diretamente enviados à UCISA/Anvisa (no mínimo 20 e-mails diários sobre o tema), ouvidoria e também pela página da internet. Na maioria dos estados, a sociedade civil organizada participa das CECIH, estando representadas, nestes fóruns, entidades como: Conselhos e Associações Profissionais, Ministério Público, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems e Procon. A Anvisa tem trabalhado no sentido de sensibilizar a população no que diz respeito às condutas que os usuários de serviços de saúde devem tomar para minimizar os riscos de infecção hospitalar.

Os encontros de sensibilização e conhecimentos básicos, realizados de 2000 a 2002, foram importantes e cumpriram sua função. Neste instante, verificamos a necessidade de avançar para treinamentos com conteúdo mais aprofundado e com público menor por evento com abrangência para o País todo. Uma das soluções para avançar será a adoção do ensino a distância e cursos de especialização em todos os estados, em parceria com as Universidades, o que impactará diretamente na proposta orçamentária de 2003 e para o próximo PPA 2004-2007. No período de 2000 a 2002, a equipe gerencial responsável pela implementação do Programa no âmbito federal participou de várias atividades de capacitação. Essas atividades referem-se a cursos específicos na área de controle de infecções e também na área de desenvolvimento gerencial. Entre os cursos relacionados diretamente com o tema, destacam-se: esterilização e resíduos em saúde, biossegurança e epidemiologia. Além de envio de técnicos para participação de atividades de capacitação no exterior, tais como: Encontro Internacional da Prática e Ciência em Esterilização; Treinamento Avançado em Controle de Infecção do *Center for Diseases Control and Prevention* (CDC)/*Society of Healthcare Epidemiology of America* (SHEA)/*European Society of Clinical of Microbiology and Infectious Disease* (ESCMID) e a 4ª Conferência Decenal do CDC. Na área de desenvolvimento gerencial, destacamos o curso Gerenciando para Resultados, realizado pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial e financiado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores

Resultados

O objetivo do Programa é reduzir a morbimortalidade por cólera, peste, tracoma, filariose, oncocercose, raiva, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose. A partir de 2002, foi incluído no escopo do Programa o combate à malária e à dengue, que deixaram de ter programas próprios. Portanto, a redução da incidência desses agravos passou a ser parte do objetivo deste Programa.

O Programa possui vários indicadores, dado o fato de que são várias as doenças focalizadas: taxa de letalidade por calazar (leishmaniose visceral); taxa de prevalência de exames positivos de esquistossomose; coeficiente de incidência de cólera; casos de raiva humana transmitida por animal doméstico; taxa de cobertura vacinal canina; e taxa de prevalência da doença de Chagas na população de sete a quatorze anos de idade.

Dos indicadores estabelecidos, alguns evoluíram favoravelmente, como o coeficiente de incidência da cólera, que foi totalmente controlada, saindo de 0,43 por 100 mil habitantes em 2000, para sete casos confirmados em 2001 e nenhum caso em 2002.

A soropositividade para a doença de Chagas em inquérito sorológico em grupos etários definidos, demonstra a efetividade das medidas de controle implementadas, reduzindo significativamente a transmissão vetorial da doença de Chagas no Brasil, passando de 0,12% em 2000, para 0,01% em 2002, com apenas um caso confirmado em 10.537 amostras processadas, todas do grupo etário de zero a cinco anos.

Em função da obtenção de coberturas vacinais caninas satisfatórias (acima de 80%), observa-se uma redução no número de casos de raiva humana transmitida por animais domésticos, passando de 25 casos em 2000 para seis casos em 2002.

A taxa de prevalência (exames positivos) em esquistossomose reduziu-se de 5,95% em 2001 para 5,5% em 2002. Pela amplitude da área endêmica de esquistossomose no País, não é esperada uma queda drástica da prevalência em curto espaço de tempo, uma vez que o controle da esquistossomose também depende de ações de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, demandando uma expressiva soma de recursos para investimento.

A taxa de letalidade por calazar reduziu-se de 5,7% em 2001 para 4,4% em 2002 (dados parciais, uma vez que o número de óbitos depende do fechamento do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM), refletindo os resultados de um grande esforço realizado no sentido da capacitação dos médicos que atuam no Sistema Único de Saúde, para o diagnóstico e tratamento adequados dos pacientes com calazar.

Os resultados estão dentro do esperado, uma vez que grande parte dos indicadores do Programa atingiram os valores estabelecidos para o final do PPA, como o coeficiente de incidência de cólera, a taxa de prevalência da doença de Chagas na população de zero a cinco anos de idade e a taxa de cobertura vacinal canina. O inquérito de soroprevalência da doença de Chagas passou a ser realizado na população de zero a cinco anos de idade pelo fato de essa faixa etária refletir melhor o impacto das ações de controle vetorial implementadas. Os indicadores taxa de prevalência de exames positivos de esquistossomose, casos de raiva humana transmitidos por animais domésticos e taxa de mortalidade por calazar ainda não atingiram os

Gerente:

Fabiano Geraldo Pimenta Júnior

índices estabelecidos para o final do PPA, estando a Funasa adotando providências no sentido da intensificação das ações de controle, para a obtenção dos indicadores propostos. No que se refere aos casos de raiva humana transmitida por animais domésticos, será realizada uma campanha de intensificação vacinal em treze estados brasileiros. Quanto à letalidade por calazar, a Funasa continua promovendo capacitações para os médicos da rede de saúde, principalmente nas áreas onde a introdução de doença é recente e os profissionais necessitam de maiores informações quanto ao diagnóstico e o tratamento dos doentes.

A obtenção da certificação de interrupção da transmissão vetorial da doença de Chagas por *Triatoma infestans*, principal vetor domiciliado da doença, nos estados do Piauí e Tocantins, como resultado da intensificação das ações de controle vetorial. Dos treze estados brasileiros que apresentavam focos residuais deste vetor, apenas três (BA, PR e RS) ainda permanecem nessa situação, estando sendo mantidos entendimentos com as respectivas secretarias estaduais de saúde, para a implementação das atividades tecnicamente indicadas, no sentido que os mesmos também alcancem o objetivo proposto.

Os principais resultados esperados para 2003 são:

- manutenção da ocorrência da cólera em número inferior a dez casos;
- obtenção da interrupção da transmissão vetorial da doença de Chagas por *Triatoma infestans* nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul; e
- redução da taxa de letalidade por calazar para níveis inferiores a 3%.

No que concerne ao controle da doença de Chagas, os estados de MG, RJ, SP, PE, MS, MT, PB, GO foram avaliados por Comitê de Especialistas da Organização Panamericana de Saúde, que comprovaram a interrupção da transmissão vetorial por *Triatoma infestans*, principal vetor domiciliado da doença. Os estados do Piauí e Tocantins serão avaliados período de 28 de outubro a 1 de novembro e preenchem os pré-requisitos para serem certificados quanto à transmissão vetorial da doença de Chagas por *T. infestans*.

O controle da transmissão da cólera é fato importante a ser registrado, demonstrando a eficácia da vigilância epidemiológica no sentido da detecção precoce dos casos e a imediata implementação das medidas de controle.

A intensificação da vacinação canina, principalmente em estados como Maranhão e Rondônia, que concentraram grande parte dos casos humanos nos últimos anos, está permitindo a redução sustentada dos casos de raiva humana transmitida por animais domésticos.

Uma dificuldade geral refere-se à obtenção de dados quanto à execução das ações de controle e combate aos vetores, devido ao fato de a grande maioria das ações ser executada diretamente pelos municípios e os mesmos não alimentarem os sistemas de informação oportunamente.

..... **Concepção**

As doenças transmitidas por vetores ainda se constituem em importante problema de saúde pública no País, apesar dos inegáveis avanços obtidos no seu controle. A dengue constitui-se em um dos maiores problemas de saúde pública do mundo e no Brasil já foram confirmados casos autóctones em 25 estados da Federação.

A malária é um problema importante na Amazônia Legal, onde se concentram cerca de 99,7% dos casos notificados do País. A grande mudança nos padrões da população brasileira, que há cerca de quarenta anos era predominantemente rural e hoje concentra-se no ambiente urbano, favorece a ocorrência e a urbanização de agravos como dengue, leishmaniose visceral, malária, esquistossomose, entre outras.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- urbanização desordenada - fixar a população no campo e nas cidades de pequeno e médio porte;
- baixa cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário - viabilização de sistemas de esgotamento sanitário;
- coleta inadequada de resíduos sólidos - aumento da cobertura da coleta de resíduos sólidos; e
- desmatamento e exploração predatória do ambiente - ordenar e sistematizar os projetos de exploração econômica de áreas ainda preservadas.

Um dos aspectos do Programa a ser melhorado é a definição do público-alvo, deverá ser toda a população brasileira, uma vez que, em função do elenco de agravos que o Programa contempla, direta ou indiretamente, toda a população é beneficiada.

Outro aspecto é a inclusão das ações relativas ao controle da malária e da dengue, assim como as metas físicas referentes, uma vez que esses agravos foram absorvidos pelo Programa.

Em relação à estratégia de implementação, alguns pontos necessitam de aperfeiçoamento:

- a avaliação tem sido feita por intermédio do cumprimento das metas da Programação Pactuada e Integrada da área de Epidemiologia e Controle de Doenças. Não existe avaliação da estruturação que está sendo obtida junto aos municípios;
- a estrutura administrativa das secretarias estaduais e municipais de saúde é muito morosa, acarretando prejuízos na execução das ações; e
- embora existam os conselhos estaduais e municipais de saúde, as discussões relativas à área assistencial ocupam toda a agenda, restando pouco espaço para a discussão das ações de prevenção e controle das doenças transmitidas por vetores.

Ainda sobre a estratégia de implementação, é importante ressaltar que o principal aspecto contribuinte para a obtenção dos resultados do Programa foi a definição das responsabilidades de cada nível de Governo e a definição do financiamento preponderantemente pela modalidade fundo a fundo.

.....
Os recursos financeiros liberados foram suficientes e tiveram, ao longo do exercício, um fluxo compatível com a programação. O cumprimento de metas físicas situou-se dentro do previsto. **Implementação**

Quase todas as ações são executadas com recursos transferidos na modalidade fundo a fundo, repassados mensalmente para os fundos estaduais e municipais de saúde, por intermédio do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças, o que garante a sustentabilidade e a continuidade das ações de controle.

A maioria das ações de controle está inserida na programação pactuada e integrada da área de epidemiologia e controle de doenças - PPI-ECD, que os estados e municípios elaboram anualmente, a partir de parâmetros e metas estabelecidos pela Funasa. Foi instituído um sistema informatizado para o acompanhamento da execução da PPI-ECD junto aos estados. No que se refere

ao monitoramento, a maior dificuldade se dá em função do atraso por parte dos municípios e estados, no que concerne à alimentação dos sistemas de informação, quanto às ações de controle executadas e a ocorrência dos agravos.

Os recursos para a realização das ações de drenagem para o controle da malária e melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas são insuficientes para o atendimento das necessidades. A medida adotada para suprir essa lacuna é o estabelecimento de prioridades epidemiológicas, por intermédio de portaria do Presidente da Funasa (Portaria 01/2002). O mesmo se aplica aos recursos destinados à construção e modernização de centros de controle de zoonoses.

No âmbito da Funasa, foi realizado significativo esforço de capacitação da equipe gerencial, estabelecendo entre o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional estreita relação com a gerência do Programa. Esse esforço de integração permitiu a viabilização de aspectos fundamentais para o Programa, traduzindo-se, na prática, na elaboração de sistema informatizado para o acompanhamento da execução das atividades, a revisão e discussão conjunta dos indicadores, a viabilidade do alcance das metas, a readequação do Programa, entre outras.

Um passo importante que pode ser dado no sentido do aperfeiçoamento das gerências seria um estabelecimento de um cronograma trimestral de avaliação, em conjunto com os gerentes de outros programas da mesma instituição.

Apesar da realização pela Funasa de uma série de eventos junto aos gestores e técnicos dos níveis estadual e municipal, principalmente para capacitação e avaliação, ainda persistem dúvidas quanto às possibilidades de aplicação dos recursos transferidos por intermédio do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças - TFECD e suas implicações com a legislação vigente, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em função dessa lacuna e da morosidade administrativa nesses níveis, o grau de aplicação dos recursos transferidos é relativamente baixo.

Todas as decisões relativas ao Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças devem ser aprovadas na Comissão Intergestores Bipartite de cada unidade federada.

Como já citado anteriormente, principalmente pela pouca agilidade na aplicação dos recursos recebidos, muitas vezes o cumprimento das metas estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada da Área de Epidemiologia e Controle de Doenças fica prejudicado. Embora os recursos do TFECD sejam liberados sistematicamente, a morosidade administrativa nas secretarias estaduais e municipais de saúde é muito grande, acarretando falta de material básico para a execução das ações de controle, combustível para os veículos, equipamentos de proteção individual, formulários de campo etc. Muitos municípios não possuem local apropriado para o acondicionamento de inseticidas, assim como laboratórios de entomologia de baixa complexidade, para a identificação dos vetores. O cuidado da frota, por parte de estados e municípios é muito precário, acarretando altos custos na sua manutenção.

Os recursos humanos não estão adequados para a implementação do Programa. Alegando os impedimentos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios, de uma maneira geral, não contratam servidores no quantitativo necessário para a implementação das ações de controle com a cobertura e intensidade tecnicamente indicadas. Como os municípios não contratam o pessoal em caráter permanente, a rotatividade é muito grande, demandando significativos recursos para a capacitação e, mais importante, repetidas capacitações.

As principais restrições ao desempenho do Programa referem-se a contratos, convênios e licitações. A estrutura administrativa de estados e municípios é muito precária, com muita morosidade nos processos licitatórios, acarretando grande atraso nas aquisições e, por consequência, prejudicando o andamento das ações de controle. No caso das construções dos centros de controle de zoonoses e da realização das melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, atividades que são viabilizadas por intermédio da transferência de recursos pela via convencional, a execução é muito demorada, em decorrência da demora das licitações no âmbito municipal. Outra interferência é o fato de que muitos municípios que, a princípio, são prioritários, encontram-se inadimplentes.

Os conselhos estaduais e municipais de saúde estão sendo estimulados a acompanhar a execução das ações incluídas na Programação Pactuada e Integrada, cuja execução deve estar incluída no relatório de gestão. Cópias dos diferentes programas de controle estão sendo encaminhadas para esses conselhos.

A maior dificuldade refere-se à divulgação, junto aos conselheiros municipais de saúde, quanto ao montante dos recursos e as suas formas de aplicação.

Em relação aos gestores, estão sendo realizadas reuniões sistemáticas de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

Sobre pesquisas de satisfação dos usuários, no âmbito da Funasa, está sendo desenvolvida proposta para suprir essa lacuna. A dificuldade refere-se à grande abrangência das ações e ao recente processo de descentralização, ainda não assimilado completamente pela população em geral, que constitui-se no beneficiário final do Programa.

Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica

Resultados O Programa tem por objetivo promover a prevenção, a detecção precoce dos tipos de câncer prevalentes e a assistência à população, para reduzir a mortalidade por câncer no País.

Os indicadores originalmente propostos para o Programa foram o coeficiente de mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero e a taxa de cobertura de exame de Papanicolaou em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos. Ambos apresentaram variações dentro do esperado, tais quais os resultados do Programa.

Esses indicadores dizem respeito apenas ao câncer do colo do útero e, dada a multiplicidade e complexidade das ações do Programa, é importante ter um indicador que cubra outros aspectos e avalie melhor o impacto das ações nesta fase inicial do Programa.

Em 2001, foi proposta a substituição do coeficiente de mortalidade por neoplasia maligna de colo do útero pelo indicador percentual de cobertura assistencial da população brasileira por Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacon.

Em relação ao indicador coeficiente de mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero, ressalta-se que a informação mais recente publicada ainda é a de 1999, que foi de 4,55 óbitos por 100 mil mulheres, os valores referentes a 2000 e 2001, provavelmente, só estarão disponíveis em 2003 e 2004, respectivamente.

Cabe ressaltar que, a partir de 2001, o cálculo desse indicador passou a considerar apenas os óbitos por câncer do colo do útero, excluindo-se os óbitos de câncer do útero, porção não especificada, o que explica a diferença dos valores acima para os projetados no planejamento do Programa, em 1999.

Fato importante no âmbito do Programa e que merece destaque é a publicação da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.575/GM, que consolida o Programa Nacional de Controle do Tabagismo e cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, Centros de Referência em Abordagem e Tratamento do Fumante e fornecimento de medicamentos aos pacientes que forem tratados nestes ambulatorios. A Portaria possibilitou que fosse oferecida à população brasileira o que há de mais avançado cientificamente no tratamento do fumante da rede pública de saúde. E a publicação da Portaria Interministerial nº 1.498, que recomenda às escolas e unidades de saúde que implantem programas de ambientes livres da poluição tabagística e confere certificados de honra ao mérito às que se destacarem.

Para reduzir os índices de mortalidade por câncer, é necessária uma assistência oncológica integral, que garanta a cobertura global dos doentes, com equilíbrio entre as regiões brasileiras. O percentual de cobertura assistencial da população brasileira por Centros de Alta Complexidade em Oncologia com Radioterapia - Cacon representa esse aspecto importante do Programa e avalia o resultado da ação Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia, e tem como base a análise da oferta de serviços oncológicos, que identificou uma distribuição geográfica inadequada com déficit expressivo no interior do País, e o predomínio de serviços isolados de quimioterapia ou de centros de alta complexidade sem radioterapia, principalmente nas regiões economicamente mais ativas.

Gerente:
José Kogut

O indicador Percentual de cobertura assistencial da população brasileira por Centros de Alta Complexidade em Oncologia evoluiu de 29% em 2001, valor apurado em 12/2000, para 32% em 2002.

A implantação de Centros de Alta Complexidade de Oncologia com Radioterapia é a principal estratégia de expansão da assistência oncológica no País e visa romper com o atual modelo, que propicia o crescimento desordenado da oferta de serviços oncológicos, orientando a ampliação da cobertura assistencial a partir da realidade epidemiológica.

A análise do impacto dessa ação na cobertura assistencial em oncologia em 2002 e expectativa de cobertura para 2002 e 2004, no Brasil e grandes regiões, pode ser vista no quadro abaixo:

Cobertura Assistencial			Expectativa de Cobertura		
Regiões	2001	2002	2002	2003	2004
N	11,09%	22,18%	22,18%	22,18%	38,82%
NE	22,49%	23,99%	28,48%	28,48%	32,98%
CO	36,93%	36,93%	36,93%	43,08%	43,08%
SE	35,60%	38,57%	39,56%	40,55%	40,55%
S	28,50%	31,35%	31,35%	34,20%	34,20%
Brasil	29,09%	32,04%	33,73%	34,99%	37,52%

É importante observar que esse indicador é circunscrito à ampliação da cobertura assistencial qualificada como boa cobertura, que significa acesso da população a serviços integrados de oncologia. Assim, esse indicador, além de expressar uma ampliação quantitativa da oferta assistencial, também o faz de modo qualitativo, ou seja, expressa a ampliação de uma oferta assistencial que atende aos requisitos do modelo de atenção integral em oncologia, formalizado na Portaria nº 3.535 do Ministério da Saúde.

Assim, a criação de um novo Cacon equivale à ampliação de procedimentos para assistir a mil casos novos de câncer/ano. Em caráter complementar, o desempenho efetivo de cada unidade assistencial é avaliado e acompanhado a partir de outros indicadores de processo a serem discutidos posteriormente.

Quanto ao indicador taxa de cobertura do exame de Papanicolaou em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos, estava previsto que uma primeira aproximação do valor desse índice seria calculada em 2002, a partir dos dados do sistema para monitoramento das mulheres que realizaram exames do colo do útero - Siscolo, que permite classificar as mulheres por faixa etária. Entretanto, o Siscolo ainda não está preparado para calcular o número de mulheres que se submeteram ao exame num determinado período de tempo, uma vez que não elimina os casos em que uma mesma mulher se submete ao exame mais de uma vez ao longo do período.

A primeira estimativa para esse indicador será obtida por meio do Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Agravos não Transmissíveis, elaborado pelo Instituto Nacional do Câncer - INCA/MS, em parceria com o Centro Nacional de Epidemiologia - Cenepi/MS, que foi iniciado no segundo semestre de 2002, e inclui o estudo da cobertura do exame citopatológico do colo do útero e da prevalência da exposição da população aos fatores de risco para o câncer, havendo previsão de divulgação dos resultados em 2003. Propõe-se que esse inquérito de abrangência nacional se repita a cada cinco anos e um outro inquérito em seis capitais a cada dois anos. A determinação precisa e sistemática desse indicador só será possível quando o Cartão SUS for implantado.

O Programa **Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica** apresentou resultados significativos no período:

- a capacitação de mais de 3.588 municípios para ações de controle do tabagismo e outros fatores de risco de doenças;
- a realização da segunda fase de intensificação das ações de controle do câncer do colo do útero - Viva Mulher, cujo objetivo principal foi a conscientização da população feminina para a importância do exame preventivo;
- o aperfeiçoamento de ações de vigilância do câncer, que ampliou em todo o País as fontes de informação sobre esta doença;
- a implantação do Projeto de Expansão da Assistência Oncológica - Expande, pelo qual novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacon estão sendo implantados, visando corrigir a oferta inadequada e geograficamente mal distribuída dos serviços oncológicos no Brasil;
- a organização do fluxo de pacientes que necessitam de assistência hospitalar de alta complexidade e que residem em locais onde ela é insuficiente ou ainda inexistente, através da Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade;
- a formação de recursos humanos em vários níveis de especialização para o atendimento adequado às necessidades regionais e a ampliação da participação da população brasileira nas atividades comemorativas pelo Dia Mundial sem Tabaco (31 de maio), Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) e Dia Nacional de Combate ao Câncer (27 de novembro);
- a publicação de medidas legislativas e a incorporação de novas técnicas para a regulamentação da composição, produção e venda dos derivados do tabaco por meio da parceria, que vem apresentando êxito, com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;
- a consolidação da participação do Instituto Nacional de Câncer - INCA, como membro da representação brasileira nas reuniões relativas à Convenção Quadro para o Controle do Tabagismo da Organização Mundial de Saúde - OMS; e
- o Projeto de Qualidade em Radioterapia, lançado e desenvolvido conjuntamente com a Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer - ABIFICC envolvendo 33 instituições brasileiras.

Outro avanço importante, na área oncológica, foi a consulta pública que garantiu o uso de opiáceos para alívio da dor crônica, no âmbito do SUS, já que a maioria dos pacientes oncológicos que se encontram fora de possibilidades terapêuticas antitumorais sofrem de dor crônica. O conceito de cuidado paliativo está relacionado a uma melhor qualidade de vida, e sem o alívio da dor, que acomete mais de dois terços de pacientes com câncer avançado, isto não é possível.

A seguir, são detalhadas as principais realizações do período de 2000 a 2002, por ação:

Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico Uterino

- O número de exames realizados para detecção precoce do câncer do colo do útero teve um crescimento significativo no período: foram registrados no SIA/SUS 7,0 milhões de exames citopatológicos em 2000, 8,6 milhões em 2001 e 10,4 milhões em 2002. Os dados de 2002 incluem a segunda fase de intensificação das ações do Programa, que foi realizada em nível nacional entre 18 de março e 30 de abril em todo o País (campanha 2002).

- Outro fato marcante é o aumento expressivo do número de cirurgias de alta frequência, procedimento ambulatorial, que preconiza o diagnóstico e o tratamento (método ver e tratar) em uma única consulta, por meio da remoção da lesão precursora do câncer (NIC II e NIC III). Foram realizadas 13,3 mil cirurgias de alta frequência em 2000, 25,2 mil em 2001 e mais de 24 mil em 2002.

Prevenção e Vigilância para Controle do Câncer

- Desde o início de suas atividades até o momento, as ações educativas para o Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco atingiram a marca de 3.600 municípios com profissionais capacitados para gerenciamento das ações do Programa.
- Foram capacitados 304 municípios novos por intermédio do convênio estabelecido entre o Ministério da Saúde e as 27 Secretarias de Estado da Saúde para implantar ações de controle do tabagismo e outros fatores de risco em todos os estados do Brasil.
- Em agosto de 2002, foi publicado o primeiro Atlas de Mortalidade por Câncer no Brasil.
- Os Registros de Câncer de Base Populacional implantados no Brasil evoluíram de quatorze em 1999 (cinco produzindo dados), para dezenove em 2000, 21 em 2001 (nove produzindo dados) e 23 em 2002 (quatorze produzindo dados). Esses Registros são fundamentais para determinação do número real de casos novos da doença num período de tempo (incidência).
- Os Registros Hospitalares de Câncer implantados em unidades assistenciais que tratam o câncer evoluíram de 29 Registros em 1999 para 36 Registros em 2000, 49 Registros em 2001, atingindo 84 Registros até outubro de 2002.
- Até 2001, as ações educativas continuadas atingiram 5.437 escolas, 2.071 Unidades de Saúde e 1.443 Ambientes de Trabalho em todo o País.
- Lançamento do Disque-Pare de Fumar, em 2001, serviço telefônico gratuito do Ministério da Saúde, que orienta os fumantes que desejam parar de fumar, indicando locais em que podem ser tratados.

Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia

- No biênio 2001-2002 foram implantados cinco Cacon sendo em 2001, um em Divinópolis - Minas Gerais e, em 2002, dois no Rio de Janeiro, capital; um em Araguaína - Tocantins e um em Ijuí - Rio Grande do Sul. Isto corresponde ao alcance de 50% da meta física acumulada na ação Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica.

Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica

- Foram capacitados no ano 2000, 2.660 profissionais de saúde; em 2001, 2.539 e em 2002, 4.111, com a seguinte distribuição de participação:

- Residência de Enfermagem	65
- Cursos de Especialização	133
- Cursos de Atualização	3.472
- Treinamento Profissional	57
- Treinamento Científico	8
- Estágio Curricular	6
- Estágio de Treinamento	370

Residência Médica no INCA

- O INCA mantém 10 programas credenciados de Residência Médica. O número de residentes mantidos tem aumentado a cada ano: 99 residentes em 2000, 111 residentes em 2001 e em 2002.
- Atendimento Ambulatorial e Hospitalar do INCA. Na produção hospitalar, destaca-se:

	2000	2001	2002
Matrícula de novos pacientes	10.794	10.108	9.179
Internações	16.224	15.899	15.497
Consultas clínicas	244.937	246.866	232.176
Cirurgias	12.675	13.059	11.785
Aplicações de quimioterapia	34.686	35.632	35.821
Aplicação de radioterapia	182.172	191.922	185.999
Visita domiciliar	7.171	7.846	8.837
Transplante de medula óssea	92	83	99

- Abriu-se o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea - Redome que proporcionou maior visibilidade à política de transplantes de doadores de medula óssea. Em 2001, foi elevado de 12.058 para 20.249 doadores cadastrados, atingindo cerca de 36 mil doadores em 2002. Criação do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário - BSCUP do INCA, inaugurado em 2001, primeiro banco público nessa especialidade, que aumentará a possibilidade de transplante de medula óssea no País, para pacientes que não dispõem de um doador aparentado. Até setembro de 2002, o BSCUP coletou 675 bolsas de sangue de cordão e congelou 378 bolsas.
- Lançamento de 24 condutas diagnóstico-terapêuticas finalizadas, entre as 63 identificadas no INCA, para distribuição nas diferentes unidades assistenciais, a fim de padronizar os processos de diagnóstico e de tratamento, para que seus resultados possam ser avaliados adequadamente; sua divulgação para todo o País é feita por meio da Revista Brasileira de Cancerologia.
- Apresentação, prática e discussão das condutas de dosimetria e proteção radiológica, para garantia da dose prescrita no tumor e proteção do paciente e trabalhador, durante cursos e avaliações postais *in loco*, em cumprimento ao objetivo proposto pelo Programa de Qualidade em Radioterapia - PQRT.
- Atualização de 124 profissionais (médicos, físicos e técnicos) durante dois *workshops* e dezesseis cursos, realizados em dezenove estados do País, pelo Programa de Qualidade em Radioterapia - PQRT.
- Expedição de 349 pareceres técnicos para o sistema de Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade - Quimioterapia ou Radioterapia, da Coordenação Geral de Sistemas de Alta Complexidade/DESRA/SAS/MS, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade na prestação de serviços oncológico ao SUS.
- Melhoria na evolução do perfil do paciente atendido nos três hospitais do INCA, numa variação de 26,9% em 1992 para 75% em 2002, com neoplasia maligna, demonstrando que, na década passada, o papel das unidades era eminentemente assistencial geral.

- Inauguração da UTI pediátrica do INCA que, além de ambiente adequado, conta com profissionais especializados, a fim de garantir a qualidade da assistência à criança com câncer.
- Adoção dos Padrões de Qualidade do Atendimento ao Cidadão, como parte do Programa de Qualidade no Serviço Público, do Governo Federal, cuja meta é superar até 2003 o índice de 70% de usuários satisfeitos com os serviços públicos.
- Realização da terceira Pesquisa de Satisfação de Clientes da Assistência, visando identificar o nível de satisfação dos clientes em relação aos serviços utilizados e às condições em que eles são prestados. Os resultados apurados apresentam uma ampla satisfação com o atendimento assistencial que é oferecido pelo Instituto.

Estudos e Pesquisas para Controle do Câncer

- A inserção da pesquisa realizada no INCA no contexto nacional, via participação em diferentes programas, tais como o Genoma Brasileiro, o Programa Nacional de Grupos de Excelência - Pronex e o dos Institutos do Milênio. Estes programas são essencialmente gerenciados e subvencionados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.

Em 2002, destacaram-se:

- A conclusão e inauguração das novas instalações de um prédio próprio para as atividades laboratoriais e gerenciais da Coordenação de Pesquisa - CPQ do INCA, que foi projetado e construído de acordo com os mais modernos critérios de montagem de laboratórios.
- A realização de 318 publicações científicas entre artigos, apresentações em congressos, livros e capítulos de livros.
- A condução de 32 projetos principais em andamento ou sob avaliação para aprovação, sem contar com a pesquisa clínica, aplicada e epidemiológica.
- O recrutamento de dezesseis jovens pesquisadores para estágios de iniciação científica, e quatro para especialização, 22 para projetos de tese de pós-graduação - mestrado e doutorado - e dois para estágios de pós-doutorado, nas dependências do INCA.
- A criação de um setor de Farmacologia Clínica para a realização de testes de bioequivalência para a validação de medicamentos genéricos.

Promoção de eventos técnicos sobre prevenção, controle e assistência oncológica:

- Realização de 54 eventos científicos (jornadas, encontros, *workshop*, conferências etc.), utilizando as instalações do INCA, totalizando 3.472 participantes.
- Comemorações das datas alusivas ao controle do câncer: Dia Mundial sem Tabaco (31 de maio), Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) e Dia Nacional de Combate ao Câncer (27 de novembro).
- Realização do Encontro Anual de Avaliação dos Coordenadores Estaduais, no Rio de Janeiro.
- Reunião com os Coordenadores Estaduais e Municipais para a avaliação da 2ª Fase de Intensificação das Ações de Controle do Câncer de Colo do Útero e definição de estratégias para o seguimento das mulheres, em Brasília.

O conjunto dessas ações tem impacto positivo sobre o público-alvo provocando mudanças de atitudes e de comportamento, favoráveis a uma vida mais saudável.

Para 2003, os principais resultados esperados são:

- Ampliar a cobertura populacional brasileira da prevenção e detecção precoce do câncer, desenvolvendo ações de detecção precoce do câncer de mama e de intestino e ações educativas para os cânceres de pele, boca e próstata.
- Estimular o crescimento ordenado da oferta de serviços para diagnóstico e tratamento do câncer por meio da implantação de dois novos Cacon e preparação para implantação em 2004 de quatro Cacon.
- Fortalecer a formação de recursos humanos para a pesquisa na área do câncer, por meio da oferta de 56 bolsas de pesquisa e desenvolver 37 projetos de pesquisa clínica.
- Expandir sistemas e métodos de apoio a levantamento e monitoramento de informações sobre o câncer e seus fatores de risco no Brasil, conclusão e publicação dos resultados das pesquisas de cotinina e caso-controle de doenças do tabaco-relacionadas, inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de agravos não transmissíveis e métodos de cessação de fumar.
- Aumentar a cobertura das mulheres na faixa de risco para o câncer de colo de útero, com a realização de oito milhões de exames de Papanicolaou.
- Prover a rede de assistência oncológica do País de profissionais de saúde com uma visão integrada da prevenção e controle do câncer por meio da oferta crescente de vagas no Programa de Ensino do INCA, capacitando 2.432 profissionais de saúde.

Concepção

O quadro sanitário brasileiro nas últimas décadas combina doenças ligadas à pobreza, típicas de países em desenvolvimento, e doenças crônico-degenerativas, características dos países mais desenvolvidos. A seguir, apontamos os descritores do problema, a partir dos determinantes sociais e de indicadores epidemiológicos brasileiros disponíveis atualmente.

- O câncer é a segunda causa de morte por doença no Brasil e a sua incidência cresce progressivamente, inclusive em faixas etárias abaixo dos cinquenta anos.
- O Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM registrou, em 1999, 114.25 óbitos e a estimativa para 2002 aponta para 122.600 óbitos.
- O câncer de pulmão lidera a mortalidade e tem como principal fator de risco o tabagismo ativo (responsável por 90% dos casos) e tabagismo passivo (aumento do risco em 30%). No Brasil, conforme dados de 1989, havia cerca de 30% de fumantes que, aliado ao fato deste câncer ter alta letalidade, explica hoje, sua liderança na mortalidade do Brasil.
- Os cânceres de estômago e mama feminina ocupam, respectivamente, o segundo e terceiro lugares em número de óbitos durante 1999, permanecendo no mesmo patamar na estimativa para 2002.
- O câncer do colo do útero tem alta mortalidade e sua taxa de óbitos aponta para um aumento de cerca de 30% nos últimos vinte anos, sobretudo em mulheres acima dos cinquenta anos de idade.

- A estimativa de casos novos de câncer (incidência) para 2002 é de 337.535 casos.
- O câncer de pele é o tipo mais incidente no Brasil, com baixa letalidade, e seu principal fator de risco é a exposição excessiva à radiação solar.
- Ações de prevenção e detecção precoce podem evitar muitos óbitos, trazendo maior benefício social e econômico do que do tratamento da doença em fase avançada.
- Cerca de 30% das mortes por câncer têm como causa o tabagismo e 35% estão relacionados com hábitos alimentares inadequados (obesidade) e inatividade física (sedentarismo).
- Noventa por cento dos fumantes começam a fumar antes dos dezenove anos de idade e os fatores sociais responsáveis pela iniciação do consumo de tabaco entre os jovens relacionam-se, principalmente, à facilidade de acesso pelos baixos preços dos cigarros, à falta de controle de vendas a menores, ao estímulo pelas estratégias de *marketing* para promover o produto e ao crescimento da venda de cigarros no mercado ilegal. O tabagismo passivo é a terceira causa de morte evitável por doença e aumenta o risco de câncer de pulmão entre não fumantes expostos cronicamente à poluição tabagística ambiental.
- O câncer do colo do útero é muito vulnerável às ações de prevenção e detecção precoce e tem 100% de cura quando é identificado em fases iniciais e recebe a abordagem terapêutica adequada. Pesquisa de amostra representativa da população brasileira realizada pelo Ibope (INCA, 1994), mostrou uma baixa cobertura populacional pelas ações de prevenção do câncer do colo do útero, pois 36% das mulheres entrevistadas nunca haviam realizado o exame citopatológico do colo do útero (Papanicolaou).

Os serviços de assistência oncológicos são insuficientes, às vezes inadequados e mal distribuídos geograficamente, para oferecer boa cobertura para a população.

A rede de serviços atual é insuficiente, considerando os parâmetros assistenciais internacionais, ajustados à realidade epidemiológica e demográfica brasileira. Tal situação é agravada por uma concentração nas áreas economicamente mais ativas e por déficit importante no interior do País. Além de insuficiente, a atual estrutura é constituída, significativamente, por unidades isoladas de quimioterapia ou radioterapia, configurando um modelo assistencial que não favorece à integração dos serviços nem à integralidade da atenção ao paciente de câncer.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Diversidade do perfil epidemiológico brasileiro levando à necessidade de um maior conhecimento da distribuição das várias formas de câncer na população, da observação e análise das variações de sua ocorrência em diferentes grupos ou comunidades e dos fatores de risco a que elas se expõem - Estudos e pesquisa sobre prevenção e controle do câncer.
- Avanço na síntese de moléculas bioativas, levando à conseqüente necessidade de ensaios para desenvolvimento de métodos diagnósticos e terapêuticos - Estudos e pesquisa sobre prevenção e controle do câncer.

- Dificuldade em coletar, armazenar, analisar e disseminar informações relevantes, atualizadas e de qualidade necessárias às ações de vigilância em saúde (vigilância epidemiológica) e prevenção. Aumento da demanda de fumante que querem deixar de fumar - Prevenção e vigilância para o controle do câncer.
- Rede de serviços insuficiente, considerando os parâmetros assistenciais internacionais, ajustados à realidade epidemiológica e demográfica brasileira - Expansão de Centros de Alta Complexidade em Oncologia.
- Taxa de mortalidade alta e crescente nos últimos vinte anos, com aumento de 30%, sobretudo em mulheres acima dos cinquenta anos de idade - Prevenção e tratamento do câncer cérvico-uterino.
- Necessidade de ampliar a formação de recursos humanos nas diversas especialidades oncológicas, a pesquisa clínica e a divulgação científica - Atendimento ambulatorial e hospitalar do INCA.
- Pouco conhecimento da diversidade epidemiológica, das estratégias de prevenção, detecção precoce, diagnóstico e tratamento necessários para o controle do câncer no País - Capacitação de profissionais em prevenção, controle e assistência oncológica.
- Necessidade de qualificar e aprimorar os conhecimento técnico-científicos referentes à área da cancerologia - Residência médica no INCA.
- Necessidade de aumentar a mobilização da sociedade civil e técnico-científica para as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer - Promoção de eventos técnicos sobre prevenção, controle e assistência oncológica.

Destaca-se, entre os aspectos do Programa, a necessidade de aperfeiçoamento dos indicadores. Os indicadores originalmente propostos para o Programa foram o coeficiente de mortalidade por neoplasia maligna do colo do útero e a taxa de cobertura de exame de Papanicolaou em mulheres na faixa etária de 25 a 59 anos.

Esses indicadores dizem respeito apenas ao câncer do colo do útero e, dada a multiplicidade e complexidade das ações do Programa, é importante ter um indicador que cubra outros aspectos e avalie melhor o impacto das ações nesta fase inicial do Programa.

Em 2001, foi proposta a substituição do coeficiente de mortalidade por neoplasia maligna de colo de útero pelo indicador percentual de cobertura assistencial da população brasileira por Centros de Alta Complexidade em Oncologia pelas seguintes razões:

- O PPA tem periodicidade de 4 anos e, em países onde se estruturou um Programa de rastreamento, com cobertura de 80% ou mais da população feminina, o impacto do Programa na mortalidade por esse tipo de câncer só começou a ser observado cerca de 5 a 10 anos depois. Levando em consideração que a primeira campanha de combate ao câncer do colo de útero foi realizada em 1998, espera-se que a queda na mortalidade, após a implantação do Programa, aconteça a partir de 2006, na melhor das hipóteses.
- Nos primeiros anos do Programa, os sucessos estão relacionados à: melhoria do sistema de atendimento e referência de casos diagnosticados (cobertura, fluxos e resolatividade); mudanças na população-alvo em relação a conhecimentos e práticas sobre prevenção, busca de ajuda e condutas a serem seguidas caso apareça a doença; satisfação das usuárias em relação ao Programa (atendimento, informação, resolatividade, rapidez do diagnóstico/tratamento); geração, na sociedade, de níveis maiores de consciência ou alerta em relação ao problema.

- Considerando que até o momento (outubro de 2002) a informação mais recente publicada ainda é a de 1999, que foi de 4,55 óbitos por 100 mil mulheres, os valores referentes a 2000 e 2001 provavelmente só estarão disponíveis em 2003 e 2004, respectivamente.
- A diminuição dos índices de mortalidade por câncer só poderá ser alcançada por uma assistência oncológica integral, que garanta a cobertura global dos doentes, com equilíbrio entre as regiões brasileiras. O percentual de cobertura assistencial da população brasileira por Centros de Alta Complexidade em Oncologia com Radioterapia - Cacon representa esse aspecto importante do Programa e da ação Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia.

Algumas ações que resultam em produtos (bens e serviços) e que impactam no resultado do Programa, ainda que indiretamente, estão descritas abaixo.

- Promoção de estudos econômicos na cadeia produtiva do tabaco, avaliando desde o plantio do fumo até a venda final de produtos fumígenos. Em resposta a processos advindos do público em geral e de diferentes setores governamentais, foram emitidos pareceres sobre contrabando, defesa dos fumicultores e gastos do Governo Federal como tratamento de fumantes, entre outros assuntos.
- Promoção de estudos e emissão de pareceres técnicos sobre legislação relacionadas ao controle do tabagismo.
- Atualização tecnológica utilizando recursos da informática para viabilizar a disseminação da informação internamente (intranet) e externamente (extranet). Por meio da extranet foi possível a realização de reuniões virtuais entre as instituições participantes do Projeto de Qualidade em Radioterapia. O desenvolvimento de sistemas com parcerias permitiu a implantação do Sistema para Cadastro de Produtos Derivados do Tabaco - Sistab (parceira com Anvisa) e do Sistema de Informação para Controle do Câncer do Colo de Útero - Siscolo (parceira com Datasus).
- Preparação e confecção de trabalhos técnico-científicos apresentados e aulas ministradas, em congressos nacionais e internacionais e outros eventos, relacionados à prevenção e controle do câncer para divulgação sobre o tema.
- Estímulo ao desenvolvimento e participação em Projetos Sociais e Voluntariado do INCA, contribuindo para o fortalecimento do compromisso de seus colaboradores e da sociedade com a responsabilidade pública e a cidadania.
- Manutenção e disponibilização do maior acervo especializado em oncologia da América Latina.

Não foram apontados aspectos da estratégia de implementação que necessitem ser aperfeiçoados ou modificados.

Destaca-se, como aspecto da estratégia de implementação que mais contribuiu para o alcance dos resultados, o estabelecimento de um convênio firmado entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde, tendo o INCA como interveniente possibilitando formar uma rede para gerenciamento descentralizada, por meio de representantes das Secretarias Estaduais de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal.

O convênio, somado aos recursos orçamentários da SES, contribui para a implantação de áreas físicas com infra-estrutura específica para a implementação de todas as atividades necessárias para o desenvolvimento do Programa.

Implementação

Os recursos determinados na Lei Orçamentária de 2002 foram suficientes para o cumprimento das metas. Anualmente, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, a necessidade de novos recursos é discutida com o Ministério da Saúde, que tem priorizado as adequações necessárias ao orçamento do Programa. Além disso, o fluxo de liberação desses recursos tem sido compatível com a programação. Os números a seguir demonstram o crescimento do orçamento do Programa, com relação à previsão original:

	2000	2001	2002	2003
Proposta Original	176.887.141	168.910.524	174.747.000	178.533.000
Orçamento	206.863.138	235.534.854	267.109.680	277.100.000

O valor de 2002 foi projetado com base na execução até outubro de 2002; o valor de 2003 é o da proposta orçamentária. Todos os valores acima incluem despesas com pessoal.

O incremento no orçamento ocorrido em 2001 se deveu, em grande parte, à inclusão da nova ação de Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia.

Quanto à execução orçamentária e financeira, não ocorreram problemas nem quanto à liberação de orçamento para empenho, nem quanto à liberação de recursos financeiros para o efetivo pagamento dos compromissos assumidos. Trimestralmente, o gerente do Programa apresenta e discute com a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, do Ministério da Saúde as necessidades orçamentárias para o próximo trimestre. Como consequência, foi estabelecido um contato estreito entre a Gerência do Programa e a SPO que tem facilitado a solução de qualquer problema relativo ao fluxo de recursos.

No tocante à infra-estrutura, os serviços de assistência oncológica são insuficientes, às vezes inadequados e mal distribuídos geograficamente, para oferecer boa cobertura para a população. A rede de serviços atual é insuficiente, considerando os parâmetros assistenciais internacionais, ajustados à realidade epidemiológica e demográfica brasileira. Tal situação é agravada por uma concentração nas áreas economicamente mais ativas e por déficit importante no interior do País. Além de insuficiente, a atual estrutura é constituída, significativamente, por unidades isoladas de quimioterapia ou radioterapia, configurando um modelo assistencial que não favorece a integração dos serviços nem a integralidade da atenção ao paciente de câncer.

As parcerias trouxeram recursos adicionais para o desenvolvimento de novos projetos no âmbito do Programa. Entretanto, a expansão das ações prevenção e rastreamento para outros tipos de câncer, que podem ser prevenidos, exigirá um aporte significativo de recursos. Também, a evolução das terapias celular e genética para o câncer exigirá investimentos para desenvolvimento de estudos e pesquisas para o domínio das novas técnicas. A dependência, única e exclusiva, do orçamento federal certamente limitará o crescimento do Programa. Portanto, o grande desafio será descobrir novas fontes, internas e externas, para financiamento das ações.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações descentralizadas é feito por meio de visitas de supervisão nas representações estaduais e municipais, bem como nos canais comunitários, com o objetivo de observar *in loco* o andamento das ações do Programa e conhecer de perto seus resultados.

O monitoramento do Programa também é realizado a partir das informações provenientes das seguintes fontes:

- Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA - O registro dos dados referentes às ações de rastreamento do câncer do colo do útero no Brasil ocorre de forma sistematizada desde o segundo semestre de 1994.
- Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero - Siscolo - Destina-se ao armazenamento de informações das ações de controle do câncer do colo do útero, reunindo dados de identificação da mulher, informações demográficas e epidemiológicas, além dos laudos padronizados dos exames.
- Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM - Utilizado como base para as estimativas de mortalidade por câncer no Brasil.

Dessa forma, é possível monitorar o desempenho físico das ações executadas de forma descentralizada, com razoável grau de precisão. Entretanto, faz-se necessário a construção de uma rede informatizada para agilizar e facilitar o envio, o armazenamento e a análise das informações relevantes para o monitoramento do Programa.

Quanto aos recursos humanos, nas secretarias estaduais e municipais, principalmente na atenção primária, a quantidade de profissionais ainda é insuficiente para o número de programas de saúde em desenvolvimento. No nível municipal, ainda existe carência e má distribuição de recursos humanos especializados tanto para o gerenciamento quanto para execução das ações. Na tentativa de corrigir as deficiências de pessoal, tem-se feito esforços de capacitação, conforme descrito abaixo:

Em relação à capacitação da equipe gerencial - toda a equipe que participa do nível gerencial do Programa foi capacitada pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial do INCA - PDG. Entretanto, faz-se necessário um maior investimento para aperfeiçoamento e atualização dos profissionais da equipe gerencial, na área de saúde pública, com ênfase nas áreas de planejamento, avaliação e políticas públicas de saúde, e ainda nas áreas de formação de cada profissional, com ênfase nos temas abordados pelo Programa.

Em relação à capacitação das equipes responsáveis localmente - a equipe gerencial do Programa oferece capacitação aos representantes estaduais para gerenciamento nos municípios e implantação do mesmo em unidades de saúde, ambientes de trabalho e escolas. Os representantes estaduais multiplicam essa capacitação aos representantes municipais, que serão os responsáveis pela execução das ações municipais e capacitação dos profissionais dos canais comunitários onde será implantado o Programa. Até 2001, as ações educativas continuadas atingiram 5.437 escolas, 2.071 Unidades de Saúde e 1.443 Ambientes de Trabalho em todo o País.

Um dos grandes problemas enfrentados nesse processo é a constante substituição, principalmente de representantes municipais, obrigando os estados a investirem esforço e recursos financeiros em capacitação de novos profissionais. A cada ano, são substituídos em torno de 30% dos representantes de municípios que já haviam sido capacitados. Este problema também acontece, ainda que em menor escala, entre os representantes estaduais.

Em 2000, foram realizados treinamentos em todo o País, por meio dos Representantes Estaduais do Programa, para:

- gerentes municipais, com participação de 724 profissionais de saúde de 431 municípios;

- coleta do exame citopatológico, com participação de 775 profissionais de saúde de 273 municípios;
- exame clínico das mamas, com participação de 960 profissionais de saúde de 568 municípios;
- Cirurgia de Alta Frequência - CAF, com participação de 202 médicos ginecologistas; e
- Siscolo - módulo seguimento, com participação de 117 profissionais para monitoramento do seguimento das mulheres e 169 profissionais para operacionalização do sistema.

Em 2001, foram realizados treinamentos em todo o País, por meio dos representantes estaduais do Programa, para:

- gerentes municipais, com participação de 2.009 profissionais de saúde, de 1.319 municípios;
- coleta do exame citopatológico do colo do útero, com participação de 3.446 profissionais de saúde, de 1.507 municípios;
- exame clínico das mamas, com participação de 2.113 profissionais de saúde, de 1.329 municípios; e
- Cirurgia de Alta Frequência - CAF, com participação de 123 médicos ginecologistas, de 111 municípios.

Dentre as principais parcerias, destacam-se:

No âmbito governamental, as parcerias com as secretarias estaduais de saúde têm sido fundamentais para implementação das ações descentralizadas do Programa. A parceria com o Centro Nacional de Informações Epidemiológicas viabilizou recursos para a realização do Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Agravos não Transmissíveis. Da mesma forma, a parceria com a Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer, agregou recursos técnicos e financeiros para a implantação do Projeto de Qualidade em Radioterapia em 33 instituições prestadoras de serviço ao SUS. Também, as parcerias com as sociedades científicas têm oferecido contribuições valiosas para desenvolvimento de padrões técnicos para prevenção, detecção precoce, diagnóstico e tratamento do câncer. É importante ressaltar, também, as parcerias com Organizações Não-Governamentais que contribuem enormemente para a conscientização, mobilização e adesão da população às ações de prevenção de fatores de risco e rastreamento de câncer.

Em relação às parcerias com outros programas do PPA, destacam-se:

- Programa DST/Aids e Programa Saúde da Mulher - a integração com esses programas permite que as mulheres, neles atendidas, tenham acesso a procedimentos técnicos padronizados para diagnóstico e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis e do câncer do colo do útero.
- Programa Saúde da Família - a parceria com esse programa é fundamental para a ampliação do alcance das ações de prevenção e controle do câncer e para o acompanhamento do indivíduo.

Quanto aos mecanismos de participação da sociedade, tem-se que a sociedade civil organizada tem um papel importante no controle do câncer em nosso País. Na prevenção do câncer, o Programa organizou o I Fórum de Mobilização da Sociedade Civil para um Mundo sem Tabaco, para que todos possam dar sua contribuição para a redução das doenças tabaco-relacionadas no Brasil. Foi, também, criado um fórum permanente da sociedade civil, para que ela tome conhecimento das decisões acordadas na Convenção Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, e possam cobrar dos legisladores a implementação dessas medidas no Brasil em prol de uma melhor qualidade de vida da nossa população.

Nas fases de intensificação do rastreamento das mulheres para detecção precoce do câncer do colo do útero, em todos os estados brasileiros, foram convidados a participar os diversos tipos de organizações da sociedade para mobilização da população feminina.

São realizadas pesquisas sobre:

- satisfação dos clientes nas unidades hospitalares do INCA - semestral;
- avaliação da satisfação dos treinandos a cada treinamento; e
- satisfação das secretarias estaduais de saúde com o Programa - anual.

Essas pesquisas têm apontado um alto percentual de satisfação dos clientes.

Com relação ao desenvolvimento institucional, a atualização e acompanhamento contínuos do Plano Estratégico da Instituição, envolvendo diretamente a Alta Administração do INCA, vem possibilitando o alcance de melhores resultados organizacionais, com destaque para as ações de melhoria do processo de gestão, valorização e reconhecimento dos recursos humanos e reestruturação dos serviços assistenciais do INCA, visando um melhor aproveitamento dos recursos humanos, físicos e tecnológicos. Destaque para a modernização das práticas de gestão do Instituto, com o Projeto de Implantação do *Balanced Scorecard* - BSC, experiência pioneira na área pública de saúde no Brasil, que permitirá ao INCA, a partir de 2003, medir seu desempenho institucional de forma abrangente e integrada. O BSC é um sistema de medição de desempenho balanceado, que avalia, por meio de indicadores, se os objetivos estão sendo atingidos, do ponto de vista global e não apenas setorial.

Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Aids

Resultados O Programa tem como objetivo reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana - HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis - DST e ampliar o acesso e qualidade do diagnóstico, tratamento e assistência aos portadores das DST e HIV/Aids. Seus indicadores são: Coeficiente de Incidência da Sífilis Congênita, Coeficiente de Incidência de Aids e Coeficiente de Mortalidade por Aids.

A variação dos índices dos indicadores se comportou com muito boa performance, evoluindo para o atingimento dos valores previstos. Desta forma, representam o alcance dos objetivos do Programa e de seus resultados, com enormes benefícios sociais para a população.

A resposta brasileira à epidemia da Aids iniciou-se de forma efetiva a partir do final da década de 1980, com a construção coletiva de uma política nacional para enfrentamento das DST e da Aids, tendo como atores principais a sociedade civil e a organização das pessoas vivendo com HIV/Aids, obtendo um significativo avanço na segunda metade da década de 1990.

A política atual, calcada na premissa de que a prevenção à Aids e a assistência às pessoas vivendo com HIV/Aids não podem estar dissociadas, é o resultado desse projeto coletivo, cujas bases sociais e políticas deram forma à estrutura e à organização do Programa Brasileiro de Aids.

Os princípios gerais que orientam o Programa são: descentralização, integralidade das ações, universalidade de acesso aos bens e serviços de saúde e controle social.

A estes princípios acrescentam-se as diretrizes que norteiam a resposta brasileira: a garantia da cidadania e direitos humanos das pessoas com HIV/Aids; a garantia de acesso aos insumos de prevenção e assistência para toda a população; o direito de acesso ao diagnóstico para o HIV/Aids; e o direito ao acesso universal e gratuito a todos os recursos disponíveis para o tratamento da doença.

No Brasil, as ações de combate à epidemia são construídas tendo em consideração as características individuais e coletivas da população, segundo sua situação de vulnerabilidade e exposição aos riscos. O alcance e o sucesso da resposta nacional podem ser mensurados a partir de alguns indicadores básicos. Esses indicadores mostram que a política brasileira vem revertendo o cenário atual do HIV/Aids no País. Esses avanços só foram possíveis na medida em que se conseguiu unir em um só propósito prevenção e assistência, sociedade civil e Estado.

O Brasil provou que é possível oferecer tratamento universal e gratuito para a Aids. Hoje, são distribuídos quinze anti-retrovirais a cerca de 115 mil pessoas com Aids em todo o País. Os resultados obtidos por essa política foram a significativa queda da morbimortalidade, bem como uma sensível redução na quantidade e gravidade das hospitalizações de pacientes portadores de HIV/Aids. Desde 1996, essa Política levou a uma diminuição de 50% da mortalidade por Aids no País e reduziu em mais de 80% as necessidades de internações hospitalares por Aids na rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). Observou-se ainda uma diminuição entre 60 e 80% das demandas para tratamento de doenças oportunistas; uma redução da duração

Gerente:

Paulo Roberto Teixeira

e complexidade das internações hospitalares e um crescimento significativo do tratamento ambulatorial desses pacientes, refletindo assim uma melhora significativa na qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids. Estimase que nos últimos cinco anos, tenham sido evitadas mais de 358 mil internações hospitalares, com uma economia de recursos de aproximadamente U\$1 bilhão. Esses resultados justificam, por si só, a política de acesso ao tratamento da Aids.

Apesar dos resultados da política de distribuição de anti-retrovirais, incluindo a economia alcançada com a queda no número de internações hospitalares, o Brasil precisava encontrar formas de garantir a sustentabilidade dessa política. A inclusão de novas drogas aumentava os gastos com a compra dos anti-retrovirais. A produção local de medicamentos, a negociação diferenciada de preços junto aos laboratórios produtores e a flexibilização das patentes tornaram a política brasileira de distribuição dos ARV auto-sustentável.

A cada ano, o Governo brasileiro gasta menos com tratamento da Aids, embora, em média, sejam incorporados anualmente ao sistema de tratamento do País, cerca de 15 mil novos pacientes. Em 2001, o Governo Federal gastou U\$232 milhões para atender cerca de 105 mil pacientes, o que representou 1,6% do orçamento do Ministério da Saúde e menos de 0,05% do PIB.

Essa redução de custos, paralelamente à ampliação da cobertura, só foi possível com o investimento em pesquisa para a produção local dessas drogas. Alguns medicamentos tiveram seus preços reduzidos em mais de 80% entre 1996 e 2001, a partir da produção local ou por meio da política de negociação de preços com os laboratórios detentores das patentes dos medicamentos. A negociação com os laboratórios multinacionais produtores exclusivos de alguns anti-retrovirais reduziu os preços de três anti-retrovirais em cerca de 60%.

Paralelamente ao desenvolvimento da política de distribuição universal de medicamentos anti-retrovirais, o Ministério da Saúde do Brasil precisou garantir o acompanhamento médico-hospitalar das pessoas com Aids. O principal desafio era assegurar uma assistência integral, de qualidade e que não tivesse grande impacto nos custos para sua manutenção. A estratégia foi oferecer modalidades assistenciais alternativas centradas no cuidado ambulatorial e domiciliar. Além de garantir uma melhor qualidade de vida, as alternativas assistenciais criadas a partir de 1993 mostram custos econômicos e sociais significativamente menores que o atendimento hospitalar convencional.

Atualmente, o País conta com cinco modalidades distintas de atenção às pessoas com Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: os Serviços Ambulatoriais Especializados - SAE; os Hospitais-Dia - HD; os Serviços de Assistência Domiciliar Terapêutica - ADT; os Hospitais Convencionais - HC; e os Serviços de Atendimento às DST.

Até março de 2002, cerca de dois mil serviços para assistência clínica aos portadores de DST/HIV/Aids na rede pública de saúde estavam credenciados pelo Ministério da Saúde.

No Brasil, o Governo optou por fazer prevenção estimulando o uso do preservativo em todas as relações sexuais. O apoio da sociedade civil ajudou a consolidar esta política.

Já houve tempo no Brasil em que o preservativo masculino de látex era um artefato encontrado somente nos *sexshops* ou reservado às prateleiras mais discretas de algumas dezenas de farmácias. Isso há vinte anos. A epidemia de

Aids mudou o comportamento da população em relação ao preservativo, aumentou-se a aceitabilidade e diminuiu-se as crenças de que o preservativo reduz o prazer. Este insumo é encarado como peça central da política governamental de prevenção à Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. A decisão de promover o uso do preservativo causou polêmica e algumas reações de setores conservadores que acreditavam que a prevenção à Aids deveria ser centrada na castidade e na fidelidade. O Governo brasileiro, seguindo o consenso das Nações Unidas e das comunidades científicas internacionais, com base nos dados que comprovam a eficácia do preservativo na prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e Aids, e na premissa de que não cabe a um Estado julgar a estrutura de relacionamento dos indivíduos, enfrentou as reações e tornou-se o principal protagonista na promoção da camisinha. Hoje, o preservativo é encontrado em todas as redes e projetos de prevenção e está presente nas ações básicas de saúde. Sua distribuição é gratuita em toda a rede de saúde.

Atualmente, a população brasileira tem claro que o preservativo é a forma mais segura de evitar a infecção pelo HIV. Esse conhecimento é uma forma de sustentação da política de prevenção. Hoje, as tradicionais críticas de alguns setores não encontram (ou encontram muito pouco) eco na sociedade brasileira. O consumo do preservativo tornou-se um dos principais indicadores para a avaliação do Programa Brasileiro. Em 1986, estudo realizado pela Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar - Benfam mostrava que o preservativo era utilizado por apenas 5% da população. Os dados recentes comprovam a mudança de posicionamento do insumo na cultura brasileira. Pesquisa nacional, realizada em 1999, sobre a sexualidade da população mostrou que, no Brasil, 48% das pessoas usaram o preservativo na sua primeira relação sexual, taxa muito próxima da encontrada em países desenvolvidos como EUA (51%), Itália (52%) e Alemanha (57%). Na população brasileira com maior escolaridade, a média de uso na primeira relação sobe para 71%, próxima da encontrada na França (77%). Esses dados mostram a importância e a efetividade das ações de prevenção.

O principal resultado da política de promoção do preservativo adotada está nos números da epidemia de Aids. Em 1992, quando foi negociado o primeiro acordo de empréstimo para o combate à Aids entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, estimava-se que no ano 2000 cerca de 1,2 milhão de brasileiros estariam infectados com o HIV. A previsão não se concretizou. Atualmente, calcula-se que o número de indivíduos HIV positivo existentes no País seja de aproximadamente 597 mil pessoas. Sem dúvida, isso reflete o resultado das ações desenvolvidas pelo Programa Brasileiro de Aids e seus parceiros. É inegável que este resultado só foi possível por meio de uma agressiva política de acesso ao preservativo.

O consumo atual de preservativos no Brasil é de cerca de 600 milhões de unidades por ano, sendo que 250 milhões são distribuídos gratuitamente pelo Governo e 350 milhões são provenientes do mercado.

O Brasil é o primeiro País com experiência de Governo na distribuição gratuita de preservativos femininos. Em 2002, esperava-se adquirir quatro milhões de preservativos femininos. Entre os anos de 2000 e 2001, foram distribuídos dois milhões de camisinhas femininas. O preço elevado – o preservativo feminino custa até 23 vezes mais que o masculino – impossibilita um investimento nas mesmas proporções do masculino. Mas a iniciativa amplia as alternativas de prevenção para a população de mulheres. A distribuição está dirigida aos programas de saúde da mulher, usuárias ou parceiras de usuários de drogas, profissionais do sexo e mulheres com HIV/Aids. Uma das estratégias usadas na distribuição é fortalecer as mulheres para a negociação de práticas seguras com seus parceiros.

O gel lubrificante à base d'água é considerado um insumo básico de saúde pública, imprescindível para as ações de prevenção das DST/Aids, uma vez que a utilização do gel na prática do sexo anal com preservativo está diretamente relacionada à diminuição da possibilidade de rompimento da camisinha. Além disso, o gel proporciona maior aderência do preservativo durante a relação anal, diminuindo a rejeição no suposto desconforto atribuído pelos usuários da camisinha.

Como já visto anteriormente, a necessidade do fortalecimento da política nacional de prevenção em HIV/Aids direcionada aos homossexuais e bissexuais masculinos, determinou também a prioridade da Coordenação Nacional de DST/Aids - CN na aquisição/distribuição desse insumo (processos associados a ação das ONG/OG e subsidiados pelo apoio financeiro da CN), bem como para a produção do gel lubrificante pela esfera governamental. Desta forma, em julho de 2002, 230 mil unidades foram adquiridas e distribuídas aos projetos de intervenção comportamental entre HSH para a cobertura de ações durante a veiculação da campanha de mídia dirigida a este segmento. Ressalta-se ainda os investimentos realizados desde meados do ano 2001 para a fabricação nacional deste insumo pela Farmanguinhos, com previsão de regularização deste insumo até o final deste ano, bem como o apoio para a compra direta por estados, municípios e OSC por meio de projetos de intervenção comportamental.

A transmissão materno-infantil do HIV é responsável por quase a totalidade dos casos de Aids registrados em crianças menores de doze anos no Brasil, enquanto a transmissão sanguínea – seja por transfusão de sangue, seja por hemofilia – responde por menos de 1% dos casos de Aids nesta faixa etária. Com o diagnóstico precoce e o tratamento adequado da gestante, as taxas de infecção da mãe para o bebê têm sido menores que 4% em várias cidades do País.

Atualmente, estima-se que em todo o País existam cerca de 17 mil gestantes soropositivas. Em 2001, a rede pública de saúde conseguiu localizar e garantir o tratamento de aproximadamente 40% dessas mulheres. Entretanto, essa cobertura é extremamente heterogênea, variando entre menos de 20% a mais de 80% nas distintas regiões.

Um dos maiores obstáculos para ampliar essa cobertura é justamente o acesso a um pré-natal de qualidade e a infra-estrutura de saúde local. O desafio atual do Programa Brasileiro de DST e Aids está na formação e na sensibilização dos profissionais de saúde que atendem a essas mulheres. Para isso, o Governo Federal está implantando um plano de ação emergencial nas maternidades de 166 municípios brasileiros onde é maior a prevalência do HIV.

Além do plano de ação emergencial, o Ministério da Saúde do Brasil vem desenvolvendo um plano estratégico mais amplo e que garanta a continuidade do diagnóstico de gestantes e a prevenção da transmissão materno-infantil do HIV e da sífilis. Este plano prioriza a ação em unidades básicas de saúde e maternidades de 724 cidades (que concentram 60% da população brasileira).

O diagnóstico do HIV constitui-se um dos pilares fundamentais para a realização de ações de prevenção permitindo o escalonamento de procedimentos assistenciais e a definição de políticas públicas que garantam o acesso de forma universal, gratuito e anônimos a todas as pessoas que, identificando-se em risco, queiram conhecer seu *status* sorológico.

Criou-se, em 1988, os Centros de Orientação e Aconselhamento Sorológicos - COAS, com o objetivo de garantir o acesso gratuito e anônimo em serviços equipados por profissionais capacitados na coleta e no aconselhamento pré e pós-teste. Em 1999, estes centros passam a ser identificados como Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA.

A seguir, a tabela apresenta o crescimento do número de unidades de CTA no Brasil no período de 1999 a 2002:

Ano	nº de CTA	Exames realizados
1999	138	85.486
2000	174	260.047
2001	190	284.000
2002	220	165.000*

* Estimativa de testes no período de janeiro a julho de 2002

Contudo, esforços continuados são mobilizados para que toda a rede básica de saúde realize estas ações de diagnóstico, promovendo a necessária expansão da oferta de diagnóstico. Em estudo realizado em 1999 sobre o comportamento sexual do brasileiro, pôde-se estimar que 20% da população sexualmente ativa havia feito o teste anti-HIV.

Este percentual é maior entre as populações acessadas por ações educativas, com é o caso de UDI – aproximadamente 52% já fez o teste, Profissionais do Sexo – em torno de 49,2% e HSH – em torno de 70%. Quanto aos procedimentos pagos pelo SUS, relativos aos testes Elisa realizados, observa-se um aumento crescente em torno de 7% entre os anos de 1999 a 2000, e 22% no período entre os anos 2000 e 2001.

O total de testes realizados em 1999, 2000 e 2001 foi, respectivamente: 2.803.554, 2.999.514 e 3.653.252. Até junho de 2002, foram realizados 2.000.479 testes.

Considerando-se, a partir da estimativa do número de casos de HIV no Brasil, que este percentual está aquém do desejado, ações estratégicas têm sido implementadas para o aumento da oferta do teste, passando-se de 1,8 milhão de testes pagos pelo SUS/ano para 7 milhões/ano – notadamente o plano estratégico para a adoção de um teste Elisa para o diagnóstico inicial, mantendo-se o protocolo atual para o confirmatório, o planejamento para o aumento da cobertura de testagem de mulheres grávidas, e, finalmente, a realização de um estudo para a validação de mais tipos de testes rápidos e sua conseqüente utilização entre populações de difícil acesso tais quais profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis.

O desenvolvimento destes CTA teve, como principal ação, o desenvolvimento da prática de aconselhamento e a conseqüente construção de uma relação de confiança entre seus interlocutores e pressupõe uma visão de atenção integral e centrada na pessoa. Dessa forma, desenvolve uma abordagem junto ao indivíduo e/ou grupo capaz de integrar ações de prevenção e assistência, promovendo a instrumentalização das pessoas para uma melhor qualidade de vida, independente de sua condição sorológica. É uma atividade que visa à: redução do nível de estresse nas situações de testagem ou diante de um agravamento à saúde; reflexão que possibilite a percepção dos próprios riscos de infecção; identificação de recursos (pessoais e/ou sociais) para adoção de medidas preventivas; adesão ao tratamento anti-retroviral e outros; e comunicação e tratamento de parceria(s) sexual(is) e de parceiros de uso de drogas injetáveis.

Esta prática é desenvolvida junto a grupos específicos no âmbito de projetos de intervenção comportamental, e com a população geral nas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS. A Coordenação Nacional de DST e Aids vem desenvolvendo ações de capacitação, monitoramento e avaliação com

vistas à institucionalização do aconselhamento na rotina dos serviços de saúde da rede SUS. Todavia, até o momento, esta prática ainda é melhor assimilada e incorporada naqueles serviços (hospitais e ambulatórios) que oferecem assistência às pessoas infectadas com HIV/Aids e outras DST, com tuberculose, serviços de atenção à saúde da mulher, crianças e adolescentes e nos Centros de Testagem e Aconselhamento. Os seus princípios organizacionais são: acessibilidade e gratuidade, confidencialidade a anonimato flexível, agilidade na entrega de resultados, aconselhamento adequado e não pontual, composição multidisciplinar das equipes técnicas e promoção de atividades extramuros. O trabalho regular, realizado nos Centros de Testagem e Aconselhamento, permite coletar informações importantes sobre o perfil da infecção pelo HIV junto aos usuários destes serviços. Para a otimização desta coleta, desenvolveu-se, desde o ano 2000, um sistema informatizado que permite o tratamento destes dados e o envio dos mesmos ao nível central. Atualmente, o sistema está instalado na maioria dos CTA, com a previsão de envio sistemático de relatórios a partir do final de 2002.

Atualmente, 1.145 Unidades Básicas de Saúde e 208 Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA fazem o diagnóstico do HIV no Sistema Público de Saúde, referenciadas em uma rede de mais 200 laboratórios públicos estaduais e municipais.

Em 2001, o Sistema Único de Saúde financiou a testagem anti-HIV de aproximadamente 1,6 milhão de pessoas. Entretanto, estima-se que somente um terço da população brasileira conhece seu estado sorológico. Em países desenvolvidos, estima-se que de 50 a 75% da população já fez o diagnóstico do HIV. O Programa Brasileiro de Aids está elaborando uma estratégia de ampliação dessa cobertura, por meio de uma campanha nacional que estimule o diagnóstico em todo o País. A participação de estados e municípios é fundamental já que para a realização da campanha é necessária a estruturação de redes de coleta e de infra-estrutura laboratorial. A distribuição gratuita dos anti-retrovirais tem sido um forte estímulo para que a população faça o teste.

Estes são exames fundamentais para o início do tratamento e para o monitoramento da terapia anti-retroviral. Em todo o País, 73 laboratórios fazem parte da rede de CD4 e 65 laboratórios integram a rede de quantificação da carga viral. Já foram realizados cerca de 600 mil testes em cada uma dessas modalidades entre os anos de 1998 e 2002. A rede nacional de genotipagem do HIV foi implantada em dezembro de 2001 e será importante para a escolha do melhor esquema terapêutico para os pacientes que apresentaram falha no tratamento. Hoje, doze laboratórios integram a rede que funciona com o apoio de sessenta médicos capacitados e especializados na interpretação clínica da genotipagem. Esses médicos são referências para os demais médicos da Rede Pública de Saúde. É política do Governo continuar a expansão dessas redes.

A Avaliação Externa da Qualidade - AEQ dos testes para detecção dos anticorpos anti-HIV, hepatites virais, carga viral do HIV-1 e contagem de linfócitos T CD4+ é feita desde 1997. O Programa Brasileiro foi pioneiro nesta estratégia que hoje é uma importante ferramenta de avaliação de desempenho dos laboratórios públicos. Outro instrumento importante para a garantia da qualidade laboratorial é o Sistema de Educação a Distância para Profissionais de Unidades Hemoterápicas e Laboratórios de Saúde Pública - Telelab. Foi este o meio utilizado para o treinamento de 22 mil profissionais de laboratórios das redes pública e privada, dos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA, das maternidades e das unidades da hemo-rede pública e privada.

A resposta brasileira à epidemia de Aids veio provar ser muito mais eficaz e produtiva uma atitude de colaboração entre as duas instâncias, mantidas a autonomia e independência necessárias para a atuação de ambos os setores.

As ações articuladas em parceria com as organizações da sociedade civil garantem a capilaridade do Programa de Aids: facilitam o acesso à saúde pela população em geral, mas, principalmente, garantem que os insumos de prevenção e assistência cheguem a segmentos sociais específicos, de difícil acesso e sob maior risco ou vulnerabilidade à infecção. Oferecem resultados concretos como: eficiência na abordagem de populações mais vulneráveis, agilidade institucional na execução de projetos, criatividade temática e metodológica e custos operacionais reduzidos – comparativamente às ações governamentais.

A sociedade civil também participa do processo de assistência ao portador de DST/HIV/Aids por meio de projetos específicos, financiados pelo Programa Brasileiro de DST e Aids. Estes projetos complementam a assistência ao paciente com modalidades diversas às implantadas pelo Governo: casas de apoio oferecem moradia às pessoas com HIV/Aids de baixa renda; as casas de passagem, que garantem abrigo temporário nos deslocamentos dos pacientes para tratamento fora de seu município; e os grupos de convivência, que mantêm diversos projetos de reinserção social e grupos de adesão ao tratamento.

As universidades e instituições de fomento a estudos e pesquisas têm sido responsáveis, em parceria com o Programa Nacional, pela capacitação de pessoal nas diversas áreas, bem como por relevantes investigações que têm proporcionado grandes avanços do conhecimento necessário para a formulação de estratégias eficazes de combate à epidemia.

O setor privado, principalmente por intermédio do Conselho Empresarial em HIV/Aids, formado por 24 empresas de grande porte do País, tem desenvolvido um trabalho importante de mobilizar o setor empresarial para o desenvolvimento de ações de prevenção ao HIV/Aids no âmbito das empresas. Os organismos patronais, como o SESI, Senai, Senac e SESC, assim como os sindicatos, têm atuado ativamente ao longo dos últimos quinze anos, abrangendo mais de dez milhões de trabalhadores.

Os organismos e agências internacionais têm contribuído substancialmente no aporte de recursos adicionais e estratégicos ao Programa, da mesma forma que têm oferecido uma contribuição técnica igualmente significativa.

Um dos fatos mais importantes da resposta nacional ao controle da Aids foi o incremento das ações de prevenção dirigidas aos grupos mais vulneráveis à epidemia. Esta iniciativa só foi possível graças à participação direta dos movimentos sociais e grupos organizados, resultando numa combinação de fatores políticos e técnicos, tais como: ampliação da cobertura, mobilização social, direitos humanos e controle social e acesso universal aos insumos básicos de prevenção. É desta combinação que se extrai as melhores práticas no campo da prevenção.

A Redução de Danos surge como uma alternativa para combate à transmissão da doença entre usuários de drogas e parte do princípio de que o usuário de drogas deve ser protagonista de sua própria história e, como protagonista, ter controle sobre o uso que faz da droga.

Quando se fala em projetos de Redução de Danos, associa-se imediatamente a troca de seringas como uma atividade exclusiva destas ações. Mas o projeto é muito mais amplo. Se a pessoa usa drogas e não quer, ou não pode parar de usá-las, a Redução de Danos oferece a esta pessoa a chance de ter um maior controle sobre todo o processo de uso, desde trocar seringas para evitar a infecção pelo HIV e outras doenças de transmissão parenteral, até se preocupar com a qualidade da droga que está ingerindo.

O uso compartilhado de seringas e agulhas é responsável direto e indireto por cerca de 25% do total de casos de Aids notificados no Brasil. Para enfrentar essa situação o Governo incluiu a Redução de Danos em sua agenda de prioridades. O Programa Brasileiro de Combate às Drogas (Senad) inclui e recomenda sua adoção como ação prioritária para reduzir o impacto do HIV/ Aids e das hepatites entre Usuários de Drogas Injetáveis - UDI.

A operacionalização deste Programa inclui a disponibilização de seringas, agulhas e outros insumos necessários à injeção segura, preservativos masculinos e femininos, o aconselhamento, a disponibilização de testes para HIV e hepatites, imunização contra a hepatite B e procura fortalecer as redes de UDI por meio do trabalho entre pares (ex-usuários e usuários de drogas). Atualmente, o Ministério da Saúde apóia 125 projetos de Redução de Danos, que acessam cerca de 65 mil usuários de drogas.

Grande parte deste apoio vem dos resultados positivos do Programa. Nas cidades em que o projeto foi implantado, os índices de infecção pelo HIV já registram queda. Em Salvador, a taxa de infecção nessa população era de 49% em 1996 e hoje é de 7%. O mesmo aconteceu em Santos, outra cidade pioneira. Lá, a taxa de infecção em 1998 era de 63% e em 2000 de 42%. Itajaí, onde a categoria de exposição uso de drogas injetáveis respondia por 78% dos casos de Aids, em 1998, também está conseguindo reverter a tendência. A média nacional de infecção de HIV em UDI que em 1998 era de 52%, atualmente é de 41,5% (Pesquisa Ajude Brasil I e II)

A Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde realiza ações permanentes de prevenção nas escolas públicas de todos os estados, tendo treinado, até o momento, 220 mil professores. Cerca de 8,8 milhões de estudantes já recebem, sistematicamente, orientações sobre DST e Aids. O Ministério da Saúde disponibiliza também quinze milhões de preservativos de 49mm, para atender especificamente a adolescentes, em programas nacionais de assistência às pessoas vivendo com o HIV ou em risco de contrair o vírus. A criação do Grupo de Trabalho Jovem - GT Jovem, em parceria com o UnAids e a Unesco, em 1999, resultou numa importante iniciativa para o fortalecimento do protagonismo juvenil na luta contra a epidemia no País.

A mobilização e a organização social das populações mais vulneráveis têm sido a chave para o êxito das ações de prevenção. As ações direcionadas para as camadas mais pobres da população brasileira ganharam impulso com a inserção das ações de prevenção nos programas de atenção básica à saúde, principalmente com a articulação com os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Programas de Saúde da Família - PACS/PSF.

A mobilização social estende-se, também, aos segmentos da população de difícil acesso e culturalmente sensíveis, tais como povos indígenas, populações situadas em áreas de fronteiras, populações ribeirinhas, seringueiros e população rural de assentamentos e acampamentos de reforma agrária. Nas áreas urbanas, é alvo das ações de prevenção a população de rua, meninos e meninas em situação de risco social e os assentamentos urbanos. Essas ações privilegiam a educação em saúde, o fortalecimento dos vínculos sociais e o desenvolvimento comunitário, reconhecendo as características culturais de cada segmento.

Estima-se que os índices definidos serão alcançados plenamente até o final 2003, e possivelmente poderão ser ultrapassados, uma vez que já foi ultrapassado o índice de incidência previsto; o índice de mortalidade está muito próximo da meta e o índice de sífilis congênita, um pouco mais distante da meta. No caso

do índice de sífilis congênita, a partir de meados de 2001, foi implementado um projeto especialmente para atender esta doença, de forma ágil e objetiva, em todo o Brasil. Todas as gestantes, quando do seu pré-natal, farão o diagnóstico da sífilis congênita, e o seu devido tratamento, reduzindo assim, gradativa e rapidamente, os índices atuais vigentes, e fazendo com que seja atingido conforme a meta prevista.

O planejamento de campanhas nacionais e a antecipação de seus impactos regionais têm propiciado a otimização de recursos financeiros, materiais e humanos, e os bons resultados alcançados na luta contra o HIV/Aids no Brasil. A definição das abordagens em comunicação de massa tem partido da análise do quadro da epidemia e da identificação das populações prioritárias às quais devem ser dirigidas as mensagens.

Estudos sobre essas populações fornecem dados importantes, que permitem caracterizá-las e distingui-las, segundo seu grau de vulnerabilidade às DST/HIV/Aids, acesso à educação formal, faixa etária, entre outros, e traçar caminhos para a investigação de outros fatores, como disponibilidade de serviços de saúde, tradições populares, atitudes e comportamentos sócio-culturais.

Na definição das estratégias em comunicação de massa foram consideradas populações prioritárias para a produção de grandes campanhas de massa a população geral (entre 15 e 49 anos) e as mulheres. Para os dois segmentos, as mensagens enfocam a população de renda mais baixa e menor nível de escolaridade. Paralelamente, foram consideradas populações importantes para a produção de ações comunicativas de impacto: usuários de drogas injetáveis; profissionais do sexo; homens que fazem sexo com homens; população carcerária; e pessoas ligadas ao setor de transporte rodoviário.

Campanhas realizadas (2000 - 2002):

- Transar sem camisinha é dirigir na contramão (2000).
- Prevenir é tão fácil quanto pegar (2000).
- Camisinha: a melhor amiga da estrada (2000).
- Não leve Aids para casa. Quem ama, usa (2000).
- Não importa de que lado você está, use camisinha (2001).
- Redução de Danos: Saúde e Cidadania (2001).
- Não importa com quem você transa, não importa como. Use camisinha.(2001).
- Campanha de prevenção às DST (2001).
- Sem vergonha, garota. Você tem profissão (2002).
- Sem camisinha, nem pensar (2002).
- Use camisinha com seu namorado.

A tendência da epidemia trouxe a necessidade de se buscar alternativas de articulação multissetorial das políticas públicas. Estas medidas e ações foram sendo implementadas a partir de áreas consideradas estratégicas na luta contra a Aids, ampliando, dessa forma, o seu alcance. Foram estabelecidos mecanismos de cooperação multissetorial com o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Secretaria de Ação Social, Secretaria Nacional Anti-Drogas, entre outros.

As ações de prevenção para os segmentos mais vulneráveis têm reforçado as capacidades locais dos gestores, no sentido de garantir a qualidade dos processos de gestão e de intervenção dirigida a profissionais do sexo, UDI, HSH (homens que fazem sexo com homens), população prisional e outras populações que se encontram em situação de risco, orientadas para as ações descentralizadas e mobilização dos atores locais. Nessa linha de ação, tem-se priorizado o apoio às organizações da sociedade civil, via descentralização da concorrência dos projetos de ONG (organizações não-governamentais) e garantia de sustentabilidade das OSC (organizações da sociedade civil).

A realização de pesquisas comportamentais tem auxiliado a tomada de decisões na área de prevenção às DST e Aids e na promoção à saúde. A crescente ampliação do trabalho de promoção à saúde e prevenção de DST e Aids, realizado por um leque bastante diferenciado de instituições (estados, municípios, sociedade civil e setor privado), tem exigido a realização de estudos e pesquisas que permitam levantar indicadores para subsidiar o processo de monitoramento e de avaliação das nossas ações, possibilitando redefinir estratégias e aprimorar métodos e técnicas de intervenção.

Nesse campo, foram conduzidas pesquisas com crianças e adolescentes, profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis, população em situação de pobreza, população de área rural, homens que fazem sexo com homens, caminhoneiros. Esses estudos não priorizam apenas o levantamento epidemiológico, mas, também, a análise da efetividade das ações dirigidas a tais segmentos populacionais e o repasse de tecnologia de pesquisa aos parceiros, possibilitando o aprofundamento de análises locais para a redefinição de estratégias.

O Brasil reforça a política de cooperação externa com a transferência de tecnologias nas áreas de assistência, prevenção e articulação com a sociedade civil e passa a ser protagonista da luta contra a Aids em nível internacional.

O Programa Brasileiro de DST e Aids teve, nos últimos anos, uma agenda extensa de cooperação externa, principalmente com os países da América Latina e do Caribe, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP e com os países da América do Norte e Europa.

Essa cooperação consiste, basicamente, na troca de experiências, transferência de tecnologias e capacitação de profissionais com vistas a fortalecer as respostas nacionais e maximizar o impacto das ações desenvolvidas pelos distintos Programas Nacionais de DST/Aids, pelas ONG e pessoas vivendo com HIV/Aids.

Serviços de assistência a pacientes com DST/HIV/Aids

O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de DST e Aids, tem desenvolvido grande intervenção junto ao sistema público de saúde, com a implantação de uma rede de serviços convencionais e alternativos nas Unidades Federadas para atenção a indivíduos com DST/HIV/Aids. Para tanto, foram identificados, credenciados e cadastrados no Ministério da Saúde cerca de novecentos serviços de assistência em HIV/Aids (hospitais convencionais, hospitais-dia, serviços ambulatoriais especializados e serviços de atenção domiciliar) e 1.142 unidades de saúde para assistência ambulatorial às DST.

Considerando a mudança do perfil da epidemia, a necessidade de melhorar o acesso dos pacientes aos serviços de referência para DST/HIV/Aids e, a limitação dos recursos (humanos e de estrutura) de alguns municípios, tem sido

incentivada a implantação de serviços que contemplem a assistência ambulatorial, leito-dia e atendimento domiciliar, dentro de uma mesma estrutura.

Desde de 2001, os novos serviços implantados estão voltados para a assistência integral dos portadores HIV/Aids, dentro dos seguintes moldes:

- As modalidades assistenciais passam a ser realizadas por uma mesma equipe técnica, sendo o controle clínico-terapêutico dos pacientes portadores do HIV e doentes de Aids realizado principalmente pelos SAE e em ambulatorios gerais da rede pública de saúde, o que se justifica pela sensível diminuição das necessidades de hospitalização e de assistência ocasionada pelo amplo acesso à terapia anti-retroviral combinada, a partir de 1996. Além disso, ocorre participação cada vez maior das Unidades de Saúde da Família, que passam a realizar atendimento primário em DST/HIV/Aids (assistência domiciliar integrada com equipes de SAE, adesão aos medicamentos e outros).
- As unidades de saúde ambulatoriais cadastradas para assistência às DST variam em complexidade, vão desde unidades básicas a ambulatorios hospitalares, e a estratégia de abordagem sindrômica é preconizada e adotada em nível nacional.

É necessário ressaltar que o processo de implantação, implementação e credenciamento desses serviços de assistência está sendo descentralizado para as secretarias estaduais e municipais de saúde e que esse processo se acelerou no ano de 2000, especialmente nas Regiões Sul e Sudeste que concentram o maior número de casos. Também está sendo priorizado um plano estratégico para a organização da rede de saúde para diagnóstico e assistência de gestantes/parturiente e para crianças verticalmente expostas ao HIV ou com sífilis congênita com abrangência de 100% dessa população-alvo. Ressalte-se que a assistência aos portadores de DST/HIV/Aids é realizada de forma integrada entre as áreas especializadas, atenção básica e OSC.

Assistência em HIV/Aids em parceria com as OSC

Outra modalidade de assistência que vem sendo estimulada pela CN-DST/Aids é a parceria com as ONGs e outras entidades da sociedade civil, sob a forma de projetos, para a implantação/implementação de casas de apoio para pacientes HIV+/Aids. Tais instituições são espaços de acolhimento para pessoas vivendo com HIV/Aids, que pretendem ser um lar substituto e contribuem muito, evitando internações de longo prazo. Essas casas promovem ações que direta ou indiretamente envolvem as pessoas próximas, familiares ou amigos. Por reunir pessoas que compartilham a mesma experiência e demandas, tais como questões ligadas a preconceitos, relação com a família, capacidade física e emocional para o trabalho, novas necessidades trazidas em decorrência da Aids etc., contribuem para discussões sobre inserção social de pessoas vivendo com Aids. Atualmente, existem 48 projetos de casas de apoio sendo financiados pelo Programa.

Do ponto de vista governamental, essas casas de apoio são importantes porque, além dos serviços que oferecem, conseguem maior proximidade com a vida cotidiana das pessoas vivendo com HIV/Aids. Outros projetos de parceria com ONG que envolvem aspectos assistenciais de pessoas portadoras de HIV/Aids (casas de passagem, grupos de convivência, reinserção social, geração de renda, assistência domiciliar, atendimento psicossocial às crianças e mulheres gestantes HIV+, saúde mental e acesso e adesão aos medicamentos e tratamentos odontológicos) também estão sendo desenvolvidos, totalizando juntamente às casas de apoio, cerca de duzentos projetos.

Ações de prevenção e controle das DST/HIV/Aids na comunidade e rede básica de saúde:

Os Programas de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e de Saúde da Família - PSF são estratégias complementares utilizadas pelo Brasil para reorientação do modelo assistencial, partindo da organização da atenção básica nos municípios. Em maio de 2002, dos 5.561 municípios brasileiros, 4.914 (88,37%) já haviam aderido ao PACS e 3.948 (70,99%) ao PSF.

Essa estratégia visa promover prevenção primária e secundária, através do trabalho dos ACS, que tem por vantagem a transmissão da informação, educação em DST/HIV/Aids respeitando os princípios sociais, culturais e a linguagem usada por sua comunidade. Com relação à assistência aos portadores do HIV ou pessoas com Aids, as Equipes de Saúde da Família - ESF estarão contribuindo para a melhoria do prognóstico ao promover um diagnóstico precoce por meio do aconselhamento ao teste anti-HIV para gestantes, portadores de DST, tuberculose e pessoas com sintomas e sinais que sugerem a infecção pelo HIV ou doenças oportunistas, relacionadas. Outra atuação importante da ESF diz respeito ao auxílio para melhorar a adesão ao tratamento com ARV e aos regimes profiláticos para a prevenção de infecções oportunistas quando indicados, além do desenvolvimento de ação conjunta e complementar junto aos pacientes em atendimento domiciliar terapêutico - ADT. As ações de prevenção e controle das DST/HIV/Aids na comunidade e rede básica de saúde vêm sendo desenvolvidos desde novembro de 1996, graças à integração de atividades entre as coordenações de DST/Aids e de Atenção Básica dos vários níveis de Governo (Federal, estadual e municipal), estando as atividades de capacitação e de acompanhamento das ações descentralizadas sob a responsabilidade dos estados e municípios. Com o objetivo de subsidiar a capacitação dos profissionais de saúde que atuam nesses programas, foram produzidos os seguintes materiais instrucionais:

- manual do ACS Prevenção e Controle das DST/Aids na Comunidade;
- livro da Família Aprendendo sobre Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- vídeo e livreto nº 18 da série Agentes em Ação;
- minialbum seriado e ilustrado: O que precisamos saber sobre DST;
- álbum seriado de DST; e
- caderno de Atenção Básica às DST e à Infecção pelo HIV/Aids, da Série Programa Saúde da Família.

Até junho de 2002, foram capacitados 4.159 instrutores/supervisores e 308.616 ACS.

Acesso aos medicamentos para tratamento da infecção pelo HIV e infecções oportunistas e para o tratamento das DST.

Atualmente, cerca de 115 mil pacientes recebem ARV na rede pública de saúde (95% adultos adolescentes e 5% crianças). No ano de 1997, quando foi iniciada a disponibilização dos inibidores da protease, observou-se o maior aumento dos pacientes em tratamento, com um incremento de aproximadamente 26 mil pacientes. Em 1998, esse incremento foi de cerca de 14 mil pacientes, em 1999, de 19.500 pacientes, em 2000, o incremento foi de 12.600 pacientes e, em 2001, foi de 19.800 pacientes.

Os gastos do Governo Federal com a aquisição dos medicamentos de Aids foram de US\$ 34 milhões em 1996, US\$ 224 milhões em 1997, US\$ 305 milhões em 1998, US\$ 336 milhões em 1999, US\$ 303 milhões em 2000 e US\$ 232 milhões em 2001. O aumento dos gastos entre 1996 e 1999 deveu-se, principalmente, ao incremento mais acentuado do número de pacientes em tratamento, um aumento da proporção dos pacientes em terapias mais complexas e à atualização das recomendações para terapia.

Entretanto, desde 2000, está ocorrendo uma redução nos gastos globais com aquisição dos medicamentos devido à significativa redução dos preços dos anti-retrovirais, sendo que no período 1996-2001, houve uma redução de 54% no custo médio ponderado do tratamento por paciente/ano.

Os preços dos medicamentos anti-retrovirais adquiridos pelo Ministério da Saúde têm apresentado uma tendência de queda progressiva nos últimos anos, devido, em boa medida, aos investimentos que o Ministério tem realizado no fomento à produção local pelos laboratórios oficiais e à política de negociação de preços diferenciados com fornecedores transnacionais exclusivos. As quedas mais significativas dizem respeito aos preços dos medicamentos que já são produzidos no País (cerca de 80%), tanto por empresas privadas nacionais quanto por laboratórios oficiais, e os preços negociados com as empresas multinacionais (45-65%) que adotaram o sistema de preços diferenciados.

Em 2002, com o início da distribuição de lopinavir/ritonavir, a relação de medicamentos anti-retrovirais distribuídos pelo Ministério da Saúde atingiu o número de quinze fármacos em trinta apresentações farmacêuticas. Dos quinze anti-retrovirais, oito medicamentos são produzidos por laboratórios nacionais.

Em 2001, 63% dos medicamentos anti-retrovirais que corresponderam a 43% dos gastos, foram adquiridos de empresas nacionais e 37% dos medicamentos anti-retrovirais que correspondem a 57% dos gastos, foram adquiridos de multinacionais farmacêuticas.

Ações voltadas à abordagem da síndrome lipodistrófica associada ao HIV (lipodistrofia)

O uso de terapia anti-retroviral tem sido associada freqüentemente à ocorrência de alterações corporais com depósito anômalo de tecido gorduroso em abdome e base do pescoço e atrofia desse tecido mesmo em face, extremidades e glúteos de forma não obrigatoriamente simultânea e que constituem a chamada síndrome lipodistrófica ou simplesmente lipodistrofia. O acúmulo de pacientes com lipodistrofia associada ao uso de anti-retrovirais tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

A abordagem dessa intercorrência trata-se de um grande desafio porque traz consigo sinais estigmatizantes tão fortemente combatidos por organizações governamentais e não-governamentais e esbarra em várias dificuldades que variam desde a definição de casos até o tratamento a ser instituído. Para tanto, a CN-DST/Aids resolveu elaborar um manual técnico capaz de responder às perguntas mais comuns de médicos que prestam assistência ao paciente com esta alteração.

Com o objetivo de definir qual a prevalência da lipodistrofia associada ao uso de anti-retrovirais no Brasil, está em andamento elaboração de estudo de prevalência em cinco centros de assistência ao HIV/Aids, escolhidos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Este estudo deverá ser baseado em informações obtidas por questionários respondidos por médicos assistentes, pacientes e exames laboratoriais e propedêuticos que permitirá analisar também a percepção da lipodistrofia sob o aspecto médico e do paciente, bem como o impacto psicossocial deste evento sobre os indivíduos afetados.

Além disso, considerando a lipoatrofia como a alteração corporal mais evidente na lipodistrofia e a que traz maiores prejuízos ao bem-estar estético e emocional do paciente, foi estabelecido como prioridade encontrar um método capaz de atender a esta demanda e posteriormente ampliá-la à rede pública. Para isso, a CN-DST/Aids, organizou uma equipe multiprofissional de consultores, incluindo dermatologistas muito experientes na área de preenchimento facial e deverá validar esta técnica em dois centros de assistência especializada em HIV/Aids, contemplando trezentos pacientes oriundos do SUS utilizando como material de preenchimento o polimetilmetacrilato.

Interações HIV-tuberculose, HIV-hepatites virais e outras co-infecções

Como em diversas partes do mundo, a co-infecção HIV-tuberculose continua sendo um grande problema de Saúde Pública no Brasil, principalmente com o avanço da epidemia nas camadas sociais mais pobres da população. Apesar da importante redução na ocorrência de casos de tuberculose em indivíduos infectados pelo HIV, após a implantação do acesso universal à terapia anti-retroviral combinada potente no Brasil, esse agravo ainda continua sendo uma das principais causas de adoecimento e morte entre pacientes com Aids no País. Estados e municípios continuam mantendo atividades de capacitação de recursos humanos e promovendo ações de integração de serviços que prestam atendimento de indivíduos com tuberculose e HIV, com ênfase nos serviços especializados em HIV/Aids em nível secundário (SAE e HD) para uma assistência com qualidade aos indivíduos sabidamente co-infectados, mas integrando suas atividades com ações de detecção precoce e prevenção de ambas as infecções (incluindo testagem anti-HIV, uso do PPD e quimioprofilaxia com isoniazida), nos serviços de atenção básica (PACS/PSF e rede básica) e organizações da sociedade civil. Além disso, a CN-DST/Aids revisou as recomendações técnicas para tratamento da co-infecção HIV-tuberculose em outubro de 2001, aprimorando os critérios para uso adequado de anti-retrovirais e drogas anti-tuberculose nesses indivíduos e definiu, juntamente com a Coordenação Nacional de Pneumologia Sanitária, linhas prioritárias de pesquisa e diretrizes operacionais para a assistência, no que diz respeito ao binômio HIV-tuberculose, dentro do plano de implementação de ações estratégicas para o controle da tuberculose recentemente elaborado.

Em dezembro de 2001, o Ministério da Saúde iniciou o processo de elaboração do Plano Nacional de Controle das Hepatites Virais, com a participação da CN-DST/Aids, que culminou na criação do Programa Nacional de Controle das Hepatites Virais, com diversas atividades que vêm sendo realizadas em parceria com a CN-DST/Aids, sobretudo nas áreas de prevenção e assistência. Em março de 2002, um comitê assessor específico foi nomeado por ambos os programas nacionais para elaborar as recomendações técnicas do Ministério da Saúde para o manejo clínico-terapêutico específico da co-infecção HIV-hepatites virais, cujo documento está em fase final de revisão para publicação.

Ainda em dezembro de 2001, a CN-DST/Aids elaborou um documento específico para orientar os profissionais de saúde no uso adequado de diversas vacinas disponíveis na rede pública de saúde em indivíduos HIV+, em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo Programa Nacional de

Imunizações do Ministério da Saúde vigentes. Até o final de 2002, estão previstas reuniões técnicas para elaboração de projetos de pesquisa e recomendações clínicas, diagnósticas e terapêuticas em outras co-infecções de importância em Saúde Pública (leishmanioses, doença de Chagas e malária).

Adesão ao tratamento anti-retroviral na rede pública de saúde

Em um estudo de avaliação da adesão dos pacientes portadores de HIV/Aids à terapia anti-retroviral, realizado no Estado de São Paulo, com o apoio da CN-DST/Aids, observou-se que a taxa de adesão ao referido tratamento foi de 69%. Com o objetivo de melhorar esse índice e a assistência aos pacientes, foram realizadas dezoito oficinas para capacitação de 556 facilitadores de grupo de adesão, de unidades de saúde e ONG que prestam assistência aos pacientes com HIV/Aids, junto com a elaboração de material educativo de adesão dirigido para pacientes e profissionais de saúde.

Avaliação da qualidade da assistência em serviços de HIV/Aids na rede pública de saúde

Já está concluída a pesquisa que teve como objetivo avaliar a Qualidade da Assistência Ambulatorial nos Serviços Públicos de Atenção à Aids no Brasil, realizada em parceria com o Departamento de Medicina Preventiva/Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Grupo QualiAids). O desenho da pesquisa analisou os serviços do ponto de vista das suas principais características institucionais e avaliou as principais dimensões da qualidade técnica do cuidado, de modo a estabelecer um perfil geral da qualidade da assistência ambulatorial.

Esta primeira análise dos dados mostra que aproximadamente 75% dos serviços avaliados apresentaram uma boa resolatividade de assistência ambulatorial aos pacientes, considerando parâmetros operacionais e técnicos.

Prevenção da transmissão vertical do HIV e sífilis

O oferecimento do teste anti-HIV, com aconselhamento pré e pós-teste, e a realização do teste para sífilis durante o pré-natal e na maternidade para todas as gestantes atendidas no âmbito do SUS, se constitui na primeira diretriz nacional voltada à prevenção da transmissão materno-infantil do HIV e sífilis.

A partir dessa diretriz, outras foram estabelecidas por um comitê técnico assessor para garantir uma menor taxa de transmissão vertical do HIV, integrado com as diretrizes do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento - PHPN e a Norma Operacional de Assistência à Saúde - NOAS - SUS do Ministério da Saúde:

- disponibilização de zidovudina oral, e outros anti-retrovirais - ARV, para todas as gestantes;
- disponibilização de zidovudina intravenosa para todas as parturientes;
- disponibilização de zidovudina solução oral para todos os recém-nascidos expostos ao HIV;
- inibição da lactação nas puérperas comprovadamente HIV+; ou após seu consentimento livre e esclarecido, nas mulheres com resultado reagente em três testes rápidos realizados no momento do parto;
- instituição da formula infantil para todos os RN expostos ao HIV; e
- seguimento da mulher HIV+ durante todo o pré-natal e pós-parto, e da criança exposta ao HIV, em serviços especializados e credenciados para atendimento do par mãe HIV+ e seu filho.

Entretanto, apesar da ampla disponibilidade de zidovudina injetável e outros anti-retrovirais na rede pública de saúde, a cobertura nacional estimada de gestantes e parturientes com quimioprofilaxia para a transmissão vertical em 2001 foi de aproximadamente 40%, com variações regionais de 20 até 80%.

Assim, no intuito de aumentar essa cobertura, foi desenvolvido um plano estratégico, em parceria com a Área Técnica de Saúde da Mulher, Departamento de Atenção Básica e Coordenação Nacional de Nutrição, para otimização dos recursos humanos, institucionais e de insumos para redução da transmissão vertical e da sífilis congênita, denominado Projeto Nascer. A partir de um plano de ação em aproximadamente 270 maternidades, selecionadas em 172 municípios, a partir de critérios epidemiológicos e o número de partos/SUS realizados por ano, e as estratégias mencionadas, envolvem a capacitação para os profissionais de saúde e tem por objetivos aconselhar e testar parturientes HIV+, não aconselhadas e testadas durante seu pré-natal e diagnosticar e tratar as sífilis materna e congênita, promovendo uma redução importante da taxa de transmissão vertical e consequências de ambos agravos.

Diagnóstico e acompanhamento laboratorial e fortalecimento da rede de laboratórios para controle da qualidade e pesquisa

Na implantação desta política foram consideradas estratégias e ações prioritárias desenvolvidas e implementadas nas áreas de: diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV; o monitoramento laboratorial dos pacientes vivendo com HIV/Aids, envolvendo a rede nacional de laboratórios para contagem de linfócitos T (CD4+/CD8+) e para carga viral do HIV, a rede laboratorial para realização dos testes de genotipagem-Renageno, e o diagnóstico laboratorial das DST; treinamento a distância de profissionais de saúde por meio do sistema de educação a distância para profissionais de unidades hemoterápicas e laboratoriais de saúde pública-Telelab; sistema de garantia de qualidade; apoio à projetos científicos e de desenvolvimento tecnológico, compreendendo o monitoramento da resistência do HIV frente aos anti-retrovirais, da resistência do HIV aos anti-retrovirais em pacientes sob tratamento, projetos de vigilância da resistência genotípica primária do HIV-1 frente aos anti-retrovirais-Revire, projeto de desenvolvimento de ferramentas em bioinformática, e projeto de desenvolvimento de *Western-Blot* e testes rápidos.

Com o objetivo da ampliação do acesso ao diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV vêm sendo adotadas algumas medidas que vão desde o repasse de recursos financeiros para a implantação de novos laboratórios e a implementação de outros já existentes, até o incentivo para a produção de insumos na rede pública.

A CN-DST/Aids disponibilizou recursos da ordem de R\$ 1.006.000,00 para o financiamento de dezoito projetos em dezesseis unidades federadas, com o objetivo de implantação/ implementação do diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV. Em 2002, foram financiados treze novos projetos e nove encontram-se em tramitação.

Foi publicada, em fevereiro de 2002, a Ata de Registro de Preços dos testes Elisa e *Western-Blot* utilizados para o diagnóstico laboratorial da infecção pelo HIV. Tal medida vem possibilitando uma economia de recursos para os estados e municípios que a partir do registro de preço destes insumos vem podendo adquiri-los a um custo de US\$0,72 e US\$0,78 para os testes Elisa e US\$17,28 para o *Western-Blot*, o que corresponde a aproximadamente a R\$ 2,20, R\$ 2,40 e R\$ 52,00, considerando-se a cotação de US\$1,00 - R\$ 2,99. Antes da publicação da Ata, o preço de aquisição em média era de R\$ 6,00 para os Elisa e R\$ 100,00 para o *Western-Blot*.

Mais recentemente, como um pacote de medidas que visam a ampliação do acesso ao diagnóstico, vem sendo elaborada uma portaria que contempla o seguinte:

- a organização da rede de laboratórios públicos e conveniados ao SUS que realizam os testes anti-HIV, por meio da definição das atribuições de cada nível de gestão;
- proposta de financiamento para o diagnóstico laboratorial na rede pública que possibilite que todos os testes anti-HIV realizados sejam pagos pelo Sistema Único de Saúde; e
- a mudança no algoritmo de testagem de acordo com critérios científicos.

Como ação complementar àquelas adotadas para prevenção da transmissão vertical do HIV, a CN-DST/Aids vem disponibilizando testes rápidos às maternidades públicas para as parturientes que não realizaram os testes durante o pré-natal. A realização destes testes no momento do parto tem por objetivo a indicação de terapia medicamentosa nas mães soropositivas e nos seus recém-natos. Desde a adoção desta conduta, em 1999, foram distribuídos 450 mil testes rápidos e encontram-se em processo de aquisição, mais 300 mil testes.

Além das medidas que têm por objetivo a ampliação do acesso, vem sendo elaborado um Programa de Garantia da Qualidade Analítica do Diagnóstico Sorológico da Infecção pelo HIV com o intuito de melhorar a qualidade dos ensaios realizados em todos laboratórios da rede pública e conveniada.

Rede Nacional de Laboratórios para Contagem de Linfócitos-T (CD4+/CD8+) e para Carga Viral do HIV

Visando o monitoramento da evolução clínica de indivíduos infectados pelo HIV, a indicação para início das terapias anti-retrovirais e preventivas das infecções oportunistas, bem como sua efetividade, a Coordenação Nacional de DST e Aids implantou e implementou a Rede Nacional de Laboratórios para Contagem de Linfócitos-T (CD4+/CD8+) e para quantificação da carga viral do HIV. As redes foram implantadas em 1997, com 32 e 30 laboratórios respectivamente, e implementadas para 52 e 41 laboratórios em 1998. Atualmente, contam com 78 laboratórios na rede de CD4 e 65 laboratórios na rede de carga viral, presentes em todos os estados brasileiros.

A partir de 1997, o Ministério da Saúde - MS, além de disponibilizar para todos os estados, 558.700 testes de CD4/CD8 e 687.250 testes de carga viral do HIV visando a manutenção de ambas as redes, adotou medidas a fim de garantir o crescimento técnico e aumento da capacidade instalada da rede de laboratórios, visando não apenas a melhoria da qualidade como também a diminuição do tempo de espera para realização desses exames e um atendimento ampliado. Desde junho de 1999, a Coordenação Nacional de DST e Aids vem promovendo a descentralização dessas atividades, por meio da transferência de experiência com relação à aquisição de insumos laboratoriais em articulação, com a Comissão de Gestão das Ações de DST/Aids, com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde - Conass, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems e outras instâncias do Ministério da Saúde. Em 2001 foi implantada a política de descentralização das redes nacionais de laboratórios para contagem de células T-CD4+ e carga viral, cujas principais estratégias foram:

- registro de preço para os testes de contagem de células T-CD4+ e quantificação de carga viral, por meio de processo licitatório realizado pelo Ministério da Saúde, com a finalidade de garantir aos órgãos gestores estaduais a aquisição dos reagentes pelo preço estabelecido na referida ata, sem que haja necessidade de realização de licitações no nível estadual;

- compromisso firmado pelas empresas fornecedoras dos insumos em garantir para os estados o mesmo preço que o praticado para o Ministério da Saúde através da aquisição por importação direta bem como na compra dos reagentes no mercado nacional;
- compromisso firmado pelas empresas fornecedoras dos insumos em garantir condições para expansão da rede, com equipamentos automatizados e técnicas mais modernas e fornecer aos profissionais de laboratório, treinamentos e oficinas de reciclagem;
- garantia de assessoria técnica aos estados com dificuldades no processo de aquisição de reagentes;
- cadastramento dos laboratórios públicos estaduais, federais, municipais e/ou universitários para realização dos testes de contagem de células T-CD4+ e quantificação da carga viral do HIV a fim de que possa ser garantido o ressarcimento dos exames realizados pelo Sistema Único de Saúde;
- repasse de recursos do Ministério da Saúde para os gestores estaduais, por meio do Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação - FAEC, para o co-financiamento dos insumos de contagem de células T-CD4+ e quantificação de carga viral;
- remuneração dos procedimentos de quantificação da carga viral do HIV e contagem de células CD4+ aos laboratórios executores de acordo com o Sistema de Informação Ambulatorial do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS; e
- informatização dos laboratórios das redes visando controle dos exames realizados a nível local, estadual e federal por meio da disponibilização do *software* Sistema de Controle de Exames Laboratoriais - Siscel.

Rede Laboratorial para Realização dos Testes de Genotipagem - Renageno

No ano de 2000, foi implantada uma rede nacional composta de Médicos de Referência em Genotipagem - MRG e laboratórios aptos a executar e interpretar o exame de genotipagem. Conhecida como Rede Nacional de Genotipagem - Renageno, esta rede vem utilizando a metodologia para detectar a ocorrência de resistência genotípica do HIV-1 frente aos anti-retrovirais, auxiliando na seleção de uma terapia de resgate mais adequada, em pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde. Foram adquiridos seis mil testes de genotipagem para serem utilizados em um estudo operacional com vistas a subsidiar a implantação da rede.

A decisão de iniciar a implantação da Renageno por meio de um estudo operacional, além de ter o papel de subsidiar na escolha da melhor utilização dos testes de genotipagem, deu-se também pelo fato de que os reagentes necessários à realização dos testes disponíveis no mercado, não possuem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa/MS.

Diagnóstico laboratorial das DST

Com o objetivo de desenvolver uma rede de monitoramento da susceptibilidade do gonococo, por meio de laboratórios de Saúde Pública no País, em 1996 foi firmado acordo entre a Coordenação Nacional de DST-Aids e a Organização Mundial da Saúde - OMS e Organização Panamericana de Saúde - OPAS por meio da Coordenação Internacional da Rede das Américas, representada pela Universidade de Ottawa no Canadá, que visa incluir o Brasil na rede Internacional de Susceptibilidade Antimicrobiana do Gonococo Coordenado pela OMS/OPAS.

Para a implantação deste Projeto, foi realizada a estruturação dos laboratórios nacionais de acordo com as características da rede internacional já formada. Definiu-se como principais objetivos da rede no Brasil, a introdução de novos métodos e a capacitação dos laboratórios de saúde pública e serviços de referência para a rede na utilização de testes para o diagnóstico da *N. gonorrhoeae*.

Inicialmente, foram identificados doze laboratórios para compor a Rede Nacional, existentes nas cidades de: São Paulo (dois centros), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Salvador (BA), Brasília (DF), Maceió (AL), Recife (PE), Florianópolis (SC) e Niterói (RJ). Entre estes, foram identificados dois laboratórios para a determinação da Concentração Inibitória Mínima - CIM, sendo o Laboratório Central do Distrito Federal e o Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto em São Paulo.

Para a realização destes objetivos estipulou-se duas fases do projeto:

- aquisição de equipamentos de laboratório necessários à implementação da rede, que teve início a partir de 1998 e conclusão em 1999; e
- aquisição de insumos de laboratório atendendo ao padrão de metodologia e procedimentos laboratoriais da rede internacional já formada (*Equipment Specifications for N. gonorrhoeae Diagnostic Laboratory Levels 1,2 and 3; NCCLS/WHO*), com início dos processos licitatórios em 1999 e conclusão em 2002.

Os procedimentos laboratoriais adequados proverão informações de extrema importância a médicos epidemiologistas e autoridades de saúde, as quais serão utilizadas para reformulações e redirecionamento das metodologias atuais para tratamento e diagnóstico da gonorréia, e subsidiar as recomendações das políticas de saúde.

As principais dificuldades apresentadas durante a implantação do projeto estão relacionados à demora nos processos licitatórios, que inviabilizaram a tomada de ações como treinamento e coleta das amostras, bem como seu processamento. A partir de 2002, com a conclusão dos processos de aquisição de insumos de laboratório, foram retomadas as ações para a implementação da rede, com previsão de capacitação dos profissionais dos doze laboratórios participantes, prevista para o mês de agosto de 2002. No primeiro semestre de 2002, iniciou-se a preparação do Sistema de Gerenciamento do Diagnóstico e Vigilância da Resistência do Gonococo aos Antimicrobianos para a captação de dados dos laboratórios da rede.

Além da implantação da Renageno, a CN-DST/Aids estará implantando a partir do segundo semestre de 2002, testes de biologia molecular para diagnóstico laboratorial das DST, por meio do projeto de Estudo da Prevalências e Frequências das DST em Gestantes, Industriários e Portadores de Sinais e Sintomas de DST. Além disto, está sendo realizada a estruturação da Rede Nacional de DST, que tem como objetivo principal a ampliação do acesso, implementação dos serviços de DST e criação de um banco de dados. Para atingir estes objetivos, a implantação da rede seguirá dois momentos:

- análise situacional dos serviços de DST (laboratórios), tendo como linha de base os municípios prioritários, onde serão verificados os pontos principais como capacidade instalada e nível de complexidade dos serviços, entre outros; e
- análise do banco de dados, identificação dos pontos críticos; definição de ações prioritárias e imediatas com relação ao diagnóstico laboratorial das DST.

Treinamento a distância de profissionais de saúde

Sistema de Educação a Distância para Profissionais de Unidades Hemoterápicas e Laboratórios de Saúde Pública

O Sistema de Educação a Distância para Profissionais de Unidades Hemoterápicas e Laboratórios de Saúde Pública - Telelab é responsável pelo treinamento das equipes técnicas dos laboratórios das redes pública e privada, dos CTA, das maternidades e das unidades da hemo-rede pública e privada. Esse sistema, implantado em 1997 pelo Ministério da Saúde, era inicialmente composto por oito cursos, complementados posteriormente pela segunda série em 1998, com o intuito de abordar novos temas relacionados com a qualidade de sangue nas Unidades Hemoterápicas do País.

O interesse demonstrado pelos países membros do Grupo de Cooperação Técnicas e Horizontal da América Latina e do Caribe - CGTH motivou a CN-DST/Aids a traduzir para o espanhol, em cooperação com a *Iniciativa Regional sobre SIDA para América Latina y el Caribe - Sidalac*, os oito cursos que compõem a primeira série de treinamento do Telelab, os quais tiveram o seu repasse feito na Reunião Anual do GCTH, realizada na cidade do Panamá, nos dias 15 e 16 de maio de 2001.

Em 2001, com o objetivo de completar a tradução dos dezesseis cursos da série Telelab, os oito cursos subsequentes que compõem a segunda série de treinamento do Telelab foram, em cooperação com a OPAS, também traduzidos para o espanhol.

Visando dar continuidade ao projeto e assegurar o acesso dos usuários às técnicas preconizadas pelo Ministério da Saúde, bem como complementar a série Telelab, a Coordenação Nacional DST/Aids dirigiu seus esforços no sentido de ampliação do sistema e, no segundo semestre de 2001, foram produzidos mais sete novos cursos os quais tem a finalização programada para o final de 2002:

- Fungos e Aids - Diagnóstico Laboratorial das Infecções Oportunistas;
- Parasitos e Aids - Diagnóstico Laboratorial das Infecções Oportunistas;
- Captação de Doadores de Sangue; Triagem Clínica de Doadores de Sangue;
- Imuno-hematologia - Testes Pré-transfusionais;
- Imuno-hematologia - Resolução de Problemas nos Testes Pré-transfusionais
- Controle de Qualidade de Reagentes; e
- Tuberculose - Diagnóstico Laboratorial - Baciloscopia.

Desde o seu lançamento até 31 de julho de 2002, 1.109 instituições públicas e privadas inscreveram-se no Telelab e realizaram 55.815 treinamentos, dos quais 8.731 foram realizados em 1998; 13.413 em 1999, 16.718 em 2 mil, 11.264 em 2001 e 5.689 somente no primeiro semestre do ano de 2002.

Sistema Nacional de Garantia da Qualidade dos Testes Laboratoriais para DST e Aids

Com vistas à garantia de qualidade do diagnóstico laboratorial, foi implantado e implementado o Sistema Nacional de Garantia da Qualidade dos Testes Laboratoriais para DST e Aids, que tem como principal objetivo avaliar a proficiência dos ensaios realizados nos laboratórios de saúde pública.

Atualmente, esse sistema realiza a avaliação externa da qualidade - AEQ das hepatites, da infecção pelo HIV, dos testes de carga viral do HIV e da contagem de células T (CD4+/CD8+), esta última implantada inicialmente com amostras cedidas ao Ministério da Saúde pelo *National Laboratory for Analytical Cytology*, em Ottawa, Ontário, Canadá. Desde janeiro de 2000, as AEQ para os testes de CD4/CD8 estão sendo realizadas com amostras brasileiras, após o resultado do estudo-piloto que subsidiou a implantação. Desde a sua implantação, em 1997, o Sistema de Garantia da Qualidade já efetuou 27 avaliações.

A primeira AEQ/HIV, realizada em 1997, serviu basicamente como um piloto para que se pudesse fazer as adequações necessárias visando ao ajuste da operacionalização das atividades por parte da Coordenação Nacional e dos laboratórios participantes e a definição dos critérios a serem adotados na análise dos dados. Observou-se que nas avaliações subseqüentes foram obtidos percentuais de aprovação que variaram de 84,5 a 97,8%, resultados esses considerados bons pelo Comitê Assessor de Garantia da Qualidade dos Testes Laboratoriais para DST e Aids da Coordenação Nacional de DST e Aids. A adesão à AEQ variou de 77,0% a 93,1%. Cabe ressaltar que a participação das instituições públicas neste Programa de avaliação não é obrigatória. A CN-DST/Aids está elaborando uma portaria que regulamenta a rede de laboratórios que realizam os testes anti-HIV no País e institui a obrigatoriedade da participação em Programas de Avaliação Externa da Qualidade para todos os laboratórios públicos e conveniados ao SUS que realizam estes testes.

Com relação ao Programa de Garantia da Qualidade dos Testes Sorológicos de Hepatites Virais, foram realizadas quatro avaliações até o momento. Dentre estas, uma delas por meio do envio de um painel aberto denominado Controle de Qualidade Interno - CQI/Hep. Observou-se uma adesão que variou de 69,4 a 88,7% e um percentual de aprovação que variou de 73,0 a 85,7%.

A Avaliação Externa da Qualidade para os testes de carga viral - AEQ/CV foi implantada no ano de 1998 e até o momento foram realizadas sete avaliações.

Os percentuais de aprovação variaram de 58,6 a 98,2% até o ano de 2002, resultados esses considerados bastante satisfatórios pelo Comitê Assessor de Garantia da Qualidade para os testes de carga viral. Na penúltima avaliação realizada foi verificada uma queda do nível de qualidade dos laboratórios. Quando isso ocorre, é feita uma intervenção no sentido de reciclar as equipes técnicas e realizar vistorias nos laboratórios para detectar eventuais problemas.

Como norma das AEQ, a participação dos laboratórios é espontânea e foi verificado que a adesão variou de 86 a 95%.

A Avaliação Externa da Qualidade dos Testes para Quantificação dos Linfócitos T CD4+/CD8+ foi implantada no ano de 1999. Até o momento, foram realizadas cinco avaliações. Os percentuais de aprovação variaram de 77,1 a 88% e a adesão variou de 75,0 a 92,8%, resultados esses considerados bastante satisfatórios pelo Comitê Assessor de Garantia da Qualidade para os testes de contagem de linfócitos T CD4+/CD8+.

Em março de 2002, foi realizada a quarta avaliação em conjunto com *National Laboratory for Analytical Cytology*, com um nível de adesão em torno de 90% e os resultados conclusivos serão enviados diretamente aos laboratórios participantes, mas sabe-se que o Brasil obteve desempenho superior aos países participantes.

Encontra-se em fase de implantação o módulo para Avaliação Externa da Qualidade para os testes de genotipagem - AEQ-Geno.

Os dados apresentados revelam e enfatizam a importância das atividades do Programa de Garantia da Qualidade, como ferramenta para a melhoria e padronização das metodologias usadas nacionalmente para o diagnóstico e monitoramento da infecção pelo HIV.

Monitoramento da resistência do HIV aos anti-retrovirais em pacientes sob tratamento

Com relação ao monitoramento da resistência do HIV frente aos anti-retrovirais, a Coordenação Nacional promoveu o desenvolvimento de um estudo piloto em 2001, que teve como objetivos: determinar se a falha terapêutica em pacientes em uso de combinação potente de anti-retrovirais está associada à resistência genotípica e testar metodologias rápidas de determinação de resistência genotípica aos genes da transcriptase reversa (TR) e da protease (Pro).

Projeto de vigilância da resistência genotípica primária do HIV-1 frente aos anti-retrovirais - Revire

Este projeto foi desenvolvido com as amostras dos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA. A implantação do projeto de vigilância da resistência genotípica do HIV-1 frente aos anti-retrovirais tem como objetivos: determinar a prevalência de cepas resistentes do HIV em indivíduos que ainda não iniciaram o tratamento, nos CTA participantes em diferentes regiões do Brasil comparando-se o perfil de resistência em indivíduos com infecção recente e infecção crônica estabelecida; determinar a prevalência de subtipos do HIV em amostras provenientes dos CTA participantes, nas diferentes regiões do Brasil, baseada na análise da sequência genética das regiões da transcriptase reversa e protease do gene pol comparando-se o perfil de subtipos em indivíduos com infecção recente e infecção estabelecida; e estimar a incidência da infecção pelo HIV nos grupos populacionais estudados por meio da metodologia *detuned*.

Nesse estudo, foram obtidos resultados de 535 amostras de um primeiro corte, ocorrido em final de 2001 e provenientes de treze CTA de oito estados brasileiros. As amostras foram seqüenciadas em duas regiões do gene pol, correspondentes à protease e à transcriptase reversa. Do total de amostras seqüenciadas na região da transcriptase reversa, sete (2,06%) apresentaram mutações de resistência à inibidores não análogos a nucleosídeos e oito (2,36%) apresentaram mutações de resistência aos inibidores análogos a nucleosídeos. Na região da protease das 345 amostras seqüenciadas, oito (2,24%) apresentaram mutações de resistência aos inibidores da protease.

Comparados aos dados internacionais, os resultados obtidos neste estudo mostraram uma baixa frequência de mutações relacionadas à resistência a anti-retrovirais, na população de indivíduos que ainda não iniciaram o tratamento.

Com relação à distribuição de subtipos do HIV-1, foram seqüenciadas as duas regiões do gene pol, transcriptase reversa e protease, de 279 amostras. Destas, 153 (55%) cepas foram do subtipo B, 74 (26%) do subtipo C, 13 (4,7%) do subtipo F e 39 (10%) apresentaram genomas com discordância entre as duas regiões (mosaicos).

Projeto de desenvolvimento de ferramentas em bioinformática

Recém-iniciado o projeto de bioinformática é um projeto que envolve a cooperação com o Instituto de Matemática e Estatística da USP - IME e com *Los Alamos National Laboratory/EUA*, e tem como objetivo a construção de

um banco *data warehouse* onde informações de diversos sistemas serão armazenadas de forma organizada e posteriormente analisadas por meio de ferramentas específicas, dando respostas a perguntas fundamentais ao direcionamento das ações da CN-DST/Aids no combate a epidemia de Aids.

Projeto de desenvolvimento de *Western-Blot* e testes rápidos

O Ministério da Saúde vem alocando recursos financeiros para o desenvolvimento dos testes rápidos e *Western-Blot* para a detecção de anticorpos anti-HIV, com o objetivo da produção destes insumos na Fundação Oswaldo Cruz e posterior distribuição para os laboratórios da rede pública, a exemplo do que hoje é feito com os testes de imunofluorescência indireta. A previsão para o início da produção dos testes *Western-Blot* é para o final de 2002 e os testes rápidos no final de 2003.

Vigilância epidemiológica

A epidemia do HIV/Aids teve um comportamento diverso em relação aos períodos anteriores. Observou-se a estabilização dos casos em HSH e um grande aumento entre heterossexuais, com a progressiva participação das mulheres no quadro epidemiológico. As tendências de pauperização e interiorização se consolidaram; desacelerou-se a velocidade de crescimento da epidemia, com tendência à estabilização da taxa de incidência, e caíram as taxas de mortalidade por Aids.

Nesse período, a implementação das ações de vigilância epidemiológica se focalizou principalmente na implementação de sistemas de informação; na capacitação de recursos humanos; na definição de novas estratégias de vigilância do HIV, com incorporação de novas populações; no fortalecimento da vigilância comportamental; na diversificação dos estudos epidemiológicos e na descentralização das ações de vigilância epidemiológica do HIV/Aids.

Vigilância da Aids

A vigilância da Aids segue com base na notificação compulsória nominal, fazendo parte do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan. A oferta universal de anti-retrovirais contribui para a qualidade dessa vigilância e baixa subnotificação, e para sua implementação foram adotados os procedimentos a seguir:

- Revisão dos critérios de definição de casos de Aids em adultos e crianças, com incorporação de novos critérios clínicos e laboratoriais. Essa revisão garantiu uma maior sensibilidade do sistema de informação sem perda da especificidade.
- Incorporação de uma nova hierarquização das categorias de exposição. As categorias de exposição múltiplas que envolvem o uso de drogas injetáveis e transmissão sexual passaram a ter, como categoria de exposição principal, o uso de drogas injetáveis, e os casos em menores de um ano, com categoria de exposição ignorada, foram reclassificados para perinatal. A partir dessa modificação, acentuou-se a redução da participação dos HSH, já observada em toda a década de 1990, e o incremento da exposição entre usuários de drogas injetáveis.
- Correção do atraso de notificação dos casos de Aids, por meio de um modelo não paramétrico. Supondo-se que tais estimativas estejam corretas, 14,8% dos casos diagnosticados de 1996-2001 ainda serão notificados ao Ministério da Saúde ao longo dos próximos meses e anos.

- Mudança de plataforma do sistema informatizado de DOS para *Windows*. Esse novo sistema vai viabilizar também a notificação de gestantes/parturientes HIV+ e crianças expostas, bem como a notificação de soropositivos. Está em processo de implantação a versão 4.0.

Vigilância do HIV

A vigilância do HIV é composta por uma série de estratégias que se complementam. Há um esforço voltado para a implantação/implementação da vigilância de segunda geração do HIV com o objetivo de identificar não só as tendências da infecção pelo HIV, como também as tendências do comportamento, para melhor compreender a dinâmica da epidemia. Nesse sentido, foram priorizadas as atividades a seguir:

- Implantação/implementação da vigilância da gestante/parturiente HIV+ e crianças expostas com o objetivo de conhecer, o mais precocemente possível, o estado sorológico das mesmas, para início oportuno da terapêutica materna e profilaxia da transmissão vertical e, ainda, acompanhar o comportamento da infecção entre gestantes e parturientes e crianças expostas para planejamento e avaliação das medidas de prevenção e controle. Essa vigilância está implantada em todo País, mas por dificuldades relacionadas com o *software* do Sistema de Informações de Agravos de Notificação - Sinan, observa-se problemas na transferência dos dados para o nível central.
- Ampliação dos estudos de prevalência do HIV em parturientes. A definição da amostra para o ano de 2002 atende ao objetivo de se obter estimativas da prevalência em parturientes e estimativa do número de infectados de 15 a 49 anos no Brasil. O tamanho da amostra total de 38 mil parturientes para o Brasil vai permitir estimar a proporção de infecção pelo HIV com erro bilateral aproximado de 0,7/1000. Além da testagem do HIV, foi incorporada a testagem para sífilis e hepatites B e C. O estudo de 2002 também possibilitará a estimação do número de infectados por macrorregião e ainda a avaliação da cobertura do pré-natal e da testagem para o HIV.
- Implementação da vigilância do HIV em clínicas de DST localizados em diferentes regiões brasileiras para monitorizar a soroprevalência do HIV na população masculina de 15 a 49 anos de idade que utiliza essas clínicas. O último corte foi realizado no primeiro semestre de 2001, estando um novo corte previsto para o segundo semestre desse ano.
- Recomendação para expansão de estudos-sentinela para estados e municípios, a partir de 2002. Ainda não temos informações da viabilização desses estudos nesses níveis.
- Implantação do Sistema de Informação dos Centros de Testagem Sorológica e Aconselhamento em Aids SI-CTA, a partir de fevereiro de 2002, em 158 (75%) de um total de cerca de 210 CTA estruturados em todo o País. Este sistema garantirá dados necessários sobre a evolução das prevalências da infecção pelo HIV em populações de risco acrescido. Os CTA passam a ser concebidos como sítios-sentinela de acesso para a realização da vigilância comportamental e sorológica do HIV, sífilis e hepatite B, com possibilidades de acompanhar os níveis de infecção do HIV em alguns recortes populacionais e, ainda, a evolução dos comportamentos entre os grupos de risco acrescido de transmitir/adquirir o HIV, o que vem a se constituir uma vigilância de segunda geração. Se, por um lado, um dos maiores obstáculos no acompanhamento da epidemia do HIV utilizando-se o SI-CTA é a representatividade do grupo submetido ao teste com relação à população

maior, por outro, é possível realizar uma série de estudos especiais acerca dos potenciais fatores determinantes e condicionantes do maior ou menor risco de transmissão do HIV segundo variáveis selecionadas.

- Participação na construção do sistema de hemo-vigilância junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e com outras instituições, com o objetivo de conhecer os incidentes relacionados à transfusão e à sua prevalência, a fim de que possam ser introduzidas medidas corretivas e preventivas que contribuam para aumentar a segurança transfusional. Ficou estabelecido que todos os casos suspeitos de HIV/Aids por transfusão serão investigados dentro das normas e procedimentos estabelecidos, de acordo com instrumentos próprios e envolvendo profissionais de vigilância epidemiológica e sanitária.
- Desenvolvimento de pesquisas comportamentais e sorológicas em conscritos. Essas pesquisas vêm sendo realizadas em cooperação técnica com o Exército Brasileiro desde 1996, quando da apresentação dos jovens brasileiros às Comissões Militares. A importância dessas pesquisas reside no fato de que grande parte da população atingida pela doença adquiriu a infecção entre 15 e 24 anos de idade. No ano de 2002, além do HIV, as amostras foram testadas para sífilis e hepatites B e C, permitindo conhecer a prevalência desses agravos e identificar fatores comportamentais associados, para subsidiar medidas de prevenção e controle voltadas para a população jovem. No ano de 2002, foram publicados artigos que mostram os resultados das pesquisas realizadas entre 1996 e 2000 (Pesquisa entre os Conscritos do Exército Brasileiro 1996-2000 - Retratos de Risco do Jovem Brasileiro à Infecção pelo HIV).
- Testagem laboratorial com a técnica do *detuned*, para todas as amostras coletadas nos estudos de parturientes e conscritos, com a finalidade de conhecer a infecção mais recente, de maneira a conhecer o risco dessas populações em relação à infecção pelo HIV.
- Notificação universal do HIV. Para reforçar a necessidade de ampliação da vigilância da infecção pelo HIV, o Ministério da Saúde recomenda a implantação, por estados e municípios, da vigilância da infecção pelo HIV, utilizando o *Sinan Windows* como ferramenta. Esta estratégia se segue à implementação da vigilância em gestantes infectadas pelo HIV e crianças expostas e permitirá a estados e municípios disporem de informações sobre a infecção pelo HIV para análises integradas a outras fontes de informação, como a vigilância comportamental. Atualmente, esta estratégia já vêm sendo adotada por alguns serviços de vigilância em nível de estados e municípios, utilizando outras ferramentas para interface de dados (exemplo: EPI-INFO). Além de ampliarem os olhares da vigilância, esta estratégia permitirá uma análise mais acurada sobre a assistência prestada às pessoas infectadas pelo HIV. Também foi estimulado o uso de informações sobre indivíduos soropositivos a partir de registros de laboratório.

Vigilância das DST

Está em processo de consolidação e expansão a notificação, de três síndromes (uretrites, cervicites e úlceras genitais) e três doenças específicas (sífilis, herpes genital e infecção pelo HPV), por meio do *Sinan*.

Um estudo de prevalências das DST está em fase de aquisição de materiais, equipamentos e insumos e treinamento das equipes locais que permitirão o início dos trabalhos de campo ainda no segundo semestre de 2002. Esse estudo,

com base na metodologia-sentinela, utilizará avançada tecnologia para o diagnóstico laboratorial e o conseqüente estabelecimento das prevalências e freqüências relativas de sífilis, herpes, cancro mole, gonorréia, clamídia, tricomoníase, HPV, hepatites B e C e HIV em gestantes, industriários e portadores de DST. Será executado, com apoio do governo alemão, em seis grandes capitais brasileiras (Manaus, Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

Para implantação e implementação dessas vigilâncias, foram diversificados os estudos epidemiológicos, com estimativas do número de infectados em gestantes, indivíduos de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 14 anos; estudos de sobrevivência em adultos e crianças; estudos de mortalidade etc.

- Foram realizadas Reuniões Nacionais de Vigilância Epidemiológica com a participação de todos os estados e municípios prioritários para apresentação da situação atual da vigilância e discussão de ações estratégicas, como as novas definições de caso, a notificação do HIV e a vigilância de segunda geração.
- Dentre outras atividades, também foram realizadas reuniões macrorregionais para implantação da vigilância de gestantes e crianças expostas; do sistema de informação do CTA; da vigilância das DST; estudos de prevalência em parturientes, em clínicas de DST e entre conscritos do Exército Brasileiro.
- Capacitação em Recursos Humanos - foi desenvolvido e validado um Curso Básico de Vigilância Epidemiológica em HIV/Aids com carga horária de 40 horas. Com essa metodologia, foram capacitados até o momento 647 técnicos de vigilância epidemiológica e já estão previstas capacitações para mais 420 pessoas.
- Ampliação da tiragem e revisão do Boletim Epidemiológico de Aids, com redefinição de tabelas e incorporação de gráficos e análises por macrorregião.

Quanto à vacinação, as principais ações desenvolvidas foram:

O comitê de vacinas foi reestruturado, com o envolvimento de novos parceiros e de representantes de áreas ligadas ao desenvolvimento e produção de vacinas.

Foi criado um grupo matricial na CN, em conjunto com a área de pesquisa, para acelerar e compatibilizar as atividades com demais áreas da CN. Foi realizada uma atualização do plano nacional de vacinas, por membros do comitê e da CN.

Parcerias internacionais, como instituições interessadas no desenvolvimento de estudos com produtos vacinais, foram implementadas neste período, tendo como principais interlocutores a ANRS (*Agence Nationale de Recherches sur le SIDA* - ANRS), francesa. A ANRS assinou um convênio de cooperação em vacinas com o Brasil que vem somar-se às demais atividades de colaboração em andamento.

A *Internacional Aids Vaccine Initiative* - IAVI assinou um convênio, em julho de 2002, que prevê colaboração na esfera de política de acesso e garantia de financiamento de estudos vacinais, de reforço à implementação de testes no Brasil e no desenvolvimento de produtos vacinais.

A *Fogarty Internacional*, tem colaborado com pesquisa em Aids no País há algum tempo e está elaborando um protocolo com a CN que envolverá estímulo à pesquisa preparatória na área de vacinas.

A Organização Mundial da Saúde apresenta-se como um parceiro histórico, com contatos iniciais com vistas ao envolvimento do País em iniciativas com vacinas. Financiou estudos de sero-incidência e de caracterização laboratorial na década de 1990, contribuiu para criação da Rede Nacional de Isolamento e Caracterização do HIV-1 e intermediou a participação nacional em um estudo de fase 1 com produto vacina.

Gestão das Ações do Programa

- Implementação das ações do Programa Nacional de DST e Aids em 26 estados e Distrito Federal e em 150 municípios, atendendo a toda a população brasileira, abrangendo 70% dos casos de Aids, notificados.
- Metodologia de planejamento estratégico para o HIV/Aids e outras DST no Brasil. Essa metodologia foi elaborada em 2000 e já está sendo aplicada nos estados. Estão em fase de conclusão os planos estratégicos dos 26 estados e Distrito Federal para o período de 2003 a 2005. A partir daí, e já previsto para os meses de novembro e dezembro, terá início a construção do Plano Estratégico Nacional do Programa de DST e Aids, para o mesmo período.
- Estudo de contas nacionais. Elaborado com o apoio do Funsalud/ Sidalac do México, com recursos da UnAids, para os anos de 1999 e 2000, envolvendo os gastos públicos e privados em HIV/Aids no Brasil. Um novo estudo, o qual deve abranger os anos de 2001 e 2002, já está sendo preparado.
- Política de financiamento das ações em HIV/Aids e outras DST. Transferência fundo-a-fundo na forma de incentivo. O processo de negociação está concluído com as principais instâncias do Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e Sociedade Civil. A minuta da Portaria do incentivo foi aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT em 14.08.2002. Neste momento, a CN prepara as oficinas de trabalho para capacitação dos estados e municípios selecionados de acordo com critérios previamente definidos, esse processo de capacitação, direcionado aos 26 estados, Distrito Federal e 411 municípios, tem por objetivo preparar estados e municípios para as etapas de qualificação à política de incentivo e elaboração do plano de ações e metas de acordo com as normas a serem publicadas por Portaria Ministerial.
- Comissão de gestão das ações de DST/HIV/Aids - Instituída pela Portaria Ministerial nº 992/GM de 1º de setembro de 2000, é a instância de pactuação de ações e metas do Programa Brasileiro de DST e Aids.
- Novo acordo de empréstimo Aids III. Proposta aprovada pela Comissão de Financiamento Externo - Cofix/MP, em junho de 2002. Atualmente a CN-DST/Aids está elaborando o documento detalhado do Projeto Aids III, em parceria com os diferentes atores envolvidos na operacionalização das ações do Programa.
- Institucionalização da Coordenação Nacional de DST e Aids. Em fase de negociação, a institucionalização na forma de Departamento, como parte do plano de sustentabilidade das ações do Programa Nacional de DST e Aids.

Área de informática

Nessa área, foram desenvolvidos sistemas de informação que provesses bases de dados para a produção de indicadores auxiliares no controle da epidemia de HIV/Aids e na instrumentalização das unidades da coordenação, das unidades de dispensação de medicamentos e de laboratórios para a operação desses sistemas.

Principais sistemas informatizados desenvolvidos

- Sistema de Controle Logístico de Medicamentos - Siclom;
- Sistema de Controle de Exames Laboratoriais - Siscel;

- Sistema de Informação da Rede Nacional de Genotipagem - Sisgeno;
- Sistema de Informação de Centros de Testagem e Aconselhamento - Sicta; e
- Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos - SMA.

Principais ações desenvolvidas na área de treinamento

Projeto UniversidAids

Integram esta modalidade, projetos de capacitação propostos por instituições de ensino superior que tenham como população-alvo alunos e professores de cursos de graduação e pós-graduação, profissionais da saúde e áreas afins e agentes comunitários de saúde, potencialmente multiplicadores de informações.

Aproximadamente, 27.500 profissionais das áreas da saúde e educação e de outras áreas correlatas foram capacitados.

Comitê de Avaliação do Projeto UniversidAids e assessores técnicos da Unidade de Treinamento da CN DST/Aids-MS.

Visando, ainda, a importância da formação de pesquisadores na abordagem e adoção de várias metodologias utilizadas na área da saúde pública a CN DST/Aids promoveu dois cursos de Metodologia de Pesquisa em Aids, destinados a profissionais brasileiros e latino-americanos, respectivamente, nos quais foram apresentados os vários tipos de desenho de pesquisa epidemiológica, tanto quantitativa como qualitativa, as possibilidades de uso de cada delineamento, as vantagens e desvantagens e o tipo de análise estatística mais adequado a cada um deles.

Implantação de diretriz pedagógica

A prioridade foi a definição de diretriz pedagógica coerente com os objetivos de melhoria da qualidade das capacitações em DST/Aids e capaz de promover um impacto na transformação da prática pedagógica. Para tanto, adotou-se a metodologia da problematização que propicia ao sujeito uma reflexão-transformação da sua realidade por meio do reconhecimento e instrumentalização do seu próprio saber. Como parte do processo de implantação e descentralização da diretriz pedagógica, foram realizadas oito oficinas macrorregionais que capacitaram 212 profissionais multiplicadores da metodologia da problematização. Formou-se uma rede referenciada de profissionais e instituições e, atualmente, os estados estão assumindo este processo por meio da realização de oficinas pedagógicas. Até julho de 2002, cinco estados já haviam realizado oficinas pedagógicas e outros cinco prevêem realizar até dezembro de 2002.

Cabe ressaltar que a implantação desta diretriz pedagógica trouxe impacto também para a qualidade das ações pedagógicas desenvolvidas diretamente pela Coordenação Nacional, objetivando o constante aprimoramento de suas ações e estratégias. Neste sentido, as principais ações implementadas foram:

Transmissão vertical do HIV

Foram desenvolvidas estratégias de capacitação relacionadas ao Projeto Nascer - Maternidades com vistas à redução da transmissão vertical do HIV com a utilização de teste rápido. O desenvolvimento das capacitações incluiu a elaboração de material instrucional e cartilha para as equipes das maternidades, bem como a capacitação de multiplicadores em nível nacional, em um segundo momento, a capacitação de multiplicadores em nível estadual responsáveis pela capacitação das equipes de sala de parto das maternidades.

Profilaxias do DST/HIV/Aids/hepatites virais em situações de violência e outras formas de exposição sexual

Em parceria com o Programa de Saúde da Mulher, foi estabelecido um processo de estruturação, acreditação e capacitação de uma rede de serviços para uso de profilaxia pós-exposição com anti-retrovirais para pessoas vítimas de violência sexual e exposição acidental entre casais sorodiscordantes para o HIV. Para isso, a Norma Técnica sobre Violência Sexual do Ministério da Saúde foi revista e atualizada, com a inclusão dos critérios para uso de ARV em situações bem definidas, bem como os parâmetros para acompanhamento clínico, laboratorial e psicossocial das pessoas expostas.

Foi também estruturada a Rede de Assistência e Uso de Profilaxias do HIV após exposição sexual e realizada a capacitação dos profissionais de saúde dos serviços de referência à vítimas de violência e exposição sexual, dos estados e municípios, para o uso de profilaxias de DST/HIV/Aids/hepatites virais em situações de violência e outras formas de exposição sexual.

Renageno

No intuito de garantir a promoção de saúde dos portadores de infecção pelo HIV por meio de respostas ágeis e adequadas à volatilidade e poliformismo desse agravo de saúde pública, a Coordenação Nacional adotou medidas que representaram um grande desafio, revelando assim, o compromisso com as pessoas que vivem com HIV/Aids no País, implantando a Rede Nacional de Genotipagem - Renageno.

Foi planejada e reestruturada a capacitação dos profissionais Médicos de Referência da Renageno nos estados e municípios.

Consenso

Em 2001, tendo em vista os novos conhecimentos da patogênese do HIV, surgimento das novas drogas e a complexidade crescente da terapia anti-retroviral e o manejo clínico das pessoas portadoras de HIV/Aids, por parte dos profissionais de saúde, com o objetivo de instrumentalizar e atualizar os médicos e outros profissionais de saúde envolvidos diretamente na assistência aos indivíduos portadores do HIV/Aids, foram realizadas capacitações para a utilização adequada das recomendações técnicas e logísticas estabelecidas nos novos documentos terapêuticos de consenso adulto/adolescente, gestantes e crianças.

Gênero, drogas e Aids

Em virtude da dinâmica e perfil das DST/HIV/Aids entre as mulheres e a baixa percepção das mesmas, na vulnerabilidade das DST/HIV/Aids e a abordagem dessa patologia nos serviços pelos profissionais de saúde, fez-se necessária a capacitação nesse tema, como forma de promover a reflexão e o desenvolvimento de ações específicas para essa população.

Para tanto, foi realizada uma oficina técnico-pedagógica para elaboração de material instrucional para capacitação dos profissionais de saúde dos programas do PACS/ PSF, Saúde da Mulher, Saúde Mental e HIV/Aids, na abordagem de gênero, drogas e Aids, garantindo assim a intersetorialidade e a integralidade das ações dos programas de saúde envolvidos.

Revisão e adequação metodológica do material instrucional de DST

Visando a melhoria da qualidade e o aumento do impacto das ações de capacitação para a prevenção, assistência e controle das DST no Brasil, foi reformulado o processo educativo relacionado à capacitação sobre abordagem sindrômica das DST, no intuito de otimizar e atualizar o processo ensino/aprendizagem, levando em consideração a necessidade de descentralização e integração das atividades de ensino/serviço/comunidade.

Mestrado profissionalizante

Foi elaborada uma proposta de programa de mestrado profissionalizante em HIV/Aids

Educação a Distância

No período, foi consolidada proposta de educação à distância e avaliadas as propostas apresentadas no processo de licitação e concorrência, obedecidos os prazos e critérios legais.

O objetivo de tal curso é fortalecer a capacidade gerencial e de planejamento estratégico e operacional, bem como de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos estados e municípios integrados ao Programa de DST/Aids. Esta modalidade de capacitação visa à maior difusão e apropriação de conhecimento e resolutividade dos problemas e questões emergentes no enfrentamento da epidemia do HIV/Aids.

Este curso pretende atingir profissionais diversos de saúde, ativistas e/ou representantes da sociedade civil com população estimada em 1.500 alunos das várias regiões do País. Tal proposta conta com contribuições do Programa de Saúde da Família, da Criança e Adolescente e da Mulher, e do PACS.

.....

A trajetória da disseminação do HIV e da Aids no Brasil vem sofrendo constantes alterações em seu curso devido, em parte, à história natural da infecção, com suas implicações sociais, culturais e biológicas e, em parte, à resposta do Governo e da sociedade civil à epidemia.

Concepção

A epidemia, que teve início no País nos primeiros anos da década de 1980, com o primeiro caso notificado, retrospectivamente, no ano de 1980, cursou a primeira metade da década, basicamente, restrita às categorias de exposição de homens que fazem sexo com homens (HSH), hemofílicos e hemotransfundidos, evoluindo, posteriormente, para os usuários de drogas injetáveis (UDI).

Na segunda metade da década de 1980, a epidemia passa a afetar um número crescente de indivíduos com prática heterossexual, com conseqüente aumento entre as mulheres. Outra característica desse período foi a expansão geográfica, saindo do eixo Rio - São Paulo e outras grandes regiões metropolitanas, e dirigindo-se para cidades de porte médio, inicialmente nos estados das regiões Sul e Sudeste e, posteriormente, Nordeste e Centro-Oeste.

A década de 1990 foi marcada por duas características principais: a forte heterossexualização, que passou a ser a principal forma de infecção a partir do ano de 1994 e, dentro dessa característica, o acentuado crescimento da Aids entre mulheres, e a pauperização.

Quanto ao processo de pauperização, a escolaridade tem sido utilizada como uma das variáveis para monitorar a mudança no perfil dos indivíduos afetados pela epidemia. Até 1982, 100% dos casos (entre pessoas com escolaridade

conhecida) tinham nível superior ou 2º grau completo. Hoje, quase 80% dos casos de Aids têm apenas até oito anos de estudo, incluindo uma proporção significativa de analfabetos. As taxas de incidência de Aids dos indivíduos com até oito anos de estudo vem aumentando progressivamente, aproximando-se daquelas observadas para os de maior escolaridade, sendo que, na Região Sudeste, entre os homens, já ultrapassou aqueles com maior escolaridade desde 1994.

Transcorridos 22 anos do primeiro caso de Aids no Brasil, totalizam-se 222.356 casos notificados, 162.732 (73,2%) do sexo masculino e 59.624 (26,8%) do sexo feminino, sendo que, no ano 2001, a proporção de casos entre os sexos, que foi de 25 casos masculinos para cada feminino em 1985, já indicava uma razão de 2 homens para cada mulher notificada.

A heterossexualização da epidemia de Aids é, evidentemente, um reflexo do comportamento homossexual da população, em sua ampla maioria homossexual. Já a feminização parece envolver, além da maior vulnerabilidade biológica da mulher ao HIV, uma desigualdade claramente observável na distribuição de poder entre os gêneros. Também a mulher se considera menos exposta ao risco, talvez pela sua entrada mais tardia na dinâmica da epidemia, não se enquadrando nos, inicialmente denominados, grupos de risco.

A epidemia de Aids no Brasil continua a ser do tipo concentrada, uma vez que os diversos estudos de prevalência do HIV, como os estudos-sentinelas parturiente, em clínicas de DST, entre os conscritos do Exército, estudos específicos em populações de risco agregado, ou o acompanhamento da rotina dos centros de testagem e aconselhamento, permitem-nos afirmar que a prevalência do HIV ainda não está bem estabelecida na população geral. A prevalência do HIV é menor que 1% entre gestantes e se mantém constante, em torno de 5% em outros subgrupos.

O Programa vem sendo implementado de forma adequada às demandas sociais e de maneira efetiva em suas ações.

A parceria entre o Governo e a sociedade civil é um dos pilares da política brasileira para o controle da epidemia e uma das razões do êxito do Programa.

O trabalho conjunto entre Governo e organizações não-governamentais foi uma estratégia inteiramente inovadora e distinta da posição tradicional.

O uso do preservativo

Nos últimos anos, o uso do preservativo vem aumentando consideravelmente no Brasil. Em pesquisas realizadas a partir de 1999, foi identificado que:

- 24% dos indivíduos sexualmente ativos referiram o uso consistente do preservativo - 1999;
- jovens de 16 a 25 anos são os que reportam mais freqüentemente o uso do preservativo, 44% referem o uso consistente nos últimos doze meses - 1999;
- a freqüência de uso do preservativo na primeira relação sexual foi observada em 48% da população, esse valor ascende a 57% nos estratos socioeconômicos mais altos e 71% entre os de maior grau de instrução - 1999;
- nas relações sexuais com parceiros eventuais, 63% dos homens e 69% das mulheres referem o uso do preservativo - 1999;
- fazem uso consistente do preservativo com os clientes 80% da população de profissionais do sexo - 2001;

- referem o uso consistente do preservativo nas relações sexuais 45% dos UDI dos programas de redução de danos - 2000; e
- dos 800 HSH entrevistados 44% foram da opinião que o uso de preservativo está igual, 44% de que o uso aumentou e 10% que diminuiu - 2001

Para o alcance de tais indicadores o Ministério da Saúde tem ampliado a compra pública de preservativos, encaminhando em 2002, uma compra de 300 milhões de unidades.

Nesse sentido, além das atividades de intervenção das organizações da sociedade civil, a CN vem implementando políticas que visam a redução do preço e aumento do preservativo ao consumidor final, política que visa a ampliação e diversificação do mercado, ações de marketing social e negociação junto aos produtores e estabelecimentos comerciais de preservativo a preço popular.

Desde 1992, quando foi elaborado e encaminhado para o Ministério da Fazenda o documento de Propostas de medidas fiscais e tributárias para a expansão do mercado de preservativos no Brasil aponta-se os seguintes avanços:

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

- Redução para alíquota zero em março de 1994, comparado à alíquota de 15% em 1992.
- Imposto de Importação - II
- Redução do valor da alíquota de 40% em 1992 para 20% em 1994, 13% em 1997 e 12,5% em 2001.

Eliminação do contingenciamento para aquisição de látex nacional

- Contingenciamento para aquisição de látex nacional foi instituído em 1967 e extinto em agosto/97. Entre 1992 e 1995, o contingenciamento foi de 13%, e entre 1995 até sua extinção em 1997, o contingenciamento foi de 3%.
- Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços - ICMS
- as operações com preservativos estão isentos de ICMS desde dezembro de 1998.

Contudo, a quantidade de preservativos necessária para a cobertura das relações sexuais de alto e/ou médio grau de exposição ao HIV de homens sexualmente ativos e para o atendimento dos casais que usam o preservativo como método anticoncepcional gira em torno de 1,2 bilhão de unidades/ano. Esta estimativa exige esforços para que passemos o consumo per capita de 2,1 (no ano 2001) para 7,2.

Total de necessidades = 1.228.353.302

Consumo per capita estimado (mercado+distribuição gratuita) = 7,2

75,5% para o mercado = 928 milhões de preservativos

24,5% para distribuição gratuita = 300 milhões

A distribuição nacional do preservativo feminino pelo setor público representa 85% do total de preservativos em circulação, isto é, o setor público é responsável pela maior parte da distribuição e o faz de forma gratuita nos serviços de saúde e projetos da sociedade civil.

A inclusão de ações de sensibilização dos homens para o uso do preservativo masculino e conhecimento do feminino, facilitando o diálogo entre parceiros para o cuidado da saúde sexual e reprodutiva, inclusive com experiências nos serviços de saúde e ONG parceiras, foi fundamental para facilitar a negociação sexual do uso do preservativo junto aos parceiros, inclusive para o uso do masculino. Ainda pode-se apontar como importante, a inserção deste insumo no kit básico das salas de planejamento familiar dos serviços de saúde da mulher, estimulando assim a dupla proteção e inserindo nestes espaços educativos a abordagem de prevenção às DSTs e HIV/Aids.

Número de Instituições que distribuem preservativo feminino por região - 2002 *

Norte	45
Nordeste	111
Centro-Oeste	62
Sudeste	130
Sul	110
TOTAL	458

* Dados até junho de 2002.

O trabalho desenvolvido, desde abril de 2000, apontou a importância da continuidade e ampliação da disponibilização do preservativo feminino e neste sentido o Ministério da Saúde adquiriu para 2001 mais 2 milhões de unidades, e para 2002, 4 milhões de unidades estão sendo adquiridas, duplicando, assim, o número de mulheres beneficiadas.

Aspecto do Programa que precisa ser melhorado

Suficiência de metas físicas: a proposta original apresentada pela CN é reduzida quando do encaminhamento ao Congresso Nacional. A redução ocorre somente nos valores dos recursos orçamentários, que são reduzidos em 50% ou mais em cada ação do Programa, mas as metas físicas não são reduzidas proporcionalmente, não ficando adequadas ao volume de recursos aprovado, indicando um custo unitário irreal. A quantificação da meta física se mantém na quantidade indicada na proposta original, correspondente a um volume de recursos muito menor do que a proposta original.

Desafios e perspectivas

Promoção à saúde

- Reduzir o coeficiente de incidência anual da Aids de quinze casos por 100 mil habitantes para dez casos por 100 mil habitantes.
- Aumentar em 100% o número de preservativos consumidos pela população brasileira e reduzir o preço do produto em 45%.
- Ampliar o acesso da população brasileira ao diagnóstico da infecção pelo HIV (de 1,8 milhão ano, para 7 milhões/ano).
- Promover a articulação entre a sociedade civil, Governo, Poder Judiciário e assessorias jurídicas para garantir os direitos fundamentais de pessoas vivendo com HIV e Aids e das populações mais afetadas pela epidemia.

- Garantir, por meio do SUS, o acesso universal das populações mais vulneráveis à infecção pelo HIV aos serviços de saúde, aos projetos e insumos de prevenção.

Assistência e tratamento

- Manter as taxas de mortalidade por Aids, no País, no patamar de seis óbitos por 100 mil habitantes.
- Garantir, a 100% das pessoas vivendo com HIV e Aids, assistência e tratamento de qualidade por meio da rede pública de saúde (estima-se 210 mil pessoas em 2006).
- Reduzir em 73% a taxa de transmissão vertical do HIV, da mãe para o filho, passando dos atuais 17% para 5%.
- Incentivar o desenvolvimento de novos medicamentos para o tratamento de pessoas vivendo com HIV e Aids.
- Reduzir a incidência de doenças sexualmente transmissíveis na população brasileira.

Fortalecimento institucional

- Ampliar em 160% o apoio a estados e municípios para a estruturação e execução das atividades de prevenção e controle das DST e Aids, cobrindo 90% dos casos de Aids do País.
- Consolidar o processo de institucionalização da Coordenação Nacional de DST e Aids, modificando sua estrutura organizacional de forma a garantir a qualidade da resposta do Programa Brasileiro de DST e Aids no combate à epidemia.
- Apoiar organizações não-governamentais para a execução das ações de prevenção e assistência às pessoas vivendo com HIV e Aids, assim como promover o desenvolvimento de ações que visem à sustentabilidade e à ampliação das atividades executadas.
- Apoiar iniciativas para o desenvolvimento de vacinas anti-HIV/Aids, possibilitando acesso privilegiado do Brasil ao produto.
- Consolidar os acordos e práticas de cooperação externa, com vistas a buscar o estabelecimento de diretrizes e políticas globais para o enfrentamento da epidemia de Aids no mundo.

Aspecto da estratégia de implementação que precisa ser aperfeiçoado

Forma de repasse dos recursos: atualmente 2002, no Projeto Aids II - Acordo de Empréstimo BIRD 4392 - BR, os recursos são descentralizados para os 26 estados, Distrito Federal e 150 municípios mediante convênios. A partir de 2003, será implementada a política do Incentivo para Ações de DST e Aids, mediante o repasse fundo a fundo para os 26 estados, DF e 411 municípios gestores do SUS. Há que se aperfeiçoar o repasse para Organizações da Sociedade Civil - OSC e ONG.

Diagnóstico, tratamento e assistência às pessoas portadoras de DST, HIV e Aids

Na implantação desta política foram consideradas estratégias e ações prioritárias desenvolvidas e implementadas nas áreas de: serviços de assistência a pacientes com DST/HIV/Aids; assistência em HIV/Aids em parcerias com a sociedade civil; ações de prevenção e controle das DST/HIV/Aids na comunidade e na rede básica de saúde; cuidados paliativos e saúde mental para pacientes com HIV/Aids; acesso aos medicamentos para tratamento da infecção pelo HIV,

infecções oportunistas e para o tratamento das DST; ações voltadas para a abordagem da síndrome lipodistrófica associada ao HIV; interações HIV-tuberculose, HIV-hepatites virais e outras co-infecções; adesão ao tratamento anti-retroviral na rede pública de saúde; avaliação da qualidade da assistência em serviços de HIV/Aids na rede pública de saúde; prevenção da transmissão vertical do HIV e sífilis; controle das doenças sexualmente transmissíveis; e ações voltadas à atenção a indivíduos com infecção pelo HTLV.

População carcerária

Em todo o Brasil existem cerca de 216 mil detentos, a grande maioria, em condições de vida muito precárias. A superlotação das celas impõe rodízios de sono, facilita a proliferação de doenças e a violência sexual e quase impossibilita a adoção de medidas com o objetivo de reintegrar essas pessoas à sociedade. A forma como o Brasil trata seus presos é, talvez, uma das maiores dívidas da sociedade brasileira para consigo mesma. Estima-se que cerca de 20% dos presidiários são portadores do HIV e outros 20% possuem hepatite B. E pelo menos 10% têm sífilis e hepatite C.

Neste ano de 2002, o Governo Brasileiro passou a adotar ações diferenciadas de saúde para a população prisional. O programa nacional de saúde dirigidos aos presos tem o objetivo de reverter a situação de saúde dos 216 mil detentos, principalmente, em relação à tuberculose e HIV/Aids. Para sua efetivação estão sendo criadas equipes de atenção básica para atuarem nas instituições prisionais, que conta com participação direta dos detentos na equipe de agentes de saúde. O modelo que passa a ser adotado junto aos presídios inspira-se no Programa de Saúde da Família - PSF.

Implementação

O Programa Brasileiro de DST e Aids, aqui representado, inicialmente (2000) era composto por onze ações, das quais dez faziam parte do Segundo Projeto de Controle das DST e Aids - Acordo de Empréstimo BIRD 4392-BR, Projeto Aids II, e a 11ª ação era a Aquisição de medicamentos anti-retrovirais - ARV. Posteriormente, em 2002, foram agregadas duas ações do Projeto Aids II em outras duas já existentes, reduzindo para oito ações do Projeto. Para 2003, manteve-se as oito ações do Projeto Aids II, e criou-se mais uma exclusiva para o incentivo de repasse fundo a fundo.

Desde o orçamento 1999 até 2003, as propostas orçamentárias originais inicialmente elaboradas e apresentadas pela Coordenação Nacional do Programa ao Ministério da Saúde, sofriam cortes, e eram aprovadas com valores menores do que originalmente previstas. Por exemplo, em 1999, a proposta original para as dez ações do Projeto Aids II foi de R\$ 103 milhões, sendo que a proposta encaminhada, analisada e aprovada pelo Congresso Nacional foi de R\$ 45 milhões. Para 2002, a proposta original foi de R\$ 160 milhões e o aprovado foi de R\$ 80 milhões. Sempre ocorreram os cortes nos recursos orçamentários, mas não ocorreram os respectivos ajustes nos quantitativos físicos (metas) de cada uma das dez ações do Projeto. A necessidade de mais recursos orçamentários fez com que anualmente fosse solicitado crédito suplementar orçamentário, visando recompor o valor da proposta original. Anualmente, a Coordenação do Programa encaminhava uma solicitação de crédito suplementar, em geral até março de cada ano, o qual era aprovado e liberado somente em dezembro do mesmo ano, ficando um valor significativo em restos a pagar, para ser executado no ano seguinte. Uma outra dificuldade é que, com a aprovação do crédito em dezembro, último mês do ano, os tetos e limites de empenho e de execução financeira de recursos externos e internos encontram-se próximos de serem ultrapassados, ocorrendo anualmente perdas nos recursos orçamentários, por falta de teto para empenho pelo Ministério da Saúde.

As alternativas de solução podem ser:

- aumentar o teto mensal/anual (limite) para empenho e financeiro do Ministério da Saúde - MS, uma vez que o MS implementa mais de cinco grandes projetos com recursos externos, todos de importância e prioridades fundamentais;
- encaminhamento, pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, das solicitações de crédito suplementar no primeiro semestre do ano ao Congresso Nacional, para análise e aprovação antes do recesso de julho. Desta forma, haveria tempo para empenhar e implementar o projeto dentro do ano, atingindo as metas propostas e sem enormes volumes de recursos em restos a pagar;
- os projetos de acordos internacionais participantes do Avança Brasil, fiquem como extra teto orçamentário de empenho e financeiro; e
- os projetos do Avança Brasil devem ter prioridade sobre outros projetos, seja para empenho, seja para recursos financeiros.

As metas físicas tiveram seu cumprimento dentro do previsto, embora tenha-se considerado que os recursos financeiros liberados foram insuficientes. Tal consideração se deu em função de que ocorreram perdas de recursos orçamentários devido à falta de teto financeiro no Ministério da Saúde, para atendimento de todas as suas demandas, inclusive o Programa DST e Aids. Assim, a execução do orçamento 2002 foi de 97% e não 100%. Em algumas ações atingiu-se a meta prevista e em outras não.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada devido ao planejamento do Programa e às alternativas de viabilização de recursos, com adiamento e aditamento de prazos de execução. Aproximadamente, mais de R\$ 60 milhões ficaram em restos a pagar, resultante da limitação financeira (tetos) ao Ministério da Saúde, que resultaram em limitações ao Programa. Os recursos orçamentários foram suficientes e conforme aprovado inicialmente e depois com o crédito suplementar, em junho de 2002. A limitação financeira ocorreu a partir de agosto de 2002.

O Programa Brasileiro é conveniado com os 26 estados, Distrito Federal e 150 municípios que executam ações descentralizadas, recebendo recursos do Projeto Aids II - Acordo de Empréstimo BIRD 4392/BR. A falta de recursos financeiros suficientes faz com que os recursos destinados aos conveniados sejam liberados em duas ou mais parcelas, somente em uma fonte (BIRD ou Federal) e somente em uma categoria econômica, atrasando a execução descentralizada pelos convênios. O Projeto Aids II possui categorias de despesas que exigem as duas fontes combinadas, em custeio e capital e em valores suficientes para que os conveniados realizem os respectivos empenhos (conforme Lei de Responsabilidade Fiscal não podem empenhar sem o respectivo valor financeiro disponível), para a aquisição de bens e de serviços necessários para a implementação das ações.

O desempenho físico das ações descentralizadas, via convênio com estados e municípios, teve desempenho abaixo do previsto, devido à falta de recursos financeiros para o Programa, que obrigou a liberação parcelada dos recursos previstos. Foi aprovado o crédito orçamentário em junho de 2002, mas após sua aprovação e liberação, ocorreu a insuficiência de recursos financeiros. Os convênios foram prorrogados no seu prazo de execução, para até 30.06.2003. O projeto Aids II também foi prorrogado para 30.06.2003, devido à falta de recursos financeiros e a grande alta do dólar que reduziu a estimativa de desembolso, em dólares do acordo, prevista para o ano de 2002.

O Ministério da Saúde - MS realiza aquisições centralizadas de preservativos, medicamentos, testes de diagnóstico e campanhas nacionais de informação sobre DST/HIV/Aids. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos-CGRL/MS, que realiza a aquisição dos bens, já possui prática e procedimentos que agilizam a execução das licitações. As campanhas implementadas, são incluídas nas licitações realizadas pela Comunicação Social do Ministério da Saúde, destinadas para informação e divulgação. Estas licitações seguem os procedimentos da administração pública e têm tido ótimos resultados.

O monitoramento das atividades físicas realizadas de forma descentralizada é executado dentro da seguinte sistemática:

- os 26 estados, Distrito Federal e 151 municípios, que são os executores descentralizados, recebem seus recursos mediante convênio com o Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde/MS-FNS;
- os recursos são oriundos do orçamento do MS-FNS nas fontes externa 148 - BIRD e fonte interna federal;
- os valores dos convênios são originados na elaboração do Plano Operativo Anual - POA do Projeto Aids II, o qual segue uma matriz de programação organizada e hierarquizada do nível mais detalhado para o nível mais agregado de objetivo geral, incluindo as quantificações físicas de cada atividade e sua respectiva unidade de medida;
- o Projeto Aids II possui um sistema informatizado de gerenciamento, onde são declarados os avanços físicos e financeiros ocorridos em cada executor descentralizado, que são consolidados no sistema pela Coordenação Nacional;
- a 11ª ação é de aquisição de medicamentos, com sua meta indicada em número de pessoas que recebem o tratamento. A Coordenação Nacional/MS possui um sistema informatizado, onde o paciente possui um cartão magnético que utiliza para receber os ARV junto à rede de dispensação dos medicamentos. Desta forma, é bastante simples o monitoramento do número de pessoas tratadas com os medicamentos ARV.

A equipe de implementação do Programa no nível do Governo Federal, capacita-se periodicamente de maneiras diversas, via internet, correio eletrônico, em seminários, encontros, reuniões e outros eventos técnicos profissionais direta ou indiretamente ligados às questões de DST e HIV/Aids. O desempenho do Programa reflete o profissionalismo e capacidade de gestão, reconhecido nacional e internacionalmente pelos ótimos resultados alcançados ao longo dos últimos três anos.

As equipes dos executores descentralizados, estados e municípios, OSCs/ONGs e outras OGs, são regularmente treinadas e atualizadas permanentemente pela equipe central do Programa. Os resultados do Programa indicam que os executores descentralizados muito contribuem na sua execução.

Como forma de aprimorar a gestão estratégica e ampliar a participação de outras instâncias na formulação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de saúde para a prevenção e controle das DSTs e Aids, a CN-DST/Aids conta com diversas parcerias, com abrangência e atuação diferenciadas.

Objetivando garantir uma resposta mais global à epidemia de HIV e Aids, o Governo Brasileiro tem consolidado parcerias com os diversos setores sociais, com vistas a garantir o efetivo envolvimento destas áreas na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das ações de prevenção e controle das DST e Aids.

Neste contexto, foi concretizada e fortalecida a cooperação entre o Governo Brasileiro e organismos de cooperação internacional multi e bilateral, assim como com países da América Latina, Caribe, África, Europa e América do Norte.

Entre as parcerias para a cooperação internacional possui destaque a instituída com os organismos do Sistema das Nações Unidas, por meio do Grupo Temático Ampliado da UnAids, que reúne, os seguintes instituições:

- Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (preside o grupo temático no Brasil) - Unesco;
- Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde - OPAS/OMS;
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem;
- Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP;
- Organização Internacional do Trabalho - OIT; e
- Programa das Nações Unidas - UNDCP.

Mecanismos de participação da sociedade

Hoje, pode-se afirmar que DST/Aids é um tema transversal em vários programas de saúde, tais como: hepatites, tuberculose, saúde da mulher, saúde da família, saúde mental, entre outros. O grande desafio é institucionalizarmos ações pontuais para que sejam sistematizadas enquanto diretrizes de atendimento à saúde.

- Direitos humanos, articulação com a sociedade civil e entre instâncias do SUS.

Seguindo as diretrizes do Sistema Único de Saúde, a Coordenação Nacional de DST/Aids estabeleceu na sua política de atuação, uma agenda comum com as Organizações da Sociedade Civil - OSC. Este procedimento se deve também pelas respostas eficientes e mobilizadoras emitidas por estas últimas.

A efetivação desta parceria assume um caráter inovador, gerando, a partir de então, mecanismos que ampliaram a participação da sociedade civil na construção de respostas frente à epidemia de Aids. Estes mecanismos caracterizam-se principalmente por incorporar a contribuição de representantes de OSC na formulação de estratégias e ações que visam a promoção das políticas públicas de saúde e apoiar técnica e financeiramente a participação de representação em instâncias diversas, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A Coordenação Nacional de DST/Aids investe na garantia dos direitos humanos para a prevenção e assistência ao HIV e Aids, reconhecendo que as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, à educação, à informação refletem desigualdades sociais no Brasil, consideradas violações de direitos humanos. Neste sentido, a participação da sociedade é imprescindível para a promoção da política de Aids.

São muitos os desafios em torno da implementação de uma política de saúde para a prevenção ao HIV e Aids vinculada aos princípios de direitos humanos, uma vez que os assuntos que envolvem o tema são polêmicos e de difícil consenso ou abordagem, como por exemplo relativas a gênero, orientação sexual, profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis, população confinada, entre outros.

As interlocuções com a sociedade civil ocorrem a partir de três áreas complementares entre si, quais sejam:

- Rede de Direitos Humanos em HIV/Aids;
- Articulação com a sociedade civil organizada; e
- Sustentabilidade de ações da sociedade civil.

Outros mecanismos de participação da sociedade são:

- Empoderamento de pessoas soropositivas e de OSC;
- Interlocução do tema direitos humanos no campo político e jurídico;
- Articulação com Organizações da Sociedade Civil - OSC;
- Participação de representantes da sociedade civil em instâncias de formulação e execução de políticas de prevenção e controle das DST e Aids; e
- Fortalecimento de Fóruns e Redes de OSC.

De forma autônoma e independente, as OSC têm promovido o controle social e contribuído na construção de respostas sociais frente à epidemia. A sustentabilidade destas ações poderá garantir que a riqueza destas iniciativas desenvolvidas em todo o território nacional não seja interrompida, gerando prejuízos às intervenções e serviços oferecidos à população, especialmente às pessoas vivendo com HIV/Aids.

Com o intuito de ampliar as possibilidades de captação de recursos das OSCs, de fortalecê-las institucionalmente e de criar e/ou fortalecer vínculos entre as mesmas e os serviços públicos de saúde, foram destacadas algumas prioridades com o objetivo de atender à necessidade de sustentabilidade das ações em Aids.

Estimulou-se os serviços locais a identificarem um profissional para fazer a articulação com as OSC, assumindo neste diálogo o papel de intermediador entre instituições, públicas ou privadas, que possam investir em projetos de OSC.

Foi ampliado o processo de descentralização da concorrência pública de projetos, sabendo que por meio dela promove-se e estende-se a interlocução entre Governo e sociedade civil.

Buscou-se o intercâmbio com pesquisadores e universidades que pudessem oferecer contribuições e indicações sobre captação de recursos, fundos públicos, planejamento estratégico, *marketing* social, entre outros temas.

Ainda, com o intuito de ampliar as possibilidades de captação de recursos das OSC, de fortalecê-las institucionalmente e de criar e/ou fortalecer vínculos entre as mesmas e os serviços públicos de saúde, foram realizadas várias atividades.

A participação e a articulação com OSC e seus representantes tem sido imprescindível, na medida em que interfere na formulação de políticas públicas. Neste sentido, é possível destacar os comitês, as comissões e os grupos de trabalho, existentes na esfera federal, que contam com a presença da sociedade civil:

- Comissão Nacional de Aids;
- Comitê Nacional de Vacinas Anti-HIV;
- Comitê Assessor para População de Baixa Renda;
- Comitê Assessor para Ações de Prevenção entre Homossexuais;
- Grupo Assessor para Prevenção às DST/Aids junto à população de mulheres; e
- Comitê Assessor para Ações de Prevenção Junto à População de Profissionais do Sexo.

Para algumas dessas representações, a indicação se dá a partir de encontros nacionais - o Encontro Nacional de ONG/Aids que acontece a cada dois anos com a indicação das entidades que irão fazer parte da Comissão Nacional de Aids, além do Comitê Nacional de Vacinas Anti-HIV e do Grupo Temático da UnAids no Brasil.

Ao lado das instâncias acima destacadas, é possível mencionar o apoio dispensado pela CN DST/Aids à formação de fóruns de ONG/Aids e às redes de pessoas vivendo com HIV/Aids.

Avaliação da satisfação dos usuários

O Programa possui a ação de Atendimento Disque Aids, a qual representa o atendimento via *telemarketing*, por equipe treinada para responder às questões da população em geral que demanda via telefone 0800-611997, que atende a mais de 2,5 milhões de ligações por ano.

O Programa também verifica a satisfação do usuário, mediante as respostas que recebe das diferentes populações-alvo beneficiadas, assim como o impacto e respostas às diversas campanhas realizadas.

O Programa recebe também uma votação extraordinária que o *site* da Coordenação Nacional - CN www.Aids.gov.br, que todo ano que concorre ao prêmio *Ibest*, ficando entre os *top three*, e/ou recebendo o primeiro prêmio do júri popular e oficial. O *site* da CN concorre na categoria Saúde, sendo um dos únicos de serviços públicos que concorre junto com *sites* da iniciativa privada e que se destaca.

Profissionalização da Enfermagem

Resultados O Programa tem como objetivo elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da capacitação dos trabalhadores da área de enfermagem e pelo fortalecimento das Escolas Técnicas de Saúde.

O indicador do Programa é taxa de qualificação de profissionais da área de enfermagem como auxiliar de enfermagem.

O Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - Profae previa inicialmente a qualificação profissional de 225 mil atendentes de enfermagem que atuavam como auxiliares de enfermagem, sem a devida capacitação específica. A existência destes trabalhadores colocava em risco a saúde da população, na medida em que eram responsáveis pelo atendimento e prestação de cuidados à saúde, em ambulatorios, hospitais e comunidades. Desde 1986, a situação foi considerada irregular e ilegal, devido a promulgação da Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, nº 7.498, que, frente ao diagnóstico, concedeu um prazo de dez anos para que todos os atendentes fossem qualificados e se tornassem auxiliares de enfermagem.

O Profae nasceu desta necessidade e, em 1999, promoveu o I Cadastramento Nacional, no qual foram identificados 130 mil trabalhadores com o perfil esperado. Destes, 27% não haviam sequer concluído o ensino fundamental. Ao final do ano de 2000, um acordo de empréstimo foi assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a execução dos cursos foi iniciada. O processo de execução demonstrou que a segmentação do mercado de trabalho era grande, com variações entre estados e regiões, devido à diferença das redes de assistência à saúde. Imediatamente verificou-se a necessidade de realização de novo cadastramento nacional, tendo em vista a demanda reprimida existente em inúmeros municípios no País. Assim, o Profae, em 2001, realizou o segundo cadastramento, para identificar e localizar todos os trabalhadores da área que demandavam capacitação específica para atuar no setor. O resultado final, que informou a clientel-foco do Projeto, hoje registrada em banco de dados, compõe-se de 245.537 trabalhadores atendentes e 90 mil auxiliares, que serão re-qualificados como técnicos de enfermagem, atuando em serviços de alta e média complexidade.

Decorridos dois anos de implementação, o Profae já qualificou 70 mil atendentes como auxiliares de enfermagem. Daquele contingente, 130 mil trabalhadores encontram-se em sala de aula, distribuídos da seguinte forma: 7.489 estão fazendo a complementação do ensino fundamental, 91.763 estão nos cursos de auxiliar de enfermagem e 30.493 nos cursos de técnico de enfermagem. Espera-se que tenham concluído a qualificação profissional até dezembro de 2002, 90 mil trabalhadores. O restante do universo de alunos em sala concluirá até julho de 2003.

Além da qualificação de nível técnico, o projeto estabeleceu um processo de formação pedagógica dos docentes - enfermeiros dos serviços de saúde, que hoje são responsáveis pela formação dos milhares de trabalhadores em processo de formação. Foram formados 1.264 alunos dos cursos de especialização em docência, modalidade de ensino a distância. Existem atualmente 6.597 alunos em curso nos 29 núcleos regionais, estabelecidos nos estados, superando em quase 10% a meta inicial que era de 6.000 alunos matriculados.

Gerente:

Rita Elizabeth da Rocha Sorio

Esta situação permite ampliar as expectativas, inicialmente de 12 mil docentes capacitados, para 18 mil docentes capacitados.

O Profae vem avançado significativamente em relação ao cumprimento de suas metas. Previam-se matricular, nesse segundo ano, 107.699 trabalhadores nos cursos de profissionalização dos auxiliares de enfermagem. Entretanto, foram matriculados 156.475 trabalhadores nos cursos de qualificação profissional e complementação da qualificação. Isso significa um acréscimo de 45,28% da meta prevista para o período. No período de maio a outubro de 2002, foram pagos 607.629 benefícios por meio do Auxílio-Aluno de R\$ 30,00, perfazendo um montante de R\$ 18.228.870,00, que representa uma média mensal de 101.271 alunos em sala, o que indica a possibilidade de ter havido uma evasão de cerca de 6%, abaixo do esperado que seria de 8%.

O Profae, para realizar as metas acima registradas na profissionalização dos auxiliares de enfermagem, envolveu 556 instituições, entre escolas técnicas, secretarias de educação, escolas superiores, empresas para supervisão dos cursos. Esta rede foi responsável, entre 2000 e 2002, pela execução de mais de 5 mil turmas, que atenderam a 4.038 municípios. Em relação às Escolas Técnicas do SUS, existem hoje 22 escolas com contratos de financiamento de atividades assinados voltados para o fortalecimento institucional, todos com o aval do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A importância da consolidação desta rede institucional se dá pela sua capacidade de promover a sustentabilidade da proposta, ou seja, a criação de condições para que a qualificação profissional em saúde permaneça depois de implementado o Programa.

O Projeto também vem produzindo inovações no campo da elaboração de material didático, de tecnologias de educação a distância para especialização do docente, de criação de um sistema de certificação de competências. Merece destaque o apoio ao fortalecimento das escolas técnicas do SUS e a articulação com o MEC para a criação de onze novas escolas nos estados que ainda não possuem nenhuma estrutura voltada para qualificação em saúde. Assim, está sendo apoiada a criação de escolas, especialmente no Norte e em alguns estados do Nordeste, buscando a inversão da situação de baixa qualificação profissional.

Considerando as metas quantitativas já alcançadas e a alcançar nos próximos meses, quando se concluirá a formação de aproximadamente 150 mil auxiliares e 30 mil técnicos, é possível dizer que o índice será alcançado, inclusive com expansão das metas inicialmente propostas. O Profae tem execução prevista até setembro de 2004.

Conforme já mencionado, o universo de beneficiários do Programa está além dos 225 mil previstos inicialmente. É preciso incluir novo índice para acompanhar a formação dos técnicos - hoje noventa mil já cadastrados, dos quais trinta mil estão em sala de aula.

Durante 2002 já ocorreram prejuízos relacionados ao atendimento da clientela, tendo em vista o corte orçamentário do presente exercício. Foram reduzidos recursos da ordem de R\$ 57 milhões da fonte externa e R\$ 70 milhões da contrapartida nacional. Este evento foi responsável pela redução da efetivação de novas matrículas, da interrupção de inúmeras turmas no País, o que conseqüentemente irá gerar atraso na conclusão dos cursos.

..... Conceção

O processo de reforma sanitária, que estimulou um aumento da oferta de serviços de saúde e uma maior demanda a ser atendida, resultou na maior utilização do atendente de enfermagem, enquanto mão-de-obra barata, fato constatado tanto no setor público quanto no setor privado. Contribuíram para isso a insuficiente disponibilidade de centros formadores e a falta de escolaridade mínima dos profissionais que permitisse sua participação em cursos de qualificação profissional. A Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, que entrou em

vigor em 1986, ao definir três categorias no âmbito da enfermagem, deixou de fora os atendentes, embora tenha reconhecido sua inserção no mercado de trabalho, concedendo um prazo de dez anos para que os profissionais regularmente empregados viessem a se qualificar como Auxiliares de Enfermagem. A fiscalização do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, após este prazo, levou muitos deles a serem punidos por exercício ilegal da profissão. Logo, forçando com que esses profissionais se submetessem a uma relação de trabalho informal ou que fossem contratados com outra denominação.

Além desta situação, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu a partir das complexas tecnologias de produção e de serviços, aliadas à crescente internacionalização da economia. Como conseqüência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores: educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada para atualização, aperfeiçoamento, especialização e re-qualificação de trabalhadores. No caso dos auxiliares de enfermagem, a ação destes profissionais adquiriu uma complexidade crescente, gerada pela expansão dos serviços de saúde e do processo de descentralização em curso consolidado nos anos 1990. Assim, a presença desses profissionais de enfermagem nos serviços de saúde possibilitou a extensão do atendimento à medida que passaram a assumir atividades de apoio nas mais diversas áreas.

O Profae, de forma sistemática, está investindo na produção de cursos para atender às necessidades desses profissionais, dando a eles a possibilidade, tanto de se qualificarem profissionalmente quanto complementarem seu ensino fundamental, para que venham a ingressar nos cursos profissionalizantes. Desta forma, mantendo-os em condições adequadas de empregabilidade. Esses cursos, realizados de forma descentralizada, acontecem nos municípios onde estão os trabalhadores que já foram cadastrados e nos quais se tem a completa certeza de sua necessidade.

O Profae está buscando garantir que a profissionalização seja realizada com qualidade e vem qualificando enfermeiros de nível superior para o exercício da docência do ensino profissional. A meta estabelecida é de se formar 12 mil enfermeiros, que atuarão nos cursos de qualificação do Profae. Já foram formados 1.358 profissionais e estão em formação 8.196 enfermeiros-docentes. Outra questão que irá contribuir, de forma decisiva, para a sustentabilidade dessa política, é o investimento na modernização e na implantação de escolas técnicas de saúde, ligadas ao Sistema Único de Saúde - SUS. Até o momento, estão estabelecidos 27 convênios, que repassarão equipamentos e outros recursos para a instalação de laboratórios de informática, bibliotecas, rede de computadores, bem como a implantação de novos modelos de gestão e atualização dos currículos de profissionalização, áreas consideradas estratégicas para possibilitar a ampliação do acesso dos trabalhadores aos cursos, permitindo uma permanente atualização da força de trabalho do SUS e conseqüente melhoria na qualidade da assistência.

Tendo em vista a situação informada, faz-se necessária a revisão das metas para incluir a formação dos técnicos, hoje em curso e em execução no Projeto. Ao final do Profae, há expectativa de qualificação de mais de 330 mil trabalhadores do sistema de saúde.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- A ação do auxiliares de enfermagem adquiriu uma complexidade crescente gerada pela expansão dos serviços de saúde => Complementar a profissionalização dos egressos dos cursos de qualificação com cursos técnicos.
- A Lei do Exercício Profissional de Enfermagem define as profissões regulamentadas, excluindo o atendente de enfermagem => Qualificação do profissional de atendente de enfermagem como auxiliar de enfermagem.
- Falta de escolaridade mínima dos profissionais => Complementar a Escolarização com a oferta do ensino fundamental para os auxiliares de enfermagem.
- Insuficiente disponibilidade de centros formadores => Investir na modernização das escolas técnicas do SUS.
- Baixa qualificação da equipe de docentes das escolas => Melhorar a qualificação dos docentes com a capacitação pedagógica de enfermeiros.
- Força de trabalho, majoritariamente feminina e de baixa renda => Reduzir a evasão dos alunos com o auxílio-aluno para complementação da renda.

O Profae tem implementado um processo de avaliação do impacto de suas ações, verificando o quanto os egressos dos cursos estão assimilando e aplicando a aprendizagem em suas atividades laborais.

A complementação da renda, com a concessão de um auxílio financeiro a cada aluno, tem contribuído para a permanência do trabalhador no curso.

A garantia de recebimento gratuito de materiais didáticos é um incentivo ao aluno e, também, ao desenvolvimento e manutenção de uma proposta pedagógica comprometida com a não alienação do trabalho. A avaliação institucional iniciada em 2002 e realizada pela Unicamp e pelo SEAD (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) tem identificado capacidades organizacionais e técnicas importantes para o Projeto e para a tomada de decisão.

O Profae tem buscado envolver várias instâncias do SUS, especialmente as secretarias de saúde municipais e estaduais, que efetivamente são responsáveis pela identificação de demandas de formação.

Mantendo o projeto nos limites de sua intervenção, não existe necessidade de alteração de seus componentes, entretanto, no processo de implementação pode ser observada e constatada de forma concreta a elevada capacidade do projeto em ser referência para a qualificação de outras categorias profissionais da saúde. É preciso destacar que a enfermagem representa 69% da força de trabalho em saúde.

Torna-se fundamental uma maior articulação do Profae com as áreas responsáveis pela implantação do novo modelo assistencial (PSF), e com outras áreas voltadas à organização da gestão (SAS), para o desenvolvimento de uma política mais ampla de qualificação profissional para o SUS.

O Profae está desenvolvendo uma nova forma de acompanhamento das instituições contratadas, visando estabelecer um relacionamento interno ao SUS que possibilite o desenvolvimento de uma política de capacitação profissional para a área de saúde mais sintonizada com as necessidades do sistema. Estas novas linhas já dizem respeito ao processo de avaliação da execução.

Os cursos Profae são realizados de forma descentralizada, em estabelecimentos de ensino contratados ou conveniados para operarem os projetos de qualificação profissional destinados ao público-alvo previamente cadastrado pelo projeto.

Por meio do ensino a distância, os enfermeiros docentes podem realizar sua especialização, que os prepara para a ação pedagógica nos cursos e cria as condições que possibilitem uma intervenção transformadora em seu cotidiano de trabalho, nas unidades de saúde, contribuindo sobremaneira para a melhoria da qualidade da assistência no âmbito da saúde.

O Profae, por seus objetivos e modos de funcionamento, possui uma abrangência nacional. Suas articulações: alunos, aulas, professores, tutores, operadoras, agências regionais, ETSUS, NADs, IES, MEC, secretarias de saúde e de educação, pesquisadores, produção intelectual, Unesco etc. atingem 5.505 municípios em todo o território brasileiro. Em suma, o Profae possui uma capilaridade estrutural e funcional bastante complexa, tanto por suas dimensões quanto pelo envolvimento de atores diversos.

A administração dos recursos humanos do Projeto é realizada pela Unesco, organismo internacional contratado para tal fim. Sua contratação garante a organização da estrutura (material e humana) necessária ao bom desempenho do Projeto, isso permitirá ao Ministério da Saúde, ao Ministério Público, ao controle social e ao organismo financiador um maior controle de suas contas e dos resultados alcançados.

Para garantir a manutenção dos alunos, em geral mulheres de baixa renda nos cursos, durante doze meses consecutivos, foi criado o auxílio-aluno, Lei nº 10.429, de 2002. O objetivo é diminuir os índices de evasão originados por questões de natureza social e financeira da clientela. O auxílio, no valor de R\$ 30,00, é repassado, mensalmente, a cada trabalhador, por meio da Caixa Econômica Federal.

Implementação

Os recursos financeiros liberados foram insuficientes, embora o cumprimento de metas físicas tenha ficado dentro do previsto. O fluxo dos recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O contingenciamento orçamentário de 2002, quando o Projeto atingiu o ápice de execução, foi um problema administrado mensalmente junto aos órgãos envolvidos com a questão financeira do Governo Federal. É preciso registrar que houve um corte da ordem de 33% nos recursos externos e de 70% da contrapartida nacional. Com isto, o Projeto reduziu o ritmo de execução e 38 mil novos alunos, que aguardam ser matriculados nas escolas credenciadas, deixaram de se inserir no segundo semestre. O Profae, em novembro de 2002, obteve suplementação orçamentária da ordem de R\$ 70 milhões (recursos BID), e esperava-se ainda a aprovação de mais R\$ 22 milhões de contrapartida nacional. Estes recursos orçamentários são essenciais para a continuidade das turmas já iniciadas.

No que diz respeito ao orçamento para 2003, foi proposto, inicialmente, pelo Profae, recursos da ordem de R\$ 367.201.791,00 para a conclusão das turmas em curso hoje e da capacitação de novos 140 mil alunos, sendo noventa mil na modalidade auxiliar de enfermagem, quarenta mil na de complementação técnico de enfermagem e 10 mil para o ensino fundamental. Entretanto, essa proposta sofreu corte expressivo, ficando restrita a R\$ 90 milhões, o que, sem sombra de dúvida, prejudicará a implementação do projeto e o alcance das metas pactuadas entre as instituições de financiamento, bem como junto às instituições contratadas que hoje atendem apenas a parte do objeto pactuado.

Os recursos orçamentários previstos atendem apenas aos primeiros meses de 2003 sem qualquer nova inclusão de demanda, o que significa estagnação do processo com impacto na meta prevista. A execução e finalização do Projeto dependerão totalmente de revisão da proposta orçamentária para 2003, ano-chave para alcance final das metas em 2004, considerando que os cursos do Profae são de formação profissional, com duração de doze meses e, portanto, atravessam o exercício.

Do período correspondente ao ano inicial do Projeto (setembro de 2000 a outubro de 2002), o orçamento executado atingiu o limite aprovado em Lei, com execução parcial das metas das ações programadas no acordo, bem como atendeu às despesas referentes à criação do auxílio aluno, aprovado pela Lei 10.429, de 2002, com execução orçamentária e financeira iniciada em abril.

É previsão do Profae atender à demanda de 225 mil alunos em sala de aula até o final do exercício. Porém, para dar cumprimento ao alcance dessa meta, fez-se necessário um Crédito Suplementar em forma de Recomposição Orçamentária do exercício de 2002, por meio de Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, no valor de R\$ 70 milhões.

Com esse valor, pretende-se atender às 110 novas instituições contratadas no País, associadas às 160 escolas e secretarias estaduais de saúde, comprometidas na inclusão de cerca de 130 mil trabalhadores em cursos, bem como atender ao cumprimento das obrigações contratuais firmadas em 2001, que estão sendo efetuadas parcialmente e pagamento do auxílio aluno até o final do exercício.

A execução das metas previstas nas ações do fortalecimento institucional para as despesas de investimentos, dependem de aprovação de crédito suplementar, encaminhado à SOF, no valor de R\$ 5,5 milhões que, não viabilizado, trará conseqüências negativas ao Projeto, haja vista alocação de recursos insuficientes na proposta orçamentária para 2003.

A proposta orçamentária inicial solicitada para o Projeto pela setorial orçamentária do MS/SPO demonstra uma necessidade de R\$ 465.867.000,00, visando dar continuidade à implementação dos cursos, bem como contratações para supervisão, produção de material didático (para apoiar os recursos pedagógicos necessários à operacionalização dos cursos), realização de pesquisa de impacto, atualização de dados cadastrais dos trabalhadores, por meio de monitoramento e supervisão, despesas com auxílio aluno, além do programado para atender às metas do componente II.

No entanto, desse valor, a reprogramação do PPA foi de R\$ 205.391.131,00 e o limite orçamentário de R\$ 100 milhões, gerando assim impossibilidade de novas contratações, haja vista não serem recompostas as perdas que ao longo dos exercícios ficaram em torno de 70%.

Como alternativas, há real necessidade de revisão da proposta da contrapartida local autorizada pelo FAT por meio da Resolução nº 215, de 15 de agosto de 1999. Deveria ser considerada a hipótese de negociações, na impossibilidade de cumprimento da obrigação, fazer-se-á necessária a recomposição com os recursos do Tesouro Nacional, ou ao final do acordo a prorrogação do mesmo, se prioritário, para o programa de Governo.

O Profae é executado totalmente pelo Ministério da Saúde em parceria com instituições governamentais, privadas e não-governamentais. O Ministério da Educação é um parceiro que vem aportando recursos para a implementação das Escolas Técnicas de Saúde novas. Esta parceria conta com a interveniência do Ministério da Saúde, mas os recursos deveriam estar garantidos pelo Proep/MEC. Os convênios foram firmados em abril de 2002, mas estão com dificuldades orçamentário-financeiras que estão impedindo o andamento da proposta.

As licitações de equipamentos para as Escolas do SUS com recursos oriundos do Proep, desenvolvidas neste Ministério da Saúde, estão tramitando de forma lenta, dificultando a organização dos laboratórios de práticas pedagógicas nas escolas do SUS. Os convênios firmados com as secretarias de educação tramitaram por longo tempo, atrasando a execução da escolarização dos trabalhadores em alguns estados.

O Profae/MS repassou recursos para as Secretarias de Estado da Educação, com o objetivo de promover a escolarização dos trabalhadores da área de enfermagem. Embora os convênios contemplassem recursos para que em 2002 a escolarização atingisse 15 mil trabalhadores, apenas 11.706 foram escolarizados. O ensino fundamental é um pré-requisito para a qualificação profissional, sendo de suma importância que seja estendido a todos os trabalhadores que ainda não concluíram este nível de escolaridade. Deste modo, a boa execução deste convênios impacta positivamente no resultado final do Profae.

Quanto ao mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico, o Projeto dispõe de um Sistema de Informações Gerenciais, que funciona por meio de internet, e é utilizado por vários segmentos para o acompanhamento da execução das turmas e dos cursos. Com isso, é possível acompanhar as matrículas, evasão, as formaturas e conclusões, bem como o índice de aproveitamento dos alunos. Também o SIG-Profae permite realizar a emissão de ordens bancárias após conferência dos alunos que permanecem em sala. Com esta ferramenta, tornaram-se as intervenções no nível local mais rápidas e conhecidas pela gerência do Projeto.

Está em implementação um plano de RH, no qual a qualificação profissional (para a formação das equipes) e também o reconhecimento do mérito dos técnicos assumem um papel relevante. Por meio dele espera-se manter o nível de motivação da força de trabalho envolvida no projeto, bem como a qualidade da equipe.

A mesma política relatada acima aplica-se aos profissionais que atuam em outras áreas geográfica. São muitas as oficinas, seminários e cursos que buscam dar condições aos agentes produtivos envolvidos no projeto para alcançar maior eficácia.

A seguir, um quadro sobre os principais parceiros:

- Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP - A vantagem é a competência daquela instituição na utilização de tecnologias de educação a distância para formação na área da saúde.
- Associação Brasileira de Enfermagem - ABEN - Entidade que possui legitimidade junto às categorias profissionais em questão para desenvolver estudos e pesquisas de interesse para o projeto, com foco no mercado de trabalho, perfil profissional e currículos.
- MEC - A vantagem é influir na política de educação profissional e zelar pelos interesses de formação técnica na saúde. A desvantagem é que estão com restrições orçamentárias sérias que podem comprometer o planejado junto aos estados.

Sobre os mecanismos de participação da sociedade, as entidades profissionais e representantes da sociedade civil são parte integrante de conselhos (Conselho de Certificação, Conselho Setorial, Conselho Editorial da Revista Formação), que contam com a participação de representantes não só governamentais, como de associações de classe, para que se possa obter contribuições para o desenvolvimento do Projeto.

As pesquisas de satisfação se fazem via Disque-Saúde, Avaliação do Impacto e Avaliação de Processo obtido pelas instituições formadoras. Em geral, são apropriados os resultados para mudança de performance do Projeto. O Projeto contém um em seu desenho a previsão de acompanhar rotineiramente cortes de trabalhadores para verificar a satisfação dos beneficiários, não só alunos como docentes.

Qualidade do Sangue

O Programa tem por objetivo garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos. **Resultados**

Os indicadores do Programa no PPA são: taxa de reações adversas às transfusões Sanguíneas; taxa de componentes, derivados sanguíneos e correlatos produzidos pelo Setor público; e taxa de aptidão sorológica dos doadores.

Para nortear os rumos do Programa, foram criados indicadores que são monitorados anualmente, tendo como base os relatórios de produção da Hemorrede:

- Percentual de Doações em Relação à População Geral, cuja forma de cálculo é: número de doações em determinado local / período x 100 e a unidade de medida é população geral em determinado local/período. Para o final do PPA está previsto um índice de coleta de bolsas correspondente a 2% da população brasileira. A evolução segundo dados do SAI/SUS é de: 1,71% em 30/12/1998; 1,75% em 30/12/1999; 1,68% em 30/12/2000; 1,61% em 30/12/2001; e 1,73% em 30/12/2002.
- Taxa de Inaptidão Clínica, cuja forma de cálculo é: número de candidatos inaptos à doação na triagem clínica x 100 e a unidade de medida é total de candidatos à doação. Para o final do PPA, espera-se reduzir o índice de inaptidão clínica para 11,3% (média nacional). A evolução segundo dados do Hemoprod/GGSTO/Anvisa é de: 22,5% em 30/12/1997; 21,99% em 30/12/1998; 19,89% em 30/12/1999; 19,97% em 30/12/2000; 20,46% em 30/12/2001; e 20,01% em 30/12/2002 (não está incluído o estado de São Paulo. Apesar das cobranças, os dados não foram informados até o fechamento deste relatório, ou seja até janeiro de 2003).
- Taxa de Inaptidão Sorológica, cuja forma de cálculo é: número de amostras sorológicas reagentes para um ou mais exames x 100 e a unidade de medida é total de amostras de sangue triadas. Para o final do PPA, espera-se reduzir o índice de inaptidão sorológica para 8,3% (média nacional). A evolução segundo dados do Hemoprod/GGSTO/Anvisa é de: 16,05% em 30/12/1997; 12,52% em 30/12/1998; 11,08% em 30/12/1999; 09,77% em 30/12/2000; 08,63% em 30/12/2001; e 8,59% em 30/12/2002 (não está incluído o estado de São Paulo. Apesar das cobranças, os dados não foram informados até o fechamento deste relatório, ou seja até janeiro de 2003).
- Índice de Processamento do Sangue Total, cuja forma de cálculo é: número de hemocomponentes produzidos e a unidade de medida é número total de bolsas coletadas. Para o final do PPA espera-se um índice > 1 (este índice foi posteriormente alterado para taxa, sendo a meta estabelecida de 100%). A evolução segundo dados do Hemoprod/GGSTO/Anvisa é de: 79,27% em 30/12/2000; 81,18% em 30/12/2001; e 92,77% em 30/12/2002 (não está incluído o estado de São Paulo. Apesar das cobranças, os dados não foram informados até o fechamento deste relatório, ou seja até janeiro de 2003).
- Percentual de Excedente de Plasma de Qualidade Enviado para Fracionamento, cuja forma de cálculo é: número de litros de plasma enviado para fracionamento x 100 e a unidade de medida é total de plasma excedente. Para o final do PPA espera-se atingir 100% do plasma de qualidade excedente do País processado. Até 30/12/2002 atingiu-se 96,8% (considerando a meta de 150 mil litros/ano). Fonte: autorização de exportação de bolsas de plasma para beneficiamento passivo - GGSTO/Anvisa. Observação: considerar 1 bolsa = 200ml.

Gerente:

Beatriz MacDowell Soares

Principais avanços alcançados no período 2000-2002:

Definição da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados

Foi definida uma política única de sangue e hemoderivados para o País, que garantisse a disponibilidade, segurança e qualidade destes produtos e que contemplasse a participação do Governo e da sociedade civil.

Implementação do Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica do Sangue

Implantação de um Sistema de Hemovigilância no Brasil, com o objetivo de possibilitar o rastreamento das transfusões, desde o receptor até o doador, nos casos de reações adversas imediatas e tardias, por meio do desenvolvimento de um sistema de comunicação entre as áreas de vigilância sanitária e epidemiológica nos estados, disponibilizando as informações necessárias, visando a segurança transfusional.

Implantação do Sistema Nacional de Sangue - Sinasan

O Sinasan promoverá a estruturação da Rede Nacional de Serviços de Hemoterapia e Laboratórios de Referência Estadual e/ou municipal para controle de qualidade, a fim de garantir a auto-suficiência nacional em sangue, componentes e hemoderivados.

Em 2002, a obtenção dos resultados do Programa foi considerada dentro do previsto. Uma solução encontrada no Programa para a melhora dos resultados foi a instituição da meta mobilizadora nacional: Sangue com Garantia de Qualidade em todo o seu Processo até 2003, desdobrada em 12 projetos. Esta meta estabelece um marco importante na hemoterapia brasileira, qual seja, o da mudança comportamental dos doadores, passando pela humanização do atendimento, até a revisão dos processos internos dos órgãos executores das atividades hemoterápicas, com vistas à sua eficiência técnica e uma maior efetividade.

O principal resultado de 2002 pode ser resumido pelo fato de que, depois de vinte anos, o Brasil passou a aproveitar integralmente o plasma excedente de uso terapêutico, proteína de alto valor biológico, rico em concentrados de fatores da coagulação e imunoglobulinas. Com o retorno destes medicamentos, o Ministério da Saúde deixará de importar Fator IX da coagulação e o Complexo Protombínico. Ao mesmo tempo, as imunoglobulinas poliespecíficas e a albumina que estão retornando estão sendo distribuídas para o atendimento a 100% do que tem sido ressarcido pelo SUS aos estados.

Outros importantes resultados de 2002 foram:

- construídos, reformados, ampliados, equipados e modernizados 144 serviços hemoterápicos, sendo quinze Hemocentros Coordenadores, 27 Hemocentros Regionais, 25 Núcleos Hemoterápicos, 45 Unidades de Coletas e Transfusões, dois Unidades de Coletas e trinta Agências Transfusionais; e
- inspecionados 1.093 e re-inspecionados 674 serviços hemoterápicos.

Os resultados esperados para o ano de 2003 incluem:

- implantar nos estados e no Distrito Federal os Sistemas Estaduais de Sangue - Planos Diretores de Assistência Hemoterápica;
- implantar os testes de amplificação e detecção de ácidos nucleicos - NAT;
- realizar campanhas nacional e estaduais sobre doação de sangue;

- inserir o Programa Nacional de Doação Voluntária de Sangue ao Programa Escolar - conteúdo curricular de 1º e 2º grau;
- aumentar a quantidade de plasma de qualidade para o fracionamento;
- implantar a fábrica nacional de hemoderivados;
- reduzir a transfusão injustificada de plasma;
- realizar cursos de capacitação de pessoal na área de hemoterapia;
- realizar inspeções em 100% dos serviços de hemoterapia (todos os níveis de complexidade);
- aumentar o número de participantes no programa de hemovigilância;
- consolidar o Programa de controle de qualidade externo dos laboratórios imunohemato; e
- Estimular a participação dos serviços de hemoterapia em projetos de melhoria de gestão.

.....

A questão do sangue e hemoderivados no Brasil, até o período de 1985/87, era relegada ao esquecimento, mal gerenciada, sem fiscalização governamental, sem normatização e sem projetos para o seu desenvolvimento. O tema passou a adquirir notoriedade em decorrência do aparecimento da Síndrome do Imunodeficiência Adquirida - SIDA/Aids (até 1987, as transfusões sanguíneas foram responsáveis por 8,8% dos casos notificados ao Ministério da Saúde).

Concepção

Problemas maiores ocorreram com outras doenças transmitidas pelo sangue, como a hepatite e a doença de Chagas. Esta situação decorreu do fato de que a maioria dos bancos de sangue apresentava graves irregularidades, que incluíam a não realização dos exames sorológicos, triagem inadequada dos doadores, condições impróprias para o armazenamento do sangue, ausência de responsável técnico com formação médica, área física inadequada e funcionamento sem o respectivo alvará. Estas situações levaram à interdição de vários serviços no decorrer destes anos.

Diante do quadro preocupante, o Ministério da Saúde estabeleceu medidas rigorosas no sentido de oferecer maior segurança aos doadores e receptores de sangue e hemoderivados.

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP foi reeditado em 1998. O Ministério da Saúde elegeu a meta: Sangue com Garantia de Qualidade em Todo o seu Processo até 2003 para representar a sua pasta. O objetivo foi de impulsionar a hemoterapia brasileira, garantindo a todos transfusão de sangue segura e de padrão internacional, já atingido pelos melhores serviços do País.

Recursos foram incluídos no Plano Plurianual (PPA 2000-2003), no montante de aproximadamente R\$ 200 milhões por ano.

Os doze projetos que compõem a Meta Mobilizadora Nacional do Setor Saúde: Sangue com Garantia de Qualidade em Todo o seu Processo até 2003, teve como base o ciclo do sangue:

Algumas ações não estão expressas no PPA:

- Formulação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados

Objetivo: definir uma política única de sangue e hemoderivados para o País, que garanta a sua disponibilidade, segurança e qualidade, mediante a explicitação das intenções do Governo para esta área, que contemple a participação do Governo e da sociedade civil.

- Implantação do Programa de Infra-estrutura Física e Organizacional da Hemorrede, cujo objetivo é proporcionar os meios para que se institucionalize no País uma rede nacional de unidades hemoterápicas que, atingindo capilarmente até as mais remotas comunidades, assegure a indispensável cobertura hemoterápica e a qualidade do sangue transfundido.
- Implementação do Sistema Nacional de Informações Gerenciais do Sangue e Hemoderivados, cujo objetivo é fomentar a criação da Rede Nacional de Informações de Sangue e Hemoderivados, que implementada e implantada permita aos diversos gestores nas esferas federal, estadual e municipal, o pleno acesso aos dados indispensáveis à tomada de decisões quanto ao gerenciamento em todo o processo do sangue na hemorrede.
- Programa Nacional de Doação Voluntária de Sangue, cujo objetivo é envolver a sociedade brasileira, levando-a a participar ativamente do processo da doação de sangue de forma consciente e responsável, por meio de ações educativas e de mobilização social, visando a garantia da quantidade adequada à demanda do País e a melhoria da qualidade do sangue, componentes e derivados.
- Programa Nacional de Hemoderivados, cujo objetivo é implantar um programa nacional de hemoderivados que permita a plena utilização do plasma obtido no País, visando à autosuficiência em hemoderivados.
- Implementação de Programa de Qualidade na Hemorrede, cujo objetivo é desenvolver metodologia e promover orientação técnica para instrumentalizar e fomentar as unidades que compõem a hemorrede para a implantação de Programas de Qualidade Total Sistema.
- Implementação de um Sistema de Avaliação Externa da Qualidade em Imunohematologia e Sorologia nas Unidades Hemoterápicas, cujo objetivo é garantir a implementação dos Sistemas de Avaliação Externa da Qualidade dos testes imunohematológicos e sorológicos, contribuindo para a garantia dos resultados obtidos nas unidades hemoterápicas no País.
- Implantação do Programa de Capacitação de Recursos Humanos, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade do sangue disponibilizado à população por meio de programas de capacitação e de formação continuada para os profissionais que atuam em serviços de hemoterapia e vigilâncias sanitárias.
- Implementação de Programa Nacional de Acreditação de Unidades Hemoterápicas, cujo objetivo é implementar um modelo de avaliação e certificação da qualidade de unidades hemoterápicas, baseando em padrões previamente definidos, com vistas a estimular o desenvolvimento de uma cultura de melhoria dos processos das referidas unidades, voltada para assegurar a qualidade dos mesmos e a segurança, do doador ao receptor.
- Sistematização do Controle da Qualidade dos Insumos para Hemoterapia Utilizados no Brasil, cujo objetivo é desenvolver e consolidar um sistema abrangente de controle da qualidade dos insumos para hemoterapia, permanente e efetivo, capaz de assegurar a qualidade dos produtos em uso no Brasil.
- Implementação do Sistema de Vigilância Sanitária do Sangue, cujo objetivo é propor ações integradas, padronizadas e sistemáticas nos níveis federal, estadual e municipal da vigilância sanitária do sangue, assim como ampliar o número de inspeções em serviços de hemoterapia, qualificando o processo administrativo-sanitário, a fiscalização e a conseqüente qualidade dos produtos oferecidos.

- Hemovigilância, cujo objetivo principal é criar as condições para o desenvolvimento de um sistema de hemovigilância nacional a partir da definição do conceito de hemovigilância e de temas relacionados, da estrutura funcional do sistema e do circuito da informação.

Destaca-se, como aspecto do Programa que precisa ser aperfeiçoado, a adequação dos indicadores:

Foi proposto em abril de 2001 a alteração dos indicadores do Programa 007 - Qualidade do Sangue, buscando sua adequação com os projetos da Meta Mobilizadora Nacional, conforme segue:

- Exclusão dos indicadores: Taxa de Reações Adversas às Transfusões Sanguíneas; Taxa de Componentes, Derivados Sanguíneos e Correlatos Produzidos pelo Setor Público; e Taxa de Aptidão Sorológica dos Doadores.
- Inclusão dos indicadores: Percentual de Doações em Relação à População Geral; Taxa de Inaptidão Clínica; Taxa de Inaptidão Sorológica; Índice de Processamento do Sangue Total; e Percentual de Excedente de Plasma de Qualidade Enviado para Fracionamento.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que precisam ser aperfeiçoados, destaca-se:

- forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse etc.);
- dificuldades dos estados de prestarem contas;
- falta de previsão orçamentária para a contrapartida;
- dificuldade de recursos humanos para a elaboração dos projetos; e
- falta de recursos humanos com conhecimento da legislação vigente sobre licitações públicas.

Quanto ao aspecto da estratégia de implementação que mais contribuiu para o alcance dos resultados, tem-se que a Gerência Geral de Sangue, Outros Tecidos e Órgãos estruturou uma equipe de monitoramento físico com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento e acompanhamento dos projetos aprovados mediante a celebração de convênios. O resultado desta ação foi bastante expressivo para a finalização de grande parte dos convênios que foram celebrados em 1998, 1999, 2000 e 2001.

.....
Em relação à execução financeira no período, verifica-se que o Programa foi muito bem planejado e estruturado. No decorrer do PPA 2000-2003, somente no exercício de 2002, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Esta descontinuidade foi ocasionada pela interrupção de repasse de recursos durante o período eleitoral, pela alta do dólar e pelas dificuldades financeiras/orçamentárias do Ministério da Saúde - Anvisa.

Implementação

Estas descontinuidades do fluxo de recursos no ano de 2002, provocados pela interrupção do período eleitoral e agravado pela desvalorização do real, ocasionaram a suspensão da liberação dos recursos dos programas, promoção de eventos técnicos sobre sangue e hemoderivados e implantação do projeto sangue 100% com garantia de qualidade para os projetos de hemoderivados, recursos humanos e programa nacional de doação voluntária de sangue.

Contudo, tais restrições financeiras/orçamentárias não impediram a execução das metas físicas, de recursos com aplicação direta e indireta, que foram

consideradas dentro do previsto. Porém, cabe destacar que a celebração da maioria dos convênios ocorreu no final de 2002, e em alguns casos a inscrição dos recursos em restos a pagar serão utilizados para celebrar convênios em 2003, especialmente no projeto Infra-estrutura Física e Organizacional da Hemorrede.

Além das restrições orçamentárias/financeiras, demais restrições interferiram no desempenho das ações de maior impacto em 2002. Estas restrições foram: o atraso na prestação de contas dos estados e municípios devido à falta de pessoal capacitado; as exigências de contrapartidas estaduais ou municipais; e a celebração de contratos, convênios e licitações, que devido à falta de pessoal qualificado e a lentidão da tramitação, advinda da Lei 8.666/93, provocaram interferências nestes processos. Neste último ponto levantado, cabe destacar que as mudanças políticas nos estados comprometem a continuidade da descentralização orçamentária por meio de convênios, uma vez que o pessoal que foi capacitado dificilmente permanece no mesmo posto de trabalho.

No que diz respeito ao monitoramento do desempenho físico das ações, a gerência do Programa estruturou um grupo de monitoramento físico das ações celebradas por meio de convênios. As Visas Estaduais muito contribuem no acompanhamento e fiscalização da implementação destas ações.

Apesar do acompanhamento das Visas Estaduais, o desempenho físico das ações com recursos descentralizados foram considerados, em 2002, abaixo do previsto. Isto deve-se ao fato de que o contingenciamento orçamentário federal e estadual (recursos do concedente e contrapartida) por vezes impedem a contratação dos serviços projetados dentro do prazo estimado inicialmente, provocando em certos casos, a paralisação das obras.

Quanto à capacitação, a equipe gerencial do Programa participou de alguns treinamentos que contribuíram para o alcance dos objetivos pactuados para o exercício. Nos níveis locais, a equipe dos gerentes de projetos e seus colaboradores (Comitê Temático) participaram de treinamentos relativos aos doze projetos que compõem a meta.

Apesar do esforço de capacitação, os recursos humanos foram considerados inadequados qualitativa e quantitativamente para a implementação do Programa em 2002. Os principais fatores observados foram:

- quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais - dificuldade de contratação de pessoal qualificado em especial médico hemoterapeuta; e
- insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais - é grande o número de programas / projetos em andamento que necessitam de ampliação da eficácia gerencial.

Uma possível causa desta inadequação está na insuficiência de quadros do Ministério da Saúde. Esta insuficiência impôs a necessidade de contratações temporárias ou por meio dos contratos Unesco e PNUD, o que dificulta a contratação, em especial de médicos hemoterapeutas. Avalia-se também, dentro do Programa, a necessidade de contratar profissional com experiência em gerência.

As parcerias formais e bem-sucedidas são com os hemocentros, órgãos executores das atividades hemoterápicas e hematológicas, em cujas estruturas mantém instalações apropriadas para o atendimento completo ao doador e ao receptor de sangue. Alguns destes hemocentros são associados às Universidades, com papel importante, qual seja, o de contribuir na formação de recursos humanos e no desenvolvimento científico e tecnológico, bem como na garantia da qualidade do sangue transfundido no País, conferindo o selo de qualidade, cuja manutenção

implica adotar uma filosofia de trabalho incorporando qualidade de forma continuada. A dificuldade de parceria é somente quanto à implementação dos convênios celebrados.

A sociedade possui representantes no Comitê Gestor da Meta Mobilizadora Nacional e representantes nos Comitês Temáticos de cada projeto, portanto a participação é bastante elevada.

É realizada a avaliação da satisfação dos usuários, por meio dos meios de comunicação e também pelo índice baixo de contaminação por meio de transfusão sanguínea.

Por fim, considera-se que a estrutura organizacional do Ministério está em fase de adequação à gestão por programas e há necessidade de adequação da GGSTO/Anvisa para melhor distribuir as responsabilidades entre os diversos programas e projetos.

Qualidade e Eficiência do SUS

Resultados O Programa tem como objetivo elevar o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado à população por meio da modernização gerencial, física e tecnológica do Sistema Único de Saúde - SUS.

Por meio do Programa **Qualidade e Eficiência do SUS** foi possível viabilizar a ampliação da oferta e facilitar o acesso da população a um conjunto de ações e serviços de saúde, a partir da constituição de redes assistenciais de referência, dentre outras estratégias. Além disso, foi garantida a capacitação de profissionais de saúde, bem como a realização de eventos técnicos e de campanhas institucionais nas diversas áreas da saúde, com vistas à melhoria da qualidade no atendimento ao usuário do SUS e à divulgação de informações de caráter educativo para a população.

Destacam-se como principais resultados obtidos em 2002:

- adoção de medidas de caráter normativo, de investimento e de custeio destinadas a criar as condições necessárias à estruturação de redes assistenciais e à hierarquização de serviços como forma de organizar a assistência, melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar o acesso da população a esses serviços;
- desenvolvimento de campanhas e mutirões destinados a incrementar a oferta de serviços em áreas específicas da assistência e, com isso, reduzir a demanda reprimida existente e as listas de espera para a realização de determinados procedimentos cirúrgicos eletivos, como a cirurgia de catarata, de próstata, varizes e outros;
- organização e gerenciamento do Programa de Medicamentos Excepcionais, com a otimização dos recursos utilizados, ampliação do número de medicamentos disponíveis e ampliação de acesso à população. Em todo o País, foram beneficiados mais de 129 mil pacientes; e
- implementação de Redes Assistenciais de Referência nas seguintes áreas: urgência e emergência, assistência a queimados, neurocirurgia, obstetrícia, oncologia, cirurgia bariátrica, tratamento de deformidades craniofaciais, oftalmologia, nefrologia, dentre outras.

Apesar dos avanços alcançados, vale destacar que as ações operacionalizadas por meio de convênio foram prejudicadas, em razão das limitações impostas pela legislação eleitoral no exercício de 2002, que restringiram o período para empenho e para o repasse dos recursos financeiros para os estados municípios.

Para o exercício 2003, espera-se a consolidação das redes de referência e implantação de medidas que possam garantir a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde do SUS, em especial nas áreas com baixa capacidade de oferta.

Concepção

Gerente:

Alberto Beltrame

Para superar os problemas relacionados ao sucateamento da rede de serviços, bem como a sua insuficiência em determinadas localidades, foi concebido o Programa Qualidade e Eficiência do SUS. Além de investimentos na rede física, está prevista nesse Programa a ação de capacitação de recursos humanos, juntamente com outras ações que concorram para a melhoria da qualidade do sistema público de saúde no País.

O público-alvo deste Programa é a população brasileira. Os impactos do Programa têm sido positivos, na medida em que o desenvolvimento de suas ações tem culminado na melhoria da assistência à saúde prestada no SUS. Vale destacar, nesse sentido, a implantação de estratégias para organizar as redes assistenciais, ampliar o acesso da população aos serviços de saúde e ampliar a qualidade e resolutividade dos serviços prestados. Esta atuação se deu tanto na realização de significativos investimentos na infra-estrutura dos serviços de saúde, beneficiando mais de 1.200 unidades de saúde nos últimos anos, como na mudança da lógica do modelo de financiamento das ações, com vistas à redução das desigualdades regionais na distribuição de serviços de saúde e na alocação de recursos.

Entretanto, ainda há necessidade de aprimoramentos na concepção do Programa, dentre os quais merecem destaque:

- a ação implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde, cujo produto é cartão implantado. Tal produto não retrata a sua magnitude, que envolve o cadastramento da população, a aquisição e instalação de equipamentos, o treinamento de recursos humanos, e outros, subestimando os resultados alcançados; e
- o indicador coeficiente de mortalidade hospitalar na rede SUS, sem especificar as causas que motivaram os óbitos, não oferece subsídios suficientes para avaliar o impacto do Programa, devendo ser selecionadas para este propósito as causas consideradas evitáveis.

Quanto à estratégia de implementação, os aspectos a serem aperfeiçoados são os seguintes:

- a gerência não dispõe de uma infra-estrutura mínima de apoio, o que tem dificultado o efetivo acompanhamento do Programa por parte do gerente;
- o trâmite burocrático para a celebração de convênios, aliado às dificuldades de algumas secretarias de saúde na elaboração dos projetos de acordo com as normas vigentes tem comprometido o alcance das metas previstas no Programa; e
- o grau de articulação inter-setorial é relativamente baixo. Não existe participação do gerente em relação às ações que estão subordinadas a outros setores que, dentro da estrutura do Ministério, estão fora da sua área de atuação.

No que se refere à execução financeira, esta variou muito em relação às ações previstas no Programa. Aquelas provenientes de emendas parlamentares apresentaram baixos percentuais de execução, em decorrência de problemas como a não aprovação do projeto pela Comissão Intergestores Bipartite, ou inadequação dos projetos às normas técnicas do Ministério da Saúde, ou ainda por força do decreto 4.120, de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo.

Quanto ao desempenho dos parceiros na execução das ações, no período de 2000 a 2002, poderia ter sido melhor nos casos em que foram identificados problemas de caráter técnico-operacional, relacionados à elaboração dos projetos de acordo com as normas vigentes e ao cumprimento dos trâmites burocráticos.

As parcerias informais com programas desenvolvidos em áreas específicas, como atenção ao idoso, atenção ao portador de transtornos mentais e aos portadores de

Implementação

deficiência, têm contribuído para o alcance do objetivo deste Programa, na medida em que são implementadas ações como organização da rede de serviços e estruturação da assistência nessas áreas de atuação, gerando impactos efetivos na qualidade e eficiência dos serviços prestados na rede do SUS.

Em relação aos mecanismos de avaliação da satisfação do usuário, utilizam-se como instrumentos o sistema de cartas aos usuários do SUS, o Disque-Saúde, o Programa de Avaliação dos Serviços Hospitalares e o Sistema de Atendimento de Demandas Espontâneas dos Cidadãos/Usuários do SUS.

Vale registrar que em razão da diversidade de ações que compõem o Programa **Qualidade e Eficiência do SUS**, do seu caráter multissetorial, e da ausência de estrutura de apoio à gerência, a sua efetiva gestão e acompanhamento, por parte do gerente, ficou muito aquém das expectativas.

Saneamento Básico

Dentre os principais resultados do Programa **Saneamento Básico**, pode-se destacar: **Resultados**

- Execução orçamentária no exercício de 2002 correspondente a 98% do limite recebido pelo Programa, o que deve beneficiar futuramente aproximadamente 715 mil famílias.
- Consolidação de critérios epidemiológicos garantindo maior transparência na aplicação dos recursos e impactos na redução de doenças relacionadas à falta ou à inadequação das ações de saneamento financiadas pelo Programa, inclusive, a partir de 2002, para as emendas parlamentares.
- Capacitação de servidores municipais, estaduais e federais, com a realização de cursos de longa, média e curta duração.
- Publicação de manuais, cartilhas e orientações técnicas.
- Implementação conjunta com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama de projeto referente à implantação de ações de saneamento em áreas de reservas extrativistas no estado do Acre, como piloto.
- Desenvolvimento de dois sistemas de informação que alimentarão os bancos de dados necessários para a apuração dos indicadores que vão quantificar os impactos do Programa, bem como auxiliar no planejamento das ações futuras. O 1º é o Sistema Gerencial de Acompanhamento dos Projetos de Saneamento -Sigesan, que será responsável por consolidar as informações sobre a execução das obras com recursos de 2000 e 2001. O 2º é o Sistema de Convênios -Siscon, que será usado para monitorar o fluxo de convênio na fase de celebração; contudo já se encontra em desenvolvimento o módulo para consolidar as informações no acompanhamento das obras.
- Realização do 1º Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública, com participação de mais de 800 técnicos do setor.

Cabe também frisar que os resultados do Programa **Saneamento Básico** junto ao público-alvo não são alcançados no curto prazo, requerendo um período de carência entre a escolha dos municípios e a efetivação das obras para uso da população. Entretanto, a expectativa é de que ocorra melhoria das condições de vida e na saúde da população, como descrito no relatório preliminar de auditoria do Tribunal de Contas da União - TCU (ano 2002) e na literatura especializada.

Destacamos que os indicadores originalmente previstos no Plano Plurianual (PPA) foram modificados, contudo para os atuais também não é possível a apuração anual. Os indicadores propostos no Programa não permitem uma completa avaliação dos resultados do mesmo, considerando que não existe, no País, apuração anual das taxas de cobertura para as ações do Programa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE realiza o Censo Populacional (em cada década) e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB (os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD, publicada anualmente pelo IBGE, é amostra que não retrata totalmente as taxas de crescimento, pois não contempla todos os municípios). Os dados apurados pelo IBGE para o ano de 2000 serão utilizados como valores de base para aferição dos resultados do Programa.

Gerente:

José Antonio da Motta Ribeiro

Vale ressaltar a importância da realização de pesquisas quantitativas em intervalos de tempos menores do que uma década, por isso é fundamental que o IBGE realize a PNSB de três em três anos, de forma a permitir a avaliação dos resultados alcançados pelo Programa.

Em 2003, há a previsão de beneficiar mais de 978 mil famílias com a consolidação da execução física e da execução financeira do ano de 2001, e também há a previsão de beneficiar 715 mil de famílias com a consolidação das execuções financeiras e físicas da execução orçamentária do ano de 2002.

..... **Concepção**

A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial está intrinsecamente relacionada com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia, que, com mais de quatro bilhões de casos por ano (Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS 1998), é a doença que mais aflige a humanidade. Dentre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento.

No Brasil, as doenças resultantes da falta ou inadequação de saneamento, especialmente em áreas pobres, têm agravado o quadro epidemiológico. Males como cólera, dengue, esquistossomose, tracoma, febre tifóide e leptospirose são exemplos disso.

Desse modo, os sistemas regulares de abastecimento de água, de tratamento de esgoto sanitário, de lixo e as melhorias sanitárias domiciliares contribuem para a redução da mortalidade por doenças de veiculação hídrica, que atingem principalmente as crianças.

Os dados do Censo 2000 do IBGE indicam um total de 46,5 milhões de domicílios particulares permanentes no País. Desse universo, 22,17% ainda não possuem cobertura de abastecimento de água adequada (água encanada disponível em pelo menos um cômodo, proveniente de rede geral); 33,25% não possuem esgotamento sanitário adequado (rede de coleta ou fossa séptica) e 16,79% não possuem coleta de lixo adequada (direta ou indireta).

Portanto, apenas para atender à demanda atual de saneamento básico, com base nos dados de 2000, é necessário dotar de coleta de lixo adequada aproximadamente 7,8 milhões de domicílios; de água encanada adequada, 10,3 milhões e de esgotamento sanitário adequado, 15,5 milhões de lares.

O público-alvo do Programa é a população exposta a agravos ocasionados pela falta ou inadequação de saneamento básico, prioritariamente em municípios com até 30 mil habitantes.

Porém, o número de famílias (público-alvo) previsto a ser beneficiadas no PPA 2000-2003 é inferior ao de famílias expostas a agravos ocasionados pela falta ou inadequação de saneamento básico.

Ou seja, o problema a ser enfrentado deve ser estudado adequadamente para o próximo PPA, de modo que suas ações possam levar resultados a uma parcela maior da população que sofre com a falta ou más condições de saneamento básico.

Há também a necessidade de, na concepção do Programa, estudar formas de viabilizar ações conjuntas com outros programas do PPA, como o Saneamento é Vida, de modo a maximizar esforços e evitar ações duplicadas.

O Programa promoveu a contratação de 29 pesquisas aplicadas na área de engenharia de saúde pública que possibilitarão melhor avaliar e aperfeiçoar os resultados das ações do Programa, de modo que a sua concepção e reorganização futura serão facilitadas.

Um ponto que merece destaque é a inclusão de três ações no programa do Projeto Alvorada, com um significativo aporte de recursos oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, tendo como consequência imediata a adequação da seleção dos municípios a serem beneficiados pelo Programa. Além dos critérios epidemiológicos, também se passou a utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano -IDH como critério de elegibilidade.

Em função da utilização de critérios epidemiológicos e do IDH para seleção dos municípios a serem beneficiados e da elaboração de projetos por estados e municípios, etapas iniciais para a celebração de convênios com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa, a consolidação dos resultados do Programa pode ser dimensionada a partir da avaliação de desempenho de três fases distintas: Execução Orçamentária; Execução Financeira e Execução Física.

A Execução Orçamentária ocorre no final do exercício do referido ano, mas a Execução Financeira, em sua maior parte, efetiva-se durante o exercício do ano seguinte e a conclusão da Execução Física depende da complexidade da obra, levando cerca de 1,5 ano entre a seleção dos municípios a serem beneficiados e a efetivação da melhoria para a população.

Considerando a complexidade dos fatos relacionados anteriormente e buscando avaliar os impactos do Programa **Saneamento Básico**, a Funasa está desenvolvendo uma proposta de avaliação com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde -OPAS e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, além das Universidades Federais da Bahia, de Minas Gerais e de Brasília.

Foram propostos indicadores tecnológicos, sanitários, de sustentabilidade, educacionais, epidemiológicos e econômicos para avaliação dos impactos das condições de saúde da população e melhoria do IDH dos municípios beneficiados com as ações do Programa.

.....
A apresentação tardia dos projetos por parte dos conveniados e a baixa qualidade dos mesmos comprometem a execução financeira dentro do exercício. As principais dificuldades observadas na implementação do Programa são a falta de:

Implementação

- relação de beneficiários, inquérito sanitário e *croquis* das localidades a serem trabalhadas na ação de melhorias sanitárias domiciliares;
- licenciamento ambiental (mínimo da licença prévia) para a ação de esgotamento sanitário e resíduos sólidos;
- documentação de regularização fundiária dos terrenos onde serão efetuadas as obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e
- termo de compromisso contendo planos de sustentabilidade dos sistemas implantados e contemplando os aspectos administrativos, tecnológicos, financeiros e de participação da comunidade, para a ação de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na lei orçamentária de 2002, foi mantido um significativo aporte de recursos orçamentários ao Programa, o que contribui com a possibilidade de uma maior abrangência das ações implementadas. Houve contingenciamento orçamentário com fixação no limite de empenhos, definidos pelo Ministério do Planejamento, o que limitou a execução orçamentária ao longo do ano pretendida pela Funasa. Ainda assim, ao final do exercício, a execução orçamentária correspondeu a 98% do limite recebido pelo Programa. Porém, vale destacar que a execução financeira e a execução física só devem acontecer em 2003 e 2004, respectivamente.

Os recursos financeiros liberados no exercício de 2002 não foram suficientes para liquidar os empenhos emitidos nos anos de 2001 e 2002, ficando um resto a pagar de R\$ 1.093.542.399,03.

Com base na insuficiente liberação dos recursos financeiros e em informações obtidas junto às equipes das regionais da Funasa, é possível afirmar que o cumprimento da execução física está abaixo do previsto. Para aprimorar a consolidação de dados do acompanhamento da execução, um sistema informatizado foi desenvolvido durante o ano de 2002 e implantado no final do ano.

A quantidade e qualidade dos recursos materiais disponíveis para a execução do Programa no exercício de 2002 melhoraram bastante em comparação ao ano de 2001, contudo ainda não são suficientes. A sede atual da Presidência da Funasa não apresenta as condições ideais para o desenvolvimento das atividades, principalmente em relação ao espaço físico.

A execução financeira do ano de 2003 também deve ficar comprometida, visto que os problemas acima mencionados ainda persistem.

Quanto aos mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada, a Funasa possui uma equipe de Engenharia de Saúde Pública em cada estado. Esta equipe é responsável pelo acompanhamento da execução física do convênio, sendo realizadas em média três visitas conforme o seguinte cronograma: uma no início da obra, uma ou mais durante a execução e outra na conclusão. Porém, as equipes técnicas locais de engenharia são insuficientes para analisar os projetos e acompanhar adequadamente a execução das obras por parte dos proponentes. Esse problema é mais acentuado nas equipes dos proponentes, tendo como consequência a demora e a má qualidade dos projetos apresentados.

As ações Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW e Implantação dos Serviços de Abastecimento de Água - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW, que se encontram sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Investimento do Ministério da Saúde, ainda estão na fase de planejamento das atividades, pois dependem de negociações com o banco alemão KFW.

A Funasa elaborou e publicou uma ordem de serviço com os procedimentos que devem ser adotados durante as visitas técnicas. Adicionalmente, está em desenvolvimento um sistema para alimentação e consolidação dos dados coletados durante o acompanhamento dos convênios.

O repasse de recursos pela modalidade de convênio acarreta uma tramitação burocrática excessiva. Considerando essa restrição, o Programa poderia prever outros mecanismos de repasse de recursos para estados e municípios, permitindo a utilização de modelos alternativos à modalidade convencional.

Quanto à organização dos trabalhos no âmbito da gerência, cabe destacar:

- a necessidade da ampliação e capacitação da equipe de trabalho face ao aumento do aporte de recursos, inclusive da equipe que compõe a gerência do Programa; e
- a baixa motivação e remuneração dos técnicos da Funasa que promovem o fomento, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização das obras financiadas.

A Funasa investiu em capacitação da equipe gerencial do Programa, realizando cursos de média e curta duração, destacando-se o de Desenvolvimento de Gerência Intermediária, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública -ENAP.

Também foi viabilizada a participação em seminários e congressos, com destaque para o I Seminário Internacional de Engenharia de Saúde Pública e disponibilizados cursos de longa duração como curso de línguas, especialização em engenharia de saúde pública e mestrado profissional em vigilância e saúde.

Quanto à organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas, a demora na liberação da programação dos valores a serem repassados aos estados e municípios, principalmente depois da mudança de demanda espontânea para demanda estimulada a partir dos critérios epidemiológicos e do IDH.

A Funasa realizou diversos cursos para os servidores de estados e municípios, destacando-se o curso de agente municipal de saneamento e o treinamento para implantação e implementação do sistema de convênio - Siscon.

Quanto à coordenação e acompanhamento dos executores, falta uma sistematização única para as ações de acompanhamento na execução dos convênios. Buscando solucionar este problema, a Funasa está criando instrumentos legais (portarias, ordem de serviço) e promovendo capacitação de pessoal.

Quanto à forma de articulação com outras unidades do Ministério, destacam-se os seguintes pontos:

- Necessidade do envolvimento das instâncias colegiadas do SUS, de forma gradativa, na definição das programações de saneamento, criando uma Programação Pactuada e Integrada que possibilite o repasse de parte dos recursos por outros mecanismos, como exemplo fundo a fundo - mecanismo usual no SUS - conforme sugestão do Conselho Nacional de Saúde, que na Decisão nº 01, de dezembro de 2001, criticou o atraso na liberação de recursos, que são empenhados, quando o são, nos meses finais do exercício, ficando a maior parte dos recursos empenhados inscrita em restos a pagar. Esta prática, além de implicar atraso de um ano se todos os recursos fossem empenhados, implica também incerteza e riscos concretos de cancelamento de empenhos no ano seguinte e, face às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, enfrentará uma grande limitação no exercício de 2002.
- Seria desejável que no PPA, para a ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares -MSD, fosse também utilizada a forma de repasse fundo a fundo.
- Necessidade de uma maior interação com a equipe do Ministério da Saúde responsável pelas ações Implantação dos Serviços de Esgotamento Sanitário - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW e Implantação dos Serviços de Abastecimento de Água - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW.

Em relação à forma de articulação com outros ministérios, há a necessidade de criação de mecanismos de interação com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica Federal, Ministério da Integração Nacional e com o Ministério do Meio Ambiente, principalmente por intermédio da Agência Nacional das Águas - ANA e do Fundo Nacional de Meio Ambiente, para coibir a possibilidade de duplo financiamento da mesma obra e para discussão de uma política mais ampla para o segmento saneamento.

Quanto aos mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário), o Programa **Saneamento Básico** tem sido constantemente auditado pelo Conselho Nacional de Saúde. Lembramos a Resolução nº 2, de março de 200, e a Decisão nº 1, de dezembro de 2001, que se referem exclusivamente ao Programa.

O Projeto Alvorada fomentou a implantação de estruturas físicas, no âmbito dos municípios, denominadas Portais do Alvorada, com o principal objetivo de articular as políticas de todas as ações e programas componentes do mesmo. Hoje, são mais de 1.300 portais instalados pelo País. Esses portais têm, com frequência solicitado informações sobre as ações do Programa **Saneamento Básico** em seu respectivo município, conferindo um certo grau de participação da sociedade sobre o Programa.

A gerência do Programa de saneamento básico não realizou pesquisa de satisfação dos usuários, contudo algumas Coordenações Regionais da Funasa implantaram o programa de atendimento ao cidadão, onde estão previstas pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços prestados.

A proposta de avaliação para o Projeto Alvorada prevê estudo de casos com a realização de pesquisas junto aos beneficiados. Ressalta-se a incorporação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social, condição prévia para a aprovação de qualquer projeto de saneamento, podendo, inclusive, o requerente utilizar parte de sua contrapartida para a implementação do referido Projeto.

Há também a necessidade de uma maior participação do público-alvo, desde a fase de concepção dos projetos para a ação de Melhorias Sanitárias Domiciliares, até o controle social de todo o Programa.

O Ministério da Saúde e a Funasa criaram gerências específicas para melhoria da gestão do Projeto Alvorada, o que contribuiu para o bom desempenho orçamentário alcançado.

Saúde da Criança e Aleitamento Materno

O objetivo do Programa é reduzir a morbimortalidade de crianças de zero a cinco anos de idade. **Resultados**

Os indicadores e seus índices, para o período 2000 a 2002, têm sido acompanhados por meio de: Censos Demográficos; Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - PNADs - 1970/1991, Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e DF.

Até o final do plano, em 2003, esses indicadores deverão ser impactados pelas políticas públicas que visem à melhoria da qualidade da assistência e pelo compromisso da participação local e regional em investimentos em saúde, propiciada pela Emenda Constitucional nº 29/2000. Outro aspecto importante é a adesão dos municípios e o desempenho dos gestores compromissados com a agenda da criança e a firme participação do controle social por meio dos conselhos municipais de saúde e a pactuação na Comissão Intergestoras Bipartite.

Índices:

- Taxa de Mortalidade Infantil, que mede o alcance do Macroobjetivo Redução da Mortalidade Infantil. A evolução do índice foi de 38%, entre os anos 1990 a 2000, superando a estimativa inicial a ser alcançada ao final do plano. Isso significa a redução de mais de 400 mil óbitos de crianças menores de um ano na década. Isso foi possível por meio de um conjunto de ações desenvolvidas nas três instâncias do SUS e com a participação da sociedade civil organizada e das ações intersetoriais e interministeriais.
- Coeficiente de mortalidade neonatal: insuficiência ao previsto. O coeficiente de mortalidade neonatal não sofreu grandes variações, mantendo-se em torno de 19/1000 nascidos vivos. Esse resultado não é surpreendente, devido à complexidade envolvida na mortalidade neonatal, que está relacionada com a qualidade da assistência à saúde da mulher no período reprodutivo e da atenção ao recém-nascido e recursos humanos capacitados para atender ao recém nascido.
- Mortalidade proporcional por doenças diarreicas agudas em menores de cinco anos de idade: superado. Contribuíram para isso as ações desenvolvidas pelo setor saúde e outras como: as relacionadas à promoção e prevenção; o tratamento por meio da Terapia de Reidratação Oral - TRO, o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e das Equipes de Saúde da Família - ESF; a ação da Pastoral da Criança nas comunidades de baixa renda, que conta com o apoio de recursos federais; a capacitação de recursos humanos; e a implementação da Atenção Integrada as Doenças Prevalentes na Infância -AIDPI em todo o País. Foram fundamentais ainda para o resultado obtido a expansão dos serviços de saneamento básico e o grande incentivo dado à prática da amamentação no País na última década.
- Mortalidade proporcional por infecção respiratória aguda - IRA em menores de cinco anos de idade: superado. Este índice teve como ação de impacto a estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, que vem fortalecendo o nível de atenção básica, cuja atuação das ESF/PACS e UBS tem desenvolvido ações de impacto e de resolutividade na identificação de risco para a saúde da criança e o seu acompanhamento integral.

Gerente:

Ana Goretti Kalume Maranhão

- Taxa de prevalência do aleitamento materno: superado. Contribuiu para isso as campanhas informativas regularmente desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, a expansão da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano; a Iniciativa Hospital Amigo da Criança, e o envolvimento de parceiros, como os carteiros, bombeiros e grupos de mulheres, na promoção da amamentação.

Os principais resultados são:

- O Programa apresentou grandes avanços no período 2000-2002, como a incorporação de novos projetos como: Registro Civil de Nascimento, Método Mãe-Canguru, Biblioteca Viva em Hospitais da Rede do SUS e Bombeiro Amigo da Vida e pelo desenvolvimento das atividades já existentes. A partir de 2000, investiu-se mais ainda no processo de descentralização das atividades da saúde da criança, por meio da implementação de quatorze Centros Nacionais de Referência para a Saúde da Criança, de abrangência macrorregional. Estes Centros dão suporte à implementação de políticas de saúde formuladas pelo Ministério da Saúde, desde a capacitação de RH à realização de pesquisas epidemiológicas e operacionais que subsidiam a melhoria das ações de atenção à criança.
- O Projeto de Registro Civil recebeu apoio dos governos estaduais e municipais e das associações de notários e registradores, para o cumprimento da Lei da Gratuidade, nº 9.534/97 e da Lei nº 10.169/00, que permitiu a criação de Fundos de Ressarcimento ao Registro Civil. Essas parcerias permitiram a implantação de sessenta postos de registros nas maternidades. Em maio de 2002, o Ministério da Saúde - MS estabeleceu um incentivo de R\$ 5,00 por criança, para que as maternidades propiciem o registro das crianças na hora da alta hospitalar, financiado com recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC. Estima-se que tenham sido registradas, no ano 2002, 2,4 milhões de crianças.
- O Projeto Biblioteca Viva é desenvolvido, desde 2000, pelo Ministério da Saúde em parceria com a Fundação Abrinq e o Citibank, com o objetivo de promover a humanização da assistência à criança e ao adolescente hospitalizados e assistidos em ambulatórios da rede pública, por meio da mediação de leitura infanto-juvenil. Abrange 26 unidades hospitalares e, em 2002, foram assistidas 217 mil crianças e adolescentes. Através do Protocolo de Atuação Conjunta entre o Ministério da Saúde e Cultura, foi recebida a doação, pela F. D'Paschoall, de 313.800 livros educativos e de literatura infanto-juvenil, distribuídos às instituições públicas do SUS.
- O Projeto Método Mãe-Canguru procura humanizar o atendimento em maternidades de referência para alto risco. O Ministério da Saúde tem capacitado profissionais de equipe multidisciplinar dessas maternidades visando melhorar a qualidade da Atenção aos Recém-Nascidos de Baixo Peso e Prematuros. Esse método além de melhorar a qualidade da assistência a esses bebês, contribui para uma menor estadia no hospital, diminuindo o custo total do cuidado prestado ao prematuro. Fatores como o baixo nível de educação e de renda das mães e a grande incidência de mães adolescentes que dão à luz a bebês prematuros devem ser levados em conta enquanto permanecem na maternidade, essas mães são orientadas sobre como cuidar do bebê prematuro, da alimentação, entre tantas outras condutas, diminuindo a incidência de morbimortalidade infantil. Este projeto capacitou 269 maternidades nas quais treinou 1.850 profissionais. Recebeu, em 2002, o Prêmio Racine, que valoriza as iniciativas que contribuam para a melhoria da saúde pública no País.

- A Estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância apoiou a capacitação de mais de 6.636 mil profissionais de saúde das equipes de Saúde da Família, dos serviços e das universidades, melhorando a assistência às crianças menores de cinco anos, reduzindo as internações e principalmente diminuindo os óbitos nesta faixa etária.
- A implantação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano - no período de 2000 a 2002, foram implantados 51 Bancos de Leite Humano - BLH nas diversas regiões do País. Isso permitiu que fossem coletados, pasteurizados e distribuídos gratuitamente 100.276 litros de leite humano destinados aos prematuros e crianças de baixo peso ao nascer, e filhos de mães portadoras do vírus HIV. Além dessa atuação, os BLH são locais de disseminação de informações sobre a prática da amamentação para gestantes e nutrízes.
- A iniciativa Hospital Amigo da Criança tem contribuído para a humanização e melhoria da qualidade da assistência ao binômio mãe-filho e tem recebido atenção especial, com a introdução de mudanças nas práticas e rotinas hospitalares. O hospital deve cumprir dez passos importantes para o sucesso da amamentação e mais cinco critérios definidos pelo Ministério da Saúde para receber o título de Hospital Amigo da Criança. Esta iniciativa favorece o contato precoce mãe-filho logo após o nascimento, a convivência no alojamento conjunto, a orientação para a amamentação adequada e sobre livre demanda, e a orientação ao não uso de bicos, chupetas e mamadeiras (NBCAL). Os hospitais que recebem o certificado de acreditação recebem, do Ministério da Saúde, um adicional de R\$ 20,00 reais por parto realizado.
- Em 2001 a coordenação do Programa recebeu o 6º Prêmio Helio Beltrão no Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal com o Projeto Carteiro Amigo e, em 2002, o 7º Concurso com o Projeto Bombeiros da Vida implantado em dez estados brasileiros em parceria com os CBM. Estes projetos visam o resgate da cultura da amamentação.

.....

Em 1984, foram estabelecidas as diretrizes para elaboração, implantação e implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança em parcerias com os estados e municípios - Paisc. Foi a partir dessas diretrizes que as ações básicas de assistência integral à saúde da criança foram formuladas pelo Ministério da Saúde no contexto da política de expansão e consolidação dos serviços básicos de saúde. Participaram desse processo os ministérios da área social que possuem interface com as atividades de proteção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde infantil. A partir desse quadro, foi definida a Política de Saúde Criança e Aleitamento Materno, constante do PPA, e desenvolvida de forma programada, pactuada e integrada envolvendo as três esferas do governo e organizações não-governamentais.

Concepção

A necessidade de redução da mortalidade infantil no País, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, zonas rurais e periferias dos grandes centros urbanos, fez com que fossem intensificadas as atividades envolvendo as famílias, em especial as mães. A expansão das atividades relativas à saúde da criança exigiu a construção de parcerias que agregassem recursos financeiros, humanos, administrativos, tecnológicos e, especialmente, permitissem aproximar as ações da população. Contribuíram para os bons resultados obtidos: a expansão dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família, a atuação da Pastoral da Criança, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e de organizações não-governamentais.

Em relação aos atributos do Programa, há necessidade de aperfeiçoamento quanto à:

- Pertinência das ações: o Programa segue uma lógica que prioriza a assistência nos diversos níveis de atenção (básica, secundária, terciária e de reabilitação) combinada com uma execução descentralizada e o estabelecimento de parcerias com outros órgãos, governamentais e não-governamentais.
- Suficiência das ações: as ações do Programa de Saúde da Criança, constantes do PPA 2000-2002, necessitam ser ampliadas para viabilizar, com eficiência e eficácia, a melhoria das diversas ações de promoção e assistência à saúde para seu público-alvo: recém-nascido, notadamente de alto risco; aos menores de um ano; e menores de cinco anos.
- Adequação dos indicadores: é pertinente, para maior precisão na aferição de resultados e considerando os avanços ocorridos, a substituição do indicador: Taxa de Prevalência do Aleitamento Materno, cujos índices em 1996 e 1999 eram, respectivamente, 40,3% e 50%; pelo indicador Taxa de Prevalência do Aleitamento Materno Exclusivo de 0 a 4 meses, cujos índices em 1986 e 1999 eram, respectivamente, 3,6% e 35,6%.
- Estratégia para a Implementação: a estratégia de implementação do Programa precisa ser aperfeiçoada quanto à forma de repasse dos recursos envolvidos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse etc.), no sentido de um trâmite mais rápido, o que permitiria uma melhor execução das metas estabelecidas.

Implementação

Fazem parte do financiamento global da Saúde da Criança recursos alocados na Secretaria de Assistência à Saúde /MS, destinados ao pagamento de procedimentos como: Acreditação de Hospitais da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, do Projeto de Registro Civil de Nascimento, do Teste do Pezinho, do alojamento conjunto, do pediatra na sala do parto e da internação do recém-nascido de baixo peso.

No PPA 2000-2002, foram alocados em quatro subprojetos/atividades o valor de R\$ 8,125.524 milhões. Estes recursos foram utilizados no desenvolvimento de quatorze atividades executadas de forma direta ou indireta pelo Programa de Saúde da Criança e Aleitamento Materno.

Às parcerias público-privadas, estabelecidas pelo Programa de Saúde da Criança, por intermédio de protocolos de cooperação e de atuação conjunta, foram agregados novos recursos e competências que maximizaram e promoveram a expansão de atividades do Programa. É o caso do Projeto Carteiro Amigo, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações e Empresa de Correios e Telégrafos; o Projeto Método Mãe-Canguru do Ministério da Saúde em parceria com a Fundação ORSA, o BNDES e apoio técnico dos Centros Nacionais de Referência.

Atualmente, são parceiros do Ministério da Saúde:

- Ministério das Comunicações, por intermédio dos Correios - Projeto Carteiro Amigo;
- Ministério da Cultura, por intermédio da Fundação DPaschoall - Projeto Biblioteca Viva em Hospitais da Rede SUS;
- Banco BNDES e Fundação ORSA - Projeto Método Mãe-Canguru;
- Citibank e Fundação Abrinq - Projeto Biblioteca Viva em Hospitais da Rede SUS;

- Casa Civil, Corregedorias Estaduais de Justiça dos estados e DF, Arpen-BR, Anoreg-BR, SES, Maternidades do SUS - Projeto de Registro Civil de Nascimento; e
- Corpo de Bombeiros Estaduais e Municipais - Projeto Bombeiro da Vida

As parcerias na área governamental com maior grau de vinculação são:

- Secretarias Estaduais de Saúde;
- Secretarias Municipais de Saúde;
- Secretaria de Assistência à Saúde - SAS;
- Secretaria de Assistência Social;
- Área Técnica de Políticas de Alimentação;
- Área Técnica da Saúde da Mulher;
- Área Técnica de Saúde do Adolescente;
- Área de Trauma e Violência/Astec/SAS;
- Programa Saúde da Família - PCS/PSF;
- DST/Aids;
- Comunidade Solidária; e
- Conanda/MJ.

As parcerias na área não-governamental com maior grau de vinculação são:

- Pastoral da Criança;
- Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP;
- Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI;
- *World Alliance for Breastfeeding Action* - WABA; e
- Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids - ABIA.

As parcerias com organismos internacionais com maior grau de vinculação são:

- Unicef; e
- Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS.

Pode-se afirmar que as parcerias são imprescindíveis na questão da construção das políticas públicas de modo geral, e em especial na saúde da criança.

Todas as ações e projetos executados são monitorados em seu desempenho físico. O nível central recebe das coordenações de saúde da criança, dos estados e municípios, todas as informações relativas ao processo de implantação e ou implementação. As atividades realizadas via convênios com os Centros Nacionais de Referência para a Saúde da Criança são monitoradas por meio de assessorias técnicas e pelo envio de dados para o nível central.

A equipe gerencial do Programa tem procurado um constante e permanente aperfeiçoamento e atualização nos assuntos pertinentes à saúde da criança. A equipe técnica tem participado regularmente dos cursos de atualização referentes ao PPA.

As equipes de saúde da criança, dos níveis estaduais e municipais, têm recebido aportes para capacitação e treinamento nas atividades da saúde da criança. No período do PPA 2000-2002, foram capacitados 50.648 profissionais de saúde.

Em relação aos mecanismos de participação da sociedade, a descentralização do Programa faz com que estados e municípios devam incorporar essas práticas junto aos seus usuários, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde -UBS, onde são desenvolvidos programas educativos junto às mães e às famílias. A equipe gerencial recorre à visitas periódicas de assessoria técnica aos estados e municípios para estimular e acompanhar essa questão. Os congressos, seminários, *workshops* são fóruns importantes para a busca e troca de experiências exitosas que permitam a análise do quadro de participação do usuário/beneficiário na condução do Programa.

As pesquisas de satisfação dos usuários são elaboradas e executadas por meio de diversos métodos quantitativos e qualitativos visando aferir resultados das ações e o impacto sobre a saúde da criança. São utilizados instrumentos como: questionários, consultas de acompanhamento, pesquisas por amostragens diretamente pelo Ministério e por meio de cartas aos usuários do SUS, visando identificar hospitais/maternidades com atendimento considerado bom. As pesquisas são fontes de referência para validar alguns indicadores, adequar novos instrumentos de avaliação e redirecionar as atividades da área.

Saúde da Família

.....
Objetivo do Programa: ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde tendo as equipes de Saúde da Família como eixo estruturante. **Resultados**

A variação dos índices dos indicadores do Programa demonstra que os objetivos foram alcançados. Esses indicadores mostram a ampliação do acesso da população aos benefícios trazidos pela atuação de Equipes de Saúde da Família - ESF e Agentes Comunitários de Saúde - ACS, medida pela ampliação do número de equipes e agentes; e o impacto positivo da atuação dessas equipes nas condições de saúde da população, materializado pela redução das taxas de mortalidade.

Quanto ao índice de cobertura da população pelos ACS, a meta prevista para 2002, de 150 mil agentes, foi ultrapassada em dezembro de 2001, quando já estavam atuando 153 mil agentes comunitários de saúde. Portanto, a meta prevista para 2002, no mês de dezembro deste mesmo ano, já havia sido ultrapassada em 17%, ou seja, 175,4 mil agentes qualificados, atendendo a 90,7 milhões de pessoas, cerca de 53% da população, em 5.076 municípios.

É importante registrar que o aumento do percentual da população coberta por ACS não correspondente ao crescimento do número de agentes em atuação, por causa do limitador de cobertura em 100% decorrente de ajustes realizados na fórmula de cálculo para que nenhum município apresente mais de 100% de sua população coberta por essas ações.

Quanto à cobertura da população pelas ESF, em dezembro de 2002, o Programa já contava com 16.698 equipes, atendendo a 55 milhões de pessoas, 31,8% da população em 4.161 municípios, ou seja, atingiu-se 83% da meta proposta para este ano. Comparado ao ano 2001, verifica-se um crescimento de 25% nesta cobertura.

Iniciada em 2001, as ações de saúde bucal, voltadas para a prevenção e tratamento odontológicos, contavam com a atuação de 2.248 equipes formadas por dentistas, auxiliares de consultório dental e técnicos de higiene bucal, em 1.288 municípios. Em dezembro de 2002, já existiam 4.261 equipes, atuando em 2.302 municípios, atendendo a 26 milhões de pessoas, cerca de 15% da população. Isto significa um crescimento de 89% em relação a dezembro de 2001.

Com relação aos indicadores de mortalidade infantil por doença diarreica aguda e por infecção respiratória aguda, em menores de cinco anos de idade, a velocidade da melhoria destes indicadores diminui na medida em que intervenções mais complexas passam a ser exigidas.

Quanto às taxas de mortalidade, sua redução não possui apenas uma relação direta com a atuação das equipes. Apesar desse ser um fator importante, outros estão presentes, como, por exemplo, o acesso à alimentação adequada e condições adequadas de saneamento básico.

Com relação ao Indicador de Cárie Dental - CPO-D, cuja viabilidade de cumprimento depende de um inquérito que está em fase inicial, o Departamento de Atenção Básica propôs em 2001 a inclusão de um novo indicador que o complementa: taxa de cobertura da população pelas ações de saúde bucal vinculadas às equipes de saúde da família. A meta para 2002, desse novo indicador, é que sejam cobertas pelas equipes de saúde bucal 32% da população brasileira.

Gerente:

Heloíza Machado de Souza

O princípio operacional do PSF, de limitação de clientela, estabelece um vínculo das equipes e das unidades básicas de saúde da família com a população, o que tem possibilitado o resgate da relação de compromisso e de co-responsabilidade entre profissionais de saúde e usuários dos serviços. Isso se constitui um grande diferenciador do modelo tradicional de prestação de serviços de saúde.

A velocidade de expansão do Programa comprova a adesão de gestores estaduais e municipais aos seus princípios. Iniciado em 1994, apresenta um crescimento expressivo nos três últimos anos, impulsionado por uma série de medidas tomadas pelo Governo Federal, destacando-se a sua inclusão no Plano Plurianual - Avança Brasil.

Os principais resultados obtidos, no período de 2000 a 2002, envolvem:

- redistribuição regional dos recursos financeiros para a Atenção Básica à Saúde, com a implementação do Piso de Atenção Básica - PAB;
- ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde;
- ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde bucal;
- ampliação do acesso da população a medicamentos básicos, com a implementação da Farmácia Popular; e
- intensificação da capacitação de recursos humanos para atuarem nas ações e serviços de saúde, segundo os princípios do PSF.

Neste último resultado citado, é importante ressaltar que a mudança do modelo de atenção à saúde impôs uma capacitação dos profissionais envolvidos. Por isso foram intensificadas as ações de apoio à formação de Pólos de Capacitação, formação de educação permanente de pessoal para a Saúde da Família, como espaço de articulação de uma ou mais instituições voltadas para a formação e educação permanente de recursos humanos em saúde, vinculadas às universidades ou instituições de ensino superior e que se consorciaram ou celebraram convênios com secretarias estaduais e/ou municipais de saúde para implementarem programas destinados aos profissionais vinculados ao PSF.

A evolução histórica do Programa e os dados disponíveis no Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Políticas de Saúde, do Ministério da Saúde, indicam a viabilidade de alcance dos índices previstos para 2003. Por exemplo, além, dos agentes em atuação no País, os municípios solicitaram autorização, que foi concedida, para implantarem mais 30 mil ACS. Quanto às ESF, mais 6.900, além das 16.657 implantadas, já estão autorizadas pelo Ministério da Saúde.

A mudança do modelo de financiamento da atenção básica, com a implantação do Piso de Atenção Básica - PAB, permitiu um significativo incremento nas ações básicas de saúde. O PAB substitui o pagamento por prestação de serviços, que vinha sendo praticado pelo Governo Federal há mais de duas décadas. Com a implantação desse Piso, os recursos financeiros federais para a atenção básica passaram a ser transferidos mensalmente, diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais.

Para 2003, espera-se obter a ampliação do número de ESF nos municípios com mais de 100 mil habitantes, com conseqüente aumento da cobertura populacional por estas equipes.

A tendência da implantação do Programa, embora amplie o acesso aos serviços de saúde de segmentos populacionais até então excluídos, tem que ser melhorada, passando a incorporar os grandes centros urbanos. Até dezembro de 2002, apenas 22% da população dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes estavam vinculadas às ESF.

Nesse contexto, o atual desafio assumido é o de estender a cobertura do PSF aos grandes municípios, que possuem uma rede de serviços estabelecida, mas insuficiente; qualificar a atuação das ESF, com a garantia da resolutividade de suas ações e da referência e contra-referência.

.....
Como problema a ser enfrentado, com a criação do Programa, aponta-se a existência de um contexto social em que predomina um modelo de atenção tradicional e historicamente hegemônico no País, centrado na doença, concentrando majoritariamente ações e recursos para o tratamento ou abordagem restrita de riscos, configurando-se em um modelo de cunho curativo, que privilegia uma medicina de alto custo, exercida de forma verticalizada e excludente, que inviabiliza práticas interdisciplinares e intersetoriais coerentes com intervenções sobre os múltiplos fatores que sabidamente são determinantes do processo saúde-doença.

Concepção

Com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços básicos de saúde, tendo as equipes de saúde da família como eixo estruturante, o Programa foi incluído no Plano Plurianual 2000-2003, tendo como justificativa a necessidade de ampliar a resolutividade dos serviços e de reduzir as taxas de morbidade por causas preveníveis, mediante a reorganização do modelo de atenção à saúde.

O PSF tem provocado um importante movimento para a nova organização do modelo de atenção à saúde vigente. Considerado como estratégia estruturante do sistema, imprime uma nova dinâmica na forma de organização dos serviços e ações de saúde.

A estratégia Saúde da Família combina os enfoques preventivo, educativo e de promoção à saúde, com a proteção específica, diagnóstico e tratamento oportunos e com conduta reabilitadora. O enfoque tradicional da atenção, voltado para o indivíduo, é superado pela centralidade da família, da comunidade e do ambiente, e pela atuação em todo o processo saúde-doença, de forma contínua no tempo e no espaço geográfico.

Ao incentivar a participação das lideranças em todas as fases de operacionalização do PSF, as equipes valorizam as potencialidades locais e contribuem para elevar o capital social das populações assistidas. O grande desafio, hoje, para a reorganização da atenção básica a partir da estratégia Saúde da Família, é a sua implantação e consolidação nos grandes centros urbanos.

A tendência da implantação do Programa, embora amplie o acesso aos serviços de saúde de segmentos populacionais até então excluídos, tem que ser melhorada passando a incorporar os grandes centros urbanos. Até setembro de 2001, apenas 15% da população dos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes estavam vinculadas às ESF.

Nesse contexto, o atual desafio assumido é o de estender a cobertura do PSF aos grandes municípios, que possuem uma rede de serviços estabelecida, mas insuficiente; qualificar a atuação das ESF, com a garantia da resolutividade de suas ações e da referência e contra-referência.

Outro problema que precisa ser superado é o encaminhamento de pacientes para exames complementares e apoio terapêutico. Nem sempre há garantia de atendimento adequado desses pacientes. A Norma Operacional da Assistência - NOAS/SUS 01/2001 e 01/2002 aponta e induz o caminho da regionalização da assistência para vencer esse desafio.

Vários aspectos do Programa precisam ser aperfeiçoados, intensificados, sem, entretanto, implicar mudanças na PLOA 2003. Entre esses aspectos, destacam-se:

- redefinição do modelo de financiamento do Programa em grandes centros urbanos - esse tema é tratado pelo Projeto de Implantação e Expansão da Saúde da Família - Proesf, cuja implementação é financiada com recursos do Tesouro Nacional e do Banco Mundial, conforme contrato assinado em 26 de setembro de 2002;
- ampliação e agilização das ações de capacitação de recursos humanos - esse tema também está incluído no Proesf e estratégias operacionais para seu enfrentamento estão desenhadas; e
- implantação das redes regionalizadas de serviços de saúde, visando garantir resolutividade para as Equipes de Saúde da Família.

Com relação à estratégia de implementação, alguns aspectos necessitam ser aperfeiçoados:

- ampliar a articulação com o Ministério da Educação no campo da formação de profissionais para atuarem na atenção básica segundo os princípios do PSF;
- com relação aos recursos repassados a estados, deverá haver uma forma de garantia de aplicação dos recursos de contrapartida. Deverão, ainda, ser definidas fontes suficientes e mecanismos regulares para financiamento dos pólos de capacitação; e
- aperfeiçoamento das metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação do Programa.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programas, destacam-se:

- as mudanças ocorridas na modalidade de financiamento do Programa: a partir de novembro de 1999, os incentivos financeiros foram vinculados à cobertura populacional do Programa nos municípios;
- parcerias com gestores municipais;
- parcerias com instituições de ensino superior; e
- adoção de práticas avaliativas.

No âmbito do Programa, destacam-se algumas ações realizadas e que não estão expressas no PPA:

- Ações de acompanhamento, avaliação e controle => realização regular de auditorias nos municípios para fiscalizar o uso dos recursos financeiros e analisar a gestão do sistema local; avaliação da implantação e funcionamento do PSF no Brasil; avaliação da assistência farmacêutica básica; avaliação do Piso de Atenção Básica - PAB; avaliação do perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família - PSF (perfil dos médicos e enfermeiros do

PSF no Brasil); determinação e avaliação do custo do PSF; e avaliação dos Pólos de Capacitação, Formação e Educação Permanente dos Profissionais da Saúde da Família.

- Capacitação das ESF => recursos provenientes do orçamento federal e de recursos de empréstimo do Projeto Reforsus - Fontes BID e BIRD, foram alocados para: desenvolvimento dos Pólos de Capacitação (50 convênios); realização das especializações e residências multiprofissionais.
- Aquisição de equipamentos => aquisição de equipamentos para audiovisual (TV e vídeo), informática (impressoras e computadores) e mobiliário em geral, composto de 6.385 kits, para 3.452 instituições beneficiadas, sendo SMS, Pólos de Capacitação e coordenações do PACS/PSF; e aquisição de equipamentos para laboratório, entregue a 55 prefeituras beneficiadas; 28 convênios envolvendo aquisição de equipamentos para serem instalados em serviços ambulatoriais de atuação ou de referência das equipes de Saúde da Família.
- Produção de materiais didático-pedagógicos => manuais, apostilas, cartilhas, revistas, informes dentre outros.

.....
O padrão de execução financeira do Programa, no período 2000-2002, está dentro do previsto, considerando que nos respectivos anos os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, com relação à maioria das ações. Por exemplo, a transferência dos recursos integrantes do Piso de Atenção Básica - PAB, parte fixa e incentivos financeiros ao PSF/PACS e Saúde Bucal, do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais, ocorreu mensalmente, conforme previsto.

Implementação

Entretanto, para a ação de Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica, os recursos de 2001 não foram liberados, não causando prejuízos maiores porque foi possível contar com restos a pagar de 2000. Por outro lado, o incremento de recursos na LOA 2002 agilizou o processo de implementação do Programa.

Verificou-se, em 2002, restrições causadas pela inadimplência de estados, que impediu o fechamento de convênios para a realização de cursos de residência e especialização. Da mesma forma, também houve outras restrições relacionadas à contratação de instituições para realização dos cursos de residência e especialização, devido a:

- dificuldades das instituições em apresentar toda a documentação necessária para efetivação do contrato de prestação de serviço, principalmente as certidões negativas;
- em alguns casos não houve participação de nenhuma instituição no processo licitatório;
- demora na tramitação dos processos; e
- baixa demanda por parte dos alunos em alguns cursos, motivada sobretudo por dificuldades de conciliação do calendário dos cursos com o calendário do ano letivo.

Em termos de pessoal, houve um grande esforço no sentido de propiciar um aprimoramento técnico-administrativo aos profissionais envolvidos nas atividades de gerência e coordenação das ações do PSF no nível central. Para isso, há dois profissionais cursando doutorado na área de Gestão em Saúde, dez cursando mestrado profissionalizante em Gestão de Sistemas de Saúde e em Administração de Saúde/Gestão dos Sistemas de Saúde; além de profissionais cursando especialização e outros cursos de menor duração.

Continua em evolução a realização de capacitação nas unidades da Federação, através dos pólos de capacitação, formação e educação permanente do pessoal do PSF, uma rede de instituições comprometidas com integração ensino - pesquisa, voltadas para atender à demanda de pessoal preparado para o desenvolvimento da estratégia de Saúde da Família e a organização da atenção básica.

Durante o ano de 2001, relatórios quadrimestrais, preenchidos pelos pólos, apresentaram, em um primeiro momento, a produção e resultados alcançados na ação de Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica. Foram capacitados 50.514 profissionais em 2000, 85.090 em 2001, incluindo a capacitação de ACS em dengue e das equipes de saúde bucal e, 90.135 profissionais até setembro de 2002. Foram estabelecidos 67 cursos de especialização em nível de graduação, em Saúde da Família, com 3.031 profissionais cursando, e dezenove cursos de residência, com 395 profissionais cursando.

Em 2002, cabe citar que os recursos materiais e a infra-estrutura, no nível central, foram adequados para a implementação do Programa. Porém, há que se destacar que nos municípios ainda há deficiência relacionada à infra-estrutura e déficit de recursos materiais, assim como escassez de profissionais (médicos e enfermeiros) para integrarem as equipes de Saúde da Família. É, também, insuficiente a qualificação das equipes locais, onde ocorre a inadequação do currículo dos cursos de medicina e enfermagem para o exercício das atividades do PSF.

É importante destacar, quanto aos recursos humanos no nível central, que grande parte dos consultores envolvidos na gestão do Programa é contratada por intermédio de organismos internacionais, o que deixa certa vulnerabilidade no Programa, tendo em vista, principalmente, definição do Ministério Público quanto aos aspectos e prazos relacionados a este tipo de contratação.

O desempenho das parcerias na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas vem sendo satisfatório. O PSF, por ser uma estratégia de organização da atenção básica, possui uma relação intrínseca com várias áreas do Ministério da Saúde, tais como saúde da criança, saúde da mulher, pneumologia sanitária, dermatologia sanitária, doenças sexualmente transmissíveis, controle de endemias, entre outras, e fornecem o conteúdo das ações desenvolvidas pelas equipes de saúde da família. No geral, o desempenho físico das ações executadas por essas áreas ficou dentro do previsto.

É importante também registrar a parceria financeira e operacional com o Projeto Reforsus, que tem apoiado ações de capacitação e aquisição e distribuição, para as unidades de Saúde da Família, de equipamentos de informática e outros voltados para assistência. A parceria entre o Ministério da Saúde e organismos internacionais foi fundamental para o atual estágio de desenvolvimento do Programa, assim como com estados e municípios que aderiram maciçamente ao Programa. Uma parceria precisa ser ampliada: com os estados, no sentido de viabilizar incentivos estaduais ao PSF.

Os princípios e as características operacionais do PSF e do trabalho dos agentes comunitários de saúde potencializam a participação social, em todas as etapas de implantação e implementação do Programa. Para a adesão do município ao PSF, é exigida a sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete também acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde. As equipes de saúde da família são estimuladas para apresentar, sistematicamente, seus resultados aos conselhos locais ou municipais de saúde.

A coordenação do PSF ainda não implantou, de forma sistemática, um processo de consulta aos usuários do Programa para mensurar seu grau de satisfação com a prestação de serviços. Em alguns municípios, esse tipo de consulta já é realizado e utilizado para redirecionar algumas ações e, principalmente, a postura dos profissionais. No âmbito da coordenação, existe uma central de atendimento que responde às questões vinculadas ao Programa. Apesar de atender a um número expressivo de consulta de usuários, ela é procurada mais por gestores e profissionais de saúde.

Cabe citar que, quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada, o Sistema de Informações da Atenção Básica - SIAB, criado em 1998, permite o acompanhamento regular do número de equipes implantadas, gerando informações para transferência de recursos financeiros de incentivo do Fundo Nacional de Saúde para os fundos municipais de saúde. Com relação às ações viabilizadas por convênios (implementação e pólos de capacitação), o monitoramento é realizado por relatórios quadrimestrais de execução das metas.

Saúde da Mulher

Resultados O Programa tem por objetivo reduzir a morbimortalidade da mulher por complicações da gravidez, parto, puerpério e outros agravos da condição feminina.

Os indicadores do Programa são: Coeficiente de mortalidade materna; Coeficiente de atendimento pré-natal e Taxa de cesarianas no SUS.

Os fatores de correção da subnotificação da mortalidade materna (definidos na década de 1990) não estão adequados à realidade atual. O Programa adota como indicador a taxa de letalidade materna nos hospitais do SUS. Já está em andamento um estudo nacional para identificar a atual magnitude e estrutura da mortalidade materna nas cinco regiões do País, a partir do qual será possível estimar novos fatores de correção do coeficiente, obtido a partir das declarações de óbito, e monitorar os níveis de mortalidade materna no País.

A taxa de letalidade materna no SUS diminuiu de 34,8 óbitos em 100 mil internações em 1997 para 28,6 em 2001, e esta mesma taxa, no momento do parto, declinou de 32,5 para 24,2 óbitos em 100 mil partos no mesmo período.

A taxa de cesariana no SUS já tem se mantido de acordo com a meta prevista para 2003, que é de 25%.

Com relação ao coeficiente de atendimento pré-natal, não foi detectada melhoria no período de 2000 a 2002 (média de 4,2 consultas/mulher). O sistema de informações não tem sido alimentado pela totalidade dos municípios, o que impede de registrar o aumento desse índice, mesmo que este tenha ocorrido. A implantação do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento em mais de 4 mil municípios brasileiros propicia o aumento de consultas de pré-natal. Nestes municípios, haverá viabilidade de se alcançar o índice previsto para 2003 e a verificação se dará pelo sistema Sispre-natal.

As principais ações que possibilitaram o alcance dos resultados no período 2000-2002 foram:

- Melhoria da Qualidade da Assistência à Gestação, Parto e Pós-Parto

Ações mediadas por mecanismos de financiamento da assistência no Sistema Único de Saúde - SUS; melhoria da qualidade da assistência ao parto (ações iniciadas em maio/98: inclusões de procedimentos e reajustes de valores de remuneração na tabela SIH/SUS; melhoria da qualidade em urgências e emergências obstétricas (Sistema de Gestação de Alto Risco); melhoria da qualidade da assistência pré-natal: melhoria da informação das mulheres sobre gravidez, parto e pós-parto; capacitação de profissionais de saúde; vigilância do óbito materno; e conhecimento mais preciso da magnitude e estrutura da mortalidade materna.

- Ampliação do acesso ao Planejamento Familiar

Provisão de insumos; capacitação de profissionais; e promoção da melhoria da gestão.

- Implantação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero - PNCCU.

- Assistência à mulher em situação de violência.

Gerente:

Tânia Di Giacomo do Lago

Humanização da assistência: com o objetivo de reconhecer e incentivar maternidades que fazem parte da rede SUS, o Ministério da Saúde criou o Prêmio Galba Araújo dirigido a instituições que se destacam na humanização do atendimento à gestante e ao recém-nascido, estimulam o parto normal com alojamento conjunto e o aleitamento materno. Desde sua primeira edição, em 1999, quinze maternidades já foram premiadas em todo o País.

- Região Norte: Maternidade Alvorada - Manaus/Amazonas
- Região Nordeste: Unidade Mista Felipe Camarão - Natal/Rio Grande do Norte
- Região Centro-Oeste: Maternidade Nascer Cidadão - Goiânia/Goiás
- Região Sudeste: Maternidade Haideé Espejo Conroy - Betim/Minas Gerais
- Região Sul: Fundação Hospitalar de Três Barras - Santa Catarina/Santa Catarina

Primeiros resultados/parcerias desta ação: no ano de 2001, o Ministério da Saúde iniciou um processo de capacitação para a atenção humanizada ao parto e nascimento em parceria com o Centro de Humanização das Práticas Terapêuticas - CHPT do Hospital São Pio X, de Ceres (GO), um dos vencedores do Prêmio Galba de Araújo. O objetivo da capacitação em atenção humanizada ao parto - nascimento é discutir com os profissionais de saúde a necessidade do desenvolvimento de habilidades relacionais que favoreçam a evolução fisiológica do ciclo gravídico-puerperal, enfatizando a qualidade da relação terapêutica como a base para a humanização da assistência.

Além disso, a capacitação visa estimular o parto normal e o aleitamento materno e a adoção de rotinas e práticas que respeitem a autonomia das mulheres e evitem procedimentos técnicos invasivos. Até o momento, nestas capacitações, estão envolvidos o Hospital Bárbara Heliodora do Acre, Hospital da Mulher do Amapá, Maternidade Frei Damião e Instituto Cândida Vargas da Paraíba, Hospital Materno-Infantil da Universidade Federal do Maranhão, Maternidade Nascer Cidadão de Goiânia, a Universidade Federal da Paraíba - Departamento de Enfermagem de Saúde Pública e Psiquiatria, o Hospital Universitário Clemente de Faria - Unimontes, Hospital Sofia Feldman, as Secretarias Municipais de Saúde de Maceió e Recife e a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso. Até novembro de 2002, foram capacitados 139 profissionais de saúde, em sua maioria médicos e enfermeiras.

Por meio de um convênio com o Hospital Sofia Feldman, iniciou-se cursos para formação de doulas comunitárias, nesse contexto de buscar melhorar a assistência prestada à mulher e ao recém-nascido durante o trabalho de parto e o nascimento.

Estudos realizados em diversos países, entre eles o Brasil, demonstraram resultados perinatais favoráveis com a introdução de doulas realizando atividades de apoio durante o trabalho de parto, tais como: suporte emocional, medidas de conforto físico (como massagens, banhos e compressas), suporte de informações etc.

Outra iniciativa para a assistência à maternidade é o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, que visa melhorar a assistência ao parto domiciliar realizado por parteiras tradicionais, buscando sensibilizar gestores estaduais e municipais e profissionais de saúde para reconhecerem as parteiras como parceiras na área da assistência obstétrica.

O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais insere-se entre as estratégias do Ministério da Saúde para a redução da morbimortalidade materna, perinatal e neonatal. Em 2001, haviam sido capacitadas 539 pessoas e, em 2002, foram mais 517, totalizando 1.056 desde a implantação do Programa até agosto de 2002.

Em agosto de 2002, o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais foi uma das experiências agraciadas com o Prêmio Hélio Beltrão, no 7º Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal, o que denota o reconhecimento desta iniciativa como experiência bem-sucedida, em especial no que se refere ao estabelecimento de parcerias entre o Governo Federal, secretarias estaduais e municipais de saúde e organizações não-governamentais, para a superação de problemas e busca de melhorias na qualidade de vida.

Além das ações voltadas para a assistência à maternidade, o Programa Saúde da Mulher também atua na promoção do planejamento familiar. O Ministério da Saúde retomou a compra centralizada de insumos anticoncepcionais no ano 2000, com a perspectiva de atender, no primeiro ano, 30% da demanda potencial para anticoncepção no SUS. O atendimento cresceria para 60% e 100% no segundo e terceiro ano, respectivamente.

Foram comprados e distribuídos, nos meses de outubro de 2000 e abril de 2001, os seguintes métodos anticoncepcionais: 6.210.600 cartelas de pílulas de baixa dosagem; 582.300 ampolas de injetável trimestral; 158 mil unidades de DIU e 30 mil unidades de diafragma.

Após a distribuição, foi realizada uma avaliação da utilização dos métodos que tomou por base os balancetes enviados pelas secretarias estaduais de saúde e das capitais e o número de diafragmas fornecidos e DIUs inseridos conforme boletim SIA/SUS, no período de janeiro de 2000 até abril de 2001. Os balancetes indicaram que em treze estados não havia estoques de métodos anticoncepcionais nos almoxarifados estaduais. Nos demais, havia estoque central de DIUs e/ou diafragmas e/ou injetáveis trimestrais. Os boletins do SIA/SUS, por sua vez, não indicavam aumento do número de diafragmas fornecidos ou de DIUs inseridos, sendo alguns dados pouco confiáveis.

Os resultados da auditoria realizada nos meses de abril e maio de 2001, pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus, sobre a distribuição dos métodos anticoncepcionais indicaram que dos oitenta municípios auditados, 65 receberam algum tipo de método anticoncepcional enviado pelo Ministério da Saúde (81%). Que as coordenações estaduais e regionais do Programas de Saúde da Mulher desconhecem, em sua maioria, a situação das ações de Planejamento Familiar desenvolvidas nos municípios e utilizam critérios de distribuição dos métodos contraceptivos que não levam em consideração a realidade local, além da existência de estoques significativos de DIUs e diafragmas em almoxarifados regionais e municipais. Em muitos casos, estes insumos foram enviados a municípios que não possuem profissionais capacitados na rede pública para indicação ou inserção destes métodos.

Também foi observado que as centrais de abastecimento farmacêutico estaduais (com exceção para RJ, SP, PR e MT), regionais e municipais dos estados auditados não ofereciam condições adequadas de armazenamento. Em muitos municípios verificou-se também, a insuficiência de recursos humanos capacitados para a ação educativa em saúde sexual e reprodutiva e, também para a prescrição de métodos anticoncepcionais, principalmente para a inserção do DIU e orientação e indicação do diafragma.

Diante destes fatos, foi interrompida temporariamente a compra de métodos contraceptivos e realizada uma licitação para Ata de Registro de Preços de todos os métodos contraceptivos para que estados e municípios que desejassem fazer a compra pudessem ter acesso a preços menores.

Tais dados foram levados para apreciação na reunião com representantes deste Ministério, de secretarias estaduais e municipais de saúde, reunião tripartite, que em março de 2002 aprovou uma nova estratégia apresentada pela Área Técnica Saúde da Mulher/MS, que visa o envio de métodos contraceptivos diretamente para as secretarias municipais de saúde, trimestralmente, a exemplo do que já ocorre com a Farmácia Popular.

Está apto a receber contraceptivos do Ministério da Saúde, todo município que em março de 2002 estivesse com: pelo menos uma equipe de saúde da família habilitada ou termo de adesão ao Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento aprovado ou pelo menos um médico contratado pelo Programa de Interiorização da Saúde.

Para atender à anticoncepção de emergência, no primeiro semestre de 2001, o Ministério da Saúde adquiriu o anticoncepcional hormonal oral de emergência, Levonorgestrel comp. 0,75mg, que já está em fase de distribuição aos municípios e também aos serviços especializados na assistência à mulher vítima de violência sexual.

A capacitação em saúde sexual e reprodutiva é outra importante iniciativa em planejamento familiar. Nos estados do Amapá, Acre, Pará, Tocantins, Goiás, Alagoas e Paraíba estão ocorrendo capacitações em saúde sexual e reprodutiva, com enfoque no planejamento familiar para adultos e adolescentes, para a implantação de centros de capacitação em serviço.

Estas capacitações estão sendo realizadas pelas Áreas Técnicas Saúde da Mulher e Saúde do Adolescente e do Jovem em parceria com o Setor de Planejamento Familiar da Escola Paulista de Medicina e com a Reprolatina. No total, foram capacitados 193 profissionais de saúde (médicos, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogos), em 2001.

A Atenção à Saúde da Mulher em Situação de Violência também é uma atividade fundamental. A prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência doméstica e sexual são prioridades do Ministério da Saúde desde 1998.

A Área Técnica de Saúde da Mulher constituiu uma câmara temática de violência doméstica e sexual, com a participação de organizações do movimento de mulheres e especialistas, que definiu as diretrizes políticas e estratégias que orientaram as ações realizadas até o momento. As ações desenvolvidas priorizaram a indução de políticas locais, voltadas para a prevenção e tratamento dos agravos decorrentes da violência contra a mulher, por meio de assessoria técnica e financiamento de projetos para implementação de redes integradas e promoção do intercâmbio de experiências realizadas em diferentes regiões do País.

Foram produzidos, entre 1998 e 2002, documentos normativos para orientação da prática em serviços de saúde e ações comunitárias:

- Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Decorrentes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (1ª ed - 1998; 2ª ed - 2002).
- Caderno de Atenção Básica sobre Violência Intrafamiliar – dirigida às Equipes de Saúde da Família.
- Cartilha sobre Direitos Humanos e Violência Intra-familiar (2001) – dirigida aos 150 mil Agentes Comunitários de Saúde.
- Orientações para profilaxia de DST, HIV e Hepatites Virais Pós-exposição (Anexo da Norma Técnica).
- Recomendações para Apoio Psicossocial a Vítimas de Violência (Anexo da Norma Técnica).

Foram investidos R\$ 690.113,00 em projetos que beneficiaram dez estados entre 1999 e 2002. Os recursos destinaram-se à capacitação de pessoal, produção de materiais educativos e instrucionais, realização de eventos para divulgação dos serviços e organização da rede assistencial.

Em 1997, a população feminina contava com dezessete serviços de referência para assistência integral à saúde da mulher em situação de violência. Em junho de 2002 este número chegava a 74 serviços. O apoio do Ministério da Saúde aos estados, em conjunto com parceiros da academia, organizações não-governamentais e da cooperação internacional, entidades de classe, secretarias municipais e estaduais, é responsável pelo aumento significativo de serviços e ampliação da cobertura para quase todos os estados brasileiros.

Após a análise dos avanços alcançados pelo Programa, é possível apontar os principais resultados obtidos no período 2000-2002:

- Aumento no número de consultas de pré-natal: o número anual de consultas de pré natal no SUS passou de 5,4 milhões em 1997 para 10,1 milhões em 2001, aumentando a média de consultas por mulher de 2,0 para 4,2 nesse período.
- Redução da taxa de cesárea: a taxa de cesárea no SUS declinou de 32,5% em 97 para 25,1% em 2001, tendo obtido maior declínio relativo nos três estados em que elas eram mais altas: MT, MS e GO.
- Redução na letalidade materna hospitalar no SUS: a taxa de letalidade materna no SUS diminuiu de 34,8 óbitos em 100 mil internações para 28,6 no mesmo período e esta mesma taxa, no momento do parto, declinou de 32,5 para 24,2 óbitos em 100 mil partos.
- Ampliação do acesso ao planejamento familiar: 4.568 municípios com oferta regular de métodos anticoncepcionais, com uma cobertura anual de usuárias estimada em 2,8 milhões de mulheres em 2002.
- Aumento do número anual de exames citopatológicos: o número anual de exames citopatológicos realizados no SUS passou de 6,8 milhões em 1997 para 8,6 milhões em 2001.
- Ampliação do número de serviços de referência para atenção à mulher em situação de violência: em 1997, a população feminina contava com dezessete serviços de referência para assistência integral à saúde da mulher em situação de violência. Em junho de 2002, este número chegava a 74 serviços.
- Adesão de 3.803 municípios ao Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento - PHPN, em 2002. Em dezembro de 2001 eram 2.665. Após o esforço inicial, da adesão dos municípios, o Ministério passou a desenvolver uma série de atividades para efetivar e operacionalizar o PHPN nas localidades que já aderiram. Isso abrange a realização de oficinas de pós-adesão e de assistência obstétrica nos estados, o suporte e treinamento para uso do sistema informatizado Sis prenatal, além do apoio aos estados e municípios na criação de uma estrutura gerencial do PHPN, na organização de redes de referência para o atendimento às gestantes e capacitação dos profissionais de saúde. Está em andamento a realização de um Projeto de Pesquisa para avaliação nacional do PHPN, em parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde - Decit e a Unesco.

- Capacitação de profissionais de saúde da Rede SUS em planejamento familiar e assistência pré-natal. O Ministério da Saúde está capacitando multiplicadores em assistência em planejamento familiar e assistência pré-natal para a atenção básica, em onze capitais, mediante cooperação técnica com a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - Febrasgo. Até o mês de setembro de 2002 foram capacitados quinze multiplicadores e 270 profissionais médios e enfermeiras nos municípios de Belém, Goiânia e Maceió.

Para 2003, espera-se capacitar profissionais de saúde em planejamento familiar e pré-natal nas 27 capitais do País; ofertar regularmente métodos contraceptivos para todos os municípios do País e promover a melhoria da assistência obstétrica por meio da operacionalização do PHPN em todos os municípios aderidos ao Programa.

.....
A necessidade de atenção específica à saúde da população feminina foi amplamente reivindicada pelo movimento organizado de mulheres no País a partir do final dos anos 1970, quando o setor público somente oferecia às mulheres assistência durante a gestação e o parto. Este movimento levou o Ministério da Saúde a lançar o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM em 1984.

Implementação

Foi um grande avanço, pois o sistema de saúde passou a considerar, como legítimas, demandas como o atendimento às queixas ginecológicas, ao planejamento familiar e a questões relacionadas à sexualidade. A instituição do Programa evidenciou, também, a idéia de que os problemas na saúde reprodutiva das mulheres estavam associados às suas condições sociais e às relações estabelecidas entre elas e os homens.

Para enfrentar problemas desse tipo em um País com 60 milhões de mulheres adultas, sendo 46 milhões em idade fértil, era preciso desenhar estratégias capazes de atendê-las de forma plena nos mais de 5.500 municípios. Sem o atendimento nessa extensão e volume necessários seria impossível vencer estes desafios.

Em 1998, o Ministério da Saúde deu prioridade à saúde da mulher. Três linhas principais de ação foram definidas e projetos específicos foram elaborados para enfrentar cada um dos problemas em todas as regiões do País.

A primeira consiste em apoiar as mulheres em sua tarefa reprodutiva. Incluem-se aqui a ampliação do acesso a informações e métodos para o planejamento familiar e a melhoria da assistência à gestação e ao parto, a fim de garantir que as mulheres possam viver o evento da maternidade sem riscos e receber atenção humanizada.

Uma outra frente de trabalho tem como objetivo reduzir ao máximo a mortalidade feminina por causas evitáveis, como o câncer de colo do útero e Aids. Como estas doenças ocorrem mais freqüentemente em mulheres pobres, evitá-las significa também diminuir a desigualdade no tempo de vida médio entre mulheres de diferentes classes sociais.

A terceira linha de ação prioritária diz respeito à participação do setor saúde no esforço nacional para barrar a violência contra a mulher, responsabilizando-se pelo adequado atendimento destas mulheres pelos serviços de saúde, em articulação com os demais setores envolvidos.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Altas taxas de mortalidade materna: ações mediadas por mecanismos de financiamento da assistência no Sistema Único de Saúde - SUS; melhoria da informação das mulheres sobre gravidez, parto e pós-parto; capacitação de profissionais de saúde; vigilância do óbito materno; e conhecimento mais preciso da magnitude e estrutura da mortalidade materna.
- Altas taxas de mortalidade por câncer de colo do útero: implantação do Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero - PNCCU. A partir dos resultados do projeto-piloto Viva Mulher, delineou-se o PNCCU, em parceria com o INCA, SE e SAS e apoio das sociedades científicas afins. A implementação nacional do Programa deu-se a partir da primeira Campanha Nacional de Combate ao Câncer de Colo do Útero, em agosto de 1998. A seguir, passou-se à fase de consolidação das ações de prevenção, detecção precoce e tratamento, na rotina dos serviços, passando a coordenação do Programa ao INCA.
- Acesso restrito à diversidade de opções contraceptivas: ampliação de acesso ao planejamento familiar por meio da provisão de insumos e capacitação de recursos humanos para a assistência e gerência das ações.

Dentre os aspectos do Programa que necessitam ser aperfeiçoados destacam-se:

- Suficiência das ações: faz-se necessária a inclusão de ações no Programa que se relacionem à consolidação dos instrumentos de gestão da assistência à saúde da mulher no SUS e ampliação do escopo de problemas a serem enfrentados.
- Adequação dos indicadores: os fatores de correção da subnotificação da mortalidade materna (definidos na década de 1990) não estão adequados à realidade atual. O Programa adota como indicador a Taxa de Letalidade Materna nos Hospitais no SUS. Já está em andamento um estudo nacional que identifique a atual magnitude e estrutura da mortalidade materna nas cinco regiões do País, a partir do qual se poderão estimar novos fatores de correção do coeficiente, obtido a partir das declarações de óbito, e monitorar melhor os níveis de mortalidade materna no País.

Desafios e Perspectivas

- Consolidação dos instrumentos de gestão da assistência à saúde da mulher no SUS

Durante este período, ênfase foi dada à criação de mecanismos de gestão no SUS para de fato implementar e dar sustentabilidade à assistência à saúde da mulher. Para o próximo período, é fundamental consolidar estes mecanismos e estendê-los para outros problemas ou eventos que afetam a saúde da mulher.

- Mobilização das mulheres e maior participação da sociedade civil organizada

A sociedade civil organizada tem participado, ao longo do período, das discussões de propostas e estratégias de ação para o enfrentamento de problemas. Isto, no entanto, ocorreu fundamentalmente em instâncias formais de participação, como o CNS, a CISMU, comissões assessoras e em fóruns promovidos pela área técnica. Além disso, organizações de mulheres atuaram, com o financiamento do Ministério da Saúde, na execução de ações como capacitação de conselheiros de saúde, na formação de voluntárias para prevenção do câncer ginecológico, para a capacitação de parteiras e na elaboração de material educativo.

É necessário ampliar a parceria com organizações deste tipo para mobilizar as mulheres em todas as regiões do País, empoderando-as para o autocuidado e para o controle social. Estas são condições imprescindíveis para a melhoria da situação da saúde da mulher no País.

- Ampliação do escopo de problemas a serem enfrentados

Destacam-se aqui a promoção da saúde das mulheres a partir dos cinquenta anos, o enfrentamento do câncer de mama e a definição mais objetiva de uma estratégia específica para controlar a epidemia de Aids na população feminina.

- Avaliação do impacto das estratégias, da qualidade da assistência prestada pelos serviços e da satisfação das usuárias

Até o momento, foram conduzidas avaliações das estratégias desenvolvidas, focalizando a implementação de ações, e resultados monitoráveis a partir de informações disponíveis nos sistemas do Ministério da Saúde e de estatísticas vitais, uma vez que não há tempo ainda para avaliar indicadores de impacto. Nos próximos anos, isto será possível e necessário. É de fundamental importância também apoiar a realização de pesquisas operacionais capazes de aferir a qualidade da assistência prestada pelos serviços e a satisfação das usuárias.

Outros produtos desenvolvidos no âmbito do Programa:

- Aprimoramento da assistência obstétrica a partir de intervenções na tabela SIH/SUS de remuneração de procedimentos da assistência obstétrica.
- Redução da taxa de cesarianas.
- Melhoria da assistência ao parto domiciliar realizado por parteiras.
- Apoio técnico e financeiro para Cursos de Especialização em Enfermagem Obstétrica.
- Apoio à implementação de projetos para sistemas locais de saúde, por meio de celebração de convênios.
- Elaboração, produção e distribuição de material técnico/educativo para a assistência obstétrica e de instrumental técnico para o pré-natal.
- Organização, ampliação e qualificação da assistência obstétrica nos municípios por meio da implantação do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento - PHPN.
- Apoio à implantação dos Sistemas Estaduais de Referência Hospitalar para atendimento à gestante de alto risco.
- Criação de centro de parto normal no âmbito do SUS.
- Readequação física e tecnológica da rede assistencial do SUS na área de Maternidade - Projeto Reforsus.
- Aquisição e distribuição de insumos para implementação da assistência ao planejamento familiar no SUS.
- Apoio à implementação de projetos para serviços locais de saúde, especializados na assistência à mulher em situação de violência sexual e estruturação de redes integradas de prevenção e atendimento às vítimas, envolvendo áreas de Segurança Pública, Justiça e Educação.

Destacam-se, abaixo, os aspectos da estratégia de implementação que necessitam ser aperfeiçoados:

- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis: diversos parceiros envolvidos na implementação de ações descentralizadas (esfera federal, estadual e municipal). Vários níveis de responsabilidade afetando a contribuição de cada um para o sucesso das ações.
- Plano de avaliação: avaliação do impacto das estratégias, da qualidade da assistência prestada pelos serviços e da satisfação das usuárias. É de fundamental importância também apoiar a realização de pesquisas operacionais capazes de aferir a qualidade da assistência prestada pelos serviços e a satisfação das usuárias.
- Organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: insuficiência de recursos humanos e materiais nas estruturas de trabalho.
- Forma de articulação com as partes interessadas: necessidade de instrumentos capazes de aferir a qualidade da assistência prestada pelos serviços e a satisfação das usuárias.
- Forma de repasse dos recursos: longo período de tempo para recursos financeiros por meio de convênios.
- Forma de participação do público-alvo: mobilização das mulheres e maior participação da sociedade civil organizada. É necessário ampliar parceria com organizações para mobilizar as mulheres em todas as regiões do País, empoderando-as para o auto-cuidado e para o controle social.
- Mecanismos de controle social: conscientizar as mulheres para o auto-cuidado e para o controle social é imprescindível para a melhoria da situação da saúde da mulher no País.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para o alcance dos resultados, tem-se:

- A intervenção na remuneração dos procedimentos, reajustando ou limitando valores de pagamentos, propiciaram bons resultados para a assistência obstétrica.
- A implantação de programas diretamente em municípios, como o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento e o Planejamento Familiar, otimizou recursos, promoveu a organização de rede de serviços locais e ampliou o acesso da população feminina.
- Parcerias com instituições da sociedade civil para capacitação e treinamento de recursos humanos.

..... **Implementação**

A execução financeira do Programa é realizada por meio de celebração de convênios de repasse financeiro para as instituições executoras, sejam de âmbito federal, estadual, municipal ou privado. O Programa recorreu a um maior envolvimento das parcerias com a sociedade civil como forma de superar as restrições na viabilização financeira, buscar redução de custos e introduzir inovações de gestão.

Entretanto, em 2002, o Programa não conseguiu executar a reimpressão e distribuição do material técnico/educativo que dá suporte às ações de melhoria da qualidade da assistência obstétrica. Neste mesmo ano, foi evidenciada a insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura. A execução do Programa depende das coordenações estaduais e municipais e observa-se que muitas vezes os recursos materiais e de infra-estrutura foram insuficientes para a implementação das ações.

Em relação ao monitoramento do desempenho físico das ações executadas de forma descentralizada, o que se monitora, com relação à assistência (SUS), é o número de mulheres atendidas ou beneficiadas. Os dados relativos à frequência com que essas mulheres são assistidas são obtidos do sistema SIH-SUS. Para o monitoramento da execução das ações descentralizadas (processo) utiliza-se o relatório técnico operacional de cada projeto.

Em relação ao esforço de capacitação, verifica-se: a participação em congressos e seminários, nacionais e internacionais, tem permitido a atualização da equipe gerencial; e a elaboração de manuais técnicos e as capacitações desenvolvidas com sociedades médicas, ONG e instituições privadas são instrumentos gerenciais para apoiar a atuação nos níveis estaduais e municipais.

Os principais parceiros do Programa são as organizações não-governamentais e as Sociedades Médicas.

Parcerias com outros programas do PPA: Programa Saúde da Criança, Programa Saúde do Adolescente e Jovem, Programa Bolsa-Alimentação, Programa Prevenção e Controle do Câncer e Assistência Oncológica e Programa Saúde da Família.

Parceria que ainda não pôde ser realizada: Programa Alfabetização de Adultos, visando promover a alfabetização de parteiras nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Observação: não houve tempo hábil para planejamento da ação conjunta.

Quanto aos mecanismos de participação da sociedade, destacam-se: o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM e a Comissão Internacional de Saúde da Mulher - CISMU, com representantes do movimento de mulheres, das universidades, da Pastoral da Criança e de sociedade científica.

O Programa não possui sistema de consulta sistemática e representativa. As pesquisas (regionais e nacionais) são instrumentos que geram informações úteis sobre o grau de implementação das medidas.

Ao longo deste período, o Programa Saúde da Mulher instituiu medidas para que o SUS incorporasse a assistência à saúde da mulher nos seus problemas prioritários, de modo a reduzir os agravos decorrentes deste problema.

Além disso, o Programa também desenvolve estratégias/ações que apoiam o desenvolvimento dessa assistência por parte dos estados e municípios.

Os principais objetivos do Programa foram atingidos e podem ser sintetizados pela redução da letalidade materna hospitalar no SUS.

Os principais obstáculos estão relacionadas ao processo de definição de responsabilidades nos três níveis de gestão, à lentidão dos processos burocráticos e à dificuldade de fixação de profissionais qualificados.

Saúde do Jovem

Resultados

Objetivo do Programa: Prevenir os principais agravos incidentes na população de jovens entre 10 e 24 anos de idade pela identificação de grupos de risco, detecção prematura de jovens doentes, educação preventiva e redução da gravidez precoce na adolescência, situações de violência e abuso de álcool e outras drogas

A variação dos índices dos indicadores do Programa ocorreu conforme o previsto.

A redução desses índices não depende unicamente das estratégias e ações desenvolvidas pelo Programa, por serem questões multifatoriais, envolvendo assim diversos setores da sociedade. As ações do Programa apenas contribuem para tal redução.

No entanto, vale ressaltar que, nesse período, o Programa desenvolveu várias ações que repercutiram numa ampliação no atendimento diferenciado aos adolescentes na rede SUS e na implantação de Redes de Serviços Espaços Jovens, que visa à integração dos serviços dos diversos setores da sociedade (saúde, educação, ação social, cultura, turismo etc.) com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos adolescentes. Tais ações, a longo prazo, poderão impactar nos indicadores.

Os resultados alcançados no período de 2000 a 2002 foram:

- ampliação e melhoria na qualidade da assistência à saúde integral do adolescente; humanização e melhoria da qualidade do atendimento a gestante adolescente;
- melhoria da informação dos adolescentes sobre questões relacionadas à sexualidade, violência, participação juvenil, entre outros temas de interesse;
- ampliação do acesso ao planejamento familiar; e
- assistência a adolescentes em situação de violência.

É importante citar que, em 2002, foram realizadas diversas capacitações de recursos humanos, dentre estas, a capacitação de equipes multiprofissionais para implantação de centros de referência para o atendimento a adolescentes em situação de violência; centros de referência para capacitação em saúde sexual e reprodutiva; e de equipes de saúde da família do Estado do Ceará. Além disso, o projeto Espaço Jovem proporcionou uma participação efetiva dos adolescentes e jovens nas políticas locais.

Outros resultados, alcançados com ações estruturadas por meio de parcerias com outros Programas do Ministério da Saúde, ONGs, Organismos Internacionais, estados e municípios:

- sensibilização e capacitação de 21.455 profissionais (saúde, educação, ação social, justiça), líderes comunitários e adolescentes;
- implantação das ações de Protagonismo Juvenil em doze estados;
- implantação Centros de Referência, para atendimento e capacitação, em saúde sexual e reprodutiva em cinco estados, em parceria com a saúde da mulher;

Gerente:

José Domingues dos Santos Júnior

-elaboração e impressão de 957.500 materiais instrucionais (para profissionais) e educativos (para adolescentes);

-criação, em parceria com a OPAS do site www.adolesc.br e alimentação do diretório de notícias do site Adolec/Brasil

(<http://www.bireme.br/bvs/adolesc>) com resumos das principais notícias sobre adolescência e juventude veiculadas na mídia brasileira; e

- implantação de nove redes articuladas de serviços intersetoriais, com atendimento direto a cerca de um milhão de adolescentes, desenvolvendo atividades de saúde, educação, cultura, esporte e cursos profissionalizantes.

Não houve nenhuma modificação na previsão original para o alcance do(s) índice(s) em 2003.

Em 2001 e 2002, por entraves políticos/administrativos não foram liberados recursos financeiros para a execução da maioria das estratégias dos planos de ação 2001/2002, inviabilizando a continuidade do processo de crescimento e atuação com qualidade do Programa. As poucas ações que não dependiam de recursos financeiros específicos do Programa, foram desenvolvidas por meio de parcerias. A contribuição do Programa, para a redução dos indicadores, junto a outros setores da sociedade, ficou restrito ao apoio técnico.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Programa, espera-se alcançar em 2003, dentre outros, os seguintes resultados:

- serviços diferenciados e qualificados para garantir uma atenção integral a saúde dos adolescentes e jovens, nos três níveis que preconiza o SUS;
- maior inserção e participação efetiva dos adolescentes no sistema de saúde e organização de serviços que enfatizem procedimentos que atinjam, prioritariamente, as demandas mais prementes da saúde deste contingente populacional;
- mobilização social, em torno das necessidades e potencialidades dos adolescentes e jovens; e
- realização de estudos e pesquisas relativas aos adolescentes e jovens que abordem questões referentes à saúde ou que façam interface com ela, principalmente, no sexo masculino e na faixa etária de 10 a 14 anos., já identificados em outros estudos como grupo vulnerável, principalmente aos agravos relacionados as causas externas.

.....

Os Direitos Humanos Universais foram reconhecidos em 1966, através dos pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Para atender estas demandas específicas, criou-se um sistema especial de proteção que destaca alguns sujeitos, como: os negros, mulheres, crianças, adolescentes, idosos e deficientes, que se materializa nas diversas Convenções firmadas pelas Nações Unidas. No Brasil o cumprimento das obrigações internacionais assumidas e o reordenamento de nossos marcos jurídico-institucionais às exigências das Convenções Internacionais de Direitos Humanos tornaram-se preceitos constitucionais.

Concepção

O Programa partiu, em 1989, da premissa de que os adolescentes (10 a 19 anos de idade), pela importância demográfica do grupo e pela vulnerabilidade aos agravos a saúde, bem como as questões econômicas e sociais, nas suas vertentes de educação, cultura, trabalho, justiça, esporte, lazer e outros, determinavam a necessidade de atenção mais específica e abrangente.

Em 1999, após a conferência internacional, em Portugal, de ministros e responsáveis pela juventude, ampliou-se a faixa etária do atendimento do Programa para 24 anos, dada a situação social e econômica do País que vulnerabilizava também, os jovens de 20 a 24 anos. Hoje, esse grupo populacional (10 a 24 anos de idade) representa cerca de um terço da população brasileira, mostrando vulnerabilidade, cada vez mais precoce, aos agravos a saúde sexual e reprodutiva e principalmente as violências e acidente de transporte, entre

outros, cujos resultados podem ser analisados pelos índices de morbimortalidade de jovens brasileiros de todos os níveis socioeconômicos. A evolução desses problemas evidencia que:

- O índice de gravidez cresce nas adolescentes de 10 a 19 anos, principalmente com baixa escolaridade e pobres, das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- Os índices de DST/HIV também mostram a tendência de juvenilização da AIDS.
- O uso de drogas, inclusive álcool e tabaco, cada vez mais precoce, está na raiz de uma série de agravos, entre os quais destacam-se os acidentes de trânsito, as agressões, depressões clínicas e distúrbios de conduta, ao lado de comportamento de risco no âmbito sexual, a transmissão do HIV pelo uso de drogas injetáveis e outros problemas de saúde como doenças cardiovasculares e neoplasias, decorrentes do abuso destas substâncias.

Na adolescência têm importância os eventos intra e extradomiciliares como exploração sexual e do trabalho juvenil, agressões físicas, homicídios e lesões auto-infligidas e no seio da família abusos, negligência e abandono.

O principal fator de mortalidade são as causas externas, representadas pelo conjunto de acidentes de transporte e agressões e são crescentes em todas as regiões do País, modificando-se a frequência por faixa etária e por sexo. Uma causa importante nas mulheres são os óbitos por intercorrências na gravidez, parto e puerpério.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Gravidez => O Programa já desenvolve integração com o Programa de saúde da mulher para desenvolvimento de ações em saúde reprodutiva e violência intrafamiliar; com o MEC na implantação dos temas transversais sobre saúde e orientação sexual dos PCN; capacitação de profissionais de saúde, educação de lideranças comunitárias e jovens para o desenvolvimento de ações educativas e de assistência. O Programa pretende implementar a qualificação de profissionais da atenção básica na atenção à saúde do adolescente e do jovem para a organização de serviços de saúde que dêem assistência diferenciada aos adolescentes no planejamento familiar, no pré-natal, parto e puerpério, com ações educativas, com facilidade de acesso e constância dos insumos necessários e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, como prevenção de agravos a saúde de maneira integral, em especial, sexualidade e saúde reprodutiva.
- DST/Aids => O Programa já desenvolve integração com o Programa de saúde da mulher e CN DST/AIDS para desenvolvimento de ações em saúde reprodutiva e violência intrafamiliar; com o MEC na implantação dos temas transversais sobre saúde e orientação sexual dos PCN; capacitação de profissionais de saúde, educação de lideranças comunitárias e jovens para o desenvolvimento de ações educativas e de assistência. O Programa pretende implementar a qualificação de profissionais da atenção básica na atenção à saúde do adolescente e do jovem para a organização de serviços de saúde que dêem assistência diferenciada aos adolescentes no planejamento familiar, visando à dupla proteção e assistência diferenciada aos adolescentes portadores de DST e HIV.
- Violência e Acidente de Transporte => Articulação com o Programa de saúde da mulher e trauma e violência para a organização de serviços de saúde que dêem assistência diferenciada aos adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, com insumos para contracepção de emergência e retrovirais e atendimento psicossocial às vítimas. Criar mecanismos legais

e/ou normativos que amparem a obrigatoriedade da notificação compulsória de violência, sobretudo sobre as cometidas contra crianças e adolescentes; formular políticas públicas intersetoriais para o atendimento acompanhamento e prevenção, destinadas especialmente aos jovens e aos mais pobres (principais vítimas da violência), bem como as crianças e jovens em situação de risco pessoal e social e dependência de drogas e suas famílias; possibilitar que os jovens sejam protagonistas do enfoque de uma política de segurança pública, especialmente por serem as maiores vítimas e também, se constituírem no grupo que mais comete transgressões sociais; contribuir na implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências com ações articuladas e integradas de diversos setores da sociedade para minimizar o impacto da violência; sensibilizar os profissionais dos serviços de saúde para que haja uma prevenção da violência institucional cometida pelos serviços de saúde.

- Uso de drogas => Ações integradas com os diferentes setores da sociedade para desenvolver estratégias de prevenção ao uso de drogas, principalmente o álcool, na faixa etária de 10 a 14 anos; melhorar a qualificação de profissionais de saúde no atendimento integral a adolescentes; desenvolver com o MEC o Projeto de capacitação de profissionais para prevenção de agravos na saúde reprodutiva e uso de drogas.
- Uso de drogas => Articulação com outros setores como educação, ação social para juntos incentivar a participação juvenil, como estratégia de prevenção e promoção de saúde, perspectivas viáveis para projetos de vida, promover ações educativas com foco nas questões de sexualidade com enfoque de gênero, autocuidado, amor próprio e desenvolvimento de autonomia.

Dentre os aspectos do Programa que precisam ser aperfeiçoados, destacam-se:

- Suficiência das ações: a construção de instrumentos de gestão a Assistência a saúde do adolescente e do jovem na rede SUS tornou-se uma meta do Ministério da Saúde para subsidiar os profissionais a organizar serviços aptos a atenderem resolutivamente a demanda.
- Adequação dos indicadores: o alcance dos índices previstos para os indicadores não depende unicamente das estratégias e ações desenvolvidas pelo Programa. As ações do Programa contribuem para tal redução. Seria mais produtivo para o Programa se os indicadores também medissem o processo relacionado à implantação/implementação e qualificação dos serviços.

Outros aspectos que precisam ser melhorados no escopo do Programa:

- formular uma Política Nacional, dentro dos princípios do SUS, que atenda integralmente as necessidades de adolescentes e jovens;
- sensibilizar gestores estaduais e municipais;
- melhorar a mobilização comunitária, a participação da juventude no processo de construção da Política Nacional de Saúde do Adolescente e do Jovem;
- construir indicadores factíveis com as ações do Programa e a criação de metodologia sistemática de avaliação;
- promover maior inserção e participação efetiva dos adolescentes no sistema de saúde por meio da organização de serviços que enfatizem procedimentos que atinjam, prioritariamente, as demandas mais prementes da saúde deste contingente populacional, de acordo com a faixa etária;

- definir em base epidemiológica os procedimentos, a serem pagos pelo SUS relacionados a atenção integral a saúde do adolescente; e
- avaliar e redirecionar as políticas de saúde com o objetivo de favorecer a qualidade de vida dos jovens e adolescentes.

O Programa priorizou ações para estruturar e aprimorar os serviços de atenção aos estados e municípios. Nesse sentido, várias ações foram implementadas no decorrer desse período, como:

- elaboração de material instrucional para profissionais e material educativo para adolescentes;
- capacitação de recursos humanos, para a qualificação do atendimento;
- apoio técnico e financeiro aos encontros de adolescentes realizados no Brasil (ENA, Tribos Jovens, entre outros);
- articulação com outros seguimentos da sociedade, visando a potencialização das ações (Febrasgo, SBP, CFP, ABEn, Pastoral da Criança, ANDI);
- criação do *site* www.adolesc.br, em parceria com a Bireme/OPAS/OMS;
- implantação de redes de serviços espaços jovens, que visa à integração dos serviços dos diversos setores da sociedade;
- projeto de capacitação em masculinidade para formar equipes multiplicadoras nos estados;
- consolidação da política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências;
- realização de Seminários Macrorregionais sobre Violência Urbana e Saúde Pública, onde buscou-se proceder a um diagnóstico das situações regionais e suas especificidades locais, com ampla discussão sobre os diversos aspectos que geram o crescimento da violência e a formulação de linhas de ação e diretrizes que possam contribuir para a adoção de políticas intersetoriais de redução da violência e promoção da qualidade de vida; e
- elaboração de protocolos de atendimento para apoiar os serviços básicos de saúde.

Destacam-se aspectos da estratégia de implementação que precisam ser aperfeiçoados:

- Plano de avaliação: é necessário a construção de metodologia e instrumentos de avaliação, no sentido de uniformizar e estruturar as informações.
- Organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas: insuficiência de Recursos Humanos e despreparo gerencial.
- Forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse etc.): atraso no repasse pelo mecanismo de convênios e falta de autonomia no gerenciamento financeiro.
- Forma de participação do público-alvo: a partir deste ano começamos a fomentar a participação juvenil nos diversos setores que desenvolvem trabalhos com esse segmento.
- Mecanismos de controle social: existem movimentos de jovens, no País, no entanto, não estão estimulados a cobrar seus direitos.

A principal dificuldade na implantação e/ou implementação das ações do Programa são: o descomprometimento político com as questões da juventude, e o despreparo gerencial de alguns coordenadores estaduais para o encaminhamento das ações no estado.

Como aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para o alcance dos resultados, tem-se:

- A parceria com organizações da sociedade civil, para capacitação de profissionais e/ou assessoria aos estados e municípios projetos de relevância local.
- O acompanhamento sistemático dos projetos desenvolvidos pelos estados e municípios, no sentido de monitorar e assessorar as equipes no desenvolvimento das ações.
- A articulação com os diversos setores da sociedade civil organizada, principalmente do segmento jovem, para o exercício do controle social sobre os serviços de saúde, enfocando a qualidade do atendimento a adolescentes e jovens.

.....
Verifica-se que houve um impacto positivo na população-alvo, visto que ocorreu um aumento substancial de profissionais qualificados para o atendimento a esse segmento. Antes existiam centros de referência para adolescentes, com atendimento básico, em algumas capitais do País, mantidos pelas secretarias estaduais de saúde, mas depois da municipalização da execução das ações, estas foram incorporadas pelo município e algumas foram desmontadas.

Implementação

As ações básicas passaram a ser realizadas pelas equipes do Programa Saúde da Família que, por não terem qualificação para o atendimento diferenciado, não o faziam. Hoje essas equipes estão sendo capacitadas, em todo o País, por diversas frentes, convênios com associações profissionais, congressos, seminários, distribuição de manuais e a capacitação a distância de multiplicadores.

No entanto, quanto a 2001 e 2002, por entraves políticos/administrativos não foi liberado recurso financeiro para a execução da maioria das estratégias dos planos de ação, inviabilizando a continuidade do processo de crescimento e atuação com qualidade do Programa. As poucas ações que não dependiam de recurso financeiro específico do Programa, foram desenvolvidas por meio de parcerias. Em 2002, o Programa só conseguiu desenvolver suas atividades graças a boa articulação com outras áreas do Ministério como, Saúde da Mulher, Coordenação Nacional de DST/AIDS, Trauma e Violência, Departamento de Atenção Básica, Coordenação de Promoção da Saúde, entre outros.

Os recursos orçamentários para a execução das ações que seriam executadas em 2002 são liberados por projetos financiados via convênios. Para o cumprimento da meta física do Programa foram negociados vinte projetos, com universidades, ONG, estados e municípios, mas só foram empenhados três projetos por problemas administrativos.

O Programa também tem enfrentado problemas em termos de recursos materiais e de infra-estrutura. As equipes locais estão desfalcadas, e não estão devidamente qualificadas para atender as especificidades da saúde dos adolescentes. Na gerência do Programa, a equipe é composta por um psicólogo, uma enfermeira e uma pedagoga, ou seja, apenas três técnicos para assessoria a todos os estados do País.

O Ministério da Saúde tem algumas estratégias para sanear tais problemas, como o incentivo a implantação do Programa de saúde da família, a implantação do Programa de Interiorização dos Trabalhadores de Saúde e uma capacitação em massa das equipes.

Quanto ao monitoramento das ações descentralizadas, o mesmo é realizado por um técnico do Programa, mediante assessoria e supervisão *in loco*. A maior dificuldade com relação à elaboração de um mecanismo de controle de execução são as diversas trocas de Gerente que interrompem os processos em andamento. O desempenho físico dessas ações foi abaixo do previsto, pois as Secretarias Municipais de Saúde não têm interesse em implantar as ações do Programa, utilizando-se da justificativa que o mesmo não dispõe de repasses financeiros específicos para a execução das ações.

Uma das principais estratégias de implementação do Programa é a capacitação de recursos humanos, visando a levar aos profissionais dos estados e municípios treinamento quanto à temática do Programa e as necessidades locais. Essas capacitações são integradas com outras áreas do Ministério da Saúde, visando à potencialização dos recursos disponíveis. Procura-se manter os interlocutores informados quanto a Congressos e Cursos, com financiamento da passagem e hospedagem, a cargo dos gestores estaduais e municipais. Para organização de serviços e um atendimento diferenciado e de qualidade aos adolescentes é indispensável a instrumentalização dos profissionais.

Dentre os parceiros do Programa destacam-se: organizações internacionais; associações de classe – ABEn, Febrasgo, SBP, CPF etc.; e organizações da sociedade civil.

As principais parcerias desenvolvidas com outros programas são: Saúde da Mulher, CN DST/AIDS, Departamento de Atenção Básica (Saúde da Família), trauma e violência, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Ministério da Previdência e Ação Social etc.

As parcerias que ainda não foram firmadas, mas que trariam vantagens para a implementação do Programa: universidades; movimentos organizados; fortalecer parcerias com ministérios da previdência e assistência social; esporte e turismo e trabalho. É importante o trabalho com as universidades no sentido de capacitar as equipes locais e legitimar os protocolos para organização dos serviços e com outros ministérios que tenham interfase, sabemos que para a redução dos indicadores é necessário o desenvolvimento de estratégias conjuntas para potencializar o desenvolvimento da juventude.

Não existem mecanismos de participação da sociedade no âmbito do Programa, bem como pesquisas de satisfação do usuário, pela falta de interesse por parte dos gestores estaduais e municipais em investir recurso financeiro em pesquisa de qualidade no atendimento.

Nesse período o Programa enfrentou diversas dificuldades, como:

- Problemas de base administrativa como constantes trocas de gerente, deficiência de pessoal qualificado e mecanismo de repasse mediante convênios.
- Problemas de prioridade de gestão nos estados e municípios que ainda não priorizam ações para este grupo etário.

Saúde do Trabalhador

Resultados

O Programa tem como objetivo reduzir riscos, acidentes e doenças relacionadas ao ambiente e processo de trabalho; e como indicadores: Taxa de Intoxicação por Metais Solventes Orgânicos e Gases Tóxicos; e Taxa de Notificação de Internação por Acidente ou Doença Relacionada ao Trabalho.

As ações, ainda em processo de execução, não puderam proporcionar o impacto desejado na redução dos índices de doenças e de acidentes relacionados ao trabalho. Os resultados obtidos em 2002 ficaram abaixo do esperado.

No momento, há registro de 34% de redução da taxa de mortalidade relacionada ao trabalho no triênio 1999/2001, com base na meta de redução de 40% dos acidentes fatais até 2003, que integra as metas do PBQP. Ressalva-se a necessidade de examinar a metodologia utilizada no tratamento dos dados e no quantitativo da População Economicamente Ativa - PEA, com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD 2001. Para atingir a meta foram desenvolvidas ações em parceria com os ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência e Assistência Social e da Saúde.

Ações Descentralizadas

Implantação/Implementação da Atenção à Saúde do Trabalhador:

- 52 convênios executados;
- 72 Fóruns Institucionais (Oficinas, Seminários e Reuniões Técnicas), atingindo cerca de 400 municípios – 2000-2002;

Capacitação de Recursos Humanos em Saúde do Trabalhador – 2000-2002

- 2.037 profissionais de saúde capacitados em Rede de Cuidados Integrados e LER;
- 3.367 multiplicadores capacitados em Saúde do Trabalhador para Atenção Básica;
- 210 multiplicadores em Vigilância à Saúde do Trabalhador;
- Total de 5.614 profissionais capacitados.

Produção de Instrumentos Educativos e Instrucionais

- Módulo Instrucional de Saúde do Trabalhador para Atenção Básica - 2002;
- Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde - Doenças Relacionadas ao Trabalho - 2001;
- Caderno de Saúde do Trabalhador - Legislação - 2001;
- Caderno de Saúde do Trabalhador – Legislação – 2ª Edição revista e ampliada - 2002;
- Caderno de Saúde do Trabalhador para Atenção Básica, Nº 5-2001;
- Lesões por Esforços Repetitivos (LER) Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT);
- Série A de Normas e Manuais Técnicos, nº 103; nº 104; nº 105 e nº 106 - 2001. (Parceria SES - SP/MS - Editoração e Impressão Gráfica);
- Protocolo de Investigação, Diagnóstico, Tratamento e Prevenção das LER - 2000;

Gerente:

Jacinta de Fátima Senna da Silva

- Produção de cinco vídeos: Acidente do Trabalho; Uma Criança é uma Criança; Abandono e Exploração Infantil; LER/DORT e Ambientes Saudáveis de Trabalho, em parceria com o Programa Educação em Saúde e veiculados junto a TV Futura; e TV Escola - 2001;
- 18 mil cartazes, 12 mil cartilhas e 11 mil *folders*.

Apoio à Gestão Descentralizada

- 12 Assessorias para o Desenvolvimento da Atenção à Saúde do Trabalhador em estados e municípios;
- Produção de instrumentos de gestão: Política Nacional de Saúde do Trabalhador - PNST/2000; Plano de Ação de Saúde do Trabalhador - PAST/2000; Projeto Empresa Saudável - 2000; Termo de Adesão do PAST - 2001; Projeto Rede de Capacitação em Saúde do Trabalhador na Atenção Básica - 2001; Proposição de Ações Mínimas em Saúde do Trabalhador para o Pacto do Plano Diretor de Regionalização; PDR (Proposição a NOAS/SUS 01/2001); Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT Única - 2001.

Publicação de Instrumentos Educativos e de Orientação Normativa

- Termo de Cooperação Técnica entre Ministério da Saúde e Ministério da Previdência e Assistência Social que visa disponibilizar para o Datasus/MS os dados relativos a acidentes e doenças relacionados ao trabalho, por estado e município, oriundos da CAT.

Participação na Elaboração de Portarias, Coordenadas pela SAS/MS

- Portaria n.º 1.969/GM, de 25 de outubro de 2001 - Dispõe sobre o preenchimento de autorização de internação hospitalar (AIH, nos casos de quadro compatível com causas externas e com doenças e acidentes relacionados ao trabalho);
- Portaria 1.679/GM, de 20 de setembro de 2002 - Dispõe sobre a Estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS;
- Portaria nº 656, de 20 de setembro de 2002 - Estabelece Normas para o Cadastramento e Habilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CRST;
- Portaria nº 666, de 30 de setembro de 2002 - Inclusão do Serviço de Atenção à Saúde do Trabalhador na Tabela SIA/SUS.

Desenvolvimento de Projetos Especiais

- Monitoramento e Vigilância da População Exposta ao Benzeno no Brasil;
- Monitoramento e Vigilância da População Exposta ao Asbesto-Amianto (em desenvolvimento);
- Rede de Cuidados Integrais em LER/DORT (início 2000/em desenvolvimento);
- Desenvolvimento de Ações Macrorregionais de Erradicação do Trabalho Infantil (cinco oficinas macrorregionais de sensibilização).

Obs: a estimativa de alcance dos índices depende de informações de base estadual, que estão em fase de processamento. A base de dados utilizada refere-se a 2001.

Outros resultados obtidos, não expressos no PPA 2000-2003:

- Elaboração e aplicação do Módulo Instrucional de Capacitação em Atenção Básica (Módulo do Instrutor e do Aluno).
- Elaboração da Cartilha Família, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, para Agentes Comunitários de Saúde.

Concepção

Os acidentes, doenças e mortes relacionadas ao trabalho no período de 1990 a 1998, segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, foram, em números absolutos, respectivamente 4.141.125, 173.156 e 35.705. Esses números correspondem ao registro dos eventos ocorridos em 30% da população coberta pelo Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, ressaltando-se a ocorrência de expressiva subnotificação desses dados, na ordem de aproximadamente 70%. Acredita-se que esse problema poderá ser minimizado a partir da ação articulada das macropolíticas (Econômica, Industrial e de Geração de Trabalho e Renda etc.). O setor Saúde contribui para a diminuição da ocorrência desses eventos, em parceria intra e extra-setorial.

Alguns aspectos conceituais do Programa necessitam de aprimoramento:

Adequação do objetivo ao problema - A factibilidade do Programa implica em ampliar a capacitação dos profissionais de saúde, concomitantemente com a atenção da saúde do trabalhador na rede de serviços, focalizando os problemas de maior magnitude: acidentes graves, lesões por esforços repetitivos - LER, pneumoconioses, perda auditiva induzida por ruído - PAIR, dermatoses ocupacionais e intoxicações por solventes orgânicos, metais pesados e gases tóxicos. Destaque-se ainda a intoxicação por agrotóxicos.

Adequação dos indicadores - Considerar a taxa de mortalidade por acidente de trabalho com o objetivo de permitir o dimensionamento do impacto do Programa.

Matriz de fontes de financiamento - Há necessidade de ampliação de recursos provenientes de outras fontes, tais como BNDES e organismos internacionais.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Modelo de Desenvolvimento Socioeconômico Vigente: Introdução de critérios de promoção da Saúde nas Políticas de Desenvolvimento Econômico, Industrial e do Comércio, de Ciência e Tecnologia com vistas a implantação de empresas e/ou similares e ao repasse de incentivos financeiros.
- Existência de processos produtivos obsoletos e de tecnologia de ponta: Controle de riscos e agravos decorrentes dos processos produtivos por meio da inserção de práticas promotoras da saúde, de estratégias de capacitação e de treinamentos sistemáticos.
- Falta de cultura na abordagem da relação entre processo de trabalho e adoecimento: Práticas promotoras de introdução dessa abordagem no âmbito do setor educacional e da saúde.

Segundo dados do MPAS, referentes a 2000, os gastos socioeconômicos com a execução insatisfatória da Política de Saúde do Trabalhador, foram da ordem de 23,6 bilhões, considerando benefícios acidentários, reabilitação profissional, aposentadorias especiais, saúde, re-treinamento, horas de trabalho perdidas e transtornos familiares. Os gastos do Setor Saúde nos anos 2000 a 2002, foram estimados em 63,3 milhões (Fonte: MS/SAS/DCAS-Datasus). Estes dados apontam os possíveis prejuízos socioeconômicos com a morbimortalidade relacionada ao trabalho, inferindo a necessidade de ajuste nas políticas socioeconômicas.

Implementação

Embora esteja em andamento, a expansão das ações de Saúde do Trabalhador na Rede de Saúde, ainda não foi suficiente para causar impacto redutor significativo nos indicadores de doenças e agravos à saúde dos trabalhadores.

O orçamento não foi executado em sua totalidade em decorrência de fatores tais como: modalidade de repasse por convênio que implicam em atraso nos repasses financeiros para estados e municípios, dificuldades gerenciais como ainda baixa descentralização, baixa capacidade operativa local,, equipe central reduzida para apoio e cooperação técnica.

Em consequência ocorreram: prorrogação de aproximadamente 98% dos convênios celebrados, baixa execução financeira do ano fiscal, não cumprimento das metas estabelecidas e redução do orçamento proposto para o ano seguinte. Portanto, o cumprimento de metas físicas, ficou abaixo do previsto, mesmo porque os recursos financeiros liberados ficaram aquém das necessidades de execução previstas na LOA 2002 - R\$ 13.987.000,00, tendo sido aprovado R\$ 5.100.000,00, e empenho liquidado R\$ 1.189.923,44. Deve-se ainda levar em consideração: atraso nos repasses financeiros para os estados e municípios, falta de autonomia do gerente, bem como, baixa capacidade operativa local. A insuficiência de recursos origina diminuição do número de profissionais de saúde a serem capacitados, alteração no plano de trabalho original e prorrogação do prazo limite de execução.

Outras restrições ao bom desempenho das ações de maior impacto foram:

- atraso na prestação de contas dos estados e municípios - os estados e municípios têm alegado que o atraso na prestação de contas deve-se as dificuldades nos processos de licitações para compra de equipamentos. Falta distribuidor local dos equipamentos licitados, mudanças de governos; e
- contratos, convênios e licitações - dificuldades nos processos de licitações para compra de equipamentos e falta de distribuidores locais dos equipamentos licitados.

Muitas vezes tende-se a formar um círculo vicioso, pois o atraso na liberação de recursos inviabiliza o cronograma e atraso no cumprimento das metas, o que leva à solicitação de prorrogação da execução do projeto. A prorrogação, por sua vez, não pode ser negada, sob pena de comprometer o que já foi executado e o que está em execução.

A atuação por meio de projetos, a exemplo da Rede de Cuidados Integrals em LER e da Vigilância à População Exposta ao Benzeno no Brasil, foram estratégias que contribuíram para a obtenção dos resultados. Tais projetos aperfeiçoaram os mecanismos de ação descentralizados, evidenciando o contexto dos problemas relativos à saúde do trabalhador e melhorando a capacidade diagnóstica dos estados integrantes.

A realização dos cursos de capacitação em Saúde do Trabalhador na Atenção Básica e Vigilância foram adiados por diversas vezes, tendo em vista o atraso do repasse dos recursos financeiros aos estados ou municípios, dificuldade do pagamento de hora-aula aos professores que administraram os cursos; o não pagamento de passagens e diárias aos professores, a não disponibilidade de agenda por parte dos instrutores, tendo em vista o adiamento dos cursos previamente agendados pelas coordenações estaduais e municipais.

Para monitoramento sobre o desempenho físico das ações com execução descentralizada, as informações são obtidas por meio de relatórios, oficinas de avaliação, informação via *e-mail*, telefone e visitas de técnicos *in loco* para

avaliação das ações desenvolvidas pelo convênio. No âmbito da gerência foi iniciado o processo de discussão de um instrumento para monitoramento e avaliação das ações. As principais dificuldades enfrentadas foram: atraso na liberação dos recursos financeiros para os projetos estaduais e municipais; baixa capacidade operativa e conseqüente descumprimento do cronograma de utilização dos recursos financeiros pelos parceiros e equipe técnica reduzida para o acompanhamento operacional das metas estabelecidas. Esses fatores dificultaram o controle da execução física. Para melhorar o desempenho físico das ações com execução descentralizada, sugere-se o desenvolvimento de Curso de Gestão nas 27 Unidades Federadas, aumento de pessoal técnico e ampliação do processo de capacitação em curso.

Os estados e municípios não dispõem de recursos humanos adequados para implementação do Programa, além da Coordenação ser gerenciada por profissionais que não são da área. A insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais em gestão tem gerado algumas dificuldades como: aplicação dos recursos financeiros de acordo com o que foi proposto no convênio; discussão local sobre o cumprimento das metas.

Os esforços da equipe gerencial voltados para capacitação, foram além das expectativas, levando-se em conta a redução da equipe técnica. Possibilitou-se a participação de dois Técnicos da Coordenação de Saúde do Trabalhador no Curso de Especialização em Gestão Compartilhada e Valores Humanos, com carga horária de 360 horas, realizado durante o expediente de trabalho. Espera-se que o mesmo possa redundar no melhor desempenho da área.

A capacitação nos estados e municípios foi avaliada pela Oficina de Trabalho, com a participação de representantes dos Estados de SP, TO, CE, AP, GO, PB e MT. Os resultados desta oficina foram positivos, sendo produzido um instrumento de avaliação para o processo de capacitação. O material utilizado para a capacitação esta sendo testado.

Dentro das limitações locais, as SES e SMS esforçaram-se para viabilizar a realização, em parcerias, dos cursos de capacitação da atenção básica e com outras instituições. Em alguns estados foram realizados mais de um curso, a exemplo de Goiás, o que significou fator positivo, visto que os profissionais foram sensibilizados e capacitados para o desenvolvimento do Projeto Observatório em Saúde do Trabalhador que objetiva construir práticas integradas, multissetoriais e transversais.

No plano intra-setorial estabeleceu-se parcerias com os Programas Saúde da Mulher e Saúde Mental. A parceria com os Programas Saúde da Criança e do Adolescente, Dermatologia Sanitária, Pneumologia e Saúde Bucal encontra-se em fase de articulação, com algumas ações já definidas. A inter-relação destes programas é imperiosa para o desenvolvimento de ações transversais e potencialização dos resultados. Contudo, existem dificuldades de acesso aos planos de ações de outras áreas que possuam interface com o Programa e a falta de cultura institucional de integração sistemática das ações de saúde de um modo geral e das próprias demandas dos programas. No plano intersetorial, é necessário desenvolver parcerias com os ministérios do Meio Ambiente; da Ciência e Tecnologia; da Agricultura; da Educação e da Indústria e Comércio para consecução dos objetivos do Programa.

A parceria com os ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social resultou no cumprimento da meta Trabalho é Vida e na atualização de normas regulamentadoras.

No âmbito do Ministério da Saúde, fez-se parceria com o Departamento de Atenção Básica a qual propiciou a produção de materiais educacionais e instrucionais, e a capacitação de profissionais da rede em Saúde do Trabalhador.

O desenvolvimento do campo da saúde do trabalhador é muito dependente da articulação com a sociedade, visto que as normas institucionais e legais que o regem exigem mecanismos de controle social, especialmente pelos conselhos de saúde e suas comissões de saúde do trabalhador, no planejamento e execução das ações. O Programa foi concebido nesta perspectiva e o grau moderado de participação da sociedade, deve-se ao fato de que esses mecanismos encontram-se em processo de instituição.

No processo de avaliação da capacitação foram ouvidos os participantes dos diversos cursos ministrados e, por meio de questionários, avaliou-se os conhecimentos adquiridos para modificação do atendimento em saúde do trabalhador. A avaliação dos instrumentos de orientação e de educação foi positiva. A atenção aos trabalhadores nas unidades de saúde é considerada como reativa, assistencial, direcionada aos agravos (carecendo de ações proativas dirigidas aos fatores de riscos, que determinam esses agravos) e sem a preocupação com os conseqüentes direitos previdenciários dos trabalhadores.

Entende-se que a implementação de pesquisa de satisfação dos usuários deve estar inserida na política de saúde como um todo. E, dessa maneira, conter o componente relativo ao Programa Saúde do Trabalhador. A periodicidade para esse componente que mais parece adequada é bianual, portanto, não temos um instrumento específico para medir o grau de satisfação do usuário.

Saúde Mental

Resultados

O Programa tem como objetivo reverter o atual modelo hospitalocêntrico para um modelo de intensificação da atenção extra-hospitalar, implementando serviços ambulatoriais, de base comunitária que permitam a reinserção do paciente na comunidade e a sua integração familiar e social. A diminuição do número de leitos e, conseqüentemente, do número de internações devem caminhar junto com a criação e a consolidação destes serviços substitutivos.

O Programa apresenta dois indicadores: Prazo Médio de Permanência Hospitalar por Transtornos Mentais no SIH/SUS; e Taxa de Gasto com Internações por Transtornos Mentais no Total de Gastos com Saúde Mental no SUS.

O índice para o indicador Taxa de Gastos em Internações Psiquiátricas em Relação ao Total de Gastos em Saúde Mental tem diminuído, conforme esperado, passando de 94% no início do PPA para 80,28% em 2002.

Em relação ao indicador Prazo Médio de Permanência Hospitalar por Transtornos Mentais no SIH/SUS, pode-se observar uma diminuição gradativa. Considerando os dados obtidos junto ao Datasus, no início do PPA o prazo médio de permanência era de 49 dias/mês; em 2001 esta média estava em torno de 45,5 dias/mês. Embora no Datasus o número médio de dias apareça em torno de 47 dias/mês, em 2002 (Brasil), observa-se que na maioria dos estados esta média está em torno de 40 dias/mês.

A partir de 2001 foi estabelecido um mecanismo de registro e diferenciação para os pacientes com longo tempo de permanência em regime de internação, o que implicou em aumento do tempo médio de permanência registrado para este subconjunto de pacientes, mas com reflexo no cômputo geral, pela mudança dos mecanismos de registros e não por aumento no tempo médio real de internação. Assim, para se calcular o indicador referente ao tempo médio de internação fez-se necessário distinguir os transtornos que acarretam uma permanência continuada.

Nos dois últimos anos foi possível observar uma diminuição do número de internações, concomitantemente com a consolidação dos serviços substitutivos.

No ano de 2002, foram obtidas grandes conquistas no fortalecimento da rede de atenção em saúde mental, de base comunitária. O panorama evoluiu de 295 serviços tipo CAPS cadastrados em junho de 2002 para 424 serviços, tipo CAPS, sendo 382 para transtornos na área de saúde mental e 42 específicos para transtornos decorrentes do uso de álcool e drogas. Houve também a avaliação por meio do instrumento PNASH/Psiquiatria de 244 hospitais psiquiátricos e 59 unidades psiquiátricas em hospitais gerais.

Considerando o período de 2000-2002, foram muitos os resultados positivos no Programa Saúde Mental.

A diminuição do prazo médio de permanência hospitalar por transtornos mentais vem ocorrendo, porém ainda de forma muito lenta. É necessário dar continuidade e fortalecer o processo de qualificação dos hospitais psiquiátricos, em especial a continuidade do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH/Versão Psiquiatria), e incentivar a expansão e a consolidação da rede extra-hospitalar.

Gerente:

Pedro Gabriel Godinho Delgado

Em relação ao indicador taxa de gastos com internações psiquiátricas por transtornos mentais no SUS, é possível observar uma diminuição gradual, porém constante, que acontece juntamente com o aumento dos investimentos de recursos nos serviços extra-hospitalares, com o aumento gradativo da rede de assistência ambulatorial. Cabe continuar o processo de expansão da rede assistencial substitutiva, fortalecendo e incentivando também os serviços residenciais terapêuticos.

De um modo geral, os impactos sobre o público-alvo têm sido bastante positivos, a programação da área contempla um dos maiores desafios da área, que é a ampliação da cobertura assistencial, aumentando o número de serviços extra-hospitalares, além de melhorar a qualidade da atenção por meio do Programa Nacional de Capacitação e Atualização de profissionais que atuam na área, não só nos serviços específicos da área mas também junto as equipes da atenção básica de saúde.

No Programa **Saúde Mental**, tem-se procurado desenvolver ações que visem à inclusão e participação efetiva dos usuários, familiares, gestores e prestadores de serviços de forma paritária. O impacto do Programa sobre o público-alvo é considerado positivo, tendo em vista a efetiva participação de representantes dos usuários do SUS por ocasião de reuniões, eventos, conferências. Além disso a área de saúde mental tem participado efetivamente da Comissão Intersectorial de Saúde Mental, do Conselho Nacional de Saúde.

Em relação as ações desenvolvidas em 2002, destacaram-se: a realização do Seminário Nacional para Reorientação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico que marca o início de uma importante interlocução entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça e as instâncias estaduais e municipais; o fortalecimento do Programa Nacional de Capacitação de RH segundo os princípios da Reforma Psiquiátrica; e o lançamento do Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada para os Usuários de Álcool e Outras Drogas.

Um dos principais impactos negativos sobre o público-alvo do Programa é a não execução física e orçamentária da ação do incentivo bônus. Esta ação tem como objetivo principal beneficiar os pacientes longamente internados, auxiliando na manutenção dos mesmos no processo de desinstitucionalização. Desde o início do PPA tem-se buscado, sem êxito, resolver uma pendência jurídica. Embora a Lei nº 10.216, no seu artigo 5, tenha previsto a criação de política específica de alta hospitalar planejada e reabilitação social assistida. Este vinha preocupando a área, pois em função da não execução física e orçamentária, os recursos destinados para essa ação vêm diminuindo a cada ano. Porém, no atual Governo, esta ação será executada a partir da publicação de uma Medida Provisória Presidencial.

Muitos desafios ainda existem para a área como a consolidação da rede assistencial; a redução gradual dos leitos psiquiátricos; a avaliação/reclassificação de outros serviços extra-hospitalares como os hospitais-dia e ambulatorios; a atenção psiquiátrica em hospitais gerais; a garantia da continuidade da aplicação do PNASH/Versão Psiquiatria; a garantia da alocação dos recursos do FAEC, ou outra fonte, que consolide os serviços de atenção psicossocial cadastrados em 2002 e que serão cadastrados; a ampliação e consolidação dos serviços residenciais terapêuticos; além da formulação de políticas específicas de atenção em saúde mental para a população prisional, Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa etc.

Sem dúvida, um dos principais desafios é a ampliação da cobertura, ou seja, aumentar o acesso aos usuários. Com a ampliação da rede extra-hospitalar foi possível, embora ainda não de forma tão homogênea aumentar a oferta de serviços tipo CAPS (saúde mental e álcool e drogas), em quase todos os estados brasileiros.

Destacamos alguns dos principais resultados em 2002:

- Implantação do PNASH/Psiquiatria - a aplicação do PNASH em todos os Hospitais Psiquiátricos e nas unidades psiquiátricas em Hospitais Gerais, possibilitará o acompanhamento, a avaliação e a tomada de medidas corretivas quando necessário, em relação aos serviços prestados - Rede SUS.
- Publicação da Portaria nº 2.391 - a referida portaria regulamenta a Lei nº 10.216, de 2001, no que se refere as internações psiquiátricas voluntárias e involuntárias, garantindo os direitos de cidadania dos portadores de transtornos mentais que necessitam de internações.

Resultados Esperados para 2003:

- ampliação da rede extra-hospitalar, aumentando o número de Serviços Residenciais Terapêuticos, Centros de Atenção Psicossocial, além da busca da melhoria da qualidade da atenção nos hospitais gerais e ambulatorios;
- aplicação do PNASH/Psiquiatria em todos os Hospitais Psiquiátricos e unidades de Psiquiatria em Hospitais Gerais;
- redução progressiva de 5 mil leitos psiquiátricos em 2003;
- assegurar a continuidade dos mecanismos de financiamento da rede de serviços tipo CAPS.
- fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Capacitação de RH para a Reforma Psiquiátrica, incluindo os profissionais dos manicômios judiciários;
- implantação efetiva do Incentivo Bônus, esta ação reforça a reintegração sociofamiliar dos pacientes que vivem há longos anos em hospitais psiquiátricos;
- implantação de Programas Permanentes de Reintegração Social junto a 40% dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico;
- incentivar a participação de familiares de pacientes com transtornos mentais na discussão do processo da reforma psiquiátrica, bem como investir na capacitação do leigo, conforme modelo teórico adotado pela OMS, consubstanciado na noção de familiares como parceiros no tratamento, promovendo um aumento da autonomia dos familiares para lidar com problemas decorrentes de tais transtornos.

.....

Estima-se que o número de pessoas que necessitam de atendimento regular e contínuo (considerando-se a população brasileira de 169 milhões) gira em torno de 4 a 5 milhões de pessoas, portadoras de transtornos como psicoses, neuroses graves, deficiência mental acompanhada de outros transtornos e pessoas com problemas clínicos importantes decorrentes do consumo de álcool e drogas. Além disso, existe a demanda representada por pessoas com transtornos decorrentes da exposição a situações de vulnerabilidade social extrema e de risco – as graves situações de violência urbana, doméstica, contra a mulher e a criança, as situações de desemprego e abandono, a tragédia da exclusão social, são vários os exemplos, com repercussões psicossociais intensas e graves e que não estão sendo atendidas no sistema de saúde.

Concepção

Acrescente-se a esta clientela de quase 5 milhões de pessoas, que precisaria estar sendo atendida agora, neste momento, de maneira regular e contínua, pela rede pública, todos aqueles homens, mulheres e crianças com outros transtornos, de menor gravidade porém de intenso sofrimento, os quais se manifestam como sintomas de ansiedade, depressão, fobias, condutas obsessivas, inibições, isolamento, insegurança, seja em decorrência de situações da vida ou que surgem aparentemente sem nenhum motivo ancorado em seu cotidiano. Este conjunto de agravos atinge cerca de 15 milhões de brasileiros, dos quais uma proporção muito pequena consegue ter acesso a consultas particulares ou através de convênios do Seguro-Saúde (convênios que, praticamente de forma padronizada, estabelecem duras restrições para o atendimento psiquiátrico ou psicológico). Portanto, a situação se apresenta com uma importante lacuna, do sistema público de saúde em relação a atenção aos transtornos mentais. Desta forma, a questão da extensão das ações de saúde mental, do aumento de cobertura e da inclusão da saúde mental no sistema de atenção primária ou básica é crucial.

A seguir, a relação das principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias:

- Rede de serviço de atenção mental insuficiente para atender a demanda: ampliar e fortalecer a rede de assistência extra-hospitalar
- Criar mecanismos que dêem suporte à desinstitucionalização: implantar ação Incentivo-bônus; estimular a implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos
- Modelo de cultura - estigma: trabalhar a mudança de referencial da cultura

Outros produtos desenvolvidos e que não estão descritos no PPA são a elaboração de atos normativos, realização de eventos técnicos, participação em comissões e grupos de trabalho, elaboração de material instrucional e publicações técnicas.

A concepção do Programa é adequada, pois a reversão do modelo se justifica, uma vez que existe no País um número significativo de pessoas, longamente internadas em hospitais psiquiátricos, com possibilidade de alta hospitalar. Sendo necessário o fortalecimento e a ampliação da rede de atenção extra-hospitalar, em saúde mental, para melhor atender a demanda existente.

Reforçando a importância do Programa, cabe lembrar o estabelecido na Lei nº 10.216, de 2001, sancionada pelo Presidente da República, que dispõe sobre a proteção dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada em alguns aspectos:

- Melhorar o processo de liberação de recursos no que se refere as várias etapas de tramitação e liberação dos recursos referentes aos convênios celebrados.
- Melhorar o acesso de informações nas diferentes etapas (principalmente as fontes relacionadas aos sistemas que possibilitam o acompanhamento dos projetos).

Contribuíram para a obtenção dos principais resultados:

- Integração entre as esferas de governo, nos três níveis, no desenvolvimento das ações.
- Envolvimento crescente da participação dos usuários e familiares.

Implementação

Em 2001 os esforços foram centrados na organização e mobilização das conferências municipais, estaduais e a nacional de saúde mental, na aprovação da Lei nº 10.216, e no fortalecimento das relações entre as diferentes esferas de governo. Além disso foram elaborados diversos atos normativos, tendo por objetivo a regulação dos serviços e a criação de instrumentos específicos para avaliação dos mesmos, como o PNASH/Versão Psiquiatria.

Em 2002, os esforços foram direcionados para o fortalecimento e a ampliação da rede extra-hospitalar, e para a aplicação do instrumento de avaliação dos Serviços Hospitalares Psiquiátricos.

Cabe destacar que, em 2000, houve mudança na gerência do Programa. Além disso, o Programa, que até 2000, estava ligado à Secretaria de Políticas de Saúde - SPS, passou para a Secretária de Assistência à Saúde - SAS. O Ano de 2000 foi marcado pelo processo de transição e composição de uma equipe mínima para desenvolver as diferentes atribuições do Programa de Saúde Mental. O gerente do Programa desempenha também a função de coordenador, no âmbito nacional, da área de saúde mental.

Em 2002, os recursos financeiros liberados foram considerados insuficientes, pois para cumprir o planejamento interno do Programa é necessário aumentar os recursos disponíveis para a área (ampliar rede de CAPS, formação de RH, realização de eventos técnicos, elaborar e distribuir publicações diversas, ampliar serviços tipo residenciais terapêuticos, ambulatoriais e as unidades psiquiátricas em hospitais gerais). Entretanto, mesmo com recursos financeiros insuficientes, o Programa conseguiu cumprir suas metas físicas em relação a algumas ações como a Implantação dos Serviços, em função da alocação de recursos extra-orçamentários e de parcerias que são celebradas. No entanto, só recursos de parceiros não garantem a realização nem a continuidade das ações.

No ano de 2002 o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada pela área, na medida em que alguns projetos aprovados pela área não receberam os recursos. Em sua maioria tiveram os termos de convênio emitidos mas não foram pagos. Listamos abaixo alguns pontos que contribuíram para as dificuldades citadas anteriormente:

- Atraso na liberação de recursos - alguns projetos que são aprovados com vistas à celebração de convênios recebem os recursos com atraso, acarretando o retardo da programação e execução. Em alguns casos acontece defasagem nos valores solicitados, em especial quando são valores com vistas a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.
- Restos a pagar - alguns recursos que não são repassados aos proponentes ficam como restos a pagar, sendo executados somente no exercício seguinte.
- Atraso na prestação de contas dos estados e municípios - a prestação de contas é encaminhada direto ao Fundo Nacional de Saúde - FNS. O Programa necessita de um relato breve ou um resumo a respeito da mesma. A área acompanha a prestação de algumas ações em especial.
- Contratos, convênios e licitações - o repasse dos recursos é realizado mediante celebração de convênios. Identificamos uma série de dificuldades que vão desde a morosidade do processo, erros de preenchimento dos formulários, até a não apresentação da documentação exigida.

Houve também interferências nos processos de contratos e convênios na implementação do Programa em 2002, dentre os fatores restritivos, citamos:

- Inadimplência - estados e municípios inadimplentes não celebram convênios. Muitas vezes são municípios e estados estratégicos para o fortalecimento do Programa.
- Exigência de Contrapartidas - alguns estados e municípios consideram muito alto o percentual de contrapartida, alguns sugerem que os recursos humanos sejam aceitos como contrapartida.
- Lentidão da tramitação - o processo entra no núcleo estadual, que encaminha para o FNS (Brasília). Este Fundo analisa a documentação e após encaminha para o Programa, para emissão de parecer e devolução para o FNS via secretaria executiva ou gabinete do ministro, conforme orientação. Quando faltam documentos e/ou formulários o próprio fundo entra em contato com o proponente para solicitar o envio e, em alguns casos, é solicitado que a área faça o contato com o proponente. Verificamos também que alguns processos são analisados pela área técnica, porém na hora da emissão do termo de convênio o projeto/processo é identificado como sendo de outro Programa. Este fato dificulta o acompanhamento do processo.

O controle se dá basicamente mediante o recebimento de relatórios e o acompanhamento por meio de contato direto com as coordenações estaduais e municipais de saúde mental.

Um banco de dados atualizados está sendo organizado, com dados e informações sobre os serviços existentes e sobre as características de cada serviço, incluindo o seu desempenho, cobertura e produção. Uma das principais dificuldades no monitoramento refere-se ao reduzido número de técnicos da área para atender a demanda.

O Programa tem estabelecido parcerias com diferentes instituições governamentais, representações de usuários e prestadores de serviços, para a formulação de políticas de atenção aos portadores de transtornos mentais. Alguns exemplos são as parcerias com o Ministério da Justiça, para a formulação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e da Política Nacional de Saúde para os Adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Muitas outras parcerias são estabelecidas, intra e intersetorial, como exemplo pode-se citar a parceria estabelecida com o Ministério Público na regulamentação da Lei nº 10.216, no que se refere a internação voluntária, involuntária e compulsória. Parceria com a Coordenação Nacional-DST/Aids, na elaboração de estudo sobre prevalência de HIV/Aids entre os pacientes internados em hospitais psiquiátricos e em atendimento nos CAPS - Centros de Atenção Psicossocial, com O MEC e Senad na elaboração de documento sobre habilidades necessárias para o curso de formação de técnicos em atenção aos portadores de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, Saúde da Criança, Saúde do Trabalhador, MJ, OPAS/OMS, Senad, PR, MP, Câmara dos Deputados, Associações, ONG, secretarias estaduais de saúde e municipais etc.

Estas parcerias são fundamentais na execução de ações que atendam as reais demandas dos usuários e o oferecimento de atenção integral, considerando aspectos, sociais de garantia de direitos, de saúde, de assistência social, de educação etc.

A área técnica tem realizado, sempre que possível, seminários e reuniões técnicas, com vistas ao aperfeiçoamento das equipes responsáveis pela implementação das ações. As principais dificuldades encontradas referem-se a questões de agenda e de recursos financeiros. Cabe destacar o interesse demonstrado pelos gestores estaduais e municipais em participar destas capacitações.

Numa análise mais detalhada em relação a deficiência de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura do Programa no exercício de 2002, percebe-se alguns fatores desta ordem que prejudicaram a sua implementação:

- Recursos materiais insuficientes.
- Infra-estrutura inadequada.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial - é necessário investir na atualização da equipe técnica do Programa, embora os mesmos apresentem qualificação para a realização dos trabalhos.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais - a formação de RH para a reforma psiquiátrica é uma das prioridades da área de saúde mental. Foi incluída a ação de capacitação de RH para a reforma psiquiátrica para o ano de 2003. A inclusão de tal ação possibilitará a formação, especialização e atualização das equipes que atuam na área de saúde mental, em especial as equipes dos novos serviços implantados.

No Conselho Nacional de Saúde existe a Comissão Intersetorial de Saúde Mental, da qual o gerente participa, enquanto representante do Ministério da Saúde. Além disso, a área tem canal aberto com diferentes movimentos e representações de usuários, profissionais, prestadores de serviços (movimento da luta antimanicomial, associação de usuários e familiares de saúde mental, conselhos profissionais, conselhos municipais e estaduais de saúde etc.).

Ressalte-se a maciça participação e representação destes segmentos nos eventos e ações desenvolvidos pela área.

Foi estabelecida parceria com a coordenação Disque-Saúde, que muito tem contribuído para conhecer a opinião dos usuários. Outra forma de avaliação da satisfação do usuário se dá por meio da participação de representantes da área no Conselho Nacional de Saúde e na Comissão Intersetorial de Saúde Mental. Finalmente, o Programa de Avaliação dos Serviços Hospitalares, constitui-se uma das principais fontes de pesquisa sobre a satisfação dos usuários com a atenção recebida.

Além destas, está sendo organizado um instrumento de avaliação e acompanhamento dos serviços extra-hospitalares que foram cadastrados em 2002.

Saúde Suplementar

Resultados O objetivo do Programa é garantir aos consumidores de planos ou seguros de assistência à saúde os serviços contratados e sua adequação ao estabelecido na regulamentação do setor.

O Programa possui três indicadores, que são: Coeficiente de Denúncias de Segurados; Taxa de Operadoras Fiscalizadas; e Taxa de Cobertura da População.

Todos apresentaram variações favoráveis e expressivas:

Indicadores	2000	2001	2002	variação
Denúncias	0,17	0,26	0,34	100%
Fiscalização	39%	64%	70%	79,5%
Cobertura	16,54%	18,10%	20,30%	21,1%

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, órgão responsável pela execução do Programa, é de criação recente (2000), porém demonstra, pela evolução dos indicadores, que está progressivamente adquirindo maior capacidade de atuação.

O aumento do número de denúncias em 2001 deve-se à criação de um canal de comunicação com o consumidor, o disque ANS, criado neste ano. A diminuição do número de denúncias em 2002 é atribuída ao crescimento da taxa de fiscalização desde 2001, inibindo práticas irregulares, passíveis de denúncia. Em 2002, também foi realizada uma campanha de *marketing* institucional, com ênfase no consumidor de planos e seguros privados de saúde. Espera-se que em 2003 haja uma redução no número de denúncias recebidas, devido à apuração adequada das denúncias, atividade correlacionada à fiscalização de operadoras, a qual inibe práticas em desacordo com a legislação de saúde suplementar.

O crescimento da taxa de fiscalização não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, na medida em que houve aumento da fiscalização ativa, ou seja, aquela que não é originada de uma denúncia, em detrimento da fiscalização reativa, que diminuiu em quantidade, motivada tanto pela diminuição do número de denúncias, quanto pelo aumento das fiscalizações ativas. Também tem-se buscado o aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização, priorizando aquelas derivadas de análise técnica, assistencial e econômico-financeira, que cresceram de 111, em 2001, para 942, em 2002. Além disso, foi criada a sistemática de fiscalização ativa, no primeiro semestre de 2002, de natureza bem mais abrangente, tendo sido efetuadas 185 fiscalizações desse tipo no referido exercício. Espera-se, desta forma, reduzir paulatinamente o número de fiscalizações reativas, oriundas de denúncias recebidas, de natureza mais restrita, que apresentou a seguinte variação: 8.028, em 2001; e 8.355, em 2002.

Outro resultado que merece ser mencionado é o aumento da capacidade de garantir o cumprimento da legislação, por meio da normatização da aplicação de penalidades e da ampliação de seus impactos, através da instituição do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso de Conduta.

Gerente:

Roger Cardoso Pires da Rosa

A Câmara de Saúde Suplementar passou a atuar de maneira cada vez mais sistemática e a ANS passou a utilizar-se de câmaras técnicas, para maior aprofundamento da discussão dos temas do setor, além de instituir a consulta pública como instrumento de debate.

No âmbito da regulamentação, tornou-se obrigatório que todas as operadoras se utilizem do Regime de Competência para Registro Contábil, ao invés do Regime de Caixa que todas utilizavam, fazendo com que houvesse alterações no perfil de seus balanços, que passaram a ser de publicação também obrigatória. Isso não muda a realidade econômico-financeira das empresas, mas dá mais transparência e visibilidade a desequilíbrios já existentes.

O indicador Taxa de Cobertura da População também apresentou evolução positiva, a qual pode ser creditada, parcialmente, à maior segurança contratual propiciada pela regulamentação e fiscalização da assistência prestada pelos planos e seguros privados de saúde. No entanto, vale recordar que o índice também é diretamente influenciado por importantes variáveis macroeconômicas, tais como o crescimento do Produto Interno Bruto e da renda disponível, especialmente nos segmentos de classe média.

Em relação à situação inicialmente planejada para os indicadores, há que se considerar que a Saúde Suplementar se constitui em uma área de atuação governamental nova, cujo conhecimento ainda é reduzido e na qual o Estado esteve praticamente ausente nos últimos trinta anos, somente iniciando sua regulação efetiva em junho de 1998. Assim, tendo em vista a falta de estudos técnicos precedentes suficientes, não foram estabelecidos índices ao final do PPA para os indicadores Coeficiente de Denúncias de Segurados e Taxa de Cobertura da População. Apenas o indicador Taxa de Operadoras Fiscalizadas possui um índice previsto para 2003, o qual já foi superado em mais de 40%.

É importante ressaltar que o ano de 2002 trouxe, para o Programa **Saúde Suplementar**, importantes conquistas, fazendo avançar a regulação de um setor que atinge diretamente 35,4 milhões de brasileiros. Foram editadas, em 2002, pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, 21 Resoluções Normativas, duas Resoluções de Diretoria Colegiada, 112 Resoluções Operacionais, duas Súmulas Normativas e quinze diferentes Instruções Normativas. Mais do que números, cada uma dessas ações representa a atenção da ANS para um setor que cresceu e se desenvolveu com muitas distorções e, durante mais de trinta anos, quase que sem qualquer interferência do Estado.

Dentre as ações do Programa, merecem destaque: o ressarcimento ao SUS, que encontrou um caminho mais concreto, sendo recolhidos pela ANS R\$ 35 milhões, os quais foram repassados ao SUS; a revisão e aperfeiçoamento das primeiras normas editadas pela Diretoria Colegiada da ANS; e a ampliação da participação dos atores do setor em câmaras e consultas.

Os avanços na metodologia empregada para o cálculo do reajuste por variação de custo dos contratos individuais e familiares, também merecem destaque. Como consequência, foi possível fixar um reajuste bastante próximo ao da média praticada no mercado de planos coletivos, fazendo repassar para o consumidor individual de planos e seguros privados de saúde o ganho da negociação obtida entre pessoas jurídicas.

O aperfeiçoamento normativo e dos mecanismos de acompanhamento e controle das operadoras teve reflexos concretos e imediatos para o setor de saúde suplementar. Em 2002, a ANS instalou 74 direções fiscais, as quais geraram sete liquidações extrajudiciais decretadas, cabendo mencionar que a Agência orientou a absorção da carteira pelo mercado, a fim de evitar prejuízo à continuidade da assistência aos consumidores afetados. Por esse mesmo instrumento, em 2002 foram saneadas seis operadoras postas em direção fiscal, permitindo que seus consumidores mantenham seus planos de assistência à saúde em condições efetivas de receber o atendimento contratado.

Mais importante, porém, é destacar o caráter preventivo das ações da ANS, pois são diversas as iniciativas adotadas com vistas a evitar que as operadoras cheguem ao estágio do regime especial. A guisa de esclarecimento – e para ilustrar melhor essa afirmação – a Agência já aprovou trinta Planos de Recuperação, dos mais de noventa exigidos, o que, juntamente com outras medidas, resultou o aumento do patrimônio das operadoras em acompanhamento na ordem de R\$ 162 milhões, dos quais a maior parcela já integralizada.

Os avanços obtidos em 2002, são refletidos nos principais resultados alcançados pelo Programa, listados a seguir:

- A fiscalização das operadoras de saúde suplementar contempla dois importantes projetos, denominados respectivamente Cidadania Ativa e Olho Vivo. Como resultado de ambos os projetos, a ANS realizou, no exercício de 2002, 9.573 ações de fiscalizações em 1.319 operadoras, que geraram a aplicação de 2.478 autos de infração. Das fiscalizações efetuadas, 8.846 referem-se a fiscalizações reativas geradas a partir de 12.028 denúncias recebidas, em sua maioria por meio do Disque ANS - Central 0800 de Atendimento ao Consumidor, e 942 foram derivadas de análise técnica, assistencial ou econômico-financeira. Já as fiscalizações pró-ativas, realizadas a partir do segundo semestre de 2002, no âmbito do Projeto Olho Vivo, totalizaram 185 ações.
- A ANS centralizou as operações do ressarcimento ao SUS, estabelecendo em 2002 uma nova metodologia para o processo. Tal medida gerou um enorme esforço gerencial para a manutenção e sistematização do processo de ressarcimento, imprimindo um significativo incremento no volume de análises e prazos. Houve, assim, uma significativa evolução, da ordem de 87% no número de beneficiários identificados que receberam assistência do SUS, na comparação entre julho de 2001 e novembro de 2002. No mesmo período, houve um acréscimo de 1.412% no valor das cobranças às operadoras (de R\$ 11,8 milhões para R\$ 179,1 milhões) e de 689% nos valores efetivamente pagos pelas operadoras (de R\$ 4 milhões para R\$ 32 milhões). O objetivo do sistema de ressarcimento é recuperar os recursos financeiros gastos pelo SUS na prestação de atendimento a beneficiários de planos privados de assistência à saúde.
- Como já citado, a forma de cálculo dos reajustes nos planos de saúde avançou bastante no exercício 2002. A ANS adota hoje o método que é conhecido como a regulação por padrão de comparação, que é a medida própria do mercado, sendo que, no caso da saúde suplementar, isto significou utilizar a média dos contratos coletivos.
- Fruto de diversas câmaras técnicas (duas de reajuste e uma de sugestões de revisão técnica de preços), a ANS incluiu uma novidade em 2002. Após a instrução da Câmara Suplementar e contatos com as confederações médicas e entidades de consumidores, foi aberta a possibilidade de as operadoras aumentarem o valor das consultas dos médicos. Por esse motivo, as instituições de assistência à saúde privada tiveram a opção de receber mais 1,7% de reajuste se aumentassem em 20% os valores das consultas médicas. Dessa forma, a ANS procurou valorizar e qualificar o ato da consulta médica, que vem tendo o preço mais achatado ao longo do tempo, priorizando esse reposicionamento para obedecer a lógica do cuidado em saúde, considerando-se que a relação médico-paciente é a alavanca do bom atendimento.

Finalmente, para 2003 espera-se obter o aperfeiçoamento da ação Implantação do Modelo Normativo para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, com a elaboração, publicação, institucionalização e acompanhamento de normas e procedimentos para a totalidade das operadoras, relativos à padronização de informações contábeis, a garantias financeiras e à habilitação ao registro definitivo. Espera-se que, no final de 2003, todas as operadoras do mercado estejam adotando a contabilidade padrão e já tenham garantias financeiras constituídas. Além disso, 90% das operadoras deverão ter acesso ao registro definitivo de operação.

Para a ação Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, espera-se um aumento significativo em sua eficiência e eficácia, mantendo-se a política de apuração integral de todas as denúncias registradas, por meio de fiscalizações reativas *in loco*, bem como pelo acréscimo de mais de 50% no número de fiscalizações pró-ativas realizadas, de 185, em 2002, para mais de trezentos, em 2003, junto às maiores operadoras de planos e seguros privados do País. Serão feitas análises técnicas prévias nessas operadoras e, em seguida, verificado *in loco* o cumprimento da totalidade da regulação a qual as mesmas estão sujeitas.

.....
O Programa é implementado de forma centralizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tem como público-alvo direto os usuários de planos e seguros privados de saúde, as operadoras de saúde suplementar e as prestadoras de serviços de saúde e, indireto toda a população brasileira usuária do Sistema Único de Saúde - SUS.

Concepção

Vale destacar que as ações de regulação diretamente realizadas pelo Programa não refletem a sua enorme abrangência econômica e social. O dimensionamento exato do tamanho do mercado de saúde suplementar no País é tarefa ainda por concluir, mas estima-se que o setor privado – que é objeto da regulamentação propiciada pelo Programa **Saúde Suplementar** – movimente recursos anuais superiores a R\$ 25 bilhões, os quais são gastos pelas operadoras de saúde suplementar para a prestação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares, dentre outros, a seus quase 35 milhões de consumidores.

A estratégia de implementação do Programa **Saúde Suplementar** é adequada, não necessitando de aperfeiçoamento conceitual, mas cumpre destacar que a mesma é centralizada, pois o mesmo é executado diretamente pela ANS, sem que haja articulação ou repasses de recursos para estados e municípios.

A ANS é uma agência reguladora, vinculada ao Ministério da Saúde, e assim incorpora à implementação do Programa as vantagens inerentes a esse novo instrumento de atuação do Estado: maior poder de atuação; autonomia administrativa, financeira e política, expressas por uma arrecadação própria, decisões em Diretoria Colegiada, cujos membros têm mandato definido em lei e, por último, o poder legal dado às agências reguladoras em relação à efetivação de suas resoluções.

A ANS possui, ainda, importantes instrumentos para discussão e validação da regulamentação, sempre recorrendo às diretrizes estabelecidas pela Câmara de Saúde Suplementar e valendo-se também dos instrumentos das câmaras técnicas, para maior aprofundamento de temas, e das consultas públicas, como foro privilegiado de debate.

Finalmente, o contrato de gestão, instrumento contratual pactuado entre a ANS e o Ministério da Saúde, e que estabelece metas detalhadas de execução, complementa o processo e permite o adequado cumprimento do Programa **Saúde Suplementar**.

Implementação

O Programa **Saúde Suplementar** possui padrão de financiamento adequado, pois é custeado em sua maior parte por recursos fiscais, arrecadados diretamente pela ANS, por meio da cobrança de taxas pelos serviços prestados às operadoras de saúde suplementar. Não há ações descentralizadas em execução por outros órgãos ou parceiros, pois a execução é realizada diretamente pela ANS. Para essas ações, há diversos mecanismos gerenciais de controle de desempenho, dentre os quais se destaca o Contrato de Gestão, celebrado com o Ministério da Saúde, e que estabelece diversos indicadores e metas a serem atingidas no período 2000 a 2003.

A ANS desenvolveu, entre os anos 2000 e 2002, várias ações de capacitação envolvendo seus quadros técnicos, tanto aqueles localizados em sua sede, como em seus núcleos regionais. Tais ações encontram-se estruturadas em torno do plano de capacitação do órgão, o qual possui inclusive norma própria, e impactaram muito favoravelmente na execução do Programa **Saúde Suplementar**, haja vista o reduzido contingente de especialistas em saúde suplementar existente no País.

Nos seus quase três anos de atuação, o Programa vem progressivamente desenvolvendo e aperfeiçoando ferramentas de geração e disseminação de informações, a fim de integrá-las aos canais de comunicação com a sociedade, dando condições a esta de se manifestar, opinando (nas câmaras técnicas participativas, formada por especialistas com notório saber e atores do setor de saúde suplementar, e de conselhos deliberativos e consultivos) ou dirimindo e esclarecendo dúvidas específicas do setor (por meio do Disque ANS - Central de Atendimento 0800, do Portal da ANS na internet, por correio eletrônico, cartas, telefone, fax etc., tanto em sua sede, como em seus núcleos de atendimento regionais).

Vale ressaltar, ainda, a existência do Conselho de Saúde Suplementar, composto pelos Ministros de Estado da Saúde, Justiça, Fazenda e Planejamento, que atua como órgão consultivo e deliberativo, com competência para supervisionar e acompanhar as ações e o funcionamento da ANS.

No que se refere à satisfação do público-alvo de usuários de planos/seguros de saúde, foi realizada, no final de 2001, pesquisa de opinião pública, com abrangência nacional, especialmente contratada, na qual foi detectado um índice de satisfação de 58% dentre aqueles que procuraram a ANS para se informar ou reclamar de seus planos de saúde suplementar. Como o percentual de usuários que já entraram em contato com a Agência ainda é reduzido, esse índice de satisfação poderá ser considerado apenas a partir de uma série histórica, a ser construída a partir das próximas pesquisas de opinião. Nesse sentido, a ANS deverá realizar brevemente nova pesquisa amostral de opinião, procedimento esse que pretende institucionalizar em base anual.

A Central de Atendimento 0800, Disque ANS, criada em julho de 2001, também é importante canal de comunicação com os usuários e fonte de informações sobre a satisfação do público-alvo, pois já registrou mais de 43 mil atendimentos desde sua criação, os quais apresentam um índice de 81% de consultas solucionadas diretamente.

Por outro lado, no que concerne ao público-alvo de operadoras de planos de saúde suplementar e afins, há área de atendimento própria na ANS, prevendo-se que serão registrados até o final de 2002 mais de 10 mil atendimentos, sendo que o tempo médio de retorno às consultas efetuadas considerado excelente pelos usuários.

É importante, ainda, analisar o contexto de execução do Programa. Os recursos materiais e a infra-estrutura foram adequados à implementação do Programa. Por outro lado, a ausência de um quadro de pessoal permanente afeta a ANS como um todo, inclusive na área administrativa, que está incumbida de licitar, contratar e gerir os recursos materiais e a infra-estrutura do Programa. Dessa forma, dificuldades de pessoal na área administrativa geram, por vezes, impacto negativo na capacidade de contratar os serviços e adquirir os bens necessários. A deficiência no quadro funcional da Agência deve-se ao fato de a mesma estar impossibilitada de preencher seu quadro de pessoal permanente, por conta de Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal, a qual a impossibilita, às agências reguladoras, a realização de concurso público.

Valorização e Saúde do Idoso

Resultados O objetivo do Programa é promover a valorização da pessoa idosa no que concerne à sua saúde, independência funcional e assistência social.

Os indicadores são: Coeficiente de Internação de Pessoas com sessenta anos ou mais no SUS; e Taxa de Atendimento de Pessoas Idosas com Renda Familiar per capita de até ½ salário-mínimo.

A taxa de hospitalizações de indivíduos com sessenta anos ou mais, pelo SUS, ano a ano foi:

- 1999 - 172 hospitalizações por mil indivíduos desta faixa etária;
- 2000 - 171 hospitalizações por mil indivíduos desta faixa etária;
- 2001 - 152 hospitalizações por mil indivíduos desta faixa etária; e
- 2002 - os dados somente estarão à disposição a partir de abril de 2003.

Entre 1999 (ano anterior ao PPA) e 2001, ocorreu uma queda percentual de 11,63% das hospitalizações na população idosa, o que deverá ser uma tendência ainda mais acentuada em 2003, devido à implantação de serviços extra-hospitalares de atenção à saúde do idoso.

Espera-se que com a implantação dos Centros de Referência em Saúde do Idoso, e o início da oferta a esta população de serviços extra-hospitalares, alternativos à hospitalização, consiga-se resultados mais eficazes e humanizados no atendimento às necessidades de saúde desta população.

O índice do indicador (hospitalizações de indivíduos com sessenta anos de idade ou mais no SUS) previsto inicialmente era de 163/1.000, que correspondia ao índice do ano de 1997. Esse índice aumentou, em 1998, para 168/1.000 e, em 1999, foi para 172/1.000. Em 2000, a taxa foi de 171/1.000 e, em 2001, reduziu para 152/1.000. Dessa maneira, a meta para o final do PPA foi atingida, até superada, em 2001, fazendo-se necessária apenas a manutenção das ações tal qual se encontram para assegurar a continuidade da evolução positiva do indicador.

Em 2002, a campanha de vacinação alcançou 11,2 milhões de idosos, o que corresponde a 74,1% da população estimada para esta faixa etária, superando a meta prevista de 70%.

O indicador de renda familiar mostrou-se ineficaz na medida em que não foi possível a identificação da renda dos usuários dos serviços.

Informações obtidas com os responsáveis pelas ações do Programa no Ministério da Previdência e Assistência Social dão conta de que a meta de atendimento do público-alvo tem sido mantida durante o exercício deste Plano, ou seja, 90% dos idosos estão recebendo atendimento, o que, em números absolutos, representa 306.200 idosos.

Concepção Estudos demonstraram que a população com sessenta anos de idade ou mais,

Gerente:

Jorge Alexandre Silvestre

que é a que mais cresce em nosso País, consumia uma quantidade desproporcional de serviços de saúde, devido à falta de alternativas de atendimento às suas necessidades de saúde, dentro do modelo existente. Desta maneira, se impunha uma necessidade de abordagens inovadoras que atendessem de maneira adequada, isto é, com mais eficácia e efetividade.

O Programa vem apresentando resultados adequados. A implantação de serviços extra-hospitalares de assistência à saúde do idoso, juntamente com estudos, pesquisas e eventos técnicos direcionados e campanhas de vacinação para pessoas com sessenta anos ou mais, têm gerado impactos satisfatórios no indicador coeficiente de internação de pessoas com sessenta anos ou mais no SUS.

O principal problema do Programa é gerencial e está relacionado à distribuição de ações entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Promoção e Assistência Social e a relação entre as equipes. Cada equipe tem agido de maneira isolada, de modo que não se verifica a integralidade do Programa. Essa deficiência na articulação com outros ministérios merece atenção, para que possa ser superada. Faz-se necessário reunir todos os responsáveis pela execução das ações para uma discussão ampla e direta das inter-relações que são inerentes ao bom desempenho do Programa como um todo, de modo que sejam firmados e mantidos os canais de comunicação indispensáveis para tal.

.....
Na área da saúde, a execução financeira foi aquém do esperado, porque:

Implementação

- as portarias que disciplinaram os serviços extra-hospitalares em saúde do idoso só foram assinadas em meados de abril de 2002;
- ocorreram dificuldades na solicitação de convênios por parte dos proponentes por falta de entendimento sobre as normas e preenchimento das matrizes estipuladas pelo Fundo Nacional de Saúde; e
- o ano eleitoral limitou a possibilidade de assinatura de convênios.

A vacinação de idoso manteve sempre um bom desempenho, superando a meta mínima de 70% de cobertura e reduzindo o número de internações hospitalares por infecções respiratórias em mais de 20 mil por ano.

A participação da sociedade no processo de implementação poderá se dar por meio do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, que foi empossado em outubro de 2002 e está em fase de aprovação de seu regimento interno e de eleição de sua presidência.

Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Resultados

O objetivo do Programa é prevenir, controlar e alertar sobre surtos, epidemias e agravos inusitados, de maneira oportuna, a partir da permanente vigilância epidemiológica e ambiental em saúde sobre as doenças de notificação regular e compulsória.

Dentre os indicadores do Programa, referentes ao ano de 2002, somente a Taxa de municípios com notificação regular dos agravos de notificação compulsória já estava sendo calculado para o ano de 2001. Para este indicador, os dados para o seu cálculo (referentes a 2002) só estarão disponíveis em janeiro de 2003, quando será possível a sua consolidação. O índice previsto inicialmente, já foi alcançado em 2001, sendo factível o seu alcance em 2003, por tratar-se de meta a ser cumprida por todos os municípios, sob risco de suspensão do repasse de recursos financeiros.

Para o indicador Taxa de Municípios com Informação Regular para Natalidade já vem sendo alcançado o índice de 99,4%, com previsão de alcance do índice inicialmente previsto em 2003.

Para a Taxa de Notificação de Casos com Investigação Concluída em menos de Sessenta dias, a taxa alcançada é de 71,25%. Este indicador não constava no Programa em 2001 e existem ainda dificuldades operacionais, por parte dos municípios. Dentre as dificuldades destacam-se o tempo entre a notificação e o resultado laboratorial, bem como a perda de seguimento do paciente. Entretanto, para o ano de 2003, com a melhoria do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, empreendida este ano, a previsão de integração deste Sistema com o Sistema de Informações Laboratoriais - Silab e o fortalecimento da vigilância epidemiológica nos estados e municípios, estima-se que será alcançada a meta proposta de 80% para 2003.

Quanto à Taxa de Municípios com Cobertura Satisfatória de Informações sobre Mortalidade, não é possível o cálculo deste indicador para esta unidade de análise. Só é possível o seu cálculo para taxas estaduais. Para o ano de 2003, será proposta a modificação deste indicador.

O Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde vem apresentando uma ampliação no campo de atuação, gerando maior capacidade de resposta aos problemas de saúde mais relevantes.

Como resultados finalísticos na prevenção e controle de doenças, podem ser destacados:

- manutenção da erradicação da poliomielite há 13 anos;
- manutenção da eliminação da febre amarela urbana há sessenta anos;
- redução da febre amarela silvestre;
- eliminação do sarampo desde 2000;
- eliminação da cólera desde o primeiro semestre de 2001; e
- redução na taxa de incidência de raiva humana, tétano neonatal, rubéola congênita, difteria, coqueluche e malária.

Gerente:
Eduardo Hage Carmo

No que diz respeito às doenças transmissíveis, além da coordenação, em nível nacional, das ações de prevenção e controle para as doenças de notificação compulsória, vem sendo ampliada sua atuação no controle de surtos e doenças emergentes.

Para a prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, destacam-se a ampliação dos imunobiológicos ofertados na rotina dos serviços de saúde e das coberturas vacinais no âmbito nacional.

Para apoio e fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, a estruturação e funcionamento da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública vem ampliando a capacidade de detecção de casos e surtos de doenças, possibilitando uma maior efetividade e oportunidade no seu controle.

No exercício de 2002, os resultados foram considerados dentro do esperado, e dentre os principais resultados alcançados no desenvolvimento de atividades do Programa de Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde, destacam-se:

- Ampliação da área de atuação da vigilância epidemiológica: o Sistema de Vigilância Epidemiológica, inicialmente com sua atuação restrita às doenças infecciosas, vem ampliando seu campo de atuação também para fatores de risco, não só para doenças transmissíveis, como para doenças e agravos não-transmissíveis. Nesta área destaca-se a organização de estratégia de vigilância para doenças cardiovasculares, neoplasias, envelhecimento e violência em colaboração com centros de excelência nestas áreas específicas.
- Estruturação da vigilância ambiental: o Sistema de Vigilância Ambiental, em sua fase inicial com atuação restrita ao controle da qualidade da água para consumo humano, além da consolidação deste campo de atuação, vem se estruturando para ampliar o conhecimento e capacidade de intervenção em fatores de risco de natureza ambiental, destacando-se, contaminantes químicos, resíduos sólidos, bem como problemas de saúde relacionados à contaminação atmosférica.
- Controle de doenças: manutenção da erradicação da poliomielite, eliminação do sarampo, cólera, febre amarela urbana e peste. Redução de outras doenças imunopreveníveis como tétano neonatal, rubéola congênita, coqueluche, difteria, meningite por *H.influenzae* e raiva. Redução da doença de Chagas e malária na região amazônica. Prevenção e controle de surtos e epidemias (varíola, febre do Nilo ocidental, antraz, *influenza*).

Dentre os principais resultados esperados até 2003 destaca-se a manutenção da erradicação, eliminação e controle de doenças já alcançadas em 2002; a redução da incidência da dengue, em comparação com os índices alcançados em 2002, e a prevenção de surgimento de casos ou surtos de *Influenza*, febre do Nilo ocidental e varíola, além de outros agravos de importância epidemiológica.

Considerando que três indicadores estão com perspectivas de terem seus índices alcançados em 2003, com o investimento que vem sendo feito nos sistemas de informação, na capacidade de operacionalização da vigilância epidemiológica de estados e municípios, na rede de laboratórios, na vigilância ambiental e análise de situação de saúde, espera-se a manutenção dos resultados positivos já alcançados, no controle de doenças, bem como a ampliação da prevenção de outras doenças e agravos transmissíveis e não-transmissíveis.

Concepção

O Programa **Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde** tem sua origem institucional na criação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em 1976, dentro do processo de reorganização dos órgãos de saúde pública no Brasil. Tem como objetivo a organização de ações de prevenção e controle de forma descentralizada, com fins de erradicação, eliminação e controle de doenças de relevância epidemiológica.

A partir da Lei nº 8.080, de 1990, do Sistema Único de Saúde, passa-se a exigir uma ampliação do escopo da vigilância epidemiológica, no sentido da atenção aos principais problemas de saúde brasileiros. Dentre estes, destacam-se as doenças cardiovasculares, causas externas e neoplasias, que passam a representar problemas de maior magnitude e transcendência que as doenças transmissíveis.

Com relação aos aspectos do Programa que precisam ser aperfeiçoados, destacam-se:

- pertinência das ações: dentre as ações do Programa, não se considera de relevância estratégica a ação Estudos e Pesquisas de Biossegurança do Exército;
- suficiência das ações: destaca-se a necessidade da inclusão de ação relacionada ao desenvolvimento de estudos sobre fatores de risco, para doenças transmissíveis e não-transmissíveis, que vem se colocando como um campo estratégico de desenvolvimento da vigilância epidemiológica nos últimos anos;
- alteração de metas físicas: destaca-se que a ação Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde tem como meta 28 sistemas, quando deveria ser um, na medida em que o sistema nacional é único, descentralizado e hierarquizado; e
- adequação dos indicadores - índice ao final do PPA: Taxa de Municípios com Notificação Regular dos Agravos de Notificação Obrigatória - 100; Taxa de Notificação de Casos com Investigação Concluída em menos de Sessenta dias - 80; Taxa de Municípios com Informação Regular para Natalidade - 100; e Taxa de Municípios com Cobertura Satisfatória de Informação sobre Mortalidade - propõe-se a substituição por: Proporção de Estados com Cobertura Satisfatória de Informação sobre Mortalidade.

Não foram apontados aspectos da estratégia de implementação que precisem ser modificados ou aperfeiçoados.

Quanto ao aspecto da estratégia de implementação que mais contribuiu para o alcance dos resultados, tem-se o fator descentralização como destaque.

O Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica requer uma estratégia de organização de ações de forma descentralizada, com definição de competências bem estabelecidas entre os gestores federal, estadual e municipal. A definição destas competências é estabelecida mediante a Programação Pactuada Integrada, realizada anualmente entre nível federal e estadual e, deste, com o nível municipal. Para as ações que serão desenvolvidas pelos três níveis, são definidas metas que serão acompanhadas conjuntamente durante o ano em curso de execução. Para viabilização do cumprimento das metas, os recursos financeiros são repassados fundo a fundo, além da realização de supervisões, assessorias e capacitações, realizadas pelo nível federal ao nível estadual e, deste, ao nível municipal.

Implementação

.....

A execução financeira vem sendo contingenciada em função da disponibilização de recursos orçamentários em quantitativo inferior ao necessário para plena execução das ações. Como exemplo, destaca-se a restrição orçamentária para o Projeto Vigisus, com limitação de R\$ 70 mil previstos, o que tem requerido a suspensão de atividades anteriormente programadas. Para o ano de 2003, estima-se que haverá maior restrição orçamentária no âmbito do Projeto Vigisus, o que pode implicar menor execução de atividades.

Em relação ao exercício de 2002, os recursos financeiros liberados para o Programa foram considerados, em sua maioria, suficientes, e tiveram como base duas fontes orçamentárias principais: o orçamento próprio da União e o acordo de empréstimo com o Banco Mundial, dentro do Projeto Vigisus. Enquanto que para a primeira os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação para a execução das atividades programadas. Para a fonte de recursos do Projeto Vigisus, houve contingenciamento e descontinuidade, o que gerou suspensão de atividades inicialmente previstas, como aquisição de computadores para descentralização dos sistemas de informação para os municípios e atividades de capacitação para técnicos dos estados e municípios.

Além da limitação acima, tem sido apontada insuficiência de recursos repassados fundo-a-fundo para estados e municípios, particularmente para contratação de pessoal. Parte importante das atividades desenvolvidas pelo Programa demandam um contingente de pessoal para execução de ações de prevenção e controle de doenças maior do que atualmente tem sido disponível.

Várias atividades, dentro do objeto de ação da Vigilância Epidemiológica, estão incluídas em outros programas, em geral sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Dentre as ações executadas por outro ministério, indica-se Estudos e Pesquisas de Biossegurança do Exército, que embora seja considerada importante, constitui relevância menor no conjunto das ações do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

As ações de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde são executadas prioritariamente pelos municípios e em caráter suplementar ou complementar, pelos estados, cabendo ao nível federal a coordenação do sistema, com competências bem definidas. Além da realização de supervisões, assessorias técnicas e treinamentos, o acompanhamento da execução física é desenvolvido mediante monitoramento de indicadores operacionais, previamente definidos, seja com a utilização de sistema de informação específico, seja com realização de reuniões com os níveis de gestão.

A atividade de capacitação de técnicos dos níveis estadual e municipal representa uma das principais estratégias para desenvolvimento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, visando obter como resultados a melhoria na qualidade das ações tradicionalmente desenvolvidas pelos níveis de gestão e a ampliação do escopo de atuação. Entretanto, as insuficiências de uma política de recursos humanos para a área de epidemiologia e controle de doenças, tem gerado uma intensa rotatividade de funcionários dos diversos níveis, o que tem exigido a continuidade de um processo de capacitação de forma permanente.

Em relação à capacitação das equipes responsáveis, as mesmas considerações feitas para o nível federal cabem para o nível estadual, com o agravante da referida insuficiência de pessoal técnico para coordenar, assessorar e avaliar os municípios na sua área de abrangência.

Com relação à adequação de infra-estrutura, recursos materiais e humanos disponíveis no Programa, tendo em vista sua suficiência e sua qualificação, para a implementação das ações do Programa, foram observadas no exercício de 2002 algumas limitações. Dentre estas, destacaram-se:

- Infra-estrutura inadequada: para a execução das ações do Programa faz-se necessário a ampliação e manutenção da capacidade operacional de sistemas de informação nos três níveis de gestão (federal, estadual e municipal).
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial: a quantidade de recursos humanos para operacionalização do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Ambiental é insuficiente, dada a complexidade e amplitude das ações coordenadas pelo Programa.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais: a execução das ações requer quantidade de recursos humanos superior à existente, atualmente no nível local. Este tem sido um dos principais fatores limitantes para execução das ações conforme todos os diagnósticos já realizados pelos três níveis de gestão. Deve-se destacar também a contínua rotatividade de pessoal envolvido na execução de ações do Programa, em parte pela inexistência de plano de carreira para os profissionais de saúde pública.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial: a complexidade das ações do Programa e a necessidade de apoio técnico aos demais níveis de gestão, havendo ainda a necessidade de atuação em caráter suplementar ou complementar, implica na necessidade de técnicos com maior nível de qualificação que o existente.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais: também no nível local faz-se necessário a ampliação de pessoal com maior qualificação que a atualmente disponível, conforme diagnósticos já realizados pelo Ministério da Saúde.

Dentre as parcerias na execução das atividades, destacam-se os estados e municípios, cujo desempenho vem sendo objeto de avaliação anual, por parte da Funasa, a partir de metas estabelecidas conjuntamente. O desempenho dos estados e municípios é muito heterogêneo e tem variado ao longo dos anos, em geral na direção de uma melhor execução física das ações. Quanto aos municípios, existe maior insuficiência no desempenho, na medida em que o processo de descentralização das ações de epidemiologia e controle de doenças é relativamente recente. Outra parceria importante para o desenvolvimento das atividades pela Funasa, tem sido a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, que tem apoiado de forma significativa o desempenho das ações.

Destacam-se entre as parcerias formais: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Anvisa; e Fiocruz.

Ressalta-se que muitas ações do Programa são realizadas mediante a celebração de convênios com estados e municípios. Em 2002, detectou-se que houve interferência dos processos de contratos e convênios na implementação do Programa. Dentre as interferências observadas nos processos dos convênios destacaram-se: as licitações para construção, que têm se processado em um ritmo muito demorado, implicando a não conclusão de convênios por vários exercícios fiscais; e a lentidão da tramitação de convênios. No caso de alguns convênios, como os estabelecidos para construção de Centros de Controle de Zoonoses e obras de saneamento, têm apresentado atraso seja no processo licitatório, seja na tramitação da documentação, o que tem gerado o não cumprimento das metas estabelecidas anualmente para esta atividade específica, com conseqüente baixa execução financeira.

A participação da sociedade, bem como da satisfação do usuário se dá mediante as reuniões dos conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde, com realização de reuniões regulares.

Visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão foi desenvolvido um sistema para acompanhamento das ações executadas pelos níveis estadual e municipal. Entretanto, para um aprimoramento deste processo, o nível estadual vem requerendo uma ampliação da sua estrutura, com vistas a exercer o papel de coordenação, na medida em que a execução das ações ocorre prioritariamente no nível municipal. Neste particular, identifica-se a necessidade de definição de uma política de recursos humanos para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Outro ponto de insuficiência, apontado pelos níveis estadual e municipal, diz respeito à insuficiência de recursos para desenvolvimento do conjunto de ações pelo nível municipal e, em caráter suplementar ou complementar, pelo nível estadual. Para este fim, propõe-se o desenvolvimento de estimativas de custos unitários de ações de epidemiologia e controle de doenças realizadas, conjuntamente pelos três níveis, para definição da suficiência dos valores repassados pelo nível federal.

Esta tentativa de aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão não conseguiu suprir, no exercício de 2002, a necessidade de informações decorrentes da execução das ações do Programa. Desta forma, não existem informações disponíveis na gerência sobre a avaliação de desempenho do repasse de recursos descentralizados, bem como sobre as ações executadas em outros ministérios. Também não houve informações disponíveis sobre desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas.

Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços

Resultados O Programa tem por objetivo garantir a qualidade dos produtos e serviços sujeitos à vigilância ofertados à população.

Em relação aos índices dos indicadores no período de 2000 a 2002, três dos cinco propostos inicialmente para avaliação do Programa foram considerados inadequados devido à impossibilidade de medição das taxas: Taxa de certificado de boas práticas de fabricação expedidos; Taxa de produtos fraudados ou impróprios para consumo encontrados no mercado e Taxa de serviços aprovados pela fiscalização. Foi solicitada a exclusão destes três indicadores.

Os indicadores: Prazo Médio para Concessão de Registro de Medicamentos Novos e Prazo Médio para Obtenção de Autorização de Funcionamento de Empresas Sujeitas à Vigilância Sanitária, foram medidos e atingiram os valores previstos.

Para a avaliação do Programa levou-se em consideração a utilização dos indicadores e metas propostos para acompanhamento e avaliação institucional do desempenho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, pactuados no contrato de gestão assinado com o Ministério da Saúde. O contrato de gestão é o principal instrumento de avaliação do desempenho operacional e administrativo da autarquia, conforme dispõe o artigo 19 da Lei no 9.782, de 1999. O referido contrato visa o fomento e a execução de atividades na área de vigilância sanitária, com a finalidade de promover a proteção da saúde da população brasileira. A Anvisa realiza relatórios semestrais e anuais com base em tal avaliação.

No período entre setembro de 1999 e dezembro de 2000, obteve-se índice médio de cumprimento das metas do contrato de gestão de 93,6%. Em 2001 obteve-se nível geral de desempenho da ordem de 70,37%. Os altos índices de cumprimento das metas permitem qualificar como muito bom o desempenho da Anvisa.

Na avaliação dos resultados em dezembro de 2002, as metas foram classificadas em três categorias: cumpridas, parcialmente cumpridas e não cumpridas. Para fins da avaliação, definiu-se meta parcialmente cumprida como aquela com cumprimento acima de 70%. A avaliação revela que a Anvisa cumpriu quinze metas, três metas foram cumpridas parcialmente e apenas duas não foram cumpridas. Estes números apontam para um nível geral de desempenho da ordem de 75%, índice superior ao do desempenho de 2001.

O Programa tem apresentado resultados satisfatórios na implementação de suas ações. O fato das ações serem descentralizadas para os estados e municípios muito tem facilitado a execução do Programa. No ano de 2002 foram atingidos os índices de cobertura de 156% para as ações de fiscalização de produtos e serviços. Vale salientar que para o cálculo do quarto trimestre,

ainda não disponível, foi feita uma projeção dos dados, levando-se em consideração a média dos três primeiros trimestres do ano, resultando na média do 4º trimestre.

Gerente:

Cláudio Maierovitch P. Henriques

Na pactuação do contrato de gestão com o Ministério da Saúde para o exercício de 2002, foram estabelecidos vinte indicadores e metas, com prazo de execução até dezembro de 2002, apresentados a seguir:

- Processamento de excedente de plasma de qualidade - 100% do excedente processado;
- Tempo de resposta à solicitação de informação - Responder em 24 horas
- Percentual do número de acessos à Anvisa - Aumentar em 100% o número de acessos (base dezembro de 2001);
- Percentual de hospitais sentinela encaminhando notificações de eventos adversos nas áreas de fármaco, tecno e hemovigilância - 100% dos hospitais sentinela encaminhando notificações;
- Tempo de conclusão do processo de autorização de funcionamento de empresa de medicamentos, cosméticos e saneantes - Reduzir para trinta dias;
- Tempo de conclusão do processo de autorização de funcionamento de empresa de produtos para a saúde - Reduzir para vinte dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de cosméticos - Reduzir para 25 dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de saneantes risco II - Reduzir para 45 dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de medicamentos genéricos - Reduzir para trinta dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de similares - Reduzir para 90 dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de medicamentos novos - Reduzir para noventa dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de alimentos - Reduzir para vinte dias;
- Tempo de conclusão do processo de registro de produtos para a saúde - Reduzir para sessenta dias;
- Tempo de conclusão do processo de licença de importação - Reduzir para 24 horas;
- Avaliação toxicológica para o processo de registro de agrotóxicos - Avaliar em até 120 dias;
- Tempo de conclusão do processo de análise de patentes de produtos farmacêuticos - Reduzir para 120 dias;
- Atualização de banco de dados relativo ao mercado de produtos farmacêuticos - Manter 100% do banco de dados atualizado;
- Percentual de avaliação técnica das metas pactuadas nos Termos de Ajuste e Metas com os estados - 100% de avaliação técnica das metas pactuadas;
- Percentual de recursos financeiros da Anvisa transferidos aos estados para cumprimento dos Termos de Ajuste e Metas - 100% de transferência dos recursos alocados aos estados; e
- Percentual de realização de auditoria nos estados - 100% dos estados auditados;

Outros resultados relevantes no período 2000-2002 foram:

- Apoio aos estados e municípios no processo de descentralização das ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária, como forma de incentivar os gestores do SUS no aprimoramento e efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- Capacitação de recursos humanos em todos os níveis do sistema (federal, estadual e municipal);
- Fortalecimento da estrutura gerencial das coordenações estaduais de vigilância sanitária, mediante processo de incentivo técnico e financeiro, por intermédio do Termo de Ajuste e Metas assinado com estados e o Distrito Federal;
- Realização da I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, com o objetivo de analisar a situação da vigilância sanitária no País e propor estratégias para consolidação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- Cumprimento das metas físicas, pelos estados e municípios, de fiscalização sanitária de produtos e serviços;
- Realização de auditorias para acompanhamento das atividades descentralizadas nos estados e DF;
- Melhoria do processo de gestão da Anvisa, com apoio de consultoria da Fundação de Desenvolvimento Gerencial - FDG, visando agilizar e aperfeiçoar os processos de trabalho da instituição;
- Aperfeiçoamento e implementação do sistema informatizado Datavisa, possibilitando melhoria no modelo de arrecadação e facilitando a relação com as empresas e usuários;
- Maior interação com a população, por intermédio da disponibilização de informações e serviços oferecidos pela internet;
- Maior interação com a população, por intermédio do trabalho da ouvidoria, área responsável pelo recebimento de solicitações, reclamações e denúncias.
- Regulamentação dos medicamentos genéricos;
- Criação do Centro Nacional de Monitoramento de Medicamentos, para monitorar o uso e os efeitos dos medicamentos comercializados no País;
- Regulamentação sobre propaganda de medicamentos;
- Manual do consumidor sobre rotulagem nutricional obrigatória;
- Desregulamentação na área de registro de produtos saneantes, cosméticos e alimentos;
- Monitoramento do risco sanitário nas áreas de tecnovigilância, farmacovigilância e hemovigilância, através da implantação da rede de hospitais-sentinela;
- Formulário do fabricante ou importador de produtos médicos, com informações do fabricante, do produto e do distribuidor de produtos médicos; e
- Criação do sistema para cadastro de produtos derivados do tabaco.

Cabe ressaltar, que no âmbito da Anvisa, o impacto do Programa sobre o público-alvo se desenvolve nas ações de promoção e proteção da saúde que são realizadas por meio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Neste contexto, além da regulamentação e controle de produtos e serviços no mercado da saúde, as atividades visam influenciar o comportamento das pessoas e dos agentes econômicos, orientando hábitos de consumo de produtos e utilização de serviços, fornecendo informações sobre riscos decorrentes da utilização de produtos e serviços e realizando o controle de propaganda.

Como exemplo, a adoção de política de regulação econômica e de monitoramento do mercado farmacêutico, com reflexos no preço de medicamentos e no custo de tratamento de diversas doenças, gerando benefícios socioeconômicos à população, assim como a introdução de medicamentos genéricos no mercado, cuja comercialização é monitorada de forma a assegurar preços em média 40% inferiores aos dos medicamentos de referência.

No montante dos resultados obtidos pelo Programa, destacam-se como os principais resultados alcançados em 2002:

- O apoio aos estados e municípios no processo de descentralização das ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária, como forma de incentivar os gestores do SUS no aprimoramento e efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - o apoio técnico e o fortalecimento da estrutura gerencial das coordenações estaduais, facilitado pela assinatura do Termo de Ajuste e Metas, assinado entre a Anvisa e os estados, aparecem como pontos estratégicos para o fortalecimento das ações do Programa, como forma de aperfeiçoamento e garantia do desenvolvimento das atividades de vigilância sanitária nos estados e municípios.
- Capacitação de recursos humanos em todos os níveis do sistema (federal, estadual e municipal) - O objetivo maior da política de recursos humanos da Anvisa é o alcance do perfil desejado para a força de trabalho e a sua atuação de forma motivada e eficaz. A proposta de incentivo à capacitação técnica dos profissionais dos estados e municípios aparece como grande resultado nesta área.
- Crescente interação com a população, por intermédio da disponibilização de informações e serviços oferecidos pela internet e a maior interação com a população por intermédio do trabalho da ouvidoria, área responsável pelo recebimento de solicitações, reclamações e denúncias – sobre esses mecanismos de interação com a população, convém comentar a realização da 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, que contou com a participação de todos os setores nacionais envolvidos com o tema vigilância sanitária, em especial os usuários, que puderam fazer sua avaliação da Política Nacional de Vigilância Sanitária, da atuação da Anvisa e das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais e sugerir proposições para a área. Por outro lado, a ouvidoria, unidade responsável por receber questionamentos, críticas, reclamações e denúncias da população, apresentou-se como órgão facilitador no encaminhamento e na cobrança de providências dentro da instituição quanto as reivindicações da população no cumprimento das ações de vigilância sanitária e na qualidade de produtos e serviços sujeitos ao controle sanitário.

Os principais resultados esperados até 2003 foram pactuados entre a Anvisa e o Ministério da Saúde com base no Termo Aditivo do Contrato de Gestão, acima exposto, contendo os mesmos vinte indicadores e metas para cumprimento até dezembro de 2003.

Concepção

A vigilância sanitária foi a primeira atividade do campo da saúde assumida institucionalmente pelo Estado Brasileiro, materializada no controle de embarcações e dos portos, no início do século XIX. Tal pioneirismo não se manteve em nossa história e uma dívida imensa nesse campo acumulou-se, tornando-se cada vez maior com o crescimento e a complexificação da economia, que nem sempre respeitou os limites da salubridade de produtos, processos e ambientes.

Conceitualmente, o campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e fronteiras.

Na organização federativa atual, um conjunto limitado de ações de vigilância sanitária é reservado à esfera federal, incluindo o registro de produtos, a autorização das empresas fabricantes, importadoras e distribuidoras, a certificação das mesmas quanto ao cumprimento de boas práticas e o controle sanitário de portos, aeroportos e fronteiras. Excetuadas estas, todas as atividades têm como seu primeiro responsável o município, seguindo-se o estado e, só então, a União.

A forte tendência municipalista, neste contexto, justifica-se da mesma forma que para o conjunto do sistema de saúde, pela transparência potencial do poder local, a possibilidade de utilização mais racional de recursos, a integração de diferentes segmentos do Governo e da sociedade para a obtenção de resultados comuns e, sobretudo, o controle social mais efetivo.

A opção pela criação de um órgão novo, da administração indireta, foi formalizada na Lei nº 9.782, de 1999, que instituiu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, integrante do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. A Anvisa é uma autarquia sob regime especial e elevado grau de autonomia político-administrativa, conferida pelo mandato de seus dirigentes. É mantida com recursos do orçamento da União e de arrecadação própria, subordinando-se ao Ministério da Saúde por um contrato de gestão que estabelece um plano anual de metas, e às instâncias de decisão do SUS.

Ao lado da Anvisa, responsável pela maior parte das atividades de vigilância sanitária na esfera federal, estados e municípios contam com suas próprias estruturas. Na maior parte dos casos, são centros, departamentos ou coordenações específicas de vigilância sanitária; em outros, a área é agregada às de vigilância epidemiológica, de controle de zoonoses, saúde ambiental e/ou saúde do trabalhador. Cada ente da federação tem autonomia na definição de sua estrutura organizacional e de suas políticas administrativas.

Dentro deste contexto, o Programa **Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços** foi concebido com a finalidade de garantir o efetivo exercício da vigilância sanitária no País, por intermédio da integração das esferas federal, estadual e municipal.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias:

- Risco sanitário da população em decorrência da utilização de produtos sujeitos ao controle da vigilância sanitária => Fiscalização de Produtos e de Serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária.
- Risco sanitário na população em decorrência da utilização de serviços de saúde sujeitos ao controle da vigilância sanitária => Fiscalização de Produtos e de Serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária.

- Falta de recursos financeiros nos estados e municípios para a realização das ações de baixa complexidade de fiscalização sanitária => Incentivo Financeiro a municípios habilitados à parte variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as ações de vigilância sanitária.
- Falta de recursos financeiros nos estados e municípios para a realização das ações de média e alta complexidade de fiscalização sanitária => Incentivo financeiro aos estados e municípios para realização das ações de média e alta complexidade por intermédio do Termo de Ajuste e Metas - TAM.

A pertinência das atuais ações, a suficiência das ações e das metas físicas do Programa serão objeto de análise em breve na Anvisa, com vistas a fornecer subsídios para a formulação do PPA 2004-2007. Vale salientar que foi solicitada a exclusão de três indicadores, pela necessidade de promover a convergência dos indicadores do PPA com os indicadores pactuados no contrato de gestão entre o Ministério da Saúde e a Anvisa.

Outras ações que impactam no resultado do Programa são:

- descentralização das ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária, buscando o aprimoramento e a efetivação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária,
- fortalecimento da estrutura gerencial das coordenações estaduais de vigilância sanitária, mediante processo de incentivo técnico e financeiro,
- capacitação de recursos humanos em todos os níveis do sistema (federal, estadual e municipal),
- desenvolvimento, implantação e gerenciamento de sistemas de informações
- monitoramento do risco sanitário nas áreas de tecnovigilância, farmacovigilância e hemovigilância, através da implantação de uma rede de hospitais-sentinela.

Dentre os aperfeiçoamentos necessários à estratégia de implementação, destacam-se:

- Forma de articulação com as parcerias:

Realizada por meio de convênio e contratos e por intermédio do Termo de Ajuste e Metas assinado entre a Anvisa e os estados. Pressupõe-se a garantia de uma melhor forma de articulação com os parceiros estaduais e municipais para o desenvolvimento das ações do Programa. A avaliação constante do Termo de Ajuste e Metas apresenta-se como uma forma de acompanhamento dos executores (estados e municípios) das ações descentralizadas de vigilância sanitária.

Aspectos da estratégia de implementação que contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa:

- Assinatura do contrato de gestão entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Assinatura dos termos de ajustes e metas entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e os estados.
- Descentralização das ações de baixa complexidade de vigilância sanitária dos estados para os municípios.
- Repasse fundo-a-fundo para os municípios do Piso da Atenção Básica variável para as ações de baixa complexidade pelo cálculo *per capita*.

Implementação

No período 2000-2001 a execução financeira do Programa alcançou o patamar de R\$ 228,6 milhões, representando 40% do valor previsto para a vigência do Plano. A alocação orçamentária/financeira para o triênio 2000-2002 atingiu, dessa forma, o patamar de 68% do valor inicialmente previsto. Considerando que a proposta orçamentária ora em tramitação do Congresso Nacional prevê dotações da ordem de R\$ 149,3 milhões, a alocação orçamentária/financeira no período de vigência do Plano representou 78% (ou R\$ 444,9 milhões) do valor inicialmente previsto (R\$ 570,7 milhões), ou seja uma diferença entre o planejado e o realizado de aproximadamente 10% e um ótimo nível de execução financeira.

Especificamente no exercício de 2002, a alocação dos recursos financeiros ao Programa foi adequada às reais necessidades de execução. Não obstante, as limitações para empenho, movimentação e pagamento impostas pelo decreto nº 4.120, de 2002 e a antecipação do encerramento do exercício financeiro pelo Decreto nº 4.479, de 2002 em função da transição governamental foram fatores que inviabilizaram a realização de algumas despesas e a utilização de 100% das dotações aprovadas. Todavia, estas limitações de recursos não prejudicaram o cumprimento de metas físicas que ficaram dentro do previsto.

Apesar disso, o Programa teve execução de R\$ 156,4 milhões ou 95% da dotação aprovada para o exercício no valor de R\$ 164,5 milhões, conforme dados do Siafi-Gerencial.

A Anvisa, levando em consideração o Programa Anual de Capacitação - PAC para 2001, realizou 262 eventos com um total de 1.072 participantes. No ano 2002 foram capacitados 460 profissionais, com exceção dos profissionais capacitados nos cursos de Especialização em Saúde Coletiva, que foram 152 – Áreas de Concentração em Vigilância Sanitária de Alimentos, Medicamentos, Serviços de Saúde, Portos, Aeroportos e Fronteiras, Administração Pública, Gestão de Pessoas, Regulação e Monitoramento.

A Anvisa apoiou a participação de profissionais em mestrados profissionais em Farmacologia Clínica e em Desenvolvimento Tecnológico e Controle de Qualidade de Produtos Farmacêuticos.

Foram capacitados noventa técnicos para processo de acompanhamento da proposta orçamentária.

Foi realizado o processo de modelagem do Sistema Integrado de Gestão de RH, com a finalidade de monitorar a função de desenvolvimento de recursos humanos na Anvisa.

No processo de formulação estratégica da Anvisa foram definidas duas ações estratégicas referentes à área de Recursos Humanos:

- Desenvolver e implantar programa de capacitação técnica e gerencial dos profissionais da rede de vigilância sanitária com foco em processos redesenhados e padronizados.
- Estabelecer cooperação técnica com instituições de ensino, pesquisa e de fomento à pesquisa.

Diante destes fatos, constatou-se que no exercício de 2002, os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, bem como seus recursos humanos. Porém, uma deficiência detectada foi a falta de um sistema corporativo de informações. Neste ponto, cabe reforçar que a Anvisa,

executora do Programa em questão, ainda não possui sistema organizado de obtenção e seleção de informações. O sistema corporativo de informações da Anvisa está em construção. Tal é a sua importância para a eficácia das ações de vigilância sanitária nos três níveis de governo, que a construção do sistema foi definida como ação estratégica no processo de formulação estratégica da agência em 2002. A partir de 2003, já estará disponível um conjunto de módulos visando a integração informacional de todas as áreas-fim da Anvisa.

Na Anvisa, foram realizadas parcerias com as secretarias estaduais e municipais de saúde, universidades e fundações de ensino, institutos de pesquisa, bibliotecas, organizações e serviços de saúde.

Parcerias com outros programas do plano plurianual 2000-2003. Eles são de responsabilidade da Anvisa ou participam de ações. São eles:

- Programa Prevenção do Controle das Infecções Hospitalares;
- Programa Vigilância Sanitária de Portos e Aeroportos;
- Programa Qualidade do Sangue;
- Programa Apoio Administrativo;
- Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União; e
- Programa Valorização do Servidor Público.

Sobre mecanismos permanentes de participação da sociedade, ressalta-se a realização em 2001, da 1ª Conferência Nacional de Vigilância Sanitária, que contou com a participação de todos os setores nacionais envolvidos com o tema vigilância sanitária, em especial os usuários, que puderam fazer sua avaliação da atuação da Anvisa e das VISA estaduais e propor os rumos da política de vigilância sanitária no País.

Um importante canal de comunicação com a população e o setor regulado, que está em funcionamento na Anvisa desde o ano 2000, é a ouvidoria, unidade responsável por receber, encaminhar e cobrar providências da instituição quanto a ações de vigilância sanitária e a qualidade de produtos e serviços sujeitos ao controle sanitário. Em 2001, foram registradas 1.831 demandas de usuários, e até setembro de 2002 foram registradas 2.431 demandas. A Anvisa tem como meta responder aos usuários em até 24 horas.

A Anvisa dispõe de um conselho consultivo, órgão da participação institucionalizada da sociedade, composto por doze membros titulares representando órgãos governamentais e entidades da sociedade civil (setor regulado, comunidade científica, defesa do consumidor, conselho nacional de saúde, conselho nacional de secretários estaduais de saúde, conselho nacional dos secretários municipais de saúde). Ao conselho consultivo compete opinar sobre as propostas de políticas governamentais, apreciar e emitir pareceres sobre os relatórios anuais da diretoria colegiada da Anvisa, requerer informações e fazer proposições a respeito das atribuições legais da Anvisa.

A Anvisa já tem elaborado o instrumento de avaliação de satisfação do setor regulado, da população e do público denunciante junto à ouvidoria. A aplicação do primeiro questionário junto ao setor regulado acontecerá em novembro de 2002.

Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras

Resultados O Programa tem por objetivo evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo.

Analisando o índice previsto para o único indicador do Programa, Taxa de Inspeção Sanitária Positiva, no período de 2000 a 2002, verifica-se um incremento do quantitativo de fiscalizações sanitárias realizadas ano após ano, superando as estimativas do Programa, que foram reavaliadas no ano de 2001.

A variação positiva do índice do indicador deveu-se aos seguintes resultados das ações:

Resultados em 2000

- incremento na capacidade de resposta e detecção de fatores de risco sanitário, devido à capacitação da equipe gerencial, técnica e administrativa das Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras nos estados;
- diminuição do tempo médio de anuência nos processos de importação e exportação de produtos submetidos ao Sistema de Vigilância Sanitária, inicialmente previsto para 48 horas e reduzido para 24 horas;
- aprimoramento do sistema de informação nas ações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Resultados em 2001

- fortalecimento da estrutura gerencial, por meio da criação de unidades gestoras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, em cada unidade da federação, para desconcentração das ações administrativas e financeiras de apoio às ações de vigilância sanitária;
- capacitação de 852 profissionais, representando 65% do total de profissionais de vigilância sanitária, nas áreas de Alimentos, Resíduos Sólidos, Controle de Vetores, Água de Lastro, Climatização de Ar Interior, Inglês, Espanhol, Francês de Legislações sobre Autorização de Funcionamento de Empresas e de Portos;
- implantação do Projeto de Estudo Exploratório para Identificação de Espécies Patogênicas em Águas de Lastro, em portos selecionados no Brasil e Guia Sanitário de Embarcações da Organização Mundial de Saúde - OMS;
- implantação do Projeto Piloto de Gestão Integrada no Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Portos, Aeroportos e Fronteiras - Impacto Sanitário Ambiental, em Recife (PE), com participação de instituições de pesquisas USP/IAPM/Universidade de Ilhéus;

Gerente:

Daniel Lins Menucci

-revisão do Regulamento Técnico dos Procedimentos de Vigilância Sanitária em Portos (RDC nº 217/2001);

-implantação da Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços em Portos, Aeroportos, Estações e Passagens de Fronteiras e Recintos e Terminais Alfandegados;

- Realização de estudos para elaboração da proposta de revisão do Regulamento Sanitário Internacional e Guia Sanitário de Embarcações da Organização Mundial de Saúde - OMS e consolidação do Brasil como uma das referências internacionais nas ações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, como um dos 35 países colaboradores da OMS neste processo de revisão das Normas Sanitárias Internacionais;
- Harmonização de normas e procedimentos específicos relacionados ao controle sanitário em portos, aeroportos e fronteiras, por meio da participação em fóruns internacionais permanentes, como a Comissão de Comércio do Mercosul, SGT nº 11 - Saúde do Mercosul, Organização Marítima Internacional - IMO/FAO;
- Aquisição de nove *trailers* para melhorar as condições de trabalho os postos de vigilância sanitária nas fronteiras.

Resultados em 2002

- Elaboração e publicação, em forma de consulta pública, do Regulamento Técnico dos Procedimentos de Vigilância Sanitária em Aeroportos (Consulta Pública nº 82/02) e do Regulamento Técnico para o Controle de Mercadorias Importadas (Consulta pública Anvisa 21/01);
- Elaboração e publicação dos regulamentos técnicos que definem as responsabilidades para com a autoridade sanitária das empresas prestadoras de serviços de interesse para a saúde pública (RDC Anvisa 345/02) e para as boas práticas de armazenagem de mercadorias sob vigilância sanitária nas áreas de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados (RDC Anvisa 346/02);
- Desconcentração administrativo-financeira das 26 Coordenações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras, existentes em cada UF, tornando-as unidades gestoras;
- Informatização e ligação em rede nacional das 27 Coordenações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras;
- Implementação de reformas de adequação e padronização das instalações físicas existentes nas sedes das Coordenações e respectivos postos de Vigilância Sanitária;
- Assinatura de convênio Marinha e Anvisa, para construção de sistema de intercâmbio de informação nas atividades de concessão de livre prática e inspeção e despacho de embarcações;
- Elaboração de proposta de Regulamento Técnico dos Procedimentos de Vigilância Sanitária em Fronteiras, em fase de discussão interna para consulta pública em 2003;
- Desenvolvimento de programas de supervisão, acompanhamento, avaliação e orientação das ações de vigilância sanitárias nos portos, aeroportos e fronteiras, e recintos alfandegados;
- Aquisição de oito *trailers* para abrigar as equipes de fiscalização e melhorar das condições de trabalho nas Fronteiras;
- Realização do Curso Internacional de Capacitação sobre Manipulação em Alimentos, objeto do Projeto Anvisa/OPAS - OMS, capacitando autoridades sanitárias da Tríplice Fronteira Brasil/Paraguai/Argentina;

- Elaboração e publicação de termo de referência para elaboração e análise de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS (RDC Nº 342 de 13/12/2002 - Anvisa) e definição de áreas de risco sanitário (Cólera) para as quais se exige classificar os resíduos como do tipo A, com vistas à segregação, acondicionamento, tratamento e destino final (RDC Nº 351 de 13/12/2002 - Anvisa);
- Vacinação de 158.854 pessoas contra febre amarela e emissão de 206.941 Certificados Internacionais de Vacinação - CIV realizados nas setenta salas de vacinação localizadas nos portos, aeroportos e fronteiras;
- Integração das 27 Coordenações de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras no Programa Nacional de Controle da Dengue - PNCD para execução de ações no combate ao mosquito transmissor da dengue em parcerias com os governos municipais.

Com relação a outras ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destacam-se:

Quanto ao Projeto de Gestão Integrada no Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Portos, Aeroportos e Fronteiras - Impacto Sanitário Ambiental obteve-se os seguintes resultados em 2002:

- capacitação dos técnicos da Anvisa e da Infraero no Estado de Pernambuco, do Porto de Recife e demais seguimentos envolvidos;
- identificação dos tipos e volumes de resíduos sólidos gerados nas áreas onde foi implantado o Projeto Piloto (Aeroporto Internacional dos Guararapes, Porto e Estação Aduaneira de Interior - EADI de Recife, no Estado de Pernambuco);
- estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados.

No Projeto de Estudo Exploratório para Identificação de Espécies Patogênicas em Águas de Lastro em Portos selecionados no Brasil, foram identificadas e caracterizadas espécies patogênicas em água de lastro nos estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, com os seguintes resultados:

- Caracterização molecular de cepas de *vibrio cholerae* 01 e não 01 isoladas de água de lastro em portos brasileiros;
- Avaliação da eficiência da troca da água de lastro por meio de indicadores microbiológicos;
- Diagnóstico microbiológico de áreas de risco em seis Portos Brasileiros (Belém, Fortaleza, Suape, Sepetiba, Santos e Rio Grande);
- Treinamento piloto de técnicos de sete postos portuários, em análise rápida do plâncton presente na água de lastro.

Importante destacar ainda:

Implementação do sistema informatizado de gerenciamento de vacinação e emissão de certificados em rede nacional, que possibilita a emissão gratuita e imediata de certificados de vacinação aos viajantes vacinados nos postos da Anvisa nos últimos dez anos, nos principais portos, aeroportos e fronteiras em território nacional.

Há uma alta expectativa no alcance e até na superação dos índices previstos, considerando a evolução dos índices apresentados no período de 2000 a 2002 e o desenvolvimento/implementação das ações de vigilância sanitária previstas no Programa, tais como: cursos para capacitação de recursos humanos, elaboração/revisão dos instrumentos legais e fortalecimento do apoio logístico e de infra-estrutura, que favorecem a melhoria e modernização dos procedimentos de fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras, apesar da significativa redução de registros e pedidos de anuência/licenças de importação no Siscomex, devido à situação econômica mundial e alta do dólar.

Não há necessidade de mudança do índice original para alcance em 2003.

Tendo em vista que o objetivo do Programa é evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano, por meio de fiscalização sanitária, e considerando que as fiscalizações previstas para o período 2000-2002 ultrapassaram a meta no decorrer dos anos, pode-se afirmar que o impacto sobre o público-alvo do Programa foi positivo, uma vez que houve diminuição do risco sanitário para a população e melhoria nas condições higiênico-sanitárias nas instalações dos portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais e recintos alfandegados.

Especificamente quanto ao cumprimento das metas físicas previstas para o exercício de 2002, vemos que a execução física do período superou o previsto. Esta variação deve-se à intensificação da realização de inspeções, inclusive com o uso de forças tarefas, realizadas para: suprir a carência de recursos humanos nos Postos de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras nos estados; atender o aumento do fluxo de viajantes e meios de transportes em determinadas áreas de fronteiras; harmonizar os procedimentos de inspeção sanitária em alimentos nas fronteiras, realizado por meio de acordo bilateral Brasil (Anvisa) - Argentina (Anmat) e acordos do Mercosul referente ao funcionamento dos Centros Integrados de Fronteiras no Brasil, Paraguai e Argentina; continuar o Plano Anual de Capacitação - PAC da Anvisa; e melhorar a capacidade de recebimento de mercadorias importadas nos portos, aeroportos e fronteiras; aumentar as atividades de controle sanitário da infra-estrutura dos portos, aeroportos e fronteiras e do controle de vetores, especialmente o *Aedes aegypti*, com integração às metas previstas no Plano Nacional de Controle da Dengue - PNCD do Ministério da Saúde.

.....

Com a intensificação do comércio internacional, que vem aumentando ano após ano, o Brasil começou a fazer parte das rotas comerciais de outros países, o que intensificou o fluxo de aeronaves, embarcações e a circulação de viajantes e mercadorias dentro do País. Este fato ocasionou a necessidade de controle sanitário para se evitar a entrada de doenças transmissíveis e se criar condições de aceitação dos produtos brasileiros no mercado internacional, bem como a verificação da qualidade dos produtos importados pelo Brasil, de modo a dar equidade à vigilância sanitária dos produtos fabricados tanto em território nacional como internacional.

Concepção

Ao longo do desenvolvimento do Programa **Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras**, verificou-se um melhor conhecimento dos atores envolvidos no processo de fiscalização sanitária, possibilitando o estabelecimento de normas e procedimentos de verificação da equidade de produtos e serviços para o consumo humano, bem como a prevenção da entrada de doenças transmissíveis por meio dos portos, aeroportos e fronteiras, de forma transparente, baseada na avaliação de risco sanitário e epidemiológico.

Para tanto, são realizadas ações de fiscalizações sanitárias nos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados relacionadas ao deslocamento de viajantes e meios de transportes e vacinação de viajantes procedentes de áreas de risco sanitário, circulação de matérias-primas e produtos importados e exportados em áreas portuárias, aeroportuárias, estação e passagens de fronteiras e terminais alfandegados, prestação de serviços em meios de transportes e terminais de viajantes e de mercadorias, incluindo o controle de vetores.

Quanto aos aspectos do Programa que necessitam ser aperfeiçoados, tem-se:

- Caracterização do público-alvo: devem ser incluídas as comunidades portuária, aeroportuária, da área fronteiriça e terminais alfandegados e a sociedade em geral.
- Suficiência das ações: atualmente está sendo desenvolvido um estudo para o desmembramento da ação do Programa, direcionando-a para as áreas específicas de atuação. O quantitativo de ações é suficiente, até o momento, para o atingimento do objetivo do Programa. As atividades ligadas a essa ação crescem ano a ano, na medida em que são implementadas em cada área específica os novos instrumentos que normatizam e direcionam essas atividades, bem como na medida que as autoridades sanitárias adquirem novos conhecimentos através dos processos de capacitação e atualizam os conhecimentos já adquiridos.
- Suficiência das metas físicas: a partir da revisão dos instrumentos técnico-normativos e de reestruturação administrativo-gerencial, serão revistas e quantificadas as metas físicas e seus indicadores, de forma a atender o conjunto das ações, de acordo com o objetivo que se pretende atingir naquelas áreas de atuação e harmonizadas com outros Programas da Anvisa e do SUS.
- Adequação do indicador: em relação ao indicador do Programa Taxa de inspeção sanitária positiva, considera-se que possa ser mais específico, por área de atuação (portos, aeroportos e fronteiras), ou mesmo de grupo de risco, para uma melhor compreensão e acompanhamento das atividades efetivamente realizadas e do crescimento no percentual em cada área, de acordo com suas características. Estudos nesse sentido estão sendo desenvolvidos na Anvisa e dentro de um plano de gerenciamento estratégico.

Em relação aos aspectos da estratégia de implementação que precisam ser aperfeiçoados, destacam-se:

- Forma de articulação com outras unidades do Ministério: existe a necessidade de aprimoramento da integração operacional na avaliação e aprovação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroporto e fronteiras, bem como na harmonização de elaboração de instrumentos legais que envolvam ações de vários ministérios, evitando-se conflitos de competência e buscando a agilização e a efetividade das ações em relação ao público-alvo.
- Forma de articulação com outros ministérios: existem iniciativas para integração e cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no tocante às inspeções de produtos importados sujeitos a anuência de ambos os órgãos, visando agilização dos processos e maior efetividade. Primeiros contatos já foram mantidos com o Ministério da Justiça/ Departamento de Polícia Federal, com vistas à integração de sistemas de informação de imigração e controle sanitário de viajantes. Destacam-se os

projetos elaborados em conjunto com outras Instituições, tais como: Programa Global de Água de Lastro, Gestão Integrada no Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Portos, Aeroportos e Fronteiras, Sistema de Informação sobre Embarcações em parceria com o Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

- Outros: comprometimento e participação efetiva dos servidores nas ações do Programa.

Os aspectos que mais contribuíram para o alcance dos resultados foram:

- aprimoramento do sistema de informação nas ações de vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- diminuição do tempo médio de anuência nos processos de importação e exportação de produtos submetidos ao Sistema de Vigilância Sanitária;
- capacitação de recursos humanos;
- implantação de Regulamentos Técnicos dos Procedimentos de Vigilância Sanitária; e
- descentralização orçamentário/financeira.

.....
A execução financeira no período 2000-2002 atendeu às demandas do Programa e a previsão para 2003 é de que haja continuidade das ações iniciadas, tais como: **Implementação**

- capacitação de recursos humanos;
- adaptação de unidades físicas nas coordenações e postos de vigilância sanitária;
- aquisição de bens móveis, como: equipamentos de informática, mobiliário e veículos; e implementação dos novos regulamentos.

No tocante à execução financeira do ano de 2002, cabe ressaltar que os recursos foram suficientes para o exercício e o nível de execução razoável. Do montante liberado, apenas 11% não foi executado, tendo em vista o limite estabelecido no Decreto 4.120/2002. Houve descontinuidade no fluxo de recursos liberados no final do exercício de 2002, havendo interrupção das atividades programadas, mas esse fato não causou nenhum prejuízo de vulto à execução das atividades. Entretanto, em alguns momentos, a incerteza de liberação orçamentária causou um pouco de insegurança nos coordenadores em alguns estados, uma vez que a realização de fiscalizações em força tarefa depende de pagamento de diárias para o deslocamento de servidores a postos de vigilância onde não existem servidores ali lotados.

Entre o período de 2000 a 2002 alguns fatores favoreceram a obtenção dos resultados:

- capacitação da equipe gerencial, técnica e administrativa das coordenações de vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras nos estados;
- realização de forças-tarefa, ou seja, deslocamento de autoridades sanitárias para áreas onde o fluxo de meios de transportes, viajantes e produtos são intensos;
- desenvolvimento de sistema informatizado mais preciso para os registros estatísticos das atividades do Programa;

- implantação de novos postos de fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras.

Todos esses fatores implicaram no aumento da capacidade técnica dos recursos humanos, no aumento do número de registros decorrentes de fiscalizações sanitárias, possibilitando maior fidedignidade do sistema, bem como diminuição do tempo de realização dessas fiscalizações, retratando melhor a realidade da ação do Programa.

Outros fatores que influenciaram na variação dos índices foram o aumento das importações e o aumento do tráfego de viajantes e de meios de transportes no País.

Os programas de capacitação realizados, tanto nos aspectos qualitativos quanto quantitativos, proporcionaram condições administrativas, técnicas e gerenciais para implementação do Programa, promovendo o conhecimento de novas legislações específicas, aplicação dessas normas em serviço, bem como atualização dos processos de trabalho. Tudo isto interferiu positivamente no desempenho das ações. A proposição é que sejam continuamente proporcionadas novas capacitações, treinamentos e atualizações para todos os servidores, a partir da necessidade indicada, por eles, no Plano de Capacitação Individual, quando das avaliações de desenvolvimento, que acontecem anualmente.

Porém, mesmo levando-se em consideração os esforços realizados no âmbito do Programa, algumas deficiências foram observadas na sua implementação no exercício de 2002. Estas deficiências foram:

- Recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada: devido à extensa área de atuação nos portos, aeroportos e fronteiras, a gerência do Programa vem desenvolvendo junto as coordenações de vigilância sanitária em portos, aeroportos e fronteiras um projeto de melhoria de infra-estrutura, por meio da reforma e adequação das instalações físicas e de abastecimento de recursos materiais, com previsão de conclusão no final de 2003.
- Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes locais: a quantidade de recursos humanos é insuficiente para atender à demanda na amplitude existente, e com previsão de diminuição gradativa do quadro, tendo em vista aposentadorias previstas, que requer substituição da força de trabalho. O impacto maior desta deficiência se faz presente na execução das ações de fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras do País.
- Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes locais: se faz necessária a capacitação continuada dos recursos humanos.
- Também no exercício de 2002, observou-se restrições que dificultaram a execução do Programa. Um dos principais obstáculos foi no tocante aos contratos, convênios e licitações. A demora nos trâmites para contratação de serviços de terceiros, necessários para o desenvolvimento das ações do programas, ocasionou problemas de solução na continuidade e implementação dos trabalhos.
- Foram desenvolvidas parcerias significativas com a representação da Organização Pan-americana de Saúde - OPAS e da Organização Mundial de Saúde - OMS no Brasil, possibilitando o incremento de cooperação técnica, inclusive na realização de capacitação e participação em reuniões internacionais, consolidando a posição do Brasil como referência internacional nos assuntos de vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, e maior participação na discussão da revisão do Regulamento Sanitário Internacional e demais instrumentos de orientação técnica da OMS em processo de revisão, tais como o Guia Sanitário para Embarcações e o Guia Sanitário para Aeronaves.

Como principais parceiros, destacam-se: Departamento de Portos e Costa/ Marinha do Brasil, Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira / Marinha do Brasil, Organização Pan-americana de Saúde - OPAS/OMS, Fundação Nacional de Saúde/MS, Itaipu Binacional, estados partes do Mercosul, Ibama/MMA, Fiocruz/MS, Ministério da Agricultura, Receita Federal/MF, estados e municípios.

Existem parcerias com outros programas do PPA, tais como: Programa do Sangue e Hemoderivados e Programa de Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços.

Com relação a mecanismos de participação da sociedade: a Anvisa conta com a ouvidoria e o conselho consultivo que têm atribuições regimentais que possibilitam uma maior participação da sociedade nas ações de vigilância sanitária, no desempenho da Anvisa e deste Programa. Dispõe ainda de um *site* na internet, com espaço específico para as ações nesta área.

A satisfação do público-alvo pode ser apurada por meio das seguintes medidas:

- Pela pouca procura à ouvidoria (do total das demandas encaminhadas para a área de portos, aeroportos e fronteiras, apenas 2,110% referiram-se ao Programa **Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos e Fronteiras**, sendo até o momento respondidas 90%), bem como pelo número de visitas ao *site* da Anvisa, na seção de portos, aeroportos e fronteiras.
- O Projeto Piloto de Controle da Qualidade dos Serviços está sendo desenvolvido na Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras no Estado de Santa Catarina, com possibilidade de expansão para todas as 26 coordenações nas demais unidades da Federação.
- Pesquisas realizadas pelas comissões locais do Prohage nos portos brasileiros também têm fornecido indicadores satisfatórios de satisfação dos usuários/beneficiários.
- Nos aeroportos brasileiros a Embratur realizou pesquisas anuais sobre facilidades existentes, que contemplam as ações de vigilância sanitária.

Gestão da Política de Comunicações
Inovação Tecnológica em Telecomunicações
Qualidade dos Serviços de Telecomunicações
Serviços de Comunicação de Massa
Serviços de Radiodifusão
Serviços Postais
Serviços Privados de Telecomunicações
Telefonia Fixa
Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Ministério das Comunicações

Gestão da Política de Comunicações

O Programa de **Gestão da Política de Comunicações** foi instituído em 2001 com o objetivo de apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas no setor de comunicações, não havendo, desta forma, índices específicos para a aferição do grau de realização das ações a ele vinculadas.

Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento do planeta, no período 2000-2001, tem como temática central a luta contra a pobreza, qualificando-a, quantificando-a e localizando-a, ao tempo em que apresenta uma estratégia de enfrentamento que procura envolver toda a comunidade internacional oferecendo a todos os atores da sociedade oportunidades de engajamento e ação. Mais da metade da população mundial, atualmente, é constituída por pobres que sobrevivem com menos de US\$ 2,00 por dia. A situação é ainda mais crítica para cerca de 1,2 bilhão de pessoas que dispõem de menos de US\$1.00 por dia. No Brasil, são mais de 50 milhões de ilhados pela pobreza. A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela disponibilização, aos menos favorecidos, de uma infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante à sociedade.

Desta forma, uma importante medida que se busca implementar por meio de projetos e atividades vinculados ao Programa de **Gestão da Política de Comunicações** é a de proporcionar a universalização dos serviços públicos, ou seja, a garantia de acesso ao cidadão a esses serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

.....

Devido aos dispositivos do Decreto n.º 4.120, de 7 de fevereiro de 2002 e suas alterações posteriores, não foi possível a liberação de recursos financeiros durante o exercício para a realização das ações propostas, não tendo havido, portanto, resultados do Programa.

Resultados

.....

O Programa foi incluído no PPA em outubro de 2001, não tendo sido alteradas as razões que levaram à sua concepção.

Concepção

Quanto à estratégia de implementação, prevê-se necessidade de aperfeiçoar a forma de articulação da unidade executora do Programa com a unidade de orçamento e planejamento do Ministério.

Quanto à justificativa do Programa, deverá ser readequada, ficando da seguinte forma: "a nova forma de atuação do Estado, requer que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos. O Programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar tal desafio, compreendendo o conjunto de ações de planejamento, formulação de políticas setoriais e de seus programas, a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Gerente:

Expedido José de V. Gonçalves

Desta forma, o Programa **Gestão da Política de Comunicações** se constitui em um instrumento de suporte à formulação e ao desenvolvimento de projetos e atividades dos programas vinculados ao Ministério das Comunicações, de forma a conciliar políticas e diretrizes governamentais para o setor com o objetivo de proporcionar à sociedade o acesso aos serviços de comunicação."

Implementação

Devido à restrição de ordem financeira já citada, não houve recursos para implementação do Programa.

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

O Programa tem por objetivo pesquisar, desenvolver e defender inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicação.

Sua fonte de recursos consiste no Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel. De natureza contábil, o fundo foi instituído através da Lei nº 10.052 de 28 de novembro de 2000, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Ele é administrado por um conselho gestor e tem como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

O conselho gestor é constituído pelos seguintes membros: um representante do Ministério das Comunicações; um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e um representante da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

Compete ao conselho gestor: aprovar as normas de aplicação de recursos do Fundo em programas, projetos e atividades prioritárias na área de telecomunicações, em consonância com o disposto no art. 1º desta lei; aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do plano de aplicação de recursos submetido pelos agentes financeiros e pelo CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações; submeter, anualmente, ao Ministério das Comunicações a proposta orçamentária do Funttel, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual a que se refere o § 5º do art. 165 da Constituição Federal, observados os objetivos definidos no art. 1º desta Lei, as políticas de desenvolvimento tecnológico fixadas pelos poderes Executivo e Legislativo e a existência de linhas de crédito; prestar conta da execução orçamentária e financeira do Funttel; propor a regulamentação dos dispositivos desta lei, no âmbito de sua competência; aprovar seu regimento interno; decidir sobre outros assuntos de interesse do Funttel.

Constituem receitas do Fundo: dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais; contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas; o produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo; o produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores; doações; e outras que lhe vier a serem destinadas.

Gerente:

Frederico José de Silveira Monteiro

Os recursos do Fundo são aplicados exclusivamente no interesse do setor de telecomunicações.

Em 2001 e 2002, 20% dos recursos do Fundo foram alocados diretamente à Fundação CPqD.

Os recursos destinados ao Funttel, não utilizados até o final do exercício, apurados no balanço anual, serão transferidos como crédito do mesmo Fundo no exercício seguinte.

Resultados

Descrevemos abaixo os projetos aprovados pertencentes ao Programa, vinculando-os às respectivas ações e relacionando em cada projeto os respectivos resultados:

Ação fomento à pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações na Fundação CPqD

- A instituição executora dos projetos vinculados a esta ação é o CPqD, e foram gastos, em 2002, R\$ 92.262.368,00.
- Projeto Infra-Estrutura para Redes de Telecomunicações

O presente projeto objetiva a pesquisa aplicada para desenvolver conhecimentos sobre os seguintes tópicos: aspectos ambientais e operacionais presentes na infra-estrutura brasileira de redes de telecomunicações cujo domínio permitam desenvolver soluções inovadoras para o desenvolvimento de novos sistemas de telecomunicações compatíveis com o ambiente de operação; adequação da confiabilidade da infra-estrutura de telecomunicações com os padrões dos novos serviços; ampliação e otimização da capacidade da infra-estrutura da rede de telecomunicações; caracterização de problemas e falhas na infra-estrutura permitindo identificar causas relacionadas aos aspectos técnicos e operacionais; e substituição de procedimentos operacionais pouco eficientes ou onerosos.

Principais resultados alcançados em 2002:

- instalação do campo de testes ambientais de Fortaleza;
- caracterização de metodologias de medidas de resistência interna de bateria chumbo-ácida estacionária.
- Projeto Comunicações Ópticas

O projeto tem por objetivo principal investigar novos ou pouco conhecidos aspectos da tecnologia de comunicações ópticas, gerar soluções inovadoras e desenvolvimentos tecnológicos com ênfase em aspectos de integração entre as tecnologias de IP e WDM, considerando as novas funcionalidades das redes com roteamento totalmente óptico (aprovisionamento de banda de transmissão sob demanda, supervisão e monitoração, proteção e restauração) aumento da capacidade de transmissão para sistemas WDM, e (aumento da taxa de transmissão, aumento do número de canais).

Principais resultados alcançados em 2002:

- amplificadores Raman
- avaliação experimental de técnicas de supervisão DWDM;
- configurações de supervisão com OTDR para uso em redes WDM;
- identificação de fibras ópticas pelo método de Vickers; e
- determinação de fator de blindagem de diversas configurações existentes em linhas de telecomunicações.
- Projeto Redes de Próxima Geração

Pela amplitude de objetivos que as redes de próxima geração terão que cumprir e pela indefinição de vários de seus aspectos, se fazem necessários estudos acerca de diversos assuntos como: diferenciação de tráfego através de técnicas para prover qualidade de serviço; aspectos de roteamento para transportar as novas aplicações; planejamento e avaliação de desempenho; e análise das características do principal protocolo da rede de pacotes que permite o suporte às novas aplicações.

Principais resultados alcançados em 2002:

- metodologia de análise de QoS;
- especificação de testes dos protocolos SIP-T e MGCP;
- atualização da especificação do protocolo ISUP;
- especificação de testes funcionais de uma rede local sem fio (WLAN); e
- projeto "Sistemas Móveis"

O objetivo deste projeto é prover o CPqD de capacitação para avaliação do desempenho da rede e do serviço móvel de 2G, 2.5G e 3G, através da implantação de laboratórios, desenvolvimento de ferramentas de simulação de redes móveis e de equipamentos e sistemas para medição de parâmetros de redes em campo e em laboratório, e do estudo da viabilidade de implantação de novas redes de acesso com tecnologias emergentes.

Principais resultados alcançados em 2002:

- Especificação de testes de conformidade de terminais 2,5 G;
- Especificação de ensaios para terminais CDMA;
- Modelos e metodologias para dimensionamento, avaliação de desempenho, e otimização de redes celulares para suporte à introdução de serviços móveis na rede 2.5 G.
- Projeto Gerência de Redes

O projeto tem como objetivo desenvolver soluções (sistemas de *software*) que contribuam para a automatização dos processos de gerência de rede, com foco nas importantes macro-funções de gerência de falha e desempenho.

Principais resultados alcançados em 2002:

- sistema de Gerência de Desempenho para Telefonia Fixa;
- sistema de Gerência de Desempenho para Telefonia Celular;
- protótipo de sistema de medição de tempos de respostas de agentes SNMP.

Projeto Tecnologia de Serviços de Telecomunicações

Esse projeto abrange um processo de geração de conhecimento, de tecnologia e de novos produtos/serviços e tem os seguintes objetivos: identificação das necessidades, análise de viabilidade econômica e sociotécnica, elaboração dos requisitos para implementação do serviço e aplicações; desenvolvimento de tecnologias e plataformas que permitam a exploração dos serviços e aplicações identificadas no item anterior; desenvolvimento do novo serviço ou aplicação identificado no primeiro item, apoiado nas tecnologias e plataformas desenvolvidas no segundo item.

Neste projeto estão contemplados os seguintes temas e tecnologias: metodologias de planejamento e análise de serviços de telecomunicações; serviços de voz baseados em síntese de fala; telecomunicações de uso público; plataforma de ambiente para criação de serviços para redes de próxima geração - NGN; tecnologias de serviços aplicáveis ao ambiente de TV Digital Interativa; e serviços e aplicações para sistemas móveis.

Principais resultados alcançados em 2002:

- ferramentas de automatização de construção de dicionários de unidades acústicas para conversor texto-fala;
- evolução de algoritmos de pré-processamento de texto e conversor ortográfico-fonética para sistemas de síntese de fala;
- protótipo de sistema de acesso a notícias via telefone empregando o conversor texto-fala;
- software de síntese de fala incorporando melhoria das técnicas de processamento de texto e de conversão ortográfico-fonética;
- novas metodologias de análise de viabilidade de serviços de telecomunicações/ TI e de análise estratégica de investimentos em condições de incerteza e risco 2002-2;
- evolução de metodologia e algoritmos para avaliação de qualidade de vídeo e áudio digitais;
- sistemas de controle de acesso a serviços de valor agregado e de transferência segura de informações.

Projeto Inovação em Sistemas de Suporte a Operações de Telecomunicações

A proposta deste projeto é desenvolver produtos de *software* que implementem novas técnicas de gerência de força de trabalho, modelagem e operação de recursos de centrais telefônicas e criação de um sistema de gerência de recursos de redes de telecomunicações que suporte o provisionamento de serviços fim-a-fim. Ainda neste projeto serão desenvolvidas interfaces especiais para o acesso a informações através de equipamentos terminais de acesso de diversos tipos como, por exemplo: os terminais celulares sem fio, visualização gráfica de disposição e composição de equipamentos e seus componentes e interfaces com mediadores de ativação e inspeção de equipamentos de rede e centrais telefônicas.

Principais resultados alcançados em 2002:

- protótipo de *software* de gerência da planta de juntores, rotas e encaminhamento; e
- visualização gráfica da hierarquia existente entre as centrais telefônicas na *Web*.

Projeto Inovação em Sistemas de Faturamento

Um grande desafio das operadoras de telecomunicações é identificar e definir serviços que sejam atraentes aos clientes e pelos quais eles pagariam um valor extra para tê-los. Serviços de vários tipos estão sendo estudados: serviços de conteúdos, serviços baseados na localização do usuário no momento da conexão, propagandas interativas, serviços de vídeo e jogos etc. O modelo de cobrança de serviços de internet hoje é baseado em tarifa fixa mensal para um número ilimitado de acessos ou para uma determinada

banda passante. A coleta, identificação e tarifação de serviços de conteúdo tem sido uma das áreas mais focadas pelos fornecedores de *software* de Billing. O que está mudando é a maneira como o uso de um serviço é medido. Ao invés de se considerar basicamente a data/hora de prestação do serviço e o destino como ligação telefônica, tem-se agora que se identificar qual foi o evento ocorrido, seu tipo e natureza, volume de dados recebidos/transmitidos, duração da sessão, qualidade do serviço prestado frente ao requerido ou acordado por SLA (*Service Level Agreement*). Este projeto concentra-se na evolução do sistema de faturamento do CPqD - Promus, adotando uma arquitetura com base em componentes e ampliando suas funções para atender a estas mudanças no negócio de telecomunicações tornando-o flexível e competitivo de forma a aumentar sua participação no mercado nacional e internacional.

Principais resultados alcançados em 2002:

- prototipagem de técnicas e algoritmos de análise de dados de faturamento para fidelização de clientes;
- prototipagem de automatização de testes de sistemas de faturamento;
- análise de desempenho de sistemas de faturamento;
- protótipo de conversor genérico de dados de mediadores utilizando XML.

Projeto Inovação em Sistemas e Processos de Informação

O projeto visa três grandes temas na área de tecnologia da informação aplicada ao setor de telecomunicações: Modelo de Negócios de Telecomunicações, com o objetivo de elaborar um Modelo de Referência de Negócio de Telecomunicações, constituído de funções/processos, das informações necessárias a estes processos e da definição de cenários de prestação de serviços; Atendimento a Cliente suportado por Automação de Processos, com o objetivo de desenvolver uma nova solução de auto atendimento a cliente baseada em *Web (Self Customer Care)* e a adoção do conceito de Sistema Gerenciador de Processo de Negócio - SGWF; Processo de Descoberta do Conhecimento em Base de Dados para Soluções de Inteligência de Negócios em Telecomunicações, que dentre outros objetivos, visa desenvolver e construir um *Data Web Housing* para uma operadora de telecomunicações, bem como modelos de *mining* a partir das informações disponibilizadas no *Web Housing* da operadora, proporcionando conhecimento às diversas áreas de negócios da empresa.

Principais resultados alcançados em 2002:

- modelo de referência de negócios de telecomunicações – visão funcional completa e parte da visão de informação;
- identificação de ferramentas e metodologias de desenvolvimento de *software* para implementação dos modelos;
- modelo conceitual de *web-housing* e *web-mining*;
- protótipo, a nível de especificação, de sistema de atendimento a clientes para empresas de pequeno porte com suporte a serviços de voz, dados e vídeo.

Projeto Inovação em Sistemas de Informações Geográficas

Uma visão espacial com precisão geográfica do mapeamento urbano de elementos de redes e seus abrigos e das redes de acesso e de transporte é fundamental para o operacional de uma empresa de telecomunicações. Com esta base de informações, associada ao modelo de conectividade da rede e

aos serviços oferecidos é possível desenvolver sistemas que efetivamente auxiliam as empresas operadoras no provimento de serviços de qualidade com uma alta taxa de ocupação de sua rede. Este projeto investiga e desenvolve métodos e técnicas de gerência de redes com suporte de sistemas de informações geográficas com o objetivo de disponibilizar produtos de *software* para diversas áreas de uma empresa operadora dentre elas: o gerenciamento da planta de telefones públicos e sua conformidade com as metas estabelecidas por órgão regulador; a análise espacial de informações de rede e de negócios e correlações de bases de dados externas e levantamentos de campo; projeto de redes assistido por computador; distribuição de informações georeferenciadas na *web*; e provisionamento de facilidades de rede de acesso.

Principais resultados alcançados em 2002:

- *checklist* para avaliação de qualidade de software na *Web*;
- algoritmo de localização de equipamentos baseados em dados de mercado/demanda;
- algoritmos de caminhamento em rede externa;
- geração de casos de testes baseados em meta-dados;
- projeto de redes suportado por mecanismos de transações longas;
- APIs de integração de sistemas de gerência de rede externa e sistemas de atendimento a clientes; e
- algoritmos de validação de inclusão em banco de dados de grandes massas de dados geográficos aplicados a cadastro de rede externa.

Projeto Gerência de Negócio de Interconexão

Este projeto visa propor soluções que auxiliem as áreas de planejamento, engenharia, operação, regulamentação, marketing, garantia de receita e interconexão das empresas operadoras de telecomunicações na gestão da negociação, comercialização e compartilhamento de recursos de interconexão. Estas soluções visam também a recuperação de receitas de interconexão através de uma solução integrada de *software* de apoio à tomada de decisões que automatize tarefas e integre informações dispersas pela empresa relativas a negócios de interconexão.

Como foi iniciado em dezembro de 2002, o projeto não produziu resultados em 2002.

Projeto Gerência de Recursos e Serviços para Redes Ópticas

O objetivo deste projeto é capacitar o CPqD para oferecer uma solução integrada para os sistemas envolvidos no suporte à operação, projeto, gerência e supervisão de redes ópticas, para que ele possa responder às exigências do mercado nos prazos definidos pela demanda. Neste projeto também estarão sendo implementadas funções que possibilitam o gerenciamento de redes prioritariamente ópticas e integradas a outras tecnologias de acesso (cabo metálico, coaxial e *wireless*), permitindo atingir o mercado internacional, seguindo uma tendência de integração de serviços de TV paga, telefonia fixa e serviços móveis. Esta solução integrada também será capacitada com soluções de gerência de redes nos aspectos de configuração, falhas e desempenho.

Como foi iniciado em dezembro de 2002, o projeto não produziu resultados 2002.

Ação Capacitação de recursos humanos em tecnologias e pesquisa aplicada às telecomunicações

- Projeto Treinamento em *Overview* em Telecomunicações para não-Especialistas
- Instituição executora: CPqD
- Resultados alcançados em 2002: propiciou aos participantes uma visão geral dos mais modernos sistemas de telecomunicações.

Ação Fomento a projetos de desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações

- Os projetos contratados em dezembro de 2002 e as instituições que receberam recursos não reembolsáveis do Funttel, no total de R\$ 13.527.895,00 através da Finep são:

Projeto Engenharia de Redes e Serviços de Banda Larga

- Instituição executora: Cetuc-PUC/RJ

Trata-se de um projeto de pesquisa e desenvolvimento aplicado ao setor de telecomunicações voltadas para o planejamento de sistemas e de rede *wireless* de banda larga. Essas ferramentas são um conjunto de *softwares* que otimizam o planejamento de redes. Isto significa que dado a densidade demográfica, a rede atual, topografia, climatologia, especificações de serviços, número de usuários etc., o *software* permite definir a melhor estrutura de rede otimizada, ou seja, para antenas, estações repetidoras e estruturas periféricas de telecomunicações.

Projeto Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas de Transmissão para TV Digital

- Instituição executora: Inatel - Instituto Nacional de Telecomunicações
- Tem por objetivos: desenvolver inovação tecnológica para produção local de sistemas para transmissão de sinais de TV digital, no padrão a ser estabelecido para o Brasil e capacitar recursos humanos em telecomunicações, fomentando a geração de empregos, inclusive através da importação dos sistemas aqui desenvolvidos e produzidos.

Projeto Sistema de Reconhecimento Automático de Voz em Português e Espanhol

Instituição executora: Genius Instituto de Tecnologia

Tem por objetivo desenvolver um sistema de reconhecimento automático de voz para português brasileiro e espanhol latino-americano, embarcado em um circuito integrado do tipo FPGA e capaz de reconhecer 10 mil palavras com taxa de acerto de 95%.

Projeto Compatibilidade Eletromagnética em Equipamentos de Telecomunicações (adequação em relação à resolução Anatel - 237)

Instituição executora: Universidade Federal de Santa Catarina - Fapeu

O objetivo inicial deste projeto é pesquisar as causas e efeitos das interferências eletromagnéticas em equipamentos de telecomunicações. Em um segundo momento deve proporcionar a elaboração de uma metodologia de análise e resolução de problemas de compatibilidade eletromagnética,

necessárias à adequação dos equipamentos de telecomunicações à Resolução Anatel - 237 e outras resoluções que venham a ser editadas por outras agências ou organismos. Haverá também contribuição para formação de recursos humanos, possibilitando a formação de profissionais de alto nível. Ter-se-á também um laboratório que poderá prestar serviços especializados às empresas do parque industrial catarinense.

Projeto Rede Experimental de Alta Velocidade - GIGA

Instituição executora: Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - CPqD

Tem como objetivo desenvolver tecnologias de redes e serviços de telecomunicações voltadas para o novo conceito de serviços e aplicações de banda larga suportadas pelo protocolo IP diretamente sobre uma rede ótica de múltiplos comprimentos de onda (DWDM). Este projeto deverá necessariamente envolver empresas brasileiras e instituições de pesquisa e desenvolvimento consorciadas, para capacitá-las em tecnologias competitivas, atingindo os objetivos de realizar pesquisa e desenvolvimento gerando protótipos de produtos e serviços, transformar tecnologias em valor para empresas brasileiras, validar os resultados, integrando as diferentes tecnologias em uma rede experimental, e testar novos serviços de internet para telecomunicações.

A gestão do projeto se dará através de uma coordenação executiva operada conjuntamente pelo CPqD e pela RNT responsável pelas diretrizes gerenciais e estratégicas do projeto e quatro coordenações temáticas, duas operadas pelo CPqD e duas operadas pela RNT, responsáveis pela condução dos experimentos.

Projeto Desenvolvimento de Software para Aplicação em Produtos de Informática e Automação

Instituição executora: Fundação de Ensino e Pesquisa da Engenharia em Santa Catarina

Tem como objetivo desenvolver soluções em *software* para aplicação em produtos de informática e automação, no segmento de telecomunicações e capacitação dos laboratórios de testes.

Ação Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia de Telecomunicações

Projeto Aceleração do Plano de Crescimento da Empresa

Instituição executora: Dígitro Tecnologia Ltda.

Objetivos: desenvolvimento de novas soluções/aplicações; consolidação da posição em segmentos onde já é líder; penetração em novos segmentos; internacionalização de sua atuação; aumento da relação com instituições de ensino, em especial a Universidade Federal de Santa Catarina.

Benefícios previstos pelo projeto:

- Impacto tecnológico: o projeto permitirá uma mudança na performance e versatilidade dos sistemas ofertados no mercado de telecomunicações;
- Impacto econômico: para usuários de telecomunicações, possibilidade de acesso a um número maior de serviços telefônicos com maior eficácia e rapidez; para as operadoras, possibilidade de incremento da receita, através da oferta de novos serviços e implementação de novas tecnologias mais econômicas e competitivas.

.....

O Programa foi instituído em 2001, pela Lei 10.297, e o que deu origem ao mesmo foi a necessidade de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

.....

Concepção

O desempenho físico das ações ficou abaixo do previsto apenas quanto aos agentes financeiros Finep e BNDES. Quanto ao CPqD, correspondente à ação Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, atingiu-se 100% da execução física.

Implementação

Entre as dificuldades para que a Fipec e o BNDES recebessem recursos orçamentários do Funttel, citamos a necessidade de várias regulamentações, aprovações dos projetos e procedimentos administrativos, a exemplo da criação de uma unidade gestora na Finep, as quais demandaram mais tempo que o previsto.

Os recursos para a Fundação CPqD foram transferidos normalmente. O restante somente foi transferido para a Finep em dezembro de 2002. Não houve transferência de recursos para o BNDES.

É importante ressaltar que a resolução nº 11 de 27.03.2002 estabeleceu a destinação de 5% dos recursos arrecadados anualmente pelo Funttel, da seguinte forma: 2 % para o Ministério das Comunicações, e 3 % distribuídos paritariamente aos Agentes Financeiros BNDES e Finep. Esses recursos estavam previstos para a efetivação das despesas operacionais de planejamento, prospecção, análise e estruturação de operações, contratação, aplicação de recursos, acompanhamento de operações contratadas, avaliação de operações e divulgação de resultados, necessários à implantação e manutenção das atividades do Funttel.

No entanto, o Conselho Gestor do Funttel não vem utilizando esses recursos, que poderiam ser aplicados na implantação de uma infra-estrutura mais condizente com as necessidades.

Outra questão que dificultou a necessária troca de informações e o aproveitamento mais racional dos recursos existentes foi o fato de os recursos humanos envolvidos com o Programa estarem dispersos em diversos setores administrativos do Ministério.

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir a qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações.

Um dos principais objetivos do processo de privatização da prestação dos serviços de telecomunicações no Brasil, foi a melhoria de sua qualidade. Em um regime de competição, com mais de uma empresa oferecendo os mesmos serviços, a elevação dos níveis de qualidade seria uma conquista natural e automática. Além disso, com empresas de capital privado operando os serviços de telecomunicações, haveria mais recursos financeiros e humanos para o alcance dos objetivos pretendidos. Todavia, em um ambiente privatizado é necessária uma fiscalização eficiente exercida por uma agência fiscalizadora, que também teria o papel de regulamentar e outorgar licenças para prestação dos serviços. Para esse fim foi criada a Anatel com uma estrutura fiscalizadora, objetivando sempre a busca de uma melhor qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas autorizadas ou concessionárias.

A Anatel firmou, então, protocolos de compromissos, estabelecendo quinze metas de qualidade a serem alcançadas pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, com aferições mensais e previsão de penalidades para o caso de não cumprimento das mesmas. No ano de 2001, no consolidado de todo o País, das 180 aferições durante o ano, apenas oito não foram cumpridas pelas prestadoras de serviços, resultando em um desempenho superior a 95%. No ano de 2002 o desempenho foi superior a 96%.

Resultados

O indicador do Programa, Eficiência da Fiscalização, foi instituído em 2002 e apresentou o seguinte desempenho:

1º trimestre: previsto 11% - realizado 15,21%

2º trimestre: previsto 32% - realizado 16,26%

3º trimestre: previsto 12% - realizado 15,46%

Objetivando um controle mais efetivo dos serviços prestados pelas empresas outorgadas, a Anatel está descentralizando sua estrutura administrativa e fiscalizatória, por meio da criação e instalação de 11 Escritórios Regionais. Foram instalados 5 Escritórios Regionais, 2 dos quais em 2002.

Visando dotar a Anatel de uma estrutura técnica adequada para o exercício de uma eficiente fiscalização, foram instaladas dezenove estações remotas de radiomonitoragem, que fazem parte do Sistema de Gestão de Monitoragem do Espectro - SGME, cuja finalidade é a fiscalização dos serviços que utilizam o espectro radioelétrico, que permitirá o recebimento e processamento de informações de áudio, sob demanda. O sistema completo terá 56 estações remotas de radiomonitoragem.

Para completar a infra-estrutura técnica de fiscalização, foram instalados, em 2002, 25 postos de radiovideometria, que fazem parte de uma Rede Nacional de Radiovideometria - RNR, que funcionará de forma integrada com o SGME. O sistema completo será constituído de uma estação fixa - a plataforma primária - que fará a coleta de informações nas

27 capitais brasileiras, supervisionada pelo Centro Nacional de Radiovideometria

Gerente:

Marcos da Rocha Lima

- CNR estrategicamente instalado na sede da Anatel em Brasília, e de 27 estações móveis, operando via satélite, para missões no interior do País. Além disso, a RNR estará integrada ao Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro - SGME, descrito acima.

A partir de 1º de junho de 2001, a Anatel estabeleceu um novo modelo de certificação e homologação de produtos para telecomunicações, proporcionando ao usuário as informações necessárias para que tenha certeza de que está adquirindo produtos com qualidade e que atendam as normas técnicas. Dentro dos novos critérios foram certificados/homologados 2.426 produtos, 684 dos quais em 2002, perfazendo um total de 4.231 certificações/homologações efetuadas. Prevê-se até o final do PPA 7.046 certificações/homologações.

Visando a melhoria da qualidade dos serviços, a Anatel tem intensificado a fiscalização nas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, cobrando sempre o atingimento das metas de qualidades estabelecidas nos protocolos de compromissos. No decorrer de 2002, foram realizadas 309.102 ações de fiscalização.

.....
Com o entendimento de que num ambiente totalmente privatizado a fiscalização constitui atividade essencial para a melhoria da qualidade, a Anatel tem buscado, desde a sua criação, reforçar e modernizar sua estrutura de fiscalização. Dessa forma o objetivo do Programa está adequado à realidade.

Concepção

O único indicador do Programa, vigente em 2000 e 2001, Grau de Satisfação do Usuário dos Serviços de Telecomunicações, pelo fato de já estar contemplado nos programas do Ministério que tratam de serviços específicos, foi excluído e substituído pelo indicador Eficiência de Fiscalização, vigente em 2002.

Durante a vigência do PPA 2000-2003 houve as seguintes alterações referentes a ações:

aglutinação das ações Certificação de Produtos de Comunicação e Homologação de Produtos de Comunicações; e

migração das ações Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações, Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, Promoção do Acesso de Pequenas e Médias Empresas a Recursos de Capital e Promoção do Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações, para o Programa **Inovação Tecnológica em Telecomunicações**, com alterações de denominações.

.....
A divergência entre o realizado e o planejado na ação Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização das Telecomunicações (foram instaladas cinco estações das 25 estações previstas) foi ocasionada, principalmente, pelo atraso na fabricação e entrega de equipamentos importados do SGME, agravado por retardamento nos desembaraços alfandegários.

Implementação

O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro - SGME, será composto por um centro nacional instalado em Brasília, 27 centros regionais localizados nas sedes dos escritórios da Anatel nos estados, 28 unidades móveis de radiomonitoragem - UMR e 56 estações remotas de monitoragem - ERM. Este Sistema ampliará, consideravelmente, a capacidade de vigilância e de controle da Anatel, por permitir a fiscalização do espectro radioelétrico em todo o território brasileiro, por intermédio de serviço de rastreamento que ampliará, dinamizará e modernizará a capacidade de registrar, de localizar e de analisar as emissões

radioelétricas. Em dezembro de 2002, encontravam-se instalados o centro nacional, seis centros regionais (cinco dos quais instalados em 2002 conforme citado), as 28 unidades móveis - uma em cada unidade da federação e duas no Estado de São Paulo - e 21 estações remotas.

Desta forma, a Anatel ainda não pôde contar plenamente com os equipamentos de Gestão e Monitoramento do Espectro e de Radiovideometria, que permitirão o aumento da efetividade da atividade de fiscalização.

É necessária uma revisão da política de recursos humanos. O ministério está um longo período sem repor seu quadro permanente o que têm causado um déficit de pessoal nas áreas gerenciais, e de elaboração e acompanhamento de políticas públicas.

Para que sejam fortalecidos os papéis reguladores e fiscalizadores da Anatel, serão necessárias mudanças que deverão contemplar a revisão do quadro de pessoal da agência, respeitados os princípios legais e constitucionais vigentes, e de suas atribuições perante o setor de telecomunicações.

No âmbito do Ministério das Comunicações, já sob o novo Governo, em 2003, está sendo proposta a criação de uma Secretaria de Telecomunicações que será encarregada da formulação de políticas públicas sob este setor e seu acompanhamento. Essa secretaria terá em suas atribuições, entre outras funções, a de administrar as ações do Programa **Qualidade dos Serviços de Telecomunicações**.

Serviços de Comunicação de Massa

.....

O Programa tem como objetivo garantir a prestação dos serviços de comunicação de massa com qualidade e preços acessíveis. **Resultados**

A ação Serviço de TV por Assinatura produziu 32.600 assinantes atendidos.

O resultado, bem abaixo do esperado que era de 2 milhões de assinantes, deveu-se aos seguintes fatores: tempo muito extenso para regulamentação do serviço e operacionalização pelo mercado, após a aprovação da consulta pública; e o grau de penetração do serviço, que foi atingido nas classes de renda mais elevadas, consumidores naturais do serviço, mas ainda encontra-se com pouca penetração nas classes de renda mais baixa, devido ao perfil de distribuição de renda brasileiro.

Estima-se, portanto, que o índice final previsto para o PPA 2003, de 7,3 milhões de assinaturas, não será atingido.

Quanto ao indicador Grau de Satisfação do Cliente, a pesquisa, de responsabilidade da Anatel, embora já iniciada, não foi concluída até o final de 2002.

.....

A origem do Programa está na identificação da dificuldade de se expandir o serviço à população em geral. **Concepção**

Os valores finais do Programa devem ser revistos, quanto às metas em todas as ações, tendo em vista a incompatibilidade entre o custo do serviço e o poder aquisitivo de certas faixas de consumo, bem como a situação econômica mundial de desaquecimento do mercado.

.....

Um dos obstáculos encontrados para a expansão do serviço foi que a Anatel suspendeu o início de novos processos licitatórios, em cumprimento à Decisão 230, de 2001, do Tribunal de Contas da União, de 25 de abril de 2001, até que seja concluída a nova metodologia de cálculo do preço mínimo para a obtenção das outorgas dos Serviços de TV por Assinatura. **Implementação**

Outro problema encontrado na implementação do Programa é a dificuldade de se implantar cabeamento em todos os municípios, tornando alto o custo de instalação.

Os recursos foram compatíveis com o fluxo do programa e adequados para a implementação do mesmo.

Gerente:
Hamilton de Magalhães Mesquita

Serviços de Radiodifusão

Resultados O Programa tem por objetivo promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão, provendo os municípios ainda não atendidos pelo serviço.

Até o final de 2002, alcançou-se o percentual de 49,2% dos municípios brasileiros com disponibilidade de pelo menos um dos serviços de radiodifusão, quais sejam: frequência modulada, onda média, rádio comunitária ou televisão. O índice alcançado superou a expectativa, considerando que para o final do Programa o percentual estimado é de 50% dos municípios brasileiros com serviço de radiodifusão. Espera-se alcançar este percentual no exercício de 2003, ultrapassando o equivalente a 50% dos municípios brasileiros com serviço de radiodifusão.

Foram concedidas 1.209 outorgas de serviços, correspondente a 186% da meta física de 650 outorgas.

Com os novos serviços liberados pelo Ministério das Comunicações será atendida uma população de aproximadamente 120 milhões de habitantes, correspondente a 70% da população brasileira. Portanto, trata-se de um impacto positivo sobre o público-alvo, que terá à sua disposição novos sinais do serviço de radiodifusão, criando novas competições entre as empresas exploradoras do serviço em benefício da sociedade, principalmente quanto a informação, entretenimento, cultura e costumes locais, bem como uma maior integração da comunidade das vilas, bairros e cidades com a instalação das estações de rádio comunitária.

Outros benefícios são: o desenvolvimento e a divulgação do comércio e da indústria local pelo sistema de radiodifusão; o desenvolvimento da indústria de equipamentos do setor; criação de aproximadamente 30 mil novos empregos nas localidades de outorga do serviço; e um investimento aproximado de R\$ 330 milhões.

Foram arrecadados, aproximadamente, o equivalente a R\$ 200 milhões, sendo liberadas aproximadamente 2.560 novas outorgas entre os serviços de radiodifusão de onda média, frequência modulada, televisão e rádio comunitária.

Concepção O Ministério das Comunicações estruturou o setor com a democratização do acesso dos interessados em executar o serviço de radiodifusão, objetivando maior competição entre as empresas participantes do processo licitatório, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para o Estado e a sociedade.

As atividades foram concentradas na liberação do serviço de radiodifusão para localidades ainda não servidas pelo serviço, para os estados limítrofes, para incrementar a competição entre as empresas nos grandes centros. Procurou-se, ainda, atender a demanda existente em todo o território nacional considerando as inúmeras solicitações para abertura de edital, em face do grande interesse da classe empresarial.

O ministério tem pautado seus estudos técnicos nas diversas solicitações de empresas, no sentido de melhorar e adequar o acesso aos serviços de radiodifusão. Para tanto, elaborou minuta de lei visando a modernização dos serviços, o qual foi colocado em consulta pública, recebendo aproximadamente 1.200 contribuições, as quais estão sendo analisadas pela equipe técnica do ministério. Com a aprovação da lei, esta procura atender à realidade da população, visando principalmente: implementar a política nacional do serviço; melhorar a qualidade dos serviços; programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas; programas regionais; programação de dramaturgia brasileira, entre outros.

Gerente:

Alexandre Antônio de Souza

Implementação

Os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa foram a estrutura criada pelo Ministério das Comunicações para atender a demanda da sociedade empresarial em executar o serviço, bem como a regulamentação implementada no sentido de garantir maior participação dos interessados, garantindo os princípios básicos da legalidade, da moralidade e da igualdade. Dos valores previstos para 2002, de R\$ 1.172.100,00 para outorga e de R\$ 580 mil para regulamentação, foram realizados R\$ 242.105,00 para outorga, ou seja, 20,7%. Os recursos foram suficientes para o atendimento das metas físicas de 2002 onde alcançamos 1.209 outorgas (correspondente à 186% do previsto) e, ainda, três regulamentações do serviço de radiodifusão. O fluxo de recursos atendeu plenamente à execução do Programa. Embora não haja mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, qualquer minuta de projeto de lei e/ou decreto visando a regulamentação do serviço de radiodifusão, é submetido à consulta pública.

Os recursos materiais e de infra-estrutura utilizados no exercício de 2002 têm sido adequados para a realização do Programa, no entanto, ressalta-se a necessidade de atualizar os recursos de informática.

Serviços Postais

O Programa tem como objetivo universalizar o acesso aos serviços postais para atender a todos os segmentos da sociedade, buscando alcançar níveis de excelência na sua qualidade.

O Brasil, por suas dimensões continentais e uma infinidade de características marcantes, como: clima, tradição, cultura e hábitos da população ou pelo desenvolvimento dos setores produtivos, nitidamente mais acentuado em algumas regiões, apresenta disparidades que somente ações abrangentes e contínuas na esfera da administração pública podem equacionar.

Grandes centros urbanos, com amplo acesso às tecnologias mais recentes para o setor das comunicações, que permite ao cidadão comum e às empresas se manterem atualizadas, permanentemente, com o que acontece no mundo, destoam visivelmente de localidades que dependem dos serviços postais para se comunicarem, seja para o contato pessoal, seja para os negócios.

O estabelecimento das metas de expansão dos serviços postais, considerou a população residente nas cidades e vilas. Independentemente dessas metas, foram disponibilizados serviços também em alguns povoados, núcleos, lugarejos, aldeias indígenas e extensões urbanas. Parcela da população que não reside em cidades e vilas devidamente caracterizadas, ou seja, aquela distribuída pela área rural dos municípios, ainda não está atendida.

Assim, cálculos realizados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em 1999, com base no censo IBGE de 1996, apresentavam a demanda a ser atendida. Os índices para a cobertura, à época, eram de 77,6% da população quanto à disponibilidade dos serviços postais, e de 67,5% da população quanto à distribuição externa.

Não obstante o esforço empreendido pelos Correios, é necessário que se definam e estabeleçam metas a serem cumpridas pela mesma, objetivando a erradicação das assimetrias hoje existentes, como a exclusão postal de aproximadamente 35 milhões de cidadãos que não contam com o serviço de atendimento para a postagem de seus objetos e outros, cerca de 50 milhões, sem a distribuição de correspondência em seus domicílios, considerando-se os dados censitários de 1996.

Medidas no sentido de estabelecer um plano geral de metas de universalização vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério das Comunicações e também dos Correios. Contudo, a obtenção de suporte legal e a viabilização de outros recursos, inclusive financeiros, dependem de projetos voltados ao estabelecimento de um novo modelo regulamentar e institucional para o setor postal, em que seja garantida a disponibilidade dos serviços de correios à população, bem como a modernização organizacional e comercial dos Correios.

Resultados

O indicador Taxa de Localidades com Atendimento Postal cujo índice que ao início do PPA era de 81%, atingiu a marca de 90,95 % em 2002. Considerando que a meta é chegar aos 100% de localidades atendidas (cidades e vilas), bem como a performance obtida no período, esse resultado aponta para um índice aproximado de 95%, ao final do PPA 2000-2003.

Gerente:

Carlos Luiz Dias da Silva

O indicador Taxa de Entrega Dentro do Prazo de Cartas Simples nas Capitais, que reflete basicamente a questão da qualidade dos serviços de distribuição dos objetos postais, com seu índice inicial de 94,8%, obteve em 2002 o índice de 93,5%.

O indicador Taxa de Localidades com Distribuição Postal, referente às cidades e vilas com população igual ou superior a quinhentos habitantes, que no início do PPA era de 78%, atingiu o índice de 85% (previsto como meta final do PPA).

Outros resultados ao final de 2002 são:

- instalação de 4.571 Agências de Correios Comunitária, equivalente a 86% de uma meta fixada em 5.299 para 2002; estas unidades são destinadas a viabilizar a prestação de serviços postais básicos em localidades com população superior a quinhentos habitantes, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração de serviços postais não se mostre economicamente viável para os Correios, levando o atendimento postal a um maior número de cidadãos;
- instalação de 460 mil Caixas Postais Comunitárias, tendo como alvo a ampliação da distribuição de objetos postais, beneficiando a mais de 4 milhões de pessoas;
- implantação de 2.500 agências do Banco Postal;

Por meio do Projeto de Universalização de Serviços de Atendimento, que basicamente procura proporcionar o acesso aos serviços postais a toda população brasileira, atingiu-se os seguintes resultados:

- prestação de serviços postais básicos a todas as localidades caracterizadas pelo IBGE, em nível mínimo de distrito, com população igual ou superior a quinhentos habitantes, tendo como meta atingir, no mínimo, a 1.700 localidades até 31 de dezembro de 2002. Resultado obtido até final de 2002: 100% das cidades e 57,32% dos distritos;
- quanto à meta de propiciar acesso a todo cidadão, nas cidades com mais de cem mil habitantes, aos serviços oferecidos por meio de pré-selados e ao envio de objetos postais sem registro, dentro de um raio de 2 km, até 31 de dezembro de 2009, o resultado obtido até o final de 2002 foi de 100%; e
- quanto à meta de substituir todas as Agências de Correios Satélites - ACS e Postos de Correios - PC por Agências de Correios Comunitária - AGC, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria de Serviços Postais do MC nº 1/2000, até 31 de dezembro de 2002, o resultado obtido até o final de 2002 foi de 72,58%.

Em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP, em 2002, constatou-se que os Correios são a segunda instituição do País a desfrutar de maior confiança dos brasileiros, recebendo 93% de aprovação, perdendo somente para a instituição "família". De acordo com 6.656 entrevistados, a média ponderada para a distribuição domiciliária, que inclui os tópicos: sigilo, tratamento, preservação dos objetos, horários, entregas no endereço correto, prazos, conhecimento do serviço, fornecimento de informações, apresentação e identificação do carteiro, foi de 8,5 numa escala de 0 a 10. As 2.730 empresas que mantêm contrato com os Correios atribuíram nota 8,1 para o grau de satisfação, com destaque para regularidade dos serviços de coleta e confiabilidade na entrega.

Alguns dos principais resultados esperados para 2003 são:

- postagem de 10 bilhões de objetos;
- atingimento de 18 mil remessas, num total de R\$ 36 milhões, no serviço Exporta Fácil Brasil - Correios;
- alcance da marca de 5.300 unidades implantadas em todo o País, do Banco Postal;

- implantação, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de mais de 4 mil terminais de acesso público à internet, em toda a sua rede própria de agências, disponibilizando serviços como videoconferência, impressão, digitalização de documentos e acesso a *e-mail*, contribuindo para o esforço de inclusão digital da população; e
- disponibilização de mais de 1 milhão de endereços eletrônicos aos cidadãos brasileiros, mediante o serviço de endereço eletrônico permanente, permitindo o envio/recebimento de mensagens, arquivos, utilização de agenda e calendário, através de qualquer equipamento conectado à internet.

.....

Concepção A melhor caracterização do público-alvo, o dimensionamento desse público-alvo e a regionalização são pontos fundamentais para a mensuração adequada do problema e para o alcance do objetivo do Programa, qual seja, a universalização dos serviços postais.

Visando maior participação do público-alvo no aperfeiçoamento do Programa, deverá haver constante aprimoramento das ferramentas de consulta ao cidadão, quanto às necessidades de instalação, ampliação e de melhoria dos serviços prestados, por meio de pesquisas de opinião e de aferição da qualidade, utilizando-se para tanto dos mais variados recursos de captação disponíveis nos Correios.

Todas as ações que compõem o Programa de **Serviços Postais** são fundamentais para a consecução do seu objetivo, não obstante, as que têm contribuído mais efetivamente para o processo de inclusão social no âmbito do Setor Postal, por possuírem a característica de fornecerem resultados mais imediatos, são a Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento e a Ampliação da Infra-estrutura dos Serviços Financeiros Postais, para as quais os Correios adotaram a estratégia de celebrar parcerias com o setor privado.

.....

Implementação Embora ocorrências normalmente verificadas em procedimentos de contratações e de convênios tenham provocado situações de atraso na realização de algumas metas físicas, a execução das metas físicas, em média, ficou dentro do programado para o exercício.

O investimento dos correios em 2002, no Programa de **Serviços Postais**, foi de R\$ 534,4 milhões.

Embora a faixa de variação dos percentuais da execução orçamentária, por ação do Programa, seja bastante ampla (de 38% a 100%), a taxa da realização geral do Programa, em 2002, foi de 93%. A proposta orçamentária da ECT para o próximo exercício de 2003 prevê investimentos da ordem de R\$ 694,4 milhões para o Programa de **Serviços Postais**, acarretando um significativo acréscimo sobre o valor atual previsto para o PPA 2000/2003 (hoje, R\$ 1,291 bilhões), passando a representar um investimento total de R\$ 1,9 bilhões no referido Programa.

Para a prestação dos serviços postais básicos em pequenas localidades, os Correios, dentro de um processo de parceria, tem firmado convênio com as prefeituras municipais para a agilização e viabilização, com menores custos financeiros para a Empresa, dos meios de atendimento ao cidadão. Em algumas situações essa parceria fica prejudicada, tendo em vista a impossibilidade momentânea que essas administrações têm para firmarem os respectivos convênios, em razão da indisponibilidade da documentação pertinente, exigida pela legislação, por exemplo, a falta da Certidão Negativa de Débitos do INSS - CND.

Quanto à participação da sociedade no Programa, há diversos canais disponíveis, tais como: o Núcleo de Relacionamento com o Usuário - NRU, da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações; o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal dos Correios; o correio eletrônico na *web*: www.correios.com.br (Fale Conosco); o Centro de Atendimento ao Usuário - CAU, implantado em 2002, com ligação gratuita; e o atendimento da área comercial da Empresa em sua diversas diretorias regionais instaladas em quase todas as unidades da Federação.

No nível de execução, que ocorre no âmbito dos Correios, os recursos materiais têm atendido as necessidades de implementação dos projetos vinculados às ações do Programa de **Serviços Postais**. Não obstante, em razão de reduções na dotação orçamentária, verificam-se carências desses recursos materiais na estrutura administrativa do Ministério das Comunicações. Essa carência decorre da redução gradual de funcionários nos últimos anos e tem provocado reflexos na qualidade dos serviços públicos, tanto no aspecto atendimento, quanto nas condições ideais de execução administrativa interna do Ministério das Comunicações. Desta forma, a readequação de seu efetivo é aspecto fundamental para a normalização de atividades, como é o caso da gestão dos programas do PPA.

Os relatórios de avaliação do Programa, atualmente elaborados, estão mais voltados para uma análise quantitativa das ações implementadas em cada projeto e atividade que compõem o Programa, no âmbito dos Correios. Alterações nessa forma de apresentação estão sendo desenvolvidas e as negociações com a ECT se encontram em processo adiantado, no sentido de modificar a forma de avaliação das ações e de seus resultados, passando-se a dar maior ênfase aos aspectos qualitativos e os benefícios proporcionados ao público-alvo.

A implantação da prestação os serviços financeiros básicos na rede de atendimento dos Correios, denominada de Banco Postal, foi viabilizada e agilizada, também mediante o critério de parceria, sendo que no processo de licitação foi vencedora uma instituição bancária privada.

Serviços Privados de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir a disponibilidade dos serviços privados de telecomunicações em regime de livre concorrência.

Por meio de sua principal ação, Serviço Móvel Celular, o Programa vem mantendo um impacto bastante positivo junto ao público-alvo. Após meses de crescimento acelerado, as operadoras atenderam à demanda reprimida de grande parte das classes sociais A e B e parte da C e D. A entrada de novas operadoras serviu para revigorar a dinâmica do setor. A partir de agosto de 2002 houve um reaquecimento no ritmo de crescimento nas vendas de celulares com a introdução da nova tecnologia *Global System for Mobile Communications-GSM*, utilizando o Serviço Móvel Pessoal - SMP.

Objetivando dar maior opção para satisfazer as necessidades das diversas camadas sociais da população, a expansão da telefonia móvel tem se verificado, basicamente nos serviços pré-pagos, representando 72% da rede. Em termos globais, o número de celulares já equivale a 71% do total de telefones fixos disponíveis no País.

A telefonia móvel iniciou o período do atual PPA em ritmo acelerado de implantação. Houve acréscimo de 8,2 milhões de acessos (linhas) em 2000, ano em que o PPA previa aportes de R\$ 4,2 bilhões da iniciativa privada ao respectivo Programa. Essa trajetória prosseguiu em 2001 quando ocorreram 5,5 milhões de novos acessos, com previsão de R\$ 5,5 bilhões de recursos privados. Finalmente, em 2002, o número de novos acessos foi de 6,2 milhões, com previsão de aportes do setor privado no valor de R\$ 6,4 milhões.

Em novembro de 2002, a Anatel vendeu, por R\$ 920,6 milhões, licenças das Bandas D e E do Serviço Móvel Pessoal, contribuindo para colocar à disposição da população 6,2 milhões de acessos a celulares em 2002. Não foi atingida a meta prevista, no PPA para 2002, de 8,3 milhões de acessos devido à demora na venda das referidas “bandas”, que somente ocorreu após algumas tentativas frustradas, principalmente por falta de interessados. A partir de junho de 2002, entraram em operação duas empresas utilizando tecnologia GSM, o que incentivou o aumento das vendas e contribuiu para o atingimento de 75% dos resultados esperados.

Em termos acumulados a quantidade de acessos móveis no País passou de 15 milhões no início do PPA (2000) para 23,2 milhões ao final desse 1º ano, alcançando 28,7 milhões em 2001, e finalmente 34,9 milhões em 2002, atingindo a 7ª posição mundial.

Com a continuidade do processo de implantação do serviço móvel pessoal, por intermédio da prevista migração das atuais operadoras do serviço móvel celular para o serviço móvel pessoal, espera-se para 2003 um acréscimo de 10 milhões de acessos, o que resultará no atingimento das metas inicialmente estabelecidas de 45 milhões de acessos. Por suas características, o SMP deverá impactar positivamente a comunicação móvel.

Gerente:

Luiz Gladstone de Castro Almendra

Resultados

Dentre os diversos indicadores constantes deste Programa, o mais representativo tanto do ponto de vista financeiro quanto para a sociedade é a Densidade dos Serviços Móvel Celular e Móvel Pessoal, que se traduz pela relação percentual entre a quantidade de acessos ao serviço celular e a população brasileira. Este índice evoluiu de 9,1 acessos por 100 habitantes, quando do início do PPA, para 14 acessos por 100 habitantes ao final do ano 2000, significando um acréscimo de 53%. Em 2001, este índice cresceu 22,1%, atingindo a 17,1 acessos. Em 2002, o indicador passou de 17,1 para 20,3 por 100 habitantes, representando 92,7% do previsto para o final do PPA. O não-atingimento da meta prevista para 2002, de 21,9 acessos por 100 habitantes, deve-se ao atraso das vendas de licenças das bandas D e E, o que aconteceu somente em novembro daquele ano.

A telefonia móvel iniciou o período em análise em ritmo acelerado de implantação. Em 2000 houve acréscimo de 8,2 milhões de acessos, ano em que o PPA previa aportes de R\$ 4,2 bilhões da iniciativa privada ao respectivo Programa. Essa trajetória prosseguiu em 2001, quando ocorreram 5,5 milhões de novos acessos, com previsão de R\$ 5,5 bilhões de recursos privados. Finalmente, em 2002, o número de novos acessos, aferido na ação Serviço de Telefonia Móvel, foi de 6,1 milhões, com previsão de aportes do setor privado no valor de R\$ 6,36 bilhões.

Outro resultado relevante do Programa foi a concessão de 1.324 outorgas de serviços, o que representou 472,9% da meta prevista de 280 outorgas.

Ainda se pode registrar outros resultados gerados pelo Programa: o desenvolvimento da indústria de fabricação de aparelhos celulares, com o conseqüente aumento de postos de trabalho, a expansão das operadoras, os investimentos no setor, com o conseqüente efeito multiplicador e a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Concepção

A criação desse Programa teve origem quando o Governo procedeu, ao final da década passada, uma profunda reorganização do sistema de telecomunicações do País. Dando início à desestatização, o Governo privatizou a banda A e B da telefonia celular, promovendo a concorrência entre as empresas concessionárias, permitindo ao usuário escolher a empresa de sua conveniência.

A Anatel passou a desempenhar o papel de órgão regulador das telecomunicações no País e, ao mesmo tempo, fiscalizar e controlar as atividades destas empresas. Dentro deste contexto de repercussão direta do serviço na qualidade de vida da sociedade, com prestação de um serviço de alta qualidade e eficiência, o Ministério propôs a inclusão no Plano Plurianual, do Programa **Serviços Privados de Telecomunicações**, com o objetivo de atender à demanda da sociedade pelos serviços móveis em regime de livre concorrência.

A proposta efetuada na revisão 2002 do PPA, de exclusão, por serem pouco representativos, dos indicadores Densidade do Serviço Móvel Especializado, Coeficiente de Estações de Telecomunicações do Serviço Limitado Privado e Coeficiente de Estações de Radiocidadão e Radioamador, foi contemplada no PPA vigente aprovado pelo Decreto nº 4.322, de 5 de agosto de 2002.

Implementação

A ação Serviço de Telefonia Móvel é executada pela iniciativa privada tendo sido previstos investimentos da ordem de R\$ 6,36 bilhões para 2002. Entretanto, devido à autonomia das empresas concessionárias, a Anatel teve dificuldade em informar o volume de investimentos alocados pelas operadoras.

As tentativas frustradas nas licitações das Bandas C, D e E por falta de interessados e o conseqüente atraso nas vendas das Bandas D e E interferiram no desempenho daquela ação, tendo o reaquecimento nas vendas de acessos celulares ocorridas somente a partir de outubro, prejudicando o cumprimento da meta prevista.

Quanto ao fator recursos humanos, tem-se que:

- em 1997, o Ministério das Comunicações sofreu decréscimo de 634,80 para 454,39 DAS's unitários nos custos dos cargos comissionados e funções de confiança, afetando completamente a capacidade de formulação de políticas nacionais de telecomunicações e implementação das mesmas;
- a extinção de 26 delegacias regionais reduziu ainda mais as condições operacionais do ministério;
- a Anatel está operando com quadro temporário que não conta com qualidade nem quantidade de força de trabalho para a formação de quadro permanente de pessoal necessário ao cumprimento de suas atribuições de fiscalização e regulamentação.

A superação destes entraves somente será possível através da realização de concursos públicos.

Telefonia Fixa

O Programa tem como objetivo garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes.

Resultados

Tendo atendido 99% dos lares da classe A e quase o mesmo percentual das classes B e C, o setor de telefonia fixa iniciou o ano de 2002 com dificuldade em atender a meta prevista de 4,64 milhões de telefones fixos, esbarrando em uma demanda limitada pela baixa renda da população, especialmente fora dos grandes centros urbanos. Sem condições de pagar a habilitação das linhas e a conta mensal, a população mais pobre desiste de ter telefone em casa, o que resultou no atendimento de 1,45 milhão, correspondendo a 31% da previsão para 2002.

Até o final de 2002, encontravam-se ociosos 10,4 milhões de acessos, ou seja, terminais implantados nas redes das operadoras mas sem demanda da sociedade para instalação. Estes, somados aos 38,8 milhões em funcionamento, atingem 49,2 milhões de acessos fixos, ultrapassando a meta de 45,1 milhões de acessos prevista para aquele ano. A taxa de ociosidade representa 21,1% do total instalado.

Para 2003, estão sendo ventiladas várias alternativas de modo a flexibilizar as regras para atendimento do público de baixa renda, como a adoção de tarifas progressivas e trocar o indexador de reajuste das tarifas e preços do serviço telefônico do atual Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, da FGV, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE.

Com o modelo brasileiro de telecomunicações em processo de revisão, em 2003 encerrar-se-á o impedimento pela lei de que haja transferência de controle entre empresas. As concessionárias de telefonia fixa atingirão um momento estratégico até julho, quando deverão estar definidos os contratos que vão estabelecer os novos parâmetros para a prestação dos serviços pelos próximos vinte anos. Essa prorrogação dos contratos versará sobre universalização, qualidade, estrutura tarifária e preservação do equilíbrio econômico-financeiro das empresas, mas poderá incluir outras condicionantes, inclusive aquelas relativas ao desenvolvimento tecnológico e controle nacional do sistema de telecomunicações. Preocupa que a revisão conduza à consolidação do atual estágio de oligopólio de mercado. Por outro lado pode vir a ser uma oportunidade para se corrigir os graves equívocos decorrentes da fragmentação da antiga Telebrás.

O principal indicador deste Programa, Densidade do Serviço de Telefonia Fixa, representado pela relação percentual entre o número de telefones fixos individuais e a quantidade de habitantes, manteve-se praticamente estável em 2002, passando de 28,2 acessos por 100 habitantes para 28,7 acessos. Contudo, já atingiu a meta prevista para o final do PPA, que é de 28,5 telefones fixos por cem habitantes.

Outro importante indicador, é "Densidade do Serviço de Telefonia de Uso Público", medido pelo número de telefones de uso público por 1.000 habitantes. O índice permaneceu em 8 telefones por 1.000 habitantes, praticamente inalterado durante o exercício de 2002. A meta prevista para o final do PPA, em 2002, é de 8,2 telefones para 1.000 habitantes

Em 2002, foram iniciadas pesquisas para aferir o grau de satisfação dos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado e do Serviço Móvel Celular. Este trabalho está sendo executado pelo consórcio formado pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP, pela própria USP e pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS. O resultado da pesquisa terá divulgação ampla e a metodologia utilizada para o levantamento de dados não será propriedade nem da Anatel nem

Gerente:

Luiz Gladstone de Castro Almendra

do consórcio. Resultados e metodologia adotados ficarão à disposição das prestadoras de serviços de telecomunicações. Os resultados destas pesquisas deverão apontar os desejos da sociedade sobre os serviços de telecomunicações adequados à sua realidade socioeconômica que, em nome deles, a Anatel deverá garantir a sua satisfação, promovendo permanentemente a adequação das suas metas de qualidade.

Concepção

O Programa teve origem na necessidade de elevar a densidade de telefones fixos. Atualmente, a classe A encontra-se suprida de telefones e as classes B e C estão com 90% de atendimento. No entanto, a inserção do serviço nas classes de rendas mais baixas é pequena.

O público-alvo relativo à parcela mais carente da população poderá ser subsidiada de modo a atender os objetivos da universalização das telecomunicações.

Faz-se necessária a correta configuração da população que ainda não foi beneficiada pelo Programa e tem potencial para isso. A parcela que não tem potencial também deverá ser identificada para estabelecimento de políticas públicas de subsídio.

Implementação

A estratégia de implementação é de responsabilidade da iniciativa privada, cabendo à Anatel realizar os procedimentos de outorga e disciplinar a prestação dos serviços de telefonia fixa.

Com vistas a atender as demandas dos usuários dos serviços de telecomunicações na defesa de seus direitos, a Anatel instalou, em 1998, o seu Centro de Atendimento - *Call Center*, que permite o diálogo do público com a Anatel pelo telefone 0800-332001. Operando 24 horas, ininterruptamente, incluídos domingos e feriados, esse centro recebeu, em 2002, 4,9 milhões de ligações, sendo que 39,2% delas foram solucionadas no ato da chamada. Destas chamadas, 411,7 mil referiam-se a reclamações, sendo que 94,4% delas relacionavam-se ao Serviço Telefônico Fixo Comutado. Cerca de 35% das reclamações eram relativas a problemas com cobranças pela prestação dos serviços.

Concebida segundo um conceito moderno de interação, que assegura acesso amplo e fácil às informações do banco de dados da Anatel, a Sala do Cidadão já funciona em 22 capitais, com previsão de instalação nas demais em 2003. Cada Sala do Cidadão é equipada com terminais de computador, impressora, fax, *scanner*, telefone, TV e vídeo, além de atendentes para prestar informações e tirar dúvidas. O próprio interessado pode utilizar os equipamentos, obter informações sobre a Anatel e fazer busca *on-line* nos documentos públicos da Agência, além de dar entrada, sem burocracia, em pedidos de licença para prestação de serviços diversos, acompanhar o andamento de processos e reclamar sobre serviços de telecomunicações.

Quanto ao fator recursos humanos, tem-se que:

- em 1997, o Ministério das Comunicações sofreu decréscimo de 634,80 para 454,39 DAS's unitários nos cargos comissionados e funções de confiança, afetando completamente a capacidade de formulação de políticas nacionais de telecomunicações e implementação das mesmas;
- a extinção de 26 delegacias regionais reduziu ainda mais as condições operacionais do ministério;
- a Anatel está operando com quadro temporário que não conta com qualidade nem quantidade de força de trabalho para a formação de quadro permanente de pessoal necessário ao cumprimento de suas atribuições de fiscalização e regulamentação.

A superação destes entraves somente será possível através da realização de concursos públicos.

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

O Programa tem como objetivo garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes, para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, em bibliotecas públicas, unidades de serviço público em áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico, órgãos de segurança pública, para instituições de assistência a portadores de necessidades especiais carentes e em áreas rurais.

De janeiro de 2001 a outubro de 2002 foram publicadas as portarias que definem todos os projetos (denominados programas pela Exposição de Motivos nº 595/MC, de 07 de novembro de 2000) previstos no Programa **Universalização dos Serviços de Telecomunicações**. Os beneficiários previstos de cada projeto são relacionados a seguir:

- Educação: 60 mil escolas do ensino fundamental, contemplando 5.063 municípios; 13 mil escolas de ensino médio e instituições federais, estaduais e municipais de ensino profissionalizante, contemplando 7 milhões de alunos e envolvendo 318 mil professores;
- Saúde: 11.256 equipes de saúde em família; 67 centrais de regulação e informação em saúde; 45.350 entidades assistenciais de saúde; e mais central de transplantes de órgãos e cartão nacional de saúde;
- Bibliotecas: 4.800 bibliotecas públicas federais, estaduais e municipais; e 5.800 bibliotecas de organizações do terceiro setor e bibliotecas de centros de difusão cultural e científica;
- Telecomunicações: 9 mil localidades com menos de 100 habitantes; 361 mil propriedades rurais isoladas, contemplando 1 milhão de pessoas; e 1 milhão de famílias com baixo poder aquisitivo, contemplando 5 milhões de cidadãos;
- Atendimento a portadores de necessidades especiais: atendimento a 713.600 pessoas carentes; e atendimento a 13.250 instituições de assistência a esse público;
- Segurança Pública: integração das unidades policiais, integração das unidades de apoio à segurança pública e integração do sistema penitenciário, contemplando 40 mil delegacias, quatrocentos batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, 337 penitenciárias, 479 cadeias públicas, 22 colônias agrícolas, 28 casas de albergado e 25 hospitais de custódia; e
- Regiões remotas e de fronteiras: assistência cívico-social e de saúde, apoio a comunidades científicas de pesquisa, integração de unidades militares em áreas de fronteira e integração de localidades remotas e de interesse estratégico, contemplando 140 áreas militares, sessenta navios da Marinha, duzentos pontos remotos civis e a base brasileira localizada na Antártida.

É de responsabilidade da Anatel a elaboração dos planos de metas que serão submetidos à aprovação do Presidente da República, bem como os editais de licitação pública para a implementação dos projetos definidos pelo Ministério das Comunicações.

Gerente:

Frederico José da Silva Monteiro

Resultados

Não há resultados aferidos.

A única licitação levada adiante pela Anatel foi suspensa pelo TCU, por medida liminar, diante de vários possíveis vícios, apontados em ação movida por deputados federais.

Segundo o TCU cabia à Anatel esclarecer as seguintes questões:

- inclusão, no mesmo edital, do fornecimento e manutenção de microcomputadores e outros equipamentos de informática e seleção de concessionária de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para implantação, disponibilidade e manutenção de acessos a serviços de telecomunicações nas escolas públicas;
- não aplicação da Lei nº 8.666/93, ao elaborar o edital;
- lançamento do edital sem previsão do respectivo Programa no Plano Plurianual 2000-2003;
- utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST para cobertura de custos que a própria prestadora deva suportar, nos termos do contrato de cessão, em desacordo com a Lei nº 9.472/97;
- cumprimento da Lei 9.998/2000, com relação ao atendimento privilegiando a deficientes;
- critérios a serem utilizados e mecanismos de controle com relação ao cumprimento da Lei nº 9.998/2000 quanto à vinculação à parcela dos custos que não pode ser recuperada com a exploração eficiente do serviço; e
- aquisição direcionada do sistema operacional e as providências adotadas para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 10.297/2001.

Diante dos fatos, a própria Anatel anulou, em julho de 2002, o edital de licitação.

Embora a recomendação do Tribunal somente se refira ao Edital de Licitação do Programa Educação e, para quatro dos sete Programas a serem implementados com recursos do FUST são previstos apenas serviços de telecomunicações, isto é, não estão previstos equipamentos terminais, a Anatel até o final de 2002, não elaborou nenhum dos planos de metas nem os editais de licitação.

Concepção

Em agosto de 2002 foi proposta reorganização do Programa sob o enfoque de correlacionar suas ações aos projetos definidos na Exposição de Motivos nº 595/MC, de 07 de novembro de 2000. Essa proposta, descrita a seguir, foi incorporada pelo Projeto de Lei Orçamentária 2003:

Exclusão das ações:

- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em instituições de saúde pública";
- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em localidades onde o custo dos serviços não possa ser recuperado com sua exploração comercial; e
- Implantação de acessos aos serviços de telecomunicações nos estabelecimentos públicos de ensino e bibliotecas públicas.

Inclusão das ações:

- Promoção da implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em bibliotecas, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, incluindo os equipamentos terminais;
- Promoção da implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em instituições de saúde, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, para atendimento a comunidades de baixo poder aquisitivo;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, em localidades com menos de 100 habitantes';
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, situadas em áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos individuais aos serviços de telecomunicações, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, a órgãos de segurança pública;
- Promoção de fornecimento de acesso individual aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface, a deficientes carentes e a instituições de assistência a deficientes, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável;
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de telefonia, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, em áreas rurais";
- Promoção da implantação de acessos aos serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, em estabelecimentos de ensino, por meio de ressarcimento de parcela de custo não-recuperável, incluindo os equipamentos terminais; e
- Outorga de serviços de telecomunicações em regime público.

O produto e a unidade de medida da última ação são "contrato outorgado" e "unidade", e das demais ações são "acesso ofertado" e "unidade".

- Alteração da denominação da ação Monitoramento da Universalização dos Serviços de Telecomunicações para Controle dos Contratos de Outorga de Serviços de Telecomunicações em Regime Público, e alteração do seu produto de "acesso telefônico implantado" para "contrato controlado".

.....
Além das razões expostas no item anterior, outro dificultador da implementação do Programa é o fato de que devido ao forte esvaziamento político e administrativo sofrido pelo Ministério das Comunicações, a elaboração de planos de metas e editais de licitação ficou excessivamente concentrada na estrutura da Anatel e, mesmo depois da anulação do edital de licitação para o Programa Educação no primeiro semestre de 2002, a Anatel não havia providenciado a elaboração dos novos planos de metas e editais de licitação, ambos de sua responsabilidade, até o final de 2002.

Implementação

O recurso financeiro do Programa se constitui no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, o qual foi instituído com a finalidade de proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento da universalização dos serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do artigo 81 da Lei 9.472, de 1997.

O art. 11 da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2001, dispõe que o saldo positivo do FUST, apurado no balanço anual, será transferido como crédito do mesmo fundo para o exercício seguinte.

A receita do FUST em 2001 foi de R\$ 1.044.691.357,00 e em 2002 alcançou R\$ 1.099.440.421,00.

Visando a melhoria na implementação do Programa faz-se necessário:

- definir-se com mais clareza as responsabilidades de todos os atores (Ministério das Comunicações/Anatel/ministérios parceiros) na implementação do Programa;
- melhor coordenação de todos os recursos humanos disponíveis para a implementação do Programa, os quais estão dispersos entre a Anatel, Ministério das Comunicações e demais ministérios, resultando em falta de comunicação entre os atores; e
- que sejam estabelecidos prazos para o cumprimento pela Anatel da elaboração dos planos de metas e dos editais de licitação.

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior
Cooperação Científica e Tecnológica Internacional
Divulgação do Brasil no Exterior
Ensino Profissional Diplomático
Gestão da Participação em Organismos Internacionais
Gestão da Política Externa
Promoção das Exportações e Acesso a Mercados
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais

Ministério das Relações Exteriores

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior

Resultados

O Programa é executado pela Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior - DCJ e pelos Postos do Ministério das Relações Exteriores - MRE no exterior (missões diplomáticas e repartições consulares).

A ação consular do MRE no exterior tem contribuído de forma amplamente positiva para prestar a assistência e o apoio necessários aos cidadãos brasileiros, tanto na prestação de serviços consulares tradicionais (assistência a desvalidos, atos notariais, emissão de documentos) como na execução de projetos específicos, ou seja, aqueles fora da rotina de assistência consular, como treinamento de pessoal para prestar assistência a brasileiros em regiões abaladas por grandes catástrofes ou outras situações não previstas na rotina de assistência consular.

Em 2001, os postos no exterior atenderam a um grande número de brasileiros que solicitaram algum tipo de assistência consular. A grande maioria dos atendidos precisou apenas de pequenos auxílios para regressar ao Brasil. Feitas as triagens de rotina, pôde-se atender a um universo de aproximadamente 2.500 pessoas que necessitava de algum tipo de ajuda realmente emergencial. Além disso, também foi prestada assistência jurídica a cidadãos presos e promovida a repatriação de desvalidos.

Em 2002, houve um acréscimo na demanda em torno de 10% do total de casos emergenciais, chegando-se a um número de aproximadamente 2.800 atendimentos. Houve, nesse mesmo ano, um aumento de cerca de 30% nos casos de repatriação de desvalidos.

Houve também, em 2002, uma maior agilidade e produtividade dos Consulados Itinerantes. A maior frequência com que foram realizados contribuiu para uma maior divulgação e procura pelos serviços prestados e para o aprimoramento da prestação de tais serviços.

Por outro lado, a avaliação dos resultados do Programa tem sido prejudicada pela dificuldade de apuração do atual indicador, Taxa de Brasileiros Assistidos no Exterior, e pela sua insuficiência para mensurar os serviços prestados no âmbito da assistência a brasileiros no exterior. Para exemplificar, caberia mencionar a impossibilidade de elaborar-se censo de brasileiros no exterior, ressaltando dentre os obstáculos o fato de que, em certas regiões, grande parte dos nacionais se encontra em situação migratória não definida, o que faz com que evitem contato com as autoridades brasileiras.

Contudo, a maior dificuldade é que não se desenvolveram critérios para mensurar a demanda dos serviços prestados em assistência consular, porquanto se trata de atividade em que ressaltam os aspectos qualitativos. Com base na metodologia disponível no âmbito do PPA, poder-se-iam examinar mecanismos para definição de novos indicadores para o Programa.

Um outro óbice à boa consecução dos resultados do Programa é a sucessiva redução dos recursos orçamentários a ele destinados. As Propostas Orçamentárias aprovadas para os exercícios de 2000, 2001 e 2002, foram respectivamente de R\$ 550 mil, R\$ 556 mil e R\$ 612 mil com as correspondentes taxas cambiais médias de 1,75, 2,20 e 3,50. Para fins de comparação vale ressaltar que em 1996 e 1997, quando o câmbio era paritário, os recursos liberados foram da ordem de R\$ 729 mil e R\$ 873.981,00, respectivamente.

Gerente:

Ministro Adolf Libert Westphalen

Esse impacto dos cortes orçamentários e da forte desvalorização do Real tem motivado a adoção de medidas de filtragem dos casos apresentados, restringindo o atendimento apenas aos efetivamente emergenciais. Tais medidas têm provocado críticas e descontentamento por parte do público-alvo.

Mesmo assim, apesar de o Orçamento da União não contemplar com a totalidade os recursos solicitados inicialmente para o desenvolvimento de projetos específicos na área consular ou de capacitação de funcionários do setor, pode-se concluir que o MRE vem cumprindo boa parte dos objetivos propostos no PPA, no período 2000-2002.

..... **Concepção**

A principal demanda pelo Programa Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior surgiu com o crescente número de brasileiros residentes no exterior, bem como o aumento constante de brasileiros viajando ao exterior, exigindo cada vez mais a prestação de serviços de nossas missões diplomáticas e repartições consulares.

Apesar de não haver dados consolidados, estima-se que nos últimos cinco anos houve um aumento do fluxo de brasileiros residentes no exterior e turistas de 3 milhões para 5 milhões. A demanda por serviços consulares tem aumentado principalmente no tocante a serviços notariais e aos serviços de assistência propriamente ditos, como os conseqüentes de roubos e perdas de documentos e dinheiro, situações de imigração ilegal, assistência em casos de acidentes e mortes e assistência a brasileiros com problemas relacionados a drogas (prisão, tráfico etc).

Entre 1995 e 1997, o Programa foi amplamente divulgado pela mídia nacional e pelos postos no exterior. O impacto quantitativo, embora não mensurável, foi percebido pelo aumento da demanda pelos serviços oferecidos em termos de assistência consular pelas missões diplomáticas e consulares brasileiras. Houve também um grande fluxo de pessoas que passou a freqüentar as nossas missões, com a finalidade de observar e receber informações acerca dos serviços prestados pelos postos brasileiros no exterior.

..... **Implementação**

O Orçamento da União não tem contemplado o Programa com recursos suficientes para fazer face a todas as demandas por assistência a cidadãos brasileiros no exterior. Conseqüentemente, os recursos financeiros alocados ao Programa destinam-se primordialmente ao atendimento de casos emergenciais, notadamente as repatriações.

Tais casos constituem apenas um dos aspectos da tarefa de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior, que contempla, ainda, diversas situações como: assistência ao cidadão que se instala na jurisdição, casos de doença ou acidente, falecimento, desvalimento, indicação de profissionais liberais das mais variadas áreas, acompanhamento de processos judiciais, dentre outros.

Muitas vezes, é feita uma rigorosa triagem e são atendidos apenas os casos de completo desvalimento. Com isso, deixaram de ser atendidas as pessoas que, embora consideradas necessitadas, possuíam parentes que poderiam ajudá-los. Neste caso, elas foram orientadas a manterem contato com esses familiares para solucionarem os problemas apresentados. Caso não possuíssem parentes, foram contatadas instituições assistenciais no Brasil, para um possível auxílio ao desvalido e, por fim, instituições assistenciais no país onde se encontrava o brasileiro.

A principal consequência dessa prática no público-alvo foi uma certa frustração com relação à expectativa alimentada sobre os serviços assistenciais no exterior.

Por outro lado, as repartições consulares brasileiras trabalham com escassez constante de meios materiais, como móveis adequados, material de informática etc., sendo que um grande número delas não possui instalações adequadas em tamanho e comodidade para o atendimento ao público. Além disso, as repartições trabalham com um número muito limitado de pessoal para o atendimento à crescente demanda pelos serviços oferecidos. Há necessidade de reciclagem, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Com referência aos mecanismos de participação da sociedade houve, no período 2000-2002, uma maior interação da comunidade brasileira com as repartições Consulares no exterior por meio das "caixas de sugestões" e dos "conselhos de cidadãos". Tais procedimentos foram repassados a todos os postos brasileiros no exterior, mas pode-se notar que são mais divulgados e utilizados nas localidades onde há expressiva concentração de brasileiros, como nos EUA, Europa Ocidental, América do Sul e Japão.

Para a realização das consultas nas caixas de sugestões não existem formulários próprios, ou seja, cada pessoa faz a sua sugestão de próprio punho. As mais freqüentes dizem respeito à colocação, em locais de fácil acesso e visibilidade, de informações essenciais sobre os serviços prestados e os valores cobrados, mesmo que esses serviços sejam eventuais como eleições, serviço militar etc. Tais solicitações têm sido prontamente atendidas.

Já as reuniões organizadas pelas repartições consulares brasileiras com os conselhos de cidadãos visam a motivar uma maior interação entre os brasileiros residentes e a uma melhor orientação sobre a demanda dos principais serviços consulares requisitados pela comunidade local. O principal benefício é fazer com que o brasileiro não se sinta solitário num país distante e perceba que, em caso de necessidade, haverá um representante de seu País naquela localidade com quem ele poderá contar e solicitar auxílio e informações diversas.

Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Resultados

O Programa é executado pelo Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica - DCT, com o apoio de embaixadas e consulados brasileiros localizados em países estratégicos para o setor de Ciência e Tecnologia e dos 21 Setores de Ciência e Tecnologia no Exterior - Sectecs, em postos do Ministério das Relações Exteriores - MRE no exterior. Tem como objetivo aprofundar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

No decorrer do período 2000-2002, importantes atividades, dentre as quais reuniões, *workshops*, fóruns e seminários internacionais, foram realizadas com os diferentes atores que integram e atuam conjuntamente com a área de ciência, tecnologia e educação, no âmbito da cooperação internacional. Dentre elas, pode-se destacar:

- implantação e implementação do Centro de Gestão Estratégica do Conhecimento em Ciência e Tecnologia - Cgecon, com objetivo de promover a gestão do conhecimento e a inteligência competitiva como subsídios para a formulação e implementação da política externa em matéria de ciência, tecnologia e educação, no âmbito da cooperação internacional;
- reestruturação e redefinição do Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Educação - Sictex, com a indução do novo modelo de gestão de dados e informações, bem como a inserção de novos sistemas operacionais baseados em Linux e a operacionalização do sistema de vídeo-conferência em três postos do MRE no exterior;
- ampliação e intensificação da cooperação com os parceiros tradicionais (França, Alemanha, entre outros) e não-tradicionais (China, Coréia do Sul, Índia, Austrália, entre outros), seja em termos quantitativos como qualitativos;
- negociação junto à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento - Unctad, que resultou na reeleição do Brasil na Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - CSTD;
- negociação, junto à Organização dos Estados Americanos - OEA, que resultou na realização e execução de um conjunto de projetos com a Comissão Interamericana de C&T;
- apoio à implementação do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em C&T - PROSUL/MCT/MRE; e
- cooperação e apoio aos países de língua oficial portuguesa - CPLPs, que resultou em programas e projetos nas áreas de C&T, educação e saúde (HIV/AIDS), tais como os convênios para concessão de bolsas de estudos a estrangeiros no Brasil.

Com relação à evolução dos indicadores na forma e metodologia apresentados pelo PPA, a peculiaridade das ações do MRE, em particular da área de cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional no âmbito internacional, torna difícil a mensuração dos resultados qualitativos do programa, que sofre influência de diferentes fatores políticos e econômicos em torno da realização de projetos em matéria de C&T.

O Programa, por meio das atividades do DCT, vem reestruturando os 21 Sectecs localizados nos postos do exterior, responsáveis pelo acompanhamento *knowledge broker* do cenário local nas áreas de

Gerente:

Marília Sardenberg Zelner Gonçalves

conhecimento consideradas prioritárias para a agenda de cooperação em C&T e pelo monitoramento de tendências e brechas competitivas que podem se constituir em oportunidades para o Governo brasileiro.

Quanto ao público-alvo, este não se restringe simplesmente à comunidade científica brasileira ou mesmo a estudantes brasileiros e estrangeiros, mas a todas instituições públicas, privadas e organismos internacionais que participam ativamente da formulação e implementação da política externa em ciência e tecnologia.

.....

Nas últimas décadas do século XX, a economia mundial foi marcada pelo fenômeno da globalização e pelos avanços em direção à liberalização do comércio de bens e serviços. Neste contexto, o ambiente internacional que ora se apresenta é caracterizado pelo acirramento da competição externa por mercados consumidores.

Concepção

O aproveitamento das oportunidades por parte do Brasil depende da competitividade dos produtos brasileiros, que por sua vez está diretamente relacionado à capacidade inovadora de nossas empresas.

Desse modo, o conhecimento constitui fator de produção e o acesso à ciência, tecnologia e educação definem a posição dos países na hierarquia do sistema internacional, bem como as tecnologias intensivas em conhecimento científico e tecnológico agregam valor à produção e geram maior emprego e renda para o País.

O papel do Governo Federal é fundamental para produção de capital social, por meio da capacitação de recursos humanos e investimentos na infra-estrutura de informação. Os instrumentos de gestão do conhecimento e de inteligência competitiva constituem meios para dinamizar as redes de interesse e articulação. Aplicados à cooperação internacional, incrementam processos de inovação, subsídios para políticas públicas e insumos para o setor produtivo.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal vem se atentando para as transformações na área da gestão do conhecimento no ensejo de incorporar os seus procedimentos de modo ativo e dinâmico. Tal objetivo implicou mudanças no processo decisório para possibilitar ao Governo o poder de atuação como facilitador de capacidade, estimulador de interações entre pessoas e processos e dinamizador de fluxos de informações e tecnologias.

Redes de colaboração e aprendizagem, alianças estratégicas e parcerias entre pessoas e instituições no âmbito global, bem como normas que possibilitam a coordenação e a cooperação, criam mecanismos que estimulam e ampliam a capacidade de inovação e o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, tornando o aprendizado mais veloz, qualitativo e eficiente, e facilitando a cooperação e a coordenação. São, portanto, indispensáveis e precisam ser estimulados por parte do Governo, pois possibilitam a modernização de regras em comportamentos e processos de decisão.

A promoção tecnológica e comercial e o fortalecimento da área econômica, a operação do mundo através de redes e o impacto da informação sobre as cadeias produtivas constituem os pilares da política externa no âmbito do MRE.

Para tanto, a fim de acelerar as mudanças e preparar o País para conquistar os benefícios da nova economia, esse Programa foi concebido e estruturado para atender às demandas de informações e conhecimentos estratégicos da cooperação em C&T no âmbito internacional.

Basicamente, o Programa visa:

- desenvolver a cultura de inovação no sentido de produzir, assimilar e explorar com sucesso as conquistas tecnológicas em todos os domínios, econômico, social e ambiental;

- estimular a educação para ciência e tecnologia nos níveis fundamental e médio e a capacitação de graduandos por meio de programas de iniciação científica no ensino superior; e
- gerar programas de interesse nacional para absorver os quadros qualificados na área científica e tecnológica e atrair doutores formados e em atuação em outros países.

O público-alvo, em especial as instituições públicas e privadas que atuam na área de C&T, demanda suas necessidades de cooperação bilateral e multilateral, tanto com países quanto com organismos internacionais relacionados ao tema, mediante reuniões técnicas e políticas, missões, comissões mistas e integrando as comunidades virtuais disponibilizadas pelo Cgecon, que por sua vez objetivam promover o trabalho em rede, ensino à distância e o compartilhamento de conhecimentos e informações estratégicas.

Implementação

As ações e resultados foram alcançados de maneira satisfatória no tocante aos esforços do Governo brasileiro à inovação e à competitividade das empresas e instituições nacionais na comunidade internacional.

Consolidou-se o papel da gerência do Programa como coordenadora política do sistema de C&T no âmbito internacional, tendo-se logrado fortalecer as parcerias existentes e, sobretudo, expandir as articulações com demais atores no plano nacional e internacional. O principal apoio dos parceiros ao Programa vem sendo intensificado por meio do Cgecon, que já realizou importantes eventos de interesse nacional, tais como a proposta de uma política de inovação baseada no *Offset*, elaboração do Projeto *Ecodesign-net*, discussões sobre acesso a novos mercados, entre outras.

Os principais parceiros de Governo são:

- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Ministério do Meio Ambiente - MMA;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
- Ministério da Educação - MEC;
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- Governo do Estado de Pernambuco;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;
- Instituto de Pesquisas do Amazonas - INPA;
- Instituto Nacional de Metrologia - Inmetro;
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI;
- Universidade de São Paulo - Cidade do Conhecimento - USP;
- Universidade de Campinas - Unicamp; e
- Universidade de Brasília - UnB.

Todas estas instituições são parceiras do DCT na execução e implementação das ações em matéria de C&T e educação, bem como no apoio à gerência na formulação e implementação da política externa na área. As vantagens

decorrentes desse grupo de instituições tornam possível e efetivamente satisfatório o desenvolvimento da cooperação internacional em C&T, bem como a realização de projetos e programas nacionais.

Existem também parcerias com outros programas do PPA 2000-2003, que incluem, entre outros:

- Gestão da Política Externa - MRE;
- Divulgação do Brasil no Exterior - MRE;
- Promoção das Exportações e Acesso e Mercados - MRE;
- Relação do Brasil como Estados Estrangeiros e Organismos Internacionais - MRE
- Pólo Industrial de Manaus - MDIC;
- Desenvolvimento do Setor Exportador - MDIC;
- Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MDIC;
- Propriedade Intelectual - MDIC;
- Problema da Amazônia - MMA;
- Biodiversidade e Recursos Genéticos - MMA;
- Universalização dos Serviços de Telecomunicações - MC;
- Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação - MEC;
- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - MAPA;
- Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa - MCT;
- Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico - MCT;
- Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos - MCT;
- Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico - MCT; e
- Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para Competitividade - MCT.

Quanto aos mecanismos de consulta ao público-alvo, vêm sendo utilizadas as comunidades virtuais temáticas e geográficas, que apóiam o Programa com subsídios para a definição da agenda diplomática em matéria de C&T, bem como no processo de formulação da política externa na área, no âmbito da cooperação internacional.

Apesar dos bons resultados e iniciativas mencionados, o corte de recursos e a irregularidade na sua liberação geraram dificuldades para a implementação e execução das ações que focalizam seus resultados e impactos com base em um planejamento estratégico de longo prazo.

Outra dificuldade enfrentada tem sido a inadequada infra-estrutura de tecnologia de informação do DCT. Nesse sentido, é necessário, entre outros, estimular e promover os Sectecs dos postos no exterior como "antenas" ou "roteadores de conhecimento" e ampliar os recursos materiais existentes, de acordo com o quadro de pessoal e as demandas internas e externas do Programa.

Por fim, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial também está inadequada. A atuação do programa no desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional demanda a ampliação do número de diplomatas, especialistas, bolsistas e consultores internacionais no setor.

Divulgação do Brasil no Exterior

Resultados

O Programa é executado pelo Departamento Cultural e de Divulgação - DC do MRE, e incorpora as atividades que são desenvolvidas pelos Setores de Divulgação - Sedivs e pelos setores culturais implantados em cerca de quarenta postos no exterior, além de quatorze centros de estudos brasileiros, nove institutos culturais e uma extensa rede de leitorados, cátedras e escolas de língua portuguesa, que têm papel fundamental na divulgação da língua e da cultura brasileiras.

Ao longo dos últimos três anos, o contexto do Programa vem revelando uma significativa melhoria quanto à visibilidade da imagem do Brasil no exterior. Dentre os resultados destacam-se:

- maior visibilidade do Brasil no exterior como um todo - a intensa produção e distribuição de publicações (livros, panfletos, cartazes, brochuras, textos avulsos, mapas, entre outros), vídeos e multimídia (CD-ROM), assim como a divulgação do Brasil através de exposições, mostras, eventos culturais, recitais, seminários, palestras, cursos do idioma português, entre outras iniciativas culturais, têm assegurado uma visão contextualizada do País;
- maior presença do País na imprensa internacional - a diplomacia presidencial e o programa de formadores de opinião, que visa intensificar contatos com jornalistas, acadêmicos, artistas, empresários, autoridades e políticos estrangeiros, com o objetivo de fornecer informações atualizadas e despertar interesse para o País, assim como a interlocução direta com os principais correspondentes e meios de comunicação estrangeiros representados no País, têm sinalizado o crescente aumento da veiculação de matérias sobre o Brasil;
- maior visibilidade e conscientização da população brasileira sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores, principalmente sobre os postos no exterior. Para isso, muito contribuiu a organização do site institucional do MRE e de vários postos no exterior, com a inserção de publicações sobre o Itamaraty e a diplomacia brasileira, entre outros temas;
- nos cursos de língua portuguesa, ministrados pelos centros de estudos brasileiros, institutos de ensino e leitorados, foram formados, no período de 2000 a 2002, aproximadamente 48 mil alunos;
- o **Programa de Visita de Formadores de Opinião** promoveu nos três últimos anos 27 visitas temáticas ao Brasil, da qual participaram 110 importantes formadores de opinião;
- o monitoramento diário de sessenta jornais mais importantes do mundo dos quais são coletadas de oitenta a 120 matérias para a confecção de *clipping* internacional;
- o banco de dados contendo o cadastro de mais de 500 meios de comunicação de cem países diferentes, 396 correspondentes estrangeiros e diversos *mailing lists*; e
- centenas de eventos culturais e de divulgação em diversos países, tanto com recursos do MRE quanto de parcerias com outros órgãos da esfera federal (Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros) e do setor privado.

Gerente:

Luiz Fernando de Freitas Ligiéro

Buscou-se atuar de forma eficiente e imediata, seja na vertente pró-ativa (divulgação de aspectos positivos do Brasil), seja na vertente reativa (resposta a eventuais repercussões ou comentários negativos sobre fatos marcantes ou aspectos estruturais/conjunturais do País).

Estes resultados permitem afirmar que as diversas ações promovidas têm contribuído para consolidar a posição do Brasil como formador de opinião no cenário internacional, como destino turístico preferencial e como captador de investimentos múltiplos.

Ainda que os resultados das atividades de divulgação não sejam facilmente mensuráveis e considerando as limitações orçamentárias e os freqüentes contingenciamentos, pôde-se desempenhar a contento as tarefas previstas em seus objetivos institucionais. Os setores culturais e de divulgação dos vários postos, bem como de toda rede de ensino credenciada, consolidaram de forma eficiente suas rotinas operacionais no âmbito do Programa.

Grande parte do público-alvo é composta por importantes formadores de opinião em diversas áreas, o que multiplica a importância e a repercussão dos eventos na mídia internacional. A série histórica dos resultados atingidos até 2002 indica uma tendência de crescimento do monitoramento do Brasil pela mídia internacional, tendo em vista os seguintes fatores: a atuação direta dos respectivos correspondentes no Brasil; a repercussão derivada da publicação de matérias sobre o Brasil nos importantes meios jornalísticos internacionais em seus respectivos países de origem; a permanente atuação da Diplomacia Presidencial e a ocorrência de incidentes conjunturais que, de uma forma ou de outra, colocam o País em evidência.

Por outro lado, a extensa agenda de iniciativas culturais realizada em 2002, assim como o crescente número de estudantes interessados nos cursos de idioma e literatura brasileira e das consultas recebidas de universidades estrangeiras interessadas na abertura de novos Leitorados, permitem inferir que o atingimento dos índices previstos para o ano de 2003 é absolutamente viável.

Cabe ressaltar que, caso permaneça a limitada capacidade das atuais instalações dos centros de estudos brasileiros e do número de leitorados operando, haverá, a partir de 2004, uma tendência de estabilização no número de alunos formados. A capacidade de ampliação destes resultados está intrinsecamente associada ao volume dos recursos disponibilizados para ampliação/reestruturação dos atuais centros de estudos brasileiros e institutos de ensino e da formatação de parcerias para a criação de novos leitorados.

Registre-se uma enorme demanda reprimida de interessados pelos cursos de língua portuguesa no exterior, assim como de universidades e institutos culturais estrangeiros na formatação de parcerias para a criação de novos leitorados.

A ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros, atingiu em 2000 o patamar de 43 entidades beneficiadas e chegou em 2002 ao patamar de 75 entidades, superando a meta prevista no início do PPA. A partir de junho de 2002, já contemplando sua nova denominação e indicador para 2003, a ação computou a formação de 19 mil alunos nos cursos de ensino da língua portuguesa.

A ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil tem como indicador cumulativo a quantidade de matérias sobre o Brasil publicadas na imprensa estrangeira no ano em referência. Conforme as informações monitoradas pela Assessoria de Comunicação Social e os dados fornecidos pelos postos no exterior, no ano de 2000 foram contabilizadas 12 mil inserções; em 2001 este número superou 16 mil inserções; e em 2002 foi de aproximadamente 18 mil inserções.

A partir de 2003, pretende-se que todas as iniciativas de divulgação do Brasil no exterior, tais como edição, publicação e distribuição de livros, vídeos, CDs, mapas, brochuras, revistas, folders, cartazes, *hits* nas *homepages* do MRE e dos Postos no exterior, entre outras formas de divulgação, possam ser agregadas ao resultado da ação de Veiculação de Matérias sobre o Brasil no Exterior, passando a representar de forma mais efetiva o número de ações de divulgação realizadas ou monitoradas pelo Departamento Cultural e de Divulgação e pelos postos no exterior.

O impacto positivo ou negativo sobre o público-alvo do Programa é de difícil mensuração, dada a abrangência e variedade deste público. Entretanto, é possível afirmar, com base em diversos sinalizadores, que o impacto alcançado é largamente positivo, no sentido de que vêm sendo geradas novas demandas de informações sobre o Brasil por parte deste público.

Assim, publicações desenvolvidas com objetivos de divulgação vêm sendo requisitadas de forma crescente, o excelente retorno em artigos e reportagens preparados por formadores de opinião convidados no âmbito do Programa de Visita de Formadores de Opinião do Brasil é um bom indicador do continuado sucesso do Programa. Esse tipo de contribuição, espontânea e bem informada, contribui sobremaneira para a divulgação da realidade brasileira, pois traz consigo uma credibilidade impossível de ser igualada por qualquer iniciativa de caráter oficial do Governo. Estabelece-se, ainda, um laço duradouro entre a personalidade convidada e o Brasil, cujas repercussões positivas estendem-se por períodos muitos superiores ao do exercício no qual os recursos foram despendidos.

Eventualmente, alguns incidentes isolados e de natureza conjuntural provocam abordagens negativas por parte da imprensa em geral. Entretanto, atento à repercussão que tais incidentes possam promover, várias informações e esclarecimentos são permanentemente disponibilizados para os correspondentes estrangeiros e jornalistas interessados, com vistas a minimizar os efeitos que aqueles incidentes possam causar à imagem do País.

Para 2003, estão previstos esforços nas seguintes vertentes:

- reestruturação e capacitação do DC, no âmbito de suas novas competências, e das missões diplomáticas e consulares brasileiras para a divulgação do Brasil no exterior;
- manutenção e evolução dos atuais resultados cujas atividades e iniciativas estão a cargo dos Sedivs e pelos setores culturais implantados nos quarenta postos, quatorze centros de estudos brasileiros, nove institutos culturais e na rede de leitorados, cátedras e escolas de língua portuguesa;
- o desenvolvimento e implementação de uma nova ferramenta de gestão no âmbito do DC que permitirá uma maior efetividade e monitoramento das diversas iniciativas de divulgação promovidas. O novo sistema denominado Sistema de Gestão da Rede Cultural do MRE - DCNET oferecerá algumas facilidades aos usuários, tais como: inserção remota de dados, acompanhamento das ações, compartilhamento na gestão dos processos, visibilidade sistêmica das iniciativas de divulgação do DC e dos diversos postos no exterior, central de eventos, entre uma grande variedade de relatórios e informações.

Concepção

A construção da imagem de um país e de seu povo é um produto intangível, pois está associado à percepção de cada audiência. Esse processo pode ocorrer de maneira espontânea ou trabalhada profissionalmente. No caso do Brasil, essa imagem vinha sendo construída de forma espontânea, sem a atuação pró-ativa do Governo. No início da década de 1990, vários incidentes conjunturais afetaram a imagem do País. Não havia uma preocupação institucional em rebater ou explicar este ou aquele incidente com vistas a minimizar os efeitos provocados na imagem do Brasil.

A partir de 1995, iniciou-se um esforço estruturado na divulgação de informações sobre o País, com vistas a oferecer um cenário mais favorável e catalizar simpatizantes pelo Brasil no exterior. Esse trabalho de divulgação no exterior surgiu da necessidade de difundir a realidade brasileira, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo Governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

A situação atual evidencia um permanente monitoramento da realidade brasileira e de seus reflexos no cenário internacional, associado à intensa distribuição e à divulgação de materiais informativos sobre o Brasil em todas as formas de disseminação e veiculação.

Quanto ao desenho do Programa, as ações previstas para o período são consideradas pertinentes e compatíveis. Vale ressaltar que o Programa foi aperfeiçoado no momento da revisão anual de 2001, quando o nome da ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros foi mudada para Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior, justificando-se, sobretudo, pelo fato de as atividades desenvolvidas sob essa ação não se reduzirem a simples transferência de recursos, como parecia sugerir o antigo título.

Bem ao contrário, compete a ela coordenar as atividades da Rede de Ensino no exterior, constituída dos centros de estudos brasileiros, institutos culturais bilaterais, leitorados brasileiros no exterior, Casas do Brasil, cátedras e instituições afins subsidiadas ou supervisionadas pelo Brasil no exterior. Figuram ainda entre as várias atribuições desenvolvidas no âmbito da referida ação, elaborar juntamente com a Capes-MEC, embaixadas brasileiras e universidades estrangeiras, o processo seletivo para a contratação de diretores, professores e leitores, elaborar e fiscalizar a gestão dos convênios de subvenção social, celebrados entre as embaixadas brasileiras e os institutos culturais, e apoiar as atividades e os projetos desenvolvidos pela rede de ensino no exterior.

O indicador de resultado do Programa, referente ao período de 2000 a julho de 2002, era de natureza não cumulativa e evidenciava apenas a porcentagem dos setores de divulgação e setores culturais dos postos no exterior que estavam participando do Programa, sem levar em consideração o que era efetivamente realizado por cada um dos participantes. Assim, registrava-se uma defasagem quantitativa e qualitativa na mensuração final dos resultados do Programa, tendo em vista que não havia um módulo específico para avaliá-lo como um todo.

É importante entender que o antigo indicador do Programa previa inicialmente a incorporação de 44% da rede de postos no exterior como participantes das ações de divulgação. A meta do Programa de **Divulgação do Brasil no Exterior** foi atingida já no ano de 2000. Portanto, dizer que apenas 44% das embaixadas e consulados participavam dos resultados do Programa era um dado que não condizia com a sua realidade e pretensões, pois o referido indicador não era resultado e sim insumo.

A necessidade de aprimoramento do indicador de resultados vinha sendo abordada em todos os relatórios desde 1999. Como fruto desta reivindicação, a partir de julho de 2002, foram criados dois novos indicadores: o Índice de imagem positiva do País no exterior, em substituição ao Taxa das Embaixadas e Consulados no exterior envolvidos na Divulgação do Brasil e o Número absoluto de alunos formados nos cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira para mensurar os resultados da ação Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros, que em 2003 passou a se chamar Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior.

Os novos indicadores se afiguram mais adequados à atual realidade do Programa e sua variação reflete de forma efetiva todas as iniciativas de divulgação realizadas pelo DC e pela rede de postos no exterior.

Muito embora as ações Edição e Distribuição de Publicações e a Realização de Eventos de Divulgação tenham sido suprimidas do atual contexto do Programa, várias iniciativas de divulgação vêm sendo realizadas com a participação do setor privado, entre elas:

- edição, produção e distribuição de publicações em geral, CD-ROMs e vídeos, *download* e consultas a documentos e matérias nos *sites* do DC e postos no exterior; e
- eventos diversos (exposições, mostras, seminários, palestras, *workshops*, programas de rádio e TV, visitas de formadores de opinião ao Brasil, entre outras modalidades de divulgação).

Tais iniciativas poderão ter seus resultados agregados aos resultados da ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil, a partir de 2003.

Quanto ao público-alvo do Programa, estima-se que dos sessenta principais jornais internacionais monitorados diariamente no exterior, sem levar em conta suas versões televisivas (BBC, CNN, entre outras), cerca de 600 milhões de pessoas no exterior recebem diariamente algum tipo de informação sobre o Brasil.

A participação do público-alvo vem sendo obtida através do estabelecimento de instrumentos de avaliação de opinião de determinados produtos desenvolvidos e distribuídos pela rede de postos no exterior. Algumas outras iniciativas estão disponíveis nos vários *sites* do MRE e dos postos no exterior a fim de oferecer ao público em geral informações atualizadas sobre os vários temas internacionais, inclusive no esclarecimento de dúvidas e pedidos de informações via internet.

A matriz de fontes de financiamento é efetivamente orçamentária ou oriunda de destaques de outros órgãos de governo. Por outro lado, a permanente prospecção de parceiras no setor privado vem viabilizando a realização de vários eventos de divulgação, os quais se agregam aos resultados do Programa.

Implementação

Até julho de 2002, ainda sob a coordenação da Assessoria de Comunicação Social, o Programa tinha uma organização operacional bem definida e estruturada. Porém, a partir daquela data, houve uma mudança de competência e uma redistribuição de tarefas no âmbito do MRE, passando o Programa para o Departamento Cultural e de Divulgação - DC, que está sendo reestruturado de forma a alocar de maneira coerente as atribuições das várias divisões no âmbito do Programa.

Conforme registrado quando da elaboração das propostas orçamentárias para os exercícios anteriores, os recursos destinados às ações do Programa, apesar

de um pequeno aumento para o exercício de 2002, sofreram sucessivos cortes no passado. Além disso, no caso da ação Veiculação de Matérias sobre o Brasil, dada a escassez de recursos, não foi possível traçar um programa geral de divulgação cultural no exterior e, mesmo os poucos projetos apresentados topicamente por promotores culturais e pelos postos no exterior tiveram de ser interrompidos por falta de verbas, assim como vários projetos relacionados à imagem do Brasil no exterior.

No contexto dos recursos financeiros liberados é importante ressaltar que aproximadamente 90% das atividades do Programa são realizados no exterior. Essa situação gera inúmeros problemas de natureza orçamentária, pois a moeda financeira e operacional é o dólar norte-americano, o qual está à mercê da conjuntura do mercado e que, por vezes, tem comprometido o valor efetivo dos empenhos liberados em relação à proposta orçamentária (em reais) para o ano em curso. Essa defasagem de valores é provocada pelo intervalo existente entre a propositura do orçamento e a sua efetiva liberação. Para exemplificar: o orçamento foi construído a partir de iniciativas e propostas que tem custos fixos pagos em dólares e convertidos ao câmbio do dia da proposta do orçamento. Conforme pode ser observado no SicoF os recursos financeiros liberados em 2002 foram 30% maiores que o valor orçamentário, exclusivamente em função da desvalorização do real frente ao dólar. À luz do que precede, o orçamento do Programa de **Divulgação do Brasil no Exterior** tem recebido sucessivos cortes o que vem inviabilizando várias iniciativas de divulgação.

A situação é ainda mais grave para o sistema de ensino no que se refere à manutenção da rede de ensino dos centros de estudos brasileiros, institutos culturais, leitorados, cátedras, Casas do Brasil e escolas de português. Tais instituições, cujas despesas são fixas (tais como pagamento de professores e leitores) e repassadas ao exterior em dólar, tiveram que enfrentar uma dramática redução de recursos à luz da acelerada desvalorização do real face ao dólar norte-americano.

Nesse contexto, houve necessidade de uma avaliação estrutural para estabelecer a capacidade de multiplicação de informações pelos postos, associadas a uma definição das prioridades de cada país em nível de relevância política, econômica e social para o Brasil, para maximizar os recursos disponíveis.

O estabelecimento de uma pauta temática prioritária e de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros, e o desempenho da Diplomacia Presidencial viabilizaram, aceleraram e valorizaram a inserção do Brasil no cenário internacional em todas as formas de divulgação.

À luz deste cenário, o DC buscou, ainda, reduzir o impacto dos cortes mediante a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias com outros órgãos da administração pública (Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Meio Ambiente, dentre outros), além de novo redimensionamento das atividades desenvolvidas nos institutos culturais e nos centros de estudos brasileiros. Adicionalmente, a formatação de parcerias com diversas entidades privadas viabilizou a produção de uma variada linha de produtos e iniciativas.

As necessidades impostas pelo trabalho de divulgação do Brasil no exterior e o amplo escopo da tarefa institucional do Departamento Cultural e de Divulgação demandam a constante introdução de novas rotinas e projetos adicionais que permitam novas frentes de atuação, tais como: a criação de novos leitorados em países considerados estratégicos para a disseminação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior; a elaboração e implementação de novos projetos culturais e de divulgação; a reestruturação dos postos, tanto estrutural como de material e equipamentos considerados imprescindíveis ao desenvolvimento daquelas ações entre outras iniciativas.

O Programa **Divulgação do Brasil no Exterior** deve ser entendido como um compromisso governamental em informar a comunidade internacional sobre a realidade política, social, econômica e cultural do Brasil. Dessa forma há um considerável número de programas que poderiam interagir com ele, de forma a maximizar a publicização das iniciativas e realizações do Governo brasileiro como um todo. Essa visão sistêmica pode se constituir em grande instrumento do *marketing* governamental.

Neste sentido, o Programa vem desenvolvendo mecanismos que viabilizem uma maior interlocução com outros programas. Tal iniciativa visa ampliar o espectro das informações e iniciativas do Governo, com o objetivo de minimizar seus problemas de natureza estrutural e conjuntural, assim como de seus reflexos negativos no cenário internacional.

Este maior engajamento e também a participação de outros ministérios e órgãos da administração direta e indireta na divulgação de suas iniciativas ou repasse de recursos, assim como o permanente monitoramento de atividades que possam ser incorporadas ao escopo do Programa, vêm ampliando o rol dos produtos e iniciativas de divulgação.

Como foi dito, no momento atual o DC está sendo reestruturado para executar, de forma efetiva, as atribuições e competências previstas no Programa. Nessas condições, ainda não foi possível o estabelecimento de uma sistemática de articulação e engajamento institucional que permita a incorporação das várias iniciativas de divulgação existentes com os outros programas do MRE ou de outros órgãos da administração.

A natureza do Programa permite uma participação relativa da sociedade, pois tratam-se de ações destinadas à divulgação do País em seus vários aspectos. Entretanto, em algumas iniciativas, tal participação pode ser avaliada através da crescente demanda das publicações sobre o Brasil, pelo número de alunos formados nos cursos de Língua Portuguesa e pelas audiências de público em mostras de cinema, exposições, recitais, concertos, entre outros tipos de eventos culturais que tenham como tema o Brasil e a sociedade brasileira.

Por outro lado, a constante procura por informações, acessos aos sites institucionais do MRE e postos no exterior, assim como a demanda por cursos de língua portuguesa e o interesse de universidades e institutos culturais no exterior, permitem aferir a satisfação do público-alvo com os produtos e iniciativas produzidos e distribuídos.

Há necessidade de se equipar os setores de divulgação, os setores culturais e os centros de estudos brasileiros com equipamentos de informática, audiovisual, mobiliário para salas de aula e auditórios, aquisição de publicações, entre outros.

Quanto à infra-estrutura, as atuais dependências dos centros de estudos brasileiros já atingiram sua capacidade máxima. Há uma significativa demanda por cursos de língua portuguesa e cultura brasileira que não podem ser atendidos em função de limitações físicas das instalações. Há várias propostas de remanejamento ou mudança de local das instalações, a fim de ampliar a sua capacidade operacional. Nas mesmas condições encontram-se os setores culturais e os setores de divulgação de vários postos.

Ensino Profissional Diplomático

Resultados

O Programa é executado pelo Instituto Rio Branco - IRBr, e tem por objetivo precípua a formação e treinamento de pessoal diplomático para o MRE.

No período 2000-2002, os objetivos e metas vêm sendo alcançados com bom êxito, a despeito de restrições orçamentárias e de recursos humanos. Racionalização das tarefas, maximização do uso dos recursos humanos disponíveis e adequação das atividades programadas ao fluxo de efetiva liberação dos recursos disponíveis têm sido algumas das razões que vêm permitindo ao IRBr razoável êxito na execução de suas propostas de trabalho. Assim, estima-se que o resultado alcançado seja da ordem de 95%, no que diz respeito ao efetivo cumprimento de metas.

O processo de seleção permitiu nível de aproveitamento de 100% em 2000 e 2001 e de 90% em 2002. Os percentuais dizem respeito ao efetivo preenchimento do número de vagas disponíveis no concurso de admissão (trinta vagas em cada um dos três anos, sendo que, em 2002, apenas 27 candidatos lograram ser admitidos ao final do processo de seleção). Pode-se dizer que este resultado reflete sobretudo o necessário rigor do processo de seleção, antes um aperfeiçoamento do Programa do que falha do mesmo.

Já o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Profa-) alcançou 100% de suas metas nos três anos avaliados. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas também registrou 100% de rendimento, referente ao número total de participantes aprovados, enquanto o Curso de Altos Estudos (que consiste em elaboração e defesa oral de tese) alcançou noventa por cento de seus objetivos pelo mesmo critério referencial.

No que diz respeito a treinamento de servidores em matérias específicas, cabe assinalar a organização e realização do Seminário de Negociações Comerciais, com a colaboração do Departamento Econômico. Com duração de um mês, em horário integral, entre abril e maio de 2001, o seminário visou a reforçar a capacidade dos diplomatas integrantes da turma que concluía o Profa-I para lidar com a crescente complexidade da agenda econômico-comercial nos âmbitos regional, intra-regional e mundial. Toda a turma realizou, depois do curso, estágio profissionalizante junto às Delegações do Brasil em Genebra (nove semanas) e em Bruxelas (dois semanas).

No que se refere às atividades de extensão, voltadas tanto para os integrantes do Serviço Exterior como para o público externo, com interesse na área de política exterior (imprensa e comunidade acadêmica, entre outros) destacam-se as seguintes iniciativas:

- instituição do Fórum Rio Branco e realização de seminários em seu âmbito. Em coordenação com a Assessoria de Comunicação Social (ACS/MRE) e o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, o IRBr instituiu o fórum, com vistas a manter informada a sociedade civil sobre os mais relevantes temas nacionais e a condução da política externa brasileira, aprofundando os canais de comunicação disponíveis, por meio de encontros e debates amplos; e
- a criação do Programa de Ação Afirmativa, lançado em cerimônia no Palácio do Planalto pelo ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no dia 21 de março de 2002, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, e

Gerente:

João Almino de Souza Filho

a assinatura, em 14 de maio, do Termo de Ajuste ao Protocolo firmado para aquele Programa, que o pôs em operação, em cerimônia realizada no IRBr na presença do ex-ministro Celso Lafer, correspondem a mais um passo no sentido da democratização do acesso à carreira de diplomata.

Trata-se de uma parceria entre os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, da Cultura e da Ciência e Tecnologia através, respectivamente, do IRBr, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, da Fundação Palmares e do CNPq, que consiste na concessão de vinte "bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia" a candidatos afro-descendentes, selecionados em concurso nacional para o qual concorreram, neste ano, 403 candidatos. Esses recebem uma bolsa de R\$ 1mil por mês durante dez meses, como forma de auxílio para que se preparem para o concurso do Instituto Rio Branco. O Programa de Ação Afirmativa é adotado com equidade de gênero, havendo, no corrente ano, sido selecionadas quatorze mulheres do total de vinte bolsistas.

Ainda como parte do Programa de Ação Afirmativa, iniciou-se, no dia 15 de outubro, na sede do Instituto, curso de língua inglesa para indígenas. O curso, com a participação de oito alunos indígenas indicados pela Fundação Nacional do Índio - Funai, dentre os quais constam advogados, sociólogos, antropólogos e pedagogos, tem o objetivo de prepará-los para participar mais ativamente do tratamento de questões relacionadas com os direitos indígenas nos sistemas da Organização das Nações Unidas - ONU, Organização dos Estados Americanos - OEA e Organização Internacional do Trabalho - OIT.

O Mestrado em Diplomacia, uma aspiração antiga do Instituto Rio Branco, foi reconhecido pela Capes em fins de junho de 2002. Implicou pequenos ajustes ao **Profa-I**, entre os quais a necessidade de que os alunos passem a defender dissertação de final de curso perante uma banca examinadora. Embora, no médio prazo, o referido mestrado possa ter duas vertentes, uma profissional e outra acadêmica, inicia exclusivamente com sua dimensão profissionalizante.

Desde 2002, a inscrição para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata pode ser feita pela internet, o que facilitou a inscrição de candidatos não-residentes nas capitais, onde o concurso é realizado.

O IRBr tem mantido uma cooperação estreita com a UnB, através de sua reitoria, bem como de alguns de seus departamentos, com destaque para o Departamento de Relações Internacionais. Está atualmente em entendimentos para a assinatura de Convênio de Cooperação Universitária com aquela entidade de ensino. Tem, além disso, mantido contatos estreitos com a USP e a PUC do Rio de Janeiro, instituições das quais tem recebido conferencistas e para as quais vem indicando participantes em colóquios e seminários. Tem também oferecido curso sobre temas internacionais na Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP.

O reconhecimento pela Capes do nível de Mestrado em Diplomacia, atribuído ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Profa-I foi um considerável estímulo à perseguição de objetivos cada vez mais elevados. Esse reconhecimento passou a exigir considerável esforço de adaptação do funcionamento do IRBr à nova e desafiante realidade, já que o constante crescimento das tarefas realizadas demandará uma evolução do desempenho da instituição.

Esta valorização alcançada do curso de formação de diplomatas deixa antever boas possibilidades de se alcançar os índices de execução propostos. Deste modo, não se tem, no momento, perspectiva de que os resultados a serem atingidos em 2003 venham a ser inferiores aos alcançados em 2002.

Concepção

As necessidades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal diplomático são comuns a todos os países. A necessária projeção internacional do Brasil justifica desde há muito a existência e o bom funcionamento do IRBr, criado em 1945 e que desde então, mediante concursos anuais, vem se responsabilizando pela formação e renovação dos quadros da Carreira Diplomática do Serviço Exterior Brasileiro. Mais que isso, constata-se da parte do MRE e da própria sociedade civil brasileira, a demanda por constante aperfeiçoamento de seus integrantes, de modo a adaptá-los aos desafios da atualidade na arena internacional.

O público-alvo do Programa consiste em até trinta diplomatas brasileiros/ano e aproximadamente vinte representantes de outros ministérios e órgãos de governo/ano.

Como esforço mais recente no sentido de aprimorar a formação e atualização dos Diplomatas brasileiros, foram introduzidos, em 2001, os Cursos de Treinamento em Negociações Comerciais, agora também abertos a representantes de outros órgãos de governo. No caso, visa-se atender à necessidade de treinamento de pessoal diplomático capaz de atuar em negociações comerciais internacionais nas quais o Brasil vem se envolvendo de forma crescente, seja no que diz respeito ao Mercosul, às negociações com a União Européia e a Área de Livre Comércio das Américas ou às demandas constantes no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

A iniciativa vem sendo coroada de êxito, pois constitui resposta a desafio específico e atende aos anseios dos setores produtivos brasileiros que não prescindem do apoio governamental em suas pretensões, que também são objetivos de governo, de expandir de modo constante as fronteiras comerciais para os produtos e serviços brasileiros.

Implementação

A imprevisibilidade quanto ao efetivo recebimento de recursos orçamentários (em volume previsto e no devido tempo) naturalmente restringe a capacidade de ação do IRBr. Ao longo do período, tem-se realizado considerável esforço de adequação a essa conjuntura, através da maximização de recursos orçamentários e a realocação de recursos humanos, a fim de não se deixar de cumprir as atividades planejadas a cada ano.

Cumprir observar que o montante de recursos autorizados pela LOA 2002 não foram suficientes para a realização satisfatória de algumas atividades do Instituto Rio Branco, como a manutenção das Cátedras Rio Branco, existentes em importantes universidades dos Estados Unidos, da Europa e da América do Sul.

Já a liberação dos recursos financeiros autorizados ocorreu dentro do previsto e permitiu a execução do Programa conforme o planejado. Nos períodos de maior concentração de despesas - como nas fases finais do concurso de admissão, entre maio e julho - foram alocados recursos suficientes para fazer frente a todos os compromissos.

Quanto à infra-estrutura física, o IRBr dispõe de instalações e equipamentos adequados à realização das atividades de formação e aperfeiçoamento de diplomatas.

Os recursos humanos disponíveis para o Instituto Rio Branco estão longe de ser os ideais. E essa situação tende a agravar-se com o pleno funcionamento do Mestrado em Diplomacia.

No plano operacional, a perda de diversos funcionários em exercícios anteriores foi parcialmente compensada pela incorporação à equipe de funcionários de três oficiais de chancelaria recentemente admitidos em concurso público. Em 2002, contudo, o quadro funcional do IRBr deixou de contar, ainda, com uma oficial de chancelaria, removida para o exterior, e com um assistente de chancelaria, falecido. A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial do Programa também é inadequada.

Por outro lado, verificou-se, no período, empenho da equipe gerencial para atender cursos e seminários para treinamento em gerenciamento, planejamento e gestão de recursos orçamentários, realizados na ENAP, ESAF e no próprio IRBr, cujos resultados têm sido a maior agilidade profissional e o maior esclarecimento sobre as diferentes tarefas a serem executadas, minimizando erros e maximizando a jornada de trabalho.

Ao longo dos anos, distintas parcerias têm sido desenvolvidas pelo IRBr, de modo a intercambiar informações e divulgar sua atuação já bastante reconhecida na arena internacional. Essas parcerias têm sido mutuamente úteis, no Brasil e no exterior. Verifica-se, cada vez mais, o interesse de distintos setores, no Brasil e fora dele, em associar-se ao IRBr em iniciativas de visibilidade e resultados. Verifica-se busca constante da intensificação e ampliação dessas parcerias. Os bons resultados que vêm sendo alcançados não deixam margem para a identificação de problemas de relevância dignos de nota.

Importante registrar o constante esforço de expansão de parcerias com o setor privado e as instituições nacionais e estrangeiras de educação, formação e treinamento, que possam, com seu conhecimento, transmitir experiências que auxiliem o constante aprimoramento do Instituto Rio Branco e o fortalecimento do caráter de instituição de excelência que permeia suas atividades. Registrem-se o fortalecimento do intercâmbio com o Instituto de Estudos Políticos de Paris (*Sciences Po*), com a *École Nationale de Administration*, também da França, com o *Wilton Park*, a *Chatham House* e a Universidade de *Oxford* (Reino Unido), com a *Kennedy School of Government* da Universidade de *Harvard* e a *Fletcher School of Law and Diplomacy* da *Tufts University* (Estados Unidos), com academias diplomáticas do México, Cuba, Uruguai e Argentina, com o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, e, no Brasil, o desenvolvimento de ações com a Capes e o Ministério da Justiça (colaboração intensa em iniciativas e seminários com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e criação do Programa de Ação Afirmativa).

Várias das atividades e dos cursos realizados no IRBr são objetos de avaliação escrita junto aos participantes. As aulas proferidas nas várias cadeiras do curso regular serão objeto de avaliação mais rigorosa, a partir de 2003. A constância com que essas avaliações vêm sendo feitas tem permitido não apenas mensurar o alcance e o aproveitamento dos cursos ministrados, mas também proporcionar, com o concurso de alunos e professores, seu constante aperfeiçoamento, a manutenção de sua atualidade e da capacidade de motivar os participantes.

Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Resultados

O Programa é gerenciado pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - COF e visa a assegurar a participação do Governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse por razões de ordem política, social, econômica, comercial, cultural, científica e/ou tecnológica, mediante o pagamento de contribuição conforme comprometimento assumido nos respectivos atos de afiliação. É multissetorial, composto de 147 ações, sendo que cinco delas são executadas no MRE e as demais envolvem a participação da Presidência da República e de dezenove Ministérios.

Infelizmente, os montantes orçamentários e financeiros atribuídos ao Programa têm sido, ao longo dos últimos anos, inferiores aos valores anuais devidos pelo Brasil ao respectivo organismo. Como resultado, geram-se, assim, vultosos débitos, principalmente naqueles ministérios com altos valores de contribuição: Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério das Relações Exteriores, que constituem passivos de dívida significativos.

Além do fato de as dotações serem inferiores aos valores devidos, deve-se considerar, ainda, como fator de desequilíbrio e de geração de dívidas, as desvalorizações do real frente ao dólar norte-americano e outras moedas fortes, utilizadas na maioria dos pagamentos a organismos internacionais. No caso específico do MRE, suas cinco ações abrangem um universo de compromissos com a Organização das Nações Unidas e diferentes agências especializadas, além do Mercosul, e mais de cinco dezenas de menores contribuições a programas, fundos e organizações internacionais. Algumas ações são pagas conjuntamente por mais de um ministério, como é o caso da Organização dos Estados Americanos - OEA e da União Latina.

Não resta dúvida de que o resultado imediato do Programa é o pagamento das contribuições a organismos internacionais. Sob esse prisma, o Programa não vem cumprindo a contento os seus objetivos.

A despesa global em dólares referente ao exercício de 2002, por exemplo, foi saldada em menos de 20% do total. Ocorreu insuficiência de recursos provocada pela instabilidade cambial e não-liberação do orçamento e créditos adicionais em tempo hábil para fazer frente às obrigações regulares. A demanda significativa no período de recursos referentes para o pagamento de despesas de exercícios anteriores também contribuiu para este baixo índice.

Pode-se concluir que o valor das dotações orçamentárias se revela, em geral, inferior ao necessário, não só para saldar o fluxo anual das contribuições, como também para reduzir o estoque da dívida acumulada, que nos valores atuais aproximados está em torno US\$ 208 milhões.

Este montante está distribuído entre boa parte dos ministérios, é recente e as relações débito/orçamento e débito/contribuição são muito baixas, sendo portanto uma dívida administrável. Uma exceção dentre esses órgãos é o próprio MRE, que sozinho responde por mais de 2/3 da dívida e possui débitos crônicos, atrasados de longa data.

Foram realizadas duas pesquisas anuais, no biênio 2001-2002, com resultados amplamente satisfatórios, envolvendo todos os órgãos integrantes do Programa, onde se procurou avaliar aspectos técnicos, orçamentários/financeiros, políticos, econômicos e sociais, além da relevância em se manter associado aos diversos organismos.

Gerente:

Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

Concepção

O estabelecimento, pela primeira vez, de um banco de dados consolidando informações sobre as diferentes ações, sem dúvida, significou avanço para uma visão mais abrangente das contribuições devidas pelo Brasil a organismos internacionais.

Quanto ao financiamento, a maior dificuldade encontra-se nos créditos orçamentários insuficientes para os pagamentos das obrigações assumidas.

Cabe mencionar que, mesmo no caso em que se decida pela saída de um organismo internacional, o País deve quitar a dívida acumulada. Houve uma sugestão nesse sentido, feita pelo MRE aos demais ministérios participantes do Programa em uma reunião conjunta em meados de 2001. No entanto, poucos recorreram a esta opção até a presente data. Segundo pesquisa realizada recentemente, praticamente todos consideram relevante a participação nos organismos atuais.

Tendo em vista a inexistência de mecanismos de cobrança, a gerência nem sempre consegue se munir de todas as informações necessárias para manter o banco de dados interno atualizado. Os ministérios, em geral, não colaboram espontaneamente.

Implementação

O período da liberação de limites através dos sistemas SOF/Tesouro, cujo cronograma, na maioria das vezes, não é o apropriado para coincidir com o do pagamento das contribuições, vem gerando atrasos, contratempos e um nível sempre crescente de inscrições em restos a pagar e despesas de exercícios anteriores.

Cabe ainda destacar a dificuldade de administrar o enorme número de ações que compõem o Programa e a necessidade de manter atualizado um banco de dados interno, para que sejam consolidadas todas as informações sobre cada um dos organismos objeto das ações. A gerência do Programa logrou estabelecer o mencionado banco de dados, que é fundamental para o gerenciamento do Programa, mas para mantê-lo atualizado requer a participação dos órgãos responsáveis pelos pagamentos.

Tendo em vista não terem sido assegurados créditos nos orçamentos dos diferentes ministérios para cobrir o fluxo anual das contribuições devidas, principalmente em decorrência da desvalorização do real, da não-liberação financeira ou liberação fora do cronograma, gerou-se, no período 2001-2002, um aumento do passivo da dívida do Brasil junto aos diferentes organismos internacionais.

O Ministério das Relações Exteriores, que dispõe do maior número de ações (2/3 do valor total), foi particularmente penalizado, o que gerou dívida, no final do corrente ano, em torno de US\$ 130 milhões. No PLOA 2003 a situação continua inalterada. Muito provavelmente, os diferentes ministérios não poderão arcar com suas obrigações internacionais.

Quanto à programação e execução orçamentária/financeira os ministérios padecem dos mesmos problemas em relação ao MRE, porém em menor grau, pois:

- as contribuições e débitos, em relação aos orçamentos, são bem menos significativos e em geral mais recentes; e
- com exceção do MRE, apenas o Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério das Comunicações têm dívidas expressivas, concentradas no triênio 2000-2002, por motivos cambiais e de programação financeira.

Os débitos nesses ministérios estão circunscritos em mais de 95% do valor total em poucos organismos, sendo apenas uma no Ministério das Comunicações, duas no Ministério da Saúde e quatro no Ministério da Agricultura. Nestes dois últimos optou-se, com a anuência dos credores, em se diminuir o saldo pelo pagamento anual dos débitos mais antigos nos limites de seus prazos de tolerância, algo que ocorre em parte no MRE, com a intenção de no longo prazo se obter os recursos para colocar em dia as prestações.

Gestão da Política Externa

Resultados

O Programa, do tipo Gestão de Políticas Públicas, é coordenado pela Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior - SGEX e tem como objetivo apoiar o planejamento, controle e avaliação dos programas da área de relações exteriores.

No que se refere à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, executada pela Fundação Alexandre de Gusmão - Funag, entidade vinculada ao MRE, a variação positiva na avaliação dos resultados esteve acima do esperado em 2002. A análise dos eventos realizados (seminários ou pesquisas, livros publicados ou publicações distribuídas), mostra que em 2002, pela primeira vez, a Funag, graças a parcerias externas, pôde não só realizar o programa de trabalho aprovado no início do ano pelo seu Conselho de Administração Superior como ir além, promovendo vários outros eventos, todos eles relacionados com ao Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como ministro das Relações Exteriores.

Dentre os resultados a salientar no período 2000-2002, estão:

- a adoção, em 10 de outubro de 2001, pelo Decreto nº 3.963, de um novo estatuto da Funag, o qual criou o Centro de História e Documentação Diplomática - CHDD, sediado no Rio de Janeiro, onde antes era mantido apenas um escritório. Com isso, ficaram distintamente separadas as atividades que desenvolvem o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais - IPRI, que se ocupa do tempo recente ou corrente e do exame de perspectivas futuras, e o CHDD, que se ocupa do passado. O IPRI e o CHDD são os dois braços da Funag;
- distribuição regular de cinco periódicos de relações internacionais, em cooperação com os respectivos editores e lançamento de um periódico próprio, semestral: Cadernos do CHDD;
- financiamento de quatro pesquisas e encomenda de vários trabalhos escritos, incluídos posteriormente em livros;
- manutenção da exposição "De Tordesilhas ao Mercosul", exposta permanentemente no MRE - RJ; apresentação em cinco capitais brasileiras (Rio, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte) da exposição "O Barão do Rio Branco e a Caricatura"; apoio à exposição "O Barão do Rio Branco e seu Tempo", montada pela FAAP e exposta no MRE em Brasília; e montagem, em cooperação com o Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e do Museu Histórico Nacional, da exposição "O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca", inaugurada no mencionado museu em 10 de dezembro de 2002;
- realização de seis seminários e apoio financeiro ou institucional a outros dez;
- recuperação de bens e documentos; e
- catalogação de acervos.

Gerente:

Marcelo Baumbach

A ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional encerrou-se em 31 de dezembro de 2002, com o final do projeto MRE/BID. No âmbito desta ação, executada pelo Instituto Rio Branco - IRBr, destacaram-se no período:

- a elaboração de dois programas de capacitação de recursos humanos para a área de Promoção Comercial - DPR e para a área de Tecnologia da Informação - DCD;
- a realização de quinze estudos e pesquisas para a área de integração econômica - SGIE;
- o redesenho do site da *BrazilTradeNet*; e
- a realização de um *workshop* e de dois seminários nos Estados Unidos sobre Investimentos no Brasil e Integração Econômica na América do Sul.

No âmbito da ação Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais, destacaram-se as seguintes atividades no período:

- coleta de subsídios com vistas à instalação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, organismo internacional a ser sediado em Brasília;
- realização do seminário internacional "O Futuro do Tratado de Cooperação Amazônica", em Manaus, de 14 a 16 de agosto de 2002; e
- publicação de livro com os resultados do referido seminário.

Os objetivos do convênio com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais - Cebri, em 2002, foram plenamente atingidos, na medida em que este se consolidou como um espaço de discussão e apoio à formulação da política externa. O Cebri pode, hoje, ser considerado uma referência nacional na promoção de encontros de alto nível, conferências e seminários internacionais. Linhas permanentes de pesquisa resultaram em estudos, boletins e relatórios para as instituições e empresas patrocinadoras.

Embora não tenham sido realizados, ao longo de 2002, estudos sistemáticos sobre o impacto do Programa em seu público-alvo, pode-se dizer que, no caso da ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, a melhor identificação do público-alvo, por intermédio da atualização da *mailing list*, bem como o aperfeiçoamento dos sites da Funag, do IPRI e do CHDD, na Internet, permitem esperar um impacto crescente das atividades da Funag sobre o público-alvo, seja pela cooperação com um número crescente de universidades seja por uma distribuição maior e mais diversificada das publicações da fundação.

A ação Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais teve o impacto esperado sobre o público-alvo, na medida em que realizou seu objetivo de propiciar o desenvolvimento continuado das atividades do Cebri.

.....

O Programa visa a propiciar maior aproximação entre o MRE e a sociedade. Procura-se lidar com possíveis causas de distanciamento, dentre as quais podem ser citadas a pouca disponibilidade de informações para a sociedade acerca das atribuições do ministério; a visão do MRE, por parte de setores da opinião pública, como uma instituição fechada e impermeável; e a pouca cobertura, pela imprensa brasileira, dos acontecimentos internacionais.

Concepção

O amadurecimento e a politização da sociedade brasileira que, conseqüentemente, cobra maior participação na formulação de políticas públicas, passou a demandar uma maior interação com o MRE.

Atualmente, o MRE tem consciência da necessidade de promover o seu acercamento à sociedade e de contribuir para a formação no País de uma

opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional. Assim, busca informar a sociedade sobre suas atividades e sobre os fatos internacionais e propiciar sua participação na formulação da política externa do Brasil.

Deve-se mencionar, neste contexto, a demanda pelo fortalecimento institucional do MRE na área econômica internacional, especialmente na área de integração econômica, dotando-o de instrumentos e mecanismos adequados à formulação das posições do Brasil nos foros internacionais, que gerou a ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional. O projeto de Modernização Tecnológica do MRE, financiado com recursos do orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Gestão, trouxe enorme contribuição para o desenvolvimento da ação.

O Programa é integralmente financiado com recursos orçamentários do Tesouro e de financiamento externo. Apesar das dificuldades de execução geradas pelo contingenciamento de recursos, não se identificam necessidades de modificações da matriz de fontes de financiamento. Mesmo assim, tem-se buscado vencer a barreira das limitações orçamentárias e, mediante parcerias em alguns casos, procurar obter o cumprimento das metas propostas.

Como resposta à demanda pelo fortalecimento das capacidades institucionais do IRBr, foi estabelecido convênio com o Cebri, consolidando um espaço de discussão e apoio à formulação da política externa, voltado notadamente para o estudo multidisciplinar das relações internacionais e a promoção de intercâmbio cultural e educacional nessa área.

Ao envolver funções de coordenação de unidades distintas do MRE, o Programa requer constante aperfeiçoamento da articulação entre estas unidades. Esta se torna, portanto, a principal virtude e, ao mesmo tempo, a principal dificuldade do Programa. A virtude provém do fato de que está dentro da sua missão a coordenação e apoio à ação dos gerentes dos demais programas do ministério. A dificuldade provém, em parte, da própria característica matricial do PPA, paralela às estruturas hierárquicas do MRE.

Com relação à estratégia de implementação, o papel de coordenação, exercido pela gerência do Programa, foi implementado por meio de um estreitamento do contato com os gerentes e assessores dos demais programas do ministério. A prática de reuniões periódicas e o estabelecimento de contatos mais ágeis, sobretudo com o uso do *e-mail*, contribuíram para que se pudesse alcançar os resultados obtidos.

Implementação

No âmbito específico da ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional, no período de 2000-2002, o Projeto MRE/BID financiou a elaboração de dois programas de capacitação de recursos humanos para duas áreas estratégicas do MRE: Promoção Comercial e Tecnologia da Informação.

A participação do MRE no Programa de Reforma do Estado, conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, também com recursos do BID, foi fundamental para a complementação das ações iniciadas pelo Projeto MRE/BID na área de tecnologia da informação.

O padrão de financiamento foi adequado por se tratar de acordo de empréstimo com o BID. Como o projeto se encerrou em dezembro de 2002, não houve previsão orçamentária para 2003.

Apesar de não haver programa específico de capacitação, integrantes da equipe gerencial e o próprio gerente têm participado dos cursos oferecidos no âmbito

do serviço público, com destaque para os cursos promovidos pela ENAP (como exemplo, pode-se citar o curso de multiplicadores do novo modelo de planejamento), o que tem auxiliado sobremaneira na consecução dos objetivos do Programa.

Com relação à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, a avaliação é de um modo geral positiva. No período, apenas um parceiro atrasou no cumprimento do cronograma de execução de atividades e dois não realizaram as atividades acordadas, sem prejuízo para o erário, pois restituíram na forma legal os recursos recebidos.

A mudança do perfil orçamentário da Funag passou a refletir, a partir de 2002, melhor a verdadeira natureza da atuação da entidade e concentrou os recursos de custeio na atividade-fim, ou seja, a realização de estudos e pesquisas ligados às relações internacionais, política exterior e demais assuntos de interesse do MRE, quando antes estavam concentrados na atividade-meio, ou seja, coordenação e manutenção dos serviços administrativos. Em valores, praticamente não houve variação orçamentária.

Essa mudança veio permitir identificar e acompanhar melhor a atuação da Funag, cuja atividade é contínua e estabelecida por decreto. A ação da Funag, nos orçamentos de 2000 e 2001, figurou com três projetos, sendo que, em 2001, apenas um deles obteve recursos orçamentários.

Não foram identificadas parcerias com outros programas consideradas vantajosas e que ainda não tenham sido realizadas.

Quanto à participação da sociedade, não existe previsão de canais participativos formais. Entretanto, o Programa tem apresentado um certo grau de interface com a sociedade em suas ações Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais e Estudos e Pesquisas Sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira. Nestes dois casos, a busca de melhor divulgação, pela imprensa e mediante folhetos distribuídos às universidades, tem permitido ampliar significativamente o público atingido pelos eventos realizados. A tiragem das publicações também vem aumentando paulatinamente, o que revela uma maior procura.

Pode-se afirmar, ainda, que não vêm sendo realizadas pesquisas sistemáticas do grau de satisfação do usuário com o Programa como um todo. No que diz respeito a cada ação em particular, pode-se dizer que, com relação à ação Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira, os seminários realizados são aproveitados como oportunidade para um diálogo que faz chegar até a Funag alguns comentários de avaliação. No caso dos seminários da Funag, um questionário final de avaliação da satisfação poderá ser implementado em 2003.

Quanto à ação Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional, consideram-se beneficiários/usuários as áreas do MRE que tiveram participação na sua execução. Utilizou-se, como mecanismo de avaliação, formulários/questionários de avaliação e validação dos produtos entregues, implantados ou desenvolvidos.

As dificuldades para a implementação da pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do Programa ligam-se ao fato de tratar-se de programa de gestão de políticas públicas. No caso dos seminários e demais eventos realizados, bem como das publicações, não existiria, entretanto, dificuldade para implementação dessa pesquisa, e sua implementação está sendo estudada pela Funag para o ano de 2003.

O funcionamento do Programa e de suas ações ainda apresenta problemas que não poderão ser todos resolvidos em 2003. Um desses problemas é de difícil solução, porque consiste no número insuficiente de funcionários de que dispõe a Funag. No seu quadro de funcionários, há vários cargos vagos, inclusive cargos de pesquisador. O novo estatuto da Funag, adotado em outubro de 2001, institucionalizou o CHDD mas só previu para seus quadros um cargo, o de diretor, o que é certamente insuficiente.

As restrições decorrentes das dificuldades econômicas e o contingenciamento de recursos restringiram sobremaneira a execução orçamentária, mas não foram capazes de interferir no desempenho das ações do Programa. A redução dos recursos disponíveis foi contrabalançada pela utilização de alternativas, tais como as parcerias, que permitiram o cumprimento satisfatório das metas físicas.

Promoção das Exportações e Acesso a Mercados

Resultados

O desempenho do Programa no período 2000-2002 tem refletido e acompanhado o gradual aumento da competitividade de produtos brasileiros no exterior e o crescimento das exportações brasileiras. Dentre os principais resultados alcançados, cumpre destacar:

- o fortalecimento da estrutura operacional da *BrazilTradeNet*, hoje o maior site de promoção comercial da América Latina. A instalação de "espelho" na Embaixada do Brasil em Washington, efetuada em 2001, passou a facilitar o acesso a seus dados nos EUA, Europa e Ásia, por parte de importadores de produtos brasileiros;
- a realização de expressivas missões empresariais ao exterior, inclusive para mercados não-tradicionais;
- a participação em feiras e mostras no exterior e no Brasil. Em 2001, foram 49 no exterior e 24 no Brasil. Em 2002, foram 57 no exterior e dezessete no Brasil;
- o desenvolvimento de dois sites voltados para a prestação de informações relacionadas a acesso a mercados: www.mercosul.gov.br e www.mre.gov.br/siteunir;
- a realização de vários ciclos de treinamento voltados para comércio exterior ou promoção de investimentos;
- a reformulação, ao longo do período, do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas, o Sipri;
- a consolidação do serviço "Exporte Fácil", no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios. Lançado oficialmente em novembro de 2000, o serviço está disponível em mais de 4.400 agências dos Correios, espalhadas por todo o País.

Um dos índices de satisfação mais expressivos é o aumento do número de empresas cadastradas na *BrazilTradeNet*. Refletindo as melhoras efetuadas no sistema, esse número passou de 10.681 para 14.949 em 2001 e para 18.239 em 2002 (a propósito, o número de empresas brasileiras exportadoras em 2002, conforme dados da Segex, montou a 17.407).

O aumento expressivo no número de empresas cadastradas reflete a melhora na qualidade do acesso ao site (em 2001 foram tomadas diversas medidas de caráter técnico nesse sentido) e também a divulgação efetuada em encontros de comércio exterior, feiras e outros eventos promocionais.

É possível afirmar que a *BrazilTradeNet* é hoje referência obrigatória para a comunidade envolvida com comércio exterior. Ainda que o alcance do Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** estenda-se para além do universo de empresas cadastradas, e mesmo levando em conta que os universos comparados (empresas cadastradas e empresas exportadoras) não são necessariamente coincidentes, não resta dúvida de que a evolução do indicador manifesta de maneira geral o acerto das medidas tomadas em seu âmbito no triênio 2000-2002.

De maneira mais geral, entretanto, é sensível a percepção, por parte dos principais agentes públicos e privados ligados à área de comércio exterior, de que o Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a**

Gerente:

Mário Vilalva

Mercados tem contribuído nesse período para o desempenho crescentemente positivo das exportações brasileiras. Além de empresários que procuram a gerência do Programa para relatar casos de sucesso resultantes de informações colhidas na *BrazilTradeNet*, a imprensa tem divulgado notícias atinentes à satisfação do público-alvo do Programa com relação às ações desenvolvidas.

Até o final de 2003, e a despeito da escassez de recursos, espera-se dar seqüência às atividades ligadas à organização de missões, feiras e outros eventos promocionais. Ao longo do ano, a *BrazilTradeNet* deverá também ser significativamente aprimorada do ponto de vista técnico e de funcionalidades disponíveis para os usuários. Esse trabalho deverá ser feito de maneira sempre mais coordenada com outras instâncias associadas à promoção de exportações (Banco do Brasil, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC etc.), de maneira a oferecer aos empresários brasileiros serviços de melhor qualidade mediante utilização ótima de recursos disponíveis.

..... **Concepção**

É conhecida a vinculação entre promoção de exportações e estabilidade econômica. No caso do Brasil, é possível lembrar que as exportações contribuem significativamente, e deverão fazê-lo ainda mais, para a manutenção do equilíbrio da balança de pagamentos e, portanto, para a preservação de um ambiente macroeconômico condizente com as necessidades de crescimento do País. Cumpre mencionar igualmente os efeitos sociais e de geração de renda das exportações, inclusive do ponto de vista da criação de postos de emprego estáveis mesmo em conjunturas internas adversas.

Há todo um complexo de atividades ligadas à promoção de exportações, que vão desde a organização de cadeias produtivas até a promoção comercial propriamente dita. As ações inscritas no Programa de **Promoção de Exportações e Acesso a Mercados** contribuem, dentro de suas especificidades, para o atingimento de objetivos comuns a outras esferas de Governo (a exemplo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Banco do Brasil) e do setor privado (a exemplo da Agência de Promoção de Exportações - APEX e das federações do sistema Conselho Nacional da Indústria - CNI).

Ao longo do período 2000-2002, pôde-se observar gradual reforço da interação entre os diversos atores envolvidos na promoção de exportações, no Governo e no setor privado. A gerência do Programa participou desse processo mediante reforço de parcerias na condução de seus trabalhos, inclusive com atores multilaterais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Há duas ações do Programa afetas a outras instituições, a saber, o MAPA e os Correios. É possível afirmar que houve progressos no acompanhamento de tais ações, mas certamente ainda há campo para melhor coordenação.

O cuidado com a qualidade da *BrazilTradeNet* é preocupação central no âmbito do Programa, em função da importância da relação entre promoção de exportações e facilidade de acesso a informação comercial.

No decorrer de 2001, foram tomadas medidas técnicas para facilitar o acesso ao *site*, no Brasil e no exterior, e em 2002 buscou-se preservar a confiabilidade dos cadastros e das informações disponíveis no *site*. A divulgação da oferta deste serviço gratuito e o conjunto dessas medidas têm-se refletido no expressivo aumento das empresas cadastradas desde 2000.

.....

Seria sem dúvida possível fazer mais no âmbito da Promoção de **Exportações e do Acesso a Mercados** se as dotações fossem maiores, espelhando as crescentes demandas e expectativas que recaem sobre a gerência do Programa. Relativamente a 2001, o aumento dos recursos disponíveis para atividades de promoção comercial no MRE em 2002, com reforço do montante destinado à ação *BrazilTradeNet*, permitiu no entanto alcançar resultados qualitativamente melhores no período. A LOA 2003, por outro lado, prevê valores substantivamente menores para as ações *BrazilTradeNet* (em torno de R\$ 5,5 milhões, contra aproximadamente R\$ 10,2 milhões em 2002) e missões comerciais (em torno de R\$ 1,8 milhão, contra aproximadamente R\$ 2,1 milhões em 2002).

Implementação

Foi possível harmonizar a programação referente às autorizações de despesas, de um lado, e o fluxo de liberação de recursos, de outro lado. Como costuma ocorrer, no entanto, há problemas de liquidez no início do exercício e eventual concentração de gastos em seu encerramento.

Os Correios encaminham regularmente planilha com registro do desempenho físico da ação Facilitação do Comércio Exterior. O MAPA não tem se furtado a mandar informações sempre que solicitado. No entanto, uma maior fluidez nos contatos da gerência com os responsáveis por ações da alçada dessas instituições seria de utilidade.

Para tanto, poder-se-iam estudar mecanismos de trabalho mais bem integrados. No caso do MAPA seria conveniente levar adiante, por exemplo, contatos no sentido de empregar a *BrazilTradeNet* para promoção específica do agronegócio, mediante a criação de janela específica para aquele ministério.

Ainda que não tenha havido dificuldades de monta associadas à realização de gastos no âmbito do Programa (em função de suas especificidades, a maior parte das despesas é efetuada no exterior), houve eventualmente problemas tópicos associados à lentidão de tramitação de processos licitatórios ou de aquisição de produtos e serviços (publicações, por exemplo).

O desempenho físico das ações descentralizadas situou-se dentro do esperado e pode ser considerado satisfatório.

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e Organizações Internacionais

Resultados

O Programa, gerido pelo Departamento de Administração - DA, abrange ações de características continuadas e não-finalísticas e tem como objetivo dar às missões diplomáticas e consulares brasileiras condições adequadas para representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante estados estrangeiros e organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

As seis ações que compõem o Programa prevêem desembolso mensal de recursos, à exceção da ação Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados. Dentre os principais resultados alcançados, no período 2000-2002, tem-se:

ano 2000:

- transferência da Embaixada da República Federal da Alemanha, de Bonn para Berlim; e
- reformas nos prédios das embaixadas em Bogotá, Buenos Aires, Bissau, Dacar, Georgetown, Lagos, Lisboa, Madrid, Manágua, Moscou, Nairobi, Paramaribo, Praia, San Jose, Tóquio, Viena e Washington.

ano 2001:

- realização de dez campanhas pelas comissões demarcadoras de limites;
- reativação da Embaixada do Brasil em Tunis e abertura do Consulado-Geral em Córdoba, Argentina, em imóvel cedido pelo governo daquela província pelo período de dez anos;
- modernização do equipamento de informática em 151 postos, substituição de 57 veículos que integram a frota no exterior e instalação de equipamentos de segurança em postos situados em áreas de instabilidade política; e
- realização de obras de conservação de 22 embaixadas e dos imóveis que abrigam os Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, Ciudad del Este, Lisboa e Tóquio.

ano 2002:

- após o estabelecimento de relações diplomáticas com Timor Leste, o escritório de representação foi transformado na Embaixada do Brasil em Dili;
- adaptação da residência da sede da Embaixada do Brasil em El Salvador para abrigar a chancelaria e o centro de estudos brasileiros;

-elaboração de estudo solicitado pela Decisão 929/2001 do Tribunal de Contas da União - TCU, sobre as vantagens da aquisição de imóveis (financiamento, *leasing*) para as repartições que funcionam em imóveis alugados; e

-instalação do Escritório de Ligação em Abuja, primeira etapa da transferência da Embaixada do Brasil junto ao governo da Nigéria, de Lagos para a nova capital.

Gerente:

Embaixador
Almir Franco de Sá Barbuda

Também foram registrados, em 2002, os seguintes resultados:

- recebimento de 1.134 delegações do Governo brasileiro com cerca de 9.383 representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros;
- realização, no exterior, de 1.780 eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos, entre outros;
- atendimento de 718.310 brasileiros em repartições consulares;
- atendimento de 541.299 estrangeiros em repartições consulares;
- concessão de 333.555 vistos de entrada no Brasil;
- concessão de 136.562 passaportes a brasileiros no exterior;
- recebimento, no Brasil, de 101 delegações estrangeiras, entre visitas presidenciais, chefes de estado e de governo e outras autoridades;
- realização de duas campanhas e seis inspeções de marcos, além de trabalhos de reparação, no âmbito da ação Demarcação de Fronteiras; e
- aprovação, pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofiex, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, de propostas de contratação de financiamentos externos para aquisição de imóvel para a instalação da chancelaria em Londres, aquisição de imóvel para a instalação da chancelaria da missão junto à ONU e construção de imóvel destinado à residência do cônsul-geral no Porto. As iniciativas não prosperaram por falta de disponibilidade orçamentária.

São esperados para 2003 os seguintes resultados:

- continuação do processo de renovação da frota de veículos oficiais de modo a cumprir decisão do TCU;
- pagamento dos atrasados devidos ao INSS pela regularização da situação dos auxiliares locais brasileiros contratados em países que não admitem a inscrição de estrangeiros nos respectivos sistemas previdenciários; e
- resposta do TCU à consulta sobre a possibilidade de contratação de *leasing* e de empréstimos bancários para a aquisição e/ou construção de imóveis no exterior para a instalação de repartições diplomáticas e consulares.

.....
O Programa garante ao Governo brasileiro os meios para atuar no exterior **Concepção**
através de suas missões diplomáticas e consulares.

Entretanto, o indicador do Programa, Taxa Percentual de Países Membros da ONU com os quais o Brasil Mantém Relações Diplomáticas, tem-se mostrado inadequado como instrumento de avaliação de seus resultados. Qualquer evolução no índice não demonstraria alteração positiva na execução do Programa, uma vez que o estabelecimento de relações diplomáticas é decisão política exclusiva do Presidente da República.

Em 2002, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Timor Leste. Porém, o indicador manteve-se inalterado, apesar de o Programa ter alcançado resultados extremamente positivos em cada uma das seis ações que o compõem e do elevado grau de satisfação do público-alvo.

Implementação

Foi montada uma equipe para assessoramento da gerência do Programa, que fica encarregada do acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos recursos envolvidos no programa, do cumprimento de seus objetivos e metas e da atualização do SIGPlan. A equipe também é responsável pela proposição de novas metodologias e tecnologias com vistas a aumentar a eficácia dos mecanismos de controle e gestão do Programa.

Para garantir a transmissão tempestiva de informações acerca da execução de cada uma das ações ao gerente, foram adotadas algumas medidas: elaboração e implantação de formulários eletrônicos, criação de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas, mudança no fluxo de documentos, entre outras. Os formulários com dados são transmitidos mensalmente pelos postos e unidades gestoras, por via eletrônica, com o registro da execução e das previsões para o exercício subsequente para cada uma das ações que compõem o Programa.

O sucesso na implementação dessas técnicas aliado às inovações tecnológicas, têm permitido ao gerente o recebimento de informações fidedignas em tempo hábil, embasando a tomada de decisão.

Na execução das ações no exterior, em dólares norte-americanos e outras moedas locais, interagem vários ordenadores de despesa na Secretaria de Estado Departamento de Apoio a Extensão - DAEx, DSE e DCD que autorizam o Escritório Financeiro em Nova York - EFNY a repassar recursos para 152 embaixadas, missões e organizações internacionais, consulados-gerais, consulados e vice-consulados do Brasil. Na execução orçamentária e financeira dessas ações os ordenadores de despesa são as Unidades Gestoras Coordenadoras - UGC, o Escritório Financeiro é a Unidade Gestora Executora - UGE ligada *on-line* ao Siafi e os postos no exterior são as Unidades Gestoras Responsáveis - UGR.

A responsabilidade é compartilhada entre as várias unidades. Aos postos no exterior que executam as ações e sub-ações aprovadas pelos ordenadores de despesa, cabe a elaboração de prestações de conta que serão analisadas e submetidas à aprovação do EFNY. Este, por sua vez, é submetido a tomadas de contas anuais de parte da Ciset. Duas ações - Manutenção do Cerimonial e Demarcação de Fronteiras - são desenvolvidas no Brasil, com despesas em moeda nacional e sob a responsabilidade do cerimonial, da Primeira Comissão Demarcadora de Limites e da Segunda Comissão Demarcadora de Limites.

Apesar dos esforços de integração, ainda não é abrangente a participação nas decisões sobre a alocação dos recursos entre as unidades gestoras.

O fluxo de recursos financeiros vem apresentando descontinuidade, afetando a execução de projetos pontuais. Essa descontinuidade resultou, no período 2000-2002, numa grande concentração das execuções nos meses de agosto a dezembro, em função do maior volume de recursos liberados a partir de agosto.

Devido à grande variação cambial ocorrida no período, sobretudo em 2002, e como cerca de 90% dos gastos envolvidos no Programa são despendidos em dólares norte-americanos, a continuidade da execução e o atingimento de resultados somente têm sido possíveis graças a créditos suplementares e a esforços de contenção de despesas de parte das repartições no exterior.

Mesmo assim, estes recursos adicionais não foram suficientes para a quitação de todos os compromissos de 2002 com aluguéis, de algumas despesas de manutenção dos postos e de contribuições previdenciárias em atraso por contratos com auxiliares locais brasileiros.

Foram feitos, ainda, esforços na obtenção de maior volume de recursos e gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP com vistas a novas ações para a aquisição de imóveis no exterior. A título de exemplificação, a compra de imóveis através de *leasing* ou financiamento externo faria com que, no médio prazo, os recursos com o pagamento de aluguéis fossem canalizados para projetos substantivos do MRE e que fossem incorporados novos próprios nacionais ao patrimônio da União. No médio prazo, teriam reduzidas as crescentes despesas com aluguéis em dólares norte-americanos, que consomem parcela considerável do orçamento destinado a custeio, fixado em reais.

O acompanhamento regular e a análise dos dados transmitidos pelos postos e dos percentuais de execução física e financeira de cada ação, permitem avaliar que a estrutura de acompanhamento montada está bastante adequada e tem demonstrado que o Programa, apesar de envolver vários ordenadores de despesa, execução descentralizada envolvendo o Brasil e o exterior e ações de características continuadas e não-finalísticas, vem obtendo desenvolvimento bastante satisfatório.

Abastecimento de Energia Elétrica
Abastecimento de Petróleo e Derivados
Atuação Internacional na Área de Petróleo
Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel
Conservação Ambiental de Regiões Mineradas
Desenvolvimento da Produção Mineral
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool
Energia das Pequenas Comunidades
Energia na Rede Sudeste
Energia no Eixo Arco Norte
Energia no Eixo Madeira-Amazonas
Energia no Eixo Sul
Energia nos Eixos do Centro-Oeste
Energia nos Eixos do Nordeste
Gestão da Política de Energia
Indústria Petroquímica
Integração Elétrica Norte-Sul
Luz no Campo
Oferta de Petróleo e Gás Natural
Pesquisa Aplicada na Área Energética
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo
Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica
Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural - Conpet
Reassentamento de Itaparica
Refino de Petróleo
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Ministério de Minas e Energia

Abastecimento de Energia Elétrica

Resultados

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com base no seu processo de planejamento para o período 2000-2005, elegeu no topo de sua árvore de objetivos estratégicos, dois importantes objetivos: assegurar a qualidade dos serviços, compatíveis com as exigências e requisitos de mercado e a satisfação do consumidor, e estabelecer condições para o aumento necessário da oferta de energia elétrica.

Tais objetivos estão alinhados com as diretrizes da Orientação Estratégica do Presidente da República de melhorar a qualidade dos serviços públicos, de reforçar a regulação e a fiscalização e de dar continuidade aos investimentos privados em energia elétrica, de modo a assegurar a expansão e a modernização desse importante segmento do setor de infra-estrutura nacional, mediante uma efetiva ação reguladora e fiscalizadora por parte da ANEEL.

O crescimento da demanda de energia elétrica no País tem apresentado elevadas taxas anuais. Tal contexto, aliado ao processo de reestruturação setorial, cujo pressuposto consiste em implantar a competição onde possível e a regulamentação onde necessária, tem exigido forte mobilização institucional e inúmeras iniciativas com o objetivo de estabelecer condições propícias para a ampliação da oferta de energia elétrica no novo ambiente setorial. É neste cenário que se insere o Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica**, que tem por objetivo assegurar condições para o pleno atendimento aos consumidores de energia elétrica.

A expansão da oferta de energia elétrica exige múltiplas iniciativas, de forma a permitir a sua concretização. Dentre elas destacam-se a ampliação da oferta via energia hidrelétrica, a expansão da rede de transmissão, que assegure a absorção dos novos acréscimos de geração e amplie os ganhos energéticos da operação integrada do sistema elétrico, a ampliação da participação das usinas termelétricas a gás natural e a importação de energia elétrica de países vizinhos.

O indicador de desempenho do Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica** é a evolução da capacidade instalada, medida em MW. O incremento anual da capacidade instalada do parque gerador nacional, a partir das possíveis alternativas de expansão da oferta, é fruto da realização de obras planejadas, autorizadas ou concedidas em anos anteriores a este ciclo do Plano Plurianual 2000-2003.

A capacidade instalada é obtida considerando: a) incremento de novas unidades geradoras e/ou usinas; b) regularização de usinas em operação (registro de usinas já existentes, especialmente as de cogeração); c) repotenciação de usinas em operação; e d) desativação de usinas.

O indicador em questão é monitorado de forma sistemática, por intermédio da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, após os atos de outorga de concessão, de autorização ou de registro do empreendimento, no âmbito da ação de fiscalização da geração do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica, também gerenciado por esta Agência.

Gerente:
Inexistente

No final de 1999, a capacidade instalada nacional alcançava 67.332 MW. Nessa época, para atender às necessidades do País no período 2000-2003, seria necessário ampliar a oferta em cerca de 15 mil MW, o que

representava uma taxa média de crescimento de cerca de 5% ao ano ou um incremento de 3,7 mil MW/ano, totalizando 20% em todo o período, o que elevaria a capacidade instalada em 2003 para 82.247 MW.

No ano 2000, a fiscalização dos serviços de geração registrou um acréscimo de 4.967 MW na capacidade instalada nacional atingindo 72.299 MW, oriundos de novas centrais hidrelétricas, termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas e de ações de repotenciação, reativação, recapacitação e ampliação de centrais existentes. O aumento verificado apresentou uma taxa de crescimento de 7,38%, acima do linearmente previsto de 5% ao ano.

Em 2001, o indicador do Programa registrou um acréscimo na capacidade instalada nacional, ampliando o total instalado para 74.876 MW, o que significou uma taxa de crescimento de 3,57%. Considerando o crescimento linear da capacidade instalada anualmente, a meta prevista para 2001 seria de 74.789 MW. Assim, apesar do acréscimo em 2001 não ter sido tão significativo como em 2000, a meta prevista no Programa para este exercício foi superada.

Capacidade Instalada Nacional até 31/12/2001

TIPO	QUANT.	MW	%
EÓLICA	7	21	0,03
PCH	303	855	1,14
UHE	133	61.554	82,21
UTE	600	10.480	14,00
NUCLEAR	2	1.966	2,63
Total	1045	74.876	100

Dessa forma, a variação do indicador nos dois primeiros anos deste ciclo do PPA atingiu uma taxa de crescimento de 10,95%, ou seja, 51% do total no período, estando a variação contemplada dentro do esperado.

No ano de 2002, a ANEEL registrou a entrada em operação de unidades geradoras de nove usinas hidrelétricas, 26 usinas termelétricas e 13 pequenas centrais hidrelétricas totalizando 48 empreendimentos, respondendo pelo aumento da capacidade instalada do País de 4.618,44 MW, equivalente a 9,07% de acréscimo em relação a 2001. Considerando regularizações de usinas já existentes, repotenciação e ampliação de usinas em operação, a capacidade instalada no País é de 82.344,4 MW (incluídas 54 térmicas emergenciais que respondem por 2.049,5 MW de potência). Agregando a este valor a importação de energia elétrica, tem-se uma capacidade instalada total disponível de 90.514,4 MW. Desta forma, foi ultrapassada a meta para o ano de 2002 e a meta para o final de 2003, prevista para 82.247 MW. Portanto, a execução física do Programa, em 2002, apresentou desempenho bastante satisfatório verificando-se o cumprimento das metas físicas na maioria das ações planejadas e até mesmo a superação em muitas delas.

Se por um lado o indicador é pertinente para avaliar a evolução do Programa de abastecimento de energia elétrica, a distância temporal entre as ações do Programa, traduzidas nos atos da ANEEL, e o efetivo aumento da capacidade instalada de energia elétrica, como já comentado anteriormente, não apresenta uma forte relação de causa e efeito no mesmo exercício.

A concretização dos compromissos assumidos para o exercício somente se verificará ao longo dos anos subsequentes, posto que o tempo para as instalações entrarem em operação varia, em condições normais, de dois a oito anos para usinas hidrelétricas, de dois a três anos para linhas de transmissão de extra-alta tensão, usinas termoeletricas e eólicas.

Por intermédio do cronograma de adição de novas unidades geradoras ao sistema, que é acompanhado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração, é possível monitorar o cumprimento das datas de entrada em operação, que, caso mantidas, já antecipam a superação da meta para o exercício de 2003 de 82.247 MW.

O público-alvo do Programa de Abastecimento de Energia são os consumidores e os agentes da indústria de energia elétrica. Para atender ao público-alvo, a atuação da ANEEL, por intermédio do Programa, é especialmente relevante, traduzida nas ações de outorga relativa à geração, transmissão e distribuição; e de regulamentação adequada, que dê confiança e segurança aos investidores.

Salienta-se que o cumprimento das metas estabelecidas para os anos de 2000 a 2002, para as ações de outorga de geração, irá causar impacto positivo na oferta de energia futura, atingindo assim o consumidor final, ou seja, o público-alvo do Programa, no longo prazo.

Quanto às ações de outorga de transmissão, a ampliação da rede de transmissão de energia elétrica é item fundamental para a expansão da oferta, atingindo todas as regiões do Brasil, incluindo as mais remotas. A adequada expansão do sistema de transmissão e os reforços necessários garantem a continuidade, qualidade e confiabilidade da malha básica do sistema elétrico interligado para o atendimento ao mercado de energia elétrica.

Do ponto de vista da regulamentação da transmissão, os resultados indicam a melhoria na qualidade e segurança no sistema e a garantia da neutralidade da Rede Básica e o livre acesso às suas instalações de geração e comercialização contribuindo para a modicidade tarifária no consumo, beneficiando positivamente os consumidores e agentes.

Um aspecto negativo que deve ser destacado é o efeito da crise cambial, que implicou a majoração do volume de investimento na transmissão, com conseqüente aumento na tarifa para o usuário final.

Convém esclarecer que em relação à crise do fornecimento de energia elétrica, já nos primeiros dois meses de racionamento, a ANEEL, por intermédio do Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica**, teve sua imagem associada diretamente ao problema, evidenciando a necessidade de esclarecimento perante a sociedade de seu papel no âmbito do Programa. A população exigiu clareza e objetividade, que deixasse explícito qual seu papel e função em um cenário em que o principal do direito do cidadão em relação à energia elétrica, o fornecimento regular do serviço, não pôde ser garantido. No entanto, ao final do racionamento, inúmeras dúvidas foram esclarecidas, possibilitando o restabelecimento do conceito das competências da ANEEL perante a opinião pública.

A execução física do Programa vem apresentando desempenho bastante satisfatório, verificando-se o cumprimento das metas físicas em todas as ações planejadas e até mesmo a superação em muitas delas, como pode ser visto a seguir:

- Autorização de Construção de Pequena Central Hidrelétrica

A meta para os três primeiros anos do PPA 2000-2003, estabelecida em 500 MW para os anos de 2000 e 2002 e em 590 MW para o ano de 2001, foi superada.

No exercício de 2000, a ANEEL outorgou cinquenta autorizações para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, cuja potência equivale a 576,22 MW. Criou as condições de incentivo aos empreendedores e efetuou a sua divulgação ao longo do ano 2000, o que, sem dúvida, motivou e despertou o interesse dos investidores. Também foram registrados, por intermédio de despacho, treze aproveitamentos hidrelétricos, totalizando a potência de 6,03 MW, sendo, ainda, autorizada a ampliação de uma PCH representando um acréscimo de 8,55 MW; que adicionados às autorizações representam 590,80 MW.

Em 2001, a ANEEL outorgou 43 autorizações para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs cuja potência equivale a 622,66 MW. Também foram registrados, por intermédio de despacho, 23 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando a potência de 12,41 MW, sendo, ainda, autorizadas a ampliação de oito PCHs representando um acréscimo de 88,81 MW; que adicionados às autorizações representam 723,88 MW.

Em 2002, a ANEEL outorgou 106 autorizações para implantação de PCHs, cuja potência equivale a 1.625,68 MW. Também foram registrados, por intermédio de despacho, 54 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando a potência de 31,01 MW, sendo, ainda, autorizada a ampliação de nove PCHs, representando um acréscimo de 12,648 MW; que adicionados às autorizações representam 1.669,34 MW. Assim, a meta do exercício foi superada em 233,87%.

- Autorização de Instalação de Usina Termelétrica

As usinas termelétricas passaram a ganhar força no País, principalmente em virtude da evolução tecnológica, do crescimento da malha de gasodutos e da maior facilidade em se adquirir o gás natural, combustível principal desse tipo de unidade geradora. Desde 1998, a ANEEL vem incentivando o surgimento de novas termelétricas.

No exercício de 2000, a ANEEL outorgou quarenta autorizações para implantação de usinas termelétricas cuja potência total é de 8.229,57 MW e registrou, por intermédio de despacho, 43 centrais geradoras termelétricas cuja potência total é de 123,62 MW, sendo, ainda, autorizada a ampliação de vinte UTE's representando um acréscimo de 389,65 MW; que adicionados às autorizações representam 8.742,84 MW para serem acrescidos ao sistema.

Em 2001, a ANEEL outorgou 79 autorizações para implantação de usinas termelétricas cuja potência total é de 14.545,38 MW e registrou, por intermédio de despacho, 98 centrais geradoras termelétricas cuja potência total é de 286,43 MW, o que corresponde a 14.831,81 MW de novos projetos de geração. Foi, ainda, autorizada a ampliação de quinze UTEs representando um acréscimo de 1.312,24 MW. Como resultado da ação de autorização de centrais termelétricas, a ANEEL outorgou, no ano de 2001, entre autorizações, registros e ampliações um total de 14.831,81 MW.

No exercício de 2002, a ANEEL outorgou 103 autorizações para implantação de usinas termelétricas cuja potência total é de 4.353,47 MW e registrou, por intermédio de despacho, 63 centrais geradoras termelétricas cuja potência

total é de 179,303 MW, sendo, ainda, autorizada a ampliação de 45 UTEs representando um acréscimo de 1.525,76 MW; que adicionados às autorizações representam 6.058,54MW autorizados a serem acrescidos ao sistema.

Como se pode verificar, para esta ação do Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica**, a meta estabelecida no PPA 2002-2003, para os anos de 2000, 2001 e 2002, de mil MW, foi inteiramente cumprida e superada. Vale ressaltar que a grande diferença para mais no indicador desta ação é reflexo do programa prioritário do governo para os empreendimentos de geração térmica, conjugada às ações governamentais devido à situação de emergência provocada pelo racionamento no ano de 2001.

- Autorização de Transmissão de Energia Elétrica

As autorizações de transmissão de energia elétrica visam ampliações, reforços e melhorias na malha básica do sistema elétrico interligado e na rede complementar, bem como os projetos de conexões de usinas geradoras, de consumidores livres e de agentes importadores e exportadores de energia elétrica, para atendimento do mercado de energia elétrica.

O produto para os exercícios de 2000 e 2001 foi autorizar ampliações e reforços para treze empresas transmissoras ou distribuidoras de energia elétrica. Em 2000, a execução da meta ficou em doze e em 2001 a meta foi atingida.

Para o exercício de 2002, o produto foi 82 autorizações de ampliações e reforços, em 2002 foram outorgadas 126 autorizações que representam 153,65% do originalmente previsto, que somava 82 autorizações.

Com as autorizações das ampliações e reforços necessários, objetiva-se garantir a continuidade, qualidade e confiabilidade da malha básica do sistema elétrico interligado para o atendimento do mercado de energia elétrica e o acesso ao sistema elétrico, para consumidores livres, geradores, importadores, exportadores e concessionários de distribuição, visando a competição no mercado de energia elétrica.

- Concessão da Distribuição de Energia Elétrica

De 64 concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica atuando no País, 61 estão com os serviços contratados. Esse universo de concessionárias de distribuidoras de energia elétrica hoje é constituído por 24 empresas privadas, 21 privatizadas, quatro municipais, oito estaduais e sete federais.

No período de vigência do PPA 2000/2003, a ANEEL tem como meta a celebração de quinze contratos de concessão com as distribuidoras de energia elétrica. Nos exercícios de 2000 e 2001, foram celebrados dezessete contratos, tendo sido nove em 2000 e oito em 2001, acima da previsão que era de quatro e cinco contratos respectivamente. Para 2002 a meta prevista era de três contratos a serem assinados com: Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, Companhia Energética do Amazonas - CEAM e Companhia Energética de Roraima - CER, que totalizam o total das distribuidoras no País.

Os Contratos de Prorrogação dos Prazos da Concessão, para distribuição de energia elétrica previstos para serem celebrados em 2002, deixaram de ser, tendo em vista a existência de pendências na prestação dos serviços públicos de energia elétrica e cumprimento de determinações da área de fiscalização da ANEEL.

Independentemente da meta representada pela assinatura dos Contratos de Concessões de Distribuição, foram alocadas nesta Ação as atividades relacionadas à regularização de 129 cooperativas de eletrificação rural, tendo sido concluído aproximadamente 80% dos trabalhos de levantamento de documentação e determinação das instalações físicas e áreas de atuação.

- Concessão de Potenciais de Energia Hidráulica

Cabe à ANEEL o relevante papel de conduzir o Programa de licitações até a formalização do respectivo contrato de concessão, mediante o desenvolvimento da ação de concessão de potenciais de energia hidráulica, prevista no Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica**.

No ano 2000, foram licitadas quinze usinas hidrelétricas, totalizando uma potência de 2.328 MW.

No ano 2001, foram feitos dois leilões com blocos de usinas, no primeiro semestre com 2.289,6 MW e no segundo semestre com 2.283,00 MW, totalizando 4.572,6 MW. Ainda neste ano foi autorizada a ampliação da potência de duas usinas, totalizando 875,6 MW. Portanto, foram outorgados, entre leilões e autorizações, 5.448,20 MW. O aumento do índice deveu-se ao aumento da disponibilidade de usinas aptas a serem leiloadas. Nesse exercício, foram assinados quatorze contratos de concessão totalizando a potência de 3.894,60 MW, compreendendo as usinas licitadas no segundo semestre de 2000 e as licitadas no primeiro semestre de 2001.

Em 2002, foram assinados contratos de concessão totalizando 3.943,87 MW, além da ampliação de uma usina em 45 MW, perfazendo um total de 3.988,87 MW, superando a meta do exercício em 99,44%.

Em 2000 e 2001, o produto estabelecido (concessão outorgada) foi entendido como MW outorgado após a realização do leilão, apesar de ter sido também registrado em 2001 o valor de MW resultante dos contratos assinados. Em 2002, a execução está sendo computada somente após a assinatura do contrato de concessão de geração.

- Concessão de Transmissão de Energia Elétrica

A ampliação da rede básica de transmissão é item fundamental para a expansão da oferta, atingindo todas as regiões do Brasil, sendo sua característica principal constituir-se de elo neutro na cadeia de produção de energia elétrica, garantindo livre acesso e assegurando a competição nos segmentos de geração e comercialização.

No período de 2000 a 2001, foram licitados 5.407 km de linhas de transmissão a serem integrados à rede básica, inicialmente por meio de concorrência e atualmente por leilões, algumas já em operação comercial, destacando-se a Expansão da Interligação Norte-Sul, o primeiro trecho da Interligação Sudeste-Nordeste e a LT Tucuruí-Vila do Conde C2, todas em 500 kV.

Realizado, em 15/08/2002, leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para 1.870 km de LTs, no qual foram arrematados todos os lotes, foram assinados dez contratos oito referentes ao leilão constante do Edital e contratos de concessão assinados em dezembro de 2002. Os outros dois contratos assinados são oriundos do leilão de 2001.

- Inventário dos Potenciais de Energia Hidráulica

O aumento da oferta de energia elétrica, via hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, depende de estudos minuciosos a respeito das características dos rios brasileiros e da viabilidade econômica, social e

ambiental de se construir novos empreendimentos dessa natureza. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos de inventário dos potenciais de energia hidráulica com o objetivo de aumentar a oferta de geração de energia hidrelétrica sob responsabilidade de agentes privados.

A demanda de energia elétrica no País vem crescendo anualmente numa taxa da ordem de 4,5%, que representa aproximadamente 3.375 MW. Esse crescimento é dado num contexto onde 80% da energia gerada é proveniente de fontes hídricas e apenas 25% do potencial disponível é aproveitado. Assim, o aumento da geração de energia a partir dos recursos hídricos é um desafio constante da ANEEL. A fim de contribuir para o alcance desse objetivo, a ANEEL focalizou sua atuação no atingimento da meta prevista para 2002 dentro do Plano Plurianual, de 9.000 MW inventariados e disponibilizados para o mercado de geração, sendo que os empreendimentos inventariados e disponibilizados em 2002 totalizaram uma potência de 11.166 MW. Desta forma, foi possível superar a meta inicialmente prevista em 24%.

Em 2002, foram recebidas solicitações de 262 registros para a realização de estudos e projetos, dos quais 103 eram relacionados a estudos de inventário, 24 a estudos de viabilidade e 135 a projetos básicos de PCHs. No período, foram aprovados 76 estudos de inventário, totalizando os 11.166 MW disponibilizados, distribuídos em 320 PCHs com potência instalada prevista de 2.955,70 MW e onze UHEs que somam 8.210,00 MW de potência.

- Estudos Hidroenergéticos

Foram realizados, em 2002, os seguintes estudos hidrológicos sobre aproveitamentos hidroelétricos, monitoramento de reservatórios e bacias com potencial hidroenergéticos:

- elaboração de inventário piloto de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em dois reservatórios (Miranda e Xingó) de centrais hidrelétricas e estruturação de manual de procedimento técnico;
- levantamento do potencial real de cogeração de excedentes no setor sucro-alcooleiro, com o objetivo de levantar o potencial real de disponibilização de excedentes de eletricidade no setor sucro-alcooleiro do País, a curto, médio e longo prazos, bem como a análise das barreiras existentes e das propostas de políticas para sua viabilização;
- Panorama do Potencial Eólico no Brasil, com o objetivo de identificação e mapeamento do potencial eólico brasileiro;
- Inventário de Potencial Eólico na Região Sudeste do Brasil - Ipers, com o objetivo de identificação e mapeamento do potencial eólico da região Sudeste do Brasil e comparação com a metodologia do AEBR; e
- Panorama do Potencial de Biomassa no Brasil, tem por objetivo a identificação e mapeamento do potencial brasileiro de geração de energia elétrica a partir de biomassa.

As ações de regulação dos serviços de energia elétrica visam garantir a qualidade do serviço prestado por meio das regulamentações editadas, sendo portanto, mais pertinente serem inseridas no âmbito do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica.

Concepção

O Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica** tem o propósito de manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica com o objetivo de assegurar condições para o pleno atendimento aos consumidores de energia elétrica.

Os problemas e/ou demandas da sociedade que deram origem ao Programa, em 1999, são os listadas abaixo:

- inventariar e rever inventários antigos de modo a elevar o atual estoque de inventários;
- aprovar estudos de viabilidade para o programa de licitações;
- aprovar projetos básicos para autorizações de centrais de até 30 MW;
- construir a base técnica para licitações no período 1999-2003;
- outorgar novas concessões de geração e autorizações;
- regularizar permissionários e autorizados do serviço de distribuição de energia elétrica;
- centrais de geração em operação irregular, obras de geração atrasadas, obras não iniciadas, centrais de geração desativadas ou paralisadas;
- necessidade de incentivar, regulamentar e normatizar as autorizações para o incentivo ao uso de fontes alternativas de energia elétrica;
- necessidade de licitar e contratar a concessão de linhas de transmissão de tensão igual ou superior a 230 KV, compatíveis com a expansão da oferta de geração;
- carência de informação hidrológica como subsídio para propiciar à sociedade energia elétrica de qualidade a baixo custo econômico, financeiro e ambiental;
- risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica, excesso ou escassez de água, decorrentes da operação inadequada dos reservatórios;
- propiciar condições de fornecimento de energia elétrica em áreas com deficiência;
- necessidade de reduzir o desperdício de energia elétrica no sistema e no seu uso final;
- ausência de conhecimento de formas de utilização racional de recursos naturais pela sociedade;
- posição de firmeza dos órgãos públicos de meio-ambiente quanto a empreendimentos de geração de energia elétrica; e
- má utilização de energia elétrica pelos consumidores. Excesso de demanda de energia elétrica no horário de ponta, com riscos para o sistema.

Os problemas e/ou demandas continuam atuais, porém, conforme estabelece o artigo. 1º do Decreto nº 4.261, de 6 de junho de 2002, zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País compete ao Ministério de Minas e Energia.

Para acompanhar a evolução do atendimento ao objetivo, o Programa tem como indicador de desempenho a evolução da capacidade instalada, medida em MW. O incremento anual da capacidade instalada do parque gerador nacional, a partir das possíveis alternativas de expansão da oferta, é fruto da realização de obras planejadas, autorizadas ou concedidas normalmente em anos anteriores

a este ciclo do Plano Plurianual 2000-2003.

Nos exercícios de 2000 a 2002, as ações de outorga estavam divididas em Autorização de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, Autorizações de Usinas Termelétricas e Concessões de Usinas Hidrelétricas. Sendo assim, não estava explicitada a ampliação de energia ofertada por meio de fontes alternativas que também contribuem para as metas de potência outorgada. Há que se destacar, no período 2000 a 2002, as autorizações concedidas pela ANEEL, para usinas eólicas. Nestes três anos, a ANEEL outorgou 74 autorizações para implantação de usinas eólicas e registrou, por intermédio de despacho, sete centrais geradoras eólicas em todo o Brasil, o que representa um potencial de 5.142,31 MW.

Para o exercício de 2003, no Projeto de Lei de Revisão para 2003 - PLOA 2003, estas três ações foram traduzidas em uma única ação (Autorização e Concessão de Geração de Energia) que englobará as outorgas referentes a todas as fontes de energia.

Por intermédio dos programas, buscou-se a integração dos instrumentos de planejamento e orçamento: Plano Plurianual - PPA e Orçamento Geral da União - OGU. Desse modo, todas as ações da Agência estão organizadas sob a forma de planos de atividades para cada ação e, a partir destes planos, o orçamento é planejado. Com isso, decresce a possibilidade de termos produtos que não estejam expressos no PPA 2000-2003, e que contribuam para o objetivo do Programa.

A estratégia de implementação do Programa tem demonstrado razoável eficácia. Em um primeiro momento, buscou-se o alinhamento das metas resultantes do processo de planejamento estratégico da Agência, realizado em 1999, com horizonte até 2005, com as ações do Programa. A partir daí, a programação e a execução de cada uma das ações do Programa ficou sob a responsabilidade de uma superintendência líder, apoiada por várias superintendências parceiras. Na seqüência, as ações são desdobradas nos respectivos Planos de Trabalho, de modo a proporcionar maior grau de visibilidade e entendimento quanto ao conjunto de atividades associadas ao desenvolvimento da ação. Assim, para cada ação, identificam-se as atividades e os respectivos processos responsáveis por sua condução, que contribuem, de forma direta ou indireta, para o sucesso no cumprimento da meta fixada. Ressalta-se que, a cada ciclo de Planejamento Estratégico da Agência, busca-se o alinhamento das ações do Programa com os objetivos estratégicos priorizados para a organização.

No âmbito gerencial, para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, implantou-se como sistemática a realização de reuniões de avaliação do desenvolvimento dos planos de trabalho e do progresso das atividades associadas à execução de cada ação. Nas reuniões participam a gerência do Programa, as superintendências líderes responsáveis pela execução das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento daquela ação. Estes encontros, até 2001, foram realizados a cada três semanas e, em 2002, passaram a ter cronograma mensal e são suportados por um sistema de informações gerenciais disponível na intranet da ANEEL, denominado Siganeel.

O Siganeel contém os dados do SIGPlan (sistema utilizado pelo Governo Federal para agregar, dentre outras informações, o conjunto de metas previstas e realizadas para todas as ações dos programas governamentais) e as informações detalhadas ao nível de atividades relativas a cada ação dos programas, assegurando qualidade nas informações, disponibilidade a um público maior e uma consistência de dados mais depurada.

Quanto aos insumos utilizados, a ANEEL contou fundamentalmente com recursos próprios, complementados, na medida da necessidade e sempre que possível, com o apoio de terceiros, basicamente de consultorias especializadas.

Dessa forma, até a presente data, a estratégia de implementação adotada para o Programa tem demonstrado adequação.

Vários aspectos da estratégia de implementação adotada pela ANEEL contribuíram para a obtenção dos resultados do Programa, a saber:

- o compromisso da alta administração ao indicar um diretor da Agência para o gerenciamento do Programa, o que permitiu elevar a capacidade de mobilização e de comprometimento das equipes na busca dos melhores resultados;
- o acompanhamento sistemático das ações do Programa por intermédio de reuniões periódicas permitindo a sinalização tempestiva de restrições e a devida adoção das providências cabíveis à solução; e
- a organização das informações pelo Sistema de Acompanhamento Gerencial - Siganeel. Os planos de trabalho inseridos no Sistema de Informações Gerenciais - Siganeel estão acessíveis a todos os colaboradores da Agência na intranet e facilita o acompanhamento gerencial ao permitir identificar a evolução das atividades mediante uma convenção de três sinais de cores, verde, amarelo e vermelho, que indicam o estágio de andamento da atividade. As informações de progresso são fornecidas pelo líder da ação, que mediante o uso de senha apropriada, faz o lançamento dos dados relativos à evolução das atividades necessárias à consecução das metas no sistema. A implantação deste sistema de acompanhamento gerencial permitiu a avaliação *on line* do progresso das ações e respectivas atividades nas reuniões de acompanhamento gerencial. Esta metodologia de trabalho trouxe substancial objetividade às reuniões de avaliação e acompanhamento do estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas às metas. Permitiu, ainda, aglutinar de forma coerente todas as atividades em torno dos resultados almejados e dos objetivos estratégicos da ANEEL, bem como vincular ações e atividades planejadas com as respectivas atividades orçamentárias, aprimorando o processo de execução orçamentária. O sistema adotado trouxe como vantagem adicional a possibilidade de tratamento prévio das informações antes de alimentar a base de dados do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais - SIGPlan, o que assegura maior grau de coerência e consistência dos dados informados.

..... **Implementação**

A atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica, por intermédio deste Programa, restringe-se às ações de outorgas de geração, transmissão e distribuição, além de ações de regulação dos serviços de energia elétrica, inventário dos potenciais de energia hidráulica e estudos hidroenergéticos. Os resultados atingidos com a execução das ações de outorga somente se verificarão ao longo dos anos subsequentes, posto que o tempo para as instalações entrarem em operação varia, em condições normais, de dois a oito anos para usinas hidrelétricas, de dois a três anos para linhas de transmissão de extra-alta tensão, usinas termoeletricas e eólicas. Desse modo, as ações realizadas no exercício não contribuem para o indicador do Programa naquele mesmo exercício.

Além disso, o Decreto n.º 4.261, de 6 de junho de 2002, atribui a seguinte competência ao Ministério de Minas e Energia, *in verbis*:

"Art. 1º Compete ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País.

§ 1º O Ministério de Minas e Energia estabelecerá sistema de alerta que permita identificar, com a antecedência necessária, riscos não aceitáveis de insuficiência de oferta de energia elétrica.

§ 2º Identificados os riscos de que trata o § 1º, o Ministério de Minas e Energia deverá propor ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE programa de ação com vistas a reduzir tais riscos aos níveis aceitáveis."

Desta forma, entendemos que o Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica**, com o propósito de manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica e com o objetivo de assegurar condições para o pleno atendimento aos consumidores de energia elétrica, é de responsabilidade do MME. Cabe à ANEEL proceder aos leilões e às correspondentes outorgas, bem como fiscalizar a implantação dos empreendimentos e a operação durante o período de concessão. Todo o processo, desde a outorga até a fiscalização, visa assegurar a prestação do serviço adequado de energia elétrica aos consumidores.

As ações de regulação têm o objetivo final de elaborar regras claras de modo a dar confiança e segurança aos investidores, proporcionando assim a devida qualidade na prestação do serviço. Além disso, a realização dos estudos de inventário passarão, a partir de 2003, a ser responsabilidade do MME e esta ação para 2003 deverá ser excluída do Programa.

Portanto, em razão dos resultados obtidos e das legislações recentes, constata-se a necessidade de aperfeiçoamentos no Programa, pois as suas ações não estão perfeitamente alinhadas com o objetivo do Programa, que é de assegurar condições para o atendimento aos consumidores de energia elétrica. Assim sendo, as ações de outorga e regulação são mais pertinentes ao Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica, também gerenciado por esta Agência.

A execução das ações é feita com recursos próprios da Agência, complementados, na medida da necessidade e sempre que possível, com o apoio de terceiros, basicamente de consultorias especializadas, cujo desempenho, no geral, considera-se satisfatório.

A filosofia de atuação da ANEEL também prevê parcerias de agências reguladoras estaduais na realização de algumas de suas atividades. Os objetivos desta descentralização, previstos na sua Lei de criação, são:

- aproximar as ações de regulação, fiscalização e mediação dos consumidores e agentes setoriais;
- agilizar os processos de regulação, fiscalização, mediação e outorgas;
- Adaptar as ações de regulação, fiscalização e mediação às circunstâncias locais; e
- trazer a solução do problema para o local de sua origem. A descentralização permite que as ações da ANEEL sejam adaptadas às circunstâncias locais. As principais atividades delegadas são aquelas relacionadas à fiscalização e à ouvidoria. As agências estaduais são criadas por leis e recebem delegação da ANEEL por meio da celebração de convênios de cooperação. As agências conveniadas também auxiliam nos processos de regulação e outorga, de competência exclusiva da Agência Nacional. A ANEEL tem se colocado à disposição dos estados no sentido de apoiá-los na criação de suas agências de regulação, de forma a ampliar sua ação descentralizada.

Por se tratar de uma parceria, o convênio de cooperação estabelece que tanto as agências estaduais quanto a ANEEL devem participar, financeiramente, do processo de descentralização, a fim de que o consumidor possa efetivamente ser beneficiado. Desta maneira, para viabilizar a descentralização em cada estado, a ANEEL repassa recursos financeiros provenientes da Taxa de Fiscalização, recolhida pelos agentes setoriais à Agência, às agências conveniadas, valores estes vinculados à execução do Plano de Atividades e Metas - PAM. A Agência tem repassado recursos que, ano após ano, têm crescido de valor na proporção da assinatura de novos convênios.

Em resumo, a descentralização é adotada pela ANEEL para melhor atender o interesse público relacionado à prestação do serviço de energia elétrica, em benefício dos consumidores do País. O desempenho destes parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem sido bastante satisfatório.

Vale a pena também citar alguns exemplos de consultorias especializadas que apóiam a execução de determinadas ações do Programa.

Para as ações de autorizações de PCHs e Termelétricas, a Agência conta com a parceria da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo - CSPE, agência estadual conveniada com a ANEEL, e da consultoria especializada firmada por meio de contrato com empresa BBL-Bureau Brasileiro S/C Ltda. A atuação dos parceiros nestes processos têm sido satisfatória.

A consultoria da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC e da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro são responsáveis por analisar a documentação de pré-qualificação entregue pelas proponentes para habilitação ao leilão das usinas hidrelétricas e pela realização do leilão, respectivamente. A atuação dos parceiros neste processo é fundamental para a realização do processo licitatório, ocorrido no âmbito da ação, de Concessão dos Potenciais Hidráulicos.

Ainda no âmbito dessa ação conta-se com a parceria da Empresa Energética - Tech Consultoria Ltda., para instrução dos processos de declaração de utilidade pública de área de terra necessária à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por concessionários, permissionários ou autorizados, cuja atuação tem sido satisfatória.

Os principais parceiros na ação de inventário dos potenciais de energia hidráulica são fundações (Fumec, Finatec e Coppetec) e empresas privadas (Leme Engenharia, Engevix, Concremat e Engecorps), contratadas por intermédio de licitação pública, as quais contribuíram para o satisfatório desempenho da ação.

As principais dificuldades para a efetivação dessas parcerias estão relacionadas com as regras de contratação, decorrentes do processo de licitação pública, especificamente, procedimento e tempo exigido para contratação. Assim, as parcerias poderiam ser aperfeiçoadas na medida em que seja possível contar com um cadastro de empresas qualificadas para o apoio na análise de empreendimentos sem conflito, permitindo dar uma maior celeridade aos processos.

Com relação aos recursos humanos, a equipe local é considerada inadequada, assim como a estrutura física da ANEEL. A agência trabalha arduamente na qualificação do seu corpo de funcionários, assim como estimula a motivação dos seus técnicos. A grande restrição é que a maioria dos contratos ainda é temporário, já que o concurso, realizado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE, da Universidade de Brasília, que iniciaria a transição para a estruturação do quadro de pessoal efetivo da Agência, encontra-se *sub judice*, em face da ação direta de inconstitucionalidade impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal - STF,

dificultando de maneira significativa a agilidade do processo produtivo e a consolidação de uma cultura organizacional e o *know-how* técnico adquirido ao longo desses cinco anos. Na mesma linha, a estrutura física também teria que ser adaptada para receber os servidores advindos do concurso.

A receita da ANEEL é proveniente de recursos diretamente por ela arrecadados, sendo a taxa de fiscalização a sua principal fonte (Lei nº 9.427, de 1996). Esta taxa representa a contraprestação da fiscalização e da regulação dos serviços de energia elétrica, os quais a Agência deve prestar, recolhidos pelos concessionários, autorizados e permissionários. Em 2000 e 2001, não ocorreu nenhuma restrição de natureza orçamentária. Já em 2002, sofremos algumas restrições na execução, tendo em vista os limites de empenhos impostos durante o exercício.

A taxa de fiscalização recolhida pelos regulados é devida como a contrapartida da prestação dos serviços de fiscalização e regulação prestados pelo órgão regulador, portanto, vinculada a essa finalidade. Conclui-se daí a importância de assegurar no orçamento de despesas os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades regulatórias, que irão, em última instância, permitir que o setor de infra-estrutura em energia elétrica se desenvolva, permitindo, assim, o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Em função da receita da ANEEL ser proveniente de recursos diretamente por ela arrecadados, sendo a taxa de fiscalização sua fonte, temos um fluxo financeiro firme, que assegura a execução do Programa, desde que a autorização de gastos ocorra da forma programada.

Não se constatou impacto negativo no Programa em decorrência da Lei Orçamentária de 2000, 2001 e 2002, pois não se verificaram desvios substanciais entre a proposta orçamentária e a dotação aprovada. Em 2003, não se pode afirmar o mesmo, já que R\$ 36 milhões do orçamento ficou na reserva de contingência.

Quanto à execução financeira, o contingenciamento apresentado pelos decretos 4.120, 4.230 e 4.309 e pelas portarias 174 e 319, todos de 2002, e a liberação de empenho equivalente ao valor original do orçamento só em 11 de setembro de 2002, com o decreto 4.369, limitou ao longo do exercício as contratações, impactando sobremaneira a execução orçamentária e financeira do Programa.

O Decreto 4.120/02, apesar de impor restrições ao limite mensal de desembolso, não prejudicou, de maneira significativa, a execução do Programa. O impacto foi reduzido devido à forma de execução das ações, que aumentou a descentralização das atividades permitindo uma flexibilização orçamentária maior, haja vista que as agências conveniadas disponibilizam sua estrutura para suprir eventuais faltas. Ainda assim, os limites fixados exigem um diuturno exercício de fluxo de caixa para o provimento tempestivo das necessidades do Programa.

A execução orçamentária do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica em 2000 foi de R\$ 46.108.632,40, correspondendo a 77,23% do previsto na Lei Orçamentária de 2000.

A execução orçamentária global da ANEEL, no exercício de 2001, ficou em 71,11% da dotação orçamentária autorizada. A título de esclarecimento considera-se como executado o valor de destaques orçamentários relativos a convênios, em um montante de R\$ 3.658.578,92, totalizando assim, a execução de R\$ 139.929.485,91. Deste valor, foi executado no Programa de **Abastecimento de Energia Elétrica** R\$ 12.379.704,87.

O Programa apresentou uma realização de 61,80% da dotação orçamentária autorizada. Foram previstos R\$ 37.013.386,00 e liquidados R\$ 22.874.184,60. Restaram, ainda, serviços contratados e executados parcialmente na ordem de R\$ 6.411.800,50.

A sociedade tem acesso ao Programa mediante os diversos canais abertos à sua participação, com destaque para as Audiências Públicas, Consultas Públicas, Conselhos de Consumidores, o *site* da ANEEL na internet e por meio da ouvidoria.

No decorrer dos exercícios de 2000 a 2002, a ANEEL realizou diversas Audiências Públicas, visando dar transparência e publicidade às suas ações, além de ampla oportunidade de participação dos vários segmentos da sociedade nas suas decisões. A ANEEL adota este mecanismo para receber sugestões e comentários sobre questões técnicas e normativas em fase de elaboração. No processo de audiência pública, há duas etapas; primeiro os participantes enviam suas sugestões por escrito, depois a ANEEL realiza debates abertos sobre o tema.

A participação da sociedade no processo de outorga de concessão também se dá na etapa de licenciamento ambiental por meio de audiências públicas, realizadas pelos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento e a ANEEL não possui controle sobre elas. Esta participação pode se dar também por meio da ouvidoria da ANEEL.

A participação da sociedade também se dá pela interação com os diversos órgãos do meio ambiente e de instituições ligadas aos impactos sociais, econômicos e ambientais dos empreendimentos em geração de energia. Assim, foi feito um trabalho de aproximação, articulação e interação com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação Nacional do Índio e com as agências estaduais descentralizadas.

A ANEEL participa diretamente de algumas instâncias colegiadas: Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, Câmara de Gestão da Crise Energética e Grupos de Trabalho do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que representam diversos interesses da sociedade. Esta integração permite agilizar a aprovação dos inventários, possibilitando a disponibilização do potencial hídrico necessário para o atendimento das demandas de energia da sociedade.

Por outro lado, a *home page* da ANEEL na internet tem sido continuamente atualizada e aperfeiçoada na tentativa de melhor atender aos consumidores e à sociedade em geral. A divulgação das informações sobre o processo de outorga de concessão é feita por esse *site* onde a sociedade pode questionar os dados por meio da ouvidoria.

Em 2001, foi realizada pesquisa de opinião pública sobre a ANEEL e o racionamento. Ressalvadas as especificidades de cada pesquisa, elas convergem na identificação, pelos entrevistados, de três principais fatores aos quais é atribuída a crise de energia, mantendo, inclusive a mesma ordem no *ranking* de responsabilidades: a conduta governamental, a falta de chuvas e o desperdício dos usuários. Foi amplamente majoritária a percepção pela qual a crise se desenvolveu de forma mais suave do que o esperado. Mesmo considerando as restrições de comparabilidade decorrentes das diferenças entre os instrumentos de pesquisa, elas convergem e situam este contingente entre 72% e 86%.

Abastecimento de Petróleo e Derivados

A Reforma do Estado definiu um novo modelo institucional para as indústrias de petróleo e de gás natural, cabendo à Agência Nacional de Petróleo - ANP promover a contratação e fiscalização das atividades integrantes dessas indústrias. Nesse sentido, o objetivo do programa é: garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo, derivados de petróleo e gás natural em todo território nacional.

O indicador Relação Reserva/Produção de Petróleo e Gás Natural no País é o quociente entre a reserva nacional provada de petróleo e gás natural, medida em barril de óleo equivalente BOE e a produção nacional de petróleo e gás natural, medida em barril de óleo equivalente, medido em anos. O índice no início do PPA era de 21 anos, o índice atual é de dezoito anos.

O indicador tem apresentado um comportamento de queda, o que ocorre em função do maior tempo de maturação da atividade exploratória que tem se desenvolvido a partir das Rodadas de Licitação promovidas pela Agência Nacional do Petróleo. Apesar de as rodadas terem atraído novos *players* (partícipes) para o setor, a descoberta de novos campos ainda não foi capaz, nos últimos três anos, de ampliar as reservas. Por essa razão, ressalta-se a necessidade de rediscussão do uso desse indicador.

Ele mostra a eficiência do esforço exploratório, ou seja, atende à parte do Programa que se refere ao abastecimento de petróleo. Entretanto, para medir a eficiência do atendimento de abastecimento de derivados, seria oportuno identificar outros indicadores, que considerem a capacidade de refino, transporte e distribuição dos produtos (pode-se avaliar a possibilidade de percentuais de atendimento servirem de indicadores confiáveis de eficiência).

O índice atual é de dezoito anos. Para se alcançar o índice esperado ao fim do PPA, depende-se fundamentalmente da realização de novas descobertas, em uma escala que reverta a atual tendência. Como as novas descobertas realizadas no período não fizeram frente ao aumento da produção, as chances de se atingir o índice final são baixas.

Apesar do resultado do indicador estar abaixo do esperado, é preciso se levar em conta que o Programa apresenta um leque variado de ações que afetam o problema de várias formas. Assim como resultados que refletem uma mudança da situação, citamos a regulamentação das atividades da indústria do petróleo, que resultam num ambiente propício à entrada de novos agentes. Também neste sentido, a realização das rodadas de licitação atraiu empresas e capitais para o País. Com relação às empresas, além das receitas de originárias das concessões, são de extrema importância os índices de conteúdo local da contratação de bens e serviços que foram adotadas nas rodadas de licitação, que chegam a 37,9%. Tal fato produz efeitos reais sobre a economia e parte desses efeitos serão sentidos na cadeia produtiva nacional ao longo dos próximos anos, por meio da contratação de serviços e de equipamentos.

Outro aspecto importante das ações do Programa e que não pode ser medido pelo indicador é o trabalho de monitoramento que vem se ampliando no decorrer do período e é de suma importância não apenas para garantir o cumprimento dos contratos de concessão como também para assegurar a segurança operacional das instalações.

Resultados

Gerente:

Murilo Motta Filho

Resultados no período:

- Contratos na Fase de Exploração

O ano de 2002 iniciou com a ANP gerindo 41 contratos oriundos da primeira concessão à Petrobras, doze contratos originados do 1º leilão de áreas, 21 contratos do 2º leilão, 34 contratos do 3º leilão. Dos quatorze contratos ativos referentes à primeira concessão, sem extensão de prazo, período único de três anos, mas com a fase de exploração prorrogada para avaliação de descoberta, cinco deles encontram-se ativos; outros seis devolveram suas áreas, finalizando contrato; dois BPOT-4, BPOT-10 declararam comercialidade, encerrando a fase de exploração; e um bloco BCAM-40 declarou comercialidade, mas o contrato encontra-se *sub judice*. Dos 26 contratos ativos referentes ao primeiro lote de concessão, com extensão de prazo de dois e seis anos, dois deles devolveram suas áreas, finalizando contrato. O bloco BC-60 declarou comercialidade de dois campos, Jubarte e Cachalote. Neste ano, antevia-se o encerramento do primeiro período exploratório para os contratos do primeiro leilão (de 1999). Assim, dos doze contratos ativos no início de 2002, seis tiveram o seu encerramento entre agosto e setembro e os demais devolveram 50% de suas áreas, entrando no segundo período exploratório, decorridos três anos da assinatura. Dos 34 contratos ativos referentes ao 3º leilão, quatro optaram por encerrar o contrato em agosto de 2002, por serem blocos tipo C.

No ano de 2002, ocorreu em dezoito blocos a notificação de 38 descobertas de hidrocarbonetos, segundo os padrões definidos pela ANP. Nesse mesmo ano, tiveram início as operações de avaliação de três planos que serão encerrados em 2003 juntamente com outros seis planos que haviam se iniciado em anos anteriores. Como resultado dos planos de avaliação concluídos, foram declaradas as comercialidades dos campos de Siri, Manati, Asa Branca, Jubarte e Cachalote.

- Regulamentação

As atividades regulamentares da Agência em 2000 envolveram a publicação de 58 portarias, que normatizaram diversos temas, com destaque para a regulamentação do livre acesso a terminais e oleodutos. As publicações das Portarias 115/00, 251/00, 255/00 e 261/00 deram início à fase de implementação do livre acesso a oleodutos de transporte e terminais aquaviários no País. A publicação dessas portarias propiciou uma maior competitividade, possibilitando o surgimento de novos agentes no setor, assim como um possível crescimento da movimentação de produtos, via polidutos e terminais. A implantação do livre acesso proporcionará um ambiente de concorrência entre os agentes do setor, com racionalização dos custos do sistema logístico e, conseqüentemente, com impactos positivos sobre o mercado de derivados do País.

Além deste tema, foram objetos de regulamento: reservas de petróleo e gás natural, estabelecendo critérios para apropriação e diretrizes para sua estimativa; procedimento para comunicação de acidentes de natureza operacional e liberação acidental de poluentes, a serem adotados pelos concessionários e pelas empresas autorizadas a exercer atividades de armazenamento e transporte de petróleo, seus derivados e gás natural; importação de nafta petroquímica; especificação de querosene de aviação - QAV; atividades de transporte a granel de petróleo e seus derivados, por meio de navegação de cabotagem; procedimento quanto à forma de

apresentação do Plano de Desenvolvimento; procedimentos para o Programa Anual de Produção, o Programa Anual de Trabalho e o Orçamento para os campos de petróleo e gás natural; procedimento para o Plano de Avaliação de Descobertas e requisitos mínimos para os sistemas de medição de petróleo e gás natural; acesso aos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras que compõem o acervo da ANP; a atividade de revenda varejista de combustível automotivo; as atividades de distribuição e comercialização de gás natural comprimido - GNC a granel e de construção, ampliação e operação de unidade de compressão e distribuição de GNC; atividade de produção, armazenamento, transporte e comercialização de gasolina tipo A, comum e premium, pelas centrais petroquímicas; queimas e perdas de petróleo e gás natural; controle de qualidade dos combustíveis automotivos líquidos adquiridos pelo revendedor varejista para comercialização; inspeção de instalações de base de distribuição, de armazenamento e de terminal de distribuição de derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, para avaliação de conformidade das mesmas em relação à legislação e normas de proteção ambiental, segurança industrial e das populações.

Em 2001, a ANP publicou 58 regulamentações técnicas. O principal destaque em termos de marco regulatório foi a abertura do mercado para a importação de petróleo e derivados, o que se tornou possível com a Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001, regulamentada pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. A ANP publicou doze portarias em dezembro de 2001, definindo especificações de qualidade de gasolina e do diesel e regras para internação de produtos importados, produção de solventes, importação de solventes, diesel e gasolina, comercialização no mercado interno de diesel de gasolina importados, exportação de derivados, formulação de derivados, formulação de combustíveis líquidos e produção de gasolina nas centrais.

Além disso, foram publicadas portarias técnicas estabelecendo procedimentos para a devolução de áreas exploratórias; as condições operacionais e econômicas para as refinarias excluídas do monopólio da União; revisão dos critérios a serem adotados para fins de distribuição do percentual de 7,5% sobre a parcela de *royalties* que exceder 5% da produção de petróleo ou gás natural de cada campo; as atividades de revenda varejista de gás natural veicular - GNV, produção, armazenamento, transporte e comercialização de gás liquefeito de petróleo - GLP e óleo diesel, pelas centrais petroquímicas; revisão da especificação do gás natural; demonstrações contábeis e financeiras dos contratos de concessão na fase de exploração; resolução do conflito decorrente do uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos; envio de informações mensais sobre processamento, movimentação e estoque de matérias-primas, produção, movimentação, qualidade e estoque de derivados; o Manual do Concurso Aberto, detalhando os procedimentos de oferta e alocação de capacidade para o serviço de transporte firme decorrente da expansão das instalações de transporte de gás natural; parcelas de frete passíveis de ressarcimento aos distribuidores de gás liquefeito de petróleo - GLP e de óleo combustível.

No exercício de 2002, as regulamentações expedidas resultaram, até setembro, em 28 portarias publicadas que contemplaram, dentre outros, os seguintes temas: especificações do álcool etílico anidro combustível - AEAC e do álcool etílico hidratado combustível - AEHC; revisão da especificação do gás natural; regulamento de abandono de poços; adoção de norma técnica para projeto de instalações de armazenagem de petróleo, seus derivados líquidos, álcool combustível ou outros combustíveis automotivos.

- Rodadas de Licitação

Nos exercícios de 2000 até julho de 2002, foram realizadas a Segunda, Terceira e Quarta Rodadas de Licitações de blocos para exploração.

A Segunda Rodada, em junho de 2000, teve 21 áreas arrematadas de um total de 23 ofertadas, somando uma arrecadação de R\$ 468,3 milhões em bônus de assinatura e US\$9 milhões em taxas de participação. Os índices médios de conteúdo local, ou seja, os percentuais médios garantidos pelas empresas vencedoras para a aquisição de bens e serviços nacionais, foram de 41,4% na fase de exploração e 46,8% na etapa de desenvolvimento da produção, ao passo que, na primeira rodada, atingiram, respectivamente, 25,4% e 26,7%.

Na Terceira Rodada de Licitações, em junho de 2001, de um total de 53 ofertadas, 34 áreas foram arrematadas por 22 empresas de doze países, que conquistaram as concessões sozinhas ou em consórcio. Os lances dados pelas empresas vencedoras - bônus de assinaturas - somaram uma arrecadação total de R\$ 594,9 milhões, valor recorde em relação às receitas obtidas nas rodadas anteriores. Em taxas de participação, foram arrecadados US\$10,3 milhões. Os percentuais médios de conteúdo local foram de 26,9% para a fase de exploração e de 37,9% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Na Quarta Rodada de Licitações, realizada em 19 e 20 de junho de 2002, foram ofertados 54 blocos, dos quais 21 foram arrematados, sendo dez terrestres e onze marítimos, localizados em nove bacias sedimentares do País, nos estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. As quatorze empresas vencedoras - quatro brasileiras e dez estrangeiras - pagaram R\$ 92,4 milhões em bônus de assinatura e US\$ 6,5 milhões em taxas de participação. Das quatorze empresas vencedoras da Quarta Rodada, cinco estão estreando como concessionárias de exploração e produção no Brasil. O comprometimento de gastos com fornecedores locais atingiu os percentuais médios de 39,1% na fase de exploração e de 53,8% na etapa de desenvolvimento da produção. A estimativa dos investimentos acordados nos Programas Exploratórios Mínimos somam US\$700 milhões, para o levantamento de 17.000 km de sísmica e para a perfuração de 83 poços exploratórios.

Com as quatro rodadas de licitações já realizadas, um total de 88 áreas foram arrematadas por 42 empresas, sendo oito nacionais e 34 estrangeiras, gerando uma arrecadação total de R\$ 1,5 bilhão, com o pagamento dos bônus de assinatura e de US\$35,6 milhões, com as taxas de participação.

- Monitoramento

Os trabalhos de verificação das instalações de medição da produção de petróleo e gás natural começaram em março de 2001, a partir da contratação do Instituto Tecnológico da PUC - ITUC. Seguiram-se contratações do Cefet-RN, Cefet-SE e Ceped-BA. Até o setembro de 2002, foram executadas 181 inspeções dos sistemas de medição.

Quanto às inspeções para verificação da integridade estrutural de equipamentos, o processo ainda se encontra em fase preparatória. Foram executadas, até setembro de 2002, seis inspeções, pelos técnicos do ITUC. Espera-se que, a partir de janeiro de 2003, as inspeções em todas as regiões do País estejam em regime constante, de cerca de duas inspeções/mês e quatro auditorias/ano, para cada instituição participante.

Adicionalmente, a ANP tem convênio firmado com a Diretoria de Portos e Costas - DPC, do Comando da Marinha, para execução de vistorias técnicas em plataformas *offshore*. Até setembro de 2002, foram realizadas 127 vistorias, sendo 27 em 2001 e 100 em 2002.

Finalmente, cabe destacar que, para o sucesso futuro do Programa, é de fundamental importância que a Agência Nacional de Petróleo, pela ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, possa realizar as contratações necessárias para a execução desses serviços, aumentando assim o grau de informação a respeito das bacias sedimentares brasileiras e, conseqüentemente, ampliando a oferta de blocos para exploração, nas próximas rodadas de licitação. Esse processo é essencial para que, além da entrada de novos agentes na exploração e produção de petróleo e gás, a Agência possa ampliar as reservas provadas, garantir o abastecimento e reduzir a dependência externa em relação à importação de óleo e gás. Recursos financeiros para esse fim têm sido sistematicamente retirados do orçamento da ANP.

.....
Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9, de 10 de novembro de 1995, e da Lei 9.478/97, foi flexibilizado o monopólio estatal no setor de petróleo. Dessa forma, tornou-se necessário um conjunto de ações que garantisse o abastecimento de petróleo e derivados e estabelecesse um novo marco regulatório para o setor, dentro de um ambiente concorrencial e com novos agentes econômicos.

Concepção

O indicador utilizado atualmente (valor em anos da relação reserva-produção) reflete na sua totalidade o conjunto de problemas que o Programa procura enfrentar. A variação desse indicador depende diretamente do sucesso das descobertas, do esforço exploratório das concessionárias e da ampliação do conhecimento geológico e geofísico que possibilite a oferta de novos blocos para a exploração. Esse conjunto de variáveis tem um comportamento de longo prazo, enquanto que a produção, condicionada pela demanda por petróleo e derivados, pode variar mais rapidamente e indicar uma redução no decorrer de um curto período no total de reservas. Assim, outros indicadores poderiam ser incorporados para que pudéssemos mensurar os efeitos do Programa, por exemplo, no grau de concentração do setor, na variação da oferta ou na diversificação da matriz energética.

A Lei 9.478/97, ao definir as receitas da ANP, criou uma matriz de financiamento fortemente baseada em receitas do Tesouro, não dando margem à cobrança de taxas e preços públicos. Dessa forma, as fontes de financiamento do Programa têm sido repetidamente objeto de danosas restrições orçamentárias. Para agravar a situação, as receitas definidas no artigo 16 da Lei 9.478/97 têm sido sistematicamente desvinculadas e/ou alocadas em reservas de contingência, não sendo, portanto, utilizadas para financiamento dos serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural.

A exemplo do que já foi feito para o exercício de 2003, no qual a ação Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras teve sua meta física revista (passou de "acervo mantido" para "informações armazenadas em gigabites"), é preciso que o mesmo seja feito em relação à meta física associada à ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural. Além disso, apesar de os objetivos do Programa estarem estabelecidos na redação da Seção I, do Capítulo IV, da Lei 9.478/97, é necessária uma articulação com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

A execução das ações pela ANP, de forma direta e centralizada, é assentada nas atribuições definidas da Lei 9.478/97 e tem possibilitado o cumprimento da maioria das metas físicas estabelecidas e dos resultados do Programa. Por isso, a estratégia de implantação adotada inicialmente se justifica. Isso, contudo, não foi impeditivo ou limitador para que a própria organização percebesse que lograria melhores resultados se buscasse nas parcerias um elemento de vitalidade para viabilização das ações. Essas parcerias foram estabelecidas por meio de convênios, principalmente nas ações de Gestão das Concessões para a Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural e Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo. Tal experiência mostra que essa prática deve ser aprofundada no futuro.

A estratégia de implementação tem-se mostrado adequada na maioria dos aspectos assinalados, cabendo observar as ressalvas acima. Por outro lado, devido à importância das parcerias para o sucesso do Programa, é relevante o estabelecimento e/ou padronização dos mecanismos de controle dos convênios, de modo a incorporar seus resultados ao esforço de execução do Programa. É importante que exista uma maior articulação entre os gerentes envolvidos do setor de infra-estrutura, a fim de possibilitar uma melhor qualidade dos resultados.

A proposta de revisão dos atributos do Programa é de fundamental importância para o aperfeiçoamento deste no futuro. Além disso, apesar de os objetivos do Programa estarem estabelecidos na redação da Seção I, do Capítulo IV, da Lei 9.478/97, é desejável uma articulação com os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

..... **Implementação**

A execução financeira do Programa está bem abaixo da previsão inicial. É importante destacar que entre as ações do Programa, no exercício de 2002, 63% dos valores autorizados estavam alocados no projeto Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural. Essa ação se caracteriza por contratação de serviços que são absolutamente essenciais para o Programa, mas que exigem a realização de processos licitatórios complexos, com produtos que podem levar anos para serem apresentados. Ocorre que, neste exercício, os projetos foram fortemente contingenciados, o que prejudica e na maior parte inviabiliza, a contratação de serviços normalmente dispendiosos.

A ação Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural é financiada com parcela Participações Especiais, conforme definido no artigo 50, da Lei 9.478/97. Ocorre que, nos exercícios de 2001 e 2002, parte desses valores foi desvinculada e outra parcela, alocada na Reserva de Contingência. Para o exercício de 2003, tramita no Congresso Projeto de Lei de autoria do Executivo que desvincula até 100% esses valores.

Essa diminuição severa da capacidade de investimento por parte da ANP mostra que a redução de recursos hoje terá duas consequências:

- 1) desinteresse de investidores, a médio prazo, na busca de novos campos petrolíferos, pela falta de dados geológicos e geofísicos consistentes; e
- 2) dispêndio considerável de divisas para importar petróleo já a partir de 2006, comprometendo de forma significativa o balanço de pagamentos para os anos seguintes.

Para fazer frente a essas dificuldades, a Agência Nacional do Petróleo aprovou, em 2002, o Plano Decenal de Execução de Serviços de Geologia e Geofísica, para dar celeridade a essas contratações. Também no âmbito da ANP, estarão

sendo realizados estudos para uma redefinição da matriz de financiamento do Programa a partir da instituição de taxas de fiscalização e autorização e do estabelecimento de preços públicos.

Quanto à capacitação do pessoal, houve esforço de treinamento da equipe gerencial e da equipe técnica, com programas corporativos e de conteúdo específico. Entretanto, os recursos humanos disponíveis não estão adequados para a implementação do Programa. Isso decorre do fato de uma ADIN impossibilitar a realização de concurso público para a Agência. Não existe portanto, na ANP, um Plano de Cargos e Carreiras. Esta proibição de contratação foi, e continua sendo, elemento inibidor de melhor performance da Agência.

Os recursos materiais e de infra-estrutura hoje disponíveis são medianamente adequados para a implementação do Programa. Isso se deve, em parte, ao caráter provisório das instalações físicas utilizadas atualmente pela Agência. O Escritório Central da ANP encontra-se em processo de transferência para uma sede própria, na cidade do Rio de Janeiro, o que deverá ocorrer até o meado do exercício de 2003.

A Agência ainda não pôs em prática mecanismos de avaliação do desempenho dos seus parceiros na execução do Programa. Não obstante, como já foi ressaltado anteriormente, o estabelecimento de parcerias foi fator importante para a obtenção dos resultados positivos alcançados pelo Programa até agora.

O Programa de **Abastecimento de Petróleo e Derivados** conta com mecanismos de participação da sociedade que estão definidos na Lei 9.478/97. O artigo 19 da Lei determina a realização de audiências públicas. Essas audiências têm sido utilizadas como parte do processo de licitação de blocos para exploração e contam com o envolvimento dos agentes econômicos interessados. Outro expediente utilizado é a consulta pública, que tem sido posta em prática usando-se como veículo a página na internet da Agência Nacional do Petróleo. A consulta pública tem por objetivo submeter as proposta de regulamentação do setor de petróleo à apreciação e à sugestão dos agentes. Para além desses mecanismos, a Direção da ANP esta buscando, por meio de um trabalho de revisão de seu regimento interno, ora em andamento, tornar esses mecanismos mais permeáveis à participação dos usuários e/ou beneficiários do programa.

Ainda em 2002, por meio do processo de revisão do regimento interno da ANP, estarão sendo aperfeiçoados os canais existentes de participação da sociedade, além de uma adequação da atual estrutura da instituição à gestão por programas.

Atuação Internacional na Área de Petróleo

O objetivo deste Programa é a incorporação de novas reservas e o aumento da participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural. Justifica-se pela reduzida atuação no mercado internacional. Este objetivo será alcançado por meio da execução de programas exploratórios, da aquisição de reservas e da participação em empreendimentos nas atividades de refino, transporte e distribuição. O foco de atuação será a América Latina e a África Ocidental. Os investimentos serão realizados, preferencialmente, com a participação de sócios da iniciativa privada.

O indicador Produção Média de Óleo, Líquido de Gás Natural - LGN e Gás Natural no Exterior é o somatório da produção de óleo, LGN e gás natural no ano, medida em barris de óleo equivalente, dividida pelo número de dias do ano. O índice no início do PPA era de 74.688 barris de óleo equivalente por dia, o índice atual é de 58.171 barris de óleo equivalente por dia.

Resultados

A atuação internacional da Petrobras se dá desde de 1972, quando foi criada a Petrobras Internacional S.A. - Braspetro, para desenvolver no exterior as atividades relacionadas à indústria do petróleo. Desde então, a Braspetro atuou em mais e trinta países e, até 1999, desenvolveu atividades de exploração e produção de petróleo e gás, bem como a prestação de serviços de perfuração de poços e de engenharia para terceiros.

O Plano Estratégico 2010 da Petrobras, elaborado em 1999, e revisado nos exercícios subsequentes, determinou: a expansão das atividades de Exploração e Produção (E&P ou *upstream*); o ingresso nas atividades de refino, *marketing* e distribuição (R&M ou *downstream*); a atuação em gás e energia, transporte de gás; e a desativação das suas atividades de prestação de serviços de perfuração e engenharia para terceiros.

De forma a atender as demandas do Plano Estratégico, a Petrobras implementou seu novo modelo de organização e gestão e criou, em abril de 2000, a Área de Negócios Internacionais. Dando prosseguimento ao processo de reorganização, também no que concerne aos aspectos societários, a Braspetro foi incorporada à Petrobras em 30/09/2002.

Em 2002, a Petrobras implantou o *Balance Scorecard* - BSC como instrumento de modernização da gestão, traduzindo estratégias em ações.

O Programa **Atuação Internacional na Área de Petróleo** objetiva a incorporação de novas reservas e o aumento da participação da Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural. Em consonância com as demandas do Plano Avanço Brasil, o Plano Estratégico da Petrobras estabeleceu metas para o ano 2005, para a atuação internacional: a produção de 300.000 barris de óleo equivalente por dia; reservas de 1,8 bilhão de barris de óleo equivalente e a capacidade de refino de 260.000 barris diários.

Gerente:

João Carlos Araújo Figueira

O Programa compreende oito ações, distribuídas entre as atividades da Área Internacional da Petrobras:

Exploração & Produção ou *upstream*:

- apropriação de reservas de óleo, condensado e gás natural no exterior;
- produção de óleo, líquido de gás natural e gás natural no exterior.

Refino & *Marketing* ou *downstream*:

- incorporação e adequação de unidades de refino no exterior;
- implantação de rede de distribuição de derivados de petróleo e gás no exterior;
- implantação de estabelecimentos operacionais - BR *Aviation* no exterior;
- implantação de rede de distribuição de derivados de petróleo e gás natural no exterior; e
- manutenção da infra-estrutura operacional do parque de refino na Argentina.

Gás & Energia:

- ampliação da capacidade de transporte de gás no exterior.

Exercício 2000

Exploração e Produção: durante o ano 2000, a Área Internacional da Petrobras desenvolveu atividades de Exploração e Produção em onze países (Angola, Argentina, Bolívia, Cazaquistão, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, Reino Unido e Trinidad e Tobago). A produção total no ano 2000 atingiu 53 mil barris de óleo por dia, enquanto a de gás natural atingiu 3,5 milhões de metros cúbicos por dia, totalizando 73,6 mil barris de óleo equivalente por dia. As reservas provadas da Companhia no exterior em 31/12/2000 eram de 717, 2 milhões de barris de óleo equivalente (segundo o critério *Society of Petroleum Engineers - SPE*).

Downstream Internacional: no que concerne ao Refino e *Marketing*, as refinarias da Empresa Boliviana de Refinación - EBR na Bolívia processaram, no ano 2000, uma média de 29,8 mil barris por dia, abaixo da capacidade nominal, devido à falta de matéria prima, decorrente da baixa produção de cru na Bolívia e pela inviabilidade econômica de importar petróleo pelo elevado custo de logística. Esta situação deverá melhorar à medida que ocorra o aumento de entregas de gás ao Brasil, proporcionando uma maior oferta local de condensado produzido em associação com o gás natural.

Cumpram-se destacar os esforços que a Petrobras desenvolveu no exercício para a obtenção de novos negócios no exterior. Participou em licitações internacionais em negócios envolvendo a troca de ativo nos vários países com boas chances de ampliar seus negócios de E&P na Nigéria (operação do Bloco exploratório OPL 324; sócio não operador no Bloco OPL 250), na Colômbia (operação nos Blocos Los Cuarzos e El Descanso), em Angola (sócio não operador no Bloco 34), na Argentina (operação no Bloco Cerro Manrique; sócio não operador no Bloco Puesto Gonzales, ambos na Bacia de Neuquén).

Exercício 2001

Exploração e Produção: atividades de Exploração e Produção em nove países (Angola, Argentina, Bolívia, Cazaquistão, Colômbia, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, Trinidad & Tobago), associada a 54 companhias de petróleo e com direitos em 130 contratos de E&P, em 52 dos quais a Petrobras é a empresa operadora. As atividades em Cuba e Reino Unido foram encerradas em 2001. Segundo os critérios SPE, em 31 de dezembro de 2001, as Reservas Totais (provada, provável e possível) da ANI eram de 2,2 bilhões boe, enquanto as Reservas Provadas SPE foram 979 milhões boe.

Em 2001, a produção obtida no exterior atingiu uma média de 68,4 mil barris de óleo equivalente por dia (boed). Deste total, a produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) atingiu 43,4 mil barris por dia, enquanto a produção de gás natural foi de 4,23 milhões de m³/dia.

As atividades exploratórias resultaram em importantes descobertas de óleo e gás, com destaque para os resultados dos poços exploratórios de extensão nos campos de Akpo e Agbami, localizados em águas profundas, na Nigéria. Também prosseguiram as perfurações de poços de extensão nos campos de Sábalo, na Bolívia e Guando, 4 poços, e Rio Ceibas, operados pela Petrobras na Colômbia.

A conclusão, em janeiro de 2001, da primeira Planta de Processamento de Gás Natural do campo de San Alberto, na Bolívia, operada pela Petrobras e cuja produção é destinada ao mercado brasileiro, através do gasoduto Bolívia-Brasil. Sua capacidade de processo é de 6,6 milhões de metros cúbicos de gás natural e de 4.300 barris de condensado por dia. A Petrobras possui 35% de participação no Projeto.

Iniciado em 2001 o Projeto de Desenvolvimento do Campo de Sábalo, localizado no Bloco San Antonio na Bolívia, em paralelo com os trabalhos de delimitação do campo.

Downstream Internacional: as principais estratégias para expandir a atuação internacional no segmento *downstream* são operar de forma integrada nas áreas de refino, *marketing* e distribuição nos mercados da América do Sul e garantir capacidade de refino do óleo pesado brasileiro, assegurando a colocação de produtos da Companhia no mercado.

Refino - As refinarias de Santa Cruz e de Cochabamba da Empresa Boliviana de Refinación - EBR na Bolívia (originalmente a Petrobras detinha 70% de participação e passou a deter 51%, uma vez que o seu parceiro Perez Companc exerceu o direito de ampliar a participação de 30% para 49%, previsto no contrato firmado na época da aquisição conjunta) processaram uma média de 30,2 mil barris por dia. Além da Bolívia, a Petrobras opera por meio da empresa Eg3 na Argentina a Refinaria de Bahía Blanca, com capacidade de processar 30.500 barris diários.

Distribuição - A Petrobras ingressou na atividade de distribuição de derivados na Bolívia pela sua controlada Empresa Boliviana de Refinación - EBR. Foi criada a Empresa Boliviana de Distribución - EBD, 100% controlada pela EBR, para atuar no mercado de distribuição, que, após licitação pública, adquiriu o direito de abastecer cerca de 20% do mercado. Atualmente, a EBD trabalha com 86 estações de serviço vinculadas. A fábrica de lubrificantes da EBR, localizada junto à refinaria Gualberto Villarroel, em Cochabamba, recebeu em 2001 o certificado de qualidade ISO 9001:2000 atestado pela Bureau Veritas International - BVQi para a produção e comercialização de óleos lubrificantes, graxas e parafinas. Com esta conquista, a fábrica que produz os lubrificantes de marca YPFB - líder no mercado boliviano - ganha mais uma garantia da eficiência dos seus processos e permite ter competitividade mundial no desenvolvimento dos seus produtos. Além da marca YPFB, a Petrobras Bolívia atua no mercado de lubrificantes com a marca Lubrax, importada do Brasil, a qual tem distribuidores oficiais nas principais praças de comercialização da Bolívia e vem tendo um aumento substancial no *market-share* de lubrificantes bolivianos.

Foram concluídas as negociações de troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol YPF. Pelo acordo, a Petrobras deverá assumir os ativos da companhia Argentina Eg3, incluindo uma refinaria de petróleo localizada em Bahía Blanca, com capacidade de 30 mil barris de petróleo por dia e cerca de 691 postos de serviço. A assinatura ocorreu no dia 17/12/2001.

A Petrobras participa com 34% do capital da Companhia Mega, que é constituída por uma unidade separadora de gás natural, em Loma La Lata (província de Neuquén, na Argentina), um gasoduto de 600 quilômetros de extensão, uma unidade fracionadora, em Bahía Blanca (província de Buenos Aires), além de facilidades de tancagem e expedição de produtos para exportação. A Companhia Mega iniciou suas operações em abril de 2001.

Gás & Energia: em 2001, a Petrobras Argentina comercializou uma média de 1,5 milhão de metros cúbicos de gás por dia. Na Bolívia, a Petrobras manteve uma média diária de 3,25 milhões de metros cúbicos, o que representa uma participação de 31,6% do gás exportado ao Brasil.

Com relação ao transporte de gás, foi iniciada a construção do Gasoduto de Yacuiba a Rio Grande (Gasyrg), com a participação de 44,5% da Petrobras. Ele permitirá o escoamento das produções de gás dos campos de San Alberto e Sábalo até a entrada do Gasoduto Bolívia-Brasil.

Na área de energia, foi concluído um pequeno gasoduto, denominado San Marcos, de 18 km de extensão, capacidade de 1 milhão de metros cúbicos diários, construído integralmente com o capital da Petrobras, e que transportará o gás necessário para abastecer a planta termelétrica de Puerto Suárez, com potência projetada para 86 MW.

Exercício 2002

As atividades no exercício 2002 são desenvolvidas em 8 países: Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, e Trinidad & Tobago.

Atividades de Exploração & Produção ou *upstream*: A Companhia atua em diferentes associações em parcerias com 54 companhias, detendo participações em 130 contratos, dos quais opera em 52.

A produção média realizada no ano foi de 58.171 barris diários de óleo equivalente (boe/d).

No conjunto das realizações no ano, como registro relevante a aquisição do controle acionário da empresa argentina Perez Companc (atividades na Argentina, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela), cujo contrato de compra de ações foi assinado em 17/10/2002, por meio do qual a Petrobras adquiriu 58,62% das ações em circulação, bem como 39,67% das ações da Petrolera Perez Companc. O montante a ser pago é equivalente a US\$689,184.000,00 pagos a vista e US\$338,416.000,00 em notas emitidas pela Petrobras International Finance Company, subsidiária integral da Petrobras, com juros anuais de 4,75% e vencimento final em outubro de 2007. a Petrobras pagou também US\$49,752.178,00 por 39,67% da Petrolera Perez Companc. Em conformidade com as disposições da legislação Argentina, aguarda-se a aprovação do órgão de controle de concorrência daquele País (CNDC). Esta aquisição representa um múltiplo de US\$ 2.04 por barril de óleo equivalente (boe) de reserva provada, tomando em consideração o volume de reservas de 1 bilhão de boe, certificados pela Gafney & Cline e referentes a 31/12/2001.

Registre-se também a aquisição da empresa Petrolera Santa Fe junto a Devon Energy, cujo contrato definitivo foi assinado em 24/10/2002, permitindo à Petrobras a incorporação de 84,7 milhões de boe de reservas provadas (critério SPE) na Argentina, referentes a 31/12/2001. O preço pago a Devon foi de US\$ 89,550.000,00, o que representa um múltiplo de US\$1,06 por boe de reserva provada.

Das atividades exploratórias, os resultados positivos na descoberta do poço Cascade-1 no quadrante Walker Ridge, Bloco WR-206, no setor americano do Golfo do

México, além da descoberta do poço PZx-1001 no Bloco Puesto Zuñiga, na bacia de Neuquén, na Argentina. Além disso, o sucesso na perfuração do poço exploratório de extensão Akpo-5, na Nigéria. Registre-se ainda o ingresso no bloco exploratório Tafura, na Colômbia, e 33 novos blocos no setor americano do Golfo do México, dos quais 22 via farmins e 11 por licitação promovida pelo governo americano.

Atividades de Refino & Marketing ou *downstream*:

Petrobras

- Prosseguem as atividades de avaliação dos postos de serviços na Argentina, com o objetivo de manter apenas aqueles considerados rentáveis. Contando atualmente com 618 postos, a Companhia terminou o ano com 40 postos remodelados com a marca Petrobras. Em 2002, com a aquisição do controle acionário da Perez Companc, a Petrobras ampliou ainda mais a sua rede nesse país, com mais 102 postos que levam as marcas San Lorenzo e Pecom.
- Na Bolívia, a Companhia ingressou na atividade de distribuição e, via Empresa Boliviana de Distribución - EBD, opera 86 postos de serviços, dos quais 44 foram remodelados com a marca EBR e três com a marca Petrobras. A EBR é proprietária também de uma fábrica de lubrificantes, em Cochabamba. Além da marca YPFB, líder no mercado de lubrificantes, a unidade de negócios na Bolívia atua com a marca Lubrax, importada do Brasil. O produto tem distribuidores oficiais nas principais praças de comercialização e vem ampliando sua participação no volume total de vendas desse segmento.
- No que se refere à atuação conjunta com outras empresas de petróleo e à participação da Petrobras em processos licitatórios no exterior, no contexto do segmento de *downstream*, cabe destacar a participação no processo público, aberto pela empresa Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland - ANCAP, no Uruguai, que busca um sócio estratégico para a atividade de *downstream* naquele País.
- Nas atividades de refino, a posição da Companhia no exterior é de 90.500 barris diários: Argentina - 30.500 barris diários na refinaria Ricardo Eliçabe, pela empresa Eg3 em Bahía Blanca; Bolívia - 60.000 barris diários, por meio da EBR, nas refinaria Gualberto Villarroel, em Santa Cruz de La Sierra (20 mil); e refinaria Guillermo Elder Bell, em Cochabamba (40 mil). Nestas refinarias foram realizados investimentos na melhoria e adequação. Com a aquisição do controle da Perez Companc a Petrobras ampliará a capacidade de refino em 45,5 mil barris diários na Argentina.
- Quanto à ação "Implantação de Estabelecimentos Operacionais - BR Aviation no Exterior", ainda não obtivemos sucesso até o presente, pela falta de oportunidades para ingressar nesse segmento de negócio. O projeto é o de operação de depósito de combustíveis de aviação e a prestação de serviços de abastecimento de aeronaves na Argentina.

Atividades de Gás & Energia: o resultado do ano é a construção do gasoduto Gasyrg, na Bolívia, cuja extensão é de 431 km; diâmetro de 32 e duas estações de compressão. Sua capacidade máxima de transporte está projetada para 23 milhões de metros cúbicos de gás por dia (MMm³/d), dos quais 11 MMm³/d em janeiro de 2003 (gasoduto), 17 MMm³/d em julho de 2003 (compressão); e 23 MMm³/d em janeiro de 2005 (compressão). A construção, bem como a operação do duto, está a cargo da empresa Transierra S.A, uma empresa boliviana, cujos sócios são a Petrobras Bolívia S.A, a Andina S.A. e a TotalFinaElf. O objetivo é o transporte do gás, produzido pela Petrobras nos campos de San Alberto e Sábalo, até o Gasoduto Bolívia-Brasil. Ao final de 2002, cerca de 95% do gasoduto estava concluído.

.....

O objetivo da criação do Programa foi incorporar novas reservas e aumentar a participação do Sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural, agregando valor à Companhia com redução de custo na captação de financiamentos e gerando fluxo de caixa em moeda forte.

Concepção

.....

Os recursos financeiros aplicados ao Programa são resultantes das receitas dos ativos em produção, financiamentos ou de aportes da *holding*, tendo sido até o presente suficientes para o desenvolvimento das atividades.

Implementação

A realização das atividades internacionais, quer de *upstream* ou de *downstream*, transcorrem no exterior, demandando pouca interação com o Ministério. Entretanto, a percepção é a de que a estrutura parece estar adequada. Os projetos são desenvolvidos em parcerias com as principais companhias da indústria do petróleo. Ora a Petrobras atua como sócio operador, ora como sócio não-operador. Em geral os parceiros têm atuado de forma a contribuir para os resultados.

Um dos fatores críticos tem sido a disponibilidade de recursos humanos em quantidade e qualidade para o adequado cumprimento dos projetos ligados ao Programa.

Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel

Resultados Os resultados obtidos pelo Programa atingiram as metas estabelecidas para o período. Deve ser destacado, no entanto, que uma parcela dos resultados obtidos no desenvolvimento das ações de combate ao desperdício de energia elétrica e promoção ao seu uso eficiente foram alavancadas durante o período de restrição ao consumo de energia ocorrido em 2001 e 2002.

Os resultados alcançados pelo Programa podem ser observados tanto em termos da energia elétrica economizada anualmente, contabilizada em termos GWh/ano, bem como nos benefícios proporcionados à sociedade na oferta de produtos eficientes, premiados com o Selo Procel de Economia de Energia e o Selo Procel Inmetro de Desempenho, destinado a produtos da área de iluminação e motores elétricos de uso industrial. A ampliação desse conjunto de equipamentos teve papel essencial no enfrentamento da crise no abastecimento de energia, fornecendo aos consumidores a orientação adequada na escolha de equipamentos eficientes, possibilitando a redução do consumo de energia nos diversos setores da sociedade.

O atingimento das metas propostas para o Programa entre 2000 e 2002 é altamente provável, tendo em vista os resultados já alcançados até o momento. Para o ano de 2003, considerando as mudanças de hábitos adquiridas durante a crise no abastecimento de energia, bem como a maior penetração no mercado de equipamentos energeticamente mais eficientes, podemos considerar que as metas propostas para o período deverão ser plenamente atingidas.

Deve ser destacado, entretanto, que as ações desenvolvidas pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel são executadas, principalmente, com recursos próprios da Eletrobrás, da Reserva Global de Reversão - RGR, do acordo estabelecido com o Banco Mundial para a implantação do Projeto de Eficiência Energética - PEE, e outros projetos desenvolvidos em parceria com as concessionárias de energia. Desta forma, as medidas de contingenciamento orçamentário definidas para as entidades da administração pública direta não foram traduzidas em prejuízos significativos no desenvolvimento do Programa, à exceção das ações coordenadas diretamente pelo Ministério de Minas e Energia.

Concepção O crescimento da demanda de energia nos últimos vinte anos tem sido compensado pelo Governo Federal com a construção de novas usinas e estruturas para transmissão e distribuição de energia. Entretanto, parte desse esforço, por parte do Governo, poderia ser deslocado temporariamente, com o uso eficiente da energia elétrica. Após o racionamento de energia a população foi sensibilizada para a dimensão do problema e passou a incorporar novos hábitos no uso da energia, que devem ser valorizados na próxima fase do Programa.

Gerente:
Inexistente

Hoje o uso eficiente da energia está profundamente associado ao uso responsável dos recursos naturais, além da segurança no abastecimento da sociedade e suas necessidades ao desenvolvimento. Isso indica, portanto, uma necessidade de adequação do objetivo do Programa com o problema a ser enfrentado por ele.

Essa mesma linha, poderia haver uma melhor regionalização das ações do programa. Dessa forma, as regiões mais afetadas pelo racionamento de energia teriam um tratamento diferenciado no encaminhamento da questão.

Na área de capacitação, foram desenvolvidos diversos instrumentos e ferramentas técnicas que buscaram apoiar profissionais da área de eficiência energética. Nesse contexto, foi publicado, em parceria com a EFEI, o livro *Eficiência Energética* e desenvolvido o *software* Mark IV Plus, para realização de diagnósticos energéticos.

Porém, para que haja um correto enfrentamento do problema, deve ser ampliada e capacitada a equipe responsável pela implantação do Programa.

A principal estratégia para o sucesso do Programa está na procura e no estabelecimento de parcerias com os diversos agentes da sociedade de forma a consolidar a cultura de combate às mais diversas formas de desperdício, e em especial ao desperdício de energia elétrica.

Ainda a respeito da estratégia do Programa, o uso eficiente da energia deve ser tratado como um tema mais abrangente, não devendo, portanto, ficar restrito a ações isoladas nas áreas de energia elétrica, na área de combustíveis fósseis e energias alternativas. Devem ser desenhados mecanismos que articulem tais esforços, de maneira que a questão energética possa ser enfocada de maneira integrada.

.....

As restrições financeiras foram equacionadas de forma a minimizar seus impactos sobre as realizações do Programa durante o período 2000-2003. A capacitação da equipe gerencial se mostrou adequada às necessidades enfrentadas pelo Programa.

Implementação

O Programa é apoiado por ações do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, ligado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e tem recebido todo o suporte necessário na área de etiquetagem de eletrodomésticos e equipamentos energeticamente eficientes.

O estabelecimento de parcerias com órgãos da administração pública, associações representativas de classes e demais entidades representativas do setor produtivo tem sido reconhecidamente o maior alavancador das ações desenvolvidas pelo **Procel** e pela sociedade.

O estabelecimento de parcerias na área de eletrificação rural deve ser considerado como vantajoso para ambos os programas, ou seja, o Programa Luz no Campo e o próprio **Procel**.

Para concessão anual do Selo Procel, diversas entidades participam da Comissão de Concessão do Selo. Entre elas, além de entidades representativas de fabricantes, faz parte da comissão Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC.

A partir da consolidação dos hábitos de consumo advindos com o racionamento de energia, o **Procel** passou a desenvolver um sistema de consulta de satisfação da sociedade. Esse mecanismo deverá ser incorporado, por meio de pesquisa específica, a partir de 2003.

Conservação Ambiental de Regiões Mineradas

O Programa tem como objetivo "mitigar os impactos provocados pelas atividades de mineração e garantir a reabilitação ambiental nas regiões mineradas" e como estratégia de implantação "estabelecer parcerias regionalizadas para o controle permanente dos impactos provocados ao meio ambiente pela atividade de mineração, promovendo a melhoria da qualidade de vida da comunidade local".

O indicador Taxa de Monitoração de Áreas Mineradas é a relação percentual entre áreas mineradas monitoradas e as áreas mineradas selecionadas. O índice atual é de 55% e está previsto para o final do PPA, o índice de 80%.

Resultados

Os índices alcançados no período 2000-2002 são: 3,75% (00), 23,75% (01) e 32,50% (02). Esses resultados transmitem a dificuldade da Gerência do Programa para implementar a execução do Programa. Essa dificuldade está intrínseca à Instituição por dois motivos importantes:

- a) As prioridades programáticas não privilegiam o meio ambiente devido à falta de sua inserção na competência institucional e legal da Instituição;
- b) A sistemática implantada pela Gerência do Programa e recomendada pela diretriz do Plano Plurianual é a parceria. Dado o estágio de conhecimento tecnológico e técnico exigido para a execução do Programa, optou-se pela sistemática de convênios. Entretanto a experiência demonstrou que a Instituição não está adaptada para responder com eficiência às expectativas da efetividade dos convênios tendo como decorrência o comprometimento de prazos. Outro fator a considerar é que os parceiros também sofrem restrições de ordem orçamentária/financeira.

Por outro lado, a viabilização da execução do Programa foi atropelada por um orçamento aquém das suas necessidades, somados aos contingenciamentos estabelecidos. Esses fatores associados a dificuldades de ordem técnica-administrativa deram como resultado uma *performance* do Programa aquém do esperado.

Houve certa descontinuidade na implementação das ações. No ano de 2000, problemas de ordem estrutural, a reestruturação do DNPM, dificultaram a implementação das ações, permitindo condições somente para o monitoramento ambiental de três minas de carvão no sul de Santa Catarina (Trevo, Irapuá e Bonito). No ano de 2001, implementaram-se quatro ações, com destaque para o monitoramento ambiental da atividade de mineração de argila nos Municípios de Iranduba e Manacapuru, no Estado do Amazonas. Por motivo de infraestrutura e logística só foi possível implantar um projeto de estudo da poluição mercurial nas casas compradoras de ouro no Município de Itaituba (PA) referente à ação na Reserva Garimpeira dos Tapajós. A não implementação da ação de transferência de tecnologia para o Peru se deveu à não transferência de recursos financeiros ao PNUD. A não implementação das ações referentes às Reservas Garimpeiras do Rio Madeira e Bom Futuro, deveu-se à demora da tramitação processual de ordem administrativa para a consecução dos Convênios.

Gerente:

Carlos Augusto Ramos Neves

O foco principal do Programa foi direcionado para a sustentabilidade ambiental da atividade de mineração principalmente nas áreas de garimpo, mineração em áreas metropolitanas e urbanas e a mineração de carvão no sul de Santa Catarina.

O Programa também foca os pequenos e médios mineradores, que provocam os maiores danos ambientais. As causas principais repousam na falta de capacidade tecnológica e de gerenciamento administrativo e financeiro da atividade que na maioria das vezes são inacessíveis ao pequeno produtor.

Por outro lado, nos casos do garimpo e da atividade extrativista de bens minerais de emprego imediato na construção civil - areia, brita, argila, etc. - as características de sazonalidade e de nomadismo, e de geralmente serem metropolitanas e urbanas, são fatores geradores de grandes dificuldades. No setor ceramista, por exemplo, ficou patente que a reversão do processo só poderá ser alcançada por meio da orientação técnica e linhas creditícias ao pequeno minerador cujo obstáculo maior é o condicionamento cultural dos agentes de produção. Nesse aspecto o Programa não tem mecanismos de ação e controle.

O Programa em si tem como objetivo mitigar os impactos provocados pela atividade de mineração e garantir a reabilitação ambiental nas regiões mineradas. Por força da Lei nº 6.938 de 1981 esses objetivos estão mais consistentes com os dos órgãos ambientais estaduais competentes que exercem a fiscalização ambiental da atividade de mineração e outorgam as licenças ambientais que vão garantir a habilitação de áreas impactadas. A lei não faculta ao DNPM a fiscalização ambiental. O DNPM é um órgão fiscalizador da atividade de mineração à luz do Código de Mineração e de fomento à produção mineral. Essa é a razão de os resultados do Programa se situarem muito abaixo do esperado.

Os três principais resultados do Programa em 2002 foram:

- a) Plano Diretor da Região Metropolitana de Curitiba - PDM/RM Curitiba: objetiva o disciplinamento e ordenamento da atividade de mineração na Região Metropolitana de Curitiba, principalmente com relação ao aproveitamento das substâncias minerais de emprego imediato na construção civil. Tem prazo de duração de dois anos. No Exercício 2002 foram alcançados os seguintes resultados: a) concluído o cadastramento de 378 frentes de lavra e 75 indústrias cerâmicas; b) concluída a fase de campo da Área II englobando 5 cartas temáticas envolvendo geologia, potencial mineral, mapas de ocorrências minerais, mapa de localização das frentes de lavra e mapa ambiental. Está prevista para março/03 a entrega ao DNPM desses produtos. O PDM/RM Curitiba está sendo executado pela Minérios do Paraná S.A. - Mineropar, empresa de economia mista do Governo do Estado do Paraná por meio de Convênio de Cooperação Técnica DNPM - Mineropar.
- b) Monitoramento ambiental da mineração de argila nos Municípios de Iranduba e Manacapuru, no Estado do Amazonas: desenvolvido pela equipe técnica do 8º DST/DNPM/AM e foram alcançados os seguintes resultados: a) monitoradas onze frentes de lavra no Município de Manacapuru e treze frentes de lavra no Município de Iranduba; b) levantados os impactos ambientais gerados por frente de lavra; c) orientação técnica ao agente produtor visando ao controle ambiental do processo produtivo e a mitigação dos impactos ambientais gerados. Ações estão sendo recomendadas ao órgão ambiental competente estadual - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM responsável pela outorga das licenças ambientais no sentido de melhor orientar a comunidade envolvida. O DNPM deverá implantar, no Exercício 2003, ações de orientação técnica ao pequeno produtor de argila.

- c) Estudo da contaminação provocada pela queima de amálgama nas casas compradoras de ouro na cidade de Itaituba (PA): Desenvolvido pelos técnicos do 5º DST/DNPM/PA por meio Laboratório de Análises Mercuriais - LAM tendo como objetivo investigar a contaminação mercurial nas casas compradoras de ouro por meio do estudo da contaminação dos compartimentos ambientais urbanos decorrentes das emissões de mercúrio resultante dos procedimentos da queima do amálgama nas casas compradoras de ouro no perímetro urbano da cidade de Itaituba (PA). Foram coletadas 191 amostras que estão sendo analisadas no LAM para determinação do teor de mercúrio em solos (30), ar (16), sedimento atmosférico superficial (68), cabelo (38) e urina (39) dos trabalhadores das casas compradoras de ouro e plantas bromélias como indicadores da poluição mercurial. Convém salientar que no Exercício 2002 foi entregue à Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE Projeto Executivo visando à implementação de ações no Exercício 2003 consistindo da construção de duas barragens de contenção de rejeitos oriundos da atividade de mineração de ouro na Amazônia peruana. A finalidade dessas barragens é de evitar o assoreamento do leito do rio Huaypetuhe promovendo sua revitalização.

Para o ano de 2003, os principais resultados esperados são a continuidade do monitoramento ambiental da atividade de mineração nas áreas de argila nos Puncípios de Manacapuru e Iranduba (AM); a implantação de Planos Diretores de Mineração nas regiões metropolitanas e urbanas principalmente com respeito ao aproveitamento de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil; o estudo da poluição mercurial nas casas compradoras de ouro no Município de Itaituba (PA); implantação do diagnóstico ambiental na Reserva Garimpeira do Rio Madeira e no Garimpo do Bom Futuro (RO); a retomada do projeto de cooperação técnica internacional Brasil-Peru denominado Recuperação Ambiental da Zona de Huaypetuhe, na Amazônia peruana; ações de combate e prevenção da silicose na atividade de mineração por meio de Convênio de Cooperação Técnica com a Unicamp.

..... **Concepção**

O Programa foi motivado pela necessidade de controle ambiental do processo produtivo das pequenas e médias empresas de mineração. Essa premissa induz investimentos intensivos em capital e mão-de-obra especializada, o que esbarra na incapacidade tecnológica e gerencial dos agentes produtores de bens minerais. As ações do Programa não são de caráter corretivo mas de diagnósticos da situação e recomendação de cunho corretivo/preventivo que são de responsabilidade do agente produtor. O veículo mais eficaz para a correção do problema é as licenças ambientais expedidas pelos órgãos ambientais estaduais. Mesmo assim, as dificuldades são imensas para o cumprimento de exigências ambientais principalmente pelo custo financeiro e pela necessidade de permanência de técnicos especializados no assunto nas áreas de produção. Neste contexto, o programa não chega a modificar a situação existente somente pela proposição de recomendações, o que o torna pouco objetivo e ineficaz. Exemplo desses fatos são as atividades de mineração de bens de emprego imediato na construção civil (areia, argila, brita, saibro, etc.) caracteristicamente localizadas nas áreas metropolitanas e urbanas onde os problemas de ordem ambiental e social são de complexidade acentuada e abrangem um grande número de pessoas. Outro exemplo notório são as áreas de garimpo que são interiorizadas, abrangem grande número de pessoas (acima de 500 garimpeiros/área) e que são motivadas pelo sonho fácil de fazer riquezas. É uma atividade sazonal e nômade, com grande impacto nos meios físico e biótico, principalmente pela necessidade do uso de maquinários pesados e de mercúrio metálico como

meio de concentração do ouro. A prática de queimadas para a limpeza da área e de desvios de drenagens para o trabalho são práticas comuns nessas áreas de garimpo.

O setor de mineração é intensivo em capital e em mão-de-obra especializada, deseja-se a geração de recursos minerais associada a sustentabilidade ambiental da atividade de mineração. O que se busca é o fomento à produção mineral e para isso devem-se viabilizar novas áreas potenciais para o aproveitamento dos recursos minerais. Os aspectos ambientais da atividade são decorrentes do ato de produzir e estão afetos aos órgãos ambientais estaduais de meio ambiente (Lei nº 6.938, de 1981).

Regionalização:

- a) Regiões de intensivo emprego em capital e mão-de-obra especializada: Sul, Sudeste, Norte e Nordeste (sul de Santa Catarina, Minas Gerais, Serra dos Carajás, Serra de Jacobina);
- b) Regiões com intensivo emprego de mão-de-obra de especialização empírica: Norte (garimpos da Amazônia brasileira), Sudeste (depósitos de minerais-gemas de Minas Gerais e Goiás, de pedras ornamentais de Goiás, Espírito Santo, Bahia e Rondônia, abrangendo as regiões Norte, Nordeste e Sudeste), Nordeste (depósitos de minerais-gemas da Bahia, Fortaleza, Rio Grande do Norte).

O índice do indicador do Programa está superestimado para o período 2000-2003 e os produtos das ações não contribuem suficientemente para o alcance do seu objetivo.

O indicador do Programa definido como taxa de monitoração de áreas mineradas não expressa o impacto positivo que poderia ser causado pelas ações e nem está em consonância com o objetivo do Programa.

As fontes de financiamentos são de dois tipos e geradas pela própria Instituição:

- a) Fonte 138 - Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM;
- b) Fonte 250 - Taxas e emolumentos. A prática demonstra que a arrecadação financeira se situa abaixo da projeção orçamentária e aquém das necessidades da Instituição, o que causa indefinições à execução financeira do Programa em virtude da indisponibilidade financeira.

Cabe à gerência do Programa definir junto à Direção-Geral da Instituição a programação anual, suas metas e prioridades. A descentralização gerencial contribui para a objetividade da ação e o alcance de seus objetivos e a figura do coordenador regional da ação assegurará o alcance das metas, prazos e resultados.

A articulação com outras unidades do Ministério poderá ajudar na solução de problemas como o repasse financeiro para a execução do programa. Essa articulação poderá ser efetuada pelo gerente de programa e sob o apoio da Instituição e do Ministério de Minas e Energia - MME. Em um segundo momento, entre o gerente e as áreas de importância para a viabilidade do Programa.

Na articulação de parcerias é importante definir os objetivos da programação, dos projetos a serem desenvolvidos e os resultados esperados, que irão possibilitar a avaliação da capacidade técnica e gerencial da parceria. As parcerias do Programa são feitas por meio de convênios. Faz-se necessário maior eficiência técnico-administrativa para a elaboração e execução de convênios.

O acompanhamento é importante para assegurar o alcance do objetivo da ação. A descentralização da coordenação e acompanhamento dos executores deverá ser efetuada por meio das Representações Regionais do DNPM naquelas jurisdições onde se encontra o desenvolvimento da ação.

Assim, a estratégia de implementação do Programa é mista: a) de execução direta por meio do quadro técnico da Instituição; b) de execução indireta por meio de parcerias conveniadas. Porém, há certa dificuldade quando se trata de parcerias na definição de contrapartidas financeiras. Geralmente, a parceria é feita por meio de outros órgãos da área federal e estadual com competência afim e com orçamentos restritos. Seria mais econômico e mais eficiente no acompanhamento da ação se a execução fosse efetuada, na sua maior parte, pela execução direta.

Implementação

Mesmo considerando os resultados alcançados no período 2000-2002, 48 metas físicas realizadas, verifica-se sérios obstáculos para o atingimento satisfatório do índice do Programa, tais como: a) falta de coerência entre os produtos das ações para a composição do índice do Programa; b) disponibilidade orçamentária e financeira; c) complexa tramitação técnico-burocrática na elaboração de convênios; d) seleção de parceiros. Para o Exercício 2003, a ação Transferência de Tecnologia para Recuperação Ambiental na Amazônia Peruana não foi contemplada no orçamento da Instituição.

A implementação do Programa em sua totalidade das ações está comprometida. O orçamento da ação "Proteção Ambiental de Áreas Mineradas" é utilizado, também, para a transferência ao Ibama (item III, art. 6º, da Lei nº 9.993, de 2000) de recursos orçamentários cuja projeção orçamentária é de R\$ 692.232,00 situando-se 9,8% acima da disponibilidade orçamentária da ação para o Exercício 2003. Além disso, outros fatores relevantes são: a) a reserva de contingência da ordem de R\$ 14.481.637,00 na proposta orçamentária do DNPM para 2003, frente às prioridades da Instituição, prevê-se uma importante redução na disponibilidade financeira do Programa; b) a impossibilidade de operacionalidade do Centro de Treinamento para o Controle da Poluição na Mineração - Cecopomin que é a base de execução da ação "Monitoramento Ambiental da Mineração"; c) a proposta orçamentária indicando o cancelamento da ação "Transferência de Tecnologia para Recuperação Ambiental na Amazônia Peruana" reduziu o orçamento do programa em 11%, mais as dificuldades de ordem técnico-administrativa, já assinaladas, para a elaboração de convênios visando à viabilização das ações de "Estudo Ambiental em Reservas Garimpeiras" - Rio Madeira e Bom Futuro. Por tudo isso, prevê-se uma realização de, no máximo, 3 metas físicas, o que sinaliza o alcance de somente 63,75% do índice do Programa no período 2000-2003.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa e a sua operacionalidade é satisfatória. O diretor da Diretoria de Desenvolvimento Mineral e Relações Institucionais - Dirin é o gerente do Programa e a infra-estrutura operacional do Programa está inserida no contexto da Dirin.

A equipe técnica responsável pela operacionalidade do Programa é satisfatória. A Instituição é deficiente na montagem da equipe técnica responsável pela execução do Programa, razão pela qual a sistemática empregada é a parceria com outros órgãos federais e estaduais. Entretanto, a Instituição não está adaptada para responder com eficiência às questões técnico-burocráticas que envolvem convênios. A demora na análise processual e na transferência de recursos orçamentários/financeiros aos parceiros cria obstáculos à execução do Programa.

Desenvolvimento da Produção Mineral

O objetivo do Programa é: "promover o desenvolvimento da produção mineral do País", tendo como estratégia a atração de investimentos privados para a pesquisa e produção mineral, pela disponibilização de informações geológicas básicas e das condições de mercado, da desburocratização, regulação e fiscalização das autorizações e concessões minerais, por ações diretas e em parceria com estados, municípios e organismos nacionais e internacionais.

O indicador é o Valor da Produção da Indústria Extrativa Mineral, Exceto o Petróleo e Gás Natural. No início do PPA o índice era de R\$ 9 bilhões por ano e o índice previsto para o final do PPA é de R\$ 14 bilhões por ano.

O valor da produção mineral projetado para o final do PPA já foi atingido no ano passado. Concorreu para esse resultado a acentuada desvalorização cambial do real frente ao dólar. Como grande parte da produção mineral é constituída por *commodities*, cuja cotação se dá no mercado internacional, houve valorização de produtos como o minério de ferro, o alumínio, o ouro e outros minerais, influenciando o crescimento do valor da produção em reais. Para superar dificuldade de se aferir o desempenho real da indústria extrativa mineral, sugere-se construir e acrescentar um segundo indicador para o Programa traduzido num índice de *quantum* da produção mineral.

Dentro da estratégia de prover os meios para atrair investimentos nas fases de pesquisa e produção mineral, o Programa tem apresentado alguns resultados positivos, no que pese a insuficiência das ações para atingir-se o dinamismo desejado. Um exemplo foram os investimentos em pesquisa mineral que, depois de terem atingido o nível mínimo de US\$46 milhões em 1999, cresceram para 140 milhões em 2000 e 150 milhões em 2001, esperando-se que 2002 repita o valor registrado em 2001. No entanto, esses investimentos estão ainda muito aquém dos US\$350 milhões que deveriam ser investidos anualmente. A insuficiência de pré-investimento governamental na geração e de difusão do conhecimento geológico básico, pelas ações "levantamento geológicos" e "avaliação das áreas de concentração mineral", além das dificuldades burocráticas na execução da ação "outorga de direitos minerários", tem dificultado a indução desses investimentos. A taxa média de crescimento do valor da produção mineral, exclusive petróleo e gás natural, projetada para o período do PPA foi de 8% ao ano. Transcorridos três anos de execução do Programa, verifica-se um melhor desempenho deste indicador, com a produção mineral crescendo com índices superiores ao projetado. Pelos levantamentos preliminares já realizados, o valor da produção mineral deverá permanecer estável em 2002.

O Programa visa à induzir mudanças estruturais na indústria extrativa mineral, objetivando seu desenvolvimento sustentável. As mudanças estruturais só ocorrem a longo prazo, superior a dez anos. Assim, os resultados apresentados para as ações de governo a curto prazo (período deste PPA) devem ser compreendidos como componentes parciais, indutores de um processo mais amplo que deverá levar ao cumprimento do objetivo de longo prazo, este consignado no Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral, cujo horizonte de projeção se estende até 2010. Para o cumprimento deste objetivo, considera-se a necessidade de induzir investimentos privados de US\$ 35 bilhões na pesquisa e na produção mineral, de forma a triplicar o valor adicionado pela indústria

Resultados

Gerente:
Inexistente

extrativa mineral, gerar 500 mil novos empregos diretos, induzir 5 milhões de empregos indiretos a gerar um excedente exportável anual de cerca de US\$ 30 bilhões em produtos primários e semimanufaturados de origem mineral.

Um ponto positivo proporcionado pela execução das ações do Programa foi o aumento do investimento privado na pesquisa mineral. No entanto, o patamar atingido ainda não é suficiente para proporcionar as descobertas necessárias para provocar um novo ciclo de crescimento da produção mineral. Há grande insuficiência de pré-investimentos na geração de conhecimento geológico básico por parte do Estado, o que reduz a indicação de alvos para a pesquisa mineral pelas empresas. O prejuízo mais evidente para a sociedade é ficar postergada a oportunidade de utilizar-se o potencial da indústria extrativa mineral para a geração de emprego e renda, tanto na atividade de mineração propriamente dita quanto em toda a cadeia produtiva, como a siderurgia, a metalurgia dos não-ferrosos, a transformação dos minerais não-metálicos, além dos setores fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e serviços para a mineração. Os efeitos de encadeamento que chegam a atingir a relação de 1:13 empregos e de 1:10 na relação de valor agregado deixam de ser aproveitados. Uma maior dinâmica na indústria extrativa mineral também poderia levar reflexos positivos para a indústria de construção civil e para a agricultura, a partir do aumento da oferta de matérias-primas e insumos para esses setores, além de aumentar sua contribuição para a balança comercial, cujo saldo positivo em 2001 atingiu a expressiva soma de US\$ 4.2 bilhões.

No exercício de 2002 foram desenvolvidas as atividades relacionadas ao Programa GIS do Brasil, com ênfase na Região Amazônica, e continuadas as ações do Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB, destacando-se os subprogramas: Cartas Geológicas do Brasil ao Milionésimo - CGBM e Mapas de Integração e de Recursos Minerais Estaduais. Os resultados desses programas - dados, informações e conhecimentos essenciais para a gestão sustentável dos recursos territoriais brasileiros - estão organizados e disponíveis na forma de Geographic Information System - GIS, constituindo-se ferramentas essenciais para o desenvolvimento da indústria mineral e petrolífera, para o planejamento do uso e ocupação do meio físico e para a realização de estudos geoambientais.

Produtos disponibilizados pelos Programas GIS do Brasil e Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil:

Projetos em âmbito nacional e regional: i) Mapa Geológico do Brasil, 1:2.500.000; ii) Mapa Tectônico do Brasil, 1:2.500.000; iii) Cartas Geológicas do Brasil ao Milionésimo - CGBM; iv) Mapa Geológico e de Recursos Minerais da Amazônia Brasileira - Região Cratônica 1:1.750.000.

Projetos em âmbito estadual: i) Mapa Geológico e de Potencialidade de Recursos Minerais do Estado do Ceará, 1:500.000 (*); ii) Mapa Geologia e Recursos Minerais do Estado da Paraíba, 1:500.000; iii) Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais, 1:1.000.000; iv) Mapa Geologia e Recursos Minerais do Estado de Alagoas, 1:250.000 (*); v) Mapa Geológico, Tectônico e de Recursos Minerais do Estado da Bahia - GIS Bahia, 1: - 1.000.000; vi) Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Rio Grande do Sul, 1:750.000 (*).

Levantamentos Geológicos da Amazônia: i) Reserva Nacional do Cobre e Associados - RENCA (*); ii) Província Mineral de Alta Floresta (*).

Levantamentos Geológicos em outras Regiões: i) Extremo-Sul da Bahia; ii) Bacia do Tucano-Sul; e iii) São Francisco. (*) Projetos em execução.

As principais metas operacionais traçadas para o ano de 2002 e os respectivos resultados alcançados foram:

- 1) Emissão de 14.000 Títulos Minerários: Físico realizado (títulos emitidos) 11.414 (81,52%) - Indeferimentos (requerimentos de títulos) 2.646. Os números mostram uma realização de 81,36% da previsão de títulos emitidos. Entretanto, se considerarmos os 2.646 requerimentos de títulos indeferidos como um aspecto de difícil previsão, mas ao mesmo tempo com a mesma demanda de trabalho de análises e registros para proferir o ato quando comparado com o de emissão do título propriamente dito. desta forma, considerando a soma dos indeferimentos com as emissões de títulos, num montante de 13.979, eleva-se a uma realização de 99,85% da meta prevista.
- 2) Depuração na base de dados do Cadastro Mineiro: Trabalho que vem sendo consolidado desde o ano de 2001, a partir de um projeto piloto realizado pela Dicam, em cooperação com o 6º Distrito (GO). Foi desenvolvido um sistema eletrônico de verificação de consistência e crítica de eventos e de vários outros dados do processo, incluindo, também, um sistema de verificação de pendências processuais, além de outro de análises espaciais de interferências e outros aspectos, utilizando um sistema GIS (Sistema de Informações Geográficas). No processo de depuração, todos os processos de um distrito são verificados fisicamente, após verificação eletrônica da consistência dos dados, da devida correção da base do Cadastro Mineiro e a indicação de todas as pendências e demandas processuais a serem sanadas pelo distrito, com todo o apoio necessário da Dicam. Os trabalhos de depuração já foram completados no 6º Distrito (GO), 17º Distrito (TO), 22º Distrito (MA), 19º Distrito (RO), 13º Distrito (PR) e 11º Distrito (SC), com sucesso e as evoluções esperadas. Já foram iniciados e ainda não completados os trabalhos de depuração no 5º Distrito (PA), temporariamente paralisado por dificuldades operacionais no fim deste ano.

Nesta ação foram desenvolvidos ainda vários trabalhos relacionados à mesma: consolidação do Manual de Procedimentos de Outorga; realização de seminários internos sobre aplicação da legislação mineral; lançamento do Sigmine (Sistema de Informações Geográficas da Mineração); interligação em rede Sede/Distritos (Cadastro Mineiro); padronização dos relatórios gerenciais periódicos e continuidade no esforço da eliminação do passivo processual da Sede e de 07 (sete) Distritos.

Cumpra ainda destacar na ação "outorga" que, num processo de evolução dos direitos minerários entre os anos 1995 a 2002, verifica-se que após um grande crescimento no ano de 2000, resultado de uma demanda de requerimentos represada, houve uma acomodação do número de alvarás publicados em um número próximo ao de requerimentos apresentados para análise, sugerindo uma tendência de estabilização do número de processos em trâmite, no DNPM, para autorização de pesquisa. Outros aspectos que podem ser considerados são: um crescimento significativo nos relatórios de pesquisa aprovados, mostrando que boa parte das pesquisas estão sendo concluídas, muitas resultando em novas reservas. Continuam crescendo o número de Portarias de Lavra outorgadas e a estabilização do número de Registros de Licença outorgados anualmente. Depois de três anos consecutivos em decréscimo, houve um crescimento significativo nas concessões de lavra garimpeira, o que denota a possibilidade de compatibilização do meio ambiente e pequena mineração, uma vez que as licenças ambientais voltaram a ser expedidas.

- 3) Realização de três Seminários Internos sobre aplicação da Legislação Mineral;
- 4) Implementação de um Sistema de Informações Geográficas - SIG da Mineração: disponibilização de bases cartográficas digitais e georeferenciadas em escalas compatíveis associadas aos *overlays* das poligonais dos Títulos Minerários digitais; disponibilização de dados cartográficos auxiliares digitais e georeferenciados como (APA, reservas, malha municipal, barragens, etc.); disponibilização dos mapas e *overlays* de poligonais em Sistemas GIS pela internet;
- 5) Interligação em rede Sede/Distritos;
- 6) Padronização, elaboração de Relatórios Gerenciais periódicos padronizados.

Resumidamente, os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- 1) aumento do investimento privado na pesquisa mineral;
- 2) Programa GIS do Brasil, com ênfase na Região Amazônica, e continuadas as ações do Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil;
- 3) As principais metas operacionais traçadas para o ano foram alcançadas, conforme descrito no texto acima.

Para 2003, espera-se que a implementação das ações do Programa possibilite um nível maior de investimentos privados na pesquisa mineral. Isso ocorrendo, haverá uma procura maior pelos serviços de emissão de títulos minerários, cuja meta para 2003 é a emissão, entre alvarás de pesquisa, portarias de lavra, licenciamentos e permissões de lavra garimpeira, de 14.000 títulos.

No campo do conhecimento geológico, espera-se, por meio das ações "Levantamentos Geológicos" e "Avaliação das Áreas de Concentração Mineral", intensificar os levantamentos aerogeofísicos da área Pré-Cambriana da Amazônia e o mapeamento hidrogeológico do Semi-Árido brasileiro na escala 1:250.000. Qualquer incremento nessas ações depende da aprovação do Projeto de Lei nº 7.188, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, propondo alterações na Lei nº 9.478, de 1997, para possibilitar uma maior alocação de recursos para essas ações.

..... **Concepção**

A cadeia produtiva da indústria extrativa mineral tem início com o pré-investimento governamental na geração e difusão do conhecimento geológico do território nacional. A partir desse conhecimento básico é que a iniciativa privada irá selecionar os alvos que julgar promissores para o desenvolvimento da pesquisa mineral, da qual poderá resultar a identificação de depósitos econômicos onde se desenvolverá a produção mineral. Nas fases de implantação da mina, da usina de tratamento e da infra-estrutura necessária à produção e escoamento do produto concentra-se a grande parte do investimento das empresas de mineração. Este é um ciclo de longo prazo, quase sempre superior a dez anos, que requer investimentos constantes e progressivos por parte da iniciativa privada.

O maior problema identificado é a estagnação e tendência de queda da produção mineral nos últimos anos com as possíveis consequências quanto aos riscos de desabastecimento de matérias-primas e insumos para a indústria nacional e redução de excedentes exportáveis, comprometendo a balança comercial. As ações do Programa foram então estruturadas a partir daquelas que já vinham sendo executadas pelos vários órgãos do Ministério de Minas e Energia, mas que não estavam sistematizadas, contemplando desde o planejamento setorial, a geração e difusão do conhecimento geológico básico e de tecnologia, até a outorga de títulos minerários e a fiscalização da produção.

O Programa **Desenvolvimento da Produção Mineral**, como provedor dos meios para a execução das ações finalísticas do sistema MME para o setor mineral, passou a constituir o principal instrumento do Ministério para a execução das políticas públicas para o setor mineral propostas no Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral, cujo horizonte de projeção se estende até o ano de 2010.

O público-alvo do Programa são as empresas de mineração formais e informais, que somam cerca de cinco mil empresas de mineração formais e dez mil informais, sendo 90% de pequeno porte.

O virtual desconhecimento e o potencial mineral indicado para a Amazônia brasileira, justifica a regionalização da ação "Levantamentos Geológicos", principalmente no que se refere aos levantamentos aerogeofísicos com métodos e espaçamento de linhas de vôo que possibilitem a indicação de alvos para a pesquisa mineral pela iniciativa privada e a apropriação de dados e informações para o zoneamento ecológico-econômico. Em virtude da falta de recursos, esse procedimento ainda não foi adotado. A regionalização proposta só será possível com o redimensionamento das metas físicas das ações "Levantamentos Geológicos", "Avaliação das Áreas de Concentração Mineral" e "Avaliação de Distritos Mineiros". Para esse redimensionamento, é necessário que sejam alocados maiores recursos para essas ações.

O País tem um grande potencial mineral subaproveitado em virtude da falência dos investimentos do Estado na geração do conhecimento geológico básico desde o final dos anos 70. Diferentemente de outras indústrias, antes de se decidir pela implantação de um projeto de produção, o empresário deverá investir grandes somas na prospecção para a localização de alvos e na pesquisa mineral para a caracterização de um depósito econômico. Os recursos atualmente alocados para as ações "Levantamentos Geológicos" e "Avaliação das Áreas de Concentração Mineral" são insuficientes para possibilitar o cumprimento da missão do Estado de gerar e difundir o conhecimento geológico básico do território nacional na velocidade e intensidade reclamada, para que, com a redução do risco que o conhecimento prévio da geologia proporciona, induzir investimentos nas fases subsequentes de pesquisa, desenvolvimento e implantação dos projetos de produção pela iniciativa privada. Para a adequação das metas físicas dessas ações, principalmente no que se refere à densidade de informações por Km² e por mapa temático elaborado, torna-se necessária a alocação de recursos financeiros muito superiores aos disponíveis. Tomando por base o ano de 1978, último ano em que os recursos para aplicação em geologia básica foram garantidos com fontes de financiamento do Fundo Nacional de Mineração, verifica-se que o pré-investimento governamental em geologia básica superou, naquele ano, a cifra de US\$ 55 milhões. Passados 23 anos esse valor situa-se em cerca de US\$ 3,5 milhões, recursos esses insuficientes para desenvolver-se o conhecimento geológico necessário para induzir um novo ciclo de investimentos privados na pesquisa e na produção mineral.

Dadas as dificuldades de se avaliar o real desempenho do setor mineral apenas com o indicador do valor da produção mineral, dado que as desvalorizações do real têm grande influência nesse indicador, propõe-se a adoção, em complemento, de um índice de *quantum* como forma de acompanhamento da evolução da produção física e suas repercussões a jusante e a montante da indústria extrativa mineral.

Dada a característica dos projetos de mineração que requerem um longo prazo para sua implantação e maturação, o conhecimento prévio da geologia (fase comparável ao desenvolvimento C&T), e as dificuldades de financiamento para a obtenção desse conhecimento prévio que tem início com o pré-investimento do Estado na geração e difusão do conhecimento geológico básico, o Ministério

de Minas e Energia propõe a vinculação de 10% dos recursos previstos no art. 50, § 2º, inciso I da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo ou gás natural) ao Programa **Desenvolvimento da Produção Mineral**.

A participação da Secretaria de Minas e Metalurgia, acompanhada do Departamento Nacional de Produção Mineral e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, em foros internacionais cujo tema é a mineração, como a Conferência Anual de Ministérios de Minas das Américas - Camma, a Comissão Temática de Mineração do Subgrupo Mineração e Energia do Mercosul, a reunião anual da Prospectors and Developers Association of Canada's PDAC and International Mining Conference and Trade Show e dos Grupos de Estudos sobre Metais da UNCTAD, tem resultado na divulgação e em uma maior compreensão das condições para os investimentos na mineração no Brasil. Com isso, logrou-se uma participação maior de investimentos em pesquisa mineral pelas empresas estrangeiras, mormente daquelas que captam recursos para investimentos de risco em mineração nas bolsas canadenses. A parceria com os estados na formulação de programas estaduais para o desenvolvimento da mineração tem resultado numa maior conscientização das possibilidades de contribuição da mineração para o desenvolvimento regional.

A articulação, principalmente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretarias de Investimentos Estratégicos e Secretaria de Orçamento Federal, deve ser melhorada, de forma a possibilitar um maior apoio para a implementação das propostas de solução dos problemas relacionados ao setor mineral.

Há necessidade de uma maior participação do público-alvo, as empresas de mineração, no financiamento de iniciativas de promoção do setor mineral.

Dada a precariedade de meios disponíveis nas instituições responsáveis pela execução das ações, optou-se pela execução indireta por meio de convênios com os estados, universidades e outros órgãos da administração pública, além de contratos com consultores e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados. Entretanto, há necessidade de desenvolver-se uma forma mais rígida de cobrança aos órgãos executores para que não haja desvios na execução das ações sob sua responsabilidade, assim como na prestação das informações da execução física dentro do cronograma pré-estabelecido.

..... **Implementação**

Sem considerar o contingenciamento de recursos do Programa em 2002, a execução financeira no período 2000-2002 corresponde a 64% dos recursos inicialmente alocados mais os acréscimos das leis orçamentárias anuais. Esses recursos somavam R\$ 74.331.765, incluindo duas ações que migraram do Programa de Gestão da Política de Energia e Mineração. Como a execução de 2001 e 2002 totaliza R\$ 30.178.959 e o orçamento autorizado para 2002 R\$ 18.857.130, resta o saldo de R\$ 27.920.680 que deveria ser aplicado em 2003. Mas, pela proposta orçamentária para 2003 estão previstas aplicações de apenas R\$ 20.014.395, portanto, ao final do período do PPA vigente os recursos originais estarão reduzidos de R\$ 7.906.285, ou em 10,27% da dotação original. É de se observar, como registrado em campo anterior, que os recursos do Programa estão muito aquém das necessidades, mormente em relação às ações Levantamentos Geológicos e Avaliação das Áreas de Concentração Mineral. Somente nessas duas ações deveriam ser alocados recursos da ordem de R\$ 150 milhões/ano, ou seja, o dobro do que foi consignado para todo o Programa para todo o período do PPA vigente.

Por tratar de se de produtos básicos, utilizados como matéria-prima na indústria de transformação e na aplicação direta na construção civil e na agricultura como insumo ou corretivo de solo, a demanda por bens minerais é derivada da atividade econômica desses setores e, portanto, fortemente influenciada pelo comportamento geral da economia. Estimativas do MME com base em um crescimento médio de 3,8% ao ano do Produto Interno Bruto e na projeção da demanda por bens minerais para consumo interno e para exportação a partir de estudos econométricos situam as necessidades de investimentos pela iniciativa privada na mineração brasileira até 2010 em US\$27.5 bilhões para atender a projetos de implantação, expansão e manutenção da capacidade de produção e de US\$1.4 bilhão em pesquisa mineral para a reposição ou ampliação de reservas para atender à produção projetada. Para que esses investimentos se realizem há necessidade de urgente retomada do pré-investimento governamental na geração e difusão do conhecimento geológico, base de indução do investimento privado nas fases de pesquisa e produção mineral, pois o que se verifica, como consequência da drástica redução do pré-investimento governamental em geologia básica, é que o investimento na fase de pesquisa mineral pela iniciativa privada também foi substancialmente reduzido. De uma média de US\$231 milhões entre 1978 e 1989 para menos de US\$91 milhões entre 1990 e 2001.

Quando se admite que para gerar as reservas que irão sustentar a produção no longo prazo a taxa ideal de investimento na fase de pesquisa mineral situa-se em 5% do valor da produção mineral e que a média brasileira nos últimos dez anos não passa de 1%, este quadro torna-se extremamente preocupante, pois poderá ter como consequência a exaustão das reservas atualmente lavra, comprometendo a produção futura.

Da mesma forma, o investimento na implantação, expansão e manutenção da capacidade de produção reduziu-se de uma média de US\$856 milhões entre 1978 e 1989 para US\$592 milhões no período de 1990 a 2001, mais uma vez demonstrando que a insuficiência de pré-investimentos de governo na base da cadeia prejudica todo o ciclo de investimentos na indústria mineral.

Historicamente a mineração foi o motor do processo de ocupação do território nacional e do desenvolvimento da economia brasileira. Desde o ciclo do ouro, no período colonial, até o processo recente de industrialização do País a mineração tem fornecido as matérias-primas e os insumos para a indústria, para a construção civil e para a agricultura brasileira, possibilitando o desenvolvimento da moderna indústria de transformação, como a siderurgia, a metalurgia dos não-ferrosos e a transformação dos minerais não-metálicos e o parque industrial de bens de capital e de consumo. Nos últimos vinte e cinco anos, a indústria extrativa mineral acumulou um valor de produção de US\$200 bilhões, o que possibilitou a geração do valor estimado de US\$2 trilhões somente na indústria de transformação mineral no mesmo período.

Depois do crescimento experimentado na segunda metade da década de 80, fundado no conhecimento geológico gerado a partir da segunda metade da década de 60 até o final da década de 70, a produção mineral começa a mostrar sinais de decadência. Mesmo considerando que outros fatores tiveram influência nessa queda, como a redução de preços de algumas *commodities* minerais, o efeito no valor da produção mineral foi mais que proporcional, pois depois de ter superado o patamar dos US\$12 bilhões em 1989, encerrou o exercício de 2001 com uma cifra de apenas US\$6 bilhões. Este valor é inferior àqueles realizados no final da década de 70.

Mantida a situação atual de baixos níveis de investimentos na mineração, em um cenário de crescimento da economia, as conseqüências futuras poderão ser o desabastecimento de matérias-primas e insumos minerais para a indústria, para a construção civil e para a agricultura, o comprometimento das exportações setoriais e o aumento das importações, além de pressões inflacionárias nesses setores decorrentes da escassez de produtos.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A descontinuidade prejudicou principalmente a execução das ações "Planejamento do Setor Mineral", "Difusão de Tecnologias Minerais em Áreas de Garimpos e para Pequenas Empresas" e a "Fiscalização e Controle da Produção Mineral". A primeira por depender de contratação de serviços externos, por meio de convênios, e as duas últimas pela necessidade de cumprimento de cronogramas rígidos para as visitas e trabalhos de campo.

Quanto à questão da capacitação de pessoal, alguns profissionais ligados à gerência do Programa tiveram a oportunidade de participar de treinamento promovido pela ENAP. No entanto, a cultura da gestão por programas ainda não se disseminou para as pontas de execução, ou seja, não há uma visão sistêmica por parte dos profissionais dos órgãos executores das ações. Este fato foi perfeitamente constatado ao longo dos últimos três anos quando das reuniões para implementação do Programa com os responsáveis pela execução das ações. Até mesmo a alta administração das unidades executoras, no caso o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, desconhece o novo modelo, na profundidade que deveria, e continua com as práticas anteriores, quando o planejamento não passava de peça de ficção. Esse é um problema que precisa ser resolvido com urgência pois, caso contrário, o gerente continuará sem o apoio necessário para levar a bom termo a execução dos programas.

A quantidade dos recursos humanos nas equipes locais é insuficiente. Desde 1984 que não há contratação de técnicos especializados para os quadros do Departamento Nacional de Produção Mineral. Na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais o mesmo ocorre desde 1994.

Os recursos materiais são insuficientes. A maioria das ações depende da utilização de veículos e equipamentos de campo e de escritório, hoje insuficientes, tanto no Departamento Nacional de Produção Mineral como na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, executores de sete das nove ações do Programa. Quanto à infra-estrutura, principalmente com relação ao Departamento Nacional de Produção Mineral, há sensível carência. O órgão necessita ser reestruturado, passando por amplo programa de modernização tecnológica e de sua gestão, principais fatores para o excesso de burocracia nos seus processos.

De um modo geral, o desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas está abaixo do previsto. Das nove ações do programa, sete são executadas em outras unidades administrativas. Cinco pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e duas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. As carências de pessoal técnico e as limitações materiais são os principais fatores restritivos no caso do DNPM. Para as ações sob a responsabilidade da CPRM, a maior restrição consiste na insuficiência dos recursos financeiros para os levantamentos geológicos e avaliação das áreas de concentração mineral.

As ações do Programa têm por objetivo a execução de atividades típicas de Estado. As parcerias, quando necessárias, são formalizadas com órgãos da própria administração pública, no nível federal, estadual ou municipal, através

de convênios. Este é o caso para as ações de planejamento, fiscalização e levantamentos geológicos e difusão de tecnologia mineral. Nos casos das ações de planejamento e levantamento geológico, as parcerias foram positivas, o que não se pode dizer daquelas cujo objeto consiste na fiscalização da produção mineral. O principal obstáculo para a celebração de parcerias consiste na falta de recursos financeiros.

Além da mineração, os produtos gerados pelas ações do Programa têm um largo campo de aplicação. O conhecimento do meio físico gerado e das condições técnicas e econômicas para o aproveitamento de recursos naturais também é utilizado por outros programas: Águas do Brasil, Zoneamento Ecológico-Econômico, Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Climatologia, Meteorologia e Hidrologia, atendendo às funções de urbanismo, gestão territorial, indústria e energia.

Dentro do Programa Recursos do Mar, há a ação Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva. Dadas as possibilidades futuras de aproveitamento dos recursos minerais da plataforma continental e até mesmo como garantia de domínio sobre esses recursos, deveria haver uma parceria para promoverem-se os levantamentos geológicos básicos dessa área. Apesar das tentativas de desenvolverem-se ações conjuntas, elas não lograram êxito, por absoluta falta de recursos financeiros.

A mineração produz bens primários, de demanda derivada, despertando pouco interesse da sociedade em geral sobre os seus processos. As ações do Programa atendem a um público-alvo especializado, as empresas de mineração, de forma que os benefícios sociais gerados como emprego e renda não são facilmente relacionados às ações do Programa.

Em esforço para suprir esta lacuna, foi firmado ao final de 2001 um convênio com o Instituto Brasileiro de Mineração, como representante institucional do público-alvo com o objetivo de levantar a percepção da sociedade brasileira sobre a importância da mineração para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Os resultados dessa pesquisa já estão disponíveis e demonstram um grande desconhecimento, por parte da sociedade, dos benefícios econômicos e sociais gerados pela atividade de mineração. A partir dos resultados dessa pesquisa está sendo proposto um conjunto de ações visando a melhor esclarecer a sociedade.

Quanto à participação do público-alvo, o mecanismo utilizado tem sido a promoção de seminários anuais sobre política e economia mineral, ocasião em que as reivindicações setoriais são catalogadas, além da participação do MME em outros foros especializados do setor mineral, como o Congresso Brasileiro de Mineração, o Congresso Brasileiro de Geologia e o Congresso Brasileiro de Aerogeofísica, além de outros eventos promovidos pelos veículos especializados da imprensa e pelas associações empresariais, de profissionais e técnico científicas do setor.

A estrutura do Ministério de Minas e Energia está em fase de adequação à gestão por programas. O processo foi iniciado, mas ainda não está totalmente organizado. Isto dificulta uma interação maior da gerência do Programa, principalmente com a CGOF.

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool

O objetivo deste Programa é oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível à sociedade. A estratégia de implementação baseia-se em: a) ampliar a rede de clientes revendedores e consumidores, por meio de investimentos em aquisição de imóveis e terrenos, equipamentos, obras e instalações para reforma e construção de postos de distribuição de combustíveis líquidos e de gás natural, assim como fomentar a utilização de fontes diversas de energia com os chamados grandes consumidores; b) implantar, ampliar, modernizar e manter a infra-estrutura de distribuição de derivados de petróleo e gás, por meio de investimentos em estabelecimentos operacionais, tais como: bases, depósitos, terminais, ramais de distribuição de gás, unidades abastecedoras de aeronaves, entre outros, visando a assegurar a melhor logística no abastecimento de combustíveis líquidos e gás natural ao País; c) ampliar a capacidade de fabricação de lubrificantes e de emulsões asfálticas, por meio de investimentos em instalações industriais e equipamentos visando a atender a demanda do mercado nacional, intensificando esforços em novas tecnologias aplicadas a produtos e serviços; d) elevar o padrão de qualidade das instalações e dos procedimentos operacionais de forma a assegurar as melhores condições de segurança, proteção ao meio ambiente e saúde a todos.

O indicador Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível é a relação percentual entre o valor das vendas da BR Distribuidora e o valor total do mercado. No início do PPA o índice era de 34%, atualmente é de 32,9%.

Resultados

O aumento da presença, no cenário econômico, de distribuidoras que praticam adulterações de produtos e sonegação fiscal teve forte impacto na participação de mercado das grandes distribuidoras de derivados de petróleo, resultando, para a BR, em uma regressão que atingiu 32,8% de participação em 2001.

A revisão da política comercial da BR, a ampliação da oferta, a garantia da qualidade de seus produtos vem permitindo a manutenção da participação acima citada, a despeito do agravamento dos problemas relatados.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- A ampliação da oferta de gás natural para uso veicular, a modernização da rede de postos de serviços (nova imagem, lojas de conveniência e aumento do nível de segurança e de proteção ao meio ambiente);
- A criação de infra-estrutura para atendimento ao Programa Emergencial de Geração de Energia com a construção de instalações de armazenagem e movimentação de derivados para o atendimento da demanda;
- O aumento dos níveis de produtividade, segurança operacional e proteção ao meio ambiente em instalações próprias (terminais de armazenamento de combustíveis), fábricas e instalações em aeroportos.

Gerente:

Otacílio Viana de Albuquerque

Serão intensificadas ações para 2003, visando a:

- 1) Continuidade da modernização e ampliação da rede de postos;
- 2) Ampliação do número de postos que operam com gás natural, nas cidades em que o produto está disponível, para o atendimento da crescente demanda;
- 3) Aumento da efetividade das atividades de suprimento e logística;
- 4) Automação dos principais terminais de distribuição;
- 5) Aumento da segurança e proteção ao meio ambiente nas instalações da Companhia.

O permanente estudo de mercado em seus vários segmentos com pesquisas de satisfação de clientes é um forte instrumento de avaliação para a Companhia. O resultado dessas pesquisas tem revelado um grau de satisfação elevado por parte desse público-alvo, demonstrando que os investimentos têm sido corretamente direcionados.

.....
O Programa de **Distribuição de Derivados Petróleo, Gás Natural e Alcool** visa a atender demanda da sociedade por maior e melhor oferta de tais combustíveis. Tal demanda ocorre de maneira diferenciada ao longo do território nacional, fruto das vocações regionais, e distingue-se, também, na esfera das grandes cidades e do interior dos estados.

Concepção

Existe intensa relação do setor de distribuição de derivados de petróleo com outros setores econômicos ligados à produção e serviços. Exemplo são as demandas geradas pelo avanço das fronteiras agrícolas, a intensificação da industrialização, a intensificação do transporte de cargas e pessoas pelos diversos modais, etc.

Algumas iniciativas da BR não se constituem em ações integrantes do Programa mas contribuem para o atingimento do indicador, como por exemplo o Programa de Olho no Combustível que, ao garantir a qualidade dos produtos entregues ao consumidor, aumenta a confiança da população na marca BR.

Ainda que o Programa se desenvolva em todas as regiões do País, muito embora com ações distintas, o avanço de sua realização não deve ser apurado por região. Pela natureza comercial da atividade da BR muitas ações dependem da conclusão de negociações e/ou conquista de novos clientes, o que torna problemáticas avaliações regionais.

.....
A execução financeira do Programa avança de forma consistente e próxima do previsto. Os recursos utilizados no Programa são oriundos de geração de caixa da Companhia, não dependendo de outras fontes de recurso. A evolução do Programa não foi afetada por quaisquer alterações incluídas na Lei Orçamentária de 2002.

Implementação

Existem alguns distanciamentos com relação a metas setoriais ou regionais que decorrem principalmente do caráter comercial das atividades da BR, que vinculam a realização física/financeira à prévia conclusão de negociações comerciais com parcerias e clientes já existentes ou a conquistar. Outro aspecto relevante é que, algumas vezes, a implantação dos projetos está vinculada à realização de ações por parte de outros agentes econômicos, sejam eles do Governo ou da iniciativa privada.

Dado que o Programa se materializa com a implantação de postos de combustíveis, postos de gás natural, construção de terminais de distribuição, etc. Todos esses dependentes de licenciamento, cabe melhor identificar e desenvolver formas de relacionamento e de condução desses processos de aprovação de modo a reduzirem-se os prazos de obtenção das licenças, em especial aquelas ligadas ao meio ambiente, junto aos diversos organismos, estaduais, municipais e federais. Tal objetivo visa a evitar prejuízos aos prazos de implantação de investimentos produtivos no País.

Os aspectos que mais contribuíram para o Programa foram a forma de articulação com as parcerias e o estabelecimento de planos de ação com clara definição de metas, prazos e responsáveis.

As ferramentas de acompanhamento do presente Programa evoluíram ao longo do período de vigência do PPA, permitindo informar, de modo regular e objetivo, o seu andamento.

A Companhia efetua regularmente pesquisa de opinião junto ao público-alvo com o objetivo de obter informações sobre o grau de satisfação com os seus serviços disponibilizados pelos vários segmentos do mercado, visando ao aprimoramento contínuo do Programa e a percepção para o desenvolvimento de novas ações.

Energia das Pequenas Comunidades

O objetivo do Programa **Energia das Pequenas Comunidades** é contribuir com o atendimento de serviços de energia elétrica a partir de fontes renováveis para as comunidades isoladas (sem energia elétrica). São duas metas diferentes: levar diretamente energia para escolas rurais, postos de saúde etc.; e criar políticas públicas de atendimento ao uso particular (a partir de energias renováveis em condições auto-sustentáveis).

O Programa tem apenas um indicador: Percentual das Comunidades Atendidas. Mas, desde a Avaliação do ano 2000, foi solicitada a mudança do indicador por ser inadequado (o número total de comunidades atendidas é um número arbitrado sem sustentação estatística e era estimado à época que seriam cerca de 100 mil comunidades). Foi sugerida pelo Programa a adoção de número inteiro de benefícios: por exemplo: atender cinquenta escolas rurais, 300 postos de saúde, etc. Até o momento, o Programa adquiriu cerca de 8.500 sistemas fotovoltaicos, com cerca de 5.500 instalados, atendendo quase um milhão de pessoas. Espera-se ainda, até o final do ano 2002, instalar mais 2 mil sistemas e mais de mil até março de 2003.

O Programa obteve um relativo sucesso na instalação de sistemas energéticos, havendo falhas na manutenção dos equipamentos e no envolvimento das comunidades, tanto que a execução orçamentária foi plena apenas para o exercício de 2001. Parte substancial do orçamento de 2000 foi destinada para a Chesf para que houvesse uma melhoria dos sistemas energéticos destinados ao Nordeste, que recebia cerca de 50% dos sistemas energéticos, seja para iluminação, seja para bombeamento de água. Mas a rotatividade da gestão (foram cinco Secretários de Energia de 2000 a 2002) atrasou as ações de correção e também as execuções orçamentárias devido às sucessivas interrupções e reorientações dos diferentes gerentes e dos Secretários de Energia. Em conclusão, onde foram instalados os sistemas energéticos nos moldes adequados de tamanho do equipamento, com manutenção e envolvimento da comunidade, o benefício foi o mais significativo possível. Porém, essa não foi a realidade para a maior parte dos sistemas. Nesse momento, ainda se discute a devolução dos recursos e encerramento do convênio MME/CHESF 001/2001, que se arrastou na execução com diferentes orientações gerenciais e que agora dificilmente será prorrogado.

Assim, a variação do indicador para 2002 foi bem abaixo do esperado, em função do Orçamento 2002 não ter sido realizado por determinação do Aviso Ministerial MME 247 de 08 de novembro de 2002, que determinava uma reestruturação do Programa. Essa reestruturação fazia-se necessária para dar sustentação ao funcionamento dos equipamentos distribuídos pelo Programa em anos anteriores, principalmente os sistemas fotovoltaicos que, em parte significativa, não funcionavam a contento, ou por falta de manutenção adequada ou por simples falta de reposição de peças. Outrossim, grande parte das instalações dos sistemas fotovoltaicos adquiridos pelo Programa em dezembro de 2001 foi executada durante o ano de 2002, fato esse que fez com que as instalações de sistemas fotovoltaicos no campo (em comunidades isoladas) tenham mantido evolução crescente (taxa de crescimento do indicador crescente).

Concepção

Gerente:
Inexistente

O índice previsto originalmente (35% das cem mil comunidades), em virtude de sua inadequação, não será atingido, mas as metas

físicas do Programa podem, dependendo da manutenção do atual orçamento estabelecido para 2003, ser alcançadas, como também as melhorias de processos, seja de manutenção, seja de envolvimento das comunidades.

Por outro lado, torna-se difícil estabelecer o que é comunidade e o que não é; e ainda, quando não pairar dúvidas de que determinado local geográfico habitado por um número de pessoas seja comunidade e que tenha p. ex. dez escolas rurais, três postos de saúde etc. Ao atender uma dessas instituições, ou duas, ou mais que não a totalidade - como processar o cômputo? - a comunidade está atendida ou não? Adicionalmente, em uma reunião de auditores do Tribunal de Contas da União com a equipe técnica do Programa, os auditores avisaram que estarão formalizando a paralisação de aquisição de novos sistemas energéticos (e a não execução do Orçamento de 2002) até a plena resolução das questões de recuperação, manutenção e envolvimento da comunidade.

A meta total para o PPA 2000-2003 seria de 16 mil sistemas energéticos, entretanto como pode não haver aquisições neste ano de 2002, por determinação de ordem legal, a meta fica reduzida para 13 mil sistemas energéticos.

O Programa **Energia das Pequenas Comunidades** possui dois vetores de ações diferenciadas:

- o primeiro já implantado, de cunho social, utilizando quase 90% do orçamento total, visa a atender as comunidades rurais isoladas fora do alcance da rede elétrica nacional, com energias renováveis (escolas rurais, postos de saúde, centros comunitários, postos fiscais, etc.); não é um programa de infraestrutura, mas sim um Programa de cidadania (os benefícios sociais são incontáveis: as escolas podem ter aulas noturnas, alcançando um maior número de estudantes; possibilidades de conhecimento e uso de instrumento de informática, etc.).
- O segundo vetor destina-se a instrumentalizar a sociedade civil para o uso de recursos não-governamentais: mobilizando tanto o levantamento de fontes renováveis, quanto a tecnologia disponível para uso. As ações desse segundo vetor se constituirão de uma série de estudos que instrumentalizarão as políticas públicas do Ministério de Minas e Energia para a atual do Prodeem, agora vigorando no âmbito da universalização de acesso ao uso de energia elétrica.

O primeiro vetor encontra-se em processo de revisão de sua atuação para adequar-se à sustentabilidade. O impacto junto ao público alvo, naquelas condições onde foi implementado de forma correta, é de transformação e melhoria da comunidade. Nas comunidades onde houve falta de alguns componentes de sustentabilidade (como manutenção e envolvimento da comunidade) existem indiferenças e críticas, mas todas passíveis de recuperação.

Em 2002, os principais resultados alcançados foram os seguintes:

Instalação de 1.852 *kits* fotovoltaicos adquiridos pelo sistema *turn key*. Todos eles foram entregues, mas o MME ainda não efetuou o comissionamento, ou seja, o recebimento nas condições normais de funcionamento. Estima-se, contudo, que todos os sistemas estejam em pleno funcionamento.

· Implementação de projetos-pilotos de modelos de gestão, ação de Descentralização do Programa, Revitalização dos Sistemas Fotovoltaicos, e o Programa Nacional de Capacitação, e o Programa Nacional de Revitalização, realizados por meio de cooperação técnica de agências multilaterais encerrou o ano de 2002 com toda a

primeira fase concluída. Nessa primeira fase foi elaborado o Programa Nacional de Capacitação; o levantamento dos Modelos de Gestão existentes no Brasil; Na Descentralização do Programa foi dado o primeiro passo com a criação de três Comitês Gestores: o Comitê Gestor do Norte, o Comitê Gestor do Nordeste e o Comitê Gestor do Sul/Sudeste/Centro-Oeste.

Resultados esperados para 2003:

Instalação de 1.148 sistemas entregues nos almoxarifados da Eletronorte. Faz-se necessário lembrar-se o "fator amazônico", que conta com longas distâncias, logística de transporte específica da região, que foi considerado para que o sistema de compra *turn key* não fosse aplicado.

O Programa Nacional de Revitalização encontra-se delineado, com todo seu escopo desenhado, e deverá ser implementado por meio de convênios com o Cepel, Chesf e Eletronorte. Também existe um Programa de auditoria, já estruturado, devendo ser executado no decorrer do ano 2003.

Para 2003 espera-se a completa reestruturação do Programa: correção de parcela substancial dos sistemas fotovoltaicos que não estão em funcionamento, com a implementação do Programa Nacional de Capacitação e do Programa de Revitalização; Implantação dos Projetos-Pilotos de Modelos de Gestão; Consolidação da ação de Descentralização do Programa. Espera-se, ainda, que o Programa possa atuar na instalação de sistemas fotovoltaicos de bombeamento de água, podendo inclusive continuar com as ações de atendimento de escolas rurais sem energia elétrica, bem como, ao lado do sistema de saúde nacional, contribuir com sistemas fotovoltaicos para postos de saúde, principalmente das Regiões Norte e Nordeste. Todas essas ações estão inseridas na política nacional de Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica.

.....
O Programa **Energia das Pequenas Comunidades** nasceu do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - Prodeem. O Programa foi o primeiro do Governo Federal que buscou atuar nas comunidades isoladas, distantes da rede elétrica nacional. Essa população não atendida por serviços de energia elétrica está estimada em cerca de 15 milhões de brasileiros, distribuídos em cerca 2,5 milhões de estabelecimentos agrícolas, cerca de 56 mil escolas rurais, cerca de 3 mil comunidades indígenas, milhares de postos de saúde, principalmente no Norte e Nordeste, que ainda não foram implantados por falta de energia - principalmente para conservação a frio de vacinas e medicamentos.

Concepção

Apesar de existir comunidades isoladas em todo o território nacional o problema do não atendimento dos serviços de energia elétrica se encontra muito mais sério na Região Norte. O Nordeste ainda tem carência, mas o mais urgente seria oferecer soluções para bombeamento de água, que por sua vez demanda da existência e conhecimento de poços de água - conhecida a qualidade da água, vazão dinâmica, estática etc.

Existe certa imprecisão do conjunto universo da população sem energia elétrica, mas por essa população constituir um número muito elevado, tem-se como certo que o problema - com todos passíveis de uso - não terá solução cabal nos próximos dez anos.

Os primeiros anos do Programa: até 1999 a participação do público-alvo era processada por pedidos, na sua maior parte, pelas prefeituras locais. A partir do ano 2000, o Projeto Alvorada redefiniu as prioridades e o Programa acatou passando a atender os Municípios de Menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Embora seja necessária uma correção de procedimentos para o adequado andamento do Programa, as duas linhas principais das ações do Programa são pertinentes. Na linha de correção de procedimentos o Programa está implementando programações de revitalização, descentralização e de capacitação.

A princípio, as ações não são suficientes para resolver toda a questão da falta de energia, mas contam com o Programa Luz no Campo, que também apresenta o mesmo público alvo - neste primeiro momento atendendo à expansão das redes de distribuição de energia - e com um instrumento legal - a Lei de Universalização ao Acesso de Energia Elétrica.

Encaminhando resolução do problema relacionado aos sistemas parados, parcela do Orçamento de 2002 será destinada à recuperação de sistemas parados (com o Programa de Revitalização). Já existe uma equipe trabalhando na identificação dos sistemas, e outra, na preparação de capacitação (Programa Nacional de Capacitação).

O financiamento do Programa para atendimento social é financiado por recursos do Tesouro Nacional, atualmente os recursos advindos do Fundo de Erradicação da Pobreza - fonte 179. Os recursos para estudos de energias renováveis para comunidades isoladas para uso privado em bases auto-sustentáveis conta com doações do BID, como já contou com outras doações internacionais.

No âmbito do PPA 2000-2003 não estavam previstas, no projeto original, as cooperações técnicas não reembolsáveis ATN/MT-6697-BR, programa de desenvolvimento de modelos de negócios para serviços de energia renovável, e ATN/JF-6630-BR, apoio ao desenvolvimento de mercados para energia renovável. Essas contribuições reforçaram tanto a descentralização quanto a capacitação do Prodeem.

No que diz respeito aos recursos humanos, a equipe de trabalho é ainda insuficiente para um aumento de metas. Após as correções de procedimentos, pode-se pensar na expansão da equipe, para assim agilizar o atendimento. No entanto, no sentido de estabelecer parcerias e descentralizar a execução do Programa, já existe um grande esforço no sentido de mobilizar os recursos dos estados com a criação dos Comitês Gestores do Prodeem (Comitê Gestor do Norte; Comitê Gestor do Nordeste; e Comitê Gestor do Centro-Oeste, Sul e Sudeste), mas a plena implementação só deverá ocorrer para o próximo exercício.

Além das parcerias com os estados, importantes parceiros somam com o Programa **Energia das Pequenas Comunidades**, como as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, que são importantes braços executores do Programa. Ainda outro fundamental parceiro é o Cepel, responsável pelas análises técnicas. Outros parceiros de grande importância para o Programa são, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Este relacionamento com estados e parceiros dá-se por meio de convênios. Adicionalmente, estão em instituição os Comitês Gestores Regionais. As compras de equipamentos, porém, são processadas mediante licitação pública.

Do início do Programa até esta data, houve atrasos e avanços nas relações com estados e municípios. No atual momento está se processando uma reorganização, a criação dos Comitês Gestores, acima comentados; mas é tônica fundamental do Programa a relação com estados e municípios.

Os mecanismos de controle social seriam por meio de envolvimento direto das comunidades beneficiadas, cuja programação está em desenvolvimento, devendo ser empregada em 2003.

Os instrumentos de controle e acompanhamento deram-se por inspeção direta, por amostragem. Como o apoio dos estados ainda não se encontra plenamente implementado, isso deverá ocorrer de forma integral a partir de 2003. O desempenho é medido diretamente com a instalação dos equipamentos e, a partir de 2003, com a implementação da revitalização, capacitação e a descentralização, dar-se-á com o pleno acompanhamento pelos estados.

Quanto à capacitação das equipes locais, existem diferentes formas de relacionamentos. Em alguns estados, como por exemplo com o Estado do Acre, já existe um grande envolvimento das comunidades, municípios, agente local e o MME. Para a maioria dos estados ainda não existe esse envolvimento. Mas o Programa já iniciou os estudos de um Programa Nacional de Capacitação, contando - inclusive - com recursos do BID.

Contudo, as estratégias que mais contribuíram para a evolução do Programa foram as que contaram com envolvimento das comunidades do ponto de vista da funcionalidade efetiva. Outra característica importante veio com envolvimento de agentes regionais, como no caso da Eletronorte, pelo conhecimento logístico e comprometimento com a Região Amazônica. Outro fator de destaque foi a inclusão do Programa como Projeto Estratégico, e como tal, incluído no âmbito do Projeto Alvorada. Essa inclusão foi bastante positiva, pois se retirou de uma demanda pontual onde se demandava um período muito grande para fazer uma carteira de pedido (de 1996 até 2000, o Programa atendia a demanda de prefeituras. Esses pedidos eram dirigidos ao MME, que examinava o pedido, adequando-os para a dimensão dos equipamentos. E só depois de um número significativo, cerca de 500 projetos, fazia-se uma licitação para diferentes tamanhos, então só depois de 2 anos o pedido inicial era atendido). Com o Projeto Alvorada, além de atender à demanda dos municípios mais carentes, o Programa passou a se relacionar com outros órgãos federais com grande afinidade de objetivos e complementariedades.

.....
A execução financeira do Programa não possui ainda um sistema padrão. Por ser um Programa relativamente novo e que ainda encontra-se em fase de implementação, o Programa cometeu alguns enganos quanto ao período que vai da licitação à entrega de sistemas energéticos para o público-alvo. As previsões do início efetivo do Programa (o primeiro ano com dotação orçamentária foi 1996) até o ano 2000, em que se acreditava que o período da licitação até a entrega ao público-alvo fosse de um ano, as experiências práticas não comprovaram isso. O período efetivo é de um ano e meio e, caso a licitação seja feita no segundo semestre, a maturação total ocorrerá no final do exercício seguinte, o que acarretará problemas com Restos a Pagar - RAP, que não poderão ser transferidos para um segundo ano fiscal, impactando então o orçamento subsequente.

Implementação

A característica do Programa é executar cerca de 80% do orçamento em uma única licitação, com a liquidação ocorrendo num espaço de 4 a 6 meses subsequentes; enquanto que o processo licitatório envolve também um período médio de 6 meses. A fiscalização e comissionamento final envolvem um período de outros seis meses.

A execução financeira do período PPA 2000 a 2003 ficou prejudicada não propriamente por limitações orçamentárias e financeiras, mas sim por paradas de execução gerencial, ocasionadas por sucessivas trocas dos gerentes. Apesar de não ter havido descontinuidade, a soma e as ocasiões dos períodos de troca gerencial prejudicaram substancialmente o Programa, não só na sua execução financeira, mas também na implementação das medidas corretivas.

A não liberação de recursos não prejudicou o andamento do Programa, especialmente porque não houve compra de novos sistemas em 2002. Porém, o

Programa não dispôs de recursos para saldar seus compromissos financeiros do exercício anterior, seja para o pagamento do principal, seja para o pagamento da diferença cambial, ocorrida em função do aumento da taxa de câmbio.

A execução descentralizada envolveu uma pequena parcela do orçamento e ocorreu (no período 2000-2002) mediante os convênios. O monitoramento dá-se por inspeção direta. Contudo, o Programa está estudando uma ampla descentralização não só da execução orçamentária como também da gestão.

A exigência de contrapartida nos convênios, por parte dos estados e municípios, sem dúvida, causou muitos problemas e, conseqüentemente, dificuldades na execução por parte dos estados e municípios.

O treinamento gerencial ficou bastante prejudicado em função da alta rotatividade dos gerentes do Programa. A cada novo gerente que assumia, existiram demoras no entendimento, havendo constantes interrupções e atrasos.

O maior problema com a gerência do Programa foi a altíssima rotatividade. Em média, a cada período que o gerente alcançava a familiaridade necessária para a tomada de decisão, já havia mudanças políticas que envolviam a troca dos gerentes. Este problema, ao longo dos últimos três anos, foi, ao lado da insuficiência do corpo técnico, literalmente fatal para o Programa. O Programa não executou os orçamentos de 2000 e de 2002, executando apenas parcialmente o orçamento de 2001. Ultimamente, com a continuidade da gerência imediata, pelo aumento de técnicos e pelas parcerias em construção, o Programa está alcançando a maturidade necessária para desempenhar seu papel junto às comunidades rurais carentes isoladas, sendo um estágio para implementação de projetos socialmente necessários e com contribuições fundamentais para o processo de Universalização do Acesso aos Serviços Públicos de Energia Elétrica.

As equipes locais do Programa, constituídas por técnicos dos estados, ficaram o período de 2000 até meados de 2002 sem interação com a equipe do MME. Isto levou a um grande desgaste e desarticulação, o que também vem sendo corrigido com a criação dos Comitês Gestores.

As parcerias, no entanto, ajudaram em muito a implementação do Programa. Além da criação dos Comitês Gestores já citados anteriormente, e das parcerias com BID e Eletronorte e Chesf, a partir do ano 2000, o Programa **Energia das Pequenas Comunidades** passou a integrar o Projeto Alvorada. Esta parceria foi tão significativa que o Programa passou a adotar a metodologia de IDH para a implantação dos sistemas fotovoltaicos, e a proximidade de outros programas foi tão expressiva que o Programa está contratando uma consultoria especial para alavancar formas de relacionamento com outros programas que atuam nessas comunidades carentes, como por exemplo, com o Programa de vacinação, de tele-educação, com as escolas rurais, de renda, etc.

São usadas diversas formas de contato com o público-alvo. Visitas de fiscalização direta, como também por consultorias contratadas, são alguns exemplos. As respostas são claras: quando os sistemas energéticos estão em pleno funcionamento, a satisfação do público-alvo é bastante alta; mas, se por qualquer questão o sistema não funciona, a resposta também é inequívoca - são altamente negativas, pois se criou expectativa de uma melhor condição de vida e a não continuidade do serviço frustra o público-alvo.

Energia na Rede Sudeste

Resultados

Os índices dos indicadores para o eixo **Energia na Rede Sudeste** necessitam ser corrigidos pois seus valores estão em discordância com os efetivamente verificados no período, conforme pode ser observado a seguir: Consumo de Energia Elétrica (TWh) - Valores constantes do PPA 2000/2003: Índice Inicial 1998 = 167,1; 2000 = 166,9; 2001 = 158,9. Os valores oficiais constantes do Relatório Siese - Eletrobras são: 1998 = 167,3; 2000 = 175,5; 2001 = 158,5.

Considerando os valores constantes do PPA, a expectativa para o crescimento médio do consumo de energia elétrica no período 2000/2003 era de cerca de 4,65% ao ano. No entanto, com a crise de oferta de energia vivenciada no ano 2001, todo esse quadro de crescimento previsto foi alterado profundamente. Para o ano de 2002, o valor verificado para o consumo de energia elétrica na Região Sudeste foi de 159.309 GWh. A evolução deste indicador de 2001 para 2002 apresentou um acréscimo de apenas 0,54%. Tal resultado frustra totalmente as metas fixadas no PPA 2000/2003.

Quanto à taxa de atendimento domiciliar, segundo orientação da Eletrobrás, está sendo adotado preliminarmente para 2002 o mesmo valor de 2001, ou seja, 98,5%. Também merece ser registrado que a meta estabelecida para o final do horizonte do PPA, conforme já recomendado anteriormente no Relatório de Avaliação de 2001, deverá ser modificada para o valor de 98,5% em 2003.

O período de 2000/2003 foi bastante dinâmico para o Setor Elétrico Brasileiro, com impactos relevantes no desempenho do Programa **Energia na Rede Sudeste**. De fato, dentro de um contexto de conjuntura econômica mundial desfavorável, de indefinição de políticas regulatórias, de dificuldades de implementação do Programa Prioritário de Termelétricas - PPT, com morosidade na obtenção de licenças ambientais e culminando com uma crise de oferta de energia elétrica sem precedentes, os resultados alcançados situaram-se abaixo das expectativas. Mesmo assim, há vários pontos que merecem ser destacados, tais como: incorporação de cerca de 618 km de Linhas de Transmissão, aumento de cerca de 1442 MVar de compensação reativa, de 1.000 MVA na capacidade de transformação e de 1.309 MW na capacidade instalada do sistema sudeste, além da continuidade na execução de empreendimentos de geração e transmissão cujo prazo de maturação recairá em 2003.

A partir da crise de oferta de energia elétrica a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE determinou providências junto às empresas federais estatais para implementação de várias ações visando a minimizar a crise.

Principais resultados alcançados em 2002:

- UTE Ibirité (MG) - potência autorizada pelo Ato: 851,7 MW.

Empresa: Ibiritermo Ltda;

A fase I deste empreendimento, que se refere à turbina a gás de 160 MW entrou em operação em julho de 2002.

- UHE Piraju (SP/PR), no rio Paranapanema, com 80 MW, da empresa CBA. 1ª unidade (de 40 MW) entrou em operação em 9/2002 e a 2ª unidade (de 40 MW) em 10/2002.

Gerente:

Inexistente

- UHE Funil Grande, no rio Grande (MG) de 180 MW, do consórcio CEMIG/CVRD, com entrada em operação da 1ª máquina (de 60MW) em 12/2002. As outras 2 unidades estão previstas para fevereiro e abril de 2003.
- SE Tijuco Preto 6ª (6º e 7º banco de capacitores 345 kV - 200 MVAR cada)
SE Tijuco Preto 10ª (8º e 9º banco de capacitores 345 kV - 200 MVAR cada) - SE Itaberá 5ª (capacitor série - 750 kV (1.242 MVAR)

Energização: 05/2002

- Implantação do 2º banco de transformadores 500/440 kV (4 x 250 MVA) na SE Água Vermelha,

Energização: 01/2002

- SE Poços de Caldas 9ª (vão de linha para o DME)

Energização: 11/2002

Principais resultados previstos para 2003:

- UHE Funil Grande - entrada em operação das 2 últimas máquinas, totalizando 120 MW aos 60 MW já em operação

- UTE Santa Cruz - Implantação de ciclo combinado Fase I: 350 MW

Data prevista para operação em ciclo aberto: 175 MW em junho/2003 e 175 MW em agosto/2003

- LT Bateias (PR) - Ibiuna (SP) (328 km de linha de transmissão em 500 kV e subestações associadas)

Data de conclusão: março de 2003

- LT Cachoeira Paulista - SP/Adrianópolis - RJ com 177 km (3º circuito em 500 kV)

Data de conclusão: setembro de 2003

- SE Tijuco Preto 13 A (banco de autotransformadores 750/500 kV - 1.650 MVA)

Data prevista para conclusão: fevereiro de 2003

Quanto ao índice do indicador consumo de energia elétrica, a expectativa de alcance é muito baixa pelas razões já expostas nas questões acima. É altamente conveniente a atualização da meta desse índice, de modo a incorporar as questões relativas à crise de oferta vivenciada e ao conseqüente racionamento.

As estimativas para o indicador "Consumo de Energia Elétrica" em 2003, de acordo com o relatório da Eletrobrás "Plano Decenal de Expansão 2002-2011" apontam para o valor de 170.335,00 GWh, sendo portanto imprescindível que esse índice final seja atualizado desde já.

De fato, o patamar estabelecido para esse indicador para o ano de 2003 não deverá ser alcançado e, como já comentado nas questões anteriores, não foi exclusivamente conseqüência da baixa execução do Programa. A crise de oferta de energia elétrica, que deflagrou a política de racionamento experimentada em 2001 e que conduziu a um patamar de consumo inferior ao estabelecido, foi resultado de uma conjunção de fatores tais como baixas afluências aos reservatórios, reduzidos investimentos no setor na década de 90, entre outros. A retomada do crescimento do consumo aos patamares históricos certamente ocorrerá mas em um ritmo mais lento e estará diretamente associada ao desempenho econômico, distribuição de renda e políticas tarifárias adequadas.

Concepção

O objetivo do Programa **Energia na Rede Sudeste** é o de suprir de energia elétrica a região compreendida pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, atendendo a seu público-alvo - os consumidores dessa região. Tal objetivo originou-se na constatação de que, a partir do início da década de 90, os investimentos no setor elétrico não propiciaram aumento da oferta de energia compatível com o crescimento da demanda, principalmente nesta região, que concentra cerca de 60% do PIB e 48% da população brasileira. O PPA 2000-2003 e, no caso, o Programa **Energia na Rede Sudeste**, foi concebido visualizando uma série de projetos/ações que permitissem atender ao crescimento da demanda por energia, previsto para esta região. As mudanças implementadas no setor elétrico induziam à participação da iniciativa privada no aumento da capacidade instalada, principalmente por meio do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, bem como nos leilões de licitação de concessão promovidos pela Aneel. A participação das empresas estatais também foi visualizada quando da concepção deste Programa, mas de maneira menos intensa.

No entanto, vários fatores impossibilitaram o cumprimento das metas estabelecidas inicialmente. Entre eles podemos citar a grave crise de oferta de energia vivenciada no ano 2001, principalmente na Região Sudeste, fruto de reduzidas afluências aos reservatórios da região, além da frustração quanto à maturação de vários empreendimentos previstos. Neste contexto, houve uma alteração no elenco de ações inicialmente previstas, fruto, principalmente, de ações da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE que, inclusive, utilizou a capacidade das empresas estatais federais do setor para realizar várias ações, emergenciais e prioritárias, de modo a minimizar a crise. Outras questões a serem mencionadas referem-se ao fornecimento de gás natural para as termelétricas, seja por questão de acesso, seja por preço e, mais recentemente, as alterações nos procedimentos do Mercado Atacadista de Energia - MAE e os leilões de energia.

O Setor Elétrico possui características e dinâmicas bastante peculiares, o que o diferencia de outros setores ou ações que compõem o PPA. Todas as ações que compunham o Programa, quando de sua definição inicial eram, de fato, pertinentes e factíveis de serem implementadas. À medida que o comportamento do mercado se alterou, assim como as necessidades sistêmicas evoluíram, as ações para seu equacionamento também tiveram de ser alteradas. Nesse sentido, o que efetivamente ocorreu neste período 2000/2002 foi uma defasagem bastante grande entre o elenco de ações originalmente proposto e o que agora se configura como real. As razões variaram desde a postergação dos empreendimentos, por indefinição dos empreendedores, à inviabilidade de projetos, devido a questões ambientais, passando por atrasos nos cronogramas de licitações, entre outras questões. Para que esse tipo de problema pudesse ser minimizado, as atualizações dos elencos de ações tiveram de ser freqüentes sem prejuízo do objetivo final do Programa.

No entanto, o conjunto de ações previsto inicialmente e o atualmente considerado, caso efetivamente implantado, atendem suficientemente o objetivo do Programa.

Implementação

No caso do Programa **Energia no Eixo Sudeste** a grande maioria das ações não está submetida à Lei Orçamentária, sendo gerida exclusivamente pela iniciativa privada. As ações que estão submetidas à Lei Orçamentária são aquelas sob a responsabilidade das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletronuclear. No que se refere à proposta orçamentária para 2003 - LOA 2003, onde estão relacionadas ações sob a responsabilidade das empresas estatais federais, seu perfil modificou-se em relação às anteriores, incorporando várias ações relacionadas às obras emergenciais. É importante salientar que o teto de investimentos previstos para as empresas estatais federais não contempla a totalidade dos investimentos necessários para atingir as metas de expansão.

Assim, apesar dos recursos liberados terem sido suficientes, as metas físicas das ações componentes do Programa **Energia na Rede Sudeste** ficaram abaixo do previsto, tendo em vista que a grande maioria das ações está sendo implementada por empreendedores privados e seus respectivos cronogramas não foram cumpridos. Vale dizer que os empreendedores privados não dependem de recursos orçamentários da União.

Além disso, destaca-se que o Setor Elétrico está carente de recursos humanos para gerir seus próprios negócios. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário, em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, há uma demanda extra de trabalho, prejudicando o desempenho das atividades fins da Empresa. O Programa tem realizado um bom acompanhamento/gerenciamento das Ações do Avança Brasil, na busca de soluções de problemas, para o atingimento das metas e na realização do planejado, interagindo constantemente com os agentes executores das Ações do seu Programa.

Assim, as realizações planejadas para o período 2000-2002 foram, dentro do possível, direcionadas para atingir as metas previstas. No entanto, os problemas já relacionados quando da avaliação dos resultados, ou seja, crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do PPT, não funcionamento do MAE como previsto, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais, entre outros, afetaram bastante o cumprimento das metas estabelecidas. Considerando como parceiros do Programa os agentes privados executores das ações, ressalta-se, no entanto, a dificuldade de obtenção das informações pelo gerente do Programa sobre as realizações dos parceiros. Esse problema vem sendo relatado há algum tempo, demonstrando que é necessário melhorar a articulação entre os diferentes órgãos do Governo, como Aneel, MME e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para resolver essa questão. Ressalta-se que a gestão do Programa procura a interação constante entre a gerência, executores e órgãos interessados/envolvidos, visando à solução para eventuais problemas e restrições no menor tempo possível.

No que diz respeito à articulação do Programa com seu público-alvo, a única avaliação formal sobre o grau de satisfação dos beneficiários é a que a Aneel realiza, cujo foco incide mais sobre o desempenho das distribuidoras e seus serviços (duração e frequência das falhas de fornecimento), do que propriamente do resultado imediato do produto do Programa. Uma pesquisa de satisfação que possa identificar plenamente todos os aspectos de satisfação do público, alvo deve ser considerada como mais uma etapa do PPA 2000/2003 e *input* para o próximo PPA (período 2004/2007), não sendo uma atividade a ser realizada pelo gerente.

Energia no Eixo Arco Norte

Resultados

Apesar das dificuldades encontradas no período, tais como a crise da oferta de energia elétrica, o não cumprimento do cronograma de implementação do Programa Prioritário de Termelétricas - PPT, o não funcionamento do Mercado Atacadista de Energia - MAE, a conjuntura econômica mundial desfavorável, a indefinição de políticas regulatórias, a morosidade na obtenção de licenças ambientais, houve grandes realizações no período. Alguns exemplos podem ser citados:

- Revitalização do parque térmico de Roraima.
- Ampliação de rede de distribuição urbana em Boa Vista.
- Implantação do sistema de transmissão Brasil-Venezuela, para atendimento de energia elétrica ao Estado de Roraima. Esta Ação está em fase de serviços de recuperação de áreas degradadas no trecho da linha que traz energia firme e confiável atendendo a demanda do Estado de Roraima nos próximos 20 anos.
- Recapacitação, repotenciação e entrada de 3ª máquina na usina de Coaracy Nunes, no Amapá, além de ampliação de linhas e subestações associadas.
- Ampliação do sistema de transmissão do Amapá, atendendo o extremo norte deste estado.

Para 2003, espera-se executar a recapacitação das unidades geradoras 1 e 2 da UHE Coaracy Nunes, no Amapá. Trata-se da recapacitação de duas unidades geradoras e do rebaixamento do canal de fuga, objetivando a diminuição do nível de água de jusante para o total rendimento das máquinas após o repotenciamento (acréscimo de 4MW).

De outra parte, a crise da oferta de energia gerou oportunidades para as empresas estatais em novos empreendimentos.

O indicador de consumo foi de 1.050 GWh, sendo menor do que o esperado, naturalmente por causa dos aspectos levantados no parágrafo anterior:

- crise da oferta de energia elétrica
- não cumprimento do cronograma de implementação do PPT
- conjuntura econômica mundial desfavorável

A Taxa de Atendimento Domiciliar chegou a 90%, o que já supera a meta estabelecida para o final do PPA.

De maneira geral, os resultados alcançados até o momento asseguram o cumprimento das metas estabelecidas no horizonte do Programa.

Concepção

O que originou o Programa foi a estagnação de investimentos no setor no início da década (1990). O sistema elétrico apresenta grandes extensões de LT's a parque gerador hidrelétrico. O Programa Avança Brasil introduziu significativas melhorias com investimentos na expansão e nas melhorias do sistema físico, trazendo mais confiabilidade operacional. Ressalta-se a expansão da capacidade instalada com as térmicas. Aliado aos programas de energia, foi criado em 2001, a Cia. Comercializadora Brasileira de Energia

Gerente:
Inexistente

Emergencial, além das Usinas Térmicas contempladas no PPT como forma de amenizar (resguardar) situações como a ocorrida durante o racionamento de energia elétrica. No ano de 2002 foram criadas, pelo MME, reuniões de acompanhamento, com ênfase no desenvolvimento físico das Ações dos Programas de Energia, também sendo tratados os problemas que dificultavam a boa gerência do Programa.

Como melhoria na estratégia de implementação, sugerimos intensificar a interação entre Gestores e Executores que fazem interface com as Ações (MME, Ministério do Meio Ambiente, Funai, Ibama, Ministério dos Transportes, Ministério das Comunicações, BNDES, etc.), assim como intensificar a interação entre os diversos órgãos envolvidos nas Ações de Programa (CCPE, Secretaria de Energia, ONS, Aneel)

..... **Implementação**

O Setor de Energia é dinâmico e tem-se mostrado sempre em expansão, apesar das dificuldades encontradas. O período 2000-2002 apresentou surpresas, tais como: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do PPT, não funcionamento do MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais. Qualquer planejamento para período com mais de 2 anos precisará ser revisto. Para isto temos a PLOA, que o corrige anualmente. Quanto a prazos, estes também precisam ser revistos, até porque o cumprimento deles depende de verba disponível. Acredita-se que poderá haver sempre alguma defasagem entre planejado e realizado.

Atualmente no setor elétrico existe uma grande carência de recursos humanos para gerir seus próprios negócios com eficácia. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, ocorre uma demanda extra de trabalho para os profissionais envolvidos.

A gestão do Programa procura a interação constante entre a gerência, executores e órgãos interessados/envolvidos, visando a solução para eventuais problemas e restrições no menor tempo possível.

Para otimizar a atuação da gerência do Programa, as Ações de Empresas Privadas poderiam estar disponíveis para o Ministério do Planejamento diretamente pela Aneel, visto que esta instituição, como órgão regulador, recebe-as mensalmente. Ratificamos também a solicitação de abrir senhas para atualização do SigPlan por Agente Estatal (para Ações de responsabilidade das Estatais), com posterior aprovação do Gerente do Programa e envio ao Ministério do Planejamento, com prazos compatíveis aos exigidos pelo Ministério.

Energia no Eixo Madeira-Amazonas

O Programa **Energia no Eixo Madeira-Amazonas** tem como objetivo suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados do Amazonas, Acre, Pará e Rondônia.

Resultados

Durante o período 2000-2002, o setor passou por algumas dificuldades, tais como: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do Programa Prioritário de Termoelectricidade - PPT, não funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais. Porém alguns resultados positivos foram alcançados:

- Estudo para implantação da UHE Belo Monte.
- Sistema de transmissão Acre-Rondônia.
- Sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí no Pará.
- Usina termelétrica Barro Vermelho, para atendimento a Rio Branco.
- Usinas termelétricas Termonorte I e Termonorte II, em Rondônia.

Para 2003, os seguintes resultados são esperados:

- UHE Belo Monte, continuação dos estudos ambientais e de inserção regional e de implantação do empreendimento.
- Adaptação do parque térmico da região, para utilização do gás natural de Urucu.

Com relação ao consumo, de acordo com o "Plano decenal de Expansão 2001-2011" da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, os resultados têm superado as expectativas:

- Para uma previsão de 10.266 GWh em 2001, 11.623 GWh em 2002 e 12.390 GWh em 2003. Já em 2000 o índice foi de 13.624 GWh, alcançando, em 2002, 16.050 GWh.

A taxa de atendimento domiciliar no ano de 2002 alcançou o índice de 75%, o que ultrapassa em 4 pontos percentuais a taxa esperada ao final do PPA.

Pode-se afirmar que a crise da oferta de energia gerou oportunidades para as empresas estatais em novos empreendimentos. Outro aspecto positivo foi o uso racional da energia.

Ainda assim, o indicador de consumo foi menor do que o esperado, naturalmente por causa dos aspectos levantados anteriormente.

A estagnação de investimentos no setor no início da década de 90, dá origem ao Programa **Energia no Eixo Madeira-Amazonas**. Pode-se afirmar que o conjunto de programas do Avança Brasil introduziu significativas melhorias, com investimentos na expansão e reparações do sistema físico, o que resultou em mais confiabilidade operacional. Um ponto a ser destacado é a ampliação da capacidade instalada com as térmicas.

Concepção

Gerente:
Inexistente

Aliado aos programas de energia, foi criada em 2001, a Cia. Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, além das usinas térmicas contempladas no

PPT como forma de amenizar (resguardar) situações como a ocorrida durante o racionamento de energia elétrica em 2001.

No ano de 2002 foram iniciadas, pelo Ministério das Minas e Energia - MME, reuniões de acompanhamento, com ênfase no desenvolvimento físico das ações dos Programas de energia, também sendo tratados os problemas que dificultam a boa gerência do Programa.

..... **Implementação**

O Setor de Energia é dinâmico e tem-se mostrado sempre em expansão, apesar das dificuldades encontradas. O período 2000-2002 apresentou algumas surpresas tais como: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do PPT, não funcionamento do MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais. Qualquer planejamento para período com mais de 2 anos precisará ser revisto. Quanto a prazos, estes também precisam ser revistos, até porque sem cumprimento depende de verba disponível.

Além disso, houve atrasos em licitações para algumas Ações, provocando desempenho menor do que o esperado. Acredita-se que poderá haver sempre alguma defasagem entre planejado e realizado. Atualmente o setor elétrico está carente de recursos humanos para gerir seus próprios negócios. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário, em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, há uma demanda extra de trabalho, prejudicando o desempenho das atividades fins da Empresa.

Como melhoria na estratégia de implementação, sugerimos intensificar a interação entre Gestores e Executores que fazem interface com as ações do MME, do Ministério do Meio-Ambiente - MMA, da Fundação Nacional do Índio - Funai, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Ministério do Trabalho - MT, do Ministério das Comunicações - MC, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, entre outros, assim como intensificar a interação entre os diversos órgãos envolvidos nas ações de programa, como, por exemplo, Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas - CCPE, Secretaria de Energia, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Aneel.

As ações de empresas privadas poderiam ser disponibilizadas para o Ministério do Planejamento diretamente pela Aneel, visto que esta instituição, como órgão regulador, recebe-as mensalmente. Foi ratificada também a solicitação de abrir senhas para atualização do SigPlan por Agente Estatal (para Ações de responsabilidade das Estatais), com posterior aprovação do Gerente do Programa e envio ao MP, com prazos compatíveis aos exigidos pelo Ministério.

Lembra-se que a gestão do programa procura a interação constante entre a gerência, executores e órgãos interessados/envolvidos, visando a solução para eventuais problemas e restrições no menor tempo possível.

Energia no Eixo Sul

Resultados

O mercado de energia elétrica nacional, apesar de ainda estar influenciado pelas medidas de racionalização adotadas para amenizar os efeitos da crise de abastecimento ocorrida entre maio de 2001 e fevereiro de 2002, registrou um crescimento, em 2002, de 2,5% em relação a 2001, quando havia decrescido 7,7%.

O consumo total do País (exclusive autoprodução), em 2002, no entorno de 290.466 GWh, similar ao consumo de 1999, indica um aumento da eficiência global do uso da energia elétrica, dado que no mesmo período não ocorreu uma retração correspondente do PIB (entre 1999/2002 o PIB cresceu 7,3%).

Para a Região Sul, apesar de não ter participado diretamente do processo de racionamento, observa-se um comportamento do mercado de energia elétrica bastante semelhante ao País. Assim, verifica-se que em 2001 o mercado regional cresceu 1,1% e % 2,1% em 2002, alcançando um consumo total de 50.222 GWh.

A previsão de consumo de energia elétrica para a Região Sul em 2003 é de 52.230 GWh, apresentando uma redução de 14% com relação ao anteriormente previsto (1999), que era da ordem de 60,9 TWh, pelos motivos já mencionados anteriormente.

Com relação ao nível de atendimento, entendido como a razão entre o número de consumidores residenciais e o número de domicílios, observa-se que ele vem se mantendo constante, ao redor de 87%, ao longo do período 2000/2002, devendo-se, principalmente, à manutenção do nível de crescimento do número de consumidores residenciais, ou seja, 3% ao ano.

Os principais resultados obtidos no ano de 2002 estão abaixo listados:

- Sistema de Transmissão Campos Novos/Blumenau 500 kV: em março de 2002 este empreendimento foi concluído com a energização da linha e a entrada em operação do terceiro autotransformador de 672 MVA.
- SE Caxias 525/230 kV: este empreendimento foi implantado em duas etapas, sendo que a primeira foi concluída em dezembro de 2001, com a entrada em operação do primeiro banco de autotransformadores (672 MVA) e o seccionamento da LT Campos Novos-Gravataí. A segunda etapa consistiu da ligação da LT Caxias-Itá, com 252 km, na subestação, ocorrida em fevereiro de 2002, e da energização do segundo banco de autotransformadores de 672 MVA (remanejado da SE Gravataí) em abril de 2002.
- Ampliação da SE Santo Ângelo 525/230 kV: o segundo banco de autotransformadores (672 MVA) foi energizado em dezembro de 2002, utilizando a unidade reserva existente. A energização definitiva está prevista para o final de janeiro de 2003.
- Implantação do sistema de transmissão Itá/SC a Garabi/Argentina: energização de 375 km de linha de transmissão em 525 kV (segundo circuito), possibilitando um acréscimo de até 1.100 MW no intercâmbio entre o Brasil e a Argentina.
- UHE Machadinho - SC/RS - este empreendimento foi concluído em 2002, com a entrada em operação das três máquinas de 380 MW, proporcionando um acréscimo ao sistema de 1.140 MW.

Gerente:

Inexistente

- UTE Araucária/PR: este empreendimento entrou em operação em 30/09/2002, agregando ao sistema mais 480 MW.
- Implantação da 1ª fase da UTE Canoas/RS, com potência instalada de 160 MW (foi inaugurada em 2002, entrando em operação em janeiro de 2003).

Para o ano de 2003 estão previstos os seguintes resultados:

- Ampliação da SE Campos Novos 525/230 kV, com a implantação do segundo banco de autotransformador de 672 MVA e vãos associados, e uma unidade reserva de 224 MVA, com energização prevista para maio de 2003.
- Implantação da LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV: 137,1km, no Paraná, com energização prevista para agosto de 2003.
- UHE Quebra-Queixo/SC: este empreendimento está previsto para ser concluído em setembro de 2003, agregando ao sistema mais 120 MW.
- PCH Salto Natal/PR: este empreendimento está previsto para ser concluído em agosto de 2003, agregando ao sistema mais 14 MW.
- PCH Passo do Meio/RS: este empreendimento está previsto para ser concluído em abril de 2003, agregando ao sistema mais 30 MW.

O programa apresenta pontos positivos dado que possibilitou o incremento da oferta de energia elétrica, entretanto, por diversas razões, foi insuficiente para eliminar o déficit de energia ocorrido no período de maio/2001 a fevereiro/2002.

Indefinições quanto à regulamentação do setor elétrico dificultaram a expansão da oferta, principalmente a participação da iniciativa privada, que seria responsável pela implantação da maioria das usinas termelétricas do PPT.

Da mesma forma, ressalta-se que restrições socio ambientais também impactaram os projetos do setor elétrico, influenciando tanto no custo como no prazo de implementação dos empreendimentos. Mesmo assim, as ações com previsão de entrada em operação no ano de 2002 foram realizadas, ainda que com um pequeno atraso, como no caso da UTE Canoas.

Com relação aos investimentos sob a responsabilidade do setor público, observa-se que os recursos financeiros foram liberados de acordo com o orçamento programado, possibilitando o andamento normal das obras.

No que se refere às ações do setor privado não foi possível fazer o acompanhamento financeiro uma vez que este setor não depende de recursos do orçamento público.

Concepção

O motivo principal que deu origem ao Programa foi a estagnação de investimentos no setor elétrico no início da década de 90. Como o Sistema Elétrico Brasileiro apresenta grandes extensões de linhas de transmissão, com seus sistemas interligados, e um parque gerador eminentemente hidrelétrico, o Programa Avança Brasil proporcionou maior confiabilidade operacional, introduzindo significativas melhorias por meio de investimentos na expansão da geração e do sistema de transmissão.

Entretanto, apesar dos pontos positivos, ressalta-se que o Programa não foi suficiente para evitar a restrição de oferta de energia elétrica ocorrida no período de maio/01 a fevereiro/02, tendo sucedido, principalmente, uma frustração com relação a participação da iniciativa privada na implantação de usinas termelétricas.

Acompanhamento das Ações

De uma forma geral, as ações são necessárias e suficientes para possibilitar o acompanhamento adequado dos empreendimentos, entretanto, seria oportuno poder atualizar (retirar ou incluir) sistematicamente a relação de obras do Programa.

Para que a gestão das informações seja feita de forma mais adequada sugere-se o envolvimento e a articulação entre os diversos órgãos que fazem interface com as ações do Programa, tais como, CCPE, Secretaria de Energia, Ibama, Aneel, ONS, MP, etc.

Durante o ano de 2002, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, foram realizadas reuniões de acompanhamento, com ênfase no desenvolvimento físico das Ações dos Programa de Energia, e, também, foram tratados problemas que dificultavam a boa gerência.

Recursos Financeiros

Os recursos financeiros foram liberados conforme orçamento programado e o fluxo dos recursos foi compatível com o programa de obras. Ressaltamos que muitas ações são de responsabilidade do setor privado, não utilizando recursos de origem orçamentária.

Recursos Humanos

Atualmente o setor elétrico está carente de recursos humanos para gerir seus próprios negócios. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário, em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, há uma demanda extra de trabalho, dificultando o desempenho de algumas atividades.

Mesmo assim, o Gerente do Programa tem se empenhado para realizar um bom acompanhamento/gerenciamento das ações do Avança Brasil, na busca de soluções de problemas, no atingimento das metas e na realização do planejado, interagindo com os agentes executores das Ações de seu Programa.

Os parceiros, aqui considerados os agentes das ações, nos empreendimentos planejados para o período 2000 a 2002, fizeram, dentro do possível, tudo para alcançar suas metas.

Com relação ao acompanhamento das ações, ainda é observada a dificuldade na obtenção de informações.

No caso do setor elétrico, com vistas a tornar mais ágil o acompanhamento de algumas ações, seria oportuno compatibilizar os prazos do Plano Plurianual com os prazos de fornecimento das informações dos agentes públicos e privados para a Aneel, uma vez que esta instituição, como órgão regulador, já as recebe mensalmente. Esta prática, além de eliminar a duplicidade de informações, também facilitaria o trabalho dos gestores.

Com relação aos indicadores que vêm sendo utilizados (taxa de atendimento domiciliar e consumo de energia elétrica) entende-se que somente eles não são suficientes para expressar os impactos causados pelo Programa; desta forma, sugere-se que deveriam também ser considerados índices de qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.

Implementação

Energia nos Eixos do Centro-Oeste

Resultados O Programa **Energia nos Eixos Centro-Oeste** tem como objetivo suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Com relação aos indicadores do Programa, temos:

O indicador Taxa de Atendimento Domiciliar apresentou valores muito superiores em relação aos anos anteriores, superando inclusive a meta estabelecida para o final do PPA. Cabe lembrar que esse indicador é calculado pela relação entre o número de consumidores residenciais e o número de domicílios. O número de consumidores residenciais pode ser facilmente obtido junto às concessionárias de energia elétrica, enquanto que o número de domicílios é fornecido pelo IBGE (resultado do Censo). O último número divulgado pelo IBGE refere-se ao ano de 2000, portanto para o ano de 2002 foi estimado aplicando-se a mesma taxa de crescimento da população no período de 2000 a 2002. Esse fato pode ter resultado em valores muito superiores em relação aos anos anteriores.

O segundo indicador, consumo de energia elétrica (GWh), apresentou no ano de 2002 valores muito abaixo do previsto para o ano, (valor inferior ao realizado de 2000), em consequência da crise de energia elétrica ocorrida no ano de 2001, que priorizou a racionalização e o uso eficiente de energia elétrica, gerando uma grande mudança no hábito de consumo da população.

No período de 2000 a 2002 foram implementados vários empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, propiciando um acréscimo de 671 km de linhas de transmissão, 442 MVA de potência em transformação nas subestações e 1270 MW de potência em geração. Esses empreendimentos têm como objetivo principal ampliar a oferta de energia elétrica, na região, e conseqüentemente oferecer uma melhoria na qualidade de atendimento.

Os resultados obtidos em 2002, no que se refere à implementação dos empreendimentos (ações), ficaram abaixo do esperado para o ano, em virtude das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores, tais como: atraso na concessão da Licença de Instalação - LI pelo órgão ambiental, embargos judiciais e dificuldades na contratação do empreiteiro para a execução.

Mesmo assim, foram agregados ao sistema elétrico, no ano de 2002, 188,4 MW de potência, sendo 80 MW em termelétrica e 108,4 MW em hidrelétrica e instalados cerca de 467 km de linhas de transmissão e 142,5 MVA em transformação nas subestações.

Como principais resultados no ano de 2002 é possível citar:

- Conclusão dos trabalhos de ampliação da UTE William Arjona, agregando 80 MW no sistema, mediante a operacionalização das duas unidades de 40 MW.
- Início de operação comercial da UHE Itiquira I e II, disponibilizando 108,4 MW de potência, com a instalação de 3 unidades geradoras, sendo duas unidades de 30,4 MW e uma unidade de 47,6 MW.
- Instalação de 467 km de linhas de transmissão, sendo 127 km do ST da Enersul e 340 km do ST da Cemat e 142,5 MVA em capacidade de transformação em subestações (12,5 MVA do ST da Cemat e 130 MVA do ST da Eletronorte).

Os principais resultados esperados até o final de 2003 são:

- Conclusão da UHE Itiquira II com a operacionalização da última unidade nº 4 de 47,6 MW;

Gerente:
Inexistente

- Conclusão da UHE Jauru com a operacionalização de três unidades geradoras de 39,3 MW;
- Conclusão da UHE Guaporé, agregando 120 MW ao sistema interligado, com a instalação de 3 unidades de 40 MW;
- Conclusão da UTE Três Lagoas mediante a instalação de quatro unidades de 60 MW;
- Conclusão da UHE Paraíso 20 MW;

Conclusão da LT 230 kV Coxipó - Jauru - 360 km e da SE Jauru 400 MVA, permitindo o pleno escoamento da energia gerada pelas usinas Guaporé, Jauru e PCH Salto Jauru.

Com relação às dificuldades encontradas no período, podemos citar: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do Programa Prioritário de Termoeletricidade - PPT, não funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias e morosidade na concessão de licenças ambientais para a implementação das obras.

Em termos de oportunidades, podemos ressaltar que a crise da oferta de energia gerou para as empresas estatais a possibilidade de implementação de novos empreendimentos, outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Câmara de Gestão. Outro aspecto positivo foi a conscientização da população, quanto ao uso racional de energia, motivada pela crise de energia. Essa atitude contribuiu, de forma significativa, para redução do consumo e garantiu o pleno atendimento ao público-alvo. Este fato pode ser corroborado pelos índices de qualidade de atendimento Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor - DEC e Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC fiscalizados pela Aneel.

.....

O fornecimento de energia elétrica faz parte da infra-estrutura básica para o atendimento da população, portanto requer uma ação contínua por parte dos órgãos governamentais, com o objetivo de assegurar a oferta de energia elétrica, ampliando o sistema elétrico existente, por intermédio das empresas estatais ou pelos empreendedores privados. O Programa de **Energia nos Eixos do Centro-Oeste** introduziu significativas melhorias com investimentos na expansão e no sistema físico e, conseqüentemente, aperfeiçoando a qualidade de atendimento aos consumidores.

Concepção

Os indicadores adotados são adequados para inferir a eficácia do Programa, entretanto cumpre-nos registrar a dificuldade de obtenção de um dos indicadores adotados (taxa de atendimento domiciliar), tendo em vista que esse indicador é disponibilizado pelo IBGE com a defasagem de 1 (um) ano.

Chamamos atenção, ainda, quanto a alguns aspectos característicos do Programa de Energia:

- O público-alvo (consumidor final) é levado em conta na elaboração do Plano de Expansão de Energia;
- As pesquisas do IBGE quanto a domicílios com/sem energia elétrica, poderiam subsidiar decisões gerenciais com foco na adequação da oferta de energia às regiões.

Implementação

No **Programa Energia nos Eixos do Centro-Oeste**, para as ações sob a responsabilidade das empresas estatais, os recursos orçamentários previstos foram liberados conforme o orçamento programado. Para o exercício de 2003 os recursos programados estão compatíveis com a necessidade das ações.

Cumpre-nos ressaltar que a grande maioria das ações desse Programa é de responsabilidade dos empreendedores privados que independem dos recursos orçamentários da União.

Portanto, apesar dos recursos liberados terem sido suficientes, as metas físicas ficaram abaixo do previsto, tendo em vista que a maioria das ações está sendo implementada pelos empreendedores privados, que não cumpriram o cronograma inicialmente determinado. Os agentes privados não dependem de recursos orçamentários da União.

Outro fator relevante é que atualmente no setor elétrico existe uma grande carência de recursos humanos para gerir seus próprios negócios com eficácia. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, ocorre uma demanda extra de trabalho, que vem concorrendo com as atividades fins da empresa.

Quanto à estratégia de implementação adotada para o Programa, entendemos que esta pode ser melhorada, observando-se os seguintes pontos:

- Envolvimento da Aneel para a obtenção e repasse das informações das ações de empresas privadas, visto que esta instituição, como órgão regulador, recebe-as mensalmente;
- Abertura de senhas para atualização do SigPlan por agente estatal, para aprovação posterior do gerente do Programa e envio ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com prazos compatíveis aos exigidos pelo Ministério;
- Necessidade de um plano de avaliação específico para os programas de energia;
- Ampliação da interação entre as unidades do Ministério, bem como interação efetiva por parte de alguns empreendedores privados; e
- intensificar a interação entre os diversos órgãos envolvidos nas ações de programa, como, por exemplo, Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas - CCPE, Secretaria de Energia, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Aneel.

Outro fato relevante na estratégia de implementação do programa foi a realização de reuniões periódicas de acompanhamento das Ações, do gerente com todos os empreendedores. Nessa reunião são apresentados pelos empreendedores os estágios de execução dos projetos, os pontos críticos e as providências necessárias para o cumprimento do Programa. Destaca-se ainda a realização das reuniões quadrimestrais instituídas pelo MME, a partir de 2002, com ênfase no desenvolvimento físico das ações dos programas de energia, bem como os aspectos que dificultam a boa gerência do Programa.

Em relação à participação da sociedade (usuário/beneficiário), podemos afirmar que não existe um mecanismo de participação direta do usuário/beneficiário na implementação das ações. Entretanto os usuários contribuem para aferir os resultados alcançados, respondendo às pesquisas elaboradas pela Aneel, quanto ao índice de satisfação do consumidor.

Energia nos Eixos do Nordeste

Resultados

O Programa **Energia nos Eixos do Nordeste** tem por objetivo suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O consumo total de energia elétrica nos eixos do Nordeste alcançou em 2002 a marca de 46.359 GWh, enquanto o atendimento domiciliar para o ano de 2002 alcançou 82,6%.

O consumo de energia elétrica em 2002 superou em 2,6% o registrado em 2001. Quando comparado ao resultado obtido em 2000, porém, apresenta uma retração de 6,4%, situando-se em um patamar inferior ao de 1999.

Entre as razões para este baixo desempenho estão os efeitos do racionamento, em que o consumidor passou a utilizar a energia elétrica de forma mais racional, incorporando novos hábitos de consumo, que vêm se mantendo mesmo com a situação energética normalizada.

Além dos efeitos do racionamento, outros fatores como o aumento das tarifas e a redução do poder aquisitivo das famílias contribuíram para a redução do consumo residencial.

Como dificuldades encontradas no período destacam-se: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT, não funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais. Em termos de oportunidades, a crise da oferta de energia gerou oportunidades para as empresas estatais em novos empreendimentos. Outro aspecto positivo foi o uso racional da energia.

Foram implementadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf linhas de transmissão de 500 kV com 198 km, de 230 kV com 117 km e transformação de 230 para 500 kV com 180 km, aumento da capacidade instalada com 600 MVA em 500 kV, 1.420 MVA em 230 kV e 50 MVA em 138 kV.

Além disso, para o ano de 2002 podemos citar como principais resultados os listados a seguir:

- Nova Subestação de Pau Ferro - 230/69 KV - 200 MVA - Obra de fundamental importância para o suprimento às cargas da Zona da Mata Norte e da Região Metropolitana do Recife.
- Nova Subestação de Maceió - 230/69 KV - 300 MVA - Obra de fundamental importância para evitar o colapso de suprimento às cargas da área metropolitana de Maceió e do Pólo Cloroquímico de Alagoas.
- Início da construção da segunda interligação Norte-Nordeste D. Dutra/Teresina 500 kV, obra necessária para propiciar um ganho no intercâmbio para o Nordeste na faixa 200 a 400 MW, eliminando a necessidade de compensação reativa adicional de 150 MVar, em Teresina II, e evitar colapso de tensão no Estado do Piauí durante contingências na interligação Norte-Nordeste.

Gerente:

Inexistente

A implementação do Programa **Energia nos Eixos do Nordeste**, introduziu significativas melhorias nos serviços de energia elétrica da Região Nordeste.

Essa melhoria vem se consolidando como uma tendência nos últimos anos com ações permanentes, como os investimentos na expansão e nas melhorias do sistema físico, que trazem como consequência o aumento da confiabilidade operacional. Dados os investimentos realizados, espera-se que, para o ano de 2003 sejam, também, obtidos bons resultados, refletindo a integração das ações do Programa **Energia nos Eixos do Nordeste**.

..... **Concepção**

O que originou o Programa foi a estagnação de investimentos no setor no início da década de 90. O sistema elétrico apresenta grandes extensões de linhas de transmissão e parque gerador hidrelétrico. Pode-se afirmar que o conjunto de programas do **Avança Brasil** introduziu significativas melhorias, com investimentos na expansão e reparações do sistema físico, o que resultou em mais confiabilidade operacional. Ressalta-se a expansão da capacidade instalada com as térmicas.

Aliado aos programas de energia, foi criado em 2001, a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, além das térmicas contempladas no PPT como forma de amenizar (resguardar) situações como a ocorrida durante o racionamento de energia elétrica.

..... **Implementação**

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. E não há distanciamento do planejado e o reprogramado com relação ao PPA 2000-2003 / LOA 2003.

Apesar dos recursos liberados terem sido suficientes, as metas físicas ficaram abaixo do previsto, tendo em vista que a maioria das ações está sendo implementada pelos empreendedores privados que não cumpriram o cronograma inicialmente determinado. Os privados não dependem de recursos orçamentários da União.

Desde o início do Programa foi criado na *home page* da Chesf, um sistema de coleta das informações para os agentes das ações.

A principal dificuldade de implementação do Programa em 2002 foi o gerenciamento de ações de responsabilidade de entidades privadas ou estaduais por não enviarem as informações atualizadas dos cronogramas físicos e de demonstrarem pouco interesse em ampliar a interlocução com o gerente do Programa.

As ações de empresas privadas deveriam estar disponíveis para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão diretamente pela Aneel, visto que esta instituição, como órgão regulador, recebe-as mensalmente.

Atualmente o setor elétrico está carente de recursos humanos para gerir seus próprios negócios. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário, em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, há uma demanda extra de trabalho, prejudicando o desempenho das atividades fins da Empresa.

Os públicos-alvos diretos da Chesf no Programa **Energia nos Eixos do Nordeste** são as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores indústrias. Pesquisa realizada para medir a "satisfação do cliente" relacionada ao "grau de satisfação em relação ao fornecimento", apontou como "muito satisfatório" a opinião dos consumidores frente às ações da empresa. No ano de 2002 foram criadas, pelo MME, reuniões de acompanhamento, com ênfase no desenvolvimento físico das Ações dos programas de energia, também sendo tratados os problemas que dificultavam a boa gerência do Programa.

Gestão da Política de Energia

O objetivo do Programa é apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas na área de energia. As ações deste Programa de gestão devem, pela própria natureza, ser executadas pela administração direta, em articulação com os órgãos responsáveis pelo planejamento, avaliação e controle de suas unidades vinculadas. A idéia é que o gerente deste Programa possa exercer o papel de coordenação e apoio à ação dos gerentes dos programas finalísticos do órgão, bem como de interlocução com o órgão central de planejamento nas atividades de formulação e revisão de políticas e de programas, como forma de harmonizar as propostas.

Os seguintes resultados foram alcançados em 2000: edição do Balanço Energético Nacional 2000; publicação do Plano Decenal de Expansão 2000-2009; instituição do Reseb - COM com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo projeto Reseb - Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro; estruturação do CNPE - Conselho Nacional de Política Energética - órgão de assessoramento do Presidente da República, com aprovação do seu regimento interno e instituição dos oito Comitês Técnicos: CT1 - Consumidores e tarifas, CT2 - Planejamento do suprimento de energia elétrica, CT3 - Matriz energética, CT4 - Eficiência energética, CT5 - Fontes renováveis complementares, CT6 - Importação de energia e sistema nacional de estoques de combustíveis, CT7 - Meio Ambiente, CT8 - Atração de investimentos e riscos regulatórios.

Concepção

Em 2001, foram os seguintes: Elaboração do Balanço Energético Nacional 2001; elaboração do Plano Decenal de Expansão 2001 - 2010, em parceria com as empresas do setor de energia, sob coordenação do CCPE - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos; relatório final do Reseb-COM (Reorganização do Setor Elétrico), encaminhado à GCE - Câmara de Gestão da Crise de Energia; elaboração de uma versão da Matriz Energética Nacional (Comitê Técnico 3 - CNPE); produção de 14 relatórios referentes aos estudos para formulação da Política Energética Nacional: Projeto de Lei sobre os subsídios para o Gás Liquefeito de Petróleo - GLP; importação e exportação de energéticos; consumidor, tarifas e preços; importação de energéticos e Sistema Nacional de Combustíveis; eficiência energética; gás natural; liberação do mercado de combustíveis e manutenção do controle de preços do gás natural; geração termelétrica a carvão mineral; central hidrelétrica de Belo Monte; empreendimento de geração termonuclear - Angra III; planejamento e suprimento de energia elétrica; fontes renováveis complementares e meio ambiente. Todos esses relatórios podem ser adquiridos por contato com a Secretaria de Energia do MME. Ao final de 2001, os comitês técnicos do CNPE foram reestruturados, passando a ter a seguinte composição: CT1- Consumidores e tarifas, CT2 - Planejamento do suprimento de energia elétrica, CT3 - Gestão de demanda de energia, CT4 - Sistema nacional de estoques de combustíveis, CT5 - Energia e meio ambiente, CT6 - Ajustes institucionais e atração de investimentos no setor energético, CT7 - Universalização no fornecimento de eletricidade, CT8 - Relações com países vizinhos na área de energia.

Os principais problemas enfrentados nesse ano foram o fluxo inadequado de informações entre o MME e suas agências reguladoras e a ausência de uma estrutura permanente formada por servidores de nível superior no Ministério. A estratégia inicial foi alterada pela gestão atual, que começou seus trabalhos em março de 2001. Devido a essa transição da administração do

Gerente:

Sérgio Valdir Bajay

Programa, alguns trabalhos foram complementados em 2002 por meio do convênio com o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, firmado no final de 2001. Para suprir a falta de pessoal capacitado foram feitas parcerias com o CCPE (representantes dos agentes do setor) e da Secretaria de Energia do Estado de SP.

Em 2002 os cortes sofridos no orçamento dificultaram, ou mesmo inviabilizaram, a execução de algumas metas. A solução foi a utilização dos recursos do convênio PNUD e parcerias com outras instituições. Os seguintes resultados foram alcançados no ano: edição do Balanço Energético Nacional 2002 (BEN); criação da Comissão Permanente para Consolidação de Balanços Energéticos, com o objetivo de revisar/aperfeiçoar a metodologia e a elaboração do BEN, fomentar a elaboração dos balanços energéticos estaduais e articular com os Estados Federativos a padronização dos balanços estaduais com o nacional; desenvolvimento inicial do Sistema Nacional de Informações Energéticas - SNIE, incluindo a formação de um grupo de trabalho com representantes dos principais agentes do setor energético no fornecimento e utilização das informações, com o objetivo de definir as principais informações a serem incluídas no sistema e institucionalizar o fluxo entre os agentes, visitas a entidades que já possuíam sistemas desenvolvidos, criação de um portal que reúne todas as informações disponíveis nos sites dos agentes, definição das grandezas que farão parte do sistema e concepção de sua estrutura organizacional; participação no Comitê de Revitalização da CGCE - Câmara de Gestão do Setor Energético, fornecendo subsídios para a elaboração dos relatórios de progresso nos. 1, 2 e 3; realização de um convênio de apoio técnico com a Petrobras para suporte às atividades de planejamento energético; elaboração de um relatório de planejamento indicativo para o setor de petróleo e gás natural; elaboração dos Planos Decenais 2002-2011 e 2003-2012, este como sumário executivo. No âmbito do CNPE, foram concluídos os seguintes relatórios técnicos: Angra III; Belo Monte; Revisão da matriz energética nacional; estoques de combustíveis; universalização no fornecimento de eletricidade; gestão da demanda de energia e eficiência energética.

Nesse ano foi extinta a GCE e criada a CGSE - Câmara de Gestão do Setor Energético, que atua no MME junto ao CNPE. As ações do programa: Estudos para Formulação da Política Energética Nacional e Estudos para Reorganização do Setor Elétrico estão sendo implementadas pela CGSE, no âmbito do CNPE. As principais realizações do CNPE e da CGSE foram a emissão de 12 resoluções:

Resolução nº 1 - Cria Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar e apresentar plano de viabilização para a implantação do empreendimento UHE Belo Monte;

Resolução nº 2 - Prorroga o prazo para apresentação do plano de viabilização do empreendimento CHE Belo Monte;

Resolução nº 3 - Cria o Comitê Técnico 8, que terá como objetivo propor políticas para nortear as negociações com países vizinhos na área energética;

Resolução nº 4 - Estabelece diretrizes para a ação da Agência Nacional do Petróleo - ANP na proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de combustíveis;

Resolução nº 5 - Propõe diretrizes para a proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de energia nos Leilões Públicos de Energia Elétrica;

Resolução nº 6 - Propõe diretrizes para regulamentar a redução do número de submercados de energia elétrica;

Resolução nº 7 - Propõe a aplicação dos Valores Normativos vigentes até a data da edição da Resolução Aneel nº 248, de 6 de maio de 2002, para a energia gerada pelos empreendimentos que especifica, e dá outras providências;

Resolução nº 8 - Estabelece condições para a retomada do empreendimento de Angra III pela Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear;

Resolução nº 9 - Cria Grupo de Trabalho, com o objetivo de analisar os reflexos da aplicação da metodologia da revisão tarifária periódica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e os seus impactos na capacidade de investimento e prestação de serviço por parte das concessionárias de distribuição;

Resolução nº 10 - Cria Comitê Interministerial com a finalidade de estabelecer as diretrizes e prioridades para a concessão da subvenção econômica às tarifas de fornecimento de energia elétrica;

Resolução nº 11 - Estabelece diretrizes para a regulamentação do disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 64, de 26 de agosto de 2002, e dá outras providências; e

Resolução nº 12 - Estabelece diretrizes para celebração, substituição e aditamento de contratos de fornecimento de energia e para política tarifária e de preços da energia vendida pelas concessionárias ou permissionárias de serviço público de geração ou de distribuição de energia elétrica.

Os principais problemas de implementação ocorridos nesse ano tiveram sua origem na proposta de reestruturação do MME, que não se verificou devido às mudanças na gestão do Ministério, causando um atraso no início das atividades de aproximadamente cinco meses. Outro ponto a ser destacado é a carência de pessoal tecnicamente qualificado, o que ainda não pôde ser resolvido, agravado pelo contingenciamento dos recursos orçamentários. Para minimizar esse problema, o convênio PNUD propiciou a contratação de técnicos, que possibilitaram a execução de várias das ações relacionadas acima.

O aspecto da parceria com agentes do setor foi muito importante para o sucesso das atividades propostas, tendo alcançado sucesso no cumprimento das metas. São elas:

- Parceria com os vários agentes do setor para elaboração do Plano Decenal, no âmbito do CCPE;
- Parceria com a CGSE, com o fornecimento de subsídios para elaboração dos relatórios do Comitê de Revitalização;
- Parceria com os principais agentes do setor, com a formação de um grupo técnico, para viabilizar o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Energéticas;
- Parceria de cooperação técnica realizada entre a Secretaria de Energia /MME e a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo na Secretaria de Energia/ MME para a elaboração dos Balanço Energético Nacional 2001, 2002 e 2003.

Os três principais resultados alcançados em 2002 foram:

- 1) As 12 resoluções emitidas CGSE, no âmbito do CNPE, viabilizaram a implementação das seguintes ações do Programa: Estudos para Formulação da Política Energética Nacional e Estudos para Reorganização do Setor Elétrico;

- 2) Elaboração dos Planos Decenais 2002-2011, sumário executivo e edição completa, e 2003-2012, sumário executivo;
- 3) Edição do Balanço Energético Nacional 2002 (BEN) e criação da Comissão Permanente para Consolidação de Balanços Energéticos (Portaria MME nº 549 - 5/11/2002), com o objetivo de revisar/aperfeiçoar a metodologia e a elaboração do BEN, fomentar a elaboração dos balanços energéticos estaduais e articular com os Estados Federativos a padronização dos balanços estaduais com o nacional.

As orientações do Comitê de Revitalização do Setor Elétrico, a conveniência de acabar com a dependência de recursos tecnológicos e humanos dos agentes setoriais, as recomendações do TCU de fortalecimento das estruturas de planejamento do MME levaram o Ministério a assumir os seguintes compromissos para 2003:

- 1) Reestruturação do MME;
- 2) Criação de um quadro de carreira permanente para o MME;
- 3) Criação de um órgão de apoio ao planejamento energético, vinculado ao MME.

Outros compromissos ligados diretamente à Secretaria de Energia e suas Coordenações são:

- 1) Acompanhamento do Contrato de Gestão com Aneel e participação no GT, cujo objetivo é definir a matriz de responsabilidades, interfaces e fluxo de informações entre o MME e a Aneel, com objetivo de facilitar a implementação das políticas, diretrizes e planejamento setorial;
- 2) Consolidação do Plano de Longo Prazo - Projeção da Matriz Energética 2022;
- 3) Avaliação e desenvolvimento de metodologias de planejamento global de energia;
- 4) Elaboração do BEN2003;
- 5) Articulação com as Secretarias de Energia Estaduais, firmando acordos de cooperação técnica para elaboração dos balanços estaduais, estabelecendo diretrizes, metodologias, rotinas de trabalho e critérios de compatibilização com o BEN;
- 6) Implementação do Sistema Nacional de Informações Energéticas - SNIE, com a disponibilização de um sistema piloto.

..... **Concepção**

A demanda da sociedade que deu origem à missão do Ministério de Minas e Energia, no que se refere à questão energética: "Garantir o atendimento das necessidades de energia do Brasil (famílias, sistema produtivo e sociedade), de forma sustentável, aos menores custos e de acordo com os interesses nacionais". Para tanto o programa "Gestão da Política Energética" busca apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia, por meio do desenvolvimento das suas ações.

O atendimento a essa demanda ficou prejudicado durante a crise de energia em 2001. Para solucionar a questão, o Governo criou a CGE, com o objetivo de coordenar e acompanhar as ações necessárias para enfrentar o problema, e contou, principalmente, com a participação e apoio de toda a sociedade.

Demandas mais específicas existem na questão do fornecimento de informações consistentes, de qualidade confiável e de fácil acesso à sociedade e ao setor energético.

Questões a serem analisadas para o aprimoramento da execução do Programa:

- 1) Deve haver maior articulação do gerente com os coordenadores de ações vinculadas a outras entidades. Por exemplo, neste programa existem as ações: "Implantação da rede de centros de excelência em regulação de mercados de energia" e "Manutenção da rede de centros de excelência em regulação de mercados de energia";
- 2) Deve ser buscada uma nova forma de coordenação para avaliação dos resultados obtidos. Deve ser considerada a possibilidade de se criar meios para participação da sociedade, que subsidiem a formulação de diretrizes e políticas públicas de energia, pois canais de participação da sociedade descentralizam o controle dos resultados e promovem o controle pelo próprio público-alvo do programa.

Os principais problemas de implementação ocorridos nesse ano tiveram sua origem na proposta de reestruturação do MME, que não se verificou devido às mudanças na gestão do Ministério, causando um atraso no início das atividades de aproximadamente cinco meses. Outro ponto a ser destacado é a carência de pessoal tecnicamente qualificado, o que ainda não pôde ser resolvido, agravado pelo contingenciamento dos recursos orçamentários. Para minimizar esse problema, o convênio PNUD, assinado em dezembro de 2001, propiciou a contratação de técnicos, que possibilitaram a execução de várias das ações.

Implementação

Para 2003, está prevista uma proposta orçamentária que para algumas ações do programa (estudos para formulação da política energética nacional, elaboração da matriz energética nacional e desenvolvimento do sistema nacional de informações energéticas), fica aquém do total previsto inicialmente, na elaboração do PPA 2000-2003. Isso possivelmente inviabilizará o alcance de todas as metas físicas inicialmente propostas para o programa. Recomenda-se que, como o orçamento do PPA é feito por quatro anos consecutivos, a parcela de cada ação para cada ano deveria ser alocada de forma que, no final, a totalidade da proposta inicial seja respeitada.

A estrutura do MME está organizada de maneira verticalizada, com as ações distribuídas pelas coordenações gerais da SEN. A gestão não se dá pela execução do programa como um todo, mas cada coordenação tenta executar suas ações, sem se preocupar muito com o desenvolvimento do programa na qual elas estão inseridas.

Quanto à política de RH, o MME não dispõe de uma política de capacitação que seja adequada às especificidades exigidas a técnicos que venham desempenhar atividades na área energética. Há uma nítida necessidade de investimentos em capacitação de recursos humanos, além das áreas técnicas, que tenham condições de montar, acompanhar e gerir contratos, convênios e licitações. A capacitação de técnicos, para atender necessidades pontuais das coordenações, está prevista para 2002/2003, com a utilização dos recursos do convênio PNUD. Para continuidade dos trabalhos de elaboração do BEN, o Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SEN/MME e Secretaria de Energia do Estado de São Paulo - Seesp - prevê o treinamento da equipe do Ministério.

As parcerias firmadas no período têm alcançado sucesso no cumprimento das metas propostas. Como a parceria com o CCPE para a elaboração do Plano Decenal e a parceria entre a SEN/MME e Seesp para elaboração do BEN. A parceria com os agentes do setor para a conclusão dos relatórios do CNPE, do projeto Reseb-COM e do Comitê de Revitalização da CGSE.

Este Programa não conta com mecanismos para a participação da sociedade, nem para avaliar o seu grau de satisfação. Uma possibilidade seria a participação de representantes da sociedade nas comissões e/ou grupos criados para discutir as diretrizes que serão definidas para o setor.

Indústria Petroquímica

Resultados O Programa **Indústria Petroquímica** tem como objetivo principal ampliar oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento do mercado.

O indicador Participação da Produção Nacional de Petroquímicos Básicos no Consumo de Petroquímicos Básicos é a relação percentual entre a produção nacional de petroquímicos básicos e o consumo de produtos básicos da indústria petroquímica. No início do PPA o índice era de 80% e ao final do PPA o índice esperado era de 90%, mas o índice atual já é de 92%.

A política de investimentos da Petrobras/Petroquisa para o setor, no período compreendido entre 2000 a 2002, está baseada na formação de parcerias e alianças com outros grupos empresariais nacionais e internacionais.

Fazem parte do Programa projetos que estão alinhados com a visão estratégica para o país pois, por meio do aumento da competitividade em termos de escala produtiva e redução de custos de produção, resultam em substituição de importações, diminuição da dependência externa e, conseqüentemente, da saída de divisas, auxiliando no equilíbrio da balança comercial brasileira. Além disso, contribuem para geração de empregos e na preservação do meio ambiente, com base nos critérios estabelecidos pelos órgãos federais e estaduais competentes.

Baseado nessa estratégia a Petrobras/Petroquisa participou das seguintes ações do Programa em 2002:

Complexo de Ácido Acrílico

Encontra-se ainda em fase negociações para formação de uma joint-venture a implantação de uma unidade produtora de ácido acrílico e resinas superabsorventes (SAP), atualmente importados, utilizando o propeno da Refinaria Henrique Lage - Revap (SP), onde a participação da Petrobras deverá ser 35% do capital votante para uma capacidade de 80.000 t/a de ácido acrílico. O ácido acrílico é intermediário na produção de polímeros superabsorventes utilizados, principalmente, em fraldas descartáveis

Pólo Gás - Químico do Rio de Janeiro

Implantação do Pólo Gás Químico no Rio de Janeiro, iniciado em 2000, pela Rio Polímeros S.A., que conta com a participação acionária Petroquisa (16,7%) em parceria com os grupos Unipar (33,3%), Suzano (33,3%) e do BNDESpar (16,7%) do capital votante.

O projeto consiste em um complexo integrado de produção de 500 mil ton/ano de eteno e 515 mil ton/ano de polietilenos, localizado próximo à Refinaria de Duque de Caxias - Reduc (RJ), utilizando como matéria-prima o etano e propano separados do gás natural da Bacia de Campos, a ser fornecido pela Petrobras. Será o primeiro complexo petroquímico a ser baseado em gás natural.

O investimento global está estimado, pela Rio Polímeros, em torno de R\$ 3 bilhões, dos quais 40% de capital próprio e 60% financiados. Foram realizados, desde o seu início, em 1996, até dezembro de 2002, investimentos da ordem de R\$ 1.300 milhões representando um progresso físico de 68% da engenharia e 10% da construção civil e de acordo com o previsto, o início da operação está programado para 2005 e a formação da mão-de-obra especializada, profissional e operadores industriais para trabalhar no complexo petroquímico se encontra em processo de seleção.

Gerente:

Reinaldo Aparício Rodrigues

A Rio Polímeros visa a comercializar 70% da produção de polietilenos no mercado interno, exportando o restante.

A alocação de recursos para os investimentos de implantação do Pólo Gás Químico do Rio de Janeiro é obrigação dos acionistas da Rio Polímeros e dos financiadores do projeto. Os agentes financiadores do pólo são: BNDES, SACE - agência de fomento italiana.

O projeto de implantação do Pólo Gás Químico do Rio de Janeiro conduzido pela Rio Polímeros S.A. conta uma infra-estrutura de apoio até então adequada e de recursos materiais apropriados.

.....
A origem do programa está estruturada no potencial de crescimento da demanda por produtos petroquímicos. Vale citar que a expectativa em relação à demanda é otimista sobretudo quando observamos a grande expansão de vendas de termoplásticos - segmento importante da segunda geração do setor - resultante dos impactos positivos da estabilização de preços.

Concepção

.....
A estratégia de implementação consiste em aumentar o valor agregado de correntes do refino ou do gás natural como insumo da indústria petroquímica, através de parcerias com empresas privadas visando à integração do refino com a primeira geração - centrais de matérias-primas - e segunda geração - produção de resinas - do setor.

Implementação

O desempenho físico e a implementação das ações do Programa **Indústrias Petroquímicas** não encontraram obstáculos em nenhuma unidade administrativa de qualquer Ministério.

Com todas as dificuldades e mudanças ocorridas no período de 2002, o objetivo principal de alimentar o mercado de oferta de produtos básicos da indústria petroquímica foi atingido.

Integração Elétrica Norte-sul

Resultados

Os principais objetivos norteadores do Programa são otimizar o aproveitamento do potencial hidrológico dos sistemas energéticos Norte/Nordeste e Sul/Sudeste e suprir de energia elétrica a região compreendida pelos Estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal, e sudeste do Pará

Apesar das dificuldades encontradas no período, tais como: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do Programa Prioritário de Termelétricas, não funcionamento do MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais, houve grandes realizações no período, como:

- Entrada em operação da 13ª. máquina da UHE Tucuruí (2ª. fase), em Dez/2002.
- Conclusão da construção do Sistema de transmissão UHE Lajeado - Miracema.
- Conclusão parcial da Interligação Sudeste-Nordeste, ligando Goiás (Serra da Mesa) à Bahia (Governador Mangabeira).
- Conclusão da UHE Cana Brava.
- Conclusão da UHE Lajeado.

Principais resultados previstos para 2003:

- Interligação Norte Sul II, ligando o Maranhão (Imperatriz) ao Distrito Federal (Samambaia).
- Conclusão da UHE Queimado.
- Entrada em operação de mais três máquinas da UHE Tucuruí - 2ª. fase.
- Implantação de usinas térmicas em Brasília e em Goiânia, para receberem o gás natural da Bolívia.

Em termos de oportunidades, a crise da oferta de energia gerou oportunidades para as empresas estatais em novos empreendimentos. Outro aspecto positivo foi o uso racional da energia.

O indicador de consumo alcançou o índice de 12.277 GWh, sendo menor do que o esperado, naturalmente por causa dos aspectos já citados, quais sejam:

- crise da oferta de energia elétrica
- não cumprimento do cronograma de implementação do PPT
- conjuntura econômica mundial desfavorável

A taxa de atendimento alcançou, no ano de 2002, 89%.

De maneira geral, os resultados alcançados até o momento asseguram o cumprimento das metas estabelecidas no horizonte do Programa.

Gerente:
Inexistente

Concepção

O que originou o Programa foi a estagnação de investimentos no setor no início da década (1990). O sistema elétrico apresenta grandes extensões de LTs a parque gerador hidrelétrico. O Programa Avança Brasil introduziu significativas melhorias com investimentos na expansão e nas melhorias do sistema físico, trazendo mais confiabilidade operacional. Ressalta-se a expansão da capacidade instalada com as térmicas.

Aliada aos programas de energia, foi criada, em 2001, a Cia. Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, além das Usinas Térmicas contempladas no PPT como forma de amenizar (resguardar) situações como a ocorrida durante o racionamento de energia elétrica.

No ano de 2002 foram criadas, pelo MME, reuniões de acompanhamento, com ênfase no desenvolvimento físico das Ações dos Programas de Energia, também sendo tratados os problemas que dificultavam a boa gerência do Programa.

Implementação

O Setor de Energia é dinâmico e tem-se mostrado sempre em expansão, apesar das dificuldades encontradas. O período 2000-2002 apresentou algumas surpresas, tais como: crise da oferta de energia elétrica, não cumprimento do cronograma de implementação do PPT, não funcionamento do MAE, conjuntura econômica mundial desfavorável, indefinição de políticas regulatórias, morosidade na obtenção de licenças ambientais. Qualquer planejamento para período com mais de 2 anos precisará ser revisto. Para isto temos a PLOA, que o corrige anualmente. Quanto a prazos, estes também precisam ser revistos, até porque o cumprimento dos mesmos depende de verba disponível. Acredita-se que poderá haver sempre alguma defasagem entre planejado e realizado.

Atualmente no setor elétrico existe uma grande carência de recursos humanos para gerir seus próprios negócios com eficácia. Pela quantidade de informações e pelo trabalho necessário em observância às exigências e solicitações do SIGPlan, ocorre uma demanda extra de trabalho para os profissionais envolvidos.

Para as ações orçamentárias, o fluxo de recursos financeiros não impactou negativamente na sua execução. Vale lembrar, no entanto, que muitas ações são de responsabilidade do setor privado.

A questão ambiental ainda é uma restrição a ser superada para a melhoria do desempenho de certas ações. Encontram-se nesta lista :

- 5171 - Implantação da UHE São Salvador de 240 MW - Os estudos de impacto ambiental oferecido pela Aneel, juntamente com os demais documentos da Concessão, foram considerados insatisfatórios pelo Ibama.
- 9306 - Implantação de sistema de transmissão Serra da Mesa (GO) - Bom Jesus da Lapa (BA) - Governador Mangabeira (BA) (1.050 Km de linha de transmissão de 500 KV) - A obra sofreu embargo no trecho pertencente ao Parque da Chapada dos Veadeiros conforme Ofício do Ibama 288/02 de 15/04/02.
- 9313 - Implantação de UHE Queimados (MG/GO) DE 105 MW - O processo de renovação de Licença de Instalação foi atrasado pelo Ibama.

Ademais, o tratamento das metas físicas, no caso do setor elétrico, deve ser diferenciado, tendo em vista as particularidades do mesmo (por exemplo, obras licitadas pela Aneel). O Gerente do Programa deveria poder interagir com o Ministério do Planejamento para discutir formas de atualização/alteração das metas físicas.

As Ações de Empresas Privadas poderiam estar disponíveis para o Ministério do Planejamento diretamente pela Aneel, visto que esta instituição, como órgão regulador, recebe-as mensalmente. Ratificamos também a solicitação de abrir senhas para atualização do SigPlan por Agente Estatal (para Ações de responsabilidade das Estatais), com posterior aprovação do Gerente do Programa e envio ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com prazos compatíveis aos exigidos pelo Ministério.

Como melhoria na estratégia de implementação, sugerimos intensificar a interação entre Gestores e Executores que fazem interface com as Ações (MME, Ministério do Meio Ambiente, Funai, Ibama, Ministério dos Transportes, Ministério das Comunicações, BNDES, etc.), assim como intensificar a interação entre os diversos órgãos envolvidos nas Ações de Programa (CCPE, Secretaria de Energia, ONS, Aneel)

Luz no Campo

.....

O objetivo do Programa é suprir de energia elétrica as áreas rurais não-atendidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no campo. Os resultados globais alcançados durante 2002 atenderam as expectativas, porém algumas empresas ainda apresentam metas atrasadas em relação ao cronograma inicial contratado. De qualquer forma, a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador até o final do Plano (2003) é considerada alta, estando acima de 90%.

Resultados

Nessa linha, está em desenvolvimento uma pesquisa que visa medir o impacto do Programa junto ao público beneficiado. Os resultados serão publicados via internet no site do Programa **Luz no Campo**.

.....

O Programa proporciona desdobramentos sociais importantes e está promovendo parcerias com outros programas de cunho social, como exemplo, comunidade solidária, projeto alvorada, Programa de assentamentos do Incra. Promove a permanência do homem no campo, evitando o êxodo rural, bem como o aumento da qualidade de vida no meio rural. O Programa incentiva a criação de outras ações vinculadas ao incentivo da permanência e sobrevivência do produtor rural em sua propriedade.

Concepção

O Programa tem apresentado bom desempenho, não cabendo alterações. Há, porém, possibilidade de melhoria na estratégia de implementação do programa, ao aprimorar-se a articulação com os Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário com o intuito de melhorar as ações do Programa junto aos assentamentos e outros municípios.

.....

O Programa é desenvolvido pelas distribuidoras de energia elétrica e supervisionado pela Eletrobrás, que é a gestora e financiadora do Programa.

Implementação

Existe, em execução, uma pesquisa de campo que visa a medir os impactos do Programa junto ao público-alvo, esta pesquisa tem âmbito bastante abrangente e será divulgada pelo *site* do Programa.

Gerente:
Inexistente

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Resultados

O Programa tem por objetivo o aumento da oferta de óleo e gás natural ao mercado, visando suprir mercado nacional para diminuir dependência externa. Como estratégia de implementação, optou-se pelo crescimento focado em águas profundas (profundidade de água acima de 400 metros), pela priorização de áreas com acesso ao mercado existente ou potencial, pela otimização dos processos produtivos, por um maior aproveitamento do gás natural, pela alavancagem de negócios por meio de parcerias financeiras e industriais, que assegurem o mercado para produção e priorizou-se o respeito ao meio ambiente, em total atendimento à legislação ambiental.

O indicador Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural é a relação entre o somatório da produção, no ano, de óleo e líquido de gás natural e o número de dias do ano. O índice no início do PPA era de 1.131,838 mil barris por dia, o índice atual é de 1.500,054 mil barris por dia. O índice esperado ao final do PPA é de 1.590,000 mil barris por dia.

O indicador Produção Média de Gás Natural é a relação entre o somatório da produção, no ano, de gás natural e o número de dias no ano. O índice no início do PPA era de 32,597 milhões de m³ por dia, o índice atual é de 41,855 milhões de m³ por dia. O índice esperado ao final do PPA é de 45,3 milhões de m³ por dia.

A produção média da Petrobras no Brasil em 2002 foi de 1,5 milhão de barris por dia (bpd) de óleo, líquido de gás natural (LGN) e condensado, 0,7% acima da meta de 1,49 milhão de bpd, representando um crescimento de mais de 12% em relação à produção do ano anterior. A produção total de gás natural foi de 41,9 milhões de m³ por dia, 9% maior em relação a 2001.

Desta forma, a produção média total da companhia no Brasil atingiu 1,75 milhão de barris de óleo equivalente por dia (boed), o que também representou um crescimento de 12% em relação ao ano anterior e, ainda, a expressiva média de 11% ao ano nos últimos cinco anos, mais de dez vezes a taxa observada em companhias de petróleo do porte da Petrobras, que é da ordem de 1% ao ano.

O crescimento da produção doméstica é orgânico, o que realça o desempenho da companhia em relação às principais empresas do setor, cujos índices incluem acréscimos na produção oriundos de fusões e aquisições.

Este desempenho da produção em 2002 se deveu, principalmente:

- Destacada performance operacional do campo de Marlim Sul, tendo a plataforma P-40 atingido 150 mil barris por dia de produção de óleo com apenas seis meses de operação;
- Entrada em operação de novos poços na Bacia de Campos, principalmente nos campos de Marlim Sul, Marlim, Albacora e Espadarte;
- Início do teste de longa duração no campo de Jubarte (teste com o navio de posicionamento dinâmico Seillean), a partir de uma nova descoberta confirmada em 2002, com uma produção média de 16 mil barris por dia de óleo a partir de 24 de outubro.
- Retomada da produção no Campo de Roncador no início de dezembro, com a entrada em operação de mais uma plataforma de produção (FPSO Brasil). Com essa nova plataforma, a produção em Roncador deverá atingir 90 mil barris de óleo por dia ainda no primeiro semestre de 2003.

Gerente:

José Luiz Marcusso

Além disso, em 2002, ocorreram sucessivas quebras de recordes, quando se superou a produção média mensal de 1.500 mil barris por dia de óleo e LGN em sete meses do ano. Em agosto, foi atingida a produção média mensal recorde de 1.551 mil barris por dia. O recorde de produção diária, de 1.616 mil barris por dia de óleo e LGN, foi estabelecido em 12 de maio quando, pela primeira vez, a Companhia ultrapassou a marca dos 1.600 mil barris no Brasil.

Um dos grandes benefícios da produção da Petrobras no Brasil em 2002 foi a manutenção da tendência declinante da taxa de dependência externa de petróleo. Essa taxa era de 50% em 1995, passando a 27% em 2001 e atingindo apenas 15% em 2002. As exportações de petróleo e derivados aumentaram em 55%, sendo que o maior ganho ocorreu nas vendas de óleo bruto, cujos embarques do produto cresceram 149%, tornando a Petrobras a empresa brasileira com maiores volumes de exportação. Sozinha, a Petrobras respondeu por cerca de 25% do saldo comercial do Brasil com o exterior, tendo contribuído de forma decisiva para a redução da vulnerabilidade externa do País.

Vale lembrar que, atualmente, a Petrobras responde por mais de 99% da produção nacional de petróleo e mais de 95% da produção nacional de derivados.

O esforço exploratório realizado durante o ano resultou em importantes descobertas no Brasil. No mar, onde ocorreram dez descobertas, os principais resultados exploratórios do ano foram obtidos nos blocos BS-500, na Bacia de Santos, e BC-60, na Bacia de Campos, ambos exclusivos da Petrobras, assim como nas áreas dos campos de Espadarte e Albacora, também na Bacia de Campos.

No BS-500 foram realizadas duas descobertas que comprovaram expressivos volumes de óleo, porém de baixo grau API.

No BC-60, além da comprovação, por meio de poços de extensão, dos volumes descobertos em 2001 no Campo de Jubarte, com reservas estimadas de 600 milhões de barris de óleo equivalente, confirmou-se a produtividade dos reservatórios arenosos. Esta descoberta se reveste de particular importância, pois representa a maior descoberta feita pela Petrobras desde Roncador, em 1996. Além disso, como uma das notícias mais importantes do ano, confirmando a região norte da Bacia de Campos como uma nova província petrolífera, foi descoberta uma nova acumulação pelo poço 1-ESS-116, denominada Cachalote, ao norte do Campo de Jubarte, que acresceu reservas estimadas de 300 milhões de barris de óleo equivalente.

As descobertas nas áreas dos campos de Espadarte e Albacora, além dos expressivos volumes, são importantes por se situarem em regiões com infraestrutura de produção instalada, o que permite seu rápido aproveitamento. Com os resultados decorrentes desse processo de re-exploração, o campo de Albacora, por exemplo, voltou a produzir acima de 145 mil bpd, recuperando, então, os elevados níveis de produção verificados em 1999. Em terra, houve duas descobertas importantes na Bacia Potiguar, nas áreas dos atuais campos de Boa Esperança e Canto do Amaro, localizados no Estado do Rio Grande do Norte.

Essas descobertas, somadas à transformação de reservas prováveis em provadas, possibilitaram a incorporação de 1,95 bilhão de barris de óleo equivalente em 2002, um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Assim, no Brasil, as reservas provadas de óleo, condensado e gás natural, contabilizadas pelos critérios da Society of Petroleum Engineers - SPE, atingiram a expressiva marca de 11,01 bilhões de boe, com índice de reposição de reservas provadas de 321%, o que significa que foram incorporados novos volumes que repõem em mais de três vezes o volume produzido no ano, que foi de 605 milhões de barris de óleo equivalente. A relação reserva/produção (R/P), considerando-se óleo, condensado e gás natural, manteve-se em 18 anos.

Além disso, como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio ambiente, a taxa de frequência de pessoas acidentadas com afastamento, incluindo empregados próprios e contratados, foi de 1,28 pessoa por milhão de homens-hora expostos ao risco, representando uma redução de mais de 45% em relação à taxa registrada em 2001, e de mais de 86% em relação à taxa verificada em 1997.

O índice de meio ambiente foi de 0,07 metro cúbico derramado por 100 mil metros cúbicos produzidos, representando uma redução de mais de 99% do índice registrado em 1997.

O índice de aproveitamento do gás produzido na Bacia de Campos atingiu a média de 73%, proporcionando um crescimento de 11 pontos percentuais em relação ao índice realizado em 2001, tendo a Petrobras superado a meta estabelecida pela ANP.

O custo de extração do petróleo produzido, sem a parcela das participações governamentais, foi de US\$3,00 por barril de óleo equivalente, representando uma redução de 8% em relação ao nível registrado em 2001, notadamente por conta do expressivo incremento de 12% obtido com a produção nacional de petróleo.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- descobertas importantes: Jubarte e Cachalote: Em 2002, além da comprovação, por meio de poços de extensão, dos volumes descobertos em 2001 no Campo de Jubarte, confirmou-se a produtividade dos reservatórios arenosos. Este campo está localizado no bloco marítimo BC-60, no norte da Bacia de Campos, no litoral do Espírito Santo. Suas reservas são estimadas em 600 milhões de barris de petróleo de barris de óleo equivalente, tendo o óleo uma qualidade de 17 graus API. Esta descoberta se reveste de particular importância, pois representa a maior descoberta feita pela Petrobras desde Roncador, em 1996. Em dezembro, a Petrobras divulgou uma das notícias mais importantes do ano, confirmando a região norte da Bacia de Campos como uma nova província petrolífera, com a descoberta do campo de Cachalote, localizado a cerca de 10 quilômetros do campo de Jubarte. O poço descobridor 1-ESS-116 atravessou reservatórios saturados de óleo de 19 graus API, proporcionando reservas estimadas de 300 milhões de barris de óleo equivalente que, somadas às reservas do campo de Jubarte, totalizam 900 milhões de BOE em reservas já descobertas no bloco BC-60. As reservas potenciais desses dois campos formam um complexo que representa a quinta maior reserva total da Petrobras no Brasil.
- crescem as reservas provadas e o índice de reposição: Ao final de 2002, as reservas provadas no Brasil, contabilizadas pelos critérios da Society of Petroleum Engineers - SPE, atingiram a expressiva marca de 11,01 bilhões de barris de óleo equivalente, quase 14% superior às reservas provadas registradas ao final de 2001, e um índice de reposição de reservas provadas de 321%, o que significa que foram incorporados novos volumes que repõem em mais de três vezes o volume produzido no ano, que foi de 605 milhões de barris de óleo equivalente. Deve-se ressaltar que o índice de reposição de reservas provadas brasileiras realizado em 2002 é um dos maiores da história da atividade de Exploração & Produção da Petrobras no Brasil, superando significativamente a média registrada de 1998 a 2001, de 158%, bem como os índices de outras companhias de petróleo do porte da Petrobras, que têm sido da ordem de 100%. Esse índice é a base de sustentação de longo prazo de uma companhia de petróleo e a principal razão de toda a movimentação de fusões e aquisições ocorridas nos últimos anos. Tal onda de fusões e aquisições faz com que o índice da Petrobras seja ainda mais impressionante, pois é orgânico e o das empresas congêneres inclui essas movimentações;

- Roncador volta a produzir: Apesar de não ter contribuído significativamente para o nível de produção alcançado em 2002, deve-se destacar a retomada da produção do campo de Roncador em 08 de dezembro, a partir do FPSO Brasil, devendo a produção desse sistema atingir 60 mil barris por dia de óleo em fevereiro de 2003 e 90 mil barris por dia ainda no primeiro semestre de 2003.

Para 2003 espera-se que a produção de óleo, LGN e condensado atinja 1.590 mil bpd e a produção de gás natural a 45,3 milhões de m³/dia. Esta produção é 2 % inferior ao valor da produção de óleo informado no PDG 2003 (1.620 mil bpd) e 9% menor que a de gás (49,7 milhões). No entanto, se comparada à realização de 2002, representa um acréscimo de 6 % na produção de óleo (1.500 mil bpd) e 8% na de gás (41,9 milhões). Ressalte-se que nos valores informados estão incluídos as parcelas referentes à produção de óleo e de gás do Xisto.

A produção de gás, excluindo-se a parcela liquefeita prevista para 2003, é de 43,0 milhões de m³/dia. Esta é a parcela de gás que deve ser adicionada à produção de óleo e lgn para obtenção da produção total de óleo equivalente, que chegaria, assim, a 1.860 mil boe/dia.

A redução na produção prevista deve-se: (a) acidente com a P-34 (Barracuda/Caratinga); (b) atraso do início de operação do FPSO-Brasil (Roncador); (c) postergação do início da produção da P-43 (Barracuda) e da P-48 (Caratinga) do segundo semestre de 2003 para o primeiro semestre de 2004; (d) atraso na entrada em produção do campo de Coral/Estrela do Mar.

A produção no campo de Roncador (FPSO Brasil) deve atingir 60 mil barris por dia de óleo em fevereiro de 2003 e 90 mil barris por dia ainda no primeiro semestre de 2003.

Espera-se, para o primeiro semestre de 2003, a entrada em produção dos campos Coral/Estrela do Mar e Bijupirá/Salema. Ambas as concessões estão em regime de parceria. A Petrobras é a operadora do primeiro campo, detendo 35% da concessão. O segundo campo é operado pela Shell, que detém 80%, tendo a Petrobras 20%.

.....
O Programa foi criado em resposta ao problema de suprimento da demanda de energia proveniente de petróleo, seus derivados e gás natural, necessária ao desenvolvimento do País, buscando a redução da dependência externa.

Concepção

Além disso, com o agravamento da crise energética em 2001, tornou-se imprescindível a diversificação da matriz energética do País, por de um maior aproveitamento do gás natural com fonte energética, principalmente, pela sua utilização em usinas termelétricas.

Nesse sentido, várias ações se fazem necessárias, tais como: descoberta e incorporação de novas reservas de petróleo e gás natural, aumento da produção de petróleo e gás natural, estímulo ao aumento da utilização de gás natural como combustível e na geração de energia, construção de usinas termelétricas.

Quanto à concepção do programa, no relatório de avaliação de 2000, verificou-se a necessidade de ajustes no Programa e ações. No decorrer de 2001, elaborou-se uma proposta que foi apresentada ao Ministério das Minas e Energia - MME, à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST. As alterações, que contemplaram produtos, metas físicas, natureza das ações e seus descritivos, foram inseridas no cadastro de ações para 2002 e estão refletidas

na LOA 2002. Com essas mudanças, alguns dos impactos sobre as metas físicas foram minimizados, entretanto, somente na avaliação relativa ao ano de 2003 poder-se-á afirmar com certeza qual foi a eficácia das alterações implementadas.

Além disso, por sermos uma empresa, outro ponto que merece um destaque especial seria uma maior flexibilidade do orçamento, que nos daria a tão necessária autonomia para tomadas de decisões que envolvem investimentos, em decorrência de oportunidades surgidas ao longo da execução do programa.

Independente da dinâmica e dos riscos oriundos do negócio, nem sempre as oportunidades podem ser previstas, principalmente quando decorrentes de eventos que ocorreram no processo de execução do Programa, com isso, elas ficam fora do PPA e às vezes surgem após a PLOA ou sua revisão. Por isso, a importância dessa flexibilidade, para se dispor do recurso de forma a se obter o melhor resultado com um menor custo.

..... **Implementação**

A proposta orçamentária para 2003 (PLOA), foi elaborada a partir das oportunidades observadas na carteira de projetos da Companhia, visando à incorporação de novas reservas e ao aumento da produção de petróleo e gás natural da Petrobras para 2003 e anos subsequentes.

Na elaboração da estratégia de implementação do programa foram buscadas alternativas de financiamento *off balance*, de forma a viabilizar o alcance das metas e, ao mesmo tempo, colaborar com o superávit primário.

Essas alternativas têm sido buscadas e utilizadas ao longo dos últimos anos, a saber:

- parcerias - esta alternativa se reveste de especial importância, pois as vantagens decorrentes da sua adoção vão além da simples alavancagem financeira, podendo, em muitos casos, agregar valor ao negócio.
- Project finance - é uma técnica de financiamento de um projeto a partir seu fluxo de caixa futuro. Esta alternativa tem sido empregada em vários de nossos projetos: Barracuda Caratinga, Marlim etc. No entanto, nem sempre essa é uma alternativa viável, dependendo da situação do mercado, principalmente no que diz respeito ao risco cambial, à exposição inflacionária, ao descasamento de moedas entre receitas e financiamentos, à aspectos legais e à carga fiscal.
- Subsídios fiscais - os subsídios fiscais do Repetro tem sido muito utilizadas ao longo desses 2 últimos anos. Na PLOA estamos estendendo essa utilização às plataformas convertidas, de forma a reduzir o custo.

Ainda assim, apesar de todos os nossos esforços, considerando apenas os investimentos com recursos próprios da Petrobras, a PLOA apresenta um acréscimo de 212%, em relação ao previsto originalmente no PPA, explicado principalmente pela variação da taxa de câmbio utilizada no período: 1,84 (PPA) x 2,42 (PLOA), indicando uma variação de 136%. Também contribuíram para o aumento a inclusão de novos projetos e a antecipação do projeto de Marlim Sul, visando minimizar os impactos ocasionados pelo acidente ocorrido em março de 2001 com a plataforma P-36. É importante ressaltar o peso do câmbio sobre os investimentos da empresa, visto que 70% de seus custos estão atrelados à moeda americana. Por outro lado, considerando-se que o PPA foi elaborado há 5 anos e que a nova proposta incorpora oportunidades surgidas nesses últimos anos, comparando-se a PLOA com a proposta de revisão do orçamento de 2002, observa-se um acréscimo de apenas 11%.

A realização física do programa ficou dentro do previsto. No entanto, algumas ações, tais como: Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural No Campo Petrolífero de Marlim Sul, Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga e Exploração de Petróleo e Gás Natural, apresentaram uma variação significativa, decorrente de ajustes feitos nos cronogramas dos projetos e que, apesar de terem sido solicitadas a tempo, essas alterações não foram ratificadas na MP nº 88/2002.

Essas diferenças refletem a dinâmica dos projetos da Petrobras versus a estática do orçamento.

Alterações de escopo, mudanças de prazos (postergações e antecipações), ocorrem e podem alterar a meta física de forma significativa. Esse ano, por exemplo, tivemos atrasos devido a licenciamento ambiental - FPSO Brasil (RO), Coral/Estrela do Mar, Jubarte e P-43/P-48 (Barracuda/Caratinga,), cujos reflexos já foram sentidos na produção de 2002 e na redução da produção inicialmente prevista para 2003; e outros ligados à conversão das UEPs P-51 e P-52, cujo atraso na licitação, já fez com que fosse postergada a entrada em operação dessas unidades, impactando, assim, a produção projetada para os próximos anos.

A preocupação com a capacitação da equipe é uma constante. Desde 2001, tem se dado, na Companhia como um todo, uma grande ênfase aos treinamentos na área SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente), visando à capacitação técnica da empresa nesta área, reforçando a cultura da empresa e a valorização das ações de proteção ao meio ambiente, envolvendo as comunidades locais e a sociedade em geral, além da capacitação no desenvolvimento da relação da empresa com agentes reguladores de suas áreas de atuação.

Outra área que tem tido destaque é a de Gestão de Pessoas, visando ao desenvolvimento e à utilização plena do potencial das pessoas que compõem a força de trabalho, em consonância com os objetivos estratégicos da Companhia. Esses programas, além de contribuir para aumentar a competência técnica, a capacidade decisória e a competência em liderar grupos, visam também contribuir para manter um clima organizacional favorável à excelência do desempenho e ao alinhamento dos empregados e terceirizados aos objetivos estratégicos e metas da Companhia.

A realização de parcerias entre a Petrobras e outras companhias de mesmo porte é particularmente interessante, principalmente pela diversificação do portfólio, o que melhora a relação risco x retorno da Cia. e pela agregação de valor ao negócio, pelo compartilhamento e incorporação da experiência e do conhecimento tecnológico do parceiro. Existem, ainda, outras vantagens, tais como o carregamento do investimento, o bônus e, em alguns casos, a alavancagem financeira. Por carregamento entende-se o pagamento dos investimentos pelo parceiro, em nome da Petrobras, em troca de uma participação no Ativo (bloco ou campo).

Dentre os nossos parceiros, destacamos a Shell, Chevron-Texaco, TotalFinaElf, e a El Paso, pois além das vantagens já citadas, permite um compartilhamento do risco inerente à atividade de E&P e o acesso a recursos escassos ao desenvolvimento das operações. Destacamos, também, a Phillips, Queiroz Galvão, Statoil, Unocal e Agip.

Apesar das vantagens e pré-disposição da Petrobras pela realização das parcerias, a manutenção dessa prática depende da atratividade percebida pelo parceiro. No momento, a maior preocupação por parte das empresas se refere ao Regime fiscal, principalmente Repetro e ICMS, e a mudança no perfil de descobertas - poucas e de baixa economicidade.

Além disso, existem dificuldades inerentes a qualquer processo que envolve grupos. Principalmente devido a Petrobras estar no estágio inicial desse processo, enquanto as outras Companhias, já se utilizam dessa prática há muitos anos. A Petrobras está investindo na melhora do relacionamento.

Dentre os programas do PPA com os quais temos parcerias, destacamos o 0480 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo, que tem nos auxiliado no desenvolvimento/aperfeiçoamento de tecnologias nas áreas de Exploração & Produção e Meio ambiente. Essa parceria, viabilizou a produção em águas profundas e ultraprofundas e deu à Petrobras reconhecimento internacional, pela conquista de 2 prêmios da OTC.

No entanto existe um programa cuja parceria é considerada vantajosa, mas que até agora não foi possível: o 0297 - Energia no Eixo Madeira-Amazonas, que nos permitiria a aproveitamento do gás de Urucu. A sua viabilização depende da construção de gasoduto ou do GNL.

Tanto a Petrobras como a BR tem como objetivo a satisfação dos seus clientes, que vão além dos consumidores automotivos: a sociedade. Para isso, são utilizados diferentes mecanismos, em diferentes mídias, para registrar e atender as diferentes manifestações da sociedade, quer sejam elas problemas, reclamações, opiniões, dúvidas ou sugestões. Entretanto, no caso específico deste Programa, por estar na ponta inicial do processo, os nossos produtos (petróleo bruto e gás natural processado ou não) não são percebidos nem pela sociedade, nem pelos consumidores. Tanto a sociedade como os consumidores percebem o produto acabado, ou seja os derivados do petróleo (gasolina, diesel etc.) e do gás natural (GLP e GNV). Em se tratando da sociedade, as demandas recebidas se traduzem em informações a investidores, e para trabalhos escolares nos mais diversos níveis. Por outro lado, existem os nossos clientes diretos, que são as refinarias e as distribuidoras de GLP, que por meio de pesquisas realizadas periodicamente, têm nos ajudado a melhorar os nossos processos e a qualidade dos nossos produtos.

No decorrer de 2002, foram desenvolvidas várias iniciativas fundamentais para a melhoria do processo de licenciamento ambiental, das quais destacamos:

- Criação de um fórum permanente entre o Ibama e a Petrobras, para discussão de parâmetros e diretrizes a serem adotadas, principalmente para os casos onde não se tem referência no mundo;
- Reuniões promovidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que funciona como mediador, auxiliaram na agilização do processo, definição de responsabilidades e acompanhamento;
- Criação da coordenadoria de licenciamento ambiental na Petrobras tem promovido a sinergia, facilitando o processo.

A despeito dos bons resultados advindos dessas iniciativas, de todo o esforço da Petrobras e do Ibama na construção desse processo, ocorreram atrasos na entrada em operação de algumas unidades de produção - FPSO Brasil (RO), Coral/Estrela do Mar, Jubarte e P-43/P-48 (Barracuda/Caratinga.), cujos reflexos já foram sentidos na produção de 2002 e na redução da produção inicialmente prevista para 2003.

Por se tratar de um processo crítico para o nosso Programa e para o País, e dentro do espírito da melhoria contínua, julgamos que o processo ainda pode ser melhorado.

Pesquisa Aplicada na Área Energética

Resultados

O objetivo deste Programa é adaptar às condições brasileiras tecnologias de energia já disponíveis ou em desenvolvimento. Tal objetivo justifica-se por facilitar, junto ao parque brasileiro de empresas de serviços e de fabricação, a capacitação tecnológica competitiva a fim de possibilitar serviços mais econômicos.

O indicador para este Programa está em definição.

Lembrando que efetivamente o Programa teve o seu início em 2001, os indicadores de execução física evoluíram satisfatoriamente no ano de 2002. Projetos e estudos foram conveniados e os trabalhos foram iniciados no ano de 2002. Dos doze projetos identificados, oito foram selecionados, 6 foram conveniados e destes 3 iniciados.

Pelo lado dos beneficiados pelo Programa, ele teve uma excelente receptividade com o envolvimento voluntário de uma grande quantidade de parceiros, o que proporcionou a entrada do MME nos meios de financiamento de projetos finalísticos de Desenvolvimento Tecnológicos e Inovativos. O apoio a projetos finalísticos não era prioritário pelas agências regulares de financiamento à pesquisa.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Elaboração do Programa para fabricação de centrais termelétricas com turbinas a gás no Brasil com tecnologia Ucrâniana, envolvendo a Academia, o Setor Produtivo e o Governo. Este Programa é uma experiência rica ao propiciar a discussão construtiva entre os três setores para um objetivo único;
- Propiciar que tecnologias maturadas em laboratórios possam ter um projeto piloto de inserção no meio comercial, tais como os projetos com a Funcamp cujos objetivos são: desenvolvimento de uma bomba de calor água-água acionada a biogás para utilização em processos de aquecimento e resfriamento em laticínios visando à racionalização de energia elétrica em nível de produção leiteira, desenvolvimento de plataforma de teste para veículos elétricos com células a combustível e desenvolvimento de tecnologia para produção de bio-óleo por pirólise de biomassa, em reator fluidizado, e com a Unisol cujo objetivo é a identificação de modelos de gestão e concessão de sistemas energéticos adequados para comunidades isoladas na Amazônia;
- Projeto Paeda cujo objetivo é um parque de alternativas energéticas para um desenvolvimento sustentável, aparece como a primeira experiência de introdução no ensino básico de conhecimento e manuseio de fontes renováveis de energia no Brasil.

Para 2003, o principal resultado esperado é a ampliação do Programa com início de oito novos projetos e seis novos estudos, além do acompanhamento na execução dos projetos e estudos em andamento.

O Programa também vem apoiando financeiramente seminários, *workshop* e palestras que tratam de energias renováveis e alternativas, tais como:

- Agrener 2002 - 4º Encontro de Energia no Meio Rural;
- *Workshop* Internacional sobre biodiesel;

Gerente:

Manoel Fernandes Martins Nogueira

- Seminário de Divulgação das Informações dos Relatórios do Grupo III do Intergovernamental Panel on Climate Change - IPCC; e
- Água e Energia para um Turismo Sustentável e Encontro sobre a Inserção das Tecnologias de Turbinas a Gás no Brasil.

Um dos principais pontos de repercussão positiva foi a disponibilização na WEB das diretrizes do programa e de acompanhamento das evoluções dos estudos e projetos. As informações estão no endereço eletrônico: www.mme.gov.br/ppa/default.htm.

Os projetos e estudos em andamento são:

- Identificação de Modelos de Gestão e Concessão de Sistemas Energéticos Adequados para Comunidades Isoladas da Amazônia;
- Desenvolvimento de uma Bomba de Calor Água-Água Acionada a Biogás para Utilização em Processos de Aquecimento e Resfriamento em Laticínios Visando a Racionalização de Energia Elétrica em Nível de Produção Leiteira;
- Projeto e Implantação de uma Mini - Central de Baixa Queda na Amazônia,
- Estudo Técnico e Econômico para Implantação de Usinas de Cogeração de Energia Elétrica com capacidade de 01 a 10 MW, utilizando resíduos de serrarias no estado do Pará;
- Desenvolvimento de Plataforma de Testes para Veículos Elétricos com Células a Combustível;
- Implantação de um Parque de Alternativas Energéticas para o Desenvolvimento Auto-Sustentável - Paeda;
- Desenvolvimento de Tecnologia para Produção de Bio-Óleo por Pirólise de Biomassa, em Reator Fluidizado, visando o emprego como combustível em geradores termelétricos e químicos;
- Geração de Energia Elétrica Utilizando Óleos Vegetais; e
- Valorização Sustentável e Integrada do Potencial das Oleaginosas da Área das Comunidades Isoladas da Reserva Sustentável Amanã.

..... **Concepção**

No ano de 1999 anteviu-se a importância que as fontes renováveis viriam a ter nos anos seguintes para o Setor Energético Brasileiro. Sendo assim, decidiu-se que as ações privilegiariam iniciativas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D – em detrimento de projetos aplicativos.

Ao longo da execução deste Programa, verificou-se que a assertiva inicial estava correta, mas incompleta. Estava correta, pois este Programa suporta as ações das leis aprovadas no período, como a da Eficiência Energética, a do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa – e as relativas à universalização do acesso à energia, mas incompleta pois não contempla ações na área de fontes convencionais de geração, que estão sendo demandadas pelo setor.

O sucesso deste Programa baseia-se no conhecimento dos gargalos tecnológicos e econômico-financeiros que restringem a eficiência das empresas do setor no uso de novas tecnologias e processo. Isto é obtido em reuniões para discutir os problemas do setor, participação em congressos, *workshop* e similares. Nestes eventos a gerência identifica os problemas que prioritariamente devem ser atacados. A partir daí são elaboradas as estratégias de implementação.

Implementação

Em maio de 2001, após a definição de critérios para seleção de projetos e metodologias de controle e fiscalização de suas execuções, foram selecionados 12 projetos candidatos a financiamentos, porém os trâmites burocráticos impediram a implementação no ano de 2001.

A fim de possibilitar a utilização dos recursos de 2001 em 2002, estes foram transferidos para o PNUD, conforme convênio Prodoc BRA/01/039. Isso explica a ocorrência de altos índices de execução financeira e baixos índices de execução física, no ano de 2001.

Os recursos financeiros liberados foram insuficientes. No setor energético não havia um apoio regular às ações de pesquisa finalísticas. A implementação deste programa possui um grande espaço a explorar, o qual já era demandado pela sociedade. Dois dos oito trabalhos selecionados não foram implementados pela indisponibilidade de recursos financeiros, sendo transferidos para 2003. Dos recursos para 2003, já em janeiro o Programa está comprometido em 70% de sua totalidade. Recomendamos, no mínimo, uma evolução anual de 30% nos recursos alocados ao Programa.

Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Aqui as ações específicas são executadas em torno de dezoito meses com liberação das parcelas do apoio condicionadas à execução de objetivos intermediários. A não disponibilização do financeiro na data prevista implica na interrupção dos projetos e desmobilização das equipes de trabalhos. Isto implica no retorno dos projetos às fases iniciais e na impossibilidade de conclusão no prazo conveniado. Finalmente, perdendo prazos a ação pode cair no descrédito e tornar-se inócua.

Decorrente da experiência obtida no ano de 2002 ficou notória a necessidade de ações que contemplem projetos e estudos para o desenvolvimento de fontes geradoras convencionais como: gás natural e carvão. Esta ação foi acrescentada para o ano de 2003 com orçamento compatível com a esperada demanda. Quanto às demais ações o orçamento proposto, está abaixo da capacidade de execução do Programa e aquém das demandas do setor.

Os recursos humanos estão em quantidade inadequada para a implementação do Programa, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes locais. Um programa deste tipo necessita de uma equipe gestora composta de tecnólogos, analistas de planejamento, orçamento e gestão e de técnico especializado em legislação. A equipe hoje está incompleta nas áreas de tecnólogos e na área de apoio para a legislação.

No âmbito governamental, firmou-se uma parceria muito útil com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, em particular com a Secretaria de Política Tecnológica Empresarial e com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE para a identificação de prioridades de temas a serem apoiados por este programa e evitar duplicidade de ações. No âmbito de implementação dos projetos e estudos, as Universidades surgiram como valorosas parceiras para executar ações prioritárias.

Entretanto, os instrumentos legais que não são específicos para os programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e a burocracia interna dificultam a implementação dos convênios tornando o processo moroso e diminuindo a sua precisão.

A estrutura do Ministério não está adequada à gestão por programas. Não existe a interação e envolvimento das outras unidades do MME. Hoje, os problemas da gerência do programa são de responsabilidade única e exclusiva da Coordenação Geral de Tecnologias da Energia, não da Consultoria Jurídica e nem da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração. É necessário que estes órgãos, mais do que uma posição censora, ouçam os problemas e discutam soluções, fomentem um fluxo contínuo de informações, visando uma maior eficiência e agilização dos processos administrativos.

No âmbito do uso dos recursos financeiros, é necessário um maior envolvimento do gerente na sua aplicação e também que ele tenha uma maior autonomia financeira. Não nos parece correto a utilização dos recursos do programa sem a prévia consulta ao gerente nem a restrição da capacidade deste de administrar o programa.

Existem, ainda, aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada, tais como:

- A forma de articulação com outras unidades do Ministério dificulta os trâmites internos no Ministério das Minas e Energia - MME;
- Na forma de repasse dos recursos existem procedimentos morosos que dificultam a consecução dos objetivos.

Pesquisa e Desenvolvimento Técnico na Área de Petróleo

..... Resultados

O Programa de **Pesquisas e Desenvolvimento na Área de Petróleo e Gás** sob responsabilidade da Petrobras atende às demandas tecnológicas em toda a cadeia de produção, que vai da exploração de petróleo até a produção e distribuição dos derivados. O Programa se desenvolve através da integração dos diversos segmentos da comunidade de Ciência e Tecnologia - C&T nacional que desenvolvem projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de petróleo e gás, além da articulação internacional

O indicador Taxa de Incorporação de Tecnologia é a relação percentual entre o número de projetos implantados e o número de projetos que resultaram em tecnologia incorporada pela Petrobras nos últimos cinco anos. O índice no início do PPA era de 82%, o índice atual é de 80% e o índice esperado ao final do PPA é de 85%.

O indicador "taxa de incorporação de tecnologia" tinha como objetivo verificar a adequação da carteira de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D aos planos de negócio da Petrobras. No início do Programa, havia a expectativa de aprimoramento da gestão da carteira para a manutenção do índice histórico de 85% de projetos implantados. Com o desenvolvimento do Programa, foi evidenciada a correlação entre a demanda por inovação - proposta em todos os projetos de C&T no Brasil - e o aumento do risco da carteira, implicando em uma flexibilização da meta de percentuais de projetos implantados. Assim, os resultados obtidos começam a representar esta mudança de estratégia, estabilizando-se na faixa de 80% de projetos implantados.

Para atender às novas estratégias voltadas para a inovação, a meta do indicador não deverá ser atingida. Entretanto, devido à baixa sensibilidade do indicador, os valores a serem alcançados em 2003 não deverão afastar-se muito do inicialmente proposto, estabilizando-se na faixa de 80%.

Principais resultados:

- Desenvolvida técnica de utilização de barco de estimulação ancorado à plataforma de produção e utilização das próprias linhas flexíveis de injeção de água para injeção de ácido. O benefício gerado é de US\$16 milhões por ano, só na Bacia de Campos no Campo de Marlim;
- Concluído o estudo de viabilidade técnica dos risers rígidos em catenária, que deverá produzir 180 mil barris por dia;
- Concluído estudo do comportamento estrutural de um riser rígido em catenária concebido em configuração *lazy-wave*, ligado a um FPSO com ancoragem do tipo Turret em 1.290 metros de lâmina de água;
- Os dados ambientais constituem-se num insumo de fundamental importância para análises estruturais de *risers*, especialmente no aspecto fadiga. Gerada metodologia para tratamento rigoroso a partir da base de dados ambientais da Petrobras, que contem mais de 7 mil registros. Pela primeira vez foram relacionados estados de mar com ondas bi modais, o que possibilita uma representação mais realista das ondas da Bacia de Campos;

Gerente:

Elias Menezes Oliveira

- Implantado o Tanque de Provas Numérico - TPN para desenvolvimento em engenharia naval e oceânica. O TPN disponibiliza de uma equipe com capacitação e recursos para execução de análises navais sofisticadas de sistemas flutuantes, documentada por relatórios e filmes com recurso de computação gráfica 3D, que permitam a verificação final de projetos;
- Concluído o desenvolvimento de uma ferramenta de apoio exploratório para Modelagem Numérica da Interação entre a Sedimentação de Fluxos Gravitacionais e a Circulação Oceânica Profunda no Recente da Bacia de Campos como Análogo na Formação de Reservatórios Turbidíticos;
- Concluído a caracterização completa química e toxicológica de 24 efluentes de cinco Unidades de Negócio do E&P. Os dados obtidos foram comparados com efluentes descartados em operação *offshore* no Golfo do México e Mar do Norte;
- Perdas significativas de produção de petróleo têm sido observadas por ocorrência de parafinação. O Centro de Pesquisa da Petrobras desenvolveu uma tecnologia de menor custo e mais eficiente na restauração da produção dos poços. O método está implantado e requer um tempo médio de parada de produção para o tratamento de 12 horas e custo aproximado de 6 milhões de dólares por poço;
- Tornou-se atrativa a alternativa de se empregarem unidades de completação seca sem facilidades de processo associadas ao escoamento através de FSOs/FPSOs. Como consequência, se tem a necessidade de escoar o fluxo multifásico entre as unidades. Por problemas de escoamento (hidratos, golfadas), é necessário evitar que a linha de transferência atinja grandes profundidades (ou temperaturas) e que tenha grandes variações de geometria. No projeto de Barracuda, na Bacia de Campos, foi adotada pela primeira vez a solução, cujo comportamento precisa ser generalizado para que possa ser empregado em outros cenários. O objetivo do projeto é de desenvolver metodologia de viabilização de duas configurações de linha de transferência à meia água: uma com bóias submersas intermediárias e outra do tipo *pipe-in-pipe* para diferentes locações, tipos de unidades e características do óleo a ser escoado. Foram abordados aspectos de garantia de integridade estrutural em operação, viabilidade e procedimento de instalação e modularização. Ao final do projeto, como ambas as configurações satisfizeram os critérios estruturais, concluiu-se que em princípio elas são viáveis. Análise do procedimento de instalação também se mostrou viável;
- Desenvolvida metodologia para determinação de Quinolina (Composto Nitrogenado) e seus metabólicos de biodesnitrogenação, que são prejudiciais ao refino e à qualidade dos combustíveis. Os petróleos da bacia de Campos podem ser considerados como de alto conteúdo de nitrogenados e o Centro de Pesquisas da Petrobras vem estudando formas mais baratas e eficientes de removê-los;
- Consolidado o anteprojeto de engenharia básica da Unidade *Downflow* a ser instalado na unidade de craqueamento catalítico em leito - U6 - da Refinaria Landulfo Alves na Bahia. A U-06, com reação de craqueamento catalítico em leito, hoje obsoleta, será modificada para que opere em leito descendente, ou *Downflow*, com ganhos de conversão de até 5% em peso em relação à situação atual;
- Por meio de um trabalho pioneiro a nível mundial, foi feita uma avaliação, a quente, de retificadores em escala protótipo, com otimização do sistema de retificação, aumentando a conversão de óleos pesados. Os resultados mostraram aumento de 3% na conversão do processo, a partir da troca do retificador tradicional para o recheio estruturado, com queda de 10°C na temperatura da fase densa do regenerador;

- A exemplo do que foi feito para o óleo diesel com o Índice de Qualidade do Óleo Diesel - IQD, foi desenvolvido para o Querosene de Aviação o indicador IQQAV e aplicado num universo de 48 querosenes de aviação;
- A identificação de petróleos alternativos, principalmente entre os nacionais, para a produção de óleos lubrificantes tanto paraafínicos quanto naftênicos, é estratégica para a Petrobras, em função do elevado preço do petróleo no mercado internacional. Após a identificação do potencial do petróleo Fazenda Alegre em substituição ao venezuelano Bachaquero, para a produção de óleos básicos naftênicos, foram realizados testes em planta piloto e industriais que confirmaram esse potencial, obtendo-se produtos com qualidade especificada pela Agência Nacional de Petróleo - ANP. O objetivo foi desenvolver um procedimento capaz de identificar pequenas alterações no petróleo Fazenda Alegre, tendo sido utilizadas análises físico-química, químicas, bem como análises mais complexas envolvendo estudo do fingerprint inorgânico e de geoquímica orgânica (biomarcadores, isótopos estáveis de carbono) nos dois petróleos separadamente com em misturas destes. O projeto, não apenas permitiu a possibilidade de detecção do petróleo Espírito Santo na Fazenda Alegre, mas também abre um amplo espectro de futuras aplicações, por exemplo, na detecção de contaminações, que ocorram em diversas etapas do processo de produção, transporte ou armazenamento do petróleo na Companhia.
- Criado o Banco de Microrganismos do Biorrefino que estão sendo estudados genética e bioquimicamente, em parceria com grupos de pesquisa da UFRJ (Institutos de Microbiologia, Bioquímica e Biofísica). Os genes específicos para a biodessulfurização, encontrados nessas bactérias, já foram seqüenciados e, com a continuidade dos estudos, pretendemos transformá-las em biocatalizadores eficientes e estáveis que possam ser utilizados nos processos biotecnológicos de refino. É a Petrobras dando seus primeiros passos na Genética de Microrganismos do Petróleo;
- O óleo diesel desenvolvido pela Petrobras para a viagem de circunavegação polar de Amyr Klink foi aprovado no primeiro teste. O óleo diesel resiste a temperaturas inferiores a 10 graus centígrados e dá partida imediata nos motores. Com esse novo óleo diesel, nasce o combustível do futuro no Brasil, que a Petrobras estará produzindo comercialmente em poucos anos, com padrão superior ao que será exigido pela legislação ambiental do país em 2005;
- No Brasil, as negociações realizadas entre a Petrobras, montadoras de veículos e órgãos ambientais apontam para uma redução significativa do teor de compostos de enxofre presentes nos combustíveis no futuro próximo. Os resultados das análises mostraram que a redução do teor de enxofre no óleo diesel para 1.000 ppm, ou mesmo 500 ppm (conforme previsto para 2005), não deverá criar problemas adicionais de desgastes nos motores, uma vez que a capacidade lubrificante do produto foi mantida;
- O Projeto "Desenvolvimento de Sistema Catalítico para Redução de Emissões de NOx e SOx em UFCC", contando com financiamento da Finep, capacitou o Centro de Pesquisas da Petrobras a avaliar os componentes (aditivos) e catalisadores existentes no mercado, verificando a sua efetividade no controle dessas emissões e permitindo até estabelecer um ranking de produtos. O trabalho contou com a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Instalado o Manifold Submarino de Injeção de Gas Lift - MSGL, no campo de Roncador, na Bacia de Campos, batendo o recorde mundial de instalação desse tipo de equipamento. O MSGL pesa aproximadamente 190 toneladas e possui dimensões 12,3 metros de comprimento, 7,1 metros de largura e 4.6 metros de altura, e foi instalado em uma profundidade de 1885 metros. A operação de instalação pioneira, utilizou apenas embarcações já disponíveis na Bacia de Campos, levando a redução de custo, quando comparada à alternativa de trazer uma embarcação do exterior especialmente para esta operação.
- Iniciada na Fábrica Carioca de Catalisadores - FCC S.A. a produção industrial de ZSM-5, uma nova zeólita com poros pequenos (catalisador). A ZSM-5 é utilizada no processo de refino como o princípio ativo para maximização de GLP (Gás Liquefeito do Petróleo) e propeno, assim como para aumento de octanagem da gasolina, produtos com grande demanda no mercado nacional. A tecnologia de síntese foi desenvolvida a partir da patente PETROBRAS. As etapas de bancada, planta piloto e concepção do projeto foram conduzidas pelo Centro de Pesquisas da Petrobras juntamente com a Fábrica Carioca de Catalisadores. Além do pioneirismo tecnológico - a FCC S.A. passa a ser a única produtora de ZSM-5 e do aditivo na América Latina - a produção própria permite expressiva redução de custos com o fim das importações deste ingrediente.
- Inaugurado o Laboratório de Visualização Tridimensional - LAB 3D do Cenpes, incluindo diversas melhorias. O LAB 3D está sendo utilizado para reuniões de projetos multidisciplinares como, por exemplo, estudos de reservatórios, locação de poços, sistemas de engenharia (construção de plataformas de produção de petróleo), visitas virtuais a refinarias etc. Lá são realizados, também, treinamentos, divulgação científica e outras atividades correlacionadas. A utilização plena do LAB 3D está significando real melhoria na qualidade das decisões dos processos de exploração, produção e engenharia da Petrobras.

Para 2003, os principais resultados de P&D em Petróleo e Gás são esperados nas áreas de produção de petróleo pesado em águas ultraprofundas e no refino e transporte deste óleo. Os esforços nos projetos de gás continuaram focando a viabilização da utilização comercial do gás natural.

Concepção

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis tanto para viabilizar a produção do petróleo disponível nas reservas brasileiras como para o refino desse petróleo, que possui características físico-químicas diferentes dos petróleos encontrados em outras regiões. Além disso, os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia Básica contribuem para redução de custos operacionais e de investimento, para o aumento do faturamento e para o desenvolvimento de novos produtos, aumentando a competitividade do setor Petróleo do Brasil.

Com os projetos financiados pelo Fundo Setorial de C&T do Segmento de Petróleo e Gás - CTPetro, está sendo possível ampliar os resultados do Programa e a capacitação da comunidade brasileira de C&T em atender os objetivos do Programa. Em 2002, não houve editais para novos projetos CTPetro, ficando os resultados por conta dos projetos financiados nos editais de 2000 e 2001.

A principal estratégia para a garantia dos resultados é a estreita parceria com os clientes da tecnologia desenvolvida, que é programada em comitês tecnológicos estratégicos e operacionais, permitindo assegurar a aderência dos projetos de P&D aos Planos de Negócio da Petrobras.

.....
A execução financeira manteve-se dentro dos padrões planejados, com pequenos desvios que não geraram consequências para o Programa.

Implementação

Embora o Programa não tenha a previsão de parcerias, foi importante para a consecução dos objetivos a participação de universidades e institutos de P&D brasileiros, alavancadas, principalmente, pelos contratos aprovados nos exercícios anteriores, pelo Fundo Setorial de C&T em Petróleo e Gás - CTPetro, dado que durante 2002 não houve editais do CTPetro. Assim, as parcerias novas foram desenvolvidas pela Petrobras, com recursos próprios.

O programa de admissão de novos empregados na Petrobras começou a sanar a inadequação do quantitativo dos recursos humanos para a P&D em petróleo e gás. Ainda assim, a questão da qualificação permanece sendo um dos mais importantes objetivos do Cenpes, dada a necessidade de senioridade para os pesquisadores.

A pesquisa de satisfação dos clientes da tecnologia Petrobras é bienal, feita por terceiros. A última, em 2000, indicou índice de satisfação dos clientes de 70%. Cada projeto concluído recebe avaliação do cliente quanto à qualidade intrínseca dos resultados, prazos, requisitos ambientais etc. permitindo o acompanhamento da satisfação dos clientes nos intervalos entre as pesquisas. Esses indicadores mantêm-se com medições superiores às metas estabelecidas. A pesquisa de satisfação de 2002 foi postergada em dois meses para integração com a pesquisa de satisfação dos clientes da área de Serviços da Petrobras e deverá ter seus primeiros resultados liberados em fevereiro de 2003.

Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível

Resultados

O objetivo deste Programa é proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível, justificado pelo fato de competir à ANP implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Como estratégia de implementação, estipulou-se que as ações serão desenvolvidas no âmbito da própria entidade, de forma direta e centralizada, através de suas superintendências, responsáveis pela execução operacional, sob supervisão da Diretoria Colegiada.

O indicador Grau da Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento é a relação percentual entre a quantidade de produto pesquisado em conformidade e a quantidade de produto pesquisada. O índice no início do PPA era de 90%, o índice atual é de 92,43% e o índice esperado ao final do PPA é de 95%.

A Agência Nacional do Petróleo, de acordo com a Lei nº 9.478, de 1997, que a instituiu, deve garantir o suprimento de derivados de petróleo e a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta desses produtos. A evolução do indicador Grau de Qualidade dos Produtos permite afirmar que o programa vem cumprindo os objetivos a que se propõe.

A evolução do índice expressa a melhoria global da qualidade dos combustíveis comercializados no País. Essa melhoria pode ser atribuída a uma atuação mais ágil e eficiente da fiscalização da ANP, em razão do fato de ela hoje dispor de indicações seguras de onde podem ser encontradas as principais não-conformidades nos combustíveis. Isso pode ser comprovado pela análise dos percentuais de autuação e interdição, que, em 2002, subiram para 74% e 81%, quando o número de fiscalizações aumentou 38%.

Em termos de produtos, enquanto a qualidade da gasolina melhorou - 87,5% em 2000, 90,8% em 2001 e 91,9% no 1º semestre de 2002 -, a do óleo diesel se mantém estável - 93,3% em 2000, 93,5% em 2001 e 93,8% no 1º semestre de 2002 - e a do álcool apresenta uma significativa piora - 92,7% em 2000, 89,7% em 2001 e 84,9% no 1º semestre de 2002. Os percentuais relativos ao álcool indicam a necessidade de um maior controle, por parte da ANP, da cadeia de produção e comercialização desse combustível.

Finalmente, espera-se atingir o valor do indicador inicialmente planejado - e portanto uma aceleração no aumento do índice no último ano - em razão não apenas da consolidação do monitoramento e da fiscalização, mas também de outras ações dele derivadas. Essas outras ações são a continuidade do Programa de Marcação de Solventes e o forte intercâmbio da ANP com outras instituições, principalmente na esfera estadual, de combate aos crimes de adulteração de combustíveis, evasão fiscal e concorrência desleal.

Gerente:

Fernando Teixeira Mendes Filho

A ampliação das ações de fiscalização, seu monitoramento integrado, o crescimento da abrangência territorial dessas ações, a articulação com outros entes estatais e a atuação do CRC, mostram claramente o estabelecimento de uma rede de proteção aos interesses dos consumidores e de combate efetivo a práticas anticompetitivas e criminosas, na área de distribuição de derivados de petróleo.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Monitoramento da qualidade: No período de janeiro a setembro de 2002, esse número chegou a 135.660 amostras. Até o momento, a ANP estabeleceu contratos com dezessete instituições, envolvendo cerca de 250 profissionais, que atuam no monitoramento da qualidade dos combustíveis em dezessete estados além do Distrito Federal, compreendendo mais de 90% do total dos postos revendedores do País.

Os resultados do monitoramento da qualidade são repassados para a fiscalização, para orientar sua programação de ações, e também são divulgados de forma consolidada ao público em geral por meio dos Boletins Mensais de Qualidade. Com o objetivo de coibir a adulteração da gasolina, a ANP estabeleceu a obrigatoriedade da presença de marcador nos solventes, sejam eles produzidos no País ou importados. Para tanto, contratou empresas inspetoras independentes, que realizam a marcação dos solventes em cada unidade produtora e nos pontos de internação do produto, quando importados;

- Maior integração entre o Centro de Relações com o Consumidor (CRC) da ANP e a Coordenadoria Especial de Fiscalização: possibilitou ações de fiscalização a partir da apuração de denúncias dos consumidores, feitas por meio do Centro. Ainda como resultado desta integração, o CRC vem fazendo parte dos esforços de ampliação de parcerias para atuação conjunta da Agência Nacional do Petróleo com Ministério Público. Também merece destaque a realização de pesquisa de satisfação dos usuários da Central de Atendimento do CRC, que obteve um índice de aprovação de 94% dos entrevistados. Ainda na busca de um contato mais direto com os usuários do Centro, foram enviadas cartas aos consumidores que entraram em contato, com o objetivo de reafirmar os propósitos da Agência com relação ao combate às fraudes e à adulteração de combustíveis e de informar os resultados das ações de fiscalização. Como resultado da pesquisa de satisfação, foram identificadas demandas que orientaram a reestruturação da página da ANP na Internet., instrumento importante da manutenção e do aprimoramento dos canais de comunicação com os consumidores;
- Atividades de fiscalização: foram realizadas, em 2002, 22.270 ações de fiscalização em instalações de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível (contra 15.672 no ano de 2000), que resultaram em 1.264 interdições (604 em 2000) e 9.632 autuações (4.614 em 2000). Do total das autuações 1.961, foram motivadas por adulteração de produtos.

Em 2003, deve ocorrer uma consolidação da rede de monitoramento e fiscalização que começou a ser montada durante 2002. Ela será importante na medida em que fornecerá à fiscalização mais um elemento para racionalizar e direcionar sua atuação, nos milhares de pontos de atuação. Além da ampliação territorial, o envolvimento de outros entes estatais deve contribuir decisivamente para se alcançar a meta do indicador, ao final do PPA 2000/2003. O programa de monitoramento da qualidade dos combustíveis está implantado em 18 dos 26 estados e no Distrito Federal. A programação para 2003 prevê a incorporação dos estados não-atendidos (Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Rondônia), tão logo seja instalada a infra-estrutura de

laboratório necessária em instituições daquelas unidades da Federação. Além de iniciativas voltadas para melhor relacionar as ações de fiscalização a partir de levantamentos de preços, a Agência deverá transferir, em 2003, de São Paulo para o Escritório Central no Rio de Janeiro, o Centro de Relações com o Consumidor - CRC, que se tem mostrado um instrumento importante no processo de incorporação da população na fiscalização da comercialização de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível.

..... **Concepção**

A reforma do estado brasileiro significou o fortalecimento de seu papel regulador e exige da ação governamental instrumentos de proteção ao mercado e aos consumidores. No caso da flexibilização do setor de petróleo, com a sanção da Lei nº 9.478, de 1997, fez-se necessária a definição de ações que possibilitassem a defesa dos interesses dos consumidores de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível, e que lidassem com a entrada de novos agentes no mercado de combustível. Além disso com a sofisticação de práticas antieconômicas e criminosas, as ações de monitoramento e de fiscalização devem ser modernizadas e ampliadas.

Para o futuro, a demanda por um conjunto de ações como as do Programa de Proteção dos Interesses dos Consumidores de Derivados Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível deve se ampliar, resultado da própria consciência dos consumidores e o estabelecimento dos novos marcos regulatórios do setor. A revisão dos atributos do Programa pode contribuir para uma melhor avaliação dos resultados assim como ampliar sua execução. A adoção de novos indicadores e o estabelecimento de novos produtos permitirá a sociedade uma visão mais precisa dos resultados obtidos. Também a revisão da matriz de financiamento é fundamental para dotar a ANP, executora do Programa, de recursos que possam ser utilizados no estabelecimento de novas parcerias e na adoção de novas práticas de fiscalização e monitoramento que incorporem o que existe de melhor em termos tecnológicos e possa estar à frente das práticas lesivas aos interesses da sociedade.

..... **Implementação**

No período de 2000 até 2002, as principais condicionantes do desempenho do Programa foram os decretos de programação financeira. Das quatro ações que compõe hoje o Programa, três são classificadas como atividades e uma como projeto. Como o contingenciamento foi particularmente rigoroso com os projetos, representando algo em torno de 80% dos valores originalmente autorizados, a ação "Campanha de Orientação aos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível" ficou seriamente comprometida. A ANP tinha programado, para o exercício de 2002, uma série de campanhas destinadas a orientar os consumidores de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível relativamente aos seus direitos e deveres. Importantes para agregar a colaboração do público consumidor ao esforço governamental, o contingenciamento provocado pelo Decreto nº 4.120/02, com a descontinuidade do fluxo de recursos, impediu a Agência de ir além da realização de uma única campanha, voltada especificamente para preço de combustível. Também é preciso observar que os limites propostos para os projetos e atividades no momento da elaboração das propostas orçamentárias têm sido progressivamente reduzidos impedindo uma expansão financeira que possa fazer frente à ampliação das atividades. Ainda mais grave foi a limitação imposta pelo Decreto nº 4.231, de 2002, que limitou os gastos no nível dos elementos de despesa. A limitação de diárias, passagens, gastos com consultorias entre outros contribuiu significativamente para o retardamento das ações.

Essas limitações de natureza financeira ou orçamentária podem prejudicar no futuro a celebração de convênios, contratações e o estabelecimento de parcerias, que são fundamentais para o sucesso do Programa. Além do mais, para estar à frente das práticas criminosas que lesam os consumidores de derivados de petróleo é preciso que as ações do programa possam fazer uso do que existe de mais avançado em termos de tecnológicas de informática e telecomunicações, o que implica necessariamente uma elevação dos atuais patamares de investimentos.

Existe a necessidade de estruturação dos trabalhos da gerência, com equipe exclusiva e preferencialmente integrada à estrutura da organização responsável pela execução do Programa.

No decorrer da implementação do Programa, ficou clara a necessidade de parcerias com outros entes governamentais, de modo a possibilitar sinergias que contribuam para bons resultados da ação. Essas parcerias foram estabelecidas mediante convênios, especialmente com Procons e Corpos de Bombeiros. Também teve resultados muito bons a iniciativa da ANP de contratar com várias instituições nas unidades da Federação, com o objetivo de ampliar a cobertura territorial do trabalho de monitoramento.

Muito embora a estratégia de implementação não tenha representado um entrave à implantação do Programa, os resultados obtidos até então demonstram que essa estratégia precisa ser revista, no sentido do aprofundamento das parcerias com entes estatais nas diversas unidades da Federação, o que permitiria a constituição de uma rede de proteção mais ágil dos consumidores. O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e telecomunicações permite que essa estratégia seja implementada, possibilitando uma ação mais eficaz e integrada da ANP com Procons, secretarias de Fazenda, universidades, centros de pesquisa e organismos de defesa civil.

Os recursos materiais e de infra-estrutura hoje disponíveis são medianamente adequados para a implementação do Programa. Isso se deve, em parte, ao caráter provisório das instalações físicas utilizadas atualmente pela Agência. O Escritório Central da ANP encontra-se em processo de transferência para uma sede própria, na cidade do Rio de Janeiro, o que deverá ocorrer até meados do exercício de 2003.

Os recursos humanos da equipe gerencial são em quantidade inadequada para a implementação do Programa. A existência de uma ADIN tem impedido a realização dos concursos públicos que deveriam recompor o quadro de funcionários da Agência Nacional do Petróleo. Essa situação se agrava principalmente em relação ao quadro de fiscais, de suma importância para a execução do Programa. Não existe portanto na ANP um Plano de Cargos e Carreiras. A proibição de contratação foi, e continua sendo, elemento inibidor de uma melhor *performance* da Agência.

Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica

No Plano Plurianual - PPA 2000/2003 foram incluídas todas as ações finalísticas do Governo Federal estruturadas na forma de programas, com objetivos, valores, fontes de financiamento, metas e cronogramas físicos e financeiros definidos. Esses programas formam a matriz sobre a qual são construídas as propostas orçamentárias anuais e contam, cada qual, com um gerente responsável por sua execução.

Nesse sentido, a Aneel, com base no seu processo de planejamento para o período 2000-2005, elegeu no topo de sua árvore de objetivos estratégicos, dois importantes objetivos: assegurar a qualidade dos serviços, compatíveis com as exigências e requisitos de mercado e a satisfação do consumidor, e estabelecer condições para o aumento necessário da oferta de energia elétrica.

Tais objetivos estão alinhados com as diretrizes da Orientação Estratégica do Presidente da República de melhorar a qualidade dos serviços públicos, de reforçar a regulação e a fiscalização e dar continuidade aos investimentos privados em energia elétrica, de modo a assegurar a expansão e a modernização desse importante segmento do setor de infra-estrutura nacional, mediante uma efetiva ação reguladora e fiscalizadora por parte da Aneel. Assim, por intermédio dos objetivos estratégicos e dos programas, que nortearão as atividades finalísticas da Agência no período 2000-2003, a Aneel vincula-se as opções estratégicas, macro-objetivos e diretrizes constantes da Orientação Estratégica do Presidente da República.

A Aneel, por intermédio do Programa de **Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica**, busca assegurar a qualidade dos serviços, compatíveis com as exigências e requisitos de mercado, e satisfação dos consumidores de energia elétrica. Adicionalmente, este Programa, por intermédio das ações de fiscalização da atuação dos concessionários, está também alinhado com a diretriz de reforçar a regulação e a fiscalização da atuação privada no setor elétrico.

Resultados

Com vistas ao desenvolvimento deste Programa, a Aneel tem por objetivo estratégico assegurar a qualidade dos serviços, compatíveis com as exigências e requisitos de mercado, e satisfação da sociedade. Desta forma, com a realização do Programa, assegurar-se-á a prestação de serviço adequado aos consumidores de energia elétrica.

Destacam-se neste programa as seguintes ações:

- Fiscalização das Centrais Geradoras de Energia Elétrica - A meta prevista é inspecionar e monitorar anualmente, por meio de monitoramento a distância, 100% das usinas geradoras do sistema elétrico integrado, destinadas ao serviço público, autoprodução e produção independente, nos aspectos técnico e legal, sendo que 35% das usinas são inspecionadas por meio de visitas técnicas. No universo de 1.050 centrais, foram realizadas, no exercício de 2002, 441 inspeções técnicas (20% além da meta) e monitoradas a distância todas as 1.050 unidades geradoras.

Gerente:

Expedido José de V. Gonçalves

Em 2002, além do já consolidado monitoramento a distância da operação de unidades geradoras integrantes do Sistema Interligado Nacional - SIN de operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico -

ONS, foi iniciado o acompanhamento do despacho realizado pelo ONS e do desempenho técnico das usinas geradoras do SIN. Também o sistema de gerenciamento implantado para acompanhamento das usinas em construção, indica a situação mensal de implantação das obras de UHEs, UTEs (incluídas as térmicas emergenciais), PCHs e EOLs. Estes dados estão disponibilizados na internet para consultas. O trabalho de diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção de usinas entre 50 e 500 MW foi concluído.

Ao longo do ano de 2002, o programa de energia emergencial mereceu especial atenção por parte das áreas de fiscalização e regulação da Aneel. Com a criação da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a inserção de Produtores Independentes de Energia - PIE's Emergencial e a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para efetivar o despacho destas unidades geradoras, houve a necessidade de se fazer um procedimento de fiscalização diferenciado, visto que a implantação das usinas termelétricas emergenciais teve rebatimento junto ao consumidor final.

- Fiscalização das Concessionárias de Transmissão - Durante o ano de 2002, as ações de fiscalização foram concentradas na continuidade do trabalho realizado, no ano anterior priorizando as vistorias in loco das subestações da rede básica, também foi intensificado o trabalho de acompanhamento, local e por monitoramento, dos cronogramas de empreendimentos da transmissão, sobretudo daquelas subestações e linhas que integram o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica.

Em função da crise de energia elétrica, as ações de fiscalização com atividades tanto de monitoramento das concessionárias, como de vistoria in loco, foram ampliadas abrangendo, também, aspectos do acompanhamento e controle do cumprimento das medidas emanadas da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE.

- Fiscalização das Concessionárias de Distribuição - Ao longo destes três anos, todas as concessionárias distribuidoras ou transmissoras estiveram sob ação de fiscalização da Aneel, quer seja por meio de vistorias in loco ou de monitoramento à distância, mediante controle rigoroso da qualidade do fornecimento, obtido pela análise dos citados indicadores.

Em 2002 a fiscalização dos serviços de eletricidade, por meio de visitas in loco, foi realizada em 55 das 64 concessionárias de distribuição, o que equivale a 86%, bem superior à meta formalmente estabelecida de 40% dos agentes a serem fiscalizados no ano.

Como resultados esperados para 2003, podem-se citar os referentes às seguintes ações:

- Regulamentação relativa à qualidade dos serviços - As concessionárias de distribuição de Energia Elétrica terão de apurar a partir de janeiro de 2003, quatro novos indicadores de atendimento a casos emergenciais que prejudicam a segurança e/ou qualidade dos serviços. Dois deles são: Tempo Médio de Preparação - TMP e Tempo Médio de Deslocamento - TMD das equipes no atendimento a um conjunto de unidades consumidoras em determinado período. As empresas terão ainda de registrar o Tempo Médio de Mobilidade - TMM de pessoal na solução de problemas e o percentual do número de Ocorrências Emergenciais com Interrupção de Energia - PNIE. Aprovados em setembro/2002 pela Aneel, os indicadores se somarão aos índices de duração e frequência das interrupções no fornecimento por

conjuntos de consumidores (DEC e FEC) e por unidades consumidoras (DIC e FIC). O objetivo é aferir a agilidade no atendimento a solicitações de consumidores, sejam sobre problemas de abastecimento ou sobre deficiências na rede.

- Implantação de registradores automáticos para medição da qualidade do serviço - Para 2003 pretende-se implantar o novo sistema de monitoração da qualidade da energia elétrica, que deverá realizar, além da monitoração das interrupções e restabelecimento de energia, a avaliação da conformidade dos níveis de tensão, com a aquisição de 25.000 (vinte e cinco mil) equipamentos nas distribuidoras de energia elétrica existentes no Brasil.

Pela primeira vez no Brasil, num período de três anos, foi fiscalizado o universo das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras, identificando aspectos de ordem técnica como falhas no abastecimento, manutenção inadequada, níveis de tensão incorretos, índices de qualidade fora dos padrões estabelecidos e questões relacionadas ao consumidor.

Para assegurar a qualidade do fornecimento oferecido pelas concessionárias em todo o território nacional, a Aneel buscou aperfeiçoar os sistemas de aferição da qualidade dos serviços, a fim de estabelecer as metas de continuidade que cada concessionária passou a cumprir a partir de 2001, proporcionando melhor atendimento ao mercado.

Os padrões técnicos de continuidade do fornecimento de energia elétrica tornaram-se incompatíveis frente ao processo de reestruturação do setor elétrico, do avanço tecnológico dos equipamentos e dos processos de produção e das novas exigências dos consumidores. Para suprir esta lacuna, a Aneel editou resolução criando novos indicadores para aferição da qualidade, para os quais estabelece padrões e metas a serem cumpridas pelas concessionárias e multas pelo não cumprimento dos padrões, além de várias outras obrigações.

Na esfera das inovações, a partir de 2001, os indicadores de qualidade tradicionais passaram a constar das contas de energia elétrica. Todos os consumidores conheceram seus indicadores DEC e FEC relativos ao mês imediatamente anterior. Desde a criação da Aneel, os indicadores tradicionais de medição da qualidade do fornecimento de energia elétrica vêm apresentando expressiva tendência de queda, resultado do trabalho de fiscalização desenvolvido nas 64 concessionárias que atuam no segmento de distribuição no Brasil.

A aquisição confiável dos dados de qualidade dos serviços é imprescindível para monitorar o desempenho das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Nesse contexto, a Aneel desenvolveu projeto piloto visando instituir nova forma de monitorar a qualidade da energia elétrica distribuída pelas concessionárias, por intermédio do envio automático dos dados sobre as interrupções de energia aos consumidores para a central de controle na Aneel. O Sistema de Monitoramento Automático de Interrupção de Energia Elétrica, denominado Argos, começou a ser implantado, em fase piloto, a partir de 1999. Em 2000, foram instalados 1.277 sensores em residências, fábricas e centros comerciais da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A partir de 2002, cerca de trinta mil fiscais eletrônicos da Aneel deverão ser instalados no Brasil, reforçando a busca por mais qualidade no fornecimento de energia elétrica.

A execução física do Programa em 2001 apresentou desempenho bastante satisfatório, verificando-se o cumprimento das metas físicas em todas as ações planejadas.

Em meados de dezembro de 2001, as ações de Fiscalização das concessionárias de distribuição de energia elétrica, Fiscalização das concessionárias de transmissão de energia elétrica, Implantação de projeto nacional de aferição de medidores de energia elétrica, Campanha de divulgação do sistema de ouvidoria, Campanha educativa sobre direitos e deveres dos consumidores de energia elétrica e Implantação do sistema de ouvidoria já apresentavam 100% de realização. A ação de Regulamentação relativa à qualidade dos serviços de energia elétrica atingiu 50% da meta prevista, enquanto a ação de Implantação de registradores automáticos para medição da qualidade dos serviços e a ação de Fiscalização das Centrais Geradoras de energia elétrica superaram em muito a meta em princípio prevista.

O índice de satisfação dos consumidores representa o indicador de avaliação do desempenho do programa de **Qualidade do Serviço de Energia Elétrica**, a ser doravante monitorado pela Aneel.

A existência do indicador de satisfação dos consumidores com a prestação do serviço de energia elétrica passou a constituir um importante instrumento adicional, que combinado com os indicadores técnicos existentes, deverá orientar o trabalho de fiscalização da Aneel.

No ano 2000, a Aneel coordenou o desenvolvimento de metodologia apropriada para o cálculo do índice do Programa, com periodicidade anual e abrangência nacional, de forma a aferir a qualidade do serviço de energia elétrica em todas as regiões do País. Assim, em 2000, foi realizada a primeira Pesquisa Nacional de Satisfação dos Consumidores de Energia Elétrica, com o grau de satisfação dos consumidores residenciais em relação às concessionárias de distribuição que prestam o serviço de fornecimento de energia em todo o País. Entre os principais objetivos da pesquisa, vale destacar:

- avaliar o grau de satisfação com as concessionárias de distribuição de energia elétrica, a partir da percepção dos usuários residenciais;
- gerar um indicador único de satisfação do consumidor que indique a percepção global do setor;
- gerar indicadores que permitam a comparação das empresas por seu porte e por região geográfica;
- dotar às áreas de fiscalização e regulação de indicadores que permitam avaliar o desempenho das empresas sob o ponto de vista dos consumidores;
- constituir um banco de informações dos consumidores, com vistas ao acompanhamento da evolução dos índices de satisfação dos usuários; e
- divulgar as informações coletadas, de modo a permitir que a população possa avaliar a sua concessionária e, oportunamente, exercer seu direito de escolha de outro fornecedor de eletricidade.

A relevância da pesquisa pode ser avaliada em função dos recursos de análise que ela coloca à disposição da Aneel, do setor elétrico e da sociedade. Além de apresentar o ranking nacional, com o índice obtido por todas as concessionárias, o levantamento apresentou quadros por grupos similares, como região, porte das empresas e áreas de atuação. Os resultados permitem ao consumidor conhecer os índices de sua concessionária e compará-los com os de outras empresas. Essa avaliação ganha importância em razão do cenário futuro no qual o consumidor poderá escolher livremente o seu fornecedor de energia a partir de 2006.

Da mesma forma, os números da pesquisa oferecem subsídios para as áreas de fiscalização e de regulação da Aneel, que passam a contar com indicadores que permitem avaliar o desempenho das concessionárias sob a ótica do consumidor. Com periodicidade anual, a pesquisa permitirá verificar ainda em que medida a atuação da Aneeltem gerado mudanças nas atividades das empresas, com reflexo na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O Índice Aneelde satisfação do consumidor residencial foi obtido ponderando-se os indicadores de cada concessionária pelo seu número de consumidores. Este procedimento foi adotado para se ter uma avaliação da realidade brasileira, considerando o porte de cada empresa. Em 2000 esse índice atingiu 62,81% (média nacional).

No exercício de 2001, a execução da pesquisa ficou a cargo do Instituto Vox Populi, que aplicou 19.200 questionários entre consumidores de 64 empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Na ótica dos consumidores, a avaliação média das 64 concessionárias de distribuição de energia elétrica pesquisadas em todo o país ficou em 63,22 pontos em uma escala de zero a cem pontos.

A Aneelrealizou, em 2002, a terceira pesquisa junto ao consumidor residencial, que resulta no IASC/2002, o Índice Brasil foi de 64,51. Comparativamente às pesquisas anteriores, realizadas em 2000 e 2001, observa-se melhoria na média nacional.

A ausência de série histórica não permite comparar os índices levantados com períodos anteriores. Contudo, o indicador sinaliza que existe potencial espaço para a Aneelatuar e elevar a avaliação média nacional para patamares mais altos. A média nacional norte-americana, segundo o American Costumer Satisfaction Index - ACSI, em 2000, foi de 75 pontos, onde a pior empresa obteve 59 pontos e, a melhor, 80 pontos. Para igualar o indicador nacional a esta referência internacional seria necessário fixar uma meta anual de crescimento linear de 6% até 2003.

Diante da inexistência de dados pretéritos e do caráter pioneiro da avaliação, bem como do distanciamento de algumas concessionárias do índice médio nacional, adotou-se como critério, passível de revisão nos ciclos seguintes, a meta de elevar o índice médio nacional para o patamar de 69,68 pontos, em 2003, índice que corresponde ao melhor resultado da avaliação, feita pelos consumidores da região sul do País.

Para atingir a meta de 69,68 pontos, em 2003, será necessário um crescimento linear do índice médio nacional de 3,52% ao ano. Entretanto, estudos mais detalhados, à luz da metodologia adotada, irão melhor definir a capacidade de crescimento anual do indicador do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica, de modo a ajustar o número índice médio nacional a ser alcançado em 2003.

Com a consolidação dos resultados obtidos nas novas pesquisas será possível o estabelecimento de metas individuais para cada concessionária, aspecto a ser monitorado no processo de fiscalização, de modo que os indicadores de qualidade dos serviços devam melhorar. Na Grã-Bretanha existem 18 indicadores que são publicados para todas as empresas, de modo a aperfeiçoar o padrão de serviço, sendo exigido um padrão mínimo.

O público alvo do Programa de **Qualidade do Serviço de Energia Elétrica** são os consumidores de energia elétrica. Para atender ao público alvo, a atuação da Aneel, por intermédio do Programa, é especialmente relevante, traduzida nas ações de fiscalização e de regulamentação adequada que assegure a qualidade do fornecimento oferecido pelas concessionárias em todo o território nacional.

A campanha de divulgação dos direitos do consumidor também tem um importante papel no sentido de levar à sociedade mais informações sobre os direitos do consumidor de energia elétrica, assim como a implantação do sistema de ouvidoria que aproxima a agência dos usuários de seus serviços, portanto de seu público-alvo, podendo receber, apurar e solucionar as reclamações dos usuários.

Assim, com base nos resultados obtidos, considera-se satisfatório o atendimento, ainda que de forma subjetiva, pois a satisfação do público-alvo do Programa foi apurada pela primeira vez no exercício de 2000, obtendo o índice de 62,81% de satisfação do consumidor no Brasil, e pela segunda vez em 2002, obtendo o índice de 63,22 %, não tendo, no entanto, um histórico de comparação.

Com a criação da figura do Ouvidor, enfoca-se a prioridade do cidadão consumidor, cumprindo a finalidade de receber, apurar e solucionar as reclamações dos usuários com os agentes e a própria agência reguladora, e a mediação, voltada para dirimir divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.

Em 2000 e 2001, a Aneel implantou, no projeto de Implantação do Sistema de Ouvidoria, Central de Tele-Atendimento - CTA aos usuários, pelo telefone 0800-612010, abrindo um importante canal de comunicação entre a Aneel e os consumidores de energia elétrica de todo o Brasil, aproximando a Agência dos usuários dos serviços. Os usuários de todo País poderão recorrer à central da Aneel quando não conseguirem resposta das concessionárias de energia elétrica às suas reclamações ou se a solução apresentada não for satisfatória.

Com o sistema de ouvidoria implantado, os consumidores de energia elétrica de todo o país tiveram o acesso facilitado à Agência para colocar as suas questões, solicitar informações, bem como demandar providências para as controvérsias com as concessionárias. Mais de dois milhões de solicitações foram atendidas no decorrer do exercício de 2001.

Um indicador significativo é o número de atendimentos registrado no ano de 2002, somando 1.586.683 registros, dentre estes 95% (noventa por cento) das ligações para o 0800 da Agência foram atendidas em até 10 (dez) segundos.

Outra iniciativa da Aneel no sentido de atender seu público-alvo, refere-se a mudanças nas faturas de energia elétrica que, a partir de setembro de 2001, passaram a mostrar, em local de fácil visualização, os telefones de atendimento 0800 das mesmas, das agências estaduais e também da Aneel. Esta medida facilitou o acesso a todas as centrais de tele-atendimento para o encaminhamento de sugestões, reclamações e esclarecimento de dúvidas.

.....
O Programa de Qualidade do Serviço de energia elétrica tem o propósito de assegurar a prestação de serviço adequado aos consumidores de energia elétrica. Os problemas e/ou demandas da sociedade que deram origem ao Programa, em 1999, são os listados abaixo:

Concepção

- Processo de fiscalização centralizado pouco eficiente. Necessidade de aproximar a ação de fiscalização dos concessionários e dos consumidores.
- Centrais de geração em operação irregular, obras de geração atrasadas, obras não iniciadas, centrais de geração desativadas ou paralisadas.
- Atender reclamações de consumidores quanto à prestação inadequada dos serviços de energia elétrica.

- Existência de indicadores de desempenho e qualidade abaixo dos limites estabelecidos na legislação aplicada.
- Dificuldade na obtenção de indicadores de qualidade dos serviços confiáveis e em tempo real.
- Desconhecimento da sociedade a respeito das ações da Aneel em seu benefício e das condições da prestação dos serviços de energia elétrica.
- Ausência de informações à sociedade a respeito dos seus direitos e deveres enquanto consumidores de energia elétrica.
- Necessidade de identificar elenco de indicadores e fixar procedimentos de aquisição, transmissão e processamento da informação, desenvolver sistema de monitoração e acompanhamento, controle, divulgação, auditoria e mecanismos de sinalização econômica nos desempenhos excelentes e precários.
- Desconhecimento do público sobre a ouvidoria da Aneel e seu call center, bem como sobre a sua utilização pelo público.
- Ausência de organização adequada dos Conselhos de Consumidores e de intercâmbio entre eles e entre eles e a Aneel.
- Necessidade de detectar os domínios onde mais se torna necessário imprimir esforços no sentido do desenvolvimento e aperfeiçoamento de conhecimentos e tecnologias.

Em um primeiro momento, buscou-se o alinhamento das metas resultantes do processo de planejamento estratégico da Agência, realizado em 1999, com horizonte até 2005, com as ações do programa. A partir daí, a programação e a execução de cada uma das ações do programa ficou sob a responsabilidade de uma superintendência líder, apoiada por várias superintendências parceiras. Na sequência, as ações são desdobradas nos respectivos Planos de Trabalho, de modo a proporcionar maior grau de visibilidade e entendimento quanto ao conjunto de atividades associadas ao desenvolvimento da ação. Assim, para cada ação, identificam-se as atividades e os respectivos processos responsáveis por sua condução, que contribuem, de forma direta ou indireta, para o sucesso no cumprimento da meta fixada. Ressalta-se que, a cada o ciclo de Planejamento Estratégico da Agência, busca-se o alinhamento das ações do Programa com os objetivos estratégicos priorizados para a organização.

A integração existente entre o planejamento das ações, mediante os respectivos planos de trabalho, e a sua adequação à dotação orçamentária tem permitido o equilíbrio entre as metas físicas planejadas para o Programa de qualidade do serviço de energia elétrica e os valores orçamentários disponíveis para sua realização.

Os resultados obtidos nas diferentes ações, traduzidas na evolução do indicador do Programa, demonstram que os produtos associados a cada ação estão definidos de forma adequada, não se constatando, a princípio, a necessidade de ajustes. A cada ação está associado um produto, bem definido, e que atende, de forma direta, ou contribui para atender ao objetivo do Programa.

No âmbito gerencial, para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, implantou-se como sistemática a realização de reuniões de avaliação do desenvolvimento dos Planos de Trabalho e do progresso das atividades associadas à execução de cada ação. Nas reuniões participam a gerência do programa, as superintendências líderes responsáveis pela execução das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento daquela ação.

Esse encontro até 2001 foi realizado a cada três semanas e, em 2002, passaram a ter cronograma mensal e são apoiadas por um sistema de informações, gerenciais, disponível na Intranet da Aneel, denominado Siganeel.

Quanto aos insumos utilizados, a Aneel contou fundamentalmente com recursos próprios, complementados, na medida da necessidade e sempre que possível, com o apoio de terceiros, basicamente de consultorias especializadas.

Dessa forma, até a presente data, a estratégia de implementação adotada para o Programa tem demonstrado adequação. Vários aspectos da estratégia de implementação adotada pela Aneel contribuíram para a obtenção dos resultados do programa, a saber:

- a concepção do programa decorreu do processo de planejamento estratégico, o que permitiu o alinhamento das ações estratégicas internas com as políticas e diretrizes de governo, possibilitando vincular os objetivos estratégicos da organização com as opções estratégicas, macro-objetivos e diretrizes constantes da orientação estratégica do Presidente da República;
- o compromisso da alta administração ao indicar um diretor da Agência para o gerenciamento do Programa, o que permitiu elevar a capacidade de mobilização e de comprometimento das equipes na busca dos melhores resultados;
- o acompanhamento sistemático das ações do programas por intermédio de reuniões periódicas permitindo a sinalização tempestiva de restrições e a devida adoção das providências cabíveis à solução;
- a organização das informações através do Sistema de acompanhamento Gerencial - Siganeel.

..... **Implementação**

A receita da Aneel é proveniente de recursos diretamente por ela arrecadados, sendo a taxa de fiscalização a sua principal fonte (Lei nº 9.427 de 1996). Esta taxa representa a contraprestação da fiscalização e da regulação dos serviços de energia elétrica, os quais a Agência deve prestar, recolhidos pelos concessionários, autorizados e permissionários. Em 2000 e 2001 não ocorreu nenhuma restrição de natureza orçamentária. Já em 2002 sofremos algumas restrições, na execução, tendo em vista os limites de empenhos impostos durante o exercício.

Não se constatou impacto negativo no programa em decorrência da Lei Orçamentária de 2000, 2001 e 2002, pois não se verificaram desvios substanciais entre a proposta orçamentária e a dotação aprovada. Em 2003, não se pode afirmar o mesmo, já que R\$ 36 milhões do orçamento ficou na reserva de contingência.

Quanto à execução financeira, o contingenciamento apresentado pelos Decretos nºs 4.120, 4.230 e 4.309 e pelas portarias 174 e 319, todos de 2002, e a liberação de empenho equivalente ao valor original do orçamento só em 11 de setembro de 2002 com o decreto 4.369, limitou ao longo do exercício as contratações impactando sobremaneira a execução orçamentária e financeira do Programa.

O Decreto nº 4.120/02, apesar de impor restrições ao limite mensal de desembolso não prejudicou, de maneira significativa, a execução do programa. O impacto foi reduzido devido à forma de execução das ações, que aumentou a descentralização das atividades permitindo uma flexibilização orçamentária maior haja vista que as agências conveniadas disponibilizam sua estrutura para suprir eventuais faltas. Ainda assim, os limites fixados exigem um diuturno exercício de fluxo de caixa para o provimento tempestivo das necessidades do Programa.

A execução orçamentária do Programa de Qualidade do Serviço de Energia Elétrica em 2000 foi de R\$ 46.108.632,40 correspondendo a 77,23% do previsto na Lei Orçamentária de 2000.

A execução orçamentária global da Aneel, no exercício de 2001, ficou em 71,11% da Dotação orçamentária autorizada. A título de esclarecimento considera-se, como executado, o valor de destaques orçamentários relativos a convênios, em um montante de R\$ 3.658.578,92. totalizando assim, a execução de R\$ 139.929.485,91 deste valor foi executado no Programa de **Qualidade do Serviço de Energia Elétrica** R\$ 64.199.577,23 correspondendo a 76,54% de execução orçamentária.

Para o Programa 0272 - Qualidade do Serviço de Energia Elétrica foram orçados R\$ 63.514.187,00 dos quais foram liquidados R\$ 41.573.800,91 correspondentes a 65,46 % da dotação autorizada. Esse programa apresentou duas ações com impacto em sua execução: - 1382 - Implantação de Registradores Automáticos com um nível de realização financeira de apenas 34,46 % em função de problemas ocorridos na homologação dos equipamentos a serem adquiridos (meta física de 10.000 unidades com realização de apenas 1.000 unidades) e - 1437 - Campanha Educativa Sobre Direitos e Deveres dos Consumidores - que, em decorrência de um crédito suplementar só obtido em meados de dezembro de 2002, alcançado pelo limite financeiro imposto pelos Decretos nºs 4.230/02 e 4.369/02, teve uma realização de 67,60 %. Ressalte-se que as dificuldades financeiras vividas ao longo do exercício terminaram por impor um ônus maior sobre a estrutura própria da Agência que, se por um lado permitiu garantir o cumprimento das metas físicas acordadas, por outro provocou a postergação de diversas ações que refletiram numa execução financeira inferior à programada. Foi inscrito em restos a pagar o montante de R\$ 10.573.319,69.

A filosofia de atuação da Aneel também prevê parcerias de agências reguladoras estaduais na realização de algumas de suas atividades. Os objetivos desta descentralização, previstos na sua lei de criação, são:

- Aproximar as ações de regulação, fiscalização e mediação dos consumidores e agentes setoriais;
- Agilizar os processos de regulação, fiscalização, mediação e outorgas;
- Adaptar as ações de regulação, fiscalização e mediação às circunstâncias locais;
- Trazer a solução do problema para o local de sua origem.

Com relação aos recursos humanos, a equipe local é considerada inadequada, assim como a estrutura física da Aneel. A Agência trabalha arduamente na qualificação do seu corpo de funcionários, assim como estimula a motivação dos seus técnicos. A grande restrição é que a maioria dos contratos ainda é temporário, já que o concurso, realizado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos - CESPE, da Universidade de Brasília, que iniciaria a transição para a estruturação do quadro de pessoal efetivo da Agência, encontra-se sub judice, em face da ação direta de inconstitucionalidade impetrada junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, dificultando de maneira significativa a agilidade do processo produtivo e a consolidação de uma cultura organizacional e o *know-how* técnico adquirido ao longo desses 5 anos. Na mesma linha, a estrutura física também teria que ser adaptada para receber os servidores advindos do concurso.

A descentralização permite que as ações da Aneel sejam adaptadas às circunstâncias locais. As principais atividades delegadas são aquelas relacionadas à fiscalização e à ouvidoria. As Agências estaduais são criadas por leis e recebem delegação da Aneel por meio da celebração de Convênios de Cooperação. As Agências conveniadas também auxiliam nos processos de

regulação e outorga, de competência exclusiva da Agência Nacional. A Aneel tem se colocado à disposição dos estados no sentido de apoiá-los na criação de suas Agências de regulação, de forma a ampliar sua ação descentralizada.

Em resumo, a descentralização é adotada pela Aneel para melhor atender o interesse público relacionado à prestação do serviço de energia elétrica, em benefício dos consumidores do País. O desempenho destes parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem sido bastante satisfatório.

A sociedade tem acesso ao programa mediante os diversos canais abertos à sua participação, com destaque para as Audiências Públicas, Consultas Públicas, Conselhos de Consumidores, o *site* da Aneel na Internet e por meio da ouvidoria.

No decorrer dos exercícios de 2000 a 2002, a Aneel realizou diversas Audiências Públicas, visando dar transparência e publicidade às suas ações, além de ampla oportunidade de participação dos vários segmentos da sociedade nas suas decisões. A Aneel adota este mecanismo para receber sugestões e comentários sobre questões técnicas e normativas em fase de elaboração. No processo de audiência pública há duas etapas; primeiro os participantes enviam suas sugestões por escrito, depois a Aneel realiza debates abertos sobre o tema.

O indicador do Programa é o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC, que busca medir o grau de satisfação do consumidor em relação ao serviço prestado pelas concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica que atuam no País. Este indicador foi aferido, pela primeira vez, em 2000, por meio de uma metodologia desenvolvida por professores da Universidade Federal do Paraná, após ampla discussão em conjunto com os setores organizados da sociedade e as empresas do setor elétrico.

A Campanha de Educação dos Direitos e Deveres do Consumidor do Setor de Energia Elétrica, no bojo do Programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica, inseriu-se no contexto das ações relevantes da Aneel, buscando informar agentes e consumidores, visando à prevenção de potenciais conflitos, o incentivo à qualidade e à competitividade do setor e o atendimento ao disposto na legislação de proteção e defesa do consumidor, demonstrando com clareza o esforço da Aneel no estabelecimento de normas e regulamentos para a consecução da qualidade dos serviços de energia elétrica ofertados no Brasil, foco de um dos programas do PPA 2000-2002.

Os consumidores de energia elétrica nas classes residencial, comercial e industrial foram alvo da referida campanha, com base na Resolução Aneel nº 456, de 29 de novembro de 2000, que regula direitos e deveres, tais como de pedido de fornecimento de energia elétrica, limites, pontos de entrega, formas de cadastramento, prazos de ligações, alterações de cargas, formas de medição de energia, períodos de faturamento, tarifas e opções de faturamento, contas e pagamentos, multas e penalidades, suspensão do fornecimento, qualidade dos serviços e responsabilidades, dentre outros. A campanha visou, ainda, a estimular a organização e o funcionamento dos conselhos de consumidores.

Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural - Conpet

O Programa tem como objetivo a redução do desperdício de derivados do petróleo e de gás natural em todos os níveis de produção e na sociedade em geral. Justifica-se pelo fato do aumento da eficiência energética e a racionalização do uso da energia serem objetivos prioritários e fundamentais da política energética conduzida pelo Ministério de Minas e Energia. Essa prioridade resulta, por exemplo, da estimativa de que somente no setor transporte, responsável por mais de 50% do consumo de derivados no País, existir um potencial para a economia de até 30%, principalmente, no segmento de transportes de cargas e de passageiros. Estima-se que, no curto prazo, seja possível economizar mais de US\$ 1,0 bilhão/ano, eliminando-se o desperdício de combustíveis no País, através de medidas de baixo investimento. No médio e longo prazo, a introdução de tecnologias de maior eficiência energética poderá proporcionar adicionalmente mais US\$ 1,0 bilhão/ano de economia.

O programa consiste de ações de caráter geral, institucional, e de ações voltadas para setores específicos da sociedade e grandes consumidores de combustíveis, onde se procura desenvolver parcerias com entidades públicas ou privadas, tendo como premissa a auto-sustentação, no intuito de garantir a consolidação dos resultados.

O indicador do Programa é a Quantidade de Petróleo Conservada. Não existe fórmula única para o cálculo deste indicador. A estimativa é feita com base em dados adquiridos nos órgãos da Petrobras e no Setor Privado. O índice no início do PPA era de 531 mil toneladas equivalente de petróleo por ano, o índice atual é de 144 mil e o índice esperado ao final do PPA é de 700 mil toneladas equivalente de petróleo por ano.

Resultados

A variação do índice do indicador no período de 2000-2002 ficou dentro das expectativas com a implementação e continuidade das ações do programa, observando-se o cumprimento das metas físicas destas. Estes valores foram estimados com base nos dados fornecidos pelo setor privado e pela Petrobras. O ano 2001 sofreu uma variação específica devido ao racionamento de energia elétrica no País.

Os impactos positivos do Programa sobre o público-alvo estão relacionados principalmente com a redução das emissões decorrentes da queima dos combustíveis; redução do custo de produção; aumento da competitividade e impactos positivos também no balanço de pagamento.

A respeito da satisfação do público-alvo pode-se assinalar que o Programa ganhou maior visibilidade com o novo *website* na Internet. Percebe-se alto grau de participação da sociedade sobre o programa levando-se em consideração as diversas consultas e solicitações de informações sobre os assuntos relacionados aos projetos do Conpet.

Gerente:

João Eudes Touma

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Expansão do Projeto Economizar - novas entidades foram agregadas e mais unidades móveis estão disponíveis, treinamento de novos técnicos. Isto possibilitou o expressivo resultado no número de veículos avaliados (principal indicador deste Projeto);

- Lançamento do Programa de Etiquetagem de Fogões e Aquecedores a Gás - mais de 150 modelos de equipamentos domésticos (indicador deste projeto) passam a ser comercializados com uma etiqueta indicando a eficiência com relação ao consumo de gás; e
- Lançamento do livro *Gás Natural - Estratégias para uma energia nova no Brasil*, uma publicação patrocinada pela Petrobras, resultado de um convênio de cooperação entre o Programa e a Universidade de São Paulo.

Os resultados esperados para 2003 indicam que as ações desenvolvidas pelo Programa atenderão às expectativas quanto aos indicadores propostos. Acredita-se também que resultados paralelos destas ações possam contribuir para alavancar a expectativa previamente estabelecida pelos indicadores das ações como por exemplo: a multiplicação da adesão ao Economizar, a etiquetagem de todos os modelos de equipamentos a gás comercializados no país, maior número de acessos ao novo *website* do Conpet que pode contribuir para dar mais visibilidade ao programa junto ao seu público-alvo, etc.

.....

Busca-se contribuir para otimizar a infra-estrutura energética do País possibilitando o aumento da produtividade dos principais setores econômicos, estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, com efeitos positivos para a preservação do meio ambiente, qualidade de vida, competitividade da nação.

Concepção

Este Programa é permanente, busca a melhoria contínua e está de acordo com todas os aspectos acima relacionados.

As ações desenvolvidas pelo Conpet geram resultados que atendem não só às expectativas do indicador previsto mas também geram outros produtos que contribuem para fortalecer a concepção do programa. Por exemplo, ao atingir a meta do seu indicador (quantidade de petróleo conservada), o programa também contribui para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do país em busca de maior eficiência energética. Além disso, o programa gera produtos sociais como a melhoria da qualidade do ar, com as ações voltadas para eliminar a queima ineficiente de petróleo e gás natural, maior conscientização da sociedade para a prática de uma cultura antidesperdício de energia e de preservação do meio ambiente. Em termos econômicos para o País, o programa contribui para a redução da importação de petróleo e para a redução do custo-Brasil.

.....

Durante este período de 2000-2002, percebeu-se que a estratégia de implementação do Programa está adequada, e deve-se continuar a buscar o envolvimento dos parceiros nas ações desenvolvidas pelo programa, a conscientização e engajamento de empresários e confederações empresariais além do envolvimento e participação dos funcionários da Petrobras.

Implementação

A capacitação dos recursos humanos tem sido adequada para desenvolver as ações propostas pelo Programa. Quando há necessidade, o grupo é ampliado ou reciclado para atender às novas demandas. Também os recursos materiais e a infra-estrutura disponível são adequados para a implantação do programa.

O sucesso dos projetos do Programa foi alcançado devido ao grande envolvimento dos parceiros, inclusive do setor privado, nas ações efetivas implementadas para aumentar a eficiência no uso dos derivados do petróleo e do gás natural. A continuidade e expansão dos convênios com terceiros foi possível devido à disponibilidade de recursos financeiros suficientes.

Os principais parceiros são: CNT/ IDAQ que amplia sua atuação junto às entidades empresariais do setor transporte; as secretarias estaduais de educação, que amplia o escopo educacional dos projetos e o Inmetro que promove a conformidade com as normas técnicas vigentes.

O grau de participação da sociedade sobre o Programa tem sido muito alto. Isto pode ser percebido pelo interesse demonstrado pelos diversos segmentos em aderir aos projetos do Conpet e também através do grande número de consultas e solicitações de informações recebidas por meio do *site* do Programa. Isto se verifica também com o engajamento e participação dos funcionários da Petrobras.

As informações sobre os resultados das ações são obtidas de diferentes formas de acordo com o tipo de projeto: relatórios sistemáticos, pesquisas informais, relatórios de avaliação etc.

Reassentamento de Itaparica

Resultados

O programa tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica, apresentando três indicadores básicos para avaliação de resultados, quais sejam:

- a) Emancipação das Populações Reassentadas;
- b) Compensação Financeira Transacionada;
- c) Equacionamento da questão indígena Tuxá.

Quanto à questão indígena Tuxá, por mais que se houvesse promovido discussões com a comunidade indígena, Funai e Ministério Público Federal, as discussões foram encerradas em 2002, no MPF em Brasília, sem a possibilidade da celebração de acordo. A questão, até que novas ações venham ser promovidas pelo MPF, no sentido da celebração de acordo, será resolvida via judicial, no corpo da Ação Civil Pública em curso na Justiça Federal na Bahia.

Quanto à emancipação das populações reassentadas (item a), atingiu-se, até 2002, a taxa de 77,73% no processo de recepção e atendimento de emissão de título propriedade rural, cujos trabalhos adiante com o produtor rural, passa à responsabilidade da Codevasf, desonerando o setor elétrico/Chesf.

Quanto à questão da compensação financeira, isto é, pagamento em espécie às populações que não tiveram seus lotes irrigados implantados, atingimos 83,18% da meta.

Para o exercício de 2003, último abrangido pelo presente PPA, a Chesf deverá proceder a uma série de estudos, iniciando-se pela elaboração de um diagnóstico geral da real situação socio econômica e ambiental que se encontra cada perímetro irrigado e seus beneficiários, de forma a propor um plano de ação para se concluir todos os compromissos porventura pendentes, corrigir aquelas ações que não resultaram nos efeitos desejáveis para a população reassentada, e finalmente, estabelecer aquelas em que o setor elétrico deverá patrocinar, através de recursos oriundos da receita operacional da Chesf, como responsável pela produção de energia suportada por aquele empreendimento hidrelétrico.

Somente após a conclusão do processo de diagnose será possível a elaboração de um programa confiável, assim como os seus custos associados e prazos de implementação, que represente uma mudança para aquela população, com o enquadramento dos perímetros em um plano de desenvolvimento regional, que interagirá com outros desenvolvimentos, públicos e privados, hoje planejados para o Submédio São Francisco. Os indicadores do programa também poderão ser revistos.

Há que se levar em conta, todavia, os investimentos já realizados na operação e manutenção da infra-estrutura:

Recursos utilizados na UHE Itaparica X Reassentamento
(R\$) Dez/2002

Custo de Construção UHE = 3.630.037.268,27;

Reassentamento de Populações = 1.859.510.397,21;

TOTAL = 5.489.547.665,48

Gerente:

Exedito José de V. Gonçalves

Mesmo considerando a importância social que representou o reassentamento de Itaparica, ao observarmos a questão produtiva dos projetos implantados, constata-se que, nas áreas plantadas, pela produção obtida e pela comercialização realizada, os seguintes números – média trimestrais – que, evidentemente, se encontram distantes de caracterizarmos quaisquer sinais de auto-sustentação:

Rendas Trimestrais por Projeto (R\$)

Rodelas	202.130
Glória	26.900
Icó Mandantes	795.764
Barreiras	33.690
Apolônio Salles	467.870
Manga de Baixo	43.660
Brígida	260.510
Pedra Branca	894.320
Caraíbas	744.402
Total Geral	3.469.246

Em linhas gerais, o investimento, conforme acima mencionado, representou um valor total, até este ano de 2002, de R\$ 1.859.510.397,21, contra um retorno anual de comercialização bruta de R\$ 3.469.246,00 por trimestre agrícola, equivalendo a R\$ 13.876.984,00 por ano. Acreditamos que a plenitude agrícola desses perímetros irrigados de Itaparica seja alcançada nos próximos 5 (cinco) anos, com a complementação de serviços pela Chesf/Codevasf, tais como (i) adequação da assistência técnica aos produtores, (ii) redução da tarifa de energia elétrica, ajustando os respectivos contratos de fornecimento, (iii) automação dos sistemas irrigados, (iv) o estabelecimento do plano de cultivo dos produtores, e (iv) instalação dos medidores de água para cada produtor, o qual funcionará, inicialmente, como fator pedagógico e, logo a seguir, a participação dos produtores no pagamento da tarifa de energia elétrica.

Outro aspecto de fundamental análise é o preço da água de irrigação no Reassentamento de Itaparica. O custo da água na irrigação é o somatório do valor pago às concessionárias de energia elétrica (Celpe e Coelba).

As estimativas de 1000m³/ha/mês em Itaparica se situam em torno de R\$ 150,00, inviabilizando o pagamento da energia elétrica dos produtores do reassentamento, cujo valor só poderá ser discutido para cobrança futura, após a conclusão dos itens acima mencionados, os quais permitirão a sensível redução do custo de energia.

Em média, nos perímetros irrigados da Codevasf, considerando a maturação desses projetos, o 1000m³/ha/mês custa R\$ 50,00.

Os reassentados de Itaparica possuem lotes que variam em função da força de trabalho cadastrada por ocasião do levantamento para atendimento a esses beneficiários (1985/86), sendo:

Custo de irrigação dos lotes

Tamanho de lote (ha)	Valor em R\$ por 1000m ³ /ha/mês
1,5 (15%)	225,00
3,0 (75%)	450,00
4,5(7%)	675,00
6,0(3%)	900,00

A este valor acima estimado, é acrescentado o da assistência técnica patrocinada pelo Governo Federal/Chesf/Codevasf, na ordem de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por família/mês.

Considerando uma média global da ordem de R\$ 440,00 por família/ano teríamos um custo total de $(3.777 \text{ famílias irrigantes} \times 440,00 \times 12) = \text{R\$ } 19.942.560,00$ (dezenove milhões, novecentos e quarenta e dois mil e quinhentos e sessenta reais), por ano. Em contrapartida teríamos um valor total de comercialização bruta estimado, conforme quadro retro mencionado (Comercialização), da ordem de R\$ 13.876.984,00 (treze milhões, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e quatro reais), por ano.

Efetuando um comparativo entre o Custo da Água/Energia + Assistência Técnica (R\$ 171,66/ha/mês) e a Comercialização Bruta *per capita* (R\$ 120,40/ha/mês), têm-se uma diferença de R\$ 51,26/ha/mês. A esse *deficit* financeiro, devem ser somadas as despesas de investimento e manutenção do sistema de irrigação, que é propriedade do Governo Federal.

A receita média acima apresentada trata-se de comercialização dos produtos, exclusivamente agrícola, não considerando outras fontes de receitas existentes como por exemplo, artesanato, criatório de animais (bovino, caprino, ovino e aves), bem como pequenos comércios desenvolvidos nas diversas agrovilas dos perímetros irrigados.

Enfim, com esse quadro devemos considerar o Reassentamento de Itaparica como uma grande e expressiva ação social do Governo Federal, sobretudo considerando a fixação de pessoas nessas áreas rurais dos Estados de Pernambuco e Bahia, o atendimento escolar proporcionado as crianças residentes nesses projetos, o atendimento médico prestado e a geração de renda e emprego proporcionados pelas estruturas de irrigação existentes, bem como um projeto que em curto prazo se tornará auto sustentável, indicando resultados de razoável rentabilidade, considerando, sobretudo a possibilidade de custo da água (energia + operação e manutenção) aproximar-se aos níveis de R\$ 50,00/m³/ha/mês.

Torna-se, contudo, importante ressaltar que a possibilidade de cumprimento dos índices apontados no PPA é alta para todos os indicadores, com exceção do indicador Taxa de Área Trabalhada que teve a sua retirada dos quadros de indicadores solicitadas por diversas vezes pela gerência por não mensurar, de fato, os resultados alcançados por meio das execuções das ações do Programa. Lembra-se, no entanto, que os indicadores poderão ser modificados como resultados dos estudos diagnósticos da situação do programa a serem realizados em 2003.

Ressalta-se também, como já foi supracitado, que a questão indígena encontra-se sob júdice. Esse fato poderá trazer um grande ônus para o andamento do Programa, já que a não realização de um acordo que foi, por diversas ocasiões, proposto pela Chesf mediante gerência do Programa, pode ocasionar uma demora excessiva na resolução desse ponto.

Concepção

O denominado Programa **Reassentamento de Itaparica** surgiu da necessidade de deslocar famílias e infra-estrutura regional, assim como de fornecer formas de sobrevivência e compensar o impacto causado sobre aproximadamente 10.338 famílias que moravam na área inundada, das quais 4.100 na zona urbana e 6.238 na área rural, entre elas 200 famílias da Comunidade Indígena Tuxá.

Há ainda alguns produtos advindos da ação do Programa e que não constam no PPA, mas que contribuem para o resultado do Programa. Nessa linha, tem-se Assistência Técnica prestada aos agricultores reassentados, Automação dos Sistemas de Irrigação, Desenvolvimento de um Plano de Cultivo por Produto, Incentivo por crédito para a substituição dos sistemas convencionais de irrigação para micro-aspersão e/ou gotejamento. Fica claro que esses fatores contribuem para que ocorra uma maior produtividade na área irrigada dos projetos, o que sinaliza para a auto-sustentação de todo o Projeto.

Com a visão de introdução de novas tecnologias destinadas à completa emancipação desses produtores, necessário se torna a revisão de um plano de ação aderente a essas questões. Nesse caso, então, fica clara a necessidade de aperfeiçoamento da estratégia de implementação do Programa.

Implementação

No que diz respeito aos recursos orçamentários para o Programa, tem se, mantido ao longo de oito anos (1995 a 2002), uma média autorizada de recursos para o Reassentamento de Itaparica na ordem de R\$ 100 milhões/ano.

Em 2002, a não realização de uma parte dos recursos disponibilizados ao programa decorreu do fato de não ter sido concluído o acordo com a comunidade indígena tuxá, cuja previsão está para o ano de 2003.

O orçamento previsto para 2003, deverá ser suficiente para dar continuidade às obras de drenagem e de melhoramentos na infra-estrutura de irrigação, de forma a racionalizar o emprego de recursos humanos e de energia, e conduzir os perímetros para um custo suportável pelas entradas decorrentes da exploração econômica dos lotes pelos agricultores reassentados.

No tocante às parcerias, a grande dificuldade encontrada por essa gerência é a questão do orçamento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa encarregada e conveniada da Companhia Hidrelétrica do São Francisco para a operação e manutenção dos perímetros irrigados.

Nos últimos três anos temos trabalhado para a inclusão no orçamento da empresa os recursos necessários para Itaparica. Em muitos casos, aprova-se no âmbito do Ministério da Integração e corta-se no Ministério do Planejamento. Em outros casos corta-se durante as discussões no Congresso Nacional. E, expressivamente, por contingenciamento de recursos estabelecido pelo próprio Governo Federal. Desse modo, a Codevasf não pode assumir a responsabilidade pelos recursos do Programa, continuando a recair para o orçamento da Chesf.

Haveria, ainda a possibilidade de parceria com outros programas constantes do PPA 2000-2003 que tratam da questão da agricultura, listados a seguir:

Programa de Irrigação e Drenagem; Programa Produtividade de Caprino e Ovinocultura; Programas de Produtividade para a Fruticultura; Programas voltados ao Agronegócio. O Programa não realiza pesquisa para a aferição do grau de satisfação do beneficiário. Isso se dá porque, na realidade, apesar do Governo Federal, ao longo de 16 anos, ter investido nesse Programa cerca de R\$ 1,8 bilhões, sempre existiu uma mobilização crescente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais procurando demonstrar aos atendidos de que o valor aplicado é pouco e que a população necessita de muito mais.

Porém, o Programa conta com a participação destes no processo de otimização e racionalização do uso da água, assim como nas medidas propostas para a melhoria da produtividade das áreas plantadas.

Refino de Petróleo

O Programa foi criado com o objetivo de ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado. Este Programa será implementado basicamente com recursos próprios e algumas parcerias com o setor privado.

O indicador Custo Operacional Unitário Médio de Refino é o custo operacional total dividido por barril de carga fresca processada. O índice no início do PPA era de US\$ 1,2 por barril de petróleo processado e o índice esperado ao final do PPA é de US\$ 0,9 por barril de petróleo processado.

O indicador Fator de Utilização de Unidades de Destilação é a relação percentual entre o total da carga processada e a capacidade de referência. O índice no início do PPA era de 88% e o índice esperado ao final do PPA é de 91,6%.

O indicador Nível de Processamento Anual é a quantidade de petróleo processada. O índice no início do PPA era de 1,55 milhão de barris de petróleo por dia e o índice esperado ao final do PPA é de 1,8 milhão.

O indicador Nível de Processamento de Petróleo Nacional é a quantidade diária média de petróleo nacional processada. O índice no início do PPA era de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia e o índice esperado ao final do PPA é de 1,39 milhão.

.....
A Petrobras Brasileiro S.A. - Petrobras quando da elaboração do seu planejamento estratégico tinha como premissa um determinado cenário no qual se projetava um crescimento do mercado interno de combustíveis. Porém, mudanças na política econômica do Governo e alterações no cenário internacional levaram a Petrobras a modificar sua estratégia.

Resultados

No cenário mundial contribuíram, por exemplo, a ameaça de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, que acarretou a disparada dos preços do petróleo. Internamente, a mudança política federal fez com que a taxa de câmbio atingisse valores que fugiam a qualquer projeção previamente elaborada, acarretando desta forma um aumento na inflação. Esse repasse para os preços, bem como o aumento da carga tributária incidente fez com que o mercado de combustíveis encolhesse.

Em função das metas acertadas junto ao FMI, a necessidade de superávits primários cresceu. Isso obrigou a Petrobras a rever sua carteira de investimentos e também a necessidade de manutenção do retorno sobre o capital investido (ROCE) fez com que os índices projetados não fossem alcançados plenamente. É importante ressaltar que está previsto um grande número de paradas de manutenção para o ano de 2003, em virtude da adequação do parque de refino para o processamento do óleo nacional. Em função desta adequação, o índice de utilização de unidades de destilação, ficará abaixo do projetado, sendo, no entanto, retomado após essas modificações.

A partir disso, são apresentados os indicadores para período em questão, 2000 a 2002. Vale ressaltar que apesar das considerações acima, eles apresentaram uma evolução consistente. Dentre os principais resultados, destaca-se em 2000:

- Implantação de Unidade de Dessulfurização de Solventes na Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP;
- Implantação de Unidade de Destilação Atmosférica na Refinaria de Manaus com capacidade de 5.000 m³/dia;

Gerente:

Luiz Alberto Gaspar Domingues

- Implantação de Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido na Refinaria de Capuava (SP) com capacidade de 3.000 m³/dia;
- Até 2000 foram concluídos 14 projetos, dos 33 que compõem a carteira de investimentos.

Para o ano de 2001 têm-se:

- Implantação da maior Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido de Resíduo do Brasil, com 10.000 m³/dia de capacidade na Refinaria Landulpho Alves - RLAM;
- Criação da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap;
- Início das obras de Hidrotratamento de Diesel na Refinaria Gabriel Passos - Regap, de Hidrodessulfurização de Diesel na Refinaria Presidente Vargas - Repar, Hidrotratamento de Diesel na Refinaria Duque de Caxias - Reduc, Craqueamento de Resíduo Refap, Hidrotratamento de Diesel na Refap, Coqueamento Retardado na Refap; e
- Prosseguimento da implantação do Projeto de Excelência ambiental no âmbito do Refino. Criado após o acidente na Baía de Guanabara, em janeiro de 2000, o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional prevê investimento global de R\$ 3,2 bilhões até o final de 2003. Mas já cumpriu grande parte de suas metas principais, como a certificação de todas as unidades pelas normas de segurança e meio ambiente, a redução de aproximadamente 80% nos estoques de resíduos e a automação de mais de 70% dos dutos considerados prioritários.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Controle de poluentes no que tange especificamente ao início de todas as obras das unidades de hidrotratamento de diesel e gasolina, o que vai garantir o atendimento do mercado com combustível dentro dos limites estabelecidos por lei;
- Obediência aos limites orçamentários estabelecidos na LOA 2002;
- Gestão satisfatória dos impactos a desvalorização cambial.

Ainda em para o ano de 2002, os seguintes resultados merecem citação:

Prosseguimento dos empreendimentos previstos:

- Na RLAM, nova unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina - UHDS e manutenção da unidade de Destilação Atmosférica - U4.
- Na Reduc, Implantação de 6 novas unidades: Unidade de Fracionamento de Líquido - UFL, unidade de hidrotratamento de diesel - UHDT, Unidade de Hidrocrackeamento Catalítico - UHCC, Unidade de Coqueamento Retardado - UCR, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina - UHDS e Unidade de Hidrotratamento de Nafta - UHDT; instalação de um turbo-expansor para cogeração de energia elétrica.
- Na Regap, Implantação de 3 novas unidades: Unidade de Hidrotratamento de Diesel - HDT, unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina - UHDS e Unidade de Hidrotratamento de Nafta - UHDT; instalação de um turbo expansor para cogeração de energia elétrica.
- Na Replan, implantação de 5 novas unidades: Unidade de Hidrotratamento de Diesel - UHDT, Unidade de Coqueamento retardado - UCR, Unidade de Recuperação de Enxofre - URE e Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina - UHDS; instalação de um turbo expansor para cogeração de energia elétrica.

- Na Recap, implantação de nova Unidade de Propeno.
- Na Repar, Implantação de 2 novas unidades: Unidade de Hidrodessulfurização de Diesel - UHDS e Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina - UHDS; instalação de um turbo expensor para cogeração de energia elétrica.
- Na Revap, Implantação de 3 novas unidades: Unidade Coqueamento Retardado - UCR, Unidade de Hidrodessulfurização de gasolina - UHDS e Unidade de Propeno; instalação de um turbo expensor para cogeração de energia elétrica.
- Na Refap, Implantação de 3 novas unidades, a saber: Unidade de Coqueamento Retardo - UCR, unidade de Craqueamento Catalítico - UFCC e unidade de Hidrotratamento - UHDT.
- Prossegue a implantação do Programa de Excelência Ambiental no âmbito do Refino.

Cerca de 80% dos gastos da Petrobras com a questão ambiental estão direcionados para a prevenção. Entretanto, a empresa também investiu fortemente na contingência, em uma tentativa de minimizar as proporções de um eventual acidente. Como exemplo dessa política, pode-se citar os nove Centros de Defesa Ambiental - CDAs. Em alerta 24 horas, os CDAs estão equipados com barcos, barreiras e os mais modernos recursos no combate a emergências. Além disso a Petrobras vem intensificando o processo de negociação para obtenção de licenças e assinatura de termos de compromisso.

Para 2003, os principais resultados esperados são a conclusão das unidades de hidrotratamento da Repar e da Regap, as ampliações das unidades de craqueamento catalítico da Regap, das unidades de destilação da RLAM e Replan e da caldeira recuperadora da Revap.

O problema que dá origem ao Programa **Refino de Petróleo** é a necessidade de garantir o atendimento das demandas de derivados por intermédio do refino de petróleo, preferencialmente nacional, levando à economia de divisas, geração de empregos e impostos como subprodutos.

Concepção

A estrutura do programa, ou seja, o grupo de ações e atividades que o compõe é adequada e está em perfeita sintonia com os indicadores, não havendo ajustes a serem feitos. Todos os produtos relevantes para o objetivo do Programa estão expressos no PPA.

A Petrobras vem desenvolvendo esforços e capacidades com o intuito de se equiparar aos melhores padrões internacionais. Acredita que o contato com outras experiências e tecnologias poderão contribuir para a consistência e aprimoramento do seu processo. Os principais avanços adquiridos foram:

Implementação

- Conceitos gerais de *Benchmarking*;
- *Benchmarking* em gerência de projetos;
- Indicadores de desempenho e respectivos drivers;
- Melhores práticas e ferramentas;
- Evolução da aplicação de melhores práticas e do desempenho dos projetos na Indústria do Petróleo na América Latina, em comparação com outras regiões do mundo, em termos de prazo, custo, operabilidade e segurança;

- Implementação de um modelo de maturidade em gerenciamento de projetos.

Em relação à capacitação, a Petrobras vem buscando agilizar a tomada de decisão. Para tanto, vem certificando os seus gerentes dentro do que há de mais avançado em gerência de projetos, ou seja, o Project Manager Professional - PMP da reconhecida instituição Internacional Project Manager Institute - PMI. Além deste esforço, busca consultoria internacional da Independent Project Analyst - IPA para implantação desta metodologia que hoje está sendo refletida na implantação do Balanced Score Card - BSC.

Os recursos financeiros liberados foram suficientes para a implementação do Programa. Sendo a Petrobras uma sociedade de economia mista, seus recursos advêm de geração própria ou de financiamentos externos. No caso deste programa, a maioria dos recursos é oriunda de capital próprio, o qual não depende de repasses governamentais mas apenas do fluxo de caixa da empresa. No caso da Refap ocorreu um acentuado descolamento entre a execução física e a financeira devido à desvalorização cambial, com o conseqüente impacto sobre os seus contratos.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do programa. Por outro lado, os recursos humanos nas equipes locais estão quantitativamente e qualitativamente inadequados. O grande volume de obras tem exigido do mercado um volume de mão-de-obra qualificada muitas vezes não disponível. A qualificação de pessoal tem sido uma preocupação das unidades de negócio da Petrobras.

A participação da sociedade se dá em duas esferas: a primeira no âmbito do legislativo pelo mecanismo de elaboração orçamentária e respectiva fiscalização promovida pelo TCU e a segunda por intermédio do poder executivo representado pela ação reguladora da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

As principais restrições ao desempenho do programa têm sido:

- Licitações e contratos: Apesar da flexibilização obtida com o Decreto nº 2745, o grande volume de obras é incompatível com o reduzido mercado de prestadores de serviço, o que tem se refletido nas licitações e no gerenciamento dos contratos em andamento;
- Desvalorização cambial: Como muitos contratos estão vinculados à moeda estrangeira, seja de forma direta ou indireta, a desvalorização cambial verificada no segundo semestre de 2002 constituiu-se numa forma de contingenciamento de recursos que exigiu esforço adicional para ser contornada.

Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural

Resultados

O objetivo deste Programa é ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado. Os projetos serão executados por empresas contratadas através de licitações. Em algumas ações haverá a participação do setor privado com financiamento ou com parceria.

O indicador Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados é o somatório das capacidades de transporte de óleo e derivados dos dutos da Petrobras. O índice no início do PPA era de 44.192 milhão de m³. km e o índice esperado ao final do PPA é de 49.092 milhão de m³. km.

O indicador Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural é o somatório das capacidades dos gasodutos da Petrobras. O índice no início do PPA era de 3.787 bilhão de m³. km e o índice esperado ao final do PPA é de 5.259 bilhão de m³. km.

O indicador Taxa de Participação do Transporte Dutoviário no Transporte de Petróleo, Derivados e Gás Natural é a relação percentual entre o volume de petróleo, derivados e gás natural transportado por dutos e o volume total de petróleo, derivados e gás natural transportado por todos os meios. O índice no início do PPA era de 19% e o índice esperado ao final do PPA é de 24%.

O Programa **Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural** visa a ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado.

Em 2002, os indicadores encontram-se dentro dos valores esperados, para petróleo e derivados, não tendo sido observada qualquer alteração significativa da carga total movimentada. Espera-se para os próximos 5 anos a construção de importantes oleodutos, a fim de suprir a demanda de movimentação.

Para gás natural, a entrada em operação do Etanoduto Cabiúnas-REDUC e a ampliação do Gasoduto Brasil-Bolívia contribuíram para o acréscimo de valor do indicador.

O público-alvo é o consumidor final de petróleo, derivados e gás natural. Qualquer pesquisa direta, visando a mensurar o impacto do programa, não é relevante, uma vez que o transporte dutoviário é parte da cadeia logística que permite a distribuição e venda desses produtos, em todo território brasileiro.

Sendo assim, considera-se que os resultados obtidos pelo programa foram satisfatórios, principalmente no que se refere aos itens segurança, meio-ambiente, automação de operação, com início da operação do Centro de Controle de Oleodutos - CCO.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Melhorias nas instalações no que se refere à manutenção de sistemas de controle ambiental, de segurança e de saúde ocupacional;
- Melhorias nas instalações no que se refere à manutenção da infra-estrutura, com destaque para a remoção de gargalos operacionais;

Gerente:
Wong Loon

- Iniciado o projeto para implantação de um oleoduto ligando Barra do Furado/Campos Elíseos (RJ)/Guararema (SP).

Para 2003 espera-se a continuidade de projetos ligados à manutenção de infraestrutura e à manutenção de sistemas de controle ambiental, de segurança e de saúde ocupacional.

Concepção

O Programa baseia-se fundamentalmente na necessidade de distribuição de petróleo, derivados e gás natural, de acordo com as demandas de consumo, e faz parte da cadeia logística de distribuição. Sendo assim, o Programa tem impacto em todo território nacional.

Implementação

Os projetos são elaborados e aprovados pela própria Petrobras. Como os recursos aprovados também são originários da Petróleo Brasileiro S.A., não houve qualquer problema quanto ao seu fluxo.

Uma restrição comum para alguns dos projetos foi o licenciamento ambiental, que poderia ser obtido em menor prazo.

Com relação à participação da sociedade, é importante pontuar que por ser um programa essencialmente de caráter técnico, não há como promover a participação do cidadão durante sua execução.

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

Este Programa tem por objetivo atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados. O Programa é constituído por ações para compor uma frota de navios adequada a esse transporte. No desenvolvimento do Programa, terá relevante participação a empresa subsidiária Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, criada por força da Lei nº 9.478, de 1997 para realizar os transportes marítimos e dutoviários.

O indicador Volume Transportado de Petróleo e Derivados é o somatório dos produtos dos volumes (quantidades) por milhas navegadas, considerando-se apenas o transporte na cabotagem. O índice no início do PPA (1997) era de 32,6 bilhões de t.milha por ano, o índice atual (2002) é de 40,08 bilhões de t.milha por ano e o índice esperado ao final do PPA é de 41,6 bilhões de t.milha por ano.

Quadros complementares para a análise do indicador considerando o transporte total (cabotagem e longo curso), mais adequado para o propósito deste programa no contexto do Avanço Brasil:

Índice em 1997	231,944
unidade de medida	bilhão de toneladas milha por ano
Índice atual (2002)	265,067

Toneladas Milhas Produzidas por Navios do Sistema Petrobras e Afretados

Tone- ladas	Longo Curso			Cabotagem			Total
	Próprios	Afretados	Subtotal	Próprios	Afretados	Subtotal	
1997	74.986.615	124.298.602	199.285.217	23.695.917	8.963.350	32.659.267	231.944.484
2002	44.399.633	180.586.598	224.986.231	24.910.574	15.169.878	40.080.452	265.066.683

Carga Transportada por Navios Próprios e Afretados no Longo Curso e Cabotagem

Tone- ladas	Navios Próprios			Navios Afretados		
	Longo Curso	Cabotagem	Total	Longo Curso	Cabotagem	Total
1997	15.771.478	39.106.082	54.877.560	27.739.690	16.301.172	44.040.862
2002	9.083.475	48.498.243	57.581.718	34.780.958	34.968.496	69.749.454

No período do PPA houve um acréscimo maior no transporte de longo curso, o que fez com que o indicador "Volume transportado de petróleo e derivados" alcançasse 265,1 bilhões de ton.milhas. Este índice representa um crescimento de 14% no período, podendo-se observar que isso se deu a partir de uma evolução maior no transporte de longo-curso do que no de cabotagem, o que tem relação com o crescimento da exportação de petróleo nacional.

Resultados

Embora tenha havido uma realização do indicador superior à prevista, esse indicador não captura a dificuldade enfrentada para a ampliação da frota própria, através da construção de navios no País, para o que não se conseguiu - uma solução financeira viável, apesar dos recursos disponíveis no Fundo da Marinha Mercante

Gerente:

Expedido José de V. Gonçalves

- FMM. Considera-se necessário um maior comprometimento dos recursos do FMM para a retomada da construção naval no País, viabilizando-se os necessários esquemas financeiros.

Como os quadros acima podem demonstrar, com um aumento de carga transportada dos navios próprios de 5% contra 58% dos afretados, o transporte marítimo de petróleo e derivados não deixou de ser realizado, mas a custa do recurso cada vez maior ao afretamento de navios de terceiros, em sua quase totalidade navios de bandeira estrangeira, com o conseqüente dispêndio em moeda forte.

Nesse período houve uma redução de 1.075.397 tpb na capacidade de carga dos navios da frota própria (cerca de 28% da capacidade de 1997), principalmente nos navios destinados ao transporte no longo curso, o que se refletiu na redução de 40% da nossa participação, enquanto os afretados cresceram 45% no transporte de longo curso, no mesmo período.

Desde o início do Programa **Navega Brasil**, em 2001, a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro viabilizou duas licitações para a construção de dois navios Suezmax, de 130.000 tpb (toneladas de porte bruto) e dois Panamax, de 60.000 tpb, que foram vencidas pelo Estaleiro Ilha S.A. - EISA, encontrando-se pendente a aprovação, pelo BNDES, da concessão de financiamento ao estaleiro, com recursos do FMM, para a construção dos navios. A não construção destes navios teve impacto negativo na indústria de construção naval do Rio de Janeiro, bem como nos fornecedores de equipamentos e serviços para as obras. Isso impediu a geração de, aproximadamente, 13.500 postos de trabalho.

É importante frisar que a construção de navios no Brasil, para ser viabilizada e retomada, requer um programa de construção naval com um fluxo regular de encomendas, de longo prazo, que possibilite a capacitação dos técnicos nacionais e o aparelhamento dos estaleiros, para fornecimento de navios em preços compatíveis com os do mercado internacional.

Em 2002 foram transferidos mais 24 navios da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a Transpetro, num total de R\$ 746 milhões. Eles elevaram para 52 o total de navios transferidos no período do PPA, sendo que os que permaneceram na Petrobras atenderam a preceitos legais para a manutenção da condição de armadora pela estatal.

Os principais resultados alcançados em 2002 foram:

- Foi alcançado sucesso na conversão do Navio-Tanque Avaré em FSO (Floating Storage and Offloading) para operar para o consórcio formado pelas empresas Petrobras, Queiroz Galvão, Coplex e Starfish, que exploram os campos de Coral e Estrela do Mar, localizados na Bacia de Santos. O contrato obtido junto ao Consórcio resultou de uma licitação vencida pela Transpetro;
- Encontra-se em execução, para conclusão em 2003, a obra de modernização do rebocador oceânico Tangará, o qual está sendo convertido em 'supply boat' para utilização pela Petrobras em suas operações na Bacia de Campos;
- Foi concluída a transferência de navios do ativo da Petrobras para o ativo da Transpetro;

Para 2003 espera-se que seja viabilizada a retomada da construção naval no país, em grande escala, possibilitando a assinatura dos contratos pendentes com o Estaleiro EISA.

.....

A criação do Programa tem origem na necessidade do País de garantir o abastecimento de petróleo e derivados, economizar divisas na conta de afretamentos e fomentar a construção naval e a marinha mercante brasileira.

Concepção

A interação com organismos reguladores da atividade e dos seus mecanismos de financiamento deve contribuir para o alcance dos resultados previstos.

.....

A execução financeira ficou aquém do previsto originalmente em função de dificuldades de entendimento entre o BNDES e o estaleiro EISA com relação às garantias necessárias ao recebimento do empréstimo. Isto resultou na não concretização dos contratos de construção naval.

Implementação

Restrições à obtenção de limites de endividamento para a Transpetro também fizeram com que a ação de transferência dos navios da Petrobras fosse realizada em partes e os saldos sucessivamente transferidos para o exercício seguinte. Em 2002 foram concluídas as transferências.

Destaca-se que foi feito um grande esforço para um trabalho conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de modo a viabilizarmos os mecanismos de financiamento e fomento à construção naval e para a interação com a Agência Nacional de Petróleo - ANP e demais órgãos federais de regulamentação do segmento de transporte marítimo de petróleo e derivados.

Agricultura Familiar – Pronaf
Emancipação de Assentamentos Rurais
Gerenciamento da Estrutura Fundiária
Gestão da Política Fundiária

Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais
Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Agricultura Familiar - Pronaf

Este Programa tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

Resultados

No período 2000 a 2002, foram atendidas 1,41 milhão de famílias de agricultores familiares com o conjunto das ações do **Pronaf**, superando a previsão original de atendimento. O Programa atendeu, dessa forma, 34,23 % dos 4,14 milhões de estabelecimentos familiares existentes no Brasil (fonte: Convênio FAO/Incra, com base em dados do Censo Agropecuário 1995/96). Essa taxa de atendimento baseia-se, principalmente no desempenho do Crédito Rural, uma vez que parte dos contratos ocorre de forma grupal ou coletiva. Não se considerou as famílias também atendidas pelas ações: Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais e Capacitação de agricultores familiares. Como não há uma sobreposição exata entre essas ações, deve-se considerar provável subestimativa do público atendido.

Principais Realizações no Período de 2000 a 2002:

Infra-estrutura e Serviços Municipais

Integração da ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais aos Projetos Alvorada I e II, mediante redefinição dos critérios de seleção. Após discussão com os parceiros do Programa no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, foi aprovada a Resolução CNDRS nº 27, de 28 de novembro de 2001, que incorporou como critérios de elegibilidade o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a participação no Programa Comunidade Ativa. Na ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, o critério para seleção de municípios foi progressivamente sofisticado, permitindo o melhor atendimento das demandas e aumentando o nível de inclusão do programa na medida em que permitiu beneficiar os municípios com características rurais mais definidas e os mais necessitados.

A definição desses critérios técnicos de seleção para a ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais tornou bastante transparente e objetiva a expansão para novos municípios, minimizando pressões políticas e as insatisfações que poderiam surgir a partir daí. A grande expansão no Nordeste, na medida em que contemplou os municípios mais carentes, mostrou a eficácia dos critérios de focalização dessa ação. Há que se considerar, no entanto, que houve certa insatisfação, em 2001, pelo fato de que foram reduzidos de R\$ 150 mil para R\$ 43 mil, em média, os valores destinados aos municípios do Sul, Sudeste e alguns da região Norte, devido a não ocorrência da ampliação orçamentária correspondente à expansão das metas. Isto, no entanto, foi corrigido parcialmente em 2002 onde os valores médios passaram a R\$ 130 mil.

Avançou-se na direção de criar uma participação social mais intensa, incentivando-se o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Foi implementada uma nova modalidade da Ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, mediante projetos de apoio ao desenvolvimento de âmbito micro-regional, elaborados por consórcios ou associações de municípios. Foram assinados trinta contratos nessa modalidade.

Gerente:

Reinaldo Pena Lopes

Houve também progressiva ampliação do número de municípios atendidos pela ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços, de 987 em 2000 para 1.253 os municípios atendidos em 2001. Ainda que abaixo da meta inicialmente prevista, essa expansão demandou significativo esforço por parte dos Governos Estaduais e uma ampla mobilização de 668 novos municípios para elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDR e instalação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR. Além disso, logrou-se superar outras dificuldades, como a falta de recursos orçamentários para atender à expansão de forma a manter o atendimento da meta; e o corte de R\$ 21 milhões nas disponibilidades orçamentárias e financeiras, ocorrido no final do exercício de 2001. Em 2002, até o mês de outubro, 1533 municípios já tinham seus planos aprovados e em processo de execução, porém, sem disponibilidade financeira para honrá-los.

Em 2001, houve intensa participação das organizações do público-alvo na formulação do Plano de Safra, onde foram acordadas as condições dos financiamentos. Essa participação e os consensos daí oriundos criaram condições para uma avaliação positiva das lideranças dessas organizações em relação ao crédito **Pronaf**. Além disso, em 2001 e 2002, reduziram-se significativamente as manifestações e pressões (passeatas, ocupações de agências bancárias), como aquelas ocorridas em 2000 e em anos anteriores, motivadas por insatisfação quanto à disponibilidade de recursos.

Em 2002, foi implementada nova modalidade da ação de Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, mediante projetos de apoio ao desenvolvimento de âmbito microrregional, elaborados por consórcios ou associações de municípios.

Financiamento e Equalização de Juros para Agricultores Familiares

Houve avanços na regulamentação das linhas de crédito do Pronaf, com destaque para: criação de um sobreteto de até 50% nos valores dos financiamentos do Grupo C destinados à produção orgânica, olericultura, bovinocultura de leite e fruticultura; sobreteto nos financiamentos para os Grupos C e D para as famílias que tenham jovens cursando ou egressos de escolas agrícolas profissionalizantes (técnicas ou em regime de alternância); estímulo a concessão de crédito para as mulheres agricultoras; aumento do teto dos financiamentos para agricultores assentados pela reforma agrária; permissão da obtenção de um segundo crédito de investimento do Grupo C, com direito ao rebate de R\$ 700,00 por beneficiário; e redução do número de cinco para três agricultores nos grupos do crédito de investimento do Grupo C. Deve-se destacar ainda a proibição de financiamento da cultura do fumo com recursos equalizados ao amparo do **Pronaf**.

Ampliação da aplicação do crédito **Pronaf**. No **Pronaf** Grupo B que se iniciou em novembro de 2000, já atendeu até setembro de 2002 cerca de 255 mil famílias podendo chegar ao atendimento de 300 mil famílias até dezembro de 2002. Essa modalidade atende os agricultores familiares mais pobres, com renda bruta anual de até R\$ 1,5 mil (incluem-se como beneficiários os pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas). Os empréstimos são de até R\$ 500,00, para financiar quaisquer atividades geradoras de renda, com até dois anos para pagar, um ano de carência e desconto de 40% sobre o saldo devedor. No caso do Crédito de Investimento Grupo C, com aumento de 163,5% no valor total aplicado, apresenta prazo de até oito anos, cinco anos de carência e rebate de R\$ 700,00, independente do valor contratado. Essa linha atende agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 1,5 mil e R\$ 10 mil, com financiamentos individuais entre R\$ 1,5 mil e R\$ 4 mil, ou

até R\$ 40 mil para projetos grupais. As mudanças na regulamentação foram fundamentais para a ampliação do montante aplicado, em especial quanto ao segundo financiamento com rebate; ao aumento do teto das operações e ao adicional de 50% para produção com certificação de origem e para projetos de jovens estudantes do último ano ou recém-formados por escolas em sistema de alternância ou agrícolas. Vale destacar, ainda, a expansão na linha de Custeio A/C (aumento de 319,5% no valor aplicado no período 2000-2001) voltada a viabilizar a “transição” dos assentados da reforma agrária para a condição de agricultores familiares enquadráveis no Grupo C.

A concessão de financiamento do Grupo A do **Pronaf** para as populações tradicionais das Reservas Extrativistas – Resex, reconhecidas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, reflete também o compromisso socioambiental que vem sendo traduzido nas ações do **Pronaf**. Mais de 10 mil famílias de extrativistas já estão cadastradas para acessar esses benefícios, na medida em que o Governo Federal cumpre seu papel de fortalecer os movimentos e as associações comunitárias. Mas a principal alteração nas regras do crédito negociadas para a safra 2002/2003 foi à elevação dos valores dos financiamentos do Grupo A, de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil, e elevação do rebate de 40% para 45%, possibilitando um valor adicionado de R\$ 1 mil destinado a pagamento exclusivo da assistência técnica por um período de quatro anos o que permitirá uma melhor aplicação dos recursos na estruturação produtiva dos estabelecimentos familiares.

A criação da linha de crédito específica Pronaf Florestal, visando estimular os agricultores familiares à prática de sistemas silviculturais e agroflorestais possibilitará uma maior sustentabilidade ambiental, diante do balanço negativo de oferta e demanda dos produtos florestais. O mercado interno apresenta sinais de escassez de madeira oriunda dos reflorestamentos, e uma situação de controle e monitoramento das florestas nativas bastante complexas, refletindo sobre a economia do País.

Em 2003, há apenas R\$ 480 milhões de reais alocados à equalização do Crédito Rural, quantia insuficiente para atender o Plano de Safra para o período 2003/2004, que necessitaria de recursos da ordem de R\$ 750 milhões de reais em 2003.

Capacitação para fortalecimento da agricultura familiar

Em 2000 e 2001, foram capacitados 351.600 agricultores familiares; 4.180 extensionistas; e 12.470 conselheiros municipais, membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios beneficiados pela ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais. Também no período, ocorreu a execução das atividades de alfabetização de 35 mil jovens. Em 2003, a ação de capacitação reforçará as ações de cooperativismo.

A capacitação de agricultores, lideranças e técnicos, ocorreu em onze temas: agências locais de crédito e cooperativas de crédito; comercialização; agroecologia; agroindústria; associativismo e cooperativismo; atividades não-agrícolas no meio rural; certificação de origem de produtos da agricultura familiar; educação de jovens rurais (regime de alternância); mulheres agricultoras (ações afirmativas); projetos inovadores de assistência técnica e extensão rural; e uso de tecnologias apropriadas.

Em 2002 foram capacitados 207 mil agricultores. E também foram capacitados cerca de 48 mil conselheiros que compõem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, nos municípios atendidos pela ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais.

Assistência Técnica e Extensão Rural e Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Persiste o problema, já referido nas Avaliações 2000 e 2001, da não-execução de duas das três ações do **Pronaf** que estão sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – MAPA: Assistência Técnica e Extensão Rural e Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural.

Os Principais resultados esperados até 2003, são:

- avançar na revisão dos critérios utilizados em 2002, para apoio financeiro aos municípios selecionados pela ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais;
- aprimorar a ação de capacitação incluindo novos temas e reforçando ações de cooperativismo;
- estabelecer critérios para apoiar as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, no contexto da ação de capacitação;
- ampliar a vinculação das ações de crédito às ações de assistência técnica (como é feito atualmente para os créditos do Grupo A) buscando um melhor aproveitamento dos recursos pelos beneficiários; e
- início efetivo da operação do Seguro-Safra destinado aos agricultores familiares do semi-árido, que ficou prejudicado durante grande parte do ano de 2002 por falta da estrutura necessária para lidar com a complexidade inerente à articulação de uma ação que envolve a mobilização de órgãos governamentais, agentes financeiros e organizações da sociedade civil, em âmbito nacional, estadual e municipal. Mesmo com essas restrições, em 2002, foi instalado o Comitê encarregado de gerir o Seguro-Safra e os processos iniciais para sua operacionalização já estão sendo realizados em âmbito estadual.

Entende-se ser alta a probabilidade de se atingir 36,32% dos agricultores familiares em 2003 (ou 1,5 milhão de famílias). Essa avaliação apóia-se no desempenho obtido até o momento e na perspectiva de ampliação das atividades da ação Capacitação de Agricultores Familiares, das Ações referentes ao crédito rural e a ampliação da ação Seguro-Safra destinada aos agricultores do semi-árido e inserção econômica do segmento dos agricultores familiares.

..... **Concepção**

A demanda por um tratamento diferenciado do acesso ao crédito à agricultores familiares deu origem ao **Pronaf** em 1995, época em que o segmento contava apenas com uma linha de crédito para custeio. A partir de então, houve uma ampliação das demandas a começar da percepção de que a verdadeira origem do programa está na necessidade de tratamento diferenciado, não apenas do acesso ao crédito, mas sim da atividade de agricultura familiar, num processo de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que suas condições de produção são específicas e diferenciadas em relação à agricultura de base empresarial. É importante ressaltar que as ações destinam-se não apenas à inserção competitiva do agricultor no mercado, mas à elevação da qualidade de vida no meio rural através da geração de renda, da participação política e social dos agricultores e da capacitação técnica e educacional das famílias.

A seguir, os principais aspectos do Programa que necessitam de aperfeiçoamento.

Regionalização: muitos estudos apontam a grande diferenciação existente dentro do universo dos 4,14 milhões de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares no Brasil. Isso motivou a criação de grupos diferenciados dentro do Crédito Pronaf, em 1999, com condições de financiamento e benefícios também diferenciados. Grande parte das disparidades, no entanto, é determinada pelas características socioeconômico-culturais em que os agricultores estão inseridos. A incorporação de tratamento diferenciado por região ocorreu, no caso do crédito, pela destinação do Grupo B para os agricultores familiares do Semi-árido; e, no caso da ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, pela priorização dos municípios das Regiões Norte e Nordeste. Deve-se avançar, no entanto, na adequação das ações às especificidades regionais, a exemplo da problemática ambiental e de infraestrutura dos agricultores da Amazônia Legal.

Pertinência das ações: sugere-se desmembramento da ação Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar, com inclusão de ação específica para o Crédito Pronaf Grupo B. Essa ação incorpora três componentes distintos: a equalização referente às operações de crédito das várias modalidades do **Pronaf** (incluindo-se rebates); a cobertura dos custos administrativos dos agentes financeiros (BB, BASA, BNB, BNDES e Bancos Cooperativos); e o financiamento de operações de crédito do Grupos A (Reforma Agrária), A/C (egressos da Reforma Agrária) e B (agricultores familiares com renda bruta anual de até R\$ 1,5 mil). No entanto, em função do baixo valor dos empréstimos e dos altos custos administrativos dos agentes financeiros, há consenso entre a gerência do Programa, a SAF/MDA, o MF e Banco Central de que deve-se buscar novas modalidades de operacionalização dessa linha, para o que será necessário sua caracterização como uma ação específica do **Pronaf**. A nova ação deverá também apoiar atividades de apoio e fomento a pequenos empreendimentos rurais, uma vez que a concretização do potencial de geração de empregos e rendas das atividades não-agrícolas existentes no espaço rural requer outras atividades, complementares ao financiamento.

Entende-se como necessária a inclusão de uma nova ação, visando atender ao objetivo geral de promover a inserção econômica do segmento dos agricultores familiares: ação de apoio às iniciativas de comercialização de produtos da agricultura familiar, que englobaria tanto atividades já em andamento em outras ações do **Pronaf** (capacitação de técnicos e dirigentes de organizações de agricultores familiares em questões de comercialização; apoio ao desenvolvimento de sistemas de certificação de produtos de origem familiar), como outras que atenderiam a demandas não atendidas (crédito para comercialização/capital de giro; apoio à promoção de produtos no mercado doméstico e internacional).

Suficiência de metas físicas: para muitas das ações, o alcance é ainda muito restrito para que sejam promovidas mudanças substanciais na realidade dos agricultores familiares. Entre elas, destaca-se a ação Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, que sofreu reduções significativas nas disponibilidades orçamentárias em função da sua não-execução desde que o **Pronaf** passou para o MDA, deixando aquela ação no Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. Dado o seu caráter estratégico, necessita ser revisto o montante disponibilizado, tendo em vista que a política de ATER, conforme formulada no âmbito do CNDRS, requer valores da ordem de R\$ 100 milhões/ano.

Outra ação cujo alcance é ainda restrito, apesar da expansão verificada em 2001 e em 2002, é a ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais. Segundo documento do CNDRS, estima-se que cerca de 4,5 mil municípios brasileiros podem ser caracterizados como

predominantemente rurais, tendo em vista que sua dinâmica econômica, social e cultural é fortemente marcada pelo espaço rural e a população residente fora do perímetro urbano normalmente carece de infra-estrutura e serviços adequados.

As ações de crédito por sua vez, necessitam ser ampliadas, já que o atendimento de 1,4 milhão de famílias não corresponde à demanda avaliada em 2,5 milhões de famílias.

Adequação do indicador: embora se considere que o indicador atual – taxa de atendimento de unidades familiares de produção (% do total de estabelecimentos agropecuários familiares) – seja adequado, deve-se estudar sua revisão. Sua principal vantagem é ser um indicador bastante sintético, permitindo apreender o alcance do conjunto das ações do Programa em relação ao seu público-alvo. Deve-se considerar, no entanto, que a grande diversidade destas dificulta a apuração do índice referente a esse indicador. Parte dessas ações necessariamente se sobrepõem, sem que seja possível quantificar essa sobreposição (exemplo: um mesmo agricultor/família pode ser beneficiário do crédito, de capacitação, de assistência técnica e de obras ou serviços de infra-estrutura). Em função disso, torna-se necessário estimar o índice, de forma a “descontar” parte dessa sobreposição. Uma alternativa seria um índice composto, que ponderasse a taxa de cobertura do público-alvo por cada uma das ações, ou pelo menos daquelas de maior alcance.

As ações de crédito e Seguro Safra requerem um intenso trabalho de elaboração de minutas de documentos normativos: portarias, decretos e resoluções, que são intermediados por discussões com os parceiros intragoverno federal e externo e representações do público-alvo do Programa. Apesar desse trabalho demandar muito tempo e dedicação dos técnicos, não é quantificado nos produtos das ações do Programa.

Descentralização: quanto ao desempenho e organização dos trabalhos no âmbito das unidades descentralizadas, observa-se que:

- Ações 4985 - Concessão de Crédito para Agricultores Familiares, 4987 - Concessão de Crédito para Agricultores Familiares e 4986 - Concessão de Crédito para Implantação de Agroindústrias: vinculadas à agricultura familiar: o montante de recursos disponibilizados, está associado a limites intrínsecos às condições de operação dos agentes financeiros responsáveis pela sua implementação (Banco do Brasil – BB, Banco da Amazônia – BASA e Banco do Nordeste do Brasil – BN). Torna-se necessário, assim, buscar novas sistemáticas para a ampliação da aplicação dos recursos. Deve-se avançar na participação das cooperativas de crédito na operacionalização das linhas do **Pronaf** e estimular a constituição de cooperativas de crédito.
- Ação Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER: até 1999, quando houve execução dessa ação pelo MDA, isso ocorreu mediante convênio com as entidades estaduais de ATER. Na perspectiva de retomada dessas ações, deve-se implementar a estratégia elaborada no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS.
- Ação Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar: propõe-se a revisão da estratégia de implementação dessa ação, redirecionando-a para a execução, parcial ou integralmente, pelas instituições estaduais de pesquisa, o que propicia uma adoção quase que imediata das tecnologias desenvolvidas, por serem definidas pelos Conselhos Estaduais e direcionados a problemas específicos de determinadas regiões ou comunidades.

- Ação Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - a atual sistemática operacional adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, responsável pela ação, não permite o controle de execução física. Embora constem metas físicas, não há informação sobre a execução física em sua função, que não permite a informação precisa do número de agricultores beneficiados. Essa sistemática consiste no repasse mensal, a cada agente financeiro, dos recursos financeiros necessários para cobrir a equalização e os custos administrativos das operações em ser, bem como as novas operações de crédito com recursos orçamentários (Crédito Pronaf Grupo B e Grupo A) e respectivos custos administrativos e equalização. Para a inclusão de dados de execução física, seria necessária a revisão dos procedimentos da STN/MF.

Articulação com outros Ministérios:

- Ações Assistência Técnica e Extensão Rural e Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural: em função dos problemas relatado em itens anteriores, torna-se necessário rever a responsabilidade sobre ambas, tendo como Unidade Responsável o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento – MAPA. Dado o insucesso das tentativas anteriores de gerenciamento dessas ações e a inexistência de informação sobre a execução financeira, propõe-se redefinir essa responsabilidade, alocando essas ações e respectivos recursos na SAF/MDA, onde se encontra a gerência do Programa.
- Ação Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar: persiste o problema da impossibilidade de participação da gerência do Programa, dos parceiros estaduais e das organizações de beneficiários sobre a definição das atividades a serem apoiadas por essa linha. Nesse caso, propõe-se, também, redefinir essa responsabilidade, alocando essa ação e respectivos recursos na SAF/MDA.

Forma de articulação com estados e municípios: os estados participam apenas na disponibilização das equipes das Secretarias-Executivas Estaduais - SEE, com grande variação de um para outro. Há estados em que a SEEs são compostas de somente uma pessoa e outros, que a disponibilidade de recursos materiais é precária.

Há a necessidade de uma maior articulação institucional com os estados e municípios para unir esforços. A compatibilização dos PPAs dos três níveis da Federação poderia ocorrer através da inclusão de programas com o mesmo público-alvo e objetivo nos demais entes da Federação.

O ponto marcante na implementação do **Pronaf** diz respeito à gestão social das ações, concretizada pela participação dos beneficiários e pela descentralização de todas as etapas do processo de execução. Este procedimento garante transparência, a efetiva participação dos beneficiários, culminando por garantir maior abrangência dos resultados das ações.

A ação de apoio financeiro a projetos de infra-estrutura e serviços municipais apóia projetos de municípios selecionados segundo critérios definidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, que se baseia no tamanho da população, na concentração de agricultores familiares, valor da produção local e dois outros complementares, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e participação no Programa Comunidade Ativa.

Os municípios cuja base econômica é a agricultura familiar, para receberem o apoio financeiro, tem que formar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, que elaboram os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS. Com base nos PMDRS,

elaboram-se os projetos que são enviados às Secretarias-Executivas Estaduais do **Pronaf** para análise de viabilidade técnica, aprovados nesta instância, as propostas ainda passam por uma revisão na SAF/MDA.

Cada município recebe recursos não-reembolsáveis entre R\$ 125 mil a R\$ 150 mil por ano, durante até quatro anos, aplicados segundo plano elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em 2002, está se iniciando uma nova modalidade de execução, em caráter complementar à primeira, que consiste no apoio a projetos de desenvolvimento regional apresentados por consórcios ou associações de municípios.

Neste ano, o **Pronaf** inovou a execução da ação de capacitação, atendendo à aspiração da sociedade por transparência das ações do estado, por meio de dois Termos de Referência foram estabelecidos critérios: prazos, documentos necessários, formas de apresentação, limitações sobre área de abrangência e número de projetos por entidade, tema, público e conteúdos prioritários, metodologia que foi considerada para a contratação das instituições que iriam executar os cursos, dentro dos onze eixos temáticos definidos, após debates com o público envolvido, eliminando a prática do balcão, onde a intermediação vence o mérito dos projetos. Foram apresentados 650 projetos, sendo 147 selecionados e classificados de forma a realizar convênios com as instituições públicas e privadas que apresentaram as melhores propostas.

Está sendo implantado um sistema eletrônico de monitoramento das ações do **Pronaf** para facilitar a coordenação e articulação das ações do programa, pois com menos de vinte servidores do quadro é impossível acompanhar a execução do Programa no País.

Os procedimentos adotados pela gerência do Programa, desde sua criação, incluem articulações sistemáticas com os diferentes parceiros e, em especial, com os movimentos sociais representativos dos agricultores familiares, diretamente ou através dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, Nacional e Estaduais, tanto na operacionalização do Programa como nas revisões e ajustes. Assim, de um modo geral, a concepção do Programa, salvo as alterações propostas, atende às necessidades dos beneficiários.

.....
Implementação A estratégia de implementação no período 2000-2002 avançou na direção de criar uma participação social mais intensa incentivando-se o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS.

Na ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, o critério para seleção de municípios foi progressivamente sofisticado permitindo o melhor atendimento das demandas e aumentando o nível de inclusão do Programa na medida em que permitiu beneficiar os municípios mais necessitados e com características rurais mais definidas.

Nas ações de Crédito Rural, a implementação da linha de financiamento do Grupo B permitiu incluir o público de renda mais baixa que antes não tinha acesso a crédito, a criação de linha específica para sistemas agroflorestais possibilitará uma maior sustentação ambiental. A principal alteração nas regras do crédito negociadas para a safra 2002/2003 foi a elevação dos valores dos financiamentos do Grupo A, de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil, e elevação do rebate de 40% para 45%, possibilitando um valor adicionado de R\$ 1 mil destinado a pagamento exclusivo da assistência técnica por um período de quatro anos que permitirá uma melhor aplicação dos recursos na estruturação produtiva dos estabelecimentos familiares.

A principal dificuldade na implementação do Programa tem sido a falta de um serviço de assistência técnica e extensão rural com a cobertura e a qualidade necessária. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS definiu uma política de assistência técnica e extensão rural exclusiva para a agricultura familiar, entretanto não existiram recursos financeiros nesse período, no âmbito do MDA, para apoio à atividade.

Entende-se ser alta a probabilidade de se atingir 36,32% dos agricultores familiares em 2003 (ou 1,5 milhão de famílias). Essa avaliação apóia-se no desempenho obtido até o momento e na perspectiva de ampliação das atividades da ação Capacitação de Agricultores Familiares, das ações referentes ao crédito rural e a ampliação da ação Seguro-Safra destinada aos agricultores do semi-árido e inserção econômica do segmento dos agricultores familiares.

Quanto à compatibilidade dos recursos financeiros liberados, de origem orçamentária, com as necessidades de execução, no segundo semestre de 2002, constata-se que aumentou a necessidade de recursos devido ao maior nível de execução física dos projetos apoiados. O volume de liberação tornou-se insuficiente para honrar os compromissos assumidos dentro das disponibilidades orçamentárias vigentes. Em média, as liberações ocorreram abaixo de 5% do solicitado, comprometendo todo o fluxo financeiro do Programa. Essa situação foi mais grave na ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, que tinha a maior dotação. Dos 1.506 municípios que se pretendia apoiar, só houve disponibilidade para pagar cerca de 72, embora tivessem sido analisados e selecionados 1.481 municípios e 52 consórcios, contratados 1.359 projetos municipais e trinta de consórcios.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Até o mês de dezembro, praticamente não houve liberação de recursos para os contratos já efetivados na ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais. O fluxo financeiro não acompanhou a disponibilidade orçamentária, assim foram assinados convênios que não se transformaram em produtos para a sociedade por falta de pagamento pela União da sua parte no acordo.

Restrições que mais interferiram no desempenho do Programa:

- Atraso na liberação de recursos – a gerência não tem qualquer possibilidade de planejamento com o atual fluxo de liberação financeira. Não há nenhum parâmetro balizador das disponibilidades futuras.
- Inadimplência estadual ou municipal – a ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais, executadas, majoritariamente por meio de convênios com os municípios mais pobres e sem estrutura administrativa do País, teve sua execução afetada pela inadimplência dos parceiros. No entanto, cabe destacar que tem se observado uma evolução positiva ano a ano, que evidencia a melhora da gestão pública municipal.
- Exigências de contrapartidas Estadual ou Municipal – em relação a contrapartida, a ação Contribuição ao Fundo Seguro-Safra sofreu atraso na sua implantação devido à falta de adesão dos agricultores e contrapartida dos municípios e estados pré-condição legal para a união fazer o aporte ao fundo que custeará os benefícios.
- Contratos, convênios e licitações – a tramitação dos convênios é difícil para as instituições que não têm pessoal treinado. O formalismo burocrático torna

moroso o processo de contratação. A legislação impõe as mesmas exigências para uma grande organização e para as de pequeno porte. Um convênio com uma metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro segue os mesmos procedimentos para realização com o menor município do País.

- Dificuldades relacionadas a contratos e convênios – como já foi relatado anteriormente, a inadimplência dificultou a execução do Programa devido à falta de estrutura administrativa dos municípios, em média 20% dos selecionados apresentam alguma pendência dessa natureza. A situação agravou-se após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP. A falta de um sistema eletrônico simplificado e unificado, onde pelo CNPJ possa ter todas as informações dos municípios, faz com que a equipe do Programa, muitas vezes, tenha que ajudar administrativamente os parceiros para agilizar a tramitação. Houve também lentidão da tramitação. Na ação Capacitação de Agricultores Familiares, a lentidão da tramitação atrasou a execução dos projetos, com reflexos negativos sobre o planejado, pois tinham seu cronograma, em alguns casos, vinculado ao calendário agrícola.
- Desempenho físico das ações com recursos descentralizados – em função do fluxo irregular de recursos, a maioria dos convênios foi efetivada no final do ano. Portanto, sem tempo suficiente para acompanhamento e avaliação. Um dos principais problemas na implementação é que não existe um efetivo planejamento financeiro. Não há uma previsão quanto aos contingenciamentos de recursos, que muitas vezes são realizados no começo do exercício e depois descontingenciados no decorrer do ano. No ano de 2002, até o mês de outubro, não houve liberação de recursos para os contratos já efetivados.
- Desempenho físico das ações do programa executadas em outro Ministério – o fator que compromete mais significativamente o desempenho do **Pronaf** é a não-execução das ações Assistência Técnica e Extensão Rural e Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural, ambas de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Essa situação foi constatada ainda no Exercício 2000, o que motivou o Aviso MDA nº 278/2000, de 16/11/2000, pelo qual se informava da inviabilidade de se estabelecer um *modus operandi* que permitisse a alocação dos recursos dessas ações conforme a definição da Gerência do Programa, já alertando para a falta de informações quanto à execução das ações. Foram empreendidas diversas iniciativas pela gerência do programa, mobilizando o Secretário da Agricultura Familiar, o Secretário-Executivo e mesmo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, no sentido de viabilizar a execução dessas ações. Chegaram a ser encaminhados pela gerência de projetos que deveriam ser atendidos por essas ações, sem que se obtivesse qualquer sucesso. Cumpre ainda registrar uma situação que não foi ainda possível esclarecer: consta dos relatórios do Programa a execução financeira dessas ações, sem que houvesse a solicitação de liberação de recursos pelo gerente – que nem sequer foi consultado a respeito da execução financeira. Em decorrência, a gerência do Programa não dispõe de quaisquer informações sobre execução física, apesar dos registros de execução financeira dessas ações.

Quanto à ação Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar, sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, vinculada ao MAPA, não houve problemas quanto à execução, restando porém limitações quanto ao conteúdo das atividades apoiadas. Essa ação visa apoiar a geração de tecnologias agropecuárias compatíveis com a realidade e as

necessidades dos agricultores familiares. Em 1998, quando foi iniciada, essa ação era implementada mediante o apoio a projetos apresentados à gerência do **Pronaf** pelas instituições estaduais de pesquisa agropecuária. Com isso, garantia-se a seleção de projetos mais adequados às necessidades da agricultura familiar, uma vez que tais entidades têm maior inserção local e articulação mais estreita com as entidades de extensão rural e as organizações representativas dos agricultores familiares. Essa modalidade permitiu também que se estabelecesse uma relação de parceria entre as entidades executoras e essas organizações, além de conferir maior transparência aos projetos apoiados pelo **Pronaf**, os quais são aprovados pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural.

A partir do PPA 2000-2003, essa ação passou a ser executada pela Embrapa, reduzindo a possibilidade de participação dos parceiros estaduais, e mesmo da gerência do Programa, na seleção dos projetos. Isso veio afetar significativamente a qualidade dessa ação, o que se reflete numa grande redução do número de atividades apoiadas: enquanto foram apoiados 236 projetos de pesquisa de órgãos estaduais em 1999; em 2001, os recursos dessa ação concentraram-se em apenas dez projetos, e em oito em 2002.

Sistema de Monitoramento do Programa: a evolução da abrangência das ações do **Pronaf** passou a exigir um tratamento mais efetivo da informação utilizada para o direcionamento dessas ações. Com esse objetivo, o que antes era feito de forma isolada, passou a ser tratado de forma integrada. Em 2002, foi desenvolvido o sistema de monitoramento, com a finalidade de permitir o acompanhamento da implementação das ações do Programa possibilitando correções de rumo porventura detectadas como necessárias ao alcance dos objetivos do Programa. Permite, ainda, garantir a transparência e o rigor da aplicação dos recursos assim como verificar a qualidade da ação pública sob o patrocínio do **Pronaf**.

O sistema de monitoramento, SMAP, é constituído por subsistemas que fornecem insumos para uma base de dados não apenas para o Programa, mas para toda e qualquer ação ligada à agricultura familiar. Os subsistemas são:

- Subsistema de Monitoramento do Pronaf Crédito – já se encontra em execução que permitirá, em 2002, identificar as demandas por crédito com maior precisão, aprimorando a condução dessa política, além de permitir uma maior transparência nessa ação.
- Subsistema Capacitação – ao final da execução das atividades de capacitação deverá contar com um cadastro de 220 mil atores sociais (conselheiros municipais de desenvolvimento rural, agricultores familiares, técnicos e outros) constituindo um elemento de controle e estabelecimento de parcerias confiáveis e eficientes.
- Subsistema Seguro-Safra – em fase de implantação permitirá o controle e aprimoramento da ação Seguro-Renda para Agricultores Familiares do Semi-Árido, por meio da identificação das características de seus beneficiários.
- Subsistema Infra-estrutura – em desenvolvimento permitirá a transparência e a melhor focalização da ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais.

A capacitação em nível federal é realizada conjuntamente à capacitação em nível estadual e tem a finalidade de promover a formação continuada das equipes das Secretarias-Executivas Estaduais - SEE do **Pronaf** e da Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, com vista à melhoria da gestão do Programa e seu

desempenho além de promover a integração dos profissionais em nível federal e estadual. É planejada, executada e avaliada anualmente e possui atividades conjuntas de capacitação para atender às necessidades de formação conceitual, gerencial e operacional.

Durante os anos de 2000 e 2001, a Secretaria de Agricultura Familiar atendeu às demandas de capacitação de sua equipe técnica e gerencial, por meio de atividades pontuais de formação executadas por instituições governamentais e organismos internacionais, tais como a ENAP e o IICA. Nesse mesmo período, as equipes estaduais foram capacitadas para a execução das atividades programáticas do **Pronaf**: agroindustrialização, certificação, crédito do Grupo B, monitoramento da formação de Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural, entre outras ações. Em síntese, a capacitação das equipes técnicas era desenvolvida de forma descontinua, sem o planejamento adequado a um processo de capacitação.

Em 2002, criou-se uma equipe técnica conjunta – composta por representantes dos Secretários-Executivos Estaduais do **Pronaf** e técnicos da SAF – com o objetivo de elaborar um Plano Integrado de Capacitação dos profissionais responsáveis pela implementação do programa em nível federal e estadual: gerentes e técnicos da SAF, secretários e técnicos colaboradores dos estados.

Neste ano, foram capacitados setenta profissionais responsáveis pela implementação do Programa: 27 Secretários-Executivos do **Pronaf**, 27 técnicos colaboradores e dezesseis técnicos da SAF, em várias atividades de formação:

- cinco reuniões regionais sobre a implementação da linha de ação de infraestrutura para 2002;
- duas reuniões conjuntas entre SEE e a SAF, com enfoque formativo e deliberativo;
- um curso de formação conceitual, denominado Tendências e Perspectivas para o Desenvolvimento Rural Sustentável; e
- um curso de formação operacional, denominado Implementação e Gestão do Pronaf.

O Plano Integrado de Capacitação, constitui uma ação estratégica e prioritária para o processo de gestão do **Pronaf**, na medida em que habilita os agentes públicos e privados, como asseguradores do desenvolvimento local sustentável, viabilizando a integração das políticas públicas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar no âmbito local.

O **Pronaf** mantém como uma de suas principais características uma estreita parceria com governos estaduais, através das Secretarias-Executivas Estaduais; com outras instituições estaduais; com municípios, através das SEEs; e com as diversas organizações representativas dos agricultores familiares. As alterações na regulamentação e nas condições das ações do **Pronaf** têm sido discutidas intensamente com esses parceiros, quer no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, quer nas reuniões periódicas da equipe da SAF com o Fórum dos SEEs, ou ainda em reuniões específicas realizadas ao longo do ano.

Não há mecanismos de consulta sistemática do Programa junto ao seu público-alvo. Tomou-se como referência para avaliar o grau de satisfação dois parâmetros: as opiniões manifestadas pelas organizações representativas dos agricultores familiares em reuniões, seminários e outros fóruns; e as mobilizações e pressões em torno das ações do Programa, em especial o crédito rural. No

entanto, são vários os meios que têm garantido a participação da sociedade nas ações do **Pronaf**. Em nível municipal, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou Sindicatos Rurais participam da emissão das Declarações de Aptidão, que atestam a condição dos agricultores como beneficiários das linhas de crédito do **Pronaf**. Participam também dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, juntamente com outras organizações de representação da categoria (associações, cooperativas) e representantes dos órgãos públicos. Nesses Conselhos são elaborados e revisados os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS e os Planos de Trabalho, através dos quais são definidas as ações que serão apoiadas, a cada ano, pela ação Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais.

Em âmbito estadual, as representações dos agricultores e dos diversos órgãos públicos integram o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, que analisa e aprova os PMDRS e Planos de Trabalho encaminhando-os para a SAF/MDA. Essa instância é também responsável pela definição de diretrizes para o conjunto das ações do Programa, como as linhas prioritárias dos projetos a serem apresentados para a ação Capacitação de Agricultores Familiares. Essa instância seria ainda a responsável por definir prioridades e diretrizes para outras ações (Assistência Técnica e Extensão Rural; Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural; e Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar). Também nesse âmbito, Câmaras Técnicas do CEDRS ou Unidades de Articulação são instâncias colegiadas para a definição das prioridades de aplicação do Crédito Pronaf Grupo A.

Finalmente, em âmbito nacional, a participação ocorre tanto através das representações das organizações de agricultores que participam no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, como através de reuniões diversas, voltadas à negociação das pautas de reivindicação apresentadas anualmente pelos movimentos sociais ou à discussão de questões específicas. Esse canal permanente de diálogo tem sido um importante mecanismo para o tratamento de questões referentes à operacionalização das ações e mediação de conflitos entre os atores envolvidos (o que ocorre com frequência no crédito rural).

Embora não haja mecanismos específicos de consulta ao público-alvo, considera-se que o Programa tem garantido a geração de informações sobre as necessidades e opiniões do público-alvo. Além das freqüentes reuniões com interlocutores qualificados e representativos dos segmentos atendidos pelo Programa, outro mecanismo de consulta é o atendimento realizado pela equipe da SAF/MDA, tanto diretamente, quanto via telefone, e-mail ou ofícios (estes, em grande volume: chegando de vinte a cinquenta correspondências por semana).

Em 2001, houve a elaboração de uma proposta de reestruturação interna da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, que previu a ampliação dos quadros e o redesenho da organização. Avançou-se na implementação da nova estrutura, matricial e baseada no desempenho das funções gerenciais: Departamento de Planejamento; Depto. de Monitoramento e Avaliação; e Depto. de Articulação Institucional, onde se situa a gerência do **Pronaf**. No entanto, não se obteve avanços na aquisição dos recursos humanos, nem na formalização da nova estrutura.

Emancipação de Assentamentos Rurais

Resultados

O Programa tem por objetivo emancipar da tutela governamental os assentamentos rurais criados até 1998, mediante atendimento complementar que lhes propiciem condições de sustentabilidade. O indicador desse Programa é a Taxa de Emancipação de Projetos de Assentamentos Criados até 1988, que representa a relação percentual entre a quantidade de projetos emancipados e a quantidade de projetos criados até 1998. O valor ainda se encontra abaixo do esperado, visto que uma parte significativa dos projetos emancipados no período é considerada de grande porte contemplando, assim, um contingente grande de famílias, o que mascara o peso relativo do índice. O índice não foi apurado e atualmente o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra apresenta dificuldade para sua mensuração.

O destaque, em 2002, ficou por conta da ação intitulada Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998, com execução física de 176,8% e nível de execução financeira de 95,8%. As três ações restantes situaram-se abaixo do esperado em termos de execução física, não obstante com financeiros sempre superiores a 90%. Em parte, o mau resultado é decorrência do contingenciamento dos recursos para infra-estrutura que constitui fator determinante para a emancipação.

Em termos de principais resultados, destacam-se os três a seguir:

- Crédito-Instalação – esta modalidade de crédito teve seus valores individuais ampliados para R\$ 4,5 mil por família e está assim caracterizado: apoio à instalação, no valor de até R\$ 1,5 mil por família assentada (para aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva) e aquisição de material de construção, no valor de até R\$ 3 mil por família assentada. Foram concedidos créditos para apoio à instalação para 10.143 famílias e para aquisição de material de construção para 29.262 famílias.
- Topografia – essa ação consiste na materialização no terreno das áreas previstas na organização territorial concebida para o projeto de assentamento (parcelas, áreas comunitárias urbanas ou de exploração agrícola comunitárias, áreas inaproveitáveis, de reserva legal ou de preservação permanente, açudes, estradas etc.). Foram executados 6.844 km de poligonal, beneficiando 19.489 famílias. Houve um contingenciamento da ordem de 25% dos recursos orçamentários previstos o que comprometeu o atingimento da meta.
- Assistência Técnica e Capacitação – os recursos desta ação foram destinados, prioritariamente, para cobrir as despesas com os convênios firmados com as Agências Regionais de Comercialização – ARCOs. Essas agências atuam:
 - assessorando os grupos de agricultores familiares na comercialização da sua produção;
 - organizando comitês regionais de gestão das cadeias produtivas de maior interesse dos agricultores familiares;
 - realizando estudos sobre as possibilidades do agronegócio, identificando a situação atual e tendências das cadeias produtivas, indicando novas oportunidades a agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados;
 - mobilizando, organizando e capacitando os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados;

Gerente:

Milton Santos de Amorim

- estimulando a articulação dos serviços de assistência técnica e assessoramento de especialistas para questões específicas;
- estimulando a demanda de pesquisa; e
- difundindo tecnologias já disponíveis.

De maneira geral, os resultados foram considerados satisfatórios em razão da execução física no período ter sido estimada em patamares bem próximos dos índices propostos. No caso específico da ação de Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998, a execução teve boa performance em razão da articulação promovida junto a outras instituições. No entanto, problemas de natureza operacional dificultaram a execução das ações de forma descentralizada.

A expectativa para o período do PPA 2000 - 2003 é de que a taxa se eleve substancialmente, considerando que, uma vez atendidos os grandes projetos, devem ser contemplados os médios e pequenos.

Considerando que para emancipar um projeto se faz necessária a titulação de propriedade de 50% das parcelas e mais uma parcela do projeto e que, para se titular, se faz necessário que o imóvel esteja matriculado em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra ou da União e observando ainda que imóveis obtidos através de desapropriação somente são matriculados em nome do Incra após a ação judicial específica haver transitado em julgado e que diversos desses projetos ainda tramitam pela justiça, entende-se ser necessária a atualização do índice final para o patamar de 40%, proposta que já fora apresentada anteriormente.

Esperam-se impactos positivos sobre o público-alvo por conta da execução que se conseguirá para o Programa ao final do período, acreditando-se que não surgirão consequências negativas por força da proposta orçamentária para 2003. Os resultados alcançados até o momento são considerados satisfatório em razão da execução física haver alcançado índices próximos dos propostos e, no caso específico da ação Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998 ter sido superada em razão da articulação promovida pela direção do Incra junto a outras instituições.

.....

O Programa tem como objetivo precípua a emancipação dos assentamentos rurais criados até 1998 com a transferência da tutela governamental para ao regime de autogestão, passando a inserir-se no contexto da agricultura familiar com assistência creditícia específica do **Pronaf**. Foi desenvolvido em razão da premissa de que não basta garantir o acesso à terra, fazendo-se necessário provê-la com um mínimo de infra-estrutura complementar, bem como garantir a medição das parcelas, a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável e conceder os créditos que os parceiros fazem jus.

Concepção

Os aspectos dos programas que precisam ser melhorados são os seguintes:

- Quanto à regionalização, sugere-se a retirada da regionalização para maior flexibilidade na destinação dos recursos.
- Quanto à adequação dos indicadores, sabe-se que para emancipação é necessária a titulação de 50% das parcelas do projeto e que, para se titular, o imóvel deverá estar matriculado em nome do Incra ou da União. Como os imóveis obtidos através de desapropriação somente são matriculados em nome do Incra com decisão judicial específica transitado

em julgado e que diversos desses projetos ainda estão pendentes de decisão pela justiça, entende-se ser necessária a atualização do índice final para o patamar de 40%.

Aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada:

- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis: todos os recursos orçamentários do Programa devem estar assegurados e num cronograma definido para garantia de efetivo atendimento das famílias assentadas;
- Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: necessidade de se dar prioridade ao desenvolvimento do módulo avaliação do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - SigIncra;
- Forma de articulação com outras unidades do Ministério: há necessidade de melhoria especialmente no acompanhamento da execução das ações e envolvimento das unidades beneficiárias por ocasião da avaliação anual;
- Forma de articulação com as parcerias: há necessidade de melhoria, principalmente no assessoramento às famílias assentadas visando garantir a inclusão social das mesmas;
- Forma de articulação com outros ministérios: há necessidade de se aperfeiçoar a forma de articulação com outros ministérios, visto que diversas ações do Incra não são diretamente da sua alçada assim como certos ministérios desempenham funções complementares que permitirão o alcance da plena cidadania por parte dos beneficiários;
- Mecanismos de controle social: há a necessidade de se aprimorar os mecanismos de controle social, visando garantir que as famílias em piores condições sejam atendidas com prioridade, evitando a formação de castas;
- Forma de controle e acompanhamento do desempenho: há a necessidade de conclusão do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - SigIncra, que atualmente tem disponível apenas o módulo de programação operacional e um módulo de acompanhamento da execução em fase final de desenvolvimento. O mais atrasado, infelizmente, é o módulo de avaliação justamente o de importância capital para os gerentes de Programa;
- Forma de articulação com estados e municípios: há necessidade de se aperfeiçoar esta articulação, visto que toda ação ligada aos assentamentos interfere diretamente nos interesses dos municípios e dos estados. Atualmente os projetos de assentamentos se constituem em verdadeiras “ilhas” dentro desses territórios. A melhoria dessa articulação poderá garantir que o programa se torne um meio para promoção da inclusão social.

A estratégia de implementação do Programa precisa ser constantemente aperfeiçoada e adequada às situações que surgem e aos cenários que se apresentam, num processo dinâmico e constante.

Na implantação de infra-estrutura básica nos projetos de assentamento as prioridades são discutidas com as famílias beneficiárias e os serviços são realizados em parceria com as Prefeituras Municipais em discussão envolvendo todas as partes, com o intuito de integrar as famílias assentadas ao convívio social do município. A assistência técnica e capacitação dos assentados vêm se financiando a implantação e consolidação das ARCOs, que são organizações não-governamentais geridas pelas famílias de beneficiários do Programa.

Implementação

.....

Avalia-se que o padrão de execução financeira do Programa desenvolveu-se normalmente. Analisando-se a compatibilidade dos recursos financeiros liberados, de origem orçamentária com as necessidades de execução, verifica-se que as maiores limitações ocorreram na ação Infra-estrutura Complementar para Emancipação de Projetos de Assentamentos Rurais Criados até 1998, que sofreu forte contingenciamento orçamentário, o que comprometeu a emancipação dos assentamentos. As demais ações tiveram seus recursos preservados. O fluxo foi compatível com a programação, à exceção da ação que sofreu contingenciamento.

Em relação a adequabilidade de recursos para implementação do Programa, as principais limitações constatadas foram:

- Recursos materiais insuficientes – existe clara insuficiência de equipamentos de informática, computadores e periféricos, bem como de manutenção preventiva e corretiva. A limitação atinge, indistintamente, gerentes e agentes executores envolvendo a estrutura organizacional, não só a nível central como regional e local. Assim, é necessário programar recursos na LOA/2004 para aquisição desses equipamentos, bem como sistematizar a manutenção preventiva e corretiva.
- Inadequação de recursos humanos na equipe gerencial – sendo que o principal entrave (que se prolonga desde o início do PPA) é a inexistência de equipe gerencial. Há necessidade urgente de sua estruturação no âmbito do Incra/MDA, bem como a constituição de equipe de assessores e multiplicadores para propiciar uma maior visão e comprometimento do corpo de técnicos e dirigentes com relação à execução e avaliação do Programa. Há necessidade, também, de recomposição da força de trabalho em razão da necessidade de renovação dos quadros técnicos, especificamente em relação aos Engenheiros Agrônomos.
- Insuficiência na qualificação do corpo técnico - face, principalmente, ao avanço tecnológico e a nova dinâmica gerencial induzida pela sistemática implantada pelo PPA. Concomitantemente, faz-se necessário desenvolver no âmbito da política de recursos humanos do Incra/MDA a formação, capacitação e especialização de pessoal para execução e gerência, a nível nacional, regional e local.

Quanto às restrições ao desempenho de ações, pode ser citado o contingenciamento dos recursos orçamentários da ação Infra-Estrutura Complementar para Emancipação de Projetos de Assentamentos Rurais Criados até 1998. Nos registros do Sigplan não estão inseridas quaisquer restrições para o Programa. No entanto, há que se ressaltar a dificuldade de fornecimento, pelos órgãos executores, em tempo hábil, das informações para carga no Sigplan, bem como para a Avaliação Anual do PPA e elaboração do relatório que subsidia o Balanço Geral da União – BGU.

A interferência negativa de maior vulto na implementação do Programa no ano de 2002 decorreu da circunstância desse ser um ano eleitoral, havendo, em consequência, restrições de lei para transferência de recursos da União aos parceiros da reforma agrária. Como se sabe, a Lei nº 9.504 proíbe a realização de transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados para os municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, bem como os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral.

Quanto ao monitoramento, não há na um mecanismo definido para a gerência das ações com execução descentralizada. Está em desenvolvimento o Sistema de Informações Gerenciais - SigInkra que terá três módulos, a saber: o primeiro denominado módulo programação, já em funcionamento e onde se realiza a programação operacional. O segundo é o módulo execução, praticamente concluído e em fase de testes para disponibilização em 2003. O terceiro e último é o denominado módulo avaliação que será desenvolvido somente em 2003. Existe, ainda, o Sistema de Informações de Projetos e Reforma Agrária - Sipra que foi atualizado recentemente para plataforma Web. O Sipra Web será a ferramenta de monitoramento do desempenho físico das ações realizadas nos projetos de assentamento. Atualmente as informações são coletadas por sistemas menores em base Access, de caráter não-corporativo.

Espera-se que com o futuro desenvolvimento e entrada em operação do módulo de avaliação se possa melhorar o controle e sanar as dificuldades ora encontradas.

A equipe gerencial, neste período, participou apenas de seminários realizados na ENAP. A sugestão é de que para o próximo PPA seja capacitada uma equipe gerencial e montada uma estrutura de multiplicadores para dar uma maior visão e comprometimento junto aos servidores com relação a execução e avaliação do Plano.

Praticamente não houve grandes ações no segmento de capacitação. Os poucos eventos de capacitação foram realizados de forma pontual para atender fragilidades técnicas localizadas ou aperfeiçoamentos visando a melhoria do desempenho das equipes em determinada ação sem maiores vínculos com a questão gerencial como um todo.

Os parceiros foram essenciais no período. Transformaram-se em braço operacional da instituição, principalmente para a execução da Assistência Técnica e Capacitação dos assentados ocasião em que os estados, os municípios, a Sebrae e as ONGs viabilizaram a manutenção do cumprimento das metas, mesmo tendo recursos orçamentários cortados. A ação de investimentos em infra-estrutura básica em projetos de assentamento conta com o apoio das Prefeituras Municipais, o que possibilitou a redução dos custos, principalmente no que concerne a construção de estradas vicinais, visto que as Prefeituras cediam as máquinas e pessoal especializado e o Incra cobria as despesas operacionais.

Ainda não foram fomentadas, no patamar que se deseja, parcerias com outros programas do Plano Plurianual, não obstante a ampla possibilidade de implementação com certa facilidade.

Certamente diversos outros programas do Plano Plurianual apresentam possibilidade de formalização de parcerias com o Programa, infelizmente ainda não foram fomentadas na magnitude que seria desejável não obstante o imenso potencial que representa.

A participação da sociedade ocorre através do diálogo constante e direto com as entidades representativas, inclusive na elaboração das programações operacionais no âmbito das Superintendências Regionais e que é realizada de forma participativa sendo discutidos como e onde serão aplicados os recursos orçamentários disponibilizados.

A avaliação é realizada juntamente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais sem-terra e de assentados, durante reuniões de negociação ou avaliação de pauta de reivindicações e negociação de acordos e da execução das obras e serviços topográficos.

Os mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários, embora satisfatórios, precisam ser melhorados.

Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Resultados

O Programa objetiva conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime, uso e posse da terra no país, com informações precisas (georreferenciamento dos imóveis rurais) que permitam o gerenciamento e o planejamento de políticas agrárias e agrícolas.

Avalia-se, embora a variação do conjunto dos índices nos últimos três anos esteja abaixo da expectativa em relação ao previsto no PPA, que os resultados previstos sejam atingidos ainda na atual vigência do Programa.

Para isso contribuirá decisivamente o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR modernizado e georreferenciado – SNCR-Geo – em operação a partir da segunda quinzena do mês de novembro de 2002 e adaptado às exigências da Lei nº 10.267, de 2001, que criou o Sistema Público de Registro de Terras, regulamentado por meio do Decreto nº 4.449, de 2002.

A obsolescência do cadastro anterior de imóveis rurais do Incra, cuja concepção remonta à década de 60, representou séria dificuldade para promover atuação mais efetiva junto aos diversos detentores de imóveis rurais, pelo seu caráter eminentemente declaratório, dificultando a evolução de ambos os índices dos indicadores, não só da Taxa de Atualização dos Imóveis Rurais (meta de 50% no período), como também a Taxa de Cadastramento de Área Rural (meta de 70% no período).

O Programa tem importância fundamental para as ações de desenvolvimento agrário, pois propicia a localização geográfica exata dos dados cadastrais com a utilização de geo-tecnologias. No período foram alcançados resultados relevantes, destacando-se:

- Elaboração do plano de desenvolvimento local para a região do Médio São Francisco, nos Estados da Bahia e de Pernambuco, com o georreferenciamento dos grandes imóveis da região, atualização do uso das terras e identificação das áreas com plantio de essências psicotrópicas ou afetadas pelo denominado Escândalo da Mandioca, no intuito de destiná-los ao programa de reforma agrária.
- Combate à grilagem de terras, obtendo-se, na Justiça, o cancelamento ou nulidade de registros cartoriais de propriedades totalizando mais de 60 milhões de hectares de terras. Em 2002, houve cancelamento junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, dos cadastros de 3.517 imóveis rurais com área igual ou superior a dez mil hectares, cujos proprietários deixaram de comprovar a autenticidade dos títulos de domínio nos termos da Portaria nº 558, de 1999.
- Recadastramento, por força da Portaria nº 596, de 2001, de imóveis rurais com área total de 5 mil hectares até 9.999 hectares, localizados em quatorze Unidades da Federação, ainda em relação ao combate a grilagem de terras e considerando a necessidade de expandir as ações desencadeadas pela Portaria nº 558, de 1999.
- Recadastramento de imóveis rurais na área sob jurisdição das Superintendências Regionais do Incra na região do entorno do Distrito Federal e na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, com georreferenciamento dos imóveis e apresentação de documentação comprobatória.

Gerente:

Milton Santos de Amorim

- Institucionalização, através da Lei nº 10.267, de 2001, do Sistema Público do Registro de Terras. A nova lei foi editada por iniciativa do Executivo e estabelece condições para que haja maior controle sobre as terras públicas e privadas e mais transparência aos registros cartoriais e imobiliários. A Lei criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, com uma base comum de informações sobre o meio rural, gerenciada pelo Incra e pela Secretaria da Receita Federal, produzida e compartilhada por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural.
- Operacionalização, no âmbito do Incra, do Sistema de Informações Rurais - SIR que reestrutura e moderniza o antigo SNCR conferindo-lhe caráter georreferenciado (posicionamento geográfico da informação) e dinâmica de atualização em banco de dados relacional e que passa a constituir a matriz do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR criado pela Lei nº 10.267, de 2001.
- Edição do Decreto nº 4.449, de 2002, que regulamentou o Sistema Público do Registro de Terras (Lei nº 10.267, de 2001) a ser operacionalizado pelo SNCR e pelo CNIR.
- Expansão do Sistema Nacional de Cadastro Rural para centenas de prefeituras municipais, que passaram a cadastrar e a emitir os Certificados de Cadastro de Imóvel Rural no segmento da pequena propriedade rural.
- Destinação de áreas administradas pelo Incra para criação de Unidades de Conservação num total de mais de vinte milhões de hectares, o equivalente a duas vezes o território do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somados ou maior que a extensão da Bélgica e Portugal juntos. A transferência das áreas atende às diretrizes de desenvolvimento florestal sustentável definidas na Declaração do Rio e na Agenda 21 – tratado internacional que estabelece linhas de atuação a serem tomadas para a preservação do Meio Ambiente. Além disso, a criação de unidades de conservação ambiental nos espaços cedidos é vista como importante instrumento para coibir a grilagem na Amazônia Legal.
- Georreferenciamento de informações e de dados técnicos e socioeconômicos obtidos diretamente junto a projetos de assentamento.
- Assinatura de acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para garantir o georreferenciamento das pequenas propriedades rurais (área inferior a quatro módulos fiscais).

A expectativa é que se possam alcançar patamares satisfatórios para os índices previstos no PPA ao final do período. Com a regulamentação da lei do Sistema Público do Registro de Terras e operacionalização do SIR no âmbito do Incra e do CNIR na esfera Federal como um todo, os imóveis rurais passam a ser identificado por meio de um código único, propiciando o cruzamento de informações do Incra, da Secretaria da Receita Federal, dos Cartórios e demais órgãos participantes, como Ibama, Funai e órgãos estaduais de terras, aumentando consideravelmente o fluxo de dados, que se refletirá positivamente no alcance de ambos os índices ainda no presente período com garantia, inclusive, de incremento considerável para o novo PPA. A partir de noventa dias da regulamentação da Lei, informações de mudanças no domínio ou na dimensão do imóvel serão obrigatoriamente acompanhadas de plantas georreferenciadas da propriedade nos casos de áreas com dimensão superior a cinco mil hectares. Já para os imóveis de 1 mil até 5 mil hectares o prazo é de um ano, passando a dois anos nos casos de áreas entre 500 até 1 mil hectares e de três anos para aqueles com área inferior a quinhentos hectares.

Até agora não houve necessidade de modificação da previsão original para o alcance dos índices em 2003. Entende-se que, no geral, eles foram apropriados convenientemente não obstante a existência de certa polêmica a respeito do mecanismo de cálculo do segundo índice, Taxa de Cadastramento de Imóveis Rurais, que tem como base a superfície territorial brasileira (854.740.350 hectares) quando se sabe que apenas parte dela é ocupada com atividade rural, num montante relativamente difícil de quantificar em termos percentuais com exatidão.

O Programa é importante para a melhoria da qualidade do Desenvolvimento Rural e em especial para a Reforma Agrária. A receptividade do Programa por seu público-alvo e pela sociedade em geral, é evidenciada pela ampla divulgação, não institucional, promovida pelos meios de comunicação sempre quando deflagradas operações de georreferenciamento de imóveis rurais, momento em que se tem a oportunidade de auscultar opiniões da população, inclusive aquela de caráter científico e tecnológico.

A modernização do SNCR e a regulamentação da Lei nº 10.267, de 2001, são marcos que certamente mudarão o panorama do Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária que tem como carro-chefe a ação Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra. A necessidade estratégica e prioritária para o georreferenciamento é de pelo menos cem mil imóveis (aqueles classificados como grandes) que representam pouco mais de 2,5% da base de dados do SNCR mas detendo quase 60% da área cadastrada (quadro típico de concentração da terra). Para suprir esta demanda reprimida a meta realista de georreferenciamento deveria ser de vinte mil imóveis/ano, num período máximo de cinco anos e, além do mais, com continuidade da ação permanentemente e não apenas de três anos como previsto no atual PPA. Frente a essa realidade não há porque deixar de cumprir a meta estabelecida no PPA, considerada bastante modesta. Sugere-se que o órgão executor atente para esta circunstância, fazendo-o concentrar maior atenção para o cumprimento das metas anuais e eliminação, inclusive, da defasagem dos três últimos anos.

É relevante ressaltar, ainda, que no programa do novo governo divulgado através do documento Vida Digna no Campo, quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária (integrante do Capítulo Política para o Desenvolvimento Rural Sustentável), cita-se como um dos objetivos operacionais: implantar um processo efetivo de cadastramento dos imóveis rurais, onde as terras griladas sejam retomadas ao Estado e utilizadas na Política de Reforma Agrária. É a garantia explícita da continuidade dos pressupostos que motivaram a criação do Programa **Gerenciamento da Estrutura Fundiária** e que certamente receberá apoio compatível com a sua importância no cenário da Política Agrária Nacional.

É importante que sejam lembradas as conclusões da CPI da Grilagem de Terras cujo relatório final ressalta a necessidade de controle por parte do Poder Público do patrimônio imobiliário rural, público e privado, para o qual é imprescindível a existência de um sistema cadastral eficiente baseado em geotecnologias, reiterando a importância da operacionalização do SIR e o CNIR. O Sistema SIR é a ferramenta que conferirá efetividade à Lei do Sistema Público do Registro de Terras, a fim de buscar eficácia nas ações de desmonte dos esquemas do latifúndio e de grilagem e permitir a reversão da forma como as terras para desapropriações são obtidas, a maioria só e tão-somente por legítima e direta indução dos movimentos sociais.

Considera-se que o Incra e o MDA não têm, no momento, uma estrutura de Gestão Territorial a altura deste desafio tecnológico e operacional, pois as atividades antes realizadas pela Diretoria de Cadastro Rural do Incra encontram-se, por força de mudança na estrutura, dispersas em setores pulverizados e sem recursos apropriados.

Considera-se importante que se estruture um ambiente institucional no âmbito do Incra ou do MDA para a autogestão dos Sistemas SIR/CNIR em nível hierárquico de superintendência, pelo menos, que poderia denominar-se Superintendência Nacional de Gestão Territorial. Sugere-se que isso poderia ser feito praticamente sem custos adicionais, bastando que sejam realocados cargos da estrutura atual da Sede e das SRs que teriam à sua disposição cerca de seiscentos funcionários que ainda atuam nessa atividade, bem como seus ambientes físicos e equipamentos.

..... **Concepção**

A reforma agrária, os mecanismos de crédito fundiário, o atendimento ao segmento produtivo agrícola, especialmente o da agricultura familiar e, em última análise, o desenvolvimento rural sustentável como um todo dependem fundamentalmente da existência de um eficiente estrutura de gestão territorial para fazer valer o preceito constitucional da função social da terra. O Programa **Gerenciamento da Estrutura Fundiária** foi criado nesse contexto. Suas ações permeiam todo o ciclo das informações conjunturais e estruturais dos imóveis rurais, desde a sua obtenção até o armazenamento em banco de dados e o correspondente gerenciamento.

O Programa tem por escopo promover a integração e sistematização da coleta, pesquisa e tratamento dos dados e informações sobre os imóveis rurais e os seus detentores, em busca do conhecimento da estrutura fundiária, bem como retratar as condições de efetiva distribuição e concentração da terra e do regime de domínio e posse vigentes. Fornece elementos orientadores para a implementação das políticas agrícola e agrária contribuindo, em especial, para a formulação dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária e de Colonização. É através da análise dos dados do sistema e de informações adicionais agregadas é que se tem conhecimento das reais condições dos níveis de uso temporário da terra (grau de utilização e grau de eficiência), de maneira a classificar os imóveis rurais por força da condicionante do direito de propriedade rural, expressa no Artigo 99 da Constituição Federal e que está relacionada ao princípio da já mencionada função social da terra, dispositivo basilar para as intervenções do Poder Público e principal razão da existência dos atuais órgãos de administração fundiária, principalmente o Incra. A almejada qualidade da reforma agrária acaba sendo uma relação de causa e efeito onde as informações do interesse das atividades finalísticas e a facilidade de acesso a elas (grau de automatização, principalmente) tem pesos preponderantes.

Os assentamentos, as regularizações fundiárias, as alienações de terras públicas e a assistência à agricultura familiar, por meio do Pronaf, serão tão mais eficazes na medida em que se melhore a qualidade técnica dos dados armazenados e que o banco de dados possa, efetivamente, funcionar como repositório ágil de informações fidedignas, de forma a resgatar a capacidade de planejamento em especial no tocante a obtenção de terras (ou pelo instrumento de Desapropriação ou do Banco da Terra). Somente assim será possível livrar os órgãos que conduzem a administração agrária do País, da incômoda situação de estarem quase sempre a reboque dos acontecimentos (induzidos via de regra pela legítima atuação dos movimentos sociais), inclusive ao sabor também de interesses pessoais de alguns proprietários ou até mesmo de entes institucionais estes, quando querem se livrar dos seus ativos imobiliários sem qualquer preocupação com o social.

Há que se registrar, ainda, que o Incra, durante a vigência do atual do PPA, praticamente perdeu a estrutura organizacional de gestão territorial que existia e que havia participado intensamente da formulação do Programa

Gerenciamento da Estrutura Fundiária. Atualmente, por força da mudança ocorrida na estrutura, o pouco que restou acha-se disperso em setores pulverizados e sem qualquer expressão para equacionar questão de tamanha envergadura. Assim, urge que se estruture um ambiente institucional no âmbito do Incra ou do MDA para a autogestão dos Sistemas SIR/CNIR dentro da linha do encaminhamento da própria CPI da Grilagem de Terras.

Dentre os aspectos do Programa passíveis de melhoria destacam-se os seguintes:

- Pertinência das ações – havia proposta anterior de iniciativa direta da SE/ Incra de aglutinação da ação Sistema de Cadastro Rural e da ação Gerenciamento do Cadastro Rural sob novo título de “Cadastro Rural”. A proposta não foi validada pelo Ministério do Planejamento que remeteu a discussão para o momento de elaboração do novo PPA.
- Suficiência de metas físicas – há que se reafirmar que para livrar o órgão executor da reforma agrária da incômoda situação de atuar quase sempre a partir da pressão dos movimentos sociais e, até mesmo, de interesses pessoais de alguns proprietários. Seria necessário o georreferenciamento prioritário de pelo menos cem mil imóveis (classificados como grandes) e que representam pouco mais de 2,5% do universo, mas que detêm quase 60% da área cadastrada (fenômeno típico da concentração de terras). Para suprir essa demanda, o ideal é que a meta de georreferenciamento pudesse se situar num patamar de vinte mil imóveis/ano, para que o cenário atual fosse revertido em no máximo cinco anos.
- Adequação dos indicadores – embora não haja, até o momento proposta de modificação dos índices existe certa polêmica a respeito do mecanismo de cálculo percentual do segundo índice, Taxa de Cadastramento de Imóveis Rurais, que tem como base a superfície territorial brasileira (854.740.350 hectares) quando se sabe que apenas parte dela é ocupada com atividade rural, num montante relativamente difícil de quantificar com exatidão em termos percentuais.
- Matriz de fontes de financiamento – é necessário enfatizar que a modernização do sistema cadastral atualmente em uso, associada a necessidade de povoamento do banco de dados do novo sistema, SNCR-Geo, com informações espacializadas em no máximo cinco anos, irão requerer investimentos estimados em cerca de US\$ 20 milhões/ano, para o qual será necessário recorrer a financiamentos internacionais.
- Prazo de duração da ação – a ação Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra. A demanda reprimida em termos de georreferenciamento (da ordem de cem mil imóveis), bem como a necessidade da atualização desses dados cadastrais (por força da dinâmica inerente a um cadastro tecnificado) levam a caracterizar a ação Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra, obrigatoriamente, como de caráter permanente e não temporário (apenas três) anos como atualmente previsto no PPA situação que se recomenda seja alterada de imediato.
- Produto desenvolvido em parceria – merece especial destaque o produto desenvolvido no âmbito do PPA 2000 - 2003 consubstanciado na destinação de áreas administradas pelo Incra para criação de Unidades de Conservação sob jurisdição do Ibama/MMA. A parceria resultou num total de mais de vinte milhões de hectares destinados, o que equivale a duas vezes o território do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo somados ou maior que a extensão da Bélgica e Portugal juntos. A transferência das áreas atendeu às

diretrizes de desenvolvimento florestal sustentável definidas na Declaração do Rio e na Agenda 21 – tratado internacional que estabelece linhas de atuação a serem tomadas para a preservação do Meio Ambiente. Dentre as inúmeras Unidades de Conservação criadas destaca-se o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque com 3.879.000 hectares (beirando, portanto, os quatro milhões de hectares) e objeto de ampla repercussão positiva na mídia internacional. É importante ressaltar que toda a operação de destinação teve participação direta do gerente do Programa.

Dentre os aspectos em que a estratégia de implementação necessita de aperfeiçoamento, destacam-se:

- Organização dos trabalhos no âmbito da gerência – necessidade de se dar prioridade ao desenvolvimento do módulo avaliação do Sistema de Informações Gerenciais do Incra (SigIncra).
- Forma de articulação com outras unidades do Ministério – necessidade de se aperfeiçoar a forma de articulação com outros Ministérios especialmente agora com a operacionalização do CNIR quando os imóveis rurais passam a ser identificados por meio de um código único de uso comum pelo Incra/MDA, Secretaria da Receita Federal, Ibama, Funai, órgãos estaduais de terras etc.
- Forma de articulação com as parcerias – com a operacionalização do CNIR também há necessidade de se aperfeiçoar a forma de articulação com os parceiros a exemplo dos Órgãos Estaduais de Terras, Unidades Municipais de Cadastro UMC e Sistema Notarial.
- Sistema de informações gerenciais – há a necessidade de se concluir o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - Sig Incra que atualmente tem disponível apenas o módulo de programação operacional. O módulo de acompanhamento da execução acha-se em fase final de desenvolvimento havendo necessidade premente de se priorizar também o módulo de avaliação, infelizmente ainda não iniciado pois como registrado no ano passado pelo meio convencional como atualmente se trabalha no PPA (no âmbito do Incra) as informações e dados não fluem satisfatoriamente para carga no Sigplan de forma tempestiva e impessoal criando transtornos de toda ordem para o gerente do Programa situação que persiste desde o início do Plano.

A estratégia de implementação como um todo carece de aperfeiçoamentos e adequações inerentes à própria dinâmica do Programa.

Os resultados positivos devem ser creditados, acima de tudo, à existência de um projeto de modernização que foi perseguido com maior ênfase a partir do início da década de 1990, na extinta Diretoria de Cadastro Rural do Incra, com a participação da sua gerência e do corpo de técnico. Infelizmente, o risco de descontinuidade e/ou afastamento dos objetivos iniciais do projeto é bastante grande principalmente considerando a circunstância de que atualmente, por força da mudança ocorrida na estrutura organizacional. Considera-se que a estrutura resultante encontra-se dispersa em setores pulverizados e sem qualquer expressão para equacionar questão de tamanha envergadura. Assim, sugere-se que se estruture, com urgência, um ambiente institucional no âmbito do Incra ou do MDA para a autogestão dos Sistemas SIR/CNIR de forma coerente com o encaminhamento da CPI da Grilagem de Terras.

Implementação

O padrão de execução financeira do programa desenvolveu-se relativamente a contento tendo em vista a proposta orçamentária do PLOA não se constatando, também, maiores distanciamentos entre o planejado e o reprogramado.

Todas as ações do Programa, de uma maneira geral, contribuíram para o alcance dos objetivos, mas há que se destacar, mais uma vez, a ação Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra que é, no momento, das mais relevantes para a melhoria da qualidade da reforma agrária, pois dela dependerá a formação de estoque de terras de onde poderão ser selecionadas as de melhor potencial agrônomo para destinação aos assentamentos de trabalhadores rurais.

Quanto às restrições, à exceção da ação sob Demarcação Topográfica em Áreas de Regularização Fundiária que não foi contemplada com liberação de numerário, as demais não sofreram maiores impactos por força do fluxo de recursos financeiros.

Nos registros do Sigplan não estão relacionadas quaisquer restrições neste Programa, no entanto, há que se enfatizar a dificuldade de fornecimento, pelos órgãos executores, em tempo hábil, das informações para carga no sistema Sigplan, bem como para a avaliação Anual do PPA e elaboração do relatório para o Balanço Geral da União.

Em relação a adequabilidade e suficiência de recursos materiais, deve-se ressaltar que a execução deste Programa demanda a utilização de veículos automotores para realização, em especial, de fiscalização de serviços topográficos, bem como execução, comumente por via direta, de georreferenciamento de imóveis rurais, além de outros deslocamentos periódicos. Existe, ainda, a insuficiência ou obsolescência de equipamentos de informática com funcionalidades para tratamento de dados técnicos obtidos através de geotecnologias (estações de trabalho, *plotters*, rasterizadores etc.) visando o atendimento das necessidades operacionais, não só a nível central como regional e local.

Portanto, é necessário programar recursos na LOA/2004 para aquisição de equipamentos de informática especializados, bem como melhorar os mecanismos de aluguel de veículos automotores paralelamente às aquisições que se caracterizarem como prementes.

O principal entrave quanto a esse tópico é que a gerência do Programa não conta com uma equipe gerencial. Há necessidade urgente de se estruturar, no âmbito do Incra/MDA, a mencionada equipe, bem como uma estrutura de assessores e multiplicadores para propiciar uma maior visão e comprometimento do corpo de técnicos e dirigentes com relação à execução e avaliação do Programa. Concomitantemente, faz-se necessário fomentar, no âmbito da política de recursos humanos, a formação, capacitação e especialização de pessoal para execução e gerência a nível nacional, regional e local.

A equipe gerencial participou, neste período, apenas de seminários realizados na ENAP. A sugestão é que para o próximo PPA seja capacitada a equipe gerencial e montada, no âmbito do Incra/MDA uma estrutura de multiplicadores para propiciar uma maior visão e comprometimento junto ao corpo de técnicos com relação a execução e avaliação do Plano.

As parcerias, principalmente com o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro e com as Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e o INPE foram essenciais no período. Essas parcerias são tradicionais e remontam aos

primórdios da criação do Cadastro de Imóveis Rurais do Incra (há mais de trinta anos). Com o novo SNCR modernizado, SNCR-Geo, e com a recente institucionalização do Cadastro Único, de âmbito nacional (CNIR) surgem muitas possibilidades de parcerias abrangendo a esfera federal, estadual, a municipal e com outros entes da sociedade civil. Na esfera federal desponta, na vanguarda, a Secretaria da Receita Federal até mesmo pela sua situação de co-participante da gestão do CNIR. Na mesma linha não se poderá prescindir do IBGE, da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, da Embrapa, da Funai, do Ibama, do IBGE, da Secretaria do Patrimônio da União, das Universidades Federais (especialmente em relação às especialidades de agronomia e de cartografia), INPE, do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM etc. Nas diversas Unidades da Federação, os órgãos estaduais de terras, principalmente, terão papel preponderante e nos municípios a dinâmica da parceria se situará na continuidade da interação com as Unidades Municipais de Cadastramento devendo-se registrar que o Incra mantém intercâmbio para esse fim, mediante Convênio, com praticamente todos os cinco mil municípios brasileiros. As UMCs certamente serão o braço operacional que estará na ponta internalizando o SNCR-Geo e CNIR (cuja matriz é o próprio SNCR-Geo) no novo cenário de utilização massiva das geotecnologias. E o papel dos Cartórios de Registros de Imóveis não será diferente. Eles estarão obrigados na nova Lei do Sistema Público do Registro de Terras a enviar mensalmente ao Incra qualquer alteração nas matrículas, como mudança de titularidade, remembramento, desmembramento, parcelamento, modificação de área, loteamento e alterações relativas a aspectos ambientais. Em contrapartida, o Incra encaminhará mensalmente aos cartórios o código do imóvel para fazer constar na matrícula.

Ainda não foram fomentadas parcerias específicas, na forma como seria desejável, com outros programas do PPA, não obstante a ampla possibilidade de implementação, sem muita dificuldade. Existe muita interação e intercâmbio de dados informalmente mas há que se profissionalizar e institucionalizar as parcerias, especialmente no segmento de geotecnologias, meio ambiente e cadastro rural.

Certamente diversos outros programas do Plano Plurianual apresentam amplas possibilidades de formalização de parcerias com o Programa **Gerenciamento da Estrutura Fundiária**, infelizmente ainda não fomentadas na magnitude que seria desejável não obstante o imenso potencial especialmente no segmento de geotecnologias, meio ambiente, cadastro rural, vigilância territorial etc.

Pela própria natureza do Programa, cujas ações, na sua maioria, envolvem contato direto com os beneficiários, com os poderes constituídos, com os sindicatos, com os movimentos sociais, etc, pode-se afirmar que o grau de participação da sociedade é muito alto, como se verifica nas operações de cadastramento do tipo deflagrado pelas Portarias 558, de 1999 e 596, de 2001 e dos cadastramentos diretos e massivos no Pontal do Paranapanema, no entorno do Distrito Federal, na Zona da Mata de Pernambuco e no Polígono da Maconha, todas desenvolvidos no âmbito da ação Georreferenciamento e Levantamento do Uso da Terra.

A avaliação de seus usuários/beneficiários é feita pela Ouvidoria Agrária Nacional, pelas Salas do Cidadão (na sede e em todas as regionais do Incra), pelo sistema telefônico 0800, pela Caixa Postal, pelo endereço eletrônico podecontar@incra.gov.br e pelos sites do Incra, do MDA e do Banco da Terra.

Podem ser considerados como positivos os mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários em relação à execução.

Gestão da Política Fundiária

Resultados

Este Programa se destina a apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de política fundiária e justifica-se pela necessidade de se desenvolver ações que subsidiem a Direção Superior da Política Fundiária, dando condições para tomada de decisões no âmbito político e gerencial.

O Programa **Gestão da Política Fundiária** não dispõe de indicadores. Contudo, avalia-se que o Programa obteve desempenho satisfatório no período, destacando-se seu papel no controle de focos de conflito e tensão social no campo (por meio da Ouvidoria Agrária Nacional), na promoção da capacitação de agentes e apoio a projetos no âmbito do Banco da Terra, na assistência aos assentamentos, na realização de estudos sobre a temática agrária, na implantação de programas de qualidade e no desenvolvimento do sistema de informações.

Em 2002, o destaque foi a ação Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo, considerada de maior expressão, cuja execução física ultrapassou 100% do previsto. Tiveram performance, respectivamente, dentro do esperado e acima do esperado a ação Cooperação Técnica para Melhoria da Gestão e das Ações Produtivas em Áreas de Assentamento e a ação Capacitação de Executores do Banco da Terra. As ações Coordenação e Suporte Técnico às Ações do Banco da Terra e Promoção da Qualidade e da Produtividade na Reforma Agrária alcançaram performance tanto física como financeira abaixo do previsto. A ação Formulação e Avaliação da Política Fundiária ficou com registros nulos de execução física pelo fato do órgão técnico não ter apresentado, em tempo hábil, os resultados finais. Também ficou com registros nulos de execução física, a ação Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária por não ter avançado, como se esperava, a implantação do Sistema de Informações Gerenciais nas Unidades da Federação restantes (33%), efetuando-se, apenas, a manutenção do sistema nas localidades em que houvera a implantação anteriormente. Como resultados principais citam-se os seguintes:

Acompanhamento e Controle de Conflitos e Tensões Sociais no Campo

Como meta de controle de conflitos e tensões sociais previa-se, para o exercício de 2002, a atuação em 158 focos, que foi superada, pela intervenção mediadora da Ouvidoria Agrária Nacional em 306 casos em todo o território nacional, atingindo-se resultado físico de 193%. Houve participação direta ou indireta da Ouvidoria Agrária Nacional em diversas situações, tais como: ocupações de imóveis rurais; ocupações de prédios públicos; conflitos sociais com reféns; conflitos sociais com mortes; ações possessórias e conflitos sociais envolvendo remanescentes de quilombos ou populações indígenas.

Os indicadores de tendência demonstram que as invasões e/ou ocupações de terras, de prédios públicos, bancos e rodovias etc., ainda acontecem, mas em menores proporções. As reivindicações sociais passam a centrar-se na busca de melhoria das condições socioeconômicas dos assentamentos já instalados. Contudo, observa-se que o exercício de 2002 encerrou-se com um contingente de cerca de sessenta mil famílias acampadas e que devem ser alvo de atenção prioritária.

Sistema de Informações de Conflitos Agrários – SICA:

Foi desenvolvida, no exercício de 2002, uma nova versão do Sistema de Informações de Conflitos Agrários - SICA 2.0, que passa a ser a ferramenta básica para a coleta, análise e tratamento de informações em tempo real. O banco de dados do sistema é indispensável para

Gerente:

Milton Santos de Amorim

os procedimentos de prevenção dos Conflitos e Tensões Sociais. O SICA 2.0 veicula dados *on line* facultando às diversas instâncias do Governo e as parcerias em geral a anteciparem ações de políticas públicas que possam eliminar, na origem, potenciais ocorrências de conflito.

Encontro Nacional de Mediadores de Conflitos Agrários:

Evento de importância capital para a melhoria das ações preventivas com a participação de 28 Superintendências Regionais do Incra objetivando o nivelamento de conhecimentos com ênfase na qualidade da informação, nas estratégias e realidades, nas ações e relacionamentos internos e externos sobre crises em geral.

De forma geral, apesar da ausência de indicadores, avalia-se que a maioria das ações alcançaram elevados níveis de execução e que podem ser esperados impactos positivos sobre o público alvo por conta da execução ao final do período e considerando-se que não surgirão conseqüências negativas em virtude da proposta orçamentária para 2003.

Concepção

A demanda da sociedade que ensejou o surgimento da **Gestão da Política Fundiária** se insere na temática do desenvolvimento rural integrado e sustentado, sintonizando-se, com se verifica, com o macroobjetivo ao qual está associado o Programa. Dessa forma, o conjunto de ações permeia o tema, seja em relação aos conflitos e tensões sociais no campo, seja quando se destina a promover a capacitação, a cooperação técnica para a gestão, a coordenação e suporte técnico, a formulação e avaliação da política fundiária, a qualidade e produtividade da reforma agrária e qualidade do sistema de gerenciamento.

Avalia-se que o Programa vem se desenvolvendo de forma satisfatória, não havendo registro fundamentado por parte dos órgãos executores, nem da gerência sobre a necessidade de aperfeiçoamentos, entendendo-se como adequados seus atributos tanto do Programa quanto de suas ações. Não se identificaram outros produtos desenvolvidos, com recursos orçamentários ou não, além daqueles desenvolvidos pelas ações do Programa.

Os aspectos da estratégia de implementação que necessitam ser aperfeiçoados são seguintes:

- Organização dos trabalhos no âmbito da gerência – necessidade de se dar prioridade ao desenvolvimento do módulo avaliação do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - SigIncra.
- Forma de articulação com outras unidades do Ministério – há necessidade de melhoria, especialmente no acompanhamento da execução das ações e envolvimento das unidades beneficiárias por ocasião da avaliação anual.

Especialmente no que se refere ao acompanhamento de conflitos e tensões sociais no campo, ação de destaque do Programa, ressalta-se o papel da Ouvidoria Agrária Nacional que trabalha preventivamente com reflexos positivos no controle das ocorrências.

Implementação

A execução financeira do Programa desenvolveu-se normalmente, apenas excetuando-se casos de contingenciamento que comprometeram a execução física anual de uma das ações, já que não houve liberação em tempo hábil.

A equipe gerencial, neste período, participou apenas de seminários realizados na ENAP. A sugestão é que para o próximo PPA seja capacitada uma equipe gerencial e montada uma estrutura de multiplicadores para propiciar maior visão e comprometimento junto aos servidores com relação a execução e avaliação do Plano.

Especialmente no que se refere a ação Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo as parcerias têm papel de peso por meio das Ouvidorias Agrárias Estaduais e do Conselho da Ouvidoria Agrária Nacional, entre outros.

Ainda não foram fomentadas, de forma desejável, parcerias com outros programas do plano plurianual, não obstante sua possibilidade de implementação com certa facilidade, a exemplo da passível participação do Ministério da Justiça em relação à Ação Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo.

A participação da sociedade ocorre através do diálogo constante principalmente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais sem terra e de assentados. São realizadas reuniões periódicas de negociação ou avaliação, sempre com base em pautas preparadas com antecedência para discussão e encaminhamento das soluções.

A satisfação de seus usuários/beneficiários é avaliada pela Ouvidoria Agrária Nacional, salas do cidadão, na sede e em todas as superintendências regionais do Incra, discagem direta e gratuita por meio do telefone 0800787000, Caixa Postal 09750, e.mail: podecontar@incra.gov.br e sites do Incra e do MDA. Considera-se que esses mecanismos de escuta são adequados para dimensionar a satisfação do usuário/beneficiário do Programa.

Em relação à execução física e financeira do Programa no ano de 2002, pode-se dizer que não houve comprometimento quanto à compatibilidade do fluxo de recursos financeiros com o Decreto de Programação Financeira.

Quanto à adequação de recursos para implementação do Programa em 2002, as principais limitações constatadas foram:

- Recursos materiais insuficientes – existe insuficiência de equipamentos de informática (computadores e periféricos), bem como de manutenção preventiva e corretiva. A limitação atinge, indistintamente, gerentes e agentes executores envolvendo a estrutura organizacional, não só a nível central como regional e local. Assim, é necessário programar recursos na LOA/2004 para aquisição de equipamentos de informática, bem como sistematizar a manutenção preventiva e corretiva.
- Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial – o principal entrave (que se prolonga desde o início do PPA) é a inexistência de equipe gerencial. Identifica-se necessidade urgente de sua estruturação no âmbito do Incra/MDA, bem como a constituição de um *staff* de assessores e multiplicadores para propiciar uma maior visão e comprometimento do corpo de técnicos e dirigentes com relação à execução e avaliação do Programa.

Concomitantemente, faz-se necessário desenvolver no âmbito da política de recursos humanos do Incra/MDA a formação, capacitação e especialização de pessoal para execução e gerência, em nível nacional, regional e local.

Quanto à existência de restrições, não houve registros do Sigplan. No entanto, considera-se de extrema dificuldade o fornecimento, pelos órgãos executores, em tempo hábil, das informações de execução física para carga no Sigplan, bem como para a Avaliação Anual do PPA e, ainda, elaboração do Relatório para composição do Balanço Geral da União.

Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Resultados Este Programa visa garantir as condições básicas de acesso do homem à terra, preconizado por dispositivos legais, como a Constituição Federal e o Estatuto da Terra, proporcionando ao beneficiário da Reforma Agrária a oportunidade de inclusão social.

Em 2002, foram assentadas 43.486 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, superando a meta física estabelecida pela Lei do Orçamento Anual em 17,5%. Dos assentamentos realizados, 15.509 famílias foram assentadas em áreas cujos projetos foram criados em 2002 e 27.977 famílias foram assentadas em lotes vagos de projetos criados em exercícios anteriores. O Programa materializa-se por meio das ações cujos resultados estão abaixo detalhados:

Obtenção de Terras

No exercício foram obtidos 484.571 hectares de terras via desapropriação, que representou 36,2% da meta física estabelecidos pela LOA de 2002, suficientes para geração de 15.509 novas vagas em projetos de assentamento.

O não-atingimento da meta física deveu-se a: custo unitário de obtenção por hectare, previsto no orçamento era de R\$ 271,00. No entanto, o custo real médio foi de R\$ 438,00 em razão da mudança de foco no processo de obtenção, priorizando-se as Regiões Sul e Sudeste, onde encontram-se localizados o maior número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e a maior demanda de terra; contingenciamento de R\$ 44,3 milhões dos recursos previstos para indenização de terra nua; falta de provisionamento na ordem de R\$ 23 milhões em recursos financeiros para atender a demanda de indenização de terra nua; e despesas na ordem de R\$ 44,6 milhões para atendimento a decisões judiciais, referentes a ações expropriatórias ajuizadas em exercícios anteriores.

Excluindo os recursos aplicados em decisões judiciais, o saldo orçamentário previsto na Lei, impedidos de aplicação permitiriam o assentamento de aproximadamente cinco mil famílias.

Visando acelerar o processo de obtenção de terras por compra e venda, foi descentralizada a competência na aquisição de imóveis para a alçada das Superintendências Regionais, respeitados os critérios de valores baseados nas planilhas de Preços Referenciais (Resolução CD/Nº 21, de 22 de agosto de 2002).

Com o objetivo de reduzir o volume de ações judiciais, evitando-se riscos de superindenizações por conta de juros moratórios e compensatórios, além de encargos, foi editada a Instrução Normativa nº 05, de 11 de julho de 2002, que disciplina a realização de acordos judiciais e extrajudiciais nos processos expropriatórios.

Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Gerente:
Marcelo Corte Real da Silva

O Crédito Instalação teve seus valores individuais ampliados para R\$ 4.500,00 por família e está assim caracterizado: apoio à Instalação no valor de até R\$ 1.500,00 por família assentada, para aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva; aquisição de Material de Construção no valor de até R\$ 3.000,00 por família assentada.

Foram concedidos créditos para apoio à instalação para 34.539 famílias e para aquisição de material de construção para 34.910 famílias.

Titulação de Terras

A ação de Titulação de Terras consiste na emissão de documento definitivo de propriedade da terra (Título de Domínio) ou de documento provisório (Contrato de Concessão de Uso - CCU), ambos sob cláusulas resolutivas, bem como de documento de reconhecimento do domínio (Título de Ratificação). Envolve beneficiários do Programa de Reforma Agrária em áreas de assentamento e em áreas de regularização fundiária. Foram emitidos 24.112 títulos e 25.000 estão em fase de conclusão.

Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – Sipra

Trata-se da sistematização de dados dos Projetos de Assentamentos, desde a criação até sua consolidação.

Em face da necessidade de se proceder estreita contabilização do número de famílias assentadas, a alimentação do Sipra no que se refere a criação de projetos e assentamento de famílias passou a ser de competência exclusiva das superintendências regionais, que em função do sistema trabalhar em plataforma web, permitiu o acompanhamento e a consolidação dos dados em tempo real pela sede.

No presente exercício, o desenvolvimento do sistema possibilitou a implantação do módulo titulação, para emissão dos títulos de domínio, eliminando o re-trabalho de digitação de dados referentes aos beneficiários, até então existentes.

Discriminação de Terras e Áreas Irregularmente Ocupadas

A ação se dá pela realização de ações discriminatórias para identificação da situação fundiária de determinada região quanto à sua ocupação. A implementação desta ação no exercício, foi conjugada com a ação Gerenciamento do Cadastro Rural, do Programa **Gerenciamento da Estrutura Fundiária**.

Assistência Jurídica às Famílias Acampadas

Essa ação tem por objetivo promover a justiça social no campo, através de convênios firmados com associações de trabalhadores rurais, Poder Judiciário e entidades congêneres, os quais visam prestar assistência jurídica aos trabalhadores que não têm condições de arcar com os custos de ações judiciais, e ainda a criação de varas agrárias estaduais para melhor solução dos conflitos fundiários o mais próximo possível da ocorrência dos fatos.

Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação

A ação é desenvolvida mediante um trabalho prévio de programação das superintendências regionais e através da realização de vistorias para levantamento de dados e informações quando são identificados os imóveis destinados à desapropriação ou à aquisição.

Topografia em Áreas de Assentamento Rural

A ação consiste na materialização no terreno das áreas previstas na organização territorial, concebida para o projeto de assentamento (parcelas, áreas comunitárias urbanas ou de exploração agrícola comunitárias, áreas inaproveitáveis, de reserva legal ou de preservação permanente, açudes, estradas).

Foram medidos e parcelados 445 projetos de assentamento, totalizando 39.783 km de medida poligonal, beneficiando 28.705 famílias, o que representa 77,6% da meta física estabelecida para o exercício.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento

Nessa ação, os Planos de Desenvolvimento de Assentamentos Rurais são realizados por meio de um diagnóstico participativo entre a comunidade assentada e a equipe técnica responsável, para definir os rumos do desenvolvimento do assentamento e orientar todas as ações a serem implementadas.

Foram elaborados 479 Planos de Desenvolvimento do Assentamento beneficiando 36.516 famílias, o que representa 98,7% da meta física estabelecida para o exercício.

Assistência Social às Famílias Acampadas

Essa ação apóia a concretização de alguns aspectos da cidadania dos trabalhadores rurais acampados. Os convênios firmados encontram subsídios através da constituição de núcleos de apoio ou balcões de direitos, aptos a proporcionar orientação e assistência jurídica e formativa quanto aos direitos da cidadania; da realização de seminários e cursos específicos para trabalhadores rurais acampados e advogados populares; do custeio de taxas e fotos para documentos dos trabalhadores rurais e aquisição de material para a operacionalização dos núcleos e da atividade jurídica implicada, e de transporte.

Existem 642 acampamentos em todo o território nacional abrigando um contingente de aproximadamente 59.627 famílias, situados às margens das estradas, em imóveis ocupados ou em periferias de municípios. Sabemos que é de fundamental importância a adoção de controle rígido e seguro por parte das autoridades envolvidas na distribuição dos alimentos/medicamentos de modo que se possa manter a isenção e transparência no atendimento a situações emergenciais às famílias realmente estão desamparadas. Desta forma, em 2002, foram assistidas 28.519 famílias, o que corresponde a 98,61% da meta orçamentária prevista. Em relação à demanda de famílias acampadas, atingiu-se o percentual de 47,82%, com o recurso disponível.

Perícia Judicial

Essa ação visa ao acompanhamento dos processos judiciais de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, que são submetidos à prova judicial, denominada perícia, cobrindo despesas com honorários do perito nomeado pelo juiz responsável pela ação de desapropriação, assim como as despesas com o assistente técnico designado pelo Incra – Perito Federal Agrário.

A defesa da instituição, quando ocorrem as contestações aos argumentos técnicos e jurídicos apresentados pela Autarquia, está relacionada diretamente ao desempenho desta ação. Foram realizadas 299 perícias judiciais, determinadas pela Justiça, no presente exercício, de um total de 750 estabelecidas na Lei Orçamentária.

Avaliando-se o Programa quanto ao período de 2000-2002, registra-se que foram criados 1.708 Projetos de Assentamento, que geraram 169.331 novas vagas para atendimento às famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

O indicador do programa Taxa de Assentamento Rural, que é a relação percentual entre a quantidade de famílias assentadas e o total da demanda por assentamento de acordo com as famílias cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra, foi apurado em 31/10/2002 e atingiu o índice de 76,196%. No início do Programa, esse índice era de 66,277%, o que demonstra um acréscimo de 9,919%, representando uma variação positiva de 15%.

A estimativa é que, no período 2000-2002, tenham se beneficiado do Programa de Reforma Agrária, 210 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra. A demanda apresentada pelo Programa de Acesso Direto a Terra (cujo cadastramento é realizado pelos correios) é de cerca de 800 mil famílias. O processo de seleção implantado pelo Incra vem demonstrando que 50% desta demanda é caracterizada por trabalhadores rurais sem-terra, o que representa uma demanda imediata de 400 mil famílias.

O assentamento, permite à família do trabalhador rural, além do acesso à terra, a participação nas discussões sobre a viabilidade do projeto, que é realizada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento - PDA; o acesso ao crédito-instalação que permite a família dar início a atividade produtiva na parcela e a construção da moradia; a assistência técnica e capacitação para viabilizar a produção; o acesso ao crédito rural através do Pronaf; e a condições de vida digna através do atendimento de infra-estrutura básica, tais como estrada, energia elétrica e água para consumo humano.

A expectativa de alcance do índice previsto é muito baixa (inferior a 50%) e a diferença entre a capacidade de assentamento dos projetos existentes e o número de famílias efetivamente assentadas, se deve à existência de lotes vagos, passíveis de serem utilizados para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

O que ocorre é que parte desses lotes muitas vezes encontram-se ocupados irregularmente e vêm sendo objeto de ação do Incra no sentido de destiná-los ao assentamento, ou encontram-se em localidade de baixa demanda em razão das dificuldades de acesso e distância das sedes municipais.

A ocupação irregular de lotes em projetos de assentamento ocorre em razão da evasão das famílias assentadas, que ocorre por falhas no processo de seleção, associado à falta de serviços essenciais tais como postos de saúde e escolas e a precária situação do serviço de transporte existente entre os projetos de assentamento e as sedes municipais.

Pelas razões mencionadas, considera-se necessária a atualização do índice do indicador ao final do PPA, de 100% para 80%.

O indicador utilizado para mensurar o Programa não consegue aferir as transformações socioeconômicas pelas quais passam os beneficiários, mas é possível verificar progresso em municípios com relativa concentração de projetos de assentamento. Avalia-se que, no entanto, apesar do não-atendimento do índice inicial proposto, o Programa permitiu o estabelecimento da dignidade das famílias que foram assentadas.

Os principais resultados obtidos e principais dificuldades enfrentadas, quanto às principais ações do programa, no período 2000-2002 foram:

- Obtenção de Terras – o Incra obteve na Justiça a posse de 721 imóveis rurais, com área total de 1.756.146,52 ha. O resultado está abaixo do previsto inicialmente, em razão dos contingenciamentos orçamentários ocorridos em 2001 e 2002, que afetaram de forma significativa à execução desta ação e em razão de decisões judiciais em processos de desapropriação de anos anteriores.

- Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – este crédito se divide em duas modalidades: crédito apoio à instalação e crédito aquisição de material de construção. O primeiro é concedido no decorrer do primeiro ano em que a família é assentada e permite a aquisição de insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva; e o segundo é concedido tão logo seja concluída a demarcação topográfica e visa garantir à família assentada a construção de sua moradia. Esta ação vem contando com aporte de recursos do FGTS, o que permitiu o atingimento superior as metas físicas iniciais propostas.
- Titulação de Terras – foram emitidos 119.320 títulos definitivos de propriedade. O que vem dificultando o avanço desta ação é a transcrição em nome do Incra dos imóveis desapropriados, que ocorre quando o processo judicial encontra-se transitado e em julgado; e a retificação da área após o imóvel ser medido e demarcado.

Considera-se necessária a fusão deste Programa com o Programa Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos, visto que ambos são complementares, bem como a fusão de ações propostas no item Concepção, o que permitiria uma maior agilidade da execução orçamentária.

Concepção

O problema que deu origem ao Programa **Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais**, advém da concentração de terras no País e que nos últimos anos vem se agravando pela modernização da agricultura, provocando o desemprego e o êxodo em massa no campo para as cidades; e pela estagnação econômica, visto que esses desempregados se somam aos existentes no meio urbano.

Este Programa se apresenta como alternativa de ocupação da mão-de-obra e geração de renda e emprego, visto que a sua execução cria oportunidades das famílias beneficiárias progredirem social e economicamente, de forma a alcançarem a plena cidadania. A expectativa é de que cada família assentada, após instalada e ter acessado o crédito da linha A do Pronaf (específica para oriundos da reforma agrária) consiga manter uma renda de aproximadamente três salários-mínimos, considerados a ocupação da mão-de-obra, o excedente comercializável e o autoconsumo.

É importante salientar que os beneficiários, de modo geral, são pessoas que apresentam baixo nível de formação profissional, e a demanda poderá ser reduzida com o aquecimento da economia, em particular pelo setor da construção civil.

Os principais aspectos dos Programas que necessitam ser aperfeiçoados são:

- Suficiência de metas físicas – considerando a dificuldade de geração de empregos nas cidades e o alto custo desta geração; a demanda para acesso a terra elevada, identificada pelo programa de acesso direto a terra; e os baixos custos que o Programa oferece para ocupação de mão-de-obra com baixa qualificação profissional, faz-se necessário incrementar as metas físicas do Programa.
- Adequação dos indicadores – o indicador hoje utilizado, demonstra apenas a ocupação dos lotes nos projetos de assentamento existentes, não conseguindo demonstrar o total de famílias assentadas ou a evolução socioeconômica das famílias assentadas após terem recebidos todos os benefícios previstos, tais como crédito, assistência técnica e moradia. A utilização de um indicador capaz de expressar os impactos causados pelo Programa, poderia melhor demonstrar a capacidade que este Programa tem de ser solução de inclusão social e de distribuição de renda, demonstrando com clareza que as ações executadas criam oportunidades das famílias beneficiadas alcançarem a plena cidadania.

O processo desenvolvido pelo Programa e seus principais produtos:

Programa tem por objetivo promover o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra e promover a titulação dos lotes destinados às famílias beneficiadas.

Este processo tem início na identificação de imóveis passíveis de desapropriação ou aquisição ou através da discriminação de áreas devolutas ou terras irregularmente ocupadas. Nesta fase são realizadas diversas vistorias, onde verifica-se a origem do domínio; procede-se o georeferenciamento da área, que será lançado no Sistema de Informação Rurais - SIR; e a aferição do Grau de Utilização da Terra - GUT e o Grau de Eficiência Econômica - GEE que determinarão se o imóvel é produtivo ou improdutivo. Em se caracterizando improdutivo e possuindo área superior a quinze módulos fiscais, o mesmo é passível de desapropriação e poderá ser elaborado Decreto que disponibiliza o imóvel para fins de reforma agrária. Publicado o Decreto, o Incra fica autorizado a providenciar a avaliação do imóvel, solicitar os Títulos da Dívida Agrária - TDA necessários a indenização da terra nua e promover a ação expropriatória pertinente. Ajuizada a ação, a justiça promove a imissão de posse em favor do Incra e o processo continua na Justiça discutindo-se o valor do imóvel, fase em que poderão ocorrer perícias judiciais para confirmação dos valores arbitrados. Em sendo produtivo, a alternativa é a aquisição, regulamentada pelo Decreto nº 433 e depende da concordância do proprietário. Estas etapas são definidas como “Obtenção”.

Imitido na posse ou adquirido o imóvel, inicia-se a fase de implantação do Projeto de Assentamento. Nessa fase, incluem-se serviços como a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, de forma participativa; realiza-se a Demarcação Topográfica para identificação das parcelas; e procede-se o pagamento dos Créditos de Apoio a Instalação que permitem a família beneficiada a aquisição de insumos e ferramentas necessários ao início da atividade produtiva e construção de sua moradia.

Paralelamente ao processo de implantação, o Programa Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos realiza as obras de infra-estrutura básica (estradas, rede de energia e captação e distribuição de água) e presta a assistência técnica e a capacitação necessária para que as famílias assentadas possam ter acesso ao crédito do Pronaf.

Concluídas todas essas etapas e estando o imóvel registrado em nome do Incra, fato que somente acontece quando o processo judicial encontra-se transitado em julgado, procede-se a titulação dos lotes, quando há a impossibilidade de realizar a titulação, é expedido um Contrato de Concessão de Uso - CCU, que garante as operações financeiras futuras da família beneficiada.

Estratégia de Implementação – Aspectos que necessitam ser aperfeiçoados:

Quando da criação de um projeto de assentamento, todos os recursos orçamentários necessários a realização de obras, serviços e pagamento de créditos devem estar assegurados e um cronograma de execução definido, para garantir às famílias beneficiadas todos os direitos garantidos.

Há a necessidade de se definir melhor a avaliação, visto que hoje está baseada na ocupação dos lotes nos projetos de assentamento conforme define o indicador do Programa, precisa-se estudar uma forma de avaliar que demonstre que a demanda por terra vem sendo atendida e a evolução socioeconômica destas famílias, precisamos demonstrar que o programa é eficiente do ponto de vista de inclusão social.

Há necessidade de melhoria na forma de articulação com as parcerias, principalmente no assessoramento às famílias assentadas visando garantir a inclusão social destes beneficiários.

Há a necessidade de se aperfeiçoar a forma de articulação com outros ministérios, visto que diversas ações do Incra são especialidade de outros ministérios, bem como os demais ministérios desempenham funções complementares que permitirão ao beneficiário do Programa de Reforma Agrária alcancem a plena cidadania.

Há necessidade de se rever a questão de convênios, visto que convênios no qual o conveniado com o Programa participa com apenas 10%, não vêm refletindo em avanços ou ampliação dos resultados.

O público-alvo atualmente participa de discussões estratégicas e de discussões operacionais, na indicação de áreas para serem vistoriadas, na priorização de projetos de assentamento que deverão ser beneficiados por determinadas obras, serviços ou concessão de crédito. Faz-se necessária, na criação de todo projeto de assentamento, a garantia dos recursos orçamentários e financeiros necessários a execução e manter a transparência na execução para buscar a melhoria da participação do público-alvo.

Há necessidade de se aprimorar os mecanismos de controle social, visando garantir que as famílias em piores condições sejam atendidas preliminarmente, evitando a formação de castas protegidas pelos movimentos sociais. O único meio de controle existente encontra-se no processo de seleção, na qual, por exemplo, aposentados e servidores públicos são excluídos por meio do cruzamento de informações com a previdência social.

Há a necessidade de conclusão do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - SigIncra, que atualmente tem disponível um módulo de programação operacional, um módulo de acompanhamento da execução em fase final de desenvolvimento e a necessidade de se desenvolver um módulo de avaliação, que estão previstos.

Há necessidade de se aperfeiçoar esta articulação, visto que toda ação de assentamento, interfere diretamente nos interesses dos municípios e estados. Atualmente os projetos de assentamento se constituem em “ilhas” dentro do território dos municípios e estados. A melhoria dessa articulação poderá garantir que o Programa é um meio para promoção da inclusão social.

A estratégia de implementação precisa ser constantemente aperfeiçoada e adequada às situações que surgem e aos cenários que se apresentam, num processo dinâmico e constante.

Na ação de Obtenção de Terras, ações em articulação com os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, permitiram avanços significativos em regiões de forte demanda e dificuldade de obtenção de terras.

Os Serviços de Topografia são realizados em articulação com os Governos Estaduais, através dos Institutos Estaduais de Terra e com o Ministério do Exército, o que provocou uma redução significativa dos preços praticados pelo mercado.

A elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável de Assentamento (PDAs) vem sendo realizada por Universidades Federais e Estaduais, Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e por Organizações Não-Governamentais.

Implementação

Para execução do Programa, em 2002, o maior entrave foram os contingenciamentos orçamentários na ação de Obtenção de Terras, especificamente aos recursos oriundos da Fonte 0145 (Títulos da Dívida Agrária - TDA).

As demais ações são custeadas com recursos da Fonte 0250 (Receitas Diretamente Arrecadadas), que vem apresentando superávit anualmente, entre a projeção de arrecadação que determina o limite autorizado e o valor efetivamente arrecadado (demonstrado no balanço contábil).

A restrição de maior impacto ao desempenho do Programa, além do contingenciamento orçamentário de R\$ 44,3 milhões dos recursos previstos para indenização de terra nua (que influenciou negativamente na ação de Obtenção de Terras), foi relativa ao licenciamento ambiental.

O Licenciamento Ambiental tem restringido a criação de novos projetos de assentamento. Em 2002 foram implementadas as seguintes medidas:

- capacitação de 200 técnicos do Incra, Ibama e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, em Licenciamento e Gestão Ambiental nos Projetos de Assentamento;
- transferência de oito milhões de hectares de terras para o Ibama, para a criação de quinze Unidades de Conservação, das quais oito unidades já foram criadas, destacando-se a criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, com 3,8 milhões de hectares, o maior da América do Sul. Estas áreas serão utilizadas para compensação das Reservas Legais dos projetos de assentamento que estejam no mesmo ecossistema;
- reconhecimento de Reservas Extrativistas – Resex como projetos de assentamento, o que possibilitou a concessão de créditos às famílias, visando a implantação de atividades ambientalmente diferenciadas; e
- aprovação e implementação do Plano de Gestão Ambiental do Incra.

Houve também impedimentos legais que dificultaram a celebração de contratos e convênios, em virtude do ano de 2002 ser um ano eleitoral e da Lei nº 9.504, que proíbe a realização transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios, e dos estados aos municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral.

Em 2002, à exceção da ação Obtenção de Terras, que teve contingenciamento da fonte 0164 (Títulos da Dívida Agrária) utilizados para indenização da terra nua e recursos das fontes 0145 (Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - Financeira) e 0179 (Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza) utilizados para indenização de benfeitorias, as demais ações, que utilizam recursos da fonte 0250 (Recursos não-financeiros diretamente arrecadados), não apresentaram problemas do fluxo de recursos financeiros determinados pelo Decreto de Programação Financeira.

Quanto aos recursos humanos, avalia-se que existe quantidade inadequada de funcionários nas equipes locais. Há necessidade de recomposição da força de trabalho em razão do envelhecimento do quadro técnico, com a consequente aposentadoria, especificamente dos Engenheiros Agrônomos.

Considera-se, também, insuficiente a qualificação dos recursos humanos das equipes locais, havendo necessidade de se promover a capacitação do corpo técnico visando o aperfeiçoamento profissional, face ao avanço tecnológico e do ponto de vista gerencial definido pela sistemática adotada pelo PPA.

Avaliou-se a implementação do Programa no período de 2000 a 2002 quanto aos seguintes tópicos:

Não existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho de ações com execução descentralizada. Está em desenvolvimento o Sistema de Informações Gerenciais - SigIncrá. O mesmo foi previsto em três módulos, o primeiro denominado de módulo programação encontra-se funcionando e é nele que o Incra realiza sua programação operacional, o segundo, denominado de módulo execução, está praticamente concluído, no qual realizaremos testes para disponibiliza-los em 2003 e o terceiro, denominado módulo avaliação, que será desenvolvido em 2003.

Existe ainda o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra, que foi atualizado este ano e passou a trabalhar em plataforma *web*, que será a mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações realizadas nos projetos de assentamento.

Atualmente as informações são coletadas por sistemas mais simples em base *Access*, de caráter não-coorporativo.

A equipe gerencial neste período participou apenas de seminários realizados na ENAP, sobre a Avaliação anual do PPA, a sugestão é que para o próximo PPA, seja capacitada a equipe gerencial e montada uma estrutura de multiplicadores para dar uma maior visão e comprometimento junto aos servidores com relação a execução do PPA.

Toda capacitação foi realizada de forma pontual para atender fragilidades técnicas ou aperfeiçoamentos, visando a melhoria do desempenho das equipes em determinada ação ou subação, sem maiores vínculos com a questão gerencial.

As parcerias foram essenciais no período, se transformaram em braço operacional da instituição, principalmente para execução das ações de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento - PDA e Topografia em Áreas de Assentamento Rural.

Na ação de Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação e Aquisição ocorreram experiências proveitosas que aceleraram o processo, particularmente nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde estes Estados forneciam o corpo técnico e o Incra arcava com os custos operacionais (diárias e despesas correntes).

Entende-se que as ações citadas devem ser aperfeiçoadas. Deve-se aumentar a participação dos Estados, de forma a maximizar a utilização destes recursos e a melhorar o atingimento das metas físicas previstas.

Na ação de Obtenção de Terras, foram realizadas parcerias com o Estado de São Paulo, onde foi possível solucionar os conflitos da Região do Pontal do Paranapanema e no Estado do Rio Grande do Sul, onde os TDAs eram rejeitados. Com aporte financeiro do governo do Estado ocorreram avanços significativos.

A principal parceria durante o período de vigência do PPA, foi com o FGTS, por meio da CAIXA, que possibilitou incrementar o financiamento de moradias rurais.

A participação da sociedade ocorre através do diálogo constante com as entidades representativas, bem como na elaboração das programações operacionais das superintendências regionais, que são realizadas de forma participativa, na qual são discutidos onde e como serão aplicados os recursos orçamentários disponibilizados.

A avaliação é realizada juntamente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais sem-terra e de assentados, durante reuniões de negociação ou avaliação de pauta de negociação de acordos e da execução das obras e serviços programados.

Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos

Resultados O Programa contempla a implantação da infra-estrutura básica (estradas, energia elétrica – rede tronco e abastecimento d'água para consumo humano), assistência técnica e atividades de acompanhamento, para garantir a sustentabilidade e a conseqüente consolidação dos projetos de assentamento.

Foram consolidadas 18.700 Famílias assentadas nos projetos de assentamento do programa de reforma agrária em 2002.

O Índice do indicador Taxa de Integralização do Atendimento às Famílias Assentadas não foi medido e atualmente o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra não tem condições de realizar tal apuração. Há a necessidade de revisão do indicador e promoção dos devidos ajustes no índice.

Em relação às principais ações que constituem o Programa, seus resultados são os seguintes:

Investimento em Infra-Estrutura Básica para Assentamentos Rurais

Execução de forma direta ou descentralizada de diversas obras e serviços, com vistas a garantir ao assentado, estrada para acesso e escoamento da produção, energia elétrica e abastecimento d'água. Estas obras em sua maior parte são realizadas através de convênios com Prefeituras Municipais.

A ação trata da implantação de obras de infra-estrutura nos projetos de assentamento, visando dar ao projeto as condições mínimas necessárias para organização da vida produtiva e familiar realizada através da disponibilização de recursos para a execução de três tipos de obras: eletrificação rural através de rede-tronco, abastecimento de água para consumo humano e abertura de estradas de acesso ao projeto e às parcelas.

Destacam-se na área de infra-estrutura as ações de parceria em andamento com órgãos federais, estados e municípios.

PARCERIA	VALOR AGREGADO (R\$)
Luz no Campo	25.500.000,00
Habitação	45.000.000,00
Fundescola	35.550.000,00
Outras	39.130.000,00

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Destina-se a orientar as famílias de trabalhadores rurais assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados

Gerente:

Marcelo Corte Real da Silva

Foram firmados diversos convênios com Entidades de Assistência Técnica públicas ou privadas e garantido o funcionamento de 35 Agências Regionais de Comercialização - ARCOs, que assessoram os grupos de agricultores familiares na

comercialização da sua produção; organizam comitês regionais de gestão das cadeias produtivas de maior interesse dos agricultores familiares; realizam estudos sobre as possibilidades do agronegócio, identificando a situação atual e tendências das cadeias produtivas, indicam novas oportunidades a agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados; mobilizam, organizando e capacitando os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados; estimulam a articulação dos serviços de assistência técnica e assessoramento de especialistas para questões específicas; estimulam a demanda de pesquisa e difundem tecnologias já disponíveis.

Em 2002, foram atendidos pela ação setecentos projetos de assentamento, beneficiando 56.520 famílias, o que representa 52,7% acima da meta estabelecida para o exercício.

Acompanhamento da Instalação de Projetos de Assentamentos Rurais

Ação essencialmente desenvolvida junto aos projetos de assentamento, que consiste em trabalhos que visam à instalação das famílias beneficiárias.

Os recursos dessa ação direcionaram-se, basicamente, para a manutenção do Projeto de Empreendedores Sociais, que conta com quinhentos servidores do Incra selecionados e capacitados para o desempenho de atividades vinculadas diretamente aos projetos de assentamento. São executados trabalhos de caráter interno, caso da fiscalização da aplicação dos créditos, e externo, como por exemplo, a busca de parcerias que agreguem benefícios aos projetos.

Por meio dos empreendedores sociais, os assentados passaram a dispor de grande apoio na busca de alternativas que permitam aprimorar o desenvolvimento sustentável de seus projetos, além de poderem obter informações para o desenvolvimento de suas atividades em todo o ciclo produtivo e comercialização de seus produtos.

Para 2003 espera-se consolidar 37 mil famílias assentadas nos projetos de assentamento do Programa de Reforma Agrária, garantindo a implantação da infra-estrutura básica necessária, bem como garantir a assistência técnica para as famílias de trabalhadores rurais assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias.

.....
O Programa **Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos** é complementar ao Programa Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais e foi desenvolvido em razão de que não basta garantir o acesso a terra ao beneficiário da Reforma Agrária, mas também é necessário prover um mínimo de infra-estrutura, bem como garantir a assistência técnica e capacitação das famílias beneficiadas.

Concepção

A infra-estrutura mínima disponibilizada nos projetos de assentamento é a construção ou recuperação de estradas vicinais, a disponibilização de energia elétrica e o abastecimento de água para consumo humano.

A construção ou recuperação de estradas vicinais prioriza os convênios com Prefeituras Municipais, visando melhorar a articulação e a integração das famílias assentadas na sociedade municipal.

A disponibilização de energia elétrica faz-se em parceria com o Programa Luz no Campo e respeitando a disponibilidade dos serviços na região dos projetos.

O abastecimento de água ocorre principalmente em regiões onde o acesso à água é difícil, como o sertão nordestino e regiões de chapada.

A assistência técnica e a capacitação de assentados sofreu diversas alterações em busca de um atendimento de qualidade. Atualmente com a possibilidade de financiamento pelo Pronaf A, por um período de quatro anos para a atividade financiada, os recursos estão sendo alocados em parceria com o Sebrae para capacitação gerencial, financiando a implantação e a consolidação das Agência Regionais de Comercialização, que assessoram os grupos de agricultores familiares na comercialização da sua produção; organizam comitês regionais de gestão das cadeias produtivas de maior interesse dos agricultores familiares. As agências realizam estudos sobre as possibilidades do agronegócio, identificando a situação atual e tendências das cadeias produtivas, indicam novas oportunidades a agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados; mobilizam, organizando e capacitando os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados; estimulam a articulação dos serviços de assistência técnica e assessoramento de especialistas para questões específicas; estimulam a demanda de pesquisa; e difundem tecnologias já disponíveis.

Os principais aspectos do Programas que necessitam ser aperfeiçoados são:

Considerando a dificuldade de geração de empregos nas cidades e o alto custo dessa geração; a demanda elevada para acesso a terra, identificada pelo programa de acesso direto a terra; e os baixos custos que o programa oferece para ocupação de mão-de-obra com baixa qualificação profissional, faz-se necessário incrementar as metas físicas do Programa.

O indicador não é capaz de expressar os impactos causados pelo Programa sobre determinada situação. A utilização de um indicador capaz de expressar os impactos causados pelo Programa poderia melhor demonstrar a capacidade que este Programa tem de ser solução de inclusão social e de distribuição de renda, demonstrando com clareza que as ações executadas criam oportunidades das famílias beneficiadas alcançarem a plena cidadania.

Como este Programa é complementar ao Programa Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais, após a imissão na posse ou adquirido o imóvel, inicia-se a fase de Implantação do Projeto de Assentamento, nesta fase incluem-se serviços como a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, de forma participativa; realiza-se a Demarcação Topográfica para identificação das parcelas; e procede-se o pagamento dos Créditos de Apoio a Instalação que permitem a família beneficiada a aquisição de insumos e ferramentas necessários ao início da atividade produtiva e construção de sua moradia, que são realizadas pelo programa de assentamento.

Paralelamente ao processo de implantação, este Programa realiza as obras de infra-estrutura básica (estradas, rede de energia e captação e distribuição de água) e presta a assistência técnica e a capacitação necessária para que as famílias assentadas possam ter acesso ao crédito do Pronaf A.

Aspectos que necessitam ser aperfeiçoados na Estratégia de Implementação:

Quando da criação de um projeto de assentamento, todos os recursos orçamentários necessários a realização de obras, serviços e pagamento de créditos devem estar assegurados e um cronograma de execução definido, para garantir às famílias beneficiadas todos os direitos garantidos.

Há a necessidade de se definir melhor a avaliação, visto que hoje está baseada nos projetos de assentamento consolidados. O indicador do programa utiliza ação do Programa novo Mundo rural: Assentamento de Trabalhadores

Rurais para avaliá-lo. Precisa-se estudar uma forma de avaliar que demonstre a evolução sócio-econômica destas famílias, demonstrando que o programa é eficiente do ponto de vista de inclusão social.

Há necessidade de melhoria na forma de articulação em parcerias, principalmente no assessoramento às famílias assentadas, visando garantir a inclusão social destes beneficiários.

Há a necessidade de se aperfeiçoar a forma de articulação com outros ministérios, visto que diversas ações do Incra são especialidade de outros ministérios, bem como os demais mMinistérios desempenham funções complementares que permitirão ao beneficiário do Programa de Reforma Agrária alcançarem a plena cidadania.

O público-alvo atualmente participa de discussões estratégicas e de discussões operacionais, na indicação de áreas para serem vistoriadas, na priorização de projetos de assentamento que deverão ser beneficiados por determinadas obras, serviços ou concessão de crédito. Faz-se necessária, na criação de todo projeto de assentamento, a garantia dos recursos orçamentários e financeiros e manter a transparência na execução para buscar a melhoria da participação do público-alvo.

Há necessidade de se aprimorar os mecanismos de controle social, visando garantir que as famílias em piores condições sejam atendidas preliminarmente, evitando a formação de castas protegidas pelos movimentos sociais. O único meio de controle existente encontra-se no processo de seleção, no qual aposentados e servidores públicos são excluídos através do cruzamento de informações com a previdência social.

Há a necessidade de conclusão do Sistema de Informações Gerenciais do Incra - SigIncra, que atualmente tem disponível um módulo de programação operacional, um módulo de acompanhamento da execução em fase final de desenvolvimento, necessitando desenvolver um módulo de avaliação.

Há necessidade de se aperfeiçoar esta articulação, visto que toda ação de assentamento, interfere diretamente nos interesses dos municípios e estados. Atualmente os projetos de assentamento se constituem em “ilhas” dentro do território dos municípios e estados. A melhoria dessa articulação poderá garantir que o programa é um meio para promoção da inclusão social.

A estratégia de implementação precisa ser constantemente aperfeiçoada e adequada às situações que surgem e aos cenários que se apresentam, é um processo dinâmico e constante.

Na implantação de infra-estrutura básica nos projetos de assentamento, as prioridades são discutidas com as famílias beneficiárias e os serviços são realizados em parceria com Prefeituras Municipais em discussão envolvendo todas as partes, com intuito de integrar as famílias assentadas ao convívio social do município.

A assistência técnica e a capacitação de assentados vem financiando a implantação e consolidação das ARCOs, que são organizações não-governamentais geridas pelas famílias de beneficiários do Programa.

Considera-se necessária a fusão deste programa com o Programa Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais, visto que ambos são complementares, bem como as fusões de ações propostas no campo de resultados, o que permitiria uma maior agilidade da execução orçamentária.

Implementação

A implementação do Programa, no ano de 2002, foi prejudicada pela inadequada liberação de recursos financeiros. A ação Investimento em Infra-Estrutura Básica em Assentamentos Rurais teve sua execução comprometida em razão de problemas no fluxo de recursos na fonte 0145 (Combate à Pobreza). A não transferência dos recursos, provocou o atraso das obras e serviços de infra-estrutura, tendo sido a contratação realizada no fim do exercício e a os empenhos emitidos, inscritos em restos a pagar, o que poderá comprometer a execução da LOA 2003.

Avalia-se que a ação Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Lumiar, foi a maior prejudicada quanto ao financiamento fiscal, o que obrigou a mudanças na metodologia e a busca de parcerias para manutenção do serviço, que é de fundamental importância para implementação do Programa de Reforma Agrária.

As soluções encontradas foram:

- Suspensão dos serviços de assistência técnica, com manutenção efetiva de corpo técnico orientando os assentados na implantação dos projetos de assentamento;
- Criação de soluções alternativas de assessoramento aos assentados em pontos específicos de estrangulamento, como a implantação das Agências Regionais de Comercialização - ARCOs que assessoram os assentados na questão da comercialização e das cadeias produtivas;
- Parcerias com estados e municípios para prestarem o serviço em tela; e
- Priorizar a capacitação em gerenciamento, com apoio do Sebrae.

As demais ações não foram seriamente comprometidas, o que permitiu avanços significativos, que permitirão a consolidação de diversos projetos até o final de 2003.

Quanto aos recursos humanos, avalia-se que existe quantidade inadequada de funcionários nas equipes locais. Há necessidade de recomposição da força de trabalho em razão do envelhecimento do quadro técnico, com a conseqüente aposentadoria, especificamente dos Engenheiros Agrônomos.

Considera-se também insuficiente a qualificação dos recursos humanos das equipes locais, havendo necessidade de se promover a capacitação do corpo técnico visando o aperfeiçoamento profissional, em face do avanço tecnológico e do ponto de vista gerencial definido pela sistemática adotada pelo PPA.

No que se refere à estrutura organizacional do Incra, essa foi concebida para atender aos processos do programa da reforma agrária. Considera-se que a estrutura do PPA não atende a velocidade da consolidação dos projetos de assentamento. Há necessidade de promover uma adequação tanto na estrutura organizacional quanto na estrutura dos programas.

Avaliou-se a implementação do Programa no período de 2000 a 2002 quanto aos seguintes tópicos:

- Monitoramento: como já mencionado, está em desenvolvimento o Sistema de Informações Gerenciais - SigIncra, previsto em três módulos. O primeiro denominado de módulo programação encontra-se funcionando e é nele que o Incra realiza sua programação operacional. O segundo, denominado de módulo execução, está praticamente concluído, no qual realizam-se testes para disponibilizá-lo em 2003 e o terceiro, denominado módulo avaliação, que será desenvolvido em 2003.

Existe ainda o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - Sipra, que foi atualizado este ano e passou a trabalhar em plataforma *Web*, que será mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações realizadas nos projetos de assentamento.

Atualmente as informações são coletadas por sistemas simples em base *Access*, de caráter não-coorporativo.

- Capacitação: praticamente não houve. Toda capacitação foi realizada de forma pontual a atender fragilidades técnicas ou aperfeiçoamento visando a melhoria do desempenho das equipes em determinada ação ou sub-ação, sem maiores vínculos com a questão gerencial. A equipe gerencial neste período participou apenas de seminários realizados na ENAP, sobre a Avaliação anual do PPA, a sugestão é que para o próximo PPA seja capacitada a equipe gerencial e montado uma estrutura de multiplicadores para dar uma maior visão e comprometimento junto aos servidores com relação a execução do PPA.
- Parcerias: as parcerias foram essenciais no período, principalmente para execução das ações de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - Lumiar, no qual os estados, municípios, Sebrae e ONGs possibilitaram a manutenção do cumprimento das metas físicas, mesmo tendo recursos orçamentários contingenciados.

A ação de investimento em infra-estrutura básica em projetos de assentamento conta com apoio das Prefeituras Municipais, que através de convênios possibilitou a redução dos custos, principalmente no que concerne a construção de estradas vicinais, visto que as Prefeituras cediam as máquinas e pessoal especializado e o Incra cobria as despesas operacionais.

- Participação da Sociedade: a participação da sociedade ocorre através do diálogo constante com as entidades representativas, bem como na elaboração das programações operacionais das superintendências regionais, que são realizadas de forma participativa, quando se discute onde e como serão aplicados os recursos orçamentários disponibilizados.

A avaliação é realizada juntamente com as entidades representativas dos trabalhadores rurais sem-terra e de assentados, durante reuniões de negociação ou avaliação de pauta de negociação de acordos e da execução das obras e serviços programados.

Brasil Classe Mundial
Cultura Exportadora
Defesa Comercial
Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas
Desenvolvimento do Setor Exportador
Design Brasil
Financiamento às Exportações
Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços
Investimentos em Petróleo e Gás (Encerrado)
Metrologia e Qualidade Industrial
Pólo Industrial de Manaus
Propriedade Intelectual

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Brasil Classe Mundial

Resultados

A experiência acumulada no esforço de aumento da competitividade das cadeias produtivas do País tornou evidente a necessidade de remodelamento dos indicadores de desempenho do Brasil Classe Mundial. No sentido de viabilizar o acompanhamento objetivo da evolução da competitividade das cadeias produtivas trabalhadas, o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior - MDIC encomendou ao Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Estado do Paraná - IBQP-PR a seleção/definição de novos indicadores de produtividade, qualidade, inovação e marketing, relativos aos fatores e condicionantes da competitividade no âmbito microeconômico (empresarial), comuns às cadeias produtivas dos Fóruns de Competitividade (metas instrumentais desafiadoras da competitividade). Os indicadores com grandes bases de dados disponíveis no IBGE, Inmetro, CNI/BNDES e MTE/RAIS já foram selecionados para as Cadeias Produtivas de Couro e Calçados, Têxtil e Confecções, Madeira e Móveis, Transformados Plásticos e Complexo Eletrônico.

Em maio de 2000, o Programa foi lançado com a instalação do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva da Construção Civil. Em sequência, foram instalados os Fóruns das Cadeias Produtivas Têxtil e de Confecções, Transformados Plásticos, Complexo Eletrônico, Madeira e Móveis, Couro e Calçados, Transporte Aéreo e Turismo. Existem ainda quatro fóruns em fase preparatória, estando pendentes apenas acertos finais com o setor produtivo: Complexo Automotivo, Aeroespacial, Café e Siderurgia. Encontram-se em fase de estudos os relativos a Bens de Capital, Cosméticos, Naval e Marinha Mercante.

Conforme previsto no Programa, o Fórum da Cadeia Produtiva do Audiovisual foi reunido e teve seus trabalhos iniciados, quanto às fases de diagnóstico e preparação de agenda de propostas. A criação do Grupo Executivo para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - GEDIC resultou na Política Nacional do Cinema, na criação do Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema, do Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional e da Agência Nacional do Cinema Ancine, órgão de fomento, regulação e fiscalização da indústria cinematográfica e videofonográfica.

Em setembro de 2002, foi assinado o primeiro Contrato de Competitividade, entre a Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções e o Governo, marcando o fechamento do primeiro ciclo completo de um fórum (diagnóstico, agenda de propostas, encaminhamento e solução de problemas e gargalos, primeiros resultados do setor produtivo e compromisso e ratificação de metas). Esta cadeia é considerada a experiência síntese desta metodologia.

Os resultados dos fóruns são acompanhados pela Secretaria do Desenvolvimento da Produção com o suporte de um sistema implantado na Secretaria, e retratados no Relatório de Resultados dos Fóruns de Competitividade, distribuído aos agentes envolvidos nas cadeias produtivas.

Eis alguns exemplos de realizações por cadeia produtiva:

- Fórum de Competitividade da Indústria da Construção Civil: (a) desenvolvimento do "Casa 1.0", projeto de edificação ao custo unitário de R\$ 7 mil, focado em famílias com renda de três a cinco salários mínimos; (b) lançamento do Programa de Subsídios à Habitação - PSH de Interesse

Gerente:

Reginaldo Braga Arcuri

Social com previsão de R\$ 108 milhões para concessão de até 10.000 financiamentos, na primeira oferta pública. Na segunda, serão mais 15.000 financiamentos e na terceira, a oferta deverá atingir mais 10 mil beneficiados; (c) aprovação, em outubro de 2002, de um projeto-piloto de R\$ 4 milhões visando atender famílias com renda mensal de até R\$ 1 mil, sendo pelo menos 80% dos recursos vinculados ao atendimento às famílias de renda mensal de até R\$ 580,00. O projeto-piloto deverá ser desenvolvido em cinco municípios, sendo um em cada região do País.

- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções: (a) disponibilização, para micro, pequenas e médias empresas, de linha de crédito do BNDES no valor de US\$1.5 bilhão para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos importados, com vigência até 13/12/2002; (b) programa de divulgação de linhas de crédito disponíveis junto aos elos da cadeia produtiva, por meio de postos avançados do BNDES nos estados; (c) inclusão, pelo BNDES, de equipamentos de beneficiamento de algodão dentre os itens financiáveis na Linha Especial de Financiamento Agrícola; (d) desenvolvimento de ações (em parceria) de apoio aos pólos e arranjos produtivos regionais de confecção nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo, Sergipe e São Paulo; (e) redução do imposto de importação de máquinas e equipamentos utilizados na Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções sem produção nacional; (f) revogação, em abril de 2002, da obrigatoriedade da Classificação de Algodão para Exportação, salvando o exportador do ônus da classificação.
- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Transformados Plásticos: (a) reorganização da Cadeia Plástica/formação/desenvolvimento dos Pólos (clusters), visando aumento da produção e geração de empregos. Já são sete empresas envolvidas em Joinville e cerca de 20 em Criciúma. Outros pólos estão em fase de reunião dos fabricantes.
- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva do Complexo Eletrônico: (a) desoneração da produção e avanços na verticalização com a alteração da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre os produtos de informática e telecomunicações (BITs), restaurando a competitividade da indústria nacional em relação aos importados; (b) em desenvolvimento, a estruturação de uma política de atração de investimentos específica para a área de componentes semicondutores.
- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis: (a) geração de emprego: estima-se que sejam gerados aproximadamente 80.967 empregos diretos e 83.156 indiretos no período 2001-2004, considerando-se os investimentos previstos da ordem de US\$1,094.16 milhão. O acréscimo na geração de emprego formal gerado pela Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis foi de 18.295 empregos, ao compararmos 2002 (jan-out) com 2000; (b) aumento da base exportadora de móveis: a meta é passar das atuais oitenta (em 2000) para trezentas empresas exportadoras. De 1999 a 2001 o número de empresas exportadoras cresceu 121%, passando de 190 para 429 empresas; (c) financiamento da produção de madeira: produzidos um estudo sobre estrutura financeira do reflorestamento e uma análise sobre captação de recursos no mercado de capitais para o segmento; (d) disponibilização de uma linha de crédito de R\$ 60 milhões para o plantio de florestas, principalmente industrial, por meio do Programa de Plantio Comercial de Florestas - Proflora, anunciado em julho de 2002 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (e) constituição, também em julho de 2002 no âmbito do

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Pronaf Florestal, linha de crédito de investimento para silvicultura e sistemas agroflorestais. A meta inicial diz respeito ao benefício a agricultores dos grupos C (limitados a R\$ 6.000,00) e D (limitados a R\$ 4.000,00).

- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados: medidas nas áreas de (a) financiamento da produção: inclusão do couro, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre os produtos financiáveis com recursos captados pela Poupança Rural; (b) fomento às exportações e desenvolvimento regional: inclusão do imposto de exportação sobre o couro *Wet Blue*; preparação do Guia do *Design* do Calçado; instalação de oficinas de design em quatro pólos calçadistas; distribuição de CD de tendências em *design* em 13 pólos; (c) *marketing* utilizando as marcas "By Brasil" e "Calçado do Brasil"; (d) medidas de apoio ao aumento das exportações: inclusão da cadeia produtiva no programa de mercados prioritários para exportação, participação de empresários da cadeia em missões comerciais oficiais ao exterior, apoio financeiro da APEX em diversos projetos, acordo com o México para alíquota zero para importação (por aquele país) de máquinas de calçado e couro; (e) medidas de caráter geral que geram efeitos sobre a cadeia produtiva: criação de linhas de financiamento para empresas nacionais que contribuam para promoção das exportações, acordo para reformulação do Convênio de Crédito Recíproco Brasil/Argentina - CCR, permitindo a solução de dívidas atrasadas de importadores argentinos com empresas brasileiras.
- Fórum de Competitividade da Indústria do Transporte Aéreo: medidas anunciadas em setembro de 2002 pelo Governo nas áreas de (a) financiamento, seguros e custos aeroportuários: redução a zero da alíquota do Imposto de Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Imobiliários - IOF sobre o valor dos prêmios de seguro aeronáutico e de seguro de responsabilidade civil pagos por transportador aéreo; assunção, pelo Governo Federal, da cobertura do Adicional do Seguro de Guerra e de Ações Terroristas de US\$0,00 a US\$1 bilhão; (b) regulação e aduana: possibilidade de utilização do mecanismo de *exchange*; (c) tributação e taxaço: equalização na cobrança de PIS/Cofins sobre combustível de aviação utilizado por empresas nacionais e internacionais, cumprindo vôos em rotas internacionais; isenção do IR sobre arrendamento financeiro ou mercantil de aeronaves e suas partes; isenção de Imposto de Importação - II - na aquisição de partes, peças e componentes; remissão dos débitos de responsabilidade das empresas nacionais de transporte aéreo, correspondentes à contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e Funsocial, incidentes sobre a receita bruta decorrente do transporte internacional de cargas ou passageiros.
- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva do Turismo: (a) extensão do processo de tributação simplificada (Simples) para as agências de viagem e agências de viagem e turismo; (b) criação do Banco Eletrônico de Viagem e Turismo; (c) otimização da operação de cruzeiros turísticos aquaviários; (d) divulgação da Regulamentação do Uso dos Lagos e Represas Artificiais para Fins Turísticos; (e) disponibilização de novas tecnologias de saneamento do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - Prosab para serem aplicadas ao municípios turísticos; (f) Prodetur NE - Fase II; (g) Prodetur Sul; (h) criação do Comitê Gestor do Programa Visit Brazil (promoção do turismo brasileiro no exterior); (i) treinamento em turismo (a ser ministrado pelo Instituto Rio Branco); (j) lançamento do Projeto Jovens Divulgadores do Brasil no Exterior; (k) lançamento do "Livro dos Portos".

Apesar da contenção financeira/orçamentária verificada em 2002, foi possível atingir grande parte das metas pactuadas nos fóruns de competitividade.

A experiência dos oito fóruns instalados e em funcionamento, e dos demais em preparação, demonstra existir um grande espaço de trabalho para a solução de problemas, entraves e gargalos nas esferas creditícias, legais, de infra-estrutura (física e de serviços de logística), trabalhista, de defesa comercial, de tecnologias básicas, aduaneira e, sobretudo, naquelas que dependem apenas da capacidade de articulação das ações de Governo.

O esforço de articulação das áreas de Governo tem produzido soluções e resultados de tal forma que ainda não foi necessário encaminhar projetos executivos à Câmara de Desenvolvimento da Presidência da República conforme previsto na metodologia dos fóruns, para decisão em caso de dissenso entre ministérios.

A crise da União Aduaneira levou os Governos Brasileiro e Argentino a definirem uma nova fase para o Mercosul, baseada em esforços conjuntos de análise e articulação de cadeias produtivas visando proporcionar ganhos de produtividade e competitividade capazes de permitir a concretização da integração das cadeias produtivas e a concretização de plataformas exportadoras.

O processo foi formalmente definido e a metodologia de trabalho escolhida foi a dos fóruns de competitividade, tendo sido selecionadas as Cadeias Produtivas de Madeira e Móveis e Automotiva para o início dos trabalhos.

Em dezembro de 2002, o Conselho do Mercado Comum criou o Programa dos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul, que deverá ter orientação política das Reuniões de Ministros, que poderão indicar a criação, no âmbito do Programa, de fóruns específicos para cada cadeia produtiva.

Finalmente, com o objetivo de aprofundar os laços comerciais e a cooperação com os países da América Latina como um todo, as seguintes ações foram realizadas: (a) criação de uma Comissão Mista Permanente de Energia com a Bolívia; (b) repasse da metodologia dos fóruns de competitividade para o governo do Peru, para criação do Conselho Nacional de Competitividade, ocorrida em abril de 2002; (c) exposição sobre fóruns de competitividade no contexto das cadeias produtivas no VI Seminário Internacional de Gestão Tecnológica (Gestec 2002), em Cuba, no mês de julho de 2002; (d) missão comercial do governo brasileiro ao México, em agosto de 2002, para integração dos programas de competitividade dos dois países; e (e) assinatura de um acordo-quadro com países andinos, em dezembro de 2002, com vistas à liberalização comercial entre os países dos dois blocos.

Concepção

O processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade das cadeias produtivas no Brasil. Neste contexto, o Programa **Brasil Classe Mundial** constitui-se de ações que visam atuar sobre a capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro em busca da solução de problemas de cada cadeia produtiva, configurando uma política de desenvolvimento da produção, baseada nos objetivos de geração de emprego, ocupação e renda, desenvolvimento produtivo regional, capacitação tecnológica - alavancando a qualidade, a produtividade e a inovação-, aumento das exportações, competição com as importações, e competição com serviços internacionais. Seu público-alvo é, *lato sensu*, o setor produtivo brasileiro e, *stricto sensu*, as cadeias produtivas da Construção Civil, Têxtil e de Confecções, de Transformados Plásticos, do Complexo Eletrônico, de Madeira e Móveis, de Couro e Calçados, do Transporte Aéreo, do Turismo, e outras que venham a se consolidar.

Um ponto central do Programa é o estabelecimento de diagnóstico conjunto com o setor produtivo e governo em torno de metas e ações a serem definidas para elevar a competitividade internacional das empresas, produtos e serviços, a fim de atingir os macro-objetivos de geração de emprego, incremento das exportações, competição com as importações e desconcentração regional da produção. Na perseguição destes macro-objetivos, o Programa lança mão das seguintes ações: estudos para identificação de oportunidades de investimentos produtivos para o desenvolvimento regional; estudos para identificação dos entraves ao reposicionamento competitivo de cada cadeia produtiva nas áreas industrial e de comércio e serviços; estímulo ao revigoramento do Conselho Nacional de Secretários de Indústria e Comércio dos Estados; estudos para o aproveitamento de resíduos; criação e promoção da Marca Brasil; instalação de fóruns de competitividade por cadeia produtiva; e planos de ação por cadeia produtiva envolvendo compromissos do setor público e privado e metas de desempenho setorial.

Os fóruns de competitividade constituem espaços de diálogo entre o setor produtivo (sob a forma de representações de empresários e trabalhadores) e o Governo para, em primeiro lugar, promover a discussão e busca de consenso em relação aos gargalos, oportunidades e desafios de cada uma das cadeias produtivas que se entrelaçam na economia brasileira. Após o consenso em torno de um diagnóstico, os debates são dirigidos para a definição de um conjunto de ações e metas desafiadoras para a solução dos problemas e aproveitamento das oportunidades, tendo em vista os objetivos do Programa. Cabe lembrar, também, que os fóruns de competitividade fazem parte do grupo SGT-7/Indústria do Mercosul e que, portanto, suas ações extrapolaram a idéia inicial de atuar apenas localmente.

As ações estão adequadas ao objetivo do Programa e à sua finalidade. Recursos orçamentários e financeiros são considerados críticos para o sucesso do Programa. Há oportunidade de aperfeiçoamento na forma de repasse dos recursos, principalmente no que concerne à burocracia nos instrumentos jurídicos pactuados (acordos, convênios, contratos de repasses de recursos, fundos setoriais) e à forma e lentidão com que os recursos (físicos e/ou financeiros) chegam ao destinatário final.

..... **Implementação**

As restrições financeiras/orçamentárias, o contingenciamento e o atraso na liberação de recursos obviamente tiveram impactos no Programa, especialmente no período 2001-2002, caracterizado pela consolidação de suas ações. O processo de celebração de contratos e convênios também se apresentou como um problema burocrático a ser enfrentado pela gerência do Programa. As alternativas encontradas para minimizar os impactos negativos destas restrições foram: a priorização de ações e suas metas físicas; o alongamento dos prazos de execução; e a associação das ações previstas neste Programa às ações dos programas Gestão de Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, Programa Brasileiro do Design e Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas. Além disso, o Programa fez alianças com todos os segmentos possíveis do setor produtivo de cada cadeia produtiva trabalhada, a fim de minimizar os impactos negativos. Em contrapartida, compartilhou responsabilidades e cooperação.

Os resultados anteriormente mencionados expressam claramente que os avanços conseguidos pelo Programa e pelos fóruns de competitividade só foram possíveis em função das parcerias e alianças no âmbito de cada cadeia produtiva. O instrumento formal de ratificação das parcerias são os contratos de competitividade, elaborados nos fóruns à medida que os resultados dos esforços conjuntos para a solução dos problemas e gargalos e para o aproveitamento das

oportunidades atingem um nível considerado suficiente pelas partes para basear a definição de contrapartidas do setor produtivo. Os principais parceiros do Programa são o setor produtivo, as associações e entidades de classe, representantes de trabalhadores, o sistema financeiro e os órgãos de governo, entre os quais observa-se um bom nível de compartilhamento de responsabilidades e ações.

O Programa **Brasil Classe Mundial** possui relação estreita com os programas Gestão de Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, Programa Brasileiro do Design, Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Desenvolvimento do Setor Exportador, Cultura Exportadora, Defesa Comercial e, com ações desenvolvidas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, com o Sebrae, Camex, APEX, Senai, Senac, com a Academia, com o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BASA, BNB, Bancos Regionais, ABNT, Inmetro, INPI e Suframa.

A equipe de servidores e consultores que trabalham no **Brasil Classe Mundial** é composta de técnicos com formação superior, a grande maioria com especialização, mestrado e doutorado, portanto capacitados às suas atividades junto às cadeias produtivas. Em função disso, não houve preocupação com a implementação de um programa de capacitação para esses servidores. Por outro lado, os técnicos envolvidos no gerenciamento e implementação das ações do Programa participam intensamente dos seminários, viagens, palestras e mesas redondas nos setoriais a que estão vinculados. Observou-se, contudo, a necessidade de acréscimo de recursos humanos técnicos ao Programa, dado o excessivo esforço operacional empreendido nas ações dos fóruns (instalados ou em fase preparatória).

A participação do público-alvo é incentivada. Os fóruns de competitividade são um espaço de diálogo permanente entre o setor produtivo (sob a forma de representações de empresários e trabalhadores), Governo e Congresso Nacional para, em primeiro lugar, promover a discussão e a busca de consenso em relação aos gargalos, oportunidades e desafios de cada uma das cadeias produtivas que se entrelaçam na economia brasileira. Configuram-se, portanto, como excelentes sítios de avaliação da satisfação da sociedade, do setor produtivo e dos trabalhadores, oportunidade esta ainda não aproveitada de forma sistematizada pelo Programa.

Cultura Exportadora

Resultados

O resultado do período 2000-2002 foi positivo. O Programa desenvolveu ações para implantação da cultura exportadora em todos os estados, nas capitais e no interior. Cerca de 25.000 pessoas tiveram contato com informações sobre comércio exterior nos Encontros de Comércio Exterior - Encomex, entre empresários, estudantes, profissionais liberais e funcionários de instituições parceiras. Mais de 10.000 profissionais passaram por salas de aulas aprendendo como chegar ao mercado internacional.

De 2000 a 2001, passamos de 14.147 empresas exportadoras para 17.267 (aumento de 22%), com previsão de 18.000 para 2002. Embora o crescimento previsto em 2002 seja menor que nos anos anteriores, a probabilidade de alcance da meta de 20.000 no final de 2003 é boa. Os principais motivos: as parcerias firmadas pelo Programa e o financiamento extra-orçamentário delas originado.

Outros resultados do período:

- capacitação de 4.185 profissionais em comércio exterior: a meta de 2.850 foi ultrapassada em mais de 46%. Em 2002, a meta física era de 1.100 profissionais capacitados. Foram atingidos 3.340 profissionais, representando 303,6% da meta;
- capacitação para 10.603 empresários exportadores: mais que dobrou a meta de 5.122;
- edição e distribuição de 203.550 exemplares de material técnico para orientação ao exportador: 424% da meta definida em 1999 (48.000). Para 2002, a meta de 16.000 exemplares foi ultrapassada em 18.050 unidades, o que representou 112,8% de acréscimo à meta;
- realização de 27 Encontros de Comércio Exterior - Encomex: três quartos dos eventos planejados (36). Só em 2002, foram dezessete encontros, cinco eventos além da previsão para o ano; e
- Início da produção do *software* Aprendendo a Exportar Setorial, para quatro setores produtivos específicos.

Para 2003, pretende-se: (1) viabilizar novos convênios com a Agência de Promoção de Exportações - APEX e com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, de forma a aportar mais recursos às ações do Programa; (2) iniciar um curso de especialização em comércio exterior, com ênfase em empresas de pequeno porte, para 800 integrantes da Rede de Agentes de Comércio Exterior; e (3) prosseguir com o desenvolvimento da versão setorial do *software* Aprendendo a Exportar.

Concepção

O problema que gerou a criação do Programa **Cultura Exportadora** foi a baixa participação das micro e pequenas empresas no processo exportador brasileiro, que gera grande concentração das exportações, seja sob a ótica de produtos ou empresas ou ainda mercados-alvo. As ações do Programa concentram-se fundamentalmente na sensibilização da classe empresarial para as vantagens da exportação e no fornecimento de informações sobre "como exportar". O objetivo é aumentar a participação daquele segmento nas exportações brasileiras e, conseqüentemente, alavancar o volume exportado.

Gerente:

Sérgio Nunes de Souza

Outros problemas, como a alta burocracia alfandegária, a falta de informações sobre mercados-alvo e o difícil acesso ao financiamento, também comprometem o alcance dos objetivos, mas as ações de mitigação têm lugar em outros programas ou instituições.

Neste contexto, há necessidade de revisão do objetivo do Programa, privilegiando os resultados da capacitação dos agentes promotores das exportações. Um trabalho de definição de indicadores mais específicos já vem sendo empreendido pela sua gerência. Algumas ações não constam na estrutura do Programa, mas contribuem para a evolução dos indicadores:

- desenvolvimento da Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior - Redeagentes, constituída de profissionais de todo o Brasil que atendem aos pequenos empresários, auxiliando-os em seu esforço exportador;
- manutenção do site Redeagentes, onde a sociedade tem acesso a diversas informações sobre comércio exterior e a diversos links para sites governamentais e de apoio às exportações brasileiras; e
- pós-graduação em Comércio Exterior (modalidade "ensino a distância") para oitocentos profissionais que atendem a demandas da sociedade com relação à exportação.

A avaliação das atividades executadas e dos resultados obtidos, realizada no início de cada ano, carece de um plano mais bem estruturado. Os mecanismos de supervisão estão bem ajustados. A coordenação e articulação das principais ações são realizadas pela Secretaria de Comércio Exterior – Secex, de forma centralizada.

Implementação

As seguintes práticas contribuem muito positivamente para a evolução do indicador e alcance das metas do Programa:

- parcerias: foram desenvolvidas tanto na área de financiamento quanto na área de execução. Quanto ao financiamento, as parcerias com o MTE/FAT e com a APEX foram essenciais para o alcance das metas de algumas ações. Para ilustrar a importância, o MTE/FAT financia 100% de duas ações desde 2000; a APEX financiou 100% de uma ação em 2000 e 2001, 50% de uma ação e mais 100% de três ações em 2002, e para 2003 foi aprovado um projeto de financiamento e há a indicação de um aditivo. O Banco do Brasil, 100% de uma ação desde 2000 e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento também participam como parceiros de financiamento em outras ações. A ação do MAPA (3655 - Formação de Negociadores em Comércio Exterior) não tem atingido a meta nos últimos anos, devido a dificuldades no fechamento de convênios. Quanto à execução, a parceria com o Senai desde 2000 viabiliza o programa em nível nacional devido à capilaridade, estrutura e mobilidade do serviço. O Programa é muito bem visto pelos parceiros que apostam nos resultados para a sociedade.
- gestão compartilhada: os atores envolvidos com as atividades do Programa são consultados e as sugestões são úteis na definição dos rumos do Programa. A participação da sociedade se processa na forma dos seguintes instrumentos: (a) um Comitê Gestor, formado por dois agentes de comércio exterior de cada estado, emite relatórios periódicos sobre o desenvolvimento das atividades no seu estado, bem como identifica gargalos a serem eliminados na implementação do Programa; (b) os atores envolvidos (agentes de comércio exterior, formadores e empresários) são consultados por *e-mail*, ao final de cada ano, para que façam uma avaliação do desempenho do

Programa e apresentem sugestões para o ano seguinte. Já no final de 2001, muitas das sugestões foram absorvidas como mudanças de rumo do Programa. Em 2002, uma grande discussão sobre temas relevantes para o Programa foi iniciada no Rio de Janeiro num encontro com mais de oitenta integrantes de quinze estados da Federação. Os debates continuam via correio eletrônico.

- regionalização: a coordenação do Programa foi dividida por estados, cada coordenador fica responsável por seis estados. Isto facilitou a interlocução com os estados, a formação de parcerias regionais e o desenvolvimento das ações de forma customizada e aumentou a velocidade de resposta às demandas estaduais.

Houve uma melhora sensível no último ano no campo da capacitação da equipe gerencial, com oportunidades de desenvolvimento principalmente nas áreas de informática, línguas, técnicas gerenciais e administração pública. Soma-se a isso o fato de que a equipe gerencial faz parte de uma ação de capacitação, permitindo aos seus membros trabalhar como multiplicadores de informações. Vale ressaltar que esta equipe apresenta uma quantidade de técnicos abaixo da ideal.

Os recursos materiais e de infra-estrutura disponíveis para o programa são em quantidade suficiente. Quanto aos recursos financeiros, percebe-se que a liberação reduzida, o contingenciamento e a descontinuidade do fluxo de recursos pouco afetaram o Programa dado o baixo percentual de verba orçamentária por ele utilizado.

Não há dificuldades quanto à execução e administração das ações implementadas por outros Ministérios ou instituições. As limitações no desempenho devem-se à questão da alocação de recursos.

Defesa Comercial

Resultados O foco do indicador do Programa **Defesa Comercial** mudou de tempo médio de conclusão dos processos de práticas danosas de comércio exterior para o prazo médio para alcançar determinação preliminar da existência de *dumping* ou subsídio e de dano causado à indústria doméstica. Ainda assim, a mudança não foi capaz de garantir a medição dos índices alcançados. Procurou-se retratar, num único indicador, os resultados de todas as ações do programa, ou seja, de todos os mecanismos utilizados na defesa comercial. Entretanto, a tentativa teve o efeito contrário de inviabilidade da apuração do índice no período 2000-2002. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC está estudando a elaboração de novos indicadores.

Por outro lado, o Programa alcançou praticamente todas as metas propostas para o período. Os resultados foram os seguintes:

- 71 processos de defesa comercial foram analisados no período entre 2000 e 2002, seis a mais que a meta física proposta para o período. Em 2002 foram analisados 26 processos, 86% a mais que a meta prevista de quatorze processos para o ano;
- 66 exportadores submetidos a investigações no exterior foram atendidos, ultrapassando em 65% a meta de quarenta atendimentos previstos. Somente em 2002 foram 36 atendimentos, superando em 44% a meta de 25;
- foram realizados 95 estudos para subsidiar a participação brasileira nos foros internacionais até final de 2002. Estavam previstos apenas cinquenta, inicialmente. Em 2002, foram 23 estudos, quatro a mais que o previsto; e
- foram promovidos quinze eventos para divulgação de instrumentos de defesa comercial, entre 2000 e 2002. A meta, corrigida de 72 para 32 eventos em 2001, é atualmente considerada correta no patamar de apenas oito eventos anuais. Em 2002, apenas quatro foram realizados, devido, principalmente, à considerável diminuição da demanda por este tipo de evento. Nota-se uma maior conscientização do público sobre a matéria, reforçada por medidas como (1) o aperfeiçoamento da *home page* do Ministério, (2) a elaboração de folders para a divulgação dos assuntos afetos à área de defesa comercial, (3) a edição anual do Relatório de atividades do Departamento de Defesa Comercial - DECOM, dentre outras.

Para 2003, prevê-se a análise de quarenta processos de defesa comercial, atendimento a 25 exportadores em seus processos no exterior, cinquenta estudos para subsidiar a participação brasileira nos foros internacionais e oito eventos de divulgação dos instrumentos de defesa comercial, metas estas que deverão ser integralmente cumpridas.

Concepção Com a abertura econômica promovida a partir de 1990, houve uma maior exposição do setor produtivo brasileiro à competição externa e a práticas predatórias de comércio, potencialmente prejudiciais ao parque industrial nacional.

Gerente:

Armando de Mello Meziat Neto

O governo precisava aparelhar-se para combater tais práticas, já que estava em jogo a manutenção e o crescimento das exportações brasileiras. Com os exportadores crescentemente expostos a processos de defesa no exterior, tornou-se mandatório consolidar conhecimentos sobre mecanismos de defesa comercial e posicionar-se junto à ALCA, ao Mercosul, e quanto à transparência das regras de investigação da OMC.

O Programa **Defesa Comercial** visa fundamentalmente consolidar o uso e aperfeiçoar os instrumentos de combate às práticas desleais de comércio e surtos de importação. Também presta assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior e monitora os procedimentos de defesa comercial adotados em investigações abertas contra o Brasil. Para tanto, analisa procedimentos de defesa comercial adotados mundo afora, apóia exportadores brasileiros nos processos de defesa comercial a que são submetidos, realiza estudos que subsidiam a participação brasileira nos foros internacionais e promove eventos de divulgação dos instrumentos de defesa comercial.

Todas as unidades do Departamento de Defesa Comercial - Decom estão envolvidas na execução das ações do Programa. O trabalho do departamento vem sendo reconhecido pelo público-alvo por meio de correspondências de agradecimento e enaltecimento da qualidade dos serviços prestados pelos técnicos. Entretanto, o Programa não dispõe de um mecanismo formal de aferição da satisfação dos usuários.

É necessário definir novos indicadores, em cuja composição seja possível perceber um aumento de pareceres favoráveis ao Brasil nos processos de defesa comercial. Obviamente, a aferição dos índices precisa ser viável.

Não foram identificados outros produtos que contribuam para o objetivo do Programa nem necessidades de aprimoramento na sua estratégia de implementação.

.....

O Programa **Defesa Comercial** vem sendo executado sem obstáculos quanto à estrutura organizacional do Ministério na gestão do Programa. O controle financeiro é feito pela Secretaria de Comércio Exterior - Secex, cabendo ao Decom a execução das metas físicas.

Implementação

Em janeiro, fevereiro e outubro de 2002 ocorreram pequenas retenções na liberação dos recursos financeiros, mas que não chegaram a afetar significativamente o desempenho do Programa.

Não houve, no período de 2000 a 2002, programa de capacitação da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa. Entretanto, um melhor desempenho do corpo técnico do Programa poderia ser obtido com a participação dos técnicos do Decom em cursos de análise e performance de empresas e de estatística aplicada.

O programa não estabeleceu parcerias; a competência das ações desenvolvidas no Programa **Defesa Comercial** é exclusiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Também não foram firmadas parcerias com outros programas do PPA 2000-2003.

Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Resultados Principais resultados (período de janeiro/2000 a dezembro/2002):

- 1- Financiamento à micro, pequena e média empresa: BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal realizaram 4,24 milhões de operações de crédito, envolvendo mais de R\$ 40 bilhões. A meta de 1,8 milhão de operações foi superada em mais de 135%, restando ainda todo o ano de 2003 para o término do período de observação da ação. Este volume de operações é mais de doze vezes superior ao total de operações realizadas para as micro, pequenas e médias empresas, pelos agentes financeiros oficiais, em 1998.
- 2- Honra de Aval (FGCP) e Seguro de Crédito: o BNDES realizou operações de honra de aval (referentes ao Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade) decorrente da garantia de risco de financiamento às empresas no montante de R\$ 26,2 milhões. A Caixa realizou 632,5 mil operações de seguro de crédito, totalizando R\$ 5,4 bilhões. Apenas em 2002, foram 1,18 milhão de operações de crédito com as micro, pequenas e médias empresas.
- 3- Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas: em 2000 e 2001, 49 projetos de infra-estrutura foram apoiados, ultrapassando a meta de trinta projetos em mais de 60%. Por meio de convênios com estados e municípios, resultou desta ação a construção de barracões, estruturas multiuso em pólos produtivos e centros de artesanato. Até o final de 2002, 21 pólos produtivos de confecção e vestuário foram beneficiados por ações de parceria do programa com o Brasil Empreendedor e Fóruns de Competitividade (os pólos são elos da cadeia produtiva, onde predominam micro e pequenas empresas). Foi adquirido um *software* para realização de diagnósticos e estudos sobre os pólos, acompanhado do respectivo treinamento.
- 4- Estruturação de Núcleos Produtivos de Artesanato: em 2000 e 2001, foram estruturados 108 núcleos de artesanato pelos estados, correspondendo a pouco mais de 57% da meta prevista (189), beneficiando milhares de artesãos. O contingenciamento de recursos orçamentários em 2002 foi o fator de impedimento para o alcance da meta proposta. Por outro lado, no site do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB podem ser encontrados inúmeros depoimentos de artesãos de várias localidades do País, integrantes dos núcleos de produção do segmento, atestando os resultados do Programa. Foram doados 27 caminhões-baú para os 26 estados e o Distrito Federal, para estruturação da comercialização do artesanato produzido. Vem sendo estimulada a exposição da produção artesanal dos estados no "Espaço Brasil", presente em pelo menos quatro grandes feiras e mostras no País. Em março de 2002, foram lançadas a campanha "A arte é brasileira, o mercado é mundial" e a publicação "A Arte do Artesanato Brasileiro" (em português, inglês e espanhol), distribuída no País e no exterior. No mesmo mês, foi também elaborada a cartilha "O Artesão e a Previdência Social" (em cooperação com o Ministério da Previdência e Assistência Social e apoio do Banco do Nordeste), objetivando informar os milhões de artesãos brasileiros sobre seus direitos e deveres na Previdência Social e, com isso, ampliar a base de arrecadação previdenciária neste segmento. Foi lançada, em abril de 2002, a primeira Rota de Artesanato e Turismo - o projeto Rota040 (parceria com o Sebrae Nacional, Sebrae-MG e Sebrae-RJ), integrando

Gerente:

Márcia Martins Alves

turismo e artesanato em 23 municípios e um distrito ao longo de 250 km da BR-040, entre Petrópolis-RJ e Barbacena-MG. No primeiro semestre de 2003, deverá ser lançada a Rota de Missões - RS, estendendo o projeto a mais vinte municípios do Rio Grande do Sul. Paraguai e Argentina já manifestaram interesse pelo projeto. Em maio de 2002, foi firmada parceria com o Grupo Pão de Açúcar e a Coordenação de Artesanato do DF viabilizando a comercialização de artesanato em cinco lojas em Brasília, por artesãos do Distrito Federal. Esse projeto poderá ser ampliado para as 230 lojas do Pão de Açúcar, em oito estados. Em dezembro de 2002, com a parceria do Banco do Nordeste, Infraero e Coordenações Estaduais, foram lançadas exposições sobre o artesanato nordestino, capixaba e norte-mineiro em quatorze aeroportos do País. O segmento artesanal foi também incluído nos Encontros de Comércio Exterior - Encomex ocorridos no segundo semestre de 2002, nos estados do Ceará e Acre.

- Implementação do Fórum Permanente das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Realização de Estudos para a Promoção de Micro e Pequenas Empresas: o Fórum Permanente das ME e EPP foi criado pelo Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei nº 9.841/99). Dele participam 48 órgãos do Governo, 47 entidades de representação de ME e EPP, além das entidades de apoio a esse segmento (Sebrae e o Sistema "S"), que trabalham em seis comitês temáticos: Racionalização Legal e Burocrática, Investimento e Financiamento, Formação e Capacitação Empreendedora, Tecnologia e Inovação, Comércio Exterior e Integração Internacional, e Informação. Por intermédio do Fórum, realizaram-se nove estudos entre 2000 e 2001, que subsidiaram propostas de formulação de políticas e programas para o segmento. Até dezembro de 2002 foram instalados três Telecentros de Informação e Negócios - TINs, uma das propostas aprovadas pelo Fórum, que mira o aumento da competitividade do segmento, por meio da capacitação, da inclusão digital e do uso da internet. Até o primeiro semestre de 2003, serão 116 unidades em funcionamento pelo País, em parceria com o Sebrae.
- Formação de Multiplicadores em Gestão para Micro e Pequenas Empresas: formaram-se 25 supervisores em confecções e vestuário para micro e pequenas empresas do pólo produtivo de confecções de Vila Velha/ES. Embora cumprindo apenas 17% da meta para o período 2000-2002, a formação propiciou alto grau de especialização aos participantes, que já estão sendo demandados por micro e pequenas empresas do setor pelo Brasil inteiro. Além dos supervisores, vários micro e pequenos empresários locais assistiram a módulos específicos do treinamento. A ação não se mostrou mais efetiva porque não foi contemplada nos orçamentos de 2000 e 2001, foi contingenciada em 2002, e não teve aportes do FAT e do Sebrae por se tratar de capacitação com duração superior a 80 horas.

O Programa de **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas** apresentou, ao longo de sua execução, alto percentual de corte na liberação dos recursos ordinários do Orçamento. Em 2002, o contingenciamento médio chegou a 74% dos recursos previstos para o exercício, não estando incluídas nesse percentual as emendas ao Orçamento. Ações que poderiam ter sido alavancadas com estes recursos: a estruturação de núcleos de artesanato, a realização de estudos para o Fórum Permanente das ME e EPP e a capacitação de multiplicadores para a gestão de ME e EPP.

As metas previstas para o ano 2003 devem ultrapassar aquelas estabelecidas no PPA 2000-2003. A expectativa é que, com a liberação regular dos recursos constantes da LOA, acrescida das parcerias, possam ser alcançados os seguintes resultados: (1) geração e manutenção de postos de trabalho, emprego e renda em 716.119 micro, pequenas e médias empresas e para 79.650 artesãos; (2) ampliação dos trabalhos do Fórum Permanente das ME e EPP; (3) instalação de 279 Telecentros de Informação e Negócios em todo o País, com as instituições parceiras do Fórum Permanente das ME e EPP; (4) apoio a 68 pólos produtivos, elos das cadeias têxtil e confecções; madeira e móveis; couro e calçados e artesanato, beneficiando 11.400 empresas e 2.200 artesãos desses pólos; (5) sensibilização de 70.000 artesãos para inclusão na Previdência Social; e (6) abertura de canais de comercialização e promoção do artesanato brasileiro, no País e no exterior.

.....

Concepção O Programa **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas** tem o objetivo de fortalecer este segmento empresarial por meio de instrumentos de financiamento, aval, crédito, infra-estrutura, capacitação e assessoramento, com vistas à redução da taxa de mortalidade das empresas nos primeiros anos de existência.

A concepção do programa fundamentou-se em um estudo realizado pelo Sebrae, em 1998, em treze estados da Federação, que apontava alto índice de mortalidade das empresas nos primeiros anos de existência. Só no primeiro ano, este índice atingia 39%. Em 2002, o segmento das micro, pequenas e médias empresas chegou a representar 98% das empresas brasileiras. As empresas com até 99 empregados (micro e pequenas empresas) representam cerca de 52,8% da força de trabalho em 2000 (RAIS). Somente no segmento artesanal, estimativas apontam 8,5 milhões de pessoas envolvidas com a produção e comercialização. Trata-se então de um grande potencial de geração de emprego e renda que precisa ser fortalecido.

O problema com os indicadores é que o estudo do Sebrae não teve continuidade após 1998 e o Programa nunca dispôs de recursos suficientes para custear a medição dos próprios indicadores. Com isso, não foi possível aferir, desde então, a influência das ações do Programa no índice de mortalidade das empresas.

É consenso que as principais dificuldades do segmento são o financiamento e a capacitação técnica e gerencial para a sobrevivência dos negócios. As ações do Programa focam estas áreas, desde a sua criação.

A ênfase no artesanato veio em 2001, dada a necessidade comum de fortalecimento do Programa do Artesanato Brasileiro e das micro e pequenas empresas. Anteriormente ao PPA 2000-2003, o artesanato brasileiro, para fins de planejamento plurianual, era contemplado como um programa específico, refletindo as ações do Programa do Artesanato Brasileiro, que foi criado por meio de Decreto Presidencial e transferido para o Ministério do Desenvolvimento, em 1995.

A seguir, uma relação de causas da mortalidade das empresas do segmento e as ações possíveis de correção do problema:

Causa	Ações
Ausência de um ambiente favorável à instalação e ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e do segmento artesanal. Dificuldade de acesso ao crédito. Necessidade de capacitação empreendedora.	- Apoio à instalação de infra-estrutura física para micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal, onde sejam promovidos o associativismo local, a capacitação e a disponibilização de espaços conjuntos para produção e comercialização. - Ampliação e fortalecimento dos Telecentros de Informação e Negócios, como ambientes de capacitação, inclusão digital (acesso à tecnologia), informação e negócios para as micro e pequenas empresas e para o segmento artesanal. - Realização de estudos para a implantação (nos níveis federal, estadual e municipal) de políticas e legislações desburocratizantes e diferenciadas dos demais segmentos, em especial sobre a abertura e fechamento de empresas, e sobre questões tributárias, trabalhistas e previdenciárias. - Fortalecimento e implantação de incubadoras de empresas, inclusive para o segmento artesanal. - Ampliação dos fundos de aval e seguros de crédito já existentes para o segmento e criação de novos. - Ampliação do lastreamento de <i>funding</i> para microcrédito e reforço das linhas já existentes. - Estímulo e desenvolvimento de instrumentos que permitam a criação de cooperativas de crédito. - Desburocratização do acesso ao crédito. - Desenvolvimento de mecanismos de bônus para as micro e pequenas empresas que, ao acessarem o crédito de longo prazo, mantenham os empregos pré-existentes e gerem novos. - Ampliação do universo de beneficiários da capacitação de novos empreendedores, ainda não formalizados ou com até um ano de formalização. - Ampliação do universo de beneficiários da capacitação em gestão para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal. - Preparação de uma rede de multiplicadores que possam assessorar, em organização e gestão, as micro e pequenas empresas e o segmento artesanal, incluindo-se a elaboração de planos de negócios, quando o empreendedor necessitar de acessar linhas de crédito.

Causa	Ações
Dificuldades de engajamento e permanência na condição de exportador. - Dificuldade de acesso à tecnologia. - Dificuldade em promover ajustes tecnológicos em sua produção, bem como na certificação de produtos e serviços. - Dificuldade de acesso a instrumentos de apoio à inovação.	- Inclusão do tema "empreendedorismo" nas escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, além de "gestão" nesses dois últimos graus. Inclusão de técnicas artesanais nas escolas de primeiro grau. - Criação de cursos complementares para os alunos da rede pública, beneficiários da Bolsa-Escola, que contemplem técnicas artesanais, que se constituiriam numa opção de ocupação e renda, posteriormente à sua formação. - Desenvolvimento e implementação de metodologia específica, com a capacitação de multiplicadores, voltada para a formação de lideranças de micro e pequenas empresas e das entidades de artesanato. - Realização de pesquisas de mercado locais que possam auxiliar os empreendedores na concepção de seus planos de negócios a curto e médio prazos. - Ampliação da Rede de Agentes de Comércio Exterior para o atendimento e assessoramento aos micro e pequenos empresários, bem como formar agentes para o atendimento específico do segmento artesanal. - Elaboração e divulgação de cartilha contendo informações e orientações sobre como exportar para as micro e pequenas empresas e entidades de artesanato. - Criação de instrumentos para a promoção, divulgação e pesquisa de mercado sobre seus produtos. - Ampliação da divulgação do Exporta Fácil, dos Correios. - Realização de missões com o segmento artesanal. Estruturação de um site que contenha mecanismos de comércio eletrônico para o segmento artesanal. - Criação de uma legislação adequada sobre consórcios de exportação de micro e pequenas empresas e de entidades de artesanato, e a conseqüente implantação dos instrumentos necessários ao seu funcionamento. - Ampliação do bônus tecnológico para as micro e pequenas empresas e para as entidades de artesanato, para que elas possam ter o acesso direto aos serviços de metrologia e certificação de conformidade. - Implantação de instrumentos que possibilitem aos institutos e centros de pesquisa e tecnologia

Causa	Ações
- Insuficiência de instrumentos acessíveis às micro e pequenas empresas para a promoção da melhoria da qualidade da sua gestão, dos seus produtos e serviços, e do design. - Pouca informação, sensibilização, mobilização e instrumentos que permitam a promoção de ajustes dos produtos artesanais às tendências e demandas dos mercados, por meio da qualidade e do design. - Pouca organização e estruturação do segmento artesanal.	atenderem às demandas das micro e pequenas empresas, bem como das entidades de artesanato locais. - Criação de uma premiação anual para micro e pequenas empresas que tenham se destacado com inovações de produto ou produção. - Facilitação do acesso ao registro de marcas e patentes pelas micro e pequenas empresas. - Destinação, para as micro e pequenas empresas, de 20% dos recursos aplicados por órgãos federais em ações de pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial. Essa ação se respalda no art. 20 da Lei nº 9.841/99 (Estatuto das ME e EPP). - Desenvolvimento de instrumentos que promovam a integração entre escolas técnicas e/ou universidades e as micro e pequenas empresas. Por exemplo: estímulo ao estágio ou primeiro emprego dos estudantes daquelas instituições em micro e pequenas empresas. - Capacitação dos micro e pequenos empresários para a introdução e utilização de instrumentos voltados para o aumento da qualidade, com foco no cliente. - Realização e disponibilização de pesquisas e estudos voltados ao aperfeiçoamento do <i>design</i> dos produtos das micro e pequenas empresas e do segmento artesanal. - Formar uma rede de multiplicadores preparados para prestarem assessoramento, em especial ao segmento artesanal, nas áreas de qualidade e <i>design</i>, baseado numa metodologia, com uma linguagem acessível e específica. - Ampliar a implementação de oficinas de <i>design</i> para as micro e pequenas empresas e para o segmento artesanal. - Organização e estímulo à gestão empreendedora dos núcleos de produção artesanal, com a formação de multiplicadores e de técnicos que os possam assessorar neste campo. - Cadastramento único de entidades de artesanato no País, com disponibilização via internet. - Promoção de uma campanha de sensibilização quanto ao associativismo para o segmento artesanal. Criação de instrumento legal que diferencie a micro

Causa	Ações
	e a pequena empresa de artesanato e busque um único entendimento fiscal e tributário no País sobre a produção artesanal. - Formação de uma rede de multiplicadores em todo o País que possa assessorar as entidades de artesanato na melhoria dos seus produtos e na racionalização dos seus processos produtivos e o uso adequado e sustentado de matérias-primas. - Realização de <i>workshops</i> de sensibilização dos artesãos quanto à Previdência Social, gerando, como consequência, a ampliação da base de arrecadação do Governo. - Promoção de oficinas de técnicas artesanais e sua adequação às demandas dos mercados. - Promoção e divulgação do artesanato brasileiro no País e no exterior. - Ampliação da participação das representações de artesanato dos estados em feiras, exposições e missões no País e no exterior. - Provimento de infra-estrutura física e equipamentos para o atendimento de artesãos das Coordenações de Artesanato dos Estados e do Distrito Federal. - Preparação dos artesãos para o processo de comercialização, considerando questões como embalagens, custos, atendimento e outros itens com foco no cliente. - Desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada voltadas para a redução dos custos com matéria-prima para os artesãos e geração de maior competitividade dos seus produtos. - Estruturação de novos canais de comercialização para o artesanato. - Organização das informações sobre as ações governamentais para os artesãos, por meio da internet e de um boletim periódico. - Implantação de linhas de crédito ou microcrédito para o atendimento do segmento artesanal. - Implantação de centros de artesanato comunitário nos municípios e ampliação dos Telecentros de Informação e Negócios para esse segmento. - Criação de instrumentos voltados para a prospecção de mercado para o segmento artesanal. - Organização dos pólos produtivos de artesanato.

Causa	Ações
- Escassez de instrumentos voltados para a conscientização quanto às questões de meio ambiente. Falta de informações sobre manejo sustentável de matéria-prima. - Dificuldade de acesso e escassez de pesquisas sobre as matérias-primas utilizadas, seu tratamento e possibilidades de substituição, incluindo-se a reciclagem.	- Elaboração e edição de um catálogo, inclusive eletrônico, com produtos selecionados (como um piloto) para comercialização, abrangendo todos os estados e o Distrito Federal. - Realização de pesquisas voltadas para o segmento artesanal. - Ampliação e instrumentalização de acordos de cooperação internacional para o segmento artesanal. - Formação de lideranças capacitadas, inclusive em comercialização, dentro das entidades de artesanato, como forma de se combater os atravessadores. - Criação de mecanismos de identificação, operacionalização e diferenciação das exportações de artesanato, bem como para sua certificação e para fins de propriedade intelectual de proteção à cultura brasileira. - Estímulo à estruturação e ao desenvolvimento de rotas, ao longo das rodovias, que contemplem as diversas possibilidades de turismo e o artesanato local. - Criação e implementação de mecanismos legais para adoção, pela iniciativa privada, de núcleos de produção artesanais e para o patronato de oficinas de artesanato, que estimule os "mestres artesãos" a transferirem suas técnicas para outros aprendizes locais, a exemplo da Lei da Cultura. - Desenvolvimento e edição de uma cartilha e uma campanha de conscientização sobre as questões do meio ambiente, sobre o manejo sustentável de matéria-prima e sobre as barreiras ambientais no comércio, para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal. - Montagem de um <i>site</i>, com <i>links</i> que facilitem e disponibilizem informações sobre pesquisas novas e já existentes sobre matérias-primas produzidas no País, o seu tratamento e possibilidades de sua substituição por parte das micro, pequenas e médias empresas e do segmento artesanal. A título de exemplo, há uma carência muito grande na parte de pesquisas e informações sobre fibras naturais. - Implementação de <i>workshops</i> para conscientização sobre as questões relacionadas ao meio ambiente.

Para a implementação deste Programa no próximo PPA, os seguintes aspectos, relacionados à estratégia, merecem atenção:

- 1- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis: para o segmento artesanal deverão ser desenvolvidos, para cada estado e para o Distrito Federal, um plano de ação específico.
- 2- Plano de avaliação: necessita ser criado um sistema de avaliação para mensuração dos índices dos indicadores.
- 3- Organização dos trabalhos no âmbito da gerência: deverão ser ampliados recursos humanos (técnicos do governo) para atuarem neste Programa, que hoje são poucos para fazerem frente às ações que têm abrangência nacional.
- 4- Forma de articulação com estados e municípios: no segmento artesanal, é necessário que sejam firmados convênios com os estados e com o Distrito Federal, por meio das Coordenações Estaduais de Artesanato, para a implementação das ações em todo o País.
- 5- Plano de capacitação das equipes locais: deverão ser capacitadas equipes locais para o atendimento e assessoramento às micro, pequenas e médias empresas e ao segmento artesanal.
- 6- Autonomia da gerência: é fundamental às gerências dos programas do PPA, especialmente dos estratégicos, terem autonomia sobre os recursos orçados, uma vez que prestam contas e apresentam periodicamente justificativas quanto à execução ou não de ações sob sua responsabilidade para fins de auditoria.

Para a implementação deste Programa, os seguintes mecanismos de atuação foram usados com sucesso:

- articulação permanente com outros órgãos do governo e da iniciativa privada, inclusive por meio do Fórum Permanente das ME e EPP;
- articulação permanente com os estados e municípios;
- resposta a todas as demandas apresentadas à área, o que gera credibilidade junto a sociedade;
- forma de atuação por meio do estabelecimento e do acompanhamento por resultados;
- busca de novos instrumentos e parcerias que possam auxiliar no alcance do objetivo do Programa;
- condução de uma política de negociação e de resolução de conflitos;
- aprofundamento e nivelamento de conhecimento técnico das pessoas que integram os trabalhos sobre assuntos de competência da área;
- estímulo à capacitação e ao aperfeiçoamento técnico dos profissionais envolvidos;
- articulação com os órgãos internos e externos do Ministério, importantes para a implementação do Programa;
- matriciamento e articulação de ações de outros programas e de outros órgãos em prol das ações do Programa; e
- articulação e discussões permanentes com os técnicos da área, visando ao aperfeiçoamento dos trabalhos.

Implementação

O Programa vem sendo objeto de ajustes ao longo do período 2000-2003, com inclusão e adequação de ações, em especial, visando proceder às adaptações necessárias, geradas pelo Orçamento Anual. Dessa forma, o PPA, originalmente aprovado em 21/07/2000, distancia-se de algumas ações, metas e recursos implementados neste Programa.

O contingenciamento orçamentário, o atraso na liberação de recursos e um fluxo financeiro não assegurado foram as grandes restrições enfrentadas pelo Programa. Em 2002, suas ações orçamentárias tiveram um contingenciamento médio de 74% em relação à LOA, tendo alcançado 78%, no caso da área do artesanato. Mesmo os recursos financeiros destinados a projetos de infraestrutura de micro, pequenas e médias empresas, provenientes de emendas à LOA/2002, seja em âmbito nacional ou regional, foram 100% contingenciados. Esta carência de recursos provocou cancelamento de projetos e inscrição em restos a pagar, para 2003, de compromissos empenhados em 2002. Vale ressaltar que estas restrições ocorrem a despeito de o Programa ter sido considerado estratégico pelo governo e das várias gestões efetuadas pela gerência do Programa, com vistas a garantir um fluxo financeiro constante.

Outras dificuldades encontradas foram: (1) recursos materiais insuficientes, em parte devido ao contingenciamento; (2) quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial, tendo em vista ações de abrangência nacional, com necessidade de acompanhamento intensivo "nas pontas"; (3) lentidão na tramitação dos processos de contratação e convênios; e (4) dificuldade de acesso a informações sobre recursos disponíveis para o Programa, dada uma certa incompatibilidade entre as linhas hierárquicas e de prioridade do Ministério e o modelo de gestão por programas.

Sobre capacitação: foram disponibilizados, entre 2000 e 2002 diversos cursos de capacitação para os membros da equipe gerencial, com uma discreta participação. Dentre os cursos, inclui-se um MBA na área de empreendedorismo, que contou com a participação de cinco membros. A capacitação implementada com recursos deste Programa, dentro das suas limitações orçamentárias, para equipes responsáveis pela implementação de ações nos níveis estaduais e municipais foi bem-sucedida, porém insuficiente para uma maior abrangência do trabalho e beneficiamento do seu público-alvo.

Não foi encontrada dificuldade relevante, por parte da gerência do Programa, no que diz respeito à sua multissetorialidade, no período 2000-2002. A gerência do programa atua em articulação com outras áreas e programas do governo, a exemplo do Programa Brasil Empreendedor, coordenado pela Presidência da República, e com a iniciativa privada, buscando veicular informações para o seu público-alvo, pela internet, por meio escrito e por meio de reuniões e eventos. As ações específicas de outros ministérios referem-se aos agentes oficiais de crédito (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), que se utilizam de recursos extra-orçamentários para o cumprimento de suas metas. A articulação e a obtenção de informações junto a outras instituições, públicas ou privadas, ocorre em regime colaborativo, conforme os fundamentos do PPA. Observa-se, algumas vezes, que o desconhecimento da atuação de outras áreas é um fator de dificuldade para a realização de um maior número de articulações.

Foram articuladas e implementadas diversas parcerias em prol da execução do Programa. Ao longo de 2002, as entidades parceiras cumpriram a parte que lhes cabia, apesar das restrições financeiras e de recursos humanos infringidas às atividades previstas para o Governo. Bons exemplos são as ações do artesanato e do Fórum Permanente das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Dentre as parcerias com programas constantes do PPA 2000-2003, algumas não puderam ser refletidas neste Programa:

- 1- Parceria com programas do Ministério do Trabalho e Emprego e suas Secretarias Estaduais - ampliação da capacitação e do crédito para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal.
- 2- Parceria com o Ministério das Comunicações/Correios - lançamento e implementação de programa voltado para as exportações das micro, pequenas e médias empresas e do segmento artesanal.
- 3- Parceria com o Ministério das Comunicações e com o Ministério da Ciência e Tecnologia - implantação dos Telecentros de Informação e Negócio - TIN, no âmbito da Sociedade do Conhecimento.
- 4- Parceria com a Secretaria de Comércio Exterior/MDIC - implementação de ações voltadas para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal (Redeagentes; Aprendendo a Exportar; Portal do Exportador).

Várias parcerias vantajosas com outros programas que não pertencem ao PPA 2000-2003 foram implementadas ao longo do período 2000-2002. No entanto, por alguns problemas operacionais, não foi possível refletir essas parcerias no PPA, a exemplo do Programa Brasil Empreendedor.

A instalação e implementação do Fórum Permanente das ME e EPP representam um grande avanço institucional e um mecanismo oficial de diálogo com a iniciativa privada, para a consecução de propostas de políticas, programas e ações mais adequadas a esse segmento. Esse Fórum é formado por 48 órgãos do Governo, 47 entidades de representação das micro e pequenas empresas, além das entidades de apoio a esses segmentos empresariais, que atuam em 6 Comitês temáticos. Esses comitês já realizaram mais de sessenta reuniões, tendo utilizado nove estudos, desde 2000, nas diversas propostas já aprovadas pela Plenária do Fórum. Destaca-se o fato de que as propostas dos comitês são submetidas à Plenária do Fórum apenas quando há consenso de todas as partes.

Tanto para o segmento artesanal quanto para as micro e pequenas empresas, foi implantado um canal direto, via internet, para comunicação com esta gerência.

No segmento artesanal, ainda, são mantidas articulações e realizadas reuniões de coordenação com a participação de todos os Estados e o Distrito Federal. Além disso, todos os benefícios deste Programa são disponibilizados igualmente para todos os 26 estados e para o Distrito Federal.

Depoimentos, vídeos e relatórios arquivados pela gerência, bem como relatos que constam do *site* do Ministério, atestam a satisfação dos usuários deste Programa.

Desenvolvimento do Setor Exportador

Resultados

O Programa **Desenvolvimento do Setor Exportador** tem como objetivo principal expandir as vendas externas brasileiras com a implementação de ações que vão da promoção comercial a atividades de natureza normativa e operacional, especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

A balança comercial, em 2002, apresentou o maior superávit desde 1994: US\$13,130 milhões, resultado do recorde histórico de exportações de US\$60,362 milhões, 3,7% acima do registrado em 2001 (US\$58,223 milhões, recorde anterior).

Em 2002, registra-se recorde histórico de exportações para os Estados Unidos, no valor de US\$15,5 bilhões, 8% acima do recorde anterior alcançado em 2001 (US\$14,4 bilhões).

Observa-se, também, recorde histórico das exportações para mercados com menor participação na pauta, como Ásia (26,5% de crescimento em 2002 sobre 2001), África (18,8%), Oriente Médio (14,7%) e Europa Oriental (3,3%), os quais, no conjunto, elevaram sua participação de 21,7% para 25,3%, na comparação 2002/2001. Esses dados refletem um dos principais motivos do crescimento das exportações nesse ano, que foi a capacidade dos exportadores brasileiros de diversificar os mercados de destino para seus produtos.

Alguns países para os quais foram realizadas missões comerciais, em 2002, pelo Ministério do Desenvolvimento, apresentaram aumento de participação na pauta de exportação brasileira. No total, as vendas para estes mercados representaram acréscimo de US\$2,1 bilhões, 44% dos US\$4,8 bilhões de aumento de vendas para outros países, exceto Argentina.

As principais contribuições do Programa para o quadro acima apresentado, no período 2000-2002, foram:

- Aperfeiçoamento e disponibilização, via internet, do Sistema Alice - Análise de Informações de Comércio Exterior, permitindo consultas *on-line* a dados estatísticos (a partir de janeiro de 1989) sobre comércio exterior, apoiando a tomada de decisão pelos setores envolvidos. O Alice-Web conta com mais de 16.269 usuários no Brasil e no exterior, os quais realizaram, em 2002, mais de 100 mil acessos;
- Implantação da primeira etapa do Portal do Exportador (www.portaldoexportador.gov.br), que concentra em um único endereço: (1) informações sobre órgãos, sistemas, legislação, eventos, pesquisas e assuntos variados relacionados ao comércio exterior; (2) o canal Fala Exportador, para atendimento ao público; e (3) o sistema Aprendendo a Exportar, de aprendizagem interativa. São mais de 400 *links* de informações úteis aos (potenciais) exportadores. Em 2002, o portal recebeu mais de 300.000 acessos;
- Disponibilização do sistema Vitrine do Exportador (VE), com a finalidade de promover as empresas exportadoras, proporcionando maior visibilidade aos seus produtos no mercado internacional, por meio de uma vitrine virtual;
- Modernização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, destacando a atualização da legislação, a eliminação de controles

Gerente:

Ivan João Guimarães Ramalho

desnecessários e o refinamento do acompanhamento de operações de exportação e importação. Em 2002, foram emitidos cerca de seis milhões de documentos para o licenciamento dessas operações. Estes documentos, em larga maioria, são processados por análise automática no Siscomex, o que é possível graças à sistemática permanente de alimentação da malha crítica do sistema, viabilizando a atuação governamental sobre os fluxos de comércio brasileiro com o exterior. Apenas 350 mil documentos sofreram análise não automática;

- Implantação do módulo *Drawback* Eletrônico, permitindo o controle de todo o ciclo de operações de exportação amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de *Drawback*, na modalidade Suspensão. O módulo abrange as fases de solicitação, concessão de licenças, acompanhamento e baixa (comprovação de realização) das exportações compromissadas. É um importante instrumento para alavancagem de vendas externas, em virtude da suspensão dos tributos incorridos nas importações de insumos destinados a compor produtos finais de exportação, sem falar nos ganhos de agilidade e segurança com as operações automatizadas. Em seu primeiro ano de funcionamento, foram aprovadas no sistema mais de quatro mil operações, concedidas a 1.442 empresas, representando um compromisso de mais de US\$16 bilhões em exportações. Cerca de 80% das operações foram concedidas automaticamente;
- Ainda sobre *Drawback*/Suspensão, foi estendida a aplicação do mecanismo na importação de matérias-primas e outros insumos utilizados no cultivo de produtos agrícolas ou na criação de animais para exportação;
- Regulamentação do sistema de prestação de contas das remessas financeiras destinadas ao pagamento de pesquisa de mercado, participação em eventos e propaganda para promoção de produtos brasileiros;
- Ampliação, de 180 para 360 dias, do prazo de validade para embarque nos registros de venda de café em grão. Esta medida torna mais atrativas, para o financiador externo, as aplicações na lavoura de café e estimula a busca de recursos internacionais para a produção agrícola por produtores e agentes financeiros brasileiro;
- Redução do universo de produtos sujeitos a regras de padronização para exportação;
- Monitoramento das importações de aço, para conter os reflexos da medida protecionista adotada pelos Estados Unidos;
- Elaboração de projeto de implementação da ação governamental para o desenvolvimento de novos pólos de exportação;
- Reformulação do Informativo Secex, disponível na página do ministério (www.mdic.gov.br) e distribuído impresso a cerca de 10 mil assinantes;
- atendimentos de assessoria direta (e-mail, telefone ou pessoalmente), fornecimento de 180 relatórios estatísticos ao mês e distribuição mensal de 600 impressões da Balança Comercial e do Intercâmbio Brasil-Mercosul, por mala-direta, pelo Núcleo de Informações de Comércio Exterior - Nucex (RJ);
- Realização de estudos sobre competitividade dos setores industriais; perfil da estrutura tarifária; cultura exportadora no Brasil, barreiras comerciais às exportações (atualização), mercados da China, Reino Unido, Japão, Rússia, Índia, México, Alemanha, Canadá e França; síntese de relatórios de organismos multilaterais (CEPAL, BIRD, FMI, OMC e UNCTAD).

Os impactos sobre o público-alvo têm sido avaliados e considerados positivos. Todas as medidas adotadas no âmbito do Programa estão focadas na comunidade exportadora e visam beneficiá-la com a facilitação dos procedimentos, a redução de custos e tempos e, sobretudo, sua ampla inserção por meio de modernos canais de comunicação. Ao longo dos três últimos anos, o Programa sofreu diversas modificações, justamente para melhor adaptar-se às crescentes demandas.

Para 2003, a meta do Governo é de um aumento de 10% nas exportações brasileiras, passando de US\$ 60 bilhões para US\$ 66 bilhões.

As iniciativas previstas envolvem: (1) a adoção de medidas legais e de simplificação operacional que busquem dar maior competitividade e agregar valor ao produto brasileiro destinado ao mercado internacional; (2) promoção de novas iniciativas para o desenvolvimento de novos pólos de exportação; (3) desenvolvimento de estudos na área de comércio exterior, conclusão do sistema Radar Comercial e do módulo Radar Estado, e a divulgação dos estudos desenvolvidos no âmbito deste projeto em CD-ROM e cópias impressas; (4) manutenção, aperfeiçoamento, modernização e expansão dos sistemas de informação, de estatística e dos serviços oferecidos no *site* Portal do Exportador, incluindo: (a) melhorias na disponibilização de dados estatísticos fornecidos pelo Sistema Alice; (b) aperfeiçoamento do módulo Baixa do Drawback Eletrônico pela sua integração com o Siscomex-Exportação; (c) incorporação das operações de *Drawback*, modalidade Isenção, ao sistema *Drawback* Eletrônico; (d) reformulação e atualização da plataforma tecnológica do Siscomex-Exportação; (e) simplificação de normas operacionais; e (f) implantação do sistema de cruzamento de dados sobre licenciamento de importações e dos parâmetros da malha crítica denominada Tratamento Administrativo das Exportações e Importações; (5) expansão do número de assinantes do Informativo Secex; (6) ampliação da participação da Secex - Secretaria de Comércio Exterior - nos fóruns internacionais e multilaterais relacionados ao comércio exterior e de integração regional, inclusive missões comerciais ao exterior.

A participação do Brasil nas exportações mundiais é hoje inferior a 1%, um patamar extremamente baixo se levarmos em consideração o tamanho e potencial do país. Em 1999, de um total de exportações mundiais de mais de US\$5 trilhões, o Brasil respondeu por apenas US\$48 bilhões. O Programa **Desenvolvimento do Setor Exportador** tem como objetivo principal expandir as vendas externas brasileiras, ampliando nossa participação no comércio mundial.

Concepção

O Programa **Desenvolvimento do Setor Exportador** tem como objetivo principal expandir as vendas externas brasileiras, ampliando a participação do País no comércio mundial. Para tanto, vem adotando as seguintes estratégias: (1) a ampliação da participação de produtos tradicionais e incorporação de novos produtos à pauta de exportação, (2) a conquista de mercados potenciais, (3) o engajamento de novas empresas à atividade exportadora, e (4) a desconcentração de origem, destino e produtos de exportação.

Como impacto social, estima-se que um crescimento de US\$1 bilhão nas vendas externas resulte na criação de 60 mil novos empregos.

As ações do Programa atuam da promoção comercial a atividades normativas e operacionais, mas os resultados alcançados são ainda majoritariamente influenciados por fatores externos, como as flutuações no ambiente econômico, a insuficiência de linhas de crédito, infra-estrutura, barreiras externas, dentre outros.

Embora adequadas, as ações implementadas não podem, por si só, atender todas as demandas necessárias ao alcance do objetivo. Outras ações relacionadas ao comércio exterior estão sendo implementadas por outros órgãos governamentais. Cabem melhorias na sinergia entre os diversos atores, no sentido de otimizar os resultados, evitar atividades descoordenadas, desperdício e duplicidade de esforços.

As ações desenvolvidas pelo Programa estão concentradas na Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, o que facilita sua coordenação e acompanhamento.

Implementação

O Programa conta com recursos suficientes e, embora sujeito ao contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício de 2002, não passou por dificuldades insuperáveis na realização das ações previstas. Muitas delas foram realizadas em parceria com o Programa Cultura Exportadora. O não atingimento de algumas metas deu-se, em sua maior parte, em virtude de questões operacionais, não diretamente relacionadas à execução orçamentária. Em geral, nota-se a necessidade de maior entrosamento entre os diversos atores envolvidos com a temática do comércio exterior.

Com relação aos recursos humanos, o quadro da Secex, majoritariamente responsável pelo programa, encontra-se em fase de crescimento, com a criação da carreira de Analista de Comércio Exterior, com três concursos públicos realizados. O contingente precisa ainda ser treinado, devendo apresentar resultados somente a médio e longo prazos.

O Programa não conta com mecanismo institucional de participação da sociedade em decisões específicas, mas é favorecido pela estreita convivência com a clientela final, seja direta ou por intermédio de suas representações setoriais.

O contato permanente com o público-alvo é feito fundamentalmente por meio do canal Fala Exportador do Portal do Exportador e lançado em 2001. Pelo modo como foi construído, é possível quantificar e qualificar a satisfação da clientela usuária.

Design Brasil

Resultados

O Programa **Design Brasil** vem trabalhando em consonância com os Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas e o Programa de Qualidade, visando ao aumento das exportações e ao fortalecimento da Marca Brasil no mercado externo.

A disseminação e o reconhecimento da cultura do *design* na indústria, por setores organizados, empresas e mesmo profissionais (individualmente), incrementaram a competitividade do produto nacional. Seu *design*, qualidade e custo são reconhecidos internacionalmente, alcançando colocações de destaque e premiações importantes. Dentre eles, destacam-se: dezesseis prêmios nos EUA e Europa para o setor de Gemas e Jóias, um na Itália para o setor Coureiro-Calçadista, e dois na Alemanha para o Eletroeletrônico. Deverá ainda ser lançado, em parceria com a Agência de Promoção de Exportações - Apex, um programa de incentivo à participação em prêmios internacionais para diversos setores.

Tem-se observado um aumento nas exportações com marca própria naqueles setores, e também no de Confecções e Moveleiro, resultado da criação de uma rede de programas e da introdução de ações de *design* nos mesmos. Conclui-se que o setor produtivo brasileiro está experimentando um amadurecimento em relação ao diferencial competitivo e à agregação de valor alcançados com o investimento em *design* e inovação. Isso se traduz em aumento de divisas para o País, e no aumento de oportunidades de ocupação e renda para a sociedade.

Outras realizações do programa: (1) a criação do Programa Via Design, para disseminar a cultura de *design* junto às micro e pequenas empresas por meio da capilaridade do Sebrae; (2) novos Núcleos de Design - NAD na estrutura do Senai; (3) desenvolvimento de 41 novos projetos pelo Centro de Design do Paraná; (4) a criação do Centro São Paulo Design; (5) o projeto de levantamento antropométrico (dimensões do corpo) do povo brasileiro, para subsidiar desenvolvimento de novos projetos; (6) a inclusão do *design* como uma Tecnologia Industrial Básica - TIB em 2002; (7) a execução dos projetos Oficinas de Design (parceria MDIC/Senai/Sebrae em quinze pólos produtivos, atendendo a dez empresas por pólo), e Universidade-Empresa (promoção do Programa Gaúcho de Design/FIERGs, com o apoio do CNPq); (8) promoção de cinquenta *workshops* sobre tendências de *design*, sendo quatorze para o pólo calçadista, dez para o moveleiro e 26 para o têxtil e de confecções, realizados entre março e outubro de 2002; (9) produção e lançamento de caderno e CD-ROM de tendências em *design* para os mesmos setores acima, entre maio e novembro de 2002; (10) produção do livro Design & Moda, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP - IPI e com o Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções; e (11) a conclusão do planejamento estratégico para o programa, realizado com a participação de 37 instituições dos setores público e privado, representantes de ensino e pesquisa, e outros ligados ao *design*, nos dias 2 e 3 de outubro de 2002.

Concepção

O Programa **Design Brasil** surgiu como resposta à demanda identificada junto à indústria por um produto nacional mais competitivo, que traduzisse os investimentos em qualidade claramente feitos pela indústria nacional e não reconhecidos pelo mercado interno e externo. O *design* apresenta-se como ferramenta fundamental para a diferenciação do produto, agregando-lhe valor, qualidade e reduzindo o seu custo produtivo. No entanto, a inserção do *design* passa, invariavelmente, pela aculturação da sociedade brasileira, tanto do lado da produção quanto do consumo.

Gerente:

Fernanda Bocorny Messias

O Brasil apresenta um hiato em termos de capacitação profissional na área, bem como uma infra-estrutura pouco desenvolvida para realização de serviços de qualidade em áreas do *design* como a ergonomia, prototipagem rápida, modelagem tridimensional, dentre outras. Só para ilustrar as diferenças regionais, 90% dos cursos de formação localizam-se na região Sudeste que, junto com o Sul, refletem os maiores avanços no *design* brasileiro.

As ações e os recursos investidos pelo Programa focam a conscientização, mobilização, realização de estudos e pesquisas, capacitação técnica e gerencial dos recursos humanos, divulgação/intercâmbio de informações, promoção da produção inovadora, modernização tecnológica, disponibilização de infra-estrutura e outras atividades descentralizadas nas diversas regiões do País, respeitando suas diferenças.

O Programa deve passar por uma revisão de suas ações, de forma a refletir o plano estratégico desenvolvido, em outubro de 2002, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em conjunto com os atores envolvidos com o *design* brasileiro. Esta revisão deve dispensar atenção especial ao segmento das micro, pequenas e médias empresas e os núcleos artesanais.

A quantidade de marcas e patentes registradas a partir de ações do Programa poderia constituir um novo indicador para o programa.

Quanto à estratégia de implementação, as providências mais prementes são: (1) a identificação dos responsáveis pelas ações do Programa (após o devido alinhamento destas ao plano estratégico recém desenvolvido), incluindo as executadas em outros ministérios; (2) a definição do plano de implementação das ações; e (3) um plano de comunicação, expresso num cronograma (mensal) de encontros, para realinhamento dos trabalhos. Os encontros seriam espaços apropriados para as comunicações de mudança nas equipes de execução, além de ajudarem a preservar a "memória" do Programa, bastante valorizada pela equipe gerencial.

O Programa carece de recursos humanos para as tarefas de arquivologia, de articulação com os atores envolvidos com o *design*, e de captação do *feedback* do público-alvo. Os dois últimos poderiam vir da assessoria de imprensa do próprio MDIC.

As parcerias são o canal de conquistas exitosas pelo Programa, apesar de serem prejudicadas pelo contingenciamento e pela morosidade do esquema de aprovação de contratos e convênios (para atender aos projetos). Durante a execução, o acompanhamento gerencial dos projetos é feito por meio de relatórios, mas poderia ser mais eficiente se estivesse disponível um *software* de apoio. Seria um sistema de informações gerenciais do Programa, inclusive previsto pela própria metodologia usada no PPA.

Para as ações descentralizadas, repetem-se os problemas relativos à comunicação (mudança de responsáveis locais não informada à equipe gerencial), aos recursos (processo de repasse burocrático) e ao gerenciamento (ferramentas ineficientes).

A supervisão, articulação e coordenação multisetorial estão baseadas muito mais em boa vontade que num compromisso formal de execução das ações delegadas. Maior efetividade seria garantida com a execução do plano de ação mencionado acima.

Implementação

As parcerias e os convênios firmados são os instrumentos que garantem a viabilidade do Programa. Um exemplo claro foi o convênio assinado em 2001 com o Senai e o Sebrae nacional que garantiu o desenvolvimento das oficinas de *design*, realização de *workshops* e publicação de caderno e CD-ROM de tendências em 2002. Além deste, foram desenvolvidos workshops para os setores de confecções com a Associação Brasileira de Instituições de Pesquisa, Inovação e Tecnologia - Abipit. O comprometimento destes parceiros representa também a participação das organizações da sociedade e de diversos setores produtivos no Programa. O Sebrae, por exemplo, lançou um edital para a criação de um Centro e dois Núcleos de Design em cada estado da Federação, com uma destinação de R\$ 19 milhões. A Abipit, por sua vez, realizou uma série de *workshops* levando a cultura da gestão do *design* a importantes pólos produtivos pelo país. Outras entidades participativas são a Associação Brasileira de Embalagens - ABRE e Associação Brasileira do Móvel - Abimóvel.

Por outro lado, algumas ações do Programa precisaram ser canceladas ou descontinuadas em função do contingenciamento de recursos, que impediu a equipe gerencial de assumir compromisso de cumprimento de metas físicas ou financeiras com determinados parceiros. Exemplos são a frustração da abertura de novas turmas de oficinas de *design* demandadas pelos pólos produtivos e a indisponibilidade de publicações sobre *design* (edição esgotada).

A centralização e a falta de processos adequados referentes à ordenação de despesas também dificultam a gestão mais eficiente do programa. Sem autonomia sobre seus recursos, o gerente ainda tem grande dificuldade de inserir as prioridades do Programa na agenda do ministério. Processos de comunicação e decisão mais sistematizados (de preferência automatizados), inclusive envolvendo unidades extra-Ministério, são necessários para uma maximização dos resultados do Programa.

Ainda assim, percebe-se uma evolução do assunto *design* nas diversas instâncias de governo, com destaque para o Ministério da Ciência e Tecnologia. O MCT teve o entendimento que *design* fazia parte das Tecnologias Industriais Básicas - TIB, e destinou R\$ 3 milhões às instituições sem fins lucrativos que já prestassem serviço em *design*, que atendessem a pequena e micro empresa e que aumentassem em pelo menos 50% a quantidade de serviços prestados. Ainda na esfera de governo, o **Design Brasil** vem trabalhando em consonância com os Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas, atendendo demandas identificadas pelos segmentos. Uma outra parceria importante, ainda a ser firmada, seria com o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI de forma a aumentar em pelo menos 100% o número de patentes e de marcas concedidas em 2001 - mais uma medida de promoção da indústria local e de potencialização da geração de emprego e renda, que provocaria o aumento da entrada de divisas, seja pela exportação ou pelo pagamento de *royalties*.

Percebe-se também que o papel de liderança exercido pelo Programa em nível nacional é fundamental para a convergência nas diretrizes, ações e projetos identificados pelos representantes das principais entidades envolvidas com *design* no País.

Não foram identificados esforços de capacitação da equipe gerencial e a satisfação do usuário ainda é mensurada por instrumentos passivos, quais sejam o *site* do Programa e *feedback* dos parceiros.

Finalmente, as principais dificuldades encontradas para o alcance das metas do Programa foram: (1) a descontinuidade na coordenação do Programa; (2) a descontinuidade da interlocução com alguns estados, que deveria ocorrer por meio de seus programas; (3) restrições financeiras (recursos para viagens), humanas (baixa especialização, quantidade insuficiente de pessoal na equipe gerencial e nas equipes locais) e materiais; (3) demora na concessão de marcas e patentes nacionais para os produtos brasileiros inovadores; (4) carência de especialistas nas demandas dos setores emergentes da economia; (5) ordenação de despesas não efetuada pelo gerente do Programa; e (6) trâmite burocrático moroso na aprovação dos projetos da área.

Financiamento às Exportações

Resultados

No ano de 2002, as exportações somaram US\$60.4 bilhões, ao passo que as importações foram de US\$47.2 bilhões. Disso resultou um superávit recorde da balança comercial de US\$13.1 bilhões. Apesar do aumento de 3,8% nas exportações (comparando o acumulado janeiro-dezembro/2002 com o mesmo período de 2001), a participação das exportações brasileiras no comércio mundial teve um crescimento modesto, frente a um menor crescimento da economia mundial. O índice encontra-se por volta de 1,0%, o que significa que a meta do PPA, de 1,2%, provavelmente não será alcançada. Contudo, tendo a maior parte do saldo comercial de 2002 ocorrido no segundo semestre do ano, puxado pelo aumento nas exportações, apresentam-se perspectivas otimistas para a elevação da atual relação de exportações no comércio internacional.

Em que pese o não atingimento da meta estabelecida pelo PPA, algumas considerações acerca do desempenho exportador brasileiro devem ser feitas:

- em 2002, as vendas brasileiras aumentaram para a maioria dos mercados, com destaque para os EUA, apesar do desaquecimento da demanda americana. Comparando os períodos janeiro-novembro de 2001 e 2002, houve forte crescimento das vendas para Ásia (+25,0%), com destaque para países com menor participação na pauta brasileira, tais como Cingapura (+116,4%) e Índia (+115,9%). Houve, portanto, diversificação nos países de destino da pauta.
- A forte contração da economia argentina, persistente em 2002, gerou uma redução de 58% nas exportações de manufaturados (janeiro-novembro). Este dado assume maior relevância quando consideramos que o país representa 85% das vendas de manufaturados brasileiros;
- a forte desvalorização do dólar verificada em 2002 beneficiou os setores exportadores tradicionais. As exportações básicas foram as que mais cresceram, apresentando uma variação de 9,5% (janeiro-novembro-2002/2001) - apesar de já terem partido de uma base alta em 2001 e da retração dos preços internacionais (-5,0%, considerando a totalidade dos básicos em igual período); e
- os elevados patamares do câmbio e, sobretudo, sua alta volatilidade levaram a uma situação de escassez de linhas de financiamento privado à exportação prejudicando diversos setores (e prejudicando duplamente aqueles importadores de insumos importados). A questão da falta de crédito à exportação foi parcialmente resolvida pela criação de uma linha emergencial de crédito do curto prazo (pré-embarque) junto ao BNDES.

As principais realizações do programa entre 2000 e 2002 foram:

- financiamento de longo prazo às exportações pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: montam US\$9.6 bilhões, de 2000 a 2002. O valor total dos desembolsos em 2002 atingiu o recorde de US\$3.9 bilhões, o que representou 113,5% da meta estabelecida e 51,7% de crescimento em relação ao ano anterior. O crescimento dos desembolsos foi, em grande parte, explicado por dois fatores: crescimento das operações de pós-embarque e criação de uma linha emergencial de pré-embarque de curto prazo no valor de R\$ 2 bilhões para amenizar a escassez de financiamento pelo mercado privado verificada em

Gerente:

Renato José Silveira Lins Sucupira

2002. O Pré-embarque de Curto Prazo foi criado com um prazo menor do que a linha tradicional do BNDES (até 6 meses contra os 18 normalmente aplicados) e maior agilidade (recursos liberados em até 5 dias úteis após o protocolo). Do total da linha, foram desembolsados US\$634 milhões para 259 empresas. O ritmo crescente de apoio às exportações pode ser comprovado também pela elevação em 38% do percentual das liberações em relação a 2001. Além disso, as liberações foram bastante pulverizadas: 61% apresentam valor abaixo de US\$1 milhão. Os desembolsos para pequenas e médias empresas no mesmo período corresponderam a um recorde histórico, apresentando um crescimento de 129% em relação ao valor liberado de 2001. Dentre os esforços para o crescimento da participação das micro, pequenas e médias empresas encontra-se a criação de uma gerência específica no BNDES e a introdução de restrições no programa tradicional de Pré-embarque às Grandes Empresas a partir de março de 2001;

- financiamento e equalização de juros para promoção das exportações (ou Programa de Financiamento às Exportações - Proex): as duas linhas do Proex, Financiamento e Equalização, apoiaram exportações da ordem de US\$19,300.1, de 2000 a 2002. Somente neste ano foram US\$2,461.4 milhões de exportações efetivadas em 2002 contra US\$8,657.3 milhões em 2001, apresentando uma queda de 71%. Na modalidade Financiamento (exclusivamente para créditos pós-embarque), foram apoiadas exportações num total de US\$437,7 milhões em 2002, beneficiando 308 empresas. Embora tenha ocorrido redução de US\$22,5 milhões nos desembolsos, foram apoiadas quatorze empresas a mais que em 2001. As micro, pequenas e médias empresas - MPMEs representam 68% da carteira, mas considerando o valor das operações, os desembolsos ficaram concentrados em grandes e médias empresas, geralmente no setor de serviços. Em dezembro de 2002, foi aprovada pelo Comitê de Crédito à Exportação - CCEX uma reorientação do Proex-Financiamento para o atendimento exclusivo de MPMEs a partir de 2003. Na modalidade Equalização, as exportações apoiadas totalizaram US\$2.023,7 milhões, em 2002, montante bem inferior aos US\$8.193,1 milhões de 2001. Dois pontos merecem destaque: (1) parte do volume de recursos destinado à ação ficou retida em 2002, devido a discordâncias metodológicas em relação ao cálculo da parcela de Equalização entre diferentes órgãos do governo; (2) diferentemente da modalidade Financiamento, cada dólar gasto com Equalização é capaz de gerar mais de 17 dólares em exportações. Desta forma, em 2002 os US\$115 milhões de dólares destinados à Equalização resultaram em US\$2,023.7 milhões em exportações do Brasil apoiadas. Para ambas as modalidades cabe uma ressalva: como o orçamento do Proex é fixado em reais (R\$), a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano (US\$), desde 1999, vem prejudicando a ação, dada a redução de recursos em dólar para o apoio às exportações; e
- financiamento a pequenas e médias empresas para exportação (ou Programa de Geração de Negócios Internacionais - PGNI): O PGNI atendeu um total de 5.342 empresas entre 2000 e 2002. Tendo como condutor o Banco do Brasil, foram fechados negócios da ordem de US\$.742 milhões somente em 2002, acompanhando uma trajetória crescente desde 2000. Foram registradas 23.397 operações, das quais 85,3% com pequenas e médias empresas. O programa possui atualmente 95 gerentes de negócios e já identificou 10.000 empresas a beneficiar em todo o País. Em 2002, o PGNI atendeu a 1.955 que, apesar 2% abaixo da meta estabelecida para o exercício (2.002 empresas). Por meio do programa, 519 empresas tiveram acesso a crédito internacional pela primeira vez sob a forma de Adiantamentos de Contratos de Câmbio - ACC e Adiantamentos sobre Cambiais Entregues - ACE.

Para 2003, espera-se um crescimento das exportações brasileiras superior ao verificado em 2002 (a estimativa do governo é um incremento de 10%), em se mantendo o câmbio num patamar adequado. A Guerra no Iraque se constitui na maior ameaça à expectativa de recuperação mundial, pois, além de implicar uma elevação do preço de petróleo e derivados (com impactos diretos sobre o valor das importações e inflação), pode resultar em retração nos EUA e em outros parceiros comerciais do Brasil.

Espera-se também uma maior prioridade ao atendimento de micro, pequenas e médias empresas por parte das linhas públicas de financiamento à exportação.

O alcance da meta de 1,2% de participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais - ou a meta de US\$ 100 bilhões em exportações - está relacionada a uma série de fatores fora do alcance do governo brasileiro, tais como: o crescimento da economia mundial, crises em mercados parceiros do Brasil (como a Argentina) e oscilações nos preços internacionais. No que tange às ações em que o governo brasileiro pode interferir, o financiamento às exportações é apenas uma delas. Há questões relacionadas à infra-estrutura/logística, câmbio, tributos, promoção comercial, certificação, entre outras.

Concepção

No que diz respeito ao financiamento à exportação, podemos dizer que as principais dificuldades encontradas na economia brasileira são: (1) falhas no mercado brasileiro privado de financiamento às exportações, principalmente de médio e longo prazos e para micro, pequenas e médias empresas; (2) a dificuldade de acesso das MPMEs ao financiamento às exportações; (3) elevadas taxas de juros domésticas comparativamente às taxas internacionais; e (4) a ausência de mecanismos de seguro privado para crédito à exportação, além dos fatores exógenos, alheios à interferência governamental.

Objetivando suprir as dificuldades acima, as ações do Programa constituem-se basicamente: (1) nas linhas de crédito de médio e longo prazo do BNDES, (2) na aplicação de recursos do Proex para financiamento e equalização de juros; (3) nos atendimentos a empresas exportadoras pelo PGNI (principalmente às MPMEs); e (4) na cobertura do Seguro de Crédito à Exportação- SCE, pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE.

As características do Programa estão adequadas aos objetivos traçados no PPA, fazendo-se novamente a ressalva da existência de fatores exógenos relacionados principalmente à conjuntura econômica internacional.

A articulação com outras unidades do Ministério precisa ser intensificada, tornando-se contínua ao longo do ano. Também é necessário que a comunicação entre os diversos órgãos envolvidos no Programa seja melhorada, com vistas a uma maior integração e combinação de esforços para o alcance das metas.

A estratégia de atuação descentralizada e multissetorial, envolvendo diferentes executores, mostrou-se adequada e colaborou para o êxito do Programa. O destaque fica por conta do Banco do Brasil, que viabilizou o PGNI por meio de sua capilaridade (grande número de agências) no território nacional.

Quanto à supervisão e coordenação, a ação de Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações - Proex e Seguro de Crédito estão bem suportada pelas reuniões mensais envolvendo, respectivamente, o Comitê de Crédito às Exportações - CCEX e o Conselho do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE. Porém, a ação do PGNI carece de um mecanismo de mesma natureza.

Implementação

A forte desvalorização cambial verificada em 2002 reduziu os recursos em dólares, tendo sido adotada a suplementação orçamentária como solução para o Proex-Financiamento. No âmbito do Proex-Equalização existiram problemas relativos à liberação dos recursos em função da existência de divergências entre diferentes órgãos do governo no cálculo do valor equalizado. A solução não foi encontrada a tempo de utilizar os recursos de 2002 e, desta forma, o orçamento de 2003 deverá ser afetado, pois carregará operações concretizadas em 2002.

Em relação ao Seguro de Crédito à Exportação- SCE, cujos valores do orçamento têm como objetivo o pagamento de sinistros, devido à sua baixa utilização em 2001 e, sobretudo, ao elevado volume de sinistros provenientes da Argentina, verificou-se que os recursos destinados à ação se mostraram insuficientes em 2002. Igualmente foi necessária uma suplementação. Embora existissem recursos em caixa do FGE provenientes da arrecadação de prêmios e recuperações, estes não puderam ser usados. Faz-se necessária, para 2003, uma revisão das metas no intuito de aumentar o volume de recursos destinados ao pagamento de sinistros.

Observou-se que tanto o Proex quanto o SCE sofrem com a frustração de algumas operações que comprometem o orçamento e não se concretizam.

As parcerias firmadas mostraram-se eficientes, cabendo o fornecimento de informações de forma mais tempestiva, bem como a implementação de um mecanismo eficiente de supervisão e coordenação. O principal parceiro do Programa é o Banco do Brasil e a grande vantagem desta parceria é a capilaridade no território nacional e a estrutura adequada à execução descentralizada do PGNI. A ação executada pelo BB alcançou 97% de sua meta. Poder-se-ia estudar a possibilidade de parcerias com órgãos relacionados à inovação tecnológica, voltadas à exportação, senão neste, num outro programa inserido no contexto do mesmo macroobjetivo.

Há uma percepção de que as ações do governo no âmbito do apoio às exportações são reconhecidas e bem conceituadas pelos seus beneficiários (exportadores brasileiros). Entretanto, não existe um meio formal de pesquisa entre eles.

A quantidade e o nível de qualificação dos recursos humanos disponíveis para o Programa foram considerados satisfatórios. Da mesma forma, foram avaliados os recursos materiais e de infra-estrutura.

Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços

O Programa **Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços**, sendo de políticas públicas, não tem indicadores. Entretanto, pode-se afirmar que vem atingindo seus objetivos em função do resultado das suas ações.

Resultados

O Programa se complementa com o Programa Brasil Classe Mundial, que trabalha diretamente com as cadeias produtivas, seus gargalos e desafios, com o Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas e com o Programa Brasileiro de Design.

O trabalho de coordenação, orientação e normatização dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins encontra-se em pleno desenvolvimento em todo o território nacional. A organização do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE em implantação no País, com a cooperação das Juntas Comerciais, também vem apresentando resultados satisfatórios e dentro das expectativas esperadas. A base desta cooperação é a informatização das Juntas. Quanto maior o avanço desta ação, maiores são as facilidades para a disponibilização de dados para as empresas e suas atividades.

Os estudos na área de comércio e serviços, planejados para 2002, têm possibilidade de ocorrer somente em 2003. Os setores produtivos foram selecionados e o diagnóstico a ser produzido é fundamental para o seu desenvolvimento.

Os 28 estudos na área de tecnologia industrial, realizados entre 2001 e 2002, também evidenciam a importância do Programa enquanto instrumento do governo.

O Programa **Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços**

Concepção

foi criado com o objetivo de apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas nas áreas da indústria, comércio e serviços. Tem como justificativa a necessidade de formatação de instrumentos de políticas industriais, de comércio e serviços, bem como a identificação de oportunidades de investimentos. Para suprir esta carência, o Programa realiza estudos e pesquisas na área de comércio e serviços e de tecnologia industrial, os quais representam o núcleo da estratégia de implementação do Programa. O Programa é também responsável pelo desenvolvimento do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE e por meio dele são efetuadas contribuições à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

O Programa é diretamente impactado pelas ações e definições das políticas fiscal, tributária, agrícola, de investimento na produção, de promoção às exportações, de educação e capacitação de desoneração da produção, como também dos fundos setoriais de desenvolvimento regional e das cadeias e/ou arranjos produtivos.

Contribui para a obtenção dos resultados a complementaridade de ações com o Programa Brasil Classe Mundial, com resultados perceptíveis nos fóruns de competitividade.

Gerente:

Reginaldo Braga Arcuri

A matriz de fontes de financiamento está adequada ao objetivo do Programa, desde que garantidos os recursos orçamentários e financeiros solicitados.

Implementação

As principais dificuldades encontradas pela equipe gerencial do Programa no período 2000-2002 foram de natureza financeira/orçamentária (cortes e contingenciamento de recursos). As alternativas encontradas foram a priorização de ações, o alongamento dos prazos de execução e a associação das ações previstas com as do Programa Brasil Classe Mundial. Neste esforço de maximização de resultados, teria sido valioso o estabelecimento de parcerias com o setor produtivo, que pode ainda ocorrer nos próximos anos.

A equipe envolvida no Programa não demandou um plano de capacitação, não tendo sido desenvolvidas ações neste sentido. Também não houve esforço de capacitação para implementação de ações nos níveis estadual e municipal.

Os principais parceiros do Programa são a Secretaria de Tecnologia Industrial - STI e o Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC, ambos do MDIC, e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. As parcerias são consideradas adequadas e os maiores ganhos dizem respeito ao compartilhamento de responsabilidade na execução das ações e ao ganho de visibilidade nos resultados obtidos. Estudam-se, no momento, parcerias com outros órgãos de governo, como o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, entre outros.

Observa-se também uma estreita relação com os programas Brasil Classe Mundial e Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, que maximiza a resultante das ações do MDIC.

Investimentos em Petróleo e Gás

O indicador Taxa de Fornecimento de Bens e Serviços Nacionais para a Indústria de Petróleo baseia-se em uma fórmula cujas fontes não têm divulgação, como o cumprimento pelas concessionárias de petróleo e gás das cláusulas de nacionalização, ou cujas informações podem ser tratadas como estratégicas pela indústria nacional e, portanto, não terem a confiabilidade adequada para a avaliação do Programa.

Portanto, da mesma forma que no relatório referente a 2001, não foi possível utilizar o indicador, devido à forma com que ele foi formulado.

Apesar de ter sido consolidado o mecanismo de leilão para concessão de exploração de campos de petróleo e gás (já em sua quarta rodada), não é possível atribuí-lo como resultado específico do Programa. As ações que compõem o Programa **Investimentos em Petróleo e Gás** fazem parte de outros programas sob a responsabilidade da Agência Nacional de Petróleo - ANP e do BNDES. Por este motivo, considera-se que o Programa não resulta em impacto para seu público-alvo, recomendando-se sua exclusão do PPA.

Resultados

A quebra do monopólio de petróleo e a abertura da exploração e desenvolvimento da produção às empresas estrangeiras resultaram na criação de uma concorrência à qual as empresas nacionais não estavam habituadas. Nesse processo de abertura, deveriam ter sido criadas condições de competitividade à indústria brasileira, as quais pudessem promover o seu desenvolvimento dentro das regras da OMC.

Tratava-se de cuidar que a competitividade da indústria brasileira fosse suficiente para enfrentar as novas empresas estrangeiras. No contexto do fornecimento de bens e serviços para petróleo e gás, o objetivo era aumentar a participação da indústria nacional.

O Programa foi concebido sobre o poder de compra do governo por meio de leilões e sobre a capacidade de financiamento do BNDES. Em outras palavras, pensado com um lado de regulamentação de índices de nacionalização pela ANP por meio dos leilões e com outro lado da oferta de recursos para financiamento da produção pelo BNDES.

Esqueceu-se, todavia, de outros fatores de competitividade, como o poder de compra da Petrobrás, uma empresa pública, e a manutenção do equilíbrio fiscal entre empresas brasileiras e estrangeiras por parte das regras da Secretaria da Receita Federal, esquecimento que acabou por causar transtornos ao Programa.

A regulamentação fiscal e de aduanas, por exemplo o Regime Especial Aduaneiro - Repetro para o Setor Petrolífero, teve um impacto imenso sobre a competitividade "fiscal" das empresas brasileiras em relação às estrangeiras, favorecidas por regimes de importação temporária e isenção de imposto de importação.

Não foi possível à ANP regulamentar índices mínimos de nacionalização em virtude da necessidade de oferecer atratividade comercial nos leilões. Porém, foi criado um critério marginal de seleção das propostas, baseado na promessa de cumprimento daqueles índices pelos concessionários. As duas ações sob a responsabilidade da ANP tornaram-se, portanto, inadequadas, o que já havia sido detectado no relatório de 2001.

Concepção

Gerente:

Sergio Ferreira de Figueiredo

Com respeito ao BNDES, nenhum esforço adicional resultou da ação correspondente, na medida em que não foram criadas novas linhas de financiamento específicas, mas apenas um arranjo gerencial sobre as linhas pré-existentes.

As ações do Programa não foram suficientes nem adequadas para o alcance do seu objetivo, já que este depende de um equilíbrio fiscal entre empresas estrangeiras e brasileiras, item considerado pelo público-alvo como o mais importante. Portanto, caberia que as políticas fiscais e de aduanas fossem consideradas como um dos fundamentos de incentivo ao desenvolvimento da indústria brasileira de petróleo e gás, e passassem a fazer parte do Programa.

O indicador global e as metas das ações sob a responsabilidade da ANP não foram adequadamente pensados, resultando no fato de que não podem ser aferidos. As ações da Agência precisariam ser modificadas, concentrando em uma que contemplasse o acompanhamento e o relato da implementação das cláusulas de nacionalização pelos concessionários.

Quanto à participação do público-alvo - os agentes da indústria de petróleo - seria importante incluir a Organização Nacional da Indústria do Petróleo - ONIP e o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP na gestão das informações sobre o Programa.

Implementação

O Programa não apresenta execução própria por conta de que as ações nele incluídas já fazem parte de outros programas.

Há apenas uma ação orçamentária, desempenhada pelo BNDES.

Não houve esforço de capacitação da equipe gerencial nem efetivação de parcerias.

Para a avaliação de satisfação, caberia o envolvimento dos representantes da indústria de petróleo e gás, como a ONIP (cuja missão é praticamente idêntica ao objetivo deste Programa) e o IBP.

Metrologia e Qualidade Industrial

Resultados

Os indicadores do Programa **Metrologia e Qualidade Industrial**, vinculados à imagem do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro junto à sociedade, medem a amplitude da atuação da instituição, segundo a percepção de consumidores individuais ou de segmentos específicos. Para maior precisão na avaliação, os índices são obtidos junto àqueles consumidores individuais que declararam conhecer o Inmetro e citaram de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição.

Principais resultados no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002:

- credibilidade do Inmetro junto à população: índice de 90% em 2002. O índice é superior ao de 2001 (86%) e à meta para 2003 (75%); e
- reconhecimento do Inmetro: índice de 40%, ainda quinze pontos percentuais abaixo da meta de 55% para 2003, repetindo o resultado de 2001.

O Programa realiza anualmente pesquisas sistemáticas junto ao público. O resultado é normalmente divulgado no encerramento do exercício, em dezembro.

As principais realizações de 2002 foram:

- mais de nove milhões de verificações de instrumentos/produtos - ação Controle Metrológico ;
- atendimento a aproximadamente 160 mil consultas técnicas;
- fiscalização de aproximadamente trinta milhões de produtos regulamentados;
- ampliação e melhoria do sistema de controle metrológico implantado no Estado de Roraima;
- coordenação, em abril de 2002, do Encontro Internacional Inmetro de Metrologia e Qualidade, o maior seminário sobre o tema já realizado no País, reunindo mais de setenta especialistas (representando 22 países) e três mil profissionais da área. Foram 50 palestras e 40 painéis, cursos, *workshops* e mesas-redondas, debatendo temas sobre metrologia científica e legal, avaliação de conformidade, exportação e barreiras técnicas; e
- elaboração do Programa de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas - PIF, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. O PIF, além de minimizar os impactos ambientais causados por agroquímicos e conferir maior proteção à saúde do consumidor propicia às frutas brasileiros maior acesso a mercados externos e superação de barreiras técnicas. Já reconhecido pela Comunidade Européia, será certamente um fator alavancador das exportações do segmento.

Embora não sejam conquistas diretas do Programa Metrologia e Qualidade Industrial, vale ressaltar duas importantes conquistas do Inmetro no período 2000-2002, que refletem a preocupação da instituição com a excelência da gestão voltada a resultados:

- Prêmio Qualidade do Governo Federal - PQGF (Categoria Ouro), em 2000. O PQGF reconhece melhorias gerenciais na direção da inovação, da redução de custos, da qualidade dos serviços e da satisfação do cidadão, por parte da organização avaliada; e

Gerente:

Armando Mariante Carvalho

- Prêmio Hélio Beltrão de Inovação na Gestão Pública Federal em 2002, com o Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária - Siplan. O sistema permite o acompanhamento gerencial do planejamento e da execução orçamentária descentralizando a organização e trazendo a consciência de custos para o planejamento estratégico.

Alguns dos resultados esperados para 2003 são:

- implementação da verificação periódica de instrumentos utilizados na área de serviços públicos (água, gás e eletricidade);
- edição da regulamentação técnica metrológica nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente;
- consolidação do Portal do Consumidor como instrumento de referência em defesa do consumidor;
- continuidade do aperfeiçoamento do Programa de Certificação de Extintores de Incêndio; e
- conclusão da automatização das atividades de fiscalização, utilizando sistema *Palm* nos órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal - RNML.

Observa-se que a consecução dos resultados do Programa está fortemente vinculada à manutenção da proposta orçamentária, à aprovação de créditos adicionais (quando for o caso) e ao uso de outras fontes/recursos não financeiros diretamente arrecadados pelo Inmetro.

Concepção

O Programa **Metrologia e Qualidade Industrial** foi delineado num quadro socioeconômico que apresentava as seguintes características: (1) consumidores cada vez mais exigentes e conscientes de seus direitos, exercendo o papel de indutores do processo de melhoria da qualidade; (2) fortalecimento e diversificação de uma rede de instituições voltadas para sua educação e proteção do consumidor; (3) inserção do País em um mundo cada vez mais globalizado, onde o controle sobre produtos importados (no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança) deveria ser fortalecido; (4) acirramento da concorrência interna; (5) fortalecimento do Estado regulador; e (6) aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros, cuja exportação necessita ser apoiada.

O Programa apresenta-se como um importante fator para a reestruturação produtiva, pois representa uma referência para a qualidade do produto brasileiro, permitindo o balizamento do empresariado e possibilitando comparações internacionais numa economia aberta. Como é o único programa executado pelo Inmetro, acaba se identificando com o Instituto, que, no âmbito de sua missão institucional, objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços.

O Programa é compatível com as orientações estratégicas, contribuindo para a consecução do macroobjetivo de ampliação da capacidade de inovação com vistas a estimular a competição no mercado interno, bem como o crescimento do setor de exportação.

Uma vez que o Programa identifica-se com a entidade, e esta vem apresentando resultados positivos sucessivos, não há necessidade premente de modificação dos atributos do primeiro. Há, no entanto, oportunidade de incrementar a execução do Programa, via redução/eliminação dos contingenciamentos/limites para pagamentos mensais, que incidem mesmo sobre os recursos diretamente arrecadados.

A forma de articulação com as parcerias é um aspecto que precisa ser melhorado na estratégia de implementação do Programa. A sugestão é institucionalizar um meio de comunicação, do tipo *e-mail*, para troca de informações sobre o andamento (realização) físico e financeiro das ações entre gerentes e executores.

Um fator crítico de sucesso do Programa do Inmetro é a execução descentralizada das ações, tanto em transferências a estados e municípios, como na forma de provisionamento direto no sistema Siafi. Um exemplo é o controle metrológico, realizado com órgãos delegados Institutos de Pesos e Medidas -IPEM e conveniados, que compõem a Rede Nacional de Metrologia Legal - RNML.

.....
A execução financeira no período de 2000 a 2001 foi muito boa, registrando-se uma execução financeira da ordem de 94% em 2001. Em contrapartida, em 2002, a execução orçamentária obedeceu aos limites de cota mensal, impedindo a realização plena dos resultados a que o Programa se propôs. A política de contingenciamento orçamentário/financeira dificultou a execução do Programa, que não teve fluxo contínuo para cumprir as obrigações referentes a contratos e convênios.

Implementação

O Inmetro tem parceria com órgãos conveniados que executam as atividades de controle metrológico e fiscalização de produtos certificados, de forma descentralizada. Nestas atividades, o desembolso ocorre antes da receita. Num contexto de restrições orçamentárias e de aprovação e limites curtos de pagamentos mensais, as atividades podem ser restringidas, gerando uma demanda nacional de fiscalização não atendida. Este é o aspecto mais crítico da atividade do Programa. Observou-se em 2002 uma frustração de receitas próprias da ordem de 12% do valor estimado de R\$ 150 milhões para o ano.

Para 2003, o Inmetro apresentou uma proposta de programação física e financeira especialmente voltada ao atendimento das demandas da sociedade brasileira.

O bom desempenho das atividades técnicas no âmbito do Programa explica-se, em grande medida, pela promoção constante da capacitação, reciclagem e aprimoramento dos funcionários, sendo grande o esforço do Instituto neste sentido. Contudo, existe dificuldade na retenção do corpo técnico, em função de diferenças significativas de salário em relação à iniciativa privada.

Os recursos materiais e de infra-estrutura também são críticos para o sucesso das ações do programa. O Inmetro, por sua natureza, precisa investir constantemente em equipamentos tecnologicamente atualizados, de forma a manter-se em igualdade com as instituições congêneres do primeiro mundo. Com isso, a instituição obtém reconhecimento internacional, fundamental ao incremento do comércio exterior. Observa-se carência de recursos também nesta matéria.

A participação da sociedade é ampla e se dá através de comitês como o Comitê Nacional de Normalização - CNN, o Comitê Brasileiro de Avaliação de Conformidade - CBAC, e o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro, dentre outros (o Conmetro, embora seja um colegiado interministerial, tem como integrantes os presidentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, da Confederação Nacional da Indústria - CNI e do Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC). Nesses comitês são inclusive negociadas e definidas as prioridades de atuação do Inmetro.

A satisfação do público-alvo do Programa - a sociedade brasileira - é avaliada por meio de pesquisa direta realizada, no mínimo, uma vez por ano pelo Inmetro.

Pólo Industrial de Manaus

Resultados

O faturamento do Pólo Industrial de Manaus - PIM contribui para que o PIB do estado do Amazonas apresente patamares superiores aos de alguns países da ONU, tendo como setores mais significativos os segmentos eletroeletrônicos e duas rodas, juntos representando 72% do faturamento total. Apresentou os seguintes resultados no período 2000-2002:

- aumento da taxa de evolução das exportações de 7,4% em 2000 para 11,82% em dezembro de 2002. Entre 2001 e 2002, observou-se um salto de US\$213 milhões (incremento de 25,06%) no volume de exportações. Há baixa probabilidade de alcance do índice, devido ao tratamento de terceiro país dado aos produtos da Zona Franca de Manaus. Contudo, é importante dizer da qualidade dos produtos do PIM, reconhecida por exigentes mercados consumidores como Estados Unidos, Alemanha e México;
- aumento da taxa de adensamento da cadeia produtiva de 22,7% em 2000 para 27,6% em 2002. Considera-se que o indicador terá o índice ultrapassado, dado um possível redimensionamento de 35% para 25% (final de 2003), solicitado para 2002. Tem-se por consequência direta a substituição competitiva de insumos importados por insumos locais;
- em 2002, o Conselho de Administração da Suframa - CAS, por intermédio da ação Aprovação de Projetos Industriais para Fruição de Incentivos Fiscais, aprovou 79 projetos de implantação (58% acima da meta) e 112 projetos de ampliação/diversificação/atualização (projetos referentes a plantas já instaladas, portanto, manutenção do nível de postos de trabalho existentes). Os projetos de implantação estimam, para o terceiro ano de operação, investimentos totais da ordem de US\$386.9 milhões e geração de 5.675 empregos diretos. Desde 2000, foram 653 projetos aprovados com incentivos fiscais, sendo 211 de implantação e 442 de ampliação/diversificação/atualização, com investimento total de US\$8.56 bilhões; e
- em setembro de 2002, foi realizada a 1ª Feira Internacional da Amazônia, que contou com 170 expositores e mais de 130 mil visitantes. Nas rodadas de negócios, participaram 152 empresas do Brasil e do exterior, gerando negócios na ordem de R\$ 5 milhões, 11% superior ao estimado. A partir da realização da feira, estimam-se incrementos em exportações, implantação de empresas, aproximação entre empreendedores da região e empresas estrangeiras para geração de negócios, e formação de parcerias na área científico-acadêmica.

O PIM acompanha 441 empresas (123 com certificação NBR/ISO), 1.135 projetos e 2.307 produtos, os quais geram aproximadamente 59 mil empregos diretos e 250 mil indiretos.

O volume de exportação do PIM é promissor (25,05% maior em relação a 2001), e sempre acima (3,67%) da média nacional, superando a marca de US\$1 bilhão em 2002. Este é um resultado direto da parceria entre as empresas do Pólo e a Suframa.

Gerente:

Isper Abraham Lima

Conclusivamente, é possível afirmar que o conjunto de ações que formam o Programa, apesar da necessidade de contínuo aperfeiçoamento, está bem direcionado. Apesar do desemprego tecnológico e de toda a conjuntura econômica internacional, o nível de emprego no PIM obteve um incremento de 36,91% (59 mil empregos) em 2002, se comparado a 1999 (43.095), antes da vigência do atual PPA.

Concepção

O modelo Zona Franca de Manaus - ZFM passou por diversas crises, sendo a mais marcante a mudança na Política Industrial e de Comércio Exterior ocorrida em 1991. Apresentava-se um quadro de desequilíbrio da Balança Comercial, onde a presença do PIM no mercado exterior era inexpressiva. Essa crise perdurou por quase toda a década de 90 e teve como conseqüências diretas a queda no faturamento, a evasão e a falência de empresas instaladas no Pólo, enfim, o sucateamento do parque fabril, com redução de postos de trabalho.

A Suframa, frente a esse desafio, iniciou, em 1997, o processo de elaboração do esboço do programa a partir de estratégias capazes de: (1) fomentar as exportações da Amazônia Ocidental para equilíbrio da Balança; (2) fortalecer a estrutura produtiva do Pólo de forma competitiva, por meio do adensamento da cadeia produtiva e atração de novos investimentos; (3) aumentar o número de postos de trabalho no PIM mediante aprovação de projetos industriais; e (4) induzir a capacidade de inovação tecnológica das empresas instaladas no PIM por meio do controle dos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento vinculados ao Decreto 1.885, de 26.04.96. Mais recentemente, uma nova demanda gerou a criação de ações para manutenção do Distrito Industrial de Manaus (condições modernas de infra-estrutura às indústrias já instaladas e a novos empreendedores) e para promoção comercial (missões precursoras nacionais e internacionais para divulgação da Amazônia e de seus produtos). Vale ressaltar que as ações de promoção constituem o aspecto mais relevante da estratégia de implantação do Programa, pois são efetivas na atração de investimentos por meio da divulgação das vantagens existentes no Pólo (incentivos fiscais e extra-fiscais, distrito industrial e agropecuário, mão-de-obra qualificada, acumulação de competências empresariais, logística de transporte).

A execução do Programa tem evidenciado a pertinência, porém insuficiência das ações do Programa. Há oportunidades de aperfeiçoamento: (1) na consolidação de uma estrutura exportadora - com o apoio à construção do Porto de Manaus e implantação de um armazém "alfandegado" no Porto de Everglade - Flórida/EUA; (2) no apoio ao capital intelectual; (3) na redução do custo amazônico; (4) na melhoria da logística; (5) na implementação do parque tecnológico do Pólo Industrial de Manaus; e (6) na implementação de um pólo de componentes, entre outros.

O Programa necessita de aperfeiçoamento não só visando o alcance das metas, mas também a sobrevivência e consolidação do próprio modelo ZFM. Neste sentido, o Plano Estratégico da Suframa (com término previsto para dezembro de 2002) proverá um redesenho da concepção do Programa.

Implementação

No início da implementação do Programa, os recursos orçamentários foram insuficientes para realizar as metas previstas para o período, requerendo a solicitação de créditos adicionais, fato recorrente em 2002, na ação "Edição e Distribuição de Publicações sobre Oportunidades de Investimentos no Pólo Industrial de Manaus".

O Programa **Pólo Industrial de Manaus**, entre 2000 e 2002, enfrentou restrições mercadológicas e administrativas em sua execução. A mercadológica é a principal causa do não atingimento da meta de exportação, uma vez que as desigualdades tarifárias frente ao México e em relação ao Mercosul e ao Pacto Andino tiram a competitividade dos produtos do Pólo. A restrição administrativa refere-se à contratação de recursos humanos para fazer frente às demandas do público-alvo. A Suframa aguarda autorização do governo para realização de concurso público.

Nota-se um número insuficiente de servidores e do respectivo nível de qualificação. A este respeito, não houve capacitação para a equipe gerencial, dificultando ainda mais uma maior participação e envolvimento da equipe na execução do modelo. A exceção ficou por conta da participação de um multiplicador no curso de Formação de Multiplicadores do Novo Modelo de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Todas as ações do PIM têm parcerias diretas com os diversos órgãos federais, estaduais, municipais, privados, ONGs etc., excetuando-se a de Concessão de Incentivos Fiscais para Projetos Industriais, executada diretamente pela autarquia. As parcerias são de extrema relevância para a execução do programa. Um bom exemplo é a ação Fomento às Exportações, em que o governo do estado é parceiro direto no esforço valioso de identificação de setores aptos para exportação.

A principal arena de participação, controle e acompanhamento da execução do Programa é o Conselho de Administração da Suframa - CAS, composto por: governadores dos estados e prefeitos das capitais do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia, classes produtoras, classes trabalhadoras, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, Ministério da Fazenda - MF, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério das Comunicações - MC, Ministério de Minas e Energia - MME, Ministério dos Transportes - MT, Ministério da Integração Nacional - MI e Banco da Amazônia S.A. - BASA.

O Programa não dispõe de um instrumento de mensuração da satisfação do usuário/beneficiário do Programa. Manifestações são registradas nas reuniões do CAS, das Câmaras Setoriais de Comércio, nas visitas institucionais do Superintendente da Suframa e equipe, ou por meio do *site* da instituição.

Propriedade Intelectual

O índice de 185.088 propriedades intelectuais protegidas já havia atingido 90% do esperado até outubro de 2002.

Resultados

Em termos qualitativos, percebe-se um aumento sensível da conscientização da sociedade brasileira sobre a importância socioeconômica do sistema de propriedade intelectual para o País, a julgar pela polêmica gerada acerca da quebra de patentes de medicamentos anti-Aids, pelas discussões sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid, que estabelece o sistema internacional de registro de marcas, e sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade brasileira, com a participação direta, inclusive, da comunidade indígena brasileira. Vem colaborando para isso a intensificação da interação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI com o setor empresarial, com instituições científicas e tecnológicas brasileiras, organismos e escritórios de propriedade intelectual por todo o mundo, além do próprio governo. Verificou-se um aumento significativo da quantidade e qualidade da participação da instituição em eventos, reuniões e fóruns de debate nacionais e internacionais, envolvendo estas diferentes partes interessadas.

Contudo, verifica-se que os resultados apresentados, satisfatórios se comparados com as metas programadas, ainda são insuficientes para fazer frente à demanda atual e à demanda potencial da sociedade pelos serviços de proteção da propriedade industrial no Brasil. As duas principais barreiras à implementação do Programa são o contingenciamento orçamentário e dificuldades estruturais. Sobre o contingenciamento, somente em 2002 foi da ordem de 45% dos valores aprovados. Sobre as dificuldades estruturais, estas referem-se à má remuneração e insuficiência de pessoal, precariedade da infra-estrutura física e organizacional e à falta de autonomia de gestão. Para exemplificar, 294 funcionários foram dispensados em 2002; as obras de reforma do edifício-sede no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI foram paralisadas, deixando oitenta servidores novos com dificuldades de acomodação; e foram interrompidos projetos e ações de promoção da cultura da propriedade intelectual no País.

Como consequência, sofre o público-alvo, com os constantes atrasos operacionais e com a ausência de condições adequadas de segurança e atendimento aos usuários por parte do INPI, que é a entidade executora de todas as ações do Programa. Conclui-se, finalmente, que a proposta orçamentária precisará sofrer alterações, visando o alcance das metas propostas.

Todavia, os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (em especial o governo, as empresas e as instituições científicas e tecnológicas) ainda não estão capacitados para gerar e proteger os ativos intangíveis de propriedade intelectual (marcas, patentes, indicações geográficas, desenhos industriais, programas de computador etc.), notadamente da tecnologia desenvolvida por empresas e instituições nacionais. Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, a propriedade intelectual ainda é um privilégio conhecido e usufruído relativamente por poucos no Brasil. Isso sem considerar os desafios globalizados no campo da propriedade intelectual, como por exemplo a proteção dos conhecimentos associados à biodiversidade.

Concepção

Gerente:

José Graça Aranha

Uma evidência disso são os índices nacionais de desenvolvimento tecnológico que, medidos pelo número de patentes concedidas a titulares nacionais, no Brasil e no exterior, são bastante inferiores àqueles apresentados historicamente pelos países desenvolvidos; e, mais recentemente, e ainda mais grave, aos índices atuais de outras nações em desenvolvimento, como a Coreia do Sul e a China.

O Programa enfrenta o problema por meio da execução das seguintes ações: (1) concessão de patentes; (2) registro de marcas, indicações geográficas, desenhos industriais, programas de computador; (3) averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia; e (4) disseminação de informações tecnológicas sobre patentes. Soma-se a estas uma ação de reestruturação do modelo de gestão do INPI.

Do ponto de vista sistêmico, as normas que regulam os direitos de propriedade intelectual no Brasil são executadas por diferentes órgãos governamentais, em diferentes ministérios (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Cultura e Agricultura). O INPI (MDIC) é o responsável único pela execução da Lei da Propriedade Industrial e responde também pelo registro de programas de computador. O registro de nomes de domínio na internet é responsabilidade da Fapesp, instituição pública estadual. A proteção de cultivares fica a cargo da Agricultura e ainda há os demais ramos dos direitos de autor. Todos juntos compõem o universo da propriedade intelectual (e não só industrial). Seria pertinente uma análise da necessidade de o Programa contemplar ações no âmbito de toda a propriedade intelectual, em especial no campo do direito autoral e da proteção de cultivares.

Deve-se considerar que os produtos resultantes da promoção da cultura da propriedade intelectual ainda não foram adequadamente caracterizados na concepção do Programa. As iniciativas incluem a realização de eventos de divulgação, a edição e distribuição de publicações, a capacitação de pessoal e o assessoramento institucional. Além de programas especiais, como o Inventiva Júnior, com foco na conscientização do público infanto-juvenil para a importância da propriedade intelectual como instrumento de proteção do conhecimento ou da inventividade humana.

Quanto à estratégia de implementação do programa, deve-se investir, simultaneamente, em quatro frentes:

- capacitação da equipe (gerência e coordenação);
- conscientização dos gestores e servidores da importância do PPA e seus programas como instrumento de melhoria da qualidade e de integração dos processos de planejamento, orçamento e gestão governamental;
- comunicação interna e externa, visando dar maior visibilidade e transparência aos resultados alcançados com a execução do Programa; e
- implantação de um sistema de informações gerenciais que otimize o monitoramento da execução das ações do Programa.

Outros aspectos do Programa que precisam ser melhorados:

- plano de ação com metas, prazos e responsáveis: em especial para os projetos sem uma metodologia estruturada de acompanhamento e controle da execução, com definição clara de cronogramas detalhados;
- plano de avaliação: aprimoramento da sistemática de avaliação de desempenho das atividades e projetos, com vistas a subsidiar a definição e a implementação tempestivas de ações corretivas e/ou preventivas, bem como a melhoria contínua da concepção do Programa;

- organização do trabalho: fortalecimento da infra-estrutura de gerenciamento do programa, com ênfase na alocação e capacitação de pessoal e na implantação de sistema de informações gerenciais;
- articulação com outras unidades do Ministério: maior interação técnica e operacional tanto com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, como com o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI, atualmente coordenado pela Camex, visando intensificar e sistematizar a discussão quanto à concepção, implementação e resultados do Programa;
- articulação com as parcerias: visando à melhoria do desempenho e à viabilização de formas alternativas de financiamento da execução das ações;
- articulação com outros ministérios e demais partes interessadas: criação de instância política decisória de alto nível, com vistas à articulação dos diferentes ministérios envolvidos/interessados na formulação e execução de políticas no campo da propriedade intelectual. A ênfase deverá recair no fortalecimento e na participação permanente do INPI no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI;
- participação do público-alvo: implantação de mecanismos de aferição sistemática do nível de satisfação dos usuários e beneficiários do programa, bem como do nível de reconhecimento quanto à importância e efetividade dos resultados do Programa; e
- mecanismos de controle social: criação de instância administrativa que viabilize a participação organizada dos setores diretamente interessados da sociedade brasileira no processo decisório institucional, com ênfase na criação do Conselho de Administração do INPI.

Do ponto de vista estritamente operacional, a atual concepção setorial do Programa foi, sem dúvida, o aspecto que mais contribuiu para a obtenção dos resultados do Programa. Isso porque, ao limitar as interações pessoais e administrativas ao âmbito interno do INPI, a tarefa de monitoramento da execução das ações foi enormemente simplificada, compensando, assim, a necessidade de melhoria da estrutura de gerenciamento do Programa (pessoas e sistemas). Essa visão setorial, todavia, não tem a pretensão de ser a única e definitiva forma de se enfrentar os problemas, atender às demandas e/ou aproveitar as oportunidades no campo da propriedade intelectual, cabendo uma discussão mais aprofundada de suas vantagens e desvantagens.

A propriedade intelectual é, e tende a ser cada vez mais, um importante instrumento de competitividade econômica, exercendo um importante papel no processo de desenvolvimento socioeconômico dos países.

.....
O Programa teve alguns problemas em termos de execução orçamentária no período 2000-2002: **Implementação**

- em 2000, o bloqueio de recursos e a aprovação de créditos no final do exercício ocasionaram impedimentos ao atingimento das metas de algumas ações;
- em 2001, liberação dos créditos nos últimos dias de dezembro interrompeu a execução das ações previstas no Plano de Trabalho IV do projeto INPI/Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI para modernização do Instituto; e

- em 2002, limites estabelecidos abaixo das necessidades do Programa e cortes via decretos de contingenciamento forçaram ajustes na execução das ações do programa, visando garantir apenas um mínimo de condições de segurança e atendimento aos clientes do INPI, já com a capacidade operacional comprometida. O contingenciamento chegou ao patamar de 35% neste ano.

Prevê-se que a execução financeira total, de 2000 a 2003, atinja apenas 69% do valor original do PPA para todo o período e apenas 62% do valor reestimado.

Sobre capacitação, apesar das oportunidades disponibilizadas ao longo do período 2000-2002, persiste a demanda da equipe gerencial quanto a treinamento sobre o Plano Plurianual, abrangendo conceitos básicos (contexto, origem, princípios e objetivos do PPA) e metodologia de elaboração e gestão dos programas.

O Programa **Propriedade Intelectual** não previa parcerias no período 2000-2002. Todavia, a evolução das restrições orçamentárias, verificada mais fortemente ao longo do atual exercício, e a demanda por recursos para fazer frente às despesas crescentes com pessoal, custeio e investimentos, são sinalizadores claros de que o estabelecimento de parcerias será cada vez mais importante para que o programa gere mais e melhores resultados para a sociedade. Além da questão dos recursos financeiros, parcerias importantes também seriam aquelas com outros programas/ações que complementam o escopo da propriedade intelectual (proteção ao direito autoral e proteção de cultivares, em especial), em complemento às ações ligadas à propriedade industrial e ao registro de programa de computadores, já previstas atualmente na concepção do Programa **Propriedade Intelectual**. Todavia, não há expectativa de estabelecimento deste tipo de parceria até o fim de 2003.

Os mecanismos de participação da sociedade no Programa são as reuniões do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI, que prevê a participação de representantes da sociedade civil, quando julgado necessário para se avançar nos temas discutidos. Apesar de não ser um mecanismo perfeito, é no âmbito do GIPI que são discutidas as questões relacionadas à formulação das políticas públicas de propriedade intelectual no Brasil. Em complemento, o INPI, diretamente, promove uma série de eventos e reuniões com os setores interessados da sociedade para a divulgação e debate de temas ligados à sua área de competência no âmbito da propriedade intelectual.

Apesar da constante interação do Instituto com os usuários e demais setores interessados da sociedade, o Programa **Propriedade Intelectual** ainda não dispõe de instrumentos formais de pesquisa de satisfação, com exceção de iniciativas não padronizadas de aferição pontual da satisfação dos usuários, por meio dos serviços de informação tecnológica.

Brasil 500 Anos (Encerrado)

Brasil Potência Esportiva

Esporte na Escola

Esporte Solidário

Gestão das Políticas de Esporte e Turismo

Turismo: A indústria do Novo Milênio

Municipalização do Turismo

Ministério do Esporte e Turismo

Brasil Potência Esportiva

Resultados

De início, vale enfatizar que os resultados alcançados por nossos atletas não são fruto apenas da execução das ações deste Programa, pois, a preparação do atleta está, na maioria das vezes, dissociada deste Programa. Contudo, as ações executadas por ele são de suma importância como complemento e avaliação a esta preparação, mediante os resultados obtidos nos eventos esportivos.

Análise histórica de participação de atletas em competições internacionais tem grande variação ao longo dos anos pela influência de sazonalidade específica, a qual é composta pelos ciclos: olímpico (quatro em quatro anos), quando todos os esforços se concentram em favor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos; dos Jogos Pan-americanos e Jogos Pan-americanos para pessoas portadoras de deficiência (quatro em quatro anos), sempre ocorre um ano antes das olimpíadas, onde a participação brasileira normalmente é mais numerosa que nas olimpíadas; e dos Jogos Sul-americanos (quatro em quatro anos), sempre dois anos antes das Olimpíadas, onde a participação brasileira é a mais numerosa entre os ciclos, em razão de o número de modalidades disputadas e de o nível qualitativo dos participantes ser inferior aos dos jogos mencionados anteriormente (aqui só participam os países da América do Sul, acrescidos das: Antilhas Holandesas, Aruba e Panamá), resultando em uma maior possibilidade de se alcançarem melhores resultados.

Feita esta ressalva, apresentam-se os resultados no esporte de rendimento. Em 2000, dos 132 eventos apoiados, o Brasil alcançou a marca de 45 resultados até o 5º lugar. Em 2001, foram 125 eventos apoiados, e o Brasil conquistou 261 títulos até o 5º lugar. Já em 2002, principalmente em razão da participação brasileira nos Jogos Sul-americanos, conquistamos 379 títulos até o 5º lugar, em 68 eventos apoiados. Já quanto ao esporte de rendimento para pessoas portadoras de deficiência, em 2000, dos 7 eventos apoiados, o Brasil trouxe na bagagem 39 títulos até o 5º lugar. Em 2001, o número de competições teve um salto significativo, tendo o Brasil participado de 24 eventos internacionais, mas os títulos não alcançaram a evolução da participação de forma diretamente proporcional, foram 41 títulos até o 5º lugar. Em 2002, foram apoiadas 16 competições, resultando em 45 títulos até o 5º lugar.

Quanto à Olimpíada de Sidney, Austrália - 2000, as seis medalhas de prata e seis de bronze representam grande avanço para o Brasil, que apesar de não ter conquistado o ouro, chegou a uma participação histórica ao disputar 22 finais olímpicas.

No *ranking* das Paraolimpíadas, entre os 180 países participantes, o Brasil está hoje em 24º lugar, a melhor posição já alcançada por nosso país desde as Paraolimpíadas de Seul (1988) com 27 medalhas (quatro de ouro, dez de prata e 13 de bronze) ocupando a 25ª colocação no geral, dos 62 países participantes. Este resultado não aconteceu inesperadamente. Os Jogos Paraolímpicos de Sydney consagraram os atletas paraolímpicos brasileiros, que trouxeram na bagagem 22 medalhas, sendo: seis de ouro, dez de prata e seis de bronze e a quebra de dois recordes mundiais: no arremesso de peso e no lançamento de disco, pela atleta Roseane Santos, a Rosinha, amputada da perna esquerda.

Gerente:

Maristela Medeiros Gonçalves

Além desses resultados referentes aos atletas de rendimento, também deve-se mencionar os eventos que são apoiados pelo Programa e que

têm por objetivo investir em jovens, para alcançar resultados em médio e longo prazos. Trata-se dos Jogos da Juventude, os Jogos Universitários Brasileiros, a Universíade e os Jogos Sul-americanos escolares.

Na 21ª Universíade - 2001, evento considerado de grande magnitude, a participação da equipe brasileira foi de destaque, pois, com delegação formada por 162 atletas e 60 profissionais do corpo técnico-diretivo, os atletas brasileiros conquistaram duas medalhas de ouro, três de prata e duas de bronze, dando ao Brasil a 14ª posição entre os 169 países participantes.

Em sua sexta edição, Os Jogos da Juventude, de 2002, uniram forças com o Programa Esporte na Escola para garantir sua realização, permitindo a competição entre 2.982 jovens atletas estudantes das 27 unidades da federação, que disputaram onze modalidades olímpicas inseridas na programação. A atleta revelação foi Sabine Letícia Heitling, do Estado do Rio Grande do Sul, a qual bateu o recorde Sul-americano da prova dos 2.000 com obstáculos, na modalidade atletismo, com o tempo de 7'2'' (o recorde anterior permaneceu inalterado por dois anos, com a marca de 7'5''), enquanto que a equipe revelação foi a masculina de ginástica artística (composta por três atletas), a qual, após ter disputado os Jogos da Juventude, conquistou a medalha de ouro no Campeonato Sul-americano.

A participação do Brasil na nona edição dos Jogos Sul-americanos escolares realizado em Maule, Chile - 2002, nos garantiu a liderança do *ranking* Sul-americano escolar, conquistando neste evento dezenove medalhas de ouro, treze de prata e onze de bronze.

No que diz respeito aos atletas de rendimento em 2002, destacam-se o pentacampeonato Pan-Americano da equipe de handebol feminina da Seleção Júnior, realizado em São Bernardo do Campo, São Paulo; e o primeiro e terceiro lugar na categoria feminina e o segundo lugar na categoria masculina no Campeonato Mundial de Vôlei de Praia Sub-21, disputado em Catânia, Itália.

Quanto aos atletas de rendimento portadores de deficiência, o destaque em 2002 vai para a conquista de três medalhas (uma de prata e duas de bronze) no Mundial de Judô realizado em Roma, Itália; o vice-campeonato no mundial de futebol para amputados em Sochia, Rússia; e o vice-campeonato na luta de braço no mundial realizado em Alexandria, Egito.

Ainda em 2002, a Secretaria Nacional de Esporte desempenhou papel importante na história do vôlei brasileiro, ao apoiar a realização da Fase Final da Liga Mundial, evento oficial da Federação Internacional de Voleibol, que contou com a participação das dezesseis, melhores seleções adultas masculinas do mundo. O Brasil obteve o vice-campeonato, perdendo na final para a equipe russa. A realização do evento teve, entre outros objetivos, o de divulgar a prática do esporte no País, oferecendo a oportunidade ao público brasileiro de assistir, ao vivo, o confronto dos melhores atletas de voleibol do mundo; demonstrar à comunidade internacional a capacidade do Brasil de organizar e realizar grandes eventos esportivos; ratificar a importância social da prática do esporte, principalmente para nossas crianças e adolescentes.

Também sobre o ano de 2002, não poderia deixar de ser citada a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007. Tal escolha foi diretamente influenciada pela ousadia do Brasil em realizar os VII Jogos Sul-americanos (agosto), após um lamentável cancelamento do evento em Bogotá, Colômbia (maio). Os Jogos Sul-americanos foram disputados em 27 modalidades esportivas e contaram com a participação de quatorze países.

Com uma delegação composta por 439 atletas, o Brasil sagrou-se campeão ao conquistar 146 medalhas de ouro, 96 de prata e 89 de bronze, consolidando o País como potência esportiva no continente. Esta foi a melhor performance de um país na história dos Jogos Sul-americanos, ganhando prestígio e respeito perante a comunidade esportiva internacional.

Outro destaque do Programa é o apoio financeiro dado ao iatista Robert Scheidt, único hexacampeão mundial de uma modalidade olímpica, a Classe Laser (Espanha em 1995, África do Sul em 1996, Chile em 1997, México em 2000, Irlanda em 2001 e Cape Cód, EUA. em 2002), e bicampeão olímpico. Foi, ainda, homenageado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso com a Cruz do Mérito Desportivo, maior honraria na área esportiva. Robert tem sido beneficiado com os recursos do Programa Brasil Potência Esportiva desde o início de sua jornada internacional, além do apoio do Brasil Previ (Banco do Brasil) e da Petrobras.

.....

O esporte de rendimento apresenta previsão constitucional no artigo 217: *“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: (...) II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;”* **Concepção**

Suas prioridades estão dispostas no artigo 7º da Lei nº 9.615 de 1998, regulamentado pelo artigo 8º do Decreto nº 2.574 de 1998, em seus incisos II – *“desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras de criação nacional”; IV – “capacitação de recursos humanos”; V – “apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação”; e VIII – “apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência”.*

O esporte de rendimento desmonstra ser de grande importância para a indústria do entretenimento. De fato, esta indústria, estima-se, apresentará as maiores taxas de crescimento ao longo do século XXI, e o esporte está se transformando no principal setor dessa indústria, considerando seu impacto social e a importância econômica que esta atividade desempenhará na economia dos países nos próximos anos. Para se ter um exemplo, o futebol possui cerca de um bilhão de praticantes em todo mundo, movimenta quase US\$ 260 bilhões anualmente e, durante a Copa do Mundo de 1998 na França, atraiu uma audiência televisiva acumulada estimada em cerca de 36 bilhões de pessoas.

É importante ressaltar que o setor de esportes tem a capacidade de alavancar a atividade econômica de forma direta e indireta nos seguintes setores da economia: indústria têxtil, comunicação e entretenimento, comércio varejista e atacadista, indústria da construção civil, internet, serviços financeiros, medicina e indústria farmacêutica.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas - FGV¹, a indústria do esporte no País movimenta R\$ 25 bilhões e emprega 300 mil pessoas, tendo apresentado taxa de crescimento bem acima da média. De fato, enquanto o Produto Interno Bruto - PIB cresceu à taxa média de 2,25% de 1996 a 2000, esse segmento registrou aumento médio anual de 12,34% no período.

¹ Estudo encomendado pela Confederação Brasileira de Vôlei

Metade dos R\$ 25 bilhões movimentados pelo setor é relativa à indústria de artigos esportivos, como roupas, calçados e equipamentos. Dos 50% restantes, R\$ 8,7 bilhões são relativos a serviços diretamente ligados ao setor, como prática esportiva em clubes e academias, arrecadações em estádios e quadras, marcas e direitos autorais, *marketing*, comunicação esportiva (televisões, rádios etc). Os R\$ 2,8 bilhões restantes correspondem ao valor indireto gerado pelo esporte, como gastos com transporte, alimentação e hospedagem de atletas e manutenção de equipamentos e de infra-estrutura poliesportiva.

Além dos R\$ 25 bilhões movimentados pelo setor, ainda há uma parcela de R\$ 18 bilhões anuais relativa ao esporte nas instituições de ensino e aos investimentos das empresas em ginástica laboral, subsídios e convênios com clubes e academias de ginástica, e até mesmo a economia obtida por elas e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS com a redução de dias não trabalhados em virtude de adoecimento de funcionários. Dessa forma, podemos dizer que esse setor, em sua plenitude, é responsável por 3% do PIB.

Uma das características mais importantes deste setor é a sua capacidade de crescer mesmo em períodos de crise. Isso porque quando a economia está em crescimento as pessoas têm mais dinheiro e gastam mais com esporte. Quando a economia se encontra em retração, os desempregados têm mais tempo livre para a prática do esporte.

E, ainda segundo a FGV, mesmo com o alto ritmo de crescimento registrado nos últimos anos, o setor ainda tem potencial para crescer de forma acelerada. De fato, apenas 1,1% da População Economicamente Ativa - PEA do País pratica esporte pelo menos duas vezes por semana. Se comparado com outros países, como os EUA, por exemplo, onde este percentual atinge 18% só com o fisiculturismo, fica claro o potencial de crescimento do setor no Brasil.

Contudo, o esporte de rendimento no País ainda carece de profissionalização em diversas dimensões. Ainda hoje, é turva a percepção da iniciativa privada acerca do retorno comercial e financeiro de vincular sua marca ao apoio a equipes esportivas. Como exemplo, se compararmos os mercados de licenciamentos – *royalties*, entre os EUA e Brasil, veremos que dos US\$1.4 bilhão gerados no mercado americano, US\$700 milhões (50%) são provenientes do setor de esportes, enquanto que no Brasil dos US\$100 milhões gerados em nosso mercado, apenas US\$6 milhões (6%) se referem ao esporte².

A falta de visão do setor privado brasileiro sobre o retorno do investimento no setor de esporte prejudica seu financiamento, fazendo com que exista demanda de grande monta aos recursos da União. De fato, embora já existam dispositivos que permitem um aporte maior de recursos privados, como a Lei Agnelo Piva³, os recursos conseguidos com esta Lei ainda demonstram ser insuficientes às necessidades do setor.

O Programa Brasil Potência Esportiva, surge, portanto, com o objetivo maior de “*Melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior*”, pois os bons resultados alcançados pelos atletas de alto rendimento estimulam ainda mais a prática desportiva pela comunidade, especialmente pelos jovens, que passam a ter referências saudáveis e de sucesso. além disso, trazem ainda, benefícios para os praticantes: saúde, bons hábitos e geração de capital social nas comunidades.

² Fonte: Redibra, Braga & Associados

³ LEI PIVA - Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001.

Como forma de garantir a realização de seu objetivo, o Programa conta com desenvolvimento das ações: Realização de Eventos Esportivos de Rendimento, Participação em Eventos Internacionais, Capacitação de Recursos Humanos Para o Esporte de Rendimento, Detecção de Talentos Esportivos, Avaliação Física e Psicológica de Atletas de Rendimento e Implantação de Centros de Excelência Esportiva. Todas as ações são disponibilizadas também para as pessoas portadoras de deficiência.

As três últimas ações descritas (Detecção de Talentos Esportivos, Avaliação de Atletas de Rendimento e Implantação de Centros de Excelência Esportiva) se referem à Rede Cenesp (Centro de Excelência Esportiva), formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior.

Essa Rede implantou recentemente o Projeto Esporte Brasil, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Cenesp/RS, cujo objetivo geral é o de delinear o perfil do desenvolvimento somatomotor de crianças e jovens na faixa etária entre sete a dezesseis anos, de todo o território brasileiro, com vistas à possibilidade de constituir indicadores para a formulação de projetos de ação e de políticas para a educação física e esportes.

Quanto à questão da realização e participação em eventos esportivos - elemento de suma importância para o desenvolvimento de atletas e técnicos, pois, coloca à prova o desenvolvimento de seus trabalhos diante dos demais, bem como possibilita a troca de informações acerca do que há de mais moderno em termos de equipamentos, técnicas e treinamentos pelo mundo afora - deve-se ressaltar que o atual atleta de rendimento não é o único público-alvo do Programa. Há a preocupação de se propiciar a renovação no esporte, e é por isso que o Programa também possui a estratégia de investir nos jovens como forma de conseguir resultados a médio e longo prazos. Realizam-se, portanto, os Jogos da Juventude e os Jogos Universitários Brasileiros.

Os Jogos da Juventude têm o objetivo de promover, sob a perspectiva do esporte de rendimento, a prática de atividades esportivas entre os jovens de diversas faixas etárias, que representam a base do desenvolvimento dessa vertente, dando a oportunidade de participação a todos os estados brasileiros. Esses Jogos já revelaram atletas como a ginasta brasileira Danielle Hypólito - campeã em ginástica artística nos Jogos Pan-americanos de Winnipeg (Canadá, 1999) e vice-campeã no exercício de solo, no Mundial de Ghent (Bélgica, 2001); e o judoca Thiago Camilo, medalha de prata nas Olimpíadas de Sydney (Austrália, 2000).

Quanto aos Jogos Universitários Brasileiros, algumas instituições de ensino superior já os consideram como uma grande jogada de *marketing*, atraindo atletas de ponta em quase todas as modalidades esportivas. Os resultados obtidos com os projetos já em execução tornaram possível a distribuição de aproximadamente vinte mil bolsas de estudos para alunos/atletas, possibilitando, a alguns, ajuda de custo.

Quanto à ação de Capacitação de Recursos Humanos Para o Esporte, destacam-se as necessidades especiais que cercam as pessoas portadoras de deficiência, pois o trabalho que é iniciado a partir dos oito anos tem que ser revestido de um padrão de qualidade bastante acentuado, uma vez que as características comportamentais são as mais variadas, fazendo com que os profissionais envolvidos sejam, desta forma, obrigados a transcenderem suas potencialidades, buscando um padrão qualitativo à altura daqueles que deles esperam sempre o melhor.

Considerando que a demanda do Calendário Nacional Esportivo é superior aos recursos destinados ao Programa, este adota a política de negociação de escolha dos eventos prioritários dentro dos critérios estabelecidos em lei (eventos internacionais) e dos critérios de atendimento propostos para o Programa, na ordem que segue: Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, Jogos Pan-americanos e Pan-americanos para portadores de deficiência, Jogos Sul-americanos, Campeonatos Mundiais, Pan-americanos e Sul-americanos. Essa estratégia permite às entidades nacionais do desporto a adequação de suas necessidades aos recursos destinados a elas.

O Programa conta, ainda, com o apoio da Comissão Nacional de Atletas, criada pela Portaria nº 127 de 2000, a qual é composta por atletas consagrados nas mais diversas modalidades esportivas, como: Bernard Razman (vôlei), Luisa Parente (ginástica), Ádria Rocha dos Santos (atletismo - paradesportivo) e Aurélio Fernandes Miguel (judô). A criação desta Comissão foi uma estratégia do Ministério do Esporte e Turismo como forma de conhecer de perto os interesses do público-alvo, seus desejos e suas necessidades.

Implementação

Os 87,4% dos recursos financeiros liberados (o que corresponde a R\$ 36.256.250,00), em relação ao Orçamento aprovado em 2002, não foram suficientes para atender às necessidades do Programa. Esta insuficiência de recursos relaciona-se mais diretamente à ação de Participação de Delegações brasileiras em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento, pois, o Calendário Nacional de Esporte demanda recursos superiores aos que são destinados historicamente a esta ação e, ainda por cima, sofreu com a desvalorização do real em face ao dólar neste ano de 2002.

O aspecto positivo desta questão é que isso fez com que o Ministério procurasse agilizar a busca por alternativas de financiamento para o setor.

Os recursos também sofreram descontinuidade na sua liberação, prejudicando a execução do Programa. Mais uma vez, a ação que mais sofreu foi a de Participação de Delegações Brasileiras em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento, uma vez que muitos eventos internacionais que constam do Calendário Nacional Esportivo são promovidos pelas Federações Internacionais e, portanto, possuem datas determinadas de acordo com o interesse destas.

As ações do Programa que apresentaram melhores resultados na análise físico-financeira foram: Avaliação de Atletas de Rendimento, a qual superou sua meta em 742% - de fato, a meta inicial era de que fossem avaliados, neste ano de 2002, 600 atletas de rendimento; contudo, a Rede Cenesp (responsável pela avaliação dos atletas de rendimento) conseguiu avaliar 5.050 atletas de rendimento, isto porque ela adotou estratégia diferente das utilizadas nos anos anteriores e aproveitou a realização do VI Jogos da Juventude, em Goiânia, onde houve a concentração de 3.223 atletas no mesmo local, para realizar sua tarefa; Capacitação de Recursos Humanos Para o Esporte de Rendimento, a qual superou sua meta em 367% (meta 440 – realizado 2.494) – esse desempenho positivo também se deveu à mudança de estratégia na adoção dos dois cursos técnicos, um congresso e um seminário realizados; e a promoção de eventos esportivos de rendimento, que aparentemente apresentou resultado desfavorável, pois tinha a meta de realizar cinco eventos esportivos e realizou efetivamente apenas um, sendo este o VII Jogos Sul-americanos (que deveriam ser disputados em Bogotá, na Colômbia, e que fora cancelado por problemas políticos naquele país).

De fato, a realização dos VII Jogos Sul-americanos no Brasil foi estratégia adotada para divulgar a imagem do nosso País como uma potência esportiva, na tentativa de atrair a atenção da comunidade esportiva internacional e conquistar a confiança dos membros da Organização Desportiva Pan-americana (Odepa), e, assim, garantir a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-americanos de 2007. A estratégia foi bem sucedida.

Tende a exercer influência negativa na execução das ações do Programa o fato de a Secretaria Nacional de Esporte, onde se encontra a equipe gerencial do Programa, funcionar em um prédio distante do ministério, onde todas as atividades jurídicas e orçamentárias são desenvolvidas. Tal fato acarreta ineficiência e lentidão na execução das ações.

O excesso de burocracia ainda em vigor no setor público também foi fator limitador na execução do Programa, pois, além de exigir agilidade na análise dos convênios propostos, o que não é possível mediante o quadro de funcionários que o ministério possui, exige o preenchimento de vários formulários pelo proponente, os quais, na maioria das vezes, vêm preenchidos de forma equivocada. Desta forma, estuda-se a possibilidade de o Ministério do Esporte e Turismo - MET contratar a Caixa Econômica Federal para que esta repasse os recursos diretamente às Confederações, bem como faça a análise das prestações de contas dessas entidades de administração do desporto.

Considerando que o principal foco do Programa é melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições internacionais, a transferência de recursos financeiros para as entidades nacionais de administração do desporto foi a principal estratégia utilizada, a fim de viabilizar a participação das delegações em eventos internacionais.

A forma pela qual o Programa monitora a execução de suas ações se dá por relatórios apresentados pelos parceiros, elaborados após a participação/execução da ação, mediante correspondências oficiais encaminhadas ao departamento responsável.

O Programa destaca-se pela sua capacidade de desenvolver parcerias. De fato, o Programa apresenta parceiros tanto externos quanto internos ao governo. Seus principais parceiros externos são as entidades nacionais de administração do desporto (Confederações, Associações Nacionais, Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro). Quanto às parcerias intragovernamentais, destacam-se: as Universidades Federais, considerando serem estas as fomentadoras do esporte junto à comunidade; o Programa Esporte na Escola, como catalisador dos Jogos da Juventude; o Ministério da Justiça, para a realização de exames antidoping em eventos esportivos no Brasil; e o Ministério das Relações Exteriores, que terá papel fundamental no auxílio para realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

Outro fato de notória importância é o papel que a Comissão Nacional de Atletas - CNA vem desempenhando no setor, pois esta tem contribuído para a melhoria qualitativa do desporto de rendimento no País, por meio de discussões de questões importantes, como: o Projeto de Lei que institui a bolsa-atleta; o substitutivo do Projeto de Lei Antidoping; maior presença dos atletas paraolímpicos nas campanhas do Governo; apoio à candidatura do Brasil para sediar eventos internacionais, em especial o já conquistado Pan-americano de 2007. A CNA já conseguiu a aprovação das seguintes reivindicações: elaboração, pelo Ministério do Esporte e Turismo, de um Projeto de Lei de incentivo fiscal para o esporte; a participação do Ministério do Esporte e Turismo no Comitê de Cultura e

Esporte da Secretaria de Comunicação do Governo, a qual aprova todos os patrocínios concedidos pelo Governo Federal; isenção de imposto na importação de material esportivo que não tenha fabricação similar no Brasil.

De fato, a participação da CNA se faz importante porque nosso País carece de diagnóstico e de estratégia para o desenvolvimento do esporte. Com exceção do futebol, atletismo, e mais recentemente do vôlei e basquete, a prática esportiva no País está altamente vinculada à capacidade do atleta em pagar seu treinamento. Ou seja, não existe ainda a democratização de oportunidades no esporte de rendimento. E isso ocorre justamente pela falta de uma política conexa capaz de conduzir o atleta em seus vários estágios de desenvolvimento, desde sua descoberta na escola até o início de sua vida profissional ou semiprofissional.

O controle social sobre o Programa também é item que se destaca, pois neste ano de 2002, o Ministério do Esporte e Turismo já iniciou mecanismos para que a sociedade possa exercer seu controle, disponibilizando uma página especialmente dedicada aos Jogos da Juventude, na internet. A referida página está ligada ao *site* do MET. Nela, há várias informações sobre este evento, bem como existe pesquisa de opinião elaborada para medir a satisfação do público-alvo quanto à execução do mesmo. Este Projeto piloto servirá de base para o desenvolvimento de controle social sobre as outras ações do Programa.

Esporte na Escola

O Programa encontra-se em seu primeiro ano de execução, mas não possui monitoria com periodicidade inferior a um ano sobre os convênios firmados (modo pelo qual algumas de suas ações são implementadas), haja vista a falta de recursos humanos, tecnológicos e materiais da Secretaria Nacional de Esporte – SNE. Por isso o Programa não oferece dados possíveis de análise sobre o impacto gerado por importantes ações do Programa (capacitação de recursos humanos para o esporte na escola e funcionamento de núcleos de esporte em escolas) neste ano de 2002, a qual somente se tornará possível em 2003, quando os referidos convênios prestarão contas do desenvolvimento do Programa em suas unidades.

No projeto inicial que deu origem ao Programa, estimava-se que ao final do ano de 2002 pudessem ser atendidos 7,5% dos 36 milhões de alunos da rede de ensino fundamental pública, ou seja, 2,7 milhões de alunos. Como o Programa, estima-se, terá atendido em 2002 1.570.333 alunos (58% da meta estipulada para 2002), tem-se que, dada a realidade da execução físico-financeira do Programa, apenas 4,36% do total geral deverá ter sido alcançado.

Tal resultado implica uma necessidade de readequação no cronograma de cumprimento das metas estipuladas no projeto básico do Programa.

Resultados

Embora em decadência no mundo, o esporte praticado na escola ainda é a base de iniciação esportiva na maior parte dos países que se destacam neste setor. E tal fato diz respeito tanto aos países do leste europeu, onde há base científica (como testes de flexibilidade, tempo de reação e análise de sangue) para se tentar descobrir possíveis futuros talentos esportivos, quanto aos países ocidentais.

Essa decadência está relacionada à concorrência deste com outros centros esportivos, como academias, clubes, escolas especializadas e a própria rua. Contudo, com exceção do esporte de rua, os demais centros esportivos, no Brasil, além de possuírem estrutura limitada para atender o montante de crianças e adolescentes, geralmente, demandam dispêndio de recursos próprios dos atletas, o que, impossibilita a participação dos menos favorecidos economicamente. Já o esporte na rua é, por vezes, perigoso, pois, como não há orientação de profissional capacitado acerca das atividades, estas poderão, a longo prazo, causar danos físicos que comprometerão a qualidade de vida e até mesmo a vida profissional dessas crianças e adolescentes em sua fase adulta.

É importante destacar que o esporte de base não serve apenas para se gerar futuros campeões, pois, o esporte é atividade de formação, de saúde, de prevenção de distorções sociais (violência, uso de drogas etc), uma vez que, trata, essencialmente, do ser humano e de suas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo em que vive.

Por esse motivo que, provavelmente, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 217, II, estipula “*É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: (...) II – A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional...*”

E tal postura se justifica por a escola ser a maior e mais tradicional instituição organizada do país, possibilitando, atualmente, a permanência e o acesso de 97% da população de crianças e adolescentes a seus serviços.

Concepção

Gerente:

Ricardo Nascimento de Avelar
Fonseca

Outra legislação importante que defende o desporto e lazer às crianças e jovens é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA⁴, artigo 59 – “*Os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude*”.

Por tudo isso, democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes como meio de formação da cidadania, melhoria da qualidade de vida e correção de distorções sociais, torna-se indispensável em nosso País.

Para alcançar esses resultados, o Programa tem por objetivo “*estimular a prática desportiva por estudantes das instituições públicas de ensino fundamental e médio*”, os quais somam aproximadamente 36 milhões de alunos⁵, em um prazo de dez anos. E dentro deste contingente estão incluídos os portadores de deficiência, os quais também são atendidos pelo Programa.

Dentre as diretrizes do Programa destacam-se a necessidade da escola em: desenvolver no mínimo uma atividade esportiva individual e uma coletiva; desenvolver atividades esportivas lúdicas e que valorizem e resgatem a cultura local e regional; promover jogos esportivos interclasses; e realizar atividades esportivas nos finais de semana, abrindo a escola para comunidade e integrando-a ao núcleo esportivo.

Para alcançar o objetivo do Programa, sua estrutura apresenta como produtos: os recursos humanos capacitados para o esporte, as campanhas realizadas para a promoção do esporte na escola, o concurso temático realizado sobre o esporte (como forma de incrementar o interesse das crianças e adolescentes), a distribuição de material técnico-didático sobre o esporte, os alunos atendidos em núcleos, a infra-estrutura esportiva implantada ou modernizada e os eventos esportivos realizados na escola.

Sendo assim, o Programa trará benefícios no que tange à maior oferta de esporte nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do País, com qualidade no ensino, no material a ser utilizado, no acesso a bibliografia atualizada e na infra-estrutura esportiva escolar.

..... **Implementação**

O Programa apresentou execução financeira na ordem de 68 % do orçamento aprovado (o que representa R\$ 57.027.514,00 dos R\$ 83.846.491,00 aprovados em lei). Mesmo assim, a expectativa é de que as metas físicas sejam integralmente cumpridas. Ademais, algumas ações deverão apresentar resultado superior ao estipulado, como a ação de Funcionamento de Núcleos de Esporte em Escolas – devido a um erro no cálculo do custo/meta da ação, esta foi subestimada inicialmente, prevendo o atendimento de 86.900 alunos, tendo agora a expectativa de atender efetivamente 1.470.929 alunos. Tal fato ocorreu porque foi utilizado como base para o cálculo do custo/meta da ação o valor previsto per capta anual com crianças em núcleos de esporte do Programa Esporte Solidário, que monta a R\$ 180,00. Como este programa, desde sua concepção, propunha estratégia de implementação diferenciada daquele Programa, seu custo per capta por aluno atendido em núcleo de esporte é de R\$ 8,00 ano.

⁴Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990

⁵Dados de 2000 - Em 2002 são 39,5 milhões.

Outra ação que deverá apresentar superação quanto à sua meta inicial é a Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar, que deverá superar em 178% o inicialmente estipulado. Essa expectativa baseia-se na estratégia de ter sido assinado convênio com a Universidade do Professor, a qual tem o poder de capacitar 100.000 professores de educação física (a meta inicial era de 36.000) via transmissão áudio-visual.

Correspondendo à estratégia do Programa em privilegiar ações que beneficiassem a maior quantidade de alunos das escolas públicas nesse primeiro ano de implementação do Programa, destaca-se também a ação Promoção de Eventos Esportivos na Escola, a qual foi responsável pela realização do VI Jogos da Juventude e da III Olimpíadas Colegiais, os quais reuniram mais de sete mil alunos participantes.

Já neste primeiro ano de vigência do Programa, alguns aspectos influenciaram negativamente o mesmo, comprometendo o resultado estipulado em seu projeto básico. Dentre estes aspectos destaca-se a reavaliação do Programa no âmbito interno do Ministério do Esporte e Turismo – MET, em virtude da mudança administrativa ocorrida no final de março de 2002, resultando em estancamento da execução por um curto período. No momento em que foi retomada a execução, ela sofreu, ainda contingenciamentos orçamentários advindos dos Decretos 4.120/2002 e 4.230/2002, o que representou 2/3 do orçamento aprovado, atraso na liberação de recursos - apesar de este ser programa estratégico com fluxo regular de recursos - bem como restrição ao repasse de recursos imposta pela Lei Eleitoral.

Outro fator que prejudica a qualidade de implementação do Programa é a baixa capacitação dos quadros municipais, que são os responsáveis pela execução das ações descentralizadas.

O grande diferencial da estratégia de implementação do Programa é a relação direta com a escola. A escola recebe recursos para compra de material esportivo, equipamentos e material didático para capacitação de professores, bem como indica quais destes serão capacitados. Enfim, a escola, que para o Programa é o núcleo de esporte, tem o completo comando das atividades e ações. Não existe um modelo rígido a ser seguido, o Programa respeita as diferenças regionais, culturais, materiais e dá à escola autonomia com responsabilidade e, ao mesmo tempo, dá meio para que ela execute tal autonomia.

Destaca-se ainda neste aspecto que, apesar da articulação com outros ministérios (multissetorialidade) ser historicamente difícil, o Programa vem conseguindo fechar acordos, os quais vêm sendo privilegiados por ocasião da execução.

Um ponto relevante é o de se criar atividade alternativa dentro da área da educação física para aqueles alunos que não gostam de praticá-la, respeitando sua individualidade. Estes alunos poderiam ser aproveitados para aprenderem, por exemplo, técnicas de arbitragem e, principalmente, estratégias/técnicas de jogos coletivos, uma vez que o nosso país carece, em algumas modalidades, de número maior de técnicos de qualidade.

faz-se mister, ainda, dar maior estímulo à promoção de eventos, não só às competições que abranjam a disputa interclasses, mas também às interescolares, às intermunicipais e às interestaduais. Se observarmos os Estados Unidos, cujo país é um exemplo no desenvolvimento do esporte, veremos que quando ocorrem competições intermunicipais em localidades de menor porte, a comunidade inteira está presente, participando, criando, inclusive, uma “rivalidade sadia” entre os municípios participantes. Tal estratégia deve ser incentivada no Brasil.

Esporte Solidário

Resultados

Na análise dos resultados, não se pode reportar à evolução dos indicadores do Programa, usando-os como parâmetro. Tal fato se justifica pela perda de parte dos dados que compõem o indicador *Taxa de Atendimento de Jovens Carentes com Prática Esportiva*, os quais tinham sido levantados quando da elaboração do PPA 2000 – 2003, a saber: o universo de jovens carentes; e pela não mensuração dos dados que comporiam o outro indicador do Programa: *Taxa de Atendimento de Idosos Carentes Acima de 60 Anos com Prática Esportiva*⁶.

Há que se destacar que, como o Programa incorporou algumas ações do extinto programa Esporte Direito de Todos, o atendimento pelo *Esporte Solidário* não se restringiu a crianças e adolescentes em situação de risco, o que corrobora para a dificuldade de medição de impacto na realidade social a que se destina o Programa.

Ter-se-á que se contentar com análise de Resultados Não Previstos⁷, os quais são tão ou até mais importantes que os próprios indicadores do Programa, como o desenvolvimento pessoal, afetivo e escolar dos atendidos pelo Programa, tais como diminuição da repetência; diminuição do nível de agressividade; incorporação de novos hábitos de higiene, elevação da auto estima e melhoria do relacionamento familiar. Esses resultados foram aferidos em relatórios de acompanhamento e avaliação do Programa, expedidos pelos conveniados.

Destaca-se que as constantes mudanças institucionais sofridas na área de esporte - três ministros em quatro anos - e a extinção do antigo Instituto do Desenvolvimento do Esporte - INDESP para tornar-se Secretaria Nacional de Esporte - SNE, em outubro de 2000, trouxeram mudanças políticas para o setor, criando problemas na implantação do Programa ao longo destes anos, comprometendo o alcance de melhores resultados.

Para 2003, com base no que o Programa logrou construir desde a sua concepção, o que se espera é a consolidação do Programa como indutor da principal meta do atual Governo para o setor: fomentar o esporte como instrumento de inclusão social, gerando formação de capital social e funcionando como preventor de riscos como a violência urbana.

Concepção

O Brasil, ao passar da condição de país agrário para uma configuração de país industrializado (décadas de 1950 e 1960), não conseguiu, a partir dos modelos econômicos adotados, promover a absorção da mão-de-obra que se encontrava no campo, detonando um desequilíbrio social, econômico e cultural que persiste entre os diversos extratos sociais, e que contribuiu para gerar o nível de violência que hoje assola o Brasil.

Portanto, a execução de uma forte política pública visando assegurar equidade social, não apenas às populações atuais, mas também às futuras, torna - se

⁶ Na verdade, este indicador pertencia ao extinto Programa Esporte Direito de Todos, tendo este sido incorporado no ano de 2002 pelo Programa Esporte Solidário.

⁷ Resultados Não Previstos - aqueles que não são o resultado direto do Programa, mas que o acompanham, podendo ser chamados de: o efeito do resultado. O problema é que geralmente são frutos da influência de inúmeros outros fatores que vão além das ações executadas pelo Programa. Ex: melhoria do desempenho escolar - este pode ter sido fruto da ação do Programa, pelo desenvolvimento esportivo trazer, por vezes, o poder de concentração, ou,

por ações da própria educação, como capacitação de professores, melhor infra-estrutura dentro das salas de aula etc.

Gerente:

Antônio Carlos Pereira

imprescindível. Uma das formas para que isso se torne possível é promovendo a educação para a cidadania. E, neste aspecto, o esporte é importante instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral do ser, além de favorecer à construção da cidadania que, na concepção atual, encerra elementos como a participação política, o desenvolvimento da autonomia, solidariedade, distribuição de renda e acesso às vantagens sociais.

Dessa forma, a Constituição Federal determina em seu artigo 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”; em seu artigo 7º “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”; em seu artigo 217 “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

IV – proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.”;

e finalmente em seu artigo 227 “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O Programa Esporte Solidário, que surge em resposta às estas demandas, em 1995, toma como objetivo geral no PPA 2000-2003 “Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva”, mediante a execução de ações de funcionamento de Núcleos de Esportes para idosos, crianças, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência; capacitação de profissional em esporte para lidar com crianças, idosos, adolescentes e pessoas portadoras de deficiência; implantação e modernização de espaços esportivos; e realização de eventos esportivos, inclusive os de identidade cultural e criação nacional.

O Programa apresenta, ainda, como objetivos específicos: desenvolver nas comunidades a prática do esporte, sob forma consciente, concebendo-o como meio de educação; favorecer o processo de construção da cidadania (processo interior oriundo da prática social e política); fortalecer a boa relação familiar; favorecer as crianças e adolescentes um entendimento de mundo, onde seja compreendida a relação existente entre a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento humano, na atual estrutura social; fortalecer a boa relação homem/homem, homem/sociedade e homem/meio ambiente; e fortalecer a participação da comunidade nas grandes questões locais.

Uma das estratégias montada pelo Programa para alcançar seus objetivos geral e específicos é a adoção dos chamados cinco pilares do Programa, voltados para as crianças e adolescentes:

- 1) Esporte – através do esporte são oferecidas à população oportunidades do exercício da cidadania, melhoria na qualidade de vida e convívio com os valores éticos que o esporte proporciona e são dadas aos jovens as condições de se instrumentalizarem contra o uso das drogas, a falta de iniciativa, o temor ao esforço e o uso ocioso do tempo disponível;
- 2) Reforço Escolar – além de ajudar as crianças e adolescentes a fazerem suas tarefas escolares, há também a questão da pedagogia social⁸;
- 3) Reforço Alimentar – propõe-se a amenizar as carências nutricionais, mediante suplementação alimentar equilibrada;
- 4) Educação para a Saúde – tem por objetivo transformar e/ou extinguir hábitos nocivos à saúde visando à formação de conceitos e hábitos que (re)criem no indivíduo condições necessárias ao desenvolvimento ou manutenção de bons níveis de saúde, focando, para tal, na abordagem preventiva; e
- 5) Arte-Educação – propõe o desenvolvimento da sensibilidade pessoal, pois, a arte é uma forma de despertar o indivíduo para que perceba seu próprio processo de pensar, sentir, atuar, desenvolvendo a criatividade e a percepção.

O Programa sofreu forte mudança em sua estrutura, no ano de 2002, quando incorporou algumas ações do extinto Programa Esporte Direito de Todos, o qual tratava dos idosos, pessoas portadoras de deficiência e dos eventos de identidade cultura e criação nacional.

Os Núcleos de Esporte do Programa são, em sua maioria, dentro das escolas, e estas têm como prerrogativa possuírem menos de quinhentos alunos, serem localizadas em municípios de menor IDH e que estes estejam inseridos em outros programas sociais do Governo Federal.

Portanto, quando no ano de 2001 o Ministério do Esporte e Turismo (MET) pediu a inclusão do Programa Esporte na Escola, por pressão política de seu próprio ministro, ao este ter sido aprovado houve duplicidade de esforços e competição por recursos para se executar praticamente as mesmas ações, muito embora o diagnóstico elaborado e a proposta para a sua consecução tivessem sido muito bem realizados. O que deve ser feito é incorporar ao Programa Esporte na Escola o conceito dos cinco pilares utilizados pelo Programa Esporte Solidário, e este voltar a se chamar Esporte Direito de todos, com a incumbência de tratar apenas da questão dos idosos, índios e das pessoas portadoras de deficiência.

..... **Implementação**

O ano de 2002 foi particularmente difícil no tocante à execução do Programa com recursos orçamentários. No início do exercício, o Decreto de Programação Financeira de nº 4.120/2002 contingenciou cerca de 75% do orçamento do órgão, com expansões posteriores, não programadas, as quais o órgão precisava estar pronto para atender com celeridade. Além disso, por tratar-se de ano eleitoral, a celebração de convênios com os demais entes federativos foi inibida a partir dos noventa dias que antecederam o pleito, justamente quando o órgão pôde contar com um descontingenciamento mais expressivo.

Apesar de o Programa ter executado apenas 71% do seu orçamento aprovado (que corresponde a R\$ 160.772.737,00), este não apresentou problemas quanto ao volume de recursos liberados. Isso porque as emendas corresponderam a um aumento de 500% na dotação inicial do Programa (de R\$ 37.603.000 para R\$ 225.982.546,00), emendas estas que nem sempre estão alinhadas com o objetivo e a política de fomento ao esporte social e à promoção da inclusão social, linhas de ação do Programa, e sobre as quais o órgão não dispõe de muita ingerência na execução.

Dentre as ações que se destacaram em 2002, temos Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes, a qual espera-se superar a meta física inicial, proposta em 48,78%, utilizando-se apenas de 75% dos recursos financeiros previstos. Tal fato ocorreu porque não se seguiu o conceito inicial do Programa de se trabalhar com os cinco pilares, o que diminuiu o custo per capita/ano, da ação.

Além dessa, a ação Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Assentamentos Rurais, a qual superou a meta física inicial proposta em 166,7% utilizando-se apenas de 37,5% dos recursos financeiros previstos. Tal fato ocorreu porque o custo/meta da ação foi estipulado de forma equivocada, pois, este seguiu o padrão do custo/meta da Implantação de infra-estrutura esportiva para uso de comunidades carentes, a qual, além das quadras poliesportivas, constrói ginásios poliesportivos, tendo seu valor médio de R\$ 120 mil, enquanto que nos assentamentos rurais só se constroem quadras poliesportivas, as quais apresentam valor médio de R\$ 45 mil.

Por fim, destaca-se a ação Promoção de Eventos de Esporte e de Lazer em Comunidades Carentes, a qual superou a meta física inicial proposta em 150% utilizando-se apenas de 92% dos recursos financeiros previstos. Tal resultado deveu-se à grande variação dos custos que envolvem a realização de eventos.

De fato, a implantação e a modernização de infra-estrutura esportiva disponibilizaram 1.373 unidades adequadas à prática de esportes e atividades lúdicas, número superior ao de exercícios anteriores, beneficiando diversas comunidades locais em diversos municípios.

Outro resultado expressivo foi o atendimento de pessoas em núcleos de Esporte Solidário, destinado a crianças e adolescentes, a portadores de deficiências e a inclusão social de idosos. O Programa previu atender inicialmente 90 mil pessoas em 2002, sendo que a expectativa é de efetivo atendimento a mais de 130 mil pessoas, de acordo com os convênios firmados. Contudo, o número de pessoas atendidas em 2001 era de 318 mil. Tal queda no volume de atendimento é consequência de os limites terem sido concedidos intempestivamente, impossibilitando a formação de projetos que pudessem atender um número maior de pessoas.

O Programa sofreu com algumas dificuldades internas ao MET, e dentre elas citam-se: as constantes mudanças de ministro da pasta, cada um trazendo consigo um rol de prioridades e lógica de trabalho interno diferenciado, causando falha na comunicação entre as unidades internas do MET, o que por sua vez prejudicou a alimentação do sistema de informações gerenciais, por não ter havido retorno quanto às ações de empenho, publicação e pagamento dos convênios relativos aos processos encaminhados pela área técnica; a questão da capacitação de recursos humanos da equipe gerencial, os quais, pelos recursos ínfimos destinados a esta ação, não tiveram acesso a cursos básicos, como de informática e planejamento (de fato, as únicas capacitações oferecidas à equipe gerencial dizem respeito às ofertadas pelo

Ministério do Planejamento em convênio com a ENAP); a carência de recursos materiais, como por exemplo, insuficiência de microcomputadores, infra-estrutura inadequada (ausência de espaço físico condizente); e recursos humanos insuficientes tanto quantitativa quanto qualitativamente.

Por outro lado, quando se fala sobre a capacitação de recursos humanos realizados pelos parceiros do Programa Secretarias Estaduais de Esporte, Prefeituras Municipais e ONGs, esta obteve excelente resultado. Tanto é que, onde houve esta capacitação para se trabalhar com o Programa, verifica-se que a execução técnico-filosófica foi adequada, não fugindo aos princípios pedagógicos que norteiam o Esporte Solidário.

Contudo, nem só as dificuldades internas afetaram a execução do Programa, dificuldades externas também podem ser mencionadas, e entre elas as que mais se destacaram foram as constantes emendas parlamentares (as quais são, em sua maioria, desalinhadas com a proposta do Programa), a falta de capacidade gerencial para se articular com os ministérios que participam desse Programa (multissetorialidade), a falta de controle social sobre a execução do programa e a inadimplência estadual ou municipal (com o advento do Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, os pequenos municípios foram obrigados a levantar documentação e prestar informações gerenciais com sofisticação que torna impeditiva a habilitação dos entes federativos mais carentes, inclusive de capacidade gerencial para cumprir com as exigências).

Outro fator externo de extrema influência negativa quanto à execução do Programa é o fato de que, historicamente, a prática de se liberar limites orçamentários e financeiros nos últimos dias do ano tem motivado constantes inscrições de restos a pagar pelo órgão, que acabam sendo considerados na definição do limite para o ano seguinte, comprimindo ainda mais a capacidade de pagamento e de execução de novos objetos. Trata-se, pois, de um ciclo vicioso, onde a execução de boa parte do orçamento de um ano acaba por se dar no ano seguinte.

As formas pelas quais o Programa monitora os resultados e satisfação do público-alvo são mediante visita *in loco* e pelo recebimento dos relatórios técnicos emitidos pelos conveniados. Não há controle social efetivo sobre o Programa, a não ser por algumas cartas que são enviadas esporadicamente à gerência do Programa por pais, mestres ou alunos, relatando sua experiência com o mesmo. Como os recursos administrativos, financeiros, humanos e materiais são escassos no Programa, poucas visitas *in loco* são realizadas. Dessa forma, pode-se dizer que os resultados do Esporte Solidário são, praticamente, aferidos apenas mediante o recebimento dos relatórios técnicos.

Contudo, forma indireta de se aferir o sucesso do Programa junto ao seu público-alvo foram os constantes pedidos dos seus parceiros que se encontravam neste ano em processo de renovação de convênio - o qual teve como critério a seleção de entidades que atenderam às exigências técnicas constantes no Programa - em terem demonstrado interesse na ampliação das metas, quer seja no número de participantes, no número de Núcleos de Esporte oferecidos ou nas modalidades esportivas oferecidas.

Detaca-se também a parceria do Esporte Solidário junto aos programas Reestruturação do Sistema Penitenciário e Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, ambos sob a gerência do Ministério da Justiça, e que possuem uma ação que é realizada pelo próprio MET, que é o Projeto Pintando a Liberdade, responsável pela produção de material esportivo.

Há ainda grande potencial em se formar parcerias com outros programas, fato este que já foi tentado, mas sempre sem lograr sucesso. Há indícios de que este insucesso esteja calcado na escassez de recursos, o que faz com que os programas sempre olhem primeiro para seus problemas internos para posteriormente fazerem análise de como auxiliar suas parcerias.

Com base no que o Programa logrou construir desde a sua concepção, o que se espera para 2003 é a sua consolidação como indutor da principal meta do atual Governo para o setor: fomentar o esporte como instrumento de inclusão social, gerando formação de capital social e funcionando como preventor de riscos, como a violência urbana.

Gestão das Políticas de Esporte e Turismo

Resultados

O Programa de Gestão das Políticas de Esporte e Turismo tem peculiaridades próprias, a iniciar por ser um programa voltado às necessidades internas de cada setor, a fim de auxiliar no desenvolvimento de suas políticas.

Dentre os resultados alcançados no ano de 2002 destacam-se o acordo básico de assistência firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual propiciou avanços significativos no sentido de dotar o Ministério do Esporte e Turismo - MET de planos nacionais para o setor do esporte e turismo; o desenvolvimento de políticas de incentivos fiscais para o setor; a participação na elaboração dos termos de referência para a concepção da estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável da Amazônia Legal - Proecotur; e o arranjo institucional e operacional do Prodetur NE e SUL.

Fato negativo que tem comprometido o alcance de resultados pelo Programa está balizado no que concerne à gestão, a qual ainda tem muito a avançar. O Programa não tem sido exitoso para fomentar a implantação de um modelo eficiente e eficaz de gestão das políticas integradas. Há que se considerar, em contrapartida, que as equipes técnicas e gerenciais (finalísticas) da administração direta ficam quase integralmente absorvidas com a elaboração de termos de convênio, instrução de processos, celebração de instrumentos, controle da execução dos termos e análise de prestação de contas; todas atividades fundamentais, mas relativas a processos, não a resultados, e que nada guardam de relação com a formulação e a coordenação das políticas. Importantes parcerias poderiam ser firmadas caso as equipes pudessem começar a pensar estrategicamente.

Como destaque positivo, pode-se citar a elaboração de instrumentos normativos que contribuíram para o aumento do aporte de recursos da iniciativa privada, inclusive internacional, nos setores de esporte e turismo, para assegurar à sociedade os seus direitos de cidadania. Como exemplo, pode ser citada a nova Lei de Navegação de Cabotagem, a qual permite o trânsito de embarcações com bandeiras estrangeiras na costa brasileira. Tal fato possibilitou o aumento de viagens em cruzeiros marítimos, tendo o litoral brasileiro como origem, destino ou rota, fomentando, também, a exploração de atividades turísticas complementares nos pólos turísticos de regiões portuárias onde ancoram os navios transatlânticos. Um bom exemplo é a pequena cidade paulista de Ilha Bela, a qual recebeu dezessete navios nacionais e internacionais na temporada de 2001/2002 e deve aumentar para 21 na temporada 2002/2003, conforme roteiro dos cruzeiros planejados.

Outro exemplo de resultado positivo é o Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional, que regula os direitos do torcedor esportivo, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados, Casa iniciadora.

Concepção

O Ministério foi criado em 1999. Desde a sua criação, o cargo de Ministro foi ocupado por três pessoas com formações e orientações políticas distintas, com conseqüente substituição constante também da equipe diretiva. A descontinuidade comprometeu a definição e a coordenação das políticas públicas destes setores.

Gerente:

Gilmar Martins Borges

Aspecto positivo reside na área de planejamento e formulação de políticas, a qual possui convênio firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em vigência, com o

propósito de desenvolver planos nacionais de esporte e turismo, necessidade premente deste Ministério. A maior dificuldade do órgão está justamente em conseguir priorizar as áreas de atuação entre as competências constitucionais e legais ao órgão atribuídas. Essa priorização deverá responder às perguntas: Quais segmentos da sociedade devem ser melhor focados no tocante à acessibilidade a atividades lúdicas e esportivas? Qual a forma mais efetiva de se promover o interesse da iniciativa privada em apoiar os esportes de rendimento? A forma atual de conceber a atuação no setor de turismo é a mais adequada, ou é preferível segmentar os programas pelos setores mais atrativos e potenciais em geração de divisas e emprego? Etc.

Como a Secretaria Nacional de Esporte - SNE faz parte da administração direta, ela apresenta problema peculiar que não é observado na Embratur, por esta ser uma autarquia. A SNE não dispõe de equipe qualificada para conduzir as atividades das áreas-meio (análise de convênios e prestação de contas, por exemplo), deslocando pessoal qualificado para trabalhar na elaboração de estratégia dos setores para esta função. Ou seja, a qualidade na condução estratégica das políticas guarda relação inversamente proporcional à eficiência no acompanhamento da execução dos convênios. Face a tal dificuldade, o Ministério do Esporte e Turismo encaminhou proposta de estrutura à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Seges/MP, mas, passados quase dois anos, não houve ainda qualquer resposta ao pleito.

Desta forma, torna-se árduo trabalho tentar motivar um diretor de departamento, amplo conhecedor de políticas de esporte, de desenvolvimento tecnológico para atividades esportivas, sociais e de rendimento, entre outras áreas, para aferir a regularidade contábil de documentos fiscais comprobatórios de despesas, por conta dos convênios firmados.

Por outro lado, aspecto bastante positivo é que os técnicos responsáveis pela condução das políticas específicas são os que determinam as prioridades e instruem os processos de concessão voluntária de recursos, principal forma de execução do Programa.

Outro aspecto relevante é a qualidade das parcerias firmadas, especialmente com institutos de pesquisa, internos ou externos ao Governo Federal. O contrato com o PNUD vem apresentando resultados satisfatórios e as outras parcerias pontuais, com universidades e com o CNPq, por exemplo, também foram proveitosas.

Por fim, não poderia deixar de ser mencionada a questão da estratégia do envolvimento direto do MET com a sociedade organizada, como é o caso da Comissão Nacional de Atletas, composta por esportistas e paradesportistas de destaque no cenário internacional, sendo um segmento interessado, organizado, que funciona como órgão consultivo e auxiliador na definição e condução das políticas ligadas ao esporte. No caso do turismo, o Ministro é titular em diversos conselhos e fóruns, além de ter estreita ligação com o setor empresarial, o que lhe confere legitimidade para atuar em consonância com as aspirações do *trade* turístico.

.....
O Programa executou 98,6% dos recursos previstos inicialmente (o que corresponde a R\$ 36.661.067,00). Contudo, em termos quantitativos, nenhuma de suas ações conseguiu cumprir, proporcionalmente, o financeiro executado. Tal fato se justifica porque o Programa é executado quase que na sua totalidade mediante convênios, os quais prestarão conta de seus resultados apenas neste ano de 2003. Dessa forma, fica claro que o gerente deste programa optou por não projetar as metas físicas que devem ser realizadas de acordo com os

Implementação

convênios assinados, tomando postura diferente de outros gerentes de programa na mesma situação neste ministério, devido à natureza conceitual e normativa das ações, medidas por etapas de evolução dos estudos, pesquisas e fases dos projetos em processo de implementação.

Fato curioso a este Programa em comparação com os demais programas do MET é que mesmo sofrendo com efeitos nocivos do contingenciamento de quase 75% no ministério, a descontinuidade do fluxo de recursos não prejudicou de forma decisiva a execução programada.

Os recursos executados em relação a previsão inicial do PPA (Lei nº 9.989/2000) mais do que duplicaram. O Programa foi desenhado quando da estruturação do MET e, portanto, com a consolidação da instituição, as demandas pela formulação de políticas e pelo enfrentamento das situações fáticas ensejaram aporte maior de recursos e a congregação crescente de esforços, o que pode ser visualizado na progressão orçamentária do órgão e, particularmente, nas disponibilidades orçamentárias e financeiras do Programa em questão.

O Programa se destacou por sua capacidade de criar parcerias, como as com o Ministério da Educação, universidades, CNPQ e PNUD. Destaca-se neste contexto, a elaboração de ato normativo conjunto - Portaria Interministerial - entre os Ministros do Esporte e Turismo e da Educação, regulando a obrigatoriedade da prática de educação física no ensino regular. Este foi um esforço conjunto das equipes diretivas dos dois órgãos, envolvendo os programas de gestão de políticas públicas das áreas afins.

Como o Programa firma parcerias com a celebração de convênios, e estes só podem ser contratados mediante empenho prévio, o cronograma foi condicionado às liberações de crédito orçamentário e a execução efetiva às liberações financeiras. Quando as parcerias se dão com universidades federais, as realizações, tanto pela celebração de convênios quanto pela operacionalização de destaques, podem ser frustradas por dificuldades financeiro-orçamentárias de qualquer uma das partes. Apesar de não operar de forma contundente com estados e municípios, as dificuldades para o Programa também são recrudescidas em anos eleitorais. Não há limitação legal para se pactuar com entidades federais ou privadas, mas a prática orçamentária brasileira inibe as realizações apenas por não conceder tempestivamente os limites, que sofrem expansão logo após o encerramento do período eleitoral.

Portanto, o maior desafio para a implementação está em se conseguir que, de fato, o orçamento seja um instrumento de programação anual, não sofrendo com ajustes anteriores, mesmo à superveniência de fatores que possam frustrar as expectativas de receitas. De fato, a edição de decreto de programação financeira, mais tarde, demonstra que as receitas foram subestimadas, promovendo a expansão de limites ao final do ano. A programação e a definição de cronograma anual, com fluxo regular de recursos, é fundamental para consolidar parcerias com base em informações e compromissos seguros.

Houve, ainda, interferência nos processos de contratos e convênios causada pelos impedimentos legais constantes na Lei Eleitoral e pela lentidão na tramitação de convênios de entidades localizadas fora de Brasília.

Turismo: A Indústria do Novo Milênio

No que concerne à evolução dos indicadores, o período que compreende os anos de 2000-2002 não apresenta bons resultados para este segmento.

Resultados

Quanto ao indicador do fluxo de turistas estrangeiros, este, após período de cinco anos de resultados positivos, que quase se triplicou (2 milhões em 1995 para 5,3 milhões em 2000), acabou por apresentar queda em 500 mil turistas estrangeiros no ano de 2001, ou seja, apresentou como resultado 4,8 milhões de turistas. A expectativa para o ano de 2002 é que se tenha, novamente, logrado resultado negativo, recepcionando apenas 4 milhões de turistas estrangeiros.

Tais resultados demonstram a fragilidade à qual está exposto nosso segmento de turismo. Enquanto em 2001 a queda no fluxo de turistas estrangeiros nas Américas foi de 5,9% em relação a 2000, no Brasil esta queda foi na ordem de 9,4%. Esta queda está baseada, além de no ataque terrorista aos EUA em setembro de 2001, principalmente pela na crise econômica que vem assolando a Argentina desde os últimos meses de 2000, cujo mercado emissivo de turistas vinha sendo responsável por 33% do total de turistas recebidos em nosso País nos últimos anos.

Quanto ao indicador fluxo de turistas domésticos, estes apresentaram resultados positivos em 2000 (de 38,2 milhões de turistas em 1998 para 45,9 milhões de turistas em 2000). Contudo, contrariamente ao esperado, o fluxo de turistas domésticos logrou queda em 2001, sendo representado pela movimentação de 41,3 milhões de turistas. Tal resultado leva a crer que o trade turístico nacional praticou preços incompatíveis com a realidade econômica dos brasileiros. Todavia, com a disparada do dólar no ano de 2002, a expectativa é de que o fluxo do turismo doméstico tenha obtido resultado expressivo nesse ano.

Ademais, faz-se necessário destacar outros resultados expressivos alcançados nesses três anos de PPA, como a melhoria da segurança dos turistas e operadoras de turismo, mediante: a inserção da Embratur no Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor; os programas de proteção ao consumidor; a nova classificação dos meios de hospedagem e serviços; a fiscalização e rescisão de maus serviços; e o seguro responsabilidade civil para pacotes turísticos. Destacam-se também, neste contexto, a mudança da imagem do Brasil no exterior - "país de turismo sexual", mediante a forte promoção e divulgação do produto turístico brasileiro em mercados internacionais com potencial emissivo (campanhas e aumento da participação em eventos internacionais) e principalmente pela adoção de campanhas de combate à exploração do turismo sexual infanto-juvenil. Este tipo de campanha foi tão importante que a Organização Mundial do Turismo - OMT a reconheceu como sendo pioneira e de grande repercussão, respeito e importância mundial.

Outro aspecto que não poderia deixar de ser mencionado é a questão do montante investido em infra-estrutura turística: R\$ 212,8 milhões e R\$ 73 milhões, nos anos de 2000 e 2001, respectivamente, contra os R\$ 36 milhões investidos em 1999.

O mercado do turismo, ao lado do petróleo e das comunicações, é o que mais cresce em todo o mundo, movimentando 52 setores da economia. De fato, segundo dados de 1999 da Organização Mundial do Turismo - OMT, da Organização Mundial do Comércio - OMC e do Fundo Monetário Internacional - FMI, o turismo é o principal item de exportação de bens e serviços - US\$ 555 bilhões (7,9% do PIB Mundial) - no mundo, seguido pelos produtos automotivos (7,8%), produtos químicos (7,5%), alimentos (6,6%), combustíveis

Concepção

Gerente:

Luiz Otávio Caldeira Paiva

(5,1%) etc. Ademais, dados da World Travel & Tourism Council - WTTC indicam que até o final deste ano o turismo terá proporcionado 192,2 milhões de empregos e movimentado US\$3.6 trilhões, caracterizando uma participação de quase 12% do PIB mundial. Ainda segundo a OMT, na década de 1990 o turismo mundial obteve crescimento de 57%. As previsões também indicam crescimento desses números para US\$6.6 trilhões até 2010, proporcionando 251.9 milhões de empregos em todo o mundo. As estimativas do WTTC para a América Latina são ainda mais otimistas, demonstrando que o setor poderá duplicar seu impacto econômico já na primeira década deste novo milênio, passando sua participação no PIB de US\$97 bilhões em 2000 para US\$187 bilhões em 2010.

Em 1988, o Poder Constituinte, já exorbitando a importância econômica e social desse setor, fez constar na Constituição Federal, em seu artigo 180, que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

O Brasil é um país que possui grande diversidade étnica, cultural, religiosa e ambiental. Aliado a estes fatores, ainda tem-se que o povo brasileiro é, e assim é reconhecido mundialmente, um povo hospitaleiro. Tudo isso serve de indução à promoção do turismo.

Apesar de aspecto tão favorável, segundo estimativas contidas na Pesquisa Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - Fipe/Embratur, o Turismo é responsável pela geração direta de apenas 2% do PIB do País, desconsiderada a sua contribuição para a formação bruta de capital. Esta participação no PIB corresponde a um valor de R\$ 23,6 bilhões em 2001. Enquanto isso, na Argentina, por exemplo, esse segmento responde por 10% de seu PIB.

As populações dos municípios turísticos demandam por melhores condições de vida, trabalho e renda para seus habitantes, que sejam sustentáveis a longo prazo. Dessa forma, existe necessidade de: gerar emprego e renda para a população dos municípios turísticos de forma sustentável, transformando estas áreas de potencial turístico em destino turístico consolidado, com foco nas regiões menos desenvolvidas do país; preservar o Plano Real, com estabilidade econômica, gerando receita cambial positiva; tornar os serviços turísticos brasileiros com padrão de qualidade internacional, face à concorrência e ao anseio da população no que tange aos seus direitos como consumidor no exercício da cidadania e democracia; propiciar acesso à população brasileira ao nosso mercado interno, com produtos diversificados de qualidade e com preços justos (o mesmo se aplica ao mercado internacional, o qual busca encontrar produtos turísticos diferenciados); e proporcionar o desfrute ordenado do bem natural e do bem cultural pelos turistas, gerando oportunidade de trabalho e renda para populações locais, contribuindo para preservação dos nossos valores e para a conservação ambiental.

Para uma das questões mais delicadas do Governo Federal, que é a questão do emprego, o setor turismo surge como uma ótima saída, já que cada US\$7 mil mantém um emprego nesse setor, enquanto que na indústria automobilística, por exemplo, são necessários US\$85 mil para este feito. Ademais, para se gerar emprego nesse setor temos como exemplo: para o setor hoteleiro são necessários US\$16.5 mil; para o setor de restaurantes são necessários US\$4.1 mil; e para o setor de artesanato são necessários US\$20 para a manter o emprego e garantir a compra de matéria-prima.

Surge, portanto, o Programa Turismo: A Indústria do Novo Milênio, com o objetivo de "Aumentar o fluxo, a taxa de permanência e o gasto de turistas no País". Para garantir que isso ocorra, o programa conta com várias ações: realização de campanhas para promoção do turismo interno e externo; sinalização turística; estruturação de segmentos do turismo (pesca amadora e ecoturismo); publicação de anuário estatístico; avaliação da qualidade dos serviços turísticos prestados; participação, realização e captação de eventos turísticos; dentre outras - sendo executadas, em sua maioria, de forma descentralizada. Na verdade, esse Programa representa, praticamente, toda a atuação da Embratur. A única unidade que não está englobada é a que cuida da gestão descentralizada do turismo, que corresponde ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT.

O Programa está totalmente balizado na Política Nacional de Turismo, a qual estipula como diretrizes: promover o desenvolvimento local sustentável nos municípios turísticos; criar ambiente para a geração de empregos, redução das desigualdades regionais e a inclusão social dos excluídos; inserir competitivamente o Brasil no mercado internacional, visando aumentar as exportações e gerar receitas cambiais; garantir direitos e qualidade na prestação de serviços turísticos ao consumidor; promover e buscar a formatação, diferenciação e comercialização de produtos turísticos nos estados e na Federação; e promover a utilização sustentável do patrimônio histórico, artístico, etnográfico e ambiental do Brasil, privilegiando os critérios universais de conservação e incentivando empreendimentos geradores de emprego e renda.

Outra estratégia da Política Nacional de Turismo - na verdade, uma de suas principais - é contribuir para modernizar a legislação brasileira para o segmento, de forma a acompanhar as tendências do mercado internacional. Dentre as modernizações, destaca-se a que trata dos cruzeiros marítimos. Atualmente, 232 navios de cruzeiros navegam pelos mares do mundo, transportando 8 milhões de passageiros e gerando um movimento de US\$28 bilhões anuais. O mercado cresce 8,3% ao ano. Para abrir nova via de atração de turistas estrangeiros para o Brasil e oferecer mais uma opção de turismo interno para os brasileiros - ingressando assim no mercado mundial de cruzeiros - a Embratur liderou movimento para que o País abrisse mão do que dispõe o Tratado de Montego Bay (10/12/1982), mais conhecido como Tratado do Mar, onde está disposta a proibição a navios estrangeiros de realizar cabotagem em território alheio, salvo se este país abrir mão dessa prerrogativa. Como consequência, de quinze navios que atracavam em portos brasileiros e que faziam 57 escalas em 1997, em 2001 tivemos 105 navios realizando 342 escalas.

O turismo, para se desenvolver, precisa de qualidade na sua prestação de serviços, oferecendo boa infra-estrutura turística (hotéis, pousadas, resorts, parques temáticos), a qual pode ser financiada com recursos do Ministério do Esporte e Turismo - MET. Contudo, existem outros aspectos, como a infra-estrutura básica (saneamento, estradas, aeroportos, recuperação de patrimônio histórico), que não se encontram na alçada das políticas do MET e que são de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, influenciando a criação de estreita parceria do Programa com outros órgãos condutores de políticas públicas, como os Ministérios do Meio Ambiente, Cultura, Justiça, Relações Exteriores, Trabalho, Agricultura, etc.

O programa adota, ainda, como estratégia de médio e longo prazos, o trabalho junto às escolas, com o projeto de iniciação escolar para o turismo Embarque Nessa, criado pela Embratur em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo

e Ministérios da Educação e da Cultura, visando sensibilizar e conscientizar crianças e jovens da importância do turismo para o desenvolvimento social, bem como, tornando-os multiplicadores desta idéia. Esta conscientização visa, além de enfatizar a necessidade de se tratar bem o turista, à valorização e à proteção do patrimônio natural e cultural do país.

Quanto à estratégia para captação de turistas estrangeiros, boa parte da verba está sendo aplicada nos países do Mercosul. E a explicação é simples. Pesquisa da OMT comprova que 80% das viagens feitas no mundo são de curta distância - média de cinco horas. Contudo, não só a proximidade geográfica é motivo para os vizinhos do Mercosul serem alvo para incrementar o turismo brasileiro. Com exceção do Paraguai, todos os demais países apresentam níveis de riqueza e bem estar da população superiores aos brasileiros. Pesquisa feita pela Universidade de Brasília - UnB apontou que 58% dos argentinos, 48% dos chilenos e 46% dos uruguaios já fizeram viagens internacionais de lazer mais de uma vez. Todavia, com a crise política e econômica que os países da América do Sul vêm passando na atualidade, faz-se necessário ditar nova estratégia para o curto prazo capaz de amenizar a queda da recepção do turista estrangeiro sul-americano, uma vez que se espera que estas crises sejam passageiras.

Como resultado desta política de captação de turistas estrangeiros, desde 1998 o Brasil é o país que mais recebe turistas estrangeiros na América do Sul.

Fato interessante a relatar é o resultado do Estudo da Demanda Turística Internacional 2001, publicação da Embratur, onde a questão da segurança pública ocupa apenas o quarto lugar dentre as maiores reclamações dos turistas estrangeiros acerca da infra-estrutura urbana e turística brasileira. Eis o resultado:

O que Turistas Criticam:

1) Sinalização Turística	15,8%	4) Segurança pública	9%
2) Limpeza pública	12,1%	5) Táxi	5,8%
3) Comunicações	10,5%	6) Diversões Noturnas	3,2%

A idéia principal quanto ao turismo nacional é a de difundir novos pontos e produtos turísticos, destacando suas potencialidades para aumentar os fluxos entre os estados brasileiros, especialmente as regiões de menor nível de desenvolvimento. Uma das estratégias é dispor de trezentos produtos turísticos consolidados até o final de 2003. Antes do início do PPA havia apenas algo em torno de cinquenta produtos turísticos consolidados.

Dentre os dois fluxos turísticos, parece haver preferência do Programa em focar na recepção de turistas estrangeiros, o que é um equívoco. O turismo doméstico possui maior capacidade de movimentar o setor do que o turismo internacional. Na Europa, 80% da movimentação turística se dá pelo fluxo dos próprios europeus no continente. A dimensão deste é 19% maior que de nosso País (10.149.253 Km² contra os 8.514.215 Km² brasileiros). Ademais, nos EUA, que é um país de proporções territoriais apenas 13% maior que o nosso (9.629.091 Km²), o fluxo de seu turismo interno é maior do que todo o movimento turístico internacional. O que o brasileiro precisa é que lhe sejam ofertadas condições de praticar o turismo interno de forma barata e com qualidade, com o mesmo nível, se não superior, encontrado em outros países. O ecoturismo, o turismo cultural, os parques temáticos, o turismo da terceira idade, o de aventura e os roteiros da fé são apenas alguns dos exemplos das tendências de alternativas bem sucedidas para o turismo nacional.

O Programa executou 71,5% de seu orçamento aprovado, o que corresponde a R\$ 67.143.398,00.

Implementação

Como o foco principal do Programa é a recepção de turistas estrangeiros, a execução ficou prejudicada neste ano, pois, as ações (campanhas, feiras, eventos) que são desenvolvidas para esta parte do público-alvo do Programa são cotadas em dólar, e esta moeda apresentou supervalorização frente ao real no ano de 2002. A consequência desta variação cambial não foi a redução em participação de feiras, pois as que a Embratur participa são consideradas "obrigatórias", prejudicando então a qualidade da participação.

Outro grande complicador para uma execução mais efetiva do Programa foi a falta de dinâmica acerca da liberação de recursos, comprometendo a execução das ações planejadas e, por vezes, até as paralisando.

Também apresentou destaque negativo a quantidade de emendas (acrescentaram 45% ao orçamento proposto), que introduzidas de forma aleatória, sem observar critérios técnicos, concorreram com as ações planejadas, relevantes ao Programa. Ademais, até mesmo internamente ao ministério houve empecilhos, como o atendimento de prioridades próprias, descasadas dos critérios técnicos do Programa, controlando a destinação dos recursos a serem aplicados.

Ponto bastante positivo trata da capacidade do Programa em ter efetuado parcerias junto a entidades de classes, ONGs, empresas do setor e outros órgãos da administração pública, as quais vêm tendo a capacidade de dar maior visibilidade à realização das ações. Dentre as vantagens dessas parcerias destacam-se: descentralização das ações de fiscalização e controle para as Secretarias Estaduais de Turismo; atuação do MET na articulação governamental e na forma de dispor programas de infra-estrutura complementares; atuação do Ministério das Relações Exteriores de forma específica na formação da imagem do Brasil, proporcionando bases locais nos principais mercados turísticos emissores; as entidades de classes possibilitando o cadastramento, a classificação, o estabelecimento de padrões de qualidade e a articulação junto à iniciativa privada; e as ONGs emprestando credibilidade às ações do Programa.

Contudo, alguns destes parceiros também trouxeram consigo algumas desvantagens como as secretarias estaduais de turismo, pela falta de pessoal qualificado e prioridades diferentes no âmbito de sua esfera de governo.

Outro aspecto positivo é a capacidade de monitoria da gerência em relação à execução descentralizada de duas ações muito importantes ao Programa: *marketing* e sinalização turística. Sobre o *marketing*, a evolução de sua execução é acompanhada conjuntamente com a Secretaria de Comunicação da Presidência - Secom/PR, utilizando-se de relatórios expedidos por companhias licitadas para este fim. Já a sinalização, ela é acompanhada pela CAIXA, a qual controla o orçamento e mede a execução das ações.

A participação da sociedade no Programa também merece destaque, uma vez que, existem vários conselhos de turismo em que a Embratur participa conjuntamente com os estados, municípios, entidades de classe e iniciativa privada. A Embratur participa, ainda, juntamente com os Procons, nas ações de garantia dos direitos do cidadão e dos usuários dos produtos e equipamentos turísticos.

Por fim, vale ressaltar o esforço do Programa em obter dados estatísticos que, mesmo não sendo de todo confiáveis, sejam capazes de ajudar a diagnosticar o setor.

Municipalização do Turismo

Resultados

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, chegou ao ano de 2002 tendo 497 municípios com suas comunidades conscientizadas para a importância do turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico; com setores e segmentos diretamente ligados à atividade turística estruturados e organizados; com Conselhos Municipais de Turismo compostos por representantes dos segmentos da comunidade; e com Fundos Municipais de Turismo instituídos com o propósito de dar condições de gerenciamento e implementação das ações que nortearam o turismo municipal.

Destes 497 municípios, 96 já receberam o Selo de Ouro do Turismo, o que significa dizer que eles já estão implementando seus Planos de Desenvolvimento Turístico, enquanto que os 401 restantes foram agraciados com o Selo de Prata do Turismo, o que significa dizer que estes estão em processo final de elaboração de seus Planos. Tal resultado traz consigo a perspectiva do cumprimento da meta proposta para o final de 2003, que se refere a 550 municípios agraciados com Selo de Ouro.

Contudo, esse resultado poderia ter sido ainda mais expressivo se não fosse por três motivos: a falta de recursos causada pelos contingenciamentos, quando da execução do Programa ao longo desses últimos três anos; a perda, em 2001, do status de programa estratégico alcançado em 2000 (o que garantiria fluxo regular de recursos ao Programa); e as dificuldades de gestão (imposição de burocracias que estão distantes da realidade da maioria dos municípios brasileiros).

Todos estes fatores, mais a necessidade de se buscar alternativas consistentes para o desenvolvimento do turismo, contribuíram para que os custos de implementação das ações do Programa no âmbito dos estados e municípios fossem assumidos pelas instituições parceiras do PNMT, ou seja, pelas prefeituras municipais, entidades de classe ligadas ao setor turismo, ONGs, Sebrae, Senac, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e diversos órgãos estaduais de turismo, os quais acreditam no ideal e na proposta do programa.

Concepção

No ano de 1994, a Embratur identificou cerca de setecentos municípios com potencial para o desenvolvimento do turismo, sendo que apenas trinta destinos eram divulgados e comercializados no Brasil. Os demais, além de possuírem recursos turísticos que precisariam ser transformados em produtos, também necessitavam passar por um processo de municipalização do turismo, envolvendo suas comunidades e dando as condições necessárias para sua inserção no mercado turístico nacional e/ou internacional.

O Brasil tem hoje cerca de 1.800 municípios com potencial turístico que, antes de necessitarem de recursos financeiros para investimento na construção e/ou modernização de sua infra-estrutura básica e/ou equipamentos turísticos, precisam entender e aprender a importância de se reconhecer e trabalhar o turismo de forma profissional como uma alternativa viável, eficiente e consistente de desenvolvimento econômico-social. Nos últimos cinco anos, os municípios brasileiros têm demonstrado maior preocupação em buscar informações e conhecimentos práticos de como, quando, com quem, onde e porque fazer.

Gerente:

Anna Maria Marcondes Machado

O Programa tomou como referência para sua estruturação os instrumentos operacionais elaborados pela Organização Mundial do Turismo - OMT, os quais foram adaptados à realidade brasileira, com o propósito de

implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência, eficácia e efetividade na administração da atividade turística, adotando a metodologia de enfoque participativo para a formação de sua equipe técnica de operacionalização.

O novo modelo de gestão da atividade turística defende que o turismo só existirá na cidade, de maneira planejada e eficiente, se as soluções e os caminhos percorridos forem encontrados por seus moradores. Isto porque a indústria do turismo sabe que não há produto sem serviço. Ou seja, não há, portanto, natureza, por mais admirável que seja, capaz de atrair visitantes se não existirem trilha de acesso, sinalização, guia e hospedagem. E ninguém sabe melhor como garantir esses serviços do que os moradores de cada cidade, porque são eles que efetivamente conhecem o local onde moram.

Contudo, não basta apenas garantir os serviços, mas apresentar excelência de serviço, ou seja, qualidade, para que o turista que vá àquela localidade, além de recomendar a outras pessoas, também retorne em uma oportunidade futura.

Quanto à metodologia do enfoque participativo, ela consiste em "Oficinas de Capacitação" - sendo esta a principal ação do Programa - compostas por grupos de trabalho em que todos os participantes, com base em perguntas ou em documentos orientadores, vão propondo a construção do conhecimento, a partir da realidade individual. No decorrer do processo, essa construção sofre ajustes, correções, sugestões e novas interpretações.

As Oficinas são conduzidas pelo Moderador, profissional com formação no método ZOPP - Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos, que assessora o grupo; mobiliza os conhecimentos; facilita o intercâmbio horizontal estimulando o debate entre os participantes; introduz recomendações e técnicas; e contribui para a criação de um ambiente agradável para interação e cooperação.

A escolha da metodologia justifica-se por ser um método em que todos os envolvidos contribuem para a construção do conteúdo, eliminando, dessa forma, as dispersões geradas pelos conflitos, na medida em que todos os temas devem obter consenso no grupo, tornando efetiva a assimilação da informação e estabelecendo missões, etapas e tarefas práticas a serem cumpridas no desenvolvimento da rotina de trabalho.

O PNMT nasceu em agosto de 1994 como um programa de gestão do turismo que visa à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo como resultado a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Com o PPA 2000-2003 o Programa sofreu algumas transformações e passou a também lidar com ações que apresentam despesas de capital. Assim, os outros produtos que o Programa oferece, além das oficinas, são: estudos realizados para o desenvolvimento do turismo sustentável local; artesãos apoiados financeiramente para a compra de matéria-prima; estímulo à diversificação no uso de materiais e formas ao produto artesanal; centros de formação para o turismo implantados (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo); produtos turísticos formatados; estudos realizados acerca da gestão da limpeza urbana e sistemas de acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos implantados em municípios turísticos, uma vez que, o lixo é a

segunda maior reclamação feita por turistas estrangeiros em viagem por nosso país; infra-estrutura turística ou urbana de interesse do segmento recuperada; e municípios atendidos com a promoção do turismo sustentável local.

O PNMT é, portanto, um programa que tem por objetivo Promover o desenvolvimento do turismo sustentável local, atuando junto à sociedade organizada de forma a gerar emprego e renda duradouros, trabalhando com a auto-estima do cidadão local, com a estruturação e organização de segmentos que têm impactos diretos na atividade turística regional, com o resgate de valores sociais, históricos, culturais e políticos dos municípios que detém potencial para o desenvolvimento do turismo, e com o desenvolvimento de um pensamento estratégico coletivo que permite à comunidade traçar um cenário ideal e propício para o desenvolvimento da atividade.

O Programa apresenta sua estrutura de forma descentralizada, composta por comitês estaduais, os quais têm como propósito acompanhar, avaliar, coordenar e monitorar as ações do PNMT nos municípios de seu estado; e conselhos municipais de turismo, composto por representantes da sociedade e dos segmentos que têm impactos direto na atividade turística municipal, com o objetivo de trazer os anseios da comunidade para as discussões e decisões acerca do desenvolvimento de ações para o incremento da atividade turística, bem como acompanhar e fiscalizar essas ações.

O Programa é o maior esforço já feito no Brasil pelo desenvolvimento do turismo sustentável. Conseguiu articular nacionalmente, regionalmente e localmente parcerias e convênios com universidades, associações de profissionais e patronais, associações comunitárias, órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, fundações e entidades do terceiro setor.

Implementação

O Programa executou 62,22% de seu orçamento aprovado, que corresponde a R\$ 103.123.928,00.

Como os recursos financeiros destinados ao Programa não foram suficientes, por causa dos contingenciamentos, as ações realizadas durante este período tiveram, em grande parte, suas execuções atreladas ao comprometimento dos parceiros com o PNMT. Destaca-se o fato de que estados e municípios, independentemente da transferência de recursos por parte do Governo Federal, conseguiram atingir as metas definidas (por eles mesmos) no planejamento promovido anualmente pela Coordenação Nacional do Programa.

Ademais, sobre os recursos financeiros liberados, ocorreu outro grave problema: os recursos destinados a determinadas ações foram gastos em outras, na maioria das vezes sequer pertencentes ao programa, sem o conhecimento e consentimento de sua equipe gerencial, comprometendo o planejamento prévio realizado para o mesmo.

Fator positivo refere-se ao restabelecimento de parceria com o Programa Turismo Verde, neste ano de 2002, o qual visa o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, que permitirá confluir ações em prol do desenvolvimento e incremento do turismo nessa região.

Águas do Brasil
Amazônia Sustentável
Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida
Brasil Joga Limpo
Despoluição de Bacias Hidrográficas
Educação Ambiental
Florestar
Florestas Sustentáveis
Gestão da Política do Meio Ambiente
Nossos Rios: Araguaia-Tocantins
Nossos Rios: Paraíba do Sul
Nossos Rios: São Francisco
Pantanal
Parques do Brasil
Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios
Florestais
Proágua - Gestão
Problema da Amazônia
Qualidade Ambiental
Recursos Pesqueiros Sustentáveis
Turismo Verde
Zoneamento Ecológico-econômico

Ministério do Meio Ambiente

Águas do Brasil

Resultados

O objetivo do Programa é garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade. Os indicadores definidos para avaliação dos resultados deste Programa estão prejudicados tendo em vista a não implementação total das ações precursoras necessárias ao cálculo de seus números-índices - IN. Essas ações (Plano de Recursos Hídricos e Fortalecimento Institucional) tiveram seus recursos contingenciados, o que dificultou a montagem da estrutura necessária para a implantação da gestão nas bacias hidrográficas, mesmo nas consideradas prioritárias.

Além das dificuldades supra relacionadas, entende-se que o índice do indicador utilizado para monitoramento do instrumento de outorga terá que ser revisto. O índice proposto, Número-índice de Outorga de Água em Bacias Selecionadas, é calculado conforme a fórmula a seguir: $IN = \frac{\text{Vazão outorgada}}{(\text{Vazão outorgável} - \text{Vazão Outorgada})} \times 100$. A fórmula acima só poderia ser aplicada para bacias selecionadas, como é o caso dos programas referentes aos rios Araguaia-Tocantins, Paraíba do Sul e São Francisco, onde se pode determinar o valor da vazão outorgável.

Assim, esse índice não poderá ser apurado para o Programa Águas do Brasil que engloba o conjunto dos rios do Brasil e não bacias selecionadas, como é o caso do Programa Nossos Rios.

Os principais resultados são:

- criação da Agência Nacional de Águas - ANA;
- instalação do primeiro dessalinizador de água do mar no País, em Fernando de Noronha, com capacidade de produção 500 mil litros de água potável por dia;
- construção e implantação do laboratório de referência em dessalinização de águas salinas e salobras no campus da Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande;
- implantação do sistema de informações sobre recursos hídricos;
- elaboração de mapas relacionados à avaliação de recursos hídricos subterrâneos: cadastramento de poços do Estado de Sergipe (trinta mapas); estudos hidrogeológicos de Palmas (dois mapas); bacia de Pampulha (onze mapas); aerogeofísica de águas subterrâneas do Nordeste do Brasil (24 mapas); e cadastramento de poços - projeto São Francisco (dez mapas);
- relatórios relacionados à avaliação de recursos hídricos superficiais: estudo de regionalização de vazões de nove bacias hidrográficas;
- elaboração do sistema de alerta do Rio Doce;
- realização de fiscalizações e levantamentos em cerca de dezenove corpos d'água em todo o País;
- celebração de Acordo de Cooperação Técnica - Brasil/ Canadá, visando à otimização de metodologias de prospecção de água subterrânea em rochas cristalinas (CE, PE e RN);
- realização da avaliação hidrogeológica do Vale do Jequitinhonha - MG;

Gerente:

Jair Sarmiento da Silvas

- elaboração de estudos para a avaliação hidrogeológica, local ou regional, inclusive com perfuração de poços em bacias sedimentares nos estados de PE e PI;
- realização do cadastramento de 4.200 poços no Estado de Sergipe;
- elaboração de estudo hidrogeológico da região metropolitana de Belém (fase final de elaboração);
- elaboração de estudos hidrogeológicos na região oeste do Estado de Santa Catarina (em fase de conclusão);
- elaboração da carta hidrogeológica da região metropolitana de Manaus;
- realização de aperfeiçoamento e modernização do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - Siagas, desenvolvido, mantido e operado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;
- realização de estudos de avaliação de recursos hídricos via convênio de cooperação técnica CPRM/ Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;
- celebração de convênio de cooperação técnica CPRM/ANA e CPRM/ Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM para a realização de pesquisa, estudos, desenvolvimento tecnológico e modernização da rede hidrometeorológica (sistema de alerta na bacia do Rio Doce, previsão de cheias no Pantanal Mato-grossense, regionalizações de vazões em várias bacias hidrográficas);
- capacitação de 591 pessoas com a realização de dezessete cursos, com apoio do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-Hidro, do Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT, Universidade de Brasília - UnB, CPRM e outros parceiros;
- fornecimento de 75 bolsas de apoio técnico e iniciação científica que beneficiarão o trabalho do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul - Ceivap e da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA/RJ;
- realização de vários estudos de monitoramento das águas de superfície e subterrâneas constando de mapas de riscos potenciais de contaminação de aquíferos, tratamento de efluentes da suinocultura e fiscalização do uso sustentável dos recursos hídricos em várias bacias hidrográficas em todo o País;
- elaboração de Plano Nacional de Recursos Hídricos (em andamento);
- elaboração do Plano de Ação Nacional, combate à desertificação (em andamento);
- formulação de Política Nacional de Recursos Hídricos;
- coordenação de trabalho Avaliação das Águas do Brasil - 2002;
- coordenação do tema Recursos Hídricos, para a publicação Perspectiva de Meio Ambiente no Brasil - GEO BRASIL - 2002 (concluído);
- elaboração do Documento Nacional de Combate à Desertificação - 2002;
- reformulação, atualização e manutenção semanal da página da SRH na internet;

- elaboração de cinco convênios e apoio a eventos para implantação de sistemas de gestão de recursos hídricos;
- aquisição de doze *datalogger's* e equipamentos para monitoramento hidrológico, apoio à digitação e digitalização de dados, instalação e manutenção de equipamentos de telemetria, desenvolvimento e atualização de *softwares* aplicados à hidrologia;
- celebração de convênio com o Movimento Pró-Rio Doce - MPRD com vistas ao desenvolvimento do Processo de Constituição/Instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Por não serem aplicáveis, é necessário rever os indicadores deste Programa, uma vez que a existência da estrutura para viabilizar o seu cálculo será objeto dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Agência Nacional de Águas e seus parceiros, nos próximos anos, e neste período fica comprometida a avaliação do Programa utilizando-se esse indicador. Na formulação do próximo PPA deverá ser estabelecido novo indicador que possa refletir a montagem da estrutura para a gestão dos recursos hídricos no País e que leve em conta, pelo menos os seguintes estágios:

- formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (regulamentações, resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH);
- implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH (conselhos estaduais, comitês de bacia, agências de bacia); e
- implantação dos instrumentos de gestão (planos de bacia, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informações).

Apesar do desenvolvimento de muitas atividades no cumprimento das ações planejadas, apenas 16,79% do total previsto na Lei Orçamentária Anual foram liberados. Além disso, os conflitos pelo uso da água, assim como a sua qualidade, têm impedido muitos avanços referentes ao desenvolvimento da agricultura (limitações ao uso da irrigação) e da indústria (falta de reserva hídrica para geração energética). A deterioração dos recursos hídricos tem contribuído para o deficiente atendimento à população.

.....

O objetivo do Programa Águas do Brasil é a melhoria da disponibilidade dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, em todos os corpos d'água do País. Além de uma determinação legal, a execução das ações estabelecidas no programa Águas do Brasil possibilitará o atendimento da demanda social e econômica do País para o desenvolvimento das atividades produtivas. Em muitas regiões, o crescimento econômico tem sido inviabilizado ora pela indisponibilidade hídrica ora pela falta de conciliação nos conflitos pelo uso da água. Essas demandas só serão atendidas quando estiverem implementadas as ações deste Programa. É certo que um processo de estabelecimento da estrutura institucional não apresentará resultados imediatos, porém, sem este processo a demanda da sociedade pela melhoria da qualidade das águas e pelo desenvolvimento econômico sustentável não será atingido.

Concepção

O quadro abaixo representa as principais ações utilizadas na solução de problemas no âmbito do Programa:

Causa	Ação
Ausência de instrumentos de gestão e de organismos nos estados e no Distrito Federal para a sua implementação.	Fortalecimento institucional dos estados e do Distrito Federal associado à gestão dos recursos hídricos.
Necessidade de regulamentação e complementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.	Implementação de ações junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH para a discussão das regulamentações necessárias à legislação, além da conciliação do interesse dos organismos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH nos usos e jurisdições sobre a água.
Inexistência de organismos de gestão dos recursos hídricos.	Implantação do SNGRH contemplando os Comitês de bacia e as agências executivas de bacia.
As informações sobre os recursos hídricos do País não são suficientes ou se encontram indisponíveis tendo em vista a não implantação de mecanismos de consulta e articulação entre os bancos de dados existentes.	Implantação do SNGRH, instalando ou incrementando a rede de coleta e armazenagem de dados e criando a articulação necessária entre os bancos de dados existentes nos estados, nas bacias ou por entidades monitoras.
Não há planejamento e definições sobre o uso das águas nas diversas bacias hidrográficas.	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas, articulação entre os Planos de Bacias Tributárias de cursos principais de outras bacias com os instrumentos de gestão de enquadramento, outorga e cobrança, e com a discussão de investimentos que afetem a disponibilidade global dos recursos hídricos.
Insuficiência de dados sobre os recursos hídricos superficiais.	Avaliação dos recursos hídricos superficiais.
Insuficiência de dados sobre os recursos hídricos subterrâneos.	Avaliação dos recursos hídricos subterrâneos.
Falta de monitoramento da quantidade e qualidade das águas.	Estudos e monitoramento dos cursos d'água visando subsidiar os planos de bacia e a fiscalização da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.
Falta de fiscalização para o cumprimento e aplicação dos instrumentos de gestão.	Desenvolvimento de organismos e políticas de fiscalização do uso dos cursos d'água.
Pequena sensibilização e mobilização social para a garantia do cumprimento da legislação e para a conservação dos recursos hídricos.	Capacitação em educação ambiental voltada para os recursos hídricos.
Degradação dos recursos hídricos na Bacia do Rio Doce.	Recuperação hidroambiental da Bacia do rio Doce na Região Sudeste.

Os indicadores do Programa são capazes de medir os resultados finais, mas são insuficientes para a medição do resultado das ações do Programa, pois, na maioria das vezes, não apresentam produtos no curto prazo. Desta forma, faz-se necessária a elaboração de indicador que possa refletir a implementação dos sistemas de gerenciamento e de informações.

Sem a liberação dos recursos necessários não haverá a possibilidade de atendimento da demanda social. A insuficiência de limites orçamentários resultou na execução de R\$ 3.638.911,00, equivalente a 16,79% do total de R\$ 21.875.661,00, previstos na Lei do Orçamento.

As ações desenvolvidas pelos estados, municípios, entidades da sociedade civil e usuários dos recursos hídricos (dos setores industrial, de saneamento, de geração elétrica, de irrigação, de navegação, entre outros), todos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, não expressas no PPA 2000-2003, contribuem para o objetivo do Programa.

Em relação aos aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser melhorada citam-se três pontos:

- a organização dos trabalhos no âmbito da gerência: a gerência deverá coordenar as ações e não simplesmente atuar como relatora final dos trabalhos desenvolvidos;
- forma de articulação com outras unidades do ministério: as ações que sejam implementadas por outros ministérios e programas dentro de uma mesma região hidrográfica deverão ter instâncias de interação no sentido da compatibilização das mesmas visando sua complementaridade; e
- forma de articulação com outros ministérios: o sistema deverá instruir a gerência no sentido de que possa conhecer todos os programas afins, visando sua compatibilização e complementaridade.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para os principais resultados cita-se a implementação das ações, de forma articulada entre si, dependendo fundamentalmente de dois fatores:

- coordenação centralizada da implementação de todas as ações; e
- cumprimento das liberações orçamentárias de acordo com o planejamento das ações.

No que se refere às relações intra e interministerial, não existem mecanismos implementados que possam propiciar a supervisão, articulação e coordenação deste Programa. Assim, é necessário buscar:

- conhecimento de todas as ações em programas do Governo Federal para o cumprimento dos objetivos do Programa Águas do Brasil;
- instâncias de interação entre estes programas;
- metodologias de coordenação das ações do Programa por parte de sua equipe de gerência;
- planejamento estratégico em nível regional para atuação conjunta naquelas bacias prioritárias;
- avaliação conjunta de programas afins com a finalidade de programação e planejamento futuros.

Implementação

Para uma análise global sobre o Programa, serão avaliados, ano a ano, a aplicação dos recursos previstos e executados. Apresenta-se abaixo um resumo da execução financeira de 2000 a 2002:

Ano	2000	2001	2002
LOA (R\$)	36.200.562,00	84.557.035,00	27.376.624,00
Empenhado/ Realizado (R\$)	28.509.676,00	60.752.804,00	10.727.227,00
Execução (%)	78,75	71,84	39,18

Verifica-se que os valores executados nestes três primeiros anos não atingiram os valores previstos. Enquanto no ano 2000 a execução financeira ficou em 78,75% do valor previsto, no ano subsequente (2001) este percentual passou a 71,84%, despencando em 2002 para 39,18%.

Verifica-se ainda que no ano de 2002, quando a Agência Nacional de Águas mais necessitava de recursos para o desenvolvimento das ações programadas, menor foi o valor destinado e maior ainda a limitação dos gastos imposta pelo contingenciamento.

Esta correlação entre os valores previstos e os executados só não comprometeu mais as atividades da agência graças à execução de atividades por parte do corpo técnico da própria agência. No entanto, os resultados foram muito aquém dos previstos e necessários.

No tocante às ações realizadas por outros ministérios, idêntica a avaliação dessa questão do limite imposto pelo contingenciamento.

As ações desenvolvidas por outros ministérios (CPRM - Ministério de Minas e Energia - MME e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) foram executadas a contento, no limite máximo factível em função dos limites determinados pelo contingenciamento, como apresentado no decorrer da avaliação dos resultados do Programa. Deve-se ressaltar que as coordenações de ações desenvolvidas por outros ministérios interagiram positivamente com a gerência do Programa.

Quanto ao esforço de capacitação, o curso Orçamento e Execução Financeira: Desafios para o Gerenciamento dos Programas do PPA, oferecido com regularidade pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, vem contribuindo sistematicamente para possibilitar a ação mais efetiva da gerência na execução das ações, tendo em vista que fornece a capacitação necessária para o entendimento da dinâmica dos Planos Plurianuais, bem como dos aspectos técnicos que envolvem a execução da LOA.

Em relação ao desempenho dos parceiros, inúmeras parcerias realizadas no âmbito do Programa foram importantes fatores de otimização de recursos para a implementação das ações propostas como, por exemplo, a parceria realizada entre a ANA e o Ibama para fiscalização de uso de recursos hídricos, que propiciou por meio de uma ação conjunta o atendimento de atribuições de ambas as instituições.

No âmbito da ANA, ocorreu na prática um esforço efetivo de parceria entre o Programa Águas do Brasil e os demais programas do PPA sediados na instituição, tais como os programas Nossos Rios, Despoluição de Bacias Hidrográficas e

Próagua, uma vez que todos têm como objetivo o aumento da oferta de água de boa qualidade e possuem arcabouço conceitual identificado com a missão institucional da ANA.

Parcerias vantajosas poderiam ser buscadas com programas do Ministério do Meio Ambiente - MMA, destinados à proteção de recursos naturais como, por exemplo, o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, importante insumo para a elaboração dos planos de bacia.

Parcerias com programas do Ministério da Ciência e Tecnologia poderiam ser promissoras na área de capacitação voltada para novas tecnologias em despoluição de bacias hidrográficas.

Existem mecanismos permanentes de participação da sociedade, pois o modelo institucional para o gerenciamento de recursos hídricos de acordo com a Lei 9433/97 é essencialmente de participação social. Todo o esforço na realização das ações destinadas ao fortalecimento do sistema, inseridas no Programa, tiveram a participação da sociedade, condição essencial para a implementação da gestão de recursos hídricos e de seus instrumentos.

Referência deve ser feita à estruturação e consolidação dos comitês das bacias dos rios São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá, Paranaíba e, em especial, à campanha de cadastramento de usuários para regularização dos usos na bacia do Rio Paraíba do Sul. Ressalta-se que essas são ações precursoras para a efetiva aplicação dos instrumentos da gestão.

O Programa não avalia a satisfação dos usuários/beneficiários em relação à sua execução.

No tocante às ações destinadas a levantamentos básicos, como aquelas ações desenvolvidas pela CPRM e Embrapa, cujos usuários são os próprios gestores do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, é possível e desejável que a satisfação dos usuários seja avaliada. Entretanto, no caso dos setores usuários dos recursos hídricos, em geral, essa avaliação, embora desejável, fica prejudicada em função da ausência de mecanismos eficientes.

Amazônia Sustentável

O Programa Amazônia Sustentável está voltado para a promoção do desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

Resultados

Quanto ao indicador, sustenta-se que o indicador síntese de desempenho Taxa de Participação de Produtos Oriundos do Uso Sustentável de Recursos Naturais da Amazônia no PIB da Região é inadequado visto que:

- o dado é de 1980 e não de 1998, data do início do Programa, sendo impossível relacionar o desempenho do Programa com qualquer variação detectada no indicador;
- há um problema conceitual relativo ao indicador dada à dificuldade de definição de Produtos Oriundos do Uso Sustentável de Recursos Naturais da Amazônia a ser mensurado em termos de proporção do PIB regional; e
- há restrição quanto ao cálculo do PIB regional, haja vista a precariedade das estatísticas de produção para a região, sobretudo no que tange a produtos trabalhados em pequena escala, pelo setor informal rural e urbano, de forma muitas vezes intermitente.

Outro problema decorre do largo escopo do Programa (nove ações com grande diversidade de enfoque), dificultando a tarefa do indicador de traduzir satisfatoriamente o comportamento de tão diversas ações.

Quanto às metas físicas das ações, a maioria delas passível de estimativa, acredita-se que a variação das mesmas foi satisfatória. Algumas ações, como o Apoio a Comunidades Extrativistas da Amazônia - Amazônia Solidária e o Fomento a Projetos de Gestão de Recursos Naturais Na Amazônia - PPG-7 foram excelentes ao longo de todo o período.

No tocante aos principais resultados, destaca-se:

- grande avanço no grau de organização da produção de populações extrativistas apoiadas pelas ações do Programa, com diversificação da produção e verticalização das cadeias produtivas na região;
- criação de mais de 5 milhões de ha de novas Unidades de Conservação - UCs, em seu primeiro ano (projeto Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica);
- fornecimento de equipamentos e capacitação de pessoal de instituições ambientais de todos os estados da Região Norte no período 2000-2002 (Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica);
- desenvolvimento de projetos de gestão ambiental integrada com diversos municípios da região, sobretudo nas áreas mais críticas de desflorestamento;

-desenvolvimento de projetos de gestão ambiental em terras indígenas visando o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida desses povos; e

- iniciado e em desenvolvimento, projeto piloto de tratamento de resíduos sólidos em um município de cada um dos estados da Amazônia Legal, contando com grande parte dos recursos advindos de doação internacional.

Gerente:

Jorg Zimmermann

O principal avanço desencadeado pelo Programa foi a crescente interação com a sociedade civil, organizada ao longo do período, e parceira em quase todas as ações do Programa.

Dentre os obstáculos mais graves ao bom desempenho do Programa, destaca-se o contingenciamento e a insuficiência de recursos orçamentários.

Diante da já citada inadequação do indicador, considera-se inaplicável a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador até o final do Plano (2003). Desta forma, não há intenção de atualização do índice previsto.

Por outro lado, o impacto das ações do Programa entre beneficiários/interessados foi surpreendentemente positivo, em termos tanto do número de instituições da sociedade civil envolvidas com as ações do Programa, quanto da qualidade de sua participação.

.....
A demanda que resultou na criação do Programa surgiu e ganhou vulto em função do alarme causado pelo acelerado ritmo de degradação de recursos naturais (em especial da floresta) na Amazônia, aliado ao aumento da consciência e de auto-organização de setores sociais diretamente envolvidos com a luta pelo desenvolvimento sustentável.

Concepção

Inicialmente, destaca-se o ambiente favorável para a cooperação internacional em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia, a exemplo do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia - PPG-7. Soma-se a isso o engajamento crescente dos governos estaduais e municipais da região em torno dos objetivos comuns ao Programa.

Além disso, destaca-se a participação crescente e a sinergia com a sociedade civil, sobretudo com os grupos sociais beneficiários/interessados, resultando em excelente qualidade na implementação de ações.

Causa	Ação
Intenso desflorestamento e perda de recursos naturais na Amazônia. Abandono de populações extrativistas e níveis de miséria relativa crescente.	Aumento da área sob proteção - Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica (1977).
Fragilidade das instituições dos estados para a gestão ambiental	Apoio às comunidades Extrativistas da Amazônia - Amazônia Solidária (2931).

No tocante à suficiência das ações, embora cubra uma vasta gama de aspectos relativos à gestão de recursos naturais, o porte do Programa é insuficiente para ~~maximizar a utilização e a possibilidade de preservação da Amazônia~~ ~~ações do quadro piloto~~ capazes de inspirar políticas de maior vulto e abrangência, mas nada além disso.

Em termos de adequação do indicador, fez-se novamente referência à ~~adequação da definição de metas físicas, as definições e domínios apresentados das metas~~ ~~das diversas ações foram feitos de forma inadequada.~~ Destaca-se a ausência de diálogo entre a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI/ME e Secretaria de Orçamento Federal - SOF/ME, de um lado, e a Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA/MMA, de outro, na definição de beneficiários/interessados no Programa, como resposta à forma de condução que contou com abertura à participação e apoio explícito a instituições comunitárias e setoriais. Ressalta-se que, como esforço precursor, os recursos e metas são adequados,

Quanto à necessidade de aperfeiçoamento da estratégia de implementação, destacou-se o aspecto da articulação com outros ministérios, ressaltando que a gestão racional de recursos naturais e a promoção de seu uso sustentável não podem ser bem conduzidas na ausência de coerência e convergência das ações das demais instituições do Governo Federal. Neste contexto, ao invés de sinergia, pôde-se observar esforços do setor público e sinais ao setor privado absolutamente contraditórios.

No entanto, a estratégia de implementação contribuiu para a obtenção dos principais resultados do Programa nos seguintes aspectos:

- articulação com instituições de governo estaduais e municipais, permitindo a descentralização bem sucedida das ações da Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA; e
- mobilização da sociedade civil organizada, elevando o grau de legitimidade das ações da SCA, melhorando, portanto, a qualidade de execução dos projetos.

Implementação

Quanto ao padrão de execução financeira, os recursos disponibilizados para o Programa ficaram aquém do necessário e abaixo do previsto na Lei 9.899, com reflexos mais graves em ações como Desenvolvimento Ambiental Urbano na Amazônia (2940).

A lacuna causada pela restrição orçamentária foi, quando possível, compensada pelo recurso de fontes externas, em especial doações internacionais no âmbito do PPG-7, sendo o desempenho físico das ações com execução descentralizada monitorado no âmbito da gerência.

Quanto ao esforço de capacitação da equipe gerencial, cita-se que não houve capacitação e que o aumento do grau de conhecimento das peculiaridades de cada ação e do contexto que as determinam foi fruto da própria experiência de trabalho da equipe gerencial, o que constitui um importante vetor da melhoria da qualidade da implementação do Programa.

Quanto ao esforço de capacitação das equipes de implementação das ações nos níveis estadual e municipal, o MMA não dispõe de informação precisa e detalhada sobre esse aspecto. No entanto, a ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, procurou capacitar pessoal de estados e municípios em gestão ambiental, com resultados notáveis, sobretudo nas atividades de monitoramento e controle do desflorestamento.

O bom desempenho dos parceiros da sociedade civil é destacado como principal fator de sucesso na implementação das ações do Programa. O desempenho das instituições estaduais e municipais foi positivo, sobretudo após os investimentos em equipamento e qualificação de pessoal. Ressalta-se o bom relacionamento com instituições de governo municipais e estaduais, nos estados da Amazônia com a presença de representação da Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA/MMA. Nas instituições federais (mesmo ministério), embora a qualidade de implementação pareça ter sido boa, o fluxo de informações e o potencial de interação dinâmica ficaram aquém do desejável.

Quanto à parceria com ONGs, têm-se como vantagens: a adesão à causa desenvolvimento sustentável e a flexibilidade operacional e o conhecimento do local de execução. Por outro lado, têm-se como desvantagens: a fragilidade operacional e a instabilidade no fluxo de recursos financeiros.

Quanto às parcerias com outros programas, cita-se a parceria com o Turismo Verde, com possibilidade de interação e geração de sinergias.

No tocante às parcerias vantajosas com outros programas, cita-se as parcerias com programas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobretudo nas áreas de regulação fundiária (em especial combate à grilagem de terras na Amazônia) e apoio à pequena produção, no sentido de torná-la sustentável e de baixo impacto ambiental. As vantagens de tal sinergia são muitas, dentre elas:

- controle do desflorestamento ilegal associado à grilagem de terras públicas;
- melhoria do padrão ambiental e, sobretudo, de sustentabilidade da pequena produção agrícola na Amazônia; e
- apoio ao extrativismo sustentável.

Quanto à existência de mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário) no Programa, destaca-se que praticamente todas as ações desenvolveram tais canais de acesso, em que as organizações comunitárias e não-governamentais tem ascendência crescente sobre os programas, inclusive desde a fase de concepção, não se tratando de um fluxo unidirecional de informações onde os usuários beneficiários têm papel passivo, ou de mero referendo. Diante disso, pode-se afirmar que os benefícios decorrem do aumento do grau de legitimidade das ações, da sinergia com os beneficiários/interessados e do aumento no grau de *ownership*.

O Programa também avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, mediante a participação direta, desde a concepção das ações, avaliações sistemáticas e participação ativa de entidades não-governamentais e de sua entidade, o Grupo de Trabalho Amazônico, que conta, atualmente, com mais de quatrocentos instituições filiadas.

Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida

O Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos - Biovida busca promover o conhecimento, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

Resultados

O Programa é avaliado a partir dos seguintes indicadores:

- número-índice do contrato de repartição de benefícios: ainda não apurado. Este indicador precisa ser readequado considerando-se as atribuições do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN;
- número-índice de empreendimentos sustentáveis: indicador que mais reflete o desempenho do Programa. Entenda-se como número-índice de empreendimentos sustentáveis a soma dos percentuais executados em cada uma das dezoito ações do Programa em cada ano (2000 a 2002) dividido pelo número de ações do Biovida. Do programado de 100% a ser alcançado, o Biovida executou até o momento 47,36%, sendo 0,83% em 2000, 80,67% em 2001 e 60,59% em 2002. Os contingenciamentos orçamentários influenciaram na execução das ações, influenciando o desempenho deste indicador; e
- número-índice do conhecimento sobre biodiversidade: variou acima do esperado, tomando-se como base nove publicações no ano de 1999, chegando-se a 39 publicações até a presente data para as dezoito ações do Programa. O índice referencial esperado para o final de 2002 era 112. No entanto, apesar de todos os contingenciamentos orçamentários, conseguiu-se chegar ao índice de 144 (média de treze publicações ano, nove publicações no ano base de 1999 x 100).

Ressalta-se que os indicadores são ainda insuficientes e inadequados para demonstrar o grau de conhecimento, conservação e uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, tendo em vista a dificuldade de aplicação dos indicadores pelas diferentes ações do Programa.

No tocante ao alcance dos índices previstos para os indicadores, estima-se como alta (superior a 90%) a possibilidade de alcance do índice do indicador Número-índice do conhecimento sobre biodiversidade. Por outro lado, é muito baixa (abaixo de 50%) a estimativa de alcance dos índices dos indicadores Número-índice do contrato de repartição de benefícios, e Número-índice de empreendimentos sustentáveis.

O indicador Número-Índice do conhecimento sobre biodiversidade foi altamente beneficiado pelo Programa com a preparação de sete sínteses sobre o estado atual da biodiversidade e com a indicação de novecentas áreas prioritárias para conservação e uso da biodiversidade. Neste contexto, o descontingenciamento de recursos poderá permitir o total atendimento no prazo estabelecido no PPA.

Gerente:

Jair Sarmiento da Silvas

No que se refere ao indicador Número-índice de contratos de repartição de benefícios, ainda não há resultado, pois o **Biovida** estabeleceu recentemente os procedimentos administrativos para deliberar quanto ao acesso e remessa do patrimônio genético existente no País. Em 2003, após a estruturação do CGEN, já haverá algum resultado para este indicador.

Vale lembrar que a avaliação do Programa ficou prejudicada pela retirada do indicador Conservação da Biodiversidade. Permaneceram os indicadores relativos aos objetivos do Programa de conhecimento, uso sustentável e repartição de benefícios.

A avaliação dos índices dos indicadores também ficou bastante prejudicada em razão deles não retratarem a amplitude das metas propostas, por isso precisam ser reformulados.

Particularmente, quanto à ação Identificação de espécies da flora nativa, ressalta-se a dificuldade de avaliação, uma vez que seu nome e unidade de medida foram modificados unilateralmente pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI/MP, dando uma idéia equivocada sobre o que é de fato esta ação. O nome correto da ação seria Obtenção, Sistematização e Uso de Informação Taxonômica para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Flora Neotropical e sua unidade de medida seria Projeto Implantado. Na realidade, trata-se de uma ação de grande porte e de longo prazo que envolve todos os países da América Latina - Região Neotropical (33 países). A ação está sendo coordenada pelo Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente, pela Colômbia e pelo México. A ação se concretizará com a participação financeira efetiva do Fundo para o Meio Ambiente Mundial - GEF, tendo como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma. Prevê-se que a ação estará em pleno funcionamento até 2006, ocasião em que os países participantes deverão decidir sobre a continuidade da ação de forma integrada ou se haverá a necessidade de desintegração, por bloco sub-regional.

No tocante ao apoio financeiro a projetos de biodiversidade, as metas foram superadas, uma vez que houve um acréscimo no aporte de recursos a projetos nessa área, em ações conjuntas de fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - Probio e do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA. Tal fator influenciou positivamente o indicador 2 mencionado acima.

Quanto aos instrumentos legais relativos ao Programa, destaca-se a publicação do Decreto nº 4339/2002 sobre a Política Nacional de Biodiversidade e o estabelecimento do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (indicador 3).

Por outro lado, algumas ações não alcançaram os índices estabelecidos em virtude do contingenciamento orçamentário.

Outro importante destaque quanto ao Programa refere-se aos resultados expressivos obtidos com a identificação de espécies da fauna ameaçadas de extinção, o que propiciará ao ministério a publicação, em 2003, da lista oficial brasileira, documento que ocasionará o desdobramento de atividades de conservação em todo o País. Segundo o *workshop* Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, foram indicadas 632 espécies ameaçadas de extinção. Situação semelhante ocorrerá no trato com a flora, que terá a sua lista oficial publicada ainda no decorrer de 2003.

No tocante aos impactos sobre o público-alvo, ressalta-se que, mesmo sem ter mecanismo oficial de avaliação da satisfação dos usuários, algumas ações do Programa foram avaliadas em fóruns específicos com representantes dos principais segmentos (usuários da biodiversidade) da sociedade brasileira, mediante fóruns com destaque para a comissão coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica - Pronabio e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN.

Como impacto positivo podemos mencionar o aumento do conhecimento da biodiversidade, com o estabelecimento de diretrizes legais e institucionais de conservação e uso sustentável (criação do CGEN, decreto dos princípios e diretrizes para a Política Nacional da Biodiversidade, a consolidação do Pronabio) e técnicas (estruturação das ações de manejo e conservação da flora e fauna no Ibama, avaliações por bioma, estruturação do Jardim Botânico).

A seguir são descritas avaliações sucintas dos executores das dezoito ações do Biovida tomando como referência seus indicadores:

- estabelecimento de instrumento legal para gestão da Biodiversidade - Decreto nº 4.339/2002 - que institui princípios e diretrizes para a Política Nacional de Biodiversidade, elaborada com a participação da sociedade nas 27 unidades da federação e 410 pessoas, com ratificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama na 37ª Reunião Extraordinária;
- participação técnico-científica em negociações internacionais sobre biodiversidade e recursos genéticos. As posições do Ministério do Meio Ambiente - MMA em negociações internacionais sobre biodiversidade e recursos genéticos são discutidas com o Ministério das Relações Exteriores - MRE para transformá-las em posições nacionais. O Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico Técnico e Tecnológico - SBSTTA, conselheiro da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, tem recebido contribuição do MMA, via preparação das posições nacionais, em articulação com o MRE. Outra vertente trabalhada pelo MMA é o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, aprovado pelas partes e adotado na 1ª Conferência Extraordinária das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em janeiro de 2000;
- avaliação das áreas e ações prioritárias para a conservação da diversidade biológica dos biomas brasileiros: dentre os resultados obtidos pelo Probio pode-se destacar a realização de cinco grandes avaliações, uma em cada bioma, que selecionaram para todo o Brasil novecentas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira, com atribuição de importância no gradiente: extremamente alta, muito alta, alta ou insuficientemente conhecida. As recomendações para as novecentas áreas foram sintetizadas em três grupos: criação de unidades de conservação, uso sustentável e necessidade de inventários (biológicos, socioeconômicos e/ou conhecimento tradicional). Foram mapeadas 324 áreas na Amazônia, 182 na Mata Atlântica, 231 áreas na zona costeira e marinha, 95 áreas na Caatinga e 87 áreas nos biomas Cerrado e Pantanal;
- revisão da lista de espécies da fauna ameaçada;
- elaboração, publicação e distribuição do Plano de Ação dos Mamíferos Aquáticos do Brasil, versão II;
- criação e implantação do Centro de Proteção dos Primatas Brasileiros, do Centro de Pesquisa e Manejo de Répteis e Anfíbios - RAN e da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Nordeste;
- repatriação de canários da terra para o Peru e de *Anodorhynchus leari*, arara-azul-de-lear, confiscadas em Cingapura;
- criação da Câmara Técnica de Fauna (instrumento de gestão);
- devolução de ararinha-azul, pela Espanha, com o objetivo de pareamento;
- publicação de legislação (Portaria Ministerial e Instrução Normativa do Ibama) sobre a manutenção de mamíferos aquáticos em cativeiro;

- publicação anual de portaria de normalização da caça amadorista no Rio Grande do Sul;
- realização de censos de araras-azuis-grandes, *Anodorhynchus hyacinthinus*, e araras-azuis-de-lear;
- implantação de bancos de dados dos casos de predação por carnívoros;
- publicação dos relatórios Estratégias para Conservação e Manejo de Recursos Genéticos de Plantas Medicinais e Aromáticas e Plantas Medicinais o Brasil. Aspectos Legais da Legislação e Comércio 2001;
- criação do Núcleo de Plantas Medicinais e Aromáticas;
- sistematização das informações sobre plantas medicinais e elaboração do banco de dados de plantas medicinais 2001-2002;
- implementação do Projeto de Conservação e manejo do capim-dourado;
- publicação da série Conservação e Uso Sustentável de Plantas Medicinais e Aromáticas;
- elaboração do Programa de Conservação e Manejo Sustentável de Plantas Medicinais para os próximos cinco anos.
- sistematização de inventários florísticos e fitossociológicos: Reserva Biológica de Macaé de Cima, Estação Ecológica Estadual de Paraíso, Reserva Biológica de Poço das Antas, Parque Nacional de Itatiaia, Área de Proteção da Barragem de Saracuruna, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e o Centro de Diversidade Vegetal da Região de Cabo Frio;
- definição de 7.000 hectares em reserva ecológica, na Região de Macaé de Cima (Nova Friburgo - RJ), mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica e participação em definições de prioridades de conservação desse ecossistema;
- inventário da coleção de plantas do Parque Florístico do Jardim Botânico, iniciado em 2000, com o objetivo de identificar cerca de 8.200 espécies e 35 mil exemplares.
- reestruturação do acondicionamento do acervo do herbário, com cerca de 360 mil exsiccatas e 6.100 amostras de frutos, reorganizando as coleções científicas depositadas no herbário;
- retomada da edição de publicações científicas, regularizando em 2000 a periodicidade das publicações Rodriguésia e Arquivos do Jardim Botânico, fundamentais para a difusão da botânica;
- produções científicas, com publicação em periódicos nacionais e estrangeiros, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado;
- lançamento dos livros O Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Madeiras da Mata Atlântica, em 2001; e
- criação da Comissão Permanente de Coleção e Acesso a Recursos Genéticos do Jardim Botânico, atendendo às recomendações internacionais, assinadas pelo Governo Brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica.

Dentre as expectativas para 2003, espera-se, até julho, a apresentação da proposta de implementação do Decreto 4.339 - princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. Esta proposta terá o formato de um Programa

Nacional de Diversidade Biológica (novo Pronabio), e será apresentado no formato de projeto para ser submetido para solicitação de financiamento internacional com recursos de doação e de contrapartida (contribuindo para o indicador empreendimentos sustentáveis do Biovida). Também será incentivada a elaboração de iniciativas estaduais para a gestão da biodiversidade.

Na Gerência de Recursos Genéticos, aguarda-se: a definição das bases para a implantação da Rede de Conservação de *ex situ* de Recursos Genéticos; a publicação da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e definição das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção; a identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro e publicação do portfólio inicial das espécies mais importantes com potencial de utilização, em curto prazo, pelo setor empresarial; e implementação da Resolução nº 305 do Conama, que normatiza a aplicação do licenciamento ambiental nas atividades e empreendimentos que façam uso de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.

No tocante ao FNMA, espera-se obter o montante de R\$ 2.338.494,00 para o cumprimento de compromissos com termos aditivos dos projetos em andamento e os já aprovados pelo Conselho Deliberativo (LOA/2003 - ação Fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e da Fauna - R\$ 5.016.369,00). Pretende-se aplicar o saldo em projetos da linha temática, geração de renda a partir de espécies da flora e fauna silvestres nativas.

Para a fauna, as metas serão a definição e a implementação de diretrizes para conservação de espécies ameaçadas como consequência da revisão da lista; a ampliação do sistema de controle de criadores amadoristas, de passeriformes para os criadouros comerciais, científicos e conservacionistas, bem como para zoológicos; a ampliação e disponibilização, para todas as unidades do Ibama, de sistema de gerenciamento de pesquisas científicas licenciadas pelo Ibama; e a definição e implementação de diretrizes para manejo de espécies exóticas.

Para o setor florestal, busca-se a construção do prédio da sede do Núcleo de Plantas Medicinais e Aromáticas (Herbário de Etnobotânica, Laboratório de Etnobotânica e salas para pesquisador); a publicação da série: Conservação e Uso sustentável de Espinha-santa (*Maytenus ilicifolia*); o encaminhamento da proposta de projeto interinstitucional para manejo de espinheira-santa; a continuidade na execução do Projeto de Conservação e Manejo do Capim-dourado (*Syngonanthus* sp.); a implementação do Projeto Conservação e Manejo de *Dimorphandra mollis* (fava-danta); a implementação do Projeto: Uso Sustentável de Plantas Medicinais na Região de São Domingos - GO; e a Reunião nacional sobre as estratégias para o desenvolvimento de estudos etnobotânicos no Brasil.

Concepção

A conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira atende ao Objetivo 3 da Orientação Estratégica do MMA, bem como atende ao Macroobjetivo 11 da Orientação Estratégica do Presidente da República.

Desta forma, as ações do Programa atendem às seguintes grandes causas referentes à gestão da biodiversidade: ausência de conhecimento sobre biodiversidade, insuficiência de ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade, falta de mecanismos de regulamentação da repartição de benefícios decorrentes do uso da biodiversidade.

Dentre os mais importantes serviços proporcionados pela biodiversidade, tem-se: provisão de alimentos, fibras e energia; a manutenção dos recursos genéticos

para o desenvolvimento de produtos industriais (fármacos, alimentos, produtos químicos); o desenvolvimento de variedades agrícolas; o controle de pestes e doenças; a estabilização do clima, com a moderação de enchentes, secas e eventos extremos de temperatura e ventos; a purificação do ar e da água; a decomposição dos rejeitos orgânicos; a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes; e, finalmente, benefícios estéticos e culturais.

Tem-se observado um crescente interesse em atividades de prospecção da diversidade biológica, atividade exploratória conhecida como bioprospecção. Apesar da existência de legislação sobre o acesso ao patrimônio genético existente no País, é necessário o estabelecimento de regras relativas à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração comercial de produtos e processos obtidos a partir de amostras existentes em coleções *ex situ*, ou coletadas em condições *in situ* no País.

A introdução e uso de espécies exóticas têm constituído, em muitos casos, a segunda causa de extinções de espécies, qual seja: o surgimento de espécies exóticas invasoras, gerando danos à saúde, a agricultura e ao meio ambiente. Assim, deve-se utilizar as espécies exógenas desde que se busque conhecer seus impactos sobre o patrimônio genético nacional.

Em síntese, para a formulação do Programa, foram detectados os seguintes problemas: níveis distintos de comprometimento nos esforços de conservação entre os principais biomas brasileiros; financiamento insuficiente do setor; acesso limitado à informação sobre diversidade biológica; participação limitada de comunidades locais, de organizações não-governamentais, e do setor empresarial nos projetos governamentais; limitado número de parcerias entre setor público e privado visando à sustentabilidade da diversidade biológica. Assim, fez-se necessário estabelecer ação coordenada e sinérgica para a conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, considerando-se as iniciativas já existentes nas esferas governamental e não-governamental.

Como transformações sofridas pelos temas foco do Programa, pode-se destacar como principais resultados os seguintes aspectos:

- indicação de novecentas áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da diversidade biológica dos biomas brasileiros, fornecendo um diagnóstico sobre os biomas brasileiros e direcionando as políticas ambientais para níveis regionais;
- estabelecimento de instrumento legal para gestão da biodiversidade - Decreto nº 4339/2002, instituindo os princípios e diretrizes para a Política Nacional de Biodiversidade;
- normatização e regulamentação do acesso e da remessa de Recursos Genéticos e de Conhecimento Tradicional Associado: o Governo, por meio da Medida Provisória nº 2.186-16, de agosto de 2001, citada no item de Resultados; e
- participação técnico-científica em negociações internacionais sobre biodiversidade e recursos genéticos.

O período estabelecido pelo PPA para desenvolver ações sobre meio ambiente é insuficiente dada a complexidade do tema e as dimensões continentais do País, com diferentes níveis de desenvolvimento regional. Daí a necessidade de se dar continuidade a estas ações no PPA 2004-2007. Soma-se a isso a insuficiência de recursos financeiros destinados ao setor ambiental.

A seguir, descreveremos as principais causas identificadas que geraram as ações do PPA:

Causa	Ação
Deficiente conhecimento sobre biodiversidade Insuficiência de ações para conservação e uso sustentável da biodiversidade (duas causas agrupadas, pois foi retirado o indicador de conservação da biodiversidade) Ausência de regulamentação sobre acesso a recursos genéticos e sobre repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos da biodiversidade	Fomento a projetos de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica - Probio; Pesquisa em Diversidade Vegetal - JBRJ; pesquisa sobre fauna silvestre; identificação de espécies da flora nativa; fomento a projetos de manejo sustentável da flora e fauna; formulação da Estratégia Nacional da Biodiversidade; implantação da Rede de Informações em Biodiversidade. Ampliação do prédio do Herbário e Carpoteca (conservação <i>ex situ</i>); conservação das Coleções Nacionais de Referência (conservação <i>ex situ</i>); conservação das espécies ameaçadas de extinção; controle da exportação e importação de animais silvestres e material genético; fiscalização da manipulação da fauna silvestre; fomento a projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica - Probio; fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e Fauna - FNMA; implantação da Rede de Informações em Biodiversidade; manejo da Coleção Viva do Arboreto; manejo e conservação da fauna; Manejo e conservação da flora; controle do trânsito de animais da fauna silvestre e exótica; elaboração de planos e estabelecimento de normas e procedimentos para o controle das espécies-problema; ações integradas com outros ministérios visando ao controle das espécies; participação em acordos internacionais; formação de grupos de trabalho e comitês; integração com outros ministérios, universidades e organizações não-governamentais; ações integradas com outras unidades do Ibama; monitoramento das ações voltadas para recuperação de espécies ameaçadas. Estabelecimento de normas sobre licenciamento e comercialização; monitoramento do uso das espécies da fauna; e implementação do Programa Nacional de Diversidade Biológica, envolvendo ação coordenada para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade. Implantação do sistema de conservação de recursos genéticos; controle do acesso aos recursos genéticos; controle da exportação e importação de animais silvestres e material genético; implantação da Rede de Informações em Biodiversidade; normatização do acesso aos recursos genéticos e da repartição de benefícios derivados da sua utilização. Como ação nova, se faz necessário incluir a ação de Implantação do Sistema de Informação sobre o Patrimônio Genético.

Para o próximo PPA, alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados. Podemos citar como exemplo a questão da regionalização, visto que o Programa deve estabelecer ações de caráter integrado, regional, considerando o financiamento da implementação de um programa nacional descentralizado, com a definição de indicadores e ações, de acordo com as diretrizes do novo decreto do Programa Nacional da Diversidade Biológica - Pronabio, ainda em discussão com os representantes da comissão coordenadora.

No tocante à suficiência das ações, o Programa precisa ser readequado, em seu conjunto de ações, para estabelecer ações de caráter integrado. Como exemplo podemos citar a necessidade de inclusão de ações com foco no objetivo de repartição de benefícios. Além disso, o conjunto das ações deve ser ampliado em razão das novas competências do Jardim Botânico, Ibama e MMA.

Com a publicação da MP nº 2.186-16/01, que normatiza a atividade de acesso e remessa de recursos genéticos, foram criados uma diretoria e um conselho para darem suporte e aprovar as demandas sobre o assunto, bem como criar um banco de dados. No início deste ano, foi solicitada a inclusão de uma nova ação no PPA e no Orçamento Geral da União - OGU que contemplasse as atividades desempenhadas e que fossem alocados recursos orçamentários para viabilizá-la. No entanto, mais uma vez, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI não aceitou a inclusão da ação, trazendo enormes prejuízos ao MMA e à nação.

Quanto à suficiência das metas físicas, há necessidade de ampliação para se poder visualizar a execução do Programa e readequar os indicadores de cada ação.

No tocante à adequação dos indicadores, cita-se a incapacidade dos mesmos de avaliar o Programa dada a sua complexidade. Desta forma, os indicadores são insuficientes e inadequados para demonstrar o grau de conhecimento, conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, tendo em vista a dificuldade de aplicação dos indicadores pelas diferentes ações do Programa.

Quanto à matriz de fontes de financiamento, destaca-se que os recursos são insuficientes para o Programa, haja vista que o redimensionamento das ações exigiu um maior aporte de recursos financeiros. No entanto, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, durante o período do PPA, realizou bruscos cortes no orçamento e contingenciamentos, paralisando praticamente a maior parte das ações.

Quanto à interação com o gerente do Programa, o Ibama e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro sentem a falta de um contato mais próximo para discutir os problemas das ações e do Programa como um todo, em razão do gerente ser do MMA.

Em síntese, para a readequação do Programa devem ser atendidas às solicitações de mudanças dos produtos de cada ação e de aperfeiçoamento dos indicadores do Programa, de modo a refletir melhor o incremento das ações do Programa; contratação de equipe exclusiva para avaliação e acompanhamento das ações do Programa; e aumentar os recursos financeiros para as ações do Programa.

Outra questão, diz respeito à matriz das fontes de financiamento, uma vez que as ações finalísticas do Ibama têm sido contempladas basicamente com os recursos diretamente arrecadados. Poderia haver um maior equilíbrio, sendo alocados uma parte em recursos do Tesouro, o que permitiria uma programação orçamentária e financeira mais ágil que pudesse ser colocada em prática já no início do exercício para aquelas compras e serviços necessários à implementação das atividades.

Implementação

De um modo geral, todas as ações foram bastante prejudicadas, em virtude do contingenciamento orçamentário e financeiro, inviabilizando as metas pactuadas.

Neste sentido, registra-se a impossibilidade da secretaria técnica do Probio de lançar novos editais para contratação de subprojetos, sendo que se trata de Acordo de Doação com o Banco Mundial - BIRD com prazo de conclusão e a impossibilidade de honrar a contrapartida do Acordo de Cooperação com o PNUD (Projeto BRA/97/G31) para estabelecer a Estratégia Nacional de Biodiversidade.

Quanto ao CGEN cita-se que, por não existir uma ação específica do âmbito do PPA, as atividades realizadas pela Diretoria do Patrimônio Genético (secretaria-executiva do CGEN), durante o presente exercício, foram realizadas com recursos financeiros de outras ações do Biovida.

Outra dificuldade diz respeito às ações executadas no âmbito do MMA por meio de acordos de cooperação técnica. O Grupo de Apoio à Execução de Projetos - GAP, em conjunto com o Termo de Ajustamento de Conduta e o Decreto nº 3751, praticamente inviabilizaram suas execuções, posto que a morosidade do GAP no andamento dos pedidos de contratação de pessoal, realização de reuniões e *workshops* e publicação de livros prejudicam o cumprimento das metas pactuadas.

Em termos de recursos humanos, também podemos registrar a falta de pessoal no Ibama e no próprio ministério para atender e implementar suas ações. O MMA até o momento não conseguiu realizar concurso público, contando apenas com servidores cedidos de outros órgãos, funções de confiança e consultores contratados por meio de organismos internacionais, ainda assim, em número insuficiente para atender a toda a demanda.

O Programa também enfrentou dificuldades na área de convênios, visto que os contínuos atrasos na liberação do orçamento prejudicaram a implementação dos projetos executados dessa forma.

Em resumo, as restrições ao desempenho das ações foram: falta de pessoal, o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação dos recursos.

Para 2002, podemos destacar o seguinte:

- o FNMA tinha como meta em 2002 apoiar dezoito projetos. No entanto, apesar da dotação orçamentária no monte de R\$ 4.907.447,00, houve liberação de apenas R\$ 2.872.331,00. Visando otimizar a execução orçamentária físico/financeira, foram feitas reprogramações durante o ano, a fim de adequar as metas físicas aos novos limites orçamentários. Priorizou-se o atendimento a um maior número de projetos, mesmo com valor inferior às parcelas cronogramada. Embora com recursos financeiros reduzidos, todos os projetos em execução receberam parcelas de recursos, conforme a realização das fases de cada projeto.

Para a Diretoria de Florestas do Ibama, outras metas poderiam ter sido executadas com a disponibilidade de recursos adicionais. O desenvolvimento

de estudos relacionados com o resgate de informações associados ao uso de plantas tem levado à necessidade da criação de uma nova ação no âmbito do Programa. Por outro lado, para a Diretoria de Fauna do Ibama, os recursos destinados têm sido, há vários anos, insuficientes para atender às demandas da sociedade pela quais esta diretoria responde.

No tocante ao Instituto Jardim Botânico, as ações de sua coordenação foram bastante prejudicadas em razão do contingenciamento em torno de 50%. O cronograma de obras para integrar o Centro de Pesquisas do Jardim Botânico foi prejudicado, sendo os recursos liberados destinados ao cumprimento do restante das metas físicas.

A descontinuidade do fluxo de recursos, sobretudo por se tratar de ano eleitoral, prejudicou a execução da maioria das ações. Cita-se, como exemplo, a inviabilização do projeto de ampliação do prédio do herbário e carpoteca, que ficou totalmente prejudicado em razão da maior parte dos recursos ter sido disponibilizada apenas no quarto trimestre. A incerteza de uma programação financeira contínua influiu no cronograma de atividades administrativas e técnicas.

Somam-se a isso as dificuldades enfrentadas pelo Programa relativas a inadequação da infra-estrutura, como é o caso da diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio, responsável por cinco ações do Programa e pela gerência do mesmo, que não possui um espaço físico no MMA adequado para alocar uma equipe técnica. Apenas em dezembro de 2002 foi finalizada a construção de um prédio nas dependências do Ibama que melhorará o problema.

Quanto ao esforço de capacitação das equipes de implementação, cita-se que não há um mecanismo integrado e estabelecido de capacitação de equipes executoras estaduais e municipais para as ações do Programa no PPA. No entanto, se observam ações esporádicas de capacitação, sendo que se verifica o treinamento de equipes para conhecimento dos procedimentos técnicos, administrativos e financeiros da execução dos projetos, principalmente para implementar o Probio, o FNMA e as ações do Ibama. Nossa opinião é de que o Governo Federal deveria promover treinamentos para capacitação periódica dos seus servidores e consultores, visando melhorar a eficiência dos programas.

Com relação às formas de implementação do Programa, com exceção das atividades de coordenação, a maior parte das ações são descentralizadas por meio de convênios com instituições sem fins lucrativos que são selecionadas por meio de editais e cartas consultas. O monitoramento dos projetos do Programa é realizado periodicamente por meio de relatórios gerenciais (matrizes lógicas, planos operativos anuais, relatórios financeiros etc.). Também são promovidos treinamentos de capacitação com os setores técnicos e financeiros das instituições conveniadas e viagens para monitoramento *in loco* dos projetos.

No tocante ao desempenho de parceiros, para as ações executadas de forma descentralizada, as organizações não-governamentais têm grande dificuldade em seguir, no âmbito dos convênios, os mesmos procedimentos administrativos e financeiros de instituições públicas, o que dificulta a execução dos projetos. Porém, são parceiros primordiais para o atendimento das metas estabelecidas no Programa.

Constituem os principais parceiros do Programa:

Principais Parceiros	Vantagens/Desvantagens
Probio: PNUD, BIRD, CNPq, FNMA, convenentes	PNUD - Vantagem: contratação de mão-de-obra técnica e administrativa para a diretoria, já que a DCBio não possui qualquer funcionário do MMA. Desvantagem: pouco envolvimento técnico do PNUD na execução do acordo de Cooperação. BIRD - Vantagem: utilização pelos convenentes do Probio das normas de licitação e financeiras do BIRD que desburocratizam um pouco a execução dos subprojetos. Desvantagem: o BIRD, em alguns casos, demora para aprovar alguns procedimentos, trazendo morosidade à execução do Probio. CNPq - Vantagem: pagamento de consultores para os subprojetos por meio de bolsas, barateando o custo e viabilizando a contratação de mão-de-obra de longa duração, sem vínculo empregatício com a instituição. Desvantagem: pouco envolvimento técnico do CNPq na execução do Projeto. FNMA - Vantagem: lançamento de editais em conjunto, visando somar esforços. Desvantagem: dificuldade de conciliar os procedimentos financeiros. Convenentes - Vantagem: as ações descentralizadas multiplicam os Resultados obtidos pelo Programa. Desvantagem: os convenentes desconhecem as leis que regem os convênios e as normas financeiras do BIRD.
Ibama Flora - ONGs/Fundações, universidades públicas	ONG's e fundações - Melhor flexibilidade na utilização dos recursos, possibilitando maximizar o uso dos mesmos. Universidades públicas - Dificuldade na utilização dos recursos/disponibilidade de pessoal qualificado para o desenvolvimento das ações.
Ibama Fauna - Universidades, ONGs, colaboradores eventuais, estados e municípios	Universidades - Vantagem: disponibiliza pessoal qualificado para o desenvolvimento de ações; contribui com subsídios, tecnologias. ONG's - Vantagem: viabilizam a execução de algumas ações. Desvantagem: interferência nem sempre positiva nos processos de decisão. Colaboradores eventuais - Vantagem: prestam importantes contribuições em atividades altamente especializadas. Estados e municípios - Vantagem: apoio logístico, subsídios técnicos. Desvantagem: mesmo nível de burocracia.

Por outro lado, até o momento, não há parceria com outros programas do PPA. No entanto, foram identificados cinquenta programas do PPA que poderiam formar parcerias com o Programa Biovida a fim de somar esforços para a gestão da biodiversidade.

Quanto à participação da sociedade, cita-se que não há mecanismo formal de participação da sociedade no Programa, mas ressalta-se que existe a comissão coordenadora do Pronabio, cuja atribuição é atender aos princípios do Programa Nacional da Diversidade Biológica, que conta com representantes dos principais setores gestores da biodiversidade, que são: organizações não-governamentais, setor empresarial (Confederação Nacional da Indústria e do Comércio), setor acadêmico (Academia Brasileira de Ciências e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), além de representantes do Governo Federal (Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento,

Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Há proposta para ampliar a representação destes setores tanto governamentais como não-governamentais - populações tradicionais e movimentos sociais.

No entanto, na seleção das ações e áreas prioritárias dos cinco biomas brasileiros foi encaminhado processo de consulta com a participação de representantes da sociedade civil (setor acadêmico, organizações não-governamentais e gestores governamentais). Estas cinco avaliações, realizadas entre 1999 e 2001, contaram com a participação, em média, em cada avaliação, de trezentas pessoas, representantes dos setores gestores da biodiversidade, especialmente o setor acadêmico e não-governamentais.

Outra ação que contou com a participação da sociedade foi a Formulação da Estratégia Nacional de Biodiversidade onde foi estabelecido mecanismo de consulta para elaboração de minuta de decreto que instituiu os princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade. A consulta foi realizada por meio de reunião regional, em quatro regiões do País (Norte, Sudeste/Sul, Centro-oeste e Nordeste) envolvendo 330 pessoas de vários setores interessados na gestão da biodiversidade, sendo 152 representantes governamentais estaduais, 94 não-governamentais, 45 de comunidades tradicionais, 27 empresários e doze acadêmicos, que resultou no Decreto 4.339 de agosto de 2002.

Também na ação de manejo da fauna houve maior participação da sociedade, principalmente com a instalação da Câmara Técnica de Fauna em que vários segmentos da sociedade encontram-se representados.

No entanto, o Programa praticamente não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, devido à ausência de condições de estabelecer mecanismos de medição de satisfação.

Brasil Joga Limpo

O Programa Brasil Joga Limpo está voltado para a gestão ambiental no meio urbano e rural. O objetivo do Programa é reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados.

Resultados

O indicador do Programa é a Taxa de Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Ambiente Adequado, que apresentava em 1999, o índice de 13%. O índice esperado para o final do período é de 25%. Segundo a última pesquisa do IBGE, 47,1% do lixo coletado é disposto em aterros sanitários e 22,3% em aterros controlados, indicando que 69,4% de todo o lixo coletado no Brasil estaria tendo um destino final adequado.

Entretanto, esses dados têm sido questionados por todas as entidades integrantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, inclusive pelo Programa Brasil Joga Limpo, por não refletirem a realidade da disposição do lixo nas cidades brasileiras. Isso se deve a vários fatores, dentre os quais a ausência, na maioria dos municípios, de controle e de condições de avaliação minimamente precisa do peso do lixo gerado e coletado e o fato de que órgãos responsáveis pela execução dos serviços de limpeza urbana, em 88% dos municípios, é a própria prefeitura municipal, o que acaba por colocar um viés muito otimista nas informações.

Percentualmente, os resultados individualizados por municípios, demonstram uma situação distinta, bem menos otimista que a anterior: 63,6 % dos municípios informam que depositam seus resíduos em lixões e apenas 32,2% declaram que possuem aterros adequados (13,8% sanitários, 18,4% aterros controlados), havendo ainda um percentual de 5% que não informou o destino de seus resíduos.

De todas as maneiras, é possível verificar uma tendência de melhora do setor, em todo o Brasil, sobretudo nos últimos 2,5 anos, porque o Poder Público municipal, constitucionalmente responsável pelo setor, tem sido apoiado - ainda que de forma descontínua, tanto sob o aspecto financeiro como sob o técnico - por alguns programas federais e estaduais que, embora ainda incipientes, primaram pela articulação e pela transparência na busca da eficiência.

Os fatores que influenciaram essas modificações tiveram sua origem: no aumento da consciência da população sobre a importância sanitária da limpeza urbana; na articulação do Brasil Joga Limpo e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania com o Ministério Público (exigindo das municipalidades a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta e fiscalizando seu cumprimento); a eficiência do marketing conjunto desses programas que cobrem todo o território nacional e enfatizam a importância da participação popular no processo, desde sua fase de planejamento; e, o aporte de recursos do Governo Federal para o setor.

Dessa forma, a estimativa de alcance do índice previsto para o Indicador no final do Plano é alta. Considerando-se os problemas dos dados coletados pelo IBGE (que mostram um quadro excessivamente otimista em relação à realidade), o índice já alcançado, de qualquer forma, é superior ao previsto para 2003.

Sugere-se que seja acrescido um indicador relativo ao número de aterros licenciados. A Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, por meio do convênio com a Fundação Água e Vida, está providenciando para que seja efetivado um cadastro dos aterros licenciados junto aos órgãos estaduais competentes. Segundo levantamentos

iniciais, no início do Programa Brasil Joga Limpo existiam apenas cinquenta aterros com licença ambiental e em 2002 esse número já subiu para 140.

Gerente:

Carmen Dolores Paranhos Sampaio

Entre as ações do Programa, destacam-se como prioritárias, na gestão ambiental urbana: Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental, a cargo da SQA, e Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo, executada pelo FNMA, e na gestão ambiental rural Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental em Assentamentos Rurais, de responsabilidade da SQA.

A estratégia de implementação do Programa traz inovações na área de gestão ambiental urbana, considerando, sobretudo, sua articulação com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, constituído por todas as entidades governamentais e não governamentais que atuam no setor. Em 2002, o Ministério do Meio Ambiente - MMA assumiu a coordenação do fórum e vem considerando como principal objetivo o envolvimento da comunidade no processo de elaboração e, sobretudo, no controle da operação dos aterros sanitários ou de outros projetos no campo dos resíduos. Encontram-se instalados vinte fóruns estaduais Lixo e Cidadania.

Outra importante inovação repousa na articulação, via Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com outros programas e projetos do Governo Federal, tais como: Programa de Combate à Violência/PR, Programa de Despoluição da Bacia do São Francisco/MI, PASS/SEDU, Funasa e Caixa Econômica Federal.

O principal resultado do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. Este resultado é alcançado com a implantação de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (acondicionamento, coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final), por meio de investimentos, desde que garantidos os conceitos básicos estabelecidos em conjunto com o Fórum Nacional Lixo e Cidadania: erradicação do trabalho infantil no lixo; assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, para eliminação do lixo; e elaboração de plano social, para inserção dos catadores no processo de coleta seletiva.

A realização mais significativa consiste em fomentar a construção de uma nova cultura de gestão de resíduos sólidos no País. A adoção do princípio de gerenciamento integrado volta-se para a sustentabilidade ambiental, social e financeira dos projetos, possibilitando a conscientização das autoridades municipais e da sociedade, para a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Ressalta-se que o aspecto social é base fundamental para o sucesso do gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos, como pode ser destacado pelas informações do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, divulgadas no balanço de conquistas do Programa Lixo e Cidadania. Após quatro anos e meio de atuação, o Programa realizou a retirada de mais de 46 mil crianças e adolescentes do trabalho com o lixo, teve como avanços importantes o reconhecimento do trabalho dos catadores pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o aumento dos investimentos na área de resíduos sólidos por parte das instituições federais.

No ano 2002, o Programa atendeu 89 municípios, tendo como beneficiária final, uma população de 5,7 milhões de habitantes das áreas urbanas. Esse atendimento compreendeu projetos de gerenciamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos, implantação de aterros sanitários e unidades de triagem e tratamento e reciclagem de resíduos, além de ações de desenvolvimento ambiental urbano, propiciando melhoria da qualidade ambiental e redução de doenças infecto-contagiosas. Os projetos foram formalizados por meio de convênios com as prefeituras, celebrados pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos- SQA e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA.

Para a seleção dos projetos apresentados, foram definidos pela SQA os critérios técnicos, sanitários e sociais, constantes do manual intitulado: Orientações Básicas para Solicitação de Recursos - Exercício 2002 (disponibilizado no site da SQA). Em articulação com o FNMA, e consulta a técnicos de diversos

estados da federação foram definidos como prioritários os municípios com dengue, com IDH igual ou inferior a 0,75, os integrantes dos programas Comunidade Solidária ou Comunidade Ativa, municípios turísticos e potencialmente turísticos, municípios reconhecidos como patrimônio histórico, os que tenham retirado crianças dos lixões e os que possuam legislação específica de resíduos sólidos, que tenham qualquer forma de cobrança para custeio dos serviços de limpeza urbana, dentre outros.

Visando a sustentabilidade econômica e social do processo, o MMA adotou, também, como critérios para que os municípios tenham acesso aos recursos do Programa: a adesão ao Programa Lixo e Cidadania, a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público através do qual os municípios se comprometem a erradicar o trabalho infantil dos lixões e reintegração à rede escolar, além de elaborar um plano social voltado para os catadores.

No período 2000-2002 foram apoiadas 342 prefeituras municipais de várias regiões do País, beneficiando cerca de 38 milhões de habitantes de áreas urbanas, sendo 234 pela SQA, noventa pelo FNMA e treze pelo Ibama/Rio, que investiu R\$ 21,8 milhões, parte da multa aplicada à Petrobras pelo derramamento de óleo, ocorrido no ano 2000, para a destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos. No ano 2002, o Programa **Brasil Joga Limpo** contribuiu, ainda, para a destinação final adequada de resíduos das cinco prefeituras que integram o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Os recursos orçamentários liberados de 2000 a 2002 para esta forma de atuação, apesar de empenhados praticamente em sua totalidade, não foram suficientes para atender a demanda existente por apoio financeiro federal em projetos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. No mesmo período, o somatório de recursos demandados ao MMA, pelos municípios, atingiu R\$ 1,2 bilhão.

Ainda nesta linha de atuação, e em parceria com a Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA, o Programa **Brasil Joga Limpo** vem implementando o Projeto Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia - Guaia/Lixo. O projeto conta com o apoio financeiro do Governo dos Países Baixos, para o desenvolvimento de projetos-piloto em nove municípios amazônicos, tendo sido selecionados os municípios: Breu Branco, no Pará; Caracaraí, em Roraima; Cururupu, no Maranhão; Guajará-Mirim, em Rondônia; Juína, no Mato Grosso; Laranjal do Jarí, no Amapá; Manicoré, no Amazonas; Porto Nacional, em Tocantins e Xapurí, no Acre. Para esses municípios já foram elaborados Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS, com metodologias participativas e iniciadas as etapas de implementação dos planos e de disseminação das experiências para os demais municípios da Amazônia. No segundo semestre de 2002, o MMA decidiu ampliar e adaptar a metodologia do Projeto para o recém criado Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Outro resultado a ser destacado é a melhoria da qualidade da gestão de resíduos sólidos urbanos, obtida pelo aprimoramento da sistemática de acompanhamento e de controle dos projetos financiados, pelo fortalecimento da articulação intermunicipal e intra-estadual, visando aumentar a eficiência dos investimentos no nível local e o adequado gerenciamento dos resíduos. Esse processo é implementado por meio de parcerias entre o MMA e entidades detentoras de informações e de acervo técnico, na área de gestão ambiental e de resíduos sólidos.

Para tanto, foram celebrados, em 2002, diversos convênios com entidades estaduais e ONGs, dentre elas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Companhia de Saneamento do Espírito Santo - CEsan, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - Asmare e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES-RS e ABES-SC. Além disso, foi celebrado contrato com a Caixa Econômica Federal-Cef com o objetivo de avaliar, *in loco*, o

andamento e o desempenho dos projetos municipais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos, financiados com recursos do MMA/SQA.

Nesta mesma linha de atuação, nos anos 2000 e 2001, foram firmados convênios com o governo do Estado de Pernambuco, a Fundação Movimento Ondazul, a Secretaria de Infra-estrutura da Bahia, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec, a ONG Água e Vida - Centro de Estudos de Saneamento Ambiental, a Cáritas Brasileira, e a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.

Em 2002, foi dada continuidade ao convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, para a implementação do Projeto de Gestão Ambiental Urbana - ProGAU, cujas linhas de atuação destacam o treinamento e a formação de recursos humanos para a elaboração de projetos de gestão integrada de resíduos sólidos, de saneamento ambiental e do uso do solo, em municípios selecionados. O ProGAU é decorrente de ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil - Alemanha, e vem assessorando tecnicamente seis projetos demonstrativos: Rede de Defesa Ambiental (Cabo de Santo Agostinho - PE), Centro de Processamento de Resíduos Orgânicos - Cepro (Campo Mourão - PR), Recuperação de áreas urbanas contaminadas (São Paulo - SP); Gestão Ambiental da Bacia do Beberibe (Recife, Olinda e Camaragibe - PE), Proteção de áreas urbanas ecologicamente fragilizadas (Alvorada - RS) e Gestão Integrada de Resíduos Recicláveis (Nova Friburgo - RJ).

Complementado esta linha de atuação, e para subsidiar os agentes responsáveis pela gestão ambiental urbana, o MMA conta com a parceria da Universidade Livre do Meio Ambiente - Unilivre, para a manutenção do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental nos Assentamentos Humanos, que levanta, sistematicamente, e disponibiliza, pela internet, um cadastro de experiências bem sucedidas e documentação (legal e técnica) sobre essa matéria.

Os resultados alcançados pelo Programa apresentam impactos positivos sobre o público-alvo, uma vez que o apoio a prefeituras municipais e outras instituições para a gestão adequada dos resíduos sólidos contribui tanto para a melhoria da qualidade ambiental nos municípios apoiados quanto para a melhoria da qualidade de saúde e de vida dos habitantes. O Programa também tem tido efeitos positivos sobre a maior participação dos catadores no processo de coleta seletiva, de forma digna, além de prever a retirada de crianças dos lixões.

Os principais resultados alcançados em relação à gestão ambiental rural, referem-se à destinação final adequada de embalagens vazias de agrotóxico, reaproveitamento de resíduos de origem lignocelulósica (resíduos de madeira, agrícolas, dentre outros), incentivo a práticas sustentáveis em áreas de concentração de agricultores familiares e em assentamentos de reforma agrária, e implantação de uma rede de experiências bem sucedidas na internet. Dentre essas realizações destacam-se:

- metodologias e tecnologias alternativas de gestão ambiental rural, disseminadas junto ao INCRA, suas superintendências estaduais, órgãos de meio ambiente estaduais e associações de assentados da reforma agrária (MST, Contag etc);
- apoio e acompanhamento da elaboração de três Planos de Desenvolvimento de Assentamentos - PDA, em três assentamentos de reforma agrária situados em diferentes ecossistemas do País (Cerrado/GO, Semi-árido/Caatinga/PE e Pré-amazônia/MA);
- fomento à disseminação de tecnologias alternativas de aproveitamento e agregação de valor aos resíduos lignocelulósicos e agrícolas;

- ações voltadas para a redução da taxa de disposição inadequada de resíduos de origem lignocelulósicos e agrícolas, com a conseqüente redução do impacto causado pelos resíduos ao meio ambiente;
- transformação do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana, em Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental em Assentamentos Humanos, vinculado à Universidade Livre do Meio Ambiente - Unilivre, que passou a disponibilizar um banco de dados informatizado, referente a práticas bem sucedidas de gestão ambiental rural;
- ações relativas à destinação final adequada, e/ou reciclagem, de aproximadamente 40% do total de embalagens vazias de agrotóxicos produzidas no País (130 milhões embalagens/ano, segundo dados da Andef);
- início do Projeto Piloto de Gestão Ambiental Rural da Bacia do Rio Ariranha/SC, por meio do Projeto de Cooperação Técnica com a FAO/ONU-FAO/TCP/BRA/2903, que conta com recursos a fundo perdido da FAO/ONU e recursos complementares do MMA/Tesouro Nacional.

No tocante à gestão ambiental rural em 2002, destacam-se como resultados a implantação de instrumentos tecnológicos e metodológicos de gestão ambiental rural, em comunidades rurais, agricultores familiares e assentamentos de reforma agrária, com a participação de organizações governamentais e organizações sociais e o incentivo à capacidade de gestão ambiental das entidades envolvidas no Programa.

Para isso, deu-se continuidade às ações decorrentes das seguintes parcerias:

- Termo de Cooperação Técnica com o Incra/MDA, para implantação de três projetos-piloto de assentamentos de reforma agrária ambientalmente sustentáveis;
- Termo de Cooperação entre o MMA e FAO/ONU, para a implementação do projeto Gestão Ambiental Rural nos Assentamentos Humanos situados em Bacias Hidrográficas do Brasil; e
- Termo de Convênio com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura - FNSA, para a elaboração e implementação do Programa de Defesa Ambiental Rural. Com foco na questão do recolhimento e tratamento de embalagens vazias de agrotóxicos, foram realizados 12 Seminários Estaduais, capacitando técnicos na multiplicação de tecnologias para a destinação final adequada das embalagens, na divulgação de aspectos regulatórios da Lei de Agrotóxicos (Lei nº 9.974, de 06 de junho de 2000) e na conservação e preservação dos recursos naturais no meio rural do País.

Deve-se ressaltar que os problemas decorrentes do contingenciamento orçamentário e das restrições financeiras acabaram por prejudicar as metas previstas para o Programa, sendo necessário reprogramar os objetivos inicialmente propostos. Além disso, as metas constantes da Lei Orçamentária, foram superdimensionadas, notadamente em 2002, não sendo possível atingi-las em sua totalidade. Todavia, a estratégia de atuação utilizada, privilegiando a articulação e a formação de parcerias governo-sociedade, bem como a descentralização da execução das atividades, permitiram incrementar os resultados esperados.

Para 2003, espera-se, em termos de gestão ambiental urbana, o fortalecimento institucional das prefeituras municipais, condição *sine qua non* para manter o nível de desempenho do Programa, e a promoção da formação/capacitação de recursos humanos em todos os níveis para gerenciamento e manutenção dos planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, que constitui um dos pontos considerados fundamentais para serem implementados no próximo exercício. Essa atividade compreenderá três aspectos básicos: manter e

consolidar o apoio às universidades e instituições regionais para acompanhamento técnico da operação dos sistemas integrados; aperfeiçoar o monitoramento da execução física dos projetos de gerenciamento integrado de resíduos apoiados pelo MMA, com a manutenção do contrato com a Caixa Econômica Federal; e promover um aumento efetivo da participação social na avaliação dos investimentos governamentais nos campos dos resíduos sólidos e garantir a prioridade aos catadores no processo de coleta, triagem e comercialização dos produtos (incluindo a hipótese de apoio à pequenas indústrias de reciclagem).

Em termos de gestão ambiental rural, espera-se para 2003: a consolidação e ampliação da cooperação com o MDA/Incra e organizações de agricultores assentados, visando à implantação de assentamentos de reforma agrária ambientalmente sustentáveis; a implantação da cooperação FAO/TCP/BRA 2903 - Projeto Piloto de Gestão Ambiental Rural na Bacia do Rio Ariranha/SC, abrangendo cinco municípios e aproximadamente 30 mil habitantes; a implantação de cinco Unidades Ambientais de Referência - UAR, Projeto FAO UTF BRA 060/BRA - Gestão Ambiental Rural em Assentamentos Humanos Situados em Bacias Hidrográficas do Brasil, visando à identificação, validação, transferência, difusão e multiplicação de instrumentos de gestão ambiental rural; a implementação, em cooperação com os órgãos estaduais de meio ambiente e agricultura, de ações de tratamento adequado e destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos, bem como o seu uso racional na agricultura; a implementação, em parceria com o Ibama/LPF, de instrumentos tecnológicos e metodologias de aproveitamento de resíduos oriundos das atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural; e implantação, em parceria com a Unilivre/PR e outros governamentais e não-governamentais, da Rede Nacional de Informações sobre Gestão Ambiental Rural, no âmbito do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental nos Assentamentos Humanos.

.....

O Programa Brasil Joga Limpo está voltado para a gestão ambiental no meio urbano e rural. Os problemas ambientais urbanos afetam 82% da população nacional, que vivem hoje nas cidades. Embora a temática da "agenda marrom", composta por temas relacionados à prevenção e correção da degradação do meio urbano (resíduos sólidos, poluição, dentre outros) seja ampla e complexa, o MMA atribuiu prioridade à questão dos resíduos sólidos urbanos, por ser este um tema insuficientemente abordado por políticas públicas, coerentes com a sua gravidade e dimensão nacional e suas nefastas consequências para a saúde, o bem estar da população e a qualidade do meio ambiente.

Concepção

A atuação do Governo Federal na área de resíduos sólidos urbanos, além de recente, encontra-se, também, pulverizada em diversos órgãos. O Programa Brasil Joga Limpo buscou cobrir, principalmente, o vazio institucional existente para suprir a demanda dos municípios com população urbana entre 20 e 100 mil habitantes. Neste contexto, o Programa deverá ter um escopo intersetorial, para de forma global abranger as ações do MMA, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR e da Funasa.

Com relação à gestão ambiental rural, o Programa Brasil Joga Limpo ataca as causas que resultam em impactos ambientais (desmatamento, erosão, enchentes, contaminação dos recursos hídricos, resíduos de agrotóxicos), que agravam a situação de pobreza na área rural e em cidades de pequeno porte. A atuação se dá na elaboração e disseminação de informações e/ou de normas, critérios e instrumentos tecnológicos e metodológicos de gestão, que orientem os assentamentos humanos no meio rural, nos aspectos relacionados ao uso adequado do solo, saneamento rural, proteção de matas ciliares e mananciais, uso e manejo dos resíduos sólidos do campo, oriundos de atividades agrícolas e não-agrícolas, incluindo a gestão de resíduos agroindustriais e domésticos.

A seguir, são relacionadas as principais causas identificadas dos problemas acima descritos às ações registradas no PPA.

Causa	Ação
Gestão inadequada de resíduos sólidos urbanos	Elaboração de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, que vem sendo realizada por meio das ações projetos demonstrativos de resíduos sólidos e saneamento ambiental e fomento da coleta seletiva de lixo.
Ações na área de resíduos sólidos urbanos, dispersas em diferentes órgãos da administração pública federal: SEDU/PR, Ministério da Saúde, por meio da FUNASA, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, via implantação do Programa Brasileiro de Reciclagem - PBR, Ministério do Esporte e Turismo, via Embratur, Ministério da Fazenda (BNDES e BASA) e Ministério do Meio Ambiente (SQA/FNMA).	O Programa Lixo e Cidadania foi acolhido pela maioria destas instituições, de modo que os princípios gerais aplicados convergem para os princípios estabelecidos no referido programa. Entende-se que a maximização da utilização dos recursos federais exige a concentração dos recursos sob uma programação coerente e com regras bem definidas para os distintos objetivos de cada ministério, porém, aglutinados sob os aspectos populacionais, tecnológicos e ambientais, compatíveis com etapas regionais e nacionais definidas.
Os recursos do PASS (SEDU/PR), programa operacionalizado por meio de emendas parlamentares, tendem a ser aplicados indiscriminadamente, fugindo à programação, que visava atender àqueles municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Com isto, para estes municípios, não existe linha de apoio no âmbito do Governo Federal.	No MMA, foi definido um conjunto de critérios técnicos. Priorizou-se, no âmbito das ações do FNMA, o apoio a projetos voltados à minimização da geração de resíduos e à implementação de sistemas de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos de municípios com população urbana entre 20 e 100 mil habitantes.
Práticas insustentáveis no sistema de agricultura tradicional.	Identificar, validar e difundir tecnologias e metodologias de gestão ambiental no meio rural (ação implantação de instrumentos tecnológicos e metodológicos de gestão ambiental em assentamentos rurais).
Insuficiência de informações dos agentes responsáveis pela gestão ambiental urbana e especificamente sobre a gestão integrada de resíduos sólidos.	O Programa já desenvolve a ação Implantação de sistema de informação ambiental relativo à gestão integrada de resíduos.
Insuficiência de pessoal técnico do órgão para o acompanhamento e avaliação <i>in loco</i> dos projetos apoiados pelo MMA.	Ação a ser incluída, formalmente, no Programa: Monitoramento dos projetos descentralizados.
Incapacidade das prefeituras para a gestão ambiental urbana e operação de aterros sanitários.	Ação a ser incluída, formalmente, no Programa: capacitação e treinamento de gestores e técnicos municipais em gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos e operação de aterros sanitários.

Em relação aos aspectos do Programa que precisam ser melhorados, citam-se:

- caracterização do público-alvo: o público-alvo do Programa é representado pela população urbana dos municípios (na gestão ambiental urbana) e por associações, comunidades, cooperativas e produtores rurais organizados (na gestão ambiental rural);
- suficiência das Ações: sugere-se a inclusão de duas novas ações voltadas para:
- capacitação e treinamento de gestores e técnicos, com o objetivo de apoiar às municipalidades na formação de recursos humanos para a operação de aterros, valas, levantamento de custos dos serviços para formação de tarifas;

- acompanhamento *in loco* e monitoramento dos projetos apoiados pela SQA, para garantir maior eficiência dos investimentos realizados;
- para a ação Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental nos Assentamentos Rurais, considerando que o campo de intervenção tem sido maior que o objetivo previsto no Programa Brasil Joga Limpo, sugere-se a formulação de um novo programa no âmbito do PPA 2004-2007, que atenda a um maior elenco de ações no meio rural, integrando projetos de combate à fome e à pobreza;
- adequação dos indicadores: o estabelecimento de indicadores que possam ser aferidos anualmente é uma necessidade. Sugere-se que seja considerado o número de aterros sanitários licenciados. A SQA, por meio do convênio com a Fundação Água e Vida, está providenciando para que seja efetivado um cadastro dos aterros licenciados junto aos órgãos estaduais competentes

Contribuindo para o objetivo do Programa Brasil Joga Limpo, foram desenvolvidas as seguintes atividades, não expressas no PPA 2000-2003, voltadas ao fortalecimento da política e da gestão dos resíduos sólidos urbanos:

- participação nas discussões do Projeto de Lei para os Resíduos Sólidos, nas audiências públicas realizadas na Câmara Federal;
- participação na elaboração de normas, no âmbito da Câmara de Saneamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama: Resolução Conama no 308/02 - licenciamento ambiental de sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos, gerados em municípios de pequeno porte; Resolução Conama no 307/02 - diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- articulação com outros programas e projetos do Governo Federal (Comunidade Solidária, Programa de Combate à Violência/PR, Programa de Despoluição da Bacia do São Francisco/MI, PASS/SEDU, Funasa, Cef e outros);
- incentivo à criação dos Fóruns de Lixo e Cidadania e à criação de cooperativas de catadores.

Dentre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados citam-se:

- reconhecimento que o problema do lixo não depende apenas de ações setoriais para sua solução, mas sim de um esforço conjunto dos três níveis de governo, integrados e em parceria com a sociedade;
- atuação com base nos princípios do Fórum Nacional Lixo e Cidadania e utilização da capilaridade de sua ação na ponta, por meio dos fóruns estaduais e municipais;
- parceria com o Ministério Público;
- ação descentralizada, via convênio com os municípios;
- prioridade para apoio às iniciativas associadas a um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, visando a sustentabilidade do sistema;
- consideração do nível de organização e de participação das comunidades rurais, dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária;
- articulação com outros ministérios e com as partes interessadas (organizações de agricultores, sindicatos, cooperativas).

Implementação

A Lei do PPA (Lei nº 9.989/00) definiu para o Programa Brasil Joga Limpo recursos do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 51,5 milhões para o período 2000-2003. A dotação orçamentária (Lei mais crédito), por ano, em função de emendas parlamentares, superou o valor originariamente previsto. A tabela abaixo apresenta os valores da dotação consignada para o Programa, do limite disponibilizado e da execução.

Execução do Brasil Joga Limpo em R\$ milhões

Ano	2000	2001	2002
Lei+Crédito	17,5	61,6	84,6
Limite Disponibilizado	15,1	52,2	31,3
Empenhado/Realizado	15,1	52,2	31,3

Fonte: SIGPlan

Todavia, os recursos financeiros disponibilizados para o Programa, de 2000 a 2002, apesar de empenhados em sua totalidade, não foram suficientes para atender a demanda existente por apoio financeiro federal em projetos de gestão ambiental urbana e rural.

O contingenciamento orçamentário, as restrições financeiras e o fluxo irregular dos recursos comprometeram o cronograma de execução e a estratégia de implementação, além de reduzir e atrasar a realização das metas, o que importou na necessária reprogramação dos objetivos propostos no período, para adequá-los aos limites estabelecidos, além de provocar a concentração da emissão dos empenhos no final de cada exercício.

No tocante aos impactos da LOA 2002, a dotação de recursos da ordem de R\$ 84,6 milhões ficou limitada a uma execução de R\$ 31,3 milhões, o que acabou por comprometer, de forma expressiva, a execução do Programa. As restrições legais para as transferências a estados e municípios, em função do processo eleitoral, também contribuíram para atrasar a liberação dos recursos e a implementação dos projetos.

Além disso, a reduzida disponibilidade financeira não permitiu liquidar a grande maioria dos empenhos emitidos em 2002 e, em consequência, expressivo número de convênios ficou com os recursos inscritos em restos a pagar, o que prejudicará a execução de 2003.

Nos vários anos, observou-se que a dotação estabelecida na Lei Orçamentária não foi compatível com as metas físicas definidas. As metas foram superdimensionadas após acolhimento das emendas parlamentares, não refletindo o custo unitário médio dos projetos, tornando-se inviável alcançá-las na sua totalidade. Mesmo com a redução dos recursos em virtude de contingenciamento orçamentário, as metas físicas permaneceram superdimensionadas, ainda que se tenha reinterado oficialmente o pedido de ajuste no ano de 2002.

A insuficiência de recursos materiais, sobretudo de equipamentos de informática, acarretou dificuldades para o gerenciamento e execução do Programa. Além disso, há inadequação da infra-estrutura, com sérios problemas de espaço físico e de falta de equipamento adequado às tarefas a serem desempenhadas. O aumento do volume de trabalho, associado à insuficiência de espaço ficaram evidentes, tanto para o pessoal técnico como para o público a ser atendido: prefeitos, parlamentares, técnicos municipais e estaduais.

Quanto à adequação dos recursos humanos, destaca-se que, apesar da adequada qualificação dos atuais técnicos para o gerenciamento e execução do Programa, o quadro de profissionais qualificados é insuficiente para o volume de trabalho existente em determinadas épocas do ano, o que poderia ser solucionado por meio de convênios desburocratizados com universidades ou ONGs. Ademais, em 2002 a carência de apoio administrativo sobrecarregou os técnicos de nível superior. Entende-se que é fundamental a flexibilização de processos de contratação temporária para evitar o inchamento dos quadros do governo e, por outro lado, situações de ociosidade da Mão de Obra.

A escassez de recursos inviabilizou o processo sistemático de capacitação, em ampla escala, da equipe gerencial. Entretanto, buscou-se apoio técnico em instituições e entidades voltadas para a questão ambiental urbana e especificamente para o gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos. O aperfeiçoamento da equipe limitou-se à participação em cursos de curto prazo e seminários sobre assuntos de interesse do Programa e à contribuições de consultores.

A capacitação das equipes responsáveis pela implementação das ações, no nível municipal, também não tem sido sistemática. A principal modalidade de intervenção para a implementação da gestão adequada de resíduos sólidos está no fortalecimento institucional das prefeituras municipais para a gestão ambiental urbana, contando com a parceria de diversas entidades como, Unilivre, NUTEC-CE, CETEC-MG, IBAM-RJ.

A necessidade de capacitação das equipes responsáveis pela implementação dos projetos no nível municipal é evidente, uma vez que a principal forma de atuação do Programa é a descentralização dos recursos. O Governo Federal deve criar uma nova ação para o Programa voltada para a formação de recursos humanos - equipes técnicas - locais e estaduais, tanto para a preparação de projetos como para a operação dos investimentos. No período 2000-2002, a capacitação ficou limitada às seguintes iniciativas:

- Projeto Guaia/Lixo - capacitação dos municípios do projeto piloto em gerenciamento integrado de resíduos;
- FNMA - capacitação das instituições executoras dos projetos, para a participação no processo de seleção, e execução, nos aspectos de acompanhamento técnico e de prestação de contas; e
- Gestão Ambiental Rural - realização de doze seminários estaduais, sendo capacitados uma média de 40 técnicos por estado, e três cursos de capacitação em valorização e reaproveitamento de resíduos lignocelulósicos e agrícolas, destinados a técnicos estaduais e de organizações de agricultores.

Outra dificuldade do Programa refere-se à celebração de contratos e convênios, e é decorrente da lentidão de tramitação, causada pelo excesso de burocracia, das exigências e das normas de controle exigidas para a assinatura. Com um volume desmesurado de exigências, freqüentemente há superposições. Em alguns casos, os projetos das prefeituras tem sido prejudicados pelo atraso na emissão da Licença Ambiental, ocasionado pela morosidade dos organismos estaduais.

Por outro lado, o desempenho dos parceiros tem sido relevante na execução do Programa e tem contribuído com informações técnicas, avaliação de necessidades e estratégias de atuação do MMA, elaboração de estudos, assim como subsídios outros à execução das ações, além de se constituírem um importante canal de ligação do MMA com o público-alvo.

Principais Parceiros	Vantagens
FAO/ONU	Consultores capacitados em temas ambientais rurais
Secretarias Estaduais de Meio Ambiente	Parcerias estaduais
Secretarias Estaduais de Agricultura	Capilaridade e representatividade junto aos órgãos estaduais
INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	Redução de prioridades divergentes
Secretaria de Defesa Agropecuária - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Tecnologias alternativas desenvolvidas, pessoal capacitado e rede de informações
Laboratório de Produtos Florestais - Ibama/LPF	Experiências acumuladas
Universidade Livre do Meio Ambiente - Unilivre/PR; Universidade de Brasília-UnB; Universidade Federal de	Disseminação de informações
Ministérios Públicos Estaduais e Federal	Vigilância do cumprimento das ações
Sistema Cresol - Cooperativas de Crédito Solidário; Frente Sul da Agricultura Familiar; Movimentos Sociais de Agricultores (MST, Contag)	Representatividade dos agricultores
CEF	Apoio no controle da execução das ações
SEDU/PR, Funasa/MS	Otimização de resultados
ONGs	Levantamento das carências da comunidade e propostas de soluções
Unicef	Programa Lixo e Cidadania - ações convergentes;
GTZ	Consultoria técnica especializada.

O Programa **Brasil Joga Limpo**, também constituiu parcerias com outros Programas do PPA 2000-2003, destacando-se:

- Programa Novo Mundo Rural - assentamento de trabalhadores rurais e consolidação de assentamentos, considerando a adequada gestão ambiental;
- Programa Agricultura Familiar: Pronaf - desenvolvimento rural sustentável;
- Programa Qualidade Ambiental - informações relativas a outras categorias de resíduos;
- Programa de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (SEDU/PR) - otimização de recursos e racionalidade na estratégia de implementação;
- Programa Saneamento é Vida (FUNASA) - otimização de recursos e racionalidade na estratégia de implementação.

A participação da sociedade sobre o Programa, ainda que moderada, é crescente. A sociedade participa através de seus canais de representação política, Ministérios Públicos Estaduais, *sites* disponíveis do MMA e outros sites do Governo Federal. Especificamente, a sociedade participa através dos fóruns Estaduais e Municipais Lixo e Cidadania, associações de catadores, ONGs, cooperativas e associações de produtores rurais.

No tocante à avaliação da satisfação dos usuários/beneficiários, o MMA disponibiliza em sua página na internet um canal aberto para a comunicação da sociedade com o Programa. Entretanto, ainda não existe avaliação sistemática e direta do grau de satisfação da sociedade. No momento, está em discussão, no âmbito do Programa Lixo e Cidadania, a criação de mecanismos e processos institucionais para permitir que o público-alvo possa consultar e avaliar os serviços prestados via as ações do Programa.

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico da execução descentralizada, embora existente, ainda sofre pela carência de sistemas regulares de aferição de resultados. Todavia, medidas vêm sendo tomadas para o fortalecimento do sistema de acompanhamento e avaliação dos projetos.

A principal forma de atuação do Programa é a descentralização de recursos para municípios, por meio de convênios. O desempenho físico das ações ficou dentro do previsto e condicionado aos recursos disponibilizados.

O MMA tem procurado fortalecer o acompanhamento físico dessas ações. Os convênios celebrados com as prefeituras municipais pelo FNMA vêm sendo gerenciados, monitorados e avaliados através da Caixa Econômica Federal - Cef, enquanto que a SQA, em virtude da limitação de recursos humanos e financeiros, tem firmado convênios com entidades estaduais e ONGs, visando aprimorar a sistemática de acompanhamento técnico dos projetos financiados e fortalecer o controle sobre os investimentos e a operação dos aterros. No final de 2002, a SQA contratou a CEF para avaliar in-loco o andamento e desempenho dos projetos municipais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

Nesta tarefa de monitoramento, o Programa conta, também, com a atuação e a capilaridade do Fórum Nacional Lixo e Cidadania e respectivos fóruns estaduais. Ressalta-se, ainda, necessidade da criação de nova ação no Programa, voltada para o monitoramento dos projetos, com vistas a garantir o adequado desempenho físico dos projetos executados de forma descentralizada.

No tocante às ações executadas em outras unidades do MMA, já foi citado que o Programa utiliza o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA para a execução da ação Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo, que apresentou uma execução de 100% dos recursos disponibilizados.

Por fim, relata-se que a estrutura organizacional do MMA assimilou o processo de planejamento e gestão por programas. No entanto, há dificuldades inerentes à implementação do novo modelo que, paulatinamente, vem sendo aprimorado, na medida que os problemas vão surgindo durante a prática do exercício de gestão.

Despoluição de Bacias Hidrográficas

Resultados

O objetivo do Programa é reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográficas drenantes de áreas com maior densidade urbana e industrial do País. O parâmetro utilizado no indicador do Programa, a Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO, é de uso corrente para medir a carga poluidora presente nos corpos de água. Os resultados do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes, ainda não podem ser mensurados devido ao seu recente lançamento em março de 2001. Entretanto, O Programa vem constituindo-se em uma experiência de grande sucesso, verificado, sobretudo, pelo grande número de inscrições ocorridas tanto em 2001 como em 2002. Em 2001, foram firmados dezessete contratos de pagamento pelo esgoto tratado, no montante de R\$ 51,8 milhões, que tratarão os esgotos de uma população equivalente de cerca de 1,9 milhão de habitantes. Fato que proporcionará um abatimento aproximado de 52,6 mil kg/DBO - dia de carga poluidora. Em 2002, foram selecionados para contratação 31 empreendimentos, demandando recursos da ordem de R\$ 84,8 milhões. Esses empreendimentos atenderão, quando estiverem operando, a uma população aproximada de 2,2 milhões de habitantes, propiciando um abatimento de cerca de 98,2 mil kg/DBO - dia de carga poluidora. O Programa também tem estimulado a implantação e discussão dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, particularmente a criação de comitês de bacias hidrográficas e a instituição da cobrança pela utilização de recursos hídricos.

A estimativa de alcance do índice previsto para o indicador Carga Anual Poluidora Abatida até o final do Plano (2003) não é aplicável. A previsão inicial deverá ser alterada de 781.000 para 1.068.748 kg/DBO - dia, e o índice para o final de 2003, deverá ser alterado de 985.000 para 1.245.000 kg/DBO - dia. Para alcance desse índice serão necessários investimentos de R\$ 52 milhões em 2001, de R\$ 53 milhões em 2002 e de R\$ 240 milhões em 2003.

O impacto no público-alvo do Programa poderá ser de grande frustração, se não for viabilizado no presente exercício, no mínimo, a contratação do mesmo montante realizado em 2001. O prejuízo socioeconômico decorrente do contingenciamento do total das dotações disponibilizadas verificado no orçamento de 2002 será, no curto prazo, a manutenção de índice de cobertura de coleta e tratamento de esgotos inferiores aos mínimos aceitáveis, com as conhecidas consequências nos índices de saúde da população. A médio e longo prazo, esta situação comprometerá de forma significativa a disponibilidade de recursos hídricos, principalmente nas áreas metropolitanas do País.

Concepção

Um dos maiores desafios da gestão de recursos hídricos no Brasil é a redução dos níveis de poluição hídrica, que atinge patamares críticos, sobretudo em regiões com forte concentração urbana e industrial. A concepção do PRODES permite, de forma eficiente, atingir os objetivos propostos pelo Programa, quais sejam: reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográficas de maior densidade urbana e industrial do País e induzir a implantação de sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. Os esgotos sanitários urbanos estão entre os fatores mais importantes dessa poluição. Pois cerca de 80% dos esgotos coletados em nossas cidades são lançados nos corpos hídricos em estado bruto, sem qualquer tratamento, produzindo consequências ambientais e sanitárias negativas e contribuindo para o agravamento do quadro de escassez de recursos hídricos de qualidade que já

Gerente:

Dilma Seli Pena Pereira

se verifica em algumas regiões do País. A viabilidade econômica das estações de tratamento de esgotos - ETE é reconhecidamente reduzida, em razão dos altos investimentos iniciais necessários à sua construção. É por este motivo que mesmo os países desenvolvidos têm incentivado financeiramente os investimentos em ETEs, a exemplo dos Estados Unidos e países da Comunidade Européia. No Brasil, este problema de viabilidade torna-se mais agudo em razão da parcela elevada de população de baixa renda.

O Prodes foi concebido com propósito de incentivar a implantação de estações de tratamento de esgotos, mediante subsídio financeiro, que atinge 50% dos custos dos investimentos para sua implantação. O Programa privilegia a eficiência, pois os pagamentos só são liberados a partir do início da operação da ETE, mediante o cumprimento de determinadas metas de eficiência do tratamento do esgoto e da carga poluidora abatida.

O Prodes, conhecido também como "compra de esgoto tratado" é uma iniciativa inovadora, pois o Programa não financia obras nem equipamentos. A estratégia consiste em efetuar o pagamento somente após a comprovação do abatimento das cargas poluidoras, privilegiando assim os resultados. Isto significa uma grande alteração na prática processual dos programas governamentais, pois privilegia a eficiência, na busca de resultados efetivos de interesse da sociedade. Isto faz com que o Programa seja inédito no País.

Uma medida adotada pelo Programa, de fundamental importância, no sentido de simplificar processos e reduzir o número de técnicos envolvidos, refere-se à Tabela de Valores de Referência para implantação de estações de tratamento de esgotos sanitários. De fácil utilização, a tabela possibilita uma avaliação expedita do valor da ETE, em função da população atendida e do padrão de eficiência de tratamento adotado. Isso representa também uma inovação no processo de análise das propostas, uma vez que a ANA não analisa projetos. Os valores de referência adotados na tabela, estabelecidos a partir de custos médios recentes de implantação de estações de tratamento de esgotos no Brasil, fomentam a utilização de processos de tratamento que combinam eficiência com economia. Esse processo simplifica e agiliza a análise das propostas, dá transparência ao processo de determinação do valor dos contratos, favorecendo o controle social sobre a aplicação dos recursos.

Outra inovação importante refere-se ao Fundo Caixa - FIF Despoluição, o qual foi constituído na Caixa Econômica Federal - Caixa, rendendo taxa compatível com a valoração de face dos recursos nele aplicados. Este mecanismo foi objeto de discussão com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e a Caixa resultando em procedimento com vantagens inquestionáveis. Destacando-se a garantia para o executor (prestador de serviços de saneamento) de que o recebimento dos subsídios financeiros do programa independe de outras ações que não a dele próprio, ou seja, do cumprimento das metas estabelecidas no contrato, sobretudo quanto ao abatimento de cargas poluidoras. Outra vantagem do fundo é de constituir-se em um ativo disponível ao prestador de serviços e à melhoria de sua competitividade no mercado do financiamento dos serviços de saneamento. Optou-se por transferir ao agente financeiro do Programa Caixa a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, acordados logo após a celebração do contrato, com as devidas salvaguardas e garantias para a União - os recursos são bloqueados em conta específica, procurando-se assim evitar a descontinuidade e/ou a paralisação dos projetos frequentemente observados no final dos exercícios financeiros, decorrentes entre outras razões, de demora da votação e promulgação da Lei Orçamentária Anual e, conseqüentemente da liberação do Orçamento Anual.

A idéia básica é privilegiar o resultado, pois um dos principais problemas detectados ao longo do tempo é a despreocupação com o funcionamento das obras concluídas, que neste caso são as operações das ETEs. Ao longo do tempo, a cultura do Brasil sempre foi voltada para a realização de obras, o que, no caso de obras de tratamento de esgotos, só será eficiente se após a sua conclusão for efetivamente operada. Nesse caso, cumprirá o objetivo de despoluir as bacias hidrográficas, que só será alcançado se as ETEs construídas estiverem de fato tratando os esgotos coletados. Daí a "compra do esgoto tratado" que implica em liberação dos recursos, mediante a comprovação da consecução das metas propostas no contrato firmado, com relação ao abatimento das cargas poluidoras.

Evitou-se, assim, o aporte direto dos recursos para a realização das obras, sobretudo em função das conhecidas dificuldades de se avaliar a concepção e elaboração dos projetos, acompanhar e fiscalizar sua execução, bem como controlar e validar as prestações de contas dos recursos destinados ao projeto, nos vários municípios brasileiros. Para tanto, seria necessária a montagem de uma grande e dispendiosa estrutura, dotada de técnicos gabaritados nas áreas de engenharia, de licitações públicas e, ainda, nas normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal, sem, no entanto, ter a garantia de pleno êxito nestas tarefas.

Existem, porém alguns problemas de natureza institucional que transcendem o escopo de atuação da Agência Nacional de Águas, bem como de gestão interna. Essa questão institucional está relacionada à inexistência de uma política clara para o setor de saneamento básico, que defina os objetivos, estratégias e papéis de cada órgão federal envolvido, bem como, procedimentos que norteiam os investimentos da União no setor. A atual situação em que cada agente aplicador tem autonomia para fixar seus próprios critérios de alocação de recursos orçamentários redundou em sua verdadeira pulverização, reduzindo de forma significativa a eficácia das intervenções, impossibilitando o aproveitamento de possíveis sinergias existentes. Esse quadro de indefinição e pulverização de recursos do Orçamento Geral da União entre os diversos ministérios impossibilita intervenções mais efetivas e eficazes visando ampliar de forma sustentável os índices de coleta e tratamento de esgoto domésticos no Brasil. Não se dispõe, também, de critérios que permita avaliar as prioridades definidas e os resultados alcançados.

Nos dois exercícios financeiros de implementação, o Prodes teve demandas muito superiores aos recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária para o Programa. No ano de 2002, além desta questão, destaca a existência de limites (financeiros e de movimentação de empenho) para contratação dos empreendimentos, tal o nível de contingenciamento que foi submetido às unidades do Ministério do Meio Ambiente.

O Programa incentiva, induz e cobra a responsabilidade de atores locais - prestadores de serviço de saneamento, titulares dos serviços, comitês de bacias hidrográficas - protagonistas do processo, a exercerem suas responsabilidades integralmente, uma vez que o projeto, o licenciamento, inclusive ambiental, a implantação, a operação e a manutenção da ETE selecionada no Programa são de responsabilidade exclusiva do prestador de serviço, assim como a viabilização dos recursos necessários para sua implantação e operação. Ainda, no processo de seleção, o Programa delega aos comitês de bacias a responsabilidade pela definição da alocação dos recursos (priorização das propostas).

Causa	Ação
Falta de tratamento dos esgotos domésticos	Apoio à implantação/operação de estações de tratamento de esgotos

Em relação aos índices sugere-se para o índice inicial o valor de 1.068.748 Kg/DBO - dia, (estimativa para a atual carga abatida de DBO) e o índice para o final de 2003, de 1.245.000 Kg/DBO.dia.

Em relação à matriz de financiamento, há necessidade de se conseguir outras fontes de recursos ou haver por parte do Governo Federal uma priorização no enfrentamento da questão do baixo índice de coleta e tratamento de esgoto sanitário no Brasil, evitando a atual pulverização dos recursos hoje alocados ao setor de saneamento básico no Orçamento Geral da União.

Tendo em vista os níveis de demanda verificados nos anos de 2001 e 2002, o Prodes, necessita de uma melhor estruturação administrativa. Para garantir a operacionalização eficiente é fundamental que o Programa possa contar com o apoio de técnicos capacitados para desempenhar as funções de análise das propostas inscritas, celebrar os contratos, acompanhar a execução dos contratos celebrados, bem como realizar a certificação dos resultados.

O Prodes tem propiciado um debate de grande interesse para o setor de saneamento básico: a questão dos serviços de esgotamento sanitário. De certa forma, esse debate está colocando na pauta do setor a necessidade de se desenvolver mecanismos eficientes para enfrentar o grande déficit de cobertura de coleta e tratamento de esgotos sanitários no Brasil. Esse debate envolve tanto questões referentes a opções técnicas de tratamento como também questões referentes à gestão e organização na prestação dos serviços de saneamento no Brasil. É fundamental que o Governo Federal estabeleça uma política para o setor de saneamento básico, que busque a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitários no País. Esta política deverá impor uma coordenação nas ações, integrando-as de maneira a se evitar a pulverização dos escassos recursos orçamentários e financeiros. Neste sentido, as ações hoje desenvolvidas pelo Prodes devem ser articuladas com as demais ações de saneamento básico presentes em outros ministérios e com os bancos oficiais de financiamento.

.....
Apresenta-se abaixo um resumo da execução financeira de 2001 a 2002, período de existência da ação: **Implementação**

Ano	2001	2002
LOA (R\$)	59.345.757,00	85.830.854,00
Empenhado/ Realizado (R\$)	52.542.970,00	17.742.015,00
Execução (%)	88,54	20,67

A execução em 2001 foi de R\$ 52,5 milhões, referentes aos contratos de compra de esgoto tratado firmados no âmbito da ação: remoção de Cargas Poluidoras (Proágua-Gestão). Entretanto, por falta de disponibilidade orçamentária e financeira, deixaram de ser contratados onze empreendimentos habilitados, os quais demandariam recursos da ordem de R\$ 34,9 milhões da ANA. Em 2002, a execução foi de R\$ 17,7 milhões, possibilitando a contratação de apenas onze empreendimentos

de um total 82 habilitados. Nesse exercício, não houve disponibilidade orçamentária e financeira para contratação dos 31 empreendimentos selecionados, os quais totalizam recursos da ordem de R\$ 84,8 milhões, a serem aportados pela ANA. Esta sistemática prevê a contratação em blocos, tendo em vista a priorização dos empreendimentos pelos comitês de bacias hidrográficas, ou seja, a ANA necessita de disponibilidade de limites suficientes para contratação simultânea dos empreendimentos afetos aos diversos comitês.

Para se conseguir um impacto significativo na minimização do problema que o Prodes pretende resolver - altos níveis de poluição hídrica dos rios nacionais - necessita-se de investimentos da ordem R\$ 240 milhões/ano, conforme previsto na concepção inicial do Programa.

Como a ANA ainda não conta com equipe técnica própria, tendo em vista que a maioria de sua equipe é formada por profissionais que estão em regime de contrato temporário, ainda não houve esforço de capacitação específico para a equipe do Prodes.

O Programa prevê parcerias com a Caixa e com os comitês de bacias hidrográficas, que é um colegiado formado por representantes do Poder Público (municipal, estadual e federal), da sociedade civil organizada, dos usuários das águas da bacia. Com relação aos comitês de bacias hidrográficas, as relações de parcerias, ao longo deste dois últimos anos, foram bem produtivas, com excelentes resultados. Registra-se que os comitês divulgam o Programa em suas áreas de atuação, validam e assinam as metas de abatimento de carga poluidora, e a partir de 2002, passaram a hierarquizar os empreendimentos habilitados no Programa. Quanto à relação com a Caixa, agente financeiro do Programa, que administra o Fundo Caixa - FIF Despoluição, onde estão aplicados os valores contratados e ainda não liberados aos prestadores de serviços, os resultados têm sido excelentes. No final do ano passado, foi firmado um convênio de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O BNDES também tem apoiado a implantação do Programa, na medida em que se dispõe a respeitar as regras internas de concessão de Créditos, e a financiar os empreendimentos habilitados no programa que necessitarem de seu apoio. Tanto a Caixa como o BNDES têm, no entanto de respeitar os limites de financiamento para o setor público, o que inviabiliza a maioria das operações estudadas. As vantagens obtidas com os parceiros estão descritas no quadro abaixo:

Principais Parceiros	Vantagens
BNDES	Disponibilização de linhas de financiamento a prestadores de serviços de saneamento, como forma de viabilizar a construção das estações de tratamento de esgotos habilitadas para participação no Programa.
Caixa Econômica Federal	Disponibilização de linhas de financiamento a prestadores de serviços de saneamento, como forma de viabilizar a construção das ETEs habilitadas para participação o Programa; segurança na administração dos recursos financeiros do Programa; maior nível de regulamentação.
Comitês de Bacias Hidrográficas	Participação da sociedade civil organizada; maior transparência na alocação de distribuição de recursos públicos, pois permite a participação da sociedade civil organizada no processo decisório quanto à hierarquização das propostas, indicando quais empreendimentos habilitados pertencentes àquelas bacias deverão ser selecionados pela ANA para contratação; maior discussão; maior nível de regulamentação; maior prazo para deliberações, decisões.

Ainda não foram articuladas parcerias formais com outros programas do Plano Plurianual - PPA. Há necessidade de parcerias no âmbito do Governo Federal com vistas a uma política para o setor de saneamento no País, que evite a atual pulverização de ações e recursos, de forma a potencializar a utilização dos investimentos atualmente disponibilizados pelo Governo Federal. Existem mecanismos permanentes de participação da sociedade no Programa, pois o processo de seleção e hierarquização dos empreendimentos habilitados no programa é feito de forma descentralizada e transparente. No âmbito de cada bacia hidrográfica é obedecida a ordem de prioridade para contratação estabelecida pelo respectivo comitê. Ao destinar aos comitês o papel determinante na definição da alocação dos recursos do Programa, a ANA pretendeu democratizar as decisões quanto à aplicação dos recursos e estabelecer instrumentos de controle social sobre o Prodes, além de valorizar e fortalecer os comitês para o exercício de suas atribuições institucionais perante os prestadores de serviço de saneamento e municípios de sua área de atuação.

Não existe ainda um processo de avaliação da satisfação dos usuários afetos ao Prodes, tendo em vista que os empreendimentos contratados em 2001 encontram-se em sua maioria em processo de implantação. Por outro lado, o processo de liberação dos recursos bloqueados no Fundo Caixa - FIF Despoluição ocorrerá entre três e sete anos após a conclusão das obras. Portanto, o Programa pretende fazer avaliação de satisfação dos usuários a partir do início do processo de certificação dos resultados, o que deverá ocorrer em meados de 2003.

Educação Ambiental

O Programa **Educação Ambiental** visa promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais.

Resultados

Apesar dos dados da pesquisa nacional de opinião O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável realizada conjuntamente pelo MMA e Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER, em 2001, não serem conclusivos sobre o crescimento da taxa de conhecimento sobre meio ambiente da população brasileira, pode-se concluir pela análise do conjunto da pesquisa que houve uma evolução positiva de alguns indicadores, no período 1997-2001, que podem representar dimensões do indicador proposto para avaliar os resultados do programa.

Embora o índice proposto não expresse exatamente os avanços decorrentes das ações da Educação Ambiental, constata-se que houve um significativo avanço da percepção da população em relação à temática ambiental. Isso se dá em função da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da descentralização das ações do Programa, das parcerias realizadas e das ações diretas de execução desenvolvidas pelo Ibama, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dos parceiros da sociedade civil organizada.

Segundo a pesquisa, verifica-se crescimento de 10% na taxa de identificação de problemas ambientais integrantes da chamada pauta global. A identificação de matas e rios como elementos do meio ambiente aumentou 4% e 5%, respectivamente. Por outro lado, em relação a 1997, houve decréscimo da percentagem daqueles que consideravam animais (-7%), ar (-6%), solo (-8%), mares (-4%) e minerais (-8%) como elementos do meio ambiente.

A pesquisa constatou uma tendência de consideração do meio ambiente dissociado da ação humana. Segundo a pesquisa, em relação a 1997, houve um decréscimo significativo daqueles que consideravam sítios (-8%), homem/mulher (-8%) como parte do meio ambiente. Estudos idênticos, realizados em 1992 e 1997, já indicavam que, para a maioria dos brasileiros, meio ambiente é sinônimo de fauna e flora.

Outra constatação da pesquisa é que a baixa escolaridade da população está diretamente relacionada à ausência de opinião sobre o tema, sobretudo nas perguntas que demandam respostas espontâneas (não estimuladas) ou em questões mais complexas na sua formulação (relativas ao conceito de desenvolvimento sustentável).

Desta forma, um indicador que busque mensurar capacidades relativas ao domínio do cognitivo (taxa de conhecimento sobre meio ambiente pela população brasileira), deve necessariamente, resultar da agregação de vários indicadores desta esfera. Além disso, sua aferição deve ter como premissa o atingimento de determinados objetivos de aprendizagem pela população-alvo.

A análise dos dados demonstrou uma limitação inerente à finalidade da pesquisa, que se propõe a investigar o que o "brasileiro pensa..." e não o que o brasileiro conhece para aferir o nível de conhecimento da população sobre meio ambiente.

Gerente:

Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite

As pesquisas de âmbito nacional como o Censo Nacional, o PNAD e os estudos e pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação não abordam ainda a temática ambiental com

o propósito de mensurar a taxa de conhecimento nem tampouco a mudança de atitude da população.

Não obstante seja tecnicamente viável a construção de indicadores com objetivos de mensurar atitudes e conhecimento, necessitar-se-ia de uma investigação desenhada especificamente para esta finalidade. Há que se considerar o custo da pesquisa em relação ao custo total do Programa, uma vez que tal valor não está orçado no PPA do Programa **Nacional de Educação Ambiental**.

No entanto, tomando-se a "percentagem de brasileiros que não conseguem mencionar, espontaneamente, a existência de problemas ambientais no Brasil", a referida pesquisa constatou, comparando com as duas outras realizadas anteriormente, que em 1992 esse índice era de 47%, caindo em 1997 para 36% e chegando em 2001 a 25%. A percentagem anualizada de "brasileiros que não souberam apontar, espontaneamente, os problemas ambientais do Brasil", no período 1997-2001 poderia ser tomada como índice para aferir o indicador proposto, na ausência de outras com maior grau de relação direta com o referido indicador. Neste sentido, este decréscimo mostra uma variação positiva do índice do indicador.

Embora só disponibilizado na intranet, em 2001, e na internet, em 2002, a construção do sistema de bancos de dados e de buscas, e as matrizes de classificação foram amplamente discutidas com usuários. Há grande dificuldade na alimentação dos bancos de dados, o que deve ser minimizado pela estruturação das redes de Educação Ambiental e pela implantação dos Pólos Estaduais de educação ambiental e práticas Sustentáveis.

Na ação Fomento a projetos de educação ambiental, a previsão para o período de 2000 a 2002 era de 57 projetos apoiados. Até a presente data foram empenhados na ação e tiveram desembolso na mesma, 49 projetos. Foram recebidos 285 projetos. Durante esse período, em cada um dos três anos houve restrições orçamentárias que dificultaram o atendimento às previsões.

Em função do esforço empreendido e da inserção da temática educação ambiental nas outras ações desenvolvidas pelo FNMA, os projetos apoiados pelo FNMA nesta temática superaram a meta de 57 projetos, podendo ser considerado como resultado desta ação o apoio a 118 projetos. Isso sem contabilizar os projetos apoiados pelas outras ações do FNMA onde a educação ambiental não é a temática principal.

Quanto aos principais resultados de 2002, cita-se que, dos 27 Pólos Estaduais de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis previstos, foram implantados seis pólos (Tocantins, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Minas Gerais, Acre e Pernambuco). Foram formadas comissões interinstitucionais de educação ambiental em cada estado da federação. Além disso, dezenove estados já elaboraram o seu programa estadual de Educação Ambiental e dois elaboraram a Lei Estadual de EA. Foram realizados fóruns e seminários em todos os estados com vistas à Implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. A grande dificuldade encontrada para a implantação dos Pólos de Educação Ambiental foi a demora dos estados em enviarem a documentação necessária para viabilizar o convênio e o contingenciamento dos recursos necessários.

Outro importante resultado diz respeito ao Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - *Sibe*a (instalado na Internet os módulos *Winsibe*a e *Linsibe*a, para ambientes *windows* e *linux*, respectivamente). Foi formado o Comitê de Gestão do Sibe, com a participação de órgãos governamentais, ONGs, associação de docentes. O SIBE conta com a participação de 5 Redes de Educação Ambiental, em estruturação, e realiza o diagnóstico da EA nos estados do Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Destaca-se, ainda, como importante resultado a capacitação de 70% do quantitativo previsto para 2002 pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama. Além disso, essa coordenação realizou:

- 1) seminário, para oitenta participantes, objetivando discutir: a formação do conselho gestor da APA de Piaçabuçu de forma paritária, a gestão compartilhada do ordenamento da pesca e do desenvolvimento do ecoturismo com representações da sociedade civil organizada, instituições federais, estaduais e locais e procuradoria, em conformidade com a Lei nº 9.985/02 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
- 2) elaboração do Projeto Socioambiental em Assentamentos de Reforma Agrária, no Assentamento Centro do Designo no Município Miguel Alves (250 km de Teresina/PI). Um assentamento de seis anos, com cerca de seiscentas famílias (3 mil pessoas), em 6.570 hectares (40% dos quais em áreas de reserva legal e de preservação permanente), ou seja, em menos de 2 hectares por pessoa;
- 3) ações de capacitação, através de curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente destinado a técnicos, professores, multiplicadores das prefeituras municipais, ONG's, Incra, Ibama e outras instituições que atuam no estado, realizado em parceria com a prefeitura municipal de Pimenta Bueno, em Pimenta Bueno-RO, no período de 23/02 a 09/03/2002, para 39 participantes, com carga horária de 40 horas-aula;
- 4) participação com stands para apresentação dos projetos de Educação Ambiental executados pelos Núcleos de Educação Ambiental do Ibama, distribuição do livro Como o Ibama exerce a Educação ambiental (2 mil exemplares) e palestra proferida pelo Prof. José Silva Quintas, Coordenador geral de Educação Ambiental do Ibama na 5a. Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente ECOLATINA, em Belo Horizonte MG, no período de 24 a 27 de setembro.
- 5) Publicações:
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis Ibama. "Como o Ibama Exerce a Educação Ambiental". Coordenação Geral de Educação Ambiental. Brasília, Edições Ibama, 2002. (15 mil unidades);
 - Idem, "As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi" - organizado pela Unesco - Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Educação Ambiental. 1a. edição. Brasília DF, Edições Ibama, 1998. (3.050 unidades);
 - Idem, "Pensado e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente". Coleção Meio Ambiente. Série estudos Educação Ambiental. Edição revisada e ampliada. Brasília DF, Edições Ibama, 1997. (3.050 unidades);
 - Aguiar, Roberto Armando Ramos de. "Direito do Meio Ambiente e Participação Popular". Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Educação Ambiental. 2a. edição. Brasília (DF), Edições Ibama, 1998. (3.050 unidades);
 - Oliveira, Elísio Márcio de. "Educação Ambiental, uma Possível Abordagem". Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Educação Ambiental. 2a. edição. Brasília DF, Edições Ibama, 2000. (3.050 unidades); e
 - Quintas, José Silva. "Introdução à Gestão Ambiental Pública". Brasília DF., Edições Ibama, 2002. (3.050 unidades);

Quanto ao alcance do índice previsto para o indicador, é alta (superior a 90%) a estimativa.

Em termos de impactos sobre o público-alvo, cita-se que o projeto de implantação dos 27 Pólos Estaduais de Educação Ambiental não cumpriu as metas previstas até o momento em virtude da necessidade dos estados implantarem as suas comissões interinstitucionais de educação ambiental, bem como implementá-las via decreto governamental. Além disso, há dificuldades decorrentes dos estados cumprirem os ritos para firmar convênio com o MMA, do contingenciamento dos recursos, no ano 2002, e do interregno eleitoral.

Com a implantação das comissões interinstitucionais e início dos trabalhos com vistas à elaboração dos programas e políticas estaduais de educação ambiental, a implementação da política nacional de educação ambiental torna-se realidade no País.

Soma-se a esse esforço os recursos liberados pelo FNMA para atender aos projetos fruto de demanda espontânea, especificamente nas linhas de atuação da educação ambiental, bem como de outras linhas que contemplam a educação ambiental, embora essa não seja o tema específico. Os editais específicos para temas de educação ambiental também receberam especial atenção do FNMA.

Há estimativa de até o final de 2002 terem sido capacitadas, via execução direta, 1.199 pessoas (70% do público previsto) pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (Ibama). Esta previsão decorre do contingenciamento orçamentário e da dificuldade de liberação do "financeiro" da fonte 138. Esta dificuldade tornou inviável a realização de atividades que exigiam a realização de despesas diversas (diárias, combustível e outros materiais de consumo, hospedagem, alimentação etc). Este fato levou os gestores das unidades do Ibama em todo o território nacional a reduzir ao máximo a emissão de empenhos pelo desgaste do órgão na sociedade local.

A proposta orçamentária de 2003, no caso do Ibama, prevê a quantia de R\$ 1.609.995,00 para a capacitação e R\$ 180 mil para estudos e pesquisas. Comparando com o orçamento efetivo de 2002, há um considerável aumento, mas ainda insuficiente para modificar a situação constatada na Pesquisa: O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável.

No que diz respeito às Edições Ibama/CNIA, as atividades desenvolvidas vêm superando as projeções feitas pelo PPA. Esta superação deve-se à grande demanda produzida pelo Ibama e aos trabalhos em parceria com outras instituições como o próprio MMA, UnB, Eletronorte, Biblioteca Nacional. Esta produção coloca a coordenação de divulgação técnico-científica, em um patamar editorial comparado ao das editoras de médio porte, as quais editam acima de vinte títulos por ano. Ressalta-se que foram consideradas apenas as publicações técnicas de base científica e ou didática.

A coordenação de divulgação técnico-científica vem implantando um trabalho de divulgação intensivo, por meio de participação em exposições e feiras de livros bem como mantendo um atendimento diário ao público por meio do endereço eletrônico do Ibama, onde as pessoas têm acesso ao nosso catálogo de publicações. Dessa forma, nosso atendimento amplia-se a todo o território nacional e também ao exterior.

Em nossa avaliação, a divulgação das publicações reflete um outro lado que o Ibama possui, não só no que diz respeito às ações preventivas e fiscalizadoras como também mostrando o que a casa possui de melhor na produção de material técnico-científico, atendendo à sociedade em geral.

No ano de 2002, demos início à implantação de um banco de imagens, que subsidiará inicialmente a produção editorial de nossas publicações além de poder

atender ao público externo em breve. Estamos em fase de reunião, catalogação temática do acervo, análise qualitativa do material existente e contratando fotógrafos profissionais. Com uma produção no ano de 2002, de 23 títulos publicados, além de vários outros produtos informacionais, tais como, folders, *banners*, *displays* de sinalização, programação visual para as unidades administrativas do Ibama, capas de CD e DVD etc, a coordenação de divulgação técnico-científica têm se estruturado como uma editora, buscando profissionalizar-se tanto no que diz respeito a sua estrutura organizacional (com compra de equipamentos de informática, voltadas a editoração eletrônica e ao banco de imagens) como à qualificação de seus técnicos. Haja vista, que já estamos filiados à Câmara Brasileira do Livro - CBL, à Associação Brasileira de Direitos Reprográficos - ABDR e a Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU.

Ainda no ano de 2002, pretendemos instalar um conselho editorial que será responsável pelo controle de qualidade de todo o material técnico-científico a ser editado pelo Ibama. Esperamos assim referendar, por meio deste conselho, as publicações produzidas, tornando-as referências nacionais e internacionais no meio acadêmico e científico.

Ressalta-se que caso a liberação dos recursos não atenda na sua integridade a programação prevista, toda a programação feita será inviabilizada. Frisa-se que, em 2002, já há publicações em fase de execução para lançamento em 2003 e 2004.

Para 2003, espera-se implantar 21 Pólos Estaduais de Educação Ambiental; incentivar a elaboração de Programas Estaduais de Educação Ambiental nos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe; e estimular a institucionalização das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental nos estados que ainda não têm a comissão formada.

Quanto ao Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis - Sibe, espera-se finalizar as versões do Sibe para ambientes *Linux* e *Windows*, bem como implantar estas versões junto às instituições parceiras, além de finalizar o módulo de integração de banco de dados e criar uma equipe responsável pela manutenção e continuidade do sistema.

A coordenação geral de educação ambiental do Ibama espera capacitar 931 pessoas (em atividades de licenciamento ambiental, ordenamento pesqueiro, manejo de fauna e flora, prevenção de desmatamento e incêndios florestais), bem como comunidades residentes no entorno e no interior das UCs. Soma-se a isso a capacitação de oitenta educadores, gestores ambientais e técnicos envolvidos com políticas públicas que se estruturam a partir do uso sustentável dos recursos ambientais e/ou desenvolvem atividades passíveis de competência federal.

Concepção

O alicerce do Programa **Nacional de Educação Ambiental** está calcado na construção de uma nova racionalidade ambiental, que consta das recomendações de diversos encontros internacionais. Busca-se, com isso, capacitar técnicos e professores, difundir práticas sustentáveis exitosas e implementar comissões interinstitucionais de educação ambiental nos estados.

A Primeira Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, organizada pela Unesco, com a colaboração do Pnuma, em outubro de 1977, em Tbilisi, constituiu-se em um marco, que precisou a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos e suas características, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

celebrada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, lançou os desafios fundamentais para permear as políticas governamentais das nações para o próximo milênio. Dentre os documentos assinados pelas partes nessa conferência, destaca-se a Agenda 21, que estabelece os pontos essenciais que deverão balizar os países na elaboração dos seus planos nacionais de desenvolvimento sustentável, consagrando no Capítulo 36 "a promoção da educação, da consciência política e do treinamento".

No Brasil os parlamentares constituintes, em 1988, preocupados em garantir efetivamente o princípio constitucional do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no Artigo 225, estabelecem ainda, no parágrafo 1º desse artigo que: "para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público: Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

O Ministério da Educação, em 1996, na definição das grandes diretrizes básicas orientadoras dos processos de ensino-aprendizagem incluiu novos temas denominados "Temas de Relevante Interesse Social", onde inclui o Meio Ambiente, que tem um tratamento transversal nos currículos do ensino fundamental e médio.

Em 10 de junho de 1996, foi instalada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, criada pela Resolução n.º 11, de 11 de dezembro de 1995, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, que se torna permanente a partir da reestruturação desse órgão em 2001.

A I Conferência Nacional de Educação Ambiental, em outubro de 1997, após vinte anos da realização da Conferência de Tbilise contou com ampla participação do Governo e da sociedade civil organizada. Neste momento, foi realizada a avaliação dos avanços da Educação Ambiental e a elaboração de um marco de referência teórico-prático da educação ambiental no Brasil. A principal demanda apresentada, que constou de todos os grupos de trabalho, foi a necessidade de capacitação de recursos humanos para trabalhar a educação ambiental nos diversos setores da sociedade.

A Lei n.º 9795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe sobre a educação ambiental, tanto no espaço de atuação da escola, quanto na comunidade. No artigo segundo A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo em caráter formal e não, formal.

No artigo sétimo, "a política nacional de educação ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas do sistema de ensino, os órgãos públicos da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios e organizações não-governamentais em educação ambiental.."

Em junho de 2002, a lei 9795/99 foi regulamentada pelo decreto 4281/02. No artigo segundo é criado o órgão gestor da Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. No art. 7º é indicada a necessidade de consignar recursos para a realização da atividade de educação ambiental em cumprimento aos objetivos da política.

Todo esse processo nos leva a concluir que a educação torna-se fator fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e de uma efetiva participação pública na tomada de decisões. A Educação Ambiental é, portanto, um instrumento relevante para o processo de construção de novas alternativas de desenvolvimento.

O Ministério do Meio Ambiente instituiu, em fevereiro de 1999, o Programa **Nacional de Educação Ambiental**.

Na reestruturação do Ibama, a Divisão de Educação Ambiental passa a ser a Coordenação Geral de Educação Ambiental, ligada à Diretoria de Gestão Estratégica.

Consideram-se como principais causas dessa problemática:

Causa	Ação
Necessidade de recursos humanos capacitados para atuar em Educação Ambiental, nos diversos segmentos sociais: governos estaduais, municipais, ONGs, entidades da sociedade civil, dentre outros.	Incluir no PPA o projeto Capacitação, no âmbito nacional, de multiplicadores em Educação Ambiental.
Necessidade de dar cumprimento ao Decreto 4281/02, que trata da estruturação do órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.	Incluir, no PPA a atividade Implementação das ações para a gestão e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental.
Dar cumprimento ao compromisso assumido na I Conferência Nacional de Educação Ambiental, de realizar a II Conferência Nacional de Educação Ambiental.	Incluir no PPA o projeto Avaliação do Estado da Arte da Educação Ambiental no Brasil e a realização da II Conferência Nacional de Educação Ambiental.
Dar cumprimento ao pressuposto da Lei 9795/99, no que tange à elaboração das políticas estaduais e municipais de Educação Ambiental.	Incluir no PPA a atividade Apoio à Implementação da Política Estadual e Municipal de Educação Ambiental.
Atender aos pressupostos da Lei 9795/99, no que tange à Educação Ambiental Formal.	Incluir no PPA a atividade Apoio à Implementação da Educação Ambiental no Ensino Formal.
Atender à demanda de Educação Ambiental constante nos diversos programas e projetos na área ambiental	Incluir no PPA a atividade Apoio às demandas de Educação Ambiental dos projetos e programas da área ambiental.
Atender à demanda de capacitação em Educação Ambiental do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, dando continuidade às ações anteriormente desenvolvidas.	Incluir no PPA o projeto Capacitação de Lideranças do MST.
Produção de revista semestral em multimídia e papel para divulgar as ações, projetos, experiências e metodologias que permitam dar um salto qualitativo nos processos de construção da EA no País.	Incluir no PPA a atividade Apoio à produção de revista de Educação Ambiental.

Alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados, como é o caso da adequação do objetivo ao Programa. Destaca-se que o Programa deve incentivar os estados a implementarem as suas políticas estaduais de Educação Ambiental.

Quanto ao público-alvo do Programa, ressalta-se que um programa nacional na área ambiental extrapola aquele definido pelo Sisnama. Dessa forma e de acordo com as ações desenvolvidas, os gestores, a sociedade civil, os atores envolvidos na operacionalização do Sisnama, bem como os dirigentes, planejadores, formadores de opinião e tomadores de decisão, dentre outros, são o alvo direto deste Programa.

Em termos de pertinência das ações, cita-se a necessidade de readequação e de inclusão de atividades. O mesmo pode ser dito em relação à suficiência das ações que devem ser readequadas, posto que há apenas dois projetos. Por outro lado, em termos de suficiência das metas físicas, registra-se que devem ser readequadas às novas demandas. Soma-se a isso o registro quanto à necessidade de se construir novo indicador.

No tocante aos produtos desenvolvidos com recursos não expressos no PPA, destaca-se que o Programa vem desenvolvendo diversas ações com recursos orçamentários, mas o contingenciamento dos recursos financeiros tem levado à descontinuidade de muitas dessas ações, comprometendo o Programa. Outras atividades e ações consideradas fundamentais para o desenvolvimento do Programa e que não estão contempladas no PPA foram citadas nesta avaliação como recomendações.

Em termos de estratégia de implementação, destacam-se alguns aspectos que devem ser aperfeiçoados, como a forma de articulação com outras unidades do ministério, visto que se considera importante, para o bom desempenho do Programa, promover uma maior articulação com outras unidades do MMA, no que se refere ao apoio às ações de EA dos projetos pertinentes a cada área.

A forma de coordenação e acompanhamento dos executores deve ser aperfeiçoada, visto que se considera de fundamental importância, para a consecução dos objetivos do Programa, acompanhar a execução das ações, com vistas a possibilitar as mudanças que se fizerem necessárias durante o período.

Em termos de forma de repasse dos recursos, faz-se necessário o aperfeiçoamento da comunicação entre a área orçamentária do MMA e a área técnica, no que se refere a limites disponíveis para repasse de recursos.

Por outro lado, destacam-se como aspectos que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do programa: o entrosamento da equipe de programa no âmbito do MMA com as equipes do Ibama; a atuação em parceria com os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e universidades públicas; e a integração com as secretarias fins do MMA e FNMA.

Quanto aos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, registra-se que há necessidade de se criar mecanismos de coordenação que, sem ingerir nas ações descentralizadas, permitam um melhor acompanhamento destas. Ainda que haja a disponibilização atualizada de informações no SIGPlan, persiste a necessidade de maior aproximação entre o gerente e os demais executores descentralizados.

.....

Em termos de padrão de execução financeira, cita-se que, no âmbito do Programa **Nacional de Educação Ambiental**, no MMA, os dois projetos em execução são: Projeto Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis. No período 2000-2003 deveriam ser implantados 27 pólos. Foram implementados seis pólos, formadas 23 comissões interinstitucionais de Educação Ambiental, cada uma em um estado da federação. A execução do projeto foi prejudicada pela demora na formação das comissões interinstitucionais de Educação Ambiental e pela dificuldade dos estados em enviarem a documentação necessária para a viabilização do convênio. Além disso, em virtude do contingenciamento do ano de 2002, muitos recursos foram empenhados, porém não foram pagos, o que inviabilizou o cumprimento de diversas metas de 2002.

Implementação

Ao se analisar a compatibilidade do fluxo de recursos financeiros liberados com o decreto de programação financeira (Decreto 4.120/02), salienta-se a descontinuidade do fluxo financeiro por atraso na liberação, prejudicando a execução programada, visto que os projetos com execução dentro do exercício sofreram alterações, sendo obrigados a reprogramarem suas metas. Tal situação culminou com o atraso na execução do objeto ou, em certos casos, na impossibilidade de oportuno aditamento de prazo.

Quanto à capacitação da equipe gerencial, cita-se a troca de gerente e a ausência de capacitação nesse momento. Da mesma forma, as equipes de implementação nos estados e municípios não receberam capacitação, embora tenham recebido orientação quanto à execução de metas e elaboração de projetos.

Outro aspecto relativo aos recursos humanos é a sua inadequação à implementação do Programa decorrente da necessidade de ampliação do corpo técnico do MMA para possibilitar a maior eficiência no cumprimento das metas. Em termos da capacitação do Ibama, destaca-se a necessidade de ampliar o corpo funcional, com vistas a possibilitar uma melhor capilaridade de suas ações. Soma-se a isso a incompatibilidade do espaço físico e o corpo técnico.

O desempenho do Programa também sofreu interferência de algumas restrições como o erro de rubricas de natureza de despesa, e o projeto de Pólos de Educação Ambiental que não possuía rubrica de bens e equipamentos. Outra restrição foi a liberação dos recursos somente após o pleito eleitoral. Soma-se a isso a inadimplência de instituições estaduais junto ao Siafi e Cadin, impossibilitando a celebração de convênios por alguns estados. Por fim, destaca-se que alguns convênios do projeto de Implantação de Pólos de Educação Ambiental ainda estão aguardando recursos de restos a pagar. Desta forma, ressalta-se que apesar dos esforços no âmbito federal para implementar as ações previstas, muitas vezes a estrutura estadual é morosa, não respondendo de forma adequada, constituindo este o principal motivo na demora da implantação de pólos estaduais.

No tocante ao desempenho dos parceiros, enumera-se: Ibama, OEMAs, FNMA, Banco do Brasil e Jardim Botânico - RJ. O Ibama responde pela execução descentralizada das ações, as OEMAs e o FNMA, pela implementação da ação prevista no PPA; o Banco do Brasil representou uma desvantagem, visto que não houve execução da ação; e o Jardim Botânico não dispõe de informação.

Não há parcerias com outros programas, mas seria vantajosa a parceria com o MEC para a implementação da Lei 9.795/99, no âmbito do ensino formal. Porém, falta articulação interministerial.

Os processos de contratos e convênios também apresentaram interferência visto que o atraso no repasse de recursos prejudicou as licitações realizadas pelos estados, no caso do Projeto Pólos de Educação Ambiental. Além disso, a situação de inadimplência das instituições junto ao Siafi e ao Cadin dificulta o repasse de recursos e compromete o desenvolvimento dos projetos.

Quanto ao desempenho físico das ações com execução descentralizada, cita-se apenas que há mecanismo de monitoramento de desempenho mediante o acompanhamento da execução física. Já o desempenho nas outras unidades do ministério está dentro do esperado.

No tocante ao desempenho multissetorial do Programa, cita-se o fortalecimento em relação ao Ibama, a ação junto aos parceiros estaduais e a sociedade civil e o significativo número de emendas executadas (Fomento a projetos de Educação Ambiental). No entanto, o desempenho não pôde ser avaliado por falta de informações. As ações de EA que vem sendo desenvolvidas no âmbito do MEC são conhecidas, mas não constam do Programa. Já o desempenho físico das ações executadas por outras unidades do ministério, cita-se que está dentro do esperado, entre 90% e 100%.

Por fim, avalia-se que a estrutura organizacional do MMA está adequada ao modelo de gestão por programas, visto que o ministério se adequou às necessidades de aprimorar os seus mecanismos. Além disso, destaca-se que ainda que o Programa **Nacional de Educação Ambiental** seja novo na estrutura ministerial, ele foi bem absorvido e tem credibilidade institucional.

Florestar

O Programa **Florestar** tem como objetivo aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas. O Programa visa a criar condições para que o setor de base florestal possa desempenhar suas atividades direcionadas e atingir as metas, viabilizando o cumprimento do índice previsto. Trata-se de um programa de apoio institucional, onde a ação principal está direcionada à construção de parceria e viabilização de instrumentos normativos, econômicos e ecológicos, necessários ao desenvolvimento sustentável.

.....

O Programa **Florestar** obteve excelentes Resultados, no período de 2000 a 2002, com expectativa de manutenção dos bons resultados em 2003. Os fatores que mais contribuíram foram a forma descentralizada de implementação, em que estados, municípios, ONGs e o setor privado têm papéis preponderantes e os fatores exógenos, decorrentes da tomada de consciência pela sociedade sobre a importância de ampliação da base florestal, como forma de preservar e otimizar o uso dos recursos florestais remanescentes e a recuperação de áreas alteradas.

Resultados

Até o final de 2003, previa-se a obtenção de 40 mil ha de florestas plantadas e manejadas. Esta previsão foi ultrapassada, haja vista a execução física expressa nos principais indicadores. As vistorias em projetos de reflorestamento, com recursos da reposição florestal, atingiram os 40 mil ha de florestas plantadas e manejadas. Nas ações diretas de fomento a projetos de reflorestamento, com meta inicial de 20 mil ha, já foram plantados 22.887 ha. Na assistência técnica aos pequenos produtores rurais, o atendimento a 2.800 produtores corresponde a 79% da meta planejada.

No campo das pesquisas, o Programa apoiou o desenvolvimento de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento para a geração ou a adaptação de tecnologia aplicada em conservação, manejo, transformação e utilização de florestas e agroflorestas. Foram alcançadas 71,4% das metas previstas, porém com um desenvolvimento lento, atrasando o cronograma em razão de problemas orçamentários e a falta de normalidade no fluxo de caixa durante o exercício. Com a Embrapa, o Programa participou de diversos eventos para a difusão de tecnologias e discussões técnicas sobre o manejo e certificação florestal.

Nas ações voltadas ao ordenamento e manejo de florestas nativas, foram realizados para a Região Norte e Nordeste, estudos de identificação de áreas prioritárias para a criação de novas Florestas Nacionais (Flonas). Com base nesses estudos, foram criadas cinco Flonas na Região Norte, ampliando a área existente para 16,7 milhões de hectares. Estão em processo de criação mais 14 milhões de hectares na Região Amazônica.

Destaca-se, no entanto, a necessidade de ampliação das ações, de forma a alcançar a totalidade dos problemas que envolvem o setor florestal brasileiro, particularmente aqueles de natureza estrutural, como o desenvolvimento e implementação de um sistema de informações para a cadeia de produção madeireira e não-madeireira; treinamento e capacitação de recursos humanos e a recomposição da gestão florestal via fortalecimento institucional.

Gerente:

Raimundo Deusdará Filho

Do lado da produção, apesar dos avanços obtidos com os estudos sobre os critérios e indicadores de sustentabilidade, deve-se prosseguir com o processo de criação de novas Unidades de Conservação de Uso

Sustentável nos domínios do Governo Federal, Estadual e Municipal, como também, concluir a institucionalização dos instrumentos para a concessão do uso de florestas em áreas públicas e do manejo comunitário. Estas ações podem influir no controle dos mercados, regularizando a oferta de produtos madeireiros e não-madeireiros e otimizando o processo de produção. Há de se considerar ainda a grande lacuna na geração de benefícios às populações tradicionais e indígenas, as quais dependem das florestas para a extração dos recursos que necessitam para a sua sobrevivência. Além da organização das questões fundiárias e da organização da produção, estes segmentos necessitam de qualificação tecnológica e da viabilização de mercados para a sua produção.

No tocante às metas de reflorestamento e recuperação de áreas alteradas, o Programa procurou buscar o entendimento com o setor, de modo a incorporar os pequenos produtores no processo de produção, criando a categoria de Fazendeiros Florestais num sistema de atividade agroflorestal. Nesse sentido, pelos resultados apresentados, o Programa demonstra uma alta capacidade de articulação e gestão dos meios disponíveis na busca dos resultados.

Em 2002, o principal resultado foi o importante avanço na negociação com os setores financeiros nacional e internacional para linhas de financiamento para o setor florestal. Foram negociados, com os agentes financeiros gestores dos Fundos Constitucionais (FNO, FCO e FNE), ajustes nas diferentes linhas de crédito, de forma a atender aspectos relativos à taxa de juros, prazo, carência, tendo em conta as particularidades do setor e o tempo de maturação das florestas.

Com recursos do Banco da Terra gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, foram instituídos mecanismos próprios para financiar as atividades de sistemas agro-florestais e ampliada a área de atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - criando o Pronaf/Florestal, destinado a financiar os pequenos produtores rurais nos empreendimentos de sistemas agro-florestais e de recuperação de áreas alteradas, em especial as áreas de preservação permanente, inicialmente para o bioma Mata Atlântica.

Com o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA/MMA, foram lançados editais especiais para a implantação de uma rede nacional de sementes florestais nativas e a inclusão na lista de demandas induzidas do apoio a projetos de reflorestamento e a implantação de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades rurais.

Junto aos agentes financeiros e organismos internacionais, obteve-se importantes indicações de possibilidades de liberação de empréstimos, doações ou de cooperação técnica. Foi aprovado pela Secretaria de Assuntos Internacionais - Seain e negociado com o Banco Mundial, uma proposta de projeto com volume de recursos da ordem de U\$ 100 milhões e contrapartida nacional de U\$ 87 milhões, para a ampliação de investimentos em manejo sustentável de florestas nativas, promoção do plantio de florestas, recuperação de áreas alteradas e ampliação do monitoramento e controle dos recursos florestais.

Com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e para a Alimentação), o programa vem mantendo um projeto de agenda positiva para o setor, na realização de trabalhos de planejamento e aprimoramento da gestão dos recursos florestais. Com a ITTO (Organização Internacional de Madeiras Tropicais) o programa vem recebendo importante apoio nas negociações nos fóruns internacionais e em informações sobre comércio de madeiras tropicais.

Outro importante destaque para 2002 foram as parcerias com os estados, municípios e ONGs e setor privado, via convênio. O Programa implantou, nos

Estados de Santa Catarina, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, importantes projetos de plantios de florestas e processamento de produtos não-madeireiros, viabilizando as atividades de centenas de famílias de assentamentos rurais e comunidades extrativistas.

Os resultados poderiam ter sido mais promissores, não fossem as dificuldades econômicas, que limitaram as ações a poucos estados e municípios. Ainda assim, merece destaque o convênio firmado com a ONG Centro Agro-Ecológico do Cerrado - Cedac, com o qual foram implantados 210 hectares de sistemas agro-florestais-SAFs com ênfase na implantação do plantio da espécie florestal nutricional "baru", consorciado com pastagens e lavoura em pequenas propriedades rurais, aplicando recursos da ordem de R\$350 mil. Está previsto o repasse de R\$ 150 mil, ainda com recursos de 2002, visando a ampliar a área de SAFs em mais 90 ha. No Espírito Santo e em Minas Gerais, o Programa atendeu cerca de 30 municípios, em atividades diversas, sobretudo na proteção e recuperação de microbacias hidrográficas. Em Santa Catarina, embora os recursos orçamentários previstos tenham sido indisponibilizados, no balanço geral o Programa atendeu, desde o ano 2000, cerca de 20 mil pequenos produtores rurais e promoveu o plantio de 12 mil hectares de florestas.

Por iniciativa do setor privado, o Programa capitalizou importantes resultados, principalmente nos segmentos de papel e celulose e de siderurgia a carvão-vegetal, nos quais os investimentos em plantio de florestas atingiram cerca de 200 mil hectares por ano. Espera-se que esta cifra atinja valores mais expressivos a partir de 2003, haja vista os avanços obtidos em alternativas de fontes de financiamento e por se tratar de uma atividade intensiva em mão-de-obra, gerando emprego e alternativa de renda aos produtores rurais.

Cabe ainda mencionar, no campo do fortalecimento institucional, a criação do Fórum de Competitividade de Madeira e Móveis que integrado com as ações do Programa **Florestar**, deu ênfase à realização de estudos específicos para o aprimoramento da gestão institucional, capacitação e atualização dos Centros de tecnologia florestal; certificação; consolidação da legislação florestal; selo de qualidade do móvel brasileiro; criação do Instituto de Design de Móveis e, em especial, foram discutidas questões sobre a viabilidade de criação de uma agência nacional de florestas.

Com base em um amplo diagnóstico realizado sob a liderança do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, deu-se início às discussões para elaboração de uma agenda que coincidiu com o propósito do Programa **Nacional de Florestas** - PNF, substanciadas nas ações do Programa **Florestar**, voltadas a viabilizar os meios necessários à obtenção da expansão da base florestal plantada e manejada.

No campo normativo, foi instituído um Grupo de Trabalho, com representantes de entidades privadas e instituições do Governo, que após consulta pública em todo o País, apresentou proposta de Resolução à Câmara Técnica de Atualização do Código Florestal, que estabelece as condições para a recuperação de áreas de preservação permanente em topo de morro, ocupadas com silvicultura. Na proposta fica estabelecida a obrigação da recomposição em 30 anos, dessas áreas com florestas nativas.

Os estudos realizados sobre oferta e demanda de matéria florestal, revelam a existência de déficit a partir de meados dessa década. Por outro lado, o processo de implantação de florestas demanda tempo e difusão de tecnologia, sobretudo nas escalas de produção da pequena propriedade. As áreas públicas de produção são também insuficientes, necessitando de ampliação e normatização dos

instrumentos para a concessão de uso. As áreas de Flonas da Amazônia Legal, por exemplo, representam apenas 1,6% do seu território, capaz de abastecer, de forma manejada, somente 11% do consumo de madeira em tora na região. Para suprir a demanda atual do setor madeireiro, seria necessário que essas áreas totalizassem 14% da região Amazônica.

Do ponto de vista das metas de plantio de florestas, o Programa ainda está aquém do resultado desejado, em razão de fatores conjunturais que dificultam a captação de recursos para os investimentos necessários. De acordo com o diagnóstico inicial, o setor deveria plantar 630 mil hectares de florestas por ano; ampliar as áreas das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, dos 14,3 milhões de hectares existentes, para 50 milhões de hectares na Amazônia e 1,5 milhões de hectares para a região Nordeste até 2010. O controle sobre as áreas de manejo do setor privado deveria alcançar no mesmo período 20 milhões de hectares na região Amazônica e 560 mil hectares no Nordeste.

O Programa previa ainda a recuperação de 100 mil hectares por ano de florestas de preservação permanente; a melhoria da eficiência no processo de produção em 60%; a ampliação do mercado externo em 10% com 30% de diversificação da pauta de exportação.

O Programa, na ação desenvolvida pela Embrapa, realizou pesquisas para definição de tecnologias em sistemas de manejo florestal e agro-florestal sustentáveis; de reabilitação de áreas de pastagens e de sistemas integrados de manejo; controle de pragas e doenças invasoras e de métodos de transferência de tecnologia, além de teste de material de divulgação de técnicas de secagem e conservação de madeiras; produção de *softwares* para monitoramento e controle da produção em sistemas florestais e agro-florestais.

No componente de extensão florestal, o FNMA desenvolveu ações de fomento, capacitação de produtores rurais e implantação da rede nacional de sementes nativas. Nos estudos sobre o mercado, o Programa colaborou efetivamente nos aspectos sobre a qualificação da produção nacional, estimulando a certificação dos produtos pelo setor privado e, sobretudo, divulgando informações sobre o potencial florestal do Brasil no tocante a disponibilidade de florestas e na importância do mercado interno como produtor e consumidor de madeira tropical.

Nas esferas internacionais, o Programa, além de participar dos diferentes eventos e fóruns, buscou, sobretudo, mostrar o potencial do Brasil no cenário comercial e de oportunidades de investimentos, dadas as suas características edafoclimáticas e sua posição estratégica para a conservação dos recursos florestais e prestação de serviços ambientais.

Para 2003, busca-se dar continuidade às ações que estimulem o alcance da meta de plantio anual de cerca de 630 mil hectares de florestas para atender aos setores de papel e celulose; madeira sólida, lenha e carvão vegetal. Busca-se, ainda, prosseguir com o monitoramento, controle e definição de instrumentos que restrinjam o desmatamento e valorize o manejo florestal sustentável, bem como aumentar o controle e a efetivação crescente dos planos de manejo florestal, como forma de conscientizar os produtores rurais da necessidade do uso sustentável dos recursos florestais na propriedade.

Além disso, busca-se intensificar as discussões com os diferentes níveis de governo, com vistas a compatibilizar as políticas públicas setoriais com os princípios e diretrizes da área florestal. Além disso, dar continuidade ao processo de implantação e criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

como alternativa de viabilizar os instrumentos de controle de mercado nos aspectos de oferta, preços e conservação dos recursos florestais, bem como estimular o desenvolvimento tecnológico industrial com vistas à melhoria da produtividade e redução de desperdício.

Também constituem metas para 2003, dar continuidade ao aprimoramento do sistema de fiscalização, integrando e descentralizando as atividades com o uso de tecnologia de ponta; desenvolver e implantar sistema de integração de informações florestais; expandir a participação do setor no mercado externo e diversificar a pauta de exportações; e proceder à articulação necessária para a inclusão em outros programas afins do PPA, ações de interesse da área florestal.

.....
O Programa **Florestar** até 2002 contou apenas com fontes de recursos do Tesouro Nacional - Fonte 100, para emendas parlamentares e ainda fontes 185 e 138 (*royalties* pagos pela Petrobras). Ainda contou com recursos de contrapartida de convênios formalizados com os estados, municípios e ONGs.

Concepção

No entanto, a partir de 2003, já está em fase final de negociação a entrada de recursos financeiros da fonte 195 (doação) para demonstração do manejo integrado de ecossistema e da bacia hidrográfica da Caatinga (US\$ 5.3 milhões para a primeira fase, oriundos do GEF); para a Mata Atlântica (US\$ 800 mil, oriundos do RTF/BIRD). Para os Estudos de Viabilidade para a Concessão de Uso em Unidades de Conservação de Uso Sustentável - Flonas e Resex há previsão de US\$ 880 mil, oriundos da ITTO. Está sendo negociado com o Banco Mundial um empréstimo no valor de US\$ 100.98 milhões para apoio a projetos de uso sustentável dos recursos florestais, com a contrapartida da União, estados e municípios no valor de R\$ 86,0 milhões.

O setor privado de indústrias de base florestal também investe fortemente no setor. Vem desenvolvendo relevantes trabalhos no campo da pesquisa e fomento florestal. As indústrias de celulose e papel, juntamente com as siderúrgicas a carvão vegetal, ao longo da última década, está desenvolvendo o plantio de cerca de 200 mil hectares ao ano, com recursos próprios, para suprir suas necessidades de matéria-prima. Mais recentemente, em parceria com os pequenos produtores rurais, esses segmentos industriais vêm promovendo o plantio de florestas comerciais, fornecendo mudas e a assistência técnica necessárias, num raio econômico de interesse das indústrias. A compra da produção é garantida pelas indústrias, proporcionando uma alternativa de renda aos pequenos produtores rurais e se beneficiando pela desobrigação do investimento em terra.

Outra iniciativa vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente no Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais (PPG7), no projeto de Apoio ao Manejo Sustentável na Amazônia (Pró-Manejo - Componente I), no valor de US\$ 1.9 milhão, cujo desembolso até outubro deste ano foi da ordem de US\$ 554.8 mil, para realização de estudos estratégicos com a finalidade de formular políticas públicas de estímulo ao manejo florestal.

No que se refere à articulação com outras unidades do Ministério, há no se ressaltar a falta de sintonia entre os diversos programas do PPA. Isto tem sido um empecilho para a melhoria dos resultados. O gerente em cada programa só tem articulação nas ações do seu programa. Todavia, há programas do PPA com ações similares ou complementares que poderiam ser desenvolvidas em parceria. Também a articulação dos programas entre os ministérios seria recomendável para evitar superposição de ações ou a realização de ações complementares.

Como mencionado acima, a falta de articulação entre os diferentes programas que possuem ações convergentes tem sido um grande entrave para a melhoria na eficiência da aplicação dos recursos disponíveis. Acreditamos que na hipótese de se estabelecer internamente no PPA uma forma de captação de informações dos programas afins, seria bastante oportuna tanto para a obtenção de resultados mais fidedignos como também para a maximização do uso dos recursos financeiros, materiais e de pessoal disponíveis.

Implementação

Os recursos orçamentários efetivamente gastos nas ações do Programa **Florestar**, até outubro de 2002, correspondem a cerca de 65% dos recursos orçamentários previstos para o PPA no período de 2000-2003. São aproximadamente R\$ 40 milhões gastos até o presente contra uma previsão de R\$ 61 milhões até 2003. Ao considerarmos o ingresso de recursos provenientes de emenda parlamentar da ordem de R\$ 20 milhões destinado a fomento a projetos de tecnologia florestal no Estado de Santa Catarina, pode-se considerar que o desempenho do programa do ponto de vista da execução orçamentária está além do previsto.

Para o exercício de 2002 como um todo, além de insuficientes, os recursos foram liberados em discordância com a programação, ocasionando transtorno administrativo e constantes revisões de metas. Embora de execução nacional, o Programa concentra suas ações em poucos municípios e em alguns estados da Federação. Inicialmente ficaram indisponível cerca de 70% dos recursos previstos na Lei nº 10.407, de 10/01/2002, reduzindo o valor de R\$ 17,8 milhões para cerca de R\$ 5,1 milhões. Desse montante foi empenhado 73% e liquidado apenas 46,8% no valor de R\$ 2.413.087,00.

Dentre as atividades prejudicadas, a de fomento a projetos de desenvolvimento de tecnologia florestal, que contava com recursos provenientes de emenda parlamentar coletiva para ação no Estado de Santa Catarina, teve o seu valor integral tornado indisponível (R\$ 12,3 milhões). Outra ação prejudicada foi a de fomento a projeto de reflorestamento para Ariquemes-Rondônia, em virtude da não liquidação do valor empenhado (R\$100 mil).

As demais atividades previstas, embora com empenho correspondente a 100% do seu limite, tiveram sua liberação prejudicada em razão do atraso no fluxo de recursos. O projeto estudos para o desenvolvimento sustentável também se viu prejudicado, embora a indisponibilidade de recursos tenha sido inferior a 10%. Porém há de se relatar que 70% dos recursos orçamentários previstos nesta ação referem-se à fonte 195 e foram abertos para receber doação do Governo do Japão, que foi inviabilizada.

Por outro lado, no campo da pesquisa florestal, cuja responsabilidade está a cargo da Embrapa, os trabalhos foram conduzidos em ritmo lento e com atraso, contrariamente às características dessas atividades que requerem tempo de maturidade para a obtenção de resultados definitivos. Os problemas orçamentários e a falta de normalidade no fluxo de caixa, ocorridos durante o ano, levaram a dificuldades na realização das atividades.

Os trabalhos de um modo geral foram conduzidos fora do ritmo desejado e em alguns casos com atraso. O alto percentual de limites (44%) estabelecidos aos recursos orçamentários e a falta de regularidade no fluxo financeiro prejudicaram as negociações assim como a maior abrangência de sua atuação. A dotação orçamentária do Programa, apesar de mínima, dada a necessidade do setor, foi programada para atender aspectos cruciais de fomento ao plantio de florestas, além de recuperação e o manejo florestal nas pequenas propriedades rurais.

Nesse sentido, os resultados físicos só foram possíveis face aos aportes financeiros obtidos com as parcerias entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Contribuiu também a efetiva participação do setor empresarial que viu na pequena propriedade rural a alternativa de extensão da base florestal, subsidiando o plantio com o fornecimento de mudas, assistência técnica e garantia de compra da produção. Mesmo assim, os resultados poderiam ter sido mais alvissareiros e com ações integradas e melhor distribuídas nas diferentes regiões do País.

Todavia, o estabelecimento anual de limites para a execução orçamentária e financeira prejudica sobremaneira a execução das ações, uma vez que não foi possível viabilizar os projetos no tempo apropriado, principalmente nas ações que dependem de condições climáticas para a sua execução. Por exemplo, quando se viabiliza a execução de um projeto de reflorestamento ao final de um exercício financeiro, com curto prazo para prestação de contas, quase que se inviabiliza o prazo para a sua execução, por se tratar de um empreendimento de longo período de maturação. Isto obriga o interessado a terceirizar a execução do projeto, acarretando acréscimo nos custos do projeto.

O Programa tem como vantagem o fato de contar com infra-estrutura e recursos materiais adequados. Por estar inserido no contexto da Diretoria do Programa Nacional de Florestas, o Programa dispõe de uma infra-estrutura que lhe proporciona mobilidade e capilaridade nas suas ações. Dispõe, também, de infra-estrutura de apoio descentralizada para cada região do País, denominadas Unidades de Apoio ao Programa - UAP. Essas unidades desenvolvem com os estados e municípios um trabalho de relevância do ponto de vista do planejamento de ações e do acompanhamento e avaliação das atividades e projetos. Colaboram também com os governos nas discussões e elaboração de políticas e nas negociações com outros setores econômicos, em busca de ações integradas e voltadas para o desenvolvimento sustentável local e regional.

No entanto, o Programa enfrenta problemas no campo dos recursos humanos, em sobretudo na equipe gerencial. Há quantidade inadequada de pessoal porque o Programa não conta com uma estrutura de pessoal fixa, em face da inexistência de quadros na estrutura do MMA. Desta forma, a equipe gerencial desenvolve suas ações contando apenas com pessoal alocado em projetos de cooperação, o que dificulta sobremaneira a maximização do conhecimento e promove constantes alterações no corpo técnico devido à alta rotatividade de pessoal nos respectivos projetos.

Em termos de qualificação de pessoal, o Programa está freqüentemente sujeito à reciclagem de pessoal em face dos constantes desligamentos e recomposição da equipe técnica. Neste sentido, é fundamental que o Programa conte com uma equipe técnica estável, ainda que se considere a opção de contratos de trabalhos temporários por produto, que exige um conhecimento especializado ou até mesmo uma dedicação exclusiva quase impossível de ser conciliada no dia-a-dia do serviço público.

A LOA 2002 trouxe algumas alterações positivas, visto que foram introduzidas em atendimento à solicitação do MMA. Registra-se, no entanto, a necessidade de correção da unidade de medida do produto da ação "Reposição Florestal", estabelecida em área reflorestada, enquanto o controle executado pelo Ibama, responsável por esta ação, é feito por número de vistoria.

Em síntese, as principais restrições enfrentadas pelo Programa foram relativas ao contingenciamento orçamentário e ao fluxo de liberação financeira. O contingenciamento tem sido o grande responsável pelos atropelos constantes

na execução do Programa. A indisponibilidade de recursos traz de imediato frustrações nas negociações e na ampliação de parceiros para a execução de suas atividades e projetos. Além disso, limita a execução a ações pontuais, que não atendem às demandas locais e regionais, levando a resultados pouco significativos frente aos objetivos do Programa.

O atraso na liberação dos recursos dificulta a operacionalização de determinadas ações como a pesquisa que demanda um ritmo próprio e sem interrupção. No caso de plantio, há necessidade de coincidir com o calendário agrícola, onde o período chuvoso é decisivo para a operacionalização das ações. Salienta-se, todavia, que enquanto persistirem as questões conjunturais da economia com reflexo no orçamento, nada pode ser feito.

Outra dificuldade reside na lentidão da tramitação de contratos e convênios. Registra-se que a dinâmica de tramitação de processo não consegue acompanhar o ritmo do fluxo de documentos em razão da grande concentração de demanda em períodos curtos do exercício financeiro. A razão está intimamente ligada ao fluxo financeiro, que via de regra, libera grandes quantidades no final do período. Em 2002, em virtude das eleições, os problemas foram agravados no final do exercício, ocasionando impedimentos na aprovação de importantes projetos.

O desempenho físico das ações, com recursos descentralizados, ficou abaixo do previsto. A ação "Fomento a Projetos de Reflorestamento", com recursos orçamentários previstos de R\$ 2,8 milhões e empenho de 100% dos recursos, executou o plantio em 1.960 hectares de florestas em pequenas propriedades rurais. A execução se deu via convênios com estados e ONGs num montante de recursos de R\$1.883.192,00, atendendo plantio de 1.008 hectares e ações de estudos de viabilidade para a criação de unidades de conservação de uso sustentável e elaboração de planos de manejo na região amazônica. Merece destaque a formalização do convênio MMA/CEDAC - Centro Agro-Ecológico do Cerrado (Cedac), no qual foram repassados em 2002 recursos no valor de R\$ 350 mil para o plantio de 210 hectares em sistema agro-florestal com ênfase em plantio de espécie florestal nutricional, "Baru" consorciada com pastagens e lavoura em pequenas propriedades rurais. Está em processo de finalização um convênio, com recursos empenhados no valor de R\$150 mil para plantio de mais 90 hectares.

Na ação "Fomento a Projetos de Reflorestamento de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal/Ações de Desenvolvimento Florestal no Estado de Santa Catarina" foram liberados, no biênio 2000/2001, R\$ 7,3 milhões, atendendo 5.036 produtores rurais e implantando 4.794 hectares de florestas em 293 municípios. O valor previsto no orçamento de 2002 para esta ação é de R\$ 12,3 milhões. Havia previsão de liberação de R\$ 10,0 milhões, visando a beneficiar 14.800 famílias para o plantio de 7.400 ha de área de produção, porém os recursos orçamentários desta ação ficaram indisponíveis durante o exercício.

A ação "Fomento a Projetos de Assistência Técnica ao Fazendeiro Florestal", com valor previsto de R\$ 680 mil para atender 900 propriedades de agricultores familiares caracterizados como fazendeiro florestal, em 2002. Foram empenhados 100% dos recursos e executado apenas 50,03%, no valor de R\$322.508,00. Em Minas Gerais, foram desenvolvidas atividades de recuperação de áreas degradadas e nascentes envolvendo a comunidade dos Municípios de Nazareno e São João Evangelista. Em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS, foi promovida a criação de um Horto-Escola Florestal para desenvolver técnicas de produção de mudas e outras atividades de treinamento com a comunidade da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns e na Floresta Nacional dos Tapajós. O restante dos recursos foi empenhado para atendimento de ações em outras regiões do País.

A ação "Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal" recebeu uma dotação orçamentária no valor de R\$ 205.771,00 em despesa de capital. Com esses recursos, o Programa apoiou parte do projeto de Reflorestamento Prores Sul/ES com a compra de equipamentos, ferramentas e veículo utilitário, para a promoção de recuperação de áreas degradadas e reflorestamento com espécies nativas para a formação de pequenos bosques. Apoiou-se, também, a implantação da segunda fase do Jardim Botânico no Município de São Gonçalo do Amarante/CE, cujos recursos estão empenhados.

O desempenho das ações executadas em outros Ministérios ficou abaixo do previsto. Na ação "Pesquisa e Desenvolvimento em Conservação, Manejo, Transformação e Utilização de Florestas e Agroflorestas", coordenada e executada pela Embrapa, foram alocados R\$ 6,6 milhões, sendo R\$2,7 milhões do Tesouro Nacional e R\$ 3,9 milhões de fonte externa. Como resultados obtidos, em 2002, cita-se: estudos de sistemas de manejo florestal e agro-florestal sustentáveis (8 pesquisas); tecnologias sustentáveis para florestas naturais e cultivadas e reabilitação de áreas de paisagem (8 pesquisas); teste de material propagativo (13 pesquisas); estudos de sistemas integrados de manejo e controle de pragas, doenças e invasoras (2 estudos); estudos de técnicas de secagem e conservação de madeiras (1 pesquisa); produção de *software* para monitoramento e controle da produção em sistemas florestais e agro-florestais (1 pesquisa); e métodos de transferência de tecnologias (2 pesquisas).

O desempenho multissetorial do programa está funcionando, mas poderia ser aperfeiçoado. A título de exemplo, cita-se, novamente, a ação de pesquisa e desenvolvimento em conservação e manejo de florestas e agro-florestais, executada pela Embrapa/MAPA, que reclama das restrições de limites orçamentários, que não obedecem a uma normalidade e dificultam o andamento das pesquisas. Apesar disso, não há dificuldades em obter informações da Embrapa, embora as mesmas só sejam solicitadas e repassadas nos períodos de elaboração dos relatórios de avaliação.

O desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas do MMA ficou abaixo do previsto. A ação "Fomento a Projetos de Extensão Florestal", coordenada e executada pelo FNMA, com recursos orçamentários previstos de R\$3,9 milhões para atendimento de vinte projetos, em 2002, sofreu limites para empenho no valor de R\$ 3.231.077,00. Foram atendidos dezenove projetos, perfazendo um total de R\$ 2.326.648,00. Foram realizados ainda seis cursos de capacitação para executores de projetos, atingindo 196 pessoas de 130 instituições. Outros quatro cursos para capacitação de elaboradores de projetos atenderam 109 pessoas de sessenta instituições.

Na ação "Reposição Florestal", coordenada e executada pelo Ibama, com recursos também recolhidos ao Ibama pelos consumidores de madeira, foram alocados recursos orçamentários e financeiros a dezenove estados brasileiros, no valor de R\$ 483.340,00, que possibilitaram a vistoria de 110.965 hectares de área plantada.

De modo geral as parcerias com o Programa **Florestar** são de execução com co-responsabilidade. Há uma divisão de responsabilidade que são discutidas e elaboradas segundo o potencial de cada parte. O Programa, via de regra, apóia financeiramente e dá a orientação técnica de como proceder na elaboração e acompanhamento da execução dos projetos. Os parceiros, responsáveis pela execução, dispõem de equipe técnica experimentada nas atividades de manejo ou de plantio de florestas.

No PPA há vários programas que tem ações indiretas de proteção e ampliação da base florestal. Os objetivos são voltados a temas que podem ser considerados como serviços prestados pelas florestas, por exemplo: proteção da biodiversidade, das nascentes, das bacias hidrográficas e melhoria das condições climáticas.

O Programa **Florestar**, desde sua concepção, utilizou-se do processo de consulta para identificação de problemas e definição de prioridades para os diferentes segmentos que compõem o setor florestal. Mantém no seu Portal um sistema de captação de demandas e participa a convite de várias reuniões em diferentes locais para explanação sobre os resultados do Programa e obter a avaliação dos participantes.

A avaliação é procedida de diversas formas. Pela Internet, captando as críticas que são enviadas ou as demandas de inclusão de novas atividades. Nas reuniões, colocando em discussão os resultados alcançados nos diferentes temas que são abordados. São feitas visitas técnicas ao campo para vistoria dos projetos/atividades em execução nos estados e municípios. As visitas são realizadas segundo os programas de trabalho dos convênios firmados entre o Ministério do Meio Ambiente e a instituição estadual, municipal ou organização não-governamental. Os resultados das visitas têm balizado o programa na revisão dos convênios via termos aditivos, redefinindo metas e ações previstas.

Florestas Sustentáveis

O Programa **Florestas Sustentáveis** visa a promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação.

.....
A variação dos índices dos indicadores ficou dentro do esperado, não havendo superação da previsão porque houve contingenciamento de recursos e falta de disponibilização financeira, o que inviabilizou a execução de atividades pontuais.

Resultados

De modo análogo, os resultados de 2002 ficaram dentro do esperado. A antecipação das vistorias de campo com a devida disponibilidade de recursos financeiros permitiriam um aumento nos quantitativos do resultado esperado.

Como principal resultado, destaca-se que, por meio das ações realizadas em função da expansão da Área Florestal Manejada, houve um acréscimo da regularização das atividades de Manejo Florestal em torno de 45% acima do efetivado no ano de 2001 (área total: 270.545,06 ha - Florestas Privadas e 6.000.000 ha - Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas). Com isso houve um aumento na oferta de madeira de origem legal tanto no mercado interno como no mercado externo.

Além disso, no tocante às ações desenvolvidas em função da disponibilização de novas espécies para o mercado interno e externo, foram incluídos estudos tecnológicos que ofereceram para o mercado em torno de 26 novas espécies, as quais diminuíram a pressão sobre espécies que apresentam grande demanda no mercado.

Outro importante resultado está relacionado com o índice de aproveitamento das espécies utilizadas no mercado. Foram definidas metodologias para avaliação do melhor uso feito pelas empresas que investiram em melhorias tecnológicas e foi implementado e consolidado o Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais - Sisprof.

Acresce-se a estes, outros resultados como: i) capacitação de mais de 1.500 disseminadores em técnicas de manejo florestal; ii) consolidação de fórum para discussão do manejo florestal comunitário, empresarial e simplificado; iii) disponibilização de um pacote tecnológico, divulgando as atividades do bom manejo florestal; iv) implementação de rede de troca de experiência em manejo florestal; v) divulgação ampla das atividades técnicas de manejo florestal por meio de publicações efetuadas e treinamentos implementados; vi) apoio a diversos estudos relacionados com o manejo florestal; vii) consolidação de propostas de manejo; viii) estudos tecnológicos de espécies promissoras para o mercado futuro; ix) beneficiamento de produtos não madeireiros; x) desenvolvimento de uma metodologia de índice de aproveitamento das madeiras economicamente utilizadas; e xi) vistoria de 1.080 Planos de Manejo Florestal Sustentável PMFS, superando em 177 o número de vistorias inicialmente planejadas para a elaboração do orçamento, correspondendo a uma área total de 609.424,26 ha em toda a Amazônia Legal e a um total de 15.393.291,660 m³ de madeira em tora.

Quanto ao alcance do índice previsto para o indicador até o final do PPA 2000-2003, estima-se entre 70% e 89% a possibilidade de alcance do índice, visto que as ações para 2003 correspondem à consolidação de atividades já iniciadas.

Gerente:

Humberto Candeias Cavalcanti

Diante disso, cita-se a necessidade de atualização índice final do indicador do PPA de 11.500.000,00 ha para 8.000.000 ha, distribuído entre áreas privadas, Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas, de área florestal manejada, devido às dificuldades inerentes ao trabalho de campo e aos aspectos de monitoramento e controle das atividades florestais na região Amazônica. Para isso, faz-se necessária a regularidade dos recursos financeiros previstos para as atividades de monitoramento e acompanhamento das ações de campo, bem como a capacitação de mão-de-obra qualificada para realizar vistorias de campo, análise de projetos, bem como os trabalhos do bom manejo tanto na iniciativa privada (treinamento de operadores de máquinas, de campo, técnicos e gerentes) quanto nas instituições públicas e órgãos ambientais.

As atividades de apoio ao manejo florestal, sobretudo capacitação e assistência técnica, geraram impactos positivos na formação de mão-de-obra, sendo esta uma carência importante relacionada à adoção de técnicas de manejo florestal. Da mesma forma, procurou-se iniciar um programa de divulgação e apoio à disseminação dessas técnicas. Além disso, foi disponibilizado para os consumidores um pacote tecnológico do bom manejo, discriminando as formas de implementação e execução do uso racional dos recursos florestais.

A formação de novas florestas depende essencialmente de um programa consolidado, envolvendo diretrizes e recursos específicos para financiamento das atividades de plantio, pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. O plantio de florestas também deverá ser motivado pela desburocratização de procedimentos junto aos órgãos ambientais e transmitir segurança aos interessados de que as florestas plantadas não sofrerão restrições de uso, corte das espécies e aproveitamento em geral no futuro. Destaca-se também a falta de pesquisa e informação técnica sobre a silvicultura de espécies nativas, dificultando a formação de novas florestas com base nessas espécies.

Para 2003, permanece, para a área técnica de florestas do Ibama, o desafio de sensibilizar outras áreas do próprio órgão sobre a importância das ações voltadas ao controle e ao estímulo do uso racional dos recursos florestais, por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável. Quando isso ocorrer, a casa tenderá a ser reconhecida pela sociedade, não somente como fiscalizadora e repressora, mas também como parceira e promotora do uso sustentável dos recursos florestais.

Concepção Grande parte da madeira produzida é de origem predatória. As principais causas são: falta de políticas públicas de apoio à adoção do manejo florestal sustentável; disponibilização de madeira pelo avanço da agropecuária; serviço de extensão e fomento florestal incipiente ou inexistente e controle da atividade madeireira ineficaz.

Causa	Ação
Falta de estruturação das bases físicas instaladas nas regiões de alto índice de desmatamento e exploração ilegal.	Dotar as bases de infra-estrutura logística e de pessoal.
Falta de integração do setor público com a iniciativa privada e de políticas públicas voltadas para o uso sustentável.	Intensificar a regularização da utilização dos recursos florestais e realização de iniciativas voltadas às práticas sustentáveis.

Quanto à suficiência de metas físicas, ressalta-se que as metas devem ser, sempre que necessário, adequadas às questões orçamentárias e de contingenciamento dos recursos financeiros. Faz-se necessário, também, a integração entre as ações e metas do Programa Florestas Sustentáveis e do Programa Nacional de Florestas - PNF.

Quanto à adequação de indicadores, cita-se que o Programa deverá ter mais indicadores para melhor avaliação do mesmo e que sua definição deve ser motivo de discussão do Programa.

Em adição, ressalta-se que o objetivo proposto deverá ser tomado como ação prioritária para o desenvolvimento das atividades propostas. Visa-se, com isso, a maior integração entre a instituição e o setor produtivo, bem como se busca um maior incentivo para a regularização do uso dos recursos florestais de forma racional e sustentável.

Por outro lado, outros produtos, desenvolvidos com recursos não expressos no PPA 2000-2003, contribuíram para o objetivo do Programa, a exemplo do Programa de Apoio ao Agro-Extrativismo da Secretaria de Coordenação da Amazônia/MMA - Populações Extrativistas e suas organizações apoiadas com recursos não reembolsáveis para execução de projetos de desenvolvimento sócio-econômicos; Programa para o Desenvolvimento do Extrativismo - Prodex -FNO financiamento da produção extrativa da Amazônia para extrativistas e suas organizações; Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil PPG7 Recursos de Doação aplicadas em Subprogramas para Reservas Extrativistas e áreas afins com financiamento de projetos de desenvolvimento socioeconômico, monitoramento ambiental, organização comunitária; Ações de Saneamento em Reservas Extrativistas - Funasa/MS implantação de sistema de captação de água, implantação de banheiros e fossas sépticas em espaços comunitários nas Reservas Extrativistas em municípios da Amazônia com baixo IDH, Fundescola/MEC capacitação de professores e distribuição de material didático adaptado à realidade local para as escolas nas Reservas Extrativistas; implementação do Curso de Capacitação de Agentes Multiplicadores em Valorização da Madeira e Resíduos Vegetais, Impressão da 2ª edição do livro *Madeiras Tropicais Brasileiras* e da 2ª edição do livro *Catálogo de Árvores do Brasil* e respectivo CD-Rom; Elaboração e impressão do manual de Habitação Popular em Madeira e respectivo *folder* explicativo; criação e aperfeiçoamento da página do LPF na Internet; elaboração e impressão do *folder* do Laboratório de Produtos Florestais - LPF em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol); edição de cinco números da revista *Brasil Florestal*; Projeto GEF/PNUD para a Caatinga elaborado em parceria com PNF/MMA.

Merece destaque o desenvolvimento de ações localizadas com a participação e coordenação integral das equipes técnicas das gerências locais, como o monitoramento da administração central e a dotação das gerências locais de infra-estruturas logísticas e de pessoal para desenvolver as atividades inerentes as mesmas.

No tocante aos aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para obtenção dos principais resultados, ressalta-se que nos últimos quatro anos, o Ibama, desenvolveu critérios para análise e vistorias em Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, em áreas privadas, implementou um novo modelo de monitoramento e acompanhamento de planos de manejo com a definição e instrumentação em manuais técnicos com pacotes tecnológicos que estão consolidando a base de dados do manejo florestal, por meio da implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais - Sisprof, na região Amazônica.

Por outro lado, os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação necessitam de aperfeiçoamento, cita-se que o aperfeiçoamento da interação e o desenvolvimento de ações conjuntas de monitoramento e acompanhamento entre ministério ou órgão executor deve ter, em muito, uma aproximação, dando condições de adotarmos os mesmos conceitos sobre as questões pertinentes.

Por fim, vale salientar que o Desenvolvimento Florestal Sustentável reúne uma série de dados e informações consolidadas sobre as atividades de manejo florestal desenvolvidas em propriedades privadas, que começam a ser monitoradas e acompanhadas pelo Ibama. Assim, a necessidade de consolidação e operacionalização deste modelo nas unidades descentralizadas e avançadas do Órgão, bem como as parcerias com os governos estaduais, são ações estruturais para que as ferramentas de gestão cumpram com o seu papel.

Implementação

No processo de implementação do Programa, embora o fluxo de recursos financeiros tenha sido insuficiente, o cumprimento das metas físicas ficou dentro do previsto. Alerta-se, no entanto, para a necessidade de que se mantenha a regularidade dos recursos financeiros pois a falta de disponibilização proporcionou a não execução de atividades pontuais (vistorias, infra-estrutura, instruções normativas pendentes).

A dificuldade de adequar procedimentos de ordem burocrática à realidade da execução dos trabalhos tem sido um grande desafio. Por outro lado, outras formas de trabalho ganham força e enriquecem este tipo de atividade, como tem sido demonstrado pelos trabalhos de avaliação e planejamento participativos, com os técnicos e gerentes das unidades descentralizadas do Ibama. Reorganizações da estrutura organizacional e de atribuições no MMA demonstram o reconhecimento da importância e da necessidade de adequar a estrutura organizacional para atender uma demanda crescente das atividades relacionadas com a questão florestal no País. Desta forma, a necessidade de uma estrutura e capacidade operacional à altura das suas atribuições é função estratégica e prioritária para a gestão dos recursos florestais.

Com a consolidação do Sisprof, espera-se alcançar a ampliação nos aspectos técnicos de monitoramento e controle do manejo florestal. Visando a obter, um modelo de manejo florestal sustentável, tanto a agricultura familiar, como outros atores (Governo, empresas madeireiras, etc.) e realizar a difusão dos dados gerados e informações para o desenvolvimento das práticas de execução de acompanhamento e monitoramento do manejo florestal, contribuindo para o uso racional dos recursos florestais exigidos pela legislação vigente e adotadas pela iniciativa privada que envolve o setor produtivo.

Além da dificuldade financeira, o Programa também sofre com a inadequação de equipamentos para a execução das atividades nas bases físicas e com a falta de espaço físico para que os servidores lotados nas bases descentralizadas para executarem suas atividades. A infra-estrutura disponível para monitoramento das florestas naturais brasileiras ainda é insuficiente, dada a sua grande extensão e dificuldade de acesso nas diferentes estações climáticas, associadas ao alto desgaste dos equipamentos que necessitam de manutenção e reposição de peças.

No campo dos recursos humanos, também se verifica a insuficiência de servidores para a execução das atividades previstas. Com dificuldades inerentes ao trabalho de campo e dos aspectos de monitoramento e controle das atividades florestais na região Amazônica, faz-se necessário dotar as gerências de infra-estrutura logística e de pessoal, bem como capacitar a mão-de-obra qualificada a fim de que realize os trabalhos do bom manejo, vistorias de campo e análise de projetos, tanto pela iniciativa privada (treinamento de operadores de máquinas, de campo, técnicos, gerentes, etc), quanto pelas instituições públicas, órgãos ambientais.

Em termos de alterações introduzidas pela LOA 2002, registra-se um impacto negativo, haja vista a dificuldade de adequar procedimentos de ordem burocrática à realidade da execução dos trabalhos. Este tem sido um grande desafio, por vezes limitado às ações propostas, fazendo com que se redimencie novas prioridades deixando de se cumprir atividades pontuais.

Em resumo, as restrições sofridas pelo Programa foram relativas ao contingenciamento orçamentário, que trouxe dificuldades de execução das atividades planejadas, visto que alterou o início das ações previstas. Neste sentido, as unidades executoras das atividades tiveram que replanejar as suas ações. Permanece como restrição a adequação dos procedimentos e o envolvimento dos técnicos e gerentes de forma mais participativa e, ainda, o estabelecimento de um planejamento mais estratégico.

Em termos de desempenho físico das ações com execução descentralizada, registra-se a ausência de informação, bem como de mecanismo de monitoramento. Desta forma, não há metodologia e nem rotina de monitoramento para avaliação. Os dados são obtidos mediante informações coletadas via ofício ou memorando.

Por outro lado, no tocante ao esforço de capacitação, foram desenvolvidas ações de capacitação das equipes que desenvolvem o monitoramento e acompanhamento das atividades de uso dos recursos florestais envolvidas na execução dos objetivos previstos no programa. Salientando-se que há necessidade permanente da capacitação dos técnicos da instituição e das parcerias envolvidas no trabalho.

Neste contexto de capacitação, em 2000, os resultados das avaliações realizadas, nos estados que compõem a Amazônia Legal, traziam uma radiografia mais acurada da situação de todos os planos de manejo encontrados, contemplando os avanços nos processos de triagem e análise, assim como os resultados das vistorias realizadas, em parte, no decorrer de 1998. Sobre planos de manejo da Amazônia relativo ao ano de 2000 contemplava os avanços metodológicos ocorridos nos anos anteriores assim como os resultados concretos das vistorias de campo realizadas, pela segunda vez, com a participação conjunta de equipes da casa e técnicos de fora da instituição, contratados temporariamente para a realização do trabalho. Em 2001, houve um amplo esforço desenvolvido pela instituição na organização do manejo florestal na Amazônia, assim como dos avanços ocorridos e das conquistas alcançadas ao longo dos últimos seis anos. As conquistas foram possíveis graças à perseverança da equipe envolvida no trabalho, que se empenhou em aprender com os erros e dificuldades desse processo de fazer com que o manejo florestal sustentável passe a tornar-se uma realidade observada em toda a região Amazônica.

Quanto ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, os resultados obtidos nos últimos anos tanto na parte do planejamento, gestão, monitoramento e controle das atividades do manejo florestal na Amazônia, tiveram como parceiros fortes e atuantes o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio do Projeto PNUD/BRA. 97/044 - Desenvolvimento Florestal Sustentável; o apoio de algumas instituições de ensino e pesquisa como a Embrapa-CPATU e o INPA da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP. Por meio do Projeto PNUD foi alavancada uma série de trabalhos e atividades necessárias ao desenvolvimento das ações e os demais parceiros apoiaram também na questão de formação de técnicos e desenvolvimento de pesquisas. Outro parceiro importante é a Fundação Florestal Tropical - FFT, com seus trabalhos de capacitação e treinamento na região. As etapas superadas e os patamares atingidos, no curto período de pouco mais de um cinco anos, revelam grandes avanços, sobretudo potencializados quando colocados na correta perspectiva de que a Amazônia representa 60% do território brasileiro, detém a maior diversidade biológica do planeta, possui a menor densidade demográfica do País, dispõe do maior estoque de recursos florestais do mundo, e contempla complexidade social, econômica e ambiental sobre as quais o conhecimento humano ainda está longe de seu pleno domínio.

Quanto à participação da sociedade (usuário/beneficiário) no Programa, cita-se que há mecanismos permanentes de participação via *site* do Ibama e publicações informativas.

No entanto, o Programa não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários no tocante à execução devido à falta de uma estrutura que agregue pessoal capacitado para esse fim.

Em resumo, vale ressaltar que se faz necessário: i) contratar, em caráter urgente, aproximadamente 100 (cem) novos técnicos para realização dos trabalhos de campo e análise de projetos; ii) investir em cursos periódicos de capacitação de técnicos do órgão, da iniciativa privada ou de possíveis atores envolvidos para alcançar os objetivos previstos nesse programa; iii) adequar a legislação às condições regionais para que as mesmas possam ser cumpridas e executadas de uma forma real e objetiva; iv) manter e viabilizar a operacionalização dos modelos de trabalho propostos para a atividade do manejo florestal bem como viabilizar a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos Florestais - Sisprof.

Por fim, registra-se que a estrutura vigente está em fase de adequação à gestão por programas.

Gestão da Política do Meio Ambiente

O Programa **Gestão da Política do Meio Ambiente** visa a apoiar o planejamento, controle e avaliação dos programas da área de meio ambiente.

.....

O Programa **Gestão da Política do Meio Ambiente** não possui indicadores, **Resultados** no entanto, foram alcançados vários resultados, bem como gerados vários produtos. Neste sentido todas as ações que integram o Programa contribuíram para o alcance desses resultados, cada uma dentro de suas particularidades.

O principal resultado, em 2002, está relacionado à ação "Elaboração da Agenda 21 Brasileira", com a realização de cinco encontros setoriais para definição de meios de Implementação da Agenda 21 Brasileira. Elaboração e publicação do documento "Agenda 21 Brasileira" composto de dois volumes: Resultado da Consulta Nacional e Ações Prioritárias. Elaboração e publicação do documento "Agenda 21 Brasileira" em inglês. Lançamento, pelo Presidente da República, da "Agenda 21 Brasileira". Realização de cinco reuniões da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS. Elaboração de artigos para a revista *Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, edição especial para Joanesburgo. Reformulação do site da Agenda 21. Revisão preliminar dos processos de agendas locais em curso no País.

Em 2000, esta ação teve como resultados a preparação e realização de seis seminários de discussão dos documentos temáticos da Agenda 21 Brasileira, a saber: Cidades sustentáveis, Agricultura sustentável, Redução das desigualdades sociais, Gestão dos recursos naturais, Infra-estrutura e integração regional e Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Publicação dos seis documentos temáticos da Agenda 21 Brasileira. Elaboração e publicação do documento Agenda 21 Brasileira - bases para discussão. Assinatura do termo de cooperação técnica com as 27 secretarias estaduais de meio ambiente. Assinatura de termo de cooperação técnica com instituições de fomento ao desenvolvimento a saber: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Sudene, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Petrobras. Instalação de equipes locais nos estados e Distrito Federal. Realização de dezesseis debates estaduais da Agenda 21 Brasileira. Realização de quatro reuniões da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS.

Em 2001, houve a realização de dez debates estaduais da Agenda 21 Brasileira. Produção de 26 relatórios dos debates estaduais. Elaboração do documento de metodologia para os encontros regionais. Realização de cinco encontros regionais da Agenda 21 Brasileira. Produção de cinco relatórios dos encontros regionais. Elaboração, publicação e distribuição do documento "Construindo a Agenda 21 Local". Produção e distribuição do vídeo "Agenda 21 Local". Lançamento, em parceria com o FNMA de edital de licitação para apoio às agendas locais. Realização de cinco reuniões da CPDS.

A Agenda 21 Brasileira constitui mais do que um documento, é um processo de planejamento estratégico participativo. A metodologia de elaboração da Agenda privilegia uma abordagem multissetorial da realidade brasileira, procurando focalizar a interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional. Além disso, determina que o processo de elaboração e implementação deve observar o estabelecimento de parcerias, entendendo a Agenda como um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira.

Gerente:

Rita de Cássia do Vale Caribé

Nos vinte e seis debates estaduais, realizados com a presença de 3.900 representantes de instituições governamentais, civis e do setor produtivo, foram apresentadas e discutidas 5.839 propostas, endereçadas aos seis temas da agenda nacional (agricultura sustentável, gestão dos recursos naturais, infraestrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e cidades sustentáveis).

Como resultado dos debates foi produzido um documento de relatoria, para cada debate, que expressa a visão predominante no estado sobre as contribuições apresentadas pelas diferentes entidades locais e sobre as diretrizes e ações constantes no documento "Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão". É importante salientar que todos os documentos e relatórios produzidos durante o processo de elaboração da agenda estão disponíveis no *site* no MMA (www.mma.gov.br).

Ao final dos debates estaduais, no período de junho a outubro de 2001, em cada região do País, foi realizado um encontro regional, onde foram analisados os relatórios dos estados, com o objetivo de definir um documento que expressasse os Resultados da região.

Outro importante resultado ocorreu no âmbito da ação "Modernização do Gerenciamento Descentralizado do Ibama", com a elaboração de proposta básica de modelo de Atendimento ao Cidadão - SAC-Ambiental. Estruturação de 60 unidades-piloto, onde foram implantados novos processos de trabalho. Elaboração de projetos de reconfiguração física das 60 unidades selecionadas, sendo que nas unidades organizacionais a seguir relacionadas já estão em fase de implantação, bem como implantação da versão *beta-test* do SAC-ambiental: Pará: Santarém e Marabá; Mato Grosso: Sinop e Barra do Garça; Minas Gerais: Governador Valadares, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Lavras, Pirapora, Montes Claros, Belo Horizonte e Uberlândia; Acre: Rio Branco, Brasiléia, Tarauacá, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; Roraima: Boa Vista e Rorainópolis; Ceará: Fortaleza, Aracati, Crato, Iguatu, Sobral e Camocim. Desativação de Unidades descentralizadas (Postos de Controle e Fiscalização e Escritórios Regionais) tendo como meta a reestruturação do Instituto; realização do inventário patrimonial de bens existentes nas unidades descentralizadas que foram desativadas; realizada a remoção de servidores de unidades que foram desativadas, tendo em vista a reestruturação do Instituto para outras unidades que foram potencializadas. Desenvolvido e em fase de re-implantação o Sistema de Planejamento do Ibama - Sisplan com o objetivo de planejar, acompanhar, controlar e avaliar, em tempo real, o desempenho e resultados obtidos pelas Unidades Descentralizadas do Ibama. Realizados estudos para criação de área específica para desenvolvimento e gerenciamento de novos instrumentos de geração de recursos e receitas para o Instituto. Implantação de novas metodologias de trabalho visando melhor atendimento ao cidadão. Implantação dos sistemas de comunicação, de planejamento, de licenciamento e de arrecadação das unidades descentralizadas. Desestatualização do Ibama com a criação de 37 Gerências Executivas. Aporte de equipamentos para funcionamento em rede de comunicação e de integração em 60% das unidades organizacionais do Ibama.

Destaca-se, ainda, a ação "Formulação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável", que propiciou a organização e realização do evento "Rio + 10" (ago/2002, em Joanesburgo), incluindo pagamento das despesas referentes à montagem da exposição do Brasil, que recebeu o prêmio de melhor exposição dentre os países participantes. Despesas com o totem do MMA, do Ibama e do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil-PPG7,

elaboração, tradução e publicação de documentos e *site* que foram disponibilizados e distribuídos durante o evento. Foram realizados também, eventos preparatórios à reunião da Rio + 10 com representantes dos países da América Latina e Caribe.

Insere-se aí também a participação do Ministro do MMA em reunião da Comissão Internacional das Baleias CIB quando apresentou, negociou e defendeu a proposta brasileira de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, onde a pesca das baleias seria banida, sendo permitidos apenas o turismo para observação e a pesquisa científica. No âmbito desta ação, foi realizada a 7ª Reunião do Comitê Intersessional do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe (maio/2002, em São Paulo). Como resultado foi adotada a Iniciativa Latino-Americana sobre Desenvolvimento Sustentável (http://www.rolac.unep.mx/il_esp.pdf), com metas a serem implementadas, individualmente pelos países e por meio da cooperação entre eles. A ILAC foi incorporada ao Plano de Implementação de Joanesburgo, adotado durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, passando a receber a chancela internacional e a possibilitar o recebimento de apoio para sua Implementação, da comunidade internacional e de organismos intergovernamentais, entre outros.

Ainda no âmbito desta ação, aplicaram-se recursos para a implementação de instrumentos de apoio à Política Nacional do Meio Ambiente (desenvolvimento de estudos para a identificação de fontes de informação para a área ambiental, operacionalização do Centro de Informação e Documentação Ambiental e do Programa de Cooperação Internacional - PCI, desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente-Internacional (Sigma-I)).

Na ação "Agenda Técnica e Administrativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama", foram aprovadas inúmeras resoluções, no período de 2000 a 2002, relativas a derramamento de óleo no mar; uso de substâncias que destroem a camada de ozônio; emissão de ruídos por veículos automotores; corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica; tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde; criação, normatização e funcionamento dos jardins botânicos; instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, e suas respectivas instalações de apoio; Áreas de Preservação Permanentes - APPs; licenciamento ambiental; destinação final dos resíduos da construção civil; dentre outras.

Para a ação "Construção da Sede Administrativa da Agência Nacional de Águas - ANA", registra-se que a licitação já foi realizada tendo sido dado início aos estudos de fundação e cálculo estrutural. O início das obras estava previsto para outubro de 2002, com previsão de término em abril de 2003.

A ação "Apoio a Projetos de Descentralização da Política de Meio Ambiente" apresenta convênios firmados entre o MMA com órgãos estaduais, prefeituras municipais e organizações não governamentais de meio ambiente. Destacam-se a criação e implantação da Unidade de Conservação do Morro da Pescaria em Guarapari/ES; a recuperação da população de peixes nativos da sub-bacia hidrográfica do rio Muriaé que banha o município de Itaperuna/RJ, integrante da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, por meio da construção de 03 escadas para peixes na barragem situada na usina hidrelétrica das Centrais Elétricas do Estado do Rio de Janeiro - CERJ, em Comendador Venâncio, Distrito de Itaperuna/RJ, e do reforço da ictiofauna nativa com uso de tanques-redes. Apoio ao Projeto Campanha Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, priorizando comunidades no entorno de áreas de preservação ambiental contra o comércio ilegal da fauna silvestre, por meio da produção, impressão e distribuição de multimeios.

No tocante à ação "Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental", foram elaborados, em 2001, dois estudos sobre o uso de instrumentos econômicos na política ambiental brasileira: Gestão de Resíduos Sólidos na América Latina e no Caribe, Instrumentos Econômicos para políticas públicas; Instrumentos econômicos de gestão das águas - aplicações no Brasil. Em 2002, foi elaborado documento de avaliação dos Resultados das iniciativas de Implementação do Protocolo Verde no Brasil. Tal instrumento se refere à incorporação da variável ambiental como critério de análise na concessão de crédito oficial e foi coordenado pela Casa Civil e apoiado por um Grupo de Trabalho composto de Bancos signatários, Finep, órgãos ambientais do Governo Federal, sociedade civil organizada e organismos de financiamento internacional. Elaborado documento Comércio e Meio Ambiente - uma agenda para a América Latina e Caribe como resultado da realização de encontros técnicos com especialistas de vários países da região para discutir as principais questões relacionadas ao comércio internacional e ao meio ambiente (jul/2001 a mar/2002). Elaboração de estudo sobre incentivos fiscais à indústria de reciclagem, que propiciou a edição da MP nº 75 de 2002. Implementado, a partir de agosto de 2002, Grupo de Trabalho no Conama (Câmara Técnica de Assuntos Econômicos) reunindo representantes do setor público, privado e sociedade civil. Esses resultados contribuíram para levantar informações sobre importantes aspectos relacionados à inclusão de questões ambientais no sistema econômico. Os dois estudos sobre o uso de instrumentos econômicos aplicados especificamente para Gestão de Resíduos Sólidos e Gestão dos Recursos Hídricos são importantes referências para avaliar a viabilidade técnica e econômica da possível aplicação de instrumentos fiscais nos respectivos temas. Desde agosto de 2002 uma nova metodologia de trabalho foi adotada para ampliar o debate sobre a adoção de instrumentos econômicos em diferentes contextos econômicos, sociais e ambientais e nas diferentes cadeias dos processos produtivos e de consumo para o aperfeiçoamento da gestão ambiental.

O Programa **Gestão da Política do Meio Ambiente** não possui indicadores. Entretanto, cabem alguns comentários quanto à ação "Elaboração da Agenda 21 Brasileira", cuja fase de elaboração terminou e se inicia a nova etapa que é a implementação das diretrizes consensuadas pela sociedade brasileira, estando convocadas todos os setores da sociedade num esforço de implementar o desenvolvimento sustentável no País. Nesse contexto, é papel do Governo incorporar as prioridades da Agenda 21 Brasileira em suas políticas, dando continuidade a um processo já iniciado em 1999, quando da elaboração do PPA 2000/2003.

A CPDS, que receberá uma nova e mais ampla representação nessa segunda etapa do processo, deverá definir metodologia para acompanhamento da implementação das ações, para o levantamento de experiências bem sucedidas nos diferentes setores; para a internalização dos princípios da agenda nas políticas definidas nos diferentes níveis de governo; para a prestação de apoio técnico aos municípios, estados e regiões interessadas em desenvolver suas agendas locais. Para que essa etapa seja bem sucedida é importante que os acordos de parceria sejam mantidos e ampliados, sempre considerando que, assim como foi na fase de elaboração, a Implementação também é uma tarefa não só do Governo, mas de toda a sociedade.

Para a ação "Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental", foram alcançadas as metas relativas aos estudos realizados. No entanto, deverão ser efetuados outros estudos no sentido de inserir efetivamente os instrumentos econômicos na gestão ambiental brasileira, bem como apoiar as medidas de caráter voluntário por parte do setor produtivo. Essa ação tende a ser permanente.

Quanto aos impactos, registra-se que o programa não dispõe de nenhuma avaliação de impacto sobre o público-alvo, embora algumas ações apresentem esta análise de forma isolada.

Para a ação "Elaboração da Agenda 21 Brasileira", o público-alvo é o mais amplo possível, visto que se trata de um documento elaborado a partir de consultas e debates com representantes dos diferentes setores sociais. Pode-se considerar que a metodologia aplicada procurou abranger o público-alvo, e, dentro das limitações conferidas pelo ineditismo do processo, pelo tamanho do território e da população brasileira, pelas diversidades regionais e culturais pode-se considerar que o projeto, até o momento foi bem sucedido neste item. O retorno obtido de diferentes setores e o incremento das experiências de Agendas locais - levantamento realizado em 1999 indicava 15 experiências em curso, atualmente pode-se relacionar 204 exemplos, que corroboram para a afirmação de que o público-alvo foi atingido de forma positiva.

Na ação "Modernização do Gerenciamento Descentralizado do Ibama", o público-alvo é o quadro de servidores do Instituto. Como impactos negativos, considera-se a resistência do quadro de pessoal ao projeto de reestruturação do Instituto; a pressão política em relação à desativação/revitalização das unidades descentralizadas; a falta de comprometimento dos dirigentes das unidades descentralizadas com o projeto de reestruturação do Instituto; a falta de continuidade da cúpula do Instituto, o que ocasionou atrasos no projeto de reestruturação. Como impactos positivos destacam-se a nova estrutura física implantada, melhorando a credibilidade do Instituto perante seus usuários; a uniformização de procedimentos; e o reconhecimento do Ibama pelos seus usuários como órgão executor federal das políticas nacionais de meio ambiente.

Para a ação "Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental", não há previsão de mecanismos de impactos da implementação de instrumentos econômicos nos grupos-alvos. Entretanto, os estudos e documentos elaborados geraram um interesse nos diferentes segmentos do sistema produtivo, setor governamental e sociedade civil no sentido de aprofundar o tema e gerar instrumentos econômicos destinados a reverter tendências de degradação ambiental nas estruturas de produção e consumo.

Para 2003, espera-se dar continuidade às ações de operacionalização do Conama; implantação das Agendas 21 Brasileira e Locais; formulação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável; além de dar continuidade aos processos de Modernização do Gerenciamento Descentralizado do Ibama; descentralização da gestão ambiental; desenvolvimento dos instrumentos econômicos; desenvolvimento e manutenção do Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente Internacional - Sigma-I; e operacionalização do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, dentre outros.

.....

Há a necessidade de articular, acompanhar e avaliar as políticas públicas formuladas e executadas pelo MMA, visando a o aperfeiçoamento da gestão do Estado que visa ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população. Nesse sentido, o Programa precisa ser revisado, com o objetivo de refletir todo esse processo. Entretanto, cada ação possui, ainda, demandas específicas por parte da sociedade:

Concepção

Ação 1970 - Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental - A incorporação de questões ambientais nas estruturas de produção e consumo da economia demanda a aplicação específica de instrumentos de políticas públicas. A multiplicação de instrumentos econômicos (fiscais, de mercado e creditícios) para direcionar a atuação das forças de mercado num sentido favorável à proteção ambiental e ao uso sustentável de recursos naturais se deve, em grande parte, à constatação de que a utilização dos instrumentos de comando e controle, de forma isolada, tem se revelado insuficiente para assegurar os resultados esperados das políticas ambientais. Iniciativas de correção das falhas de mercado alteram a relação custo/benefício

de determinadas atividades econômicas, em função de seus impactos ambientais. A aplicação de instrumentos econômicos tem envolvido a cobrança de impostos, taxas e outros encargos de atividades econômicas consideradas degradadoras do meio ambiente ou a concessão de incentivos para o uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental levando em conta seus benefícios sociais. Outras aplicações se referem à utilização de direitos comercializáveis que envolvem transações entre atores privados, segundo padrões de utilização dos recursos naturais estabelecidos pelo Poder Público.

Ação 3.857 - Elaboração da Agenda 21 Brasileira - A noção de sustentabilidade tem-se firmado como o novo paradigma do desenvolvimento humano. Os países signatários dos documentos e declarações resultantes das conferências mundiais realizados na última década do século XX assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, coroa esse processo com a aprovação de um documento contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento para o novo século, denominando-o Agenda 21. Fica resgatado, assim, o termo "agenda" no seu sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização onde predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. A Agenda 21 foi um grande esforço de negociação internacional para a produção de um consenso normativo e um programa de certa operacionalidade para a humanidade com relação ao desenvolvimento sustentável.

Ação 2.956 - Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais. A concepção do Programa decorreu da demanda da sociedade apresentando ao FNMA projetos identificando suas principais causas como características socioeconômicas, distribuição geográfica do problema, indicadores diferenciados para cada projeto, fontes alternativas de recursos, público-alvo, propondo soluções e buscando apoio financeiro e técnico do setor.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Necessidade de se antecipar aos problemas ambientais, caráter preventivo das políticas públicas. Ausência de informações e dados gerados, sistematizados e disponíveis, bem como estudos prospectivos e analíticos que possam apoiar a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas afetas à área ambiental. => Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica.
- A Agenda 21 Brasileira já foi elaborada e agora precisa ser implementada.=>Implementação da Agenda 21 Brasileira e apoio à elaboração das Agendas 21 Locais.
- Necessidade de dados e informações sistematizadas disponíveis. Este sistema, instituído pela Lei nº 6.938/81 como um dos instrumentos necessários à Implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, encontra-se paralisado desde 1995.=> Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - Sinima.
- Necessidade de planejamento e coordenação das políticas formuladas e executadas pelo MMA, bem como o seu monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados alcançados para a sociedade. => Planejamento, coordenação, monitoramento, avaliação e divulgação de políticas públicas ambientais.

- Necessidade de otimizar a utilização de recursos oriundos de cooperação internacional, bem como dar cumprimento aos acordos internacionais. Definição, acompanhamento da Implementação e avaliação do Programa de Cooperação Internacional do MMA. Assessoramento no planejamento, orçamento, licitações e execução financeira das áreas que realizam os projetos do Programa de Cooperação Internacional do Ministério. Fortalecimento da participação do Ministério nos foros interacionais - bilaterais, regionais e multilaterais - relacionados ao meio ambiente de desenvolvimento sustentável, e internalização dos dispositivos e compromissos acordados. => Coordenação do Programas de Cooperação Internacional e de Acordos Internacionais de interesse da área ambiental dos quais o Brasil participa.
- O Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente - Sigma-I, sistema informatizado utilizado pelos programas do MMA financiados com recursos externos, tem como objetivo racionalizar e uniformizar procedimentos, melhorar a gestão e os Resultados e reduzir custos; e possibilitar o efetivo acompanhamento das ações previstas e realizadas. => Manutenção do Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente - Sigma-I.
- No Brasil, há muitas normas gerais ambientais como o Código Florestal, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outras. Não há, porém uma norma geral ambiental consolidada. Esta pode ser considerada uma primeira lacuna importante do Sisnama, não propriamente pela ausência de legislação, mas pela condição de eficácia deste conjunto de normas, hoje esparsas, cuja pulverização constitui empecilho ao bom funcionamento dos sistemas. No tocante às competências comuns, o legislador constituinte previu no artigo 23 da Constituição, parágrafo único, que "Lei Complementar fixará normas para cooperação entre a União e os Estados , o Distrito Federal e os Municípios tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar no âmbito nacional". Esta lei complementar é uma segunda e importante lacuna na Implementação da legislação ambiental brasileira em particular do funcionamento do Sisnama. Entendida a ausência da lei complementar cooperativa no tema do ambiente como a grande ausência do sistema jurídico-ambiental brasileiro, organizado sobre uma base federativa de cooperação, é significativa a quantidade de problemas daí emergentes, dentre os quais citam-se a profusão de normas estaduais e municipais sobre meio ambiente. => Consolidação da legislação ambiental brasileira, Lei Complementar referente ao artigo 23 da Constituição Federal e estabelecimento de normas gerais.
- Os programas do PPA, no âmbito do MMA, precisam ser considerados no seu conjunto, objetivando sinergia e efetividade. => Coordenação do gerenciamento dos Programas do PPA no âmbito do MMA.
- O federalismo brasileiro é de natureza cooperativa, o que redundará, a partir do texto constitucional, numa necessidade sistêmica de articulação intergovernamental (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). O Sisnama, instituído pela Lei nº 6.938/81, necessita ser consolidado, objetivando a implantação de novos modelos de gestão, avaliação, experiências inovadoras e controle social para promover a descentralização da gestão ambiental no Brasil. => Consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.
- Por se tratar de área multi, inter e transdisciplinar, há necessidade de conhecimento não disponível nos cursos específicos nas universidades brasileiras, daí a necessidade de complementação em termos de capacitação. => Capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental.

Diante disso, alguns aspectos do programa precisam ser melhorados. Em termos da pertinência das ações, registra-se que as ações existentes não são adequadas ao objetivo de um programa de gestão de políticas públicas, qual seja apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente. Nesse sentido foram realizados estudos com vistas a adequar o Programa mediante a proposta de novas ações.

No tocante à suficiência das ações, destaca-se que o Programa necessita ser reformulado, visto que as ações são insuficientes para refletir a gestão da política pública afeta ao MMA. Desta forma, foram propostas um conjunto de ações novas expressas na questão 2.1. deste formulário.

Em termos de produtos desenvolvidos com recursos não expressos no PPA, cita-se que, no item Resultados, já foram transcritos praticamente todos os Resultados, produtos e subprodutos que foram gerados e/ou alcançados com recursos do PPA.

Ação 1970 - Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental

1. Estabelecido convênio com o IBGE para apoiar a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic que retrata o perfil institucional e administrativo dos municípios e realizar o Suplemento Ambiental que inclui informações sobre a estrutura administrativa, articulação institucional, Agenda 21, recursos financeiros, legislação ambiental, instrumentos de gestão ambiental e Unidades de Conservação da Natureza junto ao órgão ambiental de maior hierarquia na estrutura administrativa das prefeituras.
2. Desenvolvidas estratégias e diretrizes gerais para a criação de um Programa de Rotulagem Ambiental e realizados cinco seminários temáticos (São Paulo - Fiesp, maio de 2000, Rio de Janeiro - Firjan, novembro de 2000, Belo Horizonte - Fieng, maio de 2001, Manaus - CIEM, setembro de 2001 e Porto Alegre - Fiergs, outubro de 2001) para debater a Proposta do Programa. Devido ao seu caráter voluntário, o objetivo de tal proposta é de propiciar o apoio técnico à sociedade civil para controlar os múltiplos certificados e selos verdes que vem sendo criados no mercado.
3. Promoção do Ecoturismo: realização de dois estudos visando a Implementação dos pólos de ecoturismo da região serrana do Estado do Rio de Janeiro e do Delta do Parnaíba no Estado do Piauí. O referido projeto tem como propósito estimular o desenvolvimento da atividade de ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável.
4. Promoção de consumo sustentável: produzido em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, o Guia de Boas Práticas para o Consumo, lançado em meio eletrônico. Produzido em parceria com o IDEC e com a Consumers International, a publicação: Manual de Educação para o Consumo Sustentável será implantado nas escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil. Realizado três Seminários sobre o tema Consumo Sustentável.
5. Concepção do Projeto Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P que visa a inserção de critérios ambientais nos procedimentos administrativos da Gestão Pública, com Implementação em pelo menos dezesseis órgãos públicos. Elaborados vídeo e manual sobre o assunto.
6. Projeto Escritório Verde -A sustentabilidade no Ambiente de Trabalho: Projeto com o objetivo de apresentar materiais, produtos e empresas ecoeficientes. Produzido vídeo sobre o projeto.

7. Elaboração, pela Secretaria de Coordenação da Amazônia com o apoio do Banco Mundial e do PPG7, do estudo Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, abrangendo inclusive o ICMS ecológico.

No entanto, a estratégia de Implementação possui aspectos que precisam ser aperfeiçoados, como o Plano de Avaliação, visto que o Programa não o possui. Por outro lado, a metodologia de avaliação do Programa apresentada pela SPI não se enquadra totalmente aos Programas de Gestão de Políticas Públicas.

Em linhas gerais, o Programa necessita ser estruturado e aperfeiçoado em todos os itens relativos à Implementação. Até o momento, há apenas tentativas isoladas em algumas ações.

Por outro lado, alguns aspectos da estratégia de Implementação contribuíram em maior grau para a obtenção dos principais Resultados do Programa. A estratégia de Implementação do Programa poderia ser aperfeiçoada por meio da divulgação aos executores de ação, das políticas do setor, da avaliação sistemática das ações, articulação com os outros ministérios.

Ação Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais - Quanto aos projetos financiados pelo FNMA, a Implementação para a demanda espontânea de projetos se deu por meio de informativos eletrônicos e pela página eletrônica do Fundo. A convocação de projetos de demanda induzida foi feita por meio de editais que determinaram o perfil das políticas do setor e o montante dos recursos para o apoio.

Ação Estudo para desenvolvimento de instrumentos econômicos para a proteção e gestão ambiental - os principais aspectos que contribuíram para os resultados alcançados se referem às articulações com especialistas no tema e com os diversos atores envolvidos na implementação dos instrumentos econômicos. Os Resultados alcançados ainda são insuficientes para promover uma melhoria na gestão ambiental. Como os problemas ambientais são muito diferenciados nos processos produtivos e de consumo, outros estudos devem ser realizados para propor uma agenda de Implementação para instrumentos econômicos definidos como prioritários na atual conjuntura brasileira.

.....

No tocante ao padrão de financiamento fiscal, registra-se que, no computo geral, os recursos foram suficientes. Para algumas ações os recursos foram limitados mas não insuficientes. Além disso, contou-se com constantes parcerias com bancos e instituições locais. Para outras ações, a execução físico/financeira do programa, incluindo os valores previstos no Projeto de Lei Orçamentária para 2003, superaram 80% do valor inicialmente previsto, resultado satisfatório tendo em vista os contingenciamentos e limitações impostas pelos Decretos que buscaram, ao longo dos últimos três anos, o equilíbrio do déficit primário das contas públicas. Além disso, alternativas de financiamento foram adotadas pelo FNMA para cumprir as políticas emanadas, buscando-se o adiamento de algumas metas, o alongamento do prazo de execução, a procura por parcerias ou integração com outros programas para otimização dos recursos. Desta forma, registra-se que embora o fluxo tenha sofrido descontinuidade, nenhum prejuízo foi verificado nos resultados do Programa.

Implementação

Nestes termos, há ações em que o monitoramento do seu desempenho possui instrumento de avaliação físico/financeira e é desenvolvido por técnicos de diferentes áreas, refletindo a multidisciplinariedade, necessária à realização das atividades administrativa, financeira, jurídica e ambiental. Basicamente, esses trabalhos são desenvolvidos mediante:

- Avaliação dos relatórios físico-financeiros por meio de Declaração de Gastos Bimestrais e Prestação de Contas parciais e finais;
- Monitorias *in loco*;
- Avaliação técnica dos produtos desenvolvidos;
- Capacitação de executores; e
- Orientações freqüentes aos executores, mediante correspondências, telefonemas e correio eletrônico.

A atividade de monitoria de projetos continua a ser a atividade de suporte ao acompanhamento e avaliação dos projetos apoiados. A monitoria é realizada por meio de análise documental das ações realizadas e produtos desenvolvidos pelos projetos e visitas *in loco* aos projetos apoiados. Embora tenham sido acompanhadas a legalidade na aplicação dos recursos e a apresentação de documentação comprobatória dos recursos aplicados em sua totalidade, a monitoria *in loco* atingiu apenas 60% das monitorias planejadas em 2002, prejudicadas pela aplicação do Decreto nº 4.321/2002, que limitou as diárias e passagens.

A Declaração de Gastos Bimestral - DGB é o documento onde são descritas as despesas realizadas nos convênios para execução das metas previstas no projeto aprovado, bem como sua correta comprovação. A análise documental é feita com ênfase na avaliação da regularidade da realização das despesas, bem como sua previsão no plano de trabalho descrito no termo de convênio e a real necessidade em relação à execução do objeto pactuado.

Além das Declarações de Gastos, os executores estão obrigados a prestar contas, em atendimento aos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa 01/97 e dispositivos constantes no termo de convênio.

Em termos de recursos materiais, registra-se que os equipamentos são adquiridos por meio de outros projetos e que a gerência do programa não dispõe de recursos financeiros e humanos para aquisição de equipamentos, nem para realização de treinamentos. Além disso, há insuficiência de espaço físico para a instalação das equipes. A gerência do Programa é muito incipiente, ressaltando-se que o Programa precisa ser mais bem estruturado, conforme sugestões apresentadas na avaliação do PPA 1ª fase. Neste sentido, há expectativa de que sejam consideradas estas observações, visto que um programa de gestão de políticas de meio ambiente possui suas peculiaridades. Esse esforço de estudar e identificar um conjunto de ações que viesse a compor esse Programa foi realizado de novembro a dezembro de 2002 e está refletido na Avaliação do PPA 1ª fase. É necessário que o Programa disponha de uma infra-estrutura adequada e alocação de recursos suficientes e disponíveis (materiais, humanos, informacionais, gerenciais).

Quanto aos recursos humanos, há inadequação do quantitativo na equipe gerencial, visto que conta apenas com a gerente do Programa e com as equipes dedicadas a coordenação e execução de cada uma das ações que integram o Programa. Os recursos humanos que se encontram lotados no Departamento desempenham atividades outras. Além disso, a gerente desenvolve outras atividades, não sendo dedicação exclusiva.

Em termos de capacitação, registra-se que, no âmbito do Programa, não houve nenhum esforço de capacitação da equipe gerencial, embora essa necessidade tivesse sido identificada desde a avaliação do Programa de 2001. Não havia nenhuma ação prevista neste sentido, nem recursos alocados para esta finalidade, nem para avaliação do programa, ou para pesquisa de opinião ou de satisfação do usuário. Ressalta-se que a SPI não permite criar uma ação com essa finalidade, em virtude de não haver como alocar recursos com esse objetivo, mas cobra Resultados, dados e informações relacionados a essas atividades.

Por outro lado, em termos de capacitação das equipes de Implementação nos estados e municípios, embora não haja, no âmbito do Programa, nenhum esforço de capacitação, na ação "Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais", foram realizados eventos de capacitação dos executores e dos proponentes. A capacitação foi ministrada pelos técnicos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, visando transmitir orientações sobre a adequada aplicação dos recursos e sobre os procedimentos legais para prestação de contas. Em termos quantitativos foram realizados:

- 23 eventos e capacitados 953 participantes de 603 instituições, em 2000;
- 28 eventos e capacitados 958 participantes de 763 instituições, em 2001;
- 9 eventos e capacitados 275 participantes de 187 instituições, em 2002.

Em termos de desempenho físico das ações de execução descentralizada, cita-se que, no âmbito da gerência, há mecanismo de monitoramento de desempenho e que esta iniciativa foi tomada por parte das próprias coordenações das ações.

Por outro lado, as ações executadas em outras unidades administrativas do MMA tiveram desempenho físico dentro do previsto. No entanto, ressalta-se a dificuldade verificada na obtenção de informações quando os executores possuem posição hierárquica superior ao gerente do Programa, sobretudo dentro do próprio Ministério. Enquanto a gerência do Programa se limita à coleta de informações, ao preenchimento dos formulários, avaliações, e estudos, a tomada de decisão ocorre em outros níveis hierárquicos.

Quanto ao desempenho de parceiros na execução, cita-se que a implementação das ações contou com diversas parcerias com ONGs. Nestes termos, o FNMA define claramente quais são as instituições que podem concorrer aos seus recursos financeiros: i) Instituições públicas: federais, estaduais e municipais e ii) Instituições privadas sem fins lucrativos, com atribuições estatutárias na área de meio ambiente (ONGs ambientalistas, etc.). Dos projetos apoiados no período de 2000-2002, 24% foram com instituições federais, 16% com estaduais, 20% com municipais e 40% com organizações não governamentais.

As ações com os parceiros da esfera federal e de outras áreas do MMA deram-se principalmente no lançamento de editais elaborados em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional do Meio Ambiente.

Como principais parceiros destacam-se:

Principais parceiros	Vantagens/Desvantagens
Ministérios do Planejamento, Fazenda e Receita Federal.	Avaliação do impacto da Implementação de instrumentos fiscais sobre a estrutura orçamentária do Governo Federal.
Órgãos representativos da sociedade civil dos diferentes setores econômicos.	Identificação dos instrumentos econômicos pertinentes para diferentes demandas ambientais.

Com outros programas do PPA 2000-2003, não houve nenhum tipo de parceria, mas cita-se que devem ser desenvolvidas parcerias com uma grande variedade de programas do PPA, cujos Resultados afetam, direta ou indiretamente, a gestão ambiental do País.

Quanto à participação da sociedade (usuário/beneficiário) cita-se que o Programa, em si, não possui mecanismos que garantam a participação da sociedade. Entretanto, várias ações possuem mecanismos específicos, como a ação "Elaboração da Agenda 21 Brasileira" que foi feita em sua totalidade de

forma participativa. O processo contava, dentre outros, com a participação do Fórum das ONGs. Na ação "Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais", a participação da sociedade na execução das ações se dá por meio dos representantes de instituições não governamentais, membros do Conselho Deliberativo do FNMA, parcerias na execução dos projetos, e técnicos especializados convidados. Na ação "Agenda Técnica e Administrativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama", a participação se dá pela própria composição do Conama por várias ONGs com representantes da sociedade, eleitos de forma democrática e representativa e na ação "Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental", por meio do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Assuntos Econômicos do Conama, é assegurada a participação de todos os segmentos interessados na Implementação da ação.

No entanto, o Programa não realiza nenhum tipo de avaliação da satisfação dos seus usuários, à exceção da ação "Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais", em que as estratégias de aproximação com o público-alvo acontecem por meio: i) dos programas de capacitação de instituições proponentes, executores e de entidades sem fins lucrativos cadastrados no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA; ii) *workshops* de avaliação de projetos e seus Resultados; iii) vídeo conferências temáticas e da Ouvidoria como canal diário para atendimento de dúvidas do cidadão.

A participação da sociedade na execução das ações se dá por meio dos representantes de instituições não governamentais, membros do Conselho Deliberativo do FNMA, parcerias na execução dos projetos técnicos especializados convidados.

Por fim, registra-se, apenas, que a estrutura organizacional do MMA ainda não está adequada à gestão por programas, gestão por resultados.

Nossos Rios: Araguaia-Tocantins

O objetivo do Programa é garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins. Não houve resultados, devido a não disponibilização de recursos financeiros. Os resultados esperados sofreram prejuízo devido a fatores externos e internos, tais como: contingenciamento de verbas do orçamento, mudanças institucionais no setor de recursos hídricos que transferiu o Programa da Secretaria de Recursos Hídricos - SRH do MMA para a Agência Nacional de Águas e, demora na apresentação de projetos pelos órgãos estaduais, fatos estes que inviabilizaram a execução de projetos e atividades.

A estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do PPA 2000-2003 é muito baixa (abaixo dos 50%), pois as sugestões de alteração de objetivos e de indicadores não foram, até o momento, acatadas, portanto, os índices previstos para os indicadores não são mensuráveis.

A falta de recursos orçamentários para a execução do programa impediu que o Sistema de Gestão proposto pela Lei nº 9.433 de 1997 avançasse, ao passo que a pressão sobre o uso dos recursos hídricos da bacia aumentou nos últimos quatro anos, inclusive com a ocorrência de disputas pela água entre setores usuários. Como não houve execução, pelas razões expostas acima, não foi possível mensurar os impactos sobre o público-alvo do Programa.

Resultados

A bacia hidrográfica dos rios Araguaia e Tocantins, por sua dimensão e disponibilidade hídrica, possui enorme potencial para a atração de atividades econômicas, em especial, aquelas que possuem forte dependência em relação à água. A implementação da gestão dos recursos hídricos, por meio dos instrumentos da Lei nº 9.433 de 1997 (plano de recursos hídricos da bacia, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informações), faz-se necessária para disciplinar e racionalizar o uso dos recursos hídricos na bacia, além de atender aos objetivos da implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Concepção

Há necessidade de reformular o objetivo do programa para: Garantir, por meio da Implementação dos Sistemas Estaduais Gestão de Recursos Hídricos - SEGRH e do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SNGRH e do desenvolvimento de estudos e projetos, o gerenciamento e o uso sustentável da água na bacia dos rios Araguaia e Tocantins. Com a mudança do objetivo faz-se necessário reformular também as ações, que devem ser relacionadas à implantação dos instrumentos da Lei 9433/97.

O indicador Taxa de Melhoria da Qualidade da Água na Bacia do rio Araguaia-Tocantins deve ser substituído por um indicador que reflita o estágio de evolução dos Sistemas Estaduais Gestão de Recursos Hídricos - SEGRH e do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SNGRH. A definição desse indicador depende de fatores que envolvam o grau de desenvolvimento institucional de cada estado e requer estudos e desenvolvimento metodológico para sua formulação, para permitir sua adequada mensuração por meio de mecanismos de avaliação independente (externo).

Gerente:

José Edil Benedito

O indicador Taxa de Outorga dos Recursos Hídricos na Bacia do rio Araguaia-Tocantins deve ser substituído pelo indicador demanda anual de água/oferta de

água. Outros indicadores auxiliares podem ser concebidos para uma melhor avaliação de resultados e objetivo do Programa, por exemplo, taxa de crescimento do uso da água na irrigação, taxa de crescimento de uso da água na produção de energia.

Uma vez que não houve a disponibilização de recursos orçamentários para a execução do Programa, está em curso negociação entre a ANA e o Fundo Especial Japonês/BID para financiar a elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Araguaia e Tocantins. O Valor em negociação é de US\$ 1.2 milhão, sendo US\$ 960 mil do Fundo e US\$ 240 mil a contrapartida da ANA.

Foram treinados 23 profissionais de onze municípios da região do rio Vermelho, na cidade Goiás, em controle de enchentes e drenagem urbana e 28 técnicos das instituições públicas do Estado de Goiás em drenagem urbana, produto não expresso no PPA 2000-2003, que contribui para o objetivo do Programa.

A estratégia deve ser modificada para assegurar o real envolvimento das instituições, dos usuários e da sociedade civil organizada no gerenciamento da bacia hidrográfica. A ANA estabelecerá acordos de integração para gerenciamento integrado e desenvolverá mecanismos para fortalecer a atuação de cada um dos parceiros. Deveram ser priorizados o executor local e a capacitação das entidades sediadas na região da bacia hidrográfica.

A mudança nos objetivos acarreta a reformulação dos indicadores de modo que haja possibilidade efetiva de acompanhar e avaliar a sua evolução, porém na prática, não houve oportunidade concreta de desenvolvimento da estratégia por falta de recursos.

Implementação

Para uma análise global sobre o Programa, serão avaliados, ano a ano, a aplicação dos recursos previstos e executados. Apresenta-se abaixo um resumo da execução financeira de 2000 a 2002:

Ano	2000	2001	2002
LOA (R\$)	1.825.150,00	4.089.580	2.160.000
Empenhado/ Realizado (R\$)	465.000,00	152.519	0,00
Execução (%)	25,48%	3,73%	0,00%

Verifica-se que os valores executados nestes três primeiros anos não atingiram os valores previstos. Enquanto no ano 2000 a execução financeira ficou em 25,48% do valor previsto, no ano subsequente (2001) este percentual passou a 3,73%, despencando em 2002 para 0,00%. Ao de todo período a execução ficou abaixo de 8%.

Como os limites orçamentários restringiram fortemente a execução das ações finalísticas da ANA, foram priorizados os Programas que já dispunham de alguma evolução no seu processo de implementação. Por fim, é preciso ressaltar a crescente disparidade entre os recursos previstos no PPA-Lei e o efetivado e liberado na Lei Orçamentária Anual, que evidenciam as restrições financeiras que comprometem desenvolvimento do programa. A insuficiência de limites orçamentários resultantes do estabelecido no Decreto nº 4.120, de 07/02/2002, e no Decreto nº 4.369, de 11/09/2002, comprometeu a execução do Programa.

Apesar de não ter nenhum orçamento a ANA realizou os seguintes cursos de capacitação:

- Controle de Enchentes e Drenagem Urbana na cidade de Goiás, região do rio Vermelho, integrante da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, com 23 profissionais de onze municípios;
- Cursos de Drenagem Urbana na Cidade de Goiânia para 28 técnicos das instituições públicas do estado de Goiás.

Não há como avaliar desempenho dos parceiros, pois não houve parcerias em função dos limites orçamentários observados no período.

Não existe mecanismo permanente de participação da sociedade no Programa.

O Programa não avalia a satisfação do usuário/beneficiários em relação à sua execução, devido à falta de recursos, mecanismos institucionais onde ocorre à participação da sociedade no Sistema de gerenciamento não foram implantados.

Nossos Rios: Paraíba do Sul

Resultados

O objetivo do Programa é Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul. O principal resultado foi à implantação dos instrumentos institucionais e técnicos de gestão, com ênfase na aprovação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o programa de regularização dos usos e a criação da agência de bacia. No próximo passo, a grande missão será operacionalizar de forma efetiva esses instrumentos.

Não houve variação significativa nos valores dos índices no período, porém o Programa obteve grande avanço no exercício de 2002. Foram implantados: o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Ceivap, a agência de águas, a cobrança, a outorga, o monitoramento e a fiscalização. Foi celebrado um importante convênio de integração entre a Agência Nacional de Águas - ANA, os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e o Ceivap. Os estados são representados por seus órgãos gestores: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (Minas Gerais), Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos - Serla (Rio de Janeiro) e Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE (São Paulo).

A cobrança pelo uso da água foi aprovada pelo Ceivap e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e está fase de implantação. Os requisitos legais e técnicos para a viabilização da cobrança constam da Resolução nº 08 do Ceivap. No início do mês de novembro de 2002 foram definidos os valores a serem cobrados pelo uso da água. Para os setores de indústria e saneamento: de R\$ 0,008 a R\$ 0,028 por m³; para o setor agrícola: R\$ 0,0005/m³; para o setor de aquicultura: R\$ 0,0004/m³ e para as pequenas centrais elétricas - PCHs: 0,75% do valor da energia produzida. A cobrança está em implantação e será consolidada em 2003.

Foi elaborado um sistema informatizado de cadastramento de usuários, que permite ao usuário via Internet fazer a sua autodeclaração de uso da água, informando os principais dados necessários para alimentar um banco de dados que consolidará as informações necessárias para gerar o início do processo de outorga, dados para a cobrança, a fiscalização e o controle. Até o final de 2002, reportou-se o cadastramento de cerca 3.700 usuários, dos quais parcela considerável obterá suas outorgas.

O indicador Taxa de Conformidade não é aplicável. O índice do indicador Taxa de Outorga, com valor de 0,71% é muito baixo, visto que somente no ano de 2002 está sendo realizado o programa de regularização dos usos na bacia. Esse programa, para o próximo ano, por certo modificará substancialmente o índice, pois há um grande esforço conjunto nesse sentido de todos os gestores da bacia (ANA, Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Gerente:

Dilma Seli Pena Pereira

O impacto sobre o público-alvo ainda não é significativo, uma vez que os resultados das ações já desenvolvidas deverão ser observados a partir do próximo ano.

Concepção

A sociedade do Vale do Paraíba, amadurecida nas questões ambientais e por consequência nos recursos hídricos, constatando, dia a dia, a crescente degradação de seus rios pelo lançamento de esgotos sem tratamento adequado, de lixo e de efluentes industriais, por meio do Ceivap e outras instâncias políticas e administrativas, gerou a demanda deste Programa. O Programa é voltado à recuperação e a preservação dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul.

Ao longo dessa bacia, são lançados, com raríssimas exceções, os esgotos sem tratamento de 180 municípios. Cerca de 70% desses esgotos são coletados e somente 11% são tratados. Aproximadamente 14 milhões de pessoas dependem das águas da bacia para o seu abastecimento e mais de 8.500 indústrias, que respondem por aproximadamente 12% do Produto Interno Bruto - PIB nacional, encontram-se ali instaladas. O Programa vem ao encontro dos anseios de recuperar e preservar essas águas, vitais tanto para a presente como para futuras gerações.

A articulação com outros programas relacionados ao meio ambiente, e, principalmente aqueles vinculados à área de saúde, aqui com o claro apelo ao combate às doenças de veiculação hídrica, justificam plenamente a sua urgente implementação. A articulação com os Ministérios da Saúde e Ciência e Tecnologia, com certeza trará resultados promissores, seja no combate às doenças de veiculação hídrica, seja na capacitação de recursos humanos.

Neste momento, em que ocorre um grande avanço da implementação dos instrumentos de gestão, com ênfase à outorga e cobrança na Bacia do Paraíba do Sul, nada há a modificar na estrutura do Programa.

Implementação

Ressalta-se que a execução financeira do Programa esteve prejudicada pelas restrições orçamentárias (contenção/limites).

A tabela seguinte mostra a previsão orçamentária e a execução do programa para o período de 2000 - 2002:

Ano	2000	2001	2002
LOA (R\$)	3.000.001,00	4.364.071,00	2.760.000,00
Empenhado/ Realizado (R\$)	848.251,00	706.860,00	1.734.767,00
Execução (%)	28,28%	16,20%	62,85%

Em 2002, mesmo com forte contingenciamento, a execução do Programa superou 60% da previsão, melhorando a *performance* em relação aos exercícios anteriores.

A equipe gerencial participou de diversos cursos relacionados à gestão de recursos hídricos, dentre os quais citam-se direito ambiental das águas e tomada de decisão além de seminários, conferências e palestras, possibilitando considerável aumento de seus conhecimentos visando à melhoria da *performance* do Programa.

As parcerias estabelecidas na execução do programa foram institucionalizadas mediante diversos convênios, ressaltando-se o convênio de integração entre a ANA, os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, assinado em 2002, com o intuito de integrar as ações de gestão dos recursos hídricos na bacia do Paraíba do Sul.

Em relação à infra-estrutura, há necessidade de equipamentos de informática (servidores e estações de trabalho) para abrigar os bancos de dados e manter os sistemas de cadastramento, outorga e cobrança. Os equipamentos de informática necessários têm custos relativamente elevados, mas são imprescindíveis no contexto da operacionalização da gestão. Para a fase de implantação do programa os recursos humanos disponíveis estão adequados, porém para a fase de implementação necessita reforçá-los.

Existem mecanismos permanentes de participação da sociedade. A participação da sociedade vem sendo crescentemente ampliada por meio do Ceivap e das ações deste próprio Programa.

Não existe pesquisa de satisfação dos usuários/beneficiários em relação à execução. Essa pesquisa será realizada na medida em que as ações do Programa estejam em grau maior de implementação, com previsão para 2004.

Nossos Rios: São Francisco

Resultados

O objetivo do Programa é garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco. No período em análise, a Agência Nacional de Águas - ANA, juntamente com a Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, de onde migrou o Programa **Nossos Rios: São Francisco**, outorgaram um total de 356 captações de água ao longo do rio São Francisco. A regularização do uso via outorga abrangeu uma área irrigada de 185.415,72 hectares. Englobando-se os projetos de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf, regularizados por outros órgãos ou simplesmente não regularizados quanto à outorga, a área total irrigada na bacia do rio São Francisco aumenta para 353.278,3 hectares, atendendo 2.613 usuários. A vazão outorgada total é de 270,28 m³/s, sendo 92% correspondentes à irrigação. A vazão comprometida com as outorgas atinge uma média de 24,8% do total da vazão outorgável, que é diferenciada em cada trecho da bacia hidrográfica, apresentando seu limite inferior na cabeceira do rio e o limite superior no entorno do reservatório de Sobradinho.

O indicador taxa de conformidade da água na bacia do rio São Francisco variou de zero para 28,65%, no período de 2000 e 2002.

O monitoramento da qualidade da água, com 97 pontos de amostragem, mostra que a qualidade da água é bastante influenciada pelas áreas urbanas, cabendo notar que 60% da população da bacia hidrográfica localiza-se em Minas Gerais. Os trechos alto e médio do rio das Velhas, por exemplo, especialmente na zona metropolitana de Belo Horizonte, apresentam níveis muito altos de contaminação por tóxicos e qualidade da água muito ruim.

Em vários pontos de amostragem foram verificados índices elevados de contaminação por tóxicos, na maior parte das vezes estando associados a uma redução da qualidade da água. Com a diminuição da densidade populacional, a partir da barragem de Três Marias, verifica-se também uma melhoria da qualidade de água, mas as amostras continuam indicando contaminação por tóxicos. No trecho a jusante da barragem até a divisa com o estado da Bahia, a água apresenta decréscimo da qualidade somente entre as cidades de Januária e Itacarambi.

Ressalte-se que os indicadores definidos para esse Programa deveriam ser capazes de mostrar os avanços relativos ao alcance do objetivo proposto, que é: "Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco". Entretanto, mostram-se inadequados para viabilizar uma avaliação quanto aos resultados do Programa, a qual realmente espelhe as melhorias viabilizadas no período.

As principais realizações são:

- Capacitação, treinamento e mobilização da totalidade dos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - Emater/MG, incluídos na bacia do alto rio São Francisco (200), envolvidos no trabalho conjunto de recuperação e preservação de bacias hidrográficas formadoras dos afluentes mineiros do rio São Francisco;
- Monitoramento da qualidade da água no trecho mineiro do rio São Francisco e seus principais afluentes no Estado de Minas Gerais;

Gerente:

Antônio Félix Domingues

- Mobilização da população em torno da criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, com a realização de 27 plenárias estaduais que elegeram os membros representantes dos segmentos dos usuários, da sociedade civil e do poder público municipal;
- Criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em 5 de junho de 2001;
- Realização de combate à erosão associada a estradas vicinais com indução a recarga de aquíferos via transferência de tecnologia, pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo - Codasp em parceria com a Emater/MG;
- Instalação do escritório técnico da ANA na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, bacia piloto, com importantes avanços no sentido da implantação do comitê e coordenação de vários trabalhos relacionados à gestão de recursos hídricos na bacia;
- Recuperação e conservação dos solos e das nascentes da bacia hidrográfica da lagoa Feia em Formosa (GO), que é formadora do rio Preto. (adequação de estradas vicinais, construção de 6 lagoas, 300 barraginhas e plantação de 18 mil mudas além de trabalhos de educação ambiental e conscientização da população);
- Realização de estudo para a recuperação da navegação do trecho do rio São Francisco entre as cidades de Ibotirama e Juazeiro, que apresenta processo de assoreamento, solapamento das margens e formação de bancos de areia;
- Realização de estudo, via Oscip "MBC", para viabilizar um instrumento capaz de fornecer um referencial para certificação da sustentabilidade da agricultura irrigada;
- Realização de manejo integrado e gestão de bacias hidrográficas afluentes ao rio São Francisco, por meio dos projetos Bambuí, Quem-Quem, Gorutuba e Paramirim, financiados pelo programa. No projeto Preto, no trecho do rio Preto no Distrito Federal, o objetivo é a gestão de recursos hídricos;
- Atendimento com projetos de Despoluição de seis municípios: Serrita (PE), João Pinheiro (MG), Piumhi (MG), Vargem Bonita (MG), Pão de Açúcar (AL) e São Romão (MG);
- Introdução de tecnologia em plantio direto em 33 municípios da região oeste do Estado da Bahia; no âmbito do projeto de Conservação dos Solos, em execução pela ONG Associação do Plantio Direto Cerrado - APDC;
- Recomposição de áreas degradadas e matas ciliares dos rios Cadoz e Jacaré, nos Municípios de Poço Redondo, Neópolis e Pacatuba em SE; por meio do Projeto de Reflorestamento e Recomposição de Matas Ciliares, em execução pelo Ibama;
- Realização de projeto de Educação Ambiental em 49 municípios do Estado de Alagoas, contidos na bacia do rio São Francisco, em execução pelo Governo Estadual;
- Implementação do pólo de ecoturismo na região do cânion do rio São Francisco, envolvendo projetos relativos às Unidades de Conservação e Preservação da Biodiversidade e as ONGs Fundação OndAzul e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio;

- Estruturação e interiorização do Ministério Público nos Estados da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe, de Alagoas, de Goiás e do Distrito Federal, por meio de projetos de Gestão e Monitoramento, em execução pelo Ibama;
- Estruturação do órgão de meio ambiente no Estado de Sergipe, em execução pelo Ibama;
- Por fim, salienta-se que o programa, mesmo sendo estratégico, sofreu um forte contingenciamento, de modo que os recursos limitados pelo Decreto nº 4.309, de 22/07/2002, não alcançaram 20% do total previsto na Lei do Orçamento Geral da União. Esse fato prejudicou ao extremo a viabilização de novos projetos e tornou o Programa pouco expressivo como base para o desenvolvimento sustentável na bacia do rio São Francisco. O alcance do objetivo de "ampliar a oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco" tornou-se ainda mais distante. Tais projetos deveriam ser condizentes com a condição atual de degradação da bacia, pois possuem, em sua maior parte, caráter mitigador, com horizonte de longo prazo, condições os tornam onerosos e morosos.

O fato de o Programa ter migrado da SRH com os índices inicial e final "em apuração", aliado à possibilidade limitada de seu gerenciamento na ANA no final de 2001, somente foi possível viabilizar um cálculo dos índices dos indicadores na oportunidade desta avaliação.

As previsões originais dos índices devem ser alteradas, a previsão para a Taxa de Outorgada para o final de 2003 deverá ser de 50% e para a Taxa de Conformidade deverá ser de 34%. Em relação a esses novos valores, a estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do Plano (2003) é ALTA (acima de 90%), dependendo, todavia, dos recursos para o programa em 2003.

Os impactos estão obviamente associados à implementação dos projetos. Nesses termos, não é possível dizer que houve uma alteração expressiva em relação ao ano 2001, uma vez que o contingenciamento do orçamento determinou que a carteira de projetos não fosse ampliada como deveria, com vistas à maximização do atendimento do público-alvo. Adicionalmente, a impossibilidade de ampliação da carteira promoveu frustração de expectativas desde o início de 2002.

Os projetos implementados e em implementação vem atendendo positivamente aos interesses do público-alvo, especialmente a partir de atividades de base educativa e transferência de tecnologias.

O projeto Verde Grande tem obtido respostas positivas importantes do público-alvo. Ainda que as soluções dos vários problemas da bacia não tenham sido propriamente alcançadas - este é um trabalho de longo prazo - há um encaminhamento claro para dirimir conflitos, o que torna toda a população da bacia aliada do projeto.

.....

Segundo o Censo 2000, a bacia do rio São Francisco abriga uma população de cerca de 15 milhões de habitantes, distribuídos em 503 municípios. Décadas de ocupação da região, que inclui uma parte do semi-árido nordestino, determinaram a evolução de um processo de degradação ambiental que se mostra a cada ano mais evidente. Nesse contexto, o "rio da unidade nacional" está se deteriorando, o que compromete gravemente o desenvolvimento econômico da região, a sustentabilidade ambiental e as oportunidades de a população atingir um nível satisfatório de equidade social.

Concepção

Em face da grande ocupação antrópica e da própria vocação da bacia para a instalação da agricultura, os conflitos pelo uso da água se avolumam. Sendo muito utilizada, impactos como o desmatamento e o desenvolvimento de processos erosivos graves são tão comuns quanto cruciais, inviabilizando o seu desenvolvimento sustentável.

Além disso, a produção de água é pouco expressiva. Tomando-se como base comparativa à produção verificada no País, a bacia do rio São Francisco contribui com apenas 1,7% do total nacional produzido. A escassez se contrapõe à demanda e inibe a instalação de projetos de desenvolvimento; a grave degradação das bacias hidrográficas afluentes restringe as possibilidades de aumento do volume de água disponível e da melhoria de sua qualidade para consumo, além de induzir à produção, transporte e deposição de sedimentos, tendo como consequência o assoreamento dos cursos de água; os múltiplos usos vão, rapidamente, se tornando inviáveis.

Considerando todo esse panorama, fica claro que, embora importantes e pertinentes, os projetos viabilizados até essa data fazem parte apenas do início de um processo, que exige a participação não só do Poder Público, mas também a de organizações não governamentais e da sociedade civil organizada.

Todas as possibilidades de ações relativas à conservação e revitalização do rio São Francisco concentram-se no âmbito do manejo integrado de bacias hidrográficas. Ou seja, não interessa apenas viabilizar o aumento da oferta de água, mas também garantir a sua qualidade. Por exemplo, a implantação de reservatórios para perenização de rios ou para a regularização de vazões pode ser uma medida estrutural que levará resultados importantes para a população, mas poderá inviabilizar a pesca ou deixar de ser um benefício, na ausência de um plano de manejo integrado.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Conflitos => Apoio ao fortalecimento institucional dos estados e entidades associadas à gestão de recursos hídricos, conservação ambiental, implantação do sistema de gestão de recursos hídricos.
- Assoreamento => Recuperação de nascentes e mananciais, conservação ambiental da bacia, proteção do solo, transferência de tecnologia para a recuperação de estradas vicinais, reflorestamento e construção de barraginhas.
- Degradação Ambiental => Recuperação de nascentes e mananciais, apoio ao fortalecimento institucional dos estados e entidades associadas à gestão de recursos hídricos, conservação ambiental, proteção e recuperação de bacias hidrográficas afluentes, reflorestamento, divulgação e implementação de práticas de proteção do solo e da água e educação ambiental.
- Erosão => Recuperação de nascentes e mananciais, conservação ambiental da bacia, que incluem o tratamento de focos de erosão acelerada, transferência de tecnologia para a recuperação de estradas vicinais, plantio direto, barraginhas, divulgação e implementação de práticas de proteção do solo e da água.
- Escassez de Água => Apoio ao fortalecimento institucional dos estados e entidades associadas à gestão de recursos hídricos e conservação ambiental, que incluem o manejo integrado de bacias hidrográficas; regularização do uso da água via outorga; substituição de culturas; substituição de métodos de irrigação; educação ambiental; recarga de aquíferos; infra-estrutura de abastecimento de água.

- Estagnação Socioeconômica => Recuperação de nascentes e mananciais, conservação ambiental da bacia, incluindo: manejo integrado de bacias hidrográficas; estudo de sustentabilidade da agricultura irrigada; ecoturismo; navegabilidade; educação ambiental, aquíicultura.
- Gerenciamento => Gestão compartilhada; diretrizes para elaboração de projetos; solução de conflitos e estrangulamentos; condução de estudos de percepção ambiental.
- Planejamento Integrado => Integração de ações; compatibilização programática; tratamento de impactos ambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento.
- Poluição => Recuperação de nascentes e mananciais, conservação ambiental da bacia, que incluem: destinação adequada dos resíduos sólidos; disposição adequada de embalagens de agroquímicos; implantação de sistemas de coleta o e tratamento de esgotos.
- Redução da Biodiversidade => Recuperação de nascentes e mananciais, conservação ambiental da bacia, incluindo: implantação de unidades de conservação; recuperação de matas ciliares; reversão da exploração antrópica de áreas de preservação permanente.

Os parágrafos seguintes tratam dos aspectos do Programa que precisam ser melhorados.

O objetivo está correto, considerando que o Programa é de longo prazo. Entretanto, como naturalmente se divide em estágios, os quais refletem o processo evolutivo com maior clareza, os objetivos "intermediários" deveriam identificados, inclusive para mostrar os reais avanços do Programa.

Sugere-se a modificação do público-alvo, ampliando-o, pela nova definição: "sociedade em geral, direta ou indiretamente, beneficiada pelos recursos da bacia do rio São Francisco".

As ações atualmente vigentes no Programa são pertinentes, porém, em função do estágio de implementação do mesmo, que por ser de cunho ambiental conseqüentemente é de longo prazo, deveriam ser complementadas.

Deveriam ser incluídas ações que permitissem a implementação de projetos de educação ambiental e de transferência de tecnologias sustentáveis. Além disso, deveria haver uma ação exclusiva para abrigar a implementação de planos de manejo integrado de bacias hidrográficas afluentes.

Os indicadores mostram-se inadequados para viabilizar uma avaliação quanto aos resultados do Programa, que realmente espelhe as melhorias viabilizadas. No tocante à "taxa de outorga", sua variação simplesmente reflete o processo de regularização do uso da água e não o aumento da oferta. Quanto ao indicador referente à "conformidade da água", é muito restrito para identificar a implementação de ações relacionadas ao manejo integrado das bacias hidrográficas, que realmente poderão reverter o processo de degradação da bacia, sem comprometimento do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade ambiental.

Ações pertinentes ao Global Environment Facility - GEF São Francisco têm contribuído positivamente para ampliar os resultados do Programa. Muitos subprojetos importantes foram financiados no âmbito do Projeto Gerenciamento Integrado de Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco

(ANA/GEF/PNUMA/OEA), e vem sendo desenvolvidos desde o ano 2000 tendo conclusão prevista para o final de 2002, com estudos sobre diversos temas de interesse do programa, entre os quais: sedimentos; cargas de nutrientes; navegação; impactos de mineração; ictiofauna; impactos de atividades agroindustriais; melhoria de qualidade da água; uso do solo; recuperação de matas ciliares; processos erosivos; formação de agentes multiplicadores para atividades de educação ambiental; capacitação de usuários para o uso múltiplo e racional dos açudes; capacitação de agricultores para recuperação e manejo adequados do solo; proposta de complementação da rede hidrometeorológica da bacia do São Francisco; desenvolvimento de sistema de informações hidrológicas e desenvolvimento de sistemas informatizados de gerenciamento de projetos de recursos hídricos.

Neste primeiro ano em que o Programa esteve sob a gerência da ANA, ainda não foi possível identificar aspectos relevantes para o aperfeiçoamento da estratégia de implementação. Entende-se que a ampliação da participação do público-alvo se dará como consequência da implementação de ações e da implantação definitiva do comitê da bacia. Seria interessante que fossem disponibilizados mecanismos de controle social, o que está, em parte, sendo viabilizado pelo IBGE, que apresentará resultados do Censo 2000 no âmbito de bacias hidrográficas. Outro item importante seria a atualização de indicadores brasileiros de desenvolvimento humano e condições de vida por município.

Sobre os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa, cita-se o amparo dado por atividades de cunho educativo às ações relacionadas à recuperação e conservação de bacias hidrográficas, assim como os projetos de transferência de tecnologia. O que deve ser destacado é que o processo de revitalização de uma bacia hidrográfica, especialmente com a dimensão da bacia do rio São Francisco, é ainda uma novidade para a maioria de sua população. Quaisquer ações que se promova, devem ter continuidade no futuro, mesmo que o amparo governamental diminua. Para tanto, é necessário que toda informação disponível torne-se de fácil acesso e internalização para a população. Somente desta forma o projeto de revitalização da bacia poderá consolidar-se no longo prazo.

Implementação

A tabela a seguir mostra os valores da LOA e as respectivas execuções para período de 2000 a 2002:

Ano	2000	2001	2002
LOA (R\$)	11.874.101,00	12.643.536,00	36.618.000,00
Empenhado/ Realizado (R\$)	2.479.495,00	5.845.127,00	10.618.815,00
Execução (%)	20,88	46,23	29,00

Em 2000, não se dispõe de informações referentes às ações executadas, uma vez que o Programa estava sob a gerência da SRH. Em 2001, o contingenciamento foi de 52,8%. Em meados de agosto o Programa passou a ser gerenciado na ANA e entre setembro e dezembro firmaram-se dez convênios, com a aplicação de 99,96% dos recursos financeiros disponíveis.

Em 2002, o programa tornou-se estratégico. No entanto, isso não garantiu que ficasse fora do contingenciamento, que atingiu 80,66%. Todo o recurso financeiro disponível está comprometido. O padrão de execução financeira do Programa no período em análise só pode ser consistentemente avaliado após a ANA ter

assumido a sua gerência. Neste período podem ser constatadas a completa e a adequada aplicação dos recursos disponibilizados. Entretanto, especialmente no ano de 2002, quando ocorreu um forte contingenciamento do orçamento, a execução física do programa foi altamente comprometida. Inviabilizaram-se novos projetos, claramente necessários no processo de recuperação e revitalização da bacia hidrográfica.

Relativamente aos recursos do PPA vigente, da ordem de R\$ 92 milhões (2000-2003), a tímida disponibilidade financeira no período e mesmo os valores da proposta orçamentária para 2003 representam um grave impedimento para a consecução do objetivo final do Programa.

Considerou-se fundamental investir na capacitação não só da equipe de gerenciamento do Programa, mas especialmente das equipes diretamente envolvidas na realização dos projetos. Esta é uma decisão que se justifica devido ao baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH verificado na maioria dos municípios inseridos na bacia hidrográfica. Portanto, todos os projetos selecionados pela ANA no período 2001-2002, tiveram uma forte vertente relacionada à capacitação, com vistas a internalização de técnicas e práticas pelo público-alvo do Programa e ao comprometimento da população com a continuidade das ações de conservação e preservação na bacia hidrográfica.

Desde que assumiu a gerência do Programa, a ANA vem estimulando parcerias, sendo que a maioria delas já apresenta resultados exitosos. Na esfera do Poder Público foram firmados convênios com a Emater/MG, com o Instituto de Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado da Bahia - SRH/BA, com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Semarh/DF e com a Prefeitura Municipal de Formosa, no Estado de Goiás. Outras parcerias importantes foram feitas com a Oscip MBC, com o Instituto Manoel Novaes - IMAN, com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo - CODASP, com a Fundação Educacional da Escola Agrotécnica Federal de Bambuí - Fundagri, com a Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas - Fundespa e com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Norte de Minas - Fadenor. As vantagens relacionadas aos principais parceiros:

- Emater/MG => Efeito multiplicador dos resultados, podendo extrapolar o estado.
- IGAM => Classificação e monitoramento da qualidade da água dos rios mais importantes de Minas Gerais, incluindo trecho do rio São Francisco; possibilidade de gerar metodologia para ser implementada em outras bacias.
- DASP => Efeito multiplicador dos resultados, podendo extrapolar o estado.
- MBC = > Projeto inédito com possibilidade de fornecer garantias à continuidade de projetos de agricultura irrigada combinada a outros usos.
- Fadenor = > Bacia piloto da ANA. Efeito multiplicador dos resultados relacionados à gestão de recursos hídricos.

Não foram feitas parcerias formais com outros programas do PPA 2000-2003, ainda que uma série delas pudessem ser viabilizadas, partindo-se de uma proposta centrada no desenvolvimento sustentável da bacia do rio São Francisco. Sob esse aspecto, o objetivo principal seria a compatibilização de ações de desenvolvimento econômico, de recuperação ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população. Todavia, somente a vontade política poderá viabilizar a conjugação dos esforços de vários órgãos em torno desse objetivo comum.

Neste primeiro ano em que o Programa esteve sob a Gerência da ANA, pode-se apenas vislumbrar a necessidade de parcerias com outros programas, de modo que se viabilize permanentemente ações conjuntas, que seria uma grande vantagem em termos de execução de projetos no âmbito de uma bacia hidrográfica. Entende-se que programas de cunho social, educativo e de infraestrutura poderão se destacar como parcerias vantajosas.

No período 2000-2002, houve uma evolução extraordinária quanto à participação da sociedade no Programa, a qual começou a se fazer notar após a ANA ter assumido a sua gerência. Investiu-se bastante no envolvimento da população na proposta de revitalização da bacia do rio São Francisco. Com isso, ao final de 2002 estavam instalados o comitê da bacia do rio São Francisco e a primeira etapa do projeto Afluentes, sob responsabilidade da Emater/MG, o primeiro atingindo a segmentos populacionais em toda a bacia hidrográfica e o segundo, a população de 200 municípios do Estado de Minas Gerais. Além desses, os outros projetos já citados também estão sendo desenvolvidos no âmbito dessa proposta de efetivo envolvimento da população.

Ainda não foi sistematizada uma forma de pesquisa da satisfação do usuário. A identificação desse resultado é feita no contexto da participação da sociedade nos projetos, uma vez que o beneficiário, na maioria dos projetos de cunho ambiental, é uma ou várias comunidades, nem sempre composta de indivíduos conscientes das conseqüências positivas de projetos de recuperação e preservação ambiental sobre a qualidade de vida. Em 2003, já no âmbito do Comitê, buscar-se-á implantar uma pesquisa capaz de avaliar com precisão o grau de satisfação dos usuários/beneficiários.

Pantanal

O Programa **Pantanal** tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Rio Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

Os indicadores propostos ao Programa e os impactos decorrentes de seu alcance ainda não podem ser mensurados, uma vez que as ações iniciadas estão em sua fase preliminar. Um conjunto de indicadores de monitoramento será desenvolvido pelo estudo de *Base Line*, atualmente em fase de elaboração de edital licitatório.

Os indicadores do Programa são em sua maioria indicadores de resultado, daí a dificuldade posto que o Pantanal está em fase de implantação. Houve um enorme esforço depreendido na formatação de modelos de licitação, confecção de licitações, execução de licitações, contratação de estudos que não são captados pelos indicadores do Programa.

Em 2002, o Programa pôde estabelecer uma nova sistemática de execução que poderá ser observada no exercício de 2003. Foram elaborados e revistos projetos, elencadas prioridades, capacitados técnicos, implantados comitês e iniciados processos licitatórios que viabilizarão a operação do próximo exercício.

Em contrapartida foram tomadas medidas que influenciarão significativamente os rumos do Programa, com destaque para a negociação do Contrato de Empréstimo junto ao JBIC, que viabilizará o financiamento do componente de saneamento para Mato Grosso do Sul e o cancelamento da licitação da Empresa Gerenciadora.

Os resultados alcançados são derivados apenas de atividades pontuais ou de parte de um conjunto maior de ações como treinamentos de fiscais ou mobilização social para a criação de comitês. Estes resultados, porém, são coerentes com a atual fase de implementação do Programa e a falta de um momento de preparação.

O principal resultado, em 2002, foi a elaboração de 25 projetos para comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul, voltados à garantia de segurança alimentar para um contingente de cerca de 20 mil índios naquele Estado, em um total de 3.700 ha.

Outro destaque para 2002 foi a realização de pesquisas de genética e da patologia dos peixes da Bacia do Alto Paraguai - BAP. O desenvolvimento destas pesquisas, somado ao desenvolvimento da pesquisa biológica e à implementação do sistema de controle da pesca em Mato Grosso e aprimoramento do sistema existente em Mato Grosso do Sul garantirão as bases necessárias para a gestão pesqueira no Pantanal a partir de critérios técnico-científica confiáveis.

Outro importante resultado diz respeito à criação de jacaré do Pantanal. Em um momento em que o manejo de fauna desponta como uma grande oportunidade para a diversificação da atividade econômica na região do Pantanal, a criação de jacarés constitui a mais promissora atividade. A partir das discussões geradas no Primeiro Encontro de Criadores de Jacaré, foram definidas propostas de reavaliação da portaria que permite a criação de jacarés na Região. Este fato confere ao Programa Pantanal seu papel estruturante quando, a partir de seus resultados, são obtidos subsídios para discussão e reformulação de políticas públicas.

O formato adotado para execução do Programa dificultou sobremaneira o início efetivo das atividades. Em respeito as normas e políticas do BID, optou-se pela adoção de processos de licitação em todas as ações do Programa, sendo as três primeiras licitações de cada projeto, componente ou executor, submetidas a análise ex-ante daquele Banco.

Resultados

Gerente:

Oneida Divina da Silva Freire

Esta opção foi agravada pela falta de um padrão definido para os inúmeros modelos de licitação a serem adotados, concluídos apenas no fim do primeiro semestre de 2002. Somente após a conclusão destes modelos, foi possível o início das capacitações dos executores, que já haviam demonstrado, em mais de uma ocasião, sua fragilidade. Tal fato nos remete a necessidade de eventos de preparação de executores de projetos desta monta.

É necessário que se leve em conta, também, a impossibilidade da assinatura de Convênios com instituições que a anos desenvolvem estudos semelhantes na região e, em parte, deram suporte a elaboração dos projetos propostos.

No exercício de 2002, havia a possibilidade, apenas, de execução de um conjunto de excepcionalidades, conforme previsto no Contrato de Empréstimo, na Cláusula 4.13 das Condições Especiais, que vincula o início de execução efetivo do Programa à contratação de empresa gerenciadora. Este obstáculo foi superado com a assinatura do Contrato Modificatório, no 2º semestre, que executou a execução de até EUR\$ 8 milhões. Estas atividades, porém, devem ser licitadas e contratadas em processos de até 12 meses de duração ou, em alguns casos como os planos de manejo, outros 12 meses de execução, ou seja, seus Resultados serão obtidos em aproximadamente 24 meses. Ações pontuais de treinamento e de reforço institucional atualmente em curso são exceções.

Os indicadores do Programa expressos no PPA e em outros documentos, como o Contrato de Empréstimo, são em sua maioria indicadores de impacto, que somente serão aferidos a partir do início efetivo das ações do Programa, ou seja, de seu terceiro ano de execução. Os projetos estão atualmente em fase de seleção, contratação ou de preparação, tais como mobilização de comunidades, capacitação, compra de equipamentos, etc.

A não assinatura do contrato de empréstimo junto ao JBIC, no valor de US\$ 100 milhões, que financiaria inicialmente as atividades de saneamento urbano e abastecimento hídrico do componente de saneamento e implantação de Estradas Parque e Cênicas, tem gerado grandes preocupações junto aos executores e co-executores do programa. Não só pelo atraso nas negociações, mas também pela necessidade da revisão da engenharia financeira do Programa **Pantanal**. Conforme as negociações, o Contrato com o JBIC apenas garante o financiamento de aproximadamente US\$58 milhões para esgoto, em 22 cidades de Mato Grosso do Sul. O apoio ao estado de Mato Grosso será analisado em uma outra oportunidade e o financiamento das demais atividades de abastecimento hídrico e Implementação de estradas parque e cênicas não estão contemplados, cabendo à contrapartida nacional a provisão de recursos para sua Implementação.

As questões citadas acima, referentes a 1ª fase do Programa **Pantanal** PPA 2000-2003, efetivamente iniciado em 2002, deverão seguramente ser objeto de revisão na elaboração do PPA 2004-2007. Assim, é necessária a realização, no primeiro trimestre de 2003, durante a avaliação de um ano de execução, de um momento preparatório para a revisão de meio termo prevista para dezembro de 2003, possibilitando construir durante esse ano um consenso junto aos diferentes atores do Programa, sobre os temas a serem discutidos nessa revisão.

Para 2003, espera-se o início efetivo das atividades do Programa **Pantanal**. Com destaque para i) implantação dos parques nacionais e estaduais com a elaboração de estudos fundiários, planos de manejo e implementação de infraestrutura; ii) execução dos projetos nas aldeias indígenas, com a garantia de segurança alimentar para mais de 20 mil índios; iii) fomento ao desenvolvimento de negócios sustentáveis no Pantanal, tais como, boi orgânico, comercialização de carnes silvestres e do couro destes animais oriundos de cativeiro, com destaque para a construção de um abatedouro de jacarés; iv) difusão de técnicas agrícolas sustentáveis e recuperação de áreas com a participação ativa dos produtores locais; e v) fomento aos pólos de ecoturismo de Bonito, Corumbá, Poconé e Barão de Melgaço.

Concepção

A Concepção do Programa teve início com a execução do Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai - PCBAP, estudo implementado pelo PNMA do MMA, financiado pelo BIRD, nos anos 90. Este estudo, dada a sua complexidade, envolveu um grande número de instituições públicas, universidades e centros de pesquisa, ligados à gestão da região, gerando "massa crítica" e um grande volume de informações sobre a BAP. Em paralelo, houve uma forte demanda por parte do estado de Mato Grosso, pela Implementação de estradas e de saneamento em Mato Grosso do Sul. Porém, devido a baixa capacidade de endividamento dos estados e da oportunidade da ampliação do escopo da proposta com a execução de projetos que permitissem o gerenciamento, em bases científicas, da Bacia do Alto Paraguai, o Programa foi federalizado, com a participação do MMA, como mutuário e Coordenador de sua Implementação cabendo ao Ibama a Implementação de atividades regionais que correspondem à sua competência institucional.

Alguns aspectos do programa precisam ser melhorados, entre eles: a pertinência das ações: algumas das ações propostas devem ter suas estratégias de Implementação revistas. A adequação dos indicadores: os indicadores são focados apenas a Resultados. É necessário o desenvolvimento de indicadores de progresso para o correto monitoramento das ações. A conclusão das negociações do contrato de empréstimo junto ao JBIC ou busca de um novo agente financeiro. Redesenho da engenharia financeira do Programa **Pantanal**.

Os principais produtos não previstos tratam do reforço institucional com a capacitação em serviço de técnicos e da mobilização social na participação e controle da Implementação do programa. Os prazos originais propostos para o programa terão de ser revistos em face da atual dinâmica de Implementação do Programa e de progresso das negociações com o JBIC, co-financiador do Programa.

O desenvolvimento e Implementação de novas ferramentas como o Sigma1, o Sigbap e o estudo de *Base line* poderão dinamizar e promover uma significativa melhoria no atual sistema de avaliação do Programa.

A falta da empresa de apoio ao gerenciamento do Programa forçará uma significativa revisão da organização dos trabalhos e das equipes.

A falta da empresa de apoio ao gerenciamento do Programa forçará uma revisão da organização dos trabalhos e das equipes.

O Programa se ressentia da falta de uma efetiva articulação com diferentes setores do MMA.

O Programa padece de uma correta articulação com parceiros locais, em parte, devido ao formato adotado que limita a participação na execução de suas ações por instituições locais.

O Programa em 2003 deverá firmar termos de cooperação técnica com os ministérios do esporte e turismo, integração nacional, agricultura entre outros.

É necessário que seja desenvolvido um plano de comunicação específico para os municípios da área de intervenção do Programa.

Em função do Programa se encontrar em sua fase inicial, é prematuro fazer análises sobre as estratégias definidas para a sua Implementação. No entanto percebe-se que a opção por uma execução descentralizada demanda necessariamente um período de maturação. Neste momento devem ser capacitados os atores, a partir da definição prévia dos instrumentos e ferramentas.

Negociação de metas conjuntas, construção de equipes interministeriais de monitoramento, desenvolvimento de ferramentas de comunicação e informação, uniformização de unidades/medidas/procedimentos de planejamento.

Implementação

No exercício de 2001, a execução orçamentária obtida se deu ao fato da assinatura do contrato condicionar os primeiros desembolsos ao cumprimento de 27 condições, alcançadas somente em novembro deste ano.

No exercício de 2002, utilizou parte dos recursos orçados no exercício anterior, sendo os primeiros repasses viabilizados apenas no quarto trimestre de 2002. Este fato se deu pelas limitações contratuais exaustivamente descritas neste relatório e a própria dificuldade encontrada pelos executores em realizar a integralidade dos recursos repassados em 2001. Fato que se justifica pela falta de instrumentos e de capacitação dos atores do Programa.

Conforme a concepção do Contrato de empréstimo firmado junto ao BID, mais de 80% dos recursos disponibilizados serão executados pelos co-executores, por meio de licitações que tem duração total de quatro a doze meses. Os Convênios que possibilitariam esta execução foram firmados apenas em setembro de 2001 e as primeiras liberações somente em dezembro daquele ano. O início do exercício financeiro de 2002 foi lastreado por recursos repassados em 2001.

Este é um contrato de empréstimo firmado junto ao BID e, portanto, excetuado da Lei nº 8.666. No entanto, o Banco não possui modelos próprios de licitação e a conclusão de modelos e procedimentos de licitação somente forma concluídos em junho de 2002. Isto, somado à dinâmica de repasses aplicada pela STN para recursos de origem externa, fez com que parte destes recursos fossem devolvidos ao Tesouro em maio de 2002.

Após a elaboração de uma estratégia de desembolsos que garantissem a adimplência do Programa, foi estabelecido que somente seriam solicitados desembolsos que demonstrassem a efetiva capacidade de execução do co-executor. A partir daí foram realizados dois repasses ao Ibama e um ao Mato Grosso do Sul que somam aproximadamente R\$ 650 mil.

Esta estratégia pôde paulatinamente aumentar a escala de operação dos co-executores, havendo em dezembro a solicitação de aproximadamente R\$1,500 milhão não atendidos. Esta solicitação garantiria a continuidade de ações contratadas, e sua falta trouxe um significativo impacto negativo a exemplo do projeto indígena que teve a safra de 2003 comprometida pela impossibilidade da aquisição de sementes destinada à garantia da segurança alimentar a cerca de 20 mil índios.

No entanto, ressalta-se que a descontinuidade do fluxo de recursos em dezembro, para um Programa que obedece a um ciclo rígido de desembolsos, trouxe prejuízos à dinâmica empregada. Isso demonstra a necessidade de revisão do Programa quanto ao seu cronograma de execução e ao próprio PPA para 2004-2007, bem como a necessidade de revisão dos contratos de empréstimo junto ao BID e àquele a ser firmado junto ao JBIC, além da necessidade de revisão da estrutura organizacional das Coordenações no âmbito do MMA, Ibama e dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como das estruturas organizações e dos efetivos dos co-executores do Programa nos estados. Esta revisão é decorrente da mudança da estratégia de implementação do Programa derivada da ausência da "gerenciadora".

Apesar de contar com infra-estrutura adequada e suficientes recursos materiais, o Programa enfrentou dificuldades relativas à quantidade e qualificação tanto da equipe gerencial, quanto das equipes locais. Na equipe gerencial, destaca-se que o Programa foi desenhado contando com a forte presença de uma empresa de apoio ao gerenciamento. A partir daí, foi desenhada uma Coordenação voltada principalmente à demanda de serviços e monitoramento de sua execução. A falta desta empresa fez com que a Coordenação viesse a responder por atividades as quais não responderia originalmente, com destaque para os aspectos financeiros-administrativos. A questão acima se agrava quando analisamos as

equipes de executores locais, pois além de não estarem capacitados não possuem ainda mecanismos para superar esta questão, sobretudo quanto aos aspectos financeiros-administrativos.

Em termos de qualificação, destaca-se o forte componente burocrático da gestão pública, cujo *modus operandi* não é de domínio comum, havendo um elevado custo para suprir estas deficiências. Nas equipes locais, apesar dos inúmeros projetos e convênios executados mediante parceiros, reitera-se que dada a baixa capacidade do governo federal em lidar com os trâmites burocráticos necessários a um programa deste porte, nas equipes locais esta questão é ainda mais crítica. Salienta-se, por fim, que é oportuna a criação de núcleos de projetos internacionais e sistemas gerenciais integrados junto aos co-executores e o MMA, minimizando esforços e obtendo ganhos significativos na implementação destes programas.

As equipes base ou gerencial do Programa, que compõem a Coordenação Geral, do Ibama e do Mato Grosso do Sul são contratadas por organismos internacionais de conformidade com o perfil profissional exigidos. As capacitações adicionais concentraram-se basicamente em instrumentos gerenciais, tais como processos licitatórios, planejamento, etc. e feitos *in house*.

Como o Programa teve início em fins de 2001, no decorrer de 2002 foram feitas capacitações, para as equipes descentralizadas, voltadas para os processos licitatórios, de acordo com as normas do BID, além dos treinamentos em procedimentos de prestação de contas e relativos à avaliação do Programa. Para o exercício de 2003, estão previstas capacitações para a utilização e implantação do sistema Sigma; monitoramento e avaliação; elaboração do planejamento anual e plurianual; planejamento de execução descentralizado, entre outros.

Destaca-se a vital importância de aprimorar a capacitação das equipes que compõem as unidades descentralizadas de coordenação, assim como as equipes executoras e as entidades parceiras. Esta capacitação é de fundamental importância para o sucesso da implementação do Programa. Além disto, um dos objetivos do Programa é o fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que participam da implementação do Programa visando à sustentabilidade do mesmo.

Além da percepção inicial quanto à necessidade de capacitação das equipes dos órgãos parceiros, ao longo da execução do Programa, parcerias vantajosas serão identificadas, e na medida que isto ocorrer, serão feitos esforços para a formalização destas.

O Programa prevê a participação ativa da sociedade civil organizada. Para tanto foram formalmente constituídos 3 Comitês de Monitoramento, sendo um no estado do MT e um do MS além de um comitê interestadual com a participação majoritária da sociedade civil organizada. Entre outras atribuições, estes comitês deverão contribuir para o desenho da 2ª fase do Programa e funcionarem como um canal de comunicação, em mão dupla, com o público-alvo do Programa.

A avaliação desta participação é ainda prematura, posto que o Programa se encontra em sua fase inicial e as ações implementadas até o momento se concentram nas fases iniciais de projetos preparatórios, tais como: Plano de Manejo de Parque do Taquari, Plano de Manejo do Parque da Lagoa Azul, Fortalecimento, Capacitação e Aparelhamento da Polícia Florestal e do Corpo de Bombeiros, Mapeamento Genético dos peixes de importância econômica, Fortalecimento institucional das unidades de Saneamento, Instalação de Comitês Técnicos e de Bacia, dentre outras ações de pouca visibilidade para o público-alvo, que ainda não foi sistematicamente consultado sobre sua satisfação.

A LOA 2002 não trouxe alteração significativa, posto que o Programa ainda se encontra em fase de implementação, estando limitado à elaboração de processos

licitatórios e à preparação da operação das coordenações. Por outro lado, a atual etapa de implementação do Programa, com necessidade de preparação das equipes e elaboração dos processos licitatórios necessários à execução financeira das atividades previstas, constitui o principal entrave à sua operação em 2003.

Soma-se a isso, as dificuldades do Programa no campo das licitações. O Contrato de Empréstimo firmado junto ao BID previu que seria necessária a análise *ex ante* dos três primeiros processos licitatórios de cada modalidade de cada executor. Este fato, que tem como justificativa a fragilidade administrativa dos co-executores, foi motivador da construção de um conjunto específico de modelos e procedimentos para cada modalidade de licitação a ser realizada pelo programa. Apesar de positivo este fato atrasou significativamente o início efetivo das ações em 2002. Houve ainda divergências da Conjur/MMA com o modelo de licitações internacionais aplicado pelo Programa, como no caso do Planger em que a exigência do SIAF motivou o cancelamento desta licitação.

Quanto ao acompanhamento físico do Programa, o Sigma é seu principal mecanismo e será implantado em todas as suas unidades. O aperfeiçoamento deste sistema passa por uma maior capacitação das equipes das unidades de execução descentralizadas e das equipes das unidades de coordenação dos estados do MT e MS. Cabe, ainda, à Coordenação Geral, uma atividade de auditoria em relação ao monitoramento físico executado de forma descentralizada. Porém estão previstos, para o Programa, o monitoramento do impacto de sua execução por meio do estudo de *Base Line* e o monitoramento físico da implementação de obras de engenharia por meio de um contrato específico de supervisão a ser licitado.

O desenvolvimento de um eficiente mecanismo de comunicação entre os atores, definição de rotinas procedimentos e instrumentos que respeitem os tempos dos diferentes atores envolvidos.

As maiores dificuldades dizem respeito à fase de execução as quais os projetos se encontram, que não possuem impacto direto sobre o público-alvo.

Em termos de desempenho físico das ações com recursos descentralizados, cita-se que, com relação ao PPA, o Programa é executado integralmente pelo MMA. Em relação ao contrato de empréstimo, cerca de 90% das ações são de execução descentralizada, estando previstos para o primeiro ano 5% dos recursos (US\$165 milhões), que tem em seu primeiro ano ainda um período de ajustes para operação.

De modo análogo o desempenho físico das ações do Programa executadas pelo Ibama/MMA também ficaram muito abaixo do previsto, visto que ficou condicionada ao ritmo global de implementação do Programa.

Parques do Brasil

O Programa **Parques do Brasil** tem como objetivo ampliar as áreas sob proteção em cada Bioma brasileiro, com a melhoria de sua gestão.

A variação dos índices dos indicadores do Programa ficou abaixo do esperado, em 2002, ficando em 2,76% a Taxa de Proteção Integral dos Biomas e em 3,59% a Taxa de Uso Sustentável. Houve alteração dos critérios de classificação das unidades de conservação, tendo em vista a adequação à Lei nº 9.985/2000, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, ajustando os índices dos indicadores do programa.

Resultados

Apesar das dificuldades de recursos financeiros, criaram-se novas áreas, efetuaram-se convênios com Ibama, Marinha (Proantar), CNPq (Proantar), estados, municípios e ONGs. Foram criadas aproximadamente 7.550.000 milhões ha. de áreas de proteção integral, dentre eles:

- Parques Nacionais: Tumucumaque/AP - 3.867.000 ha, Parque Nascentes do Parnaíba/PI/MA/TO - 729.813 ha, Jericoacoara/CE - 8.416 ha, Sempre Vivas/MG - 124.000 ha, Catimbau/PE - 62.300 ha, Pontões Capixabas/ES - 17.496ha.
- Áreas de Proteção Ambiental: Rio São João/RJ - 150.700 ha, Planalto Central/DF e GO - 504.608 ha.
- Estações Ecológicas: Mico-Leão-Preto/SP - 5.500 ha.
- Florestas Nacionais: Jatuarana/AM - 837.100 ha., Goitacazes/ES - 1.350 ha, Pacotuba/ES - 450 ha.
- Reservas Biológicas - Rebio: Chapada Contagem/DF - 3.460 ha.
- Reservas Extrativistas - RESEX: Rio Jutai/AM - 275.532 ha, Cazumbá - Iracema/AC - 750.000 ha, Chocoaré-Mato Grosso/PA - 2.785 ha, Mãe Grande do Curuçá/PA - 37.062 ha, São João da Ponta/PA - 3.203 ha, Maracanã/PA - 30.018 ha, Mandira/SP - 1.175 ha.
- Refúgio de Vida Silvestre: Veredas do Oeste Baiano/BA - 128.521 ha.

Foram firmados os seguintes convênios:

- Ibama: Implantação da logística básica para viabilizar a proteção do Parque Monte Pascoal e Reserva Extrativista Corumbau.
- Marinha: Proantar - Mudanças Ambientais na Antártica - Impactos Global e Local.
- CNPq: Proantar - Mudanças Ambientais na Antártica - Impactos Global e Local.
- Instituto Synthesis/SC: Gestão Integrada das Unidades de Conservação - Costeiro-Marinhas de Santa Catarina.
- Projeto Piloto de Proteção as Florestas Tropicais - PPG-7 - DF: Contrapartida de Doação do Banco Mundial.

Os Resultados mais relevantes alcançados, no período de 2000 a 2001 e parte de 2002, pelas ações desenvolvidas pelo MMA (DAP/SBF, Ibama e FNMA) e pela Embrapa foram:

Gerente:

Marco Antonio Ramos Caminha

- Apoio à criação de unidades de conservação (UCs) federais, protegendo cerca de um milhão de hectares em áreas de rica biodiversidade no território brasileiro, em 2001.

- Apoio a 40 projetos municipais e estaduais de criação e gestão de UCs, em 2001.
- Criação de aproximadamente 6 (seis) milhões de ha. de áreas de proteção integral. Surgem imensas demandas sociais no sentido de iniciar a implantação das unidades recém-criadas, além da necessidade de recursos para a manutenção daquelas já em operação, que hoje perfazem cerca de 25 (vinte e cinco) milhões de ha de proteção integral. As novas atribuições do Programa no sentido de manter atualizado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) irão demandar recursos adicionais àqueles previamente destinados ao Programa.
- Assegurados os recursos orçamentários/financeiros para o processo de regularização fundiária das áreas protegidas.
- Fortalecido os instrumentos envolvidos no processo de execução orçamentária, visto que as UCs encontram-se interiorizadas, não dispondo de meios para execução, ficando vinculadas às unidades gestoras estaduais distantes das áreas fins.
- Dotada a ação de implantação de infra-estrutura ecoturística em Parques Nacionais, de recursos orçamentários suficientes para ampliação da atividade para a visitação pública nestas Unidades.
- Dotada a ação de implantação de infra-estrutura física e operacional nas Unidades recém criadas, de recursos orçamentários suficientes para investimentos das atividades de proteção e manejo das mesmas.
- Quantificação da biodiversidade do bioma cerrado; caracterização e recuperação de Matas de Galeria degradadas do bioma Cerrado; manejo de recursos pesqueiros do Pantanal; conservação e utilização da fauna nativa do Pantanal; ecologia e utilização da flora do Pantanal; caracterização e zoneamento dos recursos naturais dos Tabuleiros Costeiros; caracterização ambiental da região de Clima temperado; caracterização e avaliação dos recursos climáticos e hidrológicos no Cerrado brasileiro; avaliação e monitoramento dos remanescentes de Mata Atlântica do Nordeste do Brasil; identificação e uso de bactérias diazotróficas em gramíneas e outras plantas não leguminosas; desenvolvimento e implementação do sistema brasileiro de classificação de solo; banco de dados georreferenciados sobre recursos naturais da região oeste do Brasil; biodiversidade de espécies vegetais do bioma Caatinga em áreas degradadas por ação antrópica; zoneamento agropedoclimático do Brasil; manejo em agricultura orgânica.
- Na carteira de Gestão Integrada de Áreas Protegidas, apoio a 62 projetos distribuídos em treze estados e quatro biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Zona Costeira), com destaque para o Bioma Mata Atlântica, onde aproximadamente 80% dos projetos apoiados estão localizados.

Outro fator que atesta a eficiência do Programa, no biênio 2001/2002, é a relação entre os descritores de ação e as metas alcançadas.

O fluxo de recursos para o Programa deve prosseguir em atendimento às determinações da Lei nº 9.985/2000 (Lei do SNUC), além de:

- Desenvolver atividades de esclarecimento das ações desenvolvidas pelos atores envolvidos no Programa.
- Promover avaliação das ações do Programa procurando melhor interface dos órgãos envolvidos com o real objetivo do mesmo, ex.: Pesquisa da Embrapa em áreas protegidas estão adequados a real necessidade definida no Plano de Manejo das mesmas.

- Reavaliar as atividades a serem desenvolvidas pelo Programa, com a inclusão da nova metodologia para elaboração de Plano de Manejo das unidades de conservação, revista pelo Ibama em 2002.
- Definir instrumentos gerenciais mais eficientes para avaliar o Programa por meio de indicadores que definam com clareza as ações propostas pelo mesmo.
- Dotar as áreas protegidas de pessoal treinado e capacitado para execução das ações do Programa.

Em 2002, destaca-se como principal resultado a criação do Parque Nacional de Tumucumaque (AP), com 3.867.000 ha, trazendo como grandes benefícios uma extensa e muito importante área de floresta tropical. Com ampla divulgação na mídia internacional, no ano em que aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio+10) e na véspera do Congresso Mundial de Parques Nacionais, a criação de Tumucumaque trouxe um retorno positivo de imagem para o Amapá e para o Brasil. Soma-se a isso a implantação de infra-estrutura de acesso à região, possibilitando e estimulando o desenvolvimento do turismo, e a possibilidade de estreitamento de relações com países vizinhos, bem como o desenvolvimento de programas ambientais que complementaram a atuação de cada parte.

Outro importante resultado, em 2002, foi o Convênio com a Marinha e o CNPq: Proantar - Mudanças Ambientais na Antártica - Impactos Global e Local. O Programa Antártico Brasileiro é um programa interinstitucional sob a responsabilidade da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, e cuja execução é assim compartilhada entre os aspectos Ambientais (MMA); Pesquisa Científica (CNPq/MCT); Atividades Operacionais e Logísticas (Marinha do Brasil/MD); e Aspectos Políticos (MRE). Estão também envolvidas em pesquisa antártica mais de vinte universidades e institutos de pesquisa brasileiros e mais de 220 pesquisadores.

Por fim, destaca-se ainda, a divulgação do Manual de Planejamento e Operação de Programas de Voluntariado em Unidades de Conservação, representando uma oportunidade de ação entre a coletividade e o Poder Público, na defesa e na preservação dos recursos ambientais; o apoio, pelo FNMA, à capacitação na gestão de reservas particulares do patrimônio natural e aos projetos para elaboração e implementação de planos de manejo. Na Embrapa, merecem destaque: a Qualificação da biodiversidade do bioma Cerrado e da Caatinga; a Caracterização e recuperação de Matas de Galeria degradadas do bioma Cerrado; o Manejo de recursos pesqueiros do Pantanal; e a Conservação e utilização da fauna nativa do Pantanal (Livro: *Plantas no Pantanal tóxicas para bovinos*).

Para 2003, esperam-se assegurar os recursos orçamentários/financeiros para o Programa; fortalecer os instrumentos envolvidos no processo de execução orçamentária, visto que as UCs encontram-se interiorizadas, não dispondo de meios para execução, ficando vinculadas às unidades gestoras estaduais distantes das áreas fins; ampliar o sistema nacional de áreas protegidas; selecionar e contratar instituições para a elaboração de pesquisas e estudos que definam a importância biológica da conservação por biomas; assegurar a melhoria da gestão, viabilizando o uso público das unidades de conservação (UCs) e a realização de estudos sobre o valor econômico da proteção das áreas naturais (geração de emprego e renda, pureza de mananciais); e garantir um programa de capacitação técnica adequada para gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Concepção

A preservação da biodiversidade existente nos diversos biomas brasileiros é de fundamental importância para gerações futuras, bem como para sustentabilidade de todo planeta. Assim sendo, o Governo Federal têm priorizado a proteção e manutenção das áreas protegidas existentes e sua ampliação com meta a atingir 10% do território nacional.

Subsídios à elaboração do próximo Plano Plurianual:

- Usar uma linguagem acessível a todos que participam do mesmo. Frequentemente a linguagem de gabinetes passa a sensação de que os setores burocráticos estão muito distantes da realidade do País. O simples fato de simplificar a linguagem seria um grande passo.
- Para que o plano atinja os seus objetivos é necessário que os recursos orçamentários sejam suficientes, com um fluxo de repasse mais eficaz.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Baixa dotação orçamentária para regularização fundiária em áreas protegidas com passivo superior a R\$ 1 bilhão das áreas. - Lentidão da execução da ação de regularização fundiária.- Mecanismos inoperantes na pauta para execução do Programa. => Dotar ação regularização fundiária de orçamento suficiente. - Dotar o órgão executor dos meios necessários para execução dos objetivos do Programa nas unidades descentralizadas. - Dotar órgão executor de meios para operacionalização dos recursos orçamentários, nas UCs.
- Falta de recursos para a elaboração e Implementação de planos de manejo.- Falta de recursos para a capacitação à gestão de UCs. => Apoio à Gestão de UCs, sob Administração Pública, que não possuam Planos de Manejo: aparelhamento e capacitação à gestão e elaboração de plano de manejo; e aparelhamento e capacitação à gestão e implantação das ações previstas no plano de manejo. - Apoio à Gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) - Desenvolvimento de plano de utilização e capacitação para a gestão.

Diante disso, alguns aspectos do Programa que precisam ser melhorados. Quanto à adequação do objetivo ao problema é importante que sejam incorporadas atividades coerentes com a proposta do programa. No caso da ação "Desenvolvimento de Técnicas de Manejo de Ecossistemas Brasileiros" verificou-se a reunião de uma série de atividades não diretamente ligadas ao objetivo. Para a ação "Fomento à Gestão Integrada de Áreas Protegidas" é necessário adequar o produto (projetos apoiados) a produtos que possam contribuir com os Resultados de outras ações fomentadas pelo programa Parques do Brasil, a citar: área da unidade em hectare protegida; número de beneficiários; número de parceiros (estabelecidas para gestão compartilhada das unidades); e identificação de instrumentos de gestão.

No tocante à caracterização do público-alvo, considera-se difícil sua caracterização, visto que a ação engloba todos os ecossistemas brasileiros, contemplando implicitamente toda a população que habita os diversos ecossistemas.

Em termos de regionalização, os próprios ecossistemas são os indicativos da regionalização. Há possibilidade de sub-regionalizações dependendo do objetivo de cada atividade.

Quanto à pertinência das ações, a ação "Desenvolvimento de Técnicas de Manejo dos Ecossistemas Brasileiros" necessita de interação de pesquisa entre os diferentes campos dos recursos naturais para que sejam as bases de sustentação da agropecuária. Neste contexto, são necessários estudos que pleiteiem não só aspectos básicos de pesquisa como também aspectos de transição para a aplicabilidade.

Ressalta-se que o nível de regionalização tem papel preponderante na eficiência das atividades a serem estabelecidas. Em termos de suficiência das ações, destaca-se que a proporcionalidade das ações será estabelecida em função das interações entre os recursos naturais dentro do contexto de cada ecossistema brasileiro. Este é o passo fundamental para o dimensionamento das ações e a conseqüente suficiência das mesmas.

No tocante à suficiência de metas físicas, estas são estimadas pela natureza dos trabalhos a serem estabelecidos, estando diretamente ligadas às demandas detectadas.

Um produto que contribuiu para o objetivo do Programa, a compensação ambiental estabelecida pela Lei nº 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, "todos os empreendimentos que impactarem significativamente o meio ambiente deverão contribuir no mínimo com 0,5% do valor do empreendimento dependendo do grau de impacto ambiental. No ato do licenciamento ambiental o órgão licenciador estabelecerá o percentual cabível e as Unidades de Conservação a serem beneficiadas".

Por outro lado, a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada em alguns aspectos. A organização dos trabalhos, no âmbito das unidades descentralizadas, deve contar com a criação dos núcleos regionais para acompanhamento das ações do Programa. Quanto ao plano de ação com metas, prazos e responsáveis, cita-se que tal aspecto dependerá de uma grande interação a ser planejada pelos dirigentes gerais e da forma de coordenação e acompanhamento dos executores.

Neste sentido, tem-se procurado a melhor forma de coordenação e acompanhamento dos executores em suas ações, dentro do Programa. Da mesma forma, o MMA tem procurado se articular com outras unidades e Ministérios, no sentido de trocar informações e aperfeiçoar o Programa, entendendo que o dinamismo deve ser o elemento orientador, para a diminuição da burocracia.

No tocante à forma de controle e acompanhamento do desempenho, cita-se a criação de equipe de monitoramento nas unidades descentralizadas. Para as equipes locais, destaca-se o plano de capacitação "Curso de Gestão de Unidades de Conservação" para transmissão de conhecimento, de conceitos básicos e instrumentos da administração gerencial e estimulação à prática da gestão por Resultados, construção de parcerias e trabalho em equipe. Cita-se que há disponibilidade suficiente de pessoal para execução das atividades nas áreas protegidas.

Em síntese, todos aspectos devem ser aperfeiçoados, buscando-se a maior funcionalidade e eficiência em todos eles. A redução da burocracia e uma visão mais objetiva devem ser os elementos norteadores dos dirigentes. A criação de meios de articulação com execução nas pontas contribui para a eficiência na execução do Programa, atingindo seu público-alvo.

Alguns aspectos da estratégia de implementação contribuíram para a obtenção dos principais resultados, os quais foram alcançados em virtude da qualidade do trabalho desenvolvido pelos técnicos. Da mesma forma, a implementação do Programa veio garantir atividades de proteção e manejo das áreas protegidas, consolidando ações diretas como fiscalização e aquisições/construções de infraestrutura básica nas UCs.

Por outro lado, destaca-se a necessidade de aperfeiçoar sistematicamente os mecanismos de supervisão, articulação, coordenação do Programa. Sugere-se o monitoramento semestral, interligando todos os atores envolvidos Ministério/Executores/UCs, verificando a eficiência do Programa quanto às metas a serem atingidas, bem como deixando claro o papel de cada um dos atores para consolidação do Programa.

Implementação

As metas do exercício de 2002, não puderam ser atingidas em virtude do severo contingenciamento dos recursos, restringindo o apoio à criação de novas unidades municipais e estaduais; muito embora a demanda tenha crescido de forma expressiva, com a criação de aproximadamente de 7.550 milhões de ha. de áreas de proteção integral. Os contingenciamentos orçamentários foram os entraves para a Implementação de ações como regularização fundiária e gestão e manejo nas UCs, impedindo o atingimento das metas físicas estabelecidas.

Soma-se a isso o atraso na disponibilização dos recursos de dezembro/2002, dificultando a liberação e liquidação dos compromissos assumidos, tendo em vista a data estabelecida para que a SPOA/MMA efetuassem o referido empenho.

Por se tratar de um Programa Estratégico, os recursos foram liberados de forma satisfatória, embora o montante tenha sido insuficiente. Diante da fundamental importância dos recursos para o sucesso do Programa, as alterações no planejamento e repasse dos recursos comprometem todo o fluxo de funcionamento do Programa.

O Programa também enfrentou dificuldades relativas à insuficiência de recursos materiais e à inadequação de infra-estrutura, além das dificuldades de quantitativo e capacitação no campo dos recursos humanos. Destaca-se que a carência de pessoal nas equipes locais pode e deve ser suprida por concurso público para a carreira aprovada para o Ministério do Meio Ambiente. Em termos de capacitação da equipe gerencial, cita-se que, embora o Programa tenha desenvolvido atividades de capacitação, persiste a dificuldade de execução do Programa em virtude da carência de pessoal nas unidades, da rotatividade dos chefes das mesmas, do baixo nível de escolaridade destes chefes e dos baixos salários oferecidos, inclusive, sem gratificação para estas chefias. Nas equipes locais, apesar da restrição financeira, houve tentativa de disponibilizar cursos de capacitação específica para as suas diversas áreas de atuação do Programa.

Diante das limitações de contratação de pessoal pelos órgãos públicos federais, o MMA tem procurado disponibilizar cursos de capacitação para dotar seu quadro de pessoal das habilidades e conhecimentos específicos para o bom desempenho de suas funções. A carência de pessoal imposta pela falta de concursos para o preenchimento de vagas tem inibido uma melhoria significativa na qualidade da prestação do serviço público, inclusive na área de planejamento setorial, cuja disponibilização de pessoal pelo órgão central tem-se mostrado insuficiente para atendimento das demandas impostas pelo novo sistema de gestão pública por programas.

Em resumo, destacam-se como restrições ao desempenho do Programa o contingenciamento orçamentário, com reflexos, sobretudo, sobre as ações de ampliação do sistema nacional de áreas protegidas, regularização fundiária, gestão e manejo. Determinados trabalhos, por suas características próprias, dependem de um tempo maior do que o normalmente estabelecido dentro do

programa, ou seja 04 (quatro) anos, sendo necessária, nestes casos, a consideração da natureza do trabalho e conseqüentemente a dilatação do prazo e dos recursos para que as atividades fiquem a contento, como exemplo, cita-se o caso de estudos de florística e fitossociologia.

Aspectos como o incentivo e a facilitação no envolvimento de parcerias para superação de restrições financeiras devem contribuir para uma maior eficiência do Programa. No entanto, devem-se evitar as dificuldades burocráticas.

Algumas alterações foram incluídas pela LOA 2002, tendo impacto positivo, visto que as diversas sub-ações dificultam a execução das ações e o acompanhamento do desempenho do Programa.

A integração entre programas não foi contemplada a contento no período 2000 a 2002, sendo simplesmente apontados quais os programas com interface. A efetivação prática das interfaces deve ser incentivadas. As dificuldades de inter-relacionamento dos diversos órgãos que compõem a execução do Programa dificultam a consolidação das ações quanto ao público-alvo. Neste sentido, há necessidade de dinamização e maior integração entre os ministérios e, conseqüentemente, com os órgãos ligados ao programa como um todo, devendo ser priorizado os mecanismos que visem essa dinamização.

É imprescindível dotar as UCs de meios para execução dos próprios orçamentos, visto que a gestão a cargo das Gerencias Executivas Estaduais do Ibama tem dificultado a execução física do Programa.

Além disso, parcerias devem ser incentivadas, mas o repasse de recursos para parceiros deve ser reestruturado em busca de maior eficiência do sistema, visto que constitui um fator estrangulante no processo. Outra participação que vem sendo incentivada é a participação da sociedade através de projetos de pesquisa. Deve-se apoiar a sociedade de forma que não promova a desagregação das comunidades e o desinteresse das mesmas por novos processos.

A implementação do programa foi rápida, sendo implantada em forma de agrupamento de estruturas já existentes, isto é, tanto estruturas administrativas como técnico-científicas. As próximas atividades deverão contemplar aspectos que visem a uma melhor comunicação entre todas as unidades administrativas envolvidas no complexo do programa. Como exemplo, cita-se que a linguagem deve ser abrangente e fácil, havendo a necessidade de reflexão em profundidade sobre este aspecto que, quando da implementação, não foi dos mais dinâmicos e, conseqüentemente, eficientes.

Outro ponto crítico foi à interlocução entre os órgãos envolvidos. Este problema detectado foi bem um reflexo do problema de comunicação, de linguagem a qual não foi das mais eficientes. Outro fato que colaborou com a deficiência de interlocução foi a dinâmica de fluxo que não ficou muito clara nem quando da Implementação nem quando da continuidade do processo. Estes fatos devem ser revistos.

A avaliação do desempenho foi efetivada dentro de bases já existentes e que, portanto, seguiu um curso de certa maneira já existente, anterior a implementação.

As parcerias devem sempre ser incentivadas, com mais dinâmica e organização, uma vez que na implementação, elas foram seguindo seu curso normal, com as vantagens e desvantagens.

A interação entre programas deve ser incentivada e efetivada, este fato não ocorreu quando da implantação. Essa interação favorecerá a sociedade que deve ser a meta final do programa.

Quanto às ações com recursos descentralizados, o desempenho físico ficou abaixo do previsto. O MMA tem mantido reuniões periódicas com o Ibama, seu principal parceiro, a fim de aprimorar os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa.

Em termos do desempenho multissetorial, registra-se que há necessidade de dinamização e integração entre os ministérios e com seus órgãos ligados ao Programa, devendo-se priorizar os mecanismos que visem à dinamização desse sistema. Por outro lado, ressalta-se que a capacidade técnica da Embrapa/ MAPA tem facilitado a execução da ação de sua responsabilidade, dentro do Programa Parques do Brasil.

Verifica-se que, internamente, o MMA apresenta uma interação entre a Gerência do Programa, o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Ibama, que apresentam relatórios mensais do desempenho físico das ações executadas.

Por fim, registra-se que a estrutura organizacional do MMA permite que as gerências do PPA correspondam aos seus cargos de diretoria, facilitando a implementação do Programa.

Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais

O Programa **Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais** tem como objetivo manter a integridade das florestas nacionais quanto à ação imprópria de queimadas sem controle, incêndios e desmatamentos ilegais.

Resultados

Indicador	unidade medida	índice de referencia	Fonte	Índice final PPA	2002	Base Geográfica
Taxa de Desflorestamento na Amazônia	%	0.47	INPE	0.290	0.36	Estadual
Taxa de Legalidade de Desmatamento	%	17	Ibama	25	29	Nacional
Taxa de monitoramento do território nacional	%	21	Ibama	100	100	Nacional
Taxa de redução de acidentes com o uso do fogo	%	48	Ibama	30	89.25	Nacional

Após a análise da evolução dos indicadores do Programa, Quadro I, verifica-se que:

- taxa de desmatamento na Amazônia: caiu, contrariando as tendências estabelecidas pelo seu comportamento nos anos anteriores.
- taxa de legalidade de desmatamento: já foi alcançado, em 2002, o índice esperado para o final do PPA, no entanto, os significativos avanços alcançados ainda não são suficientes para que a produção de produtos e subprodutos se torne sustentável.
- taxa de monitoramento do Território Nacional: em termos do monitoramento dos focos de calor, já foi alcançado, desde 2000, o índice esperado para o final do PPA. Quanto ao índice de monitoramento do desmatamento, este está restrito à Amazônia Legal e já foi atingido o índice de monitoramento de 56% do Território Nacional.
- taxa de redução de acidentes com o uso do fogo: dentre os Resultados mais significativos do Programa, destaca-se a redução de 87% da dos acidentes com o uso do fogo (comparando-se dados de 1999 e 2002), ou seja, queimadas agrícolas que fogem ao controle e atingem áreas florestadas, ou Unidades de Conservação ou, ainda, áreas indígenas.

Dentre os diversos Resultados significativos alcançados em 2001, destacam-se aqueles obtidos com a prevenção de incêndios florestais, com a criação do Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, no âmbito do Ibama.

Embora tenha se verificado uma ampliação da ordem de 83% do número de focos de calor (1999-2002), devida, basicamente, a expansão da fronteira agrícola, ao uso de áreas florestadas para a alocação de assentamentos rurais e ao estímulo financeiro à produção agropecuária, o número de acidentes com o uso do fogo foi reduzido em 87% no mesmo período. Tal resultado é atribuído

Gerente:

Humberto Candeias Cavalcanti

ao amplo trabalho de articulação com diversas entidades públicas e civis da região e ao intenso trabalho preventivo implementado pelas ações do Programa, ampliação da capacidade de identificar as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios florestais, por meio da implementação de um sistema de monitoramento e tomada de decisão, de previsão e de avaliação de risco, apoiado em técnicas de geoprocessamento.

Destaca-se, também, o maior envolvimento das comunidades com os trabalhos de prevenção e combate a desmatamentos, queimadas e incêndios florestais, com aumento de cerca de 34% no número de brigadas municipais voluntárias em 2001, sobretudo nos estados do Pará e do Mato Grosso.

Considerando os recursos disponíveis, as expectativas de um modo geral foram atendidas, como a diminuição da área desmatada sem autorização (2000 e 2001 - 35%) e a das áreas queimadas sem autorização (2000 e 2001 - 66%) nos estados da Amazônia Legal, em virtude do aumento da fiscalização, mobilização da sociedade com a criação e capacitação de Brigadas Voluntárias, treinamento e equipamento de Corpos de Bombeiros Estaduais, acréscimo da área monitorada através de convênios e parcerias.

Quanto à estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores, cita-se:

- Taxa de desflorestamento na Amazônia: há pouca possibilidade de que seja atingido o índice esperado, caso não haja uma integração das diversas instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Taxa de legalidade de Desmatamento: ainda precisa ser melhorado, apesar de já ter atingido o índice final do PPA;
- Taxa de monitoramento do território nacional: já atingido em 2000;
- Taxa de redução de acidentes com o uso do fogo: já foi atingida em 2000.

Embora não tenha sido prevista nenhuma ação relativa à captação dos impactos do Programa junto ao público-alvo, nem, tampouco, destinado recursos financeiros para tal atividade, observa-se um enorme envolvimento das comunidades locais na atividade de prevenção a incêndios florestais nas áreas de entorno de Unidades de Conservação e na Amazônia Legal. Além disso, ocupa-se mais espaço na mídia.

Um dos grandes benefícios do programa foi um maior envolvimento da população, no que se refere à prevenção de incêndios florestais, mediante a conscientização da população, elaboração e distribuição de materiais didáticos, parcerias conveniadas com as corporações de bombeiros estaduais, criação de brigadas voluntárias em municípios prioritários bem como a incorporação de novos equipamentos como veículos, sistema de rastreamento via satélite tendo como resultado a diminuição de Alertas Verdes (ocorrência de fogo em áreas florestadas) e acidentes com o uso do fogo.

Para 2003, espera-se a consolidação da participação da sociedade civil organizada, por meio da expansão da formação de brigadas voluntárias de prevenção e combate a incêndios florestais em todo o território nacional. Há, ainda, a expectativa da ampliação da capacidade de monitoramento e controle do desmatamento ilegal, por meio da implementação de sistema de monitoramento e controle desenvolvido pelo Ibama.

A redução da ocorrência de incêndios florestais é esperada, visto os resultados já alcançados e os trabalhos de prevenção estabelecidos pelo Ibama e por órgãos estaduais e municipais.

Concepção

No momento em que a sociedade mundial reconhece a necessidade da busca de um novo modelo de produção e utilização dos recursos naturais, a problemática da evolução dos processos de desmatamento, queimadas e incêndios florestais no Brasil deve ganhar tratamento especial. Os prejuízos ecológicos e sociais decorrentes da devastação ambiental no Brasil se agravam a cada ano. Medidas urgentes devem ser efetivadas no intuito de reverter essa situação, que ganha contornos de extrema gravidade na estação seca. A dinâmica do desmatamento e das queimadas expressa uma estrutura econômica interdependente, cujo objetivo imediato é a pura subsistência ou a busca do retorno no curto prazo dos investimentos. Pequenos produtores migrantes desmatam uma área de floresta nativa e utilizam a queimada para a agricultura de subsistência. Madeireiros compram a madeira a preços baixos e de forma irregular e incentivam a abertura de novas áreas, exploram áreas maiores que as autorizadas, inclusive em terras indígenas e unidades de conservação. A pecuária, extensiva e com baixa tecnologia, utiliza o fogo para abertura de novas áreas para renovar as pastagens.

Desta forma, é indispensável a concepção de modelos de conservação dos recursos naturais que, adequados às condições e realidades regionais, promovam a implantação de ações de monitoramento e controle do processo de desmatamento e queimadas, com fundamental papel desempenhado pelas instituições que são atores importantes nesse processo. A demanda existente por um sistema de controle do processo de desmatamento e queimada, assim como a articulação institucional para a implementação de políticas regionais são aspectos condicionantes para a garantia da qualidade e sustentabilidade dos recursos existentes.

Nesse sentido, foi proposto e criado o Programa Prevenção e Combate aos Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer, que se baseia em diretrizes técnicas e operacionais articuladas de forma estratégica e prevê a obtenção de informações relevantes por meio das ações de monitoramento, a utilização eficiente destas, consolidando uma base analítica e operacional para a implementação de ações efetivas de controle dos processos de desmatamento e queimadas. O Programa tem como objetivo implantar um programa de âmbito nacional, articulado com entidades federais, estaduais e municipais, bem como com ONGs e instituições do setor privado, a fim de prevenir, localizar e combater a exploração florestal clandestina e desordenada e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais em áreas de risco e/ou com potencial de risco amplificado, devido a fenômenos climáticos e fatores socioeconômicos.

Para o alcance dos objetivos do Programa foram previstas as execuções das seguintes ações:

- controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais;
- elaboração do Plano de Ação de Combate a Incêndios, Queimadas e Desmatamentos;
- fiscalização de recursos florestais
- monitoramento de queimadas e prevenção de incêndios florestais;
- prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação - Prevfogo; e
- Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia - Proarco.

A implementação das ações programadas é de responsabilidade de instituições federais, tais como o Ibama/MMA, o MMA e o INPE/MCT e espera-se os seguinte resultados/impactos:

- redução da taxa de desflorestamento na Amazônia;
- redução dos focos de calor detectados por satélites; e
- redução do número de incêndios florestais em áreas de floresta nativa na Amazônia Legal.

Diante do problema de desmatamento e queimadas florestais, tem-se, a seguir, algumas causas do problema e as ações possíveis de correção:

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Tecnologias alternativas => A população não tem as tecnologias alternativas desenvolvidas. Curso de queima controlada e educação ambiental.
- Políticas públicas conflitantes => Articulação com o Incra com vistas à alocação de assentamentos em áreas menos sensíveis.
- Capacidade de comando e controle do Estado limitado => Fortalecimento dos corpos de bombeiros estaduais por meio de capacitação e treinamento.
- Falta de uma política de fomento e de desenvolvimento do setor florestal, pressionando a floresta nativa => O PNF, ainda não contemplado no PPA, prevê o desenvolvimento de ações voltadas ao fomento da indústria e do comércio de produtos florestais.

No tocante aos aspectos do Programa que precisam ser melhorados, vale citar a insuficiência das ações, visto que falta a ação Combate aos Incêndios Florestais.

Quanto à suficiência das metas físicas, destaca-se que as metas devem ser, sempre que necessário, adequadas às questões orçamentárias e de contingenciamento dos recursos financeiros, entretanto devem ser adequadas:

Ação	Meta 2002	Meta 2003
Prevenção de Incêndios Florestais Prefogo	30.556 ha	947.344 ha
Prevenção de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia - Proarco	1.905.116 km ²	5.200.000 km ²
Fiscalização de Recursos Florestais	7.500.000 ha	1.900.000 ha
Controle de Desmatamento	30.000 ha	947.344 ha

Contribuíram significativamente para o alcance dos resultados:

- desenvolvimento e divulgação da educação ambiental em escolas das comunidades na região Norte, bem como a criação de multiplicadores por meio das brigadas municipais treinadas e equipadas e não remuneradas; e
- veículos equipados com sistema de rastreamento via satélite (Autotrack), aviões para observação e helicópteros.

No âmbito da gerência, há aspectos que precisam ser aperfeiçoados, sendo que um deles diz respeito à organização dos trabalhos. Como não foram previstos recursos necessários para a gerência do Programa, faltam recursos financeiros para a contratação de recursos humanos, para a aquisição de equipamentos e para as atividades de supervisão e avaliação do Programa.

Outro aspecto diz respeito à forma de articulação com outros ministérios, visto que não há mecanismos de articulação com outros setores do governo, sendo o eventual envolvimento de forma pontual, a partir de iniciativas pessoais de técnicos e dirigentes. O mesmo pode ser dito em relação à inexistência de mecanismo de articulação com as partes interessadas, ou seja, setores da sociedade, comunidade e ONGs, por exemplo.

Quanto à necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, destaca-se a necessidade da criação de um protocolo de trabalho entre as partes para a definição de exigências com objetivo de veicular todas as informações do Programa.

.....
Os recursos financeiros liberados não foram suficientes para a execução do Programa, o que foi ainda agravado pelo contingenciamento dos recursos. A título de exemplo, cita-se a ação Controle de Desmatamento e Queimadas, que contou com orçamento de apenas 12% do valor necessário. Para 2003, a previsão financeira será suficiente caso não ocorram cortes orçamentários. Com relação às metas físicas, apesar das inúmeras tentativas de alteração por parte da gerência elas, ainda, estão abaixo da capacidade de execução.

Implementação

Por outro lado, cita-se que a descontinuidade do fluxo de recursos financeiros não prejudicou decisivamente a execução programada. No entanto, destaca-se a necessidade da liberação conforme um cronograma prestabelecido, haja vista a interferência dos fatores sazonais no desenvolvimento das ações do Programa, sob pena de comprometer o alcance dos resultados.

A implementação do Programa também encontrou entraves decorrentes da carência de materiais de combate para algumas regiões, de veículos, de equipamentos de informática e de comunicação para todas as regiões do País. Somam-se a isso a inadequação da infra-estrutura com estradas de difícil acesso na região Norte e a ausência da infra-estrutura necessária às ações de prevenção e combate a incêndios florestais, em muitas unidades de conservação.

Em termos de recursos humanos, destaca-se a inadequação do quantitativo na equipe gerencial, em virtude da não destinação de recursos para sua manutenção, e nas equipes locais (em todas as unidades de conservação e nas unidades descentralizadas do Ibama). Em 2002, foi realizado concurso e cerca de 500 novos servidores foram alocados em unidades da região Norte. Aguarda-se a realização de novo concurso público para o preenchimento das 1.600 vagas aprovadas e não preenchidas.

No tocante ao esforço de capacitação da equipe gerencial, ressalta-se que não foram previstos recursos financeiros para o gerenciamento das ações, de modo que os técnicos envolvidos no assessoramento acumulam esta atividade com aquelas previstas nas ações.

Outro ponto negativo para o Programa ocorreu em virtude das alterações incluídas pela LOA 2002. Enquanto o Programa prevê a execução de três ações: combate a incêndios florestais; controle de queimadas; e controle de desmatamento, a LOA 2002 cancelou todas estas ações e criou a ação Controle de Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais à revelia do Ministério, do Ibama e da gerência do Programa, mantendo o mesmo valor de recursos financeiros, a mesma unidade de medida e a mesma meta da ação Combate a Incêndios florestais. O problema reside no fato de que além dessas atividades serem executadas por setores diferentes do mesmo instituto, constata-se a ocorrência de erros técnicos em sua denominação.

Por fim, destaca-se como restrição ao desempenho das ações de maior impacto o contingenciamento orçamentário, visto que os recursos financeiros liberados não foram suficientes para a execução do Programa.

Em termos de multisetorialidade, ressalta-se que a ação Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, executada pelo INPE/MCT, tem alcançado as metas propostas, estando com o desempenho entre 90% e 100% do previsto. No entanto, há pouca capacidade de negociação entre a gerência do Programa e a SPOA do MCT, na liberação de limites financeiros.

Quanto ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas, destaca-se que os planos de trabalhos dos convênios celebrados (FEMA, INPE, Polícias Militares Estaduais e Eletronorte) estão sendo executados parcialmente, devido aos procedimentos burocráticos de limites de execução financeira. Os principais parceiros do Programa são:

Principais Parceiros	Vantagens/Desvantagens
Prefeituras Municipais, Corpos de Bombeiros Estaduais, Polícia Federal	Papel fundamental na implementação das atividades necessárias

Há mecanismos permanentes de participação da sociedade (usuário/beneficiário). Em todos os estados da região amazônica foram criados e implementados conselhos estaduais de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Nas prefeituras dos municípios prioritários para a questão do fogo estão em pleno funcionamento conselhos municipais de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. O número de brigadas voluntárias e combate teve aumento significativamente nos últimos anos, evidenciando um elevado grau de participação da sociedade. As comunidades no entorno das Unidades de Conservação, em todo o território nacional, tem atuado nas atividades de prevenção e combate.

No entanto, o Programa não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, uma vez que não foram destinados recursos para a realização de pesquisa junto ao público-alvo, nem tampouco destinados recursos financeiros para tal atividade que possui uma área envolvida muito extensa. Apesar disso, pode-se observar um enorme envolvimento das comunidades com os trabalhos de prevenção e combate a desmatamento, queimadas e incêndios florestais. O número de brigadas municipais voluntárias teve um aumento da ordem de 34% no ano de 2001, principalmente nos estados do Pará e Mato Grosso. A formação de novas brigadas voluntárias tem sido uma demanda da própria comunidade, evidenciando o envolvimento e a aceitação da comunidade.

Por fim, no tocante à adequação da estrutura organizacional ao modelo de gestão por programas, salienta-se que a estrutura está em fase de adequação à gestão por programas. No entanto, ainda não existe uma unidade responsável pelo assessoramento às gerências do Programa, sendo que a assessoria é executada por técnicos ligados às ações do Programa, que acumulam atribuições.

O modelo de gestão por programas contribui para a concentração das ações programadas com a finalidade de combater um problema específico, independente das atribuições e competências de cada instituição. Este modelo permite a integração dos diversos órgãos envolvidos com o mesmo tema.

Proágua - Gestão

Resultados

O objetivo do programa é garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção de seu uso racional, visando impedir que sua escassez relativa impeça o desenvolvimento sustentável. A variação do índice do indicador Taxa de Outorga dos Recursos Hídricos na região do semi-árido = $\text{vazão outorgada} / \text{vazão outorgável} \times 100$, excluída a bacia do São Francisco, de acordo com os dados da Superintendência de Outorga e Cobrança da Agência Nacional de Águas - ANA, foi de 3,2%.

Questiona-se que o objetivo do Programa não se coaduna com a responsabilidade primeira da ANA que é a de organizar o uso da água em todo o País. Na avaliação de 2001, foi sugerido rever o objetivo do Programa para: Garantir a implantação dos sistemas estaduais e nacional de gestão de recursos hídricos, com todos os mecanismos técnicos e institucionais necessários à promoção do uso racional das águas.

O indicador Taxa de Melhoria da Qualidade da Água não é aplicável. O indicador Taxa de Escassez de Água deveria ser substituído por outro que reflita o estágio de evolução da implantação do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos - SEGRH e o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SNGRH.

A avaliação utilizando o indicador proposto - Índice de eficácia de implantação do Programa no âmbito estadual - (AMPE = grau de atingimento do plano estadual/grau de atingimento ideal do plano estadual), atingiu a taxa de 70,5% da meta estabelecida no acordo de empréstimo com o Banco Mundial. Para o índice de eficácia de implantação do Programa em nível federal - (AMPF = grau de atingimento do plano federal/grau de atingimento ideal do plano federal), a taxa foi de 66,9%, indicando que a implementação do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos vem ocorrendo, tanto em nível federal como estadual, em especial, no Nordeste, com maior foco de atendimento do Programa.

Os principais resultados do Programa estão descritos a seguir:

- contratação, em 2001, de dezessete empreendimentos que resultaram em 51.253 kg de Demanda Bioquímica Oxigênio-DBO, por dia, de carga poluidora abatida, no âmbito da ação Despoluição de Bacias Hidrográficas;
- implantação de associações de usuários de água em bacias hidrográficas dos estados de Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe;
- realizações dentro da Ação Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes (Convivência com a Seca):
- implantação de 6.948 projetos demonstrativos de cisternas rurais, parte integrante das 12.400 programadas pela ANA, em parceria com organizações da sociedade integrantes da Articulação do Semi-Árido - ASA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef em dez estados do semi-árido nordestino dentro do Projeto um Milhão de Cisternas - P1MC;
- capacitação de 79 técnicos em gerenciamento de recursos hídricos, cidadania e convivência com o semi-árido;
- capacitação de 82 técnicos em gestão administrativa-financeira da implementação das cisternas no âmbito da comunidade;
- capacitação de 260 pedreiros em técnicas de construção de cisternas;
- capacitação das 6.948 famílias envolvidas diretamente com o projeto de implementação de cisternas;

Gerente:

João Gilberto Lotufo Conejo

- capacitação de 26 pedreiros-instrutores;
- capacitação de 72 gerentes administrativos e técnicos financeiros das equipes das unidades gestoras;
- implementação de unidades gestoras na Bahia, Alagoas, Piauí, ASA, Diaconia (cinco unidades);
- informativo impresso quinzenal Notícias do Semi-Árido, com tiragem de 750 exemplares, estando na edição número 12;
- programa de radio semanal Rádio Cidadão, com duração de trinta minutos endereçados às comunidades rurais, atingindo mil municípios dos estados integrantes do Projeto um Milhão de Cisternas - P1MC;
- Correio do Projeto um Milhão de Cisternas, é um correio eletrônico diário de circulação interna nas organizações envolvidas na implementação do P1MC, estando na edição de número 205;
- foram realizadas reuniões para mobilização e controle social nos 158 municípios beneficiados. As articulações estaduais, envolvendo a sociedade civil e organismos governamentais, permitiram o aprimoramento das questões políticas, operacionais e pedagógicas relacionadas à implementação do projeto;
- elaboração de estudos e projetos específicos de disponibilidade hídrica, além de estudos de viabilidade e projetos básicos, para implantação da Adutora do Garrincho - PI; Sistema Adutor Serra de Santana - RN; Barragem de Ameiroz II - CE; e Projeto Diamantina e Sistema Araçuaí I - MG;
- criação de secretarias estaduais de recursos hídricos nos estados de Alagoas (Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Irrigação - SERHI), do Maranhão (Gerência Adjunta de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - GEMA) e do Piauí (Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - Semar);
- criação de órgãos gestores de recursos hídricos e de marcos institucionais relevantes nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Sergipe e Bahia;
- operação do sistema de alerta hidrológico da bacia do Rio Doce alertando dezesseis municípios da bacia quanto ao risco de ocorrência de enchentes;
- implementação, em julho de 2002, das atividades de localização e instalação da rede telemétrica para o sistema de alerta hidrológico para a bacia do rio Sapucaí;
- publicação pela ANA, do Panorama das Regiões Hidrográficas Brasileiras e suas respectivas fichas resumo, fornecendo subsídios para a priorização das atividades de Governo na área de recursos hídricos e para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH; e
- elaboração da versão básica do PNRH, para discussão em âmbito nacional e entre os setores usuários da água subsidiando a reestruturação do conjunto de programas da ANA e conseqüente priorização de ações e investimentos no setor.

O indicador Taxa de Outorga dos Recursos Hídricos na Região do Semi-Árido requer revisão, pois a taxa de outorga alcançada na região do semi-árido não indica as reais condições da implantação da gestão dos recursos hídricos na região. O índice de 100% não é factível de ser alcançado nos próximos anos, portanto deverá ser revisto caso prevaleça o indicador.

A proposta orçamentária de 2003, equivalente a 65,7% do orçamento de 2002, comprometerá o atingimento das metas programadas.

Os principais problemas encontrados, no período ora avaliado, foram em primeiro lugar os contingenciamentos ocorridos e, em segundo, a mudança do Programa de um órgão para outro, com a criação da ANA.

A tabela seguinte mostra a previsão orçamentária e a execução do programa para o período de 2000-2002:

Ano	2000	2001	2002
LOA (R\$)	81.817.360,00	135.690.509,00	49.144.480
Empenhado/ Realizado (R\$)	53.467.938,00	109.585.663,00	19.963.519
Execução (%)	65,35	80,76	40,62

Em 2002, o contingenciamento restringiu a execução do Programa em 59,38%. Do total de R\$ 49,1 milhões previstos para o **Proágua - Gestão**, 99,2% são recursos de projetos que são os mais afetados pelo contingenciamento. Com isso, a agência terá dificuldades em levar a diante suas ações relativas à minimização dos efeitos da seca.

Os resultados mensurados pelo indicador, do acordo de empréstimo com o Banco Mundial, demonstram que o Programa obteve sucesso, atingindo níveis de realização próximos de 70%. Novas metas serão estabelecidas ao ser solicitada a prorrogação do prazo do contrato de empréstimo, que expira em 2003. Essas metas deverão superar aquelas inicialmente previstas. Como o Programa é dependente dos recursos externos, preocupa os valores previstos na proposta orçamentária para 2003, menor em 34,3% do que o previsto pela Lei Orçamentária de 2002.

.....
As demandas da sociedade que resultaram no Programa estão descritas a seguir: **Concepção**

- eventos críticos hidrológicos tais como cheia e secas;
- falta de gestão integrada dos recursos hídricos no Nordeste;
- degradação ambiental de nascentes e mananciais de alguns rios; e
- falta de integração e sustentabilidade no uso múltiplo dos recursos hídricos.

O Programa possui duas áreas de atuação:

- as questões de convivência com a seca e a implantação, pelos estados do semi-árido, dos instrumentos técnicos e institucionais para a gestão dos recursos hídricos, envolvendo o Proágua Semi-árido;
- desenvolvimento institucional dos demais estados do País: combate a eventos críticos; fomento a projetos de manejo e conservação de recursos hídricos; implantação de rede hidrometeorológica para o monitoramento da qualidade da água; e promoção de estudos e projetos de interesse da agência, caracterizando o Proágua Nacional.

A multiplicidade de ações e o envolvimento de múltiplos atores nos processos preparatório do Programa, e o processo decisório que implica priorizações para execução, frente a restrições orçamentárias, foge ao controle do gerente, dificultando sobremaneira seu acompanhamento e avaliação. Com isto, a ANA pretende analisar a multiplicidade de problemas envolvidos e redesenhar o Programa, redistribuir ações entre os demais programas e propor a criação de novos, se for necessária.

A seguir, a relação entre as principais causas identificadas do problema que deu origem ao Programa e as ações existentes ou necessárias, mas ainda não registradas no PPA:

- Escassez de água doce no semi-árido brasileiro, associada à sua má distribuição espaço-temporal, tanto em termos de quantidade como de qualidade; falta de organização na gestão dos recursos hídricos nas bacias federais; desperdício e uso irracional de água nas vertentes urbano, industrial, irrigação, reúso da água e revitalização rural do solo e da água. = > Desenvolvimento institucional do sistema de gerenciamento; manutenção e complementação, no País, da rede hidrometeorológica para monitorar a qualidade da água; implantação do sistema de informações de recursos hídricos; realização de estudos e projetos específicos; realização de planos de bacias hidrográficas para recuperação e manutenção da infra-estrutura existente; promoção da gestão integrada dos recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa, reunindo o poder público, os usuários da água e as comunidades envolvidas; disciplinar a utilização dos corpos de água para atender às demandas; racionalizar o uso da água, aumentando a eficiência desse uso com a redução de perdas e desperdícios; proteger, recuperar e manter a qualidade dos mananciais de superfície e subterrâneos; assegurar a disponibilidade de água mediante a realização de obras para o aumento da quantidade e para a melhoria da qualidade das águas; fomentar o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos, tendo em vista o desenvolvimento regional sustentável; estabelecer mecanismos de compensação aos estados e municípios que tenham restrições ao seu desenvolvimento em decorrência de implantação de áreas de proteção e preservação de recursos hídricos ou de ecossistemas aquáticos; promover investimentos que cuja prioridade seja indicada nos planos de bacias hidrográficas; e contribuir para a disseminação do conhecimento no campo da educação ambiental.

Os aspectos descritos a seguir precisam ser revistos:

- adequação do objetivo do programa: questiona-se que o objetivo do programa "garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade, com a promoção de seu uso racional, visando impedir que sua escassez relativa iniba o desenvolvimento sustentável" não se coaduna com a responsabilidade primeira da ANA que é a de organizar o uso da água em todo o País. Na avaliação de 2001, foi sugerido rever o objetivo do Programa para "garantir a implantação dos sistemas estaduais e nacional de gestão de recursos hídricos, com todos os mecanismos técnicos e institucionais necessários à promoção do uso racional das águas"; e
- adequação dos índices: a variação do índice = $\frac{\text{vazão outorgada}}{\text{vazão outorgável}} \times 100$, para a região do semi-árido, excluída a bacia do São Francisco, foi de 3,2%. O indicador Taxa de Melhoria da Qualidade da Água não é aplicável.

Os aspectos da estratégia de implementação que precisam de aperfeiçoamentos estão listados a seguir:

- em relação ao plano de avaliação faz-se necessário promover a avaliação independente do Proágua semi-árido, conforme previsto no acordo de empréstimo com o Banco Mundial; e
- quanto à forma de coordenação e acompanhamento dos executores há necessidade de promover maior articulação e apoio técnico aos estados integrantes do Programa, de forma a proporcionar maior intercâmbio, capacitação, orientação e motivação no desenvolvimento dos trabalhos.

Quanto à forma de articulação com outros ministérios há necessidade de:

- ampliar a articulação com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF nas questões relativas à comprovação de despesas e ao fluxo financeiro para garantir a execução das ações relativas ao Proágua Semi-árido;
- ampliar a articulação com a Secretaria de Assuntos Internacionais - Seain/MP no sentido de manter a Seain informada sobre o conteúdo e a execução das ações do Proágua Semi-árido;
- melhorar e ampliar a articulação no Ministério da Integração Nacional com a equipe gerencial do Proágua Infra-estrutura, de forma a compatibilizar suas ações e concentrar esforços na melhoria da gestão dos recursos hídricos nos estados integrantes do Proágua Semi-árido.

Quanto aos mecanismos de controle social há necessidade de programar e implantar novos mecanismos de controle social do Proágua Semi-árido, de forma a melhorar a participação da sociedade nos comitês de bacia e nas associações de usuários da água.

Entre os aspectos que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados estão os "critérios técnicos, econômico-financeiros, ambientais e institucionais para aprovação e destinação de recursos orçamentários para obras de infra-estrutura hídrica, adotados no Proágua Semi-árido", que foram recomendados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como modelo às demais obras realizadas com recursos da União.

.....
O desempenho financeiro do Programa pode ser considerado excelente, pois eliminando os valores de 2003, que ainda não dispõem do liquidado, verifica-se que as Leis de 2000 a 2002 representam 138,9 % do PPA, no mesmo período, e o liquidado em relação ao PPA representa 92,5% do valor originalmente previsto no PPA 2000-2003. Por outro lado, foram empenhados e pagos 68,64% do valor das Leis 2000 a 2002.

Implementação

É preciso lembrar, no entanto, que estão sendo comparados dados lançados no PPA, em 1999, pela Secretaria de Recursos Hídricos - SRH/MMA e pelo Ministério da Integração Nacional, responsáveis pelo Programa naquela época. A criação da ANA ocorreu no final do ano 2000, porém o Programa foi efetivamente assumido no terceiro trimestre de 2001.

O esforço de capacitação da equipe gerencial, responsável pela implantação do Programa e de suas ações, tratou de assuntos inerentes às normas do Banco Mundial - BIRD: seminários sobre prestação de contas; processos de seleção de consultores; normas e procedimentos de licitação; curso sobre prestação de contas de convênios; curso de auditoria; além de cursos sobre direito das águas, direito ambiental e salvaguardas ambientais.

Com relação às ações de convivência com a seca, na implantação de projetos demonstrativos de cisternas rurais, foram capacitados 79 técnicos em gerenciamento de recursos hídricos, cidadania e convivência com o semi-árido.

Na área de controle de enchentes, as capacitações mais relevantes para os técnicos da ANA foram: controle de enchentes e drenagem; drenagem urbana; e sistema de suporte às decisões aplicadas à engenharia de recursos hídricos.

À medida que a ANA vem trabalhando mais perto dos seus parceiros e executores, a resposta tem sido rápida e a demanda por mais recursos também.

Em relação às parcerias, no caso dos onze estados envolvidos no Proágua Semi-árido, a execução das ações previstas têm sido eficiente. As prestações de contas, conforme as normas exigidas pelo Governo, é que são demoradas e por vezes prejudicam os estados que desejam receber novos recursos e são impedidos devido à falta do fechamento da prestação de contas anterior, constituindo-se em restrição ao desempenho do Programa.

Os limites financeiros têm dificultado manter os compromissos programados com os estados parceiros.

No caso das parcerias vantajosas, que não foram realizadas, é fundamental melhorar e ampliar a articulação com a equipe gerencial do Proágua Infra-estrutura, sob a responsabilidade do Ministério de Integração Nacional, de forma a compatibilizar suas ações e concentrar esforços na melhoria da gestão dos recursos hídricos nos estados integrantes do Proágua Semi-árido. O Proágua Infra-estrutura é o parceiro natural do **Proágua - Gestão**, pois constituíam um único Programa na concepção inicial do PPA 2000-2003. Concretamente, não se poderiam promover investimentos sem desenvolver o componente gestão. O motivo que impede o estabelecimento de uma relação mais estreita entre os dois programas são as pequenas equipes alocadas nas Unidade de Gerenciamento de Programa - UGPs, o que provoca dificuldades na integração das equipes.

A participação permanente da sociedade no Programa ocorre por meio dos comitês de bacia e das associações de usuários da água. Além disso, a ANA pretende programar e implantar novos mecanismos de controle social do Proágua Semi-árido, de forma a melhorar a participação da sociedade nos comitês de bacia e nas associações de usuários da água.

O Programa não avalia a satisfação do usuário/beneficiários em relação à sua execução, o estágio de implantação da gestão dos recursos hídricos nos estados, por demandar participação dos usuários e gestores, é morosa. Nos casos das populações beneficiárias dos sistemas de alerta de enchentes e das cisternas rurais implantadas faz-se necessário pesquisar a satisfação dos usuários/beneficiários.

Problema da Amazônia

O Programa **Problema da Amazônia** está voltado para promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação de biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região.

Os índices não foram apurados, mas as tendências vigentes indicam crescimento positivo destes. Todavia, os índices estabelecidos não refletem apenas as "mudanças ocorridas na sociedade por conta do Programa", e sim uma tendência socioeconômica de crescimento dos bioempreendimentos - negócios baseados no uso dos recursos da biodiversidade.

Resultados

O Programa de fato visa fomentar os bioempreendimentos, mas sua evolução e, portanto, dos indicadores relacionados, não pode ser explicada apenas como efeito do Programa. Inicialmente, o **Problema** suscitou um movimento de crescimento das expectativas no mercado dos empreendimentos baseados na biodiversidade da Amazônia, mas não conseguiu tornar efetivos os instrumentos necessários à execução desta política pública. A rigor, os efeitos do Programa sobre a sociedade ainda não se fazem mostrar.

O Programa, embora em fase de estruturação, revisão de suas estratégias de implementação e recomposição das relações interinstitucionais, já teve resultados finais capazes de influenciar os seus indicadores, a partir do fomento a projetos por meio de convênios. Todavia, os impactos mais significativos se farão sentir após o início de operacionalização das redes de instituições que implementarão, nos estados amazônicos, as ações do Programa, assim como a operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA.

Esta rede de parcerias apoiará o uso sustentável dos recursos da biodiversidade, por meio da organização do trabalho de bioprospecção e produção de matéria-prima, do desenvolvimento biotecnológico de bioprodutos, da incubação de bioempreendimentos e do estabelecimento de pólos biotecnológicos e de bioindústrias na região. Neste contexto, os entendimentos no âmbito do Governo vêm apontando estratégias para superar as dificuldades relacionadas ao Programa.

Em 2002, os resultados ficaram abaixo do esperado em função dos seguintes aspectos: atraso na conclusão das obras do CBA; fortes cortes e contingenciamentos orçamentários, prejudicando o repasse de recursos do Ministério do Meio Ambiente para o CBA, para os convênios estaduais, além de restringirem iniciativas de trabalho junto aos estados; necessidade de maior definição dos arranjos políticos e institucionais, que prejudicou a instituição de redes do Programa nos estados e junto aos segmentos envolvidos; dificuldades gerenciais e administrativas da Bioamazônia (cumprimento de metas contratadas e de prestação de contas anuais); ineditismo e ausência da cultura de bioprospecção, com o conseqüente despreparo dos diversos segmentos a serem articulados às ações do Programa; e dependência das ações do Programa à regulamentação da legislação sobre acesso a recursos genéticos.

Citam-se, também como dificuldades: a instabilidade nas relações entre o Governo e a Organização Social - OS Bioamazônia, sendo que o contrato desta OS com a empresa Novartis sem anuência e consentimento do Governo quebrou a relação de confiança (episódio

Gerente:

Maurício de Carvalho Amazonas

Novartis), prejudicando, inclusive, o processo de execução do 1º Contrato de Gestão; a dificuldade de negociação do segundo Contrato de Gestão, em consequência dos fatos ocorridos, gerando um interregno de sete meses sem contrato com a OS; os resultados do 2º Contrato de Gestão aquém dos esperados.

No tocante ao CBA, houve dificuldades como: problemas na fase inicial da elaboração do projeto (contrato com a Fepad - Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração) e início das obras, objeto de atenção da SFC e TCU; extemporaneidade na liberação dos recursos previstos para a obra do Centro, influenciada pelo episódio Novartis; e arranjo institucional insuficientemente definido: o CBA "possui vinculação múltipla" - está vinculado ao MMA do ponto de vista programático, ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, mediante a Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, do ponto de vista patrimonial; e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, do ponto de vista da competência de grande parte das ações a serem realizadas. Inicialmente procurou-se estabelecer a responsabilização pelos rumos e definições para o CBA no âmbito do **Probem**, por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação da Obra do CBA, constituída por representantes do MMA, Suframa, Governo do Estado do Amazonas e Bioamazônia. Posteriormente, a questão passou a ser objeto de discussão no Conselho de Coordenação do PROBEM, tendo sido estabelecido pelos ministros do MMA, MCT e MDIC a formação de um Grupo de Trabalho, sob a liderança do MCT, com a responsabilidade de estabelecer tais definições.

Apesar de todas as dificuldades, como principais resultados em 2002, têm-se: a conclusão das obras do CBA (dez/2002); criação de nova ação no PPA, partilhada entre os três ministérios, para a operacionalização do CBA, com aporte de 17,7 milhões de reais; realização de ciclo de encontros técnicos para discussão do modelo de implementação do Centro, com os diversos segmentos envolvidos (governos estaduais e municipais, comunidade científica, populações amazônicas, empreendedores); e entendimentos no âmbito do Conselho de Coordenação do Probem para a definição do modelo de gestão do CBA, resultando na realização de estudos de consultores contratados pelo MCT (dez/2002).

Além disso, houve avanços na estruturação do Programa (redes de parcerias) em termos da construção de interfaces institucionais e dos convênios para implantação do **Probem** nos estados. No tocante à construção de interfaces institucionais, houve entendimento entre o MMA, MCT e MDIC, o que gerou o Decreto 4.284 de 26 de junho de 2002 que institui o Programa e cria o Conselho de Coordenação do **Probem**; governos estaduais, gerando Termos de Cooperação com Amazonas e Amapá; com o Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT/Ibama (apoio à implantação da rede de inventário, coleta e cultivo); com a Funbio/Fundação Getúlio Vargas (busca de alternativas de financiamento das atividades); com entidades da sociedade civil; e com empresas. Nestes dois últimos entendimentos, os contatos iniciais visaram estabelecer a estratégia de participação dos respectivos segmentos no Programa.

Em termos dos convênios para implantação do **Probem** nos estados, destaca-se, no Amapá, a implantação das cadeias produtivas de açaí e andiroba e diagnóstico da pesca e aquíicultura; no Acre, a implantação de cadeias produtivas de treze produtos florestais não madeireiros; no Pará, o desenvolvimento de novos produtos derivados de piperáceas da Amazônia, com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp/Pará); e o apoio à divulgação e difusão do **Probem**, com a Fundação Rede Amazônica.

Merecem, ainda, destaque em 2002 os resultados obtidos com o 2º Contrato de Gestão com a Bioamazônia com revisão do Planejamento Estratégico da Bioamazônia; estudo para estruturação organizacional, funcional e operacional do CBA; relatório sobre a participação dos países amazônicos no conhecimento da biodiversidade e do conhecimento tradicional a ela associado; relatório sobre as coleções amazônicas: Diagnóstico dos Bioacervos das Coleções Amazônicas; curso de atualização em fitoquímica; e apoio ao Protocolo de Cooperação Técnica entre o Sindusfarma e a Bioamazônia.

Outros resultados do Programa, entre 2000 e 2002, foram: capacitação (especialização, reciclagem em nível técnico-prático nas áreas de biotecnologia, técnicas botânicas, gestão da inovação tecnológica e reciclagem em fitoquímica) de 175 pessoas; documentos sobre a Rede de Laboratórios de Referência da Bioamazônia; estudos diversos necessários à implantação de sistemas de aquisição, de gestão da inovação e assessoramento em propriedade industrial e intelectual; plano de ação para incubação de empresas no CBA; pré-projeto de plano diretor para um parque de bioindústrias na região Amazônica; elaboração de documento para o balizamento de um Manual de Conduta em Bioprospecção; elaboração de manual de procedimentos em propriedade industrial; elaboração de modelos para protocolos de cooperação e contratos específicos; elaboração de modelos e manuais de operação, chamada de projetos, planos de negócios e contratos padrão para empresas incubadas; apoio ao desenvolvimento de onze projetos de pesquisa com financiamento do BASA; apoio a protocolos e termos de cooperação com as seguintes entidades: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas; Petrobras e Fundação Oswaldo Cruz; Instituto de Pesquisas e Estudos Ambientais - Pró-Natura; Empresa Magama Agroindustrial; prefeituras de Envira - AM e Manacapuru (AM).

No tocante à estruturação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, têm-se como resultados: instituição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Obra (Portaria 150, de 21 de junho de 2000); organização do Grupo de Planejamento Estratégico do **Probem** - GPE; realização de ciclo de encontros técnicos para discussão do modelo de implementação do Centro, com os diversos segmentos envolvidos (governos estaduais e municipais, comunidade científica, populações amazônicas, empreendedores); e realização de perícia técnica para avaliação da obra, pelo Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias em Engenharia - IBAPE.

Quanto ao alcance do índice relacionado ao indicador, a estimativa é baixa (entre 50% e 69%). Desta forma, propõe-se o redimensionamento do índice não aferido para 0,050. Todavia, há possibilidade de alcance do índice em 2003, mas não constitui efeito direto do Programa.

Alerta-se que o segundo indicador Taxa de incubação e estabelecimento de bioindústrias na região amazônica, considerado até o ano anterior, não aparece no atual questionário, devendo ser reinserido, caso tenha sido eliminado. No entanto, vale ressaltar que este indicador não tem sido apurado e, mesmo que tenha havido um crescimento nesse sentido, não terá sido em função direta da ação do Programa.

No tocante aos impactos sobre o público-alvo do Programa, destaca-se que, dadas as dificuldades institucionais, o Programa até o momento não produziu seus efeitos de modo articulado e sistemático, apenas pontualmente.

Os efeitos do Programa sobre os indicadores estabelecidos dependem, em grande parte:

- 1) da implementação e início de operação (institucionalização) do CBA (dadas as funções a serem operacionalizadas em seus laboratórios, de desenvolvimento de pesquisa de produtos e processos e de seu papel como principal núcleo de incubação previsto no Programa), que até o momento não foi equipado e nem teve sua equipe selecionada e contratada; e
- 2) da estruturação das redes de instituições associadas ao Programa (rede de inventário, coleta e cultivo, rede de Pesquisa e Desenvolvimento, rede de bioindústrias), envolvendo instituições regionais e de fora da região, contemplando as diversas etapas das cadeias produtivas de bioprodutos, desde a produção da matéria-prima à apresentação dos novos produtos nas prateleiras.

Impacto positivo: as diretrizes da direção do Programa em 2001 (na SDS) passaram a criar expectativas no público-alvo muito positivas, induzindo ações de articulação.

Impacto negativo: a impossibilidade de se conflagrar a realização de várias ações frustrou grande parte das expectativas criadas.

Para 2003, espera-se: a reestruturação das bases do Programa, em termos de sua concepção e estratégia; e a revisão e adequação dos arranjos institucionais para a gestão e execução do Programa, considerando:

- a ampliação do Conselho de Coordenação do **Probem** de modo a contemplar os diferentes segmentos envolvidos;
- a revisão do papel da OS Bioamazônia;
- a consolidação do modelo de gestão do CB;
- a estruturação das Redes **Probem**; e
- de inventário, coleta e cultivo;
- de P&D; e
- de bioempreendimentos.

Tal conjunto de reestruturações deverá encontrar condições amplamente favoráveis, visto tratar-se de período de início de novo Governo.

.....

Concepção A megadiversidade da região amazônica oferece vantagem comparativa para o estabelecimento da bioindústria que propiciará o desenvolvimento social e econômico da região, ao mesmo tempo que estimula a conservação e o manejo da diversidade biológica.

No entanto, o atual modelo econômico da região amazônica encontra restrições e esgotamentos. A substituição da floresta por terras para agricultura e pecuária, por meio do desmatamento, não tem apresentado ganhos socioeconômicos e ambientais que justifiquem sua reprodução. Por sua vez, o setor industrial amazônico atual tende a encontrar dificuldades de sustentação futura, dado o descolamento das vantagens comparativas locais e a perspectiva de eliminação dos incentivos fiscais. Tal quadro tem trazido pouca expectativa de aumento da inclusão social e de melhoramento da distribuição de renda na região.

Diante disso, cabe ao Governo, por meio de políticas públicas, implantar as estratégias nacionais de inserção nos novos padrões tecnológicos, atuando no contraditório contexto regional, de modo a conformar-se como efetivo contraponto às estratégias de continuidade das determinações do ciclo anterior. Tais políticas devem induzir a que o uso sustentável dos componentes da

biodiversidade, com o apoio da biotecnologia, se concretize como um novo norteador de estratégias produtivas, que permitam o estabelecimento de cadeias produtivas que unam o interior aos centros urbanos que forem abrigar as atividades de transformação final. Para isso, torna-se fundamental vencer o desafio, não solucionado no ciclo anterior, de orquestrar o funcionamento conjunto da ciência com a produção.

Para que esta nova política pública alcance resultados até então não atingidos, visualizam-se as seguintes demandas, a serem atendidas:

- fomento a novos modelos econômicos para a região, baseados na utilização sustentável dos recursos da biodiversidade regional;
- direcionamento da tendência atual, de crescente uso econômico da biodiversidade, atendendo à necessidade de fomentar o ramo/setor, para disciplinar suas atividades, com base em prioridades estabelecidas a partir de políticas públicas;
- zelo pela geração e repartição de benefícios socioeconômicos e ambientais às comunidades e aos segmentos sociais envolvidos;
- capacitação para o aprimoramento da organização e desenvolvimento tecnológico das comunidades e segmentos sociais que vivem, efetiva e potencialmente, deste ramo/setor de atividades;
- importância de se estabelecer estudos para o conhecimento das cadeias produtivas de bioprodutos, como base para se estruturar as ações de intervenção das políticas públicas; e
- visto que a biotecnologia constitui área crescente na C&T e a bioindústria é um setor crescente entre os ramos industriais, atender à necessidade de alavancar a competência e capacitação regional em manejo e utilização sustentável dos componentes da biodiversidade amazônica; pesquisa e desenvolvimento direcionada à obtenção de bioprodutos; e formação e desenvolvimento de novos empreendimentos (bioempreendimentos).

Ao longo dos anos, toda essa problemática sofreu as seguintes transformações:

- episódio Novartis muda a atenção e a opinião pública sobre o tema (pressão social sobre a Bioamazônia, questionamentos sobre a legislação e instâncias reguladoras etc.);
- instituição da Medida Provisória sobre acesso a recursos genéticos (MP 2186-16, de 23 de agosto de 2001) muda os marcos legais e restringe as ações até então correntes;
- regulamentação insuficiente desta Medida Provisória impede novas ações de ocorrerem com regularidade (pressão dos segmentos organizados da população amazônica, de setores da academia e empresariais para ter regras claras para agir);
- neste cenário, o Programa procurou se estruturar para se (re)formatar enquanto instrumento de política pública. Colocando-se enquanto um programa de fomento, busca estabelecer seu foco no desenvolvimento das cadeias produtivas e na solução de seus gargalos.

Diante disso, alguns aspectos do Programa precisam ser melhorados. No tocante à adequação do objetivo ao Programa, sugere-se que o objetivo passe a ter a

seguinte redação: "promoção do desenvolvimento regional a partir do uso sustentável dos recursos da biodiversidade, com base na bioprospecção, no desenvolvimento da pesquisa biotecnológica e no fomento à bioindústria, tendo-se como princípio a justa repartição dos benefícios decorrentes".

Em termos de caracterização do público-alvo, sugere-se a seguinte redação: "setores produtivos, comunidade acadêmica e segmentos da população associados ao desenvolvimento de bioprodutos derivados do uso sustentável da biodiversidade da Amazônia.

Quanto à pertinência das ações, cita-se que foi acrescentada ao Cadastro da Secretaria de Orçamento Federal/MP a nova ação Desenvolvimento de Produtos e Processos pelo Centro de Biotecnologia da Amazônia a partir da Biodiversidade, que permitirá o efetivo funcionamento do Centro, após o término de suas obras civis.

No tocante à adequação dos indicadores, registra-se que deva manter o indicador Taxa de participação de produtos e serviços derivados da biodiversidade da Amazônia no PIB regional, com um índice de 0,05, e reintroduzir o indicador Taxa de incubação e estabelecimento de bioindústrias na região amazônica, retirado na última versão, com um índice de 0,3. A questão dos indicadores deve ser rediscutida, de modo a que se possa estabelecer elementos que permitam identificar de modo mais preciso os efeitos diretos do Programa. Deverá ser necessário o recurso a uma "cesta" de indicadores que captem diferentes impactos do Programa. Além dos indicadores já apontados acima, é necessário também captar-se os efeitos sobre as comunidades (e.g., incremento da renda de populações extrativistas), o incremento de P&D em áreas prioritárias do programa etc.

Quanto à matriz de fontes de financiamento, cita-se que a viabilização das ações do Programa, em todos seus efeitos de irradiação, depende da existência de canais de financiamento para projetos de uso da biodiversidade, o que não pode depender apenas de verbas orçamentárias dos ministérios executores. A idéia da existência de um fundo de financiamento para auto-sustentação do Programa já faz parte da sua concepção original. Faz-se necessário que as definições e encaminhamentos institucionais para tal sejam levadas a cabo.

Em termos de produtos desenvolvidos com recursos não expressos no PPA, cita-se que o próprio dinamismo crescente no setor de bioprospecção, biotecnologias e bioempreendimentos, objetos da ação do Programa, impactam positivamente os resultados e indicadores, ainda que não em função de uma ação direta do Programa.

A estratégia de implementação também possui aspectos que precisam ser melhorados. Neste contexto, registra-se que deva ser elaborado novo plano de ação para 2003, em função do processo de revisão e reestruturação do Programa e da efetiva disponibilidade de recursos.

Quanto ao plano de avaliação, este deve ser elaborado considerando a melhor definição dos indicadores do Programa.

No tocante à organização dos trabalhos no âmbito da gerência, os quadros disponíveis no momento para o Programa não são suficientes para a condução do conjunto de ações esperado para o Programa quando em pleno andamento. Há insuficiência de quadros com especialidades nas áreas econômicas, jurídicas e de análises de projetos técnicos em bioprospecção e biotecnologia.

Em termos de articulação com outras unidades do ministério, cita-se que a concepção do Programa torna necessária uma maior aproximação entre as diferentes áreas do MMA afins à suas atividades. Já a articulação com as parcerias, registra-se que a forma de institucionalização de parcerias com empresas, comunidade acadêmica e os segmentos da população associados à biodiversidade tem sido objeto de interesse da atual gerência. Trabalha-se pela formação de redes unindo os três eixos principais de ação propostos: rede de inventário, coleta e cultivo, com as comunidades agroextrativistas, prefeituras municipais, instituições responsáveis pelas coleções amazônicas e instituições de pesquisa agrônômica; rede de pesquisa e desenvolvimento, com as universidades, laboratórios e instituições de pesquisa; e rede de bioindústrias, articulando as organizações e as empresas do ramo em consórcios de pequenas, médias e grandes, além de apoiar a consolidação de uma rede de incubadoras na região, em possível parceria com a Associação de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada - Anprotec. Essas articulações têm tido como obstáculo a indefinição da institucionalização e do processo de operacionalização do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA e a necessidade de uma posição do próximo Governo a respeito do Programa.

Quanto à forma de coordenação e acompanhamento dos executores, a execução do Programa adotou como estratégia a publicização das ações, por meio da qualificação da Organização Social Bioamazônia. Avaliamos que a estratégia de conferir a execução de algumas atividades do Programa a uma organização social coaduna-se adequadamente ao objetivo, dimensão e forma de inserção do Programa na realidade socioeconômica. No entanto, a extensão das atividades passíveis de serem publicizadas deve ser detidamente avaliada, dada a relevância estratégica da questão da bioprospecção. Por outro lado, as dificuldades nas relações entre Governo e Bioamazônia e no processo de sua estruturação levaram a um desempenho desta aquém das expectativas. Faz-se necessário o saneamento de todos os problemas identificados com relação à Bioamazônia, para que esta possa efetivamente qualificar-se para prestar os serviços para os quais foi criada. Caso contrário, é preciso desenvolver estratégias alternativas, que permitam a continuidade das ações do **Probem** e o cumprimento de seus importantes objetivos. Quanto aos demais ministérios executores, é fundamental, a partir do recém criado conselho de coordenação do Programa, aperfeiçoar os processos de articulação e coordenação das ações setoriais, tendo como base os objetivos comuns que norteiam o **Probem**.

A forma de articulação com outros ministérios requer a ampliação do leque de articulação entre os setores federais, principalmente no que se refere aos Ministérios da Agricultura, Saúde, Integração e Desenvolvimento Agrário, de forma a traçar estratégias de interesse comum.

Já a articulação com as partes interessadas requer o estabelecimento de uma política mais efetiva de divulgação do **Probem**, de forma a envolver a sociedade e os segmentos mais interessados em sua proposta, abrindo canais de discussão que permitam a visualização da importância do Programa para o desenvolvimento da região amazônica.

Em termos da participação do público-alvo, registra-se que, no contexto descrito no item anterior, devem ser direcionados esforços de capacitação dos diversos segmentos que compõem o público-alvo, a partir de fóruns de discussão do Programa e treinamentos específicos para inserção nas diversas etapas das cadeias produtivas desenvolvidas pelo **Probem**. Além desta forma de participação, o público-alvo deve também tomar parte nos mecanismos de controle social.

Em termos de mecanismos de controle social, identifica-se a necessidade de aumentar a participação dos segmentos da sociedade envolvidos nas atividades do **Probem**, aumentando a composição de seus dois principais fóruns de decisão, com o objetivo de representar esses segmentos, quais sejam: Conselho de Coordenação do **Probem** e Conselho de Administração da Bioamazônia.

Sendo assim, a forma de controle e acompanhamento do desempenho requer o estabelecimento de mecanismos e rotinas de acompanhamento, em comum acordo com os órgãos executores.

No tocante à articulação com estados e municípios, identifica-se a necessidade de progredir nas articulações diretas com os estados amazônicos, tanto já iniciadas quanto novas, envolvendo nesse esforço os municípios, apoiando a criação de núcleos estaduais do **Probem** que articulem as demandas estaduais relativas ao Programa e seus mecanismos de apoio e financiamento.

Por fim, vale salientar que o Programa encontra-se bem desenvolvido em termos de sua concepção e estratégia de implementação, necessitando porém que seja aberto um processo de discussão pública para melhor difundi-lo e, finalmente, que seja efetivamente implementado em articulação com os diversos atores envolvidos.

Em termos de aspectos da estratégia que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados, destacam-se:

- forma de articulação com as parcerias. Apesar das dificuldades da estruturação destas redes de relações, este foi um ponto positivo, ainda que em fase inicial;
- forma de coordenação e acompanhamento dos executores: a realização do conjunto de ações propostas para o Programa exige uma estratégia de publicização, visto que a administração direta não traria a agilidade e flexibilidade necessárias para realizá-las. No entanto, a experiência tida com a OS Bioamazônia conduz a se refletir qual a extensão das ações a serem publicizadas e quais os mecanismos para aperfeiçoamento desta relação contratual; e
- forma de articulação com outros ministérios. Quanto maior o grau de envolvimento e articulação com os ministérios relacionados, mais se estará atuando de modo compatível a esta multissetorialidade. Os esforços empreendidos conduziram ao estabelecimento do Conselho de Coordenação do **Probem**, formado pelos secretários executivos do MMA, MCT e MDIC. Todavia, esta composição deverá ser progressivamente ampliada, de modo a envolver outros ministérios, como o MS, MDA, MAPA e MI.

Neste contexto, os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação também necessitam ser aperfeiçoados, haja vista que o Conselho de Coordenação do **Probem** deve ser ampliado, incorporando participação de outros ministérios, estados e de segmentos da sociedade civil envolvidos e criados grupos de trabalho específicos a partir do conselho. A equipe do **Probem** no MMA deve ser ampliada e capacitada a realizar trabalhos de orientação, acompanhamento e supervisão sistemáticos das iniciativas apoiadas pelo Programa. Além disso, deve-se rediscutir a estratégia de publicização das ações relacionadas, buscando aperfeiçoar os mecanismos para esta relação contratual.

Implementação

Em termos de padrão de execução financeira, registra-se como principal aspecto que gerou divergências entre o planejado e o realizado, as restrições orçamentárias, tanto pelos valores aprovados nas LOAs, que ficaram abaixo do previsto no início do PPA, quanto pelos cortes orçamentários observados ao longo do período. Os cortes e contingenciamento de recursos limitaram as atividades e convênios, afetando diretamente os cronogramas de execução, sobretudo as atividades sujeitas à sazonalidade climática. A liberação de recursos sem tempo hábil prejudicou o cumprimento de ações planejadas e compromissos assumidos, enfraquecendo a posição da gerência do Programa, especialmente em relação ao CBA.

Como conseqüências, observou-se a redução de parcerias potenciais (menor número de projetos apoiados); renegociações de cronogramas, metas e recursos, dependentes de suas disponibilidades em tempo, qualidade e quantidade, adequadas; diminuição da eficácia das ações empreendidas pela gerência; redução da capacidade da gerência do **Probem** em participar das definições necessárias ao CBA; e dificuldades na procura por estruturação de fundo e/ou carteira em fundos existentes, para apoio a projetos relativos ao **Probem**.

Ressalte-se que as ações de responsabilidade da SUFRAMA e do INPA, previstas no PPA, não sofreram, em termos quantitativos, restrições como as ocorridas no âmbito do MMA, o que permitiu uma execução dentro do previsto (porém com atrasos no cronograma).

O contingenciamento orçamentário e o fluxo descontínuo e incerto de liberação prejudicaram a capacidade de planejamento, de estabelecimento e cumprimento de compromissos no Programa. Isto é ainda mais marcante dado o fato de que o **Probem** opera a partir de um conjunto de parcerias, o que demanda previsibilidade e regularidade.

Outra dificuldade enfrentada pelo Programa reside na inadequação dos recursos materiais, que só não foram limitantes no exercício de 2002 porque o Programa não pôde ser desenvolvido conforme o planejado. No entanto, o Programa se encontra em processo de reestruturação e crescimento de suas ações, o que tornará os recursos atuais insuficientes. De modo análogo, a infra-estrutura também não foi limitante, mas a reestruturação do Programa, com o crescimento de suas ações, exigirá investimentos nesta área.

Em termos de recursos humanos, na equipe gerencial vislumbra-se certa insuficiência após a reestruturação do Programa. Nas equipes locais, a necessidade de se montar as redes operacionais previstas para o **Probem** gerará demanda por montagem de equipes locais na constituição dos núcleos estaduais do **Probem**.

No tocante às alterações introduzidas pela LOA 2002, cita-se o prejuízo no desempenho do Programa em decorrência da grande diferença entre o montante de recursos aprovado e o previsto.

Em resumo, destacam-se como restrições em 2002 o contingenciamento de recursos, gerando incertezas quanto ao planejamento e prejudicando a execução das ações anuais programadas; a inadimplência de seus executores, fazendo com que alguns convênios com instituições estaduais tivessem seus cronogramas de trabalho e desembolso prejudicados. Além disso, problemas de atraso na prestação de contas com um dos convênios junto ao IEPA atrasaram a execução do cronograma previsto, embora não tenham prejudicado o andamento de demais ações do programa. No tocante ao contrato de gestão com a OS Bioamazônia, registra-se que os resultados foram insatisfatórios, gerando a necessidade de se repensar o modelo de execução do Programa.

No caso específico das dificuldades com contratos e convênios, destaca-se a lentidão de tramitação, sobretudo por dificuldades administrativas dos executores dos convênios, especialmente na viabilização de documentação adequada, disponibilização de informação e prestação de contas. O principal fator de interferência no andamento e celebração de convênios para o Programa consistiu na irregularidade e imprevisibilidade da liberação de recursos financeiros para os compromissos assumidos, além da insuficiência de capacitação dos executores na realização dos procedimentos administrativos necessários à formulação, acompanhamento e prestação de contas de projetos e atividades. Urge estabelecer programa de capacitação administrativa para os executores estaduais de convênios firmados com órgãos federais.

No tocante ao desempenho físico das ações com recursos descentralizados, cita-se que o desempenho da OS Bioamazônia, em termos dos resultados apresentados no contrato de gestão, encerrado em junho de 2002, ficou abaixo do esperado. Já o desempenho dos convênios realizados com os estados do Amapá, Acre e com a Fadesp - PA ficou dentro do previsto, embora a execução destes convênios tenha sido prejudicada pela irregularidade e incerteza financeira.

Quanto ao mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações de execução descentralizada, cita-se que não há mecanismo específico e formal instituído. As informações são captadas por solicitação esporádica direta aos órgãos. No caso da obra do CBA, as informações também eram fornecidas à comissão de acompanhamento da obra por ocasião das suas reuniões de trabalho, embora nem sempre de modo sistemático.

No tocante ao esforço de capacitação da equipe gerencial, destaca-se que houve ampliação da equipe a partir da contratação de dois advogados, que findaram por não permanecer na equipe, havendo necessidade de novo edital para reconstituição da mesma. Foram realizados esforços para incorporar gestores, tendo um deles permanecido no Programa apenas por dois meses. Idealiza-se para a reestruturação do Programa a ampliação da equipe, com a incorporação de novas capacitações em áreas como economia e análise de projetos. Por outro lado, nos estados e municípios, não há ainda estruturação e regularidade nas ações do Programa.

Em termos de parceiros, destacam-se:

- MCT e MDIC passam a atuar diretamente na própria coordenação do Programa, participando do conselho de coordenação, instituído pelo Decreto 4284 de 26 de junho de 2002; e
- convênios realizados em nível estadual: Governo do Amapá / Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA: com um projeto já concluído e três atualmente em execução; Governo do Acre / Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo - SEFE: um projeto concluído e um em execução; Fundação Rede Amazônica: executado devidamente, com grande potencial de impacto na região, embora os resultados ainda sejam muito preliminares; Governo do Amazonas: sempre demonstrou interesse, comprometendo-se a participar, tendo inclusive assinado com o MMA um termo de cooperação, o qual não se traduziu em ações efetivas; e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa / Pará: com um projeto em desenvolvimento FADESP.

Quanto às parcerias vantajosas com outros programas, identifica-se um amplo conjunto de programas e projetos governamentais com os quais o **Probem** tem clara interface, dada sua transversalidade. Há distintos níveis de diálogo e relacionamento com estes programas, mas ainda não se conta com compromissos efetivos. São eles:

- Biovida - MMA;
- Amazônia Sustentável - MMA;
- Sivam - Sistema de Vigilância da Amazônia / Casa Civil;
- Desenvolvimento da Amazônia Legal - ADA;
- Rede Genamaz - Rede para Conservação e Uso dos Recursos Genéticos Amazônicos - ADA;
- Pólo Industrial de Manaus - MDIC;
- Propriedade Intelectual - MDIC;
- Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MDIC;
- Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma - MCT;
- Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa - MCT;
- Ciência e Tecnologia para a Gestão de Ecossistemas - MCT;
- Plataformas Tecnológicas - MCT; e
- Pronaf - Programa Nacional de Agricultura Familiar / MDA.

Quanto à existência de mecanismo de participação da sociedade, cita-se que há o conselho de administração da OS Bioamazônia, que tem em sua composição algumas entidades da sociedade (Academia Brasileira de Ciências -ABC, Federação das Indústrias do Estado do Amazonas -Fieam, Confederação Nacional da Indústria -CNI, Sebrae, Unamaz - Associação das Universidades Amazônicas), mas não é o suficiente, uma vez que as entidades que representam as comunidades locais não estão contempladas.

Além disso, a gerência do Programa tem recomendado a abertura de canais de participação no Conselho de Coordenação do **Probem**, ou criando câmaras técnicas específicas aos setores de interlocução, ou revendo integralmente a composição do conselho.

No entanto, o Programa não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, em razão do Programa ainda se encontrar em estruturação. Sendo assim, não há ainda resultados suficientes sobre os usuários e beneficiários para que se institua um mecanismo formal de avaliação dos resultados pelos mesmos.

Em termos de desempenho multissetorial do Programa, registra-se que a multissetorialidade é característica inerente ao Programa. No entanto, o Programa ainda se encontra em fase de estruturação, não estando a multissetorialidade suficientemente desenvolvida. Isso deverá ser verificado mais efetivamente a partir da formação de redes que envolvam os participantes do Programa.

Atualmente, a multissetorialidade encontra-se na seguinte situação:

Ação Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, em sua componente executada pela Suframa - MDIC, teve execução satisfatória, tendo sido o Centro inaugurado, em sua estrutura física, em dezembro. Em termos de cronograma, a conclusão da obra sofreu atraso em relação ao previsto no exercício. O atraso deveu-se, entre outros fatores, à disponibilização irregular de recursos, inclusive o MMA não tendo conseguido viabilizar os repasses à Suframa.

Tal atraso, todavia, não foi determinante para o não-funcionamento do Centro. Este decorre de que seu modelo de gestão, sua institucionalização e a viabilização de recursos humanos encontram-se ainda em processo de definição.

A existência do CBA, enquanto ente, encontra dificuldades oriundas de suas "vinculações múltiplas". A própria transversalidade inerente ao **Probem** e a forma como se realizaram as gestões iniciais para sua criação levaram a que a vinculação institucional do CBA tenha sido, ao longo do tempo, objeto de insuficiente definição. Do ponto de vista de missão e concepção, o CBA surge a partir do **Probem** e para atender à missão neste estabelecida, estando assim claramente vinculado ao MMA, o que inclusive se expressa com o fato deste ministério estar na direção do Programa e ser o seu gerente no PPA. Do ponto de vista das atividades objeto do Centro, pesquisa, desenvolvimento e inovação, o Programa tem claras vinculações às ações do MCT, que inclusive possui em sua estrutura uma diretoria de biotecnologia. Do ponto de vista de ações finalísticas, relacionadas à promoção de bioindústrias e demais bioempreendimentos, e do ponto de vista da responsabilidade legal e patrimonial pela obra do CBA, o Programa está claramente vinculado ao MDIC / Suframa. Inicialmente procurou-se estabelecer a responsabilização pelos rumos e definições para o CBA no âmbito do **Probem**, por meio da Comissão de Acompanhamento da Implementação da Obra do CBA, constituída por representantes do MMA, Suframa, Governo do Estado do Amazonas e Bioamazônia. Posteriormente, a questão passou a ser objeto de discussão no Conselho de Coordenação do **Probem**, tendo sido estabelecido pelos ministros do MMA, MCT e MDIC a formação de um grupo de trabalho, sob a liderança do MCT, com a responsabilidade de estabelecer tais definições.

A ação Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Região Amazônica, sob responsabilidade do INPA - MCT, foi devidamente executada. A ação, atualmente a cargo do INPA e MPEG, necessita ser melhor discutida entre estas instituições e a gerência do Programa, de modo a estabelecer maior convergência de objetivos entre as pesquisas a serem realizadas nestas instituições, no âmbito e com os recursos da ação do **Probem** / PPA, e os requerimentos das linhas definidas como prioritárias no Programa.

De modo geral, há informações disponibilizadas pelos demais órgãos, quando solicitadas, mas a integração com estes no monitoramento e acompanhamento das ações é ainda insuficiente.

Por fim, em termos de adequação da estrutura organizacional do MMA ao modelo de gestão por programas, registra-se que, internamente ao ministério, não há mecanismos que promovam a articulação entre os gerentes dos diversos programas executados, sejam eles constantes no PPA ou não. Tal ausência é marcante no caso do **Probem**, dada sua concepção, que exige interações diversas com ações executadas por outras unidades. Nesse sentido, é interessante organizar, no âmbito dos diversos programas do ministério constantes no PPA, um fórum de articulação entre os gerentes, onde sejam identificadas interfaces, lacunas e sobreposições entre os programas, assim como discutidas estratégias que integrem ações.

Todavia, a melhor adequação à gestão por programas depende de decisões e avanços relativos à própria concepção do modelo de gestão adotado pelo PPA. Nesse contexto, a gerência identificou dificuldades na ausência de instrumentos efetivos para a coordenação das ações realizadas em outros órgãos. Nestes casos, o papel atual do gerente se concentra no monitoramento e acompanhamento, à medida que as informações são fornecidas, e em procurar

influir por meio de recomendações. Porém, não há mecanismos formais que confirmem à gerência poder de determinação. Como exemplo, a inclusão, exclusão, revisão e alteração de ações junto à SOF pode ser realizada diretamente pelo órgão ou unidade executora, sem necessitar comunicar, justificar, consultar e acordar com a gerência. A gerência não dispõe de mecanismos de controle sobre ações executadas pelas outras unidades que não a da gerência.

Diante da ausência de instrumentos formais estabelecidos no nível da gerência e dada a intensa multissetorialidade inerente ao **Probem**, faz-se necessário o compartilhamento de importantes decisões no nível do MMA, MCT e MDIC. Neste sentido, foi estabelecido como instrumento articulador o Conselho de Coordenação do **Probem**, composto atualmente pelos secretários executivos dos três ministérios.

A gestão por programas também deve contar com um procedimento de monitoramento e acompanhamento mais sistemático e mais presente por parte do MP na condução dos programas, devendo ser implementada uma rotina de acompanhamento entre o MPOG e as gerências. Isso permitiria identificar os problemas tipicamente relacionados ao modelo de gestão, orientando na busca de soluções e mesmo extraindo destes problemas, lições para avaliação do próprio modelo.

O processo de avaliação deve ser realizado com regularidade (e.g. semestral) ao longo do ano e conjugado às rotinas e mecanismos de acompanhamento, pois se considera que não deve haver acompanhamento sem avaliação e nem avaliação sem acompanhamento.

Qualidade Ambiental

Resultados Aproximadamente 80% da população brasileira concentram-se nas regiões urbanas, gerando os chamados ecossistemas construídos, os quais trazem por si só, problemas ambientais de toda ordem com a conseqüente diminuição da qualidade ambiental. Melhorar as condições dessa qualidade ambiental, a qual está intimamente ligada à qualidade de vida da população é uma obrigação do setor público.

Sendo assim, o Poder Executivo ao apresentar à sociedade o PPA 2000-2003 justificou a criação do Programa de **Qualidade Ambiental** pela magnitude e relevância dos problemas causados pela concentração demográfica e industrial, caracterizada pela ausência de saneamento básico adequado, altos níveis de poluição industrial, disposição inadequada de dejetos domiciliares e industriais, uso inadequado do solo, contaminação de mananciais de abastecimento d'água e poluição atmosférica. Paralelamente, o aumento do consumo de energia, a utilização de recursos naturais e a geração de resíduos, na razão direta da densidade populacional, mostram que esses problemas extrapolam as áreas estritamente urbanas e causam impactos nas áreas limítrofes e rurais. Foi, pois, justificável a criação de um programa que priorizasse ações que abordem problemas ambientais urbanos e apóie os esforços pela melhoria da qualidade ambiental nas cidades e contribua para um desenvolvimento urbano que minimize conflitos e impactos ambientais na área e em áreas adjacentes.

Alguns dos principais resultados alcançados pelo Programa, no período de 2000 a 2002, foram:

- melhoria da infra-estrutura operacional da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental do Ibama;
- redução do prazo médio do processo de licenciamento ambiental federal, atendendo a um maior número de empreendimentos;
- elaboração de manuais técnico-temáticos, nas áreas de procedimentos administrativos, transportes, energia e mineração;
- elaboração de manual macro-estratégico sobre avaliação ambiental estratégica;
- elaboração de estudo do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos em Licenciamento e Licenciados - Sislic;
- realização de cursos sobre legislação ambiental, avaliação de impacto ambiental e mediação de conflitos;
- implementação de Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais em doze estados da federação;
- elaboração do documento Perfil Nacional de Substâncias Químicas, identificado como o diagnóstico da situação brasileira relacionado à gestão de substâncias químicas;
- projetos de modernização dos órgãos estaduais de meio ambiente;

Gerente:

Reinaldo A. de Vasconcelos

- projetos de intervenção em ativos ambientais de forma articulada intersetorialmente, visando alcançar avanços na gestão ambiental do País, especialmente do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama; e

- projetos de legislação estadual para resíduos sólidos, planos de monitoramento ambiental, diagnósticos das atividades poluidoras.

Sobre os resultados, ressalta-se que, considerando a amplitude do Programa de **Qualidade Ambiental**, os indicadores Consumo de Substâncias Destruidoras de Ozônio e Taxa de Disposição Adequada de Resíduos Industriais tiveram variação dentro do esperado (90% a 100%). Destaca-se, no entanto, que os recursos que financiam as ações vinculadas a tais indicadores são advindos de fontes externas internacionais.

Por outro lado, a variação do indicador Prazo Médio para Concessão de Licenciamento Ambiental teve sua variação abaixo do esperado, tendo em vista o contingenciamento dos recursos orçamentários da ordem de 90% do inicialmente previsto. Acresce-se a isto, o atraso na internalização do recurso financeiro correspondente aos 10%, que ocorreu apenas em outubro de 2002, dificultando em muito uma execução adequada.

A ação fomento a Projetos de Melhoria da Qualidade do Ar e Proteção da Atmosfera, a ação Elaboração do Perfil Nacional de Substâncias Químicas destacaram-se por apresentarem bom desempenho e não dependerem necessariamente dos recursos orçamentários previstos. A primeira ação contribuiu para a melhoria da qualidade ambiental, através da redução de 30% do consumo nacional de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Enquanto a segunda visa contribuir para a definição de políticas e estratégias do Governo, sociedade civil e trabalhadores para equacionamento dos problemas decorrentes da gestão inadequada dessas substâncias.

O Programa **Qualidade Ambiental** está voltado para promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, sendo considerado como um dos maiores programas do PPA, reunindo 32 ações. Sendo assim, o Programa de **Qualidade Ambiental**, visa encontrar e encaminhar soluções para problemas de:

Concepção

- mudança global do clima;
- poluição atmosférica;
- destruição da camada de ozônio;
- contaminação e poluição da água, do solo e do ar;
- queda da produtividade e contaminação e poluição de ambientes costeiros;
- derramamento de óleo - efeitos da exploração de petróleo; e
- gestão de ambiental dos órgãos estaduais e federal de meio ambiente

O Programa tem sua Gerência instituída no âmbito do Ministério de Meio Ambiente, entretanto, sua execução se dá, na maioria de suas ações, de forma descentralizada. Participam de sua execução o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Agência Nacional do Petróleo - ANP/MME, Companhia de Energia do Amazonas - CEAM, e Furnas.

As fontes de financiamento do Programa, no exercício de 2002, são:

- Fontes de Financiamento	LOA/Previsto	LOA+Créditos/Atual
- Lei Orçamentária Anual	217.711.500	207.754.170
- Fiscal/Seguridade	176.790.613	166.833.283
- Tesouro	164.753.959	154.796.629
- Financiamento externo contratado	12.036.654	12.036.654
- Financiamento externo a contratar	0	0
- Investimento das Estatais	40.920.887	40.920.887

Implementação

A falta de regularidade e disponibilidade orçamentária, ou ainda, a liberação parcial de recursos acarretou uma série de problemas na execução do Programa, inclusive não permitindo o início de algumas ações programadas, visto que necessitam de um volume mínimo de recursos para seu início.

Entretanto, as atividades continuam se desenvolvendo, em especial, pelas estratégias estabelecidas executadas através de parcerias junto às instituições da esfera estadual, federal, universidades e a sociedade civil.

Outrossim, ressalta-se que, em 2001, em decorrência das medidas emergenciais para solução da crise de energia, o Programa sofreu alteração em sua estruturação, sendo levado a apoiar atividades não previstas. Destaca-se que as demandas advindas de situações emergenciais, tal como a crise energética ocorrida em 2001, levou o Programa a formular e implementar Agendas Ambientais com setores empreendedores do Governo, especialmente criando a Agenda de Energia e de Transporte, com os respectivos ministérios.

Algumas ações mereceram destaque por superarem as expectativas, contribuindo sobremaneira para o atingimento dos resultados, quais sejam:

- Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Auxiliares de Gestão Ambiental. Baseado no levantamento de novos instrumentos de gestão ambiental, foi identificada a avaliação ambiental estratégica;
- Promoção da Gestão Ambiental das Empresas. Disseminação, no âmbito das pequenas e médias empresas, da gestão ambiental, melhorando inclusive sua competitividade;

assinatura de termos de cooperação entre o MMA e os Ministérios da Saúde, Minas e Energia, Transportes e Agência Nacional do Petróleo, e a consecução das Agendas Ambientais Setoriais;

levantamento e consolidação de dados sobre a qualidade do meio ambiente, para monitoramento das emissões gasosas; e

elaboração de metodologia de avaliação de qualidade ambiental urbana para fundamentar a elaboração de relatórios ambientais de cidades da América Latina e Caribe - Geo cidades.

Enfim, entendemos que com a continuidade dessas parcerias e a regularização orçamentária, espera-se que as metas definidas no PPA possam vir a ser atingidas em 2003.

Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Resultados

O Programa **Recursos Pesqueiros Sustentáveis** visa promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

Dois fatores concorreram para que os indicadores não fossem apurados. O primeiro, tem relação com a própria inadequação dos indicadores para efetivamente medir a sustentabilidade das pescarias selecionadas. Da forma como foram construídos só indicariam a sustentabilidade ambiental, assim mesmo de forma restrita, não refletindo o conceito mais abrangente de sustentabilidade. O segundo fator relaciona-se ao fato de que competia, durante o exercício de 2002, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o recolhimento dos mapas de bordo, instrumento estatístico fundamental para o cálculo da CPUE. Até a presente data as informações necessárias a tal cálculo não foram repassadas por aquele ministério ao MMA.

No que se refere ao primeiro fator, foi desenvolvido um modelo para cálculo do índice de sustentabilidade das pescarias, contemplando as vertentes ambiental, social e econômica, que vai ser testado na pescaria de lagosta durante o exercício de 2003.

Os indicadores do Programa refletem apenas a sustentabilidade ambiental das pescarias, mas não contém em si, a idéia perseguida pelo Programa, de construção da sustentabilidade em seu sentido amplo, envolvendo além da ambiental, as sustentabilidades político-institucional, social e econômica. Daí a necessidade de serem construídos novos indicadores, tarefa que se encontra em andamento, a partir de uma proposta em discussão do modelo indicado pela FAO com adaptações às especificidades brasileiras.

Cabe ainda salientar a falta de condições operacionais decorrente da não implantação da rede de coleta de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, responsável pela coleta das informações básicas advindas dos mapas de bordo. Diante disso, não foi possível mensurar a captura por unidade de esforço - CPUE, para as principais pescarias.

Desta forma, considera-se inaplicável o estabelecimento de estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do Plano (2003), não havendo, portanto, nenhuma necessidade de atualização dos índices finais do PPA 2000-2003.

Em termos de resultados, eles estão dentro do esperado (entre 90% e 100%), caso sejam desconsideradas as ações que não foram executadas devido ao contingenciamento de recursos orçamentários. Algumas ações chegaram a superar a meta programada, como foi o caso do número de pescadores atendidos pelo seguro-desemprego.

Como principais resultados, destaca-se a primeira etapa da construção da sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros (tarefa de longo prazo -dez a vinte anos), que foi a elaboração do marco referencial-conceitual para o Sistema de Gestão de Recursos Pesqueiros e a elaboração de Planos de Gestão por espécie, grupo de espécies, ecossistema ou bacia hidrográfica. O marco referencial foi desenvolvido a partir de duas dissertações de mestrado defendidas perante o Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Insere-se, também, no contexto dos principais resultados obtidos em 2002, no âmbito da ação Implantação de Sistema de Gestão de Recursos Pesqueiros, a elaboração do plano preliminar de gestão dos recursos lagosteiros.

Gerente:

Simão Marrul Filho

Cabe destacar que, mesmo antes da finalização de tal processo, ganhos consideráveis são observados no processo de ordenamento das principais pescarias, onde estado e usuários têm negociado as medidas necessárias em um clima de compartilhamento de poder e responsabilidades.

Outro destaque para 2002 é o alcance de metas expressivas para o seguro-desemprego para o pescador artesanal atingido pelos defesos das espécies que capturam, contribuindo para que aqueles pescadores respeitem cada vez mais os períodos de proibição de pesca.

Soma-se a isso os resultados alcançados no âmbito das ações de Manejo de Recursos Pesqueiros, Monitoramento e Ordenamento do Uso dos Recursos Pesqueiros e Prospecção e Avaliação dos Estoques Pesqueiros, que demonstram conjuntamente a melhoria no processo de ordenamento do acesso e uso dos recursos pesqueiros. Essas atividades, todas executadas pelo Ibama, resultaram em doze espécies manejadas e cinco estoques avaliados e implementação de várias ações no âmbito do Comitê de Gestão da Lagoa dos Patos.

Cita-se ainda como resultado a adequação das ações do FNMA pelo aperfeiçoamento da linha temática relativa à atividade pesqueira, a elaboração do edital para aplicação de aproximadamente R\$ 4 milhões na elaboração e implantação de planos de gestão participativa, por espécie, grupos de espécies, ecossistemas ou bacias hidrográficas e ainda a produção de conhecimento científico a partir das ações do Revizee.

Os sucessivos contingenciamentos de recursos orçamentários, que já atingiram 80% dos recursos alocados no orçamento, constituíram o principal fator de desequilíbrio no cumprimento integral das atividades e objetivos do Programa.

Considerando a possibilidade real atingir as metas previstas no PPA, o público-alvo do Programa será beneficiado, a longo prazo, por resultados econômicos e sociais mais favoráveis dada a construção de níveis mais altos de sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Para tanto, se faz necessário que não haja contingenciamento no exercício de 2003.

Para o PPA 2004-2007 espera-se a continuidade do processo de construção da sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros com a implantação do sistema de gestão do uso dos recursos pesqueiros, do sistema nacional de informações pesqueiras e manejo de recursos pesqueiros e dos planos de gestão por espécies, ecossistemas ou bacias hidrográficas.

Neste contexto, espera-se como resultados para 2003 a conclusão da concepção do sistema de gestão de recursos pesqueiros e da concepção do sistema nacional de informações pesqueiras; a elaboração dos planos de gestão para lagosta, piramutaba, camarão da costa norte, sardinha e demersais do sul-sudeste e do plano de gestão dos recursos pesqueiros da bacia do Rio São Francisco; o início de execução do Projeto de Gestão Integrada da Biodiversidade e Recursos Hídricos em Afluentes do Rio Amazonas - AquaBio (com apoio do GEF); a retomada do projeto Uso Sustentável de Manguezais (projeto GEF); a conclusão do plano de redução das capturas incidentais de tartarugas (em andamento - projeto Tamar); a institucionalização do plano de redução das capturas incidentais de aves marinhas; a elaboração do plano de combate à pesca ilegal, não reportada, não regulada e do plano de gestão da capacidade pesqueira (ambos decorrentes de compromisso com a FAO).

Concepção

Os recursos pesqueiros, como parte dos recursos naturais renováveis, necessitam de uma gestão intensiva para garantir o uso sustentável, protegendo-os contra ações predatórias e mantendo oportunidades de emprego e renda.

Nos últimos anos, informações científicas apontaram para um quadro muito grave no uso dos recursos pesqueiros, ao se constatar que aproximadamente 80% de nossas principais pescarias se encontravam sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração.

Por outro lado, estudos nacionais ou internacionais identificaram que os modelos de gestão constituem um dos principais fatores que contribuíram para tal estado. Em geral, esses modelos caracterizam-se por ações implementadas de "cima para baixo", sem comprometimento, por parte dos usuários, com as conseqüências e benefícios futuros e sem fiscalização satisfatória das medidas adotadas. Além disso, a sobrecapitalização do setor pesqueiro, traduzida no excessivo esforço pesqueiro, constitui o segundo e mais visível fator que contribui para a sobreutilização dos recursos pesqueiros.

De um modo geral não houve alteração no quadro de fatores que originaram a demanda pela formulação do Programa **Recursos Pesqueiros Sustentáveis**. Observa-se, porém, que a elaboração de um novo sistema de gestão de recursos pesqueiros e dos planos de gestão tem melhorado a expectativa dos agentes econômicos, público-alvo do Programa, para a construção da sustentabilidade como garantia da continuidade da atividade pesqueira nacional.

Quanto aos aspectos do Programa que precisam ser melhorados, destaca-se que as metas físicas devem ser mais bem dimensionadas com relação à perspectiva de recursos orçamentários. Além disso, no tocante à adequação dos indicadores, destaca-se que encontra-se em desenvolvimento indicadores mais adequados.

Quanto aos produtos não expressos no PPA, cita-se que não há.

A estratégia de implementação deve ser aperfeiçoada em termos da forma de articulação com outros ministérios, visto que a divisão de responsabilidades entre o MMA e o MAPA, em termos de gestão dos recursos pesqueiros, tem gerado algumas dificuldades na implementação do Programa. Além disso, ressalta-se a necessidade de rediscutir as atuais atribuições dos ministérios envolvidos na gestão dos recursos pesqueiros.

Quanto aos aspectos que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa, destaca-se a negociação com executores.

No entanto, há necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação, relativa às relações entre o MAPA e o MMA, ou mesmo da revisão de competências daquele ministério quando se trata de espécies cuja gestão está sob responsabilidade do MMA.

Implementação

Em termos de padrão de execução financeira do Programa no período 2000-2003, cita-se que não há correlação razoável entre o programado no PPA e a alocação no orçamento em suas ações principais. Além disso registra-se o alto nível de contingenciamento histórico pelo qual tem passado o orçamento do Programa em suas ações principais.

No entanto, registra-se que, no conjunto do Programa, os recursos financeiros efetivamente liberados foram suficientes, atendendo-se a adequação das metas físicas apesar do contingenciamento orçamentário.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade em virtude, sobretudo, do contingenciamento. No entanto, negociações caso a caso minimizaram o impacto no cumprimento das metas, não prejudicando decisivamente a execução programada.

Registra-se que a infra-estrutura e os recursos materiais acumulados durante a vida das organizações que executam as ações têm sido o suporte para a implementação do Programa. No entanto, em termos de recursos humanos, registra-se inadequação quantitativa nas equipes locais, visto que, para ações como fiscalização do uso dos recursos pesqueiros, há insuficiência de recursos humanos para uma cobertura que possa ser considerada excelente do ponto de vista da garantia do cumprimento das normas de acesso e uso.

Quanto ao esforço de capacitação, registra-se como baixo o esforço da equipe gerencial responsável pela implementação do Programa ao nível do Governo Federal devido, sobretudo, à pouca disponibilidade de tempo para tal atividade. Da mesma forma, nos níveis estadual e municipal, não houve um esforço estruturado das equipes de implementação.

A LOA 2002 trouxe alterações sobre o desempenho do Programa, no entanto, as modificações introduzidas, com a inclusão de ações decorrentes de emendas parlamentares, não foram suficientemente profundas para gerarem impactos. Por outro lado, como nos anos anteriores, o Programa sofreu restrições relativas ao forte contingenciamento orçamentário, o que implicou um esforço de readequação da capacidade de execução e de negociação, para liberação de recursos de forma a minimizar o impacto sobre o desempenho do Programa.

Já os contratos e convênios necessários à execução do Programa não interferiram negativamente nos resultados, contribuindo, isso sim, para o bom desempenho de algumas ações que demandaram estes instrumentos. Registra-se que, de um modo geral, tem sido bom o desempenho dos parceiros.

Quanto à participação da sociedade, há mecanismo permanente de forma que para as ações do FNMA o conselho deliberativo exerce amplo controle social. No entanto, o Programa não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários quanto à execução devido à pulverização do público-alvo e a baixa representatividade de suas organizações como o principal obstáculo.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada, cita-se que o mecanismo utilizado, no âmbito da gerência, são os relatórios de execução, que revelaram um desempenho dentro do previsto. De modo análogo, as ações desenvolvidas por outras unidades do MMA se comportaram dentro da previsão.

No tocante à questão da multissetorialidade no desempenho do Programa, considera-se como excelente o desempenho dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Defesa/Comando da Marinha, que participaram do Programa. Suas ações tiveram desenvolvimento dentro do previsto, inclusive com uma superação de meta na ação Pagamento de Seguro-Desemprego ao Pescador artesanal.

Por fim, registra-se que, no tocante à adequação da estrutura organizacional do MMA ao modelo de gestão por programas, o Projeto de Revisão Institucional e Organizacional do MMA tem entre seus objetivos fazer esta adequação. A gerência do Programa **Recursos Sustentáveis** participou ativamente do projeto, não tendo, no entanto, informações de quando vai ser implementado.

Turismo Verde

Resultados

A pouca informação existente sobre o turismo na Amazônia, bem como sobre os investimentos em empreendimentos para o setor, tem dificultado a avaliação da variação do índice do indicador do Programa, ou seja, a participação do ecoturismo no PIB da região.

Na maioria dos estados amazônicos o turismo é incipiente e não há ainda esta avaliação setorial. No Estado do Amazonas, o incremento foi bastante significativo (3%/ano), gerando 17 mil empregos diretos e 84 mil indiretos, mas para os outros estados não há informação.

Considerando que o **Turismo Verde** está na sua fase de preparação de estudos e planejamento de cada pólo e conta com limitados recursos para investimentos em obras públicas, a avaliação é positiva ao se verificar a motivação dos diversos setores da sociedade envolvidos com o programa, e o aumento da demanda em 375% no número de operações financeiras junto ao BASA, para empreendimentos turísticos, no período de 2000-2002 em relação a 1997-1999.

Diante disso, destacam-se como principais resultados:

- estruturação e funcionamento de setores específicos para gestão do ecoturismo no governo federal (MMA/SCA/Turismo Verde) e nos estados que compõem a Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins);
- elaboração do planejamento de cinco pólos de ecoturismo;
- elaboração das estratégias estaduais de ecoturismo (AC, AP, RR, Região Belém/Costa Atlântica Região do Marajó - PA, Região do Teles Pires - MT, Região do Jalapão - TO);
- elaboração de cinco estudos para criação de novas unidades de conservação;
- criação de três novas unidades de conservação - UCs (Parque Estadual - MT, Parque Estadual de Monte Alegre - PA e Apa de Payatuna - PA);
- elaboração do plano de manejo/uso público de onze UCs,
- elaboração de 31 projetos de infra-estrutura,
- execução de sete obras de infra-estrutura (terminais fluviais, centros de atendimento ao turista, postos de fiscalização, etc.);
- capacitação de 944 pessoas através de 23 oficinas de sensibilização;
- preparação de oficinas de planejamento locais e cursos específicos profissionalizantes;
- assistência técnica a empreendimentos e governos locais;
- produção de material para capacitação e divulgação;
- apoio a ONGs para organização comunitária voltada a atividades ecoturísticas;
- Apoio financeiro a sessenta empreendimentos turísticos no valor de R\$ 36.209.239,00, através do BASA/ FNO; e
- incremento de 3% ao ano do fluxo de turistas no Amazonas, gerando 17 mil empregos diretos e 84 mil indiretos (sem informação atualizada para os outros estados).

Gerente:

Ricardo José Soavinski

Quanto ao alcance do índice previsto para o indicador até o final do PPA 2000-2003, a estimativa é alta e superior a 90%. O Programa está em seu terceiro ano de implementação.

O **Turismo Verde**, dispõe hoje de uma estrutura de gestão pública de ecoturismo descentralizada e capacitada para conduzir todas ações necessárias a concretização da fase II do Programa (implementação).

Considerando que o Programa encontra-se apenas na fase I (preparação), de estudos, planejamento e início da capacitação, avaliamos como muito positivo os resultados, pois foi possível dar andamento a todas atividades previstas, conseguindo, desta forma, visibilidade para começar a motivar novos empreendimentos privados na região e incrementar o número de visitantes. Atribui-se os resultados ao modelo de gestão descentralizado por meio dos núcleos (NGP) específicos e estruturados pelos governos locais e a ampla participação através dos fóruns instalados (GTC).

O Programa está no terceiro ano de implementação (em fase de preparação) e, apesar dos contingenciamentos de recursos, considera-se que suas metas estão sendo atingidas e o público-alvo cada vez fica mais confiante. Portanto, acredita-se que o índice vai ser alcançado, podendo ser até superado, porém não de forma homogênea nos estados que compõem o Programa.

A gerência está tendo dificuldades de avaliar a variação do índice, porém a partir de 2003 será possível em parte dos estados que participam do Programa.

No tocante aos impactos sobre o público-alvo, destaca-se que, até 2002, mesmo com os contingenciamentos de recursos e a necessária estruturação das equipes nos diversos estados, foi possível cumprir as metas propostas, executando 80% das atividades previstas. Isto motivou e mobilizou o público-alvo, além dos governos locais.

A limitação de recursos orçamentários para 2003, já prevista em R\$ 5.834.221,00 pode prejudicar o andamento do Programa e limitar o uso dos recursos financeiros contratados com o BID (saldo de US\$8 milhões), onerando ainda mais o erário devido aos juros e comissão de crédito, além de frustrar o público-alvo e desmobilizar toda estrutura montada. Outro impacto pode ser o arquivamento de todos os planos e projetos elaborados, dificultando ou inviabilizando a negociação da fase II do Programa (investimentos) com o BID, pré-negociada em US\$2 milhões.

..... **Concepção**

O Programa **Turismo Verde** surgiu como uma proposta alternativa de conciliar o desenvolvimento da região da Amazônia Legal dentro de um modelo que fosse ambientalmente e economicamente sustentável. O diagnóstico da região indicou que a relação homem/natureza, respaldada com princípios ambientais institucionalizados, aumentaria as possibilidades de gerar renda para as comunidades locais sem impactar de forma negativa o ambiente, ao contrário, o cenário até então vigente de destruição tanto das florestas quanto dos recursos naturais poderia ser revertido. Nos estudos realizados levou-se em consideração a grande potencialidade ambiental e cultural que a região apresenta e os retornos positivos que o segmento ecoturístico poderá gerar na atividade econômica da região. Mas para o exercício desta atividade os estudos também indicam que a disponibilidade de recursos de infra-estrutura, de produtos bem formatados, de consciência ambiental e de capacitação para implementar o turismo é muito deficitária. Daí a importância de somar esforços e identificar outros programas e instituições, sejam de origem governamental ou não, que desenvolvem ações na região com objetivos de gerar renda e melhorar a qualidade de vida da população.

O Programa encontra-se no terceiro ano de implementação das atividades previstas para a primeira fase, cujo objetivo é a indicação dos meios e instrumentos que irão nortear os investimentos da segunda fase do Programa. Portanto, neste estágio é precoce avaliar as transformações ocorridas no contexto do problema. Vale ressaltar que a maturação e aceitação do Programa pela sociedade e os envolvimento institucionais estão apontando grande influência como catalisador de investimentos.

Por outro lado, o Programa apresenta aspectos que precisam ser melhorados, como a suficiência das ações. Durante os anos de desenvolvimento do Programa, percebeu-se a ausência de uma ação que proporcionasse efetivamente os Resultados esperados, ou melhor, uma ação voltada ao financiamento de empreendimentos da comunidade de base, público-alvo do Programa, permitindo a realização de empreendimentos próprios e reduzindo a migração para os grandes centros urbanos.

Salienta-se que o objetivo do Programa está plenamente adequado à finalidade deste. No entanto, seu objetivo só poderá ser obtido a longo prazo devido à exigência de mudança de paradigma. Sendo o Programa composto por duas fases: a primeira focada no esforço de mudança de comportamentos e ideologias, bem como no planejamento para implementação das ações que propiciarão, na segunda fase do Programa, o alcance do objetivo do mesmo.

Com a implementação das ações relacionadas no Proecotur, novos produtos (bens e serviços) vão indiretamente sendo aprimorados ou iniciados, como:

- consciência ambientalista e o respeito às culturas locais;
- divulgação da Amazônia brasileira;
- valorização das culturas locais;
- valorização do conhecimento empírico dos "povos da floresta";
- organização e articulação comunitárias/associativas/cooperativas; e
- divulgação e disseminação das informações objeto do Programa em nível nacional e internacional, o que propiciará a vinda de turistas ao País, com entrada de divisas e geração de renda e emprego.

Não é citado nenhum aspecto da estratégia de implementação a ser aperfeiçoado. Ao contrário, destaca-se como aspectos da estratégia de implementação que contribuirão para a obtenção dos principais resultados os esforços que a gerência do Programa vem fazendo junto ao BASA com vistas à disponibilização de uma linha de crédito a baixo custo, voltada ao ecoturismo de base comunitária, beneficiando as comunidades mais carentes da região. Espera-se aprovação desta linha, por parte do Governo, para o próximo exercício, para que o Programa se torne definitivamente completo no que diz respeito às suas ações.

Quanto à necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, articulação e coordenação intra e interministérios, que contribuam para a melhoria do desempenho do Programa, cita-se a idéia de agregar em um só Programa ações afins, visto que se identificam inúmeras ações iguais sendo desenvolvidas nos mesmos locais por várias entidades do próprio Governo Federal.

Reconhece-se o esforço do Governo Federal, mas ainda se observa a duplicidade de ações nas áreas governamentais, fator que deve ser corrigido com a máxima urgência.

Se existe o Programa **Turismo Verde**, que pressupõe congregar todas as ações de ecoturismo e turismo sustentável na Amazônia, todas as demais ações com este foco em outras áreas governamentais deveriam ser inseridas ou agregadas ao mesmo.

No entanto, é necessário que as ações sejam, não só agregadas ao Programa, mas também executadas pelo mesmo, sendo o recursos orçamentários contemplados na unidade gestora da gerência do Programa.

No PPA-2000-2003, ações de várias instituições públicas foram agregadas sob a gerência do **Turismo Verde**, mas estas Instituições não são subordinadas à gerência, e não têm como prioritárias essas ações, sendo que, com exceção do BASA, que de fato priorizou em conjunto com a gerência do Programa a ação de sua alçada de execução, as demais não executaram sequer uma ação das previstas e sequer quando consultadas deram qualquer retorno à Gerência do Programa.

Em resumo, durante os anos de desenvolvimento do Programa buscou-se estruturar e capacitar as instituições envolvidas no mesmo. A estratégia de criar uma unidade de gerenciamento do Programa e núcleos gerenciais em cada estado parceiro foi extremamente importante e vital para a consecução das ações. A elaboração de convênios com os mesmos e realização de reuniões periódicas propiciaram a troca de experiências, a correção de desvios e a capacitação dos envolvidos.

O Programa na realidade se estruturou e elaborou os estudos necessários para a execução de obras e investimentos diversos visando, em sua segunda fase, alcançar as metas programadas para o mesmo.

Em qualquer ação a ser efetuada, o planejamento surge como ferramenta primordial no sentido de executar as ações e aplicar os recursos públicos de forma eficiente e eficaz. No caso ambiental, mais ainda. Não é possível investir sem conhecer as condições do local, as condições do mercado e as demandas da sociedade. Neste sentido, o Programa acredita que está preparado para executar da melhor forma e com a maior eficiência possível as ações necessárias para propiciar aos estados da Amazônia, com base no desenvolvimento sustentável e tendo como princípio o ecoturismo, ações para diminuir a pobreza, por meio da geração de empregos e renda, e conter a migração, fixando o homem ao campo, no caso da Amazônia, à floresta, com qualidade de vida e com geração advinda da preservação do meio ambiente.

Implementação

No tocante ao padrão de execução financeira do Programa, destaca-se que os valores reprogramados para o período 2000-2003, incluindo o PLOA/2003, correspondem a 8,36% dos valores planejados no PPA para o mesmo período. Além do distanciamento entre o planejado, e o programado, existem ainda os decretos de contingenciamentos e de limites financeiros que também afetam o desenvolvimento das ações do Programa. Até 2003 a baixa aplicação financeira não causou tanto impacto porque o Programa está na fase de estudos para o planejamento da fase II. Mas, a partir de 2003, se persistir este comportamento, como indica o PLOA previsto em R\$ 5.834.221,00, o andamento do Programa será prejudicado, a utilização dos saldos de recursos financeiros contratados com o BID (saldo de US\$ 8 milhões) será limitado e o ônus para o erário devido aos juros e comissão de crédito aumentará.

O modelo de gestão descentralizado e compartilhado, adotado no período 2000-2002, com os governos estaduais e municipais foi o que garantiu a concretização da maior parte do cronograma de atividades e influenciou no desempenho do Programa. O apoio de organizações não-governamentais também permitiu que algumas ações fossem incorporadas como resultados positivos no Programa.

No tocante à multissetorialidade, destaca-se que o modelo de gestão multissetorial no Programa pode ser considerado parcialmente satisfatório, visto que o BASA foi o único participante ativo dentre as instituições gestoras envolvidas. Considerando as vantagens identificadas dentro deste modelo, é importante ressaltar que, para a obtenção de melhores resultados, faz-se necessário um trabalho de sensibilização entre coordenadores, monitores, gerentes e responsáveis pelas ações do Programa nos ministérios, quando envolvidos, no sentido de facilitar a comunicação.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada, cita-se que há o mecanismo da Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP, responsável pelo gerenciamento, monitoramento e avaliação do Programa e estruturada para garantir o desenvolvimento do mesmo. A UGP possui sistemas de informações gerenciais que permitem acompanhar a execução físico-financeira do Programa, de forma que as ações possam ser avaliadas e reordenadas, quando se fizer necessário. A UGP tem como finalidade apoiar e supervisionar os Núcleos de Gerenciamento do Programa - NGP em todos os níveis: desde as especificações técnicas de equipamentos, obras e serviços, aos atos convocatórios das licitações, das análises e acompanhamento dos processos licitatórios em todas as fases desde a instauração até a homologação, prestação de contas, execução física e financeira. Os relatórios de estudos dos planos de desenvolvimento, das estratégias estaduais e locais dos pólos estão sendo concluídos e apresentados em cada estado com o acompanhamento dos NGP e técnicos da UGP para análise e aprovação. Os planos de uso público das unidades de conservação e os projetos de consultoria e realização das obras de infra-estrutura têm sido feitos mediante o acompanhamento, avaliação e aprovação dos técnicos da UGP.

No tocante ao esforço de capacitação da equipe gerencial de implementação no nível do Governo Federal, o envolvimento entre equipes do Governo Federal e as equipes gerenciais do Programa vem evoluindo nos últimos anos, embora ocorra sobretudo no período do processo de avaliação. A suficiência e a qualidade do esforço na capacitação, no âmbito do Governo, talvez não seja o pressuposto mais importante do desempenho do Programa. Para um modelo de gestão por programa multissetorial, a sensibilização entre os parceiros envolvidos e a equipe do Governo responsável pela consolidação das informações pode ter resultados mais concretos.

Quanto ao esforço de capacitação das equipes de implementação nos níveis estadual e municipal, destaca-se que o Programa contempla a programação, encontros/treinamentos que são realizados rotineiramente com representantes dos núcleos executores nos estados. Nesta oportunidade, além da avaliação da evolução do Programa pela gerência, são identificados os problemas e as dificuldades encontradas na execução do Programa tanto em termos técnicos quanto administrativos, com apresentação de propostas de solução. O resultado é visivelmente satisfatório porque capacita os executores, melhorando a atuação na implementação das ações.

Em termos do desempenho dos parceiros na execução das tarefas, destaca-se, dentre os parceiros envolvidos no desenvolvimento institucional do Programa, o BASA com atuação ativa nos fóruns de discussão e nos investimentos, o MET, Embratur e o PNMT apenas nos fóruns. Por outro lado, em função da abrangência do Programa tem-se intensificado o interesse por parte de outras instituições como: Sebrae, Senac, cujas parcerias estão sendo estudadas e negociadas e, quando possível, aplicadas.

Embora o Programa não mantenha nenhuma parceria formal, verifica-se a existência de interação com outros programas governamentais contemplados no PPA 2000-2003, dentre os quais destacam-se : Parques do Brasil, Agricultura Familiar - Pronaf, Municipalização do Turismo, Brasil Joga Limpo e Amazônia Sustentável.

No tocante aos mecanismos de participação da sociedade (usuário/beneficiário) no programa, destaca-se que a sociedade é representada neste Programa em três níveis:

- Nas localidades onde são implementadas ações do Programa, pelo Grupo Técnico Operacional - GTO, formado por representantes das instituições municipais, de planejamento, meio ambiente, ONG locais e operadores privados.
- Nos estados, pelos Grupos de Assessoramento Estadual - GTC, compostos por representantes das instituições em nível estadual interessadas, tanto públicas como privadas.
- No âmbito federal, pelo Comitê de Coordenação Institucional, presidido pelo Secretário-Executivo do MMA e composto pelo Secretário de Coordenação da Amazônia e representantes do Ibama, MET, Embratur e Ministério do Planejamento - MP.

Verifica-se que embora não exista a aplicação de um mecanismo de participação direta da sociedade, as atividades executadas estão voltadas para ações cujos resultados estão coerentes com o objetivo do Programa.

Por outro lado, o Programa não dispõe de mecanismos institucionalizados para medir o grau de satisfação dos usuários/beneficiários. A satisfação está sendo avaliada pelos GTO e GTC e pelo interesse da sociedade, que passou a identificar no turismo como um meio de obter renda e emprego para as comunidades envolvidas. Este interesse se manifesta por meio da sociedade organizada em associações e entidades de classe, prefeituras, câmaras municipais e empresários do setor ecoturístico.

Zoneamento Ecológico-Econômico

O Programa **Zoneamento Ecológico-Econômico** visa promover o zoneamento ecológico-econômico no território nacional, como forma de planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação.

O índice do Programa é a percentagem de área diagnosticada em relação à área total do território nacional. Embora, na aparência, o índice apresente certa "objetividade", ele não esclarece determinados pressupostos como a área do território nacional ou se está ou não computada a área marítima. Por outro lado, o índice apontado como ponto de partida no início do Programa (5) não pode ser verificado, assim como o índice indicado ao final do PPA (64). Destaca-se, neste caso, o desconhecimento da base técnica para esses valores, visto que não se tem acesso a qualquer memória de cálculo anterior à transferência do Programa para a SDS/MMA.

Resultados

Levantamento feito, no início de 2000, apurou um índice de 11% do território nacional com diagnóstico e prognóstico realizados, considerando apenas a porção terrestre. O acréscimo entre 18 e 12 pontos percentuais, obtido com o atingimento de 23%, em 2002, não reflete os reais avanços conseguidos pelo Programa. Mesmo que atingisse o índice esperado ao final do PPA (64), o Programa estaria comprometido caso não resolvesse previamente alguns aspectos fundamentais, tais como a definição de uma estratégia global, objetivos gerais e específicos, coordenação institucional, estabelecimento de regras e critérios metodológicos. Tais ações e resultados não são traduzíveis nos índices do Programa e poderão, doravante, otimizar produtos esparsos, agregando e atualizando outros trabalhos não contabilizados até o momento.

Em 2002, a variação do índice superou as expectativas, sendo significativa em relação aos anos anteriores, pois desde 1999 não haviam sido incorporadas ações de zoneamento aos índices previstos. Com a apresentação do ZEE Roraima, ZEE Mato Grosso e ZEE Baixo Rio Parnaíba (projeto-piloto), o índice até então computado dobrou, atingindo cerca de 23% do território nacional. Entretanto, ainda permanece a necessidade de uma integração maior entre esses projetos regionais, pois à medida que avança quantitativamente o processo, cresce a demanda por um zoneamento na escala da União, que proporcione unidade aos projetos parciais. Da mesma forma, permanecem as demandas por investimentos nas medidas e diretrizes indicadas para gestão das áreas zoneadas. Por isso, o aumento nos índices dos indicadores não reflete necessariamente avanço qualitativo.

O Programa ZEE tal como foi inicialmente proposto no PPA constituía uma série de ações e projetos dispersos, em escala local ou regional, sem conexão entre si, sem articulação interinstitucional, com vários executores e várias fontes de recursos, com custos extremamente disparatados, além de sobreposição de áreas. As metodologias operacionais eram diversificadas, com discussões avançadas apenas em torno da metodologia proposta para a Amazônia Legal, dentro do antigo Programa Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal - PZEEAL, a cargo da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR. Em suma, o Programa não possuía qualquer unidade.

Gerente:

Marcos Estevan Del Prette

O Programa precisou passar por uma reestruturação. A prioridade nesses últimos três anos constituiu-se na construção de um suporte básico para integrar os

projetos isolados de ZEE. Nesse sentido, os resultados obtidos até o momento referem-se mais à organização da base do Programa e menos com a execução física de projetos definidos para áreas específicas.

Em termos de resultados quantitativos para 2002, estes ficaram muito abaixo do esperado. Os avanços obtidos provieram de ações internas e externas ao Programa, acumuladas nos últimos anos. No primeiro caso, houve avanços na produção de diagnósticos e elaboração de prognósticos, sobretudo quanto ao fechamento do ZEE Roraima, ZEE Mato Grosso, Projeto-piloto Baixo Rio Parnaíba. Dentre os resultados não mensurados pelos indicadores, mas que contribuem significativamente para o avanço do Programa, houve a consolidação dos critérios metodológicos em decreto presidencial, o lançamento do Portal ZEE Brasil (www.zeebrasil.gov.br) como um ponto de contato entre o Programa e o público interessado, bem como elaboração dos "Cenários para a Amazônia Legal: sistematização de informações", reunindo dados até então dispersos sobre a região amazônica e subsídios ao debate para o ZEE. Entretanto, a expectativa inicial era de começar no primeiro trimestre o projeto ZEE Brasil, obtendo, assim, durante o exercício, resultados mais concretos. O Projeto foi retomado apenas no último trimestre do ano, após a liberação parcial de recursos.

Destaca-se como principal resultado, em 2002, a ação Desenvolvimento de Metodologias para o ZEE Nacional, com o cumprimento das seguintes metas:

- fechamento do Projeto-piloto ZEE Baixo Rio Parnaíba, que serviu de teste metodológico, integração institucional (ampliação das instituições parceiras), abertura à participação pública de atores locais na formatação e execução do projeto e discussão pública com grupos de interesse;
- regulamentação das diretrizes metodológicas para o ZEE (Decreto nº 4.297, de 2002), orientando a multiplicidade de executores descentralizados, permitindo que a diversidade local seja referenciada na constituição de um ZEE nacional;
- 1ª reunião da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico - CCZEE, com ampla participação, não só dos titulares e suplementes, mas também dos representantes dos agentes econômicos, acadêmicos e entidades ambientalistas;
- apoio ao fechamento e divulgação do ZEE Roraima, elaborado pelo Governo do Estado de Roraima, coordenado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, com recursos provenientes do governo estadual, do Programa Piloto para Proteção às Florestas Tropicais - PPG7, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa e da própria CPRM.

Outro importante resultado diz respeito ao Zoneamento Ecológico-Econômico na Escala de 1.1.000.000, tendo sido iniciado o Projeto ZEE Brasil, mediante a elaboração do projeto Cenários para a Amazônia Legal, contendo a primeira grande sistematização de dados dispersos em vários órgãos públicos, bem como o aprofundamento das bases para discussão do ZEE na Região Norte.

Soma-se a isso o importante resultado relativo à Implementação de Sistema Gerenciador de Banco de Dados, com o lançamento do Portal ZEE Brasil, contendo todas as informações disponíveis e públicas acerca dos zoneamentos federais e dos estados, a memória técnica dos diagnósticos executados, a bibliografia básica sobre temas afins, áreas para debates, cadastramento de interessados, pedidos de documentos e informações. O portal, além de abrigar o acervo recuperado, estabelece vários *links* com órgãos promotores ou

executores de ZEE, divulga textos, teses e artigos sobre o assunto, possibilitando a discussão de temáticas específicas. Compõe o acervo recuperado e/ou reunido, os diagnósticos e ZEE realizados pelos estados da Federação e demais órgãos executores federais e estaduais e o macrodiagnóstico da Amazônia Legal, incluindo o georreferenciamento do banco de dados e a digitação do texto original elaborado pelo IBGE para a SAE/PR, em 1995, e dado como perdido.

Além disso, na ação Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Nordeste, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, foi concluída a etapa de elaboração do diagnóstico da ZEE da Zona Costeira do Estado de Alagoas, com recursos da ordem de R\$ 130 mil por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e realizado pela Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - Fundepe/UFAL.

Destaca-se que o Consórcio ZEE Brasil – um consórcio de órgãos públicos para executar projetos de ZEE e ser o braço técnico da CCZEE – passa a ser inserido na própria concepção do PPA, em que as parcerias são valorizadas a fim de maximizar a utilização de recursos públicos (financeiros e humanos) em busca de resultados mais eficazes.

Nesse período também foi realizada a reorganização da base institucional, mediante a articulação de um novo decreto formalizador da CCZEE, cuja instalação ficara prejudicada durante o processo de transição do Programa para o Ministério do Meio Ambiente. Concomitantemente, esse reordenamento institucional foi firmado pela elaboração e assinatura de Decreto Presidencial em 28/12/2001.

Fez-se, também, o diagnóstico da situação do Programa, com a recuperação, avaliação e incorporação de todos os projetos já existentes ou em andamento, inseridos ou não no PPA, para verificar a porcentagem de território com diagnósticos realizados (11% do território nacional na escala 1:250.000, em dezembro de 1999).

Para 2003, os principais resultados esperados são: Cenários para a Amazônia Legal: discussão pública e aperfeiçoamento do banco de dados; Cenários para a Reserva da Biosfera da Caatinga: sistematização e atualização dos dados; planejamento, organização e instalação do Sistema Gerenciador do ZEE Brasil (TOR do Banco de Dados, integração em rede, aquisição de equipamentos etc.); acompanhamento e suporte à implantação das diretrizes do ZEE Baixo Rio Parnaíba; treinamento de equipes do Consórcio ZEE Brasil para elaboração de ZEE; geração de ZEE em áreas selecionadas pelos estados da Federação através de apoio técnico, operacional e financeiro; e início do macrozoneamento da Bacia do Rio Parnaíba.

Apesar dos avanços esperados para 2003, o índice previsto no início do PPA não será alcançado. Houve, no período, fragmentação dos projetos e da alocação dos recursos, bem como a falta de consistência entre os projetos e os objetivos gerais do Programa. Assim, o Programa teve ganhos maiores com a desaceleração do processo de execução *stricto sensu* de diagnósticos (índice preestabelecido: porcentagem de área diagnosticada), os quais restringem-se a uma infundável coleta de dados sem que se tenha clareza sobre seus objetivos. Como a coordenação do Programa conseguiu mobilizar, discutir, sistematizar e apresentar uma estratégia metodológica de execução, definindo procedimentos técnico-operacionais gerais, é possível que, a partir de 2003 e no próximo PPA, as ações setoriais em andamento dêem início à obtenção de resultados de forma mais sustentável.

Houve, entre 2000 e 2001, uma intensa mobilização de coordenadores, executores e agentes interessados no Programa com a finalidade de estabelecer as linhas gerais de trabalho. Nesse sentido, o impacto mais positivo consistiu em reavivar as expectativas sobre um programa que estava desmobilizado, sobretudo pelo público estadual e local. Por isso, cada qual havia concentrado seus esforços em projetos pontuais, sem organicidade com as regiões e sem avançar em produtos devidamente definidos. Entretanto, tais expectativas de recebimento de apoio técnico e financeiro, conforme expresso no documento-base do Programa (Programa ZEE: diretrizes metodológicas para o ZEE do Brasil), não estão refletidas nas ações e projetos do PPA 2000-2003. O PPA realizou uma distribuição de recursos a órgãos federais sem destinar valores para coordenação, nem tampouco para envolvimento de agentes estaduais e locais no processo de elaboração do ZEE. Daí a tênue conexão entre órgãos executores de ZEE no PPA e as coordenações estaduais de ZEE. Muitos foram os casos de desconhecimento por parte dos coordenadores estaduais das ações e projetos previstos para seus estados.

..... **Concepção**

A demanda por zoneamento ecológico-econômico deve-se à necessidade de informações consistentes sobre a base territorial do País com vistas à tomada de decisão, bem como às condições inadequadas de uso e ocupação do território brasileiro. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, ordenando o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais. Dessa forma, o ZEE é um instrumento de negociação entre as várias esferas do Governo, do setor produtivo e das organizações sociais com vistas a planejar o uso sustentável do território.

O Programa contém alguns aspectos que precisam ser melhorados, como a adequação do objetivo ao problema. Enquanto o objetivo do Programa expresso no PPA é o de "promover o zoneamento ecológico-econômico de regiões selecionadas, como forma de consolidar o processo de ocupação e de desenvolvimento de forma sustentável", há vários equívocos na definição do objetivo do Programa e, por isso, ele não espelha adequadamente as necessidades de enfrentamento do problema. A definição do objetivo pressupõe equivocadamente, em primeiro lugar, que o Programa deve atuar em áreas selecionadas, pré-definindo o seu escopo. Assume, assim, a fragmentação em que ele se constituiu, tomando a parte pelo todo. Ora, o Programa refere-se ao território nacional e seu objetivo deve promover o zoneamento do território nacional. Evidentemente, ele lança mão de estratégias de seleção de áreas críticas ou problemáticas, mas esse é um aspecto secundário, pois o objetivo principal é o País. Em segundo lugar, o objetivo pré-estabelece a "consolidação do processo de ocupação" e não deixa alternativas a outros possíveis enfoques, tais como a recuperação de áreas, a conservação e mesmo a expansão, que variam segundo as especificidades de uso e ocupação da terra nas regiões. Tais alternativas devem decorrer do processo técnico-operacional e de discussão participativa com os agentes econômicos e sociais, sem ser uma condição apriorística do objetivo. Uma definição de objetivos mais razoáveis para o Programa seria a de "promover o zoneamento ecológico-econômico do território nacional como forma de planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação."

A caracterização do público-alvo do ZEE tal como definida atualmente é muito abrangente: populações locais, empresários, órgãos municipais, estaduais e

federais de planejamento setorial, de fiscalização e de controle ambiental, e órgãos de desenvolvimento regional. De fato, o ZEE tem um beneficiário difuso uma vez que pretende traduzir-se em uma dada organização territorial que leve em conta a sustentabilidade. Entretanto, é possível estabelecer uma hierarquia que poderá variar em função da escala de trabalho e do nível do objetivo específico, do geral para o local.

Para dimensionar o público-alvo, é necessário distinguir entre beneficiário e usuário. Embora todo usuário seja beneficiário, nem todo beneficiário é usuário. Daí a caracterização do público-alvo ser muito difusa. Os usuários imediatos do ZEE são os agentes de planejamento (locais, regionais, nacionais, dependendo da escala e da abrangência da área) e os agentes econômicos e sociais (produtores, investidores, trabalhadores). Evidentemente, outros atores com poder para interferir positiva ou negativamente no ordenamento do território são alvo do Programa, tais como representantes políticos, promotores públicos, entidades ambientalistas, associações de moradores etc.

O ZEE pretende identificar as potencialidades e as limitações dos recursos naturais, econômicos e sociais de uma dada área ou região. Nesse sentido, conhecer previamente o local em que ele atua é fundamental para o processo de trabalho. Uma vez que o objetivo do ZEE consiste em proporcionar instrumentos adequados à resolução dos problemas derivados do uso inadequado dos recursos naturais, somente é possível orientar tratamentos específicos e orientar intervenções mais eficazes quando se levam em conta as especificidades regionais e locais.

As ações do Programa tiveram, inicialmente, uma preocupação exclusiva com a execução de projetos setoriais e isolados. Faltavam ações fundamentais, posteriormente inseridas, tais como a Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados e o ZEE na escala 1:1.000.000. Nesse sentido, houve a necessidade de mudar o enfoque, excessivamente setorial, para uma integração de projetos e ações.

As ações atualmente existentes não espelham, ainda, organização concertada entre a diversidade de executores de zoneamento no País. O processo precisa ser acelerado no sentido de otimizar a capacidade de execução que não se reduz às instituições com projetos indicados no PPA. Assim, o Programa carece, ainda, de duas ações básicas: capacitação metodológica e operacional de executores, para difundir e treinar equipes nos órgãos executores de ZEE de acordo com a metodologia e procedimentos operacionais desenvolvidos nos *workshops* regionais. Após a elaboração da metodologia geral de ZEE, é necessária a capacitação e treinamento de executores, bem como a montagem de equipes-espelho dentro do Consórcio ZEE Brasil. A integração técnica multidisciplinar realizada no Projeto-piloto ZEE Baixo Rio Parnaíba precisa ser expandida dentro das instituições executoras aumentando, assim, a capacidade de execução dos projetos; "apoio a projetos de ZEE" dispersos em diversos órgãos federais, estaduais e municipais, a fim de otimizar os resultados do Programa. Diversos projetos de zoneamento, sem acesso direto aos recursos dos executores inseridos no PPA, podem ser incorporados ao Programa, otimizando seus resultados. Nos últimos três anos houve uma grande demanda, solicitada diretamente ao MMA, de apoio a projetos. Há inúmeros casos de ZEE paralisados por falta de apoio técnico e financeiro que precisam de integração de dados, atualização de informações, formatação de projetos. Uma ação da coordenação nacional do Programa, mesmo pontual, auxiliará a recuperação destes projetos, aumentando a produtividade do Programa.

Os indicadores do ZEE são expressos em km², o que proporciona objetividade na avaliação. Entretanto, tal indicador mede apenas a conclusão dos projetos, dificultando o controle sobre as suas diversas fases, uma vez que são, em geral, de longa duração. O ZEE apresenta fases bem determinadas (planejamento, diagnóstico, prognóstico e implantação) e produtos bem definidos para cada fase (produtos intermediários e finais).

As atividades desenvolvidas por órgãos públicos, sem recursos do PPA que impactam o Programa são as seguintes: o treinamento e capacitação, desenvolvimento de tecnologia da informação: INPE; a sistematização e atualização de informações relativas a recursos naturais e à socioeconomia – IBGE; os estudos sobre indicadores de desenvolvimento humano e outros indicadores econômicos – IPEA; os estudos e projetos sobre desenvolvimento agrícola; outros tipos de zoneamento tais como o zoneamento agrícola e o zoneamento agropedoclimático – Embrapa; os estudos temáticos sobre os recursos minerais e elaboração de zoneamentos com outras fontes de recursos – CPRM; o desenvolvimento do componente zoneamento no âmbito dos Programas de Gestão Ambiental Integrada desenvolvidos pelos estados da Amazônia Legal - PPG7; e as ações e projetos na área de ecoturismo, educação ambiental, instrumentos econômicos – Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do MMA.

Implementação

O Programa possui um grupo de trabalho interno, com representantes das demais secretarias do MMA. Há a necessidade de aprofundar o esforço de proporcionar maior capilaridade interna às ações e projetos afins.

A coordenação foi adequada a essa fase de reestruturação do Programa, incentivando os executores a se prepararem do ponto de vista metodológico, bem como a reorientarem suas prioridades de projeto em função do diagnóstico realizado pela coordenação. Diante da grande sobreposição de projetos, os executores passaram a escolher áreas-piloto para desenvolver atividades. Assim, foi realizado o acompanhamento periódico dos executores e, em alguns casos, realizadas parcerias. Em fase posterior, haverá a necessidade de aprofundar os mecanismos de acompanhamento e monitoramento

Embora estejam definidas as formas de envolvimento e participação pública no documento base do Programa, apontadas como elemento estratégico, há a necessidade, doravante, de expandir esse processo em alguns aspectos. Dentre eles, ampliar a participação na comissão coordenadora do ZEE em nível federal, bem como criar mecanismos de articulação com as comissões coordenadoras de ZEE dos estados. Além disso, é necessário criar meios de integração entre as comissões em relação aos projetos regionais.

Como o Programa precisou agir prioritariamente na reestruturação e consolidação de parcerias, os executores se limitaram a organizar internamente seus projetos. Entretanto, a nova configuração do Programa precisa ainda estabelecer formas mais adequadas de acompanhamento técnico.

É fundamental para o Programa a efetivação de uma ação equivalente à capacitação e difusão de tecnologia. O documento base estabeleceu como ação estratégica do Programa a capacitação e treinamento de executores. Entretanto, não há ação correspondente no PPA, nem recursos alocados.

O Programa tal como foi concebido inicialmente não previu qualquer estratégia coordenada de execução, mas apenas a realização de projetos em escala regional e local, quase sempre com superposições. A gerência não teve meios de interferir

nas ações, mas conseguiu dar visibilidade a esse problema à medida que identificou os projetos executados, os projetos em andamento e os projetos propostos. Assim, conseguiu reorientar o Programa, redefinindo objetivos, metas, estratégias, ações prioritárias, critérios de elegibilidade, arranjo institucional. Na fase atual do Programa, é necessária a implantação de um sistema de gerência que estruture e efetive essa nova perspectiva.

Com isso, as metas físicas ficaram muito abaixo do previsto, não permitindo a conclusão integral de zoneamentos, mas apenas ações parciais que poderão gerar produtos a médio e longo prazos. Registra-se, no entanto, que parcela significativa do avanço dos índices deveu-se a ações e projetos realizados fora do orçamento do Programa.

Os recursos liberados para a ação Desenvolvimento de Metodologias para o ZEE Nacional foram insuficientes para o detalhamento de temas necessários à metodologia geral apresentada ao final de 2001, para a ação Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados. Os recursos apenas possibilitaram a manutenção do Portal ZEE Brasil. Para a ação ZEE do Brasil na Escala 1:1.000.000, fez-se a sistematização inicial dos dados disponíveis para a Região Norte, enquanto para a ação ZEE da Região Nordeste (responsabilidade da Sudene) não houve liberação dos recursos, apesar das negociações para celebração de convênio com a Embrapa - Solos. Por fim, a ação ZEE Estadual na escala 1:250.000 (responsabilidade do Ministério da Integração Nacional), foi realizado um curso de capacitação na área de ZEE para gestores do Estado de Sergipe.

Entre os anos de 2000 e 2002, as restrições orçamentárias foram bastante elevadas, sendo liberados cerca de 4% a 5% do total previsto. Com a tendência de previsão orçamentária em torno de 1% do valor total do Programa, em 2003, pode haver inviabilidade de execução de projetos específicos, que demandam maior montante de recurso, sobretudo quando há a necessidade de detalhar procedimentos, implantar diretrizes e gerar o ZEE na escala da União.

No tocante às ações de responsabilidade da coordenação, na ação Desenvolvimento de Metodologias para o ZEE Nacional, houve compatibilidade entre a liberação de recursos e as atividades propostas e realizadas.

Por outro lado, na ação Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados, os recursos foram suficientes para a coleta e conversão de produtos dispersos em instituições, recuperação de acervo e lançamento e manutenção do Portal ZEE Brasil, mas não permitiram a montagem de um laboratório equipado com condições mínimas de operação para dar suporte a atividades mais sofisticadas de ZEE.

Já para a ação Zoneamento Ecológico-Econômico na Escala 1:1.000.000, os recursos não foram suficientes para o desenvolvimento desta atividade, prevista para o ano de 2002. Os trabalhos foram iniciados no último trimestre, por ocasião de liberação parcial de recursos contingenciados, para realização do Projeto Cenários para a Amazônia Legal (sistematização de informações), constituindo um primeiro passo para orientar a elaboração do ZEE na escala acima mencionada.

Em síntese, a descontinuidade do fluxo de recursos, prejudicou a execução programada. O contingenciamento, durante o primeiro quadrimestre de 2002, retardou o início do Projeto ZEE Brasil, além de exigir uma mudança de estratégia ao longo do ano. Nesse sentido, a liberação no último quadrimestre do ano causou a mobilização urgente de toda a equipe do Consórcio ZEE Brasil para

executar a etapa preliminar de sistematização e organização das informações, bem como uma análise provisória dos dados, através de uma regionalização do projeto inicial. Dessa forma, foi concebido e executado o projeto Cenários para a Amazônia Legal, enquanto o projeto Cenários para a Caatinga foi apenas concebido e viabilizado institucional e financeiramente.

O Programa também enfrentou dificuldades relacionadas à insuficiência de recursos e inadequação de infra-estrutura. Faltam equipamentos adequados e uma central de controle para o Programa, cujo processo de licitação não foi possível ser executado em 2002. De modo análogo, há que se fazer um processo contínuo de aquisição de equipamentos e *software*, visto que os atuais estão aquém das necessidades de coordenação. Em termos de recursos humanos, há insuficiência de pessoal na equipe gerencial para a coordenação de um programa de tal magnitude, com demanda por formação multidisciplinar e diversificada. Isso tem inviabilizado até mesmo o aperfeiçoamento técnico da equipe de coordenação. Além disso, embora os integrantes da equipe gerencial tenham formação e experiência em relação ao tema do Programa, há demanda por atualização periódica de conhecimento e treinamento. Parte desse processo, que poderia estar sendo suprido pelos parceiros do Consórcio ZEE Brasil, tem sido prejudicado pelo tamanho insuficiente da equipe de coordenação, que fica sobrecarregada de trabalho.

Não houve capacitação da equipe de gerência durante o período. A capacitação em ZEE somente pôde ser realizada pontualmente, em cima de projetos em desenvolvimento, como o Projeto-piloto ZEE Baixo Rio Parnaíba. Há a necessidade premente de ampliar significativamente o processo de capacitação, inclusive com ações específicas no PPA, sob pena de perder os esforços realizados.

Houve um grande esforço de construção de parcerias para execução de tarefas e cumprimento de metas do Programa. Entretanto, a precariedade dos recursos disponíveis para coordenação impossibilitou maior agilidade nos processos de execução. A principal parceria, a constituição do Consórcio ZEE Brasil, poderá agilizar a execução do Programa, porém há resistências institucionais, uma vez que a cultura da execução solitária ainda é muito forte no País.

Embora tenha considerado como um princípio estratégico a abertura à participação da sociedade, o Programa está ainda em fase de formalização e criação institucional dessas instâncias.

A legitimação do ZEE, com base na participação social, representa uma forma de redistribuição do poder entre a esfera pública e privada, aí incluída a ampliação de parcerias entre os diversos níveis da administração pública (federal, estadual e municipal) e entre estes e as organizações do chamado terceiro setor e as instituições privadas.

Para ter viabilidade política, o ZEE demanda abertura à participação de segmentos sociais interessados, que tenham acesso às informações relativas ao andamento dos trabalhos e aos produtos gerados, conforme preceitua a Constituição Federal no artigo 5º, incisos XIV e XXXIII.

Na construção do ZEE, o processo de participação demanda mobilização dos órgãos públicos afins e dos segmentos sociais interessados. No âmbito das instituições de Governo, este passo busca o envolvimento técnico (gerentes, coordenadores, especialistas etc.) e político (representantes oficiais, lideranças, formuladores de políticas etc.) orientando os esforços para integrar ações e otimizar resultados. Dentre os segmentos sociais, busca-se apreender e disseminar conceitos básicos, concentrando esforços para estimular parcerias e compartilhar ações comuns.

Por isso, o Programa estabeleceu, após dois anos de debates públicos, alguns critérios de elegibilidade para projetos de ZEE. Nesse sentido, a validação de projetos e ações no PPA precisa ser referendada formalmente considerando-se tais critérios. Dentre eles, deve-se considerar, sob o aspecto técnico, a necessidade de apresentação de projeto de mobilização social, estabelecendo como ocorrerá a participação social na definição das atividades de controle, acompanhamento e avaliação das ações propostas pelo ZEE, bem como, sob o aspecto institucional, a necessidade de comissões integradas de ZEE. Tais critérios foram consolidados no Decreto nº 4.297 de 2002

O lançamento do Portal ZEE Brasil teve como principal objetivo a ampla divulgação dos projetos e ações do Programa, através da possibilidade de consultas a todos os produtos de ZEE, sendo um canal de comunicação entre executores, técnicos, gestores e interessados e parceiros civis.

Além disso, os produtos gerados tiveram a contribuição significativa e decisiva dos diversos públicos interessados no Programa, através da realização de dois *workshops* nacionais, cinco *workshops* regionais e dois seminários temáticos (recursos hídricos e biodiversidade).

As alterações incluídas pela Lei Orçamentária 2002 tiveram impacto negativo sobre o desempenho do Programa, restringindo as metas previstas e tornando assimétrica a relação entre os recursos e as atividades propostas.

Quanto às ações com recursos descentralizados, seus desempenhos físicos foram muito abaixo dos previstos, assim como o desempenho físico das ações executadas em outros ministérios. No caso da SudeneE, não obstante seu processo de extinção, o órgão executou ações que deverão ser incorporadas ao processo de ZEE, como o apoio à elaboração da Agenda 21, a realização de seminário sobre desertificação e o levantamento das potencialidades do ecoturismo no Nordeste. No Dnocs, apesar da ausência de dotação orçamentária em 2002, houve participação da equipe técnica no consórcio para a realização do projeto-piloto ZEE Baixo Rio Parnaíba. Na Codevasf, foi realizado o primeiro Seminário do ZEE do Vale do São Francisco, bem como o fechamento e publicação do ZEE do Vale do São Francisco (estudos básicos).

Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo efetivo de monitoramento sobre o desempenho físico de ações com execução descentralizada precisa ser implantado. Atualmente, tal controle é feito apenas através de correspondência trocada entre a gerência e o órgão responsável pela execução. Frequentemente, há o relato das ações desenvolvidas, sem a correspondente apresentação do produto. Um dos aspectos a ser aperfeiçoado pela gerência em 2003, inclusive visando ao próximo PPA, deverá ser o desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento mais adequado e efetivo ao Programa.

Um programa multissetorial somente poderá ser aperfeiçoado através da possibilidade de a equipe de gerência ultrapassar os limites da mera reunião e sistematização de informações. Um reforço às condições operacionais da gerência do Programa poderá ser dado pela comissão coordenadora do ZEE, instituída pelo Decreto Presidencial s/nº, de 28 de dezembro de 2001, que sofreu um atraso em sua instalação. A primeira reunião apenas foi realizada no início de novembro de 2002. Segundo o decreto, essa comissão tem atribuições de examinar e aprovar as programações anuais de recursos referentes às dotações previstas no PPA (art. 5º). Nesse sentido, a coordenação poderá ter melhores meios de acesso às prestações de conta e produtos dos projetos.

Já o desempenho físico das ações executadas em outras unidades administrativas do MMA, destaca-se o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, com a utilização de manuais como material de apoio nos cursos oferecidos no âmbito do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, matindo pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, cuja finalidade é promover a capacitação dos trabalhadores portuários avulsos vinculados aos Órgãos Gestores de Mão-de-Obra - OGMO, em abrangência nacional. Ressalta-se, ainda, a parceria na execução e fechamento do Projeto-piloto ZEE Baixo Rio Parnaíba.

Cartografia Nacional
Censo 2000
Desenvolvimento de Gerentes e Servidores
Gestão do Patrimônio Público
Gestão do Plano Plurianual
Gestão Pública Empreendedora
Governo Eletrônico (sem avaliação)
Informação e Conhecimento em Políticas Públicas
Informações Estatísticas e Geográficas
Gestão dos Orçamentos da União
Nacional de Desburocratização
Qualidade no Serviço Público
Recursos para o Desenvolvimento
Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços
Responsabilidade Fiscal Para a Estabilidade
Valorização do Servidor Público

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Cartografia Nacional

Resultados

O Programa apresentou um resultado satisfatório, se considerarmos as restrições de recursos orçamentários. Sendo assim, cabe destacar: a retomada do Mapeamento Topográfico Sistemático e a elaboração do Plano Cartográfico Nacional, este último norteando as ações até 2003 das entidades integrantes do Sistema Cartográfico Nacional; a conversão das bases cartográficas em meio digital assim como a constituição de uma base digital a nível Brasil (folhas em meio digital da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo).

No período de 2000 a 2002 foram alcançados para a ação Mapeamento Topográfico de Referência e Sistema Geodésico Brasileiro, respectivamente, 76% e 51% do inicialmente planejado, sendo esse resultado uma consequência direta dos cortes orçamentários ocorridos no período. Saliente-se que este percentual relativo ao Sistema Geodésico Brasileiro foi calculado com a meta prevista de 800 marcos geodésicos, número este que foi encaminhado ao MP, revendo, em função de erro, a estimativa de 3000. As restrições orçamentárias tiveram maior impacto na ação Geoprocessamento e Modernização da Cartografia, pois ela dependia de investimentos em sistemas, equipamentos e programas especialistas.

Para a ação Sistema Geodésico Brasileiro, deve-se destacar: a disponibilização gratuita na internet do Banco de Dados Geodésicos e das informações de rastreamento dos satélites do Sistema de Posicionamento Global (GPS); início do estabelecimento da Rede Permanente Maregráfica (Macaé – RJ e Imbituba-SC) para fins geodésicos objetivando o aprimoramento das altitudes no território brasileiro; implantação das redes estaduais - GPS, por intermédio de parcerias com órgãos cartográficos dos governos estaduais (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Ressalte-se que, com a continuidade da reposição do quadro técnico, iniciada em 2001, e a disponibilização dos recursos conforme previsto no PPA, o Programa poderá se desenvolver em um ritmo mais compatível com a urgência requerida por essas informações por parte do público-alvo do Programa.

Concepção

O Programa permitiu a retomada das atividades do mapeamento topográfico sistemático e da manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro, dentro de um outro padrão de relacionamento institucional. Assim, durante o seu desenvolvimento e com estabelecimento de um plano cartográfico integrado com os diversos órgãos de Governo pela Comissão Nacional de Cartografia, identificou-se a necessidade de ampliar as formas de auscultação da sociedade e a constituição de um Plano Cartográfico Nacional, envolvendo em sua elaboração não somente os principais produtores de cartografia, mas também os principais usuários (públicos e privados).

Algumas recomendações devem ser observadas na elaboração do próximo PPA, quais sejam:

- Inicialmente, é importante que o PPA se aproxime da forma de gestão das organizações. Dentro da premissa que a criação dos programas deu visibilidade, transparência e capacidade de gestão para alguns projetos da administração direta, já no IBGE a criação de diversos programas e a ampliação do número de Ações (antigas sub-atividades) não só não reflete a forma de se gerir a Instituição, como cria grandes dificuldades de gestão.

Gerente:

Ângelo José Pavan

- Há o entendimento de que organizações, como o IBGE, deveriam ter um orçamento unificado, com o mínimo de ações, tendo uma partição para estatísticas e outra para geociências, sendo avaliado pelo cumprimento de metas estabelecidas e negociadas com o Ministério. É claro que grandes projetos podem e devem ter tratamento diferenciado, e já o são como no caso dos Censos; mas o fato é que a estrutura real de projetos com que o IBGE trabalha, com gerência e acompanhamento específico, é muito mais fracionada que o orçamento e, é inegável reconhecer que seria impossível gerir a Instituição desta forma, já que 95% dos custos são conjuntos e só poderiam ser obtidos por rateio.
- Outra questão diz respeito à grande dificuldade de se criar indicadores de acompanhamento de Ações que são projetos de pesquisa, como o Censo 2000. Em tais casos, o acompanhamento deveria se dar pelo cumprimento de metas estabelecidas para o ano, e não, como fazemos hoje, por percentual de conclusão. Isto acaba criando artificialismos que não contribuem para dar transparência e permitir um acompanhamento efetivo, pelo Ministério, do trabalho que está sendo executado.

Implementação

Torna-se importante atentar para o fato de que há um grande desgaste do processo de planejamento e orçamento devido ao ciclo de estruturação do orçamento e de sua execução. Exemplificando: de abril a junho as gerências e seus técnicos planejam o trabalho do exercício seguinte, negociam e fixam limites de gasto, adequam projetos a esses limites e, em alguns casos, reestruturam e reprogramam ações (e expectativas criadas). Porém, após todo esse esforço e aprovação da LOA são feitos contingenciamentos que chegam até 40%, minando todo o trabalho anterior e levando ao descrédito toda uma idéia de revalorização do planejamento e do orçamento.

Sabemos que existem externalidades que são incontornáveis, mas permanecendo essa sistemática, reduções nos padrões de qualidade e ineficiências na gestão dos recursos serão inevitáveis.

Censo 2000

Resultados

Este Programa vem sendo executado dentro dos prazos planejados e comprometidos com a sociedade. Vale salientar que, comparativamente ao último censo - 1991, houve uma redução significativa nos prazos de disponibilização dos resultados, em que pese alguns atrasos em relação ao previsto.

No que diz respeito ao cronograma de divulgação dos resultados do **Censo 2000**, alguns atrasos ocorreram, basicamente em face de problemas na instalação e operacionalização do Centro de Captura de Dados, responsáveis pela apuração da massa de questionários. Diante disso, a divulgação dos resultados definitivos do universo, que estava prevista para ser em treze meses, só foi possível em dezesseis meses.

Quanto à divulgação dos resultados preliminares da amostra, prevista para ocorrer em dezessete meses, foi realizada em vinte um meses. Já a divulgação dos resultados definitivos da amostra, ela está ocorrendo no prazo previsto.

Os fatores críticos de sucesso nesta estratégia, passíveis de difusão na forma de boas práticas foram:

- Do ponto de vista externo, as ações voltadas para a transparência e legitimidade das operações censitárias através da constituição de participação da sociedade, quais sejam, Comissão Consultiva com representantes do meio acadêmico e técnico-científico; seminários e reuniões de consulta aos principais usuários para definição do conteúdo dos questionários; criação de comissões censitárias municipais, com participação de representantes da comunidade local, com vistas ao apoio e acompanhamento da operação censitária.
- Do ponto de vista interno, cabe destacar a criação da Comissão de Planejamento e Organização do **Censo 2000**, responsável pela definição das estratégias e acompanhamento operacional de todas as ações envolvidas; a incorporação de avanços tecnológicos em todas as etapas da operação (mapa digital; uso de *scanner* na captura de dados, entre outros avanços). A implantação do Sistema de Indicadores da Coleta, que permitiu o acompanhamento da operação de campo da captura de dados, o monitoramento da qualidade da cobertura e racionalização na gestão dos recursos humanos. Por último, houve forte investimento em treinamento de pessoal, de forma a garantir a padronização dos procedimentos e a facilitação na obtenção e conteúdos, a fim de garantir a qualidade da coleta.

A disponibilização no tempo adequado de dados atualizados tem, sem dúvida, impacto positivo sobre o público-alvo, uma vez que contribui para o melhor planejamento e ações mais eficazes do setor privado e das políticas públicas. Assim, tendo em conta os resultados divulgados, pode-se considerar que o desempenho foi satisfatório, além de oferecer subsídios às comunidades acadêmicas e técnico-científicas sobre a evolução demográfica e social do país, propiciando-lhes melhores condições para seus estudos e projetos.

Sumariamente os principais resultados obtidos no período de 2000 a 2002 foram os seguintes:

- Em 2000, realização da coleta de dados em mais de 45 milhões de domicílios e o recenseamento de 169,8 milhões de pessoas, registrando os mais baixos índices de subenumeração, com significativa melhoria na cobertura do território nacional e a divulgação dos resultados preliminares ainda no mês de dezembro do mesmo ano.

Gerente:

Nuno Duarte Bittencourt

- Em 2001, a divulgação da Sinopse Preliminar, em maio, apresentando o total da população residente por sexo, o total de domicílios por espécie, a média de moradores por unidade habitacional, área e densidade demográfica dos municípios, entre outros, e, em dezembro, a divulgação dos Resultados Definitivos do Universo, com os dados definitivos referentes às características comuns da população, investigadas nos questionários básicos e da amostra.
- Em 2002, a divulgação da Tabulação Avançada da Amostra, em maio, cujos resultados apresentados em nível estadual e embora de caráter ainda preliminar, já anteciparam algumas transformações importantes da sociedade brasileira e, em dezembro, a divulgação dos Primeiros Resultados da Amostra, oferecendo informações, em nível municipal, de todos os temas levantados no questionário da Amostra do **Censo 2000**.

Concepção

A realização decenal dos censos demográficos no Brasil é definida por lei e seus resultados representam a principal fonte de informação sobre vários aspectos importantes da população, de suas condições de vida e distribuição no território nacional e são fundamentais para o conhecimento do comportamento e da evolução desses aspectos ao longo de grandes períodos.

Assim, o conteúdo dos questionários é definido em conjunto com os principais usuários, de forma a incorporar as novas demandas públicas e privadas por informação com a inclusão de itens relevantes para o conhecimento da realidade nacional, das características e das condições de vida da população.

No caso do **Censo 2000**, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE fez ampla consulta aos principais usuários e constituiu comissão consultiva com representantes do meio acadêmico e técnico-científico, visando ao acompanhamento de todas as ações de planejamento, execução, apuração e divulgação de resultados, buscando, com essas duas medidas, dar transparência ao processo e bem atender às expectativas da sociedade quanto ao conteúdo abrangido e aos procedimentos técnicos adotados.

A excelente receptividade da população ao responder ao **Censo 2000**, a ampla e intensa exploração de seus resultados que vem sendo feita pela imprensa, os inúmeros estudos já divulgados com base nos dados censitários, o substancial aumento das consultas recebidas nos diversos meios de acesso abertos pelo IBGE, com destaque para a internet, demonstram que o **Censo 2000** foi bem concebido e alcançou alto grau de satisfação de todos os setores que compõem seu público-alvo.

Implementação

O Programa **Censo 2000** não sofreu modificações relevantes entre sua concepção e implementação. Alguns ajustes de ordem operacional foram necessários, mas sem desdobramentos que implicassem em alterações significativas nas etapas planejada e nada que comprometesse as principais metas e prazos estabelecidos.

O IBGE estabeleceu parcerias com diversos órgãos nacionais, tais como Funasa, INSS, Funai e outros, como o Exército Nacional, os quais apoiaram as operações de campo, oferecendo diversos tipos de recursos.

A operação censitária contou, também, com a colaboração de prefeituras municipais, de órgãos estaduais, de concessionárias de serviços públicos e empresas privadas na etapa de atualização da base operacional e geográfica (mapas municipais e croqui de setores censitários). Tal colaboração consistiu

no fornecimento de mapas em meio digital ou convencional sobre os quais o IBGE fez adaptações, atualizações e incorporações, de forma a construir a malha setorial que serviu de base para a coleta de dados e a divulgação de resultados.

Em contrapartida, o IBGE ofereceu os mapas atualizados, em meio digital. Essas contribuições foram fundamentais para um dos importantes avanços do **Censo 2000** - que foi a obtenção de mapas municipais e cadastrais de todos os municípios brasileiros em meio digital, o que contribuiu para facilitar a identificação da área de trabalho por parte do recenseador e possibilitou o referenciamento espacial dos resultados do Censo.

Para realização da etapa de coleta de dados do **Censo 2000**, as prefeituras municipais cederam prédios e mobiliários para uso das equipes locais, para a instalação de Postos de Coleta nos municípios onde não havia agência do IBGE ou onde as instalações próprias não eram suficientes. As prefeituras, eventualmente, colaboraram também com outros itens de apoio às equipes locais. Dos órgãos estaduais, a contribuição mais expressiva foi na cessão de escolas para a realização das provas dos diversos processos seletivos realizados e para os treinamentos que ocorreram em todo o território nacional, tendo contado, ainda, com a ajuda de diversos órgãos federais.

Das Forças Armadas, foi assinado um convênio apenas com o Exército, que forneceu transporte aos recenseadores nas áreas de difícil acesso, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste. A Marinha e a Aeronáutica também colaboraram, prestando o mesmo tipo de ajuda, embora sem a assinatura de convênio. O INSS cedeu espaços em diversos municípios para a instalação de Postos de Coleta. A Embrapa e a Funasa também contribuíram oferecendo apoio às equipes de campo e a Funai colaborou no acesso e no contato com as comunidades indígenas. Todas as contribuições foram consideradas satisfatórias e ajudaram a garantir a qualidade da cobertura do território nacional e o cumprimento dos prazos da operação de campo.

No que diz respeito ao repasse de recursos, há que se ressaltar alguns atrasos no fluxo financeiro em 2000, o que implicou atrasos nos compromissos com grandes fornecedores e alguns poucos problemas no pagamento de recenseadores. No entanto, não chegou a haver prejuízo no andamento da coleta de dados. Nos exercícios de 2001 e 2002, não houve nenhum atraso na liberação dos recursos solicitados.

Quanto ao processo de capacitação das equipes contratadas para a realização do **Censo 2000**, abrangeu também os níveis gerenciais do quadro de servidores do IBGE, ambos com enfoque nos aspectos técnicos da operação censitária.

Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos

Resultados Os cinco indicadores do Programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos** tiveram evolução positiva e consistente, entre 2000 e 2002. Quatro dos indicadores tiveram resultados sempre acima dos previstos: um deles, Nº de participantes-dia em projetos de desenvolvimento gerencial, reflete o direcionamento estratégico das ações do Programa para desenvolvimento gerencial, cujas ações e resultados foram crescentes no período, em consonância com as diretrizes do Ministério supervisor (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), que demandou e apoiou a realização de cursos e programas de desenvolvimento gerencial, para gerentes do PPA e suas equipes, e ainda para segmentos estratégicos, com vistas à implantação e consolidação do PPA como novo modelo de planejamento, orçamento e gestão; os resultados sempre acima do previsto, nesse indicador, refletem ainda a demanda das organizações-clientes, que passaram cada vez mais, no período, a demandar capacitação gerencial, em coerência com os avanços das propostas de reforma do Estado, onde o foco em resultados, a atuação gerencial, o desenvolvimento de ferramentas e valores gerenciais, passaram a ser cada vez mais difundidos e requisitados pelas diversas organizações públicas federais, com repercussão também em estados e capitais. Outro indicador que teve sempre resultados acima do alvo foi o Grau de Satisfação dos Alunos-Clientes, refletindo o permanente esforço do programa em implementar melhorias contínuas em seus produtos e serviços.

O indicador Grau de Satisfação das Organizações-Clientes teve metodologia definida e foi sistematicamente mensurado a partir de janeiro de 2002, tendo, também, apresentado resultados acima do alvo previsto. A Taxa de Capacitação de Gerentes Estratégicos também teve resultados sempre acima do alvo. O indicador Nº de Servidores/dia Capacitados mensura os treinamentos não-gerenciais realizados; como já apontado nas avaliações anteriores, o alvo deste indicador deveria ter sido reduzido, pois o programa, desde 2000, vem dando ênfase ao desenvolvimento gerencial, reduzindo os cursos e programas não-gerenciais; isto explica resultados inferiores ao alvo, nesse indicador.

Os principais resultados do Programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos** podem assim ser expressos:

- contribuição efetiva à implantação e consolidação do novo modelo de planejamento, orçamento e gestão introduzido pelo PPA 2000-2003, por meio de estudos, publicações e da capacitação de gerentes de programas, suas equipes, difusão do modelo junto a servidores das áreas finalísticas, junto a dirigentes e ainda junto às SPOAs e DAFs das entidades vinculadas. O Programa realizou ainda ações que permitiram a difusão do novo modelo para governos estaduais e algumas capitais, implementando a agenda de cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Fórum de Secretários Estaduais de Planejamento.

Gerente:
Regina Pacheco

- contribuição efetiva do Programa para implementar a gestão empreendedora no Governo Federal, por meio da capacitação de mais de 59 mil servidores, gerentes e dirigentes nos três anos (cerca de 13% acima do previsto), difundindo, especialmente entre gerentes operacionais, intermediários e estratégicos, e ainda junto a dirigentes, os valores e instrumentos da gestão empreendedora, o

compromisso com resultados, o foco no cidadão-usuário, o uso eficaz dos recursos públicos. O Programa realizou ainda vários estudos aplicados e publicou obras e textos de referência para a gestão pública empreendedora, além de ter desenvolvido parcerias internacionais com centros de excelência em gestão empreendedora, permitindo trazer para o Brasil as melhores práticas de gestão e referências internacionais. Merece destaque ainda a realização, a cada ano, do Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal, que identificou, premiou e divulgou boas práticas de gestão empreendedora já existentes e sobre experiências gerenciais bem sucedidas. O apoio à implementação da Gestão Pública Empreendedora se deu ainda, por meio da ampliação e especialização do acervo da Biblioteca e, também, por meio da disponibilização das publicações para *download* gratuito pela internet.

- cabe ainda destacar o apoio do Programa às atividades dos demais programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em especial: Responsabilidade Fiscal, Redução de Custos na Aquisição de Bens e Serviços, Gestão Pública Empreendedora, Valorização do Servidor, Qualidade no Serviço Público e Desburocratização; para todos esses programas, foram desenvolvidas ações de capacitação para públicos-alvo específicos, em estreita articulação com seus gerentes e com as orientações estratégicas do Ministério do Planejamento. Alguns outros grupos de programas estratégicos também foram apoiados de forma especial: o Plano Nacional de Segurança Pública, o Projeto Alvorada, os programas multisetoriais, os programas com execução descentralizada, os programas de gestão de políticas públicas.
- contribuição ao fortalecimento da atuação da administração pública federal nas atividades de formulação, regulação e fiscalização, por meio da formação inicial de novos quadros para carreiras estruturadas, em especial: Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas de Planejamento e Orçamento, Oficiais e Assistentes de Chancelaria, Analistas de Ciência e Tecnologia, Defensores Públicos da União.
- contribuição efetiva para os objetivos de “assegurar, de forma permanente, o ajuste fiscal e a estabilidade econômica” e, ainda, “ampliar recursos para o desenvolvimento sustentável do país”, por meio de cursos voltados à melhoria do gasto público, melhor gerenciamento e utilização de recursos financeiros e à implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- contribuição ao objetivo setorial “transformar o MP em referência de gestão empreendedora”, por meio de cursos específicos realizados sob demanda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e apoio à realização de atividades de várias secretarias do MP, especialmente SPI, Seges, SRH, SOF, SLTI e SPU.

Os impactos sobre o público-alvo do Programa têm sido positivos: os envolvidos na realização do Programa têm sabido encontrar formas criativas de executar suas ações, mesmo em contexto de contingenciamento de recursos. Em 2002, as restrições impostas à utilização das receitas próprias arrecadadas (não puderam ser utilizados cerca de 44% das receitas arrecadadas e autorizadas pelo Congresso), dificultaram ainda mais a execução do programa, tendo sido contornadas por esforços suplementares de foco e de criatividade de todos os envolvidos na realização das ações e metas previstas. Isto tem permitido que os resultados venham sendo alcançados, e mesmo superados, em contexto de limitações de recursos financeiros. Pode-se supor, no entanto, que a utilização plena das receitas arrecadadas, teria permitido ao Programa alcançar resultados ainda melhores.

Concepção

O problema ou demanda que deu origem ao Programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos** pode assim ser expresso:

- necessidade de difundir novos paradigmas e instrumentos de gerenciamento no setor público, voltados à eficiência e aos resultados;
- necessidade de vincular a capacitação aos objetivos estratégicos do governo e das instituições; e
- necessidade de formar quadros para as carreiras do serviço público.

Tais necessidades resultam das profundas mudanças por que vem passando o setor público, no Brasil e no mundo, para atender aos anseios da sociedade por um serviço público que seja, ao mesmo tempo, honesto e de alto desempenho, transparente e responsável. Isto implica profunda mudança de cultura no setor público, que tradicionalmente esteve voltado prioritariamente à legalidade de seus atos e à obediência a normas e procedimentos, e que agora deve também responder por novos critérios como eficiência, eficácia e efetividade. Daí decorrem novas necessidades e novos conteúdos para a capacitação, além de uma nova orientação estratégica: tradicionalmente, a capacitação era vista como um “direito do servidor”, como “um degrau para obter aumento de remuneração”, ou ainda como “uma maneira de satisfazer as demandas dos servidores”; na nova orientação, a capacitação profissional tem de estar vinculada aos desafios da organização e aos resultados dela esperados - não basta atender às expectativas dos servidores, o investimento em capacitação tem de resultar efetivamente em mudança de cultura e melhoria do serviço prestado ao cidadão (ou melhoria da política pública formulada). Neste sentido, a agenda de capacitação é permanente; apesar dos expressivos resultados alcançados nos últimos anos, a demanda por capacitação, aliada aos desafios estratégicos do governo e do setor público, devem continuar nos próximos anos.

Matriz de fontes de financiamento:

Quanto à matriz de financiamento, cabe ressaltar que o Programa, quando elaborado em 1999, contava com expressiva participação de recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (cerca de 35% dos recursos totais do programa); tais recursos deixaram de ser disponibilizados ao Programa a partir de 2002, o que implicaria encontrar outra fonte alternativa para reequilibrar a matriz de financiamento do programa. A alternativa que vem sendo encontrada pelos executores do Programa, a fim de não comprometer os resultados, é a de aumentar a arrecadação de receitas próprias; no entanto, tal alternativa implica sempre longos períodos para encaminhamento, apreciação e sanção de projeto de lei de crédito suplementar, sujeito ainda aos contingenciamentos; para o projeto de lei orçamentária para 2003, a proposta elaborada pela SOF prevê também um significativo incremento de receitas próprias para o financiamento do programa. Consideramos que a matriz de financiamento do programa deve ser reequacionada para o PPA 2004-2007, sobretudo se houver expansão das metas físicas.

Outros aspectos: articulação com programas similares e *benchmarking*:

Seria ainda desejável proporcionar uma maior articulação entre os diversos programas voltados à capacitação de servidores públicos (entre eles o Programa Valorização do Servidor, Capacitação para Administração Financeira, Capacitação de Diplomatas etc), bem como a comparação sistemática de resultados e de custos praticados por cada um destes programas; tais análises

poderiam reverter em maior apoio aos programas similares que apresentem melhor desempenho. Tal análise e comparação não vem sendo feita ou disponibilizada aos gerentes desses programas; a apuração de custos é ainda muito artificial e simplista, não permitindo uma real mensuração e inviabilizando possíveis comparações.

Forma de articulação com outras unidades do Ministério:

O Programa é desenvolvido em estreita articulação com as orientações estratégicas do Ministério supervisor (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), buscando atender às solicitações dos vários Secretários, da Secretaria Executiva, e dos vários gerentes de programas do MP. A fim de evitar sobrecarga excessiva de demandas, cujo atendimento seria dificultado, e facilitar o planejamento da execução das ações do Programa, sugere-se praticar anualmente uma contratualização prévia de resultados entre cada Secretaria e o gerente do Programa, assim como entre cada gerente dos demais programas do MP e este programa; tais solicitações deveriam ser explicitadas no início de cada ano, buscando garantir maior previsibilidade e planejamento físico e financeiro do programa, deixando as demandas eventuais, ao longo do ano, para aquelas realmente não previstas e não passíveis de antecipação.

Forma de articulação com as parcerias:

O Programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos** tem como uma de suas ações o Intercâmbio com instituições de Excelência; essa ação permite identificar as melhores práticas de gestão em nível mundial, bem como centros de excelência em desenvolvimento gerencial em outros países que estão implementando a gestão pública empreendedora. Assim, para que o Programa realize esta ação, é necessária a compreensão do Ministério supervisor quanto aos pedidos de afastamento do país de funcionários executores do Programa, uma vez que estarão a serviço das ações e metas do programa.

Forma de articulação com outros Ministérios:

O Programa precisa ter uma atuação mais dinâmica de comunicação com os Ministérios e demais entidades da administração pública federal, para divulgar mais seus produtos e serviços. Há ainda entidades que deixam de recorrer aos produtos e serviços do Programa por desconhecerem sua oferta, e que acabam recorrendo a instituições privadas “de grife” para seus programas de capacitação, quando poderiam utilizar os produtos e serviços do Programa que, além de custo reduzido, oferecem qualidade, são específicos para o setor público e são alinhados às políticas de governo para melhoria da gestão pública. Além disso, várias dessas entidades têm ainda uma visão tradicional da capacitação, e acabam optando por programas longos (a moda dos “MBAs” ou especializações), sem que esses sejam necessariamente os mais adequados aos seus objetivos; nesse sentido, é preciso interagir mais com os “demandantes”, para ajudá-los a bem definir que objetivo querem alcançar quando “compram” um programa de capacitação.

Estratégia de implementação do Programa:

Acreditamos que um dos sucessos de implementação do programa é o de buscar garantir o alcance dos resultados previstos, com qualidade, mesmo com recursos escassos. Para tanto, é fundamental o gerenciamento em todos os níveis, envolvendo todos os executores do programa, e um processo de monitoramento dos resultados do programa por meio de um painel de controle gerencial. Utilizamos, para a implementação do Programa **Desenvolvimento de**

Gerentes e Servidores Públicos, o BSC - *Balanced Scorecard*, que permite articular objetivos, estratégias, metas e iniciativas, sistematizado em um painel de controle que permite o monitoramento estratégico mensal das ações do programa e as correções necessárias. A articulação do planejamento à execução financeira desenvolvida para a execução do Programa permite o melhor uso dos recursos disponíveis.

Implementação

O Programa conta com recursos escassos. A partir de 2002, deixou de contar com recursos do FAT (que representavam cerca de 35% dos recursos totais do Programa). Um incremento foi conseguido em 2002, tanto na Lei Orçamentária Anual, como na lei que autorizou a incorporação do excesso de arrecadação; tais incrementos, no entanto, não foram traduzidos em ampliação dos limites financeiros, dado o contingenciamento financeiro em 2002, que abrangeu inclusive receitas próprias (cerca de 44% contingenciado). A previsão para 2003 também é de escassez de recursos: em quatro das dez ações, há redução entre 40% e 76%, comparado ao PLOA de 2002; em duas outras ações, de maior impacto sobre os resultados do Programa, a redução é de 2% e 4,2%; finalmente, para três ações, o PLOA 2003 repete a mesma previsão de recursos do PLOA 2002.

O Programa vem desenvolvendo estratégias para que tais restrições de recursos não comprometam os resultados a atingir. No entanto, há estrangulamentos quanto a recursos de tecnologia da informação e sistemas informatizados, que demandam recursos superiores aos disponíveis e previstos para 2003 - este tema foi inserido na lista de “projetos com dificuldades específicas”, na agenda da transição de governo. O Programa poderia ampliar suas ações de educação à distância, utilizando internet, mas, para tanto, requer que sejam realizados tais investimentos em tecnologia da informação, desenvolvimento de sistemas e recursos suplementares de custeio (para contratar *links* mais potentes, necessários à oferta de cursos via internet).

As ações de capacitação da equipe gerencial e demais executores do programa (cerca de 160 pessoas) foram realizadas com criatividade e utilizando as parcerias internacionais, para fazer frente à escassez de recursos alocados a esta ação: em 2000, na LOA, R\$ 12.000,00 para capacitação interna; em 2001, na LOA, R\$ 12.000,00; nos anos de 2000 e 2001, foram incorporados recursos advindos de excesso de arrecadação, mas disponibilizados financeiramente apenas na última quinzena do ano, o que inviabilizou sua utilização para ações de capacitação interna. Em 2002, na LOA R\$ 35.000,00; no PLOA para 2003, R\$ 35.000,00. Seriam necessárias mais ações de capacitação, o que demanda mais recursos nessa ação.

O principal parceiro do Programa, na matriz de financiamento, era o Ministério do Trabalho, alocando recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador (constituindo cerca de 35% dos recursos totais inicialmente previstos). Em 2000 e 2001, demoras na liberação daqueles recursos levaram a uma concentração das ações nos três últimos meses do ano, sobrecarregando os executores. Em 2002, dada a escassez de recursos, não foram destinados recursos do FAT ao Programa **Desenvolvimento de Gerentes e Servidores Públicos**; a estratégia desenvolvida pelo Programa, para fazer frente a esta quebra da previsão inicial de recursos, foi a de aumentar a geração de receitas próprias, conforme já comentado anteriormente.

Quanto às demais parcerias, o Programa conta com Projetos de Cooperação Bilateral (com França, Canadá, Espanha, Reino Unido) e organismos internacionais (CLAD, Indes - BID, BID - Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, Cepal, BIRD, Secib - Secretaria Executiva da Cúpula

Iberoamericana), além de várias instituições similares à ENAP (INA-Portugal, INAP-Espanha; INAP- Argentina; INAP-México; ENA-França), fundamentais para o alcance dos objetivos do Programa.

O Programa desenvolve parcerias (não-formais) com os demais programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Responsabilidade Fiscal, Redução de Custos na Aquisição de Bens e Serviços, Gestão Pública Empreendedora, Valorização do Servidor, Qualidade no Serviço Público e Desburocratização; para todos esses programas, foram desenvolvidas ações de capacitação para públicos-alvo específicos, em estreita articulação com seus gerentes e com as orientações estratégicas do Ministério do Planejamento. Tais parcerias permitem coordenar as ações e vinculá-las à política de governo para a melhoria da gestão pública.

Alguns outros grupos de programas estratégicos também foram apoiados de forma especial: o Plano Nacional de Segurança Pública, o Projeto Alvorada, os programas multissetoriais, os programas com execução descentralizada, os programas de gestão de políticas públicas. Aqui, a principal vantagem foi a de realizar a gestão do conhecimento sobre o PPA, aprendendo com os gerentes responsáveis por estes programas, sistematizando as lições, as dificuldades e as estratégias utilizadas, e divulgando-as para os demais gerentes, além de apoiar a SPI com informações sistematizadas a partir da experiência de implementação destes programas.

Houve também parcerias não-formais com outros programas voltados à capacitação de servidores públicos (especialmente os sob responsabilidade da ESAF, ECT, Academia Nacional de Polícia, TCU-Instituto Serzedello Correia, Instituto Rio Branco); tais parcerias permitiram a troca de experiência sobre as ações desenvolvidas e as estratégias de implementação utilizadas.

O Programa tem desenvolvido cada vez mais ações customizadas, atendendo às demandas dos beneficiários; são desenvolvidos e realizados cursos e programas sob medida, em todo o país, a pedido das diversas organizações públicas federais.

A consulta sistemática aos *stakeholders* do Programa, bem como as pesquisas realizadas de eficácia dos treinamentos, de satisfação das organizações-clientes, de imagem do Programa e de necessidades do público-alvo, têm permitido conhecer as expectativas e necessidades do público-alvo e beneficiários indiretos, permitindo aperfeiçoar as ações do programa.

Vários são os mecanismos utilizados para conhecer a satisfação dos usuários, beneficiários e *stakeholders*: avaliação ao final de cada curso, verificando pertinência e utilidade do conteúdo para a melhoria de desempenho do participante em sua atuação profissional; avaliação da satisfação das organizações-clientes e eficácia dos cursos realizados, consultando o superior imediato do participante quanto à melhoria de seu desempenho após o curso; avaliação da imagem do programa junto a dirigentes públicos federais, gerentes de programas do PPA e *stakeholders* do Programa; pesquisa direta de satisfação junto a usuários dos demais serviços e produtos do Programa (usuários do *site* do Programa; da Biblioteca; dos assinantes das publicações; dos usuários do alojamento, restaurante e lanchonete; usuários internos dos serviços de apoio à gestão e informática); opinião dos parceiros estrangeiros quanto à evolução do Programa e da competência institucional da ENAP para implementá-lo; acompanhamento de artigos na imprensa; avaliação de satisfação dos responsáveis por eventos (de outros programas ou instituições) realizados com o apoio do Programa.

Os resultados de todas estas avaliações são considerados para adoção de medidas de melhoria de ciclo curto, na provisão de cada serviço ou produto, visando a busca permanente da excelência.

Gestão do Patrimônio Público

Resultados O Programa **Gestão do Patrimônio Público** expressa seus resultados por meio do desempenho das suas ações. Os principais resultados obtidos foram por intermédio das ações: Destinação de Imóveis para Projetos Sociais e Manutenção de Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais.

Relativamente à primeira, no período 2000/2002, foram beneficiadas 193.254 famílias, superando as expectativas. A ação Manutenção de Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais propiciou uma evolução significativa na administração dos imóveis da categoria.

A gestão do patrimônio imobiliário da União necessita de registros precisos. Até o início da década de 90, os recursos tecnológicos disponíveis se resumiam a controles manuais e ao uso isolado de recursos de informática, praticamente para a edição de textos, ou tabelas simplificadas. Além disso, o trabalho da Gerência Regional de Patrimônio da União/GRPU era dificultado pela falta de documentos e pelos valores desatualizados dos imóveis, impossibilitando a elaboração rápida de processos para cessão dos mesmos, o que acarretava demora no atendimento aos órgãos.

Na busca de soluções para as dificuldades que se acumulavam, a Secretaria de Patrimônio da União - SPU iniciou, em 2000, o processo de Recadastramento dos imóveis de Uso Especial da União. Para tanto, foi disponibilizado na internet, um sistema de recadastramento, contendo maior número de informações que o Sistema de Patrimônio Imobiliário da União - SPIU, com módulo de avaliação automática dos imóveis, permitindo a inclusão de fotos, plantas e documentos digitalizados (certidões, termos etc.).

Em 2001, o sistema de recadastramento foi denominado Spiunet, substituindo oficialmente o SPIU. Ao contrário do SPIU, o Spiunet dispõe de estrutura que diferencia "Imóvel" e "Utilização", conferindo precisão ao quantitativo de imóveis.

Com o estabelecimento de uma parceria entre a SPU e a STN, o SPIUnet foi interligado ao Sistema de Administração Financeira - Siafi. Por conseguinte, toda atualização efetuada nos valores dos imóveis no Spiunet, passou a gerar a devida contabilização no Siafi, de forma *on line*, não permitindo atualizações na conta dos imóveis da União, senão por meio do Spiunet.

Em parceria com o IBGE, está sendo desenvolvido projeto de Georeferenciamento dos imóveis, a ser implantado no Spiunet, onde o usuário poderá localizá-los por meio da base cartográfica correspondente, sendo dispensável o endereço preciso.

Observa-se que, com o evento Spiunet, o controle patrimonial tornou-se mais preciso, com o cadastro atualizado e consistente, permitindo a SPU atender, com presteza, pedidos de cessão de imóveis para atendimento ao serviço público, bem como para implantação de equipamentos e serviços comunitários, tais como: escolas, hospitais, creches, parques e áreas de lazer, assentamento de famílias carentes, municípios e governos estaduais, com amplos benefícios à população.

Concluído o trabalho de recadastramento, com o concurso das Gerências Regionais de Patrimônio da União e Unidades Gestoras do Governo Federal, apurou-se um patrimônio composto de 24 mil imóveis, avaliados, até a presente data, em R\$ 111 bilhões.

Gerente:

Janete Ortolani

Iniciou-se ainda a cobrança sistemática dos devedores de receitas patrimoniais, por intermédio do Siapa - Sistema Integrado de Administração Patrimonial, priorizando-se os procedimentos de cobrança dos maiores devedores.

Os resultados menos expressivos ocorreram nas ações Alienação de Imóveis não Destinados ao Uso do Governo Federal, Demarcação de Imóveis e Cadastramento de Imóveis. No primeiro caso, em decorrência de decisão do TCU, determinando a sustação do procedimento licitatório, iniciado pelo BNDES, para alienação dos imóveis em São Paulo e Rio de Janeiro. Em decorrência desse fato, foram alienados, apenas, 516 imóveis, no período de 2000/2002 gerando a receita de 48 milhões, cifra muito inferior ao potencial existente.

No caso das ações Demarcação de Imóveis e Cadastramento de Imóveis os baixos resultados ocorreram em virtude da morosidade dos processos licitatórios, com o objeto de demarcação e cadastramento e, principalmente, em consequência de liminares judiciais obtidas pelos participantes.

Vale lembrar que os baixos resultados obtidos pela maioria das ações do programa geram diversos prejuízos ao Estado e à sociedade. A falta de demarcação e de cadastramento dos imóveis da União, por exemplo, tornam impossível uma boa administração desses bens, provocando, com isso, uma perda de receitas. Por sua vez, a não-alienação de imóveis destinados à venda, além de não gerar receita de venda, gera gastos na sua manutenção.

Ademais, a restrição orçamentária limitou, significativamente, o deslocamento de servidores, prejudicando sobremaneira as atividades de fiscalização e de identificação de imóveis da União, diminuindo, assim, possibilidades de geração de receitas e a destinação desses imóveis para utilização pela administração direta.

..... Conceção

O Programa **Gestão do Patrimônio Público** foi criado em decorrência da má administração dos bens imóveis da União, haja vista a ineficiência da política para os imóveis inservíveis ao Serviço Público e para os imóveis próprios nacionais, utilizados pela Administração Direta e Indireta. Além disso, havia, também, total descontrole da demarcação e cadastramento dos imóveis, gerando prejuízos à União, em virtude dos gastos com a manutenção e da falta de uma cobrança adequada dos preços públicos.

Nota-se que o objetivo principal do Programa à época da sua criação foi, em última instância, a geração de receitas. Durante o período de execução do Programa, percebeu-se que este enfoque deveria ser alterado. Dessa forma, o objetivo do Programa **Gestão do Patrimônio Público** deve ser a boa administração dos bens imóveis da União, sua manutenção e zelo. A geração de receita passa a ser mera consequência de uma boa administração.

Dentro desse novo entendimento, o ciclo da administração do patrimônio deve ser:

- verificando-se a ocorrência de um bem imóvel da União, deve ele ser demarcado, cadastrado e registrado;
- após, deve-se verificar a necessidade do imóvel para o serviço público;
- inexistindo essa necessidade, o bem deve ser alienado, gerando, dessa forma, receitas e deixando de gerar despesas. Ressalte-se que o termo “alienado” deve ser entendimento *lato sensu*, pois o imóvel pode ter seu domínio direto entregue ao particular, mediante retribuição financeira à União, por intermédio do pagamento de preço público; e

- em sendo o imóvel inservível ao serviço público e não havendo sucesso na sua alienação, deverá ser verificada a possibilidade de cessão ou doação, conforme previsto em lei.

Quanto ao público-alvo, deve ser, além da Administração Pública Federal, também, o cidadão ocupante ou foreiro de imóvel da União.

Ademais, o programa possui muitas ações que, por afinidade deveriam estar aglutinadas, à vista do objetivo que almejam. Na realidade o número de ações deve ser reduzido, com a aglutinação de ações com objetivos afins, como sugerido a seguir:

- Ação 1 - Manutenção e zelo dos bens imóveis da União – Tem como objetivo a guarda, manutenção e zelo pela conservação dos imóveis de propriedade da União, incluindo, a fiscalização, a cobrança pelo uso, e o desenvolvimento atividade cartorial, entre outras.
- Ação 2 - Identificação, demarcação e cadastramento de imóveis da União – Conforme sugerido pelo próprio nome, o objetivo desta ação é a regularização da situação fática, qual seja, trazer aos cadastros a existência administrativa do bem, quando, então, será exercida a ação acima referida (manutenção), conservando e zelando pelos bens identificados, demarcados e cadastrados ou, então, sendo alienado, conforme descrito na ação abaixo.
- Ação 3 - Transações Imobiliárias - Objetiva a alienação e a aquisição de imóveis para a União, pela forma de compra e venda ou incorporação.
- Ação 4 - Destinação de Imóveis para Projetos Sociais; e
- Ação 5 - Sistemas Informatizados - Destinados à manutenção dos sistemas existentes e desenvolvimento de novos sistemas necessários ao controle das atividades envolvidas neste programa. Essa ação única englobaria a ação de Depuração de Registros da Base Cadastral, a manutenção do Cadastro de Próprios Nacionais, o Sistema Integrado e o Desenvolvimento do Sistema Integrado.

Parte das recomendações acima foi acatada. A Ação 2 acima foi aceita, entretanto, o seu nome não foi alterado, fato que prejudicou o seu entendimento. Ressalto e reitero o meu entendimento de que o nome deve ser alterado para Identificação, Demarcação e Cadastramento de Imóveis da União.

A ação 1, representada hoje pela ação Administração do Patrimônio Imobiliário da União – Nacional (SPU), também, deve ter sua denominação alterada para Manutenção e Zelo de Bens Imóveis da União.

O mesmo deve ocorrer com a Ação 3, devendo a sua denominação ser alterada de Alienação de Imóveis da União para Transações Imobiliárias, por ser esta expressão a exata dimensão da ação pretendida.

As medidas abaixo elencadas, apesar de não estarem incluídas como ações do Programa, geraram os produtos discriminados, na forma que segue:

- Remição de Foro em Alphaville - autorizado em meados de outubro de 2002, constitui o produto final do trabalho da força-tarefa designada para a Regional São Paulo, com vistas a finalizar a análise dos processos e a promoção dos cálculos e da cobrança de laudêmios incidentes sobre as transações imobiliárias e para os interessados, a venda do domínio direto daqueles imóveis.

O acúmulo dos processos, normalmente, gerava reiterações de demandas na Regional, pois o atraso nas respostas aos pedidos levam a um volume muito grande de atendimento ao público e a um número significativo de ações na Justiça, demandando prioridade no atendimento. Tendo em vista que a análise do custo/benefício da administração daqueles imóveis remete a um resultado não compensador para a manutenção deles no patrimônio da União, optou-se pela remição do foro, haja vista que, além de os imóveis possuírem alto valor venal, os usuários/foreiros possuem alto poder aquisitivo e a venda do domínio direto daqueles imóveis, além de gerar receitas patrimoniais, poupa a SPU das atividades de fiscalização, emissão de certidões, cálculo de laudêmos e outras atividades relacionadas com o processo de transferência, as quais representam valor significativo de manutenção, não retribuído pelas receitas de foro e laudêmio que incidem sobre os imóveis.

- Reformas das GRPU São Paulo, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco realizadas entre 2000 e 2002 - A reforma das instalações de algumas regionais teve reflexo direto no atendimento ao público usuário, na reorganização dos arquivos de processos e de documentos, facilitando o desenvolvimento das atividades diárias e elevando o nível de satisfação dos usuários.

.....

O plano de metas, os prazos e os responsáveis utilizados pelo Programa foram do plano de Gestão da Secretaria do Patrimônio da União. O Programa **Gestão do Patrimônio Público** não tem seu plano de ação próprio, necessitando ser desenvolvido. O mesmo se aplica ao plano de avaliação.

Implementação

Os trabalhos não são organizados no âmbito da gerência, já que a figura do gerente e a gerência se confundem. A Gerência do Programa não se encontra estruturada e organizada. A coordenação e o acompanhamento do gerente junto aos executores se dá como servidor da União na gestão burocrática, em decorrência das atribuições em tal condição. Não existe qualquer articulação com outros Ministérios.

O gerenciamento de algumas ações do Programa se deu à distância, por intermédio da internet. As medidas a serem implementadas, geralmente, foram divulgadas por *e-mail*, com prazos e formas de cumprimento.

A mensagem é transmitida ao Coordenador de Ação, cuja figura se confunde, normalmente, com o Gerente na gestão burocrática, que, por sua vez, retransmite aos executores das medidas a serem implementadas nos estados e municípios. A grande vantagem da medida é a rapidez no envio e recebimento da ordem e o baixo custo. Em contraponto, a maior desvantagem é a dificuldade na verificação do efetivo cumprimento das ordens.

Conforme relatado em diversas oportunidades, o gerenciamento é falho em virtude de a gerência não possuir estrutura nem pessoal próprios. A gerência é um encargo pessoal e não há qualquer envolvimento do quadro de pessoal da gestão burocrática.

Outro aspecto a ser ressaltado é a falta de um quadro de pessoal próprio que possibilite ao Programa ser implementado de maneira adequada, pois a maioria das pessoas que trabalham no Programa são originárias de outros órgãos e somente uma pequena parcela tem educação superior.

O gerenciamento das ações executadas na mesma Unidade em que o gerente tem sua lotação é menos traumático, contudo, o gerenciamento de ações com execução em outras unidades, dentro ou fora do Ministério, inexistente.

Como é de conhecimento público, o contingenciamento do orçamento sempre compromete a execução das metas planejadas. Contudo, esse não é o único problema enfrentado no Programa. A distribuição das verbas, escassas, para os projetos e atividades deve ser revista, especialmente, no tocante à ação Administração do Patrimônio Imobiliário da União. Dentro dessa ação são executadas todas as medidas de guarda e manutenção de todos os imóveis da União, incluindo-se nela a fiscalização, a manutenção de meios de cobrança pelo uso e a regularização do bem, entre outras. Além disso, os recursos desta ação são utilizados para a manutenção da máquina administrativa, como recursos logísticos. A título de exemplo, cabe lembrar que todas as taxas de condomínio, limpeza, segurança e energia elétrica dos imóveis da União são pagos com recursos dessa ação.

Relativamente à proposta orçamentária para 2003, vislumbra-se que grande parte das metas não será atingida, em decorrência do contingenciamento, em especial, nas ações Cadastramento dos Imóveis e Alienação. Neste exercício, somente para os contratos já firmados para demarcação e cadastramento, pretendia-se um aditamento que representaria um incremento na ordem de R\$ 1.800.000,00, para continuidade nos trabalhos iniciados em 2002, entretanto, foi alocado para todas as despesas da ação, apenas R\$ 1.300.000,00.

Ademais, cumpre esclarecer que não houve qualquer gerenciamento das ações do Programa, implementadas pelo Ministério da Fazenda. Em ações que estão sendo executadas em outro Ministério, até mesmo a obtenção de informações é difícil; mais ainda, gerenciar qualquer ação.

A gerente não participou de qualquer decisão, não sendo instada em nenhum momento para se manifestar acerca da alocação de recursos. Tampouco, esta Gerência tomou a iniciativa de se manifestar.

De modo geral, as ações do programa alocadas em outros ministérios têm comprometido o seu gerenciamento, uma vez que há dificuldades até mesmo na obtenção de informações. Há que se adotar métodos que possibilitem o envolvimento dos dirigentes dos órgãos com os gerentes de PPA. Torna-se indispensável nesse processo, a criação de uma coordenação supra-gerentes e dirigentes, integrando e coordenando. Essa interação certamente trará bons resultados.

Gestão do Plano Plurianual

Resultados

O período de 2000-2002 foi substantivo para a consolidação do modelo de planejamento e gestão proposto pelo PPA. A atuação do Programa **Gestão do Plano Plurianual** foi orientada pelos resultados dos ciclos realizados de avaliação anual, pelos resultados das pesquisas com as partes interessadas no sucesso do programa, tais como: gerentes de programa, dirigentes dos órgãos do ciclo de gestão, secretários estaduais de planejamento e pelo estudo realizado por técnicos do Banco Mundial no ano de 2001.

Tendo em conta este período de análise, os principais resultados obtidos foram:

- Difusão do modelo integrado de planejamento, orçamento e gestão, por meio da capacitação de técnicos do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais;
- Fortalecimento da LDO – Anexo de Metas e Prioridades, como instrumento de priorização da atuação Governamental;
- Implantação do Gerenciamento Intensivo, com controle de fluxo para os programas estratégicos;
- Implantação da Programação Plurianual Físico Financeira – PPF como prática contínua do ciclo de gestão governamental;
- Fortalecimento da capacidade de controle do desempenho físico do Governo Federal e do monitoramento dos programas de Governo com a institucionalização do Sigplan, na medida em que é a referência para elaboração do Balanço Geral da União, do Relatório Anual de Avaliação do PPA e da Mensagem Presidencial;
- Consolidação de rotina anual de Avaliação abrangente dos programas e do Plano Plurianual;
- Consolidação do processo integrado de revisão anual do PPA e de elaboração dos orçamentos; e
- Implantação de metodologia de planejamento territorial para orientar a atuação governamental.

Não obstante o programa ter sofrido cortes significativos no exercício de 2002, o principal obstáculo para que algumas iniciativas previstas não fossem implementadas em sua totalidade foi, principalmente, a falta de capacidade operacional da equipe de gerenciamento do programa.

As iniciativas que sofreram alguma descontinuidade foram:

As agendas setoriais, definidas em conjunto com cada ministério, quando das reuniões de fechamento da Avaliação Anual – exercício 2001, não puderam ser seguidas pela equipe do programa, em especial a iniciativa para o aperfeiçoamento da gestão por programas nos órgãos setoriais. No entanto, algumas das atividades previstas nestas agendas foram realizadas, tais como a Revisão dos programas de acordo com as recomendações constantes no Relatório Anual de Avaliação.

Não foi possível realizar uma análise mais detalhada e profunda de um conjunto restrito de programas, com vistas a uma avaliação mais apurada dos impactos e resultados dos referidos programas, como estava previsto no Processo de Avaliação Anual – exercício de 2001.

Gerente:

Ariel Cecílio Garces Pares

Não houve condições para uma ação estruturada para melhor apoiar o gerenciamento dos programas multissetoriais no decorrer do período de implementação do Plano Plurianual.

Não se realizou, conforme previsto no plano de ação anual do programa, a prospecção setorial de temas estratégicos para ação governamental, tais como, regulação, descentralização de recursos, atuação do Terceiro Setor, pobreza e sociedade informal. As duas únicas ações neste sentido foram os estudos realizados sob encomenda da Casa Civil para implantação do Plano Nacional de Segurança Pública e para implantação do Projeto Alvorada.

O apoio ao desenvolvimento de sistemas gerenciais de programas selecionados ficou aquém do previsto, exceto o apoio ao desenvolvimento dos sistemas gerenciais dos ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.

Não foi realizada, no ano de 2002, a programação plurianual físico-financeira.

A disseminação das boas práticas de avaliação, para a rede ampliada de planejamento e avaliação, não foram realizadas como previsto.

Essas lacunas prejudicaram a implementação do modelo, pois são rotinas inovadoras, cuja dificuldade em praticá-las de modo periódico, ao longo dos três anos, fragilizou a implantação do modelo, sem, contudo, ter atingido as práticas estruturantes do modelo de gestão do Plano.

Muito embora o registro relativo ao desempenho físico dos programas tenha crescido em relação ao ano de 2000, passando de 37% para 49%, em dezembro de 2001, a meta de controle físico sobre ações orçamentárias, em torno de 60%, ficou aquém do esperado. A ação conjunta SPI e SFC para obter essa informação foi importante, mas insuficiente para atingir a meta. No ano de 2002, apesar das dificuldades do ponto de vista da execução financeira, persistiu-se na meta de 60% de registros, sobre as ações que tiveram alguma execução.

Outro aspecto ainda pouco trabalhado refere-se à qualidade das informações, que poderá ser mais bem equacionado em 2003.

Apesar dos esforços junto aos Ministérios setoriais, com vistas à adequação e conciliação entre a gestão por departamentos e funções e a gestão dos programas por resultados, a Administração Pública não evoluiu satisfatoriamente neste sentido, a despeito dos avanços, registrados pela avaliação 2001, ainda restam órgãos setoriais que de fato não operam por programas, isto é, orientados para os resultados na sociedade.

..... **Concepção**

O Programa nasceu da necessidade de revisão dos instrumentos de gestão da Administração Pública, em especial, as funções de planejamento, orçamento e gestão, em face das transformações pelas quais passa o Estado Brasileiro, impulsionadas principalmente pela consolidação do regime democrático, que ampliou as demandas sociais e a necessidade de transparência e controle social; pela exigência de um novo padrão de disciplina fiscal; pelo rearranjo das responsabilidades entre Estado e sociedade ou entre o setor público e o setor privado e pela modernização da economia, que pressupõe, em contrapartida também, uma organização pública, moderna e eficiente.

Como principais causas identificadas do problema, podemos citar:

- ausência de instrumento que assegure que o processo alocativo orçamentário anual espelhe as mudanças pretendidas no médio e longo prazos;

- pouca transparência quanto à alocação de recursos públicos;
- regionalização do processo, que reflete a incapacidade do governo de planejar suas ações de acordo com as necessidades e especificidades locais;
- ausência de controles gerenciais da atuação governamental, com desperdícios de recursos e poucos resultados;
- falta de responsabilização pela atuação governamental; e
- ausência de práticas de desenvolvimento sustentável no planejamento e na gestão pública.

O Programa possui uma concepção relativamente adequada para atingir o objetivo proposto. Ainda assim, seria necessário, conforme foi recomendado no relatório anual de avaliação do exercício 2002, a inclusão de algumas ações relevantes que, na prática já são realizadas pelo Programa, quais sejam: gerenciamento intensivo de programas estratégicos, elaboração da Mensagem Presidencial, atualização anual da Programação Plurianual Físico-Financeira; Elaboração do Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Há também a necessidade de contemplar as atividades de consolidação do modelo de gestão por programas, por meio da responsabilização e fortalecimento institucional do gerente.

Apesar do programa ser do tipo gestão, sem ter a obrigatoriedade de ter um indicador, seria substantivo para o programa a criação de um indicador a partir da pesquisa periódica junto ao público-alvo sobre a evolução do modelo de gestão por programas, realizada na avaliação anual do PPA.

A estratégia de implementação adotada precisa ser aperfeiçoada nos pontos descritos a seguir:

Plano de ação - O plano de ação do programa foi elaborado com metas, prazos e responsáveis e discutido no início de vigência do PPA. Todos os projetos, que executam as ações do programa também possuem planos de ação, discutidos no início de cada projeto. A prática, ainda não adotada de forma sistemática, foi a de avaliação da implementação desses planos de ação, com a devida revisão anual.

Plano de avaliação - Não há um plano de avaliação definido para o programa.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência - Persistem ainda alguns problemas no que se refere à convergência e integração dos diversos projetos que concorrem para o objetivo do programa, sobretudo, o de atualização do Estudo dos Eixos e o de gerenciamento intensivo dos programas estratégicos. No primeiro caso, falta uma melhor integração do planejamento territorial, com os eventos do ciclo de gestão. No segundo, falta uma integração maior entre as equipes. Outro problema relevante está relacionado ao modelo de gestão adotado pela secretaria, que é matricial. A forma como está organizada a SPI gera conseqüências substantivas para o desempenho do programa.

Forma de articulação com as parcerias - No que se refere à integração plano e orçamento, precisa-se definir melhor qual o papel da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e o papel da Secretaria de Orçamento Federal na elaboração e Revisão do PPA, dos Orçamentos e da Programação Plurianual Físico Financeira.

Seria importante criar uma comissão técnica conjunta SPI/SOF, que zelasse permanentemente pelos conceitos, procedimentos e prazos dos eventos do ciclo de gestão que afetam essas duas organizações.

No caso da Seges, a experiência tem mostrado que é necessária a criação formal de dois grupos de trabalhos: um para definir as formas de articular a estrutura e gestão departamental e a gestão por programas; o outro para definir os direitos e obrigações do gerente e sua institucionalização.

Além disso, torna-se crucial uma coordenação ativa destas três funções, planejamento, orçamento e gestão ao nível do Secretário Executivo do Ministério do Planejamento.

Forma de coordenação e acompanhamento dos executores - Os executores são os responsáveis pelas ações e suas respectivas equipes, que muitas vezes, realizam as tarefas em parceria com outros órgãos do ciclo de gestão. Há um excesso de atividades sendo desenvolvidas ao mesmo tempo, no âmbito dos programas e, em sendo atividades inovadoras, dificulta ainda mais o acompanhamento e a coordenação dos trabalhos por parte do gerente de programa.

Forma de articulação com outros Ministérios - São quatro ações realizadas em parceria com outros ministérios: Aperfeiçoamento do estudo dos eixos, realizado em conjunto com o BNDES; Controle do fluxo de recursos dos programas estratégicos, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração da Mensagem Presidencial, em parceria com a Casa Civil e por último, *Benchmarking* Internacional, no âmbito do estudo de aperfeiçoamento do modelo, em parcerias com o Ministério da Fazenda, para a integração do plano e orçamento e do sistema federal de avaliação e com o BNDES para o planejamento territorial.

A forma de articulação com estes parceiros, como também com os órgãos parceiros do próprio Ministério do Planejamento precisa ser aperfeiçoada. Como recomendação para o próximo PPA, sugerimos a constituição pactuada de um plano de ação com cada instituição parceira para quatro anos, sendo revisados anualmente.

Forma de articulação com as partes interessadas - Como parte interessada relevante para o Programa, podemos considerar o Congresso Nacional. Ainda é muito deficiente a articulação com o Congresso, sem uma estratégia bem definida, o que reflete negativamente na obtenção dos resultados esperados.

Há dois pontos que devem ser mais bem estruturados para ter o ímpeto desejado no Congresso: o Projeto de Lei de revisão do PPA, modificado, com vistas a estimular uma discussão por programas e a forma de divulgação do Relatório de Avaliação Anual do PPA.

Forma de participação do público-alvo - Pode-se segmentar o público-alvo do programa nas seguintes categorias: gerentes de programas e equipes gerenciais; subsecretários de planejamento, orçamento e administração; casa civil; secretários executivos; secretários estaduais de planejamento e gestores das entidades vinculadas.

Há muitas formas estruturadas no âmbito do programa, que possibilitam a participação do público-alvo, tais como, reuniões, *workshops*, fóruns de discussão, Sigplan, entre outras. No entanto, para que o modelo possa realmente ser consolidado, é necessário aperfeiçoar todos os canais estabelecidos com cada segmento acima descrito, de forma a orientar a atuação do programa.

Mecanismos de controle social - é necessário aperfeiçoar a estratégia de divulgação e de discussão no Congresso Nacional da proposta de lei do plano plurianual e dos relatórios anuais de avaliação, como também o critério de escolha dos programas estratégicos, que compõem o anexo de prioridades e metas da LDO.

Há aspectos positivos da estratégia de implementação adotada que contribuíram para a obtenção dos resultados, são eles:

- a estrutura em projetos com gerentes por produtos. Este tem funcionado bem, mas tem apresentado problemas de integração;
- a execução das ações em parceria com outros órgãos do ciclo de gestão;
- a mobilização dos órgãos setoriais, em especial as SPOAs, sempre que implementam um evento do ciclo de gestão: reuniões de mobilização com os Secretários Executivos, reuniões com os SPOAs e reuniões com os gerentes de programa, nos órgãos setoriais, no início do processo de avaliação anual ;e
- o processo participativo, envolvendo gerentes, órgãos setoriais e demais órgãos do ciclo de gestão, na elaboração do relatório anual de avaliação, a partir do exercício de 2001.

.....
Considerando todo período de 2000 a 2002, somente no ano 2002, o Programa sofreu um contingenciamento que provocou um alongamento do prazo de execução do projeto Estudo para o Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual. No entanto, o Programa, possivelmente, enfrentará dificuldades de implementação, dada a proposta orçamentária para 2003, justo no ano de elaboração do próximo PPA, quando se intensificam as atividades no âmbito do Programa.

Implementação

O esforço de capacitação da equipe gerencial se restringiu a quatro ações:

- adequação do curso de formação para novos analistas de planejamento e orçamento, durante o período de 2000-2002, à área de planejamento e ao novo modelo de gestão por programas, uma vez que o conteúdo do curso era restrito ao orçamento;
- implantação de estágio monitorado para adaptação dos novos analistas e gestores que integraram à equipe da SPI, num período de 2 meses;
- treinamentos para os monitores de programas, como capacitação para avaliação e revisão anual do PPA e para apropriação de custos de pessoal aos programas; e
- aut capacitação dos monitores em termos de conhecimento setorial realizado mediante a exigência a cada um dos monitores da elaboração do manual do monitor.

É recomendável, para o próximo ciclo, que seja realizado um esforço mais intensivo e adequado ao desenvolvimento das competências organizacionais e individuais necessárias ao desenvolvimento das atividades no âmbito do Programa.

O Programa de Gestão do Plano Plurianual conta com os seguintes parceiros:

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **IPEA** - institucionalmente é o responsável pela avaliação dos macroobjetivos. Esta parceria permite a complementaridade nos trabalhos de avaliação e compartilhamento das visões estratégica, e tática-operacional: setorial e por programas, e dos macroobjetivos;

- Secretaria de Gestão - Seges - parceiro institucional no processo de avaliação anual da gestão das organizações e na institucionalização do papel do gerente. Apesar dos avanços conquistados a partir do exercício de 2001, com a intensificação da parceria com esta organização, o desempenho obtido no que se refere à implementação das recomendações oriundas dessas avaliações foi aquém do esperado.

A convergência das óticas existentes, Seges e SPI, são distintas, porém complementares: trata-se de valorizar a convergência entre a gestão por resultados e por funções das organizações, a partir do processo de avaliação anual;

- Secretaria de Orçamento Federal - SOF - parceiro institucional no processo de elaboração e revisão do Plano Plurianual, cujo objetivo é assegurar um processo alocativo estratégico no orçamento e fiscal no planejamento;
- Secretaria Federal de Controle - SFC - Esta parceria consiste no fornecimento de informações relativas à execução física e financeira dos programas, disponíveis no Sigplan. Com base nessas informações é elaborado o Balanço Geral da União - BGU;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - É a instituição financiadora do projeto Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento Regional, colaborando, também, tecnicamente com sua atualização;
- Escola Nacional de Administração Pública - ENAP - instituição responsável pela capacitação dos gerentes, dos técnicos das SPOAs e de técnicos das Secretarias Estaduais de Planejamento. Esta parceria proporcionou a intensificação do processo de desenvolvimento das capacidades dos gerentes e técnicos dos órgãos setoriais de planejamento;

Para o próximo ciclo do PPA, recomenda-se o aprofundamento da base teórica dos cursos oferecidos e, também, a definição de uma agenda de pesquisas sobre o modelo integrado de planejamento, orçamento e gestão; e

- Secretaria do Tesouro Nacional - STN - esta parceria consiste em um procedimento conjunto de controle de fluxo de recursos financeiros para os programas estratégicos. Embora esse procedimento represente um avanço dentro deste novo modelo de gestão, este mecanismo precisa ser melhor compreendido pela SPI e STN para o seu aperfeiçoamento.

Gestão dos Orçamentos da União

Uma avaliação sumária dos resultados obtidos em 2002 indica mudanças substantivas em alguns aspectos do trabalho de coordenação do processo orçamentário desempenhado pela SOF. No que concerne especificamente à sistemática de elaboração da proposta orçamentária, pretende-se caminhar para o aperfeiçoamento do processo global que contemple, de forma integrada, as especificidades do órgão central, dos órgãos setoriais e das unidades orçamentárias. Para tanto, é preciso criar uma nova via de articulação e de trabalho integrado para se obter a configuração que atenda às necessidades dos agentes de acordo com o seu papel na elaboração do orçamento.

Os principais produtos do trabalho de coordenação do processo orçamentário em 2002 podem ser expressos nos atos normativos gerados no âmbito da SOF. Excluídos os projetos das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, foram publicados, até 31 de dezembro, nove decretos em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e 51 portarias, ambos sobre programação orçamentária e financeira. Além disso, 172 projetos de leis versando sobre créditos suplementares e especiais; 24 medidas provisórias oriundas de créditos extraordinários; 131 decretos de créditos, nos casos autorizados em lei; além de 41 portarias de alteração da programação orçamentária. Esses números dão um panorama da atuação da SOF no decorrer de 2002, no seu papel de gestora dos orçamentos fiscal e de seguridade social da União. Espera-se, para 2003, que haja aprimoramento no processo de alocação de recursos, por intermédio dos orçamentos, incorporando a experiência da reforma gerencial e integração com o PPA ocorrida a partir de 2000.

Resultados

O gerenciamento e a execução das ações concentram-se no ambiente institucional da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, compartilhados, no que se refere ao orçamento de investimento, com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST. A implementação e a execução das ações é direta, contudo tem-se uma parceria destacável. A Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP é coadjuvante no desenvolvimento teórico-prático dos recursos humanos. A natureza específica desse programa de gestão não favorece o monitoramento da execução física de suas ações, embora haja um monitoramento da execução financeira. Os dois produtos principais (orçamento elaborado e sistema mantido) não são fracionáveis e a análise da performance dá-se em processo gerencial paralelo, por intermédio de indicadores auxiliares, por vezes subjetivos.

Concepção

O Programa teve um desempenho satisfatório ao longo de 2002, pois as metas das várias ações que o compõe foram atingidas. A exceção foi a ação Desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - Sidor, onde se atingiu somente 40% da meta prevista para o ano de 2002, em função de um repasse menor de recursos e da não-obtenção dos seguintes resultados intermediários:

Implementação

- Padronização dos ambientes operacionais para a plataforma WEB;
- Criação de uma base de dados gerencial com facilidades de consulta analítica e emissão de relatórios que auxiliem no processo orçamentário em todo o seu ciclo;

Gerente:

Pedro Noblat

- Implantação de metodologia apoiada em solução, consagrada, de mercado para o desenvolvimento de sistemas;
- Adequação do subsistema de Créditos Adicionais para a plataforma *WEB*.

No que tange à adequação de recursos humanos, faz-se necessário que seja dada continuidade ao processo regular (anual) de contratação de analistas por intermédio de concursos públicos. As crescentes demandas e responsabilidades que são incorporadas ao sistema orçamentário exigem uma constante incorporação de novos profissionais.

Embora haja a necessidade de um constante aprimoramento na estrutura organizacional, o Programa, no desenho atual, está aderente às duas unidades administrativas (SOF e DEST) responsáveis por sua implementação. Portanto, há adequação das estruturas organizacionais vigentes com o objetivo do programa.

Gestão Pública Empreendedora

Resultados

O Programa **Gestão Pública Empreendedora**, por ser um programa de gestão de políticas públicas, expressa seus resultados por meio do desempenho das suas ações, que podem ser resumidos da seguinte forma para o período de 2000 a 2002:

- edição e publicação sobre a síntese dos projetos desenvolvidos pelo Programa Gestão Pública Empreendedora (em finalização);
- elaboração e implementação do Plano de Reforma Institucional da AGU;
- instrumentalização da Seges no processo de execução, acompanhamento e avaliação do Programa **Gestão Pública Empreendedora** – Banco de Experiências Bem Sucidadas;
- elaboração e implementação de Plano de Reestruturação Estratégica do Ministério da Cultura e entidades vinculadas; revisão institucional e organizacional do Ministério do Meio Ambiente e vinculadas;
- avaliação do impacto distributivo e elaboração de sistemática de monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- novo modelo de gestão para a administração interna do Ministério da Defesa;
- desenvolvimento e implantação de metodologia de monitoramento e avaliação do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção de Violência – Piaps/PNSP;
- reestruturação organizacional da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – Acerp;
- Suporte à Gestão de Ações Sociais – SEAS;
- Rede Articulada de Informações para Gestão de Assistência Social;
- edição e publicação de *cases* do Programa Gestão Pública Empreendedora (em finalização);
- a intersetorialidade e a intragovernabilidade da Política Ambiental;
- a unidade de Gestão Estratégica;
- financiamento do setor cultura;
- metodologia para plano de cargos e salários e de quadro de distribuição de tarefas para a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – Acerp;
- o Plano de Integração de Programas Sociais na Prevenção da Violência – Piaps e o seu sistema de monitoramento e avaliação;
- pesquisa sobre o impacto distributivo e sistemática de monitoramento do PNAE;
- metodologia para a avaliação do desempenho de RH do Denatran;
- metodologia de diagnóstico utilizada no Projeto Denatran;
- metodologia de redesenho organizacional; e
- metodologia de definição do grau de intervenção do Estado.

Gerente:

Maria Marlene Almeida

Projetos executados pelo Programa em 2000 a 2002:

- reestruturação organizacional do Ministério da Cultura e vinculadas - reestruturação do ministério; proposta de criação da agência de fomento à cultura; documentos para a qualificação do IPHAN como agência executiva; nova estrutura da Fundação Cultural Palmares; criação da unidade de Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica; revisão da Lei Rouanet; alternativas de financiamento para o setor cultura; quantitativo e qualitativo de RH – MinC e agência; plano de capacitação e plano de comunicação.
- revisão institucional e organizacional do Ministério do Meio Ambiente - reestruturação do ministério; plano de capacitação; plano de comunicação; proposta de estratégia para integração da Agenda de Meio Ambiente no planejamento – PPA; proposta de modelo para coordenação da articulação intragovernamental; Ibama; reavaliação estratégica; definição da jurisdição de atuação das redes de atendimento local e descrição do modelo e da sistemática de funcionamento das redes.
- plano de reforma institucional da Advocacia-Geral da União - fluxogramas dos processos de trabalho; quantificações da utilização dos recursos humanos do órgão; sugestões de melhoria dos processos de trabalho; diagnóstico da estrutura organizacional do órgão; redefinição e redesenho dos macroprocessos e dos processos de trabalho; determinação de indicadores de desempenho para os processos de trabalho; proposição de novo modelo de gestão para o órgão; plano de capacitação de pessoal; regimentos internos; levantamento da necessidade de sistemas gerenciais; plano de comunicação e sistemática de acompanhamento e avaliação de progressos.
- avaliação do impacto distributivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - realização de pesquisa sobre o impacto distributivo do PNAE - pesquisas no segmento instituições de ensino e no segmento conselhos de alimentação escolar; análises comparativa e sócio-econômica; informações sobre a atual situação das entidades executoras e identificação das ações a serem desenvolvidas para melhoria do Programa; desenho básico do sistema de monitoramento da execução do PNAE - desenho básico de sistemática de monitoramento e estratégia para implantação da sistemática; melhores práticas de gestão do PNAE.
- suporte à gestão de ações sociais - Serviço 1 – apoio ao acompanhamento, monitoramento e avaliação da implantação da agenda social nos estados; avaliação da implantação das agendas sociais, elaboração de indicadores para as agendas sociais estaduais; processo de pactuação das agendas com diversos segmentos; criação da premiação das agendas sociais; comprometimento orçamentário com a agenda por alguns estados e municípios e Serviço 2 – implantação de metodologia para acompanhamento das ações realizadas com apoio da SEAS no AM, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA; avaliação das agendas sociais em 27 secretarias estaduais; capacitação dos servidores das unidades da federação.
- apoio técnico à elaboração e à implementação do plano de reestruturação estratégica do Denatran - estudo de modelos similares; avaliação de desempenho do pessoal; estudo de sustentabilidade; proposta de transformação do Denatran em autarquia, para futura qualificação como Agência Executiva.
- melhoria da gestão dos processos da administração interna do Ministério da Defesa - redesenho de macroprocessos: logística, informática, recursos humanos, orçamento e finanças; redução de custos em aproximadamente

R\$ 2,4 milhões/ano em logística; redução de custos com pessoal em aproximadamente R\$ 411mil/ano nos demais macroprocessos; perfis profissionais e qualificações necessárias definidas; metodologia de avaliação de desempenho de pessoal em desenvolvimento; plano estratégico de informática definido.

- desenvolvimento e implementação de metodologia de monitoramento e avaliação do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência - levantamento de dados e construção da linha de base; construção de indicadores sócio-econômicos e de criminalidade relacionados aos indutores de violência; concepção de metodologia para monitoramento da implantação do PNSP/Piaps; a fase de apoio à implantação da metodologia de monitoramento e avaliação do Piaps/PNSP contemplou: o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle e apoio ao Piaps e a elaboração do plano de treinamento do pessoal na operação do sistema; as pesquisas de vitimização.
- criação de rede articulada de informações para a gestão da assistência social-protótipo de sistema integrado de informações sobre ações na área social.
- reestruturação organizacional da Acerp - plano de capacitação; plano de cargos e salários; estrutura organizacional; quadro de distribuição de tarefas.

No período de 2000 a 2002, foram realizadas, ainda:

- avaliações do modelo organização sociais nas seguintes organizações: ALNA – Associação Laboratório Nacional de Astrofísica; IDSM – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; RNP – Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Nacional – Iphan; Universidade Federal de Pelotas; Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- proposta de alteração de legislação das organizações sociais, agências executivas e contratos de gestão; proposta de lei de ampliação das flexibilidades para as agências executivas finalizada; proposta de decreto de regulamentação para a qualificação em agências executivas e estabelecimento de parâmetros para o contrato de gestão em discussão; proposta de revisão da lei das OS finalizada;
- instrumentalização da Seges - estabelecimento do modelo lógico do banco de experiência, abrangendo as etapas cadastramento, indexação, avaliação, disponibilização e exclusão de experiências; estratégia de divulgação e manutenção do banco de experiências; protótipo informatizado do banco de experiência que permite a execução de todas as funcionalidades previstas no projeto. Banco de Experiências Bem Sucidadas (frente A);
- Estabelecimento da metodologia de avaliação de desempenho genérica, que permite avaliar políticas, programas, projetos e organizações públicas; Instrumentalização do PGPE no modelo de medição de melhoria da gestão para a Administração Pública brasileira; definição da estratégia de ação do PGPE a partir do modelo definido (Frente B);
- realização do censo organizacional das estruturas dos órgãos da administração direta do governo federal; e
- Iniciado o processo de integração entre o Siorg e o Siape.

O Programa **Gestão Pública Empreendedora** teve impacto positivo na Administração Pública Federal, haja vista a crescente demanda por apoio técnico advinda dos órgãos/entidades da Administração Pública Federal e dos Estados. A grande maioria das organizações públicas sofre com a insuficiência de recursos. Desta forma, os recursos utilizados pelo programa para apoiar tecnicamente tais organizações em processos de reestruturação e de melhoria de gestão se tornam imprescindíveis para que a Administração Pública Federal garanta a promoção da melhoria da gestão pública que assegurem a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas.

Concepção

O Programa **Gestão Pública Empreendedora** surgiu como uma das estratégias de ação desenvolvidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a modernização do Poder Executivo Federal que tem como objeto de sua ação as reformas institucionais.

Para tanto, se apóia nas seguintes linhas de ação:

- reestruturação da Administração Pública Federal, objetivando apoiar os órgãos da administração direta do Poder Executivo Federal na análise, definição e implementação dos processos e estruturas organizacionais;
- implantação de agências executivas, visando apoiar a qualificação de autarquias e fundações em agência executiva para a execução de atividades exclusivas de Estado, bem como prestar apoio no desenvolvimento; e apoiar a criação e o desenvolvimento de autarquias especiais como órgãos de regulação, normatização, controle e fiscalização de mercados em desequilíbrio; e
- implantação de organizações sociais, com a finalidade de apoiar a qualificação de associações ou fundações sem fins lucrativos, em organizações sociais, para a execução de atividades de interesse público não-exclusivas de Estado, bem como prestar apoio ao seu desenvolvimento.

O Programa foi bem concebido, a maioria das ações encontram-se alinhadas à finalidade do programa, contudo, é aconselhável repensar algumas ações componentes do PGPE, visando garantir o cumprimento dos resultados propostos pelo Programa.

Existem algumas atividades que são desenvolvidas no contexto do Programa que não se encontram amparadas em nenhuma das ações existentes. Dessa forma, importantes iniciativas deixam de ser executadas ou não são tratadas de forma necessária. Além disso, em algumas ações as metas definidas são inatingíveis. Por isso, durante os anos de 2000 e 2002, foi solicitado o redimensionamento de algumas metas físicas das ações do Programa. Algumas foram atendidas, contudo ainda apresentam problemas.

Seria importante que o Programa contasse com uma ação específica para a instrumentalização normativa para a implantação da gestão empreendedora na Administração Pública Federal, pois sempre há a necessidade de se estudar e propor a alteração da legislação existente, bem como a proposição de normas e procedimentos para a realização de algumas ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Gestão e que devem ser melhoradas.

Também deveríamos contar com ações específicas para o apoio técnico dado à criação de agências reguladoras, na qualificação de agências executivas e organizações sociais e no acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão. Muitas vezes se faz necessária a elaboração de estudos aprofundados sobre temas específicos que não são de conhecimento da equipe, o que deveria ser tratado de forma especial com a contratação de pareceristas especialistas nestas áreas.

As atividades desenvolvidas no âmbito do PGPE que não estão amparadas pelas ações componentes do Programa, são:

1. proposta de alteração de legislação das organizações sociais, agências executivas e contratos de gestão; proposta de Lei de ampliação das flexibilidades para as AE; proposta de decreto de regulamentação para a qualificação em AE e estabelecimento de parâmetros para o contrato de gestão; Proposta de revisão da Lei das OS; e
2. apoio técnico dado à criação de agências reguladoras e à qualificação de agências executivas e organizações sociais e participação nos Conselhos de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão, a saber: Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Águas; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional do Cinema; Agência de Desenvolvimento da Amazônia; Agência de Desenvolvimento do Nordeste; Agência Nacional de Prevenção e Controle de Doenças (não aprovada); Agência Nacional de Aviação Civil (não aprovada); Agência Nacional de Mineração (não aprovada); Agência de Meteorologia e Clima (não aprovada); Agência Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico para o SUS (não aprovada); Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron; Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto; Associação Brasileira para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada; Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Outro ponto importante que deve ser destacado é a necessidade de que os programas Gestão Pública Empreendedora, Nacional de Desburocratização, Qualidade no Serviço Público e o de Valorização do Servidor Público trabalhem de forma integrada, pois eles são, na verdade, complementares. Para se garantir uma maior eficiência e eficácia na gestão dos órgãos/entidades componentes da Administração Pública Federal é necessário também se pensar em medidas desburocratizantes, em instrumentos de valorização do servidor, como a criação de carreiras, a disponibilização de Funções Comissionadas Técnicas e na internalização dos conceitos de melhoria contínua dados pela visão da avaliação da gestão calcada nos sete critérios de excelência.

.....
A estratégia de implementação utilizada no período de 2000 a 2002 foi a seguinte: **Implementação**

1. elaboração de uma agenda estratégica para a vigência do PPA 2000/2003;
2. elaboração de um Plano de Ação estratégico que consolida as prioridades que serão executadas no âmbito das ações;
3. acompanhamento das subações desenvolvidas pelo PGPE, realizado por uma célula de gerentes. Para cada subação tem-se um gerente responsável e um suplente auxiliar. Além disso, o Programa conta com um Sistema de Gerenciamento de Projetos que facilita o acompanhamento físico e financeiro das Ações;
4. monitoramento das ações do PGPE por intermédio da emissão mensal de Relatório de Situação;
5. no caso de ações executadas por consultorias contratadas, ao final de cada Projeto é realizada uma Oficina de Avaliação, onde são apresentados os resultados obtidos, bem como definidas as próximas atividades a serem desenvolvidas; e

6. realização da Pesquisa de Satisfação de Clientes, como instrumento complementar, que visa avaliar a qualidade na implementação das ações de apoio técnico às organizações da APF.

Quanto às dificuldades enfrentadas para a implementação o Programa **Gestão Pública Empreendedora**, destacam-se:

1. cortes orçamentários realizados no período de 2000 a 2002, principalmente em 2002, dificultando, sobremaneira, a consecução dos resultados do Programa. A ação Assistência Técnica à Implantação da Gestão Empreendedora em Organizações foi a mais prejudicada, pois é a ação que conta com o maior montante de recursos;
2. utilização de parte do orçamento do PGPE para a manutenção de outras unidades da Secretaria de Gestão, deixando de atender importantes metas previstas anteriormente; e
3. pouca integração entre os programas gerenciados pela Secretaria de Gestão, prejudicando o alcance dos objetivos do PGPE, uma vez que os demais programas da Secretaria são ferramentas importantes para a gestão empreendedora.

O Programa **Gestão Pública Empreendedora** conta, também, com problemas de integração entre a Secretaria de Gestão e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação-SLTI, coordenadora de uma das ações do Programa. Essa falha causa problemas no acompanhamento da execução da ação, assim como falha no processo de informação.

Apesar do sucesso obtido na execução dos Projetos financiados pelo PGPE, faltam, ainda, instrumentos que garantam o comprometimento das organizações públicas apoiadas, quanto a implementarem as propostas decorrentes desses projetos.

Informação e Conhecimento em Políticas Públicas

Resultados

A satisfatória evolução dos resultados do programa, quando observados pela dimensão qualitativa, não elidem o fato persistem importantes fatores que restritivos para assegurar seu bom desempenho. De imediato, podem ser destacados:

- um de ordem conjuntural, decorrente do radical contingenciamento de recursos financeiros havido em 2002 e que pode se repetir em 2003, e que afetou:
- a capacidade global de produção do Instituto, ao impedir a complementaridade entre as ações do Programa e;
- principalmente a ação 3590 - Estudos da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento, que alimenta os mecanismos de sinergia da produção do IPEA com a de outras instituições de pesquisa no país e no exterior.

Outro de caráter estrutural, decorrente da paulatina redução das disponibilidades de quadros técnicos; de uma parte, não somente em virtude do número de aposentadorias - geradas pelo próprio perfil etário do quadro, mas, também, de perdas precoces de técnicos recém-concursados que saem em busca de outras oportunidades salariais e de carreira. De outra parte, por imprudência, em não haver sido autorizada a realização - no período 2000-2002 - dos concursos previstos para a reposição destas perdas, fato que provocou a descontinuidade da estratégia de reestruturação do IPEA, encetada no período 1995-99, com vistas ao fortalecimento de seus recursos humanos. Está sendo feito um esforço significativo de qualificação dos quadros atuais, mas isso será pouco eficaz se não houver reposição de quadros e, ao mesmo tempo, ampliação de sinergias com outras instituições do gênero.

Ademais, duas oportunidades valiosas estão em risco.

Como já mencionado, torna-se urgente reativar apropriadamente a implementação das Ações que compõem o acordo com o BID, que já manifestou seu alto interesse na continuidade da operação e que resta um saldo considerável de financiamento; como efeito, não apenas se retoma parte importante da capacidade de produção de estudos e pesquisas, como se poderá levar adiante um significativo avanço no domínio de tecnologias de informação que são vitais para incrementar e melhorar as contribuições do IPEA para os processos decisórios de governo e para o suporte técnico aos processos de melhoria de qualidade do gasto público.

Nesse mesmo sentido, opera uma segunda linha de oportunidades, ainda pouco explorada: a de, também com apoio do BID, atuar mais consistentemente no desenvolvimento da capacidade de monitoramento e avaliação de políticas e programas de governo. Inscrita na Ação 2222-0001 - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, encontra-se uma sub-ação Valorização da Função Avaliação, que conta com aporte de recursos do BID a fundo perdido para apoiar melhoramentos dos processos de avaliação levados a cabo pelo IPEA e que apresentou baixo desempenho devido às seqüelas dos contingenciamentos.

Gerente:

Roberto Borges Martins

Concepção

O eixo básico de identificação deste programa situa-se no enunciado de seu objetivo: “Prover informações e conhecimentos sobre os problemas econômicos e sociais constantes das agendas de políticas públicas e sobre o desempenho e resultados das ações governamentais” Nele fica explicitado que a produção de estudos e pesquisas – gerando tais informações e conhecimentos – é referenciada pela agenda de políticas públicas e se estende aos resultados das ações governamentais, ao compreender também os estudos e pesquisas específicos e atividades sistemáticas de monitoramento e avaliação de políticas e programas.

O propósito geral destes programas de serviços ao estado é prover suporte técnico aos processos decisórios e de gestão de modo a que sejam incrementadas a eficácia e a efetividade das ações governamentais. As demandas por esta provisão, no entanto, não se limitam a suprir os centros decisórios governamentais, mas se estendem ao suprimento de subsídios aos debates públicos de que participam diversos atores sociais. Este lado da demanda tende a crescer, na medida em que o protagonismo da sociedade civil brasileira nos processos de formação de políticas públicas vem, nos últimos anos, adquirindo maior densidade e organicidade. Os cidadãos se mostram mais exigentes no conhecimento dos problemas que enfrentam, mais proativos na escolha de alternativas de solução para eles e, ainda, mais atentos no controle das ações governamentais e na cobrança de seus resultados.

Isso implica em esforços para tornar mais democrática a disseminação aos conhecimentos e informações para os atores sociais envolvidos no encaminhamento de políticas tanto sobre os problemas que enfrenta como sobre o desempenho do governo em seu enfrentamento.

No caso deste programa, essas demandas requerem constante atualização dos recursos de tecnologia da informação disponíveis para dar maior alcance e efetividade à disseminação das informações e conhecimentos gerados.

Essa provisão pública é atribuída, no âmbito da administração pública a organismos especializados como o IBGE e o IPEA – mas também é parte das missões de outros órgãos como os de orçamento e planejamento, de gestão de programas econômicos e sociais de maior alcance. E será tão mais eficaz, quanto mais sistemática possa ser a sinergia entre tais agências em dar transparência ao que é feito, no Governo, para encaminhar soluções para os problemas do País.

Parte importante das atividades desenvolvidas no IPEA, no âmbito do Programa, não se enquadra no elenco atual de ações: trata-se das diferentes modalidades de atuação direta no suporte a processos decisórios, como participação em colegiados deliberativos ou consultivos, em comissões técnicas destinadas a subsidiar a preparação ou aperfeiçoamento de ações governamentais, em grupos-tarefa, grupos de trabalho e demais formas de cooperação inter-institucional. Embora os dispêndios financeiros - quase sempre pagamento de pessoal do quadro, passagens e diárias etc. - sejam relativamente reduzidos, é considerável o valor agregado que aportam à qualidade do gasto público.

Os indicadores Taxa de Satisfação dos Clientes (em atividades continuadas e projetos específicos) incluídos no perfil deste programa - e ainda não implementados na forma inicialmente sugerida - dificilmente expressarão adequadamente os resultados do programa. Seria necessário construir outros indicadores.

Alguns aperfeiçoamentos foram conseguidos na identificação das metas da ação Difusão de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas(2663), quando se substituiu a unidade exemplares distribuídos, por títulos publicados. Entretanto, outros meios de difusão vêm sendo empregados com bom êxito; e nos relatórios de atividade têm sido incluídos, por exemplo, acessos aos *sites* do IPEA, acessos ao Ipeadata, acessos de pesquisa à Biblioteca do IPEA. Com isso, proporcionou-se maior clareza da diversidade e efetividade dos esforços de difusão de informações. Termo este também acanhado, diante da amplitude de significado do que realmente é realizado: disseminação de informações e conhecimentos.

Parte importante dos conhecimentos e informações resultantes do programa é disseminada por veículos impressos (boletins, revistas técnicas, plaquetes, livros etc) e, nestes últimos anos, com alcance ainda mais amplo, por meios eletrônicos – o *site* www.ipea.gov.br, o Ipeadata e os recursos de pesquisa via internet da Biblioteca do IPEA. E o escopo principal é proporcionar acesso ao acervo de produtos a diferentes públicos, como os da academia, das organizações da sociedade civil, outros agentes de governo, cidadãos interessados, estudantes etc. Aqui, dispêndios elevados ocorrem sem explícita relação com esses produtos, subsumidos em “despesas de apoio administrativo” ou com aportes indiretos de outras ações finalísticas.

Ademais, há uma utilização nobre destes conhecimentos e informações quando contribuem diretamente para os processos de decisão e de gestão no âmbito interno de governo. Trata-se do que se tem designado como ações de cooperação institucional e assessoramento técnico, desenvolvidas pelo pessoal mais qualificado e experiente do IPEA por meio de sua direta participação em colegiados deliberativos e consultivos nos vários ministérios e entidades públicas; e também em inúmeros grupos de trabalho, comissões técnicas, forças-tarefas que se formam para dar encaminhamento a ações de governo.

Estas atividades embora não impliquem, regra geral, dispêndios de monta – além daqueles de salários, passagens, diárias, serviços etc – empregam uma considerável carga de trabalho, tanto por ocasião dos eventos protocolares desses colegiados e grupos técnicos quanto, principalmente, na preparação prévia de subsídios técnicos para sua efetivação. Essas duas classes de atividades deveriam, para atender aos princípios de transparência e fidedignidade do plano, estar ordenadas em ações, quer para bem expressar os produtos do programa como para permitir uma avaliação mais apropriada de seus resultados, no âmbito do governo e da sociedade.

Entretanto, falhas nos processos de elaboração e revisão do Programa deixaram de lado um elemento importante na sua estratégia: a capacitação dos recursos humanos envolvidos em sua implementação. E deve ser notado que este é um elemento indispensável num programa que, precisamente, se destina a produzir conhecimentos e informações. Ou seja, ele seria naturalmente intensivo em força de trabalho altamente qualificada e competente.

O fato é que as ações de capacitação técnica, antes atribuídas ao centro de capacitação em desenvolvimento econômico e social (Cendec), foram subsumidas num programa geral de capacitação gerenciado pelo Ministério da Fazenda e isso, internamente, implicou na desativação do centro. Obviamente, ações nessa seara foram executadas, embora com menor organicidade e sem uma programação adequada. Em especial, houve um significativo esforço interno de qualificação técnica de alto nível – apoiado por um emprego engenhoso das normas de afastamento para treinamento pós-graduado, no País e no exterior – e por bolsas obtidas pelos próprios técnicos na Capes, no CNPq e mesmo nas universidades estrangeiras.

Seria, pois, necessário, destacar esta dimensão quando da reelaboração do Programa na perspectiva do PPA 2004-2007.

Além de pouco conhecidas, as formas de articulação com outras unidades do Ministério sofrem limitações de ao menos duas ordens: elas em geral são demasiadamente informais (dependem de acordos interpessoais entre os dirigentes e, portanto, padecem de indesejável variabilidade) e assimétricas (nunca se sabe bem qual a parcela de responsabilidade de cada parceiro em cada operação); o que resulta em geral em esforços não reconhecidos, má validação de resultados e contínuas queixas de “falta de entrosamento”.

Forma de coordenação e acompanhamento dos executores

Há modos variados de coordenação e controle de operações realizadas em parceria com outras instituições, e que ocorrem em várias das ações do programa, não permitindo consolidação fácil dos registros de tarefas, produtos e resultados. Alguns podem ser melhorados e padronizados por decisão administrativa interna; outros, porém, devem seguir normas decorrentes de Instruções Normativas (por vezes contraditórias) da SFC, STN, TCU etc. Sem contar que, por vezes, obedecer ao formalismo destas normas acarreta perda de eficiência nas operações ou até mesmo a inviabilização de algumas delas.

..... **Implementação**

Dadas as deficiências ainda verificadas no elenco de ações e, em decorrência, nas estruturas de financiamento do programa (na realidade um somatório simples da orçamentação de cada ação e do programa de apoio administrativo), coube aos gestores encontrar meios técnico-operacionais de cobrir tais deficiências. Ao longo dos processos de implementação de cada uma delas, as carências de umas podiam, em vários casos, ser supridas com os meios disponíveis nas demais, sempre que isso não atrapalhasse o andamento do conjunto; como de resto se faz, corriqueiramente, em todos os programas.

Não obstante, os contingenciamentos realizados neste ano de 2002 – por serem radicalmente lineares e não-qualificados - expuseram os “pontos nevralgicos” dessa estrutura de financiamento. Ao faltarem recursos de contrapartida e neutralização dos recursos de financiamento externo das Ações 3590 e 3597, assim como uma considerável defasagem na implementação das operações do Acordo Cepal/IPEA, todas as demais ações acabaram sendo definitivamente prejudicadas. O prejuízo decorrente do que se deixou de produzir e do que se pagou a mais como taxa de utilização e juros dos recursos inativados do financiamento pelo BID, certamente superaram os benefícios esperados da contribuição da redução de gastos nestas ações para o alcance do superávit de caixa fiscal.

E como não há muita segurança de que essa conduta sofra mudanças significativas, a curto prazo, poderá ser repetir a prática de apenas se “podar” os valores financeiros, tornando fantasioso pensar em “recorrer a um maior envolvimento das parcerias como forma de superar a restrição financeira; buscar redução de custos; introduzir inovações de gestão, subsídios fiscais, novas receitas, integração com outros programas para otimização dos recursos etc.”

Ao cabo, embora este programa seja, quase que por definição, voltado para resultados, sua gestão forçosamente é levada a assumir práticas e procedimentos que mais correspondem às da gestão tradicional, para poder seguir os formalismos exigidos na operação financeira.

Como foi mencionado nos comentários a respeito da concepção do programa, há uma falha no que se refere à provisão de capacitação de recursos humanos.

Por sua própria natureza, o Programa deveria preocupar-se prioritariamente em suprir competências e qualificações de ordem substantiva, ou seja, melhorar a capacidade de produzir conhecimentos econômicos e sociais e métodos e técnicas em avaliação de ações governamentais; o que veio de algum modo fazendo.

Isto seria irretocável se em algum outro Programa houvesse o suprimento de capacitação de quadros gerenciais para a implementação de programas. E, em especial, se esse suprimento fosse concebido e administrado por pessoal adequadamente qualificado para esse tipo específico de formação. Deve-se levar em conta que a ENAP foi acionada e algumas de suas ofertas foram aproveitadas. No entanto, resta uma enorme lacuna de suprimento neste aspecto.

A plena adoção do modelo de gestão por resultados é, decerto, vital para o êxito das ações de governo, exigindo ações de capacitação aptas a mobilizar os atores da gestão para conduzir-se pelos valores e princípios esposados pelo modelo. Essa mobilização somente poderá ser efetivada por meio de processos muito bem desenhados e ministrados por entidades especializadas para tanto. Algum esforço poderá ser feito com recursos internos do programa, mas trará, seguramente, resultados modestos e aquém do necessário.

A estratégia deste Programa inclui de modo enfático a formação de parcerias – num sentido ligeiramente diverso do adotado como regra básica do PPA – com outras instituições congêneres no país e no exterior, a serem operadas com o apoio da Cepal, do PNUD, do BID e do Banco Mundial, envolvendo as ações de Coordenação do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (em acordo com a Anpec) e da Rede IPEA.

Essas parcerias, que em geral operam sem “cruzamento” formalizado de recursos financeiros, se concretizam em operações consorciadas de implementação de projetos de estudos, pesquisas, construção de políticas públicas etc., em que cada parceiro empenha seus próprios recursos humanos e técnicos sob a coordenação de pesquisadores do IPEA e/ou da instituição consorciada.

Estes projetos andaram satisfatoriamente nos últimos anos (inclusive anteriormente ao PPA), mas foram seriamente limitadas neste último ano, devido às restrições antes apontadas.

Uma experiência recente mostrou um promissor caminho adicional: o de colocar em discussão crítica não um determinado projeto de estudo e pesquisa, mas um grupo temático mais amplo de trabalhos; e colocando em pauta não apenas seus aspectos técnicos, mas especialmente a potencial contribuição do conjunto de estudos e pesquisas para conhecimento e intervenções sobre a área de políticas públicas abordada pelo conjunto de estudos. Atores externos, neste caso, aportaram valiosas indicações para aprofundamento, revisão ou redução de ênfase dos temas e trabalhos incluídos naqueles elenco, sugerindo importantes modificações na programação futura de trabalho.

Estas e outras experiências trouxeram à baila, novamente, uma discussão antiga: a de criar “*steering groups*” para ajudar na calibragem do programa de trabalho anual, avaliar os produtos e resultados obtidos e encaminhar sugestões de revisão dos programas adotados.

Informações Estatísticas e Geográficas

Resultados No período ocorreu uma maior oferta de informações estatísticas e geográficas, especialmente no portal do IBGE na internet e um aumento de agilidade nas análises das demandas.

A produção de informações estatística pressupõe o levantamento de informações, de várias formas, obedecendo um rigoroso cronograma. Tal cronograma muitas vezes foi comprometido devido à política de contingenciamento implementada no período em questão (2000 a 2002). Vale ressaltar na produção de estatísticas que o não-levantamento de informações na data estabelecida pode inviabilizar muitas vezes a própria pesquisa.

Para 2003, foi planejado um índice de 95% de usuários atendidos em relação aos usuários que encaminharam correspondência para a unidade central de atendimento do IBGE.

Pode-se observar que, em 2000, o índice obtido foi de 89%, e, em 2001, 92%. Em 2002, o índice alcançou 93%, confirmando as expectativas de crescimento contínuo.

Em termos de impacto positivo, deve-se ressaltar que o IBGE obteve índices elevados de atendimento, prestando informações sobre os resultados de sua atividade de produção estatística e geocientífica, no tempo adequado e com qualidade.

Quanto aos principais prejuízos para o público-alvo do Programa de **Informações Estatísticas e Geográficas**, devido ao corte dos recursos orçamentários no ano de 2002, vale destacar:

Índice de Preços ao Produtor – IPP e Pesquisa de Economia Informal Urbana – Ecinf. O IPP, pesquisa contínua, estaria implantado em 2002 e a Ecinf, pesquisa quinquenal, teria seus resultados em 2003.

A par da continuação do planejamento do Censo Agropecuário, da divulgação de resultados do Censo Demográfico 2000 e, ainda, da produção contínua e da divulgação de resultados das pesquisas estruturais e conjunturais nas áreas sociodemográfica e econômica, merecem destaque algumas outras atividades do Programa em 2002:

- na área de informações econômicas, em 2002, entrou-se na fase de conclusão do processo de revisão da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Pesquisa / PIM-PF. A nova PIM-PF estará gerando resultados mensais para comparações de 2003 com 2002 a partir do 2º trimestre do próximo ano.
- como previsto, foi implantada a Pesquisa de Inovação Tecnológica / Pintec com os primeiros resultados sendo divulgados em outubro do corrente ano. Esta pesquisa, que contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos / Finep, representa o primeiro levantamento dessa natureza realizado em âmbito nacional, e produz informações sobre as características do processo de inovação na indústria brasileira.

Gerente:

Sérgio Besserman Vianna

-na área de informações sobre mercado de trabalho, destaca-se a primeira divulgação de resultados da Pesquisa Mensal de Emprego /

PME já revisada. Esta divulgação contemplará os indicadores para o período de outubro de 2001 a setembro de 2002.

- no âmbito das informações de natureza sociodemográfica, foi dada continuidade à parceria com o Ministério da Saúde realizando-se a Pesquisa de Assistência-Médico Sanitária-AMS. Esta pesquisa tem por objetivo o levantamento de informações cadastrais e gerais de todos os estabelecimentos de saúde do País, sejam públicos ou privados, com ou sem internação.
- celebrada em 2001, a parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego permitindo que fosse realizada, em 2002, a Pesquisa Sindical que viabilizou o levantamento de informações estatísticas sobre a estrutura sindical brasileira. Em 2002, também teve início o levantamento de informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, com previsão de divulgação de resultados para o próximo ano. Destaca-se na nova POF a ampliação de sua abrangência, que será nacional, cobrindo, pela primeira vez, as áreas urbana e rural.
- na área de informações geográficas e ambientais, foi produzido e disponibilizado o primeiro relatório feito pelo IBGE de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, conforme as recomendações da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Este documento, que engloba indicadores a serem localmente aferidos pelos países signatários da Agenda 21, com adaptações à realidade brasileira, cobre temas sociais, ambientais, econômicos e institucionais, como, por exemplo, uso de agrotóxico, poluição industrial, atmosfera, biodiversidade, entre outros. Deve-se destacar, ainda, a conclusão do Mapa de Climas do Brasil e o Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.
- quanto à disseminação de informações estatísticas e geográficas, o IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações, devido, principalmente, a grande oferta de informações encontrada em seu portal na internet.

Vale salientar que o IBGE tem recebido o prêmio Ibest - Prêmio mundial da internet - obtidos por meio da votação dos usuários da internet, indicando que o público-alvo das informações estatísticas e geográficas encontra-se muito satisfeito.

.....
A existência de informações estatísticas e geográficas públicas, confiáveis e atualizadas é essencial para o exercício da cidadania e para a execução e transparência das políticas públicas.

Concepção

Este é o objetivo que persegue o Programa **Informações Estatísticas e Geográficas** que tem sua origem no Plano Geral de Informações Estatísticas Geográficas – Pgieg o qual institui o IBGE como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional.

Atualmente há forte demanda para aumento desse Programa. As principais demandas da sociedade hoje existentes são:

- Índice de Preço ao Produtor – IPP;
- Pesquisa Domiciliar sobre Vitimização;
- Pesquisa de Uso do Tempo;
- implantar o SNIPC em todo o Brasil.

Construção de uma pesquisa domiciliar nacional contínua que integre os temas pesquisados na PME e na PNAD.

Não houve alterações quanto ao objetivo e estratégia de implementação. As mudanças que vêm ocorrendo devem-se à necessidade, como já dito, de ampliação do número de pesquisas do IBGE para cobrir temas que vêm ganhando importância na sociedade.

As fontes de financiamentos extra orçamentária tem sido os convênios. Estes possuem dois pressupostos básicos: atender a demandas específicas de órgãos do governo, como também de organismos internacionais; e ampliar os resultados das pesquisas em níveis estaduais/municipais.

As dificuldades ocorreram na utilização dos recursos de convênio com organismos internacionais, por exemplo a OIT que não trabalha com o PNUD, e com órgãos da administração pública estadual e municipal que não compartilham o sistema Siafi.

Implementação

O padrão de execução financeira no período 2000-2002 e a programada para 2003 foram suficientes apenas para manter o programa de trabalho básico do IBGE na área de estatística e geografia. Com isto, um conjunto importante de ações complementares para o sistema de informações do País não foram realizadas ou o foram parcialmente, a saber:

- Censo Agropecuário – previsto para 2001 e adiado para 2005;
- implantação da PME Nacional- implantado somente a revisão metodológica;
- implantação do Índice de Preços ao Produtor –IPP – compromisso do Governo Brasileiro ao assinar o SDDS do FMI e que esta adiado sem data prevista de implantação;
- Pesquisa de Economia Informal Urbana - Ecinf - pesquisa trianual que o IBGE tenta realizar desde 2001 e que também está sem data prevista;
- dinamização da Rede Nacional de Pesquisas Estatísticas e Geográficas – que objetiva o reaparelhamento da rede de agências do IBGE.

Além destas ações, outras foram executadas somente pelo fato do IBGE ter conseguido realizar convênios que permitiram a sua implantação, destacando-se:

- Assistência Médico-Sanitária – AMS – realizada com recursos do Ministério da Saúde;
- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB - realizada com recursos da SEDU e do MS.

É importante realçar que a realização de tais pesquisas com limites orçamentários contidos ou somente com recursos extra orçamento do IBGE, como vem ocorrendo, enfraquece não só a capacidade da instituição em atender a uma demanda crescente e tematicamente mais abrangente por informações estatísticas, como também sua capacidade de gerir o seu programa de trabalho de maneira independente e articulada. Vale registrar ainda que as mencionadas restrições de recursos têm fragilizado, em âmbito nacional, a qualidade e o funcionamento de nossa infra-estrutura, em especial no que toca às condições de trabalho, com efeitos negativos na execução das nossas atividades finalísticas. Outro fator que vem dificultando a boa implementação do Programa é a inadequação dos recursos humanos em termos de quantidade. A carência não atinge somente a sede do IBGE, mas também, as unidades estaduais.

A única ação multissetorial desenvolvida neste programa pelo IBGE e que se encontra a cargo da CAIXA, é o Sinapi. Esta pesquisa, voltada para a produção de preços e salários da construção civil, tem tido uma execução física bastante satisfatória, em que pese pequenos descompassos em sua execução financeira que não chegam a impactar no desempenho das atividades.

O IBGE vem realizando, ao longo dos últimos anos, ações sistemáticas no sentido de definir e implementar programas de treinamento que viabilizem a capacitação do seu quadro, tanto técnico quanto do ponto de vista gerencial.

No período 2000-2002, o IBGE manteve este esforço fazendo com que as ações de capacitação, atualizadas regularmente, acompanhassem o dinamismo deste processo de modernização metodológica e tecnológica em suas áreas temáticas.

Adicionalmente, cursos oferecidos pela ENAP, preparados para os Gerentes do PPA, ofereceram conhecimento e um instrumental valioso para a melhor condução do Programa.

As parcerias realizadas pelo Programa ocorrem, em geral, dentro do próprio Governo Federal e, à parte as dificuldades burocráticas na negociação dos convênios junto as Procuradorias dos Órgãos, não há registros negativos a ressaltar.

O mecanismo maior de participação da sociedade em relação aos resultados do Programa se dá por meio da Conferência Nacional de Estatística – Confest, de seu Conselho Técnico (previsto no Estatuto do IBGE), e também de comissões e conselhos que vêm sendo criados para viabilizar discussões e consultas regulares com os principais usuários e entidades técnicas sobre as pesquisas que fazem parte do Programa, valendo citar: Conselho do INPC; Comissão Consultiva do Censo Demográfico; Comissão Consultiva do Censo Agropecuário e Conselho Técnico de Estatísticas de Mortalidade.

Além destes conselhos, foram constituídos ainda fóruns de discussão e de desenvolvimento de trabalhos conjuntos como o de Estimativas e Projeções da População e o de Contas Regionais.

Quanto aos usuários, a disseminação de informações estatísticas e geográficas teve grande impulso com as metas estabelecidas de diversificação de canais na internet, em especial para segmentos específicos de usuários (crianças e jovens no IBGE 7 A 12 e IBGE TEEN, mapas no servidor de mapas, dados municipais no CIDADES @, entre outros canais).

Nacional de Desburocratização

Resultados

O Programa **Nacional de Desburocratização** realizou no período 2000/2002 ações específicas e ações em trabalho conjunto com os 98 órgãos dos governos federal e estaduais que integram, por adesão ao Programa e participam do Comitê Interministerial de Desburocratização, 63 Comitês Executivos Setoriais. Estão implementadas setecentas medidas de desburocratização, sendo mais da metade voltadas para facilitar a vida do cidadão, um terço delas reduzem custo e tempo e aumentam a produtividade, as demais se referem a mobilização, sensibilização e treinamento dos servidores como multiplicadores da desburocratização, bem como formas de divulgação por cada setor das medidas de desburocratização implementadas.

De 2000 até o mês de outubro de 2002 foram realizadas pelo Programa, em articulação, colaboração e parceria com todos que integram a desburocratização: ações de interação e articulação, que resultaram em setecentas medidas de desburocratização; ações de mobilização, 25 seminários de multiplicadores da desburocratização, com o objetivo de disseminar as idéias e as ações de desburocratização e construir a agenda de compromissos para desburocratizar os respectivos setores e modificar atitudes e comportamentos para facilitar a vida do cidadão e eliminar as exigências burocráticas desnecessárias e superadas, contribuindo para romper com a cultura burocrática arcaica, realizados em quatorze estados, até outubro, envolvendo servidores públicos federais nos estados, servidores estaduais, municipais, universidades e ONGs, nos quais tem participado em média 65 servidores e quinze instituições, perfazendo mais de 2 mil servidores mobilizados e treinados somente nos seminários. Estes se somam aos mais de 2 mil outros servidores envolvidos com a desburocratização em seus respectivos setores, de fato é uma “rede” de 4 mil servidores. Como mobilização temos também as ações de informação e orientação dirigidas aos servidores públicos e aos cidadãos-consumidores de serviços públicos: informativo bimensal com 250 mil exemplares, quinze edições publicadas, perfazendo 3,5 milhões de informativos, no período março de 2000 a outubro 2002, distribuídos para 15 mil endereços: órgãos públicos dos três poderes e nos três níveis, inclusive as 5.561 prefeituras, e entidades da sociedade. Pela página na internet www.d.gov.br com média de 140 mil acessos/mês, foram distribuídos 80 mil folhetos, 1.500 livros e mil unidades do CD Roteiro para Desburocratizar.

Foi realizado o Estudo para Desburocratizar os Detrans. Estamos elaborando a Cartilha e o Livro da Desburocratização, e realizando o Estudo Desburocratização das Exportações para Micro e Pequenas Empresas. Foram realizados dois Encontros Nacionais, em 2000 e 2001, com a participação de 650 e 720 pessoas respectivamente, de 23 estados e o Distrito Federal. Foram realizadas vinte reuniões (itinerantes) do Comitê Interministerial, foram feitas mais de 120 palestras pela gerente do Programa, em diversos órgãos e entidades da sociedade em dezoito estados, temos mais de sessenta reportagens, entrevistas e matérias sobre a desburocratização veiculadas na mídia: rádio, TV e jornais.

Gerente:

Elisa Gonçalves Martins

Seis governos estaduais integram o Programa, doze estados se manifestaram pela adesão e cinco prefeituras municipais igualmente, até outubro 2002. Foram realizados dois seminários de desburocratização/avaliação anual.

O Programa alcançou resultados de impacto direto para o cidadão, com as seguintes ações:

- cadastro único para os Programas Sociais do Governo;
- serviços móveis com o Prevmóvel, nas áreas mais pobres do país e Barco do INSS que percorre as populações ribeirinhas da Amazônia levando os benefícios da previdência aos mais pobres; e
- o Registro Nacional de Preços de Medicamentos e Correlatos, uma licitação ampla do Ministério da Saúde disponibilizada para as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Em resumo, as principais realizações do Programa no período 2000-2002 foram:

- Medidas de desburocratização implementadas: 685;
- 3,2 milhões de informativos da desburocratização impressos e distribuídos para 15mil endereços;
- 32 seminários de multiplicadores da desburocratização realizados até dezembro de 2002;
- dois Estudos de Desburocratização realizados, um em 2001, Desburocratização dos Detrans, um em 2002, Desburocratização das Exportações de Micro e Pequenas Empresas;
- manutenção de página na internet: www.d.gov.br com média de 140 mil acessos/mês;
- dois encontros nacionais com mais de setecentos participantes cada um, do Governos Federal, estaduais, municipais, universidades e outras organizações não governamentais;
- um seminário de desburocratização para servidores federais;
- dois seminário de desburocratização/avaliação;
- três seminários desburocratização e detrans;
- 22 reuniões do Comitê Interministerial de Desburocratização;
- 129 palestras e apresentações do Programa;
- diversas entrevistas na mídia divulgando o programa e as ações de desburocratização; e
- adesão de treze governos estaduais e quatro prefeituras municipais.

.....

O Programa **Nacional de Desburocratização** foi incluído no PPA 2000/2003 devido as crescentes exigências burocráticas, exigidas na prestação dos serviços públicos, que penalizam diretamente o cidadão mais pobre. O Programa foi concebido com o objetivo de garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática, e tem como estratégias articulação, interação e cooperação com ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, outros poderes e a sociedade para a desburocratização do Estado Brasileiro, a característica do Programa é a construção e solidificação das parcerias. A metodologia de trabalho do Programa é sensibilizar, mobilizar os servidores públicos para que realizem, em seus respectivos setores, a revisão dos procedimentos burocráticos e administrativos; eliminem exigências burocráticas excessivas, desnecessárias e até mesmo ilegais e implementem medidas de desburocratização. Para alcançar os objetivos e as metas propostas

Concepção

foram criados: o Comitê Interministerial de Desburocratização formado por 98 entidades, ministérios e demais órgãos federais, oito governos estaduais, quatro prefeituras duas organizações não governamentais; Comitê Executivo Setorial de Desburocratização funcionando e 63 instituições/órgãos. Os participantes dos Comitês, somando-se aos multiplicadores da desburocratização, perfazem cerca de 4 mil servidores envolvidos com a desburocratização.

Foram estabelecidas, por consenso entre os parceiros, as metas físicas para a implementação das medidas desburocratizantes nos diversos setores do governo Federal e dos governos estaduais que aderiram ao Programa.

Pelos resultados bastante significativos que o Programa alcançou nesses três anos, há necessidade de continuidade, pois se trata de modificar atitudes e comportamentos em direção ao rompimento da cultura burocrática do século VIII arraigada no Estado Brasileiro. Muito foi feito, mas é apenas o começo, falta muito ainda a consolidar e fazer para, de fato, melhorar a prestação dos serviços públicos e facilitar a vida do cidadão.

Adequação dos indicadores:

- estão em construção os indicadores de desburocratização, ainda não foi possível obtê-los porque não dispomos de registros que antecedessem o Programa.

Matriz de fontes de financiamento:

- o Programa tem recursos orçamentários do empréstimo do BID para a Reforma do Estado e do orçamento do Ministério. Algumas ações do Programa tem sido desenvolvidas em parceria com as instituições que integram o Programa o que tem reduzido custos e suprido em parte os fantásticos cortes orçamentários que o Programa tem sofrido nestes três anos;
- a realização, até outubro de 2002, de trinta Seminários de Multiplicadores da Desburocratização, em dezoito estados, envolveu cerca de 2 mil servidores federais nos estados, servidores estaduais e municipais e organizações não-governamentais, contou com co-patrocínio dos parceiros.

Mecanismos de controle social:

- o Programa já iniciou a construção do controle social, através da ampla divulgação, orientação e informação para a sociedade através das publicações, informativos, página na internet, palestras, seminários. Precisa avançar mais e aperfeiçoar os mecanismos já existentes;
- o Programa conseguiu resultados positivos pela constante mobilização, sensibilização, acompanhamento, construção de parcerias, adesão dos órgãos e das pessoas.

Implementação

No que pese os resultados obtidos até outubro 2002, o Programa encontrou dificuldades com relação ao corte de orçamento que exigiu exclusão de ações programadas como a realização de pesquisa junto à sociedade; realização do 3º Encontro Nacional de Desburocratização; limitação do âmbito do estudo de desburocratização das exportações para micro e pequenas empresas; redução dos números de impressos da cartilha de desburocratização. além de termos que concentrar toda a programação das ações de 2002 no 2º semestre, causado por sucessivos cortes no orçamento que a cada vez requeria negociação exaustiva com a consultoria contratada.

Para poder realizar todos os Seminários de Multiplicadores programados e compromissados com nossos parceiros que foram reduzidos pelos cortes dos recursos, recorreremos a CAIXA que patrocinou sete dos seminários.

Esses aspectos, além de limitar ações imprescindíveis para estabelecer os indicadores de desburocratização, para ampliar e consolidar mais as parcerias com governos estaduais, municipais e os outros poderes, atrasaram em seis meses a nossa agenda-2002.

Qualidade no Serviço Público

Resultados O principal indicador do Programa da **Qualidade no Serviço Público - PQSP** - é o índice de satisfação dos usuários de organizações públicas que aderiram ao Programa.

Em 1999, por meio de uma pesquisa nacional domiciliar, realizada em outubro, em 8 mil domicílios, foi possível estabelecer um “marco zero”, relativamente ao nível de satisfação / insatisfação do cidadão com o serviço público. Na ocasião, o índice nacional apurado foi de 71,8%.

Esse índice nacional de satisfação tem sido um referencial geral do serviço público, com o qual as organizações públicas que aderem ao Programa da **Qualidade no Serviço Público** se comparam ao realizarem suas pesquisas específicas para avaliação do grau de satisfação de seus usuários com os seus serviços.

Não houve uma aferição anual do índice geral de satisfação, uma vez que nos dois primeiros anos - 2000-2001 - foi desenvolvido um sistema de avaliação de satisfação, gerado um instrumento de avaliação - Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação - IPPS - e repassado às organizações adesas, mediante capacitação. Esse trabalho, concluído em junho de 2002, permitiu ao Programa, gerar o primeiro índice geral de satisfação do usuários de serviços públicos prestados por organizações adesas ao PQSP: 83%.

O segmento dentro do PQSP que apresenta o maior índice médio de satisfação é o Atendimento Integrado (102 unidades em todo o país), com índice de satisfação 92%.

No período de execução do PPA 2000-2003, as organizações públicas de atendimento direto ao cidadão e que aderiram ao Programa passaram a realizar suas pesquisas e informar ao Programa.

A superação do principal indicador do Programa da **Qualidade no Serviço Público** é resultado de uma estratégia de atuação potente e de ações dedicadas exclusivamente à melhoria da gestão pública e ao alto desempenho das organizações públicas adesas. Os principais resultados são:

- o estabelecimento de uma rede de parcerias com pessoas e organizações voluntárias: organizações públicas têm dado sua contribuição ao Programa, coordenando as ações do PQSP em todo o País e liberando o tempo dos servidores para atuarem como multiplicadores do Programa; os servidores públicos e algumas pessoas dos setores privado e não-governamental estão atuando como multiplicadores em todo o País, sensibilizando as organizações para adesão ao Programa e dando assistência para a melhoria da gestão e do atendimento ao cidadão. Atualmente são 24 núcleos regionais do Programa atuando em 23 estados e no Distrito Federal; dois núcleos setoriais (da Previdência Social e da Saúde); que atuam apoiados pela Rede Nacional de Consultores Ad Hoc integrada por 1.642 voluntários;

Gerente:

Paulo Daniel Barreto Lima

- o PQSP conta, atualmente com a adesão de 828 organizações públicas, dos três Poderes e dos três níveis de governo;

- 188 dessas organizações adesas realizaram pelo menos um ciclo de avaliação e melhoria da gestão, das quais 166 têm nível de

gestão acima de 100 pontos, numa escala de 0 a 1000. 263 organizações públicas candidataram-se ao Prêmio Qualidade do Governo Federal, das quais 33 foram reconhecidas/premiadas: quinze na faixa bronze; onze na faixa prata; quatro na faixa ouro e três receberam o Prêmio Qualidade do Governo Federal (não estão ainda computadas as organizações reconhecidas/premiadas em 2002);

- o PQSP co-financiou a instalação de doze unidades de Atendimento Integrado (locais onde vários serviços públicos são oferecidos aos cidadãos). Essas unidades estão nos estados de Alagoas; Amapá; Amazonas; Goiás; Mato Grosso; Paraná; Pernambuco; Rio de Janeiro; Rio Grande do Norte; Rondônia; Sergipe; no município de Vitória/ES. Dos recursos previstos para o apoio à instalação dessas unidades de Atendimento Integrado foram realizados 96,2%. Além disso, o Programa tem funcionado como mobilizador e articulador da rede de 104 unidades espalhadas por dezoito unidades da federação;
- 41 organizações públicas de atendimento direto ao cidadão estabeleceram e divulgaram padrões de qualidade de atendimento;
- 43 organizações iniciaram o processo de avaliação periódica de satisfação de seus usuários, utilizando o Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação - IPPS, disponibilizado pelo PQSP; e
- a Rede Nacional de Consultores Ad Hoc capacitou 3.400 pessoas inscritas para atuarem como voluntários do PQSP; realizou 34 seminários para divulgação de experiências das organizações reconhecidas/premiadas pelo PQGF e 61 seminários de apresentação do Programa.

A principal dificuldade encontrada nesse período, maior que a redução contínua de recursos financeiros, foi a mudança constante de algumas ações do Programa, já revelia da gerência do Programa, já analisadas no relatório anterior, como a suspensão do apoio à instalação de unidades de Atendimento Integrado, previstas inicialmente em 27 (uma para cada unidade da federação) e a interrupção da realização da segunda pesquisa nacional de satisfação de usuários do serviço público.

Agrega-se a essa dificuldade a falta de autonomia do gerente do Programa e a baixa prioridade da questão “gestão pública” na agenda do Ministério do Planejamento.

É preciso registrar que as grandes oportunidades ficaram por conta da estratégia de parcerias, com pessoas e organizações, que propiciou a expansão geográfica e setorial do Programa. Foram oportunidades que, de certa forma, amenizaram as dificuldades, quando poderiam ter representado um significativo avanço de resultados.

Os resultados aferidos até 2002 indicam uma tendência de superação do resultado previsto. Mais de 50% das organizações adesas de atendimento direto ao cidadão já estão com índices superiores a 90% e, as demais, estão com índices entre 70% e 80%.

O indicador inicial deverá ser mantido até 2003, para que se tenha um período real de aprendizagem relativamente à oscilação do índice de satisfação. Um novo cálculo do indicador deverá ser feito em 2003 e, possivelmente, sob um número maior de organizações (em consequência do aumento natural do número de adesões ao Programa e do aumento do grau de exigência do cidadão em relação à qualidade do serviço que recebe).

O Programa da **Qualidade no Serviço Público - PQSP** por estar baseado em uma estratégia de parceria voluntária, é um programa pouco dependente de recursos, embora necessite deles. Os sucessivos cortes de recursos havidos fizeram com que as parcerias com organizações e pessoas mantivessem o Programa num nível de operação capaz de garantir o atingimento de suas metas.

O impacto mais negativo, principalmente sobre o público-alvo mais próximo - as organizações públicas e os servidores - foi a percepção do baixo engajamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a questão da melhoria gerencial proposta pelo PQSP.

Essa percepção está baseada em fatos como:

- a baixa adesão das unidades do MP ao Programa (apenas SPOA e Seges);
- a proibição da realização do controle de certificações de gestão das organizações do Executivo Federal, em que pese ter sido uma decisão do próprio Presidente da República, por ele mesmo anunciada na solenidade de entrega do PQGF - Ciclo 2000, em 17 de maio de 2001;
- a dificuldade para se conseguir a presença do Ministro e do Presidente da República (principalmente na solenidade anual de entrega do Prêmio), conseguidas até hoje por intermediação direta do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal;
- a não realização da segunda pesquisa nacional de satisfação de usuários do serviço público anunciada e em processo de contratação (no momento a justificativa não estava fundamentada em corte de recursos);
- a interrupção do apoio financeiro à implementação de unidades de Atendimento Integrado em Estados, cujos projetos já estavam pré-qualificados pelo PQSP.

No final de 2001, a decisão da Secretaria de Gestão de condicionar o seu apoio às organizações à implementação de ciclos de avaliação e melhoria representou um fator positivo, importante para a adesão das organizações, que perceberam na atuação da Seges um sinal claro de apoio à proposta gerencial preconizada pelo Programa.

A decisão do MP (SPI) de integrar à avaliação setorial do PPA a avaliação de práticas de gestão, à medida que chegar ao conhecimento das organizações, atuará como um novo estímulo à implementação de melhorias de gestão e de resultados.

A meta mobilizadora nacional do Programa da **Qualidade no Serviço Público - PQSP** - foi superada já em 2002. O índice de satisfação dos usuários de organizações públicas adesas ao Programa está em torno de 83%, com o segmento de Atendimento Integrado (102 unidades em todo o país), com um índice de satisfação em torno de 92%.

Se, ao empreendedorismo da equipe que gerencia o Programa e à força do trabalho voluntário das redes de organizações e de pessoas, tivesse sido disponibilizado apoio (não necessariamente em recurso financeiro), dado visibilidade aos bons resultados, e compromissos mais explícitos com a transformação nas dimensões cultural e de gestão e não apenas em reestruturações organizações e legais, esse indicador de satisfação não teria sido calculado num universo de centenas, mas de milhares de organizações adesas.

Concepção

O Programa da **Qualidade no Serviço Público** está formulado sob uma expectativa da sociedade cada vez mais clara e expressiva: o desejo de receber serviços públicos de qualidade (confiáveis, de fácil acesso, prestados com cortesia e atenção e rápidos). Essa expectativa que orienta as ações do Programa e que define a sua essência dá, à proposta e à estratégia do Programa, uma garantia de permanência, mesmo que ao longo do tempo mude-se a nomenclatura, a configuração e a forma de execução.

A necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos, embora seja um problema facilmente perceptível junto à sociedade, em relação à formulação do atual Programa da **Qualidade no Serviço Público**, teve sua origem no início da década passada, no bojo do Programa **Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP**. Esse Programa, criado para estimular o setor produtivo do país a melhorar a qualidade de seus produtos e serviços com produtividade, fez com que o setor privado nele engajado passasse a questionar o fato de que o Governo estimulava a qualidade para o mercado, mas não implementava ações de melhoria na sua própria casa. Assim, em maio de 1991, como um Subprograma do PBQP surge o Subprograma de Qualidade e Produtividade da Administração Pública. De um Subprograma de sensibilização para a qualidade no setor público, com ênfase em ferramentas e melhorias de processo, evoluiu, em 1995, já no bojo da Reforma do Aparelho do Estado, para a condição de um Programa de melhoria de gestão, com ênfase em princípios e melhoria da gestão (da qual os processos são centros práticos de ação). Em 1999, com a formulação do PPA 2000 - 2003, o Programa assume sua dimensão atual que incrementou à melhoria da gestão o foco em resultados, notadamente aqueles relativos à satisfação do cidadão enquanto usuários de serviços públicos e destinatário da ação do Estado.

As pesquisas de opinião, o aumento do controle social (consequência natural da busca da consolidação de um Estado democrático, cada vez mais transparente, mais voltado para o cidadão) tem fortalecido a premissa de que o Programa da **Qualidade no Serviço Público**, ao longo de seus onze anos, tem sido, na dimensão gestão, uma das respostas à sociedade a sua demanda por um serviço público de excelência.

Há necessidade de adequar o principal indicador do Programa e, em consequência, fazer uma revisão da atual matriz de indicadores.

O principal aspecto da estratégia de implementação do Programa é a rede de parcerias. Não fosse o trabalho de voluntários dos núcleos regionais e setoriais do Programa e da Rede Nacional de Consultores Ad Hoc o Programa teria ficado apenas com a pesquisa nacional de satisfação de 1999, com o financiamento das doze unidades de Atendimento Integrado e com os eventos realizados em 2000 e 2001. Essas ações não representam, em termos de resultados, mais do 15% de tudo que o Programa realizou.

Implementação

A execução financeira do Programa não pode ser considerada boa, tendo em vista a grande distância entre previsão e execução de duas, entre cinco, ações do Programa com recursos orçamentários previstos.

Essas ações são:

- Pesquisa de Satisfação do Usuário indicando um saldo, ainda, de R\$ 4.260.040,00;
- Implantação de Centros de Atendimento Integrado indicando um saldo, ainda de R\$ 10.470.477,00.

Nos dois casos, essa discrepância foi decorrência da decisão do Ministério de interromper os ciclos de pesquisas nacionais de avaliação da satisfação de usuários de serviços públicos (ação 3151) e o apoio financeiro à implementação das unidades de Atendimento Integrado (ação 3606), previsto para 27 unidades e realizado para apenas doze. Essas decisões foram tomadas em pleno andamento da execução das ações sem a participação da gerência do Programa.

A execução financeira realizada ficou limitada à pesquisa ao desenvolvimento de um *software* de apoio à pesquisa de satisfação nas organizações e ao Atendimento Integrado à realização de algumas visitas de monitoramento e à elaboração do Guia de Atendimento Integrado (em fase de conclusão).

A única ação descentralizada do Programa da **Qualidade no Serviço Público** é a ação 3606 de implementação de unidades de Atendimento Integrado, feita em parceria com Estados e municípios. Enquanto essa ação foi mantida, o monitoramento foi realizado com algumas visitas técnicas em algumas unidades em implantação e complementado, via contatos telefônicos e correspondências. A redução dos recursos impediu o cumprimento da agenda de monitoramento estabelecida no planejamento dessa ação e acordada com os responsáveis pela implantação das unidades de Atendimento Integrado no Estados e no município de Vitória/ES.

A equipe gerencial do PQSP é uma equipe de auto-aprendizagem. A capacitação tem sido conseguida fundamentalmente por meio de troca de experiências com parceiros que, reunidos em comitês (conceitual, de capacitação, de informática e de planejamento), ou em eventos gerais de troca de experiências, tem permitido à equipe gerencial do Programa manter-se capacitada para o exercício de suas funções. É importante observar que em alguns aspectos do Programa, a própria equipe representa, no país, o conhecimento mais avançado (casos da avaliação da gestão pública e de padrões de qualidade de atendimento ao cidadão).

As parcerias do PQSP, todas voluntárias, atingiram 100% das metas estabelecidas: a realização integral do ciclo 2001 do Prêmio Qualidade do Governo Federal e a realização dentro do previsto do atual ciclo 2002 a encerrar-se em dezembro deste ano; a superação da meta de eventos de mobilização, feitos, em 2002, inclusive em cidades interioranas como Juazeiro/CE; Uberlândia/MG; Feira de Santana/BA e Maringá/PR. Realização dos dois eventos nacionais de Atendimento Integrado (São Paulo e Manaus); atendimento a 100% da demanda das organizações para assistência e avaliação da gestão (feito pelos núcleos e consultores Ad Hoc); realização das oficinas para capacitação em pesquisa de satisfação.

Programas parceiros do PQSP:

- Programa Qualidade do Sangue - parceria mais antiga do PQSP- as vantagens mais importantes são: a adesão de toda a rede hemoterápica do país ao Programa (inclusive com o Hemocentro Coordenador do Rio de Janeiro - HEMORIO - recebendo o reconhecimento bronze do Prêmio Qualidade do Governo Federal - Ciclo 2001. A participação de servidores dos hemocentros como consultores voluntários do Programa e o papel do Programa Qualidade do Sangue como um dos grandes estimuladores do PQSP no setor saúde do país;
- Programa Gestão Pública Empreendedora, principalmente a partir do final de 2001, quando passou a ser desenvolvida uma ação conjunta com o PQSP no atendimento das organizações do Executivo Federal que demandam algum apoio da Seges. Em consequência disso, foi realizada a primeira avaliação da gestão em um ministério (Ministério das Relações Exteriores) e em uma universidade (Universidade Federal de Pelotas-RS); e

- Programa de Valorização do Servidor Público, também a partir do final de 2001, na mesma direção de contribuir para o aumento do número de adesões ao Programa.

Quanto à pesquisa de satisfação de seus usuários o Programa tem feito avaliações sistematicamente. A avaliação em relação aos serviços prestados pelo Programa tem sido feita ao término dos eventos ou pela página do Programa na internet. A avaliação das candidatas é feita ao final de cada ciclo de premiação (há, atualmente, uma série histórica dos cinco ciclos). A pesquisa é realizada com as organizações públicas que recebem algum tipo de assistência do Programa ou se candidatam ao Prêmio Qualidade do Governo Federal.

Os resultados têm sido utilizados para reorientação da atuação do Programa, na direção do atendimento das expectativas dos usuários, quando possível. Exemplos disso foram: a mudança no limite de páginas do Relatório de Gestão das candidatas ao PQGF; a redução do prazo de entrega às candidatas dos relatórios de avaliação, elaborados pelas bancas examinadoras; e a redução da carga horária dos cursos de excelência em gestão pública.

É preciso, no entanto, melhorar o processo de avaliação, principalmente em função do baixo índice de resposta.

Em relação a execução financeira do Programa, embora não possa ser considerada boa, tendo em vista a grande distância entre previsão e execução, devido a estratégia de parcerias estabelecida, os resultados finais do Programa foram muito bons.

Recursos para o Desenvolvimento

Resultados

Tendo em vista tratar-se de um programa de gestão de políticas públicas, não há indicadores definidos, não sendo possível efetuar a avaliação da variação dos índices dos indicadores.

Os resultados que estão sendo registrados em 2002 consolidam os esforços iniciados em 2000 e podem ser considerados de grande impacto, tanto na área dos novos mecanismos para o financiamento de longo prazo como na de promoção do investimento e, adicionalmente, nas ações, pelo lado brasileiro, que se desenvolvem junto à iniciativa de integração física da América do Sul.

Os trabalhos em curso, no âmbito do programa destacam o realinhamento estratégico do Ministério ao ampliar esforços que visam prospectar, identificar e viabilizar mecanismos que alavancam recursos de origem não tributária, necessários ao financiamento de projetos de infra-estrutura e serviços públicos, como também, a implementação de novas estruturas e ferramentas na área de promoção de investimentos e, no tocante à integração física do continente, à acumulação de capital institucional, através das ações consecutadas no âmbito da comissão interministerial, criada através de decreto presidencial em setembro/2001, que impulsiona, pelo lado brasileiro, o Projeto de Integração da Infra-estrutura Regional do Continente Sul-americano.

Na área do financiamento, além dos bons resultados alcançados pela Seain no ano de 2002 na operacionalização das linhas de crédito disponibilizadas pelas agências multilaterais à União e Estados, cabe destaque a criação “ad hoc”, em março de 2002, dentro do Departamento de Recursos para o Desenvolvimento, da Unidade Parcerias Público-Privadas - PPP Brasil, que conta com o apoio de governos europeus (*Italian Trust Fund, Department For International Development -DFID/UK, Partnerships UK*) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Essa unidade tem se mostrado capaz de propor alternativas nos campos legal, fiscal e operacional, com vistas a viabilizar uma participação mais ampla da iniciativa privada na oferta de utilidades e serviços públicos. Como principal realização da Unidade neste ano tem-se o estudo do atual ordenamento legal brasileiro afeto à matéria (Lei Geral de Contratações - nº 8.666/1993 e Lei Geral das Concessões - nº 8987/1995) e, decorrente dele, a proposta de um projeto de lei (provisoriamente batizada como lei das PPP), cujo objetivo é o de provocar uma ampla discussão no governo e no Congresso Nacional, de como inovar na ampliação dos investimentos nas infra-estruturas social e econômica, com o concurso do setor privado.

Na área da promoção, vencidas as fases de criação e implementação, a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos - Investe Brasil, encontra-se em plena operação desde março do presente ano, com seus quadros diretivos e gerenciais devidamente preenchidos, sendo que, ao longo de 2002, a Entidade já atraiu e reteve investimentos diretos para o País da ordem de US\$ 800 milhões.

Na área da integração física do continente ocorreram, nos últimos dois anos, significativos avanços na implementação do projeto Iirsa - Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana, que tem na SPI, mais precisamente no Dereg, a sua coordenação e o suporte operacional à iniciativa. Em 2002 foi realizada a terceira reunião do Conselho Diretivo Executivo - CDE em Brasília, com a presença de doze ministros de estado e presidentes das agências multilaterais patrocinadoras da iniciativa quando foram fixados princípios

Gerente:

Luiz Antônio Athayde Vasconcelos

orientadores para três temas, que estarão comentadas a seguir, visando impulsionar a iniciativa. Na mesma data, foi realizada uma reunião técnica de trabalho sobre o financiamento da infra-estrutura que contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais para um público de mais de duzentos participantes de todos os países da América do Sul. Também neste exercício, foram identificadas pelos grupos de trabalhos que operam os diversos eixos delineados, 150 oportunidades de investimentos, considerados projetos de primeira geração, em montante aproximado de US\$40 bilhões, com forte indicativo de interesse de participação privada.

Por último, dentro do escopo das ações do programa, deve-se registrar que no período compreendido entre 2000/2002, ocorreram da forma prevista todas as integralizações de recursos em Fundos e no capital de Instituições de Fomento internacionais com a plena satisfação de obrigações societárias e institucionais de responsabilidade do governo brasileiro.

Melhor circunstanciando o que acima foi dito:

Consolidação da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos - Investe Brasil

Criada em novembro de 2000, a agência brasileira de promoção de investimentos, foi qualificada como sendo a primeira Oscip na área econômica no Brasil. Em dezembro de 2001, assinou o primeiro termo de parceria, no valor de R\$ 4.000.000,00, o que veio assegurar a entidade 50% dos recursos necessários ao financiamento de suas atividades permanentes definidas em seu plano de negócios para os exercícios de 2001 e 2002. Como sede no Rio de Janeiro, seu quadro diretivo e operacional conta com 28 pessoas altamente qualificadas e tem como principal objetivo ser reconhecida junto aos diversos públicos-alvo como uma organização profissional e empreendedora capaz de agregar valor aos procedimentos de atração e retenção de investimentos diretos no Brasil, cujo produto principal é a informação de alto valor agregado.

Ao longo de 2002, entre as atividades por ela desenvolvida, além da participação direta na atração de investimentos (cujos soma dos valores dos projetos está acima registrada) e do cumprimento de extensa agenda de eventos internacionais ligados à promoção de oportunidades e da valorização do território brasileiro como espaço atraente ao investimento, foi implantada a rede de apoio ao investidor, com o concurso de mais de cinquenta órgãos e entidades do Governo Federal, onde o MP se conceitua em um dos pontos da rede através do site www.infraestruturabrasil.gov.br e do corpo técnico do Dered/SPI. Em adição a esse esforço, está sendo constituída uma outra rede com as estruturas estaduais de promoção e, por último, está sendo viabilizada a integração da IB com a rede dos Secons do MRE.

Presentemente, a IB está trabalhando uma carteira de mais de sessenta novas oportunidades, com um valor potencial de inversões da ordem de US\$8 bilhões.

Com o apoio da Unctad, no período compreendido entre 2001 e 2002 foram treinados mais de duzentos técnicos e dirigentes de órgãos ligados à promoção de 22 estados brasileiros.

Em complemento, a Investe Brasil foi convidada pelo MIGA/WorldBank e hoje integra uma rede mundial de agências de promoção de investimentos visando à promoção de oportunidades de infra-estrutura cujo projeto-piloto envolve doze países. O enlace com essa rede se dá através do site www.infraestruturabrasil.gov.br, gerenciado pelo Ministério do Planejamento.

Mesmo com as suas atividades iniciadas, de fato, neste ano, os resultados já alcançados pela Investe Brasil confirma o acerto da sua criação e, enquanto uma Oscip, no âmbito da reforma do Estado, vem demonstrar o papel que uma organização privada, juridicamente qualificada como tal, pode cumprir em área estratégica aos interesses do País na disputa por investimento direto externo onde a competição por esses, se dá de forma acirrada.

Por último, mas não menos importante, é também constatar o acerto da decisão de criação da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos como a agência nacional de promoção de investimentos sem subordinação direta as estruturas já existentes na burocracia federal o que veio determinar grande flexibilidade operacional sem, contudo, se descaracterizar a sua missão pública.

Criação da Unidade PPP - Parcerias Público Privadas Brasil

Essa unidade foi criada *ad hoc* no Ministério do Planejamento, no início deste ano, com vistas a dotar o governo brasileiro do necessário conhecimento de conceitos e técnicas que viabilizem a contratualização, pelo setor público junto ao setor privado, de serviços públicos e de infra-estrutura. Esta iniciativa conta com apoios de fundos externos (*Italian Trust Fund gerenciado pelo BID e do DFID - Department for International Development*) e com a participação da PUK - *Partnerships United Kingdom*.

Ao longo deste ano, a Unidade passou a operar com técnicos da SPI e conta em tempo integral com um especialista italiano sobre PPP. Foi contratado um consultor jurídico brasileiro encarregado de apresentar uma visão geral do ordenamento legal brasileiro sobre parcerias como também, apresentar sugestões visando o seu aperfeiçoamento, o que já foi realizado. Foram eleitos dois casos-piloto, esses se situam em áreas de manutenção de rodovias e saneamento para a fixação de conhecimento específico.

Com vistas à disseminação do conceito, metodologia e regras de contabilização, foram realizados quatro seminários para os seguintes públicos-alvos: ministérios, governos estaduais, consultores e construtores, academias e bancos de investimentos.

No esforço de apropriação de capital intelectual para a condução dos trabalhos da Unidade, foi enviada uma missão governamental à Inglaterra, país onde os resultados da aplicação da metodologia PPP são os mais consolidados no mundo, com o objetivo de se reter ensinamentos e experiências de quem já implantou mais de trinta bilhões de libras esterlinas em projetos PPP nas mais diversas áreas.

No médio e longo prazos, o objetivo principal desta unidade é o de difundir as práticas PPP, operando como um centro de conhecimento para a administração direta federal, estados e municípios e subsidiariamente dar apoio à criação de unidades PPP setoriais nos ministérios. O principal produto da Unidade PPP Brasil neste ano, como já foi dito, é o de ofertar, para discussão ampla, um novo marco legal-institucional que possibilite a implementação massiva de projetos PPP nas áreas social e da infra-estrutura, atendendo, portanto, as recomendações contidas no Estudo - Financiamento de Longo Prazo no Brasil: O Caso da Infra-estrutura - contratado pela SPI e elaborado pelo consultor Michal Gartenkraut em agosto/2001. Esse documento, além de sugerir o uso massivo das PPP, enquadra a atual situação de como se opera o financiamento de longo prazo no Brasil, indica limitações e oferece sugestões para a superação das mesmas. Suas conclusões vêm sendo utilizadas nas discussões com agências multilaterais de crédito, instâncias de governo e outras instituições, visando identificar novos mecanismos financeiros que suportem projetos de infra-estrutura.

Projeto Iirsa

Esse projeto pretende viabilizar a implementação de oportunidades de investimento na infra-estrutura que contribuam para a integração física do continente, notadamente com o concurso da iniciativa privada. Doze países se articulam sob a coordenação de um comitê técnico-CCT, constituído pelo BID, CAF e Fonplata, agências multilaterais de fomento que por sua vez, se reportam a um conselho de ministros de infra-estrutura e/ou planejamento do Continente.

O projeto está adotando metodologia análoga aos eixos nacionais de integração e desenvolvimento e, ao adotar o território sul-americano como espaço único de planejamento, visa identificar oportunidades de investimento em infra-estrutura em nove regiões nominadas de eixos sul-americanos. Os trabalhos já desenvolvidos identificaram mais de 150 projetos que estão sendo preparados para serem apresentados à iniciativa privada.

Em dezembro de 2002, teve palco em Brasília, a reunião com todos os gerentes dos eixos sul americanos e dos processos setoriais. Na oportunidade, se teve notícia do andamento de três temas definidos pelos ministros dos doze países, a saber: exercício de visão estratégica do continente realizados pela CAF e pelo BID; mecanismos para uma maior participação do setor privado, como é o caso da criação do diretório de partes interessadas; e apresentação do portfólio de primeira geração de projetos e novos mecanismos que viabilizem o financiamento desses.

Na próxima reunião, prevista para acontecer em Caracas no próximo mês de março, o exercício de visão estratégico das duas agências já estarão concluídos e serão apresentados, bem como o *site* Iirsa, devidamente reformatado para atender as demandas do setor privado, principalmente, quanto à identificação das oportunidades.

Resumo dos resultados

As iniciativas desenvolvidas pelas Investe Brasil, cujos resultados, no intervalo de menos de um ano, apresentam investimentos viabilizados da ordem de US\$800 milhões, são significativos. Quanto ao principal produto da Unidade PPP, esperado para este ano, que é a proposição de um novo marco legal, já entregue, que ampare investimentos na infra-estrutura, não se pode, ainda, mensurar resultados objetivos no nível de efetivas inversões. Contudo, caso o projeto de lei que está disponível se preste à mobilização da discussão sobre novos mecanismos para o financiamento e operação pelo setor privado de utilidades e serviços públicos e, sendo aprovado pelo Congresso, estimule a implementação de projetos nas áreas da infra-estrutura e social, consagrará todo o esforço de preparação que vem sendo feito.

Quanto ao projeto Iirsa, os resultados são muito significativos. Neste momento, o capital institucional acumulado, que congrega todas as ações que endereçam à integração física do continente, idealizadas na reunião de Brasília, em setembro de 2000, e a sua afirmação pela segunda cúpula dos dirigentes sul americanos em julho de 2002 em Guayaquil - Equador ressalta o peso estratégico da iniciativa na busca do desenvolvimento com ampla sustentabilidade para toda a América do Sul. Foi amealhado um enorme capital político, dado pela firme decisão dos doze presidentes em buscarem dotar a América do Sul de uma plataforma de infra-estrutura que ofereça maior integração de mercados regionais e melhor capacidade de competição do território sul americano em outros mercados globais.

O projeto Iirsa redefiniu a pauta de discussão de temas estratégicos entre os países sul americanos, assumindo um papel de enorme destaque na agenda dos mesmos. Uma vez que a mola propulsora do Iirsa é trabalhar com um portfólio de oportunidades na infra-estrutura, como consequência, a discussão dos meios de financiamento ganharam outra dinâmica no qual o papel do uso de moeda local em financiamentos de longo prazo assumiu enorme relevância.

Concepção

O problema central que deu origem ao Programa é a insuficiência e a ineficácia do uso de recursos orçamentários para oferecer adequada implementabilidade ao Plano Plurianual. Uma vez que a observância de um quadro de responsabilidade fiscal, que determina enorme disciplina no trato do gasto primário, é de fundamental importância o concurso de outras fontes de recursos, que não aquelas destacadas no orçamento, possam de forma permanente suportar investimentos considerados estratégicos para o desenvolvimento do País.

Desta forma, a prospecção de fontes não fiscais, promoção das oportunidades, novos mecanismos operacionais dos serviços públicos, aperfeiçoamento e mesmo alterações no ordenamento legal e regulatório que, diretamente trata do investimento na área da infra-estrutura é crucial para que o concurso da iniciativa privada, seja pelo lado do financiamento ou da operação, uma forma crescente e massiva de superar gargalos e elos faltantes na plataforma de infra-estrutura e serviços básicos. Portanto, não se trata de identificar apenas fontes de recursos de longo prazo. É necessário criar condições estruturais do ponto de vista legal, bancário e operacional para que o capital privado possa viabilizar projetos estruturantes de grande impacto na melhoria das condições sociais e dos serviços de infra-estrutura.

Adequação do objetivo ao problema

Este é um programa que, dado as suas características, carece de permanente atualização de suas ações e a criação de novas. Presentemente, a sua concepção está bem enquadrada sendo que nos próximos doze meses é necessário consolidar as ações que estão em curso, notadamente as ações de nºs 7889, 2240 e 2649 que tiveram, finalmente, o seu descritor e a finalidade devidamente bem definidos neste ano.

A criação da Investe Brasil e a implementação da Unidade PPP Brasil contaram, em grande medida com recursos não-fiscais, que foram prospectados e estão financiando expressiva parte das atividades desses projetos. Quanto à definição de recursos orçamentários no período 2000/2002, esses estão compatíveis com a implementação das ações que não podem contar com recursos não orçamentários.

Forma de articulação com as parcerias

É necessário que o MP avance na melhor compreensão do papel representado pelos Termos de Parceria, no sentido de oferecer maior agilidade e melhor uso dos recursos públicos quando alocados na Oscip Investe Brasil.

Na fase em que as ações se encontram, a estratégia de implementação está adequada. Contudo, assim que as discussões de um novo marco legal apontar para formatações financeiras/legais/operacionais, de como as oportunidades de investimento, via PPP, poderão ser implementadas, será necessário estabelecer novas formas de envolvimento com os ministérios, agências reguladoras e mesmos instâncias dos estados e municípios, com vistas a melhor compreensão dos mecanismos que estarão sendo disponibilizados.

Os aspectos de maior relevância na estratégia de implementação daquelas ações que melhor corporificam o programa foram, sem dúvida, a abordagem de se formar capital institucional antes da efetiva implementação dos projetos; a adequada transferência de capital intelectual de práticas exitosas em outras estruturas e a sua correta customização à realidade brasileira e o uso intensivo de recursos não-fiscais que, prospectados, otimizaram fontes orçamentárias.

Os atuais mecanismos de supervisão, articulação e coordenação intra e interministérios estão adequados.

.....
Em 2000, a execução do Programa ocorreu sem obstáculos relevantes quanto à programação orçamentária e financeira. Algumas ações relacionadas à integralização de capital em organismos e/ou fundos não foram efetivadas pelo motivo de incapacidade dos organismos apresentarem as condições para a integralização, e não falhas de gestão pelos responsáveis pelas ações ou falta de recursos.

Implementação

Em 2001, os recursos foram, em geral, compatíveis com as demandas e não houve problemas de liberação que pudessem prejudicar a programação estabelecida. Apenas no caso da ação 3192 não foi desembolsada a totalidade dos recursos financeiros orçados. Ainda em 2001, o crédito suplementar possibilitou a assinatura do Termo de Parceria com a Investe Brasil, cujos valores restantes foram liberados no curso do presente ano.

Em 2002, o volume de recursos disponibilizado até o momento tem se mostrado compatível com as demandas para a correta implementação das ações. Os recursos estão sendo liberados de forma compatível com a programação e não se tem verificado atraso na implementação das ações por disfunções no fluxo dos mesmos.

Quando o Programa passou a ser implementado, em 2000, não havia equipe ainda constituída para o maior conjunto de suas ações. Apenas as ações - Captação de Recursos Externos, Treinamento de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos de Financiamento e aquelas atinentes à integralização de fundos e capitalização de agências multilaterais apresentavam equipes já estruturadas e mesmo assim atuando fora da SPI.

Para aquelas ações que foram propostas e que, de fato, nelas residem o principal objetivo do Programa - ampliar as fontes de recursos não-fiscais de projetos estratégicos e de outras oportunidades de investimentos a eles associados - a equipe que viria a operá-las de fato começou a ser montada no final de 2000, não obstante as metas destacadas em todas elas tenham sido integralmente cumpridas no ano de 2000.

No curso do ano de 2001, foi implementado o Departamento de Recursos para o Desenvolvimento, com a agregação de novos quadros, ainda naquele exercício, dando maior flexibilidade à implementação do Programa. Neste ano, finalizou-se a formação da equipe, estando a mesma compatível com as demandas do conjunto de todas as ações. A capacitação da equipe vem sendo ofertada de forma consistente com as exigências impostas pela correta implementação do programa.

A participação de outros governos, entidades privadas e agências multilaterais e mesmo outras instituições tem sido de fundamental importância na implementação de diversas ações do programa. Em 2001, destacaram-se os apoios da Unctad, do BID, do *WorldBank* e do Governo Italiano, no desenvolvimento e implementação das ações. Já em 2002, as parcerias que se

destacaram foram com o BID e com os governos Italiano e Britânico, este último, mais diretamente pela colaboração do *DFID - Department for International Development* e da *Partnerships UK*. As metas acordadas vem sendo cumpridas.

A partir da edificação de um novo marco legal para as Parcerias Público-Privadas é que haverá maiores chances de parcerias com outros programas na área do investimento em infra-estrutura e na prestação de serviços públicos, notadamente na área da saúde.

A atuação do MP no Conselho de Administração da Investe Brasil - Rede Brasileira de Promoção de Investimentos tem sido muito eficiente, na medida em que está diretamente contribuindo para a construção de um ambiente mais favorável para o investimento no País. Quanto às parcerias público-privadas e o projeto Iirsa, ainda não foram construídos canais competentes, tendo em vista o atual estágio das atividades que vêm sendo desenvolvidas. Certamente, no ano de 2003, o avanço dos projetos dentro dessas ações ensejará a abertura de canais de comunicação e participação de forma institucionalizada.

Este é um programa cujas ações, à exceção da capitalização de fundos e bancos (até 2000, realizadas pelo Banco Central), foram implementadas a partir do ano 2000 e a estrutura organizacional montada para tanto é adequada a sua correta implementação.

Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços

O Programa de **Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços** abrange a áreas de serviços gerais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e envolve as atividades de administração de materiais, de obras e serviços, de transportes, de comunicações administrativas e de licitações e contratos.

Como programa de gestão de políticas públicas seus resultados podem ser expressos por meio do desempenho das suas ações, descritas abaixo:

1. Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais no âmbito do SISG, com a missão de integrar os órgãos da administração direta autárquica e fundacional, com instrumentos e facilidades para a melhoria dos serviços públicos na área de serviços gerais.

O Siasg tem sido uma ferramenta para a modernização dessa área na Administração Federal, em especial nas atividades de cadastramento de fornecedores, catálogo de materiais e serviços, divulgação de compras e registro de preços de bens e serviços.

É utilizado pelos órgãos e pelas entidades integrantes do SISG, por meio de terminais ligados por rede de comunicação de dados à Rede SERPRO, é acessado via internet, no site www.comprasnet.gov.br.

Atualmente existem 23.968 usuários ativos no Siasg.

O Siasg compõe-se de diversos módulos, abaixo descritos, nos termos da Instrução Normativa/MP n.º 1, de 8 de agosto de 2002:

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf

O sistema possibilita a análise quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira das pessoas físicas e jurídicas cadastradas no sistema. O Sicaf possui, hoje, em torno de 160 mil fornecedores cadastrados, entre Pessoas Físicas, Micro Empresa, Pequena Empresa e Médias e Grandes Empresas. Existem em torno de 2.740 unidades cadastradoras do SICAF, distribuídas pelo Brasil, podendo ser identificada sua localização através do site Comprasnet.

Catálogo de Materiais - Catmat e Catálogo de Serviços - Catser

O sistema promove a catalogação dos materiais e serviços destinados às atividades fins e meios da Administração Pública Federal, de acordo com critérios adotados no *Federal Supply Classification* e a identificação dos itens catalogados com os padrões de desempenho desejados. Até julho de 2002, foram catalogados, 46.322 itens de materiais e 1.958 itens de serviços, organizados em 14.758 linhas de fornecimento.

Gerente:

Renata Maria Paes de Vilhena

Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras - Sidec

O sistema registra os processos de compras e contratações efetuados pela Administração Pública Federal, em todo o território nacional, e divulga, por meio eletrônico, matérias relativas aos avisos e editais de licitação, dispensa e inexigibilidade e dos resultados à Imprensa Nacional, disponibilizando, ainda, no portal de compras do Governo Federal, acima indicado, os avisos, os editais e os resultados de licitações.

Sistema de Preços Praticados - Sispp

O sistema registra os valores praticados nos processos de contratações governamentais, discriminados por unidade de medidas, de padrão legal e de marcas, com vistas a subsidiar o gestor, a cada processo, na estimativa da contratação e antes da respectiva homologação, para confirmar se o preço a ser contratado é compatível com o praticado pela Administração Pública Federal.

Sistema de Minuta de Empenho - Sisme

O sistema possibilita a elaboração da minuta de empenho, no Siasg, com o respectivo envio ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, gerando a Nota de Empenho, eliminando a dupla entrada de dados e garantindo que todas as informações contratuais relativas aos órgãos integrantes do SISG sejam registradas e tratadas no Siasg.

Sistema de Gestão de Contratos - Sicon

O sistema efetua o cadastramento dos extratos de contratos firmados pela Administração Pública Federal e o envio eletrônico, para publicação, pela Imprensa Nacional, bem como o acompanhamento da execução contratual, por intermédio do respectivo cronograma físico-financeiro disponibilizado no Comprasnet.

Em 2001, o Sistema de Acompanhamento de Contratos - Sicon foi ampliado para permitir que o registro e o acompanhamento do cronograma físico-financeiro das contratações, efetuadas pelos órgãos da Administração Pública Federal que utilizam o Siasg, suprisse esses órgãos, com as informações atualizadas sobre a execução dos contratos cadastrados.

Encontra-se em fase de cadastramento os cronogramas dos órgãos dos ministérios da Educação, do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Saúde.

Comunica

Sistema que permite a comunicação entre os órgãos que utilizam o Siasg, para a realização de consultas e divulgação de informações de interesse dos gestores públicos. Esse serviço facilita a divulgação de orientações normativas do órgão central, que podem ser simultaneamente transmitidas aos órgãos e entidades da administração federal em todo o território nacional. Além disso, possibilita a rápida comunicação para o atendimento a consultas, apoiando o cumprimento das normas.

Quando da implantação do Siasg, apenas parte do Poder Executivo tinha a obrigatoriedade de sua utilização. Ao longo do tempo, diversos outros órgãos e mesmo alguns do Judiciário, manifestaram interesse na utilização parcial ou total do Sistema.

Diante dessa premente necessidade, tornou-se o Siasg um dos instrumentos mais importantes para o setor de compras governamentais, e dentro deste contexto, foram assinados, desde 1999, 51 Acordos de Cooperação Técnica, para acesso e utilização do Sistema.

Também, em decorrência de fatores de ordem governamental, o desenvolvimento para o aperfeiçoamento de estratégias de controle foi essencial no estabelecimento de políticas que interferissem diretamente nos órgãos, visando dar informações e suporte para uma boa gerência dos recursos públicos. Conforme determinações contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (de 2002 e 2003), todos os órgãos integrantes do Orçamento Geral da União devem, a partir de 2003, registrar suas compras e contratações nas bases de dados do Siasg, o que proporciona uma visão integral dos gastos da Administração Pública Federal. Com isto, a partir do ano que vem, o Siasg passará a contar com as informações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Mais de 3 mil servidores estão sendo treinados, em parceria com a ENAP, para a utilização do Siasg pelos outros Poderes.

2. Modernização do Siasg

Desde sua implantação, o Comprasnet vem sendo aperfeiçoado com a introdução de novos recursos e serviços. Assim, as rotinas manuais de cadastramento de fornecedores e de validação de certidões da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, foram substituídas por procedimentos inteiramente automatizados. Dessa forma, é possível a consulta direta aos cadastros dos órgãos de arrecadação fiscal, em lugar da manipulação de documentos em papel. Os cadastros manuais foram mudados por ações mais produtivas e ágeis, evitando problemas operacionais que levavam ao retrabalho e à morosidade na emissão das certidões aos fornecedores do Governo Federal.

Há de se destacar, a incorporação ao referido sistema, a partir de dezembro de 2000, da versão eletrônica de licitação pregão, ou seja, o Pregão Eletrônico. A utilização do ambiente virtual para os processos licitatórios resultou em importantes benefícios, tais como: ampliação do universo de participantes, aumentando conseqüentemente a competitividade, celeridade, transparência e redução nos preços praticados, além do conhecimento à sociedade, em tempo real, dos fatos ocorridos.

O sistema de compras oficiais por meio de pregão eletrônico e presencial, já rendeu economia de R\$ 550 milhões ao Governo Federal.

Novos sistemas foram implementados e integrados a outros bancos de dados, como é o caso do Sicaf, disponível também na versão *WEB*. Este cadastro está totalmente integrado com as bases de dados dos sistemas corporativos da Secretaria da Receita Federal - SRF, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, além da Imprensa nacional, que publica no Diário Oficial da União os avisos de editais de licitações, os resultados de processos licitatórios e os extratos de contratos firmados com os órgãos de contratação da Administração Pública Federal.

A introdução de novos recursos de tecnologia da informação otimizou a navegabilidade do sistema, substituindo as rotinas manuais de cadastramento de fornecedores e de validação de certidões por procedimentos inteiramente em meio eletrônico. Consultas à base de dados, cópia de editais, resultados de licitações, contratos firmados, boletins estatísticos das compras públicas, avisos de licitações nas diversas modalidades também podem ser acessados e obtidos através do Comprasnet. Para a sociedade, o Comprasnet disponibiliza um conjunto de informações, que se constituem, cada uma delas, em um *link* específico de acesso a subáreas contendo o detalhamento destas. O acesso a essas informações e serviços é livre.

O MP assinou diversos convênios com estados, municípios, órgãos do Poder Judiciário, agências governamentais e organismos não governamentais, para acesso, uso ou consulta ao sistema Comprasnet. Os editais de compras, a legislação, as normas, enfim, praticamente toda a informação sobre licitações já está disponível na internet.

Merece destaque, a Escola Virtual para o Siasg, desenvolvida com recursos de tecnologia de informação e comunicação, dentro dos mais avançados métodos de Ensino a Distância - EaD, abrangendo os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, na administração pública federal. Está sendo construída modularmente, em conformidade com o Sistema Siasg. Esta EaD contemplará diversos níveis de qualificação e recursos didáticos, tais como: referências bibliográficas, grupos de discussão, grupos de interesse, *chats*, sistematização de aprendizagem, exercícios, entre outros.

O primeiro curso da escola será o de Capacitação de Pregoeiro, pioneiro, nessa forma de implementação, na Administração Pública. Fará parte do curso a operacionalização dos sistemas, utilizando simuladores para as duas formas de contratação. O objetivo principal da Escola Virtual Siasg é estimular a auto-aprendizagem, promovendo a capacitação do maior número possível de usuários, abrangendo outras esferas de Governo, inclusive os estados, Distrito Federal e municípios.

3. Revisão do Sistema Jurídico-legal Relativo à Aquisição de Bens, Obras e Serviços

O Anteprojeto de Lei Geral de Contratações da Administração Pública - Revisão da Lei de Licitações- foi submetido à consulta pública, que se estendeu de 15 de março a 17 de maio de 2002. Durante o período da consulta, o MP promoveu diretamente ou em parceria, sessões públicas de apresentação do Anteprojeto, seguidas de discussão e coleta de críticas e sugestões ao seu aperfeiçoamento. Foram realizadas nove sessões em sete capitais e cidades do País, além de outras quatro em Brasília, mobilizando cerca de quinhentos participantes, no seu total. Diferentes públicos tiveram a oportunidade de conhecer e discutir a proposta do Governo Federal, destacando-se os seguintes: gestores de compras de diferentes áreas da Administração Federal, do Poder Judiciário, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, secretários estaduais de administração, juristas especializados em Direito Administrativo, Tribunais de Contas dos Estados e fornecedores. Além disso, 55 entidades e 86 colaboradores individuais, entre os quais dezenas de especialistas na área de licitações, encaminharam cerca 1.346 sugestões. A consolidação das sugestões encontram-se disponíveis no Comprasnet, na forma de um quadro analítico, organizado com base nos dispositivos da versão do anteprojeto submetida à consulta pública, bem como a versão final do texto que ora se encontra na Casa Civil da Presidência da República.

Várias normas que visam à modernização do processo de compras foram revistas ou editadas, tais como: A MP nº 2026 de 05 de maio de 2000 que foi convertida na Lei nº 10.520 de 17 de junho de 2002, que estendeu o uso da modalidade de Pregão ao Distrito Federal, estados e municípios.

Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, incluindo a licitação na modalidade de pregão.

Portaria n.º 1, de 26 de fevereiro de 2002, que convoca fornecedores para renovação/atualização de cadastramento, nos períodos de 01/11/2002 a 31/01/2002, com base na Instrução Normativa MARE/GM n.º 5, de 21/07/1995, acrescido pela Instrução Normativa MP n.º 1 de 17/05/2001.

Portaria nº 3, de 21 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 22/3/2002: divulga os limites máximos a que se refere o subitem 5.2.1 da IN/MARE nº 18/97, para contratação e repactuação de serviços de vigilância, limpeza e conservação, executados de forma contínua em edifícios públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do SISG.

Portaria nº 4, de 15 de maio de 2002, que convoca os fornecedores para renovação/atualização de cadastramento, nos períodos de 1/2/2002 a 31/4/2002, com base no subitem 2.3.7 da Instrução Normativa MARE/GM nº 5, de 21/07/1995, acrescido pela Instrução Normativa MP nº 1 de 17 de maio de 2001.

Portaria nº 5, de 21 de maio de 2002, que aprova a comercialização de pacotes pelo Consórcio Serpro/Unisys/Vesta, no Portal <http://www.comprasnet.gov.br>, na forma e condições que menciona.

Portaria nº 207, de 20 de maio de 2002, que revoga a Portaria MARE nº 3.324, de 19 de novembro de 1.998, cuja finalidade é a de extinguir a cobrança da Taxa de inscrição/renovação de cadastramento no Sicaf, em função do contido no Acórdão nº 399/2001, do TCU.

Portaria Normativa/SLTI nº 1, de 6 de agosto de 2002, com a publicação desta Portaria teve como objetivo estabelecer procedimentos visando disciplinar a contratação de todos os tipos de prestação de Serviços de Telefonia, além do já regulamentado que disciplinava somente para Longa Distância:

Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (Local e Longa Distância); Serviço Móvel Pessoal - SMP; Serviço Móvel Especial - SME; e Chamada Franqueada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC 0800.

Revogação da Portaria nº 1, que disciplinava apenas o STFC de longa distância (antigo DDD).

Instrução Normativa nº 1, de 8 de agosto de 2002, que consolida atos normativos, aperfeiçoa e inova os procedimentos a serem adotados pelos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais, relativos à operacionalização dos módulos do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, Catálogo de Materiais - Catmat, Catálogo de Serviços - Catser, Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras - Sidec, Sistema de Preços Praticados - Sispp, Sistema de Minuta de Empenho - Sisme, Sistema de Gestão de Contratos - Sicon e Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

Portaria nº 7, de 15 de agosto de 2002, que convoca fornecedores para renovação/atualização de cadastramento, no período de 1/5/2002 a 31/7/2002, com base no subitem 2.3.7 da Instrução Normativa. MARE/GM nº 5, de 21 de julho de 1995, acrescido pela Instrução Normativa MP nº 1 de 17 de maio de 2001.

4. Normas para Padronização e Modularização de Bens, Obras e Serviços

Cartão de Crédito Corporativo: dispõe sobre licitação e aquisição de bilhetes de passagem aérea com pagamento por meio de Cartão de Crédito do Governo Federal. Resultou na edição do Decreto nº 3.892/2001, que dispõe sobre a licitação e aquisição de bilhetes de passagem aérea, com pagamento por intermédio de Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, e pagamento de despesas enquadradas como suprimento de fundos. Sua utilização está sendo amplamente disseminada neste ano;

implantação informatizada de modelos de editais, contratos e outros documentos de utilização mais freqüente: desenvolvidos modelos de editais, contratos e de

outros documentos de utilização previsível em licitações gerando 183 (cento e oitenta e três) modelos de documentos.

Tais modelos têm detalhamento suficiente para orientar o trabalho das Comissões de Licitações e os fiscais da execução de contratos, bem como os demais agentes envolvidos nas atividades de compras e contratações, inclusive o ordenador de despesas, e para proporcionar benefícios significativos para a Administração, do ponto de vista administrativo e financeiro.

5. Informatização de Processos Administrativos

Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - Siorg.

É o sistema que objetiva a gestão e o controle da estrutura organizacional do Governo Federal, contemplando a distribuição e vinculação de todos tipos de cargos e funções comissionadas.

O trabalho de desenvolvimento do novo sistema foi concluído, apresentado e aprovado pelos principais usuários, que no mês de outubro receberam treinamento para implantação do sistema nos diversos órgãos.

A página na internet do Siorg foi totalmente reformulada. Seu *layout* foi revisto e estruturado para facilitar as pesquisas feitas pelos cidadãos e pela sociedade como um todo. Novos critérios foram acrescentados. O sistema, na versão atual, foi concluído e implantado e disponível na internet, no endereço: www.redegoverno.sior.gov.br.

Sistema Páginas Brancas

O Sistema de Páginas Brancas é responsável pela identificação e localização do servidor público, através de consultas parametrizadas disponíveis na internet. Este sistema possui em suas bases de dados, todos os servidores ativos da Administração Pública Federal, permitindo que sejam selecionados alguns critérios para restringir ou para melhor especificar as consultas. Assim, pode-se, por exemplo, consultar somente aqueles servidores que possuem determinado nível de gratificação ou que estejam lotados em um órgão específico. Todas os critérios podem ser combinados tornando o sistema o mais flexível possível.

O ambiente de produção está instalado no Serpro e pode ser acessado pelo “site” da Rede Governo na opção denominada “quem é quem”. Possui *e-mail* institucional para que os seus usuários possam tecer qualquer tipo de reclamação ou sugestão. O sistema está disponível na internet, no endereço: www.paginasbrancas.redegoverno.gov.br.

Dirfgov

É o sistema utilizado por todos os órgãos públicos para preparar a declaração anual de recolhimento de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para encaminhamento à Secretaria de Receita Federal. O sistema trabalha com dados recebidos do Siafi e do Siape e com dados alimentados pelos diversos órgãos.

Criou-se um atendimento ao usuário por telefone, por meio do 0800, e por um *e-mail* institucional dirfgov@planejamento.gov.br, além do atendimento presencial.

Os trabalhos referentes ao Dirfgov, principalmente no que se refere às declarações retificadoras, a dados de precatórios e ao recolhimento dos DARF's no código 0473, acontecem durante todo o exercício.

Acompanhamento de Processos Administrativos

O sistema tem como objetivo a integração das informações sobre o trâmite dos sistemas de protocolo do Governo Federal.

Para solucionar o problema de comunicação entre os sistemas de protocolo, optou-se pela criação de um módulo integrador. Desta forma, serão mantidos os sistemas de protocolo existentes em cada órgão e uma camada integradora buscará as informações pertinentes dentro de cada sistema, realizando assim uma interface de informações.

O projeto de integração dos sistemas de protocolo do Governo Federal possibilitará que as informações sobre o trâmite dos processos de todo o governo federal estejam disponíveis para consulta. Tais informações poderão ser acessadas via terminais públicos ou via internet, viabilizando, assim, o acesso às informações sobre o andamento de qualquer processo no Governo Federal pelos próprios funcionários e pelo cidadão. Já estão integrados os Ministérios do Planejamento e da Fazenda e até dezembro estarão integrados todos os órgãos da APF. O acesso ao sistema pode ser feito pelo endereço www.protocolo.redegoverno.gov.br.

Projeto Programa de Acompanhamento de Gastos Governamentais - PAGG

A finalidade de projeto é implantar uma sistemática de Acompanhamento dos Gastos Governamentais e permitir que o orçamento de pessoal seja feito por Ação do PPA, a partir de dados disponíveis nos sistemas Siape, Siafi e SIGplan. Para viabilizar esse projeto foi necessário integrar a tabela de unidades organizacionais do Siorg aos demais sistemas. Está em processo final de implantação. O orçamento de pessoal para 2004 já será feito por ação e a contabilização da folha de pagamento no Siafi será feita já a partir de janeiro de 2003.

Capacitação de Servidores

Em parceria com a ENAP, foi estruturado o curso de Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação, carga horária de 390 horas, com o objetivo de formar gestores para o Programa Governo Eletrônico em todos os órgãos federais. A terceira turma está em andamento, com 31 participantes, sendo aplicado em parceria com a área de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que emitirá os certificados para os alunos.

Definida a estratégia e estruturado o Programa de Educação à Distância para o Governo Eletrônico. O primeiro curso será o de Gestão de Ativos Informacionais que estará disponível em novembro, com oportunidade de treinamento para 100 alunos.

Em relação ao treinamento de pregoeiros, o programa tem sido feito em parceria com a ENAP e somente neste exercício mais de 3000 servidores foram treinados.

Também em parceria com a ENAP, está sendo feita a capacitação para os servidores dos outros Poderes que passarão a integrar o sistema de compras a partir de 2003. Para tanto estão sendo treinados cerca de 5000 servidores.

Rede de Acesso

Foi assinado contrato com o Serpro para a prestação de serviços de acesso à intranet e extranet aos sistemas de gestão pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Siape, Siapenet, Siasg por intermédio da Rede de Comunicações do Serpro com os seguintes objetivos:

- utilização da facilidade de acesso SNA - intranet da Rede de Comunicação de Dados em todo território nacional onde forem estabelecidos pontos de rede, com garantia de segurança e disponibilidade;
- utilização da facilidade do acesso a internet para estabelecimento dos *Sites* de Serviços Siape, Siapenet e Comprasnet e as suas diversas facilidades, com garantia de segurança e disponibilidade; e
- reorganização dos dispositivos de rede de comunicação para o acesso aos sistemas de gestão pública Siape, Siapenet, Siasg e Comprasnet, tendo como referência a Política de Rede Corporativa definida pela SLTI/MP.

Diagnóstico, seleção e recomendação de alternativas de mercado para a redução dos custos operacionais de acesso aos sistemas de gestão pública.

Estão sendo executados os serviços a seguir relacionados.

Serviços de Acesso ao Siape e Siapenet:

- disponibilidade do Siape aos usuários das 8h às 20h e 30min, no horário de Brasília, de segunda-feira a sexta-feira, com exceção dos feriados e dos períodos previamente acordados com a SRH/MP, totalizando doze horas e trinta minutos por dia;
- disponibilidade do SIAPÉ aos usuários das 08:00 horas às 22:00 horas, no horário de Brasília, nos 3 (três) últimos dias úteis que antecedem a data de fechamento do sistema (definida em cronograma aprovado pela SRH/MP), para início do processamento da folha de pagamentos;
- Possibilidade de prorrogações de horários de acesso em até 10 (dez) horas ao mês;
- garantia de disponibilidade mínima dos serviços em 98% ao mês durante os horários de funcionamento *on-line* do Sistema;
- operação com tempo máximo de resposta até 5 segundos para 90% das transações;
- garantia de utilização do ambiente de treinamento todos os dias úteis do mês das 8h às 20h e 30min;
- garantia de acesso simultâneo ao Siape para até 1.200 usuários, sem prejuízo do tempo de resposta;

Serviços de Acesso ao Siasg, Comprasnet:

- intranet – Acesso SNA;
- tempo médio de resposta: 1 segundo para até 90% das transações;
- número máximo de usuários ativos simultaneamente: 600;
- horário de disponibilidade: 8:00 s às 20:30;
- internet – acesso IP browser;
- número máximo de usuários ativos simultaneamente: 1.000; e
- horário de disponibilidade: 0h às 24h.

Concepção

Por ocasião da realização do I Seminário Internacional de Compras Governamentais, houve uma boa oportunidade de discutir as experiências internacionais e de mostrar o trabalho que vem sendo desenvolvido no Brasil. Só o pregão eletrônico gerou 25% de economia nas compras governamentais. O Brasil é o único país latino-americano a atingir este nível de informatização em compras governamentais: existe controle do processo desde a publicação do edital até o acompanhamento físico-financeiro dos contratos. Isso gera transparência e favorece o controle social.

O Programa vem trabalhando para adequar as contratações de bens e serviços na administração pública aos conceitos de eficiência e transparência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um convênio entre o Serpro e a Secretaria de Logística desenvolveu o Comprasnet (interface *web* do Siag), que permite aos fornecedores se cadastrar e receber informações pela internet. Atualmente, eles são obrigados a manter seus dados atualizados no Sistema de Cadastro de Fornecedores - Sicaf, permitindo às Unidades de Administração de Serviços Gerais (UASGs) e às comissões de licitação consultarem *on-line* a situação legal e fiscal de cada um.

Avançou-se também em outras frentes, como a criação do pregão e a sua versão na internet - o Pregão Eletrônico; a introdução da licitação por registro de preços; e a criação do cartão de crédito corporativo. O portal de compras do Governo Federal.

Melhorar a gestão de suprimentos na administração pública é outra meta do programa. Hoje em dia o administrador deve conhecer a fundo o bem ou o serviço de que o governo precisa, por um lado, e o que o mercado tem a oferecer, por outro. É assim que acontece na iniciativa privada.

São preocupações fundamentadas a identificação dos problemas e soluções para a aquisição de bens e serviços na administração pública, e os caminhos administrativos, gerenciais e legais para tornarem os gastos mais transparentes, eficientes e voltados ao atendimento das políticas públicas.

Um dos pontos importantes desse trabalho foi o debate em torno da lei que dispõe sobre as contratações administrativas, a Lei 8.666/1993. O Anteprojeto de Lei Geral de Contratações da Administração Pública foi submetido à consulta pública, que se estendeu de 15 de março a 17 de maio de 2002.

O Programa de **Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços** compreende ações voltadas para os procedimentos de compra e contratação de bens e serviços da administração federal, portanto, estão adequadas aos objetivos do Programa.

O Programa envolve a revisão da legislação e das normas de licitação, visando a simplificação de procedimentos, padronização e racionalização das rotinas e introdução de controles de custo gerenciais; modernização dos processos de compra, introduzindo modalidades de compra e de licitação com maior agilidade e implantando sistemas e ferramentas de apoio ao processo de licitação; e utilização intensiva das tecnologias de informática nas licitações.

O objetivo é a redução de custos sem prejuízo da qualidade e da adequação das compras governamentais. O Programa também pretende ampliar a transparência sobre as compras governamentais, permitindo maior controle social.

Implementação

Os recursos orçamentários previstos seriam suficientes para cobrir as necessidades do Programa. Assim, em 2002, houve um contingenciamento de 45% no valor dos recursos, o que está tornando grande parte dos contratos assinados inviável.

Não adianta estabelecer uma programação técnica, pois os cortes orçamentários são impostos, apesar de contratos firmados e juridicamente perfeitos. É uma situação delicada que precisa ser analisada com muita seriedade, pois tanto do lado do contratante, como do contratado existe uma Lei de Regularidade Fiscal em plena vigência.

Por último, seria muito conveniente que o SIGplan considerasse em suas planilhas financeiras o valor contingenciado e não apenas os valores previstos na Lei Orçamentária, pois os índices calculados não espelham a realidade dos recursos disponíveis.

Com relação às parcerias do programa, o Serpro é o grande parceiro na prestação dos serviços para manutenção e modernização do sistema.

É também parceira a ENAP em relação à capacitação do pessoal técnico e operacional do Siasg na operação e aplicação da legislação pertinente todos os órgãos setoriais.

Os usuários do Siasg, distribuídos por todo o Território Nacional, necessitam de atividades de apoio, destacando-se o referente ao atendimento aos usuários, quanto ao uso do sistema, correção de erros, informação quanto a inovações, treinamentos, fornecimento de senhas de acesso, etc.

Os usuários do Programa de **Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços**, como já dito anteriormente, além dos órgãos da Administração Pública Federal, são constituídos, em primeiro plano, pelos fornecedores de bens e serviços para o setor público. Em segundo plano, toda a sociedade é beneficiada, seja, pela redução dos valores adquiridos, seja pela transparência alcançada na execução do Programa.

Para os fornecedores, as facilidades implementadas no sistema são fruto das críticas e sugestões apresentadas no decorrer dos anos: por meio eletrônico ou por telefones, as dúvidas, sugestões e críticas são o canal de modernização do sistema. No caso, específico da reformulação da Lei de licitações, houve uma intensa e permanente participação das organizações de classe e da sociedade organizada, e mesmo de pessoas físicas que puderam apresentar suas sugestões para melhoria do texto final.

Quanto à pesquisa de satisfação dos usuários, em 2002 foi lançada uma pesquisa na internet, verificando a opinião pública, sua satisfação, críticas e outras questões sobre o comprasnet, para avaliar o interesse dos usuários e da população sobre o sistema.

Existem dois mecanismos principais de comunicação com o usuário: o fale conosco e a comunicação com a área de suporte operacional, via telefonia. Atualmente, são recebidas, em média, trinta *e-mails* sobre assuntos relativos ao Siasg e Comprasnet, onde são tiradas dúvidas, apresentadas sugestões e críticas sobre o comprasnet.

Há uma participação efetiva dos usuários dos sistemas: no setor público, anualmente, é realizado um seminário, onde são avaliados os processos e melhorias introduzidas, bem como sugeridas as reformulações julgadas importantes.

Responsabilidade Fiscal para a Estabilidade

O Programa teve o seu desenvolvimento prejudicado em função de cortes orçamentários e, também, em razão de que algumas ações dependiam de iniciativas em outras áreas do Governo Federal, que acabaram não ocorrendo. Entretanto, pode-se dizer que a ação Cooperação Para Capacitação Municipal Em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal teve um bom desempenho, uma vez que foi oferecido treinamento a 2.827 municípios, de uma previsão de 3 mil, tendo comparecido aos treinamentos oferecidos 2.132 municípios.

Em 2002, foram treinados 5.203 técnicos das prefeituras municipais de dezoito Estados da Federação, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foram constituídas 153 turmas, com um número entre trinta e quarenta alunos em sala de aula. Foram utilizados no PNT/LRF, nesse exercício, 268 instrutores, sendo que a grande maioria foi selecionada nos quadros da administração pública local, notadamente técnicos especialistas das Secretarias de Fazenda e de Planejamento dos Governos Estaduais e dos respectivos Tribunais de Contas.

O DEST acompanhou e monitorou durante o exercício, 88 empresas estatais federais, através do Programa de Dispendios Globais - PDG e do Orçamento de Investimentos. Além disso, acompanhou outras quinze empresas, no que diz respeito a negociações coletivas, planos de cargos e salários e fundos de pensão. O orçamento dessas empresas, que são dependentes do Tesouro Nacional, é controlado pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

A implementação foi prejudicada pela insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial do programa, a qual era composta de apenas quatro pessoas, das quais, uma de apoio. A ação Cooperação Para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal absorvia todo esse contingente, uma vez que, cada treinamento exigia a ida de uma ou duas pessoas no estado onde seria realizada a sua implementação, para planejamento e organização do curso e negociação da montagem de parceria local.

O contingenciamento orçamentário também prejudicou o desempenho do programa e forçou a escolha de uma das ações previstas, Cooperação Para Capacitação Municipal Em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal, considerada prioritária por mandamento legal (art. 64 da LC 101/2000 – LRF).

As ações Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios e Implementação de Projetos Para a Melhoria do Desempenho Fiscal da Administração Pública dependiam do desenvolvimento de um subsistema do Siafi, no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional, que acabou não acontecendo, impedindo assim a adoção das medidas necessárias à implementação das referidas ações.

A ação Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios, por sua vez, dependia da implementação das duas acima mencionadas.

Existem no programa duas ações desenvolvidas em outras unidades do Ministério: A ação Avaliação do Impacto da Implantação da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, a cargo do IPEA, que teve seu andamento prejudicado por falta de recursos orçamentários e

Resultados

Implementação

Gerente:

Joaquim Batista Araújo

Monitoramento do Desempenho de Empresas Estatais Federais, a cargo do DEST, que teve desempenho normal, uma vez que se trata de atribuição institucional daquele Departamento, não tendo sido afetado pelos cortes orçamentários ocorridos durante o exercício.

Outro aspecto a ser considerado é o fato do gerenciamento do Programa ser feito no âmbito da assessoria econômica, o que na realidade é incompatível com as funções da unidade.

Valorização do Servidor Público

.....

Por se tratar de um programa de gestão de políticas públicas, os resultados podem ser mais bem demonstrados mediante o exame do desempenho das suas principais ações no período 2000 a 2002:

Resultados

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial - o objetivo desta ação é promover o aumento da capacidade institucional da administração pública brasileira, contribuindo para a o desenvolvimento de uma administração pública ágil e eficiente, de tal forma a garantir melhor qualidade na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas. Para tanto, foi elaborado um processo de educação continuada denominado Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores – DGOS, com aulas presenciais e atividades de coaching na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e Escola de Administração Fazendária – ESAF, com a coordenação da Secretaria de Gestão – MP. A partir do acompanhamento de cada edição, o DGOS foi sendo aperfeiçoado e adaptado para atender às especificidades de cada órgão. A meta de 12 mil servidores capacitados no período 2000-2003 precisa ser revista, tendo em vista os constantes contingenciamentos de recursos a que as ações de capacitação foram submetidas. No ano de 2002 foram capacitados 677 servidores. O DGOS propiciou o desenvolvimento da gestão do órgão, pois cada órgão contemplado com uma turma de desenvolvimento gerencial também foi assistido pelo Programa de Qualidade no Serviço Público e pelo Programa Gestão Empreendedora, ambos vinculados à Secretaria de Gestão, o que representou uma atuação em conjunto em prol da difusão de boas práticas de gestão;

Implantação de Sistemas de Avaliação de Desempenho e Remuneração Vinculados a Resultados - o Plano Diretor de Reforma do Estado prevê que a revisão da remuneração será complementada com o aperfeiçoamento dos instrumentos que associam incentivos ao desempenho do servidor, vinculados a metas institucionais e ao desempenho individual, em conformidade com os princípios da administração gerencial, voltada para resultados. Nesse sentido, foi prevista a implementação de 110 gratificações no período 2000-2003, sendo que até 2002, 55% desse total foi implementado. No ano de 2002, foram implementadas e/ou revisadas dezessete gratificações de desempenho, correspondendo ao alcance de 70% da meta para o ano.

Formação para Servidores Públicos Federais - Formar - O projeto Formar trata da educação continuada. A formação básica é uma iniciativa do Governo Federal que visa proporcionar aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a conclusão do ensino médio, refletindo na melhoria da qualidade de vida e dos serviços prestados. Este projeto estimula o trabalho voluntário dentro da Instituição. Foi solicitada a revisão da meta prevista para 2002, de 55 mil para 3 mil servidores formados, devido às dificuldades para implementação desta ação por falta de estabelecimento de acordos de cooperação com instituições privadas, com parcerias (Secretarias Estaduais e Ministérios), instalações (salas de aula, equipamentos de vídeo) e institucionalização do Projeto. Atualmente o Projeto está sendo desenvolvido por trinta órgãos/entidades da APF em Brasília e nos Estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Em 2002, foram cerca de 4.150 alunos formados. No período 2000-2002, foram formados 7.940 servidores.

Gerente:

José Antônio dos Santos

Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimientos por Meio de Concurso Público no Âmbito do Poder Executivo - Ação incluída em 2002, refere-se ao pagamento da remuneração dos novos servidores que ingressaram no serviço público no ano. A meta física para 2002, de 32.120 servidores pagos, precisa ser revista, uma vez que a previsão de admissão de pessoal estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA) é de 18.941 servidores. Entretanto, deve-se considerar que foram autorizados concursos públicos para o provimento de 13.028 cargos que, se forem providos, corresponderiam à cerca de 70% do previsto na LOA. Desse total autorizado, cerca de 75% são de nível superior e integrantes de alguma carreira, o que denota a tendência de mudança do perfil do servidor público, mais voltado para a formulação e análise de políticas públicas do que para execução de trabalhos operacionais.

Reestruturação de Cargos e Carreiras no Âmbito do Poder Executivo - Ação incluída em 2002. Foram destinados R\$ 641 milhões para reestruturação de cargos e carreiras no exercício de 2002. Grande parte das carreiras foi reestruturada, com a revisão da remuneração e implantação/revisão de sistemas de avaliação de desempenho vinculados a metas institucionais e desempenho individual, o que representa o aprimoramento dos mecanismos de estímulos ao servidor, mediante avaliação por resultados, e o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado. Os seguintes cargos e carreiras foram reestruturadas em 2002: Procurador da Fazenda Nacional; Diplomata e Chancelaria; Inteligência; Seguridade Social; Perito Agrário Federal; Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo; cargos técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União; Agente de Inspeção Sanitária e Agente de Atividades Agropecuárias do MAPA; Banco Central; Especialista de Meio Ambiente; INSS; Docência; Servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) e Polícia Rodoviária Federal.

Edição e Distribuição de Informações Gerenciais sobre Gestão de Recursos Humanos - implantou-se a publicação mensal da Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais e do Boletim Estatístico de Pessoal, que apresentam dados relativos aos recursos humanos da Administração Pública Federal, tais como despesa com pessoal, remuneração e quantitativo de servidores, por sexo, escolaridade, situação funcional. No período 2000-2002, foram distribuídos 45.200 exemplares, representando o alcance de 27% da meta de 168 mil exemplares prevista para o período 2000-2003. Em 2002, foram distribuídos 9.600 exemplares, alcançando a meta prevista para o período. Entretanto, vem sendo observada a diminuição da necessidade de distribuição de exemplares impressos, tendo em vista que as publicações passaram a ser disponibilizadas na internet, com livre acesso a qualquer cidadão. Dessa forma, seria necessária a revisão da meta ou a utilização de outro indicador, como atualização das publicações efetuada, por exemplo.

Manutenção de Sistemas - são duas ações do Programa que se referem à manutenção de sistemas: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, que processa a folha de pagamento e os dados cadastrais dos servidores civis federais, e Sistema de Informações Gerenciais de Recursos Humanos, que se refere a dados extraídos da base de dados do Siape. A manutenção desses sistemas vem acontecendo dentro do previsto, sendo que a meta foi cumprida para o período 2000-2002.

Implantação das Gerências Regionais de Administração de Pessoal – Gerap - foram previstas e implantadas duas Gerências Regionais de Administração de Pessoal – GERAP, em 2002, sendo uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro, com a finalidade de exercer a gestão de recursos humanos, visando o atendimento aos aposentados, aos pensionistas, aos servidores em exercício

provisório, aos ativos dos órgãos e das entidades em processo de extinção da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como das obrigações sociais e trabalhistas das entidades liquidadas. As atividades principais dessas gerências são relativas ao pagamento, ao cadastro e aos benefícios; administração dos assentamentos funcionais; emissão das informações e dos pareceres relativos a processos de sentenças judiciais; prestação de subsídios para defesa da União nas demandas de natureza trabalhista em que o Ministério seja parte; representação do Ministério em juízo, na condição de preposto, nos assuntos inerentes à área de recursos humanos e à observação do estrito cumprimento da legislação, dos prazos e das ordens judiciais; emissão de informações para atendimento das diligências do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle; análise dos processos relativos a faltas disciplinares, com a adoção dos procedimentos de exame e instalação de comissão de processo administrativo disciplinar.

Cabe ressaltar que as principais ações do Programa trouxeram impactos positivos sobre o público-alvo: o servidor público. Grande parte das carreiras foi reestruturada, com aumento da remuneração e implantação de sistemas de avaliação de desempenho por resultados; a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - Gdata para os servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC); está sendo dado prosseguimento à recomposição e renovação do Quadro de Pessoal da Administração Pública, sendo que o número de concursos públicos autorizados foi o maior nos últimos três anos; a capacitação de servidores em Desenvolvimento Gerencial prosseguiu, apesar do contingenciamento de recursos para ações de capacitação; a implantação e manutenção de sistemas relativos a recursos humanos permite uma maior celeridade e confiabilidade na obtenção de informações, auxiliando na tomada de decisão. Ainda, foram realizados estudos que contribuíram para o aprimoramento das informações relativas aos recursos humanos da Administração Pública: avaliação das FCT e do DGOS por consultorias externas; atualização da pesquisa salarial realizada em 2001 e o *benchmarking* de Capital Humano, que permitiu a avaliação de diversos aspectos organizacionais mediante comparação com o mercado de trabalho.

.....

Com relação à concepção do Programa, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado estabeleceu uma nova política de recursos humanos fundamentada essencialmente na profissionalização e na valorização do servidor público, com o intuito de atender aos papéis assumidos pelo Estado, de caráter regulatório e de articulação dos agentes econômicos, sociais e políticos, além do aprimoramento na prestação dos serviços públicos. Dessa forma, a adequação dos recursos humanos tornou-se primordial nesse contexto de mudança, resultando no estabelecimento de uma política de recrutamento de novos servidores, desenvolvimento de pessoal, implantação de um sistema remuneratório adequado que estimulasse o desempenho por meio de incentivos e de instituição e reorganização de carreiras e cargos.

Concepção

Nesse sentido, a implementação dessa política vem ocorrendo mediante um conjunto articulado de ações contempladas pelo Programa *Valorização do Servidor Público* no período 2000-2003, que visam ao aprimoramento das competências individuais e à melhoria da performance das organizações públicas. Com isso, busca-se estabelecer uma política de recursos humanos alinhada às metas de desempenho das organizações, realçando e confirmando o papel das ações de recursos humanos constantes no Programa como pilar necessário para o alcance dos macro-objetivos estabelecidos pelas organizações públicas.

O Programa trabalha, ainda, com a concepção, criação e distribuição de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, que ainda não constam como ação do PPA. As FCTs estão vinculadas ao exercício de atividades essencialmente técnicas, descritas, analisadas e avaliadas de acordo com requisitos previamente estabelecidos, sendo remuneradas de acordo com o nível de complexidade e de responsabilidade das atividades exercidas. Destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos que não tenham sido estruturados em carreiras. São remanejadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para órgãos ou entidades, nos quantitativos e níveis definidos em decorrência da natureza, abrangência e complexidade das competências analisadas dos servidores do órgão. A equipe do Programa **Valorização do Servidor Público** recebeu o Prêmio Hélio Beltrão de Inovações na Gestão Pública Federal, em virtude do trabalho de concepção das FCTs.

O Programa também está desenvolvendo um sistema de capacitação de pessoal, denominado PVSCap, que será aplicado inicialmente na Secretaria de Gestão e posteriormente pretende-se estendê-lo aos demais órgãos interessados. No PVSCap, são levantadas as competências/conhecimentos que os servidores devem ter para desempenhar as atividades do departamento ou órgão. A partir desse levantamento, cada servidor identifica o nível em que se encontra em relação aos conhecimentos necessários. O superior imediato também deve avaliar o nível desejável para o servidor, de modo que a diferença entre o desejável e a auto-avaliação do servidor constitui uma lacuna (*gap*), em que as ações de capacitação serão negociadas. Além de promover a capacitação dos servidores, o PVSCap constitui-se em um banco de talentos, de onde outras possibilidades emergem, como a formação de grupos de trabalho selecionados de acordo com as competências requeridas.

Existe ainda a ação Concessão de Bolsas no âmbito dos cursos de formação para Gestores Governamentais e Analistas de Planejamento e Orçamento que também deveria ser retirada, pois poderia ser atribuída à ENAP, responsável pela concessão das bolsas.

Existem ações cujas metas precisam ser revistas, tendo em vista a mudança de cenário e tecnologia que permitiram a adoção de novas metas:

- capacitação de servidores públicos federais em Desenvolvimento Gerencial – a meta de 12 mil servidores capacitados no período 2000-2003 poderia ser revista, tendo em vista os constantes contingenciamentos a que as ações de capacitação foram submetidas. Foi proposta a alteração da meta de 2002, de 1.200 para duzentos servidores capacitados;
- concessão de bolsas no âmbito dos Cursos de Formação para Gestores Governamentais e Analistas de Planejamento - referem-se às bolsas concedidas durante o curso de formação dos Gestores e Analistas de Planejamento. Restam, ainda, 1.400 bolsas a serem concedidas, de acordo com o previsto no PPA, ao passo que foi autorizado concurso para provimento de 160 cargos, sendo noventa Gestores e setenta Analistas;
- edição e distribuição de informações gerenciais sobre gestão de recursos humanos - a disponibilização do Boletim Estatístico de Pessoal e da Tabela de Remuneração do Servidor Público Federal na Internet tornou desnecessária a distribuição do quantitativo inicialmente previsto de 168 mil exemplares no período 2000-2003; e
- Servidor pago - a meta de 32.120 servidores pagos em decorrência de ingresso no serviço público mediante concurso refere-se somente ao exercício

de 2002. Observa-se a necessidade de redimensionamento da meta, uma vez que o número de ingressos no serviço público previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2002 é de 18.941 servidores. Levando em consideração a LOA, foi autorizado, em 2002, o provimento de 13.028 cargos mediante concurso público.

.....
Com relação à implementação, as ações que são desenvolvidas no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram contempladas, em grande parte, com recursos financeiros compatíveis para sua implementação, não havendo problemas graves para o cumprimento da execução física, nem comprometimento dos resultados. Entretanto, o contingenciamento de recursos comprometeu as ações de capacitação de Desenvolvimento Gerencial, tornando necessária adequação das metas físicas.

Implementação

Quanto às parcerias, apenas a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial conta com parceiros para execução das atividades: ENAP e ESAF. Essas escolas de governo são responsáveis pela execução do treinamento, que vai desde a contratação de professores até a avaliação dos cursos ministrados. São fundamentais para o pleno desenvolvimento da ação e têm executado adequadamente seu papel, operando como multiplicadores da Política de Recursos Humanos. Entretanto, a ESAF não pôde utilizar parte dos recursos repassados para a capacitação em 2002, em virtude do contingenciamento de recursos adotado pelo Governo Federal. Assim, foi necessário que os recursos fossem devolvidos à Secretaria de Gestão, que imediatamente firmou novo termo aditivo ao convênio ENAP/MP nº 004/2000, possibilitando a realização de sete novas turmas para diversos órgãos da Administração Pública Federal.

Existem, ainda, parcerias informais com os seguintes programas: Qualidade no Serviço Público, Gestão Pública Empreendedora e Nacional de Desburocratização. Esses programas também estão vinculados à Secretaria de Gestão, de modo que os gerentes estão sempre em contato, trocando experiências. Uma grande vantagem é a adoção de boas práticas de gestão utilizadas nesses programas. A título de exemplo, está sendo implementado um sistema de indicadores de gestão, cuja origem ocorreu no Programa da Qualidade no Serviço Público, que permite acompanhar a evolução dos resultados das ações desenvolvidas pelos programas. Além disso, a atuação articulada tem permitido potencializar resultados nos órgãos assistidos. Assim, percebe-se que são grandes as vantagens desse intercâmbio entre os programas.

Com relação à avaliação da satisfação do usuário, encontra-se em fase de implementação um sistema que busca acompanhar o grau de satisfação do usuário, denominado Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS), desenvolvido pelo Programa da Qualidade no Serviço Público. Até o momento, a metodologia desse sistema foi aplicada apenas para a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial, com resultados satisfatórios. Essa ação também conta com dois outros mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários. O primeiro refere-se à opinião dos treinados, levantada pelas escolas de governo (ENAP e ESAF) ao término do curso. O segundo diz respeito à contratação de uma consultoria para efetuar estudos sobre a capacitação em Desenvolvimento Gerencial, sendo que um dos aspectos a ser considerado é a avaliação que os órgãos, cujos servidores foram treinados, fazem da ação.

Assistência ao Trabalhador
Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante
Geração de Emprego e Renda
Jovem Empreendedor
Novo Emprego e Seguro-Desemprego
Qualificação Profissional do Trabalhador
Trabalho Legal
Trabalho Seguro e Saudável

Ministério do Trabalho e Emprego

Assistência ao Trabalhador

Resultados

O Estado desempenha importante papel na redução das desigualdades individuais de renda. Essa missão do Estado pode se expressar pela concessão de benefícios às classes de baixa renda, o que demonstra ser um mecanismo de relevância para propiciar a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas. Dentro deste objetivo, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolve o Programa do Abono Salarial, que busca cumprir o que ficou estabelecido no art. 239 da Constituição Federal, em seu parágrafo 3º, que traduz os princípios da Lei Complementar nº 7, de 7/9/1970 e da Lei Complementar nº 8 de 3/12/1970, as quais tinham por finalidade proporcionar a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Um outro programa que atua no sentido de minorar os diferenciais de renda é o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, que foi instituído pelas Leis nºs 6321/76 e 6542/78. Além de possuir um nítido efeito redistribuidor de renda, este Programa visa ampliar o leque de opções alimentares à disposição do trabalhador, ensejando uma melhoria em sua nutrição e, assim, atuando sobre a qualidade de vida.

Os resultados obtidos pelo Programa podem ser mensurados pela Taxa de Cobertura do Abono Salarial e pela Taxa de Cobertura do Auxílio-Alimentação. A primeira busca identificar o percentual de trabalhadores identificados e com direito ao abono salarial que retiraram o benefício. Já a taxa referente ao auxílio-alimentação indica o percentual de trabalhadores celetistas beneficiados pelo mesmo.

A Taxa de Cobertura de Trabalhadores Beneficiados com o Abono Salarial (relação entre o n.º de trabalhadores que receberam o benefício pelo n.º de trabalhadores identificados com direito ao abono salarial) vem crescendo anualmente, no período de 2000 a 2002. Para os exercícios fiscais de 2000 e 2001, os índices foram de 81,25% e 90,34%, respectivamente. Para o exercício de 2002, a taxa ficou em 89,97%, ou seja, 96,74% da meta prevista para o exercício. A meta é considerada satisfatória tendo em vista o aumento do número de trabalhadores identificados com direito ao benefício no exercício.

Com o índice atingido já ao final de 2002, é correto avaliar que o Programa Abono Salarial apresentou resultados satisfatórios no período em análise e que a estimativa do índice para 2003 poderá ser superada.

Em números absolutos, a evolução do pagamento do abono salarial foi a seguinte:

- Em 2000, foram pagos 5,60 milhões de benefícios, superando em 3,42% a meta prevista no PPA, com um dispêndio total de aproximadamente R\$ 808 milhões.
- Em 2001, foram pagos 5,88 milhões de benefícios, superando em 13,5% o volume previsto, com um dispêndio total de aproximadamente R\$ 1,03 bilhão.
- Em 2002, foram pagos 6,47 milhões de benefícios. Esse resultado é maior em cerca de 24,61% do previsto inicialmente no PPA.

Ao analisarmos os impactos do abono salarial sobre a renda anual do trabalhador beneficiado, nota-se, em média, um incremento de pouco mais de 5%, o que corresponde a uma complementação de renda significativa ao trabalhador de baixa renda. No mês em que recebe o benefício, esse impacto pode alcançar aproximadamente 70%, ou seja, o benefício do abono salarial acaba servindo como uma espécie de 14º salário ao trabalhador de baixa renda.

Gerente:

Rodolfo Peres Torelly

Os resultados mensurados a partir da taxa de cobertura do auxílio-alimentação (percentual de trabalhadores celetistas beneficiados pelo auxílio-alimentação) indicam que o programa atendeu, no período de 2000 a 2002, aproximadamente 40% dos trabalhadores celetistas. Nesse período, foram beneficiados cerca de 24,2 milhões de trabalhadores, contando com a participação de cerca de 313 mil empresas no Programa. Ressalte-se que, só no ano de 2002, foram beneficiados cerca de 8,5 milhões de trabalhadores, o que envolveu a participação de aproximadamente 115 mil empresas.

Dado o comportamento das variáveis observadas no período 2000-2002, espera-se que até o final de 2003 seja possível o cumprimento da meta estipulada para o auxílio-alimentação. Concorre negativamente para um melhor desempenho, o baixo orçamento destinado ao PAT, no que se refere às ações voltadas à realização de campanhas informativas e de divulgação, o que, de alguma forma, pode impedir a maior abrangência das empresas participantes e, conseqüentemente, dos trabalhadores beneficiados no Programa.

No exercício de 2002, foram identificados como principais resultados o crescimento do número de trabalhadores identificados com direito ao abono salarial e do número de abonos pagos. Além do abono salarial, outro resultado importante foi o beneficiamento de 8,5 milhões de trabalhadores com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Para 2003, estima-se o pagamento de aproximadamente 7,1 milhões de abonos, representando um aumento de 10% em relação ao número de benefícios pagos em 2002. Quanto ao PAT, espera-se atingir um total de 11 milhões de trabalhadores beneficiados. Para isso, o Programa espera poder contar com uma maior divulgação e mais investimentos.

..... **Concepção**

Proporcionar renda suplementar ao trabalhador, mediante concessão dos benefícios previstos em lei, é o principal objetivo do Programa **Assistência ao Trabalhador**. Nesse sentido, seu público-alvo são trabalhadores com carteira de trabalho assinada e os servidores públicos. Esse Programa apresenta um nítido efeito redistribuidor de renda e visa ampliar o leque de opções alimentares à disposição do trabalhador, ensejando uma melhoria em sua nutrição.

O Programa **Assistência ao Trabalhador** foi essencialmente multissetorial e, por isso, envolvia várias ações de "auxílio" e "assistência" aos servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Efetivamente, o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da gerência do Programa, detém ingerência sobre o PAT e o abono salarial. Assim sendo, a capacidade de gerenciamento era bastante reduzida, considerando o Programa como um todo. Esta situação ocorreu até o exercício de 2001, quando as ações de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados; auxílio-transporte aos servidores e empregados; e auxílio-alimentação aos servidores e empregados foram transferidas para o Programa Valorização do Servidor Público, do Ministério do Planejamento. Esta modificação do conjunto de ações proporcionou ao Programa uma maior adequação ao seu objetivo de proporcionar renda suplementar ao trabalhador.

O programa do abono salarial e o programa do auxílio-alimentação (PAT), principais ações do Programa **Assistência ao Trabalhador**, foram originados na busca pela redução das desigualdades de renda. O PAT tem ainda como objetivo a melhoria das condições nutricionais do trabalhador, visando à promoção de sua saúde, à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, a melhoria da qualidade de vida e maior produtividade.

Aliadas às duas principais ações, o Programa ainda conta com ações que contribuem para a consecução do seu objetivo como a ação Campanha para Conscientização da Importância da Declaração da RAIS, que visa a conscientizar o empregador da importância da declaração da RAIS, tanto para o trabalhador quanto para o Governo e empresários, indicando os benefícios e respectivos prazos de entrega da mesma.

A ação Campanha para Divulgação do Calendário do Abono Salarial (uma a cada semestre) visa a informar o trabalhador sobre o seu direito em receber o abono salarial PIS/PASEP, indicando as condições que lhes assegurem o benefício, bem como o período e o local de recebimento. Para as ações de Identificação do Trabalhador com Direito ao Abono Salarial e Remuneração dos Agentes Pagadores do Abono Salarial, o Ministério do Trabalho e Emprego mantém um contrato de prestação de serviços com a Caixa Econômica Federal (PIS) e Banco do Brasil (PASEP), compreendendo atividades de cruzamento da base de dados da RAIS com os cadastros do PIS e do PASEP, mantidos pelos agentes financeiros, para identificar o trabalhador com direito ao recebimento do benefício do abono salarial.

Quanto ao auxílio-alimentação ao trabalhador, ele é viabilizado mediante adesão voluntária de empresas ao PAT. As ações de campanhas de divulgação constituem peças importantes de sensibilização das empresas para a adesão ao Programa, assim como as ações de edição e distribuição de publicações e a promoção de eventos educativos sobre alimentação do trabalhador. As atividades de divulgação do Programa, previstas para serem realizadas em Campanha de Alimentação do Trabalhador, foram redirecionadas com a inserção do tema nas demais campanhas promovidas pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, dentro do contexto da alimentação adequada como instrumento de melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a conseqüente diminuição dos índices de acidentes de trabalho.

O Programa conta ainda com outras duas ações: Cartão do Trabalhador, atualmente denominado Cartão do Cidadão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal - CAIXA e Auxílio-Transporte a Trabalhadores com Carteira de Trabalho Assinada, sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

Quanto à ação Cartão do Cidadão, o Ministério do Trabalho e Emprego solicitou à CAIXA que fornecesse à gerência do Programa subsídios pertinentes ao Cartão para abastecer a gerência e, conseqüentemente, o sistema SigPlan. Todavia, a CAIXA esclareceu que o Cartão do Cidadão é um projeto de iniciativa daquela instituição, desenvolvido com o objetivo de prestar atendimento aos clientes do segmento social de uma forma mais ampla e ágil, possibilitando, inclusive, o uso dos recursos de automação bancária e canais alternativos para o pagamento de valores ou disponibilizar informações destes clientes, relativamente aos benefícios operados pela CAIXA. Portanto, a CAIXA entende que o Cartão do Cidadão não se caracteriza como um instrumento de assistência ao trabalhador, haja vista sua emissão não estar associada a um benefício específico, a exemplo do Cartão do Trabalhador, cuja emissão e a funcionalidade restringiam-se à conta vinculada do FGTS. Assim, os contatos mantidos com a CAIXA indicam a necessidade de revisão do Programa **Assistência ao Trabalhador** no que comporta essa ação ou benefício, sugerindo inclusive, se for o caso, a sua supressão do Programa.

A respeito da ação Auxílio-Transporte a Trabalhadores com Carteira de Trabalho Assinada, foram efetuadas correspondências pela gerência do Programa à Secretaria da Receita Federal a fim de se captar dados dessa ação. Porém,

obtivemos como resposta da Secretaria a impossibilidade de que tal informação fosse prestada, dada a constatação da inexistência de registros acerca do assunto. Neste caso, cabe a revisão e estudo mais detalhado a respeito dessa ação, dada a impossibilidade de obtenção das informações pertinentes e, se for o caso, a sua eliminação das linhas de ação do Programa.

Implementação

Os recursos liberados, em 2002, para as ações pertinentes ao abono salarial foram suficientes, considerando os créditos suplementares liberados. Dessa forma, o cumprimento das metas físicas, no exercício, foi consistente com os recursos financeiros liberados. O equilíbrio físico-financeiro permitiu que as metas físicas fossem superadas na execução das seguintes ações: identificação do trabalhador com direito ao abono salarial, com a meta superada em 15,8%; remuneração dos agentes pagadores do abono salarial, com execução física superior em 24,8% em relação ao planejado; e pagamento do benefício abono salarial, também com 24,8% acima do previsto.

Quanto ao PAT, os recursos financeiros não interferem diretamente no benefício, uma vez que os benefícios são custeados pelas empresas participantes. Esses são especificamente destinados para divulgação.

Além de suficientes, em 2002, os recursos também foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Entretanto, vale ressaltar que os recursos liberados pelo Decreto 4.120/02 foram insuficientes para cobrir as despesas das ações referentes ao abono salarial até o final do exercício de 2002. Tal fato, no entanto, não gerou impacto negativo na execução das ações, tendo em vista o empenho da equipe gerencial na liberação de crédito suplementar.

Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos podem ser destacados:

- os recursos materiais e a infra-estrutura foram adequados para a implementação do Programa. Entretanto, vale ressaltar que, pelo fato de o sistema de informática do PAT funcionar atualmente em conjunto com outros sistemas do Ministério do Trabalho e Emprego, há a necessidade de que ele seja exclusivo para possibilitar maior agilidade, segurança e funcionalidade ao Programa; e
- os recursos humanos estão adequados, sendo que, no caso da implementação do PAT, há demanda por mais treinamento para os responsáveis nas Delegacias Regionais do Trabalho.

No período de 2000 a 2002, o abono salarial apresentou crescimento no número de trabalhadores identificados com direito ao benefício e, conseqüentemente, um aumento do número de benefícios pagos, ocasionando a necessidade de suplementação orçamentária.

Para as ações de Identificação do Trabalhador com Direito ao Abono Salarial, Remuneração dos Agentes Pagadores do Abono Salarial e Pagamento do Benefício Abono Salarial, é mantido um contrato de prestação de serviços com a Caixa Econômica Federal (PIS) e Banco do Brasil (PASEP). O contrato compreende atividades de cruzamento da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS com os cadastros do PIS e do PASEP mantidos pelos agentes financeiros para identificar o trabalhador com direito ao recebimento do abono salarial e posteriormente efetuar o pagamento. O monitoramento sobre o desempenho físico dessas ações descentralizadas é feito com base nos relatórios de execução mensais, enviados pelos agentes financeiros (CAIXA e Banco do Brasil).

Vale ressaltar a importância das parcerias (CAIXA e Banco do Brasil) para uma melhor implementação do Programa, que apresenta bom desempenho no período de 2000 a 2002, conseguindo cumprir com as metas programadas para o período e, em alguns casos, até superá-las.

Além do trabalho desempenhado pelos agentes financeiros parceiros do Programa, ainda existe uma rede de postos de atendimento das Delegacias Regionais do Trabalho - DRT, do Sistema Nacional de Emprego - SINE e da Central de Atendimento Alô Trabalho. Estes postos recebem dos técnicos da Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego e Abono Salarial, treinamentos que visam ao aperfeiçoamento dos atendentes, de forma a prestar melhores esclarecimentos aos usuários. Quanto ao PAT, ele está em área distinta das demais ações sob o gerenciamento mencionado. A equipe gerencial sente certa dificuldade de comunicação, uma vez que nunca foi treinada para lidar com estas ações.

O Programa é voltado para a suplementação da renda do trabalhador, gerando impactos na sociedade. Esta sociedade participa do Programa por meio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, que é um conselho tripartite com representação dos trabalhadores, empregadores e Governo. Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, avaliar e regulamentar as decisões relativas ao abono salarial, bem como autorizar a disponibilização dos recursos necessários ao pagamento do benefício.

Portanto, há um mecanismo de participação da sociedade no Programa. Mas, ainda não existe uma avaliação de satisfação dos usuários, o que deve ser reavaliado nos próximos planejamentos. Um dos principais entraves para esse processo é o caráter multissetorial do Programa, tanto no que se refere a ações quanto a gerências.

A multissetorialidade presente no modelo de gestão por programas tem imposto dificuldades ao gerenciamento. São de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego as ações relativas ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e ao Programa Abono Salarial. As demais, dizem respeito ao Cartão do Trabalhador, sob a responsabilidade da CAIXA, e às de Auxílio-Transporte a Trabalhadores com Carteira de Trabalho Assinada, de responsabilidade do Ministério da Fazenda.

O fato de o Programa ter características multissetoriais é, no aspecto gerencial, a principal dificuldade de execução. São ações, gerências e orçamento externos ao Ministério do Trabalho e Emprego. Dessa forma, as metas estipuladas para as ações de auxílio-transporte e cartão do trabalhador, por exemplo, pouco têm sido acompanhadas, dadas as dificuldades de obtenção dessas informações e de integração com os demais órgãos executores. Mais visível ainda, é o fato de que o Ministério pouco pode ingerir nas ações dos programas que não são pertinentes à sua pasta.

Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante

Resultados

O público-alvo imediato atendido pelo Programa é o trabalhador escravizado. Esse está, em sua imensa maioria, no meio rural. De acordo com o IBGE, 80% da população brasileira está concentrada nas grandes cidades. O fluxo migratório tem sido crescente nos últimos anos e não há indícios de que vá ser interrompido. Esse número indica, *a priori*, que a situação do trabalhador no campo é extremamente difícil, pois a empregabilidade é sazonal e não é rotineiramente fiscalizada pelo Estado. Aliás, o Estado encontra-se ausente no campo em diversas áreas sociais, o que explica, em última instância, o porquê do fluxo migratório.

O trabalhador que permanece no campo é, em geral, de baixa escolaridade. Entre estes, está o trabalhador escravizado que possui laços familiares enfraquecidos e não recebeu nenhuma possibilidade de qualificação profissional. Desse modo, torna-se um alvo fácil para ser cooptado pelos “gatos” que representam os proprietários de terras (latifundiários, em sua maioria) que exploram a mão-de-obra do trabalhador escravo.

As ações da Fiscalização do Trabalho, via Grupo Móvel, têm sido eficientes na retirada do trabalhador escravo. Todavia, o contexto a que acima aludimos, fornece alguns indícios acerca das razões pelas quais, muitas vezes, o mesmo trabalhador acaba sendo novamente vitimado pelo trabalho escravo ou degradante.

Com a avaliação do período 2000-2002, é possível afirmar que o Programa de **Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante** superou as expectativas. O indicador inicialmente determinado era de duzentos trabalhadores libertados por ano de execução do Programa. Esse número, já em 2000, foi de 583 trabalhadores libertados. No ano seguinte, novo crescimento, então com 1.433 trabalhadores libertados. Até o final do exercício de 2002, 1.741 trabalhadores foram retirados de situações análogas à escravidão, o que em muito supera a projeção inicial do indicador.

Pode-se afirmar que o Programa vem atingindo êxito no campo repressivo, haja vista os números crescentes apresentados, que sinalizam a eficácia das intervenções do Governo. O empenho – pessoal e profissional – da Fiscalização do Trabalho aliado aos investimentos feitos em estrutura, explicam em boa medida o fato de o Grupo Especial de Fiscalização Móvel ser uma referência no meio rural para o combate ao trabalho escravo ou degradante.

A variação do índice em níveis superiores aos previstos inicialmente permite duas leituras. A primeira é a de que o trabalho escravo ou degradante cresceu no País. A outra é a de que as ações do Ministério do Trabalho e Emprego foram intensificadas e obtiveram maior sucesso graças ao empenho dos auditores fiscais, ao aperfeiçoamento da parceria com a Polícia Federal e à melhoria da estrutura. Sobre o crescimento do trabalho escravo, não há números oficiais que permitam uma conclusão. Tanto pode ter ocorrido um aumento, permanecido constante ou diminuído, uma vez que não há como estimá-lo.

Gerente:

Glauber Maciel dos Santos

Entretanto, as operações de fiscalização tiveram sua eficiência e eficácia aumentadas e sua presença cada vez mais constante no meio rural e, em especial, nas regiões do País onde o trabalho escravo é identificado com maior frequência (como o sul do

Pará e norte do Mato Grosso), fez com que o trabalhador do campo passasse a considerá-la como sua única referência de atuação confiável do Estado na defesa

de seus direitos. Portanto, a superação dos indicadores revela o grande êxito do Programa que, a par das inúmeras dificuldades na sua operacionalização e execução, primou pelo empenho no alcance das metas, bem como pelo respeito à dignidade humana dos trabalhadores.

Há que se fazer nota de outras iniciativas que, sem dúvida, contribuíram para o alcance de resultados tão significativos. Inicialmente, destaca-se a melhoria da estrutura material da Secretaria de Inspeção do Trabalho, com a aquisição de novos veículos, computadores, rádios-transmissores, aparelhos de GPS etc., o que foi fundamental para um andamento mais seguro e melhores resultados das ações de fiscalização. Também, motivados pela existência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal anunciaram a criação de, respectivamente, uma divisão específica, uma coordenadoria e uma comissão para combate ao trabalho escravo.

Graças às ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, o tema do trabalho escravo também ganhou a mídia, ocupando grande espaço, inclusive com reportagens vencedoras de prêmios jornalísticos. A presença na mídia, sobretudo televisiva, é importantíssima para a conscientização das pessoas, cumprindo autêntico papel de ação preventiva e educativa.

Cumprir lembrar que a ação de fiscalização, responsável pelo atendimento do indicador do Programa, está bastante atrelada à existência de denúncias, ou seja, se houver denúncias e for constatada a sua veracidade, certamente o indicador será atingido.

Os principais resultados do Programa **Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante** devem-se, em primeiro lugar, ao empenho pessoal dos auditores fiscais envolvidos. Cumprir destacar que não são auditores comuns, mas pessoas que se destacaram por possuírem um perfil adequado para as ações. Certamente, o envolvimento de profissionais que não fossem dotados desse perfil (que envolve uma grande dose de sacrifício pessoal e idealismo) faria com que o Programa amargasse resultados bem menos satisfatórios.

Outro ponto que merece destaque é o amadurecimento das parcerias, com destaque especial para a Polícia Federal. Sem a presença dos agentes federais, praticamente nenhuma ação é viável, pois envolve riscos à segurança e à própria vida dos auditores em um território onde a maior autoridade é a do fazendeiro. A Polícia Federal, que conta também com muitas limitações de pessoal, tem conseguido articular com o Ministério do Trabalho e Emprego sempre no sentido de que as ações possam ser feitas com a urgência e a segurança necessárias. Destaque também para a Divisão de Combate ao Trabalho Escravo, recentemente criada na Polícia Federal, a qual contará com delegados e agentes especialmente destacados.

Merece ainda destaque a atuação do Poder Judiciário que, por intermédio de associações e mesmo de juízes (justiça itinerante), passou a acompanhar com maior proximidade o tema. As ONGs, em especial a Comissão Pastoral da Terra - CPT, contribuíram sobretudo com o encaminhamento de denúncias de trabalho escravo. No fim do ano de 2002, foi editada a Medida Provisória nº 74, de 23 de outubro de 2002, que altera a Lei nº 7.998, 1990 e garante a concessão do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. Essa MP foi convertida na Lei nº 10.608, de 2002.

A melhoria na estrutura física foi outro fator determinante. Com o desgaste dos equipamentos, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, se não for municiado periodicamente com veículos (sobretudo) e equipamentos (de comunicação à distância e computadores, em especial), estaria fadado à extinção. Nesse sentido,

merece louvor a Secretaria de Inspeção do Trabalho que, com grande empenho, fez as aquisições necessárias à continuidade e à melhoria das ações da Fiscalização Móvel. Para o período de 2004 a 2007, é importante apontar a necessidade de maior suporte de recursos para investimentos na manutenção e na melhoria da estrutura disponível para as ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel.

No exercício de 2002, foram identificados como principais resultados, a libertação de 1.741 trabalhadores da condição de trabalho escravo e o reforço da legislação sobre o tema. A Portaria nº 265, de 06 de junho de 2002, estabelece normas para a atuação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel. Essa norma revoga as portarias criadoras do Grupo Móvel (Portarias nº 549 e 550, de 14 de junho de 1995), redefinindo a estrutura do Grupo Móvel e atribuindo competências, em especial, aos grupos móveis e coordenadores regionais e nacional.

No ano de 2003, espera-se que o Ministério Público e a Justiça consigam aprimorar a apuração de responsabilidades e punir os culpados pela exploração do trabalho escravo.

..... **Concepção**

Considerando ser a República Federativa do Brasil um Estado de Direito fundado na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, da Constituição Federal), bem como signatário das Convenções 29 e 105 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, deve o País organizar ações incisivas visando à definitiva erradicação de todas as formas de trabalho escravo ou degradante.

O trabalho escravo é um problema cujas raízes históricas e culturais misturam-se a problemas típicos da modernidade. Não sendo possível eleger uma causa específica, é possível dizer que há causas interligadas que, em diferentes graduações, favorecem a continuidade da exploração de mão-de-obra escrava em nosso país. Pode-se, então, citar situações como pobreza, preconceito, ignorância, ganância, má-fé, distância dos centros urbanos, desemprego, impunidade etc. Ademais, a compreensão da complexidade da origem do problema não deve servir de argumento para a paralisia. Inicialmente, o trabalho escravo, embora possa existir em núcleos urbanos, é majoritariamente identificado no meio rural. Desse modo, uma das raízes do problema diz respeito à ausência do Estado no campo, notadamente naquelas regiões mais longínquas e quase desabitadas, onde figuram muitas das propriedades em que foi identificado trabalho escravo nos últimos anos.

A interrupção do êxodo rural e maiores investimentos sociais no campo, como a criação de mais escolas, hospitais, delegacias e toda uma rede de serviços que trouxesse, de fato, maior segurança e melhores condições de vida ao habitante do meio rural, seriam macro-ações que certamente repercutiriam positivamente no sentido de reduzir-se a incidência do trabalho escravo e degradante.

Contudo, em um horizonte de curto e médio prazo, é possível tratar de outras causas e trabalhar nas suas soluções. A principal delas, que faz com que o trabalho escravo permaneça como prática reiterada, está diretamente associada à impunidade dos responsáveis. Se faz necessário uma melhor tipificação do trabalho escravo, que abrangesse os elementos caracterizadores da escravidão contemporânea, bem como a definição da competência da Justiça Federal para o julgamento destes crimes (há polêmica no Judiciário, que tem sustentado a competência da Justiça Estadual em muitos casos).

No âmbito Legislativo, aguarda-se com ansiedade a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que puniria com expropriação de terras o proprietário

que utilizar trabalho escravo. Cumpre realçar que no caso da expropriação, não há indenização ao proprietário. Estuda-se também, no âmbito do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado - Gertraf, a possibilidade de se buscar a vedação de financiamentos públicos aos proprietários em cujas terras for identificado trabalho escravo ou degradante.

Outro problema enfrentado diz respeito às dificuldades estruturais, em especial, no que diz respeito à quantidade de pessoal disponível bem como à possibilidade de sua utilização. Auditores fiscais em número insuficiente indicam a necessidade urgente de realização de novo concurso público para que o Grupo Especial de Fiscalização Móvel possa ser aumentado e renovado.

Quanto ao conjunto de ações do Programa, há, no momento, três ações integrando o programa: fiscalização, edição de norma e campanha. É necessário destacar que pelo menos duas ações deveriam estar inclusas no Programa **Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante**. Na proposta para 2003, foi incluída a primeira delas, que é a ação de Assistência ao Trabalhador Vítima de Trabalho Escravizador e Degradante, valendo recordar que essa ação estava prevista nos anos de 2000 e 2001, tendo sido retirada em 2002, sem o conhecimento prévio do gerente do Programa. Com a reativação dessa ação, a ser implementada por meio de um convênio que deve ser assinado com a Comissão Pastoral da Terra, espera-se uma melhoria no atendimento do público-alvo do Programa. A assistência às vítimas do trabalho escravo permitiria que os trabalhadores permanecessem acomodados nos estabelecimentos de uma ONG (provavelmente a Comissão Pastoral da Terra - CPT) enquanto recebem seus direitos e municiam os inquéritos policiais. Nesse sentido, cumpre destacar a urgência e necessidade da aprovação do convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a CPT para que possa ser iniciada a ação de assistência temporária ao trabalhador vítima de trabalho escravo ou degradante.

Em segundo lugar, deveria ser incluída uma alternativa de qualificação profissional que, de fato, funcionasse e que tivesse como público-alvo preferencial o trabalhador escravizado. Sem essa última ação, a condição de escravo pode vir a ser – como de fato já é em alguns casos – cíclica.

Nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito à ação de campanha, tem havido muita dificuldade, pois o dinheiro fica alocado em setores que não o responsável pela gerência do Programa. Desse modo, torna-se difícil utilizá-lo sem burocracia interna, o que dificulta a execução da ação.

A integração com outras ações do Governo como o FGTS, Seguro-desemprego, Qualificação Profissional, Fiscalização do Trabalho, Fiscalização Previdenciária, entre outras que têm relação com a erradicação do trabalho escravizador e degradante, seria de extrema valia para a ampliação dos resultados do Programa. Quanto maior as interfaces entre essas ações, certamente melhores serão os resultados colhidos, pois a simples regularização administrativa certamente trará ônus ao explorador, o que poderá fazer com que pense "duas vezes" antes de se valer das mesmas práticas abusivas contra o trabalhador.

No âmbito interno, seria necessário estabelecer uma melhor articulação com os setores responsáveis pela qualificação profissional com vistas a qualificar o trabalhador vítima de trabalho escravizador e degradante, impedindo que se torne uma vítima – fática ou potencial – de uma nova exploração.

No âmbito externo, aperfeiçoar as parcerias existentes e firmar novas, buscando o trabalho coordenado, em especial com Polícia Federal, Ministério Público, Ibama, Incra e outros parceiros é também crucial para o melhor andamento das ações.

Implementação

Avaliando-se o padrão de execução financeira do Programa, nota-se que, no primeiro ano (2000), foram executados apenas um terço dos recursos disponíveis previstos na LOA. Contudo, nos anos seguintes (2001 e 2002), a execução financeira ficou próxima a 90% dos recursos disponibilizados na ação finalística de maior importância, que é a ação de fiscalização, o que, sem dúvida, contribuiu decisivamente para que a execução física atingisse pleno êxito.

Em 2002, os recursos foram suficientes e liberados ao longo do tempo em fluxo compatível com a programação da execução das ações. Porém, é importante esclarecer que a suficiência de recursos financeiros não se trata de uma garantia permanente, pois conforme a extensão e as necessidades relativas a cada fiscalização (desencadeadas geralmente a partir de denúncias), o volume de recursos necessários para a execução pode oscilar.

Além disso, cumpre salientar ainda a existência de dificuldades na ação de Campanha do Trabalho Escravizador e Degradante, cuja execução fica a cargo da Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego.

A principal ação do Programa, Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante, obteve significativos resultados em sua implementação. Nesse sentido, as parcerias cumpriram papel indispensável. A Polícia Federal, o Ministério Público, as organizações não-governamentais (em especial, a Comissão Pastoral da Terra - CPT), o Ibama, o Incra, entre outros, merecem destaque como os principais parceiros.

O aperfeiçoamento, em especial com a Polícia Federal (que é parceira necessária para a execução das operações de fiscalização), deve-se ao amadurecimento das relações entre os órgãos, bem como ao reconhecimento da importância da questão do trabalho escravo. Os problemas existentes foram discutidos de forma permanente e cordial entre as instituições, alcançando-se excelente nível de relacionamento e colaboração. No mesmo sentido, têm evoluído as parcerias com o Ministério Público, ONGs, Ibama e Incra.

A Polícia Federal fornece a segurança sem a qual o Grupo de Fiscalização se veria impossibilitado de atuar, pois as situações envolvem, de fato, riscos à segurança e à vida dos participantes.

A parceria com as organizações não-governamentais, com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, são fundamentais, pois a Fiscalização Móvel trabalha sob provocação. Nesse sentido, considerando as dificuldades em se fornecer provas robustas documentais acerca da existência de trabalho escravo em uma dada região, é extremamente necessário que se apresente algum indício fidedigno. Nesse contexto, ONGs como a CPT – que atuam próximas aos locais onde se identifica o trabalho escravo – especializaram-se em colher do trabalhador elementos de convicção que justifiquem a saída de uma equipe móvel rumo ao local.

Outra importante parceria é com o Ministério Público, responsável pela abertura dos processos contra os responsáveis pelo trabalho escravo. Ainda que se reconheça que as condenações são poucas e que há lacunas legislativas que beneficiam os fazendeiros exploradores da mão-de-obra escrava, forçoso é que se reconheça o mérito e a indispensável necessidade de se ter o Ministério Público na condição de parceiro.

Apesar das parcerias já existentes, seria interessante para a evolução do Programa, firmar parceria com setores de qualificação profissional que permitissem o encaminhamento dos trabalhadores retirados da condição de trabalho escravo e degradante, para que pudessem receber tratamento preferencial em programas da área.

A sociedade também tem o seu espaço no Programa. Há grupos, conselhos e outras organizações voltadas para o combate e a prevenção do trabalho escravo. Maior destaque para o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado - Gertraf, cujas reuniões têm contado com a participação de setores governamentais, entidades de trabalhadores, empregadores, ONGs e Ministério Público.

A atuação do Programa atinge diretamente o beneficiário que, normalmente, não permanece no local onde ocorreu a fiscalização. A ação é rápida e muito focada no pagamento de direitos trabalhistas e na coleta de elementos que evidenciem a prática criminosa e permitam, mais tarde, a apuração de responsabilidades. O trabalhador escravizado é rural (em sua grande maioria) e, como tal, tem enorme mobilidade, o que torna difícil implementar algum mecanismo de satisfação do usuário. De todo o modo, é válido ressaltar que o trabalhador, ao ser libertado e ter seus direitos cumpridos, certamente demonstrará satisfação. Mas a verdadeira efetividade do Programa e a real satisfação do trabalhador estarão sempre condicionadas a ações extrínsecas ao Programa e que envolvem, fundamentalmente, alternativas de emprego e renda que lhe resguarde a dignidade.

Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos devem ser destacados:

- Os recursos materiais e a infra-estrutura disponível foram adequados para a implementação do Programa. Sobretudo nos últimos dois anos (2001 e 2002), a estrutura da Fiscalização Móvel tem sido ampliada graças aos investimentos feitos pelo Ministério do Trabalho e Emprego mediante constantes solicitações da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT. Somente em 2002, foram adquiridos oito veículos, dois telefones celulares, sete telefones via-satélite, três máquinas fotográficas, três filmadoras, dois GPS, dez rádios transmissores, cinco binóculos, um *notebook* etc. É importantíssimo ressaltar, entretanto, que essas aquisições têm sido feitas com recursos diversos do Programa. Nesse contexto, seria importante ampliar a dotação orçamentária específica no âmbito da ação de fiscalização de modo a permitir a manutenção e a renovação constante dos recursos materiais disponíveis para a Fiscalização Móvel.
- A questão de recursos humanos está deficiente em termos de quantidade, com reduzido número de auditores fiscais do trabalho, o que, eventualmente, gera algumas dificuldades para a formação das equipes de Fiscalização Móvel. Espera-se que esse problema possa começar a ser sanado com a realização de concursos públicos.

Geração de Emprego e Renda

Resultados

A questão do emprego não é nova e tem sido grande alvo das preocupações de diferentes sociedades no mundo moderno. Nesse contexto, os pequenos e micro empreendimentos constituem um setor de reconhecida importância na geração de emprego e renda. Mas, em geral, tais empreendimentos encontram dificuldades na obtenção de crédito e capacitação gerencial, não desenvolvendo, portanto, todo o seu potencial em termos de geração de emprego e renda.

Os resultados do Programa de **Geração de Emprego e Renda - Proger** apresentam caracteristicamente longo período de maturação. Dessa forma, deve-se considerar que os resultados obtidos a partir de 2000 surgem como consequência da aplicação dos recursos nos anos anteriores. Desde o início do PPA, em janeiro de 2000, até dezembro de 2002 foram contratadas aproximadamente 406 mil operações de crédito com aplicação de cerca de 2,7 bilhões de recursos, no Proger Urbano. No ano de 2002 foram realizadas mais de 788 mil operações de crédito, no valor total de R\$ 3,2 bilhões (janeiro a dezembro de 2002), com valor médio por operação de R\$ 4.151,00 (os dados supracitados somam as contratações do Proger Urbano, Rural e Pronaf).

No exercício de 2002, foram identificados como principais resultados, a concessão de cerca de R\$ 168 milhões a cooperativas e associações de produção, sendo contratadas 5.846 operações de crédito (janeiro a dezembro de 2002); R\$ 936,1 milhões a micro e pequenos empreendedores urbanos, sendo contratadas 117 mil operações de crédito (janeiro a dezembro de 2002) e; para os mini e pequenos empreendedores rurais foram concedidos R\$ 2,1 bilhões, sendo contratadas 666 mil operações de crédito (janeiro a dezembro de 2002).

Ao contrário da evolução positiva obtida pelo Proger Urbano, a participação nas operações em micro e pequenas empresas rurais deixou a desejar. Para solucionar o problema, o Proger Rural passou, em 2002, por uma reestruturação, devendo, ainda, obter-se apenas ao final de 2003 uma amostra do impacto na evolução deste índice.

As medidas adotadas para facilitar o acesso ao crédito para os micro e pequenos empreendedores tiveram impacto relevante na demanda por recursos no Programa, principalmente com ações desenvolvidas em parceria com a Casa Civil da Presidência da República que contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas de emprego no Brasil. O fortalecimento do **Proger** mostra-se bastante oportuno no que diz respeito ao desemprego, pois vincula a ação empreendedora com a vocação profissional, no sentido de potencializar seus resultados e sua efetividade.

A partir dos dados obtidos com a avaliação de 2001, observou-se que o Programa tem tido impacto positivo sobre a geração de emprego direto formal, bem como a sustentabilidade dos empregos com carteira assinada, mesmo três anos após a concessão do crédito. Enquanto as micro e pequenas empresas no Brasil como um todo tiveram crescimento de 2,64% no emprego formal, as beneficiadas pelo **Proger** obtiveram incremento de 29,91% do estoque de empregados com carteira assinada no mesmo período.

Gerente:

Rogério Nagamine Costanzi

Entretanto, cabe salientar que o alcance das metas previstas para os indicadores até o final do Plano depende sobremaneira da conjuntura econômica e dos índices de crescimento do produto nacional. Como o crescimento econômico tem sido inferior ao previsto inicialmente, este fato tem influenciado negativamente os resultados do Programa.

Concepção

O Ministério do Trabalho e Emprego, preocupado com a questão do desemprego, criou em 1994, de forma democrática e participativa, o Programa de **Geração de Emprego e Renda - Proger**.

O **Proger** constitui um pilar fundamental das políticas públicas de emprego destinadas a apoiar micro e pequenos empreendimentos mediante a concessão de créditos assistidos, em condições especiais, destinados ao financiamento de atividades produtivas, nos setores formal e informal da economia, nas áreas urbana e rural. O Programa tem como finalidade ampliar as oportunidades de trabalho e renda, diminuir o desemprego, evitar a instabilidade e a exclusão social.

Para tanto, o Programa exerce um relevante papel como política de crédito, oferecendo oportunidades concretas aos setores da sociedade com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional ou formal que pretendem tornar-se donos de seus próprios empreendimentos, assim como àqueles que já são empreendedores e desejam incrementar seus negócios.

No âmbito do **Proger**, existem ações integradas à concessão de crédito e financiamento, como a de capacitação tecnológica e gerencial, com o objetivo de garantir o fortalecimento dos empreendimentos beneficiados evitando, assim, que fracassem prematuramente devido à falta de conhecimento de mercado e de práticas administrativas, técnicas e operacionais do negócio.

O **Proger** conta também com a participação da sociedade civil organizada, através das comissões estaduais e municipais de emprego, que têm como atribuição principal articular os diversos parceiros do programa, potencializando a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e ampliando suas ações. Além disso, as comissões de emprego são de fundamental importância para o acompanhamento e a indicação de prioridades de investimentos a serem realizados nas localidades. As operações de crédito têm como agentes financeiros o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

É importante ressaltar que os recursos que financiam as principais ações do Programa, as de concessão de crédito, são provenientes de recursos excedentes da reserva mínima de liquidez dos depósitos especiais do FAT, portanto não orçamentários.

Como o foco do Programa é a geração e manutenção de emprego e renda, é necessário o seu permanente aperfeiçoamento com vistas a atingir parcela da população mais necessitada, sem, contudo, deixar de levar em conta a consistência no âmbito da política de crédito.

A partir das experiências acumuladas, das avaliações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, em 1998, e pela Coordenação Geral de Emprego - CGEM do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2001, foi observado que o Programa deveria passar por uma adequação. Esta última avaliação foi realizada pelo "cruzamento" de aproximadamente 30 mil operações com empreendimentos formais (micro e pequenas empresas) do Proger Urbano, realizadas de 1998 a 2000 e cadastradas no Sistema de Acompanhamento da Execução do Proger - SAEP, com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged. Os resultados obtidos, embora positivos para o Programa, aliados às próprias mudanças que a economia sofreu desde a concepção do **Proger**, mostraram a necessidade do Programa se adequar às novas exigências do mercado de trabalho. Dessa forma, o **Proger** passou, e está passando, por várias mudanças no sentido de adequar-se às atuais exigências.

Em 2000, foi criado o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger, constituído para garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais. Tal iniciativa ocorreu devido às exigências dos agentes financeiros para concessão de crédito, especialmente no quesito "garantias", o que limitou o acesso de muitos demandantes, principalmente dos grupos de menor renda.

No mesmo ano, procedeu-se ao aperfeiçoamento das chamadas "Salas do Empreendedor". Com atendimento personalizado, o empreendedor passa por um processo de conscientização quanto aos riscos e oportunidades inerentes à tomada do crédito e desenvolvimento do negócio, bem como a capacitação no processo de elaboração do projeto a ser financiando. Após a liberação do crédito, o beneficiário recebe acompanhamento mensal, consultoria preventiva e, opcionalmente, consultoria corretiva na área de necessidade do cliente, a fim de prevenir eventuais problemas na utilização do recurso concedido, até a quitação do financiamento. Em 2000, 13.008 empreendedores foram atendidos através das 52 Salas do Empreendedor, em todo País. O valor total dos créditos concedidos foi de aproximadamente R\$ 111 milhões.

Em 2001, o **Proger** lançou uma nova linha de crédito denominada Novos Empreendedores - Proger Urbano, que contempla, exclusivamente, micro e pequenas empresas em fase de criação ou com até doze meses de constituição. Sua finalidade é financiar investimento e capital de giro associado para novos empreendedores, mediante seleção e curso prévio de capacitação técnico-gestional e acompanhamento pós-crédito.

Para o início do ano de 2002, houve a inclusão do Protrabalho nas ações de geração de emprego e renda constantes do PPA. O Programa é outra iniciativa que, por meio do Banco do Nordeste, tem como objetivo investir em infra-estrutura econômica e social na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Estado do Espírito Santo. Sua finalidade é aumentar o número de empregos diretos e indiretos, ampliar a competitividade do setor produtivo, financiar setores estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida do trabalhador.

Outro fato importante em 2002, foi a reestruturação do Proger Rural. A razão para esta mudança decorre da sobreposição entre o Proger Rural e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com melhores condições de equalização dada ao Pronaf, relativamente ao Proger Rural, pelo Tesouro Nacional. A reestruturação, em suas bases operacionais, passou a direcionar seu foco a um público-alvo distinto de porte e potencial produtivo, que diferencia do público do Pronaf, bem como, a equalização das taxas de juros pelo Tesouro Nacional, obedecendo à taxa determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

Foi criada, também em julho de 2002, uma linha de crédito denominada Proger Urbano Micro e Pequena Empresa - Capital de Giro, no âmbito do Proger Urbano. A linha atende às pessoas jurídicas de direito privado, classificadas como micro ou pequenas empresas e tem como finalidade atender à demanda de financiamento de capital de giro isolado, financiando insumos essenciais ao empreendimento. Ainda em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o programa de microcrédito para geração de emprego e renda denominado Empreendedor Popular - FAT, no âmbito do Proger Urbano. Seu objetivo é democratizar o acesso ao crédito no País para microempreendedores de baixa renda e, desta forma, financiar o auto-emprego. O Programa é destinado às pessoas físicas de baixa renda que atuam como microempreendedores populares, exceto profissionais liberais, e divide-se em dois pontos básicos:

- modalidade Capital de Giro - criada para atender às necessidades do público-alvo do microcrédito que é, em geral, giro puro. O papel desta

modalidade é justamente viabilizar prévia capitalização destes empreendedores, para que, posteriormente, possam realizar investimento; e

- modalidade Investimento - atende aos beneficiários à frente de pequenos estabelecimentos sem registro, da economia informal, que não visam prioritariamente a geração de novos empregos, e sim estabilizar a própria ocupação e de familiares.

O FAT - Empreendedor Popular permite, ainda, que os agentes financeiros, operadores do Programa, atuem por intermédio de ONGs, Oscips, SCMs ou cooperativas de crédito. Cabe salientar, que tal medida é fundamental para atingir o público-alvo do microcrédito, que não é bancarizado ou não é o público tradicional dos serviços oferecidos pelo sistema financeiro tradicional ou formal.

Em termos de gestão, o **Proger** é implementado de forma descentralizada e participativa, executado pelo sistema financeiro formal em parceria com as comissões de emprego, em caráter estadual e municipal, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. Esta gestão tem se mostrado bastante adequada, tendo em vista a diversidade de situações encontradas em nosso país. Também é pertinente frisar a importância do controle social.

A participação da sociedade civil organizada tem tido grande importância para o êxito do Programa, principalmente quando conscientes de suas imprescindíveis atribuições de articulação dos atores locais relevantes e de estabelecimento das diretrizes de investimento - o que inclui a identificação da vocação econômica do município, o estudo da verticalização da produção (formação de cadeias produtivas) e dos canais de comercialização.

.....
Como já foi descrito anteriormente nos módulos de avaliação dos resultados e sobre a concepção do Programa, ficou evidenciado que o **Proger** passou por uma fase inicial de implantação, ocorrida principalmente no ano de 1995, para a consolidação de suas ações em um grande número de municípios brasileiros.

Implementação

No presente momento, pode-se considerar que o planejamento do programa em relação aos resultados obtidos, até a presente data, aponta para avanços que refletem na consolidação do **Proger** como instrumento eficaz de fomento ao emprego.

Os aperfeiçoamentos devem ser uma preocupação constante do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, mas é fato que a diversidade do público-alvo e as necessidades quase ilimitadas, uma vez que a lacuna do crédito dirigido e do microcrédito no País se avolumou ao longo dos anos, fazem com que seja importante a atuação de parceiros, seja por programas estaduais, municipais ou de organizações não-governamentais.

Todavia, não se deve perder de vista que a integração é um processo que, no caso do **Proger** tende a se intensificar na medida em que seus parceiros passam a ter maior clareza sobre o seu papel nesta política. É, portanto, de grande relevância a atuação da gerência do Programa no sentido de coordenar este processo de integração que, diga-se de passagem, têm aumentado nos últimos anos.

Cabe ressaltar a importância de campanhas informativas sobre o Programa com o intuito de propiciar maior conhecimento pelo seu público-alvo. Esta iniciativa é de suma relevância, principalmente após sua reformulação em 2002, tanto na área urbana quanto rural.

Deve-se, ainda, salientar que o contingenciamento financeiro para a Ação de Assistência Técnica ao Empreendedor, executada através do convênio MTB/SPES/Codefat N.º 02/97-FBB, está interferindo no bom desempenho de uma das ações de maior impacto no Programa.

Em 2002, os recursos financeiros liberados foram insuficientes, o que provocou um cumprimento das metas físicas abaixo do previsto, prejudicando as ações de capacitação gerencial e assistência técnica aos empreendedores.

Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos devem ser destacados:

- a infra-estrutura disponível para o Programa não está adequada, havendo carência de recursos na execução e na gerência. Na execução do Programa, a ação de assistência técnica gratuita é disponibilizada a apenas pequena parcela do público atendido; e
- os recursos humanos na gerência do Programa possuem qualificação adequada, mas a equipe é pequena e incompatível com a envergadura do trabalho, sendo apenas oito funcionários, incluindo o gerente. Passível de comparação é a estrutura do Pronaf, que comporta uma Secretaria no Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Apesar da opção por uma implementação descentralizada o Programa não possui um mecanismo para monitoramento e controle do desempenho físico das ações. Cabe ressaltar que uma metodologia para este processo ainda está sendo desenvolvida no âmbito do Programa.

Quanto às parcerias, pode-se considerar que as mesmas obtiveram alto desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das ações acordadas. Como parceiros fundamentais para execução do Programa, podemos citar os agentes financeiros - responsáveis pelas ações finalísticas e a Fundação Banco do Brasil - responsável pelas Salas do Empreendedor - crédito assistido.

A gestão do **Proger** é amplamente participativa e descentralizada. Nos níveis federal, estadual e municipal há a atuação de comissões e conselhos tripartites (com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo), além dos órgãos governamentais (MTE, secretarias estaduais de trabalho e prefeituras municipais). Bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), organizações não-governamentais e universidades também têm participação ativa no Programa. Isso confere ao **Proger** grande flexibilidade e abertura para atender às demandas sociais de diferentes grupos e localidades do Brasil.

As comissões e conselhos tripartites têm como atribuição principal articular os diversos parceiros e programas ampliando suas ações. Além disso, é de fundamental importância o acompanhamento e a indicação de prioridades de investimentos a serem realizados nas localidades.

Os beneficiários do Programa ainda não são ouvidos, ou seja, ainda está sendo desenvolvido um sistema de mensuração de consulta ao beneficiário do programa. O novo sistema já está sendo implantado e deverá ser validado até o final do 1º semestre de 2003. No sistema já está sendo implementado um módulo "internet" voltado para avaliar a satisfação dos beneficiários, bem como consultas às informações do Programa.

No entanto, vale citar que atualmente o MTE conta com uma ouvidoria através do Alô Trabalho (0800-610101) como um instrumento de informações/reclamações a respeito do **Proger**, assim como através dos expedientes de questionamento e reclamações atendidos pela equipe técnica da coordenação do **Proger**/MTE.

Jovem Empreendedor

Resultados

Cerca de 32% da População Economicamente Ativa - PEA, o correspondente a quase 24 milhões de brasileiros, têm entre 18 e 29 anos de idade. Mudanças recentes no mercado de trabalho têm acentuado a dificuldade quanto ao acesso ao primeiro emprego. O perfil das ocupações aumenta as exigências de qualificação profissional, fazendo com que as empresas se tornem cada vez mais seletivas. Tal cenário tem feito dos jovens uma das categorias mais vulneráveis do mercado de trabalho.

Por se tratar de um programa de linhas especiais de crédito, os produtos do Programa **Jovem Empreendedor** apresentam caracteristicamente longo período de maturação. É possível informar que, apenas no ano de 2002, foram concedidos cerca de 28.500 financiamentos de crédito. Desse total, foram concedidas 26.442 operações de crédito a jovens empreendedores, com a aplicação de cerca de R\$ 245 milhões e 2.012 operações de crédito a jovens recém-formados, com recursos de R\$ 11,3 milhões. Vale ainda ressaltar que o Programa já superou a previsão contida no PPA 2000-2003 de 24,7 mil operações de crédito.

Como principais resultados do Programa, podemos dizer que sua tendência é atenuar às dificuldades de inserção e recolocação dos jovens no mercado formal de trabalho aplicando e desenvolvendo ações e iniciativas que aumentem a probabilidade dos jovens obterem ocupação.

Assim como o Programa de Geração de Emprego Renda - Proger, o Jovem Empreendedor está passando por várias mudanças no sentido de se adequar às novas exigências do mercado e a atual conjuntura socioeconômica do País. A reestruturação proposta para o segundo semestre de 2002 veio atender este anseio, com a criação das linhas FAT - Empreendedor Popular e Micro e Pequena Empresa - Capital de Giro, a reformulação da linha de crédito para financiamento de capital fixo no âmbito do Proger Urbano, bem como a reformulação do Programa na área rural.

O **Jovem Empreendedor** mostra-se bastante oportuno no que diz respeito ao desemprego da força de trabalho jovem e quanto à questão do primeiro emprego. Vincular a ação empreendedora com a vocação profissional do jovem é conveniente no sentido de potencializar os resultados e a efetividade do Programa. Cabe destacar que o público-alvo do Programa é o jovem com idade entre 18 e 29 anos, com formação de nível técnico profissionalizante ou profissionais recém-formados com até cinco anos de conclusão do curso de graduação ou pós-graduação.

Através dos resultados obtidos no projeto-piloto de acompanhamento do Proger no DF, realizado no primeiro semestre de 2002, no que se refere à sustentabilidade dos empreendimentos financiados, grande parte dos beneficiários pretende fazer novos investimentos nos doze meses subsequentes à pesquisa, demonstrando, desta forma, que os empreendimentos apoiados vislumbram perspectivas de crescimento.

Gerente:
Rogério Nagamine Costanzi

Concepção

De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, a taxa de desemprego dos jovens entre 18 e 19 anos foi de 16,91%, enquanto que para os jovens entre 20 e 24 anos foi de 11,88% e para aqueles entre 25 e 29 anos foi de 8,30%. Tais taxas, sobretudo para o grupo entre 18 e 24 anos, superam a taxa de desocupação total, que foi de 7,82%. Tal quadro demonstra a necessidade de se formular políticas na área de trabalho voltadas a inserir os jovens no mercado de trabalho.

Assim, dentre as políticas públicas de emprego implementadas no que diz respeito ao desemprego da força de trabalho jovem e quanto à questão do primeiro emprego, o Programa **Jovem Empreendedor**, mediante concessão de crédito, exerce um relevante papel na área de trabalho voltada a inserir e recolocar jovens no mercado de trabalho. As mudanças recentes no mercado de trabalho têm acentuado as dificuldades quanto ao acesso ao primeiro emprego e o perfil das ocupações aumenta as exigências de qualificação profissional, fazendo com que as empresas se tornem cada vez mais seletivas. Desta forma, é necessário o permanente aperfeiçoamento do Programa com vistas a criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção ou sem experiência no mercado formal. Todavia, não se deve deixar de levar em conta a consistência do Programa no âmbito da política de crédito.

Visando atender às novas exigências do mercado, o Programa passou por diversos processos de adequação desde sua instituição. É importante ressaltar que o Programa **Jovem Empreendedor** foi concebido sob a mesma estratégia para concepção e implementação do Proger, utilizando toda a rede de implementação daquele programa e, portanto, passando pelo mesmo processo de adequação.

Em 2000, foi criado o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger, constituído para garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais. Tal iniciativa ocorreu devido às exigências dos agentes financeiros para concessão de crédito, especialmente no quesito "garantias", o que limitou o acesso de muitos demandantes, principalmente dos grupos de menor renda.

Procedeu-se, também, ao aperfeiçoamento das chamadas Salas do Empreendedor - com atendimento personalizado o empreendedor passa por um processo de conscientização quanto aos riscos e oportunidades inerentes à tomada do crédito e desenvolvimento do negócio, bem como a capacitação no processo de elaboração do projeto a ser financiado. Após liberação do crédito, o beneficiário recebe acompanhamento mensal, consultoria preventiva e, opcionalmente, consultoria corretiva na área de necessidade do cliente, a fim de prevenir eventuais problemas na utilização do recurso concedido, até a quitação do financiamento. Em 2000, 13.008 empreendedores foram atendidos através das 52 Salas do Empreendedor, em todo País.

O valor total dos créditos concedidos foi de aproximadamente R\$ 111 milhões.

Para o início do ano de 2002, houve a inclusão do Protrabalho nas ações de geração de emprego e renda constantes do PPA. O Programa é outra iniciativa que, por meio do Banco do Nordeste, tem como objetivo investir em infraestrutura econômica e social na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Estado do Espírito Santo.

Sua finalidade é aumentar o número de empregos diretos e indiretos, ampliar a competitividade do setor produtivo, financiar setores estratégicos de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida do trabalhador.

Em 2002, também ocorreu a reestruturação do Proger Rural. A razão para esta mudança decorre da sobreposição entre o Proger Rural e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, com melhores condições de equalização dada ao Pronaf, relativamente ao Proger Rural, pelo Tesouro Nacional. A reestruturação, em suas bases operacionais, passou a direcionar seu foco a um público-alvo distinto de porte e potencial produtivo, que diferencia do público do Pronaf, bem como a equalização das taxas de juros pelo Tesouro Nacional, obedecendo à taxa determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

Foi criada, também em julho de 2002, uma linha de crédito denominada Proger Urbano Micro e Pequena Empresa - Capital de Giro, no âmbito do Proger Urbano. A linha atende às pessoas jurídicas de direito privado classificadas como micro ou pequenas empresas e tem como finalidade atender à demanda de financiamento de capital de giro isolado, financiando insumos essenciais ao empreendimento.

Ainda em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o programa de microcrédito para geração de emprego e renda, também voltado para o público jovem, denominado FAT - Empreendedor Popular, no âmbito do Proger Urbano. Seu objetivo é democratizar o acesso ao crédito no País para microempreendedores de baixa renda e, desta forma, financiar o auto-emprego.

O Programa é destinado às pessoas físicas de baixa renda que atuam como microempreendedores populares, exceto profissionais liberais, e divide-se em dois pontos básicos:

- modalidade Capital de Giro - criada para atender às necessidades do público-alvo do microcrédito que é, em geral, giro puro. O papel desta modalidade é justamente viabilizar prévia capitalização destes empreendedores, para que, posteriormente, possam realizar investimento;
- modalidade Investimento - atende aos beneficiários à frente de pequenos estabelecimentos sem registro, da economia informal, que não visam prioritariamente a geração de novos empregos, e sim estabilizar a própria ocupação e de familiares.

O FAT - Empreendedor Popular permite, ainda, que os agentes financeiros, operadores do Programa, atuem por intermédio de ONGs, Oscips, SCMs ou cooperativas de crédito. Cabe salientar, que tal medida é fundamental para atingir o público-alvo do microcrédito, que não é bancarizado ou não é o público tradicional dos serviços oferecidos pelo sistema financeiro tradicional ou formal.

Tendo uma gestão descentralizada e participativa, o Programa é executado pelo sistema financeiro formal em parceria com as comissões de emprego, em caráter estadual e municipal, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. Esta gestão tem se mostrado bastante adequada, tendo em vista a diversidade de situações encontradas em nosso País e a importância do controle social, ambos fatores que favorecem a eficiente e eficaz execução do Programa.

A participação da sociedade civil organizada tem tido grande importância para o êxito do Programa, principalmente quando conscientes de suas imprescindíveis atribuições de articulação dos atores locais relevantes e de estabelecimento das diretrizes de investimento - o que inclui a identificação da vocação econômica do município, o estudo da verticalização da produção (formação de cadeias produtivas) e dos canais de comercialização.

Implementação

Os aperfeiçoamentos são uma preocupação constante do Ministério do Trabalho e Emprego. Mas, é igualmente importante considerar que a diversidade do público-alvo e as necessidades quase ilimitadas, uma vez que a lacuna do crédito dirigido e do microcrédito no País se avolumou ao longo dos anos, fazem com que seja essencial a atuação de parceiros, seja por programas estaduais, municipais ou de organizações não-governamentais (ONGs).

Todavia, não se deve perder de vista que a integração é um processo que, no caso do **Jovem Empreendedor** tende a se intensificar na medida em que seus parceiros passam a ter maior clareza sobre o seu papel nesta política. É, portanto, de grande relevância a atuação da gerência do Programa no sentido de coordenar este processo de integração que, diga-se de passagem, têm aumentado nos últimos anos.

Os parceiros do Programa apresentaram alto desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das ações acordadas. Como parceiros fundamentais para execução do Programa, podemos citar os agentes financeiros - responsáveis pelas ações finalísticas e a Fundação Banco do Brasil - responsável pelas Salas do Empreendedor - crédito assistido.

Cabe, ainda, ressaltar a importância de campanhas informativas sobre o Programa com o intuito de propiciar maior conhecimento pelo seu público-alvo. Esta iniciativa é de suma relevância, principalmente após sua reformulação em 2002, tanto na área urbana quanto rural.

Em termos de disponibilidade de recursos, em 2002, os recursos financeiros liberados foram insuficientes e com fluxo descontínuo, o que provocou um cumprimento das metas físicas abaixo do previsto, prejudicando a ação de capacitação gerencial a jovens empreendedores.

Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos devem ser destacados:

- a infra-estrutura disponível para o Programa não está adequada, havendo carência de recursos na execução e na gerência. Na execução do Programa, a ação de capacitação de jovens empreendedores gratuita é disponibilizada a apenas pequena parcela do público atendido; e
- Os recursos humanos na gerência do Programa possuem qualificação adequada, mas a equipe é pequena e incompatível com a envergadura do trabalho, sendo apenas oito funcionários, incluindo o gerente.

A gestão do Programa é amplamente participativa e descentralizada. Nos níveis federal, estadual e municipal há a atuação de Comissões e Conselhos tripartites (com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo), além dos órgãos governamentais (MTE, secretarias estaduais de trabalho e prefeituras municipais). Bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal), organizações não-governamentais e universidades também têm participação ativa no Programa. Isso confere ao **Jovem Empreendedor** grande flexibilidade e abertura para atender às demandas sociais de diferentes localidades do Brasil.

Essas comissões e conselhos tripartites têm como atribuição principal articular os diversos parceiros, ampliando suas ações. Além disso, é de fundamental importância o acompanhamento e a indicação de prioridades de investimentos a serem realizados nas localidades.

Por outro lado, ainda está sendo desenvolvido um sistema de mensuração de consulta ao beneficiário do Programa. O novo sistema já está sendo implantado e deverá ser validado até o final do 1º semestre de 2003. No sistema já está sendo implementado um módulo "internet" voltado para avaliar a satisfação dos beneficiários, bem como consultas às informações do Programa. Além disso, a partir do primeiro semestre de 2002, iniciou-se um processo de acompanhamento das ações do Programa através de visitas aos empreendimentos financiados pelo **Jovem Empreendedor** no Distrito Federal, que depois de aperfeiçoado pretende-se expandi-lo para as demais unidades da federação.

No entanto, vale citar que atualmente o MTE conta com uma ouvidoria através do Alô Trabalho (0800-610101) como um instrumento de informações/reclamações a respeito do Proger, assim como através dos expedientes de questionamento e reclamações atendidos pela equipe técnica da coordenação do Proger/MTE.

Novo Emprego e Seguro-Desemprego

Resultados

O objetivo do Programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** é a elevação do número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, por meio da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego - SINE. Pretende-se, dessa forma, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e minimizar o custo social do desemprego. Seu público-alvo são trabalhadores formais dispensados do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso.

Quatro indicadores são utilizados para a mensuração dos resultados obtidos pelo Programa Novo Emprego e Seguro-Desemprego: Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego; Taxa Relativa de Espera por Emprego; Taxa de Aproveitamento de Vagas e Taxa de Participação do SINE nas Oportunidades no Mercado de Trabalho Formal.

A Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego, medida percentual que pretende captar o volume de trabalhadores dispensados sem justa causa que recorreram ao benefício seguro-desemprego em todo o País, apresentou-se de forma crescente no período, atingindo 62% em 2000; 63% em 2001; e 66% em 2002.

Deve-se, contudo, observar que nesse universo de trabalhadores demitidos sem justa causa, nem todos os trabalhadores têm direito ao seguro, haja vista a exigência legal quanto ao período aquisitivo de dezesseis meses, além da comprovação de vínculo formal nos últimos seis meses anteriores à data de dispensa. Nesse sentido, a estabilidade e a formalidade da relação trabalhista, além da informação que o trabalhador têm sobre o benefício, são fatores importantes que afetam uma maior ou menor cobertura do seguro-desemprego sobre seu público-alvo.

A Taxa Relativa de Espera por Emprego, consiste na relação percentual entre o tempo médio para a colocação do trabalhador no mercado de trabalho intermediado pelo SINE e o tempo médio de desemprego aferido nas pesquisas domiciliares. Há a necessidade de ajustes e a consolidação do Sistema de Gestão das Ações de Emprego - Sigae, que vem sendo implantado em todas as unidades de atendimento do sistema, o que até o momento não foi possível. Dessa forma, esse indicador ainda não foi apurado.

O número de trabalhadores colocados pela rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego, por sua vez, vem crescendo sistematicamente desde 1995. Em 2001, o número de trabalhadores colocados pelo SINE, se comparado ao ano anterior, aumentou de 581 mil para 742 mil, o que significa um crescimento percentual de 28%. Os resultados de 2002 indicam crescimento de 49% em relação a 2000. Esse desempenho tem se refletido em uma tendência sempre crescente da Taxa de Participação do SINE nas Oportunidades do Mercado de Trabalho Formal. O indicador informa o grau de participação do SINE no volume das admissões que ocorreram no mercado de trabalho em determinado período. Essa taxa foi de 5,5% em 2000; 7% em 2001; e 8% em 2002.

Gerente:

Rodolfo Peres Torelly

Quanto à Taxa de Aproveitamento de Vagas, é uma medida de eficiência do sistema, que visa identificar o universo de vagas que foram disponibilizadas ao SINE pelos empregadores e obtiveram aproveitamento ou colocação.

Representa o grau de atendimento do sistema aos empregadores, em face dos serviços oferecidos. Sob essa ótica, no ano de

1995, apenas 39% das vagas entregues ao SINE eram aproveitadas. Em 2000, esse número atingiu 45% e para 2002, a previsão é que esse indicador fique em torno de 52% a 55%.

O melhor desempenho do Programa verificado nos últimos anos deve-se ao aperfeiçoamento de fatores operacionais, como a melhora do sistema de controle e processamento das informações dos trabalhadores, da ampliação da rede de postos de atendimento ao trabalhador e, também, da maior divulgação do benefício.

O Programa envolve um conjunto de nove ações, das quais quatro são ações finalísticas, a saber: pagamento do benefício do seguro-desemprego, bolsa de qualificação profissional para trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, captação de vagas e colocação do trabalhador no mercado de trabalho, além da nova modalidade do seguro-desemprego destinada ao trabalhador doméstico, vigente desde maio de 2001.

No período de 2000 a 2002 foram beneficiados cerca de 12,5 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro-desemprego, totalizando um montante de R\$ 13,4 bilhões. No ano de 2002, foram beneficiados cerca de 4,5 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro desemprego (109% da meta prevista), totalizando um montante de R\$ 5,7 bilhões (100% da meta prevista). O número de trabalhadores reconduzidos ou colocados no mercado de trabalho pelas unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego é de 2,2 milhões, o que é equivalente a 105% da programação inicial prevista para o triênio.

A captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho atingiu, no ano de 2002, em número de colocados, cerca de 860 mil (105% do programado), a um custo de aproximadamente de R\$ 92,5 mil (100% do programado).

Para o pagamento da Bolsa de Qualificação Profissional, foram beneficiados, em 2002, 7.634 trabalhadores (72,9% do volume físico previsto) a um custo de R\$ 7.461.797 (62,1% do volume financeiro previsto), aquém da meta estabelecida para o período, o que demonstra uma utilização modesta da suspensão do contrato de trabalho por parte das empresas, enquanto alternativa à ruptura do vínculo empregatício em momentos de retração da atividade econômica. Ou seja, a bolsa tem se mostrado como uma medida pouco atrativa, entre as opções disponíveis para ajuste da força de trabalho (suspensão do contrato de trabalho, banco de horas, férias coletivas, redução de jornada, entre outras), em situações de crise econômica. Não obstante o fraco desempenho observado, a concessão da bolsa constitui uma importante forma de utilização ativa do benefício do seguro-desemprego, demonstrando ser efetiva na manutenção do trabalhador no vínculo empregatício e no mercado de trabalho.

Durante o ano de 2001, foi implantado o Seguro-Desemprego para o Empregado Doméstico. Os números apresentados ainda estão abaixo do estimado, porém esse novo tipo de seguro-desemprego deve ser colocado como um ganho para essa categoria que, até então, estava à margem desse processo.

Durante o ano de 2002, o Seguro-Desemprego para o Empregado Doméstico. apresentou um total de 8 mil empregados domésticos beneficiados pelo Programa até o final de 2002 (5,8% do programado). Este número encontra-se bem aquém do estimado em virtude de ser um programa novo e pelo fato da previsão inicial ter adotado todo o universo de empregados domésticos do País como meta a ser atingida pelo benefício. Para o ano de 2003, essa meta foi revista, estando bem mais próxima da realidade.

Quanto ao Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, em 2002 foram beneficiados 86 mil pescadores a um custo de R\$ 62 milhões.

Para 2003, são esperados os seguintes resultados:

- Pagamento do benefício seguro-desemprego do setor formal a 4,9 milhões de trabalhadores, totalizando um montante de R\$ 6 bilhões.
- Pagamento do benefício Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal a 110 mil pescadores, traduzindo um total de R\$ 77 milhões.
- Pagamento do benefício Seguro-Desemprego do Empregado Doméstico a 22 mil empregados a um custo de R\$ 13,5 milhões.
- Beneficiar 13 mil trabalhadores com a Bolsa Qualificação, gerando um total gasto de R\$ 10 milhões.
- Captar vagas e colocar 838.645l trabalhadores no mercado de trabalho através do Sistema Nacional de Emprego - SINE, mediante convênios com os governos estaduais e entidades sindicais

Concepção

Em um cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, de integração dos mercados, aumento da concorrência e de transição demográfica, o Brasil tem assistido a mudanças estruturais importantes em seu mercado de trabalho. Nesse contexto de rápidas mudanças, o acesso às informações adquire um papel estratégico, especialmente às relativas à oferta e demanda por trabalho. Decorre daí maior necessidade de intensificar as ações de intermediação ao emprego, como um dos mecanismos de disseminação de informações.

As transformações no mercado de trabalho acarretam também maior risco de desemprego involuntário e, na presente década, tem aumentado o tempo de desemprego. Esse afastamento do mercado produtivo se traduz em dificuldades crescentes para o trabalhador e sua família. Ao mesmo tempo, quanto maior a duração do desemprego, maior a desatualização profissional do trabalhador. Nesse sentido, a ampliação da possibilidade de acesso ao benefício do seguro-desemprego é uma forma de minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de suas famílias, permitindo-lhes a busca por empregos mais adequados às suas habilidades ou por aperfeiçoamento profissional, através de qualificação ou requalificação, potencializando, assim, sua reinserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, o Programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** tem por objetivo elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado às suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador.

Entre as principais situações às quais os trabalhadores estão sujeitos e que são alvo do Programa, pode-se citar: suspensão do contrato de trabalho por parte das empresas em momentos de retração da atividade ou crise econômica; falta de assistência ao trabalhador desempregado e maior duração do tempo de desemprego; aumento no tempo de desemprego e desatualização profissional, dificultando o retorno ao mercado de trabalho; elevado custo de procura por emprego e falta de acesso às informações relativas à oferta e demanda por trabalho; e maior risco de desemprego involuntário.

Para enfrentar cada uma dessas situações, o Programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** possui, principalmente, as seguintes ações: concessão de bolsa qualificação, como meio de manter o trabalhador no vínculo empregatício e no mercado de trabalho; pagamento do Seguro-Desemprego; habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego; sistema de processamento de dados do seguro-desemprego; captação de vagas junto aos empregadores visando à reinserção do trabalhador no mercado de trabalho; inscrição do trabalhador no Sistema Integrado de Gestão de Ações de Emprego - Sigae, disponibilizando os serviços de qualificação, intermediação e seguro-desemprego; e criação de mecanismos de disseminação de informações da oferta e demanda por trabalho existente na rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego.

Para o alcance de resultados cada vez mais significativos, alguns ajustes estão sendo realizados nas ações do Programa. É o caso, por exemplo, da quantidade prevista inicialmente do número de acessos ao seguro-desemprego destinado ao trabalhador doméstico, que se encontrava extremamente elevada, em razão da inexistência de parâmetros. Tendo por base o desempenho mensal obtido até o momento, essa meta sofreu revisão e foi reduzida em 50% do que fora inicialmente projetado.

O benefício seguro-desemprego concedido ao trabalhador que se encontra desempregado tem duas finalidades básicas: manter ou repor parte da renda percebida e aumentar o salário de reserva do desempregado, enquanto em atividade de procura por um novo emprego. Estudos estão sendo feitos para o desenvolvimento de novos indicadores com a finalidade de averiguar esse comportamento e o grau de cobertura do benefício. O primeiro refere-se à Taxa de Cobertura Salarial, como forma de identificar o percentual de renda média que o Seguro-Desemprego cobre em relação ao salário percebido anteriormente pelo trabalhador. O segundo diz respeito à Taxa de Cobertura Temporal, como forma de identificar o grau de cobertura do seguro-desemprego em relação ao tempo de desemprego médio nas principais regiões metropolitanas do País.

Além desses, os serviços de intermediação de mão-de-obra podem ser analisados segundo o grau de satisfação do trabalhador, podendo ser espelhado por meio da relação percentual entre o número de trabalhadores inscritos na intermediação que obtiveram colocação em determinado período. Outro indicador sugerido pode indicar o grau de atratividade do SINE para os trabalhadores, relaciona o volume de trabalhadores dispensados, com ou sem justa causa, no mercado de trabalho e o volume de trabalhadores que se inscrevem nas unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego.

Vale ressaltar que alguns avanços foram obtidos ao longo do período 2000-2002. É o caso da criação de uma base estatística que demonstra de forma transparente a evolução do Programa, no que respeita à concessão do benefício do seguro-desemprego ao longo dos anos, possibilitando conhecer o perfil dos trabalhadores beneficiados, montantes financeiros aplicados, bem como a sua distribuição geográfica e atividade econômica. Além disso, a base de dados do segurado tem sido de grande importância na identificação de possíveis irregularidades na solicitação do benefício.

Ademais, é preciso, ainda, rever alguns aspectos da estratégia de implementação, como a forma de repasse dos recursos. Os recursos transferidos às entidades integrantes do Sistema Nacional de Emprego, na ação de captação de vagas e colocação de trabalhadores (intermediação de mão-de-obra) devem passar por um processo de revisão quanto à sua forma de remuneração. A idéia a ser estudada é focalizar determinadas ações, revendo remunerações maiores ou

menores, a depender da clientela. É fato que trabalhadores com maior tempo de desemprego necessitam de um maior esforço dos agentes de ponta, na tentativa de reinserir esse trabalhador no mercado de trabalho. O mesmo não acontece com trabalhadores com maior qualificação profissional e experiência adquirida. Situações das mais diversas podem ser observadas, ainda – jovens a procura de primeiro emprego, trabalhadores segurados, trabalhadores idosos e outras categorias.

A mesma necessidade de revisão ocorre com a forma de controle e acompanhamento das ações. O Programa necessita intensificar e aperfeiçoar os mecanismos de controle e acompanhamento das ações executadas pelas unidades descentralizadas, no caso, governos estaduais e entidades parceiras. Além do trabalho de supervisão e acompanhamento da unidade responsável pela execução física e financeira, a sugestão é que seja criado, de forma amostral, rotineira e sistêmica, um método de pesquisa e apuração do desempenho dos serviços de intermediação de mão-de-obra, atestando o cumprimento dos resultados auferidos e informados nos relatórios de acompanhamento enviados ao Ministério do Trabalho e Emprego e constantes no Sistema de Gestão de Ações de Emprego - Sigae.

Apesar da necessidade de ajustes, a evolução do Programa, em sua estratégia de implementação, tem sido permanente. Boa parte dos serviços operacionais, anteriormente executados de forma manual, encontra-se praticamente informatizada, facilitando o trabalho dos agentes executores e permitindo, assim, uma maior agilidade no atendimento ao trabalhador. Fatores que contribuíram para um melhor desempenho desse Programa podem ser destacados, como: a informatização do acesso às informações e maior celeridade do processo, permitindo aos atendentes consultas *on-line* de forma ágil e racional dos cadastros eletrônicos, como CNIS, FGTS, PIS/PASEP; descentralização e ampliação, ao longo dos anos, das parcerias do Ministério, por meio de convênios com outras organizações, entre elas os sindicatos, permitindo a expansão dos serviços oferecidos ao trabalhador; e a adoção de procedimentos universalizados, criando rotina específica para os atendimentos em diferentes postos existentes no País.

..... **Implementação**

No período de 2000 a 2002, foi observado um crescimento no número de beneficiários do programa seguro-desemprego, acarretando uma necessidade de suplementação de recursos financeiros para o pagamento do benefício e das ações que servem de suporte para essa ação. Cabe ressaltar que os recursos liberados pelo Decreto nº 4.120, de 2002 foram insuficientes para cobrir as despesas das ações do Programa **Novo Emprego e Seguro-Desemprego** até o final de sua execução no exercício. Tal fato, no entanto, não gerou impacto negativo na execução, tendo em vista o esforço da equipe gerencial na liberação de crédito suplementar.

Quanto à ação Capacitação de Gestores, Técnicos e Usuários de Informações na Área do Trabalho, tendo em vista que não houve previsão orçamentária-financeira em 2002, não foi possível a execução de atividades no âmbito da ação naquele exercício.

No ano de 2002, a ação Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho foi contingenciada. Assim, a execução do Programa apresentou dificuldades de natureza financeira, o que de certa forma não veio a prejudicar as metas físicas prevista para essa ação mas que, certamente, veio a trazer transtornos de ordem orçamentária para os executores.

O principal problema observado nessa ação pode ser considerado de ordem burocrática e deve-se ao fato de que sua execução depende da celebração de convênios com as unidades da federação e de critérios para transferência de recursos, esses estabelecidos em resolução pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 2002, a necessidade de avaliação dos critérios até então em vigor e a criação de novos fez com que o Codefat instituísse grupo de trabalho, para definir ajustes necessários, inclusive na tarifa referente aos convênios no âmbito do SINE e autorizasse a transferência apenas parcial de recursos às entidades parceiras, montante equivalente ao primeiro semestre, conforme Resolução n.º 278/02. Sem a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo técnico, o Codefat editou, posteriormente, a Resolução n.º 291/02, estabelecendo a transferência para o segundo semestre.

Para o ano de 2003, entretanto, o recurso assegurado para o Programa **Novo Emprego e Seguro-desemprego**, proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, sofreu proposta de corte orçamentário. As ações de captação de vagas e colocação de trabalhador serão as mais comprometidas. O volume de recursos destinado a essa ação está orçado em pouco mais de 50 milhões.

O Programa conta com mecanismos de monitoramento do desempenho de algumas ações, como a ação de Colocação e Recolocação de Trabalhadores no Mercado de Trabalho. O serviço público de intermediação de mão-de-obra é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, principal financiador desta ação, por intermédio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Sua execução, entretanto, é descentralizada, sob a responsabilidade das secretarias estaduais de trabalho, bem como das centrais sindicais, conveniadas com o Ministério. Essa ação vem passando por um momento de grande expansão, condicionada em grande medida pela adoção de mecanismos de incentivo à produtividade dos executores, implantados gradativamente a partir de 1996, com destaque para: a utilização de novos critérios de transferências de recursos para a execução das ações de intermediação de mão-de-obra e de apoio ao pagamento do seguro-desemprego; e a elaboração e implantação de ferramentas padronizadas de gerenciamento e atendimento das ações executadas no âmbito do sistema. O monitoramento dessa ação é feito por relatórios mensais de desempenho e através de visitas periódicas aos executores da ação.

Ação Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego, por sua vez, combina a execução direta com a descentralizada, através das unidades das Delegacias Regionais do Trabalho, agências públicas do SINE, CAIXA e agências das entidades sindicais. Já a ação Pagamento do Seguro-Desemprego é executada pela CAIXA. As demais ações do programa são de suporte e executadas de forma direta. O monitoramento dessas ações é feito através de Sistema de Acompanhamento Estatístico e Gerencial do Programa Seguro-desemprego - SAEG-SD, o qual é capaz de acompanhar toda a evolução do programa bem como o desempenho dos executores da ação.

O Programa conta ainda com o Sistema de Gestão das Ações de Emprego - Sigae, que consiste em ferramenta única utilizada nas unidades de atendimento ao trabalhador do Sistema Nacional de Emprego - SINE, possibilitando a integração das ações de intermediação, apoio ao pagamento do seguro-desemprego, qualificação profissional e geração de informações do mercado de trabalho. O sistema está integrado aos sistemas e base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego - Seguro-desemprego e Caged, sendo uma importante ferramenta do Ministério do Trabalho e Emprego para o acompanhamento da execução de suas políticas, servindo, também, de instrumento orientador das decisões dos governos locais, estaduais e comissões de emprego. Este sistema já se encontra instalado nas 27 UFs do País.

Apesar de implementar parte do Programa de forma descentralizada, não é realizado um trabalho de capacitação sistemático das equipes locais de execução. Entretanto, com relação às ações referentes ao seguro-desemprego, anualmente é realizado um encontro nacional, no qual participam representantes de todas as entidades executoras de todos os estados do País. Nesse encontro, são discutidas e examinadas todas as propostas de alterações no Programa seguro-desemprego. São ainda discutidas todas as experiências vividas nas diversas regiões do País. Todas as resoluções tomadas nesse encontro são posteriormente repassadas para todas as pessoas envolvidas com o seguro-desemprego. Além disso, freqüentemente, membros da equipe da coordenação-geral do seguro-desemprego e do abono salarial/MTE efetuam visitas aos executores da ação para treinamento e capacitação em todas as rotinas do sistema.

O Programa também é implementado por meio da realização de parcerias. Os parceiros conseguiram ter bom desempenho no período de 2000 a 2002, cumprindo com as metas programadas para o período e, em alguns casos, até superando as metas como no caso da Taxa de Participação do SINE nas Oportunidades do Mercado de Trabalho Formal, que tem crescido sistematicamente graças ao aumento no número de trabalhadores colocados pelo SINE. Por seu lado, a Caixa Econômica Federal tem conseguido realizar satisfatoriamente a ação de Pagamento do Seguro-Desemprego.

Os principais parceiros do Programa são as secretarias estaduais de trabalho, a CAIXA e as entidades sindicais. As secretarias estaduais de trabalho disponibilizam infra-estrutura estadual e pessoal para executar as ações de Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho e recepção dos requerimentos para a ação de Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego. Mantém, com isso, a rede de postos de atendimento ao trabalhador estadualizada, quer seja com recursos próprios, quer seja por meio de convênios mantidos com os governos municipais ou entidade interessada.

A CAIXA é responsável pela ação Pagamento do Seguro-Desemprego. Ela tem a vantagem de ser uma instituição financeira e ter grande capilaridade dentro do País, podendo executar a ação em boa parte dos municípios do país. Já as entidades sindicais, disponibilizam infra-estrutura e pessoal para executar as ações de atendimento ao trabalhador mantido pela rede do Sistema Nacional de Emprego.

Além da existência de parcerias, o Programa também conta com a participação da sociedade através do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, que é um conselho tripartite com representantes dos trabalhadores, empregadores e Governo. Cabe a este conselho, entre outras atribuições, avaliar e regulamentar as normas/decisões relativas ao Programa Seguro-desemprego, bem como disponibilizar recursos para o pagamento do benefício.

As comissões estaduais de emprego são outra forma de participação da sociedade no Programa. São também comissões tripartites, com representantes de trabalhadores, empregadores e Governo. A essas comissões compete propor aos órgãos do Sistema Nacional de Emprego - SINE, com base em relatórios técnicos, medidas efetivas que minimizem os efeitos negativos dos ciclos econômicos e do desemprego estrutural sobre o mercado de trabalho, bem como proceder ao acompanhamento da utilização dos recursos alocados mediante convênios, SINE, participando da elaboração, homologando e acompanhando a execução do plano de trabalho do SINE.

Além disso, o Programa não dispõe de um sistema de avaliação da satisfação de seus usuários/beneficiários, contudo, durante o ano de 2001, o Tribunal de

Contas da União - TCU realizou uma pesquisa junto aos usuários e funcionários dos postos de atendimento, apresentando as seguintes considerações:

- caráter redistributivo: o benefício é valorizado e considerado de grande valia pelos trabalhadores de baixa renda;
- conhecimento da existência do Programa: a grande maioria dos trabalhadores, principalmente urbanos, sabem da existência do seguro-desemprego;
- procedimentos universalizados: os atendentes em diferentes postos procedem basicamente da mesma forma, havendo em todos os estados uma rotina de propagação de informações sobre mudanças nos procedimentos e rotinas;
- evolução: o Programa tem evoluído permanentemente, facilitando o trabalho dos atendentes e permitindo uma maior agilidade no atendimento;
- crescente informatização: tanto para checagem de informações quanto para proporcionar maior rapidez ao processo, o acesso por parte dos atendentes à consulta de cadastros eletrônicos tem permitido um trabalho mais racional e ágil; e
- abertura às parcerias: as parcerias realizadas com outras organizações, tais como sindicatos, permitem um atendimento melhor e amplia as opções para o trabalhador.

Qualificação Profissional do Trabalhador

Resultados O **Plano Nacional de Qualificação Profissional do Trabalhador - Planfor**, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, tem como objetivo articular a capacidade e competência existentes na área de educação profissional, de modo a prover qualificação a pelo menos 20% da População Economicamente Ativa - PEA por ano. A premissa é que o FAT possa financiar a qualificação de cerca de 7% da PEA ao ano, ficando os 13% restantes por conta de outros fundos públicos e privados - já existentes ou que venham a ser criados para essa finalidade.

A meta inicial do **Planfor** para o período 2000-2002, de qualificar 12 milhões de trabalhadores com recursos do FAT, foi modificada em virtude das restrições orçamentárias impostas pelo cenário de dificuldades econômicas. Dessa forma, a meta física foi redimensionada para o atendimento a 7,8 milhões de trabalhadores - 3 milhões em 2000, 3 milhões em 2001 e 1,8 milhão em 2002.

Entretanto, apesar do cenário desfavorável, as negociações com os parceiros do Programa permitiram a superação dessas metas, garantindo que o **Planfor** encerrasse o biênio 2000-2001 com 7 milhões de pessoas qualificadas, com investimento de R\$ 935 milhões do FAT. Para 2002, a meta física foi estabelecida em 1,8 milhão de treinandos, com investimento de R\$ 310 milhões do FAT. Até 31 de dezembro de 2002, foram empenhados R\$ 161 milhões de investimentos para a qualificação de 825 mil trabalhadores.

Os estados só começaram a receber recursos em agosto de 2002 e, até 31 de dezembro, apenas R\$ 161 milhões (52% dos R\$ 310 milhões previstos para o exercício) tinham sido liberados para o **Planfor**. Esse montante é insuficiente para garantir o desempenho esperado até o final do ano, considerando as especificidades da implementação de programas de educação profissional que, por mais flexibilidade operacional que se tenha, não podem ser ativados sem um mínimo de planejamento e preparação.

É importante ressaltar que, devido ao esforço da equipe responsável pelo **Planfor** e de seus parceiros, o contingenciamento de recursos ocorrido em 2000 e a redução de recursos em 2001 não impediram a evolução positiva do Índice de Cobertura da PEA, indicador mais importante do Programa. Os demais indicadores (Taxa de Conclusão dos Cursos e Taxa de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho) também não foram afetados pelo redimensionamento das metas. Em 2002, no entanto, dois dos indicadores pioraram significativamente: a Taxa de Cobertura da PEA e a Taxa de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho. Tal comportamento pode ser explicado pelo contingenciamento orçamentário-financeiro, agravado pelas incertezas da economia global e seu contexto recessivo. Para 2003, os três indicadores possuem expectativas de evolução diferenciadas entre si.

Gerente:
Carmem Rocha Dias

A Taxa de Conclusão dos Cursos está acima do previsto para o final do Plano Plurianual, que fixou para 2003, uma taxa de 95% para este indicador. Em 2002, esse indicador atingiu 96%, nível próximo aos 97% atingidos em 2001. A elevada taxa de conclusão dos cursos do **Planfor** indica a qualidade e pertinência da formação ofertada, tanto em face das demandas do setor produtivo, como do perfil e necessidades do público-alvo. Qualidade e

pertinência estas que motivam os treinandos a concluir os cursos, como forma de aumentar sua empregabilidade. Em 2003, apesar das adversidades mencionadas, a taxa de concluintes deverá ficar acima de 95%, cumprindo as metas fixadas para o PPA e superando o padrão de programas semelhantes, no País e no exterior, que dificilmente operam com expectativa de conclusão superior a 90%.

Quanto à Taxa de Encaminhamento ao Mercado de Trabalho, a mesma comportou-se como previsto no PPA, atingindo níveis de 53% em 2000 e 55% em 2001. Esta proporção é calculada sobre o total de treinandos desocupados que, por sua vez, representam cerca de metade dos treinandos do **Planfor** nesses anos. Em 2002, essa taxa caiu a 13%, por força da baixa geração de trabalho em praticamente todos os setores da economia, além da redução de recursos do **Planfor** e atrasos na sua liberação, que afetaram todos os cronogramas de execução dos cursos. Mesmo assim, cabe observar que foram encaminhados cerca de 55 mil trabalhadores, número expressivo no atual contexto desfavorável do mercado de trabalho.

Em 2003, previa-se encaminhar 80% dos desocupados, taxa que dificilmente será atingida, pois supunha índices crescentes desde 2000 - o que não foi possível dado o contexto já mencionado. Ainda assim, estima-se encaminhar, em 2003, cerca de 50% dos treinandos desocupados, no mínimo mantendo a tendência de 2000-2001 - o que por si representa um desafio, dada a queda sofrida em 2002.

Para atingir 50% de encaminhamento, contudo, é preciso garantir o nível de investimento e o cronograma previsto para 2003, uma vez que cortes e atrasos comprometem todo o processo de execução dos cursos e de encaminhamento dos concluintes (levando, por exemplo, a que terminem os cursos em épocas menos favoráveis à inserção no mercado). É também fundamental a melhora do contexto econômico, com a reativação do mercado de trabalho.

No tocante à Taxa de Cobertura da PEA, o **Planfor** chegou a 4,3% em 2000, passando a 4,8% em 2001, considerando apenas os programas diretamente financiados pelo FAT, evidenciando uma evolução segundo as metas propostas para o PPA. Entretanto, em 2002, o forte contingenciamento orçamentário implicou drástica redução das metas do **Planfor**: de 5,4 milhões para apenas 1,8 milhão de treinandos, o que permite a cobertura de apenas 2,3% da PEA. Até o momento, o **Planfor** só pôde empenhar recursos para a qualificação de 825 mil trabalhadores, aproximadamente 1% da PEA. Cabe ressaltar que os resultados do **Planfor** vêm sendo aferidos por um conjunto de 77 itens/questões, que além dos três indicadores do programa no PPA, abrangem outros aspectos relevantes para a avaliação, realizada de forma descentralizada, por 35 entidades, em sua maioria universidades públicas. Esse conjunto de itens/questões sintetiza os resultados do **Planfor** em três grandes dimensões, assim constituídas:

- 63 indicadores de eficiência, ou seja, da adequação do **Planfor** às diretrizes do FAT, do cumprimento de metas e da legislação em vigor. Na avaliação realizada em 2001, esses indicadores são satisfatoriamente atingidos em 80% dos casos, ou seja, dos 40 Planos Estaduais de Capacitação - PEQ e parcerias que são a base de implementação do **Planfor**;
- nove indicadores de eficácia, a saber, dos benefícios relatados pelos egressos do **Planfor**, pesquisados entre seos a doze meses após a conclusão dos cursos. Na avaliação 2001, esses benefícios são registrados em 90% dos casos; e

- cinco indicadores de efetividade social, entendida como o alcance do **Planfor** como política pública. A avaliação de 2001 indica cumprimento médio de 80% desses quesitos.

Os ajustes abruptos nas metas, decorrentes das restrições orçamentárias, foram prejudiciais ao desempenho do **Planfor**, uma vez que a educação profissional exige visão de médio e longo prazo. A instabilidade e descontinuidade de investimentos afetam a capacidade de planejamento, dificultam o ajuste preciso do foco na demanda do mercado de trabalho e a crescente mobilização de parceiros públicos e privados, essenciais para otimização dos recursos do FAT, para diversificação e a melhoria dos serviços ofertados, bem como para maior eficiência, eficácia e efetividade social das ações desenvolvidas.

Concepção

O **Planfor** foi originado no diagnóstico do mercado de oferta e demanda de qualificação do País, levando em conta o projeto de Governo, a partir de 1995, de desenvolvimento sustentado, com justiça e equidade social. Dessa perspectiva, o **Planfor** foi proposto para equacionar três grandes problemas ou demandas:

- estruturar e consolidar a componente "qualificação profissional" no âmbito do Programa Seguro-desemprego, conforme previsto na legislação que regulamenta o FAT;
- garantir uma oferta de qualificação profissional continuada a parcelas crescentes da População Economicamente Ativa - PEA, de modo a melhorar suas chances de inserção e desenvolvimento profissional e elevar a competitividade do setor produtivo; e
- fortalecer, por meio da qualificação profissional, todo o projeto social do Governo - inclusive compromissos firmados com a Organização Internacional do Trabalho - OIT e o Mercosul de promoção da igualdade de oportunidades, combate à pobreza e promoção do trabalho digno no País.

Esse triplo desafio orientou as grandes diretrizes do **Planfor**, de foco na demanda do mercado, mas também de prioridade a grupos vulneráveis da PEA. Por outro lado, serviu para balizar suas metas de atendimento a parcelas crescentes da PEA - o que de fato aconteceu desde 1996, somente prejudicado em 2002, devido ao contingenciamento de recursos.

Cabe observar que as três demandas são permanentes. Dessa forma, o **Planfor** foi pensado como política pública e não como programa de treinamento em massa. Por isso, as três grandes diretrizes que balizaram sua concepção devem também orientar sua continuidade e expansão a partir de 2003.

O objetivo central do **Planfor** é articular e disponibilizar oferta crescente de educação profissional - EP com foco na demanda, como componente da política pública de trabalho e renda, por sua vez integrada a um projeto maior de desenvolvimento sustentado, com justiça e equidade social. O **Planfor** visa, assim, contribuir para aumentar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e subemprego, e elevar a sua produtividade e renda.

A premissa básica do Programa é financiar, com recursos do FAT, a qualificação permanente de pelo menos 7% da PEA ao ano, promovendo a articulação da rede pública e privada de educação profissional do País para atender outros 13%, de modo a se qualificar no mínimo 20% da PEA, ao ano.

Atualmente, as metas físicas do **Planfor**, já insuficientes para o atendimento à demanda por qualificação profissional existente no País e, conseqüentemente, para a consecução dos objetivos do Programa, são divididas entre as quatorze

ações estabelecidas no PPA. Dessas ações, algumas não se enquadram na concepção do **Planfor** e, portanto, deveriam ser excluídas do PPA. São elas: Qualificação de Cuidadores de Idosos; Qualificação de Jovens em Risco Social; Qualificação de Portadores de Deficiência e de Atendentes de Pessoas Portadoras de Deficiência; Qualificação de Agentes de Turismo nos Municípios e Qualificação de Trabalhadores na Área da Cultura.

Na verdade, ocorre uma superposição entre setor econômico e público-alvo, ou seja, a mesma pessoa pode ser enquadrada em diferentes ações do PPA, uma vez que todos os treinandos, qualquer que seja o grupo alvo a que pertençam, são qualificados para determinadas ocupações em determinados setores de atividade. Vale ressaltar que, até o momento, a dupla contagem dos treinandos tem sido evitada por meio do Sistema de Gestão Integrada das Ações de Emprego - Sigae, que permite a identificação individual dos treinandos, permitindo inclusive o cruzamento entre o público-alvo e setor econômico, ou a contagem isolada de cada uma dessas dimensões da formação.

Embora tenha como foco geral a PEA, o **Planfor** opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso – grupos vulneráveis – o **Planfor** garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas - para quatro categorias:

- pessoas desocupadas;
- pessoas ocupadas, em risco de desocupação permanente ou conjuntural;
- micro e pequenos empreendedores; e
- pessoas autônomas, associadas, cooperadas e autogeridas.

O **Planfor** prioriza o atendimento às pessoas que têm mais dificuldade de acesso a alternativas de qualificação, por razões de pobreza, baixa escolaridade e outros fatores de discriminação no mercado de trabalho. A meta do Programa é assegurar o acesso desses segmentos às ações de qualificação profissional, promovendo a capacitação de negros/pardos/indígenas, mulheres, portadores de deficiência, idosos, jovens e outras populações vulneráveis, em parcelas no mínimo proporcionais à sua participação na PEA ou na população.

Desse modo, os públicos das ações de Qualificação de Cuidadores de Idosos, Qualificação de Jovens em Risco Social e Qualificação de Portadores de Deficiência e de Atendentes de Pessoas Portadoras de Deficiência, têm prioridade de acesso às demais ações de qualificação executadas no âmbito do **Planfor**, não sendo necessária, portanto, a manutenção dessas ações no PPA.

Ademais, cabe mencionar, ainda, que as ações de Qualificação de Agentes de Turismo nos Municípios e Qualificação de Trabalhadores na Área da Cultura, estão em desacordo com as diretrizes do Codefat. A definição prévia de um setor econômico ou ramo de atividade é incompatível com os critérios estabelecidos pelo Codefat para a determinação das ações a serem executadas pelo Programa. As ações do **Planfor** são executadas com foco na demanda do mercado de trabalho e no perfil da população alvo, orientadas pela efetiva demanda do setor produtivo, reunindo interesses e necessidades de trabalhadores, empresários e de cada comunidade beneficiada.

Além do ajuste no conjunto de ações do Programa, é necessário uma expansão das metas físicas, de modo que o **Planfor** possa financiar, com recursos do FAT, a qualificação permanente de pelo menos 7% da PEA ao ano, contando

com a possibilidade de que a rede pública e privada de educação profissional do País possa atender outros 13%, de modo a se chegar ao mínimo de 20% ao ano.

Outra questão que deve ser abordada é a adequação dos indicadores do Programa, que precisam ser revistos em face dos objetivos do **Planfor**. Encaminhamento ao mercado de trabalho é objetivo e indicador de desempenho de serviços de intermediação, e não de programas de qualificação. Para o **Planfor**, além dos indicadores quantitativos de eficiência, é essencial a eficácia (medida por nove indicadores pesquisados junto aos egressos) e a efetividade social como política pública (medida por cinco indicadores). A proposta é que se trabalhe com as três dimensões - eficiência, eficácia e efetividade social - medidas pelos indicadores mais apropriados ao Programa.

O **Planfor** encerra o período 2000-2002 consolidado, embora alguns aspectos do Programa ainda precisem de aperfeiçoamentos, de maneira a garantir desempenho ainda melhor no futuro. Dentre os desafios para os próximos anos, destacam-se:

- o **Planfor** apenas iniciou, mas precisa avançar e consolidar os elos entre a qualificação profissional e demais programas financiados com os recursos do FAT, que são voltados para colocação no mercado de trabalho (intermediação) e geração de renda (microcrédito). Precisa também reforçar a integração com outros programas da área social do Governo (direitos humanos, educação de jovens e adultos, combate à pobreza e desenvolvimento local), sob a responsabilidade de outros órgãos. Essa integração pode maximizar a eficácia e efetividade social do Programa;
- sensibilização e capacitação dos organismos federais de controle, para que entendam o significado de um programa efetivamente descentralizado e atualizem suas práticas e conceitos, de modo a não comprometer o andamento das ações. Desde 1995, o **Planfor** enfrenta resistência e má vontade desses organismos, que se empenham em fiscalizar, autuar e multar, sem a menor consideração com seus objetivos, propostas e resultados;
- é necessário que seja aperfeiçoada a metodologia de avaliação local (descentralizada) e nacional. Proposta nesse sentido foi elaborada para 2003-2006, baseada na experiência do período 1995/2002;
- é necessário um reforço de recursos humanos no âmbito da gerência, em quantidade e qualidade. A expansão e a consolidação do Programa exigem, cada vez mais, um perfil que não pode ser obtido com os baixos salários e falta de outros incentivos profissionais;
- a sensibilização e capacitação no âmbito das unidades descentralizadas devem ser retomadas e intensificadas, inclusive por causa da mudança de quadros esperada para 2003;
- a atual forma de coordenação e acompanhamento das ações descentralizadas é adequada, mas devem ser aprimorados os sistemas implementados (Sigae, Supervisão Operacional e Avaliação Externa);
- garantir que haja liberação de recursos em tempo hábil para execução;
- ampliação e intensificação da implementação e capacitação de conselhos municipais de trabalho, tripartites e paritários, que são mecanismos fundamentais de controle social; e
- precisa ser retomada/intensificada a capacitação das equipes locais, a partir de 2003, dada a provável troca de equipes na maioria dos estados e parceiros.

O saldo final é positivo. O **Planfor** acumulou avanços, aprendizados e casos de experiências bem sucedidas, que contribuíram para a seu contínuo aperfeiçoamento, entre os quais se destacam:

- desenvolvimento e consolidação de metodologia e prática de avaliação de programas sociais, em bases descentralizadas (os produtos da avaliação do **Planfor** 2000-2002 sintetizam procedimentos e resultados nesse sentido);
- desenvolvimento e consolidação do Sistema de Informações Gerenciais - Sigae e de supervisão operacional do Programa;
- desenvolvimento de metodologias e recursos didáticos para formação de formadores, gestores sociais, públicos especiais (portadores de deficiência, mulheres em situação de pobreza, jovens em risco social) e microempreendedores;
- fortalecimento e aprimoramento metodológico/operacional de uma rede nacional de cerca de 2,5 mil entidades executoras de cursos/programas, incluindo universidades, escolas técnicas, Sistema S, sindicatos, entidades empresariais e ONGs – um universo de mais de 10 mil profissionais diretamente envolvidos com ações de qualificação (docentes, instrutores);
- estímulo à implementação e capacitação de cerca de 2,5 mil conselhos estaduais de trabalho, organismos tripartites e paritários que formam um universo de mais de 50 mil atores, em todo o País, voltado para questões de trabalho, geração de renda e qualificação profissional;
- fortalecimento e capacitação de equipes técnicas das secretarias estaduais de trabalho, de sindicatos e organizações empresariais – um contingente em torno de mil profissionais atuando na gestão/execução descentralizada do **Planfor**, possibilitando a cobertura de 85% dos municípios do País;
- a implementação e a execução descentralizadas, acompanhadas do fortalecimento e capacitação de organismos estaduais e outros parceiros (trabalhadores, empresários, ONGs), que dotam o programa de maior flexibilidade;
- a execução por meio da rede existente de educação profissional, fortalecendo-a e contribuindo para reorientar seu foco, em matéria de públicos e programas;
- a estruturação de um sistema de monitoramento e avaliação adequados à natureza e objetivos do Programa, como política pública; e
- a articulação e integração – ainda incipiente, mas expressiva – do projeto social do Governo, colocando a qualificação profissional como componente ou "liga" para reforçar e potencializar os demais programas.

Apesar da redução de recursos, até 2000 o **Planfor** logrou atingir ou mesmo superar as metas de treinandos, dada a redução do custo médio das ações de qualificação. O esforço dos gestores e parceiros do Programa contribuiu para a otimização dos investimentos, minimizando os efeitos adversos de cortes e contingenciamentos impostos ao Programa.

Em 2001, a instabilidade econômica e a elevação das taxas de inflação geraram elevação no custo médio por treinando, cujo volume deve cair em proporção maior que o de investimentos. Em 2002, o corte e atraso na liberação de recursos impuseram urgência na reorganização de calendários e cronogramas, pressionando os custos para cima. Não obstante, o aumento no custo médio por treinando foi inferior à variação da inflação em 2001 e deve continuar abaixo

Implementação

da inflação em 2002 (com base no IPCA/IBGE), graças ao empenho em negociações com os parceiros do **Planfor**.

De todo modo, os resultados do **Planfor** 2000-2003 provavelmente ficarão aquém do inicialmente previsto no PPA, uma vez que, do investimento projetado para o período, de R\$ 4 bilhões, apenas 25% (cerca de R\$ 1,1 bilhão) foram alocados no Programa até o momento. Ainda que se realize o investimento total esperado para 2002 (R\$ 310 milhões, desconsiderando emendas parlamentares) e a pré-proposta orçamentária do Codefat para 2003 (que prevê R\$ 620 milhões), a execução financeira do **Planfor** ainda ficará na casa de R\$ 1,8 bilhão, ou seja, apenas 45% do planejado para o quadriênio.

O PPA 2000-2003 propunha a evolução gradativa das metas físicas do **Planfor**, acompanhando os crescimentos anuais dos investimentos, culminando, em 2003, em uma taxa de cobertura de 7% da PEA. Entretanto, a drástica compressão do investimento previsto implicou também drástica redução das metas físicas do Programa. O achatamento das metas tem impactos negativos não apenas sobre indicadores de desempenho, mas sobre todo o processo de consolidação do **Planfor**, seu avanço metodológico e conceitual, bem como sua articulação com outros programas do PPA, que contam com a qualificação profissional como suporte ou componente fundamental.

Apesar do cenário adverso, o **Planfor** conseguiu avançar, principalmente, por meio da consolidação de parcerias. O Programa passou a ocupar papel central na estratégia do PPA, contribuindo para a efetividade de diversos programas como o Comunidade Ativa, o Plano Nacional de Direitos Humanos (por meio do Serviço Civil Voluntário - SCV, implementado em todas as unidades federativas) e o Plano Nacional de Segurança Pública (formação de policiais civis e militares, qualificação e elevação da escolaridade de detentos e egressos do sistema penitenciário).

Cabe destacar também a parceria estabelecida entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Saúde, a partir da qual recursos do **Planfor**/FAT passaram a ser investidos diretamente no Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem - Profae, programa sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde. O Profae tem o objetivo de melhorar a qualidade da atenção ambulatorial e hospitalar, reduzindo o déficit de pessoal auxiliar de enfermagem qualificado e apoiando a dinamização e melhoramento da regulamentação do mercado de trabalho no setor de saúde. Até o momento, foram investidos R\$ 75 milhões do **Planfor**/FAT no Profae, resultando na qualificação de 73 mil profissionais da área da saúde.

Parceria semelhante foi estabelecida com o Ministério da Educação, objetivando reformar e expandir a educação profissional no País, por meio da ampliação da oferta de vagas e melhoria de currículos, possibilitando a qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep. Até o momento, por meio do termo de cooperação técnica e financeira estabelecida entre os dois ministérios, no âmbito do Proep, foram investidos R\$ 19,3 milhões do **Planfor**/FAT na qualificação de 25,2 mil pessoas.

Além dessas parcerias, seria desejável o estabelecimento de parceria com programas de educação supletiva de jovens e adultos, do Ministério da Educação e outras entidades, de forma a suprir a deficiência de escolaridade básica dos trabalhadores, com serviços públicos/privados de colocação no mercado de trabalho e mecanismos de crédito popular, de forma a garantir ampla inserção profissional do pessoal treinado. Trata-se de parcerias iniciadas, mas que necessitam ganhar escala e se consolidar.

Após quase oito anos de implementação, o **Planfor** tem parcerias bem definidas e consolidadas, com os estados, entidades de trabalhadores, empresários e ONGs. As maiores dificuldades no cumprimento de metas/ações residem no achatamento de recursos para a qualificação, o que desorganiza todos os cronogramas de execução (cujas regularidade é fundamental em programas de qualificação).

A implementação descentralizada do Programa exige um acompanhamento permanente da execução das ações. Esse acompanhamento das ações de qualificação profissional, implementadas tanto pelas secretarias de trabalho quanto pelas parcerias, se dá por meio do Sigae e pela Supervisão Operacional - SOP (executada por entidades contratadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para supervisionar as ações em uma ou mais unidades federativas, sob gestão direta da equipe responsável pelo **Planfor** no Ministério). A SOP inclui visitas a locais de cursos, a entidades executoras e gestores de convênios, realizadas por pessoal treinado e membros da equipe do **Planfor**.

Mas muitas dificuldades ainda são enfrentadas e estão ligadas, por um lado, à falta de recursos, que limita o quadro de pessoal e possibilidades de deslocamento, por outro, à resistência natural a qualquer tipo de supervisão e controle, agravada pela falta de hábito e qualificação para alimentação correta de sistemas. Este último bloco de dificuldades vem sendo gradativamente superado, à medida que os sistemas se consolidam. A falta de recursos continua a ser um óbice.

Quanto à questão de recursos humanos, o **Planfor** intensificou, no quadriênio, o processo de desenvolvimento profissional de técnicos/gestores ligados às secretarias de trabalho e parceiros nacionais/regionais, incorporando também especialistas envolvidos na avaliação do Programa, coordenadores da supervisão operacional, membros de comissões estaduais e municipais de trabalho e pessoal de instituições executoras dos cursos. No período 2000-2002, foram realizadas 51 oficinas de trabalho em todo o País, contando com a participação efetiva de todos os técnicos/parceiros do **Planfor**.

Em 2002, foi instituído programa de aperfeiçoamento das equipes administrativa e técnica responsáveis pelo **Planfor** na esfera federal, com o objetivo de consolidar e difundir a base conceitual do Programa, de modo a aprimorar seu desempenho e ampliar as perspectivas de sua sustentação, a partir de 2003. Além disso, o **Planfor** patrocinou um curso de Atualização em Políticas Públicas de Trabalho e Renda, ministrado pela Finatex, fundação vinculada à Universidade de Brasília, direcionado a gerentes, coordenadores e técnicos da equipe federal.

A implantação dos sistemas tem sido um fator de melhoria de qualidade dos programas, de qualificação de equipes, de disponibilização de informações para organismos de controle e para toda a sociedade. A consolidação do Sigae/SOP tem alimentado também a avaliação de impacto, otimizando os trabalhos de campo e de análise de dados sobre a eficiência do **Planfor**.

Além dos sistemas implementados, outro importante mecanismo de acompanhamento das ações é a rede de conselhos estaduais (27) e municipais (2,5 mil) de trabalho, organismos tripartites e paritários, integrados por representantes do Governo, dos empresários e dos trabalhadores. Os conselhos atuam desde a fase de planejamento dos PEQs, definindo demandas e prioridades de alocação de recursos e acompanhando também a execução. São instâncias institucionalizadas, que passam pela homologação do Conselho Deliberativo do FAT - Codefat e representam, potencialmente, as principais forças e interesses locais. Tais conselhos são mecanismos fundamentais de controle social, consistindo em canais institucionalizados de participação da sociedade.

Outro mecanismo que propicia a participação da sociedade e também avalia a satisfação do público-alvo, mais especificamente daqueles diretamente afetados pelas ações de qualificação profissional, é a avaliação externa do **Planfor**, que inclui:

- pesquisa com egressos entre 6-12 meses após a conclusão dos cursos, com amostra aleatória simples, com margem de confiança de 95% e erro máximo de 5%. Em 2000, essas pesquisas abrangeram 70 mil egressos e em 2001, 80 mil, em todo o País;
- pesquisa com treinandos no final do curso – em 2000, essas pesquisas abrangeram 100 mil treinandos e em 2001, 150 mil, em todo o País; e
- pesquisa com atores fundamentais do Programa – gestores, membros de conselhos, empregadores, familiares de treinandos. Em 2001, essas pesquisas abrangeram quase 10 mil entrevistados em todo o País, em estudos qualitativos e quantitativos. Esses instrumentos, somados, fornecem subsídios importantes para a melhoria dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade social do **Planfor**.

Tais pesquisas foram implementadas desde o início do **Planfor** e vêm sendo ampliadas e aprimoradas, do ponto de vista metodológico/operacional, trazendo um aporte permanente dos benefícios gerados, expectativas, demandas e percepções que servem para orientar o planejamento anual, identificar fraquezas e fortalezas, em âmbito local e nacional.

Outra condição básica para a melhoria dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade social de qualquer programa é a qualificação massiva de seus gestores, executores e avaliadores. Isso é ainda mais premente na área de educação profissional que, ao contrário de outras atividades sociais (como educação básica e saúde), conta com poucas alternativas para formação de quadros no País.

Trabalho Legal

Resultados

A economia brasileira tem passado por transformações causadas pela abertura comercial e pela globalização, o que tem causado grandes mudanças na organização do trabalho. Tal contexto demanda do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE uma atuação no sentido de promover a modernização das relações trabalhistas, primando pelo respeito aos direitos dos trabalhadores.

O Programa **Trabalho Legal** possui quatro indicadores. O indicador Grau de Formalização do Emprego é apurado através dos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - PNAD, realizada pelo IBGE. Sua apuração é anual, excetuando os anos em que é feito o censo demográfico no país, motivo pelo qual não há dados disponíveis para 2000. No período abrangido pelo PPA 2000-2003, o índice de 1999 (índice de referência inicial do Programa), foi de 61,27%, e o de 2001, divulgado em setembro de 2002, ficou em 61,52%. Como a meta a ser alcançada em 2003 é de 70%, os índices apurados indicam que ela não será atingida, mas ficarão bem próximos.

Os três outros indicadores deste Programa tem sua aferição realizada a qualquer momento, permitindo, desta forma, sua verificação constante e uma conseqüente alteração de estratégias para que os mesmos sejam alcançados ao final de 2003. Dois destes indicadores têm relação direta com os objetivos do programa, a saber:

- a) Taxa de Regularização nos Estabelecimentos Fiscalizados, que expressa a primeira parte do objetivo, ou seja, assegurar o cumprimento dos direitos do trabalhador. Os números apurados são: 2000 – 80,94%; 2001 – 82,31%; e 2002 – 84,89%. Como o número final estabelecido para o Programa com relação a este indicador é 80%, pode-se verificar que desde o ano de 2000 tal índice foi alcançado e vem crescendo nos anos seguintes. Uma das estratégias utilizadas para tal sucesso é o redirecionamento da fiscalização trabalhista para os estabelecimentos que, após o cruzamento de vários dados cadastrais disponíveis no Departamento de Fiscalização do Trabalho/Secretaria de Inspeção do Trabalho, apresentavam indícios de irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista. Acrescente-se o fato de a fiscalização trabalhista ter passado por um amplo programa de capacitação, com início em 1999 e terminando em 2002, cujo objetivo principal foi disponibilizar aos auditores fiscais do Trabalho técnicas para a utilização em suas ações fiscais que levassem tais estabelecimentos a se regularizarem no que se refere à legislação trabalhista; e
- b) Número-Índice de Negociações Trabalhistas, expressando a segunda parte do objetivo, qual seja, estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores. O número total de negociações realizadas em 1998 serve de base para apurar o número-índice. O ano de 1998 é base 100. Neste ano foram realizadas 10.220 negociações. Ao final de 2003, a meta estabelecida define que este número deverá crescer em pelo menos 60%. Como é uma soma das negociações realizadas em 2000, 2001, 2002 e 2003, temos 30.787. Dessa forma, o número-índice apurado já atingiu a marca de 301,20, superando de forma significativa a meta de 160.

Quanto ao quarto indicador, Taxa de Irregularidades em Estabelecimentos, como já explicado acima, houve um redirecionamento da fiscalização do trabalho, fazendo com que tal índice se elevasse de 22,22% em 2000; para 28,53% em 2001; e para 31,92% em 2002. A tendência é que esse índice se torne cada vez maior até o

Gerente:

Leonardo Soares de Oliveira

final do PPA, em 2003, pois a fiscalização trabalhista tem metas anuais a serem cumpridas, cujas estratégias de execução levam a buscar os estabelecimentos onde há maiores indícios de irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista em vigor. Em decorrência dessa modificação no foco da fiscalização, o índice de 15,4% estabelecido para o indicador ao final do PPA, não é condizente com a realidade atual, devendo ficar em torno de 30%, em 2003.

Duas ações contribuem de forma clara e precisa para o sucesso de todo o Programa: Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS e Mediação das Relações Trabalhistas. Além da evolução dos resultados alcançados ano a ano refletido nos indicadores, podemos destacar também alguns pontos positivos nas ações que compõem o Programa **Trabalho Legal**. A fiscalização do trabalho, ao mudar o foco de sua atuação para os estabelecimentos onde há indícios de irregularidades e estabelecer metas anuais – a partir de 1999, com a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária/GDAT –, além do programa de capacitação implementado, conseguiu contribuir para que o número de trabalhadores registrados sob ação fiscal fosse elevado consideravelmente, tendo a estes trabalhadores assegurados, no momento de seu registro, todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

São estes os números de trabalhadores registrados sob ação fiscal, ano a ano, a partir de 1996, época em que o Sistema Federal da Inspeção do Trabalho - SFIT, responsável pelo fornecimento de dados gerenciais e estatísticos da inspeção do trabalho no Brasil, começou a funcionar: 1996: 268.558; 1997: 321.609; 1998: 261.274; 1999: 249.795; 2000: 525.253; 2001: 516.548; e 2002: 555.454.

Como pode ser observado, o total alcançado no período 1996-1999 (1.101.236) é inferior ao do período 2000-2002 (1.597.255), o que nos permite afirmar que ao final de 2003, será alcançada a marca de 2 milhões de trabalhadores registrados sob ação fiscal, superando em 100% o montante do PPA anterior.

Ainda como resultado expressivo, vale citar o aumento da arrecadação mensal do FGTS, que passou de uma média de R\$ 600 milhões em 1995 para cerca de R\$ 1,8 bilhão em 2002. Aqui cabe registrar o papel da fiscalização do trabalho, pois a massa salarial não obteve no mesmo período um crescimento tão grande. A inspeção do trabalho vem adotando inúmeros programas de fiscalização específicos para o FGTS visando um aumento na sua arrecadação, diminuindo a sonegação existente.

Para o sucesso destas ações, merece crédito também a institucionalização dos procedimentos especiais de fiscalização a partir de 2000, entre os quais estão as mesas de entendimento, tendo sido realizadas 3.480 mesas em 2000, 1.275 em 2001 e 1.025 em 2002 (janeiro a junho). Tal procedimento contribuiu de maneira significativa para o indicador que mede a regularização nos estabelecimentos fiscalizados. O número de mediações trabalhistas em 2002 chegou a 9.440, aliado à capacitação de um total de 610 pessoas para realização da mediação. Pode-se concluir que o objetivo do Programa no que se refere ao estímulo às negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores está sendo cumprido com êxito.

Também considerado como resultado expressivo, a quantidade de Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS expedidas ao longo da vigência deste PPA, sendo 6.601.915 em 2000, 6.332.685 em 2001 e 6.420.971 em 2002, podendo chegar ao final de 2003 a um montante de 24 milhões de CTPS expedidas. O processo de emissão da CTPS está sendo reformulado e, quando totalmente implantado, a emissão será informatizada, permitindo um controle eficaz sobre todas as CTPS em mãos de trabalhadores e fazendo com que o trabalhador que, por algum motivo, não tenha mais este documento, possa emitir outra com a mesma numeração.

É importante registrar que todos estes resultados positivos foram alcançados apesar dos contingenciamentos orçamentários/financeiros que habitualmente afetam o Programa. Com os resultados alcançados no período 2000/2002, é correto afirmar que dois indicadores, Taxa de Regularização nos Estabelecimentos Fiscalizados e Número-Índice de Negociações Trabalhistas, não só já tiveram suas metas atingidas, como terão suas metas ultrapassadas. Já com relação ao indicador Grau de Formalização do Emprego, pelos números apresentados relativos a 2001, ocorre a hipótese de um alcance do índice previsto para o final do PPA ser médio, entre 70 e 89% da estimativa. O indicador Taxa de Irregularidade em Estabelecimentos não terá sua meta atingida pelos motivos já explicados anteriormente.

Apesar de todos os problemas com relação às questões orçamentárias, o Programa tem conseguido alcançar bons resultados para o público-alvo, os trabalhadores. Tais resultados poderiam ser bem mais expressivos se o orçamento previsto inicialmente não sofresse contínuos contingenciamentos. As ações de fiscalização poderiam ser concentradas em locais onde os índices de informalidade e de sonegação do FGTS são muito altos mas, como para o deslocamento até estes locais, na maioria das vezes cidades do interior e áreas rurais, é necessário pagamento de diárias, passagens aéreas, combustível, veículos, equipamentos e recursos humanos, as ações de fiscalização ficam limitadas com os já citados contingenciamentos. Os valores pagos em diárias devem ser revistos, pois hoje não cobrem as despesas e há necessidade urgente de concurso público para auditores fiscais do trabalho a fim de aumentar os quadros disponíveis para uma ação mais eficaz na busca de resgatar a cidadania para milhares de trabalhadores brasileiros que não têm seus direitos trabalhistas e previdenciários respeitados.

.....

O problema que deu origem ao Programa pode ser identificado pelo seu próprio objetivo: assegurar o cumprimento dos direitos do trabalhador e estimular a negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregados. Ocorre a prática do descumprimento, por parte dos empregadores, da legislação trabalhista vigente, trazendo prejuízos para a classe trabalhadora. Ademais, existe também o clamor daqueles trabalhadores organizados e os representantes patronais de uma maior interação entre eles a partir de negociações coletivas. Assim surgiu a necessidade de ações concretas do MTE para resolver tais problemas/demandas.

Concepção

É importante salientar que a gerência do Programa **Trabalho Legal** não participou da elaboração do mesmo. Houve uma pequena participação, anterior à definição dos programas do MTE, onde foram apontados todos os problemas e demandas da sociedade. Já houve diversas oportunidades desta gerência manifestar, seja verbalmente ou de forma escrita (relatórios, avaliações), que um programa é mais bem definido e tem melhores estratégias de execução quando possui um único objetivo. Desta forma, foi solicitado diversas vezes a divisão deste Programa em dois e a retirada de ações que nada contribuem para o alcance de suas metas, mas essa proposta não foi acatada. Pelo contrário, houve a inclusão de ações que não contribuem para a consecução do objetivo do Programa. É o caso das ações Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho e Reparelhamento e Modernização das Unidades Regionais, claramente ações de gestão administrativa.

As várias solicitações, por parte desta gerência, foram no sentido de se dividir o Programa em dois, ficando um com ações para atingir a primeira parte do objetivo, ou seja, assegurar o cumprimento dos direitos do trabalhador e um outro programa para alcançar a segunda parte do objetivo, que é estimular a

negociação e a cooperação entre trabalhadores e empregadores. É importante registrar, ainda, o fato de que as estratégias de ação para o alcance desses objetivos nem sempre são convergentes, o que dificulta o desempenho do Programa.

A questão do descumprimento da legislação trabalhista sempre existiu e sempre existirá, não só no Brasil, mas em todo o mundo, razão maior para a existência da fiscalização trabalhista mantida pelo Estado e, no caso brasileiro, uma determinação constitucional. Estimular a negociação entre trabalhadores e empregadores é uma ação de destaque internacional que vai merecer a atenção do Estado ainda por muito tempo, haja vista o índice de sindicalização no País ser ainda baixo, com menos de 40% dos trabalhadores filiados a alguma entidade sindical. Tais índices também são baixos quando se trata de entidades patronais.

Para continuar cumprindo os seus objetivos e alcançando melhores resultados, o **Trabalho Legal** necessita de alguns ajustes em outros aspectos de sua concepção, a começar pela exclusão das ações Distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Estudo para Revisão da Metodologia de Codificação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Estas ações são inócuas para o atendimento dos objetivos do Programa.

Em termos da suficiência de metas físicas, quando da implementação do PPA 2000-2003, as metas físicas de cada ação estavam corretamente dimensionadas. Porém, quando houve necessidade de adequação destas metas, seja para mais ou para menos, não foi possível fazê-lo. Embora o Ministério do Planejamento sempre afirmar que o Plano não é inflexível, a prática não confirmou esta afirmação, pois sempre há necessidade de aprovação do Congresso Nacional de qualquer alteração no Plano, o que torna bem mais complicado efetivar qualquer alteração. E todo plano deve ser flexível o suficiente para ser alterado na medida em que é executado. Exemplos de contingenciamento e mudanças nas políticas de atuação do Ministério não são poucos, e as alterações das metas físicas não acompanham tais problemas. Uma sugestão é não ser estabelecida uma meta fixa, mas sim um intervalo, com possibilidade de variação na medida em que as ações são executadas.

Conforme já mencionado, no bloco de avaliação dos resultados, dois indicadores do Programa demonstram a necessidade de adequação. O Número-índice de Negociações Trabalhistas tem um índice de 160 para o final do PPA. Entretanto, o mais adequado seria acompanhar a evolução do indicador em termos absolutos. Tal justificativa já foi feita nas avaliações de 2000 e 2001, mas não foram acatadas. Os números alcançados em 2000: 12.156; 2001: 9.191; e 2002: 9.440, demonstram a necessidade de adequação. A estimativa para 2003, seria mais correta se estabelecida em 10 mil negociações. Há também a necessidade de trocar a denominação do indicador para Número de Negociações Trabalhistas.

O outro indicador que necessita de adequação é a Taxa de Irregularidades em Estabelecimentos. Com o redirecionamento da fiscalização do trabalho, tendo em vista necessidade de cumprimento de metas previamente estabelecidas, que são: aumentar o número de trabalhadores registrados sob ação fiscal e aumentar a arrecadação do FGTS, o índice final esperado no PPA deve ser modificado, pois a inspeção, a partir de cruzamentos de banco de dados a ela disponíveis, busca os estabelecimentos com indícios de irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista, fazendo com que o índice seja superior ao estabelecido pelo Programa atualmente. Tal índice deve ficar próximo de 30%, bem acima dos 15,4% estabelecidos no PPA para 2003, já que os números apurados até o momento são os seguintes: 2000: 22,22%; 2001: 28,53%; e 2002: 31,92%.

Ao contrário do que ocorreu no início da execução desse Programa, em 2000, aspectos da estratégia de implementação foram revistos para o ano de 2001 e continuaram tendo sucesso em 2002, havendo um envolvimento de toda a equipe, principalmente daqueles servidores que são responsáveis pela execução de ações e que estão em unidades diversas daquela na qual a gerência atua, todas no âmbito do MTE. Cabe ressaltar que, com o novo SigPlan, a gerência não depende mais das informações do setor competente para verificar a execução financeira de cada ação.

Podem ser citadas como estratégias bem sucedidas, os contatos permanentes com cada responsável pela execução das ações, a definição desses responsáveis e a verificação, através de reuniões nas unidades descentralizadas, dos problemas que os servidores da ponta estão tendo para executar uma ação e, juntamente com eles, buscar soluções e alternativas para resolver a questão.

..... Segundo dados do SigPlan, a execução não tem apresentado significativo distanciamento do volume de recursos previsto na Lei Orçamentária Anual. Em 2000, o Programa executou R\$ 110,9 milhões, dos R\$ 134,6 orçados para o exercício. Tal comportamento foi repetido em 2001, com execução de R\$ 150,5 milhões, frente ao volume orçado de R\$ 168,4 milhões.

Implementação

Em 2002, embora tenha havido contingenciamento de recursos financeiros, a maioria das metas fixadas para as ações foram cumpridas ou ficaram perto dos 100% de cumprimento. Este fato se deveu à criatividade dos responsáveis pela execução de cada ação no decorrer do ano.

Quanto à questão de reprogramação, fica claro mais uma vez a inflexibilidade do orçamento, uma vez que os cortes são feitos, estabelecidos tetos para gastos em determinados períodos e não há revisão das metas físicas a serem cumpridas. Em alguns casos, não há como recorrer a parcerias, pois existem ações de execução exclusiva do poder público e esta restrição se dá até mesmo dentro do próprio órgão, onde apenas uma determinada categoria pode executá-la.

O Programa **Trabalho Legal** é bem característico no aspecto de parcerias. Apenas quanto às ações Estudo para Revisão da Metodologia de Codificação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e Sistema de Informações Sobre a Inspeção do Trabalho, existem parcerias concretas, feitas através de um contrato de prestação de serviços com entidades públicas e/ou privadas. De qualquer forma, talvez essa atividade não seja totalmente aplicável ao conceito de parceria em sua totalidade, pois o MTE só entra com os recursos financeiros para pagamento de um serviço contratado. Parceria tem de ter uma mão dupla, onde ambos saem ganhando.

As demais ações do MTE são executadas por si só, fazem parte da essência do Ministério e estão intimamente ligadas às funções a ele estabelecidas em lei. A ação Formação Continuada de Auditores Fiscais do Trabalho pode ser feita utilizando apenas servidores do MTE ou através de contratação de uma entidade específica para executá-la, mas aqui também há o contrato de prestação de serviços. Portanto, não se configura como efetivamente uma parceria, mas tão-somente a utilização dos mesmos servidores, no caso, auditores fiscais do trabalho, em outros programas do PPA 2000-2003, tais como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Programa de Erradicação do Trabalho Escravidor e Degradante.

Além de não desenvolver atividades concretas em parceria com outras entidades, o Programa não possui mecanismos permanentes de participação da sociedade. Entretanto, apesar de muito aquém do ideal, existem participações pontuais, porém ativas, quando algumas entidades são convidadas a participar de reuniões, principalmente quando se tem como objetivo fazer um diagnóstico de uma determinada situação, como no caso da fiscalização trabalhista em alguns setores econômicos. Nesses casos, a participação tem caráter tripartite, com representantes do Governo, trabalhadores e empregadores.

Da mesma forma, o Programa não possui um sistema de avaliação da satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução. Porém, é possível obter algum indício dessa satisfação na medida em que esse público utiliza os serviços prestados pelo MTE e se manifesta, seja positiva ou negativamente. De qualquer forma, é correto afirmar que as Delegacias Regionais do Trabalho são referências para os trabalhadores e para as entidades sindicais.

Em termos de estrutura para a implementação do Programa, em 2002 a execução continuou a ser marcada pela falta de auditores fiscais do trabalho para um melhor cumprimento da ação relativa à fiscalização das obrigações trabalhistas e do FGTS, havendo necessidade de concurso público, que não é realizado desde 1998. Também há carência de pessoal de apoio. A infra-estrutura utilizada pela gerência não é exclusiva do Programa. A gerência se utiliza daquela disponível no Departamento de Fiscalização do Trabalho, o que, na prática, mostrou-se muitas vezes inviável, pois há acúmulo de funções para as poucas pessoas responsáveis pela parte burocrática do departamento. A utilização desta infra-estrutura se dá porque o gerente também é o diretor do citado departamento.

Em 2002, como nos anos anteriores, os recursos materiais foram insuficientes, principalmente no que diz respeito aos equipamentos de informática disponíveis para a fiscalização do trabalho. A rede do Ministério do Trabalho e Emprego não suporta o acúmulo de acessos simultâneos, o que, invariavelmente, provocou problemas de indisponibilidade.

Trabalho Seguro e Saudável

Resultados

Em 1998, a área de Segurança e Saúde no Trabalho - SST do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE foi incorporada ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade - PBQP, estabelecendo como meta mobilizadora da área de trabalho a redução da taxa de mortalidade dos acidentes de trabalho em 40% até o ano de 2003 e estabelecendo diversos projetos para o alcance da meta.

Com a reorientação do PBQP, o MTE assume integralmente as ações voltadas para a redução dos índices de acidentes do trabalho, por meio do Programa **Trabalho Seguro e Saudável** do PPA, mantendo a meta mobilizadora do PBQP. Com o objetivo de concentrar esforços para o alcance da meta de redução da taxa de mortalidade, a partir de julho de 2002, mediante a Portaria Interministerial nº 52, envolvendo os Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência e Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, foi instituído o Comitê Interministerial Gestor do Programa Nacional de Redução de Acidentes Fatais do Trabalho - PNRAFT, que abrange quatro linhas de ação e dez projetos.

Linhas de ação:

- revisão e reconstrução do modelo de organização do sistema integrado de segurança e saúde no trabalho;
- potencialização das políticas em segurança e saúde no trabalho;
- implementação de sistema integrado de gestão em segurança e saúde nas empresas; e
- aperfeiçoamento e organização de sistemas de informação e de pesquisas de interesse da área.

Projetos:

- Projeto 1 - reconstrução do modelo de organização do sistema integrado de segurança e saúde no trabalho;
- Projeto 2 - plano de ação integrada para a redução de acidentes e doenças do trabalho;
- Projeto 3 - otimização da inspeção nos locais de trabalho;
- Projeto 4 - aprimoramento da atenção ao trabalhador acidentado;
- Projeto 5 - sistema integrado de gestão em segurança e saúde nos locais de trabalho;
- Projeto 6 - programa nacional articulado de campanhas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho;
- Projeto 7 - programa nacional de formação e capacitação em segurança e saúde no trabalho;
- Projeto 8 - financiamento para melhoria das condições e dos ambientes de trabalho;
- Projeto 9 - sistema de informação e pesquisa em segurança e saúde no trabalho; e
- Projeto 10 - sistema de notificação de acidentes e doenças do trabalho.

Gerente:

Juarez Correia Barros Junior

O Programa **Trabalho Seguro e Saudável** tem como indicadores a Taxa de Mortalidade por Acidente de Trabalho, a Incidência Acumulada Decorrente de Acidentes de Trabalho e Taxa de Doenças Relacionadas ao Trabalho. A redução pretendida no Programa, de 40% da taxa de mortalidade por acidente de trabalho, no período de 1998 a 2003, já está praticamente alcançada. No período de 1998 a 2002, os índices demonstram uma redução de 38,67%. A da incidência acumulada de acidentes decorrentes do trabalho foi de 19,09%, e a da taxa de doenças relacionadas ao trabalho foi de 43,63%. No ano de 2002, avaliada pela comparação dos indicadores de acidentes de trabalho de 2001 e 2000, a redução da taxa de acidentes do trabalho (incidência acumulada) foi de 5,92%, a da taxa de doenças do trabalho foi de 12,03% e da taxa de mortalidade, de 19,43%.

Os indicadores continuam adequados, pelo menos até que se façam as mudanças legislativas necessárias para a ampliação do universo de trabalhadores cobertos pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

A taxa de mortalidade do País de 14 por 100 mil trabalhadores encontra-se abaixo da média mundial. Pode-se avaliar que o universo analisado é referente à cerca de 50% dos trabalhadores assalariados (aqueles do mercado formal de trabalho), ou a cerca de 30% da população ocupada do País (segundo dados da PNAD 2001). O valor ainda é alto, se comparado com o de países economicamente mais estáveis, onde é da ordem de 5 por 100 mil trabalhadores.

Entretanto, a redução é significativa no universo analisado. A redução da taxa de mortalidade por acidente de trabalho é ainda maior nos setores de atividade econômica priorizados pelo Ministério, a exemplo da indústria da madeira, onde a redução é de 41,64%. A priorização setorial, caminho escolhido pelo Ministério para potencializar os recursos na busca de resultados, aliados ao tripartismo com efetiva participação das representações de trabalhadores e de empregadores nas ações, trouxe resultados importantes em termos das principais ações do MTE.

Cabe ressaltar que para o alcance dos resultados obtidos até o ano de 2002, o DSST buscou aliar à forma tradicional de realizar a inspeção do trabalho novas estratégias que possibilitassem ampliar os resultados alcançados em termos de melhoria das condições de trabalho. Buscou-se, sobretudo, uma ação coletiva, por grupo de empresas, por setores econômicos, por base geográfica. Todas as novas ações foram desenvolvidas segundo a lógica do tripartismo. Para que tais estratégias fossem possíveis, analisaram-se detalhadamente os indicadores de acidentes e doenças do trabalho e, com base neles, desenhou-se a chamada "geografia do risco". Assim, as atuações locais e regionais tiveram que se adequar a um planejamento que estabelecia melhor o foco principal de atuação. Visando possibilitar a nova atuação em termos de auditoria, foi preciso investir bastante em capacitação, não só dos auditores fiscais do trabalho, mas também de representantes de empregadores e de trabalhadores. Em que pese os resultados do ano de 2002 estarem conforme o esperado, cabe acrescentar que as novas metodologias de atuação estratégica e coletiva implicarão em uma redução das metas quantitativas para os próximos anos. Essa redução possibilitará continuar agregando critérios de qualidade. Será preciso também definir novas metodologias de aferição de metas para possibilitar melhor visualização dos resultados obtidos.

Associadas à redução da taxa de mortalidade, podem ser citadas as melhorias significativas na adequação e na observação do sistema normativo de segurança e saúde no trabalho, os resultados positivos na Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Canpat, ampliada pelos esforços do Projeto 6 do Programa Nacional de Redução dos Acidentes Fatais no Trabalho (em que se transformou o PBQP, já citado) e, ainda, um avanço considerável na estrutura

de estudos e pesquisas, sobretudo no âmbito da Fundacentro. Obtiveram-se resultados positivos na Canpat, com a realização de oito Seminários Nacionais Tripartites Setoriais e um Congresso Nacional. Em 2002 a Fundacentro publicou os resultados de 67 pesquisas na área de SST, capacitou aproximadamente 44 mil pessoas em temas relacionados à área, através da realização de diversos cursos e eventos. Emitiu cerca de setecentos laudos e realizou mais de 9 mil análises laboratoriais e avaliações médicas.

A prática adotada de instituir comissões permanentes nacionais e grupos de trabalho tripartites para discutir e propor a criação de novas normas regulamentadoras ou de revisar as já existentes tem contribuído para incrementar o compromisso dos atores sociais (agentes de governo, trabalhadores e empregadores) na aplicação dessas normas nos ambientes de trabalho. Mais de 20 milhões de trabalhadores foram de alguma forma beneficiados com a nova regulamentação produzida por esse processo.

É importante destacar, também, o resultado da capacitação, que vem contribuindo decisivamente para o aperfeiçoamento das intervenções nos ambientes de trabalho. Realizou-se um amplo esforço para aumentar a qualidade da auditoria fiscal em SST, aliado à capacitação continuada do quadro de auditores. No ano de 2002 foram oferecidas 1.045 oportunidades de capacitação para auditores fiscais e atores que negociam habitualmente com o DSST - representantes de trabalhadores e de empregadores. No âmbito da Fundacentro a capacitação do público interno foi voltada para a elevação do nível acadêmico do seu quadro de funcionários, aumentando as oportunidades de acesso a cursos de especialização, mestrado e doutorado. Além disso, todos os servidores da instituição participaram de cursos de aperfeiçoamento, grande parte deles realizados em nível local.

Devem ser ressaltadas ainda as possibilidades abertas para os próximos anos, sobretudo com as discussões acumuladas sobre a definição de um novo modelo de atuação do Estado e da sociedade no campo da segurança e saúde, já apresentado como projeto de Lei ao Congresso Nacional, sob a denominação de Código Nacional de SST, através do qual se pretende criar mecanismos para ampliar o alcance do universo de trabalhadores além dos atuais limites do mercado formal de emprego celetista.

Entre os resultados alcançados, além dos medidos pelos indicadores, e que contribuíram para a redução dos índices de acidentes no período em análise, há um universo de aproximadamente 14 milhões de trabalhadores beneficiados a cada ano pelas inspeções realizadas nos ambientes de trabalho, apesar das metas anuais realizadas dessa ação terem ficado ligeiramente abaixo do previsto.

No período de 2000 a 2002, a Fundacentro fez a revisão de várias normas de higiene ocupacional, atualizando métodos técnico-científicos para avaliação de agentes de riscos ambientais. Além disso, elaborou recomendações técnicas de procedimentos, que servem de orientação complementar ao texto da NR 18, sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria de construção. A Fundacentro emitiu cerca de 3 mil laudos e publicou quase duas centenas de pesquisas. Também realizou por volta de 30 mil análises laboratoriais e avaliações médicas.

Portanto, a Fundacentro dedicou-se intensivamente ao desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria das condições de trabalho. Foram consideradas como produtos somente as pesquisas publicadas segundo padrões acadêmicos. As áreas de conhecimento abordadas foram: organização do

trabalho e ergonomia, sistemas de gestão em SST, transporte de cargas perigosas, acidentes industriais, educação, proteção de máquinas e equipamentos, higiene do trabalho (em particular, os agentes físicos calor e ruído, os agentes químicos poeira, sílica e metais, instrumentação para avaliações ambientais, espaços confinados), lixo domiciliar, erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador, estatísticas sobre acidentes do trabalho, avaliação de equipamentos de proteção individual e doenças relacionadas ao trabalho (particularmente as respiratórias e as lesões por esforços repetitivos). Os setores de atividade econômica tratados foram: agricultura (com ênfase na questão dos agrotóxicos, máquinas agrícolas e florestais), pesca e mergulho, aquaviário, mineração, galvanoplastia, madeira e mobiliário, curtume e artefatos de couro, indústria da construção, industrialização do cacau, micro, pequenas e médias empresas, artesanato (lapidação de pedras ornamentais e produção de painéis de barro).

O desenvolvimento dessas ações envolveu parcerias com organismos nacionais e internacionais, universidades, entidades de classe nacionais e estrangeiras, agregando valor às iniciativas. Os conhecimentos produzidos foram amplamente divulgados por meio de publicações e apresentações em eventos. Muitos deles foram incorporados ao conteúdo dos cursos oferecidos, subsidiaram o Ministério Público em suas intervenções nos ambientes de trabalho ou fundamentaram a elaboração de novos dispositivos legais e normativos.

Foi grande, particularmente, o impulso dado no sentido de inserir no trabalho e no ensino rural tópicos de segurança e saúde. Os novos conhecimentos disponibilizados sobre fatores de risco à segurança e saúde nos diversos setores estudados, ao serem discutidos com os atores sociais envolvidos, levam ao aumento da consciência crítica da população sobre os problemas e estimulam a participação de empregadores e trabalhadores na implementação de novas políticas de gestão em SST no Brasil. Tudo isso é fruto também do aumento nas oportunidades de acesso a cursos de especialização, mestrado e doutorado oferecidos aos pesquisadores e tecnólogos da Fundacentro, trazendo como consequência significativo aumento na produção científica da instituição.

Considera-se excelente a repercussão das ações educativas realizadas. Foram perto de mil cursos e eventos promovidos, que atingiram quase 150 mil alunos, ligados a diversos ramos de atividade econômica. As campanhas feitas alcançaram um público de 15 milhões de pessoas, estimado por índices de audiência de programas veiculados por cadeias de rádio e televisão. Foi assim que se procurou difundir conhecimentos, debater questões sobre SST e melhorar a qualidade do desempenho técnico dos profissionais da área, promovendo a transformação da realidade acidentária brasileira e a crescente melhoria dos ambientes e condições de trabalho. O desenvolvimento dessas ações geralmente envolve parcerias feitas com organismos nacionais e internacionais, universidades, entidades de classe nacionais e estrangeiras, agregando valor às iniciativas. A partir de 2002, foi intensificado o uso de novas tecnologias de ensino, procurando alcançar um público cada vez mais numeroso e diversificado, por meio de teleconferências e cursos à distância. A disponibilização de conhecimentos técnico-científicos em SST, com a publicação de livros, manuais técnicos, revistas, encartes em jornais de grande circulação, produção de vídeos e outros materiais educativos tem sido fundamental para o aumento de uma cultura que privilegie a melhoria constante das condições e dos ambientes de trabalho. Foram centenas de títulos produzidos e milhões de exemplares distribuídos pelo DSST e pela Fundacentro, desenvolvendo uma política agressiva de difusão de informações em SST, atendendo ao Projeto 9 do PNRAFT, bem como aos critérios estabelecidos no âmbito de órgãos colegiados, como a comissão editorial da Fundacentro.

Como principais oportunidades abertas após a implantação do Programa **Trabalho Seguro e Saudável**, e em decorrência do desenvolvimento de suas ações, verifica-se que elas foram se ordenando, criando uma identidade própria e estabelecendo articulações entre si, consolidando-se em um processo de sistematização. Em outras palavras, considera-se que houve uma absorção institucional das ações que compõem o Programa. Seus executores passaram a reconhecer a importância de cada ação desenvolvida, assim como a importância do conjunto delas para a obtenção dos produtos que levam ao alcance dos índices dos indicadores previstos. O Programa criou condições para que as atividades do DSST e da Fundacentro, sem perder de vista suas atribuições específicas, se integrassem na busca de um objetivo comum: a redução das taxas de acidentes do trabalho.

Os laudos emitidos pela Fundacentro têm atendido às necessidades de diversos segmentos do público-alvo do Programa, destacando-se aqueles que subsidiam o Ministério Público na definição de Termos de Ajuste de Conduta, e aqueles que têm contribuído para orientar ações de órgãos ambientais e de saúde pública, em nível local ou regional, perante eventos de contaminação do meio ambiente por agentes químicos e físicos.

A análise de acidentes tem a potencialidade de gerar conhecimentos imprescindíveis para a prevenção. Para evitar a repetição de acidentes, é preciso expandir o universo do evento, buscando conhecer suas causas e fatores desencadeantes. A Fundacentro tem uma linha de estudos específica sobre investigação de acidentes, uma vez que, para isso, é necessário permanentemente desenvolver e aplicar novos métodos e técnicas. O DSST promoveu a capacitação do corpo de auditores fiscais do trabalho nessa área e vem incentivando a investigação dos acidentes ocorridos, visando criar condições para que todos eles, sem exceção, sejam investigados. O conhecimento acumulado por esta via possibilita que sejam realizadas ações mais efetivas de fiscalização, negociação e estabelecimento de parcerias, favorecendo a eliminação de conjuntos de eventos causadores de acidentes. Deve ser ressaltada a maior efetividade conseguida da auditoria fiscal com a investigação de acidentes recentes e com a comunicação ao Ministério Público dos fatores determinantes das ocorrências.

Pode ser apontada, ainda, como oportunidade real a execução dessas ações pelas Unidades Descentralizadas componentes do DSST – as Delegacias Regionais do Trabalho –, e da Fundacentro (centros regionais, estaduais e escritórios de representação), dando abrangência nacional ao programa, respeitando as diversidades locais e viabilizando as intervenções necessárias para combater os agravos à saúde dos trabalhadores e melhorar as condições dos ambientes de trabalho.

Durante o período de 2000 a 2002, o Programa **Trabalho Seguro e Saudável** vem cumprindo com seus propósitos. Atingiu média alta de metas físicas realizadas e obteve evolução satisfatória dos índices dos indicadores. Essa constatação permite inferir que as ações do programa têm tido impactos positivos sobre o público-alvo, pois o envolvimento e a participação dos segmentos sociais organizados representativos de empregadores e trabalhadores intensificaram-se neste período. Houve a implantação e implementação de comitês tripartites nacionais, regionais, estaduais e locais para diversas atividades econômicas (como indústria da construção, mineração, portos, rural, marítima, galvânicas) e áreas de conhecimento (como benzeno, silicose, ergonomia, erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente). Essa participação nos comitês tem-se caracterizado por atitudes pró-ativas, como a implantação de

sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho no âmbito das organizações produtivas, com negociações acerca dos principais problemas evidenciados em cada atividade. Por essa via tem se indicado, com controle social, as soluções adequadas para a melhoria das condições de trabalho, inclusive com o estabelecimento de prazos determinados para seu cumprimento.

Esta prática das negociações tripartites no campo da segurança e saúde no trabalho, priorizadas na vigência do Programa **Trabalho Seguro e Saudável**, assegurou a sua importância no combate aos acidentes e determinou que a proposição de normas técnicas, que devem reger a política em segurança e saúde no trabalho, seja feita também de forma participativa. As ações de estudos e pesquisas e de capacitação de profissionais em segurança e saúde no trabalho, através da realização de eventos, cursos e produção de materiais educativos, vêm sendo executadas de acordo com as propostas surgidas no âmbito dos comitês. Os diagnósticos, estudos e pesquisas estão direcionados para a busca de dados necessários para intervenção nos ambientes de trabalho. Os processos educativos estão voltados para uma ação transformadora dos agentes sociais envolvidos neste processo. É assim que os conhecimentos técnicos e sociais em segurança e saúde no trabalho estão sendo atualizados e disponibilizados continuamente. Conseqüentemente, o público-alvo do Programa, concebido originalmente como clientela a ser alcançada, passa para a categoria de parceiros e colaboradores ativos, que contribuem significativamente para o alcance dos resultados obtidos.

Finalmente, espera-se para o próximo período que as discussões acumuladas sobre a definição de um novo modelo de atuação do Estado e da sociedade no campo da segurança e saúde atuem no sentido de se ampliar o alcance do universo de trabalhadores além dos atuais limites do mercado formal de emprego celetista. Também se deverá buscar o reforço do sistema tripartite, a definição de novas metodologias para aferição de resultados qualitativos e uma ampliação da participação da Fundacentro na produção científica.

..... **Concepção**

No Brasil, são altos os índices de mortalidade e morbidade por acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Este problema tem trazido danos irreparáveis à saúde dos trabalhadores e gerado custos sociais elevados para o Estado e a sociedade. Suas principais causas são as condições inadequadas encontradas nos ambientes de trabalho, algumas associadas à falta de acesso a informação já disponível, outras decorrentes das constantes transformações por que passam os setores produtivos.

Ao longo do tempo, a distribuição do problema se altera. Mas, a cada ano, a equipe executora do Programa analisa as estatísticas por setor de atividade econômica, por estado da Federação e por região geográfica, estabelece novas prioridades e redireciona as ações, de modo a intervir nos locais onde a incidência se mostra mais alta, mantendo a atenção voltada também, na medida das necessidades, para aqueles em que já se vinha fazendo intervenção, de modo a evitar reversão do quadro de melhoria antes obtido.

Apesar dos excelentes resultados alcançados, o programa necessita de alguns ajustes. Quanto ao seu objetivo atual, ele está adequado ao problema. Todavia, sugere-se que ele seja ampliado a partir de 2004 para incluir a introdução de melhorias das condições e dos ambientes de trabalho. Da mesma forma, sugere-se que, para o próximo PPA, o público-alvo venha a ser ampliado para incluir o trabalho informal e a regionalização seja atualizada com novas estratégias e instrumentos de intervenção para atendimento às necessidades regionais específicas identificadas.

Propõe-se para 2004 a criação de três novas ações: Auditoria Estratégica em SST, Inserção na Educação Formal da Temática Segurança e Saúde no Trabalho e Investigação dos Acidentes Fatais, além do desmembramento da ação Formação Continuada de Técnicos em Segurança e Saúde do Trabalhador, de modo a atender também os servidores da Fundacentro.

Propõe-se ainda, incorporar as metas físicas e financeiras da ação Pesquisa para Desenvolvimento de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador à ação Estudos e Pesquisas para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho; mudar a denominação da ação Serviços de Análise Laboratorial em Segurança e Saúde do Trabalhador para Serviços de Análise Laboratorial e de Avaliações Médicas em Segurança e Saúde do Trabalhador; acrescentar como produto dessa ação os ensaios de calibração de instrumentos, e para isso, é necessário o remanejamento de recursos atualmente alocados para estudos e pesquisas; redução da meta física da ação Inspeção dos Ambientes e Condições de Trabalho das atuais 160 mil para 120 mil, de modo a melhor direcionar os serviços para atender prioridades nacionais e regionais, de acordo com novos critérios de qualidade de inspeção, que lhe confere maior complexidade de execução.

Foi identificada também a necessidade de se agregar novos indicadores ao Programa, capazes de refletir a qualidade dos processos de geração dos produtos das ações, considerando também a nova parcela de público-alvo proposta.

O Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho e a Fundacentro, que executam o Programa **Trabalho Seguro e Saudável**, vêm procurando atuar na educação formal, inserindo no ensino fundamental conteúdos programáticos de segurança e saúde no trabalho, tendo inclusive preparado material específico sobre o tema, dirigido aos professores e alunos. Os parceiros têm avaliado positivamente essas ações, reconhecendo sua intenção de incluir temas de valoração social junto aos educandos, preparando-os para ingressarem futuramente no mercado de trabalho com uma visão ampliada sobre as questões de segurança e saúde no trabalho. No contexto atual, já se pode verificar algum impacto das discussões feitas nas escolas, que são refletidas no ambiente familiar dos alunos, dando curso a um processo de socialização de conhecimentos e idéias acerca do mundo do trabalho. No entanto, a qualificação de alunos das redes de ensino formal não está colocada como meta física no PPA 2000-2003, ainda que possa estar interferindo em seus resultados. Propõe-se, então, sua inclusão no próximo PPA, com ampliação de sua abrangência para todos os níveis de ensino – fundamental, médio e superior – e realce para o ensino profissionalizante.

Em relação aos aspectos da estratégia de implementação do Programa, considera-se que seria importante introduzir um plano de avaliação das ações executadas pelo DSST e pela Fundacentro, de conformidade com os instrumentos oficiais já desenvolvidos para o PPA, capaz de gerar ao longo de cada ano as informações pertinentes.

Quanto ao acompanhamento dos executores, o mesmo é realizado pelo DSST, sob a responsabilidade da Coordenação de Fiscalização, Programas e Projetos que assessora a gerência do Programa. Esse acompanhamento é feito nas diversas coordenações e nas Delegacias Regionais do Trabalho - DRT, seja em visitas *in loco* às DRTs, seja através do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT, que monitora toda a ação fiscal.

Encontra-se em fase final de desenvolvimento, a ser implantado a partir de janeiro de 2003 nas DRTs, o Sistema de Planejamento e Acompanhamento de

Programas e Projetos, totalmente informatizado e compatível com os instrumentos formais exigidos pelo PPA.

A Fundacentro dispõe atualmente de um sistema de acompanhamento mensal de execução de suas ações. Para cada uma delas existem formulários próprios em que são fornecidas pelos executores informações detalhadas sobre os produtos obtidos. No âmbito da diretoria técnica, são feitas a análise criteriosa e a consolidação dos dados de execução, para lançamento no SigPlan. Semestral e anualmente, os executivos da sede e unidades descentralizadas da Fundacentro também preparam relatórios em que são destacados as transformações observadas junto ao público-alvo e o número de pessoas beneficiadas. Porém, tudo isso têm sido feito por meio de papel. Propõe-se a criação de um sistema informatizado, que inclua ainda mecanismos para planejamento e avaliação, com possibilidade de migrar os dados necessários para alimentar o SigPlan e disponibilizar informações ao público interessado no assunto pelo portal da Fundacentro.

Finalmente, os aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos principais resultados do Programa **Trabalho Seguro e Saudável** foram:

- plano de ação com metas, prazos e responsáveis definidos;
- forma de articulação com as parcerias e com as partes interessadas, priorizando o sistema tripartite paritário;
- forma de coordenação e acompanhamento dos executores por relatórios mensais, semestrais e anuais acerca das ações desenvolvidas, informando as metas físicas alcançadas e detalhando o processo de sua realização, os resultados alcançados e impactos de transformações observadas; e
- forma de participação de componentes do público-alvo, transformados em colaboradores e parceiros.

Essas estratégias representaram oportunidades de aperfeiçoamento na gestão dos projetos e atividades, com incorporação de novos valores na cultura institucional, possibilitada pela articulação feita no âmbito do PNRAFT.

..... **Implementação**

O padrão da execução financeira do Programa no período 2000-2002 foi compatível com os recursos financeiros liberados. O orçamento sempre esteve em perfeita sintonia com o previsto no PPA, porém o limite financeiro estabelecido por decreto prejudicou a execução de algumas ações em função da descontinuidade de fluxo de recursos.

No entanto, em referência ao exercício de 2002, o cenário enfrentado apresentou restrições mais significativas. Os recursos para várias ações do DSST previstas no PPA foram insuficientes, além de não terem sido liberados conforme o planejado para o ano de 2002. As ações de Inspeção dos Ambientes e Condições de Trabalho estão sendo revisadas para que se amplie a qualidade das ações e projetos inovadores precisam ser implementados. No ano de 2002, muitas ações não puderam ser desencadeadas. É preciso que seja feita uma reavaliação das metas físicas e financeiras da ação.

O DSST pretendia também ampliar significativamente a ação de Formação Continuada de Técnicos em Segurança e Saúde no Trabalho, mas teve suas iniciativas limitadas pela falta de recursos financeiros. O DSST tem na capacitação dos seus servidores e do público externo uma das principais

iniciativas para reduzir a incidência dos acidentes de trabalho e precisa ampliar as metas físicas e financeiras para a ação. Quanto à ação de Modernização do Sistema de Informações sobre Segurança e Saúde no Trabalho, é urgente que se consiga a aquisição de equipamentos de informática para potencializar os resultados da ação de inspeção. Com o atual conjunto de bancos de dados, RAIS, Caged, GFIP, PNAD, entre outros, não é possível continuar com Auditores Fiscais do Trabalho que não acessam tais fontes durante a inspeção. Também nesta ação de Modernização é preciso ampliar significativamente o aporte de recursos de conhecimento, sobretudo em questões sobre as quais a disponibilidade bibliográfica ainda é restrita. Para isso, é preciso ampliar a contratação de serviços. Ainda com relação à ação de modernização, é mister relatar que recursos aprovados não foram liberados para a execução. Os já escassos recursos, foram também contingenciados. Quanto à ação de Normas Sobre Segurança e Saúde do Trabalhador, foi preciso, no ano de 2002, restringir as iniciativas em função dos valores orçados. A ação Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho também teve várias possibilidades restritas em função do orçamento. A realização de 28 campanhas com os recursos previstos fez com que seu âmbito e alcance fossem muito mais limitados do que o desejável.

Para as ações da Fundacentro os recursos foram suficientes, ficando as dificuldades encontradas por conta da necessidade de adequar a previsão de execução ao limite financeiro fixado mensalmente. Outra dificuldade encontrada foi a de falta de recursos para a infra-estrutura administrativa e de apoio.

Avaliando a implementação do Programa no exercício de 2002, os seguintes aspectos ainda devem ser destacados:

- Os recursos materiais foram inadequados para a implementação do Programa. A auditoria fiscal do trabalho precisa urgentemente se equipar para acessar bancos de dados durante a realização de suas ações de inspeção. São necessários equipamentos de computação individuais para tal fim. Os equipamentos computacionais da sede do DSST, das Delegacias Regionais do Trabalho e também das Subdelegacias precisam ser modernizados. É necessário reequipar os laboratórios científicos da Fundacentro. Auditórios e salas de aula precisam de equipamentos adequados às novas tecnologias de ensino e de mídia, inclusive para possibilitar a ampliação do processo de educação à distância. Algumas Delegacias Regionais do Trabalho e Subdelegacias precisam ampliar e modernizar sua frota de veículos automotivos.
- Em termos de infra-estrutura, apesar de alguns avanços efetivados no ano de 2002, ainda há necessidade de modernização de laboratórios e melhoria de instalações de auditórios, salas de aula, sistemas de ar-condicionado e de distribuição de energia elétrica na sede e em algumas unidades descentralizadas da Fundacentro. Algumas Delegacias Regionais do Trabalho e Subdelegacias também precisam de urgentes reformas de seus espaços físicos.
- A equipe gerencial do DSST é completamente insuficiente para o desenvolvimento das ações que lhe são afetas. Atualmente este trabalho é feito por dois auditores fiscais do trabalho lotados no DSST, por outros três com lotação temporária e por um gerente não-auditor, totalizando seis cargos para gerenciar as ações realizadas em todo o Brasil. Delegacias Regionais e Subdelegacias também estão com problemas de ocupação de cargos de gerenciamento, ou porque a remuneração da função é muito pequena ou porque os cargos de gerência estão com remuneração menor que a do servidor sem cargo de chefia. A Fundacentro tem problemas de carência e de má distribuição de quadros gerenciais, sobretudo na área administrativa.

O DSST e as Delegacias Regionais do Trabalho, incluindo as Subdelegacias, têm carência de auditores fiscais do trabalho. O último concurso realizado foi em 1998. Espera-se a contratação de duzentos novos auditores para que se possa fazer frente às necessidades. Os servidores administrativos são insuficientes. O quadro funcional da Fundacentro apresenta-se com número insuficiente de servidores. O corpo técnico e administrativo da entidade compreende um total de 284 servidores lotados em sua sede no Centro Técnico Nacional - CTN, instalado em São Paulo e em suas unidades descentralizadas, distribuídas pelo País em dez estados e no Distrito Federal.

Além da disponibilidade de recursos, a capacitação da equipe, também impacta na implementação do Programa. Nesse sentido, parte da equipe gerencial vinculada ao programa participou dos eventos de capacitação oferecidos pelo Ministério do Planejamento, que permitiram melhorar o entendimento das concepções que fundamentam as estratégias de execução do Programa. Entretanto, para aperfeiçoar o esforço de capacitação da equipe gerencial é necessário que:

- a própria composição dessa equipe seja mais bem definida, ampliada e institucionalizada;
- haja inserção de todos os membros da equipe no processo de capacitação;
- seja organizado um plano de capacitação a ser oferecido para as equipes gerenciais de todos os programas, incluindo cursos, encontros, reuniões técnicas, seminários etc., abordando conteúdos básicos e avançados em gestão por programa e possibilitando o intercâmbio de experiências entre as equipes.

O Programa **Trabalho Seguro e Saudável**, em execução pelo DSST e Fundacentro, e articulado através do PNRAFT, conta com parceiros efetivos que atuam de forma compartilhada para obter os produtos das ações planejadas. Em geral, são organismos de âmbito internacional e nacional, com ampla representatividade social e reconhecida competência técnica.

É digno de nota que os termos de cooperação técnica assinados com diversos parceiros vêm permitindo a qualificação e o aperfeiçoamento mútuo, o intercâmbio na produção de conhecimentos, bem como a aquisição de ferramentas dotadas de novas tecnologias, aplicáveis à nova configuração mundial do trabalho globalizado. Esta prática renova o fazer cotidiano, dando-lhe maior vigor técnico-científico, com uso de novos e mais adequados instrumentos, que resulta em maior diversidade e extensão das ações. O Programa conta com as seguintes instituições parceiras:

- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que realiza a avaliação da conformidade dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que ajuda a identificar indicadores que permitam avaliar o nível de segurança no trabalho nas concessionárias dos serviços de energia elétrica;
- Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que desenvolve ações conjuntas no campo da segurança e saúde no trabalho;
- Serviço Social da Indústria/Departamento Nacional - SESI/DN, que desenvolve ações conjuntas no campo da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário/Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf, ajudando a levar temas de destaque, como os cuidados no uso de agrotóxicos, aos trabalhadores das pequenas propriedades rurais;

- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea propiciando formas de divulgação de serviços especializados em segurança e medicina do trabalho;
- Organização Internacional do Trabalho - OIT, que prima pela ratificação e cumprimento das convenções e das recomendações;
- Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que prima pela adequação de normas técnicas;
- Federação Brasileira da Indústria da Construção, em cooperação técnica para desenvolver ações em SST;
- Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, atuando no desenvolvimento de ações conjuntas no campo da segurança e saúde no trabalho;
- Confederação Nacional da Indústria/Serviço Social da Indústria, que permite o alcance de 6.736.701 trabalhadores do setor da indústria e 2.415.566 da construção civil, para ações que incluem capacitação dos profissionais do SESI em cursos desenvolvidos;
- Confederação Nacional da Agricultura - CNA/Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - Senar, que realiza o repasse de informações estratégicas aos produtores rurais;
- Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU/PR, que atua no desenvolvimento de ações conjuntas no campo de segurança e saúde no trabalho, principalmente aquelas relacionadas ao setor da indústria da construção; e
- Ministério da Saúde, para promover a integração da rede dos agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família nas ações de combate ao trabalho infantil, às formas de trabalho degradante, à proteção do trabalhador adolescente e à prevenção de acidentes e doenças do trabalho.

Além das parcerias já existentes, são parcerias consideradas vantajosas, que ainda não puderam ser realizadas: Ministério da Defesa - Infraero - para estabelecer procedimentos conjuntos de segurança e saúde no abastecimento de aeronaves; e Agência Nacional do Petróleo - para estabelecer políticas e procedimentos conjuntos que visem à redução de acidentes e sua gravidade nas atividades do setor.

O Programa também abre espaço para a participação da sociedade, uma vez que as ações são executadas pelo quadro funcional do DSST e da Fundacentro do Ministério do Trabalho e Emprego e suas unidades descentralizadas, e em parceria com segmentos organizados da sociedade, especialmente aqueles que representam empregadores e trabalhadores. No âmbito da Fundacentro está instituído o conselho curador, com caráter tripartite e deliberativo.

Desde de 1996, vem sendo mantido o funcionamento da Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, que tem por objetivo deliberar sobre prioridades e acompanhar a construção e atualização das normas regulamentadoras. Outros canais participativos estão funcionando, tais como câmaras técnicas e comissões tripartites nacionais ou regionais, com atenção dirigida a determinados setores de atividade econômica ou temas, como construção civil, portos, mineração, setor rural, de transporte, benzeno, alimentação do trabalhador e prevenção de acidentes maiores. Todos eles obedecem às diretrizes traçadas pela CTPP, trabalhando na elaboração ou revisão de normas regulamentadoras, buscando acordos coletivos, desenvolvendo ações educativas, estudos e pesquisas, editando publicações, produzindo vídeos etc.

A participação social tem sido efetiva em nível central e regional, com envolvimento coletivo desde a concepção das ações, acompanhamento de sua execução e avaliação dos seus resultados. O compromisso do trabalho participativo tem propiciado maior visibilidade aos produtos das ações executadas.

A metodologia da regulamentação na área de segurança e saúde no trabalho está definida pela Portaria do MTE nº 393, de 1996, tendo como princípio básico a adoção do sistema tripartite paritário – Governo, trabalhadores e empregadores – e observando as seguintes etapas: definição de temas a serem discutidos; elaboração de texto técnico básico; publicação do texto básico no Diário Oficial da União; instalação do Grupo de Trabalho Tripartite - GTT; e aprovação e publicação da norma no Diário Oficial da União.

Cabe ao DSST instituir a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP, que define os temas a serem alvo de regulamentação, levando em conta resultados de pesquisas científicas e sugestões de sociedade. O texto técnico básico é elaborado por grupo técnico integrado por profissionais pertencentes à Fundacentro, entidades de direito público e de direito privado, ligadas à área objeto da regulamentação pretendida, ouvida a CTPP. Esse texto básico é publicado no Diário Oficial da União, para conhecimento, análise e sugestões da sociedade. Depois disso, o grupo de trabalho tripartite fica com a incumbência de analisar as sugestões recebidas e elaborar proposta de regulamentação do tema. Quando necessário, este grupo pode recomendar ao DSST a realização de audiências públicas, seminários, debates, conferências ou outros eventos, como forma de promover ampla participação da sociedade no processo. Essa metodologia tem-se mostrado extremamente bem-sucedida e deverá ser mantida nos próximos anos.

No que se refere à satisfação dos usuários do Programa, existem instrumentos de avaliação aplicados às ações de natureza educativa, cujo tratamento de dados demonstra que os seus objetivos estão sendo atingidos. Por meio desses instrumentos o público alcançado se manifesta satisfeito.

Em 2002, foram feitas tentativas de realizar uma pesquisa ampla para medir o grau de satisfação do usuário/beneficiário do Programa. Todavia, em decorrência dos contingenciamentos da execução orçamentária, não foi possível viabilizar a contratação dos serviços especializados, necessários para elaborar e aplicar a pesquisa, que deveria incluir instrumentos de consulta estruturada aos parceiros e aos visitantes do portal e *sites* do DSST e da Fundacentro na internet.

Corredor Araguaia-Tocantins
Corredor Fronteira Norte
Corredor Leste
Corredor Mercosul
Corredor Nordeste
Corredor Oeste-Norte
Corredor São Francisco
Corredor Sudoeste
Corredor Transmetropolitano
Descentralização de Rodovias Federais
Gestão da Política de Transportes
Manutenção da Malha Rodoviária Federal
Manutenção em Regime de Gestão Terceirizada
Manutenção de Hidrovias
Navegação Interior
Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário
Serviços de Transporte Ferroviário de Carga
Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Ministério dos Transportes

Corredor Araguaia-Tocantins

Resultados

.....

Reduzir o custo do transporte de cargas na região que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás é o objetivo do Programa. Verifica-se, entretanto, que a baixa capacidade, o alto custo, e a inexistência de integração multimodal para o transporte de cargas são os principais problemas que dificultam o escoamento da produção da Região Centro-Oeste através dos portos marítimos do Pará e do Maranhão e o incremento das ligações econômicas entre as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país.

A construção do Pátio Multimodal de Porto Franco (MA), em parceria com a iniciativa privada, e a operação comercial da Ferrovia Norte-Sul pela Companhia Vale do Rio Doce, que no período de 1989 a 2002 transportou aproximadamente 4,5 milhões de toneladas de carga, são resultados de implementação da ação Construção da Ferrovia Norte – Sul, cujos investimentos realizados em 2002 propiciaram a conclusão da ponte (1,3 km) sobre o rio Tocantins, ligando o Estado do Maranhão ao Estado do Tocantins. A Ferrovia Norte-Sul opera hoje em 230 km, entre Açailândia - MA e Estreito - MA, interligando-se com a Ferrovia Carajás e chegando ao porto de Itaqui, em São Luís - MA. Dando continuidade à implementação do Projeto, está sendo construída a ligação entre Estreito e Darcinópolis (TO), onde foram executados na superestrutura em seis km, dos 42 km previstos.

A parceria com os governos estaduais viabilizou a conclusão da execução da Alça Viária de Belém (66 km), bem como a pavimentação do trecho BR-230 (TO), Mumbuca (Trevo) – Luzinópolis (48 km), ambas as ações executadas pelos governos dos Estados do Pará e Tocantins, respectivamente.

As restrições orçamentárias registradas no período provocaram insatisfação nos parceiros e na sociedade, e importantes segmentos do público-alvo do Programa já manifestaram insatisfação pela baixa execução das principais ações previstas, o que irá impedir o aumento da oferta de transportes e a redução de custos para a movimentação de cargas na área de abrangência do Programa. Dos recursos previstos para aplicação nas ações estratégicas, no período do 2000 a 2003, cerca de 30% foram efetivamente liberados, o que vem gerando alongamento nos prazos de execução dos empreendimentos e, em consequência, um aumento considerável nos custos de implantação.

Concepção

.....

A inexistência de sistema de coleta de dados não permitiu a mensuração da variação do índice do indicador. A extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Geipot, instituição que deveria ser responsável pelo processo de avaliação dos resultados, agrava ainda mais a situação. Além disso, a insuficiência de limites orçamentários e financeiros, o não cumprimento do cronograma para a efetiva liberação dos recursos e impedimentos legais para a execução física das ações minimizam a possibilidade de se atingir o índice inicialmente previsto para o indicador no final do plano.

Visando permitir o acompanhamento e a avaliação do Programa por ação e, ainda, melhorar a programação plurianual e a transparência para a sociedade, sugere-se adotar ações específicas para o transporte rodoviário, discriminadas por rodovias em cada estado, conforme aprovado na Lei Orçamentária 2003.

Gerente:
Roberto Zaidan

As metas físicas estabelecidas no PPA, para o Programa, contemplam a execução parcial da maioria das ações, não planejando conclusões de projetos, isto é, não permitindo, alcançar os objetivos desejados.

Implementação

Faz-se necessário criar mecanismos que garantam a liberação dos recursos nos períodos e volumes desejados, permitindo a execução das etapas programadas. Dos recursos da dotação orçamentária aprovada para o Programa, em 2002, cerca de R\$ 306,4 milhões, até dezembro foram liquidados R\$ 121,1 milhões. Como já foi mencionado, a insuficiência de limites orçamentários e financeiros, o não cumprimento do cronograma para a efetiva liberação dos recursos e impedimentos legais para a execução física das ações minimizam a possibilidade de se atingir o índice inicialmente previsto para o indicador no final do plano. Além disso, com a extinção da Geipot, órgão que deveria ser responsável pelo cálculo desse índice, torna-se necessária a indicação de instituição que se encarregue dessa apuração.

No processo de implementação de ações multissetoriais, quando a gerência do Programa não faz parte da estrutura funcional da organização responsável pela execução, é visível a falta de interesse na alocação e liberação dos recursos e na disponibilização de informações que permitam uma eficiente implantação das etapas programadas. Assim, torna-se imprescindível a criação de mecanismo que defina o envolvimento e os compromissos efetivos do Ministério executor.

A oferta de cursos e treinamentos para as equipes gerenciais, propiciada pela ENAP, supre de forma adequada a necessidade de capacitação desejada.

Corredor Fronteira Norte

A origem do Programa foi a necessidade de integração rodoviária da Região Norte com o restante do País e países vizinhos. Assim, foram concebidos os principais eixos rodoviários que são a espinha dorsal dos estados da Região Norte, destacando-se as rodovias BR-174 nos Estados do Amazonas e Roraima, BR-156 no Estado do Amapá e as BR-364 e BR-317, ambas no Acre. A idéia é incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre e desses estados com os países da fronteira norte do Brasil. Ressalte-se, ainda, que a implementação dos projetos pode ser complementada com programas do tipo Calha Norte, cujas ações contemplam a execução de projetos rodoviários na Região Norte.

Resultados

A avaliação dos resultados do Programa ocorreu com base no volume de veículos por dia nas rodovias a serem construídas. Embora não tenha havido uma aferição dos índices no período, pode-se assegurar que, em todos trechos implantados/pavimentados, houve expressivo aumento do tráfego médio diário. Há casos em que os índices dos indicadores foram superados, podendo-se destacar a rodovia BR-174 nos trechos Manaus - Presidente Figueiredo e Boa Vista - Caracaraí, onde o atual volume médio diário é superior a mil veículos por dia.

Os investimentos realizados no Programa resultaram nas conclusões:

- da construção do trecho da BR-317 (AC), Brasília – Assis Brasil (Estrada do Pacífico), onde foram pavimentados os 110 quilômetros programados;
- da ponte sobre o Rio Branco na BR - 174 (RR/AM), Manaus – Fronteira com a Venezuela, com setecentos metros de extensão; e
- da pavimentação de 124 km na BR-401, no Estado do Roraima, entre Boa Vista e Bonfim na fronteira com a República Cooperativista da Guiana.

Além disso, foi pavimentado cerca de 70% do trecho da BR-156 (AP), entre Ferreira Gomes e Tartarugalzinho, e executados cerca de 65% da construção da ponte internacional sobre o rio Itacutu na fronteira do Brasil (Roraima) com a República Cooperativista da Guiana. Cabe ainda ressaltar a execução de cerca de 80% da pavimentação do trecho entre Feijó e Tarauacá na BR-364 no Estado do Acre.

Podem-se mencionar outros efeitos de caráter geral percebidos pelos usuários, tais como, a maior facilidade no acesso às cidades localizadas na área de influência dos trechos pavimentados, regularidade de serviços de transportes de passageiros em toda a região, facilidades de fiscalização de fronteiras e de cargas nas remotas fronteiras da Região Norte, estabelecimento de linhas regulares de ônibus interestaduais/internacionais conforme o caso, e uma maior conscientização sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e questões indígenas.

O objetivo do Programa está bem estabelecido e representa a sua finalidade.

Concepção

Embora a regionalização das ações do Programa, em tese, venham a contribuir para alcançar seus objetivos, o indicador utilizado para mensurar a contribuição das ações na consecução de seu objetivo baseado no Volume Médio Diário - VMD é, apesar de não ter sido atualizado no período, um indicador que demonstra o fluxo de transporte nas rodovias.

Gerente:

Irani Dutra de Siqueira

Implementação

Paralisações devido a questões relacionadas com auditorias do TCU – foram detectadas impropriedades na execução do Projeto na BR -401 (RR) – afetaram o ritmo de execução das obras das pontes sobre os rios Arraia e Itacutu, na fronteira do Brasil com a Guiana. O processo de obtenção de licenças ambientais contribuiu para retardar o início/continuidade das obras referentes à pavimentação da BR-317 (AM), Boca do Acre – divisa AM/AC. Por outro lado, a ingerência de muitos órgãos no mesmo tema, como nas áreas indígenas, também ocasionou paralisação de obras devido a atrasos na solução das questões levantadas. Outro fator determinante no processo de implementação dos projetos foi a irregularidade de fluxo de recursos quando as obras estavam desimpedidas, gerando atrasos na execução dos cronogramas.

As condições climáticas da região nem sempre possibilitam estabelecerem-se cronogramas que sejam rigorosamente cumpridos, havendo necessidade de concentrarem-se as liberações de recursos nos períodos fora das chuvas, que, na maior parte dos estados, se estendem por mais de seis meses. Cabe informar, ainda, que a participação do público-alvo na implementação de ações ocorre da forma mais convencional, ou seja, por meio de encontros, seminários, cursos de capacitação e debates e, em alguns casos, pelo acompanhamento da mídia.

Corredor Leste

Resultados

Reduzir o custo do transporte de cargas na região geográfica que engloba os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro é o objetivo do Programa. O foco principal é a redução dos custos de fretes e os operacionais de transporte, influenciando diretamente no chamado “custo Brasil”. No caso de um corredor de transportes, a redução dá-se a partir de:

- melhoria operacional das vias de transporte, reduzindo o tempo de viagem;
- redução dos custos de operação dos veículos de carga;
- diminuição de acidentes, mediante a execução de obras de adequação de rodovias (duplicação de pistas), com conseqüente redução do valor dos seguros da carga e do veículo,
- melhoria da conservação e manutenção das estradas;
- redução de pontos críticos;
- melhoria da sinalização;
- aumento de capacidade e modernização de portos e hidrovias; e
- melhoria dos acessos às cidades e terminais.

Além disso, há outras ações externas aos programas que geram benefícios, tais como o incentivo à multimodalidade, a simplificação de documentação para transporte, a fiscalização eficiente, os sistemas de controle e pesagem de veículos para evitar sobrecargas que deteriore as vias, o incentivo para renovação de frotas, a melhoria na formação profissional de operadores do sistema de transporte, a construção de terminais de cargas multimodais em pontos referenciados e estratégicos, a redução de impostos para veículos de cargas e uma legislação e regulamentação que proporcionem a integração de meios de transporte e disciplinem o setor.

Na execução das obras do Programa verificou-se um descompasso em relação ao planejado, principalmente devido ao baixo volume de recursos investidos e também por interferências de ordem administrativa, geradas pela extinção dos órgãos operacionais (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, Geipot) e pela fiscalização de organismos de controle como o TCU.

Podem-se destacar, entre as ações que compõem o Programa, seis obras consideradas “estratégicas”, que deveriam ter prioridade na sua execução, em tese, com fluxo de recursos garantido. Destas, três obras estão em fase de projetos e o início de sua execução está previsto para ocorrer após 2003, quais sejam: construção de acessos rodoviários ao Porto de Sepetiba, adequação da BR-153 (MG), divisa GO/MG – Entroncamento BR-365 (Trevo) e a adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte. Outras duas obras, que poderiam ser concluídas em 2002, tiveram restrições orçamentárias e financeiras, inviabilizando a execução de acordo com os respectivos cronogramas físico-financeiros estabelecidos no Plano. São elas a segunda etapa da adequação da Rodovia Fernão Dias BR-381 (MG), com 473 km, onde cerca de 460 km estão duplicados, e a duplicação do trecho da BR-050 (MG) entre a divisa MG/SP e Uberlândia (100 km), cujo nível de realização física alcançou 48 km, em 2002. Cabe, ainda, registrar o avanço físico ocorrido na duplicação da BR-153 (GO), Aparecida de Goiânia – Itumbiara (188 km), onde foram realizados serviços em 50% dos 145 km asfaltados.

Gerente:

Carlos Alberto La Selva

Concepção

O objetivo do Programa deve ser readequado para melhor descrever sua finalidade. A redução de custos de transporte não depende apenas da construção, manutenção ou adequação de uma via. Depende de muitos outros fatores, como, por exemplo, os preços dos combustíveis ou das tarifas de pedágio. É necessário lembrar, que efetivamente o reflexo da adequação de uma via só se dará após a finalização das obras. Como geralmente a execução dessas obras ocorre a médio e longo prazos, nem sempre pode-se constatar mudanças nos índices dos indicadores durante a execução dos serviços.

Os indicadores não expressam adequadamente as mudanças que ocorrem ao longo do tempo com a execução das ações. Em geral, a redução de custos de transporte numa determinada região, só se fará sentir após a conclusão de ações. Entretanto, não foi dado prosseguimento na metodologia de aferição deste índice devido à extinção do órgão que fazia esta medição (Geipot), não havendo, portanto, no momento, como constatar sua variação.

Implementação

A expansão da oferta de infra-estrutura de transportes sem dúvida é um benefício que melhora os resultados da economia e gera desenvolvimento. Entretanto, para maximizar os efeitos decorrentes da aplicação dos recursos disponíveis, as ações devem ser priorizadas no orçamento e no Programa, de tal forma que sejam efetivadas para trazerem benefícios à sociedade, assegurando-lhes fluxo de recursos que garanta a execução de seus cronogramas e monitorando-se os custos de implantação.

O orçamento para 2002 para as obras do **Corredor Leste** contemplou recursos da ordem de R\$ 465,5 milhões, dos quais foram liquidados cerca de R\$ 326,8 milhões. Vale lembrar que o processo de liberação, iniciado a partir de abril de 2002, ocasionou redução no ritmo de execução das obras até esta data e um descrédito por parte das empresas de construção, gerando paralisações dos projetos ou um andamento físico no ritmo proporcional aos pagamentos efetuados.

A duplicação da rodovia Fernão Dias BR-381 (MG), programada para ser concluída em julho de 2002, em função da insuficiência de recursos, terá sua conclusão transferida para outubro de 2003. O mesmo ocorreu com a duplicação da BR-153 (GO), em que sua conclusão, prevista para ocorrer em setembro de 2002, foi postergada para abril de 2004. A conclusão da duplicação do trecho da BR-050 (MG) entre a divisa MG-SP e Uberlândia, que poderia ocorrer em dezembro de 2002, foi adiada para dezembro de 2003. Em todos esses casos podem acontecer, dentre outros: aumento de custos devido a reajustes de contratos, novas licitações, aumento dos contratos de supervisão e gerenciamento até a finalização da obra, pagamento de juros e comissões de empréstimos internacionais, aumento contratual devido à revisão de projetos necessários para adequação dos serviços não executados e perdidos pela não-conservação.

Geralmente, obras rodoviárias são de grande extensão e divididas em lotes para execução. Os recursos disponíveis, se aplicados nos vários lotes, fazem com que a obra se desenvolva em ritmo lento, o que traz desconforto para o usuário da rodovia em toda a extensão. É recomendável concluir os serviços iniciados, finalizando-os, tendo em vista a possibilidade de ocorrer transtornos e acidentes em decorrência de obras paralisadas e/ou inacabadas.

Pode-se afirmar que, apesar dos escassos resultados, o andamento físico das obras sempre foi superior ao andamento financeiro, principalmente devido à implementação de sistemas de gestão e controle eficazes e ao contínuo envolvimento gerencial. Os avanços obtidos foram alcançados, mesmo que parcialmente, devido à adoção de um sistema de gerenciamento e controle por ação, dando maior atenção às obras estratégicas e direcionando objetivamente os recursos disponíveis.

Corredor Mercosul

Resultados

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os Países do Mercosul é um dos principais objetivos com vistas a incrementar as transações comerciais na região. O Programa **Corredor Mercosul**, sintonizado com esta diretriz, promove a redução de custos de transportes a partir da melhoria operacional das vias de transporte nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, por meio de ações de expansão e modernização da infra-estrutura de rodovias, ferrovias e portos.

Os indicadores propostos para este Programa, que se referem à diminuição do custo de transportes no **Corredor Mercosul**, não podem servir de base para se avaliar o alcance dos seus objetivos, haja vista que sua apuração foi suspensa com a extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte - Geipot. Entretanto, parece ter havido uma melhora, não pela implementação das obras, mas pela melhoria da logística de transporte das empresas que operam nesta área e pela melhoria dos equipamentos de transporte, devido à renovação de frotas.

As obras do **Corredor Mercosul** tiveram um descompasso grande com o planejado, principalmente devido ao baixo volume de recursos, investidos de forma irregular e também por inúmeras interferências de ordem administrativa geradas pela extinção dos órgãos operacionais (DNER, Geipot) e a fiscalização de organismos de controle (TCU). Isso contribuiu para a necessidade de mudanças de planejamento e gestão destas ações, bem como a adequação às condições de cada época e situação.

Entretanto, pode-se dizer que, apesar dos poucos resultados, o Programa foi cumprido dentro da disponibilidade de recursos. O andamento físico das obras sempre foi superior ao andamento financeiro, principalmente devido à implementação de sistemas de gestão e controle eficazes e contínuo envolvimento gerencial para orientar as ações, conforme cada momento.

Um prejuízo difícil de ser medido é a perda de investimentos por parte da iniciativa privada, pela falta de planejamento e do cumprimento das metas estabelecidas e divulgadas. Muitas empresas deixaram de se instalar ao longo da BR-116 (PR), da BR-101 (SC), da BR-282(SC) e da BR-116 (RS) por falta de condições devido ao atraso das obras. Nisso, deixou-se de criar empregos, de gerar impostos e de obter receitas para o País.

O principal resultado obtido no **Corredor Mercosul**, em 2002, foi a conclusão da construção do Contorno Leste de Curitiba. Apesar de terem sido liberados apenas R\$ 2 milhões dos R\$ 19,7 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2002 para finalização dessa obra, foi feito esforço gerencial para que as pistas duplas fossem acabadas e possibilitassem a inauguração do trecho em dezembro de 2002. O Contorno Leste de Curitiba desde sua inauguração, já está com um tráfego de mais de 35 mil veículos por dia, descongestionando o perímetro urbano de Curitiba e tirando grande parte do tráfego pesado da BR-116, já provocando sensíveis mudanças em todo sistema de tráfego da cidade de Curitiba e reduzindo drasticamente o número de acidentes que ocorriam nas outras rodovias da cidade.

Gerente:

Carlos Alberto La Selva

Outra obra que teve seu andamento físico com progresso foi a construção do prolongamento dos molhes do Porto do Rio Grande. Essa obra

esteve paralisada em função de suspeitas de irregularidades, pelo TCU, mas teve liberação após ser julgada pelo Tribunal. Em novembro de 2002, as obras foram novamente paralisadas por esgotamento dos recursos financeiros.

Para 2003, espera-se a finalização das obras em todo o trecho do **Corredor Mercosul** - BR-101/116/376 entre São Paulo e Florianópolis, o início das obras do último trecho da BR-101 para completar a ligação do **Corredor Mercosul** entre Florianópolis e Osório, e o início da duplicação da BR-392 (RS), ligando a cidade de Pelotas ao Porto do Rio Grande, obra de grande importância para desobstruir o tráfego de acesso ao porto.

Concepção

Para a obtenção de objetivos, numa definição clássica, planejamento, orçamento e execução devem andar juntos. Entretanto, devido à atual situação, acredita-se que a ordem deva ser invertida. Primeiro deve-se fazer o orçamento, depois fazer o planejamento sobre os recursos efetivamente disponíveis e em seguida a execução, com garantia de que estes recursos serão eficazmente aplicados.

Assim, a concepção do Programa como um todo foi correta, mas a forma de se obter resultados foi errônea. A concepção adotada no Programa Brasil em Ação foi mais adequada, pois selecionava obras específicas e com objetivos claros e definidos, restringindo para obras estrategicamente selecionadas e priorizadas, focando sua execução em função da disponibilidade financeira. O Avança Brasil incluiu todas as obras existentes em programas de difícil gerenciamento, dispersando o foco gerencial e pulverizando recursos para diversas obras, sem prioridades definidas.

Infra-estrutura de transportes sem dúvida é um benefício que melhora a economia e gera desenvolvimento. Entretanto, dentro dos recursos disponíveis, as ações devem ser priorizadas no orçamento e no programa, de tal forma que sejam efetivadas para trazerem os reais benefícios a que se propõem.

Os recursos, por serem escassos, acabam sendo pulverizados em obras sem importância para o objetivo macro de Governo e atendendo-se apenas aspectos políticos ou operacionais, fugindo-se totalmente do foco que o Avança Brasil preconizou. Apesar de saber que somos um País com inúmeras carências e que necessitamos de muitas obras para complementar uma infra-estrutura mínima e adequada, deve-se priorizar e elencar o que é possível ser feito, num prazo determinado, com os recursos que são disponíveis.

Geralmente, obras rodoviárias são de grande extensão e são divididas em lotes para sua execução. Os recursos disponíveis, se divididos pelos vários lotes, fazem com que a obra se desenvolva em ritmo muito lento em cada lote até acabar os recursos, o que traz um grande desconforto para o usuário da rodovia, em toda a extensão. Se os recursos forem concentrados nos lotes das extremidades das obras ou em pontos relevantes (entroncamento ou contorno de cidades importantes, trechos de maior tráfego, terceira pista em trechos íngremes etc.) e se essas obras forem efetivamente concluídas nos prazos divulgados, o benefício é imediato e traz grande repercussão e satisfação para a população, diminuindo em muito as reclamações. É preferível fazer a duplicação ou restauração de um trecho menor da rodovia, finalizando-a, do que manter toda a sua extensão com obras paralisadas, causando sérios transtornos e acidentes.

Além disso, não se pode perder de vista que o objetivo do Programa, de redução do custo de transporte, só será realmente atingido a partir da implementação de

outras ações multisetoriais que não fazem parte diretamente do seu escopo, tais como: o incentivo a multimodalidade, desburocratização, melhoria da fiscalização, implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de controle e pesagem de veículos, incentivo para renovação de frotas, melhoria da formação profissional de operadores do sistema de transporte de carga, construção de terminais de cargas multimodais e consolidação de uma legislação que estimule a integração de meios de transporte e discipline o setor.

Quanto à estratégia de implementação sugere-se seu aperfeiçoamento nos seguintes pontos:

- **plano de ação com metas, prazos e responsáveis** - um plano de ação com metas, prazos e responsáveis deveria ser implementado conjuntamente com um plano de disponibilização financeira conforme as metas estabelecidas, cumprindo-se rigorosamente a liberação de recursos, para que as metas e prazos fossem cumpridos, e que os responsáveis fossem responsabilizados;
- **plano de avaliação** - há necessidade, também, de se melhorar a avaliação das ações e dos programas, através de sistemas de acompanhamento e controle gerencial mais aperfeiçoado;
- **organização dos trabalhos no âmbito da gerência** - a estrutura de recursos informatizados e de pessoal nem sempre são compatíveis com as necessidades de gerenciamento. Para uma melhor organização dos trabalhos, seriam necessários mais recursos, a fim de se abranger maior universo de ações a serem acompanhadas e permitir maior precisão das informações e atualização mais eficiente nos níveis superiores;
- **forma de articulação com outras unidades do Ministério** - outro obstáculo que freqüentemente se interpõe ao trabalho gerencial é a inexistência de cargo funcional para o gerente, fazendo com que se criem problemas de hierarquia e definição de função e responsabilidade na estrutura do Ministério;
- **forma de coordenação e acompanhamento dos executores** - a coordenação e acompanhamento dos executores também se tornam dificultados, quando não existe a hierarquia funcional e o cargo efetivo de gerente;
- **forma de repasse dos recursos (convênios, repasse fundo a fundo, contrato de repasse, etc)** - os repasses dos recursos para as ações têm sido muito dificultados, conforme diminui a disponibilidade dos mesmos, deixando de ser um processo burocrático para se tornar um processo político. Cada ação considerada estratégica deveria ter conta específica, que poderia ser controlada por todos os interessados, diminuindo enormemente os conflitos e processos burocráticos atuais; e
- **forma de participação do público-alvo** - no desenvolvimento de um projeto, o público-alvo deveria ter maior participação antes e durante sua execução. Para isso, é necessária a criação de mecanismos de interação, como canais de comunicação, programas de divulgação e sistemas de avaliação permanente, o que demanda recursos e estrutura. Para tanto, em cada Ministério deveria ser alocado um programa específico, com recursos suficientes, para gerenciar as ações dos vários programas deste Ministério.

Em função do contingenciamento de recursos, foi adotada, onde possível, a estratégia de desenvolver a ação em partes, dentro dos recursos financeiros disponibilizados no orçamento, permitindo que fossem concentrados esforços em etapas definidas das obras e concluídas estas etapas, trazendo com isso benefícios imediatos e satisfação aos usuários.

Implementação

Pode-se afirmar que a execução financeira do Programa no período 2000 a 2003 não obedeceu a nenhum princípio de planejamento ou atendimento de necessidades dentro dos cronogramas de obras estabelecidos. As obras consideradas como estratégicas foram planejadas desde 2001 para que pudessem ter sua finalização em 2002, contando com o valor consignado na LOA 2002. No entanto, as liberações financeiras começaram tardiamente, prejudicando o andamento físico das obras e a quebra total do planejamento feito. Com isso, houve paralisações em todas as principais obras do Corredor, acarretando uma descontinuidade irrecuperável aos cronogramas estabelecidos.

Por exemplo, a duplicação da BR-116 (PR) - Contorno Leste, que poderia ser concluída em maio de 2002, teve sua conclusão adiada para dezembro de 2002. A duplicação da BR-101 (RS), que poderia ter sido finalizada em dezembro de 2002, terá sua conclusão em dezembro de 2003. A ampliação dos molhes do Porto do Rio Grande, que poderia ter sido concluída em dezembro de 2002, terá seu cronograma adiado para julho de 2004. Em todos estes casos, ter-se-á, com certeza, aumento de custos devido a reajustes de contratos; novas licitações; aumento dos contratos de supervisão e gerenciamento até a finalização da obra; pagamento de juros e comissões de empréstimos internacionais; aumento contratual devido à revisão de projetos, necessários para adequação dos serviços deixados de ser executados e perdidos pela não conservação; e um grande desgaste de imagem com as populações locais, com os usuários e com os políticos locais.

Do orçamento inicialmente previsto para 2002, R\$ 505,4 milhões, foram remanejados cerca de R\$ 172 milhões para outros programas, restando R\$ 333,40 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 106,3 milhões. Vale lembrar, também, que estes recursos só começaram a ser disponibilizados a partir de abril de 2002, fazendo com que houvesse uma estagnação das obras até esta data e um descrédito total por parte das empresas de construção a partir desta data, gerando paralisações de obras ou um andamento físico no ritmo proporcional em que eram pagos.

Um problema de implementação do Programa é o fato de não haver nenhum mecanismo formal para se medir a satisfação do usuário. Ela é obtida indiretamente, através de manifestação pela imprensa e pela reação desta com os problemas relacionados com a execução das obras. Normalmente, isso acontece quando ocorrem acidentes nas rodovias, em que a causa está relacionada com obras que não foram executadas, com a falta de sinalização ou de fiscalização.

O usuário de uma via de transporte, quer e exige segurança. A falta de segurança é percebida pela falta de sinalização, buraco nas pistas, falta de conservação dos canteiros e acostamentos e falta de policiamento. Uma pista sem buracos e bem sinalizada dá mais satisfação ao usuário do que uma pista duplicada, mas esburacada e sem sinalização. Portanto, às vezes é preferível investir-se nesta área, que geralmente requer menores investimentos, do que se fazer grandes obras e depois deixá-las paralisadas, sem manutenção e conservação, causando grande insatisfação no usuário.

Foi importante o esforço que o Governo tentou fazer para capacitar a equipe gerencial, criando alguns cursos de aperfeiçoamento e grupos de discussão, além de introduzir algumas técnicas gerenciais que podem ser modelos para a implementação futura de novos projetos, como o estudo de redução de custos de projetos através da aplicação da metodologia de Engenharia de Valor, aplicado no programa de duplicação da BR-101 (SC/RS) - Florianópolis/Osório.

Os projetos de infra-estrutura são de grande complexidade, envolvendo grande número de agentes. Gerenciar um projeto é muito mais um gerenciamento das pessoas envolvidas neste projeto do que envolvimento na técnica do mesmo. As dificuldades e problemas que ocorrem no dia-a-dia são de responsabilidade de diversos setores, de diversos órgãos e de diversas pessoas, que devem se relacionar, trocar informações e estabelecer metas e objetivos. O gerenciamento deste processo, procurando acompanhar as fases e o andamento de cada atividade, é um fator primordial para o sucesso do projeto.

Trabalhar com parceiros em cada projeto significa motivá-los para que as equipes trabalhem em conjunto e busquem um só resultado. Nesse ponto, sempre há sucessos e derrotas, conforme o processo de desenvolve. Nesses anos, por exemplo, houve um grande estreitamento da parceria entre órgãos que antes eram antagonicos e hoje buscam um mesmo objetivo, a partir do momento em que as relações interpessoais entre técnicos e gerentes destes órgãos foram desenvolvidas. É o caso do Ibama, com quem hoje temos uma parceria de trabalho e uma comunhão de idéias, para se obter resultados positivos e adequados para as partes.

Os casos em que houve problemas com parceiros sempre foram motivados pela falta de pagamento de parcelas de convênios firmados e não pela falta de empenho ou motivação de resolver estes problemas.

A principal parceria formal no **Corredor Mercosul** para o PPA 2000-2003 é a realizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Japan Bank for International Cooperation - JBIC, para financiamento da duplicação da Rodovia do Mercosul - BR-116, BR-375, e BR-101. Sem dúvida, o BID e o JBIC têm sido excelentes parceiros de trabalho, dando subsídios para melhorar e aperfeiçoar o Programa e criando novas metodologias de acompanhamento e avaliação dos projetos.

As parcerias informais são inúmeras e são desenvolvidas conforme a necessidade e andamento dos projetos. Pode-se citar o Ibama, o Ministério Público Federal, o TCU, a Polícia Rodoviária Federal, os órgãos executores estaduais (DER), representantes de ONGs, órgãos específicos como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA, Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP, Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias - Aneor, e tantos outros. A inter-relação da gerência do projeto com todos os agentes que participam de um processo de construção de uma rodovia ou de outra obra de infra-estrutura é de fundamental importância para o sucesso e para o bom andamento dos processos gerenciais.

Corredor Nordeste

Resultados

O Programa **Corredor Nordeste** foi definido com o objetivo de reduzir em 15% o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Nessas condições, é estabelecido como indicador o custo médio de transporte de granéis (sólidos e líquidos) na região, cujo valor àquela época era sistematicamente apurado pela Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Geipot.

A Lei Nº10.233/2001 e a MP 2.217-3/2001 reestruturaram o setor de transportes, criando as Agências Reguladoras e extinguindo o Geipot, não havendo, por enquanto, nenhum sucessor para dar continuidade ao cálculo dos custos de transportes. Assim, não foi possível fazer uma avaliação da execução do Programa a partir de uma análise dos índices alcançados pelos indicadores.

Os investimentos realizados no exercício de 2002 alcançaram um nível de realização da ordem de 43%, onde o volume de recursos aprovados atingiu R\$ 377,2 milhões, dos quais cerca de R\$ 162,8 milhões foram liquidados. Podem-se identificar alguns resultados alcançados destacando-se a melhoria da ligação Recife-Caruaru, concluídos 110 km dos 118 km, em Pernambuco, em função dos serviços de adequação da BR-232, que agora, conta com pista dupla em praticamente todo o trecho. O mesmo ocorreu na ligação João Pessoa - Campina Grande (112 km), com os serviços de adequação da BR-230, na Paraíba, alcançando 68 km até 2002. Na área portuária, pode-se destacar o início da operação comercial do Porto de Pecém, e a consolidação de Suape e do próprio Pecém como dois portos de grande importância para o desenvolvimento da Região Nordeste. Deve-se enfatizar que tais resultados foram alcançados em decorrência das parcerias realizadas com os governos estaduais.

Se maiores resultados não foram obtidos, isodeveu-se às mudanças ocorridas na economia, de tal sorte que os recursos foram sistematicamente contingenciados, não se conseguindo estabelecer um fluxo financeiro compatível com a necessidade dos cronogramas físicos das obras.

Concepção

O Programa é composto por um conjunto de ações de caráter multimodal que visam consolidar a malha viária da Região Nordeste desconsiderando os estados da Bahia e Sergipe - onde os projetos voltam-se não só para atender ao transporte de carga, com vistas ao deslocamento de mercadorias e insumos, em busca do abastecimento interno e do esforço do País de incremento das exportações, como também, ao atendimento do transporte de passageiros, em função do alto potencial turístico da região. Além disso, quando o Programa foi elaborado, as ações formavam um conjunto harmônico, de tal sorte que, na medida que os serviços programados fossem concluídos, se obtivesse uma melhoria de qualidade/complementaridade no sistema de transportes da região.

Os indicadores não expressam adequadamente as mudanças que ocorreram ao longo do tempo com a execução das ações. Em geral, a redução de custos de transporte numa determinada região é totalmente mensurável após a conclusão das ações que compõem o Programa. A inexistência de sistema de coleta de dados não permitiu a mensuração da variação do índice do indicador. A extinção do Geipot, instituição que deveria ser responsável pelo processo de avaliação dos resultados, agrava ainda mais a situação.

Gerente:

Lucia Helena de Souza Gnone

Implementação

O atendimento aos objetivos do Programa poderia ocorrer por meio da execução das ações de melhoria da navegabilidade do Rio São Francisco (do Corredor do São Francisco), aliada aos melhoramentos do Porto de Suape, à construção da Ferrovia Transnordestina e aos melhoramentos no trecho ferroviário Recife-Salgueiro, que formariam um sistema integrado, certamente reduzindo os custos de transportes de grãos na região. Entretanto, no momento em que a execução de tais ações não foi priorizada e em que não houve a esperada participação da iniciativa privada, responsável pelo setor ferroviário, perdeu-se a visão sistêmica dos empreendimentos.

A insuficiência de recursos prejudicou a implementação das principais ações do Programa. Além da defasagem de valor, há que se observar que os recursos, em 2002, foram disponibilizados, na sua quase totalidade, no final do exercício, não permitindo a aplicação dos mesmos com a eficiência desejada. Na realidade, a liberação dos recursos financeiros foi concentrada nos meses de setembro e outubro, prejudicando a execução do que havia sido programado. Algumas ações receberam recursos referentes a restos a pagar, mesmo assim, praticamente no final do exercício.

Entretanto, as parcerias com os governos estaduais (CE, PB e PE) permitiram que algumas obras fossem executadas. Novas parcerias podem ser viabilizadas por meio do efetivo pagamento dos serviços executados pelo parceiro, isto é, ocorrendo o ressarcimento dos investimentos realizados.

Corredor Oeste-Norte

Resultados A demanda que originou o Programa está baseada no princípio da integração rodoviária regional, inter-regional e intermodalidade. Na região de abrangência do Corredor, pretende-se estabelecer rotas que permitam redução dos custos de transporte e escoamento da produção agrícola na área de influência entre os Estados do Amazonas, Rondônia e Pará e principalmente de grãos produzidos no Mato Grosso e Rondônia, bem como maximizar a utilização dos portos de Santarém, Porto Velho e Itacoatiara.

O padrão de execução orçamentária e financeira foi alterado no decorrer do período 2000 a 2002, influenciado pelas alterações conjunturais, econômicas e políticas. A insuficiência aliada à irregularidade do fluxo de recursos liberados prejudicou o andamento da execução das obras no âmbito do Programa, impondo sucessivas paralisações, adiando a obtenção dos resultados programados, onerando significativamente os custos. Algumas das obras paralisadas estão sem previsão para reinício.

Resultados positivos ficam a cargo da execução das obras da rodovia BR - 230 (PA) onde o avanço dos serviços entre Marabá e Altamira, desde já, garante trafegabilidade permanente nos 505 km que separam estas cidades, modificando um passado recente de grandes dificuldades. De outro lado, podem-se registrar baixos desempenhos na execução dos serviços de pavimentação da BR - 163 (PA), com 998 km, onde os avanços atingiram apenas 12% do previsto. A expectativa de restabelecer a ligação permanente entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA) para garantir a exportação da soja do meio norte mato-grossense com redução dos custos de transportes e aumento da competitividade, está distante. Entre as diferentes causas do avanço das obras da BR-230 (PA) está a relação dos recursos orçamentários proporcionalmente superiores aos da BR-163 (PA) frente às extensões contratadas.

Concepção A inexistência de sistema de coleta de dados não permitiu a mensuração da variação do índice do indicador. Além disso, a extinção do Geipot, instituição que deveria ser responsável pelo processo de avaliação dos resultados, agrava ainda mais a situação.

Tendo em vista o baixo nível de execução física nas principais obras do Programa pode-se afirmar que o indicador - redução do custo de transporte na região abrangida pelo Corredor - não será alcançado até o final do exercício de 2003. O indicador utilizado, embora não tenha sofrido uma reavaliação do órgão que o estabeleceu, permanece como referência. Entretanto, as mudanças conjunturais possivelmente influenciarão diretamente o indicador impondo a sua reavaliação.

Torna-se imperiosa uma reavaliação das metas, integrando ações que necessitam ser implementadas em tempo, para permitirem complementar intermodalidades dos transportes e tornar realidade transformações socioeconômicas esperadas.

Implementação A estratégia de implementação do Programa baseou-se no acompanhamento estreito com os executores nos estados através das unidades do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT/UNIT e demais órgãos federais / estaduais envolvidos, via convênio, na execução dos projetos.

Gerente:

José Maria da Cunha

No caso de obras em execução nas Regiões Centro-Oeste e Norte, o resultado é função direta das condições climáticas. Nem sempre foi possível cumprir rigorosamente os cronogramas, principalmente quando não foi possível contar com os recursos no prazo previsto.

A implementação das ações integrantes do Corredor continua prejudicada, com as sucessivas restrições orçamentária e financeira. Até dezembro de 2002, cerca de R\$ 147,8 milhões tinham sido liquidados, de uma dotação de cerca de R\$ 250,0 milhões. De outro lado, dificuldades administrativas com a sucessão dos contratos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER para o DNIT atrasaram a retomada das obras em 2002.

No Estado de Mato Grosso, contrariando a programação, é pouco provável a conclusão, até o final de 2003, da pavimentação dos 130 km da BR 364 (MT) entre Sapezal e Comodoro, ligação fundamental da zona de produção de grãos aos portos de Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM), mantendo o custo do frete elevado. No estado do Pará, considerando o avanço das obras de pavimentação, destaca-se a BR-230 entre a divisa Marabá (TO) – Altamira (PA), enquanto as obras de pavimentação da BR-163 não conseguiram relevante resultado.

As ações do Programa foram financiadas com aportes de recursos do Tesouro Federal. Parece importante reavaliar a condição atual de financiamento frente ao horizonte de resultados esperados. Perdurando o baixo nível de realização financeira ocorrida no biênio 2001 – 2002, a título de exemplo, a conclusão do trecho da BR-163 (PA), divisa PA/MT – Santarém, poderá ocorrer daqui a vinte anos.

O acompanhamento da pavimentação das obras acontece diretamente pelo gerente/executor, visando monitorar o ritmo de execução, enquanto a articulação com parcerias verifica-se por meio de contatos diretos com os executores de obras delegadas, com representantes legais das UNIT/DNIT, dos estados envolvidos ou outra instituição conveniada (caso dos Batalhões de Engenharia e Construções - BEC's e Secretarias Estaduais de Transporte). O gerente encontra-se permanentemente envolvido em todas as questões relativas ao Programa na busca de soluções para dificuldades que impedem o desenvolvimento das obras, efetuando contatos com os demais ministérios, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Tribunal de Contas da União.

Cabe registrar a necessidade de criarem-se condições para a efetiva participação da sociedade no processo de implementação do Programa, uma vez que, atualmente, ocorre durante eventos federais/regionais/locais, acompanhamento da mídia impressa e televisada.

Corredor São Francisco

Resultados O problema que originou o Programa foi a necessidade de facilitar a movimentação de pessoas e bens na área de abrangência do Corredor, contribuindo para melhorar a logística de transportes da região, onde apesar da malha rodoviária implementada, existem estradas não pavimentadas, como as BR-116(BA), BR-135(BA), BR-342(MG), BR-367(MG) ou não adequadas, BR-101(SE). A hidrovia do São Francisco carece de manutenção e melhoramentos, enquanto os portos de Aratu, Ilhéus e Salvador necessitam de ampliações e melhoramentos. Por outro lado, considerando a necessidade de se melhorar a oferta de infra-estrutura no corredor, parece imprescindível construir contornos ferroviários e rodoviários em municípios, bem como restaurar a atual infra-estrutura ferroviária. Embora a exploração da infra-estrutura ferroviária se encontre a cargo da iniciativa privada, deve-se, mediante a elaboração de estudos específicos, verificar a melhor forma de atender a demanda, pelos serviços de transporte na região.

Cabe ressaltar a satisfação do público-alvo bem como dos setores governamentais locais (estaduais e municipais) face à expectativa de conclusão das obras de pavimentação da BR-116(BA), no trecho Euclides da Cunha – Ibó. As obras na hidrovia do São Francisco, apesar de não terem sido atingidas as metas planejadas, resultaram em aumento da carga transportada. Abaixo, encontram-se relacionadas as principais atividades executadas em 2002.

- pavimentação de 131 km (82% do total), concluídas três pontes e iniciada a construção da ponte sobre o rio São Francisco (316m) entre Bahia e Pernambuco do trecho Bendengó - Ibó (158,8 km) da rodovia BR-116(BA), sub-trecho do segmento Euclides da Cunha Ibó;
- aumento em cerca de 11% no volume de carga transportada na hidrovia do São Francisco. Apesar de não terem sido realizados os trabalhos de desobstrução do canal de navegação (dragagem), as condições naturais do rio associadas a uma cuidadosa manutenção e adequação do balizamento permitiram esse incremento no volume de carga transportada;
- execução de cerca de 66% das obras de arte especiais, a saber, cinco viadutos e uma ponte, na BR-101(SE) – adequação do trecho divisa AL/SE – divisa SE/BA.

Concepção O Ministério dos Transportes não dispõe, atualmente, de estrutura administrativa que possa fazer a aferição dos índices dos indicadores. É necessário estabelecer, dentro da nova estrutura do setor, a quem competirá fazer tais medições, uma vez que a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - Geipot, encontra-se em processo de liquidação.

Implementação A conjuntura econômica dos três últimos exercícios acarretou uma inadequada disponibilização de recursos financeiros para a realização dos investimentos previstos, prejudicando a implementação dos cronogramas estabelecidos, inclusive alongando os prazos de conclusão, encarecendo o custo da execução dos projetos.

Gerente:

Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza

O aspecto da estratégia de implementação que mais contribuiu para a obtenção dos principais resultados foi o estabelecimento de programas e ações estratégicas, em que foram selecionadas as ações consideradas estruturantes ou prioritárias, e para as quais buscou-se dar tratamento especial quanto à alocação e fluidez de recursos. Entretanto, parece essencial o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem a regularidade do fluxo de recursos solicitados pelo gerente e a garantia do efetivo pagamento previsto às empresas contratadas para a realização das obras e serviços, sob pena de não se atingir as metas planejadas.

Vale observar que o desempenho dos parceiros existentes ficou dentro do esperado. Como principais parcerias não formais podem-se destacar o Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, cujas ações são complementares a todos os programas de Corredores, pois, em princípio, devem garantir a manutenção dos investimentos realizados na construção e adequação de rodovias; bem como o Programa de Manutenção de Hidrovias, que promove a manutenção e adequação da sinalização e balizamento da hidrovia do São Francisco, permitindo um incremento no volume de carga transportada no exercício de 2002, mesmo sem ter havido investimento.

Cabe destacar a participação da sociedade no Programa, mediante a criação do Fórum do Pólo Norte de Minas Gerais e da Comissão de Planejamento Estadual de Logística de Transportes do Estado da Bahia. Esses fóruns representam o surgimento de um canal de comunicação entre a gerência do Programa e o público-alvo.

Corredor Sudoeste

Resultados

O Programa tem como objetivo reduzir o custo de transporte de cargas na área compreendida pelo sul dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir da melhoria operacional das vias de transporte, por meio de ações de expansão e modernização de rodovias, ferrovias e portos.

Essas ações deverão contribuir para um aumento da produção agroindustrial desses estados, em especial da produção de grãos, voltada principalmente para o mercado externo, e, portanto, bastante dependente de um sistema multimodal de transporte eficiente para ser escoada.

Haja vista a impossibilidade de apuração dos indicadores em função da extinção da Geipot, órgão responsável pela aferição dos índices dos indicadores, os resultados são inferidos em função do nível de execução das ações.

No Estado de Mato Grosso, por exemplo, embora esteja concluída a pavimentação do trecho da BR-070 Cáceres - Fronteira com a Bolívia, considerada ação estratégica, o trecho boliviano subsequente não é pavimentado e não há qualquer previsão para que sejam realizadas as obras de pavimentação até Santa Cruz de La Sierra, naquele país.

No Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, 8 km da pavimentação da BR-267, entre Jardim e Porto Murtinho, vêm se arrastando desde o ano 2001. Em 2002 foram pavimentados apenas 4 km, prorrogando para o próximo ano sua conclusão. Além disso, dificuldades administrativas com o convênio, a sua sucessão para o DNIT e contingenciamento dos recursos orçamentários impuseram dificuldades no avanço das obras, contribuindo para o atraso. Dessa forma a avaliação do resultado esperado fica abaixo do previsto.

As obras rodoviárias representam a maioria absoluta das ações do Programa, e sua oferta aos usuários certamente gera melhores condições de tráfego nas estradas, resultando em benefício para a sociedade. Entretanto, quando se verifica constante falta de regularidade nos fluxos de recursos e as conseqüentes paralisações das obras, o que poderia ser benefício passa a prejuízo para toda a sociedade, em especial para a sociedade local.

Concepção

A demanda que originou o Programa está baseada principalmente no princípio da integração rodoviária regional, interregional e até internacional. A pavimentação da BR-070(MT) até a fronteira com a Bolívia e a pavimentação da BR-267(MS) até Porto Murtinho, embora não concluídas totalmente, são de significativa importância para a região.

Faz-se necessária uma reavaliação de novas metas integrando ações que necessitam ser implementadas dentro de um cronograma de prioridades, com vistas a promover a necessária intermodalidade dos transportes e a tornar realidade, as transformações socioeconômicas esperadas. Em função de condições climáticas, nem sempre é possível cumprir rigorosamente os cronogramas propostos. Além disso, ocorrem atrasos nas obras delegadas em função de processos burocráticos.

Gerente:

José Maria da Cunha

A avaliação deve ser mais simples e realizada de forma mais freqüente durante o exercício. No âmbito da gerência, deveria haver uma equipe

formal assessorando, de maneira a facilitar seu trabalho, desimpedindo de variadas obrigações burocráticas em detrimento do seu trabalho de gerência/articulação com os parceiros.

A articulação dá-se de forma constante e com o gerente envolvido em todas as questões relativas ao Programa na busca de soluções para dificuldades que impedem o desenvolvimento das obras.

.....
O padrão de execução orçamentária e financeira ficou totalmente alterado no decorrer do período 2000 a 2003, influenciado pelas alterações conjunturais, econômicas e políticas. Tal quadro influenciou o andamento das obras afetas ao Programa, impondo sucessivas paralisações e reprogramação, sempre acompanhada de séries de atos administrativos e até climáticos, no caso, onerando significativamente os seus custos. Em alguns casos, as obras ficaram sem prazo para reinício e, em outros, sequer foram iniciadas.

Implementação

Para melhor implementação do modelo, sugere-se adequar a estrutura organizacional do ministério e das unidades executoras para gestão por programa.

À dotação orçamentária inicialmente autorizada para o Programa, R\$ 79,3 milhões, foram acrescidos, ao longo de 2002, cerca de R\$ 29 milhões, totalizando R\$ 108,3 milhões, dos quais R\$ 49 milhões foram liquidados.

Corredor Transmetropolitano

Resultados

O objetivo do Programa consiste em reduzir o custo de transporte de cargas na região compreendida pelo Estado de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais, responsáveis por mais de 60% do PIB produzido no Brasil. O modal predominante é o rodoviário, e o público-alvo composto por usuários de veículos de passeio (30%) e por veículos comerciais, ônibus e caminhões (70%).

Para se alcançar o objetivo proposto, integram o Programa várias ações de expansão e modernização da infra-estrutura de rodovias, ferrovias e portos.

Os índices dos indicadores foram inicialmente previstos com base em pesquisas da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte - Geipot, órgão extinto. Não foram atualizadas essas pesquisas, o que impede uma avaliação precisa dos resultados alcançados. Todavia, tendo em vista que a grande maioria das ações do Corredor referem-se ao modal rodoviário, especialmente as ações estratégicas, pode-se estimar que o índice Custo Médio de Transporte de Carga Geral, o mais utilizado no referido modal, alcançou uma redução de cerca de 15%.

Os resultados físicos dos principais empreendimentos do Corredor foram os seguintes: conclusão das obras de construção dos 32km do Rodoanel Metropolitano de São Paulo - trecho Oeste; duplicação de 160 km da duplicação e restauração da rodovia BR-116(SP), trecho São Paulo - divisa SP/PR; duplicação e restauração de 90 km da rodovia BR-381(SP), trecho divisa MG/SP - Entroncamento BR-116(SP).

Como resultados decorrentes de mudanças na gestão interna do Programa, cabe registrar a sinergia entre os diversos gerentes e as equipes do Ministério do Planejamento, como, por exemplo, no tratamento das questões ambientais, com reuniões quinzenais com os diretores do Ibama, que eliminaram antigos caminhos críticos, como a Licença Prévia Ambiental da travessia da Serra do Cafezal, na BR-116(SP) - Rodovia Régis Bittencourt.

Os benefícios socioeconômicos foram expressivos no caso das três ações estratégicas do Corredor. No Rodoanel, trecho Oeste, cerca de 150 mil veículos circularão diariamente, melhorando a qualidade de vida de cerca de 16 milhões de pessoas, além de desconcentrar diversas atividades antes centralizadas na área interna da cidade; nas proximidades do Rodoanel há diversas indústrias instaladas, centros de distribuição de cargas, galpões, Ceagesp, além do maior heliporto da América Latina. O benefício será maior com a execução, a partir de 2003, do trecho Sul cujas projetistas já estão contratadas e aguardando a ordem de início dos serviços.

O mesmo vem acontecendo nas BR-116(SP) e BR-381(SP), gerando maior utilização das áreas lindeiras a essas rodovias, em localidades intermediárias entre São Paulo e Belo Horizonte e São Paulo e Curitiba. Nos últimos anos, na diretriz dessas rodovias vem ocorrendo a instalação/ampliação de indústrias e fábricas de diferentes ramos, como montadoras de veículos, fornecedores de autopeças e equipamentos. Nas proximidades do Rodoanel têm-se instalado indústrias diversas, centros de distribuição de cargas, galpões, Ceagesp, além do maior heliporto da América Latina.

Gerente:

Jairo Rodrigues da Silva

Quanto aos prejuízos, os principais ocorreram pela não conclusão dos processos de transferência das rodovias BR-116(SP) e BR-381(SP) à iniciativa privada, que executaria as obras do trecho de travessia da Serra do Cafezal, na BR-116 (SP). O referido trecho, de apenas 30 km, se constitui

em caminho crítico para os usuários da rodovia, ocasionando freqüentes acidentes e elevação nos tempos e nos custos de viagem.

Concepção

Tratando-se de planejamento para o PPA, deve-se refletir o porquê da não utilização, em maior escala, no Corredor, do modo ferroviário, conforme previsto no PPA. Formas de maior participação da iniciativa privada devem ser buscadas, em face das demandas potenciais da região. Há, na área de influência do Corredor, enormes oportunidades para aplicação de PPP - Parcerias Público - Privadas sistemáticas que ganham importância, nos tempos atuais, face à carência de recursos governamentais para novos investimentos.

As facilidades oferecidas pelas vias do Corredor que estão sendo construídas ou ampliadas terão uso otimizado se houver maior integração entre os diferentes programas de uma mesma região geográfica, envolvendo os diversos segmentos da infra-estrutura econômica e social.

Ações complementares de diferentes modos de transporte em uma dada região deverão ser agregadas no PPA, pois, tratadas em conjunto, agregarão valor aos investimentos realizados.

Vale registrar que boa parte dos veículos comerciais poderá ser substituída pelo transporte ferroviário e aquaviário, à medida que esses modos venham a ser incrementados, reduzindo os custos com transportes.

Cabe destacar que o tratamento integrado de diferentes ações no PPA poderá transformar áreas pouco desenvolvidas em áreas produtivas, se descobertas suas vocações e potencialidades, como o Vale do Ribeira, no sul de São Paulo, cortado pela BR-116 (SP).

Em face da natureza das cargas transportadas na região, na maioria carga geral, as ações empreendidas, de ampliação da capacidade dos principais eixos rodoviários, são as mais indicadas. Todavia, vale a informação anterior, de reduzida complementaridade entre as diferentes ações, tanto no setor transportes, como nos demais setores da infra-estrutura econômica. Cabe o enfoque de se buscar implementar Eixos de Desenvolvimento, em vez de Eixos de Transportes.

Implementação

Respeitada a insuficiência de recursos para realização de novos investimentos, poder-se-á acrescentar, agora, ações complementares no PPA, agregando valor aos vultosos investimentos já realizados nos eixos estruturantes.

Como produto que impacta no resultado do Programa, merece citação à realização de uma pesquisa *ex-post*, onde serão comparados, nos diversos empreendimentos, o previsto no planejamento inicial e o executado.

No caso de obras dentro de cidades, como no Rodoanel, com forte interferência nos equipamentos urbanos, a previsão orçamentária de recursos para reassentamento de famílias atingidas pelo traçado das vias independentemente de qual seja o órgão financiador deve ser realizada.

A insuficiência de limites orçamentários e os atrasos na liberação de recursos financeiros foram as principais causas da não conclusão das obras da BR-116 (SP) e da BR-381(SP), já com 95% dos serviços concluídos.

As formas de articulação com estados podem ser consideradas como um dos motivos para o êxito na realização das ações do Corredor, podendo ser citadas a parceria com o Desenvolvimento Rodoviário S A- Dersa (SP) para construção do trecho oeste do Rodoanel Metropolitano de São Paulo, já concluído e entregue aos usuários e a parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER (SP) para duplicação e restauração da BR-381 (SP) Rodovia Fernão

Dias, já com 95% de sua extensão duplicada e restaurada. Praticamente todas as estratégias de implementação já enumeradas ficaram facilitadas a partir da estruturação de uma Unidade no Ministério para a supervisão, acompanhamento, avaliação e apoio ao trabalho dos gerentes.

A adequação das estruturas organizacionais dos agentes executores das ações, como no caso do Departamento Nacional de Infra-Estrutura da Transportes - DNIT, que criou uma Unidade de Gerência de Projetos - UGP para o acompanhamento das ações estratégicas do Corredor, muito facilitou a realização das ações, apesar de limitadas aos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

No período 2000-2002, ocorreram situações variadas que influenciaram a execução física e financeira das ações do Corredor; houve períodos em que havia recursos orçamentários e financeiros disponíveis, porém fatores externos como o “El Niño”, causador de chuvas torrenciais nos estados do Sul, impediram a realização de obras por longos períodos; houve épocas de tempo seco, porém com limites orçamentários insuficientes ou contingenciamentos de recursos financeiros; ocorreram também dificuldades legais nos processos licitatórios para projetos, supervisão, gerenciamento ou obras. Tais fatos acarretaram a não conclusão, neste ano, das obras de duplicação e restauração das rodovias BR-116 (SP) - Régis Bittencourt e BR-381 (SP) - Fernão Dias.

Em face dos vultosos recursos necessários para a execução de algumas obras, como o Rodoanel - trecho Sul, deve-se recorrer a novas formas de financiamento, através de parcerias, havendo grandes possibilidades de sucesso, na continuidade daquele empreendimento, de adoção de uma PPP - Parceria Público - Privada.

Em relação ao orçamento, foram adicionados à dotação inicial para 2002, de R\$ 184,6 milhões, cerca de R\$ 146,7 milhões, totalizando R\$ 331,3 milhões, dos quais R\$ 213,5 milhões foram liquidados.

Descentralização de Rodovias Federais

A descentralização da malha rodoviária federal por meio da transferência de algumas rodovias para os estados, municípios ou concessão para a iniciativa privada, foi a forma encontrada pelo Governo Federal para atrair novos investimentos, reduzir os custos de manutenção e agilizar a prestação de serviços diretos aos usuários.

O Programa de Concessões de Rodovias abrange 14.332 km de rodovias federais, dos quais 4.693 km já foram concedidos à iniciativa privada.

O andamento do Programa sofreu interrupções causadas tanto por suspensão dos processos licitatórios determinadas pelo Tribunal de Contas da União como pela paralisação temporária desse Programa, quando de sua transferência para a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (MT), devido à extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

Destacam-se as liberações das licitações pelo Tribunal de Contas da União, numa extensão total de 2.581 km, possibilitando a assinatura do termo aditivo ao contrato de empréstimo entre Ministério dos Transportes/ANTT e Banco Mundial - BIRD em agosto de 2002. Por conseguinte, espera-se que as previsões para a conclusão do Programa em 2003 sejam viáveis, dependendo-se apenas da liberação do total dos valores considerados no PPA 2000-2003, o que garantirá a finalização de sua execução.

Nas rodovias já concedidas, constata-se o aumento do volume diário de tráfego, impulsionado pela significativa melhoria de suas condições de rodagem, proporcionadas pelos investimentos dos pedágios arrecadados, o que gera benefícios principalmente na diminuição da quantidade de acidentes.

Programa de concessões de rodovias federais à iniciativa privada começou a ser implantado, pela necessidade de se manter as rodovias brasileiras e não haver recursos suficientes nos cofres da União para a prestação desse serviço.

Foram realizados estudos para identificar os segmentos considerados técnica e economicamente viáveis para inclusão no Programa, excluindo-se os trechos que já eram objeto de programas de restauração e ampliação.

Os aspectos do Programa estão condizentes com o objetivo almejado, tendo se defrontado, porém, com questionamentos jurídicos do TCU, quanto às comprovações prévias das viabilidades socioeconômicas de alguns trechos designados para serem licitados.

Para o desenvolvimento e acompanhamento das ações, para a prestação de contas ao financiamento externo do BIRD e para as resoluções dos impedimentos jurídicos, tem-se requerido a alocação de recursos humanos em maior quantidade, pois se faz-se necessária uma prévia articulação de verificação de atendimento às exigências do TCU, antes de serem lançadas as licitações, para que não sejam passíveis de embargo.

O embasamento legislativo foi determinante para a implementação e credibilidade do Programa. A promulgação da Lei nº 9.277, de 1996, e a Portaria nº 368 de 1996, do Ministério dos Transportes, que definiram os procedimentos para a concessão, são de vital importância para o desenvolvimento do Programa.

Resultados

Concepção

Gerente:

Magnólia Maria Pinheiro Daniel

Implementação O programa foi implementado a partir de estudos de viabilidade econômica de trechos de rodovias a serem concedidos.

Depois de aprovados os estudos, os trechos foram licitados e as empresas privadas ganhadoras adequaram e beneficiaram as rodovias conforme as cláusulas de contrato e permanecem sendo fiscalizadas no seu cumprimento.

As dificuldades pelas quais passaram algumas licitações foram sanadas com o trabalho de equipe que buscou atender às exigências do TCU, para a liberação das licitações e foi determinante para a retomada do andamento dos serviços.

O projeto de pesquisa de satisfação do usuário está em implantação. Quando concluído, será utilizado para o recebimento de críticas e sugestões, que deverão ser consideradas na implementação do Programa.

Em relação à dotação inicialmente prevista para o Programa, apuroou-se que de aproximadamente R\$ 18,6 milhões foram liquidados R\$ 15 milhões. Em razão da publicação da Medida Provisória Nº 82, de 2002, que dispõe sobre a transferência da União para os Estados e Distrito Federal de parte da malha sob jurisdição federal, criou-se uma nova ação chamada de Recursos em Decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados e Distrito Federal com dotação de R\$ 1.796,7 milhões, liquidados em sua totalidade.

Gestão da Política de Transportes

Resultados

O objetivo do Programa é o de apoiar o planejamento, a avaliação e o controle dos programas na área de transportes, por meio de estudos setoriais com vistas à boa gestão na aplicação dos recursos e sucesso das iniciativas governamentais.

A reestruturação do setor de transportes, com a implantação do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, trazem novos desafios ao Programa, com vistas a atender aos anseios do novo ambiente institucional.

Os programas de gestão da política, por definição, não possuem indicadores.

A descontinuidade e a insuficiência do fluxo de recursos comprometeram a realização das metas físicas.

Principais resultados obtidos em 2002:

- na ação Estudos para o Planejamento do Setor Rodoviário, houve a utilização de Vídeo Registro nas rodovias federais, referentes aos estados do Amazonas, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Tocantins, do Ceará, do Piauí e do Maranhão. O objetivo é prover as informações para o Sistema de Gerência de Pavimentos, permitindo o acesso/estudo/decisões sobre os pontos críticos das rodovias federais;
- a ação Estudos para o Planejamento do Setor Rodoviário resultou em estudos de implantação institucional da 23ª UNIT, no Estado do Tocantins. Trataram de subsidiar a implantação da mais recente Unidade do DNIT; e
- na ação Estudos para o Planejamento do Setor Rodoviário, houve elaboração e impressão cartográfica de mapas da rede rodoviária federal, o que permite o conhecimento, a partir de um registro oficial, da posição geográfica, as conexões para a intermodalidade e as extensões pavimentadas da malha rodoviária federal.

Para o exercício de 2003 espera-se concluir os seguintes projetos:

- avaliação do estado de deformabilidade do pavimento de rodovias federais com *Falling Weight Deflectometer* - FWD;
- pesquisa sobre a incidência de acidentes nas rodovias federais, enfocando sua gravidade e custos envolvidos, para caracterizá-los regionalmente e por classes de rodovias;
- análise das causas e evolução dos defeitos nos pavimentos rodoviários para contribuir com o desenvolvimento/aprimoramento de métodos de dimensionamento;
- projeto final de engenharia para duplicação e restauração da BR 050 (MG), referente ao trecho do km 47 ao km 68,9;
- projeto de adequação da capacidade da BR - 040 (MG), do km 423 ao km 470;
- projeto de adequação da BR-262 (MG), do km 310,8 ao km 329,4;
- serviço de informação ao usuário - Tele-estrada;
- serviços de gerenciamento do programa BIRD/BID; e
- gerenciamento das obras do Corredor Mercosul.

Gerente:

Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho

Concepção

O Programa Gestão da Política de Transportes é de âmbito nacional e tem, por definição, o Governo Federal como público-alvo, que procura atender as demandas que alimentam as ações de programas finalísticos. No período 2000 a 2002, o foco do Programa foi predominantemente no modal rodoviário, embora se deva estender as ações para os demais modais. Existem alguns aspectos do Programa que merecem atenção, entre eles:

- suficiência de metas físicas - com relação à ação Estudos de Impacto Ambiental e Desenvolvimento de Projetos Rodoviários, no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos rodoviários esta pode vir a contribuir para a existência de um banco de projetos e, portanto, a sua meta física necessita ser revista; e
- matriz de fontes de financiamento - para a elaboração do PPA 2004-2007 ressalta-se que, tendo em vista o nível de recursos envolvidos no Programa e o excesso de burocracia na viabilização dos contratos que contam com financiamento externo, entende-se ser mais pertinente a previsão de fontes nacionais para sua consecução.

Implementação

No que diz respeito ao padrão de execução financeira, pode-se dizer que houve um distanciamento entre o planejado e o realizado. Isso se deve principalmente à inadequada disponibilização e fluidez dos recursos financeiros, geralmente insuficientes para a execução das metas previstas.

Uma das soluções a ser adotada seria a ampliação do limite global, a fim de propiciar uma amplitude maior de limites por ação, no nível setorial.

O esforço de capacitação interferiu positivamente no desempenho das ações gerenciais.

Os gerentes participaram de diversos cursos e seminários sobre variados temas, ao longo destes três anos, tendo a oportunidade de ampliar conhecimentos em outras áreas de interesse para o desempenho de suas funções.

O programa possui algumas parcerias e está aberto à realização de novas, sendo que as experiências existentes apresentam resultados vantajosos, conforme o caso:

- cooperação técnica;
- novas tecnologias;
- participação financeira compartilhada.

Entre as principais parcerias ocorridas no período 2000 a 2002, estão:

- Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP, no emprego de capeamento de concreto - *Whitetopping*;
- Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, com a finalidade de ministrar o curso Oficina de Engenharia/Análise de Valor;
- Governo do Estado de Santa Catarina, no Estudo para implantação do Sistema Ferroviário do Estado de Santa Catarina; e
- VALEC, com a finalidade de contratar estudos de impacto sobre o Meio Ambiente necessário à sua desestatização.

A parceria com os programas proporcionou suporte técnico e financeiro na elaboração de estudos visando a execução dos Programas: Corredor Mercosul; Manutenção da Malha Rodoviária Federal; e Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada.

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

O Programa tem como objetivo manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego. Nesse sentido, são desenvolvidas ações de gerenciamento, conservação e restauração das rodovias, proporcionando aos usuários maior segurança, conforto e economia.

A variação dos índices dos indicadores deveria ser avaliada por meio de pesquisas específicas, o que não foi realizado. Todavia, pode-se estimar que a taxa de rodovias com pavimento em estado bom e ótimo chega, hoje, a 50% da malha rodoviária pavimentada, no País.

O principal enfoque aplicado no Programa, que se aplica a cerca de 80% da malha pavimentada, consistiu na concessão à iniciativa privada, sem cobrança de pedágio, de trechos com grandes extensões, cabendo às empresas, após a recuperação inicial, realizar todos os serviços e obras necessárias ao longo do período contratado, de dois anos, desde a operação Tapa-buraco, até a restauração, mediante pagamento de taxas mensais, pelo governo. Os trechos assim contratados, no subprograma denominado Creminha, que contou, nesse período, com recursos do Tesouro, ou no Crema, que tem recursos de bancos internacionais, são objeto de permanente monitoramento do tipo de intervenção.

O principal resultado obtido refere-se à restauração de 5.500 km de rodovias federais, nos dois últimos anos, cabendo citar a recuperação ocorrida em boa parte da malha atendida pelo subprograma Creminha, como nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

Nos restantes 20% da malha, onde for necessária uma restauração mais profunda ou reconstrução de todo o trecho, em face do maior grau de deterioração dos pavimentos, são realizadas as restaurações completas, contratadas por segmentos com menores extensões.

Os serviços e obras não realizados no período 2000-2002 comprometerão as metas trienais do Programa, ainda que haja maiores realizações em 2003, com os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Espera-se para 2003 a recuperação/restauração de 10.000 km de rodovias, caso sejam liberados os recursos necessários.

Resultados

Pelas nossas rodovias são transportadas mais de 60% das cargas e 95% dos passageiros, demanda que se estende por todo o território nacional e que exige recursos financeiros permanentes para a sua manutenção, os quais se esperam conseguir nos próximos anos, com a alocação, ao setor, dos recursos da CIDE.

Em face dos insuficientes recursos alocados a essa atividade nos últimos anos, que acarreta um maior grau de deterioração dos pavimentos, a necessidade anual para conservação, recuperação e restauração de nossas estradas federais é de R\$ 1,2 bilhão.

Há necessidade de levantamentos anuais do estado dos pavimentos das rodovias federais, de modo a orientar a priorização dos investimentos em restauração, para o que necessita haver recursos orçamentários.

Concepção

Gerente:

Jairo Rodrigues da Silva

Plano de avaliação - O Sistema de Gerência de Pavimentos, atualizado anualmente, permitiria avaliar, com segurança, a real situação física da rede rodoviária pavimentada. Trata-se de dispositivo técnico mais avançado para avaliação do estado da malha rodoviária, por considerar estritamente a situação física dos pavimentos.

A forma descrita de execução dos subprogramas Creminha e Crema tem apresentado resultados positivos, por permitir a restauração de maiores extensões a menores custos e deverá ser ampliada, nos próximos anos, substituindo em grande parte as restaurações tradicionais, direcionadas para contratos de um único trecho, geralmente de menor extensão.

Implementação

A meta de restauração/recuperação de rodovias federais para o período 2000 a 2003 ficará comprometida pela ausência de recursos permanentes para o seu financiamento, devendo-se chegar a um percentual de realização física de cerca de 68% do inicialmente planejado.

Apesar de estar classificada como atividade e não como projeto, a restauração de rodovias necessita de recursos mensais para pagamento das taxas mensais, sem o que as empresas contratadas interrompem as frentes de trabalho, causando desemprego, gerando custos adicionais quando da retomada das obras por causa da degradação crescente dos pavimentos.

Dos R\$ 888,9 milhões autorizados no orçamento em 2002, foram liquidados R\$ 529,7 milhões. Desse total, foram efetivamente pagos R\$ 378 milhões em 2002, sendo R\$ 55 milhões referentes ao exercício 2002 e R\$ 323 milhões para pagamento de Restos a Pagar.

No que se refere à proposta orçamentária para 2003, é necessário contar com os recursos aprovados da CIDE para atender à necessidade anual de R\$ 1,2 bilhão para a manutenção da malha rodoviária, cerca de 56.000 km pavimentados.

Ocorreu um esforço de capacitação do pessoal das unidades regionais do DNIT para execução das restaurações/recuperações das rodovias, no enfoque de maior racionalização na aplicação de recursos através do subprograma Creminha, baseado no monitoramento constante das necessidades de intervenção na rede rodoviária.

O treinamento consistiu na transferência dos conhecimentos dos técnicos remanescentes do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER nas unidades regionais, de larga experiência no trabalho com pavimentos, ao pessoal com menos tempo de serviços prestados na área. Especial atenção foi dada, também, ao controle de qualidade dos materiais asfálticos nas usinas.

Manutenção em Regime de Gestão Terceirizada

O Programa é composto de uma única ação, Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias, e tem como unidade responsável o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. Objetiva recuperar e manter as rodovias sob jurisdição federal, além de fortalecer a capacidade da entidade de contratar e monitorar um processo eficiente de recuperação e conservação da malha rodoviária. O Programa é conhecido como Crema (Contrato de Recuperação e Manutenção) e prevê a recuperação de 11.155 km de rodovias federais, divididos em 34 lotes em dezesseis estados da federação, custeados integralmente com recursos externos de financiamentos do Banco Mundial - BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cuja execução realizar-se-á em duas fases. A primeira, abrangendo 5.793 km divididos em 17 lotes e custo global estimado de US\$ 275,2 milhões. A segunda abrangendo 5.362 km e um custo estimado de US\$ 229,5 milhões.

A meta acumulada de contratação prevista para o exercício de 2002 era de 6.000 km. A efetiva contratação, entretanto, atingiu somente 3.800 km devido, entre outras, a demora dos processos licitatórios, dificuldade de disponibilização de recursos orçamentários e extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, com sua substituição pelo DNIT na execução do Programa. Deve-se ainda levar em consideração que houve atrasos em vários pagamentos previstos e considerável reticência na aprovação de novas contratações pelos agentes financeiros.

Apesar de não ter sido atingida a meta de contratação prevista, os resultados alcançados na quilometragem efetivamente terceirizada (3.800 Km) mostraram-se muito favoráveis. Todas as etapas inicialmente previstas foram realizadas e o usuário tem demonstrado grande satisfação.

A ampliação da contratação de novos segmentos de rodovias federais, em cerca de 1.800 km de aproximadamente 2.000 km para 3.800 km), aumentou a satisfação do usuário.

Além disso, a nova modalidade de contratação, Crema, tem-se mostrado eficaz e contribuiu para mudança de atitude no corpo funcional do DNIT, que veio a apreciar e aceitar o novo método de gerenciamento da malha rodoviária federal, o que deverá refletir na nova estruturação que se pretende para o órgão.

Em 2003 deverá ser feita a contratação dos demais lotes de rodovias, o que virá a completar a primeira etapa do Programa, cuja meta é a contratação de aproximadamente 6.000 km. Ainda em 2003 deverão ser elaborados os projetos básicos referenciais a segunda etapa do Programa (5.000 km, aproximadamente) e iniciado o processo de licitação das obras.

Resultados

A gestão terceirizada da malha constitui-se em instrumento inovador de restauração e manutenção da malha rodoviária federal, demandando menor volume de recursos em relação ao sistema usualmente adotado de contratos individuais, para restauração de pequenos trechos de rodovia, cuja manutenção fica a cargo do órgão federal (DNER, agora DNIT), com poucos recursos para tanto. Trata-se, entretanto, de programa que demanda fluxo regular e contínuo de recursos. O atraso nos pagamentos - em mais de 90 dias - permite ao contratado a rescisão unilateral do contrato.

Concepção

Gerente:

Luís Cláudio Menezes de Andrade

O DNER operava mediante a contratação de empresa individual, para restauração de pequenos trechos de rodovia (50 km, aproximadamente). Outra empresa era contratada para a supervisão das obras e outra ainda para a conservação do trecho. Tal processo, considerada a extensão da malha rodoviária federal, de 55.000 km aproximadamente, demandava um número extremamente elevado de licitações públicas, dificultando o gerenciamento do órgão. A morosidade do processo obrigava ainda a contínuas revisões de projetos e ensejava solicitação de aditivos em quase todas as obras, elevando continuamente os custos das mesmas. Cabe lembrar que parcela substancial dos recursos para restauração da malha foi obtida, nos últimos anos, de organismos financeiros multilaterais, através de projetos nos quais eram definidas metas a serem atendidas. Tais metas, em virtude da problemática acima descrita, nunca foram atingidas, o que obrigou a reformulação de todo o processo, com a adoção da solução, inovadora, de contratos tipo Crema. Por esses contratos, abrangendo trechos de cerca de 400 km cada, o empreiteiro vencedor de processo licitatório específico torna-se o responsável pela elaboração de projeto executivo de engenharia para restauração (se e onde necessária) da rodovia, pela sua implementação e pela manutenção daquele trecho por um prazo de cinco anos.

Implementação

A execução financeira do Programa atingiu metas inferiores ao planejado. A falta de recursos financeiros nos montantes previstos e a descontinuidade do fluxo desses recursos geraram insegurança no empresariado, que se mostrou cauteloso na execução das obras previstas no Programa. O ritmo das mesmas, portanto, não atingiu o esperado.

A perfeita execução do Programa baseia-se em adequada fiscalização das atividades sendo desenvolvidas pelos vários empreiteiros contratados, que deverão suprir as obras e serviços previstos nos contratos. O DNIT, órgão responsável pela implementação do Programa, não dispõe de suficientes recursos materiais (carros, informática, entre outros) para assegurar o perfeito acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas. As possíveis deficiências na fiscalização comprometerão a implementação desse novo modelo de gerenciamento da malha rodoviária federal.

O DNIT ressenete-se da falta de servidores. O antigo DNER, substituído pelo atual DNIT, não realizou concursos públicos nos últimos anos de atividades. Além disso, a remuneração dos engenheiros e demais técnicos do órgão encontrava-se consideravelmente inferior a valores de mercado. Tal situação não foi ainda corrigida com a implantação do DNIT.

As unidades do DNIT (UNITs), responsáveis pela implementação e fiscalização do Programa, não dispõem de servidores em números suficientes para exercer adequada fiscalização. Os servidores disponíveis também sofrem com remuneração inferior aos níveis de mercado.

Manutenção de Hidrovias

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores é o objetivo do Programa. No âmbito do Programa poder-se-ia analisar a possibilidade de se definir meios para proporcionar melhor infra-estrutura dos portos fluviais e monitorar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de navegação fluvial, pois, considerando o conjunto dos três segmentos é que se pode avaliar a eficácia do subsistema de transporte hidroviário interior.

Até o final dos anos 90, diversas hidrovias vinham sendo mantidas de forma descontínua, em função de recursos escassos. As ações de melhoramentos dependiam de projetos específicos (investimento) que, geralmente, tinham seus recursos contingenciados e, com isso, as ações não eram empreendidas e as hidrovias perdiam sua confiabilidade, além da segurança da navegação. A implementação das ações do Programa permite, se não ampliar, ao menos, possibilitar manter as hidrovias em permanentes condições de navegabilidade.

Por outro lado, parece importante se aventar à possibilidade de iniciar um processo de modernização e ampliação da frota fluvial das hidrovias, assim como novos equipamentos especializados e modernos para agilizar a transferência de cargas nos portos fluviais. Os empresários ligados às atividades de operação de portos fluviais e às empresas de navegação, com exceções, não têm capacidade para investir maciçamente no setor.

Os resultados já avaliados entre 2002 e 2000 referem-se à quantidade de km de hidrovias agregadas ao sistema, passando de 7.580 km para 9.740 km, representando um acréscimo de 28,5%. O índice de qualidade, entretanto, foi prejudicado em razão da acentuada estiagem dos últimos anos.

Neste período foram disponibilizados, aos armadores e usuários, hidrovias adequadamente sinalizadas e, nas passagens críticas, balizadas através de bóias refletivas. Os tempos de viagem das embarcações se reduziram, além das mesmas poderem ser usadas diuturnamente.

Pode-se afirmar que as hidrovias tornaram-se mais seguras e confiáveis e, com isso, reduziram-se os acidentes que ocorriam no passado. Também, nos períodos críticos de estiagem, esse Programa permitiu que as hidrovias se mantivessem compatíveis aos calados das embarcações que as utilizam, dando-se mais credibilidade.

Em consequência, os transportadores rodoviários passaram a se interessar pelo modo de transportes fluviais, criando subsidiárias para o transporte fluvial, ou até mesmo, os usuários da hidrovia (plantadores de grãos) passaram a operar o segmento transporte fluvial, já que os balizamentos das hidrovias facilitavam a navegação.

Resultados

Os indicadores foram modificados em 2002, para poderem efetivamente refletir os avanços do Programa e melhor avaliar a eficiência dos resultados. Foram criados os índices de Quantidade - que mede o número de km acrescidos nos universos dos rios potencialmente navegáveis e selecionados pelo Ministério dos Transportes para se tornarem hidrovias, e o de Qualidade - que indica, em percentual, o número de dias do ano que as hidrovias permanecem operacionais para a Embarcação-tipo (padrão). Quanto ao índice

Concepção

Gerente:

Paulo Roberto Coelho De Godoy

de Quantidade; os recursos despendidos na manutenção da malha hidroviária permitiram agregar maior número de km de rios navegáveis ao rol das hidrovias já mantidas. A dificuldade é a disponibilização dos recursos ao tempo correto vez que os ciclos hidrológicos dos rios seguem rotinas próprias. Relativamente ao índice de Qualidade, o mesmo foi prejudicado em função do rigor da estiagem que abateu sobre todas as hidrovias, inclusive, com sérios reflexos na geração hidrelétrica.

Os usuários e armadores fluviais deveriam ser, rotineiramente, auscultados previamente ao início de uma atividade ou novo projeto (estudo). Desta forma os recursos seriam melhor canalizados aos propósitos da atividade de Manutenção de Hidrovias ao invés de desenvolverem ações que não resultem em melhoria da operacionalidade da hidrovia.

..... **Implementação**

Pode-se afirmar, que, a partir da implantação de um sistema próprio de planejamento e controle mensal de gastos, que o Programa evoluiu. Entretanto, a falta de treinamento de técnicos intermediários das administrações de hidrovias, assim como a falta de um controle regular de avaliação, prejudicam a eficiência na aplicação tempestiva dos recursos. A estiagem hídrica da maioria dos rios brasileiros ocorre entre agosto e outubro. Assim sendo, os contratos de serviços de manutenção rotineira devem iniciar com antecedência, função da mobilização das atividades que, sempre, se localizam em áreas ermas nas hidrovias brasileiras.

Em 2002, do valor aprovado para dotação inicial – cerca de R\$ 33,5 milhões, foram liquidados R\$ 25,8 milhões. Contudo, cabe informar que o processo de transferência de recursos para as administrações de hidrovias carece de estudos visando acelerar a execução orçamentária/financeira das ações do programa.

Embora os treinamentos disponibilizados pela ENAP contemplem os Gerentes e equipes, há necessidade em capacitar os servidores das Administradoras de Hidrovias, principalmente, os quadros de planejamento e controle, visando aumentar a eficiência gerencial e operacional.

Com vistas à ampliação no uso das hidrovias, poder-se-ia envidar esforços que agreguem valor nas potenciais parcerias, nos diversos seguimentos deste subsector. Com o setor de energia elétrica poderia haver maior interação de programas que objetivassem melhorias no gerenciamento dos recursos hídricos. Entretanto, o setor hidrelétrico é refratário ao tema e a Agência Nacional de Águas - ANA (Ministério do Meio Ambiente) ainda não inclui esse item na sua pauta de discussão. Por outro lado, o subsector hidroviário, dividido em três segmentos (portos, infra-estrutura viária e empresas de navegação) não consegue consolidar uma política estratégica para melhorar a eficiência e integração aos demais usuários dos recursos hídricos e/ou com os transportadores rododiferroviários (Multimodal), face principalmente a inexistência de mecanismos institucionais.

Navegação Interior

O objetivo do Programa é prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco. **Resultados**

A manutenção e operação das linhas de navegação do São Francisco, a cargo da Companhia de Navegação do São Francisco - Franave, objetiva manter a operacionalidade da empresa até que venha a ser concluído o processo de afastamento do Governo Federal da operação do transporte hidroviário, por meio de privatização ou estadualização. Não obstante sua permanência, a empresa tem uma capacidade limitada de transporte, por conta de sua frota, considerada de pequeno porte, antiga e obsoleta. Mesmo mantida operacional a custa do subsídio alocado, não se constitui atrativo para o setor privado.

Pode-se afirmar que as travessias de Morada Nova de Minas são indispensáveis para a vida econômica do município. Sua operacionalidade foi assegurada pelo subsídio provido pelo Programa, mediante transferências por convênio entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf e a Prefeitura daquela cidade, que gerencia a operacionalização do sistema de transporte fluvial. Como decorreram da inundação de áreas do município pelo reservatório da barragem de Três Marias, efetivamente representam compensações por problemas criados pela implantação daquela usina. Assim, seria apropriado avaliar a possibilidade de que esse subsídio fosse estabelecido em caráter permanente, podendo ocorrer através da destinação de recursos do tesouro para a Codevasf.

Tanto a Manutenção e Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco quanto a Operação do Sistema de Transporte Fluvial cumpriram a sua finalidade.

O transporte de cargas por via fluvial, no São Francisco, manteve-se operacional, movimentando especialmente grãos entre Ibotirama (BA) e Juazeiro (BA), enquanto as travessias no reservatório da barragem de Três Marias permaneceram prestando os serviços de interligação das estradas no Município de Morada Nova de Minas, essenciais para a circulação de cargas e pessoas. Todavia, em que pese toda a frota operacional da Franave, permanecer arrendada à iniciativa privada, ainda encontra-se pendente a situação da empresa no tocante a desfederalização ou privatização.

Os subsídios para manutenção das linhas de navegação do São Francisco, efetivamente, permitiram o transporte por via fluvial de cerca de 77 mil toneladas de grãos, próximo do limite da capacidade da frota disponível, mas de pouca expressão em termos de movimentação fluvial e do potencial do rio. Assim, a presença do Governo financiando a atividade em um nível de subsistência parece ter contribuído tanto para estagnar o setor, quanto para desestimular o ingresso de capitais privados em função dos valores dos fretes baixos praticados, somente viáveis pelo aporte recursos públicos. Pode-se afirmar que a operação e a manutenção das linhas de navegação transcorreram dentro do previsto e até mesmo com ganho de eficiência, na medida em que a administração da empresa reduziu, de forma espontânea, os recursos aportados no exercício de 2002.

A manutenção das travessias no reservatório de Três Marias, no Município de Morada Nova de Minas, atingiu os resultados esperados, permitindo que a Prefeitura assegurasse a operacionalidade das estradas vicinais vitais para a circulação das pessoas e da pequena produção local, o que não teria sido possível sem o subsídio aportado. A empresa tem uma capacidade extremamente limitada de transporte por conta de sua frota pequena, antiga e obsoleta. Mesmo mantida operacional, a custa do subsídio alocado, não se constituiu em atrativo que viabilizasse a sua privatização.

Gerente:

Martinho Cândido Velloso dos Santos

Concepção

Em que pese à estrutura estar adequada, seria mais apropriado analisar a possibilidade de desmembrar o programa transferindo a responsabilidade da execução da ação Operação do Sistema de Transporte Fluvial de Morada Nova de Minas para o Ministério da Integração – Codevasf. Além disso, a ação referente a Manutenção e Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco poderia pertencer ao Programa do Corredor São Francisco.

Ambas as ações são tipicamente de subsídio ao custeio de atividades operacionais. Os indicadores operacionais foram satisfatórios, todavia, no caso da Operação e Manutenção das linhas de Navegação do São Francisco, a concepção do Programa não traduziu, de fato, uma ação que concretamente expresse o processo de sua desvinculação do Governo Federal.

Implementação

Apesar de os recursos liquidados – R\$ 637 mil, terem sido inferiores a dotação referente a 2002 – R\$ 2,7 milhões, as metas planejadas para 2002 foram superadas.

Para a manutenção das linhas de navegação da Franave, empresa cuja capacidade operacional é pequena, os recursos foram suficientes. A ação definida no Programa expressa tão somente a operacionalidade da companhia, mas não avalia a evolução do processo de sua desvinculação do Governo Federal. Parece recomendável a definição de medidas ou até mesmo a realização de estudos visando ações mais consistentes para a desfederalização da empresa.

As transferências à Franave ficaram aquém do valor estabelecido pela LOA 2002, resultado do empenho da empresa na redução dos seus custos. Todavia, em relação à expectativa inicial, não houve comprometimento da movimentação de carga esperada, que, inclusive, ultrapassou o valor estimado. Para a manutenção das linhas de navegação da Franave, aos níveis atuais na perspectiva da sua desfederalização, os recursos foram suficientes.

A Operação do Sistema de Transporte Fluvial de Morada Nova de Minas está vinculada a Codevasf, do Ministério da Integração. As liberações financeiras para as travessias de Morada Nova de Minas praticamente atingiram a provisão da LOA como também a movimentação de cargas e passageiros foi coerente com a expectativa inicial.

Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário

O Programa objetiva estimular o desenvolvimento e a melhoria da prestação de serviço de transporte da navegação interior, de cabotagem e de longo curso, tendo em vista a necessidade de completar a reestruturação institucional dos subsetores portuário e hidroviário, propiciando a melhoria das condições de competição da construção naval no mercado.

Resultados

Os recursos que propiciam a execução das ações visam ao apoio financeiro reembolsável, mediante concessão de empréstimos a empresas brasileiras de navegação e ao Estaleiro Nacional para a construção e reparo de embarcações. A participação do Fundo da Marinha Mercante - FMM, no fomento ao transporte aquaviário diz respeito à formulação de políticas de financiamento. Entretanto, a concretização das operações de créditos depende da atuação do agente financeiro e da própria capacidade econômica e financeira das empresas de navegação, o que tem retardado o fechamento de novos contratos. A meta do FMM é incrementar a utilização de embarcações de registro brasileiro, construídas no país, em navegação de longo curso, na cabotagem, navegação interior, embarcações de apoio marítimo e portuário, bem como nas atividades de exploração de petróleo, pesca e turismo náutico, com geração de empregos e renda na construção naval e nas operações das embarcações, melhoria da matriz de transportes e redução da remessa de divisas.

Cabe registrar que, visando melhorar a competitividade da Marinha Mercante Brasileira, reduzindo o custo de capital mensal, em novembro de 2000, foi publicada a Resolução do Banco Central nº 2787, alterando as condições de financiamento.

No período 2000 a 2002 foram contratados financiamentos para a construção de 64 embarcações, destinadas a navegação interior, apoio portuário, apoio marítimo, cabotagem e longo curso. Foram entregues ao mercado setenta embarcações, sendo 58 para atender a navegação interior e portuária. Parte destas, 40 embarcações, irão operar no escoamento da produção agrícola de grãos para exportação, e no transporte de carga geral na Bacia Amazônica, reduzindo os fretes praticados e aumentando a competitividade dos produtos, bem como substituindo embarcações obsoletas. Foram também desembolsados recursos para o financiamento da modernização do Parque Industrial dos Estaleiros.

Durante o exercício de 2002 foi concedida prioridade a 48 projetos de construção naval, o que totalizou US\$994 milhões. O segmento de apoio marítimo demandou o comprometimento de US\$247 milhões para a construção de dezessete embarcações. A navegação interior e portuária obteve financiamento para o maior número de projetos cerca de 25, demandando financiamento no valor de US\$41 milhões, sendo maior parte destes projetos para a navegação na Região Norte. Além destes, receberam apoio os financiamentos para construção de dois navios tipo *multipurpose* no valor de US\$22 milhões e a modernização de três estaleiros, num total de US\$47 milhões, o que vem ao encontro da revitalização do setor, promovida pelo Governo Federal.

Gerente:

Tereza Cristina de Araújo Ferreira

A despeito da entrada de novas embarcações no mercado, em substituição a embarcações antigas, não ocorreu alteração significativa na idade média da

frota. A incorporação de 40 embarcações na navegação interior traduz-se em melhor escoamento da produção de grãos, aumentando sua competitividade no mercado externo. As sete embarcações destinadas ao transportes de passageiros na Região Amazônica substituíram embarcações velhas de madeira, sem qualquer segurança, sujeitas aos mais diversos acidentes, que causarem danos humanos e ecológicos. O navio gaseiro que hoje opera na costa brasileira e as sete embarcações de apoio às plataformas de petróleo, substituíram afretamentos, evitando, assim, a remessa de divisas ao exterior.

Registra-se que a retomada da indústria naval tem gerado novos empregos, passando de 2.100 empregados em, 2000, para em torno de 10 mil empregos diretos, em 2002. A performance abaixo do esperado, principalmente na navegação de longo curso, permite que o transporte dos produtos de exportação seja realizado por empresas estrangeiras. Não dispor de uma frota nacional poderá acarretar irregularidades na frequência dos navios nos portos brasileiros.

Vale ressaltar que a construção de embarcações especializadas como os navios gaseiros e as embarcações de apoio às plataformas de petróleo estão demandando projetos que trazem necessidades de geração de tecnologia para o País.

Concepção

A utilização da idade média da frota nos diversos segmentos da navegação não tem se mostrado um bom indicador para avaliar as realizações do Programa. A frota brasileira em operação é muito antiga e a entrada de novas embarcações não tem sido suficiente para melhorar estes indicadores. Além disso, no segmento da navegação de longo curso, não houve incorporação de novas embarcações. Estão em vias de contratação quatro navios petroleiros e dois porta contêineres, que deverão entrar em operação no final de 2004. Deste modo, houve um aumento na idade média da frota em todos seguimentos, em relação aos dados programados: navegação de longo curso (18 anos); navegação de cabotagem (18 anos) e navegação interior (16 anos).

À época da definição do Programa, nos aspectos referentes ao fomento, foram estabelecidas as ações: Financiamento de Construção de Embarcações para Navegação Marítima Nacional, Financiamento de Construção de Embarcações para Navegação Interior e Portuária, Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante e Financiamento de Construção de Embarcações para Navegação Marítima Internacional. Propõe-se alterar os descritores transformando-as em duas: Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante e Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante. A proposta de aglutinação das três ações visa atender a nova legislação que unificou as condições de financiamento, sem discriminar o tipo de navegação. Além disso, hoje não há mais restrições legais que impediam a operação das embarcações em diferentes classes de navegação. Esta unificação atende melhor ao pedido de financiamento que é baseado no conceito de demanda espontânea.

Por outro lado, sugere-se a separação do Programa em: Fomento ao Transporte Aquaviário, Qualidade e Fiscalização do Transporte Aquaviário. O melhor indicador seria a Participação da Bandeira Brasileira no Transporte Aquaviário.

O objetivo do programa poderia estar sendo prejudicado devido ao não pagamento de Comissões ao Agente Financeiro.

Implementação

A implementação das ações de financiamento é realizada pelo Departamento de Marinha Mercante - DMM. A maior parte dos recursos é proveniente do Fundo da Marinha Mercante - FMM, que atualmente tem como agente financeiro o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que assume o risco da operação. Cabe a ele, após a aprovação da prioridade do projeto pela Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante, analisar o pedido em seus aspectos técnico, econômico e financeiro, e, sendo aprovado o pedido, assinar o contrato. Esse processo de concessão de financiamento tem tramitação extensa, levando em média 25 meses. A principal causa da demora na contratação e no alto índice de rejeição dos pedidos, está nas exigências do agente financeiro, referente às garantias e à reestruturação das empresas.

Para incentivar a construção de uma frota nacional competitiva, em 30/11/2000, foi publicada a Resolução BACEN nº 2.787, alterando as condições de financiamento, de modo a reduzir o custo de capital mensal das empresas, proporcionando uma retomada no interesse do mercado na obtenção de recursos do FMM. Em 2000 foram concedidas prioridades para financiamento que totalizaram US\$ 749 milhões, em 2001 este valor atingiu recursos da ordem de US\$ 2.024 milhões, reduzindo em 2002 para US\$ 994 milhões. A razão da queda na procura por financiamentos em 2002 deve-se a quantidade de pedidos em 2001, uma vez que o mercado esperava pelas mudanças decorrentes da resolução BACEN mencionada.

Não obstante as mudanças nas condições de financiamento, no seguimento da navegação de longo curso os efeitos ainda não foram sentidos. A principal causa é que, além do processo de financiamento ser de longo amadurecimento, neste mercado compete-se com grandes empresas.

No que diz respeito ao fomento à marinha mercante, as obras em construção obedeceram aos cronogramas determinados, apresentando compatibilidade entre o desembolso financeiro e a realização física do projeto.

Cabe ressaltar que por exigência dos órgãos federais de controle e das empresas contratantes, o Departamento de Marinha Mercante - DMM e estaleiros construtores, estão desenvolvendo metodologia de acompanhamento específica que deverá ser implantada em todas as obras financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante-FMM.

Registra-se que a equipe gerencial do programa encontra-se inadequada, carecendo de pessoal especializado. A falta de renovação do quadro técnico do DMM poderá levar a uma situação crítica na análise dos projetos e no acompanhamento das obras. Nos últimos anos, o Departamento tem perdido mão-de-obra especializada.

Serviços de Transporte Ferroviário de Carga

Resultados Garantir a qualidade da prestação dos serviços do transporte ferroviário de carga; face à necessidade de reestruturação administrativa do Estado, exercendo os compromissos no sentido de avaliar e fiscalizar o desempenho das empresas concessionárias que assumiram a operação da malha ferroviária brasileira é o objetivo do Programa.

O desenvolvimento do índice médio de satisfação do usuário no período de 2000 a 2002 demonstra que dificilmente se atingirá o nível previsto para 2003, da ordem de 90%. Em 2002 a avaliação do índice indicou o valor de 76%. Pode-se afirmar que as dificuldades encontradas pelas concessionárias para atender os compromissos contratuais, principalmente no que se refere às más condições da via permanente, têm dificultado as operações nas ferrovias, o que se reflete no grau de satisfação dos usuários.

Apesar dos esforços das concessionárias no sentido de melhorar a eficiência do transporte ferroviário, aumentar a segurança, reduzir os tempos de viagem e de integração com o transporte rodoviário, ocasionar uma melhoria na avaliação de seus serviços pelos usuários, há necessidade de melhor atender seus interesses, uma vez que o desempenho das empresas foi inferior ao esperado, principalmente quanto ao volume de carga transportada.

Concepção Está previsto para o Programa atingir em 2003 um índice de satisfação do usuário no valor de 90%. Em 2002, o índice atingiu 76%, abaixo, portanto, da expectativa dos programados 80%. O desenvolvimento do índice de satisfação do usuário no período de 2000 a 2002 indica que dificilmente se atingirá o nível previsto para 2003.

As ações programadas contemplam a execução de serviços, os compromissos e a responsabilidade das empresas em cumprir as diversas metas contratuais, as quais são suficientes para atender os objetivos do Programa.

Implementação Em 2002, do valor aprovado para dotação inicial – cerca de R\$ 24,8 milhões – foram liquidados R\$ 5,1 milhões.

Embora a malha ferroviária federal tenha sido concedida à iniciativa privada, as ações vinculadas com as travessias ferroviárias em áreas urbanas necessitam de maiores recursos para sua implementação. Nesse sentido, sugere-se analisar a possibilidade de ampliar o apoio financeiro por parte do governo federal.

A consulta ao público-alvo é realizada anualmente pelo Departamento de Transportes Ferroviários da STT/MT, diretamente com os usuários de transportes ferroviários, por meio de pesquisa sobre a satisfação dos usuários.

Gerente:

Flávio Meneghetti Borralho

Transporte

Ferroviário Urbano de Passageiros

Resultados

Os sistemas ferroviários de transporte urbano operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a estados e municípios, por determinação constitucional, pois, sob gestão local, torna-se possível sua integração com os outros modos de transporte e com o planejamento urbano específicos de cada região. Assim, com o objetivo de prestar o serviço de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros e melhorar os sistemas para viabilizar suas transferências aos governos locais, o Programa foi criado, tendo como público-alvo os sistemas existentes das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Salvador, Teresina, Porto Alegre e Maceió.

Não obstante o objetivo do Programa esteja centrado na descentralização dos sistemas existentes aos estados e municípios, mediante emenda parlamentar, ações de implementação de novos sistemas foram incorporadas ao Programa, entendendo o legislador que o transporte ferroviário urbano não pode prescindir de uma ação suplementar do Governo Federal, centrada no fomento e apoio técnico-financeiro.

O índice de passageiros transportados apresentou variações compatíveis com o desenvolvimento do Programa. Nos sistemas que estão sendo expandidos, o aumento de passageiros depende das inaugurações dos novos trechos, adiadas devido às restrições orçamentárias e financeiras do ano de 2002. É o caso de Recife, Salvador e Fortaleza. A inauguração do novo trecho do Metrô de Belo Horizonte permitiu o alcance da meta estabelecida. Os demais sistemas, de Natal, João Pessoa, Maceió e Porto Alegre, apresentaram índices compatíveis com as previsões do PPA.

Foram inaugurados dois novos trechos de metrô, em fase de operação parcial: em Belo Horizonte o trecho São Gabriel-Via Norte e em Recife o trecho TIP-TIMBI. A operação plena desses trechos ocorrerá com a instalação dos sistemas de sinalização e com a conclusão da modernização dos trens.

A transferência dos sistemas para os estados foi realizada em 28 de junho de 2002 com a estadualização do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza. Encontra-se em curso, com previsão para 2002, as transferências dos sistemas de Belo Horizonte e Recife. Quanto a Salvador, a transferência está equacionada, porém em fase de definição de uma nova data, pois o prazo original foi inviabilizado. Finalmente, os sistemas de Porto Alegre, Natal, Maceió e João Pessoa encontram-se em fase de equacionamento visando à futura transferência.

Os impactos positivos do Programa, em 2002, ocorreram principalmente em Belo Horizonte e Recife, em função da colocação em operação dos novos trechos. Com isto, novas parcelas da população passaram a ser atendidas por este modo de transporte, embora ainda de forma parcial. Também a transferência do sistema de Fortaleza para o Estado do Ceará, vem apresentando resultados positivos, registrando acréscimo na quantidade de passageiros transportados. Os impactos negativos junto ao público-alvo ocorrem principalmente em Recife - Linha Sul, Fortaleza e Salvador, pois tais obras causam transtornos à população durante sua construção e os atrasos causados pela insuficiência de recursos financeiros agravam tais reflexos.

Gerente:

Kennedy de Assis Martins

Concepção

No que se refere à concepção, vale insistir na necessidade apontada no relatório de avaliação de 2001, de rever a forma de expressar os índices, adotando-se como padrão a média de passageiros transportados por dia útil, adotada no SIGPlan e não a quantidade de passageiros transportados por mês, adotada no PPA. Registre-se ainda a conveniência de agregar índices que possam medir, além da quantidade, a qualidade dos serviços prestados, uma vez que este é um dos objetivos do Programa. Tais índices dependem da realização sistemática de pesquisas de opinião junto aos usuários, o que não vem sendo realizado. Para tal, poderia ser criada uma ação específica no Programa, com recursos alocados, uma vez que a tentativa de realizar estas pesquisas diretamente com os recursos dos órgãos executores não tem sido bem sucedida.

O Programa está voltado para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, através da implantação e da expansão de sistemas de transporte de alta capacidade (trens urbanos e metrô). O atual modelo de transportes urbanos no Brasil é inadequado, gerando graves consequências para a sociedade, dentre as quais destacam-se: alto índice de acidentes de trânsito, baixa mobilidade da população, congestionamentos crônicos e poluição ambiental. O modelo internacionalmente consagrado organiza-se a partir de corredores estruturais de transporte de massa, alimentados pelos outros modos como, ônibus, barcas, táxis, automóveis, etc, operando de forma integrada e sem concorrências irracionais. Essa eficácia do sistema de transporte permite alcançar qualidade de vida, eficiência econômica e melhor qualidade ambiental nas grandes cidades. Neste sentido, o conjunto de ações concebidas não é suficiente para atender ao Macroobjetivo 24 - Melhorar a Qualidade do Transporte e do Trânsito Urbano - que deu origem ao Programa. É preciso conceber e implementar novas ações de recuperação, expansão e implantação de sistemas estruturais de transporte urbano nas grandes cidades brasileiras.

Por outro lado, inúmeras ações dos governos estaduais e municipais no que se refere ao planejamento urbano em geral e ao transporte urbano em particular, influem diretamente nas ações do Programa. Em termos de transporte urbano, seria essencial criar nos grandes centros urbanos uma instância de coordenação envolvendo os três níveis de Governo, para compatibilizar as iniciativas e buscar a máxima eficiência do sistema, especialmente no que se refere à integração modal. A concessão de linhas de transporte municipal ou estadual precisa ser realizada dentro de uma visão de sistema de transporte e não de modo isolado, como ocorre atualmente. Praticamente todos os sistemas metro-ferroviários do país encontram-se hoje operando abaixo de sua capacidade, exatamente pela falta desta integração modal.

Poderia ainda contribuir para a melhor gestão dos programas, um maior entrosamento com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA, realizando-se um trabalho conjunto envolvendo orçamento e liberações financeiras. Neste sentido, a forma de liberar limites e o fluxo de informações adotado pelo Planejamento é de fundamental importância. Recentemente adotou-se a liberação de recursos por ação e por fonte para algumas ações do Programa, o que permitiu aperfeiçoar os controles e viabilizar um melhor acompanhamento por parte da gerência.

Implementação

O fluxo de recursos financeiros em 2002 apresentou-se muito abaixo das expectativas e das necessidades reais dos projetos. Dos R\$ 539,7 milhões autorizados no orçamento R\$ 332,2 foram liquidados. Com isto, as inaugurações previstas para 2002 não ocorreram e, de modo geral, as metas de passageiros transportados foram adiadas. Os metrô de Fortaleza e Salvador, que se encontram em fase inicial de construção, foram paralisados quase completamente, com graves consequências para estas cidades, pela longa permanência dos transtornos causados pelas obras. Ademais, os custos dos projetos tendem a elevar-se devido a paralisações e retomadas, que implicam em desmobilização de homens e máquinas.

O Programa conta com parcerias dos estados onde os investimentos estão sendo realizados. Nos casos da Bahia e do Ceará, os estados participam do projeto do metrô alocando recursos próprios, o que tem se mostrado um modelo mais adequado do que quando apenas a União realiza os investimentos. Não existem parcerias formais com outros Programas do PPA, o que seria desejável com relação ao Programa **Transporte Rodoviário Urbano de Passageiros**, visando à implementação de ações de integração modal.

Captação e Difusão de Notícias
Comunidade Ativa
Defesa Jurídica da União
Divulgação dos Atos Oficiais
Gestão da Política de Comunicação de Governo
Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Federal
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Gestão Urbana e Metropolitana
Inteligência Nacional
Morar Melhor
Nacional Antidrogas
Proteção da Amazônia

**Presidência
da República**

Captação e Difusão de Notícias

A Radiobrás, empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, tem como principal objetivo servir como canal de interlocução dos órgãos do Governo Federal com a sociedade brasileira. A Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto desenvolvem as suas ações do Programa Captação e Divulgação de Notícias que tem como objetivo "divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educativo, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública".

O Programa obteve no período 2000-2002 o expressivo resultado de 2.373.605 matérias jornalísticas distribuídas. O contrato de gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto vem sendo cumprido a contento.

Resultados

A TV a cabo NBR, também com sinal aberto via satélite, tem sua programação transmitida pela rede Net em quinze cidades, de 85% de sua rede de assinantes. Os três principais noticiários - NBR Manhã, Jornal da NBR e NBR Noite, são transmitidos ao vivo por outras 150 emissoras de TV, com sinal captado no sistema aberto.

Na área de rádio, destaque-se a revitalização do Parque de Transmissores do Rodeador, feita em parceria com o Senado Federal, que assegurou as transmissões da Rádio Nacional da Amazônia sem interrupções, permitindo a revitalização das transmissões e da programação noturna da Rádio Nacional de Brasília, para todo o território nacional e diurno da Rádio Nacional da Amazônia.

A cada ano, os produtos e serviços da Radiobrás são aperfeiçoados e a empresa consolida-se como "a fonte da melhor informação", com qualidade, confiabilidade, credibilidade e isenção, respeitada e reconhecida por várias outras organizações de comunicação do Brasil, como O Globo, UOL, Jornal do Brasil, Estadão, Correio Braziliense, entre outros, e também do exterior, como o *The New York Times*, *The Ecotimes*, *Europress*, *CNN*, *Diário Medico*, *The Brazilian Times*, entre outros organismos.

O indicador de resultado do Programa é a quantidade de matérias jornalísticas distribuídas por ano e conforme os resultados apresentados até o momento, a expectativa de alcançar o índice estabelecido para o final do PPA é alta e a política de gestão implementada pela Radiobrás está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República - Secom/PR, voltadas para resultados e visando levar a notícia ao maior número possível de "clientes cidadãos", no Brasil e no exterior.

Considerando-se o alto volume de consultas, visitas e utilização por inúmeros outros veículos de comunicação das matérias jornalísticas produzidas, o impacto dos serviços prestados à sociedade pode ser avaliado como positivo.

Estima-se que, pelos resultados, tem-se atingido e até superado as metas estabelecidas, com benefício para o "cliente cidadão", de todos os níveis, já que os produtos são disponibilizados em veículos que contemplam todas as camadas sociais nos mais variados formatos, como rádios locais e de longo alcance, TV aberta e a cabo, fotografias, agência de notícias na internet no País e no exterior.

Gerente:

Carlos de Cerqueira Leite Zarur

Releva-se que o poder de abrangência da Radiobrás é ainda mais amplo por que a Empresa, além de utilizar seu próprio complexo de comunicação, adota também o princípio da interação da notícia e da informação, que consiste em distribuir/repassar, gratuitamente, todo o material jornalístico disponível a qualquer veículo de comunicação do país e do exterior.

A Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto expandiu a sua produção de programas, a nova TVE, Rede Brasil privilegiou também a dinamização da Rede Pública de Televisão - RPTV, oferecendo sua programação para outras emissoras públicas brasileiras. Assim, os programas Observatório da Imprensa, Sem Censura, Conexão Roberto D'Ávila e A Turma do Pererê passaram a fazer parte da grade de programação da Rede Pública de Televisão - RPTV. A TV Cultura do Amazonas transmite o telejornal Edição Nacional; a TV Ceará transmite o programa Direito em Debate; a TV Educativa da Bahia, o Canal Paraná e a TV Aperipê, de Sergipe, transmitem o programa Expedições; a TV Universitária do Rio Grande do Norte transmite os programas Stadium e Rede Rio; a Rede Minas de Televisão transmite os programas Jornal Visual, Gema Brasil e A Vida é um Show; e a TV Cultura de Santa Catarina transmite os programas Gema Brasil, Pensando em Você, @titude.com e Plugado.

Durante o período foram desenvolvidos diversos trabalhos para clientes e parceiros públicos e privados, podendo-se citar os seguintes trabalhos desenvolvidos para os órgãos governamentais:

- Com o Ministério da Educação, a TV Escola, cujo canal próprio a TVE/RJ operacionaliza e transmite diariamente sua programação, exclusiva, para todo território nacional, atingindo aproximadamente 56 mil escolas públicas, beneficiando um milhão de professores e trinta milhões de alunos.
- Ainda para o Ministério da Educação, a TVE-Rede Brasil produziu e veiculou o programa Salto para o Futuro, um programa ao vivo de educação a distância, cujo objetivo principal é a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes que trabalham em educação, bem como de alunos do magistério. Esse programa também é veiculado com interatividade em todo o território nacional, alcançando cerca de um milhão de professores.
- Com o Ministério do Trabalho e Emprego, para produção e exibição da série TV Qualificar, na busca constante do aprimoramento profissional do trabalhador brasileiro.
- Com a Fundacentro, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho e Emprego, a TVE produziu vídeos educacionais voltados para a área de segurança, medicina e saúde do cidadão no trabalho.
- Com o Ministério da Justiça, por intermédio do Denatran, foram produzidos programas educacionais direcionados para educação no trânsito.
- Com o Ministério da Previdência e Assistência Social, da Secretaria de Estado da Assistência Social, para a produção e exibição de dois vídeos institucionais, um sobre a Política Nacional de Assistência Social e outro sobre o Projeto Alvorada, para a capacitação de gestores municipais. E também produziu programas de televisão na modalidade de Ensino a Distância para a capacitação de recursos humanos na área de assistência social.
- Com o Ministério da Saúde, através da FIOCRUZ, para a produção e exibição da série Canal Saúde.

- Com o Ministério da Agricultura, na criação, produção e veiculação do projeto Como é Verde o Meu Vale - Petrolina, a Nova Realidade Brasileira e na veiculação do programa Brasil Rural - A Revolução da Terra.

A Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto - Acerp exibiu programas jornalísticos desenvolvidos para televisão e rádio, unindo informação responsável e de qualidade, com a função didática de formar cidadãos mais conscientes e livres. Os programas jornalísticos tiveram sempre a participação de comentaristas especializados, que agregaram valor à informação do jornalismo tradicional, dando-lhe um caráter interpretativo e proporcionando um maior entendimento do que aconteceu em todo o mundo.

.....
O Programa tem origem na necessidade de levar a informação à sociedade brasileira, residente no País e no exterior, cumprindo assim os preceitos da Constituição Federal.

Concepção

A Radiobrás é importante meio de comunicação, indispensável aos brasileiros residentes em áreas de fronteira, pantanal, florestas e em regiões sem recursos e de pouco interesse comercial. Atua como agente estratégico, integrador dos valores culturais e soberanos da República, como a difusão do idioma oficial do País; educadora e como instrumento de inclusão social por meio de transmissões com alcance nacional e internacional.

Destacam-se ainda trabalhos de inclusão social e desenvolvimento da cidadania, nos quais a Radiobrás não apenas divulga matérias jornalísticas, mas também interage diretamente com o "cliente cidadão".

A Radiobrás solicitou a inclusão das ações Digitalização da Televisão do Governo Federal e Construção do Edifício Sede da Radiobrás no Projeto de Lei Orçamentária para 2003, não sendo contemplada pela não disponibilidade de recursos. As ações são consideradas estratégicas para a otimização dos recursos operacionais e melhoria dos serviços e produtos. Uma vez que o tema "digitalização" vem sendo discutido em todo o mundo e o Brasil está prestes a estabelecer seu padrão de digitalização, torna-se imperativo o tratamento adequado ao tema dentro do Programa.

.....
No período de 2000-2002, houve a exaustão de equipamentos, como ocorreu com a estratégica Rádio Nacional da Amazônia. Diante dessas adversidades, a Empresa adotou medidas de contenção de despesas e uma política agressiva no sentido de firmar parcerias com outros órgãos, como foi o caso de convênios firmados com TSE, Secom, Senado Federal e outros.

Implementação

A Radiobrás, a partir de 1998, estabeleceu uma política de capacitação de recursos humanos, sobretudo na área finalística. Outro dado importante foi a realização de concurso público para provimento de vagas no quadro de pessoal da empresa, deficitário há anos e com elevada idade (média de 48 anos).

A Radiobrás firmou parceria com a Rádio Senado com o objetivo de revitalizar o Parque de Transmissores de Alta Potência do Rodeador. Em contrapartida disponibilizou os equipamentos e o sinal, possibilitando retransmissões para as regiões Norte e Nordeste.

Como mecanismos de participação da sociedade, a Empresa disponibiliza o Serviço de Discagem Direta Gratuita 0800, correios, caixas postais, internet por meio do "Fale Conosco", no Portal da Cidadania, telefones diretos nos estúdios

de rádio/TV e recepção dos ouvintes nos estúdios de rádio, vendo ao vivo o trabalho dos locutores e operadores.

A maior avaliação do cidadão quanto à sua satisfação com relação aos serviços e produtos desenvolvidos pela Radiobrás está demonstrada no crescente número de órgãos públicos e entidades privadas que utilizam parcialmente ou em sua totalidade as matérias jornalísticas disponibilizadas no Portal da Cidadania, na internet na Rede Nacional de Rádio.

Alguns órgãos públicos e empresas privadas já mantêm link direto com a página da Radiobrás na internet.

Também, como elemento de avaliação de audiência, é importante registrar o grande volume de correspondências recebidas, principalmente pelos ouvintes do segmento rádio.

A Empresa além do serviço 0800 dispõe de uma Ouvidoria e do Fale Conosco, para mensurar o grau de satisfação do cliente/cidadão.

Divulgação dos Atos Oficiais

A Imprensa Nacional tem como missão institucional dar publicidade aos Atos Oficiais do Governo Federal. Esta missão vem sendo cumprida por meio do Programa **Divulgação dos Atos Oficiais**.

.....
No período 2000-2002 o Programa obteve os seguintes resultados:

Resultados

- divulgações eletrônicas e distribuições de publicações oficiais (21.688.715);
- edições e produções de publicações oficiais (28.487.369).

A criação e disponibilização do Jornal do Governo na internet propiciou um aumento significativo na quantidade de acessos provenientes de diversos países.

O esforço empreendido na automação do processo de recepção e editoração dos jornais oficiais, com a melhoria da infra-estrutura tecnológica (*hardware*, *software*, comunicação e segurança), permitiu colocar à disposição dos clientes novos produtos e funcionalidades, melhorando a estabilidade dos sistemas com segurança e confiabilidade nas trocas de informações.

Quanto ao público-alvo podemos dizer que é formado de 50% de órgãos públicos; 28% por empresas privadas e 22% por pessoas físicas.

Apesar do desempenho satisfatório, os índices dos indicadores estabelecidos continuam sendo perseguidos, porém com uma perspectiva de alcance muito baixa.

.....
O Programa foi concebido com o intuito de garantir a publicidade de atos oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de distribuição e produção dos Diários Oficiais, por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação dos atos oficiais, bem como no processo produtivo.

Concepção

Outras medidas contribuíram para o desempenho do Programa, tais como: mudança dos Jornais Eletrônicos para o Anexo IV do Palácio do Planalto, com nova estrutura e novos equipamentos e reestruturação da Imprensa Nacional.

Com a transferência da Imprensa Nacional para Casa Civil/PR, foram tomadas algumas medidas visando a adequação do órgão ao plano de reestruturação e melhoria da gestão da Presidência da República. Foi identificada a necessidade de proceder modificações para racionalizar a aplicação dos recursos humanos, visando maximizar a produtividade da força de trabalho, adequando à nova concepção do órgão, o que culminou com a redistribuição de servidores.

.....
Apesar das restrições do decreto de contingenciamento financeiro, a execução financeira do Programa não foi prejudicada. Cabe ressaltar que, mesmo com a extinção dos serviços gráficos, houve um acréscimo real no faturamento, em torno de 6% comparando-se com o mesmo período do ano de 2001.

Implementação

Visando propiciar melhoria na qualidade da equipe, foram treinados 388 servidores e foi criada a agenda do servidor para coletar sugestões, com o intuito de melhorar o desempenho organizacional.

Embora não exista mecanismo permanente de participação da sociedade, o Programa avalia a satisfação de seus usuários por meio dos canais alternativos a críticas e sugestões: "Ouvidoria", central 0800, internet e outros. Os resultados apresentados mostram claramente o crescimento expressivo na participação da sociedade, com suas sugestões e críticas, colocando a Imprensa Nacional como um órgão de credibilidade e apreço pelo público em geral.

Gerente:

Alberto Guimarães Batista da Silva

Comunidade Ativa

O Programa **Comunidade Ativa** estimula as comunidades dos municípios mais pobres do País a se organizarem para combater a pobreza a partir do seu próprio talento e capacidade mobilizadora. No período de 2000-2002, cerca de 11,6 milhões de brasileiros foram engajados nesse Programa, em 708 localidades, sendo setecentos municípios e oito Reservas Extrativistas.

O **Comunidade Ativa** é uma forma inteligente e planejada de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas. É um programa que descobre valores humanos, desperta a vocação local e desenvolve potencialidades específicas.

Resultados

O indicador de resultado adotado pelo Programa é a Taxa de Implantação de Agendas Locais e sua forma de cálculo é a Relação percentual entre o número de agendas negociadas e implantadas em relação ao número de municípios-alvo do Programa. O índice atual é de 39%, em 2002 a conjuntura política e econômica impossibilitou a negociação das demandas locais constantes das Agendas de Negociação.

Analisando a estimativa de alcance do índice previsto para o indicador até o final do Plano, conclui-se que, apesar de o indicador não expressar o processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, é provável a superação da meta prevista até 2003, em termos de implantação do Desenvolvimento Local. No entanto, se a questão for medir resultados, não existe ainda um indicador ou um conjunto de indicadores que consiga expressar o impacto das ações do Programa nos municípios-alvo.

Todavia, deve-se esclarecer que este indicador nada revela sobre a riqueza e complexidade do processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, cujo componente principal é o fortalecimento do capital social para protagonizar o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS, por intermédio dos Fóruns de Desenvolvimento Local.

Neste sentido, encontra-se em fase de estudos a formulação de um indicador sintético de DLIS que leve em conta um conjunto de variáveis dinamicamente integradas, que possam revelar a mudança de patamar e da qualidade do desenvolvimento local. O mencionado estudo implica testes de campo para verificar a pertinência e suficiência do indicador e o tempo necessário para captar as mudanças na realidade local.

Quanto aos principais resultados no período 2000-2002, estes podem ser expressos na implantação do processo de DLIS em 708 municípios brasileiros no período de três anos, para uma meta de 1.000 municípios até o final de 2003, e, sobretudo na rede de parcerias construídas com outros programas do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, com empresas privadas, organizações não-governamentais e organismos internacionais. O processo de DLIS representa a criação de uma nova instância de protagonismo social por intermédio das lideranças organizadas em Fóruns de Desenvolvimento Local. Isso tem operado como uma mudança na cultura das comunidades locais que agora passam a se sentir capazes de conduzir o seu próprio destino.

Gerente:

Adroaldo Quintela Santos

Considerando que os municípios mais pobres do País, possuem população inferior a 20 mil habitantes, considera-se que é extremamente difícil romper os obstáculos

ao desenvolvimento econômico e social considerando estas unidades territoriais de forma isolada. Portanto, a Secretaria Executiva do Comunidade Ativa, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM está realizando um mapeamento de potenciais Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, visando estimular a integração de esforços para promoção do desenvolvimento microrregional, assentado na metodologia de DLIS. Este estudo, dentre outros que estão sendo contratados, propiciará a fundamentação teórica para a implementação de nova ação incorporada ao **Comunidade Ativa** no PPA e no orçamento de 2003.

A conjuntura econômica e político-eleitoral impediu a negociação das Agendas Locais. No entanto, não afetou a execução das ações, principalmente no exercício de 2002. A única exceção fica por conta da ação Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores no Estado do Acre, incorporada ao **Comunidade Ativa** por Emenda Parlamentar, em que só foi possível destinar 30% das disponibilidades orçamentárias.

Entre vários casos de sucesso do Programa, podemos citar os seguintes:

- senhoras bordadeiras de Cajueiro-AL: descobriram que suas colchas de retalho podiam ser, além de passatempo, um produto vendido em várias cidades brasileiras;
- mães desempregadas de Campo Redondo-RN: exportam suas embalagens de filó para o Canadá; e
- moradores do Riacho Fundo-DF: fazem arte e ganham dinheiro com a reciclagem de lixo.

Quanto aos impactos negativos ou positivos sobre o público-alvo, o grau de interação das Coordenações Executivas Estaduais, Sebrae estaduais, poder local influência na qualidade de trabalho, pois, nos lugares onde esses atores não assimilaram a diferença do **Comunidade Ativa** com outros programas tradicionais, não conseguem ter visão crítica quanto ao trabalho do capacitador e as relações com o Fórum são baseadas em velhas práticas paternalistas e utilitárias.

Por ser esta cultura muito nova e muitos governantes se sentirem ameaçados com a possibilidade dos fóruns realizarem fiscalização das ações públicas, o apoio das esferas governamentais em muitos lugares não se caracterizou, dificultando o controle social pleno. Como o Programa garantia redução de contrapartida aos municípios, muitos queriam participar, mas apenas aparentemente, e no decorrer do processo passaram a dificultar o amadurecimento dos fóruns.

É importante ressaltar a falta de participação das Câmaras Municipais. Na maioria dos municípios, os vereadores não participavam e aqueles que estavam nos fóruns muitas vezes não representavam a instituição, estavam ali como cidadãos representantes da comunidade. Ousamos dizer que essa ausência deve-se, também, à perspectiva nova que se abre com os espaços de democracia participativa, as pessoas conseguem valorizar o seu voto e passam a recusar as antigas formas paternalistas de fazer política. Alguns vereadores disseram se sentir ameaçados, achando que o Fórum estaria tomando o seu lugar, pois não conseguem separar a representatividade da democracia direta, participativa.

Outra questão relevante que precisa ser debatida é a organização social dos municípios. É visível que em locais onde há maior organização social (o que não pode ser medido por número de associações, sindicatos, conselhos etc., pois muitas destas instituições são meros aparelhos, formadas apenas para receberem

verbas governamentais), a apreensão da metodologia se dá com rapidez e, muitas vezes, num curto espaço de tempo, percebe-se mudanças de comportamento. Diferentemente desta situação, os locais com pouca ou nenhuma organização, dificilmente, com uma capacitação de quatro meses, apreenderão os conteúdos de DLIS e conseguirão consolidar fóruns autônomos após a saída do capacitador.

Ao longo da avaliação, percebe-se que grande parte das instituições capacitadoras se formou apenas para participar do Programa **Comunidade Ativa**. Com isso, verifica-se, com certa frequência, que a implantação do DLIS nos municípios se dá de forma individualizada, não existindo apoio institucional. A situação oposta, mais rara de se encontrar, aponta que o trabalho compartilhado é mais eficiente e eficaz. A troca de experiências e o trabalho em grupo potencializam a metodologia proposta, além de contribuir para a solução de possíveis conflitos que muitas vezes exigem a interferência de uma terceira pessoa.

Há instituições capacitadoras que realizam o trabalho de forma burocrática, ou seja, aplicam a metodologia da mesma maneira, independente da energia e do ritmo da comunidade. Não diferenciam um município com alto grau de organização social de outro sem organização alguma, optando por trabalhar da mesma forma, independentemente das diferenças. Conforme dito anteriormente, quando a localidade possui organização, as próprias lideranças conseguem suprir as carências da capacitação, quando não, os fóruns não conseguem autonomia e ficam à mercê do poder local ou fadados à desarticulação. Já aquelas que trabalham como instituições e que possuem experiência com trabalhos comunitários promovem um movimento reflexivo nas localidades. Durante o levantamento dos dados para o diagnóstico participativo detectam problemas e vão ao cerne das questões, buscando as verdadeiras causas das dificuldades, o que facilita a potencialização das vocações. Além disso, a energia deixada no local facilita novas posturas, mais ativas e com sentido de responsabilidade compartilhada.

É possível listar vários fóruns que fizeram suas agendas locais antes mesmo de elaborarem o Plano de Desenvolvimento, por sentirem necessidade de materializar a energia que estava fluindo a partir da formação do grupo. Atitude que não impediu que continuassem implantando a metodologia DLIS, até mesmo de forma mais conseqüente. A promoção de redes de discussão, tanto virtuais como presenciais, entre capacitadores, facilitaria a troca de experiências e a demonstração de casos de sucesso, animando o trabalho nos lugares com energia mais baixa.

Outra facilidade que as redes poderiam proporcionar seria a discussão sobre a forma de abordagem. Discutir a possibilidade de avaliação dos municípios quanto à organização, ao capital humano e social e os seus desdobramentos, como auto-estima e percepção de participação. Discutir ainda a importância de focar sempre nas potencialidades e não nas fragilidades. E, principalmente, discutir o conceito de emancipação, para com isso percebermos se o capacitador atua como facilitador do processo ou condutor.

..... **Concepção**

O problema ou a demanda da sociedade que deu origem ao Programa é a promoção do desenvolvimento social por meio da indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável, articulando ações de governo e celebrando parcerias com a sociedade civil. O Programa ainda não atende a três questões essenciais: (1) como implementar o processo de desenvolvimento local em municípios com população superior a 50 mil habitantes e em espaços metropolitanos? (2) como superar as barreiras ao desenvolvimento econômico e social em municípios pequenos? (3) como comprometer os ministérios e outras instâncias governamentais com o processo de DLIS?

Aspecto do Programa que precisa ser melhorado.

- Pertinência das ações. A ação Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-Alvo não atende aos objetivos do Programa. Deveria ser substituída por uma ação denominada Implantação e Implementação do Processo de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável nos Municípios-Alvo.

Aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada.

Plano de avaliação

O processo de avaliação do Programa precisa ser sistematizado, logo após a construção do indicador sintético de DLIS.

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência

É necessário formar uma equipe de gerência do Programa com dois técnicos permanentes para assessorar o gerente.

Forma de articulação com as parcerias

Forma de articulação com outros ministérios. Do ponto de vista estritamente técnico, a articulação com outros ministérios é adequada. Existe uma área técnica - Diretoria de Gestão da Agenda - para cuidar da articulação interministerial, que é fundamental para o atendimento das demandas locais relacionadas ao processo de DLIS. No entanto, a Secretaria-Executiva não dispõe de capital político suficiente para contar com o apoio efetivo dos ministérios aos propósitos e necessidades dos municípios-alvo do **Comunidade Ativa**.

Mecanismos de controle social

Os Fóruns de DLIS representam um potencial enorme para o controle social, desde que bem orientados e capacitados. A Cartilha Orçamento Público e Desenvolvimento Local será um instrumento importante neste tema.

Aspectos da estratégia de implementação que contribuíram para a obtenção dos principais resultados.

- A criação de Coordenações Executivas Estaduais, para supervisionar a implantação do Programa nos municípios-alvo.
- O entendimento de que a capacitação é o insumo fundamental para o sucesso do DLIS, resultando na criação da Agência de Educação para o Desenvolvimento, visando capacitar capacitadores em temas e habilidades relacionados ao desenvolvimento local.
- As parcerias com outros programas, com outras instâncias governamentais, empresas privadas, organismos internacionais, organizações não-governamentais e empresas privadas. Como a parceria é fundamental para o sucesso do DLIS, foi criada uma área técnica exclusivamente para prospectar e efetivar parcerias.
- Implantação do sistema de monitoramento, denominado Informativa - Informações Gerenciais do **Comunidade Ativa**, para acompanhar os passos da execução do Programa nos municípios-alvo.

Implementação

O padrão de financiamento fiscal afetou o desempenho do Programa em 2001. Por isso, foi necessário estender o prazo do cumprimento das metas para o exercício fiscal de 2003. As restrições foram superadas em 2002, quando o **Comunidade Ativa** foi considerado programa estratégico, com fluxo de recursos assegurados. Visando enfrentar os problemas de gestão orçamentária e financeira e aumentar a capacidade de negociação dos recursos fiscais, a Secretaria-Executiva criou o cargo de Assessor de Planejamento - ocupado pelo Gerente do Programa - com competência legal, técnica e política para cuidar do ciclo de alocação dos recursos.

Desempenho do Programa quanto à multissetorialidade

Considerando os conceitos do PPA desde o exercício de 2002, o **Comunidade Ativa** não é um programa multissetorial.

Evolução do esforço de capacitação

A capacitação da equipe gerencial não é uma prioridade da Secretaria, portanto, muitos processos de trabalho foram prejudicados por falta de conhecimento teórico aplicado. As áreas mais afetadas foram as de negociação das agendas, formação de parcerias e de formulação, gestão e execução de contratos e convênios.

Desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas

Devido ao apoio político e institucional insuficiente, as parcerias internas ao Governo Federal atuaram de forma assimétrica no atendimento das demandas identificadas na comunidade, durante a implantação metodológica do **Comunidade Ativa**.

Principais parceiros:

- parceria com o Programa **Governo Eletrônico** do Ministério do Planejamento: possibilitou a criação do projeto Comunidade Brasil em 2002, voltado a combater a desigualdade digital, mediante a implantação de telecentros comunitários, gerenciados participativamente pelos Fóruns de DLIS.
- parceria com o Programa Paz nas Escolas, do Ministério da Justiça: possibilitou a criação do projeto Banco da Paz, no segundo semestre de 2002, em oito municípios do Entorno do Distrito Federal. Esta ação é inédita no País e, talvez, no mundo.

Uma parceria importante seria com instituições financeiras de segunda linha, visando oferecer microcrédito para atendimento das demandas oriundas do protagonismo econômico local, geradores de ocupação e renda.

Mecanismo permanente de participação da sociedade. Desenvolve-se uma estratégia que se assenta na participação das lideranças locais para protagonizar o processo de desenvolvimento local, mediante a organização e funcionamento de Fóruns de DLIS.

O Programa não avalia a satisfação do usuário, uma vez que este tipo de pesquisa não se aplica ao **Comunidade Ativa**, porque as suas ações não visam a prestação de serviços. Pelas características metodológicas do Programa, o custo da pesquisa seria maior do que os benefícios resultantes para eventual aperfeiçoamento das ações.

Defesa Jurídica da União

A Advocacia Geral da União, o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, tem como missão assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas mediadas e diretrizes, além de assisti-lo no controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública Federal, sugerir-lhe medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público e apresentar-lhe as informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, quando impugnado ato ou omissão presidencial, dentre outras atribuições fixadas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. No período 2000-2002, a AGU vem executando as suas ações que integram o Programa **Defesa Jurídica da União**, que têm como objetivo representar a União, judicial e extrajudicialmente, e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

.....

A gestão por programa contribuiu efetivamente para uma atuação marcante da Advocacia Geral da União, revertendo expectativas de condenação, ou atenuando sensivelmente os valores postulados pelas partes contrárias. A evolução anual destes números demonstra a efetiva contribuição dos gastos no Programa **Defesa Jurídica da União** para o adequado enfrentamento destes problemas, levando-nos a concluir pelo pleno alcance do indicador desejável, mesmo diante das graves contenções orçamentárias do exercício de 2002.

Resultados

Dentre as ações do Programa, destaca-se a implantação do Sistema de Informações Jurídicas - Sicaui, que entra em sua fase final de conclusão em 2003. O Sicaui compreende o conjunto de dados de ações judiciais de interesse da AGU, nas quais estão envolvidas a União e/ou órgãos da administração direta e indireta, autarquias e fundações, e possibilitará consultas das ações em que a União é parte interessada como autora, assistente, oponente ou ré. Sua execução no exercício de 2002 foi de 15,66%, superando a previsão de 12% em 30,5%.

Houve aumento significativo da ação Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, principalmente pela criação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ, unidade organizacional da Consultoria Geral da União, em Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Goiânia e Salvador. Foram elaborados 8.288 documentos, sendo 1.175 realizados no âmbito da Secretaria Geral de Consultoria e 7.113 no âmbito da Consultoria Geral da União.

Verificou-se um acréscimo nas atividades da ação Correções nos Órgãos Jurídicos da AGU e vinculados: 85 correções realizadas em 2000 para 97 em 2001 e 158 em 2002, superando a meta prevista de 155 documentos.

A ação Representação Judicial e Extrajudicial da União, embora não tenha atingido o previsto, teve relevante atuação, destacando-se:

- a criação da Coordenação de Recomposição do Patrimônio da União, que agilizou a cobrança de créditos a favor dos cofres públicos e a centralização da execução de sentenças do Tribunal de Contas da União. O desenvolvimento dos núcleos dos juizados federais, com a finalidade de acompanhar ações de valor inferior a sessenta salários mínimos, com o fim precípuo de agilizar os processos judiciais.

Gerente:

Rosângela Silveira de Oliveira

- a implementação dos núcleos de acompanhamento de ações relevantes, responsáveis pelo acompanhamento de ações de valor significativo e objetos de repercussão nacional, padronizando a defesa dos interesses da União.
- a disseminação das atividades de cálculos e perícias em todas as unidades da instituição, alocando os recursos possíveis para a execução desses trabalhos, esforço esse retribuído pelos resultados alcançados, que confirmam o acerto das medidas adotadas. No ano de 2002, atuando em 38.032 processos (União Ré em 27.198 e Autora em 10.834), o Departamento de Cálculos e Perícias impugnou, em execução contra a União, cerca de R\$ 4.607.598.071,82.

Existe uma alta expectativa de se alcançar os índices previstos para os indicadores ao final do Plano. A fim de atingir resultados mais expressivos quanto à performance da AGU, no segmento jurídico-contencioso, foram implementadas medidas destinadas ao aumento da eficiência, eficácia e economicidade, dentre as quais destacam-se: implementação do Plano de Reforma Institucional da AGU, iniciado em março de 2001 em parceria com o Ministério do Planejamento; celebração de convênio de cooperação técnica entre a AGU e o BNDES, voltado para a capacitação de recursos humanos, de estudos e pesquisas jurídicas, bem como aperfeiçoamento na área de informática; implementação e gerenciamento de convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a AGU para acesso às bases de dados daquele órgão, como fonte de subsídio para a instrução de processos judiciais.

Em relação à formação do quadro próprio de servidores da AGU, o ano de 2000 foi marcado pelo fortalecimento e consolidação da carreira da instituição com a incorporação de 354 novos Advogados da União, aprovados em concurso público, a unificação da carreira de Procurador Federal e a instituição de programa permanente de capacitação dos servidores. Foi criada, na Procuradoria Geral da União, por meio da MP nº 2.012, a Coordenação de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, com a missão de recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União, à qual incumbe também a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os títulos expedidos pelo Tribunal de Contas da União. No que se refere aos cálculos e perícias judiciais, foi criada, pela mesma MP, a Coordenação de Cálculos Periciais, órgão auxiliar da Procuradoria Geral da União, com a finalidade de executar, conferir e coordenar os cálculos e perícias judiciais referentes aos feitos de interesse da União e de suas autarquias e fundações.

Tendo em vista a criação, em julho de 2002, da Procuradoria Geral Federal - PGF, Lei nº 10.480, e o contingenciamento orçamentário/financeiro no qual a AGU foi incluída pela primeira vez em 2002, diversas necessidades foram reprimidas e/ou postergadas para o próximo exercício, considerando que efetivamente não foi previsto no orçamento de 2002 recursos para fazer frente às despesas essenciais da PGF em 2002. Deverão, obrigatoriamente, ser usados recursos que estão alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2003.

Acrescente-se que a estrutura da AGU tem sofrido constantes ampliações e o seu quadro de pessoal, que era de 3.218 servidores em janeiro de 2002, teve um acréscimo de 169 servidores neste ano, passando a 3.387. Para o exercício de 2003, existe a previsão de acréscimo de 8.900 servidores, entre Procuradores Federais e Advogados da União, lotados em outros órgãos. Este aumento, por si só, demonstra a necessidade de ampliação de todas as despesas correntes no próximo exercício.

Com uma movimentação de mais de 500 mil processos por ano, a AGU tem poupado aos cofres da União valores de grande monta, que alcançam anualmente cifras superiores a R\$ 3 bilhões, e que só tendem a aumentar com o crescimento e modernização das estruturas componentes da AGU.

Concepção

A necessidade de resposta do Governo Federal à sociedade em questões relativas às diversas pendências judiciais, que envolvam a União como autora ou ré, dentro da representação judicial e extrajudicial, tanto no País como no exterior, assessoramento jurídico e correições, visando verificar a regularidade e eficácia dos serviços, bem como o desenvolvimento e a implementação de mecanismos voltados para o gerenciamento de informações jurídicas de forma eficiente e eficaz, por meio de um sistema de controle das ações da União, são de suma relevância para a missão institucional da Advocacia Geral da União, que conta com a recente criação da Procuradoria Geral Federal, no que diz respeito às ações judiciais da administração indireta, autarquias e fundações públicas, especializadas e não especializadas, como de referencial de importância na determinação dos resultados de desempenho global da instituição.

Implementação

Não houve problemas graves com o fluxo financeiro no período de 2000 a 2001, que permaneceu constante e periódico ao longo dos exercícios. A partir do exercício de 2002, a Advocacia Geral da União foi incluída no contingenciamento orçamentário e financeiro, o que tem ocasionado uma certa demanda reprimida, dependente de liberação de recursos, bem como de ampliação de limites orçamentários e financeiro.

A capacitação de servidores da AGU, em 2002, ficou prejudicada com a edição do Decreto nº 4.231, que limitou os recursos a 86% da execução de 2001. A revogação do decreto só se deu com a edição do Decreto nº 4.415, de outubro de 2002.

Apesar de a sociedade não participar diretamente da implementação das ações do Programa, os resultados são efetivamente aplicados em prol desta mesma sociedade por meio da disponibilização de recursos para outros diversos programas de governo, uma vez que o sucesso no ganho das ações por parte da União retorna diretamente ao Tesouro Nacional.

Gestão da Política de Comunicação de Governo

Compete à Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República assistir direta e indiretamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente no assessoramento sobre questões estratégicas, inclusive políticas públicas, na sua área de competência, na análise e avaliação estratégicas, na formulação da concepção estratégica nacional, na articulação de centros de produção de conhecimento, pesquisa e análise estratégica, na promoção de estudos e elaboração de cenários exploratórios, na elaboração, coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, bem como nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos, cabendo-lhe a coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedade sob controle da União, e convocar redes obrigatórias de rádio e televisão. A Secom, por meio do Programa **Gestão da Política de Comunicação de Governo**, vem executando as suas ações para cumprir o objetivo de divulgar as políticas públicas e os programas do Governo.

Resultados

O Programa **Gestão de Políticas de Comunicação de Governo**, como todos os outros programas do tipo "Gestão de Políticas de Governo", não possui indicador.

No período 2000-2002, o Programa utilizou R\$ 329.123.849 de recursos do Tesouro para a divulgação das políticas públicas e dos programas do Governo.

Os resultados alcançados no exercício 2002 ficaram dentro do esperado e foram alcançados por meio da veiculação de campanhas de utilidade pública de grande alcance junto à sociedade, da reformulação da estrutura orçamentária para comunicação e do registro de maior interação entre os assessores de comunicação e a Secom.

Inúmeras foram as campanhas realizadas, dentre as mais relevantes estão:

- vacinação infantil, do idoso e contra o tétano neonatal;
- combate à dengue e à Aids;
- prevenção do câncer de colo do útero, do diabetes e da hipertensão;
- divulgação do Dia da Família na Escola;
- distribuição do Livro Didático;
- divulgação do Programa Bolsa-Escola;

- flexibilização da CLT;

Gerente:

Alberto Roseiro Cavalcanti

- comissões de Conciliação Prévia;

- lei de Responsabilidade Fiscal;

- valorização do produto brasileiro, no Brasil e no exterior; e

- prevenção contra o fogo em matas e sob linhas de alta tensão.

Para dar maior transparência e efetividade à execução dos recursos com publicidade, a estrutura orçamentária aprovada para 2003 abre na execução as ações definidas como: Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública.

No Plano de Contas, a abertura foi mais abrangente. Além das duas acima citadas, foram criadas as seguintes subcontas: Publicidade Legal, Mercadológica e Patrocínio. Vale dizer que abertura similar foi feita também nas estatais.

Com vistas a dinamizar e otimizar os recursos com publicidade, ocorreram descentralizações de recursos interministeriais, porém sempre respeitando as legislações pertinentes.

Com a alteração da estrutura orçamentária para 2003 (dois tipos de publicidade), e com alocação dos recursos de Publicidade Institucional na Secom/PR, espera-se uma otimização dos recursos, bem como maior padronização na publicidade do governo e maior transparência dos gastos.

.....
O Programa foi criado com o objetivo de divulgar as políticas públicas e os programas do Governo. **Concepção**

Foi identificada a necessidade da criação de duas novas ações Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública, visando dar maior transparência à aplicação dos recursos. As ações foram inseridas na LOA 2003.

Quanto à estratégia de implementação, embora a instituição do Coordenador de Ação em 2002 tenha contribuído para melhoria da avaliação, ainda deixa a desejar, uma vez que existe total desinteresse das áreas afins em alimentar de informações o sistema SIGPlan.

Os mecanismos de supervisão, articulação e coordenação devem ser melhorados. É patente a dificuldade de gerenciamento de programas multissetoriais. Faz-se necessário o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes no SIGPlan.

.....
O montante disponível de Lei + Crédito (R\$ 177,9 milhões) foi mais que suficiente para a execução das ações realizadas de comunicação institucional quando se leva em conta que houve restrições impostas pela Lei Eleitoral (Lei nº 9.504/97) limitando os gastos dessa natureza. O valor do empenho liquidado (R\$ 122,2 milhões) foi liberado a contento. **Implementação**

Persistiu, ao longo do ano, o desinteresse das áreas afins em alimentar de informações o sistema SIGPlan, o que não ocorrerá em 2003, uma vez que o Programa deixou de ser multissetorial.

Quanto à capacitação, os cursos oferecidos pela ENAP para a equipe gerencial foram adequados, necessitando, no entanto, de maior troca de experiência entre os gerentes/assessores dos programas multissetoriais.

No que diz respeito ao desempenho dos parceiros na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas, a própria natureza do Programa dificulta a adoção de parcerias, especialmente no que diz respeito à Publicidade Institucional.

Para o exercício de 2003, foi assinado um acordo entre o Governo Federal e o mercado publicitário no qual haverá aplicação de preços menores do que os praticados no mercado para Publicidade de Utilidade Pública.

Inteligência Nacional

A Agência Brasileira de Inteligência tem a seu cargo planejar, executar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas as respectivas políticas e diretrizes superiormente traçadas, e prestar assessoramento sistemático ao Presidente da República, no que diz respeito a informações preventivamente voltadas para a segurança do Estado, da sociedade e da ordem constitucional. As ações de inteligência têm sido executadas pelo Programa **Inteligência Nacional**, que tem como objetivo "desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da sociedade".

Resultados

A Agência Brasileira de Inteligência produziu, no período de 2000 a 2002, com recursos alocados às atividades Ações de Inteligência e Ações de Caráter Sigiloso, relatórios de inteligência estratégicos, de interesse da Presidência da República, envolvendo assuntos internos e externos, abrangendo temas nacionais. Intensificou a aplicação do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível e viabilizou a implementação de projetos de estudos e pesquisas de interesse da área de Inteligência, particularmente os voltados para a segurança das comunicações.

Foram desenvolvidas três pesquisas na ação Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações e foram realizados três estudos para manutenção da ordem institucional.

A ação Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, que tem como órgão responsável pela execução a Secretaria Nacional de Segurança Pública, conseguiu ter, no exercício de 2002, 29% da execução física.

A avaliação dos impactos do Programa, positivos ou negativos, depende fundamentalmente da implementação e consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, que atuará dentro dos objetivos e diretrizes fixados pela Política Nacional de Inteligência, ora em apreciação pelo Congresso Nacional.

Nesse interregno, a ABIN continuará produzindo conhecimentos de Inteligência de interesse do processo decisório governamental e atuando na realização de estudos e pesquisas em prol das atividades de inteligência, de segurança da sociedade, da defesa das instituições e dos interesses nacionais.

Concepção

O Programa **Inteligência Nacional** desenvolve atividades objetivando, primordialmente, a obtenção de dados e informações acuradas que permitam o acompanhamento da dinâmica dos fatores de influência nas questões de interesse nacional e das tendências de ação de atores externos, estatais e não-estatais. Essas atividades possibilitam antecipar situações potencialmente danosas ou favoráveis ao País e concorrem para a garantia das instituições nacionais. O Programa também tem por objetivo produzir avaliações sobre situações e fatos, conjunturais ou estratégicos, relacionados com o desenvolvimento econômico e científico-tecnológico, a segurança nacional e do continente, os pactos regionais de integração e fatores políticos e sociais de países relevantes para a política nacional. A abordagem dos temas enfatiza possíveis desdobramentos em termos de circunstâncias que prejudiquem ou favoreçam intenções e projetos brasileiros.

Gerente:

Francisco Xavier Balieiro Júnior

Na esfera da segurança, contribui para o diagnóstico das vulnerabilidades do País em áreas sensíveis e para a detecção e o acompanhamento de ações de espionagem sobre alvos nacionais.

Em questões que envolvem interesses comuns do Brasil e de outras nações - como o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição em massa e o crime organizado -, vale-se da troca de conhecimentos e de experiências para obter subsídios em benefício das organizações nacionais responsáveis pelas ações de prevenção e combate a esses ilícitos.

A consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin contribuirá para o aperfeiçoamento das ações do Programa **Inteligência Nacional**. O sistema prevê compartilhamento de informações, sob a forma de parceria, sendo atualmente constituído pelos seguintes órgãos: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional. No futuro, mediante ajustes específicos e convênios, as unidades da Federação poderão aderir.

O Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, embora previsto na lei de criação da ABIN, só recentemente foi regulamentado. A consolidação do sistema permitirá o estabelecimento de parcerias vantajosas com programas executados por outros órgãos de governo e certamente reverterão em benefício do Programa **Inteligência Nacional**.

..... **Implementação**

O padrão de execução financeira do Programa no período 2000-2002, confrontado com o originalmente previsto na Lei 9.989, de julho de 2000, evidencia um acréscimo de recursos de R\$ 4.108.269,00, ou seja, aproximadamente 9% além da previsão inicial. O melhor desempenho deverá ocorrer na ação Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações, com uma variação positiva de aproximadamente 50%, ou seja, de R\$ 3.272.300,00 para R\$ 4.984.121,00, permitindo ampliar a produção de equipamentos e os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de soluções próprias para a segurança das comunicações de voz e de dados para a ABIN e demais integrantes do Sisbin, do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp e de outras estruturas dos Estado.

A proposta orçamentária de 2003, embora preveja incremento em relação à Lei Orçamentária de 2002, deverá ser reforçada para fazer frente às demandas do Sisbin, decorrentes de novas ações gerenciais e da necessidade de capacitação de pessoas dos órgãos que farão parte do citado Sistema. Além disso, o quadro sócio-político-econômico dos países vizinhos, a crise da segurança pública nos estados da Federação, causada em grande parte pela atuação do crime organizado e do narcotráfico e a necessidade de manter representações acreditadas junto a serviços congêneres aliados para a troca de informações e experiências, exigem o incremento das ações de inteligência, com reflexos na execução orçamentária e financeira da ABIN.

A equipe para a implementação do Programa **Inteligência Nacional** deve ser capacitada, dada a complexidade das questões geradas pelas mudanças em curso no País e no mundo e a necessidade de realização de estudos prospectivos para orientar a intervenção do Estado no sentido de preparar a sociedade para enfrentar desafios futuros gerados pelo acelerado progresso técnico-científico. A Agência Brasileira de Informações - ABIN conta, em sua estrutura organizacional, com uma escola para formar e aperfeiçoar os servidores de seu quadro e de outras organizações governamentais que atuam na área de inteligência, especialmente os integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência.

O trabalho desenvolvido por essa escola, no que concerne à capacitação de recursos humanos, interfere diretamente no desempenho das ações do Programa.

A execução do Programa **Inteligência Nacional** incluía, até 2002, a atividade Estudos para a Manutenção da Ordem Institucional e o projeto Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, de competência de outros órgãos e que não mais integrarão o Programa em 2003. O desempenho dos parceiros, no período de 2000-2002, ficou em parte prejudicado por questões de ordem orçamentária. A partir do próximo exercício, novas parcerias deverão ser estabelecidas, com a consolidação do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin, em benefício do Programa.

A produção de conhecimentos estratégicos destina-se a subsidiar as decisões de governo, que repercutem na sociedade, em última análise, a beneficiária do Programa. Sua eficácia haverá de ser aferida nas avaliações do próprio Governo. O Planejamento Estratégico da ABIN/GSI/PR, em fase de conclusão, deverá balizar, a partir de 2003, a execução do Programa **Inteligência Nacional**. Todas as atividades serão desenvolvidas por meio de projetos, com objetivos e metas preestabelecidas, de sorte que se disponha de condições para avaliar a eficiência e a eficácia das ações empreendidas e os custos envolvidos.

Nacional Antidrogas

O Conselho Nacional Antidrogas tem por finalidade aprovar a Política Nacional Antidrogas; exercer orientação normativa, inclusive referente aos compromissos internacionais do Brasil, sobre as atividades de repressão do uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, e de prevenção do uso indevido desses mesmos produtos, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes; acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad; acompanhar e avaliar o desempenho dos planos e programas da Política Nacional Antidrogas e integrar ao Sistema Nacional Antidrogas os órgãos congêneres dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. As ações antidrogas vêm sendo executadas no Programa **Nacional Antidrogas**, que tem como objetivo "prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas".

Quando da implementação do Programa **Nacional Antidrogas**, foi estabelecido como seu indicador de resultados a Taxa de Dependentes do Uso de Entorpecentes. Na ocasião, foi indicado como índice inicial, baseado em pesquisa realizada em 1998, uma taxa de 10% da população brasileira, e a meta a ser atingida ao final do PPA foi estabelecida em 8% da população brasileira, dependentes do uso de entorpecentes.

Resultados

Considerando-se os dados da pesquisa realizada em âmbito nacional pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas Departamento de Psicobiologia - Cebrid da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp e levando-se em conta o indicador único inicialmente proposto para o Programa **Nacional Antidrogas**, verificou-se a necessidade de um reestudo da forma de avaliar o Programa, pois constatou-se a impossibilidade de mensuração do problema e da sua evolução por meio de um percentual único de usuários ou dependentes do uso de drogas.

As ações do Programa **Nacional Antidrogas** foram concebidas a partir das diretrizes da Política Nacional Antidrogas e tiveram como objetivo predominante informar a população e mobilizá-la para a redução da demanda de drogas.

Nesse sentido, foram realizadas ações de:

- apoio a Conselhos Municipais Antidrogas;
- pesquisa e desenvolvimento nas áreas de prevenção, epidemiologia e tratamento de usuários de drogas;
- tratamento e reinserção social de dependentes químicos;
- campanhas de prevenção ao uso indevido de drogas; e
- capacitação de agentes multiplicadores na área de ações antidrogas.

Além das ações voltadas à prevenção do usuário de drogas, também foram realizadas ações de apoio ao controle de produção, transporte e comercialização de precursores químicos e ações de regularização do contencioso de bens apreendidos de narcotraficantes, com vistas à capitalização do Fundo Nacional Antidrogas.

Gerente:

Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano

No período de 1998 a 2002, o Governo adotou postura clara no sentido da redução da demanda e da oferta de drogas no Brasil, adotando uma série de medidas que alteraram a tradicional abordagem com a qual o País vinha conduzindo o assunto.

A Medida Provisória nº 1.669 de junho de 1998, promoveu a reestruturação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão - que passou a se denominar Sistema Nacional Antidrogas - e transformou o Conselho Federal de Entorpecentes, vinculado ao Ministério da Justiça, em Conselho Nacional Antidrogas, presidido pela Casa Militar da Presidência da República. Ao transferir para a Presidência a coordenação do Sistema, o Governo deu provas inequívocas da prioridade do tema dentro de sua agenda política.

Além disso, nesse mesmo instrumento legal, foi instituída a Secretaria Nacional Antidrogas para exercer a função de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas, objetivando conferir maior organização e efetividade à ação antidrogas.

As transformações revitalizaram a estrutura do Sistema Nacional Antidrogas, possibilitando a melhor atuação na prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento, na recuperação e na reinserção social de dependentes químicos, assim como na repressão do uso indevido, na repressão ao tráfico ilícito, à produção não autorizada de drogas e ao combate à lavagem de dinheiro.

Visando estabelecer as linhas mestras para a elaboração de uma Política Nacional Antidrogas que pudesse nortear a ação integrada do Sistema, a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad, no cumprimento de suas atribuições, realizou o I Fórum Nacional Antidrogas (27 e 28 de novembro de 2000), promovendo amplo debate com a sociedade brasileira e sua comunidade científica.

Em dezembro de 2000, nova regulamentação do Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad concedeu ênfase especial à prevenção do uso indevido de drogas e ao tratamento de dependentes químicos, designando a Secretaria Nacional Antidrogas - Senad como órgão executivo das atividades de redução da demanda de drogas no País.

A partir de então, a Secretaria Nacional Antidrogas, na qualidade de coordenadora das ações nacionais de redução da demanda, empreendeu diversos programas, projetos e atividades visando mobilizar os agentes dos setores público e privado e a sociedade civil para a implementação conjunta e coordenada de ações antidrogas de prevenção e tratamento.

Como primeira e importante realização, a Secretaria Nacional Antidrogas coordenou o trabalho de uma comissão técnica, constituída por membros da comunidade científica, do setor público e da sociedade civil que, com base nas propostas oriundas do I Fórum Nacional Antidrogas, apresentou sugestões para o texto da Política Nacional Antidrogas. Ao final, consolidando as contribuições recebidas com as propostas do Ministério da Justiça, relacionadas à redução da oferta de drogas, elaborou minuta final do documento, que foi sancionada pelo Presidente da República em 11 de dezembro de 2000.

O lançamento da Política representou um importante marco para o Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad, oficializando a determinação governamental de conduzir o País para uma realidade livre da ameaça das drogas. A observância do processo participativo garantiu legitimidade à Política Nacional Antidrogas, visto que os cidadãos brasileiros tiveram a oportunidade de participar, na qualidade de parceiros, da definição de seu conteúdo, materializando o princípio da "responsabilidade compartilhada".

A Política Nacional Antidrogas - PNAD estabeleceu os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias para a ação antidrogas - definições indispensáveis para que os esforços de redução da demanda e da oferta de drogas pudessem ser conduzidos de forma planejada e articulada, viabilizando a sinergia entre os diversos agentes nacionais. Do seu conteúdo, merecem ser destacados alguns fundamentos, pela importância e reatamento na atuação das estruturas do Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad.

Em primeiro lugar, a Política considerou como princípio básico o compartilhamento de responsabilidades entre Governo, setor produtivo e sociedade civil, no pressuposto de que o êxito no combate às drogas depende da conscientização das forças nacionais para a gravidade do problema e sua mobilização para a atuação conjunta.

Outro ponto a ressaltar é a opção da Política pela vertente da municipalização, como estratégia adequada para garantir a necessária capilaridade do Sisnad dentro do território nacional. A municipalização permite que a mensagem antidrogas possa chegar até o cidadão, exortando-o a participar, direta e objetivamente, da preparação de suas comunidades e/ou municípios para o exercício da opção individual e coletiva de dizer "não" às drogas.

Em sua Política Nacional Antidrogas - PNAD, o Brasil assumiu postura inovadora ao adotar a prevenção primária como orientação fundamental para o combate às drogas no País, considerando-a como única forma de atingir o mal pela raiz. Essa abordagem valoriza a importância do investimento na educação do cidadão brasileiro, especialmente o jovem, para a busca de uma vida saudável, longe da difícil realidade gerada pelo uso de drogas.

Além disso, a Política Nacional Antidrogas reconhece a diferença entre o usuário ou dependente e o traficante de drogas, admitindo que a dependência, antes de se configurar crime, deve ser considerada uma doença, precisando receber tratamento adequado.

No período de 11 a 13 de dezembro de 2001, a Senad promoveu, em Brasília-DF, o II Fórum Nacional Antidrogas. O evento teve como objetivos divulgar a Política Nacional Antidrogas à sociedade brasileira e promover o debate sobre as melhores formas para a sua implementação.

Das discussões entre os representantes dos setores público, privado e da sociedade resultou a elaboração de uma série de recomendações, muitas delas incorporadas ao planejamento estratégico da Secretaria para o período de 2002 a 2006.

Importante realização da Senad, no ano de 2002, foi a articulação com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Cebrid que resultou na realização do I Levantamento Nacional Domiciliar sobre Drogas Psicotrópicas, aplicado no período de janeiro a julho de 2002. O levantamento disponibilizou, pela primeira vez no Brasil, dados nacionais atualizados sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas no País.

Merece destaque o lançamento oficial, em junho de 2002, do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, fruto de um processo de integração de políticas públicas entre a Senad, o Ministério da Saúde, que financiou o projeto, e a Universidade Federal de Santa Catarina, que o executou.

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID se constitui no sistema de informações do Sisnad, responsável por centralizar todas as informações sobre drogas no País. Gerido pela Secretaria Nacional Antidrogas, o OBID cumpre o importante papel de rede de dados epidemiológicos sobre drogas, acessível a toda a sociedade brasileira e à comunidade internacional, permitindo o intercâmbio com instituições e organizações multinacionais similares. É uma ferramenta indispensável para o acompanhamento e avaliação da implementação da Política Nacional Antidrogas, permitindo a interação ágil e segura entre as estruturas do Sisnad.

Na área de regularização do contencioso e gestão do Fundo Nacional Antidrogas, foram levadas a efeito várias ações que apresentaram os seguintes resultados:

- doação, cessão ou indicação para custódia de 460 veículos e 12 aeronaves a entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos e órgãos da Administração Pública, para uso nas atividades antidrogas;
- realização de 84 leilões para venda de bens apreendidos de narcotraficantes; e
- realização de receitas para o Fundo Nacional Antidrogas, num total de R\$ 31.262.098,99

Das ações de fiscalização e do controle de produtos químicos, realizadas pelo Departamento de Polícia Federal, com apoio da Senad, em cumprimento às Leis 10.357/2001 e 9.017/95 (esta última já revogada), podemos apresentar os seguintes dados:

Empresas Fiscalizadas	Multas Arrecadadas
Ano de 2000	R\$ 153.216,00
Ano de 2001	R\$ 266.532,00
Ano de 2002	R\$ 145.661,00

Finalmente, a Secretaria Nacional Antidrogas, em colaboração com os órgãos congêneres da Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, iniciou, em junho de 2002, projeto-piloto de cooperação internacional de redução da demanda de drogas envolvendo pares de municípios fronteiriços.

O principal objetivo deste projeto é a mobilização e integração da sociedade nesses pares de municípios, conscientizando-os de sua força para educar, informar e capacitar seus cidadãos para a ação eficaz da redução da demanda de drogas, fortalecendo a todos para o enfrentamento dos problemas relacionados com a questão das drogas. Tal projeto, aprovado por unanimidade em sessão plenária da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - Cicad, da Organização dos Estados Americanos, patrocinado por aquele órgão, certamente irá contribuir para conferir maior visibilidade internacional ao Brasil.

A avaliação dos resultados do Programa, com base no seu indicador, ficou prejudicada pelo fato de não se ter, quando da definição das metas, a exata realidade do uso de drogas e outros aspectos dessa questão. Uma pesquisa levada a efeito em 2001/2002 apresentou índices bem diferentes dos estabelecidos para o indicador do Programa.

Em função da inexistência de um indicador eficaz para medir os resultados do Programa ficou prejudicada a avaliação dos impactos produzidos sobre o público-alvo.

Concepção

Com a finalidade de se conhecer o panorama do uso de drogas no Brasil, foi encomendada uma pesquisa nacional com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - Cebrid, Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

A pesquisa se constituiu no I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 Maiores Cidades do País, que teve início em 2001 e foi concluída em 2002.

O objetivo principal da pesquisa domiciliar de caráter nacional sobre o consumo de drogas foi estimar, pela primeira vez no País, a ocorrência do uso de álcool, tabaco, outras drogas, além do uso não médico de medicamentos psicotrópicos e de esteróides anabolizantes. Este estudo foi feito em 107 cidades brasileiras, nas quais a população é superior aos 200.000 habitantes, segundo dados do IBGE de 1996 (os dados disponíveis no momento da elaboração da amostragem).

Outros objetivos

- percepção da população sobre:
- facilidades em se conseguir drogas;
- tráfico de drogas;
- pessoas sob efeito de álcool/drogas;
- riscos graves de se usar certas drogas;
- verificar quantas pessoas se submeteram a tratamentos pelo uso de álcool/drogas; e
- complicações decorrentes do abuso de álcool/drogas.

Finalidades do estudo

Disponibilizar dados para se conhecer a realidade do uso de drogas e outros aspectos dessa questão, para a implantação de programas preventivos adequados à nossa realidade.

Do levantamento efetuado, chegou-se aos seguintes resultados:

% de uso (9 drogas mais usadas) - uso na vida		
ÁLCOOL 68,7	SOLVENTES 5,8	COCAÍNA 2,3
TABACO 41,1	OREXÍGENOS 4,3	XAROPES (codeína) 2,0
MACONHA 6,9	BENZODIAZEPÍNICOS 3,3	ESTIMULANTES 1,5

Dependência (% de dependentes)

ÁLCOOL 11,2	TABACO 9,0	MACONHA 1,0

Constatou-se ainda que:

- 19,4% da população pesquisada já fez uso de drogas, exceto tabaco e álcool, correspondendo a uma população de 9.109.000 pessoas.
- A estimativa de dependentes de álcool foi de 11,2% e de tabaco 9,0%, o que corresponde a populações de 5.283.000 e 4.214.000 pessoas, respectivamente.
- O uso de maconha aparece em primeiro lugar entre as drogas ilícitas, com 6,9% dos entrevistados.

- A segunda droga com maior uso (exceto tabaco e álcool) foram os solventes (5,8%).
- Surpreendeu o uso de orexígenos (medicamentos utilizados para estimular o apetite), com 4,3%. Vale lembrar que não há controle para a venda desse tipo de medicamento.
- Entre os medicamentos usados sem receita médica, os benzodiazepínicos (ansiolíticos) atingiram o percentual de 3,3%.
- O uso de heroína, no Brasil, foi de 0,1%.

A região Sul apresentou as mais altas porcentagens de dependentes de tabaco (12,8%) e de maconha (1,6%). O uso de maconha (8,4%) e cocaína (3,6%) foram as mais altas porcentagens registradas, quando se compararam as cinco regiões brasileiras.

Curiosamente, não houve relatos de uso de heroína na região Sudeste e a estimativa de dependentes de tabaco foi a mais baixa do País (8,4%).

Na região Centro-Oeste, o uso de opiáceos foi o maior e expressivo, sendo que 4,2% das pessoas residentes naquelas cidades com mais de 200 mil habitantes fizeram uso dessas substâncias com fins de abuso. Exemplos desses opiáceos citados são os analgésicos opiáceos: Dolantina, Demerol, Algafan, Tylex e morfina.

O Nordeste foi a região que apresentou maior índice de uso de alguma droga (exceto tabaco e álcool), atingindo 1/3 daquela população. Foi também onde apareceram os maiores índices de uso de orexígenos (11,2%) e solventes (9,7%).

Na região Norte, o uso de merla foi o maior registrado com 1,0% de usuários e a estimativa de dependentes de álcool foi uma das maiores do Brasil (16,3%). No Norte, juntamente com a região Nordeste, o uso de heroína foi o mais alto observado, com 0,2%, embora a precisão dessa prevalência seja baixa.

Os resultados mostram que as drogas lícitas são, de longe, as que mostram as maiores porcentagens, tanto de uso quanto para a questão da dependência. Quando os nossos resultados são comparados aos de outros países, o Brasil está abaixo dos demais.

O Brasil, por possuir dimensões continentais, apresenta diferentes características regionais. Este fato mostra que as campanhas preventivas devem respeitar particularidades, quando se pretende realizar uma prevenção mais eficaz.

O uso indevido de drogas interfere em praticamente todos os parâmetros associados à violência, intensificando sua expressão. É senso comum que o uso indevido de drogas, lícitas ou ilícitas, não atinge apenas o indivíduo usuário, mas também sua família, o bairro onde reside, sua cidade, tendo como resultado potencializado o prejuízo à nação.

Conforme as informações apresentadas acima, mostra-se de fundamental importância a participação da Senad em programas sociais de prevenção à violência, com ações que sejam desenvolvidas para prevenir o uso indevido de drogas e, ao mesmo tempo, buscar a recuperação e reintegração à sociedade dos indivíduos que já apresentam quadros de abuso ou dependência.

Todos os produtos desenvolvidos ou não com recursos orçamentários são obtidos com a implementação das ações previstas, quais sejam:

- Apoio à Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos;
- Capacitação de Agentes Multiplicadores na Área de Ações Antidrogas;
- Campanha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas;
- Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas;
- Tratamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos;
- Apoio a Centros de Referência Antidrogas;
- Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Prevenção, Epidemiologia do Uso de Drogas e Tratamento de Usuários de Drogas; e
- Apoio a Conselhos Municipais Antidrogas.

Quanto aos aspectos da estratégia de implementação que mais contribuíram para a obtenção dos resultados, a Senad adotou as seguintes linhas de ação:

- dar continuidade e agilizar o processo de municipalização, por meio da criação dos Conselhos Municipais Antidrogas - Comad;
- desenvolver ações de prevenção do uso indevido de drogas dirigidas à população;
- estimular a implementação de atividades dirigidas à redução da demanda de drogas e substâncias que causem dependência física e/ou psíquica;
- incentivar e apoiar a capacitação de multiplicadores de ações de prevenção;
- articular a integração das ações dirigidas ou voltadas para a redução da demanda de drogas que causem dependência física e/ou psíquica;
- incentivar a capacitação de profissionais de saúde para a assistência (tratamento, recuperação e reinserção social) a indivíduos com transtornos decorrentes do uso de drogas que causem dependência física e/ou psíquica;
- desenvolver rede operativa de instituições assistenciais a indivíduos com transtornos decorrentes do uso indevido de drogas que causem dependência física ou psíquica;
- otimizar a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas;
- dar continuidade ao desenvolvimento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;
- firmar parcerias com organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações antidrogas;
- estabelecer atividades de redução da demanda de drogas consoante com outros países e organismos internacionais; e
- adequar a infra-estrutura da Senad.

Implementação

Confrontando o PPA 2000-2003 previsto inicialmente, no que se refere à execução financeira, incluindo-se a previsão para 2003, constatamos uma evolução de R\$ 29.272.902,00 previsto inicialmente para um total de R\$ 35.317.274,00 ao final do PPA, em 2003.

Embora se perceba que houve um acréscimo nas disponibilidades de recursos com relação ao inicialmente previsto no PPA, convém ressaltar que esse acréscimo ocorreu para as ações relativas à fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos.

Os resultados relevantes obtidos nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e estruturação da Senad e do Sisnad foram obtidos graças a uma política de trabalho em parceria com outros ministérios e instituições públicas e privadas, que, sob orientação da Senad, se dispuseram a financiar vários projetos de grande interesse para a causa antidrogas.

Uma iniciativa de relevância, adotada pela Senad, foi a implementação do Programa de Parcerias Estratégicas, com o objetivo de garantir o apoio de organizações privadas e não-governamentais ao fortalecimento do Sistema Nacional Antidrogas, em seus três níveis - federal, estadual e municipal, contribuindo para a municipalização das ações de prevenção contra as drogas no Brasil. Em abril de 2002, foi assinado protocolo de intenções coletivo entre a Senad e a Associação Brasileira de Municípios; a Federação Espírita Brasileira; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; a Maçonaria; o Rotary Internacional; a Associação Internacional Lions Clubes; a Confederação Nacional da Indústria; a Confederação Nacional do Comércio; a Confederação Nacional do Transporte; a Confederação das Associações Comerciais do Brasil; o Serviço Social da Indústria; o Serviço Social do Comércio; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - todas elas instituições de abrangência nacional e com estruturas nos estados e municípios. De imediato, o efeito multiplicador se processou e novos protocolos coletivos no nível dos conselhos estaduais e municipais antidrogas foram assinados, aumentando significativamente o ritmo e a abrangência da mobilização em prol da redução da demanda de drogas.

A Secretaria Nacional Antidrogas criou, também, mecanismos de articulação e integração com os conselhos estaduais antidrogas/entorpecentes, visando garantir a atuação conjunta com a Senad e a sinergia nas suas atuações. O primeiro desses mecanismos foi a instituição da sistemática de realização de encontros quadrimestrais com os presidentes e representantes desses conselhos, com vistas à promoção do debate, à atualização das orientações estratégicas do Sisnad, à troca de experiências e ao planejamento da ação antidrogas em todo o território nacional. No período de junho de 2001 a julho de 2002, foram realizados três encontros nacionais. O outro mecanismo, instituído de forma complementar, foi a implantação de uma rede integrada, no ambiente *Web*, objetivando garantir a comunicação *on-line*, ágil e segura entre a Senad e os conselhos. Por meio dessa rede, a Senad repassa e recebe informações diárias, semanais e mensais sobre o desempenho dos conselhos e o impacto de sua atuação no seu respectivo estado.

No campo da formação de multiplicadores em prevenção do uso indevido de drogas e no tratamento de dependentes químicos, a Senad desenvolveu dois cursos a distância, implementados no ano de 2002. O Curso de Formação de Multiplicadores de Informações Preventivas Sobre Drogas, conduzido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, disponibilizou 3 mil

vagas para representantes da sociedade brasileira e objetivou informar e capacitar o cidadão para a melhor compreensão das questões envolvidas no uso indevido de drogas. Ainda neste ano de 2002, o curso será relançado, atendendo a mais de 3 mil bolsistas. O Curso de Aspectos Básicos do Tratamento das Dependências Químicas, conduzido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas - GREA, do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, contemplou 750 vagas e objetivou capacitar profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde, comunidades terapêuticas, centros terapêuticos e de tratamento.

Ambos os cursos foram desenvolvidos com base em moderna tecnologia de ensino a distância, utilizando a internet como veículo e disponibilizando *call center* para atendimento ao aluno. O uso desses recursos possibilitaram atingir uma gama variada de pessoas, distribuídas pelo território nacional, garantindo capilaridade à mensagem antidrogas.

Encontra-se em fase de implantação, pela Senad, um Curso a distância de Homogeneização de Conhecimento dos Conselhos Estaduais Antidrogas/Entorpecentes, conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina. O curso objetiva capacitar 1.500 conselheiros estaduais e municipais antidrogas, preparando-os para a sua missão de estimular, orientar, capacitar, acompanhar e avaliar a ação antidrogas nos estados e municípios sob sua jurisdição, viabilizando o Sistema Nacional Antidrogas.

No campo do tratamento de dependentes químicos, merece ser ressaltada a articulação realizada com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, visando desenvolver normas mínimas de funcionamento de instituições que atuam na referida área. As discussões com a Anvisa iniciaram-se em 1998 e culminaram com a publicação da Resolução RDC nº 101, de 30 de maio de 2001, por meio da qual instituiu-se a obrigatoriedade de que os serviços responsáveis pelo atendimento a dependentes de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas) passem a obedecer critérios mínimos para funcionar.

Também os Centros de Excelência foram objeto de estudo com vistas ao estabelecimento de novos critérios para sua classificação, considerando os aspectos relativos à estrutura, nível de desempenho, área de atuação, dentre outros. Para isso, a Senad realizou consulta pública, em nível nacional, cujas sugestões foram aproveitadas por comissão de profissionais nomeada para a proposta final quanto aos novos critérios, os quais foram aprovados pelo Conselho Nacional Antidrogas em sua reunião ordinária de junho de 2002.

Por meio do mecanismo de subvenções sociais, a Secretaria Nacional Antidrogas prestou apoio financeiro a projetos de pesquisa, prevenção e tratamento, desenvolvidos por organizações privadas ou da sociedade civil, favorecendo, no período de 2000 a 2002, 94 instituições, no valor total de R\$ 5.560.554,20, oriundos do Fundo Nacional Antidrogas - Funad.

Com vistas ao esclarecimento da população sobre as características das substâncias químicas e os efeitos perniciosos de seu uso indevido, a Senad, com a colaboração de renomados brasileiros especialistas, elaborou e publicou uma série de materiais técnicos, de primeira qualidade, disponibilizando-os à sociedade brasileira.

Ainda no campo da informação, a Senad desenvolve, desde outubro de 1999, Serviço de Atendimento ao Cidadão, utilizando uma central telefônica (Serviço 0800 614321) que permite à população brasileira, por meio de ligação gratuita, receber informações sobre drogas e sobre o Sistema Nacional Antidrogas.

Atuaram também, como parceiros importantes, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - Cicad e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, estes financiando ações de interesse para a redução da demanda de drogas.

Nas iniciativas levadas a efeito em parceria foram encontradas dificuldades na execução financeira, tendo em vista a rigidez das regras orçamentárias que não permitem a imediata incorporação e execução de recursos disponibilizados por parceiros. Por este motivo, alguns recursos deixaram de ser aproveitados.

O estabelecimento de um mecanismo permanente de participação da sociedade no programa de redução da demanda de drogas no País é representado pelo Sistema Nacional Antidrogas - Sisnad, que tem na sua base os conselhos municipais antidrogas, que visam garantir a capilaridade dentro do território nacional.

Proteção da Amazônia

O Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia, visando possibilitar o desenvolvimento sustentável da região.

O Sipam apresenta características únicas de complexidade e abrangência, sendo responsável pela aquisição de dados e monitoramento de 60% do território nacional.

Além de ser considerado o maior projeto de proteção ambiental do mundo, apresenta também enorme importância estratégica para o País, principalmente no momento atual, devido às pressões provocadas por problemas nos países vizinhos da Amazônia brasileira.

Adicionalmente, a operacionalização do Sistema cria um novo paradigma para a administração pública, em que as organizações trabalharão com um conjunto compartilhado de informações, além de passar a agir de forma integrada.

As características de complexidade, abrangência e importância estratégica tornam vital a adoção de um processo contínuo de operacionalização do Sistema. Resultou daí a criação do Centro Gestor e Operacional do Sipam - Censipam pelo Decreto 4.200, de abril de 2002. O Censipam sucedeu a Secretaria Executiva do Sipam e tem autonomia para assinar acordos e convênios, capacitar recursos humanos para os centros operacionais, coordenar a produção dos manuais de operação, além de outras atribuições.

As ações de proteção da Amazônia vêm sendo executadas pelo Programa **Proteção da Amazônia**, que tem como objetivo contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente.

Os primeiros resultados do Programa estão sendo contabilizados a partir da inauguração do Complexo Manaus, ocorrida em julho de 2002. A inauguração mencionada teve como objetivo determinar o marco de início da operação do Sipam/Sivam. As principais ações apoiadas pelo Sipam/Sivam atualmente estão relacionadas ao controle do tráfego aéreo na região. As informações oriundas dos radares ativados e dos sensores orbitais de meteorologia têm contribuído para esta atividade. As demais atividades, relacionadas com a monitoração ambiental e de apoio à repressão contra ilícitos, estão sendo estruturadas para serem implementadas a partir de janeiro de 2003. No entanto, a destruição tempestiva de uma pista de pouso clandestina na Amazônia, em outubro deste ano, serviu de exemplo da potencialidade do Sistema.

As iniciativas abaixo irão contribuir para gerar novos resultados:

- Integração com os seguintes órgãos: Agência Nacional de Águas - ANA, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM, Comando da Aeronáutica - CAER, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Departamento de Polícia Federal - DPF, Exército Brasileiro -EB, Fundação Nacional do Índio - Funai, Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Nacional de

Resultados

Gerente:

Whitney Lacerda de Freitas

Meteorologia - Inmet, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola - Embrapa, Petrobras, Instituto Nacional de Reforma Agrária - Incra e Marinha do Brasil - MB.

- Capacitação de Recursos Humanos em Geoprocessamento na Universidade Federal do Amazonas e na Universidade de Brasília.
- Co-Gestão do Sipam, envolvendo representantes dos órgãos parceiros, para estruturação e operação dos centros regionais.
- Criação de instrumentos legais para incentivo ao deslocamento de profissionais capacitados na análise temática, para os centros regionais.
- Estabelecimento de indicadores sócio econômicos e ambiental com o apoio do IPEA.

A estimativa de alcance dos índices previstos para os indicadores até o final do Plano é média. A ativação gradual do Sipam/Sivam indica que, no exercício de 2004, o Sistema atingirá a capacidade plena, ocasião em que será mais alta a estimativa de alcance dos índices previstos.

Considerando o modelo de co-gestão do Sipam/Sivam e as inúmeras dificuldades de implantação da infra-estrutura do Sivam, o processo de operacionalização do Sistema, que fornecerá os elementos constitutivos dos indicadores do Programa, precisam ser replanejados.

Em relação ao público-alvo, os impactos negativos são decorrentes do atraso na implantação do Sistema. Os impactos positivos tendem a aumentar com a operacionalização gradual do Sistema e o atendimento dos anseios da sociedade.

..... **Concepção**

A necessidade da presença do Estado na Amazônia deu origem ao Programa. As causas foram o aumento de ilícitos e da agressão ao meio ambiente e da necessidade de controle do espaço aéreo. Os problemas citados persistem ainda hoje.

Pode-se citar, como aspecto do Programa que precisa de melhoria, a adequação dos indicadores. Esta necessidade é decorrente do fato de que os atuais indicadores não explicitam um resultado concreto em termos de benefício sócio econômico e ambiental. O percentual de detecção de ilícitos nacionais e transnacionais e o percentual de agressões ao meio ambiente não garantem que os órgãos que têm a atribuição de agir diante do problema detectado o farão. Assim sendo, os indicadores para o Sipam/Sivam devem ser elaborados em conjunto com os órgãos com o poder de polícia e ação. O Censipam/PR, gestor do Programa de **Proteção da Amazônia**, estabeleceu um convênio com o IPEA para revisão dos indicadores.

Além das ações existentes no PPA, podemos destacar as ações abaixo que impactam no resultado do Programa:

- elaboração de instrumentos legais para permitir a integração de órgãos ao Sistema;
- a capacitação de pessoal do Censipam para implementar e coordenar o Programa;
- a elaboração de instrumentos de divulgação do Sipam/Sivam;
- realização de estudos para o realinhamento estratégico do Sistema.

São dois os aspectos em que a estratégia de implementação precisa ser aperfeiçoada:

- Plano de ação com metas, prazos e responsáveis, em decorrência da reestruturação do Censipam para atender às competências ampliadas pelo Decreto 4.200.
- Plano de avaliação, conforme os resultados obtidos pelo estudo de novos indicadores produzido pelo IPEA.

O aspecto da articulação com os órgãos com atuação na região amazônica foi o que mais contribuiu para implementação do Sistema e dos primeiros resultados do Programa. A articulação está sendo implementada pela ampla divulgação do potencial do Sistema, de palestras, de estabelecimento de acordos, convênios, contratos e outras formas de parcerias.

A concepção do Programa evoluiu entre 2000 e 2001, onde as ações propostas foram consignadas. Em 2002, a concepção do Programa não se modificou atendendo ao objetivo maior de apoiar os projetos de integração ao Sistema articulados junto aos órgãos. Alguns ajustes serão necessários para o próximo PPA em função do estágio final de implantação da infra-estrutura do Sivam, do trabalho de revisão dos indicadores em conjunto com o IPEA e do início da segunda fase de implementação do Sipam, a partir da criação de um órgão autônomo e de suas três unidades descentralizadas: Manaus, Porto Velho e Belém.

.....

O padrão de execução financeira do Programa foi muito bom. Os recursos foram alocados adequadamente. A execução sofreu atraso em função da transferência do Censipam, do Ministério da Defesa para Casa Civil/PR, em abril de 2002.

Implementação

A reestruturação do Censipam demandou um esforço de capacitação redobrado, haja vista que o efetivo envolvido com a gestão do Programa foi reduzido em 50%. Este fato é justificado pela prioridade de alocação de recursos humanos nas unidades descentralizadas.

Quanto ao desempenho dos parceiros, neste exercício, foi inferior ao passado, devido ao atraso nas descentralizações de recursos, decorrentes da mudança de subordinação do Censipam. O aperfeiçoamento deste processo está sendo buscado por meio do desenvolvimento de um sistema, *on-line*, de gestão dos projetos e atividades executadas pelos parceiros.

O mecanismo permanente de participação da sociedade no Programa dá-se por meio do Portal do Sipam, onde a sociedade poderá se manifestar quanto aos resultados do Programa. No âmbito da implementação do Programa, a metodologia de co-gestão do Sistema tem propiciado a intensa participação dos órgãos parceiros do Sistema.

Carta de Crédito
Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
Infra-Estrutura Urbana
Minha Casa
Nosso Bairro
PBQP - Habitat - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
Saneamento é Vida
Transporte Rodoviário Urbano

Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano

Carta de Crédito

Resultados

A meta física agregada para o biênio 2001-2002, correspondente a 470 mil créditos, foi superada. No período de 01/01/2001 a 19/11/2002, foram concedidos 477.251 créditos, correspondentes a cerca de 101,5% da meta agregada, envolvendo valores da ordem de R\$ 7,4 bilhões. Pelas estimativas para o período de 20/11/02 a 31/12/02, o Programa deverá ultrapassar a casa dos 500 mil créditos no biênio, superando em cerca de 7% a meta física agregada, alcançando aplicações da ordem de R\$ 7,9 bilhões.

No exercício de 2002, até 19 de novembro, foram contratados 205.540 créditos, aproximando-se da marca de 94% da meta física anual, de 219.072 créditos, envolvendo recursos financeiros da ordem de R\$ 3,428 bilhões e alcançando cerca de 117% dos valores originalmente previstos. Até o final do exercício estima-se que seja ultrapassado o volume de 230 mil créditos, representando 105% do programado para o exercício, com aplicações em valor próximo a R\$ 2 bilhões, correspondente a cerca de 136% dos recursos programados.

As operações de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, que utiliza recursos do Orçamento Geral da União para complementar as operações de crédito com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, alcançaram R\$ 120 milhões, representando cerca de 34% dos recursos previstos para aplicação no Programa, favorecendo aproximadamente 30 mil famílias.

Quando se observa superficialmente os resultados do segmento social do Programa, verifica-se que as metas têm sido quantitativamente alcançadas, tendo sido concedidos créditos nas quantidades esperadas e utilizados os recursos disponibilizados. Entretanto, examinando detalhadamente os resultados, verificamos que os objetivos sociais são realizados com baixa efetividade. O atendimento à população de baixa renda tem ocorrido aquém do recomendado, pois enquanto os estudos indicam que cerca de 83% do déficit habitacional ocorre no segmento social com renda familiar inferior a três salários-mínimos, as operações subsidiadas têm destinado a este segmento menos de 20% da quantidade de créditos e menos de 7% dos recursos aplicados nos últimos exercícios. Também no tocante ao atendimento das metas por ação e das metas regionais, a execução tem apresentado desvios em relação ao programado, não contribuindo para reduzir as situações de desigualdades regionais.

Por outro lado, o estímulo à produção de imóveis novos e a geração de emprego ocorreram abaixo dos níveis desejáveis e possíveis, por direcionar um volume de recursos acima do que seria recomendado para aquisição de habitações usadas, fazendo prevalecer o atendimento das necessidades no plano pessoal sobre as necessidades no plano social. No corrente exercício, mais de 50% dos recursos do Programa foram destinados para imóveis usados. Cabe ressaltar que o setor da construção habitacional é um grande empregador, mas é também grande desempregador, pois seus postos de trabalho são temporários, havendo necessidade de elevar ou manter o nível de atividade no setor se quisermos criar novos postos de trabalho ou preservar o número de empregos. A menor destinação de recursos para a construção de novos imóveis reduz o estímulo à produção, distanciando-se do atendimento à crescente demanda habitacional e comprometendo o equilíbrio e a estabilidade do mercado.

Gerente:

Irenêo Ceciliano Bezerra

No segmento de mercado, os resultados apresentam-se abaixo do esperado devido às condições do crédito, como a elevada taxa de

juros, que não corresponde à expectativa da demanda. A programação do PPA previu aplicações crescentes neste segmento, cujas inversões deveriam alcançar cerca de 43% dos recursos aplicados pelo Programa. Entretanto, a execução se mostrou decrescente, sendo que nos dois últimos exercícios as aplicações caíram para o patamar de 25% do total.

Espera-se para 2003 que as metas agregadas previstas poderão ser alcançadas e até superadas. Entretanto, para buscar resultados mais efetivos sob o ponto de vista social, devem ser corrigidas as distorções verificadas nos últimos exercícios para melhorar a distribuição e preservação do direcionamento dos recursos financeiros do FGTS, sem comprometer o nível quantitativo das operações.

..... **Concepção**

O Programa foi criado para mudar o direcionamento dos recursos do crédito habitacional, do produtor para o consumidor, após uma crise no setor que resultou em mais de 300 mil unidades habitacionais produzidas com dificuldades de comercialização. O Programa deu ao consumidor liberdade de eleger entre alternativas aquela que lhe seja mais adequada. Para os consumidores sem informações suficientes para tomar as decisões, o Programa oferece orientação e apoio administrativo, técnico e jurídico. O novo direcionamento dos recursos conservou os objetivos gerais das aplicações habitacionais nos campos social e econômico, tais como: tornar a moradia acessível a todos, combater o déficit habitacional, estimular o crescimento e o desenvolvimento da indústria de construção civil, gerar emprego e renda e concorrer para o desenvolvimento urbano.

O crédito habitacional é uma das modalidades de crédito de maior expressão social. Como a moradia adequada é sempre um bem de elevado valor em relação à renda familiar, ele pode tornar a moradia própria alcançável por amplos segmentos da população. Adquirir a moradia com a formação de poupança é um processo penoso e demorado e o crédito habitacional adequado funciona como um meio para aproximar distâncias, sendo função do poder público tornar este caminho acessível a todos. O crédito habitacional possui papel importante no campo econômico, pois contribui para ampliar e estabilizar a atividade de um setor que é grande empregador de mão-de-obra de baixa especialização e favorece a expansão e o aperfeiçoamento do mercado imobiliário habitacional.

O Programa **Carta de Crédito** incorpora dois segmentos distintos em relação a aspectos como fontes de recursos, lógica operacional, população destinatária e sistema operacional. O primeiro, orientado por regras de mercado, visa ao atendimento da demanda espontânea de mercado. Utiliza recursos captados no mercado financeiro, segue lógica comercial, tem como destinatários a população com poder aquisitivo suficiente para solucionar suas necessidades habitacionais e com capacidade de pagamento e endividamento. O segundo segmento, orientado por regras administrativas e bases normativas, utiliza recursos financeiros altamente subsidiados pela sociedade, captados por meio de depósitos compulsórios com baixa remuneração e tem como destinatária uma população de reduzido poder aquisitivo e pouca ou nenhuma capacidade de pagamento. Tem, entre seus objetivos, o de intervir corretivamente no mercado para inclusão da demanda social.

Apesar do Programa ser bem concebido, sua regulamentação é muito flexível, podendo levar a desviar-se de seus objetivos originais, como tem acontecido. Sua operacionalização necessita de uma orientação voltada para geração de resultados mais expressivos junto à população de menor renda. Se a legislação leva a este tipo de comportamento por força dos executores serem instituições financeiras, há necessidade de redefinir os requisitos necessários para cumprir

o direcionamento dos recursos para aplicação nos segmentos de baixa renda e que sejam promovidas as modificações na legislação. Os ajustes na regulamentação deverão dosar a flexibilização do plano de aplicações até níveis que não comprometam os objetivos sociais, além de sensibilizar os agentes para reverem suas orientações operacionais.

Um aspecto positivo que poderá trazer benefícios para o segmento social do Programa é o novo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, incorporado como uma ação do **Carta de Crédito** para 2002. Como ainda se encontra em fase de início de operações, existem poucos elementos para avaliação.

Em 2002 foi iniciada a integração com o Programa Nacional de Reforma Agrária, no intuito de levar o crédito habitacional subsidiado ao meio rural e apoiar os assentamentos realizados por aquele Programa. No tocante à lógica do PPA, cabe avaliar se seria necessário criar uma ação de crédito habitacional rural, dentro de algum programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

.....
O Programa utiliza nas suas operações recursos financeiros provenientes do FGTS e captados no mercado pela Caixa Econômica Federal. Apenas recentemente foi incorporada uma ação, o PSH, que utiliza recursos da União. Todos os fluxos financeiros funcionaram e estão funcionando de forma adequada às demandas do Programa.

Implementação

O atendimento do Programa está direcionado principalmente para a demanda espontânea - que, em geral, é integrada por pessoas que moram em locais mais desenvolvidos, que proporcionam facilidades de acesso a informações por disporem de estruturas operacionais maiores, melhor aparelhadas e treinadas, pessoas com melhor nível de instrução e, política e socialmente organizadas, pessoas com capacidade de arcar com os custos e tempos necessários para ter acesso aos serviços oferecidos - comprometendo o atendimento tanto nas áreas, territórios e regiões menos desenvolvidas, quanto das populações de baixa renda, por não poderem satisfazer as condições necessárias para compor a demanda espontânea. As regiões e as áreas mais desenvolvidas estão recebendo mais recursos do que o recomendado e o programado, agravando as situações de desigualdades espaciais e regionais que se pretendia combater.

A concentração das operações em um único agente financeiro contribui para impor limitações geográficas que comprometem as diretrizes de aplicação e os objetivos do Programa, em especial os de natureza social. O processo de planejamento não é adequado para o Programa, como deixam claro as suas realizações no segmento administrativo, que guardam muito poucas relações com as diretrizes de aplicação. Em geral, os executores regionais ainda não estruturaram nem organizaram suas unidades para realização das metas que lhe são conferidas, e tampouco contam com pessoal adequadamente treinado para tanto. A comunicação sobre a existência e o funcionamento do Programa ainda é deficiente, o mesmo ocorrendo com a divulgação de seus resultados.

Há também que se definir os processos construtivos adequados para atendimento do segmento social do Programa para ter acesso aos subsídios do PSH e a outros benefícios que o acompanham. Atualmente, as habitações sociais são produzidas segundo processos e padrões usuais por grupos de maior poder aquisitivo, o que reduz substancialmente a potencialidade deste e dos demais programas que atuam no mercado social, restringindo o atendimento a pequenas parcelas do universo de necessitados. A população de baixa renda teria muito a contribuir no tocante à definição do processo construtivo e dos padrões habitacionais, afinal estima-se que cerca de metade das unidades habitacionais

produzidas no País o são pelo processo de autoconstrução. A redução dos custos administrativos dos contratos de crédito habitacional de baixo valor também contribuiria para a redução do custo final de financiamento.

Para ampliar as atividades de financiamento para construção e aquisição de novas unidades habitacionais, há necessidade de introduzir mudanças nas normas e na estrutura de análise de projetos, administração de créditos e acompanhamento de obras, atividades estas que serão muito mais demandadas com o incremento de projetos para produção de novas habitações. Entretanto, o governo deverá sinalizar claramente sua opção por estimular a compra de unidades novas para que o setor invista na produção de insumos e na construção. O início deste processo já representa uma grande conquista para o Programa, uma vez que contribui para a ampliação da capacidade produtiva do setor e para desenvolver o mercado imobiliário.

O Programa **Carta de Crédito** pode ter seus projetos facilmente integráveis a outros programas e ações, tanto do setor governamental como não-governamental, podendo ainda articular-se com ações estruturais voltadas para geração de emprego e renda, acesso a educação e saúde, como, por exemplo, o Programa Comunidade Solidária, o Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção da Violência - PIAPS e Reforma Agrária, ou com ações de organizações não-governamentais, associações, igrejas, etc. Mas, para isto, há necessidade de aprimorar o processo de planejamento das aplicações e dotar o processo operacional de maior estabilidade. As parcerias são mais freqüentes no estágio de projeto, destacando que o Programa apresenta grande capacidade de integração com outras ações do setor governamental, na qual a associação de recursos poderia possibilitar o acesso à moradia a uma parcela cada vez maior da população. É fundamental para o sucesso do Programa a integração dos esforços direcionados para habitação de interesse social nos três níveis do poder público, uniformizando os critérios de subsídio e as condições de crédito e incorporando recursos não onerosos ao processo.

No tocante à participação da sociedade, o segmento administrativo do Programa utiliza recursos financeiros do FGTS, que possui um Conselho Curador integrado por representantes do Governo Federal, de centrais sindicais e de confederações de empregadores, que define as diretrizes de aplicação, o mesmo ocorrendo com os recursos oriundos do FAT. Não há uma pesquisa estruturada sobre a satisfação dos mutuários, mas o elevado nível de procura e de contratação traduz uma ampla aceitação do Programa no plano individual, ainda que a procura possa ser sensibilizada pela taxa de juros e pelo preço dos aluguéis.

As operações de subsídio com recursos do PSH, ainda embrionárias, já permitem visualizar que sua regulamentação operacional não está bem focalizada para suas finalidades sociais, pois não há uma divulgação adequada do Programa, não há critérios para seleção de beneficiários (apenas balizamento pela renda monetária), suas ofertas públicas não direcionam recursos por unidade da Federação, e também não demandam a apresentação de plano ou cronograma de aplicação, conferindo completa autonomia às instituições financeiras nas aplicações, sem dispor de mecanismos adequados de acompanhamento. A regulamentação operacional ainda não alcançou o nível desejado para proporcionar a realização dos objetivos do Programa.

No mercado econômico, as condições hoje aplicadas ao crédito habitacional para a classe média estão em desequilíbrio com as necessidades e capacidades dos seus potenciais usuários, aspecto que tem concorrido para a retração da demanda, com conseqüente redução da participação destas operações no

Programa. A incerteza no mercado de trabalho, a queda na renda das famílias, assim como as elevadas taxas de juros certamente estão contribuindo para a redução das operações de crédito imobiliárias, que são de longo prazo.

Os problemas apontados não podem ser solucionados através de medidas no âmbito da gerência, posto que dependem mais de decisão de administração superior do que de desempenho operacional. Só depois de corrigidas as orientações do Programa é que será possível melhorar seu desempenho operacional. Para corrigir as distorções, caberia:

- obter um *status* especial, no tocante à regulamentação aplicável às instituições financeiras, para que a Caixa possa desempenhar seu papel de operadora e financiadora de programas habitacionais de interesse social nas operações com uso de recursos financeiros subsidiados pela sociedade, como os originários das contas vinculadas do FGTS;
- viabilizar o retorno da ação promotora do setor público local para os projetos destinados ao segmento de baixa renda que não são atrativos para a atividade privada, que, complementarmente, poderá propiciar melhoria do rendimento das aplicações, com a integração das ações de diferentes setores e níveis do poder público;
- reduzir a flexibilidade nas normas do Conselho Curador do FGTS que estabelecem as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo, que constituem a principal fonte de recursos financeiros para habitação popular; e
- tornar mais objetiva a utilização dos recursos do PSH, promovendo a distribuição de recursos por unidade da federação, divulgando mais intensamente o Programa, solicitando que as instituições financeiras apresentem suas propostas acompanhadas de plano de aplicação e cronograma físico-financeiro para contratação e levando em consideração, além dos aspectos financeiros, aspectos sociais e da moradia atual, de forma a direcionar os recursos para as famílias mais necessitadas.

A gerência do Programa não dispõe de equipe, o que é um reflexo da falta de estrutura administrativa na Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. A implementação do Programa, que é intensamente descentralizada, está a cargo da Caixa Econômica Federal e, eventualmente, de outras instituições financeiras. O Programa, que já se encontra em operação por cerca de sete anos, ainda não passou por um processo abrangente de avaliação dos seus resultados.

Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Resultados O Sistema Nacional de Indicadores Urbanos - SNIU, já está com o seu protótipo inicial disponibilizado na internet, foi lançado em Brasília no dia 24 de abril de 2002. O SNIU se encontra acessível a qualquer usuário, por meio do portal da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR. Foram realizados eventos regionais, nas cidades de Manaus, Natal e Curitiba, com o intuito de apresentar o Sistema e difundi-lo. Além destes eventos, o SNIU foi apresentado na Feira de Inovação Tecnológica, promovida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em São Paulo. O SNIU tem servido a outros clientes, além do Governo Federal, como a iniciativa privada, gestores públicos, pesquisadores e acadêmicos. O interesse despertado e o número de acessos ao Sistema demonstram o fato.

Foi desenvolvida a concepção básica do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos - SMAPP, que inclui a metodologia de trabalho e a seleção de indicadores de monitoramento e avaliação dos programas da SEDU/PR.

Por intermédio da ação Estudos para Elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano, foi concluída a pesquisa intitulada Política Urbana Metropolitana, que fornece os subsídios para a formulação de uma política nacional direcionada às áreas metropolitanas.

Na ação Gestão Territorial foram elaborados, em 2002, 97 produtos (em 2001 foram 96 produtos e em 2000, 11 projetos), incluindo mapas temáticos, relatórios e banco de dados que subsidiam a gestão territorial e sustentam as iniciativas do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico. Destacam-se, entre estes trabalhos, a implantação de uma metodologia reconhecida internacionalmente para projetos de zoneamento segundo critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social; a realização de diagnóstico, prognóstico e estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Zona Econômica Exclusiva do Baixo Rio Parnaíba; estudos de apoio a planos de ocupação ordenada do Distrito Federal e entorno; e início, nas regiões metropolitanas do Recife e de Porto Alegre, dos processos de montagem da construção dos componentes do banco de dados de um Sistema de Informações Geoambientais sobre aptidões e fragilidades do meio físico daquelas regiões. Esta ação é executada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, do Ministério das Minas e Energia.

Os resultados alcançados demonstram que a instrumentalização do Governo Federal para tratar das questões urbanas tem servido não só à gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, como também a outras instâncias de governo, a diversos órgãos públicos e a diferentes setores sociais. Com o lançamento do SNIU, foi possível verificar que havia uma demanda reprimida na sociedade por informações adequadamente organizadas e geoprocessadas.

Concepção Trata-se de um Programa de gestão, que, como tal, foi proposto com o intuito de formular, instrumentalizar, fornecer subsídios, propor iniciativas e acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. É importante ressaltar que os produtos gerados ampliaram o público-alvo deste Programa, não estando mais restrito ao âmbito da administração pública federal, uma vez que a disponibilização das ferramentas de análise produzidas têm permitido sua apropriação por outros setores sociais, como administrações estaduais e municipais, órgãos públicos, iniciativa privada e

Gerente:

Vera Lúcia Santos Ribeiro

sociedade civil.

Os instrumentos previstos nas ações deste Programa, se melhor aperfeiçoados, poderão servir a outros órgãos da administração direta ou indireta. Os indicadores, por exemplo, têm servido à atuação das Agências Reguladoras nacionais, mas no estágio de desenvolvimento em que ainda se encontram mostram-se insuficientes para atender às necessidades desta e de outras instituições.

A ação Gestão Territorial ainda não está de fato incorporada aos objetivos do Programa. Embora forneça orientações importantes para a atuação do Governo Federal, na medida em que representa um poderoso instrumento de apoio aos processos de planejamento e tomada de decisão, voltado para a gestão ambientalmente adequada do território urbano, em especial nas áreas metropolitanas, sua incorporação às diretrizes de política urbana ainda não está claramente definida.

A implementação do Programa foi afetada pela falta de equipe técnica. Somente a partir do mês de novembro, a equipe do Programa foi ampliada, com a incorporação de duas gestoras governamentais. Entretanto, a quantidade de recursos humanos na equipe gerencial, que conta com apenas quatro pessoas, continua insuficiente para o desenvolvimento das várias ações que compõem o Programa. Além disso, as ações do Programa só começaram a apresentar resultados a partir do Acordo de Cooperação Internacional assinado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que garantiu os meios necessários à sua execução.

Implementação

Em 2002, o Programa teve parte de sua previsão orçamentária não liberada para algumas ações e para outras, nenhum recurso foi liberado. Apesar disso é possível dizer que o Programa cumpriu as metas físicas dentro do previsto, pois as ações que tinham recursos materiais e humanos tiveram resultados além do previsto, enquanto aquelas que, ao contrário, não possuíam os recursos necessários, ficaram aquém do esperado.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade em 2002, mas tal fato não prejudicou decisivamente a execução programada como um todo. O Programa, contudo, sofreu descontinuidade no fim do ano, pois devido a um cronograma de liberação apertado, não foi possível solicitar as duas últimas parcelas previstas no orçamento.

Certas ações puderam ser desenvolvidas porque tiveram seus recursos financeiros garantidos. No entanto, passada a fase de concepção, a implementação exigirá recursos de outra ordem. O aperfeiçoamento dos Sistemas exigirá pesquisas ainda não existentes e de custo expressivo. No entanto, na proposta orçamentária de 2003, os recursos para o Programa foram reduzidos. Como houve uma ampliação do público-alvo, será necessário aprimorar os canais de comunicação para que os sistemas de informações possam ser melhor difundidos e adequados às necessidades de todos os usuários.

A gerência do Programa não conta com recursos materiais suficientes. Os computadores ultrapassados dificultam a manipulação dos sistemas gerenciados pelo Programa e há ainda falta de equipamentos necessários a tarefas corriqueiras como impressoras, fax, *softwares*, etc.

É necessário melhorar a articulação entre o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da CPRM, de forma que os resultados, orientações e diretrizes provenientes do Programa de Levantamento de Informações para a Gestão Territorial - GATE, tenham maior repercussão nas políticas, programas e projetos formulados pela SEDU/PR. A vertente ambiental ainda não foi explorada na política urbana como deveria e o reforço desta parceria poderia colaborar enormemente para isso. Para tanto, será importante a maior sensibilização da SEDU/PR no tocante aos problemas ambientais.

O principal parceiro deste Programa é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que vem aportando conhecimento tecnológico, sem o qual o SNIU não poderia ser construído. A transferência de tecnologia também envolve o desenvolvimento de metodologias de cálculo de índices, tal como o IDH. Da mesma forma, a parceria desenvolvida com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat, possibilitou a construção de indicadores de habitação, aproveitando-se da experiência internacional desta entidade. Estas parcerias colaboram também no sentido de dar visibilidade ao SNIU no ambiente internacional, facilitando a troca de experiências, principalmente, entre os países da América Latina e Caribe.

Outras parcerias estão sendo construídas com os produtores de informações, tanto no âmbito da administração pública federal, como no âmbito dos estados. Estão também programados outros trabalhos em cooperação com organizações não-governamentais, seja para inclusão de informações no SNIU, como também na validação e críticas das informações. Seria importante construir parcerias com outros sistemas de informações já existentes, em especial na administração pública federal, tal como o INEP e o DATASUS. Estas parcerias não foram ainda implementadas por falta de equipe técnica.

Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Progest

Resultados

Por ocasião da criação do Programa Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Progest nem todos os indicadores propostos estavam disponíveis, com exceção da Taxa de Cobertura de Coleta, cujo dado, proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE (1991), era de 93,7%. Já pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB de 1989, a taxa de cobertura de coleta registrava 97,2% de atendimento, evoluindo, até o ano 2000, para 99,4% de atendimento, apresentando uma leve tendência positiva de melhoria em todo o País.

Com relação aos indicadores Taxa de Atendimento com Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Taxa de Tratamento Adequado de Resíduos Sólidos, os mesmos ainda se encontram em construção, sendo possível, no entanto, apresentar alguns resultados. No que se refere à destinação final e tratamento do lixo, a mais recente Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB/2000 demonstrou que 63,6% dos municípios brasileiros depositam seus resíduos em lixões (formas inadequadas de destino final), que 32,2% destinam a aterros (13,8% aterro sanitário e 18,4% para aterro controlado), havendo ainda um percentual de 5% dos municípios que não informou onde dispõe seus resíduos, o que demonstra que ainda há muito trabalho a ser feito para melhorar a gestão de resíduos sólidos no Brasil.

Por meio das linhas de apoio a investimentos na área de resíduos sólidos, foram investidos e programados, em 2002, pelo Progest e pela ação Municipalização do Turismo em coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos em todas as unidades da Federação, um total de recursos de aproximadamente R\$ 9.745.808,00 assim distribuídos:

- Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos nas regiões de maior concentração de pobreza do País: R\$ 6.154.400,00 (beneficiando mais de 90 mil famílias, com serviços de coleta, destinação e tratamento final);
- Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pelo Unicef onde existam crianças nos lixões: R\$ 1.981.408,00 (beneficiando mais de 60 mil crianças que foram retiradas de lixões para inserção no ensino fundamental); e
- Municipalização do Turismo: R\$ 1.610.000,00 (beneficiando mais de 23 mil famílias com serviços de coleta, destinação e tratamento final).

Dentro da linha de apoio institucional na área de resíduos sólidos, foi dada continuidade ao Programa de Treinamento e Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos, iniciado em 2001. Este Programa, em 2002, investiu um montante de R\$ 66 mil, que permitiu a realização de três Oficinas de Capacitação em Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - Módulo de Ensino Presencial, dirigidas a técnicos municipais das prefeituras que obtiveram apoio financeiro do Governo Federal para executar projetos na área de resíduos sólidos; e ainda a edição de mais mil exemplares do Manual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, voltado a orientar o prestador de serviços e demais técnicos do setor em aspectos relativos à gestão, operação, manutenção e tratamento/destino final dos resíduos sólidos.

Gerente:

Nadja Limeira de Araújo

Além disso, continua disponível, via internet, o Curso de Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos na modalidade Ensino a Distância - EAD, que é um treinamento de especialização com aproximadamente 150 horas/aula voltado para o prestador de serviços e para a sociedade em geral.

Decisivamente, a estratégia que mais contribuiu para a obtenção dos principais resultados do Programa foi o processo descentralizado de contratação das obras. Governadores e prefeitos dirigem-se diretamente às agências locais da Caixa para apresentarem seus projetos, receber informações, assinar contratos de repasse aprovados e autorizados pela SEDU/PR (atual Ministério das Cidades) e receber os recursos mediante a comprovação de execução das etapas do objeto pactuado. Os benefícios são imediatos, tanto na agilidade do processo quanto na segurança do acompanhamento da execução e da liberação dos recursos.

Estes resultados, no entanto, não atendem completamente à demanda identificada pelo órgão na área de resíduos sólidos. Assim como outros programas do Orçamento Geral da União, o Progest também sofre as consequências de cortes, contingenciamentos, e calendário político (restrições da lei eleitoral), de forma que a operacionalização do mesmo fica prejudicada, com cancelamento de contratos e, em consequência, a baixa realização física das ações.

..... **Concepção**

O crescimento populacional e o processo de urbanização observado no País conduziram a um incremento na produção de bens e alimentos acarretando a geração cada vez maior de resíduos, os quais dispostos inadequadamente trazem sérios danos à saúde, higiene pública e ao meio ambiente.

Além do fator sanitário, a problemática dos resíduos sólidos urbanos encontra-se fortemente associada ao fator social, em que se observam catadores nos lixões, inclusive crianças, que sobrevivem em condições subumanas.

A combinação de fatores sanitários, sociais, econômicos e estéticos representa a dimensão do problema a ser solucionado. As questões relacionadas com os resíduos sólidos urbanos foram identificadas há várias décadas, entretanto, as soluções parciais ainda não atendem a todos os municípios.

Os Serviços de Limpeza Urbana - SLUs, em sua maioria, não têm alcançado um nível que possa ser considerado satisfatório principalmente devido à carência de planejamento e programas, baixa qualificação de pessoal, recursos físicos insuficientes ou mal aproveitados, legislações incompletas ou antigas, estruturas e instituições deficitárias e a utilização de tecnologias inapropriadas.

Diante do quadro acima exposto e face à importância das questões relacionadas com os resíduos sólidos urbanos e sua forte interface multissetorial, a SEDU/PR decidiu, a partir de 2002, rever as linhas programáticas existentes com o intuito de criar um Programa específico para o setor em moldes mais abrangentes, fazendo uso de um maior número de parcerias e empregando ações complementares de investimento e apoio institucional.

Trata-se do Programa de **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Progest**, no âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA, a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR em 2002 e atualmente sob responsabilidade do Ministério das Cidades, cujas ações estão estruturadas em dois objetivos: aumentar a cobertura dos serviços na perspectiva da universalização do atendimento e, ao mesmo tempo, induzir a reestruturação do setor com a garantia da sustentabilidade dos serviços.

Desta forma, busca-se uma maior eficiência nos processos de gestão dos resíduos sólidos no País, permitindo a indução da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, cujo projeto de lei, de relatoria do Deputado Emerson Kapaz, foi apresentado na Câmara Federal para votação.

Constituem diretrizes prioritárias do Programa:

- Assegurar o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos de forma ambientalmente segura;
- Incentivar a minimização, a reciclagem e a reutilização;
- Incentivar a implementação de projetos que contemplem sistemas de gestão integrada e, sempre que possível, de forma compartilhada entre localidades; e
- Promover a modernização do setor mediante apoio à gestão, ao planejamento, à capacitação, e à assistência técnica.

O Progest conta com quatro ações diferenciadas, quais sejam:

- Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos nas regiões de maior concentração de pobreza do País;
- Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pelo Unicef onde existam crianças nos lixões;
- Estudos para Otimização dos Sistemas de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos - para apoio à elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; e
- Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos - para apoio ao fortalecimento da capacidade técnica/gerencial/administrativa do prestador dos serviços, a elaboração de estudos, pesquisas e eventos de difusão tecnológica nesta área.

Além destas, está a cargo da SEDU/Ministério das Cidades a execução da ação Municipalização do Turismo do PNMT - Implantação e Melhoria de Sistemas de Resíduos Sólidos em municípios identificados pela Embratur como de importância turística. A referida ação não integra o Progest, mas, pela similaridade com suas ações, também desenvolvidas com recursos do OGU, foi incluída na operacionalização do mesmo.

A presença de um clima favorável no País para o debate das questões relativas à gestão dos resíduos sólidos urbanos é um elemento motivador para o enfrentamento dos grandes desafios existentes. As iniciativas em curso, não só nos estados e municípios, mas também entre os diversos órgãos do Governo Federal, aliadas a uma maior conscientização da sociedade sobre o tema, apontam para um cenário de realizações possíveis, em um futuro próximo.

É verdade que os recursos financeiros são escassos e insuficientes para garantir, de imediato, a universalização dos serviços de limpeza e qualidade de serviços prestados a toda a população brasileira. No entanto, esses recursos podem ser maximizados se priorizado o esforço integrado do setor público, da sociedade e da iniciativa privada na proposição de soluções conjuntas; se estimulada a melhoria da qualidade da prestação dos serviços; se estabelecidos instrumentos econômicos incentivadores da redução da produção e aumento da reciclagem e, sobretudo, se promovida uma melhor organização e regulação do setor.

Implementação

Inicialmente, vale registrar a principal restrição para uma implementação mais efetiva do Programa, que é o divórcio entre o exercício orçamentário e a efetiva realização dos benefícios. Como consequência, há também um descompasso entre a execução orçamentária (realização dos empenhos) e a execução financeira (liquidação e pagamento dos valores empenhados).

Anualmente, o Programa utiliza a totalidade dos recursos liberados para formalização de novas contratações, enquanto os limites financeiros são utilizados para pagamento das obras e serviços contratados em exercícios anteriores. Como o Sigplan não registra o acompanhamento dos Restos a Pagar, a execução do Programa aparece distorcida, com um nível de realização bem menor do que o ocorrido na prática.

Historicamente, os recursos do Orçamento Geral da União para ações de investimentos físicos em saneamento, aí incluídos os sistemas de limpeza urbana, têm sido muito penalizados com cortes, contingenciamentos e pulverizações de recursos. Por outro lado, as ações de resíduos sólidos, assim como as de drenagem urbana, enquanto componentes do saneamento, vêm sendo também relegadas a um segundo plano, de forma a serem preteridas em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, sobretudo nas necessidades de cortes de recursos internos ao órgão.

Os valores propostos pelo Executivo para o Programa têm sido bastante inferiores aos previstos no PPA 2000-2003. Com isto, a demanda por ações em investimentos em resíduos sólidos, que atualmente tem sido de cerca de R\$ 60 milhões/ano, vem caindo de forma a tornar muito deficiente a atuação do Governo Federal para apoio aos municípios na implementação dos sistemas de gestão de resíduos sólidos.

Por fim, na fase de tramitação no Congresso Nacional, o Programa recebe recursos adicionais por força das emendas parlamentares, muitas vezes quadruplicando o valor inicialmente proposto. Na fase de execução, os valores aprovados em Lei são mais uma vez modificados em virtude da edição de decretos de limite para movimentação e empenho.

Com o contingenciamento orçamentário, a implementação torna-se mais difícil, pois não é possível saber se o Programa poderá contar com o que programou; as experiências passadas mostram esse problema. Via de regra, os créditos só são disponibilizados no final de exercício, o que obriga a gerência a executar todos os projetos de forma concentrada, às vezes em um único mês. Isto torna irreal qualquer programação e execução efetiva.

Além disso, a descontinuidade do fluxo financeiro afeta em muito a execução do Programa, inibindo o início de novos empreendimentos e prejudicando a execução das obras ainda em andamento, encarecendo custos, mão-de-obra envolvida e gerando prejuízos com paralisações e comprometimento de metas sociais.

Quanto ao controle da execução, o monitoramento da execução física é realizado pela Caixa que disponibiliza as informações para a SEDU/PR em formato de banco de dados, que precisa ser aperfeiçoado quanto à sua qualidade e consistência.

A identificação de problemas ocorre por intermédio da avaliação desses dados, por relatos da própria Caixa, dos executores e de parlamentares. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset também tem auxiliado nessa tarefa. O ideal seria também promover visitas técnicas nos locais das obras, o que não tem ocorrido por restrições de recursos para custeio dos deslocamentos, bem como pela pequena equipe da gerência do Programa.

Em relação às dificuldades com contratos e convênios, geralmente os processos licitatórios necessários à implementação das ações do Programa são contestados judicialmente, prejudicando as contratações. Além disso, a morosidade na obtenção do licenciamento ambiental dificulta e às vezes inviabiliza o início da execução dos empreendimentos.

As inadimplências de estados e municípios com exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e quanto ao cumprimento da LDO têm-se mostrado como um dos principais entraves para a execução do Programa.

Embora a equipe gerencial do Programa não tenha tido a disponibilidade para participar de uma capacitação formal, a própria integração com os demais gerentes capacitados agregou conhecimentos essenciais para a melhoria do desempenho da gestão do Programa.

Vale destacar que a atual gerência do Progest, mesmo antes de o Programa existir oficialmente, ou seja, quando suas ações ainda integravam outros programas, como o Morar Melhor e o Gestão Urbana, sempre atuou setorialmente e complementarmente, dando suporte aos antigos gerentes, e já integrava um comitê permanente de resíduos sólidos junto a equipes de outros ministérios atuantes nesta área.

Está se desenvolvendo, por meio do Progest, um processo embrionário de capacitação dos níveis estadual e municipal para a gestão integrada local de resíduos sólidos. Dentro da linha de apoio institucional na área de resíduos, a SEDU/PR vem dando continuidade ao Programa de Treinamento e Capacitação em Gestão de Resíduos Sólidos, iniciado em 2001. A idéia é aumentar a capacidade técnica e administrativa do prestador de serviço local para melhorar a eficiência do serviço prestado à população.

Com o trabalho articulado com os outros órgãos do Governo Federal, pretende-se estabelecer um grande Programa interministerial de Capacitação em Gestão de Resíduos, em moldes mais abrangentes, para dar sustentabilidade aos investimentos repassados nesta área.

Em relação aos parceiros, cabe destacar a parceria com a Caixa Econômica Federal, atuando como mandatária da União, que pode ser considerada uma ação decisiva para o alcance dos resultados do Programa, pois assegura sua execução sob um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem os seus verdadeiros objetivos; além disso, essa parceria possibilita o acompanhamento das obras contratadas *in loco* e viabiliza a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras e/ou serviços executados.

Embora a parceria com a Caixa Econômica Federal possibilite o controle e acompanhamento da execução das obras contratadas no âmbito do Programa, há a necessidade de desenvolvimento de um sistema de informações mais preciso e consistente, especialmente no que se refere ao detalhamento das características físicas, do modelo de implementação adotado pelo executor e do nível de satisfação dos beneficiários.

Não existe parceria formal da área de resíduos sólidos da SEDU com a área de resíduos sólidos do Ministério do Meio Ambiente e da Fundação Nacional de Saúde - Funasa; entretanto, o corpo técnico responsável pela implementação dos respectivos programas em cada órgão compõe um comitê permanente de articulação, discussão e encaminhamento de questões afetas ao setor de resíduos que trazem benefícios ampliados para os distintos programas.

Tal iniciativa deve-se ao espaço de articulação criado a partir da instalação, em 1999, do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, coordenado pelo Unicef, e que, além das instituições citadas do Governo Federal, agrega ainda mais de 60 instituições públicas e privadas que atuam no setor.

Cabe mencionar a proposta em contribuição ao substitutivo do Projeto de Lei do Executivo que institui a Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos e a instituição de um Sistema Nacional de Informações em Resíduos.

Como sugestão de avanço para a implementação do Programa, as parcerias comentadas devem ser formalmente instituídas para que, ao se aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabeleçam-se formalmente as atribuições de cada instituição e o estabelecimento de metas integradas e articuladas para a implementação desta política, sem contar o ganho por parte do Governo Federal com a convergência e a integração dos programas do PPA para a área de resíduos sólidos. Há necessidade de uma política formal para o setor e a decisão política de formalizá-la.

Quanto aos mecanismos de controle social, o Manual de Instruções do Progest estabelece que os Agentes Executores deverão estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, a SEDU/PR.

Estabelece, ainda, como obrigatório em todos os projetos, o desenvolvimento de trabalho social que deverá, necessariamente, prever o apoio à mobilização e organização comunitária; a capacitação profissional ou geração de trabalho e renda; a educação sanitária; e o acompanhamento e avaliação dos resultados da intervenção, por parte dos Agentes Executores, após conclusão das obras e serviços.

As principais dificuldades para a implementação da pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do Programa são:

- O Programa não dispõe de um processo direto de avaliação e monitoramento;
- A execução do Programa é descentralizada SEDU/Caixa/poder público local, o que a distancia muito dos beneficiários finais. Na prática, esse contato só ocorre no âmbito da ação local, onde os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos.

As principais dificuldades de ordem institucional, legal, gerencial e financeira a serem vencidas para melhorar o desempenho do Programa são:

- Ausência de uma política nacional específica para o setor, com diretrizes integradas com os três níveis de governo, que estabeleçam regras para a prestação adequada dos serviços e soluções para a sua remuneração e que estabeleça mecanismos de suporte às administrações municipais com dificuldades de gerenciar seus programas de limpeza urbana;
- Falta de integração entre a gestão urbana e a gestão dos resíduos sólidos, a qual pode ser usada como um instrumento de gestão urbana;
- Falta de uma ação coordenada dos programas governamentais existentes, o que possibilitaria a integração dos mesmos com as políticas sociais, de saúde, meio ambiente, saneamento, habitação e recursos hídricos e das parcerias público-privado e sociedade, na resolução dos problemas afetos à problemática dos resíduos sólidos; e
- Ausência de prioridade política por parte do governo nas três esferas para a área de resíduos sólidos.

Gestão Urbana e Metropolitana

Resultados

O principal resultado do Programa foi a realização de nove Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável em seis estados brasileiros. É um resultado aquém do esperado, mas deve-se ao contingenciamento do orçamento que reduziu a menos da metade os recursos originalmente propostos. A expectativa de concretização do que foi originalmente previsto é média, devido à possibilidade de ocorrência de novos contingenciamentos de recursos.

A ação Caixa do Município - consultoria nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana para municípios - desenvolvida com recursos da Caixa Econômica Federal, não teve efetividade porque ainda está em fase de revisão.

Em 2001, foram realizados treze convênios com municípios para a formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e em 2002 foram realizados mais dezesseis. Observa-se que o critério de distribuição regional aponta para uma concentração excessiva na Região Centro-Oeste, onde foram firmados treze contratos. Isso pode ser explicado devido à existência de critérios políticos que sobrepujaram os critérios técnicos na definição dos beneficiários. A elaboração de planos de desenvolvimento urbano municipais com apoio técnico adequado são fundamentais para a reordenação e o desenvolvimento das cidades, tendo em vista que ampliam a eficiência da gestão e da aplicação dos recursos públicos. Porém, esses impactos ficaram muito aquém do desejável, pois num universo de mais de 5.000 municípios no Brasil, um número pouco expressivo deste universo foi contemplado.

A SEDU/PR, em conjunto com a Caixa, promoveu em 2001 uma série de seminários, realizados em todos os estados brasileiros, com o objetivo de apresentar o Estatuto da Cidade e motivar os municípios a instrumentalizar suas ações por intermédio de planos municipais de desenvolvimento.

Até 2003 espera-se aumentar o número de municípios com Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Os resultados esperados para 2003 dependem da avaliação da pertinência do Programa pelo recém-criado Ministério das Cidades, que, de acordo com suas prioridades, poderá reestruturá-lo, estabelecendo novas diretrizes e metas.

Concepção

A existência de um Programa desta natureza é fundamental para fomentar o desenvolvimento urbano, uma vez que as prefeituras, responsáveis imediatas pela implementação destas políticas, encontram-se bastante despreparadas para enfrentar este desafio. Apoiar técnica e financeiramente os municípios, entidades metropolitanas e consórcios municipais para que desenvolvam um aparato legal, de planejamento e de gestão adequados é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento das cidades. É por intermédio da qualificação da gestão local que se poderá garantir a melhor aplicação dos recursos públicos, em especial dos recursos federais, que poderão assumir um papel mais estruturador em nossas cidades. A proposta de elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável surgiu da necessidade de instrumentalizar os municípios brasileiros para administrar a cidade com eficiência. Posteriormente, houve a promulgação da Lei nº 10.257, de 2001, o chamado Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e reforçou a necessidade de se fortalecer os municípios em seu papel de gerenciador do crescimento urbano e ordenador do território, tornando este Programa ainda mais importante.

Gerente:

Emmanuel Cavalcante Porto

Desta forma, o Programa requer uma ampliação de seu escopo, ampliação de recursos e de fontes de financiamento. Dada a complexa natureza deste Programa, ainda não se encontrou um indicador adequado que realmente pudesse expressar seus impactos na sociedade.

Implementação

Em 2002, devido ao contingenciamento de recursos do orçamento, o número de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano elaborados foi inferior ao programado.

A gerência do Programa conta apenas com o gerente, não havendo equipe de apoio, o que obviamente limita a possibilidade de geração de resultados mais expressivos. Esta ausência de equipe impossibilita a adoção de mecanismos aperfeiçoados de implementação, supervisão e coordenação. Os municípios precisam passar à gerência do Programa as informações sobre o andamento dos planos.

O Programa não apresenta computadores e impressoras suficientes para a montagem de uma equipe de trabalho. Além disso, alguns *softwares* necessários ao Programa não estão disponíveis e há restrições de acesso à rede mundial de computadores, dificultando a realização de pesquisas e consultas rápidas.

No caso dos planos municipais de desenvolvimento urbano sustentável, foi instituído um canal de comunicação na internet, por meio da página da SEDU/PR, onde foram disponibilizadas todas as informações pertinentes à ação. A gerência recebeu inúmeras consultas e sugestões quanto ao formato e conteúdo dos planos municipais. As dificuldades para a implementação de pesquisa de satisfação do usuário/beneficiário do Programa referem-se ao grau de participação da sociedade na elaboração dos planos municipais. Embora a gerência do Programa tenha reiterado que a elaboração dos planos deva contar prioritariamente com a participação da comunidade envolvida, não temos informação se essa orientação foi seguida.

Infra-estrutura Urbana - Pró-infra

Resultados

Para melhor compreender os resultados e os indicadores do Programa **Infra-estrutura Urbana - Pró-Infra**, deve-se considerar que, a partir de 2002, o Programa teve sua concepção alterada com a transferência de ações do Programa Revitalização da Infra-Estrutura de Centros Urbanos, financiado com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A composição do investimento também foi alterada de forma a proporcionar o atendimento de um número maior de projetos, tais como: Drenagem Urbana, Pavimentação e Obras Viárias, Energia Elétrica e Iluminação Pública, Proteção, Contenção e Estabilização do Solo, Equipamentos Comunitários Públicos, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Esta reformulação exigiu estudos para a concepção de novos indicadores, com o objetivo de medir os resultados e avaliar se os recursos investidos nas diversas ações do Programa estão proporcionando as mudanças necessárias para a sociedade. Tais indicadores foram concebidos no âmbito do Programa Gestão da Política Urbana, estando em fase de implantação, devendo ter os primeiros resultados durante o exercício de 2003.

No mês de junho de 2002, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR deu início ao processo de seleção e contratação de operações à conta do Orçamento Geral da União - 2002. Foram contratadas 2.295 operações que poderiam beneficiar, com melhoria das condições de infra-estrutura nos centros urbanos, cerca de 4.436.496 famílias. Porém, tendo em vista o decreto que cancelou os restos a pagar de 2002, a previsão é que esse número de famílias beneficiadas deva ser restringido.

No mesmo exercício, foram concluídas 81 obras, beneficiando cerca de 58.597 famílias, além de 1.061 obras assinadas nos exercícios de 2000 e 2001, que beneficiaram 2.457.451 famílias.

As principais dificuldades encontradas no período 2000-2002 para o alcance efetivo de resultados no Programa estão relacionadas ao contingenciamento orçamentário e financeiro, à ampliação de limites orçamentários somente ao final dos exercícios ou às vésperas de prazos restritivos, gerando uma sobrecarga de contratações num único mês que, aliada à falta de recursos financeiros e ainda ao curto espaço de tempo para análise dos planos de trabalho e à sua efetiva contratação, produz dificuldades no cumprimento das metas e prazos, gerando obrigações em exercícios futuros, comprometendo a execução do Programa no exercício corrente.

No exercício de 2002, dois fatores contribuíram para a operacionalização do Programa abaixo do esperado: o calendário político do País e o contingenciamento orçamentário ocorrido no início do exercício. As restrições da Lei Eleitoral dificultaram ou mesmo impediram que os governos estaduais e municipais dessem início à execução dos empreendimentos, fazendo com que vários contratos de repasse fossem inscritos em restos a pagar para 2003.

Destaca-se como restrição a falta de capacidade técnica e institucional da grande maioria dos municípios e estados que torna a elaboração dos projetos, o processo licitatório, o licenciamento ambiental, a regularização fundiária e outras exigências normativas impeditivas para o início da execução das obras. Também pode ser apontada como restrição constante o fato de que o orçamento alocado

Gerente:

Luiz Cláudio de Vasconcelos

em um exercício não seja financeiramente executado dentro do próprio exercício, utilizando-se, em consequência, a figura de restos a pagar, comprometendo a alocação de recursos em orçamentos futuros.

Considerando-se a hipótese de conclusão das obras em andamento relativas ao OGU de 2001, bem como daquelas contratadas com o OGU de 2002 até dezembro, a SEDU/PR deverá obter ampliação dos limites de pagamento para liquidação das mesmas ou, como alternativa, ampliar os prazos de validade dos restos a pagar.

Concepção

Para avaliar a situação do Programa **Infra-estrutura Urbana**, torna-se necessário compreender algumas de suas características, que o diferenciam dos demais programas a cargo da SEDU/PR.

Em primeiro lugar, o Programa não constou do Projeto de Lei do Orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 2001, sendo o Programa e suas ações criadas por aquela casa legislativa, à luz do que vinha ocorrendo nos exercícios anteriores. Logo, o Programa tem sido, até o momento, recriado anualmente e exclusivamente por intermédio de emendas, que, em geral, são de pequena monta, muito diversificadas e bastante diluídas por todo o território nacional.

Tal fato dificulta não só o estabelecimento de uma política adequada e específica para atender ao déficit existente em termos de infra-estrutura urbana nas cidades brasileiras, como também a aplicação de critérios para a priorização e execução das intervenções realizadas. Dificultam também o controle da aplicação dos recursos e a mensuração dos resultados alcançados.

Para lidar com a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos municípios e estados, quanto às exigências normativas, faz-se necessária a implementação de ação específica de apoio ao desenvolvimento institucional dos executores.

Os indicadores estão em fase de estudos e implantação. Somente no próximo exercício poderemos avaliar a sua eficiência.

A Caixa Econômica Federal é a instituição contratada como prestadora de serviço para, como mandatária da União, assinar os contratos de repasse com estados, Distrito Federal e municípios, bem como acompanhar a execução das obras *in loco*. Estes últimos são os responsáveis pela execução dos empreendimentos. Os recursos financeiros dos contratos são liberados em parcelas, conforme estabelecido nos projetos e nos cronogramas físico-financeiros aprovados, mediante comprovação, pela Caixa, da execução física do empreendimento.

A parceria com a Caixa pode ser considerada uma ação decisiva para o alcance dos resultados do Pró-Infra, pois assegura sua execução sob um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem os seus verdadeiros objetivos.

No âmbito da gestão do Programa, a falta de autonomia do gerente, a infraestrutura inadequada e a ausência de equipe de apoio limitam a atuação e o papel do gerente. A gerência, por falta de recursos, não consegue acompanhar a execução e o resultado das ações, nem estabelecer um melhor relacionamento com a Caixa e com os municípios beneficiados com recursos do Programa. O gerente é obrigado a assumir o papel do corpo administrativo, técnico e gerencial do Programa, simultaneamente. Uma melhor integração com a Caixa garantiria um maior e melhor fluxo de informações sobre a execução do Programa na tempestividade adequada.

Quanto à forma de controle e acompanhamento do desempenho, embora a parceria com a Caixa possibilite o controle e acompanhamento da execução das obras contratadas no âmbito do Programa, a SEDU/PR ressenete-se de um sistema de informações mais preciso e consistente, especialmente no que se refere ao detalhamento das características físicas, do modelo de implementação adotado pelo executor e do nível de satisfação dos beneficiários.

Está em fase de análise a parceria com ações de outros programas da SEDU/PR com o mesmo escopo de atuação ou, possivelmente, a criação de uma nova ação voltada ao desenvolvimento institucional de municípios, a exemplo do Saneamento é Vida, de forma a atender às demandas de projetos voltados para essa área.

Um dos fatores que mais afeta a estratégia de implementação do Programa reside na inadequação da legislação orçamentária que não contempla as especificidades das intervenções realizadas no seu âmbito, uma vez que necessitam de um prazo médio de três meses para a licitação e, não raro, de um período de obras que extrapola doze meses, além do mais, os descontingenciamentos de recursos concentram-se, via de regra, ao final do exercício, determinando definitivamente o divórcio entre o exercício orçamentário e a efetiva realização dos benefícios.

Decisivamente, a estratégia que mais contribuiu para a obtenção dos principais resultados do Programa foi o processo descentralizado de contratação das obras. Governadores e prefeitos dirigem-se diretamente às agências locais da Caixa para apresentarem seus projetos, receber informações, assinar contratos de repasse aprovados e autorizados pela SEDU/PR e receber os recursos mediante a comprovação de execução das etapas do objeto pactuado. Os benefícios são imediatos, tanto na agilidade do processo quanto na segurança do acompanhamento da execução e da liberação dos recursos.

.....
Existe dissincronia entre o exercício orçamentário e a efetiva realização dos benefícios. Como consequência também há um descompasso entre a execução orçamentária (realização dos empenhos) e a execução financeira (liquidação e pagamento dos valores empenhados).

Implementação

Anualmente, o Programa utiliza a totalidade dos recursos descontingenciados para formalização de novas contratações, enquanto os limites financeiros são utilizados para pagamento das obras/serviços contratados em exercícios anteriores. Como o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SigPlan não registra o acompanhamento dos restos a pagar, a execução do Programa aparece destorcida, com um nível de realização bem menor do que o ocorrido na prática.

A definição dos limites financeiros leva em conta apenas a dotação orçamentária do exercício, ignorando a existência de valores inscritos em restos a pagar. Desse modo, os montantes fixados são insuficientes, sem considerar a irregularidade do cronograma de disponibilização dos recursos. A descontinuidade do fluxo financeiro afeta o regular desempenho do Programa, pois prejudica o início das obras, causa descompasso entre o cronograma físico e financeiro provocando, em consequência, a elevação dos seus custos e ainda paralisações das mesmas, comprometendo seus objetivos sociais e afetando a credibilidade do Governo Federal.

Os valores propostos pelo Executivo para o Programa têm sido bastante inferiores aos previstos no PPA 2000/2003. Na fase de tramitação no Congresso Nacional, o Programa recebe recursos adicionais por força das emendas parlamentares, muitas vezes quadruplicando o valor inicialmente proposto. Na fase de execução, os valores aprovados em Lei são mais uma vez modificados em

virtude da edição de decretos de limite para movimentação e empenho. O Pró-Infra não implementou as ações de financiamento migradas do Programa Revitalização de Infra-Estrutura de Centros Urbanos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em função do contingenciamento do setor público.

O sistemático contingenciamento orçamentário impede que as emendas previstas no OGU sejam selecionadas no início do exercício, não havendo tempo para os procedimentos administrativos para a sua contratação e início das obras dentro do exercício financeiro. Desta forma, o resultado é um número excessivo de recursos inscritos em restos a pagar, o que acaba causando um impacto no fluxo financeiro previsto para o ano seguinte.

Além disso, o contingenciamento torna difícil estabelecer qualquer planejamento para implementação do Programa quando não se sabe quanto será disponibilizado para movimentação e empenho. Via de regra, os limites orçamentários são concedidos de forma concentrada e ao final dos exercícios, ou às vésperas de prazos restritivos, como o estabelecido pela Lei Eleitoral, gerando uma sobrecarga de contratações em um único mês.

Em 2002, o Programa empenhou e liquidou R\$ 456 milhões dos R\$ 653 milhões da LOA (69,8%), entretanto, executou financeiramente no exercício apenas R\$ 85 milhões (13% da LOA), passando a diferença para restos a pagar em 2002. Assim, a continuar o contingenciamento dos recursos em 2002, principalmente dos restos a pagar, acredita-se que o Programa não alcançará os índices esperados no PPA.

O monitoramento da execução física é realizado pela Caixa que disponibiliza as informações para a SEDU/PR em formato de banco de dados, que precisa ser aperfeiçoado quanto à sua qualidade e consistência. A identificação de problemas ocorre por intermédio da avaliação desses dados, por relatos da própria Caixa, dos executores e de parlamentares. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset também tem auxiliado muito nessa tarefa.

O ideal seria promover também visitas técnicas nos locais das obras, o que não tem ocorrido por restrições de recursos para custeio dos deslocamentos, bem como pela pequena equipe da gerência do Programa.

Em se tratando de recursos humanos, a equipe técnica do Programa se limita a seu Gerente. Assim, todo o processo de acompanhamento das ações fica seriamente prejudicado em decorrência da falta de pessoal capacitado para o desempenho dessas funções, afetando o perfeito gerenciamento de um Programa do porte do Pró-Infra, que chega a contratar, em um único exercício, 2.644 operações.

Considerando as dificuldades relacionadas acima, a estratégia de implementação do Programa está razoavelmente adequada, pois a implementação por meio da Caixa Econômica Federal é o meio mais seguro, pois a extinta SEDU não possuía corpo técnico para executar as ações diretamente. Essa parceria com a Caixa tem assegurado a execução do Programa sob um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem os seus objetivos. Além disso, o modelo operacional adotado possibilita o acompanhamento das obras contratadas *in loco*, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Conquanto seja revestido de inegáveis vantagens, este modelo fragiliza o acompanhamento realizado pela SEDU/PR, uma vez que a distancia das experiências locais e a torna dependente das informações - e a qualidade destas - disponibilizadas pela Caixa, além de trazer nebulosidade à questão da responsabilização quando dos apontamentos das auditorias internas e externas.

Quanto à parceria com os poderes públicos locais, é visível sua insuficiente capacidade técnica e institucional, o que torna a montagem dos projetos e o atendimento das exigências normativas impeditivos para a contratação e início de execução das obras, trazendo, em consequência, atraso na implementação do Programa. Entretanto, sua proximidade com os beneficiários o torna o melhor agente de julgamento das reais necessidades locais.

As alterações na Lei Orçamentária, decorrentes das emendas parlamentares são positivas no que tange ao acréscimo de recursos ao Programa, embora o planejamento das ações fique condicionado à distribuição dos recursos, de forma diversa dos critérios de regionalização originalmente utilizados pelo Executivo. É importante fortalecer uma parceria mais ativa junto ao Congresso Nacional para solucionar essa divergência.

Parcerias mais efetivas com os Programas geridos pelo próprio órgão, como o Morar Melhor, Saneamento é Vida e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, não ocorrem com grande frequência em virtude da própria natureza dos recursos, que são preponderantemente provenientes de emendas parlamentares de pequenos valores já destinadas a determinados municípios e até mesmo bairros, impedindo a composição dos investimentos num projeto mais estruturante. A falta de liberdade existente no orçamento aprovado também inibe a busca de parcerias com programas geridos por outros órgãos.

O Manual de Instruções do Pró-Infra estabelece que os Agentes Executores deverão estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos.

Estabelece, ainda, como obrigatório em todos os projetos, o desenvolvimento de trabalho social, que deverá, necessariamente, prever o apoio à mobilização e organização comunitária; a capacitação profissional ou geração de trabalho e renda; a educação sanitária; e o acompanhamento e avaliação dos resultados da intervenção, por parte dos Agentes Executores, após conclusão das obras e serviços.

Com isso, espera-se que os mecanismos de controle social estejam garantidos, embora a ausência de equipe técnica na SEDU/PR, em qualificação e número suficientes, não permita uma avaliação mais precisa da questão.

A execução do Pró-Infra é descentralizada SEDU/Caixa/poder público local, o que a distancia muito dos beneficiários finais. Na prática, esse contato só ocorre no âmbito da ação local, onde os executores devem estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos.

Nas ações de maior impacto, o desempenho fica prejudicado por diversos fatores. Geralmente, os processos licitatórios são lentos e, muitas vezes, questionados pelas auditorias internas e externas. A morosidade na obtenção de licenciamento ambiental também dificulta e algumas vezes inviabiliza o início de execução dos empreendimentos. Além disso, as questões relativas à inadimplência, aliada ao atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, têm-se mostrado como os principais entraves à contratação e agilidade na execução dos empreendimentos.

Minha Casa

Resultados

No exercício 2002, os contratos realizados no âmbito do Programa **Minha Casa** totalizaram R\$ 695 milhões, que propiciaram a produção de 30.251 unidades habitacionais para fins de arrendamento. Acumulando-se os resultados dos exercícios anteriores, o Programa atinge o expressivo volume de R\$ 1,854 bilhão aplicado e a produção de mais de 88 mil unidades.

Devido à nova orientação normativa, o Programa tenderá a gerar maiores resultados nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo e em municípios com população urbana superior a cem mil habitantes, ampliando, assim, os benefícios do Programa, de 192 para 304 municípios brasileiros.

Outros resultados de difícil mensuração resultam da implementação de trabalho social junto à população beneficiária, objetivando a conscientização de seus direitos e deveres como arrendatários, vida comunitária, organização de condomínio, geração de emprego e renda, etc.

Para o exercício 2003, é esperada a execução plena das metas físicas e financeiras do Programa e o atendimento da população com renda familiar de até quatro salários-mínimos, conforme a nova determinação do Conselho Curador do FGTS.

Concepção

A partir da criação e implantação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, o modelo brasileiro de política habitacional centrou-se em linhas de crédito voltadas à venda/aquisição de unidades residenciais. Os financiamentos de longo prazo não permitiam que a solução habitacional adotada acompanhasse a evolução das necessidades sociais das famílias que, não raras vezes, repassavam suas unidades a terceiros, à margem das regras e legislação vigente para o Sistema. Diante desse quadro, e considerando ainda a concentração do déficit habitacional nos segmentos da população de mais baixa renda, o **Programa Minha Casa**, criado em abril de 1999 por intermédio da Medida Provisória nº 1.823, objetiva propiciar uma alternativa ao paradigma da casa própria, oferecendo a famílias com rendimento mensal de até seis salários-mínimos arrendamento residencial com opção futura de compra.

O Programa é dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte (cidades com população urbana igual ou superior a cem mil habitantes), e ainda a todas as capitais estaduais, onde o déficit habitacional brasileiro demonstra, por intermédio das favelas, cortiços e áreas invadidas, sua mais cruel expressão. A taxa de arrendamento corresponde a 0,7% do valor do imóvel, considerado o valor mínimo de R\$ 50, sendo o prazo do contrato de quinze anos, com opção de compra do imóvel ao final deste prazo. O valor do imóvel arrendado é reajustado anualmente mediante aplicação de 80% do índice acumulado aplicado às contas vinculadas do FGTS. A taxa de arrendamento é reajustada anualmente pelo mesmo índice aplicado às contas vinculadas do FGTS.

Em razão da Resolução nº 400, de 24 de junho de 2002, do Conselho Curador do FGTS, o Programa, que inicialmente previa dezembro de 2002 como prazo final para conclusão de suas aplicações, continuará operando até o final do exercício 2003, o que demandará, em função do novo horizonte temporal, uma revisão do prazo para alcance de suas metas físicas e financeiras e, por consequência, do prazo para alcance do resultado final projetado para o seu indicador. Há que se considerar ainda, também em razão da citada Resolução nº 400/2002, que a dilatação do prazo de aplicação dos recursos emprestados pelo FGTS ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, ficou

Gerente:

Nelson Teixeira da Silva

condicionada a aplicação de R\$ 450 milhões para o atendimento à população com renda familiar mensal inferior a R\$ 800,00, hoje equivalente a quatro salários-mínimos, estrato populacional inferior aos seis salários-mínimos constantes como teto inicial do Programa.

O indicador merece uma revisão objetivando "refinar" o conceito de déficit habitacional a ser trabalhado mediante a implementação do Programa, uma vez que o mesmo está proposto em sentido amplo. O conceito de déficit habitacional envolve uma série de carências com relação à moradia, como, por exemplo, ausência de infra-estrutura, depreciação do imóvel, coabitação familiar e comprometimento excessivo de renda familiar com o pagamento de aluguel. Nesse sentido, consideradas as diversas necessidades habitacionais que compõem o conceito de déficit habitacional como um todo, seria interessante que o déficit a ser apurado viesse a particularizar, de acordo com as características de atuação do Programa, uma necessidade mais específica. Um Programa como o **Minha Casa**, que objetiva oferecer arrendamento residencial com opção futura de compra, estaria auxiliando, em particular, a minimizar o ônus excessivo com aluguel.

Faz-se necessária a atualização da estratégia de implementação do Programa, de forma a melhor evidenciá-la: "O Programa **Minha Casa** é operado de forma totalmente descentralizada, por intermédio da Caixa Econômica Federal, que adota os seguintes procedimentos: a) a Caixa seleciona as áreas de implantação de projetos e o público-alvo a serem beneficiadas pelo Programa, em parceria com os governos estaduais e municipais; b) a Caixa publica Edital no Diário Oficial da União dando ciência das áreas selecionadas ao segmento da construção civil e/ou empresas/entidades promotoras. A utilização de áreas não indicadas no Edital é previamente submetida à concordância do estado e do respectivo município; c) as empresas/entidades interessadas em participar do Programa apresentam projetos de construção, recuperação ou adaptação de unidades habitacionais para fins de arrendamento aos Escritórios de Negócios da Caixa; d) os projetos e as respectivas empresas/entidades promotoras e/ou construtoras são submetidos, pela Caixa, à avaliação de risco da operação; e) os projetos são recebidos pela Caixa enquanto houver disponibilidade de recursos para execução do Programa; f) a Caixa adquire as unidades habitacionais, com os recursos do FAR que se encontram sob sua exclusiva administração; e g) a Caixa arrenda as unidades habitacionais, considerando a capacidade de pagamento dos proponentes, podendo contar com o auxílio de empresas especializadas na administração e locação de imóveis residenciais".

A fonte de recursos do Programa **Minha Casa** é o FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, cujos recursos já se encontram totalmente disponíveis para aplicação, sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Por esse motivo, o Programa não sofre os problemas de execução financeira comumente observados nos programas lastreados com recursos orçamentários. O Programa é operado de forma absolutamente descentralizada, por intermédio da Caixa, e a gerência do Programa, que está a cargo da SEDU, conta, exclusivamente, com a figura do próprio gerente.

Implementação

As metas físicas do Programa foram originalmente estabelecidas estimando-se em R\$ 15 mil o valor médio de aquisição das unidades residenciais para fins de arrendamento. Entretanto, a realidade das contratações vem demonstrando que o valor médio de aquisição situa-se em torno de R\$ 22 mil. Por esse motivo, das 38.730 unidades estimadas para o exercício 2002, foram produzidas apenas 30.251 unidades, isto é, 78,11% do total previsto. O elevado custo de terreno e infra-estrutura observado nos grandes centros urbanos, para os quais o Programa é dirigido, associado às exigências técnicas para o padrão construtivo das

unidades, formuladas pela Caixa, elevam o custo final de produção, comprometendo o alcance das metas físicas inicialmente estabelecidas, e dificultam o atendimento ao público-alvo do Programa.

Em razão de flexibilizações normativas introduzidas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, o Programa passou a atuar de maneira mais expressiva nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam profundas carências habitacionais e elevados custos de terreno. Além disso, o Programa passou a integrar-se a programas de revitalização urbana e recuperação de sítios históricos, bem como estendeu sua atuação para municípios cuja população urbana conte com mais de cem mil habitantes, ampliando, assim, os benefícios do Programa de 192 para 304 municípios brasileiros.

A execução do Programa não tem se limitado à realização das obras, contemplando ainda a implementação de trabalho social junto à população beneficiária, objetivando a conscientização de seus direitos e deveres como arrendatários, vida comunitária, organização de condomínio, geração de emprego e renda, etc.

No tocante às parcerias, a implementação do Programa prevê a participação do poder público local, particularmente na seleção de áreas de implantação dos projetos e na escolha do público-alvo. Prevê, ainda, que as Prefeituras Municipais e Governos Estaduais promovam ações em prol do desenvolvimento de fatores facilitadores à implantação dos projetos, tais como redução ou isenção fiscal, implantação de infra-estrutura básica e simplificação de critérios visando conferir maior celeridade à aprovação de projetos junto aos órgãos competentes. Entretanto, a participação do poder público local não ocorreu dentro do nível desejável. Em parte, a baixa participação deveu-se às restrições econômico-financeiras impostas pelo ajuste fiscal. De outro lado, o fato de que os projetos são promovidos, aprovados e desenvolvidos a partir de chamamento dirigido às empresas do setor da construção civil, dentro de exigências e especificações que nem sempre se encontram ao alcance dos governos estaduais e municipais e das famílias por eles indicadas.

Assim, a Caixa, na qualidade de agente executor do Programa e de gestora dos recursos, poderia rever sua estratégia de operação do Programa, pois, diante do expressivo poder de compra que possui, poderia atuar como órgão promotor dos projetos, definindo-os em parceria com o poder público local, passando a oferecer a possibilidade de produção, e não de concepção, às empresas do setor da construção civil. Atualmente, a Caixa limita sua atuação operando apenas como entidade financiadora de projetos estruturados pelo setor da construção civil que, em muitos casos, não se enquadram nas políticas locais e federais voltadas à produção de habitação de interesse social. Em resumo, o Programa **Minha Casa** atualmente é operado a partir de demanda espontânea identificada pelas empresas do segmento da construção civil, sendo recomendável que, futuramente, o mesmo passe a perseguir o déficit habitacional, de forma integrada às políticas públicas de atendimento à população de baixa renda, com base em metas previamente estabelecidas.

Seria necessário ampliarmos os mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa, hoje reduzido ao mero controle da execução físico-financeira. Tal fato configura-se como relação direta da ausência de recursos humanos e respectiva infra-estrutura de informatização.

Também se faz necessária a realização de uma pesquisa sobre satisfação, junto às famílias beneficiárias do Programa, que possa avaliar, entre outros aspectos, se, de fato, o arrendamento atende às necessidades habitacionais ou se está sendo utilizado meramente como mais uma forma de aquisição de moradia. Cabe ressaltar que a Caixa, em cumprimento às atribuições que lhe foram legalmente conferidas, deverá conferir maior publicidade aos atos normativos que regem o *modus operandi* do Programa.

Morar Melhor

Resultados

No período de 2000 a 2002 foram contratadas 5.521 operações em 3.928 municípios, envolvendo recursos da União da ordem de R\$ 917 milhões. É uma média de 1.840 operações por ano e valor médio de R\$ 166 mil por intervenção. Dessas, já se encontram concluídas 1.841. São 1.217 obras na área de habitação, beneficiando cerca de 209,6 mil famílias com a construção e recuperação de moradias, com recursos da ordem de R\$ 156,5 milhões. Na área de saneamento, foram concluídas 624 obras, beneficiando cerca de 2.021,5 mil famílias com a implantação, ampliação ou recuperação de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário ou, ainda, com ações voltadas à coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 100,3 milhões. As demais obras contratadas encontram-se em fase de execução. Vale observar que, considerando-se a previsão inicial de atendimento de 1,8 milhão de famílias até 2003, o Programa já atingiu 100% da sua meta, embora, potencialmente, ainda possa realizar muito mais.

Contudo, face à edição do Decreto nº 4.526, de 18/12/02, foram cancelados os saldos de empenho de 573 contratos, inscritos em restos a pagar de 2001, no valor de R\$ 71,5 milhões. Grande parte destes já estava com obras iniciadas ou até mesmo concluídas. Está em estudo a possibilidade de emissão de novo empenho à conta do OGU 2003 para regularização dos contratos em andamento.

No exercício de 2003, a expectativa é resolver as pendências relativas aos empenhos cancelados dos contratos assinados no exercício de 2001, que estejam com obras em andamento ou concluídas. Espera-se, ainda, que sejam concedidos limites financeiros em montante suficiente para liquidação dos restos a pagar de 2002, de forma compatível e tempestiva com o ritmo de execução dos empreendimentos, procurando, com isso, não gerar, para 2004, a mesma pendência ocorrida nesse exercício. Caso seja possível empenhar a totalidade dos recursos consignados no OGU 2003, R\$ 296 milhões, estima-se que seriam atendidas 134 mil famílias.

Concepção

A partir de 2002, o **Morar Melhor** teve sua concepção alterada com a transferência das ações de saneamento e resíduos sólidos para programas específicos (Saneamento é Vida e Gestão de Resíduos Sólidos). Como consequência, o **Morar Melhor** ganhou maior focalização, sendo composto por ações relacionadas ao provimento de soluções habitacionais, entendidas no sentido da melhoria do *habitat* urbano. Ainda com o objetivo de ampliar as alternativas fornecidas pela SEDU/PR para a promoção da melhoria das condições habitabilidade, foi criada a ação de produção de lotes urbanizados. A proposta de criação de uma nova ação de provisão de cestas básicas de material de construção para a população de baixa renda foi adiada devido à falta de recursos.

Tal reformulação exigiu a proposição de novos indicadores, menos específicos da área de saneamento básico e com caráter menos abrangente, de modo que suas variações reflitam mais propriamente a atuação do Programa. Tais indicadores ainda não foram apurados. No momento, a dificuldade está na sistematização da apuração de indicadores mais específicos.

Gerente:

Mirna Quinderé Belmiro Chaves

Implementação

Decisivamente, a estratégia que mais contribuiu para a obtenção dos principais resultados do Programa foi o processo descentralizado de contratação das obras por intermédio da parceria com a Caixa Econômica Federal, que atua como mandatária da União. Governadores e prefeitos dirigem-se diretamente às agências locais da Caixa para apresentarem seus projetos, receber informações, assinar contratos de repasse aprovados e autorizados pela SEDU/PR e receber os recursos mediante a comprovação de execução das etapas do objeto pactuado. Os benefícios são imediatos, tanto na agilidade do processo quanto na segurança do acompanhamento da execução das obras contratadas *in loco* e da liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados, garantindo que os recursos investidos alcancem os seus verdadeiros objetivos.

Embora a parceria com a Caixa possibilite o controle e acompanhamento da execução das obras contratadas no âmbito do Programa, a SEDU/PR ressentisse de um sistema de informações mais consistente, especialmente no que se refere ao detalhamento das características físicas, do modelo de implementação adotado pelo executor, do nível de satisfação dos beneficiários, etc. Conquanto seja revestido de inegáveis vantagens, este modelo fragiliza o acompanhamento realizado pela SEDU/PR, uma vez que a distancia das experiências locais e a torna dependente das informações - e a qualidade destas - disponibilizadas pela Caixa, além de trazer nebulosidade à questão da responsabilização quando dos apontamentos das auditorias internas e externas. A identificação de problemas ocorre por intermédio da avaliação desses dados, por relatos da própria Caixa, dos executores e de parlamentares. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República - Ciset também tem auxiliado muito nessa tarefa. O ideal seria promover também visitas técnicas nos locais das obras, o que não tem ocorrido por restrições de recursos para custeio dos deslocamentos, bem como pela pequena equipe da gerência do Programa.

No tocante à busca de maior participação e transparência na execução do Programa, o Manual de Instruções do Morar Melhor estabelece que os agentes executores deverão estimular a participação das famílias em todas as etapas do projeto, na gestão dos recursos financeiros da União destinados ao Programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos. Estabelece, ainda, como obrigatório em todos os projetos, o desenvolvimento de trabalho social, que deverá prever o apoio à mobilização e organização comunitária; a capacitação profissional ou geração de trabalho e renda; a educação sanitária; e o acompanhamento e avaliação dos resultados da intervenção, por parte dos agentes executores, após conclusão das obras e serviços.

Como o Programa destina-se à melhoria das condições de habitabilidade de famílias em estado de exclusão social, qualquer intervenção que venha a complementar as ações dessas comunidades é desejável e bem-vinda. Entretanto, parcerias mais efetivas com os programas geridos pela própria SEDU/PR, como o Infra-Estrutura Urbana, Saneamento é Vida e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, não ocorrem com frequência em virtude da própria natureza dos recursos, que são preponderantemente provenientes de emendas parlamentares de pequenos valores e já destinadas a determinados municípios e até mesmo bairros, impedindo a composição dos investimentos num projeto mais estruturante no plano local. A falta de liberdade existente no orçamento aprovado também inibe a busca de parcerias com programas geridos por outros órgãos. Outra parceria fundamental seria complementar a ação Produção de Lotes Urbanizados com a construção de unidades habitacionais por intermédio da aquisição de cesta básica de materiais de construção, que é viabilizada pela

concessão de financiamentos às famílias beneficiárias por intermédio da ação existente no Programa Carta de Crédito, mas que ainda não possuem atuação integrada.

A única fonte de recursos do **Morar Melhor** é o Orçamento Geral da União, que não aporta valores orçamentários suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda, constituída pela população com renda familiar de até três salários-mínimos que vivem em condições subnormais, extrato onde se concentra o déficit habitacional. Nesse contexto, há que se considerar a necessidade de buscar alternativas de financiamento que assegurem a efetiva implementação do Programa com intervenções que tenham real impacto na melhora das condições de habitabilidade das localidades atendidas.

Na consignação de recursos ao Programa, é importante a parceria com o Congresso Nacional, entretanto, por força das emendas apresentadas, o planejamento das ações fica condicionado às alterações na proposta de regionalização e distribuição dos recursos que enviesam os critérios originalmente utilizados pelo Executivo, que buscam a reversão das desigualdades regionais no acesso à moradia adequada.

Na fase de tramitação no Congresso Nacional, o Programa recebe recursos adicionais por força das emendas parlamentares, muitas vezes quadruplicando o valor inicialmente proposto. Na fase de execução, os valores aprovados em Lei são mais uma vez modificados em virtude da edição de decretos de limite para movimentação e empenho. A proposta da SEDU/PR para o orçamento do **Morar Melhor** no exercício de 2002 foi de R\$ 57 milhões. Por força das emendas parlamentares, a Lei Orçamentária foi aprovada em R\$ 225 milhões, tendo sido liberado para movimentação e empenho, até o momento, o limite de 47% desse valor (R\$ 106,6 milhões).

Dentre as principais dificuldades encontradas no período 2000/2002, encontram-se as questões relativas aos contingenciamentos orçamentários e financeiros. A ampliação de limites orçamentários ao final dos exercícios ou às vésperas de prazos restritivos, como o estabelecido pela Lei Eleitoral, gera uma sobrecarga de contratações num único mês. Tal fato, em combinação com a falta de recursos financeiros em volume e tempestividade compatíveis com os cronogramas dos planos de trabalho, produz dificuldades no cumprimento das metas e prazos, gerando obrigações em exercícios futuros, trazendo prejuízos à execução do Programa, além de determinar o descompasso entre o exercício orçamentário (realização dos empenhos), a execução financeira (liquidação e pagamento dos valores empenhados) e a efetiva realização dos benefícios.

Um dos fatores que mais afetam a estratégia de implementação do Programa reside na inadequação da legislação orçamentária, que não contempla as especificidades das intervenções realizadas no seu âmbito. Em geral, necessita-se de um prazo médio de três meses para a licitação e, não raro, de um período de obras que extrapola doze meses. Anualmente, o Programa utiliza a totalidade dos recursos descontingenciados para formalização de novas contratações, enquanto os limites financeiros são utilizados para pagamento das obras/serviços contratados em exercícios anteriores. Por esses motivos, na execução financeira dos contratos tem-se utilizado a figura de restos a pagar, quando, na realidade, o que ocorre é o comprometimento de recursos de exercícios futuros. Assim, ainda que o SigPlan anualmente registre o cumprimento de metas financeiras previstas com a liquidação de empenhos, trata-se, na grande maioria, de contratações cuja execução física só será realizada durante os exercícios seguintes. Como o SigPlan não registra o acompanhamento dos restos a pagar,

a execução do Programa aparece destorcida, com um nível de realização bem menor do que o ocorrido na prática.

O Programa teve sua operacionalização muito afetada pelo calendário político do País, pois, embora no exercício de 2002 as autorizações para contratação tenham ocorrido no primeiro semestre do ano, as restrições da Lei Eleitoral dificultaram ou mesmo impediram que os governos estaduais e municipais dessem início à execução dos empreendimentos. Por outro lado, os contratos assinados no exercício de 2001 passaram o ano de 2002 tendo sua validade constantemente prorrogada, o que afetou a credibilidade do Programa, uma vez que não existiam garantias para o executor. Nesse contexto, quase 2.000 contratos de 2001 foram cancelados, enquanto somente 11% das obras contratadas em 2002 tiveram início.

Para o orçamento de 2003, a proposta da SEDU/PR foi de R\$ 22 milhões, 40% inferior à proposta inicial de 2002. Essa redução de valores para 2003 trouxe como consequência a alteração na distribuição espacial dos recursos. Até 2002, era utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH para distribuição dos valores por todas as unidades da Federação, mas para evitar a excessiva pulverização de recursos em projetos demasiadamente pequenos, na proposta de 2003 a distribuição somente se deu ao nível das cinco unidades regionais.

Também pode ser apontada como uma restrição constante a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos municípios e estados brasileiros, que torna a montagem dos projetos, a efetivação do processo licitatório, a obtenção do licenciamento ambiental, a regularização fundiária e o atendimento das demais exigências normativas verdadeiros impeditivos para o início de execução das obras, reforçando ainda mais que o orçamento alocado em um exercício não seja financeiramente executado dentro do próprio exercício. Para lidar com a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos municípios e estados brasileiros para equacionar as suas questões habitacionais, faz-se necessária a implementação de ação específica de apoio ao desenvolvimento institucional dos executores. Está em fase de análise a parceria com ações de outros programas da SEDU/PR com o mesmo escopo de atuação ou, possivelmente, a criação de uma nova ação voltada ao desenvolvimento institucional de municípios, de forma a auxiliá-los na superação de suas deficiências técnicas e institucionais.

Considere-se também que as questões relativas à inadimplência dos estados, Distrito Federal e municípios, assim como o atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, têm se mostrado um dos principais entraves à contratação e agilidade na execução dos empreendimentos.

Um entrave à execução não sanado ao longo de quatro anos da existência da extinta SEDU/PR foi a ausência de uma estrutura regimental formal. Os cargos existentes foram adaptados informalmente para conviver com a administração por programas sem, contudo, resolver as dificuldades relativas ao quantitativo de pessoal, o que prejudicou o desempenho do papel de gerente que, além do mais, não possui total governabilidade sobre muitos dos fatores que interferem na execução dos programas.

Há necessidade de revisão das metas físicas previstas para o Programa, pois as mesmas ainda consideram as ações de saneamento básico (água e esgoto) e resíduos sólidos, hoje transferidas para os programas Saneamento e Vida e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Nosso Bairro

Resultados

Durante o período de janeiro 2000 a dezembro de 2002 foram realizadas contratações que irão beneficiar 98.869 famílias com infra-estrutura urbana, habitação e saneamento.

Na ação de apoio à modernização institucional dos municípios para atuação na melhoria das condições do setor habitacional para famílias de baixa renda, foram firmados cinquenta contratos de repasse em 49 municípios em 2002, totalizando um investimento de R\$ 10 milhões e ainda foram aprovados 41 Planos Estratégicos Municipais para Assentamentos Subnormais - Pemas. Desde 2000 estão em vigor 163 contratos de repasse com os municípios, no montante de R\$ 35,5 milhões com recursos da União/BID, tendo sido aprovados 98 Planos Estratégicos Municipais para Assentamento Subnormais - Pemas.

Na ação Melhoria das condições habitacionais, de infra-estrutura e de saneamento básico (Habitar-Brasil/BID - Urbanização de Assentamentos Subnormais - UAS) em 2002 foram firmados 41 contratos de repasse em 41 municípios, para serem executados de forma plurianual, correspondendo a um investimento da ordem de R\$ 241,9 milhões, sendo R\$ 194,2 milhões de repasse da União/BID, e o restante de contrapartida dos tomadores (estados, municípios e DF). As obras, quando concluídas, irão beneficiar cerca de 23 mil famílias, gerando aproximadamente 23 mil empregos. Entre os anos de 2000 e 2002 foram contratadas 68 operações para execução de projetos integrados de urbanização de favelas, das quais 29 estão com obras já iniciadas e quarenta já concluíram ou iniciaram os processos licitatórios. Estes contratos beneficiarão 53.676 famílias, com R\$ 477,6 milhões em investimento, sendo R\$ 373,6 milhões de repasse da União/BID e o restante de contrapartida dos estados e municípios.

A ação de Financiamento a estados e municípios para implantação de melhorias habitacionais (Pró-Moradia) teve suas contratações paralisadas devido às restrições de crédito ao setor público. Entretanto, em 2002 foram reabertas as contratações, tendo sido contratadas dezoito operações no Estado da Bahia, com investimento de R\$ 62 milhões, onde serão beneficiadas cerca de nove mil famílias. No período de 2000 a 2002 foram contratadas 28 operações de crédito no montante de R\$ 130,3 milhões de investimento, sendo R\$ 110,5 com recursos do FGTS e o restante de contrapartida dos estados e municípios. Tais obras, quando concluídas, beneficiarão 45.197 famílias.

Cabe salientar que os índices previstos somente não serão superados caso continue o forte contingenciamento de recursos do OGU e as restrições de crédito ao setor público, os quais, até aqui, têm dificultado o atendimento à demanda existente.

Como este Programa foi considerado prioritário pelo Ministério das Cidades, em reunião interministerial com a área econômica e a Casa Civil, ficaram assegurados, no mínimo, a disponibilização dos R\$ 120 milhões aprovados na LOA para 2003. Estima-se atingir em 2003 um total de 105 operações contratadas. Na ação com recursos do FGTS, foram iniciadas as negociações no sentido de se rever a política de restrição de crédito ao setor público, oferecendo alternativas que permitam reabrir as contratações.

Gerente:

Heleno Franco Mesquita

Concepção

Dados oficiais revelam que 138 milhões de brasileiros vivem em cidades, sendo que 35 milhões de pessoas moram em áreas subnormais, com ausência de serviços básicos necessários como água ou esgoto ou energia elétrica ou residindo em moradias inadequadas (barracos e palafitas, localizados em áreas de risco, como beira de rios, morros, etc). Na década de 1980, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou em 118%. A essas áreas subnormais são agregados, anualmente, em torno de 340 mil domicílios subnormais, número que corresponde a mais de três vezes o total de domicílios urbanos de uma cidade do porte de Florianópolis-SC. As conseqüências desse quadro são a ocorrência diária de perdas de vidas humanas e de bens materiais das famílias, que se perdem nas enchentes e nos deslizamentos de morros, e de hospitais abarrotados de pessoas com doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem.

Para enfrentar este cenário, o Governo Federal criou os programas Pró-Moradia, com recursos do FGTS e Habitar-Brasil/BID, com recursos da União/BID, que atendem a estados e municípios com o objetivo de capacitar os administradores locais a resolverem os problemas habitacionais da população com renda até três salários-mínimos e assegurar recursos financeiros para implementar projetos integrados que atendam todas as necessidades básicas dessas famílias, transformando as áreas de favelas em bairros residenciais normais. Posteriormente, esses programas foram transformados em ações do Programa **Nosso Bairro**, que integram o PPA 2000-2003.

Destaca-se como inovação do Programa a criação de uma ação de desenvolvimento institucional de municípios, que objetiva assegurar o apoio técnico e financeiro para aperfeiçoar, modernizar e capacitar as prefeituras municipais visando melhorar sua atuação na solução dos problemas habitacionais das famílias de baixa renda. Por intermédio desta ação, capacitam-se os entes municipais para lidar com processos habitacionais complexos, como por exemplo, os procedimentos técnicos e de aprovação dos loteamentos, que devem ser abordados segundo diversos aspectos (sociais, legais e econômicos) e envolvem várias instâncias decisórias, assim como os processos de individualização e legalização da propriedade imobiliária, que também são complicados e de elevado custo.

Outra inovação importante visa a melhoria das condições de habitabilidade das famílias que vivem em assentamentos subnormais, por intermédio de projetos integrados de infra-estrutura, saneamento básico, habitação e recuperação ambiental.

Cabe assinalar que poucos programas do Governo Federal trazem, na sua concepção, um destaque para o componente social como este. Exige-se a participação ativa da comunidade local, desde o planejamento da proposta de intervenção até a conclusão da execução física das obras. O projeto executivo integrado só é aprovado com adesão expressa de, no mínimo, 80% das famílias a serem beneficiadas. O agente executor deve apresentar projetos de apoio e orientação à comunidade, de educação fundamental, de capacitação profissional, de geração de trabalho e renda, de educação sanitária e ambiental, a serem implementadas durante a execução do projeto e pelo prazo de um ano após a conclusão das obras. Além disso, há o acompanhamento social dessas famílias expresso em relatórios trimestrais.

No tocante ao aperfeiçoamento na concepção do Programa, cabe ressaltar que dos cico indicadores previstos no início do PPA, três contemplam ações que foram remanejadas para outro Programa. Assim, é importante que seja

reformulada a cesta de indicadores, uma vez que a variação dos índices da "taxa de abastecimento de água de famílias com renda de até três salários-mínimos", da "taxa de esgotamento sanitário para famílias com renda de até três salários-mínimos" e da "taxa de disposição final diferenciada de resíduos sólidos de famílias com renda de até três salários-mínimos" referem-se a tais ações. Quanto aos indicadores "taxa de crescimento do atendimento de família por real investido" e "número-índice de famílias atendidas", somente poderão ser mensurados quando as famílias das operações contratadas forem efetivamente atendidas, o que ocorrerá com a conclusão das obras. Cerca de doze obras estão previstas para conclusão em 2003, momento a partir do qual será possível avaliar os resultados com maior profundidade. Algumas dessas obras estão previstas para terminar em 2002, a partir daí os resultados estarão sendo avaliados. Há necessidade de adequação dos indicadores, uma vez que os vigentes não retratam o avanço na qualidade de vida das famílias atendidas pelas obras e serviços.

A ação de financiamento a estados e municípios para implantação de melhorias habitacionais (Pró-Moradia), teve suas contratações paralisadas devido às restrições de crédito ao setor público. A partir da publicação da Resolução 2.668/99, de 25/11/99, as medidas restritivas que antes residiam na capacidade de endividamento do município/estado, passaram a ter outro enfoque, sendo limitada à carteira de empréstimo do agente financeiro no patamar de 45% do seu Patrimônio Líquido Ajustado. Assim, mesmo aquelas administrações estaduais ou municipais que tivessem recuperado a capacidade de endividamento do seu estado/município, não puderam contratar novas operações, porque a Caixa, como único interessado em ser Agente Financeiro do FGTS, já havia ultrapassado esse limite. Como a restrição estava na figura do Agente Financeiro, o Município de Fortaleza/CE, no exercício de 2000, celebrou dez contratos de empréstimo através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que participou na qualidade de Agente Financeiro do FGTS, apenas nesse caso.

Implementação

Apesar das contratações ocorridas em 2000, o Conselho Monetário Nacional - CMN continua limitando o montante das operações de crédito de cada instituição financeira e reduzindo ainda mais o valor global das operações de crédito para o setor público (Resoluções 2.827 e 2.954, respectivamente de 30/03/2002 e 25/04/2002). A Caixa analisou a capacidade de pagamento de vários tomadores em 2002, mas mesmo estas sendo satisfatórias, a secretaria não pôde contratar todas as propostas encaminhadas pelo agente financeiro, por não atenderem às exigências do CMN, sendo efetivados apenas dezoito contratos. Se considerado o montante de investimento no Pró-Moradia desde 1995, soma-se recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão, para atendimento de 345.890 famílias. Entretanto, se considerado o período do início do PPA vigente, a ação investiu cerca de R\$ 130 milhões para atendimento a 81.625 famílias.

Verifica-se a necessidade de reformulação da legislação de forma a atualizar itens de investimento, adequar a documentação exigida e complementar as modalidades operacionais, assim como retomar o processo de descentralização do enquadramento, hierarquização e seleção de propostas, reativando o convênio com as instâncias colegiadas estaduais. Outro ponto a aperfeiçoar remete ao estímulo à participação de novos agentes financeiros, uma vez que apenas a Caixa Econômica Federal apresenta interesse em atuar no Programa.

Nas ações em que os recursos são provenientes da União/BID, a execução inicial do Programa teve um ritmo lento devido a diversos fatores: eleição municipal de 2000; ações inovadoras sem experiência anterior dos participantes;

despreparo das equipes municipais e estaduais no setor habitacional e morosidade na obtenção de licenciamento ambiental. A demora na implementação do Sistema de informática contábil-financeiro exigido pelo BID também motivou a não liberação de recursos desse organismo até agosto de 2002, atrasando os projetos.

O Programa também sofreu as consequências do forte contingenciamento orçamentário e insuficiente disponibilização financeira mensal de recursos. A Lei Orçamentária para 2002 aprovou uma dotação para o Habitar-Brasil/BID da ordem de R\$ 128 milhões, entretanto, foram descontingenciados apenas R\$ 38 milhões. Como alternativa para essa insuficiência, adotou-se a sistemática de contratação plurianual, tendo como lastro o PPA 2000-2003. Os recursos foram insuficientes para o cumprimento dos compromissos já assumidos no contrato de empréstimo. A descontinuidade mensal dos recursos financeiros prejudicou a execução do Programa, impactando diretamente as obras e serviços das operações contratadas. Além disso, no final do exercício foram cancelados R\$ 90 milhões do orçamento aprovado pela LOA 2002.

Para se ter uma idéia do problema, foram firmados contratos de repasse para execução de projetos integrados de urbanização de favelas, cujas obras estão iniciadas, sendo algumas em fase de conclusão, havendo ainda outros projetos que já estão aprovados ou em análise final na Caixa Econômica Federal. O quadro é grave pelo fato de que a população local a ser beneficiada pelas obras - residente nas piores áreas das cidades e inserida no grupo social dos excluídos - começa a demonstrar descontentamento e frustração diante das paralisações, face à grande expectativa gerada pelo projeto, o que poderá vir a causar sérios distúrbios nas áreas das intervenções, caso não se possa apresentar solução de curtíssimo prazo que garanta a continuidade e conclusão dos projetos. Cabe também lembrar que os municípios investiram, antecipadamente, recursos próprios significativos exigidos pelo Programa, com elaboração de projetos executivos integrados e manutenção de equipes diretamente nas favelas para orientação, organização, cadastramento e discussão em assembléias com as famílias para definição da concepção dos projetos. Ainda é de se salientar que o Governo Federal está pagando elevados recursos a título de Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, os quais seriam reduzidos pela aceleração dos investimentos. Pelo exposto, é necessário viabilizar o descontingenciamento dos recursos orçamentários de forma a permitir o cumprimento dos contratos celebrados com os municípios, atender ao que foi ajustado com o BID e corresponder às expectativas das famílias carentes, público-alvo do Programa.

Outro problema reside em que a quantidade de operações já contratadas, acrescidas dos projetos aprovados e os em análise na Caixa, somam um montante de aproximadamente R\$ 550 milhões, enquanto o PPA totaliza R\$ 420 milhões, considerando o PL 061 aprovado na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Assim, ainda em 2003 as ações do Programa relativas ao empréstimo externo deverão superar, em termos de contratações, os limites de recursos previstos no PPA 2000-2003. Como solução para esse problema, está sendo preparada uma solicitação de ampliação dos recursos previstos no PPA 2000-2003, de forma a viabilizar novas contratações.

Se levarmos em conta apenas as obras totalmente concluídas, pode-se considerar que o cumprimento das metas físicas ficou abaixo do previsto, tendo em vista que a insuficiência financeira inviabilizou a agilidade das obras e serviços. Entretanto, se considerarmos as operações contratadas, a quantidade de famílias a serem beneficiadas já ultrapassou as metas previstas no PPA para o ano de 2002.

Dentre os aperfeiçoamentos que se fazem necessários, cabe garantir maior flexibilidade ao Programa para substituição dos projetos dos estados, municípios ou do Distrito Federal, que não cumprem as metas estabelecidas, independentemente do aspecto político, de forma a dar celeridade à execução nos prazos definidos no contrato de empréstimo. Outro ponto importante reside na busca de maior articulação com o Ministério do Meio Ambiente, no intuito de garantir maior celeridade no licenciamento ambiental, que vem atrasando o início das obras do Programa. Por outro lado, verifica-se que o processo de capacitação das equipes municipais para atuar nos aspectos urbanos e habitacionais das cidades deveria ser contínuo, face as constantes mudanças de pessoas motivadas por questões político-eleitorais naquelas instâncias, o que compromete a continuidade dos projetos. No tocante aos problemas de licitação, a minuta de edital padrão do Programa foi revista recentemente junto ao BID, o que deverá dar maior agilidade nos processos licitatórios.

Finalmente, a Secretaria está investindo na supervisão do Programa, atuando junto à Caixa Econômica Federal para implementação de um Sistema de Informações Gerenciais *on-line*, que permita acompanhar todas as atividades operacionais, desde o trâmite de documentação até a evolução físico-financeira dos contratos.

Para que o Programa possa ter, a partir de 2003, um ritmo de execução constante e cumprir os compromissos assumidos com os municípios e com as famílias a serem beneficiadas, faz-se necessário que o Governo Federal garanta recursos orçamentários e financeiros previstos no contrato de empréstimo União/BID, de forma a evitar as ocorrências de retardamento no início das obras, desaceleração das já iniciadas e paralisações, o que já vem ocorrendo.

Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-Habitat

Resultados

Os indicadores previstos para o Programa têm tido variação compatível com os recursos humanos e financeiros disponíveis. O PBQP-H já logrou atingir os objetivos previstos para 2003 em dois dos indicadores, tendo um deles inclusive superado a programação em 50%. Outros dois têm grandes condições de atingirem a previsão, enquanto os indicadores de Adesão de Governos Estaduais e o indicador referente à conformidade de materiais têm menores chances. No período 2000-2002 observou-se a seguinte variação:

- Sensibilização Estadual: de 66,6% para 74%;
- Adesão do Setor Público: de 33% para 59%;
- Adesão do Setor Privado: de 11% para 74%;
- Adesão de Agentes de Fomento: de 75% para 100%;
- Qualificação de Construtoras: de 0% para 150%; e
- Conformidade de Materiais: de 22% para 50%.

Foram criados 26 programas de qualidade para materiais de construção, respondendo por mais de 80% da produção nacional dos principais materiais de construção do Brasil. Estes programas foram responsáveis por mais de 96% das normas técnicas brasileiras elaboradas entre 1997 e 2002 nas áreas de habitação e saneamento (só para habitação foram elaboradas ou revistas pelo Programa 110 normas, de um total de 116). Estão disponíveis para o cidadão produtos de melhor qualidade (como bacias sanitárias economizadoras de água), criados/aperfeiçoados em virtude do Programa, e responsáveis por investimentos industriais superiores a US\$ 20 milhões no período. Foi criado também um processo sistemático de acompanhamento dos fabricantes, que disponibiliza, via internet, relatórios trimestrais de avaliação de conformidade, relacionando nominalmente (empresa e marca) quais fabricantes respeitam ou não as normas da ABNT. Estes relatórios têm servido de base para ações inéditas na Justiça, como decisões multando fabricantes em não-conformidade (prática abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor) e impugnando participantes de licitações públicas (a Lei 8.666 exige o cumprimento das normas). Tais ações não eram materialmente possíveis antes do PBQP-H, pois não havia no País este tipo de acompanhamento.

O projeto de melhoria da qualidade de empresas construtoras teve ampla aceitação, servindo como referência nacional e para o Mercosul nesta área. Diversas entidades têm aderido espontaneamente à proposta, ampliando o público-alvo original e revelando sua consistência e pertinência. O projeto de melhoria da qualidade de materiais (Meta Mobilizadora Nacional da Habitação) já atingiu a grande maioria dos setores que pretendia alcançar, bem como se constituiu em uma das metas de melhores resultados de todo o PBQP.

Gerente:

**Antônio Carlos de Bastos Costa
Campos**

Ressalta-se que antes do PBQP-H, tínhamos menos de duzentas empresas (incluindo todos os setores) qualificadas pela ISO no Brasil; após sua implantação, só na construção civil existem mais de 3.000 (três mil) empresas em qualificação, e que se habilitarão à certificação em um período de tempo inferior a quatro anos.

Em 2002 destacaram-se a Revisão do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras (SiQ-Construtoras) segundo as normas NBR ISO 9000/2000 e a incorporação do uso do poder de compra aos programas setoriais da qualidade de materiais. Outro avanço obtido em 2002 residiu na adesão da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip ao PBQP-H. Esta adesão possibilitou que bancos privados passassem a fazer as mesmas exigências de comprovação da qualidade por parte de fornecedores que vinham sendo feitas pelos financiadores públicos, adotando o modelo proposto pelo PBQP-H e ampliando o universo de atuação do Programa. Já aderiram ao PBQP-H os bancos Bradesco, Itaú e ABN AMRO Real. Os resultados alcançados induziram, inclusive, à criação de linhas de financiamento específicas para a adequação das empresas (Finep, Sebrae, Senai, Caixa), o que se traduzirá em maiores resultados para o Programa.

O PBQP-H conseguiu firmar-se como referência nacional e regional em termos de esforço pela qualidade na área da construção civil, servindo como modelo para outras entidades, como o Fórum da Competitividade, o Fórum Mercosul e Chile da Qualidade na Habitação, o Programa Construbusiness (Fiesp), o Projeto Estratégico do Senai, o Programa de Capacitação de Agentes do Sebrae, o Projeto Habitare/Finep, entre outros. Já foi tema de mais de quinze teses de mestrado/doutorado, bem como de mais de dez livros publicados no Brasil. Tem sido tema das mais diversas publicações técnicas do setor. É citado em mais de 2.200 sites da internet (conforme pesquisa no site de buscas Google - www.google.com).

Também foi elaborado documento inédito sobre a Política Nacional de Transporte Urbano, bem como diagnósticos inéditos sobre a condição das concessões, da gestão e da segurança dos transportes públicos no Brasil.

Os principais resultados esperados para 2003 são:

- Conclusão do processo de sensibilização estadual e ampliação das exigências, pelos estados, da qualificação pelo PBQP-H para participação em licitações. Espera-se a assinatura de mais cinco decretos estaduais adotando o PBQP-H;
- Ampliação da documentação de referência do Sistema de Qualificação de Empresas de Serviços e Obras. Após a publicação de sua revisão de acordo com a NBR ISO 9000/2000, prevê-se para 2003 dois importantes avanços: sua transformação em norma da ABNT e a ampliação de seu escopo, hoje voltado apenas para edificações, para as áreas de infra-estrutura, empresas de projetos e contratantes do setor público;
- Incorporação das áreas de infra-estrutura e saneamento aos Programas Setoriais da Qualidade de Materiais, com a instituição de mais dez PSQs;
- Revisão e/ou criação de mais cinquenta normas ABNT na área de materiais;
- Maior atenção à área social, com o desenvolvimento de projeto de Assistência Técnica ao Autoconstrutor e/ou Mutirante, permitindo que esta faixa da população se beneficie mais intensamente dos resultados do PBQP-H;
- Ampliação da participação do PBQP-H no Mercosul, com a assinatura de acordo de cooperação técnica com o Chile (solicitada por eles e já remetida a ABC-Itamaraty) e a realização do 9º Encontro do Fórum Mercosul + Chile para qualidade da construção habitacional;
- Desenvolvimento do Sistema Nacional de Aprovações Técnicas - Sinat, de forma a permitir uma incorporação mais rápida de tecnologias inovadoras;

- Incorporação ao Programa de mais um laboratório de ensaios de referência, a espelho do acordo firmado com o laboratório de Furnas, em Goiânia;
- Início do projeto-piloto de substituição de bacias sanitárias pelas bacias economizadoras desenvolvidas pelo PSQ específico de louças sanitárias do PBQP-H (previsto para a cidade de Vinhedo-SP).

Concepção

O problema que deu origem ao Programa é a notada ineficiência da indústria da construção civil, que acarreta a elevação de custos das moradias e a redução da qualidade de vida da população urbana. Desperdício, informalidade e falta de eficiência estão entre os maiores problemas do setor, particularmente nas pequenas e médias empresas da indústria da construção, que respondem por 60% do mercado. Para se ter uma idéia, com a perda de material na construção de três prédios seria possível fazer mais um edifício. Outros problemas graves são a baixa qualidade do material, a formação da mão-de-obra e as ineficiências de projeto e gestão. No Brasil leva-se, em média, 24 meses para erguer um prédio residencial, enquanto no Canadá esse tempo é de três meses, sendo que os canadenses usam 15 trabalhadores e o Brasil 150.

Há o entendimento de que a concepção do Programa está adequada aos seus objetivos, considerando que existe, para cada causa identificada do problema, uma estratégia específica de atuação já em curso, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Causa	Ação
Reduzidas ações para fomento da qualidade de iniciativa do setor público local.	Mobilização do poder de compra do setor público para estímulo da qualidade.
Baixa coordenação entre as ações dos agentes federais, em especial do uso de seu poder de compra.	Mobilização do poder de compra do setor público para estímulo da qualidade.
Necessidade de suporte dos Organismos Certificadores Credenciados pelo Inmetro ao modelo proposto pelo Programa para qualificação de construtoras.	Qualificação evolutiva e certificação de empresas segundo os critérios do SiQ Construtoras.
Baixa organização do setor da construção para a adoção de ferramentas para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos como, por exemplo, qualificação de empresas e obtenção de certificação.	Melhoria de qualidade e aumento da produtividade das empresas construtoras. Qualificação evolutiva e certificação de empresas segundo os critérios do SiQ Construtoras.
Necessidade de criação e revisão da normalização técnica para habitação.	Atualização, adequação e ampliação do conjunto de normas técnicas ABNT aplicáveis à construção civil.
Produção de materiais e componentes em não-conformidade com as normas técnicas.	Redução da produção não conforme, via Programas Setoriais de Qualidade.
Baixa difusão das ações realizadas pelo Programa.	Maior acesso do público-alvo aos resultados e características do PBQP-H.

Na estratégia de implementação, sugere-se: "Organizar as áreas de habitação, saneamento, infra-estrutura urbana e transporte urbano em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do *habitat* e a modernização produtiva. O Programa é coordenado de forma descentralizada, contando com a parceria técnica, operacional e financeira das principais entidades dos respectivos setores, na figura de representantes estaduais e por meio do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico do Habitat - CTECH. Conta também com a adesão voluntária dos governos estaduais e das prefeituras das capitais,

utilizando seu poder de compra em suporte às ações do PBQP-H. Por fim, busca-se sempre evitar sobreposições, duplicidades ou apropriações indevidas de responsabilidades em relação a outros programas e órgãos do Governo Federal".

No intuito de evitar a superposição de programas no Governo Federal, o Programa formalizou parceria com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Fórum da Competitividade) e do Trabalho e Emprego (Programa Trabalho Seguro). Entende-se que a concepção do Programa se mostra adequada ao enfrentamento destes problemas, sendo que as maiores dificuldades apresentaram-se na etapa de execução.

.....
O principal aspecto da estratégia de implementação que contribuiu para os bons resultados do Programa foi o respeito, por parte do Governo, à efetiva parceria construída e às características peculiares dos diferentes parceiros. O Comitê do qual participam Governo, setor privado e entidades de apoio técnico mantém a discussão estritamente voltada para questões técnicas e não para a demanda de benefícios legais e/ou fiscais. Isto serviu de base para que o primeiro Fórum de Competitividade (MDIC) criado fosse justamente o da construção civil.

Implementação

Outro aspecto fundamental a destacar foi a incorporação do uso do poder de compra de grandes demandantes de construção aos programas setoriais da qualidade de materiais, com destaque para a Caixa Econômica Federal. A exigência de comprovação da qualidade por parte de fornecedores para acesso a créditos do setor público vem sendo um dos principais instrumentos de que se vale o PBQP-H para garantir o cumprimento dos compromissos de qualificação assumidos.

Muito ajudou também a continuidade administrativa do Programa (mantém a mesma equipe por mais de cinco anos), característica fundamental para despertar a confiança dos demais participantes, que assim percebem que os compromissos assumidos pelo governo são honrados.

Foram liberados para o Programa menos de 5% dos recursos previstos para o período. A disponibilidade financeira da SEDU/PR tem-se caracterizado por sucessivos contingenciamentos e liberações em final de ano, gerando sempre o problema de restos a pagar e impossibilitando qualquer tipo de programação físico-financeira. Apesar da não liberação de recursos orçamentários em 2002, o PBQP-H pôde atingir e superar as metas físicas previstas, em especial pelo uso de recursos existentes em projeto de cooperação com o PNUD e, mais especificamente, pela forte atuação dos parceiros participantes do Programa. As metas físicas foram adaptadas à falta de recursos: como o Programa desenvolve estudos e projetos em parceria, foram priorizados aqueles em que esta é mais forte. O Programa não necessita de novas receitas, mas apenas do cumprimento efetivo da programação orçamentária.

O Programa necessita de mais pessoas trabalhando em caráter permanente no órgão. As alternativas utilizadas (consultores) suprem algumas das necessidades (competência técnica específica), mas não aquelas decorrentes de atribuições exclusivas, como a realização de pesquisas de satisfação, o acompanhamento e coordenação das ações de governo. Outra restrição que se apresenta é a falta de melhores condições materiais.

O escopo do Programa foi mantido, mas há projetos com ritmo lento e outros paralisados, pois se transferiu o máximo possível de atribuições para os parceiros. Há, porém, ações que envolvem interesses difusos, onde o contingenciamento é danoso na medida em que a parceria nem sempre é solução. É o caso das

ações dirigidas à população mais pobre (como os mutirantes, por exemplo), que não têm encontrado alternativas de financiamento de mercado e que nem sempre podem ser desenvolvidas apenas com base nos recursos de parceiros.

As limitações de recursos e de pessoal, em muitos casos impedem que o governo faça sua parte, como parceiro, no mesmo nível e velocidade esperados. Não honrar os compromissos com os parceiros gera descrédito para o Programa, comprometendo a continuidade das parcerias, pois dá a impressão de que os parceiros valorizam mais as ações do que o próprio governo.

A gerência acompanha as ações desenvolvidas por meio de um grupo de representantes estaduais escolhidos pelos participantes. Há também duas coordenações privadas específicas por assunto. Por fim, os resultados obtidos são rotineiramente apresentados nas reuniões do CTECH e disponibilizados no *site* do Programa.

A conjuntura econômica afeta, em certo sentido, positivamente o Programa, pois a falta de recursos e as dificuldades por que passa o setor da construção civil despertam a atenção das empresas para soluções que proporcionem aumento de produtividade.

A divulgação do Programa precisa ser aperfeiçoada, não se limitando apenas à internet, mas tendo também um conjunto de publicações dirigidas ao público em geral. Seria interessante a participação de associações de mutuários e consumidores no CTECH e ações de divulgação específicas, com recursos orçamentários.

A coordenação entende que o Programa apresenta atualmente resultados concretos, podendo, assim, envolver outros beneficiários que não aqueles definidos como público-alvo. Entende-se que um envolvimento maior de representantes dos usuários já se tornou possível.

Saneamento é Vida

Resultados

O Programa foi alterado em 2002, tendo sido incluído novos indicadores de resultado que não estavam no Programa nos anos de 2000 e 2001. Os indicadores atuais são calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e tem reflexo dos investimentos federais, estaduais e municipais.

Apesar de o Programa **Saneamento é Vida** não ter tido nenhum investimento nos anos de 2000 e 2001, os indicadores tiveram evolução em razão dos financiamentos assinados no ano de 1998, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e nos anos de 1998 a 2001, com recursos dos estados, municípios, Distrito Federal e das companhias de saneamento, que tiveram desembolso nos anos de 2000 e 2001, não refletindo no SigPlan, que só aceita incluir os resultados do orçamento do ano em execução e não os dos anos anteriores.

Assim, os indicadores evoluíram da seguinte forma: taxa de abastecimento de água (população urbana): PNAD/IBGE - 1999 - 92,4% / 2001 - 93,9%; taxa de coleta de esgoto (população urbana): PNAD/IBGE - 1999 - rede - 52,5% / 2001 - 54,7% e fossa - 23,1% / 2001 - 23,3%; e, taxa de tratamento de esgoto (população urbana): SNIS - 1999 - 30,0% / 2001 - 34,9%.

Em razão do contingenciamento do setor público, o Programa não conseguiu e não conseguirá alcançar as metas propostas nas ações do PPA até o final de 2003. Nos anos de 2000 e 2001 não foi assinado nenhum empréstimo com recursos do FGTS e, em 2002, apenas no final do ano foram efetivados novos investimentos no setor de saneamento, que chegaram a aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, sendo que deste valor aproximadamente R\$ 350 milhões foram contratados até 31/12/2002. O restante deverá ser contratado até 14/06/2003. Esses financiamentos são para empreendimentos de grande vulto, cuja conclusão dura em média dois anos. Portanto, não gerará benefícios durante a vigência do atual PPA. Entretanto, uma vez concluídos os empreendimentos, serão beneficiadas aproximadamente 1 milhão de famílias.

Ainda em 2002, foi realizada a contratação de aproximadamente R\$ 58 milhões de saldos residuais, com recursos do FGTS, referentes aos saldos financeiros de contratos, cujas obras foram concluídas e que, por decisão do Conselho Curador do FGTS, puderam ser utilizados com outros objetivos. Por se tratar de saldos, alguns dos empreendimentos contratados foram menores e, por conseguinte, terão a conclusão física em menor tempo, podendo, inclusive, gerar algum benefício até o final de 2003. Esses empreendimentos poderão, após sua conclusão, beneficiar aproximadamente 120 mil famílias.

Com recursos do Orçamento Geral da União, contratações no valor de R\$ 85 milhões, dos quais R\$ 5 milhões foram empenhados e liquidados, e R\$ 80 milhões foram inscritos em restos a pagar. Como esses financiamentos são oriundos de emendas parlamentares, cujos valores são pequenos e, conseqüentemente financiam pequenos empreendimentos, esses poderão ser concluídos até o final de 2003, gerando, portanto, benefícios a aproximadamente 150 mil famílias ainda nesse ano.

Cabe destacar que boa parte do montante de investimentos em 2002 só irá gerar algum benefício à população brasileira a partir de 2004 e 2005. É importante relatar que o SigPlan, por não permitir o ingresso dos restos a pagar do Orçamento Geral da União - OGU e os desembolsos realizados nos anos de 2000 a 2002 de obras financiadas

Gerente:

Otávio Jardim

anteriormente ao PPA, dificulta a apresentação completa dos resultados do Programa e da evolução no setor. O desembolso é o verdadeiro investimento, pois somente após a sua efetivação é que as obras acontecem e podem beneficiar a população brasileira.

Portanto, cabe frisar que nos anos de 2000 a 2002 tivemos desembolsos na ordem de quase R\$ 2,4 bilhões que não estão incluídos no SigPlan. É mais um exemplo da variação positiva nos indicadores citados acima. Nesses anos, houve várias obras concluídas que estão beneficiando a população. Vale lembrar que as obras de saneamento duram em média dois anos para sua conclusão, isso se não ocorrer contingenciamento na liberação dos desembolsos.

Em razão do já exposto acima, os três primeiros indicadores têm como proposta alcançar até o final de 2003 os seguintes índices:

- taxa de abastecimento de água (população urbana): passar de 92,4 para 94%;
- taxa de coleta de esgoto (população urbana): passar de 52,4% para 55%;
- taxa de tratamento adequado de esgotos (população urbana): passar de 30% para 40%.

Como já citado anteriormente, os indicadores chegarão perto de uma variação positiva entre 70 e 90%. Entretanto, não em razão dos investimentos incluídos no PPA, que foram contingenciados, e sim por causa dos investimentos contratados em anos anteriores e desembolsados no período do PPA.

Caso os recursos previstos no PPA nos anos de 2000 e 2001 tivessem sido contratados, certamente teria sido possível obter valores superiores aos que foram medidos nos indicadores propostos. Assim, para a elaboração do PPA de 2004 a 2007, é necessário levar em consideração os restos a pagar no OGU e os desembolsos contratados em anos anteriores ao PPA proposto, pois o benefício será alcançado na vigência do PPA novo.

..... **Concepção**

A importância dos serviços de saneamento para a saúde e o meio ambiente e, conseqüentemente na qualidade de vida da população, é sentida, de forma mais evidente, nos contextos de urbanização ou industrialização aceleradas em que a ausência ou inadequação desses serviços e o tratamento impróprio dos resíduos constituem risco a saúde pública e a degradação ambiental.

Os índices de atendimento dos serviços de saneamento básico no Brasil estão ainda distantes da universalização. Apesar dos incrementos verificados na oferta dos serviços nas últimas décadas, persiste uma demanda não atendida, especialmente nos estratos sociais de mais baixa renda, particularmente nas periferias urbanas e nos menores municípios.

O Programa **Saneamento é Vida** constitui-se em um instrumento da política social do Governo Federal visando ao re-ordenamento, à eficiência e à eficácia dos serviços de saneamento, adotando uma estratégia que consiste, sobretudo em:

- Ampliar a cobertura dos serviços de saneamento;
- Induzir a eficiência dos operadores públicos; e
- Estimular e induzir a participação de empreendedores e operadores privados.

O Programa financia investimentos em implantação, expansão, melhorias operacionais nos sistemas de água e esgotos, desenvolvimento institucional, elaboração de projetos, tratamento e disposição final adequada de resíduos

sólidos, através de prestadores de serviços, repassando recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Orçamento Geral da União e de empréstimos internacionais.

O aumento da eficiência dos prestadores de serviços se configura como medida indutora do acesso aos recursos disponíveis, estando condicionado à consecução de metas financeiras e operacionais. No que tange às intervenções que contemplam ações integradas de coleta e tratamento de efluentes domésticos e resíduos sólidos urbanos nas bacias hidrográficas, busca-se assegurar a despoluição e controle da poluição hídrica e ambiental em bacias hidrográficas com problemas associados à dinâmica de processos de urbanização e de atividades produtivas nas grandes aglomerações do País, em particular nas bacias hidrográficas drenantes de regiões metropolitanas.

.....
O contingenciamento dos recursos do Orçamento Geral da União - OGU e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS impossibilitou a boa implementação do Programa nos anos de 2000 e 2001. As ações com recursos do OGU, no período anterior ao PPA 2000-2003, tinham recursos orçamentários livres, além das emendas parlamentares, para que a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU, com critérios objetivos, pudesse alocar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Implementação

Ocorre que na vigência do PPA e na elaboração dos projetos de lei orçamentária, a SEDU já é contingenciada, sendo alocados recursos de pequeno porte, impossibilitando a execução dos programas da Secretaria, que hoje conta com apenas as emendas parlamentares.

Em 2002, com um orçamento de R\$ 218 milhões, em função do contingenciamento, só foram contratados e liberados R\$ 86 milhões (39,7%), sendo que, desse total, R\$ 80 milhões foram inscritos em restos a pagar. Isso também caracteriza o fato de que o fluxo de recursos financeiros foi incompatível com a necessidade de empenho do Programa, prejudicando a sua execução.

O problema do saneamento é a falta de recursos para serem investidos. É importante destacar que esse contingenciamento prejudicou as ações que são financiadas com recursos externos, deixando o Governo do Brasil pagando taxa de compromisso por recurso não utilizado e a disposição nas contas tipo C de cada ação.

O Programa **Saneamento é Vida** teve uma média de R\$ 800 milhões no PPA a cada ano e não pôde executar completamente as ações por razões contrárias à política de saneamento.

Apenas no exercício de 2002, após esforço da gerência do Programa, o **Saneamento é Vida** conseguiu implementar suas ações. Entretanto, os resultados somente serão colhidos no próximo PPA 2004-2007.

Desse modo, tendo em vista a boa execução do Programa nos próximos anos, há a necessidade de se acabar com o contingenciamento dos recursos do OGU e do FGTS. As fontes de financiamento do Programa são factíveis. Entretanto, em razão do contingenciamento dessas fontes, o Programa deixou de ser aplicado. Vale lembrar que o Programa é considerado estratégico para o Governo Federal, porém não foi tratado como tal.

É necessário que a supervisão da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento - SPI/MP esteja mais próxima da gerência do Programa, de modo que as restrições apresentadas pelo Programa possam ser superadas.

O **Programa Saneamento é Vida** foi considerado estratégico pelo Governo, entretanto, a área econômica, por meio do Conselho Monetário Nacional, inviabilizou a sua implementação desde o ano 2000, e só no final de 2002, por mérito da SEDU/PR e da Caixa, é que o Programa está conseguindo algum êxito nos financiamentos com recursos do FGTS, mas que só devem dar resultados no próximo PPA, pois as obras têm duração de até 36 meses.

O agente financeiro do Programa é a Caixa, tanto para os recursos do OGU quanto para os do FGTS. Como a Caixa é vinculada ao Ministério da Fazenda e atende a vários ministérios, o acompanhamento da execução do Programa fica a desejar, principalmente quando a SEDU/PR realiza algumas observações e a Caixa, considerando a sua independência, não atende.

A principal dificuldade de implantação do Programa foi a política fiscal e monetária, que é implantada pelo Ministério da Fazenda, órgão gestor do agente operador e financeiro do FGTS, Caixa Econômica Federal. A SEDU/PR é responsável pela política de saneamento.

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada, existe um acompanhamento por intermédio de informações fornecidas pela Caixa, mas tal meio precisa ser aprimorado. A SEDU não tem estrutura para acompanhar 27 estados e 5.600 municípios. Já a Caixa tem. Entretanto, alguns campos do relatório da Caixa não são preenchidos ou estão com dados errados. Criou-se, no âmbito da SEDU, um grupo de trabalho que, em conjunto com a Caixa, trabalha para melhorar o sistema de informação.

Quanto à evolução da capacitação, houve um tímido esforço com oferta de palestras e seminários a nível gerencial. Entretanto, deixou a desejar, principalmente pela falta de capacitação de assessores.

Em se tratando dos parceiros, o Programa prevê a parceria com o setor privado. Entretanto, em razão do Projeto de Lei Ordinária nº 4.147/2001, que define as diretrizes para o setor de saneamento, não ter sido aprovado até o momento na Câmara Federal, o setor privado deixou de aplicar no setor, pois considera alto o risco sem regulamentação, principalmente da área federal.

O Programa atualmente não avalia a satisfação de seus usuários/beneficiários em relação à execução, sendo que a principal dificuldade na implementação de uma pesquisa junto aos usuários é a falta de recursos necessários para o deslocamento até o beneficiário dos serviços, tanto no que diz respeito a recursos humanos (equipe) quanto a recursos financeiros.

Transporte Rodoviário Urbano

Resultados

Considerando a atual estimativa de execução, o público-alvo do Programa **Transporte Rodoviário Urbano** no período 2000-2002 (população urbana residente nos centros de médio e grande porte, municípios com população acima de 75.000 habitantes) não sentirá ainda os benefícios previstos no Programa. Entretanto, até 31/12/2002 foram obtidos os seguintes resultados consolidados, que são fundamentais para aumentar a representatividade das decisões e a velocidade de alcance dos estados e municípios do Programa:

- Tratamento do transporte urbano como uma função social e econômica, essencial do desenvolvimento urbano, até então considerado um problema de infra-estrutura viária.
- Formulação de uma proposta de Política Nacional para o Transporte Urbano - PNTU, com a participação 48 entidades representativas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, organizadas em cinco comitês temáticos. Em 2002, foram desenvolvidos quatro instrumentos de articulação institucional, criados para apoiar a implementação e acompanhamento da PNTU.
- Conscientização de cerca de 5.000 executivos e técnicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada sobre o problema central do transporte urbano: perda de competitividade do transporte coletivo urbano perante o transporte individual, suas causas e conseqüências. O instrumento utilizado para isto foi a realização de doze seminários regionais, de abril a agosto de 2001, nas cidades de Vitória, São Paulo, Ribeirão Preto, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Belém, Florianópolis, Salvador, Cuiabá e Goiânia.
- Criação da Frente Parlamentar de Transporte Urbano com a adesão de 25 deputados e senadores.
- Criação de duas Comissões Interministeriais, envolvendo ministérios cuja atuação têm impacto direto ou indireto no transporte urbano, com a elaboração de:
 - i) Minuta de Projeto de Lei de Diretrizes para o Transporte Urbano e de Regras Gerais das Concessões para o Transporte Público Coletivo Urbano, tendo como base a proposta de Política para o setor; e
 - ii) Relatório contendo propostas para remoção de fatores impeditivos ao financiamento do transporte coletivo urbano, tendo como base questões levantadas por um dos comitês temáticos citados. Os respectivos produtos encontram-se na Casa Civil e foram incluídos para discussão com a equipe de transição do Governo Federal.
- Criação, por Decreto Presidencial, do Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana, com 29 membros institucionais do setor público federal, estadual e municipal e da sociedade que, organizados, estão construindo parcerias em torno de programas comuns, coordenados pelo **Programa Transporte Rodoviário Urbano**;
- Alteração no **Programa Transporte Rodoviário Urbano**, que permitirá ao Governo Federal utilizar recursos do Orçamento Geral da União - OGU e extra-orçamentários, para induzir a implementação da Política Nacional para o Transporte Urbano e o cumprimento da Agenda Comum;

Gerente:

Ieda Maria de Oliveira Lima

- Inclusão, pela Frente Parlamentar de Transporte Urbano, de artigo que beneficia o transporte urbano, no Projeto de Lei que define os critérios e aplicação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE/Petróleo).
- Realização de pesquisa sobre o desempenho dos corredores com e sem medidas de prioridade de circulação, em cidades brasileiras e do exterior, por meio do Convênio 01 2/2002, com a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano - NTU, tendo como produto o Relatório Técnico "Prioridade para o Transporte Coletivo Urbano", com publicação e distribuição de 3.000 volumes.
- Elaboração do Programa Pró-Transporte Coletivo, composto de programação físico-financeira, para o período 2003-2006, e definição de respectivas metas para seis componentes:
 - i) Desenvolvimento de sistema sobre pneus;
 - ii) Desenvolvimento de sistemas metro-ferroviários;
 - iii) Melhoria da acessibilidade aos sistemas de transporte coletivo;
 - iv) Melhoria das condições de segurança nos sistemas de transporte coletivo urbano;
 - v) Capacitação para gestão dos impactos do transporte urbano no meio ambiente; e
 - vi) Desenvolvimento institucional e organizacional.
- Promoção e realização de Seminário Nacional, em agosto de 2002, para apresentação e debates dos resultados de estudos destinados a levantamento e análise das condições da segurança e concessões do transporte público coletivo urbano e da gestão do transporte e trânsito urbano, em 92 cidades brasileiras, registrando-se a presença de 500 participantes.
- Promoção e realização, em agosto de 2002, do Seminário Internacional "Prioridade para o Transporte Coletivo Urbano", para apresentar e discutir os resultados de pesquisa feita sobre os benefícios e custos da adoção de medidas de prioridade e lançar o Programa Pró-Transporte Coletivo. Este seminário contou com a participação de 740 pessoas e com a contribuição de técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Transmilenio (Bogotá/Colômbia), Institute for Transportation and Development Policy - ITDP e de técnicos brasileiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Urbanização de Curitiba S/A - URBS, que apresentaram suas experiências de captação e uso de recursos e suas políticas de financiamento para investir em medidas de prioridade ao transporte público coletivo urbano.
- Realização da pesquisa domiciliar sobre a imagem dos transportes na Região Metropolitana de São Paulo/2001, por meio do convênio 03/2002, firmado entre a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR e a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, concluída em agosto de 2002.
- Conclusão, em setembro de 2002, do projeto "Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas", desenvolvido por

meio de contrato 200/2000, firmado entre a SEDU e a ANTP, com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

- Aplicação de pesquisa domiciliar em 10 cidades brasileiras destinada a colher opinião sobre a qualidade do transporte urbano e entender os motivos de mudanças no perfil de deslocamento da população urbana, por meio do contrato 068/2002, firmado entre a SEDU/PR e a Protran Engenharia S/C Ltda., cuja execução já alcançou os 50% da meta física e financeira.
- Pesquisa, por correspondência, no período maio a agosto de 2002, a 600 órgãos gestores de transporte e trânsito urbano, com o objetivo de identificar a pauta para concepção e implantação do Centro de Referência em Transporte Urbano, como instrumento de divulgação e transferência e absorção de tecnologias de planejamento, operação e gestão do transporte público e do trânsito.
- Realização de estudo, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, de Registro das Ações de Melhoria Ambiental no Transporte Urbano.
- Apoio institucional ao movimento "Minha Cidade sem Meu Carro", promovido, no Brasil, pela ONG Rua Viva, em parceria com a ANTP, com o objetivo de despertar a consciência da população urbana sobre o impacto do uso indiscriminado do carro na circulação urbana. O evento é realizado mundialmente e agendado anualmente, pela Organização das Nações Unidas e pela União Européia, para o dia 22 de setembro.
- Assinatura de quatorze Termos de Adesão e Acordos de Cooperação devidamente publicados no Diário Oficial da União, com ministérios, estados, ONGs, indústria, fabricantes e operadores atuantes no setor de transporte urbano, que serão desdobrados em contratos de parcerias institucionais e financeiras para execução das ações previstas na Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana.
- Em 2002, foram realizados onze estudos abrangendo cerca de 92 cidades, mais cinco outros estudos em fase inicial de execução (concepção, operacionalização administrativa na forma de contratos, convênios e termo de parceria). Os objetivos dos mesmos são: aprofundamento do diagnóstico sobre as condições das concessões e da segurança do transporte público coletivo urbano; melhor conhecimento sobre as condições reais de gestão do transporte e trânsito urbano, qualificando-as por região do País; diagnóstico sobre as condições de prioridade dos corredores de transporte coletivo urbano nas cidades brasileiras; captação da opinião dos usuários do transporte urbano sobre a qualidade dos serviços e entendimento das mudanças no seu perfil de deslocamento; e a coleta sobre projetos de referência de redução dos impactos do transporte urbano no meio ambiente.

Foi realizada uma pesquisa domiciliar, em dez cidades brasileiras, em setembro de 2002, e seus resultados encontram-se em fase de consolidação e análise. Esta pesquisa objetiva não somente identificar o grau de satisfação do usuário, mas também os motivos que regem o novo perfil de deslocamento da população urbana. O processo de licitação foi demasiado lento e burocrático, fazendo com que a pesquisa viesse a ser aplicada somente no segundo semestre de 2002.

Com relação ao indicador Grau de Satisfação do Usuário com o Transporte Rodoviário Urbano, não é possível fazer avaliação da evolução do índice, tendo em vista que o ano zero de identificação desse indicador está sendo 2002.

O que se pode apresentar atualmente é a evolução desse indicador apenas para a Região Metropolitana de São Paulo, tendo em vista que a respectiva pesquisa teve o apoio financeiro deste Programa, nos anos de 2000 e 2001, e terá em 2002.

Os resultados foram os seguintes:

- Pesquisa Região Metropolitana de São Paulo em 2000 - Base: 2000 entrevistas

Avaliação dos meios de transporte, independente de uso (excelente + bom)

ônibus - 63%

lotação - 50%

táxi- 89%

Carro particular 96%

Avaliação dos meios de transporte rodoviários pelos respectivos usuários (excelente + bom)

ônibus - 63%

lotação 50%

táxi - 93%

carro particular - 96%

Com relação ao indicador "taxa de modernização institucional do setor" ainda não foi possível levantar o seu índice de evolução tendo em vista que o ano de 2002 foi dedicado a fazer um diagnóstico das condições das concessões do transporte público coletivo urbano em 22 cidades brasileiras de grande e médio porte para traçar o perfil mais aproximado da situação institucional legal desse subsetor.

- Pesquisa Região Metropolitana de São Paulo em 2001 (com registro da evolução das preferências) - Base: 2.000 entrevistas

Avaliação dos meios de transporte rodoviários pelos respectivos usuários (excelente + bom)

ônibus - 62%

lotação - 55%

carro particular - 91%

Atributos de qualidade de maior frequência:

- Ser mais seguro contra assaltos e violência: 77% 2000; 65% 2001.
- Ser mais seguro contra acidentes: 45% 2000; 35% 2001.
- Chegar mais rápido ao destino: 25% 2000; 26% 2001.

Quanto às principais oportunidades e dificuldades, tem-se a registrar o seguinte:

- i) Mudanças na gestão interna do Programa: criação do Grupo Executivo de Transporte Urbano, com o objetivo de criar as bases para que o Programa pudesse ter a eficácia desejada. Essa base incluiu: a formulação de uma

Política Nacional para o Transporte Urbano, vinculada à Política de Desenvolvimento Urbano; a criação de um Fórum Nacional, instrumento de organização dos agentes públicos e privados do setor, para permitir as condições de entendimento e construção de parcerias em torno de uma Agenda Comum; a elaboração de anteprojeto de Lei de Diretrizes de Política Nacional para o Transporte Urbano e Regras Gerais para as Concessões do Transporte Público Coletivo Urbano.

ii) Alterações na Política Setorial: foi desenvolvida a proposta. Não cabiam alterações, pois não havia nada de Política Setorial.

iii) Contingenciamento: este dificultou a execução do previsto para o período 2001 - 2001. Dos R\$ 7.600.000,00 , aprovados pela Lei Orçamentária de 2002, apenas R\$ 585.085,00 foi priorizado, financeiramente, até outubro de 2002, distribuídos da seguinte forma: ação 3.962 - Apoio a Projetos de Modernização da Gestão do Transporte Coletivo Urbano, R\$ 390.085,00; ação 4.057 - Estudos para Formulação da Política Nacional para o Transporte Urbano), R\$ 72 mil; ação 5.003 - Apoio a projetos de Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo Urbano), R\$ 123 mil.

iv) Conjuntura econômica: teve efeito similar ao ocorrido com os demais serviços públicos.

Os índices dos indicadores "Grau de Satisfação do Usuário com o Transporte Rodoviário Urbano" e "Taxa de Modernização Institucional do Setor" somente poderão ser aferidos a partir de final de 2003, pelas seguintes razões:

- Ainda não foram disponibilizados os dados consolidados da expansão da primeira pesquisa domiciliar, realizada em dez cidades brasileiras com usuários do transporte urbano; e
- Em 2002, o Programa buscou aprofundar um diagnóstico sobre as condições das concessões no transporte público coletivo urbano, selecionando 22 cidades brasileiras de grande e médio porte, para tal fim.

Estima-se que o grau de satisfação do usuário com o transporte rodoviário urbano estará, em 2003, na faixa de 33% de ótimo e bom, significando um aumento de 10% no índice de 2002, para o qual espera-se 50%. Foi avaliada como muito ruim a qualidade do serviço. Porém, somente os resultados da pesquisa domiciliar possibilitarão uma avaliação mais objetiva.

Espera-se uma taxa de modernização institucional ainda muito baixa, tendo em vista que o principal instrumento legal orientador dos municípios e estados ainda estará em discussão no Congresso Nacional. Contribuirão para essa taxa os municípios ou estados que tenham tomado a iniciativa de resolver os seus problemas das concessões com os instrumentos legais locais disponíveis.

Sendo assim, caso seja mantida a mesma meta física programada para 2002 (quatro projetos apoiados) e o trabalho seja concentrado nas 22 cidades pesquisadas, o índice estimado será de 0,182, significando uma taxa de modernização de 20%.

Implementação

As deficiências dos sistemas de transporte rodoviário urbano nos centros de médio e grande porte, que geram gastos para as atividades produtivas e perdas na qualidade de vida da população urbana, foram os problemas que resultaram no Programa **Transporte Rodoviário Urbano**.

As manifestações detalhadas do problema estão descritas a seguir:

- Queda da qualidade dos serviços de transporte público coletivo, especialmente daqueles prestados pelos ônibus;
- Crescimento do transporte clandestino, operado por veículos rodoviários de pequeno porte (kombis, vans, peruas etc...), com queda na produtividade das empresas regulares;
- Crescimento do transporte individual (a pé, por bicicleta e por moto) e de mortes por atropelamento; e
- Falta de integração entre o transporte coletivo rodoviário e metro-ferroviário urbano.

As principais causas do problema são:

- Falta de integração entre o planejamento e gestão do uso e ocupação do solo;
- Perda da capacidade de planejamento e gestão do setor público local;
- Falência do modelo das "concessões" adotado para o transporte público; e
- Falta de prioridade de circulação e de recursos para o financiamento do transporte público coletivo urbano.

Outros pontos importantes são:

- Constatou-se, pela pesquisa realizada pela SEDU/PR, que o Transporte Público Coletivo Urbano no País aguarda nova legislação, voltada à sua especificidade, quanto à licitação e contratação;
- O cenário jurídico-legal das concessões do transporte público coletivo urbano é de generalizada insegurança;
- A maior parte dos sistemas locais optou por prorrogação de permissões, por leis locais;
- A legalidade da situação é de interpretação jurídica controversa, dependente de decisões judiciais; e
- Existem, em substituição a uma "localizada e regular situação", pactos locais instituídos entre poder público e operadoras, quer sustentados em instrumentos legais adicionais ou em interpretações técnicas jurídicas próprias, quer sustentados em acordo de compartilhamento de deveres e obrigações quanto a investimentos em modernização e melhorias prioritárias.

Entende-se, portanto, cabível:

- Promover as adequações necessárias à legislação atual, para aplicabilidade no transporte público coletivo urbano;
- Definir um prazo máximo até o qual todos os municípios deverão regularizar os seus processos de delegação dos serviços, de modo que todas as partes envolvidas possam ter a necessária e consistente preparação;

- Definir diretrizes para ajustes à legislação, para que o processo de licitação pública seja instrumento garantidor da seleção de operadores concessionários que incorporem o necessário ganho de competitividade e o equilíbrio econômico-financeiro dos sistemas;
- Criar instrumentos referenciais a serem incorporados aos contratos de concessão/delegação dos serviços, de forma a garantir qualidade ao usuário e segurança e atratividade ao operador dos serviços de transporte público coletivo urbano; e
- Criar o marco legal necessário para a introdução de dispositivos legais que reduzam a possibilidade de ingerências políticas danosas aos serviços.

Para tanto, a ação 3.962 - Apoio a Projetos de Modernização da Gestão do Transporte Coletivo Urbano, continuará sendo um instrumento fundamental.

A gerência do Programa coordenou a Comissão Interministerial que elaborou a minuta de Anteprojeto de Lei que, além de incorporar as diretrizes de Política propostas pela SEDU/PR para o transporte urbano, incluiu capítulos de regras gerais das concessões do transporte público coletivo urbano. O referido Projeto de Lei encontra-se na Casa Civil e consta da lista das Iniciativas Não Implementadas - INI para discussão.

O problema identificado atualmente no PPA está muito geral, e vem assim desde 1999, quando da criação do Programa Transporte Rodoviário Urbano. Sugere-se a separação dos problemas em dois:

Problema 01: Perda da competitividade do transporte coletivo urbano perante o individual.

Problema 02: Queda na qualidade da circulação urbana.

Esses dois problemas novos exigem a reestruturação do instrumento escolhido para resolver o problema anteriormente definido.

Enquanto permanecerem dois programas separados em dois ministérios distintos (Transporte Rodoviário Urbano na extinta SEDU, atual Ministério das Cidades, e Transporte Ferroviário Urbano no Ministério dos Transportes) sem integração, e enquanto se pretender resolver o problema apenas com investimento em infra-estrutura (por exemplo, ampliação ou melhoria de trechos de vias e equipamentos), o problema não será resolvido.

Sugere-se, portanto, desenhar duas alternativas para a reestruturação desses programas:

Alternativa A

Junção dos dois programas em um só (Pró Transporte Coletivo), que englobaria as modalidades rodoviária e metro-ferroviária de transporte público coletivo urbano, a ser gerenciado por um único ministério, de caráter estratégico, com as seguintes ações:

- Desenvolvimento dos sistemas sobre pneus/outros;
- Desenvolvimento dos sistemas metro-ferroviários;
- Melhoria da acessibilidade aos sistemas de transporte público coletivo urbano;
- Melhoria das condições de segurança nos sistemas de transporte público coletivo urbano;

- Capacitação da gestão dos impactos do transporte urbano sobre o meio ambiente; e
- Desenvolvimento institucional e organizacional dos sistemas de transporte público coletivo urbano.

Criação de um outro Programa (Circular Melhor), que englobaria as seguintes ações:

- Acessibilidade e segurança para pedestres, ciclistas e pessoas com dificuldade de locomoção;
- Melhoria da mobilidade e acessibilidade urbanas; e
- Estudos e pesquisas para melhoria da circulação urbana.

Alternativa B (a menos desejável, porém disponível para o caso de a primeira alternativa não ser viável, administrativamente):

Manter os dois programas separados, gerenciados pelos dois ministérios distintos. Porém, o Programa **Transporte Rodoviário Urbano** passa a ser considerado também como estratégico. O Programa **Transporte Ferroviário Urbano** e o Programa **Transporte Rodoviário Urbano** seriam reestruturados de tal forma a comporem as mesmas ações para a modalidade de transporte identificada pelo seu título para facilitar a integração entre os dois programas, caso eles permaneçam em ministérios distintos, o que seria ineficiente.

Implementação

O cumprimento das metas físicas propostas no Programa em 2002 ficaram muito abaixo do previsto. O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada, e a natureza não estratégica das ações do Programa implicou uma submissão de contingenciamentos. Como resultado, dos R\$ 7,6 milhões, foram priorizados R\$ 585 mil (até outubro/2002). O limite final autorizado para o Programa foi de R\$ 970.853,00, fechando o ano com R\$ 957.972,00 (empenhado), o que representa aproximadamente 13% do valor necessário.

A limitação de recursos impediu a execução das metas previstas, obrigando que a gestão do Programa ficasse limitada a estudos e atividades estratégicas, porém sem resultados em termos de bens e serviços nos municípios. Para os próximos anos, é recomendado rever a natureza das ações.

Especificamente quanto à ação 9.481 (Financiamento a Concessionárias para Projetos de Melhoria do Atendimento ao Usuário e da Qualidade dos Serviços de Transporte Urbano), na avaliação do PPA 2001 foi sugerida a sua mudança completa, de modo a ficar mais condizente com a realidade do Programa. Esta ação está atualmente estruturada para ser executada com recursos próprios da Caixa, mas estes não foram utilizados, pois a mesma considerou inviável a abertura da respectiva linha de crédito pela ausência de garantias reais ao financiamento. Tal decisão foi fundamentada na precariedade dos contratos de permissão/concessão das empresas operadoras do transporte público coletivo urbano, que seriam beneficiárias da ação.

Quanto às demais ações: 5.003 (Apoio a Projetos de Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo Urbano), 3.962 (Apoio a Projetos de Modernização da Gestão do Transporte Coletivo Urbano) e 4.057 (Estudos para Formulação da Política Nacional para o Transporte Urbano), estas apresentam defasagem entre o planejado e o executado, devido ao forte contingenciamento a que foram submetidas.

Os recursos materiais e a infra-estrutura não estão adequados para a implementação do Programa. A estrutura é precária em termos de recursos humanos e material/equipamentos, o que sobrecarregou a todos e, mais especificamente, as funções de relações institucionais do gerente do Programa, fundamentais para o bom andamento do Programa.

Além disso, os processos administrativos burocráticos prejudicaram a boa implementação. O tempo de fluxo dos processos de contratos e convênios ainda é demasiado longo e burocrático. Somente para levar a termo o resultado de processo licitatório e a contratação de consultoria técnica foram necessários dois anos de tramitação.

A gestão deste Programa estava a cargo de uma unidade provisória, o Grupo Executivo de Transporte Urbano que, por sua natureza, encontrou dificuldades institucionais e financeiras para a execução do Programa.

A estratégia de implementação das ações do Programa **Transporte Rodoviário Urbano**, cuja proposta é de reestruturação em um novo Programa Pro-Transporte Coletivo, pode ser resumida como segue:

- Comprometimento de outros ministérios e outras esferas governamentais, inclusive do Legislativo, e da sociedade com a formulação da Política, do Programa e do Projeto;
- Comprometimento de outros ministérios e outras esferas governamentais, inclusive do Legislativo, e da sociedade com a execução de programas/projetos de interesse comum, racionalizando e canalizando os escassos recursos públicos e privados para enfrentar problemas considerados prioritários, cuja solução tem efeito multiplicador e de longo prazo na qualidade da vida urbana; e
- Tradução das diretrizes em um Programa Plurianual de Investimentos com prioridades, público-alvo e fontes de financiamento claramente definidos.

Com respeito ao mecanismo de supervisão, articulação e coordenação interministerial considera-se que a formação de um Conselho Diretivo, composto pelos membros titulares do Fórum de Acompanhamento da Agenda Comum para Melhoria da Circulação Urbana poderá ser um instrumento importante para acertos prévios e a *posteriori*, de interesse do governo.

No que se refere à articulação intraministerial, esta é mais problemática. Sugere-se preparar instrumento legal que regule o mecanismo de integração, dado que a falta desse instrumento estimula o trabalho isolado e descompromissado com a prestação de contas aos demais gerentes da mesma unidade orçamentária.

O esforço de capacitação de equipe gerencial do *Programa Transporte Rodoviário Urbano* concentrou-se nos seguintes temas:

- Programas e ferramentas de trabalho em informática, visando melhorar o nível de informação e utilização de tecnologia da PR;
- Formas de controle institucional e seus limites e experiência de outros países que adotam modelo semelhante;
- Procedimentos de elaboração e assinatura de convênios, conhecer os procedimentos legais, elaborar e firmar convênios, executar e acompanhar convênios;
- lançamento e divulgação do Estatuto da Cidade;

- Informações básicas e essenciais sobre a missão e a organização da Presidência da República, bem como sobre o seu papel nesse contexto, de forma a auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades;
- Porta-voz do cidadão na sua instituição e da sua instituição junto a este; e organizar seu trabalho diário, aplicando técnicas adequadas no atendimento telefônico, na organização de arquivos e na administração do tempo;
- Conhecimento em marketing no transporte coletivo. Enfoque sobre um novo estilo de gestão empresarial; a lucratividade pela satisfação do usuário cliente; e como atuar no novo mercado de transporte urbano;
- Integração do planejamento e da ação dos organismos e técnicos responsáveis pelas políticas de transporte público, trânsito urbano e planejamento urbano;
- Uso dos programas do pacote *Office* da Microsoft, visando melhorar o nível de informação e utilização de tecnologia da PR;
- Alcances do plano gerencial, como instrumento auxiliar à gestão de programas;
- Conhecimento e aplicação da Lei 8.666/93 e legislação complementar, elaborar editais de licitações e contratos;
- Avaliação do cumprimento dos compromissos da Agenda *Habitat*, especialmente quanto aos progressos alcançados e obstáculos encontrados em sua implementação;
- Capacidade de avaliação da gestão pública e privada, com base em sistema gerencial testado e aprovado internacionalmente, baseado em critérios administrativos anualmente atualizados e aplicados pela FPNQ;
- Prêmio de Qualidade do Governo Federal.

Ainda não se pode avaliar o desempenho dos parceiros no cumprimento das metas definidas, tendo em vista que não houve resultados finalísticos. Entretanto, vários ministérios e entidades do setor público estadual e municipal e da sociedade destacaram-se em particular como:

Organizações Públicas Federais

- Ministério dos Transportes/Secretaria de Desenvolvimento;
- Ministério da Justiça/Denatran;
- Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos;
- Ministério da Ciência e Tecnologia/Secretaria de Política Tecnológica e Empresarial;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e
- Ministério do Planejamento/Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico.

Organizações Públicas (dos níveis municipais e estaduais)

- Fórum Nacional dos Secretários de Transporte e Trânsito Urbano; e
- Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Transporte

Organizações Não-Governamentais:

- Frente Parlamentar de Transporte Urbano do Congresso Nacional;
- Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP;
- Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU;
- Instituto Rua Viva;
- Fórum Nacional dos Secretários de Transporte e Trânsito Urbano;
- Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte; e
- Sindicato Interestadual das Indústrias de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários.

Quanto à pesquisa de opinião anual, a primeira onda de pesquisa aplicada junto ao público-alvo ocorreu em 2002 e os resultados ainda estão sendo tratados e avaliados. Vale ressaltar que o tempo de tramitação do processo de licitação para contratar a empresa executora da pesquisa é de mais de um ano.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL 2000-2003

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

EXERCÍCIO 2002

Anexo I – Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Anexo II – Indicadores
Anexo III – Custos

Sumário

Anexo I – Realização Física e Financeira de Programas e Ações	3
Anexo II – Indicadores	899
Anexo III - Custos	933

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo I – Realização Física e Financeira de Programas e Ações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
01000 Câmara dos Deputados						
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0416 Ressarcimento das Contribuições aos Pensionistas do Extinto IPC						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.155.724	655.724	56,7	400.000	79.460	19,9
Fiscal Seguridade	1.155.724	655.724	56,7	400.000	79.460	19,9
Nacional	579.460	79.460	13,7	400.000	79.460	19,9
Centro-oeste	576.264	576.264	100,0	0	0	0,0
(OE) 0633 Contribuição à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	845.861.756	540.727.833	63,9	233.593.265	217.431.044	93,1
Fiscal Seguridade	845.861.756	540.727.833	63,9	233.593.265	217.431.044	93,1
Nacional	522.564.967	217.431.044	41,6	233.593.265	217.431.044	93,1
Centro-oeste	323.296.789	323.296.789	100,0	0	0	0,0
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.835.301	7.835.301	100,0	6.676.300	3.657.429	54,8
Fiscal Seguridade	7.835.301	7.835.301	100,0	6.676.300	3.657.429	54,8
Nacional	3.657.429	3.657.429	100,0	6.676.300	3.657.429	54,8
Centro-oeste	4.177.872	4.177.872	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.267.228	36.267.228	100,0	19.827.000	13.389.891	67,5
Fiscal Seguridade	36.267.228	36.267.228	100,0	19.827.000	13.389.891	67,5
Nacional	13.389.891	13.389.891	100,0	19.827.000	13.389.891	67,5
Centro-oeste	22.877.337	22.877.337	100,0	0	0	0,0
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	31.680,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	31.680,0	S.R.	0,0
Financeiro	82.894.290	49.014.090	59,1	17.975.287	14.455.223	80,4
Fiscal Seguridade	82.894.290	49.014.090	59,1	17.975.287	14.455.223	80,4
Nacional	48.335.423	14.455.223	29,9	17.975.287	14.455.223	80,4
Centro-oeste	34.558.867	34.558.867	100,0	0	0	0,0
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1.450,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.450,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.395.296	9.942.296	69,1	3.850.000	3.781.893	98,2
Fiscal Seguridade	14.395.296	9.942.296	69,1	3.850.000	3.781.893	98,2
Nacional	8.234.893	3.781.893	45,9	3.850.000	3.781.893	98,2
Centro-oeste	6.160.403	6.160.403	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

5

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
01000 Câmara dos Deputados						
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	4.132,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4.132,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.546.378	4.496.378	81,1	1.064.000	1.039.735	97,7
Fiscal Seguridade	5.546.378	4.496.378	81,1	1.064.000	1.039.735	97,7
Nacional	2.089.735	1.039.735	49,8	1.064.000	1.039.735	97,7
Centro-oeste	3.456.643	3.456.643	100,0	0	0	0,0
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	14.361,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	14.361,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.590.857	138.460.857	69,0	54.715.000	54.523.709	99,7
Fiscal Seguridade	200.590.857	138.460.857	69,0	54.715.000	54.523.709	99,7
Nacional	116.653.709	54.523.709	46,7	54.715.000	54.523.709	99,7
Centro-oeste	83.937.148	83.937.148	100,0	0	0	0,0
(A) 2064 APOIO AO ASSESSORAMENTO TÉCNICO DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2549 Apoio ao Sistema de Comunicação e Divulgação Institucional da Câmara dos Deputados						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.632.497	4.732.497	28,5	4.955.000	4.702.497	94,9
Fiscal Seguridade	16.632.497	4.732.497	28,5	4.955.000	4.702.497	94,9
Nacional	16.632.497	4.732.497	28,5	4.955.000	4.702.497	94,9
(P) 3181 Obras Complementares no Complexo da Câmara dos Deputados						
Produto: ÁREA CONSTRUÍDA COM 64.000 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	7.913,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7.913,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.412.796	1.882.796	34,8	14.970.000	1.199.172	8,0
Fiscal Seguridade	5.412.796	1.882.796	34,8	14.970.000	1.199.172	8,0
Nacional	4.729.172	1.199.172	25,4	14.970.000	1.199.172	8,0
Centro-oeste	683.624	683.624	100,0	0	0	0,0
(A) 4058 Assistência a Entidades de Intercâmbio Legislativo, Parlamentar e Político						
Produto: ENTIDADE ASSISTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.211.430	3.211.430	100,0	1.373.000	1.159.769	84,5
Fiscal Seguridade	3.211.430	3.211.430	100,0	1.373.000	1.159.769	84,5
Nacional	1.309.769	1.309.769	100,0	1.373.000	1.159.769	84,5
Centro-oeste	1.901.661	1.901.661	100,0	0	0	0,0
(A) 4061 Processo Legislativo						
Produto: PROPOSICAO APRECIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	3.557,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.557,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.472.485.813	2.445.232.813	70,4	934.734.921	933.697.001	99,9
Fiscal Seguridade	3.472.485.813	2.445.232.813	70,4	934.734.921	933.697.001	99,9
Nacional	1.960.950.001	933.697.001	47,6	934.734.921	933.697.001	99,9
Centro-oeste	1.511.535.812	1.511.535.812	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
01000 Câmara dos Deputados						
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 4062 Reparos e Conservação de Residências Funcionais dos Membros do Poder Legislativo						
Produto: IMÓVEL RESIDENCIAL REFORMADO E CONSERVADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	433,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	433,0	S.R.	0,0
Financeiro	29.121.052	19.903.452	68,3	8.034.400	7.797.028	97,0
Fiscal Seguridade	29.121.052	19.903.452	68,3	8.034.400	7.797.028	97,0
Nacional	17.014.628	7.797.028	45,8	8.034.400	7.797.028	97,0
Centro-oeste	12.106.424	12.106.424	100,0	0	0	0,0
(A) 4091 Capacitação de Recursos Humanos						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	6.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.427.961	2.009.961	37,0	2.306.710	1.113.218	48,3
Fiscal Seguridade	5.427.961	2.009.961	37,0	2.306.710	1.113.218	48,3
Nacional	4.531.218	1.113.218	24,6	2.306.710	1.113.218	48,3
Centro-oeste	896.743	896.743	100,0	0	0	0,0
(A) 4541 Divulgação Institucional da Câmara dos Deputados						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.470.000	4.470.000	100,0	4.470.000	4.470.000	100,0
Fiscal Seguridade	4.470.000	4.470.000	100,0	4.470.000	4.470.000	100,0
Nacional	4.470.000	4.470.000	100,0	4.470.000	4.470.000	100,0
Financ. Total Programa	4.731.408.379	3.268.842.656	69,1	1.309.044.883	1.262.497.069	96,4
Fiscal Seguridade	4.731.408.379	3.268.842.656	69,1	1.309.044.883	1.262.497.069	96,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	1059	Implantação de Sistemas de Informação e Melhoria da Infra-estrutura das Redes de Dados (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro	32.300.399	23.108.623	71,5	12.229.747	12.973.697	106,1
Investimento das Estatais	32.300.399	23.108.623	71,5	12.229.747	12.973.697	106,1
Nacional	32.300.399	23.108.623	71,5	12.229.747	12.973.697	106,1
(P)	1171	Implantação do Comércio Eletrônico na Petrobrás (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.655.627	6.155.593	92,5	3.685.000	2.029.524	55,1
Investimento das Estatais	6.655.627	6.155.593	92,5	3.685.000	2.029.524	55,1
Nacional	6.655.627	6.155.593	92,5	3.685.000	2.029.524	55,1
(P)	1727	Aquisição de Bens Imóveis (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: BEM ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	35.038.284	35.038.284	100,0	35.186.284	35.038.284	99,6
Investimento das Estatais	35.038.284	35.038.284	100,0	35.186.284	35.038.284	99,6
Nacional	35.038.284	35.038.284	100,0	35.186.284	35.038.284	99,6
(P)	1955	Reforma e Adequação de Prédio para Sede da Autoridade Portuária (Ministério dos Transportes)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P)	1963	Instalação da Sede Administrativa (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SEDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	19.034.813	19.034.813	100,0	20.000.000	19.034.813	95,2
Investimento das Estatais	19.034.813	19.034.813	100,0	20.000.000	19.034.813	95,2
Nacional	19.034.813	19.034.813	100,0	20.000.000	19.034.813	95,2
(A)	2007	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Ativo mantido			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.338.513	1.338.513	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.338.513	1.338.513	100,0	0	0	0,0
Norte	1.338.513	1.338.513	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2811	Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: BEM MOVEL MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.028.483	727.803	35,9	939.040	727.803	77,5
Investimento das Estatais	2.028.483	727.803	35,9	939.040	727.803	77,5
Nacional	727.803	727.803	100,0	939.040	727.803	77,5
Norte	1.300.680	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2827	Manutenção de Bens Imóveis (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: IMÓVEL MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	726.958	26.958	3,7	546.000	26.958	4,9
Investimento das Estatais	726.958	26.958	3,7	546.000	26.958	4,9
Nacional	26.958	26.958	100,0	546.000	26.958	4,9
Norte	700.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2839	Manutenção de Bens Imóveis (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: IMÓVEL MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
(A) 2849	Aquisição de Bens Móveis, Veículos, máquinas e Equipamentos. (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: BEM MOVEL MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.596.698	196.698	7,6	218.225	196.698	90,1
Investimento das Estatais	2.596.698	196.698	7,6	218.225	196.698	90,1
Nacional	196.698	196.698	100,0	218.225	196.698	90,1
Norte	2.400.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3229	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA					
Produto: Sistema modernizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	127.538.077	127.538.077	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	127.538.077	127.538.077	100,0	0	0	0,0
Nacional	127.538.077	127.538.077	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 3286 Instalação de Bens Imóveis						
Produto: IMÓVEL INSTALADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	866,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	192,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	359,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	112,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	103,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	127.674.499	25.929.499	20,3	38.240.535	3.561.367	9,3
Investimento das Estatais	127.674.499	25.929.499	20,3	38.240.535	3.561.367	9,3
Nacional	12.737.264	8.272.264	64,9	27.740.535	3.114.296	11,2
Centro-oeste	66.227.913	1.362.913	2,1	0	0	0,0
Nordeste	1.836.891	1.351.891	73,6	0	0	0,0
Norte	7.635.141	1.705.141	22,3	700.000	0	0,0
Sudeste	39.229.930	13.229.930	33,7	9.800.000	447.071	4,6
Sul	7.360	7.360	100,0	0	0	0,0
(A) 4096 MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA						
Produto: Sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.402.710	1.402.710	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.402.710	1.402.710	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.402.710	1.402.710	100,0	0	0	0,0
(A) 4101 Manutenção de Bens Imóveis						
Produto: IMÓVEL MANTIDO						
Unidade de Medida: %						
Físico	0,0	0,0	0,0	2.900,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.300,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	500,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	400,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	400,0	S.R.	0,0
Financeiro	444.483.201	251.547.841	56,6	159.085.013	76.116.890	47,8
Investimento das Estatais	444.483.201	251.547.841	56,6	159.085.013	76.116.890	47,8
Nacional	418.067.855	240.949.437	57,6	148.813.504	73.397.915	49,3
Nordeste	10.669.939	2.522.043	23,6	5.222.797	778.075	14,9
Norte	12.225.213	6.095.056	49,9	1.441.050	682.115	47,3
Sudeste	2.198.705	1.159.816	52,7	1.387.162	848.622	61,2
Sul	1.321.489	821.489	62,2	2.220.500	410.163	18,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos						
Produto: BEM MOVEL MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	0,0	0,0	0,0	4.300,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	700,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	500,0	S.R.	0,0
Financeiro	710.904.312	456.655.898	64,2	330.207.340	172.884.600	52,4
Investimento das Estatais	710.904.312	456.655.898	64,2	330.207.340	172.884.600	52,4
Nacional	638.010.587	424.957.568	66,6	309.731.465	162.918.828	52,6
Centro-oeste	515.015	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	31.524.292	8.834.264	28,0	3.921.200	641.382	16,4
Norte	2.981.365	2.352.013	78,9	250.000	209.434	83,8
Sudeste	13.284.620	5.114.620	38,5	5.741.000	1.944.525	33,9
Sul	24.588.433	15.397.433	62,6	10.563.675	7.170.431	67,9
(A) 4103 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento						
Produto: ATIVO MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	0,0	0,0	0,0	4.800,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	600,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	500,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.120.937.708	2.360.464.672	57,3	1.271.943.753	853.882.217	67,1
Investimento das Estatais	4.120.937.708	2.360.464.672	57,3	1.271.943.753	853.882.217	67,1
Nacional	3.968.213.611	2.263.954.848	57,1	1.247.490.503	843.859.488	67,6
Centro-oeste	257.507	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	76.447.354	52.720.244	69,0	7.977.550	1.547.612	19,4
Norte	34.616.401	20.502.285	59,2	250.000	218.876	87,6
Sudeste	19.686.748	12.523.148	63,6	8.084.000	4.001.236	49,5
Sul	21.716.087	10.764.147	49,6	8.141.700	4.255.005	52,3
(P) 5770 REFORMA DE PRÉDIO SEDE DA ADMINISTRAÇÃO						
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.632.660.282	3.309.165.982	58,7	1.873.380.937	1.176.472.851	62,8
Investimento Estatais	5.632.660.282	3.309.165.982	60,6	1.873.380.937	1.176.472.851	62,8

0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA
OPERACIONAL

Gerente em 31/12/2002:



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 3252 Instalação de Agências						
Produto: AGENCIA INSTALADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2.511,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	299,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	607,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	243,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	926,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	436,0	S.R.	0,0
Financeiro	595.881.713	275.381.776	46,2	227.471.794	80.220.600	35,3
Investimento das Estatais	595.881.713	275.381.776	46,2	227.471.794	80.220.600	35,3
Nacional	88.333.663	4.330.803	4,9	20.883.932	4.330.803	20,7
Centro-oeste	47.753.078	40.322.915	84,4	30.508.597	10.072.220	33,0
Nordeste	82.227.241	53.690.346	65,3	49.488.454	16.358.624	33,1
Norte	19.476.343	19.476.343	100,0	29.893.625	7.153.762	23,9
Sudeste	296.271.936	121.348.196	41,0	63.459.441	30.211.328	47,6
Sul	61.819.452	36.213.173	58,6	33.237.745	12.093.863	36,4
(P) 3324 Modernização de Agências						
Produto: AGENCIA MODERNIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2.702,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	234,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	805,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	283,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1.048,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	332,0	S.R.	0,0
Financeiro	821.710.198	657.611.333	80,0	430.069.463	162.925.513	37,9
Investimento das Estatais	821.710.198	657.611.333	80,0	430.069.463	162.925.513	37,9
Nacional	765.985	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	92.251.211	73.392.454	79,6	29.006.416	18.873.287	65,1
Nordeste	218.804.546	165.937.339	75,8	104.967.345	29.422.294	28,0
Norte	48.220.115	37.706.087	78,2	22.707.721	10.061.807	44,3
Sudeste	313.367.940	253.435.405	80,9	226.039.880	69.882.892	30,9
Sul	148.300.401	127.140.048	85,7	47.348.101	34.685.233	73,3
(A) 4106 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA						
Unidade de Medida: %						
Físico	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	700,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.791.236.876	1.114.122.604	62,2	882.722.015	607.166.933	68,8
Investimento das Estatais	1.791.236.876	1.114.122.604	62,2	882.722.015	607.166.933	68,8
Nacional	1.789.493.702	1.112.379.430	62,2	881.922.015	607.166.933	68,8
Nordeste	1.743.174	1.743.174	100,0	800.000	0	0,0
Financ. Total Programa	3.208.828.787	2.047.115.713	63,8	1.540.263.272	850.313.046	55,2
Investimento Estatais	3.208.828.787	2.047.115.713	60,6	1.540.263.272	850.313.046	55,2

0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Gerente em 31/12/2002:

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Presidência da República)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.384.460	2.384.460	100,0	2.400.000	2.384.460	99,4
Fiscal Seguridade	2.384.460	2.384.460	100,0	2.400.000	2.384.460	99,4
Nacional	2.384.460	2.384.460	100,0	2.400.000	2.384.460	99,4
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	155.518.598	126.217.522	81,2	54.498.067	54.399.385	99,8
Fiscal Seguridade	155.518.598	126.217.522	81,2	54.498.067	54.399.385	99,8
Nacional	155.518.598	126.217.522	81,2	54.498.067	54.399.385	99,8
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.228.907	8.928.907	87,3	4.640.219	3.266.041	70,4
Fiscal Seguridade	10.228.907	8.928.907	87,3	4.640.219	3.266.041	70,4
Nacional	10.228.907	8.928.907	87,3	4.640.219	3.266.041	70,4
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério da Fazenda)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	619.096.252	494.666.055	79,9	136.248.885	132.947.589	97,6
Fiscal Seguridade	619.096.252	494.666.055	79,9	136.248.885	132.947.589	97,6
Nacional	619.096.252	494.666.055	79,9	136.248.885	132.947.589	97,6
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério de Minas e Energia)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.587.569	22.838.025	72,3	8.264.099	7.647.941	92,5
Fiscal Seguridade	31.587.569	22.838.025	72,3	8.264.099	7.647.941	92,5
Nacional	31.587.569	22.838.025	72,3	8.264.099	7.647.941	92,5
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério da Saúde)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.112.203	13.267.203	66,0	4.699.302	4.699.281	100,0
Fiscal Seguridade	20.112.203	13.267.203	66,0	4.699.302	4.699.281	100,0
Nacional	20.112.203	13.267.203	66,0	4.699.302	4.699.281	100,0
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada (Ministério dos Transportes)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.911.322	16.520.254	92,2	7.825.414	3.006.425	38,4
Fiscal Seguridade	17.911.322	16.520.254	92,2	7.825.414	3.006.425	38,4
Nacional	17.911.322	16.520.254	92,2	7.825.414	3.006.425	38,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada						
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.627.570	7.759.570	61,4	4.868.000	4.868.000	100,0
Fiscal Seguridade	12.627.570	7.759.570	61,4	4.868.000	4.868.000	100,0
Nacional	12.627.570	7.759.570	61,4	4.868.000	4.868.000	100,0
(OE) 0110 Contribuição à Previdência Privada						
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.513.064	13.518.064	65,9	5.981.764	5.981.764	100,0
Fiscal Seguridade	20.513.064	13.518.064	65,9	5.981.764	5.981.764	100,0
Nacional	20.513.064	13.518.064	65,9	5.981.764	5.981.764	100,0
(OE) 0621 Anuênios Devidos a Ex-Celetistas no Âmbito do Poder Executivo						
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0717 Pagamento de Pessoal Decorrente de Incorporação de Decisão Judicial - 3,17%						
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	416.600.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	416.600.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	416.600.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1134 Construção do Edifício da 2ª Sr - Regional CODEVASF						
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: PREDIO CONSTRUIDO Unidade de Medida: M²						
Físico	0,0	0,0	0,0	600,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	600,0	S.R.	0,0
Financeiro	379.998	219.998	57,9	220.000	219.998	100,0
Fiscal Seguridade	379.998	219.998	57,9	220.000	219.998	100,0
Nacional	219.998	219.998	100,0	220.000	219.998	100,0
Nordeste	160.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
(Presidência da República)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	239.549.878	161.777.914	67,5	73.658.662	65.082.296	88,4
Fiscal Seguridade	239.549.878	161.777.914	67,5	73.658.662	65.082.296	88,4
Nacional	239.549.878	161.777.914	67,5	73.658.662	65.082.296	88,4
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	147.083.703	111.904.044	76,1	41.555.213	35.334.483	85,0
Fiscal Seguridade	147.083.703	111.904.044	76,1	41.555.213	35.334.483	85,0
Nacional	147.083.703	111.904.044	76,1	41.555.213	35.334.483	85,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	206.431.945	153.075.617	74,2	59.586.485	56.671.501	95,1
Fiscal Seguridade	206.431.945	153.075.617	74,2	59.586.485	56.671.501	95,1
Nacional	206.431.945	153.075.617	74,2	59.586.485	56.671.501	95,1
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	516.596.375	341.306.696	66,1	121.828.001	107.665.888	88,4
Fiscal Seguridade	516.596.375	341.306.696	66,1	121.828.001	107.665.888	88,4
Nacional	516.596.375	341.306.696	66,1	121.828.001	107.665.888	88,4
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	222.023.051	157.814.338	71,1	53.940.483	49.282.682	91,4
Fiscal Seguridade	222.023.051	157.814.338	71,1	53.940.483	49.282.682	91,4
Nacional	128.972.295	68.986.073	53,5	53.940.483	49.282.682	91,4
Centro-oeste	88.543.223	88.543.223	100,0	0	0	0,0
Nordeste	4.507.533	285.042	6,3	0	0	0,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	218.657.513	149.688.478	68,5	67.201.545	58.651.276	87,3
Fiscal Seguridade	218.657.513	149.688.478	68,5	67.201.545	58.651.276	87,3
Nacional	191.640.562	122.671.527	64,0	67.201.545	58.651.276	87,3
Centro-oeste	19.797.231	19.797.231	100,0	0	0	0,0
Sudeste	7.219.720	7.219.720	100,0	0	0	0,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Justiça)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	461.504.568	407.005.991	88,2	192.452.773	173.400.389	90,1
Fiscal Seguridade	461.504.568	407.005.991	88,2	192.452.773	173.400.389	90,1
Nacional	451.649.550	397.150.973	87,9	192.452.773	173.400.389	90,1
Centro-oeste	9.071.180	9.071.180	100,0	0	0	0,0
Sudeste	783.838	783.838	100,0	0	0	0,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	337.307.481	198.243.608	58,8	86.360.833	58.293.051	67,5
Fiscal Seguridade	337.307.481	198.243.608	58,8	86.360.833	58.293.051	67,5
Nacional	337.307.481	198.243.608	58,8	86.360.833	58.293.051	67,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo					
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente em 31/12/2002:					
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Previdência e Assistência Social)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	394.505.514	286.176.654	72,5	80.677.847	96,0
Fiscal Seguridade	394.505.514	286.176.654	72,5	80.677.847	96,0
Nacional	394.505.514	286.176.654	72,5	80.677.847	96,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério das Relações Exteriores)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	111.331.351	82.504.351	74,1	32.147.140	102,9
Fiscal Seguridade	111.331.351	82.504.351	74,1	32.147.140	102,9
Nacional	111.331.351	82.504.351	74,1	32.147.140	102,9
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Saúde)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	707.089.368	420.724.868	59,5	174.240.377	95,3
Fiscal Seguridade	707.089.368	420.724.868	59,5	174.240.377	95,3
Nacional	707.089.368	420.724.868	59,5	174.240.377	95,3
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Trabalho e Emprego)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.114.441	27.910.245	81,8	13.342.093	73,1
Fiscal Seguridade	34.114.441	27.910.245	81,8	13.342.093	73,1
Nacional	34.114.441	27.910.245	81,8	13.342.093	73,1
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério dos Transportes)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	251.928.337	156.741.294	62,2	77.101.168	73,7
Fiscal Seguridade	251.928.337	156.741.294	62,2	77.101.168	73,7
Nacional	243.346.810	148.159.767	60,9	74.245.168	73,4
Sudeste	372.742	372.742	100,0	0	0,0
Sul	8.208.785	8.208.785	100,0	2.856.000	82,6
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério das Comunicações)			
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	309.197.323	148.565.318	48,0	74.596.622	56,3
Fiscal Seguridade	309.197.323	148.565.318	48,0	74.596.622	56,3
Nacional	309.197.323	148.565.318	48,0	74.596.622	56,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	50.503.964	31.630.873	62,6	10.894.489	10.568.569	97,0
Fiscal Seguridade	50.503.964	31.630.873	62,6	10.894.489	10.568.569	97,0
Nacional	42.741.249	26.622.660	62,3	9.197.447	8.971.792	97,5
Sudeste	7.762.715	5.008.213	64,5	1.697.042	1.596.777	94,1
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	202.206.293	125.013.431	61,8	70.103.888	62.621.471	89,3
Fiscal Seguridade	202.206.293	125.013.431	61,8	70.103.888	62.621.471	89,3
Nacional	201.862.122	124.777.800	61,8	69.990.612	62.516.452	89,3
Norte	344.171	235.631	68,5	113.276	105.019	92,7
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	205.544.570	141.354.135	68,8	51.854.106	47.196.677	91,0
Fiscal Seguridade	205.544.570	141.354.135	68,8	51.854.106	47.196.677	91,0
Nacional	205.544.570	141.354.135	68,8	51.854.106	47.196.677	91,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	121.549.524	69.863.424	57,5	29.543.000	27.494.666	93,1
Fiscal Seguridade	121.549.524	69.863.424	57,5	29.543.000	27.494.666	93,1
Nacional	121.549.524	69.863.424	57,5	29.543.000	27.494.666	93,1
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	43.169.753	26.060.753	60,4	9.801.059	8.897.830	90,8
Fiscal Seguridade	43.169.753	26.060.753	60,4	9.801.059	8.897.830	90,8
Nacional	24.261.568	18.371.568	75,7	9.801.059	8.897.830	90,8
Centro-oeste	18.908.185	7.689.185	40,7	0	0	0,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.645.423.279	1.093.403.651	66,5	391.487.669	369.339.251	94,3
Fiscal Seguridade	1.645.423.279	1.093.403.651	66,5	391.487.669	369.339.251	94,3
Nacional	1.645.303.295	1.093.283.667	66,4	391.487.669	369.339.251	94,3
Centro-oeste	119.984	119.984	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	130.017.173	82.576.062	63,5	47.555.683	34.942.582	73,5
Fiscal Seguridade	130.017.173	82.576.062	63,5	47.555.683	34.942.582	73,5
Nacional	130.017.173	82.576.062	63,5	47.555.683	34.942.582	73,5
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Presidência da República)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.121.396	35.121.396	100,0	21.910.937	17.212.260	78,6
Fiscal Seguridade	35.121.396	35.121.396	100,0	21.910.937	17.212.260	78,6
Nacional	35.121.396	35.121.396	100,0	21.910.937	17.212.260	78,6
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.419.487	10.419.487	100,0	4.787.120	3.244.659	67,8
Fiscal Seguridade	10.419.487	10.419.487	100,0	4.787.120	3.244.659	67,8
Nacional	10.419.487	10.419.487	100,0	4.787.120	3.244.659	67,8
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.543.769	1.543.769	100,0	691.415	544.927	78,8
Fiscal Seguridade	1.543.769	1.543.769	100,0	691.415	544.927	78,8
Nacional	1.543.769	1.543.769	100,0	691.415	544.927	78,8
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.762.790	13.762.790	100,0	6.195.469	3.848.260	62,1
Fiscal Seguridade	13.762.790	13.762.790	100,0	6.195.469	3.848.260	62,1
Nacional	13.762.790	13.762.790	100,0	6.195.469	3.848.260	62,1
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	197.615	197.615	100,0	181.623	123.990	68,3
Fiscal Seguridade	197.615	197.615	100,0	181.623	123.990	68,3
Nacional	173.990	173.990	100,0	181.623	123.990	68,3
Centro-oeste	23.625	23.625	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.438.604	9.438.604	100,0	6.817.672	5.265.348	77,2
Fiscal Seguridade	9.438.604	9.438.604	100,0	6.817.672	5.265.348	77,2
Nacional	7.432.184	7.432.184	100,0	6.817.672	5.265.348	77,2
Centro-oeste	604.871	604.871	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.401.549	1.401.549	100,0	0	0	0,0
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Justiça)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.512.860	16.512.860	100,0	6.748.515	5.801.187	86,0
Fiscal Seguridade	16.512.860	16.512.860	100,0	6.748.515	5.801.187	86,0
Nacional	16.502.511	16.502.511	100,0	6.748.515	5.801.187	86,0
Sudeste	10.349	10.349	100,0	0	0	0,0
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.087.857	6.087.857	100,0	3.812.998	2.438.664	64,0
Fiscal Seguridade	6.087.857	6.087.857	100,0	3.812.998	2.438.664	64,0
Nacional	6.087.857	6.087.857	100,0	3.812.998	2.438.664	64,0
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.954.476	3.954.476	100,0	495.480	475.938	96,1
Fiscal Seguridade	3.954.476	3.954.476	100,0	495.480	475.938	96,1
Nacional	3.954.476	3.954.476	100,0	495.480	475.938	96,1
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	640.273	640.273	100,0	490.364	258.266	52,7
Fiscal Seguridade	640.273	640.273	100,0	490.364	258.266	52,7
Nacional	640.273	640.273	100,0	490.364	258.266	52,7
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.149.369	26.149.369	100,0	12.818.000	11.030.571	86,1
Fiscal Seguridade	26.149.369	26.149.369	100,0	12.818.000	11.030.571	86,1
Nacional	26.149.369	26.149.369	100,0	12.818.000	11.030.571	86,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.648.654	2.648.654	100,0	416.217	58,1
Fiscal Seguridade		2.648.654	2.648.654	100,0	416.217	58,1
Nacional		2.648.654	2.648.654	100,0	416.217	58,1
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério dos Transportes)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		4.306.857	4.306.857	100,0	2.168.161	58,3
Fiscal Seguridade		4.306.857	4.306.857	100,0	2.168.161	58,3
Nacional		3.849.958	3.849.958	100,0	2.071.123	57,2
Sudeste		21.046	21.046	100,0	0	0,0
Sul		435.853	435.853	100,0	97.038	97,0
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		22.898.539	22.898.539	100,0	9.563.840	54,8
Fiscal Seguridade		22.898.539	22.898.539	100,0	9.563.840	54,8
Nacional		22.898.539	22.898.539	100,0	9.563.840	54,8
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.614.086	2.614.086	100,0	998.968	93,5
Fiscal Seguridade		2.614.086	2.614.086	100,0	998.968	93,5
Nacional		2.408.183	2.408.183	100,0	923.742	95,4
Sudeste		205.903	205.903	100,0	75.226	75,2
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		3.643.758	3.643.758	100,0	1.626.604	55,0
Fiscal Seguridade		3.643.758	3.643.758	100,0	1.626.604	55,0
Nacional		3.629.325	3.629.325	100,0	1.619.888	54,9
Norte		14.433	14.433	100,0	6.716	95,9
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.871.834	2.871.834	100,0	1.223.970	83,2
Fiscal Seguridade		2.871.834	2.871.834	100,0	1.223.970	83,2
Nacional		2.871.834	2.871.834	100,0	1.223.970	83,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Desenvolvimento Agrário)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.584.710	7.584.710	100,0	2.851.500	2.633.197	92,3
Fiscal Seguridade	7.584.710	7.584.710	100,0	2.851.500	2.633.197	92,3
Nacional	7.584.710	7.584.710	100,0	2.851.500	2.633.197	92,3
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	422.932	422.932	100,0	166.000	134.513	81,0
Fiscal Seguridade	422.932	422.932	100,0	166.000	134.513	81,0
Nacional	225.122	225.122	100,0	166.000	134.513	81,0
Centro-oeste	197.810	197.810	100,0	0	0	0,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Defesa)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	53.948.666	53.948.666	100,0	16.334.376	16.066.922	98,4
Fiscal Seguridade	53.948.666	53.948.666	100,0	16.334.376	16.066.922	98,4
Nacional	53.789.402	53.789.402	100,0	16.334.376	16.066.922	98,4
Centro-oeste	159.264	159.264	100,0	0	0	0,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes (Ministério da Integração Nacional)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.508.887	3.508.887	100,0	3.014.078	1.656.908	55,0
Fiscal Seguridade	3.508.887	3.508.887	100,0	3.014.078	1.656.908	55,0
Nacional	3.508.887	3.508.887	100,0	3.014.078	1.656.908	55,0
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Presidência da República)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	114.471.966	114.471.966	100,0	51.451.413	45.046.272	87,6
Fiscal Seguridade	114.471.966	114.471.966	100,0	51.451.413	45.046.272	87,6
Nacional	114.471.966	114.471.966	100,0	51.451.413	45.046.272	87,6
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	102.891.214	102.891.214	100,0	39.230.200	34.095.219	86,9
Fiscal Seguridade	102.891.214	102.891.214	100,0	39.230.200	34.095.219	86,9
Nacional	102.891.214	102.891.214	100,0	39.230.200	34.095.219	86,9
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.774.355	21.774.355	100,0	6.980.244	6.861.677	98,3
Fiscal Seguridade	21.774.355	21.774.355	100,0	6.980.244	6.861.677	98,3
Nacional	21.774.355	21.774.355	100,0	6.980.244	6.861.677	98,3

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

21

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	265.809.095	265.809.095	100,0	110.573.861	103.859.651	93,9
Fiscal Seguridade	265.809.095	265.809.095	100,0	110.573.861	103.859.651	93,9
Nacional	265.809.095	265.809.095	100,0	110.573.861	103.859.651	93,9
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.730.930	12.730.930	100,0	5.256.623	5.078.531	96,6
Fiscal Seguridade	12.730.930	12.730.930	100,0	5.256.623	5.078.531	96,6
Nacional	8.327.873	8.327.873	100,0	5.206.623	5.029.752	96,6
Centro-oeste	3.622.069	3.622.069	100,0	0	0	0,0
Nordeste	780.988	780.988	100,0	50.000	48.779	97,6
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.096.341	45.096.341	100,0	21.684.844	18.700.909	86,2
Fiscal Seguridade	45.096.341	45.096.341	100,0	21.684.844	18.700.909	86,2
Nacional	29.457.244	29.457.244	100,0	21.684.844	18.700.909	86,2
Centro-oeste	3.446.882	3.446.882	100,0	0	0	0,0
Sudeste	12.192.215	12.192.215	100,0	0	0	0,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Justiça)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	51.991.879	51.991.879	100,0	22.203.920	20.537.433	92,5
Fiscal Seguridade	51.991.879	51.991.879	100,0	22.203.920	20.537.433	92,5
Nacional	51.135.419	51.135.419	100,0	22.203.920	20.537.433	92,5
Sudeste	856.460	856.460	100,0	0	0	0,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	47.883.152	47.883.152	100,0	28.996.788	21.201.266	73,1
Fiscal Seguridade	47.883.152	47.883.152	100,0	28.996.788	21.201.266	73,1
Nacional	47.883.152	47.883.152	100,0	28.996.788	21.201.266	73,1
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.591.558	72.591.558	100,0	4.443.720	4.380.963	98,6
Fiscal Seguridade	72.591.558	72.591.558	100,0	4.443.720	4.380.963	98,6
Nacional	72.591.558	72.591.558	100,0	4.443.720	4.380.963	98,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		123.331	123.331	100,0	19.705	39,4
Fiscal Seguridade		123.331	123.331	100,0	19.705	39,4
Nacional		123.331	123.331	100,0	19.705	39,4
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		223.256.574	223.256.574	100,0	78.229.466	95,0
Fiscal Seguridade		223.256.574	223.256.574	100,0	78.229.466	95,0
Nacional		223.256.574	223.256.574	100,0	78.229.466	95,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		12.445.321	12.445.321	100,0	3.522.476	84,1
Fiscal Seguridade		12.445.321	12.445.321	100,0	3.522.476	84,1
Nacional		12.445.321	12.445.321	100,0	3.522.476	84,1
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério dos Transportes)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		82.076.216	82.076.216	100,0	26.127.601	50,5
Fiscal Seguridade		82.076.216	82.076.216	100,0	26.127.601	50,5
Nacional		78.478.802	78.478.802	100,0	24.624.803	49,3
Sudeste		92.392	92.392	100,0	0	0,0
Sul		3.505.022	3.505.022	100,0	1.502.798	83,4
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		54.989.834	54.989.834	100,0	19.246.736	39,2
Fiscal Seguridade		54.989.834	54.989.834	100,0	19.246.736	39,2
Nacional		54.989.834	54.989.834	100,0	19.246.736	39,2
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		20.009.860	20.009.860	100,0	5.837.101	98,5
Fiscal Seguridade		20.009.860	20.009.860	100,0	5.837.101	98,5
Nacional		17.853.559	17.853.559	100,0	5.070.359	98,3
Sudeste		2.156.301	2.156.301	100,0	766.742	99,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	77.709.880	77.709.880	100,0	41.416.691	31.783.729	76,7
Fiscal Seguridade	77.709.880	77.709.880	100,0	41.416.691	31.783.729	76,7
Nacional	77.614.662	77.614.662	100,0	41.332.691	31.730.245	76,8
Norte	95.218	95.218	100,0	84.000	53.484	63,7
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.022.920	72.022.920	100,0	24.673.008	24.249.163	98,3
Fiscal Seguridade	72.022.920	72.022.920	100,0	24.673.008	24.249.163	98,3
Nacional	72.022.920	72.022.920	100,0	24.673.008	24.249.163	98,3
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	67.346.431	67.346.431	100,0	20.570.167	19.761.865	96,1
Fiscal Seguridade	67.346.431	67.346.431	100,0	20.570.167	19.761.865	96,1
Nacional	67.346.431	67.346.431	100,0	20.570.167	19.761.865	96,1
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.805.668	6.805.668	100,0	3.198.600	3.076.748	96,2
Fiscal Seguridade	6.805.668	6.805.668	100,0	3.198.600	3.076.748	96,2
Nacional	3.511.020	3.511.020	100,0	3.198.600	3.076.748	96,2
Centro-oeste	3.294.648	3.294.648	100,0	0	0	0,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	487.299.188	487.299.188	100,0	157.119.517	142.370.643	90,6
Fiscal Seguridade	487.299.188	487.299.188	100,0	157.119.517	142.370.643	90,6
Nacional	486.593.941	486.593.941	100,0	157.119.517	142.370.643	90,6
Centro-oeste	705.247	705.247	100,0	0	0	0,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.982.986	23.982.986	100,0	12.133.804	9.885.335	81,5
Fiscal Seguridade	23.982.986	23.982.986	100,0	12.133.804	9.885.335	81,5
Nacional	23.982.986	23.982.986	100,0	12.133.804	9.885.335	81,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério do Trabalho e Emprego)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		7.585.844	100,0	3.150.077	2.456.081	78,0
Fiscal Seguridade		7.585.844	100,0	3.150.077	2.456.081	78,0
Nacional		7.585.844	100,0	3.150.077	2.456.081	78,0
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério dos Transportes)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		92.475.918	100,0	53.730.077	37.116.133	69,1
Fiscal Seguridade		92.475.918	100,0	53.730.077	37.116.133	69,1
Nacional		89.857.723	100,0	51.914.239	36.460.901	70,2
Sul		2.618.195	100,0	1.815.838	655.232	36,1
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério das Comunicações)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		68.082.237	100,0	43.102.300	30.824.135	71,5
Fiscal Seguridade		68.082.237	100,0	43.102.300	30.824.135	71,5
Nacional		68.082.237	100,0	43.102.300	30.824.135	71,5
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério da Cultura)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		4.138.403	100,0	1.427.462	1.290.265	90,4
Fiscal Seguridade		4.138.403	100,0	1.427.462	1.290.265	90,4
Nacional		2.993.642	100,0	1.197.462	1.100.897	91,9
Sudeste		1.144.761	100,0	230.000	189.368	82,3
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério do Meio Ambiente)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		13.282.069	100,0	8.412.580	5.872.427	69,8
Fiscal Seguridade		13.282.069	100,0	8.412.580	5.872.427	69,8
Nacional		13.282.069	100,0	8.412.580	5.872.427	69,8
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		15.470.155	100,0	4.818.100	4.695.303	97,5
Fiscal Seguridade		15.470.155	100,0	4.818.100	4.695.303	97,5
Nacional		10.494.812	100,0	4.818.100	4.695.303	97,5
Centro-oeste		4.975.343	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.743.312	15.743.312	100,0	9.330.000	6.578.479	70,5
Fiscal Seguridade	15.743.312	15.743.312	100,0	9.330.000	6.578.479	70,5
Nacional	15.743.312	15.743.312	100,0	9.330.000	6.578.479	70,5
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.957.425	8.957.425	100,0	3.990.600	3.713.464	93,1
Fiscal Seguridade	8.957.425	8.957.425	100,0	3.990.600	3.713.464	93,1
Nacional	4.892.650	4.892.650	100,0	3.990.600	3.713.464	93,1
Centro-oeste	4.064.775	4.064.775	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Defesa)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.394.331	34.394.331	100,0	12.386.852	12.433.845	100,4
Fiscal Seguridade	34.394.331	34.394.331	100,0	12.386.852	12.433.845	100,4
Nacional	34.243.331	34.243.331	100,0	12.386.852	12.433.845	100,4
Centro-oeste	151.000	151.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.697.795	8.697.795	100,0	7.262.505	5.657.083	77,9
Fiscal Seguridade	8.697.795	8.697.795	100,0	7.262.505	5.657.083	77,9
Nacional	8.697.795	8.697.795	100,0	7.262.505	5.657.083	77,9
(A) 2003 Ações de Informática						
(Presidência da República)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.825.326	45.825.326	100,0	35.549.630	22.927.700	64,5
Fiscal Seguridade	45.825.326	45.825.326	100,0	35.549.630	22.927.700	64,5
Nacional	45.825.326	45.825.326	100,0	35.549.630	22.927.700	64,5
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.190.884	7.190.884	100,0	3.419.400	2.523.404	73,8
Fiscal Seguridade	7.190.884	7.190.884	100,0	3.419.400	2.523.404	73,8
Nacional	7.190.884	7.190.884	100,0	3.419.400	2.523.404	73,8
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.444.841	8.444.841	100,0	6.640.892	3.353.174	50,5
Fiscal Seguridade	8.444.841	8.444.841	100,0	6.640.892	3.353.174	50,5
Nacional	8.444.841	8.444.841	100,0	6.640.892	3.353.174	50,5

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.588.500	2.588.500	100,0	1.349.600	673.734	49,9
Fiscal Seguridade	2.588.500	2.588.500	100,0	1.349.600	673.734	49,9
Nacional	2.588.500	2.588.500	100,0	1.349.600	673.734	49,9
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Educação)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	37.123.591	37.123.591	100,0	14.350.000	13.300.192	92,7
Fiscal Seguridade	37.123.591	37.123.591	100,0	14.350.000	13.300.192	92,7
Nacional	13.300.192	13.300.192	100,0	14.350.000	13.300.192	92,7
Centro-oeste	23.823.399	23.823.399	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	68.108.103	68.108.103	100,0	31.661.250	30.507.461	96,4
Fiscal Seguridade	68.108.103	68.108.103	100,0	31.661.250	30.507.461	96,4
Nacional	55.593.689	55.593.689	100,0	31.661.250	30.507.461	96,4
Centro-oeste	6.692.598	6.692.598	100,0	0	0	0,0
Sudeste	5.821.816	5.821.816	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Justiça)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.817.960	26.817.960	100,0	12.002.158	9.759.325	81,3
Fiscal Seguridade	26.817.960	26.817.960	100,0	12.002.158	9.759.325	81,3
Nacional	26.817.960	26.817.960	100,0	12.002.158	9.759.325	81,3
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério de Minas e Energia)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	64.242.860	64.242.860	100,0	42.150.591	28.822.577	68,4
Fiscal Seguridade	64.242.860	64.242.860	100,0	42.150.591	28.822.577	68,4
Nacional	64.242.860	64.242.860	100,0	42.150.591	28.822.577	68,4
(A) 2003 Ações de Informática						
(Ministério da Previdência e Assistência Social)						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	28.583.615	28.583.615	100,0	22.444.064	22.130.546	98,6
Fiscal Seguridade	28.583.615	28.583.615	100,0	22.444.064	22.130.546	98,6
Nacional	28.583.615	28.583.615	100,0	22.444.064	22.130.546	98,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério das Relações Exteriores)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.625.196	16.625.196	100,0	6.913.364	7.102.872	102,7
Fiscal Seguridade	16.625.196	16.625.196	100,0	6.913.364	7.102.872	102,7
Nacional	16.625.196	16.625.196	100,0	6.913.364	7.102.872	102,7
(A)	2003	Ações de Informática				
(Ministério da Saúde)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	54.356.132	54.356.132	100,0	30.061.354	24.671.494	82,1
Fiscal Seguridade	54.356.132	54.356.132	100,0	30.061.354	24.671.494	82,1
Nacional	54.356.132	54.356.132	100,0	30.061.354	24.671.494	82,1
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais				
(Presidência da República)						
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10.546,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10.546,0	S.R.	0,0
Financeiro	821.905.604	690.544.528	84,0	311.444.062	294.044.788	94,4
Fiscal Seguridade	821.905.604	690.544.528	84,0	311.444.062	294.044.788	94,4
Nacional	821.905.604	690.544.528	84,0	311.444.062	294.044.788	94,4
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	23.782,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	23.782,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.713.827.257	2.826.093.872	76,1	1.091.791.250	1.091.387.079	100,0
Fiscal Seguridade	3.713.827.257	2.826.093.872	76,1	1.091.791.250	1.091.387.079	100,0
Nacional	3.713.827.257	2.826.093.872	76,1	1.091.791.250	1.091.387.079	100,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais				
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	9.006,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	9.006,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.570.819.004	1.206.802.305	76,8	456.143.888	450.533.457	98,8
Fiscal Seguridade	1.570.819.004	1.206.802.305	76,8	456.143.888	450.533.457	98,8
Nacional	1.570.819.004	1.206.802.305	76,8	456.143.888	450.533.457	98,8
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	40.507,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40.507,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.133.316.797	6.811.959.143	74,6	2.505.257.520	2.483.781.293	99,1
Fiscal Seguridade	9.133.316.797	6.811.959.143	74,6	2.505.257.520	2.483.781.293	99,1
Nacional	9.133.316.797	6.811.959.143	74,6	2.505.257.520	2.483.781.293	99,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Educação)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.446,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.736,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	231,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	479,0	S.R.	0,0
Financeiro	444.320.464	277.277.627	62,4	104.953.649	104.488.513	99,6
Fiscal Seguridade	444.320.464	277.277.627	62,4	104.953.649	104.488.513	99,6
Nacional	326.841.738	182.175.193	55,7	69.179.877	68.719.438	99,3
Centro-oeste	33.130.933	33.130.933	100,0	13.112.342	13.109.517	100,0
Nordeste	84.347.793	61.971.501	73,5	22.661.430	22.659.558	100,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.628,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.079,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	746,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	803,0	S.R.	0,0
Financeiro	344.843.535	294.878.805	85,5	120.704.196	118.888.657	98,5
Fiscal Seguridade	344.843.535	294.878.805	85,5	120.704.196	118.888.657	98,5
Nacional	107.688.781	96.045.669	89,2	44.354.917	44.036.663	99,3
Centro-oeste	116.477.728	78.156.110	67,1	35.120.257	35.120.257	100,0
Norte	21.979.564	21.979.564	100,0	0	0	0,0
Sudeste	98.697.462	98.697.462	100,0	41.229.022	39.731.737	96,4
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Justiça)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	21.084,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	21.084,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.987.255.943	3.836.590.578	96,2	1.488.838.747	1.474.208.678	99,0
Fiscal Seguridade	3.987.255.943	3.836.590.578	96,2	1.488.838.747	1.474.208.678	99,0
Nacional	3.932.293.481	3.781.628.116	96,2	1.488.838.747	1.474.208.678	99,0
Centro-oeste	49.556.681	49.556.681	100,0	0	0	0,0
Sudeste	5.405.781	5.405.781	100,0	0	0	0,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	3.803,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.803,0	S.R.	0,0
Financeiro	615.561.143	427.699.261	69,5	190.687.923	163.203.036	85,6
Fiscal Seguridade	615.561.143	427.699.261	69,5	190.687.923	163.203.036	85,6
Nacional	615.561.143	427.699.261	69,5	190.687.923	163.203.036	85,6
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	41.040,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	41.040,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.057.919.735	4.401.128.518	72,7	1.666.328.813	1.666.322.420	100,0
Fiscal Seguridade	6.057.919.735	4.401.128.518	72,7	1.666.328.813	1.666.322.420	100,0
Nacional	6.057.919.735	4.401.128.518	72,7	1.666.328.813	1.666.322.420	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	3.207,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.207,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.566.657.262	1.187.754.640	75,8	473.819.335	536.628.557	113,3
Fiscal Seguridade	1.566.657.262	1.187.754.640	75,8	473.819.335	536.628.557	113,3
Nacional	1.566.657.262	1.187.754.640	75,8	473.819.335	536.628.557	113,3
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Saúde)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	101.181,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	101.181,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.890.554.806	7.298.209.920	73,8	2.685.792.897	2.677.993.414	99,7
Fiscal Seguridade	9.890.554.806	7.298.209.920	73,8	2.685.792.897	2.677.993.414	99,7
Nacional	9.890.554.806	7.298.209.920	73,8	2.685.792.897	2.677.993.414	99,7
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	7.920,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7.920,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.988.411.291	1.490.268.886	74,9	514.269.136	510.373.288	99,2
Fiscal Seguridade	1.988.411.291	1.490.268.886	74,9	514.269.136	510.373.288	99,2
Nacional	1.988.411.291	1.490.268.886	74,9	514.269.136	510.373.288	99,2
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério dos Transportes)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	12.216,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11.152,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	1.064,0	S.R.	0,0
Financeiro	977.925.162	875.402.227	89,5	314.165.058	299.722.316	95,4
Fiscal Seguridade	977.925.162	875.402.227	89,5	314.165.058	299.722.316	95,4
Nacional	862.205.593	759.682.658	88,1	271.903.914	257.461.171	94,7
Sudeste	1.972.434	1.972.434	100,0	0	0	0,0
Sul	113.747.135	113.747.135	100,0	42.261.144	42.261.145	100,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério das Comunicações)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.200,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	326.490.976	192.556.385	59,0	129.128.643	94.716.860	73,4
Fiscal Seguridade	326.490.976	192.556.385	59,0	129.128.643	94.716.860	73,4
Nacional	326.490.976	192.556.385	59,0	129.128.643	94.716.860	73,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Cultura)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.623,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.092,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	531,0	S.R.	0,0
Financeiro	298.931.395	218.160.442	73,0	85.448.777	85.266.881	99,8
Fiscal Seguridade	298.931.395	218.160.442	73,0	85.448.777	85.266.881	99,8
Nacional	227.682.706	165.828.052	72,8	65.509.670	65.328.422	99,7
Sudeste	71.248.689	52.332.390	73,5	19.939.107	19.938.459	100,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6.186,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.164,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	22,0	S.R.	0,0
Financeiro	870.729.820	609.434.699	70,0	260.350.607	257.206.779	98,8
Fiscal Seguridade	870.729.820	609.434.699	70,0	260.350.607	257.206.779	98,8
Nacional	868.581.017	607.900.610	70,0	259.787.507	256.747.284	98,8
Norte	2.148.803	1.534.089	71,4	563.100	459.495	81,6
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	12.414,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12.414,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.943.935.294	1.446.174.874	74,4	568.192.704	548.956.530	96,6
Fiscal Seguridade	1.943.935.294	1.446.174.874	74,4	568.192.704	548.956.530	96,6
Nacional	1.943.935.294	1.446.174.874	74,4	568.192.704	548.956.530	96,6
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5.820,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.820,0	S.R.	0,0
Financeiro	777.371.242	570.815.177	73,4	206.756.257	206.388.504	99,8
Fiscal Seguridade	777.371.242	570.815.177	73,4	206.756.257	206.388.504	99,8
Nacional	777.371.242	570.815.177	73,4	206.756.257	206.388.504	99,8
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	486,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	224,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	262,0	S.R.	0,0
Financeiro	58.358.360	43.112.637	73,9	16.108.163	15.951.543	99,0
Fiscal Seguridade	58.358.360	43.112.637	73,9	16.108.163	15.951.543	99,0
Nacional	38.226.228	30.380.505	79,5	8.130.345	8.092.866	99,5
Centro-oeste	20.132.132	12.732.132	63,2	7.977.818	7.858.677	98,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Defesa)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	31.089,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	31.089,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.477.130.611	1.865.345.882	75,3	689.386.374	696.348.496	101,0
Fiscal Seguridade	2.477.130.611	1.865.345.882	75,3	689.386.374	696.348.496	101,0
Nacional	2.477.130.611	1.865.345.882	75,3	689.386.374	696.348.496	101,0
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: PESSOA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4.923,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4.923,0	S.R.	0,0
Financeiro	604.324.500	434.560.340	71,9	144.765.439	144.231.643	99,6
Fiscal Seguridade	604.324.500	434.560.340	71,9	144.765.439	144.231.643	99,6
Nacional	604.324.500	434.560.340	71,9	144.765.439	144.231.643	99,6
(A)	2087	Pagamento de Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios (TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	25.960,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	25.959,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.602.331.468	1.944.024.173	74,7	745.956.868	744.460.337	99,8
Fiscal Seguridade	2.602.331.468	1.944.024.173	74,7	745.956.868	744.460.337	99,8
Norte	2.601.974.163	1.943.790.168	74,7	745.838.292	744.352.241	99,8
Sudeste	357.305	234.005	65,5	118.576	108.096	91,2
(A)	2243	Pagamento de Pró-labore aos Procuradores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (Ministério da Fazenda)				
Produto: PROCURADOR REMUNERADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	958,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	958,0	S.R.	0,0
Financeiro	106.434.902	106.434.902	100,0	52.518.874	31.559.186	60,1
Fiscal Seguridade	106.434.902	106.434.902	100,0	52.518.874	31.559.186	60,1
Nacional	106.434.902	106.434.902	100,0	52.518.874	31.559.186	60,1
(A)	2657	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ASSESSORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS ÁREAS DE CONCESSÃO E ESTUDOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA (Ministério dos Transportes)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.996.927	3.996.927	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.996.927	3.996.927	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.996.927	3.996.927	100,0	0	0	0,0
(A)	2867	Remuneração dos Militares das Forças Armadas (Presidência da República)				
Produto: MILITAR REMUNERADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	872,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	872,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.677.653	12.562.653	75,3	4.742.500	4.297.669	90,6
Fiscal Seguridade	16.677.653	12.562.653	75,3	4.742.500	4.297.669	90,6
Nacional	16.677.653	12.562.653	75,3	4.742.500	4.297.669	90,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
92000 Governo						
0750 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2867	Remuneração dos Militares das Forças Armadas (Ministério da Defesa)				
Produto: MILITAR REMUNERADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	327.765,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	327.765,0	S.R.	0,0
Financeiro	26.783.773.044	19.453.922.207	72,6	7.397.169.695	7.451.759.803	100,7
Fiscal Seguridade	26.783.773.044	19.453.922.207	72,6	7.397.169.695	7.451.759.803	100,7
Nacional	26.783.773.044	19.453.922.207	72,6	7.397.169.695	7.451.759.803	100,7
Financ. Total Programa	88.566.820.157	66.325.694.026	74,9	25.426.436.322	24.909.790.368	98,0
Fiscal Seguridade	88.566.820.157	66.325.694.026	74,9	25.426.436.322	24.909.790.368	98,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
16000 Justiça do Distrito Federal e Territórios						
0567 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: BERNADETE DE LIMA SANTOS						
(P) 1136 Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações						
Produto: PREDIO RECUPERADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.903.000	9.903.000	100,0	9.903.000	9.903.000	100,0
Fiscal Seguridade	9.903.000	9.903.000	100,0	9.903.000	9.903.000	100,0
Nacional	9.903.000	9.903.000	100,0	9.903.000	9.903.000	100,0
(P) 1179 AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL						
Produto: Área ampliada com 21.573 m2						
						Unidade de Medida: % de execução física
Físico	64,8	64,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	64,8	64,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.938.534	13.938.534	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.938.534	13.938.534	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	13.938.534	13.938.534	100,0	0	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						Unidade de Medida: -
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	78.137.875	31.991.761	40,9	12.887.215	12.886.059	100,0
Fiscal Seguridade	78.137.875	31.991.761	40,9	12.887.215	12.886.059	100,0
Nacional	12.886.059	12.886.059	100,0	12.887.215	12.886.059	100,0
Centro-oeste	65.251.816	19.105.702	29,3	0	0	0,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						Unidade de Medida: -
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.269.338	10.269.338	100,0	3.405.091	3.405.074	100,0
Fiscal Seguridade	10.269.338	10.269.338	100,0	3.405.091	3.405.074	100,0
Nacional	3.405.074	3.405.074	100,0	3.405.091	3.405.074	100,0
Centro-oeste	6.864.264	6.864.264	100,0	0	0	0,0
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						Unidade de Medida: -
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	37.327.829	37.327.829	100,0	11.555.041	11.535.862	99,8
Fiscal Seguridade	37.327.829	37.327.829	100,0	11.555.041	11.535.862	99,8
Nacional	11.535.862	11.535.862	100,0	11.555.041	11.535.862	99,8
Centro-oeste	25.791.967	25.791.967	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						Unidade de Medida: -
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.436.853	18.436.853	100,0	8.083.110	8.081.558	100,0
Fiscal Seguridade	18.436.853	18.436.853	100,0	8.083.110	8.081.558	100,0
Nacional	8.081.558	8.081.558	100,0	8.083.110	8.081.558	100,0
Centro-oeste	10.355.295	10.355.295	100,0	0	0	0,0
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	27.206,0	27.206,0	100,0	13.900,0	13.786,0	99,2
Centro-oeste	27.206,0	27.206,0	100,0	13.900,0	13.786,0	99,2
Financeiro	26.704.421	18.159.361	68,0	6.788.000	6.788.000	100,0
Fiscal Seguridade	26.704.421	18.159.361	68,0	6.788.000	6.788.000	100,0
Centro-oeste	26.704.421	18.159.361	68,0	6.788.000	6.788.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
16000 Justiça do Distrito Federal e Territórios						
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: BERNADETE DE LIMA SANTOS						
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
	Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.815,0	2.815,0	100,0	1.587,0	1.327,0	83,6
Centro-oeste	2.815,0	2.815,0	100,0	1.587,0	1.327,0	83,6
Financeiro	7.826.481	5.763.300	73,6	1.975.000	1.975.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.826.481	5.763.300	73,6	1.975.000	1.975.000	100,0
Centro-oeste	7.826.481	5.763.300	73,6	1.975.000	1.975.000	100,0
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.162,0	2.162,0	100,0	1.350,0	808,0	59,9
Centro-oeste	2.162,0	2.162,0	100,0	1.350,0	808,0	59,9
Financeiro	3.259.542	2.167.544	66,5	613.344	613.344	100,0
Fiscal Seguridade	3.259.542	2.167.544	66,5	613.344	613.344	100,0
Centro-oeste	3.259.542	2.167.544	66,5	613.344	613.344	100,0
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.672,0	8.672,0	100,0	4.393,0	4.370,0	99,5
Centro-oeste	8.672,0	8.672,0	100,0	4.393,0	4.370,0	99,5
Financeiro	63.807.804	44.006.157	69,0	16.235.912	16.235.912	100,0
Fiscal Seguridade	63.807.804	44.006.157	69,0	16.235.912	16.235.912	100,0
Centro-oeste	63.807.804	44.006.157	69,0	16.235.912	16.235.912	100,0
(P)	3751	Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais				
	Produto: JUIZADO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	26,0	2,0	7,7
Centro-oeste	3,0	3,0	100,0	26,0	2,0	7,7
Financeiro	16.649.461	5.733.661	34,4	7.680.000	936.000	12,2
Fiscal Seguridade	16.649.461	5.733.661	34,4	7.680.000	936.000	12,2
Centro-oeste	16.649.461	5.733.661	34,4	7.680.000	936.000	12,2
(P)	3753	Implantação de Sistemas para a Modernização Jurisdicional				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	5.495.415	4.339.215	79,0	780.000	780.000	100,0
Fiscal Seguridade	5.495.415	4.339.215	79,0	780.000	780.000	100,0
Centro-oeste	5.495.415	4.339.215	79,0	780.000	780.000	100,0
(P)	3756	RECUPERAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL				
	Produto: Área recuperada com 17.480 m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	18,6	18,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	18,6	18,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.300.000	6.300.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.300.000	6.300.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	6.300.000	6.300.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal				
	Produto: PROCESSO SENTENCIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	451.127,0	451.127,0	100,0	229.000,0	187.121,0	81,7
Centro-oeste	451.127,0	451.127,0	100,0	229.000,0	187.121,0	81,7
Financeiro	1.194.360.172	832.758.969	69,7	326.108.636	326.108.635	100,0
Fiscal Seguridade	1.194.360.172	832.758.969	69,7	326.108.636	326.108.635	100,0
Centro-oeste	1.194.360.172	832.758.969	69,7	326.108.636	326.108.635	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
16000 Justiça do Distrito Federal e Territórios						
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: BERNADETE DE LIMA SANTOS						
(A) 4613 Capacitação de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3.150,0	3.150,0	100,0	1.649,0	1.028,0	62,3
Centro-oeste	3.150,0	3.150,0	100,0	1.649,0	1.028,0	62,3
Financeiro	3.255.740	2.455.740	75,4	810.000	810.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.255.740	2.455.740	75,4	810.000	810.000	100,0
Centro-oeste	3.255.740	2.455.740	75,4	810.000	810.000	100,0
(P) 5543 DESCENTRALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO DISTRITO FEDERAL						
Produto: localidade atendida	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7103 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DO GAMA						
Produto: Área construída com 8.685,66 m ²	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.713.000	2.713.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.713.000	2.713.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.713.000	2.713.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.498.385.465	1.046.264.262	69,8	406.824.349	400.058.444	98,3
Fiscal Seguridade	1.498.385.465	1.046.264.262	69,8	406.824.349	400.058.444	98,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
15000 Justiça do Trabalho						
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA						
Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO						
(P)	1130	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho				
	Produto: PREDIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	1.809.688	1.279.688	70,7	1.280.000	1.279.688	100,0
Fiscal Seguridade	1.809.688	1.279.688	70,7	1.280.000	1.279.688	100,0
Nacional	1.809.688	1.279.688	70,7	1.280.000	1.279.688	100,0
(P)	1671	Construção de Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília - DF				
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 96.000 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	21,7	21,7	100,0	21,0	0,4	1,9
Nacional	21,7	21,7	100,0	21,0	0,4	1,9
Financeiro	52.655.571	29.938.571	56,9	22.000.000	12.682.652	57,6
Fiscal Seguridade	52.655.571	29.938.571	56,9	22.000.000	12.682.652	57,6
Nacional	22.938.571	22.938.571	100,0	22.000.000	12.682.652	57,6
Centro-oeste	29.717.000	7.000.000	23,6	0	0	0,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos				
	Produto: ORGAO/ENTIDADE APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	481.550.558	241.171.855	50,1	89.818.231	88.714.158	98,8
Fiscal Seguridade	481.550.558	241.171.855	50,1	89.818.231	88.714.158	98,8
Nacional	465.179.124	224.800.421	48,3	89.818.231	88.714.158	98,8
Sudeste	16.371.434	16.371.434	100,0	0	0	0,0
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.668.789	18.668.789	100,0	8.313.635	8.094.117	97,4
Fiscal Seguridade	18.668.789	18.668.789	100,0	8.313.635	8.094.117	97,4
Nacional	18.522.978	18.522.978	100,0	8.313.635	8.094.117	97,4
Centro-oeste	145.811	145.811	100,0	0	0	0,0
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	198.533.324	198.533.324	100,0	73.590.168	72.541.494	98,6
Fiscal Seguridade	198.533.324	198.533.324	100,0	73.590.168	72.541.494	98,6
Nacional	198.533.324	198.533.324	100,0	73.590.168	72.541.494	98,6
(A)	2003	Ações de Informática				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	105.242.866	105.242.866	100,0	45.840.190	45.127.177	98,4
Fiscal Seguridade	105.242.866	105.242.866	100,0	45.840.190	45.127.177	98,4
Nacional	105.242.866	105.242.866	100,0	45.840.190	45.127.177	98,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
15000 Justiça do Trabalho						
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA						
Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO						
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	138.337,0	138.337,0	100,0	90.479,0	62.920,0	69,5
Nacional	135.393,0	135.393,0	100,0	90.479,0	62.920,0	69,5
Centro-oeste	2.944,0	2.944,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	164.993.172	115.126.510	69,8	42.140.181	42.002.926	99,7
Fiscal Seguridade	164.993.172	115.126.510	69,8	42.140.181	42.002.926	99,7
Nacional	163.761.172	113.894.510	69,5	42.140.181	42.002.926	99,7
Centro-oeste	1.182.000	1.182.000	100,0	0	0	0,0
Norte	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	16.862,0	16.862,0	100,0	9.845,0	8.506,0	86,4
Nacional	16.862,0	16.862,0	100,0	9.845,0	8.506,0	86,4
Financeiro	41.226.864	30.474.960	73,9	9.929.881	9.854.849	99,2
Fiscal Seguridade	41.226.864	30.474.960	73,9	9.929.881	9.854.849	99,2
Nacional	41.226.864	30.474.960	73,9	9.929.881	9.854.849	99,2
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	19.021,0	19.021,0	100,0	13.772,0	7.110,0	51,6
Nacional	19.021,0	19.021,0	100,0	13.772,0	7.110,0	51,6
Financeiro	29.195.737	22.966.998	78,7	7.457.249	7.099.242	95,2
Fiscal Seguridade	29.195.737	22.966.998	78,7	7.457.249	7.099.242	95,2
Nacional	29.195.737	22.966.998	78,7	7.457.249	7.099.242	95,2
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	61.414,0	61.414,0	100,0	31.938,0	31.048,0	97,2
Nacional	61.414,0	61.414,0	100,0	31.938,0	31.048,0	97,2
Financeiro	341.997.446	241.443.601	70,6	89.181.222	89.140.332	100,0
Fiscal Seguridade	341.997.446	241.443.601	70,6	89.181.222	89.140.332	100,0
Nacional	341.997.446	241.443.601	70,6	89.181.222	89.140.332	100,0
(A) 2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde						
Produto: AMBULANCIA OU UTI MOVEI ADQUIRIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	85.682	85.682	100,0	88.000	85.682	97,4
Fiscal Seguridade	85.682	85.682	100,0	88.000	85.682	97,4
Nacional	85.682	85.682	100,0	88.000	85.682	97,4
(P) 3725 Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Macapá - AP						
Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 1.720 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	94,4	94,4	100,0	43,0	82,6	192,1
Norte	94,4	94,4	100,0	43,0	82,6	192,2
Financeiro	1.238.504	1.238.504	100,0	708.525	708.525	100,0
Fiscal Seguridade	1.238.504	1.238.504	100,0	708.525	708.525	100,0
Norte	1.238.504	1.238.504	100,0	708.525	708.525	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
15000 Justiça do Trabalho						
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA						
Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO						
(P)	3740	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 21.959 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	23,7	23,7	100,0	9,0	15,5	172,2
Nordeste	23,7	23,7	100,0	9,0	15,5	172,2
Financeiro	5.479.081	3.979.081	72,6	1.806.300	1.806.300	100,0
Fiscal Seguridade	5.479.081	3.979.081	72,6	1.806.300	1.806.300	100,0
Nordeste	5.479.081	3.979.081	72,6	1.806.300	1.806.300	100,0
(P)	3741	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá - MT				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 26.550 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	28,9	28,9	100,0	19,0	12,1	63,7
Centro-oeste	28,9	28,9	100,0	19,0	12,1	63,8
Financeiro	13.285.845	9.785.845	73,7	4.320.000	4.320.000	100,0
Fiscal Seguridade	13.285.845	9.785.845	73,7	4.320.000	4.320.000	100,0
Centro-oeste	13.285.845	9.785.845	73,7	4.320.000	4.320.000	100,0
(P)	3750	CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DA CIDADE DE SÃO PAULO - SP				
	Produto: fórum construído com 77.000 m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	22.900.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	22.900.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	22.900.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho				
	Produto: PROCESSO SOLUCIONADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.648.564,0	4.648.564,0	100,0	2.440.157,0	2.269.046,0	93,0
Nacional	4.648.564,0	4.648.564,0	100,0	2.440.157,0	2.269.046,0	93,0
Financeiro	12.062.834.151	8.781.179.915	72,8	3.122.417.191	3.122.319.442	100,0
Fiscal Seguridade	12.062.834.151	8.781.179.915	72,8	3.122.417.191	3.122.319.442	100,0
Nacional	12.062.834.151	8.781.179.915	72,8	3.122.417.191	3.122.319.442	100,0
(A)	4607	Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50.602,0	50.602,0	100,0	19.559,0	32.679,0	167,1
Nacional	50.054,0	50.054,0	100,0	19.559,0	32.679,0	167,1
Sudeste	548,0	548,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.117.814	9.881.667	54,5	4.697.656	4.325.054	92,1
Fiscal Seguridade	18.117.814	9.881.667	54,5	4.697.656	4.325.054	92,1
Nacional	17.845.799	9.609.652	53,8	4.697.656	4.325.054	92,1
Sudeste	272.015	272.015	100,0	0	0	0,0
(P)	5093	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.050.530	50.530	0,8	86.782	50.530	58,2
Fiscal Seguridade	6.050.530	50.530	0,8	86.782	50.530	58,2
Nacional	6.050.530	50.530	0,8	86.782	50.530	58,2
(P)	5245	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho, em Ananindeua - PA				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 2240 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	119.500	69.500	58,2	85.428	69.500	81,4
Fiscal Seguridade	119.500	69.500	58,2	85.428	69.500	81,4
Nacional	69.500	69.500	100,0	85.428	69.500	81,4
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

39

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
15000 Justiça do Trabalho						
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA						
Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO						
(P) 5247 Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista no Município de Fortaleza - CE						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 4.747,27 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,1	0,1	100,0	4,0	0,1	2,5
Nacional	0,1	0,1	100,0	4,0	0,1	1,3
Financeiro	51.397	1.397	2,7	100.000	1.397	1,4
Fiscal Seguridade	51.397	1.397	2,7	100.000	1.397	1,4
Nacional	1.397	1.397	100,0	100.000	1.397	1,4
Nordeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5286 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA EM CASCAVEL - PR						
Produto: sede construída com 900 m²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.462	12.462	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.462	12.462	100,0	0	0	0,0
Sul	12.462	12.462	100,0	0	0	0,0
(P) 5373 Recuperação Emergencial das Dependências Estruturais e Físicas da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região						
Produto: AREA RECUPERADA						
Unidade de Medida: M²						
Físico	9,0	9,0	100,0	7.000,0	9,0	0,1
Nacional	9,0	9,0	100,0	7.000,0	9,0	0,1
Financeiro	13.437.312	8.437.312	62,8	9.210.542	8.437.312	91,6
Fiscal Seguridade	13.437.312	8.437.312	62,8	9.210.542	8.437.312	91,6
Nacional	13.437.312	8.437.312	62,8	9.210.542	8.437.312	91,6
(P) 5377 Conclusão da Desapropriação do Imóvel Destinado à Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas - Imissão na Posse						
Produto:						
Unidade de Medida:						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	935.690	935.690	100,0	935.690	935.690	100,0
Fiscal Seguridade	935.690	935.690	100,0	935.690	935.690	100,0
Nacional	935.690	935.690	100,0	935.690	935.690	100,0
(P) 5379 Aquisição de Imóvel para Instalação de Edifício-Sede de Vara do Trabalho da 18a. Região						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	150.000	150.000	100,0	160.000	150.000	93,8
Fiscal Seguridade	150.000	150.000	100,0	160.000	150.000	93,8
Nacional	150.000	150.000	100,0	160.000	150.000	93,8
(P) 5381 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Castanhal - PA						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	170.000	100.000	58,8	100.000	100.000	100,0
Fiscal Seguridade	170.000	100.000	58,8	100.000	100.000	100,0
Nacional	170.000	100.000	58,8	100.000	100.000	100,0
(P) 5541 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO						
Produto: sede construída com 11.000 m²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5889 Conclusão dos Tribunais Regionais do Trabalho						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.000.000	11.000.000	100,0	17.600.000	11.000.000	62,5
Fiscal Seguridade	11.000.000	11.000.000	100,0	17.600.000	11.000.000	62,5
Nacional	11.000.000	11.000.000	100,0	17.600.000	11.000.000	62,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
15000 Justiça do Trabalho						
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA						
Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO						
(P) 7273	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, EM CAMPINAS - SP - IMISSÃO NA POSSE					
Produto: imóvel desapropriado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.332.885	18.332.885	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	18.332.885	18.332.885	100,0	0	0	0,0
Sudeste	18.332.885	18.332.885	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	13.610.074.868	9.850.087.632	72,4	3.551.866.871	3.530.846.067	99,4
Fiscal Seguridade	13.610.074.868	9.850.087.632	72,4	3.551.866.871	3.530.846.067	99,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(OE) 0725 Encargos Financeiros decorrentes da Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.566	16.566	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.566	16.566	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.566	16.566	100,0	0	0	0,0
(P) 1355 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Paraná						
Produto: PREDIO CONSTRUIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sul	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.619.778	2.619.778	100,0	256.229	256.228	100,0
Fiscal Seguridade	2.619.778	2.619.778	100,0	256.229	256.228	100,0
Nacional	40.000	40.000	100,0	40.000	40.000	100,0
Sul	2.579.778	2.579.778	100,0	216.229	216.228	100,0
(P) 1603 Atualização do Sistema de Votação e Apuração						
Produto: SISTEMA ATUALIZADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	92,0	92,0	100,0	92,0	92,0	100,0
Nacional	92,0	92,0	100,0	92,0	92,0	100,0
Financeiro	97.036.937	97.036.937	100,0	97.036.938	97.036.937	100,0
Fiscal Seguridade	97.036.937	97.036.937	100,0	97.036.938	97.036.937	100,0
Nacional	97.036.937	97.036.937	100,0	97.036.938	97.036.937	100,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	299.858.644	98.800.224	32,9	41.493.932	39.555.154	95,3
Fiscal Seguridade	299.858.644	98.800.224	32,9	41.493.932	39.555.154	95,3
Nacional	299.858.644	98.800.224	32,9	41.493.932	39.555.154	95,3
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.619.089	10.619.089	100,0	5.085.357	4.650.318	91,4
Fiscal Seguridade	10.619.089	10.619.089	100,0	5.085.357	4.650.318	91,4
Nacional	10.619.089	10.619.089	100,0	5.085.357	4.650.318	91,4
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	94.993.299	94.993.299	100,0	40.462.753	38.223.315	94,5
Fiscal Seguridade	94.993.299	94.993.299	100,0	40.462.753	38.223.315	94,5
Nacional	94.993.299	94.993.299	100,0	40.462.753	38.223.315	94,5
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	139.236.358	139.236.358	100,0	64.079.089	63.028.558	98,4
Fiscal Seguridade	139.236.358	139.236.358	100,0	64.079.089	63.028.558	98,4
Nacional	139.236.358	139.236.358	100,0	64.079.089	63.028.558	98,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	52.756,0	52.756,0	100,0	28.822,0	26.902,0	93,3
Nacional	52.756,0	52.756,0	100,0	28.822,0	26.902,0	93,3
Financeiro	83.840.174	57.040.404	68,0	21.260.332	20.623.138	97,0
Fiscal Seguridade	83.840.174	57.040.404	68,0	21.260.332	20.623.138	97,0
Nacional	83.840.174	57.040.404	68,0	21.260.332	20.623.138	97,0
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	5.561,0	5.561,0	100,0	3.045,0	2.842,0	93,3
Nacional	5.561,0	5.561,0	100,0	3.045,0	2.842,0	93,3
Financeiro	18.084.166	11.506.506	63,6	5.582.505	5.144.960	92,2
Fiscal Seguridade	18.084.166	11.506.506	63,6	5.582.505	5.144.960	92,2
Nacional	18.084.166	11.506.506	63,6	5.582.505	5.144.960	92,2
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	6.725,0	6.725,0	100,0	7.392,0	2.840,0	38,4
Nacional	6.725,0	6.725,0	100,0	7.392,0	2.840,0	38,4
Financeiro	9.396.180	6.938.250	73,8	2.109.506	1.977.953	93,8
Fiscal Seguridade	9.396.180	6.938.250	73,8	2.109.506	1.977.953	93,8
Nacional	9.396.180	6.938.250	73,8	2.109.506	1.977.953	93,8
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	17.564,0	17.564,0	100,0	9.370,0	8.986,0	95,9
Nacional	17.564,0	17.564,0	100,0	9.370,0	8.986,0	95,9
Financeiro	121.959.637	86.878.719	71,2	32.902.036	32.502.010	98,8
Fiscal Seguridade	121.959.637	86.878.719	71,2	32.902.036	32.502.010	98,8
Nacional	121.959.637	86.878.719	71,2	32.902.036	32.502.010	98,8
(A) 2365 Manutenção do Sistema de Votação e Apuração						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	165.437,0	165.437,0	100,0	400.000,0	165.437,0	41,4
Nacional	165.437,0	165.437,0	100,0	400.000,0	165.437,0	41,4
Financeiro	40.478.091	14.923.231	36,9	15.389.031	14.923.231	97,0
Fiscal Seguridade	40.478.091	14.923.231	36,9	15.389.031	14.923.231	97,0
Nacional	40.478.091	14.923.231	36,9	15.389.031	14.923.231	97,0
(P) 3717 AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE						
Produto: Área ampliada com 1.500 m²	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.669.955	891.955	53,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.669.955	891.955	53,4	0	0	0,0
Nacional	778.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	891.955	891.955	100,0	0	0	0,0
(P) 3718 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão						
Produto: ÁREA AMPLIADA COM 6.317 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	89,0	89,0	100,0	19,0	9,0	47,4
Nordeste	89,0	89,0	100,0	19,0	9,0	47,4
Financeiro	4.110.329	2.600.329	63,3	700.000	588.546	84,1
Fiscal Seguridade	4.110.329	2.600.329	63,3	700.000	588.546	84,1
Nordeste	4.110.329	2.600.329	63,3	700.000	588.546	84,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	3719	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ				
	Produto: área ampliada com 2.245 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	115.075	115.075	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	115.075	115.075	100,0	0	0	0,0
Norte	115.075	115.075	100,0	0	0	0,0
(P)	3720	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí				
	Produto: AREA AMPLIADA COM 4.280 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	36,0	36,0	100,0	56,0	S.R.	0,0
Nordeste	36,0	36,0	100,0	56,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.335.315	3.597.495	67,4	2.297.495	2.297.495	100,0
Fiscal Seguridade	5.335.315	3.597.495	67,4	2.297.495	2.297.495	100,0
Nordeste	5.335.315	3.597.495	67,4	2.297.495	2.297.495	100,0
(P)	3721	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE				
	Produto: área ampliada com 1.998 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	612.440	612.440	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	612.440	612.440	100,0	0	0	0,0
Nordeste	612.440	612.440	100,0	0	0	0,0
(P)	3722	AUTOMATIZAÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO				
	Produto: seção eleitoral informatizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.099.558	72.099.558	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	72.099.558	72.099.558	100,0	0	0	0,0
Nacional	72.099.558	72.099.558	100,0	0	0	0,0
(P)	3738	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE/ ES				
	Produto: sede construída com 7.293 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	297.794	297.794	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	297.794	297.794	100,0	0	0	0,0
Sudeste	297.794	297.794	100,0	0	0	0,0
(P)	3742	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA				
	Produto: sede construída com 13.148 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	864.100	864.100	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	864.100	864.100	100,0	0	0	0,0
Nordeste	864.100	864.100	100,0	0	0	0,0
(P)	3744	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS				
	Produto: sede construída com 5.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.953.224	1.953.224	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.953.224	1.953.224	100,0	0	0	0,0
Norte	1.953.224	1.953.224	100,0	0	0	0,0
(P)	3745	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL				
	Produto: sede construída com 15.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P) 3746 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO						
Produto: Sede construída com 11.981 m ² Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.105.495	8.105.495	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.105.495	8.105.495	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	8.105.495	8.105.495	100,0	0	0	0,0
(P) 3749 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DOS CARTÓRIOS DA ZONA ELEITORAL DE DOURADOS - MS						
Produto: sede construída com 510 m ² Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	68.817	68.817	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	68.817	68.817	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	68.817	68.817	100,0	0	0	0,0
(P) 3786 AQUISICAO DE EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS						
Produto: Unidade de Medida:						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.800.000	6.800.000	100,0	6.800.000	6.800.000	100,0
Fiscal Seguridade	6.800.000	6.800.000	100,0	6.800.000	6.800.000	100,0
Nacional	6.800.000	6.800.000	100,0	6.800.000	6.800.000	100,0
(A) 4269 Pleitos Eleitorais						
Produto: ELEICAO REALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	536.933.760	533.433.760	99,3	305.601.435	296.104.663	96,9
Fiscal Seguridade	536.933.760	533.433.760	99,3	305.601.435	296.104.663	96,9
Nacional	536.933.760	533.433.760	99,3	305.601.435	296.104.663	96,9
(A) 4271 Remuneração de Pessoal da Justiça Eleitoral						
Produto: PESSOA REMUNERADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	40.854,0	40.854,0	100,0	19.607,0	20.211,0	103,1
Nacional	40.854,0	40.854,0	100,0	19.607,0	20.211,0	103,1
Financeiro	3.072.774.469	2.196.728.600	71,5	831.546.276	829.040.363	99,7
Fiscal Seguridade	3.072.774.469	2.196.728.600	71,5	831.546.276	829.040.363	99,7
Nacional	3.072.774.469	2.196.728.600	71,5	831.546.276	829.040.363	99,7
(A) 4605 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	15.647,0	15.647,0	100,0	8.572,0	8.086,0	94,3
Nacional	15.647,0	15.647,0	100,0	8.572,0	8.086,0	94,3
Financeiro	13.785.370	8.342.928	60,5	3.626.851	3.212.316	88,6
Fiscal Seguridade	13.785.370	8.342.928	60,5	3.626.851	3.212.316	88,6
Nacional	13.785.370	8.342.928	60,5	3.626.851	3.212.316	88,6
(P) 5087 Construção do Anexo I do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco						
Produto: ANEXO CONSTRUIDO COM 18.000 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	2.459.035	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	2.459.035	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	2.459.035	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P) 5221 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Espírito Santo						
Produto: CARTORIO CONSTRUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	820.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	820.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	820.000	0	0,0
(P) 5223 Construção do Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo						
Produto: ANEXO CONSTRUIDO COM 3500 M2				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.170.350	350	0,0	900.000	350	0,0
Fiscal Seguridade	1.170.350	350	0,0	900.000	350	0,0
Nacional	350	350	100,0	900.000	350	0,0
Sudeste	1.170.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5225 Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado de Goiás						
Produto: IMOVEL CONSTRUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.484.725	6.484.725	100,0	8.894.158	6.484.725	72,9
Fiscal Seguridade	6.484.725	6.484.725	100,0	8.894.158	6.484.725	72,9
Nacional	6.484.725	6.484.725	100,0	8.894.158	6.484.725	72,9
(P) 5227 Construção de Imóvel para Cartórios Eleitorais no Estado do Pará						
Produto: IMOVEL CONSTRUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	15.190	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	15.190	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	15.190	0	0,0
(P) 5229 Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará						
Produto: IMOVEL ADQUIRIDO COM 533 M2				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	359.775	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	359.775	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	359.775	0	0,0
(P) 5231 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado da Paraíba						
Produto: CARTORIO CONSTRUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6,0	6,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Nacional	6,0	6,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Financeiro	1.705.626	1.705.626	100,0	1.750.250	1.705.626	97,5
Fiscal Seguridade	1.705.626	1.705.626	100,0	1.750.250	1.705.626	97,5
Nacional	1.705.626	1.705.626	100,0	1.750.250	1.705.626	97,5
(P) 5233 Construção de Cartório Eleitoral no Estado do Piauí						
Produto: CARTORIO CONSTRUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	63.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	63.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	63.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	5235 Ampliação de Prédio para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Rio de Janeiro					
	Produto: AREA AMPLIADA COM 3.653,98 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	28,0	28,0	100,0	150,0	28,0	18,7
Nacional	28,0	28,0	100,0	150,0	28,0	18,7
Financeiro	801.073	363.414	45,4	821.366	363.414	44,2
Fiscal Seguridade	801.073	363.414	45,4	821.366	363.414	44,2
Nacional	801.073	363.414	45,4	821.366	363.414	44,2
(P)	5237 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Rio Grande do Norte					
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	720.000	720.000	100,0	720.000	720.000	100,0
Fiscal Seguridade	720.000	720.000	100,0	720.000	720.000	100,0
Nacional	720.000	720.000	100,0	720.000	720.000	100,0
(P)	5331 Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Espírito Santo					
	Produto: IMOVEL CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	188.755	188.755	100,0	250.000	188.755	75,5
Fiscal Seguridade	188.755	188.755	100,0	250.000	188.755	75,5
Nacional	188.755	188.755	100,0	250.000	188.755	75,5
(P)	5333 Construção do Centro de Treinamento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte					
	Produto: CENTRO DE TREINAMENTO CONSTRUÍDO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.579.481	79.481	5,0	80.000	79.481	99,4
Fiscal Seguridade	1.579.481	79.481	5,0	80.000	79.481	99,4
Nacional	1.579.481	79.481	5,0	80.000	79.481	99,4
(P)	5335 Aquisição de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas e para Instalação de Zonas Eleitorais					
	Produto: IMOVEL ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.920.000	1.920.000	100,0	480.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.920.000	1.920.000	100,0	480.000	0	0,0
Nacional	1.920.000	1.920.000	100,0	480.000	0	0,0
(P)	5339 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Roraima					
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	907.695	907.695	100,0	910.000	907.695	99,7
Fiscal Seguridade	907.695	907.695	100,0	910.000	907.695	99,7
Nacional	907.695	907.695	100,0	910.000	907.695	99,7
(P)	5449 Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais no Estado do Acre					
	Produto: IMOVEL ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	15.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	15.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	15.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P) 5529 CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO						
Produto: campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5531 CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE						
Produto: sede construída com 26 m²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5535 AMPLIAÇÃO DO DEPÓSITO DE URNAS ELETRÔNICOS						
Produto: depósito ampliado com 2.000 m²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5681 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas						
Produto: ÁREA AMPLIADA COM 4.600 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	100,0	100,0	100,0	29,0	29,0	100,0
Norte	100,0	100,0	100,0	29,0	29,0	100,0
Financeiro	4.735.057	4.735.057	100,0	1.284.162	1.284.162	100,0
Fiscal Seguridade	4.735.057	4.735.057	100,0	1.284.162	1.284.162	100,0
Norte	4.735.057	4.735.057	100,0	1.284.162	1.284.162	100,0
(P) 7010 CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS						
Produto: cartório construído (área total de 35.565 m²)						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.064.178	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.064.178	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	11.779.178	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	75.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	250.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	960.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7013 CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS						
Produto: imóvel construído (área total de 27.110 m²)						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.295.041	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.295.041	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.295.041	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7014 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS						
Produto: imóvel adquirido (área total de 7.050 m²)						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.080.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.080.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.080.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7017 AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DO TRE						
Produto: sede construída com 18.350 m²						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7125 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília						
Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 52.537 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.779.611	0	0,0	900.001	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.779.611	0	0,0	900.001	0	0,0
Centro-oeste	3.779.611	0	0,0	900.001	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	48			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	7127	Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Acre				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6,0	6,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	917.070	917.070	100,0	660.481	642.642	97,3
Fiscal Seguridade	917.070	917.070	100,0	660.481	642.642	97,3
Nacional	642.642	642.642	100,0	660.481	642.642	97,3
Norte	274.428	274.428	100,0	0	0	0,0
(P)	7129	Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para a Justiça Eleitoral				
	Produto: REDE INSTALADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	55,0	55,0	100,0	43,0	35,0	81,4
Nacional	55,0	55,0	100,0	43,0	35,0	81,4
Financeiro	17.913.040	13.813.040	77,1	5.580.390	5.568.042	99,8
Fiscal Seguridade	17.913.040	13.813.040	77,1	5.580.390	5.568.042	99,8
Nacional	17.913.040	13.813.040	77,1	5.580.390	5.568.042	99,8
(P)	7135	Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado da Bahia				
	Produto: IMÓVEL CONSTRUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	831.855	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	831.855	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	831.855	0	0,0
(P)	7137	Construção de Cartórios Eleitorais no Distrito Federal				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	3,0	300,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	1,0	3,0	300,0
Financeiro	370.000	370.000	100,0	190.000	190.000	100,0
Fiscal Seguridade	370.000	370.000	100,0	190.000	190.000	100,0
Centro-oeste	370.000	370.000	100,0	190.000	190.000	100,0
(P)	7139	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO				
	Produto: Imóvel adquirido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	392.000	392.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	392.000	392.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	392.000	392.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7141	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO				
	Produto: Imóvel adquirido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7143	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS NO ESTADO DE GOIÁS				
	Produto: Imóvel construído			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.226.228	1.226.228	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.226.228	1.226.228	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.226.228	1.226.228	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	7145	Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Mato Grosso do Sul				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,7	7,7	100,0	5,0	7,0	140,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	4,0	6,0	150,0
Centro-oeste	1,7	1,7	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	449.793	449.793	100,0	268.602	206.148	76,7
Fiscal Seguridade	449.793	449.793	100,0	268.602	206.148	76,7
Nacional	185.506	185.506	100,0	185.506	185.506	100,0
Centro-oeste	264.287	264.287	100,0	83.096	20.642	24,8
(P)	7149	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul				
	Produto: AREA AMPLIADA COM 1.286,51 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	57,0	57,0	100,0	22,0	22,0	100,0
Centro-oeste	57,0	57,0	100,0	22,0	22,0	100,0
Financeiro	737.387	737.387	100,0	167.388	167.387	100,0
Fiscal Seguridade	737.387	737.387	100,0	167.388	167.387	100,0
Centro-oeste	737.387	737.387	100,0	167.388	167.387	100,0
(P)	7153	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS				
	Produto: Área ampliada com 350 m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7159	Aquisição de Imóveis para os Cartórios Eleitorais no Estado de Minas Gerais				
	Produto: IMÓVEL ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	478.862	478.862	100,0	393.635	333.862	84,8
Fiscal Seguridade	478.862	478.862	100,0	393.635	333.862	84,8
Sudeste	478.862	478.862	100,0	393.635	333.862	84,8
(P)	7161	Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Pará				
	Produto: IMÓVEL CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,4	1,4	100,0	1,0	1,0	100,0
Norte	1,4	1,4	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	799.151	799.151	100,0	296.402	219.914	74,2
Fiscal Seguridade	799.151	799.151	100,0	296.402	219.914	74,2
Norte	799.151	799.151	100,0	296.402	219.914	74,2
(P)	7165	Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado da Paraíba				
	Produto: IMÓVEL CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	735.804	735.804	100,0	751.000	485.804	64,7
Fiscal Seguridade	735.804	735.804	100,0	751.000	485.804	64,7
Nacional	298.904	298.904	100,0	561.000	298.904	53,3
Nordeste	436.900	436.900	100,0	190.000	186.900	98,4
(P)	7183	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO				
	Produto: Área ampliada com 18.000 m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	7185	Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Pernambuco				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,7	3,7	100,0	10,0	2,0	20,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nordeste	3,7	3,7	100,0	7,0	2,0	28,6
Financeiro	5.359.118	5.359.118	100,0	3.446.544	3.293.951	95,6
Fiscal Seguridade	5.359.118	5.359.118	100,0	3.446.544	3.293.951	95,6
Nacional	1.292.533	1.292.533	100,0	1.292.564	1.292.533	100,0
Nordeste	4.066.585	4.066.585	100,0	2.153.980	2.001.418	92,9
(P)	7191	Construção dos Cartórios Eleitorais no Estado do Amapá				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.241.115	1.241.115	100,0	163.247	162.400	99,5
Fiscal Seguridade	1.241.115	1.241.115	100,0	163.247	162.400	99,5
Norte	1.241.115	1.241.115	100,0	163.247	162.400	99,5
(P)	7195	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS NO ESTADO DE RORAIMA				
	Produto: Imóvel adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7197	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS NO ESTADO DE SERGIPE				
	Produto: Imóvel construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	279.863	279.863	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	279.863	279.863	100,0	0	0	0,0
Nordeste	279.863	279.863	100,0	0	0	0,0
(P)	7203	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS PARA ARMAZENAMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO				
	Produto: Imóvel construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7205	CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO				
	Produto: Cartório construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	431.650	431.650	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	431.650	431.650	100,0	0	0	0,0
Sudeste	431.650	431.650	100,0	0	0	0,0
(P)	7207	AMPLIAÇÃO DO ANEXO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA				
	Produto: Área ampliada em 243 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	121.500	121.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	121.500	121.500	100,0	0	0	0,0
Norte	121.500	121.500	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
14000 Justiça Eleitoral						
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL						
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO						
(P)	7211	Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Rondônia				
	Produto: CARTORIO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,3	3,3	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	3,3	3,3	100,0	3,0	1,0	33,3
Financeiro	757.959	757.959	100,0	281.500	127.959	45,5
Fiscal Seguridade	757.959	757.959	100,0	281.500	127.959	45,5
Nacional	0	0	0,0	67.500	0	0,0
Norte	757.959	757.959	100,0	214.000	127.959	59,8
(P)	7213	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CARTÓRIOS ELEITORAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
	Produto: Imóvel adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.250.000	3.250.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.250.000	3.250.000	100,0	0	0	0,0
Sul	3.250.000	3.250.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7215	Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais no Estado do Piauí				
	Produto: IMÓVEL ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	272.800	272.800	100,0	171.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	272.800	272.800	100,0	171.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	171.000	0	0,0
Nordeste	272.800	272.800	100,0	0	0	0,0
(P)	7225	Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: IMÓVEL CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,2	0,2	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,2	0,2	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.018.153	2.018.153	100,0	989.582	989.582	100,0
Fiscal Seguridade	2.018.153	2.018.153	100,0	989.582	989.582	100,0
Nordeste	2.018.153	2.018.153	100,0	989.582	989.582	100,0
(P)	7643	Ampliação do Edifício-sede do Tre de São Paulo				
	Produto: ÁREA AMPLIADA COM 1005 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	7,0	7,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	291.006	291.006	100,0	293.180	237.186	80,9
Fiscal Seguridade	291.006	291.006	100,0	293.180	237.186	80,9
Nacional	291.006	291.006	100,0	293.180	237.186	80,9
(OA)	9407	APRECIAÇÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS				
	Produto: processo julgado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	86.493,0	12.666,0	14,6	48.038,0	S.R.	0,0
Nacional	9.000,0	2.813,0	31,3	3.800,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	7.060,0	1.970,0	27,9	4.228,0	S.R.	0,0
Nordeste	19.498,0	3.009,0	15,4	9.385,0	S.R.	0,0
Norte	9.893,0	972,0	9,8	6.058,0	S.R.	0,0
Sudeste	29.392,0	2.795,0	9,5	17.867,0	S.R.	0,0
Sul	11.650,0	1.107,0	9,5	6.700,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	4.723.588.711	3.508.618.533	74,3	1.511.436.508	1.480.324.270	97,9
Fiscal Seguridade	4.723.588.711	3.508.618.533	74,3	1.511.436.508	1.480.324.270	97,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P)	1085	Aquisição de Prédio para a Justiça Federal em Chapecó - SC				
	Produto: PRÉDIO ADQUIRIDO COM 2.100 M²		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	513.000	513.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	513.000	513.000	100,0	0	0	0,0
Sul	513.000	513.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1136	Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações				
	Produto: PREDIO CONSTRUIDO/AMPLIADO		Unidade de Medida: M²			
Físico	28.567,0	28.567,0	100,0	70.000,0	28.567,0	40,8
Nacional	28.567,0	28.567,0	100,0	70.000,0	28.567,0	40,8
Financeiro	60.800.854	10.695.854	17,6	26.036.986	10.695.854	41,1
Fiscal Seguridade	60.800.854	10.695.854	17,6	26.036.986	10.695.854	41,1
Nacional	60.800.854	10.695.854	17,6	26.036.986	10.695.854	41,1
(P)	1138	Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade da Justiça Federal				
	Produto: IMÓVEL CONSTRUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	50.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	50.000	0	0,0
(P)	1914	Construção do Centro de Treinamento da 1ª Região em Brasília - DF - CENTREJUFE				
	Produto:		Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.700.000	3.600.000	97,3	3.600.000	3.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.700.000	3.600.000	97,3	3.600.000	3.600.000	100,0
Nacional	3.700.000	3.600.000	97,3	3.600.000	3.600.000	100,0
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	569.478.795	272.138.624	47,8	110.466.954	107.655.163	97,5
Fiscal Seguridade	569.478.795	272.138.624	47,8	110.466.954	107.655.163	97,5
Nacional	569.478.795	272.138.624	47,8	110.466.954	107.655.163	97,5
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.807.477	16.807.477	100,0	7.025.349	6.680.268	95,1
Fiscal Seguridade	16.807.477	16.807.477	100,0	7.025.349	6.680.268	95,1
Nacional	16.807.477	16.807.477	100,0	7.025.349	6.680.268	95,1
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	285.985.940	285.985.940	100,0	114.601.332	111.764.156	97,5
Fiscal Seguridade	285.985.940	285.985.940	100,0	114.601.332	111.764.156	97,5
Nacional	285.985.940	285.985.940	100,0	114.601.332	111.764.156	97,5
(A)	2003	Ações de Informática				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	110.578.556	110.578.556	100,0	43.064.217	42.363.087	98,4
Fiscal Seguridade	110.578.556	110.578.556	100,0	43.064.217	42.363.087	98,4
Nacional	110.578.556	110.578.556	100,0	43.064.217	42.363.087	98,4
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		53	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	106.770,0	106.770,0	100,0	53.244,0	52.011,0	97,7
Nacional	106.770,0	106.770,0	100,0	53.244,0	52.011,0	97,7
Financeiro	144.074.568	99.152.676	68,8	39.509.112	39.042.646	98,8
Fiscal Seguridade	144.074.568	99.152.676	68,8	39.509.112	39.042.646	98,8
Nacional	144.074.568	99.152.676	68,8	39.509.112	39.042.646	98,8
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	9.459,0	9.459,0	100,0	4.892,0	4.913,0	100,4
Nacional	9.459,0	9.459,0	100,0	4.892,0	4.913,0	100,4
Financeiro	40.590.771	26.973.607	66,5	10.627.574	9.877.692	92,9
Fiscal Seguridade	40.590.771	26.973.607	66,5	10.627.574	9.877.692	92,9
Nacional	40.590.771	26.973.607	66,5	10.627.574	9.877.692	92,9
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	19.522,0	19.522,0	100,0	11.765,0	8.145,0	69,2
Nacional	19.522,0	19.522,0	100,0	11.765,0	8.145,0	69,2
Financeiro	29.061.774	22.734.850	78,2	8.816.949	6.323.060	71,7
Fiscal Seguridade	29.061.774	22.734.850	78,2	8.816.949	6.323.060	71,7
Nacional	29.061.774	22.734.850	78,2	8.816.949	6.323.060	71,7
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	39.666,0	39.666,0	100,0	20.685,0	20.232,0	97,8
Nacional	39.666,0	39.666,0	100,0	20.685,0	20.232,0	97,8
Financeiro	323.433.415	221.214.585	68,4	83.791.907	83.373.451	99,5
Fiscal Seguridade	323.433.415	221.214.585	68,4	83.791.907	83.373.451	99,5
Nacional	323.433.415	221.214.585	68,4	83.791.907	83.373.451	99,5
(P) 3726 CONSTRUÇÃO DO ANEXO AO EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA EM MACEIÓ						
Produto: Anexo construído com 18.944 m2	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	12,3	12,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12,3	12,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.269.025	1.269.025	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.269.025	1.269.025	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.269.025	1.269.025	100,0	0	0	0,0
(P) 3727 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Branco - AC						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 9.440 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	81,8	81,8	100,0	46,0	49,5	107,6
Norte	81,8	81,8	100,0	46,0	49,5	107,6
Financeiro	8.795.642	8.795.642	100,0	4.902.000	4.899.868	100,0
Fiscal Seguridade	8.795.642	8.795.642	100,0	4.902.000	4.899.868	100,0
Norte	8.795.642	8.795.642	100,0	4.902.000	4.899.868	100,0
(P) 3732 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-ANEXO AO TRF DA 2A REGIÃO, NO RIO DE JANEIRO - RJ						
Produto: anexo construído com 37.485 m²	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.358.044	1.358.044	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.358.044	1.358.044	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.358.044	1.358.044	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P)	3737	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Curitiba - PR				
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 35.000 M2			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	66,9	66,9	100,0	30,0	30,1	100,3
Sul	66,9	66,9	100,0	30,0	30,1	100,2
Financeiro	29.092.235	29.092.235	100,0	11.000.000	9.642.235	87,7
Fiscal Seguridade	29.092.235	29.092.235	100,0	11.000.000	9.642.235	87,7
Sul	29.092.235	29.092.235	100,0	11.000.000	9.642.235	87,7
(P)	3739	Construção do Edifício-Sede do TRF da 4ª Região em Porto Alegre - RS				
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 35.000 M2			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	70,8	70,8	100,0	30,0	29,5	98,3
Sul	70,8	70,8	100,0	30,0	29,5	98,3
Financeiro	35.330.001	35.330.001	100,0	14.100.000	14.100.001	100,0
Fiscal Seguridade	35.330.001	35.330.001	100,0	14.100.000	14.100.001	100,0
Sul	35.330.001	35.330.001	100,0	14.100.000	14.100.001	100,0
(P)	3754	Implantação de Varas de Execução Fiscal				
Produto: VARA DE EXECUCAO FISCAL INSTALADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Financeiro	2.141.195	2.141.195	100,0	200.000	193.615	96,8
Fiscal Seguridade	2.141.195	2.141.195	100,0	200.000	193.615	96,8
Nacional	2.141.195	2.141.195	100,0	200.000	193.615	96,8
(P)	3755	Implantação de Varas Federais				
Produto: VARA FEDERAL INSTALADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	34,0	34,0	100,0	3,0	16,0	533,3
Nacional	34,0	34,0	100,0	3,0	16,0	533,3
Financeiro	31.274.934	19.384.934	62,0	1.530.000	1.311.255	85,7
Fiscal Seguridade	31.274.934	19.384.934	62,0	1.530.000	1.311.255	85,7
Nacional	31.274.934	19.384.934	62,0	1.530.000	1.311.255	85,7
(P)	3757	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	99.287.373	61.182.373	61,6	24.838.500	24.466.468	98,5
Fiscal Seguridade	99.287.373	61.182.373	61,6	24.838.500	24.466.468	98,5
Nacional	99.287.373	61.182.373	61,6	24.838.500	24.466.468	98,5
(P)	3776	Aquisição de Prédio para a Justiça Federal em São Paulo - SP				
Produto:			Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	64.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	64.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	64.000.000	0	0,0
(A)	4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes				
Produto: PESSOA ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	51.063,0	51.063,0	100,0	24.215,0	29.766,0	122,9
Nacional	51.063,0	51.063,0	100,0	24.215,0	29.766,0	122,9
Financeiro	22.021.610	15.205.680	69,0	8.288.547	7.791.488	94,0
Fiscal Seguridade	22.021.610	15.205.680	69,0	8.288.547	7.791.488	94,0
Nacional	22.021.610	15.205.680	69,0	8.288.547	7.791.488	94,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(A) 4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal						
Produto: PROCESSO JULGADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	2.031.437,0	2.031.437,0	100,0	1.359.453,0	1.021.818,0	75,2
Nacional	2.031.437,0	2.031.437,0	100,0	1.359.453,0	1.021.818,0	75,2
Financeiro	6.449.871.464	4.431.789.192	68,7	1.809.351.761	1.804.105.384	99,7
Fiscal Seguridade	6.449.871.464	4.431.789.192	68,7	1.809.351.761	1.804.105.384	99,7
Nacional	6.449.871.464	4.431.789.192	68,7	1.809.351.761	1.804.105.384	99,7
(A) 4599 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	44.137,0	44.137,0	100,0	25.459,0	24.055,0	94,5
Nacional	44.137,0	44.137,0	100,0	25.459,0	24.055,0	94,5
Financeiro	25.925.864	13.864.575	53,5	6.665.889	5.920.759	88,8
Fiscal Seguridade	25.925.864	13.864.575	53,5	6.665.889	5.920.759	88,8
Nacional	25.925.864	13.864.575	53,5	6.665.889	5.920.759	88,8
(P) 5181 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campinas - SP						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 6.000 M2						
						Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	200.000	0	0,0
(P) 5183 Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS						
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 300 M2						
						Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA
Físico	18,0	18,0	100,0	100,0	18,0	18,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	100,0	18,0	18,0
Financeiro	52.688	52.688	100,0	300.000	52.688	17,6
Fiscal Seguridade	52.688	52.688	100,0	300.000	52.688	17,6
Nacional	52.688	52.688	100,0	300.000	52.688	17,6
(P) 5185 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Bauru - SP						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 3.000 M2						
						Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	130.000	0	0,0	130.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	130.000	0	0,0	130.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	130.000	0	0,0
Sudeste	130.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5197 Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Natal - RN						
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 2.809 M2						
						Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA
Físico	8,8	8,8	100,0	100,0	8,8	8,8
Nacional	8,8	8,8	100,0	100,0	8,8	8,8
Financeiro	2.528.000	1.328.000	52,5	3.078.000	1.328.000	43,1
Fiscal Seguridade	2.528.000	1.328.000	52,5	3.078.000	1.328.000	43,1
Nacional	1.328.000	1.328.000	100,0	3.078.000	1.328.000	43,1
Nordeste	1.200.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P)	5199	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Aracaju - SE				
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 2.125 M2				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.000.000	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Nordeste	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5201	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA				
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 8.000 M2				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	200.000	0	0,0
(P)	5203	Aquisição de Terreno para a Seção Judiciária em Goiânia - GO (Desapropriação)				
Produto: TERRENO ADQUIRIDO COM 750 M2				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	100,0	100,0	100,0	1,0	100,0	10.000,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	1,0	100,0	10.000,0
Financeiro	223.000	223.000	100,0	223.000	223.000	100,0
Fiscal Seguridade	223.000	223.000	100,0	223.000	223.000	100,0
Nacional	223.000	223.000	100,0	223.000	223.000	100,0
(P)	5205	Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal				
Produto: JUIZADOS ESPECIAIS IMPLANTADOS				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	223,0	223,0	100,0	3,0	223,0	7.433,3
Nacional	223,0	223,0	100,0	3,0	223,0	7.433,3
Financeiro	20.205.411	9.765.411	48,3	11.100.000	9.765.411	88,0
Fiscal Seguridade	20.205.411	9.765.411	48,3	11.100.000	9.765.411	88,0
Nacional	20.205.411	9.765.411	48,3	11.100.000	9.765.411	88,0
(P)	5207	Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Ribeirão Preto - SP				
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 4.500 M2				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	300.000	0	0,0	1.946.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	300.000	0	0,0	1.946.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.946.000	0	0,0
Sudeste	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5459	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA				
Produto: sede construída com 49.617 m²				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5461	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CASCAVEL - PR				
Produto: sede construída com 4.000 m²				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5463	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM BLUMENAU - SC				
Produto: sede construída com m²				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P)	5465	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM ASSIS - SP				
		Produto: sede construída com 2.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5467	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM COLATINA - ES				
		Produto: sede construída com 950 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5469	AQUISIÇÃO DE TERRENO ANEXO AO EDIFÍCIO-SEDE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, EM BRASÍLIA - DF				
		Produto: terreno adquirido com 2.331 m ²		Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5471	AQUISIÇÃO DE PRÉDIO PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA EM BRASÍLIA - DF (DESAPROPRIAÇÃO)				
		Produto: prédio adquirido com 11.237 m ²		Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5473	AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE JUÍZES FEDERAIS				
		Produto: juiz nomeado		Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5477	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM DOURADOS - MS				
		Produto: sede construída com 2.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5479	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM CAXIAS DO SUL - RS				
		Produto: sede construída com 6.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5481	IMPLANTAÇÃO DE JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS				
		Produto: juizado implantado		Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5483	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM UMUARAMA - PR				
		Produto: sede construída com 3.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5485	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM SOROCABA - SP				
		Produto: sede construída com 3.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5491	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM RIO GRANDE - RS				
		Produto: sede construída com 4.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5493	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM NOVO HAMBURGO - RS				
		Produto: sede construída com 6.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P) 5495	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM MARINGÁ - PR					
	Produto: sede construída com 4.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5497	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM JOINVILLE - SC					
	Produto: sede construída com 3.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5499	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM IMPERATRIZ - MA					
	Produto: sede construída com 3.390 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5503	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM SÃO JOÃO DE MERITI - RJ					
	Produto: sede construída com 6.500 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5515	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL, EM FRANCA - SP					
	Produto: sede construída com 2.000 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5548	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília - SP					
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 9.463 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	17,2	17,2	100,0	42,0	S.R.	0,0
Sudeste	17,2	17,2	100,0	42,0	S.R.	0,0
Financeiro	320.000	320.000	100,0	550.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	320.000	320.000	100,0	550.000	0	0,0
Sudeste	320.000	320.000	100,0	550.000	0	0,0
(P) 5549	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos - SP					
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 4.000 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	5,8	5,8	100,0	33,0	5,0	15,2
Sudeste	5,8	5,8	100,0	33,0	5,0	15,2
Financeiro	1.265.392	165.392	13,1	1.100.000	155.127	14,1
Fiscal Seguridade	1.265.392	165.392	13,1	1.100.000	155.127	14,1
Sudeste	1.265.392	165.392	13,1	1.100.000	155.127	14,1
(P) 5550	Aquisição de Prédio para a Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG (Desapropriação)					
	Produto: PREDIO ADQUIRIDO COM 16.086 M2		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	77,6	77,6	100,0	1,0	77,6	7.760,0
Sudeste	77,6	77,6	100,0	1,0	77,6	7.759,0
Financeiro	9.832.517	9.832.517	100,0	12.000.000	9.832.517	81,9
Fiscal Seguridade	9.832.517	9.832.517	100,0	12.000.000	9.832.517	81,9
Sudeste	9.832.517	9.832.517	100,0	12.000.000	9.832.517	81,9
(P) 5551	Aquisição de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE					
	Produto: SEDE ADQUIRIDA COM 12.298 M2		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.400.000	3.400.000	63,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.400.000	3.400.000	63,0	2.000.000	0	0,0
Nordeste	5.400.000	3.400.000	63,0	2.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
12000 Justiça Federal						
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS						
(P) 5552 AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA A SEÇÃO JUDICIÁRIA EM FORTALEZA - CE (DESAPROPRIAÇÃO)						
Produto: terreno adquirido com 16.086 m ²	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	911.226	911.226	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	911.226	911.226	100,0	0	0	0,0
Nordeste	911.226	911.226	100,0	0	0	0,0
(P) 5554 AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE						
Produto: sede adquirida com 23.885 m ²	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7235 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora - MG						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 10.571 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Sudeste	0	0	0,0	200.000	0	0,0
(P) 7237 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cachoeiro de Itapemirim - ES						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 977 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	58,5	58,5	100,0	40,0	40,0	100,0
Sudeste	58,5	58,5	100,0	40,0	40,0	100,0
Financeiro	939.697	939.697	100,0	350.000	349.697	99,9
Fiscal Seguridade	939.697	939.697	100,0	350.000	349.697	99,9
Sudeste	939.697	939.697	100,0	350.000	349.697	99,9
(P) 7241 Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá - MT						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 10.263 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	74,3	74,3	100,0	44,0	44,6	101,4
Centro-oeste	74,3	74,3	100,0	44,0	44,6	101,3
Financeiro	10.172.873	6.252.873	61,5	8.318.000	4.168.000	50,1
Fiscal Seguridade	10.172.873	6.252.873	61,5	8.318.000	4.168.000	50,1
Centro-oeste	10.172.873	6.252.873	61,5	8.318.000	4.168.000	50,1
(P) 7251 AMPLIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS						
Produto: Gabinetes implantados	Unidade de Medida: unidade					
Físico	38,0	38,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	38,0	38,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.814.805	7.814.805	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.814.805	7.814.805	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.814.805	7.814.805	100,0	0	0	0,0
(P) 7251 AMPLIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS						
Produto: turma julgadora implantada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7345 Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Teresina - PI						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 6.500 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	26,0	26,0	100,0	50,0	22,2	44,4
Nordeste	26,0	26,0	100,0	50,0	22,2	44,4
Financeiro	7.428.497	3.428.497	46,2	3.300.000	3.300.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.428.497	3.428.497	46,2	3.300.000	3.300.000	100,0
Nordeste	7.428.497	3.428.497	46,2	3.300.000	3.300.000	100,0
Financ. Total Programa	8.359.916.643	5.734.242.171	68,6	2.439.062.077	2.322.980.890	95,2
Fiscal Seguridade	8.359.916.643	5.734.242.171	68,6	2.439.062.077	2.322.980.890	95,2
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	60	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
13000 Justiça Militar						
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR						
Gerente em 31/12/2002: AFONSO IVAN MACHADO						
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.000.136	7.487.036	41,6	3.086.140	2.832.343	91,8
Fiscal Seguridade	18.000.136	7.487.036	41,6	3.086.140	2.832.343	91,8
Nacional	18.000.136	7.487.036	41,6	3.086.140	2.832.343	91,8
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.019.784	2.019.784	100,0	939.000	828.202	88,2
Fiscal Seguridade	2.019.784	2.019.784	100,0	939.000	828.202	88,2
Nacional	2.019.784	2.019.784	100,0	939.000	828.202	88,2
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.153.579	8.153.579	100,0	3.067.480	2.984.634	97,3
Fiscal Seguridade	8.153.579	8.153.579	100,0	3.067.480	2.984.634	97,3
Nacional	8.153.579	8.153.579	100,0	3.067.480	2.984.634	97,3
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.943.705	4.943.705	100,0	1.989.000	1.923.108	96,7
Fiscal Seguridade	4.943.705	4.943.705	100,0	1.989.000	1.923.108	96,7
Nacional	4.943.705	4.943.705	100,0	1.989.000	1.923.108	96,7
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5.138,0	5.138,0	100,0	2.950,0	2.575,0	87,3
Nacional	5.138,0	5.138,0	100,0	2.950,0	2.575,0	87,3
Financeiro	8.178.903	5.718.903	69,9	2.452.000	2.442.943	99,6
Fiscal Seguridade	8.178.903	5.718.903	69,9	2.452.000	2.442.943	99,6
Nacional	8.178.903	5.718.903	69,9	2.452.000	2.442.943	99,6
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	447,0	447,0	100,0	226,0	164,0	72,6
Nacional	447,0	447,0	100,0	226,0	164,0	72,6
Financeiro	1.216.364	896.364	73,7	327.600	303.274	92,6
Fiscal Seguridade	1.216.364	896.364	73,7	327.600	303.274	92,6
Nacional	1.216.364	896.364	73,7	327.600	303.274	92,6
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	695,0	695,0	100,0	690,0	134,0	19,4
Nacional	695,0	695,0	100,0	690,0	134,0	19,4
Financeiro	1.037.104	887.104	85,5	356.400	249.767	70,1
Fiscal Seguridade	1.037.104	887.104	85,5	356.400	249.767	70,1
Nacional	1.037.104	887.104	85,5	356.400	249.767	70,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
13000 Justiça Militar						
0566 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL MILITAR						
Gerente em 31/12/2002: AFONSO IVAN MACHADO						
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.382,0	1.382,0	100,0	690,0	659,0	95,5
Nacional	1.382,0	1.382,0	100,0	690,0	659,0	95,5
Financeiro	10.501.200	7.201.200	68,6	2.891.000	2.891.000	100,0
Fiscal Seguridade	10.501.200	7.201.200	68,6	2.891.000	2.891.000	100,0
Nacional	10.501.200	7.201.200	68,6	2.891.000	2.891.000	100,0
(P)	3733	Construção do Edifício-Sede da 1ª Circunscrição Judiciária Militar no Rio de Janeiro				
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 3.416 M2			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	44,5	44,5	100,0	20,0	13,0	65,0
Sudeste	44,5	44,5	100,0	20,0	13,0	65,0
Financeiro	3.668.462	1.861.462	50,7	807.000	515.996	63,9
Fiscal Seguridade	3.668.462	1.861.462	50,7	807.000	515.996	63,9
Sudeste	3.668.462	1.861.462	50,7	807.000	515.996	63,9
(A)	4225	Processamento de Causas na Justiça Militar				
	Produto: PROCESSO JULGADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.364,0	1.364,0	100,0	710,0	736,0	103,7
Nacional	1.364,0	1.364,0	100,0	710,0	736,0	103,7
Financeiro	225.630.758	157.480.158	69,8	56.531.170	56.420.576	99,8
Fiscal Seguridade	225.630.758	157.480.158	69,8	56.531.170	56.420.576	99,8
Nacional	225.630.758	157.480.158	69,8	56.531.170	56.420.576	99,8
(A)	4601	Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Militar				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	762,0	762,0	100,0	400,0	521,0	130,3
Nacional	762,0	762,0	100,0	400,0	521,0	130,3
Financeiro	1.752.719	974.819	55,6	412.560	379.454	92,0
Fiscal Seguridade	1.752.719	974.819	55,6	412.560	379.454	92,0
Nacional	1.752.719	974.819	55,6	412.560	379.454	92,0
Financ. Total Programa	285.102.714	197.624.114	69,3	72.859.350	71.771.297	98,5
Fiscal Seguridade	285.102.714	197.624.114	69,3	72.859.350	71.771.297	98,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0364 AGRICULTURA DE PRECISÃO						
Gerente em 31/12/2002: Evandro Chartuni Mantovani						
(A)	4240	Desenvolvimento de Metodologias Avançadas para o Agronegócio				
	Produto: METODOLOGIA DISPONIBILIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	9.967.912	7.207.912	72,3	2.880.000	2.157.840	74,9
Fiscal Seguridade	9.967.912	7.207.912	72,3	2.880.000	2.157.840	74,9
Nacional	9.967.912	7.207.912	72,3	2.880.000	2.157.840	74,9
(A)	4241	Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	9.419.611	6.828.211	72,5	2.902.295	1.935.113	66,7
Fiscal Seguridade	9.419.611	6.828.211	72,5	2.902.295	1.935.113	66,7
Nacional	9.419.611	6.828.211	72,5	2.902.295	1.935.113	66,7
(A)	4242	Desenvolvimento de Sistemas de Rastreamento e de Tomada de Decisão para o Agronegócio				
	Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	9.802.827	5.358.127	54,7	4.143.000	2.503.528	60,4
Fiscal Seguridade	9.802.827	5.358.127	54,7	4.143.000	2.503.528	60,4
Nacional	9.802.827	5.358.127	54,7	4.143.000	2.503.528	60,4
Financ. Total Programa	29.190.350	19.394.250	66,4	9.925.295	6.596.481	66,5
Fiscal Seguridade	29.190.350	19.394.250	60,6	9.925.295	6.596.481	66,5
0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Rinaldo Junqueira de Barros						
(OE)	0747	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0749	REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0751	DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CAJU				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0753	ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Rinaldo Junqueira de Barros						
(P) 1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA						
Produto: patrulha agrícola mecanizada adquirida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	442,4	442,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	14,9	14,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,6	9,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	85,3	85,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	107,6	107,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	224,9	224,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.485.913	15.485.913	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.485.913	15.485.913	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	670.000	670.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	505.000	505.000	100,0	0	0	0,0
Norte	1.919.000	1.919.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.620.000	2.620.000	100,0	0	0	0,0
Sul	9.771.913	9.771.913	100,0	0	0	0,0
(P) 1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL						
Produto: rede elétrica rural implantada						
Unidade de Medida: km						
Físico	1.918,2	1.918,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	788,5	788,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	446,5	446,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	240,4	240,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	372,5	372,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	70,2	70,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.580.000	15.580.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.580.000	15.580.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.760.000	5.760.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.350.000	3.350.000	100,0	0	0	0,0
Norte	1.065.000	1.065.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	4.380.000	4.380.000	100,0	0	0	0,0
Sul	1.025.000	1.025.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1494 Estimulo à Produção Agropecuária						
Produto: REDE ELETRICA IMPLANTADA						
Unidade de Medida: KM						
Físico	4.400,5	4.400,5	100,0	10.852,0	867,0	8,0
Nacional	1.124,1	1.124,1	100,0	10.852,0	867,0	8,0
Centro-oeste	1.896,7	1.896,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	33,5	33,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	125,9	125,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	911,8	911,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	308,5	308,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	800.920.369	661.927.369	82,6	296.886.425	210.211.707	70,8
Fiscal Seguridade	800.920.369	661.927.369	82,6	296.886.425	210.211.707	70,8
Nacional	512.161.313	500.161.313	97,7	296.736.425	210.211.707	70,8
Centro-oeste	15.513.100	10.953.100	70,6	0	0	0,0
Nordeste	41.663.120	21.110.120	50,7	150.000	0	0,0
Norte	28.749.000	8.749.000	30,4	0	0	0,0
Sudeste	90.954.391	54.222.391	59,6	0	0	0,0
Sul	111.879.445	66.731.445	59,6	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Rinaldo Junqueira de Barros						
(A) 2139 VIGILÂNCIA ZOOSSANITÁRIA						
Produto: Permissão de trânsito emitida						
Físico	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.581.023	39.581.023	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.581.023	39.581.023	100,0	0	0	0,0
Nacional	39.581.023	39.581.023	100,0	0	0	0,0
(A) 2356 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA						
Produto: produtor assistido						
Físico	97.390,0	97.390,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	73.780,0	73.780,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.476,0	1.476,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	22.134,0	22.134,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.265.000	8.265.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.265.000	8.265.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.065.000	5.065.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sul	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5695 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL						
Produto: Produtor assistido						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 7062 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA						
Produto: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	879.832.305	740.839.305	84,2	296.886.425	210.211.707	70,8
Fiscal Seguridade	879.832.305	740.839.305	60,6	296.886.425	210.211.707	70,8

0069 CESTA DE ALIMENTOS

Gerente em 31/12/2002: Ricardo César Alves da Silva

(A) 2158 DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS A FAMÍLIAS CARENTES

Produto: Cesta distribuída

Unidade de Medida: unidade

Físico	20.399.250,0	20.399.250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	9.783.447,0	9.783.447,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	518.853,0	518.853,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5.635.432,0	5.635.432,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	653.524,0	653.524,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.556.207,0	2.556.207,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.251.787,0	1.251.787,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.843.100	7.843.100	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.843.100	7.843.100	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.843.100	7.843.100	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0069 CESTA DE ALIMENTOS						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo César Alves da Silva						
(A) 4244 AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA						
Produto: Produto adquirido	Unidade de Medida: t					
Físico	233.560,0	233.560,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	140.006,0	140.006,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	7.977,0	7.977,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	44.614,0	44.614,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7.042,0	7.042,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	19.783,0	19.783,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	14.138,0	14.138,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	121.983.546	121.983.546	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	121.983.546	121.983.546	100,0	0	0	0,0
Nacional	121.983.546	121.983.546	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	129.826.646	129.826.646	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	129.826.646	129.826.646	60,6	0	0	0,0
0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Novais de Almeida						
(P) 1088 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLO E DE ÁGUA						
Produto: unidade implantada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	32,0	32,0	100,0	36,0	15,0	41,7
Nacional	23,0	23,0	100,0	36,0	15,0	41,7
Centro-oeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.971.215	5.192.326	74,5	2.500.000	2.446.107	97,8
Fiscal Seguridade	6.782.326	5.192.326	76,6	2.500.000	2.446.107	97,8
Nacional	6.782.326	5.192.326	76,6	2.500.000	2.446.107	97,8
Demais Fontes	188.889	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	61.658	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	31.318	0	0,0	0	0	0,0
Norte	39.148	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	54.807	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.957	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2172 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA						
Produto: tecnologia gerada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	99,0	99,0	100,0	29,0	19,0	65,5
Nacional	99,0	99,0	100,0	29,0	19,0	65,5
Financeiro	22.246.387	15.384.087	69,2	7.220.000	5.277.897	73,1
Fiscal Seguridade	22.246.387	15.384.087	69,2	7.220.000	5.277.897	73,1
Nacional	22.246.387	15.384.087	69,2	7.220.000	5.277.897	73,1
(P) 5583 CORREÇÃO, CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA						
Produto: tecnologia gerada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 7065 CONSERVAÇÃO E CORREÇÃO DE SOLOS						
Produto: área conservada e corrigida	Unidade de Medida: ha					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7066 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS SOLOS AGRICULTÁVEIS NO ESTADO DE SÃO PAULO						
Produto: área conservada	Unidade de Medida: ha					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	66	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Novais de Almeida						
(OA) 9342 FINANCIAMENTO AO USO DE CORRETIVOS DE SOLO (PRÓ-SOLO)						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: produtor financiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	16.666,0	2.905,0	17,4	0,0	0,0	0,0
Nacional	16.666,0	2.905,0	17,4	0,0	0,0	0,0
Financeiro	53.891.000	53.891.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	53.891.000	53.891.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	53.891.000	53.891.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	83.108.602	74.467.413	89,6	9.720.000	7.724.004	79,5
Fiscal Seguridade	29.028.713	20.576.413	60,6	9.720.000	7.724.004	79,5
Demais Fontes	54.079.889	53.891.000	30,6	0	0	0,0
0357 CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado						
(P) 1827 Apoio à Modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em Instâncias Intermediárias						
Produto: SISTEMA ESTADUAL MODERNIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.822.644	3.346.144	87,5	3.350.000	3.346.144	99,9
Fiscal Seguridade	3.822.644	3.346.144	87,5	3.350.000	3.346.144	99,9
Nacional	3.822.644	3.346.144	87,5	3.350.000	3.346.144	99,9
(A) 2134 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos						
Produto: PARTIDA INSPECIONADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	600.060,0	600.060,0	100,0	200.000,0	370.480,0	185,2
Nacional	503.405,0	503.405,0	100,0	200.000,0	370.480,0	185,2
Centro-oeste	18.351,0	18.351,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	14.178,0	14.178,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8.902,0	8.902,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	11.958,0	11.958,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	43.266,0	43.266,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.751.579	15.118.579	69,5	7.610.310	7.479.708	98,3
Fiscal Seguridade	21.751.579	15.118.579	69,5	7.610.310	7.479.708	98,3
Nacional	21.751.579	15.118.579	69,5	7.610.310	7.479.708	98,3
(A) 2139 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos						
Produto: PARTIDA INSPECIONADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.402.520,0	2.402.520,0	100,0	1.256.000,0	2.402.520,0	191,3
Nacional	2.402.520,0	2.402.520,0	100,0	1.256.000,0	2.402.520,0	191,3
Financeiro	48.379.645	23.946.082	49,5	27.625.754	23.946.082	86,7
Fiscal Seguridade	48.379.645	23.946.082	49,5	27.625.754	23.946.082	86,7
Nacional	48.379.645	23.946.082	49,5	27.625.754	23.946.082	86,7
(A) 2139 VIGILÂNCIA ZOOSSANITÁRIA						
Produto: Permissão de trânsito emitida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	821.125,0	821.125,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	630.422,0	630.422,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	182.023,0	182.023,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	700,0	700,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.381,0	1.381,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	6.599,0	6.599,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	61.909.534	61.909.534	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	61.909.534	61.909.534	100,0	0	0	0,0
Nacional	59.909.534	59.909.534	100,0	0	0	0,0
Norte	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0357 CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado						
(A) 2180	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos					
Produto: PARTIDA INSPECIONADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	883.140,0	883.140,0	100,0	316.700,0	420.000,0	132,6
Nacional	883.140,0	883.140,0	100,0	316.700,0	420.000,0	132,6
Financeiro	6.215.454	4.560.454	73,4	1.950.000	1.870.909	95,9
Fiscal Seguridade	6.215.454	4.560.454	73,4	1.950.000	1.870.909	95,9
Nacional	6.215.454	4.560.454	73,4	1.950.000	1.870.909	95,9
(A) 2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos					
Produto: PARTIDA INSPECIONADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15.388,0	15.388,0	100,0	1.430,0	9.361,0	654,6
Nacional	10.665,0	10.665,0	100,0	1.430,0	9.361,0	654,6
Centro-oeste	1.144,0	1.144,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	74,0	74,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.173,0	1.173,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	629,0	629,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.703,0	1.703,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.611.891	9.246.891	73,3	3.619.100	3.557.538	98,3
Fiscal Seguridade	12.611.891	9.246.891	73,3	3.619.100	3.557.538	98,3
Nacional	12.611.891	9.246.891	73,3	3.619.100	3.557.538	98,3
Financ. Total Programa	154.690.747	118.127.684	76,4	44.155.164	40.200.381	91,0
Fiscal Seguridade	154.690.747	118.127.684	60,6	44.155.164	40.200.381	91,0
0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Caixeta Spinola						
(P) 1685	Implantação de Unidades Demonstrativas de Cultivo e Processamento de Produção Aquícola					
Produto: UNIDADE IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.715.686	2.925.686	51,2	3.000.000	2.925.686	97,5
Fiscal Seguridade	5.715.686	2.925.686	51,2	3.000.000	2.925.686	97,5
Nacional	5.715.686	2.925.686	51,2	3.000.000	2.925.686	97,5
(P) 1862	Implantação de Centro de Pesquisas em Aquicultura (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)					
Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.712.840	2.264.840	83,5	2.834.000	1.040.000	36,7
Fiscal Seguridade	2.712.840	2.264.840	83,5	2.834.000	1.040.000	36,7
Nacional	0	0	0,0	34.000	0	0,0
Nordeste	2.712.840	2.264.840	83,5	2.800.000	1.040.000	37,1
(P) 1872	Implantação de Unidades Demonstrativas para Produção de Pescados em Poços Salinizados (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)					
Produto: UNIDADE IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.221.616	166.116	13,6	360.000	25.257	7,0
Fiscal Seguridade	574.116	166.116	28,9	360.000	25.257	7,0
Nordeste	574.116	166.116	28,9	360.000	25.257	7,0
Demais Fontes	647.500	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	582.300	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	65.200	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	68	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Caixeta Spinola						
(A)	2154 Pesquisa e Desenvolvimento em Aquicultura					
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	1.339.192	959.192	71,6	358.000	351.478	98,2
Fiscal Seguridade	1.339.192	959.192	71,6	358.000	351.478	98,2
Nacional	1.339.192	959.192	71,6	358.000	351.478	98,2
(A)	2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura					
(Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)						
	Produto: ALEVINO PRODUZIDO		Unidade de Medida: MILHAO			
Físico	65,8	65,8	100,0	27,0	30,3	112,2
Nordeste	62,3	62,3	100,0	25,0	29,0	115,9
Sudeste	3,6	3,6	100,0	2,0	1,4	68,7
Financeiro	11.010.823	8.458.033	76,8	3.803.798	3.085.097	81,1
Fiscal Seguridade	10.810.823	8.458.033	78,2	3.803.798	3.085.097	81,1
Nacional	35.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	9.420.641	7.437.751	79,0	3.256.990	2.729.422	83,8
Sudeste	1.355.182	1.020.282	75,3	546.808	355.675	65,0
Demais Fontes	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	192.302	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	7.698	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3670 Pesquisas, Estudos e Projetos em Aquicultura					
(Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)						
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	34,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	34,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.124.826	236.826	21,1	550.000	46.826	8,5
Fiscal Seguridade	476.826	236.826	49,7	550.000	46.826	8,5
Nacional	286.826	46.826	16,3	550.000	46.826	8,5
Norte	190.000	190.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	648.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	34.105	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	68.211	0	0,0	0	0	0,0
Norte	545.684	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5524 Promoção de Eventos para Divulgação da Aquicultura					
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	8,0	4,0	50,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	8,0	4,0	50,0
Financeiro	1.289.981	889.981	69,0	398.000	393.896	99,0
Fiscal Seguridade	1.289.981	889.981	69,0	398.000	393.896	99,0
Nacional	1.289.981	889.981	69,0	398.000	393.896	99,0
(A)	6314 Apoio a Ações de Desenvolvimento da Aquicultura					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	320.000	320.000	100,0	240.000	240.000	100,0
Fiscal Seguridade	320.000	320.000	100,0	240.000	240.000	100,0
Nacional	240.000	240.000	100,0	240.000	240.000	100,0
Sudeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

69

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Caixeta Spinola						
(P) 7067	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM JAZIDAS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO					
Produto: unidade de aquícultura implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7901	Estudos Sócio-econômicos para Desenvolvimento de Cadeias Aquícolas					
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.493.820	1.723.820	69,1	771.000	764.072	99,1
Fiscal Seguridade	2.493.820	1.723.820	69,1	771.000	764.072	99,1
Nacional	2.493.820	1.723.820	69,1	771.000	764.072	99,1
(A) 7907	DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA DE ÁGUA DOCE (Ministério do Meio Ambiente)					
Produto: tecnologia gerada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	27.228.784	17.944.494	65,9	12.314.798	8.872.312	72,0
Fiscal Seguridade	25.733.284	17.944.494	60,6	12.314.798	8.872.312	72,0
Demais Fontes	1.495.500	0	30,6	0	0	0,0
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Jaime Junqueira Payne						
(OE) 0012	Financiamento para Custeio de Lavouras Cafeeiras, Colheita de Café e Retenção Voluntária de Estoques					
Produto: FINANCIAMENTO CONCEDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	27.344,0	27.344,0	100,0	22.500,0	21.952,0	97,6
Nacional	27.344,0	27.344,0	100,0	22.500,0	21.952,0	97,6
Financeiro	1.400.747.276	876.254.997	62,6	693.180.883	679.807.298	98,1
Fiscal Seguridade	1.400.747.276	876.254.997	62,6	693.180.883	679.807.298	98,1
Nacional	1.400.747.276	876.254.997	62,6	693.180.883	679.807.298	98,1
(OE) 0013	FINANCIAMENTO PARA RETENÇÃO VOLUNTÁRIA DE ESTOQUES					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	346.671.470	346.671.470	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	346.671.470	346.671.470	100,0	0	0	0,0
Nacional	346.671.470	346.671.470	100,0	0	0	0,0
(OE) 0014	FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO DE LAVOURAS CAFEIEIRAS					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	367.000.000	367.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	367.000.000	367.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	367.000.000	367.000.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0993	FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFE					
Produto:			Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	89.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	89.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	89.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Jaime Junqueira Payne						
(P) 1020 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CAFEICULTURA						
Produto: tecnologia gerada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	367,0	367,0	100,0	150,0	13,0	8,7
Nacional	367,0	367,0	100,0	150,0	13,0	8,7
Financeiro	39.890.396	31.890.396	79,9	15.200.000	672.849	4,4
Fiscal Seguridade	39.890.396	31.890.396	79,9	15.200.000	672.849	4,4
Nacional	39.890.396	31.890.396	79,9	15.200.000	672.849	4,4
(P) 1021 Promoção do Café Brasileiro						
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	30,0	6,0	20,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	30,0	6,0	20,0
Financeiro	9.065.068	5.065.068	55,9	8.000.000	1.573.460	19,7
Fiscal Seguridade	9.065.068	5.065.068	55,9	8.000.000	1.573.460	19,7
Nacional	9.065.068	5.065.068	55,9	8.000.000	1.573.460	19,7
(P) 1022 PROMOÇÃO DO CAFÉ NO EXTERIOR						
Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,2	3,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,2	3,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.736.801	2.736.801	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.736.801	2.736.801	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.736.801	2.736.801	100,0	0	0	0,0
(A) 2825 Conservação dos Estoques Reguladores de Café						
Produto: ESTOQUE CONSERVADO			Unidade de Medida: SACA			
Físico	12.415.891,0	12.415.891,0	100,0	2.000.000,0	5.497.640,0	274,9
Nacional	12.415.891,0	12.415.891,0	100,0	2.000.000,0	5.497.640,0	274,9
Financeiro	39.638.688	31.638.688	79,8	16.337.000	12.509.285	76,6
Fiscal Seguridade	39.638.688	31.638.688	79,8	16.337.000	12.509.285	76,6
Nacional	39.638.688	31.638.688	79,8	16.337.000	12.509.285	76,6
(P) 7069 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CAFÉ DAS MONTANHAS, ARÁBICA E CONILON DE QUALIDADE						
Produto: tecnologia gerada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 9104 Financiamento para Investimentos em Melhoria da Qualidade do Café						
Produto: FINANCIAMENTO CONCEDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	324,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	324,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.205.749.699	1.661.257.420	75,3	821.717.883	694.562.892	84,5
Fiscal Seguridade	2.205.749.699	1.661.257.420	60,6	821.717.883	694.562.892	84,5
8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES						
Gerente em 31/12/2002: Paulo César Nogueira						
(P) 1687 Assistência Técnica aos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais						
Produto: PRODUTOR ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.074.485	1.374.485	44,7	1.800.000	1.374.485	76,4
Fiscal Seguridade	3.074.485	1.374.485	44,7	1.800.000	1.374.485	76,4
Nacional	3.074.485	1.374.485	44,7	1.800.000	1.374.485	76,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES						
Gerente em 31/12/2002: Paulo César Nogueira						
(A) 2461 Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais						
Produto: TECNOLOGIA GERADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	5.213.199	2.365.199	45,4	2.365.200	2.365.199	100,0
Fiscal Seguridade	5.213.199	2.365.199	45,4	2.365.200	2.365.199	100,0
Nacional	5.213.199	2.365.199	45,4	2.365.200	2.365.199	100,0
(A) 2493 Certificação de Flores e Plantas Ornamentais						
Produto: PRODUTO CERTIFICADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.789.592	889.592	49,7	950.000	889.592	93,6
Fiscal Seguridade	1.789.592	889.592	49,7	950.000	889.592	93,6
Nacional	1.789.592	889.592	49,7	950.000	889.592	93,6
(P) 5627 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORÍCOLA						
Produto: sistema implantado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	10.377.276	4.629.276	44,6	5.115.200	4.629.276	90,5
Fiscal Seguridade	10.377.276	4.629.276	60,6	5.115.200	4.629.276	90,5
0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA						
Gerente em 31/12/2002: Jose Rozalvo Andrigueto						
(P) 1084 Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura						
Produto: AREA PREVENIDA	Unidade de Medida: HA					
Físico	4.094.611,0	4.094.611,0	100,0	1.900.000,0	1.900.000,0	100,0
Nacional	3.503.611,0	3.503.611,0	100,0	1.900.000,0	1.900.000,0	100,0
Centro-oeste	24.000,0	24.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	402.000,0	402.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	38.000,0	38.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	127.000,0	127.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.512.052	4.712.052	72,4	2.970.000	2.881.654	97,0
Fiscal Seguridade	6.512.052	4.712.052	72,4	2.970.000	2.881.654	97,0
Nacional	6.512.052	4.712.052	72,4	2.970.000	2.881.654	97,0
(P) 1102 Capacitação de Fruticultores						
Produto: FRUTICULTOR CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	15.686,0	15.686,0	100,0	7.500,0	4.086,0	54,5
Nacional	15.686,0	15.686,0	100,0	7.500,0	4.086,0	54,5
Financeiro	3.858.079	3.023.553	78,4	400.000	399.688	99,9
Fiscal Seguridade	3.423.553	3.023.553	88,3	400.000	399.688	99,9
Nacional	3.423.553	3.023.553	88,3	400.000	399.688	99,9
Demais Fontes	434.526	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	434.526	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA						
Gerente em 31/12/2002: Jose Rozalvo Andrigueto						
(P)	1103	Campanha para Promoção das Frutas Brasileiras				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	36,0	36,0	100,0	12,0	9,0	75,0
Nacional	31,0	31,0	100,0	12,0	9,0	75,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.339.602	5.405.076	85,3	1.600.000	1.583.003	98,9
Fiscal Seguridade	5.905.076	5.405.076	91,5	1.600.000	1.583.003	98,9
Nacional	5.905.076	5.405.076	91,5	1.600.000	1.583.003	98,9
Demais Fontes	434.526	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	434.526	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1104	Difusão de Tecnologias em Fruticultura				
	Produto: FRUTICULTOR ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17.778,0	17.778,0	100,0	7.500,0	9.056,0	120,7
Nacional	17.778,0	17.778,0	100,0	7.500,0	9.056,0	120,7
Financeiro	8.616.627	6.009.006	69,7	2.785.300	2.692.570	96,7
Fiscal Seguridade	8.269.006	6.009.006	72,7	2.785.300	2.692.570	96,7
Nacional	8.269.006	6.009.006	72,7	2.785.300	2.692.570	96,7
Demais Fontes	347.621	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	347.621	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3653	Controle de Resíduos Químicos na Fruticultura				
	Produto: PRODUTO ANALISADO		Unidade de Medida: TON			
Físico	0,0	0,0	0,0	30.643,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	30.643,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.007.441	3.967.807	79,2	1.590.000	1.541.916	97,0
Fiscal Seguridade	5.007.441	3.967.807	79,2	1.590.000	1.541.916	97,0
Nacional	5.007.441	3.967.807	79,2	1.590.000	1.541.916	97,0
(P)	3659	Implantação de Sistema de Integração e Qualificação da Informação Comercial e Tecnológica da Fruticultura				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	45,0	45,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	1.716.599	1.216.725	70,9	480.000	460.544	95,9
Fiscal Seguridade	1.600.725	1.216.725	76,0	480.000	460.544	95,9
Nacional	1.600.725	1.216.725	76,0	480.000	460.544	95,9
Demais Fontes	115.874	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	115.874	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3666	Inovação Tecnológica para a Fruticultura Irrigada no Semi-Árido Nordestino				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	71,0	71,0	100,0	15,0	15,0	100,0
Nacional	71,0	71,0	100,0	15,0	15,0	100,0
Financeiro	23.846.827	18.901.827	79,3	3.265.200	3.261.283	99,9
Fiscal Seguridade	23.846.827	18.901.827	79,3	3.265.200	3.261.283	99,9
Nacional	23.846.827	18.901.827	79,3	3.265.200	3.261.283	99,9
(A)	4243	Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	42,0	42,0	100,0	18,0	20,0	111,1
Nacional	42,0	42,0	100,0	18,0	20,0	111,1
Financeiro	29.234.176	20.620.876	70,5	10.737.000	8.937.927	83,2
Fiscal Seguridade	29.234.176	20.620.876	70,5	10.737.000	8.937.927	83,2
Nacional	29.174.176	20.620.876	70,7	10.737.000	8.937.927	83,2
Sul	60.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

73

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA						
Gerente em 31/12/2002: Jose Rozalvo Andrigueto						
(P)	5655	DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS DE EXPORTAÇÃO DE FRUTAS NO NORDESTE (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: pólo criado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7062	Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura				
Produto: AREA ASSISTIDA			Unidade de Medida: HECTARE			
Físico	0,0	0,0	0,0	435,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	435,0	S.R.	0,0
Financeiro	36.995.359	8.655.000	23,4	9.633.920	8.655.000	89,8
Fiscal Seguridade	36.995.359	8.655.000	23,4	9.633.920	8.655.000	89,8
Nacional	9.655.000	8.655.000	89,6	9.633.920	8.655.000	89,8
Nordeste	15.140.359	0	0,0	0	0	0,0
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	12.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9334	PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS DA FRUTICULTURA BRASILEIRA				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	51,0	8,0	15,7	17,0	S.R.	0,0
Nacional	51,0	8,0	15,7	17,0	S.R.	0,0
Financeiro	370.000	0	0,0	185.000	0	0,0
Demais Fontes	370.000	0	0,0	185.000	0	0,0
Nacional	370.000	0	0,0	185.000	0	0,0
Financ. Total Programa	122.496.762	72.511.922	59,2	33.646.420	30.413.585	90,4
Fiscal Seguridade	120.794.215	72.511.922	60,6	33.461.420	30.413.585	90,9
Demais Fontes	1.702.547	0	30,6	185.000	0	0,0
5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
Gerente em 31/12/2002: José Nilton de Souza Vieira						
(OE)	0314	Financiamento à Estocagem de Alcool Combustível (Lei no 10.453, de 2002) (I)				
Produto:			Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	665.374.000	115.374.000	17,3	182.200.000	115.374.000	63,3
Fiscal Seguridade	665.374.000	115.374.000	17,3	182.200.000	115.374.000	63,3
Nacional	665.374.000	115.374.000	17,3	182.200.000	115.374.000	63,3
(OE)	0755	FINANCIAMENTO PARA COLHEITA DE CANA				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0757	APOIO À RECUPERAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1014	Estudos sobre o Setor Sucroalcooleiro				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	749.084	501.084	66,9	233.000	232.372	99,7
Fiscal Seguridade	749.084	501.084	66,9	233.000	232.372	99,7
Nacional	749.084	501.084	66,9	233.000	232.372	99,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

74

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA						
Gerente em 31/12/2002: José Nilton de Souza Vieira						
(P) 5619 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL						
Produto: tecnologia gerada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6315 PROMOÇÃO DA DEFESA INTERNACIONAL DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6316 Reconversão Agrícola da Cultura da Cana-de-açúcar						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	10.000	0	0,0
(A) 6317 Regulação do Abastecimento e Equalização						
Produto: PRODUTOR ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	20.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	20.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	20.000	0	0,0
Financ. Total Programa	666.123.084	115.875.084	17,4	182.463.000	115.606.372	63,4
Fiscal Seguridade	666.123.084	115.875.084	60,6	182.463.000	115.606.372	63,4
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA						
Gerente em 31/12/2002: Geovanio Milton de Oliveira						
(OE) 0080 Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)						
Produto: EMBARCACAO ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12.489,0	12.489,0	100,0	4.500,0	3.843,0	85,4
Nacional	7.466,0	7.466,0	100,0	4.500,0	3.843,0	85,4
Nordeste	1.362,0	1.362,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	866,0	866,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	993,0	993,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.802,0	1.802,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.311.921	7.411.921	71,9	2.910.000	2.774.175	95,3
Fiscal Seguridade	10.311.921	7.411.921	71,9	2.910.000	2.774.175	95,3
Nacional	10.311.921	7.411.921	71,9	2.910.000	2.774.175	95,3
(A) 2121 Registro Nacional da Atividade Pesqueira						
Produto: REGISTRO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	374.237,4	374.237,4	100,0	370.000,0	237.868,4	64,3
Nacional	348.782,4	348.782,4	100,0	370.000,0	237.868,4	64,3
Centro-oeste	812,0	812,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4.639,0	4.639,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7.116,0	7.116,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	9.525,0	9.525,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.363,0	3.363,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.051.238	2.865.038	70,7	1.155.000	1.129.544	97,8
Fiscal Seguridade	4.051.238	2.865.038	70,7	1.155.000	1.129.544	97,8
Nacional	4.051.238	2.865.038	70,7	1.155.000	1.129.544	97,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA						
Gerente em 31/12/2002: Geovanio Milton de Oliveira						
(P) 5519 Estudos Sócio-econômicos do Setor Pesqueiro						
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21,0	21,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	505.486	333.486	66,0	172.000	154.765	90,0
Fiscal Seguridade	505.486	333.486	66,0	172.000	154.765	90,0
Nacional	505.486	333.486	66,0	172.000	154.765	90,0
(P) 5520 Implantação do Sistema Informatizado para Registro da Atividade Pesqueira						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	65,0	65,0	100,0	25,0	23,0	92,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	25,0	23,0	92,0
Financeiro	2.749.925	1.609.925	58,5	1.143.838	1.131.204	98,9
Fiscal Seguridade	2.749.925	1.609.925	58,5	1.143.838	1.131.204	98,9
Nacional	2.749.925	1.609.925	58,5	1.143.838	1.131.204	98,9
(P) 5521 Difusão de Tecnologias em Pesca						
Produto: PUBLICO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	374,0	374,0	100,0	275,0	232,0	84,4
Nacional	374,0	374,0	100,0	275,0	232,0	84,4
Financeiro	5.323.957	4.331.516	81,4	1.213.000	1.126.287	92,9
Fiscal Seguridade	5.323.957	4.331.516	81,4	1.213.000	1.126.287	92,9
Nacional	5.323.957	4.331.516	81,4	1.213.000	1.126.287	92,9
(P) 5522 Implantação de Sistema de Integração e Qualificação da Informação Comercial e Tecnológica da Pesca						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	53,0	53,0	100,0	30,0	27,0	90,0
Nacional	53,0	53,0	100,0	30,0	27,0	90,0
Financeiro	1.986.917	1.501.917	75,6	502.000	486.321	96,9
Fiscal Seguridade	1.986.917	1.501.917	75,6	502.000	486.321	96,9
Nacional	1.986.917	1.501.917	75,6	502.000	486.321	96,9
(P) 5546 Campanha para Promoção do Pescado Brasileiro						
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Nacional	14,0	14,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Financeiro	1.009.952	827.952	82,0	182.000	167.322	91,9
Fiscal Seguridade	1.009.952	827.952	82,0	182.000	167.322	91,9
Nacional	1.009.952	827.952	82,0	182.000	167.322	91,9
(P) 5595 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA PESCA						
Produto: centro de formação implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA						
Gerente em 31/12/2002: Geovanio Milton de Oliveira						
(P)	7481	Estímulo ao Desenvolvimento da Pesca, da Piscicultura e da Aqüicultura				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.520.000	370.000	24,3	570.000	370.000	64,9
Fiscal Seguridade	1.520.000	370.000	24,3	570.000	370.000	64,9
Nacional	370.000	370.000	100,0	570.000	370.000	64,9
Norte	680.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	270.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	27.459.396	19.251.755	70,1	7.847.838	7.339.618	93,5
Fiscal Seguridade	27.459.396	19.251.755	60,6	7.847.838	7.339.618	93,5
0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU						
Gerente em 31/12/2002: Hilton Kruschewsky Duarte						
(OE)	0297	Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Lei nº 9.126, de 1995)				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.191.292	13.849.812	59,7	17.980.000	1.569.812	8,7
Fiscal Seguridade	23.191.292	13.849.812	59,7	17.980.000	1.569.812	8,7
Nacional	23.191.292	13.849.812	59,7	17.980.000	1.569.812	8,7
(A)	2127	Geração e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Cacaucultura				
Produto: PRODUTOR ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	104.015,0	104.015,0	100,0	49.729,0	35.516,0	71,4
Nacional	66.620,0	66.620,0	100,0	49.729,0	35.516,0	71,4
Centro-oeste	481,0	481,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	22.010,0	22.010,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	14.459,0	14.459,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	445,0	445,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.953.971	4.467.351	64,2	2.746.000	2.685.042	97,8
Fiscal Seguridade	6.953.971	4.467.351	64,2	2.746.000	2.685.042	97,8
Nacional	6.953.971	4.467.351	64,2	2.746.000	2.685.042	97,8
(A)	2128	Apoio à Diversificação Agroeconômica das Regiões Produtoras de Cacau				
Produto: AREA ATENDIDA			Unidade de Medida: HA			
Físico	5.852.218,0	5.852.218,0	100,0	2.980.385,0	2.287.654,0	76,8
Nacional	4.296.731,0	4.296.731,0	100,0	2.980.385,0	2.287.654,0	76,8
Centro-oeste	2.617,0	2.617,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.482.000,0	1.482.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	70.029,0	70.029,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	841,0	841,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.650.706	1.945.957	73,4	800.000	555.054	69,4
Fiscal Seguridade	2.650.706	1.945.957	73,4	800.000	555.054	69,4
Nacional	2.650.706	1.945.957	73,4	800.000	555.054	69,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU						
Gerente em 31/12/2002: Hilton Kruschewsky Duarte						
(A) 2143 Controle da Doença Vassoura-de-Bruca nos Cacaueiros						
Produto: AREA CONTROLADA						
Unidade de Medida: HA						
Físico	1.073.554,0	1.073.554,0	100,0	585.461,0	309.717,0	52,9
Nacional	669.986,0	669.986,0	100,0	585.461,0	309.717,0	52,9
Centro-oeste	1.889,0	1.889,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	345.291,0	345.291,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	56.388,0	56.388,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.262.392	7.065.672	76,3	2.414.400	2.396.423	99,3
Fiscal Seguridade	9.262.392	7.065.672	76,3	2.414.400	2.396.423	99,3
Nacional	9.262.392	7.065.672	76,3	2.414.400	2.396.423	99,3
(A) 2144 Manutenção das Escolas Agrotécnicas das Regiões Cacaueiras						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.588,0	2.588,0	100,0	1.493,0	1.184,0	79,3
Nacional	2.371,0	2.371,0	100,0	1.493,0	1.184,0	79,3
Norte	217,0	217,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.532.600	1.807.852	71,4	800.000	795.117	99,4
Fiscal Seguridade	2.532.600	1.807.852	71,4	800.000	795.117	99,4
Nacional	2.532.600	1.807.852	71,4	800.000	795.117	99,4
(A) 2147 Produção de Biofungicidas						
Produto: BIOFUNGICIDA PRODUZIDO						
Unidade de Medida: KG						
Físico	44.655,0	44.655,0	100,0	24.000,0	10.738,0	44,7
Nacional	21.134,0	21.134,0	100,0	24.000,0	10.738,0	44,7
Nordeste	23.521,0	23.521,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.600.185	1.947.911	74,9	720.000	715.183	99,3
Fiscal Seguridade	2.600.185	1.947.911	74,9	720.000	715.183	99,3
Nacional	2.600.185	1.947.911	74,9	720.000	715.183	99,3
(P) 5001 Desenvolvimento e Produção de Mudanças e Garfos de Cacaueiros Resistentes a Doenças						
Produto: MUDA/GARFO DISTRIBUIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9.565.511,0	9.565.511,0	100,0	4.349.813,0	1.826.133,0	42,0
Nacional	4.539.881,0	4.539.881,0	100,0	4.349.813,0	1.826.133,0	42,0
Nordeste	4.867.130,0	4.867.130,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	158.500,0	158.500,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.697.837	10.757.837	84,7	1.919.000	1.905.165	99,3
Fiscal Seguridade	12.697.837	10.757.837	84,7	1.919.000	1.905.165	99,3
Nacional	12.697.837	10.757.837	84,7	1.919.000	1.905.165	99,3
(OA) 9341 FINANCIAMENTO À CACAUCULTURA (Ministério da Fazenda)						
Produto: produtor beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	3.878,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3.878,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	59.888.983	41.842.392	69,9	27.379.400	10.621.796	38,8
Fiscal Seguridade	59.888.983	41.842.392	60,6	27.379.400	10.621.796	38,8

0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER

Gerente em 31/12/2002: Nelson Victor Trombeta



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER						
Gerente em 31/12/2002: Nelson Victor Trombeta						
(OE) 0266 FINANCIAMENTO PARA A EXPANSÃO AGRÍCOLA DO CERRADO - PRODECER (RES. CMN Nº 2. 116/94)						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: Agricultor beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	42,0	42,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.244.117	5.244.117	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.244.117	5.244.117	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.244.117	5.244.117	100,0	0	0	0,0
(A) 2135 Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER						
Produto: PRODUTOR ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.008,0	2.008,0	100,0	625,0	625,0	100,0
Nacional	1.250,0	1.250,0	100,0	625,0	625,0	100,0
Centro-oeste	220,0	220,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	126,0	126,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	372,0	372,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.094.960	20.094.960	77,0	7.295.200	7.295.200	100,0
Fiscal Seguridade	26.094.960	20.094.960	77,0	7.295.200	7.295.200	100,0
Nacional	26.094.960	20.094.960	77,0	7.295.200	7.295.200	100,0
Financ. Total Programa	31.339.077	25.339.077	80,9	7.295.200	7.295.200	100,0
Fiscal Seguridade	31.339.077	25.339.077	60,6	7.295.200	7.295.200	100,0
0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA						
Gerente em 31/12/2002: Geraldo Marcos de Moraes						
(P) 3650 Campanha Educativa para Erradicação da Febre Aftosa						
Produto: CAMPANHA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	166,0	166,0	100,0	54,0	57,0	105,6
Nacional	114,0	114,0	100,0	54,0	57,0	105,6
Centro-oeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.520.720	4.621.220	83,7	2.277.000	2.209.352	97,0
Fiscal Seguridade	5.520.720	4.621.220	83,7	2.277.000	2.209.352	97,0
Nacional	5.520.720	4.621.220	83,7	2.277.000	2.209.352	97,0
(P) 3664 Fiscalização Sanitária e Epidemiológica para Erradicação da Febre Aftosa						
Produto: PROPRIEDADE FISCALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.142.793,0	1.142.793,0	100,0	38.960,0	586.758,0	1.506,1
Nacional	701.833,0	701.833,0	100,0	38.960,0	586.758,0	1.506,1
Centro-oeste	235.240,0	235.240,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	70.115,0	70.115,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	14.792,0	14.792,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	77.955,0	77.955,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	42.858,0	42.858,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.896.615	12.455.015	83,6	2.935.000	2.843.135	96,9
Fiscal Seguridade	14.896.615	12.455.015	83,6	2.935.000	2.843.135	96,9
Nacional	14.896.615	12.455.015	83,6	2.935.000	2.843.135	96,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA						
Gerente em 31/12/2002: Geraldo Marcos de Moraes						
(OA)	9337	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS				
Produto: animal vacinado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	403.464.290,9	403.464.290,9	100,0	149.447.000,0	166.168.533,0	111,2
Centro-oeste	158.900.508,0	158.900.508,0	100,0	50.902.000,0	61.331.334,0	120,5
Nordeste	36.401.311,0	36.401.311,0	100,0	19.875.000,0	14.788.768,0	74,4
Norte	68.713.190,9	68.713.190,9	100,0	21.320.000,0	30.873.411,0	144,8
Sudeste	83.744.751,0	83.744.751,0	100,0	33.400.000,0	36.023.121,0	107,9
Sul	55.704.530,0	55.704.530,0	100,0	23.950.000,0	23.151.899,0	96,7
Financeiro	243.391.200	395.050.284	162,3	119.557.600	395.050.284	330,4
Demais Fontes	243.391.200	395.050.284	162,3	119.557.600	395.050.284	330,4
Nacional	119.557.600	395.050.284	330,4	119.557.600	395.050.284	330,4
Centro-oeste	42.285.033	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	16.123.675	0	0,0	0	0	0,0
Norte	17.520.536	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	27.937.217	0	0,0	0	0	0,0
Sul	19.967.140	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	263.808.535	412.126.519	156,2	124.769.600	400.102.771	320,7
Fiscal Seguridade	20.417.335	17.076.235	60,6	5.212.000	5.052.487	96,9
Demais Fontes	243.391.200	395.050.284	30,6	119.557.600	395.050.284	330,4
0378 FOMENTO À EQÜIDECULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Motta						
(OE)	0064	Assistência Financeira a Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)				
Produto: INSTITUICAO ATENDIDA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	9,0	9,0	100,0	21,0	3,0	14,3
Nacional	9,0	9,0	100,0	21,0	3,0	14,3
Financeiro	1.618.428	1.053.428	65,1	800.000	68.999	8,6
Fiscal Seguridade	1.618.428	1.053.428	65,1	800.000	68.999	8,6
Nacional	1.618.428	1.053.428	65,1	800.000	68.999	8,6
(P)	1681	Prevenção e Controle de Doenças dos Equídeos				
Produto: PROPRIEDADE ATENDIDA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	300,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	300,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.168.192	568.192	48,6	600.000	568.192	94,7
Fiscal Seguridade	1.168.192	568.192	48,6	600.000	568.192	94,7
Nacional	1.168.192	568.192	48,6	600.000	568.192	94,7
(A)	2190	Fiscalização de Entidades e Atividades Turfísticas e de Associações de Criadores de Equinos				
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	323,0	323,0	100,0	175,0	28,0	16,0
Nacional	186,0	186,0	100,0	175,0	28,0	16,0
Centro-oeste	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	33,0	33,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.462.418	862.418	59,0	600.000	392.866	65,5
Fiscal Seguridade	1.462.418	862.418	59,0	600.000	392.866	65,5
Nacional	1.462.418	862.418	59,0	600.000	392.866	65,5
Financ. Total Programa	4.249.038	2.484.038	58,5	2.000.000	1.030.057	51,5
Fiscal Seguridade	4.249.038	2.484.038	60,6	2.000.000	1.030.057	51,5

0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Gerente em 31/12/2002: Ângelo Bressan Filho

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

80

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Bressan Filho						
(P) 1014 ESTUDOS SOBRE O SETOR SUCROALCOOLEIRO						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	275.557	275.557	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	275.557	275.557	100,0	0	0	0,0
Nacional	275.557	275.557	100,0	0	0	0,0
(P) 1099 Redefinição de Processos de Defesa Agropecuária						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.182.339	2.056.339	94,2	126.000	123.759	98,2
Fiscal Seguridade	2.182.339	2.056.339	94,2	126.000	123.759	98,2
Nacional	2.182.339	2.056.339	94,2	126.000	123.759	98,2
(A) 2122 PROTEÇÃO DE CULTIVARES						
Produto: cultivar protegido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	743.258	743.258	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	743.258	743.258	100,0	0	0	0,0
Nacional	743.258	743.258	100,0	0	0	0,0
(A) 2123 Coordenação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural						
Produto: ENTIDADE COORDENADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	27,0	27,0	100,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.713.204	4.565.561	10,7	1.976.800	1.972.283	99,8
Fiscal Seguridade	42.713.204	4.565.561	10,7	1.976.800	1.972.283	99,8
Nacional	42.613.204	4.565.561	10,7	1.976.800	1.972.283	99,8
Norte	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2129 ESTUDOS E PESQUISAS DE APOIO À POLÍTICA AGRÍCOLA						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	557,0	557,0	100,0	150,0	147,0	98,0
Nacional	557,0	557,0	100,0	150,0	147,0	98,0
Financeiro	3.864.256	2.913.024	75,4	1.050.000	1.019.974	97,1
Fiscal Seguridade	3.864.256	2.913.024	75,4	1.050.000	1.019.974	97,1
Nacional	3.864.256	2.913.024	75,4	1.050.000	1.019.974	97,1
(A) 2152 Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo						
Produto: ENTIDADE ASSISTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.436,0	2.436,0	100,0	725,0	578,0	79,7
Nacional	2.436,0	2.436,0	100,0	725,0	578,0	79,7
Financeiro	48.852.490	29.018.831	59,4	7.452.400	7.410.066	99,4
Fiscal Seguridade	45.440.825	29.018.831	63,9	7.452.400	7.410.066	99,4
Nacional	44.230.825	29.018.831	65,6	7.452.400	7.410.066	99,4
Centro-oeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	260.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	600.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	3.411.665	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.411.665	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Bressan Filho						
(A) 2182 ESTUDOS DE APOIO AO AGRONEGÓCIO						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.309.501	2.309.501	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.309.501	2.309.501	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.309.501	2.309.501	100,0	0	0	0,0
(P) 3660 Implantação de Sistema Gerencial da Política de Abastecimento						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	37,0	37,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	37,0	37,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	1.642.549	1.392.549	84,8	400.000	397.471	99,4
Fiscal Seguridade	1.642.549	1.392.549	84,8	400.000	397.471	99,4
Nacional	1.642.549	1.392.549	84,8	400.000	397.471	99,4
(P) 3990 Qualidade e Produtividade para o Agronegócio						
Produto: PREMIO CONFERIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	438.632	238.632	54,4	240.000	238.632	99,4
Fiscal Seguridade	438.632	238.632	54,4	240.000	238.632	99,4
Nacional	438.632	238.632	54,4	240.000	238.632	99,4
(P) 7073 ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA VIDA NO CAMPO BRASIL-VERDE						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9339 CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: produtor beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	195.069,0	93.069,0	47,7	36.000,0	93.069,0	258,5
Nacional	195.069,0	93.069,0	47,7	36.000,0	93.069,0	258,5
Financeiro	1.830.000.000	0	0,0	900.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.830.000.000	0	0,0	900.000.000	0	0,0
Nacional	1.830.000.000	0	0,0	900.000.000	0	0,0
(OA) 9340 CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: produtor beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	471.242,0	338.670,0	71,9	96.408,0	191.131,0	198,3
Centro-oeste	84.102,0	42.333,0	50,3	19.412,0	27.623,0	142,3
Nordeste	36.895,0	13.108,0	35,5	10.627,0	6.342,0	59,7
Norte	7.654,0	7.027,0	91,8	1.265,0	3.968,0	313,7
Sudeste	88.539,0	48.458,0	54,7	19.841,0	30.835,0	155,4
Sul	254.052,0	227.744,0	89,6	45.263,0	122.363,0	270,3
Financeiro	9.452.398.161	3.120.355.161	33,0	3.089.335.000	0	0,0
Demais Fontes	9.452.398.161	3.120.355.161	33,0	3.089.335.000	0	0,0
Nacional	6.209.690.161	3.120.355.161	50,2	3.089.335.000	0	0,0
Centro-oeste	653.598.763	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	354.655.981	0	0,0	0	0	0,0
Norte	42.639.674	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	667.843.567	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.523.970.015	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	11.385.419.947	3.163.868.413	27,8	4.000.580.200	11.162.185	0,3

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

82

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Fiscal Seguridade	99.610.121	43.513.252	60,6	11.245.200	11.162.185	99,3
Demais Fontes	11.285.809.826	3.120.355.161	30,6	3.989.335.000	0	0,0
0353 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: João Carlos Monteiro de Carvalho						
(OE) 0079 Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 1997)						
Produto: INSTITUICAO ATENDIDA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	11.587,0	11.587,0	100,0	67,0	59,0	88,1
Nacional	11.587,0	11.587,0	100,0	67,0	59,0	88,1
Financeiro	170.225.830	128.825.830	75,7	43.400.000	43.400.000	100,0
Fiscal Seguridade	170.225.830	128.825.830	75,7	43.400.000	43.400.000	100,0
Nacional	170.225.830	128.825.830	75,7	43.400.000	43.400.000	100,0
(A) 2465 Fiscalização da Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	160,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	160,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.491.717	696.375	46,7	900.000	696.375	77,4
Fiscal Seguridade	1.491.717	696.375	46,7	900.000	696.375	77,4
Nacional	1.491.717	696.375	46,7	900.000	696.375	77,4
Financ. Total Programa	171.717.547	129.522.205	75,4	44.300.000	44.096.375	99,5
Fiscal Seguridade	171.717.547	129.522.205	60,6	44.300.000	44.096.375	99,5
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez						
(OE) 0016 APOIO FINANCEIRO PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE AVAL						
(Operações Oficiais de Crédito)						
Produto: Município atendido Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0294 Financiamento e Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	749.975.756	523.115.656	69,8	214.500.000	214.396.623	100,0
Fiscal Seguridade	749.975.756	523.115.656	69,8	214.500.000	214.396.623	100,0
Nacional	749.975.756	523.115.656	69,8	214.500.000	214.396.623	100,0
(OE) 0298 Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.683.281	19.403.513	78,6	14.200.000	13.448.628	94,7
Fiscal Seguridade	24.683.281	19.403.513	78,6	14.200.000	13.448.628	94,7
Nacional	24.683.281	19.403.513	78,6	14.200.000	13.448.628	94,7
(OE) 0299 Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.564.266.518	1.872.977.481	52,5	1.013.837.859	373.621.772	36,9
Fiscal Seguridade	3.564.266.518	1.872.977.481	52,5	1.013.837.859	373.621.772	36,9
Nacional	3.564.266.518	1.872.977.481	52,5	1.013.837.859	373.621.772	36,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez						
(OE)	0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 9.848, de 1999) (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	469.920.067	342.420.067	72,9	147.970.000	71.961.992	48,6
Fiscal Seguridade	469.920.067	342.420.067	72,9	147.970.000	71.961.992	48,6
Nacional	469.920.067	342.420.067	72,9	147.970.000	71.961.992	48,6
(OE)	0301	Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	480.760.920	289.417.493	60,2	188.000.000	188.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	480.760.920	289.417.493	60,2	188.000.000	188.000.000	100,0
Nacional	480.760.920	289.417.493	60,2	188.000.000	188.000.000	100,0
(OE)	0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999) (Operações Oficiais de Crédito)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	97.013.829	0	0,0	40.369.943	0	0,0
Fiscal Seguridade	97.013.829	0	0,0	40.369.943	0	0,0
Nacional	97.013.829	0	0,0	40.369.943	0	0,0
(OE)	0611	Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999) (Operações Oficiais de Crédito)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	210.538.634	86.978.634	41,3	91.580.000	64.849.109	70,8
Fiscal Seguridade	210.538.634	86.978.634	41,3	91.580.000	64.849.109	70,8
Nacional	210.538.634	86.978.634	41,3	91.580.000	64.849.109	70,8
(OE)	0701	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP - (MP nº 2.168-38) (Operações Oficiais de Crédito)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	558.545.053	514.345.053	92,1	383.000.000	261.993.767	68,4
Fiscal Seguridade	558.545.053	514.345.053	92,1	383.000.000	261.993.767	68,4
Nacional	558.545.053	514.345.053	92,1	383.000.000	261.993.767	68,4
(P)	1197	IMPLANTAÇÃO DA PORTARIA PRINCIPAL DA UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE (MG)				
Produto: Portaria implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	70,0	70,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	70,0	70,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	114.365	114.365	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	114.365	114.365	100,0	0	0	0,0
Sudeste	114.365	114.365	100,0	0	0	0,0
(P)	1199	IMPLANTAÇÃO DO MERCADO DE FLORES NA UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE (MG)				
Produto: Mercado implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	146.859	146.859	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	146.859	146.859	100,0	0	0	0,0
Sudeste	146.859	146.859	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

84

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez						
(P)	1201	IMPLANTAÇÃO DA USINA DE COMPOSTAGEM NA UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE (MG)				
	Produto: Usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1207	IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO DA VITASOPA EM UBERLÂNDIA (MG)				
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1265	Implantação de Infra-estrutura de Proteção Ambiental				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	10,0	10,0	100,0	94,0	S.R.	0,0
Sudeste	10,0	10,0	100,0	94,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.800	28.800	100,0	515.000	0	0,0
Investimento das Estatais	28.800	28.800	100,0	515.000	0	0,0
Sudeste	28.800	28.800	100,0	515.000	0	0,0
(P)	1805	Implantação do Corredor de Exportação				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	470.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	470.000	0	0,0
Sudeste	0	0	0,0	470.000	0	0,0
(P)	1817	Obras de Apoio aos Serviços da Comercialização das Unidades Atacadistas				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	6,3	6,3	100,0	100,0	6,3	6,3
Sudeste	6,3	6,3	100,0	100,0	6,3	6,3
Financeiro	125.938	125.938	100,0	1.790.000	125.938	7,0
Investimento das Estatais	125.938	125.938	100,0	1.790.000	125.938	7,0
Nacional	125.938	125.938	100,0	1.790.000	125.938	7,0
(A)	2130	Formação de Estoques Públicos - AGF/BB/CONAB				
	Produto: PRODUTO ADQUIRIDO		Unidade de Medida: TON			
Físico	4.070.587,0	4.070.587,0	100,0	5.108.628,0	195.957,0	3,8
Nacional	4.070.587,0	4.070.587,0	100,0	5.108.628,0	195.957,0	3,8
Financeiro	2.872.964.026	1.346.674.989	46,9	1.448.000.000	211.134.489	14,6
Fiscal Seguridade	2.872.964.026	1.346.674.989	46,9	1.448.000.000	211.134.489	14,6
Nacional	2.872.964.026	1.346.674.989	46,9	1.448.000.000	211.134.489	14,6
(A)	2133	Operacionalização da Comercialização de Produtos de Alimentação Básica				
	Produto: PRODUTO COMERCIALIZADO		Unidade de Medida: TON			
Físico	75.034,0	75.034,0	100,0	51.800,0	2.220,0	4,3
Nacional	44.221,0	44.221,0	100,0	51.800,0	2.220,0	4,3
Centro-oeste	3.755,0	3.755,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	7.589,0	7.589,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.559,0	5.559,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.698,0	2.698,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	11.212,0	11.212,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.736.323	15.236.323	81,3	7.000.000	2.991.243	42,7
Fiscal Seguridade	18.736.323	15.236.323	81,3	7.000.000	2.991.243	42,7
Nacional	18.736.323	15.236.323	81,3	7.000.000	2.991.243	42,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez						
(A) 2137 Fiscalização de Estoques Públicos de Alimentos						
Produto: PRODUTO FISCALIZADO				Unidade de Medida: TON		
Físico	43.903.308,0	43.903.308,0	100,0	15.000.000,0	9.574.737,0	63,8
Nacional	32.957.792,0	32.957.792,0	100,0	15.000.000,0	9.574.737,0	63,8
Centro-oeste	6.104.148,0	6.104.148,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	44.214,0	44.214,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	81.591,0	81.591,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	118.648,0	118.648,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	4.596.915,0	4.596.915,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.732.954	7.455.954	76,6	3.104.000	1.666.870	53,7
Fiscal Seguridade	9.732.954	7.455.954	76,6	3.104.000	1.666.870	53,7
Nacional	9.732.954	7.455.954	76,6	3.104.000	1.666.870	53,7
(A) 2138 Aquisição de Produtos de Alimentação Básica						
Produto: PRODUTO ADQUIRIDO				Unidade de Medida: TON		
Físico	74.314,0	74.314,0	100,0	51.800,0	2.220,0	4,3
Nacional	43.501,0	43.501,0	100,0	51.800,0	2.220,0	4,3
Centro-oeste	3.755,0	3.755,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	7.589,0	7.589,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.559,0	5.559,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.698,0	2.698,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	11.212,0	11.212,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	169.984.636	112.863.863	66,4	57.874.437	5.937.478	10,3
Fiscal Seguridade	169.984.636	112.863.863	66,4	57.874.437	5.937.478	10,3
Nacional	169.984.636	112.863.863	66,4	57.874.437	5.937.478	10,3
(A) 2693 Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Técnico-Operacional						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA				Unidade de Medida: %		
Físico	22,6	22,6	100,0	100,0	22,6	22,6
Sudeste	22,6	22,6	100,0	100,0	22,6	22,6
Financeiro	279.407	279.407	100,0	1.150.000	279.407	24,3
Investimento das Estatais	279.407	279.407	100,0	1.150.000	279.407	24,3
Nacional	279.407	279.407	100,0	1.150.000	279.407	24,3
(A) 2695 Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA				Unidade de Medida: %		
Físico	2,2	2,2	100,0	100,0	2,2	2,2
Sudeste	2,2	2,2	100,0	100,0	2,2	2,2
Financeiro	2.596.706	2.596.706	100,0	3.623.000	2.596.706	71,7
Investimento das Estatais	2.596.706	2.596.706	100,0	3.623.000	2.596.706	71,7
Nacional	2.596.706	2.596.706	100,0	3.623.000	2.596.706	71,7
(A) 2829 Administração da Rede Armazenadora						
Produto: UNIDADE ADMINISTRADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	95,0	95,0	100,0	21,0	28,0	133,3
Nacional	95,0	95,0	100,0	21,0	28,0	133,3
Financeiro	11.321.169	7.321.169	64,7	8.000.000	3.076.833	38,5
Fiscal Seguridade	11.321.169	7.321.169	64,7	8.000.000	3.076.833	38,5
Nacional	11.321.169	7.321.169	64,7	8.000.000	3.076.833	38,5
(A) 4105 Manutenção da Infra-estrutura Operacional						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA				Unidade de Medida: %		
Físico	121,0	121,0	100,0	100,0	10,3	10,3
Sudeste	121,0	121,0	100,0	100,0	10,3	10,3
Financeiro	3.002.452	3.002.452	100,0	4.231.000	405.609	9,6
Investimento das Estatais	3.002.452	3.002.452	100,0	4.231.000	405.609	9,6
Sudeste	3.002.452	3.002.452	100,0	4.231.000	405.609	9,6
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	86			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Financ. Total Programa	9.244.737.693	5.144.504.722	55,6	3.629.215.239	1.416.486.464	39,0
Fiscal Seguridade	9.238.443.166	5.138.210.195	60,6	3.617.436.239	1.413.078.804	39,1
Investimento Estatais	6.294.527	6.294.527	100,0	11.779.000	3.407.660	28,9
0371 PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Márcia França Gonçalves Villa						
(P) 1098 Controle de Doenças da Avicultura						
Produto: PROPRIEDADE ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	59.241,0	59.241,0	100,0	13.706,0	5.200,0	37,9
Nacional	59.241,0	59.241,0	100,0	13.706,0	5.200,0	37,9
Financeiro	10.114.230	8.170.230	80,8	2.680.900	2.628.921	98,1
Fiscal Seguridade	10.114.230	8.170.230	80,8	2.680.900	2.628.921	98,1
Nacional	10.114.230	8.170.230	80,8	2.680.900	2.628.921	98,1
(A) 2165 Pesquisa e Desenvolvimento em Avicultura						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	4.809.410	3.634.410	75,6	1.319.000	1.209.301	91,7
Fiscal Seguridade	4.809.410	3.634.410	75,6	1.319.000	1.209.301	91,7
Nacional	4.809.410	3.634.410	75,6	1.319.000	1.209.301	91,7
Financ. Total Programa	14.923.640	11.804.640	79,1	3.999.900	3.838.222	96,0
Fiscal Seguridade	14.923.640	11.804.640	60,6	3.999.900	3.838.222	96,0
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Hygino Felipe de Carvalho						
(P) 1095 Controle de Doenças da Bovinocultura						
Produto: PROPRIEDADE ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.928.673,0	1.928.673,0	100,0	58.667,0	1.887.920,0	3.218,0
Nacional	1.928.673,0	1.928.673,0	100,0	58.667,0	1.887.920,0	3.218,0
Financeiro	21.800.259	18.450.259	84,6	4.852.500	4.768.442	98,3
Fiscal Seguridade	21.800.259	18.450.259	84,6	4.852.500	4.768.442	98,3
Nacional	21.800.259	18.450.259	84,6	4.852.500	4.768.442	98,3
(A) 2159 Transferência de Embriões e Inseminação Artificial em Bovinos de Leite						
Produto: PRENHES POSITIVA FORNECIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.730,0	2.730,0	100,0	1.200,0	2.104,0	175,3
Nacional	2.730,0	2.730,0	100,0	1.200,0	2.104,0	175,3
Financeiro	3.649.960	2.499.960	68,5	1.150.000	900.000	78,3
Fiscal Seguridade	3.649.960	2.499.960	68,5	1.150.000	900.000	78,3
Nacional	3.649.960	2.499.960	68,5	1.150.000	900.000	78,3
(A) 2175 Pesquisa e Desenvolvimento em Bovinocultura						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	40,0	40,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.133.696	23.851.296	74,2	9.669.000	8.761.367	90,6
Fiscal Seguridade	32.133.696	23.851.296	74,2	9.669.000	8.761.367	90,6
Nacional	32.133.696	23.851.296	74,2	9.669.000	8.761.367	90,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Hygino Felipe de Carvalho						
(A)	2823	Operação e Manutenção de Unidades de Melhoramento (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)				
Produto: CENTRO DE PRODUCAO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	4.978.332	4.534.902	91,1	1.696.000	993.680	58,6
Fiscal Seguridade	4.978.332	4.534.902	91,1	1.696.000	993.680	58,6
Nordeste	4.071.079	3.780.549	92,9	1.194.000	662.149	55,5
Sudeste	907.253	754.353	83,1	502.000	331.531	66,0
(P)	5139	Profissionalização de Produtores em Bovinocultura de Corte e de Leite				
Produto: PRODUTOR PROFISSIONALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.424.126	1.424.126	41,6	1.827.739	1.424.126	77,9
Fiscal Seguridade	3.424.126	1.424.126	41,6	1.827.739	1.424.126	77,9
Nacional	3.424.126	1.424.126	41,6	1.827.739	1.424.126	77,9
(OA)	9338	REGISTRO GENEALÓGICO E PROVAS ZOOTÉCNICAS				
Produto: entidade assistida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	248,0	124,0	50,0	70,0	68,0	97,1
Centro-oeste	31,0	17,0	54,8	9,0	9,0	100,0
Nordeste	24,0	12,0	50,0	7,0	6,0	85,7
Norte	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Sudeste	136,0	67,0	49,3	38,0	38,0	100,0
Sul	53,0	26,0	49,1	15,0	14,0	93,3
Financeiro	193.710	0	0,0	96.855	0	0,0
Demais Fontes	193.710	0	0,0	96.855	0	0,0
Nacional	96.855	0	0,0	96.855	0	0,0
Centro-oeste	12.010	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	9.686	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.550	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	52.689	0	0,0	0	0	0,0
Sul	20.921	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	66.180.083	50.760.543	76,7	19.292.094	16.847.615	87,3
Fiscal Seguridade	65.986.373	50.760.543	60,6	19.195.239	16.847.615	87,8
Demais Fontes	193.710	0	30,6	96.855	0	0,0
0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz da Silva Vieira						
(A)	2167	Pesquisa e Desenvolvimento em Caprinocultura				
Produto: TECNOLOGIA GERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	3.231.335	2.401.335	74,3	739.800	736.656	99,6
Fiscal Seguridade	3.231.335	2.401.335	74,3	739.800	736.656	99,6
Nacional	3.231.335	2.401.335	74,3	739.800	736.656	99,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz da Silva Vieira						
(A) 2171 Pesquisa e Desenvolvimento em Pequenos Animais						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	1.595.602	1.085.602	68,0	335.200	335.037	100,0
Fiscal Seguridade	1.595.602	1.085.602	68,0	335.200	335.037	100,0
Nacional	1.445.602	1.085.602	75,1	335.200	335.037	100,0
Nordeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2176 Pesquisa e Desenvolvimento em Ovinocultura						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9,0	9,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	929.224	684.224	73,6	325.000	251.591	77,4
Fiscal Seguridade	929.224	684.224	73,6	325.000	251.591	77,4
Nacional	929.224	684.224	73,6	325.000	251.591	77,4
(P) 5605 CONTROLE DE DOENÇAS DE PEQUENOS ANIMAIS						
Produto: propriedade atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.756.161	4.171.161	72,5	1.400.000	1.323.284	94,5
Fiscal Seguridade	5.756.161	4.171.161	60,6	1.400.000	1.323.284	94,5
0373 PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Tarcisio da Silva Siqueira						
(P) 1092 Prevenção e Controle de Pragas da Citricultura						
Produto: AREA PREVENIDA						
Unidade de Medida: HA						
Físico	2.386.287,0	2.386.287,0	100,0	500.000,0	806.500,0	161,3
Nacional	1.470.260,0	1.470.260,0	100,0	500.000,0	806.500,0	161,3
Centro-oeste	12.780,0	12.780,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2.500,0	2.500,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	130,0	130,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	864.217,0	864.217,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	36.400,0	36.400,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.939.377	3.949.377	33,1	1.460.000	1.425.655	97,6
Fiscal Seguridade	4.939.377	3.949.377	80,0	1.460.000	1.425.655	97,6
Nacional	4.939.377	3.949.377	80,0	1.460.000	1.425.655	97,6
Demais Fontes	7.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	61.582	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	777.756	0	0,0	0	0	0,0
Norte	118.283	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	5.686.915	0	0,0	0	0	0,0
Sul	355.464	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	11.939.377	3.949.377	33,1	1.460.000	1.425.655	97,6
Fiscal Seguridade	4.939.377	3.949.377	60,6	1.460.000	1.425.655	97,6
Demais Fontes	7.000.000	0	30,6	0	0	0,0
0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Ted Renan Sanxo						



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Ted Renan Sanxo						
(P)	1097	Controle de Doenças da Suinocultura				
	Produto: PROPRIEDADE ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	355.102,0	355.102,0	100,0	35.368,0	164.536,0	465,2
Nacional	348.581,0	348.581,0	100,0	35.368,0	164.536,0	465,2
Centro-oeste	971,0	971,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	344,0	344,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	261,0	261,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.702,0	1.702,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.243,0	3.243,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.510.673	12.345.873	85,1	2.929.740	2.847.112	97,2
Fiscal Seguridade	14.510.673	12.345.873	85,1	2.929.740	2.847.112	97,2
Nacional	14.510.673	12.345.873	85,1	2.929.740	2.847.112	97,2
(A)	2166	Pesquisa e Desenvolvimento em Suinocultura				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	2.210.227	1.660.227	75,1	533.800	527.146	98,8
Fiscal Seguridade	2.210.227	1.660.227	75,1	533.800	527.146	98,8
Nacional	2.210.227	1.660.227	75,1	533.800	527.146	98,8
Financ. Total Programa	16.720.900	14.006.100	83,8	3.463.540	3.374.258	97,4
Fiscal Seguridade	16.720.900	14.006.100	60,6	3.463.540	3.374.258	97,4
0361 PRODUTIVIDADE DE CEREAIS						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Antônio Arraes Pereira						
(A)	2155	Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	294,0	294,0	100,0	84,0	90,0	107,1
Nacional	294,0	294,0	100,0	84,0	90,0	107,1
Financeiro	43.650.794	33.597.194	77,0	16.581.000	10.958.769	66,1
Fiscal Seguridade	43.650.794	33.597.194	77,0	16.581.000	10.958.769	66,1
Nacional	43.650.794	33.597.194	77,0	16.581.000	10.958.769	66,1
(P)	3652	Prevenção e Controle de Pragas nos Cereais				
	Produto: AREA PREVENIDA		Unidade de Medida: HA			
Físico	27.560.459,0	27.560.459,0	100,0	200.000,0	22.632.191,0	11.316,1
Nacional	27.560.021,0	27.560.021,0	100,0	200.000,0	22.632.191,0	11.316,1
Sul	438,0	438,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.094.227	3.460.627	84,5	737.700	715.245	97,0
Fiscal Seguridade	4.094.227	3.460.627	84,5	737.700	715.245	97,0
Nacional	4.094.227	3.460.627	84,5	737.700	715.245	97,0
Financ. Total Programa	47.745.021	37.057.821	77,6	17.318.700	11.674.014	67,4
Fiscal Seguridade	47.745.021	37.057.821	60,6	17.318.700	11.674.014	67,4
0363 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS						
Gerente em 31/12/2002: Plínio Itamar de Mello de Souza						
(A)	2156	Pesquisa e Desenvolvimento em Oleaginosas				
	Produto: TECNOLOGIA GERADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	68,0	68,0	100,0	15,0	18,0	120,0
Nacional	68,0	68,0	100,0	15,0	18,0	120,0
Financeiro	14.182.713	10.723.213	75,6	3.959.000	3.461.452	87,4
Fiscal Seguridade	14.182.713	10.723.213	75,6	3.959.000	3.461.452	87,4
Nacional	14.182.713	10.723.213	75,6	3.959.000	3.461.452	87,4

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

90

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0363 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS						
Gerente em 31/12/2002: Plínio Itamar de Mello de Souza						
(P) 3663 Prevenção e Controle de Pragas de Oleaginosas						
Produto: AREA PREVENIDA	Unidade de Medida: HA					
Físico	6.011.066,0	6.011.066,0	100,0	5.172.414,0	5.172.414,0	100,0
Nacional	6.011.066,0	6.011.066,0	100,0	5.172.414,0	5.172.414,0	100,0
Financeiro	6.269.317	5.318.917	84,8	1.191.268	1.170.793	98,3
Fiscal Seguridade	6.269.317	5.318.917	84,8	1.191.268	1.170.793	98,3
Nacional	6.269.317	5.318.917	84,8	1.191.268	1.170.793	98,3
Financ. Total Programa	20.452.030	16.042.130	78,4	5.150.268	4.632.245	89,9
Fiscal Seguridade	20.452.030	16.042.130	60,6	5.150.268	4.632.245	89,9
0369 PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS						
Gerente em 31/12/2002: Ruy Rezende Fontes						
(P) 1089 Prevenção e Controle de Pragas da Olericultura						
Produto: AREA PREVENIDA	Unidade de Medida: HA					
Físico	238.691,0	238.691,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Nacional	135.449,0	135.449,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Centro-oeste	12.501,0	12.501,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6.200,0	6.200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	84.541,0	84.541,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.136.925	1.752.925	82,0	480.000	464.832	96,8
Fiscal Seguridade	2.136.925	1.752.925	82,0	480.000	464.832	96,8
Nacional	2.136.925	1.752.925	82,0	480.000	464.832	96,8
(A) 2168 Pesquisa e Desenvolvimento em Olerícolas						
Produto: TECNOLOGIA GERADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	175,0	175,0	100,0	38,0	38,0	100,0
Nacional	175,0	175,0	100,0	38,0	38,0	100,0
Financeiro	19.903.643	14.497.493	72,8	6.436.370	5.559.804	86,4
Fiscal Seguridade	19.903.643	14.497.493	72,8	6.436.370	5.559.804	86,4
Nacional	19.903.643	14.497.493	72,8	6.436.370	5.559.804	86,4
Financ. Total Programa	22.040.568	16.250.418	73,7	6.916.370	6.024.636	87,1
Fiscal Seguridade	22.040.568	16.250.418	60,6	6.916.370	6.024.636	87,1
0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio de Souza Costa						
(OE) 0755 FINANCIAMENTO PARA CUSTEIO DAS LAVOURAS PRODUTORAS DE ALGODÃO						
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1093 Prevenção e Controle de Pragas da Cotonicultura						
Produto: AREA PREVENIDA	Unidade de Medida: HA					
Físico	1.372.553,0	1.372.553,0	100,0	250.000,0	250.000,0	100,0
Nacional	560.500,0	560.500,0	100,0	250.000,0	250.000,0	100,0
Centro-oeste	361.000,0	361.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	236.584,0	236.584,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	82.529,0	82.529,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	131.940,0	131.940,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.034.662	1.714.662	84,3	400.000	395.209	98,8
Fiscal Seguridade	2.034.662	1.714.662	84,3	400.000	395.209	98,8
Nacional	2.034.662	1.714.662	84,3	400.000	395.209	98,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio de Souza Costa						
(P) 1675 Profissionalização de Agricultores em Cotonicultura em Regiões de Seca						
Produto: AGRICULTOR PROFISSIONALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	700,0	700,0	100,0	14.700,0	700,0	4,8
Nacional	700,0	700,0	100,0	14.700,0	700,0	4,8
Financeiro	4.822.285	1.822.285	37,8	3.240.000	1.822.285	56,2
Fiscal Seguridade	4.822.285	1.822.285	37,8	3.240.000	1.822.285	56,2
Nacional	4.822.285	1.822.285	37,8	3.240.000	1.822.285	56,2
(A) 2169 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM COTONICULTURA						
Produto: tecnologia gerada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	40,0	40,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Financeiro	2.230.988	1.645.988	73,8	544.000	537.653	98,8
Fiscal Seguridade	2.230.988	1.645.988	73,8	544.000	537.653	98,8
Nacional	2.230.988	1.645.988	73,8	544.000	537.653	98,8
(A) 2170 Pesquisa e Desenvolvimento em Fibras Vegetais						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12,0	12,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	2.325.227	1.740.227	74,8	547.000	539.021	98,5
Fiscal Seguridade	2.325.227	1.740.227	74,8	547.000	539.021	98,5
Nacional	2.325.227	1.740.227	74,8	547.000	539.021	98,5
Financ. Total Programa	11.413.162	6.923.162	60,7	4.731.000	3.294.168	69,6
Fiscal Seguridade	11.413.162	6.923.162	60,6	4.731.000	3.294.168	69,6
0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS						
Gerente em 31/12/2002: José Marçal dos Santos Júnior						
(A) 2122 Proteção de Cultivares						
Produto: CULTIVAR PROTEGIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	203,0	203,0	100,0	500,0	105,0	21,0
Nacional	203,0	203,0	100,0	500,0	105,0	21,0
Financeiro	2.750.938	1.865.338	67,8	983.000	934.979	95,1
Fiscal Seguridade	2.750.938	1.865.338	67,8	983.000	934.979	95,1
Nacional	2.750.938	1.865.338	67,8	983.000	934.979	95,1
(A) 2141 Fiscalização da Produção e Comercialização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	26.003,0	26.003,0	100,0	8.500,0	7.328,0	86,2
Nacional	17.512,0	17.512,0	100,0	8.500,0	7.328,0	86,2
Centro-oeste	663,0	663,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.340,0	1.340,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	151,0	151,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.917,0	3.917,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2.420,0	2.420,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.211.173	3.129.173	74,3	1.214.000	1.105.741	91,1
Fiscal Seguridade	4.211.173	3.129.173	74,3	1.214.000	1.105.741	91,1
Nacional	4.211.173	3.129.173	74,3	1.214.000	1.105.741	91,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS						
Gerente em 31/12/2002: José Marçal dos Santos Júnior						
(A)	2177 Fiscalização de Empresas Prestadoras de Serviços Agrícolas					
	Produto: EMPRESA FISCALIZADA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	983,0	983,0	100,0	335,0	332,0	99,1
Nacional	645,0	645,0	100,0	335,0	332,0	99,1
Centro-oeste	111,0	111,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	18,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	67,0	67,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	87,0	87,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.014.272	759.272	74,9	281.000	277.286	98,7
Fiscal Seguridade	1.014.272	759.272	74,9	281.000	277.286	98,7
Nacional	1.014.272	759.272	74,9	281.000	277.286	98,7
(A)	2179 Fiscalização da Produção e Comercialização de Sementes e Mudanças					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	36.561,0	36.561,0	100,0	2.500,0	6.168,0	246,7
Nacional	17.348,0	17.348,0	100,0	2.500,0	6.168,0	246,7
Centro-oeste	782,0	782,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.014,0	1.014,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	594,0	594,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	8.062,0	8.062,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	8.761,0	8.761,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.730.045	2.066.076	75,7	728.300	705.670	96,9
Fiscal Seguridade	2.730.045	2.066.076	75,7	728.300	705.670	96,9
Nacional	2.730.045	2.066.076	75,7	728.300	705.670	96,9
(A)	2909 Fiscalização da Produção de Defensivos Agrícolas					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1.207,0	1.207,0	100,0	500,0	505,0	101,0
Nacional	1.029,0	1.029,0	100,0	500,0	505,0	101,0
Nordeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	129,0	129,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	41,0	41,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.798.324	4.130.724	71,2	1.827.000	1.798.011	98,4
Fiscal Seguridade	5.798.324	4.130.724	71,2	1.827.000	1.798.011	98,4
Nacional	5.798.324	4.130.724	71,2	1.827.000	1.798.011	98,4
(OA)	9343 REGISTRO DE CULTIVARES					
	Produto: cultivar registrado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	10.540,0	4.760,0	45,2	2.800,0	2.940,0	105,0
Nacional	10.540,0	4.760,0	45,2	2.800,0	2.940,0	105,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	16.504.752	11.950.583	72,4	5.033.300	4.821.687	95,8
Fiscal Seguridade	16.504.752	11.950.583	60,6	5.033.300	4.821.687	95,8

0376 QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Rego Pamplona



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0376 QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo Rego Pamplona						
(A)	2019 Fiscalização da Produção e do Comércio de Materiais de Multiplicação Animal					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2.866,0	2.866,0	100,0	1.055,0	488,0	46,3
Nacional	2.028,0	2.028,0	100,0	1.055,0	488,0	46,3
Centro-oeste	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	469,0	469,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	246,0	246,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.473.208	1.823.208	73,7	676.000	653.459	96,7
Fiscal Seguridade	2.473.208	1.823.208	73,7	676.000	653.459	96,7
Nacional	2.473.208	1.823.208	73,7	676.000	653.459	96,7
(A)	2124 Fiscalização da Produção e do Comércio de Produtos Destinados à Alimentação Animal					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	9.489,0	9.489,0	100,0	2.090,0	1.040,0	49,8
Nacional	7.173,0	7.173,0	100,0	2.090,0	1.040,0	49,8
Centro-oeste	424,0	424,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	440,0	440,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	106,0	106,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	712,0	712,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	634,0	634,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.774.545	2.074.545	74,8	682.000	661.884	97,1
Fiscal Seguridade	2.774.545	2.074.545	74,8	682.000	661.884	97,1
Nacional	2.774.545	2.074.545	74,8	682.000	661.884	97,1
(A)	2140 Fiscalização da Produção e Comercialização de Produtos de Uso Veterinário					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5.585,0	5.585,0	100,0	1.694,0	1.648,0	97,3
Nacional	3.525,0	3.525,0	100,0	1.694,0	1.648,0	97,3
Centro-oeste	857,0	857,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	630,0	630,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	177,0	177,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	184,0	184,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	212,0	212,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.184.850	3.756.850	72,5	1.538.700	1.529.436	99,4
Fiscal Seguridade	5.184.850	3.756.850	72,5	1.538.700	1.529.436	99,4
Nacional	5.184.850	3.756.850	72,5	1.538.700	1.529.436	99,4
Financ. Total Programa	10.432.603	7.654.603	73,4	2.896.700	2.844.779	98,2
Fiscal Seguridade	10.432.603	7.654.603	60,6	2.896.700	2.844.779	98,2
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Oliveira						
(A)	2120 Análise de Perigos Físicos, Químicos e Microbiológicos e Controle de Pontos Críticos na Produção Agroindustrial					
	Produto: ESTABELECIMENTO QUALIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	600,0	600,0	100,0	100,0	83,0	83,0
Nacional	600,0	600,0	100,0	100,0	83,0	83,0
Financeiro	8.003.289	5.452.589	68,1	2.479.930	2.328.895	93,9
Fiscal Seguridade	8.003.289	5.452.589	68,1	2.479.930	2.328.895	93,9
Nacional	8.003.289	5.452.589	68,1	2.479.930	2.328.895	93,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Oliveira						
(A) 2131 Inspeção de Bebidas, Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal						
Produto: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	14.090,0	14.090,0	100,0	6.000,0	6.500,0	108,3
Nacional	10.023,0	10.023,0	100,0	6.000,0	6.500,0	108,3
Centro-oeste	358,0	358,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.696,0	1.696,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	302,0	302,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	926,0	926,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	785,0	785,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.977.136	4.977.136	71,3	1.792.000	1.689.753	94,3
Fiscal Seguridade	6.977.136	4.977.136	71,3	1.792.000	1.689.753	94,3
Nacional	6.977.136	4.977.136	71,3	1.792.000	1.689.753	94,3
(A) 2132 Operação do Sistema Laboratorial de Apoio Animal						
Produto: LABORATORIO MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	15,0	15,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.795.743	15.853.754	53,2	6.571.600	6.484.820	98,7
Fiscal Seguridade	29.795.743	15.853.754	53,2	6.571.600	6.484.820	98,7
Nacional	29.795.743	15.853.754	53,2	6.571.600	6.484.820	98,7
(A) 2136 OPERAÇÃO DO SISTEMA LABORATORIAL DE APOIO VEGETAL						
Produto: LABORATORIO MANTIDO	Unidade de Medida: unidade					
Físico	24,0	24,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.437.837	6.842.837	65,6	3.501.780	3.288.393	93,9
Fiscal Seguridade	10.437.837	6.842.837	65,6	3.501.780	3.288.393	93,9
Nacional	10.437.837	6.842.837	65,6	3.501.780	3.288.393	93,9
(A) 2145 Inspeção de Produtos de Origem Animal						
Produto: ESTABELECIMENTO INSPECIONADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	12.440,0	12.440,0	100,0	4.170,0	4.160,0	99,8
Nacional	12.440,0	12.440,0	100,0	4.170,0	4.160,0	99,8
Financeiro	13.711.356	9.048.371	66,0	3.104.130	2.942.875	94,8
Fiscal Seguridade	13.711.356	9.048.371	66,0	3.104.130	2.942.875	94,8
Nacional	13.711.356	9.048.371	66,0	3.104.130	2.942.875	94,8
(A) 2146 Tipificação de Produtos de Origem Animal						
Produto: PRODUTO TIPIFICADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	213.967,0	213.967,0	100,0	64.728,0	54.585,0	84,3
Nacional	213.967,0	213.967,0	100,0	64.728,0	54.585,0	84,3
Financeiro	2.517.595	1.847.595	73,4	670.000	588.348	87,8
Fiscal Seguridade	2.517.595	1.847.595	73,4	670.000	588.348	87,8
Nacional	2.517.595	1.847.595	73,4	670.000	588.348	87,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Oliveira						
(A) 2148 Padronização de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico						
Produto: PRODUTO PADRONIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	71,0	71,0	100,0	11,0	11,0	100,0
Nacional	71,0	71,0	100,0	11,0	11,0	100,0
Financeiro	6.341.043	4.131.043	65,1	1.610.000	1.572.187	97,7
Fiscal Seguridade	6.341.043	4.131.043	65,1	1.610.000	1.572.187	97,7
Nacional	6.341.043	4.131.043	65,1	1.610.000	1.572.187	97,7
(A) 2150 Fiscalização da Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico						
Produto: ESTABELECIMENTO FISCALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	13.916,0	13.916,0	100,0	9.000,0	3.358,0	37,3
Nacional	8.919,0	8.919,0	100,0	9.000,0	3.358,0	37,3
Centro-oeste	321,0	321,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.268,0	1.268,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	463,0	463,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.575,0	1.575,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.370,0	1.370,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.831.463	6.205.463	70,3	2.656.000	2.552.037	96,1
Fiscal Seguridade	8.831.463	6.205.463	70,3	2.656.000	2.552.037	96,1
Nacional	8.831.463	6.205.463	70,3	2.656.000	2.552.037	96,1
(A) 2163 Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Pecuários						
Produto: TECNOLOGIA GERADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	4.250.236	2.708.236	63,7	1.542.000	586.348	38,0
Fiscal Seguridade	4.250.236	2.708.236	63,7	1.542.000	586.348	38,0
Nacional	4.250.236	2.708.236	63,7	1.542.000	586.348	38,0
(A) 2164 Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas						
Produto: TECNOLOGIA GERADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	112,0	112,0	100,0	24,0	24,0	100,0
Nacional	112,0	112,0	100,0	24,0	24,0	100,0
Financeiro	28.616.798	20.225.698	70,7	8.806.000	6.109.103	69,4
Fiscal Seguridade	28.616.798	20.225.698	70,7	8.806.000	6.109.103	69,4
Nacional	28.616.798	20.225.698	70,7	8.806.000	6.109.103	69,4
(A) 2487 Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade						
Produto: CERTIFICADO EMITIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	159.000,0	159.000,0	100,0	165.200,0	159.000,0	96,2
Nacional	159.000,0	159.000,0	100,0	165.200,0	159.000,0	96,2
Financeiro	3.627.725	1.177.025	32,4	1.189.100	1.177.025	99,0
Fiscal Seguridade	3.627.725	1.177.025	32,4	1.189.100	1.177.025	99,0
Nacional	3.627.725	1.177.025	32,4	1.189.100	1.177.025	99,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Oliveira						
(A)	4239	Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico				
Produto: PRODUTO CLASSIFICADO			Unidade de Medida: TON			
Físico	60.115.142,0	60.115.142,0	100,0	7.000.000,0	9.022.223,0	128,9
Nacional	26.102.223,0	26.102.223,0	100,0	7.000.000,0	9.022.223,0	128,9
Centro-oeste	9.664.372,0	9.664.372,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3.669.904,0	3.669.904,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	426.472,0	426.472,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	5.943.432,0	5.943.432,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	14.308.739,0	14.308.739,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.116.376	5.201.775	10,0	2.869.000	2.814.928	98,1
Fiscal Seguridade	10.198.775	5.201.775	51,0	2.869.000	2.814.928	98,1
Nacional	10.198.775	5.201.775	51,0	2.869.000	2.814.928	98,1
Demais Fontes	41.917.601	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	14.917.381	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.255.378	0	0,0	0	0	0,0
Norte	418.024	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	6.292.929	0	0,0	0	0	0,0
Sul	17.033.889	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7076	LABORATÓRIO OFICIAL PARA ANÁLISE QUALITATIVA E CONTROLE NO USO DE AGROTÓXICOS FITOSSANITÁRIOS				
Produto: laboratório implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9336	FINANCIAMENTO PARA PRODUÇÃO SEM USO DE AGROTÓXICOS (APOIO À AGRICULTURA ORGÂNICA)				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: produtor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.211,0	145,0	6,6	728,0	95,0	13,0
Centro-oeste	197,0	60,0	30,5	50,0	52,0	104,0
Nordeste	170,0	24,0	14,1	53,0	17,0	32,1
Norte	50,0	8,0	16,0	16,0	3,0	18,8
Sudeste	382,0	21,0	5,5	127,0	12,0	9,4
Sul	1.412,0	32,0	2,3	482,0	11,0	2,3
Financeiro	26.511.136	2.780.136	10,5	11.576.000	0	0,0
Demais Fontes	26.511.136	2.780.136	10,5	11.576.000	0	0,0
Nacional	14.356.136	2.780.136	19,4	11.576.000	0	0,0
Centro-oeste	833.412	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	880.425	0	0,0	0	0	0,0
Norte	269.256	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.124.133	0	0,0	0	0	0,0
Sul	8.047.773	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	201.737.733	86.451.658	42,9	48.367.540	32.134.712	66,4
Fiscal Seguridade	133.308.996	83.671.522	60,6	36.791.540	32.134.712	87,3
Demais Fontes	68.428.737	2.780.136	30,6	11.576.000	0	0,0
0365 SEGURO RURAL						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antonio Rossetti						
(OE)	0026	Manutenção da Estabilidade do Prêmio do Seguro Rural				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	172.560.377	163.090.081	94,5	25.600.000	25.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	172.560.377	163.090.081	94,5	25.600.000	25.600.000	100,0
Nacional	172.560.377	163.090.081	94,5	25.600.000	25.600.000	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	97	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
0365 SEGURO RURAL						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antonio Rossetti						
(P) 1100 Zoneamento Agroclimático						
Produto: ZONEAMENTO REALIZADO						
				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	237,0	237,0	100,0	34,0	89,0	261,8
Nacional	169,0	169,0	100,0	34,0	89,0	261,8
Centro-oeste	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.677.914	8.677.914	74,3	2.910.000	2.896.052	99,5
Fiscal Seguridade	11.677.914	8.677.914	74,3	2.910.000	2.896.052	99,5
Nacional	11.677.914	8.677.914	74,3	2.910.000	2.896.052	99,5
(P) 1101 Zoneamento Pedoclimático						
Produto: ZONEAMENTO REALIZADO						
				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	66,0	66,0	100,0	10,0	12,0	120,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	10,0	12,0	120,0
Nordeste	33,0	33,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.887.195	5.771.994	73,2	2.027.300	2.027.300	100,0
Fiscal Seguridade	7.887.195	5.771.994	73,2	2.027.300	2.027.300	100,0
Nacional	7.887.195	5.771.994	73,2	2.027.300	2.027.300	100,0
(A) 2157 Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros						
Produto: RECURSO JULGADO						
				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	11.423,0	11.423,0	100,0	7.000,0	2.355,0	33,6
Nacional	11.423,0	11.423,0	100,0	7.000,0	2.355,0	33,6
Financeiro	6.279.840	3.839.840	61,1	2.381.932	2.323.678	97,6
Fiscal Seguridade	6.279.840	3.839.840	61,1	2.381.932	2.323.678	97,6
Nacional	6.279.840	3.839.840	61,1	2.381.932	2.323.678	97,6
Financ. Total Programa	198.405.326	181.379.829	91,4	32.919.232	32.847.030	99,8
Fiscal Seguridade	198.405.326	181.379.829	60,6	32.919.232	32.847.030	99,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0469 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA						
Gerente em 31/12/2002: JOSÉ ANTÔNIO DIAZ DIEGUEZ						
(P)	1403	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE RADIOISÓTOPOS ESPECIAIS				
Produto: Unidade de processamento implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	384.988	384.988	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	384.988	384.988	100,0	0	0	0,0
Nacional	384.988	384.988	100,0	0	0	0,0
(P)	1405	Ampliação das Instalações e da Capacidade de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos				
Produto: INSTALACAO AMPLIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,2	7,2	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	7,2	7,2	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	3.714.994	2.814.994	75,8	860.000	386.639	45,0
Fiscal Seguridade	3.714.994	2.814.994	75,8	860.000	386.639	45,0
Nacional	3.714.994	2.814.994	75,8	860.000	386.639	45,0
(A)	2478	Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica				
Produto: RADIOISOTOPO PRODUZIDO			Unidade de Medida: MCI(MILICURIE)			
Físico	39.232.423,0	39.232.423,0	100,0	14.500.000,0	14.260.899,0	98,4
Nacional	39.232.423,0	39.232.423,0	100,0	14.500.000,0	14.260.899,0	98,4
Financeiro	60.116.883	44.271.883	73,6	19.954.139	19.757.882	99,0
Fiscal Seguridade	60.116.883	44.271.883	73,6	19.954.139	19.757.882	99,0
Nacional	60.116.883	44.271.883	73,6	19.954.139	19.757.882	99,0
(A)	2479	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS PARA A ÁREA MÉDICA				
Produto: Produto desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	499.766	499.766	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	499.766	499.766	100,0	0	0	0,0
Nacional	499.766	499.766	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	64.716.631	47.971.631	74,1	20.814.139	20.144.521	96,8
Fiscal Seguridade	64.716.631	47.971.631	66,5	20.814.139	20.144.521	96,8
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad						
(P)	1106	Estudos em Biotecnologia para o Agronegócio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	22,0	22,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	4.577.084	4.077.084	89,1	1.860.000	1.858.437	99,9
Fiscal Seguridade	4.577.084	4.077.084	89,1	1.860.000	1.858.437	99,9
Nacional	4.577.084	4.077.084	89,1	1.860.000	1.858.437	99,9
(P)	1255	Implantação de Rede Nacional de Bioinformática				
Produto: LABORATORIO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	17.457.963	15.057.963	86,3	2.500.000	1.370.727	54,8
Fiscal Seguridade	17.457.963	15.057.963	86,3	2.500.000	1.370.727	54,8
Nacional	17.457.963	15.057.963	86,3	2.500.000	1.370.727	54,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad						
(P)	1259	Implantação do Laboratório Nacional de Biologia Molecular				
Produto: LABORATORIO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	50,0	50,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Nacional	50,0	50,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Financeiro	10.253.652	6.003.652	58,6	3.152.500	2.376.152	75,4
Fiscal Seguridade	10.253.652	6.003.652	58,6	3.152.500	2.376.152	75,4
Nacional	10.253.652	6.003.652	58,6	3.152.500	2.376.152	75,4
(P)	1261	Implantação da Rede de Laboratórios de Mapeamento Genético - GENOMA				
Produto: REDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	50,0	50,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	43.151.073	28.781.073	66,7	15.356.470	6.509.215	42,4
Fiscal Seguridade	43.151.073	28.781.073	66,7	15.356.470	6.509.215	42,4
Nacional	43.151.073	28.781.073	66,7	15.356.470	6.509.215	42,4
(A)	2006	Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia para Segurança Alimentar e Ambiental (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	23,0	23,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	50.295.220	27.585.052	54,8	11.629.280	11.540.989	99,2
Fiscal Seguridade	50.295.220	27.585.052	54,8	11.629.280	11.540.989	99,2
Nacional	50.295.220	27.585.052	54,8	11.629.280	11.540.989	99,2
(A)	2153	Enriquecimento e Conservação de Recursos Genéticos (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: GERMOPLASMA CONSERVADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	22.000,0	22.000,0	100,0	12.044,0	6.000,0	49,8
Nacional	22.000,0	22.000,0	100,0	12.044,0	6.000,0	49,8
Financeiro	17.247.406	11.862.406	68,8	5.390.000	2.203.511	40,9
Fiscal Seguridade	17.247.406	11.862.406	68,8	5.390.000	2.203.511	40,9
Nacional	17.247.406	11.862.406	68,8	5.390.000	2.203.511	40,9
(A)	2455	Pesquisa e Desenvolvimento de Genes para a Agricultura e Pecuária (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	17.402.976	15.413.876	88,6	1.617.000	1.505.650	93,1
Fiscal Seguridade	17.402.976	15.413.876	88,6	1.617.000	1.505.650	93,1
Nacional	17.402.976	15.413.876	88,6	1.617.000	1.505.650	93,1
(P)	3455	Fomento à Criação e Modernização de Bancos de Germoplasma e Coleções de Cultura				
Produto: ENTIDADE ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	699.038	699.038	100,0	864.840	0	0,0
Fiscal Seguridade	699.038	699.038	100,0	864.840	0	0,0
Nacional	699.038	699.038	100,0	864.840	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad						
(P)	3465	REGULAMENTAÇÃO DA BIOSSEGURANÇA DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	809.926	809.926	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	809.926	809.926	100,0	0	0	0,0
Nacional	809.926	809.926	100,0	0	0	0,0
(P)	3674	Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Genéticos (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)				
Produto: CENTRO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.569.351	933.996	59,5	856.181	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.569.351	933.996	59,5	856.181	0	0,0
Nacional	635.355	0	0,0	856.181	0	0,0
Norte	933.996	933.996	100,0	0	0	0,0
(A)	4031	FOMENTO À PESQUISA NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Financeiro	13.099.167	1.120.000	8,6	17.328.000	970.000	5,6
Fiscal Seguridade	13.099.167	1.120.000	8,6	17.328.000	970.000	5,6
Nacional	12.949.167	970.000	7,5	17.328.000	970.000	5,6
Sudeste	150.000	150.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4039	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Biotecnologia				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.020.833	0	0,0	4.332.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.020.833	0	0,0	4.332.000	0	0,0
Nacional	3.020.833	0	0,0	4.332.000	0	0,0
(A)	4155	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Imunobiológicos, Medicamentos, Hemoderivados e Processos Terapêuticos				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	6,0	4,0	66,7
Nacional	9,0	9,0	100,0	6,0	4,0	66,7
Financeiro	3.604.510	3.604.510	100,0	1.073.280	907.473	84,6
Fiscal Seguridade	3.604.510	3.604.510	100,0	1.073.280	907.473	84,6
Nacional	3.604.510	3.604.510	100,0	1.073.280	907.473	84,6
(A)	4169	Fomento ao Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Agronegócio				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	2.680.276	2.680.276	100,0	1.241.000	1.105.438	89,1
Fiscal Seguridade	2.680.276	2.680.276	100,0	1.241.000	1.105.438	89,1
Nacional	2.680.276	2.680.276	100,0	1.241.000	1.105.438	89,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad						
(A)	4189	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	73,0	73,0	100,0	22,0	26,0	118,2
Nacional	73,0	73,0	100,0	22,0	26,0	118,2
Financeiro	5.979.975	5.979.975	100,0	2.011.838	1.823.118	90,6
Fiscal Seguridade	5.979.975	5.979.975	100,0	2.011.838	1.823.118	90,6
Nacional	5.979.975	5.979.975	100,0	2.011.838	1.823.118	90,6
(A)	4416	Caracterização e Avaliação de Recursos Genéticos				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: GERMOPLASMA AVALIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17.664,0	17.664,0	100,0	8.092,0	5.664,0	70,0
Nacional	17.664,0	17.664,0	100,0	8.092,0	5.664,0	70,0
Financeiro	15.842.763	10.500.563	66,3	5.365.000	2.229.223	41,6
Fiscal Seguridade	15.842.763	10.500.563	66,3	5.365.000	2.229.223	41,6
Nacional	15.842.763	10.500.563	66,3	5.365.000	2.229.223	41,6
(A)	4438	FOMENTO A PROJETOS ESTRATÉGICOS DE BIOTECNOLOGIA				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	28,0	28,0	100,0	7,0	10,0	142,9
Nacional	28,0	28,0	100,0	7,0	10,0	142,9
Financeiro	8.155.447	4.605.447	56,5	1.476.444	1.309.794	88,7
Fiscal Seguridade	8.155.447	4.605.447	56,5	1.476.444	1.309.794	88,7
Nacional	8.155.447	4.605.447	56,5	1.476.444	1.309.794	88,7
(A)	4439	FOMENTO A PROJETOS COOPERATIVOS EM ESTUDOS DE GENS E VETORES DE EXPRESSÃO DE ORGANISMOS RELEVANTES PARA A AGRICULTURA, PECUÁRIA E SAÚDE				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.177.470	6.177.470	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.177.470	6.177.470	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.177.470	6.177.470	100,0	0	0	0,0
(A)	4523	Manutenção da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança				
Produto: PARECER EMITIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	1.728.697	828.697	47,9	904.230	828.697	91,6
Fiscal Seguridade	1.728.697	828.697	47,9	904.230	828.697	91,6
Nacional	1.728.697	828.697	47,9	904.230	828.697	91,6
(A)	4545	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM GENES PARA A AGROPECUÁRIA				
Produto: pesquisa desenvolvida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4560	Fitoterapia em Saúde Pública				
(Ministério da Saúde)						
Produto: PRODUTO FITOTERAPICO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	3.028.033	2.058.033	68,0	1.000.000	741.791	74,2
Fiscal Seguridade	3.028.033	2.058.033	68,0	1.000.000	741.791	74,2
Nacional	3.028.033	2.058.033	68,0	1.000.000	741.791	74,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad						
(P)	5647	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE BIOTECNOLOGIA				
Produto: centro implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9384	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PATENTEAMENTO DE PRODUTOS ORIUNDOS DE RECURSOS GENÉTICOS				
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	36,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	36,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.000.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Demais Fontes	10.000.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Nacional	10.000.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	236.780.860	148.779.037	62,8	82.958.063	37.280.215	44,9
Fiscal Seguridade	226.780.860	148.779.037	66,5	77.958.063	37.280.215	47,8
Demais Fontes	10.000.000	0	4,6	5.000.000	0	0,0
0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA						
Gerente em 31/12/2002: Alice Rangel de Paiva Abreu						
(A)	4204	Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa				
Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	32.681,0	32.681,0	100,0	10.997,0	10.781,0	98,0
Nacional	32.681,0	32.681,0	100,0	10.997,0	10.781,0	98,0
Financeiro	557.093.375	386.443.375	69,4	135.650.942	134.870.284	99,4
Fiscal Seguridade	557.093.375	386.443.375	69,4	135.650.942	134.870.284	99,4
Nacional	557.093.375	386.443.375	69,4	135.650.942	134.870.284	99,4
(A)	4205	Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores				
Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	41.648,0	41.648,0	100,0	15.700,0	13.948,0	88,8
Nacional	41.648,0	41.648,0	100,0	15.700,0	13.948,0	88,8
Financeiro	925.602.688	693.770.688	75,0	236.702.662	233.670.793	98,7
Fiscal Seguridade	925.602.688	693.770.688	75,0	236.702.662	233.670.793	98,7
Nacional	925.602.688	693.770.688	75,0	236.702.662	233.670.793	98,7
(A)	4206	Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa				
Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	56.119,0	56.119,0	100,0	19.264,0	18.856,0	97,9
Nacional	56.119,0	56.119,0	100,0	19.264,0	18.856,0	97,9
Financeiro	219.115.661	162.688.661	74,2	56.427.338	54.197.175	96,0
Fiscal Seguridade	219.115.661	162.688.661	74,2	56.427.338	54.197.175	96,0
Nacional	219.115.661	162.688.661	74,2	56.427.338	54.197.175	96,0
(A)	4463	Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	19.860.866	9.860.866	49,6	10.000.000	9.860.866	98,6
Fiscal Seguridade	19.860.866	9.860.866	49,6	10.000.000	9.860.866	98,6
Nacional	19.860.866	9.860.866	49,6	10.000.000	9.860.866	98,6
Financ. Total Programa	1.721.672.590	1.252.763.590	72,8	438.780.942	432.599.118	98,6
Fiscal Seguridade	1.721.672.590	1.252.763.590	66,5	438.780.942	432.599.118	98,6

0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS

Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSSISTEMAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels						
(P)	3459	DESENVOLVIMENTO DE MODELOS E DE BASES DE DADOS GEORREFERENCIADOS E PARA GESTÃO AMBIENTAL				
	Produto: Modelo desenvolvido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	464.536	464.536	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	464.536	464.536	100,0	0	0	0,0
Nacional	464.536	464.536	100,0	0	0	0,0
(P)	3464	Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental				
	Produto: MODELO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,8	2,8	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,8	2,8	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	511.257	287.257	56,2	224.996	178.461	79,3
Fiscal Seguridade	511.257	287.257	56,2	224.996	178.461	79,3
Nacional	511.257	287.257	56,2	224.996	178.461	79,3
(P)	3480	Fomento às Ações de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.828.006	1.228.006	6,9	13.775.400	0	0,0
Fiscal Seguridade	17.828.006	1.228.006	6,9	13.775.400	0	0,0
Norte	17.828.006	1.228.006	6,9	13.775.400	0	0,0
(P)	3482	PROJETO PESQUISA DIRIGIDA DO PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS				
	Produto: Projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	42,0	42,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	170.162	170.162	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	170.162	170.162	100,0	0	0	0,0
Norte	170.162	170.162	100,0	0	0	0,0
(P)	3672	Consolidação de Centros de Excelência e Núcleos de Difusão Tecnológica				
	(Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEPPE/PR)					
	Produto: CENTRO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17,0	17,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Norte	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.544.655	2.137.655	32,7	1.266.640	556.010	43,9
Fiscal Seguridade	4.133.655	2.137.655	51,7	1.266.640	556.010	43,9
Nacional	2.800.939	804.939	28,7	1.266.640	556.010	43,9
Norte	1.332.716	1.332.716	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.411.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	205.191	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	153.894	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.051.915	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels						
(P)	3673	Estudos nos Setores de Energia e Aquaviário - Rede Amazônica de Centro de Excelência (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	456.700	256.700	56,2	330.000	76.700	23,2
Fiscal Seguridade	456.700	256.700	56,2	330.000	76.700	23,2
Nacional	276.700	76.700	27,7	330.000	76.700	23,2
Norte	180.000	180.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4129	Desenvolvimento de Estudos sobre a Dinâmica e a Composição dos Ecossistemas Amazônicos				
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	52,0	52,0	100,0	25,0	24,0	96,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	36,0	36,0	100,0	25,0	24,0	96,0
Financeiro	9.645.933	5.645.933	58,5	3.343.534	2.976.414	89,0
Fiscal Seguridade	9.645.933	5.645.933	58,5	3.343.534	2.976.414	89,0
Norte	9.645.933	5.645.933	58,5	3.343.534	2.976.414	89,0
(A)	4134	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE FRAGMENTAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	130.000	130.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	130.000	130.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	130.000	130.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4134	FOMENTO A PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE A MATA ATLÂNTICA				
Produto: Projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	315.074	315.074	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	315.074	315.074	100,0	0	0	0,0
Nacional	315.074	315.074	100,0	0	0	0,0
(A)	4137	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NA REGIÃO DO TRÓPICO ÚMIDO				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.867.116	1.867.116	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.867.116	1.867.116	100,0	0	0	0,0
Norte	1.867.116	1.867.116	100,0	0	0	0,0
(A)	4143	Difusão de Informações e de Conhecimentos de Ciência e Tecnologia sobre a Amazônia - INPA				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	210,0	210,0	100,0	100,0	94,0	94,0
Nacional	87,0	87,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	123,0	123,0	100,0	100,0	94,0	94,0
Financeiro	3.470.009	2.170.009	62,5	1.337.000	1.027.446	76,8
Fiscal Seguridade	3.470.009	2.170.009	62,5	1.337.000	1.027.446	76,8
Norte	3.470.009	2.170.009	62,5	1.337.000	1.027.446	76,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels						
(A)	4145	Divulgação dos Resultados de Pesquisas sobre a Amazônia - MPEG				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	36,0	36,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	2.018.732	1.484.732	73,5	534.009	457.788	85,7
Fiscal Seguridade	2.018.732	1.484.732	73,5	534.009	457.788	85,7
Norte	2.018.732	1.484.732	73,5	534.009	457.788	85,7
(A)	4157	FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO SOBRE A COMPOSIÇÃO E A DINÂMICA DOS ECOSISTEMAS BRASILEIROS				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	116,0	116,0	100,0	75,0	72,0	96,0
Nacional	116,0	116,0	100,0	75,0	72,0	96,0
Financeiro	6.275.393	4.275.393	68,1	2.857.620	1.000.000	35,0
Fiscal Seguridade	6.275.393	4.275.393	68,1	2.857.620	1.000.000	35,0
Nacional	6.275.393	4.275.393	68,1	2.857.620	1.000.000	35,0
(A)	4175	Manutenção e Expansão do Acervo Científico do Museu Paraense Emílio Goeldi				
Produto: ACERVO PRESERVADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	1.390.695	1.029.695	74,0	361.639	328.223	90,8
Fiscal Seguridade	1.390.695	1.029.695	74,0	361.639	328.223	90,8
Norte	1.390.695	1.029.695	74,0	361.639	328.223	90,8
(A)	4176	Monitoramento Ambiental da Amazônia				
Produto: RELATORIO PRODUZIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	687,0	687,0	100,0	229,0	229,0	100,0
Nacional	687,0	687,0	100,0	229,0	229,0	100,0
Financeiro	3.377.939	2.480.939	73,4	897.000	880.049	98,1
Fiscal Seguridade	3.377.939	2.480.939	73,4	897.000	880.049	98,1
Nacional	3.377.939	2.480.939	73,4	897.000	880.049	98,1
(A)	4188	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Reserva Ambiental - Mamirauá-OS				
Produto: PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	8.002.000	5.202.000	65,0	1.746.000	1.746.000	100,0
Fiscal Seguridade	8.002.000	5.202.000	65,0	1.746.000	1.746.000	100,0
Norte	8.002.000	5.202.000	65,0	1.746.000	1.746.000	100,0
(A)	4190	Pesquisa e Desenvolvimento sobre a Amazônia Brasileira				
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	6.940.041	4.793.605	69,1	1.892.327	1.994.399	105,4
Fiscal Seguridade	6.793.605	4.793.605	70,6	1.892.327	1.994.399	105,4
Norte	6.793.605	4.793.605	70,6	1.892.327	1.994.399	105,4
Demais Fontes	146.436	0	0,0	0	0	0,0
Norte	146.436	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSSISTEMAS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels						
(A)	4193 Preservação e Ampliação dos Acervos Científicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA					
	Produto: ACERVO PRESERVADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	68,0	68,0	100,0	33,0	39,0	118,2
Nacional	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	39,0	39,0	100,0	33,0	39,0	118,2
Financeiro	4.212.305	2.212.305	52,5	1.900.000	1.478.293	77,8
Fiscal Seguridade	4.212.305	2.212.305	52,5	1.900.000	1.478.293	77,8
Norte	4.212.305	2.212.305	52,5	1.900.000	1.478.293	77,8
(A)	4209 CONSOLIDAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DISPONÍVEIS SOBRE OS ECOSSISTEMAS DA MATA ATLÂNTICA					
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	126.460	126.460	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	126.460	126.460	100,0	0	0	0,0
Nacional	126.460	126.460	100,0	0	0	0,0
(A)	4547 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE O ECOSSISTEMA DO CERRADO					
	Produto: Pesquisa realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	73.747.013	36.277.577	49,2	30.466.165	12.699.783	41,7
Fiscal Seguridade	71.189.577	36.277.577	66,5	30.466.165	12.699.783	41,7
Demais Fontes	2.557.436	0	4,6	0	0	0,0
0470 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(A)	2093 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Agronegócio					
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.982.143	0	0,0	10.108.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.982.143	0	0,0	10.108.000	0	0,0
Nacional	5.982.143	0	0,0	10.108.000	0	0,0
(P)	3484 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA O AGRONEGÓCIO					
	Produto: Laboratório atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.666.637	2.666.637	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.666.637	2.666.637	100,0	0	0	0,0
Nacional	866.637	866.637	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.600.000	1.600.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3991 Avaliação da Qualidade e Produtividade na Pesquisa Agropecuária					
	(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
	Produto: ESTUDO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	7,0	5,0	71,4
Nacional	5,0	5,0	100,0	7,0	5,0	71,4
Financeiro	328.348	128.348	39,1	136.000	128.348	94,4
Fiscal Seguridade	328.348	128.348	39,1	136.000	128.348	94,4
Nacional	328.348	128.348	39,1	136.000	128.348	94,4

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras AçõesRealizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0470 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(A) 4043 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Agronegócio						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	90,0	2,0	2,2
Nacional	2,0	2,0	100,0	90,0	2,0	2,2
Financeiro	25.278.092	1.260.235	5,0	40.432.000	1.260.235	3,1
Fiscal Seguridade	25.278.092	1.260.235	5,0	40.432.000	1.260.235	3,1
Nacional	25.278.092	1.260.235	5,0	40.432.000	1.260.235	3,1
(A) 4180 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Agronegócio						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	118,0	118,0	100,0	42,0	1,0	2,4
Nacional	118,0	118,0	100,0	42,0	1,0	2,4
Financeiro	10.182.734	9.182.734	90,2	2.942.298	429.636	14,6
Fiscal Seguridade	10.182.734	9.182.734	90,2	2.942.298	429.636	14,6
Nacional	8.172.918	7.172.918	87,8	2.942.298	429.636	14,6
Sudeste	2.009.816	2.009.816	100,0	0	0	0,0
(P) 5607 ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CENTROS DE TREINAMENTO PARA TÉCNICOS E PRODUTORES (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: instalação adaptada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9385 INOVAÇÃO E GESTÃO TECNOLÓGICA NAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO						
Produto: projeto financiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	15,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	15,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	46.437.954	13.237.954	28,5	54.618.298	1.818.219	3,3
Fiscal Seguridade	44.437.954	13.237.954	66,5	53.618.298	1.818.219	3,4
Demais Fontes	2.000.000	0	4,6	1.000.000	0	0,0
0478 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO						
Gerente em 31/12/2002: Américo Rodrigues Filho						
(A) 2067 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Aeronáutico						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.000.000	0	0,0	4.332.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.000.000	0	0,0	4.332.000	0	0,0
Nacional	3.000.000	0	0,0	4.332.000	0	0,0
(A) 4053 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor Aeronáutico						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	11,0	1,0	9,1
Nacional	1,0	1,0	100,0	11,0	1,0	9,1
Financeiro	12.195.925	195.925	1,6	17.328.000	195.925	1,1
Fiscal Seguridade	12.195.925	195.925	1,6	17.328.000	195.925	1,1
Nacional	12.195.925	195.925	1,6	17.328.000	195.925	1,1
(A) 4146 FOMENTO À ADEQUAÇÃO E À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS AERONÁUTICAS PARA O SETOR PRODUTIVO						
Produto: projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	108			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0478 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO						
Gerente em 31/12/2002: Américo Rodrigues Filho						
(OA)	9388	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS AERONÁUTICAS E SUA TRANSFERÊNCIA PARA O SETOR PRODUTIVO				
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	129.375.000	0	0,0	59.375.000	0	0,0
Demais Fontes	129.375.000	0	0,0	59.375.000	0	0,0
Nacional	129.375.000	0	0,0	59.375.000	0	0,0
Financ. Total Programa 144.570.925 195.925 0,1 81.035.000 195.925 0,2						
Fiscal Seguridade 15.195.925 195.925 66,5 21.660.000 195.925 0,9						
Demais Fontes 129.375.000 0 4,6 59.375.000 0 0,0						
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: Andréa de Castro Bicalho						
(P)	1253	Implantação da Anamet - Agência Nacional de Meteorologia				
Produto: AGENCIA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	30,0	30,0	100,0	35,0	25,0	71,4
Nacional	30,0	30,0	100,0	35,0	25,0	71,4
Financeiro	1.606.792	313.792	19,5	2.000.000	23.792	1,2
Fiscal Seguridade	1.606.792	313.792	19,5	2.000.000	23.792	1,2
Nacional	1.606.792	313.792	19,5	2.000.000	23.792	1,2
(A)	2025	Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais				
Produto: INFORMACAO GERADA			Unidade de Medida: TERABYTE			
Físico	0,0	0,0	0,0	42,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	42,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2160	Operação dos Serviços Meteorológicos				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: CENTRO/ESTACAO MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.192,0	1.192,0	100,0	400,0	396,0	99,0
Nacional	792,0	792,0	100,0	400,0	396,0	99,0
Centro-oeste	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	93,0	93,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	53,0	53,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	142,0	142,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	67,0	67,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.020.987	42.300.987	70,5	20.195.765	20.039.918	99,2
Fiscal Seguridade	60.020.987	42.300.987	70,5	20.195.765	20.039.918	99,2
Nacional	60.020.987	42.300.987	70,5	20.195.765	20.039.918	99,2
(A)	2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: BOLETIM EMITIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	915.534,6	915.534,6	100,0	445.780,0	469.476,0	105,3
Nacional	915.534,6	915.534,6	100,0	445.780,0	469.476,0	105,3
Financeiro	6.407.686	4.852.686	75,7	1.676.160	1.656.706	98,8
Fiscal Seguridade	6.407.686	4.852.686	75,7	1.676.160	1.656.706	98,8
Nacional	6.407.686	4.852.686	75,7	1.676.160	1.656.706	98,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: Andréa de Castro Bicalho						
(A)	2209	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Recursos Hídricos - CT- HIDRO				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.004,0	1.004,0	100,0	407,0	584,0	143,5
Nacional	1.004,0	1.004,0	100,0	407,0	584,0	143,5
Financeiro	14.451.734	10.451.359	72,3	5.080.285	5.080.286	100,0
Fiscal Seguridade	14.451.734	10.451.359	72,3	5.080.285	5.080.286	100,0
Nacional	14.451.734	10.451.359	72,3	5.080.285	5.080.286	100,0
(A)	2223	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Recursos Hídricos - CT- HIDRO				
	Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	172,0	172,0	100,0	35,0	56,0	160,0
Nacional	172,0	172,0	100,0	35,0	56,0	160,0
Financeiro	37.831.625	21.832.000	57,7	23.244.947	6.609.182	28,4
Fiscal Seguridade	37.831.625	21.832.000	57,7	23.244.947	6.609.182	28,4
Nacional	37.831.625	21.832.000	57,7	23.244.947	6.609.182	28,4
(A)	2378	Sistema de Informações Hidrológicas e Hidroenergéticas para Geração de Energia Elétrica (Ministério de Minas e Energia)				
	Produto: INFORMACAO PRODUZIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3.072.668,0	3.072.668,0	100,0	1.938.672,0	3.072.668,0	158,5
Nacional	3.072.668,0	3.072.668,0	100,0	1.938.672,0	3.072.668,0	158,5
Financeiro	53.913.499	53.913.499	100,0	20.000.000	15.899.398	79,5
Fiscal Seguridade	53.913.499	53.913.499	100,0	20.000.000	15.899.398	79,5
Nacional	53.913.499	53.913.499	100,0	20.000.000	15.899.398	79,5
(A)	2394	Operação e Manutenção da Rede Hidrométrica (Ministério de Minas e Energia)				
	Produto: MEDICAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	62.410,0	62.410,0	100,0	69.500,0	62.410,0	89,8
Nacional	62.410,0	62.410,0	100,0	69.500,0	62.410,0	89,8
Financeiro	28.742.094	20.691.094	72,0	8.935.000	7.443.854	83,3
Fiscal Seguridade	28.742.094	20.691.094	72,0	8.935.000	7.443.854	83,3
Nacional	28.742.094	20.691.094	72,0	8.935.000	7.443.854	83,3
(A)	2395	CONSISTÊNCIA DE DADOS HIDROMETEOROLÓGICOS (Ministério de Minas e Energia)				
	Produto: Informação produzida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	940.996	940.996	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	940.996	940.996	100,0	0	0	0,0
Nacional	940.996	940.996	100,0	0	0	0,0
(P)	3476	Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos				
	Produto: CENTRO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	39,0	39,0	100,0	19,0	18,0	94,7
Nacional	39,0	39,0	100,0	19,0	18,0	94,7
Financeiro	5.171.386	4.171.386	80,7	95.000	15.046	15,8
Fiscal Seguridade	5.171.386	4.171.386	80,7	95.000	15.046	15,8
Nacional	5.171.386	4.171.386	80,7	95.000	15.046	15,8
(P)	3485	MODERNIZAÇÃO DA REDE DE OBSERVAÇÃO METEOROLÓGICA				
	Produto: Equipamento instalado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.200.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.200.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.200.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

110

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: Andréa de Castro Bicalho						
(P)	3486	Apoio à Modernização dos Sistemas de Meteorologia e Hidrologia				
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.576.023	22.576.023	88,3	41.256.327	0	0,0
Fiscal Seguridade	25.576.023	22.576.023	88,3	41.256.327	0	0,0
Nacional	25.576.023	22.576.023	88,3	41.256.327	0	0,0
(P)	3656	Implantação de Laboratórios de Precisão				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: LABORATORIO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.036.741	4.103.741	81,5	930.000	911.028	98,0
Fiscal Seguridade	5.036.741	4.103.741	81,5	930.000	911.028	98,0
Nacional	5.036.741	4.103.741	81,5	930.000	911.028	98,0
(P)	3657	Implantação de Oficinas de Manutenção				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: OFICINA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.047.075	2.403.290	78,9	620.000	619.685	99,9
Fiscal Seguridade	3.047.075	2.403.290	78,9	620.000	619.685	99,9
Nacional	3.047.075	2.403.290	78,9	620.000	619.685	99,9
(P)	3658	Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: REDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	41,0	41,0	100,0	14,0	13,0	92,9
Nacional	41,0	41,0	100,0	14,0	13,0	92,9
Financeiro	6.090.014	4.910.014	80,6	1.180.000	1.121.595	95,1
Fiscal Seguridade	6.090.014	4.910.014	80,6	1.180.000	1.121.595	95,1
Nacional	6.090.014	4.910.014	80,6	1.180.000	1.121.595	95,1
(P)	3989	Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: ESTACAO IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	97,0	97,0	100,0	32,0	32,0	100,0
Nacional	97,0	97,0	100,0	32,0	32,0	100,0
Financeiro	8.701.765	7.121.765	81,8	1.580.000	1.580.000	100,0
Fiscal Seguridade	8.701.765	7.121.765	81,8	1.580.000	1.580.000	100,0
Nacional	8.701.765	7.121.765	81,8	1.580.000	1.580.000	100,0
(A)	4135	Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA)				
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Norte	3,0	3,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	3.546.531	1.296.531	36,6	1.362.000	1.102.291	80,9
Fiscal Seguridade	3.546.531	1.296.531	36,6	1.362.000	1.102.291	80,9
Norte	3.546.531	1.296.531	36,6	1.362.000	1.102.291	80,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: Andréa de Castro Bicalho						
(A)	4179	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ÁREAS DE CLIMA, TEMPO, MICROMETEOROLOGIA, INTERAÇÃO OCEANO-ATMOSFERA E METEOROLOGIA MARINHA				
Produto: Pesquisa desenvolvida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	731.117	731.117	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	731.117	731.117	100,0	0	0	0,0
Nacional	731.117	731.117	100,0	0	0	0,0
(A)	4184	Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC				
Produto: INFORMACAO GERADA			Unidade de Medida: TERABYTE			
Físico	69,7	69,7	100,0	42,0	42,0	100,0
Nacional	69,7	69,7	100,0	42,0	42,0	100,0
Financeiro	28.685.542	20.385.542	71,1	6.868.341	6.340.573	92,3
Fiscal Seguridade	28.685.542	20.385.542	71,1	6.868.341	6.340.573	92,3
Nacional	28.685.542	20.385.542	71,1	6.868.341	6.340.573	92,3
(A)	4432	Meteorologia Marítima				
(Ministério da Defesa)						
Produto: INFORMACAO METEOROLOGICA DIVULGADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.036,0	10.036,0	100,0	5.800,0	5.800,0	100,0
Nacional	10.036,0	10.036,0	100,0	5.800,0	5.800,0	100,0
Financeiro	302.899	282.899	93,4	140.000	119.001	85,0
Fiscal Seguridade	302.899	282.899	93,4	140.000	119.001	85,0
Nacional	302.899	282.899	93,4	140.000	119.001	85,0
(A)	4633	METEOROLOGIA AEROESPACIAL				
(Ministério da Defesa)						
Produto: serviço prestado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9375	ESTÍMULO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE METEOROLOGIA PELO SETOR PRIVADO				
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	9,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	9,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.950.000	0	0,0	3.980.000	0	0,0
Demais Fontes	5.950.000	0	0,0	3.980.000	0	0,0
Nacional	5.950.000	0	0,0	3.980.000	0	0,0
Financ. Total Programa	297.954.506	223.278.721	74,9	139.143.825	68.562.355	49,3
Fiscal Seguridade	290.804.506	223.278.721	66,5	135.163.825	68.562.355	50,7
Demais Fontes	7.150.000	0	4,6	3.980.000	0	0,0
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Dias Ferraz de Souza						
(P)	1341	PROMOÇÃO DE EVENTOS EM TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA NO ÂMBITO DA ALCA				
Produto: Evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Dias Ferraz de Souza						
(A) 2241	Aplicação das Tecnologias de Caracterização, Normatização, Certificação, Qualificação e Análise de Falhas de Produtos de Hardware e Software					
Produto: PRODUTO CERTIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	36,0	6,0	16,7
Nacional	6,0	6,0	100,0	36,0	6,0	16,7
Financeiro	237.379	102.379	43,1	137.262	102.379	74,6
Fiscal Seguridade	237.379	102.379	43,1	137.262	102.379	74,6
Nacional	237.379	102.379	43,1	137.262	102.379	74,6
(A) 2291	Metrologia de Tempo e Frequência, Gravimetria e Orientação Magnética					
Produto: CALIBRACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	67,0	67,0	100,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	67,0	67,0	100,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	791.970	17.970	2,3	84.688	17.970	21,2
Fiscal Seguridade	791.970	17.970	2,3	84.688	17.970	21,2
Nacional	791.970	17.970	2,3	84.688	17.970	21,2
(A) 2467	Manutenção da Qualidade Metrológica das Radiações Ionizantes					
Produto: INSTALACAO ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.410,0	1.410,0	100,0	705,0	705,0	100,0
Nacional	1.410,0	1.410,0	100,0	705,0	705,0	100,0
Financeiro	3.639.848	2.009.848	55,2	1.017.000	905.628	89,0
Fiscal Seguridade	3.639.848	2.009.848	55,2	1.017.000	905.628	89,0
Nacional	3.639.848	2.009.848	55,2	1.017.000	905.628	89,0
(A) 2470	Regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON					
Produto: NORMA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	30.673	673	2,2	30.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.673	673	2,2	30.000	0	0,0
Nacional	30.673	673	2,2	30.000	0	0,0
(P) 3461	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE GESTÃO PARA A COMPETITIVIDADE (PADCT)					
Produto: Projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	687.943	307.943	44,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	307.943	307.943	100,0	0	0	0,0
Nacional	307.943	307.943	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	380.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	380.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3468	ESTUDOS DE IMPACTO DA TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA NA COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO (PADCT)					
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	163.880	163.880	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	163.880	163.880	100,0	0	0	0,0
Nacional	163.880	163.880	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Dias Ferraz de Souza						
(P)	3473	Fortalecimento da Infra-estrutura de Tecnologia Industrial Básica (PADCT)				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.078.219	578.219	5,2	473.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.778.219	578.219	5,4	473.000	0	0,0
Nacional	10.778.219	578.219	5,4	473.000	0	0,0
Demais Fontes	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3492	UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A COMPETITIVIDADE (PADCT)				
	Produto: Profissional capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	317.813	137.813	43,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	137.813	137.813	100,0	0	0	0,0
Nacional	137.813	137.813	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	180.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	180.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4140	Desenvolvimento Tecnológico Industrial				
	Produto: PROJETO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	62,0	62,0	100,0	28,0	45,0	160,7
Nacional	62,0	62,0	100,0	28,0	45,0	160,7
Financeiro	8.188.570	5.218.570	63,7	3.267.150	2.586.953	79,2
Fiscal Seguridade	8.188.570	5.218.570	63,7	3.267.150	2.586.953	79,2
Nacional	8.188.570	5.218.570	63,7	3.267.150	2.586.953	79,2
(A)	4144	Disponibilização de Informação Tecnológica para a Inovação e Competitividade do Setor Produtivo				
	Produto: VORTAL DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	335,0	335,0	100,0	7,0	15,0	214,3
Nacional	335,0	335,0	100,0	7,0	15,0	214,3
Financeiro	8.222.699	5.122.699	62,3	3.318.495	3.116.762	93,9
Fiscal Seguridade	8.222.699	5.122.699	62,3	3.318.495	3.116.762	93,9
Nacional	8.222.699	5.122.699	62,3	3.318.495	3.116.762	93,9
Financ. Total Programa	33.358.994	13.659.994	40,9	8.327.595	6.729.692	80,8
Fiscal Seguridade	32.498.994	13.659.994	66,5	8.327.595	6.729.692	80,8
Demais Fontes	860.000	0	4,6	0	0	0,0
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Oliveira Barroso						
(P)	1146	Modernização de Acervo Bibliográfico				
	Produto: BIBLIOTECA MODERNIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Oliveira Barroso						
(P)	1404	Implantação de Instalações e Laboratórios de Pesquisa nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN				
	Produto: INSTALACAO IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Financeiro	4.169.667	3.419.667	82,0	675.000	26.170	3,9
Fiscal Seguridade	4.169.667	3.419.667	82,0	675.000	26.170	3,9
Nacional	4.029.667	3.279.667	81,4	675.000	26.170	3,9
Sudeste	140.000	140.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2463	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear				
	Produto: PROJETO CONCLUÍDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,1	8,1	100,0	1,0	6,1	610,0
Nacional	8,1	8,1	100,0	1,0	6,1	608,0
Financeiro	3.263.317	2.763.317	84,7	1.100.000	737.306	67,0
Fiscal Seguridade	3.263.317	2.763.317	84,7	1.100.000	737.306	67,0
Nacional	3.263.317	2.763.317	84,7	1.100.000	737.306	67,0
(A)	2472	Cooperação Técnica e Científica Nacional e Internacional na Área Nuclear				
	Produto: PROJETO DE COOPERACAO MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	32,0	32,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Financeiro	549.313	370.313	67,4	179.191	89.500	49,9
Fiscal Seguridade	549.313	370.313	67,4	179.191	89.500	49,9
Nacional	549.313	370.313	67,4	179.191	89.500	49,9
(A)	2473	Manutenção Técnica e Operacional das Instalações de Pesquisa e Laboratórios dos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN				
	Produto: INSTALACAO MANTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31,0	31,0	100,0	11,0	12,0	109,1
Nacional	30,0	30,0	100,0	11,0	12,0	109,1
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.020.044	3.906.044	77,8	1.114.122	1.070.626	96,1
Fiscal Seguridade	5.020.044	3.906.044	77,8	1.114.122	1.070.626	96,1
Nacional	4.920.044	3.806.044	77,4	1.114.122	1.070.626	96,1
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2474	Capacitação de Recursos Humanos na Área Nuclear				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.389,0	2.389,0	100,0	600,0	1.910,0	318,3
Nacional	2.389,0	2.389,0	100,0	600,0	1.910,0	318,3
Financeiro	1.015.389	765.389	75,4	250.000	246.735	98,7
Fiscal Seguridade	1.015.389	765.389	75,4	250.000	246.735	98,7
Nacional	1.015.389	765.389	75,4	250.000	246.735	98,7
(A)	2475	DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE PRODUTOS TECNOLÓGICOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS				
	Produto: Produto fornecido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	96,0	96,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	96,0	96,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.163.907	2.163.907	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.163.907	2.163.907	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.163.907	2.163.907	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Oliveira Barroso						
(A) 2476 Desenvolvimento de Tecnologia de Reatores e Ciclo do Combustível						
Produto: TECNOLOGIA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	11,0	11,0	100,0	4,0	5,0	125,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	4,0	5,0	125,0
Financeiro	11.010.365	8.210.365	74,6	2.651.000	2.648.140	99,9
Fiscal Seguridade	11.010.365	8.210.365	74,6	2.651.000	2.648.140	99,9
Nacional	11.010.365	8.210.365	74,6	2.651.000	2.648.140	99,9
(A) 2477 Operação e Manutenção dos Reatores de Pesquisa						
Produto: REATOR MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12,0	12,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	5.708.476	4.308.476	75,5	1.350.000	1.314.657	97,4
Fiscal Seguridade	5.708.476	4.308.476	75,5	1.350.000	1.314.657	97,4
Nacional	5.708.476	4.308.476	75,5	1.350.000	1.314.657	97,4
(A) 2480 Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas Nuclear e Correlatas						
Produto: PESQUISA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	122,0	122,0	100,0	100,0	70,0	70,0
Nacional	122,0	122,0	100,0	100,0	70,0	70,0
Financeiro	8.222.750	6.522.750	79,3	1.965.744	1.737.126	88,4
Fiscal Seguridade	8.222.750	6.522.750	79,3	1.965.744	1.737.126	88,4
Nacional	8.222.750	6.522.750	79,3	1.965.744	1.737.126	88,4
(A) 2481 DESENVOLVIMENTO E FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA NUCLEAR E CORRELATAS						
Produto: Serviço fornecido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	219,0	219,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	219,0	219,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.058.276	2.058.276	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.058.276	2.058.276	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.058.276	2.058.276	100,0	0	0	0,0
(A) 2492 Sistema de Informações Técnico-Científicas na Área Nuclear e Afins						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	10.018,0	10.018,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	10.018,0	10.018,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	5.718.534	4.418.534	77,3	1.196.000	1.090.164	91,2
Fiscal Seguridade	5.718.534	4.418.534	77,3	1.196.000	1.090.164	91,2
Nacional	5.718.534	4.418.534	77,3	1.196.000	1.090.164	91,2
(A) 2961 Desenvolvimento e Fornecimento de Produtos e Serviços na Área Nuclear e Correlatas						
Produto: PRODUTO/SERVICO OFERTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	173,0	173,0	100,0	168,0	173,0	103,0
Nacional	173,0	173,0	100,0	168,0	173,0	103,0
Financeiro	5.040.622	2.440.622	48,4	2.451.105	2.440.622	99,6
Fiscal Seguridade	5.040.622	2.440.622	48,4	2.451.105	2.440.622	99,6
Nacional	5.040.622	2.440.622	48,4	2.451.105	2.440.622	99,6
Financ. Total Programa	53.940.660	41.347.660	76,7	13.032.162	11.401.046	87,5
Fiscal Seguridade	53.940.660	41.347.660	66,5	13.032.162	11.401.046	87,5

0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(P) 1249 Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional (Institutos do Millenium)						
Produto: INSTITUTO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	34,0	34,0	100,0	25,0	17,0	68,0
Nacional	34,0	34,0	100,0	25,0	17,0	68,0
Financeiro	81.828.977	53.828.977	65,8	28.414.937	26.357.739	92,8
Fiscal Seguridade	81.828.977	53.828.977	65,8	28.414.937	26.357.739	92,8
Nacional	81.828.977	53.828.977	65,8	28.414.937	26.357.739	92,8
(P) 1257 Implantação do Instituto de Pesquisa Xingó						
Produto: INSTITUTO IMPLANTADO	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	19,0	19,0	100,0	20,0	4,0	20,0
Nordeste	19,0	19,0	100,0	20,0	4,0	20,0
Financeiro	7.837.552	2.037.552	26,0	3.000.169	425.359	14,2
Fiscal Seguridade	7.837.552	2.037.552	26,0	3.000.169	425.359	14,2
Nordeste	7.837.552	2.037.552	26,0	3.000.169	425.359	14,2
(A) 2095 Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas - CT- INFRA						
Produto: PROJETO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	193,0	193,0	100,0	11,0	110,0	1.000,0
Nacional	193,0	193,0	100,0	11,0	110,0	1.000,0
Financeiro	262.455.510	142.455.510	54,3	159.725.441	68.347.172	42,8
Fiscal Seguridade	262.455.510	142.455.510	54,3	159.725.441	68.347.172	42,8
Nacional	262.455.510	142.455.510	54,3	159.725.441	68.347.172	42,8
(P) 3080 Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados (Ministério da Educação)						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	29.735,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	58,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	1.560,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	4.171,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	520,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	14.490,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	8.936,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.648.146	30.082.755	70,5	23.838.128	10.889.376	45,7
Fiscal Seguridade	42.648.146	30.082.755	70,5	23.838.128	10.889.376	45,7
Nacional	6.369.571	1.160.812	18,2	1.319.305	1.160.812	88,0
Centro-oeste	5.918.778	4.050.915	68,4	1.353.950	1.203.531	88,9
Nordeste	3.994.130	2.985.702	74,8	1.087.155	765.337	70,4
Norte	2.247.747	1.540.043	68,5	910.000	585.668	64,4
Sudeste	18.778.155	17.803.869	94,8	17.001.718	5.715.262	33,6
Sul	5.339.765	2.541.414	47,6	2.166.000	1.458.766	67,3
(P) 3107 Implantação de Infra-estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento						
Produto: CENTRO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	4.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	4.400.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	4.400.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(P)	3173	Produção de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Ciências Sociais e Humanas (Ministério da Educação)				
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.246.418	2.038.280	90,7	1.060.680	831.926	78,4
Fiscal Seguridade	2.246.418	2.038.280	90,7	1.060.680	831.926	78,4
Nacional	2.246.418	2.038.280	90,7	1.060.680	831.926	78,4
(P)	3450	Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX				
Produto: NUCLEO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	541,0	541,0	100,0	129,0	129,0	100,0
Nacional	541,0	541,0	100,0	129,0	129,0	100,0
Financeiro	82.776.031	54.776.031	66,2	15.859.093	15.732.760	99,2
Fiscal Seguridade	82.776.031	54.776.031	66,2	15.859.093	15.732.760	99,2
Nacional	82.776.031	54.776.031	66,2	15.859.093	15.732.760	99,2
(P)	3470	Expansão e Modernização da Infra-estrutura de Pesquisa				
Produto: CENTRO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50,0	50,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	27.296.646	7.996.646	29,3	12.125.280	1.000.000	8,2
Fiscal Seguridade	27.296.646	7.996.646	29,3	12.125.280	1.000.000	8,2
Nacional	16.996.646	7.996.646	47,0	12.125.280	1.000.000	8,2
Nordeste	4.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	6.300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3481	Implementação da Componente Científica do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	273,0	273,0	100,0	73,0	73,0	100,0
Nacional	273,0	273,0	100,0	73,0	73,0	100,0
Financeiro	17.144.597	17.144.597	100,0	5.396.686	4.300.000	79,7
Fiscal Seguridade	17.144.597	17.144.597	100,0	5.396.686	4.300.000	79,7
Nacional	17.144.597	17.144.597	100,0	5.396.686	4.300.000	79,7
(P)	3489	Participação Brasileira na Construção dos Telescópios - Projeto GEMINI				
Produto: TELESCOPIO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	70,0	70,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	70,0	70,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	1.901.176	1.901.176	100,0	910.369	874.843	96,1
Fiscal Seguridade	1.901.176	1.901.176	100,0	910.369	874.843	96,1
Nacional	1.901.176	1.901.176	100,0	910.369	874.843	96,1
(P)	3490	Participação Brasileira na Construção de Telescópio - Projeto SOAR				
Produto: TELESCOPIO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	118,0	118,0	100,0	10,0	80,0	800,0
Nacional	118,0	118,0	100,0	10,0	80,0	800,0
Financeiro	1.832.002	1.832.002	100,0	362.033	349.775	96,6
Fiscal Seguridade	1.832.002	1.832.002	100,0	362.033	349.775	96,6
Nacional	1.832.002	1.832.002	100,0	362.033	349.775	96,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(A) 4122 Desenvolvimento de Competência no Campo da Matemática - IMPA-OS						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	369,0	369,0	100,0	148,0	154,0	104,1
Nacional	369,0	369,0	100,0	148,0	154,0	104,1
Financeiro	17.983.553	12.040.553	67,0	5.543.569	5.543.569	100,0
Fiscal Seguridade	17.983.553	12.040.553	67,0	5.543.569	5.543.569	100,0
Nacional	17.983.553	12.040.553	67,0	5.543.569	5.543.569	100,0
(A) 4123 Desenvolvimento de Conhecimento em Física Teórica e Experimental						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	23,0	23,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	17.344.871	12.628.871	72,8	4.156.185	4.065.880	97,8
Fiscal Seguridade	17.344.871	12.628.871	72,8	4.156.185	4.065.880	97,8
Nacional	17.344.871	12.628.871	72,8	4.156.185	4.065.880	97,8
(A) 4124 Desenvolvimento de Conhecimentos em Astronomia e Geofísica						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	35,0	35,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	35,0	35,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	7.254.747	5.350.747	73,8	1.904.390	1.654.865	86,9
Fiscal Seguridade	7.254.747	5.350.747	73,8	1.904.390	1.654.865	86,9
Nacional	7.254.747	5.350.747	73,8	1.904.390	1.654.865	86,9
(A) 4125 Desenvolvimento de Conhecimentos em Ciências Humanas, Sociais, Naturais e da Terra no Museu Paraense Emílio Goeldi						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	38,0	38,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Nacional	38,0	38,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Financeiro	5.045.896	3.749.896	74,3	1.296.726	1.264.652	97,5
Fiscal Seguridade	5.045.896	3.749.896	74,3	1.296.726	1.264.652	97,5
Nacional	5.045.896	3.749.896	74,3	1.296.726	1.264.652	97,5
(A) 4126 Desenvolvimento de Conhecimentos no Campo da Astrofísica						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	58,0	58,0	100,0	22,0	25,0	113,6
Nacional	58,0	58,0	100,0	22,0	25,0	113,6
Financeiro	4.652.603	2.687.603	57,8	965.000	921.679	95,5
Fiscal Seguridade	4.652.603	2.687.603	57,8	965.000	921.679	95,5
Nacional	4.652.603	2.687.603	57,8	965.000	921.679	95,5
(A) 4128 Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas na Área Minerometalúrgica e Materiais Afins						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	54,0	54,0	100,0	17,0	23,0	135,3
Nacional	54,0	54,0	100,0	17,0	23,0	135,3
Financeiro	11.290.490	8.290.490	73,4	3.000.000	2.774.666	92,5
Fiscal Seguridade	11.290.490	8.290.490	73,4	3.000.000	2.774.666	92,5
Nacional	11.290.490	8.290.490	73,4	3.000.000	2.774.666	92,5
(A) 4132 Desenvolvimento de Pesquisas em Informação Científica e Tecnológica						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	61,0	61,0	100,0	20,0	33,0	165,0
Nacional	61,0	61,0	100,0	20,0	33,0	165,0
Financeiro	1.643.208	1.183.208	72,0	508.800	411.370	80,9
Fiscal Seguridade	1.643.208	1.183.208	72,0	508.800	411.370	80,9
Nacional	1.643.208	1.183.208	72,0	508.800	411.370	80,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(A) 4139 Desenvolvimento em Computação Científica e Ciências Aplicadas						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	32,0	32,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Financeiro	12.190.098	7.890.098	64,7	3.050.082	2.603.394	85,4
Fiscal Seguridade	12.190.098	7.890.098	64,7	3.050.082	2.603.394	85,4
Nacional	12.190.098	7.890.098	64,7	3.050.082	2.603.394	85,4
(A) 4148 Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos						
Produto: EVENTO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	77,0	77,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Nacional	77,0	77,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Financeiro	4.756.046	2.156.046	45,3	1.500.000	956.847	63,8
Fiscal Seguridade	4.756.046	2.156.046	45,3	1.500.000	956.847	63,8
Nacional	4.756.046	2.156.046	45,3	1.500.000	956.847	63,8
(A) 4158 Fomento à Pesquisa Fundamental						
Produto: PROJETO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1.433,0	1.433,0	100,0	94,0	94,0	100,0
Nacional	1.433,0	1.433,0	100,0	94,0	94,0	100,0
Financeiro	65.377.741	35.377.741	54,1	12.751.634	12.591.330	98,7
Fiscal Seguridade	65.377.741	35.377.741	54,1	12.751.634	12.591.330	98,7
Nacional	65.377.741	35.377.741	54,1	12.751.634	12.591.330	98,7
(A) 4160 FOMENTO A PROJETOS COOPERATIVOS E MULTIDISCIPLINARES PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS REGIONAIS						
Produto: Projeto apoiado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	311,0	311,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	311,0	311,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.385.260	3.385.260	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.385.260	3.385.260	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.385.260	3.385.260	100,0	0	0	0,0
(A) 4163 Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico						
Produto: PROJETO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	109,0	109,0	100,0	85,0	85,0	100,0
Nacional	109,0	109,0	100,0	85,0	85,0	100,0
Financeiro	8.245.407	5.120.407	62,1	4.025.963	4.012.916	99,7
Fiscal Seguridade	8.245.407	5.120.407	62,1	4.025.963	4.012.916	99,7
Nacional	8.145.407	5.120.407	62,9	4.025.963	4.012.916	99,7
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4174 Pesquisa e Desenvolvimento em História de Ciência e Educação Científica						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	17,0	17,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	3.241.663	2.290.663	70,7	1.046.100	1.014.374	97,0
Fiscal Seguridade	3.241.663	2.290.663	70,7	1.046.100	1.014.374	97,0
Nacional	3.241.663	2.290.663	70,7	1.046.100	1.014.374	97,0
(A) 4192 Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Fonte de Luz Síncrotron - ABATLUS-OS						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	380,0	380,0	100,0	20,0	340,0	1.700,0
Nacional	380,0	380,0	100,0	20,0	340,0	1.700,0
Financeiro	51.625.290	37.270.290	72,2	14.355.825	14.355.815	100,0
Fiscal Seguridade	51.625.290	37.270.290	72,2	14.355.825	14.355.815	100,0
Nacional	51.625.290	37.270.290	72,2	14.355.825	14.355.815	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

120

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(A) 4201 FOMENTO A GRUPOS DE PESQUISA NOVOS E/OU EMERGENTES						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.511.999	2.511.999	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.511.999	2.511.999	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.511.999	2.511.999	100,0	0	0	0,0
(A) 4208 Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica						
Produto: INFORMACAO ACESSADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.440.000,0	1.440.000,0	100,0	119.931,0	1.200.000,0	1.000,6
Nacional	1.440.000,0	1.440.000,0	100,0	119.931,0	1.200.000,0	1.000,6
Financeiro	4.148.198	3.812.198	91,9	336.375	300.000	89,2
Fiscal Seguridade	4.148.198	3.812.198	91,9	336.375	300.000	89,2
Nacional	4.148.198	3.812.198	91,9	336.375	300.000	89,2
(A) 4213 Difusão da Produção Científica Nacional						
Produto: TITULO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	318,0	318,0	100,0	103,0	148,0	143,7
Nacional	318,0	318,0	100,0	103,0	148,0	143,7
Financeiro	1.790.645	278.645	15,6	331.876	31.833	9,6
Fiscal Seguridade	1.790.645	278.645	15,6	331.876	31.833	9,6
Nacional	1.790.645	278.645	15,6	331.876	31.833	9,6
(A) 4214 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	98,0	98,0	100,0	40,0	6,0	15,0
Nacional	98,0	98,0	100,0	40,0	6,0	15,0
Financeiro	7.507.957	5.933.957	79,0	1.774.861	1.186.266	66,8
Fiscal Seguridade	7.507.957	5.933.957	79,0	1.774.861	1.186.266	66,8
Nacional	7.407.957	5.933.957	80,1	1.774.861	1.186.266	66,8
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4215 FOMENTO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SETORES ESTRATÉGICOS						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	235,0	235,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	234,0	234,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.246.136	16.246.136	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.246.136	16.246.136	100,0	0	0	0,0
Nacional	14.546.136	14.546.136	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.700.000	1.700.000	100,0	0	0	0,0
(A) 4216 FOMENTO A PROJETOS DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	125,0	125,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	125,0	125,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.285.294	2.285.294	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.285.294	2.285.294	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.285.294	2.285.294	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO						
Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão						
(A) 4217 POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA						
Produto: Evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	577.070	577.070	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	577.070	577.070	100,0	0	0	0,0
Nacional	577.070	577.070	100,0	0	0	0,0
(A) 4415 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	1.073.972	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	1.073.972	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	1.073.972	0	0,0
(P) 5209 Implantação do Centro de Referência em Nanotecnologia						
Produto: CENTRO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.400.459	150.459	1,8	3.000.000	150.459	5,0
Fiscal Seguridade	8.400.459	150.459	1,8	3.000.000	150.459	5,0
Nacional	8.400.459	150.459	1,8	3.000.000	150.459	5,0
(P) 5631 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS DE FORMAÇÃO PARA A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO						
Produto: CENTRO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5641 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS						
Produto: CENTRO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5643 PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PELA TV EDUCATIVA						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	786.271.686	485.311.157	61,7	315.714.174	182.948.865	57,9
Fiscal Seguridade	786.271.686	485.311.157	66,5	315.714.174	182.948.865	57,9

5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE

Gerente em 31/12/2002:

(A) 2281 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos e Hemoderivados

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	11,0	11,0	100,0	12,0	7,0	58,3
Nacional	11,0	11,0	100,0	12,0	7,0	58,3
Financeiro	887.433	887.433	100,0	603.720	379.819	62,9
Fiscal Seguridade	887.433	887.433	100,0	603.720	379.819	62,9
Nacional	887.433	887.433	100,0	603.720	379.819	62,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2285 Fomento a Projetos de Avaliação Tecnológica de Produtos e Processos						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	687.999	687.999	100,0	489.360	334.722	68,4
Fiscal Seguridade	687.999	687.999	100,0	489.360	334.722	68,4
Nacional	687.999	687.999	100,0	489.360	334.722	68,4
(A) 2287 Fomento ao Desenvolvimento e Aprimoramento de Sistemas de Informação em Saúde						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	321.268	321.268	100,0	300.000	63.680	21,2
Fiscal Seguridade	321.268	321.268	100,0	300.000	63.680	21,2
Nacional	321.268	321.268	100,0	300.000	63.680	21,2
(A) 2997 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Saúde						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	80,0	2,0	2,5
Nacional	2,0	2,0	100,0	80,0	2,0	2,5
Financeiro	24.416.636	421.100	1,7	40.432.000	421.100	1,0
Fiscal Seguridade	24.416.636	421.100	1,7	40.432.000	421.100	1,0
Nacional	24.416.636	421.100	1,7	40.432.000	421.100	1,0
(A) 4007 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Saúde						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.004.464	0	0,0	10.108.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.004.464	0	0,0	10.108.000	0	0,0
Nacional	6.004.464	0	0,0	10.108.000	0	0,0
(A) 4131 Fomento à Pesquisa em Gestão da Qualidade em Saúde						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8,0	8,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	204.261	204.261	100,0	242.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	204.261	204.261	100,0	242.500	0	0,0
Nacional	204.261	204.261	100,0	242.500	0	0,0
(A) 4133 Fomento à Pesquisa em Morbimortalidade por Causas Externas						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	19,0	19,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	633.007	633.007	100,0	527.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	633.007	633.007	100,0	527.500	0	0,0
Nacional	633.007	633.007	100,0	527.500	0	0,0
(A) 4162 FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.310	40.310	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	40.310	40.310	100,0	0	0	0,0
Nacional	40.310	40.310	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 4200 Fomento à Pesquisa em Doenças Infecciosas e Parasitárias						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	15,0	15,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	847.118	847.118	100,0	745.750	0	0,0
Fiscal Seguridade	847.118	847.118	100,0	745.750	0	0,0
Nacional	847.118	847.118	100,0	745.750	0	0,0
(A) 6445 Fomento à Pesquisa em Doenças Crônicas Degenerativas e Não-Transmissíveis						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	18,0	18,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	459.443	459.443	100,0	359.250	0	0,0
Fiscal Seguridade	459.443	459.443	100,0	359.250	0	0,0
Nacional	459.443	459.443	100,0	359.250	0	0,0
(A) 7496 APOIO A GRUPOS DE PESQUISA EM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS E EM DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS						
Produto: grupo de pesquisa apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 7497 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM GESTÃO DA QUALIDADE EM SAÚDE						
Produto: projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 7499 DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE CAUSAS EXTERNAS DE MORBIMORTALIDADE						
Produto: projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9482 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL EM SAÚDE						
Produto: projeto financiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	10,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	10,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	45.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Demais Fontes	45.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Nacional	45.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	79.501.939	4.501.939	5,7	73.808.080	1.199.321	1,6
Fiscal Seguridade	34.501.939	4.501.939	66,5	53.808.080	1.199.321	2,2
Demais Fontes	45.000.000	0	4,6	20.000.000	0	0,0

0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo

(P) 1267 Desenvolvimento de Projetos Conjuntos de Pesquisa Tecnológica entre Brasil e Coréia

Produto: COOPERACAO DESENVOLVIDA

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.201.190	1.201.190	100,0	1.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.201.190	1.201.190	100,0	1.500.000	0	0,0
Nacional	1.201.190	1.201.190	100,0	1.500.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(A) 2201 Desenvolvimento de Projetos Conjuntos de Ciência e Tecnologia entre o Brasil e os Países da América do Sul						
Produto: COOPERACAO MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Nacional	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Financeiro	5.374.514	5.374.514	100,0	3.459.548	2.720.797	78,6
Fiscal Seguridade	5.374.514	5.374.514	100,0	3.459.548	2.720.797	78,6
Nacional	5.374.514	5.374.514	100,0	3.459.548	2.720.797	78,6
(A) 2495 Controle de Bens Sensíveis						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	661,0	661,0	100,0	400,0	400,0	100,0
Nacional	661,0	661,0	100,0	400,0	400,0	100,0
Financeiro	331.582	231.582	69,8	100.000	90.000	90,0
Fiscal Seguridade	331.582	231.582	69,8	100.000	90.000	90,0
Nacional	331.582	231.582	69,8	100.000	90.000	90,0
(P) 3466 ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
Produto: Plano elaborado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	337.011	337.011	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	337.011	337.011	100,0	0	0	0,0
Nacional	337.011	337.011	100,0	0	0	0,0
(P) 3474 Fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Informação sobre Ciência e Tecnologia						
Produto: ESTADO ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	44,0	44,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	44,0	44,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	96.637	96.637	100,0	154.213	0	0,0
Fiscal Seguridade	96.637	96.637	100,0	154.213	0	0,0
Nacional	96.637	96.637	100,0	154.213	0	0,0
(P) 3493 Avaliação e Prospecção nas Áreas do Conhecimento e Setores Econômicos (PADCT)						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5,0	5,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Financeiro	3.975.319	3.975.319	100,0	3.380.161	3.042.775	90,0
Fiscal Seguridade	3.975.319	3.975.319	100,0	3.380.161	3.042.775	90,0
Nacional	3.975.319	3.975.319	100,0	3.380.161	3.042.775	90,0
(A) 4121 DESENVOLVIMENTO DE ANÁLISES QUALITATIVAS SOBRE A ESTRUTURA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
Produto: Análise elaborada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	725.772	725.772	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	725.772	725.772	100,0	0	0	0,0
Nacional	725.772	725.772	100,0	0	0	0,0
(A) 4194 Produção e Difusão de Indicadores em Ciência e Tecnologia						
Produto: INDICADOR DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Financeiro	698.959	352.959	50,5	202.000	9.106	4,5
Fiscal Seguridade	698.959	352.959	50,5	202.000	9.106	4,5
Nacional	698.959	352.959	50,5	202.000	9.106	4,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(A) 4203 Avaliação de Programas e Instrumentos de Fomento à Ciência e Tecnologia						
Produto: PROGRAMA AVALIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	13,0	13,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	711.226	389.226	54,7	194.000	24.552	12,7
Fiscal Seguridade	711.226	389.226	54,7	194.000	24.552	12,7
Nacional	711.226	389.226	54,7	194.000	24.552	12,7
(A) 4210 Planejamento e Coordenação das Políticas e Atividades de Ciência e Tecnologia						
Produto: PROGRAMA MONITORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	21,0	21,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Financeiro	11.422.611	7.220.611	63,2	4.955.730	4.682.142	94,5
Fiscal Seguridade	11.422.611	7.220.611	63,2	4.955.730	4.682.142	94,5
Nacional	11.422.611	7.220.611	63,2	4.955.730	4.682.142	94,5
(A) 4417 Coordenação do Gerenciamento dos Programas do PPA						
Produto: PROGRAMA MONITORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	21,0	21,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Financeiro	899.910	399.910	44,4	1.000.000	399.910	40,0
Fiscal Seguridade	899.910	399.910	44,4	1.000.000	399.910	40,0
Nacional	899.910	399.910	44,4	1.000.000	399.910	40,0
(A) 4475 Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica						
Produto: ESTUDO DESENVOLVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	19,0	19,0	100,0	10,0	19,0	190,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	10,0	19,0	190,0
Financeiro	7.900.000	1.900.000	24,1	1.940.000	1.900.000	97,9
Fiscal Seguridade	7.900.000	1.900.000	24,1	1.940.000	1.900.000	97,9
Nacional	7.900.000	1.900.000	24,1	1.940.000	1.900.000	97,9
Financ. Total Programa	33.674.731	22.204.731	65,9	16.885.652	12.869.282	76,2
Fiscal Seguridade	33.674.731	22.204.731	66,5	16.885.652	12.869.282	76,2
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(OE) 0410 Financiamento de Projetos de Pesquisa por Meio da FINEP						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto:	Unidade de Medida:					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	157.217.464	77.217.464	49,1	77.217.464	77.217.464	100,0
Fiscal Seguridade	157.217.464	77.217.464	49,1	77.217.464	77.217.464	100,0
Nacional	157.217.464	77.217.464	49,1	77.217.464	77.217.464	100,0
(OE) 0741 Equalização de Taxas de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)						
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.064.935	5.000.000	12,5	8.400.000	5.000.000	59,5
Fiscal Seguridade	40.064.935	5.000.000	12,5	8.400.000	5.000.000	59,5
Nacional	40.064.935	5.000.000	12,5	8.400.000	5.000.000	59,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(OE)	0743	Subvenção Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA) - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.064.935	0	0,0	8.297.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	35.064.935	0	0,0	8.297.000	0	0,0
Nacional	35.064.935	0	0,0	8.297.000	0	0,0
(OE)	0745	Estímulo às Empresas de Base Tecnológica Mediante Participação no Capital - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.038.961	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	21.038.961	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Nacional	21.038.961	0	0,0	5.000.000	0	0,0
(A)	2097	Fortalecimento da Competência Técnico-Científica para Inovação (Verde Amarelo)				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.028,0	3.028,0	100,0	1.000,0	528,0	52,8
Nacional	3.028,0	3.028,0	100,0	1.000,0	528,0	52,8
Financeiro	48.301.203	21.006.658	43,5	34.061.528	2.868.518	8,4
Fiscal Seguridade	48.301.203	21.006.658	43,5	34.061.528	2.868.518	8,4
Nacional	48.301.203	21.006.658	43,5	34.061.528	2.868.518	8,4
(A)	2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (Verde Amarelo)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	472,0	472,0	100,0	200,0	288,0	144,0
Nacional	472,0	472,0	100,0	200,0	288,0	144,0
Financeiro	231.304.565	133.767.941	57,8	136.241.112	94.400.659	69,3
Fiscal Seguridade	231.304.565	133.767.941	57,8	136.241.112	94.400.659	69,3
Nacional	231.304.565	133.767.941	57,8	136.241.112	94.400.659	69,3
(A)	2115	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Mineral - CT- MINERAL				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	60,0	60,0	100,0	20,0	29,0	145,0
Nacional	60,0	60,0	100,0	20,0	29,0	145,0
Financeiro	2.049.757	1.050.484	51,2	644.160	524.120	81,4
Fiscal Seguridade	2.049.757	1.050.484	51,2	644.160	524.120	81,4
Nacional	2.049.757	1.050.484	51,2	644.160	524.120	81,4
(A)	2119	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor Mineral - CT- MINERAL				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	38,0	38,0	100,0	7,0	13,0	185,7
Nacional	38,0	38,0	100,0	7,0	13,0	185,7
Financeiro	7.687.474	3.686.747	48,0	2.576.640	1.928.583	74,8
Fiscal Seguridade	7.687.474	3.686.747	48,0	2.576.640	1.928.583	74,8
Nacional	7.687.474	3.686.747	48,0	2.576.640	1.928.583	74,8
(A)	2187	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Energia Elétrica - CT-ENERG				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	603,0	603,0	100,0	600,0	213,0	35,5
Nacional	603,0	603,0	100,0	600,0	213,0	35,5
Financeiro	31.638.974	13.640.739	43,1	14.281.367	4.651.915	32,6
Fiscal Seguridade	31.638.974	13.640.739	43,1	14.281.367	4.651.915	32,6
Nacional	31.638.974	13.640.739	43,1	14.281.367	4.651.915	32,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(A) 2189 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Elétrica - CT-ENERG						
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	88,0	88,0	100,0	150,0	60,0	40,0
Nacional	88,0	88,0	100,0	150,0	60,0	40,0
Financeiro	133.482.156	61.850.591	46,3	57.125.468	20.671.989	36,2
Fiscal Seguridade	133.482.156	61.850.591	46,3	57.125.468	20.671.989	36,2
Nacional	133.482.156	61.850.591	46,3	57.125.468	20.671.989	36,2
(A) 2191 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários						
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Financeiro	3.753.757	1.856.362	49,5	6.338.155	1.829.994	28,9
Fiscal Seguridade	3.753.757	1.856.362	49,5	6.338.155	1.829.994	28,9
Nacional	3.753.757	1.856.362	49,5	6.338.155	1.829.994	28,9
(A) 2193 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	29,0	29,0	100,0	55,0	29,0	52,7
Nacional	29,0	29,0	100,0	55,0	29,0	52,7
Financeiro	2.043.569	1.570.716	76,9	1.584.539	1.570.716	99,1
Fiscal Seguridade	2.043.569	1.570.716	76,9	1.584.539	1.570.716	99,1
Nacional	2.043.569	1.570.716	76,9	1.584.539	1.570.716	99,1
(P) 3453 CAPACITAÇÃO DE ASSESSORES E DIRIGENTES SINDICAIS PARA OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO						
Produto: Profissional capacitado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	85,0	85,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	85,0	85,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	345.189	65.189	18,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	65.189	65.189	100,0	0	0	0,0
Nacional	65.189	65.189	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	280.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	280.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3469 ESTUDOS E PROJETOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO EMPREGO E NA EDUCAÇÃO						
Produto: Estudo realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	64.933	64.933	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	64.933	64.933	100,0	0	0	0,0
Nacional	64.933	64.933	100,0	0	0	0,0
(P) 3479 Implementação da Componente Desenvolvimento Tecnológico do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT						
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	334,0	334,0	100,0	52,0	53,0	101,9
Nacional	334,0	334,0	100,0	52,0	53,0	101,9
Financeiro	55.500.497	20.400.497	36,8	7.500.000	4.967.704	66,2
Fiscal Seguridade	20.400.497	20.400.497	100,0	7.500.000	4.967.704	66,2
Nacional	20.400.497	20.400.497	100,0	7.500.000	4.967.704	66,2
Demais Fontes	35.100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	35.100.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(P)	3483	LEVANTAMENTO DA CAPACIDADE NACIONAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PADCT)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	297.026	297.026	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	297.026	297.026	100,0	0	0	0,0
Nacional	297.026	297.026	100,0	0	0	0,0
(A)	4140	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL				
Produto: projeto desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.253.584	3.253.584	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.253.584	3.253.584	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.353.584	2.353.584	100,0	0	0	0,0
Nordeste	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4147	Fomento à Capacitação Tecnológica em Setores de Impacto Social				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	84,0	84,0	100,0	66,0	9,0	13,6
Nacional	84,0	84,0	100,0	66,0	9,0	13,6
Financeiro	77.645.871	5.145.871	6,6	2.305.000	1.637.423	71,0
Fiscal Seguridade	6.645.871	5.145.871	77,4	2.305.000	1.637.423	71,0
Nacional	6.645.871	5.145.871	77,4	2.305.000	1.637.423	71,0
Demais Fontes	71.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	71.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4150	FOMENTO À FORMAÇÃO DE REDES COOPERATIVAS DE PESQUISA PARA AS EMPRESAS				
Produto: Projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	68,0	68,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	68,0	68,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.216.392	4.216.392	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.216.392	4.216.392	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.216.392	4.216.392	100,0	0	0	0,0
(A)	4152	FOMENTO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS				
Produto: Projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.006,0	1.006,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.006,0	1.006,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.930.783	1.930.783	13,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.930.783	1.930.783	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.930.783	1.930.783	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	12.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	12.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4170	Fomento à Capacitação Tecnológica Empresarial e do Trabalhador				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	54,0	54,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Financeiro	15.316.805	4.316.805	28,2	7.521.000	1.617.411	21,5
Fiscal Seguridade	5.816.805	4.316.805	74,2	7.521.000	1.617.411	21,5
Nacional	5.816.805	4.316.805	74,2	7.521.000	1.617.411	21,5
Demais Fontes	9.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	9.500.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(A)	4196	Fomento à Investimentos de Capital de Risco em Empresas de Base Tecnológica no Brasil - Projeto INOVAR				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20,0	20,0	100,0	25,0	16,0	64,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	25,0	16,0	64,0
Financeiro	9.543.947	3.543.947	37,1	3.880.000	1.644.551	42,4
Fiscal Seguridade	3.543.947	3.543.947	100,0	3.880.000	1.644.551	42,4
Nacional	3.543.947	3.543.947	100,0	3.880.000	1.644.551	42,4
Demais Fontes	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4207	Concessão de Bolsa de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico Empresarial				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.924,0	8.924,0	100,0	1.700,0	3.282,0	193,1
Nacional	8.924,0	8.924,0	100,0	1.700,0	3.282,0	193,1
Financeiro	151.738.182	104.638.182	69,0	28.216.796	26.464.447	93,8
Fiscal Seguridade	133.738.182	104.638.182	78,2	28.216.796	26.464.447	93,8
Nacional	133.738.182	104.638.182	78,2	28.216.796	26.464.447	93,8
Demais Fontes	18.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	18.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4215	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Setores Estratégicos				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	71,0	71,0	100,0	115,0	66,0	57,4
Nacional	71,0	71,0	100,0	115,0	66,0	57,4
Financeiro	16.851.042	10.447.831	62,0	9.141.359	7.140.984	78,1
Fiscal Seguridade	16.851.042	10.447.831	62,0	9.141.359	7.140.984	78,1
Nacional	16.851.042	10.447.831	62,0	9.141.359	7.140.984	78,1
(A)	4218	PROMOÇÃO DE PAINÉIS SETORIAIS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
	Produto: Painel apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.200	49.200	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	49.200	49.200	100,0	0	0	0,0
Nacional	49.200	49.200	100,0	0	0	0,0
(P)	5571	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROINDUSTRIAL				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	79.771	79.771	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	79.771	79.771	100,0	0	0	0,0
Nordeste	79.771	79.771	100,0	0	0	0,0
(P)	5661	ESTUDOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DE CALÇADOS				
	(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9376	CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIAS (LEI Nº 8.661/93)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	311,0	66,0	21,2	111,0	S.R.	0,0
Nacional	311,0	66,0	21,2	111,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.812.923.426	202.923.426	11,2	790.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.812.923.426	202.923.426	11,2	790.000.000	0	0,0
Nacional	1.812.923.426	202.923.426	11,2	790.000.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

130

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna						
(OA) 9379 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS EMPRESAS						
Produto: projeto financiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	465,0	0,0	0,0	145,0	S.R.	0,0
Nacional	465,0	0,0	0,0	145,0	S.R.	0,0
Financeiro	614.000.000	0	0,0	292.000.000	0	0,0
Demais Fontes	614.000.000	0	0,0	292.000.000	0	0,0
Nacional	614.000.000	0	0,0	292.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	3.489.404.398	682.021.139	19,5	1.492.331.588	254.136.478	17,0
Fiscal Seguridade	910.600.972	479.097.713	66,5	410.331.588	254.136.478	61,9
Demais Fontes	2.578.803.426	202.923.426	4,6	1.082.000.000	0	0,0
0475 MUDANÇAS CLIMÁTICAS						
Gerente em 31/12/2002: José Domingos Gonzalez Miguez						
(P) 1335 Desenvolvimento de Modelo de Prospecção para Acompanhamento das Mudanças Climáticas						
Produto: MODELO DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	35,0	35,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	35,0	35,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	233.863	143.863	61,5	90.000	16.935	18,8
Fiscal Seguridade	233.863	143.863	61,5	90.000	16.935	18,8
Nacional	233.863	143.863	61,5	90.000	16.935	18,8
(P) 1337 IMPLANTAÇÃO DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO						
Produto: Mecanismo implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	152.082	152.082	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	152.082	152.082	100,0	0	0	0,0
Nacional	152.082	152.082	100,0	0	0	0,0
(P) 3457 Desenvolvimento de Estudos sobre a Vulnerabilidade e Adaptação aos Impactos das Mudanças Climáticas						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	1.314.404	997.904	75,9	316.500	280.463	88,6
Fiscal Seguridade	1.314.404	997.904	75,9	316.500	280.463	88,6
Nacional	1.314.404	997.904	75,9	316.500	280.463	88,6
(P) 3462 DESENVOLVIMENTO DO PLANO NACIONAL DE MITIGAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DECORRENTES DE EFEITO ESTUFA						
Produto: Plano elaborado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	221.572	221.572	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	221.572	221.572	100,0	0	0	0,0
Nacional	221.572	221.572	100,0	0	0	0,0
(P) 3467 Elaboração do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa						
Produto: INVENTARIO ELABORADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	48,0	48,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	48,0	48,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	232.210	139.210	60,0	92.750	0	0,0
Fiscal Seguridade	232.210	139.210	60,0	92.750	0	0,0
Nacional	232.210	139.210	60,0	92.750	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0475 MUDANÇAS CLIMÁTICAS						
Gerente em 31/12/2002: José Domingos Gonzalez Miguez						
(P)	3477	Implantação de Sistema de Monitoração de Emissões de Gases de Efeito Estufa				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	59,0	59,0	100,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	59,0	59,0	100,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	268.782	190.782	71,0	78.750	0	0,0
Fiscal Seguridade	268.782	190.782	71,0	78.750	0	0,0
Nacional	268.782	190.782	71,0	78.750	0	0,0
(P)	3953	Desenvolvimento de Estudos sobre Mitigação da Mudança do Clima				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	160.000	0	0,0	159.250	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	0	0,0	159.250	0	0,0
Nacional	160.000	0	0,0	159.250	0	0,0
(A)	4165	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS, PRÁTICAS E PROCESSOS PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4173	Sistema de Informações sobre o Efeito Estufa				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	350.869	245.869	70,1	105.000	83.360	79,4
Fiscal Seguridade	350.869	245.869	70,1	105.000	83.360	79,4
Nacional	350.869	245.869	70,1	105.000	83.360	79,4
Financ. Total Programa	2.933.782	2.091.282	71,3	842.250	380.758	45,2
Fiscal Seguridade	2.933.782	2.091.282	66,5	842.250	380.758	45,2
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(P)	1271	Apoio à Comercialização de Bens e Serviços no Setor Espacial				
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	60.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	60.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	60.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1275	Implantação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais				
Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	20,9	20,9	100,0	2,0	0,6	30,0
Sul	20,9	20,9	100,0	2,0	0,6	31,5
Financeiro	15.102.173	8.402.173	55,6	525.000	495.947	94,5
Fiscal Seguridade	15.102.173	8.402.173	55,6	525.000	495.947	94,5
Sul	15.102.173	8.402.173	55,6	525.000	495.947	94,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(P)	1333	DESENVOLVIMENTO DE SÁTELITES EM COOPERAÇÃO COM A ARGENTINA				
Produto: Satélite desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	624.312	624.312	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	624.312	624.312	100,0	0	0	0,0
Nacional	624.312	624.312	100,0	0	0	0,0
(P)	1398	Desenvolvimento de Satélites de Coleta de Dados e Sensoriamento Remoto				
Produto: SATELITE DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,7	10,7	100,0	1,0	0,6	60,0
Nacional	10,7	10,7	100,0	1,0	0,6	64,0
Financeiro	19.223.780	14.673.780	76,3	4.795.795	4.722.342	98,5
Fiscal Seguridade	19.223.780	14.673.780	76,3	4.795.795	4.722.342	98,5
Nacional	19.223.780	14.673.780	76,3	4.795.795	4.722.342	98,5
(P)	1399	Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites				
Produto: VEICULO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,4	1,4	100,0	1,0	0,6	60,0
Nacional	1,4	1,4	100,0	1,0	0,6	60,0
Financeiro	34.277.368	23.604.550	68,9	7.333.835	7.318.174	99,8
Fiscal Seguridade	34.277.368	23.604.550	68,9	7.333.835	7.318.174	99,8
Nacional	34.277.368	23.604.550	68,9	7.333.835	7.318.174	99,8
(P)	1400	Desenvolvimento de Foguetes de Sondagem				
Produto: FOGUETE DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,9	4,9	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,9	4,9	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	4.815.462	3.434.762	71,3	307.960	295.606	96,0
Fiscal Seguridade	4.815.462	3.434.762	71,3	307.960	295.606	96,0
Nacional	4.815.462	3.434.762	71,3	307.960	295.606	96,0
(A)	2061	Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe				
Produto: PROFISSIONAL TREINADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20,0	20,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	923.847	623.847	67,5	328.790	323.496	98,4
Fiscal Seguridade	923.847	623.847	67,5	328.790	323.496	98,4
Nacional	923.847	623.847	67,5	328.790	323.496	98,4
(A)	2207	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Espacial				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	40,0	1,0	2,5
Nacional	1,0	1,0	100,0	40,0	1,0	2,5
Financeiro	47.600	47.600	100,0	1.080.000	26.000	2,4
Fiscal Seguridade	47.600	47.600	100,0	1.080.000	26.000	2,4
Nacional	47.600	47.600	100,0	1.080.000	26.000	2,4
(A)	2253	Manutenção e Atualização da Infra-estrutura de Apoio a Satélites				
Produto: UNIDADE MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,5	5,5	100,0	3,0	3,0	100,0
Sudeste	5,5	5,5	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	16.246.109	10.746.109	66,1	5.516.840	5.430.188	98,4
Fiscal Seguridade	16.246.109	10.746.109	66,1	5.516.840	5.430.188	98,4
Sudeste	16.246.109	10.746.109	66,1	5.516.840	5.430.188	98,4

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

133

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(A)	2357	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor Espacial				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Financeiro	2.762.968	2.762.968	100,0	4.320.000	2.682.568	62,1
Fiscal Seguridade	2.762.968	2.762.968	100,0	4.320.000	2.682.568	62,1
Nacional	2.762.968	2.762.968	100,0	4.320.000	2.682.568	62,1
(A)	2457	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS ESPACIAIS				
Produto: Tecnologia desenvolvida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	941.170	941.170	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	941.170	941.170	100,0	0	0	0,0
Nacional	941.170	941.170	100,0	0	0	0,0
(A)	2459	REGULAMENTAÇÕES, LICENÇAS E CERTIFICAÇÕES ESPACIAIS				
Produto: produto certificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	58.200	58.200	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	58.200	58.200	100,0	0	0	0,0
Nacional	58.200	58.200	100,0	0	0	0,0
(A)	2460	Manutenção da Infra-estrutura de Apoio às Atividades Espaciais				
Produto: UNIDADE MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	4.716.982	3.828.682	81,2	1.269.000	1.085.717	85,6
Fiscal Seguridade	4.716.982	3.828.682	81,2	1.269.000	1.085.717	85,6
Nacional	4.716.982	3.828.682	81,2	1.269.000	1.085.717	85,6
(A)	2460	Manutenção da Infra-estrutura de Apoio às Atividades Espaciais (Ministério da Defesa)				
Produto: UNIDADE MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	11.652.388	6.487.378	55,7	3.266.375	3.266.364	100,0
Fiscal Seguridade	11.652.388	6.487.378	55,7	3.266.375	3.266.364	100,0
Nacional	11.652.388	6.487.378	55,7	3.266.375	3.266.364	100,0
(A)	2462	Desenvolvimento de Equipamentos Embarcados				
Produto: EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,5	8,5	100,0	4,0	2,0	50,0
Nacional	8,5	8,5	100,0	4,0	2,0	50,0
Financeiro	4.202.030	3.202.030	76,2	1.210.000	870.989	72,0
Fiscal Seguridade	4.202.030	3.202.030	76,2	1.210.000	870.989	72,0
Nacional	4.202.030	3.202.030	76,2	1.210.000	870.989	72,0
(P)	2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial (Ministério da Defesa)				
Produto: SERVIDOR TREINADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	250,0	250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	250,0	250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	404.891	404.891	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	404.891	404.891	100,0	0	0	0,0
Nacional	404.891	404.891	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

134

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(A)	2595	Capacitação de Especialistas do Setor Espacial (Ministério da Defesa)				
Produto: SERVIDOR TREINADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	300.000	150.000	50,0	150.000	150.000	100,0
Fiscal Seguridade	300.000	150.000	50,0	150.000	150.000	100,0
Nacional	300.000	150.000	50,0	150.000	150.000	100,0
(P)	3460	Desenvolvimento de Satélites de Aplicações Científicas e Tecnológicas				
Produto: SATELITE DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21,8	21,8	100,0	1,0	0,5	50,0
Nacional	21,8	21,8	100,0	1,0	0,5	50,0
Financeiro	26.424.248	20.624.248	78,1	6.723.277	6.277.299	93,4
Fiscal Seguridade	26.424.248	20.624.248	78,1	6.723.277	6.277.299	93,4
Nacional	26.424.248	20.624.248	78,1	6.723.277	6.277.299	93,4
(P)	3463	Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS				
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	127,4	127,4	100,0	18,0	13,4	74,4
Nacional	127,4	127,4	100,0	18,0	13,4	74,4
Financeiro	45.886.940	30.386.940	66,2	8.463.167	8.234.240	97,3
Fiscal Seguridade	45.886.940	30.386.940	66,2	8.463.167	8.234.240	97,3
Nacional	45.886.940	30.386.940	66,2	8.463.167	8.234.240	97,3
(P)	3488	Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS				
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	7,6	7,6	100,0	18,0	0,1	0,6
Nacional	7,6	7,6	100,0	18,0	0,1	0,6
Financeiro	87.395.647	50.395.647	57,7	4.791.133	4.017.002	83,8
Fiscal Seguridade	87.395.647	50.395.647	57,7	4.791.133	4.017.002	83,8
Nacional	87.395.647	50.395.647	57,7	4.791.133	4.017.002	83,8
(P)	3702	Desenvolvimento de Tecnologia Associada a Veículos Lançadores (Ministério da Defesa)				
Produto: PRODUTO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,2	1,2	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,2	1,2	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.373.405	1.048.132	76,3	325.273	324.394	99,7
Fiscal Seguridade	1.373.405	1.048.132	76,3	325.273	324.394	99,7
Nacional	1.373.405	1.048.132	76,3	325.273	324.394	99,7
(P)	3704	Implantação de Infra-estrutura Necessária ao Centro de Lançamento de Alcântara para a Prestação de Serviços de Lançamento				
Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	22,9	22,9	100,0	19,0	4,5	23,7
Nacional	22,9	22,9	100,0	19,0	4,5	23,4
Financeiro	28.477.718	16.232.218	57,0	3.840.000	3.447.171	89,8
Fiscal Seguridade	28.477.718	16.232.218	57,0	3.840.000	3.447.171	89,8
Nacional	28.477.718	16.232.218	57,0	3.840.000	3.447.171	89,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(P)	3704	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA AO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANÇAMENTO				
		(Ministério da Defesa)				
	Produto: infra-estrutura implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3957	Formação de Astronautas				
	Produto: ASTRONAUTA FORMADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.386.946	1.986.946	58,7	1.100.000	1.019.125	92,6
Fiscal Seguridade	3.386.946	1.986.946	58,7	1.100.000	1.019.125	92,6
Nacional	3.386.946	1.986.946	58,7	1.100.000	1.019.125	92,6
(A)	4142	Difusão de Conhecimentos e Tecnologias Espaciais				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	489,0	489,0	100,0	100,0	10,0	10,0
Nacional	489,0	489,0	100,0	100,0	10,0	10,0
Financeiro	622.833	524.833	84,3	98.210	92.133	93,8
Fiscal Seguridade	622.833	524.833	84,3	98.210	92.133	93,8
Nacional	622.833	524.833	84,3	98.210	92.133	93,8
(A)	4164	FOMENTO À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS PARA O SETOR PRODUTIVO				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4181	Pesquisa e Desenvolvimento em Observação da Terra				
	Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	62,0	62,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Nacional	62,0	62,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Financeiro	3.711.747	2.881.747	77,6	830.000	814.883	98,2
Fiscal Seguridade	3.711.747	2.881.747	77,6	830.000	814.883	98,2
Nacional	3.711.747	2.881.747	77,6	830.000	814.883	98,2
(A)	4182	Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência Espacial e da Atmosfera				
	Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	162,0	162,0	100,0	50,0	33,0	66,0
Nacional	162,0	162,0	100,0	50,0	33,0	66,0
Financeiro	6.151.727	4.675.727	76,0	1.476.000	1.235.228	83,7
Fiscal Seguridade	6.151.727	4.675.727	76,0	1.476.000	1.235.228	83,7
Nacional	6.151.727	4.675.727	76,0	1.476.000	1.235.228	83,7
(A)	4183	Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Espaciais				
	Produto: EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,1	8,1	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	8,1	8,1	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	7.919.475	6.844.475	86,4	900.000	766.980	85,2
Fiscal Seguridade	7.919.475	6.844.475	86,4	900.000	766.980	85,2
Nacional	7.919.475	6.844.475	86,4	900.000	766.980	85,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(A) 4187	Pesquisa e Desenvolvimento em Computação, Materiais e Plasma para o Setor Espacial					
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	159,0	159,0	100,0	41,0	59,0	143,9
Nacional	159,0	159,0	100,0	41,0	59,0	143,9
Financeiro	6.268.260	4.811.260	76,8	1.457.500	1.254.162	86,0
Fiscal Seguridade	6.268.260	4.811.260	76,8	1.457.500	1.254.162	86,0
Nacional	6.268.260	4.811.260	76,8	1.457.500	1.254.162	86,0
(A) 4195	Recepção de Imagens e Geração de Produtos de Satélites					
Produto: IMAGEM DE SATELITE PRODUZIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	292.214,0	292.214,0	100,0	96.000,0	96.000,0	100,0
Nacional	292.214,0	292.214,0	100,0	96.000,0	96.000,0	100,0
Financeiro	12.068.301	5.883.301	48,8	2.335.000	2.241.602	96,0
Fiscal Seguridade	12.068.301	5.883.301	48,8	2.335.000	2.241.602	96,0
Nacional	12.068.301	5.883.301	48,8	2.335.000	2.241.602	96,0
(A) 4436	MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ESPACIAL (Ministério da Defesa)					
Produto: Unidade mantida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	478.556	478.556	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	478.556	478.556	100,0	0	0	0,0
Nordeste	478.556	478.556	100,0	0	0	0,0
(A) 4543	LANÇAMENTO DE SATÉLITES E CARGAS ÚTEIS					
Produto: lançamento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5486	IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA AO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANÇAMENTO (Ministério da Defesa)					
Produto: Infra-estrutura implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6355	EXPERIMENTOS EM MICROGRAVIDADE					
Produto: Experimento desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	376.164	376.164	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	376.164	376.164	100,0	0	0	0,0
Nacional	376.164	376.164	100,0	0	0	0,0
(P) 7088	CONSOLIDAÇÃO DO CENTRO REGIONAL SUL DE PESQUISAS ESPACIAIS DO INPE/MCT - 2000 - 2003					
Produto: Centro implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7299	Construção de Terminal Portuário na Base de Alcântara (Ministério dos Transportes)					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.000.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.000.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nordeste	8.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	137	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						
Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes						
(OA) 9381 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ESPACIAL PARA O SETOR PRODUTIVO						
Produto: projeto financiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	14,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	14,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.000.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0
Demais Fontes	13.000.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0
Nacional	13.000.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	368.301.247	227.542.646	61,8	69.243.155	56.391.610	81,4
Fiscal Seguridade	354.822.691	227.064.090	66,5	63.243.155	56.391.610	89,2
Investimento Estatais	478.556	478.556	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	13.000.000	0	4,6	6.000.000	0	0,0
0270 PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: José Carlos Castro						
(P) 1393 Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio						
Produto: UNIDADE IMPLANTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	24,1	24,1	100,0	17,0	7,5	44,1
Nacional	16,0	16,0	100,0	17,0	7,5	43,9
Sudeste	8,1	8,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	74.004.295	59.004.295	79,7	28.858.000	11.281.295	39,1
Fiscal Seguridade	74.004.295	59.004.295	79,7	28.858.000	11.281.295	39,1
Nacional	74.004.295	59.004.295	79,7	28.858.000	11.281.295	39,1
(A) 2482 Fabricação de Combustível Nuclear						
Produto: ELEMENTO COMBUSTIVEL PRODUZIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	172,0	172,0	100,0	96,0	96,0	100,0
Nacional	172,0	172,0	100,0	96,0	96,0	100,0
Financeiro	372.069.813	254.576.737	68,4	124.187.976	118.372.363	95,3
Fiscal Seguridade	372.069.813	254.576.737	68,4	124.187.976	118.372.363	95,3
Nacional	372.069.813	254.576.737	68,4	124.187.976	118.372.363	95,3
(A) 2483 Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear						
Produto: EQUIPAMENTO MONTADO						
Unidade de Medida: TON						
Físico	557,0	557,0	100,0	363,0	268,0	73,8
Nacional	396,0	396,0	100,0	363,0	268,0	73,8
Sudeste	161,0	161,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.936.845	7.936.845	100,0	5.898.135	4.565.436	77,4
Fiscal Seguridade	7.936.845	7.936.845	100,0	5.898.135	4.565.436	77,4
Nacional	7.936.845	7.936.845	100,0	5.898.135	4.565.436	77,4
(A) 2485 Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	132,0	132,0	100,0	100,0	30,0	30,0
Nacional	71,0	71,0	100,0	100,0	30,0	30,0
Sudeste	61,0	61,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	164.579	164.579	100,0	80.000	74.685	93,4
Fiscal Seguridade	164.579	164.579	100,0	80.000	74.685	93,4
Nacional	164.579	164.579	100,0	80.000	74.685	93,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0270 PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA						
Gerente em 31/12/2002: José Carlos Castro						
(A) 2489 Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras						
Produto: MINERAL PRODUZIDO						
Unidade de Medida: TON						
Físico	84.873,8	84.873,8	100,0	32.880,0	23.516,4	71,5
Nacional	58.625,9	58.625,9	100,0	32.880,0	23.516,4	71,5
Sudeste	26.247,9	26.247,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.474.254	20.424.254	64,9	13.260.841	12.113.570	91,3
Fiscal Seguridade	31.474.254	20.424.254	64,9	13.260.841	12.113.570	91,3
Nacional	31.474.254	20.424.254	64,9	13.260.841	12.113.570	91,3
(A) 4558 SERVIÇOS DE RECONVERSÃO PARA EXPORTAÇÃO						
Produto: Urânio reconvertido						
Unidade de Medida: t						
Físico	5,2	5,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,9	3,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,3	1,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.310	4.310	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.310	4.310	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.310	4.310	100,0	0	0	0,0
(P) 5432 COMPLEMENTAÇÃO DAS FÁBRICAS LIGADAS AO CICLO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR						
Produto: Fábrica construída						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.018.586	6.018.586	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.018.586	6.018.586	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.018.586	6.018.586	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	491.672.682	348.129.606	70,8	172.284.952	146.407.349	85,0
Fiscal Seguridade	491.672.682	348.129.606	66,5	172.284.952	146.407.349	85,0
0395 PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA						
Gerente em 31/12/2002: Hélio José Carvalho Monteiro						
(A) 2484 Fabricação de Equipamentos para a Indústria Pesada						
Produto: EQUIPAMENTO PRODUZIDO						
Unidade de Medida: TON						
Físico	4.094,0	4.094,0	100,0	1.000,0	1.264,0	126,4
Nacional	4.094,0	4.094,0	100,0	1.000,0	1.264,0	126,4
Financeiro	7.425.006	5.227.006	70,4	2.350.223	2.112.444	89,9
Fiscal Seguridade	7.425.006	5.227.006	70,4	2.350.223	2.112.444	89,9
Nacional	7.425.006	5.227.006	70,4	2.350.223	2.112.444	89,9
Financ. Total Programa	7.425.006	5.227.006	70,4	2.350.223	2.112.444	89,9
Fiscal Seguridade	7.425.006	5.227.006	66,5	2.350.223	2.112.444	89,9
0479 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO						
Gerente em 31/12/2002: Jose Carlos Gomes Costa						
(P) 2995 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Petróleo e Gás Natural						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.012,0	2.012,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.012,0	2.012,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.798.412	23.798.412	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.798.412	23.798.412	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.003.838	16.003.838	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.981.931	5.981.931	100,0	0	0	0,0
Norte	1.812.643	1.812.643	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0479 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO						
Gerente em 31/12/2002: Jose Carlos Gomes Costa						
(A)	2995 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Petróleo e Gás Natural					
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.149,0	1.149,0	100,0	1.333,0	1.149,0	86,2
Nacional	1.149,0	1.149,0	100,0	1.333,0	1.149,0	86,2
Financeiro	44.794.311	26.586.311	59,4	31.880.000	26.586.311	83,4
Fiscal Seguridade	44.794.311	26.586.311	59,4	31.880.000	26.586.311	83,4
Nacional	44.794.311	26.586.311	59,4	31.880.000	26.586.311	83,4
(P)	3526 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE COMPUTACIONAL PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE PETRÓLEO E CORRELATOS					
	Produto: Centro atualizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.630.213	16.630.213	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.630.213	16.630.213	100,0	0	0	0,0
Nacional	14.625.894	14.625.894	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.004.319	2.004.319	100,0	0	0	0,0
(A)	4156 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para Setor de Petróleo e Gás Natural					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	329,0	329,0	100,0	600,0	41,0	6,8
Nacional	277,0	277,0	100,0	600,0	41,0	6,8
Nordeste	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	326.509.211	253.677.210	77,7	161.986.201	48.492.654	29,9
Fiscal Seguridade	326.509.211	253.677.210	77,7	161.986.201	48.492.654	29,9
Nacional	246.394.132	173.562.131	70,4	161.986.201	48.492.654	29,9
Nordeste	71.388.412	71.388.412	100,0	0	0	0,0
Norte	8.726.667	8.726.667	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	411.732.147	320.692.146	77,9	193.866.201	75.078.965	38,7
Fiscal Seguridade	411.732.147	320.692.146	66,5	193.866.201	75.078.965	38,7
0504 SEGURANÇA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva						
(P)	1269 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE RADIAÇÕES IONIZANTES USADAS EM DIAGNÓSTICO E ODONTOLOGIA					
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	41.613	41.613	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	41.613	41.613	100,0	0	0	0,0
Nacional	41.613	41.613	100,0	0	0	0,0
(P)	1392 Implantação do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN- NE)					
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	35,0	35,0	100,0	25,0	20,0	80,0
Nordeste	35,0	35,0	100,0	25,0	20,0	80,0
Financeiro	17.380.065	14.380.065	82,7	4.000.000	3.700.065	92,5
Fiscal Seguridade	17.380.065	14.380.065	82,7	4.000.000	3.700.065	92,5
Nacional	6.680.000	6.680.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	10.700.065	7.700.065	72,0	4.000.000	3.700.065	92,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0504 SEGURANÇA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva						
(P)	1395	Construção e Adaptação de Abrigos Públicos e de Instalações de Saúde				
	Produto: ABRIGO CONSTRUÍDO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	52,0	52,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Nacional	52,0	52,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Financeiro	354.000	234.000	66,1	120.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	354.000	234.000	66,1	120.000	0	0,0
Nacional	354.000	234.000	66,1	120.000	0	0,0
(P)	1396	Implantação de Sistemas de Proteção Física em Instalações Nucleares				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	1.024.489	752.489	73,5	272.000	244.771	90,0
Fiscal Seguridade	1.024.489	752.489	73,5	272.000	244.771	90,0
Nacional	1.024.489	752.489	73,5	272.000	244.771	90,0
(P)	1397	Implantação da Infra-estrutura Necessária à Resposta a uma Emergência Nuclear				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	57.950	7.950	13,7	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	57.950	7.950	13,7	50.000	0	0,0
Nacional	57.950	7.950	13,7	50.000	0	0,0
(P)	1401	Reforma e Melhoria das Instalações de Rejeitos Radioativos				
	Produto: DEPOSITO REFORMADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,8	1,8	100,0	1,0	0,8	80,0
Nacional	1,8	1,8	100,0	1,0	0,8	75,0
Financeiro	2.512.470	1.762.470	70,1	675.000	46.548	6,9
Fiscal Seguridade	2.512.470	1.762.470	70,1	675.000	46.548	6,9
Nacional	2.512.470	1.762.470	70,1	675.000	46.548	6,9
(P)	1402	CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE SEGURANÇA RADIOLÓGICA				
	Produto: laboratório construído		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.133	40.133	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	40.133	40.133	100,0	0	0	0,0
Nacional	40.133	40.133	100,0	0	0	0,0
(P)	1407	Ampliação e Modernização dos Laboratórios de Radioproteção, Segurança e Salvaguardas				
	Produto: LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,6	2,6	100,0	1,0	0,6	60,0
Nacional	2,6	2,6	100,0	1,0	0,6	60,0
Financeiro	2.762.741	1.937.741	70,1	743.000	515.926	69,4
Fiscal Seguridade	2.762.741	1.937.741	70,1	743.000	515.926	69,4
Nacional	2.762.741	1.937.741	70,1	743.000	515.926	69,4
(A)	2464	Recolhimento e Armazenamento de Rejeitos Radioativos				
	Produto: REJEITO ARMAZENADO		Unidade de Medida: CURIE			
Físico	39.207,6	39.207,6	100,0	20.000,0	20.097,0	100,5
Nacional	39.207,6	39.207,6	100,0	20.000,0	20.097,0	100,5
Financeiro	3.299.098	2.349.098	71,2	855.000	677.485	79,2
Fiscal Seguridade	3.299.098	2.349.098	71,2	855.000	677.485	79,2
Nacional	3.299.098	2.349.098	71,2	855.000	677.485	79,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0504 SEGURANÇA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva						
(A) 2466 Licenciamento e Fiscalização de Instalações Nucleares e Radioativas						
Produto: INSTALACAO CONTROLADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.373,0	4.373,0	100,0	2.000,0	2.373,0	118,7
Nacional	4.373,0	4.373,0	100,0	2.000,0	2.373,0	118,7
Financeiro	8.032.168	5.791.534	72,1	2.460.400	1.524.950	62,0
Fiscal Seguridade	8.032.168	5.791.534	72,1	2.460.400	1.524.950	62,0
Nacional	8.032.168	5.791.534	72,1	2.460.400	1.524.950	62,0
(A) 2467 MANUTENÇÃO DA QUALIDADE METROLÓGICA DAS RADIAÇÕES IONIZANTES						
Produto: instalação atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	158,3	158,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	158,3	158,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.114.443	1.114.443	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.114.443	1.114.443	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.114.443	1.114.443	100,0	0	0	0,0
(A) 2468 Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares						
Produto: SITUACAO ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	167,2	167,2	100,0	60,0	70,0	116,7
Nacional	167,2	167,2	100,0	60,0	70,0	116,7
Financeiro	568.995	334.995	58,9	124.800	113.543	91,0
Fiscal Seguridade	568.995	334.995	58,9	124.800	113.543	91,0
Nacional	458.995	334.995	73,0	124.800	113.543	91,0
Sudeste	110.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2469 Controle de Radioproteção e Dosimetria						
Produto: SERVICO EXECUTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	33,0	33,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Nacional	33,0	33,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Financeiro	4.884.092	3.260.092	66,7	1.012.000	982.012	97,0
Fiscal Seguridade	4.884.092	3.260.092	66,7	1.012.000	982.012	97,0
Nacional	4.884.092	3.260.092	66,7	1.012.000	982.012	97,0
(A) 2470 REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO - SIPRON E ELABORAÇÃO DE NORMAS NUCLEARES E RADIOLÓGICAS						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.000	11.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.000	11.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.000	11.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2471 Salvaguardas de Material Nuclear						
Produto: INSTALACAO VERIFICADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	42,7	42,7	100,0	39,0	S.R.	0,0
Nacional	42,7	42,7	100,0	39,0	S.R.	0,0
Financeiro	146.888	97.888	66,6	49.000	30.000	61,2
Fiscal Seguridade	146.888	97.888	66,6	49.000	30.000	61,2
Nacional	146.888	97.888	66,6	49.000	30.000	61,2
(A) 2491 Serviço de Monitoração e Preservação Ambiental						
Produto: AREA PRESERVADA						
Unidade de Medida: HA						
Físico	4.155,0	4.155,0	100,0	3.654,0	S.R.	0,0
Nacional	4.155,0	4.155,0	100,0	3.654,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.172.251	5.029.251	49,4	4.863.536	2.811.157	57,8
Fiscal Seguridade	10.172.251	5.029.251	49,4	4.863.536	2.811.157	57,8
Nacional	10.172.251	5.029.251	49,4	4.863.536	2.811.157	57,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

142

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0504 SEGURANÇA NUCLEAR						
Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva						
(A)	2496 Realização de Exercícios de Resposta a uma Emergência Nuclear					
	Produto: EXERCICIO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	131,2	131,2	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	131,2	131,2	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	801.602	516.602	64,4	285.000	237.877	83,5
Fiscal Seguridade	801.602	516.602	64,4	285.000	237.877	83,5
Nacional	801.602	516.602	64,4	285.000	237.877	83,5
(A)	2497 Capacitação de Recursos Humanos em Segurança Nuclear					
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.033,0	1.033,0	100,0	530,0	488,0	92,1
Nacional	1.033,0	1.033,0	100,0	530,0	488,0	92,1
Financeiro	318.817	208.817	65,5	110.000	69.500	63,2
Fiscal Seguridade	318.817	208.817	65,5	110.000	69.500	63,2
Nacional	318.817	208.817	65,5	110.000	69.500	63,2
(A)	2498 INSPEÇÃO DE INSTALAÇÕES NUCLEARES					
	Produto: Inspeção realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.750	18.750	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	18.750	18.750	100,0	0	0	0,0
Nacional	18.750	18.750	100,0	0	0	0,0
(A)	2499 Ações de Esclarecimento sobre Energia Nuclear					
	Produto: ACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	287.308	177.308	61,7	110.000	84.010	76,4
Fiscal Seguridade	287.308	177.308	61,7	110.000	84.010	76,4
Nacional	287.308	177.308	61,7	110.000	84.010	76,4
Financ. Total Programa	53.828.873	38.066.239	70,7	15.729.736	11.037.844	70,2
Fiscal Seguridade	53.828.873	38.066.239	66,5	15.729.736	11.037.844	70,2
0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Bosco de Carvalho Lima Freitas						
(P)	3449 ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SEMI-ÁRIDO - PROJETO XINGÓ					
	Produto: Projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	181.604	181.604	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	181.604	181.604	100,0	0	0	0,0
Nordeste	181.604	181.604	100,0	0	0	0,0
(P)	3472 Fomento ao Desenvolvimento de Estudos de Dinâmica de Inovação					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Nacional	13,0	13,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Financeiro	4.848.238	3.548.238	73,2	1.524.750	628.419	41,2
Fiscal Seguridade	4.848.238	3.548.238	73,2	1.524.750	628.419	41,2
Nacional	4.848.238	3.548.238	73,2	1.524.750	628.419	41,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Bosco de Carvalho Lima Freitas						
(A) 4149 Fomento a Empreendimentos Tecnológicos						
Produto: PROJETO APOIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	7,0	7,0	100,0	5,0	6,0	120,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	5,0	6,0	120,0
Financeiro	17.309.842	15.609.842	90,2	2.000.000	1.485.000	74,3
Fiscal Seguridade	17.309.842	15.609.842	90,2	2.000.000	1.485.000	74,3
Nacional	17.309.842	15.609.842	90,2	2.000.000	1.485.000	74,3
(A) 4151 FOMENTO À GERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS						
Produto: Projeto apoiado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.616	200.616	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.616	200.616	100,0	0	0	0,0
Nacional	200.616	200.616	100,0	0	0	0,0
(A) 4154 FOMENTO A PARQUES TECNOLÓGICOS ARTICULADOS COM OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO						
Produto: Projeto apoiado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	18,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.744.777	4.744.777	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.744.777	4.744.777	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.744.777	4.744.777	100,0	0	0	0,0
(A) 4159 Fomento a Sistemas de Inovação						
Produto: PROJETO APOIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	17,0	17,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Financeiro	1.333.220	867.220	65,0	465.600	358.888	77,1
Fiscal Seguridade	1.333.220	867.220	65,0	465.600	358.888	77,1
Nacional	1.333.220	867.220	65,0	465.600	358.888	77,1
(A) 4199 FOMENTO À GESTÃO DE INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS						
Produto: projeto apoiado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	20,0	20,0	100,0	21,0	5,0	23,8
Nacional	20,0	20,0	100,0	21,0	5,0	23,8
Financeiro	2.028.583	1.658.583	81,8	470.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.028.583	1.658.583	81,8	470.000	0	0,0
Nacional	2.028.583	1.658.583	81,8	470.000	0	0,0
(OA) 9386 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL DO NORDESTE						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: projeto apoiado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	627,0	0,0	0,0	199,0	S.R.	0,0
Nordeste	592,0	0,0	0,0	188,0	S.R.	0,0
Sudeste	35,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.000.000	0	0,0	10.000.000	0	0,0
Demais Fontes	20.000.000	0	0,0	10.000.000	0	0,0
Nacional	10.000.000	0	0,0	10.000.000	0	0,0
Nordeste	9.443.099	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	556.901	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Bosco de Carvalho Lima Freitas						
(OA)	9387	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL NA AMAZÔNIA (Ministério da Fazenda)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	219,0	0,0	0,0	79,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	11,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nordeste	11,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Norte	197,0	0,0	0,0	71,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.525.407	0	0,0	6.514.263	0	0,0
Demais Fontes	13.525.407	0	0,0	6.514.263	0	0,0
Nacional	6.514.263	0	0,0	6.514.263	0	0,0
Centro-oeste	352.910	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	352.910	0	0,0	0	0	0,0
Norte	6.305.324	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	64.172.287	26.810.880	41,8	20.974.613	2.472.307	11,8
Fiscal Seguridade	30.646.880	26.810.880	66,5	4.460.350	2.472.307	55,4
Demais Fontes	33.525.407	0	4,6	16.514.263	0	0,0
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(P)	1297	Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços para a Área Social				
Produto: PRODUTO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	5.535.342	4.535.342	81,9	1.300.000	964.668	74,2
Fiscal Seguridade	5.535.342	4.535.342	81,9	1.300.000	964.668	74,2
Nacional	5.535.342	4.535.342	81,9	1.300.000	964.668	74,2
(A)	2199	Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa de Interesse da Área de Tecnologias da Informação				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	351,0	351,0	100,0	287,0	351,0	122,3
Nacional	351,0	351,0	100,0	287,0	351,0	122,3
Financeiro	12.847.997	7.842.992	61,0	7.992.000	7.842.992	98,1
Fiscal Seguridade	12.847.997	7.842.992	61,0	7.992.000	7.842.992	98,1
Nacional	12.847.997	7.842.992	61,0	7.992.000	7.842.992	98,1
(A)	2241	APLICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE CARACTERIZAÇÃO, NORMATIZAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ANÁLISE DE FALHAS DE PRODUTOS DE HARDWARE E SOFTWARE				
Produto: Produto certificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	86.922	86.922	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	86.922	86.922	100,0	0	0	0,0
Nacional	86.922	86.922	100,0	0	0	0,0
(P)	3452	Atualização Tecnológica dos Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho (PAD)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Nacional	2,0	2,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Financeiro	763.544	763.544	100,0	810.000	107.125	13,2
Fiscal Seguridade	763.544	763.544	100,0	810.000	107.125	13,2
Nacional	763.544	763.544	100,0	810.000	107.125	13,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(P)	3475	Fomento à Capacitação Laboratorial em Sistemas de Imagens Digitais				
	Produto: LABORATORIO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	12,0	2,0	16,7
Nacional	3,0	3,0	100,0	12,0	2,0	16,7
Financeiro	806.875	806.875	100,0	429.894	50.595	11,8
Fiscal Seguridade	806.875	806.875	100,0	429.894	50.595	11,8
Nacional	806.875	806.875	100,0	429.894	50.595	11,8
(P)	3491	Rede Nacional de Pesquisa - Internet II				
	Produto: NOS DE REDE INSTALADO		Unidade de Medida: GIGAPOP			
Físico	8,0	8,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	64.552.610	41.552.610	64,4	13.907.605	13.857.174	99,6
Fiscal Seguridade	41.552.610	41.552.610	100,0	13.907.605	13.857.174	99,6
Nacional	41.552.610	41.552.610	100,0	13.907.605	13.857.174	99,6
Demais Fontes	23.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.538.462	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	8.846.154	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	5.307.692	0	0,0	0	0	0,0
Sul	5.307.692	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3494	Estudos do Impacto das Tecnologias da Informação na Sociedade Brasileira				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	10,0	6,0	60,0
Financeiro	3.394.342	2.994.342	88,2	600.000	180.000	30,0
Fiscal Seguridade	3.394.342	2.994.342	88,2	600.000	180.000	30,0
Nacional	3.394.342	2.994.342	88,2	600.000	180.000	30,0
(A)	4023	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Sociedade da Informação				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	768.000	388.000	50,5	388.000	388.000	100,0
Fiscal Seguridade	768.000	388.000	50,5	388.000	388.000	100,0
Nacional	768.000	388.000	50,5	388.000	388.000	100,0
(A)	4138	Desenvolvimento de Tecnologias em Informática e Automação Avançada				
	Produto: TECNOLOGIA DESENVOLVIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	38,0	38,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Nacional	38,0	38,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Financeiro	3.277.361	2.007.361	61,2	827.846	634.999	76,7
Fiscal Seguridade	2.857.361	2.007.361	70,3	827.846	634.999	76,7
Nacional	2.857.361	2.007.361	70,3	827.846	634.999	76,7
Demais Fontes	420.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	420.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4141	Desenvolvimento Tecnológico para a Produção Industrial de Software				
	Produto: EMPRESA ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	175,0	175,0	100,0	31,0	85,0	274,2
Nacional	175,0	175,0	100,0	31,0	85,0	274,2
Financeiro	2.811.359	1.471.359	52,3	586.465	430.256	73,4
Fiscal Seguridade	2.061.359	1.471.359	71,4	586.465	430.256	73,4
Nacional	2.061.359	1.471.359	71,4	586.465	430.256	73,4
Demais Fontes	750.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	750.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

146

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(A) 4153 FOMENTO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES						
Produto: projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4166 Fomento ao Desenvolvimento de Aplicações de Processamento de Alto Desempenho - PAD						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7,0	7,0	100,0	32,0	3,0	9,4
Nacional	7,0	7,0	100,0	32,0	3,0	9,4
Financeiro	1.487.166	1.487.166	100,0	770.000	579.255	75,2
Fiscal Seguridade	1.487.166	1.487.166	100,0	770.000	579.255	75,2
Nacional	1.487.166	1.487.166	100,0	770.000	579.255	75,2
(A) 4172 Manutenção da Rede Nacional de Pesquisa						
Produto: PONTO DE REDE MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	81,0	81,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	81,0	81,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	29.760.600	26.460.600	88,9	3.201.000	3.201.000	100,0
Fiscal Seguridade	29.760.600	26.460.600	88,9	3.201.000	3.201.000	100,0
Nacional	29.760.600	26.460.600	88,9	3.201.000	3.201.000	100,0
(A) 4172 Manutenção da Rede Nacional de Pesquisa (Ministério da Educação)						
Produto: PONTO DE REDE MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	27,0	27,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	59.242.564	38.242.564	64,6	20.370.000	20.242.565	99,4
Fiscal Seguridade	59.242.564	38.242.564	64,6	20.370.000	20.242.565	99,4
Nacional	59.242.564	38.242.564	64,6	20.370.000	20.242.565	99,4
(A) 4178 Desenvolvimento de Padrões para Bibliotecas Digitais						
Produto: BIBLIOTECA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	23,0	23,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Financeiro	1.683.229	1.073.229	63,8	2.162.800	316.834	14,6
Fiscal Seguridade	1.513.229	1.073.229	70,9	2.162.800	316.834	14,6
Nacional	1.513.229	1.073.229	70,9	2.162.800	316.834	14,6
Demais Fontes	170.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	170.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4185 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	133,0	133,0	100,0	74,0	132,0	178,4
Nacional	133,0	133,0	100,0	74,0	132,0	178,4
Financeiro	34.189.679	14.194.684	41,5	31.968.000	13.486.438	42,2
Fiscal Seguridade	34.189.679	14.194.684	41,5	31.968.000	13.486.438	42,2
Nacional	34.189.679	14.194.684	41,5	31.968.000	13.486.438	42,2
(A) 4186 Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Informática						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Financeiro	6.626.461	4.376.461	66,0	2.065.892	1.526.445	73,9
Fiscal Seguridade	6.626.461	4.376.461	66,0	2.065.892	1.526.445	73,9
Nacional	6.626.461	4.376.461	66,0	2.065.892	1.526.445	73,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia						
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II						
Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo						
(A) 4202 Apoio ao Fortalecimento das Empresas de Software para Exportação						
Produto: EMPRESA APOIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	136,0	136,0	100,0	49,0	49,0	100,0
Nacional	136,0	136,0	100,0	49,0	49,0	100,0
Financeiro	18.810.026	1.495.026	7,9	543.972	513.132	94,3
Fiscal Seguridade	2.245.026	1.495.026	66,6	543.972	513.132	94,3
Nacional	2.245.026	1.495.026	66,6	543.972	513.132	94,3
Demais Fontes	16.565.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	185.993	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.842.493	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	11.592.594	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.943.920	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4212 Desenvolvimento Tecnológico na Área de Componentes Eletrônicos e de Microestruturas						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	54,0	54,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Financeiro	4.149.968	2.849.968	68,7	1.346.096	1.151.703	85,6
Fiscal Seguridade	4.149.968	2.849.968	68,7	1.346.096	1.151.703	85,6
Nacional	4.149.968	2.849.968	68,7	1.346.096	1.151.703	85,6
(OA) 9382 CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DE EMPRESAS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES						
Produto: projeto financiado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	75,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	75,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	120.000.000	0	0,0	60.000.000	0	0,0
Demais Fontes	120.000.000	0	0,0	60.000.000	0	0,0
Nacional	120.000.000	0	0,0	60.000.000	0	0,0
(OA) 9383 ESTÍMULO À PRODUÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE BENS E SERVIÇOS DO SETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (LEI Nº 8.248/91)						
Produto: projeto apoiado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	700,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Nacional	700,0	0,0	0,0	250,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.445.000.000	0	0,0	695.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.445.000.000	0	0,0	695.000.000	0	0,0
Nacional	1.445.000.000	0	0,0	695.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.815.794.045	152.629.045	8,4	844.269.570	65.473.181	7,8
Fiscal Seguridade	209.889.045	152.629.045	66,5	89.269.570	65.473.181	73,3
Demais Fontes	1.605.905.000	0	4,6	755.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura					
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL					
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck					
(OE) 0491 Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural					
Produto: PROJETO APOIADO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	190,0	190,0	100,0	129,0	57,0
Nacional	117,0	117,0	100,0	129,0	44,2
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0
Nordeste	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0
Norte	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0
Sudeste	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0
Sul	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0
Financeiro	34.380.259	15.303.221	44,5	10.105.292	58,2
Fiscal Seguridade	34.305.259	15.303.221	44,6	10.105.292	58,2
Nacional	29.001.277	10.669.239	36,8	10.105.292	58,2
Centro-oeste	700.000	550.000	78,6	0	0,0
Nordeste	2.111.830	1.861.830	88,2	0	0,0
Norte	1.606.152	1.606.152	100,0	0	0,0
Sudeste	616.000	446.000	72,4	0	0,0
Sul	270.000	170.000	63,0	0	0,0
Demais Fontes	75.000	0	0,0	0	0,0
Nacional	75.000	0	0,0	0	0,0
(P) 1495 AMPLIAÇÃO DE ACERVOS DE ARTE E CULTURA					
Produto: Bem adquirido					
Unidade de Medida: unidade					
Físico	2.688,0	2.688,0	100,0	0,0	0,0
Nacional	1.731,0	1.731,0	100,0	0,0	0,0
Sudeste	957,0	957,0	100,0	0,0	0,0
Financeiro	137.409	137.409	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	137.409	137.409	100,0	0	0,0
Nacional	137.409	137.409	100,0	0	0,0
(P) 1499 Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Acervos Bibliográficos e Documentais					
Produto: LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	18,0	18,0	100,0	1,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0
Sudeste	5,0	5,0	100,0	1,0	100,0
Financeiro	315.090	215.090	68,3	100.000	55,0
Fiscal Seguridade	315.090	215.090	68,3	100.000	55,0
Nacional	110.088	110.088	100,0	0	0,0
Sudeste	205.002	105.002	51,2	100.000	55,0
(P) 1502 Capacitação de Agentes Patrimoniais					
Produto: AGENTE CAPACITADO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	244,0	244,0	100,0	120,0	S.R.
Nacional	244,0	244,0	100,0	120,0	S.R.
Financeiro	196.236	76.236	38,8	130.000	30.836
Fiscal Seguridade	196.236	76.236	38,8	130.000	30.836
Nacional	196.236	76.236	38,8	130.000	30.836
(P) 1527 Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural					
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO					
Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	172.245,0	172.245,0	100,0	16.500,0	28.550,0
Nacional	172.245,0	172.245,0	100,0	16.500,0	173,0
Financeiro	967.358	637.358	65,9	317.000	57.016
Fiscal Seguridade	967.358	637.358	65,9	317.000	57.016
Nacional	967.358	637.358	65,9	317.000	18,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P) 1532 Registro de Bens Culturais Imateriais						
Produto: BEM REGISTRADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	80,0	80,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	80,0	80,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	761.519	511.519	67,2	225.000	5.590	2,5
Fiscal Seguridade	761.519	511.519	67,2	225.000	5.590	2,5
Nacional	761.519	511.519	67,2	225.000	5.590	2,5
(P) 1538 Tombamento de Bens Culturais e Outras Formas de Acautelamento						
Produto: BEM TOMBADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	74,0	74,0	100,0	54,0	1,0	1,9
Nacional	74,0	74,0	100,0	54,0	1,0	1,9
Financeiro	469.179	249.179	53,1	208.000	6.000	2,9
Fiscal Seguridade	469.179	249.179	53,1	208.000	6.000	2,9
Nacional	469.179	249.179	53,1	208.000	6.000	2,9
(P) 1563 Concessão de Prêmios na Área do Patrimônio Cultural						
Produto: PREMIO CONCEDIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	14,0	14,0	100,0	8,0	1,0	12,5
Nacional	14,0	14,0	100,0	8,0	1,0	12,5
Financeiro	451.999	301.999	66,8	150.000	149.999	100,0
Fiscal Seguridade	451.999	301.999	66,8	150.000	149.999	100,0
Nacional	451.999	301.999	66,8	150.000	149.999	100,0
(P) 1583 Estudos e Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural						
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	26,0	26,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	875.025	575.025	65,7	286.500	8.048	2,8
Fiscal Seguridade	875.025	575.025	65,7	286.500	8.048	2,8
Nacional	875.025	575.025	65,7	286.500	8.048	2,8
(P) 1610 Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural						
Produto: BEM INVENTARIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	190.594,0	190.594,0	100,0	5.938,0	10,0	0,2
Nacional	14.057,0	14.057,0	100,0	5.938,0	10,0	0,2
Sudeste	176.537,0	176.537,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.235.482	784.869	63,5	446.552	27.109	6,1
Fiscal Seguridade	1.235.482	784.869	63,5	446.552	27.109	6,1
Nacional	1.235.482	784.869	63,5	446.552	27.109	6,1
(P) 1645 RESTAURAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS						
Produto: bem restaurado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	989,0	989,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	180,0	180,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	809,0	809,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	920.541	920.541	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	920.541	920.541	100,0	0	0	0,0
Nacional	920.541	920.541	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P)	1647	RESTAURAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO				
	Produto: bem restaurado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.389.454	1.314.454	94,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.314.454	1.314.454	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.227.454	1.227.454	100,0	0	0	0,0
Sul	87.000	87.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	75.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	74.336	0	0,0	0	0	0,0
Sul	664	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1648	Revitalização de Sítios Históricos				
	Produto: SÍTIO REVITALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	7,0	3,0	42,9
Nacional	3,0	3,0	100,0	7,0	3,0	42,9
Financeiro	772.857	319.463	41,3	788.320	319.463	40,5
Fiscal Seguridade	772.857	319.463	41,3	788.320	319.463	40,5
Nacional	772.857	319.463	41,3	788.320	319.463	40,5
(P)	1709	Implantação do Projeto Alagadiço Novo, Restauração da Casa de José de Alencar				
	Produto: BEM RESTAURADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.080.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.080.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.080.000	0	0,0
(P)	1759	Capacitação de Recursos Humanos na Área de Informação Documental (Presidência da República)				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	722,0	722,0	100,0	150,0	264,0	176,0
Nacional	722,0	722,0	100,0	150,0	264,0	176,0
Financeiro	291.905	222.905	76,4	160.000	111.918	69,9
Fiscal Seguridade	291.905	222.905	76,4	160.000	111.918	69,9
Nacional	289.855	220.855	76,2	160.000	111.918	69,9
Sudeste	2.050	2.050	100,0	0	0	0,0
(P)	1789	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS (Presidência da República)				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	378.281	378.281	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	378.281	378.281	100,0	0	0	0,0
Sudeste	378.281	378.281	100,0	0	0	0,0
(P)	1814	Divulgação do Acervo Documental (Presidência da República)				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	54,0	54,0	100,0	19,0	30,0	157,9
Nacional	30,0	30,0	100,0	19,0	30,0	157,9
Sudeste	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	723.554	625.554	86,5	526.000	524.597	99,7
Fiscal Seguridade	723.554	625.554	86,5	526.000	524.597	99,7
Nacional	630.797	532.797	84,5	526.000	524.597	99,7
Sudeste	92.757	92.757	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		151	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P)	1824	RESTAURAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO TOMBADO PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (Presidência da República)				
Produto: Prédio restaurado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	8.900,0	8.900,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	8.900,0	8.900,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.050.000	1.050.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.050.000	1.050.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.050.000	1.050.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1828	REAPARELHAMENTO DO ARQUIVO NACIONAL (Presidência da República)				
Produto: Equipamento adquirido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	271.577	271.577	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	271.577	271.577	100,0	0	0	0,0
Sudeste	271.577	271.577	100,0	0	0	0,0
(A)	2225	Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República				
Produto: ACERVO PRESERVADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37,0	37,0	100,0	49,0	S.R.	0,0
Nacional	37,0	37,0	100,0	49,0	S.R.	0,0
Financeiro	869.599	469.599	54,0	720.000	4.948	0,7
Fiscal Seguridade	869.599	469.599	54,0	720.000	4.948	0,7
Nacional	869.599	469.599	54,0	720.000	4.948	0,7
(A)	2521	Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (Ministério da Defesa)				
Produto: BEM PRESERVADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	110,0	110,0	100,0	15,0	4,0	26,7
Nacional	110,0	110,0	100,0	15,0	4,0	26,7
Financeiro	755.141	566.341	75,0	247.000	247.390	100,2
Fiscal Seguridade	755.141	566.341	75,0	247.000	247.390	100,2
Nacional	755.141	566.341	75,0	247.000	247.390	100,2
(A)	2630	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS				
Produto: bem preservado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	369.139,0	369.139,0	100,0	157.575,0	177.588,0	112,7
Nacional	222.546,0	222.546,0	100,0	157.575,0	177.588,0	112,7
Sudeste	146.593,0	146.593,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.782.425	2.627.453	69,5	1.008.947	469.997	46,6
Fiscal Seguridade	3.782.425	2.627.453	69,5	1.008.947	469.997	46,6
Nacional	2.779.492	1.624.520	58,4	1.008.947	469.997	46,6
Sudeste	1.002.933	1.002.933	100,0	0	0	0,0
(A)	2630	Preservação de Acervos Culturais (Ministério da Defesa)				
Produto: BEM PRESERVADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	274,0	274,0	100,0	510,0	8,0	1,6
Nacional	274,0	274,0	100,0	510,0	8,0	1,6
Financeiro	4.232.884	3.031.434	71,6	1.078.394	1.078.370	100,0
Fiscal Seguridade	4.232.884	3.031.434	71,6	1.078.394	1.078.370	100,0
Nacional	4.232.884	3.031.434	71,6	1.078.394	1.078.370	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(A)	2636	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO				
	Produto: bem preservado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	358,0	358,0	100,0	214,0	58,0	27,1
Nacional	333,0	333,0	100,0	214,0	58,0	27,1
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.932.104	24.276.472	59,3	14.992.910	5.336.418	35,6
Fiscal Seguridade	40.884.104	24.276.472	59,4	14.992.910	5.336.418	35,6
Nacional	36.754.263	23.526.631	64,0	14.992.910	5.336.418	35,6
Centro-oeste	1.494.985	399.985	26,8	0	0	0,0
Nordeste	450.000	300.000	66,7	0	0	0,0
Norte	324.856	49.856	15,3	0	0	0,0
Sudeste	1.450.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	410.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	48.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	48.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2642	Tratamento Técnico para Salvaguarda de Documentos e Acervos de Arte e Cultura				
	Produto: BEM PROTEGIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	179.215,1	179.215,1	100,0	20.213,0	8.631,0	42,7
Nacional	131.679,1	131.679,1	100,0	20.213,0	8.631,0	42,7
Sudeste	47.536,0	47.536,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.355.376	888.876	65,6	435.860	60.047	13,8
Fiscal Seguridade	1.355.376	888.876	65,6	435.860	60.047	13,8
Nacional	1.355.376	888.876	65,6	435.860	60.047	13,8
(A)	2652	Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos				
	Produto: BEM FISCALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.918,0	3.918,0	100,0	1.815,0	1.976,0	108,9
Nacional	3.918,0	3.918,0	100,0	1.815,0	1.976,0	108,9
Financeiro	2.506.102	1.406.102	56,1	801.570	319.600	39,9
Fiscal Seguridade	2.506.102	1.406.102	56,1	801.570	319.600	39,9
Nacional	2.506.102	1.406.102	56,1	801.570	319.600	39,9
(A)	2810	Preservação do Acervo Documental de Interesse Público (Presidência da República)				
	Produto: DOCUMENTO PRESERVADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	65.462,8	65.462,8	100,0	2.100,0	63.134,0	3.006,4
Nacional	1.928,0	1.928,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	63.534,8	63.534,8	100,0	2.100,0	63.134,0	3.006,4
Financeiro	2.572.216	2.185.216	85,0	1.498.667	1.310.018	87,4
Fiscal Seguridade	2.572.216	2.185.216	85,0	1.498.667	1.310.018	87,4
Nacional	387.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.185.216	2.185.216	100,0	1.498.667	1.310.018	87,4
(A)	4013	Preservação de Acervos na Fundação Joaquim Nabuco (Ministério da Educação)				
	Produto: ACERVO PRESERVADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	211.097,0	211.097,0	100,0	100.000,0	105.656,0	105,7
Nacional	211.097,0	211.097,0	100,0	100.000,0	105.656,0	105,7
Financeiro	2.340.102	1.847.084	78,9	926.760	777.769	83,9
Fiscal Seguridade	2.340.102	1.847.084	78,9	926.760	777.769	83,9
Nacional	1.847.084	1.847.084	100,0	926.760	777.769	83,9
Nordeste	493.018	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(A)	4282	Sistema de Atendimento ao Usuário (Presidência da República)				
Produto: CONSULTA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	246.550,0	246.550,0	100,0	70.000,0	140.389,0	200,6
Nacional	13.000,0	13.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	233.550,0	233.550,0	100,0	70.000,0	140.389,0	200,6
Financeiro	347.085	129.085	37,2	50.000	37.473	74,9
Fiscal Seguridade	347.085	129.085	37,2	50.000	37.473	74,9
Nacional	218.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	129.085	129.085	100,0	50.000	37.473	74,9
(A)	4483	Sistema de Informações Arquivísticas (Presidência da República)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	345.186	345.186	100,0	400.000	345.186	86,3
Fiscal Seguridade	345.186	345.186	100,0	400.000	345.186	86,3
Nacional	345.186	345.186	100,0	400.000	345.186	86,3
(A)	4490	Concessão de Bolsa na Área do Patrimônio Cultural				
Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	28,0	28,0	100,0	8,0	13,0	162,5
Nacional	28,0	28,0	100,0	8,0	13,0	162,5
Financeiro	1.312.747	803.247	61,2	443.831	397.306	89,5
Fiscal Seguridade	1.312.747	803.247	61,2	443.831	397.306	89,5
Nacional	1.312.747	803.247	61,2	443.831	397.306	89,5
(P)	5006	Monitoramento de Depósitos Fossilíferos (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: DEPOSITO MONITORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	122,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	122,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.200.707	771.561	64,3	429.146	348.021	81,1
Fiscal Seguridade	1.200.707	771.561	64,3	429.146	348.021	81,1
Nacional	1.200.707	771.561	64,3	429.146	348.021	81,1
(P)	5397	Implantação de Sinalização em Sítios Históricos e Arqueológicos em Áreas de Interesse Histórico-Cultural				
Produto: SINALIZACAO IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	241.830	166.290	68,8	75.540	750	1,0
Fiscal Seguridade	241.830	166.290	68,8	75.540	750	1,0
Nacional	241.830	166.290	68,8	75.540	750	1,0
(P)	5553	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior				
Produto: DOCUMENTO RESGATADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	113.000,0	113.000,0	100,0	100.000,0	49.000,0	49,0
Nacional	113.000,0	113.000,0	100,0	100.000,0	49.000,0	49,0
Financeiro	1.276.361	776.361	60,8	450.000	313.031	69,6
Fiscal Seguridade	1.276.361	776.361	60,8	450.000	313.031	69,6
Nacional	1.276.361	776.361	60,8	450.000	313.031	69,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P)	5594	RESTAURAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (Ministério da Defesa)				
Produto: Bem restaurado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	367.386	367.386	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	367.386	367.386	100,0	0	0	0,0
Nacional	367.386	367.386	100,0	0	0	0,0
(P)	5596	RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MILITAR (Ministério da Defesa)				
Produto: Bem restaurado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	535,0	535,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	535,0	535,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	600.238	600.238	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	600.238	600.238	100,0	0	0	0,0
Nacional	600.238	600.238	100,0	0	0	0,0
(A)	6525	Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	101,0	101,0	100,0	66,0	14,0	21,2
Nacional	59,0	59,0	100,0	66,0	14,0	21,2
Sudeste	42,0	42,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	676.414	403.414	59,6	256.600	102.955	40,1
Fiscal Seguridade	676.414	403.414	59,6	256.600	102.955	40,1
Nacional	676.414	403.414	59,6	256.600	102.955	40,1
(P)	7581	Reforma do Prédio Anexo da Biblioteca Nacional				
Produto: AREA REFORMADA			Unidade de Medida: M ²			
Físico	2.801,0	2.801,0	100,0	2.668,0	133,0	5,0
Sudeste	2.801,0	2.801,0	100,0	2.668,0	133,0	5,0
Financeiro	1.422.889	922.889	64,9	250.000	225.858	90,3
Fiscal Seguridade	1.422.889	922.889	64,9	250.000	225.858	90,3
Sudeste	1.422.889	922.889	64,9	250.000	225.858	90,3
(P)	7941	Ampliação de Acervos Relativos à Vida e Obra de Rui Barbosa e Escritores Brasileiros				
Produto: BEM ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	132,0	132,0	100,0	180,0	66,0	36,7
Nacional	132,0	132,0	100,0	180,0	66,0	36,7
Financeiro	33.534	19.592	58,4	13.942	5.678	40,7
Fiscal Seguridade	33.534	19.592	58,4	13.942	5.678	40,7
Nacional	33.534	19.592	58,4	13.942	5.678	40,7
(P)	7943	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais				
Produto: BEM ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	39,0	39,0	100,0	359,0	S.R.	0,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	359,0	S.R.	0,0
Financeiro	49.951	9.951	19,9	39.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	49.951	9.951	19,9	39.000	0	0,0
Nacional	49.951	9.951	19,9	39.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P)	7945	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais do Patrimônio Cultural				
	Produto: BEM ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	635,0	635,0	100,0	906,0	72,0	7,9
Nacional	635,0	635,0	100,0	906,0	72,0	7,9
Financeiro	179.439	59.439	33,1	110.800	8.439	7,6
Fiscal Seguridade	179.439	59.439	33,1	110.800	8.439	7,6
Nacional	179.439	59.439	33,1	110.800	8.439	7,6
(P)	7947	Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Acervos Relativos à Vida e Obra de Rui Barbosa e Escritores Brasileiros				
	Produto: LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	187.441	77.673	41,4	101.768	17.940	17,6
Fiscal Seguridade	187.441	77.673	41,4	101.768	17.940	17,6
Nacional	187.441	77.673	41,4	101.768	17.940	17,6
(P)	7949	Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Documentos e Fotografias do Patrimônio Cultural				
	Produto: LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	123.424	53.424	43,3	70.000	18.424	26,3
Fiscal Seguridade	123.424	53.424	43,3	70.000	18.424	26,3
Nacional	123.424	53.424	43,3	70.000	18.424	26,3
(P)	7951	Identificação e Inventário de Acervos Bibliográficos e Documentais				
	Produto: BEM INVENTARIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	168.561,0	168.561,0	100,0	183.000,0	100.101,0	54,7
Nacional	168.561,0	168.561,0	100,0	183.000,0	100.101,0	54,7
Financeiro	505.632	305.632	60,4	200.000	192.915	96,5
Fiscal Seguridade	505.632	305.632	60,4	200.000	192.915	96,5
Nacional	505.632	305.632	60,4	200.000	192.915	96,5
(OA)	9076	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS				
	Produto: pesquisa autorizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9077	AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS				
	Produto: movimentação de obra de arte e ofício autorizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9078	AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS				
	Produto: projeto autorizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9079	CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.593,0	0,0	0,0	531,0	S.R.	0,0
Nacional	1.593,0	0,0	0,0	531,0	S.R.	0,0
Financeiro	159.430.150	0	0,0	79.715.075	0	0,0
Demais Fontes	159.430.150	0	0,0	79.715.075	0	0,0
Nacional	159.430.150	0	0,0	79.715.075	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck						
(P)	9566	RESTAURAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS (Ministério da Defesa)				
Produto: bem restaurado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	301,1	301,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	301,1	301,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	273.234.088	67.004.625	24,5	118.838.474	18.795.473	15,8
Fiscal Seguridade	113.605.938	67.004.625	66,0	39.123.399	18.795.473	48,0
Demais Fontes	159.628.150	0	3,3	79.715.075	0	0,0
0169 CINEMA, SOM E VÍDEO						
Gerente em 31/12/2002: José Álvaro Moisés						
(OE)	0497	Fomento a Projetos Culturais na Área de Audiovisual				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	182,0	182,0	100,0	76,0	66,0	86,8
Nacional	182,0	182,0	100,0	76,0	66,0	86,8
Financeiro	22.523.648	16.001.325	71,0	10.048.829	2.628.856	26,2
Fiscal Seguridade	22.523.648	16.001.325	71,0	10.048.829	2.628.856	26,2
Nacional	22.523.648	16.001.325	71,0	10.048.829	2.628.856	26,2
(P)	1506	CONCESSÃO DE PRÊMIOS À PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA NACIONAL				
Produto: produção premiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	553.952	553.952	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	553.952	553.952	100,0	0	0	0,0
Nacional	553.952	553.952	100,0	0	0	0,0
(P)	1533	RESGATE DA MEMÓRIA AUDIOVISUAL				
Produto: obra resgatada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1550	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS PARA A PRODUÇÃO AUDIOVISUAL				
Produto: técnico capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	294.365	294.365	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	294.365	294.365	100,0	0	0	0,0
Nacional	294.365	294.365	100,0	0	0	0,0
(A)	2535	Fomento a Indústria Cinematográfica e Videofonográfica (Presidência da República)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	62,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	62,0	S.R.	0,0
Financeiro	580.818	580.818	100,0	63.960.000	580.818	0,9
Fiscal Seguridade	580.818	580.818	100,0	63.960.000	580.818	0,9
Nacional	580.818	580.818	100,0	63.960.000	580.818	0,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0169 CINEMA, SOM E VÍDEO						
Gerente em 31/12/2002: José Álvaro Moisés						
(A)	4487	APOIO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL				
	Produto: obra produzida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	135,0	135,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	135,0	135,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.446.245	11.446.245	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.446.245	11.446.245	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.446.245	11.446.245	100,0	0	0	0,0
(A)	4488	Concessão de Bolsa na Área de Audiovisual				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	25,0	25,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	1.218.818	841.273	69,0	377.545	335.186	88,8
Fiscal Seguridade	1.218.818	841.273	69,0	377.545	335.186	88,8
Nacional	1.218.818	841.273	69,0	377.545	335.186	88,8
(A)	4529	Apoio ao Canal Cultura e Arte				
	Produto: OBRA EXIBIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	500,0	500,0	100,0	720,0	500,0	69,4
Nacional	500,0	500,0	100,0	720,0	500,0	69,4
Financeiro	6.297.491	2.471.576	39,2	4.500.000	2.471.576	54,9
Fiscal Seguridade	6.297.491	2.471.576	39,2	4.500.000	2.471.576	54,9
Nacional	6.297.491	2.471.576	39,2	4.500.000	2.471.576	54,9
(A)	4531	Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica				
	(Presidência da República)					
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.450	2.450	100,0	300.000	2.450	0,8
Fiscal Seguridade	2.450	2.450	100,0	300.000	2.450	0,8
Nacional	2.450	2.450	100,0	300.000	2.450	0,8
(A)	4533	Promoção e Comercialização de Obras Cinematográficas e Videofonográficas no País e no Exterior				
	(Presidência da República)					
	Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	880.000	880.000	100,0	3.600.000	880.000	24,4
Fiscal Seguridade	880.000	880.000	100,0	3.600.000	880.000	24,4
Nacional	880.000	880.000	100,0	3.600.000	880.000	24,4
(P)	5349	Sistema de Informações e Monitoramento da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica				
	(Presidência da República)					
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.200	7.200	100,0	1.490.000	7.200	0,5
Fiscal Seguridade	7.200	7.200	100,0	1.490.000	7.200	0,5
Nacional	7.200	7.200	100,0	1.490.000	7.200	0,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0169 CINEMA, SOM E VÍDEO						
Gerente em 31/12/2002: José Álvaro Moisés						
(P)	5351	Estudos e Pesquisas na Área da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica (Presidência da República)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	400.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	400.000	0	0,0
(A)	6527	Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais no País e no Exterior				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	408,0	408,0	100,0	105,0	62,0	59,0
Nacional	408,0	408,0	100,0	105,0	62,0	59,0
Financeiro	2.961.618	2.261.618	76,4	650.000	279.912	43,1
Fiscal Seguridade	2.961.618	2.261.618	76,4	650.000	279.912	43,1
Nacional	2.961.618	2.261.618	76,4	650.000	279.912	43,1
(OA)	9081	CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC				
Produto: projeto desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	378,0	173,0	45,8	126,0	S.R.	0,0
Nacional	378,0	173,0	45,8	126,0	S.R.	0,0
Financeiro	62.932.950	0	0,0	31.466.475	0	0,0
Demais Fontes	62.932.950	0	0,0	31.466.475	0	0,0
Nacional	62.932.950	0	0,0	31.466.475	0	0,0
(OA)	9082	FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: produção financiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	906,0	163,0	18,0	302,0	S.R.	0,0
Nacional	906,0	163,0	18,0	302,0	S.R.	0,0
Financeiro	80.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
Demais Fontes	80.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
Nacional	80.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
(OA)	9083	HABILITAÇÃO DE PRODUÇÕES DE OBRAS AUDIOVISUAIS CINEMATOGRAFICAS PARA FINS DE BENEFÍCIO FISCAL				
Produto: benefício concedido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.314,0	75,0	5,7	438,0	S.R.	0,0
Nacional	1.314,0	75,0	5,7	438,0	S.R.	0,0
Financeiro	219.251.000	0	0,0	109.625.550	0	0,0
Demais Fontes	219.251.000	0	0,0	109.625.550	0	0,0
Nacional	219.251.000	0	0,0	109.625.550	0	0,0
Financ. Total Programa	409.350.555	35.740.822	8,7	266.418.399	7.185.998	2,7
Fiscal Seguridade	47.166.605	35.740.822	66,0	85.326.374	7.185.998	8,4
Demais Fontes	362.183.950	0	3,3	181.092.025	0	0,0

0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura						
(OE) 0503 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	62,0	62,0	100,0	31,0	43,0	138,7
Nacional	61,0	61,0	100,0	31,0	43,0	138,7
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.862.767	4.532.056	77,3	6.875.640	4.047.631	58,9
Fiscal Seguridade	5.862.767	4.532.056	77,3	6.875.640	4.047.631	58,9
Nacional	5.212.767	4.432.056	85,0	6.875.640	4.047.631	58,9
Nordeste	400.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	250.000	100.000	40,0	0	0	0,0
(P) 1215 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO, XENOFOBIA E OUTRAS FORMAS DE INTOLERÂNCIA						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.345.849	8.345.849	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.345.849	8.345.849	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.345.849	8.345.849	100,0	0	0	0,0
(P) 1496 AMPLIAÇÃO DE ACERVOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO AFRO-BRASILEIRO						
Produto: Bem adquirido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	450,0	450,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	450,0	450,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.923	29.923	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	29.923	29.923	100,0	0	0	0,0
Nacional	29.923	29.923	100,0	0	0	0,0
(P) 1507 Construção do Centro Nacional de Informações e Referência da Cultura Negra						
Produto: CENTRO CONSTRUÍDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.806.902	556.761	9,6	5.715.127	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.806.902	556.761	9,6	5.715.127	0	0,0
Nacional	5.000.000	0	0,0	5.490.000	0	0,0
Centro-oeste	806.902	556.761	69,0	225.127	0	0,0
(P) 1508 Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	90,0	90,0	100,0	880,0	S.R.	0,0
Nacional	90,0	90,0	100,0	880,0	S.R.	0,0
Financeiro	477.920	37.920	7,9	396.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	477.920	37.920	7,9	396.000	0	0,0
Nacional	477.920	37.920	7,9	396.000	0	0,0
(P) 1512 Estudos e Pesquisas nas Áreas Étnica, Estética e de Valorização da Pessoa Negra						
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	290.435	213.343	73,5	77.092	66.288	86,0
Fiscal Seguridade	290.435	213.343	73,5	77.092	66.288	86,0
Nacional	290.435	213.343	73,5	77.092	66.288	86,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura						
(P)	1528	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL SOBRE ARTE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA				
	Produto: Exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.600,0	2.600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.600,0	2.600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.118	11.118	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.118	11.118	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.118	11.118	100,0	0	0	0,0
(P)	1534	RESTAURAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO AFRO-BRASILEIRO				
	Produto: Bem restaurado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	53.450	53.450	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	53.450	53.450	100,0	0	0	0,0
Nacional	53.450	53.450	100,0	0	0	0,0
(P)	1539	TOMBAMENTO DE ACERVOS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS				
	Produto: Bem tombado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.770	72.770	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	72.770	72.770	100,0	0	0	0,0
Nacional	72.770	72.770	100,0	0	0	0,0
(P)	1540	TOMBAMENTO DE SÍTIOS HISTÓRICOS AFRO-BRASILEIROS				
	Produto: Sítio tombado		Unidade de Medida: m ²			
Físico	169.544,0	169.544,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	169.544,0	169.544,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.673	19.673	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	19.673	19.673	100,0	0	0	0,0
Nacional	19.673	19.673	100,0	0	0	0,0
(P)	1541	TOMBAMENTO DE TERRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS				
	Produto: Terra tombada		Unidade de Medida: ha			
Físico	134,3	134,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	134,3	134,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	30.000	30.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.000	30.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	30.000	30.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1642	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos				
	Produto: COMUNIDADE TITULADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30,0	30,0	100,0	60,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.863.592	2.849.664	48,6	3.702.536	501.417	13,5
Fiscal Seguridade	5.863.592	2.849.664	48,6	3.702.536	501.417	13,5
Nacional	5.863.592	2.849.664	48,6	3.702.536	501.417	13,5
(A)	2637	PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO AFRO-BRASILEIRO				
	Produto: Bem preservado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	226.063	226.063	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	226.063	226.063	100,0	0	0	0,0
Nacional	226.063	226.063	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura						
(A)	2643	TRATAMENTO TÉCNICO PARA SALVAGUARDA DE DOCUMENTOS E ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS AFRO-BRASILEIROS				
	Produto: Bem protegido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	200,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	200,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.000	20.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	20.000	20.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	20.000	20.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2644	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS DA MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA				
	Produto: Bem preservado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6.336,0	6.336,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.336,0	6.336,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.130	6.130	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.130	6.130	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.130	6.130	100,0	0	0	0,0
(A)	4059	Preservação e Restauração de Bens e Acervos do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Afro-Brasileiro				
	Produto: BEM PRESERVADO/RESTAURADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.370,0	2.370,0	100,0	15,0	2.370,0	15.800,0
Nacional	2.370,0	2.370,0	100,0	15,0	2.370,0	15.800,0
Financeiro	316.786	143.938	45,4	172.848	143.938	83,3
Fiscal Seguridade	316.786	143.938	45,4	172.848	143.938	83,3
Nacional	316.786	143.938	45,4	172.848	143.938	83,3
(A)	4521	Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação nas Áreas Remanescentes de Quilombos (Ministério da Educação)				
	Produto: PROFESSOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	697,0	697,0	100,0	395,0	203,0	51,4
Nacional	697,0	697,0	100,0	395,0	203,0	51,4
Financeiro	438.497	238.497	54,4	100.000	45.095	45,1
Fiscal Seguridade	438.497	238.497	54,4	100.000	45.095	45,1
Nacional	438.497	238.497	54,4	100.000	45.095	45,1
(P)	5539	CAMPANHA REFERENTE À ETNIA AFRO-BRASILEIRA				
	Produto: Campanha realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.999	19.999	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	19.999	19.999	100,0	0	0	0,0
Nacional	19.999	19.999	100,0	0	0	0,0
(P)	5540	CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS E TÉCNICOS AFRO-BRASILEIROS				
	Produto: Profissional capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	150,0	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	150,0	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	79.010	79.010	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	79.010	79.010	100,0	0	0	0,0
Nacional	79.010	79.010	100,0	0	0	0,0
(P)	5547	IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS				
	Produto: Bem inventariado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	8.100,0	8.100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8.100,0	8.100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.361	39.361	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.361	39.361	100,0	0	0	0,0
Nacional	39.361	39.361	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura						
(A)	6531	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais Afro-Brasileiros				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	19,0	19,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Financeiro	332.095	249.854	75,2	232.241	91.197	39,3
Fiscal Seguridade	332.095	249.854	75,2	232.241	91.197	39,3
Nacional	332.095	249.854	75,2	232.241	91.197	39,3
Financ. Total Programa	28.342.340	17.775.379	62,7	17.271.484	4.895.566	28,3
Fiscal Seguridade	28.342.340	17.775.379	66,0	17.271.484	4.895.566	28,3
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA						
Gerente em 31/12/2002: Ulysses Cesar Amaro de Melo						
(P)	1525	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES CULTURAIS				
	Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	41,0	41,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	41,0	41,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	117.972	117.972	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	117.972	117.972	100,0	0	0	0,0
Nacional	117.972	117.972	100,0	0	0	0,0
(P)	1531	REALIZAÇÃO DE CENSO CULTURAL				
	Produto: censo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2641	Sistema Nacional de Informações Culturais				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	21,0	21,0	100,0	6,0	5,0	83,3
Nacional	21,0	21,0	100,0	6,0	5,0	83,3
Financeiro	3.064.509	2.280.675	74,4	972.884	703.220	72,3
Fiscal Seguridade	3.064.509	2.280.675	74,4	972.884	703.220	72,3
Nacional	3.064.509	2.280.675	74,4	972.884	703.220	72,3
(A)	2654	Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro				
	Produto: COTA EFETUADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
Fiscal Seguridade	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
Nacional	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
(A)	4481	Coordenação e Manutenção do Fundo Nacional de Cultura - PRONAC				
	Produto: PROJETO AVALIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17.169,0	17.169,0	100,0	5.570,0	5.343,0	95,9
Nacional	17.169,0	17.169,0	100,0	5.570,0	5.343,0	95,9
Financeiro	6.835.117	3.930.913	57,5	2.120.000	1.943.423	91,7
Fiscal Seguridade	6.835.117	3.930.913	57,5	2.120.000	1.943.423	91,7
Nacional	6.835.117	3.930.913	57,5	2.120.000	1.943.423	91,7
Financ. Total Programa	10.137.598	6.419.560	63,3	3.122.884	2.676.643	85,7
Fiscal Seguridade	10.137.598	6.419.560	66,0	3.122.884	2.676.643	85,7

0168 LIVRO ABERTO

Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0168 LIVRO ABERTO						
Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore						
(A)	0495	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.248.611	1.248.611	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.248.611	1.248.611	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.248.611	1.248.611	100,0	0	0	0,0
(OE)	0495	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Financeiro	2.737.208	1.173.993	42,9	1.543.215	1.173.993	76,1
Fiscal Seguridade	2.737.208	1.173.993	42,9	1.543.215	1.173.993	76,1
Nacional	2.667.208	1.173.993	44,0	1.543.215	1.173.993	76,1
Centro-oeste	70.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	0501	Fomento à Produção de Obras Literárias, Científicas e Acadêmicas				
	Produto: OBRA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	44,0	44,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	44,0	44,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	472.865	472.865	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	472.865	472.865	100,0	0	0	0,0
Nacional	472.865	472.865	100,0	0	0	0,0
(OE)	0501	Fomento à Produção de Obras Literárias, Científicas e Acadêmicas				
	Produto: OBRA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	58,0	40,0	69,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	58,0	40,0	69,0
Financeiro	1.124.078	544.218	48,4	556.860	544.218	97,7
Fiscal Seguridade	1.124.078	544.218	48,4	556.860	544.218	97,7
Nacional	1.124.078	544.218	48,4	556.860	544.218	97,7
(P)	1498	AMPLIAÇÃO DE ACERVOS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS				
	Produto: exemplar adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	62,0	62,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	62,0	62,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.105	9.105	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.105	9.105	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.105	9.105	100,0	0	0	0,0
(P)	1501	Capacitação de Agentes Multiplicadores do Hábito da Leitura				
	Produto: AGENTE CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.236,0	4.236,0	100,0	1.400,0	680,0	48,6
Nacional	4.236,0	4.236,0	100,0	1.400,0	680,0	48,6
Financeiro	240.647	170.647	70,9	34.000	33.550	98,7
Fiscal Seguridade	240.647	170.647	70,9	34.000	33.550	98,7
Nacional	240.647	170.647	70,9	34.000	33.550	98,7
(P)	1513	ESTUDOS E PESQUISAS PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS				
	Produto: estudo/pesquisa realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	76.288	76.288	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	76.288	76.288	100,0	0	0	0,0
Nacional	76.288	76.288	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

164

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0168 LIVRO ABERTO						
Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore						
(P)	1521	IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM CADA MUNICÍPIO				
	Produto: biblioteca implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	857,0	857,0	100,0	281,0	56,0	19,9
Nacional	726,0	726,0	100,0	281,0	56,0	19,9
Centro-oeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	33,0	33,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.593.310	31.734.677	86,7	11.076.021	3.058.560	27,6
Fiscal Seguridade	36.082.310	31.734.677	88,0	11.076.021	3.058.560	27,6
Nacional	25.843.420	23.090.787	89,3	11.076.021	3.058.560	27,6
Centro-oeste	380.000	330.000	86,8	0	0	0,0
Nordeste	6.404.990	6.294.990	98,3	0	0	0,0
Norte	2.276.068	1.321.068	58,0	0	0	0,0
Sudeste	709.757	229.757	32,4	0	0	0,0
Sul	468.075	468.075	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	511.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	511.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1523	IMPLANTAÇÃO DE REDE INFORMATIZADA DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1549	Capacitação de Recursos Humanos para Bibliotecas Públicas				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.576,0	1.576,0	100,0	360,0	S.R.	0,0
Nacional	1.576,0	1.576,0	100,0	360,0	S.R.	0,0
Financeiro	272.257	172.257	63,3	108.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	272.257	172.257	63,3	108.000	0	0,0
Nacional	272.257	172.257	63,3	108.000	0	0,0
(P)	1581	EQUIPAMENTO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS				
	Produto: equipamento distribuido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2638	Promoção de Encontros de Leitura				
	Produto: PUBLICO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	42.712,0	42.712,0	100,0	16.000,0	11.331,0	70,8
Nacional	30.521,0	30.521,0	100,0	16.000,0	11.331,0	70,8
Sudeste	12.191,0	12.191,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.348.362	1.018.362	75,5	364.500	242.455	66,5
Fiscal Seguridade	1.348.362	1.018.362	75,5	364.500	242.455	66,5
Nacional	1.348.362	1.018.362	75,5	364.500	242.455	66,5
(A)	2645	Assessoria Técnica a Bibliotecas Públicas				
	Produto: BIBLIOTECA ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	283.674	253.674	89,4	30.000	9.283	30,9
Fiscal Seguridade	283.674	253.674	89,4	30.000	9.283	30,9
Nacional	283.674	253.674	89,4	30.000	9.283	30,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0168 LIVRO ABERTO						
Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore						
(A)	2648	Concessão de Bolsas para Tradução de Títulos de Autores Brasileiros em Outros Idiomas				
	Produto: OBRA TRADUZIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	37,0	S.R.	0,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	37,0	S.R.	0,0
Financeiro	236.500	116.500	49,3	211.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	236.500	116.500	49,3	211.500	0	0,0
Nacional	236.500	116.500	49,3	211.500	0	0,0
(A)	2650	Funcionamento de Bibliotecas da União				
	Produto: PUBLICO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7.069.385,0	7.069.385,0	100,0	530.000,0	3.974.282,0	749,9
Nacional	7.068.885,0	7.068.885,0	100,0	530.000,0	3.974.282,0	749,9
Sudeste	500,0	500,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.965.235	10.543.535	70,5	4.570.000	4.514.428	98,8
Fiscal Seguridade	14.965.235	10.543.535	70,5	4.570.000	4.514.428	98,8
Nacional	12.198.299	7.776.599	63,8	4.570.000	4.514.428	98,8
Sudeste	2.766.936	2.766.936	100,0	0	0	0,0
(A)	4494	APOIO A PROJETOS CULTURAIS NA ÁREA DO LIVRO E DA LEITURA				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.222.815	1.178.815	96,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.178.815	1.178.815	100,0	0	0	0,0
Nacional	327.680	327.680	100,0	0	0	0,0
Norte	851.135	851.135	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	44.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	44.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4500	Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	360.603	260.603	72,3	140.000	68.380	48,8
Fiscal Seguridade	360.603	260.603	72,3	140.000	68.380	48,8
Nacional	360.603	260.603	72,3	140.000	68.380	48,8
(P)	6360	REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS				
	Produto: biblioteca reestruturada		Unidade de Medida: m²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6523	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	53,0	53,0	100,0	41,0	6,0	14,6
Nacional	53,0	53,0	100,0	41,0	6,0	14,6
Financeiro	953.539	603.539	63,3	375.500	229.313	61,1
Fiscal Seguridade	953.539	603.539	63,3	375.500	229.313	61,1
Nacional	953.539	603.539	63,3	375.500	229.313	61,1
(A)	6539	Concessão de Bolsa para Escritores Brasileiros				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20,0	20,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	168.200	112.000	66,6	51.000	50.800	99,6
Fiscal Seguridade	168.200	112.000	66,6	51.000	50.800	99,6
Nacional	168.200	112.000	66,6	51.000	50.800	99,6

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

166

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0168 LIVRO ABERTO						
Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore						
(P)	7953	Concessão de Prêmios à Arte Literária				
Produto: PREMIO CONCEDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	8,0	7,0	87,5
Nacional	13,0	13,0	100,0	8,0	7,0	87,5
Financeiro	464.734	231.734	49,9	82.000	70.361	85,8
Fiscal Seguridade	464.734	231.734	49,9	82.000	70.361	85,8
Nacional	464.734	231.734	49,9	82.000	70.361	85,8
(P)	7955	Estudos e Pesquisas nas Áreas de Memória Bibliográfica, Editorial e Literária				
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	15,0	7,0	46,7
Nacional	13,0	13,0	100,0	15,0	7,0	46,7
Financeiro	585.813	285.813	48,8	331.111	209.943	63,4
Fiscal Seguridade	585.813	285.813	48,8	331.111	209.943	63,4
Nacional	585.813	285.813	48,8	331.111	209.943	63,4
(OA)	9080	CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC				
Produto: projeto desenvolvido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	572,0	310,0	54,2	153,0	113,0	73,9
Nacional	572,0	310,0	54,2	153,0	113,0	73,9
Financeiro	71.326.170	25.175.320	35,3	23.075.425	0	0,0
Demais Fontes	71.326.170	25.175.320	35,3	23.075.425	0	0,0
Nacional	71.326.170	25.175.320	35,3	23.075.425	0	0,0
Financ. Total Programa	134.690.014	75.382.556	56,0	42.549.132	10.205.284	24,0
Fiscal Seguridade	62.808.844	50.207.236	66,0	19.473.707	10.205.284	52,4
Demais Fontes	71.881.170	25.175.320	3,3	23.075.425	0	0,0
0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Taddei Neto						
(P)	1648	RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS				
Produto: Centro histórico restaurado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.812.864	5.812.864	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.812.864	5.812.864	100,0	0	0	0,0
Nacional	154.688	154.688	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.773.863	2.773.863	100,0	0	0	0,0
Nordeste	240.000	240.000	100,0	0	0	0,0
Norte	800.000	800.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.844.313	1.844.313	100,0	0	0	0,0
(A)	4466	PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL, MONUMENTA/BNDES				
Produto: bem preservado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Taddei Neto						
(P)	5017	Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	695,0	695,0	100,0	500,0	695,0	139,0
Nacional	695,0	695,0	100,0	500,0	695,0	139,0
Financeiro	2.660.504	766.504	28,8	1.121.000	766.504	68,4
Fiscal Seguridade	2.660.504	766.504	28,8	1.121.000	766.504	68,4
Nacional	2.660.504	766.504	28,8	1.121.000	766.504	68,4
(P)	5021	Campanha Educativa Referente ao Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.634.801	359.920	13,7	2.227.200	359.920	16,2
Fiscal Seguridade	2.634.801	359.920	13,7	2.227.200	359.920	16,2
Nacional	2.634.801	359.920	13,7	2.227.200	359.920	16,2
(P)	5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA				
	Produto: CONJUNTO HISTORICO PRESERVADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20,0	20,0	100,0	27,0	17,0	63,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	27,0	17,0	63,0
Financeiro	45.961.128	22.996.609	50,0	13.366.800	10.971.736	82,1
Fiscal Seguridade	39.906.128	22.996.609	57,6	13.366.800	10.971.736	82,1
Nacional	39.906.128	22.996.609	57,6	13.366.800	10.971.736	82,1
Demais Fontes	6.055.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	6.055.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	57.069.297	29.935.897	52,5	16.715.000	12.098.160	72,4
Fiscal Seguridade	51.014.297	29.935.897	66,0	16.715.000	12.098.160	72,4
Demais Fontes	6.055.000	0	3,3	0	0	0,0
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO						
Gerente em 31/12/2002: Octávio Elísio Alves de Brito						
(P)	1497	AMPLIAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS				
	Produto: bem adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	415,0	415,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	415,0	415,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	95.489	95.489	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	95.489	95.489	100,0	0	0	0,0
Nacional	95.489	95.489	100,0	0	0	0,0
(P)	1551	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS PARA MUSEUS				
	Produto: técnico capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	312,0	312,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	304,0	304,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	84.993	84.993	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	84.993	84.993	100,0	0	0	0,0
Nacional	84.993	84.993	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO						
Gerente em 31/12/2002: Octávio Elísio Alves de Brito						
(P)	1609	Identificação e Inventário de Acervos Museológicos				
	Produto: BEM INVENTARIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	66.759,0	66.759,0	100,0	1.250,0	55.000,0	4.400,0
Nacional	58.000,0	58.000,0	100,0	1.250,0	55.000,0	4.400,0
Sudeste	8.759,0	8.759,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	422.853	322.853	76,4	100.000	100.000	100,0
Fiscal Seguridade	422.853	322.853	76,4	100.000	100.000	100,0
Nacional	322.854	222.854	69,0	100.000	100.000	100,0
Sudeste	99.999	99.999	100,0	0	0	0,0
(P)	1612	MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS DA UNIÃO				
	Produto: museu modernizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	42,0	42,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Sudeste	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.374.595	1.400.417	59,0	1.693.810	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.374.595	1.400.417	59,0	1.693.810	0	0,0
Nacional	2.364.632	1.390.454	58,8	1.693.810	0	0,0
Sudeste	9.963	9.963	100,0	0	0	0,0
(P)	1635	Produção e Distribuição de Material Informativo sobre Museus				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	97.500,0	97.500,0	100,0	3.000,0	47.000,0	1.566,7
Nacional	72.500,0	72.500,0	100,0	3.000,0	47.000,0	1.566,7
Sudeste	25.000,0	25.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	328.095	268.095	81,7	60.000	51.140	85,2
Fiscal Seguridade	328.095	268.095	81,7	60.000	51.140	85,2
Nacional	328.095	268.095	81,7	60.000	51.140	85,2
(P)	1638	PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSEOLÓGICOS				
	Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	334.412	334.412	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	334.412	334.412	100,0	0	0	0,0
Nacional	334.412	334.412	100,0	0	0	0,0
(P)	1641	REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES ITINERANTES EM MUSEUS				
	Produto: exposição realizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	128.971	128.971	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	128.971	128.971	100,0	0	0	0,0
Nacional	128.971	128.971	100,0	0	0	0,0
(P)	1646	RESTAURAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS				
	Produto: obra restaurada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1.519,0	1.519,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	902,0	902,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	617,0	617,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	195.135	195.135	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	195.135	195.135	100,0	0	0	0,0
Nacional	185.221	185.221	100,0	0	0	0,0
Sudeste	9.914	9.914	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO						
Gerente em 31/12/2002: Octávio Elísio Alves de Brito						
(P)	1649	RESTAURAÇÃO DE MUSEUS DA UNIÃO				
Produto: museu restaurado			Unidade de Medida: m²			
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	480.600	480.600	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	480.600	480.600	100,0	0	0	0,0
Nacional	365.180	365.180	100,0	0	0	0,0
Sudeste	115.420	115.420	100,0	0	0	0,0
(A)	2634	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS				
Produto: obra preservada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7.204,0	7.204,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Sudeste	7.204,0	7.204,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	182.937	157.937	86,3	25.000	2.200	8,8
Fiscal Seguridade	182.937	157.937	86,3	25.000	2.200	8,8
Nacional	116.141	116.141	100,0	0	0	0,0
Sudeste	66.796	41.796	62,6	25.000	2.200	8,8
(A)	2651	Funcionamento de Museus da União				
Produto: PÚBLICO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7.999.100,0	7.999.100,0	100,0	2.499.700,0	2.499.700,0	100,0
Nacional	7.061.600,0	7.061.600,0	100,0	2.489.700,0	2.489.700,0	100,0
Sudeste	937.500,0	937.500,0	100,0	10.000,0	10.000,0	100,0
Financeiro	38.065.358	27.080.472	71,1	10.724.535	10.663.716	99,4
Fiscal Seguridade	38.065.358	27.080.472	71,1	10.724.535	10.663.716	99,4
Nacional	36.147.536	25.702.534	71,1	10.284.652	10.263.874	99,8
Sudeste	1.917.822	1.377.938	71,8	439.883	399.842	90,9
(A)	6529	Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	54,0	54,0	100,0	39,0	21,0	53,8
Nacional	54,0	54,0	100,0	39,0	21,0	53,8
Financeiro	2.220.933	1.380.933	62,2	1.207.049	542.439	44,9
Fiscal Seguridade	2.220.933	1.380.933	62,2	1.207.049	542.439	44,9
Nacional	2.220.933	1.380.933	62,2	1.207.049	542.439	44,9
(P)	7959	Modernização do Museu Casa de Rui Barbosa				
Produto: MUSEU MODERNIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Sudeste	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	585.654	415.134	70,9	270.520	265.452	98,1
Fiscal Seguridade	585.654	415.134	70,9	270.520	265.452	98,1
Sudeste	585.654	415.134	70,9	270.520	265.452	98,1
Financ. Total Programa	45.500.025	32.345.441	71,1	14.080.914	11.624.947	82,6
Fiscal Seguridade	45.500.025	32.345.441	66,0	14.080.914	11.624.947	82,6
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS						
Gerente em 31/12/2002: Joatan Vilela Berbel						
(OE)	0432	FINANCIAMENTO DE PROJETOS NAS ÁREAS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS				
Produto: produção financiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS						
Gerente em 31/12/2002: Joatan Vilela Berbel						
(OE) 0493 Fomento a Projetos Culturais nas Áreas de Música e de Artes Cênicas						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	152,0	152,0	100,0	173,0	58,0	33,5
Nacional	145,0	145,0	100,0	173,0	58,0	33,5
Nordeste	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.190.462	12.402.787	58,5	8.749.875	7.110.259	81,3
Fiscal Seguridade	21.190.462	12.402.787	58,5	8.749.875	7.110.259	81,3
Nacional	19.885.139	11.167.464	56,2	8.749.875	7.110.259	81,3
Nordeste	703.540	633.540	90,1	0	0	0,0
Norte	601.783	601.783	100,0	0	0	0,0
(P) 1546 CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS E TÉCNICOS EM MÚSICA E EM ARTES CÊNICAS						
Produto: profissional capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4.918,0	4.918,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.918,0	4.918,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	774.197	774.197	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	774.197	774.197	100,0	0	0	0,0
Nacional	774.197	774.197	100,0	0	0	0,0
(P) 1562 Concessão de Prêmios nas Áreas de Música e de Artes Cênicas						
Produto: PREMIO CONCEDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	28,0	28,0	100,0	12,0	4,0	33,3
Nacional	28,0	28,0	100,0	12,0	4,0	33,3
Financeiro	539.723	464.723	86,1	64.800	57.700	89,0
Fiscal Seguridade	539.723	464.723	86,1	64.800	57.700	89,0
Nacional	539.723	464.723	86,1	64.800	57.700	89,0
(P) 1572 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS						
Produto: exemplar distribuído						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	19.000,0	19.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	19.000,0	19.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	226.010	226.010	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	226.010	226.010	100,0	0	0	0,0
Nacional	226.010	226.010	100,0	0	0	0,0
(A) 4495 Apoio a Bandas de Música						
Produto: BANDA APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	496,0	496,0	100,0	552,0	S.R.	0,0
Nacional	456,0	456,0	100,0	552,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.478.632	7.213.296	62,8	6.762.836	164.664	2,4
Fiscal Seguridade	11.478.632	7.213.296	62,8	6.762.836	164.664	2,4
Nacional	10.079.132	6.019.796	59,7	6.762.836	164.664	2,4
Nordeste	610.800	580.800	95,1	0	0	0,0
Norte	578.700	548.700	94,8	0	0	0,0
Sudeste	116.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	94.000	64.000	68,1	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS						
Gerente em 31/12/2002: Joatan Vilela Berbel						
(A) 4496 Apoio a Orquestras						
Produto: ORQUESTRA APOIADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	161,0	161,0	100,0	16,0	14,0	87,5
Nacional	39,0	39,0	100,0	16,0	14,0	87,5
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	120,0	120,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.041.288	2.481.288	61,4	1.520.000	556.414	36,6
Fiscal Seguridade	4.011.288	2.481.288	61,9	1.520.000	556.414	36,6
Nacional	3.881.288	2.481.288	63,9	1.520.000	556.414	36,6
Centro-oeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	80.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	30.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	30.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4497 APOIO A PROJETOS CULTURAIS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS						
Produto: projeto apoiado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	95,0	95,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	95,0	95,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.430.207	7.170.207	96,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.170.207	7.170.207	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.098.206	6.098.206	100,0	0	0	0,0
Nordeste	353.201	353.201	100,0	0	0	0,0
Norte	550.000	550.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	168.800	168.800	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	260.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	260.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4498 APOIO A PROJETOS EM ATIVIDADES CIRCENSES						
Produto: projeto apoiado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	252.932	252.932	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	252.932	252.932	100,0	0	0	0,0
Nacional	252.932	252.932	100,0	0	0	0,0
(A) 4499 Concessão de Bolsa nas Áreas de Música e de Artes Cênicas						
Produto: BOLSA CONCEDIDA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	94,0	94,0	100,0	22,0	27,0	122,7
Nacional	94,0	94,0	100,0	22,0	27,0	122,7
Financeiro	3.261.408	2.261.408	69,3	1.000.000	733.219	73,3
Fiscal Seguridade	3.261.408	2.261.408	69,3	1.000.000	733.219	73,3
Nacional	3.261.408	2.261.408	69,3	1.000.000	733.219	73,3
(P) 5542 Implantação e Modernização de Espaços Culturais Destinados à Música e às Artes Cênicas						
Produto: ESPACO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5,0	5,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	5,0	5,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	362.995	207.995	57,3	65.000	60.000	92,3
Fiscal Seguridade	362.995	207.995	57,3	65.000	60.000	92,3
Nacional	362.995	207.995	57,3	65.000	60.000	92,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS						
Gerente em 31/12/2002: Joatan Vilela Berbel						
(P)	5542	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS DESTINADOS À MÚSICA E ÀS ARTES CÊNICAS				
	Produto: espaço cultural reformado/modernizado		Unidade de Medida: m ²			
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	878.468	878.468	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	878.468	878.468	100,0	0	0	0,0
Nacional	878.468	878.468	100,0	0	0	0,0
(P)	5556	ESTUDOS E PESQUISAS NAS ÁREAS DE MÚSICA E DE ARTES CÊNICAS				
	Produto: estudo/pesquisa realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	180.486	180.486	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	180.486	180.486	100,0	0	0	0,0
Nacional	180.486	180.486	100,0	0	0	0,0
(A)	6521	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais de Música e de Artes Cênicas no País e no Exterior				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.470,0	1.470,0	100,0	440,0	159,0	36,1
Nacional	1.470,0	1.470,0	100,0	440,0	159,0	36,1
Financeiro	6.216.097	4.626.058	74,4	1.383.039	792.956	57,3
Fiscal Seguridade	6.216.097	4.626.058	74,4	1.383.039	792.956	57,3
Nacional	6.216.097	4.626.058	74,4	1.383.039	792.956	57,3
(OA)	9074	PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS DE TEATRO, ÓPERA E MÚSICA (Ministério da Fazenda)				
	Produto: produção apoiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	360,0	0,0	0,0	130,0	S.R.	0,0
Nacional	360,0	0,0	0,0	130,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.000.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Demais Fontes	6.000.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Nacional	6.000.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
(OA)	9075	CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC				
	Produto: projeto desenvolvido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.160,0	510,0	23,6	720,0	S.R.	0,0
Nacional	2.160,0	510,0	23,6	720,0	S.R.	0,0
Financeiro	151.039.100	0	0,0	75.519.550	0	0,0
Demais Fontes	151.039.100	0	0,0	75.519.550	0	0,0
Nacional	151.039.100	0	0,0	75.519.550	0	0,0
Financ. Total Programa	213.872.005	39.139.855	18,3	98.065.100	9.475.212	9,7
Fiscal Seguridade	56.542.905	39.139.855	66,0	19.545.550	9.475.212	48,5
Demais Fontes	157.329.100	0	3,3	78.519.550	0	0,0

0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza						
(OE) 0499 Fomento a Projetos de Difusão Cultural						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	180,0	180,0	100,0	223,0	96,0	43,0
Nacional	96,0	96,0	100,0	223,0	96,0	43,0
Centro-oeste	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	90.065.270	66.738.472	74,1	47.610.505	26.188.100	55,0
Fiscal Seguridade	90.065.270	66.738.472	74,1	47.610.505	26.188.100	55,0
Nacional	75.063.505	62.123.707	82,8	47.610.505	26.188.100	55,0
Centro-oeste	1.205.000	215.000	17,8	0	0	0,0
Nordeste	2.732.978	1.389.978	50,9	0	0	0,0
Norte	510.000	400.000	78,4	0	0	0,0
Sudeste	9.473.267	2.159.267	22,8	0	0	0,0
Sul	1.080.520	450.520	41,7	0	0	0,0
(P) 1504 Capacitação de Instrutores e Guias Culturais em Áreas de Interesse Turístico-Cultural						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	12.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.000.000	0	0,0	1.950.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000.000	0	0,0	1.950.000	0	0,0
Nacional	5.000.000	0	0,0	1.950.000	0	0,0
(P) 1511 DIVULGAÇÃO DE CALENDÁRIO DE EVENTOS CULTURAIS						
Produto: calendário divulgada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.886	29.886	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	29.886	29.886	100,0	0	0	0,0
Nacional	29.886	29.886	100,0	0	0	0,0
(P) 1544 CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS E TÉCNICOS NA ÁREA DA CULTURA						
Produto: Ação desenvolvida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	946.787	946.787	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	946.787	946.787	100,0	0	0	0,0
Nacional	946.787	946.787	100,0	0	0	0,0
(P) 1561 Concessão de Prêmios nas Áreas de Artes Visuais e Cultura Popular						
Produto: PREMIO CONCEDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	30,0	30,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Financeiro	331.283	301.363	91,0	27.000	23.117	85,6
Fiscal Seguridade	331.283	301.363	91,0	27.000	23.117	85,6
Nacional	331.283	301.363	91,0	27.000	23.117	85,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza						
(P)	1580	EDIÇÃO DE TÍTULOS DE AUTORES BRASILEIROS EM OUTROS IDIOMAS				
Produto: título editado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	475.177	475.177	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	475.177	475.177	100,0	0	0	0,0
Nacional	475.177	475.177	100,0	0	0	0,0
(P)	1582	Estudos e Pesquisas nas Áreas de Artes Visuais e Cultura Popular				
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	23,0	23,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Sudeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	568.661	437.661	77,0	48.740	28.740	59,0
Fiscal Seguridade	568.661	437.661	77,0	48.740	28.740	59,0
Nacional	568.661	437.661	77,0	48.740	28.740	59,0
(P)	1611	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS				
Produto: espaço cultural implantado			Unidade de Medida: m²			
Físico	164,0	164,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	25.577.632	25.542.632	99,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	25.542.632	25.542.632	100,0	0	0	0,0
Nacional	17.868.740	17.868.740	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	507.698	507.698	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.100.848	1.100.848	100,0	0	0	0,0
Norte	1.554.293	1.554.293	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.566.984	1.566.984	100,0	0	0	0,0
Sul	2.944.069	2.944.069	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	35.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	35.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1611	Implantação e Modernização de Espaços Culturais				
Produto: ESPACO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	267,0	267,0	100,0	382,0	113,0	29,6
Nacional	148,0	148,0	100,0	382,0	113,0	29,6
Centro-oeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	37,0	37,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	89.133.334	34.132.010	38,3	58.161.259	16.421.747	28,2
Fiscal Seguridade	89.133.334	34.132.010	38,3	58.161.259	16.421.747	28,2
Nacional	20.286.272	17.840.828	87,9	58.161.259	16.421.747	28,2
Centro-oeste	34.618.685	1.578.685	4,6	0	0	0,0
Nordeste	6.327.639	3.807.639	60,2	0	0	0,0
Norte	6.128.069	2.633.069	43,0	0	0	0,0
Sudeste	9.761.721	3.616.721	37,1	0	0	0,0
Sul	12.010.948	4.655.068	38,8	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza						
(P)	1633	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL SOBRE ARTE E CULTURA				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: unidade			
Físico	204.338,0	204.338,0	100,0	78.000,0	138.100,0	177,1
Nacional	195.400,0	195.400,0	100,0	78.000,0	138.100,0	177,1
Sudeste	8.938,0	8.938,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.972.440	1.905.668	64,1	846.772	759.157	89,7
Fiscal Seguridade	2.972.440	1.905.668	64,1	846.772	759.157	89,7
Nacional	2.972.440	1.905.668	64,1	846.772	759.157	89,7
(P)	1644	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS				
	Produto: espaço cultural reformado/modernizado		Unidade de Medida: m²			
Físico	34,0	34,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.236.364	4.236.364	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.236.364	4.236.364	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.250.009	2.250.009	100,0	0	0	0,0
Nordeste	438.288	438.288	100,0	0	0	0,0
Sudeste	715.000	715.000	100,0	0	0	0,0
Sul	833.067	833.067	100,0	0	0	0,0
(A)	2606	APOIO A ESPAÇO CULTURAL				
	Produto: espaço cultural apoiado		Unidade de Medida: m²			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	62.220	62.220	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	62.220	62.220	100,0	0	0	0,0
Nordeste	62.220	62.220	100,0	0	0	0,0
(A)	2639	Registro de Direitos Autorais				
	Produto: DIREITO AUTORAL REGISTRADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	64.943,0	64.943,0	100,0	45.000,0	21.500,0	47,8
Nacional	64.943,0	64.943,0	100,0	45.000,0	21.500,0	47,8
Financeiro	595.970	345.970	58,1	150.000	149.970	100,0
Fiscal Seguridade	595.970	345.970	58,1	150.000	149.970	100,0
Nacional	595.970	345.970	58,1	150.000	149.970	100,0
(A)	2647	Concessão de Bolsa de Arte e Cultura				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	353.066	156.897	44,4	196.169	0	0,0
Fiscal Seguridade	353.066	156.897	44,4	196.169	0	0,0
Nacional	353.066	156.897	44,4	196.169	0	0,0
(A)	2648	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA TRADUÇÃO DE TÍTULOS DE AUTORES BRASILEIROS EM OUTROS IDIOMAS				
	Produto: obra traduzida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	119.736	119.736	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	119.736	119.736	100,0	0	0	0,0
Nacional	119.736	119.736	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza						
(A)	4480	APOIO À PRODUÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS, CIENTÍFICAS E ACADÊMICAS				
Produto: obra publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	58,0	58,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	58,0	58,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	579.849	579.849	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	579.849	579.849	100,0	0	0	0,0
Nacional	579.849	579.849	100,0	0	0	0,0
(A)	4491	APOIO A PROJETOS CULTURAIS				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	109,0	109,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	84,0	84,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.959.695	12.719.695	98,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.719.695	12.719.695	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.789.703	10.789.703	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	110.000	110.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	391.078	391.078	100,0	0	0	0,0
Norte	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.028.914	1.028.914	100,0	0	0	0,0
Sul	240.000	240.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	240.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	240.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União				
Produto: PUBLICO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.312.135,0	2.312.135,0	100,0	1.174.635,0	1.178.135,0	100,3
Nacional	2.312.135,0	2.312.135,0	100,0	1.174.635,0	1.178.135,0	100,3
Financeiro	10.048.025	6.970.709	69,4	3.521.461	3.504.479	99,5
Fiscal Seguridade	10.048.025	6.970.709	69,4	3.521.461	3.504.479	99,5
Nacional	10.048.025	6.970.709	69,4	3.521.461	3.504.479	99,5
(P)	5553	RESGATE DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL EXISTENTE NO EXTERIOR				
Produto: documento resgatado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	40.000,0	40.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40.000,0	40.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	300.153	300.153	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	300.153	300.153	100,0	0	0	0,0
Nacional	300.153	300.153	100,0	0	0	0,0
(A)	6417	Produção de Vídeo e Multimídia (Ministério da Educação)				
Produto: EXEMPLAR PRODUZIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	51,0	51,0	100,0	20,0	45,0	225,0
Nacional	51,0	51,0	100,0	20,0	45,0	225,0
Financeiro	396.800	301.414	76,0	458.000	93.753	20,5
Fiscal Seguridade	396.800	301.414	76,0	458.000	93.753	20,5
Nacional	396.800	301.414	76,0	458.000	93.753	20,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza						
(A)	6433	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais (Ministério da Educação)				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	206,0	206,0	100,0	70,0	97,0	138,6
Nacional	206,0	206,0	100,0	70,0	97,0	138,6
Financeiro	783.238	623.437	79,6	689.368	295.211	42,8
Fiscal Seguridade	783.238	623.437	79,6	689.368	295.211	42,8
Nacional	783.238	623.437	79,6	689.368	295.211	42,8
(A)	6443	Edição de Livros, Revistas Científicas e Anais (Ministério da Educação)				
Produto: TÍTULO PUBLICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	29,0	29,0	100,0	15,0	13,0	86,7
Nacional	29,0	29,0	100,0	15,0	13,0	86,7
Financeiro	274.373	266.687	97,2	98.288	80.800	82,2
Fiscal Seguridade	274.373	266.687	97,2	98.288	80.800	82,2
Nacional	274.373	266.687	97,2	98.288	80.800	82,2
(P)	6517	PROMOÇÃO E INTERCÂMBIO DE EVENTOS CULTURAIS NO PAÍS E NO EXTERIOR				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	133,0	133,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	90,0	90,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	43,0	43,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.052.656	3.012.656	98,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.012.656	3.012.656	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.012.656	3.012.656	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	37.896	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.104	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6517	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais no País e no Exterior				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	718,0	718,0	100,0	395,0	53,0	13,4
Nacional	718,0	718,0	100,0	395,0	53,0	13,4
Financeiro	14.129.514	8.662.183	61,3	5.024.178	2.967.792	59,1
Fiscal Seguridade	14.129.514	8.662.183	61,3	5.024.178	2.967.792	59,1
Nacional	14.129.514	8.662.183	61,3	5.024.178	2.967.792	59,1
(OA)	9084	FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: produção financiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	150,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	150,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Demais Fontes	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
(OA)	9085	DIFUSÃO DA CULTURA BRASILEIRA - PROJETO MEMÓRIA (Ministério da Fazenda)				
Produto: público atingido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.340.000,0	0,0	0,0	670.000,0	S.R.	0,0
Nacional	3.340.000,0	0,0	0,0	670.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	268.992.129	168.867.626	62,8	121.781.740	50.512.866	41,5

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

178

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
42000 Ministério da Cultura						
Fiscal Seguridade	262.677.129	168.867.626	66,0	118.781.740	50.512.866	42,5
Demais Fontes	6.315.000	0	3,3	3.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Aviador Jorge Silva Escobar						
(A) 2754 Manutenção e Suprimento de Armamento						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	279,0	279,0	100,0	128,0	128,0	100,0
Nacional	279,0	279,0	100,0	128,0	128,0	100,0
Financeiro	43.614.444	25.286.830	58,0	4.422.395	5.315.969	120,2
Fiscal Seguridade	43.614.444	25.286.830	58,0	4.422.395	5.315.969	120,2
Nacional	43.614.444	25.286.830	58,0	4.422.395	5.315.969	120,2
(A) 2755 Manutenção e Suprimento de Estandes de Tiro e de Campos de Provas						
Produto: ESTANDE/CAMPO DE PROVAS MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	2,0	5,0	250,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	2,0	5,0	250,0
Financeiro	477.175	357.175	74,9	120.033	119.693	99,7
Fiscal Seguridade	477.175	357.175	74,9	120.033	119.693	99,7
Nacional	477.175	357.175	74,9	120.033	119.693	99,7
(A) 2756 Manutenção e Suprimento de Material Contra Incêndio						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	246,0	246,0	100,0	139,0	139,0	100,0
Nacional	246,0	246,0	100,0	139,0	139,0	100,0
Financeiro	10.030.767	6.571.012	65,5	4.808.755	4.799.191	99,8
Fiscal Seguridade	10.030.767	6.571.012	65,5	4.808.755	4.799.191	99,8
Nacional	10.030.767	6.571.012	65,5	4.808.755	4.799.191	99,8
(A) 2757 Manutenção e Suprimento de Simuladores						
Produto: SIMULADOR MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	654.673	494.629	75,6	160.044	178.370	111,5
Fiscal Seguridade	654.673	494.629	75,6	160.044	178.370	111,5
Nacional	654.673	494.629	75,6	160.044	178.370	111,5
(A) 2857 Manutenção e Suprimento de Munições						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	254,0	254,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nacional	254,0	254,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	38.639.900	38.639.900	100,0	15.535.914	17.739.313	114,2
Fiscal Seguridade	38.639.900	38.639.900	100,0	15.535.914	17.739.313	114,2
Nacional	38.639.900	38.639.900	100,0	15.535.914	17.739.313	114,2
(A) 2864 Alimentação de Pessoal						
Produto: MILITAR ALIMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	167.922,0	167.922,0	100,0	64.403,0	54.098,0	84,0
Nacional	167.922,0	167.922,0	100,0	64.403,0	54.098,0	84,0
Financeiro	208.943.337	150.104.347	71,8	46.849.610	46.827.346	100,0
Fiscal Seguridade	208.943.337	150.104.347	71,8	46.849.610	46.827.346	100,0
Nacional	208.943.337	150.104.347	71,8	46.849.610	46.827.346	100,0
(A) 2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento						
Produto: MILITAR ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	108.292,4	108.292,4	100,0	63.124,0	63.121,0	100,0
Nacional	108.292,4	108.292,4	100,0	63.124,0	63.121,0	100,0
Financeiro	53.367.536	38.090.666	71,4	14.333.564	14.320.478	99,9
Fiscal Seguridade	53.367.536	38.090.666	71,4	14.333.564	14.320.478	99,9
Nacional	53.367.536	38.090.666	71,4	14.333.564	14.320.478	99,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Aviador Jorge Silva Escobar						
(A) 2866 Ações de Caráter Sigiloso						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	597.090	447.090	74,9	150.000	149.936	100,0
Fiscal Seguridade	597.090	447.090	74,9	150.000	149.936	100,0
Nacional	597.090	447.090	74,9	150.000	149.936	100,0
(A) 2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes						
Produto: COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: M³						
Físico	404.112,8	404.112,8	100,0	143.275,0	146.308,0	102,1
Nacional	404.112,8	404.112,8	100,0	143.275,0	146.308,0	102,1
Financeiro	332.405.498	255.002.321	76,7	93.240.768	94.392.610	101,2
Fiscal Seguridade	332.405.498	255.002.321	76,7	93.240.768	94.392.610	101,2
Nacional	332.405.498	255.002.321	76,7	93.240.768	94.392.610	101,2
(A) 2881 Capacitação Física do Pessoal Militar da Aeronáutica						
Produto: MILITAR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.462,0	1.462,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Nacional	1.462,0	1.462,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Financeiro	53.457	40.089	75,0	13.368	13.353	99,9
Fiscal Seguridade	53.457	40.089	75,0	13.368	13.353	99,9
Nacional	53.457	40.089	75,0	13.368	13.353	99,9
(A) 2891 Manutenção e Suprimento de Material de Aviação						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	157,0	157,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Nacional	157,0	157,0	100,0	21,0	21,0	100,0
Financeiro	775.037.650	775.037.650	100,0	189.888.278	232.484.284	122,4
Fiscal Seguridade	775.037.650	775.037.650	100,0	189.888.278	232.484.284	122,4
Nacional	775.037.650	775.037.650	100,0	189.888.278	232.484.284	122,4
(A) 2894 Manutenção e Suprimento de Material de Intendência						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	58,0	58,0	100,0	34,0	34,0	100,0
Nacional	58,0	58,0	100,0	34,0	34,0	100,0
Financeiro	5.224.358	3.900.718	74,7	1.301.621	1.342.016	103,1
Fiscal Seguridade	5.224.358	3.900.718	74,7	1.301.621	1.342.016	103,1
Nacional	5.224.358	3.900.718	74,7	1.301.621	1.342.016	103,1
(A) 2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	65,0	65,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	1.285.930	976.906	76,0	330.327	330.327	100,0
Fiscal Seguridade	1.285.930	976.906	76,0	330.327	330.327	100,0
Nacional	1.285.930	976.906	76,0	330.327	330.327	100,0
(A) 2896 Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície						
Produto: CARGA TRANSPORTADA						
Unidade de Medida: TON						
Físico	2.937,1	2.937,1	100,0	470,0	1.457,0	310,0
Nacional	2.937,1	2.937,1	100,0	470,0	1.457,0	310,0
Financeiro	509.192	381.158	74,9	128.034	128.034	100,0
Fiscal Seguridade	509.192	381.158	74,9	128.034	128.034	100,0
Nacional	509.192	381.158	74,9	128.034	128.034	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Aviador Jorge Silva Escobar						
(A) 2916 Instrução Militar e Adestramento da Aeronáutica						
Produto: MILITAR INSTRUIDO E ADESTRADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	150.300,0	150.300,0	100,0	64.438,0	45.106,0	70,0
Nacional	150.300,0	150.300,0	100,0	64.438,0	45.106,0	70,0
Financeiro	129.267.098	97.941.723	75,8	33.701.062	33.080.705	98,2
Fiscal Seguridade	129.267.098	97.941.723	75,8	33.701.062	33.080.705	98,2
Nacional	129.267.098	97.941.723	75,8	33.701.062	33.080.705	98,2
(A) 4635 DOCTRINA E ESTRATÉGIA MILITAR						
Produto: documento produzido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.600.108.105	1.393.272.214	87,1	404.983.773	451.221.625	111,4
Fiscal Seguridade	1.600.108.105	1.393.272.214	74,1	404.983.773	451.221.625	111,4
0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld						
(A) 2449 Doutrina e Estratégia Militar						
Produto: DOCUMENTO PRODUZIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	551,0	551,0	100,0	185,0	185,0	100,0
Nacional	551,0	551,0	100,0	185,0	185,0	100,0
Financeiro	486.357	435.617	89,6	125.640	0	0,0
Fiscal Seguridade	486.357	435.617	89,6	125.640	0	0,0
Nacional	486.357	435.617	89,6	125.640	0	0,0
(A) 2853 Manutenção de Meios Aeronavais						
Produto: AERONAVE MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	254,0	254,0	100,0	103,0	48,0	46,6
Nacional	254,0	254,0	100,0	103,0	48,0	46,6
Financeiro	29.834.267	26.834.267	89,9	9.898.600	9.021.205	91,1
Fiscal Seguridade	29.834.267	26.834.267	89,9	9.898.600	9.021.205	91,1
Nacional	29.834.267	26.834.267	89,9	9.898.600	9.021.205	91,1
(A) 2854 Manutenção de Meios de Fuzileiros Navais						
Produto: TROPA MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	75,0	75,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	75,0	75,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	12.059.095	9.459.095	78,4	2.946.020	2.517.609	85,5
Fiscal Seguridade	12.059.095	9.459.095	78,4	2.946.020	2.517.609	85,5
Nacional	12.059.095	9.459.095	78,4	2.946.020	2.517.609	85,5
(A) 2855 Manutenção de Meios Navais						
Produto: NAVIO/SUBMARINO MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	283,0	283,0	100,0	112,0	68,0	60,7
Nacional	283,0	283,0	100,0	112,0	68,0	60,7
Financeiro	212.614.011	152.224.379	71,6	52.600.957	45.595.544	86,7
Fiscal Seguridade	212.614.011	152.224.379	71,6	52.600.957	45.595.544	86,7
Nacional	212.614.011	152.224.379	71,6	52.600.957	45.595.544	86,7
(A) 2856 Manutenção de Sistemas Operativos						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.688,0	1.688,0	100,0	705,0	278,0	39,4
Nacional	1.688,0	1.688,0	100,0	705,0	278,0	39,4
Financeiro	18.800.403	14.129.683	75,2	9.995.314	3.965.801	39,7
Fiscal Seguridade	18.800.403	14.129.683	75,2	9.995.314	3.965.801	39,7
Nacional	18.800.403	14.129.683	75,2	9.995.314	3.965.801	39,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

182

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld						
(A) 2857 Manutenção e Suprimento de Munições						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	944,0	944,0	100,0	385,0	174,0	45,2
Nacional	944,0	944,0	100,0	385,0	174,0	45,2
Financeiro	25.570.049	18.478.823	72,3	4.345.800	3.240.374	74,6
Fiscal Seguridade	25.570.049	18.478.823	72,3	4.345.800	3.240.374	74,6
Nacional	25.570.049	18.478.823	72,3	4.345.800	3.240.374	74,6
(A) 2858 Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	987,0	987,0	100,0	385,0	217,0	56,4
Nacional	987,0	987,0	100,0	385,0	217,0	56,4
Financeiro	250.124.142	178.872.952	71,5	65.979.529	44.556.526	67,5
Fiscal Seguridade	250.124.142	178.872.952	71,5	65.979.529	44.556.526	67,5
Nacional	250.124.142	178.872.952	71,5	65.979.529	44.556.526	67,5
(A) 2859 Aprestamento das Forças Navais						
Produto: FORCA APRESTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	37,0	37,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	37,0	37,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Financeiro	534.268.537	406.747.430	76,1	177.497.260	158.470.054	89,3
Fiscal Seguridade	534.268.537	406.747.430	76,1	177.497.260	158.470.054	89,3
Nacional	534.268.537	406.747.430	76,1	177.497.260	158.470.054	89,3
(A) 2861 Formação da Reserva Mobilizável						
Produto: PESSOA MOBILIZAVEL						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7.024,0	7.024,0	100,0	3.000,0	2.409,0	80,3
Nacional	7.024,0	7.024,0	100,0	3.000,0	2.409,0	80,3
Financeiro	1.422.513	1.123.105	79,0	197.414	197.815	100,2
Fiscal Seguridade	1.422.513	1.123.105	79,0	197.414	197.815	100,2
Nacional	1.422.513	1.123.105	79,0	197.414	197.815	100,2
(A) 2864 Alimentação de Pessoal						
Produto: MILITAR ALIMENTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	189.612,0	189.612,0	100,0	59.545,0	59.545,0	100,0
Nacional	189.612,0	189.612,0	100,0	59.545,0	59.545,0	100,0
Financeiro	321.593.290	237.872.772	74,0	79.508.902	79.664.372	100,2
Fiscal Seguridade	321.593.290	237.872.772	74,0	79.508.902	79.664.372	100,2
Nacional	321.593.290	237.872.772	74,0	79.508.902	79.664.372	100,2
(A) 2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento						
Produto: MILITAR ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	191.067,0	191.067,0	100,0	61.000,0	61.000,0	100,0
Nacional	191.067,0	191.067,0	100,0	61.000,0	61.000,0	100,0
Financeiro	36.067.366	26.156.675	72,5	6.568.370	6.568.370	100,0
Fiscal Seguridade	36.067.366	26.156.675	72,5	6.568.370	6.568.370	100,0
Nacional	36.067.366	26.156.675	72,5	6.568.370	6.568.370	100,0
(A) 2866 Ações de Caráter Sigiloso						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	249.086	199.086	79,9	45.000	41.258	91,7
Fiscal Seguridade	249.086	199.086	79,9	45.000	41.258	91,7
Nacional	249.086	199.086	79,9	45.000	41.258	91,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld						
(A) 2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes						
Produto: COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: M³						
Físico	316.425,0	316.425,0	100,0	163.441,0	125.000,0	76,5
Nacional	316.425,0	316.425,0	100,0	163.441,0	125.000,0	76,5
Financeiro	159.633.048	118.793.003	74,4	72.639.010	39.528.102	54,4
Fiscal Seguridade	159.633.048	118.793.003	74,4	72.639.010	39.528.102	54,4
Nacional	159.633.048	118.793.003	74,4	72.639.010	39.528.102	54,4
(A) 2906 Capacitação Física do Pessoal Militar da Marinha						
Produto: MILITAR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	191.134,0	191.134,0	100,0	61.067,0	61.067,0	100,0
Nacional	191.134,0	191.134,0	100,0	61.067,0	61.067,0	100,0
Financeiro	312.772	249.872	79,9	32.905	32.896	100,0
Fiscal Seguridade	312.772	249.872	79,9	32.905	32.896	100,0
Nacional	312.772	249.872	79,9	32.905	32.896	100,0
Financ. Total Programa	1.603.034.936	1.191.576.759	74,3	482.380.721	393.399.926	81,6
Fiscal Seguridade	1.603.034.936	1.191.576.759	74,1	482.380.721	393.399.926	81,6
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira						
(OE) 0233 Compromissos Decorrentes da Missão de Observadores Militares - Equador/Peru - MOMEPE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.678.602	39.678.602	100,0	4.325.885	6.499.655	150,3
Fiscal Seguridade	39.678.602	39.678.602	100,0	4.325.885	6.499.655	150,3
Nacional	39.678.602	39.678.602	100,0	4.325.885	6.499.655	150,3
(A) 2449 Doutrina e Estratégia Militar						
Produto: DOCUMENTO PRODUZIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	210,0	210,0	100,0	60,0	60,0	100,0
Nacional	210,0	210,0	100,0	60,0	60,0	100,0
Financeiro	649.819	449.819	69,2	150.638	150.638	100,0
Fiscal Seguridade	649.819	449.819	69,2	150.638	150.638	100,0
Nacional	649.819	449.819	69,2	150.638	150.638	100,0
(A) 2788 Manutenção e Suprimento de Animais, Material de Veterinária e Agrícola						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	194,0	194,0	100,0	74,0	74,0	100,0
Nacional	194,0	194,0	100,0	74,0	74,0	100,0
Financeiro	12.037.397	8.782.397	73,0	3.160.890	3.160.145	100,0
Fiscal Seguridade	12.037.397	8.782.397	73,0	3.160.890	3.160.145	100,0
Nacional	12.037.397	8.782.397	73,0	3.160.890	3.160.145	100,0
(A) 2857 Manutenção e Suprimento de Munições						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.203,0	1.203,0	100,0	257,0	257,0	100,0
Nacional	1.203,0	1.203,0	100,0	257,0	257,0	100,0
Financeiro	42.566.471	33.527.614	78,8	7.890.922	7.433.557	94,2
Fiscal Seguridade	42.566.471	33.527.614	78,8	7.890.922	7.433.557	94,2
Nacional	42.566.471	33.527.614	78,8	7.890.922	7.433.557	94,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira						
(A) 2864 Alimentação de Pessoal						
Produto: MILITAR ALIMENTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	483.307,0	483.307,0	100,0	201.172,0	145.000,0	72,1
Nacional	483.307,0	483.307,0	100,0	201.172,0	145.000,0	72,1
Financeiro	521.776.002	352.637.964	67,6	115.818.197	111.457.995	96,2
Fiscal Seguridade	521.776.002	352.637.964	67,6	115.818.197	111.457.995	96,2
Nacional	521.776.002	352.637.964	67,6	115.818.197	111.457.995	96,2
(A) 2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento						
Produto: MILITAR ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	521.862,0	521.862,0	100,0	140.000,0	140.000,0	100,0
Nacional	521.862,0	521.862,0	100,0	140.000,0	140.000,0	100,0
Financeiro	176.400.537	125.735.537	71,3	44.230.545	32.482.075	73,4
Fiscal Seguridade	176.400.537	125.735.537	71,3	44.230.545	32.482.075	73,4
Nacional	176.400.537	125.735.537	71,3	44.230.545	32.482.075	73,4
(A) 2866 Ações de Caráter Sigiloso						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.537.586	817.988	53,2	304.598	304.598	100,0
Fiscal Seguridade	1.537.586	817.988	53,2	304.598	304.598	100,0
Nacional	1.537.586	817.988	53,2	304.598	304.598	100,0
(A) 2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes						
Produto: COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: M³						
Físico	33.863,0	33.863,0	100,0	5.397,0	4.855,0	90,0
Nacional	33.863,0	33.863,0	100,0	5.397,0	4.855,0	90,0
Financeiro	55.858.474	38.662.708	69,2	7.861.973	7.276.408	92,6
Fiscal Seguridade	55.858.474	38.662.708	69,2	7.861.973	7.276.408	92,6
Nacional	55.858.474	38.662.708	69,2	7.861.973	7.276.408	92,6
(A) 2882 Capacitação Física do Pessoal Militar do Exército						
Produto: MILITAR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	707,0	707,0	100,0	250,0	250,0	100,0
Nacional	707,0	707,0	100,0	250,0	250,0	100,0
Financeiro	817.247	571.747	70,0	193.181	193.181	100,0
Fiscal Seguridade	817.247	571.747	70,0	193.181	193.181	100,0
Nacional	817.247	571.747	70,0	193.181	193.181	100,0
(A) 2883 Cartografia Terrestre						
Produto: CARTA PRODUZIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	964,0	964,0	100,0	319,0	80,0	25,1
Nacional	964,0	964,0	100,0	319,0	80,0	25,1
Financeiro	2.079.794	1.479.794	71,2	540.000	162.559	30,1
Fiscal Seguridade	2.079.794	1.479.794	71,2	540.000	162.559	30,1
Nacional	2.079.794	1.479.794	71,2	540.000	162.559	30,1
(A) 2885 Emprego da Força Terrestre em Operações						
Produto: MILITAR PARTICIPANTE						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	20.820,0	20.820,0	100,0	10.000,0	1.320,0	13,2
Nacional	20.820,0	20.820,0	100,0	10.000,0	1.320,0	13,2
Financeiro	5.461.156	3.348.156	61,3	1.170.000	641.297	54,8
Fiscal Seguridade	5.461.156	3.348.156	61,3	1.170.000	641.297	54,8
Nacional	5.461.156	3.348.156	61,3	1.170.000	641.297	54,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira						
(A) 2890 Manutenção e Suprimento de Material Bélico						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.113,0	1.113,0	100,0	282,0	282,0	100,0
Nacional	1.113,0	1.113,0	100,0	282,0	282,0	100,0
Financeiro	63.490.302	45.103.028	71,0	10.968.007	3.835.370	35,0
Fiscal Seguridade	63.490.302	45.103.028	71,0	10.968.007	3.835.370	35,0
Nacional	63.490.302	45.103.028	71,0	10.968.007	3.835.370	35,0
(A) 2891 Manutenção e Suprimento de Material de Aviação						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	21,0	21,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	85.476.832	40.476.832	47,4	31.276.516	15.947.060	51,0
Fiscal Seguridade	85.476.832	40.476.832	47,4	31.276.516	15.947.060	51,0
Nacional	85.476.832	40.476.832	47,4	31.276.516	15.947.060	51,0
(A) 2892 Manutenção e Suprimento de Material de Comunicações Táticas e Estratégicas						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	232,0	232,0	100,0	80,0	13,0	16,3
Nacional	232,0	232,0	100,0	80,0	13,0	16,3
Financeiro	7.456.257	4.956.257	66,5	2.250.000	416.833	18,5
Fiscal Seguridade	7.456.257	4.956.257	66,5	2.250.000	416.833	18,5
Nacional	7.456.257	4.956.257	66,5	2.250.000	416.833	18,5
(A) 2894 Manutenção e Suprimento de Material de Intendência						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.015,0	1.015,0	100,0	683,0	149,0	21,8
Nacional	1.015,0	1.015,0	100,0	683,0	149,0	21,8
Financeiro	16.127.020	10.920.020	67,7	4.604.652	1.518.901	33,0
Fiscal Seguridade	16.127.020	10.920.020	67,7	4.604.652	1.518.901	33,0
Nacional	16.127.020	10.920.020	67,7	4.604.652	1.518.901	33,0
(A) 2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.017,0	1.017,0	100,0	297,0	297,0	100,0
Nacional	1.017,0	1.017,0	100,0	297,0	297,0	100,0
Financeiro	14.587.400	9.984.345	68,4	4.073.142	718.793	17,6
Fiscal Seguridade	14.587.400	9.984.345	68,4	4.073.142	718.793	17,6
Nacional	14.587.400	9.984.345	68,4	4.073.142	718.793	17,6
(A) 2896 Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície						
Produto: CARGA TRANSPORTADA						
Unidade de Medida: TON						
Físico	83.128,0	83.128,0	100,0	34.760,0	20.980,0	60,4
Nacional	83.128,0	83.128,0	100,0	34.760,0	20.980,0	60,4
Financeiro	12.698.916	8.283.916	65,2	3.857.103	2.173.216	56,3
Fiscal Seguridade	12.698.916	8.283.916	65,2	3.857.103	2.173.216	56,3
Nacional	12.698.916	8.283.916	65,2	3.857.103	2.173.216	56,3
(A) 2897 Manutenção e Suprimento dos Sistemas de Telemática Militar						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Financeiro	28.219.890	13.124.954	46,5	5.743.812	2.658.392	46,3
Fiscal Seguridade	28.219.890	13.124.954	46,5	5.743.812	2.658.392	46,3
Nacional	28.219.890	13.124.954	46,5	5.743.812	2.658.392	46,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira						
(A) 2898 Mapeamento e Demarcação de Áreas						
Produto: AREA DEMARCADA	Unidade de Medida: KM ²					
Físico	342,0	342,0	100,0	120,0	61,0	50,8
Nacional	342,0	342,0	100,0	120,0	61,0	50,8
Financeiro	214.432	154.432	72,0	54.000	29.051	53,8
Fiscal Seguridade	214.432	154.432	72,0	54.000	29.051	53,8
Nacional	214.432	154.432	72,0	54.000	29.051	53,8
(A) 2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade						
Produto: PESSOA ALISTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3.674.838,0	3.674.838,0	100,0	1.545.000,0	1.097.771,0	71,1
Nacional	3.674.838,0	3.674.838,0	100,0	1.545.000,0	1.097.771,0	71,1
Financeiro	7.128.708	5.273.500	74,0	1.737.117	1.319.064	75,9
Fiscal Seguridade	7.128.708	5.273.500	74,0	1.737.117	1.319.064	75,9
Nacional	7.128.708	5.273.500	74,0	1.737.117	1.319.064	75,9
(A) 2904 Capacitação Operacional da Força Terrestre						
Produto: MILITAR CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	180.128,0	180.128,0	100,0	110.000,0	57.200,0	52,0
Nacional	180.128,0	180.128,0	100,0	110.000,0	57.200,0	52,0
Financeiro	12.126.094	8.126.094	67,0	3.427.093	1.822.549	53,2
Fiscal Seguridade	12.126.094	8.126.094	67,0	3.427.093	1.822.549	53,2
Nacional	12.126.094	8.126.094	67,0	3.427.093	1.822.549	53,2
(A) 2911 Manutenção e Suprimento de Equipamentos de Engenharia de Construção						
Produto: EQUIPAMENTO MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	217,0	217,0	100,0	209,0	91,0	43,5
Nacional	217,0	217,0	100,0	209,0	91,0	43,5
Financeiro	4.259.104	2.139.114	50,2	1.907.991	908.847	47,6
Fiscal Seguridade	4.259.104	2.139.114	50,2	1.907.991	908.847	47,6
Nacional	4.259.104	2.139.114	50,2	1.907.991	908.847	47,6
(A) 2920 Formação e Adestramento da Reserva Mobilizável						
Produto: PESSOA MOBILIZAVEL	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	140.000,0	140.000,0	100,0	70.000,0	S.R.	0,0
Nacional	140.000,0	140.000,0	100,0	70.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	576.772	376.772	65,3	180.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	576.772	376.772	65,3	180.000	0	0,0
Nacional	576.772	376.772	65,3	180.000	0	0,0
(A) 2928 Segurança a Autoridades						
Produto: AUTORIDADE PROTEGIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	81,0	81,0	100,0	40,0	1,0	2,5
Nacional	81,0	81,0	100,0	40,0	1,0	2,5
Financeiro	697.579	497.579	71,3	200.000	2.000	1,0
Fiscal Seguridade	697.579	497.579	71,3	200.000	2.000	1,0
Nacional	697.579	497.579	71,3	200.000	2.000	1,0
(A) 4450 Instrução Militar e Adestramento do Exército						
Produto: MILITAR INSTRUIDO E ADESTRADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	346.000,0	346.000,0	100,0	190.000,0	146.000,0	76,8
Nacional	346.000,0	346.000,0	100,0	190.000,0	146.000,0	76,8
Financeiro	349.341.672	259.803.134	74,4	125.183.355	104.073.768	83,1
Fiscal Seguridade	349.341.672	259.803.134	74,4	125.183.355	104.073.768	83,1
Nacional	349.341.672	259.803.134	74,4	125.183.355	104.073.768	83,1
Financ. Total Programa	1.461.264.063	1.014.912.303	69,5	381.109.617	305.185.952	80,1
Fiscal Seguridade	1.461.264.063	1.014.912.303	74,1	381.109.617	305.185.952	80,1
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	187	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0646 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA À SOCIEDADE CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: Tenente-Coronel Afonso Farias de Sousa Júnior						
(A) 2862 Ações Cívico-Sociais						
Produto: PESSOA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	38.785,0	38.785,0	100,0	19.348,0	S.R.	0,0
Nacional	38.785,0	38.785,0	100,0	19.348,0	S.R.	0,0
Financeiro	156.275	156.275	100,0	1	0	0,0
Fiscal Seguridade	156.275	156.275	100,0	1	0	0,0
Nacional	156.275	156.275	100,0	1	0	0,0
(A) 2878 Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros						
Produto: HORA DE VOO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	207,0	207,0	100,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	207,0	207,0	100,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	156.431	156.431	100,0	1	0	0,0
Fiscal Seguridade	156.431	156.431	100,0	1	0	0,0
Nacional	156.431	156.431	100,0	1	0	0,0
Financ. Total Programa	312.706	312.706	100,0	2	0	0,0
Fiscal Seguridade	312.706	312.706	74,1	2	0	0,0
0645 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA MARINHA À SOCIEDADE CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld						
(A) 2862 Ações Cívico-Sociais						
Produto: PESSOA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	89.110,0	89.110,0	100,0	3.000,0	3.000,0	100,0
Nacional	89.110,0	89.110,0	100,0	3.000,0	3.000,0	100,0
Financeiro	20.200	10.200	50,5	200	200	100,0
Fiscal Seguridade	20.200	10.200	50,5	200	200	100,0
Nacional	20.200	10.200	50,5	200	200	100,0
(P) 3212 Obtenção e Modernização de Meios Assistenciais						
Produto: MEIO OBTIDO/MODERNIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	623.733	583.733	93,6	1	0	0,0
Fiscal Seguridade	623.733	583.733	93,6	1	0	0,0
Nacional	623.733	583.733	93,6	1	0	0,0
Financ. Total Programa	643.933	593.933	92,2	201	200	99,5
Fiscal Seguridade	643.933	593.933	74,1	201	200	99,5
0636 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Walter Paulo						
(P) 1076 MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DOS BATALHÕES DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO.						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2862 AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS						
Produto: Pessoa atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0636 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Walter Paulo						
(P)	3136	Cooperação com Construção de Infra-estrutura				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	55,0	55,0	100,0	22,0	3,0	13,6
Nacional	55,0	55,0	100,0	22,0	3,0	13,6
Financeiro	105.058.488	70.371.488	67,0	35.773.811	13.379.594	37,4
Fiscal Seguridade	105.058.488	70.371.488	67,0	35.773.811	13.379.594	37,4
Nacional	104.558.488	70.371.488	67,3	35.773.811	13.379.594	37,4
Sudeste	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	106.058.488	71.371.488	67,3	35.773.811	13.379.594	37,4
Fiscal Seguridade	106.058.488	71.371.488	74,1	35.773.811	13.379.594	37,4
0643 CALHA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Roberto de Paula Avelino						
(P)	1209	Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte				
	Produto: EMBARCACAO CONSTRUIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Norte	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	629.216	401.000	63,7	210.000	210.000	100,0
Fiscal Seguridade	629.216	401.000	63,7	210.000	210.000	100,0
Norte	629.216	401.000	63,7	210.000	210.000	100,0
(P)	1211	Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios Mais Carentes da Região da Calha Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	43,0	43,0	100,0	79,0	17,0	21,5
Nacional	15,0	15,0	100,0	76,0	15,0	19,7
Norte	28,0	28,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	44.296.501	29.164.177	65,8	10.537.860	2.925.106	27,8
Fiscal Seguridade	44.296.501	29.164.177	65,8	10.537.860	2.925.106	27,8
Nacional	2.688.117	2.688.117	100,0	10.050.974	2.688.117	26,7
Norte	41.608.384	26.476.060	63,6	486.886	236.989	48,7
(P)	1213	Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte				
	Produto: UNIDADE DE FRENTEIRA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Norte	13,0	13,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	37.190.049	26.847.725	72,2	18.569.213	18.569.145	100,0
Fiscal Seguridade	37.190.049	26.847.725	72,2	18.569.213	18.569.145	100,0
Norte	37.190.049	26.847.725	72,2	18.569.213	18.569.145	100,0
(A)	2439	Apoio Aéreo na Região da Calha Norte				
	Produto: HORA DE VOO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.059,0	2.059,0	100,0	727,0	697,0	95,9
Norte	2.059,0	2.059,0	100,0	727,0	697,0	95,9
Financeiro	5.793.410	5.090.086	87,9	1.111.481	1.111.475	100,0
Fiscal Seguridade	5.793.410	5.090.086	87,9	1.111.481	1.111.475	100,0
Norte	5.793.410	5.090.086	87,9	1.111.481	1.111.475	100,0
(A)	2441	Manutenção de Aeródromos na Região da Calha Norte				
	Produto: AERODROMO MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Norte	9,0	9,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Financeiro	2.346.936	1.797.904	76,6	681.302	680.571	99,9
Fiscal Seguridade	2.346.936	1.797.904	76,6	681.302	680.571	99,9
Norte	2.346.936	1.797.904	76,6	681.302	680.571	99,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0643 CALHA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Roberto de Paula Avelino						
(A)	2442	Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte				
	Produto: RODOVIA CONSERVADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	790,0	790,0	100,0	190,0	190,0	100,0
Norte	790,0	790,0	100,0	190,0	190,0	100,0
Financeiro	2.732.043	2.183.011	79,9	867.650	867.599	100,0
Fiscal Seguridade	2.732.043	2.183.011	79,9	867.650	867.599	100,0
Norte	2.732.043	2.183.011	79,9	867.650	867.599	100,0
(A)	2443	Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região da Calha Norte				
	Produto: CENTRAL ELETRICA MANTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Norte	12,0	12,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	418.000	343.079	82,1	118.400	118.281	99,9
Fiscal Seguridade	418.000	343.079	82,1	118.400	118.281	99,9
Norte	418.000	343.079	82,1	118.400	118.281	99,9
(A)	2444	Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte				
	Produto: COMUNIDADE ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	140,0	140,0	100,0	56,0	54,0	96,4
Norte	140,0	140,0	100,0	56,0	54,0	96,4
Financeiro	1.668.771	911.231	54,6	373.382	372.444	99,7
Fiscal Seguridade	1.668.771	911.231	54,6	373.382	372.444	99,7
Norte	1.668.771	911.231	54,6	373.382	372.444	99,7
(A)	2445	Manutenção de Embarcações na Região da Calha Norte				
	Produto: EMBARCACAO MANTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	48,0	48,0	100,0	20,0	23,0	115,0
Norte	48,0	48,0	100,0	20,0	23,0	115,0
Financeiro	3.673.409	3.140.046	85,5	992.888	992.880	100,0
Fiscal Seguridade	3.673.409	3.140.046	85,5	992.888	992.880	100,0
Norte	3.673.409	3.140.046	85,5	992.888	992.880	100,0
(A)	2450	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTO BÁSICO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE				
	Produto: Material distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	88.671	88.671	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	88.671	88.671	100,0	0	0	0,0
Norte	88.671	88.671	100,0	0	0	0,0
(A)	2451	ESTUDO DOS PROBLEMAS E DAS DEMANDAS DA REGIÃO DA CALHA NORTE				
	Produto: Estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	128.050	128.050	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	128.050	128.050	100,0	0	0	0,0
Norte	128.050	128.050	100,0	0	0	0,0
(A)	2452	Manutenção da Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte				
	Produto: PELOTAO ESPECIAL DE FRONTEIRA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Norte	40,0	40,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Financeiro	14.707.838	1.132.303	7,7	392.200	392.158	100,0
Fiscal Seguridade	14.707.838	1.132.303	7,7	392.200	392.158	100,0
Norte	14.707.838	1.132.303	7,7	392.200	392.158	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0643 CALHA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Roberto de Paula Avelino						
(A) 2453 DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS COMUNIDADES ISOLADAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE						
Produto: Material didático distribuído						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	3.016,0	3.016,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3.016,0	3.016,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	89.250	89.250	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	89.250	89.250	100,0	0	0	0,0
Norte	89.250	89.250	100,0	0	0	0,0
(A) 2454 DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR PARA AS COMUNIDADES ISOLADAS NA REGIÃO DA CALHA NORTE						
Produto: Equipamento escolar distribuído						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	118.698	118.698	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	118.698	118.698	100,0	0	0	0,0
Norte	118.698	118.698	100,0	0	0	0,0
(P) 7175 CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE						
Produto: Escola construída						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7177 CONSTRUÇÃO DE AERÔDROMOS NA REGIÃO DA CALHA NORTE						
Produto: aeródromo instalado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	113.880.842	71.435.231	62,7	33.854.376	26.239.659	77,5
Fiscal Seguridade	113.880.842	71.435.231	74,1	33.854.376	26.239.659	77,5
0644 CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS						
Gerente em 31/12/2002: Gen Bda José Rosalvo Leitão de Almeida						
(A) 2919 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS						
Produto: produto fiscalizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	730.250,8	730.250,8	100,0	370.000,0	194,8	0,1
Nacional	730.250,8	730.250,8	100,0	370.000,0	194,8	0,1
Financeiro	6.713.267	4.274.392	63,7	1.850.000	1.829.454	98,9
Fiscal Seguridade	6.713.267	4.274.392	63,7	1.850.000	1.829.454	98,9
Nacional	6.713.267	4.274.392	63,7	1.850.000	1.829.454	98,9
(A) 2927 REGISTRO DE PRODUTOS CONTROLADOS						
Produto: produto registrado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	83.760,0	83.760,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	83.760,0	83.760,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	439.759	439.759	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	439.759	439.759	100,0	0	0	0,0
Nacional	439.759	439.759	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	7.153.026	4.714.151	65,9	1.850.000	1.829.454	98,9
Fiscal Seguridade	7.153.026	4.714.151	74,1	1.850.000	1.829.454	98,9

0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

Gerente em 31/12/2002: Brigadeiro-do-AR Cleonilson Nicácio Silva

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: Brigadeiro-do-AR Cleonilson Nicácio Silva						
(A)	2046	Apoio a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.600,0	3.600,0	100,0	1.150,0	605,0	52,6
Nacional	3.600,0	3.600,0	100,0	1.150,0	605,0	52,6
Financeiro	6.367.677	6.367.677	100,0	2.000.000	1.027.525	51,4
Fiscal Seguridade	6.367.677	6.367.677	100,0	2.000.000	1.027.525	51,4
Nacional	6.367.677	6.367.677	100,0	2.000.000	1.027.525	51,4
(A)	2880	Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil				
Produto: AVALIACAO MEDICA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	122.216,0	122.216,0	100,0	67.637,0	42.176,0	62,4
Nacional	122.216,0	122.216,0	100,0	67.637,0	42.176,0	62,4
Financeiro	3.814.755	2.753.285	72,2	1.130.220	1.095.655	96,9
Fiscal Seguridade	3.814.755	2.753.285	72,2	1.130.220	1.095.655	96,9
Nacional	3.814.755	2.753.285	72,2	1.130.220	1.095.655	96,9
(A)	2912	Fiscalização de Aeroportos, Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-estrutura Aeronáutica				
Produto: ITEM FISCALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.368,0	4.368,0	100,0	638,0	2.724,0	427,0
Nacional	4.368,0	4.368,0	100,0	638,0	2.724,0	427,0
Financeiro	13.670.037	10.365.348	75,8	3.050.000	3.584.958	117,5
Fiscal Seguridade	13.670.037	10.365.348	75,8	3.050.000	3.584.958	117,5
Nacional	13.670.037	10.365.348	75,8	3.050.000	3.584.958	117,5
(A)	2922	Suplementação Tarifária à Aviação Regional				
Produto: TRECHO BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.041,0	8.041,0	100,0	233,0	3.945,0	1.693,1
Nacional	8.041,0	8.041,0	100,0	233,0	3.945,0	1.693,1
Financeiro	43.629.318	38.139.077	87,4	27.131.472	4.986.233	18,4
Fiscal Seguridade	43.629.318	38.139.077	87,4	27.131.472	4.986.233	18,4
Nacional	43.629.318	38.139.077	87,4	27.131.472	4.986.233	18,4
(A)	2924	Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	58.183.940	46.298.867	79,6	15.501.972	14.995.110	96,7
Fiscal Seguridade	58.183.940	46.298.867	79,6	15.501.972	14.995.110	96,7
Nacional	58.183.940	46.298.867	79,6	15.501.972	14.995.110	96,7
(A)	2925	Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamentos e Pessoal Especializado				
Produto: HOMOLOGACAO/REGISTRO/CONTROLE REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.455,0	5.455,0	100,0	345,0	2.973,0	861,7
Nacional	5.455,0	5.455,0	100,0	345,0	2.973,0	861,7
Financeiro	5.489.400	3.489.400	63,6	1.869.780	1.917.933	102,6
Fiscal Seguridade	5.489.400	3.489.400	63,6	1.869.780	1.917.933	102,6
Nacional	5.489.400	3.489.400	63,6	1.869.780	1.917.933	102,6
(A)	2926	Formação de Inspetores e Técnicos de Aviação Civil				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.670,0	4.670,0	100,0	382,0	1.302,0	340,8
Nacional	4.670,0	4.670,0	100,0	382,0	1.302,0	340,8
Financeiro	22.436.484	16.236.484	72,4	5.620.860	5.621.712	100,0
Fiscal Seguridade	22.436.484	16.236.484	72,4	5.620.860	5.621.712	100,0
Nacional	22.436.484	16.236.484	72,4	5.620.860	5.621.712	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: Brigadeiro-do-AR Cleonilson Nicácio Silva						
(P)	3115	Aquisição de Aeronaves e Simuladores para Atendimento aos Aeroclubes				
Produto: ITEM ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	377.932	377.932	100,0	972.489	0	0,0
Fiscal Seguridade	377.932	377.932	100,0	972.489	0	0,0
Nacional	377.932	377.932	100,0	972.489	0	0,0
(P)	3121	Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil				
Produto: INSTALACAO CONSTRUIDA/REFORMADA			Unidade de Medida: M²			
Físico	16.140,0	16.140,0	100,0	3.135,0	S.R.	0,0
Nacional	16.140,0	16.140,0	100,0	3.135,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.705.674	13.115.109	78,5	4.017.379	3.027.540	75,4
Fiscal Seguridade	16.705.674	13.115.109	78,5	4.017.379	3.027.540	75,4
Nacional	16.705.674	13.115.109	78,5	4.017.379	3.027.540	75,4
Financ. Total Programa	170.675.217	137.143.179	80,4	61.294.172	36.256.666	59,2
Fiscal Seguridade	170.675.217	137.143.179	74,1	61.294.172	36.256.666	59,2
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva						
(P)	1615	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Aeroporto modernizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2886	Manutenção de Aeroportos e Aeródromos				
Produto: AEROPORTO OU AERODROMO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	817.783	612.430	74,9	205.353	205.353	100,0
Fiscal Seguridade	817.783	612.430	74,9	205.353	205.353	100,0
Nacional	817.783	612.430	74,9	205.353	205.353	100,0
(P)	3110	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL				
Produto: AEROPORTO/AERODROMO REFORMADO/AMPLIADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	35,0	35,0	100,0	26,0	3,0	11,5
Nacional	29,0	29,0	100,0	26,0	3,0	11,5
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	51.754.905	39.704.246	76,7	27.170.707	3.297.768	12,1
Fiscal Seguridade	49.937.091	39.704.246	79,5	27.170.707	3.297.768	12,1
Nacional	47.762.482	37.704.637	78,9	27.170.707	3.297.768	12,1
Norte	175.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.999.609	1.999.609	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.817.814	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	320.791	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	366.618	0	0,0	0	0	0,0
Norte	381.894	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	381.894	0	0,0	0	0	0,0
Sul	366.618	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva						
(P)	3119	Implantação de Módulos de Combate à Incêndio				
Produto: MÓDULO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	193,0	193,0	100,0	30,0	14,0	46,7
Nacional	105,0	105,0	100,0	30,0	14,0	46,7
Centro-oeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.813.085	35.906.144	68,0	23.144.273	10.974.707	47,4
Fiscal Seguridade	52.813.085	35.906.144	68,0	23.144.273	10.974.707	47,4
Nacional	52.813.085	35.906.144	68,0	23.144.273	10.974.707	47,4
(P)	3211	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL				
Produto: AEROPORTO/AERÓDROMO CONSTRUÍDO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	20,0	20,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	94.181.541	68.123.625	72,3	39.648.889	13.476.023	34,0
Fiscal Seguridade	90.154.495	68.123.625	75,6	39.648.889	13.476.023	34,0
Nacional	83.654.495	61.973.625	74,1	39.648.889	13.476.023	34,0
Centro-oeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.300.000	3.300.000	100,0	0	0	0,0
Norte	2.450.000	2.450.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	650.000	400.000	61,5	0	0	0,0
Demais Fontes	4.027.046	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	599.773	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	599.773	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.970.682	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	514.091	0	0,0	0	0	0,0
Sul	342.727	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3253	Reaparelhamento da Infra-estrutura Aeroportuária				
Produto: EQUIPAMENTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.822,0	1.822,0	100,0	67,0	S.R.	0,0
Nacional	67,0	67,0	100,0	67,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	169,0	169,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	441,0	441,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	299,0	299,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	676,0	676,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	170,0	170,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	122.276.754	89.850.218	73,5	40.300.000	38.690.758	96,0
Investimento das Estatais	122.276.754	89.850.218	73,5	40.300.000	38.690.758	96,0
Nacional	122.276.754	89.850.218	73,5	40.300.000	38.690.758	96,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva						
(A)	4099	Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %		
Físico	4.463,0	4.463,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	648,0	648,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.104,0	1.104,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	775,0	775,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.392,0	1.392,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	490,0	490,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	152.304.825	113.237.143	74,3	47.900.000	35.519.736	74,2
Investimento das Estatais	152.304.825	113.237.143	74,3	47.900.000	35.519.736	74,2
Nacional	152.304.825	113.237.143	74,3	47.900.000	35.519.736	74,2
(P)	5399	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: Aeroporto modernizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	2,7	2,7	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,1	0,1	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	1,6	1,6	100,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	128.457.612	89.561.612	69,7	47.000.000	39.000.000	83,0
Fiscal Seguridade	128.457.612	89.561.612	69,7	47.000.000	39.000.000	83,0
Nacional	19.026.012	130.012	0,7	2.000.000	0	0,0
Nordeste	97.431.600	77.431.600	79,5	45.000.000	39.000.000	86,7
Norte	12.000.000	12.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5587	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM PALMAS - TO (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: aeroporto modernizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,8	0,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,8	0,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Norte	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5642	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional				
	Produto: AEROPORTO/AERODROMO REFORMADO/AMPLIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	84,0	84,0	100,0	20,0	12,0	60,0
Nacional	84,0	84,0	100,0	20,0	12,0	60,0
Financeiro	258.646.064	176.646.064	68,3	81.581.059	47.487.185	58,2
Fiscal Seguridade	258.646.064	176.646.064	68,3	81.581.059	47.487.185	58,2
Nacional	258.646.064	176.646.064	68,3	81.581.059	47.487.185	58,2
(P)	7155	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO MADEIRA-AMAZONAS				
	Produto: aeroporto reformado/ampliado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	10,4	10,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10,4	10,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	43.097.688	40.687.688	94,4	0	0	0,0
Demais Fontes	43.097.688	40.687.688	94,4	0	0	0,0
Nacional	40.687.688	40.687.688	100,0	0	0	0,0
Norte	2.410.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva						
(P)	7157	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO TRANSNORDESTINO				
	Produto: aeroporto reformado/ampliado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,1	5,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,1	5,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	51.064.200	31.034.200	60,8	0	0	0,0
Demais Fontes	51.064.200	31.034.200	60,8	0	0	0,0
Nacional	31.034.200	31.034.200	100,0	0	0	0,0
Nordeste	20.030.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7163	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL				
	Produto: aeroporto reformado/ampliado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	9,4	9,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	9,4	9,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	113.757.021	48.994.021	43,1	0	0	0,0
Demais Fontes	113.757.021	48.994.021	43,1	0	0	0,0
Nacional	48.994.021	48.994.021	100,0	0	0	0,0
Sul	64.763.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7167	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL				
	Produto: Aeroporto Construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7917	AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO JOÃO SUASSUNA EM CAMPINA GRANDE - PB (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: Aeroporto ampliado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9412	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO				
	Produto: aeroporto reformado/ampliado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,5	6,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,5	5,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.093.693	7.301.693	65,8	0	0	0,0
Demais Fontes	11.093.693	7.301.693	65,8	0	0	0,0
Nacional	7.301.693	7.301.693	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.370.667	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	421.333	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9413	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO TRANSNORDESTINO				
	Produto: aeroporto construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,1	0,1	3,9	1,0	0,1	10,0
Nordeste	3,1	0,1	3,9	1,0	0,1	12,1
Financeiro	6.934.828	0	0,0	3.688.414	0	0,0
Demais Fontes	6.934.828	0	0,0	3.688.414	0	0,0
Nacional	3.688.414	0	0,0	3.688.414	0	0,0
Nordeste	3.246.414	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9414	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO OESTE				
	Produto: aeroporto reformado/ampliado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	9,2	3,2	34,6	3,0	0,2	6,7
Centro-oeste	9,2	3,2	34,6	3,0	0,2	6,0
Financeiro	18.704.541	6.144.541	32,9	7.665.000	0	0,0
Demais Fontes	18.704.541	6.144.541	32,9	7.665.000	0	0,0
Nacional	13.809.541	6.144.541	44,5	7.665.000	0	0,0
Centro-oeste	4.895.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva						
(OA)	9415	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUDOESTE				
Produto: aeroporto reformado/ampliado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,2	2,2	41,8	3,0	0,2	6,7
Centro-oeste	0,1	0,1	100,0	1,0	0,1	8,6
Sul	5,1	2,1	40,9	2,0	0,1	3,6
Financeiro	11.726.823	6.845.323	58,4	2.781.500	0	0,0
Demais Fontes	11.726.823	6.845.323	58,4	2.781.500	0	0,0
Nacional	9.626.823	6.845.323	71,1	2.781.500	0	0,0
Centro-oeste	262.500	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.837.500	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9516	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9517	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE AEROPORTOS NO MARANHÃO				
Produto: AEROPORTO CONSTRUÍDO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9518	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE AEROPORTOS NO AMAZONAS				
Produto: Aeroportos construído/reformado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9519	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO				
Produto: Construção de Aeroporto			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9704	Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária em Vitória - ES				
Produto: Aeroporto modernizado			Unidade de Medida: Unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.122.631.363	759.648.948	67,7	321.085.195	188.651.530	58,8
Fiscal Seguridade	585.826.130	415.554.121	74,1	218.750.281	114.441.036	52,3
Investimento Estatais	274.581.579	203.087.361	73,3	88.200.000	74.210.494	84,1
Demais Fontes	262.223.654	141.007.466	49,4	14.134.914	0	0,0
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Av Wagner Krüger						
(A)	2055	Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	838,0	838,0	100,0	218,0	280,0	128,4
Nacional	838,0	838,0	100,0	218,0	280,0	128,4
Financeiro	1.638.683	1.227.473	74,9	411.038	410.877	100,0
Fiscal Seguridade	1.638.683	1.227.473	74,9	411.038	410.877	100,0
Nacional	1.638.683	1.227.473	74,9	411.038	410.877	100,0
(A)	2507	Curso de Pós-graduação				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.034,0	1.034,0	100,0	225,0	390,0	173,3
Nacional	1.034,0	1.034,0	100,0	225,0	390,0	173,3
Financeiro	634.075	473.966	74,7	160.042	160.042	100,0
Fiscal Seguridade	634.075	473.966	74,7	160.042	160.042	100,0
Nacional	634.075	473.966	74,7	160.042	160.042	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	197	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Av Wagner Krüger						
(A) 2509 Ensino Preparatório para Formação de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.446,0	1.446,0	100,0	406,0	480,0	118,2
Nacional	1.446,0	1.446,0	100,0	406,0	480,0	118,2
Financeiro	1.552.987	1.157.513	74,5	395.308	395.301	100,0
Fiscal Seguridade	1.552.987	1.157.513	74,5	395.308	395.301	100,0
Nacional	1.552.987	1.157.513	74,5	395.308	395.301	100,0
(A) 2514 Formação de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	501,0	501,0	100,0	152,0	200,0	131,6
Nacional	501,0	501,0	100,0	152,0	200,0	131,6
Financeiro	3.660.518	2.727.408	74,5	932.719	932.706	100,0
Fiscal Seguridade	3.660.518	2.727.408	74,5	932.719	932.706	100,0
Nacional	3.660.518	2.727.408	74,5	932.719	932.706	100,0
(A) 2685 Curso de Graduação em Engenharia						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	943,0	943,0	100,0	290,0	370,0	127,6
Nacional	943,0	943,0	100,0	290,0	370,0	127,6
Financeiro	2.681.905	2.009.598	74,9	672.025	672.025	100,0
Fiscal Seguridade	2.681.905	2.009.598	74,9	672.025	672.025	100,0
Nacional	2.681.905	2.009.598	74,9	672.025	672.025	100,0
(A) 2744 Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.418,0	1.418,0	100,0	250,0	350,0	140,0
Nacional	1.418,0	1.418,0	100,0	250,0	350,0	140,0
Financeiro	9.505.291	7.514.599	79,1	1.989.858	3.245.329	163,1
Fiscal Seguridade	9.505.291	7.514.599	79,1	1.989.858	3.245.329	163,1
Nacional	9.505.291	7.514.599	79,1	1.989.858	3.245.329	163,1
(A) 2903 Formação de Sargentos						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.367,0	2.367,0	100,0	882,0	820,0	93,0
Nacional	2.367,0	2.367,0	100,0	882,0	820,0	93,0
Financeiro	2.792.877	1.965.876	70,4	669.077	668.413	99,9
Fiscal Seguridade	2.792.877	1.965.876	70,4	669.077	668.413	99,9
Nacional	2.792.877	1.965.876	70,4	669.077	668.413	99,9
(A) 2914 Especialização e Aperfeiçoamento de Sargentos e Civis						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.687,0	2.687,0	100,0	417,0	417,0	100,0
Nacional	2.687,0	2.687,0	100,0	417,0	417,0	100,0
Financeiro	2.127.575	1.591.990	74,8	535.361	534.890	99,9
Fiscal Seguridade	2.127.575	1.591.990	74,8	535.361	534.890	99,9
Nacional	2.127.575	1.591.990	74,8	535.361	534.890	99,9
(A) 2915 Formação e Especialização de Cabos e Soldados						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.968,0	2.968,0	100,0	961,0	1.050,0	109,3
Nacional	2.968,0	2.968,0	100,0	961,0	1.050,0	109,3
Financeiro	1.295.457	963.301	74,4	332.017	331.601	99,9
Fiscal Seguridade	1.295.457	963.301	74,4	332.017	331.601	99,9
Nacional	1.295.457	963.301	74,4	332.017	331.601	99,9
Financ. Total Programa	25.889.368	19.631.724	75,8	6.097.445	7.351.184	120,6
Fiscal Seguridade	25.889.368	19.631.724	74,1	6.097.445	7.351.184	120,6
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	198			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002: Vice-Almirante Kleber Luciano de Assis						
(A)	2055	Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	541,0	541,0	100,0	205,0	173,0	84,4
Nacional	541,0	541,0	100,0	205,0	173,0	84,4
Financeiro	3.161.219	2.361.219	74,7	930.348	180.810	19,4
Fiscal Seguridade	3.161.219	2.361.219	74,7	930.348	180.810	19,4
Nacional	3.161.219	2.361.219	74,7	930.348	180.810	19,4
(A)	2507	Curso de Pós-graduação				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	194,0	194,0	100,0	114,0	131,0	114,9
Nacional	194,0	194,0	100,0	114,0	131,0	114,9
Financeiro	14.031.267	10.031.137	71,5	4.720.500	1.243.422	26,3
Fiscal Seguridade	14.031.267	10.031.137	71,5	4.720.500	1.243.422	26,3
Nacional	14.031.267	10.031.137	71,5	4.720.500	1.243.422	26,3
(A)	2509	Ensino Preparatório para Formação de Oficiais				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.471,0	3.471,0	100,0	1.485,0	626,0	42,2
Nacional	3.471,0	3.471,0	100,0	1.485,0	626,0	42,2
Financeiro	4.407.776	2.607.776	59,2	803.000	234.593	29,2
Fiscal Seguridade	4.407.776	2.607.776	59,2	803.000	234.593	29,2
Nacional	4.407.776	2.607.776	59,2	803.000	234.593	29,2
(A)	2510	Ensino Profissional Marítimo de Nível Médio				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	33.156,0	33.156,0	100,0	54.656,0	14.744,0	27,0
Nacional	33.156,0	33.156,0	100,0	54.656,0	14.744,0	27,0
Financeiro	47.190.598	34.498.598	73,1	11.310.000	4.950.731	43,8
Fiscal Seguridade	47.190.598	34.498.598	73,1	11.310.000	4.950.731	43,8
Nacional	47.190.598	34.498.598	73,1	11.310.000	4.950.731	43,8
(A)	2511	Ensino Profissional Marítimo de Nível Superior				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.950,0	2.950,0	100,0	2.922,0	684,0	23,4
Nacional	2.950,0	2.950,0	100,0	2.922,0	684,0	23,4
Financeiro	42.547.991	35.508.318	83,5	10.174.023	6.216.783	61,1
Fiscal Seguridade	42.547.991	35.508.318	83,5	10.174.023	6.216.783	61,1
Nacional	42.547.991	35.508.318	83,5	10.174.023	6.216.783	61,1
(A)	2512	Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.195,0	1.195,0	100,0	6.693,0	450,0	6,7
Nacional	1.195,0	1.195,0	100,0	6.693,0	450,0	6,7
Financeiro	7.713.380	4.353.520	56,4	1.331.000	1.226.756	92,2
Fiscal Seguridade	7.713.380	4.353.520	56,4	1.331.000	1.226.756	92,2
Nacional	7.713.380	4.353.520	56,4	1.331.000	1.226.756	92,2
(A)	2513	Especialização e Aperfeiçoamento de Praças				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.319,0	11.319,0	100,0	5.555,0	3.123,0	56,2
Nacional	11.319,0	11.319,0	100,0	5.555,0	3.123,0	56,2
Financeiro	2.530.992	1.730.992	68,4	595.000	41.415	7,0
Fiscal Seguridade	2.530.992	1.730.992	68,4	595.000	41.415	7,0
Nacional	2.530.992	1.730.992	68,4	595.000	41.415	7,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002: Vice-Almirante Kleber Luciano de Assis						
(A) 2514 Formação de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.568,0	1.568,0	100,0	290,0	927,0	319,7
Nacional	1.568,0	1.568,0	100,0	290,0	927,0	319,7
Financeiro	5.805.715	3.466.740	59,7	1.059.000	348.882	32,9
Fiscal Seguridade	5.805.715	3.466.740	59,7	1.059.000	348.882	32,9
Nacional	5.805.715	3.466.740	59,7	1.059.000	348.882	32,9
(A) 2515 Formação de Praças						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9.978,0	9.978,0	100,0	9.000,0	3.325,0	36,9
Nacional	9.978,0	9.978,0	100,0	9.000,0	3.325,0	36,9
Financeiro	2.510.386	1.710.386	68,1	552.000	106.533	19,3
Fiscal Seguridade	2.510.386	1.710.386	68,1	552.000	106.533	19,3
Nacional	2.510.386	1.710.386	68,1	552.000	106.533	19,3
(A) 4623 FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA AS ATIVIDADES MARÍTIMAS (Ministério dos Transportes)						
Produto: aluno matriculado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	13.745,0	13.745,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	13.745,0	13.745,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	129.899.324	96.268.686	74,1	31.474.871	14.549.925	46,2
Fiscal Seguridade	129.899.324	96.268.686	74,1	31.474.871	14.549.925	46,2
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Domingos Carlos de Campos Curado						
(A) 2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	663,0	663,0	100,0	285,0	277,0	97,2
Nacional	663,0	663,0	100,0	285,0	277,0	97,2
Financeiro	4.021.241	2.849.441	70,9	950.000	950.001	100,0
Fiscal Seguridade	4.021.241	2.849.441	70,9	950.000	950.001	100,0
Nacional	4.021.241	2.849.441	70,9	950.000	950.001	100,0
(A) 2509 Ensino Preparatório para Formação de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.301,0	1.301,0	100,0	470,0	447,0	95,1
Nacional	1.301,0	1.301,0	100,0	470,0	447,0	95,1
Financeiro	1.023.605	731.005	71,4	230.124	230.124	100,0
Fiscal Seguridade	1.023.605	731.005	71,4	230.124	230.124	100,0
Nacional	1.023.605	731.005	71,4	230.124	230.124	100,0
(A) 2514 Formação de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8.796,0	8.796,0	100,0	3.642,0	3.483,0	95,6
Nacional	8.796,0	8.796,0	100,0	3.642,0	3.483,0	95,6
Financeiro	13.431.902	9.487.122	70,6	3.145.933	3.145.931	100,0
Fiscal Seguridade	13.431.902	9.487.122	70,6	3.145.933	3.145.931	100,0
Nacional	13.431.902	9.487.122	70,6	3.145.933	3.145.931	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Domingos Carlos de Campos Curado						
(A) 2685 Curso de Graduação em Engenharia						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.225,0	1.225,0	100,0	480,0	515,0	107,3
Nacional	1.225,0	1.225,0	100,0	480,0	515,0	107,3
Financeiro	2.690.553	1.970.222	73,2	654.847	654.847	100,0
Fiscal Seguridade	2.690.553	1.970.222	73,2	654.847	654.847	100,0
Nacional	2.690.553	1.970.222	73,2	654.847	654.847	100,0
(A) 2774 Curso de Pós-graduação em Engenharia						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	570,0	570,0	100,0	230,0	192,0	83,5
Nacional	570,0	570,0	100,0	230,0	192,0	83,5
Financeiro	1.603.128	1.176.982	73,4	387.406	387.406	100,0
Fiscal Seguridade	1.603.128	1.176.982	73,4	387.406	387.406	100,0
Nacional	1.603.128	1.176.982	73,4	387.406	387.406	100,0
(A) 2777 Ensino Fundamental nos Colégios Militares						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	22.498,0	22.498,0	100,0	7.727,0	7.950,0	102,9
Nacional	22.498,0	22.498,0	100,0	7.727,0	7.950,0	102,9
Financeiro	3.651.900	2.613.900	71,6	830.247	830.247	100,0
Fiscal Seguridade	3.651.900	2.613.900	71,6	830.247	830.247	100,0
Nacional	3.651.900	2.613.900	71,6	830.247	830.247	100,0
(A) 2778 Ensino Médio na Fundação Osório						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	636,0	636,0	100,0	300,0	283,0	94,3
Nacional	636,0	636,0	100,0	300,0	283,0	94,3
Financeiro	1.656.618	1.084.010	65,4	529.000	528.941	100,0
Fiscal Seguridade	1.656.618	1.084.010	65,4	529.000	528.941	100,0
Nacional	1.656.618	1.084.010	65,4	529.000	528.941	100,0
(A) 2779 Ensino Médio nos Colégios Militares						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	18.476,0	18.476,0	100,0	6.639,0	6.299,0	94,9
Nacional	18.476,0	18.476,0	100,0	6.639,0	6.299,0	94,9
Financeiro	3.114.666	2.222.666	71,4	707.069	707.068	100,0
Fiscal Seguridade	3.114.666	2.222.666	71,4	707.069	707.068	100,0
Nacional	3.114.666	2.222.666	71,4	707.069	707.068	100,0
(A) 2780 Especialização e Extensão de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.697,0	1.697,0	100,0	768,0	727,0	94,7
Nacional	1.697,0	1.697,0	100,0	768,0	727,0	94,7
Financeiro	3.035.874	2.146.674	70,7	675.625	675.619	100,0
Fiscal Seguridade	3.035.874	2.146.674	70,7	675.625	675.619	100,0
Nacional	3.035.874	2.146.674	70,7	675.625	675.619	100,0
(A) 2795 Ensino Fundamental na Fundação Osório						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.266,0	2.266,0	100,0	796,0	723,0	90,8
Nacional	2.266,0	2.266,0	100,0	796,0	723,0	90,8
Financeiro	2.632.728	1.773.816	67,4	524.504	524.503	100,0
Fiscal Seguridade	2.632.728	1.773.816	67,4	524.504	524.503	100,0
Nacional	2.632.728	1.773.816	67,4	524.504	524.503	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Domingos Carlos de Campos Curado						
(A) 2876 Aperfeiçoamento de Oficiais						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.932,0	2.932,0	100,0	526,0	1.070,0	203,4
Nacional	2.932,0	2.932,0	100,0	526,0	1.070,0	203,4
Financeiro	3.381.879	2.417.349	71,5	800.000	800.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.381.879	2.417.349	71,5	800.000	800.000	100,0
Nacional	3.381.879	2.417.349	71,5	800.000	800.000	100,0
(A) 2877 Aperfeiçoamento de Sargentos						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.152,0	4.152,0	100,0	1.613,0	1.613,0	100,0
Nacional	4.152,0	4.152,0	100,0	1.613,0	1.613,0	100,0
Financeiro	2.126.248	1.485.948	69,9	505.570	505.570	100,0
Fiscal Seguridade	2.126.248	1.485.948	69,9	505.570	505.570	100,0
Nacional	2.126.248	1.485.948	69,9	505.570	505.570	100,0
(A) 2903 Formação de Sargentos						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.264,0	4.264,0	100,0	1.500,0	1.229,0	81,9
Nacional	4.264,0	4.264,0	100,0	1.500,0	1.229,0	81,9
Financeiro	3.112.060	2.177.660	70,0	734.480	734.480	100,0
Fiscal Seguridade	3.112.060	2.177.660	70,0	734.480	734.480	100,0
Nacional	3.112.060	2.177.660	70,0	734.480	734.480	100,0
(A) 2918 Habilitação de Militares e Civis por Intermédio de Ações de Ensino à Distância						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	20.948,0	20.948,0	100,0	9.361,0	4.038,0	43,1
Nacional	20.948,0	20.948,0	100,0	9.361,0	4.038,0	43,1
Financeiro	1.619.509	983.429	60,7	312.562	312.562	100,0
Fiscal Seguridade	1.619.509	983.429	60,7	312.562	312.562	100,0
Nacional	1.619.509	983.429	60,7	312.562	312.562	100,0
(A) 2921 Especialização e Extensão de Sargentos						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.471,0	2.471,0	100,0	898,0	834,0	92,9
Nacional	2.471,0	2.471,0	100,0	898,0	834,0	92,9
Financeiro	3.657.384	2.618.784	71,6	832.604	832.604	100,0
Fiscal Seguridade	3.657.384	2.618.784	71,6	832.604	832.604	100,0
Nacional	3.657.384	2.618.784	71,6	832.604	832.604	100,0
(P) 3137 Estudos e Pesquisas de Interesse Militar						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	16,0	16,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	1.469.853	1.033.695	70,3	392.256	256.097	65,3
Fiscal Seguridade	1.469.853	1.033.695	70,3	392.256	256.097	65,3
Nacional	1.469.853	1.033.695	70,3	392.256	256.097	65,3
Financ. Total Programa	52.229.148	36.772.703	70,4	12.212.227	12.076.000	98,9
Fiscal Seguridade	52.229.148	36.772.703	74,1	12.212.227	12.076.000	98,9

0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: José Fernando Depireux Brasil

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: José Fernando Depireux Brasil						
(P) 1489 Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares						
Produto: CENTRO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	3,7	3,7	100,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	3,7	3,7	100,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.416.883	899.717	26,3	343.000	336.460	98,1
Fiscal Seguridade	3.416.883	899.717	26,3	343.000	336.460	98,1
Nacional	3.416.883	899.717	26,3	343.000	336.460	98,1
(A) 2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	444,0	444,0	100,0	350,0	182,0	52,0
Nacional	444,0	444,0	100,0	350,0	182,0	52,0
Financeiro	14.559.877	9.522.449	65,4	4.076.582	4.074.914	100,0
Fiscal Seguridade	14.559.877	9.522.449	65,4	4.076.582	4.074.914	100,0
Nacional	14.559.877	9.522.449	65,4	4.076.582	4.074.914	100,0
(A) 2385 Sistema de Comunicações Militares Via Satélite						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	7.701.358	3.279.060	42,6	3.253.306	3.279.060	100,8
Fiscal Seguridade	7.701.358	3.279.060	42,6	3.253.306	3.279.060	100,8
Nacional	7.701.358	3.279.060	42,6	3.253.306	3.279.060	100,8
(A) 2864 Alimentação de Pessoal						
Produto: MILITAR ALIMENTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.209,0	3.209,0	100,0	1.217,0	1.233,0	101,3
Nacional	3.209,0	3.209,0	100,0	1.217,0	1.233,0	101,3
Financeiro	4.082.674	2.518.492	61,7	1.500.654	1.500.627	100,0
Fiscal Seguridade	4.082.674	2.518.492	61,7	1.500.654	1.500.627	100,0
Nacional	4.082.674	2.518.492	61,7	1.500.654	1.500.627	100,0
(A) 2866 Ações de Caráter Sigiloso						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	101.974	101.974	100,0	41.190	29.141	70,7
Fiscal Seguridade	101.974	101.974	100,0	41.190	29.141	70,7
Nacional	101.974	101.974	100,0	41.190	29.141	70,7
(A) 2872 Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório						
Produto: PESSOA ALISTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.136.984,0	3.136.984,0	100,0	1.664.640,0	S.R.	0,0
Nacional	3.136.984,0	3.136.984,0	100,0	1.664.640,0	S.R.	0,0
Financeiro	15.676.004	15.676.004	100,0	5.450.000	5.020.279	92,1
Fiscal Seguridade	15.676.004	15.676.004	100,0	5.450.000	5.020.279	92,1
Nacional	15.676.004	15.676.004	100,0	5.450.000	5.020.279	92,1
(A) 2873 Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Defesa Nacional						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	60,0	60,0	100,0	1,0	6,0	600,0
Nacional	60,0	60,0	100,0	1,0	6,0	600,0
Financeiro	2.093.997	1.657.577	79,2	535.829	532.924	99,5
Fiscal Seguridade	2.093.997	1.657.577	79,2	535.829	532.924	99,5
Nacional	2.093.997	1.657.577	79,2	535.829	532.924	99,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: José Fernando Depireux Brasil						
(P)	3214	IMPLEMENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA				
	Produto: ministério implementado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	9,6	9,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	9,6	9,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.044.619	3.044.619	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.044.619	3.044.619	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.044.619	3.044.619	100,0	0	0	0,0
(P)	3701	MODERNIZAÇÃO DO CENTRO DE CATALOGAÇÃO MILITAR				
	Produto: Centro modernizado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	511.121	511.121	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	511.121	511.121	100,0	0	0	0,0
Nacional	511.121	511.121	100,0	0	0	0,0
(P)	3705	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES VIA SATÉLITE				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	37,0	37,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	37,0	37,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.820.593	10.820.593	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.820.593	10.820.593	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.820.593	10.820.593	100,0	0	0	0,0
(A)	6002	MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE				
	Produto: Pelotão mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.220.739	4.220.739	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.220.739	4.220.739	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.220.739	4.220.739	100,0	0	0	0,0
(A)	6499	INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA				
	Produto: Ação realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	25.378.772	25.378.772	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	25.378.772	25.378.772	100,0	0	0	0,0
Nacional	25.378.772	25.378.772	100,0	0	0	0,0
(A)	6515	Sistema Militar de Catalogação				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.497.145	826.337	55,2	585.999	566.496	96,7
Fiscal Seguridade	1.497.145	826.337	55,2	585.999	566.496	96,7
Nacional	1.497.145	826.337	55,2	585.999	566.496	96,7
Financ. Total Programa	93.105.756	78.457.454	84,3	15.786.560	15.339.901	97,2
Fiscal Seguridade	93.105.756	78.457.454	74,1	15.786.560	15.339.901	97,2

8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: José Luiz D Ávila Fernandes

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz D Ávila Fernandes						
(A) 4427 Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional						
Produto: EXERCICIO DE MOBILIZACAO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	247.850	85.850	34,6	122.300	85.850	70,2
Fiscal Seguridade	247.850	85.850	34,6	122.300	85.850	70,2
Nacional	247.850	85.850	34,6	122.300	85.850	70,2
(A) 4429 Adequação do Setor Produtivo aos Interesses da Defesa Nacional						
Produto: UNIDADE PRODUTIVA ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.000	0	0,0	9.166	0	0,0
Fiscal Seguridade	25.000	0	0,0	9.166	0	0,0
Nacional	25.000	0	0,0	9.166	0	0,0
(P) 7179 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7187 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL						
Produto: campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	272.850	85.850	31,5	131.466	85.850	65,3
Fiscal Seguridade	272.850	85.850	74,1	131.466	85.850	65,3
0647 NACIONALIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Carlos Albano do Amarante						
(P) 1515 Adequação do Parque Industrial						
Produto: PARQUE INDUSTRIAL ADEQUADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	56,4	56,4	100,0	7,0	6,4	91,4
Sudeste	56,4	56,4	100,0	7,0	6,4	92,0
Financeiro	7.381.317	5.681.317	77,0	1.500.000	1.376.948	91,8
Investimento das Estatais	7.381.317	5.681.317	77,0	1.500.000	1.376.948	91,8
Sudeste	7.381.317	5.681.317	77,0	1.500.000	1.376.948	91,8
(P) 3495 Construção da Fábrica de Pólvora de Base Simples - 60 Toneladas/mês						
Produto: FABRICA CONSTRUIDA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Investimento das Estatais	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Sudeste	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
(P) 3496 Modernização da Fábrica de Itajubá (MG)						
Produto: FABRICA MODERNIZADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	3,2	3,2	100,0	3,0	2,8	93,3
Sudeste	3,2	3,2	100,0	3,0	2,8	94,0
Financeiro	738.647	238.647	32,3	200.000	188.932	94,5
Investimento das Estatais	738.647	238.647	32,3	200.000	188.932	94,5
Sudeste	738.647	238.647	32,3	200.000	188.932	94,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0647 NACIONALIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Carlos Albano do Amarante						
(P)	3497	Implantação de Sistema de Proteção Ambiental				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Sudeste	0	0	0,0	200.000	0	0,0
(P)	3498	Modernização da Fábrica de Pólvora de Base Dupla				
Produto: FABRICA MODERNIZADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,6	0,6	100,0	11,0	0,6	5,5
Sudeste	0,6	0,6	100,0	11,0	0,6	5,0
Financeiro	9.812	9.812	100,0	200.000	9.812	4,9
Investimento das Estatais	9.812	9.812	100,0	200.000	9.812	4,9
Sudeste	9.812	9.812	100,0	200.000	9.812	4,9
(P)	3499	Aquisição de Equipamentos Industriais				
Produto: EQUIPAMENTO/SOFTWARE ADQUIRIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	208,0	208,0	100,0	200,0	198,0	99,0
Nacional	202,0	202,0	100,0	200,0	198,0	99,0
Sudeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.392.294	392.294	16,4	200.000	197.564	98,8
Investimento das Estatais	2.392.294	392.294	16,4	200.000	197.564	98,8
Nacional	2.392.294	392.294	16,4	200.000	197.564	98,8
(P)	3500	Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental na Fábrica Presidente Vargas				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.500.960	960	0,1	200.000	0	0,0
Investimento das Estatais	1.500.960	960	0,1	200.000	0	0,0
Sudeste	1.500.960	960	0,1	200.000	0	0,0
(P)	3501	Fábrica de Espoleta Elétrica				
Produto: FABRICA CONSTRUIDA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,1	0,1	100,0	2,0	0,0	0,0
Sudeste	0,1	0,1	100,0	2,0	0,0	1,0
Financeiro	127.979	27.979	21,9	200.000	1.797	0,9
Investimento das Estatais	127.979	27.979	21,9	200.000	1.797	0,9
Sudeste	127.979	27.979	21,9	200.000	1.797	0,9
(A)	4105	Manutenção da Infra-estrutura Operacional				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA				Unidade de Medida: %		
Físico	93,0	93,0	100,0	100,0	90,0	90,0
Sudeste	93,0	93,0	100,0	100,0	90,0	90,0
Financeiro	2.298.694	298.694	13,0	200.000	179.062	89,5
Investimento das Estatais	2.298.694	298.694	13,0	200.000	179.062	89,5
Sudeste	2.298.694	298.694	13,0	200.000	179.062	89,5
(OA)	9416	PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO				
Produto: material produzido				Unidade de Medida: unidade		
Físico	41.000,0	0,0	0,0	12.000,0	S.R.	0,0
Nacional	41.000,0	0,0	0,0	12.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	23.000.000	0	0,0	11.000.000	0	0,0
Demais Fontes	23.000.000	0	0,0	11.000.000	0	0,0
Nacional	23.000.000	0	0,0	11.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	37.549.703	6.649.703	17,7	14.100.000	1.954.115	13,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

206

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
Investimento Estatais	14.549.703	6.649.703	73,3	3.100.000	1.954.115	63,0
Demais Fontes	23.000.000	0	49,4	11.000.000	0	0,0
8032 OPERAÇÕES MILITARES						
Gerente em 31/12/2002: Coronel Bruno Augusto Dizioli						
(A) 4229 Operações Militares Combinadas ou Conjuntas						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.201.315	6.201.315	29,2	6.205.010	6.201.315	99,9
Fiscal Seguridade	21.201.315	6.201.315	29,2	6.205.010	6.201.315	99,9
Nacional	21.201.315	6.201.315	29,2	6.205.010	6.201.315	99,9
(A) 6002 Missão das Nações Unidas para o Timor Leste						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.701.355	15.701.355	100,0	15.939.737	15.701.355	98,5
Fiscal Seguridade	15.701.355	15.701.355	100,0	15.939.737	15.701.355	98,5
Nacional	15.701.355	15.701.355	100,0	15.939.737	15.701.355	98,5
(A) 6499 Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira						
Produto: ACAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	2,0	2,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	8.779.167	7.779.167	88,6	11.560.291	7.779.167	67,3
Fiscal Seguridade	8.779.167	7.779.167	88,6	11.560.291	7.779.167	67,3
Nacional	8.779.167	7.779.167	88,6	11.560.291	7.779.167	67,3
Financ. Total Programa	45.681.837	29.681.837	65,0	33.705.038	29.681.837	88,1
Fiscal Seguridade	45.681.837	29.681.837	74,1	33.705.038	29.681.837	88,1
0472 PROANTAR						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima						
(A) 2345 Missão Antártica						
Produto: MISSAO EXECUTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	24,0	24,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	2.989.347	2.594.802	86,8	60.575	60.097	99,2
Fiscal Seguridade	2.989.347	2.594.802	86,8	60.575	60.097	99,2
Nacional	2.989.347	2.594.802	86,8	60.575	60.097	99,2
(A) 4130 Desenvolvimento de Pesquisa na Antártica						
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: PESQUISADOR APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	576,0	576,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Nacional	576,0	576,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Financeiro	1.256.296	877.296	69,8	379.434	238.030	62,7
Fiscal Seguridade	1.256.296	877.296	69,8	379.434	238.030	62,7
Nacional	1.256.296	877.296	69,8	379.434	238.030	62,7
(A) 4595 Manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz						
Produto: ESTACAO CIENTIFICA MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.592.682	3.771.912	67,4	1.178.237	1.227.862	104,2
Fiscal Seguridade	5.592.682	3.771.912	67,4	1.178.237	1.227.862	104,2
Nacional	5.592.682	3.771.912	67,4	1.178.237	1.227.862	104,2
Financ. Total Programa	9.838.325	7.244.010	73,6	1.618.246	1.525.989	94,3
Fiscal Seguridade	9.838.325	7.244.010	74,1	1.618.246	1.525.989	94,3

0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

207

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO						
Gerente em 31/12/2002: Cel - Av Bruno Nazário Martins						
(P)	1299	Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	17,4	17,4	100,0	31,0	6,4	20,6
Nacional	17,4	17,4	100,0	31,0	6,4	20,8
Financeiro	12.535.641	9.390.226	74,9	3.912.500	3.911.780	100,0
Investimento das Estatais	12.535.641	9.390.226	74,9	3.912.500	3.911.780	100,0
Nacional	12.535.641	9.390.226	74,9	3.912.500	3.911.780	100,0
(A)	2041	Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %		
Físico	161,5	161,5	100,0	100,0	61,5	61,5
Nacional	161,5	161,5	100,0	100,0	61,5	61,5
Financeiro	26.295.583	21.165.342	80,5	18.125.000	3.080.947	17,0
Investimento das Estatais	26.295.583	21.165.342	80,5	18.125.000	3.080.947	17,0
Nacional	26.295.583	21.165.342	80,5	18.125.000	3.080.947	17,0
(A)	2683	Cartografia Aeronáutica				
	Produto: CARTA PRODUZIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	131,0	131,0	100,0	43,0	36,0	83,7
Nacional	131,0	131,0	100,0	43,0	36,0	83,8
Financeiro	7.423.254	5.843.332	78,7	3.221.925	1.945.341	60,4
Fiscal Seguridade	7.423.254	5.843.332	78,7	3.221.925	1.945.341	60,4
Nacional	7.423.254	5.843.332	78,7	3.221.925	1.945.341	60,4
(A)	2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos				
	Produto: LAUDO EMITIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	660,0	660,0	100,0	15,0	98,0	653,3
Nacional	660,0	660,0	100,0	15,0	98,0	653,3
Financeiro	475.484	355.452	74,8	120.032	119.990	100,0
Fiscal Seguridade	475.484	355.452	74,8	120.032	119.990	100,0
Nacional	475.484	355.452	74,8	120.032	119.990	100,0
(A)	2923	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB				
	Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	4,9	4,9	100,0	3,0	2,9	96,7
Nacional	4,9	4,9	100,0	3,0	2,9	95,7
Financeiro	1.036.903.567	740.108.173	71,4	243.931.881	279.213.855	114,5
Fiscal Seguridade	1.036.903.567	740.108.173	71,4	243.931.881	279.213.855	114,5
Nacional	1.036.903.567	740.108.173	71,4	243.931.881	279.213.855	114,5
(P)	3126	Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	16,5	16,5	100,0	15,0	4,0	26,7
Nacional	16,5	16,5	100,0	15,0	4,0	26,6
Financeiro	432.649.195	305.822.975	70,7	143.978.415	153.421.976	106,6
Fiscal Seguridade	432.649.195	305.822.975	70,7	143.978.415	153.421.976	106,6
Nacional	432.649.195	305.822.975	70,7	143.978.415	153.421.976	106,6
(P)	3133	Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB				
	Produto: SISTEMA REVITALIZADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	12,5	12,5	100,0	10,0	9,7	97,0
Nacional	12,5	12,5	100,0	10,0	9,7	96,5
Financeiro	191.803.398	161.280.012	84,1	20.546.040	21.513.625	104,7
Fiscal Seguridade	191.803.398	161.280.012	84,1	20.546.040	21.513.625	104,7
Nacional	191.803.398	161.280.012	84,1	20.546.040	21.513.625	104,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO						
Gerente em 31/12/2002: Cel - Av Bruno Nazário Martins						
(A)	6044	SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM				
	Produto: sistema mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7133	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB				
	Produto: sistema ampliado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.708.086.122	1.243.965.512	72,8	433.835.793	463.207.514	106,8
Fiscal Seguridade	1.669.254.898	1.213.409.944	74,1	411.798.293	456.214.787	110,8
Investimento Estatais	38.831.224	30.555.568	73,3	22.037.500	6.992.727	31,7
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: CORONEL MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES						
(P)	1493	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica				
	Produto: UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	204,0	204,0	100,0	104,0	10,0	9,6
Nacional	204,0	204,0	100,0	104,0	10,0	9,6
Financeiro	17.641.669	13.884.854	78,7	4.148.137	1.624.353	39,2
Fiscal Seguridade	17.641.669	13.884.854	78,7	4.148.137	1.624.353	39,2
Nacional	17.641.669	13.884.854	78,7	4.148.137	1.624.353	39,2
(P)	3105	Aquisição de Veículos de Superfície para Atendimento à Área Operacional Militar				
	Produto: VEICULO ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	92,0	92,0	100,0	34,0	34,0	100,0
Nacional	92,0	92,0	100,0	34,0	34,0	100,0
Financeiro	5.711.451	4.422.839	77,4	1.422.839	1.422.839	100,0
Fiscal Seguridade	5.711.451	4.422.839	77,4	1.422.839	1.422.839	100,0
Nacional	5.711.451	4.422.839	77,4	1.422.839	1.422.839	100,0
(P)	3108	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES				
	Produto: INSTALACAO MILITAR MODERNIZADA		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.036,0	1.036,0	100,0	437,0	241,0	55,1
Nacional	1.036,0	1.036,0	100,0	437,0	241,0	55,1
Financeiro	37.426.668	28.981.567	77,4	9.324.767	9.324.667	100,0
Fiscal Seguridade	37.426.668	28.981.567	77,4	9.324.767	9.324.667	100,0
Nacional	37.426.668	28.981.567	77,4	9.324.767	9.324.667	100,0
(P)	3113	AQUISIÇÃO DE AERONAVES				
	Produto: aeronave militar adquirida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	15,0	15,0	100,0	6,0	8,0	133,3
Nacional	15,0	15,0	100,0	6,0	8,0	133,3
Financeiro	799.811.515	543.981.124	68,0	204.360.603	180.275.593	88,2
Fiscal Seguridade	799.811.515	543.981.124	68,0	204.360.603	180.275.593	88,2
Nacional	799.811.515	543.981.124	68,0	204.360.603	180.275.593	88,2
(P)	3116	Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica				
	Produto: EQUIPAMENTO DE COMUNICACAO E ELETRONICA MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	689,0	689,0	100,0	79,0	257,0	325,3
Nacional	689,0	689,0	100,0	79,0	257,0	325,3
Financeiro	30.915.687	22.237.617	71,9	9.175.161	6.583.667	71,8
Fiscal Seguridade	30.915.687	22.237.617	71,9	9.175.161	6.583.667	71,8
Nacional	30.915.687	22.237.617	71,9	9.175.161	6.583.667	71,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

209

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA						
Gerente em 31/12/2002: CORONEL MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES						
(P) 3120 Construção e Aquisição de Instalações Militares						
Produto: INSTALACAO MILITAR CONSTRUIDA OU ADQUIRIDA						
Unidade de Medida: M²						
Físico	6.437,0	6.437,0	100,0	480,0	1.249,0	260,2
Nacional	6.437,0	6.437,0	100,0	480,0	1.249,0	260,2
Financeiro	2.328.944	1.785.546	76,7	600.000	599.998	100,0
Fiscal Seguridade	2.328.944	1.785.546	76,7	600.000	599.998	100,0
Nacional	2.328.944	1.785.546	76,7	600.000	599.998	100,0
(P) 3123 Implantação de Novos Sistemas Bélicos						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	43,0	43,0	100,0	75,0	20,0	26,7
Nacional	43,0	43,0	100,0	75,0	20,0	26,7
Financeiro	14.377.761	11.800.534	82,1	2.845.678	2.845.111	100,0
Fiscal Seguridade	14.377.761	11.800.534	82,1	2.845.678	2.845.111	100,0
Nacional	14.377.761	11.800.534	82,1	2.845.678	2.845.111	100,0
(P) 3128 Modernização e Revitalização de Aeronaves						
Produto: AERONAVE MODERNIZADA/REVITALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	47,0	47,0	100,0	1,0	14,0	1.400,0
Nacional	47,0	47,0	100,0	1,0	14,0	1.400,0
Financeiro	1.070.489.329	799.938.332	74,7	341.912.282	338.855.632	99,1
Fiscal Seguridade	1.070.489.329	799.938.332	74,7	341.912.282	338.855.632	99,1
Nacional	1.070.489.329	799.938.332	74,7	341.912.282	338.855.632	99,1
(P) 5261 Implantação de Sistemas de Telemática Militar						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	100,0	100,0	100,0	20,0	100,0	500,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	20,0	100,0	500,0
Financeiro	3.957.112	2.145.785	54,2	2.000.000	2.145.785	107,3
Fiscal Seguridade	3.957.112	2.145.785	54,2	2.000.000	2.145.785	107,3
Nacional	3.957.112	2.145.785	54,2	2.000.000	2.145.785	107,3
(P) 7169 MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA						
Produto: equipamento modernizado/revitalizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7171 MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE SISTEMAS BÉLICOS						
Produto: material modernizado/revitalizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7861 Aquisição de Simuladores						
Produto: SIMULADOR ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.085.221	1.796.609	58,2	1.422.839	475.218	33,4
Fiscal Seguridade	3.085.221	1.796.609	58,2	1.422.839	475.218	33,4
Nacional	3.085.221	1.796.609	58,2	1.422.839	475.218	33,4
(P) 9548 MODERNIZAÇÃO DE BASES DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NO CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Produto: Base militar						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 9702 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA						
Produto: comando reaparelhado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	210			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
Financ. Total Programa	1.985.745.357	1.430.974.807	72,1	577.212.306	544.152.863	94,3
Fiscal Seguridade	1.985.745.357	1.430.974.807	74,1	577.212.306	544.152.863	94,3
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gerson Carvalho Ravanelli						
(P) 1485 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha						
Produto: UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	36,0	36,0	100,0	26,0	13,0	50,0
Nacional	36,0	36,0	100,0	26,0	13,0	50,0
Financeiro	3.105.215	3.105.215	100,0	1.500.720	820.660	54,7
Fiscal Seguridade	3.105.215	3.105.215	100,0	1.500.720	820.660	54,7
Nacional	3.105.215	3.105.215	100,0	1.500.720	820.660	54,7
(P) 1942 Modernização de Meios Aeronavais						
Produto: AERONAVE MODERNIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	29.411.607	26.411.607	89,8	1.100.000	52.800	4,8
Fiscal Seguridade	29.411.607	26.411.607	89,8	1.100.000	52.800	4,8
Nacional	29.411.607	26.411.607	89,8	1.100.000	52.800	4,8
(P) 1943 Modernização de Meios de Fuzileiros Navais						
Produto: EQUIPAMENTO MODERNIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	23,0	S.R.	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.189.225	3.011.725	94,4	2.478.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.189.225	3.011.725	94,4	2.478.000	0	0,0
Nacional	3.189.225	3.011.725	94,4	2.478.000	0	0,0
(P) 1944 Modernização de Meios Navais						
Produto: NAVIO/SUBMARINO MODERNIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	276.426.485	194.131.094	70,2	40.420.010	10.163.787	25,1
Fiscal Seguridade	276.426.485	194.131.094	70,2	40.420.010	10.163.787	25,1
Nacional	276.426.485	194.131.094	70,2	40.420.010	10.163.787	25,1
(P) 1945 MODERNIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES MILITARES TERRESTRES						
Produto: AREA MODERNIZADA			Unidade de Medida: M²			
Físico	8.970,0	8.970,0	100,0	9.770,0	120,0	1,2
Nacional	8.970,0	8.970,0	100,0	9.770,0	120,0	1,2
Financeiro	52.975.067	44.421.144	83,9	13.934.150	2.418.999	17,4
Fiscal Seguridade	52.975.067	44.421.144	83,9	13.934.150	2.418.999	17,4
Nacional	52.975.067	44.421.144	83,9	13.934.150	2.418.999	17,4
(P) 1946 Obtenção de Embarcações de Apoio						
Produto: EMBARCACAO OBTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	722.073	672.073	93,1	260.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	722.073	672.073	93,1	260.000	0	0,0
Nacional	722.073	672.073	93,1	260.000	0	0,0
(P) 1947 Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais						
Produto: EQUIPAMENTO OBTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	112,0	112,0	100,0	111,0	S.R.	0,0
Nacional	112,0	112,0	100,0	111,0	S.R.	0,0
Financeiro	98.324.947	92.023.747	93,6	5.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	98.324.947	92.023.747	93,6	5.400.000	0	0,0
Nacional	98.324.947	92.023.747	93,6	5.400.000	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	211	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gerson Carvalho Ravanelli						
(P) 1948 Obtenção de Meios Navais						
Produto: NAVIO/SUBMARINO OBTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	11,0	11,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	226.562.435	182.355.435	80,5	64.036.602	663.187	1,0
Fiscal Seguridade	226.562.435	182.355.435	80,5	64.036.602	663.187	1,0
Nacional	226.562.435	182.355.435	80,5	64.036.602	663.187	1,0
(P) 1949 Obtenção de Sistemas Operativos						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	14,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	14,0	S.R.	0,0
Financeiro	39.997.234	24.096.254	60,2	20.271.540	6.275.789	31,0
Fiscal Seguridade	39.997.234	24.096.254	60,2	20.271.540	6.275.789	31,0
Nacional	39.997.234	24.096.254	60,2	20.271.540	6.275.789	31,0
(P) 1952 Construção de Organizações Militares Terrestres						
Produto: ORGANIZACAO MILITAR CONSTRUIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.714.797	4.296.536	55,7	900.000	321.584	35,7
Fiscal Seguridade	7.714.797	4.296.536	55,7	900.000	321.584	35,7
Nacional	7.714.797	4.296.536	55,7	900.000	321.584	35,7
(P) 1954 Obtenção de Meios Aeronavais						
Produto: AERONAVE OBTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.358.940	3.258.940	97,0	890.000	26.700	3,0
Fiscal Seguridade	3.358.940	3.258.940	97,0	890.000	26.700	3,0
Nacional	3.358.940	3.258.940	97,0	890.000	26.700	3,0
(A) 4517 Projetos de Construção Naval						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	2.963.950	2.914.930	98,3	600.140	599.818	99,9
Fiscal Seguridade	2.963.950	2.914.930	98,3	600.140	599.818	99,9
Nacional	2.963.950	2.914.930	98,3	600.140	599.818	99,9
(P) 7151 OBTENÇÃO DE SUBMARINOS DE PROPULSÃO NUCLEAR						
Produto: submarino de propulsão nuclear obtido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 9553 MODERNIZAÇÃO DE BASES DA MARINHA BRASILEIRA NO CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Produto: Base militar						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	744.751.975	580.698.700	78,0	151.791.162	21.343.324	14,1
Fiscal Seguridade	744.751.975	580.698.700	74,1	151.791.162	21.343.324	14,1

0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho						
(P)	1076	Modernização Operacional dos Batalhões de Engenharia de Construção				
	Produto: BATALHAO MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.080.000	0	0,0	900.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.080.000	0	0,0	900.000	0	0,0
Nacional	2.080.000	0	0,0	900.000	0	0,0
(P)	3131	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército				
	Produto: UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	268,0	268,0	100,0	135,0	76,0	56,3
Nacional	268,0	268,0	100,0	135,0	76,0	56,3
Financeiro	31.729.898	24.756.243	78,0	13.860.000	7.999.982	57,7
Fiscal Seguridade	31.729.898	24.756.243	78,0	13.860.000	7.999.982	57,7
Nacional	31.729.898	24.756.243	78,0	13.860.000	7.999.982	57,7
(P)	3134	Adequação de Organizações Militares				
	Produto: ORGANIZACAO MILITAR ADEQUADA		Unidade de Medida: M ²			
Físico	17.128,0	17.128,0	100,0	5.022,0	2.534,0	50,5
Nacional	17.128,0	17.128,0	100,0	5.022,0	2.534,0	50,5
Financeiro	15.027.431	12.516.171	83,3	2.511.260	1.267.190	50,5
Fiscal Seguridade	15.027.431	12.516.171	83,3	2.511.260	1.267.190	50,5
Nacional	15.027.431	12.516.171	83,3	2.511.260	1.267.190	50,5
(P)	3138	Implantação do Sistema de Aviação do Exército				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	40,4	40,4	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	40,4	40,4	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	166.037.148	99.115.931	59,7	92.519.966	66.917.357	72,3
Fiscal Seguridade	166.037.148	99.115.931	59,7	92.519.966	66.917.357	72,3
Nacional	166.037.148	99.115.931	59,7	92.519.966	66.917.357	72,3
(P)	3139	Implantação do Sistema de Comando e Controle				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	8,3	8,3	100,0	3,0	1,5	50,0
Nacional	8,3	8,3	100,0	3,0	1,5	48,3
Financeiro	20.622.470	17.681.406	85,7	1.883.446	927.063	49,2
Fiscal Seguridade	20.622.470	17.681.406	85,7	1.883.446	927.063	49,2
Nacional	20.622.470	17.681.406	85,7	1.883.446	927.063	49,2
(P)	3141	Informatização do Exército				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	6,1	6,1	100,0	4,0	0,3	7,5
Nacional	6,1	6,1	100,0	4,0	0,3	8,5
Financeiro	17.108.780	15.608.780	91,2	2.960.091	269.666	9,1
Fiscal Seguridade	17.108.780	15.608.780	91,2	2.960.091	269.666	9,1
Nacional	17.108.780	15.608.780	91,2	2.960.091	269.666	9,1
(P)	3142	Instalação de Organizações Militares				
	Produto: ORGANIZACAO MILITAR INSTALADA		Unidade de Medida: M ²			
Físico	8.460,0	8.460,0	100,0	4.520,0	2.310,0	51,1
Nacional	8.460,0	8.460,0	100,0	4.520,0	2.310,0	51,1
Financeiro	13.830.568	11.570.434	83,7	2.034.121	1.040.456	51,2
Fiscal Seguridade	13.830.568	11.570.434	83,7	2.034.121	1.040.456	51,2
Nacional	13.830.568	11.570.434	83,7	2.034.121	1.040.456	51,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho						
(P)	3144	Modernização da Força Terrestre				
	Produto: VETOR DE MODERNIDADE IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	68.178.516	62.990.192	92,4	4.488.815	2.846.744	63,4
Fiscal Seguridade	68.178.516	62.990.192	92,4	4.488.815	2.846.744	63,4
Nacional	68.178.516	62.990.192	92,4	4.488.815	2.846.744	63,4
(P)	3145	Obtenção de Armamentos				
	Produto: ARMAMENTO OBTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.569,0	1.569,0	100,0	1.677,0	962,0	57,4
Nacional	1.569,0	1.569,0	100,0	1.677,0	962,0	57,4
Financeiro	25.527.551	21.543.936	84,4	3.390.202	1.947.128	57,4
Fiscal Seguridade	25.527.551	21.543.936	84,4	3.390.202	1.947.128	57,4
Nacional	25.527.551	21.543.936	84,4	3.390.202	1.947.128	57,4
(P)	3146	Obtenção de Meios Específicos				
	Produto: MEIO OBTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.564,0	11.564,0	100,0	21.308,0	553,0	2,6
Nacional	11.564,0	11.564,0	100,0	21.308,0	553,0	2,6
Financeiro	35.814.030	26.780.259	74,8	810.001	21.131	2,6
Fiscal Seguridade	35.814.030	26.780.259	74,8	810.001	21.131	2,6
Nacional	35.814.030	26.780.259	74,8	810.001	21.131	2,6
(P)	3147	Obtenção de Meios Terrestres				
	Produto: MEIO OBTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	106,0	106,0	100,0	17,0	4,0	23,5
Nacional	106,0	106,0	100,0	17,0	4,0	23,5
Financeiro	20.341.763	15.705.407	77,2	2.260.134	511.810	22,6
Fiscal Seguridade	20.341.763	15.705.407	77,2	2.260.134	511.810	22,6
Nacional	20.341.763	15.705.407	77,2	2.260.134	511.810	22,6
(P)	3149	Revitalização de Materiais de Emprego Militar				
	Produto: MATERIAL REVITALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	192,0	192,0	100,0	11,0	S.R.	0,0
Nacional	192,0	192,0	100,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.481.697	10.062.532	74,6	1.234.950	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.481.697	10.062.532	74,6	1.234.950	0	0,0
Nacional	13.481.697	10.062.532	74,6	1.234.950	0	0,0
(P)	3150	Transferência de Organizações Militares				
	Produto: ORGANIZACAO MILITAR TRANSFERIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.274.623	2.662.277	81,3	612.346	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.274.623	2.662.277	81,3	612.346	0	0,0
Nacional	3.274.623	2.662.277	81,3	612.346	0	0,0
(A)	4528	Produção de Material de Emprego Militar				
	Produto: MATERIAL PRODUZIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50.864,0	50.864,0	100,0	1.533,0	334,0	21,8
Nacional	50.864,0	50.864,0	100,0	1.533,0	334,0	21,8
Financeiro	9.430.681	6.460.501	68,5	2.592.968	566.682	21,9
Fiscal Seguridade	9.430.681	6.460.501	68,5	2.592.968	566.682	21,9
Nacional	9.430.681	6.460.501	68,5	2.592.968	566.682	21,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO						
Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho						
(P)	5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército					
Produto: MODERNIZACAO DE 250 ORGANIZACOES MILITARES			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	33,9	33,9	100,0	34,0	33,9	99,7
Nacional	33,9	33,9	100,0	34,0	33,9	99,7
Financeiro	232.356.592	228.094.706	98,2	223.590.266	228.094.706	102,0
Fiscal Seguridade	232.356.592	228.094.706	98,2	223.590.266	228.094.706	102,0
Nacional	232.356.592	228.094.706	98,2	223.590.266	228.094.706	102,0
Financ. Total Programa	674.841.748	555.548.775	82,3	355.648.566	312.409.915	87,8
Fiscal Seguridade	674.841.748	555.548.775	74,1	355.648.566	312.409.915	87,8
0474 RECURSOS DO MAR						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima						
(P)	1357 Levantamento da Plataforma Continental Brasileira					
Produto: AREA LEVANTADA			Unidade de Medida: KM²			
Físico	12.940.000,0	12.940.000,0	100,0	4.600.000,0	4.600.000,0	100,0
Nacional	12.940.000,0	12.940.000,0	100,0	4.600.000,0	4.600.000,0	100,0
Financeiro	1.340.297	1.190.447	88,8	418.340	388.377	92,8
Fiscal Seguridade	1.340.297	1.190.447	88,8	418.340	388.377	92,8
Nacional	1.340.297	1.190.447	88,8	418.340	388.377	92,8
(A)	2518 Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico					
Produto: AREA MONITORADA			Unidade de Medida: KM²			
Físico	5.255.000,0	5.255.000,0	100,0	3.500.000,0	2.307.000,0	65,9
Nacional	5.255.000,0	5.255.000,0	100,0	3.500.000,0	2.307.000,0	65,9
Financeiro	520.547	447.842	86,0	75.000	74.333	99,1
Fiscal Seguridade	520.547	447.842	86,0	75.000	74.333	99,1
Nacional	520.547	447.842	86,0	75.000	74.333	99,1
(A)	2520 Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo					
Produto: ESTACAO CIENTIFICA MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.175.979	2.548.089	80,2	444.044	444.030	100,0
Fiscal Seguridade	3.175.979	2.548.089	80,2	444.044	444.030	100,0
Nacional	3.175.979	2.548.089	80,2	444.044	444.030	100,0
(A)	4127 Fomento ao Desenvolvimento de Conhecimentos sobre os Ambientes Costeiros e Marinhos					
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Nacional	19,0	19,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Financeiro	312.492	177.492	56,8	135.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	312.492	177.492	56,8	135.800	0	0,0
Nacional	312.492	177.492	56,8	135.800	0	0,0
(A)	4433 Avaliação dos Recursos Não Vivos da Zona Econômica Exclusiva					
Produto: AREA AVALIADA			Unidade de Medida: KM²			
Físico	2.521.229,0	2.521.229,0	100,0	3.500.000,0	2.473.000,0	70,7
Nacional	2.521.229,0	2.521.229,0	100,0	3.500.000,0	2.473.000,0	70,7
Financeiro	1.485.046	1.059.176	71,3	291.870	237.683	81,4
Fiscal Seguridade	1.485.046	1.059.176	71,3	291.870	237.683	81,4
Nacional	1.485.046	1.059.176	71,3	291.870	237.683	81,4
Financ. Total Programa	6.834.361	5.423.046	79,3	1.365.054	1.144.423	83,8
Fiscal Seguridade	6.834.361	5.423.046	74,1	1.365.054	1.144.423	83,8

0639 SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

215

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0639 SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Jair Alberto Ribas Marques						
(A) 2501 Sinalização Náutica						
Produto: SINALIZACAO NAUTICA MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.725,0	4.725,0	100,0	5.265,0	3.665,0	69,6
Nacional	4.725,0	4.725,0	100,0	5.265,0	3.665,0	69,6
Financeiro	23.489.835	20.445.010	87,0	10.076.209	5.660.551	56,2
Fiscal Seguridade	23.489.835	20.445.010	87,0	10.076.209	5.660.551	56,2
Nacional	23.489.835	20.445.010	87,0	10.076.209	5.660.551	56,2
(A) 2502 Registro e Fiscalização de Embarcações						
Produto: EMBARCACAO FISCALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	162.186,0	162.186,0	100,0	60.000,0	43.186,0	72,0
Nacional	162.186,0	162.186,0	100,0	60.000,0	43.186,0	72,0
Financeiro	1.844.515	1.665.250	90,3	200.055	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.844.515	1.665.250	90,3	200.055	0	0,0
Nacional	1.844.515	1.665.250	90,3	200.055	0	0,0
(A) 2506 Hidrografia e Cartografia Náutica						
Produto: CARTA PRODUZIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	179.000,0	179.000,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Nacional	179.000,0	179.000,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Financeiro	13.482.265	10.613.191	78,7	4.534.075	4.252.823	93,8
Fiscal Seguridade	13.482.265	10.613.191	78,7	4.534.075	4.252.823	93,8
Nacional	13.482.265	10.613.191	78,7	4.534.075	4.252.823	93,8
(A) 4434 Socorro e Salvamento						
Produto: SOCORRO/SALVAMENTO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	301,0	301,0	100,0	130,0	93,0	71,5
Nacional	301,0	301,0	100,0	130,0	93,0	71,5
Financeiro	473.140	453.140	95,8	25.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	473.140	453.140	95,8	25.000	0	0,0
Nacional	473.140	453.140	95,8	25.000	0	0,0
Financ. Total Programa	39.289.755	33.176.591	84,4	14.835.339	9.913.374	66,8
Fiscal Seguridade	39.289.755	33.176.591	74,1	14.835.339	9.913.374	66,8
0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO						
Produto: Paciente atendido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	448.677,0	448.677,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	448.677,0	448.677,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.565.519	49.565.519	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	49.565.519	49.565.519	100,0	0	0	0,0
Nacional	49.565.519	49.565.519	100,0	0	0	0,0
(A) 2436 MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS						
Produto: HOSPITAL MANTIDO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.532.976	9.532.976	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.532.976	9.532.976	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.532.976	9.532.976	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA					
	Produto: paciente atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.316.760,0	1.316.760,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.316.760,0	1.316.760,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.905.384	29.905.384	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	29.905.384	29.905.384	100,0	0	0	0,0
Nacional	29.905.384	29.905.384	100,0	0	0	0,0
(P)	3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL					
	Produto: Ambulância ou UTI móvel adquirida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	89.903.879	89.903.879	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	89.903.879	89.903.879	74,1	0	0	0,0
0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO					
	Produto: Paciente atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.324.960,4	1.324.960,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.324.960,4	1.324.960,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.310.684	24.310.684	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	24.310.684	24.310.684	100,0	0	0	0,0
Nacional	24.310.684	24.310.684	100,0	0	0	0,0
(A)	2436 MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS PRÓPRIOS					
	Produto: HOSPITAL MANTIDO		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.855.650	7.855.650	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.855.650	7.855.650	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.855.650	7.855.650	100,0	0	0	0,0
(P)	5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA					
	Produto: Procedimento desenvolvido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	219.103	219.103	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	219.103	219.103	100,0	0	0	0,0
Nacional	219.103	219.103	100,0	0	0	0,0
(A)	6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA					
	Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	609.800,0	609.800,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	609.800,0	609.800,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.479.743	45.479.743	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	45.479.743	45.479.743	100,0	0	0	0,0
Nacional	45.479.743	45.479.743	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	77.865.180	77.865.180	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	77.865.180	77.865.180	74,1	0	0	0,0

0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

Gerente em 31/12/2002: Maj-Brig. Médico Ricardo Luiz de Guimarães Germano

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS						
Gerente em 31/12/2002: Maj-Brig. Médico Ricardo Luiz de Guimarães Germano						
(A)	2059	Atendimento Médico-hospitalar/Fator de Custo				
	Produto: PESSOA BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.263.352,0	1.263.352,0	100,0	1.263.352,0	1.263.352,0	100,0
Nacional	1.263.352,0	1.263.352,0	100,0	1.263.352,0	1.263.352,0	100,0
Financeiro	150.045.379	68.923.689	45,9	76.523.263	68.923.689	90,1
Fiscal Seguridade	150.045.379	68.923.689	45,9	76.523.263	68.923.689	90,1
Nacional	150.045.379	68.923.689	45,9	76.523.263	68.923.689	90,1
(A)	2528	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas				
	Produto: PACIENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	35.236,0	35.236,0	100,0	3.393,0	3.393,0	100,0
Nacional	35.204,0	35.204,0	100,0	3.393,0	3.393,0	100,0
Centro-oeste	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	83.503.806	60.385.555	72,3	21.092.366	15.413.301	73,1
Fiscal Seguridade	83.503.806	60.385.555	72,3	21.092.366	15.413.301	73,1
Nacional	83.459.312	60.341.061	72,3	21.092.366	15.413.301	73,1
Centro-oeste	44.494	44.494	100,0	0	0	0,0
(A)	2887	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo do Exército				
	Produto: PACIENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	569.239,0	569.239,0	100,0	569.239,0	569.239,0	100,0
Nacional	569.239,0	569.239,0	100,0	569.239,0	569.239,0	100,0
Financeiro	484.897.985	223.204.425	46,0	278.047.560	223.204.425	80,3
Fiscal Seguridade	484.897.985	223.204.425	46,0	278.047.560	223.204.425	80,3
Nacional	484.897.985	223.204.425	46,0	278.047.560	223.204.425	80,3
(A)	2888	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo da Aeronáutica				
	Produto: PACIENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	293.095,0	293.095,0	100,0	293.095,0	293.095,0	100,0
Nacional	293.095,0	293.095,0	100,0	293.095,0	293.095,0	100,0
Financeiro	123.494.531	30.340.547	24,6	48.502.662	30.340.547	62,6
Fiscal Seguridade	123.494.531	30.340.547	24,6	48.502.662	30.340.547	62,6
Nacional	123.494.531	30.340.547	24,6	48.502.662	30.340.547	62,6
(P)	3104	Aquisição de Ambulâncias e de UTI Móvel				
	Produto: AMBULANCIA OU UTI MOVEL ADQUIRIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	653.112	400.000	61,2	400.000	400.000	100,0
Fiscal Seguridade	653.112	400.000	61,2	400.000	400.000	100,0
Nacional	653.112	400.000	61,2	400.000	400.000	100,0
(P)	5592	Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica				
	Produto: PROCEDIMENTO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	83.232	53.952	64,8	54.000	53.952	99,9
Fiscal Seguridade	83.232	53.952	64,8	54.000	53.952	99,9
Nacional	83.232	53.952	64,8	54.000	53.952	99,9
(A)	6533	Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo da Marinha				
	Produto: PACIENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	485.000,0	485.000,0	100,0	485.000,0	485.000,0	100,0
Nacional	485.000,0	485.000,0	100,0	485.000,0	485.000,0	100,0
Financeiro	124.714.963	59.714.967	47,9	67.999.706	59.714.967	87,8
Fiscal Seguridade	124.714.963	59.714.967	47,9	67.999.706	59.714.967	87,8
Nacional	124.714.963	59.714.967	47,9	67.999.706	59.714.967	87,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

218

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
Financ. Total Programa	967.393.008	443.023.135	45,8	492.619.557	398.050.881	80,8
Fiscal Seguridade	967.393.008	443.023.135	74,1	492.619.557	398.050.881	80,8
0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO						
Produto: Paciente atendido	Unidade de Medida: unidade					
Físico	2.690.183,0	2.690.183,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.690.183,0	2.690.183,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.444.948	49.444.948	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	49.444.948	49.444.948	100,0	0	0	0,0
Nacional	49.444.948	49.444.948	100,0	0	0	0,0
(A) 2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO						
Produto: Pessoa beneficiada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	4.898.908,0	4.898.908,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.898.908,0	4.898.908,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	353.287.401	353.287.401	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	353.287.401	353.287.401	100,0	0	0	0,0
Nacional	353.287.401	353.287.401	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	402.732.349	402.732.349	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	402.732.349	402.732.349	74,1	0	0	0,0
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Intendente Almir de Carvalho Coelho						
(A) 2884 Curso de Reciclagem e Capacitação de Pessoal						
Produto: ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	935,0	935,0	100,0	40,0	60,0	150,0
Nacional	935,0	935,0	100,0	40,0	60,0	150,0
Financeiro	159.345	119.345	74,9	40.000	39.330	98,3
Fiscal Seguridade	159.345	119.345	74,9	40.000	39.330	98,3
Nacional	159.345	119.345	74,9	40.000	39.330	98,3
(A) 2899 Suporte ao Desenvolvimento Industrial						
Produto: SERVIÇO PRESTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	2.677,0	2.677,0	100,0	200,0	727,0	363,5
Nacional	2.677,0	2.677,0	100,0	200,0	727,0	363,5
Financeiro	158.210	118.200	74,7	40.010	39.030	97,6
Fiscal Seguridade	158.210	118.200	74,7	40.010	39.030	97,6
Nacional	158.210	118.200	74,7	40.010	39.030	97,6
(A) 2917 Funcionamento dos Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica						
Produto: ORGANIZAÇÃO MANTIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	13,0	13,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	3.440.669	2.507.450	72,9	842.660	855.197	101,5
Fiscal Seguridade	3.440.669	2.507.450	72,9	842.660	855.197	101,5
Nacional	3.440.669	2.507.450	72,9	842.660	855.197	101,5
(P) 3107 Implantação de Infra-estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento						
Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	8,0	8,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	12.492.974	10.552.524	84,5	2.115.098	2.713.283	128,3
Fiscal Seguridade	12.492.974	10.552.524	84,5	2.115.098	2.713.283	128,3
Nacional	12.492.974	10.552.524	84,5	2.115.098	2.713.283	128,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL						
Gerente em 31/12/2002: Coronel-Intendente Almir de Carvalho Coelho						
(P) 3122 Desenvolvimento do AM-X						
Produto: AERONAVE DESENVOLVIDA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	124,8	124,8	100,0	20,0	13,1	65,5
Nacional	124,8	124,8	100,0	20,0	13,1	65,7
Financeiro	363.595.959	248.752.142	68,4	96.873.483	94.862.849	97,9
Fiscal Seguridade	363.595.959	248.752.142	68,4	96.873.483	94.862.849	97,9
Nacional	363.595.959	248.752.142	68,4	96.873.483	94.862.849	97,9
(A) 4404 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial						
Produto: PESQUISA REALIZADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5,0	5,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.988.124	2.232.396	74,7	720.199	821.705	114,1
Fiscal Seguridade	2.988.124	2.232.396	74,7	720.199	821.705	114,1
Nacional	2.988.124	2.232.396	74,7	720.199	821.705	114,1
(P) 5407 Desenvolvimento de Aeronaves						
Produto:				Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.100.000	3.100.000	100,0	3.100.000	3.100.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.100.000	3.100.000	100,0	3.100.000	3.100.000	100,0
Nacional	3.100.000	3.100.000	100,0	3.100.000	3.100.000	100,0
(P) 5407 DESENVOLVIMENTO DE AERONAVES						
Produto: Aeronave desenvolvida				Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,9	1,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,9	1,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.042.091	16.042.091	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.042.091	16.042.091	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.042.091	16.042.091	100,0	0	0	0,0
(P) 5408 Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados						
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	10,9	10,9	100,0	2,0	5,0	250,0
Nacional	10,9	10,9	100,0	2,0	5,0	250,0
Financeiro	16.085.603	12.398.990	77,1	4.018.425	4.018.425	100,0
Fiscal Seguridade	16.085.603	12.398.990	77,1	4.018.425	4.018.425	100,0
Nacional	16.085.603	12.398.990	77,1	4.018.425	4.018.425	100,0
Financ. Total Programa	418.062.975	295.823.138	70,8	107.749.875	106.449.819	98,8
Fiscal Seguridade	418.062.975	295.823.138	74,1	107.749.875	106.449.819	98,8
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Marcelo Victor de Uzêda						
(P) 1421 Construção do Protótipo de Reator Nuclear						
Produto: PROTOTIPO CONSTRUIDO				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	16,5	16,5	100,0	10,0	7,5	75,0
Nacional	16,5	16,5	100,0	10,0	7,5	74,7
Financeiro	127.840.306	88.827.099	69,5	39.829.898	30.400.450	76,3
Fiscal Seguridade	127.840.306	88.827.099	69,5	39.829.898	30.400.450	76,3
Nacional	127.840.306	88.827.099	69,5	39.829.898	30.400.450	76,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL						
Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Marcelo Victor de Uzêda						
(P) 1425 Implantação de Infra-estrutura Básica na Área Nuclear						
Produto: AREA CONSTRUIDA						
						Unidade de Medida: M²
Físico	79.160,7	79.160,7	100,0	25.000,0	5.982,7	23,9
Nacional	79.160,7	79.160,7	100,0	25.000,0	5.982,7	23,9
Financeiro	89.842.003	59.350.185	66,1	17.931.169	4.344.138	24,2
Fiscal Seguridade	89.842.003	59.350.185	66,1	17.931.169	4.344.138	24,2
Nacional	89.842.003	59.350.185	66,1	17.931.169	4.344.138	24,2
(P) 3215 Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval						
Produto: TATICA ADOTADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	16,7	16,7	100,0	2,0	0,7	35,0
Nacional	16,7	16,7	100,0	2,0	0,7	35,5
Financeiro	12.729.042	10.014.673	78,7	4.382.450	586.196	13,4
Fiscal Seguridade	12.729.042	10.014.673	78,7	4.382.450	586.196	13,4
Nacional	12.729.042	10.014.673	78,7	4.382.450	586.196	13,4
(P) 3216 Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear						
Produto: PROTOTIPO CONSTRUIDO						
						Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA
Físico	9,8	9,8	100,0	6,0	2,8	46,7
Nacional	9,8	9,8	100,0	6,0	2,8	46,9
Financeiro	21.717.933	17.921.933	82,5	5.954.150	3.160.747	53,1
Fiscal Seguridade	21.717.933	17.921.933	82,5	5.954.150	3.160.747	53,1
Nacional	21.717.933	17.921.933	82,5	5.954.150	3.160.747	53,1
(P) 3217 Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologia Nuclear em Pesquisas e Empreendimentos Conjuntos						
Produto: TECNOLOGIA DESENVOLVIDA E APLICADA						
						Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA
Físico	14,3	14,3	100,0	5,0	4,3	86,0
Nacional	14,3	14,3	100,0	5,0	4,3	86,3
Financeiro	31.570.915	25.919.915	82,1	10.132.150	8.743.647	86,3
Fiscal Seguridade	31.570.915	25.919.915	82,1	10.132.150	8.743.647	86,3
Nacional	31.570.915	25.919.915	82,1	10.132.150	8.743.647	86,3
(P) 3529 Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais						
Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO E AVALIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	14,2	14,2	100,0	8,0	5,2	65,0
Nacional	14,2	14,2	100,0	8,0	5,2	64,9
Financeiro	3.059.310	2.393.700	78,2	1.546.794	1.132.701	73,2
Fiscal Seguridade	3.059.310	2.393.700	78,2	1.546.794	1.132.701	73,2
Nacional	3.059.310	2.393.700	78,2	1.546.794	1.132.701	73,2
Financ. Total Programa	286.759.509	204.427.505	71,3	79.776.611	48.367.879	60,6
Fiscal Seguridade	286.759.509	204.427.505	74,1	79.776.611	48.367.879	60,6
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE						
Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Renato César Tibau da Costa						
(A) 2769 Avaliação de Material de Emprego Dual						
Produto: MATERIAL AVALIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	106,0	106,0	100,0	37,0	37,0	100,0
Nacional	106,0	106,0	100,0	37,0	37,0	100,0
Financeiro	445.448	298.825	67,1	131.962	80.699	61,2
Fiscal Seguridade	445.448	298.825	67,1	131.962	80.699	61,2
Nacional	445.448	298.825	67,1	131.962	80.699	61,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
52000 Ministério da Defesa						
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE						
Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Renato César Tibau da Costa						
(A)	2786 Funcionamento dos Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército					
	Produto: ORGANIZACAO APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	9.193.335	6.618.869	72,0	2.236.321	2.175.368	97,3
Fiscal Seguridade	9.193.335	6.618.869	72,0	2.236.321	2.175.368	97,3
Nacional	9.193.335	6.618.869	72,0	2.236.321	2.175.368	97,3
(A)	4403 Pesquisa e Desenvolvimento de Material de Emprego Dual					
	Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	24,0	24,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Financeiro	8.044.353	5.844.353	72,7	1.932.723	1.468.747	76,0
Fiscal Seguridade	8.044.353	5.844.353	72,7	1.932.723	1.468.747	76,0
Nacional	8.044.353	5.844.353	72,7	1.932.723	1.468.747	76,0
Financ. Total Programa	17.683.136	12.762.047	72,2	4.301.006	3.724.814	86,6
Fiscal Seguridade	17.683.136	12.762.047	74,1	4.301.006	3.724.814	86,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0055 ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					
	Produto: Inspeção realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.004,0	1.004,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.004,0	1.004,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.059.645	3.059.645	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.059.645	3.059.645	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.059.645	3.059.645	100,0	0	0	0,0
(A)	4051 INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS DA REDE PRIVADA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS CONCERNENTES À MANUTENÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO ENSINO FUNDAMENTAL					
	Produto: Inspeção realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.001,0	1.001,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.001,0	1.001,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.605.191	1.605.191	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.605.191	1.605.191	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.605.191	1.605.191	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	4.664.836	4.664.836	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.664.836	4.664.836	71,3	0	0	0,0
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Estelles						
(OE)	0511 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial					
	Produto: INSTITUICAO APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.029,0	3.029,0	100,0	1.154,0	1.668,0	144,5
Nacional	3.029,0	3.029,0	100,0	1.154,0	1.668,0	144,5
Financeiro	48.298.685	30.432.585	63,0	28.165.511	15.429.610	54,8
Fiscal Seguridade	48.298.685	30.432.585	63,0	28.165.511	15.429.610	54,8
Nacional	46.663.685	30.432.585	65,2	28.165.511	15.429.610	54,8
Centro-oeste	210.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	170.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	695.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	360.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL (Ministério da Cultura)					
	Produto: Texto gravado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.100	10.100	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.100	10.100	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.100	10.100	100,0	0	0	0,0
(P)	3201 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL					
	Produto: vaga criada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	120,0	120,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	120,0	120,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Estelles						
(P) 3202 EQUIPAMENTOS PARA ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Produto: escola equipada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	129,0	129,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	129,0	129,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	395.646	395.646	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	395.646	395.646	100,0	0	0	0,0
Nacional	395.646	395.646	100,0	0	0	0,0
(P) 3206 PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Produto: pesquisa publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4098 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Produto: INSTITUICAO APOIADA						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1.856,0	1.856,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.856,0	1.856,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.377.877	26.377.877	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	26.377.877	26.377.877	100,0	0	0	0,0
Nacional	26.377.877	26.377.877	100,0	0	0	0,0
(A) 6113 Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial						
Produto: MATERIAL DISTRIBUIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	126.361,0	126.361,0	100,0	40.000,0	58.501,0	146,3
Nacional	126.361,0	126.361,0	100,0	40.000,0	58.501,0	146,3
Financeiro	6.389.827	4.389.827	68,7	2.000.000	1.999.999	100,0
Fiscal Seguridade	6.389.827	4.389.827	68,7	2.000.000	1.999.999	100,0
Nacional	6.389.827	4.389.827	68,7	2.000.000	1.999.999	100,0
(A) 6123 Capacitação de Profissionais para a Educação Especial						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	45.285,0	45.285,0	100,0	28.900,0	26.413,0	91,4
Nacional	45.285,0	45.285,0	100,0	28.900,0	26.413,0	91,4
Financeiro	5.807.031	1.482.790	25,5	703.912	683.192	97,1
Fiscal Seguridade	5.807.031	1.482.790	25,5	703.912	683.192	97,1
Nacional	5.807.031	1.482.790	25,5	703.912	683.192	97,1
(A) 6127 Funcionamento dos Institutos Federais de Educação Especial						
Produto: ALUNO MATRICULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.916,0	1.916,0	100,0	1.034,0	1.142,0	110,4
Sudeste	1.916,0	1.916,0	100,0	1.034,0	1.142,0	110,4
Financeiro	52.835.513	31.952.533	60,5	17.465.264	17.140.932	98,1
Fiscal Seguridade	52.835.513	31.952.533	60,5	17.465.264	17.140.932	98,1
Sudeste	52.835.513	31.952.533	60,5	17.465.264	17.140.932	98,1
(A) 6131 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre Educação Especial						
Produto: ESTUDO DISSEMINADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	79,0	79,0	100,0	49,0	31,0	63,3
Nacional	79,0	79,0	100,0	49,0	31,0	63,3
Financeiro	841.160	359.998	42,8	206.046	191.333	92,9
Fiscal Seguridade	841.160	359.998	42,8	206.046	191.333	92,9
Nacional	841.160	359.998	42,8	206.046	191.333	92,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Estelles						
(A) 6135	Produção e Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille					
Produto: EXEMPLAR PRODUZIDO E DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	143.620,0	143.620,0	100,0	100.000,0	85.400,0	85,4
Nacional	143.620,0	143.620,0	100,0	100.000,0	85.400,0	85,4
Financeiro	1.066.946	641.068	60,1	383.291	367.298	95,8
Fiscal Seguridade	1.066.946	641.068	60,1	383.291	367.298	95,8
Nacional	1.066.946	641.068	60,1	383.291	367.298	95,8
(A) 6137	Promoção de Eventos para a Educação Especial					
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	1.480.409	1.080.409	73,0	400.000	400.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.480.409	1.080.409	73,0	400.000	400.000	100,0
Nacional	1.480.409	1.080.409	73,0	400.000	400.000	100,0
(A) 6139	Qualificação de Docentes para a Educação Especial					
Produto: DOCENTE QUALIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	72.325,0	72.325,0	100,0	6.000,0	7.090,0	118,2
Nacional	72.325,0	72.325,0	100,0	6.000,0	7.090,0	118,2
Financeiro	4.557.422	4.557.422	100,0	2.000.000	1.997.055	99,9
Fiscal Seguridade	4.557.422	4.557.422	100,0	2.000.000	1.997.055	99,9
Nacional	4.557.422	4.557.422	100,0	2.000.000	1.997.055	99,9
(A) 6141	Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais					
Produto: PESSOA QUALIFICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.658,0	3.658,0	100,0	3.900,0	3.453,0	88,5
Nacional	2.760,0	2.760,0	100,0	3.300,0	2.760,0	83,6
Sudeste	898,0	898,0	100,0	600,0	693,0	115,5
Financeiro	2.477.455	1.259.455	50,8	1.180.000	1.159.468	98,3
Fiscal Seguridade	2.477.455	1.259.455	50,8	1.180.000	1.159.468	98,3
Nacional	1.079.608	1.079.608	100,0	1.100.000	1.079.608	98,1
Centro-oeste	800.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	597.847	179.847	30,1	80.000	79.860	99,8
(A) 6344	APOIO A INSTITUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL					
Produto: instituição apoiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	150.658.071	103.059.710	68,4	52.504.024	39.368.887	75,0
Fiscal Seguridade	150.658.071	103.059.710	71,3	52.504.024	39.368.887	75,0

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(OE) 0529 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional						
Produto: INSTITUICAO APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	224,0	224,0	100,0	165,0	11,0	6,7
Nacional	191,0	191,0	100,0	165,0	11,0	6,7
Nordeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	65.184.108	46.009.108	70,6	26.611.600	17.372.951	65,3
Fiscal Seguridade	65.184.108	46.009.108	70,6	26.611.600	17.372.951	65,3
Nacional	58.699.520	42.699.520	72,7	26.611.600	17.372.951	65,3
Centro-oeste	610.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	834.954	449.954	53,9	0	0	0,0
Norte	1.159.634	759.634	65,5	0	0	0,0
Sudeste	1.420.000	100.000	7,0	0	0	0,0
Sul	2.460.000	2.000.000	81,3	0	0	0,0
(P) 1411 Implantação da Escola Técnica Federal de Palmas						
Produto: INSTITUICAO IMPLANTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.094.129	5.610.000	79,1	4.000.000	1.750.000	43,8
Fiscal Seguridade	7.094.129	5.610.000	79,1	4.000.000	1.750.000	43,8
Nacional	1.750.000	1.750.000	100,0	4.000.000	1.750.000	43,8
Norte	5.344.129	3.860.000	72,2	0	0	0,0
(A) 2232 ENSINO TÉCNICO DE ESTATÍSTICA E GEOCIÊNCIAS						
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: Aluno formado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	157.837	157.837	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	157.837	157.837	100,0	0	0	0,0
Sudeste	157.837	157.837	100,0	0	0	0,0
(A) 2319 Prestação de Serviços à Comunidade						
Produto: PESSOA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	209.280,0	209.280,0	100,0	6.957,0	S.R.	0,0
Nacional	194.028,0	194.028,0	100,0	1.500,0	S.R.	0,0
Nordeste	1.260,0	1.260,0	100,0	32,0	S.R.	0,0
Sudeste	12.787,0	12.787,0	100,0	5.000,0	S.R.	0,0
Sul	1.205,0	1.205,0	100,0	425,0	S.R.	0,0
Financeiro	375.503	203.153	54,1	87.287	76.489	87,6
Fiscal Seguridade	375.503	203.153	54,1	87.287	76.489	87,6
Nacional	7.490	7.490	100,0	10.000	7.490	74,9
Centro-oeste	34.999	9.999	28,6	0	0	0,0
Nordeste	47.350	3.000	6,3	9.287	1.000	10,8
Sudeste	269.664	169.664	62,9	60.000	59.999	100,0
Sul	16.000	13.000	81,3	8.000	8.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(A)	2992 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
	Produto: aluno matriculado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	713.313,0	713.313,0	100,0	205.468,0	209.583,0	102,0
Nacional	259.647,0	259.647,0	100,0	11.059,0	5.712,0	51,7
Centro-oeste	48.972,0	48.972,0	100,0	15.638,0	30.645,0	196,0
Nordeste	168.423,0	168.423,0	100,0	77.724,0	71.838,0	92,4
Norte	48.845,0	48.845,0	100,0	23.911,0	16.799,0	70,3
Sudeste	144.913,0	144.913,0	100,0	51.646,0	65.539,0	126,9
Sul	42.513,0	42.513,0	100,0	25.490,0	19.050,0	74,7
Financeiro	2.047.209.626	1.463.462.554	71,5	554.063.218	545.757.972	98,5
Fiscal Seguridade	2.047.209.626	1.463.462.554	71,5	554.063.218	545.757.972	98,5
Nacional	83.278.497	15.224.193	18,3	15.549.185	15.224.193	97,9
Centro-oeste	199.036.923	142.450.675	71,6	53.617.170	53.209.318	99,2
Nordeste	693.297.919	512.844.593	74,0	185.664.384	182.201.622	98,1
Norte	197.200.446	162.419.225	82,4	61.299.688	59.297.893	96,7
Sudeste	586.033.995	421.756.453	72,0	159.097.503	158.085.215	99,4
Sul	288.361.846	208.767.415	72,4	78.835.288	77.739.731	98,6
(A)	2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional					
	Produto: ALUNO ASSISTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	290.835,0	290.835,0	100,0	52.574,0	155.046,0	294,9
Nacional	90.344,0	90.344,0	100,0	9.567,0	15.951,0	166,7
Centro-oeste	15.500,0	15.500,0	100,0	6.997,0	7.431,0	106,2
Nordeste	88.267,0	88.267,0	100,0	16.282,0	74.170,0	455,5
Norte	14.400,0	14.400,0	100,0	4.515,0	8.549,0	189,3
Sudeste	59.216,0	59.216,0	100,0	12.285,0	37.102,0	302,0
Sul	23.108,0	23.108,0	100,0	2.928,0	11.843,0	404,5
Financeiro	18.411.321	12.990.571	70,6	5.335.803	4.003.547	75,0
Fiscal Seguridade	18.411.321	12.990.571	70,6	5.335.803	4.003.547	75,0
Nacional	285.863	165.863	58,0	175.060	165.863	94,7
Centro-oeste	756.194	536.594	71,0	210.000	135.692	64,6
Nordeste	6.409.310	4.245.760	66,2	1.747.817	1.450.652	83,0
Norte	2.798.005	2.410.783	86,2	797.826	289.776	36,3
Sudeste	5.768.035	4.022.605	69,7	1.752.414	1.460.250	83,3
Sul	2.393.914	1.608.966	67,2	652.686	501.314	76,8
(P)	3048 Capacitação de Docentes e Técnicos da Área Educacional para a Educação Profissional					
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6.541,0	6.541,0	100,0	2.436,0	S.R.	0,0
Nacional	4.632,0	4.632,0	100,0	972,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	168,0	168,0	100,0	220,0	S.R.	0,0
Nordeste	814,0	814,0	100,0	412,0	S.R.	0,0
Norte	20,0	20,0	100,0	62,0	S.R.	0,0
Sudeste	572,0	572,0	100,0	610,0	S.R.	0,0
Sul	335,0	335,0	100,0	160,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.568.569	3.187.831	69,8	1.511.480	1.086.621	71,9
Fiscal Seguridade	4.568.569	3.187.831	69,8	1.511.480	1.086.621	71,9
Nacional	551.037	551.037	100,0	715.070	551.037	77,1
Centro-oeste	499.917	357.841	71,6	175.000	90.939	52,0
Nordeste	1.152.154	670.716	58,2	231.016	100.519	43,5
Norte	548.006	378.618	69,1	93.474	91.920	98,3
Sudeste	1.279.773	770.869	60,2	216.920	176.713	81,5
Sul	537.682	458.750	85,3	80.000	75.493	94,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(P)	3049	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional				
	Produto: CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL EQUIPADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	57,0	57,0	100,0	42,0	31,0	73,8
Nacional	47,0	47,0	100,0	36,0	31,0	86,1
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	62.199.678	58.999.378	94,9	16.396.470	10.011.233	61,1
Fiscal Seguridade	62.199.678	58.999.378	94,9	16.396.470	10.011.233	61,1
Nacional	61.036.518	57.986.218	95,0	16.393.470	10.008.638	61,1
Centro-oeste	79.947	29.947	37,5	0	0	0,0
Nordeste	151.536	51.536	34,0	0	0	0,0
Norte	15.000	15.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	559.135	559.135	100,0	0	0	0,0
Sul	357.542	357.542	100,0	3.000	2.595	86,5
(P)	3051	PRODUÇÃO DE PESQUISAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
	Produto: Pesquisa publicada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	627,0	627,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	481,0	481,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	94,0	94,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	23,0	23,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	110.292	110.292	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	110.292	110.292	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	18.805	18.805	100,0	0	0	0,0
Nordeste	8.433	8.433	100,0	0	0	0,0
Sudeste	79.054	79.054	100,0	0	0	0,0
Sul	4.000	4.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3052	Promoção de Cursos de Extensão				
	Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	37.384,0	37.384,0	100,0	9.680,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.652,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	745,0	745,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9.038,0	9.038,0	100,0	2.508,0	S.R.	0,0
Sudeste	21.484,0	21.484,0	100,0	420,0	S.R.	0,0
Sul	6.117,0	6.117,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	650.185	291.981	44,9	200.944	143.731	71,5
Fiscal Seguridade	650.185	291.981	44,9	200.944	143.731	71,5
Nacional	66.760	66.760	100,0	96.534	66.760	69,2
Centro-oeste	38.246	26.406	69,0	0	0	0,0
Nordeste	278.136	38.330	13,8	39.410	11.971	30,4
Norte	23.680	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	229.416	150.485	65,6	60.000	60.000	100,0
Sul	13.947	10.000	71,7	5.000	5.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(P)	3053	Veículos de Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional				
	Produto: VEICULO ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37,0	37,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	11,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Sudeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	927.755	667.525	72,0	449.339	399.090	88,8
Fiscal Seguridade	927.755	667.525	72,0	449.339	399.090	88,8
Nacional	562.235	399.090	71,0	449.339	399.090	88,8
Centro-oeste	24.935	24.935	100,0	0	0	0,0
Nordeste	130.673	77.000	58,9	0	0	0,0
Norte	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	88.412	45.000	50,9	0	0	0,0
Sul	21.500	21.500	100,0	0	0	0,0
(P)	3208	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
	Produto: Área construída		Unidade de Medida: m²			
Físico	27.975,0	27.975,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	21.430,0	21.430,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	870,0	870,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3.385,0	3.385,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.079,0	2.079,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	210,0	210,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.466.034	4.466.034	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.466.034	4.466.034	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	523.655	523.655	100,0	0	0	0,0
Nordeste	484.966	484.966	100,0	0	0	0,0
Norte	2.383.680	2.383.680	100,0	0	0	0,0
Sudeste	408.733	408.733	100,0	0	0	0,0
Sul	665.000	665.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3209	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
	Produto: Área reformada		Unidade de Medida: m²			
Físico	40.854,0	40.854,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	35.550,0	35.550,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1.004,0	1.004,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4.299,0	4.299,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.039.788	3.039.788	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.039.788	3.039.788	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	239.000	239.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.445.989	1.445.989	100,0	0	0	0,0
Norte	231.783	231.783	100,0	0	0	0,0
Sudeste	970.951	970.951	100,0	0	0	0,0
Sul	152.065	152.065	100,0	0	0	0,0
(P)	3676	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	28.745,0	28.745,0	100,0	8.000,0	3.545,0	44,3
Nacional	28.745,0	28.745,0	100,0	8.000,0	3.545,0	44,3
Financeiro	11.521.775	10.521.775	91,3	6.261.232	1.890.007	30,2
Fiscal Seguridade	11.521.775	10.521.775	91,3	6.261.232	1.890.007	30,2
Nacional	11.521.775	10.521.775	91,3	6.261.232	1.890.007	30,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

229

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(P)	3681	Estudos e Pesquisas Técnico-Pedagógicas e de Modelos de Gestão - PROEP				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24,0	24,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Financeiro	5.117.291	4.070.208	79,5	3.347.083	1.621.846	48,5
Fiscal Seguridade	5.117.291	4.070.208	79,5	3.347.083	1.621.846	48,5
Nacional	5.117.291	4.070.208	79,5	3.347.083	1.621.846	48,5
(P)	3685	Implementação da Reforma da Educação Profissional - PROEP				
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	79,6	79,6	100,0	35,0	28,0	80,0
Nacional	79,6	79,6	100,0	35,0	28,0	80,0
Financeiro	98.928.601	92.928.601	93,9	10.000.000	8.747.028	87,5
Fiscal Seguridade	98.928.601	92.928.601	93,9	10.000.000	8.747.028	87,5
Nacional	98.928.601	92.928.601	93,9	10.000.000	8.747.028	87,5
(P)	3687	Implementação do Sistema de Informação da Educação Profissional - PROEP				
Produto: SUBSISTEMA IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	1.549.332	1.248.666	80,6	1.658.666	358.666	21,6
Fiscal Seguridade	1.549.332	1.248.666	80,6	1.658.666	358.666	21,6
Nacional	1.549.332	1.248.666	80,6	1.658.666	358.666	21,6
(P)	3688	IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - PROEP				
Produto: Plano implementado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.111.034	10.711.034	96,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.111.034	10.711.034	96,4	0	0	0,0
Nacional	11.111.034	10.711.034	96,4	0	0	0,0
(P)	5135	Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional				
Produto: ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA			Unidade de Medida: M²			
Físico	0,0	0,0	0,0	43.712,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	43.712,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.340.013	9.824.635	26,3	15.674.716	9.824.635	62,7
Fiscal Seguridade	37.340.013	9.824.635	26,3	15.674.716	9.824.635	62,7
Nacional	19.820.478	9.824.635	49,6	15.674.716	9.824.635	62,7
Centro-oeste	1.470.307	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.907.197	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.015.441	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.489.647	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.636.943	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5430	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP/FAT				
(Ministério do Trabalho e Emprego)						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	7.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	50.000	0	0,0	8.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	50.000	0	0,0	8.000.000	0	0,0
Nacional	50.000	0	0,0	8.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia						
(P)	5606	Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP/FAT (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	28,2	28,2	100,0	45,0	S.R.	0,0
Nacional	28,2	28,2	100,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	52.732.997	52.532.997	99,6	42.000.000	20.000.000	47,6
Fiscal Seguridade	52.732.997	52.532.997	99,6	42.000.000	20.000.000	47,6
Nacional	52.732.997	52.532.997	99,6	42.000.000	20.000.000	47,6
(P)	6345	AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÁREAS CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: aluno matriculado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6353	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR				
Produto: MENOR QUALIFICADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7109	Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP				
Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	105,0	105,0	100,0	85,0	84,0	98,8
Nacional	105,0	105,0	100,0	85,0	84,0	98,8
Financeiro	213.873.450	149.073.450	69,7	60.122.290	55.000.108	91,5
Fiscal Seguridade	213.873.450	149.073.450	69,7	60.122.290	55.000.108	91,5
Nacional	213.873.450	149.073.450	69,7	60.122.290	55.000.108	91,5
Financ. Total Programa	2.646.619.318	1.930.107.418	72,9	755.720.128	678.043.924	89,7
Fiscal Seguridade	2.646.619.318	1.930.107.418	71,3	755.720.128	678.043.924	89,7
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(OE)	0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior não Federais				
Produto: INSTITUIÇÃO APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.473,0	3.473,0	100,0	64,0	37,0	57,8
Nacional	37,0	37,0	100,0	64,0	37,0	57,8
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.009,0	2.009,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.426,0	1.426,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	82.151.477	27.308.477	33,2	24.520.120	9.570.000	39,0
Fiscal Seguridade	82.151.477	27.308.477	33,2	24.520.120	9.570.000	39,0
Nacional	11.843.477	11.843.477	100,0	24.520.120	9.570.000	39,0
Centro-oeste	8.600.000	200.000	2,3	0	0	0,0
Nordeste	14.103.000	190.000	1,3	0	0	0,0
Norte	10.060.000	9.820.000	97,6	0	0	0,0
Sudeste	23.205.000	2.655.000	11,4	0	0	0,0
Sul	14.340.000	2.600.000	18,1	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(OE) 0525 Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais						
Produto: ENTIDADE APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	13.002,0	13.002,0	100,0	134,0	130,0	97,0
Nacional	2.993,0	2.993,0	100,0	134,0	130,0	97,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10.001,0	10.001,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	327.226.574	196.626.574	60,1	133.152.000	101.898.832	76,5
Fiscal Seguridade	327.226.574	196.626.574	60,1	133.152.000	101.898.832	76,5
Nacional	293.011.798	192.811.798	65,8	133.152.000	101.898.832	76,5
Centro-oeste	5.433.500	133.500	2,5	0	0	0,0
Nordeste	5.410.000	90.000	1,7	0	0	0,0
Norte	12.126.276	1.826.276	15,1	0	0	0,0
Sudeste	930.000	530.000	57,0	0	0	0,0
Sul	10.315.000	1.235.000	12,0	0	0	0,0
(A) 0527 Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.						
Produto: INSTITUICAO APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	79.651.313	79.651.313	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	79.651.313	79.651.313	100,0	0	0	0,0
Nacional	79.651.313	79.651.313	100,0	0	0	0,0
(OE) 0527 Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.						
Produto: INSTITUICAO APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	40,0	40,0	100,0	40,0	40,0	100,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	40,0	40,0	100,0
Financeiro	51.818.612	31.662.619	61,1	32.430.965	31.662.619	97,6
Fiscal Seguridade	51.818.612	31.662.619	61,1	32.430.965	31.662.619	97,6
Nacional	51.818.612	31.662.619	61,1	32.430.965	31.662.619	97,6
(OE) 0577 Concessão de Crédito Educativo a Estudantes Carentes						
Produto: ESTUDANTE FINANCIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	92.596,0	92.596,0	100,0	16.258,0	11.416,0	70,2
Nacional	92.596,0	92.596,0	100,0	16.258,0	11.416,0	70,2
Financeiro	219.972.825	203.972.825	92,7	49.856.207	30.339.852	60,9
Fiscal Seguridade	219.972.825	203.972.825	92,7	49.856.207	30.339.852	60,9
Nacional	219.972.825	203.972.825	92,7	49.856.207	30.339.852	60,9
(OE) 0579 Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior não Gratuito						
Produto: ESTUDANTE FINANCIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	486.774,0	486.774,0	100,0	215.541,0	169.725,0	78,7
Nacional	486.774,0	486.774,0	100,0	215.541,0	169.725,0	78,7
Financeiro	2.567.553.016	1.893.753.971	73,8	603.010.894	586.142.357	97,2
Fiscal Seguridade	2.567.553.016	1.893.753.971	73,8	603.010.894	586.142.357	97,2
Nacional	2.567.553.016	1.893.753.971	73,8	603.010.894	586.142.357	97,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(P)	1409	Implantação da Fundação Universidade Federal de Tocantins				
	Produto: INSTITUICAO IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.625.851	14.625.851	100,0	9.051.731	5.045.851	55,7
Fiscal Seguridade	14.625.851	14.625.851	100,0	9.051.731	5.045.851	55,7
Nacional	5.045.851	5.045.851	100,0	9.051.731	5.045.851	55,7
Norte	9.580.000	9.580.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2117	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO				
	Produto: instituição apoiada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	59.164.650	59.164.650	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	59.164.650	59.164.650	100,0	0	0	0,0
Nacional	59.164.650	59.164.650	100,0	0	0	0,0
(A)	2233	Ensino de Graduação em Estatística e Geociências				
	(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)					
	Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	230,0	230,0	100,0	120,0	120,0	100,0
Sudeste	230,0	230,0	100,0	120,0	120,0	100,0
Financeiro	459.203	269.453	58,7	189.750	96.004	50,6
Fiscal Seguridade	459.203	269.453	58,7	189.750	96.004	50,6
Sudeste	459.203	269.453	58,7	189.750	96.004	50,6
(A)	2321	Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino				
	Produto: VOLUME ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	91.576,0	91.576,0	100,0	119.725,0	91.575,0	76,5
Nacional	17.417,0	17.417,0	100,0	45.417,0	17.417,0	38,3
Centro-oeste	5.000,0	5.000,0	100,0	5.000,0	5.000,0	100,0
Nordeste	23.251,0	23.251,0	100,0	23.250,0	23.250,0	100,0
Norte	11.100,0	11.100,0	100,0	11.100,0	11.100,0	100,0
Sudeste	6.978,0	6.978,0	100,0	6.978,0	6.978,0	100,0
Sul	27.830,0	27.830,0	100,0	27.980,0	27.830,0	99,5
Financeiro	12.022.986	6.254.161	52,0	4.042.879	2.562.233	63,4
Fiscal Seguridade	12.022.986	6.254.161	52,0	4.042.879	2.562.233	63,4
Nacional	3.417.666	488.682	14,3	1.177.200	488.682	41,5
Centro-oeste	443.932	166.132	37,4	169.000	15.493	9,2
Nordeste	2.642.667	1.947.667	73,7	595.000	512.689	86,2
Norte	342.840	125.840	36,7	52.000	45.564	87,6
Sudeste	2.032.086	1.832.045	90,2	927.679	753.407	81,2
Sul	3.143.795	1.693.795	53,9	1.122.000	746.398	66,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(A)	2327 Ensino de Graduação à Distância					
	Produto: ALUNO MATRICULADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	14.590,0	14.590,0	100,0	19.330,0	14.590,0	75,5
Nacional	12.020,0	12.020,0	100,0	16.160,0	12.020,0	74,4
Sul	2.570,0	2.570,0	100,0	3.170,0	2.570,0	81,1
Financeiro	5.928.312	5.218.982	88,0	5.594.285	2.145.765	38,4
Fiscal Seguridade	5.928.312	5.218.982	88,0	5.594.285	2.145.765	38,4
Nacional	2.286.994	2.085.765	91,2	5.519.285	2.085.765	37,8
Centro-oeste	15.016	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	335.085	0	0,0	0	0	0,0
Norte	428.217	428.217	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.353.000	2.250.000	95,6	0	0	0,0
Sul	510.000	455.000	89,2	75.000	60.000	80,0
(P)	3076 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR					
	Produto: Área construída					
	Unidade de Medida: m²					
Físico	6.663,0	6.663,0	100,0	263,0	263,0	100,0
Nacional	263,0	263,0	100,0	263,0	263,0	100,0
Centro-oeste	1.400,0	1.400,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.000,0	5.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	64.423.305	64.423.305	100,0	150.000	116.763	77,8
Fiscal Seguridade	64.423.305	64.423.305	100,0	150.000	116.763	77,8
Nacional	116.763	116.763	100,0	150.000	116.763	77,8
Centro-oeste	5.171.426	5.171.426	100,0	0	0	0,0
Nordeste	25.530.039	25.530.039	100,0	0	0	0,0
Norte	16.905.111	16.905.111	100,0	0	0	0,0
Sudeste	13.954.156	13.954.156	100,0	0	0	0,0
Sul	2.745.810	2.745.810	100,0	0	0	0,0
(P)	3082 REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR					
	Produto: Área reformada					
	Unidade de Medida: m²					
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.320.546	12.320.546	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.320.546	12.320.546	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.029.267	1.029.267	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.787.927	5.787.927	100,0	0	0	0,0
Norte	250.000	250.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.897.201	2.897.201	100,0	0	0	0,0
Sul	2.356.151	2.356.151	100,0	0	0	0,0
(P)	3114 Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino					
	Produto: LABORATORIO EQUIPADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	18,0	18,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	19,0	17,0	89,5
Sul	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	18.142.831	7.709.446	42,5	14.662.503	2.555.784	17,4
Fiscal Seguridade	18.142.831	7.709.446	42,5	14.662.503	2.555.784	17,4
Nacional	2.078.192	2.078.192	100,0	2.175.000	2.078.192	95,5
Centro-oeste	103.675	53.675	51,8	0	0	0,0
Nordeste	3.053.507	2.883.507	94,4	0	0	0,0
Norte	782.977	367.977	47,0	0	0	0,0
Sudeste	1.438.533	888.533	61,8	0	0	0,0
Sul	10.685.947	1.437.562	13,5	12.487.503	477.592	3,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(P)	3714	Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino				
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	106,0	106,0	100,0	52,0	54,0	103,8
Nacional	106,0	106,0	100,0	52,0	54,0	103,8
Financeiro	465.611.036	464.821.718	99,8	53.242.624	19.945.923	37,5
Fiscal Seguridade	465.611.036	464.821.718	99,8	53.242.624	19.945.923	37,5
Nacional	465.611.036	464.821.718	99,8	53.242.624	19.945.923	37,5
(A)	4002	Assistência ao Educando do Ensino de Graduação				
Produto: ALUNO ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	69.391,0	69.391,0	100,0	101.640,0	69.391,0	68,3
Nacional	2.573,0	2.573,0	100,0	2.625,0	2.573,0	98,0
Centro-oeste	2.420,0	2.420,0	100,0	14.420,0	2.420,0	16,8
Nordeste	10.861,0	10.861,0	100,0	11.761,0	10.861,0	92,3
Norte	4.229,0	4.229,0	100,0	4.229,0	4.229,0	100,0
Sudeste	16.609,0	16.609,0	100,0	35.906,0	16.609,0	46,3
Sul	32.699,0	32.699,0	100,0	32.699,0	32.699,0	100,0
Financeiro	48.787.522	28.230.631	57,9	12.086.958	10.711.799	88,6
Fiscal Seguridade	48.787.522	28.230.631	57,9	12.086.958	10.711.799	88,6
Nacional	5.970.851	592.851	9,9	980.000	592.851	60,5
Centro-oeste	3.165.199	2.396.561	75,7	603.180	561.996	93,2
Nordeste	12.310.246	8.351.364	67,8	2.613.257	2.423.759	92,7
Norte	416.017	306.387	73,6	108.639	108.623	100,0
Sudeste	12.621.936	7.469.201	59,2	4.250.811	3.573.581	84,1
Sul	14.303.273	9.114.267	63,7	3.531.071	3.450.989	97,7
(A)	4004	Serviços Sociais à Comunidade por meio da Extensão Universitária				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	7.988.656,0	1,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	71.514,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	704.837,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	56.173,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	390.125,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	6.766.003,0	S.R.	0,0
Financeiro	29.530.858	14.947.379	50,6	26.748.765	14.947.379	55,9
Fiscal Seguridade	29.530.858	14.947.379	50,6	26.748.765	14.947.379	55,9
Nacional	1.898.513	76.120	4,0	500.000	76.120	15,2
Centro-oeste	2.467.697	716.247	29,0	881.320	716.247	81,3
Nordeste	2.225.418	958.461	43,1	3.794.132	958.461	25,3
Norte	1.462.332	694.082	47,5	704.657	694.082	98,5
Sudeste	3.191.710	2.278.910	71,4	3.175.940	2.278.910	71,8
Sul	18.285.188	10.223.559	55,9	17.692.716	10.223.559	57,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação					
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO					
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente					
(A) 4008 Manutenção de Acervo Bibliográfico					
Produto: VOLUME MANTIDO			Unidade de Medida: MILHAR		
Físico	4.586,0	4.586,0	100,0	5.645,0	81,2
Nacional	580,0	580,0	100,0	580,0	100,0
Centro-oeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	1.566,0	1.566,0	100,0	1.566,0	100,0
Norte	5,0	5,0	100,0	5,0	100,0
Sudeste	683,0	683,0	100,0	1.742,0	39,2
Sul	1.652,0	1.652,0	100,0	1.652,0	100,0
Financeiro	8.306.560	6.147.186	74,0	2.453.725	82,6
Fiscal Seguridade	8.306.560	6.147.186	74,0	2.453.725	82,6
Nacional	871.752	223.449	25,6	263.118	84,9
Centro-oeste	184.555	124.555	67,5	99.797	76,8
Nordeste	2.259.787	1.624.716	71,9	502.348	98,4
Norte	175.036	117.536	67,1	60.000	28,7
Sudeste	3.626.265	3.186.265	87,9	1.203.462	78,1
Sul	1.189.165	870.665	73,2	325.000	84,6
(A) 4009 FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO					
Produto: aluno matriculado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1.046.254,0	1.046.254,0	100,0	547.980,0	91,0
Nacional	21.048,0	21.048,0	100,0	24.756,0	85,0
Centro-oeste	124.101,0	124.101,0	100,0	65.026,0	90,8
Nordeste	288.632,0	288.632,0	100,0	137.809,0	91,8
Norte	142.874,0	142.874,0	100,0	72.516,0	97,0
Sudeste	293.744,0	293.744,0	100,0	155.028,0	89,5
Sul	175.855,0	175.855,0	100,0	92.845,0	89,4
Financeiro	20.257.097.488	14.696.658.787	72,6	5.450.419.515	98,9
Fiscal Seguridade	20.257.097.488	14.696.658.787	72,6	5.450.419.515	98,9
Nacional	345.674.399	262.136.916	75,8	262.161.757	100,0
Centro-oeste	2.401.720.194	1.769.112.334	73,7	631.455.771	97,7
Nordeste	4.998.231.043	3.613.740.626	72,3	1.183.883.866	99,0
Norte	1.374.538.744	992.921.035	72,2	375.560.259	97,2
Sudeste	7.415.033.699	5.362.699.698	72,3	1.987.002.336	99,4
Sul	3.721.899.409	2.696.048.178	72,4	1.010.355.526	98,7
(A) 4413 Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior - PET					
Produto: ALUNO TREINADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3.047,0	3.047,0	100,0	2.829,0	107,7
Nacional	3.047,0	3.047,0	100,0	2.829,0	107,7
Financeiro	15.835.773	7.835.773	49,5	7.977.070	98,2
Fiscal Seguridade	15.835.773	7.835.773	49,5	7.977.070	98,2
Nacional	15.835.773	7.835.773	49,5	7.977.070	98,2
(A) 4472 Apoio a Entidades de Ensino Superior					
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	10,0	100,0
Financeiro	3.758.778	3.758.778	100,0	11.263.120	33,4
Fiscal Seguridade	3.758.778	3.758.778	100,0	11.263.120	33,4
Nacional	3.758.778	3.758.778	100,0	11.263.120	33,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(A)	4556	Administração do Financiamento Concedido a Estudantes do Ensino Superior não Gratuito				
	Produto: FINANCIAMENTO GERENCIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	385.168,0	385.168,0	100,0	215.541,0	169.725,0	78,7
Nacional	385.168,0	385.168,0	100,0	215.541,0	169.725,0	78,7
Financeiro	47.375.817	36.057.857	76,1	21.007.066	21.007.066	100,0
Fiscal Seguridade	47.375.817	36.057.857	76,1	21.007.066	21.007.066	100,0
Nacional	47.375.817	36.057.857	76,1	21.007.066	21.007.066	100,0
(P)	5081	Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino				
	Produto: ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA			Unidade de Medida: M²		
Físico	422.582,0	422.582,0	100,0	426.574,0	422.582,0	99,1
Nacional	422.582,0	422.582,0	100,0	426.574,0	422.582,0	99,1
Financeiro	202.885.448	57.928.968	28,6	154.877.303	57.928.968	37,4
Fiscal Seguridade	202.885.448	57.928.968	28,6	154.877.303	57.928.968	37,4
Nacional	77.691.541	57.928.968	74,6	154.877.303	57.928.968	37,4
Centro-oeste	22.237.878	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	23.321.337	0	0,0	0	0	0,0
Norte	16.450.876	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	27.073.796	0	0,0	0	0	0,0
Sul	36.110.020	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5187	Construção da Faculdade de Farmácia da UFMG no Campus da Pampulha				
	Produto: ÁREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	0,0	0,0	0,0	14.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	14.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.176.124	0	0,0	5.234.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.176.124	0	0,0	5.234.800	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	5.234.800	0	0,0
Sudeste	4.176.124	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5189	Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha				
	Produto: ÁREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	40.000,0	40.000,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Nacional	40.000,0	40.000,0	100,0	40.000,0	40.000,0	100,0
Financeiro	7.722.038	2.387.901	30,9	10.368.600	2.387.901	23,0
Fiscal Seguridade	7.722.038	2.387.901	30,9	10.368.600	2.387.901	23,0
Nacional	2.387.901	2.387.901	100,0	10.368.600	2.387.901	23,0
Sudeste	5.334.137	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5191	Construção da Faculdade de Educação da UFMG no Campus da Pampulha				
	Produto: ÁREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	9.300,0	9.300,0	100,0	9.300,0	9.300,0	100,0
Nacional	9.300,0	9.300,0	100,0	9.300,0	9.300,0	100,0
Financeiro	2.533.503	450.000	17,8	3.078.240	450.000	14,6
Fiscal Seguridade	2.533.503	450.000	17,8	3.078.240	450.000	14,6
Nacional	450.000	450.000	100,0	3.078.240	450.000	14,6
Sudeste	2.083.503	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5193	Ampliação das Instalações da Escola de Educação Física da UFMG				
	Produto: ÁREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	0,0	0,0	0,0	3.500,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.500,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.132.936	0	0,0	1.999.200	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.132.936	0	0,0	1.999.200	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.999.200	0	0,0
Sudeste	1.132.936	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

237

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente						
(P)	5195	Ampliação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG				
	Produto: AREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	3.700,0	3.700,0	100,0	3.700,0	3.700,0	100,0
Nacional	3.700,0	3.700,0	100,0	3.700,0	3.700,0	100,0
Financeiro	2.017.698	150.000	7,4	2.452.000	150.000	6,1
Fiscal Seguridade	2.017.698	150.000	7,4	2.452.000	150.000	6,1
Nacional	150.000	150.000	100,0	2.452.000	150.000	6,1
Sudeste	1.867.698	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5211	Ampliação do Instituto de Geociências da UFMG				
	Produto: AREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	0,0	0,0	0,0	3.300,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.300,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.085.731	0	0,0	1.915.900	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.085.731	0	0,0	1.915.900	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.915.900	0	0,0
Sudeste	1.085.731	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5213	Construção da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG no Campus da Pampulha				
	Produto: AREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M²		
Físico	0,0	0,0	0,0	13.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	13.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.319.871	0	0,0	254.310	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.319.871	0	0,0	254.310	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	254.310	0	0,0
Sudeste	2.319.871	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6347	APOIO A INSTITUIÇÕES NO GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR				
	Produto: instituição apoiada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9026	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (BNDES)				
	Produto: área construída			Unidade de Medida: m²		
Físico	29.360,0	0,0	0,0	14.680,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	6.480,0	0,0	0,0	3.240,0	S.R.	0,0
Nordeste	3.560,0	0,0	0,0	1.780,0	S.R.	0,0
Norte	1.360,0	0,0	0,0	680,0	S.R.	0,0
Sudeste	12.000,0	0,0	0,0	6.000,0	S.R.	0,0
Sul	5.960,0	0,0	0,0	2.980,0	S.R.	0,0
Financeiro	175.000.000	0	0,0	75.000.000	0	0,0
Demais Fontes	175.000.000	0	0,0	75.000.000	0	0,0
Nacional	75.000.000	0	0,0	75.000.000	0	0,0
Centro-oeste	22.070.845	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	12.125.341	0	0,0	0	0	0,0
Norte	4.632.153	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	40.871.935	0	0,0	0	0	0,0
Sul	20.299.728	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	24.790.638.682	17.922.337.151	72,3	6.717.040.530	6.301.645.938	93,8
Fiscal Seguridade	24.615.638.682	17.922.337.151	71,3	6.642.040.530	6.301.645.938	94,9
Demais Fontes	175.000.000	0	0,0	75.000.000	0	0,0

0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Horta Barbosa



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Horta Barbosa						
(OE) 0485 Fomento à Pós-graduação						
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.022,0	1.022,0	100,0	334,0	334,0	100,0
Nacional	1.022,0	1.022,0	100,0	334,0	334,0	100,0
Financeiro	86.500.644	63.709.390	73,7	22.421.254	22.026.131	98,2
Fiscal Seguridade	86.500.644	63.709.390	73,7	22.421.254	22.026.131	98,2
Nacional	86.030.644	63.709.390	74,1	22.421.254	22.026.131	98,2
Nordeste	470.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0487 Concessão de Bolsas de Pós-graduação no País e no Exterior						
Produto: BOLSISTA ATENDIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	71.200,0	71.200,0	100,0	24.185,0	25.023,0	103,5
Nacional	71.200,0	71.200,0	100,0	24.185,0	25.023,0	103,5
Financeiro	1.679.133.536	1.256.371.206	74,8	438.512.750	446.198.034	101,8
Fiscal Seguridade	1.679.133.536	1.256.371.206	74,8	438.512.750	446.198.034	101,8
Nacional	1.679.133.536	1.256.371.206	74,8	438.512.750	446.198.034	101,8
(A) 2234 Ensino de Pós-graduação em Estatística e Geociências						
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: ALUNO FORMADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	48,0	48,0	100,0	190,0	15,0	7,9
Sudeste	48,0	48,0	100,0	190,0	15,0	7,9
Financeiro	838.168	504.338	60,2	233.830	163.932	70,1
Fiscal Seguridade	838.168	504.338	60,2	233.830	163.932	70,1
Sudeste	838.168	504.338	60,2	233.830	163.932	70,1
(A) 2317 Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-graduação						
Produto: VOLUME ADQUIRIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	18.156,0	18.156,0	100,0	2.654,0	9.078,0	342,0
Nacional	18.156,0	18.156,0	100,0	2.654,0	9.078,0	342,0
Financeiro	128.575.689	78.575.689	61,1	33.000.000	30.864.480	93,5
Fiscal Seguridade	128.575.689	78.575.689	61,1	33.000.000	30.864.480	93,5
Nacional	128.575.689	78.575.689	61,1	33.000.000	30.864.480	93,5
(A) 2429 Formação de Recursos Humanos na Área Ambiental						
(Ministério do Meio Ambiente)						
Produto: PESSOA FORMADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	213,0	213,0	100,0	700,0	213,0	30,4
Nacional	213,0	213,0	100,0	700,0	213,0	30,4
Financeiro	300.482	147.568	49,1	197.000	147.568	74,9
Fiscal Seguridade	300.482	147.568	49,1	197.000	147.568	74,9
Nacional	147.568	147.568	100,0	197.000	147.568	74,9
Sudeste	152.914	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3099 IMPLANTAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS DE FORMAÇÃO PARA A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO						
Produto: Centro implantado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.637.645	7.637.645	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.637.645	7.637.645	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.637.645	7.637.645	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Horta Barbosa						
(A) 4005 Funcionamento da Residência Médica						
Produto: MEDICO RESIDENTE MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	10.941,0	10.941,0	100,0	4.012,0	3.606,0	89,9
Nacional	10.941,0	10.941,0	100,0	4.012,0	3.606,0	89,9
Financeiro	265.200.992	179.776.412	67,8	74.904.077	71.763.730	95,8
Fiscal Seguridade	265.200.992	179.776.412	67,8	74.904.077	71.763.730	95,8
Nacional	212.545.452	127.353.642	59,9	74.904.077	71.763.730	95,8
Centro-oeste	4.036.499	4.036.499	100,0	0	0	0,0
Nordeste	9.746.218	9.746.218	100,0	0	0	0,0
Norte	1.592.527	1.592.527	100,0	0	0	0,0
Sudeste	22.947.669	22.714.899	99,0	0	0	0,0
Sul	14.332.627	14.332.627	100,0	0	0	0,0
(A) 4006 Funcionamento dos Cursos de Pós-graduação						
Produto: ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	221.325,0	221.325,0	100,0	95.922,0	80.934,0	84,4
Nacional	59.523,0	59.523,0	100,0	5.160,0	2.400,0	46,5
Centro-oeste	18.426,0	18.426,0	100,0	11.665,0	11.348,0	97,3
Nordeste	25.997,0	25.997,0	100,0	17.480,0	10.475,0	59,9
Norte	8.649,0	8.649,0	100,0	4.028,0	6.133,0	152,3
Sudeste	70.836,0	70.836,0	100,0	36.374,0	33.885,0	93,2
Sul	37.894,0	37.894,0	100,0	21.215,0	16.693,0	78,7
Financeiro	69.988.055	47.168.484	67,4	19.634.479	16.458.773	83,8
Fiscal Seguridade	69.988.055	47.168.484	67,4	19.634.479	16.458.773	83,8
Nacional	883.205	553.205	62,6	1.909.201	553.205	29,0
Centro-oeste	5.730.780	3.663.463	63,9	1.189.814	1.116.157	93,8
Nordeste	7.861.408	5.685.286	72,3	1.314.680	1.192.423	90,7
Norte	3.929.421	2.702.929	68,8	1.247.450	1.151.516	92,3
Sudeste	24.973.913	14.816.871	59,3	6.066.508	5.536.425	91,3
Sul	26.609.328	19.746.730	74,2	7.906.826	6.909.047	87,4
(A) 4011 Avaliação da Pós-graduação						
Produto: PROGRAMA AVALIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	4.541,0	4.541,0	100,0	1.649,0	1.698,0	103,0
Nacional	4.541,0	4.541,0	100,0	1.649,0	1.698,0	103,0
Financeiro	15.120.489	11.180.426	73,9	3.805.058	3.787.183	99,5
Fiscal Seguridade	15.120.489	11.180.426	73,9	3.805.058	3.787.183	99,5
Nacional	15.120.489	11.180.426	73,9	3.805.058	3.787.183	99,5
(A) 4012 Avaliação e Credenciamento de Cursos e de Instituições para Residência Médica						
Produto: INSTITUICAO AVALIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	6.091,0	6.091,0	100,0	2.130,0	1.950,0	91,5
Nacional	6.091,0	6.091,0	100,0	2.130,0	1.950,0	91,5
Financeiro	5.680.554	2.986.068	52,6	1.114.068	934.068	83,8
Fiscal Seguridade	5.680.554	2.986.068	52,6	1.114.068	934.068	83,8
Nacional	5.680.554	2.986.068	52,6	1.114.068	934.068	83,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Horta Barbosa						
(A)	6465 Ensino de Pós-graduação à Distância					
	Produto: ALUNO MATRICULADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1.835,0	1.835,0	100,0	1.021,0	864,0	84,6
Nacional	235,0	235,0	100,0	221,0	235,0	106,3
Sudeste	706,0	706,0	100,0	220,0	304,0	138,2
Sul	894,0	894,0	100,0	580,0	325,0	56,0
Financeiro	591.280	463.675	78,4	260.000	245.469	94,4
Fiscal Seguridade	591.280	463.675	78,4	260.000	245.469	94,4
Nacional	246.674	187.869	76,2	188.000	187.869	99,9
Sudeste	39.606	25.806	65,2	12.000	7.600	63,3
Sul	305.000	250.000	82,0	60.000	50.000	83,3
Financ. Total Programa	2.259.567.534	1.648.520.901	73,0	594.082.516	592.589.368	99,7
Fiscal Seguridade	2.259.567.534	1.648.520.901	71,3	594.082.516	592.589.368	99,7
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO						
Gerente em 31/12/2002: Maria Beatriz Gomes da Silva						
(P)	1148 Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Médio					
	Produto: LABORATORIO IMPLANTADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	99.977	99.977	100,0	100.000	99.977	100,0
Fiscal Seguridade	99.977	99.977	100,0	100.000	99.977	100,0
Nacional	99.977	99.977	100,0	100.000	99.977	100,0
(P)	1327 Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio					
	Produto: ALUNO ATENDIDO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	4.420.121,0	4.420.121,0	100,0	1.940.683,0	1.778.955,0	91,7
Nacional	1.778.955,0	1.778.955,0	100,0	1.940.683,0	1.778.955,0	91,7
Nordeste	1.975.894,0	1.975.894,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	665.272,0	665.272,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	958.744.338	958.744.338	100,0	405.529.040	400.000.000	98,6
Fiscal Seguridade	958.744.338	958.744.338	100,0	405.529.040	400.000.000	98,6
Nacional	400.000.000	400.000.000	100,0	405.529.040	400.000.000	98,6
Nordeste	470.263.079	470.263.079	100,0	0	0	0,0
Norte	88.481.259	88.481.259	100,0	0	0	0,0
(A)	2018 CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO					
	Produto: Aluno beneficiado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO						
Gerente em 31/12/2002: Maria Beatriz Gomes da Silva						
(A)	2991 Funcionamento do Ensino Médio					
	Produto: ALUNO MATRICULADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	30.144,0	30.144,0	100,0	18.593,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.804,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	684,0	S.R.	0,0
Nordeste	30.144,0	30.144,0	100,0	2.092,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	9.013,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	4.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	245.250.887	174.653.990	71,2	64.879.078	64.801.488	99,9
Fiscal Seguridade	245.250.887	174.653.990	71,2	64.879.078	64.801.488	99,9
Nacional	516.693	161.693	31,3	166.000	161.693	97,4
Centro-oeste	1.497.272	565.404	37,8	151.418	151.365	100,0
Nordeste	6.499.638	5.468.089	84,1	820.612	818.256	99,7
Norte	309.873	137.473	44,4	0	0	0,0
Sudeste	227.726.852	161.520.772	70,9	61.841.048	61.770.264	99,9
Sul	8.700.559	6.800.559	78,2	1.900.000	1.899.910	100,0
(P)	3677 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O ENSINO MÉDIO - PROMED					
	Produto: profissional capacitado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	557.300,0	557.300,0	100,0	78.180,0	383.700,0	490,8
Nacional	557.300,0	557.300,0	100,0	78.180,0	383.700,0	490,8
Financeiro	16.427.092	13.427.092	81,7	14.662.417	4.323.260	29,5
Fiscal Seguridade	16.427.092	13.427.092	81,7	14.662.417	4.323.260	29,5
Nacional	16.427.092	13.427.092	81,7	14.662.417	4.323.260	29,5
(P)	3679 APOIO AO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO - PROMED					
	Produto: Currículo atualizado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	4.463,0	4.463,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.463,0	4.463,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.069.150	5.069.150	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.069.150	5.069.150	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.069.150	5.069.150	100,0	0	0	0,0
(P)	3680 Estudos e Pesquisas para Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED					
	Produto: ESTUDO REALIZADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	45,0	45,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	10.516.518	7.361.518	70,0	5.080.389	3.480.389	68,5
Fiscal Seguridade	10.516.518	7.361.518	70,0	5.080.389	3.480.389	68,5
Nacional	10.516.518	7.361.518	70,0	5.080.389	3.480.389	68,5
(P)	3682 Expansão e Melhoria da Rede Escolar - PROMED					
	Produto: ESCOLA ATENDIDA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	12.534,0	12.534,0	100,0	6.263,0	12.300,0	196,4
Nacional	12.534,0	12.534,0	100,0	6.263,0	12.300,0	196,4
Financeiro	180.934.880	128.641.791	71,1	69.455.170	69.455.170	100,0
Fiscal Seguridade	180.934.880	128.641.791	71,1	69.455.170	69.455.170	100,0
Nacional	180.934.880	128.641.791	71,1	69.455.170	69.455.170	100,0
(P)	3683 IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO ESCOLAR - PROMED					
	Produto: modelo implantado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	245.764	245.764	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	245.764	245.764	100,0	0	0	0,0
Nacional	245.764	245.764	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO						
Gerente em 31/12/2002: Maria Beatriz Gomes da Silva						
(P)	3686	IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO - PROMED				
Produto: projeto implementado				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	38,0	38,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	38,0	38,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	16.085.740	9.332.829	58,0	6.228.024	1.112.748	17,9
Fiscal Seguridade	16.085.740	9.332.829	58,0	6.228.024	1.112.748	17,9
Nacional	16.085.740	9.332.829	58,0	6.228.024	1.112.748	17,9
(P)	5371	Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos				
Produto: ALUNO BENEFICIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.080.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.080.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Nacional	5.040.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Sudeste	40.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5567	EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE DE ENSINO MÉDIO				
Produto: Escola construída				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.060.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.060.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	5.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	60.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6350	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO				
Produto: escola atendida				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6351	IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ESCOLAS-FAMÍLIAS COM METODOLOGIA DA ALTERNÂNCIA				
Produto: Aluno matriculado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.443.514.346	1.297.576.449	89,9	568.934.118	543.273.032	95,5
Fiscal Seguridade	1.443.514.346	1.297.576.449	71,3	568.934.118	543.273.032	95,5
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
Gerente em 31/12/2002: Maria Auxiliadora Lopes						
(OE)	0081	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço - Programa Supletivo)				
Produto: ALUNO MATRICULADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.222.873,0	1.222.873,0	100,0	1.355.660,0	1.222.873,0	90,2
Nacional	1.222.873,0	1.222.873,0	100,0	1.355.660,0	1.222.873,0	90,2
Financeiro	817.496.429	491.990.539	60,2	307.642.000	305.880.979	99,4
Fiscal Seguridade	817.496.429	491.990.539	60,2	307.642.000	305.880.979	99,4
Nacional	305.880.979	305.880.979	100,0	307.642.000	305.880.979	99,4
Centro-oeste	872.285	239.200	27,4	0	0	0,0
Nordeste	344.825.050	124.399.640	36,1	0	0	0,0
Norte	161.603.225	60.442.390	37,4	0	0	0,0
Sudeste	4.042.245	909.650	22,5	0	0	0,0
Sul	272.645	118.680	43,5	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
Gerente em 31/12/2002: Maria Auxiliadora Lopes						
(OE) 0507 Fomento a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos						
Produto: ALUNO MATRICULADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.594.425,0	2.594.425,0	100,0	87.551,0	2.511.614,0	2.868,7
Nacional	2.561.614,0	2.561.614,0	100,0	87.551,0	2.511.614,0	2.868,7
Centro-oeste	32.811,0	32.811,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	131.681.461	27.311.461	20,7	24.108.240	14.708.160	61,0
Fiscal Seguridade	131.681.461	27.311.461	20,7	24.108.240	14.708.160	61,0
Nacional	126.311.461	27.311.461	21,6	24.108.240	14.708.160	61,0
Nordeste	4.430.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	440.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2047 Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos						
Produto: ALUNO BENEFICIADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.838.033,0	1.838.033,0	100,0	1.002.941,0	1.006.175,0	100,3
Nacional	1.838.033,0	1.838.033,0	100,0	1.002.941,0	1.006.175,0	100,3
Financeiro	206.049.886	206.049.886	100,0	102.600.000	102.592.632	100,0
Fiscal Seguridade	206.049.886	206.049.886	100,0	102.600.000	102.592.632	100,0
Nacional	206.049.886	206.049.886	100,0	102.600.000	102.592.632	100,0
(A) 2263 Produção e Distribuição de Programas da Rádio-Escola para Jovens e Adultos						
Produto: PROGRAMA PRODUZIDO Unidade de Medida: MINUTO						
Físico	537,0	537,0	100,0	360,0	367,0	101,9
Nacional	537,0	537,0	100,0	360,0	367,0	101,9
Financeiro	1.605.000	1.050.000	65,4	555.000	555.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.605.000	1.050.000	65,4	555.000	555.000	100,0
Nacional	1.605.000	1.050.000	65,4	555.000	555.000	100,0
(A) 2335 Material Didático-Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos						
Produto: ALUNO BENEFICIADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.023.505,0	1.023.505,0	100,0	500.000,0	462.578,0	92,5
Nacional	1.023.505,0	1.023.505,0	100,0	500.000,0	462.578,0	92,5
Financeiro	27.785.031	17.785.031	64,0	10.000.000	6.566.489	65,7
Fiscal Seguridade	27.785.031	17.785.031	64,0	10.000.000	6.566.489	65,7
Nacional	27.785.031	17.785.031	64,0	10.000.000	6.566.489	65,7
(A) 4397 Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos						
Produto: PROFESSOR CAPACITADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	52.818,0	52.818,0	100,0	29.644,0	18.290,0	61,7
Nacional	52.818,0	52.818,0	100,0	29.644,0	18.290,0	61,7
Financeiro	36.980.543	21.780.543	58,9	15.000.000	9.815.787	65,4
Fiscal Seguridade	36.980.543	21.780.543	58,9	15.000.000	9.815.787	65,4
Nacional	36.780.543	21.780.543	59,2	15.000.000	9.815.787	65,4
Sul	200.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
Gerente em 31/12/2002: Maria Auxiliadora Lopes						
(P)	7857	Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	43.440,3	43.440,3	100,0	135.903,0	42.600,0	31,3
Nacional	21.300,0	21.300,0	100,0	120.500,0	21.300,0	17,7
Centro-oeste	2.126,5	2.126,5	100,0	2.094,0	2.100,0	100,3
Nordeste	7.780,1	7.780,1	100,0	5.564,0	7.770,0	139,6
Norte	10.044,6	10.044,6	100,0	5.935,0	10.031,0	169,0
Sudeste	535,0	535,0	100,0	951,0	535,0	56,3
Sul	1.654,0	1.654,0	100,0	859,0	864,0	100,6
Financeiro	28.626.402	18.626.402	65,1	11.441.000	9.596.124	83,9
Fiscal Seguridade	28.626.402	18.626.402	65,1	11.441.000	9.596.124	83,9
Nacional	11.981.271	1.981.271	16,5	3.750.000	1.981.271	52,8
Centro-oeste	2.165.245	2.165.245	100,0	1.033.000	1.020.891	98,8
Nordeste	6.439.882	6.439.882	100,0	2.842.000	2.817.937	99,2
Norte	6.356.341	6.356.341	100,0	2.937.000	2.914.556	99,2
Sudeste	581.953	581.953	100,0	456.000	448.267	98,3
Sul	1.101.710	1.101.710	100,0	423.000	413.202	97,7
Financ. Total Programa	1.250.224.752	784.593.862	62,8	471.346.240	449.715.171	95,4
Fiscal Seguridade	1.250.224.752	784.593.862	71,3	471.346.240	449.715.171	95,4
0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2998	FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA				
Produto: aluno matriculado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	522,0	522,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	522,0	522,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.467.333	8.467.333	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.467.333	8.467.333	100,0	0	0	0,0
Sudeste	8.467.333	8.467.333	100,0	0	0	0,0
(P)	3054	CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ				
Produto: profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.105,0	5.105,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5.105,0	5.105,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	46.934	46.934	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	46.934	46.934	100,0	0	0	0,0
Nacional	46.934	46.934	100,0	0	0	0,0
(P)	3055	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ				
Produto: profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.743,0	4.743,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.743,0	4.743,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	114.956	114.956	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	114.956	114.956	100,0	0	0	0,0
Nacional	114.956	114.956	100,0	0	0	0,0
(P)	3059	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DE SURDEZ				
Produto: centro implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.625	11.625	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.625	11.625	100,0	0	0	0,0
Sudeste	11.625	11.625	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

245

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3063	ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA				
	Produto: pesquisa publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.913	8.913	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.913	8.913	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.913	8.913	100,0	0	0	0,0
(P)	3066	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ				
	Produto: exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	37.000,0	37.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	37.000,0	37.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3070	QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO				
	Produto: pessoa qualificada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	574,0	574,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	574,0	574,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.766	60.766	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	60.766	60.766	100,0	0	0	0,0
Nacional	60.766	60.766	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	8.770.527	8.770.527	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.770.527	8.770.527	71,3	0	0	0,0
0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	1519	GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL (Ministério da Cultura)				
	Produto: livro/texto gravado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.096	10.096	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.096	10.096	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.096	10.096	100,0	0	0	0,0
(A)	2999	FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL				
	Produto: aluno matriculado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.709.949	6.709.949	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.709.949	6.709.949	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.709.949	6.709.949	100,0	0	0	0,0
(P)	3058	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO				
	Produto: centro implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.000	12.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.000	12.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	12.000	12.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3064	PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL				
Produto: estudo disseminado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	6.737.045	6.737.045	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.737.045	6.737.045	71,3	0	0	0,0
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário						
(OE)	0615	PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: família atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	870.347,0	870.347,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	870.347,0	870.347,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	165.160.875	165.160.875	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	165.160.875	165.160.875	100,0	0	0	0,0
Nacional	130.534.740	130.534.740	100,0	0	0	0,0
Nordeste	31.965.235	31.965.235	100,0	0	0	0,0
Norte	2.660.900	2.660.900	100,0	0	0	0,0
(P)	1181	Equipamentos para TV Escola				
Produto: UNIDADE EQUIPADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20.000,0	20.000,0	100,0	20.000,0	20.000,0	100,0
Nacional	20.000,0	20.000,0	100,0	20.000,0	20.000,0	100,0
Financeiro	24.486.615	12.646.850	51,6	15.000.000	12.646.850	84,3
Fiscal Seguridade	24.486.615	12.646.850	51,6	15.000.000	12.646.850	84,3
Nacional	24.486.615	12.646.850	51,6	15.000.000	12.646.850	84,3
(P)	2337	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS				
Produto: Professor capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	41.254,0	41.254,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	41.254,0	41.254,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.000.000	12.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.000.000	12.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	12.000.000	12.000.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2337	Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais				
Produto: PROFESSOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	54.289,0	54.289,0	100,0	23.913,0	53.893,0	225,4
Nacional	54.289,0	54.289,0	100,0	23.913,0	53.893,0	225,4
Financeiro	24.020.870	12.020.870	50,0	12.100.000	11.820.994	97,7
Fiscal Seguridade	24.020.870	12.020.870	50,0	12.100.000	11.820.994	97,7
Nacional	24.020.870	12.020.870	50,0	12.100.000	11.820.994	97,7
(P)	3102	IMPLEMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS E REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto: professor capacitado			Unidade de Medida: milhar			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	999.963	999.963	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	999.963	999.963	100,0	0	0	0,0
Nacional	999.963	999.963	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário						
(P)	3160	Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias no Ensino Fundamental				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.000,0	10.000,0	100,0	6.000,0	6.000,0	100,0
Nacional	10.000,0	10.000,0	100,0	6.000,0	6.000,0	100,0
Financeiro	12.081.982	8.993.982	74,4	3.088.000	3.088.000	100,0
Fiscal Seguridade	12.081.982	8.993.982	74,4	3.088.000	3.088.000	100,0
Nacional	12.081.982	8.993.982	74,4	3.088.000	3.088.000	100,0
(P)	3203	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA ATUAÇÃO EM ESCOLAS COM CLASSES MULTISSERIADAS				
	Produto: Professor capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	294,0	294,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	294,0	294,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	199.873	199.873	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	199.873	199.873	100,0	0	0	0,0
Nacional	199.873	199.873	100,0	0	0	0,0
(P)	3205	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	Produto: professor capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.976.923	2.976.923	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.976.923	2.976.923	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.976.923	2.976.923	100,0	0	0	0,0
(P)	3693	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA II				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	56.565.763	56.565.763	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	56.565.763	56.565.763	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.086.303	5.086.303	100,0	0	0	0,0
Nordeste	42.432.434	42.432.434	100,0	0	0	0,0
Norte	9.047.026	9.047.026	100,0	0	0	0,0
(P)	3694	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA I				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	62.865.839	62.865.839	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	62.865.839	62.865.839	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	31.073.207	31.073.207	100,0	0	0	0,0
Norte	31.792.632	31.792.632	100,0	0	0	0,0
(P)	3697	Equipamentos de Informática para o Centro de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas				
	Produto: UNIDADE EQUIPADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.095,0	2.095,0	100,0	943,0	943,0	100,0
Nacional	2.095,0	2.095,0	100,0	943,0	943,0	100,0
Financeiro	95.658.807	61.158.807	63,9	29.786.700	28.955.832	97,2
Fiscal Seguridade	95.658.807	61.158.807	63,9	29.786.700	28.955.832	97,2
Nacional	95.658.807	61.158.807	63,9	29.786.700	28.955.832	97,2
(A)	4001	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	Produto: aluno matriculado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	594.886	594.886	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	594.886	594.886	100,0	0	0	0,0
Nordeste	7.024	7.024	100,0	0	0	0,0
Norte	158.957	158.957	100,0	0	0	0,0
Sudeste	428.905	428.905	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	248	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário						
(A)	4041	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO				
	Produto: aluno matriculado		Unidade de Medida: milhar			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.747.133	7.747.133	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.747.133	7.747.133	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.747.133	7.747.133	100,0	0	0	0,0
(A)	4050	Veiculação de Programas de Educação à Distância				
	Produto: PROGRAMA VEICULADO		Unidade de Medida: MINUTO			
Físico	510.080,0	510.080,0	100,0	280.080,0	230.000,0	82,1
Nacional	510.080,0	510.080,0	100,0	280.080,0	230.000,0	82,1
Financeiro	30.939.153	20.492.253	66,2	10.770.000	10.632.667	98,7
Fiscal Seguridade	30.939.153	20.492.253	66,2	10.770.000	10.632.667	98,7
Nacional	30.939.153	20.492.253	66,2	10.770.000	10.632.667	98,7
(A)	4051	INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS DA REDE PRIVADA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS CONCERNENTES À MANUTENÇÃO DIRETA OU INDIRETA DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	Produto: inspeção realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.126,0	1.126,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.126,0	1.126,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	750.000	750.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	750.000	750.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	750.000	750.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4085	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	Produto: instituição apoiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	63.033.379	63.033.379	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	63.033.379	63.033.379	100,0	0	0	0,0
Nacional	63.033.379	63.033.379	100,0	0	0	0,0
(A)	4088	Correção do Fluxo Escolar - ACeleração da Aprendizagem				
	Produto: ALUNO BENEFICIADO		Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	211,4	211,4	100,0	11,0	11,4	103,6
Nacional	211,4	211,4	100,0	11,0	11,4	103,6
Financeiro	8.427.233	4.427.233	52,5	4.000.000	427.252	10,7
Fiscal Seguridade	8.427.233	4.427.233	52,5	4.000.000	427.252	10,7
Nacional	8.427.233	4.427.233	52,5	4.000.000	427.252	10,7
(P)	5566	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL E SUDESTE				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	41.109,0	41.109,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	41.109,0	41.109,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	118.670.300	118.670.300	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	118.670.300	118.670.300	100,0	0	0	0,0
Sudeste	85.093.600	85.093.600	100,0	0	0	0,0
Sul	33.576.700	33.576.700	100,0	0	0	0,0
(P)	5614	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário						
(P)	5634	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE (FUNDESCOLA)				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	80.007,0	80.007,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	80.007,0	80.007,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	193.855.900	193.855.900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	193.855.900	193.855.900	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	23.862.500	23.862.500	100,0	0	0	0,0
Nordeste	134.173.500	134.173.500	100,0	0	0	0,0
Norte	35.819.900	35.819.900	100,0	0	0	0,0
(P)	6354	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA III				
	Produto: escola beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7619	Edição e Distribuição de Material Impresso de Apoio à Educação à Distância e ao Uso de Novas Tecnologias na Educação				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	11.420,0	11.420,0	100,0	6.620,0	6.500,0	98,2
Nacional	11.420,0	11.420,0	100,0	6.620,0	6.500,0	98,2
Financeiro	15.348.484	10.667.372	69,5	6.337.160	6.330.212	99,9
Fiscal Seguridade	15.348.484	10.667.372	69,5	6.337.160	6.330.212	99,9
Nacional	15.348.484	10.667.372	69,5	6.337.160	6.330.212	99,9
(P)	7859	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação à Distância				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31.080,0	31.080,0	100,0	15.080,0	15.080,0	100,0
Nacional	31.080,0	31.080,0	100,0	15.080,0	15.080,0	100,0
Financeiro	4.356.032	3.029.189	69,5	1.512.900	1.499.432	99,1
Fiscal Seguridade	4.356.032	3.029.189	69,5	1.512.900	1.499.432	99,1
Nacional	4.356.032	3.029.189	69,5	1.512.900	1.499.432	99,1
Financ. Total Programa	900.740.010	818.857.390	90,9	82.594.760	75.401.239	91,3
Fiscal Seguridade	900.740.010	818.857.390	71,3	82.594.760	75.401.239	91,3
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro						
(P)	3090	Censos, Exames e Avaliações Especiais				
	Produto: CENSO/AVALIACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	3,0	4,0	133,3
Nacional	12,0	12,0	100,0	3,0	4,0	133,3
Financeiro	8.736.650	5.000.000	57,2	1.000.000	1.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	8.736.650	5.000.000	57,2	1.000.000	1.000.000	100,0
Nacional	8.736.650	5.000.000	57,2	1.000.000	1.000.000	100,0
(A)	4000	Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais				
	Produto: ESTUDO/ESTATISTICA DISSEMINADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	195,0	195,0	100,0	85,0	85,0	100,0
Nacional	195,0	195,0	100,0	85,0	85,0	100,0
Financeiro	19.661.856	14.861.856	75,6	4.800.000	4.274.794	89,1
Fiscal Seguridade	19.661.856	14.861.856	75,6	4.800.000	4.274.794	89,1
Nacional	19.661.856	14.861.856	75,6	4.800.000	4.274.794	89,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro						
(A) 4014 Censo Escolar da Educação Básica						
Produto: CENSO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	26.847.387	16.649.387	62,0	7.872.000	7.351.422	93,4
Fiscal Seguridade	26.847.387	16.649.387	62,0	7.872.000	7.351.422	93,4
Nacional	26.847.387	16.649.387	62,0	7.872.000	7.351.422	93,4
(A) 4016 Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão						
Produto: CURSO AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	62,0	62,0	100,0	24,0	24,0	100,0
Nacional	62,0	62,0	100,0	24,0	24,0	100,0
Financeiro	85.513.860	59.424.780	69,5	26.089.080	24.826.813	95,2
Fiscal Seguridade	85.513.860	59.424.780	69,5	26.089.080	24.826.813	95,2
Nacional	85.513.860	59.424.780	69,5	26.089.080	24.826.813	95,2
(A) 4017 Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM						
Produto: ALUNO AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.419.744,0	3.419.744,0	100,0	1.600.000,0	1.829.170,0	114,3
Nacional	3.419.744,0	3.419.744,0	100,0	1.600.000,0	1.829.170,0	114,3
Financeiro	186.223.099	122.697.299	65,9	63.525.800	60.690.822	95,5
Fiscal Seguridade	186.223.099	122.697.299	65,9	63.525.800	60.690.822	95,5
Nacional	186.223.099	122.697.299	65,9	63.525.800	60.690.822	95,5
(A) 4021 Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED						
Produto: MODULO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Financeiro	12.821.452	6.643.452	51,8	3.178.000	2.965.452	93,3
Fiscal Seguridade	12.821.452	6.643.452	51,8	3.178.000	2.965.452	93,3
Nacional	12.821.452	6.643.452	51,8	3.178.000	2.965.452	93,3
(A) 4022 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB						
Produto: SISTEMA EDUCACIONAL AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	81,0	81,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	81,0	81,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	20.998.250	12.503.975	59,5	7.038.000	6.239.989	88,7
Fiscal Seguridade	20.998.250	12.503.975	59,5	7.038.000	6.239.989	88,7
Nacional	20.998.250	12.503.975	59,5	7.038.000	6.239.989	88,7
(A) 4465 Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação						
Produto: CURSO AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	950,0	950,0	100,0	1.900,0	950,0	50,0
Nacional	950,0	950,0	100,0	1.900,0	950,0	50,0
Financeiro	25.227.052	7.238.999	28,7	10.040.503	7.238.999	72,1
Fiscal Seguridade	25.227.052	7.238.999	28,7	10.040.503	7.238.999	72,1
Nacional	25.227.052	7.238.999	28,7	10.040.503	7.238.999	72,1
(A) 4473 Avaliação Institucional						
Produto: INSTITUICAO AVALIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	18,0	18,0	100,0	1.389,0	18,0	1,3
Nacional	18,0	18,0	100,0	1.389,0	18,0	1,3
Financeiro	2.061.242	18.232	0,9	352.225	18.232	5,2
Fiscal Seguridade	2.061.242	18.232	0,9	352.225	18.232	5,2
Nacional	2.061.242	18.232	0,9	352.225	18.232	5,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro						
(A) 6503 Censo do Ensino Superior						
Produto: CENSO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	10.290.000	6.860.000	66,7	3.430.000	3.430.000	100,0
Fiscal Seguridade	10.290.000	6.860.000	66,7	3.430.000	3.430.000	100,0
Nacional	10.290.000	6.860.000	66,7	3.430.000	3.430.000	100,0
Financ. Total Programa	398.380.848	251.897.980	63,2	127.325.608	118.036.523	92,7
Fiscal Seguridade	398.380.848	251.897.980	71,3	127.325.608	118.036.523	92,7
0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2329 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE						
Produto: Pessoa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.549.991	4.549.991	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.549.991	4.549.991	100,0	0	0	0,0
Nordeste	264.500	264.500	100,0	0	0	0,0
Norte	1.029	1.029	100,0	0	0	0,0
Sudeste	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
Sul	4.234.462	4.234.462	100,0	0	0	0,0
(P) 3077 CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Produto: Aluno matriculado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.632.916	1.632.916	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.632.916	1.632.916	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.541.004	1.541.004	100,0	0	0	0,0
Norte	5.876	5.876	100,0	0	0	0,0
Sudeste	86.036	86.036	100,0	0	0	0,0
(P) 3081 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS						
Produto: Pessoa participante						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	291.298	291.298	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	291.298	291.298	100,0	0	0	0,0
Nordeste	226.622	226.622	100,0	0	0	0,0
Sudeste	60.476	60.476	100,0	0	0	0,0
Sul	4.200	4.200	100,0	0	0	0,0
(A) 4004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
Produto: Evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.370.528	17.370.528	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	17.370.528	17.370.528	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.511.685	1.511.685	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.573.245	2.573.245	100,0	0	0	0,0
Norte	1.415.106	1.415.106	100,0	0	0	0,0
Sudeste	5.773.344	5.773.344	100,0	0	0	0,0
Sul	6.097.148	6.097.148	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	23.844.733	23.844.733	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.844.733	23.844.733	71,3	0	0	0,0
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0215 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.088	4.088	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.088	4.088	100,0	0	0	0,0
Nordeste	194	194	100,0	0	0	0,0
Sudeste	3.894	3.894	100,0	0	0	0,0
(OE) 0271 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METALURGIA - ABM						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	530	530	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	530	530	100,0	0	0	0,0
Sudeste	530	530	100,0	0	0	0,0
(OE) 0279 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.465	1.465	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.465	1.465	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.465	1.465	100,0	0	0	0,0
(OE) 0295 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - CRF						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	800	800	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	800	800	100,0	0	0	0,0
Nordeste	800	800	100,0	0	0	0,0
(OE) 0303 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS - ABRHUR						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.300	1.300	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.300	1.300	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.300	1.300	100,0	0	0	0,0
(OE) 0305 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE DIRETORES DE ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS - CONDITEC						
Produto: cota efetuada Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.485	4.485	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.485	4.485	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.494	1.494	100,0	0	0	0,0
Norte	2.991	2.991	100,0	0	0	0,0
(OE) 0307 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE DIRETORES DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS - CONDAF						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	199.000	199.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	199.000	199.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.000	2.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	23.000	23.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Norte	19.000	19.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	64.000	64.000	100,0	0	0	0,0
Sul	31.000	31.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0308 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE DIRETORES TÉCNICOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - CONDETUF						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	44.673	44.673	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	44.673	44.673	100,0	0	0	0,0
Nordeste	22.573	22.573	100,0	0	0	0,0
Sudeste	18.500	18.500	100,0	0	0	0,0
Sul	3.600	3.600	100,0	0	0	0,0
(OE) 0310 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA						
Produto: cota efetuada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0311 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA - ABEM						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.562	38.562	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	38.562	38.562	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.900	2.900	100,0	0	0	0,0
Nordeste	16.792	16.792	100,0	0	0	0,0
Sudeste	12.120	12.120	100,0	0	0	0,0
Sul	6.750	6.750	100,0	0	0	0,0
(OE) 0317 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - ABED						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	900	900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	900	900	100,0	0	0	0,0
Nordeste	600	600	100,0	0	0	0,0
Sudeste	300	300	100,0	0	0	0,0
(OE) 0318 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ENGENHARIA - ABENGE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.883	7.883	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.883	7.883	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.352	1.352	100,0	0	0	0,0
Sudeste	4.806	4.806	100,0	0	0	0,0
Sul	1.725	1.725	100,0	0	0	0,0
(OE) 0319 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0320 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ODONTOLOGIA - ABENO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.300	1.300	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.300	1.300	100,0	0	0	0,0
Sudeste	780	780	100,0	0	0	0,0
Sul	520	520	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0322 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO DE ARQUITETURA						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	350	350	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	350	350	100,0	0	0	0,0
Sul	350	350	100,0	0	0	0,0
(OE) 0323 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	900	900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	900	900	100,0	0	0	0,0
Nordeste	900	900	100,0	0	0	0,0
(OE) 0324 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS DO BRASIL - ALFOB						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.185	21.185	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	21.185	21.185	100,0	0	0	0,0
Nordeste	21.185	21.185	100,0	0	0	0,0
(OE) 0326 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS - ANPR						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.785	1.785	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.785	1.785	100,0	0	0	0,0
Sudeste	800	800	100,0	0	0	0,0
Sul	985	985	100,0	0	0	0,0
(OE) 0327 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	997.430	997.430	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	997.430	997.430	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	84.387	84.387	100,0	0	0	0,0
Nordeste	254.604	254.604	100,0	0	0	0,0
Norte	93.932	93.932	100,0	0	0	0,0
Sudeste	340.780	340.780	100,0	0	0	0,0
Sul	223.727	223.727	100,0	0	0	0,0
(OE) 0331 CONTRIBUIÇÃO À FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE TRABALHO - UNITRABALHO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	44.668	44.668	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	44.668	44.668	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	4.502	4.502	100,0	0	0	0,0
Nordeste	13.637	13.637	100,0	0	0	0,0
Norte	4.750	4.750	100,0	0	0	0,0
Sudeste	15.347	15.347	100,0	0	0	0,0
Sul	6.432	6.432	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0335 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - CRUB						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	574.949	574.949	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	574.949	574.949	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	58.000	58.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	118.221	118.221	100,0	0	0	0,0
Norte	65.528	65.528	100,0	0	0	0,0
Sudeste	239.500	239.500	100,0	0	0	0,0
Sul	93.700	93.700	100,0	0	0	0,0
(OE) 0336 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DAS ESCOLAS FEDERAIS - CODESFE						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	48.495	48.495	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	48.495	48.495	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.500	2.500	100,0	0	0	0,0
Norte	1.791	1.791	100,0	0	0	0,0
Sudeste	37.052	37.052	100,0	0	0	0,0
Sul	7.152	7.152	100,0	0	0	0,0
(OE) 0337 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO DOS DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CONCEFET						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	67.181	67.181	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	67.181	67.181	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	4.498	4.498	100,0	0	0	0,0
Nordeste	26.374	26.374	100,0	0	0	0,0
Norte	6.241	6.241	100,0	0	0	0,0
Sudeste	21.079	21.079	100,0	0	0	0,0
Sul	8.989	8.989	100,0	0	0	0,0
(OE) 0338 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE SANTA CATARINA						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	403	403	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	403	403	100,0	0	0	0,0
Sul	403	403	100,0	0	0	0,0
(OE) 0339 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PIAUÍ						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	358	358	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	358	358	100,0	0	0	0,0
Nordeste	358	358	100,0	0	0	0,0
(OE) 0340 CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE DE TELEVISÃO DAS UNIVERSIDADES DO RIO DE JANEIRO - UTV						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.000	72.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	72.000	72.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	72.000	72.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0341 CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE DOS USUÁRIOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.853	1.853	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.853	1.853	100,0	0	0	0,0
Sul	1.853	1.853	100,0	0	0	0,0
(OE) 0347 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.088	1.088	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.088	1.088	100,0	0	0	0,0
Sul	1.088	1.088	100,0	0	0	0,0
(OE) 0434 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA - ABENFARBIO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0435 CONTRIBUIÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - COREN						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	163	163	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	163	163	100,0	0	0	0,0
Sudeste	163	163	100,0	0	0	0,0
(OE) 0437 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO - ANPED						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0438 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR - ABEAS						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.180	7.180	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.180	7.180	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	500	500	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.500	3.500	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.120	2.120	100,0	0	0	0,0
Sul	1.060	1.060	100,0	0	0	0,0
(OE) 0439 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO - AGERT						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0441 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS - ABEU						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0443 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ABECs						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0446 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA - ANPGPL						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	596	596	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	596	596	100,0	0	0	0,0
Sudeste	596	596	100,0	0	0	0,0
(OE) 0447 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANGRAD						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.825	4.825	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.825	4.825	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.727	2.727	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.098	2.098	100,0	0	0	0,0
(OE) 0448 CONTRIBUIÇÃO À REDE DE TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - REDETEC						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.000	34.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	34.000	34.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	34.000	34.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0450 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANPGCS						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.660	4.660	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.660	4.660	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.460	2.460	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.200	2.200	100,0	0	0	0,0
(OE) 0679 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA - ABE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0681 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0683 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - ANPEPP						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.208	1.208	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.208	1.208	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.208	1.208	100,0	0	0	0,0
(OE) 0685 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - ANPEGE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500	500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	500	500	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	500	500	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(OE) 0687 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.000	6.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.000	6.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.000	3.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.000	3.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0689 CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPITAIS DE ENSINO - ABRAHDE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2014 Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional						
Produto: NORMA PRODUZIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.648,0	3.648,0	100,0	1.430,0	1.209,0	84,5
Nacional	3.648,0	3.648,0	100,0	1.430,0	1.209,0	84,5
Financeiro	3.107.187	2.107.187	67,8	1.000.000	746.009	74,6
Fiscal Seguridade	3.107.187	2.107.187	67,8	1.000.000	746.009	74,6
Nacional	3.107.187	2.107.187	67,8	1.000.000	746.009	74,6
(P) 3127 Estudos e Pesquisas Educacionais						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.652.752	1.235.203	74,7	529.000	529.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.652.752	1.235.203	74,7	529.000	529.000	100,0
Nacional	1.652.752	1.235.203	74,7	529.000	529.000	100,0
(A) 4024 Gerenciamento das Políticas do Ensino Fundamental						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.095.058	7.595.058	68,5	3.407.000	3.063.885	89,9
Fiscal Seguridade	11.095.058	7.595.058	68,5	3.407.000	3.063.885	89,9
Nacional	11.095.058	7.595.058	68,5	3.407.000	3.063.885	89,9
(A) 4025 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.576.537	4.576.537	53,4	2.579.205	2.175.820	84,4
Fiscal Seguridade	8.576.537	4.576.537	53,4	2.579.205	2.175.820	84,4
Nacional	8.576.537	4.576.537	53,4	2.579.205	2.175.820	84,4
(A) 4029 Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-educação						
Produto: INSPECAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.686,0	1.686,0	100,0	1,0	1.686,0	168.600,0
Nacional	1.686,0	1.686,0	100,0	1,0	1.686,0	168.600,0
Financeiro	3.380.439	1.430.439	42,3	1.950.000	1.430.439	73,4
Fiscal Seguridade	3.380.439	1.430.439	42,3	1.950.000	1.430.439	73,4
Nacional	3.380.439	1.430.439	42,3	1.950.000	1.430.439	73,4
(A) 4081 Gerenciamento das Políticas da Educação à Distância						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.040.941	6.740.941	67,1	3.201.000	3.068.307	95,9
Fiscal Seguridade	10.040.941	6.740.941	67,1	3.201.000	3.068.307	95,9
Nacional	10.040.941	6.740.941	67,1	3.201.000	3.068.307	95,9
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	259			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena						
(A) 4082 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.704.267	1.204.267	70,7	500.000	357.674	71,5
Fiscal Seguridade	1.704.267	1.204.267	70,7	500.000	357.674	71,5
Nacional	1.704.267	1.204.267	70,7	500.000	357.674	71,5
(A) 4083 GERENCIAMENTO DAS POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.002.074	9.118.574	65,1	4.787.500	3.052.297	63,8
Fiscal Seguridade	14.002.074	9.118.574	65,1	4.787.500	3.052.297	63,8
Nacional	14.002.074	9.118.574	65,1	4.787.500	3.052.297	63,8
Financ. Total Programa	55.756.018	36.204.969	64,9	17.953.705	14.423.431	80,3
Fiscal Seguridade	55.756.018	36.204.969	71,3	17.953.705	14.423.431	80,3
0046 HOSPITAIS DE ENSINO						
Gerente em 31/12/2002: Atílio Mazzoleni						
(A) 0523 Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino						
Produto: HOSPITAL APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	64.238.675	64.238.675	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	64.238.675	64.238.675	100,0	0	0	0,0
Nacional	59.458.863	59.458.863	100,0	0	0	0,0
Nordeste	4.499.812	4.499.812	100,0	0	0	0,0
Sudeste	280.000	280.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0523 Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino						
Produto: HOSPITAL APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	82,0	82,0	100,0	58,0	82,0	141,4
Nacional	82,0	82,0	100,0	58,0	82,0	141,4
Financeiro	82.165.733	31.115.733	37,9	31.360.000	31.115.733	99,2
Fiscal Seguridade	82.165.733	31.115.733	37,9	31.360.000	31.115.733	99,2
Nacional	81.415.733	31.115.733	38,2	31.360.000	31.115.733	99,2
Centro-oeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	450.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO						
Produto: unidade ampliada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.899.543	3.899.543	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.899.543	3.899.543	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	30.000	30.000	100,0	0	0	0,0
Sul	3.869.543	3.869.543	100,0	0	0	0,0
(P) 3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO						
Produto: unidade equipada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.019.982	8.019.982	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.019.982	8.019.982	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.600.000	3.600.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.698.060	1.698.060	100,0	0	0	0,0
Sudeste	166.000	166.000	100,0	0	0	0,0
Sul	2.555.922	2.555.922	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	260				
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações					
					Realizado = Empenho Liquidado	
					S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0046 HOSPITAIS DE ENSINO						
Gerente em 31/12/2002: Atilio Mazzoleni						
(P)	3156	REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO				
	Produto: unidade reformada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.486.000	3.486.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.486.000	3.486.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.486.000	2.486.000	100,0	0	0	0,0
Sul	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3210	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO				
	Produto: unidade equipada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	299.876	299.876	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	299.876	299.876	100,0	0	0	0,0
Nordeste	299.876	299.876	100,0	0	0	0,0
(A)	4010	Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População				
	Produto: PESSOA ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9.010.420,0	9.010.420,0	100,0	609.133,0	8.397.420,0	1.378,6
Nacional	8.397.420,0	8.397.420,0	100,0	609.133,0	8.397.420,0	1.378,6
Sul	613.000,0	613.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	622.138.356	455.331.266	73,2	163.274.594	161.909.630	99,2
Fiscal Seguridade	622.138.356	455.331.266	73,2	163.274.594	161.909.630	99,2
Nacional	161.909.630	161.909.630	100,0	163.274.594	161.909.630	99,2
Sul	460.228.726	293.421.636	63,8	0	0	0,0
(A)	4086	Serviços Sociais à Comunidade por meio de Hospitais de Ensino				
	Produto: LEITO OFERTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	81.579,0	81.579,0	100,0	6.200,0	81.579,0	1.315,8
Nacional	66.732,0	66.732,0	100,0	5.394,0	66.732,0	1.237,2
Sudeste	14.847,0	14.847,0	100,0	806,0	14.847,0	1.842,1
Financeiro	187.178.909	89.609.556	47,9	110.038.279	23.304.539	21,2
Fiscal Seguridade	187.178.909	89.609.556	47,9	110.038.279	23.304.539	21,2
Nacional	16.768.580	16.255.375	96,9	99.647.193	15.954.358	16,0
Centro-oeste	4.442.081	3.240.000	72,9	0	0	0,0
Nordeste	4.934.122	3.406.639	69,0	0	0	0,0
Norte	4.823.768	221.680	4,6	0	0	0,0
Sudeste	149.348.789	61.346.605	41,1	10.391.086	7.350.181	70,7
Sul	6.861.569	5.139.257	74,9	0	0	0,0
(P)	7086	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO				
	Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7563	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DOS HOSPITAIS DE ENSINO				
	Produto: Hospital beneficiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.906.033	3.906.033	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.906.033	3.906.033	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	70.000	70.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.110.000	1.110.000	100,0	0	0	0,0
Sul	2.626.033	2.626.033	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	975.333.107	659.906.664	67,7	304.672.873	216.329.902	71,0
Fiscal Seguridade	975.333.107	659.906.664	71,3	304.672.873	216.329.902	71,0

0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

261

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana						
(OE)	0304	Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.152.385.356	1.494.885.272	69,5	663.963.846	431.374.994	65,0
Fiscal Seguridade	2.152.385.356	1.494.885.272	69,5	663.963.846	431.374.994	65,0
Nordeste	1.783.041.300	1.234.743.238	69,2	543.598.415	359.704.922	66,2
Norte	369.344.056	260.142.034	70,4	120.365.431	71.670.072	59,5
(A)	0509	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	61.243.328	61.243.328	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	61.243.328	61.243.328	100,0	0	0	0,0
Nacional	61.243.328	61.243.328	100,0	0	0	0,0
(OE)	0509	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	126,0	19,0	15,1
Nacional	19,0	19,0	100,0	126,0	19,0	15,1
Financeiro	64.484.313	51.775.313	80,3	71.514.040	51.775.313	72,4
Fiscal Seguridade	64.484.313	51.775.313	80,3	71.514.040	51.775.313	72,4
Nacional	61.775.313	51.775.313	83,8	71.514.040	51.775.313	72,4
Centro-oeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.160.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	419.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	870.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	210.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0513	Alimentação Escolar				
Produto: ALUNO BENEFICIADO			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	110.562,8	110.562,8	100,0	37.720,0	36.294,7	96,2
Nacional	36.294,7	36.294,7	100,0	37.720,0	36.294,7	96,2
Centro-oeste	5.279,4	5.279,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	25.771,0	25.771,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7.047,0	7.047,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	26.736,5	26.736,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	9.434,2	9.434,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.532.715.709	2.652.715.709	75,1	900.000.000	848.858.028	94,3
Fiscal Seguridade	3.532.715.709	2.652.715.709	75,1	900.000.000	848.858.028	94,3
Nacional	898.796.222	878.796.218	97,8	900.000.000	848.858.028	94,3
Centro-oeste	188.778.974	127.979.159	67,8	0	0	0,0
Nordeste	912.781.990	607.829.205	66,6	0	0	0,0
Norte	251.690.368	168.535.256	67,0	0	0	0,0
Sudeste	944.957.985	642.482.177	68,0	0	0	0,0
Sul	335.710.170	227.093.694	67,6	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana						
(OE) 0515 Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA						
Produto: ESCOLA BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	166.474,0	166.474,0	100,0	95.850,0	84.323,0	88,0
Nacional	84.323,0	84.323,0	100,0	95.850,0	84.323,0	88,0
Centro-oeste	5.178,0	5.178,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	59.912,0	59.912,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	17.061,0	17.061,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	576.776.925	373.316.400	64,7	204.011.000	189.456.700	92,9
Fiscal Seguridade	576.776.925	373.316.400	64,7	204.011.000	189.456.700	92,9
Nacional	189.456.700	189.456.700	100,0	204.011.000	189.456.700	92,9
Centro-oeste	43.388.650	21.208.000	48,9	0	0	0,0
Nordeste	272.372.700	129.305.200	47,5	0	0	0,0
Norte	71.558.875	33.346.500	46,6	0	0	0,0
(OE) 0517 Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal						
Produto: ESCOLA BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	80.765,0	80.765,0	100,0	42.370,0	40.990,0	96,7
Nacional	40.990,0	40.990,0	100,0	42.370,0	40.990,0	96,7
Centro-oeste	495,0	495,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	25.029,0	25.029,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	14.251,0	14.251,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	359.241.275	235.493.800	65,6	123.197.000	117.221.300	95,1
Fiscal Seguridade	359.241.275	235.493.800	65,6	123.197.000	117.221.300	95,1
Nacional	117.221.300	117.221.300	100,0	123.197.000	117.221.300	95,1
Centro-oeste	4.488.900	2.264.400	50,4	0	0	0,0
Sudeste	169.518.925	83.034.100	49,0	0	0	0,0
Sul	68.012.150	32.974.000	48,5	0	0	0,0
(OE) 0519 Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas - Bolsa-Escola						
Produto: ALUNO BENEFICIADO Unidade de Medida: MILHAR						
Físico	11.448,0	11.448,0	100,0	10.195,0	8.663,1	85,0
Nacional	9.882,9	9.882,9	100,0	10.195,0	8.663,1	85,0
Centro-oeste	33,0	33,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.151,7	1.151,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	164,5	164,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	185,5	185,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	30,4	30,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.875.421.461	2.038.421.461	52,6	1.771.306.455	1.537.096.293	86,8
Fiscal Seguridade	3.875.421.461	2.038.421.461	52,6	1.771.306.455	1.537.096.293	86,8
Nacional	2.841.966.740	1.756.666.145	61,8	1.771.306.455	1.537.096.293	86,8
Centro-oeste	106.439.153	5.942.775	5,6	0	0	0,0
Nordeste	207.313.156	207.313.156	100,0	0	0	0,0
Norte	74.719.724	29.640.175	39,7	0	0	0,0
Sudeste	461.715.869	33.389.210	7,2	0	0	0,0
Sul	183.266.819	5.470.000	3,0	0	0	0,0
(P) 3087 AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE EXIBIÇÃO DE PROGRAMAS E FILMES EDUCATIVOS						
Produto: filme/programa adquirido Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.279.867	2.279.867	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.279.867	2.279.867	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.279.867	2.279.867	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana						
(P)	3152	PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO - RÁDIO ESCOLA				
Produto: programa produzido			Unidade de Medida: min			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	276.153	276.153	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	276.153	276.153	100,0	0	0	0,0
Nacional	276.153	276.153	100,0	0	0	0,0
(P)	3153	PRODUÇÃO E CO-PRODUÇÃO DE PROGRAMAS TELEVISIVOS				
Produto: programa produzido			Unidade de Medida: min			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.500.092	3.500.092	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.500.092	3.500.092	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.500.092	3.500.092	100,0	0	0	0,0
(P)	3693	Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II				
Produto: ESCOLA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13.882,0	13.882,0	100,0	10.106,0	6.411,0	63,4
Centro-oeste	2.774,0	2.774,0	100,0	1.640,0	941,0	57,4
Nordeste	7.874,0	7.874,0	100,0	6.100,0	4.435,0	72,7
Norte	3.234,0	3.234,0	100,0	2.366,0	1.035,0	43,7
Financeiro	191.311.849	185.911.849	97,2	80.000.000	69.278.533	86,6
Fiscal Seguridade	191.311.849	185.911.849	97,2	80.000.000	69.278.533	86,6
Centro-oeste	52.901.722	52.901.722	100,0	13.275.500	11.204.794	84,4
Nordeste	88.049.557	82.649.557	93,9	56.730.000	51.686.390	91,1
Norte	50.360.570	50.360.570	100,0	9.994.500	6.387.349	63,9
(P)	3697	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CETE, NÚCLEOS DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - NTE E ESCOLAS				
Produto: unidade equipada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.070.884	13.070.884	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.070.884	13.070.884	100,0	0	0	0,0
Nacional	13.070.884	13.070.884	100,0	0	0	0,0
(P)	3699	Veículos para Transporte Escolar				
Produto: VEICULO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.514,0	2.514,0	100,0	3.250,0	1.010,0	31,1
Nacional	1.197,0	1.197,0	100,0	3.250,0	1.010,0	31,1
Centro-oeste	127,0	127,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	257,0	257,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	126,0	126,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	651,0	651,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	156,0	156,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	185.465.796	145.973.716	78,7	114.320.438	47.197.018	41,3
Fiscal Seguridade	185.465.796	145.973.716	78,7	114.320.438	47.197.018	41,3
Nacional	168.963.655	141.227.655	83,6	114.320.438	47.197.018	41,3
Centro-oeste	3.747.802	3.167.802	84,5	0	0	0,0
Nordeste	680.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	305.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	9.914.080	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.855.259	1.578.259	85,1	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana						
(A)	4001	Funcionamento do Ensino Fundamental				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.574,0	10.574,0	100,0	9.668,0	S.R.	0,0
Nordeste	239,0	239,0	100,0	240,0	S.R.	0,0
Norte	480,0	480,0	100,0	511,0	S.R.	0,0
Sudeste	9.855,0	9.855,0	100,0	8.917,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.626.816	957.011	20,7	434.842	431.333	99,2
Fiscal Seguridade	4.626.816	957.011	20,7	434.842	431.333	99,2
Nordeste	25.660	16.111	62,8	8.612	8.611	100,0
Norte	89.459	58.362	65,2	40.230	40.193	99,9
Sudeste	4.511.697	882.538	19,6	386.000	382.529	99,1
(A)	4041	Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino				
	Produto: ALUNO MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.423,7	3.423,7	100,0	157.143,0	3.370,0	2,1
Nacional	3.423,7	3.423,7	100,0	157.143,0	3.370,0	2,1
Financeiro	12.965.481	2.965.481	22,9	34.751.594	1.489.949	4,3
Fiscal Seguridade	12.965.481	2.965.481	22,9	34.751.594	1.489.949	4,3
Nacional	12.965.481	2.965.481	22,9	34.751.594	1.489.949	4,3
(A)	4042	Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental (Saúde do Escolar)				
	Produto: ALUNO ASSISTIDO		Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	3.008,0	3.008,0	100,0	5.000,0	S.R.	0,0
Nacional	3.008,0	3.008,0	100,0	5.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.947.982	26.828.982	62,5	16.119.000	1.458.922	9,1
Fiscal Seguridade	42.947.982	26.828.982	62,5	16.119.000	1.458.922	9,1
Nacional	42.947.982	26.828.982	62,5	16.119.000	1.458.922	9,1
(A)	4045	Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental				
	Produto: MODULO DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12.711.860,0	12.711.860,0	100,0	21.856,0	527.072,0	2.411,6
Nacional	12.711.860,0	12.711.860,0	100,0	21.856,0	527.072,0	2.411,6
Financeiro	80.993.682	62.987.099	77,8	19.806.583	19.633.632	99,1
Fiscal Seguridade	80.993.682	62.987.099	77,8	19.806.583	19.633.632	99,1
Nacional	80.993.682	62.987.099	77,8	19.806.583	19.633.632	99,1
(A)	4046	Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	308.002,6	308.002,6	100,0	65.557,0	57.024,0	87,0
Nacional	308.002,6	308.002,6	100,0	65.557,0	57.024,0	87,0
Financeiro	1.887.512.658	1.337.355.254	70,9	343.870.000	278.563.661	81,0
Fiscal Seguridade	1.887.512.658	1.337.355.254	70,9	343.870.000	278.563.661	81,0
Nacional	1.887.512.658	1.337.355.254	70,9	343.870.000	278.563.661	81,0
(A)	4049	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO (RÁDIO-ESCOLA)				
	Produto: programa veiculado		Unidade de Medida: min			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4050	VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA				
	Produto: programa veiculado		Unidade de Medida: min			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana						
(A)	4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM				
Produto: aluno beneficiado			Unidade de Medida: milhar			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.626.558	8.626.558	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.626.558	8.626.558	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.626.558	8.626.558	100,0	0	0	0,0
(A)	4389	Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social				
Produto: CONSELHEIRO CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.385,0	1.385,0	100,0	648,0	1.385,0	213,7
Nacional	1.385,0	1.385,0	100,0	648,0	1.385,0	213,7
Financeiro	2.021.078	521.078	25,8	1.500.000	521.078	34,7
Fiscal Seguridade	2.021.078	521.078	25,8	1.500.000	521.078	34,7
Nacional	2.021.078	521.078	25,8	1.500.000	521.078	34,7
(A)	4401	Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios Concedidos pelo Bolsa-Escola				
Produto: FAMÍLIA ATENDIDA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	5.106,5	5.106,5	100,0	5.422,0	5.106,5	94,2
Nacional	5.106,5	5.106,5	100,0	5.422,0	5.106,5	94,2
Financeiro	265.707.964	114.975.504	43,3	155.000.000	114.975.504	74,2
Fiscal Seguridade	265.707.964	114.975.504	43,3	155.000.000	114.975.504	74,2
Nacional	265.707.964	114.975.504	43,3	155.000.000	114.975.504	74,2
(A)	4411	Gerenciamento do Bolsa-Escola				
Produto: FAMÍLIA ATENDIDA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	5.106,5	5.106,5	100,0	5.422,0	5.106,5	94,2
Nacional	5.106,5	5.106,5	100,0	5.422,0	5.106,5	94,2
Financeiro	16.563.005	5.563.005	33,6	11.000.000	5.563.005	50,6
Fiscal Seguridade	16.563.005	5.563.005	33,6	11.000.000	5.563.005	50,6
Nacional	16.563.005	5.563.005	33,6	11.000.000	5.563.005	50,6
(A)	4549	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto: módulo distribuído			Unidade de Medida: milhar			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5079	Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA III				
Produto: ESCOLA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	577,0	577,0	100,0	1.000,0	577,0	57,7
Nacional	577,0	577,0	100,0	1.000,0	577,0	57,7
Financeiro	74.063.294	17.358.000	23,4	20.000.000	17.358.000	86,8
Fiscal Seguridade	74.063.294	17.358.000	23,4	20.000.000	17.358.000	86,8
Nacional	74.063.294	17.358.000	23,4	20.000.000	17.358.000	86,8
(P)	5614	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Produto: Escola beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6330	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO				
Produto: exemplar distribuído			Unidade de Medida: milhar			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7080	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA				
Produto: unidade equipada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		266	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
26000 Ministério da Educação						
Financ. Total Programa	13.417.201.526	8.840.001.816	65,9	4.530.794.798	3.732.253.263	82,4
Fiscal Seguridade	13.417.201.526	8.840.001.816	71,3	4.530.794.798	3.732.253.263	82,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX						
Produto: Sistema mantido	Unidade de Medida: unidade					
Físico	26,0	26,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	159.829.676	159.829.676	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	159.829.676	159.829.676	100,0	0	0	0,0
Nacional	159.829.676	159.829.676	100,0	0	0	0,0
(P) 3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS						
Produto: Posto reaparelhado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	81,0	81,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.000.000	20.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	20.000.000	20.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	20.000.000	20.000.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	179.829.676	179.829.676	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	179.829.676	179.829.676	77,9	0	0	0,0
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Expedito José de Vasconcelos Gonçalves						
(A) 2013 Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais						
Produto: RECURSO JULGADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	27.086,0	27.086,0	100,0	9.280,0	8.252,0	88,9
Nacional	27.086,0	27.086,0	100,0	9.280,0	8.252,0	88,9
Financeiro	2.904.803	1.574.803	54,2	792.000	531.523	67,1
Fiscal Seguridade	2.904.803	1.574.803	54,2	792.000	531.523	67,1
Nacional	2.904.803	1.574.803	54,2	792.000	531.523	67,1
(A) 2085 Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	5,0	5,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	131.689	106.689	81,0	100.000	81.969	82,0
Fiscal Seguridade	131.689	106.689	81,0	100.000	81.969	82,0
Nacional	106.969	81.969	76,6	100.000	81.969	82,0
Centro-oeste	24.720	24.720	100,0	0	0	0,0
(A) 2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira						
Produto: ACAO FISCAL REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	83.139,0	83.139,0	100,0	48.871,0	20.913,0	42,8
Nacional	83.139,0	83.139,0	100,0	48.871,0	20.913,0	42,8
Financeiro	403.731.564	323.681.564	80,2	155.602.000	132.758.817	85,3
Fiscal Seguridade	403.731.564	323.681.564	80,2	155.602.000	132.758.817	85,3
Nacional	403.731.564	323.681.564	80,2	155.602.000	132.758.817	85,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Expedito José de Vasconcelos Gonçalves						
(A) 2238	Normatização e Gestão Tributária e Aduaneira					
Produto: NORMA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	829.581.165	581.017.483	70,0	259.045.000	221.408.560	85,5
Fiscal Seguridade	829.581.165	581.017.483	70,0	259.045.000	221.408.560	85,5
Nacional	829.581.165	581.017.483	70,0	259.045.000	221.408.560	85,5
(A) 2239	Lançamento, Cobrança de Tributos e Atendimento ao Contribuinte					
Produto: DECLARACAO RECEBIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	167.784.551,0	167.784.551,0	100,0	41.200.000,0	76.919.144,0	186,7
Nacional	167.784.551,0	167.784.551,0	100,0	41.200.000,0	76.919.144,0	186,7
Financeiro	242.698.261	197.698.261	81,5	77.031.000	55.901.310	72,6
Fiscal Seguridade	242.698.261	197.698.261	81,5	77.031.000	55.901.310	72,6
Nacional	242.698.261	197.698.261	81,5	77.031.000	55.901.310	72,6
(A) 2242	Remuneração por Serviço de Arrecadação					
Produto: INSTITUICAO REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	107,0	107,0	100,0	62,0	51,0	82,3
Nacional	107,0	107,0	100,0	62,0	51,0	82,3
Financeiro	357.985.119	272.985.119	76,3	94.086.000	89.918.044	95,6
Fiscal Seguridade	357.985.119	272.985.119	76,3	94.086.000	89.918.044	95,6
Nacional	357.985.119	272.985.119	76,3	94.086.000	89.918.044	95,6
(A) 2247	Sistema Integrado de Comércio Exterior- SISCOMEX					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	15,0	15,0	100,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	15,0	15,0	100,0
Financeiro	134.856.000	69.856.000	51,8	79.856.000	69.856.000	87,5
Fiscal Seguridade	134.856.000	69.856.000	51,8	79.856.000	69.856.000	87,5
Nacional	134.856.000	69.856.000	51,8	79.856.000	69.856.000	87,5
(A) 2248	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	240,0	240,0	100,0	91,0	91,0	100,0
Nacional	240,0	240,0	100,0	91,0	91,0	100,0
Financeiro	742.970.398	562.970.398	75,8	219.994.746	190.792.651	86,7
Fiscal Seguridade	742.970.398	562.970.398	75,8	219.994.746	190.792.651	86,7
Nacional	742.970.398	562.970.398	75,8	219.994.746	190.792.651	86,7
(A) 2866	Ações de Caráter Sigiloso					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.245.370	615.370	49,4	1.108.000	366.880	33,1
Fiscal Seguridade	1.245.370	615.370	49,4	1.108.000	366.880	33,1
Nacional	1.245.370	615.370	49,4	1.108.000	366.880	33,1
(P) 3583	Reaparelhamento, Atualização e Aperfeiçoamento Tecnológico da Secretaria da Receita Federal					
Produto: UNIDADE REAPARELHADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	70,0	70,0	100,0	70,0	70,0	100,0
Nacional	70,0	70,0	100,0	70,0	70,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	21.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	21.500.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	21.500.000	0	0,0
Financ. Total Programa	2.716.104.369	2.010.505.687	74,0	909.114.746	761.615.754	83,8
Fiscal Seguridade	2.716.104.369	2.010.505.687	77,9	909.114.746	761.615.754	83,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

269

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS						
Gerente em 31/12/2002: Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo						
(A)	2219	Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa Econômica Aplicada e Avaliação de Políticas Públicas (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	600,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	600,0	S.R.	0,0
Financeiro	141.448	141.448	100,0	28.000	4.090	14,6
Fiscal Seguridade	141.448	141.448	100,0	28.000	4.090	14,6
Nacional	141.448	141.448	100,0	28.000	4.090	14,6
(A)	2250	Seleção, Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins.				
Produto: SERVIDOR SELECIONADO E CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	112.562,0	112.562,0	100,0	31.000,0	34.974,0	112,8
Nacional	75.493,0	75.493,0	100,0	31.000,0	34.974,0	112,8
Centro-oeste	12.824,0	12.824,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	6.957,0	6.957,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2.027,0	2.027,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	10.629,0	10.629,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	4.632,0	4.632,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	65.082.440	47.678.707	73,3	22.735.277	17.493.770	76,9
Fiscal Seguridade	65.082.440	47.678.707	73,3	22.735.277	17.493.770	76,9
Nacional	65.082.440	47.678.707	73,3	22.735.277	17.493.770	76,9
(A)	4066	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: gerente capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	285.000	285.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	285.000	285.000	100,0	0	0	0,0
Norte	285.000	285.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	65.508.888	48.105.155	73,4	22.763.277	17.497.860	76,9
Fiscal Seguridade	65.508.888	48.105.155	77,9	22.763.277	17.497.860	76,9
9982 CREDIAMIGO						
Gerente em 31/12/2002: Maria Rita da Silva Valente						
(OA)	9509	CAPACITAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES				
Produto: microempreendedor capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	163.614,0	163.614,0	100,0	76.000,0	79.244,0	104,3
Nordeste	157.716,0	157.716,0	100,0	72.200,0	75.776,0	105,0
Sudeste	5.898,0	5.898,0	100,0	3.800,0	3.468,0	91,3
Financeiro	5.107.400	1.687.400	33,0	1.520.000	0	0,0
Demais Fontes	5.107.400	1.687.400	33,0	1.520.000	0	0,0
Nacional	3.207.400	1.687.400	52,6	1.520.000	0	0,0
Nordeste	1.805.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	95.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9510	FINANCIAMENTO AO MICRONEGÓCIO				
Produto: financiamento concedido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	605.106,0	605.106,0	100,0	524.750,0	347.259,0	66,2
Nordeste	583.209,0	583.209,0	100,0	505.605,0	333.658,0	66,0
Sudeste	21.897,0	21.897,0	100,0	19.145,0	13.601,0	71,0
Financeiro	704.935.948	201.063.122	28,5	435.655.000	0	0,0
Demais Fontes	704.935.948	201.063.122	28,5	435.655.000	0	0,0
Nacional	636.718.122	201.063.122	31,6	435.655.000	0	0,0
Nordeste	65.706.422	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.511.404	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

270

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
Financ. Total Programa	710.043.348	202.750.522	28,6	437.175.000	0	0,0
Demais Fontes	710.043.348	202.750.522	33,6	437.175.000	0	0,0
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS						
Gerente em 31/12/2002: Ana Maria da França Martins Brito						
(P) 1068 Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários						
Produto: OBRA REALIZADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	85,7	85,7	100,0	8,0	0,7	8,8
Centro-oeste	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	50,7	50,7	100,0	8,0	0,7	8,4
Financeiro	8.814.850	8.094.850	91,8	950.000	79.529	8,4
Fiscal Seguridade	8.814.850	8.094.850	91,8	950.000	79.529	8,4
Centro-oeste	21.730	21.730	100,0	0	0	0,0
Sudeste	8.793.120	8.073.120	91,8	950.000	79.529	8,4
(P) 1659 Estudos Prospectivos para Desenvolvimento de Novos Mercados						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	50.000	0	0,0	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	50.000	0	0,0	50.000	0	0,0
Nacional	50.000	0	0,0	50.000	0	0,0
(A) 2203 Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12.698,0	12.698,0	100,0	2.543,0	4.684,0	184,2
Nacional	12.698,0	12.698,0	100,0	2.543,0	4.684,0	184,2
Financeiro	2.295.870	1.600.863	69,7	948.600	631.095	66,5
Fiscal Seguridade	2.295.870	1.600.863	69,7	948.600	631.095	66,5
Nacional	2.295.870	1.600.863	69,7	948.600	631.095	66,5
(A) 2204 Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários						
Produto: INFORMACAO DISPONIBILIZADA						
Unidade de Medida: MEGABYTE						
Físico	2.209,8	2.209,8	100,0	360,0	2.005,0	556,9
Nacional	2.209,8	2.209,8	100,0	360,0	2.005,0	556,9
Financeiro	3.748.140	2.778.955	74,1	2.292.700	1.355.355	59,1
Fiscal Seguridade	3.748.140	2.778.955	74,1	2.292.700	1.355.355	59,1
Nacional	3.748.140	2.778.955	74,1	2.292.700	1.355.355	59,1
(A) 2205 Orientação e Defesa aos Investidores - PRODIN						
Produto: INVESTIDOR ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	337.062,0	337.062,0	100,0	49.637,0	96.205,0	193,8
Nacional	337.062,0	337.062,0	100,0	49.637,0	96.205,0	193,8
Financeiro	4.304.709	3.284.127	76,3	1.522.000	873.560	57,4
Fiscal Seguridade	4.304.709	3.284.127	76,3	1.522.000	873.560	57,4
Nacional	4.304.709	3.284.127	76,3	1.522.000	873.560	57,4
(A) 2210 Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	20,0	20,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Financeiro	9.707.125	3.063.802	31,6	4.922.500	3.058.860	62,1
Fiscal Seguridade	9.707.125	3.063.802	31,6	4.922.500	3.058.860	62,1
Nacional	9.707.125	3.063.802	31,6	4.922.500	3.058.860	62,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS						
Gerente em 31/12/2002: Ana Maria da França Martins Brito						
(P)	5089	Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.079.654	5.129.481	56,5	8.197.696	5.129.481	62,6
Fiscal Seguridade	9.079.654	5.129.481	56,5	8.197.696	5.129.481	62,6
Nacional	9.079.654	5.129.481	56,5	8.197.696	5.129.481	62,6
(P)	5091	Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	150,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	150,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.174.827	2.402.152	75,7	2.556.000	2.402.152	94,0
Fiscal Seguridade	3.174.827	2.402.152	75,7	2.556.000	2.402.152	94,0
Nacional	3.174.827	2.402.152	75,7	2.556.000	2.402.152	94,0
Financ. Total Programa	41.175.175	26.354.230	64,0	21.439.496	13.530.032	63,1
Fiscal Seguridade	41.175.175	26.354.230	77,9	21.439.496	13.530.032	63,1
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA						
(P)	1067	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE EDIFÍCIOS DO BACEN				
Produto: Obra realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	787.627	787.627	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	787.627	787.627	100,0	0	0	0,0
Nordeste	655.027	655.027	100,0	0	0	0,0
Sul	132.600	132.600	100,0	0	0	0,0
(P)	1655	Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba - PR				
Produto: OBRA REALIZADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.140.448	90.448	2,2	3.910.000	90.448	2,3
Fiscal Seguridade	4.140.448	90.448	2,2	3.910.000	90.448	2,3
Nacional	90.448	90.448	100,0	3.910.000	90.448	2,3
Sul	4.050.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1657	Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Porto Alegre - RS				
Produto: OBRA REALIZADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	52.800	2.800	5,3	500.000	2.800	0,6
Fiscal Seguridade	52.800	2.800	5,3	500.000	2.800	0,6
Nacional	2.800	2.800	100,0	500.000	2.800	0,6
Sul	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2089	Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN				
Produto: SUBSISTEMA DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	213.505.565	149.505.565	70,0	92.057.400	69.406.049	75,4
Fiscal Seguridade	213.505.565	149.505.565	70,0	92.057.400	69.406.049	75,4
Nacional	213.505.565	149.505.565	70,0	92.057.400	69.406.049	75,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA						
(A) 2091 Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional						
Produto: HOMOLOGACAO CONCEDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	4.012,0	4.012,0	100,0	288,0	3.697,0	1.283,7
Nacional	4.012,0	4.012,0	100,0	288,0	3.697,0	1.283,7
Financeiro	545.243	227.522	41,7	108.000	94.702	87,7
Fiscal Seguridade	545.243	227.522	41,7	108.000	94.702	87,7
Nacional	545.243	227.522	41,7	108.000	94.702	87,7
(A) 2099 REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						
Produto: Norma publicada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	452,0	452,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	452,0	452,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	355.081	155.081	43,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	355.081	155.081	43,7	0	0	0,0
Nacional	355.081	155.081	43,7	0	0	0,0
(A) 2832 Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e do Mercado Financeiro						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	10.065,0	10.065,0	100,0	2.800,0	3.408,0	121,7
Nacional	10.065,0	10.065,0	100,0	2.800,0	3.408,0	121,7
Financeiro	17.349.704	12.149.704	70,0	5.061.000	4.457.716	88,1
Fiscal Seguridade	17.349.704	12.149.704	70,0	5.061.000	4.457.716	88,1
Nacional	17.349.704	12.149.704	70,0	5.061.000	4.457.716	88,1
(P) 3585 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE PARA APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO DO BACEN JUNTO AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						
Produto: Equipamento/software adquirido	Unidade de Medida: unidade					
Físico	964,0	964,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	964,0	964,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.943.000	5.943.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.943.000	5.943.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.943.000	5.943.000	100,0	0	0	0,0
(P) 3588 Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do BACEN junto ao Sistema Financeiro Nacional						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3.166,0	3.166,0	100,0	400,0	S.R.	0,0
Nacional	3.166,0	3.166,0	100,0	400,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.768.611	6.760.611	87,0	2.985.000	1.985.000	66,5
Fiscal Seguridade	7.768.611	6.760.611	87,0	2.985.000	1.985.000	66,5
Nacional	7.768.611	6.760.611	87,0	2.985.000	1.985.000	66,5
(P) 3593 Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do BACEN junto ao Sistema Financeiro Nacional						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	16,0	16,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	23.321.520	20.994.921	90,0	5.265.000	3.265.000	62,0
Fiscal Seguridade	23.321.520	20.994.921	90,0	5.265.000	3.265.000	62,0
Nacional	23.321.520	20.994.921	90,0	5.265.000	3.265.000	62,0
(P) 5685 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DO MEIO CIRCULANTE						
Produto: edifício construído	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	273.769.599	196.617.279	71,8	109.886.400	79.301.715	72,2
Fiscal Seguridade	273.769.599	196.617.279	77,9	109.886.400	79.301.715	72,2

0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR (ENCERRADO)

Gerente em 31/12/2002:

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

273

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR (ENCERRADO)						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR - BA (Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: aeroporto modernizado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.615.288	34.615.288	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	34.615.288	34.615.288	100,0	0	0	0,0
Nordeste	34.615.288	34.615.288	100,0	0	0	0,0
(P) 6120 PROMOÇÃO DO TURISMO						
Produto: Rodovia Construída						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9368 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS						
Produto: trecho recuperado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9369 CONSTRUÇÃO/RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS						
Produto: trecho construído/restaurado						
Unidade de Medida: km						
Físico	42,7	42,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	42,7	42,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9370 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO						
Produto: família beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	74,9	74,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	74,9	74,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9371 RESTAURAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO						
Produto: bem restaurado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	32,3	32,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	32,3	32,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	34.615.288	34.615.288	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	34.615.288	34.615.288	77,9	0	0	0,0
9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pelágio da Costa Bomfim						
(OE) 0173 Participação da União em Projetos de Infra-estrutura Turística no Âmbito do PRODETUR NE II (Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.371.297	35.371.297	58,6	53.730.000	6.563.205	12,2
Fiscal Seguridade	60.371.297	35.371.297	58,6	53.730.000	6.563.205	12,2
Nacional	6.563.205	6.563.205	100,0	53.730.000	6.563.205	12,2
Nordeste	53.808.092	28.808.092	53,5	0	0	0,0
(P) 6148 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO						
Produto: TRECHO RECUPERADO						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 9301 ACESSO AO DELTA DO PARNAÍBA						
Produto: PONTE CONSTRUÍDA						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	274	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pelágio da Costa Bomfim						
(P)	9304	FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9305	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA PARA FEIRAS E EXPOSIÇÕES				
	Produto: PROJETO FINANCIADO			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9307	MELHORIA DO ACESSO A PRAIAS				
	Produto: Acesso modernizado			Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9308	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA				
	Produto: Aeroporto Ampliada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9317	IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO VALE DOS DINOSAURIOS EM SOUSA				
	Produto: PARQUE IMPLANTADO			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9318	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS EM MUNICÍPIOS COM POTENCIAL ECOTURÍSTICO				
	Produto: Trecho recuperado			Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9328	RESTAURAÇÃO DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS				
	Produto: PATRIMÔNIO RESTAURADO			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9522	Financiamento de Investimentos Turísticos				
	Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	340.200.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
Demais Fontes	340.200.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
Nacional	340.200.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
(OA)	9523	RESTAURAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, HISTÓRICO E CULTURAL DE ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO				
	Produto: bem recuperado			Unidade de Medida: m²		
Físico	50.000,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Nacional	50.000,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	75.600.000	0	0,0	37.800.000	0	0,0
Demais Fontes	75.600.000	0	0,0	37.800.000	0	0,0
Nacional	75.600.000	0	0,0	37.800.000	0	0,0
(OA)	9524	RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL				
	Produto: área protegida			Unidade de Medida: ha		
Físico	70.000,0	0,0	0,0	30.000,0	S.R.	0,0
Nacional	70.000,0	0,0	0,0	30.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Demais Fontes	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Nacional	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pelágio da Costa Bomfim						
(OA) 9525 Construção de rodovias						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: km						
Físico	100,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	100,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
Demais Fontes	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
Nacional	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
(OA) 9526 Construção de terminal aeroportuário						
Produto: terminal construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	2,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	2,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	94.500.000	0	0,0	47.250.000	0	0,0
Demais Fontes	94.500.000	0	0,0	47.250.000	0	0,0
Nacional	47.250.000	0	0,0	47.250.000	0	0,0
Nordeste	47.250.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9527 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Produto: família beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	350.000,0	0,0	0,0	150.000,0	S.R.	0,0
Nacional	350.000,0	0,0	0,0	150.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Demais Fontes	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Nacional	37.800.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
(OA) 9528 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS						
Produto: família beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	350.000,0	0,0	0,0	150.000,0	S.R.	0,0
Nacional	350.000,0	0,0	0,0	150.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	56.700.000	0	0,0	28.350.000	0	0,0
Demais Fontes	56.700.000	0	0,0	28.350.000	0	0,0
Nacional	56.700.000	0	0,0	28.350.000	0	0,0
(OA) 9529 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS						
Produto: trecho restaurado						
Unidade de Medida: km						
Físico	150,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Nacional	150,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
Demais Fontes	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
Nacional	18.900.000	0	0,0	9.450.000	0	0,0
(OA) 9530 CADASTRAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA						
Produto: cadastro realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	640.000	0	0,0	320.000	0	0,0
Demais Fontes	640.000	0	0,0	320.000	0	0,0
Nacional	320.000	0	0,0	320.000	0	0,0
Nordeste	320.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	741.411.297	35.371.297	4,8	394.250.000	6.563.205	1,7
Fiscal Seguridade	60.371.297	35.371.297	77,9	53.730.000	6.563.205	12,2
Demais Fontes	681.040.000	0	33,6	340.520.000	0	0,0

0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO,
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO

Gerente em 31/12/2002: Carlos Eduardo de Souza e Silva



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Eduardo de Souza e Silva						
(OE)	0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Privada Aberta (Lei nº 10.190, de 2001 - Art.3)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.790.014	1.240.014	69,3	550.000	549.078	99,8
Fiscal Seguridade	1.790.014	1.240.014	69,3	550.000	549.078	99,8
Nacional	1.790.014	1.240.014	69,3	550.000	549.078	99,8
(A)	2214	Fiscalização dos Mercados de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro				
Produto: ENTIDADE FISCALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	567,0	567,0	100,0	142,0	257,0	181,0
Nacional	567,0	567,0	100,0	142,0	257,0	181,0
Financeiro	4.609.238	3.459.697	75,1	1.147.400	1.040.207	90,7
Fiscal Seguridade	4.609.238	3.459.697	75,1	1.147.400	1.040.207	90,7
Nacional	4.609.238	3.459.697	75,1	1.147.400	1.040.207	90,7
(A)	2215	Regulamentação dos Mercados de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro				
Produto: NORMA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	206,0	206,0	100,0	50,0	85,0	170,0
Nacional	206,0	206,0	100,0	50,0	85,0	170,0
Financeiro	1.186.945	761.106	64,1	224.508	187.837	83,7
Fiscal Seguridade	1.186.945	761.106	64,1	224.508	187.837	83,7
Nacional	1.186.945	761.106	64,1	224.508	187.837	83,7
(A)	2216	Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,8	2,8	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,8	2,8	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.202.483	652.463	54,3	595.000	448.463	75,4
Fiscal Seguridade	1.202.483	652.463	54,3	595.000	448.463	75,4
Nacional	1.202.483	652.463	54,3	595.000	448.463	75,4
Financ. Total Programa	8.788.680	6.113.280	69,6	2.516.908	2.225.585	88,4
Fiscal Seguridade	8.788.680	6.113.280	77,9	2.516.908	2.225.585	88,4
8010 EDUCAÇÃO FISCAL						
Gerente em 31/12/2002: Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo						
(P)	5651	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL				
Produto: material distribuído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5653	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL				
Produto: pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	0	0	0,0	0	0	0,0

0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge						
(OE) 0015 Financiamento para Modernização da Administração Financeira e Tributária dos Estados						
Produto: ESTADO BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	80,0	80,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	969.564.000	769.564.000	79,4	355.457.000	355.000.000	99,9
Fiscal Seguridade	969.564.000	769.564.000	79,4	355.457.000	355.000.000	99,9
Nacional	969.564.000	769.564.000	79,4	355.457.000	355.000.000	99,9
(OE) 0019 FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS						
Produto: Estado beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	142.183.000	142.183.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	142.183.000	142.183.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	142.183.000	142.183.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0021 Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios						
Produto: MUNICÍPIO BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	32,0	32,0	100,0	158,0	32,0	20,3
Nacional	32,0	32,0	100,0	158,0	32,0	20,3
Financeiro	422.458.000	253.475.000	60,0	168.983.000	168.983.000	100,0
Fiscal Seguridade	422.458.000	253.475.000	60,0	168.983.000	168.983.000	100,0
Nacional	422.458.000	253.475.000	60,0	168.983.000	168.983.000	100,0
(OE) 0049 FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS						
Produto: Município beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	84.491.000	84.491.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	84.491.000	84.491.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	84.491.000	84.491.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1072 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA MODERNIZAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.799.490	4.799.490	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.799.490	4.799.490	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.799.490	4.799.490	100,0	0	0	0,0
(P) 1073 CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DE FINANÇAS PÚBLICAS NA ÁREA FISCAL DOS ESTADOS						
Produto: profissional capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1078 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA MODERNIZAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS						
Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge						
(P)	1149	Assistência Técnica para Gestão dos Contratos de Financiamentos aos Estados				
Produto: CONTRATO GERIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	54,0	54,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	54,0	54,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	12.174.393	8.174.393	67,1	11.015.000	3.351.974	30,4
Fiscal Seguridade	12.174.393	8.174.393	67,1	11.015.000	3.351.974	30,4
Nacional	12.174.393	8.174.393	67,1	11.015.000	3.351.974	30,4
(P)	1151	Assistência Técnica para Gestão dos Contratos de Financiamentos aos Municípios				
Produto: CONTRATO GERIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	158,0	15,0	9,5
Nacional	15,0	15,0	100,0	158,0	15,0	9,5
Financeiro	4.840.259	888.259	18,4	4.940.000	359.655	7,3
Fiscal Seguridade	4.840.259	888.259	18,4	4.940.000	359.655	7,3
Nacional	4.840.259	888.259	18,4	4.940.000	359.655	7,3
(P)	3587	CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DE FINANÇAS PÚBLICAS DA ÁREA FISCAL DOS MUNICÍPIOS				
Produto: profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.640.510.142	1.263.575.142	77,0	540.395.000	527.694.629	97,6
Fiscal Seguridade	1.640.510.142	1.263.575.142	77,9	540.395.000	527.694.629	97,6
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Almério Cançado de Amorim						
(OE)	0556	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas				
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	18.248.737	3.248.737	17,8	8.820.000	3.248.737	36,8
Fiscal Seguridade	18.248.737	3.248.737	17,8	8.820.000	3.248.737	36,8
Nacional	18.248.737	3.248.737	17,8	8.820.000	3.248.737	36,8
(P)	1579	Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública				
Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,7	0,7	100,0	1,0	0,7	70,0
Nacional	0,7	0,7	100,0	1,0	0,7	70,0
Financeiro	5.756.221	1.346.935	23,4	4.725.000	956.591	20,2
Fiscal Seguridade	5.756.221	1.346.935	23,4	4.725.000	956.591	20,2
Nacional	5.756.221	1.346.935	23,4	4.725.000	956.591	20,2
(A)	2072	AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS				
Produto: Gestão avaliada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.223,0	1.223,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	396,0	396,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	242,0	242,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	150,0	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	310,0	310,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	125,0	125,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.762.296	1.762.296	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.762.296	1.762.296	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.762.296	1.762.296	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Almério Cançado de Amorim						
(A)	2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS					
	Produto: ação avaliada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	17.123,0	17.123,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	2.919,0	2.919,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5.366,0	5.366,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2.389,0	2.389,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.252,0	3.252,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.197,0	3.197,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	637.603	637.603	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	637.603	637.603	100,0	0	0	0,0
Nacional	637.603	637.603	100,0	0	0	0,0
(A)	2074 Gestão Financeira e Contábil					
	Produto: BALANÇO GERAL DA UNIAO ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.236.375	4.436.375	84,7	2.679.272	2.485.168	92,8
Fiscal Seguridade	5.236.375	4.436.375	84,7	2.679.272	2.485.168	92,8
Nacional	5.236.375	4.436.375	84,7	2.679.272	2.485.168	92,8
(A)	2075 Gestão de Obrigações da União					
	Produto: LEILÃO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	229,0	229,0	100,0	95,0	121,0	127,4
Nacional	229,0	229,0	100,0	95,0	121,0	127,4
Financeiro	3.095.368	2.114.368	68,3	1.124.665	1.055.486	93,8
Fiscal Seguridade	3.095.368	2.114.368	68,3	1.124.665	1.055.486	93,8
Nacional	3.095.368	2.114.368	68,3	1.124.665	1.055.486	93,8
(A)	2076 Gestão de Haveres da União					
	Produto: CONTRATO GERIDO		Unidade de Medida: REAIS MILHOES			
Físico	39.914,0	39.914,0	100,0	18.168,0	20.479,0	112,7
Nacional	39.914,0	39.914,0	100,0	18.168,0	20.479,0	112,7
Financeiro	2.471.849	1.750.849	70,8	1.485.386	768.869	51,8
Fiscal Seguridade	2.471.849	1.750.849	70,8	1.485.386	768.869	51,8
Nacional	2.471.849	1.750.849	70,8	1.485.386	768.869	51,8
(A)	2077 Gestão da Dívida Pública					
	Produto: CONTRATO GERIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	127,0	127,0	100,0	42,0	47,0	111,9
Nacional	127,0	127,0	100,0	42,0	47,0	111,9
Financeiro	25.090.377	17.890.377	71,3	8.480.178	4.005.789	47,2
Fiscal Seguridade	25.090.377	17.890.377	71,3	8.480.178	4.005.789	47,2
Nacional	25.090.377	17.890.377	71,3	8.480.178	4.005.789	47,2
(A)	2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE					
	Produto: sistema mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.920.000	1.920.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.920.000	1.920.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.920.000	1.920.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Almério Cançado de Amorim						
(A) 2081 Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	1,8	1,8	100,0	1,0	0,8	80,0
Nacional	1,8	1,8	100,0	1,0	0,8	75,0
Financeiro	2.645.448	1.845.448	69,8	800.000	778.952	97,4
Fiscal Seguridade	2.645.448	1.845.448	69,8	800.000	778.952	97,4
Nacional	2.645.448	1.845.448	69,8	800.000	778.952	97,4
(A) 2082 Sistema Informatizado do Ministério da Fazenda						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	6,0	6,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	35.699.974	25.699.974	72,0	9.234.000	8.122.403	88,0
Fiscal Seguridade	35.699.974	25.699.974	72,0	9.234.000	8.122.403	88,0
Nacional	35.699.974	25.699.974	72,0	9.234.000	8.122.403	88,0
(A) 2086 Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	252.394.588	209.511.688	83,0	53.744.922	51.281.769	95,4
Fiscal Seguridade	252.394.588	209.511.688	83,0	53.744.922	51.281.769	95,4
Nacional	252.394.588	209.511.688	83,0	53.744.922	51.281.769	95,4
(P) 3599 Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
						Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA
Físico	37,0	37,0	100,0	43,0	2,0	4,7
Nacional	37,0	37,0	100,0	43,0	2,0	4,7
Financeiro	49.035.450	43.481.199	88,7	18.869.400	8.000.000	42,4
Fiscal Seguridade	49.035.450	43.481.199	88,7	18.869.400	8.000.000	42,4
Nacional	49.035.450	43.481.199	88,7	18.869.400	8.000.000	42,4
Financ. Total Programa	403.994.286	315.645.849	78,1	109.962.823	80.703.764	73,4
Fiscal Seguridade	403.994.286	315.645.849	77,9	109.962.823	80.703.764	73,4
0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS						
Gerente em 31/12/2002: Francisco de Assis Leme Franco						
(A) 2057 Promoção e Estímulo à Concorrência						
Produto: INVESTIGACAO REALIZADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	72,0	72,0	100,0	2,0	38,0	1.900,0
Nacional	72,0	72,0	100,0	2,0	38,0	1.900,0
Financeiro	2.643.209	1.236.751	46,8	1.911.602	880.458	46,1
Fiscal Seguridade	2.643.209	1.236.751	46,8	1.911.602	880.458	46,1
Nacional	2.643.209	1.236.751	46,8	1.911.602	880.458	46,1
(A) 2068 Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais						
Produto: NORMA PUBLICADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	49,0	49,0	100,0	3,0	29,0	966,7
Nacional	49,0	49,0	100,0	3,0	29,0	966,7
Financeiro	2.043.196	1.132.909	55,4	910.287	559.134	61,4
Fiscal Seguridade	2.043.196	1.132.909	55,4	910.287	559.134	61,4
Nacional	2.043.196	1.132.909	55,4	910.287	559.134	61,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS						
Gerente em 31/12/2002: Francisco de Assis Leme Franco						
(A) 2069 Estruturação de Regimes Tarifários						
Produto: REGIME TARIFARIO ESTRUTURADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	52,0	52,0	100,0	3,0	16,0	533,3
Nacional	52,0	52,0	100,0	3,0	16,0	533,3
Financeiro	1.339.761	793.588	59,2	546.173	335.081	61,4
Fiscal Seguridade	1.339.761	793.588	59,2	546.173	335.081	61,4
Nacional	1.339.761	793.588	59,2	546.173	335.081	61,4
(A) 2084 Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.723.278	2.266.818	60,9	1.456.460	1.120.649	76,9
Fiscal Seguridade	3.723.278	2.266.818	60,9	1.456.460	1.120.649	76,9
Nacional	3.723.278	2.266.818	60,9	1.456.460	1.120.649	76,9
(A) 2387 Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais						
Produto: EVENTO ACOMPANHADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	101,0	101,0	100,0	50,0	101,0	202,0
Nacional	101,0	101,0	100,0	50,0	101,0	202,0
Financeiro	3.653.500	1.695.725	46,4	2.457.775	1.695.725	69,0
Fiscal Seguridade	3.653.500	1.695.725	46,4	2.457.775	1.695.725	69,0
Nacional	3.653.500	1.695.725	46,4	2.457.775	1.695.725	69,0
(OA) 9448 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADOS						
Produto: análise realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	20,0	12,0	60,0	4,0	12,0	300,0
Nacional	20,0	12,0	60,0	4,0	12,0	300,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	13.402.944	7.125.791	53,2	7.282.297	4.591.047	63,0
Fiscal Seguridade	13.402.944	7.125.791	77,9	7.282.297	4.591.047	63,0
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA						
(OE) 0403 INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD						
Produto: Cota integralizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,3	0,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	0,3	0,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	77.537.033	77.537.033	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	77.537.033	77.537.033	100,0	0	0	0,0
Nacional	77.537.033	77.537.033	100,0	0	0	0,0
(OE) 0406 INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO GRUPO DOS 24 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO - G24						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0544 INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - AID						
Produto: Cota integralizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,1	0,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	0,1	0,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	172.722.673	172.722.673	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	172.722.673	172.722.673	100,0	0	0	0,0
Nacional	172.722.673	172.722.673	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA						
(OE)	0545	INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DA AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA AO INVESTIMENTO - MIGA				
	Produto: Cota integralizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,3	0,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	0,3	0,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.952.746	2.952.746	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.952.746	2.952.746	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.952.746	2.952.746	100,0	0	0	0,0
(OE)	0759	INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO BANCO INTERNACIONAL DE COMPESSAÇÕES - BIS				
	Produto: cota integralizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0761	INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS AO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI				
	Produto: cota integralizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2066	Análise Macroeconômica e Proposição para Formulação da Política Econômica				
	Produto: ANALISE REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	177,0	177,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Nacional	177,0	177,0	100,0	12,0	12,0	100,0
Financeiro	1.439.957	1.039.957	72,2	400.000	310.840	77,7
Fiscal Seguridade	1.439.957	1.039.957	72,2	400.000	310.840	77,7
Nacional	1.439.957	1.039.957	72,2	400.000	310.840	77,7
(A)	2082	SISTEMA INFORMATIZADO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA				
	Produto: sistema mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2083	Sistema Informatizado da Secretaria de Política Econômica				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.125.356	822.356	73,1	303.000	276.966	91,4
Fiscal Seguridade	1.125.356	822.356	73,1	303.000	276.966	91,4
Nacional	1.125.356	822.356	73,1	303.000	276.966	91,4
(A)	2089	SISTEMA INFORMATIZADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN				
	Produto: sistema mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	76,0	76,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	76,0	76,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.234.245	39.234.245	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.234.245	39.234.245	100,0	0	0	0,0
Nacional	39.234.245	39.234.245	100,0	0	0	0,0
(A)	2098	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.647,0	2.647,0	100,0	1,0	1.269,0	126.900,0
Nacional	2.647,0	2.647,0	100,0	1,0	1.269,0	126.900,0
Financeiro	18.650.564	14.058.822	75,4	5.926.000	4.276.064	72,2
Fiscal Seguridade	18.650.564	14.058.822	75,4	5.926.000	4.276.064	72,2
Nacional	18.650.564	14.058.822	75,4	5.926.000	4.276.064	72,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA						
(A) 4230 SANEAMENTO, REPOSIÇÃO E PROVISÃO DE NOVAS CÉDULAS E MOEDAS PARA O MEIO CIRCULANTE						
Produto: Moeda adquirida/saneada	Unidade de Medida: milheiro					
Físico	5.155.606,0	5.155.606,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5.155.606,0	5.155.606,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	245.549.214	245.549.214	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	245.549.214	245.549.214	100,0	0	0	0,0
Nacional	245.549.214	245.549.214	100,0	0	0	0,0
(A) 4479 Assistência Técnica em Assuntos Internacionais						
Produto: NEGOCIACAO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	377,0	377,0	100,0	120,0	148,0	123,3
Nacional	377,0	377,0	100,0	120,0	148,0	123,3
Financeiro	1.301.861	371.861	28,6	150.000	144.433	96,3
Fiscal Seguridade	1.301.861	371.861	28,6	150.000	144.433	96,3
Nacional	1.301.861	371.861	28,6	150.000	144.433	96,3
(P) 7985 REALOCAÇÃO DO CSI ALTERNATIVO						
Produto: Sistema alternativo realocado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.808.255	13.808.255	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.808.255	13.808.255	100,0	0	0	0,0
Nacional	13.808.255	13.808.255	100,0	0	0	0,0
(P) 7987 PRODUÇÃO DA CÉDULA DE POLÍMERO EM CARÁTER EXPERIMENTAL						
Produto: Cédula fabricada	Unidade de Medida: milheiro					
Físico	134.300,0	134.300,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	134.300,0	134.300,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.282.010	36.282.010	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	36.282.010	36.282.010	100,0	0	0	0,0
Nacional	36.282.010	36.282.010	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	610.603.914	604.379.172	99,0	6.779.000	5.008.303	73,9
Fiscal Seguridade	610.603.914	604.379.172	77,9	6.779.000	5.008.303	73,9
5010 INTEGRAÇÃO DA CADEIA DO AGRONEGÓCIO						
Gerente em 31/12/2002: Birmar Nunes de Lima						
(OA) 9487 INSTALAÇÃO DE SALAS DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO (BB SALA DE AGRONEGÓCIO)						
Produto: sala instalada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	205,0	0,0	0,0	44,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	45,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nordeste	27,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Norte	8,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Sudeste	48,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Sul	77,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.091.000	0	0,0	605.000	0	0,0
Demais Fontes	1.091.000	0	0,0	605.000	0	0,0
Nacional	605.000	0	0,0	605.000	0	0,0
Centro-oeste	99.542	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	74.169	0	0,0	0	0	0,0
Norte	23.422	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	111.253	0	0,0	0	0	0,0
Sul	177.614	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
5010 INTEGRAÇÃO DA CADEIA DO AGRONEGÓCIO						
Gerente em 31/12/2002: Biramar Nunes de Lima						
(OA) 9488 REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS ENTRE SEGMENTOS DO AGRONEGÓCIO						
Produto: convênio firmado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2.531,0	1.777,0	70,2	578,0	875,0	151,4
Centro-oeste	434,0	215,0	49,5	115,0	111,0	96,5
Nordeste	140,0	131,0	93,6	30,0	60,0	200,0
Norte	70,0	70,0	100,0	3,0	39,0	1.300,0
Sudeste	805,0	514,0	63,9	181,0	290,0	160,2
Sul	1.082,0	847,0	78,3	249,0	375,0	150,6
Financeiro	2.656.267.356	1.209.787.356	45,5	726.090.000	0	0,0
Demais Fontes	2.656.267.356	1.209.787.356	45,5	726.090.000	0	0,0
Nacional	1.935.877.356	1.209.787.356	62,5	726.090.000	0	0,0
Centro-oeste	142.774.127	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	35.856.516	0	0,0	0	0	0,0
Norte	3.259.683	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	226.873.955	0	0,0	0	0	0,0
Sul	311.625.719	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9489 Negócios eletrônicos - comercialização						
Produto: contrato comercializado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	67.804,0	66.594,0	98,2	7.500,0	46.804,0	624,1
Nacional	67.804,0	66.594,0	98,2	7.500,0	46.804,0	624,1
Financeiro	2.687.226.075	1.121.984.075	41,8	1.557.045.000	0	0,0
Demais Fontes	2.687.226.075	1.121.984.075	41,8	1.557.045.000	0	0,0
Nacional	2.687.226.075	1.121.984.075	41,8	1.557.045.000	0	0,0
(OA) 9490 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS VIA MERCADO DE OPÇÕES E FUTURO (BB GARANTIA DE PREÇO)						
Produto: contrato comercializado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	53.659,0	8.420,0	15,7	18.763,0	3.728,0	19,9
Centro-oeste	3.871,0	1.712,0	44,2	1.132,0	860,0	76,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	0,0	7,0	0,0
Norte	5,0	5,0	100,0	0,0	5,0	0,0
Sudeste	40.788,0	5.488,0	13,5	14.566,0	2.028,0	13,9
Sul	8.985,0	1.205,0	13,4	3.065,0	828,0	27,0
Financeiro	924.574.258	38.637.258	4,2	354.375.000	0	0,0
Demais Fontes	924.574.258	38.637.258	4,2	354.375.000	0	0,0
Nacional	393.012.258	38.637.258	9,8	354.375.000	0	0,0
Centro-oeste	32.060.406	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	412.660.686	0	0,0	0	0	0,0
Sul	86.840.907	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9491 AVAL PARA VENDA ANTECIPADA DA PRODUÇÃO (CÉDULA DO PRODUTOR RURAL)						
Produto: contrato comercializado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	45.742,0	40.209,0	87,9	8.316,0	21.690,0	260,8
Centro-oeste	8.385,0	8.385,0	100,0	820,0	5.087,0	620,4
Nordeste	1.333,0	1.333,0	100,0	61,0	748,0	1.226,2
Norte	1.610,0	1.610,0	100,0	20,0	804,0	4.020,0
Sudeste	20.619,0	15.943,0	77,3	4.813,0	8.052,0	167,3
Sul	13.795,0	12.938,0	93,8	2.602,0	6.999,0	269,0
Financeiro	1.926.232.402	845.197.402	43,9	432.535.000	0	0,0
Demais Fontes	1.926.232.402	845.197.402	43,9	432.535.000	0	0,0
Nacional	1.277.732.402	845.197.402	66,1	432.535.000	0	0,0
Centro-oeste	63.977.675	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	4.750.283	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.576.230	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	375.272.358	0	0,0	0	0	0,0
Sul	202.923.453	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

285

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
Financ. Total Programa	8.195.391.091	3.215.606.091	39,2	3.070.650.000	0	0,0
Demais Fontes	8.195.391.091	3.215.606.091	33,6	3.070.650.000	0	0,0
0758 PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos Ferreira Lamarão						
(P)	3274	Modernização do Parque Industrial				
Produto: LINHA DE PRODUCAO MODERNIZADA				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	53,0	53,0	100,0	18,0	47,1	261,7
Sudeste	53,0	53,0	100,0	18,0	47,1	261,4
Financeiro	37.119.423	16.119.423	43,4	21.000.000	9.165.738	43,6
Investimento das Estatais	37.119.423	16.119.423	43,4	21.000.000	9.165.738	43,6
Sudeste	37.119.423	16.119.423	43,4	21.000.000	9.165.738	43,6
(A)	4105	Manutenção da Infra-estrutura Operacional				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA				Unidade de Medida: %		
Físico	80,4	80,4	100,0	100,0	65,7	65,7
Sudeste	80,4	80,4	100,0	100,0	65,7	65,7
Financeiro	14.861.007	8.861.007	59,6	6.000.000	4.941.929	82,4
Investimento das Estatais	14.861.007	8.861.007	59,6	6.000.000	4.941.929	82,4
Sudeste	14.861.007	8.861.007	59,6	6.000.000	4.941.929	82,4
(OA)	9438	PRODUÇÃO DE CÉDULAS				
Produto: cédula produzida				Unidade de Medida: unidade		
Físico	4.980.900.000,0	2.799.200.000,0	56,2	1.200.000.000,0	1.280.900.000,0	106,7
Nacional	4.980.900.000,0	2.799.200.000,0	56,2	1.200.000.000,0	1.280.900.000,0	106,7
Financeiro	209.666.081	74.510.431	35,5	67.163.895	0	0,0
Demais Fontes	209.666.081	74.510.431	35,5	67.163.895	0	0,0
Nacional	209.666.081	74.510.431	35,5	67.163.895	0	0,0
(OA)	9439	PRODUÇÃO DE MOEDAS				
Produto: moeda produzida				Unidade de Medida: unidade		
Físico	3.234.704.000,0	1.532.766.000,0	47,4	800.000.000,0	834.704.000,0	104,3
Nacional	3.234.704.000,0	1.532.766.000,0	47,4	800.000.000,0	834.704.000,0	104,3
Financeiro	158.230.208	38.145.361	24,1	59.841.425	0	0,0
Demais Fontes	158.230.208	38.145.361	24,1	59.841.425	0	0,0
Nacional	158.230.208	38.145.361	24,1	59.841.425	0	0,0
(OA)	9440	PRODUÇÃO DE SELOS POSTAIS				
Produto: estampa de selo postal produzido				Unidade de Medida: unidade		
Físico	43.385.456,0	30.493.075,0	70,3	7.000.000,0	17.215.456,0	245,9
Nacional	43.385.456,0	30.493.075,0	70,3	7.000.000,0	17.215.456,0	245,9
Financeiro	8.247.573	5.738.816	69,6	1.355.174	0	0,0
Demais Fontes	8.247.573	5.738.816	69,6	1.355.174	0	0,0
Nacional	8.247.573	5.738.816	69,6	1.355.174	0	0,0
(OA)	9441	PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE SEGURANÇA DIVERSOS				
Produto: documento de segurança produzido				Unidade de Medida: unidade		
Físico	927.669.519,0	189.291.224,0	20,4	260.190.000,0	112.999.519,0	43,4
Nacional	927.669.519,0	189.291.224,0	20,4	260.190.000,0	112.999.519,0	43,4
Financeiro	64.779.344	7.695.400	11,9	26.217.735	0	0,0
Demais Fontes	64.779.344	7.695.400	11,9	26.217.735	0	0,0
Nacional	64.779.344	7.695.400	11,9	26.217.735	0	0,0
(OA)	9442	PRODUÇÃO DE CARTÕES				
Produto: cartão produzido				Unidade de Medida: unidade		
Físico	171.304.816,0	7.038.284,0	4,1	71.500.000,0	104.816,0	0,1
Nacional	171.304.816,0	7.038.284,0	4,1	71.500.000,0	104.816,0	0,1
Financeiro	59.408.464	3.168.562	5,3	27.913.570	0	0,0
Demais Fontes	59.408.464	3.168.562	5,3	27.913.570	0	0,0
Nacional	59.408.464	3.168.562	5,3	27.913.570	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

286

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0758 PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos Ferreira Lamarão						
(OA)	9443	PRODUÇÃO DE SELOS FISCAIS				
	Produto: selo fiscal produzido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	12.379.403.015,0	12.379.403.015,0	100,0	7.718.667,0	5.844.523.015,0	75.719,3
Nacional	12.379.403.015,0	12.379.403.015,0	100,0	7.718.667,0	5.844.523.015,0	75.719,3
Financeiro	138.244.041	31.107.636	22,5	53.916.475	0	0,0
Demais Fontes	138.244.041	31.107.636	22,5	53.916.475	0	0,0
Nacional	138.244.041	31.107.636	22,5	53.916.475	0	0,0
(OA)	9444	PRODUÇÃO DE BILHETES MAGNETIZADOS				
	Produto: bilhete magnetizado produzido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.986.168.620,0	1.080.218.620,0	27,1	1.300.000.000,0	426.168.620,0	32,8
Nacional	3.986.168.620,0	1.080.218.620,0	27,1	1.300.000.000,0	426.168.620,0	32,8
Financeiro	36.243.069	13.964.525	38,5	10.798.376	0	0,0
Demais Fontes	36.243.069	13.964.525	38,5	10.798.376	0	0,0
Nacional	36.243.069	13.964.525	38,5	10.798.376	0	0,0
(OA)	9445	PRODUÇÃO DE CADERNETAS				
	Produto: caderneta produzida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.641.546,0	1.254.546,0	22,2	3.000.000,0	594.546,0	19,8
Nacional	5.641.546,0	1.254.546,0	22,2	3.000.000,0	594.546,0	19,8
Financeiro	9.259.105	2.399.826	25,9	3.452.513	0	0,0
Demais Fontes	9.259.105	2.399.826	25,9	3.452.513	0	0,0
Nacional	9.259.105	2.399.826	25,9	3.452.513	0	0,0
Financ. Total Programa	736.058.315	201.710.987	27,4	277.659.163	14.107.667	5,1
Investimento Estatais	51.980.430	24.980.430	48,1	27.000.000	14.107.667	52,3
Demais Fontes	684.077.885	176.730.557	33,6	250.659.163	0	0,0
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO						
(P)	1081	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.200.000	3.200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.200.000	3.200.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.200.000	3.200.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2244	Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União				
	Produto: DIVIDA ATIVA INSCRITA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.801.368,0	11.801.368,0	100,0	3.700.000,0	4.136.313,0	111,8
Nacional	11.801.368,0	11.801.368,0	100,0	3.700.000,0	4.136.313,0	111,8
Financeiro	43.785.335	33.606.200	76,8	11.172.000	10.461.878	93,6
Fiscal Seguridade	43.785.335	33.606.200	76,8	11.172.000	10.461.878	93,6
Nacional	43.785.335	33.606.200	76,8	11.172.000	10.461.878	93,6
(A)	2245	Representação e Defesa da Fazenda Nacional em Juízo				
	Produto: REPRESENTACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.126.662,0	2.126.662,0	100,0	721.786,0	770.666,0	106,8
Nacional	2.126.662,0	2.126.662,0	100,0	721.786,0	770.666,0	106,8
Financeiro	26.871.080	22.085.544	82,2	5.328.000	5.056.809	94,9
Fiscal Seguridade	26.871.080	22.085.544	82,2	5.328.000	5.056.809	94,9
Nacional	26.871.080	22.085.544	82,2	5.328.000	5.056.809	94,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO						
(A)	2249 Sistema Informatizado da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional					
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	29,0	29,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	69.474.727	53.524.727	77,0	20.452.000	18.472.261	90,3
Fiscal Seguridade	69.474.727	53.524.727	77,0	20.452.000	18.472.261	90,3
Nacional	69.474.727	53.524.727	77,0	20.452.000	18.472.261	90,3
(P)	5649 INTEGRAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (COMACO)					
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	143.331.142	112.416.471	78,4	36.952.000	33.990.948	92,0
Fiscal Seguridade	143.331.142	112.416.471	77,9	36.952.000	33.990.948	92,0
5002 RESSEGURO						
Gerente em 31/12/2002: Maria Cristina Fischer Matos						
(OA)	9480 OPERAÇÃO DE RESSEGUROS					
	Produto: operação realizada		Unidade de Medida: R\$			
Físico	3.430.330.000,0	1.758.053.722,0	51,3	858.827.000,0	1.009.077.000,0	117,5
Nacional	3.430.330.000,0	1.758.053.722,0	51,3	858.827.000,0	1.009.077.000,0	117,5
Financeiro	2.217.278.000	596.433.000	26,9	774.190.000	0	0,0
Demais Fontes	2.217.278.000	596.433.000	26,9	774.190.000	0	0,0
Nacional	2.217.278.000	596.433.000	26,9	774.190.000	0	0,0
Financ. Total Programa	2.217.278.000	596.433.000	26,9	774.190.000	0	0,0
Demais Fontes	2.217.278.000	596.433.000	33,6	774.190.000	0	0,0
0756 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA						
Gerente em 31/12/2002: Gilson Oliveira Lariu						
(A)	2213 Serviços de Informática para a Iniciativa Privada					
	Produto: SERVIÇO VENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	17.017.834	12.477.058	73,3	5.000.000	4.395.436	87,9
Fiscal Seguridade	17.017.834	12.477.058	73,3	5.000.000	4.395.436	87,9
Nacional	17.017.834	12.477.058	73,3	5.000.000	4.395.436	87,9
Financ. Total Programa	17.017.834	12.477.058	73,3	5.000.000	4.395.436	87,9
Fiscal Seguridade	17.017.834	12.477.058	77,9	5.000.000	4.395.436	87,9
0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Gilson Oliveira Lariu						
(A)	2211 Produção de Serviços de Informática para o Governo Federal					
	Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18,0	18,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	104.346.013	55.767.184	53,4	26.922.887	25.891.745	96,2
Fiscal Seguridade	104.346.013	55.767.184	53,4	26.922.887	25.891.745	96,2
Nacional	104.346.013	55.767.184	53,4	26.922.887	25.891.745	96,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
25000 Ministério da Fazenda						
0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Gilson Oliveira Lariu						
(A) 2212 Manutenção dos Sistemas Informatizados do Governo Federal						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	34,0	34,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Nacional	34,0	34,0	100,0	17,0	17,0	100,0
Financeiro	750.680.043	590.844.168	78,7	258.996.219	233.308.744	90,1
Fiscal Seguridade	750.680.043	590.844.168	78,7	258.996.219	233.308.744	90,1
Nacional	750.680.043	590.844.168	78,7	258.996.219	233.308.744	90,1
Financ. Total Programa	855.026.056	646.611.352	75,6	285.919.106	259.200.489	90,7
Fiscal Seguridade	855.026.056	646.611.352	77,9	285.919.106	259.200.489	90,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0667 DEFESA CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: José Wilson Pereira						
(P)	1291	AÇÕES EMERGENCIAIS PARA COMBATER DANOS CAUSADOS POR SECAS, ENCHENTES E INUNDAÇÕES				
Produto: MUNICIPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.302.149	6.302.149	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.302.149	6.302.149	100,0	0	0	0,0
Nordeste	6.302.149	6.302.149	100,0	0	0	0,0
(A)	4580	Ações Emergenciais de Defesa Civil				
Produto: MUNICIPIO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.152,0	1.152,0	100,0	1.888,0	336,0	17,8
Nacional	445,0	445,0	100,0	1.888,0	336,0	17,8
Centro-oeste	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	306,0	306,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	345,0	345,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.211.263.038	1.091.387.918	90,1	617.077.044	544.949.940	88,3
Fiscal Seguridade	1.211.263.038	1.091.387.918	90,1	617.077.044	544.949.940	88,3
Nacional	941.699.789	941.251.789	100,0	617.077.044	544.949.940	88,3
Centro-oeste	47.648.000	17.018.000	35,7	0	0	0,0
Nordeste	130.804.515	70.621.515	54,0	0	0	0,0
Norte	7.992.368	6.132.368	76,7	0	0	0,0
Sudeste	43.923.156	17.823.156	40,6	0	0	0,0
Sul	39.195.210	38.541.090	98,3	0	0	0,0
(A)	4580	AÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL.				
Produto: município atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	819,0	819,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	819,0	819,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	298.619.548	298.619.548	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	298.619.548	298.619.548	100,0	0	0	0,0
Nacional	86.946.836	86.946.836	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.070.000	5.070.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	148.994.132	148.994.132	100,0	0	0	0,0
Norte	800.000	800.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	43.270.142	43.270.142	100,0	0	0	0,0
Sul	13.538.438	13.538.438	100,0	0	0	0,0
(A)	4582	Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres				
Produto: MUNICIPIO ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	391,0	391,0	100,0	8,0	1,0	12,5
Nacional	391,0	391,0	100,0	8,0	1,0	12,5
Financeiro	21.165.741	2.294.960	10,8	640.000	456.400	71,3
Fiscal Seguridade	20.542.960	2.294.960	11,2	640.000	456.400	71,3
Nacional	2.742.960	2.294.960	83,7	640.000	456.400	71,3
Nordeste	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	16.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	622.781	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	622.781	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0667 DEFESA CIVIL						
Gerente em 31/12/2002: José Wilson Pereira						
(P)	5698	Capacitação de Agentes de Defesa Civil				
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	767,0	767,0	100,0	19.536,0	234,0	1,2
Nacional	767,0	767,0	100,0	19.536,0	234,0	1,2
Financeiro	2.975.299	911.074	30,6	2.250.000	616.346	27,4
Fiscal Seguridade	2.975.299	911.074	30,6	2.250.000	616.346	27,4
Nacional	2.975.299	911.074	30,6	2.250.000	616.346	27,4
(A)	6001	AÇÕES EMERGENCIAS DE COMBATE À SECA				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	154.503.459	154.503.459	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	154.503.459	154.503.459	100,0	0	0	0,0
Nacional	13.565.253	13.565.253	100,0	0	0	0,0
Nordeste	140.938.206	140.938.206	100,0	0	0	0,0
(P)	7809	AQUISIÇÃO DE AERONAVE PARA ATENDIMENTO DE AÇÕES DE DEFESA CIVIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
Produto: aeronave adquirida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.694.829.234	1.554.019.108	91,7	619.967.044	546.022.686	88,1
Fiscal Seguridade	1.694.206.453	1.554.019.108	64,4	619.967.044	546.022.686	88,1
Demais Fontes	622.781	0	34,7	0	0	0,0
0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO						
Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira						
(P)	3628	Regularização Fundiária em Mato Grosso				
Produto: IMÓVEL CADASTRADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	605.395,0	605.395,0	100,0	1.100,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	605.395,0	605.395,0	100,0	1.100,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.208.273	3.208.273	100,0	350.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.208.273	3.208.273	100,0	350.000	0	0,0
Centro-oeste	3.208.273	3.208.273	100,0	350.000	0	0,0
(P)	3630	Gestão da Áreas Protegidas em Mato Grosso				
Produto: ÁREA DEMARCADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	570,7	570,7	100,0	400,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	570,7	570,7	100,0	400,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.216.664	1.216.664	100,0	400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.216.664	1.216.664	100,0	400.000	0	0,0
Centro-oeste	1.216.664	1.216.664	100,0	400.000	0	0,0
(P)	3637	IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA EM MATO GROSSO				
Produto: Estação implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.137.704	3.137.704	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.137.704	3.137.704	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.137.704	3.137.704	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO						
Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira						
(P) 3638 Implantação de Projetos Comunitários Geradores de Alternativas Econômicas em Mato Grosso						
Produto: PROJETO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	221,0	221,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	221,0	221,0	100,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.155.911	16.155.911	100,0	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.155.911	16.155.911	100,0	500.000	0	0,0
Centro-oeste	16.155.911	16.155.911	100,0	500.000	0	0,0
(P) 3640 Pavimentação de Rodovias Estaduais em Mato Grosso						
Produto: TRECHO PAVIMENTADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	4,5	4,5	100,0	10,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	4,5	4,5	100,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.013.216	6.013.216	100,0	2.750.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.013.216	6.013.216	100,0	2.750.000	0	0,0
Centro-oeste	6.013.216	6.013.216	100,0	2.750.000	0	0,0
(P) 3643 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM MATO GROSSO						
Produto: Área recuperada	Unidade de Medida: ha					
Físico	577.255,0	577.255,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	577.255,0	577.255,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.584.518	8.584.518	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.584.518	8.584.518	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	8.584.518	8.584.518	100,0	0	0	0,0
(P) 3644 Restauração de Rodovias Estaduais em Mato Grosso						
Produto: TRECHO RESTAURADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	171,9	171,9	100,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	171,9	171,9	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.578.282	16.578.282	100,0	2.477.178	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.578.282	16.578.282	100,0	2.477.178	0	0,0
Centro-oeste	16.578.282	16.578.282	100,0	2.477.178	0	0,0
(P) 3648 Zoneamento Sócio-econômico-ecológico de Mato Grosso						
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO	Unidade de Medida: KM²					
Físico	574.046,0	574.046,0	100,0	6.500,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	574.046,0	574.046,0	100,0	6.500,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.089.602	8.089.602	100,0	250.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.089.602	8.089.602	100,0	250.000	0	0,0
Centro-oeste	8.089.602	8.089.602	100,0	250.000	0	0,0
(P) 3843 Avaliação dos Componentes do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - PRODEAGRO						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	700.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	700.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	700.000	0	0,0
Financ. Total Programa	62.984.170	62.984.170	100,0	7.427.178	0	0,0
Fiscal Seguridade	62.984.170	62.984.170	64,4	7.427.178	0	0,0

0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL

Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz						
(OE) 0175 Promoção do Desenvolvimento do Estado do Tocantins						
(TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000.000	100.000.000	50,0	100.000.000	100.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	200.000.000	100.000.000	50,0	100.000.000	100.000.000	100,0
Nacional	100.000.000	100.000.000	100,0	100.000.000	100.000.000	100,0
Norte	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0353 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	465.322.800	0	0,0	440.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	465.322.800	0	0,0	440.000.000	0	0,0
Nacional	465.322.800	0	0,0	440.000.000	0	0,0
(P) 1873 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	36,0	36,0	100,0	61,0	7,0	11,5
Nacional	34,0	34,0	100,0	61,0	7,0	11,5
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.158.082	3.855.082	92,7	3.462.467	55.566	1,6
Fiscal Seguridade	3.855.082	3.855.082	100,0	3.462.467	55.566	1,6
Nacional	55.566	55.566	100,0	3.462.467	55.566	1,6
Norte	3.799.516	3.799.516	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	303.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	90.448	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	22.612	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	27.134	0	0,0	0	0	0,0
Norte	162.806	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1913 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.160,0	1.160,0	100,0	1.417,0	960,0	67,7
Nacional	960,0	960,0	100,0	1.417,0	960,0	67,7
Norte	200,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	953.683	873.133	91,6	1.200.000	647.644	54,0
Fiscal Seguridade	873.133	873.133	100,0	1.200.000	647.644	54,0
Nacional	647.644	647.644	100,0	1.200.000	647.644	54,0
Norte	225.489	225.489	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	80.550	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.788	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	5.788	0	0,0	0	0	0,0
Norte	68.974	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2539 Manutenção de Distrito Agropecuário						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: DISTRITO MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	4.950.180	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.950.180	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Norte	4.950.180	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz						
(P)	3564	Edição e Distribuição de Publicações sobre Oportunidades de Investimento na Amazônia Ocidental (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	112.275,0	112.275,0	100,0	26.000,0	72.621,0	279,3
Nacional	112.275,0	112.275,0	100,0	26.000,0	72.621,0	279,3
Financeiro	3.800.000	3.000.000	78,9	1.000.000	1.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.800.000	3.000.000	78,9	1.000.000	1.000.000	100,0
Nacional	3.800.000	3.000.000	78,9	1.000.000	1.000.000	100,0
(P)	3567	Estudos para a Promoção de Investimentos na Amazônia Ocidental (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	33,0	33,0	100,0	20,0	15,0	75,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	20,0	15,0	75,0
Norte	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.890.265	3.666.265	75,0	2.000.000	1.993.100	99,7
Fiscal Seguridade	4.890.265	3.666.265	75,0	2.000.000	1.993.100	99,7
Nacional	3.666.265	3.666.265	100,0	2.000.000	1.993.100	99,7
Norte	1.224.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3570	Elaboração e Acompanhamento de Projetos Agroindustriais Demonstrativos na Amazônia Ocidental e Amapá (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: PROJETO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	36,0	36,0	100,0	25,0	5,0	20,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	25,0	5,0	20,0
Norte	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.026.139	1.226.139	60,5	1.000.000	998.425	99,8
Fiscal Seguridade	2.026.139	1.226.139	60,5	1.000.000	998.425	99,8
Nacional	1.226.139	1.226.139	100,0	1.000.000	998.425	99,8
Norte	800.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3571	Implantação de Infra-estrutura Básica do Projeto Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE PROJETO IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	31,0	31,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Nacional	31,0	31,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Financeiro	13.454.133	9.054.133	67,3	4.680.000	626.009	13,4
Fiscal Seguridade	13.454.133	9.054.133	67,3	4.680.000	626.009	13,4
Nacional	13.454.133	9.054.133	67,3	4.680.000	626.009	13,4
(P)	3579	ZONEAMENTO ECONÔMICO-ECOLÓGICO DO DISTRITO AGROPECUÁRIO DE MANAUS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: zoneamento concluído			Unidade de Medida: km ²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz						
(P)	3669	Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Amazônia Legal				
Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	49,0	49,0	100,0	8.117,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8.117,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	108.254.602	107.974.602	99,7	17.989.895	6.480.000	36,0
Fiscal Seguridade	107.974.602	107.974.602	100,0	17.989.895	6.480.000	36,0
Nacional	12.958.985	12.958.985	100,0	17.989.895	6.480.000	36,0
Centro-oeste	17.548.317	17.548.317	100,0	0	0	0,0
Norte	77.467.300	77.467.300	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	280.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	35.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	245.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4247	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	285,0	285,0	100,0	309,0	40,0	12,9
Nacional	115,0	115,0	100,0	309,0	40,0	12,9
Norte	170,0	170,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	268.164.093	198.087.700	73,9	87.736.641	35.883.056	40,9
Fiscal Seguridade	268.164.093	198.087.700	73,9	87.736.641	35.883.056	40,9
Nacional	165.141.857	165.141.857	100,0	87.736.641	35.883.056	40,9
Norte	103.022.236	32.945.843	32,0	0	0	0,0
(A)	4637	FISCALIZAÇÃO DE FRENTEIRAS NA AMAZÔNIA LEGAL				
Produto: operação realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5861	CONSTRUÇÃO DE PONTES (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: ponte construída			Unidade de Medida: m			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6659	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA LEGAL				
Produto: investimentos alavancados			Unidade de Medida: US\$ milhão			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9402	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA NA REGIÃO NORTE - FNO (Ministério da Fazenda)				
Produto: crédito concedido			Unidade de Medida: R\$ 1.000			
Físico	1.679.438,0	938.960,0	55,9	404.396,0	485.231,0	120,0
Norte	1.679.438,0	938.960,0	55,9	404.396,0	485.231,0	120,0
Financeiro	1.302.585.301	479.641.266	36,8	404.395.103	0	0,0
Demais Fontes	1.302.585.301	479.641.266	36,8	404.395.103	0	0,0
Nacional	884.036.369	479.641.266	54,3	404.395.103	0	0,0
Norte	418.548.932	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz						
(OA)	9403	Aprovação de projetos de produção e aproveitamento de matérias-primas regionais para fruição de incentivos fiscais (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	347,0	347,0	100,0	37,0	157,0	424,3
Norte	347,0	347,0	100,0	37,0	157,0	424,3
Financeiro	40.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Demais Fontes	40.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Nacional	20.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Norte	20.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9404	FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA OCIDENTAL - PEXPAM (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: exportação alavancada			Unidade de Medida: US\$ milhão			
Físico	66.966.991,0	66.966.991,0	100,0	107,0	83,0	77,6
Norte	66.966.991,0	66.966.991,0	100,0	107,0	83,0	77,6
Financeiro	1.000.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Demais Fontes	1.000.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Nacional	500.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Norte	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.419.559.278	907.378.320	37,5	1.088.464.106	147.683.800	13,6
Fiscal Seguridade	1.075.310.427	427.737.054	64,4	663.569.003	147.683.800	22,3
Demais Fontes	1.344.248.851	479.641.266	34,7	424.895.103	0	0,0
0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga						
(P)	1263	Unidade Piloto de Promoção de Oportunidades de Investimento no Centro-Oeste				
Produto: EMPREENDIMENTO PROMOVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	279,0	15,0	5,4
Centro-oeste	16,0	16,0	100,0	279,0	15,0	5,4
Financeiro	3.583.262	3.583.262	100,0	6.052.270	1.019.262	16,8
Fiscal Seguridade	3.583.262	3.583.262	100,0	6.052.270	1.019.262	16,8
Centro-oeste	3.583.262	3.583.262	100,0	6.052.270	1.019.262	16,8
(A)	2871	Avaliação das Atividades Desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO				
Produto: AVALIACAO EFETUADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	234.326	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	234.326	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Centro-oeste	234.326	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3629	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE				
Produto: Pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	190,0	190,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	160,0	160,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.009.520	2.009.520	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.009.520	2.009.520	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.009.520	2.009.520	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga						
(P)	3633	ESTUDOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.279.520	2.279.520	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.279.520	2.279.520	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.279.520	2.279.520	100,0	0	0	0,0
(P)	3636	GESTÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO NA REGIÃO CENTRO-OESTE				
Produto: Projeto implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	976.865	976.865	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	976.865	976.865	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	976.865	976.865	100,0	0	0	0,0
(OA)	9477	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA REGIÃO CENTRO-OESTE (FCO)				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: crédito concedido			Unidade de Medida: R\$			
Físico	1.215.192.127,0	21.584.648,0	1,8	404.395.103,0	20.986.000,0	5,2
Centro-oeste	1.215.192.127,0	21.584.648,0	1,8	404.395.103,0	20.986.000,0	5,2
Financeiro	1.794.006.431	971.062.396	54,1	404.395.103	0	0,0
Demais Fontes	1.794.006.431	971.062.396	54,1	404.395.103	0	0,0
Nacional	1.375.457.499	971.062.396	70,6	404.395.103	0	0,0
Centro-oeste	418.548.932	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.803.089.924	979.911.563	54,3	410.647.373	1.019.262	0,2
Fiscal Seguridade	9.083.493	8.849.167	64,4	6.252.270	1.019.262	16,3
Demais Fontes	1.794.006.431	971.062.396	34,7	404.395.103	0	0,0
0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Anete Alves Fernandes Fidelis						
(OE)	0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	697.984.200	0	0,0	561.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	697.984.200	0	0,0	561.000.000	0	0,0
Nacional	697.984.200	0	0,0	561.000.000	0	0,0
(P)	1060	Apoio ao Desenvolvimento Rural				
Produto: MUNICIPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	106,0	106,0	100,0	246,0	39,0	15,9
Nacional	39,0	39,0	100,0	246,0	39,0	15,9
Nordeste	67,0	67,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	62.803.971	59.253.971	94,3	39.418.000	25.728.092	65,3
Fiscal Seguridade	62.803.971	59.253.971	94,3	39.418.000	25.728.092	65,3
Nacional	25.728.092	25.728.092	100,0	39.418.000	25.728.092	65,3
Nordeste	37.075.879	33.525.879	90,4	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Anete Alves Fernandes Fidelis						
(P) 1838 APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PAPP						
Produto: Produtor beneficiado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	5.650,0	5.650,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4.974,0	4.974,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	676,0	676,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.658.445	3.892.565	58,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.892.565	3.892.565	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.892.565	3.892.565	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.765.880	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.433.873	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	332.007	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1840 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1.853,0	1.853,0	100,0	43,0	3,0	7,0
Nordeste	1.853,0	1.853,0	100,0	43,0	3,0	7,0
Financeiro	10.292.487	7.522.071	73,1	1.500.000	750.000	50,0
Fiscal Seguridade	7.522.071	7.522.071	100,0	1.500.000	750.000	50,0
Nordeste	7.522.071	7.522.071	100,0	1.500.000	750.000	50,0
Demais Fontes	2.770.416	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.324.869	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	445.547	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1858 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	26,0	26,0	100,0	11,0	8,0	72,7
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	11,0	8,0	72,7
Financeiro	7.908.799	5.208.799	65,9	2.000.000	1.500.000	75,0
Fiscal Seguridade	5.208.799	5.208.799	100,0	2.000.000	1.500.000	75,0
Nordeste	5.208.799	5.208.799	100,0	2.000.000	1.500.000	75,0
Demais Fontes	2.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.662.759	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	37.241	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3675 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Região Nordeste						
Produto: PROJETO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	117,0	117,0	100,0	695,0	90,0	12,9
Nacional	75,0	75,0	100,0	669,0	72,0	10,8
Nordeste	42,0	42,0	100,0	26,0	18,0	69,2
Financeiro	184.861.854	131.916.854	71,4	96.908.837	41.100.929	42,4
Fiscal Seguridade	183.361.854	131.916.854	71,9	96.908.837	41.100.929	42,4
Nacional	48.719.453	48.719.453	100,0	92.635.000	37.851.025	40,9
Nordeste	134.642.401	83.197.401	61,8	4.273.837	3.249.904	76,0
Demais Fontes	1.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.227.273	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	272.727	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Anete Alves Fernandes Fidelis						
(OA)	9468	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA REGIÃO NORDESTE - FNE (Ministério da Fazenda)				
Produto: crédito concedido			Unidade de Medida: R\$			
Físico	3.587.425.831,0	479.551.100,0	13,4	1.213.185.362,0	177.003.200,0	14,6
Nordeste	3.101.274.519,0	424.148.600,0	13,7	1.055.471.264,0	156.592.300,0	14,8
Sudeste	486.151.312,0	55.402.500,0	11,4	157.714.098,0	20.410.900,0	12,9
Financeiro	3.907.756.212	1.438.924.000	36,8	1.213.185.362	0	0,0
Demais Fontes	3.907.756.212	1.438.924.000	36,8	1.213.185.362	0	0,0
Nacional	2.652.109.362	1.438.924.000	54,3	1.213.185.362	0	0,0
Nordeste	1.086.333.471	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	169.313.379	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	4.878.265.968	1.646.718.260	33,8	1.914.012.199	69.079.021	3,6
Fiscal Seguridade	960.773.460	207.794.260	64,4	700.826.837	69.079.021	9,9
Demais Fontes	3.917.492.508	1.438.924.000	34,7	1.213.185.362	0	0,0
0094 DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga						
(P)	7819	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal				
Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	755.256	115.256	15,3	1.800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	755.256	115.256	15,3	1.800.000	0	0,0
Nacional	755.256	115.256	15,3	1.800.000	0	0,0
(P)	7821	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo do Entorno do Distrito Federal				
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	659.262	99.262	15,1	600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	659.262	99.262	15,1	600.000	0	0,0
Nacional	659.262	99.262	15,1	600.000	0	0,0
(P)	7843	REALIZAÇÃO DE FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL				
Produto: Fórum promovido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.082	36.082	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	36.082	36.082	100,0	0	0	0,0
Nacional	36.082	36.082	100,0	0	0	0,0
(P)	7845	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal				
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	689.528	49.528	7,2	582.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	689.528	49.528	7,2	582.000	0	0,0
Nacional	689.528	49.528	7,2	582.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0094 DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga						
(P)	7847	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado do Entorno do Distrito Federal				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	233,0	233,0	100,0	152,0	73,0	48,0
Nacional	73,0	73,0	100,0	152,0	73,0	48,0
Centro-oeste	160,0	160,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	857.195	97.195	11,3	600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	857.195	97.195	11,3	600.000	0	0,0
Nacional	760.000	0	0,0	600.000	0	0,0
Centro-oeste	97.195	97.195	100,0	0	0	0,0
(P)	7849	Elaboração do Plano de Ordenamento Físico e Territorial do Entorno do Distrito Federal				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	39,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	39,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.057.195	577.195	54,6	2.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.057.195	577.195	54,6	2.400.000	0	0,0
Nacional	1.057.195	577.195	54,6	2.400.000	0	0,0
Financ. Total Programa	4.054.518	974.518	24,0	5.982.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.054.518	974.518	64,4	5.982.000	0	0,0
0077 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Oliveira de Castro Vieira						
(P)	7687	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana				
	Produto: FORUM PROMOVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	120.000	100.000	83,3	135.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	120.000	100.000	83,3	135.000	0	0,0
Sudeste	120.000	100.000	83,3	135.000	0	0,0
(P)	7689	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	519.193	449.193	86,5	180.000	170.032	94,5
Fiscal Seguridade	519.193	449.193	86,5	180.000	170.032	94,5
Sudeste	519.193	449.193	86,5	180.000	170.032	94,5
(P)	7691	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana				
	Produto: PROJETO IMPLEMENTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	241.751	143.851	59,5	264.960	0	0,0
Fiscal Seguridade	241.751	143.851	59,5	264.960	0	0,0
Sudeste	241.751	143.851	59,5	264.960	0	0,0
(P)	7693	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Bacia do Itabapoana				
	Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	303.518	237.018	78,1	126.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	303.518	237.018	78,1	126.000	0	0,0
Sudeste	303.518	237.018	78,1	126.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

300

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0077 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Oliveira de Castro Vieira						
(P) 7695 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Bacia do Itabapoana						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	90,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	90,0	S.R.	0,0
Financeiro	399.060	332.560	83,3	171.000	99.529	58,2
Fiscal Seguridade	399.060	332.560	83,3	171.000	99.529	58,2
Sudeste	399.060	332.560	83,3	171.000	99.529	58,2
Financ. Total Programa	1.583.522	1.262.622	79,7	876.960	269.561	30,7
Fiscal Seguridade	1.583.522	1.262.622	64,4	876.960	269.561	30,7
0079 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS						
Gerente em 31/12/2002: AURO SHIGUENARI YOSHIDA						
(P) 7707 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras						
Produto: FORUM PROMOVIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	196.224	146.224	74,5	90.000	90.000	100,0
Fiscal Seguridade	196.224	146.224	74,5	90.000	90.000	100,0
Nacional	196.224	146.224	74,5	90.000	90.000	100,0
(P) 7709 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras						
Produto: PLANO ELABORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	296.462	236.462	79,8	120.000	120.000	100,0
Fiscal Seguridade	296.462	236.462	79,8	120.000	120.000	100,0
Nacional	296.462	236.462	79,8	120.000	120.000	100,0
(P) 7711 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	205.873	77.273	37,5	176.640	0	0,0
Fiscal Seguridade	205.873	77.273	37,5	176.640	0	0,0
Nacional	205.873	77.273	37,5	176.640	0	0,0
(P) 7713 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	215.988	159.988	74,1	84.000	30.824	36,7
Fiscal Seguridade	215.988	159.988	74,1	84.000	30.824	36,7
Nacional	215.988	159.988	74,1	84.000	30.824	36,7
(P) 7715 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Financeiro	126.666	50.666	40,0	114.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	126.666	50.666	40,0	114.000	0	0,0
Nacional	126.666	50.666	40,0	114.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

301

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
Financ. Total Programa	1.041.213	670.613	64,4	584.640	240.824	41,2
Fiscal Seguridade	1.041.213	670.613	64,4	584.640	240.824	41,2
0080 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo Dias Ramagem						
(P) 7717 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	145.394	85.394	58,7	90.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	145.394	85.394	58,7	90.000	0	0,0
Nordeste	145.394	85.394	58,7	90.000	0	0,0
(P) 7719 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	260.000	200.000	76,9	120.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	260.000	200.000	76,9	120.000	0	0,0
Nordeste	260.000	200.000	76,9	120.000	0	0,0
(P) 7721 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	396.162	288.562	72,8	176.640	176.640	100,0
Fiscal Seguridade	396.162	288.562	72,8	176.640	176.640	100,0
Nordeste	396.162	288.562	72,8	176.640	176.640	100,0
(P) 7723 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Chapada do Araripe						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	271.923	195.923	72,1	84.000	84.000	100,0
Fiscal Seguridade	271.923	195.923	72,1	84.000	84.000	100,0
Nordeste	271.923	195.923	72,1	84.000	84.000	100,0
(P) 7725 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Chapada do Araripe						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Financeiro	214.442	138.442	64,6	114.000	26.520	23,3
Fiscal Seguridade	214.442	138.442	64,6	114.000	26.520	23,3
Nordeste	214.442	138.442	64,6	114.000	26.520	23,3
Financ. Total Programa	1.287.921	908.321	70,5	584.640	287.160	49,1
Fiscal Seguridade	1.287.921	908.321	64,4	584.640	287.160	49,1

0093 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA

Gerente em 31/12/2002: Fábio Eduardo de Mello Cunha

(P) 7779 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina

Produto: FORUM PROMOVIDO

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	50.000	0	0,0	60.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	50.000	0	0,0	60.000	0	0,0
Nordeste	50.000	0	0,0	60.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

302

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0093 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA						
Gerente em 31/12/2002: Fábio Eduardo de Mello Cunha						
(P) 7781	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina					
	Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	154.235	94.235	61,1	180.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	154.235	94.235	61,1	180.000	0	0,0
Nordeste	154.235	94.235	61,1	180.000	0	0,0
(P) 7783	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina					
	Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	414.165	358.165	86,5	116.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	414.165	358.165	86,5	116.000	0	0,0
Nordeste	414.165	358.165	86,5	116.000	0	0,0
(P) 7785	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina					
	Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	38,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	38,0	S.R.	0,0
Financeiro	583.942	507.942	87,0	144.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	583.942	507.942	87,0	144.000	0	0,0
Nordeste	583.942	507.942	87,0	144.000	0	0,0
(P) 7855	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina					
	Produto: PROJETO IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	206.484	77.884	37,7	92.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	206.484	77.884	37,7	92.000	0	0,0
Nordeste	206.484	77.884	37,7	92.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.408.826	1.038.226	73,7	592.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.408.826	1.038.226	64,4	592.000	0	0,0
0076 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Paz Magalhães						
(P) 7677	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas					
	Produto: FORUM PROMOVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	297.390	247.390	83,2	135.000	127.142	94,2
Fiscal Seguridade	297.390	247.390	83,2	135.000	127.142	94,2
Nacional	297.390	247.390	83,2	135.000	127.142	94,2
(P) 7679	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas					
	Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	265.752	155.752	58,6	180.000	135.000	75,0
Fiscal Seguridade	265.752	155.752	58,6	180.000	135.000	75,0
Nacional	265.752	155.752	58,6	180.000	135.000	75,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0076 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Paz Magalhães						
(P) 7681 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	441.617	265.665	60,2	264.960	75.000	28,3
Fiscal Seguridade	441.617	265.665	60,2	264.960	75.000	28,3
Nacional	441.617	265.665	60,2	264.960	75.000	28,3
(P) 7683 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião de Águas Emendadas						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	291.237	214.237	73,6	126.000	72.000	57,1
Fiscal Seguridade	291.237	214.237	73,6	126.000	72.000	57,1
Nacional	291.237	214.237	73,6	126.000	72.000	57,1
(P) 7685 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião de Águas Emendadas						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	107,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	107,0	S.R.	0,0
Financeiro	495.317	390.817	78,9	171.000	58.874	34,4
Fiscal Seguridade	495.317	390.817	78,9	171.000	58.874	34,4
Nacional	495.317	390.817	78,9	171.000	58.874	34,4
Financ. Total Programa	1.791.313	1.273.861	71,1	876.960	468.016	53,4
Fiscal Seguridade	1.791.313	1.273.861	64,4	876.960	468.016	53,4
0074 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES						
Gerente em 31/12/2002: Dorotea Blos						
(P) 7657 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	80.935	45.935	56,8	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	80.935	45.935	56,8	100.000	0	0,0
Norte	80.935	45.935	56,8	100.000	0	0,0
(P) 7659 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	154.200	74.200	48,1	150.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	154.200	74.200	48,1	150.000	0	0,0
Norte	154.200	74.200	48,1	150.000	0	0,0
(P) 7661 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	232.788	125.188	53,8	340.400	17.387	5,1
Fiscal Seguridade	232.788	125.188	53,8	340.400	17.387	5,1
Norte	232.788	125.188	53,8	340.400	17.387	5,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0074 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES						
Gerente em 31/12/2002: Dorotea Blos						
(P) 7663 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Alto Solimões						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	360.595	279.595	77,5	130.000	130.000	100,0
Fiscal Seguridade	360.595	279.595	77,5	130.000	130.000	100,0
Norte	360.595	279.595	77,5	130.000	130.000	100,0
(P) 7665 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Alto Solimões						
Produto: PESSOA CAPACITADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	130,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	130,0	S.R.	0,0
Financeiro	351.648	275.648	78,4	172.634	172.000	99,6
Fiscal Seguridade	351.648	275.648	78,4	172.634	172.000	99,6
Norte	351.648	275.648	78,4	172.634	172.000	99,6
Financ. Total Programa	1.180.166	800.566	67,8	893.034	319.387	35,8
Fiscal Seguridade	1.180.166	800.566	64,4	893.034	319.387	35,8
0078 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO						
Gerente em 31/12/2002: Denise Valéria de Lima Pufal						
(P) 7697 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio						
Produto: FORUM PROMOVIDO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	182.223	142.223	78,0	90.000	90.000	100,0
Fiscal Seguridade	182.223	142.223	78,0	90.000	90.000	100,0
Nacional	182.223	142.223	78,0	90.000	90.000	100,0
(P) 7699 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio						
Produto: PLANO ELABORADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	296.842	216.842	73,0	120.000	120.000	100,0
Fiscal Seguridade	296.842	216.842	73,0	120.000	120.000	100,0
Nacional	296.842	216.842	73,0	120.000	120.000	100,0
(P) 7701 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	193.115	87.615	45,4	176.640	0	0,0
Fiscal Seguridade	193.115	87.615	45,4	176.640	0	0,0
Nacional	193.115	87.615	45,4	176.640	0	0,0
(P) 7703 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Bico do Papagaio						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	188.773	148.773	78,8	84.000	30.780	36,6
Fiscal Seguridade	188.773	148.773	78,8	84.000	30.780	36,6
Nacional	188.773	148.773	78,8	84.000	30.780	36,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0078 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO						
Gerente em 31/12/2002: Denise Valéria de Lima Pufal						
(P) 7705 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Bico do Papagaio						
Produto: PESSOA CAPACITADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	76,0	S.R.	0,0
Financeiro	162.266	47.266	29,1	114.000	7.874	6,9
Fiscal Seguridade	162.266	47.266	29,1	114.000	7.874	6,9
Nacional	162.266	47.266	29,1	114.000	7.874	6,9
Financ. Total Programa	1.023.219	642.719	62,8	584.640	248.654	42,5
Fiscal Seguridade	1.023.219	642.719	64,4	584.640	248.654	42,5
0090 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAQUEÇABA						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Paz Magalhães						
(P) 7745 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba						
Produto: FORUM PROMOVIDO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	142.692	105.192	73,7	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	142.692	105.192	73,7	50.000	0	0,0
Nacional	142.692	105.192	73,7	50.000	0	0,0
(P) 7747 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba						
Produto: PLANO ELABORADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	265.112	140.112	52,9	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	265.112	140.112	52,9	100.000	0	0,0
Nacional	265.112	140.112	52,9	100.000	0	0,0
(P) 7749 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	256.000	0	0,0	236.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	256.000	0	0,0	236.000	0	0,0
Nacional	256.000	0	0,0	236.000	0	0,0
(P) 7751 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	331.292	183.792	55,5	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	331.292	183.792	55,5	200.000	0	0,0
Nacional	331.292	183.792	55,5	200.000	0	0,0
(P) 7753 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba						
Produto: PESSOA CAPACITADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	53,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	53,0	S.R.	0,0
Financeiro	330.893	230.893	69,8	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	330.893	230.893	69,8	100.000	0	0,0
Nacional	330.893	230.893	69,8	100.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.325.989	659.989	49,8	686.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

306

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
Fiscal Seguridade	1.325.989	659.989	64,4	686.000	0	0,0
0082 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI						
Gerente em 31/12/2002: EMANUEL MALTA FALCÃO CALOÊTE						
(P) 7735 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri						
Produto: FORUM PROMOVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	75.000	0	0,0	91.310	0	0,0
Fiscal Seguridade	75.000	0	0,0	91.310	0	0,0
Nacional	75.000	0	0,0	91.310	0	0,0
(P) 7737 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri						
Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	303.422	178.422	58,8	202.910	0	0,0
Fiscal Seguridade	303.422	178.422	58,8	202.910	0	0,0
Nacional	303.422	178.422	58,8	202.910	0	0,0
(P) 7739 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.187.156	4.719.656	91,0	101.186	57.120	56,5
Fiscal Seguridade	5.187.156	4.719.656	91,0	101.186	57.120	56,5
Nacional	588.432	120.932	20,6	101.186	57.120	56,5
Sudeste	4.598.724	4.598.724	100,0	0	0	0,0
(P) 7741 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	465.416	165.416	35,5	154.672	0	0,0
Fiscal Seguridade	465.416	165.416	35,5	154.672	0	0,0
Nacional	465.416	165.416	35,5	154.672	0	0,0
(P) 7743 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri						
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	420,0	420,0	100,0	75,0	420,0	560,0
Nacional	420,0	420,0	100,0	75,0	420,0	560,0
Financeiro	536.109	336.109	62,7	141.124	90.000	63,8
Fiscal Seguridade	536.109	336.109	62,7	141.124	90.000	63,8
Nacional	536.109	336.109	62,7	141.124	90.000	63,8
Financ. Total Programa	6.567.103	5.399.603	82,2	691.202	147.120	21,3
Fiscal Seguridade	6.567.103	5.399.603	64,4	691.202	147.120	21,3

0091 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE

Gerente em 31/12/2002: Maila Romano Villa Verde



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0091 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE						
Gerente em 31/12/2002: Maila Romano Villa Verde						
(P) 7755 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	198.587	158.587	79,9	105.000	105.000	100,0
Fiscal Seguridade	198.587	158.587	79,9	105.000	105.000	100,0
Norte	198.587	158.587	79,9	105.000	105.000	100,0
(P) 7759 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	237.298	157.298	66,3	140.000	96.080	68,6
Fiscal Seguridade	237.298	157.298	66,3	140.000	96.080	68,6
Norte	237.298	157.298	66,3	140.000	96.080	68,6
(P) 7761 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	307.610	202.110	65,7	206.080	39.998	19,4
Fiscal Seguridade	307.610	202.110	65,7	206.080	39.998	19,4
Norte	307.610	202.110	65,7	206.080	39.998	19,4
(P) 7763 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Rio Acre						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	155.511	115.511	74,3	98.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	155.511	115.511	74,3	98.000	0	0,0
Norte	155.511	115.511	74,3	98.000	0	0,0
(P) 7765 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Rio Acre						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	204.605	89.605	43,8	133.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	204.605	89.605	43,8	133.000	0	0,0
Norte	204.605	89.605	43,8	133.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.103.611	723.111	65,5	682.080	241.078	35,3
Fiscal Seguridade	1.103.611	723.111	64,4	682.080	241.078	35,3
0092 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ						
Gerente em 31/12/2002: André Luís Lopes Rocha						
(P) 7767 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Xingó						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	217.420	157.420	72,4	105.000	105.000	100,0
Fiscal Seguridade	217.420	157.420	72,4	105.000	105.000	100,0
Nordeste	217.420	157.420	72,4	105.000	105.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0092 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ						
Gerente em 31/12/2002: André Luís Lopes Rocha						
(P) 7771 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Xingó						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	301.925	221.925	73,5	140.000	100.560	71,8
Fiscal Seguridade	301.925	221.925	73,5	140.000	100.560	71,8
Nordeste	301.925	221.925	73,5	140.000	100.560	71,8
(P) 7773 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Xingó						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	243.368	135.768	55,8	206.080	41.077	19,9
Fiscal Seguridade	243.368	135.768	55,8	206.080	41.077	19,9
Nordeste	243.368	135.768	55,8	206.080	41.077	19,9
(P) 7775 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Xingó						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	184.291	128.291	69,6	98.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	184.291	128.291	69,6	98.000	0	0,0
Nordeste	184.291	128.291	69,6	98.000	0	0,0
(P) 7777 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Xingó						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	82.000	6.000	7,3	133.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	82.000	6.000	7,3	133.000	0	0,0
Nordeste	82.000	6.000	7,3	133.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.029.004	649.404	63,1	682.080	246.637	36,2
Fiscal Seguridade	1.029.004	649.404	64,4	682.080	246.637	36,2
0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Ribeiro Moreira						
(P) 7667 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Sul	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	207.261	132.261	63,8	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	207.261	132.261	63,8	100.000	0	0,0
Sul	207.261	132.261	63,8	100.000	0	0,0
(P) 7669 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.260.147	8.060.147	97,6	300.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.260.147	8.060.147	97,6	300.000	0	0,0
Sul	8.260.147	8.060.147	97,6	300.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Ribeiro Moreira						
(P) 7671 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul						
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	69,0	69,0	100,0	6,0	69,0	1.150,0
Nacional	69,0	69,0	100,0	1,0	69,0	6.900,0
Sul	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.329.998	1.954.298	83,9	7.138.800	1.708.801	23,9
Fiscal Seguridade	2.329.998	1.954.298	83,9	7.138.800	1.708.801	23,9
Nacional	1.462.001	1.462.001	100,0	6.780.000	1.462.001	21,6
Sul	867.997	492.297	56,7	358.800	246.800	68,8
(P) 7673 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião Fronteira do Mercosul						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	10,0	10,0	100,0	9,0	10,0	111,1
Sul	10,0	10,0	100,0	9,0	10,0	111,1
Financeiro	516.875	376.875	72,9	160.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	516.875	376.875	72,9	160.000	0	0,0
Sul	516.875	376.875	72,9	160.000	0	0,0
(P) 7675 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião Fronteira do Mercosul						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	800,0	800,0	100,0	300,0	800,0	266,7
Sul	800,0	800,0	100,0	300,0	800,0	266,7
Financeiro	563.623	359.623	63,8	250.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	563.623	359.623	63,8	250.000	0	0,0
Sul	563.623	359.623	63,8	250.000	0	0,0
Financ. Total Programa	11.877.904	10.883.204	91,6	7.948.800	1.708.801	21,5
Fiscal Seguridade	11.877.904	10.883.204	64,4	7.948.800	1.708.801	21,5
0081 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Henrique Villa da Costa Ferreira						
(P) 7727 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul						
Produto: FORUM PROMOVIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Sul	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	280.195	165.195	59,0	135.000	39.700	29,4
Fiscal Seguridade	280.195	165.195	59,0	135.000	39.700	29,4
Sul	280.195	165.195	59,0	135.000	39.700	29,4
(P) 7729 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul						
Produto: PLANO ELABORADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	474.505	374.505	78,9	180.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	474.505	374.505	78,9	180.000	0	0,0
Sul	474.505	374.505	78,9	180.000	0	0,0
(P) 7731 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul						
Produto: ASSOCIACAO/COOPERATIVA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	465.000	390.000	83,9	126.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	465.000	390.000	83,9	126.000	0	0,0
Sul	465.000	390.000	83,9	126.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

310

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0081 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Henrique Villa da Costa Ferreira						
(P)	7733	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Financeiro	821.718	522.718	63,6	171.000	150.000	87,7
Fiscal Seguridade	821.718	522.718	63,6	171.000	150.000	87,7
Sul	821.718	522.718	63,6	171.000	150.000	87,7
(P)	7853	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul				
Produto: PROJETO IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	843.218	367.518	43,6	264.960	172.800	65,2
Fiscal Seguridade	843.218	367.518	43,6	264.960	172.800	65,2
Sul	843.218	367.518	43,6	264.960	172.800	65,2
Financ. Total Programa	2.884.636	1.819.936	63,1	876.960	362.500	41,3
Fiscal Seguridade	2.884.636	1.819.936	64,4	876.960	362.500	41,3
0120 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA						
Gerente em 31/12/2002: Rodrigo Machado Malaspina						
(P)	1389	Obras Cíveis de Pequeno Porte nos Municípios da Faixa de Fronteira				
Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	175,0	175,0	100,0	213,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	213,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	89,0	89,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	78,0	78,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	167.967.774	102.074.984	60,8	63.679.999	46.652.792	73,3
Fiscal Seguridade	167.909.984	102.074.984	60,8	63.679.999	46.652.792	73,3
Nacional	48.905.445	48.555.445	99,3	63.679.999	46.652.792	73,3
Centro-oeste	4.360.000	360.000	8,3	0	0	0,0
Norte	105.843.724	49.683.724	46,9	0	0	0,0
Sul	8.800.815	3.475.815	39,5	0	0	0,0
Demais Fontes	57.790	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	10.320	0	0,0	0	0	0,0
Norte	28.895	0	0,0	0	0	0,0
Sul	18.575	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3307	Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	500.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	500.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Financ. Total Programa	168.467.774	102.074.984	60,6	63.779.999	46.652.792	73,1
Fiscal Seguridade	168.409.984	102.074.984	64,4	63.779.999	46.652.792	73,1
Demais Fontes	57.790	0	34,7	0	0	0,0

0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: Maria Jose Monteiro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Maria Jose Monteiro						
(P)	1077	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL				
Produto: Município atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.161.600	4.161.600	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.161.600	4.161.600	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.161.600	4.161.600	100,0	0	0	0,0
(P)	1842	Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	450,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	315,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	135,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.934	0	0,0	453.004	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.934	0	0,0	453.004	0	0,0
Nacional	1.490.382	0	0,0	317.103	0	0,0
Centro-oeste	180.552	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	330.000	0	0,0	135.901	0	0,0
(P)	1860	Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	21,0	15,0	71,4
Nacional	25,0	25,0	100,0	21,0	15,0	71,4
Financeiro	13.629.515	9.321.515	68,4	3.400.000	680.000	20,0
Fiscal Seguridade	13.629.515	9.321.515	68,4	3.400.000	680.000	20,0
Nacional	11.629.515	7.641.515	65,7	3.400.000	680.000	20,0
Centro-oeste	320.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.680.000	1.680.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3821	Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado				
Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	14.161,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	14.161,0	S.R.	0,0
Financeiro	133.654.775	30.530.351	22,8	54.076.000	30.530.351	56,5
Fiscal Seguridade	133.654.775	30.530.351	22,8	54.076.000	30.530.351	56,5
Nacional	37.354.775	30.530.351	81,7	54.076.000	30.530.351	56,5
Centro-oeste	160.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	42.470.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	38.860.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.810.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	13.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9436	LEGISLAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	60,0	17,0	28,3	12,0	12,0	100,0
Nacional	60,0	17,0	28,3	12,0	12,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9437	FINANCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS COM RECURSOS DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FUNRES				
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	79.558.000,0	25.747.645,0	32,4	23.400.000,0	9.358.000,0	40,0
Sudeste	79.558.000,0	25.747.645,0	32,4	23.400.000,0	9.358.000,0	40,0
Financeiro	63.189.645	16.389.645	25,9	23.400.000	0	0,0
Demais Fontes	63.189.645	16.389.645	25,9	23.400.000	0	0,0
Nacional	39.789.645	16.389.645	41,2	23.400.000	0	0,0
Sudeste	23.400.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

312

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
Financ. Total Programa	216.636.469	60.403.111	27,9	81.329.004	31.210.351	38,4
Fiscal Seguridade	153.446.824	44.013.466	64,4	57.929.004	31.210.351	53,9
Demais Fontes	63.189.645	16.389.645	34,7	23.400.000	0	0,0
0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM						
Gerente em 31/12/2002: Edson Zorzin						
(P) 1047 ESTUDOS DE MODERNIZAÇÃO DA IRRIGAÇÃO						
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1185 Formação de Agentes de Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Irrigação						
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	511.453	111.453	21,8	787.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	511.453	111.453	21,8	787.000	0	0,0
Nordeste	511.453	111.453	21,8	787.000	0	0,0
(P) 1439 Estudo para Implementação de Pólos de Bioindústria para o Desenvolvimento da Irrigação						
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.598.280	1.374.280	86,0	480.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.598.280	1.374.280	86,0	480.000	0	0,0
Nacional	1.598.280	1.374.280	86,0	480.000	0	0,0
(P) 1441 Implantação de Sistema para a Redução de Perdas em Agricultura Irrigada						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.407.364	2.007.364	83,4	940.000	939.712	100,0
Fiscal Seguridade	2.407.364	2.007.364	83,4	940.000	939.712	100,0
Nacional	2.407.364	2.007.364	83,4	940.000	939.712	100,0
(P) 1836 Implantação de Projetos de Irrigação						
Produto: AREA IRRIGADA IMPLANTADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	122.289,0	122.289,0	100,0	132.762,0	20.492,0	15,4
Nacional	2.110,0	2.110,0	100,0	94.023,0	2.010,0	2,1
Centro-oeste	13.304,0	13.304,0	100,0	14.603,0	528,0	3,6
Nordeste	92.721,0	92.721,0	100,0	24.120,0	17.954,0	74,4
Norte	11.774,0	11.774,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.380,0	2.380,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	763.987.646	626.941.342	82,1	301.971.208	121.413.542	40,2
Fiscal Seguridade	760.105.481	626.941.342	82,5	301.971.208	121.413.542	40,2
Nacional	20.228.972	19.948.972	98,6	112.684.466	19.840.972	17,6
Centro-oeste	137.891.191	100.117.431	72,6	43.471.786	0	0,0
Nordeste	484.955.733	443.545.354	91,5	145.774.956	101.572.570	69,7
Norte	106.962.961	58.822.961	55,0	0	0	0,0
Sudeste	6.340.021	830.021	13,1	0	0	0,0
Sul	3.726.603	3.676.603	98,7	40.000	0	0,0
Demais Fontes	3.882.165	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	27.339	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	382.749	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.323.831	0	0,0	0	0	0,0
Norte	683.480	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	328.070	0	0,0	0	0	0,0
Sul	136.696	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	313			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM						
Gerente em 31/12/2002: Edson Zorzin						
(P) 1854	Emancipação de Perímetros de Irrigação					
	Produto: AREA EMANCIPADA					
	Unidade de Medida: HA					
Físico	32.262,7	32.262,7	100,0	139.678,0	20,0	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	101.407,0	S.R.	0,0
Nordeste	14.472,7	14.472,7	100,0	29.763,0	S.R.	0,0
Sudeste	17.790,0	17.790,0	100,0	8.508,0	20,0	0,2
Financeiro	98.656.924	80.513.687	81,6	38.578.733	19.884.850	51,5
Fiscal Seguridade	98.656.924	80.513.687	81,6	38.578.733	19.884.850	51,5
Nacional	4.904.311	2.504.311	51,1	7.483.590	789.659	10,6
Nordeste	78.913.571	65.411.075	82,9	26.812.008	15.882.562	59,2
Sudeste	14.839.042	12.598.301	84,9	4.283.135	3.212.629	75,0
(P) 1856	Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis					
	Produto: ESTUDO REALIZADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	10,0	10,0	100,0	17,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nordeste	4,0	4,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.476.405	13.009.018	57,9	12.111.292	2.221.743	18,3
Fiscal Seguridade	21.810.738	13.009.018	59,6	12.111.292	2.221.743	18,3
Nacional	1.356.600	156.600	11,5	325.500	156.600	48,1
Centro-oeste	5.800.000	1.000.000	17,2	8.460.466	0	0,0
Nordeste	11.734.202	9.663.002	82,3	1.940.000	1.553.857	80,1
Sudeste	829.936	739.416	89,1	560.000	511.286	91,3
Sul	2.090.000	1.450.000	69,4	825.326	0	0,0
Demais Fontes	665.667	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	34.468	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	273.591	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	269.283	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	12.926	0	0,0	0	0	0,0
Sul	75.399	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1869	Promoção de Oportunidades de Investimentos					
	Produto: EVENTO REALIZADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	993.536	673.536	67,8	350.000	326.732	93,4
Fiscal Seguridade	993.536	673.536	67,8	350.000	326.732	93,4
Nacional	993.536	673.536	67,8	350.000	326.732	93,4
(A) 2820	Manutenção da Infra-estrutura de Irrigação de Uso Comum					
	Produto: AREA MANTIDA					
	Unidade de Medida: HA					
Físico	5.057,6	5.057,6	100,0	4.962,0	S.R.	0,0
Nacional	381,6	381,6	100,0	59,0	S.R.	0,0
Nordeste	4.676,0	4.676,0	100,0	4.903,0	S.R.	0,0
Financeiro	67.434.224	42.241.075	62,6	32.720.001	31.077.046	95,0
Fiscal Seguridade	67.402.970	42.241.075	62,7	32.720.001	31.077.046	95,0
Nacional	562.455	415.455	73,9	210.000	0	0,0
Nordeste	66.840.515	41.825.620	62,6	32.510.001	31.077.046	95,6
Demais Fontes	31.254	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	5.362	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	25.892	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM						
Gerente em 31/12/2002: Edson Zorzin						
(A)	2824	Estudo de Suporte Técnico Operacional				
	Produto: ESTUDO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	180,0	180,0	100,0	176,0	S.R.	0,0
Nacional	180,0	180,0	100,0	104,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Financeiro	24.929.887	18.888.764	75,8	5.930.788	5.281.377	89,1
Fiscal Seguridade	24.929.887	18.888.764	75,8	5.930.788	5.281.377	89,1
Nacional	19.147.134	14.106.011	73,7	3.708.788	3.708.788	100,0
Nordeste	5.782.753	4.782.753	82,7	2.222.000	1.572.589	70,8
(P)	5175	Estudos para a Melhoria da Eficiência no Uso da Água em Projetos de Irrigação				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	946.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	946.000	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	946.000	0	0,0
(P)	5177	Capacitação dos Usuários de Projetos de Irrigação para o Uso Eficiente da Água				
	Produto: USUARIO CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	717,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	717,0	S.R.	0,0
Financeiro	601.421	201.421	33,5	967.000	201.421	20,8
Fiscal Seguridade	601.421	201.421	33,5	967.000	201.421	20,8
Nacional	601.421	201.421	33,5	967.000	201.421	20,8
(P)	5179	Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Irrigação				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro	240.000	0	0,0	480.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	240.000	0	0,0	480.000	0	0,0
Nacional	240.000	0	0,0	480.000	0	0,0
(P)	5329	Projeto de Irrigação do Submédio São Francisco - Reabilitação das Ilhas do Submédio São Francisco				
	Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	990.000	990.000	100,0	990.000	990.000	100,0
Fiscal Seguridade	990.000	990.000	100,0	990.000	990.000	100,0
Nacional	990.000	990.000	100,0	990.000	990.000	100,0
(OA)	9344	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO NOVO MODELO DE IRRIGAÇÃO (Ministério da Fazenda)				
	Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	585.000,0	0,0	0,0	215.000,0	S.R.	0,0
Nacional	585.000,0	0,0	0,0	215.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.218.000.000	0	0,0	566.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.218.000.000	0	0,0	566.000.000	0	0,0
Nacional	1.218.000.000	0	0,0	566.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	2.203.627.140	786.951.940	35,7	963.252.022	182.336.423	18,9
Fiscal Seguridade	981.048.054	786.951.940	64,4	397.252.022	182.336.423	45,9
Demais Fontes	1.222.579.086	0	34,7	566.000.000	0	0,0

8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER

Gerente em 31/12/2002: Cristina Maria Silva Albuquerque

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

315

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER						
Gerente em 31/12/2002: Cristina Maria Silva Albuquerque						
(P)	1843	Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores				
Produto: MULTIPLICADOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	473,0	473,0	100,0	2.235,0	473,0	21,2
Nacional	473,0	473,0	100,0	2.235,0	473,0	21,2
Financeiro	3.930.557	2.250.000	57,2	2.922.352	2.250.000	77,0
Fiscal Seguridade	3.930.557	2.250.000	57,2	2.922.352	2.250.000	77,0
Nacional	3.794.557	2.250.000	59,3	2.922.352	2.250.000	77,0
Nordeste	136.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1859	Geração de Empreendimentos Produtivos				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	53.300,0	53.300,0	100,0	65.660,0	53.300,0	81,2
Nacional	53.300,0	53.300,0	100,0	65.660,0	53.300,0	81,2
Financeiro	15.839.366	11.227.366	70,9	11.487.677	11.227.366	97,7
Fiscal Seguridade	15.839.366	11.227.366	70,9	11.487.677	11.227.366	97,7
Nacional	15.759.366	11.227.366	71,2	11.487.677	11.227.366	97,7
Nordeste	80.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2821	Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	200.527,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	200.527,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.851.374	560.000	19,6	7.517.209	560.000	7,4
Fiscal Seguridade	2.851.374	560.000	19,6	7.517.209	560.000	7,4
Nacional	2.440.374	560.000	22,9	7.517.209	560.000	7,4
Nordeste	411.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5565	Ações de Geração de Renda para Populações Carentes (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	471.004,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	471.004,0	S.R.	0,0
Financeiro	72.208.072	22.096.996	30,6	40.214.232	22.096.996	54,9
Fiscal Seguridade	72.208.072	22.096.996	30,6	40.214.232	22.096.996	54,9
Nacional	39.239.854	22.096.996	56,3	40.214.232	22.096.996	54,9
Centro-oeste	8.561.818	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.675.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	5.180.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	16.551.400	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7489	Estudo Sócio-econômico para Geração de Emprego e Renda				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.043,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.043,0	S.R.	0,0
Financeiro	240.000	0	0,0	129.294	0	0,0
Fiscal Seguridade	240.000	0	0,0	129.294	0	0,0
Nacional	240.000	0	0,0	129.294	0	0,0
Financ. Total Programa	95.069.369	36.134.362	38,0	62.270.764	36.134.362	58,0
Fiscal Seguridade	95.069.369	36.134.362	64,4	62.270.764	36.134.362	58,0

0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.

Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.						
Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira						
(P)	3632	ESTUDOS COM VISTAS À UTILIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM RONDÔNIA				
	Produto: Estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	162.000	162.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	162.000	162.000	100,0	0	0	0,0
Norte	162.000	162.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3634	Gestão de Áreas Protegidas de Rondônia				
	Produto: AREA PROTEGIDA		Unidade de Medida: HA			
Físico	220,4	220,4	100,0	665.838,0	S.R.	0,0
Norte	220,4	220,4	100,0	665.838,0	S.R.	0,0
Financeiro	537.000	537.000	100,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	537.000	537.000	100,0	200.000	0	0,0
Norte	537.000	537.000	100,0	200.000	0	0,0
(P)	3639	Implantação de Projetos Comunitários Geradores de Alternativas Econômicas em Rondônia - PAIC				
	Produto: PROJETO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	256,0	256,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Norte	256,0	256,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.096.200	10.096.200	100,0	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.096.200	10.096.200	100,0	500.000	0	0,0
Norte	10.096.200	10.096.200	100,0	500.000	0	0,0
(P)	3641	Pavimentação de Rodovias Estaduais em Rondônia				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.452.192	20.452.192	100,0	1.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	20.452.192	20.452.192	100,0	1.400.000	0	0,0
Norte	20.452.192	20.452.192	100,0	1.400.000	0	0,0
(P)	3645	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS EM RONDÔNIA				
	Produto: Trecho restaurado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	460.908	460.908	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	460.908	460.908	100,0	0	0	0,0
Norte	460.908	460.908	100,0	0	0	0,0
(P)	3646	VISTORIA NOS EMPREENDIMENTOS POLUIDORES DE RONDÔNIA				
	Produto: Empreendimento vistoriado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	655,0	655,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	655,0	655,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.757.000	3.757.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.757.000	3.757.000	100,0	0	0	0,0
Norte	3.757.000	3.757.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3649	Zoneamento Sócio-econômico-ecológico de Rondônia				
	Produto: ZONEAMENTO CONCLUIDO		Unidade de Medida: KM ²			
Físico	20.510,0	20.510,0	100,0	596,0	S.R.	0,0
Norte	20.510,0	20.510,0	100,0	596,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.127.000	4.127.000	100,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.127.000	4.127.000	100,0	100.000	0	0,0
Norte	4.127.000	4.127.000	100,0	100.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.						
Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira						
(P)	3841	Avaliação dos Componentes do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Financ. Total Programa	39.592.300	39.592.300	100,0	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.592.300	39.592.300	64,4	3.000.000	0	0,0
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	1279	Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas				
	Produto: ESCOLA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	21,1	21,1	100,0	9.005,0	21,0	0,2
Nacional	21,1	21,1	100,0	346,0	21,0	6,1
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	244,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	6.080,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1.313,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	947,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	75,0	S.R.	0,0
Financeiro	113.216.983	68.073.983	60,1	43.746.192	18.115.380	41,4
Fiscal Seguridade	113.216.983	68.073.983	60,1	43.746.192	18.115.380	41,4
Nacional	1.851.966	1.851.966	100,0	2.785.300	1.851.966	66,5
Centro-oeste	6.702.710	3.592.310	53,6	3.943.104	3.207.310	81,3
Nordeste	60.042.755	44.958.603	74,9	8.091.262	0	0,0
Norte	21.033.448	3.005.000	14,3	12.791.094	0	0,0
Sudeste	22.070.104	13.870.104	62,8	15.267.050	12.380.104	81,1
Sul	1.516.000	796.000	52,5	868.382	676.000	77,8
(P)	1845	Construção de Obras de Contenção de Enchentes				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	405,4	405,4	100,0	15.589,0	69,4	0,4
Nacional	69,4	69,4	100,0	15.588,0	69,4	0,4
Centro-oeste	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	24,0	24,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	57,0	57,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	57,0	57,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	174,0	174,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	617.605.072	361.789.370	58,6	287.268.580	60.096.764	20,9
Fiscal Seguridade	617.219.370	361.789.370	58,6	287.268.580	60.096.764	20,9
Nacional	59.816.764	59.816.764	100,0	286.988.580	59.816.764	20,8
Centro-oeste	82.524.578	52.964.578	64,2	0	0	0,0
Nordeste	141.181.139	114.691.139	81,2	280.000	280.000	100,0
Norte	140.585.112	37.325.112	26,5	0	0	0,0
Sudeste	158.367.476	68.817.476	43,5	0	0	0,0
Sul	34.744.301	28.174.301	81,1	0	0	0,0
Demais Fontes	385.702	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	385.702	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P) 1851 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA						
Produto: BARRAGEM CONSTRUÍDA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	4.056,0	4.056,0	100,0	3.028,0	45,0	1,5
Nacional	958,0	958,0	100,0	2.968,0	45,0	1,5
Centro-oeste	1.312,0	1.312,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.050,0	1.050,0	100,0	60,0	S.R.	0,0
Norte	556,0	556,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	56,0	56,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	124,0	124,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.761.452.150	1.295.022.046	73,5	702.316.882	204.714.281	29,1
Fiscal Seguridade	1.723.499.046	1.295.022.046	75,1	702.316.882	204.714.281	29,1
Nacional	352.517.570	307.725.570	87,3	701.656.413	204.182.281	29,1
Centro-oeste	41.370.636	31.570.636	76,3	0	0	0,0
Nordeste	1.138.793.976	805.918.976	70,8	660.469	532.000	80,5
Norte	30.821.480	30.821.480	100,0	0	0	0,0
Sudeste	138.054.069	97.694.069	70,8	0	0	0,0
Sul	21.941.315	21.291.315	97,0	0	0	0,0
Demais Fontes	37.953.104	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	456.665	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.885.254	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	27.113.107	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.047.775	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	4.922.597	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.527.705	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1852 Dessalinização de Água - Projeto Água Boa						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	183.202,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8.202,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	155.000,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.236.235	5.775.444	51,4	3.168.200	398.915	12,6
Fiscal Seguridade	10.138.644	5.775.444	57,0	3.168.200	398.915	12,6
Nacional	4.902.456	4.902.456	100,0	1.890.000	50.000	2,6
Nordeste	5.152.069	857.669	16,6	1.132.200	348.915	30,8
Sudeste	84.119	15.319	18,2	146.000	0	0,0
Demais Fontes	1.097.591	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.018.027	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	79.564	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P) 1855 Estudos e Projetos de Obras de Infra-estrutura Hídrica						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	24,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.205.866	13.665.367	54,2	14.484.000	5.827.967	40,2
Fiscal Seguridade	25.193.047	13.665.367	54,2	14.484.000	5.827.967	40,2
Nacional	6.395.819	5.715.819	89,4	8.604.000	3.777.819	43,9
Nordeste	17.584.838	7.356.358	41,8	5.160.000	1.865.355	36,2
Sudeste	1.212.390	593.190	48,9	720.000	184.793	25,7
Demais Fontes	12.819	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.032	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	7.974	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.670	0	0,0	0	0	0,0
Sul	143	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1861 Estudos para Transposição de Águas de Bacias Hidrográficas						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.223.505	1.213.505	99,2	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.213.505	1.213.505	100,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	1.213.505	1.213.505	100,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	10.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	10.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1864 Monitoramento e Acompanhamento do Proágua						
Produto: PROJETO MONITORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.390.000	1.150.000	82,7	700.000	700.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.390.000	1.150.000	82,7	700.000	700.000	100,0
Nacional	1.390.000	1.150.000	82,7	700.000	700.000	100,0
(A) 2817 Cadastro da Infra-estrutura Hídrica no Nordeste						
Produto: CADASTRO DISPONIBILIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.058.212	0	0,0	1.409.766	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.871.102	0	0,0	1.409.766	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.409.766	0	0,0
Nordeste	1.871.102	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	187.110	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	187.110	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(A)	2822 Manutenção e Conservação de Obras de Infra-estrutura Hídrica					
	Produto: OBRA MANTIDA					
	Unidade de Medida: M²					
Físico	0,0	0,0	0,0	805.005,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	570.050,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	234.955,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.655.101	3.634.897	54,6	1.737.661	1.001.603	57,6
Fiscal Seguridade	6.538.027	3.634.897	55,6	1.737.661	1.001.603	57,6
Nacional	1.738.837	1.535.837	88,3	700.000	0	0,0
Nordeste	4.799.190	2.099.060	43,7	1.037.661	1.001.603	96,5
Demais Fontes	117.074	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	104.947	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	10.239	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.888	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3321 Implantação de Poços Públicos					
	Produto: POÇO IMPLANTADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	268,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	268,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.555.000	2.170.000	7,6	4.085.000	2.170.000	53,1
Fiscal Seguridade	28.555.000	2.170.000	7,6	4.085.000	2.170.000	53,1
Nacional	2.170.000	2.170.000	100,0	4.085.000	2.170.000	53,1
Centro-oeste	110.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	25.025.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	435.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	715.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3327 Construção da Barragem Vacaria					
	Produto: OBRA EXECUTADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	210.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	210.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Sudeste	210.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3339 Construção da Barragem São Domingos					
	Produto: OBRA EXECUTADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	40.000	0	0,0
(P)	3343 Construção da Barragem Saco Grande/Gaviãozinho					
	Produto: OBRA EXECUTADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	160.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3359	Construção do Açude Moralinho em Santa Cruz - PB				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	40.000	0	0,0
(P)	3383	Construção da Barragem Goita/Tapacura/Carpina no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	112.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	112.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Nordeste	112.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3385	Construção da Barragem Santa Cruz no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	13,0	13,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	13,0	13,0	100,0
Financeiro	892.329	892.329	100,0	892.329	892.329	100,0
Fiscal Seguridade	892.329	892.329	100,0	892.329	892.329	100,0
Nacional	892.329	892.329	100,0	892.329	892.329	100,0
(P)	3387	Construção da Barragem Umari no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3389	Construção da Barragem de Acauã no Estado da Paraíba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.960.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	3.960.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.960.000	0	0,0
(P)	3391	Construção da Adutora do Agreste Alagoano no Estado de Alagoas				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	6,0	6,0	100,0	20,0	6,0	30,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	20,0	6,0	30,0
Financeiro	22.100.000	6.000.000	27,1	13.464.396	6.000.000	44,6
Fiscal Seguridade	22.100.000	6.000.000	27,1	13.464.396	6.000.000	44,6
Nacional	6.000.000	6.000.000	100,0	13.464.396	6.000.000	44,6
Nordeste	16.100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3393	Ampliação do Açude do Encanto no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	280.000	0	0,0	400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	280.000	0	0,0	400.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	400.000	0	0,0
Nordeste	280.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

322

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3415	Construção da Barragem de Pedras Altas no Estado da Bahia				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
(P)	3429	Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	20,0	20,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Nacional	20,0	20,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Financeiro	12.973.269	8.813.269	67,9	8.910.000	8.813.269	98,9
Fiscal Seguridade	12.973.269	8.813.269	67,9	8.910.000	8.813.269	98,9
Nacional	12.973.269	8.813.269	67,9	8.910.000	8.813.269	98,9
(P)	3433	Projeto Propertins no Estado de Tocantins				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	68,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	68,0	S.R.	0,0
Financeiro	27.160.000	27.160.000	100,0	27.160.000	27.160.000	100,0
Fiscal Seguridade	27.160.000	27.160.000	100,0	27.160.000	27.160.000	100,0
Nacional	27.160.000	27.160.000	100,0	27.160.000	27.160.000	100,0
(P)	3439	Transposição de Águas do Rio do Sono - TO/Rio Grande - BA				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.600.000	0	0,0
(P)	3445	Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	82,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	82,0	S.R.	0,0
Financeiro	23.880.000	0	0,0	21.761.941	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.880.000	0	0,0	21.761.941	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	21.761.941	0	0,0
Centro-oeste	23.880.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3451	Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piauí				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	26.912.843	0	0,0	1.955.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	26.912.843	0	0,0	1.955.000	0	0,0
Nacional	26.912.843	0	0,0	1.955.000	0	0,0
(P)	3515	Construção da Barragem Santo Antônio de Lima no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	140.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	140.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	140.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

323

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3517	Construção do Açude Algodão II no Estado do Piauí				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.272.000	1.200.000	94,3	1.200.000	1.200.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.272.000	1.200.000	94,3	1.200.000	1.200.000	100,0
Nacional	1.200.000	1.200.000	100,0	1.200.000	1.200.000	100,0
Nordeste	72.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3521	Construção da Barragem de São Pedro no Estado de Pernambuco				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	140.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	140.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	140.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3527	Construção de Barragem no Estado do Maranhão				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	360.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	360.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	360.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3545	Construção da Adutora do Açude Petrônio Portela no Estado do Piauí				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3569	Construção do Açude Arneiroz II no Estado do Ceará				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3589	Construção de Barragem no Estado do Piauí				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.924.000	240.000	12,5	540.000	240.000	44,4
Fiscal Seguridade	1.924.000	240.000	12,5	540.000	240.000	44,4
Nacional	240.000	240.000	100,0	540.000	240.000	44,4
Nordeste	1.684.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3595	Construção de Barragem no Estado do Ceará				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	49,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	49,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.520.000	0	0,0	640.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.520.000	0	0,0	640.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	640.000	0	0,0
Nordeste	1.520.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3601	Construção da Barragem do Castanhão no Estado do Ceará				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	97,0	97,0	100,0	100,0	97,0	97,0
Nacional	97,0	97,0	100,0	100,0	97,0	97,0
Financeiro	89.372.529	63.884.529	71,5	64.350.000	63.884.529	99,3
Fiscal Seguridade	89.372.529	63.884.529	71,5	64.350.000	63.884.529	99,3
Nacional	63.884.529	63.884.529	100,0	64.350.000	63.884.529	99,3
Nordeste	25.488.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3603	Construção do Sistema Adutor do Pajeú no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.420.000	300.000	1,1	1.480.000	300.000	20,3
Fiscal Seguridade	28.420.000	300.000	1,1	1.480.000	300.000	20,3
Nacional	300.000	300.000	100,0	1.480.000	300.000	20,3
Nordeste	28.120.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3605	Construção de Barragem no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	237.920	137.920	58,0	150.000	137.920	91,9
Fiscal Seguridade	237.920	137.920	58,0	150.000	137.920	91,9
Nacional	137.920	137.920	100,0	150.000	137.920	91,9
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3607	Construção de Barragem no Estado da Paraíba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3631	Construção da Adutora Acauã no Estado da Paraíba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	7,0	7,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Financeiro	11.524.500	2.524.500	21,9	2.524.500	2.524.500	100,0
Fiscal Seguridade	11.524.500	2.524.500	21,9	2.524.500	2.524.500	100,0
Nacional	2.524.500	2.524.500	100,0	2.524.500	2.524.500	100,0
Nordeste	9.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3635	Construção de Barragem no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	720.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	720.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	720.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional					
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA					
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges					
(P) 3642 Proágua - Semi-Árido					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	21,5	21,5	100,0	20,0	66,7
Nacional	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0
Nordeste	20,8	20,8	100,0	20,0	66,7
Sudeste	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0
Financeiro	208.387.370	152.387.370	73,1	17.016.774	24,3
Fiscal Seguridade	208.387.370	152.387.370	73,1	17.016.774	24,3
Nordeste	202.046.250	146.046.250	72,3	17.016.774	24,3
Sudeste	6.341.120	6.341.120	100,0	0	0,0
(P) 3647 Construção da Adutora Jucazinho no Estado de Pernambuco					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	11,7	11,7	100,0	11,7	90,0
Nacional	11,7	11,7	100,0	11,7	90,0
Financeiro	31.892.052	22.792.052	71,5	22.792.052	69,5
Fiscal Seguridade	31.892.052	22.792.052	71,5	22.792.052	69,5
Nacional	22.792.052	22.792.052	100,0	22.792.052	69,5
Nordeste	9.100.000	0	0,0	0	0,0
(P) 3707 Construção de Barragem no Estado da Bahia					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.752.000	0	0,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.752.000	0	0,0	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	0	0,0
Nordeste	1.752.000	0	0,0	0	0,0
(P) 3715 Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	7,0	7,0	100,0	7,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	7,0	100,0
Financeiro	6.931.952	1.667.952	24,1	1.667.952	100,0
Fiscal Seguridade	6.931.952	1.667.952	24,1	1.667.952	100,0
Nacional	1.667.952	1.667.952	100,0	1.667.952	100,0
Sudeste	5.264.000	0	0,0	0	0,0
(P) 3729 Construção do Açude Tinguís no Estado do Piauí					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	560.000	0	0,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	560.000	0	0,0	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	0	0,0
Nordeste	560.000	0	0,0	0	0,0
(P) 3731 Construção de Barragem no Estado de Minas Gerais					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	540.000	300.000	55,6	300.000	100,0
Fiscal Seguridade	540.000	300.000	55,6	300.000	100,0
Nacional	300.000	300.000	100,0	300.000	100,0
Sudeste	240.000	0	0,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.576.734	976.734	21,3	1.000.000	976.734	97,7
Fiscal Seguridade	4.576.734	976.734	21,3	1.000.000	976.734	97,7
Nacional	976.734	976.734	100,0	1.000.000	976.734	97,7
Sudeste	3.600.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3743	Construção de Açude Estreito no Estado do Piauí				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	112.000	0	0,0	120.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	112.000	0	0,0	120.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	120.000	0	0,0
Nordeste	112.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3759	Construção da Adutora Moxoto - Arcoverde no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	280.000	0	0,0	160.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	280.000	0	0,0	160.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Nordeste	280.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3761	Construção da Barragem no Rio Poti-Castelo no Estado do Piauí				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	144.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	144.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nordeste	144.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3763	Construção da Barragem de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	120.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	120.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	120.000	0	0,0
(P)	3765	Construção da Barragem de Cachoeira no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
(P)	3767	Construção da Barragem Paula Pessoa no Estado do Ceará				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

327

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3769	Construção da Barragem Ingazeira no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,6	0,6	100,0	1,0	0,6	60,0
Nacional	0,6	0,6	100,0	1,0	0,6	62,0
Financeiro	50.000	50.000	100,0	80.000	50.000	62,5
Fiscal Seguridade	50.000	50.000	100,0	80.000	50.000	62,5
Nacional	50.000	50.000	100,0	80.000	50.000	62,5
(P)	3771	Construção da Adutora do Açude Coremas no Estado da Paraíba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	160.000	0	0,0
(P)	3773	Construção da Barragem João Vaz no Estado da Bahia				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
(P)	3775	Construção da Barragem Poço Comprido no Estado do Ceará				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
(P)	3777	Construção da Barragem Cruzeiro no Estado da Bahia				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.800.000	0	0,0
(P)	3779	Construção da Barragem Fruta de Leite no Estado de Minas Gerais				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	80.000	80.000	100,0	80.000	80.000	100,0
Fiscal Seguridade	80.000	80.000	100,0	80.000	80.000	100,0
Nacional	80.000	80.000	100,0	80.000	80.000	100,0
(P)	3783	Construção da Adutora Capibaribe no Estado de Pernambuco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	112.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	112.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nordeste	112.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P)	3785	Construção da Barragem de Bujari no Estado do Rio Grande do Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	70.000	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	70.000	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nordeste	70.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3787	Construção da Barragem Taquara no Estado do Ceará				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	560.000	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	560.000	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nordeste	560.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3789	Construção da Barragem de Matrona no Estado de Minas Gerais				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.200.000	0	0,0
(P)	3817	Construção da Barragem Mucutu no Estado da Paraíba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	806.000	400.000	49,6	1.600.000	400.000	25,0
Fiscal Seguridade	806.000	400.000	49,6	1.600.000	400.000	25,0
Nacional	400.000	400.000	100,0	1.600.000	400.000	25,0
Nordeste	406.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5141	Construção da Barragem Manguape				
	Produto: BARRAGEM CONSTRUIDA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	40.000	0	0,0
(P)	5143	Construção da Barragem São Bento				
	Produto: BARRAGEM CONSTRUIDA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	30,0	30,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Financeiro	17.047.652	15.087.652	88,5	15.087.653	15.087.652	100,0
Fiscal Seguridade	17.047.652	15.087.652	88,5	15.087.653	15.087.652	100,0
Nacional	15.087.652	15.087.652	100,0	15.087.653	15.087.652	100,0
Sul	1.960.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges						
(P) 5145 Projeto Multilagos no Município de Campina Grande - PB						
Produto: BARRAGEM CONSTRUÍDA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	280.000	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	280.000	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	4.500.000	0	0,0
Nordeste	280.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5253 Construção do Sistema de Abastecimento de Água Mesa de Pedra						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DA EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	112.000	0	0,0	400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	112.000	0	0,0	400.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	400.000	0	0,0
Nordeste	112.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5303 Controle de Enchentes e Recuperação do Vale dos Sinos em São Leopoldo - RS						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DA EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.336.000	1.200.000	89,8	1.200.000	1.200.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.336.000	1.200.000	89,8	1.200.000	1.200.000	100,0
Nacional	1.200.000	1.200.000	100,0	1.200.000	1.200.000	100,0
Sul	136.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5343 Construção da Barragem Poço do Magro - No Estado da Bahia						
Produto:						
Unidade de Medida:						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.727.597	2.727.597	100,0	2.727.789	2.727.597	100,0
Fiscal Seguridade	2.727.597	2.727.597	100,0	2.727.789	2.727.597	100,0
Nacional	2.727.597	2.727.597	100,0	2.727.789	2.727.597	100,0
(P) 5343 Construção da Barragem Poço do Magro - No Estado da Bahia						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.587.700	1.963.700	35,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.587.700	1.963.700	35,1	0	0	0,0
Nacional	5.587.700	1.963.700	35,1	0	0	0,0
(P) 6662 CONSTRUÇÃO DE OBRAS VOLTADAS À GARANTIA DE CONDIÇÕES DE CONVIVÊNCIA COM A SECA						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7850 IMPLANTAÇÃO DE CANAL DE DRENAGEM EM ÁREAS PERMANENTEMENTE ALAGADAS						
Produto: ÁREA RECUPERADA						
Unidade de Medida: ha						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	3.102.794.571	2.063.280.216	66,5	1.351.165.147	466.476.218	34,5
Fiscal Seguridade	3.063.031.171	2.063.280.216	64,4	1.351.165.147	466.476.218	34,5
Demais Fontes	39.763.400	0	34,7	0	0	0,0

0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Gerente em 31/12/2002: Secretário Rosevaldo Pereira de Melo

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
53000 Ministério da Integração Nacional						
0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Secretário Rosevaldo Pereira de Melo						
(P) 3690 CONSTRUÇÃO DE ADUTORES						
Produto: Adutor construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.500.664	23.500.664	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.500.664	23.500.664	100,0	0	0	0,0
Nordeste	23.500.664	23.500.664	100,0	0	0	0,0
(P) 3691 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE BOMBEAMENTO						
Produto: Unidade de bombeamento construída						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5414 Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	24,0	24,0	100,0	8,0	3,0	37,5
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	23,0	23,0	100,0	8,0	3,0	37,5
Financeiro	17.560.000	15.160.000	86,3	5.765.387	0	0,0
Fiscal Seguridade	17.560.000	15.160.000	86,3	5.765.387	0	0,0
Nordeste	17.560.000	15.160.000	86,3	5.765.387	0	0,0
(P) 5585 AFLUENTES DO RIO SÃO FRANCISCO E INTEGRAÇÃO ÀS BACIAS DO NORDESTE						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7908 ESTUDOS PARA A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO TOCANTINS PARA O RIO SÃO FRANCISCO						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	41.060.664	38.660.664	94,2	5.765.387	0	0,0
Fiscal Seguridade	41.060.664	38.660.664	64,4	5.765.387	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS						
Gerente em 31/12/2002: Nilda Maria Turra Ferreira						
(P)	1717	Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas				
	Produto: AGENTE CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	930,0	930,0	100,0	550,0	240,0	43,6
Nacional	930,0	930,0	100,0	550,0	240,0	43,6
Financeiro	2.489.457	1.449.457	58,2	1.291.900	714.305	55,3
Fiscal Seguridade	2.489.457	1.449.457	58,2	1.291.900	714.305	55,3
Nacional	2.489.457	1.449.457	58,2	1.291.900	714.305	55,3
(P)	1781	Implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.123.829	2.323.829	56,4	800.000	800.000	100,0
Fiscal Seguridade	4.123.829	2.323.829	56,4	800.000	800.000	100,0
Nacional	4.098.829	2.298.829	56,1	800.000	800.000	100,0
Sudeste	25.000	25.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1787	Implantação de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas				
	Produto: SERVICO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	5.742.208	4.242.208	73,9	1.200.000	1.169.205	97,4
Fiscal Seguridade	5.742.208	4.242.208	73,9	1.200.000	1.169.205	97,4
Nacional	5.742.208	4.242.208	73,9	1.200.000	1.169.205	97,4
(A)	2831	Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça				
	Produto: PESSOA ASSISTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	180,0	180,0	100,0	150,0	S.R.	0,0
Nacional	180,0	180,0	100,0	150,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.869.543	2.069.543	72,1	540.000	87.599	16,2
Fiscal Seguridade	2.869.543	2.069.543	72,1	540.000	87.599	16,2
Nacional	2.869.543	2.069.543	72,1	540.000	87.599	16,2
(A)	4278	Serviços de Proteção, Assistência e Apoio a Testemunhas e Vítimas de Crimes				
	Produto: PESSOA ASSISTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6.941,0	6.941,0	100,0	10.079,0	6.916,0	68,6
Nacional	6.941,0	6.941,0	100,0	10.079,0	6.916,0	68,6
Financeiro	22.782.748	13.492.748	59,2	5.952.400	5.876.317	98,7
Fiscal Seguridade	22.782.748	13.492.748	59,2	5.952.400	5.876.317	98,7
Nacional	22.782.748	13.492.748	59,2	5.952.400	5.876.317	98,7
Financ. Total Programa	38.007.785	23.577.785	62,0	9.784.300	8.647.426	88,4
Fiscal Seguridade	38.007.785	23.577.785	70,9	9.784.300	8.647.426	88,4
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA						
Gerente em 31/12/2002: José Ferreira Lima						
(P)	1731	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS				
	Produto: exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	465,0	465,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	465,0	465,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.882	6.882	25,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	26.882	6.882	25,6	0	0	0,0
Nacional	26.882	6.882	25,6	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA						
Gerente em 31/12/2002: José Ferreira Lima						
(P)	1770	ESTUDOS TÉCNICOS SOBRE A DEMANDA POR ASSISTÊNCIA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA, NO ÂMBITO DA UNIÃO				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1783	Implantação de Serviços da Defensoria Pública da União				
Produto: SERVICO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	8,0	14,0	175,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	8,0	14,0	175,0
Financeiro	5.677.269	1.277.269	22,5	1.190.600	994.585	83,5
Fiscal Seguridade	5.677.269	1.277.269	22,5	1.190.600	994.585	83,5
Nacional	5.677.269	1.277.269	22,5	1.190.600	994.585	83,5
(A)	2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão				
Produto: PESSOA ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	65.734,0	65.734,0	100,0	21.980,0	54.261,0	246,9
Nacional	65.568,0	65.568,0	100,0	21.980,0	54.261,0	246,9
Sudeste	166,0	166,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.535.989	8.850.989	50,5	5.191.600	4.666.738	89,9
Fiscal Seguridade	17.535.989	8.850.989	50,5	5.191.600	4.666.738	89,9
Nacional	17.435.989	8.750.989	50,2	5.191.600	4.666.738	89,9
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3825	Implantação de Sistema Integrado de Informações de Defesa Jurídica				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4279	SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL				
Produto: Serviço mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4285	SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA DEFESA JURÍDICA, JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL				
Produto: Sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.952	49.952	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	49.952	49.952	100,0	0	0	0,0
Nacional	49.952	49.952	100,0	0	0	0,0
(P)	5797	CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO				
Produto: pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	23.390.092	10.185.092	43,5	6.382.200	5.661.323	88,7
Fiscal Seguridade	23.390.092	10.185.092	70,9	6.382.200	5.661.323	88,7

0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS

Gerente em 31/12/2002: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto						
(P)	1734	Edição e Distribuição de Manuais sobre Direitos e Obrigações para Estrangeiros				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	27,0	27,0	100,0	2.000,0	S.R.	0,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	2.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	78.578	38.578	49,1	20.000	2.653	13,3
Fiscal Seguridade	78.578	38.578	49,1	20.000	2.653	13,3
Nacional	42.653	2.653	6,2	20.000	2.653	13,3
Centro-oeste	35.925	35.925	100,0	0	0	0,0
(P)	1752	Implantação de Central de Atendimento aos Estrangeiros				
	Produto: CENTRAL INSTALADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	100,0	100,0	100,0	7,0	25,0	357,1
Nacional	50,0	50,0	100,0	7,0	25,0	357,1
Centro-oeste	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	130.373	80.373	61,6	36.000	36.000	100,0
Fiscal Seguridade	130.373	80.373	61,6	36.000	36.000	100,0
Nacional	86.000	36.000	41,9	36.000	36.000	100,0
Centro-oeste	44.373	44.373	100,0	0	0	0,0
(A)	2599	Autorização de Trabalho a Estrangeiros (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: AUTORIZACAO EXPEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	25.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	25.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	339.140	231.066	68,1	108.074	99.303	91,9
Fiscal Seguridade	339.140	231.066	68,1	108.074	99.303	91,9
Nacional	339.140	231.066	68,1	108.074	99.303	91,9
(A)	2625	Sistema de Informações sobre Trabalho de Estrangeiros (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.041.772	344.070	33,0	277.543	215.000	77,5
Fiscal Seguridade	1.041.772	344.070	33,0	277.543	215.000	77,5
Nacional	1.041.772	344.070	33,0	277.543	215.000	77,5
(A)	2728	Regularização da Situação de Estrangeiros				
	Produto: ESTRANGEIRO REGULARIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50.043,0	50.043,0	100,0	641,0	30.349,0	4.734,6
Nacional	50.043,0	50.043,0	100,0	641,0	30.349,0	4.734,6
Financeiro	185.347	105.347	56,8	42.000	35.851	85,4
Fiscal Seguridade	185.347	105.347	56,8	42.000	35.851	85,4
Nacional	185.347	105.347	56,8	42.000	35.851	85,4
(P)	3812	Digitalização dos Registros Históricos de Naturalização				
	Produto: REGISTRO DIGITALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	57.142,0	S.R.	0,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	57.142,0	S.R.	0,0
Financeiro	409.154	349.154	85,3	40.000	40.000	100,0
Fiscal Seguridade	409.154	349.154	85,3	40.000	40.000	100,0
Nacional	409.154	349.154	85,3	40.000	40.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto						
(P)	3833	Integração dos Sistemas de Informações Referentes à Situação de Estrangeiros no País				
Produto: SISTEMA INTEGRADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	50,0	50,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	246.304	206.304	83,8	24.000	21.824	90,9
Fiscal Seguridade	246.304	206.304	83,8	24.000	21.824	90,9
Nacional	246.304	206.304	83,8	24.000	21.824	90,9
(A)	4275	Central de Atendimento ao Estrangeiro				
Produto: CENTRAL MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	532.111	332.111	62,4	150.000	140.315	93,5
Fiscal Seguridade	532.111	332.111	62,4	150.000	140.315	93,5
Nacional	340.315	140.315	41,2	150.000	140.315	93,5
Centro-oeste	191.796	191.796	100,0	0	0	0,0
(A)	4520	Execução de Medidas Compulsórias de Extradicação de Estrangeiros				
Produto: ESTRANGEIRO REMOVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.081,0	1.081,0	100,0	2,0	449,0	22.450,0
Nacional	586,0	586,0	100,0	2,0	449,0	22.450,0
Centro-oeste	495,0	495,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.344	11.344	36,2	7.000	1.880	26,9
Fiscal Seguridade	31.344	11.344	36,2	7.000	1.880	26,9
Nacional	21.880	1.880	8,6	7.000	1.880	26,9
Centro-oeste	9.464	9.464	100,0	0	0	0,0
(P)	5412	ESTUDOS E PESQUISAS EM IMIGRAÇÃO DE NATUREZA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: Estudo/pesquisa publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.370	4.370	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.370	4.370	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.370	4.370	100,0	0	0	0,0
(P)	5781	CAMPANHA DE ORIENTAÇÃO AOS ESTRANGEIROS				
Produto: campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6058	EXECUÇÃO DE MEDIDAS COMPULSÓRIAS E TRANSFERÊNCIA DE PRESOS				
Produto: estrangeiro removido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	308,0	308,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	308,0	308,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9431	NEGOCIAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS DA ÁREA DA JUSTIÇA				
Produto: acordo firmado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	94,0	37,0	39,4	20,0	34,0	170,0
Nacional	94,0	37,0	39,4	20,0	34,0	170,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.998.493	1.702.717	56,8	704.617	592.826	84,1
Fiscal Seguridade	2.998.493	1.702.717	70,9	704.617	592.826	84,1

0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Gerente em 31/12/2002: Maria das Neves Rodrigues de Araújo

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

335

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0156 COMBATE À VIOÊNCIA CONTRA A MULHER						
Gerente em 31/12/2002: Maria das Neves Rodrigues de Araújo						
(P)	1713	Capacitação de Quadros das Delegacias da Mulher e Juizados Especiais e de Profissionais de Instituições Públicas que Atuam no Combate à Violência Contra a Mulher				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.229,0	2.229,0	100,0	700,0	1.716,0	245,1
Nacional	1.734,0	1.734,0	100,0	700,0	1.716,0	245,1
Centro-oeste	495,0	495,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.136.393	786.393	36,8	700.000	339.257	48,5
Fiscal Seguridade	2.136.393	786.393	36,8	700.000	339.257	48,5
Nacional	1.689.257	339.257	20,1	700.000	339.257	48,5
Centro-oeste	447.136	447.136	100,0	0	0	0,0
(P)	1737	Edição e Distribuição de Material Informativo sobre Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	140.778,0	140.778,0	100,0	200.000,0	76.678,0	38,3
Nacional	78.678,0	78.678,0	100,0	200.000,0	76.678,0	38,3
Centro-oeste	62.100,0	62.100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.417.220	664.720	46,9	405.864	136.719	33,7
Fiscal Seguridade	1.417.220	664.720	46,9	405.864	136.719	33,7
Nacional	889.219	136.719	15,4	405.864	136.719	33,7
Centro-oeste	528.001	528.001	100,0	0	0	0,0
(P)	1748	Estudos e Pesquisas sobre o Direito da Mulher				
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	12,0	1,0	8,3
Nacional	4,0	4,0	100,0	12,0	1,0	8,3
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.060.790	410.790	19,9	350.000	144.804	41,4
Fiscal Seguridade	2.060.790	410.790	19,9	350.000	144.804	41,4
Nacional	1.794.804	144.804	8,1	350.000	144.804	41,4
Centro-oeste	265.986	265.986	100,0	0	0	0,0
(P)	1792	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO SOBRE OS DIREITOS DA MULHER				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	30.185	30.185	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.185	30.185	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	30.185	30.185	100,0	0	0	0,0
(P)	1804	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS EM ABRIGOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIDA				
Produto: Equipamento instalado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	581,0	581,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	580,0	580,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	747.846	747.846	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	747.846	747.846	100,0	0	0	0,0
Nacional	647.846	647.846	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1813	PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE O DIREITO DA MULHER				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	557.070	23.630	4,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	557.070	23.630	4,2	0	0	0,0
Nacional	533.440	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	23.630	23.630	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	336	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0156 COMBATE À VIOLENÇA CONTRA A MULHER						
Gerente em 31/12/2002: Maria das Neves Rodrigues de Araújo						
(A) 2353	MANUTENÇÃO DE CASAS-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENÇA					
	Produto: abrigo mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	801.433	801.433	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	801.433	801.433	100,0	0	0	0,0
Nacional	801.433	801.433	100,0	0	0	0,0
(A) 4555	SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES E SEUS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE RISCO DE VIDA					
	Produto: família atendida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5023	Apoio à Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher					
	Produto: CONSELHO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	27,0	27,0	100,0	25,0	27,0	108,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	25,0	27,0	108,0
Financeiro	1.372.292	272.292	19,8	394.136	272.292	69,1
Fiscal Seguridade	1.372.292	272.292	19,8	394.136	272.292	69,1
Nacional	1.372.292	272.292	19,8	394.136	272.292	69,1
(A) 6015	Atendimento Especializado no Combate à Violência Contra a Mulher					
	Produto: MULHER ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Nacional	6,0	6,0	100,0	7,0	6,0	85,7
Financeiro	159.853	159.853	100,0	170.000	159.853	94,0
Fiscal Seguridade	159.853	159.853	100,0	170.000	159.853	94,0
Nacional	159.853	159.853	100,0	170.000	159.853	94,0
(P) 7051	Apoio à Implantação de Abrigos para Mulheres em Situação de Risco					
	Produto: ABRIGO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	43,0	43,0	100,0	108,0	38,0	35,2
Nacional	42,0	42,0	100,0	108,0	38,0	35,2
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.167.302	2.807.302	39,2	2.605.000	2.287.302	87,8
Fiscal Seguridade	7.167.302	2.807.302	39,2	2.605.000	2.287.302	87,8
Nacional	5.447.302	2.447.302	44,9	2.605.000	2.287.302	87,8
Centro-oeste	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	630.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	700.000	100.000	14,3	0	0	0,0
Sul	180.000	100.000	55,6	0	0	0,0
(OA) 9073	ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA SOBRE VIOLENÇA DOMÉSTICA					
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	1,0	25,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	1,0	25,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	16.450.384	6.704.444	40,8	4.625.000	3.340.227	72,2
Fiscal Seguridade	16.450.384	6.704.444	70,9	4.625.000	3.340.227	72,2

0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães						
(A)	2680	COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD/PR)				
Produto: droga apreendida			Unidade de Medida: t			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2680	COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES				
Produto: DROGA APREENDIDA			Unidade de Medida: TON			
Físico	373,3	373,3	100,0	120,0	200,0	166,7
Nacional	355,0	355,0	100,0	120,0	200,0	166,7
Sudeste	18,3	18,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.081.684	5.581.684	61,5	2.500.000	1.375.209	55,0
Fiscal Seguridade	9.081.684	5.581.684	61,5	2.500.000	1.375.209	55,0
Nacional	8.643.922	5.143.922	59,5	2.500.000	1.375.209	55,0
Sudeste	437.762	437.762	100,0	0	0	0,0
(A)	2712	Formação de Quadros da Polícia Federal				
Produto: ALUNO MATRICULADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.670,0	4.670,0	100,0	2.000,0	2.073,0	103,7
Nacional	4.670,0	4.670,0	100,0	2.000,0	2.073,0	103,7
Financeiro	16.962.719	13.962.719	82,3	8.117.720	8.063.823	99,3
Fiscal Seguridade	16.962.719	13.962.719	82,3	8.117.720	8.063.823	99,3
Nacional	16.962.719	13.962.719	82,3	8.117.720	8.063.823	99,3
(A)	2720	Operações de Caráter Sigiloso				
Produto: OPERACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	240,0	240,0	100,0	200,0	47,0	23,5
Nacional	240,0	240,0	100,0	200,0	47,0	23,5
Financeiro	8.258.815	4.813.815	58,3	1.945.000	1.909.362	98,2
Fiscal Seguridade	8.258.815	4.813.815	58,3	1.945.000	1.909.362	98,2
Nacional	8.258.815	4.813.815	58,3	1.945.000	1.909.362	98,2
(A)	2722	Operações Especiais e Emergenciais				
Produto: OPERACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	125,0	125,0	100,0	30,0	38,0	126,7
Nacional	125,0	125,0	100,0	30,0	38,0	126,7
Financeiro	15.214.304	12.214.304	80,3	6.817.721	5.976.022	87,7
Fiscal Seguridade	15.214.304	12.214.304	80,3	6.817.721	5.976.022	87,7
Nacional	15.214.304	12.214.304	80,3	6.817.721	5.976.022	87,7
(A)	2726	Prevenção e Repressão a Crimes Organizados e Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União				
Produto: ACAO POLICIAL REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	62.592,0	62.592,0	100,0	2.000,0	9.121,0	456,1
Nacional	62.592,0	62.592,0	100,0	2.000,0	9.121,0	456,1
Financeiro	128.507.548	106.507.548	82,9	17.969.360	14.973.358	83,3
Fiscal Seguridade	128.507.548	106.507.548	82,9	17.969.360	14.973.358	83,3
Nacional	128.507.548	106.507.548	82,9	17.969.360	14.973.358	83,3
(A)	4561	SISTEMAS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA POLÍCIA FEDERAL				
Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4567	SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO				
Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

338

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães						
(A) 4569 SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO - SINARM						
Produto: sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4571 SERVIÇOS DOS GRUPOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (TERRESTRES, MARÍTIMAS E AÉREAS)						
Produto: serviço mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4573 SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO POLICIAL FEDERAL						
Produto: serviço mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4575 FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA						
Produto: fiscalização realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5669 ESTUDOS E PESQUISAS PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO						
Produto: estudo/pesquisa realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5671 CAMPANHA PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO						
Produto: campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6024 CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
Produto: policial capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7069 Implantação do Sistema Nacional de Identificação e Controle de Armas de Fogo - SINARM						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	160,0	160,0	100,0	200,0	80,0	40,0
Nacional	160,0	160,0	100,0	200,0	80,0	40,0
Financeiro	4.894.878	3.394.878	69,4	3.032.000	1.849.613	61,0
Fiscal Seguridade	4.894.878	3.394.878	69,4	3.032.000	1.849.613	61,0
Nacional	4.894.878	3.394.878	69,4	3.032.000	1.849.613	61,0
(P) 7073 Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia Federal para o Combate ao Crime Organizado						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	486,0	486,0	100,0	8.676,0	361,0	4,2
Nacional	486,0	486,0	100,0	8.676,0	361,0	4,2
Financeiro	1.751.598	237.598	13,6	120.000	106.828	89,0
Fiscal Seguridade	1.751.598	237.598	13,6	120.000	106.828	89,0
Nacional	1.751.598	237.598	13,6	120.000	106.828	89,0
(OA) 9419 NORMAS PERTINENTES PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO						
Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães						
(OA)	9420	NORMAS PARA INSTITUIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9421	ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE COMBATE AO CRIME				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	13,0	8,0	61,5	2,0	5,0	250,0
Nacional	13,0	8,0	61,5	2,0	5,0	250,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9422	CRITÉRIOS PARA A CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO CONTINUADO DO POLICIAMENTO FEDERAL				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9423	NORMAS PARA A ADOÇÃO DA COMPULSORIEDADE DA ESPECIALIZAÇÃO DOS QUADROS DA POLÍCIA FEDERAL PARA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9505	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO - SINARM				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	184.671.546	146.712.546	79,4	40.501.801	34.254.215	84,6
Fiscal Seguridade	184.671.546	146.712.546	70,9	40.501.801	34.254.215	84,6
0669 CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Sales						
(P)	1832	Modernização do Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional				
	Produto: SISTEMA MODERNIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	14,0	14,0	100,0	15,0	14,0	93,3
Nacional	14,0	14,0	100,0	15,0	14,0	93,3
Financeiro	48.402.547	26.902.547	55,6	11.000.000	10.825.928	98,4
Fiscal Seguridade	48.402.547	26.902.547	55,6	11.000.000	10.825.928	98,4
Nacional	48.402.547	26.902.547	55,6	11.000.000	10.825.928	98,4
(A)	4579	CONTROLE E EMISSÃO DE PASSAPORTES				
	Produto: passaporte emitido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4581	FISCALIZAÇÃO DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS				
	Produto: fiscalização realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	48.402.547	26.902.547	55,6	11.000.000	10.825.928	98,4
Fiscal Seguridade	48.402.547	26.902.547	70,9	11.000.000	10.825.928	98,4

0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P)	1221	Criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigação de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes				
	Produto: DELEGACIA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	8,0	15,0	187,5
Nacional	25,0	25,0	100,0	8,0	15,0	187,5
Financeiro	978.758	478.758	48,9	720.000	278.758	38,7
Fiscal Seguridade	978.758	478.758	48,9	720.000	278.758	38,7
Nacional	978.758	478.758	48,9	720.000	278.758	38,7
(P)	1223	Campanha Educativa sobre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	36,0	36,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Nacional	36,0	36,0	100,0	20,0	20,0	100,0
Financeiro	2.847.959	1.997.959	70,2	1.259.840	1.244.559	98,8
Fiscal Seguridade	2.847.959	1.997.959	70,2	1.259.840	1.244.559	98,8
Nacional	2.847.959	1.997.959	70,2	1.259.840	1.244.559	98,8
(P)	1227	Capacitação de Adolescentes para Inserção no Mercado de Trabalho				
	Produto: ADOLESCENTE CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	550,0	550,0	100,0	1.000,0	500,0	50,0
Nacional	550,0	550,0	100,0	1.000,0	500,0	50,0
Financeiro	307.242	307.242	100,0	80.000	39.996	50,0
Fiscal Seguridade	307.242	307.242	100,0	80.000	39.996	50,0
Nacional	307.242	307.242	100,0	80.000	39.996	50,0
(P)	1732	Edição e Distribuição de Documentos Técnicos na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	38.010,0	38.010,0	100,0	60.000,0	S.R.	0,0
Nacional	38.010,0	38.010,0	100,0	60.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	496.331	296.331	59,7	270.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	496.331	296.331	59,7	270.000	0	0,0
Nacional	496.331	296.331	59,7	270.000	0	0,0
(P)	1743	Estudos e Pesquisas Aplicadas na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21,0	21,0	100,0	10,0	15,0	150,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	10,0	15,0	150,0
Financeiro	1.026.748	726.748	70,8	270.000	49.460	18,3
Fiscal Seguridade	1.026.748	726.748	70,8	270.000	49.460	18,3
Nacional	1.026.748	726.748	70,8	270.000	49.460	18,3
(P)	1761	Capacitação de Recursos Humanos para Atuação na Área de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.860,0	4.860,0	100,0	3.000,0	4.260,0	142,0
Nacional	4.860,0	4.860,0	100,0	3.000,0	4.260,0	142,0
Financeiro	2.481.093	1.481.093	59,7	810.000	45.886	5,7
Fiscal Seguridade	2.481.093	1.481.093	59,7	810.000	45.886	5,7
Nacional	2.481.093	1.481.093	59,7	810.000	45.886	5,7
(P)	1775	INSTALAÇÃO DE AUTORIDADE CENTRAL ADMINISTRATIVA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES				
	Produto: Autoridade central instalada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	824.537	824.537	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	824.537	824.537	100,0	0	0	0,0
Nacional	824.537	824.537	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P)	1785	Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos				
	Produto: REDE IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	51,0	51,0	100,0	15,0	25,0	166,7
Nacional	51,0	51,0	100,0	15,0	25,0	166,7
Financeiro	1.118.285	563.285	50,4	255.000	254.982	100,0
Fiscal Seguridade	1.118.285	563.285	50,4	255.000	254.982	100,0
Nacional	1.118.285	563.285	50,4	255.000	254.982	100,0
(P)	1797	Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente				
	Produto: UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	26,0	26,0	100,0	8,0	12,0	150,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	8,0	12,0	150,0
Financeiro	2.701.291	1.736.291	64,3	1.000.000	1.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.701.291	1.736.291	64,3	1.000.000	1.000.000	100,0
Nacional	2.536.291	1.736.291	68,5	1.000.000	1.000.000	100,0
Norte	165.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1800	Implantação do Sistema Integrado de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	51,0	51,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Nacional	51,0	51,0	100,0	18,0	18,0	100,0
Financeiro	3.393.443	2.393.443	70,5	1.170.000	462.261	39,5
Fiscal Seguridade	3.393.443	2.393.443	70,5	1.170.000	462.261	39,5
Nacional	3.393.443	2.393.443	70,5	1.170.000	462.261	39,5
(P)	1810	Promoção de Eventos Relativos aos Direitos de Crianças e Adolescentes				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	22,0	22,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Financeiro	1.192.596	792.596	66,5	450.000	165.000	36,7
Fiscal Seguridade	1.192.596	792.596	66,5	450.000	165.000	36,7
Nacional	1.092.596	792.596	72,5	450.000	165.000	36,7
Centro-oeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2042	Proteção e Assistência às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência				
	Produto: CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDOS		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.200,0	1.200,0	100,0	1.200,0	1.200,0	100,0
Nacional	1.200,0	1.200,0	100,0	1.200,0	1.200,0	100,0
Financeiro	375.000	375.000	100,0	375.000	375.000	100,0
Fiscal Seguridade	375.000	375.000	100,0	375.000	375.000	100,0
Nacional	375.000	375.000	100,0	375.000	375.000	100,0
(A)	2717	Manutenção de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente				
	Produto: UNIDADE DE DEFESA MANTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	28.054.471	6.862.271	24,5	7.500.000	6.492.328	86,6
Fiscal Seguridade	28.054.471	6.862.271	24,5	7.500.000	6.492.328	86,6
Nacional	27.929.471	6.862.271	24,6	7.500.000	6.492.328	86,6
Nordeste	125.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4553	CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA DE DIVERSÕES PÚBLICAS				
	Produto: programa classificado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P) 5002 Criação de Defensorias Públicas Especializadas em Crianças e Adolescentes nos Estados e no Distrito Federal						
Produto: DEFENSORIA IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	20,0	20,0	100,0	8,0	6,0	75,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	8,0	6,0	75,0
Financeiro	2.270.352	1.670.352	73,6	900.000	427.352	47,5
Fiscal Seguridade	2.270.352	1.670.352	73,6	900.000	427.352	47,5
Nacional	2.270.352	1.670.352	73,6	900.000	427.352	47,5
(P) 5665 CAMPANHA JOVEM CIDADÃO						
Produto: jovem preparado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9060 INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES NOS CURSOS REGULARES DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS						
Produto: norma publicada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9061 REVISÃO DA LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE GARANTIA DE DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES						
Produto: norma publicada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9062 INSERÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL						
Produto: norma publicada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	48.068.106	20.505.906	42,7	15.059.840	10.835.582	72,0
Fiscal Seguridade	48.068.106	20.505.906	70,9	15.059.840	10.835.582	72,0
0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR						
Gerente em 31/12/2002: Amanda Flávio de Oliveira						
(P) 1755 CADASTRO NACIONAL DE RECLAMAÇÕES FUNDAMENTADAS						
Produto: cadastro implantado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1756 Capacitação de Agentes e Técnicos de Defesa do Consumidor						
Produto: AGENTE CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	576,0	576,0	100,0	355,0	153,0	43,1
Nacional	576,0	576,0	100,0	355,0	153,0	43,1
Financeiro	532.828	282.828	53,1	188.000	89.733	47,7
Fiscal Seguridade	532.828	282.828	53,1	188.000	89.733	47,7
Nacional	532.828	282.828	53,1	188.000	89.733	47,7
(P) 1811 Promoção de Eventos sobre Direitos do Consumidor						
Produto: EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	15,0	15,0	100,0	4,0	5,0	125,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	4,0	5,0	125,0
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	525.733	175.733	33,4	140.000	89.480	63,9
Fiscal Seguridade	525.733	175.733	33,4	140.000	89.480	63,9
Nacional	439.480	89.480	20,4	140.000	89.480	63,9
Centro-oeste	86.253	86.253	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	343	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR						
Gerente em 31/12/2002: Amanda Flávio de Oliveira						
(P)	1912	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA CRIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROCON'S E DE ENTIDADES CÍVILS DE CONSUMIDORES				
	Produto: PROCONS/entidade criada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	30.380	30.380	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.380	30.380	100,0	0	0	0,0
Nacional	30.380	30.380	100,0	0	0	0,0
(A)	2371	APOIO A ÓRGÃOS E ENTIDADES DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS				
	Produto: entidade apoiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	532.710	532.710	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	532.710	532.710	100,0	0	0	0,0
Nacional	532.710	532.710	100,0	0	0	0,0
(A)	2700	Atendimento a Demandas Relacionadas à Defesa do Consumidor				
	Produto: PESSOA ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	47,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	47,0	S.R.	0,0
Financeiro	308.532	8.532	2,8	90.000	8.235	9,2
Fiscal Seguridade	308.532	8.532	2,8	90.000	8.235	9,2
Nacional	308.235	8.235	2,7	90.000	8.235	9,2
Centro-oeste	297	297	100,0	0	0	0,0
(A)	2830	FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO				
	Produto: fiscalização realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3830	Implantação do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	662.253	162.253	24,5	510.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	662.253	162.253	24,5	510.000	0	0,0
Nacional	662.253	162.253	24,5	510.000	0	0,0
(A)	4079	Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	10.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	10.000	0	0,0
Nacional	200.000	0	0,0	10.000	0	0,0
(P)	5636	Produção, Distribuição e Veiculação de Material Informativo Relacionados aos Direitos do Consumidor				
	Produto: MATERIAL DIVULGADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	239.562,0	239.562,0	100,0	15,0	120.931,0	806.206,7
Nacional	239.562,0	239.562,0	100,0	15,0	120.931,0	806.206,7
Financeiro	652.251	352.251	54,0	150.000	78.060	52,0
Fiscal Seguridade	652.251	352.251	54,0	150.000	78.060	52,0
Nacional	652.251	352.251	54,0	150.000	78.060	52,0
(A)	6031	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR				
	Produto: pessoa assistida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

344

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR						
Gerente em 31/12/2002: Amanda Flávio de Oliveira						
(A)	6067	Apoio a Projetos de Defesa dos Direitos Difusos				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31,0	31,0	100,0	7,0	19,0	271,4
Nacional	31,0	31,0	100,0	7,0	19,0	271,4
Financeiro	7.953.130	2.953.130	37,1	4.280.000	1.886.307	44,1
Fiscal Seguridade	7.953.130	2.953.130	37,1	4.280.000	1.886.307	44,1
Nacional	7.953.130	2.953.130	37,1	4.280.000	1.886.307	44,1
Financ. Total Programa	11.397.817	4.497.817	39,5	5.368.000	2.151.815	40,1
Fiscal Seguridade	11.397.817	4.497.817	70,9	5.368.000	2.151.815	40,1
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Paula Fontelles do Valle						
(P)	1739	Edição e Distribuição de Publicações sobre Defesa da Concorrência				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.500,0	2.500,0	100,0	13.000,0	2.000,0	15,4
Nacional	2.500,0	2.500,0	100,0	13.000,0	2.000,0	15,4
Financeiro	243.035	43.035	17,7	400.000	13.365	3,3
Fiscal Seguridade	243.035	43.035	17,7	400.000	13.365	3,3
Nacional	213.365	13.365	6,3	400.000	13.365	3,3
Centro-oeste	29.670	29.670	100,0	0	0	0,0
(P)	1763	Capacitação e Especialização de Recursos Humanos para Defesa da Concorrência				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	199,0	199,0	100,0	810,0	84,0	10,4
Nacional	133,0	133,0	100,0	810,0	84,0	10,4
Centro-oeste	66,0	66,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.610.890	855.420	53,1	1.587.800	116.223	7,3
Fiscal Seguridade	1.610.890	855.420	53,1	1.587.800	116.223	7,3
Nacional	1.048.343	292.873	27,9	1.587.800	116.223	7,3
Centro-oeste	562.547	562.547	100,0	0	0	0,0
(P)	1776	Implantação de Banco de Material Jurisprudencial, Legislativo e Doutrinário sobre a Defesa da Concorrência				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	44,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	44,0	S.R.	0,0
Financeiro	723.499	523.499	72,4	250.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	723.499	523.499	72,4	250.800	0	0,0
Nacional	200.000	0	0,0	250.800	0	0,0
Centro-oeste	523.499	523.499	100,0	0	0	0,0
(P)	1790	Implantação de Sistema de Informações sobre a Estrutura e Funcionamento dos Mercados				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.097.449	178.747	16,3	2.600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.097.449	178.747	16,3	2.600.000	0	0,0
Nacional	1.097.449	178.747	16,3	2.600.000	0	0,0
(P)	1809	Promoção de Eventos para Defesa da Concorrência				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Financeiro	1.175.615	425.615	36,2	962.840	72.748	7,6
Fiscal Seguridade	1.175.615	425.615	36,2	962.840	72.748	7,6
Nacional	1.175.615	425.615	36,2	962.840	72.748	7,6

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

345

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)	
30000 Ministério da Justiça							
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA							
Gerente em 31/12/2002: Paula Fontelles do Valle							
(A)	2806	Instrução de Atos de Concentração e Processos Administrativos					
	Produto: PROCESSO INSTRUÍDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.823,0	1.823,0	100,0	615,0	567,0	92,2	
Nacional	1.823,0	1.823,0	100,0	615,0	567,0	92,2	
Financeiro	2.692.944	692.944	25,7	4.114.560	175.548	4,3	
Fiscal Seguridade	2.692.944	692.944	25,7	4.114.560	175.548	4,3	
Nacional	2.692.944	692.944	25,7	4.114.560	175.548	4,3	
(A)	2807	Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos e Consultas					
	Produto: PROCESSO JULGADO/IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.938,0	1.938,0	100,0	68,0	563,0	827,9	
Nacional	1.226,0	1.226,0	100,0	68,0	563,0	827,9	
Centro-oeste	712,0	712,0	100,0	0,0	0,0	0,0	
Financeiro	283.730	83.730	29,5	748.000	15.280	2,0	
Fiscal Seguridade	283.730	83.730	29,5	748.000	15.280	2,0	
Nacional	215.280	15.280	7,1	748.000	15.280	2,0	
Centro-oeste	68.450	68.450	100,0	0	0	0,0	
(A)	4562	Análises Econômicas sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais					
	(Ministério da Fazenda)						
	Produto: ANALISE REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.709,0	1.709,0	100,0	530,0	586,0	110,6	
Nacional	1.709,0	1.709,0	100,0	530,0	586,0	110,6	
Financeiro	2.291.744	921.167	40,2	1.820.577	592.351	32,5	
Fiscal Seguridade	2.291.744	921.167	40,2	1.820.577	592.351	32,5	
Nacional	2.291.744	921.167	40,2	1.820.577	592.351	32,5	
(A)	4583	BANCO DE MATERIAL JURISPRUDENCIAL, LEGISLATIVO E DOUTRINÁRIO SOBRE A DEFESA DA CONCORRÊNCIA					
	Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0	
(OA)	9429	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS					
	(Ministério da Fazenda)						
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	231,0	1,0	0,4	110,0	S.R.	0,0	
Nacional	231,0	1,0	0,4	110,0	S.R.	0,0	
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0	
(OA)	9430	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA DEFESA DA CONCORRÊNCIA JUNTO AOS BLOCOS REGIONAIS					
	(Ministério da Fazenda)						
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0	
Financ. Total Programa		10.118.906	3.724.157	36,8	12.484.577	985.515	7,9
Fiscal Seguridade		10.118.906	3.724.157	70,9	12.484.577	985.515	7,9
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS							
Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente							
(OE)	0083	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas, nos Termos da Lei nº 9.140, de 1995					
	Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financeiro	900.000	200.000	22,2	900.000	100.000	11,1	
Fiscal Seguridade	900.000	200.000	22,2	900.000	100.000	11,1	
Nacional	900.000	200.000	22,2	900.000	100.000	11,1	
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	346	Realizado = Empenho Liquidado				
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro				

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça					
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS					
Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente					
(OE) 0739 Indenização a Anistiados Políticos (MP nº 2151-3, de 24/08/2001)					
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	33.336.054	23.336.054	70,0	23.336.054	77,8
Fiscal Seguridade	33.336.054	23.336.054	70,0	23.336.054	77,8
Nacional	33.336.054	23.336.054	70,0	23.336.054	77,8
(P) 1283 Implantação de Núcleos de Atendimento à Família nas Periferias de Grandes Metrópoles e Aglomerados Urbanos					
(Ministério da Previdência e Assistência Social)					
Produto: NUCLEO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	122,0	122,0	100,0	18,0	0,6
Nacional	70,0	70,0	100,0	18,0	0,6
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0
Nordeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0
Sudeste	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0
Sul	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0
Financeiro	65.437.266	54.437.266	83,2	46.418.087	93,7
Fiscal Seguridade	65.437.266	54.437.266	83,2	46.418.087	93,7
Nacional	62.213.266	51.213.266	82,3	46.418.087	93,7
Centro-oeste	350.000	350.000	100,0	0	0,0
Nordeste	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0,0
Norte	100.000	100.000	100,0	0	0,0
Sudeste	564.000	564.000	100,0	0	0,0
Sul	210.000	210.000	100,0	0	0,0
(P) 1733 Edição e Distribuição de Documentos e Informações em Direitos Humanos					
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	90.300,0	90.300,0	100,0	60.000,0	150,0
Nacional	90.300,0	90.300,0	100,0	60.000,0	150,0
Financeiro	686.850	536.850	78,2	60.000	32,3
Fiscal Seguridade	686.850	536.850	78,2	60.000	32,3
Nacional	686.850	536.850	78,2	60.000	32,3
(P) 1747 Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos					
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	10,0	10,0	100,0	1,0	33,3
Nacional	10,0	10,0	100,0	1,0	33,3
Financeiro	706.832	456.832	64,6	168.921	65,0
Fiscal Seguridade	706.832	456.832	64,6	168.921	65,0
Nacional	706.832	456.832	64,6	168.921	65,0
(P) 1748 ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O DIREITO DA MULHER					
Produto: Estudo/pesquisa realizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0
Financeiro	58.257	58.257	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	58.257	58.257	100,0	0	0,0
Sul	58.257	58.257	100,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente						
(P)	1767	ESTRUTURAÇÃO DA REDE NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS				
	Produto: Rede estruturada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	31,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	651.346	651.346	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	651.346	651.346	100,0	0	0	0,0
Nacional	531.346	531.346	100,0	0	0	0,0
Norte	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1772	IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO				
	Produto: Serviço implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	24,5	24,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	24,5	24,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.111.789	3.111.789	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.111.789	3.111.789	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.111.789	3.111.789	100,0	0	0	0,0
(P)	1773	IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS				
	Produto: Central implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	254.203	254.203	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	254.203	254.203	100,0	0	0	0,0
Nacional	254.203	254.203	100,0	0	0	0,0
(P)	1784	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISQUE DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS				
	Produto: Serviço implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	351.985	351.985	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	351.985	351.985	100,0	0	0	0,0
Nacional	351.985	351.985	100,0	0	0	0,0
(P)	1807	Promoção de Eventos em Direitos Humanos				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	330.273	250.273	75,8	80.000	60.360	75,5
Fiscal Seguridade	330.273	250.273	75,8	80.000	60.360	75,5
Nacional	330.273	250.273	75,8	80.000	60.360	75,5
(P)	1919	Implantação de Serviços de Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direito)				
	Produto: SERVIÇO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	136,0	136,0	100,0	28,0	60,0	214,3
Nacional	136,0	136,0	100,0	28,0	60,0	214,3
Financeiro	4.294.963	2.534.963	59,0	2.089.600	1.053.846	50,4
Fiscal Seguridade	4.294.963	2.534.963	59,0	2.089.600	1.053.846	50,4
Nacional	4.264.963	2.534.963	59,4	2.089.600	1.053.846	50,4
Norte	30.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente						
(A) 2447	Gerenciamento do Serviço Civil Voluntário					
Produto: SERVIÇO ESTADUAL GERENCIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	29,0	29,0	100,0	19,0	29,0	152,6
Nacional	29,0	29,0	100,0	19,0	29,0	152,6
Financeiro	3.773.146	1.735.346	46,0	1.800.000	1.735.346	96,4
Fiscal Seguridade	3.773.146	1.735.346	46,0	1.800.000	1.735.346	96,4
Nacional	3.773.146	1.735.346	46,0	1.800.000	1.735.346	96,4
(A) 2801	Manutenção dos Balcões de Direitos					
Produto: SERVIÇO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	49,0	49,0	100,0	16,0	21,0	131,3
Nacional	49,0	49,0	100,0	16,0	21,0	131,3
Financeiro	1.758.952	843.952	48,0	400.000	394.152	98,5
Fiscal Seguridade	1.758.952	843.952	48,0	400.000	394.152	98,5
Nacional	1.758.952	843.952	48,0	400.000	394.152	98,5
(P) 3811	Capacitação e Especialização de Profissionais e Lideranças Comunitárias em Direitos Humanos					
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	52.788,0	52.788,0	100,0	12.750,0	11.500,0	90,2
Nacional	52.788,0	52.788,0	100,0	12.750,0	11.500,0	90,2
Financeiro	9.398.909	7.784.909	82,8	2.296.000	1.965.457	85,6
Fiscal Seguridade	9.398.909	7.784.909	82,8	2.296.000	1.965.457	85,6
Nacional	9.398.909	7.784.909	82,8	2.296.000	1.965.457	85,6
(P) 3815	Apoio à Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos					
Produto: CONSELHO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	337.440	157.440	46,7	162.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	337.440	157.440	46,7	162.000	0	0,0
Nacional	337.440	157.440	46,7	162.000	0	0,0
(P) 3815	FOMENTO A IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE DIREITOS HUMANOS					
Produto: conselho apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	145.500	145.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	145.500	145.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	145.500	145.500	100,0	0	0	0,0
(P) 5033	Apoio à Implantação de Serviços de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e de Combate a Todas as Formas de Discriminação					
Produto: SERVIÇO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24,0	24,0	100,0	18,0	8,0	44,4
Nacional	24,0	24,0	100,0	18,0	8,0	44,4
Financeiro	3.515.281	1.215.281	34,6	838.000	502.845	60,0
Fiscal Seguridade	3.515.281	1.215.281	34,6	838.000	502.845	60,0
Nacional	3.515.281	1.215.281	34,6	838.000	502.845	60,0
(P) 5151	Implantação da Rede Nacional de Informação e Combate à Tortura					
Produto: REDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	25,0	25,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	985.839	385.839	39,1	400.000	385.839	96,5
Fiscal Seguridade	985.839	385.839	39,1	400.000	385.839	96,5
Nacional	985.839	385.839	39,1	400.000	385.839	96,5

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

349

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente						
(P)	5337	Implantação de Portais do Projeto Alvorada (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PORTAL DO PROJETO ALVORADA IMPLANTADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.535,0	1.535,0	100,0	325,0	533,0	164,0
Nacional	1.535,0	1.535,0	100,0	325,0	533,0	164,0
Financeiro	16.159.936	16.159.936	100,0	5.248.562	5.248.562	100,0
Fiscal Seguridade	16.159.936	16.159.936	100,0	5.248.562	5.248.562	100,0
Nacional	16.159.936	16.159.936	100,0	5.248.562	5.248.562	100,0
(P)	6034	ESTUDO DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS QUESTÕES DE GÊNERO - CAMPO DA MULHER				
Produto: estudo realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6035	APOIO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS				
Produto: ação desenvolvida				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7047	APOIO A IMPLANTAÇÃO DE JUIZADOS ITINERANTES				
Produto: Juizado implantado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	146.194.821	114.608.021	78,4	94.180.162	81.429.469	86,5
Fiscal Seguridade	146.194.821	114.608.021	70,9	94.180.162	81.429.469	86,5
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia Ferreira da Cunha						
(P)	1243	Apoio a Projetos Intersetoriais de Prevenção de Acidentes de Trânsito				
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	18,0	18,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Nacional	18,0	18,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Financeiro	108.659.463	65.111.042	59,9	49.604.008	7.464.520	15,0
Fiscal Seguridade	108.659.463	65.111.042	59,9	49.604.008	7.464.520	15,0
Nacional	108.659.463	65.111.042	59,9	49.604.008	7.464.520	15,0
(P)	1706	Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito				
Produto: CAMPANHA REALIZADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	22,0	22,0	100,0	18,0	14,0	77,8
Nacional	22,0	22,0	100,0	18,0	14,0	77,8
Financeiro	41.127.818	23.778.818	57,8	24.966.498	7.955.373	31,9
Fiscal Seguridade	41.127.818	23.778.818	57,8	24.966.498	7.955.373	31,9
Nacional	41.127.818	23.778.818	57,8	24.966.498	7.955.373	31,9
(P)	1711	Capacitação de Agentes para a Fiscalização de Trânsito e Habilitação de Condutores				
Produto: AGENTE CAPACITADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.400,0	1.400,0	100,0	3.202,0	S.R.	0,0
Nacional	1.400,0	1.400,0	100,0	3.202,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.390.989	3.390.989	62,9	2.855.620	477.525	16,7
Fiscal Seguridade	5.390.989	3.390.989	62,9	2.855.620	477.525	16,7
Nacional	5.390.989	3.390.989	62,9	2.855.620	477.525	16,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia Ferreira da Cunha						
(P)	1769	Estudos para Inserção Curricular de Educação para o Trânsito no Sistema de Ensino				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	7,0	1,0	14,3
Nacional	2,0	2,0	100,0	7,0	1,0	14,3
Financeiro	18.003.316	9.803.316	54,5	8.661.000	2.240.470	25,9
Fiscal Seguridade	18.003.316	9.803.316	54,5	8.661.000	2.240.470	25,9
Nacional	18.003.316	9.803.316	54,5	8.661.000	2.240.470	25,9
(P)	1799	Implantação do Sistema de Inspeção de Segurança Veicular				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.306.771	3.306.771	62,3	2.400.000	396.952	16,5
Fiscal Seguridade	5.306.771	3.306.771	62,3	2.400.000	396.952	16,5
Nacional	5.306.771	3.306.771	62,3	2.400.000	396.952	16,5
(P)	1802	Implantação do Sistema Nacional de Estatística de Trânsito - SINET				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	6,0	6,0	100,0	16,0	1,0	6,3
Nacional	6,0	6,0	100,0	16,0	1,0	6,3
Financeiro	1.241.066	41.066	3,3	1.136.000	1.066	0,1
Fiscal Seguridade	1.241.066	41.066	3,3	1.136.000	1.066	0,1
Nacional	1.241.066	41.066	3,3	1.136.000	1.066	0,1
(A)	2703	Certificação de Equipamentos para a Fiscalização de Trânsito				
	Produto: EQUIPAMENTO CERTIFICADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	10.900,0	S.R.	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	10.900,0	S.R.	0,0
Financeiro	104.627	4.627	4,4	264.358	2.069	0,8
Fiscal Seguridade	104.627	4.627	4,4	264.358	2.069	0,8
Nacional	104.627	4.627	4,4	264.358	2.069	0,8
(A)	2716	Inspeção dos Órgãos de Trânsito				
	Produto: INSPECAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	85,0	85,0	100,0	921,0	59,0	6,4
Nacional	85,0	85,0	100,0	921,0	59,0	6,4
Financeiro	11.155.241	6.097.241	54,7	3.403.200	1.857.623	54,6
Fiscal Seguridade	11.155.241	6.097.241	54,7	3.403.200	1.857.623	54,6
Nacional	11.155.241	6.097.241	54,7	3.403.200	1.857.623	54,6
(A)	2741	Sistema Nacional de Estatística de Trânsito - SINET				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	9.019.843	6.603.440	73,2	6.192.705	1.215.486	19,6
Fiscal Seguridade	9.019.843	6.603.440	73,2	6.192.705	1.215.486	19,6
Nacional	9.019.843	6.603.440	73,2	6.192.705	1.215.486	19,6
(A)	2742	Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	70.456.572	50.056.572	71,0	18.170.520	17.697.128	97,4
Fiscal Seguridade	70.456.572	50.056.572	71,0	18.170.520	17.697.128	97,4
Nacional	70.456.572	50.056.572	71,0	18.170.520	17.697.128	97,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia Ferreira da Cunha						
(A)	2800	Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	52.818.290	37.218.290	70,5	17.206.908	11.466.832	66,6
Fiscal Seguridade	52.818.290	37.218.290	70,5	17.206.908	11.466.832	66,6
Nacional	52.818.290	37.218.290	70,5	17.206.908	11.466.832	66,6
(P)	3819	Implantação da Municipalização do Trânsito				
	Produto: MUNICIPIO INTEGRADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	177,0	177,0	100,0	147,0	119,0	81,0
Nacional	177,0	177,0	100,0	147,0	119,0	81,0
Financeiro	1.005.975	5.975	0,6	1.064.000	1.205	0,1
Fiscal Seguridade	1.005.975	5.975	0,6	1.064.000	1.205	0,1
Nacional	1.005.975	5.975	0,6	1.064.000	1.205	0,1
(P)	3820	Implantação da Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores - RENFOR				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	7,2	7,2	100,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	7,2	7,2	100,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.074.369	874.369	42,2	2.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.074.369	874.369	42,2	2.400.000	0	0,0
Nacional	2.074.369	874.369	42,2	2.400.000	0	0,0
(P)	3840	Registro Comum de Veículos Automotores do Mercosul				
	Produto: REGISTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	8,0	8,0	100,0	13,0	6,0	46,2
Nacional	8,0	8,0	100,0	13,0	6,0	46,2
Financeiro	291.160	62.160	21,3	96.000	34.654	36,1
Fiscal Seguridade	291.160	62.160	21,3	96.000	34.654	36,1
Nacional	291.160	62.160	21,3	96.000	34.654	36,1
(A)	4097	Registro Nacional de Cobrança de Multas - RENACOM				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.010.947	1.510.947	50,2	4.570.000	1.510.947	33,1
Fiscal Seguridade	3.010.947	1.510.947	50,2	4.570.000	1.510.947	33,1
Nacional	3.010.947	1.510.947	50,2	4.570.000	1.510.947	33,1
(A)	4277	Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores - RENFOR				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	662.500	462.500	69,8	2.000.000	462.500	23,1
Fiscal Seguridade	662.500	462.500	69,8	2.000.000	462.500	23,1
Nacional	662.500	462.500	69,8	2.000.000	462.500	23,1
(OA)	9417	NORMAS PARA A FISCALIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia Ferreira da Cunha						
(OA)	9418	CREDENCIAMENTO DAS CONTROLADORIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO E DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES				
Produto: certificado expedido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.100,0	0,0	0,0	3.000,0	S.R.	0,0
Nacional	5.100,0	0,0	0,0	3.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	330.328.947	208.328.123	63,1	144.990.817	52.784.350	36,4
Fiscal Seguridade	330.328.947	208.328.123	70,9	144.990.817	52.784.350	36,4
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva						
(P)	1150	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Indígena (Ministério da Educação)				
Produto: ESCOLA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
(P)	1712	Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.435,0	1.435,0	100,0	180,0	380,0	211,1
Nacional	1.027,0	1.027,0	100,0	180,0	380,0	211,1
Centro-oeste	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	60,0	60,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	148,0	148,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	110,0	110,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	40,0	40,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.504.282	1.044.282	69,4	460.000	428.937	93,2
Fiscal Seguridade	1.504.282	1.044.282	69,4	460.000	428.937	93,2
Nacional	1.504.282	1.044.282	69,4	460.000	428.937	93,2
(P)	1725	Construção de Postos Indígenas				
Produto: POSTO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.479,0	4.479,0	100,0	150,0	152,0	101,3
Nacional	4.479,0	4.479,0	100,0	150,0	152,0	101,3
Financeiro	3.611.270	3.611.270	100,0	1.650.000	1.510.285	91,5
Fiscal Seguridade	3.611.270	3.611.270	100,0	1.650.000	1.510.285	91,5
Nacional	3.611.270	3.611.270	100,0	1.650.000	1.510.285	91,5
(P)	1735	Edição e Distribuição de Material Didático para Educação Indígena				
Produto: MATERIAL DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31.950,0	31.950,0	100,0	9.500,0	10.500,0	110,5
Nacional	23.900,0	23.900,0	100,0	9.500,0	10.500,0	110,5
Centro-oeste	2.000,0	2.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	6.050,0	6.050,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.347.263	1.647.263	70,2	690.000	634.441	91,9
Fiscal Seguridade	2.347.263	1.647.263	70,2	690.000	634.441	91,9
Nacional	2.347.263	1.647.263	70,2	690.000	634.441	91,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva						
(P)	1741	Recuperação e Equipamento de Postos Indígenas				
	Produto: POSTO RECUPERADO/EQUIPADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	253,0	253,0	100,0	150,0	133,0	88,7
Nacional	253,0	253,0	100,0	150,0	133,0	88,7
Financeiro	910.717	910.717	100,0	350.000	309.600	88,5
Fiscal Seguridade	910.717	910.717	100,0	350.000	309.600	88,5
Nacional	910.717	910.717	100,0	350.000	309.600	88,5
(A)	2178	Assistência Técnica em Áreas Indígenas				
	(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
	Produto: COMUNIDADE ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	32,0	32,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	466.569	393.265	84,3	40.000	38.112	95,3
Fiscal Seguridade	429.265	393.265	91,6	40.000	38.112	95,3
Nacional	429.265	393.265	91,6	40.000	38.112	95,3
Demais Fontes	37.304	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.155	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	8.817	0	0,0	0	0	0,0
Norte	9.089	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	4.883	0	0,0	0	0	0,0
Sul	9.360	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2699	ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS				
	Produto: INDÍGENA ASSISTIDO			Unidade de Medida: unidade		
Físico	2.997,0	2.997,0	100,0	1.000,0	1.130,0	113,0
Nacional	2.997,0	2.997,0	100,0	1.000,0	1.130,0	113,0
Financeiro	779.509	379.509	48,7	137.000	126.866	92,6
Fiscal Seguridade	779.509	379.509	48,7	137.000	126.866	92,6
Nacional	779.509	379.509	48,7	137.000	126.866	92,6
(A)	2701	ATENDIMENTO EMERGENCIAL ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS				
	Produto: pessoa atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	600,0	600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	600,0	600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.875.431	6.875.431	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.875.431	6.875.431	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.875.431	6.875.431	100,0	0	0	0,0
(A)	2711	Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	70.671,0	70.671,0	100,0	33.506,0	36.059,0	107,6
Nacional	57.767,0	57.767,0	100,0	33.506,0	36.059,0	107,6
Centro-oeste	3.396,0	3.396,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2.601,0	2.601,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.109,0	5.109,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	294,0	294,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.504,0	1.504,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.468.222	24.118.222	74,3	9.045.672	8.829.518	97,6
Fiscal Seguridade	32.468.222	24.118.222	74,3	9.045.672	8.829.518	97,6
Nacional	32.318.222	24.118.222	74,6	9.045.672	8.829.518	97,6
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva						
(A) 2713 Funcionamento das Escolas nas Comunidades Indígenas						
Produto: ESCOLA MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.310,0	3.310,0	100,0	735,0	1.950,0	265,3
Nacional	3.310,0	3.310,0	100,0	735,0	1.950,0	265,3
Financeiro	4.731.195	3.131.195	66,2	1.813.000	1.703.537	94,0
Fiscal Seguridade	4.731.195	3.131.195	66,2	1.813.000	1.703.537	94,0
Nacional	4.731.195	3.131.195	66,2	1.813.000	1.703.537	94,0
(A) 2714 Funcionamento de Casas de Estudantes Indígenas						
Produto: CASA MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	447,0	447,0	100,0	400,0	29,0	7,3
Nacional	447,0	447,0	100,0	400,0	29,0	7,3
Financeiro	2.508.146	1.648.146	65,7	857.000	797.500	93,1
Fiscal Seguridade	2.508.146	1.648.146	65,7	857.000	797.500	93,1
Nacional	2.508.146	1.648.146	65,7	857.000	797.500	93,1
(A) 2715 FUNCIONAMENTO DE POSTOS INDÍGENAS						
Produto: POSTO INDIGENA MANTIDO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	403,0	403,0	100,0	180,0	193,0	107,2
Nacional	403,0	403,0	100,0	180,0	193,0	107,2
Financeiro	7.097.144	4.597.144	64,8	2.673.000	2.600.277	97,3
Fiscal Seguridade	7.097.144	4.597.144	64,8	2.673.000	2.600.277	97,3
Nacional	7.097.144	4.597.144	64,8	2.673.000	2.600.277	97,3
(P) 3089 Capacitação de Professores para a Educação Indígena (Ministério da Educação)						
Produto: PROFESSOR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.439,0	1.439,0	100,0	250,0	533,0	213,2
Nacional	1.439,0	1.439,0	100,0	250,0	533,0	213,2
Financeiro	798.820	598.820	75,0	200.000	199.394	99,7
Fiscal Seguridade	798.820	598.820	75,0	200.000	199.394	99,7
Nacional	798.820	598.820	75,0	200.000	199.394	99,7
(P) 3810 Capacitação de Professores das Escolas Indígenas						
Produto: PROFESSOR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5.137,0	5.137,0	100,0	180,0	2.735,0	1.519,4
Nacional	4.937,0	4.937,0	100,0	180,0	2.735,0	1.519,4
Centro-oeste	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	150,0	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	860.426	490.426	57,0	135.000	130.622	96,8
Fiscal Seguridade	860.426	490.426	57,0	135.000	130.622	96,8
Nacional	860.426	490.426	57,0	135.000	130.622	96,8
(P) 3869 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena (Ministério da Saúde)						
Produto: UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	470,0	470,0	100,0	314,0	314,0	100,0
Nacional	470,0	470,0	100,0	314,0	314,0	100,0
Financeiro	31.208.510	21.813.110	69,9	9.246.000	8.518.511	92,1
Fiscal Seguridade	31.208.510	21.813.110	69,9	9.246.000	8.518.511	92,1
Nacional	31.208.510	21.813.110	69,9	9.246.000	8.518.511	92,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva						
(P)	3913	Saneamento Básico em Comunidades Indígenas (Ministério da Saúde)				
Produto: COMUNIDADE INDIGENA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	768,0	768,0	100,0	47,0	515,0	1.095,7
Nacional	768,0	768,0	100,0	47,0	515,0	1.095,7
Financeiro	14.444.514	12.594.014	87,2	1.720.000	1.590.798	92,5
Fiscal Seguridade	14.444.514	12.594.014	87,2	1.720.000	1.590.798	92,5
Nacional	14.444.514	12.594.014	87,2	1.720.000	1.590.798	92,5
(A)	4047	Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena (Ministério da Educação)				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	39.064,0	39.064,0	100,0	10.000,0	12.005,0	120,1
Nacional	39.064,0	39.064,0	100,0	10.000,0	12.005,0	120,1
Financeiro	556.566	356.566	64,1	200.000	61.210	30,6
Fiscal Seguridade	556.566	356.566	64,1	200.000	61.210	30,6
Nacional	556.566	356.566	64,1	200.000	61.210	30,6
(A)	4342	FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO INDÍGENA (Ministério da Saúde)				
Produto: indígena atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	56.629,0	56.629,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	56.629,0	56.629,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	41.092.958	41.092.958	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	41.092.958	41.092.958	100,0	0	0	0,0
Nacional	41.092.958	41.092.958	100,0	0	0	0,0
(A)	4344	FUNCIONAMENTO DOS DISTRITOS SANITÁRIOS INDÍGENAS (Ministério da Saúde)				
Produto: distrito sanitário mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	306,0	306,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	306,0	306,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.364.360	9.364.360	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.364.360	9.364.360	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.364.360	9.364.360	100,0	0	0	0,0
(A)	6037	PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS				
Produto: INDÍOS ATENDIDOS			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6057	Assistência Social para Indígenas				
Produto: INDIGENA ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	103.625,0	103.625,0	100,0	5.800,0	8.258,0	142,4
Nacional	103.625,0	103.625,0	100,0	5.800,0	8.258,0	142,4
Financeiro	28.596.491	20.496.491	71,7	10.940.800	10.599.203	96,9
Fiscal Seguridade	28.596.491	20.496.491	71,7	10.940.800	10.599.203	96,9
Nacional	28.496.491	20.496.491	71,9	10.940.800	10.599.203	96,9
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6059	Assistência a Estudantes Indígenas Fora de Suas Aldeias				
Produto: ESTUDANTE ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24.620,0	24.620,0	100,0	12.000,0	15.000,0	125,0
Nacional	24.620,0	24.620,0	100,0	12.000,0	15.000,0	125,0
Financeiro	5.620.234	4.020.234	71,5	1.748.560	1.684.215	96,3
Fiscal Seguridade	5.620.234	4.020.234	71,5	1.748.560	1.684.215	96,3
Nacional	5.620.234	4.020.234	71,5	1.748.560	1.684.215	96,3

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

356

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva						
(A)	6501	Atendimento à Saúde em Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI (Ministério da Saúde)				
Produto: INDÍGENA ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.828.333,0	4.828.333,0	100,0	350.000,0	4.467.246,0	1.276,4
Nacional	4.828.333,0	4.828.333,0	100,0	350.000,0	4.467.246,0	1.276,4
Financeiro	311.267.292	196.267.292	63,1	115.000.000	114.118.127	99,2
Fiscal Seguridade	311.267.292	196.267.292	63,1	115.000.000	114.118.127	99,2
Nacional	311.267.292	196.267.292	63,1	115.000.000	114.118.127	99,2
(OA)	9054	NORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9524	MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL PRÓ-ÍNDIO				
Produto: Sistema Implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9525	MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DA FUNAI				
Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	507.109.919	355.450.715	70,1	157.006.032	153.881.153	98,0
Fiscal Seguridade	507.072.615	355.450.715	70,9	157.006.032	153.881.153	98,0
Demais Fontes	37.304	0	0,0	0	0	0,0
0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS						
Gerente em 31/12/2002: Marcus Vinicius Romano Lemos						
(P)	1767	Estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos				
Produto: REDE ESTRUTURADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	15,0	15,0	100,0	52,0	15,0	28,8
Nacional	15,0	15,0	100,0	52,0	15,0	28,8
Financeiro	902.062	402.062	44,6	765.000	402.062	52,6
Fiscal Seguridade	902.062	402.062	44,6	765.000	402.062	52,6
Nacional	902.062	402.062	44,6	765.000	402.062	52,6
(P)	1796	Implantação do Sistema de Informação Nacional em Direitos Humanos				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	47,0	47,0	100,0	13,0	7,0	53,8
Nacional	47,0	47,0	100,0	13,0	7,0	53,8
Financeiro	821.418	321.418	39,1	223.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	821.418	321.418	39,1	223.000	0	0,0
Nacional	821.418	321.418	39,1	223.000	0	0,0
(OA)	9063	INSERÇÃO DE DISCIPLINA SOBRE DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PRIVADA				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9064	REGULAMENTAÇÃO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS RATIFICADOS				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

357

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS						
Gerente em 31/12/2002: Marcus Vinicius Romano Lemos						
(OA)	9065	INSERÇÃO DO ASSUNTO DIREITOS HUMANOS COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA				
		Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9066	CRIAÇÃO DE COMITÊ DE COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS				
		Produto: comitê criado		Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9067	INSERÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS DE ENSINO FUNDAMENTAL				
		Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9068	CRIAÇÃO DE CÂMARA TÉCNICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE				
		Produto: câmara criada		Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9069	IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PROPOSTAS PELA CÂMARA TÉCNICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE				
		Produto: política implantada		Unidade de Medida: unidade		
Físico	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9070	GERAÇÃO DE INDICADORES ORIENTADOS PARA GRUPOS VULNERÁVEIS				
		Produto: indicador criado		Unidade de Medida: unidade		
Físico	10,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	10,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9071	IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS				
		Produto: política implantada		Unidade de Medida: unidade		
Físico	9,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	9,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9072	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO CONFORME DIRETRIZES DAS CONVENÇÕES 100 E 111 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT				
		Produto: núcleo implantado		Unidade de Medida: unidade		
Físico	19,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	19,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.723.480	723.480	42,0	988.000	402.062	40,7
Fiscal Seguridade	1.723.480	723.480	70,9	988.000	402.062	40,7

0698 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA

Gerente em 31/12/2002: Ivete Lund Viégas

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0698 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA						
Gerente em 31/12/2002: Ivete Lund Viégas						
(P)	1697	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE CADASTRO DE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA				
Produto: sistema aperfeiçoado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	225.132	225.132	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	225.132	225.132	100,0	0	0	0,0
Nacional	225.132	225.132	100,0	0	0	0,0
(P)	1764	CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS DO BRASIL				
Produto: norma consolidada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.800,0	1.800,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.800,0	1.800,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	281.383	281.383	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	281.383	281.383	100,0	0	0	0,0
Nacional	281.383	281.383	100,0	0	0	0,0
(A)	2733	Cadastro de Legislação Brasileira				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	836.411	336.411	40,2	200.000	54.354	27,2
Fiscal Seguridade	836.411	336.411	40,2	200.000	54.354	27,2
Nacional	836.411	336.411	40,2	200.000	54.354	27,2
(A)	4283	Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil				
Produto: CADASTRO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	368.777	218.777	59,3	100.000	59.828	59,8
Fiscal Seguridade	368.777	218.777	59,3	100.000	59.828	59,8
Nacional	209.828	59.828	28,5	100.000	59.828	59,8
Centro-oeste	158.949	158.949	100,0	0	0	0,0
(P)	5783	ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7517	Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira				
Produto: SISTEMA MODERNIZADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	50,0	50,0	100,0	40,0	16,0	40,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	40,0	16,0	40,0
Financeiro	706.357	206.357	29,2	435.200	187.844	43,2
Fiscal Seguridade	706.357	206.357	29,2	435.200	187.844	43,2
Nacional	706.357	206.357	29,2	435.200	187.844	43,2
Financ. Total Programa	2.418.060	1.268.060	52,4	735.200	302.026	41,1
Fiscal Seguridade	2.418.060	1.268.060	70,9	735.200	302.026	41,1

0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	1026	CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA EM CRUZEIRO DO SUL				
	Produto: Área construída		Unidade de Medida: m²			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	94.321	94.321	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	94.321	94.321	100,0	0	0	0,0
Norte	94.321	94.321	100,0	0	0	0,0
(P)	1137	Construção de Delegacia da Polícia Federal				
	Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	340.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	340.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	340.000	0	0,0
(P)	1233	Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de São Paulo				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 34.800 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	44,4	44,4	100,0	11,0	17,4	158,2
Sudeste	44,4	44,4	100,0	11,0	17,4	158,2
Financeiro	35.450.000	35.450.000	100,0	13.600.000	13.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	35.450.000	35.450.000	100,0	13.600.000	13.600.000	100,0
Sudeste	35.450.000	35.450.000	100,0	13.600.000	13.600.000	100,0
(P)	1235	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS				
	Produto: Sede construída com 11.130 m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.351.918	4.351.918	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.351.918	4.351.918	100,0	0	0	0,0
Sul	4.351.918	4.351.918	100,0	0	0	0,0
(P)	1237	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM CUIABÁ				
	Produto: Prédio adquirido com 7.710 m²		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.806.000	5.806.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.806.000	5.806.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.806.000	5.806.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1241	Construção de Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu				
	Produto: DELEGACIA CONSTRUÍDA COM 7.420 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	29,1	29,1	100,0	32,0	29,1	90,9
Sul	29,1	29,1	100,0	32,0	29,1	90,9
Financeiro	4.908.560	2.465.560	50,2	2.500.000	2.465.560	98,6
Fiscal Seguridade	4.908.560	2.465.560	50,2	2.500.000	2.465.560	98,6
Sul	4.908.560	2.465.560	50,2	2.500.000	2.465.560	98,6
(P)	1245	Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Espírito Santo				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 8.750 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	25,9	25,9	100,0	30,0	23,9	79,7
Sudeste	25,9	25,9	100,0	30,0	23,9	79,8
Financeiro	11.133.419	4.906.419	44,1	3.256.498	2.106.419	64,7
Fiscal Seguridade	11.133.419	4.906.419	44,1	3.256.498	2.106.419	64,7
Sudeste	11.133.419	4.906.419	44,1	3.256.498	2.106.419	64,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	1247	Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Norte				
	Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 7.010 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	20,6	20,6	100,0	20,0	20,6	103,0
Nordeste	20,6	20,6	100,0	20,0	20,6	103,0
Financeiro	4.944.500	2.400.000	48,5	2.400.000	2.400.000	100,0
Fiscal Seguridade	4.944.500	2.400.000	48,5	2.400.000	2.400.000	100,0
Nordeste	4.944.500	2.400.000	48,5	2.400.000	2.400.000	100,0
(P)	1293	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DA DELEGACIA EM SANTA MARIA				
	Produto: Prédio adquirido com 1.050 m ²		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sul	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1295	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DA DELEGACIA EM DOURADOS				
	Produto: Prédio adquirido com 501,12 m ²		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1778	Implantação de Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	26,0	26,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Nacional	26,0	26,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Financeiro	93.517.141	25.767.141	27,6	18.251.164	12.400.000	67,9
Fiscal Seguridade	93.517.141	25.767.141	27,6	18.251.164	12.400.000	67,9
Nacional	93.517.141	25.767.141	27,6	18.251.164	12.400.000	67,9
(P)	1830	MODERNIZAÇÃO DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC)				
	Produto: equipamento adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.499.031	2.499.031	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.499.031	2.499.031	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.499.031	2.499.031	100,0	0	0	0,0
(P)	1899	Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)				
	Produto: UNIDADE REAPARELHADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15.465,0	15.465,0	100,0	35,0	35,0	100,0
Nacional	15.465,0	15.465,0	100,0	35,0	35,0	100,0
Financeiro	193.282.942	163.306.310	84,5	122.680.636	92.288.770	75,2
Fiscal Seguridade	193.282.942	163.306.310	84,5	122.680.636	92.288.770	75,2
Nacional	193.282.942	163.306.310	84,5	122.680.636	92.288.770	75,2
(P)	1899	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA POLÍCIAMENTO FEDERAL (PROMOTEC)				
	Produto: equipamento adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.827,0	4.827,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3.827,0	3.827,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.000,0	1.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.625.342	39.625.342	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.625.342	39.625.342	100,0	0	0	0,0
Nacional	39.625.342	39.625.342	100,0	0	0	0,0
(P)	1900	REAPARELHAMENTO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA				
	Produto: Equipamento adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

361

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	3574	INSTALAÇÃO DE DELEGACIAS REGIONAIS				
	Produto: Delegacia instalada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.118.881	8.118.881	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.118.881	8.118.881	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.788.881	7.788.881	100,0	0	0	0,0
Norte	180.000	180.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	150.000	150.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3832	Integração dos Sistemas de Informações da Polícia Federal e do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia - SIVAM (Promotec/Pró-Amazônia)				
	Produto: SISTEMA INTEGRADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	24,0	24,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Norte	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.851.993	23.351.993	87,0	17.966.512	12.167.428	67,7
Fiscal Seguridade	26.851.993	23.351.993	87,0	17.966.512	12.167.428	67,7
Nacional	26.851.993	23.351.993	87,0	17.966.512	12.167.428	67,7
(P)	5035	Construção Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de Sergipe				
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 12.800 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.351.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.351.000	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nordeste	2.351.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5037	Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná				
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 16.800 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	9,3	9,3	100,0	35,0	9,3	26,6
Nacional	9,3	9,3	100,0	35,0	9,3	26,7
Financeiro	4.834.350	1.345.850	27,8	1.556.436	1.345.850	86,5
Fiscal Seguridade	4.834.350	1.345.850	27,8	1.556.436	1.345.850	86,5
Nacional	1.345.850	1.345.850	100,0	1.556.436	1.345.850	86,5
Sul	3.488.500	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5039	Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de Tocantins				
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 16.000 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.446.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.446.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Norte	1.446.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	5628	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL				
	Produto: Área construída		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.615.883	38.615.883	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	38.615.883	38.615.883	100,0	0	0	0,0
Nacional	18.605.884	18.605.884	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.300.000	5.300.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.600.000	5.600.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.759.999	6.759.999	100,0	0	0	0,0
Sul	2.350.000	2.350.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5632	REFORMA DE EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL				
	Produto: prédio reformado com 5.113 m ²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.020.000	5.020.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.020.000	5.020.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.020.000	5.020.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5640	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL				
	Produto: Projeto elaborado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5691	ESTUDOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA POLICIA FEDERAL				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5751	IMPLANTAÇÃO DE DELEGACIAS DE DIREITOS HUMANOS NAS SUPERINTENDÊNCIAS DA POLÍCIA FEDERAL				
	Produto: delegacia implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5759	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS POLICIAIS FEDERAIS				
	Produto: policial assistido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5761	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS DO EDIFÍCIO SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO PIAUÍ				
	Produto: Prédio construído com x m2		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5763	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ANÁPOLIS - GO				
	Produto: prédio construído com 5.390m2		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6040	FORMAÇÃO DE PILOTOS DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC)				
	Produto: piloto formado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	7079	Construção e Ampliação de Unidades Operacionais da Polícia Federal - PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC				
Produto: UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	2,0	4,0	200,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	2,0	4,0	200,0
Financeiro	33.374.300	15.874.300	47,6	14.651.860	8.792.286	60,0
Fiscal Seguridade	33.374.300	15.874.300	47,6	14.651.860	8.792.286	60,0
Nacional	33.374.300	15.874.300	47,6	14.651.860	8.792.286	60,0
(P)	7081	Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal				
Produto: UNIDADE REFORMADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	7,0	4,0	57,1
Nacional	13,0	13,0	100,0	7,0	4,0	57,1
Financeiro	11.150.305	7.150.305	64,1	15.000.000	3.538.889	23,6
Fiscal Seguridade	11.150.305	7.150.305	64,1	15.000.000	3.538.889	23,6
Nacional	11.150.305	7.150.305	64,1	15.000.000	3.538.889	23,6
(P)	7803	Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia				
Produto: UNIDADE REFORMADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.180.334	5.180.334	100,0	1.881.348	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.180.334	5.180.334	100,0	1.881.348	0	0,0
Nacional	5.180.334	5.180.334	100,0	1.881.348	0	0,0
(OA)	9424	NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	3,0	60,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	5,0	3,0	60,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9425	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI ORGÂNICA DO POLICIAMENTO FEDERAL				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9426	PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL COM ENTIDADES CONGÊNERES NACIONAIS E INTERNACIONAIS				
Produto: acordo firmado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	2,0	20,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	10,0	2,0	20,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9526	AQUISIÇÃO DE DELEGACIAS FLUTUANTES E EMBARCAÇÕES PARA OPERAÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL (PRÓ-AMAZÔNIA)				
Produto: embarcação adquirida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9529	INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DAS POLÍCIAS FEDERAIS (PROMOTEC)				
Produto: sistema integrado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9530	AQUISIÇÃO DE AERONAVES PARA O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC)				
Produto: aeronave adquirida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

364

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres						
(P)	9532	ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA O COMBATE AO NARCOTRÁFICO E O CONTROLE DE ARMAS				
	Produto: Equipamento adquirido		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9535	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS - SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL E CONCLUSÃO DOS EDIFÍCIOS-SEDE DE SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS				
	Produto: Área construída com x m²		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9540	AQUISIÇÃO DE VIATURAS POLICIAIS E VEÍCULOS ESPECIAIS				
	Produto: viatura adquirida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.025,0	1.025,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.025,0	1.025,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9541	AQUISIÇÃO DE VIATURAS E VEÍCULOS ESPECIAIS (PRÓ-AMAZÔNIA)				
	Produto: veículo adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9542	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC)				
	Produto: unidade construída/ampliada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9568	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	532.756.220	391.529.588	73,5	215.884.454	151.105.202	70,0
Fiscal Seguridade	532.756.220	391.529.588	70,9	215.884.454	151.105.202	70,0
0668 PAZ NAS ESCOLAS						
Gerente em 31/12/2002: Denise Maria Fonseca Paiva						
(A)	2044	Apoio à Implantação e Execução de Projetos que Desenvolvam Ações Complementares de Combate à Violência nas Escolas				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	43,0	43,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Nacional	43,0	43,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Financeiro	4.270.713	4.270.713	100,0	3.354.880	3.264.367	97,3
Fiscal Seguridade	4.270.713	4.270.713	100,0	3.354.880	3.264.367	97,3
Nacional	4.270.713	4.270.713	100,0	3.354.880	3.264.367	97,3
(A)	2045	Apoio ao Fortalecimento de Grêmios Estudantis				
	Produto: ASSOCIACAO APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	81,0	81,0	100,0	46,0	56,0	121,7
Nacional	81,0	81,0	100,0	46,0	56,0	121,7
Financeiro	236.903	236.903	100,0	150.000	150.000	100,0
Fiscal Seguridade	236.903	236.903	100,0	150.000	150.000	100,0
Nacional	236.903	236.903	100,0	150.000	150.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0668 PAZ NAS ESCOLAS						
Gerente em 31/12/2002: Denise Maria Fonseca Paiva						
(P)	3809	Capacitação de Policiais e Agentes de Direitos Humanos para o Enfrentamento da Violência nas Escolas				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17.600,0	17.600,0	100,0	7.500,0	6.232,0	83,1
Nacional	17.600,0	17.600,0	100,0	7.500,0	6.232,0	83,1
Financeiro	6.117.355	3.957.355	64,7	1.599.800	1.598.602	99,9
Fiscal Seguridade	6.117.355	3.957.355	64,7	1.599.800	1.598.602	99,9
Nacional	6.117.355	3.957.355	64,7	1.599.800	1.598.602	99,9
(P)	3837	Estudos e Pesquisas na Área de Violência nas Escolas				
Produto: ESTUDO/PESQUISA DIVULGADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	9,0	9,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	772.558	622.558	80,6	148.000	148.000	100,0
Fiscal Seguridade	772.558	622.558	80,6	148.000	148.000	100,0
Nacional	772.558	622.558	80,6	148.000	148.000	100,0
(P)	5396	Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas				
(Ministério da Educação)						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.258,0	10.258,0	100,0	1.976,0	2.408,0	121,9
Nacional	9.418,0	9.418,0	100,0	1.976,0	2.408,0	121,9
Centro-oeste	840,0	840,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.370.451	2.370.451	70,3	1.000.000	874.479	87,4
Fiscal Seguridade	3.370.451	2.370.451	70,3	1.000.000	874.479	87,4
Nacional	3.191.468	2.191.468	68,7	1.000.000	874.479	87,4
Centro-oeste	178.983	178.983	100,0	0	0	0,0
(P)	7113	Edição, Copiagem e Distribuição de Material Didático para Atuação no Combate à Violência nas Escolas				
(Ministério da Educação)						
Produto: MODULO DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	89.002,0	89.002,0	100,0	27.000,0	17.250,0	63,9
Nacional	89.002,0	89.002,0	100,0	27.000,0	17.250,0	63,9
Financeiro	1.143.178	743.178	65,0	400.000	345.050	86,3
Fiscal Seguridade	1.143.178	743.178	65,0	400.000	345.050	86,3
Nacional	1.143.178	743.178	65,0	400.000	345.050	86,3
Financ. Total Programa	15.911.158	12.201.158	76,7	6.652.680	6.380.498	95,9
Fiscal Seguridade	15.911.158	12.201.158	70,9	6.652.680	6.380.498	95,9
8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Marrielle Maia Alves Ferreira						
(P)	1775	Instalação da Unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes				
Produto: UNIDADE ADMINISTRATIVA INSTALADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	10,0	1,0	10,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	10,0	1,0	10,0
Financeiro	500.000	0	0,0	450.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	0	0,0	450.000	0	0,0
Nacional	500.000	0	0,0	450.000	0	0,0
(P)	5025	Promoção de Eventos em Matéria de Adoção				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	90.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	90.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	90.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

366

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Marrielle Maia Alves Ferreira						
(P) 5027 Capacitação de Técnicos que Atuam em Processos de Adoção						
Produto: PESSOA CAPACITADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	866,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	866,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	183.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	183.000	0	0,0
Nacional	200.000	0	0,0	183.000	0	0,0
(P) 5029 Estudos e Pesquisas na Área de Adoção						
Produto: ESTUDO/PESQUISA DIVULGADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	180.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	180.000	0	0,0
Nacional	200.000	0	0,0	180.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.000.000	0	0,0	903.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	0	70,9	903.000	0	0,0
0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA						
Gerente em 31/12/2002: Mozart Rodrigues da Silva						
(A) 2735 Cassação de Título de Utilidade e Interesse Público						
Produto: TITULO CASSADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	266,0	266,0	100,0	37,0	108,0	291,9
Nacional	266,0	266,0	100,0	37,0	108,0	291,9
Financeiro	155.365	55.365	35,6	30.000	17.729	59,1
Fiscal Seguridade	155.365	55.365	35,6	30.000	17.729	59,1
Nacional	155.365	55.365	35,6	30.000	17.729	59,1
(A) 2737 Concessão de Título de Utilidade e Interesse Público						
Produto: TITULO CONCEDIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3.564,0	3.564,0	100,0	333,0	1.437,0	431,5
Nacional	3.564,0	3.564,0	100,0	333,0	1.437,0	431,5
Financeiro	200.683	100.683	50,2	40.000	29.842	74,6
Fiscal Seguridade	200.683	100.683	50,2	40.000	29.842	74,6
Nacional	200.683	100.683	50,2	40.000	29.842	74,6
(P) 3818 Implantação de Central de Atendimento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública Federal						
Produto: CENTRAL DE ATENDIMENTO IMPLANTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	68,0	68,0	100,0	20,0	22,0	110,0
Nacional	44,0	44,0	100,0	20,0	22,0	110,0
Centro-oeste	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	183.769	108.769	59,2	48.000	39.973	83,3
Fiscal Seguridade	183.769	108.769	59,2	48.000	39.973	83,3
Nacional	114.973	39.973	34,8	48.000	39.973	83,3
Centro-oeste	68.796	68.796	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA						
Gerente em 31/12/2002: Mozart Rodrigues da Silva						
(P)	3831	Implantação e Modernização de Sistema de Informações das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública Federal				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	38,0	38,0	100,0	16,0	18,0	112,5
Nacional	18,0	18,0	100,0	16,0	18,0	112,5
Centro-oeste	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.680	17.680	33,6	16.000	9.692	60,6
Fiscal Seguridade	52.680	17.680	33,6	16.000	9.692	60,6
Nacional	44.692	9.692	21,7	16.000	9.692	60,6
Centro-oeste	7.988	7.988	100,0	0	0	0,0
(OA)	9428	RENÚNCIA FISCAL CONCEDIDA ÀS INSTITUIÇÕES DE UTILIDADE E INTERESSE PÚBLICO (Ministério da Fazenda)				
Produto: instituição beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	592.497	282.497	47,7	134.000	97.236	72,6
Fiscal Seguridade	592.497	282.497	70,9	134.000	97.236	72,6
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros						
(P)	1701	Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais				
Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	974,0	974,0	100,0	120,0	602,0	501,7
Nacional	974,0	974,0	100,0	120,0	602,0	501,7
Financeiro	19.355.982	14.255.982	73,7	10.000.000	7.891.403	78,9
Fiscal Seguridade	18.755.982	14.255.982	76,0	10.000.000	7.891.403	78,9
Nacional	18.755.982	14.255.982	76,0	10.000.000	7.891.403	78,9
Demais Fontes	600.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	600.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1718	Capacitação Profissional de Agentes Responsáveis pela Custódia do Preso				
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14.245,0	14.245,0	100,0	5.300,0	1.387,0	26,2
Nacional	14.245,0	14.245,0	100,0	5.300,0	1.387,0	26,2
Financeiro	7.609.536	3.887.374	51,1	5.240.366	352.277	6,7
Fiscal Seguridade	6.889.536	3.887.374	56,4	5.240.366	352.277	6,7
Nacional	6.889.536	3.887.374	56,4	5.240.366	352.277	6,7
Demais Fontes	720.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	720.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros						
(P) 1844 Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais						
Produto: VAGA CRIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	38.039,0	38.039,0	100,0	15.890,0	9.157,0	57,6
Nacional	560,0	560,0	100,0	2.400,0	560,0	23,3
Centro-oeste	2.338,0	2.338,0	100,0	1.410,0	42,0	3,0
Nordeste	6.593,0	6.593,0	100,0	1.950,0	475,0	24,4
Norte	2.234,0	2.234,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	23.928,0	23.928,0	100,0	9.230,0	7.768,0	84,2
Sul	2.386,0	2.386,0	100,0	900,0	312,0	34,7
Financeiro	541.515.139	350.579.872	64,7	248.396.665	113.022.893	45,5
Fiscal Seguridade	541.515.139	350.579.872	64,7	248.396.665	113.022.893	45,5
Nacional	177.482.027	92.598.248	52,2	64.773.875	12.608.736	19,5
Centro-oeste	28.705.773	26.705.773	93,0	27.376.204	3.207.166	11,7
Nordeste	55.357.571	46.405.571	83,8	16.540.121	5.563.457	33,6
Norte	26.029.927	26.029.927	100,0	0	0	0,0
Sudeste	230.866.655	144.719.167	62,7	132.356.071	91.275.595	69,0
Sul	23.073.186	14.121.186	61,2	7.350.394	367.939	5,0
(P) 1844 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS						
Produto: vaga criada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	7.080,0	7.080,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1.548,0	1.548,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2.614,0	2.614,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	548,0	548,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.827,0	1.827,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	543,0	543,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	153.156.984	134.691.984	87,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	134.691.984	134.691.984	100,0	0	0	0,0
Nacional	51.209.264	51.209.264	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	12.551.593	12.551.593	100,0	0	0	0,0
Nordeste	27.005.296	27.005.296	100,0	0	0	0,0
Norte	14.016.186	14.016.186	100,0	0	0	0,0
Sudeste	18.573.645	18.573.645	100,0	0	0	0,0
Sul	11.336.000	11.336.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	18.465.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.065.507	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.353.820	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	4.906.250	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.822.281	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	3.133.149	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.183.994	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1846 Implantação do Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	39,0	39,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	10.134.210	4.794.210	47,3	10.100.000	215.574	2,1
Fiscal Seguridade	9.294.210	4.794.210	51,6	10.100.000	215.574	2,1
Nacional	9.294.210	4.794.210	51,6	10.100.000	215.574	2,1
Demais Fontes	840.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	840.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros						
(A) 2698	Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário					
Produto: PESSOA ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	138.144,0	138.144,0	100,0	7.500,0	111.404,0	1.485,4
Nacional	138.144,0	138.144,0	100,0	7.500,0	111.404,0	1.485,4
Financeiro	11.797.737	3.851.577	32,6	11.500.000	335.152	2,9
Fiscal Seguridade	11.516.577	3.851.577	33,4	11.500.000	335.152	2,9
Nacional	11.486.577	3.851.577	33,5	11.500.000	335.152	2,9
Norte	30.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	281.160	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	281.160	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2719	Mutirão na Execução Penal					
Produto: PRESO ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	174.382,0	174.382,0	100,0	9.385,0	77.889,0	829,9
Centro-oeste	5.923,0	5.923,0	100,0	706,0	S.R.	0,0
Nordeste	36.286,0	36.286,0	100,0	1.427,0	6.245,0	437,6
Norte	8.804,0	8.804,0	100,0	423,0	300,0	70,9
Sudeste	116.377,0	116.377,0	100,0	5.571,0	71.344,0	1.280,6
Sul	6.992,0	6.992,0	100,0	1.258,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.137.435	3.486.235	84,3	3.294.200	767.330	23,3
Fiscal Seguridade	3.756.235	3.486.235	92,8	3.294.200	767.330	23,3
Centro-oeste	394.469	354.469	89,9	250.740	0	0,0
Nordeste	1.043.457	953.457	91,4	470.120	96.202	20,5
Norte	396.431	326.431	82,3	158.970	21.480	13,5
Sudeste	1.616.207	1.576.207	97,5	1.970.360	649.648	33,0
Sul	305.671	275.671	90,2	444.010	0	0,0
Demais Fontes	381.200	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	45.213	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	94.759	0	0,0	0	0	0,0
Norte	69.368	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	132.459	0	0,0	0	0	0,0
Sul	39.401	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2727	Profissionalização do Preso					
Produto: PRESO PROFISSIONALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21.984,0	21.984,0	100,0	1.324,0	1.200,0	90,6
Nacional	21.984,0	21.984,0	100,0	1.324,0	1.200,0	90,6
Financeiro	7.163.049	6.303.049	88,0	5.310.000	831.713	15,7
Fiscal Seguridade	6.503.049	6.303.049	96,9	5.310.000	831.713	15,7
Nacional	6.503.049	6.303.049	96,9	5.310.000	831.713	15,7
Demais Fontes	660.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	660.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2730	Serviço de Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas					
Produto: APENADO BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	61.337,0	61.337,0	100,0	3.610,0	36.100,0	1.000,0
Nacional	61.337,0	61.337,0	100,0	3.610,0	36.100,0	1.000,0
Financeiro	8.408.240	7.608.240	90,5	6.137.000	3.128.226	51,0
Fiscal Seguridade	8.108.240	7.608.240	93,8	6.137.000	3.128.226	51,0
Nacional	8.108.240	7.608.240	93,8	6.137.000	3.128.226	51,0
Demais Fontes	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	300.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros						
(P)	5448	Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.513.746,0	1.513.746,0	100,0	1.935.000,0	750.000,0	38,8
Nacional	1.513.746,0	1.513.746,0	100,0	1.935.000,0	750.000,0	38,8
Financeiro	29.624.605	18.834.607	63,6	11.555.190	9.500.271	82,2
Fiscal Seguridade	29.061.607	18.834.607	64,8	11.555.190	9.500.271	82,2
Nacional	27.445.537	17.218.537	62,7	11.555.190	9.500.271	82,2
Centro-oeste	264.570	264.570	100,0	0	0	0,0
Nordeste	155.200	155.200	100,0	0	0	0,0
Norte	342.100	342.100	100,0	0	0	0,0
Sudeste	261.600	261.600	100,0	0	0	0,0
Sul	592.600	592.600	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	562.998	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	562.998	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa 792.902.917 548.293.130 69,2 311.533.421 136.044.839 43,7						
Fiscal Seguridade 770.092.559 548.293.130 70,9 311.533.421 136.044.839 43,7						
Demais Fontes 22.810.358 0 0,0 0 0 0,0						
0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P)	1722	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI				
Produto: vaga criada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	467,0	467,0	100,0	3.000.220,0	465,0	0,0
Nacional	466,0	466,0	100,0	3.000.220,0	465,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.480.261	22.155.639	62,4	11.200.000	10.999.975	98,2
Fiscal Seguridade	35.480.261	22.155.639	62,4	11.200.000	10.999.975	98,2
Nacional	35.270.261	22.075.639	62,6	11.200.000	10.999.975	98,2
Norte	210.000	80.000	38,1	0	0	0,0
(P)	1728	Criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigação de Atos Infracionais Praticados por Adolescentes				
Produto: DELEGACIA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	900.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	900.000	0	0,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	900.000	0	0,0
(P)	1758	Capacitação de Recursos Humanos dos Sistemas de Segurança, Justiça e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.750,0	8.750,0	100,0	8.333,0	8.350,0	100,2
Nacional	8.750,0	8.750,0	100,0	8.333,0	8.350,0	100,2
Financeiro	4.186.704	3.186.704	76,1	2.250.000	2.129.997	94,7
Fiscal Seguridade	4.186.704	3.186.704	76,1	2.250.000	2.129.997	94,7
Nacional	4.186.704	3.186.704	76,1	2.250.000	2.129.997	94,7
(P)	1780	Implantação de Serviços de Acompanhamento para Reinserção Social do Egresso do Sistema Sócioeducativo				
Produto: EGRESSO ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	505,0	505,0	100,0	4,0	500,0	12.500,0
Nacional	505,0	505,0	100,0	4,0	500,0	12.500,0
Financeiro	1.779.292	779.292	43,8	478.416	478.110	99,9
Fiscal Seguridade	1.779.292	779.292	43,8	478.416	478.110	99,9
Nacional	1.779.292	779.292	43,8	478.416	478.110	99,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

371

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0152 REINserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P)	1782	Implantação de Serviços de Atendimento a Adolescentes com Medidas Sócioeducativas não Privativas de Liberdade				
	Produto: SERVIÇO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	25,0	30,0	120,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	25,0	30,0	120,0
Financeiro	19.916.739	5.916.739	29,7	3.150.000	2.924.159	92,8
Fiscal Seguridade	19.916.739	5.916.739	29,7	3.150.000	2.924.159	92,8
Nacional	19.916.739	5.916.739	29,7	3.150.000	2.924.159	92,8
(P)	1788	Implantação de Serviços Sócio-Psico-Pedagógicos Destinados aos Adolescentes em Conflito com a Lei e sua Família				
	Produto: SERVIÇO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18,0	18,0	100,0	10,0	13,0	130,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	10,0	13,0	130,0
Financeiro	4.342.517	2.642.517	60,9	1.000.000	999.999	100,0
Fiscal Seguridade	4.342.517	2.642.517	60,9	1.000.000	999.999	100,0
Nacional	4.142.517	2.642.517	63,8	1.000.000	999.999	100,0
Sudeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1819	Reforma de Unidades de Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei				
	Produto: UNIDADE REFORMADA		Unidade de Medida: M²			
Físico	1.405,0	1.405,0	100,0	1.400,0	1.400,0	100,0
Nacional	1.405,0	1.405,0	100,0	1.400,0	1.400,0	100,0
Financeiro	2.198.703	1.198.703	54,5	700.000	699.999	100,0
Fiscal Seguridade	2.198.703	1.198.703	54,5	700.000	699.999	100,0
Nacional	2.198.703	1.198.703	54,5	700.000	699.999	100,0
(P)	1829	Modernização das Unidades do Sistema de Justiça, Segurança e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei				
	Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.275,0	1.275,0	100,0	1.375,0	1.245,0	90,5
Nacional	1.275,0	1.275,0	100,0	1.375,0	1.245,0	90,5
Financeiro	5.702.044	3.702.044	64,9	1.800.000	1.542.095	85,7
Fiscal Seguridade	5.702.044	3.702.044	64,9	1.800.000	1.542.095	85,7
Nacional	5.702.044	3.702.044	64,9	1.800.000	1.542.095	85,7
(A)	2227	Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei				
	Produto: ADOLESCENTE ASSISTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.500,0	3.500,0	100,0	3.000,0	3.500,0	116,7
Nacional	3.500,0	3.500,0	100,0	3.000,0	3.500,0	116,7
Financeiro	14.523.256	5.495.841	37,8	3.675.117	2.788.511	75,9
Fiscal Seguridade	14.523.256	5.495.841	37,8	3.675.117	2.788.511	75,9
Nacional	14.523.256	5.495.841	37,8	3.675.117	2.788.511	75,9
(P)	7991	Produção de Material Esportivo por Menores Infratores - Cidadania ao Menor (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.621,0	8.621,0	100,0	50.000,0	S.R.	0,0
Nacional	8.621,0	8.621,0	100,0	50.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	909.350	109.350	12,0	270.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	909.350	109.350	12,0	270.000	0	0,0
Nacional	909.350	109.350	12,0	270.000	0	0,0
(OA)	9059	DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0152 REINserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei						
Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú						
(P)	9507	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE MENOR INFRATOR, EM PARCERIA COM OS MUNICÍPIOS				
Produto: unidade construída			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	89.238.866	45.386.829	50,9	25.423.533	22.562.845	88,7
Fiscal Seguridade	89.238.866	45.386.829	70,9	25.423.533	22.562.845	88,7
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO						
Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto						
(P)	1016	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS				
Produto: População beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.000.000,0	3.000.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.000.000,0	3.000.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1317	Capacitação de Liderança Comunitária para o Combate da Violência Urbana (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18.810,0	18.810,0	100,0	25.000,0	18.810,0	75,2
Nacional	18.810,0	18.810,0	100,0	25.000,0	18.810,0	75,2
Financeiro	13.295.241	8.795.241	66,2	4.057.505	4.057.505	100,0
Fiscal Seguridade	13.295.241	8.795.241	66,2	4.057.505	4.057.505	100,0
Nacional	13.295.241	8.795.241	66,2	4.057.505	4.057.505	100,0
(P)	3805	APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUTORES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Produto: Instrutor aperfeiçoado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	250,0	250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	250,0	250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	144.547	144.547	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	144.547	144.547	100,0	0	0	0,0
Nacional	144.547	144.547	100,0	0	0	0,0
(P)	3814	Estudos e Pesquisas em Segurança Pública				
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	2,0	3,0	150,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	3,0	150,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	847.994	847.994	100,0	50.000	49.999	100,0
Fiscal Seguridade	847.994	847.994	100,0	50.000	49.999	100,0
Nacional	747.994	747.994	100,0	50.000	49.999	100,0
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3827	Implantação de Sistema de Registro de Identificação Civil				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	1,2	1,2	100,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	1,2	1,2	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	788.428	748.428	94,9	744.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	788.428	748.428	94,9	744.000	0	0,0
Nacional	788.428	748.428	94,9	744.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO						
Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto						
(P)	3829	Implantação do Sistema de Integração Nacional das Informações da Justiça e Segurança Pública - INFOSEG				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	32,0	32,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Financeiro	4.495.982	1.291.982	28,7	450.000	449.994	100,0
Fiscal Seguridade	4.495.982	1.291.982	28,7	450.000	449.994	100,0
Nacional	4.495.982	1.291.982	28,7	450.000	449.994	100,0
(P)	3834	MODERNIZAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	Produto: Serviço modernizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.400.600	8.400.600	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.400.600	8.400.600	100,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Norte	8.300.600	8.300.600	100,0	0	0	0,0
(P)	3835	MODERNIZAÇÃO DAS CORREGEDORIAS DAS POLÍCIAS ESTADUAIS				
	Produto: Corregedoria modernizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	93.000	93.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	93.000	93.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	93.000	93.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3836	MODERNIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	Produto: Serviço modernizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4286	Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	4.389.124	3.782.124	86,2	1.607.000	1.084.354	67,5
Fiscal Seguridade	4.389.124	3.782.124	86,2	1.607.000	1.084.354	67,5
Nacional	4.389.124	3.782.124	86,2	1.607.000	1.084.354	67,5
(P)	5041	Modernização dos Órgãos de Segurança Pública				
	Produto: ORGAO MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24,0	24,0	100,0	6,0	24,0	400,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	6,0	24,0	400,0
Financeiro	393.393	104.393	26,5	286.000	104.393	36,5
Fiscal Seguridade	393.393	104.393	26,5	286.000	104.393	36,5
Nacional	393.393	104.393	26,5	286.000	104.393	36,5
(P)	5775	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	Produto: evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5779	IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIAS ESTADUAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	Produto: ouvidoria implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	374	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO						
Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto						
(A) 6048 SISTEMA DE REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL						
Produto: sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6049 CADASTRAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA						
Produto: população cadastrada/identificada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6050 APOIO ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6051 COOPERAÇÃO PARA O REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS						
Produto: estado atendido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7795 Capacitação de Policiais, Instrutores Policiais e Guardas Municipais						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	19.931,0	19.931,0	100,0	21.430,0	4.935,0	23,0
Nacional	19.931,0	19.931,0	100,0	21.430,0	4.935,0	23,0
Financeiro	56.940.729	33.940.729	59,6	18.899.294	8.654.890	45,8
Fiscal Seguridade	56.940.729	33.940.729	59,6	18.899.294	8.654.890	45,8
Nacional	56.940.729	33.940.729	59,6	18.899.294	8.654.890	45,8
(P) 7797 REAPARELHAMENTO DAS POLÍCIAS ESTADUAIS						
Produto: POLICIA ESTADUAL REAPARELHADA						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	70.489.023	70.489.023	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	70.489.023	70.489.023	100,0	0	0	0,0
Nacional	70.489.023	70.489.023	100,0	0	0	0,0
(P) 7797 Reaparelhamento das Polícias Estaduais e Guardas Municipais						
Produto: POLICIA ESTADUAL/GUARDA MUNICIPAL REAPARELHADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	77,0	77,0	100,0	33,0	23,0	69,7
Nacional	77,0	77,0	100,0	33,0	23,0	69,7
Financeiro	280.620.005	148.042.221	52,8	43.706.334	35.942.221	82,2
Fiscal Seguridade	280.620.005	148.042.221	52,8	43.706.334	35.942.221	82,2
Nacional	257.912.694	147.942.221	57,4	43.706.334	35.942.221	82,2
Centro-oeste	800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	640.000	100.000	15,6	0	0	0,0
Norte	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	20.197.311	0	0,0	0	0	0,0
Sul	70.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7799 Implantação do Sistema de Acompanhamento de Polícias						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	23,0	23,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.113.905	6.113.905	55,0	13.609	13.607	100,0
Fiscal Seguridade	11.113.905	6.113.905	55,0	13.609	13.607	100,0
Nacional	11.113.905	6.113.905	55,0	13.609	13.607	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

375

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

PPA 2000-2003 (A)		Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO						
Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto						
(P)	7801	Implantação de Centros Integrados de Cidadania				
Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	47,0	47,0	100,0	12,0	5,0	41,7
Nacional	47,0	47,0	100,0	12,0	5,0	41,7
Financeiro	28.220.765	16.381.841	58,0	16.235.000	4.613.040	28,4
Fiscal Seguridade	28.220.765	16.381.841	58,0	16.235.000	4.613.040	28,4
Nacional	24.381.841	16.381.841	67,2	16.235.000	4.613.040	28,4
Norte	3.838.924	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7803	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA				
Produto: UNIDADE REFORMADA/MODERNIZADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.188.609	2.188.609	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.188.609	2.188.609	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.188.609	2.188.609	100,0	0	0	0,0
(P)	7805	Intensificação do Policiamento em Áreas Críticas				
Produto: AREA CRITICA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	49,0	49,0	100,0	28,0	20,0	71,4
Nacional	47,0	47,0	100,0	28,0	20,0	71,4
Sudeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	723.183.539	549.057.986	75,9	220.804.572	215.068.907	97,4
Fiscal Seguridade	723.183.539	549.057.986	75,9	220.804.572	215.068.907	97,4
Nacional	723.013.539	548.887.986	75,9	220.804.572	215.068.907	97,4
Sudeste	170.000	170.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7807	Implantação da Polícia Comunitária				
Produto: POLICIA COMUNITARIA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50,0	50,0	100,0	85,0	20,0	23,5
Nacional	47,0	47,0	100,0	85,0	20,0	23,5
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	245.101.738	175.515.038	71,6	82.553.256	69.230.444	83,9
Fiscal Seguridade	245.101.738	175.515.038	71,6	82.553.256	69.230.444	83,9
Nacional	241.606.738	175.020.038	72,4	82.553.256	69.230.444	83,9
Nordeste	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Norte	3.070.000	70.000	2,3	0	0	0,0
Sudeste	125.000	125.000	100,0	0	0	0,0
(OA)	9427	ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9555	CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIOS AGRÍCOLAS DISTANTES DAS GRANDES CIDADES				
Produto: PRESÍDIO AGRÍCOLA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	9557	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA A ÁREA DE SEGURANCA NO ESTADO DO AMAZONAS				
Produto: POPULAÇÃO BENEFICIADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.451.106.622	1.026.337.661	70,7	389.406.570	339.269.354	87,1
Fiscal Seguridade	1.451.106.622	1.026.337.661	70,9	389.406.570	339.269.354	87,1
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	376	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Dias da Silva						
(P)	1700	Aquisição de Equipamentos Necessários para o Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais				
	Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.685,0	1.685,0	100,0	424,0	1.680,0	396,2
Nacional	1.685,0	1.685,0	100,0	424,0	1.680,0	396,2
Financeiro	27.509.426	22.061.266	80,2	4.268.160	4.249.679	99,6
Fiscal Seguridade	27.509.426	22.061.266	80,2	4.268.160	4.249.679	99,6
Nacional	27.509.426	22.061.266	80,2	4.268.160	4.249.679	99,6
(P)	1715	CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL				
	Produto: policial capacitado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	14.990,0	14.990,0	100,0	7.854,0	7.100,0	90,4
Nacional	14.990,0	14.990,0	100,0	7.854,0	7.100,0	90,4
Financeiro	15.961.735	11.461.735	71,8	4.000.000	3.862.666	96,6
Fiscal Seguridade	15.961.735	11.461.735	71,8	4.000.000	3.862.666	96,6
Nacional	15.961.735	11.461.735	71,8	4.000.000	3.862.666	96,6
(P)	1798	Implantação do Sistema de Informações da Polícia Rodoviária Federal				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	182,0	182,0	100,0	50,0	82,0	164,0
Nacional	182,0	182,0	100,0	50,0	82,0	164,0
Financeiro	2.015.024	1.563.184	77,6	631.840	185.718	29,4
Fiscal Seguridade	2.015.024	1.563.184	77,6	631.840	185.718	29,4
Nacional	2.015.024	1.563.184	77,6	631.840	185.718	29,4
(P)	1821	Reforma de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal				
	Produto: AREA REFORMADA			Unidade de Medida: M²		
Físico	5.659,0	5.659,0	100,0	3.700,0	1.280,0	34,6
Nacional	5.659,0	5.659,0	100,0	3.700,0	1.280,0	34,6
Financeiro	15.659.298	11.129.298	71,1	3.300.000	2.653.863	80,4
Fiscal Seguridade	15.659.298	11.129.298	71,1	3.300.000	2.653.863	80,4
Nacional	15.659.298	11.129.298	71,1	3.300.000	2.653.863	80,4
(P)	1835	Modernização do Sistema de Telecomunicações da Polícia Rodoviária Federal				
	Produto: EQUIPAMENTO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	692,0	692,0	100,0	500,0	353,0	70,6
Nacional	692,0	692,0	100,0	500,0	353,0	70,6
Financeiro	3.412.688	2.232.688	65,4	1.280.000	722.203	56,4
Fiscal Seguridade	3.412.688	2.232.688	65,4	1.280.000	722.203	56,4
Nacional	3.412.688	2.232.688	65,4	1.280.000	722.203	56,4
(A)	2324	Manutenção da Sinalização Rodoviária (Ministério dos Transportes)				
	Produto: SINALIZACAO MANTIDA			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	11.463,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11.463,0	S.R.	0,0
Financeiro	87.768.871	87.768.871	100,0	39.300.000	34.628.581	88,1
Fiscal Seguridade	87.768.871	87.768.871	100,0	39.300.000	34.628.581	88,1
Nacional	87.768.871	87.768.871	100,0	39.300.000	34.628.581	88,1
(A)	2616	SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS (Ministério dos Transportes)				
	Produto: Serviço mantido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Dias da Silva						
(A) 2718 Manutenção de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal nas Estradas						
Produto: UNIDADE OPERACIONAL MANTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.735,0	1.735,0	100,0	606,0	1.163,0	191,9
Nacional	1.735,0	1.735,0	100,0	606,0	1.163,0	191,9
Financeiro	46.281.358	34.611.316	74,8	12.396.525	12.118.933	97,8
Fiscal Seguridade	46.281.358	34.611.316	74,8	12.396.525	12.118.933	97,8
Nacional	46.281.358	34.611.316	74,8	12.396.525	12.118.933	97,8
(A) 2723 Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias e Estradas Federais						
Produto: RODOVIA PATRULHADA						
Unidade de Medida: KM						
Físico	129.000,0	129.000,0	100,0	57.000,0	69.000,0	121,1
Nacional	129.000,0	129.000,0	100,0	57.000,0	69.000,0	121,1
Financeiro	147.005.719	121.567.454	82,7	27.538.295	27.169.152	98,7
Fiscal Seguridade	147.005.719	121.567.454	82,7	27.538.295	27.169.152	98,7
Nacional	147.005.719	121.567.454	82,7	27.538.295	27.169.152	98,7
(A) 2816 Sistema de Informações da Polícia Rodoviária Federal						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	27,0	27,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	27,0	27,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	1.056.683	356.683	33,8	200.000	189.140	94,6
Fiscal Seguridade	1.056.683	356.683	33,8	200.000	189.140	94,6
Nacional	1.056.683	356.683	33,8	200.000	189.140	94,6
(P) 3824 Implantação de Serviços de Informação ao Usuário nas Rodovias e Estradas Federais						
Produto: UNIDADE DE SERVIÇO IMPLANTADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	88,0	88,0	100,0	180,0	63,0	35,0
Nacional	88,0	88,0	100,0	180,0	63,0	35,0
Financeiro	3.070.196	2.020.196	65,8	1.200.000	833.473	69,5
Fiscal Seguridade	3.070.196	2.020.196	65,8	1.200.000	833.473	69,5
Nacional	3.070.196	2.020.196	65,8	1.200.000	833.473	69,5
(P) 3826 Implantação de Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário Federal						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	460,0	460,0	100,0	70,0	148,0	211,4
Nacional	460,0	460,0	100,0	70,0	148,0	211,4
Financeiro	7.783.529	5.303.529	68,1	2.960.000	1.929.529	65,2
Fiscal Seguridade	7.783.529	5.303.529	68,1	2.960.000	1.929.529	65,2
Nacional	7.783.529	5.303.529	68,1	2.960.000	1.929.529	65,2
(A) 4287 Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	35,9	35,9	100,0	380,0	S.R.	0,0
Nacional	35,9	35,9	100,0	380,0	S.R.	0,0
Financeiro	842.070	242.070	28,7	200.000	45.020	22,5
Fiscal Seguridade	842.070	242.070	28,7	200.000	45.020	22,5
Nacional	842.070	242.070	28,7	200.000	45.020	22,5
(A) 4290 Socorro a Acidentados em Rodovias Federais - SALVE						
Produto: ACIDENTADO ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	215,0	215,0	100,0	19.034,0	215,0	1,1
Nacional	215,0	215,0	100,0	19.034,0	215,0	1,1
Financeiro	845.575	145.575	17,2	400.000	49.249	12,3
Fiscal Seguridade	845.575	145.575	17,2	400.000	49.249	12,3
Nacional	845.575	145.575	17,2	400.000	49.249	12,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Dias da Silva						
(A) 4526 Operações Especiais com Outros Órgãos de Segurança, Comandos e Escolta de Autoridades						
Produto: OPERACAO/ESCOLTA REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	374,0	374,0	100,0	164,0	280,0	170,7
Nacional	374,0	374,0	100,0	164,0	280,0	170,7
Financeiro	9.033.301	6.433.301	71,2	2.600.000	2.545.449	97,9
Fiscal Seguridade	9.033.301	6.433.301	71,2	2.600.000	2.545.449	97,9
Nacional	9.033.301	6.433.301	71,2	2.600.000	2.545.449	97,9
(A) 4577 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E JURÍDICA AOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS						
Produto: serviço mantido	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5394 ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS (Ministério dos Transportes)						
Produto: PONTO CRITICO ELIMINADO	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	271,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	270,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	205.537.630	155.259.630	75,5	63.593.106	30.022.108	47,2
Fiscal Seguridade	205.537.630	155.259.630	75,5	63.593.106	30.022.108	47,2
Nacional	65.766.978	65.766.978	100,0	63.514.747	30.022.108	47,3
Centro-oeste	32.595.058	29.359.058	90,1	0	0	0,0
Nordeste	34.258.061	16.077.261	46,9	0	0	0,0
Norte	26.058.267	15.143.067	58,1	78.359	0	0,0
Sudeste	26.672.761	11.886.761	44,6	0	0	0,0
Sul	20.186.505	17.026.505	84,3	0	0	0,0
(P) 5576 ESTUDOS PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO (Ministério dos Transportes)						
Produto: Estudo realizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.616.684	1.616.684	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.616.684	1.616.684	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.616.684	1.616.684	100,0	0	0	0,0
(P) 5667 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS A CENTROS URBANOS (Ministério dos Transportes)						
Produto: trecho pavimentado	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5673 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Produto: área construída/ampliada	Unidade de Medida: m²					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5675 IMPLANTACAO DO SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Produto: serviço implantado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5677 CONSTRUÇÃO DE HANGARES						
Produto: hangar construído	Unidade de Medida: m²					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

379

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Dias da Silva						
(P) 5679 CONSTRUÇÃO DE HELIPORTOS						
Produto: heliporto construído						
Unidade de Medida: m ²						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5683 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E JURÍDICA AOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS						
Produto: policial assistido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6052 FORMAÇÃO DE PILOTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Produto: piloto formado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7061 Aquisição de Viaturas e Veículos Especiais para Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais						
Produto: VEICULO ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	673,0	673,0	100,0	150,0	5,0	3,3
Nacional	673,0	673,0	100,0	150,0	5,0	3,3
Financeiro	10.853.167	8.353.167	77,0	4.500.000	242.127	5,4
Fiscal Seguridade	10.853.167	8.353.167	77,0	4.500.000	242.127	5,4
Nacional	10.853.167	8.353.167	77,0	4.500.000	242.127	5,4
(P) 7487 ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS NO ESTADO DO PARÁ						
Produto: PONTO CRÍTICO ELIMINADO						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 9558 AQUISIÇÃO DE AERONAVES PARA A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Produto: aeronave adquirida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	586.302.954	472.176.647	80,5	168.367.926	121.446.890	72,1
Fiscal Seguridade	586.302.954	472.176.647	70,9	168.367.926	121.446.890	72,1
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes						
(P) 1714 Capacitação de Técnicos em Assuntos Fundiários e Antropológicos						
Produto: TECNICO CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	84,0	84,0	100,0	300,0	28,0	9,3
Nacional	84,0	84,0	100,0	300,0	28,0	9,3
Financeiro	444.659	94.659	21,3	345.300	23.999	7,0
Fiscal Seguridade	444.659	94.659	21,3	345.300	23.999	7,0
Nacional	444.659	94.659	21,3	345.300	23.999	7,0
(P) 1738 Edição e Distribuição de Material da Cultura Indígena						
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	704,0	704,0	100,0	40,0	41,0	102,5
Nacional	647,0	647,0	100,0	40,0	41,0	102,5
Centro-oeste	57,0	57,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	445.460	195.460	43,9	100.000	99.955	100,0
Fiscal Seguridade	445.460	195.460	43,9	100.000	99.955	100,0
Nacional	445.460	195.460	43,9	100.000	99.955	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes						
(P) 1742 Estudos de Impacto Ambiental de Empreendimentos em Terras Indígenas						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	70,0	70,0	100,0	30,0	23,0	76,7
Nacional	70,0	70,0	100,0	30,0	23,0	76,7
Financeiro	608.526	358.526	58,9	190.000	159.483	83,9
Fiscal Seguridade	608.526	358.526	58,9	190.000	159.483	83,9
Nacional	608.526	358.526	58,9	190.000	159.483	83,9
(P) 1808 Promoção de Eventos para a Revitalização do Patrimônio Cultural Indígena						
Produto: EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	70,0	70,0	100,0	27,0	28,0	103,7
Nacional	70,0	70,0	100,0	27,0	28,0	103,7
Financeiro	932.637	802.637	86,1	130.000	129.903	99,9
Fiscal Seguridade	932.637	802.637	86,1	130.000	129.903	99,9
Nacional	432.637	302.637	70,0	130.000	129.903	99,9
Norte	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1812 Promoção de Eventos sobre Educação Ambiental em Terras Indígenas						
Produto: EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	80,0	80,0	100,0	141,0	31,0	22,0
Nacional	80,0	80,0	100,0	141,0	31,0	22,0
Financeiro	1.214.249	714.249	58,8	500.000	243.791	48,8
Fiscal Seguridade	1.214.249	714.249	58,8	500.000	243.791	48,8
Nacional	1.214.249	714.249	58,8	500.000	243.791	48,8
(P) 1818 Recuperação Ambiental em Terras Indígenas						
Produto: TERRA INDIGENA RECUPERADA	Unidade de Medida: HA					
Físico	255,2	255,2	100,0	202,0	85,2	42,2
Nacional	255,2	255,2	100,0	202,0	85,2	42,2
Financeiro	1.720.490	1.060.490	61,6	575.000	548.111	95,3
Fiscal Seguridade	1.720.490	1.060.490	61,6	575.000	548.111	95,3
Nacional	1.720.490	1.060.490	61,6	575.000	548.111	95,3
(A) 2235 Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas						
Produto: TERRA INDIGENA DEMARCADA	Unidade de Medida: HA					
Físico	12.831.930,0	12.831.930,0	100,0	1.217.354,0	1.623.951,0	133,4
Nacional	12.831.930,0	12.831.930,0	100,0	1.217.354,0	1.623.951,0	133,4
Financeiro	7.118.087	5.018.087	70,5	2.030.301	1.696.020	83,5
Fiscal Seguridade	7.118.087	5.018.087	70,5	2.030.301	1.696.020	83,5
Nacional	7.118.087	5.018.087	70,5	2.030.301	1.696.020	83,5
(A) 2630 Preservação de Acervos Culturais						
Produto: BEM PRESERVADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	9.508,0	9.508,0	100,0	4.000,0	4.510,0	112,8
Nacional	9.508,0	9.508,0	100,0	4.000,0	4.510,0	112,8
Financeiro	526.199	326.199	62,0	100.000	97.203	97,2
Fiscal Seguridade	526.199	326.199	62,0	100.000	97.203	97,2
Nacional	526.199	326.199	62,0	100.000	97.203	97,2
(A) 2707 Fiscalização de Terras Indígenas						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	473,0	473,0	100,0	500,0	125,0	25,0
Nacional	473,0	473,0	100,0	500,0	125,0	25,0
Financeiro	19.152.232	13.102.232	68,4	4.995.988	4.887.178	97,8
Fiscal Seguridade	19.152.232	13.102.232	68,4	4.995.988	4.887.178	97,8
Nacional	19.102.232	13.102.232	68,6	4.995.988	4.887.178	97,8
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	381	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes						
(A) 2724 Pesquisa sobre as Sociedades Indígenas						
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	20,0	1,0	5,0
Financeiro	533.834	233.834	43,8	172.000	164.417	95,6
Fiscal Seguridade	533.834	233.834	43,8	172.000	164.417	95,6
Nacional	533.834	233.834	43,8	172.000	164.417	95,6
(A) 2814 Funcionamento do Museu do Índio						
Produto: PUBLICO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	73.358,0	73.358,0	100,0	51.500,0	49.965,0	97,0
Sudeste	73.358,0	73.358,0	100,0	51.500,0	49.965,0	97,0
Financeiro	390.437	153.437	39,3	103.000	102.692	99,7
Fiscal Seguridade	390.437	153.437	39,3	103.000	102.692	99,7
Sudeste	390.437	153.437	39,3	103.000	102.692	99,7
(A) 4276 Identificação e Revisão de Terras Indígenas						
Produto: TERRA INDIGENA IDENTIFICADA/REVISADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	24,0	24,0	100,0	36,0	17,0	47,2
Nacional	24,0	24,0	100,0	36,0	17,0	47,2
Financeiro	4.118.073	2.118.073	51,4	2.000.000	1.778.446	88,9
Fiscal Seguridade	4.118.073	2.118.073	51,4	2.000.000	1.778.446	88,9
Nacional	4.118.073	2.118.073	51,4	2.000.000	1.778.446	88,9
(A) 4390 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA						
Produto: regularização efetivada			Unidade de Medida: ha			
Físico	17.626,0	17.626,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17.626,0	17.626,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.928.647	7.928.647	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.928.647	7.928.647	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.928.647	7.928.647	100,0	0	0	0,0
(A) 4390 Regularização Fundiária de Terras Indígenas						
Produto: REGULARIZACAO EFETIVADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	8.945.467,0	8.945.467,0	100,0	7.868.394,0	3.924.779,0	49,9
Nacional	8.945.467,0	8.945.467,0	100,0	7.868.394,0	3.924.779,0	49,9
Financeiro	91.354.012	60.901.012	66,7	35.669.263	26.209.543	73,5
Fiscal Seguridade	91.354.012	60.901.012	66,7	35.669.263	26.209.543	73,5
Nacional	91.354.012	60.901.012	66,7	35.669.263	26.209.543	73,5
(A) 4524 Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato						
Produto: COMUNIDADE LOCALIZADA/PROTEGIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	158,0	158,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	80,0	80,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	72,0	72,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.251.904	1.501.904	66,7	550.000	539.941	98,2
Fiscal Seguridade	2.251.904	1.501.904	66,7	550.000	539.941	98,2
Nacional	2.251.904	1.501.904	66,7	550.000	539.941	98,2
(A) 4552 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL - PPTAL/ PPG-7						
Produto: regularização efetivada			Unidade de Medida: ha			
Físico	12.059.727,0	12.059.727,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12.059.727,0	12.059.727,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.217.923	1.217.923	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.217.923	1.217.923	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.217.923	1.217.923	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

382

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
30000 Ministério da Justiça						
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS						
Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes						
(P) 5639 DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL - PPTAL/ PPG-7						
Produto: terra indígena demarcada Unidade de Medida: ha						
Físico	8.759.247,0	8.759.247,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8.759.247,0	8.759.247,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.296.803	1.296.803	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.296.803	1.296.803	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.296.803	1.296.803	100,0	0	0	0,0
(A) 6487 Organização, Preservação e Divulgação dos Acervos Documentais sobre Índios e a Política Indigenista						
Produto: DOCUMENTO PRESERVADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	101.250,0	101.250,0	100,0	40.000,0	73.450,0	183,6
Nacional	101.250,0	101.250,0	100,0	40.000,0	73.450,0	183,6
Financeiro	477.142	227.142	47,6	180.000	158.284	87,9
Fiscal Seguridade	477.142	227.142	47,6	180.000	158.284	87,9
Nacional	477.142	227.142	47,6	180.000	158.284	87,9
(OA) 9055 REGISTRO DE TERRA INDÍGENA						
Produto: registro fundiário efetivado Unidade de Medida: unidade						
Físico	92,0	37,0	40,2	24,0	17,0	70,8
Centro-oeste	13,0	6,0	46,2	1,0	2,0	200,0
Nordeste	9,0	2,0	22,2	3,0	1,0	33,3
Norte	55,0	22,0	40,0	19,0	10,0	52,6
Sudeste	6,0	5,0	83,3	1,0	4,0	400,0
Sul	9,0	2,0	22,2	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9056 DECRETO HOMOLOGATÓRIO DE TERRA INDÍGENA						
Produto: decreto publicado Unidade de Medida: unidade						
Físico	67,0	20,0	29,9	26,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	3,0	2,0	66,7	2,0	S.R.	0,0
Nordeste	6,0	2,0	33,3	7,0	S.R.	0,0
Norte	48,0	13,0	27,1	12,0	S.R.	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Sul	9,0	2,0	22,2	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9057 PORTARIA DE RESTRIÇÃO DE INGRESSO EM TERRAS INDÍGENAS						
Produto: portaria publicada Unidade de Medida: unidade						
Físico	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9058 PORTARIA DECLARATÓRIA DE TERRA INDÍGENA						
Produto: terra declarada Unidade de Medida: ha						
Físico	112,0	33,0	29,5	24,0	14,0	58,3
Centro-oeste	15,0	2,0	13,3	5,0	2,0	40,0
Nordeste	12,0	2,0	16,7	3,0	1,0	33,3
Norte	68,0	26,0	38,2	8,0	9,0	112,5
Sudeste	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	13,0	3,0	23,1	8,0	2,0	25,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	141.731.314	97.251.314	68,6	47.640.852	36.838.966	77,3
Fiscal Seguridade	141.731.314	97.251.314	70,9	47.640.852	36.838.966	77,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(P)	1472	CAPACITAÇÃO DE FISCALIS PARA UTILIZACAO DO SISTEMA DE GESTÃO POR SEGMENTO				
	Produto: servidor treinado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	108,0	108,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	108,0	108,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.896.480	3.896.480	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.896.480	3.896.480	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.896.480	3.896.480	100,0	0	0	0,0
(P)	1474	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA ÁREA DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA				
	Produto: servidor treinado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.128,0	1.128,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.128,0	1.128,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	202.500	202.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	202.500	202.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	202.500	202.500	100,0	0	0	0,0
(P)	1475	CAPACITAÇÃO PARA UTILIZACAO DE SISTEMAS CORPORATIVOS				
	Produto: servidor treinado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6.066,0	6.066,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.066,0	6.066,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	899.989	899.989	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	899.989	899.989	100,0	0	0	0,0
Nacional	899.989	899.989	100,0	0	0	0,0
(A)	2015	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social				
	Produto: RECURSO JULGADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	771.905,0	771.905,0	100,0	192.059,0	219.183,0	114,1
Nacional	771.905,0	771.905,0	100,0	192.059,0	219.183,0	114,1
Financeiro	9.692.148	9.692.148	100,0	4.523.646	4.523.523	100,0
Fiscal Seguridade	9.692.148	9.692.148	100,0	4.523.646	4.523.523	100,0
Nacional	9.692.148	9.692.148	100,0	4.523.646	4.523.523	100,0
(A)	2567	Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários				
	Produto: CREDITO RECUPERADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.736.454.069,8	5.736.454.069,8	100,0	1.500.000,0	5.733.725.963,0	382.248,4
Nacional	5.736.454.069,8	5.736.454.069,8	100,0	1.500.000,0	5.733.725.963,0	382.248,4
Financeiro	18.086.210	13.103.940	72,5	4.632.470	3.418.728	73,8
Fiscal Seguridade	18.086.210	13.103.940	72,5	4.632.470	3.418.728	73,8
Nacional	18.086.210	13.103.940	72,5	4.632.470	3.418.728	73,8
(A)	2568	Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa				
	Produto: CREDITO RECUPERADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.840.438.829,5	3.840.438.829,5	100,0	2.500.000,0	3.839.989.546,7	153.599,6
Nacional	3.840.438.829,5	3.840.438.829,5	100,0	2.500.000,0	3.839.989.546,7	153.599,6
Financeiro	8.947.871	5.248.309	58,7	3.699.562	3.674.053	99,3
Fiscal Seguridade	8.947.871	5.248.309	58,7	3.699.562	3.674.053	99,3
Nacional	8.947.871	5.248.309	58,7	3.699.562	3.674.053	99,3
(A)	2570	Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias				
	Produto: EMPRESA FISCALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	274.040,0	274.040,0	100,0	27.780,0	82.597,0	297,3
Nacional	274.040,0	274.040,0	100,0	27.780,0	82.597,0	297,3
Financeiro	108.736.613	85.446.543	78,6	27.835.705	27.436.639	98,6
Fiscal Seguridade	108.736.613	85.446.543	78,6	27.835.705	27.436.639	98,6
Nacional	108.736.613	85.446.543	78,6	27.835.705	27.436.639	98,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(A) 2577	REMUNERAÇÃO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVIÇO PELO RECOLHIMENTO DAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Produto: guia recolhida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	88.515.830,0	88.515.830,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	88.515.830,0	88.515.830,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	115.400.000	115.400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	115.400.000	115.400.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	115.400.000	115.400.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2579	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DAS GUIAS DO FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Produto: guia processada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	22.747.839,0	22.747.839,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	22.747.839,0	22.747.839,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2580	Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social					
Produto: GUIA PROCESSADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	305.539.939,0	305.539.939,0	100,0	95.422.928,0	133.853.127,0	140,3
Nacional	305.539.939,0	305.539.939,0	100,0	95.422.928,0	133.853.127,0	140,3
Financeiro	139.012.060	91.175.060	65,6	27.001.890	27.001.890	100,0
Fiscal Seguridade	139.012.060	91.175.060	65,6	27.001.890	27.001.890	100,0
Nacional	139.012.060	91.175.060	65,6	27.001.890	27.001.890	100,0
(A) 2596	Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social					
Produto: USUARIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	26.931.278,0	26.931.278,0	100,0	3.000.000,0	1.008.405,0	33,6
Nacional	26.931.278,0	26.931.278,0	100,0	3.000.000,0	1.008.405,0	33,6
Financeiro	11.677.602	8.950.350	76,6	3.908.946	3.834.689	98,1
Fiscal Seguridade	11.677.602	8.950.350	76,6	3.908.946	3.834.689	98,1
Nacional	11.677.602	8.950.350	76,6	3.908.946	3.834.689	98,1
(P) 2611	Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários					
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.869,0	10.869,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10.869,0	10.869,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.207.873	3.207.873	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.207.873	3.207.873	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.207.873	3.207.873	100,0	0	0	0,0
(A) 2611	Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários					
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18.315,0	18.315,0	100,0	12.000,0	18.315,0	152,6
Nacional	18.315,0	18.315,0	100,0	12.000,0	18.315,0	152,6
Financeiro	4.312.701	2.485.370	57,6	3.089.403	2.485.370	80,4
Fiscal Seguridade	4.312.701	2.485.370	57,6	3.089.403	2.485.370	80,4
Nacional	4.312.701	2.485.370	57,6	3.089.403	2.485.370	80,4
(A) 6541	Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social					
Produto: GUIA RECOLHIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	239.771.948,0	239.771.948,0	100,0	152.825.000,0	133.853.127,0	87,6
Nacional	239.771.948,0	239.771.948,0	100,0	152.825.000,0	133.853.127,0	87,6
Financeiro	564.067.650	386.179.350	68,5	177.888.300	177.888.300	100,0
Fiscal Seguridade	564.067.650	386.179.350	68,5	177.888.300	177.888.300	100,0
Nacional	564.067.650	386.179.350	68,5	177.888.300	177.888.300	100,0
Financ. Total Programa	990.139.697	727.887.912	73,5	252.579.922	250.263.192	99,1

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

385

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
Fiscal Seguridade	990.139.697	727.887.912	71,1	252.579.922	250.263.192	99,1
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(P) 1001 Construção, Ampliação e Modernização de Creche						
Produto: CRIANÇA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	44.355,0	44.355,0	100,0	91.463,0	14.457,0	15,8
Nacional	14.457,0	14.457,0	100,0	91.463,0	14.457,0	15,8
Centro-oeste	4.584,0	4.584,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12.879,0	12.879,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2.454,0	2.454,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.437,0	3.437,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	6.544,0	6.544,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	57.693.998	40.618.998	70,4	33.029.669	20.718.278	62,7
Fiscal Seguridade	57.693.998	40.618.998	70,4	33.029.669	20.718.278	62,7
Nacional	20.718.278	20.718.278	100,0	33.029.669	20.718.278	62,7
Centro-oeste	7.535.000	3.965.000	52,6	0	0	0,0
Nordeste	4.370.000	2.795.000	64,0	0	0	0,0
Norte	7.558.220	4.148.220	54,9	0	0	0,0
Sudeste	10.154.000	4.699.000	46,3	0	0	0,0
Sul	7.358.500	4.293.500	58,3	0	0	0,0
(A) 2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)						
Produto: criança de 0 a 06 anos atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.129.371	1.129.371	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.129.371	1.129.371	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.129.371	1.129.371	100,0	0	0	0,0
(A) 2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						
(Presidência da República)						
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	487.180	487.180	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	487.180	487.180	100,0	0	0	0,0
Nacional	487.180	487.180	100,0	0	0	0,0
(A) 2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.195.569	3.195.569	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.195.569	3.195.569	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.195.569	3.195.569	100,0	0	0	0,0
(A) 2010 ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS						
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.465.009	1.465.009	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.465.009	1.465.009	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.465.009	1.465.009	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA					
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo					
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Fazenda)			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.337.530	7.337.530	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.337.530	7.337.530	100,0	0	0,0
Nacional	7.337.530	7.337.530	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Educação)			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	30.557.451	30.557.451	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.557.451	30.557.451	100,0	0	0,0
Centro-oeste	3.156.306	3.156.306	100,0	0	0,0
Nordeste	7.498.090	7.498.090	100,0	0	0,0
Norte	2.408.324	2.408.324	100,0	0	0,0
Sudeste	12.362.973	12.362.973	100,0	0	0,0
Sul	5.131.758	5.131.758	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	430.995	430.995	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	430.995	430.995	100,0	0	0,0
Nacional	296.166	296.166	100,0	0	0,0
Centro-oeste	134.829	134.829	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Justiça)			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.435.216	6.435.216	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.435.216	6.435.216	100,0	0	0,0
Nacional	6.115.813	6.115.813	100,0	0	0,0
Centro-oeste	232.463	232.463	100,0	0	0,0
Sudeste	86.940	86.940	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério de Minas e Energia)			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	999.905	999.905	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	999.905	999.905	100,0	0	0,0
Nacional	999.905	999.905	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS			
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.211.194	7.211.194	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.211.194	7.211.194	100,0	0	0,0
Nacional	7.211.194	7.211.194	100,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	286.234	286.234	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	286.234	286.234	100,0	0	0	0,0
Nacional	286.234	286.234	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Saúde)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.810.134	19.810.134	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	19.810.134	19.810.134	100,0	0	0	0,0
Nacional	19.810.134	19.810.134	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.545.850	1.545.850	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.545.850	1.545.850	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.545.850	1.545.850	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério dos Transportes)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.299.577	2.299.577	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.299.577	2.299.577	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.695.005	1.695.005	100,0	0	0	0,0
Sul	604.572	604.572	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Comunicações)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	248.857	248.857	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	248.857	248.857	100,0	0	0	0,0
Nacional	248.857	248.857	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Cultura)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	575.976	575.976	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	575.976	575.976	100,0	0	0	0,0
Nacional	445.703	445.703	100,0	0	0	0,0
Sudeste	130.273	130.273	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.377.664	1.377.664	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.377.664	1.377.664	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.377.664	1.377.664	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

388

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.961.825	1.961.825	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.961.825	1.961.825	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.961.825	1.961.825	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	96.914	96.914	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	96.914	96.914	100,0	0	0	0,0
Nacional	90.297	90.297	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	6.617	6.617	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Defesa)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	81.004.487	81.004.487	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	81.004.487	81.004.487	100,0	0	0	0,0
Nacional	81.004.487	81.004.487	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	961.963	961.963	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	961.963	961.963	100,0	0	0	0,0
Nacional	961.963	961.963	100,0	0	0	0,0
(A)	2331	Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Infantil (Ministério da Educação)				
Produto: MODULO DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	545,4	545,4	100,0	79,0	119,0	150,6
Nacional	545,4	545,4	100,0	79,0	119,0	150,6
Financeiro	21.235.864	15.862.864	74,7	35.373.000	6.823.261	19,3
Fiscal Seguridade	21.235.864	15.862.864	74,7	35.373.000	6.823.261	19,3
Nacional	21.235.864	15.862.864	74,7	35.373.000	6.823.261	19,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(A)	2556	ATENDIMENTO À CRIANÇA EM CRECHE				
	Produto: CRIANÇA ATENDIDA			Unidade de Medida: unidade		
Físico	3.274.644,0	3.274.644,0	100,0	1.702.631,0	1.663.406,0	97,7
Nacional	34.259,0	34.259,0	100,0	122.490,0	34.259,0	28,0
Centro-oeste	205.774,0	205.774,0	100,0	102.908,0	106.745,0	103,7
Nordeste	1.247.443,0	1.247.443,0	100,0	597.064,0	628.827,0	105,3
Norte	417.301,0	417.301,0	100,0	218.165,0	211.068,0	96,7
Sudeste	717.169,0	717.169,0	100,0	372.936,0	371.818,0	99,7
Sul	652.698,0	652.698,0	100,0	289.068,0	310.689,0	107,5
Financeiro	1.010.979.372	772.382.505	76,4	269.081.667	260.165.395	96,7
Fiscal Seguridade	1.010.979.372	772.382.505	76,4	269.081.667	260.165.395	96,7
Nacional	96.744.397	86.744.397	89,7	18.571.245	14.498.244	78,1
Centro-oeste	61.378.227	45.594.260	74,3	17.122.692	17.122.693	100,0
Nordeste	302.694.755	228.509.193	75,5	81.663.842	81.626.443	100,0
Norte	99.846.764	71.476.580	71,6	29.708.230	26.087.509	87,8
Sudeste	258.115.153	195.345.920	75,7	70.186.993	69.001.841	98,3
Sul	192.200.076	144.712.155	75,3	51.828.665	51.828.665	100,0
(A)	2558	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM ABRIGO				
	Produto: Criança/adolescente atendido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3097	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL (Ministério da Educação)				
	Produto: professor capacitado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.414.946	3.414.946	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.414.946	3.414.946	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.414.946	3.414.946	100,0	0	0	0,0
(P)	3101	IMPLEMENTAÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (Ministério da Educação)				
	Produto: professor capacitado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.315.292	5.315.292	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.315.292	5.315.292	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.315.292	5.315.292	100,0	0	0	0,0
(A)	4003	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (Ministério da Educação)				
	Produto: aluno matriculado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	213.999	213.999	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	213.999	213.999	100,0	0	0	0,0
Nordeste	72.001	72.001	100,0	0	0	0,0
Sudeste	141.998	141.998	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(A)	4519	Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para Implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais (Ministério da Educação)				
Produto: PROFESSOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	58.513,0	58.513,0	100,0	24.776,0	32.509,0	131,2
Nacional	58.513,0	58.513,0	100,0	24.776,0	32.509,0	131,2
Financeiro	29.961.028	17.961.028	59,9	12.537.000	8.115.106	64,7
Fiscal Seguridade	29.961.028	17.961.028	59,9	12.537.000	8.115.106	64,7
Nacional	29.961.028	17.961.028	59,9	12.537.000	8.115.106	64,7
(P)	5612	Assistência Financeira para a Melhoria da Educação Infantil (Ministério da Educação)				
Produto: ESCOLA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.005.000	0	0,0	260.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.005.000	0	0,0	260.000	0	0,0
Nacional	4.000.000	0	0,0	260.000	0	0,0
Nordeste	560.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	445.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6610	ATENDIMENTO AS CRIANÇAS CARENTES				
Produto: criança atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6611	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
Produto: criança atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.620.831,0	1.620.831,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.620.831,0	1.620.831,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6612	ATENDIMENTO INTEGRADO A POPULAÇÃO INFANTIL				
Produto: criança atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.303.298.400	1.025.248.533	78,7	350.281.336	295.822.040	84,5
Fiscal Seguridade	1.303.298.400	1.025.248.533	71,1	350.281.336	295.822.040	84,5
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(OE)	0565	Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez				
Produto: PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.937.322,0	5.937.322,0	100,0	463.771,0	S.R.	0,0
Nacional	5.937.322,0	5.937.322,0	100,0	463.771,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.319.976.362	3.059.023.027	70,8	1.096.128.234	1.096.128.234	100,0
Fiscal Seguridade	4.319.976.362	3.059.023.027	70,8	1.096.128.234	1.096.128.234	100,0
Nacional	4.319.976.362	3.059.023.027	70,8	1.096.128.234	1.096.128.234	100,0
(OE)	0575	Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS				
Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.687.888,0	1.687.888,0	100,0	920.483,0	S.R.	0,0
Nacional	1.687.888,0	1.687.888,0	100,0	920.483,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.714.972.331	5.352.309.480	69,4	2.259.727.880	2.259.727.880	100,0
Fiscal Seguridade	7.714.972.331	5.352.309.480	69,4	2.259.727.880	2.259.727.880	100,0
Nacional	7.714.972.331	5.352.309.480	69,4	2.259.727.880	2.259.727.880	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

391

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(P)	1426	Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência				
Produto: PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.082,0	5.082,0	100,0	4.780,0	1.986,0	41,5
Nacional	1.986,0	1.986,0	100,0	4.780,0	1.986,0	41,5
Centro-oeste	36,0	36,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	90,0	90,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.079,0	1.079,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.872,0	1.872,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.632.500	9.127.500	67,0	5.220.000	5.220.000	100,0
Fiscal Seguridade	13.632.500	9.127.500	67,0	5.220.000	5.220.000	100,0
Nacional	5.320.000	5.320.000	100,0	5.220.000	5.220.000	100,0
Centro-oeste	210.000	40.000	19,0	0	0	0,0
Nordeste	110.000	50.000	45,5	0	0	0,0
Norte	1.105.000	70.000	6,3	0	0	0,0
Sudeste	2.151.000	891.000	41,4	0	0	0,0
Sul	4.736.500	2.756.500	58,2	0	0	0,0
(P)	1488	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA				
Produto: Benefício revisado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.359.506	7.359.506	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.359.506	7.359.506	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.359.506	7.359.506	100,0	0	0	0,0
(P)	1740	Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais (Ministério da Justiça)				
Produto: BARREIRA PARA DEFICIENTE REMOVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9.378,0	9.378,0	100,0	133,0	S.R.	0,0
Nacional	9.378,0	9.378,0	100,0	133,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.013.005	1.443.005	71,7	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.013.005	1.443.005	71,7	200.000	0	0,0
Nacional	1.433.005	863.005	60,2	200.000	0	0,0
Centro-oeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	380.000	380.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1749	Estudos e Pesquisas na Área de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: ESTUDO/PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	1.742.100	1.242.100	71,3	400.000	396.150	99,0
Fiscal Seguridade	1.742.100	1.242.100	71,3	400.000	396.150	99,0
Nacional	1.742.100	1.242.100	71,3	400.000	396.150	99,0
(P)	1753	Apoio a Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência em Estados e Municípios (Ministério da Justiça)				
Produto: CONSELHO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21,0	21,0	100,0	13,0	10,0	76,9
Nacional	21,0	21,0	100,0	13,0	10,0	76,9
Financeiro	1.508.103	1.008.103	66,8	260.000	219.656	84,5
Fiscal Seguridade	1.508.103	1.008.103	66,8	260.000	219.656	84,5
Nacional	1.508.103	1.008.103	66,8	260.000	219.656	84,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(P)	1760	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25.738,0	25.738,0	100,0	3.646,0	6.010,0	164,8
Nacional	15.960,0	15.960,0	100,0	3.646,0	6.010,0	164,8
Sudeste	9.778,0	9.778,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.017.735	2.417.735	80,1	850.000	849.236	99,9
Fiscal Seguridade	3.017.735	2.417.735	80,1	850.000	849.236	99,9
Nacional	2.287.735	1.787.735	78,1	850.000	849.236	99,9
Sudeste	730.000	630.000	86,3	0	0	0,0
(P)	1815	Promoção de Eventos sobre os Direitos de Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20,0	20,0	100,0	5,0	8,0	160,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	5,0	8,0	160,0
Financeiro	1.115.155	910.795	81,7	210.000	210.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.115.155	910.795	81,7	210.000	210.000	100,0
Nacional	1.115.155	910.795	81,7	210.000	210.000	100,0
(P)	1825	Implantação do Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE (Ministério da Justiça)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	41,8	41,8	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	41,8	41,8	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.402.190	972.190	69,3	430.000	374.000	87,0
Fiscal Seguridade	1.402.190	972.190	69,3	430.000	374.000	87,0
Nacional	1.402.190	972.190	69,3	430.000	374.000	87,0
(A)	2008	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA SOCIAL AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA				
Produto: Pessoa portadora de deficiência atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Sul	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2043	Apoio ao Trabalho Protegido para Pessoas Portadoras de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: INSTITUICAO APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	45,0	13,0	28,9
Nacional	13,0	13,0	100,0	45,0	13,0	28,9
Financeiro	880.000	800.000	90,9	800.000	800.000	100,0
Fiscal Seguridade	880.000	800.000	90,9	800.000	800.000	100,0
Nacional	880.000	800.000	90,9	800.000	800.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(A)	2561	ATENIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA				
	Produto: pessoa portadora de deficiência atendida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	141.645,0	141.645,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	141.645,0	141.645,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	68.793.981	68.793.981	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	68.793.981	68.793.981	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.114.734	10.114.734	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.371.766	3.371.766	100,0	0	0	0,0
Nordeste	10.270.173	10.270.173	100,0	0	0	0,0
Norte	2.466.034	2.466.034	100,0	0	0	0,0
Sudeste	26.721.723	26.721.723	100,0	0	0	0,0
Sul	15.849.551	15.849.551	100,0	0	0	0,0
(A)	2561	Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza				
	Produto: PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	326.824,0	326.824,0	100,0	161.119,0	150.147,0	93,2
Nacional	146.727,0	146.727,0	100,0	17.743,0	959,0	5,4
Centro-oeste	9.360,0	9.360,0	100,0	8.819,0	9.360,0	106,1
Nordeste	36.478,0	36.478,0	100,0	21.902,0	21.066,0	96,2
Norte	21.353,0	21.353,0	100,0	5.728,0	5.856,0	102,2
Sudeste	70.708,0	70.708,0	100,0	69.449,0	70.708,0	101,8
Sul	42.198,0	42.198,0	100,0	37.478,0	42.198,0	112,6
Financeiro	269.262.570	161.676.062	60,0	83.716.635	81.231.735	97,0
Fiscal Seguridade	269.262.570	161.676.062	60,0	83.716.635	81.231.735	97,0
Nacional	39.760.185	20.557.025	51,7	8.715.783	6.476.588	74,3
Centro-oeste	11.167.747	6.744.983	60,4	3.670.768	3.670.768	100,0
Nordeste	31.081.147	19.994.344	64,3	11.021.803	10.804.130	98,0
Norte	7.655.402	4.636.531	60,6	2.550.965	2.550.965	100,0
Sudeste	113.441.351	74.186.605	65,4	38.692.958	38.664.926	99,9
Sul	66.156.738	35.556.574	53,7	19.064.358	19.064.358	100,0
(A)	2574	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência				
	Produto: BENEFICIO PAGO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	921.500,0	921.500,0	100,0	11.045.796,0	921.500,0	8,3
Nacional	921.500,0	921.500,0	100,0	11.045.796,0	921.500,0	8,3
Financeiro	34.134.094	22.577.675	66,1	11.763.000	11.763.000	100,0
Fiscal Seguridade	34.134.094	22.577.675	66,1	11.763.000	11.763.000	100,0
Nacional	34.134.094	22.577.675	66,1	11.763.000	11.763.000	100,0
(A)	2584	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência				
	Produto: BENEFICIO PROCESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	11.045.796,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11.045.796,0	S.R.	0,0
Financeiro	55.890.717	41.918.865	75,0	37.592.820	37.592.820	100,0
Fiscal Seguridade	55.890.717	41.918.865	75,0	37.592.820	37.592.820	100,0
Nacional	55.890.717	41.918.865	75,0	37.592.820	37.592.820	100,0
(A)	2590	Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência				
	Produto: BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	633.977,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	633.977,0	S.R.	0,0
Financeiro	19.040.673	8.947.696	47,0	6.931.800	6.923.334	99,9
Fiscal Seguridade	19.040.673	8.947.696	47,0	6.931.800	6.923.334	99,9
Nacional	19.040.673	8.947.696	47,0	6.931.800	6.923.334	99,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(P)	3072	Campanha Educativa sobre Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.206.848	2.851.208	88,9	360.000	294.000	81,7
Fiscal Seguridade	3.206.848	2.851.208	88,9	360.000	294.000	81,7
Nacional	3.206.848	2.851.208	88,9	360.000	294.000	81,7
(P)	3813	Edição e Distribuição de Documentos e Informações na Área de Deficiência (Ministério da Justiça)				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	222.584,0	222.584,0	100,0	93.400,0	70.040,0	75,0
Nacional	222.584,0	222.584,0	100,0	93.400,0	70.040,0	75,0
Financeiro	1.442.100	1.242.100	86,1	467.000	467.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.442.100	1.242.100	86,1	467.000	467.000	100,0
Nacional	1.442.100	1.242.100	86,1	467.000	467.000	100,0
(P)	3882	Núcleos de Reabilitação para Portadores de Deficiência (Ministério da Saúde)				
Produto: NUCLEO DE REABILITACAO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17,0	17,0	100,0	31,0	17,0	54,8
Nacional	17,0	17,0	100,0	31,0	17,0	54,8
Financeiro	4.615.015	2.482.015	53,8	2.132.000	1.717.694	80,6
Fiscal Seguridade	4.615.015	2.482.015	53,8	2.132.000	1.717.694	80,6
Nacional	4.307.015	2.482.015	57,6	2.132.000	1.717.694	80,6
Nordeste	35.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	163.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	110.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3903	Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Portador de Deficiência (Ministério da Saúde)				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	1.790.041	800.041	44,7	1.000.000	541.061	54,1
Fiscal Seguridade	1.790.041	800.041	44,7	1.000.000	541.061	54,1
Nacional	1.790.041	800.041	44,7	1.000.000	541.061	54,1
(P)	3949	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Portador de Deficiência (Ministério da Saúde)				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	885.126	602.126	68,0	250.000	198.011	79,2
Fiscal Seguridade	885.126	602.126	68,0	250.000	198.011	79,2
Nacional	885.126	602.126	68,0	250.000	198.011	79,2
(A)	4281	Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE (Ministério da Justiça)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	675.146	475.146	70,4	200.000	117.546	58,8
Fiscal Seguridade	675.146	475.146	70,4	200.000	117.546	58,8
Nacional	675.146	475.146	70,4	200.000	117.546	58,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

395

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(P)	5125	Capacitação e Especialização de Técnicos em Acessibilidade (Ministério da Justiça)				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	110,0	110,0	100,0	1.293,0	110,0	8,5
Nacional	110,0	110,0	100,0	1.293,0	110,0	8,5
Financeiro	496.288	296.288	59,7	300.000	296.288	98,8
Fiscal Seguridade	496.288	296.288	59,7	300.000	296.288	98,8
Nacional	496.288	296.288	59,7	300.000	296.288	98,8
(P)	5575	IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE APOIO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (Ministério da Justiça)				
Produto: instituição apoiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(A)	6614	APOIO FINANCEIRO ÀS FAMÍLIAS DE OSTOMIZADOS				
Produto: pessoa portadora de deficiência atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9028	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES PARA INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (Ministério da Saúde)				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	30,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9029	NORMAS PARA GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (Ministério da Justiça)				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	12.528.131.586	8.749.556.644	69,8	3.508.939.369	3.505.067.645	99,9
Fiscal Seguridade	12.528.131.586	8.749.556.644	71,1	3.508.939.369	3.505.067.645	99,9
0070 BRASIL JOVEM						
Gerente em 31/12/2002: Wânia Ribeiro Tavares						
(A)	2293	Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano				
Produto: JOVEM ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	131.027,0	131.027,0	100,0	51.900,0	62.203,0	119,9
Nacional	131.027,0	131.027,0	100,0	51.900,0	62.203,0	119,9
Financeiro	99.070.901	61.962.401	62,5	44.528.640	43.263.639	97,2
Fiscal Seguridade	99.070.901	61.962.401	62,5	44.528.640	43.263.639	97,2
Nacional	99.070.901	61.962.401	62,5	44.528.640	43.263.639	97,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0070 BRASIL JOVEM						
Gerente em 31/12/2002: Wânia Ribeiro Tavares						
(A)	2295	Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como	Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano			
	Produto: JOVEM CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	152.497,0	152.497,0	100,0	52.100,0	62.203,0	119,4
Nacional	152.497,0	152.497,0	100,0	52.100,0	62.203,0	119,4
Financeiro	31.448.935	20.982.435	66,7	12.759.360	12.514.209	98,1
Fiscal Seguridade	31.448.935	20.982.435	66,7	12.759.360	12.514.209	98,1
Nacional	30.998.935	20.532.435	66,2	12.759.360	12.514.209	98,1
Sudeste	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2295	CAPACITAÇÃO DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS COMO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: Jovem capacitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2558	Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo				
	Produto: CRIANCA/ADOLESCENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	48.123,0	48.123,0	100,0	35.004,0	24.288,0	69,4
Nacional	126,0	126,0	100,0	8.550,0	126,0	1,5
Centro-oeste	3.674,0	3.674,0	100,0	1.837,0	1.837,0	100,0
Nordeste	16.192,0	16.192,0	100,0	8.244,0	8.242,0	100,0
Norte	3.292,0	3.292,0	100,0	1.646,0	1.646,0	100,0
Sudeste	17.091,0	17.091,0	100,0	10.863,0	8.563,0	78,8
Sul	7.748,0	7.748,0	100,0	3.864,0	3.874,0	100,3
Financeiro	55.954.565	41.884.982	74,9	15.430.000	15.010.000	97,3
Fiscal Seguridade	55.954.565	41.884.982	74,9	15.430.000	15.010.000	97,3
Nacional	4.375.000	4.375.000	100,0	4.635.000	4.375.000	94,4
Centro-oeste	3.452.074	2.504.829	72,6	771.540	771.540	100,0
Nordeste	16.263.480	11.849.540	72,9	3.462.480	3.462.480	100,0
Norte	4.053.053	2.864.160	70,7	691.520	691.520	100,0
Sudeste	20.382.493	14.485.628	71,1	4.246.580	4.086.580	96,2
Sul	7.428.465	5.805.825	78,2	1.622.880	1.622.880	100,0
(A)	4441	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa Brasil Jovem				
	Produto: BENEFICIO PROCESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	577.800,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	577.800,0	S.R.	0,0
Financeiro	788.847	558.764	70,8	558.764	558.764	100,0
Fiscal Seguridade	788.847	558.764	70,8	558.764	558.764	100,0
Nacional	788.847	558.764	70,8	558.764	558.764	100,0
(A)	4449	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa Brasil Jovem				
	Produto: BENEFICIO PAGO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	577.800,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	577.800,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.486.275	2.321.045	66,6	2.321.045	2.321.045	100,0
Fiscal Seguridade	3.486.275	2.321.045	66,6	2.321.045	2.321.045	100,0
Nacional	3.486.275	2.321.045	66,6	2.321.045	2.321.045	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0070 BRASIL JOVEM						
Gerente em 31/12/2002: Wânia Ribeiro Tavares						
(P)	5398	Implantação de Centros da Juventude				
Produto: CENTRO IMPLANTADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3.309,0	3.309,0	100,0	77.507,0	383,0	0,5
Nacional	3.260,0	3.260,0	100,0	77.507,0	383,0	0,5
Centro-oeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	18,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	22.843.633	18.904.633	82,8	19.402.000	8.432.228	43,5
Fiscal Seguridade	22.843.633	18.904.633	82,8	19.402.000	8.432.228	43,5
Nacional	11.355.033	10.855.033	95,6	19.402.000	8.432.228	43,5
Centro-oeste	1.289.000	830.000	64,4	0	0	0,0
Nordeste	2.986.000	2.646.000	88,6	0	0	0,0
Norte	2.038.600	1.388.600	68,1	0	0	0,0
Sudeste	2.900.000	1.350.000	46,6	0	0	0,0
Sul	2.275.000	1.835.000	80,7	0	0	0,0
Financ. Total Programa	213.593.156	146.614.260	68,6	94.999.809	82.099.885	86,4
Fiscal Seguridade	213.593.156	146.614.260	71,1	94.999.809	82.099.885	86,4
0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES						
Gerente em 31/12/2002: Antônio José Angelo Motti						
(A)	2383	Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual				
Produto: CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	34.620,0	34.620,0	100,0	17.000,0	34.620,0	203,6
Nacional	34.620,0	34.620,0	100,0	17.000,0	34.620,0	203,6
Financeiro	12.837.000	5.100.000	39,7	5.100.000	5.100.000	100,0
Fiscal Seguridade	12.837.000	5.100.000	39,7	5.100.000	5.100.000	100,0
Nacional	12.837.000	5.100.000	39,7	5.100.000	5.100.000	100,0
(A)	2815	Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Ministério da Justiça)				
Produto: REDE MANTIDA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	534.499	394.499	73,8	140.000	134.000	95,7
Fiscal Seguridade	534.499	394.499	73,8	140.000	134.000	95,7
Nacional	534.499	394.499	73,8	140.000	134.000	95,7
(A)	4446	ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM JORNADA ESCOLAR AMPLIADA NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL				
Produto: Criança/adolescente atendido				Unidade de Medida: unidade		
Físico	44.666,0	44.666,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	32.566,0	32.566,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10.000,0	10.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.100,0	2.100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.451.308	10.451.308	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.451.308	10.451.308	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.101.308	10.101.308	100,0	0	0	0,0
Sudeste	350.000	350.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES						
Gerente em 31/12/2002: Antônio José Angelo Motti						
(P)	5393	Campanha Educativa de Combate ao Turismo Sexual (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	4,0	4,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	2.286.598	1.886.598	82,5	700.000	511.256	73,0
Fiscal Seguridade	2.286.598	1.886.598	82,5	700.000	511.256	73,0
Nacional	2.286.598	1.886.598	82,5	700.000	511.256	73,0
(P)	7939	Campanha Educativa de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.479.509	1.479.509	100,0	570.000	559.509	98,2
Fiscal Seguridade	1.479.509	1.479.509	100,0	570.000	559.509	98,2
Nacional	1.479.509	1.479.509	100,0	570.000	559.509	98,2
Financ. Total Programa	27.588.914	19.311.914	70,0	6.510.000	6.304.765	96,8
Fiscal Seguridade	27.588.914	19.311.914	71,1	6.510.000	6.304.765	96,8
0755 DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS						
Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge						
(P)	1479	Estudo para Reformas na Previdência de Servidores Federais, Estaduais e Municipais				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.305.088	1.430.232	11,6	1.506.140	678.571	45,1
Fiscal Seguridade	12.305.088	1.430.232	11,6	1.506.140	678.571	45,1
Nacional	12.305.088	1.430.232	11,6	1.506.140	678.571	45,1
(P)	3586	Capacitação dos Técnicos da Área Previdenciária dos Estados (Ministério da Fazenda)				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	122,0	122,0	100,0	252,0	S.R.	0,0
Nacional	122,0	122,0	100,0	252,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.450.792	3.450.792	100,0	1.851.000	998.742	54,0
Fiscal Seguridade	3.450.792	3.450.792	100,0	1.851.000	998.742	54,0
Nacional	3.450.792	3.450.792	100,0	1.851.000	998.742	54,0
(P)	3591	Estudos de Reformas dos Sistemas Previdenciários dos Estados (Ministério da Fazenda)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.476.158	5.476.158	100,0	5.552.000	1.776.016	32,0
Fiscal Seguridade	5.476.158	5.476.158	100,0	5.552.000	1.776.016	32,0
Nacional	5.476.158	5.476.158	100,0	5.552.000	1.776.016	32,0
(P)	3598	Implantação do Sistema Informatizado Integrado da Área Previdenciária dos Estados (Ministério da Fazenda)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	12,0	12,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.850.216	6.850.216	100,0	1.850.000	991.000	53,6
Fiscal Seguridade	6.850.216	6.850.216	100,0	1.850.000	991.000	53,6
Nacional	6.850.216	6.850.216	100,0	1.850.000	991.000	53,6
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		399	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0755 DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS						
Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge						
(OA)	9432	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: fundo previdenciário constituído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9433	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E COMPLEMENTARES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: regime de previdência assistido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	213,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	44,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	91,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9434	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E COMPLEMENTARES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: regime de previdência organizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9435	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: fundo previdenciário implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	28.082.254	17.207.398	61,3	10.759.140	4.444.329	41,3
Fiscal Seguridade	28.082.254	17.207.398	71,1	10.759.140	4.444.329	41,3

0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA

Gerente em 31/12/2002:

(P) 1481 AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS NO ENFRENTAMENTO À POBREZA

Produto: Ação desenvolvida

Unidade de Medida: unidade

Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	125.843.487	125.843.487	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	125.843.487	125.843.487	100,0	0	0	0,0
Nacional	60.272.354	60.272.354	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	10.360.236	10.360.236	100,0	0	0	0,0
Nordeste	9.120.883	9.120.883	100,0	0	0	0,0
Norte	1.342.500	1.342.500	100,0	0	0	0,0
Sudeste	22.666.974	22.666.974	100,0	0	0	0,0
Sul	22.080.540	22.080.540	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	5565	AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA				
Produto: Ação desenvolvida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	61.277.182	61.277.182	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	61.277.182	61.277.182	100,0	0	0	0,0
Nacional	33.660.223	33.660.223	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.983.740	3.983.740	100,0	0	0	0,0
Nordeste	750.000	750.000	100,0	0	0	0,0
Norte	7.138.630	7.138.630	100,0	0	0	0,0
Sudeste	230.000	230.000	100,0	0	0	0,0
Sul	15.514.589	15.514.589	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	187.120.669	187.120.669	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	187.120.669	187.120.669	71,1	0	0	0,0
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL						
Gerente em 31/12/2002: Milda Lourdes Pala Moraes						
(P)	1458	Promoção de Eventos para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	15,0	3,0	20,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	15,0	3,0	20,0
Financeiro	940.786	640.786	68,1	654.970	109.681	16,7
Fiscal Seguridade	940.786	640.786	68,1	654.970	109.681	16,7
Nacional	940.786	640.786	68,1	654.970	109.681	16,7
(P)	1459	Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Infantil (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	412.716	312.716	75,8	87.866	85.081	96,8
Fiscal Seguridade	412.716	312.716	75,8	87.866	85.081	96,8
Nacional	412.716	312.716	75,8	87.866	85.081	96,8
(P)	1460	Edição e Distribuição de Publicações Institucionais sobre Trabalho Infantil (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.028,0	4.028,0	100,0	50.000,0	1.434,0	2,9
Nacional	4.028,0	4.028,0	100,0	50.000,0	1.434,0	2,9
Financeiro	407.798	227.798	55,9	300.000	60.134	20,0
Fiscal Seguridade	407.798	227.798	55,9	300.000	60.134	20,0
Nacional	407.798	227.798	55,9	300.000	60.134	20,0
(P)	1910	Campanha para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.514.823	2.514.823	100,0	1.200.000	1.194.823	99,6
Fiscal Seguridade	2.514.823	2.514.823	100,0	1.200.000	1.194.823	99,6
Nacional	2.514.823	2.514.823	100,0	1.200.000	1.194.823	99,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL						
Gerente em 31/12/2002: Milda Lourdes Pala Moraes						
(P)	1910	Campanha para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.537.118	1.537.118	60,6	1.000.000	495.053	49,5
Fiscal Seguridade	2.537.118	1.537.118	60,6	1.000.000	495.053	49,5
Nacional	2.537.118	1.537.118	60,6	1.000.000	495.053	49,5
(A)	2060	Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada				
Produto: CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.954.327,0	1.954.327,0	100,0	813.200,0	810.005,0	99,6
Nacional	1.603.819,0	1.603.819,0	100,0	813.200,0	810.005,0	99,6
Centro-oeste	29.528,0	29.528,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	269.583,0	269.583,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	19.928,0	19.928,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	20.927,0	20.927,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	10.542,0	10.542,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	571.026.720	383.874.540	67,2	190.642.356	190.642.356	100,0
Fiscal Seguridade	571.026.720	383.874.540	67,2	190.642.356	190.642.356	100,0
Nacional	454.537.360	382.629.540	84,2	190.642.356	190.642.356	100,0
Centro-oeste	944.400	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	99.115.840	70.000	0,1	0	0	0,0
Norte	10.119.760	1.175.000	11,6	0	0	0,0
Sudeste	5.681.400	0	0,0	0	0	0,0
Sul	627.960	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2569	Concessão da Bolsa Criança-Cidadã				
Produto: CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.954.167,0	1.954.167,0	100,0	813.000,0	809.845,0	99,6
Nacional	1.603.659,0	1.603.659,0	100,0	813.000,0	809.845,0	99,6
Centro-oeste	29.528,0	29.528,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	269.583,0	269.583,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	19.928,0	19.928,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	20.927,0	20.927,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	10.542,0	10.542,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	794.275.614	534.428.819	67,3	274.854.246	274.854.245	100,0
Fiscal Seguridade	794.275.614	534.428.819	67,3	274.854.246	274.854.245	100,0
Nacional	635.277.754	534.328.819	84,1	274.854.246	274.854.245	100,0
Centro-oeste	1.373.560	100.000	7,3	0	0	0,0
Nordeste	132.392.820	0	0,0	0	0	0,0
Norte	12.120.940	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	12.103.500	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.007.040	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2602	Mapeamento dos Focos de Trabalho Infantil por Município (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: MAPEAMENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	26.683	26.683	100,0	25.983	0	0,0
Fiscal Seguridade	26.683	26.683	100,0	25.983	0	0,0
Nacional	26.683	26.683	100,0	25.983	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL						
Gerente em 31/12/2002: Milda Lourdes Pala Moraes						
(A)	2688	Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	44.770,0	44.770,0	100,0	30.000,0	6.974,0	23,2
Nacional	25.027,0	25.027,0	100,0	30.000,0	6.974,0	23,2
Centro-oeste	1.797,0	1.797,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.013,0	1.013,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	602,0	602,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	12.402,0	12.402,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.929,0	3.929,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.837.687	1.917.687	67,6	1.000.000	799.318	79,9
Fiscal Seguridade	2.837.687	1.917.687	67,6	1.000.000	799.318	79,9
Nacional	2.837.687	1.917.687	67,6	1.000.000	799.318	79,9
(A)	4443	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil				
Produto: BENEFICIO PROCESSADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5.200.200,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.200.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.688.659	3.616.838	63,6	3.616.838	3.616.838	100,0
Fiscal Seguridade	5.688.659	3.616.838	63,6	3.616.838	3.616.838	100,0
Nacional	5.688.659	3.616.838	63,6	3.616.838	3.616.838	100,0
(A)	4447	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil				
Produto: BENEFICIO PAGO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5.200.200,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.200.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	26.721.850	16.234.780	60,8	16.275.541	16.234.780	99,7
Fiscal Seguridade	26.721.850	16.234.780	60,8	16.275.541	16.234.780	99,7
Nacional	26.721.850	16.234.780	60,8	16.275.541	16.234.780	99,7
(A)	4615	ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL EM CARVOARIAS				
Produto: criança / adolescente atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6537	Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	335.301,0	335.301,0	100,0	395.886,0	282.301,0	71,3
Nacional	335.301,0	335.301,0	100,0	395.886,0	282.301,0	71,3
Financeiro	132.290.794	83.093.196	62,8	46.186.667	46.179.213	100,0
Fiscal Seguridade	132.290.794	83.093.196	62,8	46.186.667	46.179.213	100,0
Nacional	123.380.797	82.953.196	67,2	46.186.667	46.179.213	100,0
Centro-oeste	546.533	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	6.820.800	140.000	2,1	0	0	0,0
Norte	734.136	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	555.528	0	0,0	0	0	0,0
Sul	253.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.539.681.248	1.028.425.784	66,8	535.844.467	534.271.522	99,7
Fiscal Seguridade	1.539.681.248	1.028.425.784	71,1	535.844.467	534.271.522	99,7

0072 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gerente em 31/12/2002: Hamilton Rice de Azevedo Cordeiro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0072 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Gerente em 31/12/2002: Hamilton Rice de Azevedo Cordeiro						
(P)	1471	Capacitação de Conselheiros, Gestores e Técnicos de Assistência Social				
	Produto: PESSOA TREINADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	25.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	25.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.597.565	2.097.565	80,8	550.000	550.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.597.565	2.097.565	80,8	550.000	550.000	100,0
Nacional	2.597.565	2.097.565	80,8	550.000	550.000	100,0
(A)	4589	Formulação de Políticas na Área de Assistência Social				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.348.872	15.866.241	74,3	5.511.147	5.415.788	98,3
Fiscal Seguridade	21.348.872	15.866.241	74,3	5.511.147	5.415.788	98,3
Nacional	21.348.872	15.866.241	74,3	5.511.147	5.415.788	98,3
(P)	5646	Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	42,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	42,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.406.863	3.839.863	59,9	2.854.511	2.381.080	83,4
Fiscal Seguridade	6.406.863	3.839.863	59,9	2.854.511	2.381.080	83,4
Nacional	6.406.863	3.839.863	59,9	2.854.511	2.381.080	83,4
Financ. Total Programa	30.353.300	21.803.669	71,8	8.915.658	8.346.868	93,6
Fiscal Seguridade	30.353.300	21.803.669	71,1	8.915.658	8.346.868	93,6
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Gerente em 31/12/2002: Geraldo Almir Arruda						
(P)	1015	Modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS				
	Produto: SISTEMA MODERNIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	63,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	63,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.092.439	92.439	4,4	2.500.000	35.694	1,4
Investimento das Estatais	2.092.439	92.439	4,4	2.500.000	35.694	1,4
Nacional	2.092.439	92.439	4,4	2.500.000	35.694	1,4
(P)	1477	ESTUDO PARA AVALIAÇÃO DE DADOS DO CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	396.000	396.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	396.000	396.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	396.000	396.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1480	Estudo para Reformulação do Seguro Acidente de Trabalho				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	630.048	630.048	100,0	128.427	128.427	100,0
Fiscal Seguridade	630.048	630.048	100,0	128.427	128.427	100,0
Nacional	630.048	630.048	100,0	128.427	128.427	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Gerente em 31/12/2002: Geraldo Almir Arruda						
(A) 4117 Manutenção da Infra-estrutura Tecnológica						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	54,8	54,8	100,0	100,0	54,8	54,8
Nacional	54,8	54,8	100,0	100,0	54,8	54,8
Financeiro	66.862.534	18.362.534	27,5	29.700.000	16.240.168	54,7
Investimento das Estatais	66.862.534	18.362.534	27,5	29.700.000	16.240.168	54,7
Nacional	66.862.534	18.362.534	27,5	29.700.000	16.240.168	54,7
(A) 4591 Formulação de Políticas na Área de Previdência Complementar						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	882.566	388.941	44,1	137.107	135.667	98,9
Fiscal Seguridade	882.566	388.941	44,1	137.107	135.667	98,9
Nacional	882.566	388.941	44,1	137.107	135.667	98,9
(A) 4593 Formulação de Políticas na Área de Previdência Social						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.646.398	5.565.409	57,7	2.773.166	2.768.757	99,8
Fiscal Seguridade	9.646.398	5.565.409	57,7	2.773.166	2.768.757	99,8
Nacional	9.646.398	5.565.409	57,7	2.773.166	2.768.757	99,8
(P) 5500 Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação						
Produto: PLANO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	3,6	3,6	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	3,6	3,6	100,0	5,0	2,0	40,0
Financeiro	30.032.944	16.877.989	56,2	3.794.005	1.401.873	36,9
Fiscal Seguridade	30.032.944	16.877.989	56,2	3.794.005	1.401.873	36,9
Nacional	30.032.944	16.877.989	56,2	3.794.005	1.401.873	36,9
(P) 5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	55,0	55,0	100,0	55,0	55,0	100,0
Nacional	55,0	55,0	100,0	55,0	55,0	100,0
Financeiro	5.724.391	3.999.843	69,9	3.396.757	3.396.757	100,0
Fiscal Seguridade	5.724.391	3.999.843	69,9	3.396.757	3.396.757	100,0
Nacional	5.724.391	3.999.843	69,9	3.396.757	3.396.757	100,0
Financ. Total Programa	116.267.320	46.313.203	39,8	42.429.462	24.107.343	56,8
Fiscal Seguridade	47.312.347	27.858.230	71,1	10.229.462	7.831.481	76,6
Investimento Estatais	68.954.973	18.454.973	40,9	32.200.000	16.275.862	50,5
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(OE) 0536 Pagamento de Benefícios de Legislação Especial						
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	398.077,0	398.077,0	100,0	147.867,0	140.159,0	94,8
Nacional	398.077,0	398.077,0	100,0	147.867,0	140.159,0	94,8
Financeiro	2.742.505.865	2.114.765.357	77,1	676.875.284	676.875.283	100,0
Fiscal Seguridade	2.742.505.865	2.114.765.357	77,1	676.875.284	676.875.283	100,0
Nacional	2.742.505.865	2.114.765.357	77,1	676.875.284	676.875.283	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(A)	2572	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial				
	Produto: BENEFICIO PAGO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.828.909,0	2.828.909,0	100,0	1.774.404,0	1.292.945,0	72,9
Nacional	2.828.909,0	2.828.909,0	100,0	1.774.404,0	1.292.945,0	72,9
Financeiro	4.796.660	2.404.640	50,1	2.392.020	2.392.020	100,0
Fiscal Seguridade	4.796.660	2.404.640	50,1	2.392.020	2.392.020	100,0
Nacional	4.796.660	2.404.640	50,1	2.392.020	2.392.020	100,0
(A)	2582	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Legislação Especial				
	Produto: BENEFICIO PROCESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.828.909,0	2.828.909,0	100,0	1.774.404,0	1.292.945,0	72,9
Nacional	2.828.909,0	2.828.909,0	100,0	1.774.404,0	1.292.945,0	72,9
Financeiro	3.167.616	2.767.616	87,4	400.000	400.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.167.616	2.767.616	87,4	400.000	400.000	100,0
Nacional	3.167.616	2.767.616	87,4	400.000	400.000	100,0
Financ. Total Programa	2.750.470.141	2.119.937.613	77,1	679.667.304	679.667.303	100,0
Fiscal Seguridade	2.750.470.141	2.119.937.613	71,1	679.667.304	679.667.303	100,0
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Solange Mara Silvia Braga Bomentre						
(P)	1470	Ampliação do Sistema Integrado de Informações de Previdência Complementar com Instituições Fechadas				
	Produto: SISTEMA AMPLIADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	65,0	65,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.415.400	7.415.400	100,0	663.186	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.415.400	7.415.400	100,0	663.186	0	0,0
Nacional	7.415.400	7.415.400	100,0	663.186	0	0,0
(P)	1476	DESENVOLVIMENTO DO NOVO MARCO LEGAL DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	290.762	290.762	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	290.762	290.762	100,0	0	0	0,0
Nacional	290.762	290.762	100,0	0	0	0,0
(A)	2592	Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Privada				
	Produto: ENTIDADE SUPERVISIONADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	260,0	260,0	100,0	120,0	109,0	90,8
Nacional	260,0	260,0	100,0	120,0	109,0	90,8
Financeiro	4.347.488	3.047.488	70,1	2.094.669	1.585.052	75,7
Fiscal Seguridade	4.347.488	3.047.488	70,1	2.094.669	1.585.052	75,7
Nacional	4.347.488	3.047.488	70,1	2.094.669	1.585.052	75,7
(A)	4563	Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar				
	Produto: USUARIO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.968.818,0	1.968.818,0	100,0	625.000,0	639.149,0	102,3
Nacional	1.968.818,0	1.968.818,0	100,0	625.000,0	639.149,0	102,3
Financeiro	597.743	405.743	67,9	192.000	178.080	92,8
Fiscal Seguridade	597.743	405.743	67,9	192.000	178.080	92,8
Nacional	597.743	405.743	67,9	192.000	178.080	92,8
Financ. Total Programa	12.651.393	11.159.393	88,2	2.949.855	1.763.132	59,8
Fiscal Seguridade	12.651.393	11.159.393	71,1	2.949.855	1.763.132	59,8

0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

406

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva						
(OE)	0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas de Extintos Estados e Territórios (Ministério da Fazenda)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15.247,0	15.247,0	100,0	30.842,0	S.R.	0,0
Norte	15.246,0	15.246,0	100,0	15.588,0	S.R.	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	15.254,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.617.454.239	1.893.695.961	72,3	885.915.062	884.080.970	99,8
Fiscal Seguridade	2.617.454.239	1.893.695.961	72,3	885.915.062	884.080.970	99,8
Norte	1.213.527.128	885.547.915	73,0	364.064.714	363.829.084	99,9
Sudeste	1.403.927.111	1.008.148.046	71,8	521.850.348	520.251.886	99,7
(OE)	0054	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977) (Ministério da Fazenda)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.817,0	1.817,0	100,0	1.817,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1.817,0	1.817,0	100,0	1.817,0	S.R.	0,0
Financeiro	34.632.793	25.701.695	74,2	8.711.142	8.567.695	98,4
Fiscal Seguridade	34.632.793	25.701.695	74,2	8.711.142	8.567.695	98,4
Centro-oeste	34.632.793	25.701.695	74,2	8.711.142	8.567.695	98,4
(OE)	0055	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta Via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969) (Ministério da Fazenda)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.337,0	4.337,0	100,0	3.654,0	S.R.	0,0
Sul	4.337,0	4.337,0	100,0	3.654,0	S.R.	0,0
Financeiro	128.749.948	101.484.486	78,8	25.358.981	25.358.981	100,0
Fiscal Seguridade	128.749.948	101.484.486	78,8	25.358.981	25.358.981	100,0
Sul	128.749.948	101.484.486	78,8	25.358.981	25.358.981	100,0
(OE)	0179	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas (Ministério da Defesa)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	130.945,0	130.945,0	100,0	297.868,0	S.R.	0,0
Nacional	130.945,0	130.945,0	100,0	297.868,0	S.R.	0,0
Financeiro	34.831.382.244	22.991.482.119	66,0	12.142.307.977	12.142.307.976	100,0
Fiscal Seguridade	34.831.382.244	22.991.482.119	66,0	12.142.307.977	12.142.307.976	100,0
Nacional	34.831.382.244	22.991.482.119	66,0	12.142.307.977	12.142.307.976	100,0
(OE)	0180	PAGAMENTO DE PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (Ministério da Defesa)				
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	165.058,0	165.058,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	165.058,0	165.058,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.957.321.364	7.957.321.364	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.957.321.364	7.957.321.364	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.957.321.364	7.957.321.364	100,0	0	0	0,0
(OE)	0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS (Presidência da República)				
Produto: aposentado beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.426.660	23.426.660	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.426.660	23.426.660	100,0	0	0	0,0
Nacional	22.426.660	22.426.660	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
(Presidência da República)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	265.404.587	170.260.446	64,2	110.905.051	99,3
Fiscal Seguridade	265.404.587	170.260.446	64,2	110.905.051	99,3
Nacional	265.404.587	170.260.446	64,2	110.905.051	99,3
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.535.552.445	1.042.069.110	67,9	510.355.680	100,0
Fiscal Seguridade	1.535.552.445	1.042.069.110	67,9	510.355.680	100,0
Nacional	1.535.552.445	1.042.069.110	67,9	510.355.680	100,0
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
(Ministério da Ciência e Tecnologia)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	480.383.059	346.124.229	72,1	135.950.431	97,8
Fiscal Seguridade	480.383.059	346.124.229	72,1	135.950.431	97,8
Nacional	480.383.059	346.124.229	72,1	135.950.431	97,8
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
(Ministério da Fazenda)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.557.140.803	5.986.209.049	70,0	2.785.693.210	98,4
Fiscal Seguridade	8.557.140.803	5.986.209.049	70,0	2.785.693.210	98,4
Nacional	8.557.140.803	5.986.209.049	70,0	2.785.693.210	98,4
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
(Ministério da Educação)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.775.561.097	6.856.671.860	70,1	2.878.549.321	99,9
Fiscal Seguridade	9.775.561.097	6.856.671.860	70,1	2.878.549.321	99,9
Nacional	694.298.045	381.613.683	55,0	234.442.760	100,0
Centro-oeste	779.322.869	554.618.260	71,2	220.217.080	99,9
Nordeste	2.613.154.243	1.947.835.059	74,5	736.381.865	99,9
Norte	442.827.289	312.812.685	70,6	128.133.702	99,8
Sudeste	3.485.075.684	2.426.947.550	69,6	1.045.779.224	100,0
Sul	1.760.882.967	1.232.844.623	70,0	512.060.660	99,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)		Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)	
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social							
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO							
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva							
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	1.056,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	1.056,0	S.R.	0,0
Financeiro		120.413.612	86.141.815	71,5	35.379.402	35.165.442	99,4
Fiscal Seguridade		120.413.612	86.141.815	71,5	35.379.402	35.165.442	99,4
Nacional		112.900.667	78.628.870	69,6	35.379.402	35.165.442	99,4
Norte		7.512.945	7.512.945	100,0	0	0	0,0
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério da Justiça)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	18.067,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	18.067,0	S.R.	0,0
Financeiro		3.150.182.543	2.148.044.049	68,2	1.006.128.924	1.002.919.802	99,7
Fiscal Seguridade		3.150.182.543	2.148.044.049	68,2	1.006.128.924	1.002.919.802	99,7
Nacional		3.097.854.392	2.095.715.898	67,7	1.006.128.924	1.002.919.802	99,7
Centro-oeste		51.322.749	51.322.749	100,0	0	0	0,0
Sudeste		1.005.402	1.005.402	100,0	0	0	0,0
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	2.235,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	2.235,0	S.R.	0,0
Financeiro		161.082.243	113.250.830	70,3	50.365.025	49.845.733	99,0
Fiscal Seguridade		161.082.243	113.250.830	70,3	50.365.025	49.845.733	99,0
Nacional		161.082.243	113.250.830	70,3	50.365.025	49.845.733	99,0
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério das Relações Exteriores)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	53.246,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	53.246,0	S.R.	0,0
Financeiro		7.544.640.662	5.322.940.182	70,6	2.339.301.807	2.339.051.490	100,0
Fiscal Seguridade		7.544.640.662	5.322.940.182	70,6	2.339.301.807	2.339.051.490	100,0
Nacional		7.544.640.662	5.322.940.182	70,6	2.339.301.807	2.339.051.490	100,0
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério da Saúde)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	111.348,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	111.348,0	S.R.	0,0
Financeiro		8.198.055.413	5.897.887.055	71,9	2.493.429.527	2.492.959.309	100,0
Fiscal Seguridade		8.198.055.413	5.897.887.055	71,9	2.493.429.527	2.492.959.309	100,0
Nacional		8.198.055.413	5.897.887.055	71,9	2.493.429.527	2.492.959.309	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério do Trabalho e Emprego)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.696.507.402	1.212.132.525	71,4	493.851.257	99,9
Fiscal Seguridade	1.696.507.402	1.212.132.525	71,4	493.851.257	99,9
Nacional	1.696.507.402	1.212.132.525	71,4	493.851.257	99,9
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério dos Transportes)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.481.593.099	2.348.531.218	67,5	1.216.372.939	99,7
Fiscal Seguridade	3.481.593.099	2.348.531.218	67,5	1.216.372.939	99,7
Nacional	3.481.593.099	2.348.531.218	67,5	1.216.372.939	99,7
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério das Comunicações)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.491.353.309	993.655.414	66,6	506.556.604	99,8
Fiscal Seguridade	1.491.353.309	993.655.414	66,6	506.556.604	99,8
Nacional	1.491.353.309	993.655.414	66,6	506.556.604	99,8
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério da Cultura)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	134.379.534	96.962.101	72,2	37.793.478	99,7
Fiscal Seguridade	134.379.534	96.962.101	72,2	37.793.478	99,7
Nacional	128.154.338	90.736.905	70,8	37.793.478	99,7
Sudeste	6.225.196	6.225.196	100,0	0	0,0
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério do Meio Ambiente)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	350.161.983	245.478.223	70,1	100.726.077	99,6
Fiscal Seguridade	350.161.983	245.478.223	70,1	100.726.077	99,6
Nacional	350.161.983	245.478.223	70,1	100.726.077	99,6
(OE) 0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.523.161.206	1.090.536.100	71,6	461.831.171	99,2
Fiscal Seguridade	1.523.161.206	1.090.536.100	71,6	461.831.171	99,2
Nacional	1.523.161.206	1.090.536.100	71,6	461.831.171	99,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva						
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4.700,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4.700,0	S.R.	0,0
Financeiro	555.554.693	401.248.818	72,2	159.909.499	159.738.677	99,9
Fiscal Seguridade	555.554.693	401.248.818	72,2	159.909.499	159.738.677	99,9
Nacional	555.554.693	401.248.818	72,2	159.909.499	159.738.677	99,9
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	226,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	226,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.349.483	20.720.913	73,1	7.904.765	7.855.674	99,4
Fiscal Seguridade	28.349.483	20.720.913	73,1	7.904.765	7.855.674	99,4
Nacional	28.349.483	20.720.913	73,1	7.904.765	7.855.674	99,4
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério da Defesa)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	69.092,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	69.092,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.165.477.977	2.164.687.023	68,4	1.035.728.476	1.034.197.069	99,9
Fiscal Seguridade	3.165.477.977	2.164.687.023	68,4	1.035.728.476	1.034.197.069	99,9
Nacional	3.165.477.977	2.164.687.023	68,4	1.035.728.476	1.034.197.069	99,9
(OE)	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	11.796,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11.796,0	S.R.	0,0
Financeiro	653.958.754	485.165.698	74,2	176.051.418	176.051.316	100,0
Fiscal Seguridade	653.958.754	485.165.698	74,2	176.051.418	176.051.316	100,0
Nacional	653.958.754	485.165.698	74,2	176.051.418	176.051.316	100,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS (Presidência da República)				
Produto: pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.575.229	11.575.229	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.575.229	11.575.229	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.775.229	1.775.229	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	9.800.000	9.800.000	100,0	0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CÍVIS (Presidência da República)				
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.472.901	35.472.901	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	35.472.901	35.472.901	100,0	0	0	0,0
Nacional	35.472.901	35.472.901	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	363.960.292	363.960.292	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	363.960.292	363.960.292	100,0	0	0,0
Nacional	363.960.292	363.960.292	100,0	0	0,0
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério da Ciência e Tecnologia)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.495.938	21.495.938	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	21.495.938	21.495.938	100,0	0	0,0
Nacional	21.495.938	21.495.938	100,0	0	0,0
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério da Fazenda)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.771.774.465	1.771.774.465	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.771.774.465	1.771.774.465	100,0	0	0,0
Nacional	1.771.774.465	1.771.774.465	100,0	0	0,0
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério da Educação)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	703.586.334	703.586.334	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	703.586.334	703.586.334	100,0	0	0,0
Nacional	51.972.690	51.972.690	100,0	0	0,0
Centro-oeste	32.934.021	32.934.021	100,0	0	0,0
Nordeste	198.579.354	198.579.354	100,0	0	0,0
Norte	29.973.038	29.973.038	100,0	0	0,0
Sudeste	277.631.846	277.631.846	100,0	0	0,0
Sul	112.495.385	112.495.385	100,0	0	0,0
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.376.450	9.376.450	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.376.450	9.376.450	100,0	0	0,0
Nacional	9.376.450	9.376.450	100,0	0	0,0
(OE) 0182 PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS					
(Ministério da Justiça)					
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	572.835.487	572.835.487	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	572.835.487	572.835.487	100,0	0	0,0
Nacional	528.626.527	528.626.527	100,0	0	0,0
Centro-oeste	44.131.395	44.131.395	100,0	0	0,0
Sudeste	77.565	77.565	100,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério de Minas e Energia)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.865.176	24.865.176	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	24.865.176	24.865.176	100,0	0	0,0
Nacional	24.865.176	24.865.176	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério das Relações Exteriores)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	906.873.399	906.873.399	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	906.873.399	906.873.399	100,0	0	0,0
Nacional	906.873.399	906.873.399	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério da Saúde)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.081.446	69.081.446	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	69.081.446	69.081.446	100,0	0	0,0
Nacional	69.081.446	69.081.446	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério do Trabalho e Emprego)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	215.130.569	215.130.569	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	215.130.569	215.130.569	100,0	0	0,0
Nacional	215.130.569	215.130.569	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério dos Transportes)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.127.745.762	1.127.745.762	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.127.745.762	1.127.745.762	100,0	0	0,0
Nacional	1.127.745.762	1.127.745.762	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério das Comunicações)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	442.689.147	442.689.147	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	442.689.147	442.689.147	100,0	0	0,0
Nacional	442.689.147	442.689.147	100,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério da Cultura)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.199.798	7.199.798	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.199.798	7.199.798	100,0	0	0,0
Nacional	6.482.628	6.482.628	100,0	0	0,0
Sudeste	717.170	717.170	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério do Meio Ambiente)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	48.831.008	48.831.008	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	48.831.008	48.831.008	100,0	0	0,0
Nacional	48.831.008	48.831.008	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	103.619.423	103.619.423	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	103.619.423	103.619.423	100,0	0	0,0
Nacional	103.619.423	103.619.423	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério do Desenvolvimento Agrário)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.597.560	39.597.560	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.597.560	39.597.560	100,0	0	0,0
Nacional	39.597.560	39.597.560	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério do Esporte e Turismo)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	702.027	702.027	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	702.027	702.027	100,0	0	0,0
Nacional	702.027	702.027	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério da Defesa)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	737.107.259	737.107.259	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	737.107.259	737.107.259	100,0	0	0,0
Nacional	737.107.259	737.107.259	100,0	0	0,0
(OE)	0182	PAGAMENTO DE PENSÕES A SERVIDORES CIVIS (Ministério da Integração Nacional)			
Produto: Pensionista beneficiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	96.839.156	96.839.156	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade	96.839.156	96.839.156	100,0	0	0,0
Nacional	96.839.156	96.839.156	100,0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Câmara dos Deputados)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.386.019.323	979.172.323	70,6	415.017.151	100,0
Fiscal Seguridade	1.386.019.323	979.172.323	70,6	415.017.151	100,0
Nacional	1.386.019.323	979.172.323	70,6	415.017.151	100,0
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Senado Federal)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.249.408.227	865.896.974	69,3	347.044.366	100,0
Fiscal Seguridade	1.249.408.227	865.896.974	69,3	347.044.366	100,0
Nacional	1.226.225.531	842.714.278	68,7	347.044.366	100,0
Centro-oeste	23.182.696	23.182.696	100,0	0	0,0
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Tribunal de Contas da União)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	795.408.167	570.404.280	71,7	233.088.206	100,0
Fiscal Seguridade	795.408.167	570.404.280	71,7	233.088.206	100,0
Nacional	795.408.167	570.404.280	71,7	233.088.206	100,0
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Supremo Tribunal Federal)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	184.911.188	132.176.127	71,5	48.945.872	100,0
Fiscal Seguridade	184.911.188	132.176.127	71,5	48.945.872	100,0
Nacional	184.911.188	132.176.127	71,5	48.945.872	100,0
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Superior Tribunal de Justiça)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	385.810.016	276.012.646	71,5	109.595.564	100,0
Fiscal Seguridade	385.810.016	276.012.646	71,5	109.595.564	100,0
Nacional	385.810.016	276.012.646	71,5	109.595.564	100,0
(OE) 0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Justiça Federal)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.203.719.719	868.637.628	72,2	372.655.635	99,8
Fiscal Seguridade	1.203.719.719	868.637.628	72,2	372.655.635	99,8
Nacional	1.203.719.719	868.637.628	72,2	372.655.635	99,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva						
(OE)	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Justiça Militar)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	624,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	624,0	S.R.	0,0
Financeiro	276.183.577	194.585.517	70,5	75.072.844	75.072.844	100,0
Fiscal Seguridade	276.183.577	194.585.517	70,5	75.072.844	75.072.844	100,0
Nacional	276.183.577	194.585.517	70,5	75.072.844	75.072.844	100,0
(OE)	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Justiça Eleitoral)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	3.386,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3.386,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.189.833.260	856.019.114	71,9	323.337.092	322.395.998	99,7
Fiscal Seguridade	1.189.833.260	856.019.114	71,9	323.337.092	322.395.998	99,7
Nacional	1.189.833.260	856.019.114	71,9	323.337.092	322.395.998	99,7
(OE)	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Justiça do Trabalho)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	11.859,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11.859,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.389.560.644	3.169.857.478	72,2	1.192.108.487	1.191.821.687	100,0
Fiscal Seguridade	4.389.560.644	3.169.857.478	72,2	1.192.108.487	1.191.821.687	100,0
Nacional	4.389.560.644	3.169.857.478	72,2	1.192.108.487	1.191.821.687	100,0
(OE)	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Justiça do Distrito Federal e Territórios)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.050,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	1.050,0	S.R.	0,0
Financeiro	426.336.932	314.437.295	73,8	112.956.342	112.956.341	100,0
Fiscal Seguridade	426.336.932	314.437.295	73,8	112.956.342	112.956.341	100,0
Centro-oeste	426.336.932	314.437.295	73,8	112.956.342	112.956.341	100,0
(OE)	0396	Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Ministério Público da União)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.277,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.106,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	171,0	S.R.	0,0
Financeiro	854.400.961	573.200.082	67,1	230.943.307	230.936.557	100,0
Fiscal Seguridade	854.400.961	573.200.082	67,1	230.943.307	230.936.557	100,0
Nacional	759.596.213	506.343.675	66,7	203.185.026	203.178.276	100,0
Centro-oeste	94.804.748	66.856.407	70,5	27.758.281	27.758.281	100,0
(OE)	0397	Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC (Câmara dos Deputados)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.900,0	1.900,0	100,0	1.903,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.903,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1.900,0	1.900,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	150.585.816	113.385.816	75,3	37.199.212	37.167.863	99,9
Fiscal Seguridade	150.585.816	113.385.816	75,3	37.199.212	37.167.863	99,9
Nacional	74.367.863	37.167.863	50,0	37.199.212	37.167.863	99,9
Centro-oeste	76.217.953	76.217.953	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	416	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva						
(OE)	0397	Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC (Senado Federal)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.071,0	1.071,0	100,0	1.046,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.046,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1.071,0	1.071,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.990.891	27.690.890	71,0	9.188.652	9.188.652	100,0
Fiscal Seguridade	38.990.891	27.690.890	71,0	9.188.652	9.188.652	100,0
Nacional	20.488.653	9.188.652	44,8	9.188.652	9.188.652	100,0
Centro-oeste	18.502.238	18.502.238	100,0	0	0	0,0
(P)	5645	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - SIPREV				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	119.682.583.214	87.546.812.614	73,1	33.232.973.753	33.160.854.928	99,8
Fiscal Seguridade	119.682.583.214	87.546.812.614	71,1	33.232.973.753	33.160.854.928	99,8
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(OE)	0117	Pagamento de Salário-Família				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	342.318,0	342.318,0	100,0	186.657,0	181.640,0	97,3
Nacional	342.318,0	342.318,0	100,0	186.657,0	181.640,0	97,3
Financeiro	64.435.912	35.937.912	55,8	24.759.728	16.058.796	64,9
Fiscal Seguridade	64.435.912	35.937.912	55,8	24.759.728	16.058.796	64,9
Nacional	64.435.912	35.937.912	55,8	24.759.728	16.058.796	64,9
(OE)	0132	Pagamento de Aposentadorias				
Produto: APOSENTADO BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	33.355.306,0	33.355.306,0	100,0	11.233.520,0	11.460.727,0	102,0
Nacional	33.355.306,0	33.355.306,0	100,0	11.233.520,0	11.460.727,0	102,0
Financeiro	204.234.795.177	142.963.956.839	70,0	54.511.256.267	54.311.586.232	99,6
Fiscal Seguridade	204.234.795.177	142.963.956.839	70,0	54.511.256.267	54.311.586.232	99,6
Nacional	204.234.795.177	142.963.956.839	70,0	54.511.256.267	54.311.586.232	99,6
(OE)	0133	Pagamento de Aposentadorias Especiais				
Produto: APOSENTADO BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.362.004,0	1.362.004,0	100,0	446.483,0	449.155,0	100,6
Nacional	1.362.004,0	1.362.004,0	100,0	446.483,0	449.155,0	100,6
Financeiro	16.988.808.907	12.096.224.907	71,2	4.303.052.984	4.303.052.984	100,0
Fiscal Seguridade	16.988.808.907	12.096.224.907	71,2	4.303.052.984	4.303.052.984	100,0
Nacional	16.988.808.907	12.096.224.907	71,2	4.303.052.984	4.303.052.984	100,0
(OE)	0134	Pagamento de Pensões				
Produto: PENSIONISTA BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15.971.844,0	15.971.844,0	100,0	5.268.304,0	5.503.957,0	104,5
Nacional	15.971.844,0	15.971.844,0	100,0	5.268.304,0	5.503.957,0	104,5
Financeiro	75.761.294.614	53.598.437.614	70,7	20.174.353.616	20.174.344.174	100,0
Fiscal Seguridade	75.761.294.614	53.598.437.614	70,7	20.174.353.616	20.174.344.174	100,0
Nacional	75.761.294.614	53.598.437.614	70,7	20.174.353.616	20.174.344.174	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(OE) 0136 Pagamento de Auxílios						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.290.379,0	3.290.379,0	100,0	1.191.078,0	1.330.504,0	111,7
Nacional	3.290.379,0	3.290.379,0	100,0	1.191.078,0	1.330.504,0	111,7
Financeiro	18.597.852.698	13.205.869.698	71,0	6.208.745.023	5.887.984.396	94,8
Fiscal Seguridade	18.597.852.698	13.205.869.698	71,0	6.208.745.023	5.887.984.396	94,8
Nacional	18.597.852.698	13.205.869.698	71,0	6.208.745.023	5.887.984.396	94,8
(OE) 0137 Pagamento de Abono						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	14.613,0	14.613,0	100,0	4.684,0	4.086,0	87,2
Nacional	14.613,0	14.613,0	100,0	4.684,0	4.086,0	87,2
Financeiro	57.419.036	43.098.036	75,1	13.241.801	12.029.478	90,8
Fiscal Seguridade	57.419.036	43.098.036	75,1	13.241.801	12.029.478	90,8
Nacional	57.419.036	43.098.036	75,1	13.241.801	12.029.478	90,8
(OE) 0141 Pagamento de Salário-Maternidade						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	371.693,0	371.693,0	100,0	130.152,0	141.719,0	108,9
Nacional	371.693,0	371.693,0	100,0	130.152,0	141.719,0	108,9
Financeiro	4.944.824.815	3.315.294.815	67,0	1.333.832.858	1.295.642.967	97,1
Fiscal Seguridade	4.944.824.815	3.315.294.815	67,0	1.333.832.858	1.295.642.967	97,1
Nacional	4.944.824.815	3.315.294.815	67,0	1.333.832.858	1.295.642.967	97,1
(A) 2564 CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS						
Produto: registro mantido						
Unidade de Medida: milhar						
Físico	523.124,0	523.124,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	523.124,0	523.124,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.573.232	6.573.232	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.573.232	6.573.232	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.573.232	6.573.232	100,0	0	0	0,0
(A) 2564 Cadastro Nacional de Informações Sociais - PREVICIDÃO						
Produto: REGISTRO MANTIDO						
Unidade de Medida: MIL						
Físico	2.041.539,8	2.041.539,8	100,0	483.871,0	1.132.164,9	234,0
Nacional	2.041.539,8	2.041.539,8	100,0	483.871,0	1.132.164,9	234,0
Financeiro	29.081.673	17.643.108	60,7	8.343.108	8.343.108	100,0
Fiscal Seguridade	29.081.673	17.643.108	60,7	8.343.108	8.343.108	100,0
Nacional	29.081.673	17.643.108	60,7	8.343.108	8.343.108	100,0
(A) 2571 Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho						
Produto: SEGURADO ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	124.760,0	124.760,0	100,0	20.000,0	4.760,0	23,8
Nacional	124.760,0	124.760,0	100,0	20.000,0	4.760,0	23,8
Financeiro	525.822	345.822	65,8	180.000	139.140	77,3
Fiscal Seguridade	525.822	345.822	65,8	180.000	139.140	77,3
Nacional	525.822	345.822	65,8	180.000	139.140	77,3
(A) 2578 Serviço de Perícia Médica						
Produto: PERÍCIA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8.403.908,0	8.403.908,0	100,0	2.700.000,0	2.667.966,0	98,8
Nacional	8.403.908,0	8.403.908,0	100,0	2.700.000,0	2.667.966,0	98,8
Financeiro	167.140.049	122.725.689	73,4	44.414.360	44.384.390	99,9
Fiscal Seguridade	167.140.049	122.725.689	73,4	44.414.360	44.384.390	99,9
Nacional	167.140.049	122.725.689	73,4	44.414.360	44.384.390	99,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(A)	2581	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários				
	Produto: BENEFICIO PROCESSADO		Unidade de Medida: MIL			
Físico	650.197,0	650.197,0	100,0	230.220,0	228.774,2	99,4
Nacional	650.197,0	650.197,0	100,0	230.220,0	228.774,2	99,4
Financeiro	1.258.887.810	946.289.310	75,2	300.611.551	300.611.551	100,0
Fiscal Seguridade	1.258.887.810	946.289.310	75,2	300.611.551	300.611.551	100,0
Nacional	1.258.887.810	946.289.310	75,2	300.611.551	300.611.551	100,0
(A)	2585	Serviço de Reabilitação Profissional				
	Produto: SEGURADO REABILITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50.194,0	50.194,0	100,0	35.400,0	18.142,0	51,2
Nacional	50.194,0	50.194,0	100,0	35.400,0	18.142,0	51,2
Financeiro	30.087.346	22.087.346	73,4	8.730.000	8.617.292	98,7
Fiscal Seguridade	30.087.346	22.087.346	73,4	8.730.000	8.617.292	98,7
Nacional	30.087.346	22.087.346	73,4	8.730.000	8.617.292	98,7
(A)	2591	Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários				
	Produto: BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9.262.675,0	9.262.675,0	100,0	2.336.000,0	6.392.119,0	273,6
Nacional	9.262.675,0	9.262.675,0	100,0	2.336.000,0	6.392.119,0	273,6
Financeiro	290.438.201	247.549.779	85,2	33.069.994	33.032.493	99,9
Fiscal Seguridade	290.438.201	247.549.779	85,2	33.069.994	33.032.493	99,9
Nacional	290.438.201	247.549.779	85,2	33.069.994	33.032.493	99,9
(A)	2593	Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social				
	Produto: USUARIO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	107.523.448,0	107.523.448,0	100,0	45.000.000,0	74.678.580,0	166,0
Nacional	107.523.448,0	107.523.448,0	100,0	45.000.000,0	74.678.580,0	166,0
Financeiro	918.252.463	681.547.105	74,2	283.018.498	280.995.318	99,3
Fiscal Seguridade	918.252.463	681.547.105	74,2	283.018.498	280.995.318	99,3
Nacional	918.252.463	681.547.105	74,2	283.018.498	280.995.318	99,3
(P)	2635	Formação Continuada de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20.059,0	20.059,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	20.059,0	20.059,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.512.362	2.512.362	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.512.362	2.512.362	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.512.362	2.512.362	100,0	0	0	0,0
(A)	2635	Formação Continuada de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21.545,0	21.545,0	100,0	14.000,0	21.545,0	153,9
Nacional	21.545,0	21.545,0	100,0	14.000,0	21.545,0	153,9
Financeiro	2.430.478	1.134.478	46,7	1.440.000	1.134.478	78,8
Fiscal Seguridade	2.430.478	1.134.478	46,7	1.440.000	1.134.478	78,8
Nacional	2.430.478	1.134.478	46,7	1.440.000	1.134.478	78,8
(A)	2910	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários				
	Produto: BENEFICIO PAGO		Unidade de Medida: MIL			
Físico	650.196,6	650.196,6	100,0	230.220,0	228.774,2	99,4
Nacional	650.196,6	650.196,6	100,0	230.220,0	228.774,2	99,4
Financeiro	1.031.019.230	864.431.346	83,8	424.035.826	424.035.826	100,0
Fiscal Seguridade	1.031.019.230	864.431.346	83,8	424.035.826	424.035.826	100,0
Nacional	1.031.019.230	864.431.346	83,8	424.035.826	424.035.826	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA						
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira						
(A) 4117	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA					
Produto: Infra-estrutura mantida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.141.734	15.141.734	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	15.141.734	15.141.734	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.141.734	15.141.734	100,0	0	0	0,0
(A) 4457	MODERNIZAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - CNIS					
Produto: sistema modernizado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.398.980	1.398.980	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.398.980	1.398.980	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.398.980	1.398.980	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	324.402.920.539	228.188.200.112	70,3	87.673.085.614	87.101.992.623	99,3
Fiscal Seguridade	324.386.379.825	228.171.659.398	71,1	87.673.085.614	87.101.992.623	99,3
Investimento Estatais	16.540.714	16.540.714	40,9	0	0	0,0
0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Gerente em 31/12/2002: ELIANE LOURENÇO DA SILVA SOUSA						
(P) 1473	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS					
Produto: pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	13.966,0	13.966,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	13.966,0	13.966,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.800.000	1.800.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.800.000	1.800.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.800.000	1.800.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1478	Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários					
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	20.858.789	15.288.947	73,3	7.646.475	7.640.355	99,9
Fiscal Seguridade	20.858.789	15.288.947	73,3	7.646.475	7.640.355	99,9
Nacional	20.858.789	15.288.947	73,3	7.646.475	7.640.355	99,9
(P) 1486	REFORMULAÇÃO DO SERVIÇO DE PERÍCIA MÉDICA					
Produto: serviço reformulado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	79,0	79,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	79,0	79,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.618.752	3.618.752	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.618.752	3.618.752	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.618.752	3.618.752	100,0	0	0	0,0
(A) 2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos					
Produto: AUDITORIA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13.610,0	13.610,0	100,0	1.076,0	6.955,0	646,4
Nacional	13.610,0	13.610,0	100,0	1.076,0	6.955,0	646,4
Financeiro	32.478.439	23.065.839	71,0	7.650.215	7.093.412	92,7
Fiscal Seguridade	32.478.439	23.065.839	71,0	7.650.215	7.093.412	92,7
Nacional	32.478.439	23.065.839	71,0	7.650.215	7.093.412	92,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
33000 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Gerente em 31/12/2002: ELIANE LOURENÇO DA SILVA SOUSA						
(A) 2563 Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento da Previdência Social						
Produto: UNIDADE AVALIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3.695,0	3.695,0	100,0	1.298,0	1.475,0	113,6
Nacional	3.695,0	3.695,0	100,0	1.298,0	1.475,0	113,6
Financeiro	41.793.754	32.134.318	76,9	10.627.798	10.594.762	99,7
Fiscal Seguridade	41.793.754	32.134.318	76,9	10.627.798	10.594.762	99,7
Nacional	41.793.754	32.134.318	76,9	10.627.798	10.594.762	99,7
(A) 2587 Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/Ouvidoria da Previdência Social						
Produto: USUARIO ATENDIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	314.473,0	314.473,0	100,0	190.000,0	123.415,0	65,0
Nacional	314.473,0	314.473,0	100,0	190.000,0	123.415,0	65,0
Financeiro	2.838.934	1.738.934	61,3	790.000	787.797	99,7
Fiscal Seguridade	2.838.934	1.738.934	61,3	790.000	787.797	99,7
Nacional	2.838.934	1.738.934	61,3	790.000	787.797	99,7
(A) 4405 Serviços Interativos da Previdência Social- Prevfone/prevnet/prevfácil						
Produto: USUARIO ATENDIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	59.185.782,0	59.185.782,0	100,0	20.000.000,0	24.375.638,0	121,9
Nacional	59.185.782,0	59.185.782,0	100,0	20.000.000,0	24.375.638,0	121,9
Financeiro	13.498.554	10.098.554	74,8	3.897.467	3.465.477	88,9
Fiscal Seguridade	13.498.554	10.098.554	74,8	3.897.467	3.465.477	88,9
Nacional	13.498.554	10.098.554	74,8	3.897.467	3.465.477	88,9
(P) 5509 Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social						
Produto: UNIDADE IMPLANTADA/REFORMULADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	585,0	585,0	100,0	126,0	57,0	45,2
Nacional	585,0	585,0	100,0	126,0	57,0	45,2
Financeiro	214.308.436	197.108.436	92,0	47.829.010	43.482.385	90,9
Fiscal Seguridade	214.308.436	197.108.436	92,0	47.829.010	43.482.385	90,9
Nacional	214.308.436	197.108.436	92,0	47.829.010	43.482.385	90,9
(P) 7933 Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	46,0	46,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Nacional	46,0	46,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Financeiro	1.124.386	724.386	64,4	435.000	360.891	83,0
Fiscal Seguridade	1.124.386	724.386	64,4	435.000	360.891	83,0
Nacional	1.124.386	724.386	64,4	435.000	360.891	83,0
Financ. Total Programa	332.320.044	285.578.166	85,9	78.875.965	73.425.079	93,1
Fiscal Seguridade	332.320.044	285.578.166	71,1	78.875.965	73.425.079	93,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Denise Costa Coitinho						
(OE)	0357	Assistência Financeira à Família visando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição - Bolsa-Alimentação				
Produto: BOLSA ALIMENTACAO CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.443.667,0	1.443.667,0	100,0	1.623.000,0	1.386.500,0	85,4
Nacional	1.443.667,0	1.443.667,0	100,0	1.623.000,0	1.386.500,0	85,4
Financeiro	512.434.082	152.434.082	29,7	300.000.000	151.999.968	50,7
Fiscal Seguridade	512.434.082	152.434.082	29,7	300.000.000	151.999.968	50,7
Nacional	512.434.082	152.434.082	29,7	300.000.000	151.999.968	50,7
(OE)	0603	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Ações de Combate às Carências Nutricionais				
Produto: POPULACAO COBERTA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.862.988,0	1.862.988,0	100,0	922.544,0	112.833,0	12,2
Centro-oeste	104.504,0	104.504,0	100,0	48.294,0	11.353,0	23,5
Nordeste	974.484,0	974.484,0	100,0	476.108,0	34.431,0	7,2
Norte	239.769,0	239.769,0	100,0	117.645,0	20.019,0	17,0
Sudeste	382.864,0	382.864,0	100,0	201.614,0	38.665,0	19,2
Sul	161.367,0	161.367,0	100,0	78.883,0	8.365,0	10,6
Financeiro	412.420.406	412.420.406	100,0	107.300.000	96.183.915	89,6
Fiscal Seguridade	412.420.406	412.420.406	100,0	107.300.000	96.183.915	89,6
Centro-oeste	22.407.771	22.407.771	100,0	6.924.600	5.869.642	84,8
Nordeste	213.623.934	213.623.934	100,0	50.932.700	46.400.785	91,1
Norte	53.595.926	53.595.926	100,0	16.561.100	13.649.930	82,4
Sudeste	86.541.398	86.541.398	100,0	22.501.600	21.020.337	93,4
Sul	36.251.377	36.251.377	100,0	10.380.000	9.243.221	89,0
(P)	3890	Estudos e Pesquisas sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	77,0	77,0	100,0	20,0	33,0	165,0
Nacional	77,0	77,0	100,0	20,0	33,0	165,0
Financeiro	8.549.118	5.688.418	66,5	3.100.000	3.080.187	99,4
Fiscal Seguridade	8.549.118	5.688.418	66,5	3.100.000	3.080.187	99,4
Nacional	8.549.118	5.688.418	66,5	3.100.000	3.080.187	99,4
(P)	3945	Promoção de Eventos Técnicos sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	233,0	233,0	100,0	78,0	78,0	100,0
Nacional	233,0	233,0	100,0	78,0	78,0	100,0
Financeiro	1.400.475	900.475	64,3	500.000	500.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.400.475	900.475	64,3	500.000	500.000	100,0
Nacional	1.400.475	900.475	64,3	500.000	500.000	100,0
(A)	4294	Atendimento a Crianças, Gestantes e Idosos, em Áreas Endêmicas de Má Nutrição, com Micronutrientes				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.156.445,0	11.156.445,0	100,0	6.000.000,0	3.350.000,0	55,8
Nacional	11.156.445,0	11.156.445,0	100,0	6.000.000,0	3.350.000,0	55,8
Financeiro	5.642.114	3.694.114	65,5	2.000.000	1.981.480	99,1
Fiscal Seguridade	5.642.114	3.694.114	65,5	2.000.000	1.981.480	99,1
Nacional	5.642.114	3.694.114	65,5	2.000.000	1.981.480	99,1
Financ. Total Programa	940.446.195	575.137.495	61,2	412.900.000	253.745.550	61,5
Fiscal Seguridade	940.446.195	575.137.495	71,4	412.900.000	253.745.550	61,5

0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Gerente em 31/12/2002: Platão José Erwin de Sousa Lima Fischer Puhler



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Platão José Erwin de Sousa Lima Fischer Puhler						
(OE)	0593	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica				
Produto: POPULACAO COBERTA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	163.148,0	163.148,0	100,0	172.461,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	11.198,0	11.198,0	100,0	12.006,0	S.R.	0,0
Nordeste	45.530,0	45.530,0	100,0	48.756,0	S.R.	0,0
Norte	12.134,0	12.134,0	100,0	13.293,0	S.R.	0,0
Sudeste	69.840,0	69.840,0	100,0	72.994,0	S.R.	0,0
Sul	24.446,0	24.446,0	100,0	25.412,0	S.R.	0,0
Financeiro	674.878.625	498.078.625	73,8	172.461.000	165.588.691	96,0
Fiscal Seguridade	674.878.625	498.078.625	73,8	172.461.000	165.588.691	96,0
Centro-oeste	46.713.924	34.403.924	73,6	12.006.000	11.570.935	96,4
Nordeste	189.298.078	139.958.078	73,9	48.546.000	46.213.098	95,2
Norte	51.387.141	37.607.141	73,2	13.443.000	12.896.150	95,9
Sudeste	287.384.698	212.024.698	73,8	73.054.000	70.371.712	96,3
Sul	100.094.784	74.084.784	74,0	25.412.000	24.536.796	96,6
(A)	2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos (Ministério da Educação)				
Produto: UNIDADE FARMACEUTICA PRODUZIDA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	0,0	0,0	0,0	198,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	198,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.677.284	15.398.031	67,9	6.215.000	5.686.942	91,5
Fiscal Seguridade	22.677.284	15.398.031	67,9	6.215.000	5.686.942	91,5
Nordeste	22.677.284	15.398.031	67,9	6.215.000	5.686.942	91,5
(A)	2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos Produto: UNIDADE FARMACEUTICA PRODUZIDA				
Produto: UNIDADE FARMACEUTICA PRODUZIDA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	0,0	0,0	0,0	700.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	700.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	59.189.762	46.289.762	78,2	26.413.776	14.229.148	53,9
Fiscal Seguridade	59.189.762	46.289.762	78,2	26.413.776	14.229.148	53,9
Nacional	59.189.762	46.289.762	78,2	26.413.776	14.229.148	53,9
(A)	2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos (Ministério da Defesa)				
Produto: UNIDADE FARMACEUTICA PRODUZIDA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	0,0	0,0	0,0	12.230,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12.230,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.082.322	4.278.408	70,3	1.653.523	849.200	51,4
Fiscal Seguridade	6.082.322	4.278.408	70,3	1.653.523	849.200	51,4
Nacional	6.082.322	4.278.408	70,3	1.653.523	849.200	51,4
(P)	3928	Promoção de Eventos sobre Assistência Farmacêutica Produto: EVENTO REALIZADO				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.000.000	500.000	50,0	500.000	500.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	500.000	50,0	500.000	500.000	100,0
Nacional	1.000.000	500.000	50,0	500.000	500.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA						
Gerente em 31/12/2002: Platão José Erwin de Sousa Lima Fischer Puhler						
(A)	4368	Atendimento à População com Medicamentos e Insumos Estratégicos				
Produto: PACIENTE ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	82.927,0	82.927,0	100,0	40.032.748,0	S.R.	0,0
Nacional	82.927,0	82.927,0	100,0	40.032.748,0	S.R.	0,0
Financeiro	695.751.971	497.900.971	71,6	266.648.600	265.190.504	99,5
Fiscal Seguridade	695.751.971	497.900.971	71,6	266.648.600	265.190.504	99,5
Nacional	682.748.971	496.220.971	72,7	266.648.600	265.190.504	99,5
Centro-oeste	1.658.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.586.000	136.000	5,3	0	0	0,0
Norte	1.622.000	272.000	16,8	0	0	0,0
Sudeste	3.908.000	688.000	17,6	0	0	0,0
Sul	3.229.000	584.000	18,1	0	0	0,0
(P)	5569	MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LABORATÓRIOS OFICIAIS DE PRODUÇÃO FARMACÊUTICA				
Produto: Laboratório ampliado/modernizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.999.980	8.999.980	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.999.980	8.999.980	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.903.980	8.903.980	100,0	0	0	0,0
Sul	96.000	96.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7835	Modernização e Adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos				
Produto: LABORATORIO FARMACEUTICO MODERNIZADO/ADEQUADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	64.044.323	28.044.323	43,8	26.003.840	11.490.327	44,2
Fiscal Seguridade	64.044.323	28.044.323	43,8	26.003.840	11.490.327	44,2
Nacional	62.010.323	26.010.323	41,9	26.003.840	11.490.327	44,2
Sul	2.034.000	2.034.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.532.624.267	1.099.490.100	71,7	499.895.739	463.534.812	92,7
Fiscal Seguridade	1.532.624.267	1.099.490.100	71,4	499.895.739	463.534.812	92,7
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR						
Gerente em 31/12/2002: João Gabbardo dos Reis						
(A)	2101	Atendimento Médico Especializado Itinerante em Áreas Desassistidas				
Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.956,0	8.956,0	100,0	130.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	130.000,0	S.R.	0,0
Norte	8.956,0	8.956,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	986.400	486.400	49,3	580.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	986.400	486.400	49,3	580.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	580.000	0	0,0
Norte	986.400	486.400	49,3	0	0	0,0
(A)	4299	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisas no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais				
Produto: LEITO OFERTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.471,0	2.471,0	100,0	1.042,0	850,0	81,6
Nacional	2.471,0	2.471,0	100,0	1.042,0	850,0	81,6
Financeiro	1.022.405.921	739.997.921	72,4	274.310.400	249.600.000	91,0
Fiscal Seguridade	1.022.405.921	739.997.921	72,4	274.310.400	249.600.000	91,0
Nacional	1.022.405.921	739.997.921	72,4	274.310.400	249.600.000	91,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR						
Gerente em 31/12/2002: João Gabbardo dos Reis						
(A)	4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar					
	Produto: LEITO OFERTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	9.935,0	9.935,0	100,0	13.602,0	1.821,0	13,4
Norte	859,0	859,0	100,0	307,0	281,0	91,5
Sudeste	5.879,0	5.879,0	100,0	11.696,0	1.540,0	13,2
Sul	3.197,0	3.197,0	100,0	1.599,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.237.971.484	1.680.019.484	75,1	580.909.093	580.586.834	99,9
Fiscal Seguridade	2.237.971.484	1.680.019.484	75,1	580.909.093	580.586.834	99,9
Nacional	264.452.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	24.354.623	17.354.623	71,3	6.600.000	6.580.649	99,7
Sudeste	1.213.685.861	927.185.861	76,4	304.809.093	304.506.185	99,9
Sul	735.479.000	735.479.000	100,0	269.500.000	269.500.000	100,0
(A)	4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS					
	Produto: MUNICIPIO HABILITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.656,0	1.656,0	100,0	634,0	566,0	89,3
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	77,0	77,0	100,0	30,0	26,0	86,7
Nordeste	424,0	424,0	100,0	142,0	147,0	103,5
Norte	205,0	205,0	100,0	68,0	74,0	108,8
Sudeste	819,0	819,0	100,0	335,0	275,0	82,1
Sul	131,0	131,0	100,0	58,0	44,0	75,9
Financeiro	26.083.038.554	18.020.515.011	69,1	6.607.136.800	6.559.358.274	99,3
Fiscal Seguridade	26.083.038.554	18.020.515.011	69,1	6.607.136.800	6.559.358.274	99,3
Nacional	170.843.299	125.526.999	73,5	63.327.000	62.327.000	98,4
Centro-oeste	2.420.751.634	1.564.216.822	64,6	656.759.700	651.465.228	99,2
Nordeste	5.283.975.895	3.417.391.088	64,7	1.360.058.400	1.352.344.159	99,4
Norte	1.370.604.417	858.616.480	62,6	332.992.000	330.953.678	99,4
Sudeste	11.209.363.655	8.085.524.702	72,1	2.584.007.900	2.563.582.991	99,2
Sul	5.627.499.654	3.969.238.920	70,5	1.609.991.800	1.598.685.218	99,3
(A)	4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS					
	Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: MILHAR		
Físico	392.237,8	392.237,8	100,0	115.515,0	127.819,2	110,7
Nacional	35.559,0	35.559,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	21.254,8	21.254,8	100,0	3.410,0	5.203,2	152,6
Nordeste	93.977,9	93.977,9	100,0	27.335,0	34.996,2	128,0
Norte	18.884,6	18.884,6	100,0	4.911,0	5.829,8	118,7
Sudeste	183.957,9	183.957,9	100,0	72.342,0	74.209,2	102,6
Sul	38.603,6	38.603,6	100,0	7.516,0	7.580,8	100,9
Financeiro	21.046.705.603	15.672.579.991	74,5	5.696.678.200	5.648.143.216	99,1
Fiscal Seguridade	21.046.705.603	15.672.579.991	74,5	5.696.678.200	5.648.143.216	99,1
Nacional	146.895.842	105.580.542	71,9	58.626.000	57.810.600	98,6
Centro-oeste	589.627.441	589.627.441	100,0	156.761.000	156.728.516	100,0
Nordeste	6.017.255.242	4.497.293.186	74,7	1.460.775.000	1.460.585.133	100,0
Norte	1.263.636.026	843.469.007	66,7	272.933.200	272.932.589	100,0
Sudeste	11.109.272.922	8.104.193.385	72,9	3.358.207.000	3.310.715.957	98,6
Sul	1.920.018.130	1.532.416.430	79,8	389.376.000	389.370.421	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR						
Gerente em 31/12/2002: João Gabbardo dos Reis						
(A) 4324	Cooperação Mútua com a Marinha Brasileira para Operação, Manutenção e Ações de Saúde nos Navios de Assistência Hospitalar - Nash, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, para Atendimento das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica					
Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	68.857,0	68.857,0	100,0	14.000,0	18.252,0	130,4
Norte	68.857,0	68.857,0	100,0	14.000,0	18.252,0	130,4
Financeiro	10.992.944	6.042.944	55,0	4.500.000	2.999.999	66,7
Fiscal Seguridade	10.992.944	6.042.944	55,0	4.500.000	2.999.999	66,7
Norte	10.992.944	6.042.944	55,0	4.500.000	2.999.999	66,7
(A) 4375	Residência Médica nos Hospitais da Rede Própria do Ministério da Saúde					
Produto: MEDICO RESIDENTE MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.267,0	2.267,0	100,0	908,0	628,0	69,2
Sudeste	2.267,0	2.267,0	100,0	908,0	628,0	69,2
Financeiro	50.753.852	34.253.852	67,5	14.190.000	13.912.647	98,0
Fiscal Seguridade	50.753.852	34.253.852	67,5	14.190.000	13.912.647	98,0
Sudeste	50.753.852	34.253.852	67,5	14.190.000	13.912.647	98,0
Financ. Total Programa	50.452.854.758	36.153.895.603	71,7	13.178.304.493	13.054.600.970	99,1
Fiscal Seguridade	50.452.854.758	36.153.895.603	71,4	13.178.304.493	13.054.600.970	99,1
0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES						
Gerente em 31/12/2002: Gerson Fernando Mendes Pereira						
(OE) 0599	Incentivo-Bônus por Paciente de Hanseníase em Tratamento Curado					
Produto: PACIENTE CURADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	88.029,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	88.029,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.000	0	0,0	4.400.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.000	0	0,0	4.400.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	4.400.000	0	0,0
(A) 2739	Atendimento à População com Medicamentos para Hanseníase e Outras Dermatoses					
Produto: PACIENTE ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	60.000,0	60.000,0	100,0	60.000,0	60.000,0	100,0
Nacional	60.000,0	60.000,0	100,0	60.000,0	60.000,0	100,0
Financeiro	5.499.999	1.999.999	36,4	2.000.000	1.999.999	100,0
Fiscal Seguridade	5.499.999	1.999.999	36,4	2.000.000	1.999.999	100,0
Nacional	5.499.999	1.999.999	36,4	2.000.000	1.999.999	100,0
(P) 3855	Estudos e Pesquisas sobre Hanseníase e Outras Dermatoses					
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.630.259	1.134.059	69,6	500.000	137.585	27,5
Fiscal Seguridade	1.630.259	1.134.059	69,6	500.000	137.585	27,5
Nacional	1.630.259	1.134.059	69,6	500.000	137.585	27,5
(A) 4313	Tratamento da Hanseníase e Outras Dermatoses					
Produto: PACIENTE TRATADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	116.000,0	116.000,0	100,0	56.000,0	S.R.	0,0
Nacional	116.000,0	116.000,0	100,0	56.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.994.861	9.720.961	64,8	5.706.000	3.537.031	62,0
Fiscal Seguridade	14.994.861	9.720.961	64,8	5.706.000	3.537.031	62,0
Nacional	14.994.861	9.720.961	64,8	5.706.000	3.537.031	62,0
Financ. Total Programa	24.125.119	12.855.019	53,3	12.606.000	5.674.615	45,0
Fiscal Seguridade	24.125.119	12.855.019	71,4	12.606.000	5.674.615	45,0

0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

426

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: Elías Rassi Neto						
(P)	1841	Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	823.250	273.250	33,2	550.000	273.250	49,7
Fiscal Seguridade	823.250	273.250	33,2	550.000	273.250	49,7
Nacional	823.250	273.250	33,2	550.000	273.250	49,7
(P)	1849	Estudos e Pesquisas sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	342.000	0	0,0	480.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	342.000	0	0,0	480.000	0	0,0
Nacional	342.000	0	0,0	480.000	0	0,0
(A)	2016	Conselho Nacional de Saúde				
	Produto: CONSELHO MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.798.868	1.360.868	75,7	440.000	371.514	84,4
Fiscal Seguridade	1.798.868	1.360.868	75,7	440.000	371.514	84,4
Nacional	1.798.868	1.360.868	75,7	440.000	371.514	84,4
(P)	3885	ESTUDO COMPARATIVO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS FORMAS DE GESTÃO COM A ATENÇÃO BÁSICA				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	119.400	119.400	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	119.400	119.400	100,0	0	0	0,0
Nacional	119.400	119.400	100,0	0	0	0,0
(P)	3886	Implantação de Novos Modelos de Gestão, Avaliação, Experiências Inovadoras e Controle Social de Serviços de Saúde para Promover a Descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS				
	Produto: MUNICIPIO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.600,0	1.600,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	1.600,0	1.600,0	100,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.936.964	6.816.964	76,3	2.000.000	1.619.773	81,0
Fiscal Seguridade	8.936.964	6.816.964	76,3	2.000.000	1.619.773	81,0
Nacional	8.936.964	6.816.964	76,3	2.000.000	1.619.773	81,0
(P)	3993	ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4380	Sistema Nacional de Informações em Saúde, do Sistema Único de Saúde - SUS				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	94.967.007	65.467.007	68,9	34.972.478	31.689.206	90,6
Fiscal Seguridade	94.967.007	65.467.007	68,9	34.972.478	31.689.206	90,6
Nacional	94.807.007	65.307.007	68,9	34.972.478	31.689.206	90,6
Nordeste	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: Elías Rassi Neto						
(A) 4388	Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	76.128.408	53.692.408	70,5	25.020.000	24.719.383	98,8
Fiscal Seguridade	76.128.408	53.692.408	70,5	25.020.000	24.719.383	98,8
Nacional	76.128.408	53.692.408	70,5	25.020.000	24.719.383	98,8
(A) 4530	Implementação da Promoção à Saúde					
Produto: MUNICIPIO BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.500,0	3.500,0	100,0	2.000,0	S.R.	0,0
Nacional	3.500,0	3.500,0	100,0	2.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.250.340	27.250.340	64,5	11.700.000	10.920.147	93,3
Fiscal Seguridade	42.250.340	27.250.340	64,5	11.700.000	10.920.147	93,3
Nacional	42.250.340	27.250.340	64,5	11.700.000	10.920.147	93,3
(A) 4586	Formulação e Avaliação de Políticas para o Setor Saúde					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.021.463	8.062.463	57,5	3.741.714	3.517.914	94,0
Fiscal Seguridade	14.021.463	8.062.463	57,5	3.741.714	3.517.914	94,0
Nacional	14.021.463	8.062.463	57,5	3.741.714	3.517.914	94,0
(P) 5518	Campanha Educativa de Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.523.893	1.523.893	100,0	950.000	291.250	30,7
Fiscal Seguridade	1.523.893	1.523.893	100,0	950.000	291.250	30,7
Nacional	1.523.893	1.523.893	100,0	950.000	291.250	30,7
Financ. Total Programa	240.911.593	164.566.593	68,3	79.854.192	73.402.437	91,9
Fiscal Seguridade	240.911.593	164.566.593	71,4	79.854.192	73.402.437	91,9
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade						
(P) 3875	Adequação da Planta de Produção de Vacinas					
Produto: UNIDADE ADEQUADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	72,0	72,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	72,0	72,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	48.396.293	28.396.293	58,7	11.000.000	10.999.907	100,0
Fiscal Seguridade	48.396.293	28.396.293	58,7	11.000.000	10.999.907	100,0
Nacional	48.396.293	28.396.293	58,7	11.000.000	10.999.907	100,0
(P) 3926	Modernização e Adequação de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz					
Produto: UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADEQUADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	84,0	84,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	84,0	84,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	54.145.158	39.940.858	73,8	15.400.000	15.380.810	99,9
Fiscal Seguridade	54.145.158	39.940.858	73,8	15.400.000	15.380.810	99,9
Nacional	54.145.158	39.940.858	73,8	15.400.000	15.380.810	99,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade						
(P)	3937	Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	175,0	175,0	100,0	32,0	80,0	250,0
Nacional	175,0	175,0	100,0	32,0	80,0	250,0
Financeiro	4.619.780	3.119.780	67,5	720.000	708.811	98,4
Fiscal Seguridade	4.619.780	3.119.780	67,5	720.000	708.811	98,4
Nacional	4.619.780	3.119.780	67,5	720.000	708.811	98,4
(A)	4131	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EM GESTÃO DA QUALIDADE EM SAÚDE (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4133	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE CAUSAS EXTERNAS DE MORBIMORTALIDADE (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	588.909	588.909	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	588.909	588.909	100,0	0	0	0,0
Nacional	588.909	588.909	100,0	0	0	0,0
(A)	4162	FOMENTO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	635.102	635.102	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	635.102	635.102	100,0	0	0	0,0
Nacional	635.102	635.102	100,0	0	0	0,0
(A)	4200	APOIO A GRUPOS DE PESQUISA EM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS E EM DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: grupo de pesquisa apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.199.500	1.199.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.199.500	1.199.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.199.500	1.199.500	100,0	0	0	0,0
(A)	4325	Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos- Farmanguinhos				
	Produto: PROCESSO/PRODUTO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	148,0	148,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Nacional	148,0	148,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Financeiro	9.580.272	6.138.772	64,1	2.750.000	2.749.359	100,0
Fiscal Seguridade	9.580.272	6.138.772	64,1	2.750.000	2.749.359	100,0
Nacional	9.580.272	6.138.772	64,1	2.750.000	2.749.359	100,0
(A)	4326	Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-manguinhos				
	Produto: PROCESSO/PRODUTO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	110,0	110,0	100,0	41,0	34,0	82,9
Nacional	110,0	110,0	100,0	41,0	34,0	82,9
Financeiro	9.809.766	7.373.166	75,2	3.729.200	3.727.896	100,0
Fiscal Seguridade	9.809.766	7.373.166	75,2	3.729.200	3.727.896	100,0
Nacional	9.809.766	7.373.166	75,2	3.729.200	3.727.896	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade						
(A) 4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz						
Produto: ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	15.050,0	15.050,0	100,0	4.870,0	5.495,0	112,8
Nacional	15.050,0	15.050,0	100,0	4.870,0	5.495,0	112,8
Financeiro	25.455.317	18.507.917	72,7	6.600.000	6.598.943	100,0
Fiscal Seguridade	25.455.317	18.507.917	72,7	6.600.000	6.598.943	100,0
Nacional	25.455.317	18.507.917	72,7	6.600.000	6.598.943	100,0
(A) 4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia						
Produto: USUARIO ATENDIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1.606.626,0	1.606.626,0	100,0	651.420,0	701.799,0	107,7
Nacional	1.606.626,0	1.606.626,0	100,0	651.420,0	701.799,0	107,7
Financeiro	36.940.607	26.023.307	70,4	9.900.000	9.897.977	100,0
Fiscal Seguridade	36.940.607	26.023.307	70,4	9.900.000	9.897.977	100,0
Nacional	36.940.607	26.023.307	70,4	9.900.000	9.897.977	100,0
(A) 4359 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPQAM						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	191,0	191,0	100,0	124,0	67,0	54,0
Nacional	191,0	191,0	100,0	124,0	67,0	54,0
Financeiro	33.297.262	22.272.262	66,9	9.131.000	8.931.996	97,8
Fiscal Seguridade	33.297.262	22.272.262	66,9	9.131.000	8.931.996	97,8
Nacional	33.297.262	22.272.262	66,9	9.131.000	8.931.996	97,8
(A) 4360 Pesquisas Biomédicas e Preservação de Espécies Ameaçadas de Extinção no Centro Nacional de Primatas - CENP						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	18,0	18,0	100,0	34,0	S.R.	0,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	34,0	S.R.	0,0
Financeiro	27.825.282	19.277.682	69,3	8.202.000	7.423.902	90,5
Fiscal Seguridade	27.825.282	19.277.682	69,3	8.202.000	7.423.902	90,5
Nacional	27.825.282	19.277.682	69,3	8.202.000	7.423.902	90,5
(A) 4361 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz - CPQGM						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	127,0	127,0	100,0	60,0	48,0	80,0
Nacional	127,0	127,0	100,0	60,0	48,0	80,0
Financeiro	23.736.699	15.816.699	66,6	6.406.000	6.179.343	96,5
Fiscal Seguridade	23.736.699	15.816.699	66,6	6.406.000	6.179.343	96,5
Nacional	23.736.699	15.816.699	66,6	6.406.000	6.179.343	96,5
(A) 4362 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Rene Rachou - CPQRR						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	288,0	288,0	100,0	120,0	116,0	96,7
Nacional	288,0	288,0	100,0	120,0	116,0	96,7
Financeiro	27.055.907	18.155.907	67,1	7.468.000	7.248.243	97,1
Fiscal Seguridade	27.055.907	18.155.907	67,1	7.468.000	7.248.243	97,1
Nacional	27.055.907	18.155.907	67,1	7.468.000	7.248.243	97,1
(A) 4363 PESQUISAS EM TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS DE INTERESSE SANITÁRIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA PROF. HÉLIO FRAGA - CRPHF						
Produto: Pesquisa publicada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.605.779	9.605.779	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.605.779	9.605.779	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.605.779	9.605.779	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

430

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade						
(A) 4373	Residência Médica na Fundação Oswaldo Cruz					
Produto: MEDICO RESIDENTE MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	300,0	300,0	100,0	47,0	108,0	229,8
Nacional	300,0	300,0	100,0	47,0	108,0	229,8
Financeiro	5.596.270	3.596.270	64,3	1.220.000	1.219.423	100,0
Fiscal Seguridade	5.596.270	3.596.270	64,3	1.220.000	1.219.423	100,0
Nacional	5.596.270	3.596.270	64,3	1.220.000	1.219.423	100,0
(A) 4379	Serviço de Referência em Saúde e Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz					
Produto: SERVICO DE REFERENCIA PRESTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.459.418,0	1.459.418,0	100,0	1.009.000,0	523.182,0	51,9
Nacional	1.459.418,0	1.459.418,0	100,0	1.009.000,0	523.182,0	51,9
Financeiro	45.909.367	32.059.367	69,8	13.200.000	12.207.300	92,5
Fiscal Seguridade	45.909.367	32.059.367	69,8	13.200.000	12.207.300	92,5
Nacional	45.909.367	32.059.367	69,8	13.200.000	12.207.300	92,5
(A) 4381	Serviço de Referência de Qualidade em Saúde do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS					
Produto: SERVICO DE REFERENCIA PRESTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25.353,0	25.353,0	100,0	12.772,0	8.348,0	65,4
Nacional	25.353,0	25.353,0	100,0	12.772,0	8.348,0	65,4
Financeiro	11.864.878	7.933.278	66,9	3.300.000	3.294.584	99,8
Fiscal Seguridade	11.864.878	7.933.278	66,9	3.300.000	3.294.584	99,8
Nacional	11.864.878	7.933.278	66,9	3.300.000	3.294.584	99,8
(A) 4386	Pesquisas no Campo de Medicina Tropical e Meio-Ambiente do Instituto Evandro Chagas - IEC					
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	91,0	91,0	100,0	184,0	S.R.	0,0
Nacional	91,0	91,0	100,0	184,0	S.R.	0,0
Financeiro	72.889.804	50.737.704	69,6	19.700.200	19.152.878	97,2
Fiscal Seguridade	72.889.804	50.737.704	69,6	19.700.200	19.152.878	97,2
Nacional	72.889.804	50.737.704	69,6	19.700.200	19.152.878	97,2
(A) 4458	Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz					
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.513,0	2.513,0	100,0	1.037,0	774,0	74,6
Nacional	2.513,0	2.513,0	100,0	1.037,0	774,0	74,6
Financeiro	83.804.729	58.104.729	69,3	25.300.000	24.330.051	96,2
Fiscal Seguridade	83.804.729	58.104.729	69,3	25.300.000	24.330.051	96,2
Nacional	83.804.729	58.104.729	69,3	25.300.000	24.330.051	96,2
(P) 5629	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELEMEDICINA E TELEDUCAÇÃO (Ministério da Ciência e Tecnologia)					
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5921	ESTUDOS E PESQUISAS PARA O CONTROLE DA DOENÇA FALCIFORME					
Produto: estudo/pesquisa publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6510	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE PROCESSOS E PRODUTOS EM LABORATÓRIOS OFICIAIS					
Produto: laboratório apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	533.156.681	369.683.281	69,3	144.026.400	140.051.423	97,2
Fiscal Seguridade	533.156.681	369.683.281	71,4	144.026.400	140.051.423	97,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

431

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3847	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA				
	Produto: Campanha realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.955.000	5.955.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.955.000	5.955.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.955.000	5.955.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5598	ERRADICAÇÃO DO AEDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE				
	Produto: Município beneficiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	7.428,0	7.428,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7.428,0	7.428,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	133.706.446	133.706.446	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	133.706.446	133.706.446	100,0	0	0	0,0
Nacional	133.706.446	133.706.446	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	139.661.446	139.661.446	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	139.661.446	139.661.446	71,4	0	0	0,0
0014 PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3883	DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALÁRIA				
	Produto: Família beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	33.689.700,0	33.689.700,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	21.448.700,0	21.448.700,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	12.241.000,0	12.241.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.212.772	25.062.772	95,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	25.062.772	25.062.772	100,0	0	0	0,0
Nacional	17.651.126	17.651.126	100,0	0	0	0,0
Norte	7.411.646	7.411.646	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.150.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.150.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4329	DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA				
	Produto: População beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.725.938,0	4.725.938,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.725.938,0	4.725.938,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	133.286.076	133.286.076	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	133.286.076	133.286.076	100,0	0	0	0,0
Nacional	133.286.076	133.286.076	100,0	0	0	0,0
(A)	4366	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA				
	Produto: Paciente atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.308.253,0	1.308.253,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.308.253,0	1.308.253,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.235.198	9.235.198	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.235.198	9.235.198	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.235.198	9.235.198	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	168.734.046	167.584.046	99,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	167.584.046	167.584.046	71,4	0	0	0,0
Demais Fontes	1.150.000	0	0,0	0	0	0,0

0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS

Gerente em 31/12/2002: Neilton Araujo de Oliveira

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS						
Gerente em 31/12/2002: Neilton Araujo de Oliveira						
(OE) 0601 Incentivo-Bônus para Diagnóstico e Tratamento de Pacientes com Tuberculose						
Produto: PACIENTE CURADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	82.175,0	82.175,0	100,0	95.000,0	13.080,0	13,8
Nacional	82.175,0	82.175,0	100,0	95.000,0	13.080,0	13,8
Financeiro	15.797.934	5.797.934	36,7	2.800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.797.934	5.797.934	36,7	2.800.000	0	0,0
Nacional	15.797.934	5.797.934	36,7	2.800.000	0	0,0
(P) 3856 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias						
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	12,0	12,0	100,0	22,0	S.R.	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	22,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.281.227	793.227	61,9	500.000	495.080	99,0
Fiscal Seguridade	1.281.227	793.227	61,9	500.000	495.080	99,0
Nacional	1.281.227	793.227	61,9	500.000	495.080	99,0
(P) 3941 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias						
Produto: EVENTO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	11,0	11,0	100,0	3,0	8,0	266,7
Nacional	11,0	11,0	100,0	3,0	8,0	266,7
Financeiro	588.800	288.800	49,0	350.000	273.800	78,2
Fiscal Seguridade	588.800	288.800	49,0	350.000	273.800	78,2
Nacional	588.800	288.800	49,0	350.000	273.800	78,2
(A) 4314 Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário						
Produto: PACIENTE TRATADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	127.334,0	127.334,0	100,0	95.000,0	62.829,0	66,1
Nacional	127.334,0	127.334,0	100,0	95.000,0	62.829,0	66,1
Financeiro	18.564.801	12.791.801	68,9	6.000.000	5.681.801	94,7
Fiscal Seguridade	18.564.801	12.791.801	68,9	6.000.000	5.681.801	94,7
Nacional	18.564.801	12.791.801	68,9	6.000.000	5.681.801	94,7
(A) 4363 Pesquisas em Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário do Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF						
Produto: PESQUISA PUBLICADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.647.336	5.391.936	42,6	5.791.100	5.391.936	93,1
Fiscal Seguridade	12.647.336	5.391.936	42,6	5.791.100	5.391.936	93,1
Nacional	12.647.336	5.391.936	42,6	5.791.100	5.391.936	93,1
(A) 4369 Atendimento à População com Medicamentos para Tuberculose e Outras Pneumopatias						
Produto: PACIENTE ATENDIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	182.941,0	182.941,0	100,0	95.500,0	62.992,0	66,0
Nacional	182.941,0	182.941,0	100,0	95.500,0	62.992,0	66,0
Financeiro	41.778.827	30.118.827	72,1	10.600.000	10.592.654	99,9
Fiscal Seguridade	41.778.827	30.118.827	72,1	10.600.000	10.592.654	99,9
Nacional	41.778.827	30.118.827	72,1	10.600.000	10.592.654	99,9
Financ. Total Programa	90.658.925	55.182.525	60,9	26.041.100	22.435.271	86,2
Fiscal Seguridade	90.658.925	55.182.525	71,4	26.041.100	22.435.271	86,2

0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

Gerente em 31/12/2002: Maria do Socorro Alves Lemos

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Socorro Alves Lemos						
(OE)	0002	Apoio à Instalação de Posto Avançado do INCOR em Brasília (Câmara dos Deputados)				
Produto: POSTO INSTALADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.000.000	15.000.000	60,0	15.000.000	15.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	25.000.000	15.000.000	60,0	15.000.000	15.000.000	100,0
Nacional	15.000.000	15.000.000	100,0	15.000.000	15.000.000	100,0
Centro-oeste	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0002	Apoio à Instalação de Posto Avançado do INCOR em Brasília (Senado Federal)				
Produto: POSTO INSTALADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.070.000	15.070.000	60,1	15.070.000	15.070.000	100,0
Fiscal Seguridade	25.070.000	15.070.000	60,1	15.070.000	15.070.000	100,0
Nacional	15.070.000	15.070.000	100,0	15.070.000	15.070.000	100,0
Centro-oeste	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3894	Estudos e Pesquisas sobre Doenças Crônico-Degenerativas				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	122,0	122,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	122,0	122,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	702.035	142.035	20,2	570.000	20.000	3,5
Fiscal Seguridade	702.035	142.035	20,2	570.000	20.000	3,5
Nacional	702.035	142.035	20,2	570.000	20.000	3,5
(P)	3934	Promoção de Eventos Técnicos sobre Doenças Crônico-Degenerativas				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30,0	30,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	595.762	95.762	16,1	100.000	24.796	24,8
Fiscal Seguridade	595.762	95.762	16,1	100.000	24.796	24,8
Nacional	595.762	95.762	16,1	100.000	24.796	24,8
(A)	4315	Controle das Doenças Cardiovasculares				
Produto: POPULACAO BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	295,5	295,5	100,0	320.000,0	S.R.	0,0
Nacional	295,5	295,5	100,0	320.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.895.620	2.652.800	54,2	2.700.000	2.316.400	85,8
Fiscal Seguridade	4.895.620	2.652.800	54,2	2.700.000	2.316.400	85,8
Nacional	4.895.620	2.652.800	54,2	2.700.000	2.316.400	85,8
(A)	4316	Controle das Doenças Reumáticas				
Produto: POPULACAO BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	243.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	243.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	412.000	80.000	19,4	500.000	80.000	16,0
Fiscal Seguridade	412.000	80.000	19,4	500.000	80.000	16,0
Nacional	412.000	80.000	19,4	500.000	80.000	16,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Socorro Alves Lemos						
(A) 4319 Controle do Diabetes Mellitus						
Produto: POPULACAO BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	119,8	119,8	100,0	500.000,0	S.R.	0,0
Nacional	119,8	119,8	100,0	500.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.438.877	1.643.185	47,8	1.800.000	1.173.400	65,2
Fiscal Seguridade	3.438.877	1.643.185	47,8	1.800.000	1.173.400	65,2
Nacional	3.438.877	1.643.185	47,8	1.800.000	1.173.400	65,2
(A) 4367 Atendimento a Diabéticos com Insulina, Hipoglicemiantes Orais e Correlatos						
Produto: PACIENTE ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	39.400,0	39.400,0	100,0	5.000.000,0	S.R.	0,0
Nacional	39.400,0	39.400,0	100,0	5.000.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	214.119.249	114.119.249	53,3	35.000.000	35.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	214.119.249	114.119.249	53,3	35.000.000	35.000.000	100,0
Nacional	214.119.249	114.119.249	53,3	35.000.000	35.000.000	100,0
(A) 4376 Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira						
Produto: PACIENTE ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.328.060,0	2.328.060,0	100,0	205.125,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	205.125,0	S.R.	0,0
Sudeste	2.328.060,0	2.328.060,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.201.402	7.594.913	67,8	3.564.000	2.296.344	64,4
Fiscal Seguridade	11.201.402	7.594.913	67,8	3.564.000	2.296.344	64,4
Nacional	10.731.402	7.534.913	70,2	3.564.000	2.296.344	64,4
Centro-oeste	410.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
(OA) 9013 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DE DIABÉTICOS NO TRABALHO E SOBRE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM DIABETES MELLITUS						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9014 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	7,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	7,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	285.434.945	156.397.944	54,8	74.304.000	70.980.940	95,5
Fiscal Seguridade	285.434.945	156.397.944	71,4	74.304.000	70.980.940	95,5
0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Maria de Lourdes de Sousa Maia						
(P) 3877 Fomento à Produção Nacional em Imunobiológicos						
Produto: LABORATORIO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	14,0	14,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	19.173.318	13.283.318	69,3	5.500.000	5.500.000	100,0
Fiscal Seguridade	18.683.318	13.283.318	71,1	5.500.000	5.500.000	100,0
Nacional	18.683.318	13.283.318	71,1	5.500.000	5.500.000	100,0
Demais Fontes	490.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	490.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Maria de Lourdes de Sousa Maia						
(A) 4365 Produção de Imunobiológicos						
Produto: DOSE PRODUZIDA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	365.006.350,0	365.006.350,0	100,0	180.000.000,0	68.499.560,0	38,1
Nacional	365.006.350,0	365.006.350,0	100,0	180.000.000,0	68.499.560,0	38,1
Financeiro	31.888.286	9.168.286	28,8	6.500.000	5.220.653	80,3
Fiscal Seguridade	31.888.286	9.168.286	28,8	6.500.000	5.220.653	80,3
Nacional	31.888.286	9.168.286	28,8	6.500.000	5.220.653	80,3
(A) 4383 Vacinação da População						
Produto: DOSE APLICADA						
						Unidade de Medida: MILHAR
Físico	516.704,0	516.704,0	100,0	165.700,0	157.209,0	94,9
Nacional	516.704,0	516.704,0	100,0	165.700,0	157.209,0	94,9
Financeiro	128.338.332	109.138.332	85,0	32.400.000	28.165.438	86,9
Fiscal Seguridade	128.338.332	109.138.332	85,0	32.400.000	28.165.438	86,9
Nacional	128.338.332	109.138.332	85,0	32.400.000	28.165.438	86,9
(A) 4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis						
Produto: DOSE DISTRIBUIDA						
						Unidade de Medida: MILHAR
Físico	977.971,0	977.971,0	100,0	361.960,0	261.770,0	72,3
Nacional	977.971,0	977.971,0	100,0	361.960,0	261.770,0	72,3
Financeiro	1.009.425.111	759.425.111	75,2	377.400.000	377.251.631	100,0
Fiscal Seguridade	1.009.425.111	759.425.111	75,2	377.400.000	377.251.631	100,0
Nacional	1.009.425.111	759.425.111	75,2	377.400.000	377.251.631	100,0
Financ. Total Programa	1.188.825.047	891.015.047	74,9	421.800.000	416.137.722	98,7
Fiscal Seguridade	1.188.335.047	891.015.047	71,4	421.800.000	416.137.722	98,7
Demais Fontes	490.000	0	0,0	0	0	0,0
0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES						
Gerente em 31/12/2002: Lucila Pedroso da Cruz						
(P) 1833 Capacitação de Profissionais de Saúde em Controle de Infecções Hospitalares						
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	633,0	633,0	100,0	600,0	633,0	105,5
Nacional	633,0	633,0	100,0	600,0	633,0	105,5
Financeiro	1.370.000	520.000	38,0	665.000	520.000	78,2
Fiscal Seguridade	1.370.000	520.000	38,0	665.000	520.000	78,2
Nacional	1.370.000	520.000	38,0	665.000	520.000	78,2
(P) 3895 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares						
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	11,0	11,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Financeiro	3.296.701	2.396.701	72,7	880.000	808.701	91,9
Fiscal Seguridade	3.296.701	2.396.701	72,7	880.000	808.701	91,9
Nacional	3.296.701	2.396.701	72,7	880.000	808.701	91,9
(P) 3933 Promoção de Eventos Técnicos sobre Controle das Infecções Hospitalares						
Produto: EVENTO REALIZADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	78,0	78,0	100,0	12,0	18,0	150,0
Nacional	78,0	78,0	100,0	12,0	18,0	150,0
Financeiro	525.834	275.834	52,5	206.000	175.835	85,4
Fiscal Seguridade	525.834	275.834	52,5	206.000	175.835	85,4
Nacional	525.834	275.834	52,5	206.000	175.835	85,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES						
Gerente em 31/12/2002: Lucila Pedrosa da Cruz						
(A)	4292	ACREDITAÇÃO DE HOSPITAIS QUANTO AO CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES				
Produto: Unidade de saúde acreditada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	771.322	771.322	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	771.322	771.322	100,0	0	0	0,0
Nacional	771.322	771.322	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.963.857	3.963.857	66,5	1.751.000	1.504.536	85,9
Fiscal Seguridade	5.963.857	3.963.857	71,4	1.751.000	1.504.536	85,9
0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES						
Gerente em 31/12/2002: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior						
(OE)	0597	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis				
Produto: POPULACAO COBERTA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	665.468,8	665.468,8	100,0	172.462,0	341.458,8	198,0
Nacional	175.000,0	175.000,0	100,0	1,0	175.000,0	17.500.000,0
Centro-oeste	32.448,0	32.448,0	100,0	12.006,0	10.019,0	83,4
Nordeste	140.773,5	140.773,5	100,0	48.756,0	48.181,5	98,8
Norte	33.489,3	33.489,3	100,0	13.293,0	13.104,3	98,6
Sudeste	209.451,0	209.451,0	100,0	72.994,0	69.737,0	95,5
Sul	74.307,0	74.307,0	100,0	25.412,0	25.417,0	100,0
Financeiro	2.039.365.627	1.424.365.627	69,8	566.000.000	551.588.533	97,5
Fiscal Seguridade	2.039.365.627	1.424.365.627	69,8	566.000.000	551.588.533	97,5
Nacional	362.514.619	341.954.619	94,3	10.200.000	3.810.889	37,4
Centro-oeste	128.677.611	82.847.611	64,4	41.100.000	40.799.614	99,3
Nordeste	530.460.295	342.560.295	64,6	176.730.000	175.916.315	99,5
Norte	226.419.546	144.109.546	63,6	70.800.000	70.538.554	99,6
Sudeste	624.274.972	406.974.972	65,2	210.700.000	207.442.974	98,5
Sul	167.018.584	105.918.584	63,4	56.470.000	53.080.187	94,0
(A)	2689	Desenvolvimento de Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas				
Produto: DOMICILIO VISITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	104.818.121,0	104.818.121,0	100,0	136.250.000,0	104.818.121,0	76,9
Nacional	104.818.121,0	104.818.121,0	100,0	136.250.000,0	104.818.121,0	76,9
Financeiro	271.582.782	112.882.782	41,6	119.255.352	112.882.782	94,7
Fiscal Seguridade	271.582.782	112.882.782	41,6	119.255.352	112.882.782	94,7
Nacional	271.582.782	112.882.782	41,6	119.255.352	112.882.782	94,7
(A)	2705	Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas				
Produto: POPULACAO BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	55.976.915,0	55.976.915,0	100,0	23.400.000,0	55.976.915,0	239,2
Nacional	55.976.915,0	55.976.915,0	100,0	23.400.000,0	55.976.915,0	239,2
Financeiro	52.548.458	17.548.458	33,4	19.257.984	17.548.458	91,1
Fiscal Seguridade	52.548.458	17.548.458	33,4	19.257.984	17.548.458	91,1
Nacional	52.548.458	17.548.458	33,4	19.257.984	17.548.458	91,1
(P)	3071	Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e de Fatores Biológicos de Risco				
Produto: UNIDADE DE CONTROLE IMPLANTADA/ADEQUADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	23,0	9,0	39,1
Nacional	9,0	9,0	100,0	23,0	9,0	39,1
Financeiro	12.177.111	3.677.111	30,2	9.405.000	3.677.111	39,1
Fiscal Seguridade	12.177.111	3.677.111	30,2	9.405.000	3.677.111	39,1
Nacional	11.777.111	3.677.111	31,2	9.405.000	3.677.111	39,1
Sudeste	400.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

437

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES						
Gerente em 31/12/2002: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior						
(P)	3883	Drenagem e Manejo Ambiental em Áreas Endêmicas de Malária				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.872,0	11.872,0	100,0	369.352,0	11.872,0	3,2
Nacional	11.872,0	11.872,0	100,0	369.352,0	11.872,0	3,2
Financeiro	18.919.000	8.904.000	47,1	30.238.000	8.904.000	29,4
Fiscal Seguridade	18.919.000	8.904.000	47,1	30.238.000	8.904.000	29,4
Nacional	18.219.000	8.904.000	48,9	30.238.000	8.904.000	29,4
Norte	700.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3921	Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15.186,0	15.186,0	100,0	9.905,0	6.018,0	60,8
Nacional	15.033,0	15.033,0	100,0	9.905,0	6.018,0	60,8
Nordeste	153,0	153,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	117.608.896	81.993.896	69,7	35.680.000	29.850.864	83,7
Fiscal Seguridade	114.233.896	81.993.896	71,8	35.680.000	29.850.864	83,7
Nacional	111.769.896	80.269.896	71,8	35.680.000	29.850.864	83,7
Nordeste	2.464.000	1.724.000	70,0	0	0	0,0
Demais Fontes	3.375.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.375.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4317	CONTROLE DAS ENDEMIAS FOCAIS: CÔLERA, ONCOCERCOSE, PESTE, TRACOMA E FILARIOSE				
Produto: População beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	226.932.738,0	226.932.738,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	226.932.738,0	226.932.738,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	136.864.395	136.864.395	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	136.864.395	136.864.395	100,0	0	0	0,0
Nacional	136.864.395	136.864.395	100,0	0	0	0,0
(A)	4318	CONTROLE DE ZOONOSSES				
Produto: Centro de zoonoses apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.600.540	16.600.540	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.600.540	16.600.540	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.600.540	16.600.540	100,0	0	0	0,0
(A)	4366	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento Ambulatorial e Domiciliar dos Casos Positivos de Malária				
Produto: PACIENTE ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	316.085,0	316.085,0	100,0	850.000,0	316.085,0	37,2
Nacional	316.085,0	316.085,0	100,0	850.000,0	316.085,0	37,2
Financeiro	6.224.631	4.724.631	75,9	4.800.000	4.724.631	98,4
Fiscal Seguridade	6.224.631	4.724.631	75,9	4.800.000	4.724.631	98,4
Nacional	6.224.631	4.724.631	75,9	4.800.000	4.724.631	98,4
(A)	4372	Promoção da Educação em Saúde por Meio da Mobilização Comunitária				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13.100.000,0	13.100.000,0	100,0	15.400.500,0	13.100.000,0	85,1
Nacional	13.100.000,0	13.100.000,0	100,0	15.400.500,0	13.100.000,0	85,1
Financeiro	5.427.293	2.127.293	39,2	2.590.000	2.127.293	82,1
Fiscal Seguridade	5.427.293	2.127.293	39,2	2.590.000	2.127.293	82,1
Nacional	5.127.293	2.127.293	41,5	2.590.000	2.127.293	82,1
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	250.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES						
Gerente em 31/12/2002: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior						
(A)	4425	Controle de Doenças Endêmicas				
	Produto: POPULACAO BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	172.000.000,0	172.000.000,0	100,0	172.461.000,0	172.000.000,0	99,7
Nacional	172.000.000,0	172.000.000,0	100,0	172.461.000,0	172.000.000,0	99,7
Financeiro	124.473.371	70.373.371	56,5	77.566.016	70.373.371	90,7
Fiscal Seguridade	124.473.371	70.373.371	56,5	77.566.016	70.373.371	90,7
Nacional	123.973.371	70.373.371	56,8	77.566.016	70.373.371	90,7
Sudeste	500.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5872	Campanha Educativa para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	32.700.000	32.700.000	100,0	32.700.000	32.700.000	100,0
Fiscal Seguridade	32.700.000	32.700.000	100,0	32.700.000	32.700.000	100,0
Nacional	32.700.000	32.700.000	100,0	32.700.000	32.700.000	100,0
Financ. Total Programa	2.834.492.104	1.912.762.104	67,5	897.492.352	834.377.043	93,0
Fiscal Seguridade	2.831.117.104	1.912.762.104	71,4	897.492.352	834.377.043	93,0
Demais Fontes	3.375.000	0	0,0	0	0	0,0
0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA						
Gerente em 31/12/2002: José Kogut						
(P)	3850	Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	9.174,0	9.174,0	100,0	1.767,0	4.111,0	232,7
Nacional	6.650,0	6.650,0	100,0	1.767,0	4.111,0	232,7
Sudeste	2.524,0	2.524,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.755.565	7.973.165	62,5	4.000.000	3.992.949	99,8
Fiscal Seguridade	12.755.565	7.973.165	62,5	4.000.000	3.992.949	99,8
Nacional	12.755.565	7.973.165	62,5	4.000.000	3.992.949	99,8
(P)	3898	Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle de Câncer				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	908,0	908,0	100,0	80,0	318,0	397,5
Nacional	808,0	808,0	100,0	80,0	318,0	397,5
Sudeste	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	22.696.342	17.071.342	75,2	6.100.000	6.100.000	100,0
Fiscal Seguridade	22.696.342	17.071.342	75,2	6.100.000	6.100.000	100,0
Nacional	22.696.342	17.071.342	75,2	6.100.000	6.100.000	100,0
(P)	3909	Prevenção e Vigilância para Controle do Câncer				
	Produto: MUNICIPIO COM SERVICO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	688,0	688,0	100,0	1.000,0	304,0	30,4
Nacional	688,0	688,0	100,0	1.000,0	304,0	30,4
Financeiro	58.706.451	43.706.451	74,4	16.500.000	16.499.697	100,0
Fiscal Seguridade	58.706.451	43.706.451	74,4	16.500.000	16.499.697	100,0
Nacional	58.706.451	43.706.451	74,4	16.500.000	16.499.697	100,0
(P)	3944	Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência Oncológica				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	129,0	129,0	100,0	46,0	68,0	147,8
Nacional	112,0	112,0	100,0	46,0	68,0	147,8
Norte	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.793.497	2.593.497	68,4	1.200.000	1.199.685	100,0
Fiscal Seguridade	3.793.497	2.593.497	68,4	1.200.000	1.199.685	100,0
Nacional	3.793.497	2.593.497	68,4	1.200.000	1.199.685	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	439	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA						
Gerente em 31/12/2002: José Kogut						
(A) 4301 Atendimento Ambulatorial e Hospitalar do Instituto Nacional do Câncer - INCA						
Produto: PACIENTE MATRICULADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	30.040,0	30.040,0	100,0	13.458,0	9.177,0	68,2
Sudeste	30.040,0	30.040,0	100,0	13.458,0	9.177,0	68,2
Financeiro	620.768.394	458.122.394	73,8	173.030.379	172.985.365	100,0
Fiscal Seguridade	620.768.394	458.122.394	73,8	173.030.379	172.985.365	100,0
Sudeste	620.768.394	458.122.394	73,8	173.030.379	172.985.365	100,0
(A) 4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino						
Produto: EXAME REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	24.337.014,0	24.337.014,0	100,0	8.000.000,0	10.426.697,0	130,3
Nacional	18.140.856,0	18.140.856,0	100,0	8.000.000,0	10.426.697,0	130,3
Centro-oeste	295.445,0	295.445,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.991.508,0	1.991.508,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	234.278,0	234.278,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.563.532,0	2.563.532,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.111.395,0	1.111.395,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	102.810.545	76.770.545	74,7	28.600.000	28.572.083	99,9
Fiscal Seguridade	102.810.545	76.770.545	74,7	28.600.000	28.572.083	99,9
Nacional	102.570.545	76.650.545	74,7	28.600.000	28.572.083	99,9
Nordeste	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
Sul	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4374 Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer						
Produto: MEDICO RESIDENTE MANTIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	343,0	343,0	100,0	131,0	131,0	100,0
Sudeste	343,0	343,0	100,0	131,0	131,0	100,0
Financeiro	8.054.000	5.374.000	66,7	2.400.000	2.400.000	100,0
Fiscal Seguridade	8.054.000	5.374.000	66,7	2.400.000	2.400.000	100,0
Sudeste	8.054.000	5.374.000	66,7	2.400.000	2.400.000	100,0
(P) 7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON's						
Produto: CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	5,0	5,0	100,0	6,0	4,0	66,7
Nacional	5,0	5,0	100,0	6,0	4,0	66,7
Financeiro	50.459.463	33.949.463	67,3	18.000.000	17.997.845	100,0
Fiscal Seguridade	50.459.463	33.949.463	67,3	18.000.000	17.997.845	100,0
Nacional	50.459.463	33.949.463	67,3	18.000.000	17.997.845	100,0
(OA) 9011 IMPLANTAÇÃO DE REGISTROS DE CÂNCER DE BASE POPULACIONAL						
Produto: registro implantado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9012 IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO						
Produto: banco implantado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	100,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	100,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	880.044.257	645.560.857	73,4	249.830.379	249.747.624	100,0
Fiscal Seguridade	880.044.257	645.560.857	71,4	249.830.379	249.747.624	100,0

0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS
SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS

Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Teixeira

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

440

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Teixeira						
(P)	3878	Campanha Educativa de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	56,0	56,0	100,0	18,0	13,0	72,2
Nacional	56,0	56,0	100,0	18,0	13,0	72,2
Financeiro	52.836.494	52.836.494	100,0	17.208.000	17.080.000	99,3
Fiscal Seguridade	52.836.494	52.836.494	100,0	17.208.000	17.080.000	99,3
Nacional	52.636.494	52.636.494	100,0	17.208.000	17.080.000	99,3
Sudeste	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
Sul	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3880	Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	62.601,0	62.601,0	100,0	20.000,0	25.610,0	128,1
Nacional	62.601,0	62.601,0	100,0	20.000,0	25.610,0	128,1
Financeiro	52.956.577	51.526.577	97,3	22.550.000	22.335.487	99,0
Fiscal Seguridade	52.956.577	51.526.577	97,3	22.550.000	22.335.487	99,0
Nacional	52.956.577	51.526.577	97,3	22.550.000	22.335.487	99,0
(P)	3897	Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	56,0	56,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	56,0	56,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	14.158.778	13.158.778	92,9	6.300.000	6.291.699	99,9
Fiscal Seguridade	14.158.778	13.158.778	92,9	6.300.000	6.291.699	99,9
Nacional	14.158.778	13.158.778	92,9	6.300.000	6.291.699	99,9
(P)	3910	Implantação de Serviços Alternativos Assistenciais - Hospital-Dia, Atendimento Domiciliar e Ambulatorial Especial - para Doentes com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: SERVIÇO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	480,0	480,0	100,0	200,0	200,0	100,0
Nacional	480,0	480,0	100,0	200,0	200,0	100,0
Financeiro	64.971.019	58.061.019	89,4	31.379.000	31.131.550	99,2
Fiscal Seguridade	64.971.019	58.061.019	89,4	31.379.000	31.131.550	99,2
Nacional	64.971.019	58.061.019	89,4	31.379.000	31.131.550	99,2
(P)	3943	Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	80,0	80,0	100,0	30,0	32,0	106,7
Nacional	80,0	80,0	100,0	30,0	32,0	106,7
Financeiro	5.543.324	5.043.324	91,0	2.900.000	2.828.357	97,5
Fiscal Seguridade	5.543.324	5.043.324	91,0	2.900.000	2.828.357	97,5
Nacional	5.543.324	5.043.324	91,0	2.900.000	2.828.357	97,5
(P)	3954	Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS				
Produto: GRUPO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	87,0	87,0	100,0	30,0	40,0	133,3
Nacional	87,0	87,0	100,0	30,0	40,0	133,3
Financeiro	159.678.337	139.678.337	87,5	58.031.000	56.031.721	96,6
Fiscal Seguridade	159.678.337	139.678.337	87,5	58.031.000	56.031.721	96,6
Nacional	159.678.337	139.678.337	87,5	58.031.000	56.031.721	96,6



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Teixeira						
(A) 4297 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS PARA A PREVENÇÃO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS- DST E DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA- HIV						
Produto: Preservativo distribuído						
Unidade de Medida: milhar						
Físico	402.000,0	402.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	402.000,0	402.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.779.446	31.779.446	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	31.779.446	31.779.446	100,0	0	0	0,0
Nacional	31.779.446	31.779.446	100,0	0	0	0,0
(A) 4298 AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TESTES PARA LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - DST, E VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA - HIV						
Produto: Teste distribuído						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	5.215.961,0	5.215.961,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5.215.961,0	5.215.961,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.560.225	16.560.225	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.560.225	16.560.225	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.544.225	16.544.225	100,0	0	0	0,0
Sudeste	16.000	16.000	100,0	0	0	0,0
(A) 4309 Atendimento do Disque-AIDS						
Produto: PESSOA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7.843.943,0	7.843.943,0	100,0	1.500.000,0	3.092.640,0	206,2
Nacional	7.843.943,0	7.843.943,0	100,0	1.500.000,0	3.092.640,0	206,2
Financeiro	4.639.990	3.639.990	78,4	1.600.000	1.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	4.639.990	3.639.990	78,4	1.600.000	1.600.000	100,0
Nacional	4.639.990	3.639.990	78,4	1.600.000	1.600.000	100,0
(A) 4327 Diagnóstico e Acompanhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- HIV/AIDS nos Laboratórios da Rede Pública						
Produto: DIAGNOSTICO EFETUADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9.778.926,0	9.778.926,0	100,0	3.000.000,0	4.562.965,0	152,1
Nacional	9.778.926,0	9.778.926,0	100,0	3.000.000,0	4.562.965,0	152,1
Financeiro	92.224.405	82.294.405	89,2	47.692.000	46.017.594	96,5
Fiscal Seguridade	92.224.405	82.294.405	89,2	47.692.000	46.017.594	96,5
Nacional	92.224.405	82.294.405	89,2	47.692.000	46.017.594	96,5
(A) 4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST						
Produto: PACIENTE ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	334.179,0	334.179,0	100,0	139.500,0	127.179,0	91,2
Nacional	334.179,0	334.179,0	100,0	139.500,0	127.179,0	91,2
Financeiro	2.199.774.972	1.683.774.972	76,5	615.000.000	611.869.976	99,5
Fiscal Seguridade	2.199.774.972	1.683.774.972	76,5	615.000.000	611.869.976	99,5
Nacional	2.199.774.972	1.683.774.972	76,5	615.000.000	611.869.976	99,5
Financ. Total Programa	2.695.123.567	2.138.353.567	79,3	802.660.000	795.186.384	99,1
Fiscal Seguridade	2.695.123.567	2.138.353.567	71,4	802.660.000	795.186.384	99,1

0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

Gerente em 31/12/2002: Rita Elizabeth da Rocha Sorio

(P) 3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde

Produto: PROFISSIONAL QUALIFICADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	81.387,0	81.387,0	100,0	58.000,0	S.R.	0,0
Nacional	81.387,0	81.387,0	100,0	58.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	330.849.279	255.079.279	77,1	154.957.000	152.013.623	98,1
Fiscal Seguridade	330.849.279	255.079.279	77,1	154.957.000	152.013.623	98,1
Nacional	330.849.279	255.079.279	77,1	154.957.000	152.013.623	98,1

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

442

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM						
Gerente em 31/12/2002: Rita Elizabeth da Rocha Sorio						
(P)	3922	Modernização de Escolas Técnicas de Saúde				
	Produto: ESCOLA TECNICA DE SAUDE MODERNIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	26,0	26,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.875.974	9.675.974	51,3	3.000.000	2.997.500	99,9
Fiscal Seguridade	18.875.974	9.675.974	51,3	3.000.000	2.997.500	99,9
Nacional	18.875.974	9.675.974	51,3	3.000.000	2.997.500	99,9
(P)	5429	Profissionalização de Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFAE (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: PROFISSIONAL QUALIFICADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	81.387,0	81.387,0	100,0	23.100,0	S.R.	0,0
Nacional	81.387,0	81.387,0	100,0	23.100,0	S.R.	0,0
Financeiro	96.042.638	95.792.638	99,7	30.000.000	25.964.783	86,5
Fiscal Seguridade	96.042.638	95.792.638	99,7	30.000.000	25.964.783	86,5
Nacional	96.042.638	95.792.638	99,7	30.000.000	25.964.783	86,5
(P)	7829	Suporte Técnico à Estruturação de Escolas Técnicas de Saúde				
	Produto: ESCOLA TECNICA DE SAUDE ESTRUTURADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.330.000	2.030.000	38,1	443.000	430.000	97,1
Fiscal Seguridade	5.330.000	2.030.000	38,1	443.000	430.000	97,1
Nacional	5.330.000	2.030.000	38,1	443.000	430.000	97,1
(P)	7831	Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem				
	Produto: DOCENTE ESPECIALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.029,0	2.029,0	100,0	4.000,0	S.R.	0,0
Nacional	2.029,0	2.029,0	100,0	4.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.685.796	18.955.796	91,6	9.600.000	9.457.982	98,5
Fiscal Seguridade	20.685.796	18.955.796	91,6	9.600.000	9.457.982	98,5
Nacional	20.685.796	18.955.796	91,6	9.600.000	9.457.982	98,5
Financ. Total Programa	471.783.687	381.533.687	80,9	198.000.000	190.863.888	96,4
Fiscal Seguridade	471.783.687	381.533.687	71,4	198.000.000	190.863.888	96,4
0007 QUALIDADE DO SANGUE						
Gerente em 31/12/2002: Beatriz MacDowell Soares						
(P)	3862	Implantação e Ampliação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia				
	Produto: UNIDADE IMPLANTADA/AMPLIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	225,0	225,0	100,0	105,0	147,0	140,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	10,0	4,0	40,0
Centro-oeste	33,0	33,0	100,0	15,0	11,0	73,3
Nordeste	55,0	55,0	100,0	28,0	31,0	110,7
Norte	67,0	67,0	100,0	19,0	45,0	236,8
Sudeste	39,0	39,0	100,0	24,0	30,0	125,0
Sul	27,0	27,0	100,0	9,0	26,0	288,9
Financeiro	80.856.855	68.071.655	84,2	17.663.400	13.696.821	77,5
Fiscal Seguridade	80.856.855	68.071.655	84,2	17.663.400	13.696.821	77,5
Nacional	2.292.328	1.553.128	67,8	1.800.000	1.318.719	73,3
Centro-oeste	7.784.571	6.416.571	82,4	1.824.000	1.319.775	72,4
Nordeste	23.012.713	18.946.713	82,3	5.341.600	3.352.486	62,8
Norte	14.887.839	12.474.839	83,8	3.205.000	3.115.065	97,2
Sudeste	23.158.228	20.384.228	88,0	3.553.800	3.110.076	87,5
Sul	9.721.176	8.296.176	85,3	1.939.000	1.480.700	76,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0007 QUALIDADE DO SANGUE						
Gerente em 31/12/2002: Beatriz MacDowell Soares						
(P) 3867 Modernização e Adequação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia						
Produto: UNIDADE MODERNIZADA/ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	470,0	470,0	100,0	149,0	149,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	22,0	5,0	22,7
Centro-oeste	42,0	42,0	100,0	21,0	11,0	52,4
Nordeste	171,0	171,0	100,0	35,0	31,0	88,6
Norte	90,0	90,0	100,0	31,0	46,0	148,4
Sudeste	100,0	100,0	100,0	29,0	30,0	103,4
Sul	62,0	62,0	100,0	11,0	26,0	236,4
Financeiro	38.307.024	24.440.824	63,8	20.160.000	12.701.782	63,0
Fiscal Seguridade	38.307.024	24.440.824	63,8	20.160.000	12.701.782	63,0
Nacional	6.523.528	4.608.328	70,6	4.660.000	3.809.286	81,7
Centro-oeste	2.490.800	1.350.800	54,2	1.450.000	842.800	58,1
Nordeste	9.184.576	5.574.576	60,7	4.666.000	2.354.576	50,5
Norte	5.592.843	3.597.843	64,3	2.547.000	1.401.843	55,0
Sudeste	10.559.240	7.025.240	66,5	4.641.000	3.237.240	69,8
Sul	3.956.037	2.284.037	57,7	2.196.000	1.056.037	48,1
(P) 3915 Implantação do Projeto Sangue com Garantia de Qualidade						
Produto: PROJETO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	47,5	47,5	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	47,5	47,5	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.226.394	13.226.394	72,6	5.000.000	4.957.132	99,1
Fiscal Seguridade	18.226.394	13.226.394	72,6	5.000.000	4.957.132	99,1
Nacional	18.226.394	13.226.394	72,6	5.000.000	4.957.132	99,1
(P) 3946 Promoção de Eventos Técnicos sobre Sangue e Hemoderivados						
Produto: EVENTO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	17.039,0	17.039,0	100,0	20,0	17.000,0	85.000,0
Nacional	17.039,0	17.039,0	100,0	20,0	17.000,0	85.000,0
Financeiro	6.790.071	5.090.071	75,0	1.700.000	1.521.773	89,5
Fiscal Seguridade	6.790.071	5.090.071	75,0	1.700.000	1.521.773	89,5
Nacional	6.790.071	5.090.071	75,0	1.700.000	1.521.773	89,5
(A) 4295 Atendimento a Pacientes Hemofílicos com Fatores de Coagulação						
Produto: PACIENTE ATENDIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	135.189.185,0	135.189.185,0	100,0	7.626,0	7.626,0	100,0
Nacional	135.189.185,0	135.189.185,0	100,0	7.626,0	7.626,0	100,0
Financeiro	693.759.853	471.759.853	68,0	197.000.000	197.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	693.759.853	471.759.853	68,0	197.000.000	197.000.000	100,0
Nacional	693.759.853	471.759.853	68,0	197.000.000	197.000.000	100,0
(OA) 9003 IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES HEMATOLÓGICAS E HEMOTERÁPICAS DA REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS						
Produto: unidade de rede implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	75,0	25,0	33,3	25,0	S.R.	0,0
Nacional	75,0	25,0	33,3	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9004 ACREDITAÇÃO DE UNIDADES HEMATOLÓGICAS COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS						
Produto: unidade acreditada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	161,0	16,0	9,9	60,0	S.R.	0,0
Nacional	161,0	16,0	9,9	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0007 QUALIDADE DO SANGUE						
Gerente em 31/12/2002: Beatriz MacDowell Soares						
(OA) 9005 CADASTRAMENTO DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE HEMOFILIA E HEMOGLOBINOPATIA						
Produto: unidade de tratamento cadastrada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	112,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Nacional	112,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9006 CADASTRAMENTO DE PACIENTES HEMOFÍLICOS E HEMOGLOBINOPATAS						
Produto: paciente cadastrado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	29.000,0	15.126,0	52,2	7.500,0	7.500,0	100,0
Nacional	29.000,0	15.126,0	52,2	7.500,0	7.500,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9007 PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE DO SANGUE						
Produto: prêmio concedido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	19,0	5,0	26,3	5,0	4,0	80,0
Nacional	19,0	5,0	26,3	5,0	4,0	80,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	837.940.197	582.588.797	69,5	241.523.400	229.877.508	95,2
Fiscal Seguridade	837.940.197	582.588.797	71,4	241.523.400	229.877.508	95,2
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(P) 1823 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS						
Produto: UNIDADE IMPLANTADA/APARELHADA/ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.125,0	1.125,0	100,0	5.172,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.172,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	75,0	75,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	161,0	161,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	61,0	61,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	491,0	491,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	337,0	337,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.445.976.193	875.334.453	60,5	433.658.686	243.261.382	56,1
Fiscal Seguridade	1.445.976.193	875.334.453	60,5	433.658.686	243.261.382	56,1
Nacional	351.793.170	310.093.170	88,1	433.658.686	243.261.382	56,1
Centro-oeste	88.848.966	56.105.966	63,1	0	0	0,0
Nordeste	250.989.312	122.446.512	48,8	0	0	0,0
Norte	153.859.682	67.246.682	43,7	0	0	0,0
Sudeste	431.398.491	221.345.551	51,3	0	0	0,0
Sul	169.086.572	98.096.572	58,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(P)	1837	IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E DE GESTANTES DE ALTO RISCO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				
Produto: unidade implantada/ampliada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	470,0	470,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	36,0	36,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	117,0	117,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	31,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	225,0	225,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	61,0	61,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	44.720.473	44.720.473	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	44.720.473	44.720.473	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.985.314	3.985.314	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.841.665	5.841.665	100,0	0	0	0,0
Nordeste	11.291.167	11.291.167	100,0	0	0	0,0
Norte	3.677.047	3.677.047	100,0	0	0	0,0
Sudeste	14.961.035	14.961.035	100,0	0	0	0,0
Sul	4.964.245	4.964.245	100,0	0	0	0,0
(P)	1867	IMPLANTAÇÃO, APARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - REFORBUS				
Produto: unidade de saúde implantada/adequada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	328,0	328,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	328,0	328,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	431.284.955	431.284.955	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	431.284.955	431.284.955	100,0	0	0	0,0
Nacional	431.284.955	431.284.955	100,0	0	0	0,0
(A)	2049	Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 153 Leitos, Hospital Fêmina S.A., em Porto Alegre - RS				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	26.270,4	26.270,4	100,0	100,0	26.270,4	26.270,4
Sul	26.270,4	26.270,4	100,0	100,0	26.270,4	26.270,4
Financeiro	387.722	387.722	100,0	621.100	232.020	37,4
Investimento das Estatais	387.722	387.722	100,0	621.100	232.020	37,4
Sul	387.722	387.722	100,0	621.100	232.020	37,4
(A)	2051	Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 1.066 Leitos, Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em Porto Alegre - RS				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	180.364,3	180.364,3	100,0	100,0	180.364,3	180.364,3
Sul	180.364,3	180.364,3	100,0	100,0	180.364,3	180.364,3
Financeiro	1.224.769	1.224.769	100,0	4.753.700	535.701	11,3
Investimento das Estatais	1.224.769	1.224.769	100,0	4.753.700	535.701	11,3
Sul	1.224.769	1.224.769	100,0	4.753.700	535.701	11,3
(P)	2729	Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14.320,0	14.320,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	14.320,0	14.320,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.020.388	13.020.388	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.020.388	13.020.388	100,0	0	0	0,0
Nacional	12.820.388	12.820.388	100,0	0	0	0,0
Sudeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Sul	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(A)	2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS					
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	27.811,0	27.811,0	100,0	32.437,0	27.811,0	85,7
Nacional	27.811,0	27.811,0	100,0	32.437,0	27.811,0	85,7
Financeiro	18.648.200	8.689.600	46,6	9.384.093	8.689.600	92,6
Fiscal Seguridade	18.648.200	8.689.600	46,6	9.384.093	8.689.600	92,6
Nacional	18.548.200	8.689.600	46,8	9.384.093	8.689.600	92,6
Sudeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3377 IMPLANTAÇÃO DO PRÉDIO DO ALMOXARIFADO DO HOSPITAL FÊMINA					
	Produto: Prédio implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3388 IMPLANTAÇÃO DO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DA CRIANÇA - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S. A.					
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.797	7.797	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	7.797	7.797	100,0	0	0	0,0
Sul	7.797	7.797	100,0	0	0	0,0
(P)	3392 IMPLANTAÇÃO DO PRÉDIO DA LAVANDERIA DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					
	Produto: Prédio implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3394 IMPLANTAÇÃO DE PRÉDIO PARA SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					
	Produto: Prédio implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3846 Campanha Educativa de Atenção à Saúde					
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30,0	30,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.880.651	17.880.651	100,0	8.900.000	8.900.000	100,0
Fiscal Seguridade	17.880.651	17.880.651	100,0	8.900.000	8.900.000	100,0
Nacional	17.800.651	17.800.651	100,0	8.900.000	8.900.000	100,0
Sul	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3863 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS					
	Produto: UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	73,0	73,0	100,0	72,0	25,0	34,7
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	9,0	3,0	33,3
Nordeste	32,0	32,0	100,0	14,0	12,0	85,7
Norte	3,0	3,0	100,0	18,0	1,0	5,6
Sudeste	27,0	27,0	100,0	14,0	4,0	28,6
Sul	7,0	7,0	100,0	7,0	5,0	71,4
Financeiro	48.619.836	26.024.487	53,5	29.388.000	15.045.879	51,2
Fiscal Seguridade	48.619.836	26.024.487	53,5	29.388.000	15.045.879	51,2
Nacional	2.122.657	2.122.657	100,0	5.220.000	2.122.657	40,7
Centro-oeste	8.248.306	2.447.506	29,7	10.548.000	1.602.681	15,2
Nordeste	11.596.804	9.292.204	80,1	5.780.000	4.808.731	83,2
Norte	14.558.879	2.340.130	16,1	2.440.000	1.271.527	52,1
Sudeste	7.936.211	6.132.611	77,3	3.000.000	2.882.662	96,1
Sul	4.156.979	3.689.379	88,8	2.400.000	2.357.621	98,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

447

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(P) 3865 Implantação e Ampliação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS						
Produto: UNIDADE IMPLANTADA/AMPLIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	192,0	192,0	100,0	153,0	115,0	75,2
Centro-oeste	20,0	20,0	100,0	23,0	14,0	60,9
Nordeste	75,0	75,0	100,0	51,0	47,0	92,2
Norte	11,0	11,0	100,0	20,0	7,0	35,0
Sudeste	51,0	51,0	100,0	36,0	26,0	72,2
Sul	35,0	35,0	100,0	23,0	21,0	91,3
Financeiro	22.473.429	17.466.808	77,7	14.780.000	10.378.764	70,2
Fiscal Seguridade	22.473.429	17.466.808	77,7	14.780.000	10.378.764	70,2
Nacional	198.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.430.730	1.574.830	64,8	2.080.000	1.124.830	54,1
Nordeste	9.158.184	7.605.084	83,0	4.980.000	4.346.516	87,3
Norte	1.813.740	1.167.619	64,4	2.600.000	852.805	32,8
Sudeste	5.207.926	4.205.926	80,8	3.200.000	2.292.364	71,6
Sul	3.664.849	2.913.349	79,5	1.920.000	1.762.249	91,8
(P) 3868 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS						
Produto: UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	155,0	155,0	100,0	4.568,0	104,0	2,3
Nacional	6,0	6,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	18,0	18,0	100,0	240,0	11,0	4,6
Nordeste	30,0	30,0	100,0	655,0	16,0	2,4
Norte	10,0	10,0	100,0	2.725,0	3,0	0,1
Sudeste	60,0	60,0	100,0	733,0	49,0	6,7
Sul	31,0	31,0	100,0	205,0	25,0	12,2
Financeiro	162.944.422	124.896.812	76,6	73.949.125	61.228.804	82,8
Fiscal Seguridade	162.944.422	124.896.812	76,6	73.949.125	61.228.804	82,8
Nacional	57.581.236	53.981.236	93,7	20.230.000	20.172.654	99,7
Centro-oeste	6.375.048	3.884.692	60,9	2.468.557	1.952.761	79,1
Nordeste	22.698.611	16.251.729	71,6	10.120.000	7.867.321	77,7
Norte	16.489.301	11.513.099	69,8	11.385.200	8.731.262	76,7
Sudeste	50.537.232	32.613.478	64,5	26.400.000	19.221.952	72,8
Sul	9.262.994	6.652.578	71,8	3.345.368	3.282.854	98,1
(P) 3870 Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS						
Produto: UNIDADE MODERNIZADA/ADEQUADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	165,0	165,0	100,0	292,0	55,0	18,8
Nacional	5,0	5,0	100,0	18,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	9,0	9,0	100,0	31,0	2,0	6,5
Nordeste	59,0	59,0	100,0	88,0	25,0	28,4
Norte	14,0	14,0	100,0	25,0	2,0	8,0
Sudeste	51,0	51,0	100,0	76,0	20,0	26,3
Sul	27,0	27,0	100,0	54,0	6,0	11,1
Financeiro	90.782.600	64.394.228	70,9	50.008.000	27.635.473	55,3
Fiscal Seguridade	90.782.600	64.394.228	70,9	50.008.000	27.635.473	55,3
Nacional	21.471.661	17.880.141	83,3	10.417.050	10.340.258	99,3
Centro-oeste	7.239.858	5.106.538	70,5	4.680.000	1.865.200	39,9
Nordeste	22.464.063	15.763.371	70,2	12.964.600	5.092.101	39,3
Norte	6.545.509	4.705.223	71,9	8.208.000	2.321.397	28,3
Sudeste	25.229.330	16.191.272	64,2	9.058.350	6.156.456	68,0
Sul	7.832.179	4.747.683	60,6	4.680.000	1.860.061	39,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(P)	3888	Estudos e Pesquisas para a Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	176,0	176,0	100,0	85,0	104,0	122,4
Nacional	176,0	176,0	100,0	85,0	104,0	122,4
Financeiro	42.927.928	29.540.659	68,8	15.186.340	14.001.060	92,2
Fiscal Seguridade	42.927.928	29.540.659	68,8	15.186.340	14.001.060	92,2
Nacional	42.927.928	29.540.659	68,8	15.186.340	14.001.060	92,2
(P)	3914	Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS				
	Produto: CARTAO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	39.702.445,0	39.702.445,0	100,0	38.830.000,0	33.000.000,0	85,0
Nacional	39.702.445,0	39.702.445,0	100,0	38.830.000,0	33.000.000,0	85,0
Financeiro	178.081.625	115.075.541	64,6	66.684.450	64.885.441	97,3
Fiscal Seguridade	178.081.625	115.075.541	64,6	66.684.450	64.885.441	97,3
Nacional	178.081.625	115.075.541	64,6	66.684.450	64.885.441	97,3
(P)	3917	Implantação e Ampliação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORSUS				
	Produto: UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	178,0	178,0	100,0	91,0	88,0	96,7
Nacional	178,0	178,0	100,0	91,0	88,0	96,7
Financeiro	110.490.155	103.444.155	93,6	35.500.000	35.444.441	99,8
Fiscal Seguridade	110.490.155	103.444.155	93,6	35.500.000	35.444.441	99,8
Nacional	110.490.155	103.444.155	93,6	35.500.000	35.444.441	99,8
(P)	3923	Modernização e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORSUS				
	Produto: UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADEQUADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	272,0	272,0	100,0	141,0	84,0	59,6
Nacional	272,0	272,0	100,0	141,0	84,0	59,6
Financeiro	656.853.776	566.899.776	86,3	292.509.875	274.152.327	93,7
Fiscal Seguridade	656.853.776	566.899.776	86,3	292.509.875	274.152.327	93,7
Nacional	656.853.776	566.899.776	86,3	292.509.875	274.152.327	93,7
(P)	3936	Promoção de Eventos Técnicos sobre Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	25,0	25,0	100,0	9,0	7,0	77,8
Nacional	25,0	25,0	100,0	9,0	7,0	77,8
Financeiro	3.921.818	3.121.818	79,6	600.000	600.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.921.818	3.121.818	79,6	600.000	600.000	100,0
Nacional	3.921.818	3.121.818	79,6	600.000	600.000	100,0
(A)	4291	Acreditação Hospitalar das Redes Pública e Privada, Federal, Estadual e Municipal				
	Produto: HOSPITAL ACREDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	20,0	20,0	100,0	100,0	14,0	14,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	100,0	14,0	14,0
Financeiro	3.267.083	3.169.564	97,0	100.000	100.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.267.083	3.169.564	97,0	100.000	100.000	100,0
Nacional	3.267.083	3.169.564	97,0	100.000	100.000	100,0
(A)	4310	Atendimento do Disque Saúde				
	Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	7.844.303,0	7.844.303,0	100,0	2.000.000,0	3.123.000,0	156,2
Nacional	7.844.303,0	7.844.303,0	100,0	2.000.000,0	3.123.000,0	156,2
Financeiro	2.520.702	1.627.902	64,6	900.000	830.000	92,2
Fiscal Seguridade	2.520.702	1.627.902	64,6	900.000	830.000	92,2
Nacional	2.520.702	1.627.902	64,6	900.000	830.000	92,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(A)	4311 Auditoria Analítica e Operativa do Sistema Único de Saúde - SUS					
	Produto: UNIDADE AUDITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.389,0	5.389,0	100,0	2.000,0	1.300,0	65,0
Nacional	5.389,0	5.389,0	100,0	2.000,0	1.300,0	65,0
Financeiro	24.470.269	15.621.343	63,8	10.440.500	6.034.794	57,8
Fiscal Seguridade	24.470.269	15.621.343	63,8	10.440.500	6.034.794	57,8
Nacional	24.470.269	15.621.343	63,8	10.440.500	6.034.794	57,8
(A)	4372 Promoção da Educação em Saúde por Meio da Mobilização Comunitária					
	Produto: PESSOA BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	152.012.000,0	152.012.000,0	100,0	39.709.000,0	S.R.	0,0
Nacional	152.012.000,0	152.012.000,0	100,0	39.709.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.654.577	33.999.977	79,7	14.858.630	14.075.630	94,7
Fiscal Seguridade	42.654.577	33.999.977	79,7	14.858.630	14.075.630	94,7
Nacional	41.371.577	33.331.977	80,6	14.858.630	14.075.630	94,7
Centro-oeste	40.000	40.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Norte	755.000	460.000	60,9	0	0	0,0
Sudeste	8.000	8.000	100,0	0	0	0,0
Sul	400.000	80.000	20,0	0	0	0,0
(A)	4435 MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO E DA EMERGÊNCIA					
	Produto: unidade mantida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.665	7.665	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	7.665	7.665	100,0	0	0	0,0
Sul	7.665	7.665	100,0	0	0	0,0
(A)	4437 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 309 Leitos, Hospital Cristo Redentor S.A. , em Porto Alegre - RS					
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA		Unidade de Medida: %			
Físico	57.876,2	57.876,2	100,0	100,0	57.876,2	57.876,2
Sul	57.876,2	57.876,2	100,0	100,0	57.876,2	57.876,2
Financeiro	2.215.349	2.215.349	100,0	933.200	719.096	77,1
Investimento das Estatais	2.215.349	2.215.349	100,0	933.200	719.096	77,1
Sul	2.215.349	2.215.349	100,0	933.200	719.096	77,1
(A)	4440 MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A - PEDIATRIA					
	Produto: unidade mantida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	51.565	51.565	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	51.565	51.565	100,0	0	0	0,0
Sul	51.565	51.565	100,0	0	0	0,0
(A)	4442 MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE MEDICINA COMUNITÁRIA					
	Produto: UNIDADE MANTIDA		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.518	14.518	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	14.518	14.518	100,0	0	0	0,0
Sul	14.518	14.518	100,0	0	0	0,0
(A)	4444 MANUTENÇÃO DO DÉCIMO ANDAR DO HOSPITAL FÊMINE S. A.					
	Produto: unidade mantida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(A)	4525 Assist. Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS					
	Produto: UNIDADE MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	86,0	86,0	100,0	625,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	625,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	300.226.055	120.040.055	40,0	75.615.290	49.411.972	65,3
Fiscal Seguridade	300.226.055	120.040.055	40,0	75.615.290	49.411.972	65,3
Nacional	99.811.972	49.411.972	49,5	75.615.290	49.411.972	65,3
Centro-oeste	20.474.000	424.000	2,1	0	0	0,0
Nordeste	37.064.937	8.313.937	22,4	0	0	0,0
Norte	668.000	368.000	55,1	0	0	0,0
Sudeste	93.884.565	50.004.565	53,3	0	0	0,0
Sul	48.322.581	11.517.581	23,8	0	0	0,0
(P)	5215 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.					
	Produto: EQUIPAMENTO INSTALADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	30,0	30,0	100,0	17,0	30,0	176,5
Sul	30,0	30,0	100,0	17,0	30,0	176,5
Financeiro	2.777.064	2.777.064	100,0	2.624.193	1.269.274	48,4
Investimento das Estatais	2.777.064	2.777.064	100,0	2.624.193	1.269.274	48,4
Nacional	2.777.064	2.777.064	100,0	2.624.193	1.269.274	48,4
(P)	5217 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Fêmina S.A.					
	Produto: EQUIPAMENTO INSTALADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Sul	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	3.350.819	3.350.819	100,0	1.412.797	2.501.220	177,0
Investimento das Estatais	3.350.819	3.350.819	100,0	1.412.797	2.501.220	177,0
Nacional	3.350.819	3.350.819	100,0	1.412.797	2.501.220	177,0
(P)	5219 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Cristo Redentor S.A.					
	Produto: EQUIPAMENTO INSTALADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	16,0	16,0	100,0	9,0	16,0	177,8
Sul	16,0	16,0	100,0	9,0	16,0	177,8
Financeiro	6.484.380	6.484.380	100,0	6.907.743	6.484.380	93,9
Investimento das Estatais	6.484.380	6.484.380	100,0	6.907.743	6.484.380	93,9
Nacional	6.484.380	6.484.380	100,0	6.907.743	6.484.380	93,9
(P)	5395 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde - Saúde no Ceará - KFW					
	Produto: UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	36,0	36,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Nordeste	36,0	36,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.400.150	13.400.150	100,0	6.213.000	6.213.000	100,0
Fiscal Seguridade	13.400.150	13.400.150	100,0	6.213.000	6.213.000	100,0
Nordeste	13.400.150	13.400.150	100,0	6.213.000	6.213.000	100,0
(P)	5516 CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE					
	Produto: conferência realizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	926.961	926.961	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	926.961	926.961	100,0	0	0	0,0
Nacional	926.961	926.961	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

451

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame						
(P)	5776	Aquisição de Unidade Móvel de Saúde				
	Produto: UNIDADE MOVEL DE SAUDE ADQUIRIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	457,0	457,0	100,0	2.954,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.954,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	53,0	53,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	67,0	67,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	161,0	161,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	111,0	111,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	205.325.866	111.307.666	54,2	89.277.536	54.503.378	61,0
Fiscal Seguridade	205.325.866	111.307.666	54,2	89.277.536	54.503.378	61,0
Nacional	54.503.378	54.503.378	100,0	89.277.536	54.503.378	61,0
Centro-oeste	20.966.600	8.617.600	41,1	0	0	0,0
Nordeste	39.374.140	9.218.540	23,4	0	0	0,0
Norte	13.620.986	9.505.986	69,8	0	0	0,0
Sudeste	57.842.762	18.967.762	32,8	0	0	0,0
Sul	19.018.000	10.494.400	55,2	0	0	0,0
(P)	5919	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE RESGATE.				
	Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9001	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES - PNASH				
	Produto: projeto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	80,0	53,7	67,1	0,0	0,0	0,0
Nacional	80,0	53,7	67,1	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9002	PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE HOSPITALAR				
	Produto: prêmio concedido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	3.897.939.760	2.758.410.070	70,8	1.245.206.258	907.133.636	72,9
Fiscal Seguridade	3.881.418.112	2.741.888.422	71,4	1.227.953.525	895.391.945	72,9
Investimento Estatais	16.521.648	16.521.648	100,0	17.252.733	11.741.691	68,1

0119 SANEAMENTO BÁSICO

Gerente em 31/12/2002: José Antonio da Motta Ribeiro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0119 SANEAMENTO BÁSICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio da Motta Ribeiro						
(P) 3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	50.243,0	50.243,0	100,0	378.822,0	S.R.	0,0
Nacional	50.243,0	50.243,0	100,0	21.207,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	34.537,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	217.184,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	53.571,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	45.034,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	7.289,0	S.R.	0,0
Financeiro	694.628.518	624.634.142	89,9	317.578.373	209.629.078	66,0
Fiscal Seguridade	691.128.518	624.634.142	90,4	317.578.373	209.629.078	66,0
Nacional	172.569.265	165.286.465	95,8	93.011.379	65.224.637	70,1
Centro-oeste	26.255.103	22.989.117	87,6	9.526.000	7.106.327	74,6
Nordeste	338.676.635	305.852.680	90,3	131.641.160	91.964.448	69,9
Norte	110.796.428	94.366.101	85,2	37.974.742	28.037.316	73,8
Sudeste	31.631.901	27.752.545	87,7	38.943.892	14.402.606	37,0
Sul	11.199.186	8.387.234	74,9	6.481.200	2.893.744	44,6
Demais Fontes	3.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	162.900	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	216.251	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	654.769	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.948.508	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	217.105	0	0,0	0	0	0,0
Sul	300.468	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	28.150,0	28.150,0	100,0	207.585,0	S.R.	0,0
Nacional	28.150,0	28.150,0	100,0	24.340,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	3.912,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	110.086,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	54.983,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	11.251,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	3.013,0	S.R.	0,0
Financeiro	575.591.623	505.322.064	87,8	243.042.997	164.065.891	67,5
Fiscal Seguridade	571.791.623	505.322.064	88,4	243.042.997	164.065.891	67,5
Nacional	54.557.503	53.866.303	98,7	36.862.276	27.608.669	74,9
Centro-oeste	13.945.206	10.174.936	73,0	3.806.000	2.374.911	62,4
Nordeste	328.887.178	292.184.080	88,8	164.913.927	114.190.975	69,2
Norte	111.602.318	95.045.924	85,2	21.175.293	7.172.891	33,9
Sudeste	50.659.916	44.606.522	88,1	13.032.501	10.913.907	83,7
Sul	12.139.502	9.444.299	77,8	3.253.000	1.804.538	55,5
Demais Fontes	3.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	511.187	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	708.891	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.003.038	0	0,0	0	0	0,0
Norte	956.949	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	338.518	0	0,0	0	0	0,0
Sul	281.416	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0119 SANEAMENTO BÁSICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio da Motta Ribeiro						
(P)	3861	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	63.263,0	63.263,0	100,0	728.094,0	S.R.	0,0
Nacional	63.263,0	63.263,0	100,0	157.699,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	21.882,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	322.810,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	112.175,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	98.598,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	14.930,0	S.R.	0,0
Financeiro	944.056.819	841.583.841	89,1	441.357.644	207.154.049	46,9
Fiscal Seguridade	938.706.819	841.583.841	89,7	441.357.644	207.154.049	46,9
Nacional	188.549.773	185.298.973	98,3	78.747.292	32.775.187	41,6
Centro-oeste	28.362.501	22.431.139	79,1	13.329.000	10.697.108	80,3
Nordeste	438.280.976	379.411.368	86,6	195.612.812	83.801.634	42,8
Norte	221.764.737	204.296.926	92,1	90.318.087	61.138.005	67,7
Sudeste	43.317.810	36.256.574	83,7	54.640.253	13.715.784	25,1
Sul	18.431.022	13.888.861	75,4	8.710.200	5.026.331	57,7
Demais Fontes	5.350.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	946.155	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	296.816	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.900.722	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.563.590	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	386.058	0	0,0	0	0	0,0
Sul	256.660	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3984	Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12.360,0	12.360,0	100,0	353.590,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	237.388,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	5.420,0	5.420,0	100,0	8.616,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	12.814,0	S.R.	0,0
Norte	320,0	320,0	100,0	8.580,0	S.R.	0,0
Sudeste	3.071,0	3.071,0	100,0	79.304,0	S.R.	0,0
Sul	3.549,0	3.549,0	100,0	6.888,0	S.R.	0,0
Financeiro	54.729.108	18.636.237	34,1	34.320.550	9.659.618	28,1
Fiscal Seguridade	54.229.108	18.636.237	34,4	34.320.550	9.659.618	28,1
Nacional	6.626.434	6.311.960	95,3	16.376.002	6.311.960	38,5
Centro-oeste	3.059.670	2.052.287	67,1	1.560.000	641.323	41,1
Nordeste	33.313.407	2.536.002	7,6	2.228.925	325.502	14,6
Norte	4.646.455	3.202.609	68,9	1.334.910	654.032	49,0
Sudeste	3.874.758	3.000.678	77,4	11.580.713	884.292	7,6
Sul	2.708.384	1.532.701	56,6	1.240.000	842.509	67,9
Demais Fontes	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	79.751	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	47.602	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	139.278	0	0,0	0	0	0,0
Norte	140.518	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	50.242	0	0,0	0	0	0,0
Sul	42.610	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0119 SANEAMENTO BÁSICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio da Motta Ribeiro						
(P)	3996	Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	926,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	926,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.700.000	2.000.000	42,6	1.000.000	1.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	4.700.000	2.000.000	42,6	1.000.000	1.000.000	100,0
Nordeste	4.700.000	2.000.000	42,6	1.000.000	1.000.000	100,0
(P)	3997	Implantação dos Serviços de Abastecimento de Água - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1.111,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1.111,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.100.000	1.600.000	51,6	800.000	800.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.100.000	1.600.000	51,6	800.000	800.000	100,0
Nordeste	3.100.000	1.600.000	51,6	800.000	800.000	100,0
(P)	5528	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	167.895,0	167.895,0	100,0	1.390.385,0	S.R.	0,0
Nacional	167.895,0	167.895,0	100,0	1.390.385,0	S.R.	0,0
Financeiro	489.169.235	259.325.819	53,0	195.532.666	57.605.761	29,5
Fiscal Seguridade	489.169.235	259.325.819	53,0	195.532.666	57.605.761	29,5
Nacional	95.124.901	95.124.901	100,0	195.532.666	57.605.761	29,5
Centro-oeste	59.688.099	26.236.463	44,0	0	0	0,0
Nordeste	117.390.843	43.804.843	37,3	0	0	0,0
Norte	63.132.992	32.617.992	51,7	0	0	0,0
Sudeste	132.900.413	56.969.633	42,9	0	0	0,0
Sul	20.931.987	4.571.987	21,8	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.765.975.303	2.253.102.103	81,5	1.233.632.230	649.914.397	52,7
Fiscal Seguridade	2.752.825.303	2.253.102.103	71,4	1.233.632.230	649.914.397	52,7
Demais Fontes	13.150.000	0	0,0	0	0	0,0
0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO						
Gerente em 31/12/2002: Ana Goretti Kalume Maranhão						
(A)	2783	Acreditação de Hospitais Amigo da Criança				
	Produto: HOSPITAL ACREDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	55,0	55,0	100,0	50,0	55,0	110,0
Nacional	55,0	55,0	100,0	50,0	55,0	110,0
Financeiro	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
(P)	3891	Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2,0	2,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.372.042	2.062.042	61,2	1.310.000	483.770	36,9
Fiscal Seguridade	3.372.042	2.062.042	61,2	1.310.000	483.770	36,9
Nacional	3.372.042	2.062.042	61,2	1.310.000	483.770	36,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO						
Gerente em 31/12/2002: Ana Goretti Kalume Maranhão						
(P) 3906 Implantação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano						
Produto: BANCO DE LEITE HUMANO IMPLANTADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	26,0	26,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.979.243	1.369.243	69,2	1.548.000	785.209	50,7
Fiscal Seguridade	1.979.243	1.369.243	69,2	1.548.000	785.209	50,7
Nacional	1.979.243	1.369.243	69,2	1.548.000	785.209	50,7
(P) 3947 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno						
Produto: EVENTO REALIZADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	462,0	462,0	100,0	89,0	S.R.	0,0
Nacional	462,0	462,0	100,0	89,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.062.531	1.162.531	56,4	830.000	520.000	62,7
Fiscal Seguridade	2.062.531	1.162.531	56,4	830.000	520.000	62,7
Nacional	2.062.531	1.162.531	56,4	830.000	520.000	62,7
(P) 5602 Multivacinação de Crianças de 0 a 5 Anos de Idade						
Produto: CRIANÇA VACINADA						
						Unidade de Medida: MILHAR
Físico	34.223,0	34.223,0	100,0	15.800,0	S.R.	0,0
Nacional	34.223,0	34.223,0	100,0	15.800,0	S.R.	0,0
Financeiro	61.978.774	36.978.774	59,7	13.503.000	13.503.000	100,0
Fiscal Seguridade	61.978.774	36.978.774	59,7	13.503.000	13.503.000	100,0
Nacional	61.978.774	36.978.774	59,7	13.503.000	13.503.000	100,0
(OA) 9023 ACREDITAÇÃO DE HOSPITAIS "AMIGO DA CRIANÇA"						
Produto: hospital acreditado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	280,0	179,0	63,9	50,0	150,0	300,0
Nacional	280,0	179,0	63,9	50,0	150,0	300,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9024 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVOS À ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO E AO ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS						
Produto: norma publicada						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9025 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVOS À COMERCIALIZAÇÃO DE SUCEDÂNEOS DO ALEITAMENTO MATERNO E À PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO						
Produto: norma publicada						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	69.492.590	41.572.590	59,8	17.291.000	15.291.979	88,4
Fiscal Seguridade	69.492.590	41.572.590	71,4	17.291.000	15.291.979	88,4

0001 SAÚDE DA FAMÍLIA

Gerente em 31/12/2002: Heloíza Machado de Souza



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0001 SAÚDE DA FAMÍLIA						
Gerente em 31/12/2002: Heloíza Machado de Souza						
(OE)	0587	Atendimento Assistencial Básico Referente à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica				
Produto: POPULACAO COBERTA			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	499.216,9	499.216,9	100,0	172.462,0	166.044,1	96,3
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	35.237,1	35.237,1	100,0	12.006,0	11.885,5	99,0
Nordeste	142.145,4	142.145,4	100,0	48.756,0	48.331,2	99,1
Norte	29.727,4	29.727,4	100,0	13.293,0	6.903,3	51,9
Sudeste	216.259,5	216.259,5	100,0	72.994,0	73.470,8	100,7
Sul	75.847,5	75.847,5	100,0	25.412,0	25.453,3	100,2
Financeiro	7.380.769.030	5.380.769.030	72,9	1.891.766.200	1.864.309.709	98,5
Fiscal Seguridade	7.380.769.030	5.380.769.030	72,9	1.891.766.200	1.864.309.709	98,5
Nacional	33.570.000	28.200.000	84,0	41.617.000	17.200.001	41,3
Centro-oeste	506.966.641	369.336.641	72,9	128.752.000	128.752.000	100,0
Nordeste	2.123.050.152	1.556.210.152	73,3	540.949.000	538.399.847	99,5
Norte	537.251.230	386.671.230	72,0	137.540.000	137.050.091	99,6
Sudeste	3.077.247.612	2.233.737.612	72,6	771.511.000	771.510.574	100,0
Sul	1.102.683.395	806.613.395	73,2	271.397.200	271.397.196	100,0
(OE)	0589	Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família				
Produto: EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	57.238,0	57.238,0	100,0	20.001,0	33.396,0	167,0
Nacional	16.698,0	16.698,0	100,0	1,0	16.698,0	1.669.800,0
Centro-oeste	3.513,0	3.513,0	100,0	1.206,0	1.417,0	117,5
Nordeste	16.612,0	16.612,0	100,0	8.334,0	6.699,0	80,4
Norte	3.004,0	3.004,0	100,0	2.168,0	1.192,0	55,0
Sudeste	11.775,0	11.775,0	100,0	4.897,0	4.967,0	101,4
Sul	5.636,0	5.636,0	100,0	3.395,0	2.423,0	71,4
Financeiro	4.622.212.657	2.942.212.657	63,7	1.353.600.000	1.318.012.554	97,4
Fiscal Seguridade	4.622.212.657	2.942.212.657	63,7	1.353.600.000	1.318.012.554	97,4
Nacional	73.852.906	15.332.906	20,8	9.794.000	4.333.826	44,2
Centro-oeste	393.654.410	252.384.410	64,1	108.729.000	106.904.488	98,3
Nordeste	1.948.266.410	1.304.276.410	66,9	573.705.000	563.646.879	98,2
Norte	436.717.082	284.337.082	65,1	129.453.000	115.870.688	89,5
Sudeste	1.192.562.279	705.812.279	59,2	357.141.000	352.619.582	98,7
Sul	577.159.570	380.069.570	65,9	174.778.000	174.637.091	99,9
(P)	3851	Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica - Saúde da Família				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	750.600,0	750.600,0	100,0	150.000,0	556.600,0	371,1
Nacional	750.600,0	750.600,0	100,0	150.000,0	556.600,0	371,1
Financeiro	23.209.574	13.209.574	56,9	7.100.000	4.303.577	60,6
Fiscal Seguridade	23.209.574	13.209.574	56,9	7.100.000	4.303.577	60,6
Nacional	23.209.574	13.209.574	56,9	7.100.000	4.303.577	60,6
(P)	3887	ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE SAÚDE BUCAL				
Produto: estudo/pesquisa publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	679.000	679.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	679.000	679.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	679.000	679.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0001 SAÚDE DA FAMÍLIA						
Gerente em 31/12/2002: Heloíza Machado de Souza						
(P)	3932	Promoção de Eventos Técnicos sobre Atenção Básica - Saúde da Família				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	65,0	65,0	100,0	15,0	38,0	253,3
Nacional	65,0	65,0	100,0	15,0	38,0	253,3
Financeiro	1.617.550	917.550	56,7	700.000	325.020	46,4
Fiscal Seguridade	1.617.550	917.550	56,7	700.000	325.020	46,4
Nacional	1.617.550	917.550	56,7	700.000	325.020	46,4
(A)	4456	Implementação das Ações de Saúde da Família				
	Produto: POPULACAO BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	118.617.589,0	118.617.589,0	100,0	83.469.302,0	90.690.464,0	108,7
Nacional	118.238.339,0	118.238.339,0	100,0	83.469.301,0	90.690.464,0	108,7
Nordeste	15.000,0	15.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.250,0	1.250,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	363.000,0	363.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.794.342	7.154.342	45,3	23.337.000	1.928.988	8,3
Fiscal Seguridade	15.794.342	7.154.342	45,3	23.337.000	1.928.988	8,3
Nacional	15.248.988	6.698.988	43,9	23.277.000	1.880.988	8,1
Nordeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Norte	48.000	48.000	100,0	60.000	48.000	80,0
Sudeste	417.354	327.354	78,4	0	0	0,0
(P)	5917	CONTROLE DAS DOENÇAS HEREDITÁRIAS E CONGÊNITAS.				
	Produto: paciente atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7839	Estudos e Pesquisas na Área da Saúde da Família				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30,8	30,8	100,0	10,0	4,0	40,0
Nacional	30,8	30,8	100,0	10,0	4,0	40,0
Financeiro	4.995.010	2.495.010	50,0	500.000	395.282	79,1
Fiscal Seguridade	4.995.010	2.495.010	50,0	500.000	395.282	79,1
Nacional	4.995.010	2.495.010	50,0	500.000	395.282	79,1
Financ. Total Programa	12.049.277.163	8.347.437.163	69,3	3.277.003.200	3.189.275.130	97,3
Fiscal Seguridade	12.049.277.163	8.347.437.163	71,4	3.277.003.200	3.189.275.130	97,3
0021 SAÚDE DA MULHER						
Gerente em 31/12/2002: Tania Di Giacomo do Lago						
(P)	3879	Campanha Educativa em Atenção à Saúde da Mulher				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Financeiro	27.569.745	27.569.745	100,0	10.124.000	9.980.000	98,6
Fiscal Seguridade	27.569.745	27.569.745	100,0	10.124.000	9.980.000	98,6
Nacional	27.289.745	27.289.745	100,0	10.124.000	9.980.000	98,6
Sudeste	240.000	240.000	100,0	0	0	0,0
Sul	40.000	40.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3900	Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Mulher				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	700.000	200.000	28,6	200.000	200.000	100,0
Fiscal Seguridade	700.000	200.000	28,6	200.000	200.000	100,0
Nacional	700.000	200.000	28,6	200.000	200.000	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	458			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0021 SAÚDE DA MULHER						
Gerente em 31/12/2002: Tania Di Giacomo do Lago						
(P)	3929	Promoção de Eventos sobre Saúde da Mulher				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Financeiro	1.619.582	919.582	56,8	490.000	490.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.619.582	919.582	56,8	490.000	490.000	100,0
Nacional	1.619.582	919.582	56,8	490.000	490.000	100,0
(A)	4371	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA PLANEJAMENTO FAMILIAR				
	Produto: Pessoa atendida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	100.000,0	100.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100.000,0	100.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5923	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DOS AGRAVOS DECORRENTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL				
	Produto: serviço implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5925	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS OU SERVIÇOS PARA ATENÇÃO HUMANIZADA À GRAVIDEZ E AO PARTO				
	Produto: serviço implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7841	Capacitação de Recursos Humanos para Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.390,0	5.390,0	100,0	1.080,0	1.010,0	93,5
Nacional	5.390,0	5.390,0	100,0	1.080,0	1.010,0	93,5
Financeiro	3.237.929	1.107.929	34,2	900.000	685.560	76,2
Fiscal Seguridade	3.237.929	1.107.929	34,2	900.000	685.560	76,2
Nacional	3.237.929	1.107.929	34,2	900.000	685.560	76,2
(OA)	9016	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVA À ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL, GESTAÇÃO DE ALTO RISCO, PARTO E PUERPÉRIO, PLANEJAMENTO FAMILIAR, URGÊNCIAS OBSTÉTRICAS, CLIMATÉRIO E ASSISTÊNCIA À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	4,0	66,7	1,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	4,0	66,7	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	33.127.256	29.797.256	89,9	11.714.000	11.355.560	96,9
Fiscal Seguridade	33.127.256	29.797.256	71,4	11.714.000	11.355.560	96,9
0026 SAÚDE DO JOVEM						
Gerente em 31/12/2002: José Domingues dos Santos Júnior						
(P)	3872	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Adolescente e do Jovem				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	616.113	216.113	35,1	115.000	115.000	100,0
Fiscal Seguridade	616.113	216.113	35,1	115.000	115.000	100,0
Nacional	616.113	216.113	35,1	115.000	115.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0026 SAÚDE DO JOVEM						
Gerente em 31/12/2002: José Domingues dos Santos Júnior						
(P) 3901 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Adolescente e do Jovem						
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	3,0	3,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	466.000	156.000	33,5	160.000	76.500	47,8
Fiscal Seguridade	466.000	156.000	33,5	160.000	76.500	47,8
Nacional	466.000	156.000	33,5	160.000	76.500	47,8
(P) 3907 Implantação de Centros de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem						
Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	29,0	29,0	100,0	64,0	S.R.	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	64,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.824.847	1.644.847	43,0	1.300.000	839.485	64,6
Fiscal Seguridade	3.824.847	1.644.847	43,0	1.300.000	839.485	64,6
Nacional	3.370.847	1.420.847	42,2	1.300.000	839.485	64,6
Centro-oeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Norte	112.000	112.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	262.000	32.000	12,2	0	0	0,0
(P) 3998 Campanha Educativa em Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem						
Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.188.626	14.188.626	100,0	6.050.000	5.849.999	96,7
Fiscal Seguridade	14.188.626	14.188.626	100,0	6.050.000	5.849.999	96,7
Nacional	14.188.626	14.188.626	100,0	6.050.000	5.849.999	96,7
(OA) 9019 ACREDITAÇÃO DE CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE						
Produto: centro acreditado		Unidade de Medida: unidade				
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9020 ACREDITAÇÃO DE CENTRO DOCENTE ASSISTENCIAL - CDA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE						
Produto: centro acreditado		Unidade de Medida: unidade				
Físico	24,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	24,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9021 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE A SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM						
Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade				
Físico	6,0	2,0	33,3	2,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	2,0	33,3	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9022 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ACIDENTES, VIOLÊNCIAS, SUICÍDIOS E CATÁSTROFES NA ÁREA DA SAÚDE						
Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade				
Físico	12,0	1,0	8,3	4,0	S.R.	0,0
Nacional	12,0	1,0	8,3	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	19.095.586	16.205.586	84,9	7.625.000	6.880.984	90,2
Fiscal Seguridade	19.095.586	16.205.586	71,4	7.625.000	6.880.984	90,2

0022 SAÚDE DO TRABALHADOR

Gerente em 31/12/2002: Jacinta de Fátima Sena Da Silva

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

460

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0022 SAÚDE DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Jacinta de Fátima Sena Da Silva						
(P)	3893	Estudos e Pesquisas sobre Agravos à Saúde do Trabalhador				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Nacional	3,0	3,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Financeiro	1.078.979	585.379	54,3	500.000	254.899	51,0
Fiscal Seguridade	1.078.979	585.379	54,3	500.000	254.899	51,0
Nacional	1.078.979	585.379	54,3	500.000	254.899	51,0
(P)	3920	Implantação em Unidades de Saúde de Serviços para Tratamento dos Agravos Relativos à Saúde do Trabalhador				
	Produto: SERVIÇO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	29,0	29,0	100,0	200,0	S.R.	0,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	200,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.438.930	6.353.930	67,3	3.200.000	2.378.248	74,3
Fiscal Seguridade	9.438.930	6.353.930	67,3	3.200.000	2.378.248	74,3
Nacional	9.438.930	6.353.930	67,3	3.200.000	2.378.248	74,3
(P)	3927	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Trabalhador				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	42,0	42,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	42,0	42,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	1.073.136	523.136	48,7	600.000	169.000	28,2
Fiscal Seguridade	1.073.136	523.136	48,7	600.000	169.000	28,2
Nacional	1.073.136	523.136	48,7	600.000	169.000	28,2
(A)	4337	Fiscalização do Processo, do Ambiente e das Condições de Trabalho para a Proteção da Saúde do Trabalhador				
	Produto: FISCALIZAÇÃO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2.340,0	2.340,0	100,0	2.000,0	2.016,0	100,8
Nacional	2.340,0	2.340,0	100,0	2.000,0	2.016,0	100,8
Financeiro	2.049.496	1.189.596	58,0	800.000	479.399	59,9
Fiscal Seguridade	2.049.496	1.189.596	58,0	800.000	479.399	59,9
Nacional	2.049.496	1.189.596	58,0	800.000	479.399	59,9
(OA)	9017	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR				
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	7,0	2,0	28,6	2,0	S.R.	0,0
Nacional	7,0	2,0	28,6	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	13.640.541	8.652.041	63,4	5.100.000	3.281.546	64,3
Fiscal Seguridade	13.640.541	8.652.041	71,4	5.100.000	3.281.546	64,3
0018 SAÚDE MENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Gabriel Godinho Delgado						
(OE)	0591	Incentivo-Bônus para Assistência, Acompanhamento e Integração Fora da Unidade Hospitalar de Paciente Portador de Agravado Mental				
	Produto: PACIENTE ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	5.500,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.500,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.992.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.992.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	1.992.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0018 SAÚDE MENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Gabriel Godinho Delgado						
(A)	2743	Atendimento à População com Medicamentos para Saúde Mental				
	Produto: PACIENTE ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	220.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	220.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	47.887.076	21.887.076	45,7	25.000.000	21.887.076	87,5
Fiscal Seguridade	47.887.076	21.887.076	45,7	25.000.000	21.887.076	87,5
Nacional	47.887.076	21.887.076	45,7	25.000.000	21.887.076	87,5
(P)	3892	Estudos e Pesquisas sobre Saúde Mental				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	3,0	5,0	166,7
Nacional	8,0	8,0	100,0	3,0	5,0	166,7
Financeiro	2.789.722	1.623.722	58,2	1.170.000	755.249	64,6
Fiscal Seguridade	2.789.722	1.623.722	58,2	1.170.000	755.249	64,6
Nacional	2.789.722	1.623.722	58,2	1.170.000	755.249	64,6
(P)	3911	Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e Drogas				
	Produto: SERVICO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	576,0	576,0	100,0	207,0	464,0	224,2
Nacional	576,0	576,0	100,0	207,0	464,0	224,2
Financeiro	13.628.188	7.609.188	55,8	8.304.000	3.647.540	43,9
Fiscal Seguridade	13.628.188	7.609.188	55,8	8.304.000	3.647.540	43,9
Nacional	12.891.388	7.092.388	55,0	8.304.000	3.647.540	43,9
Nordeste	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	560.800	340.800	60,8	0	0	0,0
Sul	96.000	96.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3951	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde Mental				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	15,0	7,0	46,7
Nacional	13,0	13,0	100,0	15,0	7,0	46,7
Financeiro	659.901	409.901	62,1	250.000	250.000	100,0
Fiscal Seguridade	659.901	409.901	62,1	250.000	250.000	100,0
Nacional	659.901	409.901	62,1	250.000	250.000	100,0
(OA)	9015	CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS POR PORTE				
	Produto: hospital habilitado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	373,0	338,0	90,6	30,0	303,0	1.010,0
Nacional	373,0	338,0	90,6	30,0	303,0	1.010,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	66.956.887	31.529.887	47,1	36.724.000	26.539.865	72,3
Fiscal Seguridade	66.956.887	31.529.887	71,4	36.724.000	26.539.865	72,3
0025 SAÚDE SUPLEMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Roger Cardoso Pires da Rosa						
(P)	3905	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESSARCIMENTO AS UNIDADES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS PELO ATENDIMENTO A SEGURADOS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	596.398	596.398	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	596.398	596.398	100,0	0	0	0,0
Nacional	596.398	596.398	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0025 SAÚDE SUPLEMENTAR						
Gerente em 31/12/2002: Roger Cardoso Pires da Rosa						
(A)	4339	Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	23.076,0	23.076,0	100,0	2.700,0	9.573,0	354,6
Nacional	23.076,0	23.076,0	100,0	2.700,0	9.573,0	354,6
Financeiro	70.410.421	49.490.421	70,3	28.000.000	23.789.717	85,0
Fiscal Seguridade	70.410.421	49.490.421	70,3	28.000.000	23.789.717	85,0
Nacional	70.410.421	49.490.421	70,3	28.000.000	23.789.717	85,0
(A)	4455	ACREDITAÇÃO E HABILITAÇÃO DAS OPERADORAS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE				
	Produto: operadora acreditada/habilitada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	2.729,0	2.729,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.729,0	2.729,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	578.799	578.799	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	578.799	578.799	100,0	0	0	0,0
Nacional	578.799	578.799	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	71.585.618	50.665.618	70,8	28.000.000	23.789.717	85,0
Fiscal Seguridade	71.585.618	50.665.618	71,4	28.000.000	23.789.717	85,0
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO						
Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre						
(OE)	0561	Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade				
	(Ministério da Previdência e Assistência Social)					
	Produto: PESSOA IDOSA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	423.540,0	423.540,0	100,0	260.353,0	140.313,0	53,9
Nacional	423.540,0	423.540,0	100,0	260.353,0	140.313,0	53,9
Financeiro	2.499.569.955	1.791.692.000	71,7	615.348.381	615.348.381	100,0
Fiscal Seguridade	2.499.569.955	1.791.692.000	71,7	615.348.381	615.348.381	100,0
Nacional	2.499.569.955	1.791.692.000	71,7	615.348.381	615.348.381	100,0
(OE)	0573	Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS				
	(Ministério da Previdência e Assistência Social)					
	Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.025.855,0	1.025.855,0	100,0	530.177,0	584.597,0	110,3
Nacional	1.025.855,0	1.025.855,0	100,0	530.177,0	584.597,0	110,3
Financeiro	4.282.450.967	2.826.113.818	66,0	1.279.882.573	1.279.882.573	100,0
Fiscal Seguridade	4.282.450.967	2.826.113.818	66,0	1.279.882.573	1.279.882.573	100,0
Nacional	4.282.450.967	2.826.113.818	66,0	1.279.882.573	1.279.882.573	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO						
Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre						
(P)	1394	Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Idosa (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA IDOSA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24.744,0	24.744,0	100,0	29.413,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	29.413,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2.277,0	2.277,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3.993,0	3.993,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4.468,0	4.468,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4.646,0	4.646,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	9.360,0	9.360,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.864.020	21.788.591	53,3	13.095.000	12.028.591	91,9
Fiscal Seguridade	40.864.020	21.788.591	53,3	13.095.000	12.028.591	91,9
Nacional	22.600.020	12.028.591	53,2	13.095.000	12.028.591	91,9
Centro-oeste	3.280.000	1.770.000	54,0	0	0	0,0
Nordeste	1.900.000	890.000	46,8	0	0	0,0
Norte	3.287.000	1.370.000	41,7	0	0	0,0
Sudeste	3.698.000	1.426.000	38,6	0	0	0,0
Sul	6.099.000	4.304.000	70,6	0	0	0,0
(P)	1487	REVISÃO E AUDITORIA DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA À PESSOA IDOSA (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: Benefício revisado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	80.554,0	80.554,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	80.554,0	80.554,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.297.052	5.297.052	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.297.052	5.297.052	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.297.052	5.297.052	100,0	0	0	0,0
(P)	1847	Implantação de Serviços Extra-Hospitalares de Assistência à Saúde do Idoso				
Produto: SERVIÇO EXTRA-HOSPITALAR IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	70,0	2,0	2,9
Nacional	2,0	2,0	100,0	70,0	2,0	2,9
Financeiro	2.022.388	142.388	7,0	2.000.000	142.388	7,1
Fiscal Seguridade	2.022.388	142.388	7,0	2.000.000	142.388	7,1
Nacional	2.022.388	142.388	7,0	2.000.000	142.388	7,1
(A)	2559	ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: pessoa idosa atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.590.566	32.590.566	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	32.590.566	32.590.566	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.226.839	7.226.839	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.518.606	2.518.606	100,0	0	0	0,0
Nordeste	7.619.024	7.619.024	100,0	0	0	0,0
Norte	1.582.616	1.582.616	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.851.506	6.851.506	100,0	0	0	0,0
Sul	6.791.975	6.791.975	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO						
Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre						
(A)	2559	Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA IDOSA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	599.325,0	599.325,0	100,0	353.022,0	306.343,0	86,8
Nacional	599.325,0	599.325,0	100,0	69.952,0	306.343,0	437,9
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	34.713,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	89.561,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	21.155,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	39.428,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	98.213,0	S.R.	0,0
Financeiro	106.299.845	71.151.804	66,9	39.723.431	37.086.368	93,4
Fiscal Seguridade	106.299.845	71.151.804	66,9	39.723.431	37.086.368	93,4
Nacional	12.322.834	10.676.834	86,6	7.474.765	4.960.738	66,4
Centro-oeste	9.003.757	5.878.998	65,3	3.152.305	3.031.196	96,2
Nordeste	23.412.444	15.173.316	64,8	8.127.425	8.127.426	100,0
Norte	4.770.484	2.970.021	62,3	1.546.855	1.544.925	99,9
Sudeste	32.740.140	21.142.652	64,6	11.228.060	11.228.062	100,0
Sul	24.050.186	15.309.983	63,7	8.194.021	8.194.021	100,0
(A)	2560	Atendimento à Pessoa Idosa do Abrigo Cristo Redentor (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA IDOSA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	755,0	755,0	100,0	410,0	345,0	84,1
Sudeste	755,0	755,0	100,0	410,0	345,0	84,1
Financeiro	11.800.000	8.800.000	74,6	3.000.000	3.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	11.800.000	8.800.000	74,6	3.000.000	3.000.000	100,0
Sudeste	11.800.000	8.800.000	74,6	3.000.000	3.000.000	100,0
(A)	2573	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: BENEFICIO PAGO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.475.804,0	5.475.804,0	100,0	6.362.124,0	S.R.	0,0
Nacional	5.475.804,0	5.475.804,0	100,0	6.362.124,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.228.235	14.059.194	69,5	8.193.869	8.193.869	100,0
Fiscal Seguridade	20.228.235	14.059.194	69,5	8.193.869	8.193.869	100,0
Nacional	20.228.235	14.059.194	69,5	8.193.869	8.193.869	100,0
(A)	2583	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: BENEFICIO PROCESSADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.453.901,0	5.453.901,0	100,0	6.362.124,0	S.R.	0,0
Nacional	5.453.901,0	5.453.901,0	100,0	6.362.124,0	S.R.	0,0
Financeiro	26.097.139	21.043.881	80,6	18.103.877	18.103.877	100,0
Fiscal Seguridade	26.097.139	21.043.881	80,6	18.103.877	18.103.877	100,0
Nacional	26.097.139	21.043.881	80,6	18.103.877	18.103.877	100,0
(A)	2589	Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	247.538,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	247.538,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.501.649	4.816.585	56,7	2.748.100	2.472.005	90,0
Fiscal Seguridade	8.501.649	4.816.585	56,7	2.748.100	2.472.005	90,0
Nacional	8.501.649	4.816.585	56,7	2.748.100	2.472.005	90,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO						
Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre						
(P)	3902	Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Idoso				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	519.400	44.400	8,5	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	519.400	44.400	8,5	500.000	0	0,0
Nacional	519.400	44.400	8,5	500.000	0	0,0
(P)	3948	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Idoso				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Financeiro	885.060	735.060	83,1	853.000	113.037	13,3
Fiscal Seguridade	885.060	735.060	83,1	853.000	113.037	13,3
Nacional	885.060	735.060	83,1	853.000	113.037	13,3
(P)	5600	Vacinação de Idoso com 60 Anos de Idade ou Mais				
Produto: IDOSO IMUNIZADO			Unidade de Medida: MILHAR			
Físico	10.776.183,1	10.776.183,1	100,0	13.900,0	11.026,1	79,3
Nacional	10.776.183,1	10.776.183,1	100,0	13.900,0	11.026,1	79,3
Financeiro	238.549.870	177.549.870	74,4	70.880.000	70.826.500	99,9
Fiscal Seguridade	238.549.870	177.549.870	74,4	70.880.000	70.826.500	99,9
Nacional	238.549.870	177.549.870	74,4	70.880.000	70.826.500	99,9
(A)	7777	MANUTENÇÃO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: unidade assistida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	7.275.676.146	4.975.825.209	68,4	2.054.328.231	2.047.197.589	99,7
Fiscal Seguridade	7.275.676.146	4.975.825.209	71,4	2.054.328.231	2.047.197.589	99,7
0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Hage Carmo						
(P)	3703	Estudos e Pesquisas de Biossegurança do Exército (Ministério da Defesa)				
Produto: ESTUDO/PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	229.770	168.200	73,2	58.493	56.130	96,0
Fiscal Seguridade	229.770	168.200	73,2	58.493	56.130	96,0
Nacional	229.770	168.200	73,2	58.493	56.130	96,0
(P)	3992	Implantação do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental sobre Fatores Biológicos, Físicos e Químicos Determinantes e Condicionantes de Agravos à Saúde				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	74,0	74,0	100,0	25,0	27,0	108,0
Nacional	74,0	74,0	100,0	25,0	27,0	108,0
Financeiro	35.278.606	23.478.606	66,6	12.000.000	9.443.701	78,7
Fiscal Seguridade	35.278.606	23.478.606	66,6	12.000.000	9.443.701	78,7
Nacional	35.278.606	23.478.606	66,6	12.000.000	9.443.701	78,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Hage Carmo						
(P) 3994 Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	64,0	64,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Nacional	64,0	64,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Financeiro	343.578.688	217.217.306	63,2	70.000.000	66.799.339	95,4
Fiscal Seguridade	287.217.306	217.217.306	75,6	70.000.000	66.799.339	95,4
Nacional	287.217.306	217.217.306	75,6	70.000.000	66.799.339	95,4
Demais Fontes	56.361.382	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	56.361.382	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4357 Operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública						
Produto: LABORATORIO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	93,0	93,0	100,0	27,0	34,0	125,9
Nacional	93,0	93,0	100,0	27,0	34,0	125,9
Financeiro	32.664.150	20.964.150	64,2	12.000.000	7.887.768	65,7
Fiscal Seguridade	32.664.150	20.964.150	64,2	12.000.000	7.887.768	65,7
Nacional	32.664.150	20.964.150	64,2	12.000.000	7.887.768	65,7
(A) 4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	71.163.409	53.663.409	75,4	18.000.000	15.193.247	84,4
Fiscal Seguridade	71.163.409	53.663.409	75,4	18.000.000	15.193.247	84,4
Nacional	71.163.409	53.663.409	75,4	18.000.000	15.193.247	84,4
Financ. Total Programa	482.914.623	315.491.671	65,3	112.058.493	99.380.185	88,7
Fiscal Seguridade	426.553.241	315.491.671	71,4	112.058.493	99.380.185	88,7
Demais Fontes	56.361.382	0	0,0	0	0	0,0
0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002: Cláudio Maierovitch P. Henriques						
(OE) 0595 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária						
Produto: POPULACAO COBERTA						
Unidade de Medida: MILHAR						
Físico	445.698,5	445.698,5	100,0	172.462,0	170.548,3	98,9
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	29.686,0	29.686,0	100,0	12.006,0	10.412,5	86,7
Nordeste	128.972,9	128.972,9	100,0	48.756,0	48.256,6	99,0
Norte	33.695,7	33.695,7	100,0	13.293,0	13.161,8	99,0
Sudeste	185.829,8	185.829,8	100,0	72.994,0	73.343,3	100,5
Sul	67.514,1	67.514,1	100,0	25.412,0	25.374,2	99,9
Financeiro	261.711.825	180.391.825	68,9	80.000.000	75.101.372	93,9
Fiscal Seguridade	261.711.825	180.391.825	68,9	80.000.000	75.101.372	93,9
Nacional	1.673.984	1.673.984	100,0	4.300.000	1.673.984	38,9
Centro-oeste	19.508.672	13.878.672	71,1	5.400.000	5.212.776	96,5
Nordeste	71.668.295	49.358.295	68,9	21.212.000	19.331.454	91,1
Norte	22.636.786	14.876.786	65,7	7.117.000	7.101.334	99,8
Sudeste	107.382.128	73.472.128	68,4	30.671.000	30.482.362	99,4
Sul	38.841.960	27.131.960	69,9	11.300.000	11.299.462	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
36000 Ministério da Saúde						
0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002: Cláudio Maierovitch P. Henriques						
(A) 2691 Fiscalização de Produtos e de Serviços Sujeitos ao Controle da Vigilância Sanitária						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	118.803,0	118.803,0	100,0	76.000,0	118.803,0	156,3
Nacional	118.803,0	118.803,0	100,0	76.000,0	118.803,0	156,3
Financeiro	138.732.390	78.732.390	56,8	84.535.000	78.732.390	93,1
Fiscal Seguridade	138.732.390	78.732.390	56,8	84.535.000	78.732.390	93,1
Nacional	138.732.390	78.732.390	56,8	84.535.000	78.732.390	93,1
(A) 4335 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
Produto: Fiscalização realizada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	4.357.715,0	4.357.715,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.357.715,0	4.357.715,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	91.063.935	91.063.935	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	91.063.935	91.063.935	100,0	0	0	0,0
Nacional	91.063.935	91.063.935	100,0	0	0	0,0
(A) 4336 FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO CONTROLE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
Produto: Fiscalização realizada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	323.132,0	323.132,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	323.132,0	323.132,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	92.234.660	92.234.660	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	92.234.660	92.234.660	100,0	0	0	0,0
Nacional	92.234.660	92.234.660	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	583.742.810	442.422.810	75,8	164.535.000	153.833.762	93,5
Fiscal Seguridade	583.742.810	442.422.810	71,4	164.535.000	153.833.762	93,5
0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS						
Gerente em 31/12/2002: Daniel Lins Menucci						
(A) 4340 Fiscalização Sanitária em Portos, Aeroportos, Postos de Fronteiras e Terminais Alfandegados						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	2.223.051,0	2.223.051,0	100,0	450.000,0	988.889,0	219,8
Nacional	2.223.051,0	2.223.051,0	100,0	450.000,0	988.889,0	219,8
Financeiro	30.661.324	21.661.324	70,6	9.500.000	8.491.429	89,4
Fiscal Seguridade	30.661.324	21.661.324	70,6	9.500.000	8.491.429	89,4
Nacional	30.661.324	21.661.324	70,6	9.500.000	8.491.429	89,4
Financ. Total Programa	30.661.324	21.661.324	70,6	9.500.000	8.491.429	89,4
Fiscal Seguridade	30.661.324	21.661.324	71,4	9.500.000	8.491.429	89,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Luiz Dias da Silva						
(A) 4303 Estudos para Implantação do Órgão Regulador de Serviços Postais						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.394.665	0	0,0	3.580.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.394.665	0	0,0	3.580.000	0	0,0
Nacional	2.394.665	0	0,0	3.580.000	0	0,0
(A) 4321 Formulação de Políticas para o Setor de Comunicações						
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	1.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	3.394.665	0	0,0	5.580.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.394.665	0	61,3	5.580.000	0	0,0
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro						
(OE) 0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações						
Produto: PROJETO FINANCIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.746.424	520.947	2,3	33.213.150	520.947	1,6
Fiscal Seguridade	22.746.424	520.947	2,3	33.213.150	520.947	1,6
Nacional	22.746.424	520.947	2,3	33.213.150	520.947	1,6
(A) 4333 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações						
Produto: PROJETO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Financeiro	68.437.897	13.527.895	19,8	57.554.880	13.527.895	23,5
Fiscal Seguridade	68.437.897	13.527.895	19,8	57.554.880	13.527.895	23,5
Nacional	68.437.897	13.527.895	19,8	57.554.880	13.527.895	23,5
(A) 4341 Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações						
Produto: PESSOA CAPACITADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	20,0	20,0	100,0	1.419,0	20,0	1,4
Nacional	20,0	20,0	100,0	1.419,0	20,0	1,4
Financeiro	11.775.533	9.104	0,1	16.606.588	9.104	0,1
Fiscal Seguridade	11.775.533	9.104	0,1	16.606.588	9.104	0,1
Nacional	11.775.533	9.104	0,1	16.606.588	9.104	0,1
(A) 4343 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPQD						
Produto: PROJETO APOIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	28,0	28,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Financeiro	131.483.798	92.262.368	70,2	93.033.829	92.262.368	99,2
Fiscal Seguridade	131.483.798	92.262.368	70,2	93.033.829	92.262.368	99,2
Nacional	131.483.798	92.262.368	70,2	93.033.829	92.262.368	99,2
(P) 7071 IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL						
Produto: projeto apoiado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	234.443.652	106.320.314	45,4	200.408.447	106.320.314	53,1
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	469	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
Fiscal Seguridade	234.443.652	106.320.314	61,3	200.408.447	106.320.314	53,1
0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Marcos da Rocha Lima						
(OE) 0345 PROMOÇÃO DO ACESSO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS A RECURSOS DE CAPITAL						
Produto: Empresa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1366 Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização das Telecomunicações						
Produto: ESTACAO INSTALADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	25,0	25,0	100,0	25,0	5,0	20,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	25,0	5,0	20,0
Financeiro	46.901.105	27.746.105	59,2	22.000.000	3.534.065	16,1
Fiscal Seguridade	46.901.105	27.746.105	59,2	22.000.000	3.534.065	16,1
Nacional	46.901.105	27.746.105	59,2	22.000.000	3.534.065	16,1
(P) 1367 Instalação dos Escritórios Regionais da Anatel						
Produto: ESCRITORIO REGIONAL INSTALADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9,0	9,0	100,0	6,0	2,0	33,3
Nacional	9,0	9,0	100,0	6,0	2,0	33,3
Financeiro	59.073.866	49.920.866	84,5	38.800.000	11.135.825	28,7
Fiscal Seguridade	59.073.866	49.920.866	84,5	38.800.000	11.135.825	28,7
Nacional	59.073.866	49.920.866	84,5	38.800.000	11.135.825	28,7
(P) 1368 Instalação de Postos de Radiovideometria						
Produto: POSTO INSTALADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	25,0	25,0	100,0	20,0	25,0	125,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	20,0	25,0	125,0
Financeiro	37.498.136	30.806.136	82,2	17.300.000	15.103.130	87,3
Fiscal Seguridade	37.498.136	30.806.136	82,2	17.300.000	15.103.130	87,3
Nacional	37.498.136	30.806.136	82,2	17.300.000	15.103.130	87,3
(A) 2359 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2361 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES						
Produto: Pessoa capacitada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.000.000	10.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.000.000	10.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.000.000	10.000.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2363 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES NA FUNDAÇÃO CPQD						
Produto: Projeto apoiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	47.810.000	47.810.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	47.810.000	47.810.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	47.810.000	47.810.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2422 Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação						
Produto: PRODUTO CERTIFICADO/HOMOLOGADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.130,0	4.130,0	100,0	1.800,0	684,0	38,0
Nacional	4.130,0	4.130,0	100,0	1.800,0	684,0	38,0
Financeiro	4.394.244	2.594.244	59,0	1.800.000	472.286	26,2
Fiscal Seguridade	4.394.244	2.594.244	59,0	1.800.000	472.286	26,2
Nacional	4.394.244	2.594.244	59,0	1.800.000	472.286	26,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

470

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Marcos da Rocha Lima						
(A)	2423	HOMOLOGAÇÃO DE PRODUTOS DE COMUNICAÇÕES				
	Produto: Produto homologado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.906,0	1.906,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.906,0	1.906,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	507.188	507.188	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	507.188	507.188	100,0	0	0	0,0
Nacional	507.188	507.188	100,0	0	0	0,0
(A)	2424	Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	950.957,0	950.957,0	100,0	500.000,0	309.102,0	61,8
Nacional	950.957,0	950.957,0	100,0	500.000,0	309.102,0	61,8
Financeiro	128.000.641	78.410.641	61,3	74.000.000	25.931.183	35,0
Fiscal Seguridade	128.000.641	78.410.641	61,3	74.000.000	25.931.183	35,0
Nacional	128.000.641	78.410.641	61,3	74.000.000	25.931.183	35,0
(A)	2425	Gestão do Espectro de Radiofrequências				
	Produto: ESPECTRO REGULAMENTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.456.948	1.456.948	42,1	2.300.000	398.596	17,3
Fiscal Seguridade	3.456.948	1.456.948	42,1	2.300.000	398.596	17,3
Nacional	3.456.948	1.456.948	42,1	2.300.000	398.596	17,3
Financ. Total Programa	337.642.128	249.252.128	73,8	156.200.000	56.575.085	36,2
Fiscal Seguridade	337.642.128	249.252.128	61,3	156.200.000	56.575.085	36,2
0253 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA						
Gerente em 31/12/2002: Hamilton de Magalhães Mesquita						
(A)	2420	Outorga dos Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa				
	Produto: OUTORGA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	171,0	171,0	100,0	336,0	7,0	2,1
Nacional	171,0	171,0	100,0	336,0	7,0	2,1
Financeiro	259.996.286	11.996.286	4,6	18.358.000	4.557.230	24,8
Fiscal Seguridade	19.996.286	11.996.286	60,0	18.358.000	4.557.230	24,8
Nacional	19.996.286	11.996.286	60,0	18.358.000	4.557.230	24,8
Demais Fontes	240.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	240.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2421	Monitoramento dos Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa				
	Produto: DOMICILIO ASSINANTE		Unidade de Medida: %			
Físico	22,0	22,0	100,0	16,0	8,0	50,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	16,0	8,0	50,0
Financeiro	8.086.051	5.586.051	69,1	2.500.000	471.072	18,8
Fiscal Seguridade	8.086.051	5.586.051	69,1	2.500.000	471.072	18,8
Nacional	8.086.051	5.586.051	69,1	2.500.000	471.072	18,8
(OA)	9149	SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA				
	Produto: assinante atendido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.332.600,0	177.647,0	3,3	2.000.000,0	32.600,0	1,6
Nacional	5.332.600,0	177.647,0	3,3	2.000.000,0	32.600,0	1,6
Financeiro	8.272.469.472	652.469.472	7,9	3.550.000.000	0	0,0
Demais Fontes	8.272.469.472	652.469.472	7,9	3.550.000.000	0	0,0
Nacional	8.272.469.472	652.469.472	7,9	3.550.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	8.540.551.809	670.051.809	7,8	3.570.858.000	5.028.302	0,1
Fiscal Seguridade	28.082.337	17.582.337	61,3	20.858.000	5.028.302	24,1

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

471

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
Demais Fontes	8.512.469.472	652.469.472	23,6	3.550.000.000	0	0,0
0255 SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Antônio de Souza						
(A) 6341 Regulamentação dos Serviços de Radiodifusão e de Defesa e Proteção dos Direitos dos Usuários						
Produto: NORMA PUBLICADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8,0	8,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Financeiro	580.000	0	0,0	580.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	580.000	0	0,0	580.000	0	0,0
Nacional	580.000	0	0,0	580.000	0	0,0
(A) 6495 Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens						
Produto: OUTORGA CONCEDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.656,0	2.656,0	100,0	650,0	1.209,0	186,0
Nacional	2.656,0	2.656,0	100,0	650,0	1.209,0	186,0
Financeiro	1.555.799	383.699	24,7	1.172.100	242.105	20,7
Fiscal Seguridade	1.555.799	383.699	24,7	1.172.100	242.105	20,7
Nacional	1.555.799	383.699	24,7	1.172.100	242.105	20,7
Financ. Total Programa	2.135.799	383.699	18,0	1.752.100	242.105	13,8
Fiscal Seguridade	2.135.799	383.699	61,3	1.752.100	242.105	13,8
0256 SERVIÇOS POSTAIS						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Luiz Dias da Silva						
(P) 3220 Ampliação da Infra-estrutura dos Serviços Financeiros Postais						
Produto: INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	70,0	70,0	100,0	55,0	43,0	78,2
Nacional	70,0	70,0	100,0	55,0	43,0	78,2
Financeiro	190.938.353	84.148.353	44,1	62.300.000	62.298.841	100,0
Investimento das Estatais	190.938.353	84.148.353	44,1	62.300.000	62.298.841	100,0
Nacional	190.938.353	84.148.353	44,1	62.300.000	62.298.841	100,0
(P) 3221 Ampliação da Infra-estrutura de Produção e Transporte						
Produto: INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	111,8	111,8	100,0	16,0	15,8	98,8
Nacional	74,8	74,8	100,0	16,0	15,8	98,9
Centro-oeste	3,1	3,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	11,6	11,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,8	2,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.667.549	24.667.549	71,2	10.550.000	10.433.178	98,9
Investimento das Estatais	34.667.549	24.667.549	71,2	10.550.000	10.433.178	98,9
Nacional	34.667.549	24.667.549	71,2	10.550.000	10.433.178	98,9
(P) 3222 Modernização da Infra-estrutura de Produção e Transporte						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	157,2	157,2	100,0	26,0	27,6	106,2
Nacional	125,8	125,8	100,0	26,0	27,6	106,3
Centro-oeste	2,4	2,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	4,2	4,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,9	1,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	18,7	18,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	4,2	4,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.316.560.396	838.858.396	63,7	365.550.000	360.773.108	98,7
Investimento das Estatais	1.316.560.396	838.858.396	63,7	365.550.000	360.773.108	98,7
Nacional	1.316.560.396	838.858.396	63,7	365.550.000	360.773.108	98,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

472

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
0256 SERVIÇOS POSTAIS						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Luiz Dias da Silva						
(P)	3227 Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento					
	Produto: INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	1.086,8	1.086,8	100,0	13,0	6,8	52,3
Nacional	986,8	986,8	100,0	13,0	6,8	52,7
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	42,0	42,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	26,0	26,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.650.089	5.772.089	49,5	5.500.000	2.092.865	38,1
Investimento das Estatais	11.650.089	5.772.089	49,5	5.500.000	2.092.865	38,1
Nacional	11.650.089	5.772.089	49,5	5.500.000	2.092.865	38,1
(P)	3228 Modernização da Infra-estrutura de Atendimento					
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	44,1	44,1	100,0	22,0	16,1	73,2
Nacional	35,6	35,6	100,0	22,0	16,1	73,0
Centro-oeste	0,4	0,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3,3	3,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,4	0,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,7	2,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,7	1,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	156.016.710	118.915.710	76,2	57.132.000	41.680.384	73,0
Investimento das Estatais	156.016.710	118.915.710	76,2	57.132.000	41.680.384	73,0
Nacional	156.016.710	118.915.710	76,2	57.132.000	41.680.384	73,0
(A)	4094 Manutenção da Infra-estrutura de Produção e Transporte					
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA					
	Unidade de Medida: %					
Físico	152,4	152,4	100,0	100,0	91,1	91,1
Nacional	152,4	152,4	100,0	100,0	91,1	91,1
Financeiro	151.218.513	101.218.513	66,9	49.000.000	44.645.081	91,1
Investimento das Estatais	151.218.513	101.218.513	66,9	49.000.000	44.645.081	91,1
Nacional	151.218.513	101.218.513	66,9	49.000.000	44.645.081	91,1
(A)	4095 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento					
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA					
	Unidade de Medida: %					
Físico	170,4	170,4	100,0	100,0	50,0	50,0
Nacional	170,4	170,4	100,0	100,0	50,0	50,0
Financeiro	35.830.417	28.830.417	80,5	25.000.000	12.491.932	50,0
Investimento das Estatais	35.830.417	28.830.417	80,5	25.000.000	12.491.932	50,0
Nacional	35.830.417	28.830.417	80,5	25.000.000	12.491.932	50,0
(OA)	9152 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL					
	Produto: objeto postado					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	36.656.167.470,0	19.018.642.000,0	51,9	9.436.712.311,0	9.497.138.000,0	100,6
Nacional	36.656.167.470,0	19.018.642.000,0	51,9	9.436.712.311,0	9.497.138.000,0	100,6
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.896.882.027	1.202.411.027	63,4	575.032.000	534.415.389	92,9
Investimento Estatais	1.896.882.027	1.202.411.027	63,4	575.032.000	534.415.389	92,9

0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra						
(A) 2418 Outorga dos Serviços Privados de Telecomunicações						
Produto: OUTORGA CONCEDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.043,0	4.043,0	100,0	280,0	1.324,0	472,9
Nacional	4.043,0	4.043,0	100,0	280,0	1.324,0	472,9
Financeiro	13.532.799	7.532.799	55,7	12.662.000	794.044	6,3
Fiscal Seguridade	13.532.799	7.532.799	55,7	12.662.000	794.044	6,3
Nacional	13.532.799	7.532.799	55,7	12.662.000	794.044	6,3
(A) 4331 Monitoramento dos Serviços Privados de Telecomunicações						
Produto: META DE QUALIDADE ATINGIDA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	112,0	112,0	100,0	95,0	100,0	105,3
Nacional	112,0	112,0	100,0	95,0	100,0	105,3
Financeiro	13.219.510	7.219.510	54,6	10.294.000	2.082.445	20,2
Fiscal Seguridade	13.219.510	7.219.510	54,6	10.294.000	2.082.445	20,2
Nacional	13.219.510	7.219.510	54,6	10.294.000	2.082.445	20,2
(OA) 9148 SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL						
Produto: acesso em serviço						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	28.302.931,0	11.692.860,0	41,3	8.299.700,0	6.135.231,0	73,9
Nacional	28.302.931,0	11.692.860,0	41,3	8.299.700,0	6.135.231,0	73,9
Financeiro	13.940.000.000	0	0,0	6.360.000.000	0	0,0
Demais Fontes	13.940.000.000	0	0,0	6.360.000.000	0	0,0
Nacional	13.940.000.000	0	0,0	6.360.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	13.966.752.309	14.752.309	0,1	6.382.956.000	2.876.489	0,0
Fiscal Seguridade	26.752.309	14.752.309	61,3	22.956.000	2.876.489	12,5
Demais Fontes	13.940.000.000	0	23,6	6.360.000.000	0	0,0
0254 TELEFONIA FIXA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra						
(A) 2416 Outorga do Serviço Telefônico Fixo Comutado						
Produto: OUTORGA CONCEDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	362,0	362,0	100,0	24,0	6,0	25,0
Nacional	362,0	362,0	100,0	24,0	6,0	25,0
Financeiro	14.604.864	9.604.864	65,8	7.200.000	3.193.085	44,3
Fiscal Seguridade	14.604.864	9.604.864	65,8	7.200.000	3.193.085	44,3
Nacional	14.604.864	9.604.864	65,8	7.200.000	3.193.085	44,3
(A) 2417 Monitoramento do Serviço Telefônico Fixo Comutado						
Produto: META DE QUALIDADE ATINGIDA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	417,0	417,0	100,0	95,0	86,0	90,5
Nacional	417,0	417,0	100,0	95,0	86,0	90,5
Financeiro	19.938.206	12.938.206	64,9	22.200.000	780.928	3,5
Fiscal Seguridade	19.938.206	12.938.206	64,9	22.200.000	780.928	3,5
Nacional	19.938.206	12.938.206	64,9	22.200.000	780.928	3,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
0254 TELEFONIA FIXA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra						
(OA) 9150 SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA						
Produto: terminal instalado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	39.035.900,0	10.894.300,0	27,9	4.640.000,0	1.445.800,0	31,2
Nacional	21.794.100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1.290.600,0	606.100,0	47,0	388.100,0	90.900,0	23,4
Nordeste	4.043.400,0	3.019.500,0	74,7	949.800,0	460.300,0	48,5
Norte	706.400,0	706.400,0	100,0	293.500,0	100.600,0	34,3
Sudeste	9.307.700,0	4.668.600,0	50,2	2.256.200,0	308.500,0	13,7
Sul	1.893.700,0	1.893.700,0	100,0	752.400,0	485.500,0	64,5
Financeiro	24.844.835.056	9.944.835.056	40,0	8.420.000.000	0	0,0
Demais Fontes	24.844.835.056	9.944.835.056	40,0	8.420.000.000	0	0,0
Nacional	21.604.835.056	9.944.835.056	46,0	8.420.000.000	0	0,0
Centro-oeste	236.048.839	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	673.879.444	0	0,0	0	0	0,0
Norte	207.787.796	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.673.273.776	0	0,0	0	0	0,0
Sul	449.010.145	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9151 SERVIÇO DE TELEFONIA DE USO PÚBLICO						
Produto: telefone instalado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1.221.300,0	493.000,0	40,4	173.300,0	4.800,0	2,8
Nacional	690.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	33.500,0	17.500,0	52,2	10.600,0	1.500,0	14,2
Nordeste	191.500,0	191.500,0	100,0	55.200,0	S.R.	0,0
Norte	46.200,0	46.200,0	100,0	15.900,0	S.R.	0,0
Sudeste	208.700,0	186.900,0	89,6	68.700,0	S.R.	0,0
Sul	50.900,0	50.900,0	100,0	22.900,0	3.300,0	14,4
Financeiro	1.708.175.957	968.175.957	56,7	370.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.708.175.957	968.175.957	56,7	370.000.000	0	0,0
Nacional	1.523.175.957	968.175.957	63,6	370.000.000	0	0,0
Centro-oeste	11.413.469	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	56.960.174	0	0,0	0	0	0,0
Norte	17.790.007	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	74.321.506	0	0,0	0	0	0,0
Sul	24.514.844	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	26.587.554.083	10.935.554.083	41,1	8.819.400.000	3.974.013	0,0
Fiscal Seguridade	34.543.070	22.543.070	61,3	29.400.000	3.974.013	13,5
Demais Fontes	26.553.011.013	10.913.011.013	23,6	8.790.000.000	0	0,0
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro						
(P) 1319 Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública						
Produto: ACESSO EM SERVIÇO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	227.700.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	227.700.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	227.700.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
41000 Ministério das Comunicações						
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro						
(P)	1321	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas				
Produto: ACESSO EM SERVIÇO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	15.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	480.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	480.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	480.000.000	0	0,0
(P)	1323	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Localidades onde o Custo dos Serviços Não Possa Ser Recuperado com sua Exploração Comercial				
Produto: ACESSO EM SERVIÇO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	112.300.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	112.300.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	112.300.000	0	0,0
(A)	4459	Monitoramento da Universalização dos Serviços de Telecomunicações				
Produto: ACESSO TELEFONICO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	12.940.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12.940.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.429.512	1.929.512	30,0	12.000.000	1.929.512	16,1
Fiscal Seguridade	6.429.512	1.929.512	30,0	12.000.000	1.929.512	16,1
Nacional	6.429.512	1.929.512	30,0	12.000.000	1.929.512	16,1
Financ. Total Programa	6.429.512	1.929.512	30,0	832.000.000	1.929.512	0,2
Fiscal Seguridade	6.429.512	1.929.512	61,3	832.000.000	1.929.512	0,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0686 ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Adolf Libert Westphalen						
(A)	2529	Assistência Diplomática e Consular				
	Produto: CIDADAO ASSISTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	38.800,0	38.800,0	100,0	2.522,0	2.800,0	111,0
Nacional	38.800,0	38.800,0	100,0	2.522,0	2.800,0	111,0
Financeiro	2.629.126	2.019.126	76,8	673.960	836.547	124,1
Fiscal Seguridade	2.629.126	2.019.126	76,8	673.960	836.547	124,1
Nacional	2.629.126	2.019.126	76,8	673.960	836.547	124,1
Financ. Total Programa	2.629.126	2.019.126	76,8	673.960	836.547	124,1
Fiscal Seguridade	2.629.126	2.019.126	75,7	673.960	836.547	124,1
0684 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Marília Sardenberg Zelner Gonçalves						
(P)	1431	PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS				
	Produto: evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	194.776	194.776	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	194.776	194.776	100,0	0	0	0,0
Nacional	194.776	194.776	100,0	0	0	0,0
(A)	2531	Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros				
	Produto: BOLSA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.398,0	3.398,0	100,0	77,0	1.531,0	1.988,3
Nacional	3.398,0	3.398,0	100,0	77,0	1.531,0	1.988,3
Financeiro	3.693.160	2.393.160	64,8	1.300.000	1.012.403	77,9
Fiscal Seguridade	3.693.160	2.393.160	64,8	1.300.000	1.012.403	77,9
Nacional	3.693.160	2.393.160	64,8	1.300.000	1.012.403	77,9
(A)	2532	Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	266,0	266,0	100,0	298,0	36,0	12,1
Nacional	266,0	266,0	100,0	298,0	36,0	12,1
Financeiro	12.347.929	11.847.929	96,0	6.464.800	6.915.519	107,0
Fiscal Seguridade	12.347.929	11.847.929	96,0	6.464.800	6.915.519	107,0
Nacional	12.347.929	11.847.929	96,0	6.464.800	6.915.519	107,0
(A)	2533	Cooperação Técnica Internacional				
	Produto: ACORDO IMPLEMENTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.799,0	3.799,0	100,0	1.200,0	1.200,0	100,0
Nacional	3.799,0	3.799,0	100,0	1.200,0	1.200,0	100,0
Financeiro	10.292.657	5.792.657	56,3	4.851.200	4.849.936	100,0
Fiscal Seguridade	10.292.657	5.792.657	56,3	4.851.200	4.849.936	100,0
Nacional	10.292.657	5.792.657	56,3	4.851.200	4.849.936	100,0
(A)	2541	Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia no Exterior - SICTEX				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.323.825	2.323.825	69,9	1.098.000	1.376.923	125,4
Fiscal Seguridade	3.323.825	2.323.825	69,9	1.098.000	1.376.923	125,4
Nacional	3.323.825	2.323.825	69,9	1.098.000	1.376.923	125,4
Financ. Total Programa	29.852.347	22.552.347	75,5	13.714.000	14.154.781	103,2
Fiscal Seguridade	29.852.347	22.552.347	75,7	13.714.000	14.154.781	103,2

0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR

Gerente em 31/12/2002: Luiz Fernando de Freitas Ligiéro

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

477

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Fernando de Freitas Ligiéro						
(P)	1430	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR				
	Produto: evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	332,0	332,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	332,0	332,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.742.387	2.742.387	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.742.387	2.742.387	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.742.387	2.742.387	100,0	0	0	0,0
(A)	2530	Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros				
	Produto: ENTIDADE BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	536,0	536,0	100,0	67,0	75,0	111,9
Nacional	536,0	536,0	100,0	67,0	75,0	111,9
Financeiro	30.656.351	17.700.261	57,7	6.693.000	9.192.924	137,4
Fiscal Seguridade	30.656.351	17.700.261	57,7	6.693.000	9.192.924	137,4
Nacional	30.656.351	17.700.261	57,7	6.693.000	9.192.924	137,4
(A)	2836	Veiculação de Matérias sobre o Brasil				
	Produto: MATERIA VEICULADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	45.926,0	45.926,0	100,0	14.235,0	16.992,0	119,4
Nacional	45.926,0	45.926,0	100,0	14.235,0	16.992,0	119,4
Financeiro	14.515.635	9.515.635	65,6	5.337.082	6.538.094	122,5
Fiscal Seguridade	14.515.635	9.515.635	65,6	5.337.082	6.538.094	122,5
Nacional	14.515.635	9.515.635	65,6	5.337.082	6.538.094	122,5
(P)	5572	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE O BRASIL				
	Produto: exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	255.074,0	255.074,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	255.074,0	255.074,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	574.672	574.672	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	574.672	574.672	100,0	0	0	0,0
Nacional	574.672	574.672	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	48.489.045	30.532.955	63,0	12.030.082	15.731.018	130,8
Fiscal Seguridade	48.489.045	30.532.955	75,7	12.030.082	15.731.018	130,8
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO						
Gerente em 31/12/2002: João Almino de Souza Filho						
(A)	2534	Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas				
	Produto: DIPLOMATA MATRICULADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	111,0	111,0	100,0	55,0	56,0	101,8
Nacional	111,0	111,0	100,0	55,0	56,0	101,8
Financeiro	3.757.708	2.657.708	70,7	1.008.100	883.744	87,7
Fiscal Seguridade	3.757.708	2.657.708	70,7	1.008.100	883.744	87,7
Nacional	3.757.708	2.657.708	70,7	1.008.100	883.744	87,7
Financ. Total Programa	3.757.708	2.657.708	70,7	1.008.100	883.744	87,7
Fiscal Seguridade	3.757.708	2.657.708	75,7	1.008.100	883.744	87,7
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0003	CONTRIBUIÇÃO AO GRUPO EXECUTIVO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E DO CARIBE EXPORTADORES DE AÇÚCAR - GEPLACEA				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: cota efetuada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.983	72.983	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	72.983	72.983	100,0	0	0	0,0
Nacional	72.983	72.983	100,0	0	0	0,0
(OE)	0004	Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	845.048	644.348	76,2	215.000	215.000	100,0
Fiscal Seguridade	845.048	644.348	76,2	215.000	215.000	100,0
Nacional	845.048	644.348	76,2	215.000	215.000	100,0
(OE)	0006	Contribuição à Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML				
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	152.993	152.993	100,0	53.376	53.376	100,0
Fiscal Seguridade	152.993	152.993	100,0	53.376	53.376	100,0
Nacional	152.993	152.993	100,0	53.376	53.376	100,0
(OE)	0007	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM				
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.101.369	1.101.369	100,0	1.415.642	382.871	27,0
Fiscal Seguridade	1.101.369	1.101.369	100,0	1.415.642	382.871	27,0
Nacional	1.101.369	1.101.369	100,0	1.415.642	382.871	27,0
(OE)	0009	Contribuição à Associação dos Países Produtores de Café - APPC				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	715.428	715.428	100,0	944.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	715.428	715.428	100,0	944.000	0	0,0
Nacional	715.428	715.428	100,0	944.000	0	0,0
(OE)	0011	Contribuição ao Global Environment Facility - GEF				
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.338.048	1.210.000	51,8	1.210.000	1.210.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.338.048	1.210.000	51,8	1.210.000	1.210.000	100,0
Nacional	2.338.048	1.210.000	51,8	1.210.000	1.210.000	100,0
(OE)	0017	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.427.943	1.577.943	65,0	944.000	796.369	84,4
Fiscal Seguridade	2.427.943	1.577.943	65,0	944.000	796.369	84,4
Nacional	2.427.943	1.577.943	65,0	944.000	796.369	84,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.400.017	2.420.017	71,2	980.000	980.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.400.017	2.420.017	71,2	980.000	980.000	100,0
Nacional	3.400.017	2.420.017	71,2	980.000	980.000	100,0
(OE)	0066	Contribuição à Comunidade Internacional da Pimenta (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	334.295	255.295	76,4	87.000	87.000	100,0
Fiscal Seguridade	334.295	255.295	76,4	87.000	87.000	100,0
Nacional	334.295	255.295	76,4	87.000	87.000	100,0
(OE)	0067	Contribuição ao Instituto Internacional do Frio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	96.407	63.407	65,8	37.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	96.407	63.407	65,8	37.000	0	0,0
Nacional	96.407	63.407	65,8	37.000	0	0,0
(OE)	0068	Contribuição à Comissão Sericícola Internacional (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	102.006	66.706	65,4	39.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	102.006	66.706	65,4	39.000	0	0,0
Nacional	102.006	66.706	65,4	39.000	0	0,0
(OE)	0069	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.688.710	5.337.710	61,4	3.230.100	2.573.000	79,7
Fiscal Seguridade	8.688.710	5.337.710	61,4	3.230.100	2.573.000	79,7
Nacional	8.688.710	5.337.710	61,4	3.230.100	2.573.000	79,7
(OE)	0070	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.147.430	4.647.430	50,8	4.414.761	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.147.430	4.647.430	50,8	4.414.761	0	0,0
Nacional	9.147.430	4.647.430	50,8	4.414.761	0	0,0
(OE)	0071	Contribuição à Associação Mundial de Veterinária (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	156.300	111.000	71,0	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	156.300	111.000	71,0	50.000	0	0,0
Nacional	156.300	111.000	71,0	50.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

480

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0072	Contribuição ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão - CCIA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	359.610	249.610	69,4	122.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	359.610	249.610	69,4	122.000	0	0,0
Nacional	359.610	249.610	69,4	122.000	0	0,0
(OE)	0073	Contribuição ao Escritório Internacional de Epizootias - EIE (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	567.895	431.195	75,9	151.000	151.000	100,0
Fiscal Seguridade	567.895	431.195	75,9	151.000	151.000	100,0
Nacional	567.895	431.195	75,9	151.000	151.000	100,0
(OE)	0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	27.112.530	15.112.530	55,7	13.115.370	13.115.370	100,0
Fiscal Seguridade	27.112.530	15.112.530	55,7	13.115.370	13.115.370	100,0
Nacional	27.112.530	15.112.530	55,7	13.115.370	13.115.370	100,0
(OE)	0075	Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	276.873	216.873	78,3	65.000	57.929	89,1
Fiscal Seguridade	276.873	216.873	78,3	65.000	57.929	89,1
Nacional	276.873	216.873	78,3	65.000	57.929	89,1
(OE)	0076	Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	564.550	451.550	80,0	125.000	125.000	100,0
Fiscal Seguridade	564.550	451.550	80,0	125.000	125.000	100,0
Nacional	564.550	451.550	80,0	125.000	125.000	100,0
(OE)	0077	Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	595.067	451.067	75,8	159.000	105.872	66,6
Fiscal Seguridade	595.067	451.067	75,8	159.000	105.872	66,6
Nacional	595.067	451.067	75,8	159.000	105.872	66,6
(OE)	0078	Contribuição ao Escritório Internacional de Vitivinicultores (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	108.400	84.000	77,5	27.000	27.000	100,0
Fiscal Seguridade	108.400	84.000	77,5	27.000	27.000	100,0
Nacional	108.400	84.000	77,5	27.000	27.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0084	Contribuição à Associação dos Países Produtores de Estanto - ATPC (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	128.080	128.080	100,0	99.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	128.080	128.080	100,0	99.000	0	0,0
Nacional	128.080	128.080	100,0	99.000	0	0,0
(OE)	0085	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.976.862	1.366.862	69,1	541.058	525.475	97,1
Fiscal Seguridade	1.976.862	1.366.862	69,1	541.058	525.475	97,1
Nacional	1.976.862	1.366.862	69,1	541.058	525.475	97,1
(OE)	0086	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.653	14.653	42,3	15.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	34.653	14.653	42,3	15.000	0	0,0
Nacional	34.653	14.653	42,3	15.000	0	0,0
(OE)	0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.530.204	3.966.204	71,7	1.609.300	1.609.300	100,0
Fiscal Seguridade	5.530.204	3.966.204	71,7	1.609.300	1.609.300	100,0
Nacional	5.530.204	3.966.204	71,7	1.609.300	1.609.300	100,0
(OE)	0088	Contribuição à União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.666.901	1.187.901	71,3	430.500	374.237	86,9
Fiscal Seguridade	1.666.901	1.187.901	71,3	430.500	374.237	86,9
Nacional	1.666.901	1.187.901	71,3	430.500	374.237	86,9
(OE)	0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.925.262	4.925.262	62,1	2.500.000	2.336.985	93,5
Fiscal Seguridade	7.925.262	4.925.262	62,1	2.500.000	2.336.985	93,5
Nacional	7.925.262	4.925.262	62,1	2.500.000	2.336.985	93,5
(OE)	0091	Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ECOM (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.996	3.886	55,5	3.000	1.365	45,5
Fiscal Seguridade	6.996	3.886	55,5	3.000	1.365	45,5
Nacional	6.996	3.886	55,5	3.000	1.365	45,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0098	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0099	Contribuição ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.770.882	1.884.753	68,0	769.000	674.653	87,7
Fiscal Seguridade	2.770.882	1.884.753	68,0	769.000	674.653	87,7
Nacional	2.770.882	1.884.753	68,0	769.000	674.653	87,7
(OE)	0100	Contribuição ao The Institute of International Finance, Inc - IFF (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	231.839	153.078	66,0	70.000	69.437	99,2
Fiscal Seguridade	231.839	153.078	66,0	70.000	69.437	99,2
Nacional	231.839	153.078	66,0	70.000	69.437	99,2
(OE)	0101	CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO PARA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA - INTAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0102	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO - ALIDE (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.950	16.950	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.950	16.950	100,0	0	0	0,0
Nacional	16.950	16.950	100,0	0	0	0,0
(OE)	0103	Contribuição à Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	62.207	45.849	73,7	17.600	16.986	96,5
Fiscal Seguridade	62.207	45.849	73,7	17.600	16.986	96,5
Nacional	62.207	45.849	73,7	17.600	16.986	96,5
(OE)	0104	Contribuição à Associação dos Superintendentes de Seguros da América Latina - ASSAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.690	9.782	77,1	4.512	4.367	96,8
Fiscal Seguridade	12.690	9.782	77,1	4.512	4.367	96,8
Nacional	12.690	9.782	77,1	4.512	4.367	96,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0105	Contribuição à Associação de Supervisores de Seguros Lusofonos - ASSEL (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.978	5.343	59,5	3.300	1.931	58,5
Fiscal Seguridade	8.978	5.343	59,5	3.300	1.931	58,5
Nacional	8.978	5.343	59,5	3.300	1.931	58,5
(OE)	0106	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	43.427	31.310	72,1	12.900	11.750	91,1
Fiscal Seguridade	43.427	31.310	72,1	12.900	11.750	91,1
Nacional	43.427	31.310	72,1	12.900	11.750	91,1
(OE)	0107	Contribuição à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.588.750	1.838.750	71,0	600.000	350.000	58,3
Fiscal Seguridade	2.588.750	1.838.750	71,0	600.000	350.000	58,3
Nacional	2.588.750	1.838.750	71,0	600.000	350.000	58,3
(OE)	0108	Contribuição à Associação Latino Pan-Americana de Ferrocarril - ALAF (Ministério dos Transportes)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	98.238	64.988	66,2	30.250	27.500	90,9
Fiscal Seguridade	98.238	64.988	66,2	30.250	27.500	90,9
Nacional	98.238	64.988	66,2	30.250	27.500	90,9
(OE)	0111	Contribuição à Las-Latin Section American of The American Nuclear Society (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.330	1.650	70,8	650	650	100,0
Fiscal Seguridade	2.330	1.650	70,8	650	650	100,0
Nacional	2.330	1.650	70,8	650	650	100,0
(OE)	0112	Contribuição ao Japan Atomic e Industrial Forum (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.620	1.050	64,8	550	550	100,0
Fiscal Seguridade	1.620	1.050	64,8	550	550	100,0
Nacional	1.620	1.050	64,8	550	550	100,0
(OE)	0113	Contribuição à International Atomic Energy Agency (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.656.296	1.796.296	67,6	860.000	860.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.656.296	1.796.296	67,6	860.000	860.000	100,0
Nacional	2.656.296	1.796.296	67,6	860.000	860.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0114	CONTRIBUIÇÃO AO INTERNATIONAL CONSULTATIVE GROUP ON FOOD (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: cota efetuada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0115	CONTRIBUIÇÃO AO ENERGY TECHNOLOGY DATA EXCHANGE (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: cota efetuada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0116	Contribuição à Latin American Society/American Nuclear (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500	0	0,0	500	0	0,0
Fiscal Seguridade	500	0	0,0	500	0	0,0
Nacional	500	0	0,0	500	0	0,0
(OE)	0119	Contribuição ao Instituto Latino-Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes - ILANUD (Ministério da Justiça)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	50.688	38.016	75,0	12.672	12.672	100,0
Fiscal Seguridade	50.688	38.016	75,0	12.672	12.672	100,0
Nacional	50.688	38.016	75,0	12.672	12.672	100,0
(OE)	0120	Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA (Presidência da República)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.835	2.535	66,1	1.100	977	88,8
Fiscal Seguridade	3.835	2.535	66,1	1.100	977	88,8
Nacional	3.835	2.535	66,1	1.100	977	88,8
(OE)	0121	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA (Presidência da República)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	83.608	59.308	70,9	22.838	22.838	100,0
Fiscal Seguridade	83.608	59.308	70,9	22.838	22.838	100,0
Nacional	83.608	59.308	70,9	22.838	22.838	100,0
(OE)	0122	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL - França (Ministério da Justiça)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	587.675	191.180	32,5	130.306	0	0,0
Fiscal Seguridade	587.675	191.180	32,5	130.306	0	0,0
Nacional	587.675	191.180	32,5	130.306	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores					
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto					
(OE) 0123 Contribuição à International Maritime Organization - IMO					
(Ministério da Defesa)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.443.957	883.957	61,2	1	0,0
Fiscal Seguridade	1.443.957	883.957	61,2	1	0,0
Nacional	1.443.957	883.957	61,2	1	0,0
(OE) 0124 Contribuição a Organismos Econômicos Multilaterais					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	992.799	792.799	79,9	200.000	200.435
Fiscal Seguridade	992.799	792.799	79,9	200.000	200.435
Nacional	992.799	792.799	79,9	200.000	200.435
(OE) 0125 Contribuição a Organismos Internacionais Especializados					
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	11,0	11,0	100,0	10,0	100,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	10,0	100,0
Financeiro	119.946.019	105.846.019	88,2	49.444.000	56.839.044
Fiscal Seguridade	119.946.019	105.846.019	88,2	49.444.000	56.839.044
Nacional	119.946.019	105.846.019	88,2	49.444.000	56.839.044
(OE) 0126 Contribuição a Organismos Regionais					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	104.804.633	94.804.633	90,5	21.340.000	22.577.956
Fiscal Seguridade	104.804.633	94.804.633	90,5	21.340.000	22.577.956
Nacional	104.804.633	94.804.633	90,5	21.340.000	22.577.956
(OE) 0127 Contribuição a Organismos Específicos					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.889.044	2.189.044	75,8	700.000	752.207
Fiscal Seguridade	2.889.044	2.189.044	75,8	700.000	752.207
Nacional	2.889.044	2.189.044	75,8	700.000	752.207
(OE) 0128 Contribuição ao Sistema das Nações Unidas					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	270.271.543	215.271.543	79,7	94.265.000	81.797.555
Fiscal Seguridade	270.271.543	215.271.543	79,7	94.265.000	81.797.555
Nacional	270.271.543	215.271.543	79,7	94.265.000	81.797.555
(OE) 0129 Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS					
(Ministério da Previdência e Assistência Social)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.794	19.794	73,9	7.500	7.494
Fiscal Seguridade	26.794	19.794	73,9	7.500	7.494
Nacional	26.794	19.794	73,9	7.500	7.494

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0130	Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	353.542	256.542	72,6	87.000	86.999	100,0
Fiscal Seguridade	353.542	256.542	72,6	87.000	86.999	100,0
Nacional	353.542	256.542	72,6	87.000	86.999	100,0
(OE)	0131	Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	529.462	372.462	70,3	169.350	98.325	58,1
Fiscal Seguridade	529.462	372.462	70,3	169.350	98.325	58,1
Nacional	529.462	372.462	70,3	169.350	98.325	58,1
(OE)	0135	Contribuição à Organização Hidrográfica Internacional - OHI (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	310.627	150.627	48,5	1	0	0,0
Fiscal Seguridade	310.627	150.627	48,5	1	0	0,0
Nacional	310.627	150.627	48,5	1	0	0,0
(OE)	0145	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.782.909	1.382.909	77,6	520.417	350.000	67,3
Fiscal Seguridade	1.782.909	1.382.909	77,6	520.417	350.000	67,3
Nacional	1.782.909	1.382.909	77,6	520.417	350.000	67,3
(OE)	0145	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.766.655	1.316.655	74,5	450.000	450.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.766.655	1.316.655	74,5	450.000	450.000	100,0
Nacional	1.766.655	1.316.655	74,5	450.000	450.000	100,0
(OE)	0145	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	241.227	181.227	75,1	60.000	57.577	96,0
Fiscal Seguridade	241.227	181.227	75,1	60.000	57.577	96,0
Nacional	241.227	181.227	75,1	60.000	57.577	96,0
(OE)	0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	747.703	507.718	67,9	200.000	200.000	100,0
Fiscal Seguridade	747.703	507.718	67,9	200.000	200.000	100,0
Nacional	747.703	507.718	67,9	200.000	200.000	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0147	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos e Filmes - FIAF (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.943	14.043	67,1	5.500	5.500	100,0
Fiscal Seguridade	20.943	14.043	67,1	5.500	5.500	100,0
Nacional	20.943	14.043	67,1	5.500	5.500	100,0
(OE)	0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	439.762	301.909	68,7	114.900	114.900	100,0
Fiscal Seguridade	439.762	301.909	68,7	114.900	114.900	100,0
Nacional	439.762	301.909	68,7	114.900	114.900	100,0
(OE)	0149	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLAL (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	438.966	303.666	69,2	135.000	135.000	100,0
Fiscal Seguridade	438.966	303.666	69,2	135.000	135.000	100,0
Nacional	438.966	303.666	69,2	135.000	135.000	100,0
(OE)	0150	CONTRIBUIÇÃO À FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - FID (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	611	611	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	611	611	100,0	0	0	0,0
Nacional	611	611	100,0	0	0	0,0
(OE)	0151	Contribuição à Associação de Estudos Brasileiros - BRASA (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	510	0	0,0	600	0	0,0
Fiscal Seguridade	510	0	0,0	600	0	0,0
Nacional	510	0	0,0	600	0	0,0
(OE)	0152	Contribuição à Agência Internacional do Número de Padrão Internacional para Música - ISMN (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.764	7.464	69,3	3.300	3.300	100,0
Fiscal Seguridade	10.764	7.464	69,3	3.300	3.300	100,0
Nacional	10.764	7.464	69,3	3.300	3.300	100,0
(OE)	0153	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	467.532	347.532	74,3	291.241	72.600	24,9
Fiscal Seguridade	467.532	347.532	74,3	291.241	72.600	24,9
Nacional	467.532	347.532	74,3	291.241	72.600	24,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0153	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.763.415	16.223.415	74,5	5.373.800	5.373.800	100,0
Fiscal Seguridade	21.763.415	16.223.415	74,5	5.373.800	5.373.800	100,0
Nacional	21.763.415	16.223.415	74,5	5.373.800	5.373.800	100,0
(OE)	0153	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	161.000	0	0,0	145.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	161.000	0	0,0	145.000	0	0,0
Nacional	161.000	0	0,0	145.000	0	0,0
(OE)	0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.889	3.149	64,4	1.360	1.360	100,0
Fiscal Seguridade	4.889	3.149	64,4	1.360	1.360	100,0
Nacional	4.889	3.149	64,4	1.360	1.360	100,0
(OE)	0156	Contribuição à União Latina (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
Fiscal Seguridade	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
Nacional	120.000	90.000	75,0	30.000	30.000	100,0
(OE)	0157	Contribuição à Federação Mundial dos Ex-Combatentes (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.753	9.553	50,9	8.280	3.000	36,2
Fiscal Seguridade	18.753	9.553	50,9	8.280	3.000	36,2
Nacional	18.753	9.553	50,9	8.280	3.000	36,2
(OE)	0159	Contribuição ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	76.342	46.342	60,7	30.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	76.342	46.342	60,7	30.000	0	0,0
Nacional	76.342	46.342	60,7	30.000	0	0,0
(OE)	0159	Contribuição ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	195.856	132.856	67,8	53.340	49.350	92,5
Fiscal Seguridade	195.856	132.856	67,8	53.340	49.350	92,5
Nacional	195.856	132.856	67,8	53.340	49.350	92,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0160	Contribuição à Associação Internacional de Congressos e Convenções - ICCA (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.154	10.154	59,2	4.933	4.933	100,0
Fiscal Seguridade	17.154	10.154	59,2	4.933	4.933	100,0
Nacional	17.154	10.154	59,2	4.933	4.933	100,0
(OE)	0161	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO MUNDIAL PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL TURÍSTICA - AMFORT (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0162	CONTRIBUIÇÃO À CONFEDERAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES TURÍSTICAS DA AMÉRICA LATINA - COTAL (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0163	CONTRIBUIÇÃO À CONFERÊNCIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO DESPORTO DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0164	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	806.167	563.167	69,9	239.610	102.046	42,6
Fiscal Seguridade	806.167	563.167	69,9	239.610	102.046	42,6
Nacional	806.167	563.167	69,9	239.610	102.046	42,6
(OE)	0165	CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE AMERICANA DE AGENTES DE VIAGEM - ASTA (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: cota efetuada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0167	Contribuição ao Conselho Íbero-Americano do Desporto - CID (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.000	0	0,0	7.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	21.000	0	0,0	7.000	0	0,0
Nacional	21.000	0	0,0	7.000	0	0,0
(OE)	0168	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas - UNDCP (Presidência da República)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.444.807	4.173.207	64,8	1.698.000	1.698.000	100,0
Fiscal Seguridade	6.444.807	4.173.207	64,8	1.698.000	1.698.000	100,0
Nacional	6.444.807	4.173.207	64,8	1.698.000	1.698.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0172	Contribuição à Association Mondiale Des Services D'emploi Publics - AMSEP (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	125.600	75.600	60,2	36.960	36.960	100,0
Fiscal Seguridade	125.600	75.600	60,2	36.960	36.960	100,0
Nacional	125.600	75.600	60,2	36.960	36.960	100,0
(OE)	0185	Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	324.122	240.610	74,2	83.512	125.797	150,6
Fiscal Seguridade	324.122	240.610	74,2	83.512	125.797	150,6
Nacional	324.122	240.610	74,2	83.512	125.797	150,6
(OE)	0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (Ministério da Defesa)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.072.325	5.351.585	75,7	1.669.118	2.894.371	173,4
Fiscal Seguridade	7.072.325	5.351.585	75,7	1.669.118	2.894.371	173,4
Nacional	7.072.325	5.351.585	75,7	1.669.118	2.894.371	173,4
(OE)	0187	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	250.308	210.308	84,0	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	250.308	210.308	84,0	50.000	0	0,0
Nacional	250.308	210.308	84,0	50.000	0	0,0
(OE)	0188	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.896.649	896.649	47,3	1.723.320	613.889	35,6
Fiscal Seguridade	1.896.649	896.649	47,3	1.723.320	613.889	35,6
Nacional	1.896.649	896.649	47,3	1.723.320	613.889	35,6
(OE)	0189	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.217.126	605.176	49,7	398.433	232.590	58,4
Fiscal Seguridade	1.217.126	605.176	49,7	398.433	232.590	58,4
Nacional	1.217.126	605.176	49,7	398.433	232.590	58,4
(OE)	0190	Contribuição ao United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.681.699	737.370	43,8	1.055.608	230.047	21,8
Fiscal Seguridade	1.681.699	737.370	43,8	1.055.608	230.047	21,8
Nacional	1.681.699	737.370	43,8	1.055.608	230.047	21,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0191	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	336.112	199.712	59,4	147.430	120.132	81,5
Fiscal Seguridade	336.112	199.712	59,4	147.430	120.132	81,5
Nacional	336.112	199.712	59,4	147.430	120.132	81,5
(OE)	0193	Contribuição à Academia de Ciência do Terceiro Mundo (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	715.611	515.611	72,1	184.208	150.000	81,4
Fiscal Seguridade	715.611	515.611	72,1	184.208	150.000	81,4
Nacional	715.611	515.611	72,1	184.208	150.000	81,4
(OE)	0194	Contribuição ao Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	907.345	431.675	47,6	278.044	160.240	57,6
Fiscal Seguridade	907.345	431.675	47,6	278.044	160.240	57,6
Nacional	907.345	431.675	47,6	278.044	160.240	57,6
(OE)	0196	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	719.939	348.288	48,4	228.000	124.200	54,5
Fiscal Seguridade	719.939	348.288	48,4	228.000	124.200	54,5
Nacional	719.939	348.288	48,4	228.000	124.200	54,5
(OE)	0197	Contribuição à International Astronomical Union - IAU (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	27.490	20.514	74,6	6.976	6.623	94,9
Fiscal Seguridade	27.490	20.514	74,6	6.976	6.623	94,9
Nacional	27.490	20.514	74,6	6.976	6.623	94,9
(OE)	0199	Contribuição à International Federation of Automatic Control - IFAC (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.473	7.069	74,6	2.404	2.282	94,9
Fiscal Seguridade	9.473	7.069	74,6	2.404	2.282	94,9
Nacional	9.473	7.069	74,6	2.404	2.282	94,9
(OE)	0200	Contribuição à International Federation of Social Science Organization - IFSSO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.742	15.478	74,6	5.264	4.997	94,9
Fiscal Seguridade	20.742	15.478	74,6	5.264	4.997	94,9
Nacional	20.742	15.478	74,6	5.264	4.997	94,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

492

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0201	Contribuição à International Foundation for Science - IFS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.237	3.486	66,6	1.751	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.237	3.486	66,6	1.751	0	0,0
Nacional	5.237	3.486	66,6	1.751	0	0,0
(OE)	0202	Contribuição à International Union for Pure and Applied Chemistry - IUPAC (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	66.245	49.434	74,6	16.811	15.959	94,9
Fiscal Seguridade	66.245	49.434	74,6	16.811	15.959	94,9
Nacional	66.245	49.434	74,6	16.811	15.959	94,9
(OE)	0203	Contribuição à International Union of Biological Sciences - IUBS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.078	21.699	74,6	7.379	7.005	94,9
Fiscal Seguridade	29.078	21.699	74,6	7.379	7.005	94,9
Nacional	29.078	21.699	74,6	7.379	7.005	94,9
(OE)	0204	Contribuição à International Union of Crystallography - IULCR (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.153	21.755	74,6	7.398	7.023	94,9
Fiscal Seguridade	29.153	21.755	74,6	7.398	7.023	94,9
Nacional	29.153	21.755	74,6	7.398	7.023	94,9
(OE)	0205	Contribuição à International Union of Physiological Sciences - IUPS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.209	13.453	66,6	6.756	0	0,0
Fiscal Seguridade	20.209	13.453	66,6	6.756	0	0,0
Nacional	20.209	13.453	66,6	6.756	0	0,0
(OE)	0206	Contribuição ao Committee on Data for Science and Technology - CODATA (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	37.723	28.150	74,6	9.573	9.088	94,9
Fiscal Seguridade	37.723	28.150	74,6	9.573	9.088	94,9
Nacional	37.723	28.150	74,6	9.573	9.088	94,9
(OE)	0207	Contribuição ao International Atomic Energy Center for International Center for Theoretical Physics - ICTP (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	104.762	69.739	66,6	35.023	0	0,0
Fiscal Seguridade	104.762	69.739	66,6	35.023	0	0,0
Nacional	104.762	69.739	66,6	35.023	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0208	Contribuição ao International Council Scientific Unions - ICSU (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	269.771	201.048	74,5	68.723	65.242	94,9
Fiscal Seguridade	269.771	201.048	74,5	68.723	65.242	94,9
Nacional	269.771	201.048	74,5	68.723	65.242	94,9
(OE)	0209	Contribuição ao International Labour Office (CINTERFOR) - ILO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
Fiscal Seguridade	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
Nacional	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
(OE)	0210	Contribuição ao International Union of Pure and Applied Physics - IUPAP (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	47.818	35.487	74,2	12.331	11.706	94,9
Fiscal Seguridade	47.818	35.487	74,2	12.331	11.706	94,9
Nacional	47.818	35.487	74,2	12.331	11.706	94,9
(OE)	0211	Contribuição ao Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.004	51.493	74,6	17.511	16.624	94,9
Fiscal Seguridade	69.004	51.493	74,6	17.511	16.624	94,9
Nacional	69.004	51.493	74,6	17.511	16.624	94,9
(OE)	0212	Contribuição ao Scientific Committee on Oceanic Research - SCOR (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.827	5.876	66,6	2.951	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.827	5.876	66,6	2.951	0	0,0
Nacional	8.827	5.876	66,6	2.951	0	0,0
(OE)	0213	Contribuição ao Technological Information Pilot System - TIPS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	338.833	252.570	74,5	86.263	81.893	94,9
Fiscal Seguridade	338.833	252.570	74,5	86.263	81.893	94,9
Nacional	338.833	252.570	74,5	86.263	81.893	94,9
(OE)	0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	59.351.612	41.051.612	69,2	14.065.000	14.065.000	100,0
Fiscal Seguridade	59.351.612	41.051.612	69,2	14.065.000	14.065.000	100,0
Nacional	59.351.612	41.051.612	69,2	14.065.000	14.065.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0219	Contribuição ao Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.043.362	1.343.362	65,7	450.000	450.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.043.362	1.343.362	65,7	450.000	450.000	100,0
Nacional	2.043.362	1.343.362	65,7	450.000	450.000	100,0
(OE)	0220	Contribuição à União Internacional Contra o Câncer - UICC (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	79.000	35.000	44,3	35.000	35.000	100,0
Fiscal Seguridade	79.000	35.000	44,3	35.000	35.000	100,0
Nacional	79.000	35.000	44,3	35.000	35.000	100,0
(OE)	0221	Contribuição à Organização Mundial Saúde - OMS (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	55.257.877	39.126.877	70,8	12.222.000	12.222.000	100,0
Fiscal Seguridade	55.257.877	39.126.877	70,8	12.222.000	12.222.000	100,0
Nacional	55.257.877	39.126.877	70,8	12.222.000	12.222.000	100,0
(OE)	0263	CONTRIBUIÇÃO AO ISTEAC - IBERO AMERICAN SCIENCE AND TECHNOLOGY EDUCATION CONSORTIUM (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.000	6.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.000	6.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	6.000	6.000	100,0	0	0	0,0
(OE)	0285	Contribuição à Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora - CITES (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	477.432	378.000	79,2	126.000	126.000	100,0
Fiscal Seguridade	477.432	378.000	79,2	126.000	126.000	100,0
Nacional	477.432	378.000	79,2	126.000	126.000	100,0
(OE)	0286	Contribuição à Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem - ICID (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	27.888	7.888	28,3	8.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	27.888	7.888	28,3	8.000	0	0,0
Nacional	27.888	7.888	28,3	8.000	0	0,0
(OE)	0287	Contribuição à International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas - ICCAT (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	469.016	333.216	71,0	150.000	150.000	100,0
Fiscal Seguridade	469.016	333.216	71,0	150.000	150.000	100,0
Nacional	469.016	333.216	71,0	150.000	150.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0288	Contribuição à International Tropical Timber Organization - ITTO (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.506.310	1.830.170	73,0	822.700	822.700	100,0
Fiscal Seguridade	2.506.310	1.830.170	73,0	822.700	822.700	100,0
Nacional	2.506.310	1.830.170	73,0	822.700	822.700	100,0
(OE)	0289	Contribuição à International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.812	19.880	62,5	9.940	9.940	100,0
Fiscal Seguridade	31.812	19.880	62,5	9.940	9.940	100,0
Nacional	31.812	19.880	62,5	9.940	9.940	100,0
(OE)	0290	Contribuição à Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat - RAMSAL (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.954	0	0,0	7.525	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.954	0	0,0	7.525	0	0,0
Nacional	7.954	0	0,0	7.525	0	0,0
(OE)	0291	Contribuição ao Serviço de Informação de Correntes para a Produção Pesqueira na América Latina e Caribe - INFOPECSA/FAO (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	204.000	165.000	80,9	43.000	43.000	100,0
Fiscal Seguridade	204.000	165.000	80,9	43.000	43.000	100,0
Nacional	204.000	165.000	80,9	43.000	43.000	100,0
(OE)	0292	Contribuição à United Nations Environment Programme - UNEP (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.073.270	815.910	76,0	268.166	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.073.270	815.910	76,0	268.166	0	0,0
Nacional	1.073.270	815.910	76,0	268.166	0	0,0
(OE)	0321	Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.225	17.225	47,6	20.175	9.735	48,3
Fiscal Seguridade	36.225	17.225	47,6	20.175	9.735	48,3
Nacional	3.000	3.000	100,0	13.000	3.000	23,1
Nordeste	1.800	1.800	100,0	0	0	0,0
Norte	2.360	2.360	100,0	2.800	2.360	84,3
Sudeste	8.100	5.100	63,0	2.500	2.500	100,0
Sul	20.965	4.965	23,7	1.875	1.875	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0325	Contribuição à Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade - AIUTI (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.500	0	0,0	1.250	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.500	0	0,0	1.250	0	0,0
Sul	1.500	0	0,0	1.250	0	0,0
(OE)	0328	Contribuição à Associação de Universidades Grupo Montevideo - AUGM (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.756	232.856	58,1	113.700	87.762	77,2
Fiscal Seguridade	400.756	232.856	58,1	113.700	87.762	77,2
Nacional	41.225	41.225	100,0	56.250	41.225	73,3
Sudeste	74.600	49.100	65,8	11.200	2.100	18,8
Sul	284.931	142.531	50,0	46.250	44.437	96,1
(OE)	0329	Contribuição à Association Columbus (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	77.149	52.649	68,2	14.000	13.660	97,6
Fiscal Seguridade	77.149	52.649	68,2	14.000	13.660	97,6
Sudeste	39.660	27.660	69,7	4.000	3.660	91,5
Sul	37.489	24.989	66,7	10.000	10.000	100,0
(OE)	0330	Contribuição à Associação Universitária Iberoamericana de Pós-graduação - AIUP (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.300	1.300	11,5	12.675	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.300	1.300	11,5	12.675	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Nordeste	1.300	1.300	100,0	2.675	0	0,0
Sul	10.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0332	Contribuição à International Association of University Presidents - IAUP (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.142	2.642	51,4	5.125	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.142	2.642	51,4	5.125	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.500	0	0,0
Sul	5.142	2.642	51,4	1.625	0	0,0
(OE)	0333	Contribuição à National Fluid Power Association - NFPA (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.863	1.863	65,1	750	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.863	1.863	65,1	750	0	0,0
Sul	2.863	1.863	65,1	750	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0334	Contribuição à Organização Universitária Interamericana - OUI (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	163.769	107.355	65,6	49.208	25.880	52,6
Fiscal Seguridade	163.769	107.355	65,6	49.208	25.880	52,6
Nacional	3.680	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.175	5.175	100,0	0	0	0,0
Nordeste	31.927	22.927	71,8	9.236	2.411	26,1
Norte	16.687	12.103	72,5	4.522	3.500	77,4
Sudeste	55.691	42.541	76,4	13.300	10.300	77,4
Sul	50.609	24.609	48,6	22.150	9.669	43,7
(OE)	0342	Contribuição à Union de Universidade de América Latina - UDUAL (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.835	3.835	65,7	1.500	1.500	100,0
Fiscal Seguridade	5.835	3.835	65,7	1.500	1.500	100,0
Sul	5.835	3.835	65,7	1.500	1.500	100,0
(OE)	0348	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	443.619	306.419	69,1	137.200	124.604	90,8
Fiscal Seguridade	443.619	306.419	69,1	137.200	124.604	90,8
Nacional	443.619	306.419	69,1	137.200	124.604	90,8
(OE)	0349	Contribuição ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.111.554	1.710.747	81,0	833.602	833.602	100,0
Fiscal Seguridade	2.111.554	1.710.747	81,0	833.602	833.602	100,0
Nacional	2.111.554	1.710.747	81,0	833.602	833.602	100,0
(OE)	0390	Contribuição ao Committee on Science and Technology In Developing Countries - COSTED (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
Fiscal Seguridade	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
Nacional	52.380	34.869	66,6	17.511	0	0,0
(OE)	0391	Contribuição à Coleção Archives (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	416.508	311.439	74,8	105.069	96.506	91,9
Fiscal Seguridade	416.508	311.439	74,8	105.069	96.506	91,9
Nacional	416.508	311.439	74,8	105.069	96.506	91,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0392	Contribuição à International Federation for Information Processing - IFIP (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	28.980	19.008	65,6	9.972	0	0,0
Fiscal Seguridade	28.980	19.008	65,6	9.972	0	0,0
Nacional	28.980	19.008	65,6	9.972	0	0,0
(OE)	0393	Contribuição à International Geographical Union - IFIP (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.750	9.153	66,6	4.597	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.750	9.153	66,6	4.597	0	0,0
Nacional	13.750	9.153	66,6	4.597	0	0,0
(OE)	0394	Contribuição à International Lithosphere Program - ILP (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.800	10.298	74,6	3.502	3.325	94,9
Fiscal Seguridade	13.800	10.298	74,6	3.502	3.325	94,9
Nacional	13.800	10.298	74,6	3.502	3.325	94,9
(OE)	0395	Contribuição à Rede Latino Americana de Ciências Biológicas - RELAB (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.192	17.436	66,6	8.756	0	0,0
Fiscal Seguridade	26.192	17.436	66,6	8.756	0	0,0
Nacional	26.192	17.436	66,6	8.756	0	0,0
(OE)	0406	Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24 (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	41.200	0	0,0	37.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	41.200	0	0,0	37.000	0	0,0
Nacional	41.200	0	0,0	37.000	0	0,0
(OE)	0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.986.745	1.469.700	49,2	1.464.021	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.986.745	1.469.700	49,2	1.464.021	0	0,0
Nacional	2.986.745	1.469.700	49,2	1.464.021	0	0,0
(OE)	0421	Contribuição à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.000	29.000	76,3	10.000	10.000	100,0
Fiscal Seguridade	38.000	29.000	76,3	10.000	10.000	100,0
Nacional	38.000	29.000	76,3	10.000	10.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0422	Contribuição à União Internacional para Proteção de Novas Obtenções Vegetais - UPOV (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	56.496	37.496	66,4	21.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	56.496	37.496	66,4	21.000	0	0,0
Nacional	56.496	37.496	66,4	21.000	0	0,0
(OE)	0429	Contribuição ao Fundo Íbero-Americano de Ajuda - IBERMEDIA (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.092.999	1.092.999	100,0	405.000	150.000	37,0
Fiscal Seguridade	1.092.999	1.092.999	100,0	405.000	150.000	37,0
Nacional	1.092.999	1.092.999	100,0	405.000	150.000	37,0
(OE)	0440	Contribuição à Associação de Universidades da América Latina e Caribe para a Integração - AUALCPI (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.200	2.700	16,7	12.000	1.200	10,0
Fiscal Seguridade	16.200	2.700	16,7	12.000	1.200	10,0
Nacional	1.200	1.200	100,0	12.000	1.200	10,0
Sul	15.000	1.500	10,0	0	0	0,0
(OE)	0444	Contribuição à Associação das Universidades do Mercosul - ARCAM (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.500	0	0,0	13.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.500	0	0,0	13.500	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	13.500	0	0,0
Sul	13.500	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0445	CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE REITORES UNIVERSITÁRIOS - AIRU (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.500	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.500	0	0,0	0	0	0,0
Sul	3.500	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0449	Contribuição à International Association of Universities - IAU (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.300	3.300	100,0	3.600	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.300	3.300	100,0	3.600	0	0,0
Sudeste	3.300	3.300	100,0	3.600	0	0,0
(OE)	0481	Contribuição à Cooperação Européia de Acreditação - EA (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.430	4.430	100,0	10.419	4.430	42,5
Fiscal Seguridade	4.430	4.430	100,0	10.419	4.430	42,5
Nacional	4.430	4.430	100,0	10.419	4.430	42,5

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

500

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores					
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto					
(OE) 0483 Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB (Ministério do Meio Ambiente)					
Produto: CONTRIBUICAO EFETUADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	558.830	288.356	51,6	288.356	100,0
Fiscal Seguridade	558.830	288.356	51,6	288.356	100,0
Nacional	558.830	288.356	51,6	288.356	100,0
(OE) 0489 Contribuição a International Astronautical Federation - IAF (Ministério da Ciência e Tecnologia)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.245	3.245	39,4	3.245	64,9
Fiscal Seguridade	8.245	3.245	39,4	3.245	64,9
Nacional	8.245	3.245	39,4	3.245	64,9
(OE) 0619 Contribuição ao Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Íbero-Americanos (Presidência da República)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	89.438	64.038	71,6	24.038	100,0
Fiscal Seguridade	89.438	64.038	71,6	24.038	100,0
Nacional	89.438	64.038	71,6	24.038	100,0
(OE) 0645 Contribuição ao Fórum Internacional de Credenciamento - IAF (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.147	29.147	100,0	15.188	100,0
Fiscal Seguridade	29.147	29.147	100,0	15.188	100,0
Nacional	29.147	29.147	100,0	15.188	100,0
(OE) 0647 Contribuição à Cooperação Internacional de Laboratórios Credenciados - ILAC (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.211	14.211	100,0	7.326	48,6
Fiscal Seguridade	14.211	14.211	100,0	7.326	48,6
Nacional	14.211	14.211	100,0	7.326	48,6
(OE) 0649 Contribuição à Associação Internacional de Certificação de Auditores e Treinamento - IATCA (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.056	23.056	100,0	15.640	100,0
Fiscal Seguridade	23.056	23.056	100,0	15.640	100,0
Nacional	23.056	23.056	100,0	15.640	100,0
(OE) 0651 Contribuição à Cooperação de Credenciamento do Pacífico - PAC (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)					
Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.979	45.979	100,0	20.486	95,7
Fiscal Seguridade	45.979	45.979	100,0	20.486	95,7
Nacional	45.979	45.979	100,0	20.486	95,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

501

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0659	CONTRIBUIÇÃO À CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-ALEMANHA (Ministério da Educação)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	460	460	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	460	460	100,0	0	0	0,0
Sudeste	460	460	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	769.524.930	600.814.967	78,1	248.769.846	232.369.632	93,4
Fiscal Seguridade	769.524.930	600.814.967	75,7	248.769.846	232.369.632	93,4
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Baumbach						
(OE)	0537	Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.577.626	1.091.000	69,2	486.626	140.000	28,8
Fiscal Seguridade	1.577.626	1.091.000	69,2	486.626	140.000	28,8
Nacional	1.577.626	1.091.000	69,2	486.626	140.000	28,8
(P)	1434	PROMOÇÃO DE EVENTOS RELACIONADOS A TEMAS DE POLÍTICA EXTERNA				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
Nacional	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
(P)	2367	Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	73.141	73.141	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	73.141	73.141	100,0	0	0	0,0
Nacional	73.141	73.141	100,0	0	0	0,0
(A)	2367	Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	60,0	60,0	100,0	51,0	60,0	117,6
Nacional	60,0	60,0	100,0	51,0	60,0	117,6
Financeiro	1.931.007	927.371	48,0	1.017.524	927.371	91,1
Fiscal Seguridade	1.931.007	927.371	48,0	1.017.524	927.371	91,1
Nacional	1.931.007	927.371	48,0	1.017.524	927.371	91,1
(P)	3762	Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional				
Produto: INSTITUICAO FORTALECIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	4.257.254	4.257.254	100,0	1.655.973	427.000	25,8
Fiscal Seguridade	4.257.254	4.257.254	100,0	1.655.973	427.000	25,8
Nacional	4.257.254	4.257.254	100,0	1.655.973	427.000	25,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Baumbach						
(P) 5574	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA					
Produto: exemplar distribuído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	26.000,0	26.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	26.000,0	26.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
Nacional	160.867	160.867	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	8.160.762	6.670.500	81,7	3.160.123	1.494.371	47,3
Fiscal Seguridade	8.160.762	6.670.500	75,7	3.160.123	1.494.371	47,3
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS						
Gerente em 31/12/2002: Mário Vilalva						
(P) 1432	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS					
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.154.816	1.154.816	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.154.816	1.154.816	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.154.816	1.154.816	100,0	0	0	0,0
(A) 2538	Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais					
Produto: MISSAO APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	205,0	205,0	100,0	5,0	117,0	2.340,0
Nacional	205,0	205,0	100,0	5,0	117,0	2.340,0
Financeiro	6.919.288	5.119.288	74,0	2.129.600	2.678.890	125,8
Fiscal Seguridade	6.919.288	5.119.288	74,0	2.129.600	2.678.890	125,8
Nacional	6.919.288	5.119.288	74,0	2.129.600	2.678.890	125,8
(A) 2544	Sistema Braziltradenet					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	20.997.073	15.497.073	73,8	10.206.000	12.566.159	123,1
Fiscal Seguridade	20.997.073	15.497.073	73,8	10.206.000	12.566.159	123,1
Nacional	20.997.073	15.497.073	73,8	10.206.000	12.566.159	123,1
(A) 2835	Sistema de Informações Comerciais e Econômicas					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.531.138	1.081.138	70,6	495.000	495.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.531.138	1.081.138	70,6	495.000	495.000	100,0
Nacional	1.531.138	1.081.138	70,6	495.000	495.000	100,0
(P) 3661	Promoção de Eventos para Divulgação de Produtos do Agronegócio no Exterior (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	8,0	9,0	112,5
Nacional	15,0	15,0	100,0	8,0	9,0	112,5
Financeiro	4.381.015	3.741.015	85,4	800.000	833.373	104,2
Fiscal Seguridade	4.381.015	3.741.015	85,4	800.000	833.373	104,2
Nacional	4.381.015	3.741.015	85,4	800.000	833.373	104,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS						
Gerente em 31/12/2002: Mário Vilalva						
(OA) 9335 FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR						
(Ministério das Comunicações)						
Produto: exportação alavancada						
				Unidade de Medida: US\$ milhão		
Físico	152.287.497,0	9.966.128,6	6,5	51.509.424,0	6.229.553,0	12,1
Nacional	73.028.835,0	0,0	0,0	25.754.850,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	4.246.404,0	168.394,5	4,0	1.457.255,0	114.277,0	7,8
Nordeste	4.751.266,0	183.506,5	3,9	1.634.060,0	116.898,0	7,2
Norte	1.134.660,0	57.892,7	5,1	388.196,0	33.877,0	8,7
Sudeste	59.972.298,0	8.610.011,1	14,4	19.235.267,0	5.429.943,0	28,2
Sul	9.154.034,0	946.323,7	10,3	3.039.796,0	534.558,0	17,6
Financeiro	1.750.833	70.833	4,0	840.000	0	0,0
Demais Fontes	1.750.833	70.833	4,0	840.000	0	0,0
Nacional	1.330.833	70.833	5,3	840.000	0	0,0
Centro-oeste	23.764	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	26.652	0	0,0	0	0	0,0
Norte	6.331	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	313.681	0	0,0	0	0	0,0
Sul	49.572	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	36.734.163	26.664.163	72,6	14.470.600	16.573.422	114,5
Fiscal Seguridade	34.983.330	26.593.330	75,7	13.630.600	16.573.422	121,6
Demais Fontes	1.750.833	70.833	4,0	840.000	0	0,0
0680 RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda						
(A) 2536 Demarcação de Fronteira						
Produto: CAMPANHA REALIZADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	29,0	29,0	100,0	10,0	3,0	30,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	10,0	3,0	30,0
Financeiro	1.742.636	1.282.636	73,6	460.000	452.909	98,5
Fiscal Seguridade	1.742.636	1.282.636	73,6	460.000	452.909	98,5
Nacional	1.742.636	1.282.636	73,6	460.000	452.909	98,5
(A) 2543 Manutenção do Cerimonial						
Produto: EVENTO REALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	463,0	463,0	100,0	192,0	178,0	92,7
Nacional	463,0	463,0	100,0	192,0	178,0	92,7
Financeiro	9.918.335	7.918.335	79,8	4.718.219	4.616.536	97,8
Fiscal Seguridade	9.918.335	7.918.335	79,8	4.718.219	4.616.536	97,8
Nacional	9.918.335	7.918.335	79,8	4.718.219	4.616.536	97,8
(A) 2837 Representação Diplomática e Consular no Exterior						
Produto: POSTO DE REPRESENTACAO MANTIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	451,0	451,0	100,0	149,0	151,0	101,3
Nacional	451,0	451,0	100,0	149,0	151,0	101,3
Financeiro	569.205.151	442.656.123	77,8	147.116.115	171.143.907	116,3
Fiscal Seguridade	569.205.151	442.656.123	77,8	147.116.115	171.143.907	116,3
Nacional	569.205.151	442.656.123	77,8	147.116.115	171.143.907	116,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
35000 Ministério das Relações Exteriores						
0680 RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda						
(A) 4502 Locação de Imóveis no Exterior						
Produto: IMÓVEL LOCADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	500,0	500,0	100,0	198,0	151,0	76,3
Nacional	500,0	500,0	100,0	198,0	151,0	76,3
Financeiro	371.063.655	269.063.655	72,5	96.000.000	122.493.758	127,6
Fiscal Seguridade	371.063.655	269.063.655	72,5	96.000.000	122.493.758	127,6
Nacional	371.063.655	269.063.655	72,5	96.000.000	122.493.758	127,6
(A) 4503 Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados						
Produto: EQUIPAMENTO/MÓVEL ADQUIRIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5.912,0	5.912,0	100,0	4.400,0	2.006,0	45,6
Nacional	5.912,0	5.912,0	100,0	4.400,0	2.006,0	45,6
Financeiro	26.980.574	21.980.574	81,5	5.805.000	8.054.110	138,7
Fiscal Seguridade	26.980.574	21.980.574	81,5	5.805.000	8.054.110	138,7
Nacional	26.980.574	21.980.574	81,5	5.805.000	8.054.110	138,7
(A) 4504 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Administrativo e Técnico Contratado no Exterior						
Produto: PESSOA REMUNERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7.139,0	7.139,0	100,0	2.645,0	2.325,0	87,9
Nacional	7.139,0	7.139,0	100,0	2.645,0	2.325,0	87,9
Financeiro	505.430.775	368.692.331	72,9	136.951.370	171.604.092	125,3
Fiscal Seguridade	505.430.775	368.692.331	72,9	136.951.370	171.604.092	125,3
Nacional	505.430.775	368.692.331	72,9	136.951.370	171.604.092	125,3
Financ. Total Programa	1.484.341.126	1.111.593.654	74,9	391.050.704	478.365.312	122,3
Fiscal Seguridade	1.484.341.126	1.111.593.654	75,7	391.050.704	478.365.312	122,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho						
(OE)	0358 Financiamento ao BNDES para atendimento de ações voltadas ao Setor Elétrico (MP No 59, de 2002)					
(I)						
Produto:			Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0
Nacional	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0	7.000.000.000	7.000.000.000	100,0
(P)	1384 REGULAMENTAÇÃO DO USO DA CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS					
Produto: Norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1385 ESTUDOS PARA REESTRUTURAÇÃO TARIFÁRIA DE FORNECIMENTOS DE ENERGIA ELÉTRICA					
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.547.390	5.547.390	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.547.390	5.547.390	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.547.390	5.547.390	100,0	0	0	0,0
(P)	1386 Campanha de Uso Racional de Recursos Naturais					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	9.286.014	9.286.014	100,0	6.255.754	6.255.639	100,0
Fiscal Seguridade	9.286.014	9.286.014	100,0	6.255.754	6.255.639	100,0
Nacional	9.286.014	9.286.014	100,0	6.255.754	6.255.639	100,0
(A)	2406 Autorização de Instalação de Usina Termelétrica					
Produto: POTENCIA OUTORGADA			Unidade de Medida: MEGAWATTS			
Físico	26.217,6	26.217,6	100,0	1.000,0	6.058,5	605,9
Nacional	26.217,6	26.217,6	100,0	1.000,0	6.058,5	605,9
Financeiro	302.181	302.181	100,0	208.000	174.181	83,7
Fiscal Seguridade	302.181	302.181	100,0	208.000	174.181	83,7
Nacional	302.181	302.181	100,0	208.000	174.181	83,7
(A)	2407 Inventário dos Potenciais de Energia Hidráulica					
Produto: POTENCIAL INVENTARIADO			Unidade de Medida: MEGAWATTS			
Físico	26.884,5	26.884,5	100,0	9.000,0	11.165,7	124,1
Nacional	26.884,5	26.884,5	100,0	9.000,0	11.165,7	124,1
Financeiro	33.308.831	30.341.831	91,1	8.320.000	7.425.108	89,2
Fiscal Seguridade	33.308.831	30.341.831	91,1	8.320.000	7.425.108	89,2
Nacional	32.853.831	30.341.831	92,4	8.320.000	7.425.108	89,2
Sudeste	455.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2408 Concessão de Potenciais de Energia Hidráulica					
Produto: POTENCIA OUTORGADA			Unidade de Medida: MEGAWATTS			
Físico	10.902,8	10.902,8	100,0	2.000,0	3.988,9	199,4
Nacional	10.902,8	10.902,8	100,0	2.000,0	3.988,9	199,4
Financeiro	665.678	665.678	100,0	260.000	154.600	59,5
Fiscal Seguridade	665.678	665.678	100,0	260.000	154.600	59,5
Nacional	665.678	665.678	100,0	260.000	154.600	59,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho						
(A) 2409	Autorização de Construção de Pequena Central Hidrelétrica					
Produto: POTENCIA OUTORGADA				Unidade de Medida: MEGAWATTS		
Físico	2.859,2	2.859,2	100,0	500,0	1.669,3	333,9
Nacional	2.859,2	2.859,2	100,0	500,0	1.669,3	333,9
Financeiro	262.000	262.000	100,0	218.000	102.000	46,8
Fiscal Seguridade	262.000	262.000	100,0	218.000	102.000	46,8
Nacional	262.000	262.000	100,0	218.000	102.000	46,8
(A) 2411	Concessão de Distribuição de Energia Elétrica					
Produto: CONCESSAO OUTORGADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.895.995	2.332.218	47,6	2.371.561	2.332.218	98,3
Fiscal Seguridade	4.895.995	2.332.218	47,6	2.371.561	2.332.218	98,3
Nacional	4.895.995	2.332.218	47,6	2.371.561	2.332.218	98,3
(A) 2412	Concessão de Transmissão de Energia Elétrica					
Produto: CONCESSAO OUTORGADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	21,0	21,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	21,0	21,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	615.200	615.200	100,0	1.382.800	441.200	31,9
Fiscal Seguridade	615.200	615.200	100,0	1.382.800	441.200	31,9
Nacional	615.200	615.200	100,0	1.382.800	441.200	31,9
(A) 2413	Autorização de Transmissão de Energia Elétrica					
Produto: AUTORIZACAO OUTORGADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	145,0	145,0	100,0	82,0	126,0	153,7
Nacional	145,0	145,0	100,0	82,0	126,0	153,7
Financeiro	166.225	166.225	100,0	1.496.000	99.025	6,6
Fiscal Seguridade	166.225	166.225	100,0	1.496.000	99.025	6,6
Nacional	166.225	166.225	100,0	1.496.000	99.025	6,6
(A) 2414	Implantação do Horário de Verão					
Produto: POTENCIA DE PONTA ECONOMIZADA				Unidade de Medida: MEGAWATTS		
Físico	7.006,0	7.006,0	100,0	2.200,0	1.749,0	79,5
Nacional	7.006,0	7.006,0	100,0	2.200,0	1.749,0	79,5
Financeiro	569.576	569.576	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	569.576	569.576	100,0	0	0	0,0
Nacional	569.576	569.576	100,0	0	0	0,0
(A) 4265	Regulação Econômica dos Serviços de Energia Elétrica					
Produto: NORMA PUBLICADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	16,0	17,0	106,3
Nacional	17,0	17,0	100,0	16,0	17,0	106,3
Financeiro	4.900.403	4.900.403	100,0	4.942.000	4.900.403	99,2
Fiscal Seguridade	4.900.403	4.900.403	100,0	4.942.000	4.900.403	99,2
Nacional	4.900.403	4.900.403	100,0	4.942.000	4.900.403	99,2
(A) 4289	Regulação Técnica dos Serviços de Energia Elétrica					
Produto: NORMA PUBLICADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.234.224	2.234.224	100,0	3.719.563	2.234.224	60,1
Fiscal Seguridade	2.234.224	2.234.224	100,0	3.719.563	2.234.224	60,1
Nacional	2.234.224	2.234.224	100,0	3.719.563	2.234.224	60,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho						
(P)	5055	Estudos Hidroenergéticos				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Nacional	7,0	7,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Financeiro	13.131.241	4.855.746	37,0	7.839.708	4.855.746	61,9
Fiscal Seguridade	13.131.241	4.855.746	37,0	7.839.708	4.855.746	61,9
Nacional	13.131.241	4.855.746	37,0	7.839.708	4.855.746	61,9
Financ. Total Programa	7.075.884.958	7.062.078.686	99,8	7.037.013.386	7.028.974.344	99,9
Fiscal Seguridade	7.075.884.958	7.062.078.686	96,0	7.037.013.386	7.028.974.344	99,9
0271 ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho						
(OE)	0763	SUBSÍDIO PARA GARANTIA DE SUPRIMENTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO A ÁREAS REMOTAS				
Produto: derivado de petróleo subsidiado			Unidade de Medida: 1.000 m³.km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2379	Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras				
Produto: ACERVO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	36.188.754	26.388.754	72,9	21.861.925	15.769.016	72,1
Fiscal Seguridade	36.188.754	26.388.754	72,9	21.861.925	15.769.016	72,1
Nacional	36.188.754	26.388.754	72,9	21.861.925	15.769.016	72,1
(A)	2380	Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Produto: CONCESSAO OUTORGADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	76,0	76,0	100,0	20,0	21,0	105,0
Nacional	76,0	76,0	100,0	20,0	21,0	105,0
Financeiro	22.104.239	16.031.239	72,5	4.185.068	4.185.068	100,0
Fiscal Seguridade	22.104.239	16.031.239	72,5	4.185.068	4.185.068	100,0
Nacional	22.104.239	16.031.239	72,5	4.185.068	4.185.068	100,0
(A)	2381	Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Produto: CONCESSAO CONTROLADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.197,0	1.197,0	100,0	426,0	398,0	93,4
Nacional	1.197,0	1.197,0	100,0	426,0	398,0	93,4
Financeiro	43.473.807	24.786.471	57,0	18.686.520	18.491.222	99,0
Fiscal Seguridade	43.473.807	24.786.471	57,0	18.686.520	18.491.222	99,0
Nacional	43.473.807	24.786.471	57,0	18.686.520	18.491.222	99,0
(A)	2388	Regulamentação das Atividades da Indústria do Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível				
Produto: NORMA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	144,0	144,0	100,0	60,0	28,0	46,7
Nacional	144,0	144,0	100,0	60,0	28,0	46,7
Financeiro	35.072.357	25.923.265	73,9	9.399.092	7.583.507	80,7
Fiscal Seguridade	35.072.357	25.923.265	73,9	9.399.092	7.583.507	80,7
Nacional	35.072.357	25.923.265	73,9	9.399.092	7.583.507	80,7
(A)	4267	Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural				
Produto: AUTORIZACAO OUTORGADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	255,0	255,0	100,0	339,0	255,0	75,2
Nacional	255,0	255,0	100,0	339,0	255,0	75,2
Financeiro	1.272.000	0	0,0	601.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.272.000	0	0,0	601.500	0	0,0
Nacional	1.272.000	0	0,0	601.500	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	508				
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações					
				Realizado = Empenho Liquidado		
				S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0271 ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho						
(A) 4585 SISTEMA NACIONAL DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS DE COMBUSTÍVEIS						
Produto: combustível estocado						
Unidade de Medida: m ³						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5008 Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural						
Produto: ESTUDO/SERVICO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.336.385	37.336.385	100,0	155.175.665	31.020.597	20,0
Fiscal Seguridade	37.336.385	37.336.385	100,0	155.175.665	31.020.597	20,0
Nacional	37.336.385	37.336.385	100,0	155.175.665	31.020.597	20,0
(P) 5045 Transferência do Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo - ANP						
Produto: ESCRITORIO INSTALADO COM 10.230 M2						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.275.000	28.275.000	100,0	28.753.336	28.275.000	98,3
Fiscal Seguridade	28.275.000	28.275.000	100,0	28.753.336	28.275.000	98,3
Nacional	28.275.000	28.275.000	100,0	28.753.336	28.275.000	98,3
(P) 5615 Planejamento da Expansão da Infra-estrutura de Abastecimento						
Produto: PLANO ELABORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.727.723	625.223	36,2	2.205.970	165.000	7,5
Fiscal Seguridade	1.727.723	625.223	36,2	2.205.970	165.000	7,5
Nacional	1.727.723	625.223	36,2	2.205.970	165.000	7,5
(A) 6197 Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo						
Produto: INSTALACAO FISCALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	671,0	671,0	100,0	523,0	565,0	108,0
Nacional	671,0	671,0	100,0	523,0	565,0	108,0
Financeiro	12.673.846	6.746.846	53,2	5.899.000	4.506.673	76,4
Fiscal Seguridade	12.673.846	6.746.846	53,2	5.899.000	4.506.673	76,4
Nacional	12.673.846	6.746.846	53,2	5.899.000	4.506.673	76,4
(P) 7105 DIRETRIZES PARA REGULAMENTAÇÃO DA GARANTIA DE SUPRIMENTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO A ÁREAS REMOTAS						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	218.124.111	166.113.183	76,2	246.768.076	109.996.083	44,6
Fiscal Seguridade	218.124.111	166.113.183	96,0	246.768.076	109.996.083	44,6
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: João Carlos Araújo Figueira						
(P) 1035 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES LUBRAX CENTER NO EXTERIOR						
Produto: Unidade implantada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1037 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE LUBRIFICANTES NO EXTERIOR						
Produto: Posto implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: João Carlos Araújo Figueira						
(P)	1057	AQUISIÇÃO DE BENS DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL				
	Produto: Bem adquirido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	465.499.695	465.499.695	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	465.499.695	465.499.695	100,0	0	0	0,0
Nacional	465.499.695	465.499.695	100,0	0	0	0,0
(P)	1926	Implantação de Rede de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural no Exterior				
	Produto: POSTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	32,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	32,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.059.022	8.059.022	100,0	22.381.821	8.059.022	36,0
Investimento das Estatais	8.059.022	8.059.022	100,0	22.381.821	8.059.022	36,0
Nacional	8.059.022	8.059.022	100,0	22.381.821	8.059.022	36,0
(A)	2126	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino na Argentina				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA		Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.281.172	9.281.172	100,0	18.066.216	9.281.172	51,4
Investimento das Estatais	9.281.172	9.281.172	100,0	18.066.216	9.281.172	51,4
Nacional	9.281.172	9.281.172	100,0	18.066.216	9.281.172	51,4
(P)	3275	Incorporação e Adequação de Unidades de Refino no Exterior				
	Produto: CAPACIDADE INCORPORADA		Unidade de Medida: BARRIL/DIA			
Físico	15.000,0	15.000,0	100,0	45.096,0	S.R.	0,0
Nacional	15.000,0	15.000,0	100,0	45.096,0	S.R.	0,0
Financeiro	425.451.655	44.901.655	10,6	20.227.796	17.456.032	86,3
Investimento das Estatais	425.451.655	44.901.655	10,6	20.227.796	17.456.032	86,3
Nacional	425.451.655	44.901.655	10,6	20.227.796	17.456.032	86,3
(P)	3281	Ampliação da Capacidade de Transporte de Gás no Exterior				
	Produto: CAPACIDADE AMPLIADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	105,1	105,1	100,0	180,0	95,1	52,8
Nacional	105,1	105,1	100,0	180,0	95,1	52,8
Financeiro	1.031.616.307	924.938.242	89,7	633.642.858	627.464.213	99,0
Investimento das Estatais	1.031.616.307	924.938.242	89,7	633.642.858	627.464.213	99,0
Nacional	1.031.616.307	924.938.242	89,7	633.642.858	627.464.213	99,0
(P)	3289	Implantação de Rede de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás no Exterior				
	Produto: POSTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	55,0	1,0	1,8
Nacional	1,0	1,0	100,0	55,0	1,0	1,8
Financeiro	60.676.016	2.393.254	3,9	3.432.876	2.393.254	69,7
Investimento das Estatais	60.676.016	2.393.254	3,9	3.432.876	2.393.254	69,7
Nacional	60.676.016	2.393.254	3,9	3.432.876	2.393.254	69,7
(P)	3344	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	196.871.211	196.871.211	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	196.871.211	196.871.211	100,0	0	0	0,0
Nacional	196.871.211	196.871.211	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: João Carlos Araújo Figueira						
(P)	3345	Apropriação de Reservas de Óleo, Condensado e Gás Natural no Exterior				
	Produto: RESERVA PROVADA APROPRIADA		Unidade de Medida: MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE			
Físico	645.550,0	645.550,0	100,0	98.060,0	165.000,0	168,3
Nacional	645.550,0	645.550,0	100,0	98.060,0	165.000,0	168,3
Financeiro	3.723.613.443	1.914.260.011	51,4	790.232.409	775.814.112	98,2
Investimento das Estatais	3.723.613.443	1.914.260.011	51,4	790.232.409	775.814.112	98,2
Nacional	3.723.613.443	1.914.260.011	51,4	790.232.409	775.814.112	98,2
(P)	3580	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE POSTOS DE SERVIÇOS NO EXTERIOR				
	Produto: Posto implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	87,0	87,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	87,0	87,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.887.638	3.887.638	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	3.887.638	3.887.638	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.887.638	3.887.638	100,0	0	0	0,0
(P)	3581	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE LUBRIFICANTES				
	Produto: posto implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
(P)	3582	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES LUBRAX CENTER				
	Produto: unidade implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.410	1.410	100,0	0	0	0,0
(P)	5484	Implantação de Estabelecimentos Operacionais - BR Aviation no Exterior				
	Produto: ESTABELECIMENTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.400.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	10.400.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	10.400.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9154	PRODUÇÃO DE ÓLEO, LÍQUIDO DE GÁS NATURAL E GÁS NATURAL NO EXTERIOR				
	Produto: petróleo produzido		Unidade de Medida: mil barris de óleo equivalente			
Físico	176.722,1	46.190,9	26,1	61.390,0	21.333,1	34,8
Nacional	176.722,1	46.190,9	26,1	61.390,0	21.333,1	34,8
Financeiro	2.296.917.540	0	0,0	972.080.080	0	0,0
Demais Fontes	2.296.917.540	0	0,0	972.080.080	0	0,0
Nacional	2.296.917.540	0	0,0	972.080.080	0	0,0
Financ. Total Programa	8.233.276.519	3.570.094.720	43,4	2.460.064.056	1.440.467.805	58,6
Investimento Estatais	5.925.958.979	3.570.094.720	64,9	1.487.983.976	1.440.467.805	96,8
Demais Fontes	2.307.317.540	0	25,4	972.080.080	0	0,0

0301 COMBATE AO DESPÉRDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL

Gerente em 31/12/2002: Ione Maria Torres de Araújo



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0301 COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL						
Gerente em 31/12/2002: Ione Maria Torres de Araújo						
(A) 4510	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE GERAÇÃO/ TRANSMISSÃO/ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Produto: Pesquisa realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.376.453	17.376.453	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	17.376.453	17.376.453	100,0	0	0	0,0
Nacional	17.376.453	17.376.453	100,0	0	0	0,0
(P) 5053	Estudos para a Promoção da Eficiência Energética					
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	208.000	0	0,0	369.528	0	0,0
Fiscal Seguridade	208.000	0	0,0	369.528	0	0,0
Nacional	208.000	0	0,0	369.528	0	0,0
(P) 5287	Implantação de Projeto Demonstrativo para o Desenvolvimento do Mercado de Eficiência Energética na Utilização da Energia Elétrica					
Produto: PROJETO DEMONSTRATIVO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.636.000	0	0,0	5.300.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.636.000	0	0,0	5.300.000	0	0,0
Nacional	2.636.000	0	0,0	5.300.000	0	0,0
(OA) 9318	FOMENTO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ESCO'S					
Produto: Diagnóstico contratado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.580.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.580.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	1.580.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(OA) 9319	REGULARIZAÇÃO DE CONSUMIDORES ATENDIDOS DE FORMA PRECÁRIA					
Produto: consumidor regularizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7.200,0	4.000,0	55,6	0,0	0,0	0,0
Sudeste	7.200,0	4.000,0	55,6	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9320	OTIMIZAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Produto: ponto otimizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	589.832,0	589.832,0	100,0	16.655,0	172.353,0	1.034,8
Nacional	589.832,0	589.832,0	100,0	16.655,0	172.353,0	1.034,8
Financeiro	3.664.000	0	0,0	3.664.000	0	0,0
Demais Fontes	3.664.000	0	0,0	3.664.000	0	0,0
Nacional	3.664.000	0	0,0	3.664.000	0	0,0
(OA) 9321	OTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DE PRÉDIOS PÚBLICOS					
Produto: prédio otimizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	38,0	16,0	42,1	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	22,0	10,0	45,5	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	4,0	44,4	0,0	0,0	0,0
Sudeste	7,0	2,0	28,6	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0301 COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL						
Gerente em 31/12/2002: Ione Maria Torres de Araújo						
(OA) 9322 OTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA EM UNIDADES INDUSTRIAIS						
Produto: indústria otimizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	75,0	38,0	50,7	25,0	S.R.	0,0
Nacional	75,0	38,0	50,7	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.368.000	0	0,0	2.092.000	0	0,0
Demais Fontes	3.368.000	0	0,0	2.092.000	0	0,0
Nacional	3.368.000	0	0,0	2.092.000	0	0,0
(OA) 9323 INSTALAÇÃO DE CONTROLADORES DE DEMANDA						
Produto: controlador instalado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2.400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9324 ETIQUETAGEM DE ELETRODOMÉSTICOS COM INFORMAÇÕES SOBRE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Produto: categoria de eletrodoméstico etiquetado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	12,0	12,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	12,0	12,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	468.000	0	0,0	468.000	0	0,0
Demais Fontes	468.000	0	0,0	468.000	0	0,0
Nacional	468.000	0	0,0	468.000	0	0,0
(OA) 9325 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR CURSOS DE MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS PARA UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA						
Produto: professor capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	524,0	310,0	59,2	168,0	150,0	89,3
Nacional	524,0	310,0	59,2	168,0	150,0	89,3
Financeiro	1.026.000	0	0,0	684.000	0	0,0
Demais Fontes	1.026.000	0	0,0	684.000	0	0,0
Nacional	1.026.000	0	0,0	684.000	0	0,0
(OA) 9326 CAMPANHA DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Produto: campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9327 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OTIMIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES/UTILIDADES DE ENERGIA ELÉTRICA						
Produto: instalação/utilidade otimizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9328 NORMAS PARA ENSAIO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA ETIQUETAGEM COM O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	32.326.453	17.376.453	53,8	14.577.528	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.844.000	0	96,0	5.669.528	0	0,0
Investimento Estatais	17.376.453	17.376.453	64,9	0	0	0,0
Demais Fontes	12.106.000	0	25,4	8.908.000	0	0,0

0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS

Gerente em 31/12/2002: Carlos Augusto Ramos Neves

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

513

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Augusto Ramos Neves						
(P)	1365	Estudo Ambiental em Reservas Garimpeiras				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Nacional	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.001.122	735.596	36,8	1.265.526	179.861	14,2
Fiscal Seguridade	2.001.122	735.596	36,8	1.265.526	179.861	14,2
Nacional	179.861	179.861	100,0	1.265.526	179.861	14,2
Norte	1.821.261	555.735	30,5	0	0	0,0
(P)	1369	Transferência de Tecnologia para Recuperação Ambiental na Amazônia Peruana				
	Produto: PROJETO AMBIENTAL ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.132.194	1.132.194	100,0	221.689	1.294	0,6
Fiscal Seguridade	1.132.194	1.132.194	100,0	221.689	1.294	0,6
Nacional	1.132.194	1.132.194	100,0	221.689	1.294	0,6
(A)	2401	Proteção Ambiental de Áreas Mineradas				
	Produto: RELATORIO AMBIENTAL ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Nacional	2,0	2,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Financeiro	1.465.277	835.277	57,0	700.000	587.625	83,9
Fiscal Seguridade	1.465.277	835.277	57,0	700.000	587.625	83,9
Nacional	1.465.277	835.277	57,0	700.000	587.625	83,9
(A)	2402	Monitoramento Ambiental da Mineração				
	Produto: AREA DE LAVRA MONITORADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Financeiro	1.076.366	668.937	62,1	400.000	245.598	61,4
Fiscal Seguridade	1.076.366	668.937	62,1	400.000	245.598	61,4
Nacional	1.076.366	668.937	62,1	400.000	245.598	61,4
(P)	5899	ESTUDO AMBIENTAL NA RESERVA GARIMPEIRA DO MADEIRA E BOM FUTURO				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.674.959	3.372.004	59,4	2.587.215	1.014.378	39,2
Fiscal Seguridade	5.674.959	3.372.004	96,0	2.587.215	1.014.378	39,2
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Antônio Cordeiro Maron						
(A)	2297	Difusão de Tecnologias Minerais em Áreas de Garimpo e para Pequenas Empresas				
	Produto: DEPOSITO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	6,0	3,0	50,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	6,0	3,0	50,0
Financeiro	2.316.907	1.606.907	69,4	1.285.584	451.685	35,1
Fiscal Seguridade	2.316.907	1.606.907	69,4	1.285.584	451.685	35,1
Nacional	2.316.907	1.606.907	69,4	1.285.584	451.685	35,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Antônio Cordeiro Maron						
(A) 2375 Fiscalização e Controle da Produção Mineral						
Produto: EMPREENDIMENTO MINERAL FISCALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12.116,0	12.116,0	100,0	6.500,0	3.771,0	58,0
Nacional	12.116,0	12.116,0	100,0	6.500,0	3.771,0	58,0
Financeiro	13.531.644	9.039.053	66,8	3.844.064	3.082.562	80,2
Fiscal Seguridade	13.531.644	9.039.053	66,8	3.844.064	3.082.562	80,2
Nacional	13.531.644	9.039.053	66,8	3.844.064	3.082.562	80,2
(A) 2376 INVESTIGAÇÃO E CONTROLE DA PRODUÇÃO IRREGULAR DE MINERAIS						
Produto: Lavra investigada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	5.514,0	5.514,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5.514,0	5.514,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.850.012	1.850.012	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.850.012	1.850.012	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.850.012	1.850.012	100,0	0	0	0,0
(A) 2377 Outorga de Direitos Minerários						
Produto: TITULO EMITIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	48.234,0	48.234,0	100,0	34.000,0	14.065,0	41,4
Nacional	48.234,0	48.234,0	100,0	34.000,0	14.065,0	41,4
Financeiro	8.426.340	5.426.340	64,4	2.500.000	2.261.908	90,5
Fiscal Seguridade	8.426.340	5.426.340	64,4	2.500.000	2.261.908	90,5
Nacional	8.426.340	5.426.340	64,4	2.500.000	2.261.908	90,5
(A) 2398 Levantamentos Geológicos						
Produto: AREA MAPEADA						
Unidade de Medida: MIL KM ²						
Físico	658,0	658,0	100,0	238,0	250,0	105,0
Nacional	658,0	658,0	100,0	238,0	250,0	105,0
Financeiro	25.186.037	18.576.037	73,8	5.882.840	5.792.307	98,5
Fiscal Seguridade	25.186.037	18.576.037	73,8	5.882.840	5.792.307	98,5
Nacional	25.186.037	18.576.037	73,8	5.882.840	5.792.307	98,5
(A) 2399 Avaliação das Áreas de Concentração Mineral						
Produto: MAPA TEMATICO ELABORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	300,0	300,0	100,0	70,0	126,0	180,0
Nacional	300,0	300,0	100,0	70,0	126,0	180,0
Financeiro	7.762.604	5.052.604	65,1	1.490.240	1.463.294	98,2
Fiscal Seguridade	7.762.604	5.052.604	65,1	1.490.240	1.463.294	98,2
Nacional	7.762.604	5.052.604	65,1	1.490.240	1.463.294	98,2
(A) 4396 Avaliação dos Distritos Mineiros						
Produto: DISTRITO AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12,0	12,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Financeiro	2.582.031	2.117.031	82,0	1.912.577	1.858.916	97,2
Fiscal Seguridade	2.582.031	2.117.031	82,0	1.912.577	1.858.916	97,2
Nacional	2.582.031	2.117.031	82,0	1.912.577	1.858.916	97,2
(P) 5617 Estudos para Fomento da Produção Mineral						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	14,0	14,0	100,0	8,0	6,0	75,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	8,0	6,0	75,0
Financeiro	1.673.123	714.319	42,7	903.115	340.229	37,7
Fiscal Seguridade	1.673.123	714.319	42,7	903.115	340.229	37,7
Nacional	1.673.123	714.319	42,7	903.115	340.229	37,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

515

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Antônio Cordeiro Maron						
(P) 7633 Planejamento do Setor Mineral						
Produto: PLANO ELABORADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	16,0	16,0	100,0	85,0	9,0	10,6
Nacional	16,0	16,0	100,0	85,0	9,0	10,6
Financeiro	2.281.950	1.308.950	57,4	1.400.000	269.353	19,2
Fiscal Seguridade	2.281.950	1.308.950	57,4	1.400.000	269.353	19,2
Nacional	2.281.950	1.308.950	57,4	1.400.000	269.353	19,2
(P) 7635 Edição e Distribuição do Informativo Estatístico do Setor Metalúrgico						
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	5.600,0	5.600,0	100,0	7.000,0	1.200,0	17,1
Nacional	5.600,0	5.600,0	100,0	7.000,0	1.200,0	17,1
Financeiro	27.610	12.610	45,7	11.550	4.650	40,3
Fiscal Seguridade	27.610	12.610	45,7	11.550	4.650	40,3
Nacional	27.610	12.610	45,7	11.550	4.650	40,3
Financ. Total Programa	65.638.258	45.703.863	69,6	19.229.970	15.524.904	80,7
Fiscal Seguridade	65.638.258	45.703.863	96,0	19.229.970	15.524.904	80,7
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL						
Gerente em 31/12/2002: Otacilio Viana de Albuquerque						
(P) 1157 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL						
Produto: Sistema implantado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	28.269.396	28.269.396	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	28.269.396	28.269.396	100,0	0	0	0,0
Nacional	28.269.396	28.269.396	100,0	0	0	0,0
(P) 1163 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL						
Produto: Sistema implantado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.405.667	1.405.667	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.405.667	1.405.667	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.405.667	1.405.667	100,0	0	0	0,0
(P) 1165 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO DE GLP						
Produto: Infra-estrutura implantada						
						Unidade de Medida: % de execução física
Físico	1,4	1,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,4	1,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	737.294	737.294	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	737.294	737.294	100,0	0	0	0,0
Nacional	737.294	737.294	100,0	0	0	0,0
(P) 1175 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS						
Produto: Produto desenvolvido						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	71.359	71.359	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	71.359	71.359	100,0	0	0	0,0
Nacional	71.359	71.359	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL						
Gerente em 31/12/2002: Otacílio Viana de Albuquerque						
(A) 2787 Manutenção da Infra-estrutura Operacional de Distribuição de Petróleo e Gás Natural						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA	Unidade de Medida: %					
Físico	74,0	74,0	100,0	100,0	74,0	74,0
Nacional	74,0	74,0	100,0	100,0	74,0	74,0
Financeiro	99.528.257	47.310.657	47,5	53.900.183	47.310.657	87,8
Investimento das Estatais	99.528.257	47.310.657	47,5	53.900.183	47.310.657	87,8
Nacional	99.528.257	47.310.657	47,5	53.900.183	47.310.657	87,8
(A) 2797 Manutenção da Infra-estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA	Unidade de Medida: %					
Físico	152,0	152,0	100,0	100,0	152,0	152,0
Nacional	152,0	152,0	100,0	100,0	152,0	152,0
Financeiro	355.747.895	173.972.675	48,9	138.250.131	173.972.675	125,8
Investimento das Estatais	355.747.895	173.972.675	48,9	138.250.131	173.972.675	125,8
Nacional	355.747.895	173.972.675	48,9	138.250.131	173.972.675	125,8
(A) 2799 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes						
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA	Unidade de Medida: %					
Físico	246,0	246,0	100,0	100,0	246,0	246,0
Nacional	246,0	246,0	100,0	100,0	246,0	246,0
Financeiro	192.792.960	84.792.960	44,0	80.010.986	84.792.960	106,0
Investimento das Estatais	192.792.960	84.792.960	44,0	80.010.986	84.792.960	106,0
Nacional	192.792.960	84.792.960	44,0	80.010.986	84.792.960	106,0
(A) 2809 Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Segurança Industrial no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	26,0	26,0	100,0	100,0	26,0	26,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	100,0	26,0	26,0
Financeiro	44.356.428	8.944.927	20,2	11.926.569	8.944.927	75,0
Investimento das Estatais	44.356.428	8.944.927	20,2	11.926.569	8.944.927	75,0
Nacional	44.356.428	8.944.927	20,2	11.926.569	8.944.927	75,0
(P) 3336 Implantação de Estabelecimentos Operacionais - Bunker						
Produto: ESTABELECIMENTO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	39,0	39,0	100,0	5,0	9,0	180,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	5,0	9,0	180,0
Financeiro	28.164.067	18.164.067	64,5	2.327.043	1.432.530	61,6
Investimento das Estatais	28.164.067	18.164.067	64,5	2.327.043	1.432.530	61,6
Nacional	28.164.067	18.164.067	64,5	2.327.043	1.432.530	61,6
(P) 3346 AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE FABRICAÇÃO DE ASFALTO, LUBRIFICANTES, PARAFINAS E ISOLANTES						
Produto: Unidade ampliada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.154.651	2.154.651	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	2.154.651	2.154.651	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.154.651	2.154.651	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL						
Gerente em 31/12/2002: Otacílio Viana de Albuquerque						
(P) 3347 Ampliação da Infra-estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural						
Produto: INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	29,0	29,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	38.762.039	26.294.639	67,8	4.635.860	2.906.857	62,7
Investimento das Estatais	38.762.039	26.294.639	67,8	4.635.860	2.906.857	62,7
Nacional	33.775.079	26.294.639	77,9	4.635.860	2.906.857	62,7
Nordeste	4.986.960	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3348 Ampliação e Modernização da Infra-estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural						
Produto: POSTO IMPLANTADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	97,0	97,0	100,0	75,0	69,0	92,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	3,0	3,0	100,0	10,0	3,0	30,0
Nordeste	12,0	12,0	100,0	14,0	12,0	85,7
Norte	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Sudeste	29,0	29,0	100,0	32,0	29,0	90,6
Sul	24,0	24,0	100,0	13,0	24,0	184,6
Financeiro	138.702.302	77.702.302	56,0	30.907.271	30.888.584	99,9
Investimento das Estatais	138.702.302	77.702.302	56,0	30.907.271	30.888.584	99,9
Nacional	77.702.302	77.702.302	100,0	30.907.271	30.888.584	99,9
Centro-oeste	7.870.970	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	11.150.536	0	0,0	0	0	0,0
Norte	4.591.396	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	26.892.474	0	0,0	0	0	0,0
Sul	10.494.624	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3349 MODERNIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS						
Produto: Estabelecimento modernizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.258.647	32.258.647	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	32.258.647	32.258.647	100,0	0	0	0,0
Nacional	32.258.647	32.258.647	100,0	0	0	0,0
(P) 3350 MODERNIZAÇÃO DA REDE DE POSTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Produto: Posto modernizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	785,0	785,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	785,0	785,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	149.510.031	149.510.031	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	149.510.031	149.510.031	100,0	0	0	0,0
Nacional	149.510.031	149.510.031	100,0	0	0	0,0
(P) 3351 Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes						
Produto: UNIDADE IMPLANTADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	23.011.074	14.861.074	64,6	5.356.032	5.311.152	99,2
Investimento das Estatais	23.011.074	14.861.074	64,6	5.356.032	5.311.152	99,2
Nacional	14.861.074	14.861.074	100,0	5.356.032	5.311.152	99,2
Sudeste	8.150.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL						
Gerente em 31/12/2002: Otacílio Viana de Albuquerque						
(A) 4111 MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO						
Produto: Infra-estrutura mantida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.522.471	4.522.471	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	4.522.471	4.522.471	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.522.471	4.522.471	100,0	0	0	0,0
(P) 5622 IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS						
Produto: Estabelecimento implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.900.834	1.900.834	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.900.834	1.900.834	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.900.834	1.900.834	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.141.895.372	672.873.651	58,9	327.314.075	355.560.342	108,6
Investimento Estatais	1.141.895.372	672.873.651	64,9	327.314.075	355.560.342	108,6
0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio Giffoni Noronha Luz						
(P) 1379 ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM COMUNIDADES NAO -SUPRIDAS						
Produto: comunidade atendida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	53.313.203	15.774.803	29,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.774.803	15.774.803	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.774.803	15.774.803	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	37.538.400	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.059.506	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	19.795.074	0	0,0	0	0	0,0
Norte	8.624.819	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	3.644.912	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.414.089	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional						
Produto: LOCALIDADE ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6.080,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4.780,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	450,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	350,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	420,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	185.846.642	72.059.442	38,8	171.157.285	28.790.994	16,8
Fiscal Seguridade	185.846.642	72.059.442	38,8	171.157.285	28.790.994	16,8
Nacional	92.583.954	66.979.874	72,3	136.999.785	23.711.426	17,3
Centro-oeste	13.178.932	1.758.312	13,3	11.823.750	1.758.312	14,9
Nordeste	37.125.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	29.605.076	1.367.576	4,6	9.196.250	1.367.576	14,9
Sudeste	9.103.591	1.641.091	18,0	11.035.500	1.641.091	14,9
Sul	4.250.089	312.589	7,4	2.102.000	312.589	14,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio Giffoni Noronha Luz						
(P) 1380 Capacitação de Usuários e de Agentes das Comunidades na Instalação, Operação e Manutenção dos Equipamentos de Produção de Energia Elétrica						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	24.216,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	24.216,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.479.957	1.891.957	22,3	11.200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.891.957	1.891.957	24,0	11.200.000	0	0,0
Nacional	7.891.957	1.891.957	24,0	11.200.000	0	0,0
Demais Fontes	588.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	588.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5291 Implementação de Projeto-piloto de Modelo Auto-sustentável de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas						
Produto: PROJETO-PILOTO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.300.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.300.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
Nacional	2.300.000	0	0,0	5.000.000	0	0,0
(P) 5803 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA						
Produto: Unidade de aproveitamento de energia eólica instalada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5807 CONSTRUÇÃO DE USINAS TERMELÉTRICAS EM ÁREAS CARBONÍFERAS						
Produto: Usina Construída						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7111 Estudos para Avaliação de Microrregiões com Mercado para Projetos Energéticos e Produtivos Integrados						
Produto: MICRORREGIAO AVALIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6.054,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.054,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.585.000	585.000	22,6	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.585.000	585.000	22,6	3.000.000	0	0,0
Nacional	2.585.000	585.000	22,6	3.000.000	0	0,0
(P) 7158 APROVEITAMENTO DO GÁS BUTANO PARA GERAÇÃO DE ENERGIA						
Produto: Aproveitamento implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7162 INSTALAÇÃO DE PLACAS DE CAPTAÇÃO DE ENERGIA SOLAR						
Produto: Placa de captação de energia solar instalada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9153 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
Produto: equipamento instalado/mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	23.114,0	0,0	0,0	10.000,0	S.R.	0,0
Nacional	23.114,0	0,0	0,0	10.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	99.000.000	0	0,0	45.000.000	0	0,0
Demais Fontes	99.000.000	0	0,0	45.000.000	0	0,0
Nacional	99.000.000	0	0,0	45.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	351.524.802	90.311.202	25,7	235.357.285	28.790.994	12,2
Fiscal Seguridade	214.398.402	90.311.202	96,0	190.357.285	28.790.994	15,1
Demais Fontes	137.126.400	0	25,4	45.000.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

520

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(P)	1853	Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)				
Produto: GERADOR SUBSTITUIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	61.670.920	14.737.367	23,9	40.717.000	14.737.367	36,2
Investimento das Estatais	61.670.920	14.737.367	23,9	40.717.000	14.737.367	36,2
Nacional	14.737.367	14.737.367	100,0	40.717.000	14.737.367	36,2
Sudeste	46.933.553	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3231	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA II - RJ DE 1.309 MW				
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	398.610.126	398.610.126	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	398.610.126	398.610.126	100,0	0	0	0,0
Sudeste	398.610.126	398.610.126	100,0	0	0	0,0
(P)	3233	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ) de 1.309 Mw				
Produto: UNIDADE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	30,0	30,0	100,0	2,0	30,0	1.500,0
Sudeste	30,0	30,0	100,0	2,0	30,0	1.500,0
Financeiro	243.103.922	119.989.894	49,4	64.023.256	44.541.726	69,6
Investimento das Estatais	243.103.922	119.989.894	49,4	64.023.256	44.541.726	69,6
Sudeste	243.103.922	119.989.894	49,4	64.023.256	44.541.726	69,6
(P)	3403	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM ITAOCARA (RJ) DE 210 MW				
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3406	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM SAPUCAIA/ANTA - (MG/RJ) DE 316 MW				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3408	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM SIMPLÍCIO - (MG/RJ) DE 180 MW				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3414	Implantação do Ciclo Combinado da Usina Termelétrica de Santa Cruz (RJ) (Acréscimo de 1.200 Mw)				
Produto: USINA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	33,0	33,0	100,0	84,0	31,0	36,9
Sudeste	33,0	33,0	100,0	84,0	31,0	36,9
Financeiro	533.956.924	249.350.192	46,7	216.228.557	216.004.270	99,9
Investimento das Estatais	533.956.924	249.350.192	46,7	216.228.557	216.004.270	99,9
Sudeste	533.956.924	249.350.192	46,7	216.228.557	216.004.270	99,9
(P)	3419	Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto (SP) - Rio de Janeiro (RJ) (360 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e Subestações Associadas)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	73,4	73,4	100,0	15,0	16,0	106,7
Sudeste	73,4	73,4	100,0	15,0	16,0	106,7
Financeiro	184.812.099	184.812.099	100,0	72.833.375	46.494.008	63,8
Investimento das Estatais	184.812.099	184.812.099	100,0	72.833.375	46.494.008	63,8
Nacional	46.494.008	46.494.008	100,0	72.833.375	46.494.008	63,8
Sudeste	138.318.091	138.318.091	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(P)	3420	Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste do Estado do Rio de Janeiro e no Espírito Santo (33 Km de Linha de Transmissão e 6 Subestações Associadas com capacidade de transformação de 1.675 MVA)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	66,7	66,7	100,0	18,0	16,2	90,0
Nacional	30,5	30,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	36,2	36,2	100,0	18,0	16,2	90,0
Financeiro	106.979.880	106.979.880	100,0	30.114.580	27.209.989	90,4
Investimento das Estatais	106.979.880	106.979.880	100,0	30.114.580	27.209.989	90,4
Nacional	80.635.032	80.635.032	100,0	30.114.580	27.209.989	90,4
Sudeste	26.344.848	26.344.848	100,0	0	0	0,0
(P)	3421	Implantação do Sistema de Transmissão São Paulo - Minas Gerais (13 Subestações com 18.626 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	47,1	47,1	100,0	22,0	22,0	100,0
Sudeste	47,1	47,1	100,0	22,0	22,0	100,0
Financeiro	83.032.189	83.032.189	100,0	42.854.885	26.123.444	61,0
Investimento das Estatais	83.032.189	83.032.189	100,0	42.854.885	26.123.444	61,0
Sudeste	83.032.189	83.032.189	100,0	42.854.885	26.123.444	61,0
(P)	3422	Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) - São Paulo (SP) (Ivaiporã - Itaberá - Tijuco Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	40,0	40,0	100,0	40,0	25,0	62,5
Nacional	40,0	40,0	100,0	40,0	25,0	62,5
Financeiro	139.149.781	139.149.781	100,0	25.883.651	6.635.908	25,6
Investimento das Estatais	139.149.781	139.149.781	100,0	25.883.651	6.635.908	25,6
Nacional	139.149.781	139.149.781	100,0	25.883.651	6.635.908	25,6
(A)	4445	Substituição de Elemento Combustível Nuclear do Complexo de Geração de Energia Termonuclear de Angra (RJ)				
Produto: RECARGA EFETUADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	100,0	100,0	100,0	81,0	S.R.	0,0
Sudeste	100,0	100,0	100,0	81,0	S.R.	0,0
Financeiro	195.050.937	195.050.937	100,0	110.081.632	0	0,0
Investimento das Estatais	195.050.937	195.050.937	100,0	110.081.632	0	0,0
Sudeste	195.050.937	195.050.937	100,0	110.081.632	0	0,0
(A)	4469	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (9.133 Mw de Capacidade Instalada)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	300,0	300,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sudeste	200,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	61.963.197	54.044.797	87,2	14.143.235	10.550.271	74,6
Investimento das Estatais	61.963.197	54.044.797	87,2	14.143.235	10.550.271	74,6
Nacional	18.468.671	10.550.271	57,1	14.143.235	10.550.271	74,6
Sudeste	43.494.526	43.494.526	100,0	0	0	0,0
(A)	4477	Manutenção do Complexo de Geração de Energia Termonuclear de Angra (RJ) (total de 1.966 Mw)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	84,0	84,0	100,0	100,0	83,0	83,0
Sudeste	84,0	84,0	100,0	100,0	83,0	83,0
Financeiro	326.414.213	208.391.791	63,8	187.930.744	147.884.685	78,7
Investimento das Estatais	326.414.213	208.391.791	63,8	187.930.744	147.884.685	78,7
Sudeste	326.414.213	208.391.791	63,8	187.930.744	147.884.685	78,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(A)	4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (17.705 Km de Linha de Transmissão e Subestações Totalizando 81.970 Mva)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	300,0	300,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sudeste	200,0	200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.457.047	57.702.072	83,1	27.399.932	21.148.083	77,2
Investimento das Estatais	69.457.047	57.702.072	83,1	27.399.932	21.148.083	77,2
Nacional	32.903.058	21.148.083	64,3	27.399.932	21.148.083	77,2
Sudeste	36.553.989	36.553.989	100,0	0	0	0,0
(P)	5117	Implantação do Ciclo Combinado da Ute Roberto Silveira - Campos (RJ) com Acréscimo de 80 Mw				
Produto: USINA ADAPTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.358.003	143	0,0	4.922.024	143	0,0
Investimento das Estatais	7.358.003	143	0,0	4.922.024	143	0,0
Nacional	143	143	100,0	4.922.024	143	0,0
Sudeste	7.357.860	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5119	Implantação do Ciclo Combinado da Ute São Gonçalo (RJ) com Acréscimo de 193 Mw				
Produto: USINA ADAPTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	86,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	86,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.859.308	1.067	0,0	12.016.873	1.067	0,0
Investimento das Estatais	11.859.308	1.067	0,0	12.016.873	1.067	0,0
Nacional	1.067	1.067	100,0	12.016.873	1.067	0,0
Sudeste	11.858.241	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5121	Implantação do Sistema de Transmissão Bateias (PR) - Ibiúna (SP) (328 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e Subestações Associadas)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	105,6	105,6	100,0	63,0	91,0	144,4
Nacional	91,0	91,0	100,0	63,0	91,0	144,4
Sudeste	14,6	14,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	467.006.097	320.887.663	68,7	260.783.405	260.233.182	99,8
Investimento das Estatais	467.006.097	320.887.663	68,7	260.783.405	260.233.182	99,8
Nacional	467.006.097	320.887.663	68,7	260.783.405	260.233.182	99,8
(P)	5123	Implantação do Sistema de Transmissão Foz do Iguaçu (PR) - São Paulo (SP) (800 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	51.223.937	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	51.223.937	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	51.223.937	0	0,0
(P)	5167	Implantação da Uhe Simpício - Queda Única de 324,8 Mw (RJ/MG)				
Produto: USINA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(P)	5357	Ampliação da Capacidade do Sistema de Transmissão Receptor de São Paulo (5 Bancos de Capacitores, nas Subestações de Itaberá e Tijuco Preto com 2.042 MVAR)				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Financeiro	94.600.536	94.600.536	100,0	94.667.234	94.600.536	99,9
Investimento das Estatais	94.600.536	94.600.536	100,0	94.667.234	94.600.536	99,9
Nacional	94.600.536	94.600.536	100,0	94.667.234	94.600.536	99,9
(P)	5359	Ampliação da Capacidade da SE Tijuco Preto (SP) - (3º Banco de Autotransformadores 750/500 kV com 1.650 MVA)				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	89,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	89,0	S.R.	0,0
Financeiro	36.673.734	36.673.734	100,0	36.840.442	36.673.734	99,5
Investimento das Estatais	36.673.734	36.673.734	100,0	36.840.442	36.673.734	99,5
Nacional	36.673.734	36.673.734	100,0	36.840.442	36.673.734	99,5
(P)	5361	Implantação de Sistema de Transmissão de Cachoeira Paulista (SP) a Adrianópolis (RJ), 3º Circuito, com aproximadamente 177 km de LT em 500 kV e Subestações Associadas				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	88,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	88,0	S.R.	0,0
Financeiro	51.690.268	51.690.268	100,0	89.148.871	51.690.268	58,0
Investimento das Estatais	51.690.268	51.690.268	100,0	89.148.871	51.690.268	58,0
Nacional	51.690.268	51.690.268	100,0	89.148.871	51.690.268	58,0
(P)	5501	Implantação de Usina Termelétrica em Macaé (RJ) com 500 Mw de Capacidade				
Produto: USINA IMPLANTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	444.723	444.723	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	444.723	444.723	100,0	0	0	0,0
Sudeste	444.723	444.723	100,0	0	0	0,0
(P)	5505	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES (SP) DE 900 MW				
Produto: usina implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	315.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	315.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	315.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5506	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) DE 1.100 MW				
Produto: usina implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	346.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	346.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	346.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5507	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP) DE 650 MW				
Produto: usina implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	274.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	274.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	274.500.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(P)	5511	Reabilitação e Otimização do Sistema de Geração de Energia Elétrica				
	Produto: SISTEMA OTIMIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	37,0	37,0	100,0	12,0	18,0	150,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	12,0	18,0	150,0
Sudeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	237.182.997	237.182.997	100,0	91.376.211	90.075.282	98,6
Investimento das Estatais	237.182.997	237.182.997	100,0	91.376.211	90.075.282	98,6
Nacional	90.075.282	90.075.282	100,0	91.376.211	90.075.282	98,6
Sudeste	147.107.715	147.107.715	100,0	0	0	0,0
(P)	5512	Reabilitação e Otimização do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica				
	Produto: SISTEMA OTIMIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	59,0	59,0	100,0	41,0	40,0	97,6
Nacional	40,0	40,0	100,0	41,0	40,0	97,6
Sudeste	19,0	19,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	102.796.067	102.796.067	100,0	108.664.032	51.710.681	47,6
Investimento das Estatais	102.796.067	102.796.067	100,0	108.664.032	51.710.681	47,6
Nacional	51.710.681	51.710.681	100,0	108.664.032	51.710.681	47,6
Sudeste	51.085.386	51.085.386	100,0	0	0	0,0
(P)	5857	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA DE 700MW NO NORTE FLUMINENSE EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)				
	Produto: Usina termelétrica implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7163	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE CACHOEIRA PAULISTA PARA O RIO DE JANEIRO (170KM DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE 500 KW)				
	Produto: Sistema de transmissão implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7164	Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto (MG) - Vitória (ES) - (370 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas de 345 Kv)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	25,7	25,7	100,0	55,0	25,7	46,7
Sudeste	25,7	25,7	100,0	55,0	25,7	46,7
Financeiro	142.354.490	67.631.557	47,5	88.484.819	67.631.557	76,4
Investimento das Estatais	142.354.490	67.631.557	47,5	88.484.819	67.631.557	76,4
Nacional	67.631.557	67.631.557	100,0	88.484.819	67.631.557	76,4
Sudeste	74.722.933	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7165	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE TIJUCO PRETO PARA CACHOEIRA PAULISTA (180KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 500KW)				
	Produto: Sistema de Transmissão Implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9257	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA FUNIL GRANDE NO RIO GRANDE (MG) DE 180 MW				
	Produto: usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	125,0	90,0	72,0	20,0	90,0	450,0
Sudeste	125,0	90,0	72,0	20,0	90,0	450,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(OA) 9258 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA MURTA (MG) NO RIO JEQUITINHONHA DE 120 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	90.400.000	0	0,0	45.200.000	0	0,0
Demais Fontes	90.400.000	0	0,0	45.200.000	0	0,0
Nacional	45.200.000	0	0,0	45.200.000	0	0,0
Sudeste	45.200.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9259 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PICADA EM JUIZ DE FORA (MG) NO RIO DO PEIXE DE 50 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Sudeste	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	98.880.000	0	0,0	61.800.000	0	0,0
Demais Fontes	98.880.000	0	0,0	61.800.000	0	0,0
Nacional	61.800.000	0	0,0	61.800.000	0	0,0
Sudeste	37.080.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9260 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA IBIRITÉ (MG) DE 660 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	55,0	55,0	35,0	35,0	100,0
Sudeste	100,0	55,0	55,0	35,0	35,0	100,0
Financeiro	407.000.000	0	0,0	218.000.000	0	0,0
Demais Fontes	407.000.000	0	0,0	218.000.000	0	0,0
Nacional	218.000.000	0	0,0	218.000.000	0	0,0
Sudeste	189.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9261 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM OURINHOS (SP) NO RIO PARANAPANEMA DE 44 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	30,0	30,0	20,0	30,0	150,0
Sudeste	100,0	30,0	30,0	20,0	30,0	150,0
Financeiro	77.280.000	0	0,0	25.760.000	0	0,0
Demais Fontes	77.280.000	0	0,0	25.760.000	0	0,0
Nacional	25.760.000	0	0,0	25.760.000	0	0,0
Sudeste	51.520.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9264 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BARRA DO BRAÚNA (MG) NO RIO POMBA DE 39 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sudeste	50,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	77.000.000	0	0,0	33.000.000	0	0,0
Demais Fontes	77.000.000	0	0,0	33.000.000	0	0,0
Nacional	33.000.000	0	0,0	33.000.000	0	0,0
Sudeste	44.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9266 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA RIO GEN EM SEROPÉDICA (RJ) DE 500 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	70,0	20,0	28,6	30,0	S.R.	0,0
Sudeste	70,0	20,0	28,6	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	164.000.000	0	0,0	164.000.000	0	0,0
Demais Fontes	164.000.000	0	0,0	164.000.000	0	0,0
Nacional	164.000.000	0	0,0	164.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia					
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE					
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo					
(OA) 9267 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM SANTA BRANCA (SP) DE 1.067 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	50,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Sudeste	50,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
Demais Fontes	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
Nacional	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
(OA) 9268 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA AIMORÉS NO RIO DOCE (MG) DE 300 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	90,0	70,0	50,0	40,0	80,0
Sudeste	90,0	70,0	50,0	40,0	80,0
Financeiro	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
Demais Fontes	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
Nacional	437.500.000	0	437.500.000	0	0,0
(OA) 9271 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CAPIM BRANCO I NO RIO ARAGUARI (MG) DE 240 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	25,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	25,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	282.100.000	0	141.050.000	0	0,0
Demais Fontes	282.100.000	0	141.050.000	0	0,0
Nacional	141.050.000	0	141.050.000	0	0,0
Sudeste	141.050.000	0	0	0	0,0
(OA) 9272 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CAPIM BRANCO II NO RIO ARAGUARI (MG) DE 210 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	25,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	25,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	294.000.000	0	147.000.000	0	0,0
Demais Fontes	294.000.000	0	147.000.000	0	0,0
Nacional	147.000.000	0	147.000.000	0	0,0
Sudeste	147.000.000	0	0	0	0,0
(OA) 9273 Implantação de usina termelétrica Macaé Merchant (RJ) de 870 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sudeste	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	486.000.000	0	194.400.000	0	0,0
Demais Fontes	486.000.000	0	194.400.000	0	0,0
Nacional	194.400.000	0	194.400.000	0	0,0
Sudeste	291.600.000	0	0	0	0,0
(OA) 9281 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA RHODIA EM SANTO ANDRÉ (SP) DE 100 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sudeste	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	31.700.000	0	31.700.000	0	0,0
Demais Fontes	31.700.000	0	31.700.000	0	0,0
Nacional	31.700.000	0	31.700.000	0	0,0
(OA) 9282 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA RHODIA EM PAULÍNIA (SP) DE 152 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sudeste	70,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	48.100.000	0	48.100.000	0	0,0
Demais Fontes	48.100.000	0	48.100.000	0	0,0
Nacional	48.100.000	0	48.100.000	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	527	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(OA) 9286 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA VALPARAISO EM ARAÇATUBA (SP) DE 220 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Sudeste	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	162.700.000	0	0,0	93.000.000	0	0,0
Demais Fontes	162.700.000	0	0,0	93.000.000	0	0,0
Nacional	93.000.000	0	0,0	93.000.000	0	0,0
Sudeste	69.700.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9289 Implantação de usina termelétrica Cabiúnas em Paracambi (RJ) de 511,2 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	88,0	23,0	26,1	35,0	23,0	65,7
Sudeste	88,0	23,0	26,1	35,0	23,0	65,7
Financeiro	337.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Demais Fontes	337.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Nacional	181.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Sudeste	156.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9290 Implantação de usina termelétrica no Norte Fluminense em Campos (RJ) de 778 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	55,0	55,0	35,0	35,0	100,0
Sudeste	100,0	55,0	55,0	35,0	35,0	100,0
Financeiro	450.000.000	0	0,0	242.000.000	0	0,0
Demais Fontes	450.000.000	0	0,0	242.000.000	0	0,0
Nacional	242.000.000	0	0,0	242.000.000	0	0,0
Sudeste	208.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9291 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM VITÓRIA (ES) DE 480 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sudeste	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	337.000.000	0	0,0	182.000.000	0	0,0
Demais Fontes	337.000.000	0	0,0	182.000.000	0	0,0
Nacional	182.000.000	0	0,0	182.000.000	0	0,0
Sudeste	155.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9294 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PIRAJU (SP/PR) NO RIO PARANAPANEMA DE 70 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	95,0	75,0	78,9	40,0	40,0	100,0
Sul	95,0	75,0	78,9	40,0	40,0	100,0
Financeiro	72.100.000	0	0,0	72.100.000	0	0,0
Demais Fontes	72.100.000	0	0,0	72.100.000	0	0,0
Nacional	72.100.000	0	0,0	72.100.000	0	0,0
(OA) 9295 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESPÍRITO SANTO (80 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	70,0	3,5	5,0	10,0	S.R.	0,0
Sudeste	70,0	3,5	5,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.960.000	0	0,0	1.160.000	0	0,0
Demais Fontes	6.960.000	0	0,0	1.160.000	0	0,0
Nacional	1.160.000	0	0,0	1.160.000	0	0,0
Sudeste	5.800.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(OA) 9296 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA (MG) NO RIO DOCE DE 95 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	55,0	55,0	20,0	45,0	225,0
Sudeste	100,0	55,0	55,0	20,0	45,0	225,0
Financeiro	150.000.000	0	0,0	50.000.000	0	0,0
Demais Fontes	150.000.000	0	0,0	50.000.000	0	0,0
Nacional	50.000.000	0	0,0	50.000.000	0	0,0
Sudeste	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9298 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA IRAPÉ NO RIO JEQUITINHONHA (MG) DE 360 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	5,0	12,5	15,0	5,0	33,3
Sudeste	40,0	5,0	12,5	15,0	5,0	33,3
Financeiro	259.087.500	0	0,0	111.037.500	0	0,0
Demais Fontes	259.087.500	0	0,0	111.037.500	0	0,0
Nacional	111.037.500	0	0,0	111.037.500	0	0,0
Sudeste	148.050.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9299 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA CCBS (SP) DE 184 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Sudeste	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	138.000.000	0	0,0	138.000.000	0	0,0
Demais Fontes	138.000.000	0	0,0	138.000.000	0	0,0
Nacional	138.000.000	0	0,0	138.000.000	0	0,0
(OA) 9300 Implantação de usina termelétrica Nova Piratininga (SP) de 600 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9710 Implantação de usina hidrelétrica Santa Clara (MG) de 60 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9711 Implantação de usina hidrelétrica Porto Estrela (MG) de 112 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9712 Implantação de usina termelétrica Duke Energy (SP) de 500 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	64,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	64,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9713 Implantação de usina termelétrica Eletrobolt (RJ) de 350 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo						
(OA) 9714 Implantação de usina termelétrica Anhanguera (SP) de 275 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9716 Implantação de usina termelétrica Ribeirão do Moinho (SP) de 520 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9717 Implantação de usina termelétrica Termorio (RJ) de 1036 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	78,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	78,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9718 Implantação de usina termelétrica Juiz de Fora (MG) de 103 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	9.335.974.958	2.723.759.880	29,2	4.726.646.195	1.213.946.201	25,7
Investimento Estatais	3.556.167.458	2.723.759.880	64,9	1.671.338.695	1.213.946.201	72,6
Demais Fontes	5.779.807.500	0	25,4	3.055.307.500	0	0,0
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 1885 Recapitação das Unidades Geradoras 1 e 2 de Uhe Coaracy Nunes (Acréscimo de 4 Mw)						
Produto: UNIDADE RECAPACITADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	26,7	26,7	100,0	8,0	26,7	333,8
Norte	26,7	26,7	100,0	8,0	26,7	333,5
Financeiro	20.978.849	978.849	4,7	1.250.000	978.849	78,3
Investimento das Estatais	20.978.849	978.849	4,7	1.250.000	978.849	78,3
Nacional	978.849	978.849	100,0	1.250.000	978.849	78,3
Norte	20.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2789 Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: %						
Físico	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	1.751.572	0	0,0	165.000	0	0,0
Investimento das Estatais	1.751.572	0	0,0	165.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	165.000	0	0,0
Norte	1.751.572	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2793 Manutenção do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica de Boa Vista (81 Mw de Capacidade Instalada)						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: %						
Físico	96,2	96,2	100,0	100,0	96,2	96,2
Norte	96,2	96,2	100,0	100,0	96,2	96,2
Financeiro	455.700	255.700	56,1	266.000	255.700	96,1
Investimento das Estatais	455.700	255.700	56,1	266.000	255.700	96,1
Nacional	255.700	255.700	100,0	266.000	255.700	96,1
Norte	200.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3213	Implantação de Sistema de Iluminação Pública na Cidade de Boa Vista - Reluz				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	10.000	0	0,0
(P)	3237	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) - 3A. UNIDADE DE 40 PARA 67 MW				
	Produto: usina ampliada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3237	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) DE 40 PARA 70 MW (- 3ª UNIDADE)				
	Produto: Usina ampliada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	1,8	1,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,8	1,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.972.040	1.972.040	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.972.040	1.972.040	100,0	0	0	0,0
Norte	1.972.040	1.972.040	100,0	0	0	0,0
(P)	3239	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELETRICA NO AMAPÁ DE 50 MW				
	Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	798.463	798.463	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	798.463	798.463	100,0	0	0	0,0
Norte	798.463	798.463	100,0	0	0	0,0
(P)	3243	Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá (520 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 339 MVA)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	36,1	36,1	100,0	4,0	26,0	650,0
Norte	36,1	36,1	100,0	4,0	26,0	650,0
Financeiro	78.679.997	25.487.997	32,4	10.157.000	9.874.510	97,2
Investimento das Estatais	78.679.997	25.487.997	32,4	10.157.000	9.874.510	97,2
Nacional	9.874.510	9.874.510	100,0	10.157.000	9.874.510	97,2
Norte	68.805.487	15.613.487	22,7	0	0	0,0
(P)	3243	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPÁ (371 KM DE LT E 23 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 263 MVA)				
	Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	12,7	12,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	12,7	12,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.538.844	36.538.844	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	36.538.844	36.538.844	100,0	0	0	0,0
Norte	36.538.844	36.538.844	100,0	0	0	0,0
(P)	3248	Implantação de Sistema de Transmissão de Interligação Brasil - Venezuela (190 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e Subestações Associadas com 200 Mva) - RR				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	12,6	12,6	100,0	5,0	4,9	98,0
Nacional	3,7	3,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8,9	8,9	100,0	5,0	4,9	98,6
Financeiro	6.664.970	6.664.970	100,0	2.000.000	1.616.021	80,8
Investimento das Estatais	6.664.970	6.664.970	100,0	2.000.000	1.616.021	80,8
Nacional	4.483.960	4.483.960	100,0	2.000.000	1.616.021	80,8
Norte	2.181.010	2.181.010	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

531

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3396	Implantação da Rede de Subtransmissão de Boa Vista (RR) (30,1 Km de Linha de Transmissão em 69 Kv e Subestações Associadas)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	11,0	11,0	100,0	4,0	6,0	150,0
Norte	11,0	11,0	100,0	4,0	6,0	150,0
Financeiro	430.254	430.254	100,0	430.436	430.254	100,0
Investimento das Estatais	430.254	430.254	100,0	430.436	430.254	100,0
Nacional	430.254	430.254	100,0	430.436	430.254	100,0
(P)	3396	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO GURI (VENEZUELA) (10,6 KM DE LT)				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	58,0	58,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	58,0	58,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	369.344	369.344	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	369.344	369.344	100,0	0	0	0,0
Norte	369.344	369.344	100,0	0	0	0,0
(P)	3399	Revitalização do Parque de Geração Térmica de Roraima de 81 Mw				
Produto: USINA REVITALIZADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	12,6	12,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	12,6	12,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	879.145	879.145	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	879.145	879.145	100,0	0	0	0,0
Norte	879.145	879.145	100,0	0	0	0,0
(P)	3401	AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL DE BOA VISTA (RR) (222 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E 3 MVA DE TRANSFORMADORES)				
Produto: Rede ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3995	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista				
Produto: REDE AMPLIADA			Unidade de Medida: KM			
Físico	147,5	147,5	100,0	70,0	31,5	45,0
Norte	147,5	147,5	100,0	70,0	31,5	45,0
Financeiro	13.139.851	9.569.851	72,8	3.234.274	1.219.907	37,7
Investimento das Estatais	13.139.851	9.569.851	72,8	3.234.274	1.219.907	37,7
Norte	13.139.851	9.569.851	72,8	3.234.274	1.219.907	37,7
(A)	4431	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	43,0	43,0	100,0	100,0	43,0	43,0
Norte	43,0	43,0	100,0	100,0	43,0	43,0
Financeiro	4.802.131	1.410.131	29,4	3.012.000	1.410.131	46,8
Investimento das Estatais	4.802.131	1.410.131	29,4	3.012.000	1.410.131	46,8
Nacional	1.410.131	1.410.131	100,0	3.012.000	1.410.131	46,8
Norte	3.392.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5757	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE ÁGUA BRANCA NO RIO AMAPARI				
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 5848	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO					
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.786.062	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	45.786.062	0	0,0	0	0	0,0
Norte	45.786.062	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7169	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DO ESTADO DO AMAPÁ (282 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E UMA SUBESTAÇÃO)					
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7170	INTERIORIZAÇÃO DA ENERGIA DE GURI EM RORAIMA					
Produto: Não especificado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	213.247.222	85.355.588	40,0	20.524.710	15.785.372	76,9
Investimento Estatais	167.461.160	85.355.588	64,9	20.524.710	15.785.372	76,9
Demais Fontes	45.786.062	0	25,4	0	0	0,0
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 1159	CONSTRUÇÃO DE OLEODUTOS NUM TOTAL DE 11,75 KM					
Produto: Oleoduto construído			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.153	35.153	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	35.153	35.153	100,0	0	0	0,0
Norte	35.153	35.153	100,0	0	0	0,0
(P) 1167	Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM					
Produto: REDE AMPLIADA			Unidade de Medida: KM			
Físico	621,6	621,6	100,0	453,0	472,6	104,3
Norte	621,6	621,6	100,0	453,0	472,6	104,3
Financeiro	38.375.421	22.958.721	59,8	18.837.264	16.746.281	88,9
Investimento das Estatais	38.375.421	22.958.721	59,8	18.837.264	16.746.281	88,9
Nacional	16.746.281	16.746.281	100,0	18.837.264	16.746.281	88,9
Norte	21.629.140	6.212.440	28,7	0	0	0,0
(P) 1169	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO RURAL DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS					
Produto: Rede Implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1183	Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica da CEAM de 71,2 Kw					
Produto: PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	85,5	85,5	100,0	60,0	8,5	14,2
Norte	85,5	85,5	100,0	60,0	8,5	14,2
Financeiro	55.773.085	30.473.085	54,6	19.057.400	7.688.328	40,3
Investimento das Estatais	55.773.085	30.473.085	54,6	19.057.400	7.688.328	40,3
Norte	55.773.085	30.473.085	54,6	19.057.400	7.688.328	40,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	1721	Implantação de 12,7 Km de Oleodutos nas Usinas Termoeletricas de Barreirinha, Boca do Acre, Codajás, Parintins e São Paulo de Olivença (AM)				
Produto: OLEODUTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	5,2	5,2	100,0	100,0	5,2	5,2
Norte	5,2	5,2	100,0	100,0	5,2	5,2
Financeiro	54.994	12.994	23,6	317.500	12.994	4,1
Investimento das Estatais	54.994	12.994	23,6	317.500	12.994	4,1
Nacional	12.994	12.994	100,0	317.500	12.994	4,1
Norte	42.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1879	Recapacitação das Unidades Geradoras do Parque Térmico de Rondônia (Acréscimo de 18 MW)				
Produto: UNIDADE RECAPACITADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	5,2	5,2	100,0	4,0	5,2	130,0
Norte	5,2	5,2	100,0	4,0	5,2	128,9
Financeiro	4.467.223	467.223	10,5	500.000	467.223	93,4
Investimento das Estatais	4.467.223	467.223	10,5	500.000	467.223	93,4
Nacional	467.223	467.223	100,0	500.000	467.223	93,4
Norte	4.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1881	Recapacitação das Unidades Geradoras do Parque Térmico do Acre				
Produto: UNIDADE RECAPACITADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,1	0,1	100,0	7,0	0,1	1,4
Norte	0,1	0,1	100,0	7,0	0,1	1,1
Financeiro	4.279.532	279.532	6,5	800.000	279.532	34,9
Investimento das Estatais	4.279.532	279.532	6,5	800.000	279.532	34,9
Nacional	279.532	279.532	100,0	800.000	279.532	34,9
Norte	4.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1897	Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à Uhe Tucuruí (Acréscimo de 1.200 Mva/351 Mvar nas Subestações)				
Produto: SISTEMA AMPLIADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FÍSICA			
Físico	29,4	29,4	100,0	19,0	29,4	154,7
Norte	29,4	29,4	100,0	19,0	29,4	154,7
Financeiro	186.287.104	52.406.104	28,1	53.000.000	52.406.104	98,9
Investimento das Estatais	186.287.104	52.406.104	28,1	53.000.000	52.406.104	98,9
Nacional	52.406.104	52.406.104	100,0	53.000.000	52.406.104	98,9
Norte	133.881.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1907	Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará, com 11.000 Mw de Capacidade Instalada				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: %			
Físico	24,5	24,5	100,0	25,0	24,5	98,0
Norte	24,5	24,5	100,0	25,0	24,5	98,0
Financeiro	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Investimento das Estatais	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Norte	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2009	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM				
Produto: PARQUE MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	260,0	260,0	100,0	100,0	60,0	60,0
Norte	260,0	260,0	100,0	100,0	60,0	60,0
Financeiro	22.629.320	17.943.320	79,3	3.243.979	1.987.400	61,3
Investimento das Estatais	22.629.320	17.943.320	79,3	3.243.979	1.987.400	61,3
Norte	22.629.320	17.943.320	79,3	3.243.979	1.987.400	61,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(A)	2206	Manutenção de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM				
	Produto: REDE ELETRICA MANTIDA			Unidade de Medida: %		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
(A)	2208	Manutenção de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM				
	Produto: REDE ELETRICA MANTIDA			Unidade de Medida: %		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	5.699.420	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	5.699.420	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	5.699.420	0	0,0
(A)	2218	Manutenção de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus				
	Produto: REDE MANTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.934.084	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	3.934.084	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.934.084	0	0,0
(A)	2224	Manutenção de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus				
	Produto: REDE ELETRICA MANTIDA			Unidade de Medida: %		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	767.800	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	767.800	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	767.800	0	0,0
(A)	2265	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	371.522	371.522	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	371.522	371.522	100,0	0	0	0,0
Norte	371.522	371.522	100,0	0	0	0,0
(A)	2775	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica no Estado de Rondônia				
	Produto: PARQUE DE GERACAO MANTIDO			Unidade de Medida: %		
Físico	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	2.100.000	900.000	42,9	1.000.000	900.000	90,0
Investimento das Estatais	2.100.000	900.000	42,9	1.000.000	900.000	90,0
Nacional	900.000	900.000	100,0	1.000.000	900.000	90,0
Norte	1.200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3219	Implantação de Infra-estrutura para Instalação de Usina Termelétrica de Produtor Independente				
	Produto: USINA CONECTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Investimento das Estatais	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Norte	100.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 3225 Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE Cariri a Itacoatiara e Rio Preto da Eva (AM)						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	1,6	1,6	100,0	13,0	1,6	12,3
Norte	1,6	1,6	100,0	13,0	1,6	12,2
Financeiro	31.303.445	6.303.445	20,1	6.394.418	6.303.445	98,6
Investimento das Estatais	31.303.445	6.303.445	20,1	6.394.418	6.303.445	98,6
Nacional	6.303.445	6.303.445	100,0	6.394.418	6.303.445	98,6
Norte	25.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3236 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE PEQUENAS HIDRELÉTRICAS NA REGIÃO NORTE DE 52 MW DE CAPACIDADE						
Produto: Estudo realizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3237 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA USINA HIDRELÉTRICA DE COARACY NUNES (AP) DE 40 PARA 70 MW (- 3ª UNIDADE)						
Produto: Usina ampliada	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.727.565	4.727.565	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	4.727.565	4.727.565	100,0	0	0	0,0
Norte	4.727.565	4.727.565	100,0	0	0	0,0
(P) 3238 IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELETRICA TERMONORTE I EM RONDÔNIA DE 64 MW						
Produto: Usina implantada	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.275.579	8.275.579	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	8.275.579	8.275.579	100,0	0	0	0,0
Norte	8.275.579	8.275.579	100,0	0	0	0,0
(P) 3239 IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELETRICA NO AMAPÁ DE 50 MW						
Produto: Usina implantada	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.392.631	2.392.631	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	2.392.631	2.392.631	100,0	0	0	0,0
Norte	2.392.631	2.392.631	100,0	0	0	0,0
(P) 3241 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NO ACRE DE 73 MW						
Produto: Usina implantada	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.171.578	4.171.578	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	4.171.578	4.171.578	100,0	0	0	0,0
Norte	4.171.578	4.171.578	100,0	0	0	0,0
(P) 3242 Implantação de Sistema de Transmissão Acre - Rondônia (1.342 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 1.664 Mva/402 Mvar)						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	37,2	37,2	100,0	16,0	22,5	140,6
Norte	37,2	37,2	100,0	16,0	22,5	140,6
Financeiro	355.883.832	288.613.832	81,1	73.000.000	70.085.422	96,0
Investimento das Estatais	355.883.832	288.613.832	81,1	73.000.000	70.085.422	96,0
Norte	355.883.832	288.613.832	81,1	73.000.000	70.085.422	96,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3246	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO À UHE TUCURUÍ NO PARÁ (960 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS COM 2. 190 MVA) TOTALIZANDO 1. 873 MVA)				
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,9	0,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,9	0,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.809.484	38.809.484	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	38.809.484	38.809.484	100,0	0	0	0,0
Norte	38.809.484	38.809.484	100,0	0	0	0,0
(P)	3259	Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE de Iranduba à Manacapuru e Novo Airão (AM)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	16,2	16,2	100,0	59,0	16,2	27,5
Norte	16,2	16,2	100,0	59,0	16,2	27,5
Financeiro	28.897.511	8.897.511	30,8	11.060.100	8.897.511	80,4
Investimento das Estatais	28.897.511	8.897.511	30,8	11.060.100	8.897.511	80,4
Nacional	8.897.511	8.897.511	100,0	11.060.100	8.897.511	80,4
Norte	20.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3261	Transformação das Unidades Geradoras de Energia Elétrica para Utilização do Gás Natural				
Produto: USINA ADAPTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	100,0	1,0	0,0	0,0
Norte	0,0	0,0	100,0	1,0	0,0	1,0
Financeiro	200.000	0	0,0	40.000	0	0,0
Investimento das Estatais	200.000	0	0,0	40.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	40.000	0	0,0
Norte	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3263	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica				
Produto: PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	98,0	98,0	100,0	96,0	98,0	102,1
Norte	98,0	98,0	100,0	96,0	98,0	102,1
Financeiro	34.125.474	17.625.474	51,6	17.676.500	17.625.474	99,7
Investimento das Estatais	34.125.474	17.625.474	51,6	17.676.500	17.625.474	99,7
Nacional	17.625.474	17.625.474	100,0	17.676.500	17.625.474	99,7
Norte	16.500.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3267	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica				
Produto: PARQUE AMPLIADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	7,7	7,7	100,0	14,0	7,7	55,0
Norte	7,7	7,7	100,0	14,0	7,7	54,9
Financeiro	91.145.226	11.465.226	12,6	28.752.600	11.465.226	39,9
Investimento das Estatais	91.145.226	11.465.226	12,6	28.752.600	11.465.226	39,9
Nacional	11.465.226	11.465.226	100,0	28.752.600	11.465.226	39,9
Norte	79.680.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3273	Implantação de Infra-estrutura para Instalação de Usina Termelétrica de Produtor Independente				
Produto: USINA CONECTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	20.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3367	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	182,4	182,4	100,0	110,0	29,4	26,7
Norte	182,4	182,4	100,0	110,0	29,4	26,7
Financeiro	25.883.449	15.921.740	61,5	8.953.811	3.414.722	38,1
Investimento das Estatais	25.883.449	15.921.740	61,5	8.953.811	3.414.722	38,1
Norte	25.883.449	15.921.740	61,5	8.953.811	3.414.722	38,1
(P)	3369	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NO ACRE (REDE DE 59,7 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMADORES COM 0,62 MVA)				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.047.371	1.047.371	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.047.371	1.047.371	100,0	0	0	0,0
Norte	1.047.371	1.047.371	100,0	0	0	0,0
(P)	3381	Implantação de Sistema de Transmissão em Rondônia (622 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 13,8 Kv)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	32,4	32,4	100,0	18,0	13,4	74,4
Norte	32,4	32,4	100,0	18,0	13,4	74,4
Financeiro	22.452.625	10.961.338	48,8	12.281.240	6.629.916	54,0
Investimento das Estatais	22.452.625	10.961.338	48,8	12.281.240	6.629.916	54,0
Norte	22.452.625	10.961.338	48,8	12.281.240	6.629.916	54,0
(P)	3398	Implantação do Sistema de Transmissão em Manaus (313,3 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 645,3 Mva)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	41,2	41,2	100,0	34,0	37,0	108,8
Norte	41,2	41,2	100,0	34,0	37,0	108,8
Financeiro	60.633.605	27.437.023	45,3	4.096.536	3.523.230	86,0
Investimento das Estatais	60.633.605	27.437.023	45,3	4.096.536	3.523.230	86,0
Norte	60.633.605	27.437.023	45,3	4.096.536	3.523.230	86,0
(P)	3404	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	44,0	44,0	100,0	43,0	17,0	39,5
Norte	44,0	44,0	100,0	43,0	17,0	39,5
Financeiro	35.723.920	16.438.720	46,0	16.044.560	6.272.953	39,1
Investimento das Estatais	35.723.920	16.438.720	46,0	16.044.560	6.272.953	39,1
Norte	35.723.920	16.438.720	46,0	16.044.560	6.272.953	39,1
(P)	3405	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL EM RONDÔNIA (494 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E TRANSFORMADORES DE 12,54 MVA)				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3410	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	301,6	301,6	100,0	147,0	135,6	92,2
Norte	301,6	301,6	100,0	147,0	135,6	92,2
Financeiro	62.581.494	38.046.168	60,8	16.435.326	15.998.370	97,3
Investimento das Estatais	62.581.494	38.046.168	60,8	16.435.326	15.998.370	97,3
Norte	62.581.494	38.046.168	60,8	16.435.326	15.998.370	97,3
(P)	3413	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL EM MANAUS- AM (76 KM DE LINHAS E 1,5 MVA DE TRANSFORMADORES)				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		538	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3416	IMPLANTAÇÃO DE DUAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS EM 6 MW E 2,5 MW				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3418	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NO AMAZONAS DE 270 MW				
	Produto: Usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	101.057.298	1.057.298	1,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.057.298	1.057.298	100,0	0	0	0,0
Norte	1.057.298	1.057.298	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3427	Estudos e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: %			
Físico	22,2	22,2	100,0	34,0	8,2	24,1
Nacional	22,2	22,2	100,0	34,0	8,2	24,1
Financeiro	47.223.677	23.223.677	49,2	36.576.992	8.261.347	22,6
Investimento das Estatais	47.223.677	23.223.677	49,2	36.576.992	8.261.347	22,6
Nacional	47.223.677	23.223.677	49,2	36.576.992	8.261.347	22,6
(A)	4462	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (6.525 Km de Linha de Transmissão e 14.294 Mva de Subestações)				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: %			
Físico	80,0	80,0	100,0	100,0	80,0	80,0
Norte	80,0	80,0	100,0	100,0	80,0	80,0
Financeiro	8.076.949	2.076.949	25,7	2.500.000	2.076.949	83,1
Investimento das Estatais	8.076.949	2.076.949	25,7	2.500.000	2.076.949	83,1
Nacional	2.076.949	2.076.949	100,0	2.500.000	2.076.949	83,1
Norte	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4467	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (5.071,62 Mw de Capacidade Instalada)				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: %			
Físico	277,7	277,7	100,0	100,0	77,7	77,7
Nacional	277,7	277,7	100,0	100,0	77,7	77,7
Financeiro	15.129.842	5.859.842	38,7	3.500.000	2.683.149	76,7
Investimento das Estatais	15.129.842	5.859.842	38,7	3.500.000	2.683.149	76,7
Nacional	15.129.842	5.859.842	38,7	3.500.000	2.683.149	76,7
(A)	4468	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (663,2 Mw de Capacidade Instalada)				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: %			
Físico	250,4	250,4	100,0	100,0	50,4	50,4
Norte	250,4	250,4	100,0	100,0	50,4	50,4
Financeiro	7.149.642	3.114.462	43,6	3.733.720	1.799.408	48,2
Investimento das Estatais	7.149.642	3.114.462	43,6	3.733.720	1.799.408	48,2
Norte	7.149.642	3.114.462	43,6	3.733.720	1.799.408	48,2
(P)	5111	Ampliação da Capacidade Geradora das Utes Pimenta Bueno, Vilhena e Colorado, Utilizando Equipamentos de Unidades Desativadas				
	Produto: USINA AMPLIADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	200.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 5113 Recapacitação da Pch Rio Vermelho						
Produto: USINA RECAPACITADA						
				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	1,0	1,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	820.532	820.532	100,0	50.000	0	0,0
Investimento das Estatais	820.532	820.532	100,0	50.000	0	0,0
Nacional	820.532	820.532	100,0	50.000	0	0,0
(P) 5875 EXECUÇÃO DE INVENTÁRIO E ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL HIDROELÉTRICO E DE HIDROVIA NO RIO MADEIRA						
Produto: Inventário Realizado						
				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5887 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PARÁ - CAMETÁ/PORTEL-BREVES (180KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO)						
Produto: Sistema de transmissão implantado						
				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7172 ENERGIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MARGEM ESQUERDA DO RIO AMAZONAS NO ESTADO DO PARÁ						
Produto: Município atendido						
				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9303 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PARÁ (1.241 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 138 KV)						
Produto: sistema implantado						
				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Norte	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	62.640.000	0	0,0	52.200.000	0	0,0
Demais Fontes	62.640.000	0	0,0	52.200.000	0	0,0
Nacional	52.200.000	0	0,0	52.200.000	0	0,0
Norte	10.440.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.364.946.083	663.135.099	48,6	400.953.250	245.524.984	61,2
Investimento Estatais	1.202.306.083	663.135.099	64,9	348.753.250	245.524.984	70,4
Demais Fontes	162.640.000	0	25,4	52.200.000	0	0,0
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(P) 1127 Implantação da Usina Termelétrica Candiota III com Capacidade de 350 Mw						
Produto: USINA IMPLANTADA						
				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	41,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	41,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.609.008	2.609.008	46,5	4.116.000	888.323	21,6
Investimento das Estatais	5.609.008	2.609.008	46,5	4.116.000	888.323	21,6
Sul	5.609.008	2.609.008	46,5	4.116.000	888.323	21,6
(P) 1133 Estudo para Implantação do Projeto de Transformação da Usina Termelétrica de Porto Alegre - Nutepa para Utilização de Gás Natural						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
				Unidade de Medida: %		
Físico	34,0	34,0	100,0	33,0	33,0	100,0
Sul	34,0	34,0	100,0	33,0	33,0	100,0
Financeiro	745.628	245.628	32,9	1.000.000	240.000	24,0
Investimento das Estatais	745.628	245.628	32,9	1.000.000	240.000	24,0
Sul	745.628	245.628	32,9	1.000.000	240.000	24,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(P)	3249	REPOTENCIALIZAÇÃO/RECAPACITAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO				
Produto: sistema recapacitado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.927.912	2.927.912	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	2.927.912	2.927.912	100,0	0	0	0,0
Sul	2.927.912	2.927.912	100,0	0	0	0,0
(P)	3250	Implantação de Sistema de Transmissão no Sul (467 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 500 Kv e Subestações com 2.807 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	82,2	82,2	100,0	48,0	26,2	54,6
Sul	82,2	82,2	100,0	48,0	26,2	54,5
Financeiro	512.995.807	394.682.321	76,9	269.865.725	147.117.389	54,5
Investimento das Estatais	512.995.807	394.682.321	76,9	269.865.725	147.117.389	54,5
Sul	512.995.807	394.682.321	76,9	269.865.725	147.117.389	54,5
(P)	3422	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU (PR) - SÃO PAULO (SP) (585 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES COM 1. 500 MVA)				
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	182.004.888	182.004.888	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	182.004.888	182.004.888	100,0	0	0	0,0
Nacional	182.004.888	182.004.888	100,0	0	0	0,0
(P)	3424	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU A FOZ DO IGUAÇU - TRECHO IVAIPORÃ (PR) (331 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES)				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4471	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (8.570 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 11.969,3 Mva)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	232,3	232,3	100,0	100,0	32,3	32,3
Sul	232,3	232,3	100,0	100,0	32,3	32,3
Financeiro	6.695.911	3.224.911	48,2	2.451.000	790.530	32,3
Investimento das Estatais	6.695.911	3.224.911	48,2	2.451.000	790.530	32,3
Sul	6.695.911	3.224.911	48,2	2.451.000	790.530	32,3
(A)	4493	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica (490 Mw de Capacidade Instalada)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	218,0	218,0	100,0	100,0	18,0	18,0
Sul	218,0	218,0	100,0	100,0	18,0	18,0
Financeiro	35.816.177	9.360.177	26,1	27.552.000	6.237.051	22,6
Investimento das Estatais	35.816.177	9.360.177	26,1	27.552.000	6.237.051	22,6
Sul	35.816.177	9.360.177	26,1	27.552.000	6.237.051	22,6
(P)	5115	Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio Através da Conversora de Rivera (Aquisição de 12 Km de Linha de Transmissão e Construção de Entrada da Subestação)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	49.899.960	0	0,0	14.396.468	0	0,0
Investimento das Estatais	49.899.960	0	0,0	14.396.468	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	14.396.468	0	0,0
Sul	49.899.960	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(P)	5341	Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio - Conversora de Rivera (Uruguaio) à Subestação de Livramento (RS)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	99,0	99,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	99,0	99,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5475	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO CAMPOS NOVOS A BLUMENAU (SC)(252 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E DA SUBESTAÇÃO 500/230 KV DE BLUMENAU)				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.830	5.830	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	5.830	5.830	100,0	0	0	0,0
Sul	5.830	5.830	100,0	0	0	0,0
(P)	5557	REPOTENCIALIZAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DA USINA PRESIDENTE MÉDICI				
Produto: usina repotencializada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.482.550	2.482.550	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	2.482.550	2.482.550	100,0	0	0	0,0
Sul	2.482.550	2.482.550	100,0	0	0	0,0
(P)	5839	CONSTRUÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA				
Produto: Termelétrica construída			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5843	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA NUCLEAR NO PARANÁ				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5853	IMPLANTAÇÃO DE USINA DE GÁS NO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA				
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5855	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA A CARVÃO (400MW) - GERAÇÃO LIMPA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA				
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9222	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA COFEPAR (PR) DE 600 MW				
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Sul	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	622.000.000	0	0,0	311.000.000	0	0,0
Demais Fontes	622.000.000	0	0,0	311.000.000	0	0,0
Nacional	311.000.000	0	0,0	311.000.000	0	0,0
Sul	311.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9224	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMOELÉTRICA TERMOGAÚCHA (RS) DE 480 MW				
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	337.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Demais Fontes	337.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Nacional	181.000.000	0	0,0	181.000.000	0	0,0
Sul	156.000.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(OA)	9230	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ITÁ (SC) DE 1450 MW				
Produto: usina implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	35,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	35,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9231	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO GRANDE DO SUL (454 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)				
Produto: sistema implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sul	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	93.620.000	0	0,0	46.810.000	0	0,0
Demais Fontes	93.620.000	0	0,0	46.810.000	0	0,0
Nacional	46.810.000	0	0,0	46.810.000	0	0,0
Sul	46.810.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9232	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO GRANDE DO SUL (267 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)				
Produto: sistema implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	75,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Sul	75,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.100.000	0	0,0	10.100.000	0	0,0
Demais Fontes	10.100.000	0	0,0	10.100.000	0	0,0
Nacional	10.100.000	0	0,0	10.100.000	0	0,0
(OA)	9233	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PARANÁ (788 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)				
Produto: sistema implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	55,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Sul	55,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	38.705.000	0	0,0	19.647.000	0	0,0
Demais Fontes	38.705.000	0	0,0	19.647.000	0	0,0
Nacional	19.647.000	0	0,0	19.647.000	0	0,0
Sul	19.058.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9234	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM SANTA CATARINA (363 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)				
Produto: sistema implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9235	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM ARAUCÁRIA (PR) DE 480 MW				
Produto: usina implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	100,0	40,0	40,0	40,0	40,0	100,0
Sul	100,0	40,0	40,0	40,0	40,0	100,0
Financeiro	194.000.000	0	0,0	194.000.000	0	0,0
Demais Fontes	194.000.000	0	0,0	194.000.000	0	0,0
Nacional	194.000.000	0	0,0	194.000.000	0	0,0
(OA)	9237	AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA ITAIPU (PR) EM 1.400 MW				
Produto: usina ampliada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Sul	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	116.000.000	0	0,0	58.000.000	0	0,0
Demais Fontes	116.000.000	0	0,0	58.000.000	0	0,0
Nacional	58.000.000	0	0,0	58.000.000	0	0,0
Sul	58.000.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(OA) 9238	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO UHE SALTO CAXIAS E CASCAVEL (PR) (63 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E DA SUBESTAÇÃO 500/230KV DE CASCAVEL)					
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9240	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA MACHADINHO (SC/RS) DE 1.140 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	460.269.000	0	0,0	460.269.000	0	0,0
Demais Fontes	460.269.000	0	0,0	460.269.000	0	0,0
Nacional	460.269.000	0	0,0	460.269.000	0	0,0
(OA) 9242	AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE PALMEIRAS (SC) DE 7 MW					
Produto: usina ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	54,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Sul	54,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.050.000	0	0,0	10.607.000	0	0,0
Demais Fontes	18.050.000	0	0,0	10.607.000	0	0,0
Nacional	10.607.000	0	0,0	10.607.000	0	0,0
Sul	7.443.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9243	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TERMOCATARINENSE (SC) DE 300 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	69.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	69.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9244	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM URUGUAIANA (RS) DE 600 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9248	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PASSO DO MEIO (RS) DE 30 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Sul	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	20.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Demais Fontes	20.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
Nacional	20.000.000	0	0,0	20.000.000	0	0,0
(OA) 9250	AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA SALTO (SC) DE 8 MW					
Produto: usina ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9251	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA SEIVAL I (RS) DE 250 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Sul	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	217.800.000	0	0,0	116.160.000	0	0,0
Demais Fontes	217.800.000	0	0,0	116.160.000	0	0,0
Nacional	116.160.000	0	0,0	116.160.000	0	0,0
Sul	101.640.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

544

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0295 ENERGIA NO EIXO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo						
(OA) 9252 Implantação de usina termelétrica Canoas REFAP (RS) de 500 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Sul	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	416.000.000	0	0,0	208.000.000	0	0,0
Demais Fontes	416.000.000	0	0,0	208.000.000	0	0,0
Nacional	208.000.000	0	0,0	208.000.000	0	0,0
Sul	208.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9253 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITÁ (SC) A GARABI (ARGENTINA) (375 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV)						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9254 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CAMPOS NOVOS NO RIO CANOAS (SC) DE 880 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	20,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Sul	20,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	156.925.000	0	0,0	31.385.000	0	0,0
Demais Fontes	156.925.000	0	0,0	31.385.000	0	0,0
Nacional	31.385.000	0	0,0	31.385.000	0	0,0
Sul	125.540.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9255 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA NO RIO JACUÍ (RS) DE 125 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9256 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM JACUÍ (RS) DE 350 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	114.380.000	0	0,0	114.380.000	0	0,0
Demais Fontes	114.380.000	0	0,0	114.380.000	0	0,0
Nacional	114.380.000	0	0,0	114.380.000	0	0,0
(OA) 9705 Implantação de usina hidrelétrica Quebra Queixo no Rio Chapecó (SC) de 120 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9706 Implantação de usina hidrelétrica Barra Grande no Rio Pelotas (SC/RS) de 690 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	3.683.032.671	597.543.225	16,2	2.100.739.193	155.273.293	7,4
Investimento Estatais	799.183.671	597.543.225	64,9	319.381.193	155.273.293	48,6
Demais Fontes	2.883.849.000	0	25,4	1.781.358.000	0	0,0

0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE

Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella						
(P)	1887	Expansão de Sistema de Transmissão do Mato Grosso (Acréscimo de 360 Km de Linha de Transmissão e de 630 Mva/100 Mvar nas Subestações)				
Produto: SISTEMA AMPLIADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	36,0	36,0	100,0	45,0	36,0	80,0
Centro-oeste	36,0	36,0	100,0	45,0	36,0	80,0
Financeiro	233.514.520	154.875.520	66,3	156.000.000	154.875.520	99,3
Investimento das Estatais	233.514.520	154.875.520	66,3	156.000.000	154.875.520	99,3
Nacional	154.875.520	154.875.520	100,0	156.000.000	154.875.520	99,3
Centro-oeste	78.639.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3244	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO (345 KM DE LT E 12 SUBESTAÇÕES TOTALIZANDO 514 MVA)				
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	34,1	34,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	34,1	34,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	56.745.158	56.745.158	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	56.745.158	56.745.158	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	56.745.158	56.745.158	100,0	0	0	0,0
(P)	3395	Implantação da Uhe Manso de 210 Mw (MT)				
Produto: USINA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	73,0	73,0	100,0	16,0	11,0	68,8
Centro-oeste	73,0	73,0	100,0	16,0	11,0	68,8
Financeiro	174.018.521	174.018.521	100,0	38.403.265	25.217.420	65,7
Investimento das Estatais	174.018.521	174.018.521	100,0	38.403.265	25.217.420	65,7
Centro-oeste	174.018.521	174.018.521	100,0	38.403.265	25.217.420	65,7
(P)	5169	Implantação da Uhe Couto Magalhães de 150 Mw				
Produto: USINA IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P)	5847	IMPLANTAÇÃO DE USINAS TERMELÉTRICAS				
Produto: Usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9175	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO (975 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	85,5	5,8	6,8	20,0	5,5	27,5
Centro-oeste	85,5	5,8	6,8	20,0	5,5	27,5
Financeiro	56.550.000	0	0,0	28.275.000	0	0,0
Demais Fontes	56.550.000	0	0,0	28.275.000	0	0,0
Nacional	28.275.000	0	0,0	28.275.000	0	0,0
Centro-oeste	28.275.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9176	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA NO RIO CORRENTES (MT/MS) DE 176 MW				
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	34,0	34,0	34,0	34,0	100,0
Centro-oeste	100,0	34,0	34,0	34,0	34,0	100,0
Financeiro	106.135.000	0	0,0	72.172.000	0	0,0
Demais Fontes	106.135.000	0	0,0	72.172.000	0	0,0
Nacional	72.172.000	0	0,0	72.172.000	0	0,0
Centro-oeste	33.963.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella						
(OA) 9177 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ITIQUIRA I - II NO RIO ITIQUIRA (MT) DE 156 MW APE						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	106,0	106,0	100,0	20,0	19,0	95,0
Centro-oeste	106,0	106,0	100,0	20,0	19,0	95,0
Financeiro	127.750.000	0	0,0	51.100.000	0	0,0
Demais Fontes	127.750.000	0	0,0	51.100.000	0	0,0
Nacional	51.100.000	0	0,0	51.100.000	0	0,0
Centro-oeste	76.650.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9178 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA JAURU (MT) DE 70 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	75,0	20,6	27,4	20,0	20,0	100,0
Centro-oeste	75,0	20,6	27,4	20,0	20,0	100,0
Financeiro	90.082.000	0	0,0	36.032.000	0	0,0
Demais Fontes	90.082.000	0	0,0	36.032.000	0	0,0
Nacional	36.032.000	0	0,0	36.032.000	0	0,0
Centro-oeste	54.050.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9179 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA II (MT) DE 30 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	30.912.893	0	0,0	14.426.017	0	0,0
Demais Fontes	30.912.893	0	0,0	14.426.017	0	0,0
Nacional	14.426.017	0	0,0	14.426.017	0	0,0
Centro-oeste	16.486.876	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9180 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SALTO DAS NUENS (MT) DE 20 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	55,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	55,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.120.000	0	0,0	13.120.000	0	0,0
Demais Fontes	13.120.000	0	0,0	13.120.000	0	0,0
Nacional	13.120.000	0	0,0	13.120.000	0	0,0
(OA) 9181 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM TRÊS LAGOAS (MS) DE 750 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	95,0	45,1	47,5	50,0	45,0	90,0
Centro-oeste	95,0	45,1	47,5	50,0	45,0	90,0
Financeiro	402.225.000	0	0,0	402.225.000	0	0,0
Demais Fontes	402.225.000	0	0,0	402.225.000	0	0,0
Nacional	402.225.000	0	0,0	402.225.000	0	0,0
(OA) 9182 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PARAÍSO (MS) DE 21 MW						
Produto: usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	87,5	37,5	42,9	50,0	37,5	75,0
Centro-oeste	87,5	37,5	42,9	50,0	37,5	75,0
Financeiro	14.000.000	0	0,0	14.000.000	0	0,0
Demais Fontes	14.000.000	0	0,0	14.000.000	0	0,0
Nacional	14.000.000	0	0,0	14.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella						
(OA) 9183 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA GUAPORÉ NO RIO GUAPORÉ (MT) DE 120 MW APE						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	95,0	30,5	32,1	30,0	30,0	100,0
Centro-oeste	95,0	30,5	32,1	30,0	30,0	100,0
Financeiro	78.157.894	0	0,0	42.631.579	0	0,0
Demais Fontes	78.157.894	0	0,0	42.631.579	0	0,0
Nacional	42.631.579	0	0,0	42.631.579	0	0,0
Centro-oeste	35.526.315	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9184 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE II (MS) DE 120 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	1,0	1,7	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	60,0	1,0	1,7	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9185 Implantação de usina termelétrica Corumbá (MS) de 90 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	66,8	1,8	2,7	35,0	1,8	5,1
Centro-oeste	66,8	1,8	2,7	35,0	1,8	5,0
Financeiro	191.000.000	0	0,0	88.000.000	0	0,0
Demais Fontes	191.000.000	0	0,0	88.000.000	0	0,0
Nacional	88.000.000	0	0,0	88.000.000	0	0,0
Centro-oeste	103.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9186 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE (MS) DE 300 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	278.000.000	0	0,0	139.000.000	0	0,0
Demais Fontes	278.000.000	0	0,0	139.000.000	0	0,0
Nacional	139.000.000	0	0,0	139.000.000	0	0,0
Centro-oeste	139.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9187 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE I (MS) DE 450 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	278.784.000	0	0,0	139.392.000	0	0,0
Demais Fontes	278.784.000	0	0,0	139.392.000	0	0,0
Nacional	139.392.000	0	0,0	139.392.000	0	0,0
Centro-oeste	139.392.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9188 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CUIABÁ II (MT) DE 480 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	50,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	170.100.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
Demais Fontes	170.100.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
Nacional	170.100.000	0	0,0	170.100.000	0	0,0
(OA) 9189 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CUIABÁ I (MT) DE 480 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	1,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	50,0	1,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE						
Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella						
(OA) 9190 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO DO SUL (569 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	98,3	0,3	0,3	2,0	0,3	15,0
Centro-oeste	98,3	0,3	0,3	2,0	0,3	14,0
Financeiro	17.633.947	0	0,0	1.533.387	0	0,0
Demais Fontes	17.633.947	0	0,0	1.533.387	0	0,0
Nacional	1.533.387	0	0,0	1.533.387	0	0,0
Centro-oeste	16.100.560	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9719 Ampliação de usina termelétrica Arjona (MS) em 80 MW						
Produto: Usina Ampliada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.318.728.933	385.639.199	16,6	1.407.410.248	180.092.940	12,8
Investimento Estatais	464.278.199	385.639.199	64,9	195.403.265	180.092.940	92,2
Demais Fontes	1.854.450.734	0	25,4	1.212.006.983	0	0,0
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(P) 1891 Ampliação do Sistema de Transmissão Associado à Uhe Tucuruí no Estado do Maranhão (Acréscimo de 120 Km de Linha de Transmissão e de 200 Mva/140 Mvar nas Subestações)						
Produto: SISTEMA AMPLIADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	19,5	19,5	100,0	17,0	18,5	108,8
Nordeste	19,5	19,5	100,0	17,0	18,5	109,1
Financeiro	185.507.453	121.859.453	65,7	70.999.996	65.612.281	92,4
Investimento das Estatais	185.507.453	121.859.453	65,7	70.999.996	65.612.281	92,4
Nacional	65.612.281	65.612.281	100,0	70.999.996	65.612.281	92,4
Nordeste	119.895.172	56.247.172	46,9	0	0	0,0
(P) 3117 Implantação de Usina Eólica para Geração de Energia Elétrica no Nordeste						
Produto: USINA IMPLANTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.618.887	118.867	2,1	400.000	118.867	29,7
Investimento das Estatais	5.618.887	118.867	2,1	400.000	118.867	29,7
Nacional	5.618.887	118.867	2,1	400.000	118.867	29,7
(P) 3368 Implantação de Sistema de Transmissão Associado à Uhe Luiz Gonzaga - Etapa II (15 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 5 Subestações com 300 Mva)						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	6,5	6,5	100,0	4,0	2,9	72,5
Nordeste	6,5	6,5	100,0	4,0	2,9	72,5
Financeiro	40.144.746	32.483.542	80,9	12.436.171	9.604.028	77,2
Investimento das Estatais	40.144.746	32.483.542	80,9	12.436.171	9.604.028	77,2
Nordeste	40.144.746	32.483.542	80,9	12.436.171	9.604.028	77,2
(P) 3370 Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste (2.833 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e de 58 Subestações com 6.889 Mva)						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	14,4	14,4	100,0	12,0	6,6	55,0
Nacional	7,8	7,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	6,6	6,6	100,0	12,0	6,6	55,0
Financeiro	698.700.169	491.824.900	70,4	177.867.585	134.561.499	75,7
Investimento das Estatais	698.700.169	491.824.900	70,4	177.867.585	134.561.499	75,7
Nacional	316.134.589	316.134.589	100,0	177.867.585	134.561.499	75,7
Nordeste	382.565.580	175.690.311	45,9	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

549

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(P)	3371	Implantação do Sistema de Transmissão Banabuiú - Fortaleza - Pici (27,7 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 566 Mva, Totalizando 2.800 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	6,4	6,4	100,0	5,0	2,4	48,0
Nordeste	6,4	6,4	100,0	5,0	2,4	48,0
Financeiro	8.309.866	3.112.448	37,5	2.634.520	203.703	7,7
Investimento das Estatais	8.309.866	3.112.448	37,5	2.634.520	203.703	7,7
Nordeste	8.309.866	3.112.448	37,5	2.634.520	203.703	7,7
(P)	3373	Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó em Pernambuco (180 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e de 6 Subestações com 1.240 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	8,9	8,9	100,0	4,0	2,6	65,0
Nordeste	8,9	8,9	100,0	4,0	2,6	63,8
Financeiro	61.700.250	51.203.846	83,0	12.305.039	9.340.228	75,9
Investimento das Estatais	61.700.250	51.203.846	83,0	12.305.039	9.340.228	75,9
Nordeste	61.700.250	51.203.846	83,0	12.305.039	9.340.228	75,9
(P)	3375	Implantação de Sistema de Transmissão em Alagoas (233 Km de Linha de Transmissão em 69 Kv)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	30,5	30,5	100,0	52,0	5,5	10,6
Nordeste	30,5	30,5	100,0	52,0	5,5	10,6
Financeiro	18.626.322	12.434.322	66,8	11.774.000	4.723.676	40,1
Investimento das Estatais	18.626.322	12.434.322	66,8	11.774.000	4.723.676	40,1
Nordeste	18.626.322	12.434.322	66,8	11.774.000	4.723.676	40,1
(P)	3376	Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó no Ceará (5 Subestações com 1.133 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	19,2	19,2	100,0	10,0	6,7	67,0
Nordeste	19,2	19,2	100,0	10,0	6,7	66,6
Financeiro	61.888.592	59.502.208	96,1	15.718.502	10.588.427	67,4
Investimento das Estatais	61.888.592	59.502.208	96,1	15.718.502	10.588.427	67,4
Nordeste	61.888.592	59.502.208	96,1	15.718.502	10.588.427	67,4
(P)	3378	Implantação de Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó na Bahia (251 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e de 2 Subestações com 400 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	4,8	4,8	100,0	4,0	2,0	50,0
Nacional	2,8	2,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	4,0	2,0	49,8
Financeiro	21.977.084	18.745.105	85,3	8.195.442	3.059.021	37,3
Investimento das Estatais	21.977.084	18.745.105	85,3	8.195.442	3.059.021	37,3
Nacional	10.277.261	10.277.261	100,0	8.195.442	3.059.021	37,3
Nordeste	11.699.823	8.467.844	72,4	0	0	0,0
(P)	3379	Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí (639 Km de Linha de Transmissão em 284 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	7,7	7,7	100,0	17,0	S.R.	0,0
Nordeste	7,7	7,7	100,0	17,0	S.R.	0,0
Financeiro	24.229.555	10.559.055	43,6	19.600.403	2.585.641	13,2
Investimento das Estatais	24.229.555	10.559.055	43,6	19.600.403	2.585.641	13,2
Nacional	13.670.500	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	10.559.055	10.559.055	100,0	19.600.403	2.585.641	13,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(P)	3382	Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó em Sergipe (159 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e de Subestações de 700 Mva)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	4,4	4,4	100,0	2,0	1,0	50,0
Nordeste	4,4	4,4	100,0	2,0	1,0	49,5
Financeiro	9.242.315	8.739.976	94,6	3.437.244	1.209.816	35,2
Investimento das Estatais	9.242.315	8.739.976	94,6	3.437.244	1.209.816	35,2
Nordeste	9.242.315	8.739.976	94,6	3.437.244	1.209.816	35,2
(P)	3384	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO XINGÓ EM ALAGOAS (2 SUBESTAÇÕES COM 300 MVA)				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	320.882	320.882	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	320.882	320.882	100,0	0	0	0,0
Nordeste	320.882	320.882	100,0	0	0	0,0
(P)	3407	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí				
Produto: REDE AMPLIADA			Unidade de Medida: KM			
Físico	1.801,0	1.801,0	100,0	1.662,0	360,0	21,7
Nordeste	1.801,0	1.801,0	100,0	1.662,0	360,0	21,7
Financeiro	67.030.603	40.489.603	60,4	34.447.308	10.803.392	31,4
Investimento das Estatais	67.030.603	40.489.603	60,4	34.447.308	10.803.392	31,4
Nacional	26.541.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	40.489.603	40.489.603	100,0	34.447.308	10.803.392	31,4
(P)	3409	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Alagoas				
Produto: REDE AMPLIADA			Unidade de Medida: KM			
Físico	1.586,0	1.586,0	100,0	551,0	530,0	96,2
Nordeste	1.586,0	1.586,0	100,0	551,0	530,0	96,2
Financeiro	45.349.779	31.561.779	69,6	11.080.081	10.303.144	93,0
Investimento das Estatais	45.349.779	31.561.779	69,6	11.080.081	10.303.144	93,0
Nordeste	45.349.779	31.561.779	69,6	11.080.081	10.303.144	93,0
(P)	3411	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NO PIAUÍ				
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.166.388	11.166.388	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	11.166.388	11.166.388	100,0	0	0	0,0
Nordeste	11.166.388	11.166.388	100,0	0	0	0,0
(A)	4476	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (10.407 Mw de Capacidade Instalada)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	300,0	300,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nordeste	300,0	300,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	133.020.187	51.881.339	39,0	84.675.153	18.768.408	22,2
Investimento das Estatais	133.020.187	51.881.339	39,0	84.675.153	18.768.408	22,2
Nordeste	133.020.187	51.881.339	39,0	84.675.153	18.768.408	22,2
(P)	5103	Ampliação da Capacidade da Ute Bongi em 113 Mw (substituição de Combustível e Instalação de Novas Unidades Geradoras)				
Produto: USINA AMPLIADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	4,1	4,1	100,0	49,0	2,8	5,7
Nordeste	4,1	4,1	100,0	49,0	2,8	5,7
Financeiro	5.471.754	3.471.754	63,4	134.333.559	1.968.784	1,5
Investimento das Estatais	5.471.754	3.471.754	63,4	134.333.559	1.968.784	1,5
Nacional	3.471.754	3.471.754	100,0	134.333.559	1.968.784	1,5
Nordeste	2.000.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(P) 5105	Ampliação da Capacidade da Ute Camaçari em 157 Mw (substituição de Combustível e Instalação de Novas Unidades Geradoras)					
Produto: USINA AMPLIADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	47,2	47,2	100,0	43,0	31,0	72,1
Nordeste	47,2	47,2	100,0	43,0	31,0	72,1
Financeiro	320.507.609	169.217.977	52,8	188.463.923	126.975.121	67,4
Investimento das Estatais	320.507.609	169.217.977	52,8	188.463.923	126.975.121	67,4
Nacional	169.217.977	169.217.977	100,0	188.463.923	126.975.121	67,4
Nordeste	151.289.632	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5107	Ampliação do Sistema de Transmissão do Nordeste (572 Km de Linha de Transmissão e 17 Subestações Totalizando 2.700 Mva)					
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,2	0,2	100,0	8,0	0,2	2,5
Nordeste	0,2	0,2	100,0	8,0	0,2	1,9
Financeiro	40.649.997	498.575	1,2	30.113.586	498.575	1,7
Investimento das Estatais	40.649.997	498.575	1,2	30.113.586	498.575	1,7
Nacional	498.575	498.575	100,0	30.113.586	498.575	1,7
Nordeste	40.151.422	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5109	Estudo de Viabilidade de Projetos de Pchs e de Aproveitamento de Fontes Energéticas Alternativas (Eólica e Bio-Massa)					
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	161.997	0	0,0
Investimento das Estatais	200.000	0	0,0	161.997	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	161.997	0	0,0
Nordeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5482	Implantação do Sistema de Transmissão Presidente Dutra - Teresina - Fortaleza II (753 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e 3 Subestações com 2.550 Mva)					
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	22,9	22,9	100,0	22,0	19,8	90,0
Nordeste	22,9	22,9	100,0	22,0	19,8	90,0
Financeiro	247.053.281	197.685.790	80,0	119.882.418	89.002.615	74,2
Investimento das Estatais	247.053.281	197.685.790	80,0	119.882.418	89.002.615	74,2
Nordeste	247.053.281	197.685.790	80,0	119.882.418	89.002.615	74,2
(P) 5504	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) DE 460 MW					
Produto: usina implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5837	INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO SISTEMA DE ALIMENTADORES NO ESTADO DO PIAUÍ					
Produto: Indefinido			Unidade de Medida: Indefinido			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5869	PROGRAMA LUZ NO CAMPO					
Produto: Indefinido			Unidade de Medida: Indefinido			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.111.662	11.111.662	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	11.111.662	11.111.662	100,0	0	0	0,0
Nordeste	11.111.662	11.111.662	100,0	0	0	0,0
(P) 7182	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NOS VALES DOS RIOS SALINAS, ITAIM E CORRENTE (PI).					
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

552

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(OA) 9191 Implantação de usina termelétrica TERMOAÇU (RN) com 325 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nordeste	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	166.000.000	0	0,0	166.000.000	0	0,0
Demais Fontes	166.000.000	0	0,0	166.000.000	0	0,0
Nacional	166.000.000	0	0,0	166.000.000	0	0,0
(OA) 9197 Implantação de usina termelétrica TERMOPERNAMBUCO (PE) com 500 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nordeste	70,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	337.000.000	0	0,0	156.000.000	0	0,0
Demais Fontes	337.000.000	0	0,0	156.000.000	0	0,0
Nacional	156.000.000	0	0,0	156.000.000	0	0,0
Nordeste	181.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9198 Implantação de usina termelétrica Fortaleza (CE) com 307 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nordeste	60,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	124.000.000	0	0,0	124.000.000	0	0,0
Demais Fontes	124.000.000	0	0,0	124.000.000	0	0,0
Nacional	124.000.000	0	0,0	124.000.000	0	0,0
(OA) 9199 Implantação de usina termelétrica TERMOALAGOAS com 150 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,1	0,0	0,0	49,9	S.R.	0,0
Nordeste	50,1	0,0	0,0	49,9	S.R.	0,0
Financeiro	155.600.000	0	0,0	77.800.000	0	0,0
Demais Fontes	155.600.000	0	0,0	77.800.000	0	0,0
Nacional	77.800.000	0	0,0	77.800.000	0	0,0
Nordeste	77.800.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9200 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA PARAÍBA COM 150 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	40,0	66,7	40,0	S.R.	0,0
Nordeste	60,0	40,0	66,7	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	123.000.000	54.000.000	43,9	69.000.000	0	0,0
Demais Fontes	123.000.000	54.000.000	43,9	69.000.000	0	0,0
Nacional	123.000.000	54.000.000	43,9	69.000.000	0	0,0
(OA) 9201 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 79 MVA)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.911.000	15.851.000	63,6	0	0	0,0
Demais Fontes	24.911.000	15.851.000	63,6	0	0	0,0
Nacional	15.851.000	15.851.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	9.060.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9208 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SACOS NO RIO FORMOSO (BA) DE 114 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	165.900.000	0	0,0	82.950.000	0	0,0
Demais Fontes	165.900.000	0	0,0	82.950.000	0	0,0
Nacional	82.950.000	0	0,0	82.950.000	0	0,0
Nordeste	82.950.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

553

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(OA) 9209 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO POÇÕES/BRUMADO II (145 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9210 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ITAPEBI NO RIO JEQUITINHONHA DE 450 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	93,0	52,0	55,9	26,0	26,0	100,0
Nordeste	93,0	52,0	55,9	26,0	26,0	100,0
Financeiro	208.800.000	115.200.000	55,2	82.800.000	0	0,0
Demais Fontes	208.800.000	115.200.000	55,2	82.800.000	0	0,0
Nacional	198.000.000	115.200.000	58,2	82.800.000	0	0,0
Nordeste	10.800.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9216 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO SUDESTE/NORDESTE (1.050 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E 5 SUBESTAÇÕES COM 1.800 MVA)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	30,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	588.200.196	0	0,0	305.052.796	0	0,0
Demais Fontes	588.200.196	0	0,0	305.052.796	0	0,0
Nacional	588.200.196	0	0,0	305.052.796	0	0,0
(OA) 9217 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PEDRA DO CAVALO (BA) NO RIO PARAGUAÇU COM 300 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	25,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	60.000.000	0	0,0	30.000.000	0	0,0
Demais Fontes	60.000.000	0	0,0	30.000.000	0	0,0
Nacional	30.000.000	0	0,0	30.000.000	0	0,0
Nordeste	30.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9218 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA FAFEN (BA) DE 45 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	55,0	55,0	55,0	55,0	100,0
Norte	100,0	55,0	55,0	55,0	55,0	100,0
Financeiro	28.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
Demais Fontes	28.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
Nacional	28.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
(OA) 9219 Implantação de usina termelétrica TERMOSERGIPE (SE) de 90 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	63.000.000	0	0,0	63.000.000	0	0,0
Demais Fontes	63.000.000	0	0,0	63.000.000	0	0,0
Nacional	63.000.000	0	0,0	63.000.000	0	0,0
(OA) 9707 Implantação de usina termelétrica TERMOBAHIA (BA) de 450 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9708 Implantação de Usina Termelétrica COTEMINAS (RN) de 90 MW						
Produto: Usina Implantada Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	554	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque						
(OA) 9709 Implantação de Usina Termelétrica TERMOCEARÁ - MPX (CE) de 270 MW						
Produto: Usina Implantada						
Unidade de Medida: Percentual de Execução Física						
Físico	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	75,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	4.062.238.577	1.513.040.471	37,2	2.123.129.723	499.927.226	23,5
Investimento Estatais	2.017.827.381	1.327.989.471	64,9	938.526.927	499.927.226	53,3
Demais Fontes	2.044.411.196	185.051.000	25,4	1.184.602.796	0	0,0
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Valdir Bajay						
(P) 1381 Estudos para Reorganização do Setor Elétrico						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	6.981.000	928.000	13,3	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.981.000	928.000	13,3	500.000	0	0,0
Nacional	6.981.000	928.000	13,3	500.000	0	0,0
(P) 1455 Construção de Escada de Incêndio do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia						
Produto: ESCADA DE INCENDIO CONSTRUIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	780.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	780.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	780.000	0	0,0
(A) 4587 MANUTENÇÃO DA REDE DE CENTROS DE EXCELÊNCIA EM REGULAÇÃO DE MERCADOS DE ENERGIA						
Produto: centro mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5047 Planejamento dos Setores Petróleo e Gás Natural						
Produto: PLANO ELABORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	700.000	0	0,0	989.022	0	0,0
Fiscal Seguridade	700.000	0	0,0	989.022	0	0,0
Nacional	700.000	0	0,0	989.022	0	0,0
(P) 5813 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE CENTROS DE EXCELÊNCIA EM REGULAÇÃO DE MERCADOS DE ENERGIA						
Produto: centro implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7115 Estudos para Formulação da Política Energética Nacional						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	26,0	26,0	100,0	7,0	12,0	171,4
Nacional	26,0	26,0	100,0	7,0	12,0	171,4
Financeiro	2.282.043	1.242.043	54,4	1.678.085	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.282.043	1.242.043	54,4	1.678.085	0	0,0
Nacional	2.282.043	1.242.043	54,4	1.678.085	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Valdir Bajay						
(P) 7117	Elaboração da Matriz Energética Nacional					
	Produto: MATRIZ ENERGETICA ELABORADA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	775.000	600.000	77,4	250.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	775.000	600.000	77,4	250.000	0	0,0
Nacional	775.000	600.000	77,4	250.000	0	0,0
(P) 7119	Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Energéticas					
	Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	68,0	68,0	100,0	33,0	33,0	100,0
Nacional	68,0	68,0	100,0	33,0	33,0	100,0
Financeiro	818.000	440.000	53,8	540.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	818.000	440.000	53,8	540.000	0	0,0
Nacional	818.000	440.000	53,8	540.000	0	0,0
(P) 7185	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVO ESTATÍSTICO DO SETOR METALÚRGICO					
	Produto: exemplar distribuído					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7188	ESTUDOS E PESQUISAS DE APOIO À POLÍTICA MINERAL					
	Produto: estudo/pesquisa realizada					
	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7631	Edição do Balanço Energético Nacional					
	Produto: BALANCO ANUAL EDITADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	125.872	25.872	20,6	40.000	25.872	64,7
Fiscal Seguridade	125.872	25.872	20,6	40.000	25.872	64,7
Nacional	125.872	25.872	20,6	40.000	25.872	64,7
(P) 7639	Planejamento da Expansão do Setor Elétrico					
	Produto: PLANO ELABORADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	17.679.694	13.199.694	74,7	7.261.415	798.638	11,0
Fiscal Seguridade	17.679.694	13.199.694	74,7	7.261.415	798.638	11,0
Nacional	17.679.694	13.199.694	74,7	7.261.415	798.638	11,0
Financ. Total Programa	29.361.609	16.435.609	56,0	12.038.522	824.510	6,8
Fiscal Seguridade	29.361.609	16.435.609	96,0	12.038.522	824.510	6,8
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Aparício Rodrigues						
(P) 1017	IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO DE ÁCIDO ACRÍLICO DE 160. 000 T/ANO NA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP)					
	Produto: Unidade implantada					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Aparício Rodrigues						
(P) 3304	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS					
Produto: Unidade ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	47,1	47,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	47,1	47,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	65.833.595	65.833.595	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	65.833.595	65.833.595	100,0	0	0	0,0
Nordeste	65.833.595	65.833.595	100,0	0	0	0,0
(P) 3326	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE SEPARADORA DE PROPENO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) COM CAPACIDADE PARA 93. 000 T/ANO					
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.398.533	6.533	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	6.533	6.533	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.533	6.533	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	19.392.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	19.392.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3329	IMPLANTAÇÃO DE PÓLO GÁS-QUÍMICO NO RIO DE JANEIRO COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 500. 000 T/ANO DE ETENO					
Produto: Pólo gás-químico implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	76,9	76,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	76,9	76,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	630.890.001	4.002.031	0,6	0	0	0,0
Investimento das Estatais	4.002.031	4.002.031	100,0	0	0	0,0
Sudeste	4.002.031	4.002.031	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	626.887.970	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	626.887.970	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3330	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE SEPARADORA DE PROPENO NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE PARA 145.000 T/ANO					
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	233.009	233.009	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	233.009	233.009	100,0	0	0	0,0
Sudeste	233.009	233.009	100,0	0	0	0,0
(P) 3331	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE SEPARADORA DE PROPENO NA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP) COM CAPACIDADE PARA 145.000 T/ANO					
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3333	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE SEPARADORA DE PROPENO NA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (PR) COM CAPACIDADE PARA 125.000 T/ANO					
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5603	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE SEPARADORA DE PROPINT NA REFINARIA DE PAULINIA (SP) COM CAPACIDADE PARA 200.000 T/ANO					
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.155.400	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	11.155.400	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	11.155.400	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	727.510.538	70.075.168	9,6	0	0	0,0
Investimento Estatais	70.075.168	70.075.168	64,9	0	0	0,0
Demais Fontes	657.435.370	0	25,4	0	0	0,0

0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

557

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P)	3235	Ampliação da Capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - 2ª Etapa de 4.245 Mw para 8.370 Mw				
	Produto: USINA AMPLIADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	22,9	22,9	100,0	24,0	17,9	74,6
Norte	22,9	22,9	100,0	24,0	17,9	74,7
Financeiro	2.023.869.183	1.575.869.183	77,9	716.824.000	715.733.908	99,8
Investimento das Estatais	2.023.869.183	1.575.869.183	77,9	716.824.000	715.733.908	99,8
Norte	2.023.869.183	1.575.869.183	77,9	716.824.000	715.733.908	99,8
(P)	3247	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORTE-SUL II- TRECHO IMPERATRIZ (MA) - MIRACEMA (TO) (517 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3397	IMPLANTAÇÃO DA UHE SERRA DA MESA (GO) DE 1. 275 MW				
	Produto: Usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,8	1,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,8	1,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.791.615	9.791.615	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	9.791.615	9.791.615	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	9.791.615	9.791.615	100,0	0	0	0,0
(P)	3400	IMPLANTAÇÃO DE UHE DE CORUMBÁ I (GO) DE 375 MW				
	Produto: Usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	44,7	44,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	44,7	44,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.668.981	7.668.981	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	7.668.981	7.668.981	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.668.981	7.668.981	100,0	0	0	0,0
(P)	3402	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA DE CANA BRAVA (GO) DE 450 MW				
	Produto: usina implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3417	Implantação de Sistema de Transmissão na Área de Goiás/Distrito Federal (8 Subestações com 9.699 Mva)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	34,0	34,0	100,0	21,0	13,0	61,9
Nacional	14,5	14,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	19,5	19,5	100,0	21,0	13,0	61,9
Financeiro	100.991.123	100.991.123	100,0	32.615.353	18.082.901	55,4
Investimento das Estatais	100.991.123	100.991.123	100,0	32.615.353	18.082.901	55,4
Nacional	32.033.984	32.033.984	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	68.957.139	68.957.139	100,0	32.615.353	18.082.901	55,4
(P)	3423	Ampliação de Três (3) Subestações no Sistema de Transmissão Norte - Sul II				
	Produto: SISTEMA AMPLIADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	34,9	34,9	100,0	8,0	20,1	251,3
Nacional	34,9	34,9	100,0	8,0	20,1	251,5
Financeiro	134.356.469	62.011.914	46,2	14.655.888	5.727.284	39,1
Investimento das Estatais	62.011.914	62.011.914	100,0	14.655.888	5.727.284	39,1
Nacional	62.011.914	62.011.914	100,0	14.655.888	5.727.284	39,1
Demais Fontes	72.344.555	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	72.344.555	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(P) 5171 Implantação da Uhe São Salvador de 240 Mw						
Produto: USINA IMPLANTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,1	0,1	100,0	1,0	0,1	10,0
Norte	0,1	0,1	100,0	1,0	0,1	5,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P) 5363 Ampliação da capacidade da SE Samambaia - (DF) (3 bancos de capacitores série, 500 kV - 774 MVar)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	92,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	92,0	S.R.	0,0
Financeiro	76.600.760	76.600.760	100,0	83.150.335	76.600.760	92,1
Investimento das Estatais	76.600.760	76.600.760	100,0	83.150.335	76.600.760	92,1
Nacional	76.600.760	76.600.760	100,0	83.150.335	76.600.760	92,1
(P) 5365 Ampliação da Capacidade da SE Bandeirante - (GO) (Acréscimo de 1 Banco de Autotransformadores de 345/230 kV - 225 MVA)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	93,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	93,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.205.180	17.205.180	100,0	22.198.297	17.205.180	77,5
Investimento das Estatais	17.205.180	17.205.180	100,0	22.198.297	17.205.180	77,5
Nacional	17.205.180	17.205.180	100,0	22.198.297	17.205.180	77,5
(P) 5468 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORTE-SUL I (IMPERATRIZ - MIRACEMA)(517 KM DE LT EM 500KV E SUBESTAÇÕES)						
Produto: Sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	1,3	1,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,3	1,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.003.805	13.003.805	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	13.003.805	13.003.805	100,0	0	0	0,0
Norte	13.003.805	13.003.805	100,0	0	0	0,0
(P) 5891 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA ESPORA NO RIO CORRENTE (GO)						
Produto: Usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5893 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA MOSQUITÃO NO RIO CAIAPÓ EM IPORÁ (GO)						
Produto: Usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5895 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA OLHO D'ÁGUA NO RIO CORRENTE (GO)						
Produto: Usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5897 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDROELÉTRICA TUCANO NO RIO VERDE (GO)						
Produto: Usina implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 7455 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA GOIÁS - DISTRITO FEDERAL (550 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 138 KV E SUBESTAÇÃO DE 725 MVA)						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

559

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(OA) 9304 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO (MA) DE 1.200 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	46.480.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	46.480.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	1.000.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nordeste	45.480.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9305 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA TUPIRATINS (TO) DE 1.000 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.750.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	72.750.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	72.750.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9306 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO SERRA A MESA (GO) - BOM JESUS DA LAPA (BA) - GOVERNADOR MANGABEIRA (BA) (1.050 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 500 KV)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	97,0	29,4	30,3	30,0	27,0	90,0
Nacional	97,0	29,4	30,3	30,0	27,0	90,0
Financeiro	170.030.000	0	0,0	72.870.000	0	0,0
Demais Fontes	170.030.000	0	0,0	72.870.000	0	0,0
Nacional	170.030.000	0	0,0	72.870.000	0	0,0
(OA) 9307 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO MARANHÃO (950 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 69 KV)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	56,0	9,0	16,1	5,0	S.R.	0,0
Nordeste	56,0	9,0	16,1	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	15.960.000	0	0,0	3.800.000	0	0,0
Demais Fontes	15.960.000	0	0,0	3.800.000	0	0,0
Nacional	3.800.000	0	0,0	3.800.000	0	0,0
Nordeste	12.160.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9308 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PEIXE (TO) DE 1.106 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	96.200.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Demais Fontes	96.200.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Nacional	500.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Norte	95.700.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9309 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA COUTO DE MAGALHÃES (MT/GO) DE 220 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	55,0	25,0	45,5	35,0	10,0	28,6
Centro-oeste	55,0	25,0	45,5	35,0	10,0	28,6
Financeiro	136.500.000	0	0,0	73.500.000	0	0,0
Demais Fontes	136.500.000	0	0,0	73.500.000	0	0,0
Nacional	73.500.000	0	0,0	73.500.000	0	0,0
Centro-oeste	63.000.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes						
(OA) 9312 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS (GO) DE 210 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	23,0	3,0	13,0	5,0	3,0	60,0
Centro-oeste	23,0	3,0	13,0	5,0	3,0	60,0
Financeiro	82.250.000	0	0,0	16.450.000	0	0,0
Demais Fontes	82.250.000	0	0,0	16.450.000	0	0,0
Nacional	16.450.000	0	0,0	16.450.000	0	0,0
Centro-oeste	65.800.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9313 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA QUEIMADOS (MG/GO) DE 105 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	86,8	25,8	29,7	30,0	21,8	72,7
Nacional	86,8	25,8	29,7	30,0	21,8	72,5
Financeiro	133.125.000	0	0,0	72.750.000	0	0,0
Demais Fontes	133.125.000	0	0,0	72.750.000	0	0,0
Nacional	133.125.000	0	0,0	72.750.000	0	0,0
(OA) 9314 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO TOCANTINS (320 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO 138 KV)						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	60,0	92,3	50,0	20,0	40,0
Norte	65,0	60,0	92,3	50,0	20,0	40,0
Financeiro	25.736.000	0	0,0	25.736.000	0	0,0
Demais Fontes	25.736.000	0	0,0	25.736.000	0	0,0
Nacional	25.736.000	0	0,0	25.736.000	0	0,0
(OA) 9316 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SERRA QUEBRADA (TO) DE 1.323 MW						
Produto: sistema implantado Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	28,0	8,0	28,6	15,0	2,0	13,3
Norte	28,0	8,0	28,6	15,0	2,0	13,3
Financeiro	630.000.000	0	0,0	270.000.000	0	0,0
Demais Fontes	630.000.000	0	0,0	270.000.000	0	0,0
Nacional	270.000.000	0	0,0	270.000.000	0	0,0
Norte	360.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9317 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA LAJEADO NO RIO TOCANTINS (TO) DE 850 MW						
Produto: usina implantada Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	95,0	48,0	50,5	30,0	30,0	100,0
Norte	95,0	48,0	50,5	30,0	30,0	100,0
Financeiro	1.507.188.000	0	0,0	695.625.000	0	0,0
Demais Fontes	1.507.188.000	0	0,0	695.625.000	0	0,0
Nacional	695.625.000	0	0,0	695.625.000	0	0,0
Norte	811.563.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.299.706.116	1.863.142.561	35,2	2.102.674.873	833.350.033	39,6
Investimento Estatais	2.311.142.561	1.863.142.561	64,9	870.443.873	833.350.033	95,7
Demais Fontes	2.988.563.555	0	25,4	1.232.231.000	0	0,0
7006 LUZ NO CAMPO						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier						
(P) 1169 Ampliação de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica no Amazonas						
Produto: REDE AMPLIADA Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Norte	0	0	0,0	100.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

561

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
7006 LUZ NO CAMPO						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier						
(P)	1329	Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Alagoas				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	120,0	120,0	100,0	1.970,0	S.R.	0,0
Nordeste	120,0	120,0	100,0	1.970,0	S.R.	0,0
Financeiro	18.266.082	7.966.082	43,6	13.561.125	7.136.542	52,6
Investimento das Estatais	18.266.082	7.966.082	43,6	13.561.125	7.136.542	52,6
Nordeste	18.266.082	7.966.082	43,6	13.561.125	7.136.542	52,6
(P)	3369	Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Acre				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	527,0	527,0	100,0	647,0	S.R.	0,0
Norte	527,0	527,0	100,0	647,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.201.745	7.190.330	58,9	6.628.136	1.788.254	27,0
Investimento das Estatais	12.201.745	7.190.330	58,9	6.628.136	1.788.254	27,0
Norte	12.201.745	7.190.330	58,9	6.628.136	1.788.254	27,0
(P)	3401	Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	210.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	210.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	210.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3405	Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	10,0	10,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.566.419	10.566.419	37,0	10.000.000	7.283.794	72,8
Investimento das Estatais	28.566.419	10.566.419	37,0	10.000.000	7.283.794	72,8
Norte	28.566.419	10.566.419	37,0	10.000.000	7.283.794	72,8
(P)	3411	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO RURAL NO PIAUÍ				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.898.086	8.898.086	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	8.898.086	8.898.086	100,0	0	0	0,0
Nordeste	8.898.086	8.898.086	100,0	0	0	0,0
(P)	3413	Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus				
	Produto: REDE AMPLIADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Norte	4,0	4,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	370.084	170.084	46,0	76.750	0	0,0
Investimento das Estatais	370.084	170.084	46,0	76.750	0	0,0
Norte	370.084	170.084	46,0	76.750	0	0,0
(P)	5901	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESPÍRITO SANTO (6.652 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5903	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARÁ (8.460 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
7006 LUZ NO CAMPO						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier						
(P) 5905	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CENTRO OESTE(1.250 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5907	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO NORDESTE (1.875 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5909	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO NORTE (1.250 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5911	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO SUDESTE (1.500 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5913	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO SUL (1.500 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5915	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL (3.125 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9492	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA BAHIA (16.855 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	79.936,0	79.936,0	100,0	3.560,0	S.R.	0,0
Nordeste	79.936,0	79.936,0	100,0	3.560,0	S.R.	0,0
Financeiro	130.629.044	104.191.544	79,8	26.437.500	0	0,0
Demais Fontes	130.629.044	104.191.544	79,8	26.437.500	0	0,0
Nacional	130.629.044	104.191.544	79,8	26.437.500	0	0,0
(OA) 9493	Implantação de rede rural de distribuição de energia elétrica no Ceará (6.733 km)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	3.960,0	3.755,0	94,8	2.773,0	S.R.	0,0
Nordeste	3.960,0	3.755,0	94,8	2.773,0	S.R.	0,0
Financeiro	66.549.244	31.549.244	47,4	35.000.000	0	0,0
Demais Fontes	66.549.244	31.549.244	47,4	35.000.000	0	0,0
Nacional	66.549.244	31.549.244	47,4	35.000.000	0	0,0
(OA) 9494	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO DISTRITO FEDERAL (575 KM)					
	Produto: rede implantada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	351,0	0,0	0,0	224,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	351,0	0,0	0,0	224,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.459.480	0	0,0	3.459.480	0	0,0
Demais Fontes	3.459.480	0	0,0	3.459.480	0	0,0
Nacional	3.459.480	0	0,0	3.459.480	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
7006 LUZ NO CAMPO						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier						
(OA)	9495	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM GOIÁS (14.223 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	14.223,0	2.359,7	16,6	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	14.223,0	2.359,7	16,6	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.203.455	15.203.455	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	15.203.455	15.203.455	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.203.455	15.203.455	100,0	0	0	0,0
(OA)	9496	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MINAS GERAIS (25.501 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	20.763,0	0,0	0,0	4.738,0	S.R.	0,0
Sudeste	20.763,0	0,0	0,0	4.738,0	S.R.	0,0
Financeiro	43.232.840	0	0,0	43.232.840	0	0,0
Demais Fontes	43.232.840	0	0,0	43.232.840	0	0,0
Nacional	43.232.840	0	0,0	43.232.840	0	0,0
(OA)	9497	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO DO SUL (3.081 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	2.311,0	534,5	23,1	770,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2.311,0	534,5	23,1	770,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.051.617	6.790.877	52,0	6.260.740	0	0,0
Demais Fontes	13.051.617	6.790.877	52,0	6.260.740	0	0,0
Nacional	13.051.617	6.790.877	52,0	6.260.740	0	0,0
(OA)	9498	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (23.716 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	17.583,0	633,1	3,6	6.133,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	17.583,0	633,1	3,6	6.133,0	S.R.	0,0
Financeiro	55.254.391	4.340.391	7,9	50.914.000	0	0,0
Demais Fontes	55.254.391	4.340.391	7,9	50.914.000	0	0,0
Nacional	55.254.391	4.340.391	7,9	50.914.000	0	0,0
(OA)	9499	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ (7.741 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	11.475,1	11.475,1	100,0	3.065,0	S.R.	0,0
Sul	11.475,1	11.475,1	100,0	3.065,0	S.R.	0,0
Financeiro	48.301.434	1.431.464	3,0	46.869.970	0	0,0
Demais Fontes	48.301.434	1.431.464	3,0	46.869.970	0	0,0
Nacional	48.301.434	1.431.464	3,0	46.869.970	0	0,0
(OA)	9500	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PARAÍBA (2.548 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	2.548,0	83,4	3,3	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2.548,0	83,4	3,3	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9501	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO RIO DE JANEIRO (5.570 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	3.897,0	885,4	22,7	1.673,0	S.R.	0,0
Sudeste	3.897,0	885,4	22,7	1.673,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.214.222	15.130.322	40,7	22.083.900	0	0,0
Demais Fontes	37.214.222	15.130.322	40,7	22.083.900	0	0,0
Nacional	37.214.222	15.130.322	40,7	22.083.900	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
7006 LUZ NO CAMPO						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier						
(OA)	9502	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RORAIMA (3.230 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	2.160,0	42,1	1,9	0,0	0,0	0,0
Norte	2.160,0	42,1	1,9	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.397.995	2.397.995	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.397.995	2.397.995	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.397.995	2.397.995	100,0	0	0	0,0
(OA)	9503	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO RIO GRANDE DO SUL (17.415 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	15.657,5	15.657,5	100,0	1.808,0	S.R.	0,0
Sul	15.657,5	15.657,5	100,0	1.808,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.896.613	157.373	2,0	7.739.240	0	0,0
Demais Fontes	7.896.613	157.373	2,0	7.739.240	0	0,0
Nacional	7.896.613	157.373	2,0	7.739.240	0	0,0
(OA)	9504	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA (3.840 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	2.560,0	1.897,0	74,1	1.280,0	S.R.	0,0
Sul	2.560,0	1.897,0	74,1	1.280,0	S.R.	0,0
Financeiro	30.826.973	18.026.973	58,5	12.800.000	0	0,0
Demais Fontes	30.826.973	18.026.973	58,5	12.800.000	0	0,0
Nacional	30.826.973	18.026.973	58,5	12.800.000	0	0,0
(OA)	9505	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SERGIPE (5.952 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	3.921,0	126,0	3,2	2.031,0	S.R.	0,0
Nordeste	3.921,0	126,0	3,2	2.031,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.461.014	3.733.774	22,7	12.727.240	0	0,0
Demais Fontes	16.461.014	3.733.774	22,7	12.727.240	0	0,0
Nacional	16.461.014	3.733.774	22,7	12.727.240	0	0,0
(OA)	9506	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SÃO PAULO (5.317 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	4.945,0	1.514,2	30,6	372,0	S.R.	0,0
Sudeste	4.945,0	1.514,2	30,6	372,0	S.R.	0,0
Financeiro	19.638.210	3.480.700	17,7	16.157.510	0	0,0
Demais Fontes	19.638.210	3.480.700	17,7	16.157.510	0	0,0
Nacional	19.638.210	3.480.700	17,7	16.157.510	0	0,0
(OA)	9507	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO TOCANTINS (36.667 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	24.445,0	15.344,1	62,8	12.222,0	S.R.	0,0
Norte	24.445,0	15.344,1	62,8	12.222,0	S.R.	0,0
Financeiro	84.049.113	25.420.293	30,2	58.628.820	0	0,0
Demais Fontes	84.049.113	25.420.293	30,2	58.628.820	0	0,0
Nacional	84.049.113	25.420.293	30,2	58.628.820	0	0,0
(OA)	9508	IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO (22.684 KM)				
	Produto: rede implantada		Unidade de Medida: km			
Físico	22.684,0	357,7	1,6	0,0	0,0	0,0
Nordeste	22.684,0	357,7	1,6	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.650.496	49.650.496	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	49.650.496	49.650.496	100,0	0	0	0,0
Nacional	49.650.496	49.650.496	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	692.328.556	316.295.901	45,7	372.677.251	16.208.590	4,3
Investimento Estatais	68.512.416	34.791.001	64,9	30.366.011	16.208.590	53,4
Demais Fontes	623.816.140	281.504.900	25,4	342.311.240	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

565

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz Marcusso						
(P) 1119	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Roncador (RJ) (Produção de 80 mil bpd em 2003)					
Produto: SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	23,0	23,0	100,0	5,0	5,5	110,0
Sudeste	23,0	23,0	100,0	5,0	5,5	109,0
Financeiro	1.982.784.211	1.542.358.820	77,8	627.480.000	653.317.417	104,1
Investimento das Estatais	1.982.784.211	1.542.358.820	77,8	627.480.000	653.317.417	104,1
Sudeste	1.982.784.211	1.542.358.820	77,8	627.480.000	653.317.417	104,1
(P) 1924	CONVERSÃO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUÇÃO					
Produto: EQUIPAMENTO CONVERTIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	10,2	10,2	100,0	2,0	2,2	110,0
Nacional	10,2	10,2	100,0	2,0	2,2	107,5
Financeiro	1.407.413.617	633.840.039	45,0	327.000.000	307.856.136	94,1
Investimento das Estatais	1.407.413.617	633.840.039	45,0	327.000.000	307.856.136	94,1
Nacional	1.407.413.617	633.840.039	45,0	327.000.000	307.856.136	94,1
(A) 2100	Manutenção de Plataformas de Produção de Petróleo e Gás Natural					
Produto: PLATAFORMA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	198,0	198,0	100,0	200,0	198,0	99,0
Nacional	198,0	198,0	100,0	200,0	198,0	99,0
Financeiro	13.368.209	13.368.209	100,0	7.180.000	13.368.209	186,2
Investimento das Estatais	13.368.209	13.368.209	100,0	7.180.000	13.368.209	186,2
Nacional	13.368.209	13.368.209	100,0	7.180.000	13.368.209	186,2
(P) 2751	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte (Capacidade Instalada de 60 mil Bpd)					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	102.156.176	36.116.176	35,4	0	0	0,0
Investimento das Estatais	36.116.176	36.116.176	100,0	0	0	0,0
Norte	36.116.176	36.116.176	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	66.040.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	66.040.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2751	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte (Capacidade Instalada de 60 mil Bpd)					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	64,4	64,4	100,0	100,0	64,4	64,4
Norte	64,4	64,4	100,0	100,0	64,4	64,4
Financeiro	311.033.333	16.888.933	5,4	26.240.000	16.888.933	64,4
Investimento das Estatais	311.033.333	16.888.933	5,4	26.240.000	16.888.933	64,4
Nacional	16.888.933	16.888.933	100,0	26.240.000	16.888.933	64,4
Norte	294.144.400	0	0,0	0	0	0,0
(P) 2753	Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sul (Capacidade Instalada de 6 mil Bpd)					
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	6,5	6,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	6,5	6,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	55.672.995	55.672.995	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	55.672.995	55.672.995	100,0	0	0	0,0
Sul	55.672.995	55.672.995	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz Marcusso						
(A) 2753 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sul (Capacidade Instalada de 6 mil Bpd)						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	102,3	102,3	100,0	100,0	102,3	102,3
Sul	102,3	102,3	100,0	100,0	102,3	102,3
Financeiro	81.437.358	63.826.858	78,4	62.340.000	63.826.858	102,4
Investimento das Estatais	81.437.358	63.826.858	78,4	62.340.000	63.826.858	102,4
Nacional	63.826.858	63.826.858	100,0	62.340.000	63.826.858	102,4
Sul	17.610.500	0	0,0	0	0	0,0
(P) 2759 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD)						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	18,1	18,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	18,1	18,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.856.896.174	1.516.846.174	81,7	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.516.846.174	1.516.846.174	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.516.846.174	1.516.846.174	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	340.050.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	340.050.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2759 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD)						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	90,6	90,6	100,0	100,0	90,6	90,6
Sudeste	90,6	90,6	100,0	100,0	90,6	90,6
Financeiro	2.809.241.134	1.282.525.134	45,7	1.416.910.000	1.282.525.134	90,5
Investimento das Estatais	2.809.241.134	1.282.525.134	45,7	1.416.910.000	1.282.525.134	90,5
Nacional	1.282.525.134	1.282.525.134	100,0	1.416.910.000	1.282.525.134	90,5
Sudeste	1.526.716.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 2761 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste (Capacidade Instalada de 270 MIL BPD)						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.238.531.663	1.089.271.663	87,9	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.089.271.663	1.089.271.663	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.089.271.663	1.089.271.663	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	149.260.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	149.260.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2761 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste (Capacidade Instalada de 270 MIL BPD)						
Produto: SISTEMA MANTIDO	Unidade de Medida: %					
Físico	99,9	99,9	100,0	100,0	99,9	99,9
Nordeste	99,9	99,9	100,0	100,0	99,9	99,9
Financeiro	1.805.790.568	796.283.568	44,1	797.110.000	796.283.568	99,9
Investimento das Estatais	1.805.790.568	796.283.568	44,1	797.110.000	796.283.568	99,9
Nacional	796.283.568	796.283.568	100,0	797.110.000	796.283.568	99,9
Nordeste	1.009.507.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2851 Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural						
Produto: BEM ADQUIRIDO	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	82,7	82,7	100,0	100,0	82,7	82,7
Nacional	82,7	82,7	100,0	100,0	82,7	82,7
Financeiro	1.377.227.555	516.159.155	37,5	624.050.000	516.159.155	82,7
Investimento das Estatais	1.377.227.555	516.159.155	37,5	624.050.000	516.159.155	82,7
Nacional	1.377.227.555	516.159.155	37,5	624.050.000	516.159.155	82,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

567

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz Marcusso						
(P)	3095	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ) (Produção de 70 mil bpd em 2003)				
Produto: SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	48,4	48,4	100,0	39,0	48,4	124,1
Sudeste	48,4	48,4	100,0	39,0	48,4	124,1
Financeiro	74.277.079	25.414.519	34,2	20.960.000	25.414.519	121,3
Investimento das Estatais	74.277.079	25.414.519	34,2	20.960.000	25.414.519	121,3
Nacional	25.414.519	25.414.519	100,0	20.960.000	25.414.519	121,3
Sudeste	48.862.560	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3312	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim (RJ) (Produção de 570 mil bpd em 2003)				
Produto: SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	24,7	24,7	100,0	4,0	3,9	97,5
Sudeste	24,7	24,7	100,0	4,0	3,9	96,3
Financeiro	221.173.021	142.994.763	64,7	23.910.000	26.291.563	110,0
Investimento das Estatais	221.173.021	142.994.763	64,7	23.910.000	26.291.563	110,0
Sudeste	221.173.021	142.994.763	64,7	23.910.000	26.291.563	110,0
(P)	3315	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NOS CAMPOS PETROLÍFEROS DO RIO URUCU/ LESTE DO RIO URUCU (AM)				
Produto: sistema de produção implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	42.312.238	42.312.238	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	42.312.238	42.312.238	100,0	0	0	0,0
Norte	42.312.238	42.312.238	100,0	0	0	0,0
(P)	3317	Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim Sul (RJ) (Produção de 180 mil bpd em 2003)				
Produto: SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	42,4	42,4	100,0	8,0	3,4	42,5
Sudeste	42,4	42,4	100,0	8,0	3,4	42,0
Financeiro	2.210.633.665	1.662.616.995	75,2	496.110.000	539.974.651	108,8
Investimento das Estatais	2.204.313.665	1.662.616.995	75,4	496.110.000	539.974.651	108,8
Sudeste	2.204.313.665	1.662.616.995	75,4	496.110.000	539.974.651	108,8
Demais Fontes	6.320.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	6.320.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4109	Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	304,8	304,8	100,0	100,0	104,8	104,8
Nacional	304,8	304,8	100,0	100,0	104,8	104,8
Financeiro	613.646.591	300.507.091	49,0	169.120.000	177.223.872	104,8
Investimento das Estatais	613.646.591	300.507.091	49,0	169.120.000	177.223.872	104,8
Nacional	613.646.591	300.507.091	49,0	169.120.000	177.223.872	104,8
(A)	4237	Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	299,2	299,2	100,0	100,0	99,2	99,2
Nacional	299,2	299,2	100,0	100,0	99,2	99,2
Financeiro	1.745.612.440	1.205.726.440	69,1	534.770.000	530.495.767	99,2
Investimento das Estatais	1.745.612.440	1.205.726.440	69,1	534.770.000	530.495.767	99,2
Nacional	1.745.612.440	1.205.726.440	69,1	534.770.000	530.495.767	99,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: José Luiz Marcusso						
(A) 4393	Exploração de Petróleo e Gás Natural					
Produto: POCO EXPLORATORIO PERFURADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	224,0	224,0	100,0	70,0	79,0	112,9
Nacional	224,0	224,0	100,0	70,0	79,0	112,9
Financeiro	5.880.214.434	4.459.765.589	75,8	2.102.700.000	2.160.965.552	102,8
Investimento das Estatais	5.740.774.434	4.459.765.589	77,7	2.102.700.000	2.160.965.552	102,8
Nacional	5.740.774.434	4.459.765.589	77,7	2.102.700.000	2.160.965.552	102,8
Demais Fontes	139.440.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	139.440.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9155	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL					
Produto: petróleo e gás natural produzidos			Unidade de Medida: barril de óleo equivalente/dia			
Físico	7.070.885,3	3.319.834,3	47,0	1.872.623,0	1.751.927,3	93,6
Nacional	7.070.885,3	3.319.834,3	47,0	1.872.623,0	1.751.927,3	93,6
Financeiro	28.645.301.248	11.790.301.248	41,2	7.932.000.000	0	0,0
Demais Fontes	28.645.301.248	11.790.301.248	41,2	7.932.000.000	0	0,0
Nacional	28.645.301.248	11.790.301.248	41,2	7.932.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	52.474.723.709	27.192.796.607	51,8	15.167.880.000	7.110.591.334	46,9
Investimento Estatais	23.128.312.461	15.402.495.359	64,9	7.235.880.000	7.110.591.334	98,3
Demais Fontes	29.346.411.248	11.790.301.248	25,4	7.932.000.000	0	0,0
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA						
Gerente em 31/12/2002: Manoel Fernandes Martins Nogueira						
(P) 1039	Desenvolvimento de Tecnologia para Ônibus com Células a Hidrogênio Combustível					
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	5,0	5,0	100,0	40,0	5,0	12,5
Nacional	5,0	5,0	100,0	40,0	5,0	12,5
Financeiro	430.781	350.781	81,4	17.471.118	0	0,0
Fiscal Seguridade	430.781	350.781	81,4	17.471.118	0	0,0
Nacional	430.781	350.781	81,4	17.471.118	0	0,0
(P) 1041	Desenvolvimento de Células a Etanol Combustível para Geração de Energia Elétrica					
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	10,0	10,0	100,0	40,0	10,0	25,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	40,0	10,0	25,0
Financeiro	444.381	364.381	82,0	267.811	13.600	5,1
Fiscal Seguridade	444.381	364.381	82,0	267.811	13.600	5,1
Nacional	444.381	364.381	82,0	267.811	13.600	5,1
(A) 2299	Fomento a Projetos Aplicativos de Tecnologias de Energia Renovável					
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Financeiro	2.877.750	1.677.750	58,3	8.756.753	994.821	11,4
Fiscal Seguridade	2.877.750	1.677.750	58,3	8.756.753	994.821	11,4
Nacional	2.877.750	1.677.750	58,3	8.756.753	994.821	11,4
(A) 2745	Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos					
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	21.241.651	6.241.651	29,4	10.000.000	6.241.651	62,4
Investimento das Estatais	21.241.651	6.241.651	29,4	10.000.000	6.241.651	62,4
Nacional	21.241.651	6.241.651	29,4	10.000.000	6.241.651	62,4

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

569

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA						
Gerente em 31/12/2002: Manoel Fernandes Martins Nogueira						
(A) 2765 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.026.398	5.026.398	38,6	3.903.000	3.212.200	82,3
Investimento das Estatais	13.026.398	5.026.398	38,6	3.903.000	3.212.200	82,3
Nacional	13.026.398	5.026.398	38,6	3.903.000	3.212.200	82,3
(P) 3425 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PILOTO INTEGRADO DE ENERGIA TERMELÉTRICA (USINA PILOTO 32 MW - LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) (WBP - SIGAME)						
Produto: Sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3426 IMPLANTAÇÃO DE FLORESTAS ENERGÉTICAS PRÓPRIAS DE 4. 053 HA PARA PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE BIOMASSA FLORESTAL - WBP SIGAME						
Produto: Floresta implantada						
Unidade de Medida: %						
Físico	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.242.656	3.242.656	100,0	3.000.000	2.576.136	85,9
Investimento das Estatais	3.242.656	3.242.656	100,0	3.000.000	2.576.136	85,9
Nacional	3.242.656	3.242.656	100,0	3.000.000	2.576.136	85,9
(A) 4191 Fomento ao Desenvolvimento de Fontes Novas e Renováveis de Energia (Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	672.105	672.105	100,0	2.885.800	450.000	15,6
Fiscal Seguridade	672.105	672.105	100,0	2.885.800	450.000	15,6
Nacional	672.105	672.105	100,0	2.885.800	450.000	15,6
(P) 7307 ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.406.927	4.526.927	61,1	2.017.167	151.218	7,5
Fiscal Seguridade	5.246.927	4.526.927	86,3	2.017.167	151.218	7,5
Nacional	5.246.927	4.526.927	86,3	2.017.167	151.218	7,5
Demais Fontes	2.160.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.160.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	49.342.649	22.102.649	44,8	48.301.649	13.639.626	28,2
Fiscal Seguridade	9.671.944	7.591.944	96,0	31.398.649	1.609.639	5,1
Investimento Estatais	37.510.705	14.510.705	64,9	16.903.000	12.029.987	71,2
Demais Fontes	2.160.000	0	25,4	0	0	0,0

0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO

Gerente em 31/12/2002: Elias Menezes Oliveira

(A) 2005 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte

Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	31,0	31,0	100,0	11,0	24,0	218,2
Nacional	31,0	31,0	100,0	11,0	24,0	218,2
Financeiro	14.318.494	9.478.461	66,2	5.498.000	5.333.965	97,0
Investimento das Estatais	14.318.494	9.478.461	66,2	5.498.000	5.333.965	97,0
Nacional	14.318.494	9.478.461	66,2	5.498.000	5.333.965	97,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Elias Menezes Oliveira						
(A) 2763 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7,0	7,0	100,0	55,0	7,0	12,7
Nacional	7,0	7,0	100,0	55,0	7,0	12,7
Financeiro	44.982.082	14.722.072	32,7	10.020.922	9.660.573	96,4
Investimento das Estatais	44.982.082	14.722.072	32,7	10.020.922	9.660.573	96,4
Nacional	44.982.082	14.722.072	32,7	10.020.922	9.660.573	96,4
(A) 4112 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração e Desenvolvimento da Produção						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	417,0	417,0	100,0	227,0	158,0	69,6
Nacional	417,0	417,0	100,0	227,0	158,0	69,6
Financeiro	667.661.949	500.276.235	74,9	234.307.400	234.764.394	100,2
Investimento das Estatais	667.661.949	500.276.235	74,9	234.307.400	234.764.394	100,2
Nacional	667.661.949	500.276.235	74,9	234.307.400	234.764.394	100,2
(A) 4113 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	219,0	219,0	100,0	105,0	96,0	91,4
Nacional	219,0	219,0	100,0	105,0	96,0	91,4
Financeiro	270.381.453	198.372.453	73,4	70.429.000	70.121.475	99,6
Investimento das Estatais	270.381.453	198.372.453	73,4	70.429.000	70.121.475	99,6
Nacional	270.381.453	198.372.453	73,4	70.429.000	70.121.475	99,6
(A) 4115 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,5	3,5	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,5	3,5	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	55.338.407	32.320.475	58,4	15.849.000	16.266.731	102,6
Investimento das Estatais	55.338.407	32.320.475	58,4	15.849.000	16.266.731	102,6
Nacional	55.338.407	32.320.475	58,4	15.849.000	16.266.731	102,6
Financ. Total Programa	1.052.682.385	755.169.696	71,7	336.104.322	336.147.138	100,0
Investimento Estatais	1.052.682.385	755.169.696	64,9	336.104.322	336.147.138	100,0
0275 PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho						
(A) 2391 Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível						
Produto: INSTALACAO FISCALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	53.674,0	53.674,0	100,0	10.200,0	22.272,0	218,4
Nacional	53.674,0	53.674,0	100,0	10.200,0	22.272,0	218,4
Financeiro	132.733.529	89.663.165	67,6	43.360.864	42.035.368	96,9
Fiscal Seguridade	132.733.529	89.663.165	67,6	43.360.864	42.035.368	96,9
Nacional	132.733.529	89.663.165	67,6	43.360.864	42.035.368	96,9
(A) 2393 Aperfeiçoamento dos Canais de Comunicação da Agência Nacional do Petróleo - ANP com os Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível						
Produto: CANAL DE COMUNICACAO MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5,0	5,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	7.266.005	3.261.005	44,9	1.607.850	1.352.190	84,1
Fiscal Seguridade	7.266.005	3.261.005	44,9	1.607.850	1.352.190	84,1
Nacional	7.266.005	3.261.005	44,9	1.607.850	1.352.190	84,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0275 PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL						
Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho						
(A) 4293 Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível						
Produto: AUTORIZACAO OUTORGADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9.240,0	9.240,0	100,0	4.050,0	9.240,0	228,1
Nacional	9.240,0	9.240,0	100,0	4.050,0	9.240,0	228,1
Financeiro	203.000	0	0,0	195.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	203.000	0	0,0	195.000	0	0,0
Nacional	203.000	0	0,0	195.000	0	0,0
(P) 5621 Campanha de Orientação dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível Quanto aos seus Direitos e Deveres						
Produto: CAMPANHA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	13.338.109	13.338.109	100,0	10.216.000	1.496.442	14,6
Fiscal Seguridade	13.338.109	13.338.109	100,0	10.216.000	1.496.442	14,6
Nacional	13.338.109	13.338.109	100,0	10.216.000	1.496.442	14,6
Financ. Total Programa	153.540.643	106.262.279	69,2	55.379.714	44.884.000	81,0
Fiscal Seguridade	153.540.643	106.262.279	96,0	55.379.714	44.884.000	81,0
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho						
(P) 1382 Implantação de Registradores Automáticos para Medição da Qualidade dos Serviços						
Produto: REGISTRADOR IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7.000,0	7.000,0	100,0	10.000,0	1.000,0	10,0
Nacional	7.000,0	7.000,0	100,0	10.000,0	1.000,0	10,0
Financeiro	10.598.794	9.098.794	85,8	1.500.000	817.136	54,5
Fiscal Seguridade	10.598.794	9.098.794	85,8	1.500.000	817.136	54,5
Nacional	10.598.794	9.098.794	85,8	1.500.000	817.136	54,5
(P) 1383 IMPLANTAÇÃO DE PROJETO NACIONAL DE AFERIÇÃO DE MEDIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA						
Produto: Projeto implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.965.511	6.965.511	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.965.511	6.965.511	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.965.511	6.965.511	100,0	0	0	0,0
(P) 1437 Campanha Educativa sobre Direitos e Deveres dos Consumidores de Energia Elétrica						
Produto: CAMPANHA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	64.843.798	49.476.691	76,3	18.357.688	17.557.750	95,6
Fiscal Seguridade	64.843.798	49.476.691	76,3	18.357.688	17.557.750	95,6
Nacional	64.843.798	49.476.691	76,3	18.357.688	17.557.750	95,6
(P) 1902 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA						
Produto: Sistema de ouvidoria implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.668.180	7.668.180	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.668.180	7.668.180	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.668.180	7.668.180	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho						
(P)	1903	CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DO SISTEMA DE OUVIDORIA				
	Produto: Campanha realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.829.157	6.829.157	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.829.157	6.829.157	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.829.157	6.829.157	100,0	0	0	0,0
(A)	2403	Fiscalização das Centrais Geradoras de Energia Elétrica				
	Produto: CENTRAL FISCALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.762,0	2.762,0	100,0	1.050,0	1.074,0	102,3
Nacional	2.762,0	2.762,0	100,0	1.050,0	1.074,0	102,3
Financeiro	14.865.389	8.586.392	57,8	8.191.064	4.214.833	51,5
Fiscal Seguridade	14.865.389	8.586.392	57,8	8.191.064	4.214.833	51,5
Nacional	14.865.389	8.586.392	57,8	8.191.064	4.214.833	51,5
(A)	2404	Fiscalização das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica				
	Produto: EMPRESA FISCALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	201,0	201,0	100,0	64,0	64,0	100,0
Nacional	201,0	201,0	100,0	64,0	64,0	100,0
Financeiro	49.379.847	49.379.847	100,0	13.708.199	12.248.829	89,4
Fiscal Seguridade	49.379.847	49.379.847	100,0	13.708.199	12.248.829	89,4
Nacional	49.379.847	49.379.847	100,0	13.708.199	12.248.829	89,4
(A)	2405	Fiscalização das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica				
	Produto: EMPRESA FISCALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	55,0	55,0	100,0	16,0	16,0	100,0
Nacional	55,0	55,0	100,0	16,0	16,0	100,0
Financeiro	5.041.563	5.041.563	100,0	2.750.000	1.226.743	44,6
Fiscal Seguridade	5.041.563	5.041.563	100,0	2.750.000	1.226.743	44,6
Nacional	5.041.563	5.041.563	100,0	2.750.000	1.226.743	44,6
(A)	2410	Regulamentação Relativa à Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	3,0	7,0	233,3
Nacional	9,0	9,0	100,0	3,0	7,0	233,3
Financeiro	4.828.548	4.828.548	100,0	3.255.000	1.501.183	46,1
Fiscal Seguridade	4.828.548	4.828.548	100,0	3.255.000	1.501.183	46,1
Nacional	4.828.548	4.828.548	100,0	3.255.000	1.501.183	46,1
(A)	2993	Operação e Manutenção do Sistema de Ouvidoria				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	31.870.522	14.232.660	44,7	15.752.236	14.232.660	90,4
Fiscal Seguridade	31.870.522	14.232.660	44,7	15.752.236	14.232.660	90,4
Nacional	31.870.522	14.232.660	44,7	15.752.236	14.232.660	90,4
Financ. Total Programa	202.891.309	162.107.343	79,9	63.514.187	51.799.134	81,6
Fiscal Seguridade	202.891.309	162.107.343	96,0	63.514.187	51.799.134	81,6

0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL -
CONPET

Gerente em 31/12/2002: João Eudes Touma



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET						
Gerente em 31/12/2002: João Eudes Touma						
(A) 4394 Implantação de Sistema de Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	64,0	64,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	64,0	64,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	59.923.407	37.572.458	62,7	9.994.000	9.969.240	99,8
Investimento das Estatais	59.923.407	37.572.458	62,7	9.994.000	9.969.240	99,8
Nacional	59.923.407	37.572.458	62,7	9.994.000	9.969.240	99,8
(P) 5263 Instalação de Centros de Acompanhamento do Consumo de Combustíveis no Transporte Rodoviário de Cargas (Programa Siga Bem)						
Produto: CENTRO CONSTRUÍDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	32,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.231.981	656.981	29,4	1.745.246	656.981	37,6
Investimento das Estatais	2.231.981	656.981	29,4	1.745.246	656.981	37,6
Nacional	656.981	656.981	100,0	1.745.246	656.981	37,6
Centro-oeste	198.786	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	366.990	0	0,0	0	0	0,0
Norte	45.875	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	718.689	0	0,0	0	0	0,0
Sul	244.660	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5289 Implantação de Projeto Demonstrativo para o Desenvolvimento do Mercado de Eficiência Energética na Utilização de Combustíveis						
Produto: PROJETO DEMONSTRATIVO IMPLANTADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	210.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	210.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Nacional	210.000	0	0,0	300.000	0	0,0
(P) 7147 Estudos para Promoção da Conservação de Energia no Setor de Petróleo e Gás						
Produto: ESTUDO REALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	260.000	0	0,0	369.528	0	0,0
Fiscal Seguridade	260.000	0	0,0	369.528	0	0,0
Nacional	260.000	0	0,0	369.528	0	0,0
(OA) 9156 INSTALAÇÃO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM POSTOS DE SERVIÇO NAS ESTRADAS (PROJETO SIGA-BEM)						
Produto: centro instalado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	100,0	100,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9157 ASSISTÊNCIA A INDÚSTRIAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CO-GERAÇÃO						
Produto: assistência prestada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	5,0	2,0	40,0	1,0	2,0	200,0
Nacional	5,0	2,0	40,0	1,0	2,0	200,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

574

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET						
Gerente em 31/12/2002: João Eudes Touma						
(OA)	9158	ESTUDO PARA INSERÇÃO DO GÁS NATURAL NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA DE FORMA RACIONAL				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9159	INSTITUIÇÃO DE SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA AUMENTO DO RENDIMENTO DE FOGÕES E AQUECEDORES DE ÁGUA DE USO DOMÉSTICO				
Produto: modelo de equipamento etiquetado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	2,0	25,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	8,0	2,0	25,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	250.000	0	0,0	250.000	0	0,0
Demais Fontes	250.000	0	0,0	250.000	0	0,0
Nacional	250.000	0	0,0	250.000	0	0,0
(OA)	9160	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS DE 1º E 2º GRAU DA REDE PÚBLICA E PRIVADA EM CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DE COMBUSTÍVEIS - PROJETO CONPET NA ESCOLA				
Produto: professor capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.620,0	170,0	6,5	1.000,0	70,0	7,0
Nacional	2.620,0	170,0	6,5	1.000,0	70,0	7,0
Financeiro	550.000	50.000	9,1	250.000	0	0,0
Demais Fontes	550.000	50.000	9,1	250.000	0	0,0
Nacional	550.000	50.000	9,1	250.000	0	0,0
(OA)	9161	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E PASSAGEIROS E A FROTAS CATIVAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (PROJETO ECONOMIZAR)				
Produto: veículo avaliado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	145.400,0	60.400,0	41,5	45.000,0	35.400,0	78,7
Nacional	145.400,0	60.400,0	41,5	45.000,0	35.400,0	78,7
Financeiro	750.000	250.000	33,3	350.000	0	0,0
Demais Fontes	750.000	250.000	33,3	350.000	0	0,0
Nacional	750.000	250.000	33,3	350.000	0	0,0
(OA)	9162	PRÊMIO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA NAS CATEGORIAS INDÚSTRIA E TRANSPORTES				
Produto: prêmio outorgado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	4,0	50,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	8,0	4,0	50,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	120.000	40.000	33,3	40.000	0	0,0
Demais Fontes	120.000	40.000	33,3	40.000	0	0,0
Nacional	120.000	40.000	33,3	40.000	0	0,0
(OA)	9163	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE USO RACIONAL DE COMBUSTÍVEIS				
Produto: material divulgado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	435.000,0	176.000,0	40,5	100.000,0	140.000,0	140,0
Nacional	435.000,0	176.000,0	40,5	100.000,0	140.000,0	140,0
Financeiro	76.000	11.000	14,5	30.000	0	0,0
Demais Fontes	76.000	11.000	14,5	30.000	0	0,0
Nacional	76.000	11.000	14,5	30.000	0	0,0
Financ. Total Programa	64.371.388	38.580.439	59,9	13.328.774	10.626.221	79,7
Fiscal Seguridade	470.000	0	96,0	669.528	0	0,0
Investimento Estatais	62.155.388	38.229.439	64,9	11.739.246	10.626.221	90,5
Demais Fontes	1.746.000	351.000	25,4	920.000	0	0,0

0140 REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

Gerente em 31/12/2002: Osvaldo de Oliveira Nunes

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0140 REASSENTAMENTO DE ITAPARICA						
Gerente em 31/12/2002: Osvaldo de Oliveira Nunes						
(P)	3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica (20.599 Ha)				
Produto: LOTE IRRIGADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.427,0	1.427,0	100,0	380,0	S.R.	0,0
Nordeste	1.427,0	1.427,0	100,0	380,0	S.R.	0,0
Financeiro	312.012.210	219.208.345	70,3	121.279.425	71.064.256	58,6
Investimento das Estatais	312.012.210	219.208.345	70,3	121.279.425	71.064.256	58,6
Nordeste	312.012.210	219.208.345	70,3	121.279.425	71.064.256	58,6
Financ. Total Programa	312.012.210	219.208.345	70,3	121.279.425	71.064.256	58,6
Investimento Estatais	312.012.210	219.208.345	64,9	121.279.425	71.064.256	58,6
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P)	1121	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (PR)				
Produto: Unidade ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1153	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA UNIDADE DE CRAQUEAMENTO DA REFINARIA HENRIQUE LAGE (SP)				
Produto: Unidade ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.575.675	1.575.675	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.575.675	1.575.675	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.575.675	1.575.675	100,0	0	0	0,0
(A)	2555	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	195,0	195,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sul	195,0	195,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	14.337.715	14.337.715	100,0	3.641.000	4.764.250	130,9
Investimento das Estatais	14.337.715	14.337.715	100,0	3.641.000	4.764.250	130,9
Nacional	14.337.715	14.337.715	100,0	3.641.000	4.764.250	130,9
(A)	2557	Manutenção da Infra-estrutura Operacional de Refino				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %			
Físico	185,0	185,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sul	185,0	185,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	24.080.177	24.080.177	100,0	17.327.000	18.213.660	105,1
Investimento das Estatais	24.080.177	24.080.177	100,0	17.327.000	18.213.660	105,1
Nacional	24.080.177	24.080.177	100,0	17.327.000	18.213.660	105,1
(A)	2767	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %			
Físico	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nacional	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	549.325.965	239.574.065	43,6	244.685.000	239.574.065	97,9
Investimento das Estatais	549.325.965	239.574.065	43,6	244.685.000	239.574.065	97,9
Nacional	549.325.965	239.574.065	43,6	244.685.000	239.574.065	97,9
(P)	3125	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (SP)				
Produto: REFINARIA ADAPTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.780.000	0	0,0	160.000	0	0,0
Investimento das Estatais	6.780.000	0	0,0	160.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Sudeste	6.780.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	576	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P) 3129 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (BA)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	9,0	9,0	100,0	12,0	9,0	75,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	12,0	9,0	75,0
Financeiro	229.571.020	85.616.010	37,3	95.539.000	85.616.010	89,6
Investimento das Estatais	229.571.020	85.616.010	37,3	95.539.000	85.616.010	89,6
Nacional	85.616.010	85.616.010	100,0	95.539.000	85.616.010	89,6
Nordeste	143.955.010	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3135 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias (RJ)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	10,0	10,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Sudeste	10,0	10,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Financeiro	618.553.959	169.997.552	27,5	167.295.000	169.784.949	101,5
Investimento das Estatais	618.553.959	169.997.552	27,5	167.295.000	169.784.949	101,5
Nacional	169.997.552	169.997.552	100,0	167.295.000	169.784.949	101,5
Sudeste	448.556.407	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3143 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos (MG)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	37,0	37,0	100,0	37,0	37,0	100,0
Sudeste	37,0	37,0	100,0	37,0	37,0	100,0
Financeiro	391.976.217	174.446.201	44,5	172.546.000	174.446.201	101,1
Investimento das Estatais	391.976.217	174.446.201	44,5	172.546.000	174.446.201	101,1
Nacional	174.446.201	174.446.201	100,0	172.546.000	174.446.201	101,1
Sudeste	217.530.016	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3151 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba (SP)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	17,0	17,0	100,0	16,0	16,0	100,0
Sudeste	17,0	17,0	100,0	16,0	16,0	100,0
Financeiro	255.813.892	159.403.192	62,3	157.030.000	157.835.360	100,5
Investimento das Estatais	255.813.892	159.403.192	62,3	157.030.000	157.835.360	100,5
Nacional	159.403.192	159.403.192	100,0	157.030.000	157.835.360	100,5
Sudeste	96.410.700	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3155 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia (SP)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	12,0	12,0	100,0	2,0	10,0	500,0
Sudeste	12,0	12,0	100,0	2,0	10,0	500,0
Financeiro	775.811.783	148.981.391	19,2	140.892.000	141.746.009	100,6
Investimento das Estatais	775.811.783	148.981.391	19,2	140.892.000	141.746.009	100,6
Nacional	148.981.391	148.981.391	100,0	140.892.000	141.746.009	100,6
Sudeste	626.830.392	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3157 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava (SP)						
Produto: REFINARIA ADAPTADA Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	4,0	4,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	5,0	4,0	80,0
Financeiro	3.895.265	2.645.265	67,9	3.310.000	2.645.265	79,9
Investimento das Estatais	3.895.265	2.645.265	67,9	3.310.000	2.645.265	79,9
Nacional	2.645.265	2.645.265	100,0	3.310.000	2.645.265	79,9
Sudeste	1.250.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P)	3161	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR)				
	Produto: REFINARIA ADAPTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	27,0	27,0	100,0	28,0	27,0	96,4
Sul	27,0	27,0	100,0	28,0	27,0	96,4
Financeiro	305.632.244	130.491.344	42,7	134.464.000	130.491.344	97,0
Investimento das Estatais	305.632.244	130.491.344	42,7	134.464.000	130.491.344	97,0
Nacional	130.491.344	130.491.344	100,0	134.464.000	130.491.344	97,0
Sul	175.140.900	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3284	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTÁVEIS NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3. 200 M³/DIA				
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3287	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO NA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) COM CAPACIDADE DE 3. 000 M³/DIA				
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.369.313	23.369.313	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	23.369.313	23.369.313	100,0	0	0	0,0
Sudeste	23.369.313	23.369.313	100,0	0	0	0,0
(P)	3290	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE LUBRIFICANTES DE ELEVADO ÍNDICE DE VISCOSIDADE NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) COM CAPACIDADE DE 57.000 M3/DIA				
	Produto: unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36	36	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	36	36	100,0	0	0	0,0
Nordeste	36	36	100,0	0	0	0,0
(P)	3293	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA) COM CAPACIDADE DE 10. 000 M³/DIA				
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	465.232.125	465.232.125	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	465.232.125	465.232.125	100,0	0	0	0,0
Nordeste	465.232.125	465.232.125	100,0	0	0	0,0
(P)	3295	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE CRAQUEAMENTO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 7. 000 M³/DIA				
	Produto: Unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	64.734.086	8.234.086	12,7	0	0	0,0
Investimento das Estatais	8.234.086	8.234.086	100,0	0	0	0,0
Sul	8.234.086	8.234.086	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	56.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	56.500.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3297	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ALQUILAÇÃO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 600 M3/DIA				
	Produto: unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.715	8.715	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	8.715	8.715	100,0	0	0	0,0
Sul	8.715	8.715	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P)	3298	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA NA REFINARIA DE MANAUS (AM) COM CAPACIDADE DE 5. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	28.771.696	28.771.696	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	28.771.696	28.771.696	100,0	0	0	0,0
Norte	28.771.696	28.771.696	100,0	0	0	0,0
(P)	3299	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTÁVEIS NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) COM CAPACIDADE DE 3. 500 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	13,8	13,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	13,8	13,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	22.535.149	22.535.149	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	22.535.149	22.535.149	100,0	0	0	0,0
Sudeste	22.535.149	22.535.149	100,0	0	0	0,0
(P)	3300	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE REFORMA CATALÍTICA NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) COM CAPACIDADE DE 1.000 M3/DIA				
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3303	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 2. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	7,5	7,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.462.450	462.450	2,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	462.450	462.450	100,0	0	0	0,0
Sul	462.450	462.450	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	23.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	23.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3306	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL NA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES (SP) COM CAPACIDADE DE 3,5 MILHÕES NM3/DIA				
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3310	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROCRACQUEAMENTO CATALÍTICO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 5. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	2,3	2,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,3	2,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.686.520	24.686.520	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	24.686.520	24.686.520	100,0	0	0	0,0
Sudeste	24.686.520	24.686.520	100,0	0	0	0,0
(P)	3354	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE COQUEAMENTO RETARDADO NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 5. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	2,3	2,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,3	2,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.437.835	3.437.835	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	3.437.835	3.437.835	100,0	0	0	0,0
Sudeste	3.437.835	3.437.835	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P)	3355	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DAS UNIDADES DE CRAQUEAMENTO CATALÍTICO NA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) EM 1. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade ampliada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.389.482	4.389.482	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	4.389.482	4.389.482	100,0	0	0	0,0
Sudeste	4.389.482	4.389.482	100,0	0	0	0,0
(P)	3356	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE DIESEL NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 4. 500 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	21,5	21,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	21,5	21,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	22.878.383	22.878.383	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	22.878.383	22.878.383	100,0	0	0	0,0
Sudeste	22.878.383	22.878.383	100,0	0	0	0,0
(P)	3357	IMPLANTAÇÃO DE REFINARIA NO NORDESTE COM CAPACIDADE DE 189. 000 BARRIS/DIA				
Produto: Refinaria implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	100.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3431	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE NAFTA NA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) COM CAPACIDADE DE 750 M³/DIA				
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3709	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTÁVEIS NA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP) COM CAPACIDADE DE 5.000 M³/DIA				
Produto: unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.286.063	16.286.063	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	16.286.063	16.286.063	100,0	0	0	0,0
Sudeste	16.286.063	16.286.063	100,0	0	0	0,0
(P)	3710	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTÁVEIS NA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) COM CAPACIDADE DE 4. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	43.142.279	142.279	0,3	0	0	0,0
Investimento das Estatais	142.279	142.279	100,0	0	0	0,0
Sul	142.279	142.279	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	43.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	43.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3711	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE HIDROTRATAMENTO DE CORRENTES INSTÁVEIS NA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (PR) COM CAPACIDADE DE 5. 000 M³/DIA				
Produto: Unidade implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.551.140	36.551.140	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	36.551.140	36.551.140	100,0	0	0	0,0
Sul	36.551.140	36.551.140	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(P)	3712	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES 1, 2 E 4 DE DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA NA REFINARIA LANDULPHO ALVES (BA)				
	Produto: Unidade modernizada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.385.986	7.385.986	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	7.385.986	7.385.986	100,0	0	0	0,0
Nordeste	7.385.986	7.385.986	100,0	0	0	0,0
(P)	3713	IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE DESAROMATIZAÇÃO DE SOLVENTES DA REFINARIA ALBERTO PASQUALINI (RS) DE 3.600 M3/MES				
	Produto: unidade implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.405.818	9.405.818	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	9.405.818	9.405.818	100,0	0	0	0,0
Sul	9.405.818	9.405.818	100,0	0	0	0,0
(A)	4108	Manutenção da Infra-estrutura Operacional do Parque de Refino				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA		Unidade de Medida: %			
Físico	101,0	101,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nacional	101,0	101,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Financeiro	1.003.087.324	800.494.924	79,8	254.680.650	201.103.741	79,0
Investimento das Estatais	1.003.087.324	800.494.924	79,8	254.680.650	201.103.741	79,0
Nacional	1.003.087.324	800.494.924	79,8	254.680.650	201.103.741	79,0
(P)	5085	Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini (rs)				
	Produto: REFINARIA ADAPTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	22,0	22,0	100,0	32,0	19,0	59,4
Sul	22,0	22,0	100,0	32,0	19,0	59,4
Financeiro	1.640.591.333	658.130.777	40,1	521.847.000	491.615.647	94,2
Investimento das Estatais	1.640.591.333	658.130.777	40,1	521.847.000	491.615.647	94,2
Nacional	658.130.777	658.130.777	100,0	521.847.000	491.615.647	94,2
Sul	982.460.556	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7929	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	51.803.699	51.803.699	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	51.803.699	51.803.699	100,0	0	0	0,0
Nacional	51.803.699	51.803.699	100,0	0	0	0,0
(P)	7995	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 16,3 MW NA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP)				
	Produto: Capacidade ampliada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.765	1.765	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.765	1.765	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.765	1.765	100,0	0	0	0,0
(P)	7997	MODERNIZAÇÃO DE UNIDADE DE DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA U-200A DA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP)				
	Produto: Unidade modernizada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.512.463	1.512.463	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.512.463	1.512.463	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.512.463	1.512.463	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0288 REFINO DE PETRÓLEO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues						
(OA)	9164	PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO				
Produto: derivado produzido				Unidade de Medida: barril de óleo equivalente		
Físico	24.687.985,0	21.160.985,0	85,7	1.747.000,0	19.438.985,0	1.112,7
Nacional	24.687.985,0	21.160.985,0	85,7	1.747.000,0	19.438.985,0	1.112,7
Financeiro	1.478.627.000	0	0,0	743.029.000	0	0,0
Demais Fontes	1.478.627.000	0	0,0	743.029.000	0	0,0
Nacional	1.478.627.000	0	0,0	743.029.000	0	0,0
Financ. Total Programa	8.249.254.572	3.336.869.291	40,5	2.656.445.650	1.817.836.501	68,4
Investimento Estatais	6.548.127.572	3.336.869.291	64,9	1.913.416.650	1.817.836.501	95,0
Demais Fontes	1.701.127.000	0	25,4	743.029.000	0	0,0
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P)	1027	Implantação de Oleoduto Refinaria Duque de Caxias - Ilha D'água (RJ) de 15 Km				
Produto: OLEODUTO IMPLANTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	63,0	63,0	100,0	76,0	42,0	55,3
Sudeste	63,0	63,0	100,0	76,0	42,0	55,3
Financeiro	42.804.864	41.804.864	97,7	28.000.000	34.109.728	121,8
Investimento das Estatais	42.804.864	41.804.864	97,7	28.000.000	34.109.728	121,8
Sudeste	42.804.864	41.804.864	97,7	28.000.000	34.109.728	121,8
(P)	1029	IMPLANTAÇÃO DE COLETOR DE CONDENSADO DE GÁS NATURAL DE 1. 500 M³ EM CABIÚNAS (RJ)				
Produto: Coletor implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1031	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE CONDENSADO DE GÁS NATURAL DE 1. 000 M³/DIA EM CABIÚNAS (RJ)				
Produto: Unidade implantada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1033	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO DE JANEIRO (RJ) - BELO HORIZONTE (MG) EM 3,2 MILHÕES M³/DIA				
Produto: Capacidade de gasoduto ampliada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1045	Implantação de Melhorias na Infra-estrutura de Dutos e Terminais				
Produto: INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.246.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	15.246.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	15.246.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1075	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO PILAR (AL) - CABO (PE) DE 190 KM				
Produto: GASODUTO IMPLANTADO				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.107.259	45.107.259	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	45.107.259	45.107.259	100,0	0	0	0,0
Nordeste	45.107.259	45.107.259	100,0	0	0	0,0
(P)	1105	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DO POLIDUTO GOIÂNIA (GO) - CUIABÁ (MT) DE 825 KM				
Produto: Estudo realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1109	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO REPAR - LONDRINA (PR) DE 395 KM				
Produto: Estudo realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	582	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P) 1111	IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO PAULÍNIA (SP) - CAMPO GRANDE (MS) - CUIABÁ (MT) DE 1.690 KM					
	Produto: Poliduto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	90.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	90.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	90.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1113	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DA BASE DE SÃO GONÇALO (RJ)					
	Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1115	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO CABIÚNAS (RJ) - TUBARÃO (ES) DE 300 KM					
	Produto: Gasoduto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	1,7	1,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,7	1,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.523.329	1.523.329	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.523.329	1.523.329	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.523.329	1.523.329	100,0	0	0	0,0
(P) 1123	Implantação de Unidade Recuperadora de Líquidos em Cabiúnas (RJ)					
	Produto: UNIDADE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	61,0	61,0	100,0	25,0	16,0	64,0
Sudeste	61,0	61,0	100,0	25,0	16,0	63,8
Financeiro	18.527.473	13.072.233	70,6	6.260.000	6.243.303	99,7
Investimento das Estatais	18.527.473	13.072.233	70,6	6.260.000	6.243.303	99,7
Sudeste	18.527.473	13.072.233	70,6	6.260.000	6.243.303	99,7
(P) 1125	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO LAGOA PARDA - VITÓRIA (ES) DE 41 KM					
	Produto: Gasoduto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	331.710	331.710	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	331.710	331.710	100,0	0	0	0,0
Sudeste	331.710	331.710	100,0	0	0	0,0
(P) 1129	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO URUCU (AM) - PORTO VELHO (RO) DE 500 KM					
	Produto: Gasoduto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1131	Implantação do Gasoduto Coari - Manaus (AM) de 420 Km					
	Produto: GASODUTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1135	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO URUCU - COARI (AM) COM 480 KM					
	Produto: GASODUTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.472.343	2.472.343	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	2.472.343	2.472.343	100,0	0	0	0,0
Norte	2.472.343	2.472.343	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P)	1173	Ampliação da Capacidade da Malha de Gasodutos da Região Nordeste				
	Produto: CAPACIDADE AMPLIADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	10,3	10,3	100,0	1,0	10,1	1.010,0
Nordeste	10,3	10,3	100,0	1,0	10,1	1.010,0
Financeiro	553.443	553.443	100,0	2.056.426	18.275	0,9
Investimento das Estatais	553.443	553.443	100,0	2.056.426	18.275	0,9
Nacional	18.275	18.275	100,0	2.056.426	18.275	0,9
Nordeste	535.168	535.168	100,0	0	0	0,0
(P)	1219	Implantação de Etanoduto Cabiúnas - Refinaria Duque de Caxias (RJ) de 183 Km				
	Produto: ETANODUTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	43,0	43,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Sudeste	43,0	43,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Financeiro	3.431.984	3.431.984	100,0	2.170.000	1.962.677	90,4
Investimento das Estatais	3.431.984	3.431.984	100,0	2.170.000	1.962.677	90,4
Sudeste	3.431.984	3.431.984	100,0	2.170.000	1.962.677	90,4
(A)	2257	CONSTRUÇÃO DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL - OBRAS COMPLEMENTARES				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	101.462.513	101.462.513	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	101.462.513	101.462.513	100,0	0	0	0,0
Nacional	101.462.513	101.462.513	100,0	0	0	0,0
(P)	3103	Ampliação da Capacidade de Compressão do Gasoduto Lagoa Parda - Vitória (ES) de 1 para 1,45 Milhão de M3/dia				
	Produto: SISTEMA AMPLIADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	95,0	95,0	100,0	6,0	95,0	1.583,3
Sudeste	95,0	95,0	100,0	6,0	95,0	1.583,3
Financeiro	127.099.965	739.965	0,6	684.311	739.965	108,1
Investimento das Estatais	127.099.965	739.965	0,6	684.311	739.965	108,1
Nacional	739.965	739.965	100,0	684.311	739.965	108,1
Sudeste	126.360.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3109	Implantação de Duto de GLP Urucu - Coari (AM) de 280 Km				
	Produto: DUTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.972.516	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	40.972.516	0	0,0	0	0	0,0
Norte	40.972.516	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3111	Implantação do Gasoduto Campinas - Cubatão (SP) de 145 Km				
	Produto: GASODUTO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	6,9	6,9	100,0	5,0	6,7	134,0
Sudeste	6,9	6,9	100,0	5,0	6,7	133,0
Financeiro	3.061.424	3.061.424	100,0	2.260.701	2.220.543	98,2
Investimento das Estatais	3.061.424	3.061.424	100,0	2.260.701	2.220.543	98,2
Nacional	3.061.424	3.061.424	100,0	2.260.701	2.220.543	98,2
(P)	3165	Implantação de Sistema de Coleta (1.500 M3) e Processamento (1.000 M3/dia) de Gás Natural de Cabiúnas (RJ)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.999.994	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	5.999.994	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	5.999.994	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3224	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO ARACATI - IGUATU (CE) DE 216 KM				
	Produto: Estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	584	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P)	3262	IMPLANTAÇÃO DA BASE DE JUIZ DE FORA (MG)				
	Produto: base implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3352	Ampliação da Capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia - Brasil para 44 milhões de m3/dia				
	Produto: CAPACIDADE AMPLIADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	48,6	48,6	100,0	22,0	39,6	180,0
Nacional	48,6	48,6	100,0	22,0	39,6	180,0
Financeiro	1.084.235.796	540.708.933	49,9	507.722.508	497.872.044	98,1
Investimento das Estatais	1.084.235.796	540.708.933	49,9	507.722.508	497.872.044	98,1
Nacional	1.084.235.796	540.708.933	49,9	507.722.508	497.872.044	98,1
(P)	3353	IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL EM PECÉM (CE)				
	Produto: Terminal implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.580	34.580	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	34.580	34.580	100,0	0	0	0,0
Nordeste	34.580	34.580	100,0	0	0	0,0
(P)	3432	IMPLANTAÇÃO DE TERMINAL DE GNL DE 160. 000 M³ EM SUAPE (PE) E SISTEMAS COMPLEMENTARES				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	81.310.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	81.310.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	81.310.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3434	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO GASODUTO RIO (RJ) - SÃO PAULO (SP) DE 2,5 PARA 4 MILHÕES DE M³/DIA				
	Produto: Capacidade ampliada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3435	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO CABIÚNAS - CANTAGALO (RJ) DE 95 KM				
	Produto: Estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3437	COMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE MEDIÇÃO E CONTROLE PARA CONCLUSÃO DO POLIDUTO PARANÁ - SANTA CATARINA DE 263 KM				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.332.843	1.332.843	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.332.843	1.332.843	100,0	0	0	0,0
Sul	1.332.843	1.332.843	100,0	0	0	0,0
(P)	3438	COMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE MEDIÇÃO E CONTROLE PARA CONCLUSÃO DO POLIDUTO SUL DA BAHIA DE 389 KM				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	701.801	701.801	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	701.801	701.801	100,0	0	0	0,0
Nordeste	701.801	701.801	100,0	0	0	0,0
(P)	3440	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE GLP EM MÓDULOS DE 70. 000 M³ CADA (SP)				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

585

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P)	3441	Implantação de Oleoduto Barra do Furado (RJ) - Campos Elísios (RJ) - Refinaria do Vale do Paraíba (SP) de 480 Km				
	Produto: OLEODUTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	229.149.167	4.149.160	1,8	2.906.957	4.149.160	142,7
Investimento das Estatais	229.149.167	4.149.160	1,8	2.906.957	4.149.160	142,7
Sudeste	229.149.167	4.149.160	1,8	2.906.957	4.149.160	142,7
(P)	3443	IMPLANTAÇÃO DE OLEODUTO ARAUCÁRIA - PARANAGUÁ (PR) DE 95 KM				
	Produto: Oleoduto implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3708	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE NAFTA NA RLAM/COPENE (BA)				
	Produto: Sistema ampliado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	35,7	35,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	35,7	35,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.586.592	8.586.592	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	8.586.592	8.586.592	100,0	0	0	0,0
Nordeste	8.586.592	8.586.592	100,0	0	0	0,0
(A)	4107	Manutenção da Infra-estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA MANTIDA			Unidade de Medida: %		
Físico	237,9	237,9	100,0	100,0	37,9	37,9
Nacional	237,9	237,9	100,0	100,0	37,9	37,9
Financeiro	599.165.940	473.115.940	79,0	90.328.246	91.169.600	100,9
Investimento das Estatais	599.165.940	473.115.940	79,0	90.328.246	91.169.600	100,9
Nacional	599.165.940	473.115.940	79,0	90.328.246	91.169.600	100,9
(A)	4451	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: %		
Físico	99,7	99,7	100,0	100,0	99,7	99,7
Nacional	99,7	99,7	100,0	100,0	99,7	99,7
Financeiro	577.404.798	361.404.798	62,6	289.300.000	361.404.798	124,9
Investimento das Estatais	577.404.798	361.404.798	62,6	289.300.000	361.404.798	124,9
Nacional	577.404.798	361.404.798	62,6	289.300.000	361.404.798	124,9
(P)	5159	Ampliação da Capacidade da Malha de Gasodutos da Região Sudeste				
	Produto: CAPACIDADE AMPLIADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	20,2	20,2	100,0	7,0	17,1	244,3
Sudeste	20,2	20,2	100,0	7,0	17,1	244,6
Financeiro	29.202.286	14.202.676	48,6	3.526.038	4.357.173	123,6
Investimento das Estatais	29.202.286	14.202.676	48,6	3.526.038	4.357.173	123,6
Nacional	14.202.676	14.202.676	100,0	3.526.038	4.357.173	123,6
Sudeste	14.999.610	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5161	Implantação do Gasoduto São Carlos (SP) - Congonhas (MG) de 480 Km				
	Produto: GASODUTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	7,8	7,8	100,0	1,0	7,5	750,0
Sudeste	7,8	7,8	100,0	1,0	7,5	753,0
Financeiro	6.140.260	6.140.260	100,0	5.073.548	5.324.859	105,0
Investimento das Estatais	6.140.260	6.140.260	100,0	5.073.548	5.324.859	105,0
Nacional	6.140.260	6.140.260	100,0	5.073.548	5.324.859	105,0
(P)	5815	CONSTRUÇÃO DO GASODUTO LESTE/OESTE EM SANTA CATARINA				
	Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	586	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P) 5817	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTOS NA AMAZÔNIA LEGAL					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5823	ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO BETIM - GOVERNADOR VALADARES (MG) DE 284 KM					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5825	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONVERSÃO DO OLEODUTO RIO (RJ) - SÃO PAULO (SP)					
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5827	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL NA REGIÃO CENTRO-OESTE (TRECHO MATO GROSSO - GOIÁS)					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5829	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO FORTALEZA - SOBRAL (CE)					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5831	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO PACATUBA - MARANGUAPE (CE)					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5833	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO PORTO VELHO/RO - RIO BRANCO/AC					
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5882	Implantação/construção de Gasoduto					
	Produto: ESTADO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7967	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO PILAR (AL) - CABO (PE) DE 190 KM					
	Produto: Gasoduto implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.969.341	1.969.341	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.969.341	1.969.341	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.969.341	1.969.341	100,0	0	0	0,0
(P) 7969	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO GUAMARÉ (RN) - PECÉM (CE) DE 377 KM					
	Produto: Gasoduto implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	59.502.292	59.502.292	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	59.502.292	59.502.292	100,0	0	0	0,0
Nordeste	59.502.292	59.502.292	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL						
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon						
(P)	7993	Implantação de Unidade para Tratamento de Óleo de 300.000 Barris/dia no Terminal da Baía da Ilha Grande (RJ)				
	Produto: UNIDADE IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9165	OPERAÇÃO DE TERMINAIS E DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL				
	Produto: produto transportado		Unidade de Medida: m³.km			
Físico	106.159.870.074,0	57.869.587.714,0	54,5	26.797.479.450,0	28.195.002.946,0	105,2
Nacional	106.159.870.074,0	57.869.587.714,0	54,5	26.797.479.450,0	28.195.002.946,0	105,2
Financeiro	1.287.028.990	855.028.990	66,4	216.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.287.028.990	855.028.990	66,4	216.000.000	0	0,0
Nacional	1.287.028.990	855.028.990	66,4	216.000.000	0	0,0
(OA)	9166	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO GASODUTO CABIÚNAS - REDUC (RJ) DE 7 PARA 11 MILHÕES DE M³/DIA				
	Produto: capacidade do gasoduto ampliada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9167	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO REPAR - FOZ DO IGUAÇU (PR) DE 570 KM				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9168	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO URUGUAIANA - PORTO ALEGRE (RS) DE 615 KM				
	Produto: gasoduto implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	64,0	4,5	7,0	32,0	S.R.	0,0
Sul	64,0	4,5	7,0	32,0	S.R.	0,0
Financeiro	94.100.000	0	0,0	94.100.000	0	0,0
Demais Fontes	94.100.000	0	0,0	94.100.000	0	0,0
Nacional	94.100.000	0	0,0	94.100.000	0	0,0
(OA)	9169	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO RIBEIRÃO PRETO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) DE 170 KM				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9170	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GNC DE URUCU (AM)				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Nacional	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	489.382.400	0	0,0	212.582.400	0	0,0
Demais Fontes	489.382.400	0	0,0	212.582.400	0	0,0
Nacional	489.382.400	0	0,0	212.582.400	0	0,0
(OA)	9171	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO REFAP - SANTA MARIA (RS) DE 266 KM				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.057.841.903	2.540.439.273	50,2	1.462.971.135	1.009.572.125	69,0
Investimento Estatais	3.016.020.513	1.685.410.283	64,9	940.288.735	1.009.572.125	107,4
Demais Fontes	2.041.821.390	855.028.990	25,4	522.682.400	0	0,0

0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Gerente em 31/12/2002: Kensaku Saito

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

588

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
32000 Ministério de Minas e Energia						
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS						
Gerente em 31/12/2002: Kensaku Saito						
(P)	1061	Modernização e Adequação de Navios				
	Produto: NAVIO MODERNIZADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	21,0	21,0	100,0	38,0	21,0	55,3
Sudeste	21,0	21,0	100,0	38,0	21,0	55,3
Financeiro	28.533.579	20.536.359	72,0	18.891.000	20.535.558	108,7
Investimento das Estatais	28.533.579	20.536.359	72,0	18.891.000	20.535.558	108,7
Nacional	801	801	100,0	0	0	0,0
Sudeste	28.532.778	20.535.558	72,0	18.891.000	20.535.558	108,7
(P)	1063	Ampliação da Capacidade da Frota de Navios em 380 mil Tpb				
	Produto: CONSTRUCAO DE NAVIO FISCALIZADA			Unidade de Medida: %		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	85.570.880	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	85.570.880	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	85.570.880	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1065	Aquisição de Navios da Petrobras				
	Produto: NAVIO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	52,0	52,0	100,0	27,0	24,0	88,9
Nacional	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	24,0	24,0	100,0	27,0	24,0	88,9
Financeiro	996.255.388	996.255.388	100,0	745.720.688	717.376.538	96,2
Investimento das Estatais	996.255.388	996.255.388	100,0	745.720.688	717.376.538	96,2
Nacional	278.878.850	278.878.850	100,0	0	0	0,0
Sudeste	717.376.538	717.376.538	100,0	745.720.688	717.376.538	96,2
(P)	1839	Aquisição de Navios				
	Produto: NAVIO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	84.819.000	0	0,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	84.819.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	84.819.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4093	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE TRANSPORTE MARÍTIMO				
	Produto: infra-estrutura mantida			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9172	AFRETAMENTO DE NAVIOS				
	Produto: carga transportada			Unidade de Medida: milhão de t.milha		
Físico	931.154.683,0	265.303.171,4	28,5	232.231.000,0	265.066.683,0	114,1
Nacional	931.154.683,0	265.303.171,4	28,5	232.231.000,0	265.066.683,0	114,1
Financeiro	2.279.329.000	846.505.000	37,1	722.638.000	0	0,0
Demais Fontes	2.279.329.000	846.505.000	37,1	722.638.000	0	0,0
Nacional	2.279.329.000	846.505.000	37,1	722.638.000	0	0,0
Financ. Total Programa	3.474.507.847	1.863.296.747	53,6	1.487.249.688	737.912.096	49,6
Investimento Estatais	1.195.178.847	1.016.791.747	64,9	764.611.688	737.912.096	96,5
Demais Fontes	2.279.329.000	846.505.000	25,4	722.638.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes						
(OE)	0281	FINANCIAMENTO E EQUALIZAÇÃO DE JUROS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	669.221.981	669.221.981	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	669.221.981	669.221.981	100,0	0	0	0,0
Nacional	669.221.981	669.221.981	100,0	0	0	0,0
(OE)	0281	Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) (Operações Oficiais de Crédito)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.124.811.833	1.804.311.833	57,7	1.179.437.000	1.018.129.440	86,3
Fiscal Seguridade	3.124.811.833	1.804.311.833	57,7	1.179.437.000	1.018.129.440	86,3
Nacional	3.124.811.833	1.804.311.833	57,7	1.179.437.000	1.018.129.440	86,3
(OE)	0756	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA INCENTIVAR A PRODUÇÃO SEM USO DE AGROTÓXICOS				
Produto: AGRICULTOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1086	Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais				
Produto: MUNICÍPIO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.253,0	2.253,0	100,0	1.851,0	84,0	4,5
Nacional	1,0	1,0	100,0	211,0	1,0	0,5
Centro-oeste	182,0	182,0	100,0	98,0	6,0	6,1
Nordeste	977,0	977,0	100,0	772,0	11,0	1,4
Norte	275,0	275,0	100,0	210,0	10,0	4,8
Sudeste	481,0	481,0	100,0	283,0	19,0	6,7
Sul	337,0	337,0	100,0	277,0	37,0	13,4
Financeiro	657.491.182	494.649.478	75,2	241.839.040	179.920.392	74,4
Fiscal Seguridade	647.936.726	494.649.478	76,3	241.839.040	179.920.392	74,4
Nacional	65.672.372	11.292.581	17,2	15.239.040	833.611	5,5
Centro-oeste	37.156.509	30.948.720	83,3	13.960.000	12.368.701	88,6
Nordeste	285.406.857	241.583.207	84,6	110.730.000	86.990.873	78,6
Norte	86.094.991	64.218.105	74,6	30.720.000	21.616.389	70,4
Sudeste	98.724.116	81.142.459	82,2	39.730.000	32.155.920	80,9
Sul	74.881.881	65.464.406	87,4	31.460.000	25.954.898	82,5
Demais Fontes	9.554.456	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.131.913	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	805.328	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.263.991	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.050.266	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.888.995	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.413.963	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes						
(A)	2123	COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: entidade coordenada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	228.341	228.341	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	228.341	228.341	100,0	0	0	0,0
Nacional	228.341	228.341	100,0	0	0	0,0
(A)	2174	Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: TECNOLOGIA GERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	21,0	21,0	100,0	8,0	11,0	137,5
Nacional	21,0	21,0	100,0	8,0	11,0	137,5
Financeiro	51.493.318	40.201.598	78,1	11.296.500	9.022.771	79,9
Fiscal Seguridade	51.493.318	40.201.598	78,1	11.296.500	9.022.771	79,9
Nacional	51.393.318	40.201.598	78,2	11.296.500	9.022.771	79,9
Nordeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2607	Monitoramento das Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar				
Produto: PROJETO ACOMPANHADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.851,0	2.851,0	100,0	1.547,0	1.345,0	86,9
Nacional	2.851,0	2.851,0	100,0	1.547,0	1.345,0	86,9
Financeiro	32.028.816	23.028.816	71,9	7.781.000	6.740.883	86,6
Fiscal Seguridade	32.028.816	23.028.816	71,9	7.781.000	6.740.883	86,6
Nacional	32.028.816	23.028.816	71,9	7.781.000	6.740.883	86,6
(P)	3651	Capacitação de Agricultores Familiares				
Produto: AGRICULTOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	360.774,0	360.774,0	100,0	42.991,0	255.000,0	593,1
Nacional	282.380,0	282.380,0	100,0	42.991,0	255.000,0	593,1
Centro-oeste	10.028,0	10.028,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5.552,0	5.552,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8.429,0	8.429,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	10.277,0	10.277,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	44.108,0	44.108,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	108.064.920	59.820.394	55,4	38.360.000	23.133.789	60,3
Fiscal Seguridade	107.630.394	59.820.394	55,6	38.360.000	23.133.789	60,3
Nacional	107.430.394	59.820.394	55,7	38.360.000	23.133.789	60,3
Sul	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	434.526	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	41.430	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	168.188	0	0,0	0	0	0,0
Norte	54.177	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	97.697	0	0,0	0	0	0,0
Sul	73.035	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes						
(P)	3654	Estudos de Avaliação do Desempenho do PRONAF				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	8,0	2,0	25,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	8,0	2,0	25,0
Financeiro	2.365.602	1.865.602	78,9	500.000	73.102	14,6
Fiscal Seguridade	2.365.602	1.865.602	78,9	500.000	73.102	14,6
Nacional	2.365.602	1.865.602	78,9	500.000	73.102	14,6
(P)	5684	Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização do PRONAF				
Produto: PROJETO CONTRATADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.894,0	5.894,0	100,0	1.547,0	2.122,0	137,2
Nacional	5.322,0	5.322,0	100,0	1.547,0	2.122,0	137,2
Centro-oeste	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	222,0	222,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	70,0	70,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	129,0	129,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	96,0	96,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.994.684	8.994.684	100,0	6.104.000	3.066.360	50,2
Fiscal Seguridade	8.994.684	8.994.684	100,0	6.104.000	3.066.360	50,2
Nacional	8.994.684	8.994.684	100,0	6.104.000	3.066.360	50,2
(P)	5695	Assistência Técnica e Extensão Rural				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: PRODUTOR ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	132.600,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	132.600,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.435.662	4.435.662	100,0	2.260.000	1.847.006	81,7
Fiscal Seguridade	4.435.662	4.435.662	100,0	2.260.000	1.847.006	81,7
Nacional	4.435.662	4.435.662	100,0	2.260.000	1.847.006	81,7
(P)	5695	EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: PRODUTORES ATENDIDOS			Unidade de Medida: unidade			
Físico	489.389,0	489.389,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	20.501,0	20.501,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	161.584,0	161.584,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	55.585,0	55.585,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	44.444,0	44.444,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	207.275,0	207.275,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.497.673	4.170.195	75,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.170.195	4.170.195	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.170.195	4.170.195	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.327.478	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	44.319	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	119.715	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	489.136	0	0,0	0	0	0,0
Norte	156.876	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	286.593	0	0,0	0	0	0,0
Sul	230.840	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes						
(P)	5696	Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: ENTIDADE ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	526,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	526,0	S.R.	0,0
Financeiro	56.863.212	52.872.811	93,0	9.674.000	9.169.688	94,8
Fiscal Seguridade	52.872.811	52.872.811	100,0	9.674.000	9.169.688	94,8
Nacional	52.257.811	52.257.811	100,0	9.674.000	9.169.688	94,8
Nordeste	180.000	180.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	365.000	365.000	100,0	0	0	0,0
Sul	70.000	70.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	3.990.401	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.990.401	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6313	DESENVOLVIMENTO RURAL				
Produto: Município apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7101	DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR				
Produto: agroindústria implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9331	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AGRICULTORES FAMILIARES (Ministério da Fazenda)				
Produto: agricultor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.830.256,0	1.558.663,0	55,1	685.490,0	833.793,0	121,6
Centro-oeste	65.335,0	42.506,0	65,1	12.344,0	28.739,0	232,8
Nordeste	877.201,0	404.144,0	46,1	198.259,0	299.064,0	150,8
Norte	70.994,0	46.431,0	65,4	14.457,0	28.933,0	200,1
Sudeste	374.737,0	210.675,0	56,2	90.623,0	110.989,0	122,5
Sul	1.441.989,0	854.907,0	59,3	369.807,0	366.068,0	99,0
Financeiro	5.097.030.631	1.060.962.459	20,8	1.971.988.312	0	0,0
Demais Fontes	5.097.030.631	1.060.962.459	20,8	1.971.988.312	0	0,0
Nacional	3.032.950.771	1.060.962.459	35,0	1.971.988.312	0	0,0
Centro-oeste	37.665.115	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	597.528.498	0	0,0	0	0	0,0
Norte	43.497.282	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	272.730.374	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.112.658.592	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9332	CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS VINCULADAS À AGRICULTURA FAMILIAR (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: agroindústria implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.750,0	507,0	13,5	1.250,0	S.R.	0,0
Nacional	3.750,0	507,0	13,5	1.250,0	S.R.	0,0
Financeiro	573.191.592	23.191.592	4,0	250.000.000	0	0,0
Demais Fontes	573.191.592	23.191.592	4,0	250.000.000	0	0,0
Nacional	573.191.592	23.191.592	4,0	250.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes						
(OA) 9333 CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AGRICULTORES FAMILIARES						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: agricultor beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	162.725,0	80.510,0	49,5	45.000,0	27.725,0	61,6
Nacional	162.725,0	80.510,0	49,5	45.000,0	27.725,0	61,6
Financeiro	1.339.947.591	389.947.591	29,1	450.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.339.947.591	389.947.591	29,1	450.000.000	0	0,0
Nacional	1.339.947.591	389.947.591	29,1	450.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	11.731.667.037	4.637.903.036	39,5	4.169.239.852	1.251.103.431	30,0
Fiscal Seguridade	4.706.190.363	3.163.801.395	68,3	1.497.251.540	1.251.103.431	83,6
Demais Fontes	7.025.476.674	1.474.101.641	21,0	2.671.988.312	0	0,0
0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM						
(OE) 0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	110.404,0	110.404,0	100,0	37.000,0	39.405,0	106,5
Nacional	76.250,0	76.250,0	100,0	37.000,0	39.405,0	106,5
Centro-oeste	14.123,0	14.123,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9.597,0	9.597,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4.307,0	4.307,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.991,0	1.991,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	4.136,0	4.136,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	269.795.134	177.295.134	65,7	92.500.000	83.846.610	90,6
Fiscal Seguridade	269.795.134	177.295.134	65,7	92.500.000	83.846.610	90,6
Nacional	269.795.134	177.295.134	65,7	92.500.000	83.846.610	90,6
(P) 3668 Infra-estrutura Complementar para Emancipação de Assentamentos Rurais Criados até 1998						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	55.338,0	55.338,0	100,0	37.000,0	386,0	1,0
Nacional	97,0	97,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	8.357,0	8.357,0	100,0	9.102,0	1,0	0,0
Nordeste	15.382,0	15.382,0	100,0	13.940,0	S.R.	0,0
Norte	19.453,0	19.453,0	100,0	8.160,0	230,0	2,8
Sudeste	4.583,0	4.583,0	100,0	2.824,0	5,0	0,2
Sul	7.466,0	7.466,0	100,0	2.974,0	150,0	5,0
Financeiro	132.685.259	91.415.259	68,9	29.456.081	26.004.125	88,3
Fiscal Seguridade	132.685.259	91.415.259	68,9	29.456.081	26.004.125	88,3
Nacional	41.270.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	17.285.855	17.285.855	100,0	7.865.522	6.039.593	76,8
Nordeste	39.565.570	39.565.570	100,0	12.352.195	11.968.696	96,9
Norte	24.371.075	24.371.075	100,0	5.046.420	4.634.904	91,8
Sudeste	3.994.643	3.994.643	100,0	1.836.205	1.230.751	67,0
Sul	6.198.116	6.198.116	100,0	2.355.739	2.130.181	90,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM						
(P) 5530 Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998						
Produto: FAMÍLIA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	63.833,0	63.833,0	100,0	37.000,0	19.489,0	52,7
Nacional	37.721,0	37.721,0	100,0	37.000,0	19.489,0	52,7
Centro-oeste	884,0	884,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	11.236,0	11.236,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	10.232,0	10.232,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.866,0	1.866,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.894,0	1.894,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.958.163	25.158.163	63,0	11.202.919	10.770.771	96,1
Fiscal Seguridade	39.958.163	25.158.163	63,0	11.202.919	10.770.771	96,1
Nacional	39.958.163	25.158.163	63,0	11.202.919	10.770.771	96,1
(P) 5533 Assistência Técnica e Capacitação de Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998 - LUMIAR						
Produto: FAMÍLIA ASSISTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	163.891,0	163.891,0	100,0	37.000,0	37.000,0	100,0
Nacional	63.260,0	63.260,0	100,0	37.000,0	37.000,0	100,0
Centro-oeste	17.965,0	17.965,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	35.736,0	35.736,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	27.396,0	27.396,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	6.948,0	6.948,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	12.586,0	12.586,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.545.317	14.945.317	60,9	6.069.000	5.729.010	94,4
Fiscal Seguridade	24.545.317	14.945.317	60,9	6.069.000	5.729.010	94,4
Nacional	24.545.317	14.945.317	60,9	6.069.000	5.729.010	94,4
(P) 5609 Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais Criados até 1998						
Produto: FAMÍLIA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	47.013,0	47.013,0	100,0	37.000,0	24.336,0	65,8
Nacional	34.394,0	34.394,0	100,0	37.000,0	24.336,0	65,8
Centro-oeste	1.110,0	1.110,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2.128,0	2.128,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3.204,0	3.204,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.928,0	2.928,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.249,0	3.249,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.587.297	6.887.297	65,1	3.700.000	3.604.493	97,4
Fiscal Seguridade	10.587.297	6.887.297	65,1	3.700.000	3.604.493	97,4
Nacional	10.587.297	6.887.297	65,1	3.700.000	3.604.493	97,4
(P) 6319 CAPACITAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.						
Produto: Agente capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	477.571.170	315.701.170	66,1	142.928.000	129.955.009	90,9
Fiscal Seguridade	477.571.170	315.701.170	68,3	142.928.000	129.955.009	90,9

0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM						
(P)	1066	Georeferenciamento e Levantamento do Uso da Terra				
	Produto: IMÓVEL GEOREFERENCIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.793,0	4.793,0	100,0	1.566,0	1.710,0	109,2
Nacional	3.099,0	3.099,0	100,0	1.566,0	1.710,0	109,2
Centro-oeste	337,0	337,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	657,0	657,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	468,0	468,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	178,0	178,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.693.921	8.343.921	78,0	2.350.000	2.192.078	93,3
Fiscal Seguridade	10.693.921	8.343.921	78,0	2.350.000	2.192.078	93,3
Nacional	10.693.921	8.343.921	78,0	2.350.000	2.192.078	93,3
(A)	2105	Gerenciamento do Cadastro Rural				
	Produto: IMÓVEL CADASTRADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16.452.951,8	16.452.951,8	100,0	4.134.000,0	4.134.000,0	100,0
Nacional	12.760.303,0	12.760.303,0	100,0	4.134.000,0	4.134.000,0	100,0
Centro-oeste	394.766,0	394.766,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	641.469,8	641.469,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	273.008,0	273.008,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1.119.334,0	1.119.334,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1.264.071,0	1.264.071,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	28.978.676	17.378.676	60,0	9.600.000	8.730.544	90,9
Fiscal Seguridade	28.978.676	17.378.676	60,0	9.600.000	8.730.544	90,9
Nacional	28.978.676	17.378.676	60,0	9.600.000	8.730.544	90,9
(A)	2110	Demarcação Topográfica em Ações de Regularização Fundiária				
	Produto: DEMARCAÇÃO REALIZADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	16.751,0	16.751,0	100,0	6.747,0	6.413,0	95,0
Nacional	13.851,0	13.851,0	100,0	6.747,0	6.413,0	95,0
Centro-oeste	790,0	790,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2.110,0	2.110,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.970.692	10.270.692	73,5	3.800.000	3.511.898	92,4
Fiscal Seguridade	13.970.692	10.270.692	73,5	3.800.000	3.511.898	92,4
Nacional	13.950.692	10.250.692	73,5	3.800.000	3.511.898	92,4
Centro-oeste	20.000	20.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2114	Sistema de Cadastro Rural				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	28.216.556	21.116.556	74,8	7.100.000	6.986.248	98,4
Fiscal Seguridade	28.216.556	21.116.556	74,8	7.100.000	6.986.248	98,4
Nacional	28.216.556	21.116.556	74,8	7.100.000	6.986.248	98,4
Financ. Total Programa	81.859.845	57.109.845	69,8	22.850.000	21.420.768	93,7
Fiscal Seguridade	81.859.845	57.109.845	68,3	22.850.000	21.420.768	93,7

0139 GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0139 GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM						
(P) 1062 Promoção da Qualidade e da Produtividade na Reforma Agrária						
Produto: PROGRAMA DE QUALIDADE IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5,0	5,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	349.426	299.426	85,7	50.000	35.649	71,3
Fiscal Seguridade	349.426	299.426	85,7	50.000	35.649	71,3
Nacional	349.426	299.426	85,7	50.000	35.649	71,3
(A) 2038 Coordenação e Suporte Técnico às Ações do Banco da Terra						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Financeiro	1.437.087	637.087	44,3	800.000	429.987	53,7
Fiscal Seguridade	1.437.087	637.087	44,3	800.000	429.987	53,7
Nacional	1.437.087	637.087	44,3	800.000	429.987	53,7
(A) 2103 Formulação e Avaliação da Política Fundiária						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	9,0	9,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.849.868	2.849.868	74,0	1.000.000	1.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.849.868	2.849.868	74,0	1.000.000	1.000.000	100,0
Nacional	3.849.868	2.849.868	74,0	1.000.000	1.000.000	100,0
(A) 2104 Cooperação Técnica para Melhoria da Gestão e das Ações Produtivas em Áreas de Assentamentos						
Produto: ASSENTAMENTO ASSISTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.030,0	1.030,0	100,0	404,0	404,0	100,0
Nacional	1.025,0	1.025,0	100,0	404,0	404,0	100,0
Sul	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.456.462	12.642.462	72,4	4.814.000	4.806.172	99,8
Fiscal Seguridade	17.456.462	12.642.462	72,4	4.814.000	4.806.172	99,8
Nacional	17.213.712	12.399.712	72,0	4.814.000	4.806.172	99,8
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Sul	142.750	142.750	100,0	0	0	0,0
(A) 2112 Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo						
Produto: CONFLITO E TENSÃO CONTROLADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.089,0	1.089,0	100,0	158,0	306,0	193,7
Nacional	587,0	587,0	100,0	158,0	306,0	193,7
Centro-oeste	91,0	91,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	171,0	171,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	43,0	43,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	106,0	106,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	91,0	91,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.797.674	1.323.674	73,6	474.000	440.682	93,0
Fiscal Seguridade	1.797.674	1.323.674	73,6	474.000	440.682	93,0
Nacional	1.797.674	1.323.674	73,6	474.000	440.682	93,0
(A) 2373 Capacitação de Executores - BANCO DA TERRA						
Produto: AGENTE CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	599,0	599,0	100,0	400,0	599,0	149,8
Nacional	599,0	599,0	100,0	400,0	599,0	149,8
Financeiro	300.408	100.408	33,4	200.000	100.408	50,2
Fiscal Seguridade	300.408	100.408	33,4	200.000	100.408	50,2
Nacional	300.408	100.408	33,4	200.000	100.408	50,2



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0139 GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA						
Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM						
(P)	7020	Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	62,0	62,0	100,0	33,0	S.R.	0,0
Nacional	62,0	62,0	100,0	33,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.597.230	2.897.230	63,0	1.700.000	1.313.970	77,3
Fiscal Seguridade	4.597.230	2.897.230	63,0	1.700.000	1.313.970	77,3
Nacional	4.597.230	2.897.230	63,0	1.700.000	1.313.970	77,3
Financ. Total Programa	29.788.155	20.750.155	69,7	9.038.000	8.126.868	89,9
Fiscal Seguridade	29.788.155	20.750.155	68,3	9.038.000	8.126.868	89,9
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(OE)	0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais - BANCO DA TERRA				
Produto: AREA OBTIDA			Unidade de Medida: HA			
Físico	860.924,2	860.924,2	100,0	858.252,0	199.945,0	23,3
Nacional	860.924,2	860.924,2	100,0	858.252,0	199.945,0	23,3
Financeiro	862.956.000	614.456.000	71,2	247.500.000	226.794.000	91,6
Fiscal Seguridade	862.956.000	614.456.000	71,2	247.500.000	226.794.000	91,6
Nacional	862.956.000	614.456.000	71,2	247.500.000	226.794.000	91,6
(OE)	0062	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	140.265,0	140.265,0	100,0	37.000,0	34.910,0	94,4
Nacional	94.875,0	94.875,0	100,0	37.000,0	34.910,0	94,4
Centro-oeste	8.032,0	8.032,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	15.832,0	15.832,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	15.422,0	15.422,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.368,0	3.368,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2.736,0	2.736,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	559.899.915	415.599.915	74,2	144.300.000	134.270.392	93,0
Fiscal Seguridade	559.899.915	415.599.915	74,2	144.300.000	134.270.392	93,0
Nacional	559.899.915	415.599.915	74,2	144.300.000	134.270.392	93,0
(A)	2106	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.214.965	3.284.965	63,0	1.200.000	1.179.576	98,3
Fiscal Seguridade	5.214.965	3.284.965	63,0	1.200.000	1.179.576	98,3
Nacional	5.214.965	3.284.965	63,0	1.200.000	1.179.576	98,3
(A)	2107	Discriminação de Áreas Devolutas e Terras Irregularmente Ocupadas				
Produto: AREA DISCRIMINADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	273.214,0	273.214,0	100,0	215.889,0	S.R.	0,0
Nacional	191.832,0	191.832,0	100,0	215.889,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	69.000,0	69.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	6.902,0	6.902,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.480,0	5.480,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.886.892	2.086.892	72,3	800.000	737.091	92,1
Fiscal Seguridade	2.886.892	2.086.892	72,3	800.000	737.091	92,1
Nacional	2.886.892	2.086.892	72,3	800.000	737.091	92,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(A) 2108 Assistência Jurídica às Famílias Acampadas						
Produto: FAMÍLIA ASSISTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	89.590,0	89.590,0	100,0	45.000,0	43.210,0	96,0
Nacional	82.217,0	82.217,0	100,0	45.000,0	43.210,0	96,0
Centro-oeste	1.080,0	1.080,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5.021,0	5.021,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.272,0	1.272,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.296.376	1.596.376	69,5	610.000	585.756	96,0
Fiscal Seguridade	2.296.376	1.596.376	69,5	610.000	585.756	96,0
Nacional	2.296.376	1.596.376	69,5	610.000	585.756	96,0
(A) 2109 Assistência Social às Famílias Acampadas						
Produto: FAMÍLIA ASSISTIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	231.778,0	231.778,0	100,0	62.500,0	28.519,0	45,6
Nacional	120.262,0	120.262,0	100,0	62.500,0	28.519,0	45,6
Centro-oeste	37.770,0	37.770,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	29.891,0	29.891,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	32.104,0	32.104,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	8.366,0	8.366,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3.385,0	3.385,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.211.551	2.311.551	72,0	1.033.000	701.362	67,9
Fiscal Seguridade	3.211.551	2.311.551	72,0	1.033.000	701.362	67,9
Nacional	3.116.432	2.216.432	71,1	1.033.000	701.362	67,9
Centro-oeste	95.119	95.119	100,0	0	0	0,0
(A) 2111 Titulação de Terras						
Produto: IMÓVEL TITULADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	140.258,0	140.258,0	100,0	50.000,0	24.112,0	48,2
Nacional	79.523,0	79.523,0	100,0	50.000,0	24.112,0	48,2
Centro-oeste	10.323,0	10.323,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	17.886,0	17.886,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	22.321,0	22.321,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.513,0	2.513,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	7.692,0	7.692,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.990.337	12.070.337	60,4	6.600.000	6.189.420	93,8
Fiscal Seguridade	19.990.337	12.070.337	60,4	6.600.000	6.189.420	93,8
Nacional	19.990.337	12.070.337	60,4	6.600.000	6.189.420	93,8
(A) 2116 Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação e Aquisição						
Produto: IMÓVEL IDENTIFICADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3.378,0	3.378,0	100,0	2.188,0	955,0	43,6
Nacional	2.233,0	2.233,0	100,0	2.188,0	955,0	43,6
Centro-oeste	256,0	256,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	540,0	540,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	114,0	114,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	133,0	133,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	102,0	102,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.270.445	26.270.445	76,7	10.680.000	9.261.232	86,7
Fiscal Seguridade	34.270.445	26.270.445	76,7	10.680.000	9.261.232	86,7
Nacional	34.270.445	26.270.445	76,7	10.680.000	9.261.232	86,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(A)	2908	Perícia Judicial em Ações de Desapropriação de Imóveis		Unidade de Medida: UNIDADE		
Produto: PERICIA REALIZADA						
Físico	1.019,0	1.019,0	100,0	750,0	299,0	39,9
Nacional	1.019,0	1.019,0	100,0	750,0	299,0	39,9
Financeiro	17.683.477	10.183.477	57,6	7.500.000	6.698.386	89,3
Fiscal Seguridade	17.683.477	10.183.477	57,6	7.500.000	6.698.386	89,3
Nacional	17.683.477	10.183.477	57,6	7.500.000	6.698.386	89,3
(P)	5527	Topografia em Áreas de Assentamento Rural		Unidade de Medida: UNIDADE		
Produto: FAMILIA ATENDIDA						
Físico	97.506,0	97.506,0	100,0	37.000,0	28.741,0	77,7
Centro-oeste	12.928,0	12.928,0	100,0	6.765,0	2.481,0	36,7
Nordeste	33.172,0	33.172,0	100,0	11.390,0	14.587,0	128,1
Norte	41.665,0	41.665,0	100,0	14.740,0	10.588,0	71,8
Sudeste	4.498,0	4.498,0	100,0	2.240,0	229,0	10,2
Sul	5.243,0	5.243,0	100,0	1.865,0	856,0	45,9
Financeiro	58.922.991	44.122.991	74,9	14.800.000	14.283.116	96,5
Fiscal Seguridade	58.922.991	44.122.991	74,9	14.800.000	14.283.116	96,5
Nacional	14.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.639.435	7.639.435	100,0	2.706.000	2.702.171	99,9
Nordeste	12.915.215	12.915.215	100,0	4.556.000	4.361.422	95,7
Norte	19.024.056	19.024.056	100,0	5.896.000	5.832.288	98,9
Sudeste	2.084.370	2.084.370	100,0	896.000	756.183	84,4
Sul	2.459.915	2.459.915	100,0	746.000	631.052	84,6
(P)	5608	Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural		Unidade de Medida: UNIDADE		
Produto: FAMILIA ATENDIDA						
Físico	84.904,0	84.904,0	100,0	37.857,0	36.517,0	96,5
Centro-oeste	11.839,0	11.839,0	100,0	10.260,0	5.602,0	54,6
Nordeste	26.150,0	26.150,0	100,0	10.100,0	12.219,0	121,0
Norte	34.459,0	34.459,0	100,0	14.647,0	15.918,0	108,7
Sudeste	5.697,0	5.697,0	100,0	1.370,0	1.191,0	86,9
Sul	6.759,0	6.759,0	100,0	1.480,0	1.587,0	107,2
Financeiro	13.797.271	10.097.271	73,2	4.100.000	3.260.221	79,5
Fiscal Seguridade	13.797.271	10.097.271	73,2	4.100.000	3.260.221	79,5
Nacional	3.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.941.977	1.941.977	100,0	1.026.000	812.285	79,2
Nordeste	2.940.395	2.940.395	100,0	1.010.000	958.948	94,9
Norte	4.310.698	4.310.698	100,0	1.779.000	1.275.015	71,7
Sudeste	326.658	326.658	100,0	137.000	69.445	50,7
Sul	577.543	577.543	100,0	148.000	144.528	97,7
(P)	5611	Obtenção de Terras		Unidade de Medida: HA		
Produto: AREA OBTIDA						
Físico	3.191.356,3	3.191.356,3	100,0	1.337.432,0	332.757,0	24,9
Nacional	853.796,3	853.796,3	100,0	1.337.432,0	332.757,0	24,9
Centro-oeste	492.495,0	492.495,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	664.929,0	664.929,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	998.168,0	998.168,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	99.457,0	99.457,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	82.511,0	82.511,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.230.567.165	767.967.165	62,4	362.720.000	287.320.769	79,2
Fiscal Seguridade	1.230.567.165	767.967.165	62,4	362.720.000	287.320.769	79,2
Nacional	1.230.567.165	767.967.165	62,4	362.720.000	287.320.769	79,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

600

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(P)	7099	REASSENTAMENTO DE "NÃO ÍNDIOS" OCUPANTES DE TERRAS INDÍGENAS.				
Produto: Famílias assentadas			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.811.697.385	1.910.047.385	67,9	801.843.000	691.281.321	86,2
Fiscal Seguridade	2.811.697.385	1.910.047.385	68,3	801.843.000	691.281.321	86,2
0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(OE)	0060	Concessão de Crédito para Implantação de Infra-estrutura Básica - BANCO DA TERRA				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40.741,0	40.741,0	100,0	20.800,0	11.734,0	56,4
Nacional	40.741,0	40.741,0	100,0	20.800,0	11.734,0	56,4
Financeiro	272.950.000	187.670.000	68,8	85.280.000	85.280.000	100,0
Fiscal Seguridade	272.950.000	187.670.000	68,8	85.280.000	85.280.000	100,0
Nacional	272.950.000	187.670.000	68,8	85.280.000	85.280.000	100,0
(P)	1177	Implantação de Infra-estrutura Básica em Assentamentos Rurais - Cédula da Terra				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17.470,0	17.470,0	100,0	3.780,0	1.120,0	29,6
Nacional	17.470,0	17.470,0	100,0	3.780,0	1.120,0	29,6
Financeiro	40.000.000	40.000.000	100,0	15.500.000	15.500.000	100,0
Fiscal Seguridade	40.000.000	40.000.000	100,0	15.500.000	15.500.000	100,0
Nacional	40.000.000	40.000.000	100,0	15.500.000	15.500.000	100,0
(P)	1545	Implantação de Infra-estrutura Básica em Assentamentos Rurais - Combate à Pobreza Rural				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.808,0	2.808,0	100,0	12.200,0	2.808,0	23,0
Nordeste	2.808,0	2.808,0	100,0	10.370,0	2.808,0	27,1
Sudeste	0,0	0,0	0,0	854,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	976,0	S.R.	0,0
Financeiro	147.543.995	97.523.995	66,1	50.020.000	24.166.000	48,3
Fiscal Seguridade	147.543.995	97.523.995	66,1	50.020.000	24.166.000	48,3
Nordeste	127.980.995	85.463.995	66,8	42.517.000	22.030.000	51,8
Sudeste	10.281.000	6.780.000	65,9	3.501.000	1.736.000	49,6
Sul	9.282.000	5.280.000	56,9	4.002.000	400.000	10,0
(A)	2102	ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL PACAL				
Produto: Entidade beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Norte	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário						
0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS						
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva						
(P)	3667	Investimento em Infra-estrutura Básica para Assentamentos Rurais				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	111.864,0	111.864,0	100,0	121.061,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	74.918,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	18.089,0	18.089,0	100,0	6.674,0	S.R.	0,0
Nordeste	32.967,0	32.967,0	100,0	12.788,0	S.R.	0,0
Norte	46.817,0	46.817,0	100,0	21.003,0	S.R.	0,0
Sudeste	7.562,0	7.562,0	100,0	3.066,0	S.R.	0,0
Sul	6.429,0	6.429,0	100,0	2.612,0	S.R.	0,0
Financeiro	300.573.717	255.553.717	85,0	104.501.100	75.992.715	72,7
Fiscal Seguridade	300.573.717	255.553.717	85,0	104.501.100	75.992.715	72,7
Nacional	43.534.898	16.694.898	38,3	26.288.000	16.694.898	63,5
Centro-oeste	36.759.371	36.659.371	99,7	13.349.000	11.817.169	88,5
Nordeste	65.294.506	65.129.506	99,7	15.574.000	14.997.442	96,3
Norte	128.571.481	111.176.481	86,5	37.933.100	21.739.194	57,3
Sudeste	12.996.790	12.576.790	96,8	6.132.000	5.627.018	91,8
Sul	13.416.671	13.316.671	99,3	5.225.000	5.116.994	97,9
(A)	4576	Acompanhamento da Instalação de Projetos de Assentamentos Rurais				
Produto: PROJETO VISTORIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.535,0	1.535,0	100,0	1.245,0	S.R.	0,0
Nacional	739,0	739,0	100,0	1.245,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	136,0	136,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	402,0	402,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	143,0	143,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	65,0	65,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	48.196.499	32.196.499	66,8	20.111.000	16.914.591	84,1
Fiscal Seguridade	48.196.499	32.196.499	66,8	20.111.000	16.914.591	84,1
Nacional	48.196.499	32.196.499	66,8	20.111.000	16.914.591	84,1
(P)	5613	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - LUMIAR				
Produto: FAMÍLIA ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	306.465,0	306.465,0	100,0	37.000,0	56.520,0	152,8
Nacional	126.850,0	126.850,0	100,0	37.000,0	56.520,0	152,8
Centro-oeste	23.112,0	23.112,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	74.873,0	74.873,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	50.509,0	50.509,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	11.941,0	11.941,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	19.180,0	19.180,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.017.468	57.917.468	83,9	11.100.000	10.800.950	97,3
Fiscal Seguridade	69.017.468	57.917.468	83,9	11.100.000	10.800.950	97,3
Nacional	69.017.468	57.917.468	83,9	11.100.000	10.800.950	97,3
Financ. Total Programa	879.281.679	671.861.679	76,4	286.512.100	228.654.256	79,8
Fiscal Seguridade	879.281.679	671.861.679	68,3	286.512.100	228.654.256	79,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri						
(OE) 0379 FINANCIAMENTO NA ÁREA DE BENS DE CONSUMO						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	150.994.657	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	150.994.657	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	150.994.657	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0384 FINANCIAMENTO NA ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	409.368.824	200.000.000	48,9	25.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	409.368.824	200.000.000	48,9	25.000.000	0	0,0
Nacional	409.368.824	200.000.000	48,9	25.000.000	0	0,0
(P) 1413 Estudos para Identificação de Oportunidades de Investimentos Produtivos para o Desenvolvimento Regional						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	17,0	17,0	100,0	13,0	2,0	15,4
Nacional	17,0	17,0	100,0	13,0	2,0	15,4
Financeiro	540.902	360.902	66,7	150.000	143.102	95,4
Fiscal Seguridade	540.902	360.902	66,7	150.000	143.102	95,4
Nacional	540.902	360.902	66,7	150.000	143.102	95,4
(P) 1415 Estudos para Identificação dos Entraves ao Reposicionamento Competitivo de cada Cadeia Produtiva na Área de Comércio e Serviços						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7,0	7,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	4,0	3,0	75,0
Financeiro	543.173	431.173	79,4	300.000	214.222	71,4
Fiscal Seguridade	543.173	431.173	79,4	300.000	214.222	71,4
Nacional	543.173	431.173	79,4	300.000	214.222	71,4
(P) 1417 Estímulo ao Revigoramento do Conselho Nacional de Secretários de Indústria e Comércio dos Estados						
Produto: CONSELHO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6,0	6,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	104.334	46.734	44,8	50.000	17.934	35,9
Fiscal Seguridade	104.334	46.734	44,8	50.000	17.934	35,9
Nacional	104.334	46.734	44,8	50.000	17.934	35,9
(P) 1419 Estudos para Identificação dos Entraves ao Reposicionamento Competitivo de cada Cadeia Produtiva Seleccionada na Área Industrial						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	53,0	53,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Nacional	53,0	53,0	100,0	30,0	20,0	66,7
Financeiro	990.115	430.115	43,4	927.000	156.853	16,9
Fiscal Seguridade	990.115	430.115	43,4	927.000	156.853	16,9
Nacional	990.115	430.115	43,4	927.000	156.853	16,9
(P) 1423 Instalação de Fóruns de Competitividade por Cadeia Produtiva						
Produto: EVENTO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8,0	8,0	100,0	7,0	2,0	28,6
Nacional	8,0	8,0	100,0	7,0	2,0	28,6
Financeiro	495.726	327.726	66,1	210.000	74.026	35,3
Fiscal Seguridade	495.726	327.726	66,1	210.000	74.026	35,3
Nacional	495.726	327.726	66,1	210.000	74.026	35,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri						
(P)	1429	Planos de Ação por Cadeia Produtiva Envolvendo Compromissos do Setor Público e Privado e Metas de Desempenho Setorial				
	Produto: PLANO ESTABELECIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	7,0	8,0	114,3
Nacional	17,0	17,0	100,0	7,0	8,0	114,3
Financeiro	1.836.199	1.444.199	78,7	1.040.000	674.366	64,8
Fiscal Seguridade	1.836.199	1.444.199	78,7	1.040.000	674.366	64,8
Nacional	1.836.199	1.444.199	78,7	1.040.000	674.366	64,8
(P)	1693	Estudos para o Aproveitamento de Resíduos				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	114.361	2.361	2,1	134.000	2.361	1,8
Fiscal Seguridade	114.361	2.361	2,1	134.000	2.361	1,8
Nacional	114.361	2.361	2,1	134.000	2.361	1,8
(P)	1703	Implantação de Sistema de Identificação e Divulgação de Barreiras Técnicas				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	5,0	5,0	100,0	15,0	5,0	33,3
Nacional	5,0	5,0	100,0	15,0	5,0	33,3
Financeiro	97.570	33.870	34,7	100.000	33.870	33,9
Fiscal Seguridade	97.570	33.870	34,7	100.000	33.870	33,9
Nacional	97.570	33.870	34,7	100.000	33.870	33,9
(P)	5295	Desenvolvimento do Portal de Informação Tecnológica Estratégica para Apoio ao Setor Produtivo				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	6,0	6,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Financeiro	99.534	35.834	36,0	100.000	35.834	35,8
Fiscal Seguridade	99.534	35.834	36,0	100.000	35.834	35,8
Nacional	99.534	35.834	36,0	100.000	35.834	35,8
(P)	5297	Estudos de Prospecção Tecnológica em Cadeias Produtivas				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	4,0	4,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	137.969	42.419	30,7	150.000	42.419	28,3
Fiscal Seguridade	137.969	42.419	30,7	150.000	42.419	28,3
Nacional	137.969	42.419	30,7	150.000	42.419	28,3
(P)	7603	Criação e Promoção da Marca Brasil				
	Produto: PRODUTO CERTIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	20,0	20,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	320.945	210.945	65,7	364.000	7.980	2,2
Fiscal Seguridade	320.945	210.945	65,7	364.000	7.980	2,2
Nacional	320.945	210.945	65,7	364.000	7.980	2,2
(OA)	9478	ESTÍMULO À ADOÇÃO DO BALANÇO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS				
	Produto: empresas com balanço adotado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	80,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	80,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL						
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri						
(OA)	9479	ESTÍMULO À ADOÇÃO DO BALANÇO DE ECOEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS				
Produto: empresa com balanço ambiental implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	60,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	60,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9703	Financiamento à indústria				
Produto: Financiamento a empresa industrial			Unidade de Medida: R\$ 1000,00			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	565.644.309	203.366.278	36,0	28.525.000	1.402.967	4,9
Fiscal Seguridade	565.644.309	203.366.278	67,6	28.525.000	1.402.967	4,9
8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO						
Gerente em 31/12/2002: Rogério A.S.P. Vianna						
(A)	4551	TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO				
Produto: empresa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5293	Estudos para a Promoção do Comércio Eletrônico				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	137.909	54.080	39,2	131.600	54.080	41,1
Fiscal Seguridade	137.909	54.080	39,2	131.600	54.080	41,1
Nacional	137.909	54.080	39,2	131.600	54.080	41,1
(P)	5663	IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP - BRASIL				
Produto: autoridade certificadora raiz implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	137.909	54.080	39,2	131.600	54.080	41,1
Fiscal Seguridade	137.909	54.080	67,6	131.600	54.080	41,1
0416 CULTURA EXPORTADORA						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Nunes de Souza						
(P)	1006	Promoção de Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	32,0	32,0	100,0	12,0	17,0	141,7
Nacional	32,0	32,0	100,0	12,0	17,0	141,7
Financeiro	2.695.679	2.535.679	94,1	375.000	374.641	99,9
Fiscal Seguridade	2.695.679	2.535.679	94,1	375.000	374.641	99,9
Nacional	2.695.679	2.535.679	94,1	375.000	374.641	99,9
(P)	1012	Edição e Distribuição de Material Técnico para Orientação ao Exportador				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	203.550,0	203.550,0	100,0	16.000,0	34.050,0	212,8
Nacional	203.550,0	203.550,0	100,0	16.000,0	34.050,0	212,8
Financeiro	235.651	107.651	45,7	176.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	235.651	107.651	45,7	176.000	0	0,0
Nacional	235.651	107.651	45,7	176.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0416 CULTURA EXPORTADORA						
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Nunes de Souza						
(P)	1013	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE COMÉRCIO EXTERIOR				
Produto: profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.720,0	5.720,0	100,0	1.100,0	3.340,0	303,6
Nacional	820,0	820,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	4.900,0	4.900,0	100,0	1.100,0	3.340,0	303,6
Financeiro	1.280.096	1.200.096	93,8	547.200	414.895	75,8
Fiscal Seguridade	1.280.096	1.200.096	93,8	547.200	414.895	75,8
Nacional	80.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.200.096	1.200.096	100,0	547.200	414.895	75,8
(P)	3655	Formação de Negociadores em Comércio Exterior				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: TECNICO CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	75,0	75,0	100,0	67,0	S.R.	0,0
Nacional	75,0	75,0	100,0	67,0	S.R.	0,0
Financeiro	801.521	641.521	80,0	160.000	154.002	96,3
Fiscal Seguridade	801.521	641.521	80,0	160.000	154.002	96,3
Nacional	801.521	641.521	80,0	160.000	154.002	96,3
(A)	6106	CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE FORMENTO AO COMÉRCIO EXTERIOR				
Produto: Agente capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9362	FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES				
Produto: profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.140,0	335,0	29,4	360,0	60,0	16,7
Nacional	1.140,0	335,0	29,4	360,0	60,0	16,7
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9363	CONCESSÃO DO PRÊMIO EXPORTAÇÃO				
Produto: empresa premiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	405,0	0,0	0,0	135,0	S.R.	0,0
Nacional	405,0	0,0	0,0	135,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9364	CAPACITAÇÃO PARA EMPRESÁRIOS EXPORTADORES - BB PAE				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: empresário capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	8.290,0	7.845,0	94,6	1.904,0	2.940,0	154,4
Nacional	8.290,0	7.845,0	94,6	1.904,0	2.940,0	154,4
Financeiro	146.000	0	0,0	68.000	0	0,0
Demais Fontes	146.000	0	0,0	68.000	0	0,0
Nacional	146.000	0	0,0	68.000	0	0,0
Financ. Total Programa	5.158.947	4.484.947	86,9	1.326.200	943.538	71,1
Fiscal Seguridade	5.012.947	4.484.947	67,6	1.258.200	943.538	75,0
Demais Fontes	146.000	0	38,8	68.000	0	0,0
0418 DEFESA COMERCIAL						
Gerente em 31/12/2002: Armando de Mello Meziat Neto						
(P)	1004	Estudos para Subsidiar a Participação Brasileira nos Foros Internacionais de Defesa Comercial				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	95,0	95,0	100,0	19,0	23,0	121,1
Nacional	95,0	95,0	100,0	19,0	23,0	121,1
Financeiro	1.528.460	1.408.460	92,1	277.300	277.300	100,0
Fiscal Seguridade	1.528.460	1.408.460	92,1	277.300	277.300	100,0
Nacional	1.528.460	1.408.460	92,1	277.300	277.300	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	606	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0418 DEFESA COMERCIAL						
Gerente em 31/12/2002: Armando de Mello Meziat Neto						
(P)	1005	Promoção de Eventos para Divulgação dos Instrumentos de Defesa Comercial				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	32,0	4,0	12,5
Nacional	15,0	15,0	100,0	32,0	4,0	12,5
Financeiro	71.698	52.498	73,2	8.480	3.812	45,0
Fiscal Seguridade	71.698	52.498	73,2	8.480	3.812	45,0
Nacional	71.698	52.498	73,2	8.480	3.812	45,0
(A)	2021	APOIO AO EXPORTADOR NO PROCESSO DE DEFESA COMERCIAL				
Produto: exportador atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	66,0	66,0	100,0	14,0	26,0	185,7
Nacional	66,0	66,0	100,0	14,0	26,0	185,7
Financeiro	186.639	126.639	67,9	56.000	55.223	98,6
Fiscal Seguridade	186.639	126.639	67,9	56.000	55.223	98,6
Nacional	186.639	126.639	67,9	56.000	55.223	98,6
(A)	2022	Análise de Processos de Defesa Comercial				
Produto: PROCESSO ANALISADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	71,0	71,0	100,0	25,0	36,0	144,0
Nacional	71,0	71,0	100,0	25,0	36,0	144,0
Financeiro	942.631	792.631	84,1	232.800	230.741	99,1
Fiscal Seguridade	942.631	792.631	84,1	232.800	230.741	99,1
Nacional	942.631	792.631	84,1	232.800	230.741	99,1
Financ. Total Programa	2.729.428	2.380.228	87,2	574.580	567.076	98,7
Fiscal Seguridade	2.729.428	2.380.228	67,6	574.580	567.076	98,7
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcia Martins Alves						
(OE)	0411	Financiamento a Pequenas e Médias Empresas				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	114.281.000	94.281.000	82,5	18.635.000	18.635.000	100,0
Fiscal Seguridade	114.281.000	94.281.000	82,5	18.635.000	18.635.000	100,0
Nacional	114.281.000	94.281.000	82,5	18.635.000	18.635.000	100,0
(A)	0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.901.229	5.901.229	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.901.229	5.901.229	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.901.229	5.901.229	100,0	0	0	0,0
(OE)	0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	54.386.353	34.386.353	63,2	35.000.000	34.386.353	98,2
Fiscal Seguridade	54.386.353	34.386.353	63,2	35.000.000	34.386.353	98,2
Nacional	54.386.353	34.386.353	63,2	35.000.000	34.386.353	98,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcia Martins Alves						
(P)	1009	Estudos para a Promoção de Micro e Pequenas Empresas				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	3,0	5,0	166,7
Nacional	14,0	14,0	100,0	3,0	5,0	166,7
Financeiro	558.700	318.700	57,0	480.000	145.437	30,3
Fiscal Seguridade	558.700	318.700	57,0	480.000	145.437	30,3
Nacional	558.700	318.700	57,0	480.000	145.437	30,3
(A)	2037	Serviços de Auditoria e Controle				
	Produto: AUDITORIA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	84.760	84.760	100,0	183.600	29.795	16,2
Fiscal Seguridade	84.760	84.760	100,0	183.600	29.795	16,2
Nacional	84.760	84.760	100,0	183.600	29.795	16,2
(P)	2374	APOIO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)				
	Produto: empresa beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2374	Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	69,0	69,0	100,0	83,0	30,0	36,1
Nacional	38,0	38,0	100,0	83,0	30,0	36,1
Nordeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	27,0	27,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.294.877	5.864.877	63,1	6.430.000	2.016.100	31,4
Fiscal Seguridade	9.294.877	5.864.877	63,1	6.430.000	2.016.100	31,4
Nacional	2.687.759	2.687.759	100,0	6.430.000	2.016.100	31,4
Centro-oeste	250.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	581.118	481.118	82,8	0	0	0,0
Sudeste	1.200.000	70.000	5,8	0	0	0,0
Sul	4.576.000	2.626.000	57,4	0	0	0,0
(P)	5299	Capacitação de Multiplicadores para Gestão de Micro e Pequenas Empresas				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	54,0	25,0	46,3
Nacional	25,0	25,0	100,0	54,0	25,0	46,3
Financeiro	108.000	28.000	25,9	98.400	28.000	28,5
Fiscal Seguridade	108.000	28.000	25,9	98.400	28.000	28,5
Nacional	108.000	28.000	25,9	98.400	28.000	28,5
(P)	5659	IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE RECUPERAÇÃO DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS TÍPICAS NOS ESTADOS				
	Produto: pólo implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6111	APOIO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES NO COMÉRCIO				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcia Martins Alves						
(P) 6112 APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM POTENCIAL EXPORTADOR						
Produto: empresa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6113 CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL						
Produto: agente capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6114 INCUBADORAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS						
Produto: empresa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6115 PROGRAMA DE APOIO E CAPACITAÇÃO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS						
Produto: pessoa capacitada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7589 Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal						
Produto: NUCLEOS PRODUTIVOS ESTRUTURADOS						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	81,0	81,0	100,0	33,0	S.R.	0,0
Nacional	81,0	81,0	100,0	33,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.101.312	5.379.325	88,2	1.285.000	259.281	20,2
Fiscal Seguridade	6.101.312	5.379.325	88,2	1.285.000	259.281	20,2
Nacional	6.051.312	5.379.325	88,9	1.285.000	259.281	20,2
Norte	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9365 FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (BB INVEST)						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: empresa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	59.098,0	59.098,0	100,0	22.360,0	15.111,0	67,6
Nacional	59.098,0	59.098,0	100,0	22.360,0	15.111,0	67,6
Financeiro	1.324.265.000	580.265.000	43,8	358.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.324.265.000	580.265.000	43,8	358.000.000	0	0,0
Nacional	1.324.265.000	580.265.000	43,8	358.000.000	0	0,0
(OA) 9366 FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: empresa beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	944.219,0	764.204,0	80,9	310.000,0	384.647,0	124,1
Nacional	944.219,0	764.204,0	80,9	310.000,0	384.647,0	124,1
Financeiro	6.381.085.486	1.981.085.486	31,0	2.100.000.000	0	0,0
Demais Fontes	6.381.085.486	1.981.085.486	31,0	2.100.000.000	0	0,0
Nacional	6.381.085.486	1.981.085.486	31,0	2.100.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS						
Gerente em 31/12/2002: Marcia Martins Alves						
(OA)	9367	FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (BB-GIRO RÁPIDO)				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: empresa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.808.098,0	1.615.594,0	89,4	291.186,0	958.218,0	329,1
Centro-oeste	180.512,0	175.723,0	97,3	28.858,0	97.070,0	336,4
Nordeste	278.734,0	278.734,0	100,0	41.772,0	156.749,0	375,2
Norte	70.840,0	70.840,0	100,0	8.270,0	40.172,0	485,8
Sudeste	747.593,0	684.651,0	91,6	112.289,0	422.931,0	376,6
Sul	530.419,0	405.646,0	76,5	99.997,0	241.296,0	241,3
Financeiro	9.666.595.491	3.622.595.491	37,5	2.906.000.000	0	0,0
Demais Fontes	9.666.595.491	3.622.595.491	37,5	2.906.000.000	0	0,0
Nacional	6.528.598.260	3.622.595.491	55,5	2.906.000.000	0	0,0
Centro-oeste	310.999.070	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	450.176.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	89.134.604	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.210.074.395	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.077.613.162	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9722	Financiamento à pequenas e médias - BNDES				
Produto: Empresa beneficiada			Unidade de Medida: Unidade			
Físico	257.555,0	257.555,0	100,0	25.248,0	28.562,0	113,1
Nacional	257.555,0	257.555,0	100,0	25.248,0	28.562,0	113,1
Financeiro	13.154.187.671	8.054.187.671	61,2	5.100.000.000	0	0,0
Demais Fontes	13.154.187.671	8.054.187.671	61,2	5.100.000.000	0	0,0
Nacional	13.154.187.671	8.054.187.671	61,2	5.100.000.000	0	0,0
(OA)	9723	Concessão de garantia para financiamento a micro,pequenas e médias empresas-CEF				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: Empresa beneficiada			Unidade de Medida: Unidade			
Físico	1.147.642,0	658.647,0	57,4	310.000,0	257.642,0	83,1
Nacional	1.147.642,0	658.647,0	57,4	310.000,0	257.642,0	83,1
Financeiro	5.160.980.000	3.375.980.000	65,4	1.785.000.000	0	0,0
Demais Fontes	5.160.980.000	3.375.980.000	65,4	1.785.000.000	0	0,0
Nacional	5.160.980.000	3.375.980.000	65,4	1.785.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	35.877.829.879	17.760.357.892	49,5	12.311.112.000	55.499.966	0,5
Fiscal Seguridade	190.716.231	146.244.244	67,6	62.112.000	55.499.966	89,4
Demais Fontes	35.687.113.648	17.614.113.648	38,8	12.249.000.000	0	0,0
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR						
Gerente em 31/12/2002: Ivan João Guimarães Ramalho						
(P)	1003	Desenvolvimento de Novos Pólos de Exportação				
Produto: POLO DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	9,0	3,0	33,3
Nacional	5,0	5,0	100,0	9,0	3,0	33,3
Financeiro	1.448.379	1.328.379	91,7	1.750.300	100.003	5,7
Fiscal Seguridade	1.448.379	1.328.379	91,7	1.750.300	100.003	5,7
Nacional	1.448.379	1.328.379	91,7	1.750.300	100.003	5,7
(P)	1011	Estudos na Área de Comércio Exterior				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	7,0	9,0	128,6
Nacional	15,0	15,0	100,0	7,0	9,0	128,6
Financeiro	1.178.996	1.058.996	89,8	586.320	203.284	34,7
Fiscal Seguridade	1.178.996	1.058.996	89,8	586.320	203.284	34,7
Nacional	1.178.996	1.058.996	89,8	586.320	203.284	34,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

610

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR						
Gerente em 31/12/2002: Ivan João Guimarães Ramalho						
(A) 2020 Controle de Incentivos às Exportações						
Produto: CONTRATO ACOMPANHADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	29,0	29,0	100,0	8,0	28,0	350,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	8,0	28,0	350,0
Financeiro	41.257	26.257	63,6	15.000	11.257	75,0
Fiscal Seguridade	41.257	26.257	63,6	15.000	11.257	75,0
Nacional	41.257	26.257	63,6	15.000	11.257	75,0
(A) 2032 Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	8.108.905	6.708.905	82,7	1.980.000	1.836.178	92,7
Fiscal Seguridade	8.108.905	6.708.905	82,7	1.980.000	1.836.178	92,7
Nacional	8.108.905	6.708.905	82,7	1.980.000	1.836.178	92,7
(A) 4507 Coordenação do Processo de Execução dos Serviços de Comércio Exterior						
Produto: DOCUMENTO EMITIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	945.734,0	945.734,0	100,0	380.000,0	380.000,0	100,0
Nacional	945.734,0	945.734,0	100,0	380.000,0	380.000,0	100,0
Financeiro	52.656.661	45.745.492	86,9	13.310.000	13.198.378	99,2
Fiscal Seguridade	52.656.661	45.745.492	86,9	13.310.000	13.198.378	99,2
Nacional	52.656.661	45.745.492	86,9	13.310.000	13.198.378	99,2
(A) 4617 APOIO ÀS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES (Ministério das Relações Exteriores)						
Produto: ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO APOIADA						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5702 Modernização de Sistemas Integrados de Informações e Operações para o Comércio Exterior						
Produto: SISTEMA MODERNIZADO						
						Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA
Físico	59,0	59,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Nacional	59,0	59,0	100,0	10,0	9,0	90,0
Financeiro	1.488.670	1.248.670	83,9	991.080	645.167	65,1
Fiscal Seguridade	1.488.670	1.248.670	83,9	991.080	645.167	65,1
Nacional	1.488.670	1.248.670	83,9	991.080	645.167	65,1
Financ. Total Programa	64.922.868	56.116.699	86,4	18.632.700	15.994.267	85,8
Fiscal Seguridade	64.922.868	56.116.699	67,6	18.632.700	15.994.267	85,8
0396 DESIGN BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Fernanda Bocorny Messias						
(A) 2505 Fomento à Capacitação Tecnológica em Design de Setores Industriais						
Produto: OFICINA DE DESIGN ATENDIDA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	18,0	18,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	20,0	18,0	90,0
Financeiro	1.190.023	480.023	40,3	696.200	480.023	68,9
Fiscal Seguridade	1.190.023	480.023	40,3	696.200	480.023	68,9
Nacional	1.190.023	480.023	40,3	696.200	480.023	68,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0396 DESIGN BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Fernanda Bocorny Messias						
(P)	3558	Campanha de Promoção do Design Brasileiro				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	72,0	72,0	100,0	20,0	61,0	305,0
Nacional	72,0	72,0	100,0	20,0	61,0	305,0
Financeiro	1.304.918	1.114.918	85,4	580.000	256.250	44,2
Fiscal Seguridade	1.304.918	1.114.918	85,4	580.000	256.250	44,2
Nacional	1.304.918	1.114.918	85,4	580.000	256.250	44,2
(P)	3562	Desenvolvimento e Promoção do Design do Produto Industrial da Amazônia				
	Produto: PRODUTO COM DESIGN PRÓPRIO DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	68.400	38.000	55,6	38.000	38.000	100,0
Fiscal Seguridade	68.400	38.000	55,6	38.000	38.000	100,0
Nacional	38.000	38.000	100,0	38.000	38.000	100,0
Norte	30.400	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3565	Estudos na Área de Design				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	943.968	719.968	76,3	400.000	91.078	22,8
Fiscal Seguridade	943.968	719.968	76,3	400.000	91.078	22,8
Nacional	943.968	719.968	76,3	400.000	91.078	22,8
(P)	3575	PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO EM DESIGN				
	Produto: Exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	16.000,0	16.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	16.000,0	16.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	540.951	516.951	95,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	540.951	516.951	95,6	0	0	0,0
Nacional	540.951	516.951	95,6	0	0	0,0
(A)	4171	Fomento a Projetos de Desenvolvimento do Design Nacional (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	124.550	75.550	60,7	49.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	124.550	75.550	60,7	49.000	0	0,0
Nacional	124.550	75.550	60,7	49.000	0	0,0
(P)	5657	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO EM DESIGN				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9355	FINANCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE DESIGN (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: projeto/estudo financiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	54,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	54,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.800.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0
Demais Fontes	13.800.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0
Nacional	13.800.000	0	0,0	6.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0396 DESIGN BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Fernanda Bocorny Messias						
(OA)	9356	FINANCIAMENTO E FOMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE DESIGN PARA A REGIÃO NORDESTE (Ministério da Fazenda)				
Produto: projeto/estudo financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	247,0	0,0	0,0	89,0	S.R.	0,0
Nordeste	234,0	0,0	0,0	84,0	S.R.	0,0
Sudeste	13,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.560.000	0	0,0	2.100.000	0	0,0
Demais Fontes	4.560.000	0	0,0	2.100.000	0	0,0
Nacional	2.100.000	0	0,0	2.100.000	0	0,0
Nordeste	2.328.214	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	131.786	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9357	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA EM DESIGN				
Produto: núcleo tecnológico em design instalado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	64,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nordeste	15,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Norte	8,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Sudeste	20,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Sul	19,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	807.500	0	0,0	487.500	0	0,0
Demais Fontes	807.500	0	0,0	487.500	0	0,0
Nacional	487.500	0	0,0	487.500	0	0,0
Centro-oeste	17.978	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	75.506	0	0,0	0	0	0,0
Norte	39.551	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	100.674	0	0,0	0	0	0,0
Sul	86.292	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9358	PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO EMPRESARIAL SOBRE DESIGN				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	535,0	0,0	0,0	190,0	S.R.	0,0
Nacional	535,0	0,0	0,0	190,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.250.000	0	0,0	1.570.000	0	0,0
Demais Fontes	3.250.000	0	0,0	1.570.000	0	0,0
Nacional	3.250.000	0	0,0	1.570.000	0	0,0
(OA)	9359	APRIMORAMENTO DOS PADRÕES E NORMAS TÉCNICAS LIGADAS AO DESENVOLVIMENTO DE DESIGN DE PRODUTOS				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	35,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	35,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	300.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Demais Fontes	300.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	300.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Financ. Total Programa	26.890.310	2.945.410	11,0	12.020.700	865.351	7,2
Fiscal Seguridade	4.172.810	2.945.410	67,6	1.763.200	865.351	49,1
Demais Fontes	22.717.500	0	38,8	10.257.500	0	0,0

0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Renato José Silveira Lins Sucupira

(OE) 0020 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DE INDÚSTRIAS VOLTADAS PARA EXPORTAÇÃO

Produto: Financiamento concedido

Unidade de Medida: unidade

Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

613

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES						
Gerente em 31/12/2002: Renato José Silveira Lins Sucupira						
(OE)	0027	Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº 9.818, de 1999) (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	104.981.201	54.827.201	52,2	71.100.000	54.827.201	77,1
Fiscal Seguridade	104.981.201	54.827.201	52,2	71.100.000	54.827.201	77,1
Nacional	104.981.201	54.827.201	52,2	71.100.000	54.827.201	77,1
(OE)	0267	Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) (Ministério da Fazenda)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.995.043.236	5.527.781.236	69,1	2.310.103.000	1.505.182.337	65,2
Fiscal Seguridade	7.995.043.236	5.527.781.236	69,1	2.310.103.000	1.505.182.337	65,2
Nacional	7.995.043.236	5.527.781.236	69,1	2.310.103.000	1.505.182.337	65,2
(OE)	0418	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Garantia à Exportação (Ministério da Fazenda)				
Produto:			Unidade de Medida:			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.000.000	4.000.000	100,0	7.000.000	4.000.000	57,1
Fiscal Seguridade	4.000.000	4.000.000	100,0	7.000.000	4.000.000	57,1
Nacional	4.000.000	4.000.000	100,0	7.000.000	4.000.000	57,1
(OA)	9372	FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO ÀS EXPORTAÇÕES				
Produto: bem/serviço exportado			Unidade de Medida: US\$ milhão			
Físico	13.918,5	6.550,3	47,1	3.477,0	3.947,5	113,5
Nacional	13.918,5	6.550,3	47,1	3.477,0	3.947,5	113,5
Financeiro	13.150.002.603	2.603	0,0	6.050.000.000	0	0,0
Demais Fontes	13.150.002.603	2.603	0,0	6.050.000.000	0	0,0
Nacional	13.150.002.603	2.603	0,0	6.050.000.000	0	0,0
(OA)	9373	FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS NORDESTINAS (Ministério da Fazenda)				
Produto: bem/serviço exportado			Unidade de Medida: US\$ milhão			
Físico	1.883,0	0,0	0,0	781,0	S.R.	0,0
Nacional	1.883,0	0,0	0,0	781,0	S.R.	0,0
Financeiro	555.000	0	0,0	260.000	0	0,0
Demais Fontes	555.000	0	0,0	260.000	0	0,0
Nacional	555.000	0	0,0	260.000	0	0,0
(OA)	9374	FINANCIAMENTO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA EXPORTAÇÃO - BB PGNI (Ministério da Fazenda)				
Produto: empresa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7.483,0	3.958,0	52,9	2.002,0	1.955,0	97,7
Nacional	7.483,0	3.958,0	52,9	2.002,0	1.955,0	97,7
Financeiro	2.826.374.000	2.551.374.000	90,3	127.000.000	0	0,0
Demais Fontes	2.826.374.000	2.551.374.000	90,3	127.000.000	0	0,0
Nacional	2.826.374.000	2.551.374.000	90,3	127.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	24.080.956.040	8.137.985.040	33,8	8.565.463.000	1.564.009.538	18,3
Fiscal Seguridade	8.104.024.437	5.586.608.437	67,6	2.388.203.000	1.564.009.538	65,5
Demais Fontes	15.976.931.603	2.551.376.603	38,8	6.177.260.000	0	0,0

0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri						
(OE) 0215 Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.893.327	1.533.327	81,0	600.000	600.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.893.327	1.533.327	81,0	600.000	600.000	100,0
Nacional	1.893.327	1.533.327	81,0	600.000	600.000	100,0
(P) 1000 Mobilização para a Qualidade e a Produtividade						
Produto: ENTIDADE ALCANCADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	23,0	2,0	8,7
Nacional	2,0	2,0	100,0	23,0	2,0	8,7
Financeiro	1.010.966	610.966	60,4	1.060.000	610.966	57,6
Fiscal Seguridade	1.010.966	610.966	60,4	1.060.000	610.966	57,6
Nacional	1.010.966	610.966	60,4	1.060.000	610.966	57,6
(P) 1007 Estudos na Área de Tecnologia Industrial						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	26,0	26,0	100,0	12,0	8,0	66,7
Nacional	26,0	26,0	100,0	12,0	8,0	66,7
Financeiro	1.133.460	814.960	71,9	500.000	254.325	50,9
Fiscal Seguridade	1.133.460	814.960	71,9	500.000	254.325	50,9
Nacional	1.133.460	814.960	71,9	500.000	254.325	50,9
(P) 1008 Estudos na Área de Comércio e Serviços						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Financeiro	910.094	574.094	63,1	450.000	151.124	33,6
Fiscal Seguridade	910.094	574.094	63,1	450.000	151.124	33,6
Nacional	910.094	574.094	63,1	450.000	151.124	33,6
(P) 1010 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS						
Produto: exemplar distribuído						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	65.000	65.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	65.000	65.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	65.000	65.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2030 SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ARTESANAL						
Produto: sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	65.759	65.759	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	65.759	65.759	100,0	0	0	0,0
Nacional	65.759	65.759	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri						
(A)	2031 Cadastro Nacional de Empresas Mercantis					
	Produto: EMPRESA CADASTRADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.018.327,0	1.018.327,0	100,0	605.000,0	444.635,0	73,5
Nacional	929.611,0	929.611,0	100,0	605.000,0	444.635,0	73,5
Centro-oeste	19.797,0	19.797,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	17.091,2	17.091,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6.701,4	6.701,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	5.756,5	5.756,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	39.369,9	39.369,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.983.755	13.358.119	70,4	5.282.000	5.109.621	96,7
Fiscal Seguridade	18.983.755	13.358.119	70,4	5.282.000	5.109.621	96,7
Nacional	18.923.755	13.358.119	70,6	5.282.000	5.109.621	96,7
Norte	60.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3563 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ARTESANATO NACIONAL					
	Produto: exemplar distribuído			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	24.262.361	17.222.225	71,0	7.892.000	6.726.036	85,2
Fiscal Seguridade	24.262.361	17.222.225	67,6	7.892.000	6.726.036	85,2
5009 INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO E GÁS (ENCERRADO)						
Gerente em 31/12/2002: Sergio Ferreira de Figueiredo						
(OA)	9484 REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA INDUÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES NACIONAIS NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E NAS AUTORIZAÇÕES DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO					
	(Ministério de Minas e Energia)					
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9485 REGULAMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO AOS INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E NAS REGRAS DE AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO					
	(Ministério de Minas e Energia)					
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9486 FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE BENS E SERVIÇOS LOCAIS PARA A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO					
	Produto: financiamento concedido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.618.747.966	1.058.747.966	40,4	0	0	0,0
Demais Fontes	2.618.747.966	1.058.747.966	40,4	0	0	0,0
Nacional	2.618.747.966	1.058.747.966	40,4	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.618.747.966	1.058.747.966	40,4	0	0	0,0
Demais Fontes	2.618.747.966	1.058.747.966	38,8	0	0	0,0

0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

Gerente em 31/12/2002: Armando Mariante Carvalho

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL						
Gerente em 31/12/2002: Armando Mariante Carvalho						
(P)	1018	Implantação de Sistema de Informações Tecnológicas para Metrologia e Qualidade				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	41,0	41,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	41,0	41,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	957.082	902.722	94,3	90.000	22.799	25,3
Fiscal Seguridade	957.082	902.722	94,3	90.000	22.799	25,3
Nacional	957.082	902.722	94,3	90.000	22.799	25,3
(P)	1023	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - CEI				
	Produto: centro implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.247	16.247	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.247	16.247	100,0	0	0	0,0
Sudeste	16.247	16.247	100,0	0	0	0,0
(P)	1024	Implantação do Centro de Capacitação em Tecnologia Industrial Básica - CCTIB				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	10,0	10,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Sudeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	410.006	333.187	81,3	45.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	410.006	333.187	81,3	45.000	0	0,0
Nacional	76.819	0	0,0	45.000	0	0,0
Sudeste	333.187	333.187	100,0	0	0	0,0
(P)	1025	Implantação de Infra-estrutura Básica para Instalação de Empresas de Base Tecnológica				
	Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	36,0	36,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	36,0	36,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	171.064	50.552	29,6	180.000	552	0,3
Fiscal Seguridade	171.064	50.552	29,6	180.000	552	0,3
Nacional	121.064	552	0,5	180.000	552	0,3
Sudeste	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1705	Elaboração do Plano Brasileiro de Avaliação da Conformidade				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	4,5	4,5	100,0	6,0	4,5	75,0
Nacional	4,5	4,5	100,0	6,0	4,5	75,0
Financeiro	350.000	150.000	42,9	225.000	150.000	66,7
Fiscal Seguridade	350.000	150.000	42,9	225.000	150.000	66,7
Nacional	350.000	150.000	42,9	225.000	150.000	66,7
(P)	1707	Implantação do Laboratório de Metrologia Química e de Materiais				
	Produto: LABORATORIO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	90.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	90.000	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	90.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL						
Gerente em 31/12/2002: Armando Mariente Carvalho						
(A) 2023 Avaliação de Conformidade						
Produto: PRODUTO AVALIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	48,0	48,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Nacional	48,0	48,0	100,0	14,0	14,0	100,0
Financeiro	24.479.158	15.952.437	65,2	7.243.000	7.067.140	97,6
Fiscal Seguridade	24.479.158	15.952.437	65,2	7.243.000	7.067.140	97,6
Nacional	24.479.158	15.952.437	65,2	7.243.000	7.067.140	97,6
(A) 2033 Padronização e Disseminação das Unidades de Medida						
Produto: PADRAO CALIBRADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	7.913,0	7.913,0	100,0	3.000,0	3.021,0	100,7
Nacional	7.913,0	7.913,0	100,0	3.000,0	3.021,0	100,7
Financeiro	24.700.634	19.666.195	79,6	5.709.490	5.707.166	100,0
Fiscal Seguridade	24.700.634	19.666.195	79,6	5.709.490	5.707.166	100,0
Nacional	24.700.634	19.666.195	79,6	5.709.490	5.707.166	100,0
(A) 2034 Controle Metrológico de Instrumento de Medição e de Produto						
Produto: INSTRUMENTO/PRODUTO VERIFICADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	29.329.969,0	29.329.969,0	100,0	9.000.000,0	9.165.727,0	101,8
Nacional	29.329.969,0	29.329.969,0	100,0	9.000.000,0	9.165.727,0	101,8
Financeiro	385.382.427	287.954.693	74,7	114.927.225	105.502.882	91,8
Fiscal Seguridade	385.382.427	287.954.693	74,7	114.927.225	105.502.882	91,8
Nacional	385.382.427	287.954.693	74,7	114.927.225	105.502.882	91,8
(P) 3093 Adequação da Rede de Laboratórios de Medição						
Produto: REDE DE LABORATORIOS ADEQUADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	4,5	4,5	100,0	6,0	4,5	75,0
Nacional	4,5	4,5	100,0	6,0	4,5	75,0
Financeiro	2.661.582	422.466	15,9	513.000	422.466	82,4
Fiscal Seguridade	2.661.582	422.466	15,9	513.000	422.466	82,4
Nacional	2.661.582	422.466	15,9	513.000	422.466	82,4
(P) 3573 Implantação do Sistema de Informações ao Consumidor						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	160.000	0	0,0	180.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	0	0,0	180.000	0	0,0
Nacional	160.000	0	0,0	180.000	0	0,0
(A) 6479 Disseminação de Informação Tecnológica em Metrologia e Qualidade						
Produto: CONSULTA ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	325.386,0	325.386,0	100,0	166.490,0	158.862,0	95,4
Nacional	325.386,0	325.386,0	100,0	166.490,0	158.862,0	95,4
Financeiro	5.658.846	3.481.296	61,5	2.630.000	2.547.987	96,9
Fiscal Seguridade	5.658.846	3.481.296	61,5	2.630.000	2.547.987	96,9
Nacional	5.658.846	3.481.296	61,5	2.630.000	2.547.987	96,9
(P) 7591 Expansão e Melhoria do Controle Metrológico						
Produto: SISTEMA AMPLIADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	28,0	28,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Nacional	28,0	28,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Financeiro	1.616.009	1.096.009	67,8	585.000	99.868	17,1
Fiscal Seguridade	1.616.009	1.096.009	67,8	585.000	99.868	17,1
Nacional	1.616.009	1.096.009	67,8	585.000	99.868	17,1
Financ. Total Programa	447.363.055	330.025.804	73,8	132.417.715	121.520.860	91,8
Fiscal Seguridade	447.363.055	330.025.804	67,6	132.417.715	121.520.860	91,8
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	618			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1000 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE						
Produto: Entidade alcançada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.511.028	1.511.028	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.511.028	1.511.028	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.511.028	1.511.028	100,0	0	0	0,0
(P) 3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE						
Produto: Campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	338.247	338.247	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	338.247	338.247	100,0	0	0	0,0
Nacional	338.247	338.247	100,0	0	0	0,0
(P) 3559 CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO						
Produto: Multiplicador capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	445.798	445.798	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	445.798	445.798	100,0	0	0	0,0
Nacional	445.798	445.798	100,0	0	0	0,0
(P) 3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR						
Produto: Sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.812.464	1.812.464	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.812.464	1.812.464	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.812.464	1.812.464	100,0	0	0	0,0
(P) 3576 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO NAS DECISÕES DE CONSUMO						
Produto: Evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	494.184	494.184	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	494.184	494.184	100,0	0	0	0,0
Nacional	494.184	494.184	100,0	0	0	0,0
(P) 3990 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA O AGRONEGÓCIO						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: Prêmio conferido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.039.568	1.039.568	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.039.568	1.039.568	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.039.568	1.039.568	100,0	0	0	0,0
(P) 3991 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: Estudo desenvolvido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	602.955	602.955	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	602.955	602.955	100,0	0	0	0,0
Nacional	602.955	602.955	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE						
Gerente em 31/12/2002:						
(OA)	9352	CAPACITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE SISTÊMICA (Presidência da República)				
Produto: pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	502,0	502,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	502,0	502,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	465.700	190.700	40,9	0	0	0,0
Demais Fontes	465.700	190.700	40,9	0	0	0,0
Nacional	465.700	190.700	40,9	0	0	0,0
(OA)	9353	CAPACITAÇÃO DE REDES DE EMPRESAS NA GESTÃO DO USO DO PODER DE COMPRA (Presidência da República)				
Produto: rede de empresa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.040.000	440.000	42,3	0	0	0,0
Demais Fontes	1.040.000	440.000	42,3	0	0	0,0
Nacional	1.040.000	440.000	42,3	0	0	0,0
Financ. Total Programa	7.749.944	6.874.944	88,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.244.244	6.244.244	67,6	0	0	0,0
Demais Fontes	1.505.700	630.700	38,8	0	0	0,0
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS						
Gerente em 31/12/2002: Isper Abraham Lima						
(P)	1032	Edição e Distribuição de Informações e Publicações sobre Oportunidades de Investimento no Pólo Industrial de Manaus				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	169.276,0	169.276,0	100,0	26.000,0	72.622,0	279,3
Nacional	112.276,0	112.276,0	100,0	26.000,0	72.622,0	279,3
Norte	57.000,0	57.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.100.000	5.500.000	77,5	2.000.000	2.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.100.000	5.500.000	77,5	2.000.000	2.000.000	100,0
Nacional	7.100.000	5.500.000	77,5	2.000.000	2.000.000	100,0
(A)	2035	Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais				
Produto: PROJETO CONTROLADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	841,0	841,0	100,0	600,0	441,0	73,5
Nacional	441,0	441,0	100,0	600,0	441,0	73,5
Norte	400,0	400,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.454.315	12.409.171	99,6	114.250	114.250	100,0
Fiscal Seguridade	12.454.315	12.409.171	99,6	114.250	114.250	100,0
Nacional	114.250	114.250	100,0	114.250	114.250	100,0
Norte	12.340.065	12.294.921	99,6	0	0	0,0
(A)	2537	Manutenção do Distrito Industrial de Manaus				
Produto: DISTRITO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	8.987.609	2.811.289	31,3	5.615.000	2.811.289	50,1
Fiscal Seguridade	8.987.609	2.811.289	31,3	5.615.000	2.811.289	50,1
Nacional	8.987.609	2.811.289	31,3	5.615.000	2.811.289	50,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS						
Gerente em 31/12/2002: Isper Abraham Lima						
(P)	3067	Promoção da Qualificação e Requalificação Profissional				
	Produto: TRABALHADOR QUALIFICADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.032.725	952.725	92,3	100.000	99.948	99,9
Fiscal Seguridade	1.032.725	952.725	92,3	100.000	99.948	99,9
Nacional	952.725	952.725	100,0	100.000	99.948	99,9
Norte	80.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3560	Implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadorias na Zona Franca de Manaus				
	Produto: COMPLEXO IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.200.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.200.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7867	Eventos para a Promoção Comercial				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	8,0	12,0	150,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	8,0	12,0	150,0
Financeiro	4.573.219	3.696.225	80,8	4.000.000	3.696.225	92,4
Fiscal Seguridade	4.573.219	3.696.225	80,8	4.000.000	3.696.225	92,4
Nacional	3.696.225	3.696.225	100,0	4.000.000	3.696.225	92,4
Norte	876.994	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9345	Aprovação de projetos industriais para fruição de incentivos fiscais				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	173,0	155,0	89,6	50,0	79,0	158,0
Norte	173,0	155,0	89,6	50,0	79,0	158,0
Financeiro	825.571.000	165.571.000	20,1	330.000.000	0	0,0
Demais Fontes	825.571.000	165.571.000	20,1	330.000.000	0	0,0
Nacional	495.571.000	165.571.000	33,4	330.000.000	0	0,0
Norte	330.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9346	FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PEXAM				
	Produto: exportação alavancada		Unidade de Medida: US\$ milhão			
Físico	5.291,7	1.915,7	36,2	2.000,0	1.064,5	53,2
Norte	5.291,7	1.915,7	36,2	2.000,0	1.064,5	53,2
Financeiro	18.312.491	312.491	1,7	9.000.000	0	0,0
Demais Fontes	18.312.491	312.491	1,7	9.000.000	0	0,0
Nacional	9.312.491	312.491	3,4	9.000.000	0	0,0
Norte	9.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	881.231.359	191.252.901	21,7	350.829.250	8.721.712	2,5
Fiscal Seguridade	37.347.868	25.369.410	67,6	11.829.250	8.721.712	73,7
Demais Fontes	843.883.491	165.883.491	38,8	339.000.000	0	0,0

0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL

Gerente em 31/12/2002: José Graça Aranha

(OE) 0008 Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial

Produto: -

Unidade de Medida: -

Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.198.009	9.948.009	97,5	4.294.000	1.988.528	46,3
Fiscal Seguridade	10.198.009	9.948.009	97,5	4.294.000	1.988.528	46,3
Nacional	10.198.009	9.948.009	97,5	4.294.000	1.988.528	46,3

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

621

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL						
Gerente em 31/12/2002: José Graça Aranha						
(P)	1019	Edição e Distribuição de Publicações sobre Propriedade Intelectual				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	201.062,0	201.062,0	100,0	33.000,0	14.122,0	42,8
Nacional	201.062,0	201.062,0	100,0	33.000,0	14.122,0	42,8
Financeiro	170.998	73.915	43,2	273.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	170.998	73.915	43,2	273.000	0	0,0
Nacional	170.998	73.915	43,2	273.000	0	0,0
(P)	1028	IMPLANTAÇÃO DE POSTOS AVANÇADOS				
	Produto: posto implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	106.820	106.820	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	106.820	106.820	100,0	0	0	0,0
Nacional	106.820	106.820	100,0	0	0	0,0
(P)	1096	Implantação de Unidade de Proteção Intelectual e Transferência de Conhecimento				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: CENTRO IMPLANTADO			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	200.000	200.000	100,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	200.000	200.000	100,0
Nacional	200.000	200.000	100,0	200.000	200.000	100,0
(A)	2026	Avaliação de Processo de Registros de Marcas				
	Produto: PROCESSO AVALIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	166.969,0	166.969,0	100,0	70.000,0	50.472,0	72,1
Nacional	166.969,0	166.969,0	100,0	70.000,0	50.472,0	72,1
Financeiro	3.494.380	2.494.380	71,4	1.200.000	1.187.017	98,9
Fiscal Seguridade	3.494.380	2.494.380	71,4	1.200.000	1.187.017	98,9
Nacional	3.494.380	2.494.380	71,4	1.200.000	1.187.017	98,9
(A)	2027	Avaliação de Processos de Concessão de Patentes e Registros de Desenho Industrial				
	Produto: PROCESSO AVALIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	29.058,0	29.058,0	100,0	14.000,0	12.218,0	87,3
Nacional	29.058,0	29.058,0	100,0	14.000,0	12.218,0	87,3
Financeiro	4.016.956	2.948.623	73,4	1.213.000	1.205.472	99,4
Fiscal Seguridade	4.016.956	2.948.623	73,4	1.213.000	1.205.472	99,4
Nacional	4.016.956	2.948.623	73,4	1.213.000	1.205.472	99,4
(A)	2028	Registro de Programas de Computador				
	Produto: PROGRAMA REGISTRADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.963,0	1.963,0	100,0	650,0	702,0	108,0
Nacional	1.963,0	1.963,0	100,0	650,0	702,0	108,0
Financeiro	787.451	727.451	92,4	60.000	56.530	94,2
Fiscal Seguridade	787.451	727.451	92,4	60.000	56.530	94,2
Nacional	787.451	727.451	92,4	60.000	56.530	94,2
(A)	2029	Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologias				
	Produto: CONTRATO AVERBADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.651,0	5.651,0	100,0	1.766,0	1.944,0	110,1
Nacional	5.651,0	5.651,0	100,0	1.766,0	1.944,0	110,1
Financeiro	2.298.654	1.698.654	73,9	840.000	786.902	93,7
Fiscal Seguridade	2.298.654	1.698.654	73,9	840.000	786.902	93,7
Nacional	2.298.654	1.698.654	73,9	840.000	786.902	93,7

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

622

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
28000 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior						
0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL						
Gerente em 31/12/2002: José Graça Aranha						
(P)	3561	Desenvolvimento dos Sistemas Informatizados de Propriedade Intelectual				
	Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	170,0	170,0	100,0	41,0	52,0	126,8
Nacional	170,0	170,0	100,0	41,0	52,0	126,8
Financeiro	8.381.583	6.181.583	73,8	1.662.000	1.655.792	99,6
Fiscal Seguridade	8.381.583	6.181.583	73,8	1.662.000	1.655.792	99,6
Nacional	8.381.583	6.181.583	73,8	1.662.000	1.655.792	99,6
(P)	3566	ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO DO INPI				
	Produto: Estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.480.615	3.480.615	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.480.615	3.480.615	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.480.615	3.480.615	100,0	0	0	0,0
(P)	3574	INSTALAÇÃO DE DELEGACIAS REGIONAIS				
	Produto: delegacia instalada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	978.410	978.410	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	978.410	978.410	100,0	0	0	0,0
Nacional	978.410	978.410	100,0	0	0	0,0
(P)	3578	Reforma do Edifício-Sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI				
	Produto: AREA REFORMADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	83,0	83,0	100,0	17,0	31,9	187,6
Nacional	83,0	83,0	100,0	17,0	31,9	187,6
Financeiro	10.946.098	9.142.765	83,5	2.000.000	502.211	25,1
Fiscal Seguridade	10.946.098	9.142.765	83,5	2.000.000	502.211	25,1
Nacional	10.946.098	9.142.765	83,5	2.000.000	502.211	25,1
(P)	5163	Implantação do Novo Modelo de Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI				
	Produto: PRATICA GERENCIAL IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Nacional	1,0	1,0	100,0	6,0	1,0	16,7
Financeiro	1.589.413	600.582	37,8	1.845.000	600.582	32,6
Fiscal Seguridade	1.589.413	600.582	37,8	1.845.000	600.582	32,6
Nacional	1.589.413	600.582	37,8	1.845.000	600.582	32,6
(A)	6481	Disseminação de Informações Tecnológicas				
	Produto: CONSULTAS ATENDIDAS		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.016,0	3.016,0	100,0	1.700,0	1.411,0	83,0
Nacional	3.016,0	3.016,0	100,0	1.700,0	1.411,0	83,0
Financeiro	3.182.571	1.981.571	62,3	1.049.760	820.839	78,2
Fiscal Seguridade	3.182.571	1.981.571	62,3	1.049.760	820.839	78,2
Nacional	3.182.571	1.981.571	62,3	1.049.760	820.839	78,2
Financ. Total Programa	49.831.958	40.563.378	81,4	14.636.760	9.003.873	61,5
Fiscal Seguridade	49.831.958	40.563.378	67,6	14.636.760	9.003.873	61,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0417 BRASIL 500 ANOS (ENCERRADO)						
Gerente em 31/12/2002: MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA						
(P)	1524	IMPLANTAÇÃO DO MUSEU ABERTO DO DESCOBRIMENTO - MADE (Ministério da Cultura)				
Produto: museu implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.899.009	1.899.009	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.899.009	1.899.009	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.899.009	1.899.009	100,0	0	0	0,0
(P)	1552	AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA NA REGIÃO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO				
Produto: Infra-estrutura implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.961.824	5.961.824	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.961.824	5.961.824	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.961.824	5.961.824	100,0	0	0	0,0
(P)	1555	CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL				
Produto: campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.940.027	1.940.027	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.940.027	1.940.027	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.940.027	1.940.027	100,0	0	0	0,0
(P)	1586	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE OBRAS COMEMORATIVAS DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL				
Produto: exemplar distribuído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	120.000,0	120.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	120.000,0	120.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	873.000	873.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	873.000	873.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	873.000	873.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1592	EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DO ANO 2000 EM HANNOVER - ALEMANHA				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.677.000	13.677.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.677.000	13.677.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	13.677.000	13.677.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4554	COMITÊ DE COMEMORAÇÃO DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.701.245	9.701.245	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.701.245	9.701.245	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.701.245	9.701.245	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0417 BRASIL 500 ANOS (ENCERRADO)						
Gerente em 31/12/2002: MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA						
(P)	5392	IMPLANTAÇÃO DOS MARCOS DO DESCOBRIMENTO NOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO				
	Produto: Marco construído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.427.000	5.427.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.427.000	5.427.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.300.000	2.300.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.030.000	1.030.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Sul	897.000	897.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7805	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E REMOÇÃO DE FAVELA NA COSTA DO DESCOBRIMENTO: FAVELA DO MANGUEZAL				
	Produto: família beneficiada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	39.479.105	39.479.105	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.479.105	39.479.105	67,5	0	0	0,0
0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA						
Gerente em 31/12/2002: Maristela Medeiros Gonçalves						
(P)	1055	Implantação de Centros de Excelência Esportiva				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	49,0	49,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	49,0	49,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	56.703.764	45.203.764	79,7	6.000.000	3.909.830	65,2
Fiscal Seguridade	56.703.764	45.203.764	79,7	6.000.000	3.909.830	65,2
Nacional	54.123.764	42.623.764	78,8	6.000.000	3.909.830	65,2
Centro-oeste	2.580.000	2.580.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1535	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Rendimento				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50,0	50,0	100,0	440,0	S.R.	0,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	440,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.356.397	650.211	47,9	630.000	531.862	84,4
Fiscal Seguridade	1.350.211	650.211	48,2	630.000	531.862	84,4
Nacional	1.350.211	650.211	48,2	630.000	531.862	84,4
Demais Fontes	6.186	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	6.186	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1567	Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Rendimento de Pessoas Portadoras de Deficiência				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	425,0	425,0	100,0	420,0	35,0	8,3
Nacional	425,0	425,0	100,0	420,0	35,0	8,3
Financeiro	1.318.399	580.691	44,0	630.000	89.375	14,2
Fiscal Seguridade	1.280.691	580.691	45,3	630.000	89.375	14,2
Nacional	1.280.691	580.691	45,3	630.000	89.375	14,2
Demais Fontes	37.708	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	37.708	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA						
Gerente em 31/12/2002: Maristela Medeiros Gonçalves						
(P)	1616	Modernização de Centro Científico e Tecnológico para o Esporte				
	Produto: CENTRO DE EXCELENCIA MODERNIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	16,0	1,0	6,3
Nacional	1,0	1,0	100,0	16,0	1,0	6,3
Financeiro	22.901.734	17.860.734	78,0	19.041.000	17.860.734	93,8
Fiscal Seguridade	22.901.734	17.860.734	78,0	19.041.000	17.860.734	93,8
Nacional	22.901.734	17.860.734	78,0	19.041.000	17.860.734	93,8
(P)	1618	Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência				
	Produto: DELEGACAO APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	34,0	34,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	34,0	34,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	9.675.670	7.724.713	79,8	1.281.000	886.287	69,2
Fiscal Seguridade	9.524.713	7.724.713	81,1	1.281.000	886.287	69,2
Nacional	9.524.713	7.724.713	81,1	1.281.000	886.287	69,2
Demais Fontes	150.957	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	150.957	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1619	Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento				
	Produto: DELEGACAO APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	273,0	273,0	100,0	40,0	68,0	170,0
Nacional	273,0	273,0	100,0	40,0	68,0	170,0
Financeiro	41.923.103	32.980.819	78,7	8.056.964	7.667.864	95,2
Fiscal Seguridade	41.118.819	32.980.819	80,2	8.056.964	7.667.864	95,2
Nacional	41.118.819	32.980.819	80,2	8.056.964	7.667.864	95,2
Demais Fontes	804.284	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	804.284	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1623	Promoção de Eventos e Intercâmbios Científicos e Tecnológicos no Esporte				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	17,0	11,0	64,7
Nacional	11,0	11,0	100,0	17,0	11,0	64,7
Financeiro	4.774.660	2.162.660	45,3	2.512.000	2.162.660	86,1
Fiscal Seguridade	4.774.660	2.162.660	45,3	2.512.000	2.162.660	86,1
Nacional	4.774.660	2.162.660	45,3	2.512.000	2.162.660	86,1
(P)	1625	Promoção de Eventos Esportivos de Rendimento				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Financeiro	6.242.551	4.339.156	69,5	1.400.000	1.397.776	99,8
Fiscal Seguridade	6.139.156	4.339.156	70,7	1.400.000	1.397.776	99,8
Nacional	6.139.156	4.339.156	70,7	1.400.000	1.397.776	99,8
Demais Fontes	103.395	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	103.395	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1626	Promoção de Eventos Esportivos de Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	28,0	28,0	100,0	9,0	11,0	122,2
Nacional	28,0	28,0	100,0	9,0	11,0	122,2
Financeiro	5.833.181	4.178.006	71,6	1.350.000	1.212.476	89,8
Fiscal Seguridade	5.728.006	4.178.006	72,9	1.350.000	1.212.476	89,8
Nacional	5.728.006	4.178.006	72,9	1.350.000	1.212.476	89,8
Demais Fontes	105.175	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	105.175	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

626

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA						
Gerente em 31/12/2002: Maristela Medeiros Gonçalves						
(A) 8003 Avaliação de Atletas de Rendimento						
Produto: ATLETA AVALIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5.050,0	5.050,0	100,0	600,0	5.050,0	841,7
Nacional	5.050,0	5.050,0	100,0	600,0	5.050,0	841,7
Financeiro	1.372.886	672.886	49,0	500.000	465.914	93,2
Fiscal Seguridade	1.372.886	672.886	49,0	500.000	465.914	93,2
Nacional	1.372.886	672.886	49,0	500.000	465.914	93,2
(A) 8005 Detecção de Talentos Esportivos						
Produto: ATLETA POTENCIAL IDENTIFICADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	100,0	1,0	1,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	100,0	1,0	1,0
Financeiro	2.371.472	71.472	3,0	100.000	71.472	71,5
Fiscal Seguridade	2.371.472	71.472	3,0	100.000	71.472	71,5
Nacional	2.371.472	71.472	3,0	100.000	71.472	71,5
Financ. Total Programa	154.473.817	116.425.112	75,4	41.500.964	36.256.250	87,4
Fiscal Seguridade	153.266.112	116.425.112	67,5	41.500.964	36.256.250	87,4
Demais Fontes	1.207.705	0	0,0	0	0	0,0
0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1056 IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO DESPORTO EDUCACIONAL						
Produto: Espaço esportivo implantado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	425,0	425,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	425,0	425,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.803.500	23.803.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.803.500	23.803.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	23.803.500	23.803.500	100,0	0	0	0,0
(P) 1505 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE						
Produto: Campanha realizada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.511.192	1.475.000	97,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.475.000	1.475.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.475.000	1.475.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	36.192	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	36.192	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1520 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER						
Produto: Pessoa capacitada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1.000,0	1.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.000,0	1.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.656.155	3.586.454	98,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.586.454	3.586.454	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.385.015	3.385.015	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	43.098	43.098	100,0	0	0	0,0
Nordeste	58.000	58.000	100,0	0	0	0,0
Norte	15.555	15.555	100,0	0	0	0,0
Sudeste	23.687	23.687	100,0	0	0	0,0
Sul	61.099	61.099	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	69.701	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	43.397	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.827	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	7.509	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.943	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	4.441	0	0,0	0	0	0,0
Sul	4.583	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE						
Produto: Centro de excelência modernizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.942.371	2.942.371	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.942.371	2.942.371	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.332.049	1.332.049	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	69.066	69.066	100,0	0	0	0,0
Nordeste	71.194	71.194	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.174.719	1.174.719	100,0	0	0	0,0
Sul	295.343	295.343	100,0	0	0	0,0
(P) 1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE						
Produto: Evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.973.203	1.767.802	89,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.767.802	1.767.802	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.767.802	1.767.802	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	205.401	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	205.401	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL						
Produto: Evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.328.794	1.210.182	91,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.210.182	1.210.182	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.210.182	1.210.182	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	118.612	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	118.612	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3985	CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE				
	Produto: Concurso realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	47.500	47.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	47.500	47.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	47.500	47.500	100,0	0	0	0,0
(A)	4412	FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE				
	Produto: Núcleo mantido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	220,0	220,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	220,0	220,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.694.002	5.096.601	89,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.096.601	5.096.601	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.434.176	4.434.176	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	131.005	131.005	100,0	0	0	0,0
Nordeste	212.163	212.163	100,0	0	0	0,0
Norte	15.330	15.330	100,0	0	0	0,0
Sudeste	93.373	93.373	100,0	0	0	0,0
Sul	210.554	210.554	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	597.401	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	78.366	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	160.140	0	0,0	0	0	0,0
Norte	96.538	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	132.882	0	0,0	0	0	0,0
Sul	129.475	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5453	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE				
	Produto: Núcleo implantado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.601.153	12.421.285	98,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.421.285	12.421.285	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.831.422	4.831.422	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	164.806	164.806	100,0	0	0	0,0
Nordeste	372.787	372.787	100,0	0	0	0,0
Norte	4.514.438	4.514.438	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.179.934	2.179.934	100,0	0	0	0,0
Sul	357.898	357.898	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	179.868	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	21.340	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	42.681	0	0,0	0	0	0,0
Norte	53.351	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	42.681	0	0,0	0	0	0,0
Sul	19.816	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 5454 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER						
Produto: Evento realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.758.320	12.691.407	99,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.691.407	12.691.407	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.971.407	11.971.407	100,0	0	0	0,0
Nordeste	420.000	420.000	100,0	0	0	0,0
Norte	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	66.913	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	66.913	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7963 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS						
Produto: Infra-estrutura implantada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	340.405	340.405	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	340.405	340.405	100,0	0	0	0,0
Nacional	340.405	340.405	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	66.656.595	65.382.507	98,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	65.382.507	65.382.507	67,5	0	0	0,0
Demais Fontes	1.274.088	0	0,0	0	0	0,0
8028 ESPORTE NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca						
(P) 3985 Concurso Temático sobre o Esporte						
Produto: CONCURSO REALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	916.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	916.000	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	916.000	0	0,0
(A) 4377 Funcionamento de Núcleos de Esporte em Escolas						
Produto: ALUNO BENEFICIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.470.929,0	1.470.929,0	100,0	86.900,0	1.470.929,0	1.692,7
Nacional	1.470.929,0	1.470.929,0	100,0	86.900,0	1.470.929,0	1.692,7
Financeiro	31.156.684	10.051.684	32,3	17.910.691	10.051.684	56,1
Fiscal Seguridade	31.156.684	10.051.684	32,3	17.910.691	10.051.684	56,1
Nacional	31.156.684	10.051.684	32,3	17.910.691	10.051.684	56,1
(P) 5069 Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Escolas						
Produto: ESCOLA ATENDIDA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	943,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	943,0	S.R.	0,0
Financeiro	54.707.202	32.410.152	59,2	44.792.000	32.410.152	72,4
Fiscal Seguridade	54.707.202	32.410.152	59,2	44.792.000	32.410.152	72,4
Nacional	53.830.152	32.410.152	60,2	44.792.000	32.410.152	72,4
Centro-oeste	120.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	377.050	0	0,0	0	0	0,0
Sul	80.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
8028 ESPORTE NA ESCOLA						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca						
(P) 5071 Campanha na Área do Esporte na Escola						
Produto: CAMPANHA REALIZADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	7,0	7,0	100,0	8,0	7,0	87,5
Nacional	7,0	7,0	100,0	8,0	7,0	87,5
Financeiro	5.804.775	5.804.775	100,0	5.820.000	5.804.775	99,7
Fiscal Seguridade	5.804.775	5.804.775	100,0	5.820.000	5.804.775	99,7
Nacional	5.804.775	5.804.775	100,0	5.820.000	5.804.775	99,7
(P) 5073 Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar						
Produto: PESSOA CAPACITADA						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	100.200,0	100.200,0	100,0	36.000,0	100.200,0	278,3
Nacional	100.200,0	100.200,0	100,0	36.000,0	100.200,0	278,3
Financeiro	7.383.303	2.383.303	32,3	5.679.000	2.383.303	42,0
Fiscal Seguridade	7.383.303	2.383.303	32,3	5.679.000	2.383.303	42,0
Nacional	7.383.303	2.383.303	32,3	5.679.000	2.383.303	42,0
(P) 5075 Edição e Distribuição de Material Técnico-didático para o Esporte na Escola						
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	0,0	0,0	0,0	250.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	250.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.000	0	0,0	1.746.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.000	0	0,0	1.746.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	1.746.000	0	0,0
(P) 5077 Promoção de Eventos Esportivos na Escola						
Produto: EVENTO REALIZADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	12.875.600	6.377.600	49,5	6.982.800	6.377.600	91,3
Fiscal Seguridade	12.875.600	6.377.600	49,5	6.982.800	6.377.600	91,3
Nacional	12.875.600	6.377.600	49,5	6.982.800	6.377.600	91,3
Financ. Total Programa	114.727.564	57.027.514	49,7	83.846.491	57.027.514	68,0
Fiscal Seguridade	114.727.564	57.027.514	67,5	83.846.491	57.027.514	68,0
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira						
(P) 1229 Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência						
(Ministério da Justiça)						
Produto: PROJETO APOIADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	100.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira						
(P) 1543 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES						
Produto: Núcleo implantado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	615,0	615,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	169,0	169,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	298,0	298,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	103,0	103,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	33,0	33,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.325.665	19.284.965	99,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	19.284.965	19.284.965	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.540.669	11.540.669	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	4.176.220	4.176.220	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.161.180	1.161.180	100,0	0	0	0,0
Norte	210.000	210.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.417.175	1.417.175	100,0	0	0	0,0
Sul	779.721	779.721	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.700	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	28.797	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.920	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.072	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.880	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.536	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.496	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1624 Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e Criação Nacional						
Produto: EVENTO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6,0	6,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	6,0	6,0	100,0
Financeiro	3.001.860	1.501.860	50,0	1.613.000	1.501.860	93,1
Fiscal Seguridade	3.001.860	1.501.860	50,0	1.613.000	1.501.860	93,1
Nacional	3.001.860	1.501.860	50,0	1.613.000	1.501.860	93,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira						
(A)	2667	FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	262.746,0	262.746,0	100,0	110.004,0	133.903,0	121,7
Nacional	262.257,0	262.257,0	100,0	110.004,0	133.903,0	121,7
Centro-oeste	139,0	139,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	177,0	177,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	18,0	18,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	134,0	134,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	21,0	21,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	56.359.630	28.779.641	51,1	14.635.950	10.818.807	73,9
Fiscal Seguridade	54.244.641	28.779.641	53,1	14.635.950	10.818.807	73,9
Nacional	47.051.603	23.051.603	49,0	14.635.950	10.818.807	73,9
Centro-oeste	797.000	597.000	74,9	0	0	0,0
Nordeste	3.597.215	3.072.215	85,4	0	0	0,0
Norte	792.299	102.299	12,9	0	0	0,0
Sudeste	1.802.005	1.752.005	97,2	0	0	0,0
Sul	204.519	204.519	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.114.989	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.774	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	171.086	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	947.907	0	0,0	0	0	0,0
Norte	79.532	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	532.678	0	0,0	0	0	0,0
Sul	381.012	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3073	Modernização de Infra-estrutura Esportiva em Comunidades Carentes				
Produto: ESPACO ESPORTIVO MODERNIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	136,0	136,0	100,0	93,0	58,0	62,4
Nacional	58,0	58,0	100,0	93,0	58,0	62,4
Centro-oeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	31,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	24,0	24,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	42.233.167	15.468.509	36,6	10.301.700	5.103.297	49,5
Fiscal Seguridade	42.171.299	15.468.509	36,7	10.301.700	5.103.297	49,5
Nacional	8.172.009	6.087.009	74,5	10.301.700	5.103.297	49,5
Centro-oeste	18.074.290	641.500	3,5	0	0	0,0
Nordeste	4.297.000	1.437.000	33,4	0	0	0,0
Norte	3.046.000	2.246.000	73,7	0	0	0,0
Sudeste	5.946.000	3.416.000	57,5	0	0	0,0
Sul	2.636.000	1.641.000	62,3	0	0	0,0
Demais Fontes	61.868	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	61.868	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira						
(P)	5450	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES				
Produto: ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.041,0	3.041,0	100,0	1.711,0	1.270,0	74,2
Nacional	1.270,0	1.270,0	100,0	1.711,0	1.270,0	74,2
Centro-oeste	145,0	145,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	461,0	461,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	159,0	159,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	615,0	615,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	391,0	391,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	570.931.238	383.916.615	67,2	195.365.896	141.234.575	72,3
Fiscal Seguridade	568.926.715	383.916.615	67,5	195.365.896	141.234.575	72,3
Nacional	238.386.480	226.886.480	95,2	195.365.896	141.234.575	72,3
Centro-oeste	25.680.234	13.860.234	54,0	0	0	0,0
Nordeste	103.193.570	49.862.570	48,3	0	0	0,0
Norte	46.946.500	24.456.500	52,1	0	0	0,0
Sudeste	98.556.950	45.382.850	46,0	0	0	0,0
Sul	56.162.981	23.467.981	41,8	0	0	0,0
Demais Fontes	2.004.523	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.004.523	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5452	Capacitação de Recursos Humanos em Esporte				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.106,0	4.106,0	100,0	14.400,0	2.610,0	18,1
Nacional	4.106,0	4.106,0	100,0	14.400,0	2.610,0	18,1
Financeiro	6.780.519	1.793.146	26,4	1.836.000	989.008	53,9
Fiscal Seguridade	6.743.146	1.793.146	26,6	1.836.000	989.008	53,9
Nacional	6.743.146	1.793.146	26,6	1.836.000	989.008	53,9
Demais Fontes	37.373	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	34.937	0	0,0	0	0	0,0
Norte	244	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.218	0	0,0	0	0	0,0
Sul	974	0	0,0	0	0	0,0
(A)	6665	APOIO AO ESPORTE EM COMUNIDADES CARENTES				
Produto: comunidade carente apoiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6666	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM COMUNIDADES CARENTES PARA O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA				
Produto: espaço esportivo para PPD implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7809	APOIO A PROJETOS PREVENTIVOS DE CARÁTER SOCIAL VOLTADOS AO ESPORTE E À INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.398.730	10.398.730	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.398.730	10.398.730	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.398.730	10.398.730	100,0	0	0	0,0
(P)	7961	Promoção de Eventos de Esporte e de Lazer em Comunidades Carentes				
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12,0	12,0	100,0	39,0	6,0	15,4
Nacional	12,0	12,0	100,0	39,0	6,0	15,4
Financeiro	1.063.157	1.063.157	100,0	1.130.000	750.190	66,4
Fiscal Seguridade	1.063.157	1.063.157	100,0	1.130.000	750.190	66,4
Nacional	1.063.157	1.063.157	100,0	1.130.000	750.190	66,4
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		634	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira						
(P)	7963	Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Assentamentos Rurais				
Produto: INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8,0	8,0	100,0	3,0	8,0	266,7
Nacional	8,0	8,0	100,0	3,0	8,0	266,7
Financeiro	875.000	375.000	42,9	1.000.000	375.000	37,5
Fiscal Seguridade	875.000	375.000	42,9	1.000.000	375.000	37,5
Nacional	875.000	375.000	42,9	1.000.000	375.000	37,5
(OA)	9086	ATIVIDADES DESPORTIVAS, SOCIOCULTURAIS E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA CRIANÇAS CARENTES (Ministério da Fazenda)				
Produto: criança beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	103.500,0	0,0	0,0	37.000,0	S.R.	0,0
Nacional	103.500,0	0,0	0,0	37.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.600.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Demais Fontes	9.600.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Nacional	9.600.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Financ. Total Programa	720.668.966	462.581.623	64,2	230.582.546	160.772.737	69,7
Fiscal Seguridade	706.809.513	462.581.623	67,5	225.982.546	160.772.737	71,1
Demais Fontes	13.859.453	0	0,0	4.600.000	0	0,0
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO						
Gerente em 31/12/2002: GILMAR MARTINS BORGES						
(P)	1542	Edição e Distribuição de Material Técnico-Didático do Esporte				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	115.640,0	115.640,0	100,0	30.000,0	3,0	0,0
Nacional	29.003,0	29.003,0	100,0	30.000,0	3,0	0,0
Centro-oeste	86.637,0	86.637,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.364.081	797.081	58,4	567.000	270.068	47,6
Fiscal Seguridade	1.364.081	797.081	58,4	567.000	270.068	47,6
Nacional	923.209	356.209	38,6	567.000	270.068	47,6
Centro-oeste	440.872	440.872	100,0	0	0	0,0
(P)	1595	Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento do Esporte				
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	30,0	3,0	10,0
Financeiro	1.603.725	1.603.725	100,0	975.000	830.954	85,2
Fiscal Seguridade	1.603.725	1.603.725	100,0	975.000	830.954	85,2
Nacional	1.603.725	1.603.725	100,0	975.000	830.954	85,2
(A)	2666	NORMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.235	2.235	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.235	2.235	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.235	2.235	100,0	0	0	0,0
(P)	3986	Implantação de Metodologia de Avaliação de Programas				
Produto: METODOLOGIA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.721.066	63.066	3,7	58.000	18.921	32,6
Fiscal Seguridade	1.721.066	63.066	3,7	58.000	18.921	32,6
Nacional	1.721.066	63.066	3,7	58.000	18.921	32,6

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

635

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO						
Gerente em 31/12/2002: GILMAR MARTINS BORGES						
(P)	3987	INVENTÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA NACIONAL				
	Produto: Município inventariado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4548	NORMATIZAÇÃO DA ÁREA DO ESPORTE E DO TURISMO				
	Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5760	Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Esporte e Turismo				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6,0	6,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	5,0	1,0	20,0
Financeiro	5.219.006	5.219.006	100,0	1.500.000	1.640.202	109,3
Fiscal Seguridade	5.219.006	5.219.006	100,0	1.500.000	1.640.202	109,3
Nacional	5.219.006	5.219.006	100,0	1.500.000	1.640.202	109,3
(P)	5762	Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Turismo				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	8,0	8,0	100,0	7,0	4,0	57,1
Nacional	8,0	8,0	100,0	7,0	4,0	57,1
Financeiro	5.975.590	5.975.590	100,0	1.940.000	1.851.193	95,4
Fiscal Seguridade	5.975.590	5.975.590	100,0	1.940.000	1.851.193	95,4
Nacional	5.975.590	5.975.590	100,0	1.940.000	1.851.193	95,4
Financ. Total Programa	15.885.703	13.660.703	86,0	5.040.000	4.611.338	91,5
Fiscal Seguridade	15.885.703	13.660.703	67,5	5.040.000	4.611.338	91,5
0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO						
Gerente em 31/12/2002: Anna Maria Marcondes Machado						
(P)	1591	Estudos para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável Local				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.116.766	532.766	47,7	313.000	99.916	31,9
Fiscal Seguridade	1.116.766	532.766	47,7	313.000	99.916	31,9
Nacional	1.116.766	532.766	47,7	313.000	99.916	31,9
(P)	1598	Formatação de Produtos Turísticos				
	Produto: PACOTE TURISTICO FORMATADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	608.190	608.190	100,0	271.000	259.950	95,9
Fiscal Seguridade	608.190	608.190	100,0	271.000	259.950	95,9
Nacional	608.190	608.190	100,0	271.000	259.950	95,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO						
Gerente em 31/12/2002: Anna Maria Marcondes Machado						
(P)	1630	Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios				
	Produto: MUNICIPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	50,0	50,0	100,0	776,0	S.R.	0,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	776,0	S.R.	0,0
Financeiro	435.568.604	266.301.604	61,1	146.263.892	95.174.412	65,1
Fiscal Seguridade	435.568.604	266.301.604	61,1	146.263.892	95.174.412	65,1
Nacional	180.045.482	164.645.482	91,4	146.263.892	95.174.412	65,1
Centro-oeste	48.853.392	10.488.392	21,5	0	0	0,0
Nordeste	128.355.994	60.688.994	47,3	0	0	0,0
Norte	53.260.000	18.650.000	35,0	0	0	0,0
Sudeste	15.361.105	5.986.105	39,0	0	0	0,0
Sul	9.692.631	5.842.631	60,3	0	0	0,0
(P)	1632	Oficinas para o Turismo				
	Produto: OFICINA DE CAPACITACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	310,0	310,0	100,0	160,0	S.R.	0,0
Nacional	310,0	310,0	100,0	160,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.980.100	1.980.100	66,4	1.000.000	811.033	81,1
Fiscal Seguridade	2.980.100	1.980.100	66,4	1.000.000	811.033	81,1
Nacional	2.980.100	1.980.100	66,4	1.000.000	811.033	81,1
(P)	3781	Fomento à Produção de Artigos Artesanais para Consumo Turístico				
	Produto: ARTESAO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	8.350,0	8.350,0	100,0	1.200,0	S.R.	0,0
Nacional	8.350,0	8.350,0	100,0	1.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.664.445	3.464.445	61,2	2.200.000	1.481.158	67,3
Fiscal Seguridade	5.664.445	3.464.445	61,2	2.200.000	1.481.158	67,3
Nacional	5.664.445	3.464.445	61,2	2.200.000	1.481.158	67,3
(P)	3782	Implantação de Centro de Formação para o Turismo (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo)				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2,0	2,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.361.459	5.361.459	64,1	3.922.000	409.177	10,4
Fiscal Seguridade	8.361.459	5.361.459	64,1	3.922.000	409.177	10,4
Nacional	8.361.459	5.361.459	64,1	3.922.000	409.177	10,4
(P)	3792	PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS DE ARTIGOS PARA DIVULGAÇÃO DO TURISMO				
	Produto: Protótipo elaborado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	793.974	793.974	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	793.974	793.974	100,0	0	0	0,0
Nacional	793.974	793.974	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO						
Gerente em 31/12/2002: Anna Maria Marcondes Machado						
(P)	5009	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.775.799	37.542	0,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	37.542	37.542	100,0	0	0	0,0
Norte	37.542	37.542	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	4.738.257	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	52.929	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	613.770	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.860.286	0	0,0	0	0	0,0
Norte	902.492	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	775.020	0	0,0	0	0	0,0
Sul	533.761	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5009	Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios Turísticos (Presidência da República)				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	117.439,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.930,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	11.770,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	57.482,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	28.328,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	10.141,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	6.788,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.768.400	8.768.400	100,0	8.186.630	2.010.000	24,6
Fiscal Seguridade	8.768.400	8.768.400	100,0	8.186.630	2.010.000	24,6
Nacional	400.000	400.000	100,0	400.000	400.000	100,0
Centro-oeste	865.000	865.000	100,0	800.372	230.000	28,7
Nordeste	3.459.400	3.459.400	100,0	3.908.665	350.000	9,0
Norte	2.557.000	2.557.000	100,0	1.926.373	750.000	38,9
Sudeste	840.000	840.000	100,0	689.636	120.000	17,4
Sul	647.000	647.000	100,0	461.584	160.000	34,7
(P)	5367	Recuperação de Infraestrutura Turística e Urbana de Interesse Turístico em Municípios				
Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.200.000	2.200.000	100,0	2.200.000	2.200.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.200.000	2.200.000	100,0	2.200.000	2.200.000	100,0
Nacional	2.200.000	2.200.000	100,0	2.200.000	2.200.000	100,0
(P)	6005	SANEAMENTO DE APOIO À MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7887	Estudos e Projetos para a Gestão da Limpeza Urbana nos Municípios Turísticos				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.266.282	903.282	71,3	1.363.000	678.282	49,8
Fiscal Seguridade	1.266.282	903.282	71,3	1.363.000	678.282	49,8
Nacional	1.266.282	903.282	71,3	1.363.000	678.282	49,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

638

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
Financ. Total Programa	472.104.019	290.951.762	61,6	165.719.522	103.123.928	62,2
Fiscal Seguridade	467.365.762	290.951.762	67,5	165.719.522	103.123.928	62,2
Demais Fontes	4.738.257	0	0,0	0	0	0,0
0165 TURISMO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	1536	REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERIORADAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL (Ministério da Cultura)				
Produto: área revitalizada			Unidade de Medida: m ²			
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	642.415	642.415	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	642.415	642.415	100,0	0	0	0,0
Nacional	642.415	642.415	100,0	0	0	0,0
(P)	1559	CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL (Ministério da Cultura)				
Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	544.974	544.974	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	544.974	544.974	100,0	0	0	0,0
Nacional	544.974	544.974	100,0	0	0	0,0
(P)	1636	PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO (Ministério da Cultura)				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	447.949	447.949	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	447.949	447.949	100,0	0	0	0,0
Nacional	447.949	447.949	100,0	0	0	0,0
(P)	1648	RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL (Ministério da Cultura)				
Produto: centro histórico restaurado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	924.336	924.336	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	924.336	924.336	100,0	0	0	0,0
Nacional	147.113	147.113	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Norte	87.283	87.283	100,0	0	0	0,0
Sudeste	269.940	269.940	100,0	0	0	0,0
Sul	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4484	APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL (Ministério da Cultura)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.426.103	1.426.103	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.426.103	1.426.103	100,0	0	0	0,0
Nacional	913.773	913.773	100,0	0	0	0,0
Nordeste	316.840	316.840	100,0	0	0	0,0
Norte	195.490	195.490	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0165 TURISMO CULTURAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	4485	PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL				
(Ministério da Cultura)						
Produto: bem preservado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	782.175	782.175	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	782.175	782.175	100,0	0	0	0,0
Nacional	322.175	322.175	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	110.000	110.000	100,0	0	0	0,0
Sul	50.000	50.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5397	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL				
(Ministério da Cultura)						
Produto: sinalização implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	118.894	118.894	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	118.894	118.894	100,0	0	0	0,0
Nacional	118.894	118.894	100,0	0	0	0,0
(P)	5625	RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO				
Produto: Próprio recuperado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	945.900	945.900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	945.900	945.900	100,0	0	0	0,0
Nacional	945.900	945.900	100,0	0	0	0,0
(P)	7977	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL				
Produto: Pessoa capacitada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.500	4.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.500	4.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.500	4.500	100,0	0	0	0,0
(P)	7981	IDENTIFICAÇÃO DE PÓLOS DE TURISMO CULTURAL				
Produto: Pólo cultural identificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	190.252	190.252	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	190.252	190.252	100,0	0	0	0,0
Nacional	190.252	190.252	100,0	0	0	0,0
(P)	7983	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS				
Produto: Exemplar distribuído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	140.879	140.879	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	140.879	140.879	100,0	0	0	0,0
Nacional	140.879	140.879	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	6.168.377	6.168.377	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.168.377	6.168.377	67.5	0	0	0,0

0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL

Gerente em 31/12/2002:

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

640

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2303 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Produto: Área sinalizada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	370.071	370.071	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	370.071	370.071	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	370.071	370.071	100,0	0	0	0,0
(P) 3794 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE						
Produto: Roteiro elaborado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	144.000	144.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	144.000	144.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	144.000	144.000	100,0	0	0	0,0
(P) 7873 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Produto: Pessoa capacitada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P) 7883 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Produto: Campanha realizada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	765.831	765.831	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	765.831	765.831	100,0	0	0	0,0
Nacional	765.831	765.831	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.679.902	1.679.902	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.679.902	1.679.902	67,5	0	0	0,0
0423 TURISMO NO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1141 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE						
Produto: Infra-estrutura implantada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.958.333	5.958.333	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.958.333	5.958.333	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.958.333	5.958.333	100,0	0	0	0,0
(A) 2305 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE						
Produto: Área sinalizada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	270.000	270.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	270.000	270.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	270.000	270.000	100,0	0	0	0,0
(P) 3796 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE						
Produto: roteiro elaborado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	487.980	487.980	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	487.980	487.980	100,0	0	0	0,0
Nordeste	487.980	487.980	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0423 TURISMO NO NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 5766 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	808.240	808.240	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	808.240	808.240	100,0	0	0	0,0
Nordeste	808.240	808.240	100,0	0	0	0,0
(P) 7875 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE						
Produto: Pessoa capacitada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	503.800	503.800	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	503.800	503.800	100,0	0	0	0,0
Nordeste	503.800	503.800	100,0	0	0	0,0
(P) 7879 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE						
Produto: Campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	9.908.353	9.908.353	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.908.353	9.908.353	67,5	0	0	0,0
0425 TURISMO NO SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1143 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE						
Produto: Infra-estrutura implantada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.391.500	2.391.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.391.500	2.391.500	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.391.500	2.391.500	100,0	0	0	0,0
(A) 2309 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE						
Produto: Área sinalizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	77.800	77.800	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	77.800	77.800	100,0	0	0	0,0
Sudeste	77.800	77.800	100,0	0	0	0,0
(P) 7893 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE						
Produto: Pessoa capacitada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.003.408	1.003.408	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.003.408	1.003.408	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.003.408	1.003.408	100,0	0	0	0,0
(P) 7895 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE						
Produto: Campanha realizada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.739.000	1.739.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.739.000	1.739.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.739.000	1.739.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0425 TURISMO NO SUDESTE						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 7897 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE						
Produto: Estudo realizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	503.714	503.714	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	503.714	503.714	100,0	0	0	0,0
Sudeste	503.714	503.714	100,0	0	0	0,0
(P) 7899 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE						
Produto: Roteiro elaborado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	559.386	559.386	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	559.386	559.386	100,0	0	0	0,0
Sudeste	559.386	559.386	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	6.274.808	6.274.808	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.274.808	6.274.808	67,5	0	0	0,0
0424 TURISMO NO SUL						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL						
Produto: Infra-estrutura implantada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.679.476	7.679.476	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.679.476	7.679.476	100,0	0	0	0,0
Sul	7.679.476	7.679.476	100,0	0	0	0,0
(A) 2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL						
Produto: Área sinalizada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	343.800	343.800	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	343.800	343.800	100,0	0	0	0,0
Sul	343.800	343.800	100,0	0	0	0,0
(P) 7871 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL						
Produto: Pessoa capacitada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	916.000	916.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	916.000	916.000	100,0	0	0	0,0
Sul	916.000	916.000	100,0	0	0	0,0
(P) 7877 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL						
Produto: roteiro elaborado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	468.000	468.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	468.000	468.000	100,0	0	0	0,0
Sul	468.000	468.000	100,0	0	0	0,0
(P) 7881 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL						
Produto: Campanha realizada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.880.000	1.880.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	11.287.276	11.287.276	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.287.276	11.287.276	67,5	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	643	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva						
(OE)	0452	DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS DE GARANTIA A QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0454	Financiamento da Infra-estrutura Turística Nacional				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.517.871	0	0,0	11.373.681	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.517.871	0	0,0	11.373.681	0	0,0
Nacional	11.517.871	0	0,0	11.373.681	0	0,0
(P)	1569	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO				
	Produto: Pessoa capacitada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	6.230,0	6.230,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.230,0	6.230,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.771.981	1.591.981	89,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.591.981	1.591.981	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.591.981	1.591.981	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	180.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	180.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1570	PROMOÇÃO E CAPTAÇÃO DE EVENTOS INTERNACIONAIS				
	Produto: Evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	213.947	213.947	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	213.947	213.947	100,0	0	0	0,0
Nacional	213.947	213.947	100,0	0	0	0,0
(P)	1573	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CALENDÁRIO PARA A PRÁTICA DO TURISMO INCENTIVADO PARA A MELHOR IDADE COM PREÇOS REDUZIDOS				
	Produto: Exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	71.102	71.102	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	71.102	71.102	100,0	0	0	0,0
Nacional	71.102	71.102	100,0	0	0	0,0
(P)	1588	Estruturação do Segmento de Pesca Amadora				
	Produto: POLO ESTRUTURADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	76,0	76,0	100,0	20,0	22,0	110,0
Nacional	76,0	76,0	100,0	20,0	22,0	110,0
Financeiro	2.390.288	1.776.288	74,3	614.000	614.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.390.288	1.776.288	74,3	614.000	614.000	100,0
Nacional	2.390.288	1.776.288	74,3	614.000	614.000	100,0
(P)	1600	Estruturação do Segmento de Ecoturismo				
	Produto: POLO ESTRUTURADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	56,0	56,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	56,0	56,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	2.333.887	1.706.887	73,1	627.000	627.000	100,0
Fiscal Seguridade	2.333.887	1.706.887	73,1	627.000	627.000	100,0
Nacional	2.333.887	1.706.887	73,1	627.000	627.000	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva						
(P)	1621	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS				
	Produto: Participação realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	79,0	79,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	79,0	79,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.250.965	13.460.965	94,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	13.460.965	13.460.965	100,0	0	0	0,0
Nacional	13.460.965	13.460.965	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	790.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	790.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1628	Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	97,0	97,0	100,0	15,0	62,0	413,3
Nacional	96,0	96,0	100,0	15,0	62,0	413,3
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.590.591	2.824.591	61,5	850.000	700.000	82,4
Fiscal Seguridade	4.020.591	2.824.591	70,3	850.000	700.000	82,4
Nacional	3.144.591	2.644.591	84,1	850.000	700.000	82,4
Centro-oeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	446.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	280.000	180.000	64,3	0	0	0,0
Demais Fontes	570.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	570.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1631	PROMOÇÃO DE EVENTOS TURÍSTICOS VOLTADOS PARA A MELHOR IDADE				
	Produto: Evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	269.545	269.545	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	269.545	269.545	100,0	0	0	0,0
Nacional	269.545	269.545	100,0	0	0	0,0
(P)	1673	Fomento à Formação de Clubes da Melhor Idade				
	Produto: CLUBE CRIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	295,0	295,0	100,0	70,0	100,0	142,9
Nacional	295,0	295,0	100,0	70,0	100,0	142,9
Financeiro	2.646.838	1.591.838	60,1	1.355.000	418.010	30,8
Fiscal Seguridade	2.646.838	1.591.838	60,1	1.355.000	418.010	30,8
Nacional	2.646.838	1.591.838	60,1	1.355.000	418.010	30,8
(A)	2301	Sinalização Turística				
	Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	152,0	152,0	100,0	136,0	111,0	81,6
Nacional	151,0	151,0	100,0	136,0	111,0	81,6
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.269.520	13.769.520	59,2	8.940.000	7.804.006	87,3
Fiscal Seguridade	23.269.520	13.769.520	59,2	8.940.000	7.804.006	87,3
Nacional	17.689.660	13.689.660	77,4	8.940.000	7.804.006	87,3
Centro-oeste	1.108.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.108.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	740.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.187.860	79.860	6,7	0	0	0,0
Sul	1.436.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva						
(P)	2433	Anuário Estatístico sobre o Turismo				
	Produto: ANUARIO EDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	404.672	404.672	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	404.672	404.672	100,0	0	0	0,0
Nacional	404.672	404.672	100,0	0	0	0,0
(A)	2433	Anuário Estatístico sobre o Turismo				
	Produto: ANUARIO EDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	10.000,0	1,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	10.000,0	1,0	0,0
Financeiro	470.655	63.655	13,5	407.000	63.655	15,6
Fiscal Seguridade	470.655	63.655	13,5	407.000	63.655	15,6
Nacional	470.655	63.655	13,5	407.000	63.655	15,6
(A)	2435	Campanha para Promoção do Turismo Interno				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	18,0	18,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Financeiro	55.380.869	38.570.869	69,6	18.350.000	13.612.729	74,2
Fiscal Seguridade	54.270.869	38.570.869	71,1	18.350.000	13.612.729	74,2
Nacional	54.270.869	38.570.869	71,1	18.350.000	13.612.729	74,2
Demais Fontes	1.110.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.110.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2437	Formação da Imagem Turística do Brasil no Exterior				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	53,0	14,0	26,4
Nacional	17,0	17,0	100,0	53,0	14,0	26,4
Financeiro	83.263.018	60.805.018	73,0	34.588.000	28.274.301	81,7
Fiscal Seguridade	83.263.018	60.805.018	73,0	34.588.000	28.274.301	81,7
Nacional	83.173.018	60.715.018	73,0	34.588.000	28.274.301	81,7
Centro-oeste	90.000	90.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2656	Sistema de Informações sobre o Fluxo Turístico Emissivo e Receptivo Nacional e Internacional				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.085.138	775.138	71,4	310.332	300.000	96,7
Fiscal Seguridade	1.085.138	775.138	71,4	310.332	300.000	96,7
Nacional	1.085.138	775.138	71,4	310.332	300.000	96,7
(A)	2658	Fiscalização dos Serviços Turísticos				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	47.509,0	47.509,0	100,0	18.000,0	18.157,0	100,9
Nacional	47.509,0	47.509,0	100,0	18.000,0	18.157,0	100,9
Financeiro	6.537.197	4.323.197	66,1	2.147.580	1.857.579	86,5
Fiscal Seguridade	6.537.197	4.323.197	66,1	2.147.580	1.857.579	86,5
Nacional	6.537.197	4.323.197	66,1	2.147.580	1.857.579	86,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva						
(A)	2659	Divulgação de Projetos Turísticos para Investidores - Bolsa de Negócios				
	Produto: PROJETO DIVULGADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	105,0	105,0	100,0	200,0	70,0	35,0
Nacional	105,0	105,0	100,0	200,0	70,0	35,0
Financeiro	1.596.967	1.121.967	70,3	475.000	255.000	53,7
Fiscal Seguridade	1.596.967	1.121.967	70,3	475.000	255.000	53,7
Nacional	1.596.967	1.121.967	70,3	475.000	255.000	53,7
(A)	2731	Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais				
	Produto: EVENTO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	30,0	11,0	36,7
Nacional	11,0	11,0	100,0	30,0	11,0	36,7
Financeiro	20.583.330	10.073.330	48,9	10.230.400	10.073.330	98,5
Fiscal Seguridade	20.583.330	10.073.330	48,9	10.230.400	10.073.330	98,5
Nacional	20.583.330	10.073.330	48,9	10.230.400	10.073.330	98,5
(A)	4584	Avaliação da Qualidade dos Serviços Turísticos				
	Produto: SERVICO AVALIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37.001,0	37.001,0	100,0	20.000,0	20.000,0	100,0
Nacional	37.001,0	37.001,0	100,0	20.000,0	20.000,0	100,0
Financeiro	8.518.137	5.383.137	63,2	3.135.000	2.260.313	72,1
Fiscal Seguridade	8.518.137	5.383.137	63,2	3.135.000	2.260.313	72,1
Nacional	8.518.137	5.383.137	63,2	3.135.000	2.260.313	72,1
(P)	5626	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES E ESTUDOS VITRINE DO BRASIL				
	Produto: centro implantado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.640.000	1.640.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.640.000	1.640.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.600.000	1.600.000	100,0	0	0	0,0
Sul	40.000	40.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5701	Implantação de Centro de Informações Turísticas				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.283.475	783.475	61,0	500.000	283.475	56,7
Fiscal Seguridade	1.283.475	783.475	61,0	500.000	283.475	56,7
Nacional	1.283.475	783.475	61,0	500.000	283.475	56,7
(P)	7107	AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA				
	Produto: infra-estrutura implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7121	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DE EXPOSIÇÕES				
	Produto: centro de convenções/feira implantados		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7123	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA				
	Produto: infra-estrutura implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
51000 Ministério do Esporte e Turismo						
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva						
(P) 7932 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO EXTERNA E INTERNA DO TURISMO NO BRASIL						
Produto: evento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	244.089.993	161.221.122	66,0	93.902.993	67.143.398	71,5
Fiscal Seguridade	241.439.993	161.221.122	67,5	93.902.993	67.143.398	71,5
Demais Fontes	2.650.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0497 ÁGUAS DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva						
(P)	1107	Estudos de Monitoramento das Águas de Superfície e Subterrânea (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	2.320.282	1.920.282	82,8	525.100	507.850	96,7
Fiscal Seguridade	2.320.282	1.920.282	82,8	525.100	507.850	96,7
Nacional	2.320.282	1.920.282	82,8	525.100	507.850	96,7
(P)	1996	Implantação de Sistemas de Gestão dos Recursos Hídricos				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	15.523.086	11.692.357	75,3	5.073.142	3.103.859	61,2
Fiscal Seguridade	14.796.086	11.692.357	79,0	5.073.142	3.103.859	61,2
Nacional	14.796.086	11.692.357	79,0	5.073.142	3.103.859	61,2
Demais Fontes	727.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	727.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1999	Implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos				
Produto: SISTEMA IMPLEMENTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	14,3	14,3	100,0	20,0	4,3	21,5
Nacional	14,3	14,3	100,0	20,0	4,3	21,5
Financeiro	3.954.187	3.731.187	94,4	1.800.000	427.741	23,8
Fiscal Seguridade	3.731.187	3.731.187	100,0	1.800.000	427.741	23,8
Nacional	3.731.187	3.731.187	100,0	1.800.000	427.741	23,8
Demais Fontes	223.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	223.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2039	Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.135.672	4.067.542	66,3	3.517.600	3.517.600	100,0
Fiscal Seguridade	6.135.672	4.067.542	66,3	3.517.600	3.517.600	100,0
Nacional	6.135.672	4.067.542	66,3	3.517.600	3.517.600	100,0
(A)	2040	APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS				
Produto: Conselho apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2396	Avaliação de Recursos Hídricos Superficiais (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: RELATORIO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	26,0	26,0	100,0	4,0	22,0	550,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	4,0	22,0	550,0
Financeiro	1.094.569	783.569	71,6	330.000	282.477	85,6
Fiscal Seguridade	1.083.569	783.569	72,3	330.000	282.477	85,6
Nacional	1.083.569	783.569	72,3	330.000	282.477	85,6
Demais Fontes	11.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	11.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0497 ÁGUAS DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva						
(A)	2397	Avaliação de Recursos Hídricos Subterrâneos (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: MAPA TEMATICO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	151,0	151,0	100,0	33,0	74,0	224,2
Nacional	151,0	151,0	100,0	33,0	74,0	224,2
Financeiro	7.084.584	2.229.584	31,5	3.059.920	769.656	25,2
Fiscal Seguridade	7.019.584	2.229.584	31,8	3.059.920	769.656	25,2
Nacional	7.019.584	2.229.584	31,8	3.059.920	769.656	25,2
Demais Fontes	65.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	65.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2939	COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E TECNOLÓGICA PARA A FORMULAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS				
Produto: Tecnologia difundida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.828.092	19.828.092	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	19.828.092	19.828.092	100,0	0	0	0,0
Nacional	19.828.092	19.828.092	100,0	0	0	0,0
(A)	2942	ENQUADRAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA				
Produto: Corpo d'água classificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.239.325	2.858.325	88,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.858.325	2.858.325	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.858.325	2.858.325	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	381.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	381.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2947	Fiscalização do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos				
Produto: BACIA FISCALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	36,0	36,0	100,0	50,0	5,0	10,0
Nacional	36,0	36,0	100,0	50,0	5,0	10,0
Financeiro	569.297	347.317	61,0	213.463	90.319	42,3
Fiscal Seguridade	531.297	347.317	65,4	213.463	90.319	42,3
Nacional	531.297	347.317	65,4	213.463	90.319	42,3
Demais Fontes	38.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	38.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2977	Monitoramento de Corpos D'água				
Produto: VAZAO D'AGUA OUTORGADA			Unidade de Medida: M³/H			
Físico	686.661,2	686.661,2	100,0	642.627,0	479.070,2	74,5
Nacional	686.661,2	686.661,2	100,0	642.627,0	479.070,2	74,5
Financeiro	2.197.048	2.123.048	96,6	4.026.079	817.166	20,3
Fiscal Seguridade	2.123.048	2.123.048	100,0	4.026.079	817.166	20,3
Nacional	2.123.048	2.123.048	100,0	4.026.079	817.166	20,3
Demais Fontes	74.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	74.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2980	OUTORGA DO DIREITO DE USO				
Produto: Outorga realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.014.000	791.000	78,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	791.000	791.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	791.000	791.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	223.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	223.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	650	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0497 ÁGUAS DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva						
(A) 2988	PRODUÇÃO DE DADOS HIDROLÓGICOS					
Produto: Estudo publicado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.141.221	1.067.221	93,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.067.221	1.067.221	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.067.221	1.067.221	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	74.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	74.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3038	PROJETOS DEMONSTRATIVOS APLICADOS À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS					
Produto: Projeto realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.035.760	10.504.760	95,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.504.760	10.504.760	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.504.760	10.504.760	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	531.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	531.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3039	PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DE BACIAS					
Produto: Projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.397.000	1.174.000	84,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.174.000	1.174.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.174.000	1.174.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	223.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	223.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3040	PROJETOS PARA MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO					
Produto: Projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	78,0	78,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	77,0	77,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.081.016	15.961.016	99,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.961.016	15.961.016	100,0	0	0	0,0
Nacional	819.882	819.882	100,0	0	0	0,0
Nordeste	15.141.134	15.141.134	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	120.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	106.667	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	13.333	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3040	PROJETOS PARA MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS DA SECA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (Ministério da Integração Nacional)					
Produto: Projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	340.000	340.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	340.000	340.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	340.000	340.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0497 ÁGUAS DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva						
(P)	3041	PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES				
	Produto: Projeto elaborado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.323.367	15.212.367	99,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.212.367	15.212.367	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.174.000	1.174.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	9.534.110	9.534.110	100,0	0	0	0,0
Norte	4.504.257	4.504.257	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	111.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	111.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3046	Elaboração de Planos de Recursos Hídricos				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.314.481	3.647.481	84,5	4.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.647.481	3.647.481	100,0	4.500.000	0	0,0
Nacional	3.647.481	3.647.481	100,0	4.500.000	0	0,0
Demais Fontes	667.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	667.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3871	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Estados, Distrito Federal e Entidades Associadas à Gestão de Recursos Hídricos				
	Produto: ENTIDADE APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	5,0	3,0	60,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	5,0	3,0	60,0
Financeiro	667.030	667.030	100,0	4.800.000	667.030	13,9
Fiscal Seguridade	667.030	667.030	100,0	4.800.000	667.030	13,9
Nacional	667.030	667.030	100,0	4.800.000	667.030	13,9
(A)	4168	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS PROCESSOS DE DESERTIFICAÇÃO NO BRASIL (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	41.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	41.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	41.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5305	Recuperação Hidroambiental da Bacia do Rio Doce				
	Produto: AREA RECUPERADA		Unidade de Medida: HA			
Físico	0,0	0,0	0,0	113.300,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	113.300,0	S.R.	0,0
Financeiro	500.774	500.774	100,0	1.026.440	500.774	48,8
Fiscal Seguridade	500.774	500.774	100,0	1.026.440	500.774	48,8
Nacional	500.774	500.774	100,0	1.026.440	500.774	48,8
(P)	7075	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DA ATIVIDADE AGROPECUARIA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS EM MICROBACIAS HIDROGRAFICAS				
	Produto: unidade de monitoramento implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0497 ÁGUAS DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva						
(P)	7325	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ALTOS ESTUDOS EM GESTÃO DE ÁGUAS				
Produto: Centro implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	555.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	555.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	555.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7401	Capacitação em Educação Ambiental Voltada para os Recursos Hídricos				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20.200,0	20.200,0	100,0	1.000,0	20.200,0	2.020,0
Nacional	20.200,0	20.200,0	100,0	1.000,0	20.200,0	2.020,0
Financeiro	191.755	42.755	22,3	450.000	42.755	9,5
Fiscal Seguridade	42.755	42.755	100,0	450.000	42.755	9,5
Nacional	42.755	42.755	100,0	450.000	42.755	9,5
Demais Fontes	149.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	149.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7801	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DESERTIFICADAS				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: área recuperada			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa 115.048.546 99.989.707 86,9 29.321.744 10.727.227 36,6						
Fiscal Seguridade 110.835.546 99.989.707 63,8 29.321.744 10.727.227 36,6						
Demais Fontes 4.213.000 0 0,6 0 0 0,0						
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Jorg Zimmermann						
(P)	1064	IMPLANTAÇÃO DE BASES DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE				
Produto: Projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Norte	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1964	Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.576,0	1.576,0	100,0	953,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	107,0	107,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	107,0	107,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.362,0	1.362,0	100,0	953,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.023.819	802.159	78,3	406.490	0	0,0
Fiscal Seguridade	923.819	802.159	86,8	406.490	0	0,0
Norte	923.819	802.159	86,8	406.490	0	0,0
Demais Fontes	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	11.111	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	11.111	0	0,0	0	0	0,0
Norte	77.778	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Jorg Zimmermann						
(P) 1977 Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica						
Produto: AREA EXPANDIDA Unidade de Medida: 1000 HA						
Físico	1.025.000,0	1.025.000,0	100,0	300,0	1.025.000,0	341.666,7
Norte	1.025.000,0	1.025.000,0	100,0	300,0	1.025.000,0	341.666,7
Financeiro	10.358.000	480.000	4,6	480.000	480.000	100,0
Fiscal Seguridade	9.780.000	480.000	4,9	480.000	480.000	100,0
Norte	9.780.000	480.000	4,9	480.000	480.000	100,0
Demais Fontes	578.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	69.422	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	28.955	0	0,0	0	0	0,0
Norte	479.623	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2931 AMAZÔNIA SOLIDÁRIA - APOIO ÀS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA						
Produto: comunidade apoiada Unidade de Medida: unidade						
Físico	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	54,0	54,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.865.463	6.857.347	99,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.857.347	6.857.347	100,0	0	0	0,0
Norte	6.857.347	6.857.347	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	8.116	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	85	0	0,0	0	0	0,0
Norte	8.031	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2931 Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia - Amazônia Solidária						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	11.068,0	11.068,0	100,0	9.693,0	5.000,0	51,6
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.508,0	S.R.	0,0
Norte	11.068,0	11.068,0	100,0	4.185,0	5.000,0	119,5
Financeiro	33.064.656	10.453.656	31,6	6.851.256	6.161.056	89,9
Fiscal Seguridade	33.064.656	10.453.656	31,6	6.851.256	6.161.056	89,9
Nacional	470.000	470.000	100,0	1.160.000	470.000	40,5
Norte	32.594.656	9.983.656	30,6	5.691.256	5.691.056	100,0
(A) 2940 Desenvolvimento Ambiental Urbano na Amazônia						
Produto: MUNICÍPIO APOIADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	45,0	45,0	100,0	621,0	19,0	3,1
Nacional	4,0	4,0	100,0	573,0	4,0	0,7
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	39,0	39,0	100,0	48,0	15,0	31,3
Financeiro	63.466.804	18.773.804	29,6	74.188.840	10.139.368	13,7
Fiscal Seguridade	63.283.804	18.773.804	29,7	74.188.840	10.139.368	13,7
Nacional	28.203.218	7.203.218	25,5	71.252.680	7.203.218	10,1
Norte	35.080.586	11.570.586	33,0	2.936.160	2.936.150	100,0
Demais Fontes	183.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	21.115	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	21.115	0	0,0	0	0	0,0
Norte	140.769	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Jorg Zimmermann						
(A)	2955 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	59,0	59,0	100,0	17,0	22,0	129,4
Nacional	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	49,0	49,0	100,0	17,0	22,0	129,4
Financeiro	7.652.939	3.359.562	43,9	3.813.000	1.306.498	34,3
Fiscal Seguridade	7.219.939	3.359.562	46,5	3.813.000	1.306.498	34,3
Norte	7.219.939	3.359.562	46,5	3.813.000	1.306.498	34,3
Demais Fontes	433.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	433.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2967 Gestão Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia					
	Produto: AREA CONSERVADA		Unidade de Medida: HA			
Físico	98.293,0	98.293,0	100,0	85.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1.000,0	1.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.000,0	1.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	96.293,0	96.293,0	100,0	85.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.707.183	2.859.696	32,8	568.120	568.120	100,0
Fiscal Seguridade	8.541.183	2.859.696	33,5	568.120	568.120	100,0
Norte	8.541.183	2.859.696	33,5	568.120	568.120	100,0
Demais Fontes	166.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	20.664	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	20.664	0	0,0	0	0	0,0
Norte	124.672	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3023 FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA - PPG7					
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	122,0	122,0	100,0	22,0	23,0	104,5
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	120,0	120,0	100,0	22,0	23,0	104,5
Financeiro	68.843.298	38.316.298	55,7	18.737.500	17.680.355	94,4
Fiscal Seguridade	67.439.298	38.316.298	56,8	18.737.500	17.680.355	94,4
Norte	67.439.298	38.316.298	56,8	18.737.500	17.680.355	94,4
Demais Fontes	1.404.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	178.691	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	127.636	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.097.673	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3026 Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia - PPG7					
	Produto: AREA PROTEGIDA		Unidade de Medida: HA			
Físico	73.864,5	73.864,5	100,0	26.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	3.338,1	3.338,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	11.646,1	11.646,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	58.880,4	58.880,4	100,0	26.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	27.381.244	12.047.744	44,0	12.052.266	5.725.373	47,5
Fiscal Seguridade	27.381.244	12.047.744	44,0	12.052.266	5.725.373	47,5
Norte	27.381.244	12.047.744	44,0	12.052.266	5.725.373	47,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Jorg Zimmermann						
(P) 3043 Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia						
Produto: AREA RECUPERADA						
Unidade de Medida: HA						
Físico	3.574,0	3.574,0	100,0	24.287,0	424,0	1,7
Nacional	2,0	2,0	100,0	23.557,0	2,0	0,0
Centro-oeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3.562,0	3.562,0	100,0	730,0	422,0	57,8
Financeiro	12.657.985	11.291.506	89,2	12.100.000	2.996.000	24,8
Fiscal Seguridade	12.491.985	11.291.506	90,4	12.100.000	2.996.000	24,8
Nacional	1.896.000	1.896.000	100,0	11.000.000	1.896.000	17,2
Norte	10.595.985	9.395.506	88,7	1.100.000	1.100.000	100,0
Demais Fontes	166.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	32.535	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	19.474	0	0,0	0	0	0,0
Norte	113.991	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6651 PROMOÇÃO SOCIAL DOS SERINGUEIROS POR MEIO DA MODERNIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL						
Produto: família assistida						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	240.181.391	105.401.772	43,9	129.197.472	45.056.770	34,9
Fiscal Seguridade	237.143.275	105.401.772	63,8	129.197.472	45.056.770	34,9
Demais Fontes	3.038.116	0	0,6	0	0	0,0
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA						
Gerente em 31/12/2002: Bráulio Ferreira de Souza Dias						
(A) 2934 Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção						
Produto: ESPECIE RECUPERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	41,0	41,0	100,0	10,0	31,0	310,0
Nacional	41,0	41,0	100,0	10,0	31,0	310,0
Financeiro	3.203.474	1.978.741	61,8	980.000	951.280	97,1
Fiscal Seguridade	3.203.474	1.978.741	61,8	980.000	951.280	97,1
Nacional	3.203.474	1.978.741	61,8	980.000	951.280	97,1
(A) 2935 Controle da Exportação e Importação de Animais Silvestres e Material Genético						
Produto: AUTORIZACAO EMITIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.305,0	1.305,0	100,0	1.000,0	625,0	62,5
Nacional	1.305,0	1.305,0	100,0	1.000,0	625,0	62,5
Financeiro	1.508.974	858.974	56,9	300.000	294.000	98,0
Fiscal Seguridade	1.508.974	858.974	56,9	300.000	294.000	98,0
Nacional	1.508.974	858.974	56,9	300.000	294.000	98,0
(A) 2958 Fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e Fauna						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	34,0	34,0	100,0	19,0	24,0	126,3
Nacional	34,0	34,0	100,0	19,0	24,0	126,3
Financeiro	12.440.077	5.240.708	42,1	4.982.447	2.896.493	58,1
Fiscal Seguridade	10.257.077	5.240.708	51,1	4.982.447	2.896.493	58,1
Nacional	10.183.119	5.166.750	50,7	4.982.447	2.896.493	58,1
Norte	73.958	73.958	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.183.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.183.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA						
Gerente em 31/12/2002: Bráulio Ferreira de Souza Dias						
(A)	2971 Conservação das Coleções Nacionais de Referência - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico					
	Produto: COLECAO CONSERVADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	748.942,0	748.942,0	100,0	420.000,0	389.047,0	92,6
Sudeste	748.942,0	748.942,0	100,0	420.000,0	389.047,0	92,6
Financeiro	640.885	568.284	88,7	570.000	429.408	75,3
Fiscal Seguridade	640.885	568.284	88,7	570.000	429.408	75,3
Sudeste	640.885	568.284	88,7	570.000	429.408	75,3
(A)	2973 Pesquisa em Diversidade Vegetal - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico					
	Produto: PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	218,0	218,0	100,0	148,0	105,0	70,9
Sudeste	218,0	218,0	100,0	148,0	105,0	70,9
Financeiro	933.113	599.980	64,3	330.000	215.582	65,3
Fiscal Seguridade	933.113	599.980	64,3	330.000	215.582	65,3
Nacional	333.133	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	599.980	599.980	100,0	330.000	215.582	65,3
(A)	2975 Manejo e Conservação da Fauna Silvestre					
	Produto: ESPECIE MANEJADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	10,0	30,0	300,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	10,0	30,0	300,0
Financeiro	2.826.933	1.905.933	67,4	940.000	927.727	98,7
Fiscal Seguridade	2.826.933	1.905.933	67,4	940.000	927.727	98,7
Nacional	2.776.933	1.905.933	68,6	940.000	927.727	98,7
Nordeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2976 Manejo e Conservação da Flora					
	Produto: ESPECIE MANEJADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	2.089.351	1.345.311	64,4	486.195	454.734	93,5
Fiscal Seguridade	2.089.351	1.345.311	64,4	486.195	454.734	93,5
Nacional	1.939.351	1.345.311	69,4	486.195	454.734	93,5
Sudeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2983 Pesquisa sobre Fauna Silvestre					
	Produto: PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	10,0	7,0	70,0
Financeiro	1.010.291	960.291	95,1	97.000	94.839	97,8
Fiscal Seguridade	1.010.291	960.291	95,1	97.000	94.839	97,8
Nacional	450.484	400.484	88,9	97.000	94.839	97,8
Sudeste	559.807	559.807	100,0	0	0	0,0
(A)	2987 Fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica - PROBIO					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	124,0	124,0	100,0	50,0	70,0	140,0
Nacional	124,0	124,0	100,0	50,0	70,0	140,0
Financeiro	44.378.377	16.637.973	37,5	13.871.067	6.448.194	46,5
Fiscal Seguridade	43.775.377	16.637.973	38,0	13.871.067	6.448.194	46,5
Nacional	43.725.377	16.637.973	38,1	13.871.067	6.448.194	46,5
Centro-oeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	603.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	603.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA						
Gerente em 31/12/2002: Braulio Ferreira de Souza Dias						
(P)	3000	Ampliação do Prédio do Herbário e Carpoteca - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico				
	Produto: PREDIO AMPLIADO		Unidade de Medida: M²			
Físico	180,0	180,0	100,0	1.882,0	S.R.	0,0
Sudeste	180,0	180,0	100,0	1.882,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.059.898	1.667.101	54,5	1.312.704	253.067	19,3
Fiscal Seguridade	3.059.898	1.667.101	54,5	1.312.704	253.067	19,3
Nacional	1.392.797	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.667.101	1.667.101	100,0	1.312.704	253.067	19,3
(A)	6293	Manejo da Coleção Viva do Arboreto - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico				
	Produto: AREA VERDE MANEJADA		Unidade de Medida: M²			
Físico	548.200,0	548.200,0	100,0	875.000,0	540.000,0	61,7
Sudeste	548.200,0	548.200,0	100,0	875.000,0	540.000,0	61,7
Financeiro	1.141.677	1.012.276	88,7	136.000	102.036	75,0
Fiscal Seguridade	1.141.677	1.012.276	88,7	136.000	102.036	75,0
Nacional	129.401	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.012.276	1.012.276	100,0	136.000	102.036	75,0
(A)	6305	Controle do Acesso aos Recursos Genéticos				
	Produto: AUTORIZACAO EMITIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	195,0	195,0	100,0	90,0	125,0	138,9
Nacional	195,0	195,0	100,0	90,0	125,0	138,9
Financeiro	223.792	183.792	82,1	100.000	92.895	92,9
Fiscal Seguridade	223.792	183.792	82,1	100.000	92.895	92,9
Nacional	223.792	183.792	82,1	100.000	92.895	92,9
(A)	6309	Fiscalização da Manipulação da Fauna Silvestre				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	70,0	70,0	100,0	50,0	30,0	60,0
Nacional	70,0	70,0	100,0	50,0	30,0	60,0
Financeiro	1.297.043	647.043	49,9	350.000	329.509	94,1
Fiscal Seguridade	1.297.043	647.043	49,9	350.000	329.509	94,1
Nacional	1.297.043	647.043	49,9	350.000	329.509	94,1
(P)	7385	Implantação de Sistema de Conservação de Recursos Genéticos				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	25,0	25,0	100,0	13,0	25,0	192,3
Nacional	25,0	25,0	100,0	13,0	25,0	192,3
Financeiro	1.388.000	533.000	38,4	396.000	163.000	41,2
Fiscal Seguridade	1.388.000	533.000	38,4	396.000	163.000	41,2
Nacional	1.268.000	413.000	32,6	396.000	163.000	41,2
Centro-oeste	120.000	120.000	100,0	0	0	0,0
(P)	7423	Identificação de Espécies da Flora Nativa				
	Produto: ESPECIE IDENTIFICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	525.000	250.000	47,6	87.300	0	0,0
Fiscal Seguridade	350.000	250.000	71,4	87.300	0	0,0
Nacional	350.000	250.000	71,4	87.300	0	0,0
Demais Fontes	175.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	175.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA						
Gerente em 31/12/2002: Bráulio Ferreira de Souza Dias						
(P) 7471	Formulação da Estratégia Nacional de Biodiversidade					
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Financeiro	415.612	300.000	72,2	97.000	90.000	92,8
Fiscal Seguridade	415.612	300.000	72,2	97.000	90.000	92,8
Nacional	415.612	300.000	72,2	97.000	90.000	92,8
(P) 7497	Implantação da Rede de Informações em Biodiversidade					
Produto: REDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	40,0	40,0	100,0	30,0	10,0	33,3
Nacional	40,0	40,0	100,0	30,0	10,0	33,3
Financeiro	490.000	390.000	79,6	140.000	140.000	100,0
Fiscal Seguridade	490.000	390.000	79,6	140.000	140.000	100,0
Nacional	490.000	390.000	79,6	140.000	140.000	100,0
(OA) 9400	NORMATIZAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS E DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DERIVADOS DA SUA UTILIZAÇÃO					
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	77.572.497	35.079.407	45,2	25.175.713	13.882.764	55,1
Fiscal Seguridade	74.611.497	35.079.407	63,8	25.175.713	13.882.764	55,1
Demais Fontes	2.961.000	0	0,6	0	0	0,0
0516 BRASIL JOGA LIMPO						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Dolores Paranhos Sampaio						
(P) 1990	Implantação de Sistema de Informação Ambiental Relativo à Gestão Integrada de Resíduos					
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	55,0	55,0	100,0	6,0	2,0	33,3
Nacional	51,0	51,0	100,0	6,0	2,0	33,3
Sul	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.819.485	14.423.485	97,3	300.000	95.000	31,7
Fiscal Seguridade	14.773.485	14.423.485	97,6	300.000	95.000	31,7
Nacional	14.023.485	13.673.485	97,5	300.000	95.000	31,7
Sul	750.000	750.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	46.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	46.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2940	Desenvolvimento Ambiental Urbano na Amazônia					
Produto: PROJETO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	69,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	69,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2960	Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo					
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	125,0	125,0	100,0	49,0	44,0	89,8
Nacional	124,0	124,0	100,0	49,0	44,0	89,8
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	30.762.881	27.981.340	91,0	12.038.753	11.996.694	99,7
Fiscal Seguridade	28.846.881	27.981.340	97,0	12.038.753	11.996.694	99,7
Nacional	28.786.881	27.921.340	97,0	12.038.753	11.996.694	99,7
Sudeste	60.000	60.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.916.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.916.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	659	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0516 BRASIL JOGA LIMPO						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Dolores Paranhos Sampaio						
(P)	7089	FOMENTO A PROJETOS DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7467	Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental nos Assentamentos Rurais				
	Produto: REDE IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	21,0	21,0	100,0	11,0	15,0	136,4
Nacional	21,0	21,0	100,0	11,0	15,0	136,4
Financeiro	1.535.444	1.135.444	73,9	700.000	600.000	85,7
Fiscal Seguridade	1.535.444	1.135.444	73,9	700.000	600.000	85,7
Nacional	1.535.444	1.135.444	73,9	700.000	600.000	85,7
(P)	7989	Projetos Demonstrativos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental				
	Produto: PROJETO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	203,0	203,0	100,0	964,0	88,0	9,1
Nacional	155,0	155,0	100,0	964,0	88,0	9,1
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	46,0	46,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	95.785.441	55.126.941	57,6	71.625.457	18.674.305	26,1
Fiscal Seguridade	95.745.441	55.126.941	57,6	71.625.457	18.674.305	26,1
Nacional	76.834.007	49.245.507	64,1	71.625.457	18.674.305	26,1
Nordeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	800.000	800.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	900.000	700.000	77,8	0	0	0,0
Sul	17.061.434	4.381.434	25,7	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	142.903.251	98.667.210	69,0	84.664.210	31.365.999	37,0
Fiscal Seguridade	140.901.251	98.667.210	63,8	84.664.210	31.365.999	37,0
Demais Fontes	2.002.000	0	0,6	0	0	0,0
8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS						
Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira						
(A)	2905	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas				
	Produto: CARGA POLUIDORA ABATIDA CONTRATADA		Unidade de Medida: KGDBO/DIA			
Físico	14.100,0	14.100,0	100,0	113.300,0	14.100,0	12,4
Nacional	14.100,0	14.100,0	100,0	113.300,0	14.100,0	12,4
Financeiro	92.210.909	17.742.015	19,2	85.830.854	17.742.015	20,7
Fiscal Seguridade	92.210.909	17.742.015	19,2	85.830.854	17.742.015	20,7
Nacional	92.210.909	17.742.015	19,2	85.830.854	17.742.015	20,7
(P)	3935	Recuperação de Nascentes e de Mananciais em Áreas Urbanas				
	Produto: ÁREA RECUPERADA		Unidade de Medida: KM²			
Físico	65,3	65,3	100,0	1.349,0	65,3	4,8
Nacional	65,3	65,3	100,0	1.349,0	65,3	4,8
Financeiro	68.919.482	37.789.482	54,8	129.511.724	37.789.482	29,2
Fiscal Seguridade	68.919.482	37.789.482	54,8	129.511.724	37.789.482	29,2
Nacional	41.289.482	37.789.482	91,5	129.511.724	37.789.482	29,2
Norte	80.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	27.550.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS						
Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira						
(P)	3939	Campanhas para Mobilização e Conscientização para Limpar os Rios				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P)	7091	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
	Produto: plano elaborado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7093	RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE				
	Produto: carga poluidora contratada		Unidade de Medida: kgdbo/dia			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	161.130.391	55.531.497	34,5	216.342.578	55.531.497	25,7
Fiscal Seguridade	161.130.391	55.531.497	63,8	216.342.578	55.531.497	25,7
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lucia Tostes de Aquino Leite						
(P)	1961	Capacitação de Recursos Humanos em Educação Ambiental				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.429,0	3.429,0	100,0	1.529,0	880,0	57,6
Nacional	3.429,0	3.429,0	100,0	1.529,0	880,0	57,6
Financeiro	4.306.617	2.615.602	60,7	993.319	808.053	81,3
Fiscal Seguridade	4.196.617	2.615.602	62,3	993.319	808.053	81,3
Nacional	4.196.617	2.615.602	62,3	993.319	808.053	81,3
Demais Fontes	110.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	110.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1984	Implantação de Pólos de Difusão de Práticas Sustentáveis				
	Produto: POLO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	11,0	1,0	9,1
Nacional	9,0	9,0	100,0	11,0	1,0	9,1
Financeiro	4.919.730	2.781.642	56,5	1.608.066	820.000	51,0
Fiscal Seguridade	4.658.730	2.781.642	59,7	1.608.066	820.000	51,0
Nacional	4.658.730	2.781.642	59,7	1.608.066	820.000	51,0
Demais Fontes	261.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	261.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1997	Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - SIBEA				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	42,0	42,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	42,0	42,0	100,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.730.684	2.143.075	57,4	1.322.600	460.969	34,9
Fiscal Seguridade	3.478.684	2.143.075	61,6	1.322.600	460.969	34,9
Nacional	3.478.684	2.143.075	61,6	1.322.600	460.969	34,9
Demais Fontes	252.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	252.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Ana Lucia Tostes de Aquino Leite						
(A)	2965	Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11.328,0	11.328,0	100,0	194,0	1.068,0	550,5
Nacional	1.103,0	1.103,0	100,0	194,0	1.068,0	550,5
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	10.203,0	10.203,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.882.282	10.323.065	61,1	18.302.137	4.576.123	25,0
Fiscal Seguridade	16.224.282	10.323.065	63,6	18.302.137	4.576.123	25,0
Nacional	10.434.282	7.423.065	71,1	18.302.137	4.576.123	25,0
Centro-oeste	250.000	250.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	250.000	250.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	3.800.000	1.700.000	44,7	0	0	0,0
Sul	1.440.000	700.000	48,6	0	0	0,0
Demais Fontes	658.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	658.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2972	Informação e Divulgação Técnico-Científica - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico				
Produto: PESSOA INFORMADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.953,1	3.953,1	100,0	21.000,0	S.R.	0,0
Sudeste	3.953,1	3.953,1	100,0	21.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	74.380	42.593	57,3	28.400	4.637	16,3
Fiscal Seguridade	74.380	42.593	57,3	28.400	4.637	16,3
Nacional	31.787	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	42.593	42.593	100,0	28.400	4.637	16,3
(P)	3045	Edição e Distribuição de Informações Técnico-Científicas na Área Ambiental				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	58,0	58,0	100,0	5.001,0	20,0	0,4
Nacional	58,0	58,0	100,0	5.001,0	20,0	0,4
Financeiro	1.902.408	780.065	41,0	305.634	139.734	45,7
Fiscal Seguridade	1.739.408	780.065	44,8	305.634	139.734	45,7
Nacional	1.739.408	780.065	44,8	305.634	139.734	45,7
Demais Fontes	163.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	163.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9027	EDUCAÇÃO DO PRODUTOR RURAL PARA A UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS (BB - AGENDA VERDE)				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: produtor capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	46.664,0	0,0	0,0	16.038,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	8.512,0	0,0	0,0	2.925,0	S.R.	0,0
Nordeste	1.253,0	0,0	0,0	431,0	S.R.	0,0
Sudeste	9.574,0	0,0	0,0	3.291,0	S.R.	0,0
Sul	27.325,0	0,0	0,0	9.391,0	S.R.	0,0
Financeiro	481.000	0	0,0	234.000	0	0,0
Demais Fontes	481.000	0	0,0	234.000	0	0,0
Nacional	234.000	0	0,0	234.000	0	0,0
Centro-oeste	45.053	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	6.634	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	50.679	0	0,0	0	0	0,0
Sul	144.634	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	32.297.101	18.686.042	57,9	22.794.156	6.809.516	29,9
Fiscal Seguridade	30.372.101	18.686.042	63,8	22.560.156	6.809.516	30,2
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	662	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
Demais Fontes	1.925.000	0	0,6	234.000	0	0,0
0505 FLORESTAR						
Gerente em 31/12/2002: Raimundo Deusdará Filho						
(P) 1974 Estudos para o Desenvolvimento Florestal Sustentável						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	183,6	183,6	100,0	5,0	2,0	40,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	5,0	2,0	40,0
Centro-oeste	174,6	174,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.154.900	942.278	29,9	1.756.575	281.712	16,0
Fiscal Seguridade	3.154.900	942.278	29,9	1.756.575	281.712	16,0
Nacional	3.154.900	942.278	29,9	1.756.575	281.712	16,0
(A) 1974 ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	186.000	186.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	186.000	186.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	186.000	186.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2173 Pesquisa e Desenvolvimento em Conservação, Manejo, Transformação e Utilização de Florestas e Agroflorestas						
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: TECNOLOGIA GERADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	81,0	81,0	100,0	35,0	27,0	77,1
Nacional	81,0	81,0	100,0	35,0	27,0	77,1
Financeiro	22.300.851	15.942.851	71,5	6.643.000	5.224.898	78,7
Fiscal Seguridade	22.300.851	15.942.851	71,5	6.643.000	5.224.898	78,7
Nacional	22.300.851	15.942.851	71,5	6.643.000	5.224.898	78,7
(A) 2951 Fomento a Projetos de Assistência Técnica ao Fazendeiro Florestal						
Produto: FAZENDA ASSISTIDA						
Unidade de Medida: HA						
Físico	6.067,0	6.067,0	100,0	900,0	650,0	72,2
Nacional	2.867,0	2.867,0	100,0	900,0	650,0	72,2
Sudeste	3.200,0	3.200,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.616.615	1.712.615	9,2	680.000	644.615	94,8
Fiscal Seguridade	18.537.615	1.712.615	9,2	680.000	644.615	94,8
Nacional	18.087.615	1.712.615	9,5	680.000	644.615	94,8
Sul	450.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	79.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	31.210	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	14.630	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	6.144	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	27.016	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2953 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal						
Produto: PROJETO APOIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	20,0	20,0	100,0	123,0	12,0	9,8
Nacional	18,0	18,0	100,0	123,0	12,0	9,8
Norte	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.802.629	522.301	29,0	12.525.771	205.771	1,6
Fiscal Seguridade	1.766.629	522.301	29,6	12.525.771	205.771	1,6
Nacional	1.766.629	522.301	29,6	12.525.771	205.771	1,6
Demais Fontes	36.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	36.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0505 FLORESTAR						
Gerente em 31/12/2002: Raimundo Deusdará Filho						
(A)	2954	Fomento a Projetos de Extensão Florestal				
Produto: PROJETO APOIADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	39,0	39,0	100,0	20,0	12,0	60,0
Nacional	39,0	39,0	100,0	20,0	12,0	60,0
Financeiro	16.365.634	8.107.044	49,5	3.900.000	2.714.527	69,6
Fiscal Seguridade	14.565.634	8.107.044	55,7	3.900.000	2.714.527	69,6
Nacional	14.565.634	8.107.044	55,7	3.900.000	2.714.527	69,6
Demais Fontes	1.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.800.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2962	Fomento a Projetos de Reflorestamento				
Produto: AREA REFLORESTADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	31.280,0	31.280,0	100,0	1.961,0	2.291,0	116,8
Nacional	24.081,0	24.081,0	100,0	1.961,0	2.291,0	116,8
Centro-oeste	150,0	150,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	300,0	300,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	782,0	782,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	5.967,0	5.967,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.514.563	12.918.563	73,8	2.900.000	2.649.867	91,4
Fiscal Seguridade	17.342.563	12.918.563	74,5	2.900.000	2.649.867	91,4
Nacional	9.308.083	4.884.083	52,5	2.900.000	2.649.867	91,4
Norte	798.000	798.000	100,0	0	0	0,0
Sul	7.236.480	7.236.480	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	172.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	50.575	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	35.425	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	86.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2962	Fomento a Projetos de Reflorestamento				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: AREA REFLORESTADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	169.730	169.730	100,0	174.000	169.730	97,5
Fiscal Seguridade	169.730	169.730	100,0	174.000	169.730	97,5
Nacional	169.730	169.730	100,0	174.000	169.730	97,5
(A)	2989	Reposição Florestal				
Produto: AREA REFLORESTADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	1.352.080,0	1.352.080,0	100,0	701,0	1.331.580,0	189.954,4
Nacional	1.352.080,0	1.352.080,0	100,0	701,0	1.331.580,0	189.954,4
Financeiro	2.052.942	1.530.342	74,5	734.751	613.475	83,5
Fiscal Seguridade	2.052.942	1.530.342	74,5	734.751	613.475	83,5
Nacional	2.052.942	1.530.342	74,5	734.751	613.475	83,5
(P)	7083	IMPLANTAÇÃO DO ECOMUSEU DA MATA ATLÂNTICA				
Produto: museu implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	82.163.864	42.031.724	51,2	29.314.097	12.504.595	42,7
Fiscal Seguridade	80.076.864	42.031.724	63,8	29.314.097	12.504.595	42,7
Demais Fontes	2.087.000	0	0,6	0	0	0,0

0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS

Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti						
(P)	1960	Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias Apropriadas às Comunidades Extrativistas				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.536,0	1.536,0	100,0	700.822,0	26,0	0,0
Nacional	551,0	551,0	100,0	700.822,0	26,0	0,0
Nordeste	159,0	159,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	826,0	826,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.425.480	3.095.480	90,4	4.085.500	2.073.313	50,7
Fiscal Seguridade	3.425.480	3.095.480	90,4	4.085.500	2.073.313	50,7
Nacional	3.425.480	3.095.480	90,4	4.085.500	2.073.313	50,7
(A)	2932	Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas				
	Produto: COMUNIDADE APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	85,0	85,0	100,0	78,0	S.R.	0,0
Nacional	85,0	85,0	100,0	78,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.804.041	2.404.041	63,2	766.000	702.391	91,7
Fiscal Seguridade	3.804.041	2.404.041	63,2	766.000	702.391	91,7
Nacional	3.804.041	2.404.041	63,2	766.000	702.391	91,7
(A)	2943	Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais				
	Produto: MADEIRA CONTROLADA		Unidade de Medida: M ³			
Físico	105.201.300,0	105.201.300,0	100,0	106.000,0	106.000,0	100,0
Nacional	105.201.300,0	105.201.300,0	100,0	106.000,0	106.000,0	100,0
Financeiro	1.970.893	1.477.793	75,0	495.393	475.524	96,0
Fiscal Seguridade	1.970.893	1.477.793	75,0	495.393	475.524	96,0
Nacional	1.970.893	1.477.793	75,0	495.393	475.524	96,0
(A)	2943	FISCALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E DO TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS				
	Produto: madeira controlada		Unidade de Medida: m ³			
Físico	6.300.000,0	6.300.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.300.000,0	6.300.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	35.296	35.296	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	35.296	35.296	100,0	0	0	0,0
Nacional	35.296	35.296	100,0	0	0	0,0
(A)	2966	Processamento de Produtos Florestais				
	Produto: PRODUTO PROCESSADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9.782.359,0	9.782.359,0	100,0	5.095.300,0	3.669.300,0	72,0
Nacional	9.782.359,0	9.782.359,0	100,0	5.095.300,0	3.669.300,0	72,0
Financeiro	617.376	411.176	66,6	197.000	173.686	88,2
Fiscal Seguridade	617.376	411.176	66,6	197.000	173.686	88,2
Nacional	617.376	411.176	66,6	197.000	173.686	88,2
(A)	2982	Monitoramento dos Planos de Manejo das Florestas Sustentáveis				
	Produto: PLANO DE MANEJO VISTORIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.490,0	3.490,0	100,0	4.200,0	1.200,0	28,6
Nacional	3.490,0	3.490,0	100,0	4.200,0	1.200,0	28,6
Financeiro	17.773.834	8.849.871	49,8	5.440.500	5.194.571	95,5
Fiscal Seguridade	17.599.834	8.849.871	50,3	5.440.500	5.194.571	95,5
Nacional	17.599.834	8.849.871	50,3	5.440.500	5.194.571	95,5
Demais Fontes	174.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	174.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti						
(A) 2990	Uso Múltiplo dos Recursos das Florestas Nacionais					
Produto: FLORESTA MANTIDA				Unidade de Medida: HA		
Físico	10.806.825,5	10.806.825,5	100,0	20.957,0	4.277.230,0	20.409,6
Nacional	4.349.286,0	4.349.286,0	100,0	20.957,0	4.277.230,0	20.409,6
Centro-oeste	4.275.320,0	4.275.320,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	28.969,5	28.969,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	2.153.250,0	2.153.250,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.018.004	10.747.514	76,7	3.383.500	2.759.328	81,6
Fiscal Seguridade	14.018.004	10.747.514	76,7	3.383.500	2.759.328	81,6
Nacional	13.996.061	10.725.571	76,6	3.383.500	2.759.328	81,6
Centro-oeste	21.943	21.943	100,0	0	0	0,0
(P) 3022	Plano para Ordenamento e Manejo de Recursos Florestais					
Produto: PLANO IMPLEMENTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	45,0	45,0	100,0	25,0	7,0	28,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	25,0	7,0	28,0
Financeiro	5.797.345	2.183.651	37,7	1.170.232	1.018.684	87,0
Fiscal Seguridade	5.797.345	2.183.651	37,7	1.170.232	1.018.684	87,0
Nacional	5.797.345	2.183.651	37,7	1.170.232	1.018.684	87,0
(P) 3024	Manejo de Recursos Naturais em Florestas Tropicais - PPG7					
Produto: FLORESTA MANEJADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	10.000,0	10.000,0	100,0	160.591,0	S.R.	0,0
Nacional	10.000,0	10.000,0	100,0	160.591,0	S.R.	0,0
Financeiro	24.709.939	11.105.664	44,9	17.553.000	7.075.999	40,3
Fiscal Seguridade	23.764.939	11.105.664	46,7	17.553.000	7.075.999	40,3
Nacional	23.764.939	11.105.664	46,7	17.553.000	7.075.999	40,3
Demais Fontes	945.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	945.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4631	FOMENTO A PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL					
Produto: área reflorestada				Unidade de Medida: ha		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7085	PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MATA ATLÂNTICA (PPG-7)					
Produto: plano elaborado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	15.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	15.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7511	Implantação de Reservas Extrativistas					
Produto: RESERVA IMPLANTADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	0,0	0,0	0,0	40.062,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40.062,0	S.R.	0,0
Financeiro	471.110	50.096	10,6	533.437	50.096	9,4
Fiscal Seguridade	471.110	50.096	10,6	533.437	50.096	9,4
Nacional	471.110	50.096	10,6	533.437	50.096	9,4
(P) 7813	IMPLANTAÇÃO DE BASES DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE					
Produto: base implantada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti						
(OA)	9398	CONCESSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL				
Produto: área manejada			Unidade de Medida: ha			
Físico	400,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Nacional	400,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9399	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIFUSÃO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (Ministério da Fazenda)				
Produto: evento realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	70,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	57,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Sudeste	6,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Sul	7,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	72.638.318	40.360.582	55,6	33.624.562	19.523.592	58,1
Fiscal Seguridade	71.504.318	40.360.582	63,8	33.624.562	19.523.592	58,1
Demais Fontes	1.134.000	0	0,6	0	0	0,0
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia do Vale Caribé						
(P)	1970	Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	16,0	16,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	7.618.327	6.428.127	84,4	2.900.000	2.909.008	100,3
Fiscal Seguridade	7.465.327	6.428.127	86,1	2.900.000	2.909.008	100,3
Nacional	7.465.327	6.428.127	86,1	2.900.000	2.909.008	100,3
Demais Fontes	153.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	153.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1971	ESTUDOS PARA APRIMORAMENTO DOS SISTEMAS E DOS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	207,0	207,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	207,0	207,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
(A)	2930	Formulação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável				
Produto: DIRETRIZ ELABORADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	14.902.608	11.963.814	80,3	5.649.777	5.554.826	98,3
Fiscal Seguridade	14.902.608	11.963.814	80,3	5.649.777	5.554.826	98,3
Nacional	14.402.608	11.963.814	83,1	5.649.777	5.554.826	98,3
Norte	500.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2930	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- AGENDA 21				
Produto: diretriz elaborada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.677.507	2.651.507	99,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.651.507	2.651.507	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.651.507	2.651.507	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	26.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	26.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	667	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE						
Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia do Vale Caribé						
(A)	2956 Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	23.862.008	9.691.545	40,6	4.700.000	3.448.194	73,4
Fiscal Seguridade	23.702.008	9.691.545	40,9	4.700.000	3.448.194	73,4
Nacional	13.702.008	9.691.545	70,7	4.700.000	3.448.194	73,4
Sul	10.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	160.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	160.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3857 Elaboração da Agenda 21 Brasileira					
	Produto: AGENDA ELABORADA		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	28,0	28,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Nacional	28,0	28,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Financeiro	4.004.972	1.969.582	49,2	1.980.000	1.969.582	99,5
Fiscal Seguridade	4.004.972	1.969.582	49,2	1.980.000	1.969.582	99,5
Nacional	4.004.972	1.969.582	49,2	1.980.000	1.969.582	99,5
(P)	5307 Construção da Sede Administrativa da Agência Nacional de Águas - ANA					
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 10.250 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	10,0	10,0	100,0	50,0	10,0	20,0
Nacional	10,0	10,0	100,0	50,0	10,0	20,0
Financeiro	3.176.638	1.445.127	45,5	2.200.000	1.445.127	65,7
Fiscal Seguridade	3.176.638	1.445.127	45,5	2.200.000	1.445.127	65,7
Nacional	1.445.127	1.445.127	100,0	2.200.000	1.445.127	65,7
Centro-oeste	1.731.511	0	0,0	0	0	0,0
(P)	6672 FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL					
	Produto: diretriz elaborada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7541 Apoio a Projetos de Descentralização da Política de Meio Ambiente					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	5,0	6,0	120,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	5,0	6,0	120,0
Financeiro	8.263.396	5.855.541	70,9	2.460.000	2.368.074	96,3
Fiscal Seguridade	7.865.396	5.855.541	74,4	2.460.000	2.368.074	96,3
Nacional	7.865.396	5.855.541	74,4	2.460.000	2.368.074	96,3
Demais Fontes	398.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	398.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7597 Modernização do Gerenciamento Descentralizado do IBAMA					
	Produto: UNIDADE DESCENTRALIZADA ESTRUTURADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	120,0	120,0	100,0	48,0	60,0	125,0
Nacional	120,0	120,0	100,0	48,0	60,0	125,0
Financeiro	31.990.681	27.593.819	86,3	7.871.819	6.241.773	79,3
Fiscal Seguridade	31.990.681	27.593.819	86,3	7.871.819	6.241.773	79,3
Nacional	31.890.681	27.493.819	86,2	7.871.819	6.241.773	79,3
Norte	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(OA)	9401 AGENDA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA					
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	50,0	37,0	74,0	4,0	20,0	500,0
Centro-oeste	50,0	37,0	74,0	4,0	20,0	500,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

668

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
Financ. Total Programa	98.496.137	69.599.062	70,7	27.761.596	23.936.584	86,2
Fiscal Seguridade	97.759.137	69.599.062	63,8	27.761.596	23.936.584	86,2
Demais Fontes	737.000	0	0,6	0	0	0,0
0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: José Edil Benedito						
(P)	3610	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO DE DADOS SOBRE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS				
Produto: Rede implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	9.800	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	9.200	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3612	CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS				
Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	119.000	100.000	84,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	19.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	19.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3614	Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Araguaia-Tocantins				
Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	86.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	86.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	86.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3619	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO DIANTE DE EVENTOS CRÍTICOS NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	144.000	104.000	72,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	104.000	104.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	104.000	104.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	18.018	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.802	0	0,0	0	0	0,0
Norte	20.180	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3621	Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Araguaia-Tocantins				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.232.052	0	0,0	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.173.052	0	0,0	500.000	0	0,0
Nacional	3.173.052	0	0,0	500.000	0	0,0
Demais Fontes	59.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	59.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: José Edil Benedito						
(P)	3624	IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS				
Produto: Agência implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.000	71.000	44,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	71.000	71.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	71.000	71.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	89.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	89.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3627	Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Araguaia-Tocantins				
Produto: AREA RECUPERADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	0,0	0,0	0,0	500,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	500,0	S.R.	0,0
Financeiro	152.519	152.519	100,0	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	152.519	152.519	100,0	500.000	0	0,0
Nacional	152.519	152.519	100,0	500.000	0	0,0
(P)	3627	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NO EIXO ARAGUAIA/TOCANTINS				
Produto: área recuperada			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	230.000	190.000	82,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	190.000	190.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	190.000	190.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	9.520	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	26.075	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	142	0	0,0	0	0	0,0
Norte	4.263	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3873	Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Araguaia-Tocantins				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	160.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	160.000	0	0,0
(P)	6675	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ALTERADAS				
Produto: área recuperada			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7447	ENQUADRAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS				
Produto: Corpo d'água enquadrado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	10.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	6.786	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.071	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.143	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7816	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DAS VOÇOROCAS NO EIXO ARAGUAIA - TOCANTINS				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	4.153.571	617.519	14,9	2.160.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

670

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
Fiscal Seguridade	3.790.571	617.519	63,8	2.160.000	0	0,0
Demais Fontes	363.000	0	0,6	0	0	0,0
0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira						
(P) 1958 CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL						
Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	546.180	506.480	92,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	506.480	506.480	100,0	0	0	0,0
Sudeste	506.480	506.480	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	39.700	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	39.700	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1969 ENQUADRAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL						
Produto: Corpo d'água classificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.401	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	39.401	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	39.401	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1993 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO PARA EVENTOS CRÍTICOS NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL						
Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	3,5	3,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3,5	3,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	438.528	400.380	91,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.380	400.380	100,0	0	0	0,0
Sudeste	400.380	400.380	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	38.148	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	38.148	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3047 IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL						
Produto: Plano implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	39,0	39,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	39,0	39,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	100.801	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	100.801	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	100.801	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3608 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO DE DADOS SOBRE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL						
Produto: Rede implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,5	4,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	85.634	65.633	76,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	65.633	65.633	100,0	0	0	0,0
Sudeste	65.633	65.633	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	20.001	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	20.001	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL						
Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira						
(P)	3617	Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	37,0	37,0	100,0	35,0	35,0	100,0
Sudeste	37,0	37,0	100,0	35,0	35,0	100,0
Financeiro	3.254.661	1.920.751	59,0	2.100.000	1.721.767	82,0
Fiscal Seguridade	3.246.661	1.920.751	59,2	2.100.000	1.721.767	82,0
Sudeste	3.246.661	1.920.751	59,2	2.100.000	1.721.767	82,0
Demais Fontes	8.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3622	IMPLANTAÇÃO DE COMITÊS E AGÊNCIAS DE ÁGUA DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL				
Produto: Comitê/ agência implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	318.391	191.290	60,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	191.290	191.290	100,0	0	0	0,0
Sudeste	191.290	191.290	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	127.101	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	127.101	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3625	Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Rio Paraíba do Sul				
Produto: AREA RECUPERADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	2,2	2,2	100,0	500,0	S.R.	0,0
Sudeste	2,2	2,2	100,0	500,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.925.689	192.344	2,2	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.836.835	192.344	2,2	500.000	0	0,0
Sudeste	8.836.835	192.344	2,2	500.000	0	0,0
Demais Fontes	88.854	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	88.854	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3925	Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	13.000	13.000	100,0	160.000	13.000	8,1
Fiscal Seguridade	13.000	13.000	100,0	160.000	13.000	8,1
Nacional	13.000	13.000	100,0	160.000	13.000	8,1
Financ. Total Programa	13.722.285	3.289.878	24,0	2.760.000	1.734.767	62,9
Fiscal Seguridade	13.260.279	3.289.878	63,8	2.760.000	1.734.767	62,9
Demais Fontes	462.006	0	0,6	0	0	0,0
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Félix Domingues						
(P)	3609	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO DE DADOS SOBRE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
Produto: Rede implantada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	363.003	204.003	56,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	204.003	204.003	100,0	0	0	0,0
Nacional	204.003	204.003	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	159.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	4.770	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	95.400	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	58.830	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Félix Domingues						
(P)	3611	CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA O GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
	Produto: Campanha realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.257.941	1.198.941	95,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.198.941	1.198.941	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.198.941	1.198.941	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	59.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	59.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3613	ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
	Produto: plano elaborado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	239.000	100.000	41,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	139.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.861	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.722	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	88.806	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	38.611	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3613	Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	913.218	574.200	62,9	2.419.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	913.218	574.200	62,9	2.419.800	0	0,0
Nacional	913.218	574.200	62,9	2.419.800	0	0,0
(P)	3615	ENQUADRAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
	Produto: Corpo d'água classificado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.020.859	1.861.859	92,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.861.859	1.861.859	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.861.859	1.861.859	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	159.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.950	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	93.413	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	57.638	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3618	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PREVENTIVO PARA EVENTOS CRÍTICOS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
	Produto: Sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.250.564	1.051.564	84,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.051.564	1.051.564	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.051.564	1.051.564	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	199.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.980	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	119.400	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	75.620	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Félix Domingues						
(P)	3620	Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	1,6	1,6	100,0	12,0	1,6	13,3
Nacional	1,6	1,6	100,0	12,0	1,6	13,1
Financeiro	3.390.774	920.950	27,2	2.742.440	920.950	33,6
Fiscal Seguridade	3.211.774	920.950	28,7	2.742.440	920.950	33,6
Nacional	3.211.774	920.950	28,7	2.742.440	920.950	33,6
Demais Fontes	179.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.790	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	109.190	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	68.020	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3623	IMPLANTAÇÃO DE COMITÊS E AGÊNCIAS DE ÁGUA DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO				
	Produto: Comitê/ agência implantada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	199.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	199.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	11.706	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	23.412	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	117.059	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	46.824	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3626	Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: AREA RECUPERADA		Unidade de Medida: HA			
Físico	2.029,0	2.029,0	100,0	5.500,0	2.020,0	36,7
Nacional	2.020,0	2.020,0	100,0	5.500,0	2.020,0	36,7
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.672.688	5.864.623	76,4	13.652.200	2.530.568	18,5
Fiscal Seguridade	7.195.688	5.864.623	81,5	13.652.200	2.530.568	18,5
Nacional	7.195.688	5.864.623	81,5	13.652.200	2.530.568	18,5
Demais Fontes	477.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	14.436	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	282.340	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	180.224	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3899	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Estados e Entidades Associadas à Gestão de Recursos Hídricos na Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: ENTIDADE APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	42,0	2,0	4,8
Nacional	2,0	2,0	100,0	42,0	2,0	4,8
Financeiro	1.844.424	737.199	40,0	4.779.600	737.199	15,4
Fiscal Seguridade	1.844.424	737.199	40,0	4.779.600	737.199	15,4
Nacional	1.844.424	737.199	40,0	4.779.600	737.199	15,4
(P)	3919	Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	839.160	0	0,0	423.960	0	0,0
Fiscal Seguridade	839.160	0	0,0	423.960	0	0,0
Nacional	839.160	0	0,0	423.960	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Félix Domingues						
(P)	5309	Conservação Ambiental da Bacia do Rio São Francisco				
	Produto: AREA CONSERVADA			Unidade de Medida: HA		
Físico	0,0	0,0	0,0	15.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.624.837	6.430.098	50,9	12.600.000	6.430.098	51,0
Fiscal Seguridade	12.624.837	6.430.098	50,9	12.600.000	6.430.098	51,0
Nacional	12.624.837	6.430.098	50,9	12.600.000	6.430.098	51,0
(P)	7817	APOIO A PROJETOS DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS				
	Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	32.615.468	18.943.437	58,1	36.618.000	10.618.815	29,0
Fiscal Seguridade	31.045.468	18.943.437	63,8	36.618.000	10.618.815	29,0
Demais Fontes	1.570.000	0	0,6	0	0	0,0
0498 PANTANAL						
Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire						
(A)	2311	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO DO PANTANAL (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: Área sinalizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	325.129	325.129	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	325.129	325.129	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	325.129	325.129	100,0	0	0	0,0
(P)	3003	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL				
	Produto: Sub-bacia manejada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	395.193	195.193	49,4	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	195.193	195.193	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	195.193	195.193	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3004	Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	35.150,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	35.150,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.916.202	2.185.947	36,9	3.217.715	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.603.662	2.185.947	60,7	3.217.715	0	0,0
Centro-oeste	3.603.662	2.185.947	60,7	3.217.715	0	0,0
Demais Fontes	2.312.540	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.312.540	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3005	Implantação, Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	494,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	494,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.467.393	46.990	0,7	250.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.396.990	46.990	1,4	250.000	0	0,0
Centro-oeste	3.396.990	46.990	1,4	250.000	0	0,0
Demais Fontes	3.070.403	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.070.403	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0498 PANTANAL						
Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire						
(P)	3007	Regularização de Atividades Mineradoras da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: MINERADORA REGULARIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	716.934	186.193	26,0	130.741	0	0,0
Fiscal Seguridade	316.934	186.193	58,7	130.741	0	0,0
Centro-oeste	316.934	186.193	58,7	130.741	0	0,0
Demais Fontes	400.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	400.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3008	Implantação de Sistemas para o Ordenamento e Promoção do Ecoturismo na Bacia do Alto Rio Paraguai- PANTANAL				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.187.196	522.193	44,0	646.003	60.000	9,3
Fiscal Seguridade	937.196	522.193	55,7	646.003	60.000	9,3
Centro-oeste	937.196	522.193	55,7	646.003	60.000	9,3
Demais Fontes	250.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	250.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3009	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Faunísticos da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	2,0	2,0	100,0	63,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	63,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.530.191	907.709	59,3	887.482	507.966	57,2
Fiscal Seguridade	1.280.191	907.709	70,9	887.482	507.966	57,2
Centro-oeste	1.280.191	907.709	70,9	887.482	507.966	57,2
Demais Fontes	250.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	250.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3010	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI- PANTANAL				
	Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.107.899	107.899	9,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	107.899	107.899	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	107.899	107.899	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3011	Implementação da Reserva da Biosfera do PANTANAL - PANTANAL				
	Produto: RESERVA ESTRUTURADA			Unidade de Medida: HA		
Físico	0,0	0,0	0,0	4.200,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	4.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	525.715	35.193	6,7	283.522	0	0,0
Fiscal Seguridade	318.715	35.193	11,0	283.522	0	0,0
Centro-oeste	318.715	35.193	11,0	283.522	0	0,0
Demais Fontes	207.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	207.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0498 PANTANAL						
Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire						
(P)	3012	Implantação e Operacionalização do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Alto Rio Paraguai-PANTANAL				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.623.824	727.165	44,8	1.540.659	485.365	31,5
Fiscal Seguridade	1.373.824	727.165	52,9	1.540.659	485.365	31,5
Centro-oeste	1.373.824	727.165	52,9	1.540.659	485.365	31,5
Demais Fontes	250.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	250.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3013	Implantação de Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	4.272,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	4.272,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.002.967	333.230	11,1	769.047	62.500	8,1
Fiscal Seguridade	792.277	333.230	42,1	769.047	62.500	8,1
Centro-oeste	792.277	333.230	42,1	769.047	62.500	8,1
Demais Fontes	2.210.690	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.210.690	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3014	Implementação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
Produto: UNIDADE DE CONSERVACAO IMPLEMENTADA				Unidade de Medida: HA		
Físico	0,0	0,0	0,0	10.670,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	10.670,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.557.911	958.421	26,9	2.987.490	489.934	16,4
Fiscal Seguridade	2.157.911	958.421	44,4	2.987.490	489.934	16,4
Centro-oeste	2.157.911	958.421	44,4	2.987.490	489.934	16,4
Demais Fontes	1.400.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.400.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3015	Implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
Produto: SISTEMA IMPLEMENTADO				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	309.142	0	0,0	1.771.078	0	0,0
Fiscal Seguridade	111.142	0	0,0	1.771.078	0	0,0
Centro-oeste	111.142	0	0,0	1.771.078	0	0,0
Demais Fontes	198.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	198.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3016	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI - PANTANAL				
Produto: Sistema implementado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	627.800	427.800	68,1	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	427.800	427.800	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	427.800	427.800	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0498 PANTANAL						
Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire						
(P)	3017	Implementação de Estradas-Parque na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: ESTRADA PARQUE IMPLANTADA			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	75,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	75,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.112.579	174.270	2,9	1.043.309	95.040	9,1
Fiscal Seguridade	3.112.579	174.270	5,6	1.043.309	95.040	9,1
Centro-oeste	3.112.579	174.270	5,6	1.043.309	95.040	9,1
Demais Fontes	3.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3018	Recuperação Ambiental em Sub-Bacias Hidrográficas Críticas da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: MICROBACIA RECUPERADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	70,0	70,0	100,0	489,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	70,0	70,0	100,0	489,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.686.176	1.212.996	32,9	1.602.180	985.275	61,5
Fiscal Seguridade	3.386.176	1.212.996	35,8	1.602.180	985.275	61,5
Centro-oeste	3.386.176	1.212.996	35,8	1.602.180	985.275	61,5
Demais Fontes	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3019	Implantação de Sistema de Gerenciamento e Manejo dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	12,0	12,0	100,0	32,0	12,0	37,5
Centro-oeste	12,0	12,0	100,0	32,0	12,0	37,5
Financeiro	1.627.255	750.411	46,1	976.178	346.824	35,5
Fiscal Seguridade	1.160.589	750.411	64,7	976.178	346.824	35,5
Centro-oeste	1.160.589	750.411	64,7	976.178	346.824	35,5
Demais Fontes	466.666	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	466.666	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3020	Atividades Ambientais Sustentáveis em Áreas Indígenas na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
	Produto: COMUNIDADE ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	20,0	20,0	100,0	21,0	20,0	95,2
Centro-oeste	20,0	20,0	100,0	21,0	20,0	95,2
Financeiro	1.271.285	553.021	43,5	718.264	517.828	72,1
Fiscal Seguridade	971.285	553.021	56,9	718.264	517.828	72,1
Centro-oeste	971.285	553.021	56,9	718.264	517.828	72,1
Demais Fontes	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3191	Gestão do Programa Pantanal				
	Produto: PROGRAMA GERIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	6.082.879	1.209.238	19,9	9.280.039	1.209.238	13,0
Fiscal Seguridade	6.082.879	1.209.238	19,9	9.280.039	1.209.238	13,0
Nacional	6.082.879	1.209.238	19,9	9.280.039	1.209.238	13,0
(P)	3795	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO DO PANTANAL (Ministério do Esporte e Turismo)				
	Produto: Roteiro elaborado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0498 PANTANAL						
Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire						
(P)	3845	Assistência Técnica aos Produtores Rurais da Planície Pantaneira - PANTANAL				
Produto: PRODUTOR ASSISTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	208,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	208,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.020.531	174.528	17,1	546.003	0	0,0
Fiscal Seguridade	520.531	174.528	33,5	546.003	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	546.003	0	0,0
Centro-oeste	520.531	174.528	33,5	0	0	0,0
Demais Fontes	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	500.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3849	Estruturação da Polícia Ambiental e do Corpo de Bombeiros na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL				
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	146,0	146,0	100,0	348,0	146,0	42,0
Nacional	146,0	146,0	100,0	348,0	146,0	42,0
Financeiro	1.021.025	566.025	55,4	1.321.015	566.025	42,8
Fiscal Seguridade	1.021.025	566.025	55,4	1.321.015	566.025	42,8
Nacional	566.025	566.025	100,0	1.321.015	566.025	42,8
Centro-oeste	455.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5758	ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO DO PANTANAL (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	18.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	18.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7329	Implantação de Unidades de Gestão Ambiental na Bacia do Alto Rio Paraguai - Pantanal				
Produto: UNIDADE IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.210.293	410.293	12,8	288.393	65.100	22,6
Fiscal Seguridade	1.210.293	410.293	33,9	288.393	65.100	22,6
Centro-oeste	1.210.293	410.293	33,9	288.393	65.100	22,6
Demais Fontes	2.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	51.343.519	12.009.844	23,4	28.259.118	5.391.095	19,1
Fiscal Seguridade	32.810.220	12.009.844	63,8	28.259.118	5.391.095	19,1
Demais Fontes	18.533.299	0	0,6	0	0	0,0
0499 PARQUES DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha						
(OE)	0655	Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais				
Produto: AREA REGULARIZADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	458.581,0	458.581,0	100,0	950.000,0	44.413,0	4,7
Nacional	458.581,0	458.581,0	100,0	950.000,0	44.413,0	4,7
Financeiro	24.741.666	17.690.105	71,5	8.450.000	6.789.186	80,3
Fiscal Seguridade	24.741.666	17.690.105	71,5	8.450.000	6.789.186	80,3
Nacional	24.741.666	17.690.105	71,5	8.450.000	6.789.186	80,3



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0499 PARQUES DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha						
(P)	1553	IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL				
	Produto: área protegida			Unidade de Medida: ha		
Físico	166.949,0	166.949,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	27.352,0	27.352,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	19.693,0	19.693,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	119.904,0	119.904,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	930.000	930.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	930.000	930.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	250.000	250.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	180.000	180.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1956	Ampliação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas				
	Produto: AREA PROTEGIDA AMPLIADA			Unidade de Medida: HA		
Físico	4.610.732,0	4.610.732,0	100,0	500.005,0	4.610.729,0	922,1
Nacional	4.610.732,0	4.610.732,0	100,0	500.005,0	4.610.729,0	922,1
Financeiro	35.008.997	13.966.497	39,9	52.698.263	6.461.733	12,3
Fiscal Seguridade	34.989.997	13.966.497	39,9	52.698.263	6.461.733	12,3
Nacional	34.989.997	13.966.497	39,9	52.698.263	6.461.733	12,3
Demais Fontes	19.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	19.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1962	Capacitação de Recursos Humanos para Gestão de Áreas Protegidas				
	Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	193,0	193,0	100,0	300,0	106,0	35,3
Nacional	193,0	193,0	100,0	300,0	106,0	35,3
Financeiro	1.370.672	420.672	30,7	1.040.000	313.660	30,2
Fiscal Seguridade	1.365.672	420.672	30,8	1.040.000	313.660	30,2
Nacional	1.365.672	420.672	30,8	1.040.000	313.660	30,2
Demais Fontes	5.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	5.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1972	Estudos para Desenvolvimento da Política Nacional para Áreas Protegidas				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	15,0	15,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	699.740	449.740	64,3	100.000	100.000	100,0
Fiscal Seguridade	699.740	449.740	64,3	100.000	100.000	100,0
Nacional	699.740	449.740	64,3	100.000	100.000	100,0
(P)	1975	Estudos para Valoração Econômica das Unidades de Conservação Federais				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	52,0	52,0	100,0	40,0	13,0	32,5
Nacional	47,0	47,0	100,0	40,0	13,0	32,5
Nordeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.678.459	1.528.812	91,1	500.000	459.053	91,8
Fiscal Seguridade	1.678.459	1.528.812	91,1	500.000	459.053	91,8
Nacional	1.678.459	1.528.812	91,1	500.000	459.053	91,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0499 PARQUES DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha						
(P)	1978	Estudo para a Expansão e Consolidação de um Sistema de Áreas Estritamente Protegidas				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	780.626	520.713	66,7	240.000	240.000	100,0
Fiscal Seguridade	771.126	520.713	67,5	240.000	240.000	100,0
Nacional	771.126	520.713	67,5	240.000	240.000	100,0
Demais Fontes	9.500	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	9.500	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1985	Implantação de Infra-estrutura Ecoturística em Unidades de Conservação				
Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	154,0	154,0	100,0	329,0	96,0	29,2
Nacional	120,0	120,0	100,0	329,0	96,0	29,2
Centro-oeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	19.228.812	14.748.812	76,7	5.290.000	4.583.709	86,6
Fiscal Seguridade	19.028.812	14.748.812	77,5	5.290.000	4.583.709	86,6
Nacional	12.826.831	11.336.831	88,4	5.290.000	4.583.709	86,6
Centro-oeste	200.000	100.000	50,0	0	0	0,0
Nordeste	180.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	4.186.405	2.726.405	65,1	0	0	0,0
Sudeste	1.485.576	585.576	39,4	0	0	0,0
Sul	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	34.667	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	44.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	34.667	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	58.667	0	0,0	0	0	0,0
Sul	28.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2889	Conservação e Manejo Integrado de Ecossistemas				
Produto: AREA MANEJADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	637.135,0	637.135,0	100,0	80.650,0	637.135,0	790,0
Nacional	637.135,0	637.135,0	100,0	80.650,0	637.135,0	790,0
Financeiro	8.349.013	5.499.013	65,9	5.729.387	5.499.013	96,0
Fiscal Seguridade	8.349.013	5.499.013	65,9	5.729.387	5.499.013	96,0
Nacional	8.349.013	5.499.013	65,9	5.729.387	5.499.013	96,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0499 PARQUES DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha						
(A)	2945 FISCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ÁREAS PROTEGIDAS					
	Produto: fiscalização realizada		Unidade de Medida: ha			
Físico	339,4	339,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	105,6	105,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	35,0	35,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	125,4	125,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	45,4	45,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.311.436	8.534.436	82,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.534.436	8.534.436	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.434.436	8.434.436	100,0	0	0	0,0
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.777.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	152.314	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	495.021	0	0,0	0	0	0,0
Norte	406.171	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	482.329	0	0,0	0	0	0,0
Sul	241.164	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2950 Fomento à Gestão Integrada de Áreas Protegidas					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	53,0	53,0	100,0	27,0	18,0	66,7
Nacional	53,0	53,0	100,0	27,0	18,0	66,7
Financeiro	10.502.251	5.819.145	55,4	5.997.004	2.241.970	37,4
Fiscal Seguridade	10.502.251	5.819.145	55,4	5.997.004	2.241.970	37,4
Nacional	10.502.251	5.819.145	55,4	5.997.004	2.241.970	37,4
(A)	2969 Gestão, Manejo e Fiscalização de Unidades de Conservação e do Patrimônio Espeleológico					
	Produto: UNIDADE DE CONSERVACAO MANTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.904,0	1.904,0	100,0	252,0	1.673,0	663,9
Nacional	1.786,0	1.786,0	100,0	252,0	1.673,0	663,9
Centro-oeste	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	28,0	28,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	32,0	32,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	31,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	16,0	16,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	77.983.299	53.018.186	68,0	41.750.000	34.486.194	82,6
Fiscal Seguridade	77.086.299	53.018.186	68,8	41.750.000	34.486.194	82,6
Nacional	76.572.748	52.504.635	68,6	41.750.000	34.486.194	82,6
Centro-oeste	247.799	247.799	100,0	0	0	0,0
Sudeste	265.752	265.752	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	897.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	86.982	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	245.995	0	0,0	0	0	0,0
Norte	221.532	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	216.095	0	0,0	0	0	0,0
Sul	126.395	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0499 PARQUES DO BRASIL						
Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha						
(P)	3665	Desenvolvimento de Técnicas de Manejo de Ecossistemas Brasileiros (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: TECNICA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	3.716.904	3.316.904	89,2	406.000	405.917	100,0
Fiscal Seguridade	3.716.904	3.316.904	89,2	406.000	405.917	100,0
Nacional	3.716.904	3.316.904	89,2	406.000	405.917	100,0
(A)	4625	PRESERVAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO E HIDROTÉRMICO - EM ÁGUAS DE SÃO PEDRO (Ministério da Cultura)				
Produto: parque preservado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4627	GESTÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS				
Produto: área protegida			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	40.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7077	IMPLANTAÇÃO DE SÍTIOS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL NATURAL E RESERVAS DA BIOSFERA (UNESCO)				
Produto: sítio implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	40.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7509	Implantação de Unidades de Conservação Federais				
Produto: AREA IMPLANTADA			Unidade de Medida: HA			
Físico	66,0	66,0	100,0	64,0	29,0	45,3
Nacional	44,0	44,0	100,0	64,0	29,0	45,3
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.804.724	8.894.724	64,4	4.562.268	2.548.654	55,9
Fiscal Seguridade	13.804.724	8.894.724	64,4	4.562.268	2.548.654	55,9
Nacional	6.451.303	4.001.303	62,0	4.562.268	2.548.654	55,9
Centro-oeste	1.840.500	1.110.500	60,3	0	0	0,0
Nordeste	1.995.000	1.495.000	74,9	0	0	0,0
Norte	1.275.000	675.000	52,9	0	0	0,0
Sudeste	1.912.921	1.412.921	73,9	0	0	0,0
Sul	330.000	200.000	60,6	0	0	0,0
(P)	7511	IMPLANTAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS				
Produto: Reserva implantada			Unidade de Medida: ha			
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	723.743	723.743	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	723.743	723.743	100,0	0	0	0,0
Nacional	723.743	723.743	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	209.910.342	136.061.502	64,8	126.762.922	64.129.089	50,6

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

683

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
Fiscal Seguridade	206.922.842	136.061.502	63,8	126.762.922	64.129.089	50,6
Demais Fontes	2.987.500	0	0,6	0	0	0,0
0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS						
Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti						
(A) 2063 Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais						
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: MAPA DE RISCO DE FOGO GERADO						
				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.051,0	1.051,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	1.051,0	1.051,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.678.175	2.531.175	68,8	1.147.000	538.467	46,9
Fiscal Seguridade	3.678.175	2.531.175	68,8	1.147.000	538.467	46,9
Nacional	3.678.175	2.531.175	68,8	1.147.000	538.467	46,9
(A) 2985 COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS - PREVFOGO						
Produto: incêndio combatido				Unidade de Medida: ha		
Físico	116.323,0	116.323,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	116.323,0	116.323,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	607.681	607.681	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	607.681	607.681	100,0	0	0	0,0
Nacional	607.681	607.681	100,0	0	0	0,0
(A) 2986 Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação- Prevfogo						
Produto: AREA DE RISCO PROTEGIDA				Unidade de Medida: HA		
Físico	158.461,0	158.461,0	100,0	30.556,0	30.561,0	100,0
Nacional	151.461,0	151.461,0	100,0	30.556,0	30.561,0	100,0
Norte	4.000,0	4.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.000,0	3.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.891.090	4.071.840	59,1	3.000.000	2.904.972	96,8
Fiscal Seguridade	6.891.090	4.071.840	59,1	3.000.000	2.904.972	96,8
Nacional	6.891.090	4.071.840	59,1	3.000.000	2.904.972	96,8
(P) 3021 Elaboração do Plano de Ação de Combate a Incêndios, Queimadas e Desmatamentos						
Produto: PLANO ELABORADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.384.048	1.956.458	44,6	1.383.716	1.135.866	82,1
Fiscal Seguridade	4.384.048	1.956.458	44,6	1.383.716	1.135.866	82,1
Nacional	4.384.048	1.956.458	44,6	1.383.716	1.135.866	82,1
(P) 3029 Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia - PROARCO						
Produto: AREA MONITORADA				Unidade de Medida: KM²		
Físico	37.354.856,0	37.354.856,0	100,0	1.905.116,0	1.905.116,0	100,0
Norte	37.354.856,0	37.354.856,0	100,0	1.905.116,0	1.905.116,0	100,0
Financeiro	37.378.872	25.178.872	67,4	10.000.000	6.105.161	61,1
Fiscal Seguridade	35.178.872	25.178.872	71,6	10.000.000	6.105.161	61,1
Norte	35.178.872	25.178.872	71,6	10.000.000	6.105.161	61,1
Demais Fontes	2.200.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	496.837	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	109.053	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.594.110	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5165 COMBATE EMERGENCIAL A INCÊNDIOS FLORESTAIS						
Produto: -				Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.425.696	10.425.696	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.425.696	10.425.696	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.425.696	10.425.696	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

684

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS						
Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti						
(A) 6307 Fiscalização de Recursos Florestais						
Produto: AREA FISCALIZADA						
						Unidade de Medida: HA
Físico	14.485.562,0	14.485.562,0	100,0	7.500.000,0	7.500.000,0	100,0
Nacional	14.485.562,0	14.485.562,0	100,0	7.500.000,0	7.500.000,0	100,0
Financeiro	46.437.202	28.539.583	61,5	15.083.000	14.568.459	96,6
Fiscal Seguridade	46.437.202	28.539.583	61,5	15.083.000	14.568.459	96,6
Nacional	46.437.202	28.539.583	61,5	15.083.000	14.568.459	96,6
(A) 6329 Controle de Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais						
Produto: AREA CONTROLADA						
						Unidade de Medida: HA
Físico	68.796,0	68.796,0	100,0	30.000,0	30.004,0	100,0
Nacional	68.796,0	68.796,0	100,0	30.000,0	30.004,0	100,0
Financeiro	18.943.135	726.509	3,8	650.000	612.060	94,2
Fiscal Seguridade	18.943.135	726.509	3,8	650.000	612.060	94,2
Nacional	18.943.135	726.509	3,8	650.000	612.060	94,2
(A) 6485 MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS						
Produto: AREA FISCALIZADA						
						Unidade de Medida: ha
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.179.258	6.179.258	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.179.258	6.179.258	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.179.258	6.179.258	100,0	0	0	0,0
(A) 6700 PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E QUEIMADAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE						
Produto: área monitorada						
						Unidade de Medida: ha
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6701 CONTROLE DE QUEIMADAS						
Produto: área florestal protegida						
						Unidade de Medida: ha
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6702 CONTROLE DE DESMATAMENTOS						
Produto: área florestal protegida						
						Unidade de Medida: ha
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	134.925.157	80.217.072	59,5	31.263.716	25.864.985	82,7
Fiscal Seguridade	132.725.157	80.217.072	63,8	31.263.716	25.864.985	82,7
Demais Fontes	2.200.000	0	0,6	0	0	0,0
0495 PROÁGUA - GESTÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Gilberto Lotufo Conejo						
(P) 1967 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS						
Produto: Projeto elaborado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	57,9	57,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	38,0	38,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	14,9	14,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	119.847.499	119.769.499	99,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	119.769.499	119.769.499	100,0	0	0	0,0
Nacional	65.166.990	65.166.990	100,0	0	0	0,0
Nordeste	30.990.017	30.990.017	100,0	0	0	0,0
Sudeste	23.612.492	23.612.492	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	78.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	78.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

685

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0495 PROÁGUA - GESTÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Gilberto Lotufo Conejo						
(P)	1967	DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2901	Monitoramento de Recursos Hídricos no Semi-Árido				
Produto: VAZAO D'AGUA OUTORGADA			Unidade de Medida: M³/H			
Físico	0,0	0,0	0,0	56.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	56.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	67.458	0	0,0	50.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	67.458	0	0,0	50.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	50.000	0	0,0
Nordeste	67.458	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2957	Fomento a Projetos de Manejo e Conservação de Recursos Hídricos				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	15.047.921	13.990.902	93,0	331.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	14.881.921	13.990.902	94,0	331.000	0	0,0
Nacional	14.881.921	13.990.902	94,0	331.000	0	0,0
Demais Fontes	166.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	166.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	2957	FOMENTO A PROJETOS DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3027	ESTUDO PARA REFORMULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PROÁGUA - GESTÃO				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,5	3,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	0,5	0,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.367.922	5.367.922	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.367.922	5.367.922	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.824.000	2.824.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.443.922	2.443.922	100,0	0	0	0,0
Sul	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3027	Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	1.532,0	4,0	0,3
Nacional	4,0	4,0	100,0	1.532,0	4,0	0,3
Financeiro	7.264.300	4.916.300	67,7	26.138.000	4.916.300	18,8
Fiscal Seguridade	7.264.300	4.916.300	67,7	26.138.000	4.916.300	18,8
Nacional	6.844.300	4.916.300	71,8	26.138.000	4.916.300	18,8
Nordeste	420.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0495 PROÁGUA - GESTÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Gilberto Lotufo Conejo						
(P)	3028	Estudos para a Disponibilização de Água Bruta no Semi-Árido - Proágua Semi-Árido				
Produto: PROJETO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	25,0	25,0	100,0	25,0	15,0	60,0
Nacional	25,0	25,0	100,0	25,0	15,0	60,0
Financeiro	52.600.358	31.290.358	59,5	20.625.480	15.047.219	73,0
Fiscal Seguridade	50.790.358	31.290.358	61,6	20.625.480	15.047.219	73,0
Nacional	50.790.358	31.290.358	61,6	20.625.480	15.047.219	73,0
Demais Fontes	1.810.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.563.182	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	246.818	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3042	Fomento a Projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	751.588	446.403	59,4	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	751.588	446.403	59,4	2.000.000	0	0,0
Nacional	751.588	446.403	59,4	2.000.000	0	0,0
(P)	3042	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,5	1,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,5	1,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	695.000	597.000	85,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	597.000	597.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	497.000	497.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	98.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	29.876	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	13.701	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	14.082	0	0,0	0	0	0,0
Sul	40.342	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5866	SANEAMENTO E DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS (Ministério da Saúde)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.638.736	6.638.736	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.638.736	6.638.736	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.638.736	6.638.736	100,0	0	0	0,0
(P)	7189	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - PROÁGUA NACIONAL (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7193	PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7199	RECUPERAÇÃO DE PRAIAS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	687	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0495 PROÁGUA - GESTÃO						
Gerente em 31/12/2002: João Gilberto Lotufo Conejo						
(P)	7900	RECUPERAÇÃO E MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
Produto: área preservada			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7900	RECUPERAÇÃO E MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: área preservada			Unidade de Medida: ha			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa 208.280.782 183.017.120 87,9 49.144.480 19.963.519 40,6						
Fiscal Seguridade 206.128.782 183.017.120 63,8 49.144.480 19.963.519 40,6						
Demais Fontes 2.152.000 0 0,6 0 0 0,0						
0509 PROBLEM DA AMAZÔNIA						
Gerente em 31/12/2002: Maurício de Carvalho Amazonas						
(A)	2315	Fomento a Projetos para o Uso Sustentável da Biodiversidade na Amazônia				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7,0	7,0	100,0	6,0	7,0	116,7
Financeiro	15.036.514	4.887.360	32,5	2.200.000	1.123.149	51,1
Fiscal Seguridade	14.639.514	4.887.360	33,4	2.200.000	1.123.149	51,1
Norte	14.639.514	4.887.360	33,4	2.200.000	1.123.149	51,1
Demais Fontes	397.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	397.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3030	Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia				
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: CENTRO DE BIOTECNOLOGIA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	13,3	13,3	100,0	3,0	8,3	276,7
Nacional	13,3	13,3	100,0	3,0	8,3	275,0
Financeiro	11.173.878	11.173.878	100,0	5.500.000	5.500.000	100,0
Fiscal Seguridade	11.173.878	11.173.878	100,0	5.500.000	5.500.000	100,0
Nacional	11.173.878	11.173.878	100,0	5.500.000	5.500.000	100,0
(P)	3030	Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia				
Produto: CENTRO DE BIOTECNOLOGIA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,2	0,2	100,0	17,0	0,2	1,2
Nacional	0,2	0,2	100,0	17,0	0,2	1,3
Financeiro	3.635.352	3.033.058	83,4	2.169.307	27.310	1,3
Fiscal Seguridade	3.635.352	3.033.058	83,4	2.169.307	27.310	1,3
Nacional	27.310	27.310	100,0	2.169.307	27.310	1,3
Norte	3.608.042	3.005.748	83,3	0	0	0,0
(A)	4136	Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Região Amazônica				
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: PESQUISA DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	276,0	276,0	100,0	20,0	252,0	1.260,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	262,0	262,0	100,0	20,0	252,0	1.260,0
Financeiro	5.062.403	3.683.403	72,8	1.418.000	997.420	70,3
Fiscal Seguridade	4.883.403	3.683.403	75,4	1.418.000	997.420	70,3
Norte	4.883.403	3.683.403	75,4	1.418.000	997.420	70,3
Demais Fontes	179.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	179.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	688	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
Financ. Total Programa	34.908.147	22.777.699	65,3	11.287.307	7.647.879	67,8
Fiscal Seguridade	34.332.147	22.777.699	63,8	11.287.307	7.647.879	67,8
Demais Fontes	576.000	0	0,6	0	0	0,0
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(P)	1071	Apoio à Implantação da Rede de Recifes Artificiais				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1.151,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.151,0	S.R.	0,0
Sul	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	738.400	738.400	100,0	1.680.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	738.400	738.400	100,0	1.680.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.680.000	0	0,0
Sul	738.400	738.400	100,0	0	0	0,0
(P)	1155	ESTUDO PARA REDUÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELOS MOTORES DO PARQUE GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	502.966	502.966	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	502.966	502.966	100,0	0	0	0,0
Norte	502.966	502.966	100,0	0	0	0,0
(P)	1345	Estudo para a Melhoria da Gestão Ambiental dos Transportes Urbanos				
Produto: ESTUDO PUBLICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	607.565	157.565	25,9	390.085	100.000	25,6
Fiscal Seguridade	607.565	157.565	25,9	390.085	100.000	25,6
Nacional	607.565	157.565	25,9	390.085	100.000	25,6
(P)	1973	ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES AMBIENTAIS				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
Nacional	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
(P)	1976	Estudos sobre as Relações entre o Meio Ambiente e o Setor Produtivo				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	544.337	396.337	72,8	109.641	50.000	45,6
Fiscal Seguridade	516.337	396.337	76,8	109.641	50.000	45,6
Nacional	516.337	396.337	76,8	109.641	50.000	45,6
Demais Fontes	28.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	28.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1983	Implantação do Observatório Nacional para Monitoramento Ambiental				
Produto: OBSERVATORIO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	18,0	18,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	10,0	10,0	100,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	934.487	832.057	89,0	468.272	0	0,0
Fiscal Seguridade	934.487	832.057	89,0	468.272	0	0,0
Centro-oeste	934.487	832.057	89,0	468.272	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(P)	1989	Implantação de Sistema de Informações Ambientais Georeferenciadas				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	18,0	18,0	100,0	25,0	10,0	40,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	25,0	10,0	40,0
Financeiro	389.957	287.957	73,8	96.000	16.889	17,6
Fiscal Seguridade	389.957	287.957	73,8	96.000	16.889	17,6
Nacional	389.957	287.957	73,8	96.000	16.889	17,6
(P)	1991	Implantação de Sistema de Resposta e Controle de Acidentes com Derrame de Óleo				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	30,0	30,0	100,0	60,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.509.447	5.534.409	85,0	5.428.695	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.509.447	5.534.409	85,0	5.428.695	0	0,0
Nacional	6.509.447	5.534.409	85,0	5.428.695	0	0,0
(A)	2271	Fomento a Projetos de Preservação Ambiental e a Recuperação de Danos Causados pela Indústria do Petróleo				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30,0	30,0	100,0	15.000.010,0	4,0	0,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	15.000.010,0	4,0	0,0
Financeiro	36.273.744	33.786.815	93,1	70.000.000	13.950.000	19,9
Fiscal Seguridade	36.273.744	33.786.815	93,1	70.000.000	13.950.000	19,9
Nacional	36.273.744	33.786.815	93,1	70.000.000	13.950.000	19,9
(A)	2608	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (Ministério dos Transportes)				
	Produto: projeto apoiado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2941	DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS DE CONTROLE AMBIENTAL				
	Produto: tecnologia incorporada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
Nacional	255.569	255.569	100,0	0	0	0,0
(A)	2944	Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	330,0	330,0	100,0	7.980,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7.980,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	114,0	114,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	94,0	94,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	83,0	83,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	31.107.650	22.398.072	72,0	12.700.000	12.486.707	98,3
Fiscal Seguridade	31.107.650	22.398.072	72,0	12.700.000	12.486.707	98,3
Nacional	31.067.650	22.398.072	72,1	12.700.000	12.486.707	98,3
Sudeste	40.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(A)	2952 Fomento a Projetos de Controle Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Tecnológico					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	60,0	60,0	100,0	33,0	32,0	97,0
Nacional	60,0	60,0	100,0	33,0	32,0	97,0
Financeiro	17.242.148	11.106.253	64,4	5.157.000	4.411.694	85,5
Fiscal Seguridade	16.284.147	11.106.253	68,2	5.157.000	4.411.694	85,5
Nacional	16.284.147	11.106.253	68,2	5.157.000	4.411.694	85,5
Demais Fontes	958.001	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	958.001	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2959 Fomento a Projetos de Melhoria da Qualidade do Ar e Proteção da Atmosfera					
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18,0	18,0	100,0	156,0	S.R.	0,0
Nacional	18,0	18,0	100,0	156,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.907.155	3.173.155	45,9	28.360.000	280.000	1,0
Fiscal Seguridade	6.857.155	3.173.155	46,3	28.360.000	280.000	1,0
Nacional	6.657.155	3.073.155	46,2	28.360.000	280.000	1,0
Sudeste	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2974 Licenciamento Ambiental					
	Produto: LICENÇA ANALISADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.586,0	2.586,0	100,0	1.200,0	990,0	82,5
Nacional	2.586,0	2.586,0	100,0	1.200,0	990,0	82,5
Financeiro	31.317.165	24.942.004	79,6	10.395.200	9.860.506	94,9
Fiscal Seguridade	31.317.165	24.942.004	79,6	10.395.200	9.860.506	94,9
Nacional	31.317.165	24.942.004	79,6	10.395.200	9.860.506	94,9
(A)	2978 Monitoramento e Controle da Poluição Ambiental					
	Produto: CONTROLE EFETIVADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	138,0	138,0	100,0	45,0	45,0	100,0
Nacional	138,0	138,0	100,0	45,0	45,0	100,0
Financeiro	6.189.658	3.537.420	57,2	3.471.696	3.087.928	88,9
Fiscal Seguridade	6.189.658	3.537.420	57,2	3.471.696	3.087.928	88,9
Nacional	6.189.658	3.537.420	57,2	3.471.696	3.087.928	88,9
(A)	2979 Controle de Agrotóxicos					
	Produto: PRODUTO CONTROLADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	426,0	426,0	100,0	220,0	285,0	129,5
Nacional	426,0	426,0	100,0	220,0	285,0	129,5
Financeiro	5.455.094	2.821.814	51,7	2.840.000	2.258.978	79,5
Fiscal Seguridade	5.455.094	2.821.814	51,7	2.840.000	2.258.978	79,5
Nacional	5.455.094	2.821.814	51,7	2.840.000	2.258.978	79,5
(P)	3001 Levantamento e Consolidação de Dados e Informações sobre a Qualidade do Meio Ambiente					
	Produto: ESTUDO PUBLICADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	537.313	457.313	85,1	327.313	123.200	37,6
Fiscal Seguridade	537.313	457.313	85,1	327.313	123.200	37,6
Nacional	537.313	457.313	85,1	327.313	123.200	37,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(P)	3277	Implantação de Sistema de Controle dos Impactos Ambientais Causados pela Geração Térmica de Energia Elétrica (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	99,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.774.689	344.689	19,4	940.000	344.689	36,7
Investimento das Estatais	1.774.689	344.689	19,4	940.000	344.689	36,7
Nacional	344.689	344.689	100,0	940.000	344.689	36,7
Norte	1.430.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4161	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS LIMPAS E DE DESPOLUIÇÃO (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	70.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	70.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	70.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4629	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5513	Estudo de Viabilidade Energética e de Preservação Ambiental (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: %			
Físico	35,0	35,0	100,0	31,0	S.R.	0,0
Sudeste	35,0	35,0	100,0	31,0	S.R.	0,0
Financeiro	80.670.575	54.427.165	67,5	39.980.887	16.747.537	41,9
Investimento das Estatais	80.670.575	54.427.165	67,5	39.980.887	16.747.537	41,9
Sudeste	80.670.575	54.427.165	67,5	39.980.887	16.747.537	41,9
(A)	6335	Desenvolvimento de Tecnologia Ambiental Alternativa				
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Nacional	11,0	11,0	100,0	12,0	11,0	91,7
Financeiro	1.231.588	881.588	71,6	478.620	378.620	79,1
Fiscal Seguridade	1.231.588	881.588	71,6	478.620	378.620	79,1
Nacional	1.231.588	881.588	71,6	478.620	378.620	79,1
(P)	7000	CONTROLE DA POLUIÇÃO POR DERRAMAMENTO DE ÓLEO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA BAÍA DE GUANABARA E DEMAIS ECOSSISTEMAS AFETADOS				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.885.462	40.885.462	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	40.885.462	40.885.462	100,0	0	0	0,0
Sudeste	40.885.462	40.885.462	100,0	0	0	0,0
(P)	7131	MODERNIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: pessoa qualificada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(P)	7339	Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Auxiliares de Gestão Ambiental				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	26,0	26,0	100,0	30,0	5,0	16,7
Nacional	26,0	26,0	100,0	30,0	5,0	16,7
Financeiro	5.860.676	5.660.676	96,6	3.040.000	1.044.197	34,3
Fiscal Seguridade	5.860.676	5.660.676	96,6	3.040.000	1.044.197	34,3
Nacional	5.860.676	5.660.676	96,6	3.040.000	1.044.197	34,3
(P)	7343	Promoção da Gestão Ambiental nas Empresas				
	Produto: EMPRESA APOIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	239.526	39.526	16,5	247.745	0	0,0
Fiscal Seguridade	239.526	39.526	16,5	247.745	0	0,0
Nacional	239.526	39.526	16,5	247.745	0	0,0
(P)	7397	Fomento a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente - Pnma II				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	145,0	145,0	100,0	133,0	57,0	42,9
Nacional	145,0	145,0	100,0	133,0	57,0	42,9
Financeiro	38.849.407	28.862.022	74,3	17.101.321	11.798.756	69,0
Fiscal Seguridade	37.672.407	28.862.022	76,6	17.101.321	11.798.756	69,0
Nacional	37.672.407	28.862.022	76,6	17.101.321	11.798.756	69,0
Demais Fontes	1.177.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.177.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7409	Implantação de Centros Regionais de Vigilância Ambiental na Amazônia				
	Produto: CENTRO IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	190.046	40.046	21,1	140.000	40.046	28,6
Fiscal Seguridade	190.046	40.046	21,1	140.000	40.046	28,6
Norte	190.046	40.046	21,1	140.000	40.046	28,6
(P)	7449	Aperfeiçoamento do Sistema Federal de Licenciamento Ambiental				
	Produto: SISTEMA APERFEICOADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	51,0	51,0	100,0	60,0	13,0	21,7
Nacional	51,0	51,0	100,0	60,0	13,0	21,7
Financeiro	4.757.393	4.317.393	90,8	3.429.254	345.890	10,1
Fiscal Seguridade	4.757.393	4.317.393	90,8	3.429.254	345.890	10,1
Nacional	4.757.393	4.317.393	90,8	3.429.254	345.890	10,1
(P)	7499	Elaboração do Perfil Nacional de Substâncias Químicas				
	Produto: PERFIL ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,4	1,4	100,0	1,0	0,4	40,0
Nacional	1,4	1,4	100,0	1,0	0,4	40,0
Financeiro	1.841.727	1.216.400	66,0	776.441	82.000	10,6
Fiscal Seguridade	1.841.727	1.216.400	66,0	776.441	82.000	10,6
Nacional	1.841.727	1.216.400	66,0	776.441	82.000	10,6
(P)	7641	Estudo sobre o Recolhimento e a Destinação Adequada de Embalagens de Agrotóxicos				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Nacional	15,0	15,0	100,0	10,0	5,0	50,0
Financeiro	1.393.126	290.213	20,8	196.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.393.126	290.213	20,8	196.000	0	0,0
Nacional	1.393.126	290.213	20,8	196.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

693

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0501 QUALIDADE AMBIENTAL						
Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos						
(OA)	9390	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO				
(Ministério de Minas e Energia)						
Produto: assistência prestada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9391	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9392	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9393	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9394	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9395	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9396	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9397	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES				
Produto: norma publicada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	323.532.439	248.148.855	76,7	207.754.170	77.407.637	37,3
Fiscal Seguridade	238.301.208	192.874.035	63,8	166.833.283	60.315.411	36,2
Investimento Estatais	82.948.230	55.274.820	66,6	40.920.887	17.092.226	41,8
Demais Fontes	2.283.001	0	0,6	0	0	0,0

0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

Gerente em 31/12/2002: Simão Marrul Filho



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Simão Marrul Filho						
(OE)	0585	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: PESCADOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	173.492,0	173.492,0	100,0	75.844,0	79.972,0	105,4
Nacional	126.363,0	126.363,0	100,0	75.844,0	79.972,0	105,4
Centro-oeste	1.355,0	1.355,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	22.823,0	22.823,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	9.985,0	9.985,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.008,0	3.008,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	9.958,0	9.958,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	188.659.225	128.628.848	68,2	60.264.120	60.176.500	99,9
Fiscal Seguridade	188.659.225	128.628.848	68,2	60.264.120	60.176.500	99,9
Nacional	188.659.225	128.628.848	68,2	60.264.120	60.176.500	99,9
(P)	1988	Implantação de Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	23,0	23,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	10,0	8,0	80,0
Financeiro	1.934.034	1.267.650	65,5	740.000	645.000	87,2
Fiscal Seguridade	1.934.034	1.267.650	65,5	740.000	645.000	87,2
Nacional	1.934.034	1.267.650	65,5	740.000	645.000	87,2
(P)	1992	Implantação de Sistema Nacional de Informações Pesqueiras				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	40,0	40,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	795.241	491.790	61,8	240.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	757.241	491.790	64,9	240.000	0	0,0
Nacional	757.241	491.790	64,9	240.000	0	0,0
Demais Fontes	38.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	38.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2431	Monitoramento e Ordenamento do Uso dos Recursos Pesqueiros				
Produto: PLANO ELABORADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	41,0	41,0	100,0	18,0	41,0	227,8
Nacional	41,0	41,0	100,0	18,0	41,0	227,8
Financeiro	4.084.049	1.535.249	37,6	1.912.187	1.535.249	80,3
Fiscal Seguridade	4.084.049	1.535.249	37,6	1.912.187	1.535.249	80,3
Nacional	4.084.049	1.535.249	37,6	1.912.187	1.535.249	80,3
(A)	2933	Prospecção e Avaliação dos Estoques Pesqueiros				
Produto: DIAGNOSTICO ATUALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	82,0	82,0	100,0	29,0	21,0	72,4
Nacional	51,0	51,0	100,0	29,0	21,0	72,4
Nordeste	13,0	13,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.187.357	2.639.357	63,0	1.176.000	927.713	78,9
Fiscal Seguridade	4.187.357	2.639.357	63,0	1.176.000	927.713	78,9
Nacional	4.187.357	2.639.357	63,0	1.176.000	927.713	78,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS						
Gerente em 31/12/2002: Simão Marrul Filho						
(A) 2946	Fiscalização do Uso dos Recursos Pesqueiros					
	Produto: AREA FISCALIZADA					
	Unidade de Medida: KM ²					
Físico	53.139,0	53.139,0	100,0	29.758,0	14.581,0	49,0
Nacional	53.139,0	53.139,0	100,0	29.758,0	14.581,0	49,0
Financeiro	4.206.664	2.706.664	64,3	765.705	646.476	84,4
Fiscal Seguridade	4.206.664	2.706.664	64,3	765.705	646.476	84,4
Nacional	4.206.664	2.706.664	64,3	765.705	646.476	84,4
(A) 2963	Fomento a Projetos de Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros					
	Produto: PROJETO APOIADO					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	23,0	23,0	100,0	6,0	8,0	133,3
Nacional	23,0	23,0	100,0	6,0	8,0	133,3
Financeiro	6.315.325	1.890.891	29,9	1.119.063	696.260	62,2
Fiscal Seguridade	5.872.325	1.890.891	32,2	1.119.063	696.260	62,2
Nacional	5.872.325	1.890.891	32,2	1.119.063	696.260	62,2
Demais Fontes	443.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	443.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3044	Levantamento do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE					
	Produto: AREA AVALIADA					
	Unidade de Medida: KM ²					
Físico	8.014.500,0	8.014.500,0	100,0	3.540.000,0	3.540.000,0	100,0
Nacional	8.014.500,0	8.014.500,0	100,0	3.540.000,0	3.540.000,0	100,0
Financeiro	1.042.569	849.708	81,5	451.218	451.218	100,0
Fiscal Seguridade	1.013.569	849.708	83,8	451.218	451.218	100,0
Nacional	1.013.569	849.708	83,8	451.218	451.218	100,0
Demais Fontes	29.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	29.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3528	Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE					
	(Ministério da Defesa)					
	Produto: AREA AVALIADA					
	Unidade de Medida: KM ²					
Físico	7.324.500,0	7.324.500,0	100,0	3.500.000,0	1.750.000,0	50,0
Nacional	7.324.500,0	7.324.500,0	100,0	3.500.000,0	1.750.000,0	50,0
Financeiro	2.810.219	2.152.719	76,6	355.527	182.502	51,3
Fiscal Seguridade	2.615.219	2.152.719	82,3	355.527	182.502	51,3
Nacional	2.615.219	2.152.719	82,3	355.527	182.502	51,3
Demais Fontes	195.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	195.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 6519	Manejo de Recursos Pesqueiros					
	Produto: ESPECIE MANEJADA					
	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	32,0	32,0	100,0	101,0	20,0	19,8
Nacional	32,0	32,0	100,0	101,0	20,0	19,8
Financeiro	2.586.752	1.466.398	56,7	641.504	564.321	88,0
Fiscal Seguridade	2.586.752	1.466.398	56,7	641.504	564.321	88,0
Nacional	2.506.752	1.386.398	55,3	641.504	564.321	88,0
Norte	80.000	80.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	216.621.435	143.629.274	66,3	67.665.324	65.825.239	97,3
Fiscal Seguridade	215.916.435	143.629.274	63,8	67.665.324	65.825.239	97,3
Demais Fontes	705.000	0	0,6	0	0	0,0

0500 TURISMO VERDE

Gerente em 31/12/2002: Ricardo José Soavinski



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0500 TURISMO VERDE						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo José Soavinski						
(P)	1054	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO NORTE (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Projeto concluído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	63.000	63.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	63.000	63.000	100,0	0	0	0,0
Norte	63.000	63.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1806	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS PÓLOS ECOTURÍSTICOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: pólo com infra-estrutura implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	736.000	736.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	736.000	736.000	100,0	0	0	0,0
Norte	636.000	636.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	100.000	100.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1806	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS PÓLOS ECOTURÍSTICOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: pólo com infra-estrutura implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2313	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA AMAZÔNIA (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Área sinalizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.400	24.400	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	24.400	24.400	100,0	0	0	0,0
Norte	24.400	24.400	100,0	0	0	0,0
(P)	3034	Assistência Técnica e Financeira em Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR				
Produto: ENTIDADE APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	45,0	45,0	100,0	30,0	19,0	63,3
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	42,0	42,0	100,0	30,0	19,0	63,3
Financeiro	9.344.118	7.545.897	80,8	1.759.936	1.181.588	67,1
Fiscal Seguridade	8.352.118	7.545.897	90,3	1.759.936	1.181.588	67,1
Norte	8.352.118	7.545.897	90,3	1.759.936	1.181.588	67,1
Demais Fontes	992.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	110.222	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	110.222	0	0,0	0	0	0,0
Norte	771.556	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3035	Capacitação de Recursos Humanos em Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR				
Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	292,0	292,0	100,0	1.037,0	S.R.	0,0
Norte	292,0	292,0	100,0	1.037,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.310.000	2.052.000	62,0	2.139.509	370.000	17,3
Fiscal Seguridade	3.012.000	2.052.000	68,1	2.139.509	370.000	17,3
Norte	3.012.000	2.052.000	68,1	2.139.509	370.000	17,3
Demais Fontes	298.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	32.973	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	32.973	0	0,0	0	0	0,0
Norte	232.054	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	697	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0500 TURISMO VERDE						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo José Soavinski						
(P)	3036	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	11,0	6,0	54,5
Centro-oeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8,0	8,0	100,0	11,0	6,0	54,5
Financeiro	9.262.172	7.355.172	79,4	2.052.226	2.052.226	100,0
Fiscal Seguridade	9.203.172	7.355.172	79,9	2.052.226	2.052.226	100,0
Norte	9.203.172	7.355.172	79,9	2.052.226	2.052.226	100,0
Demais Fontes	59.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	6.436	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	6.436	0	0,0	0	0	0,0
Norte	46.127	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3037	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NOS PÓLOS ECOTURÍSTICOS NA AMAZÔNIA - PROECOTUR				
Produto: POLO IMPLANTADO			Unidade de Medida: unidade			
Físico	24,0	24,0	100,0	102,0	22,0	21,6
Nacional	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	23,0	23,0	100,0	89,0	22,0	24,7
Financeiro	29.893.692	11.991.692	40,1	20.689.809	4.490.924	21,7
Fiscal Seguridade	28.702.692	11.991.692	41,8	20.689.809	4.490.924	21,7
Nacional	710.000	710.000	100,0	7.140.000	710.000	9,9
Norte	27.992.692	11.281.692	40,3	13.549.809	3.780.924	27,9
Demais Fontes	1.191.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	146.585	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	128.262	0	0,0	0	0	0,0
Norte	916.154	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3471	FOMENTO A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A VIABILIDADE E OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE PÓLOS DE ECOTURISMO				
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	63.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	63.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	63.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3793	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A AMAZÔNIA				
(Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: Roteiro elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	291.000	291.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	291.000	291.000	100,0	0	0	0,0
Norte	291.000	291.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5764	ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO DA AMAZÔNIA				
(Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	37.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	37.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.700	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.700	0	0,0	0	0	0,0
Norte	29.600	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0500 TURISMO VERDE						
Gerente em 31/12/2002: Ricardo José Soavinski						
(OA)	9389	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA (Ministério da Fazenda)				
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	268,0	9,0	3,4	90,0	2,0	2,2
Centro-oeste	28,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nordeste	38,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Norte	202,0	9,0	4,5	67,0	2,0	3,0
Financeiro	151.132.624	1.132.624	0,7	50.000.000	0	0,0
Demais Fontes	151.132.624	1.132.624	0,7	50.000.000	0	0,0
Nacional	51.132.624	1.132.624	2,2	50.000.000	0	0,0
Centro-oeste	10.674.157	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	14.325.843	0	0,0	0	0	0,0
Norte	75.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	204.157.006	31.191.785	15,3	76.641.480	8.094.738	10,6
Fiscal Seguridade	50.384.382	30.059.161	63,8	26.641.480	8.094.738	30,4
Demais Fontes	153.772.624	1.132.624	0,6	50.000.000	0	0,0
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Estevan Del Prette						
(P)	1870	Zoneamento Ecológico-econômico da Região Nordeste (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO			Unidade de Medida: KM²			
Físico	0,0	0,0	0,0	32.650,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	32.650,0	S.R.	0,0
Financeiro	45.000	45.000	100,0	94.032	0	0,0
Fiscal Seguridade	45.000	45.000	100,0	94.032	0	0,0
Nordeste	45.000	45.000	100,0	94.032	0	0,0
(P)	1871	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Zoneamento concluído			Unidade de Medida: km²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.092.775	1.092.775	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.092.775	1.092.775	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.026.328	1.026.328	100,0	0	0	0,0
Sudeste	66.447	66.447	100,0	0	0	0,0
(A)	2970	Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos				
Produto: AREA COM USO E OCUPACAO DEFINIDO			Unidade de Medida: KM²			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.851,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.851,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.222.514	559.699	45,8	194.000	194.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.162.514	559.699	48,1	194.000	194.000	100,0
Nacional	1.162.514	559.699	48,1	194.000	194.000	100,0
Demais Fontes	60.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	28.421	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	15.789	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	15.789	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Estevan Del Prette						
(P)	3579	Zoneamento Econômico-ecológico do Distrito Agropecuário de Manaus (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO			Unidade de Medida: HA			
Físico	0,0	0,0	0,0	589.334,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	589.334,0	S.R.	0,0
Financeiro	896.000	800.000	89,3	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	896.000	800.000	89,3	100.000	0	0,0
Nacional	800.000	800.000	100,0	100.000	0	0,0
Norte	96.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3671	Zoneamento Ecológico-econômico na Amazônia Legal (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO			Unidade de Medida: KM²			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.653,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.653,0	S.R.	0,0
Financeiro	320.000	320.000	100,0	473.947	0	0,0
Fiscal Seguridade	320.000	320.000	100,0	473.947	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	473.947	0	0,0
Norte	320.000	320.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3689	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DE ÁREAS SELECIONADAS				
Produto: zoneamento concluído			Unidade de Medida: km²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3689	Zoneamento Ecológico-econômico Estadual na Escala 1:250.000 (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO			Unidade de Medida: KM²			
Físico	0,0	0,0	0,0	36.253,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	36.253,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.857.490	1.457.490	51,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.857.490	1.457.490	51,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	2.857.490	1.457.490	51,0	2.000.000	0	0,0
(P)	3692	Zoneamento Ecológico-econômico no Semi-Árido Nordeste na Escala 1:250.000 (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO			Unidade de Medida: KM²			
Físico	0,0	0,0	0,0	130.434,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	130.434,0	S.R.	0,0
Financeiro	291.000	291.000	100,0	1.800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	291.000	291.000	100,0	1.800.000	0	0,0
Nordeste	291.000	291.000	100,0	1.800.000	0	0,0
(P)	5443	Estudos Prospectivos de Ordenamento Territorial (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	601.900	261.900	43,5	500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	601.900	261.900	43,5	500.000	0	0,0
Nacional	601.900	261.900	43,5	500.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
44000 Ministério do Meio Ambiente						
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO						
Gerente em 31/12/2002: Marcos Estevan Del Prette						
(P) 5444 Desenvolvimento de Metodologias para o Zoneamento Ecológico-econômico Nacional						
Produto: METODOLOGIA DESENVOLVIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.855.732	1.679.833	90,5	287.300	150.000	52,2
Fiscal Seguridade	1.855.732	1.679.833	90,5	287.300	150.000	52,2
Nacional	1.855.732	1.679.833	90,5	287.300	150.000	52,2
(P) 7087 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE						
Produto: zoneamento concluído						
Unidade de Medida: km²						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7209 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NA AMAZÔNIA LEGAL						
Produto: Zoneamento concluído						
Unidade de Medida: km²						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7413 Zoneamento Ecológico-econômico do Brasil na Escala 1:1.000. 000						
Produto: ZONEAMENTO CONCLUÍDO						
Unidade de Medida: KM²						
Físico	0,0	0,0	0,0	72.500,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	72.500,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.264.651	1.269.651	12,4	1.750.000	1.181.152	67,5
Fiscal Seguridade	10.264.651	1.269.651	12,4	1.750.000	1.181.152	67,5
Nacional	10.264.651	1.269.651	12,4	1.750.000	1.181.152	67,5
(P) 7965 Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-econômico						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	31,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	31,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.187.950	687.950	31,4	640.000	267.540	41,8
Fiscal Seguridade	2.187.950	687.950	31,4	640.000	267.540	41,8
Nacional	2.187.950	687.950	31,4	640.000	267.540	41,8
Financ. Total Programa	21.635.012	8.465.298	39,1	7.839.279	1.792.692	22,9
Fiscal Seguridade	21.575.012	8.465.298	63,8	7.839.279	1.792.692	22,9
Demais Fontes	60.000	0	0,6	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0804 BRASIL EM AÇÃO						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO					
	Produto: sistema mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
(A)	4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS					
	Produto: Metodologia desenvolvida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	892.487	892.487	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	892.487	892.487	100,0	0	0	0,0
Nacional	892.487	892.487	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.052.487	1.052.487	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.052.487	1.052.487	54,1	0	0	0,0
0799 CARTOGRAFIA NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Angelo José Pavan						
(A)	2229 Mapeamento Topográfico de Referência					
	Produto: CARTA PRODUZIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.435,0	3.435,0	100,0	1.202,0	1.140,0	94,8
Nacional	3.435,0	3.435,0	100,0	1.202,0	1.140,0	94,8
Financeiro	4.184.254	2.808.574	67,1	906.180	547.342	60,4
Fiscal Seguridade	4.184.254	2.808.574	67,1	906.180	547.342	60,4
Nacional	4.184.254	2.808.574	67,1	906.180	547.342	60,4
(A)	2231 Sistema Geodésico Brasileiro					
	Produto: MARCO GEODESICO MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.030,0	5.030,0	100,0	3.000,0	510,0	17,0
Nacional	5.030,0	5.030,0	100,0	3.000,0	510,0	17,0
Financeiro	1.942.823	1.442.823	74,3	517.539	480.099	92,8
Fiscal Seguridade	1.942.823	1.442.823	74,3	517.539	480.099	92,8
Nacional	1.942.823	1.442.823	74,3	517.539	480.099	92,8
(P)	3596 Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia					
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37,0	37,0	100,0	36,0	5,0	13,9
Nacional	37,0	37,0	100,0	36,0	5,0	13,9
Financeiro	3.006.324	2.006.324	66,7	539.200	464.849	86,2
Fiscal Seguridade	3.006.324	2.006.324	66,7	539.200	464.849	86,2
Nacional	3.006.324	2.006.324	66,7	539.200	464.849	86,2
Financ. Total Programa	9.133.401	6.257.721	68,5	1.962.919	1.492.290	76,0
Fiscal Seguridade	9.133.401	6.257.721	54,1	1.962.919	1.492.290	76,0
0790 CENSO 2000						
Gerente em 31/12/2002: Nuno Duarte Bittencourt						
(P)	1082 Censo Demográfico 2000					
	Produto: CENSO CONCLUIDO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	98,0	98,0	100,0	11,0	11,0	100,0
Nacional	98,0	98,0	100,0	11,0	11,0	100,0
Financeiro	508.439.100	507.223.686	99,8	9.403.979	7.855.575	83,5
Fiscal Seguridade	508.439.100	507.223.686	99,8	9.403.979	7.855.575	83,5
Nacional	508.439.100	507.223.686	99,8	9.403.979	7.855.575	83,5

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

702

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
Financ. Total Programa	508.439.100	507.223.686	99,8	9.403.979	7.855.575	83,5
Fiscal Seguridade	508.439.100	507.223.686	54,1	9.403.979	7.855.575	83,5
0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES						
Gerente em 31/12/2002: Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco						
(P)	3193	Ampliação e Atualização do Acervo Especializado em Administração Pública e Gestão Governamental				
	Produto: TITULO ADQUIRIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.031,0	1.031,0	100,0	250,0	320,0	128,0
Nacional	1.031,0	1.031,0	100,0	250,0	320,0	128,0
Financeiro	78.432	17.785	22,7	92.600	3.576	3,9
Fiscal Seguridade	78.432	17.785	22,7	92.600	3.576	3,9
Nacional	78.432	17.785	22,7	92.600	3.576	3,9
(P)	3194	Estudos/Pesquisas sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	30,0	30,0	100,0	8,0	9,0	112,5
Nacional	30,0	30,0	100,0	8,0	9,0	112,5
Financeiro	132.512	59.512	44,9	40.000	29.998	75,0
Fiscal Seguridade	82.512	59.512	72,1	40.000	29.998	75,0
Nacional	82.512	59.512	72,1	40.000	29.998	75,0
Demais Fontes	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3195	Promoção de Evento sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	25,0	25,0	100,0	6,0	10,0	166,7
Nacional	25,0	25,0	100,0	6,0	10,0	166,7
Financeiro	27.079	22.079	81,5	20.780	4.488	21,6
Fiscal Seguridade	27.079	22.079	81,5	20.780	4.488	21,6
Nacional	27.079	22.079	81,5	20.780	4.488	21,6
(P)	3196	Edição e Distribuição de Publicações sobre Administração Pública e Gestão Governamental - Gestão Conhecimento				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	40.231,0	40.231,0	100,0	10.350,0	11.831,0	114,3
Nacional	40.231,0	40.231,0	100,0	10.350,0	11.831,0	114,3
Financeiro	203.775	158.775	77,9	75.940	52.266	68,8
Fiscal Seguridade	203.775	158.775	77,9	75.940	52.266	68,8
Nacional	203.775	158.775	77,9	75.940	52.266	68,8
(P)	3534	Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal				
	Produto: PROJETO PREMIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	56,0	56,0	100,0	10,0	20,0	200,0
Nacional	56,0	56,0	100,0	10,0	20,0	200,0
Financeiro	70.680	57.680	81,6	35.180	19.367	55,1
Fiscal Seguridade	70.680	57.680	81,6	35.180	19.367	55,1
Nacional	70.680	57.680	81,6	35.180	19.367	55,1
(A)	4065	Capacitação Continuada de Servidores Públicos				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	29.561,0	29.561,0	100,0	10.300,0	9.161,0	88,9
Nacional	29.561,0	29.561,0	100,0	10.300,0	9.161,0	88,9
Financeiro	3.932.669	2.175.969	55,3	1.175.200	888.980	75,6
Fiscal Seguridade	3.102.669	2.175.969	70,1	1.175.200	888.980	75,6
Nacional	3.102.669	2.175.969	70,1	1.175.200	888.980	75,6
Demais Fontes	830.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	830.000	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

703

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES						
Gerente em 31/12/2002: Regina Sílvia Viotto Monteiro Pacheco						
(A) 4066 Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública						
Produto: GERENTE CAPACITADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	31.624,0	31.624,0	100,0	7.200,0	12.830,0	178,2
Nacional	31.624,0	31.624,0	100,0	7.200,0	12.830,0	178,2
Financeiro	4.747.542	3.217.542	67,8	2.507.433	1.585.370	63,2
Fiscal Seguridade	4.727.542	3.217.542	68,1	2.507.433	1.585.370	63,2
Nacional	4.727.542	3.217.542	68,1	2.507.433	1.585.370	63,2
Demais Fontes	20.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	20.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4068 Formação Inicial para Carreiras do Serviço Público Federal						
Produto: ALUNO MATRICULADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	432,0	432,0	100,0	150,0	204,0	136,0
Nacional	432,0	432,0	100,0	150,0	204,0	136,0
Financeiro	1.495.485	874.485	58,5	735.000	428.166	58,3
Fiscal Seguridade	1.395.485	874.485	62,7	735.000	428.166	58,3
Nacional	1.395.485	874.485	62,7	735.000	428.166	58,3
Demais Fontes	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4072 Serviços de Hospedagem a Servidores em Treinamento						
Produto: SERVIDOR HOSPEDADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	80.112,0	80.112,0	100,0	22.000,0	32.203,0	146,4
Nacional	80.112,0	80.112,0	100,0	22.000,0	32.203,0	146,4
Financeiro	316.690	244.690	77,3	86.500	80.794	93,4
Fiscal Seguridade	316.690	244.690	77,3	86.500	80.794	93,4
Nacional	316.690	244.690	77,3	86.500	80.794	93,4
(A) 6393 Intercâmbio com Instituições de Excelência em Gestão Pública						
Produto: INTERCAMBIO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	59,0	59,0	100,0	25,0	38,0	152,0
Nacional	59,0	59,0	100,0	25,0	38,0	152,0
Financeiro	64.335	38.335	59,6	26.000	25.221	97,0
Fiscal Seguridade	64.335	38.335	59,6	26.000	25.221	97,0
Nacional	64.335	38.335	59,6	26.000	25.221	97,0
Financ. Total Programa	11.069.199	6.866.852	62,0	4.794.633	3.118.226	65,0
Fiscal Seguridade	10.069.199	6.866.852	54,1	4.794.633	3.118.226	65,0
Demais Fontes	1.000.000	0	36,2	0	0	0,0
0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 3544 IMPLANTAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS						
Produto: unidade implantada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	600.000	600.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	600.000	600.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	600.000	600.000	100,0	0	0	0,0
(P) 3555 REVISÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Produto: serviço informatizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	970.000	970.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	970.000	970.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	970.000	970.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	4250 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO, CUSTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO					
	Produto: Avaliação realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	427.789	427.789	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	427.789	427.789	100,0	0	0	0,0
Nacional	427.789	427.789	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.997.789	1.997.789	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.997.789	1.997.789	54,1	0	0	0,0
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Janete Ortolani						
(OE)	0374 LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS					
	Produto: Entidade liquidada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.646.053	3.646.053	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.646.053	3.646.053	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.646.053	3.646.053	100,0	0	0	0,0
(P)	1455 CONSTRUÇÃO DE ESCADA DE INCÊNDIO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (Ministério de Minas e Energia)					
	Produto: Escada de incêndio construída		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2070 Administração das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (Ministério da Fazenda)					
	Produto: EMPRESA ALIENADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	2,0	1,0	50,0
Financeiro	896.918	766.918	85,5	200.000	118.695	59,3
Fiscal Seguridade	896.918	766.918	85,5	200.000	118.695	59,3
Nacional	896.918	766.918	85,5	200.000	118.695	59,3
(P)	3183 Cadastramento dos Imóveis Localizados em Áreas de Domínio da União					
	Produto: IMÓVEL CADASTRADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	24.312,3	24.312,3	100,0	30.000,0	12.304,0	41,0
Nacional	24.312,3	24.312,3	100,0	30.000,0	12.304,0	41,0
Financeiro	5.560.852	4.240.852	76,3	2.051.593	1.281.306	62,5
Fiscal Seguridade	5.560.852	4.240.852	76,3	2.051.593	1.281.306	62,5
Nacional	5.560.852	4.240.852	76,3	2.051.593	1.281.306	62,5
(P)	3538 Desenvolvimento de Sistemas de Informações para Gestão do Patrimônio da União.					
	Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	84,0	84,0	100,0	40,0	40,0	100,0
Nacional	84,0	84,0	100,0	40,0	40,0	100,0
Financeiro	8.553.614	6.753.614	79,0	2.845.133	2.800.000	98,4
Fiscal Seguridade	8.553.614	6.753.614	79,0	2.845.133	2.800.000	98,4
Nacional	8.553.614	6.753.614	79,0	2.845.133	2.800.000	98,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Janete Ortolani						
(P)	3539	ESTUDO PARA O ESTABELECIMENTO DA ESTRATÉGIA PARA AUMENTAR A BASE DE ARRECADAÇÃO E PARA DESTINAÇÃO DOS IMÓVEIS				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.000	10.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.000	10.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.000	10.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3552	Privatização de Empresas de Pequeno e Médio Porte				
Produto: EMPRESA PRIVATIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	142.545	142.545	100,0	252.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	142.545	142.545	100,0	252.800	0	0,0
Nacional	142.545	142.545	100,0	252.800	0	0,0
(A)	4063	Administração do Patrimônio Imobiliário da União				
Produto: IMÓVEL ADMINISTRADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.529.223,0	1.529.223,0	100,0	730.000,0	680.000,0	93,2
Nacional	680.000,0	680.000,0	100,0	730.000,0	680.000,0	93,2
Centro-oeste	849.223,0	849.223,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.837.707	13.548.338	62,0	6.057.029	5.652.162	93,3
Fiscal Seguridade	21.837.707	13.548.338	62,0	6.057.029	5.652.162	93,3
Nacional	21.837.707	13.548.338	62,0	6.057.029	5.652.162	93,3
(A)	4069	Liquidação ou Extinção de Entidades Públicas Federais				
Produto: ENTIDADE LIQUIDADADA/EXTINTA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.321.739	2.411.739	29,0	1.930.301	1.768.407	91,6
Fiscal Seguridade	8.321.739	2.411.739	29,0	1.930.301	1.768.407	91,6
Nacional	8.321.739	2.411.739	29,0	1.930.301	1.768.407	91,6
(A)	4071	REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO				
Produto: imóvel regularizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.814.007	4.814.007	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.814.007	4.814.007	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.814.007	4.814.007	100,0	0	0	0,0
(A)	4078	Sistema de Informações para Gestão do Patrimônio da União				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	12.409.077	7.609.077	61,3	3.083.940	3.064.895	99,4
Fiscal Seguridade	12.409.077	7.609.077	61,3	3.083.940	3.064.895	99,4
Nacional	12.409.077	7.609.077	61,3	3.083.940	3.064.895	99,4
(A)	6435	Depuração dos Registros da Base Cadastral dos Imóveis da União				
Produto: REGISTRO DEPURADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	113.300,0	113.300,0	100,0	125.000,0	112.500,0	90,0
Nacional	113.300,0	113.300,0	100,0	125.000,0	112.500,0	90,0
Financeiro	504.188	504.188	100,0	1.288.320	504.188	39,1
Fiscal Seguridade	504.188	504.188	100,0	1.288.320	504.188	39,1
Nacional	504.188	504.188	100,0	1.288.320	504.188	39,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Janete Ortolani						
(A) 6507 Manutenção do Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais						
Produto: CADASTRO MANTIDO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	10.801,0	10.801,0	100,0	12.000,0	10.800,0	90,0
Nacional	10.801,0	10.801,0	100,0	12.000,0	10.800,0	90,0
Financeiro	270.420	270.420	100,0	62.150	62.149	100,0
Fiscal Seguridade	270.420	270.420	100,0	62.150	62.149	100,0
Nacional	270.420	270.420	100,0	62.150	62.149	100,0
(P) 7559 Alienação de Imóveis da União						
Produto: IMÓVEL ALIENADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	469,0	469,0	100,0	200,0	266,0	133,0
Nacional	469,0	469,0	100,0	200,0	266,0	133,0
Financeiro	766.826	203.626	26,6	182.622	180.168	98,7
Fiscal Seguridade	766.826	203.626	26,6	182.622	180.168	98,7
Nacional	766.826	203.626	26,6	182.622	180.168	98,7
(P) 7561 Demarcação de Imóveis da União ao Longo do Litoral e às Margens dos Rios Federais						
Produto: IMÓVEL DEMARCADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	232,5	232,5	100,0	303,0	142,5	47,0
Nacional	232,5	232,5	100,0	303,0	142,5	47,0
Financeiro	558.333	558.333	100,0	1.130.576	444.682	39,3
Fiscal Seguridade	558.333	558.333	100,0	1.130.576	444.682	39,3
Nacional	558.333	558.333	100,0	1.130.576	444.682	39,3
(OA) 9457 DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PROJETOS SOCIAIS						
Produto: imóvel destinado						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	220.713,0	188.083,0	85,2	20.000,0	160.713,0	803,6
Nacional	220.713,0	188.083,0	85,2	20.000,0	160.713,0	803,6
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9458 REVISÃO DO SISTEMA JURÍDICO-LEGAL REFERENTE À GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO						
Produto: norma publicada						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	68.292.279	45.479.710	66,6	19.084.464	15.876.652	83,2
Fiscal Seguridade	68.292.279	45.479.710	54,1	19.084.464	15.876.652	83,2
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL						
Gerente em 31/12/2002: Ariel Cecílio Garces Pares						
(P) 1593 Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	735.000	0	0,0	2.157.300	0	0,0
Fiscal Seguridade	735.000	0	0,0	2.157.300	0	0,0
Nacional	735.000	0	0,0	2.157.300	0	0,0
(P) 1757 Desenvolvimento do Plano Plurianual 2004-2007						
Produto: PLANO ELABORADO						
						Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA
Físico	26,0	26,0	100,0	26,0	26,0	100,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	26,0	26,0	100,0
Financeiro	1.953.800	1.016.000	52,0	1.140.700	1.016.000	89,1
Fiscal Seguridade	1.953.800	1.016.000	52,0	1.140.700	1.016.000	89,1
Nacional	1.953.800	1.016.000	52,0	1.140.700	1.016.000	89,1

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL						
Gerente em 31/12/2002: Ariel Cecílio Garces Pares						
(P)	3187	Estudos para o Aperfeiçoamento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.372.598	2.772.598	51,6	5.200.000	2.600.000	50,0
Fiscal Seguridade	5.372.598	2.772.598	51,6	5.200.000	2.600.000	50,0
Nacional	5.372.598	2.772.598	51,6	5.200.000	2.600.000	50,0
(A)	4251	Desenvolvimento de Gerenciamento de Grupos de Programas				
	Produto: METODOLOGIA DESENVOLVIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	2,0	2,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	98.394	98.394	100,0	300.000	98.394	32,8
Fiscal Seguridade	98.394	98.394	100,0	300.000	98.394	32,8
Nacional	98.394	98.394	100,0	300.000	98.394	32,8
(A)	4253	GARANTIA DA QUALIDADE DOS PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL				
	Produto: Programa revisado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	497,0	497,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	497,0	497,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.722.486	2.722.486	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.722.486	2.722.486	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.722.486	2.722.486	100,0	0	0	0,0
(A)	4254	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.757.956	597.956	34,0	900.000	597.956	66,4
Fiscal Seguridade	1.757.956	597.956	34,0	900.000	597.956	66,4
Nacional	1.757.956	597.956	34,0	900.000	597.956	66,4
(A)	4255	Sistema de Informações para o Georreferenciamento das Ações do Plano Plurianual				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	379.929	179.929	47,4	250.000	11.999	4,8
Fiscal Seguridade	379.929	179.929	47,4	250.000	11.999	4,8
Nacional	379.929	179.929	47,4	250.000	11.999	4,8
(A)	4505	Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual				
	Produto: PROGRAMA GERIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	753,0	753,0	100,0	374,0	374,0	100,0
Nacional	753,0	753,0	100,0	374,0	374,0	100,0
Financeiro	9.020.648	5.430.648	60,2	3.877.090	3.861.048	99,6
Fiscal Seguridade	9.020.648	5.430.648	60,2	3.877.090	3.861.048	99,6
Nacional	9.020.648	5.430.648	60,2	3.877.090	3.861.048	99,6
(OA)	9469	NORMATIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	1,0	33,3	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	22.040.811	12.818.011	58,2	13.825.090	8.185.397	59,2
Fiscal Seguridade	22.040.811	12.818.011	54,1	13.825.090	8.185.397	59,2

0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

708

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Luiz Delgado Noblat						
(OE) 0347 Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.787.775	1.287.775	72,0	400.000	400.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.787.775	1.287.775	72,0	400.000	400.000	100,0
Nacional	1.787.775	1.287.775	72,0	400.000	400.000	100,0
(P) 1593 ESTUDO PARA APERFEIÇOAMENTO DO MODELO DE GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.690.241	1.690.241	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.690.241	1.690.241	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.690.241	1.690.241	100,0	0	0	0,0
(P) 1599 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA MELHORIA DO DESEMPENHO FISCAL E REDUÇÃO DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
Produto: Projeto implementado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	336.255	336.255	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	336.255	336.255	100,0	0	0	0,0
Nacional	336.255	336.255	100,0	0	0	0,0
(P) 1601 COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL						
Produto: Município atendido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	109.500	109.500	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	109.500	109.500	100,0	0	0	0,0
Nacional	109.500	109.500	100,0	0	0	0,0
(P) 3189 Desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR						
Produto: SISTEMA DESENVOLVIDO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	75,0	75,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Nacional	75,0	75,0	100,0	15,0	6,0	40,0
Financeiro	16.905.086	14.705.086	87,0	1.665.500	1.665.500	100,0
Fiscal Seguridade	16.905.086	14.705.086	87,0	1.665.500	1.665.500	100,0
Nacional	16.905.086	14.705.086	87,0	1.665.500	1.665.500	100,0
(P) 3547 IMPLANTAÇÃO DE REDE DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO						
Produto: Rede implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	151,0	151,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	151,0	151,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	157.336	157.336	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	157.336	157.336	100,0	0	0	0,0
Nacional	157.336	157.336	100,0	0	0	0,0
(P) 3550 MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS GERENTES DE PROGRAMAS						
Produto: Gerente capacitado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1.165,0	1.165,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.165,0	1.165,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	691.000	691.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	691.000	691.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	691.000	691.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Luiz Delgado Noblat						
(A) 4067 MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL						
Produto: Programa monitorado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	384.000	384.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	384.000	384.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	384.000	384.000	100,0	0	0	0,0
(A) 4090 Coordenação do Processo Orçamentário						
Produto: ORCAMENTO ELABORADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.840.390	3.911.140	67,0	1.942.422	919.927	47,4
Fiscal Seguridade	5.840.390	3.911.140	67,0	1.942.422	919.927	47,4
Nacional	5.840.390	3.911.140	67,0	1.942.422	919.927	47,4
(A) 4254 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN						
Produto: Sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.372.621	1.372.621	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.372.621	1.372.621	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.372.621	1.372.621	100,0	0	0	0,0
(A) 4557 Sistemas Informatizados de Planejamento e Orçamento Público Federal						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	57.902.847	34.726.347	60,0	19.889.600	18.619.381	93,6
Fiscal Seguridade	57.902.847	34.726.347	60,0	19.889.600	18.619.381	93,6
Nacional	57.902.847	34.726.347	60,0	19.889.600	18.619.381	93,6
(OA) 9459 CONTROLE E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Produto: orçamento controlado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9460 ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
Produto: projeto de lei elaborado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9461 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E RESULTADOS COM VISTAS AO CONTROLE SOCIAL						
Produto: informação divulgada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9462 ELABORAÇÃO E CONTROLE DO ORÇAMENTO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS						
Produto: orçamento controlado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	86,0	86,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	86,0	86,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO						
Gerente em 31/12/2002: Pedro Luiz Delgado Noblat						
(OA) 9463 INTERCÂMBIO COM FOROS INTERNACIONAIS DE ECONOMIA E GESTÃO						
Produto: evento realizado Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	87.177.051	59.371.301	68,1	23.897.522	21.604.808	90,4
Fiscal Seguridade	87.177.051	59.371.301	54,1	23.897.522	21.604.808	90,4
0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA						
Gerente em 31/12/2002: Maria Marlene Almeida						
(OE) 0533 Alocação e Remanejamento de Cargos e Funções no âmbito do Poder Executivo						
Produto: SERVIDOR PAGO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.270,0	1.270,0	100,0	2.500,0	1.270,0	50,8
Nacional	1.270,0	1.270,0	100,0	2.500,0	1.270,0	50,8
Financeiro	31.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	31.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	31.700.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1729 Avaliação de Modelos Organizacionais e dos Sistemas de Gestão Implantados na Administração Pública Federal						
Produto: MODELO AVALIADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	15,0	3,0	20,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	15,0	3,0	20,0
Financeiro	480.000	0	0,0	141.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	480.000	0	0,0	141.000	0	0,0
Nacional	480.000	0	0,0	141.000	0	0,0
(P) 1751 Implantação do Sistema de Divulgação de Melhores Práticas de Gestão na Administração Pública						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	52.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	52.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Nacional	52.000	0	0,0	300.000	0	0,0
(P) 3184 Edição e Distribuição de Publicação sobre Administração Pública e Gestão Governamental						
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	50.500,0	50.500,0	100,0	11.000,0	11.000,0	100,0
Nacional	50.500,0	50.500,0	100,0	11.000,0	11.000,0	100,0
Financeiro	190.270	190.270	100,0	62.000	50.000	80,6
Fiscal Seguridade	190.270	190.270	100,0	62.000	50.000	80,6
Nacional	190.270	190.270	100,0	62.000	50.000	80,6
(P) 3185 Promoção de Eventos para Sensibilização e Mobilização das Organizações para Gestão Empreendedora de Programas						
Produto: EVENTO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	77,0	77,0	100,0	36,0	34,0	94,4
Nacional	77,0	77,0	100,0	36,0	34,0	94,4
Financeiro	1.008.200	928.200	92,1	380.000	196.200	51,6
Fiscal Seguridade	1.008.200	928.200	92,1	380.000	196.200	51,6
Nacional	1.008.200	928.200	92,1	380.000	196.200	51,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA						
Gerente em 31/12/2002: Maria Marlene Almeida						
(P)	3530	Assistência Técnica à Implantação de Gestão Empreendedora em Organizações				
	Produto: ORGANIZACAO ASSISTIDA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	48,0	48,0	100,0	6,0	11,0	183,3
Nacional	48,0	48,0	100,0	6,0	11,0	183,3
Financeiro	18.273.221	16.259.221	89,0	9.006.724	1.949.600	21,6
Fiscal Seguridade	18.273.221	16.259.221	89,0	9.006.724	1.949.600	21,6
Nacional	18.023.221	16.159.221	89,7	9.006.724	1.949.600	21,6
Norte	250.000	100.000	40,0	0	0	0,0
(P)	3531	AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DAS ORGANIZAÇÕES COM BASE EM CRITÉRIOS DE EXCELÊNCIA				
	Produto: organização avaliada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	45,0	45,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	239.000	239.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	239.000	239.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	239.000	239.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3543	IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO				
	Produto: Rede implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	48,0	48,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.832.300	15.832.300	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.832.300	15.832.300	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.832.300	15.832.300	100,0	0	0	0,0
(P)	3546	Implantação de Metodologias de Gerenciamento de Programas				
	Produto: METODOLOGIA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50,0	50,0	100,0	22,0	3,0	13,6
Nacional	50,0	50,0	100,0	22,0	3,0	13,6
Financeiro	6.535.000	5.631.000	86,2	3.205.902	1.450.000	45,2
Fiscal Seguridade	6.535.000	5.631.000	86,2	3.205.902	1.450.000	45,2
Nacional	6.535.000	5.631.000	86,2	3.205.902	1.450.000	45,2
(P)	3549	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL				
	Produto: Integração realizada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	49,0	49,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	49,0	49,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.927.799	8.927.799	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.927.799	8.927.799	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.927.799	8.927.799	100,0	0	0	0,0
(P)	3550	Mobilização e Capacitação dos Gerentes de Programas				
	Produto: GERENTE CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	200,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	275.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	275.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	275.000	0	0,0
(A)	4075	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.971.004	1.465.004	74,3	420.000	420.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.971.004	1.465.004	74,3	420.000	420.000	100,0
Nacional	1.971.004	1.465.004	74,3	420.000	420.000	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

712

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA						
Gerente em 31/12/2002: Maria Marlene Almeida						
(P)	5561	FÓRUM INTERNACIONAL "REINVENTANDO O GOVERNO"				
	Produto: evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
(OA)	9454	REVISÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA A GESTÃO DE PROGRAMAS				
	Produto: estrutura revisada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	86.208.794	50.472.794	58,5	13.790.626	4.065.800	29,5
Fiscal Seguridade	86.208.794	50.472.794	54,1	13.790.626	4.065.800	29,5
8002 GOVERNO ELETRÔNICO						
Gerente em 31/12/2002: Ney Gilberto Leal						
(P)	3543	Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede Governo				
	Produto: REDE IMPLANTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	4,0	4,0	100,0	15,0	4,0	26,7
Nacional	4,0	4,0	100,0	15,0	4,0	26,7
Financeiro	3.896.471	2.196.471	56,4	5.361.200	2.196.471	41,0
Fiscal Seguridade	3.896.471	2.196.471	56,4	5.361.200	2.196.471	41,0
Nacional	3.896.471	2.196.471	56,4	5.361.200	2.196.471	41,0
(P)	3549	Integração de Sistemas Informatizados do Governo Federal				
	Produto: INTEGRACAO REALIZADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	1,0	1,0	100,0	10,0	1,0	10,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	10,0	1,0	10,0
Financeiro	1.943.413	431.413	22,2	6.263.324	431.413	6,9
Fiscal Seguridade	1.943.413	431.413	22,2	6.263.324	431.413	6,9
Nacional	1.943.413	431.413	22,2	6.263.324	431.413	6,9
(P)	3553	Promoção do Uso de Sistemas de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	4,0	400,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	1,0	4,0	400,0
Financeiro	890.000	490.000	55,1	1.845.548	490.000	26,6
Fiscal Seguridade	890.000	490.000	55,1	1.845.548	490.000	26,6
Nacional	890.000	490.000	55,1	1.845.548	490.000	26,6
(A)	4305	Elaboração de Plano de Universalização do Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico (Ministério das Comunicações)				
	Produto: PLANO ELABORADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	498.072	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	498.072	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	498.072	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
8002 GOVERNO ELETRÔNICO						
Gerente em 31/12/2002: Ney Gilberto Leal						
(A)	4323	Capacitação de Agentes Envolvidos no Programa Governo Eletrônico (Ministério das Comunicações)				
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31,0	31,0	100,0	15.533,0	31,0	0,2
Nacional	31,0	31,0	100,0	15.533,0	31,0	0,2
Financeiro	5.900.000	5.900.000	100,0	13.306.941	5.900.000	44,3
Fiscal Seguridade	5.900.000	5.900.000	100,0	13.306.941	5.900.000	44,3
Nacional	5.900.000	5.900.000	100,0	13.306.941	5.900.000	44,3
(A)	4537	Certificação Digital (Presidência da República)				
Produto: CERTIFICADO EMITIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	500,0	500,0	100,0	20.000.000,0	500,0	0,0
Nacional	500,0	500,0	100,0	20.000.000,0	500,0	0,0
Financeiro	6.743.506	1.559.506	23,1	2.800.000	1.559.506	55,7
Fiscal Seguridade	6.743.506	1.559.506	23,1	2.800.000	1.559.506	55,7
Nacional	6.743.506	1.559.506	23,1	2.800.000	1.559.506	55,7
(A)	4539	Fiscalização e Auditoria dos Provedores de Serviços de Certificação Digital (Presidência da República)				
Produto: FISCALIZAÇÃO/AUDITORIA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	15,0	15,0	100,0	16,0	15,0	93,8
Nacional	15,0	15,0	100,0	16,0	15,0	93,8
Financeiro	2.581.521	81.521	3,2	1.010.000	81.521	8,1
Fiscal Seguridade	2.581.521	81.521	3,2	1.010.000	81.521	8,1
Nacional	2.581.521	81.521	3,2	1.010.000	81.521	8,1
(P)	5051	Instalação de Pontos de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico (Ministério das Comunicações)				
Produto: PONTO DE ACESSO INSTALADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	27.809,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27.809,0	S.R.	0,0
Financeiro	34.562.006	33.710.006	97,5	40.172.787	33.710.006	83,9
Fiscal Seguridade	34.562.006	33.710.006	97,5	40.172.787	33.710.006	83,9
Nacional	34.562.006	33.710.006	97,5	40.172.787	33.710.006	83,9
(P)	5369	Implantação da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (Presidência da República)				
Produto: AUTORIDADE CERTIFICADORA RAZI IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	100,0	100,0	100,0	68,0	100,0	147,1
Nacional	100,0	100,0	100,0	68,0	100,0	147,1
Financeiro	8.993.246	4.193.246	46,6	13.360.000	4.193.246	31,4
Fiscal Seguridade	8.993.246	4.193.246	46,6	13.360.000	4.193.246	31,4
Nacional	8.993.246	4.193.246	46,6	13.360.000	4.193.246	31,4
Financ. Total Programa	65.510.163	48.562.163	74,1	84.617.872	48.562.163	57,4
Fiscal Seguridade	65.510.163	48.562.163	54,1	84.617.872	48.562.163	57,4

0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Gerente em 31/12/2002: Roberto Borges Martins

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Borges Martins						
(OE)	0556	APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Entidade apoiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.662.360	11.662.360	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.662.360	11.662.360	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.662.360	11.662.360	100,0	0	0	0,0
(P)	1070	Estudos e Pesquisas Voltados à Qualidade e Produtividade				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Nacional	4,0	4,0	100,0	3,0	1,0	33,3
Financeiro	154.240	144.240	93,5	54.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	154.240	144.240	93,5	54.000	0	0,0
Nacional	154.240	144.240	93,5	54.000	0	0,0
(A)	2217	Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica				
Produto: PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	42,0	42,0	100,0	34,0	12,0	35,3
Nacional	42,0	42,0	100,0	34,0	12,0	35,3
Financeiro	3.650.000	2.800.000	76,7	1.000.000	800.000	80,0
Fiscal Seguridade	3.650.000	2.800.000	76,7	1.000.000	800.000	80,0
Nacional	3.650.000	2.800.000	76,7	1.000.000	800.000	80,0
(A)	2220	Estudos e Pesquisas Voltados ao Planejamento e Orçamento				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	100,0	100,0	100,0	29,0	18,0	62,1
Nacional	100,0	100,0	100,0	29,0	18,0	62,1
Financeiro	469.108	339.108	72,3	98.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	469.108	339.108	72,3	98.000	0	0,0
Nacional	469.108	339.108	72,3	98.000	0	0,0
(A)	2221	Acompanhamento e Análise de Conjuntura				
Produto: BOLETIM PUBLICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19,0	19,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	19,0	19,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	478.773	368.773	77,0	64.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	478.773	368.773	77,0	64.000	0	0,0
Nacional	478.773	368.773	77,0	64.000	0	0,0
(A)	2222	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas				
Produto: AVALIACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	6,0	3,0	50,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	6,0	3,0	50,0
Financeiro	1.305.989	857.429	65,7	470.000	248.227	52,8
Fiscal Seguridade	1.305.989	857.429	65,7	470.000	248.227	52,8
Nacional	1.305.989	857.429	65,7	470.000	248.227	52,8
(P)	2663	Difusão de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas				
Produto: EXEMPLAR EDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37.600,0	37.600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	37.600,0	37.600,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	98.089	98.089	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	98.089	98.089	100,0	0	0	0,0
Nacional	98.089	98.089	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

715

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Borges Martins						
(A)	2663	Difusão de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas				
Produto: EXEMPLAR EDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	74,0	74,0	100,0	34,0	74,0	217,6
Nacional	74,0	74,0	100,0	34,0	74,0	217,6
Financeiro	132.248	52.248	39,5	120.000	52.248	43,5
Fiscal Seguridade	132.248	52.248	39,5	120.000	52.248	43,5
Nacional	132.248	52.248	39,5	120.000	52.248	43,5
(P)	3590	Estudos da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	40,0	40,0	100,0	40,0	6,0	15,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	40,0	6,0	15,0
Financeiro	14.177.780	11.663.292	82,3	4.900.000	2.555.205	52,1
Fiscal Seguridade	14.177.780	11.663.292	82,3	4.900.000	2.555.205	52,1
Nacional	14.177.780	11.663.292	82,3	4.900.000	2.555.205	52,1
(P)	3597	Implantação do Sistema Informatizado da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	68,0	68,0	100,0	28,0	8,0	28,6
Nacional	68,0	68,0	100,0	28,0	8,0	28,6
Financeiro	5.562.510	4.566.510	82,1	3.648.000	670.349	18,4
Fiscal Seguridade	5.562.510	4.566.510	82,1	3.648.000	670.349	18,4
Nacional	5.562.510	4.566.510	82,1	3.648.000	670.349	18,4
(P)	6004	CENÁRIOS PROSPECTIVOS DE LONGO PRAZO (Presidência da República)				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	37.691.097	32.552.049	86,4	10.354.000	4.326.029	41,8
Fiscal Seguridade	37.691.097	32.552.049	54,1	10.354.000	4.326.029	41,8
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS						
Gerente em 31/12/2002: Sergio Besserman Vianna						
(P)	1779	Censo Agropecuário				
Produto: CENSO CONCLUIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	2,5	2,5	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	2,5	2,5	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	8.844	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	8.844	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	8.844	0	0,0
(P)	1791	Implantação da Pesquisa Mensal de Emprego Nacional				
Produto: PROJETO IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	22,0	22,0	100,0	22,0	22,0	100,0
Nacional	22,0	22,0	100,0	22,0	22,0	100,0
Financeiro	922.003	922.003	100,0	943.405	922.003	97,7
Fiscal Seguridade	922.003	922.003	100,0	943.405	922.003	97,7
Nacional	922.003	922.003	100,0	943.405	922.003	97,7
(P)	1793	Implantação do Índice de Preços ao Produtor				
Produto: INDICE DE PRECOS AO PRODUTOR IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

716

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS						
Gerente em 31/12/2002: Sergio Besserman Vianna						
(P) 1795	Pesquisa de Economia Informal Urbana					
Produto: PESQUISA REALIZADA				Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2228	Pesquisas Estruturais da Área Sócio-Demográfica					
Produto: RESULTADO DIVULGADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	23,0	23,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Nacional	23,0	23,0	100,0	9,0	9,0	100,0
Financeiro	11.811.551	9.592.094	81,2	3.977.756	3.954.322	99,4
Fiscal Seguridade	11.811.551	9.592.094	81,2	3.977.756	3.954.322	99,4
Nacional	11.811.551	9.592.094	81,2	3.977.756	3.954.322	99,4
(A) 2230	Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas					
Produto: USUARIO ATENDIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	10.945.515,0	10.945.515,0	100,0	947.636,0	4.600.258,0	485,4
Nacional	10.945.515,0	10.945.515,0	100,0	947.636,0	4.600.258,0	485,4
Financeiro	5.771.966	4.081.385	70,7	1.527.107	1.394.805	91,3
Fiscal Seguridade	5.771.966	4.081.385	70,7	1.527.107	1.394.805	91,3
Nacional	5.771.966	4.081.385	70,7	1.527.107	1.394.805	91,3
(A) 2236	Sistema Informatizado de Dados Estatísticos					
Produto: SISTEMA DE INFORMATICA MANTIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	29.340.079	20.252.182	69,0	9.561.441	7.876.746	82,4
Fiscal Seguridade	29.340.079	20.252.182	69,0	9.561.441	7.876.746	82,4
Nacional	29.340.079	20.252.182	69,0	9.561.441	7.876.746	82,4
(P) 2665	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais					
Produto: ESTUDO REALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5.623,0	5.623,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5.623,0	5.623,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.498.412	1.498.412	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.498.412	1.498.412	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.498.412	1.498.412	100,0	0	0	0,0
(A) 2665	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais					
Produto: ESTUDO REALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.237,0	1.237,0	100,0	1.237,0	1.237,0	100,0
Nacional	1.237,0	1.237,0	100,0	1.237,0	1.237,0	100,0
Financeiro	1.681.457	681.457	40,5	763.589	681.457	89,2
Fiscal Seguridade	1.681.457	681.457	40,5	763.589	681.457	89,2
Nacional	1.681.457	681.457	40,5	763.589	681.457	89,2
(P) 3597	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DA REDE NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E PLANEJAMENTO					
Produto: sistema implantado				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	15,5	15,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	15,5	15,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.013.261	1.013.261	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.013.261	1.013.261	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.013.261	1.013.261	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS						
Gerente em 31/12/2002: Sergio Besserman Vianna						
(A) 4227 Pesquisas Conjunturais						
Produto: RESULTADO DIVULGADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	396,0	396,0	100,0	117,0	141,0	120,5
Nacional	396,0	396,0	100,0	117,0	141,0	120,5
Financeiro	25.279.686	20.733.926	82,0	8.722.579	8.649.131	99,2
Fiscal Seguridade	25.279.686	20.733.926	82,0	8.722.579	8.649.131	99,2
Nacional	25.279.686	20.733.926	82,0	8.722.579	8.649.131	99,2
(A) 4228 Pesquisas Estruturais da Área Econômica						
Produto: RESULTADO DIVULGADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	60,0	60,0	100,0	28,0	16,0	57,1
Nacional	60,0	60,0	100,0	28,0	16,0	57,1
Financeiro	15.606.796	12.950.381	83,0	3.274.510	3.248.869	99,2
Fiscal Seguridade	15.606.796	12.950.381	83,0	3.274.510	3.248.869	99,2
Nacional	15.606.796	12.950.381	83,0	3.274.510	3.248.869	99,2
(P) 7095 PESQUISA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA - MAS						
Produto: pesquisa realizada						
						Unidade de Medida: % de execução física
Físico	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7097 PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PNSB						
Produto: pesquisa realizada						
						Unidade de Medida: % de execução física
Físico	80,0	80,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	80,0	80,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7547 Pesquisa de Orçamentos Familiares						
Produto: PESQUISA REALIZADA						
						Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA
Físico	47,0	47,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Nacional	47,0	47,0	100,0	31,0	31,0	100,0
Financeiro	6.959.195	2.035.067	29,2	931.080	914.283	98,2
Fiscal Seguridade	6.959.195	2.035.067	29,2	931.080	914.283	98,2
Nacional	6.959.195	2.035.067	29,2	931.080	914.283	98,2
(OA) 9464 INFORMAÇÕES SOBRE ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (Ministério da Fazenda)						
Produto: informação disponibilizada						
						Unidade de Medida: unidade
Físico	78,0	40,0	51,3	20,0	20,0	100,0
Nacional	78,0	40,0	51,3	20,0	20,0	100,0
Financeiro	11.645.080	4.577.016	39,3	3.273.992	0	0,0
Demais Fontes	11.645.080	4.577.016	39,3	3.273.992	0	0,0
Nacional	11.645.080	4.577.016	39,3	3.273.992	0	0,0
Financ. Total Programa	111.529.486	78.337.184	70,2	32.984.303	27.641.616	83,8
Fiscal Seguridade	99.884.406	73.760.168	54,1	29.710.311	27.641.616	93,0
Demais Fontes	11.645.080	4.577.016	36,2	3.273.992	0	0,0
0759 NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Elisa Gonçalves Martins						
(P) 1195 Mobilização para a Desburocratização						
Produto: EVENTO REALIZADO						
						Unidade de Medida: UNIDADE
Físico	32,0	32,0	100,0	8,0	30,0	375,0
Nacional	32,0	32,0	100,0	8,0	30,0	375,0
Financeiro	1.706.000	1.170.000	68,6	370.000	370.000	100,0
Fiscal Seguridade	1.706.000	1.170.000	68,6	370.000	370.000	100,0
Nacional	1.706.000	1.170.000	68,6	370.000	370.000	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	718				
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações					
						Realizado = Empenho Liquidado S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0759 NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO						
Gerente em 31/12/2002: Elisa Gonçalves Martins						
(P)	5562	Revisão de Normas e Procedimentos para a Desburocratização				
	Produto: NORMA REVISADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	663,0	663,0	100,0	82,0	147,0	179,3
Nacional	663,0	663,0	100,0	82,0	147,0	179,3
Financeiro	1.329.800	975.400	73,3	681.100	490.400	72,0
Fiscal Seguridade	1.329.800	975.400	73,3	681.100	490.400	72,0
Nacional	1.329.800	975.400	73,3	681.100	490.400	72,0
(P)	5563	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	137.300	137.300	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	137.300	137.300	100,0	0	0	0,0
Nacional	137.300	137.300	100,0	0	0	0,0
(P)	5564	Avaliação das Medidas de Desburocratização				
	Produto: AVALIACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	635.000	555.000	87,4	150.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	635.000	555.000	87,4	150.000	0	0,0
Nacional	635.000	555.000	87,4	150.000	0	0,0
(OA)	9446	COOPERAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA DESBUROCRATIZAÇÃO				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	30,0	6,0	20,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	30,0	6,0	20,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	3.808.100	2.837.700	74,5	1.201.100	860.400	71,6
Fiscal Seguridade	3.808.100	2.837.700	54,1	1.201.100	860.400	71,6
0793 QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Daniel Barreto Lima						
(A)	2598	MELHORIA DO ATENDIMENTO AO TRABALHADOR E ORIENTAÇÕES TRABALHISTAS (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: Pessoa atendida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	8.690.224,0	8.690.224,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8.690.224,0	8.690.224,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.010.994	14.010.994	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	14.010.994	14.010.994	100,0	0	0	0,0
Nacional	14.010.994	14.010.994	100,0	0	0	0,0
(A)	2653	Avaliação de Padrões de Qualidade de Atendimento ao Cidadão				
	Produto: ORGANIZACAO AVALIADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	140,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	140,0	S.R.	0,0
Financeiro	196.000	98.000	50,0	180.000	98.000	54,4
Fiscal Seguridade	196.000	98.000	50,0	180.000	98.000	54,4
Nacional	196.000	98.000	50,0	180.000	98.000	54,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0793 QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Daniel Barreto Lima						
(P)	3188	Mobilização das Organizações Públicas para a Qualidade				
	Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6,0	6,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	210.507	210.507	100,0	65.000	40.530	62,4
Fiscal Seguridade	210.507	210.507	100,0	65.000	40.530	62,4
Nacional	210.507	210.507	100,0	65.000	40.530	62,4
(P)	3541	ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DE PADRÕES DE QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO				
	Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.220.000	1.220.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.220.000	1.220.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.220.000	1.220.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3551	Pesquisas de Satisfação do Usuário				
	Produto: PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.804.600	1.663.000	92,2	234.190	64.000	27,3
Fiscal Seguridade	1.804.600	1.663.000	92,2	234.190	64.000	27,3
Nacional	1.804.600	1.663.000	92,2	234.190	64.000	27,3
(P)	3553	PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS				
	Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3606	Implantação de Atendimento ao Cidadão em Centros Integrados				
	Produto: ATENDIMENTO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	17,0	17,0	100,0	3,0	12,0	400,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	3,0	12,0	400,0
Financeiro	7.343.000	7.343.000	100,0	300.000	300.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.343.000	7.343.000	100,0	300.000	300.000	100,0
Nacional	7.343.000	7.343.000	100,0	300.000	300.000	100,0
(P)	5416	CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO - ALÔ TRABALHO (Ministério do Trabalho e Emprego)				
	Produto: Campanha realizada			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.999.922	1.999.922	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.999.922	1.999.922	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.999.922	1.999.922	100,0	0	0	0,0
(P)	7865	Promoção da Auto - Avaliação da Gestão Pública com Base em Critérios de Excelência				
	Produto: ORGANIZACAO AUTO-AVALIADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	199,0	199,0	100,0	297,0	133,0	44,8
Nacional	199,0	199,0	100,0	297,0	133,0	44,8
Financeiro	1.231.000	439.000	35,7	265.000	200.000	75,5
Fiscal Seguridade	1.231.000	439.000	35,7	265.000	200.000	75,5
Nacional	1.231.000	439.000	35,7	265.000	200.000	75,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0793 QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Daniel Barreto Lima						
(OA) 9455 NORMAS TÉCNICAS PARA AFERIÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9456 ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	28.416.023	27.384.423	96,4	1.044.190	702.530	67,3
Fiscal Seguridade	28.416.023	27.384.423	54,1	1.044.190	702.530	67,3
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos						
(OE) 0001 Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento - CAF						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	123.906.909	60.992.967	49,2	23.590.876	15.443.967	65,5
Fiscal Seguridade	123.906.909	60.992.967	49,2	23.590.876	15.443.967	65,5
Nacional	123.906.909	60.992.967	49,2	23.590.876	15.443.967	65,5
(OE) 0175 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS						
(TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	98.000.000	98.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	98.000.000	98.000.000	100,0	0	0	0,0
Norte	98.000.000	98.000.000	100,0	0	0	0,0
(OE) 0402 Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	79.338.310	65.703.218	82,8	17.457.566	17.457.566	100,0
Fiscal Seguridade	79.338.310	65.703.218	82,8	17.457.566	17.457.566	100,0
Nacional	79.338.310	65.703.218	82,8	17.457.566	17.457.566	100,0
(OE) 0403 Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.714.430	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	45.714.430	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	45.714.430	0	0,0	0	0	0,0
(OE) 0538 Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.042.576	9.520.627	63,3	3.654.611	3.654.611	100,0
Fiscal Seguridade	15.042.576	9.520.627	63,3	3.654.611	3.654.611	100,0
Nacional	15.042.576	9.520.627	63,3	3.654.611	3.654.611	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos						
(OE) 0539	Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.788.945	10.774.585	72,9	6.402.675	4.846.672	75,7
Fiscal Seguridade	14.788.945	10.774.585	72,9	6.402.675	4.846.672	75,7
Nacional	14.788.945	10.774.585	72,9	6.402.675	4.846.672	75,7
(OE) 0540	Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos - CII					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	47.682.219	30.546.219	64,1	21.309.127	16.175.163	75,9
Fiscal Seguridade	47.682.219	30.546.219	64,1	21.309.127	16.175.163	75,9
Nacional	47.682.219	30.546.219	64,1	21.309.127	16.175.163	75,9
(OE) 0541	Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.628.906	26.527.700	72,4	13.285.230	12.239.700	92,1
Fiscal Seguridade	36.628.906	26.527.700	72,4	13.285.230	12.239.700	92,1
Nacional	36.628.906	26.527.700	72,4	13.285.230	12.239.700	92,1
(OE) 0542	Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.129.889	2.290.141	73,2	794.141	794.141	100,0
Fiscal Seguridade	3.129.889	2.290.141	73,2	794.141	794.141	100,0
Nacional	3.129.889	2.290.141	73,2	794.141	794.141	100,0
(OE) 0543	Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.981.871	16.523.787	66,1	10.956.156	8.410.787	76,8
Fiscal Seguridade	24.981.871	16.523.787	66,1	10.956.156	8.410.787	76,8
Nacional	24.981.871	16.523.787	66,1	10.956.156	8.410.787	76,8
(OE) 0544	Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID (Ministério da Fazenda)					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	401.691.723	160.309.828	39,9	165.943.901	160.309.828	96,6
Fiscal Seguridade	401.691.723	160.309.828	39,9	165.943.901	160.309.828	96,6
Nacional	401.691.723	160.309.828	39,9	165.943.901	160.309.828	96,6
(OE) 0545	Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA (Ministério da Fazenda)					
Produto: -	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.460.270	1.649.497	47,7	2.034.974	1.649.497	81,1
Fiscal Seguridade	3.460.270	1.649.497	47,7	2.034.974	1.649.497	81,1
Nacional	3.460.270	1.649.497	47,7	2.034.974	1.649.497	81,1
(OE) 0765	INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS DO FUNDO PARA DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA - FONPLATA					
Produto: cota integralizada	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos						
(A)	2649 Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Privados.					
	Produto: PROJETO FINANCIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	628.750	42.750	6,8	200.000	42.750	21,4
Fiscal Seguridade	628.750	42.750	6,8	200.000	42.750	21,4
Nacional	628.750	42.750	6,8	200.000	42.750	21,4
(P)	3192 Treinamento de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos com Financiamento Externo					
	Produto: TECNICO CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2.393,0	2.393,0	100,0	767,0	720,0	93,9
Nacional	2.393,0	2.393,0	100,0	767,0	720,0	93,9
Financeiro	870.159	732.559	84,2	230.048	172.000	74,8
Fiscal Seguridade	870.159	732.559	84,2	230.048	172.000	74,8
Nacional	870.159	732.559	84,2	230.048	172.000	74,8
(P)	3548 Implantação de Rede de Informações e Serviços ao Investidor					
	Produto: REDE IMPLANTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	52,0	52,0	100,0	47,0	S.R.	0,0
Nacional	52,0	52,0	100,0	47,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.980.500	7.980.500	100,0	2.600.000	2.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.980.500	7.980.500	100,0	2.600.000	2.600.000	100,0
Nacional	7.980.500	7.980.500	100,0	2.600.000	2.600.000	100,0
(A)	4506 Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais					
	Produto: PROJETO FINANCIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	236,0	236,0	100,0	65,0	135,0	207,7
Nacional	236,0	236,0	100,0	65,0	135,0	207,7
Financeiro	5.769.383	5.169.383	89,6	5.443.210	4.576.125	84,1
Fiscal Seguridade	5.769.383	5.169.383	89,6	5.443.210	4.576.125	84,1
Nacional	5.769.383	5.169.383	89,6	5.443.210	4.576.125	84,1
(P)	7889 Engenharias Financeiras para a Viabilização de Programas Estratégicos					
	Produto: PROJETO VIABILIZADO FINANCEIRAMENTE			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.700.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.700.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9470 ESTUDO PARA ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO					
	Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	2,0	50,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	912.314.840	496.763.761	54,5	273.902.515	248.372.807	90,7
Fiscal Seguridade	912.314.840	496.763.761	54,1	273.902.515	248.372.807	90,7

0798 REDUÇÃO DE CUSTOS NA AQUISIÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS

Gerente em 31/12/2002: Renata Maria Paes de Vilhena



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0798 REDUÇÃO DE CUSTOS NA AQUISIÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS						
Gerente em 31/12/2002: Renata Maria Paes de Vilhena						
(P)	3537	Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG				
	Produto: SISTEMA MODERNIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	97,0	97,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Nacional	97,0	97,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Financeiro	5.422.114	5.322.114	98,2	3.510.000	2.876.114	81,9
Fiscal Seguridade	5.422.114	5.322.114	98,2	3.510.000	2.876.114	81,9
Nacional	5.422.114	5.322.114	98,2	3.510.000	2.876.114	81,9
(P)	3554	Revisão do Sistema Jurídico-Legal Relativo à Aquisição de Bens, Obras e Serviços				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5,0	5,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	269.047	269.047	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	269.047	269.047	100,0	0	0	0,0
Nacional	269.047	269.047	100,0	0	0	0,0
(A)	4070	Normas para Padronização e Modularização de Bens, Obras e Serviços				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	1,0	7,0	700,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	1,0	7,0	700,0
Financeiro	2.547.638	2.547.638	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.547.638	2.547.638	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.547.638	2.547.638	100,0	0	0	0,0
(A)	4077	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	29.925.343	22.025.343	73,6	8.661.467	7.624.799	88,0
Fiscal Seguridade	29.925.343	22.025.343	73,6	8.661.467	7.624.799	88,0
Nacional	29.925.343	22.025.343	73,6	8.661.467	7.624.799	88,0
(A)	4252	Informatização de Processos Administrativos				
	Produto: PROCESSO INFORMATIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	4,0	4,0	100,0
Financeiro	25.967.055	19.054.380	73,4	8.541.938	6.968.997	81,6
Fiscal Seguridade	25.967.055	19.054.380	73,4	8.541.938	6.968.997	81,6
Nacional	25.967.055	19.054.380	73,4	8.541.938	6.968.997	81,6
(OA)	9465	INVENTÁRIO E REGULARIZAÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO				
	Produto: obra inventariada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	41.250,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	41.250,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9466	CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BASE DE ÍNDICES DE CUSTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS				
	Produto: base de índice consolidada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9467	NORMAS PARA RACIONALIZAÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	5,0	1,0	20,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	64.131.197	49.218.522	76,7	20.713.405	17.469.910	84,3
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	724	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
Fiscal Seguridade	64.131.197	49.218.522	54,1	20.713.405	17.469.910	84,3
9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE						
Gerente em 31/12/2002: Joaquim Batista de Araujo						
(P) 1599 Implementação de Projetos para a Melhoria do Desempenho Fiscal da Administração Pública						
Produto: TRIBUNAL DE CONTAS ATENDIDO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	149.470	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	149.470	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	149.470	0	0,0
(P) 1601 Cooperação para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal						
Produto: MUNICIPIO ASSISTIDO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.132,0	2.132,0	100,0	3.000,0	2.132,0	71,1
Nacional	2.132,0	2.132,0	100,0	3.000,0	2.132,0	71,1
Financeiro	1.986.873	817.273	41,1	2.105.047	817.273	38,8
Fiscal Seguridade	1.986.873	817.273	41,1	2.105.047	817.273	38,8
Nacional	1.986.873	817.273	41,1	2.105.047	817.273	38,8
(P) 1745 Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios						
Produto: PORTAL DESENVOLVIDO Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1777 Avaliação do Impacto da Implantação da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.000	0	0,0	1.095.400	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.000	0	0,0	1.095.400	0	0,0
Nacional	10.000	0	0,0	1.095.400	0	0,0
(A) 2661 Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9511 MONITORAMENTO DO DESEMPENHO DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS						
Produto: empresa monitorada Unidade de Medida: unidade						
Físico	263,0	0,0	0,0	83,0	S.R.	0,0
Nacional	263,0	0,0	0,0	83,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9512 ESTUDO PARA IDENTIFICAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES VISANDO O EQUILÍBRIO DAS PREVIDÊNCIAS PÚBLICA E PRIVADA						
Produto: estudo realizado Unidade de Medida: unidade						
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.996.873	817.273	40,9	3.349.917	817.273	24,4
Fiscal Seguridade	1.996.873	817.273	54,1	3.349.917	817.273	24,4

0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(OE)	0623	Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimientos por meio de Concursos Públicos no Âmbito do Poder Executivo				
Produto: SERVIDOR PAGO		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	0,0	0,0	0,0	32.120,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	32.120,0	S.R.	0,0
Financeiro	188.600.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	188.600.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	188.600.000	0	0,0	0	0	0,0
(OE)	0707	Reestruturação de Cargos e Carreiras no Âmbito do Poder Executivo				
Produto: -		Unidade de Medida: -				
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	135.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	135.800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	135.800.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1002	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	2.171,0	2.171,0	100,0	1.200,0	677,0	56,4
Nacional	2.171,0	2.171,0	100,0	1.200,0	677,0	56,4
Financeiro	6.125.223	5.067.623	82,7	1.450.336	791.311	54,6
Fiscal Seguridade	6.125.223	5.067.623	82,7	1.450.336	791.311	54,6
Nacional	6.125.223	5.067.623	82,7	1.450.336	791.311	54,6
(P)	1765	Implantação das Gerências Regionais de Administração de Pessoal - GERAP				
Produto: GERENCIA IMPLANTADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	1.896.462	696.462	36,7	1.200.000	696.462	58,0
Fiscal Seguridade	1.896.462	696.462	36,7	1.200.000	696.462	58,0
Nacional	1.896.462	696.462	36,7	1.200.000	696.462	58,0
(P)	1771	Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA				
Físico	0,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Financeiro	24.582.600	9.200.000	37,4	18.000.000	9.200.000	51,1
Fiscal Seguridade	24.582.600	9.200.000	37,4	18.000.000	9.200.000	51,1
Nacional	24.582.600	9.200.000	37,4	18.000.000	9.200.000	51,1
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
(Presidência da República)						
Produto: PESSOA BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	15.305,0	15.305,0	100,0	21.265,0	15.305,0	72,0
Nacional	15.305,0	15.305,0	100,0	21.265,0	15.305,0	72,0
Financeiro	11.581.971	4.825.652	41,7	6.445.860	4.825.652	74,9
Fiscal Seguridade	11.581.971	4.825.652	41,7	6.445.860	4.825.652	74,9
Nacional	11.581.971	4.825.652	41,7	6.445.860	4.825.652	74,9
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: PESSOA BENEFICIADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	72.574,0	72.574,0	100,0	147.290,0	72.574,0	49,3
Nacional	72.574,0	72.574,0	100,0	147.290,0	72.574,0	49,3
Financeiro	89.363.677	44.486.005	49,8	44.831.000	44.486.005	99,2
Fiscal Seguridade	89.363.677	44.486.005	49,8	44.831.000	44.486.005	99,2
Nacional	89.363.677	44.486.005	49,8	44.831.000	44.486.005	99,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

726

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		0,0	0,0	53.302,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	53.302,0	S.R.	0,0
Financeiro		32.270.945	14.941.017	16.180.613	14.941.017	92,3
Fiscal Seguridade		32.270.945	14.941.017	16.180.613	14.941.017	92,3
Nacional		32.270.945	14.941.017	16.180.613	14.941.017	92,3
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Fazenda)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		125.024,0	125.024,0	137.728,0	125.024,0	90,8
Nacional		125.024,0	125.024,0	137.728,0	125.024,0	90,8
Financeiro		80.557.886	41.130.865	43.787.325	41.130.865	93,9
Fiscal Seguridade		80.557.886	41.130.865	43.787.325	41.130.865	93,9
Nacional		80.557.886	41.130.865	43.787.325	41.130.865	93,9
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Educação)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		3.449,0	3.449,0	115.498,0	3.449,0	3,0
Nacional		3.449,0	3.449,0	35.306,0	3.449,0	9,8
Centro-oeste		0,0	0,0	9.149,0	S.R.	0,0
Nordeste		0,0	0,0	7.403,0	S.R.	0,0
Norte		0,0	0,0	11.218,0	S.R.	0,0
Sudeste		0,0	0,0	41.518,0	S.R.	0,0
Sul		0,0	0,0	10.904,0	S.R.	0,0
Financeiro		12.580.660	5.958.868	6.806.749	5.958.868	87,5
Fiscal Seguridade		12.580.660	5.958.868	6.806.749	5.958.868	87,5
Nacional		7.278.291	3.850.574	4.102.718	3.850.574	93,9
Centro-oeste		1.327.302	646.986	717.084	646.986	90,2
Nordeste		1.546.317	523.987	625.223	523.987	83,8
Norte		117.715	57.715	200.000	57.715	28,9
Sudeste		1.956.368	715.630	964.724	715.630	74,2
Sul		354.667	163.976	197.000	163.976	83,2
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		8.116,0	8.116,0	10.503,0	8.116,0	77,3
Nacional		8.116,0	8.116,0	10.503,0	8.116,0	77,3
Financeiro		5.562.725	2.332.081	3.189.407	2.332.081	73,1
Fiscal Seguridade		5.562.725	2.332.081	3.189.407	2.332.081	73,1
Nacional		5.562.725	2.332.081	3.189.407	2.332.081	73,1
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Justiça)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		69.636,0	69.636,0	85.434,0	69.636,0	81,5
Nacional		69.636,0	69.636,0	85.434,0	69.636,0	81,5
Financeiro		45.008.332	21.722.113	23.551.632	21.722.113	92,2
Fiscal Seguridade		45.008.332	21.722.113	23.551.632	21.722.113	92,2
Nacional		45.008.332	21.722.113	23.551.632	21.722.113	92,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

		PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos							
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério de Minas e Energia)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		3.605,0	3.605,0	100,0	12.925,0	3.605,0	27,9
Nacional		3.605,0	3.605,0	100,0	12.925,0	3.605,0	27,9
Financeiro		16.881.527	6.671.040	39,5	8.553.573	6.671.040	78,0
Fiscal Seguridade		16.881.527	6.671.040	39,5	8.553.573	6.671.040	78,0
Nacional		16.881.527	6.671.040	39,5	8.553.573	6.671.040	78,0
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Previdência e Assistência Social)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		210.847,0	210.847,0	100,0	242.124,0	210.847,0	87,1
Nacional		210.847,0	210.847,0	100,0	242.124,0	210.847,0	87,1
Financeiro		209.924.304	94.197.694	44,9	94.332.184	94.197.694	99,9
Fiscal Seguridade		209.924.304	94.197.694	44,9	94.332.184	94.197.694	99,9
Nacional		209.924.304	94.197.694	44,9	94.332.184	94.197.694	99,9
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério das Relações Exteriores)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		2.184,0	2.184,0	100,0	2.078,0	2.184,0	105,1
Nacional		2.184,0	2.184,0	100,0	2.078,0	2.184,0	105,1
Financeiro		2.095.801	1.060.801	50,6	1.148.664	1.060.801	92,4
Fiscal Seguridade		2.095.801	1.060.801	50,6	1.148.664	1.060.801	92,4
Nacional		2.095.801	1.060.801	50,6	1.148.664	1.060.801	92,4
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Saúde)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		157.964,0	157.964,0	100,0	561.017,0	157.964,0	28,2
Nacional		157.964,0	157.964,0	100,0	561.017,0	157.964,0	28,2
Financeiro		340.539.269	169.115.569	49,7	175.831.448	169.115.569	96,2
Fiscal Seguridade		340.539.269	169.115.569	49,7	175.831.448	169.115.569	96,2
Nacional		340.539.269	169.115.569	49,7	175.831.448	169.115.569	96,2
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério do Trabalho e Emprego)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		38.385,0	38.385,0	100,0	35.054,0	38.385,0	109,5
Nacional		38.385,0	38.385,0	100,0	35.054,0	38.385,0	109,5
Financeiro		25.643.013	11.862.873	46,3	13.671.060	11.862.873	86,8
Fiscal Seguridade		25.643.013	11.862.873	46,3	13.671.060	11.862.873	86,8
Nacional		25.643.013	11.862.873	46,3	13.671.060	11.862.873	86,8
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério dos Transportes)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		48.234,0	48.234,0	100,0	110.187,0	48.234,0	43,8
Nacional		48.234,0	48.234,0	100,0	109.157,0	48.234,0	44,2
Sul		0,0	0,0	0,0	1.030,0	S.R.	0,0
Financeiro		65.535.816	31.449.456	48,0	36.189.760	31.449.456	86,9
Fiscal Seguridade		65.535.816	31.449.456	48,0	36.189.760	31.449.456	86,9
Nacional		61.635.416	29.449.456	47,8	34.189.760	29.449.456	86,1
Sul		3.900.400	2.000.000	51,3	2.000.000	2.000.000	100,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

		PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos							
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério das Comunicações)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		21.849,0	21.849,0	100,0	77.326,0	21.849,0	28,3
Nacional		21.849,0	21.849,0	100,0	77.326,0	21.849,0	28,3
Financeiro		52.937.860	22.015.219	41,6	29.589.340	22.015.219	74,4
Fiscal Seguridade		52.937.860	22.015.219	41,6	29.589.340	22.015.219	74,4
Nacional		52.937.860	22.015.219	41,6	29.589.340	22.015.219	74,4
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Cultura)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		13.413,0	13.413,0	100,0	16.432,0	13.413,0	81,6
Nacional		13.413,0	13.413,0	100,0	13.421,0	13.413,0	99,9
Sudeste		0,0	0,0	0,0	3.011,0	S.R.	0,0
Financeiro		9.478.854	4.732.724	49,9	4.734.828	4.732.724	100,0
Fiscal Seguridade		9.478.854	4.732.724	49,9	4.734.828	4.732.724	100,0
Nacional		7.732.256	3.866.912	50,0	3.866.954	3.866.912	100,0
Sudeste		1.746.598	865.812	49,6	867.874	865.812	99,8
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério do Meio Ambiente)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		20.904,0	20.904,0	100,0	23.887,0	20.904,0	87,5
Nacional		20.904,0	20.904,0	100,0	23.887,0	20.904,0	87,5
Financeiro		13.816.687	6.700.519	48,5	8.427.715	6.700.519	79,5
Fiscal Seguridade		13.816.687	6.700.519	48,5	8.427.715	6.700.519	79,5
Nacional		13.816.687	6.700.519	48,5	8.427.715	6.700.519	79,5
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		45.128,0	45.128,0	100,0	66.591,0	45.128,0	67,8
Nacional		45.128,0	45.128,0	100,0	66.591,0	45.128,0	67,8
Financeiro		47.041.198	18.132.326	38,5	19.525.123	18.132.326	92,9
Fiscal Seguridade		47.041.198	18.132.326	38,5	19.525.123	18.132.326	92,9
Nacional		47.041.198	18.132.326	38,5	19.525.123	18.132.326	92,9
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério do Desenvolvimento Agrário)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		33.999,0	33.999,0	100,0	35.404,0	33.999,0	96,0
Nacional		33.999,0	33.999,0	100,0	35.404,0	33.999,0	96,0
Financeiro		19.742.922	9.900.322	50,1	10.106.000	9.900.322	98,0
Fiscal Seguridade		19.742.922	9.900.322	50,1	10.106.000	9.900.322	98,0
Nacional		19.742.922	9.900.322	50,1	10.106.000	9.900.322	98,0
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério do Esporte e Turismo)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	2.000,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	1.100,0	S.R.	0,0
Centro-oeste		0,0	0,0	0,0	900,0	S.R.	0,0
Financeiro		916.213	310.773	33,9	581.858	310.773	53,4
Fiscal Seguridade		916.213	310.773	33,9	581.858	310.773	53,4
Nacional		465.602	153.602	33,0	312.000	153.602	49,2
Centro-oeste		450.611	157.171	34,9	269.858	157.171	58,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

729

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)	
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos							
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Defesa)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		121.739,0	121.739,0	100,0	226.661,0	121.739,0	53,7
Nacional		121.739,0	121.739,0	100,0	226.661,0	121.739,0	53,7
Financeiro		73.422.518	28.508.318	38,8	42.778.368	28.508.318	66,6
Fiscal Seguridade		73.422.518	28.508.318	38,8	42.778.368	28.508.318	66,6
Nacional		73.422.518	28.508.318	38,8	42.778.368	28.508.318	66,6
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (Ministério da Integração Nacional)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	22.166,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	22.166,0	S.R.	0,0
Financeiro		11.761.393	4.776.233	40,6	7.549.581	4.776.233	63,3
Fiscal Seguridade		11.761.393	4.776.233	40,6	7.549.581	4.776.233	63,3
Nacional		11.761.393	4.776.233	40,6	7.549.581	4.776.233	63,3
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Previdência e Assistência Social)					
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		6.296,0	6.296,0	100,0	10.481,0	6.296,0	60,1
Nacional		6.296,0	6.296,0	100,0	10.481,0	6.296,0	60,1
Financeiro		15.998.866	5.920.866	37,0	5.940.068	5.920.866	99,7
Fiscal Seguridade		15.998.866	5.920.866	37,0	5.940.068	5.920.866	99,7
Nacional		15.998.866	5.920.866	37,0	5.940.068	5.920.866	99,7
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério das Relações Exteriores)					
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		203,0	203,0	100,0	282,0	203,0	72,0
Nacional		203,0	203,0	100,0	282,0	203,0	72,0
Financeiro		523.465	244.165	46,6	321.480	244.165	76,0
Fiscal Seguridade		523.465	244.165	46,6	321.480	244.165	76,0
Nacional		523.465	244.165	46,6	321.480	244.165	76,0
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Saúde)					
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		10.067,0	10.067,0	100,0	32.187,0	10.067,0	31,3
Nacional		10.067,0	10.067,0	100,0	32.187,0	10.067,0	31,3
Financeiro		36.906.958	15.633.958	42,4	18.956.000	15.633.958	82,5
Fiscal Seguridade		36.906.958	15.633.958	42,4	18.956.000	15.633.958	82,5
Nacional		36.906.958	15.633.958	42,4	18.956.000	15.633.958	82,5
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério do Trabalho e Emprego)					
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		1.184,0	1.184,0	100,0	1.358,0	1.184,0	87,2
Nacional		1.184,0	1.184,0	100,0	1.358,0	1.184,0	87,2
Financeiro		2.848.279	1.315.787	46,2	1.548.492	1.315.787	85,0
Fiscal Seguridade		2.848.279	1.315.787	46,2	1.548.492	1.315.787	85,0
Nacional		2.848.279	1.315.787	46,2	1.548.492	1.315.787	85,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério dos Transportes)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	290,0	290,0	100,0	3.448,0	290,0	8,4
Nacional	290,0	290,0	100,0	3.094,0	290,0	9,4
Sul	0,0	0,0	0,0	354,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.706.913	1.475.955	39,8	2.939.708	1.475.955	50,2
Fiscal Seguridade	3.706.913	1.475.955	39,8	2.939.708	1.475.955	50,2
Nacional	2.794.692	1.033.692	37,0	2.379.708	1.033.692	43,4
Sul	912.221	442.263	48,5	560.000	442.263	79,0
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério das Comunicações)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	275,0	275,0	100,0	756,0	275,0	36,4
Nacional	275,0	275,0	100,0	756,0	275,0	36,4
Financeiro	759.130	246.130	32,4	784.240	246.130	31,4
Fiscal Seguridade	759.130	246.130	32,4	784.240	246.130	31,4
Nacional	759.130	246.130	32,4	784.240	246.130	31,4
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Cultura)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	375,0	375,0	100,0	546,0	375,0	68,7
Nacional	375,0	375,0	100,0	429,0	375,0	87,4
Sudeste	0,0	0,0	0,0	117,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.032.690	463.866	44,9	532.674	463.866	87,1
Fiscal Seguridade	1.032.690	463.866	44,9	532.674	463.866	87,1
Nacional	825.852	371.592	45,0	439.610	371.592	84,5
Sudeste	206.838	92.274	44,6	93.064	92.274	99,2
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.318,0	1.318,0	100,0	1.340,0	1.318,0	98,4
Nacional	1.318,0	1.318,0	100,0	1.340,0	1.318,0	98,4
Financeiro	2.736.972	1.259.295	46,0	1.522.470	1.259.295	82,7
Fiscal Seguridade	2.736.972	1.259.295	46,0	1.522.470	1.259.295	82,7
Nacional	2.736.972	1.259.295	46,0	1.522.470	1.259.295	82,7
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.198,0	1.198,0	100,0	2.506,0	1.198,0	47,8
Nacional	1.198,0	1.198,0	100,0	2.506,0	1.198,0	47,8
Financeiro	4.004.437	1.736.008	43,4	2.532.877	1.736.008	68,5
Fiscal Seguridade	4.004.437	1.736.008	43,4	2.532.877	1.736.008	68,5
Nacional	4.004.437	1.736.008	43,4	2.532.877	1.736.008	68,5
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.049,0	1.049,0	100,0	1.172,0	1.049,0	89,5
Nacional	1.049,0	1.049,0	100,0	1.172,0	1.049,0	89,5
Financeiro	2.075.996	873.296	42,1	1.285.000	873.296	68,0
Fiscal Seguridade	2.075.996	873.296	42,1	1.285.000	873.296	68,0
Nacional	2.075.996	873.296	42,1	1.285.000	873.296	68,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

731

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	128,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	68,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	60,0	S.R.	0,0
Financeiro	198.493	88.493	44,6	110.000	88.493	80,4
Fiscal Seguridade	198.493	88.493	44,6	110.000	88.493	80,4
Nacional	109.087	49.087	45,0	60.000	49.087	81,8
Centro-oeste	89.406	39.406	44,1	50.000	39.406	78,8
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Defesa)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	107.991,0	107.991,0	100,0	93.275,0	107.991,0	115,8
Nacional	107.991,0	107.991,0	100,0	93.275,0	107.991,0	115,8
Financeiro	164.909.918	77.936.090	47,3	81.670.191	77.936.090	95,4
Fiscal Seguridade	164.909.918	77.936.090	47,3	81.670.191	77.936.090	95,4
Nacional	164.909.918	77.936.090	47,3	81.670.191	77.936.090	95,4
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	782,0	782,0	100,0	990,0	782,0	79,0
Nacional	782,0	782,0	100,0	990,0	782,0	79,0
Financeiro	1.823.483	826.461	45,3	1.039.804	826.461	79,5
Fiscal Seguridade	1.823.483	826.461	45,3	1.039.804	826.461	79,5
Nacional	1.823.483	826.461	45,3	1.039.804	826.461	79,5
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Presidência da República)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	778,0	778,0	100,0	1.573,0	778,0	49,5
Nacional	778,0	778,0	100,0	1.573,0	778,0	49,5
Financeiro	2.931.697	1.243.176	42,4	2.039.521	1.243.176	61,0
Fiscal Seguridade	2.931.697	1.243.176	42,4	2.039.521	1.243.176	61,0
Nacional	2.931.697	1.243.176	42,4	2.039.521	1.243.176	61,0
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.620,0	2.620,0	100,0	5.421,0	2.620,0	48,3
Nacional	2.620,0	2.620,0	100,0	5.421,0	2.620,0	48,3
Financeiro	6.216.808	2.904.064	46,7	3.776.000	2.904.064	76,9
Fiscal Seguridade	6.216.808	2.904.064	46,7	3.776.000	2.904.064	76,9
Nacional	6.216.808	2.904.064	46,7	3.776.000	2.904.064	76,9
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.674,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.674,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.670.427	1.175.590	44,0	1.788.741	1.175.590	65,7
Fiscal Seguridade	2.670.427	1.175.590	44,0	1.788.741	1.175.590	65,7
Nacional	2.670.427	1.175.590	44,0	1.788.741	1.175.590	65,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Fazenda)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		8.284,0	100,0	8.431,0	8.284,0	98,3
Nacional		8.284,0	100,0	8.431,0	8.284,0	98,3
Financeiro		15.568.321	44,5	7.919.200	6.922.433	87,4
Fiscal Seguridade		15.568.321	44,5	7.919.200	6.922.433	87,4
Nacional		15.568.321	44,5	7.919.200	6.922.433	87,4
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Educação)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		260,0	100,0	36.385,0	260,0	0,7
Nacional		260,0	100,0	1.767,0	260,0	14,7
Centro-oeste		0,0	0,0	2.893,0	S.R.	0,0
Nordeste		0,0	0,0	9.355,0	S.R.	0,0
Norte		0,0	0,0	3.855,0	S.R.	0,0
Sudeste		0,0	0,0	12.854,0	S.R.	0,0
Sul		0,0	0,0	5.661,0	S.R.	0,0
Financeiro		62.066.074	41,9	31.251.733	25.975.080	83,1
Fiscal Seguridade		62.066.074	41,9	31.251.733	25.975.080	83,1
Nacional		2.379.120	51,6	1.498.918	1.227.147	81,9
Centro-oeste		5.791.264	41,8	2.963.925	2.422.664	81,7
Nordeste		13.578.313	38,3	6.362.615	5.204.742	81,8
Norte		4.796.024	42,4	2.482.579	2.034.459	81,9
Sudeste		25.091.044	42,8	12.584.496	10.746.826	85,4
Sul		10.430.309	41,6	5.359.200	4.339.242	81,0
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		451,0	100,0	621,0	451,0	72,6
Nacional		451,0	100,0	621,0	451,0	72,6
Financeiro		1.166.946	37,0	654.670	432.146	66,0
Fiscal Seguridade		1.166.946	37,0	654.670	432.146	66,0
Nacional		1.166.946	37,0	654.670	432.146	66,0
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério da Justiça)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		5.504,0	100,0	7.886,0	5.504,0	69,8
Nacional		5.504,0	100,0	7.886,0	5.504,0	69,8
Financeiro		12.263.290	46,4	8.318.335	5.690.310	68,4
Fiscal Seguridade		12.263.290	46,4	8.318.335	5.690.310	68,4
Nacional		12.263.290	46,4	8.318.335	5.690.310	68,4
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		170,0	100,0	710,0	170,0	23,9
Nacional		170,0	100,0	710,0	170,0	23,9
Financeiro		2.097.674	37,4	987.389	784.210	79,4
Fiscal Seguridade		2.097.674	37,4	987.389	784.210	79,4
Nacional		2.097.674	37,4	987.389	784.210	79,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.736,0	100,0	2.578,0	1.736,0	67,3
Nacional		1.736,0	100,0	2.578,0	1.736,0	67,3
Financeiro		2.978.423	39,3	1.598.054	1.169.337	73,2
Fiscal Seguridade		2.978.423	39,3	1.598.054	1.169.337	73,2
Nacional		2.978.423	39,3	1.598.054	1.169.337	73,2
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Presidência da República)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		3.219,0	100,0	3.780,0	3.219,0	85,2
Nacional		3.219,0	100,0	3.780,0	3.219,0	85,2
Financeiro		6.082.900	41,7	3.309.145	2.534.974	76,6
Fiscal Seguridade		6.082.900	41,7	3.309.145	2.534.974	76,6
Nacional		6.082.900	41,7	3.309.145	2.534.974	76,6
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		9.190,0	100,0	10.303,0	9.190,0	89,2
Nacional		9.190,0	100,0	10.303,0	9.190,0	89,2
Financeiro		15.044.104	45,9	6.914.400	6.909.910	99,9
Fiscal Seguridade		15.044.104	45,9	6.914.400	6.909.910	99,9
Nacional		15.044.104	45,9	6.914.400	6.909.910	99,9
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		0,0	0,0	5.567,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	5.567,0	S.R.	0,0
Financeiro		13.697.664	44,9	6.575.903	6.144.983	93,4
Fiscal Seguridade		13.697.664	44,9	6.575.903	6.144.983	93,4
Nacional		13.697.664	44,9	6.575.903	6.144.983	93,4
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Fazenda)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		13.808,0	100,0	13.660,0	13.808,0	101,1
Nacional		13.808,0	100,0	13.660,0	13.808,0	101,1
Financeiro		19.105.364	47,6	9.257.700	9.101.821	98,3
Fiscal Seguridade		19.105.364	47,6	9.257.700	9.101.821	98,3
Nacional		19.105.364	47,6	9.257.700	9.101.821	98,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Educação)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.162,0	100,0	99.486,0	1.162,0	1,2
Nacional		1.162,0	100,0	4.792,0	1.162,0	24,2
Centro-oeste		0,0	0,0	8.187,0	S.R.	0,0
Nordeste		0,0	0,0	22.852,0	S.R.	0,0
Norte		0,0	0,0	8.870,0	S.R.	0,0
Sudeste		0,0	0,0	39.377,0	S.R.	0,0
Sul		0,0	0,0	15.408,0	S.R.	0,0
Financeiro		111.749.781	51,7	65.359.746	57.829.455	88,5
Fiscal Seguridade		111.749.781	51,7	65.359.746	57.829.455	88,5
Nacional		5.117.507	48,1	2.684.309	2.459.451	91,6
Centro-oeste		8.342.103	51,0	4.449.605	4.250.733	95,5
Nordeste		21.158.318	49,4	11.029.076	10.450.403	94,8
Norte		10.182.791	50,1	5.366.120	5.100.246	95,0
Sudeste		50.758.876	52,8	32.589.180	26.817.440	82,3
Sul		16.190.186	54,1	9.241.456	8.751.182	94,7
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.223,0	100,0	1.022,0	1.223,0	119,7
Nacional		1.223,0	100,0	1.022,0	1.223,0	119,7
Financeiro		2.681.053	41,8	1.302.358	1.119.373	85,9
Fiscal Seguridade		2.681.053	41,8	1.302.358	1.119.373	85,9
Nacional		2.681.053	41,8	1.302.358	1.119.373	85,9
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Justiça)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		12.671,0	100,0	11.198,0	12.671,0	113,2
Nacional		12.671,0	100,0	11.198,0	12.671,0	113,2
Financeiro		18.279.238	43,3	8.344.313	7.909.420	94,8
Fiscal Seguridade		18.279.238	43,3	8.344.313	7.909.420	94,8
Nacional		18.279.238	43,3	8.344.313	7.909.420	94,8
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		572,0	100,0	2.185,0	572,0	26,2
Nacional		572,0	100,0	2.185,0	572,0	26,2
Financeiro		3.596.749	43,2	1.840.161	1.555.186	84,5
Fiscal Seguridade		3.596.749	43,2	1.840.161	1.555.186	84,5
Nacional		3.596.749	43,2	1.840.161	1.555.186	84,5
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		26.745,0	100,0	23.275,0	26.745,0	114,9
Nacional		26.745,0	100,0	23.275,0	26.745,0	114,9
Financeiro		33.389.517	55,9	18.712.586	18.666.517	99,8
Fiscal Seguridade		33.389.517	55,9	18.712.586	18.666.517	99,8
Nacional		33.389.517	55,9	18.712.586	18.666.517	99,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.028,0	100,0	1.001,0	1.028,0	102,7
Nacional		1.028,0	100,0	1.001,0	1.028,0	102,7
Financeiro		1.490.166	50,0	744.583	744.583	100,0
Fiscal Seguridade		1.490.166	50,0	744.583	744.583	100,0
Nacional		1.490.166	50,0	744.583	744.583	100,0
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Saúde)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		21.315,0	100,0	71.196,0	21.315,0	29,9
Nacional		21.315,0	100,0	71.196,0	21.315,0	29,9
Financeiro		106.310.847	47,0	52.748.492	49.939.847	94,7
Fiscal Seguridade		106.310.847	47,0	52.748.492	49.939.847	94,7
Nacional		106.310.847	47,0	52.748.492	49.939.847	94,7
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		5.749,0	100,0	3.981,0	5.749,0	144,4
Nacional		5.749,0	100,0	3.981,0	5.749,0	144,4
Financeiro		5.551.626	51,2	2.870.732	2.843.842	99,1
Fiscal Seguridade		5.551.626	51,2	2.870.732	2.843.842	99,1
Nacional		5.551.626	51,2	2.870.732	2.843.842	99,1
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério dos Transportes)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.638,0	100,0	7.420,0	1.638,0	22,1
Nacional		1.638,0	100,0	6.752,0	1.638,0	24,3
Sul		0,0	0,0	668,0	S.R.	0,0
Financeiro		9.249.363	34,3	5.468.744	3.173.717	58,0
Fiscal Seguridade		9.249.363	34,3	5.468.744	3.173.717	58,0
Nacional		8.852.552	33,9	5.290.744	3.003.116	56,8
Sul		396.811	43,0	178.000	170.601	95,8
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério das Comunicações)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		883,0	100,0	2.370,0	883,0	37,3
Nacional		883,0	100,0	2.370,0	883,0	37,3
Financeiro		1.928.184	40,4	1.537.460	779.184	50,7
Fiscal Seguridade		1.928.184	40,4	1.537.460	779.184	50,7
Nacional		1.928.184	40,4	1.537.460	779.184	50,7



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Cultura)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.918,0	1.918,0	100,0	2.042,0	1.918,0	93,9
Nacional	1.918,0	1.918,0	100,0	1.606,0	1.918,0	119,4
Sudeste	0,0	0,0	0,0	436,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.713.146	2.327.276	49,4	2.366.188	2.327.276	98,4
Fiscal Seguridade	4.713.146	2.327.276	49,4	2.366.188	2.327.276	98,4
Nacional	3.675.536	1.816.016	49,4	1.851.508	1.816.016	98,1
Sudeste	1.037.610	511.260	49,3	514.680	511.260	99,3
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.551,0	2.551,0	100,0	6.637,0	2.551,0	38,4
Nacional	2.551,0	2.551,0	100,0	6.627,0	2.551,0	38,5
Norte	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.496.938	1.445.578	41,3	2.139.592	1.445.578	67,6
Fiscal Seguridade	3.496.938	1.445.578	41,3	2.139.592	1.445.578	67,6
Nacional	3.492.623	1.443.723	41,3	2.137.124	1.443.723	67,6
Norte	4.315	1.855	43,0	2.468	1.855	75,2
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.170,0	5.170,0	100,0	7.019,0	5.170,0	73,7
Nacional	5.170,0	5.170,0	100,0	7.019,0	5.170,0	73,7
Financeiro	12.941.145	5.254.876	40,6	6.817.117	5.254.876	77,1
Fiscal Seguridade	12.941.145	5.254.876	40,6	6.817.117	5.254.876	77,1
Nacional	12.941.145	5.254.876	40,6	6.817.117	5.254.876	77,1
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	490,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	210,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	280,0	S.R.	0,0
Financeiro	468.325	223.663	47,8	230.000	223.663	97,2
Fiscal Seguridade	468.325	223.663	47,8	230.000	223.663	97,2
Nacional	281.017	128.557	45,7	130.000	128.557	98,9
Centro-oeste	187.308	95.106	50,8	100.000	95.106	95,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (Ministério da Defesa)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		137.149,0	100,0	160.766,0	137.149,0	85,3
Nacional		137.149,0	100,0	160.766,0	137.149,0	85,3
Financeiro		241.534.794	46,5	116.352.636	112.249.482	96,5
Fiscal Seguridade		241.534.794	46,5	116.352.636	112.249.482	96,5
Nacional		241.534.794	46,5	116.352.636	112.249.482	96,5
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Presidência da República)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		3.816,0	100,0	5.416,0	3.816,0	70,5
Nacional		3.816,0	100,0	5.416,0	3.816,0	70,5
Financeiro		17.342.940	39,7	7.809.861	6.889.220	88,2
Fiscal Seguridade		17.342.940	39,7	7.809.861	6.889.220	88,2
Nacional		17.342.940	39,7	7.809.861	6.889.220	88,2
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		23.517,0	100,0	24.461,0	23.517,0	96,1
Nacional		23.517,0	100,0	24.461,0	23.517,0	96,1
Financeiro		76.481.701	51,0	40.131.210	39.042.900	97,3
Fiscal Seguridade		76.481.701	51,0	40.131.210	39.042.900	97,3
Nacional		76.481.701	51,0	40.131.210	39.042.900	97,3
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		0,0	0,0	9.293,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	9.293,0	S.R.	0,0
Financeiro		21.130.879	47,6	10.801.246	10.065.649	93,2
Fiscal Seguridade		21.130.879	47,6	10.801.246	10.065.649	93,2
Nacional		21.130.879	47,6	10.801.246	10.065.649	93,2
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Fazenda)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		40.099,0	100,0	39.461,0	40.099,0	101,6
Nacional		40.099,0	100,0	39.461,0	40.099,0	101,6
Financeiro		110.237.623	50,0	55.310.000	55.136.159	99,7
Fiscal Seguridade		110.237.623	50,0	55.310.000	55.136.159	99,7
Nacional		110.237.623	50,0	55.310.000	55.136.159	99,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Educação)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.776,0	2.776,0	100,0	160.173,0	2.776,0	1,7
Nacional	2.776,0	2.776,0	100,0	9.393,0	2.776,0	29,6
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	14.149,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	37.439,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	12.384,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	60.220,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	26.588,0	S.R.	0,0
Financeiro	318.298.445	155.072.330	48,7	156.997.420	155.072.330	98,8
Fiscal Seguridade	318.298.445	155.072.330	48,7	156.997.420	155.072.330	98,8
Nacional	17.832.543	9.469.869	53,1	9.534.846	9.469.869	99,3
Centro-oeste	25.232.755	13.799.847	54,7	14.011.142	13.799.847	98,5
Nordeste	75.950.147	34.755.829	45,8	35.188.560	34.755.829	98,8
Norte	22.804.027	11.171.600	49,0	11.347.976	11.171.600	98,4
Sudeste	126.489.085	61.468.348	48,6	62.355.525	61.468.348	98,6
Sul	49.989.888	24.406.837	48,8	24.559.371	24.406.837	99,4
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.547,0	2.547,0	100,0	2.859,0	2.547,0	89,1
Nacional	2.547,0	2.547,0	100,0	2.859,0	2.547,0	89,1
Financeiro	6.125.072	2.709.832	44,2	3.094.693	2.709.832	87,6
Fiscal Seguridade	6.125.072	2.709.832	44,2	3.094.693	2.709.832	87,6
Nacional	6.125.072	2.709.832	44,2	3.094.693	2.709.832	87,6
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Justiça)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	19.822,0	19.822,0	100,0	22.937,0	19.822,0	86,4
Nacional	19.822,0	19.822,0	100,0	22.937,0	19.822,0	86,4
Financeiro	46.901.671	21.491.982	45,8	24.698.206	21.491.982	87,0
Fiscal Seguridade	46.901.671	21.491.982	45,8	24.698.206	21.491.982	87,0
Nacional	46.901.671	21.491.982	45,8	24.698.206	21.491.982	87,0
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.206,0	1.206,0	100,0	3.919,0	1.206,0	30,8
Nacional	1.206,0	1.206,0	100,0	3.919,0	1.206,0	30,8
Financeiro	13.382.635	5.328.316	39,8	6.300.500	5.328.316	84,6
Fiscal Seguridade	13.382.635	5.328.316	39,8	6.300.500	5.328.316	84,6
Nacional	13.382.635	5.328.316	39,8	6.300.500	5.328.316	84,6
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	39.912,0	39.912,0	100,0	39.493,0	39.912,0	101,1
Nacional	39.912,0	39.912,0	100,0	39.493,0	39.912,0	101,1
Financeiro	74.704.882	39.933.882	53,5	39.950.576	39.933.882	100,0
Fiscal Seguridade	74.704.882	39.933.882	53,5	39.950.576	39.933.882	100,0
Nacional	74.704.882	39.933.882	53,5	39.950.576	39.933.882	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.652,0	100,0	1.630,0	1.652,0	101,3
Nacional		1.652,0	100,0	1.630,0	1.652,0	101,3
Financeiro		3.863.572	49,9	1.936.440	1.927.968	99,6
Fiscal Seguridade		3.863.572	49,9	1.936.440	1.927.968	99,6
Nacional		3.863.572	49,9	1.936.440	1.927.968	99,6
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Saúde)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		37.756,0	100,0	111.576,0	37.756,0	33,8
Nacional		37.756,0	100,0	111.576,0	37.756,0	33,8
Financeiro		197.784.352	49,5	101.865.000	97.857.352	96,1
Fiscal Seguridade		197.784.352	49,5	101.865.000	97.857.352	96,1
Nacional		197.784.352	49,5	101.865.000	97.857.352	96,1
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		12.439,0	100,0	6.508,0	12.439,0	191,1
Nacional		12.439,0	100,0	6.508,0	12.439,0	191,1
Financeiro		15.633.992	50,6	7.932.208	7.912.530	99,8
Fiscal Seguridade		15.633.992	50,6	7.932.208	7.912.530	99,8
Nacional		15.633.992	50,6	7.932.208	7.912.530	99,8
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério dos Transportes)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		2.190,0	100,0	11.712,0	2.190,0	18,7
Nacional		2.190,0	100,0	10.656,0	2.190,0	20,6
Sul		0,0	0,0	1.056,0	S.R.	0,0
Financeiro		31.969.028	52,8	21.371.966	16.880.716	79,0
Fiscal Seguridade		31.969.028	52,8	21.371.966	16.880.716	79,0
Nacional		24.724.028	54,0	17.841.966	13.350.716	74,8
Sul		7.245.000	48,7	3.530.000	3.530.000	100,0
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério das Comunicações)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.641,0	100,0	2.430,0	1.641,0	67,5
Nacional		1.641,0	100,0	2.430,0	1.641,0	67,5
Financeiro		5.563.737	32,1	2.742.060	1.788.737	65,2
Fiscal Seguridade		5.563.737	32,1	2.742.060	1.788.737	65,2
Nacional		5.563.737	32,1	2.742.060	1.788.737	65,2

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Cultura)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		1.988,0	100,0	2.373,0	1.988,0	83,8
Nacional		1.988,0	100,0	1.861,0	1.988,0	106,8
Sudeste		0,0	0,0	512,0	S.R.	0,0
Financeiro		5.624.093	49,5	2.852.774	2.783.805	97,6
Fiscal Seguridade		5.624.093	49,5	2.852.774	2.783.805	97,6
Nacional		4.429.191	49,5	2.254.774	2.192.543	97,2
Sudeste		1.194.902	49,5	598.000	591.262	98,9
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		6.413,0	100,0	7.098,0	6.413,0	90,3
Nacional		6.413,0	100,0	7.075,0	6.413,0	90,6
Norte		0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro		12.226.397	54,0	6.630.041	6.599.508	99,5
Fiscal Seguridade		12.226.397	54,0	6.630.041	6.599.508	99,5
Nacional		12.123.401	54,0	6.581.855	6.551.931	99,5
Norte		102.996	46,2	48.186	47.577	98,7
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		10.401,0	100,0	13.569,0	10.401,0	76,7
Nacional		10.401,0	100,0	13.569,0	10.401,0	76,7
Financeiro		29.928.809	45,6	14.123.578	13.635.501	96,5
Fiscal Seguridade		29.928.809	45,6	14.123.578	13.635.501	96,5
Nacional		29.928.809	45,6	14.123.578	13.635.501	96,5
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico		0,0	0,0	435,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	240,0	S.R.	0,0
Centro-oeste		0,0	0,0	195,0	S.R.	0,0
Financeiro		926.269	45,2	465.000	418.427	90,0
Fiscal Seguridade		926.269	45,2	465.000	418.427	90,0
Nacional		493.550	45,7	250.000	225.488	90,2
Centro-oeste		432.719	44,6	215.000	192.939	89,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)	
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO							
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos							
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Defesa)					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		29.894,0	29.894,0	100,0	24.387,0	29.894,0	122,6
Nacional		29.894,0	29.894,0	100,0	24.387,0	29.894,0	122,6
Financeiro		56.686.567	26.616.641	47,0	29.095.124	26.616.641	91,5
Fiscal Seguridade		56.686.567	26.616.641	47,0	29.095.124	26.616.641	91,5
Nacional		56.686.567	26.616.641	47,0	29.095.124	26.616.641	91,5
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (Ministério da Integração Nacional)					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		4.005,0	4.005,0	100,0	4.278,0	4.005,0	93,6
Nacional		4.005,0	4.005,0	100,0	4.278,0	4.005,0	93,6
Financeiro		12.223.752	5.401.806	44,2	6.233.761	5.401.806	86,7
Fiscal Seguridade		12.223.752	5.401.806	44,2	6.233.761	5.401.806	86,7
Nacional		12.223.752	5.401.806	44,2	6.233.761	5.401.806	86,7
(A)	2078	Vale-transporte ao Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios (TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	10.360,0	S.R.	0,0
Norte		0,0	0,0	0,0	10.360,0	S.R.	0,0
Financeiro		9.641.112	4.733.934	49,1	4.867.187	4.733.934	97,3
Fiscal Seguridade		9.641.112	4.733.934	49,1	4.867.187	4.733.934	97,3
Norte		9.641.112	4.733.934	49,1	4.867.187	4.733.934	97,3
(A)	2079	Auxílio Refeição ao Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios (TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	22.061,0	S.R.	0,0
Norte		0,0	0,0	0,0	22.061,0	S.R.	0,0
Financeiro		43.120.679	21.106.154	48,9	22.025.019	21.106.154	95,8
Fiscal Seguridade		43.120.679	21.106.154	48,9	22.025.019	21.106.154	95,8
Norte		43.120.679	21.106.154	48,9	22.025.019	21.106.154	95,8
(A)	2267	Assistência Médica do Serviço Exterior (Ministério das Relações Exteriores)					
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		0,0	0,0	0,0	8.219,0	S.R.	0,0
Nacional		0,0	0,0	0,0	8.219,0	S.R.	0,0
Financeiro		100.614.882	57.054.882	56,7	47.279.210	57.054.882	120,7
Fiscal Seguridade		100.614.882	57.054.882	56,7	47.279.210	57.054.882	120,7
Nacional		100.614.882	57.054.882	56,7	47.279.210	57.054.882	120,7
(A)	2655	Profissionalização dos Técnicos e Gerentes de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC					
Produto: GERENTES E TECNICOS ESPECIALIZADOS/TITULADOS			Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico		730,0	730,0	100,0	900,0	730,0	81,1
Nacional		730,0	730,0	100,0	900,0	730,0	81,1
Financeiro		1.325.800	103.800	7,8	1.222.000	103.800	8,5
Fiscal Seguridade		1.325.800	103.800	7,8	1.222.000	103.800	8,5
Nacional		1.325.800	103.800	7,8	1.222.000	103.800	8,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	2833	Auxílio-Creche aos Extintos Estados e Territórios				
(TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4.508,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	4.508,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.721.628	2.761.132	48,3	2.794.968	2.761.132	98,8
Fiscal Seguridade	5.721.628	2.761.132	48,3	2.794.968	2.761.132	98,8
Norte	5.721.628	2.761.132	48,3	2.794.968	2.761.132	98,8
(P)	3186	Edição e Distribuição de Informações Gerenciais sobre Gestão de Recursos Humanos				
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	34.020,0	34.020,0	100,0	9.600,0	9.600,0	100,0
Nacional	34.020,0	34.020,0	100,0	9.600,0	9.600,0	100,0
Financeiro	228.181	98.181	43,0	130.000	43.120	33,2
Fiscal Seguridade	228.181	98.181	43,0	130.000	43.120	33,2
Nacional	228.181	98.181	43,0	130.000	43.120	33,2
(P)	3535	Concessão de Bolsas no Âmbito dos Cursos de Formação para Gestores Governamentais e Analistas de Planejamento e Orçamento				
Produto: BOLSA CONCEDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	418,0	418,0	100,0	150,0	119,0	79,3
Nacional	418,0	418,0	100,0	150,0	119,0	79,3
Financeiro	1.065.332	1.065.332	100,0	1.090.000	314.976	28,9
Fiscal Seguridade	1.065.332	1.065.332	100,0	1.090.000	314.976	28,9
Nacional	1.065.332	1.065.332	100,0	1.090.000	314.976	28,9
(P)	3540	ESTUDOS PARA A FLEXIBILIDADE DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA E DA RESPONSABILIDADE DE DIRIGENTES				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	978.000	978.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	978.000	978.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	978.000	978.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3542	Formação Básica para Servidores Públicos Federais - FORMAR				
Produto: SERVIDOR FORMADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7.940,0	7.940,0	100,0	55.000,0	4.150,0	7,5
Nacional	7.940,0	7.940,0	100,0	55.000,0	4.150,0	7,5
Financeiro	175.812	98.812	56,2	77.000	15.460	20,1
Fiscal Seguridade	175.812	98.812	56,2	77.000	15.460	20,1
Nacional	175.812	98.812	56,2	77.000	15.460	20,1
(A)	4064	Auditoria na Área de Recursos Humanos				
Produto: ORGAO AUDITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	218,0	218,0	100,0	25,0	117,0	468,0
Nacional	218,0	218,0	100,0	25,0	117,0	468,0
Financeiro	406.550	306.550	75,4	100.000	100.000	100,0
Fiscal Seguridade	406.550	306.550	75,4	100.000	100.000	100,0
Nacional	406.550	306.550	75,4	100.000	100.000	100,0
(A)	4073	Sistema de Informações Gerenciais de Recursos Humanos				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	6.639.361	5.554.277	83,7	1.418.000	1.418.000	100,0
Fiscal Seguridade	6.639.361	5.554.277	83,7	1.418.000	1.418.000	100,0
Nacional	6.639.361	5.554.277	83,7	1.418.000	1.418.000	100,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		743	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	4076 Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE					
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	122.975.218	94.582.242	76,9	62.851.006	61.811.365	98,3
Fiscal Seguridade	122.975.218	94.582.242	76,9	62.851.006	61.811.365	98,3
Nacional	122.975.218	94.582.242	76,9	62.851.006	61.811.365	98,3
(A)	4080 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PESSOAL - SIPE					
	Produto: Sistema mantido			Unidade de Medida: unidade		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.545.895	4.545.895	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.545.895	4.545.895	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.545.895	4.545.895	100,0	0	0	0,0
(A)	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Presidência da República)					
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6.503,0	6.503,0	100,0	9.928,0	1.398,0	14,1
Nacional	4.896,0	4.896,0	100,0	9.928,0	1.398,0	14,1
Centro-oeste	1.607,0	1.607,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.008.886	4.412.023	55,1	5.672.500	1.820.533	32,1
Fiscal Seguridade	8.008.886	4.412.023	55,1	5.672.500	1.820.533	32,1
Nacional	7.757.341	4.160.478	53,6	5.672.500	1.820.533	32,1
Centro-oeste	251.545	251.545	100,0	0	0	0,0
(A)	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)					
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6.437,0	6.437,0	100,0	3.634,0	3.148,0	86,6
Nacional	6.437,0	6.437,0	100,0	3.634,0	3.148,0	86,6
Financeiro	8.060.777	5.770.777	71,6	2.379.096	1.734.051	72,9
Fiscal Seguridade	8.060.777	5.770.777	71,6	2.379.096	1.734.051	72,9
Nacional	8.060.777	5.770.777	71,6	2.379.096	1.734.051	72,9
(A)	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Ciência e Tecnologia)					
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	7.320,0	7.320,0	100,0	7.427,0	S.R.	0,0
Nacional	7.320,0	7.320,0	100,0	7.427,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.603.847	3.397.067	60,6	1.933.095	1.266.642	65,5
Fiscal Seguridade	5.603.847	3.397.067	60,6	1.933.095	1.266.642	65,5
Nacional	5.603.847	3.397.067	60,6	1.933.095	1.266.642	65,5
(A)	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Fazenda)					
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	38.408,0	38.408,0	100,0	16.989,0	26.108,0	153,7
Nacional	38.408,0	38.408,0	100,0	16.989,0	26.108,0	153,7
Financeiro	24.705.719	19.006.284	76,9	8.917.534	6.325.600	70,9
Fiscal Seguridade	24.705.719	19.006.284	76,9	8.917.534	6.325.600	70,9
Nacional	24.705.719	19.006.284	76,9	8.917.534	6.325.600	70,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Educação)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.217,0	3.217,0	100,0	14.259,0	747,0	5,2
Nacional	3.144,0	3.144,0	100,0	6.501,0	747,0	11,5
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	2.360,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	837,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	42,0	S.R.	0,0
Sudeste	73,0	73,0	100,0	4.519,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.267.408	6.496.775	63,3	4.466.996	2.776.954	62,2
Fiscal Seguridade	10.267.408	6.496.775	63,3	4.466.996	2.776.954	62,2
Nacional	2.642.565	1.294.571	49,0	1.590.583	1.183.974	74,4
Centro-oeste	1.759.704	1.199.704	68,2	330.000	216.418	65,6
Nordeste	3.924.065	3.308.952	84,3	1.701.375	840.224	49,4
Norte	745.337	5.257	0,7	23.038	5.257	22,8
Sudeste	1.130.737	688.291	60,9	822.000	531.081	64,6
Sul	65.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.822,0	3.822,0	100,0	2.568,0	1.440,0	56,1
Nacional	3.337,0	3.337,0	100,0	2.568,0	1.440,0	56,1
Centro-oeste	485,0	485,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.604.313	8.934.089	77,0	3.195.400	2.295.730	71,8
Fiscal Seguridade	11.604.313	8.934.089	77,0	3.195.400	2.295.730	71,8
Nacional	9.171.380	6.501.156	70,9	3.195.400	2.295.730	71,8
Centro-oeste	752.385	752.385	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.680.548	1.680.548	100,0	0	0	0,0
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Justiça)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.221,0	2.221,0	100,0	1.907,0	313,0	16,4
Nacional	2.221,0	2.221,0	100,0	1.907,0	313,0	16,4
Financeiro	3.468.777	2.218.777	64,0	1.001.390	625.054	62,4
Fiscal Seguridade	3.468.777	2.218.777	64,0	1.001.390	625.054	62,4
Nacional	2.871.339	1.621.339	56,5	1.001.390	625.054	62,4
Centro-oeste	597.438	597.438	100,0	0	0	0,0
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.070,0	5.070,0	100,0	2.000,0	2.018,0	100,9
Nacional	5.070,0	5.070,0	100,0	2.000,0	2.018,0	100,9
Financeiro	17.384.626	11.165.836	64,2	7.035.178	4.425.451	62,9
Fiscal Seguridade	17.384.626	11.165.836	64,2	7.035.178	4.425.451	62,9
Nacional	17.384.626	11.165.836	64,2	7.035.178	4.425.451	62,9

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	23.846,0	23.846,0	100,0	8.622,0	22.948,0	266,2
Nacional	23.846,0	23.846,0	100,0	8.622,0	22.948,0	266,2
Financeiro	31.964.044	17.344.229	54,3	5.027.696	4.698.835	93,5
Fiscal Seguridade	31.964.044	17.344.229	54,3	5.027.696	4.698.835	93,5
Nacional	31.964.044	17.344.229	54,3	5.027.696	4.698.835	93,5
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	23,0	23,0	100,0	900,0	23,0	2,6
Nacional	23,0	23,0	100,0	900,0	23,0	2,6
Financeiro	1.124.287	624.287	55,5	461.000	458.433	99,4
Fiscal Seguridade	1.124.287	624.287	55,5	461.000	458.433	99,4
Nacional	1.124.287	624.287	55,5	461.000	458.433	99,4
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Saúde)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	39.741,0	39.741,0	100,0	36.304,0	6.977,0	19,2
Nacional	39.741,0	39.741,0	100,0	36.304,0	6.977,0	19,2
Financeiro	43.847.034	29.432.034	67,1	12.983.000	10.256.441	79,0
Fiscal Seguridade	43.847.034	29.432.034	67,1	12.983.000	10.256.441	79,0
Nacional	43.847.034	29.432.034	67,1	12.983.000	10.256.441	79,0
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.766,0	4.766,0	100,0	7.640,0	2.139,0	28,0
Nacional	4.766,0	4.766,0	100,0	7.640,0	2.139,0	28,0
Financeiro	4.538.898	3.338.898	73,6	1.669.393	1.331.699	79,8
Fiscal Seguridade	4.538.898	3.338.898	73,6	1.669.393	1.331.699	79,8
Nacional	4.538.898	3.338.898	73,6	1.669.393	1.331.699	79,8
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério dos Transportes)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	835,0	835,0	100,0	2.685,0	278,0	10,4
Nacional	835,0	835,0	100,0	2.685,0	278,0	10,4
Financeiro	5.861.466	1.738.466	29,7	5.570.562	519.014	9,3
Fiscal Seguridade	5.861.466	1.738.466	29,7	5.570.562	519.014	9,3
Nacional	5.861.466	1.738.466	29,7	5.570.562	519.014	9,3
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério das Comunicações)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.905,0	1.905,0	100,0	2.495,0	1.905,0	76,4
Nacional	1.905,0	1.905,0	100,0	2.495,0	1.905,0	76,4
Financeiro	28.352.247	17.217.447	60,7	11.134.800	7.937.498	71,3
Fiscal Seguridade	28.352.247	17.217.447	60,7	11.134.800	7.937.498	71,3
Nacional	28.352.247	17.217.447	60,7	11.134.800	7.937.498	71,3

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Cultura)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	854,0	854,0	100,0	1.008,0	42,0	4,2
Nacional	854,0	854,0	100,0	570,0	42,0	7,4
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	300,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	138,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.352.849	792.849	58,6	450.000	319.189	70,9
Fiscal Seguridade	1.352.849	792.849	58,6	450.000	319.189	70,9
Nacional	620.595	425.595	68,6	250.000	202.294	80,9
Centro-oeste	369.336	189.336	51,3	90.000	54.398	60,4
Sudeste	362.918	177.918	49,0	110.000	62.497	56,8
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9.921,0	9.921,0	100,0	5.550,0	3.996,0	72,0
Nacional	9.921,0	9.921,0	100,0	5.550,0	3.996,0	72,0
Financeiro	6.416.104	4.997.144	77,9	4.336.546	2.982.960	68,8
Fiscal Seguridade	6.416.104	4.997.144	77,9	4.336.546	2.982.960	68,8
Nacional	6.416.104	4.997.144	77,9	4.336.546	2.982.960	68,8
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.699,0	5.699,0	100,0	4.751,0	1.869,0	39,3
Nacional	5.699,0	5.699,0	100,0	4.751,0	1.869,0	39,3
Financeiro	6.961.636	4.429.054	63,6	2.550.724	1.100.945	43,2
Fiscal Seguridade	6.961.636	4.429.054	63,6	2.550.724	1.100.945	43,2
Nacional	4.491.133	1.958.551	43,6	2.550.724	1.100.945	43,2
Centro-oeste	2.470.503	2.470.503	100,0	0	0	0,0
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.940,0	3.940,0	100,0	4.900,0	1.870,0	38,2
Nacional	3.940,0	3.940,0	100,0	4.900,0	1.870,0	38,2
Financeiro	7.937.208	5.357.208	67,5	2.580.000	2.357.883	91,4
Fiscal Seguridade	7.937.208	5.357.208	67,5	2.580.000	2.357.883	91,4
Nacional	7.937.208	5.357.208	67,5	2.580.000	2.357.883	91,4
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	502,0	502,0	100,0	85,0	132,0	155,3
Nacional	502,0	502,0	100,0	85,0	132,0	155,3
Financeiro	808.980	552.980	68,4	255.716	169.115	66,1
Fiscal Seguridade	808.980	552.980	68,4	255.716	169.115	66,1
Nacional	808.980	552.980	68,4	255.716	169.115	66,1

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos						
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Defesa)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.058,0	1.058,0	100,0	1.689,0	25,0	1,5
Nacional	1.058,0	1.058,0	100,0	1.689,0	25,0	1,5
Financeiro	798.132	597.706	74,9	268.321	236.518	88,1
Fiscal Seguridade	798.132	597.706	74,9	268.321	236.518	88,1
Nacional	798.132	597.706	74,9	268.321	236.518	88,1
(A)	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.600,0	2.600,0	100,0	3.212,0	936,0	29,1
Nacional	2.600,0	2.600,0	100,0	2.794,0	936,0	33,5
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	418,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.002.750	1.682.750	56,0	1.402.562	564.731	40,3
Fiscal Seguridade	3.002.750	1.682.750	56,0	1.402.562	564.731	40,3
Nacional	2.769.174	1.649.174	59,6	1.202.562	531.155	44,2
Centro-oeste	233.576	33.576	14,4	200.000	33.576	16,8
(A)	6011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes dos Extintos Estados e Territórios (TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	94.157,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	94.157,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.411.185	2.811.185	63,7	19.488.826	2.811.185	14,4
Fiscal Seguridade	4.411.185	2.811.185	63,7	19.488.826	2.811.185	14,4
Norte	4.411.185	2.811.185	63,7	19.488.826	2.811.185	14,4
(OA)	9449	CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS				
Produto: norma consolidada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.930,0	930,0	18,9	1.000,0	930,0	93,0
Nacional	4.930,0	930,0	18,9	1.000,0	930,0	93,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9450	APERFEIÇOAMENTO DO CADASTRO DE PESSOAL CIVIL DA UNIÃO				
Produto: cadastro aperfeiçoado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9451	ESTUDO PARA ESTABELECEER ESTRATÉGIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	1,0	50,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	1,0	50,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9452	REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS PARA A INCORPORAÇÃO DA POLIVALÊNCIA				
Produto: carreira reestruturada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9453	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO VINCULADOS A RESULTADOS				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	102,0	102,0	100,0	25,0	17,0	68,0
Nacional	102,0	102,0	100,0	25,0	17,0	68,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

748

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
Financ. Total Programa	4.088.239.594	1.876.181.594	45,9	1.904.954.149	1.733.075.510	91,0
Fiscal Seguridade	4.088.239.594	1.876.181.594	54,1	1.904.954.149	1.733.075.510	91,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(OE) 0554	Ressarcimento a Empregadores não Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978					
Produto: EMPRESA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	948.082	940.082	99,2	8.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	948.082	940.082	99,2	8.000	0	0,0
Nacional	948.082	940.082	99,2	8.000	0	0,0
(OE) 0581	Pagamento do Benefício Abono Salarial					
Produto: TRABALHADOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17.959.489,0	17.959.489,0	100,0	5.185.016,0	6.471.731,0	124,8
Nacional	17.959.489,0	17.959.489,0	100,0	5.185.016,0	6.471.731,0	124,8
Financeiro	4.074.381.569	2.876.584.588	70,6	1.300.488.278	1.300.116.048	100,0
Fiscal Seguridade	4.074.381.569	2.876.584.588	70,6	1.300.488.278	1.300.116.048	100,0
Nacional	4.074.381.569	2.876.584.588	70,6	1.300.488.278	1.300.116.048	100,0
(P) 1452	Campanha para Divulgação do Calendário do Abono Salarial					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.259.718	1.259.718	100,0	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.259.718	1.259.718	100,0	3.000.000	0	0,0
Nacional	1.259.718	1.259.718	100,0	3.000.000	0	0,0
(P) 1906	Campanha para Conscientização da Importância da Declaração da Relação Anual de Informações Sociais					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.876.168	5.676.168	96,6	3.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.876.168	5.676.168	96,6	3.500.000	0	0,0
Nacional	5.876.168	5.676.168	96,6	3.500.000	0	0,0
(P) 1908	Campanha de Divulgação sobre Alimentação do Trabalhador					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,3	3,3	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,3	3,3	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	652.806	452.806	69,4	600.000	397.659	66,3
Fiscal Seguridade	652.806	452.806	69,4	600.000	397.659	66,3
Nacional	652.806	452.806	69,4	600.000	397.659	66,3
(P) 1916	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR					
Produto: exemplar distribuído			Unidade de Medida: unidade			
Físico	30.000,0	30.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30.000,0	30.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1917	Promoção de Eventos Educativos sobre Alimentação do Trabalhador					
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	7,0	7,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	7,0	7,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	73.350	8.350	11,4	61.923	0	0,0
Fiscal Seguridade	73.350	8.350	11,4	61.923	0	0,0
Nacional	73.350	8.350	11,4	61.923	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Presidência da República)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.036,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.036,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		8.937.916	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		8.937.916	100,0	0	0	0,0
Nacional		8.937.916	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico		33,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		33,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		82.980.039	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		82.980.039	100,0	0	0	0,0
Nacional		82.980.039	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico		2.192,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		2.192,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		27.824.535	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		27.824.535	100,0	0	0	0,0
Nacional		27.824.535	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Fazenda)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico		27.748,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		27.748,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		77.288.600	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		77.288.600	100,0	0	0	0,0
Nacional		77.288.600	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Educação)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.302,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.302,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		10.747.447	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		10.747.447	100,0	0	0	0,0
Nacional		6.625.786	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		1.371.454	100,0	0	0	0,0
Nordeste		1.062.567	100,0	0	0	0,0
Norte		132.175	100,0	0	0	0,0
Sudeste		1.291.245	100,0	0	0	0,0
Sul		264.220	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	591,3	591,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	591,3	591,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.744.420	5.744.420	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.744.420	5.744.420	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.744.420	5.744.420	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Justiça)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	30,3	30,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30,3	30,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.394.862	39.394.862	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.394.862	39.394.862	100,0	0	0	0,0
Nacional	38.404.214	38.404.214	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	731.448	731.448	100,0	0	0	0,0
Sudeste	259.200	259.200	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.322.801	10.322.801	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.322.801	10.322.801	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.322.801	10.322.801	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	173.237.285	173.237.285	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	173.237.285	173.237.285	100,0	0	0	0,0
Nacional	173.237.285	173.237.285	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.980.641	1.980.641	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.980.641	1.980.641	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.980.641	1.980.641	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Saúde)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	431,6	431,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	431,6	431,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	298.507.328	298.507.328	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	298.507.328	298.507.328	100,0	0	0	0,0
Nacional	298.507.328	298.507.328	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		20.527.829	20.527.829	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		20.527.829	20.527.829	100,0	0	0,0
Nacional		20.527.829	20.527.829	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério dos Transportes)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		47.840.970	47.840.970	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		47.840.970	47.840.970	100,0	0	0,0
Nacional		44.824.970	44.824.970	100,0	0	0,0
Sul		3.016.000	3.016.000	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério das Comunicações)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		38.151.413	38.151.413	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		38.151.413	38.151.413	100,0	0	0,0
Nacional		38.151.413	38.151.413	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Cultura)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		9.142.350	9.142.350	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		9.142.350	9.142.350	100,0	0	0,0
Nacional		7.428.847	7.428.847	100,0	0	0,0
Sudeste		1.713.503	1.713.503	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério do Meio Ambiente)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		12.524.451	12.524.451	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		12.524.451	12.524.451	100,0	0	0,0
Nacional		12.524.451	12.524.451	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		11.977,7	11.977,7	100,0	0,0	0,0
Nacional		11.977,7	11.977,7	100,0	0,0	0,0
Financeiro		32.191.957	32.191.957	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		32.191.957	32.191.957	100,0	0	0,0
Nacional		32.191.957	32.191.957	100,0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
		Produto: Pessoa beneficiada		Unidade de Medida: unidade		
Físico		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		19.150.799	19.150.799	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		19.150.799	19.150.799	100,0	0	0,0
Nacional		19.150.799	19.150.799	100,0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

753

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3,3	3,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3,3	3,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.188.633	1.188.633	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.188.633	1.188.633	100,0	0	0	0,0
Nacional	909.673	909.673	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	278.960	278.960	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Defesa)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.976.572	29.976.572	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	29.976.572	29.976.572	100,0	0	0	0,0
Nacional	29.976.572	29.976.572	100,0	0	0	0,0
(A)	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	17,2	17,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,2	17,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.230.392	15.230.392	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	15.230.392	15.230.392	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.230.392	15.230.392	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Presidência da República)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	136,0	136,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	136,0	136,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	791.619	791.619	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	791.619	791.619	100,0	0	0	0,0
Nacional	791.619	791.619	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.905,0	1.905,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.905,0	1.905,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.200.725	3.200.725	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.200.725	3.200.725	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.200.725	3.200.725	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.448,3	1.448,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.448,3	1.448,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.319.364	1.319.364	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.319.364	1.319.364	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.319.364	1.319.364	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		9.906,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		9.906,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		7.231.141	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		7.231.141	100,0	0	0	0,0
Nacional		7.231.141	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Educação)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		30.954,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		30.954,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		27.890.431	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		27.890.431	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		2.779.840	100,0	0	0	0,0
Nordeste		6.784.250	100,0	0	0	0,0
Norte		2.202.452	100,0	0	0	0,0
Sudeste		11.431.955	100,0	0	0	0,0
Sul		4.691.934	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		474,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		474,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		508.102	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		508.102	100,0	0	0	0,0
Nacional		386.436	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		121.666	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Justiça)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		6.738,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		6.738,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		5.962.288	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		5.962.288	100,0	0	0	0,0
Nacional		5.962.288	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		342,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		342,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		837.447	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		837.447	100,0	0	0	0,0
Nacional		837.447	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		7.732,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		7.732,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		8.548.009	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		8.548.009	100,0	0	0	0,0
Nacional		8.548.009	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		235,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		235,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		211.586	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		211.586	100,0	0	0	0,0
Nacional		211.586	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Saúde)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		20.602,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		20.602,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		20.544.724	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		20.544.724	100,0	0	0	0,0
Nacional		20.544.724	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.652,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.652,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		1.432.309	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		1.432.309	100,0	0	0	0,0
Nacional		1.432.309	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério dos Transportes)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		863,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		863,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.205.102	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		2.205.102	100,0	0	0	0,0
Nacional		1.681.376	100,0	0	0	0,0
Sul		523.726	100,0	0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Comunicações)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		263,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		263,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		242.032	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		242.032	100,0	0	0	0,0
Nacional		242.032	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Cultura)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		509,8	509,8	100,0	0,0	0,0
Nacional		509,8	509,8	100,0	0,0	0,0
Financeiro		533.853	533.853	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		533.853	533.853	100,0	0	0,0
Nacional		404.807	404.807	100,0	0	0,0
Sudeste		129.046	129.046	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.367,1	1.367,1	100,0	0,0	0,0
Nacional		1.367,1	1.367,1	100,0	0,0	0,0
Financeiro		1.280.961	1.280.961	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		1.280.961	1.280.961	100,0	0	0,0
Nacional		1.280.961	1.280.961	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.952,0	1.952,0	100,0	0,0	0,0
Nacional		1.952,0	1.952,0	100,0	0,0	0,0
Financeiro		1.903.793	1.903.793	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		1.903.793	1.903.793	100,0	0	0,0
Nacional		1.903.793	1.903.793	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1,4	1,4	100,0	0,0	0,0
Nacional		1,4	1,4	100,0	0,0	0,0
Financeiro		982.385	982.385	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		982.385	982.385	100,0	0	0,0
Nacional		982.385	982.385	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		87,1	87,1	100,0	0,0	0,0
Nacional		87,1	87,1	100,0	0,0	0,0
Financeiro		108.334	108.334	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		108.334	108.334	100,0	0	0,0
Nacional		96.934	96.934	100,0	0	0,0
Centro-oeste		11.400	11.400	100,0	0	0,0
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Defesa)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		4.238,5	4.238,5	100,0	0,0	0,0
Nacional		4.238,5	4.238,5	100,0	0,0	0,0
Financeiro		86.839.799	86.839.799	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		86.839.799	86.839.799	100,0	0	0,0
Nacional		86.709.799	86.709.799	100,0	0	0,0
Centro-oeste		130.000	130.000	100,0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida			Unidade de Medida: unidade			
Físico		791,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		791,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		739.498	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		739.498	100,0	0	0	0,0
Nacional		739.498	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Presidência da República)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.081,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.081,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		4.008.810	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		4.008.810	100,0	0	0	0,0
Nacional		3.972.926	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		35.884	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		5.016,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		5.016,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		10.787.653	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		10.787.653	100,0	0	0	0,0
Nacional		10.787.653	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		3.387,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		3.387,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		11.663.834	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		11.663.834	100,0	0	0	0,0
Nacional		11.663.834	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		22.493,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		22.493,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		16.912.258	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		16.912.258	100,0	0	0	0,0
Nacional		16.912.258	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Educação)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		93.882,6	93.882,6	100,0	0,0	0,0
Nacional		93.882,6	93.882,6	100,0	0,0	0,0
Financeiro		128.293.231	128.293.231	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		128.293.231	128.293.231	100,0	0	0,0
Centro-oeste		13.360.576	13.360.576	100,0	0	0,0
Nordeste		28.373.387	28.373.387	100,0	0	0,0
Norte		10.829.413	10.829.413	100,0	0	0,0
Sudeste		57.077.137	57.077.137	100,0	0	0,0
Sul		18.652.718	18.652.718	100,0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.255,5	1.255,5	100,0	0,0	0,0
Nacional		1.255,5	1.255,5	100,0	0,0	0,0
Financeiro		5.039.661	5.039.661	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		5.039.661	5.039.661	100,0	0	0,0
Nacional		1.129.427	1.129.427	100,0	0	0,0
Centro-oeste		769.499	769.499	100,0	0	0,0
Sudeste		3.140.735	3.140.735	100,0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Justiça)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		10.533,2	10.533,2	100,0	0,0	0,0
Nacional		10.533,2	10.533,2	100,0	0,0	0,0
Financeiro		17.122.245	17.122.245	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		17.122.245	17.122.245	100,0	0	0,0
Nacional		16.479.203	16.479.203	100,0	0	0,0
Centro-oeste		465.608	465.608	100,0	0	0,0
Sudeste		177.434	177.434	100,0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.332,3	1.332,3	100,0	0,0	0,0
Nacional		1.332,3	1.332,3	100,0	0,0	0,0
Financeiro		3.030.112	3.030.112	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		3.030.112	3.030.112	100,0	0	0,0
Nacional		3.030.112	3.030.112	100,0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		26.314,8	26.314,8	100,0	0,0	0,0
Nacional		26.314,8	26.314,8	100,0	0,0	0,0
Financeiro		27.975.389	27.975.389	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		27.975.389	27.975.389	100,0	0	0,0
Nacional		27.975.389	27.975.389	100,0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.034,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.034,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		1.408.338	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		1.408.338	100,0	0	0	0,0
Nacional		1.408.338	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Saúde)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		58.964,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		58.964,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		79.742.295	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		79.742.295	100,0	0	0	0,0
Nacional		79.742.295	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério dos Transportes)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		3.425,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		3.425,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		4.750.794	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		4.750.794	100,0	0	0	0,0
Nacional		4.750.794	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Comunicações)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		3.490,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		3.490,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		9.190.195	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		9.190.195	100,0	0	0	0,0
Nacional		9.004.654	100,0	0	0	0,0
Sudeste		9.017	100,0	0	0	0,0
Sul		176.524	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Cultura)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		929,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		929,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		1.186.367	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		1.186.367	100,0	0	0	0,0
Nacional		1.186.367	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Cultura)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.899,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		1.899,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		3.817.596	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		3.817.596	100,0	0	0	0,0
Nacional		3.061.919	100,0	0	0	0,0
Sudeste		755.677	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		2.440,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		2.440,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.445.044	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		2.445.044	100,0	0	0	0,0
Nacional		2.441.209	100,0	0	0	0,0
Norte		3.835	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		8.357,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		8.357,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		9.679.614	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		9.679.614	100,0	0	0	0,0
Nacional		9.679.614	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		13,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		13,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		3.423.332	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		3.423.332	100,0	0	0	0,0
Nacional		3.423.332	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		272,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		272,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		461.646	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		461.646	100,0	0	0	0,0
Nacional		426.887	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		34.759	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Defesa)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		22.295,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		22.295,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		245.400.900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		245.400.900	100,0	0	0	0,0
Nacional		244.992.902	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		407.998	100,0	0	0	0,0
(A)	2011	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		2.260,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		2.260,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		2.691.269	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		2.691.269	100,0	0	0	0,0
Nacional		2.691.269	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

761

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Presidência da República)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		2.203,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		2.203,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		9.992.708	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		9.992.708	100,0	0	0	0,0
Nacional		9.992.708	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		13.737,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		13.737,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		60.593.761	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		60.593.761	100,0	0	0	0,0
Nacional		60.593.761	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Ciência e Tecnologia)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		6.419,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		6.419,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		16.985.510	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		16.985.510	100,0	0	0	0,0
Nacional		16.985.510	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		49.111,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		49.111,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		92.345.014	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		92.345.014	100,0	0	0	0,0
Nacional		92.345.014	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Educação)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		155.465,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional		155.465,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro		268.212.977	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade		268.212.977	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste		27.792.317	100,0	0	0	0,0
Nordeste		72.888.814	100,0	0	0	0,0
Norte		19.223.728	100,0	0	0	0,0
Sudeste		106.612.798	100,0	0	0	0,0
Sul		41.695.320	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.310,9	2.310,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.310,9	2.310,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.517.253	4.517.253	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.517.253	4.517.253	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.668.498	1.668.498	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.274.647	1.274.647	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.574.108	1.574.108	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Justiça)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	22.087,6	22.087,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	22.087,6	22.087,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.285.534	39.285.534	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	39.285.534	39.285.534	100,0	0	0	0,0
Nacional	38.229.692	38.229.692	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	712.202	712.202	100,0	0	0	0,0
Sudeste	343.640	343.640	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.787,9	1.787,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.787,9	1.787,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.185.125	11.185.125	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	11.185.125	11.185.125	100,0	0	0	0,0
Nacional	11.185.125	11.185.125	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	40.117,5	40.117,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	40.117,5	40.117,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	71.091.328	71.091.328	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	71.091.328	71.091.328	100,0	0	0	0,0
Nacional	71.091.328	71.091.328	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.678,6	1.678,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.678,6	1.678,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.804.850	3.804.850	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.804.850	3.804.850	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.804.850	3.804.850	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Saúde)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	103.866,3	103.866,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	103.866,3	103.866,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	172.478.781	172.478.781	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	172.478.781	172.478.781	100,0	0	0	0,0
Nacional	172.478.781	172.478.781	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	763	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		7.761,6	7.761,6	100,0	0,0	0,0
Nacional		7.761,6	7.761,6	100,0	0,0	0,0
Financeiro		14.666.144	14.666.144	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		14.666.144	14.666.144	100,0	0	0,0
Nacional		14.666.144	14.666.144	100,0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério dos Transportes)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		4.553,1	4.553,1	100,0	0,0	0,0
Nacional		4.553,1	4.553,1	100,0	0,0	0,0
Financeiro		33.524.999	33.524.999	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		33.524.999	33.524.999	100,0	0	0,0
Nacional		28.130.952	28.130.952	100,0	0	0,0
Sudeste		196.113	196.113	100,0	0	0,0
Sul		5.197.934	5.197.934	100,0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério das Comunicações)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		1.444,1	1.444,1	100,0	0,0	0,0
Nacional		1.444,1	1.444,1	100,0	0,0	0,0
Financeiro		2.857.210	2.857.210	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		2.857.210	2.857.210	100,0	0	0,0
Nacional		2.857.210	2.857.210	100,0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Cultura)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		2.542,2	2.542,2	100,0	0,0	0,0
Nacional		2.542,2	2.542,2	100,0	0,0	0,0
Financeiro		4.970.542	4.970.542	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		4.970.542	4.970.542	100,0	0	0,0
Nacional		3.079.983	3.079.983	100,0	0	0,0
Sudeste		1.890.559	1.890.559	100,0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		5.589,1	5.589,1	100,0	0,0	0,0
Nacional		5.589,1	5.589,1	100,0	0,0	0,0
Financeiro		9.956.427	9.956.427	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		9.956.427	9.956.427	100,0	0	0,0
Nacional		9.856.128	9.856.128	100,0	0	0,0
Norte		100.299	100.299	100,0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico		13.796,4	13.796,4	100,0	0,0	0,0
Nacional		13.796,4	13.796,4	100,0	0,0	0,0
Financeiro		23.421.048	23.421.048	100,0	0	0,0
Fiscal Seguridade		23.421.048	23.421.048	100,0	0	0,0
Nacional		23.421.048	23.421.048	100,0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

764

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Desenvolvimento Agrário)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	31,3	31,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	31,3	31,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.329.505	10.329.505	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.329.505	10.329.505	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.329.505	10.329.505	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério do Esporte e Turismo)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	347,8	347,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	347,8	347,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	814.551	814.551	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	814.551	814.551	100,0	0	0	0,0
Nacional	713.592	713.592	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	100.959	100.959	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Defesa)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	14.261,5	14.261,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	14.261,5	14.261,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.533.903	32.533.903	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	32.533.903	32.533.903	100,0	0	0	0,0
Nacional	31.671.415	31.671.415	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	862.488	862.488	100,0	0	0	0,0
(A)	2012	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	3.869,3	3.869,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	3.869,3	3.869,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.347.304	10.347.304	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.347.304	10.347.304	100,0	0	0	0,0
Nacional	10.347.304	10.347.304	100,0	0	0	0,0
(A)	2078	VALE-TRANSPORTE AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.389.526	7.389.526	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.389.526	7.389.526	100,0	0	0	0,0
Norte	7.389.526	7.389.526	100,0	0	0	0,0
(A)	2079	AUXÍLIO REFEIÇÃO AO PESSOAL ATIVO DE EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.023.813	36.023.813	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	36.023.813	36.023.813	100,0	0	0	0,0
Norte	36.023.813	36.023.813	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2267	ASSISTÊNCIA MÉDICA DO SERVIÇO EXTERIOR (Ministério das Relações Exteriores)				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	27.118.695	27.118.695	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	27.118.695	27.118.695	100,0	0	0	0,0
Nacional	27.118.695	27.118.695	100,0	0	0	0,0
(A)	2613	REGISTRO DE EMPRESAS CANDIDATAS À OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO FISCAL PREVISTO NAS LEIS Nº. 6. 321/76 E 6. 542/78 E DE PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO				
Produto: registro mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	86.932,0	86.932,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	86.932,0	86.932,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	244.440	244.440	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	244.440	244.440	100,0	0	0	0,0
Nacional	244.440	244.440	100,0	0	0	0,0
(A)	2621	Sistema de Informações para Atualização da Relação Anual de Informações Sociais				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	37.662.713	30.509.833	81,0	10.529.570	8.373.090	79,5
Fiscal Seguridade	37.662.713	30.509.833	81,0	10.529.570	8.373.090	79,5
Nacional	37.662.713	30.509.833	81,0	10.529.570	8.373.090	79,5
(A)	2627	Remuneração de Agentes Pagadores do Abono Salarial				
Produto: BENEFICIO PAGO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6.471.731,0	6.471.731,0	100,0	5.185.016,0	6.471.731,0	124,8
Nacional	6.471.731,0	6.471.731,0	100,0	5.185.016,0	6.471.731,0	124,8
Financeiro	36.002.508	24.773.169	68,8	12.300.000	12.300.000	100,0
Fiscal Seguridade	36.002.508	24.773.169	68,8	12.300.000	12.300.000	100,0
Nacional	36.002.508	24.773.169	68,8	12.300.000	12.300.000	100,0
(A)	2833	AUXÍLIO-CRECHE AOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: Servidor beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.021.666	4.021.666	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.021.666	4.021.666	100,0	0	0	0,0
Norte	4.021.666	4.021.666	100,0	0	0	0,0
(A)	4407	Identificação do Trabalhador com Direito ao Abono Salarial				
Produto: TRABALHADOR IDENTIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	20.602.201,0	20.602.201,0	100,0	6.211.914,0	7.193.453,0	115,8
Nacional	20.602.201,0	20.602.201,0	100,0	6.211.914,0	7.193.453,0	115,8
Financeiro	55.258.165	46.850.794	84,8	14.509.668	14.469.683	99,7
Fiscal Seguridade	55.258.165	46.850.794	84,8	14.509.668	14.469.683	99,7
Nacional	55.258.165	46.850.794	84,8	14.509.668	14.469.683	99,7
(P)	5927	ESTUDOS PARA REVISÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR				
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	6011	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES DOS EXTINTOS ESTADOS E TERRITÓRIOS				
Produto: Pessoa beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.497.983	1.497.983	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.497.983	1.497.983	100,0	0	0	0,0
Norte	1.497.983	1.497.983	100,0	0	0	0,0
(OA)	9030	AUXÍLIO-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO A TRABALHADORES DE EMPRESAS BENEFICIADOS PELAS LEIS Nº 6.321/76 E 6.542/78 (Ministério da Fazenda)				
Produto: trabalhador beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	39.783.772,0	16.841.406,0	42,3	11.000.000,0	8.783.772,0	79,9
Nacional	39.783.772,0	16.841.406,0	42,3	11.000.000,0	8.783.772,0	79,9
Financeiro	5.156.841.486	0	0,0	2.466.315.493	0	0,0
Demais Fontes	5.156.841.486	0	0,0	2.466.315.493	0	0,0
Nacional	5.156.841.486	0	0,0	2.466.315.493	0	0,0
(OA)	9031	AUXÍLIO-TRANSPORTE A TRABALHADORES COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA (Ministério da Fazenda)				
Produto: trabalhador beneficiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	34.310.000,0	0,0	0,0	12.100.000,0	S.R.	0,0
Nacional	34.310.000,0	0,0	0,0	12.100.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.844.883.424	0	0,0	2.307.087.345	0	0,0
Demais Fontes	4.844.883.424	0	0,0	2.307.087.345	0	0,0
Nacional	4.844.883.424	0	0,0	2.307.087.345	0	0,0
(OA)	9032	CARTÃO DO TRABALHADOR (Ministério da Fazenda)				
Produto: cartão disponibilizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10.745.845,0	0,0	0,0	4.000.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	521.298,0	0,0	0,0	258.412,0	S.R.	0,0
Nordeste	772.863,0	0,0	0,0	386.431,0	S.R.	0,0
Norte	178.552,0	0,0	0,0	91.512,0	S.R.	0,0
Sudeste	7.765.914,0	0,0	0,0	2.510.035,0	S.R.	0,0
Sul	1.507.218,0	0,0	0,0	753.610,0	S.R.	0,0
Financeiro	90.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
Demais Fontes	90.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
Nacional	40.000.000	0	0,0	40.000.000	0	0,0
Centro-oeste	2.643.829	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	3.930.917	0	0,0	0	0	0,0
Norte	915.729	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	34.843.541	0	0,0	0	0	0,0
Sul	7.665.983	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	16.999.285.911	5.682.501.430	33,4	6.158.400.277	1.335.656.480	21,7
Fiscal Seguridade	6.907.561.001	5.682.501.430	75,1	1.344.997.439	1.335.656.480	99,3
Demais Fontes	10.091.724.910	0	16,9	4.813.402.838	0	0,0

0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE

Gerente em 31/12/2002: Gláuber Maciel Santos

(P) 1911 Campanha Educativa de Esclarecimento sobre Formas de Trabalho Degradante

Produto: CAMPANHA REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.214.394	1.014.394	83,5	600.000	527.538	87,9
Fiscal Seguridade	1.214.394	1.014.394	83,5	600.000	527.538	87,9
Nacional	1.214.394	1.014.394	83,5	600.000	527.538	87,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

767

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE						
Gerente em 31/12/2002: Gláuber Maciel Santos						
(A) 2601 MAPEAMENTO DOS FOCOS DE TRABALHO DEGRADANTE						
Produto: Mapeamento realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.261	9.261	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.261	9.261	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.261	9.261	100,0	0	0	0,0
(A) 2629 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante						
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	82,0	82,0	100,0	28,0	34,0	121,4
Nacional	82,0	82,0	100,0	28,0	34,0	121,4
Financeiro	4.097.584	2.927.584	71,4	1.000.000	901.290	90,1
Fiscal Seguridade	4.097.584	2.927.584	71,4	1.000.000	901.290	90,1
Nacional	4.097.584	2.927.584	71,4	1.000.000	901.290	90,1
(A) 6461 ASSISTÊNCIA TEMPORÁRIA A TRABALHADORES VÍTIMAS DE TRABALHO DEGRADANTE						
Produto: Trabalhador assistido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9042 NORMAS PARA DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE						
Produto: norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	4,0	1,0	25,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	4,0	1,0	25,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.421.239	3.951.239	72,9	1.600.000	1.428.828	89,3
Fiscal Seguridade	5.421.239	3.951.239	75,1	1.600.000	1.428.828	89,3
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi						
(A) 2389 AÇÕES DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA						
Produto: Trabalhador beneficiado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	322.193,0	322.193,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	322.193,0	322.193,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	40.000.000	40.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	40.000.000	40.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	40.000.000	40.000.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2597 Assistência Técnica ao Empreendedor						
Produto: EMPREENDEDOR ASSISTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	31.035,0	31.035,0	100,0	18.000,0	4.222,0	23,5
Nacional	31.035,0	31.035,0	100,0	18.000,0	4.222,0	23,5
Financeiro	13.675.523	4.680.435	34,2	1.700.000	1.640.768	96,5
Fiscal Seguridade	12.865.235	4.680.435	36,4	1.700.000	1.640.768	96,5
Nacional	12.865.235	4.680.435	36,4	1.700.000	1.640.768	96,5
Demais Fontes	810.288	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	810.288	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi						
(A) 2632 Controle de Empreendimentos Financiados						
Produto: LAUDO TECNICO EMITIDO		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	17.499,0	17.499,0	100,0	170.000,0	17.499,0	10,3
Nacional	17.499,0	17.499,0	100,0	170.000,0	17.499,0	10,3
Financeiro	6.168.773	3.402.864	55,2	5.004.610	3.397.581	67,9
Fiscal Seguridade	4.402.864	3.402.864	77,3	5.004.610	3.397.581	67,9
Nacional	4.402.864	3.402.864	77,3	5.004.610	3.397.581	67,9
Demais Fontes	1.765.909	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	93.253	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.055.423	0	0,0	0	0	0,0
Norte	49.905	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	195.038	0	0,0	0	0	0,0
Sul	372.289	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5411 Campanha Informativa sobre Ações de Geração de Emprego e Renda						
Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	4,0	4,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.042.021	18.542.021	84,1	7.000.000	6.922.309	98,9
Fiscal Seguridade	22.042.021	18.542.021	84,1	7.000.000	6.922.309	98,9
Nacional	22.042.021	18.542.021	84,1	7.000.000	6.922.309	98,9
(P) 5508 Pesquisa para Avaliação do Programa de Geração de Emprego e Renda						
Produto: PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	26,0	26,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	300.000	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	300.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5570 Capacitação Gerencial de Empreendedores Financiados						
Produto: EMPREENDEDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE				
Físico	54.789,0	54.789,0	100,0	76.889,0	35.136,0	45,7
Nacional	50.304,0	50.304,0	100,0	76.889,0	35.136,0	45,7
Centro-oeste	428,0	428,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	785,0	785,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	753,0	753,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.027,0	2.027,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	492,0	492,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	39.498.725	27.108.423	68,6	10.000.000	9.912.805	99,1
Fiscal Seguridade	37.146.823	27.108.423	73,0	10.000.000	9.912.805	99,1
Nacional	37.146.823	27.108.423	73,0	10.000.000	9.912.805	99,1
Demais Fontes	2.351.902	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	25.464	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.502.998	0	0,0	0	0	0,0
Norte	6.470	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	555.463	0	0,0	0	0	0,0
Sul	261.506	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5933 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA						
Produto: ação desenvolvida		Unidade de Medida: unidade				
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

769

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi						
(OA) 9035 CONCESSÃO DE CRÉDITO A COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO						
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	5.385,0	5.333,0	99,0	156,0	3.797,0	2.434,0
Nordeste	687,0	635,0	92,4	47,0	547,0	1.163,8
Norte	551,0	551,0	100,0	2,0	111,0	5.550,0
Sudeste	3.192,0	3.192,0	100,0	33,0	2.429,0	7.360,6
Sul	955,0	955,0	100,0	74,0	710,0	959,5
Financeiro	114.679.252	89.547.912	78,1	12.334.400	0	0,0
Demais Fontes	114.679.252	89.547.912	78,1	12.334.400	0	0,0
Nacional	101.882.312	89.547.912	87,9	12.334.400	0	0,0
Nordeste	3.910.176	0	0,0	0	0	0,0
Norte	167.280	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.676.484	0	0,0	0	0	0,0
Sul	6.042.999	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9036 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES URBANOS						
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	303.467,0	205.418,0	67,7	72.904,0	116.938,0	160,4
Centro-oeste	19.439,0	19.439,0	100,0	864,0	14.358,0	1.661,8
Nordeste	148.925,0	59.448,0	39,9	50.595,0	27.890,0	55,1
Norte	22.491,0	22.491,0	100,0	357,0	14.146,0	3.962,5
Sudeste	69.440,0	69.440,0	100,0	11.657,0	39.934,0	342,6
Sul	43.172,0	34.600,0	80,1	9.431,0	20.610,0	218,5
Financeiro	2.098.523.602	677.336.989	32,3	693.244.136	0	0,0
Demais Fontes	2.098.523.602	677.336.989	32,3	693.244.136	0	0,0
Nacional	1.370.581.125	677.336.989	49,4	693.244.136	0	0,0
Centro-oeste	8.629.913	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	505.340.174	0	0,0	0	0	0,0
Norte	3.338.902	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	116.434.640	0	0,0	0	0	0,0
Sul	94.198.848	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9037 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS						
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.259.471,0	1.259.471,0	100,0	61.035,0	666.210,0	1.091,5
Centro-oeste	31.660,0	31.660,0	100,0	2.102,0	18.221,0	866,8
Nordeste	212.927,0	212.927,0	100,0	7.557,0	126.071,0	1.668,3
Norte	37.513,0	37.513,0	100,0	541,0	22.902,0	4.233,3
Sudeste	174.845,0	174.845,0	100,0	8.714,0	92.022,0	1.056,0
Sul	802.526,0	802.526,0	100,0	42.121,0	406.994,0	966,2
Financeiro	2.635.744.822	1.715.239.284	65,1	455.694.776	0	0,0
Demais Fontes	2.635.744.822	1.715.239.284	65,1	455.694.776	0	0,0
Nacional	2.170.934.060	1.715.239.284	79,0	455.694.776	0	0,0
Centro-oeste	16.011.187	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	57.551.075	0	0,0	0	0	0,0
Norte	4.117.657	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	66.361.168	0	0,0	0	0	0,0
Sul	320.769.676	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi						
(OA)	9038	CONCESSÃO DE CRÉDITO A COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO (Ministério da Fazenda)				
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.060,0	0,0	0,0	366,0	S.R.	0,0
Nordeste	895,0	0,0	0,0	309,0	S.R.	0,0
Sudeste	165,0	0,0	0,0	57,0	S.R.	0,0
Financeiro	38.849.793	0	0,0	19.252.995	0	0,0
Demais Fontes	38.849.793	0	0,0	19.252.995	0	0,0
Nacional	19.252.995	0	0,0	19.252.995	0	0,0
Nordeste	16.545.964	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	3.050.834	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9039	CONCESSÃO DE CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES URBANOS (Ministério da Fazenda)				
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	79.804,0	0,0	0,0	28.166,0	S.R.	0,0
Nordeste	78.373,0	0,0	0,0	27.661,0	S.R.	0,0
Sudeste	1.431,0	0,0	0,0	505,0	S.R.	0,0
Financeiro	276.775.002	0	0,0	135.563.266	0	0,0
Demais Fontes	276.775.002	0	0,0	135.563.266	0	0,0
Nacional	135.563.266	0	0,0	135.563.266	0	0,0
Nordeste	138.679.682	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.532.054	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9040	CONCESSÃO DE CRÉDITO A MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS (Ministério da Fazenda)				
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	45.118,0	0,0	0,0	15.902,0	S.R.	0,0
Nordeste	38.824,0	0,0	0,0	13.681,0	S.R.	0,0
Sudeste	6.294,0	0,0	0,0	2.221,0	S.R.	0,0
Financeiro	267.920.424	0	0,0	131.226.330	0	0,0
Demais Fontes	267.920.424	0	0,0	131.226.330	0	0,0
Nacional	131.226.330	0	0,0	131.226.330	0	0,0
Nordeste	117.619.197	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	19.074.897	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	5.554.177.937	2.575.857.928	46,4	1.472.020.513	21.873.463	1,5
Fiscal Seguridade	116.456.943	93.733.743	75,1	24.704.610	21.873.463	88,5
Demais Fontes	5.437.720.994	2.482.124.185	16,9	1.447.315.903	0	0,0
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo José Rolim Guimarães						
(P)	1277	Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED				
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	14,0	14,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Nacional	14,0	14,0	100,0	7,0	7,0	100,0
Financeiro	16.620.000	10.725.000	64,5	6.035.000	5.775.000	95,7
Fiscal Seguridade	16.620.000	10.725.000	64,5	6.035.000	5.775.000	95,7
Nacional	16.620.000	10.725.000	64,5	6.035.000	5.775.000	95,7

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo José Rolim Guimarães						
(P) 1461 Estudos e Pesquisas na Área do Trabalho						
Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	84,0	84,0	100,0	4,0	7,0	175,0
Nacional	84,0	84,0	100,0	4,0	7,0	175,0
Financeiro	22.247.387	15.541.563	69,9	7.360.000	6.078.747	82,6
Fiscal Seguridade	18.541.563	15.541.563	83,8	7.360.000	6.078.747	82,6
Nacional	18.541.563	15.541.563	83,8	7.360.000	6.078.747	82,6
Demais Fontes	3.705.824	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	529.403	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.588.210	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.058.807	0	0,0	0	0	0,0
Sul	529.403	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1468 ESTUDOS SOBRE OS IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO NO DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO						
Produto: Estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	157.367	157.367	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	157.367	157.367	100,0	0	0	0,0
Nacional	157.367	157.367	100,0	0	0	0,0
(A) 2622 SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO DE ESTATÍSTICAS E INDICADORES DA ÁREA DO TRABALHO						
Produto: Sistema mantido						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2631 Coordenação e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.010.068	21.589.768	67,4	10.000.000	8.076.358	80,8
Fiscal Seguridade	32.010.068	21.589.768	67,4	10.000.000	8.076.358	80,8
Nacional	32.010.068	21.589.768	67,4	10.000.000	8.076.358	80,8
(A) 2687 HARMONIZAÇÃO DE NORMAS TRABALHISTAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL						
Produto: Norma publicada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	107.932	107.932	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	107.932	107.932	100,0	0	0	0,0
Nacional	107.932	107.932	100,0	0	0	0,0
(P) 5413 Estudos para Avaliação e Harmonização das Políticas de Trabalho e Emprego						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	26,0	26,0	100,0	3,0	12,0	400,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	3,0	12,0	400,0
Financeiro	5.749.962	4.639.962	80,7	5.500.000	2.314.885	42,1
Fiscal Seguridade	5.639.962	4.639.962	82,3	5.500.000	2.314.885	42,1
Nacional	5.639.962	4.639.962	82,3	5.500.000	2.314.885	42,1
Demais Fontes	110.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	110.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	76.892.716	52.761.592	68,6	28.895.000	22.244.990	77,0
Fiscal Seguridade	73.076.892	52.761.592	75,1	28.895.000	22.244.990	77,0
Demais Fontes	3.815.824	0	16,9	0	0	0,0

0415 JOVEM EMPREENDEDOR

Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

772

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0415 JOVEM EMPREENDEDOR						
Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi						
(P)	3839	Implementação do Projeto Amanhã				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: JOVEM CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	800,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.484.206	818.526	55,1	1.169.149	818.526	70,0
Fiscal Seguridade	1.484.206	818.526	55,1	1.169.149	818.526	70,0
Nacional	1.484.206	818.526	55,1	1.169.149	818.526	70,0
(P)	5417	Capacitação de Jovens para Inserção no Mercado de Trabalho				
Produto: JOVEM CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.406,0	4.406,0	100,0	36.667,0	520,0	1,4
Nacional	4.406,0	4.406,0	100,0	36.667,0	520,0	1,4
Financeiro	6.588.606	6.488.606	98,5	5.500.000	2.000.000	36,4
Fiscal Seguridade	6.588.606	6.488.606	98,5	5.500.000	2.000.000	36,4
Nacional	6.588.606	6.488.606	98,5	5.500.000	2.000.000	36,4
(OA)	9360	CONCESSÃO DE CRÉDITO A JOVENS RECÉM-FORMADOS				
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10.752,0	2.201,0	20,5	3.999,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	1.038,0	171,0	16,5	386,0	S.R.	0,0
Nordeste	1.366,0	243,0	17,8	507,0	S.R.	0,0
Norte	120,0	43,0	35,8	45,0	S.R.	0,0
Sudeste	4.243,0	1.114,0	26,3	1.578,0	S.R.	0,0
Sul	3.985,0	630,0	15,8	1.483,0	S.R.	0,0
Financeiro	50.507.740	11.535.449	22,8	17.321.018	0	0,0
Demais Fontes	50.507.740	11.535.449	22,8	17.321.018	0	0,0
Nacional	28.856.467	11.535.449	40,0	17.321.018	0	0,0
Centro-oeste	2.090.124	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.749.158	0	0,0	0	0	0,0
Norte	242.184	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.543.967	0	0,0	0	0	0,0
Sul	8.025.840	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9361	CONCESSÃO DE CRÉDITO A JOVENS EMPREENDEDORES				
Produto: operação contratada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	34.523,0	34.523,0	100,0	2.706,0	12.476,0	461,0
Centro-oeste	2.624,0	2.624,0	100,0	259,0	964,0	372,2
Nordeste	9.815,0	9.815,0	100,0	381,0	3.041,0	798,2
Norte	3.700,0	3.700,0	100,0	177,0	1.570,0	887,0
Sudeste	11.028,0	11.028,0	100,0	950,0	4.224,0	444,6
Sul	7.356,0	7.356,0	100,0	939,0	2.677,0	285,1
Financeiro	241.621.998	215.643.883	89,2	11.545.355	0	0,0
Demais Fontes	241.621.998	215.643.883	89,2	11.545.355	0	0,0
Nacional	227.189.238	215.643.883	94,9	11.545.355	0	0,0
Centro-oeste	1.375.512	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.035.815	0	0,0	0	0	0,0
Norte	947.832	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	5.071.477	0	0,0	0	0	0,0
Sul	5.002.124	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	300.202.550	234.486.464	78,1	35.535.522	2.818.526	7,9
Fiscal Seguridade	8.072.812	7.307.132	75,1	6.669.149	2.818.526	42,3
Demais Fontes	292.129.738	227.179.332	16,9	28.866.373	0	0,0

0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO

Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Pêres Torelly

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

773

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(OE) 0217 Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso						
Produto: TRABALHADOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	20.587,0	20.587,0	100,0	10.471,0	7.634,0	72,9
Nacional	20.587,0	20.587,0	100,0	10.471,0	7.634,0	72,9
Financeiro	14.995.607	10.279.282	68,5	12.017.245	889.630	7,4
Fiscal Seguridade	14.995.607	10.279.282	68,5	12.017.245	889.630	7,4
Nacional	14.995.607	10.279.282	68,5	12.017.245	889.630	7,4
(OE) 0583 Pagamento do Seguro-Desemprego						
Produto: TRABALHADOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	13.142.256,0	13.142.256,0	100,0	4.155.147,0	4.550.028,0	109,5
Nacional	9.020.904,0	9.020.904,0	100,0	4.155.147,0	4.550.028,0	109,5
Centro-oeste	303.995,0	303.995,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	694.697,0	694.697,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	157.080,0	157.080,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.203.819,0	2.203.819,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	761.761,0	761.761,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.238.445.712	14.597.749.135	72,1	5.671.841.665	5.671.841.665	100,0
Fiscal Seguridade	20.238.445.712	14.597.749.135	72,1	5.671.841.665	5.671.841.665	100,0
Nacional	20.238.445.712	14.597.749.135	72,1	5.671.841.665	5.671.841.665	100,0
(OE) 0653 Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico						
Produto: TRABALHADOR DOMESTICO BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	9.619,0	9.619,0	100,0	133.530,0	7.718,0	5,8
Nacional	9.619,0	9.619,0	100,0	133.530,0	7.718,0	5,8
Financeiro	83.538.231	76.034.728	91,0	77.395.208	75.407.608	97,4
Fiscal Seguridade	83.538.231	76.034.728	91,0	77.395.208	75.407.608	97,4
Nacional	83.538.231	76.034.728	91,0	77.395.208	75.407.608	97,4
(A) 2550 Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho						
Produto: TRABALHADOR COLOCADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	2.186.113,0	2.186.113,0	100,0	821.790,0	858.072,0	104,4
Nacional	1.604.961,0	1.604.961,0	100,0	821.790,0	858.072,0	104,4
Centro-oeste	49.330,0	49.330,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	104.511,0	104.511,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	37.587,0	37.587,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	209.109,0	209.109,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	180.615,0	180.615,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	351.984.148	237.466.390	67,5	92.487.990	92.428.023	99,9
Fiscal Seguridade	331.851.439	237.466.390	71,6	92.487.990	92.428.023	99,9
Nacional	331.851.439	237.466.390	71,6	92.487.990	92.428.023	99,9
Demais Fontes	20.132.709	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.501.528	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.756.312	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.024.021	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.649.200	0	0,0	0	0	0,0
Sul	6.201.649	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2615 Remuneração de Agentes Pagadores do Seguro-Desemprego						
Produto: DOCUMENTO DE PAGAMENTO EMITIDO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	58.712.661,0	58.712.661,0	100,0	21.079.290,0	20.758.307,0	98,5
Nacional	58.712.661,0	58.712.661,0	100,0	21.079.290,0	20.758.307,0	98,5
Financeiro	174.902.938	141.361.003	80,8	45.076.788	45.075.877	100,0
Fiscal Seguridade	174.902.938	141.361.003	80,8	45.076.788	45.075.877	100,0
Nacional	174.902.938	141.361.003	80,8	45.076.788	45.075.877	100,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(A)	2624	Sistema de Informações sobre Empregados e Desempregados				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	90.126.536	70.031.536	77,7	27.555.728	27.274.332	99,0
Fiscal Seguridade	90.126.536	70.031.536	77,7	27.555.728	27.274.332	99,0
Nacional	90.126.536	70.031.536	77,7	27.555.728	27.274.332	99,0
(A)	2633	Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego				
	Produto: TRABALHADOR HABILITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	13.832.080,0	13.832.080,0	100,0	4.679.686,0	4.864.559,0	104,0
Nacional	9.590.431,0	9.590.431,0	100,0	4.679.686,0	4.864.559,0	104,0
Centro-oeste	313.443,0	313.443,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	726.756,0	726.756,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	170.438,0	170.438,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.248.703,0	2.248.703,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	782.309,0	782.309,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	137.579.927	100.019.232	72,7	31.452.000	30.801.843	97,9
Fiscal Seguridade	131.124.634	100.019.232	76,3	31.452.000	30.801.843	97,9
Nacional	131.124.634	100.019.232	76,3	31.452.000	30.801.843	97,9
Demais Fontes	6.455.293	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	41.930	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	430.373	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.084.501	0	0,0	0	0	0,0
Norte	241.423	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	3.506.047	0	0,0	0	0	0,0
Sul	1.151.020	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4235	Sistema de Processamento de Dados do Seguro-Desemprego				
	Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	100.884.827	62.763.285	62,2	67.052.648	62.763.285	93,6
Fiscal Seguridade	100.884.827	62.763.285	62,2	67.052.648	62.763.285	93,6
Nacional	100.884.827	62.763.285	62,2	67.052.648	62.763.285	93,6
(P)	5101	Capacitação de Gestores, Técnicos e Usuários de Informações na Área do Trabalho				
	Produto: PESSOA CAPACITADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1.200,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.032.289	188.439	18,3	1.500.000	188.439	12,6
Fiscal Seguridade	1.032.289	188.439	18,3	1.500.000	188.439	12,6
Nacional	1.032.289	188.439	18,3	1.500.000	188.439	12,6
(P)	5415	Campanha Informativa sobre a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.316.429	3.016.429	69,9	2.000.000	1.029.171	51,5
Fiscal Seguridade	4.316.429	3.016.429	69,9	2.000.000	1.029.171	51,5
Nacional	4.316.429	3.016.429	69,9	2.000.000	1.029.171	51,5

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1.00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO						
Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly						
(P)	5536	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, INTERMEDIACÃO DO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO				
Produto: sistema implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	52.884.955	52.884.955	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	52.884.955	52.884.955	100,0	0	0	0,0
Nacional	52.884.955	52.884.955	100,0	0	0	0,0
(A)	6489	Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional, Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	107.524.210	92.475.664	86,0	28.161.094	28.161.094	100,0
Fiscal Seguridade	107.524.210	92.475.664	86,0	28.161.094	28.161.094	100,0
Nacional	107.524.210	92.475.664	86,0	28.161.094	28.161.094	100,0
(A)	7778	PRIMEIRO EMPREGO.				
Produto: bolsa concedida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	21.358.215.809	15.444.270.078	72,3	6.056.540.366	6.035.860.967	99,7
Fiscal Seguridade	21.331.627.807	15.444.270.078	75,1	6.056.540.366	6.035.860.967	99,7
Demais Fontes	26.588.002	0	16,9	0	0	0,0
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(P)	1281	Qualificação de Policiais Cíveis e Militares				
Produto: POLICIAL QUALIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	31.791,0	31.791,0	100,0	45.347,0	11.790,0	26,0
Nacional	31.791,0	31.791,0	100,0	45.347,0	11.790,0	26,0
Financeiro	10.526.417	5.526.417	52,5	6.530.000	3.281.417	50,3
Fiscal Seguridade	10.526.417	5.526.417	52,5	6.530.000	3.281.417	50,3
Nacional	10.526.417	5.526.417	52,5	6.530.000	3.281.417	50,3
(P)	1463	Avaliação dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional				
Produto: PROGRAMA AVALIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	94,0	94,0	100,0	27,0	24,0	88,9
Nacional	50,0	50,0	100,0	27,0	24,0	88,9
Centro-oeste	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	11,0	11,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5,0	5,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	14,0	14,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	7,0	7,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	91.745.811	83.011.097	90,5	11.551.488	4.358.996	37,7
Fiscal Seguridade	91.745.811	83.011.097	90,5	11.551.488	4.358.996	37,7
Nacional	91.745.811	83.011.097	90,5	11.551.488	4.358.996	37,7
(A)	2610	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DA INDÚSTRIA				
Produto: trabalhador qualificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2612	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS				
Produto: Profissional qualificado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	776	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(A)	4421 Supervisão Técnico-Operacional das Ações de Qualificação Profissional					
	Produto: SUPERVISAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.894.536	3.210.857	46,6	4.200.000	3.210.857	76,4
Fiscal Seguridade	6.894.536	3.210.857	46,6	4.200.000	3.210.857	76,4
Nacional	6.894.536	3.210.857	46,6	4.200.000	3.210.857	76,4
(A)	4423 Formulação de Políticas de Qualificação Profissional					
	Produto: -			Unidade de Medida: -		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.944.405	1.444.405	29,2	2.000.000	1.444.405	72,2
Fiscal Seguridade	4.944.405	1.444.405	29,2	2.000.000	1.444.405	72,2
Nacional	4.944.405	1.444.405	29,2	2.000.000	1.444.405	72,2
(P)	5405 Qualificação para Pequenos e Microempreendedores					
	Produto: EMPREENDEDOR QUALIFICADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.802.064,0	1.802.064,0	100,0	276.679,0	115.929,0	41,9
Nacional	997.064,0	997.064,0	100,0	276.679,0	115.929,0	41,9
Centro-oeste	97.691,0	97.691,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	239.131,0	239.131,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	41.743,0	41.743,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	280.769,0	280.769,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	145.666,0	145.666,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	358.735.042	276.793.482	77,2	39.841.723	22.287.857	55,9
Fiscal Seguridade	307.160.900	276.793.482	90,1	39.841.723	22.287.857	55,9
Nacional	307.160.900	276.793.482	90,1	39.841.723	22.287.857	55,9
Demais Fontes	51.574.142	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	9.897.656	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	18.306.227	0	0,0	0	0	0,0
Norte	3.232.089	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	14.231.030	0	0,0	0	0	0,0
Sul	5.907.140	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5418 Campanha Informativa sobre Qualificação Profissional do Trabalhador					
	Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1,0	1,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.512.897	9.212.897	80,0	4.000.000	3.907.733	97,7
Fiscal Seguridade	11.512.897	9.212.897	80,0	4.000.000	3.907.733	97,7
Nacional	11.512.897	9.212.897	80,0	4.000.000	3.907.733	97,7
(P)	5419 ESTUDO PARA REAVALIAÇÃO DO MODELO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL					
	Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.141.962	6.141.962	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.141.962	6.141.962	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.141.962	6.141.962	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(P)	5420	Qualificação de Agentes de Turismo nos Municípios				
Produto: PESSOA QUALIFICADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	277.242,0	277.242,0	100,0	108.433,0	25.242,0	23,3
Nacional	157.242,0	157.242,0	100,0	108.433,0	25.242,0	23,3
Centro-oeste	16.325,0	16.325,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	39.967,0	39.967,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6.977,0	6.977,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	32.386,0	32.386,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	24.345,0	24.345,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	44.197.839	39.247.839	88,8	15.630.000	6.381.471	40,8
Fiscal Seguridade	39.247.839	39.247.839	100,0	15.630.000	6.381.471	40,8
Nacional	39.247.839	39.247.839	100,0	15.630.000	6.381.471	40,8
Demais Fontes	4.950.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	949.929	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.756.999	0	0,0	0	0	0,0
Norte	310.236	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.365.896	0	0,0	0	0	0,0
Sul	566.940	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5421	Qualificação de Cuidadores de Idosos				
Produto: PESSOA QUALIFICADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	132.820,0	132.820,0	100,0	30.722,0	6.820,0	22,2
Nacional	72.820,0	72.820,0	100,0	30.722,0	6.820,0	22,2
Centro-oeste	8.166,0	8.166,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	19.984,0	19.984,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	3.488,0	3.488,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	16.188,0	16.188,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	12.174,0	12.174,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.546.586	18.546.586	100,0	4.424.000	2.116.153	47,8
Fiscal Seguridade	18.546.586	18.546.586	100,0	4.424.000	2.116.153	47,8
Nacional	18.546.586	18.546.586	100,0	4.424.000	2.116.153	47,8
(P)	5422	QUALIFICAÇÃO DE JOVENS EM RISCO SOCIAL				
Produto: pessoa qualificada				Unidade de Medida: unidade		
Físico	240.516,0	240.516,0	100,0	187.938,0	30.615,0	16,3
Nacional	139.830,0	139.830,0	100,0	187.938,0	30.615,0	16,3
Centro-oeste	13.485,0	13.485,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	32.931,0	32.931,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.760,0	5.760,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	28.402,0	28.402,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	20.108,0	20.108,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	42.615.324	34.315.324	80,5	29.600.000	7.095.835	24,0
Fiscal Seguridade	34.315.324	34.315.324	100,0	29.600.000	7.095.835	24,0
Nacional	34.315.324	34.315.324	100,0	29.600.000	7.095.835	24,0
Demais Fontes	8.300.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	170.741	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.563.205	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	2.898.668	0	0,0	0	0	0,0
Norte	510.026	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.227.555	0	0,0	0	0	0,0
Sul	929.804	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(P) 5423 Qualificação de Pessoas Portadoras de Deficiência e de Atendentes de Pessoas Portadoras de Deficiência						
Produto: PESSOA QUALIFICADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	183.364,0	183.364,0	100,0	78.200,0	16.068,0	20,5
Nacional	102.364,0	102.364,0	100,0	78.200,0	16.068,0	20,5
Centro-oeste	11.027,0	11.027,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	26.977,0	26.977,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	4.712,0	4.712,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	21.844,0	21.844,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	16.440,0	16.440,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.073.996	25.773.996	88,6	11.262.000	3.966.753	35,2
Fiscal Seguridade	25.773.996	25.773.996	100,0	11.262.000	3.966.753	35,2
Nacional	25.773.996	25.773.996	100,0	11.262.000	3.966.753	35,2
Demais Fontes	3.300.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	633.287	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.171.393	0	0,0	0	0	0,0
Norte	206.813	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	910.545	0	0,0	0	0	0,0
Sul	377.962	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5424 Qualificação de Trabalhadores Autônomos ou Autogestionados						
Produto: TRABALHADOR QUALIFICADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	894.503,0	894.503,0	100,0	234.713,0	93.718,0	39,9
Nacional	476.119,0	476.119,0	100,0	234.713,0	93.718,0	39,9
Centro-oeste	51.676,0	51.676,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	126.495,0	126.495,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	22.048,0	22.048,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	141.112,0	141.112,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	77.053,0	77.053,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	165.616.923	124.750.627	75,3	33.798.600	16.260.859	48,1
Fiscal Seguridade	144.995.573	124.750.627	86,0	33.798.600	16.260.859	48,1
Nacional	144.995.573	124.750.627	86,0	33.798.600	16.260.859	48,1
Demais Fontes	20.621.350	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.957.278	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	7.319.748	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.292.328	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	5.690.102	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.361.895	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(P) 5425 Qualificação de Trabalhadores da Área da Cultura						
Produto: TRABALHADOR QUALIFICADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	219.886,0	219.886,0	100,0	42.575,0	8.685,0	20,4
Nacional	117.886,0	117.886,0	100,0	42.575,0	8.685,0	20,4
Centro-oeste	13.877,0	13.877,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	33.971,0	33.971,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	5.928,0	5.928,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	27.532,0	27.532,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	20.692,0	20.692,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.664.637	30.539.637	88,1	6.130.774	3.133.292	51,1
Fiscal Seguridade	30.539.637	30.539.637	100,0	6.130.774	3.133.292	51,1
Nacional	30.539.637	30.539.637	100,0	6.130.774	3.133.292	51,1
Demais Fontes	4.125.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	791.618	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.464.208	0	0,0	0	0	0,0
Norte	258.516	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.138.225	0	0,0	0	0	0,0
Sul	472.434	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5426 QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES DESOCUPADOS						
Produto: trabalhador qualificado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2.337.688,0	2.337.688,0	100,0	783.534,0	374.998,0	47,9
Nacional	1.428.846,0	1.428.846,0	100,0	783.534,0	374.998,0	47,9
Centro-oeste	122.631,0	122.631,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	299.009,0	299.009,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	52.390,0	52.390,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	243.114,0	243.114,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	191.698,0	191.698,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.687.971	256.749.476	64,1	112.829.223	60.740.423	53,8
Fiscal Seguridade	318.474.204	256.749.476	80,6	112.829.223	60.740.423	53,8
Nacional	318.474.204	256.749.476	80,6	112.829.223	60.740.423	53,8
Demais Fontes	82.213.767	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	63.508	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	15.621.980	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	28.706.845	0	0,0	0	0	0,0
Norte	5.083.846	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	23.399.603	0	0,0	0	0	0,0
Sul	9.337.985	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR						
Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias						
(P)	5427	Qualificação de Trabalhadores sob Risco de Desocupação				
	Produto: TRABALHADOR QUALIFICADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.310.969,0	1.310.969,0	100,0	310.770,0	146.994,0	47,3
Nacional	770.969,0	770.969,0	100,0	310.770,0	146.994,0	47,3
Centro-oeste	73.492,0	73.492,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	179.902,0	179.902,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	31.397,0	31.397,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	145.623,0	145.623,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	109.586,0	109.586,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	263.221.550	181.656.531	69,0	44.750.880	23.439.665	52,4
Fiscal Seguridade	232.268.895	181.656.531	78,2	44.750.880	23.439.665	52,4
Nacional	232.268.895	181.656.531	78,2	44.750.880	23.439.665	52,4
Demais Fontes	30.952.655	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.940.139	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	10.986.624	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.939.775	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.540.894	0	0,0	0	0	0,0
Sul	3.545.222	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5929	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR DA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA				
	Produto: trabalhador qualificado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7770	CAPACITAÇÃO DE MULHERES PARA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	Produto: pessoa qualificada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7771	PESQUISA PARA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR				
	Produto: pesquisa publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7772	QUALIFICAÇÃO DE JOVENS				
	Produto: pessoa qualificada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.489.125.896	1.096.921.133	73,7	326.548.688	161.625.716	49,5
Fiscal Seguridade	1.283.088.982	1.096.921.133	75,1	326.548.688	161.625.716	49,5
Demais Fontes	206.036.914	0	16,9	0	0	0,0
0102 TRABALHO LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira						
(P)	1456	PROMOÇÃO DE EVENTOS SOBRE RELAÇÕES TRABALHISTAS				
	Produto: Evento realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	796.359	796.359	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	796.359	796.359	100,0	0	0	0,0
Nacional	796.359	796.359	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0102 TRABALHO LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira						
(P)	1457	EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE RELAÇÕES TRABALHISTAS				
	Produto: Exemplar distribuído		Unidade de Medida: unidade			
Físico	68.860,0	68.860,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	68.860,0	68.860,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	70.731	70.731	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	70.731	70.731	100,0	0	0	0,0
Nacional	70.731	70.731	100,0	0	0	0,0
(P)	1464	Estudo para Revisão da Metodologia de Codificação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO				
	Produto: ESTUDO REALIZADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	16.026.484	10.715.854	66,9	3.238.403	3.208.933	99,1
Fiscal Seguridade	15.316.534	10.715.854	70,0	3.238.403	3.208.933	99,1
Nacional	15.316.534	10.715.854	70,0	3.238.403	3.208.933	99,1
Demais Fontes	709.950	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	709.950	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1466	CAPACITAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DO TRABALHO				
	Produto: Pessoa capacitada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.487,0	1.487,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.487,0	1.487,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.395	400.395	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.395	400.395	100,0	0	0	0,0
Nacional	400.395	400.395	100,0	0	0	0,0
(P)	1467	Reaparelhamento e Modernização das Unidades Regionais				
	Produto: UNIDADE MODERNIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	205,0	205,0	100,0	27,0	151,0	559,3
Nacional	205,0	205,0	100,0	27,0	151,0	559,3
Financeiro	67.954.736	49.836.749	73,3	21.412.546	18.323.424	85,6
Fiscal Seguridade	67.954.736	49.836.749	73,3	21.412.546	18.323.424	85,6
Nacional	67.954.736	49.836.749	73,3	21.412.546	18.323.424	85,6
(A)	2062	REGISTRO DE ENTIDADES E SINDICATOS, DE EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO E DE CATEGORIAS SEM CONSELHO FISCALIZADOR				
	Produto: registro mantido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	587,0	587,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	587,0	587,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.212	8.212	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.212	8.212	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.212	8.212	100,0	0	0	0,0
(A)	2552	CONCESSÃO DE ANISTIA PARA FINS TRABALHISTAS				
	Produto: anistia concedida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.950	2.950	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.950	2.950	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.950	2.950	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0102 TRABALHO LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira						
(A) 2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS						
Produto: TRABALHADOR IDENTIFICADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	19.355.571,0	19.355.571,0	100,0	7.500.000,0	6.420.971,0	85,6
Nacional	12.753.656,0	12.753.656,0	100,0	7.500.000,0	6.420.971,0	85,6
Centro-oeste	480.815,0	480.815,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.822.909,0	1.822.909,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	540.824,0	540.824,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3.138.347,0	3.138.347,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	619.020,0	619.020,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.911.571	7.404.771	53,2	12.599.238	3.284.102	26,1
Fiscal Seguridade	13.911.571	7.404.771	53,2	12.599.238	3.284.102	26,1
Nacional	13.911.571	7.404.771	53,2	12.599.238	3.284.102	26,1
(A) 2598 Melhoria do Atendimento ao Trabalhador e Orientações Trabalhistas						
Produto: PESSOA ATENDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	5.556.279,0	5.556.279,0	100,0	10.800.000,0	5.556.279,0	51,4
Nacional	5.556.279,0	5.556.279,0	100,0	10.800.000,0	5.556.279,0	51,4
Financeiro	28.954.578	14.805.238	51,1	18.493.604	14.805.238	80,1
Fiscal Seguridade	28.954.578	14.805.238	51,1	18.493.604	14.805.238	80,1
Nacional	28.954.578	14.805.238	51,1	18.493.604	14.805.238	80,1
(A) 2603 Mediação de Relações Trabalhistas						
Produto: MEDIAÇÃO REALIZADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	30.787,0	30.787,0	100,0	10.000,0	9.440,0	94,4
Nacional	30.787,0	30.787,0	100,0	10.000,0	9.440,0	94,4
Financeiro	837.574	464.508	55,5	425.936	390.926	91,8
Fiscal Seguridade	837.574	464.508	55,5	425.936	390.926	91,8
Nacional	837.574	464.508	55,5	425.936	390.926	91,8
(A) 2614 HOMOLOGAÇÃO DE QUADROS DE PESSOAL ORGANIZADOS EM CARREIRA						
Produto: Quadro homologado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.328	3.328	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.328	3.328	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.328	3.328	100,0	0	0	0,0
(A) 2619 Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho						
Produto: UNIDADE APOIADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	378,0	378,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Nacional	378,0	378,0	100,0	27,0	27,0	100,0
Financeiro	389.304.552	267.111.409	68,6	124.992.025	108.594.731	86,9
Fiscal Seguridade	389.304.552	267.111.409	68,6	124.992.025	108.594.731	86,9
Nacional	389.304.552	267.111.409	68,6	124.992.025	108.594.731	86,9
(A) 2620 SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DO TRABALHO - SIRT						
Produto: Sistema mantido	Unidade de Medida: unidade					
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	224.246	224.246	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	224.246	224.246	100,0	0	0	0,0
Nacional	224.246	224.246	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0102 TRABALHO LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira						
(A)	2623	Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho				
	Produto: SISTEMA MANTIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	20.025.553	13.816.860	69,0	5.695.052	5.573.444	97,9
Fiscal Seguridade	20.025.553	13.816.860	69,0	5.695.052	5.573.444	97,9
Nacional	20.025.553	13.816.860	69,0	5.695.052	5.573.444	97,9
(A)	2628	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS				
	Produto: FISCALIZACAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	954.618,0	954.618,0	100,0	360.000,0	304.254,0	84,5
Nacional	954.618,0	954.618,0	100,0	360.000,0	304.254,0	84,5
Financeiro	62.202.941	43.642.941	70,2	29.260.400	18.097.080	61,8
Fiscal Seguridade	62.202.941	43.642.941	70,2	29.260.400	18.097.080	61,8
Nacional	62.202.941	43.642.941	70,2	29.260.400	18.097.080	61,8
(P)	4223	Formação Continuada de Auditores-Fiscais do Trabalho				
	Produto: AUDITOR-FISCAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.198,0	8.198,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	8.198,0	8.198,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.422.989	2.422.989	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.422.989	2.422.989	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.422.989	2.422.989	100,0	0	0	0,0
(A)	4223	Formação Continuada de Auditores-Fiscais do Trabalho				
	Produto: AUDITOR-FISCAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.250,0	4.250,0	100,0	3.244,0	4.250,0	131,0
Nacional	4.250,0	4.250,0	100,0	3.244,0	4.250,0	131,0
Financeiro	3.269.458	1.569.458	48,0	1.700.000	1.569.458	92,3
Fiscal Seguridade	3.269.458	1.569.458	48,0	1.700.000	1.569.458	92,3
Nacional	3.269.458	1.569.458	48,0	1.700.000	1.569.458	92,3
(P)	4245	Distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30.054,0	30.054,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30.054,0	30.054,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.754	12.754	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.754	12.754	100,0	0	0	0,0
Nacional	12.754	12.754	100,0	0	0	0,0
(A)	4245	Distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	37.256,0	37.256,0	100,0	50.000,0	37.256,0	74,5
Nacional	37.256,0	37.256,0	100,0	50.000,0	37.256,0	74,5
Financeiro	1.770.125	16.400	0,9	1.136.000	16.400	1,4
Fiscal Seguridade	1.770.125	16.400	0,9	1.136.000	16.400	1,4
Nacional	1.770.125	16.400	0,9	1.136.000	16.400	1,4
(A)	4409	MESAS DE ENTENDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMPRESAS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA				
	Produto: Mesa de entendimento realizada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.755,0	4.755,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	4.755,0	4.755,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	139.659	139.659	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	139.659	139.659	100,0	0	0	0,0
Nacional	139.659	139.659	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0102 TRABALHO LEGAL						
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira						
(P)	5416	Campanha de Divulgação da Central de Atendimento - ALÔ TRABALHO				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.958.657	1.958.657	100,0	2.000.000	1.958.657	97,9
Fiscal Seguridade	1.958.657	1.958.657	100,0	2.000.000	1.958.657	97,9
Nacional	1.958.657	1.958.657	100,0	2.000.000	1.958.657	97,9
(P)	5428	Implantação do Sistema Informatizado de Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	149,2	149,2	100,0	100,0	77,9	77,9
Nacional	149,2	149,2	100,0	100,0	77,9	77,9
Financeiro	55.891.662	35.970.125	64,4	22.748.609	14.499.577	63,7
Fiscal Seguridade	55.891.662	35.970.125	64,4	22.748.609	14.499.577	63,7
Nacional	55.891.662	35.970.125	64,4	22.748.609	14.499.577	63,7
(P)	5537	Capacitação de Mediadores e Negociadores em Relações Trabalhistas				
	Produto: PESSOA CAPACITADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.022,0	1.022,0	100,0	80,0	610,0	762,5
Nacional	1.022,0	1.022,0	100,0	80,0	610,0	762,5
Financeiro	1.299.312	897.181	69,1	576.000	525.878	91,3
Fiscal Seguridade	1.299.312	897.181	69,1	576.000	525.878	91,3
Nacional	1.299.312	897.181	69,1	576.000	525.878	91,3
(P)	5931	ESTUDOS PARA REVISÃO DA REGULAMENTAÇÃO DA INSPEÇÃO DO TRABALHO				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9033	INTERCÂMBIO COM OUTRAS ÁREAS DE FISCALIZAÇÃO DO GOVERNO PARA APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO FISCAL				
	Produto: intercâmbio realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	12,0	6,0	50,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	12,0	6,0	50,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9034	NORMAS SOBRE RELAÇÕES DO TRABALHO				
	Produto: norma publicada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	65,0	65,0	100,0	8,0	42,0	525,0
Nacional	65,0	65,0	100,0	8,0	42,0	525,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	667.488.826	452.291.774	67,8	244.277.813	190.847.848	78,1
Fiscal Seguridade	666.778.876	452.291.774	75,1	244.277.813	190.847.848	78,1
Demais Fontes	709.950	0	16,9	0	0	0,0

0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL

Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior

(P) 1444 Pesquisa para Desenvolvimento de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador

Produto: PESQUISA PUBLICADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Físico	29,0	29,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Nacional	29,0	29,0	100,0	10,0	10,0	100,0
Financeiro	5.261.653	4.161.653	79,1	1.950.000	1.803.786	92,5
Fiscal Seguridade	5.261.653	4.161.653	79,1	1.950.000	1.803.786	92,5
Nacional	5.261.653	4.161.653	79,1	1.950.000	1.803.786	92,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior						
(P)	1445	Estudos e Pesquisas para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho				
	Produto: ESTUDO/PESQUISA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	205,0	205,0	100,0	41,0	59,0	143,9
Nacional	205,0	205,0	100,0	41,0	59,0	143,9
Financeiro	26.255.391	20.795.391	79,2	5.451.568	5.304.556	97,3
Fiscal Seguridade	26.255.391	20.795.391	79,2	5.451.568	5.304.556	97,3
Nacional	26.255.391	20.795.391	79,2	5.451.568	5.304.556	97,3
(P)	1446	Edição e Distribuição de Publicações Técnico-Científicas, Didáticas e Institucionais sobre Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.455.801,0	2.455.801,0	100,0	248.000,0	644.207,0	259,8
Nacional	2.455.801,0	2.455.801,0	100,0	248.000,0	644.207,0	259,8
Financeiro	6.470.719	4.770.719	73,7	1.692.045	1.687.029	99,7
Fiscal Seguridade	6.470.719	4.770.719	73,7	1.692.045	1.687.029	99,7
Nacional	6.470.719	4.770.719	73,7	1.692.045	1.687.029	99,7
(P)	1447	Campanha para Divulgação de Informações sobre Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: CAMPANHA REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	16,0	16,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Nacional	16,0	16,0	100,0	3,0	2,0	66,7
Financeiro	5.844.795	4.704.598	80,5	1.052.189	1.047.940	99,6
Fiscal Seguridade	5.844.795	4.704.598	80,5	1.052.189	1.047.940	99,6
Nacional	5.844.795	4.704.598	80,5	1.052.189	1.047.940	99,6
(P)	1448	Produção e Distribuição de Material Audiovisual Didático Técnico-Científico e Institucional sobre Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30.965,0	30.965,0	100,0	6.600,0	16.742,0	253,7
Nacional	30.965,0	30.965,0	100,0	6.600,0	16.742,0	253,7
Financeiro	2.792.797	2.097.415	75,1	699.785	646.086	92,3
Fiscal Seguridade	2.792.797	2.097.415	75,1	699.785	646.086	92,3
Nacional	2.792.797	2.097.415	75,1	699.785	646.086	92,3
(P)	1449	Capacitação de Profissionais em Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	152.248,0	152.248,0	100,0	47.284,0	46.321,0	98,0
Nacional	152.248,0	152.248,0	100,0	47.284,0	46.321,0	98,0
Financeiro	9.859.786	6.887.004	69,8	3.839.952	3.694.886	96,2
Fiscal Seguridade	9.859.786	6.887.004	69,8	3.839.952	3.694.886	96,2
Nacional	9.859.786	6.887.004	69,8	3.839.952	3.694.886	96,2
(P)	1450	Modernização do Sistema de Informações sobre Segurança e Saúde no Trabalho				
	Produto: SISTEMA MODERNIZADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	75,0	75,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Nacional	75,0	75,0	100,0	25,0	25,0	100,0
Financeiro	2.966.055	2.366.055	79,8	1.081.250	828.914	76,7
Fiscal Seguridade	2.966.055	2.366.055	79,8	1.081.250	828.914	76,7
Nacional	2.966.055	2.366.055	79,8	1.081.250	828.914	76,7
(A)	2545	Avaliação de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador				
	Produto: LAUDO EMITIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	3.135,0	3.135,0	100,0	850,0	809,0	95,2
Nacional	3.135,0	3.135,0	100,0	850,0	809,0	95,2
Financeiro	2.238.635	1.593.635	71,2	675.000	519.223	76,9
Fiscal Seguridade	2.238.635	1.593.635	71,2	675.000	519.223	76,9
Nacional	2.238.635	1.593.635	71,2	675.000	519.223	76,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

786

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior						
(A)	2551	CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA E DE SEUS FABRICANTES E IMPORTADORES				
	Produto: certificado concedido		Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.324,0	2.324,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2.324,0	2.324,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.900	9.900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.900	9.900	100,0	0	0	0,0
Nacional	9.900	9.900	100,0	0	0	0,0
(A)	2605	Normas sobre Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: NORMA PUBLICADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13,0	13,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	3.867.822	2.667.822	69,0	997.132	979.564	98,2
Fiscal Seguridade	3.867.822	2.667.822	69,0	997.132	979.564	98,2
Nacional	3.867.822	2.667.822	69,0	997.132	979.564	98,2
(A)	2617	Serviços de Análise Laboratorial em Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: ANALISE REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	35.939,0	35.939,0	100,0	7.500,0	11.063,0	147,5
Nacional	35.939,0	35.939,0	100,0	7.500,0	11.063,0	147,5
Financeiro	5.195.329	4.425.329	85,2	1.409.271	1.288.279	91,4
Fiscal Seguridade	5.195.329	4.425.329	85,2	1.409.271	1.288.279	91,4
Nacional	5.195.329	4.425.329	85,2	1.409.271	1.288.279	91,4
(A)	2618	Serviços de Informações sobre Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: USUARIO ATENDIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	251.042,0	251.042,0	100,0	66.650,0	73.653,0	110,5
Nacional	251.042,0	251.042,0	100,0	66.650,0	73.653,0	110,5
Financeiro	3.132.630	2.382.630	76,1	710.000	523.276	73,7
Fiscal Seguridade	3.132.630	2.382.630	76,1	710.000	523.276	73,7
Nacional	3.132.630	2.382.630	76,1	710.000	523.276	73,7
(A)	2690	Inspeção dos Ambientes e Condições de Trabalho				
	Produto: INSPECAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	392.319,0	392.319,0	100,0	160.000,0	125.390,0	78,4
Nacional	252.804,0	252.804,0	100,0	160.000,0	125.390,0	78,4
Centro-oeste	9.024,0	9.024,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	25.524,0	25.524,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	9.553,0	9.553,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	75.295,0	75.295,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	20.119,0	20.119,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.456.788	4.756.788	73,7	1.636.269	1.605.531	98,1
Fiscal Seguridade	6.456.788	4.756.788	73,7	1.636.269	1.605.531	98,1
Nacional	6.456.788	4.756.788	73,7	1.636.269	1.605.531	98,1
(P)	4231	Formação Continuada de Técnicos em Segurança e Saúde do Trabalhador				
	Produto: TECNICO CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.938,0	1.938,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1.178,0	1.178,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	64,0	64,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	219,0	219,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	50,0	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	304,0	304,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	123,0	123,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.094.548	1.094.548	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.094.548	1.094.548	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.094.548	1.094.548	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	787	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
38000 Ministério do Trabalho e Emprego						
0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL						
Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior						
(A) 4231	Formação Continuada de Técnicos em Segurança e Saúde do Trabalhador					
Produto: TECNICO CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.065,0	1.065,0	100,0	821,0	1.065,0	129,7
Nacional	1.065,0	1.065,0	100,0	821,0	1.065,0	129,7
Financeiro	1.413.273	661.273	46,8	752.000	661.273	87,9
Fiscal Seguridade	1.413.273	661.273	46,8	752.000	661.273	87,9
Nacional	1.413.273	661.273	46,8	752.000	661.273	87,9
(P) 5404	Promoção de Eventos Educativos sobre Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais					
Produto: EVENTO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.172,0	1.172,0	100,0	169,0	421,0	249,1
Nacional	1.172,0	1.172,0	100,0	169,0	421,0	249,1
Financeiro	6.641.964	4.941.964	74,4	3.846.406	3.721.322	96,7
Fiscal Seguridade	6.641.964	4.941.964	74,4	3.846.406	3.721.322	96,7
Nacional	6.641.964	4.941.964	74,4	3.846.406	3.721.322	96,7
(P) 5568	Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT					
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	78,0	78,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Nacional	52,0	52,0	100,0	28,0	28,0	100,0
Centro-oeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	9,0	9,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	4,0	4,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	3,0	3,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.362.705	3.962.705	73,9	1.800.000	1.630.529	90,6
Fiscal Seguridade	5.362.705	3.962.705	73,9	1.800.000	1.630.529	90,6
Nacional	5.362.705	3.962.705	73,9	1.800.000	1.630.529	90,6
(P) 5935	CONGRESSO NACIONAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO - CONPAT					
Produto: congresso realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9041	ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL					
Produto: acordo firmado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	32,0	16,0	50,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	32,0	16,0	50,0	8,0	8,0	100,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	94.864.790	72.279.429	76,2	27.592.867	25.942.194	94,0
Fiscal Seguridade	94.864.790	72.279.429	75,1	27.592.867	25.942.194	94,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Produto: Trecho adequado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	48.449.668	48.449.668	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	48.449.668	48.449.668	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.730.751	8.730.751	100,0	0	0	0,0
Nordeste	2.736.917	2.736.917	100,0	0	0	0,0
Sudeste	36.982.000	36.982.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5851 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.200.000	2.200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.200.000	2.200.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.200.000	2.200.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	50.649.668	50.649.668	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	50.649.668	50.649.668	72,2	0	0	0,0
0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.500.000	7.500.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.500.000	7.500.000	100,0	0	0	0,0
Norte	7.500.000	7.500.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5862 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO						
Produto: Dragagem realizada						
Unidade de Medida: mil m³						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.390.073	1.390.073	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.390.073	1.390.073	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.390.073	1.390.073	100,0	0	0	0,0
(P) 5862 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.991.054	14.991.054	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	14.991.054	14.991.054	100,0	0	0	0,0
Nacional	14.991.054	14.991.054	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	23.881.127	23.881.127	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	23.881.127	23.881.127	72,2	0	0	0,0
0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Produto: Trecho pavimentado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	145.469.062	145.469.062	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	145.469.062	145.469.062	100,0	0	0	0,0
Nacional	79.830.901	79.830.901	100,0	0	0	0,0
Sudeste	65.638.161	65.638.161	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	145.469.062	145.469.062	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	145.469.062	145.469.062	72,2	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

789

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(P) 1081	CONSTRUÇÃO/ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS					
Produto: Contorno adequado			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.995.821	10.995.821	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.995.821	10.995.821	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	10.995.821	10.995.821	100,0	0	0	0,0
(P) 1303	RECUPERAÇÃO DO BERÇO 101 DO PORTO DE ITAQUI (MA)					
Produto: Obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1305	Melhoramentos no Porto de Vila do Conde (PA)					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	5,0	5,0	100,0	84,0	S.R.	0,0
Norte	5,0	5,0	100,0	84,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.837.882	1.187.882	24,6	3.871.400	859.282	22,2
Investimento das Estatai	4.837.882	1.187.882	24,6	3.871.400	859.282	22,2
Norte	4.837.882	1.187.882	24,6	3.871.400	859.282	22,2
(P) 1547	Construção de Eclusa de Lajeado no Rio Tocantins					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	71.049.793	25.049.793	35,3	23.680.000	21.330.000	90,1
Fiscal Seguridade	71.049.793	25.049.793	35,3	23.680.000	21.330.000	90,1
Nacional	21.330.000	21.330.000	100,0	23.680.000	21.330.000	90,1
Norte	49.719.793	3.719.793	7,5	0	0	0,0
(P) 3266	DRAGAGEM NO PORTO DE ITAQUI - MA					
Produto: Dragagem realizada			Unidade de Medida: mil m³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3269	Dragagem no Porto de Belém (PA)					
Produto: DRAGAGEM REALIZADA			Unidade de Medida: MIL M³			
Físico	117.300,0	117.300,0	100,0	461,0	S.R.	0,0
Norte	117.300,0	117.300,0	100,0	461,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.638.122	1.638.122	35,3	1.400.000	629.660	45,0
Investimento das Estatai	4.638.122	1.638.122	35,3	1.400.000	629.660	45,0
Norte	4.638.122	1.638.122	35,3	1.400.000	629.660	45,0
(P) 3291	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS - PORTO DE ITAQUI (MA)					
Produto: Instalação recuperada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3337	Execução de Obras de Infra-estrutura no Porto de Belém					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	17,5	17,5	100,0	29,0	S.R.	0,0
Norte	17,5	17,5	100,0	29,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.314.457	2.764.926	52,0	1.626.242	1.471.836	90,5
Investimento das Estatai	5.314.457	2.764.926	52,0	1.626.242	1.471.836	90,5
Norte	5.314.457	2.764.926	52,0	1.626.242	1.471.836	90,5



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(P)	3516	Recuperação da Infra-estrutura do Terminal de Combustíveis de Miramar (PA)				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	12,6	12,6	100,0	50,0	S.R.	0,0
Norte	12,6	12,6	100,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.854.466	854.466	46,1	500.000	289.684	57,9
Investimento das Estatais	1.854.466	854.466	46,1	500.000	289.684	57,9
Nacional	289.684	289.684	100,0	500.000	289.684	57,9
Norte	1.564.782	564.782	36,1	0	0	0,0
(P)	5317	Construção da Alça Viária do Sistema Integrado de Transporte do Estado do Pará (Ministério da Integração Nacional)				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	176,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	176,0	S.R.	0,0
Financeiro	57.449.362	56.889.362	99,0	72.640.000	40.000.000	55,1
Fiscal Seguridade	57.449.362	56.889.362	99,0	72.640.000	40.000.000	55,1
Nacional	56.889.362	56.889.362	100,0	72.640.000	40.000.000	55,1
Norte	560.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5344	Construção de Trechos Ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins				
	Produto: TRECHO CONSTRUÍDO		Unidade de Medida: KM			
Físico	29,0	29,0	100,0	618,0	S.R.	0,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	69,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	180,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Norte	9,0	9,0	100,0	358,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.466.795.889	114.383.263	7,8	644.668.000	35.228.498	5,5
Fiscal Seguridade	201.282.889	114.383.263	56,8	66.468.000	35.228.498	53,0
Nacional	133.053.338	105.603.338	79,4	66.468.000	35.228.498	53,0
Centro-oeste	8.779.925	8.779.925	100,0	0	0	0,0
Nordeste	26.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	33.449.626	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	1.265.513.000	0	0,0	578.200.000	0	0,0
Nacional	629.652.870	0	0,0	578.200.000	0	0,0
Centro-oeste	207.202.098	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	8.343.709	0	0,0	0	0	0,0
Norte	420.314.323	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5391	TRANSPOSIÇÃO DAS CORREDEIRAS DE SANTA IZABEL				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5601	CONSTRUÇÃO DO PORTO FLUVIAL EM ACARÁ				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5610	CONSTRUÇÃO DO PORTO FLUVIAL DO AÇAI				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5635	ESTUDOS E PROJETOS PARA A CONSTRUÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM				
	Produto: estudo realizado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

791

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(P)	5693	REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONTENÇÃO DE TALUDE NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,6	0,6	100,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	0,6	0,6	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	500.000	500.000	100,0	162.629	162.629	100,0
Investimento das Estatais	500.000	500.000	100,0	162.629	162.629	100,0
Nacional	162.629	162.629	100,0	162.629	162.629	100,0
Norte	337.371	337.371	100,0	0	0	0,0
(P)	5694	AMPLIAÇÃO DO PIER Nº 2 DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	48,7	48,7	100,0	1,0	S.R.	0,0
Norte	48,7	48,7	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	802.248	802.248	100,0	3.569	3.569	100,0
Investimento das Estatais	802.248	802.248	100,0	3.569	3.569	100,0
Nacional	3.569	3.569	100,0	3.569	3.569	100,0
Norte	798.679	798.679	100,0	0	0	0,0
(P)	5710	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins				
Produto: TRECHO PAVIMENTADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	70,6	70,6	100,0	270,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	187,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	63,6	63,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	7,0	7,0	100,0	83,0	S.R.	0,0
Financeiro	233.208.740	168.032.422	72,1	57.887.592	20.000.000	34,5
Fiscal Seguridade	233.208.740	168.032.422	72,1	57.887.592	20.000.000	34,5
Nacional	20.000.000	20.000.000	100,0	41.422.592	20.000.000	48,3
Centro-oeste	106.494.330	43.110.012	40,5	0	0	0,0
Nordeste	17.268.000	17.268.000	100,0	0	0	0,0
Norte	89.446.410	87.654.410	98,0	16.465.000	0	0,0
(P)	5718	Construção de Pontes no Corredor Araguaia-Tocantins				
Produto: PONTE CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M			
Físico	0,0	0,0	0,0	131,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	131,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.890.000	4.030.000	45,3	10.770.000	900.000	8,4
Fiscal Seguridade	8.890.000	4.030.000	45,3	10.770.000	900.000	8,4
Nacional	900.000	900.000	100,0	10.770.000	900.000	8,4
Nordeste	3.130.000	3.130.000	100,0	0	0	0,0
Norte	4.860.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5730	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins				
Produto: TRECHO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	88,8	88,8	100,0	92,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	92,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	59,8	59,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	29,0	29,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	161.407.205	105.643.205	65,5	42.819.847	10.580.000	24,7
Fiscal Seguridade	161.407.205	105.643.205	65,5	42.819.847	10.580.000	24,7
Nacional	10.580.000	10.580.000	100,0	42.819.847	10.580.000	24,7
Centro-oeste	122.404.395	83.740.395	68,4	0	0	0,0
Nordeste	900.000	900.000	100,0	0	0	0,0
Norte	27.522.810	10.422.810	37,9	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(P)	5735	ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS				
	Produto: trecho adequado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5741	Adequação de Travessias Urbanas no Corredor Araguaia-Tocantins				
	Produto: TRAVESSIA ADEQUADA		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	24.494.000	10.650.000	43,5	4.480.000	2.500.000	55,8
Fiscal Seguridade	24.494.000	10.650.000	43,5	4.480.000	2.500.000	55,8
Nacional	2.500.000	2.500.000	100,0	4.400.000	2.500.000	56,8
Nordeste	1.044.000	0	0,0	80.000	0	0,0
Norte	20.950.000	8.150.000	38,9	0	0	0,0
(P)	5749	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIAS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS				
	Produto: hidrovia implantada		Unidade de Medida: KM			
Físico	10,0	10,0	100,0	188,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	188,0	S.R.	0,0
Norte	10,0	10,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	17.535.000	15.935.000	90,9	10.000.000	4.600.000	46,0
Fiscal Seguridade	17.535.000	15.935.000	90,9	10.000.000	4.600.000	46,0
Nacional	10.615.000	9.015.000	84,9	10.000.000	4.600.000	46,0
Norte	6.920.000	6.920.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5750	Construção de Eclusas de Tucuruí				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	37,0	37,0	100,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Norte	37,0	37,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	225.895.540	163.595.540	72,4	78.000.000	22.500.000	28,8
Fiscal Seguridade	225.895.540	163.595.540	72,4	78.000.000	22.500.000	28,8
Nacional	22.500.000	22.500.000	100,0	78.000.000	22.500.000	28,8
Norte	203.395.540	141.095.540	69,4	0	0	0,0
(P)	5787	CONSTRUÇÃO DE ANÉIS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS				
	Produto: trecho pavimentado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5805	Construção de Viadutos no Corredor Araguaia-Tocantins				
	Produto: OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	70.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	70.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	70.000	0	0,0
Centro-oeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5819	Adequação de Anéis Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins				
	Produto: ANEL ADEQUADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.636.878	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	3.636.878	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.636.878	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

793

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(P) 5846 INFRA-ESTRUTURA DO COMPLEXO PORTUÁRIO DO ESTADO DO PARÁ						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5862 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
Norte	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5877 Ampliação do Porto de Itaquí						
Produto: INSTALACAO PORTUARIA AMPLIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.022.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.022.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.022.000	0	0,0
(P) 7017 RECUPERAÇÃO, MELHORAMENTOS E MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE ITAQUI - MA						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7019 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Produto: trecho pavimentado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7021 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA DE TRANSPORTE NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Produto: sistema implantado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7023 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA EM ESTREITO						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7025 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Produto: trecho recuperado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7254 DERROCAMENTO DO ACESSO AO BERÇO Nº 107 DO PIER PETROLEIRO DO PORTO DE ITAQUI (MA)						
Produto: derrocamento realizado						
Unidade de Medida: 1.000 m³						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7258 MELHORIA DA NAVEGAÇÃO NOS RIOS DAS MORTES / ARAGUAIA / TOCANTINS						
Produto: hidrovia implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS						
Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan						
(OA)	9145	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE ITAQUI (MA)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	36.306.000	0	0,0	16.136.000	0	0,0
Demais Fontes	36.306.000	0	0,0	16.136.000	0	0,0
Nacional	16.136.000	0	0,0	16.136.000	0	0,0
Nordeste	20.170.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9146	CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE XAMBIOÁ (TO) E ESTREITO (MA)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	202.388.000	0	0,0	89.950.000	0	0,0
Demais Fontes	202.388.000	0	0,0	89.950.000	0	0,0
Nacional	89.950.000	0	0,0	89.950.000	0	0,0
Norte	112.438.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9147	MA-106, CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO PORTO DA BASE DE ALCÂNTARA				
Produto: trecho pavimentado - 15 km			Unidade de Medida: km			
Físico	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.538.562.525	686.952.050	27,1	1.063.324.157	161.055.158	15,1
Fiscal Seguridade	1.016.408.350	679.204.406	72,2	371.474.317	157.638.498	42,4
Investimento Estatais	17.947.175	7.747.644	76,1	7.563.840	3.416.660	45,2
Demais Fontes	1.504.207.000	0	0,0	684.286.000	0	0,0
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Irani Dutra de Siqueira						
(P)	1050	MELHORIA DO TRANSPORTE FLUVIAL NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE				
Produto: Embarcação adquirida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3332	Execução de Obras de Infra-estrutura - Porto de Macapá em Santana (AP)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	8,6	8,6	100,0	7,0	S.R.	0,0
Norte	8,6	8,6	100,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.021.164	1.021.164	100,0	496.992	47.023	9,5
Investimento das Estatais	1.021.164	1.021.164	100,0	496.992	47.023	9,5
Norte	1.021.164	1.021.164	100,0	496.992	47.023	9,5
(P)	5711	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte				
Produto: TRECHO PAVIMENTADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	312,0	312,0	100,0	508,0	183,0	36,0
Nacional	183,0	183,0	100,0	508,0	183,0	36,0
Norte	129,0	129,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	273.454.409	228.554.409	83,6	168.206.825	77.925.000	46,3
Fiscal Seguridade	273.454.409	228.554.409	83,6	168.206.825	77.925.000	46,3
Nacional	77.925.000	77.925.000	100,0	168.206.825	77.925.000	46,3
Norte	195.529.409	150.629.409	77,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Irani Dutra de Siqueira						
(P) 5715 Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte						
Produto: ANEL CONSTRUÍDO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.539.881	4.539.881	100,0	8.890.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.539.881	4.539.881	100,0	8.890.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	8.890.000	0	0,0
Norte	4.539.881	4.539.881	100,0	0	0	0,0
(P) 5800 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Produto: Obra de arte especial construída						
Unidade de Medida: m						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.980.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.980.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	7.980.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5888 Revitalização do Setor Comercial Portuário em Santana						
Produto: PROJETO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.500.000	5.500.000	21,6	8.800.000	5.500.000	62,5
Fiscal Seguridade	25.500.000	5.500.000	21,6	8.800.000	5.500.000	62,5
Nacional	5.500.000	5.500.000	100,0	8.800.000	5.500.000	62,5
Norte	20.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7027 CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Produto: obra de arte especial construída						
Unidade de Medida: m						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7031 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Produto: trecho adequado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7033 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7035 CONSTRUÇÃO DE PORTO EM OIAPOQUE (AP)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7037 CONSTRUÇÃO DE PORTO PARA CARGA EM BOCA DO ACRE (AM)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7043 CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM HIDROVIAS NA BACIA AMAZÔNICA						
Produto: hidrovía implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7045 IMPLANTAÇÃO DA HIDROVIA RIO NEGRO/RIO BRANCO						
Produto: hidrovía implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

796

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE						
Gerente em 31/12/2002: Irani Dutra de Siqueira						
(P)	7049	IMPLANTAÇÃO DE HIDROVIA DO RIO PURUS				
	Produto: hidrovia implantada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7053	IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO EM ÁGUAS RESTRITAS - PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES (CARTAS NÁUTICAS DIGITAIS)				
	Produto: sistema implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7055	IMPLANTAÇÃO DO PORTO DO JARI EM LARANJAL DO JARI (AP)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7057	IMPLANTAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DE OIAPOQUE (AP)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7065	MELHORAMENTO DO PORTO DE CARACARAÍ				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7067	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE SANTA MARIA DO BOIACU (RR)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	312.495.454	239.615.454	76,7	186.393.817	83.472.023	44,8
Fiscal Seguridade	311.474.290	238.594.290	72,2	185.896.825	83.425.000	44,9
Investimento Estatais	1.021.164	1.021.164	76,1	496.992	47.023	9,5
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	1079	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA				
	Produto: INSTALACAO PORTUARIA MELHORADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.499.540	3.499.540	100,0	733.364	732.904	99,9
Investimento das Estatais	3.499.540	3.499.540	100,0	733.364	732.904	99,9
Nacional	732.904	732.904	100,0	733.364	732.904	99,9
Sudeste	2.766.636	2.766.636	100,0	0	0	0,0
(P)	1285	Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor Leste				
	Produto: CONTORNO ADEQUADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	9,2	9,2	100,0	9,0	7,0	77,8
Nacional	7,0	7,0	100,0	9,0	7,0	77,8
Sudeste	2,2	2,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.984.000	8.200.000	74,7	6.658.000	6.400.000	96,1
Fiscal Seguridade	10.984.000	8.200.000	74,7	6.658.000	6.400.000	96,1
Nacional	6.400.000	6.400.000	100,0	6.658.000	6.400.000	96,1
Sudeste	4.584.000	1.800.000	39,3	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P) 1905 Recuperação e Melhoramentos da Infra-estrutura Portuária						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	71,0	71,0	100,0	100,0	71,0	71,0
Sudeste	71,0	71,0	100,0	100,0	71,0	71,0
Financeiro	36.422.469	34.972.469	96,0	40.820.000	34.972.469	85,7
Investimento das Estatais	36.422.469	34.972.469	96,0	40.820.000	34.972.469	85,7
Nacional	34.972.469	34.972.469	100,0	40.820.000	34.972.469	85,7
Sudeste	1.450.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1909 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE VITÓRIA						
Produto: DRAGAGEM REALIZADA						
Unidade de Medida: MIL M³						
Físico	0,0	0,0	0,0	400,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	400,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.194	2.000.194	100,0	3.000.000	2.000.194	66,7
Investimento das Estatais	2.000.194	2.000.194	100,0	3.000.000	2.000.194	66,7
Nacional	2.000.194	2.000.194	100,0	3.000.000	2.000.194	66,7
(P) 1923 Ampliação do Porto de Barra do Riacho (ES)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.649.531	2.000.000	75,5	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.000.000	2.000.000	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	649.531	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Sudeste	649.531	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1925 Modernização do Sistema de Balizamento e Sinalização Náutica do Porto de Vitória						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	67,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	67,0	S.R.	0,0
Financeiro	600.000	0	0,0	600.000	0	0,0
Investimento das Estatais	600.000	0	0,0	600.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	600.000	0	0,0
Sudeste	600.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3271 Estudos e Projetos para a Racionalização da Operação Portuária no Porto de Vitória						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	17,0	17,0	100,0	20,0	7,0	35,0
Sudeste	17,0	17,0	100,0	20,0	7,0	35,0
Financeiro	3.571.616	2.071.616	58,0	1.300.000	617.216	47,5
Investimento das Estatais	3.571.616	2.071.616	58,0	1.300.000	617.216	47,5
Sudeste	3.571.616	2.071.616	58,0	1.300.000	617.216	47,5
(P) 3276 EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - PORTO DE VITÓRIA						
Produto: Obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	3,5	3,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	3,5	3,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	598.505	598.505	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	598.505	598.505	100,0	0	0	0,0
Sudeste	598.505	598.505	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	3278	EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA - CAIS DE PAUL				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	899.084	899.084	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	899.084	899.084	100,0	0	0	0,0
Sudeste	899.084	899.084	100,0	0	0	0,0
(P)	3338	Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos - Porto de Sepetiba (RJ)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	16,6	16,6	100,0	11,0	0,3	2,7
Sudeste	16,6	16,6	100,0	11,0	0,3	3,0
Financeiro	42.208.674	42.208.674	100,0	3.484.014	2.470.563	70,9
Investimento das Estatais	42.208.674	42.208.674	100,0	3.484.014	2.470.563	70,9
Sudeste	42.208.674	42.208.674	100,0	3.484.014	2.470.563	70,9
(P)	3340	Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	18,0	18,0	100,0	19,0	S.R.	0,0
Sudeste	18,0	18,0	100,0	19,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.669.015	6.669.015	100,0	5.448.346	159.361	2,9
Investimento das Estatais	6.669.015	6.669.015	100,0	5.448.346	159.361	2,9
Sudeste	6.669.015	6.669.015	100,0	5.448.346	159.361	2,9
(P)	3341	Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Sepetiba (RJ)				
Produto: AREA DESAPROPRIADA			Unidade de Medida: M²			
Físico	25,0	25,0	100,0	93.000,0	S.R.	0,0
Sudeste	25,0	25,0	100,0	93.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	276.213	176.213	63,8	1.400.000	0	0,0
Investimento das Estatais	276.213	176.213	63,8	1.400.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	176.213	176.213	100,0	1.400.000	0	0,0
(P)	3503	Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	5,2	5,2	100,0	10,0	5,2	52,0
Sudeste	5,2	5,2	100,0	10,0	5,2	52,0
Financeiro	5.768.211	668.211	11,6	680.000	668.211	98,3
Investimento das Estatais	5.768.211	668.211	11,6	680.000	668.211	98,3
Sudeste	5.768.211	668.211	11,6	680.000	668.211	98,3
(P)	3508	Obras Complementares no Cais de Capuaba (ES)				
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,7	0,7	100,0	5,0	0,7	14,0
Sudeste	0,7	0,7	100,0	5,0	0,7	13,0
Financeiro	7.083.631	1.183.631	16,7	1.200.000	1.183.631	98,6
Investimento das Estatais	7.083.631	1.183.631	16,7	1.200.000	1.183.631	98,6
Sudeste	7.083.631	1.183.631	16,7	1.200.000	1.183.631	98,6
(P)	3518	CONSTRUÇÃO DE POSTO DE CONTROLE/FISCALIZAÇÃO E DO ACESSO AO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)				
Produto: imóvel instalado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3519	IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS - PORTEINERES E TRANSTEINERES				
Produto: Equipamento instalado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5489	DERROCAGEM NO PORTO DE VITÓRIA				
	Produto: derrocagem realizada		Unidade de Medida: 1.000 m³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5637	Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Leste				
	Produto: CONTORNO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: KM			
Físico	1,1	1,1	100,0	2,0	1,1	55,0
Nacional	1,1	1,1	100,0	2,0	1,1	55,0
Financeiro	8.378.000	2.800.000	33,4	5.300.000	2.800.000	52,8
Fiscal Seguridade	8.378.000	2.800.000	33,4	5.300.000	2.800.000	52,8
Nacional	2.800.000	2.800.000	100,0	5.300.000	2.800.000	52,8
Sudeste	5.578.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5704	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	196,0	196,0	100,0	286,0	153,0	53,5
Nacional	153,0	153,0	100,0	286,0	153,0	53,5
Sudeste	43,0	43,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	374.263.529	176.724.529	47,2	73.965.705	63.683.200	86,1
Fiscal Seguridade	279.588.529	176.724.529	63,2	73.965.705	63.683.200	86,1
Nacional	84.683.200	63.683.200	75,2	73.965.705	63.683.200	86,1
Sudeste	194.905.329	113.041.329	58,0	0	0	0,0
Demais Fontes	94.675.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	94.675.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5713	CONSTRUÇÃO DE ANEL RODOVIÁRIO NO CORREDOR LESTE				
	Produto: trecho pavimentado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5721	Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Leste				
	Produto: ACESSO CONSTRUIDO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.710.157	2.710.157	100,0	1.407.000	1.391.000	98,9
Fiscal Seguridade	2.710.157	2.710.157	100,0	1.407.000	1.391.000	98,9
Nacional	1.391.000	1.391.000	100,0	1.407.000	1.391.000	98,9
Sudeste	1.319.157	1.319.157	100,0	0	0	0,0
(P)	5725	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste				
	Produto: TRECHO ADEQUADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	102,6	102,6	100,0	151,0	46,6	30,9
Nacional	46,6	46,6	100,0	145,0	46,6	32,1
Centro-oeste	44,0	44,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	12,0	12,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	281.928.966	214.011.926	75,9	127.116.000	90.600.000	71,3
Fiscal Seguridade	281.928.966	214.011.926	75,9	127.116.000	90.600.000	71,3
Nacional	90.600.000	90.600.000	100,0	126.394.000	90.600.000	71,7
Centro-oeste	78.261.926	58.261.926	74,4	0	0	0,0
Sudeste	113.067.040	65.150.000	57,6	722.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5731	Adequação de Anéis Rodoviários no Corredor Leste				
Produto: ANEL ADEQUADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,2	0,2	100,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,2	0,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.475.840	1.475.840	19,7	751.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.475.840	1.475.840	19,7	751.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	751.000	0	0,0
Centro-oeste	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.475.840	1.475.840	100,0	0	0	0,0
(P)	5734	Adequação de Acessos Rodoviários no Corredor Leste				
Produto: ACESSO ADEQUADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	8,0	8,0	100,0	8,0	8,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Sudeste	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	3.000.000	3.000.000	100,0	3.000.000	3.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	3.000.000	3.000.000	100,0	3.000.000	3.000.000	100,0
Nacional	2.000.000	2.000.000	100,0	2.000.000	2.000.000	100,0
Sudeste	1.000.000	1.000.000	100,0	1.000.000	1.000.000	100,0
(P)	5742	Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste				
Produto: TRECHO DUPLICADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	128,0	128,0	100,0	83,0	58,0	69,9
Nacional	58,0	58,0	100,0	83,0	58,0	69,9
Sudeste	70,0	70,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	273.470.875	273.470.875	100,0	161.571.000	113.401.000	70,2
Fiscal Seguridade	273.470.875	273.470.875	100,0	161.571.000	113.401.000	70,2
Nacional	113.401.000	113.401.000	100,0	161.571.000	113.401.000	70,2
Sudeste	160.069.875	160.069.875	100,0	0	0	0,0
(P)	5756	Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor Leste				
Produto: TRECHO PAVIMENTADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.500.000	2.500.000	100,0	1.600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.500.000	2.500.000	100,0	1.600.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.600.000	0	0,0
Centro-oeste	2.500.000	2.500.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5765	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (TERMINAIS E ACESSOS)				
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.845.200	23.845.200	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	23.845.200	23.845.200	100,0	0	0	0,0
Sudeste	23.845.200	23.845.200	100,0	0	0	0,0
(P)	5789	Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Leste				
Produto: CONTORNO CONSTRUÍDO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	11,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.182.971	14.190.971	82,6	3.235.000	1.100.000	34,0
Fiscal Seguridade	17.182.971	14.190.971	82,6	3.235.000	1.100.000	34,0
Nacional	1.100.000	1.100.000	100,0	3.235.000	1.100.000	34,0
Sudeste	16.082.971	13.090.971	81,4	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

801

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P) 5796 Construção de Pontes no Corredor Leste						
Produto: PONTE CONSTRUÍDA				Unidade de Medida: M		
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	17.603.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	17.603.500	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	17.603.500	0	0,0
(P) 5802 CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR LESTE						
Produto: Obra de arte especial construída				Unidade de Medida: km		
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	200.000	200.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5835 Adequação de Travessias Urbanas no Corredor Leste						
Produto: TRAVESSIA ADEQUADA				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.985.000	1.675.000	84,4	1.603.500	1.600.000	99,8
Fiscal Seguridade	1.985.000	1.675.000	84,4	1.603.500	1.600.000	99,8
Nacional	1.600.000	1.600.000	100,0	1.603.500	1.600.000	99,8
Sudeste	385.000	75.000	19,5	0	0	0,0
(P) 5959 CONSTRUÇÃO DE ECLUSA NA BARRAGEM DE MASCARENHAS (ES)						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5961 CONSTRUÇÃO DE PORTO DE TRANSBORDO DE REGÊNCIA NA FOZ DO RIO DOCE EM LINHARES (ES)						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5963 CONSTRUÇÃO DO PORTO DE AIMORÉS - BAIXO GUANDU						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5965 DRAGAGEM E MANUTENÇÃO DO PORTO DE ANGRA DOS REIS						
Produto: dragagem realizada				Unidade de Medida: 1000 m³		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5967 IMPLANTAÇÃO DA ZONA DE APOIO LOGÍSTICO NO PORTO DE SEPETIBA						
Produto: estudo realizado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7029 AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA - PORTO DO RIO DE JANEIRO						
Produto: SUBESTAÇÃO AMPLIADA				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	185.873	185.873	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	185.873	185.873	100,0	0	0	0,0
Sudeste	185.873	185.873	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0230 CORREDOR LESTE						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	7238	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NO PORTO DE VITÓRIA (ES)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7248	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE FORNO (RJ)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	350.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	350.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	350.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9103	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NA PONTA DE UBU (ES)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9105	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE VITÓRIA (ES)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9106	CONSTRUÇÃO DE PÁTIOS INTERMODAIS DO CORREDOR RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	47,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	47,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9107	CONSTRUÇÃO DO ANEL FERROVIÁRIO DE BELO HORIZONTE (MG)				
Produto: trecho construído - 17 km			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	21.330.000	0	0,0	9.480.000	0	0,0
Demais Fontes	21.330.000	0	0,0	9.480.000	0	0,0
Nacional	9.480.000	0	0,0	9.480.000	0	0,0
Sudeste	11.850.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9108	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - TERMINAL PONTA DE UBU (ES)				
Produto: trecho construído - 140 km			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	63.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
Demais Fontes	63.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
Nacional	28.000.000	0	0,0	28.000.000	0	0,0
Sudeste	35.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9531	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)				
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.205.037.094	821.937.523	68,2	502.956.429	326.779.749	65,0
Fiscal Seguridade	891.404.338	702.959.298	72,2	403.810.705	283.975.200	70,3
Investimento Estatais	134.277.756	118.978.225	76,1	61.665.724	42.804.549	69,4
Demais Fontes	179.355.000	0	0,0	37.480.000	0	0,0

0233 CORREDOR MERCOSUL(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

803

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P) 1080 Modernização do Porto de Itajaí						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DA EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.000.000	6.000.000	100,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.000.000	6.000.000	100,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Sul	6.000.000	6.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1225 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL						
Produto: Ponte construída				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4621 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)						
Produto: dragagem executada				Unidade de Medida: 1.000 m³		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5016 AMPLIAÇÃO DE PÁTIOS DE CONTÊINERES E PARQUE DE TRIAGEM DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Sul	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5019 Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	53,0	53,0	100,0	22,0	17,0	77,3
Sul	53,0	53,0	100,0	22,0	17,0	77,3
Financeiro	109.600.000	69.600.000	63,5	37.848.000	30.000.000	79,3
Fiscal Seguridade	109.600.000	69.600.000	63,5	37.848.000	30.000.000	79,3
Sul	109.600.000	69.600.000	63,5	37.848.000	30.000.000	79,3
(P) 5243 Ampliação e Recuperação da Infra-estrutura Portuária do Porto de Paranaguá						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DA EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	30.176.000	0	0,0	6.909.500	0	0,0
Fiscal Seguridade	30.176.000	0	0,0	6.909.500	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	6.909.500	0	0,0
Sul	30.176.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5249 Dragagem do Rio Tramandaí e Complexo Lagunar						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DA EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.088.000	0	0,0	1.050.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.088.000	0	0,0	1.050.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.050.000	0	0,0
Sul	2.088.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5251	Recuperação do Molhe do Porto de Imbituba				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DA EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	80.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	80.000	0	0,0
(P)	5301	Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Mercosul				
	Produto: CONTORNO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.397.000	0	0,0	723.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.397.000	0	0,0	723.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	723.000	0	0,0
Sul	1.397.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5389	RECUPERAÇÃO DOS MOLHES DA BARRA DE ACESSO AO PORTO DE ITAJAÍ				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Sul	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5390	RECUPERAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5581	Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Mercosul				
	Produto: CONTORNO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	17,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	17,0	S.R.	0,0
Financeiro	600.000	600.000	100,0	4.251.100	0	0,0
Fiscal Seguridade	600.000	600.000	100,0	4.251.100	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	4.251.100	0	0,0
Sul	600.000	600.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5707	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO			Unidade de Medida: KM		
Físico	313,5	313,5	100,0	428,0	99,5	23,2
Nacional	99,5	99,5	100,0	428,0	99,5	23,2
Sul	214,0	214,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	359.295.549	230.556.509	64,2	95.646.840	47.169.000	49,3
Fiscal Seguridade	359.295.549	230.556.509	64,2	95.646.840	47.169.000	49,3
Nacional	47.169.000	47.169.000	100,0	95.646.840	47.169.000	49,3
Sul	312.126.549	183.387.509	58,8	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5722	Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Mercosul				
Produto: ACESSO CONSTRUÍDO			Unidade de Medida: KM			
Físico	3,0	3,0	100,0	64,0	3,0	4,7
Nacional	3,0	3,0	100,0	64,0	3,0	4,7
Financeiro	30.549.999	24.799.999	81,2	25.520.000	9.500.000	37,2
Fiscal Seguridade	24.799.999	24.799.999	100,0	25.520.000	9.500.000	37,2
Nacional	9.500.000	9.500.000	100,0	25.520.000	9.500.000	37,2
Sul	15.299.999	15.299.999	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	5.750.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	5.750.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5727	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul				
Produto: TRECHO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	146,4	146,4	100,0	152,0	7,2	4,7
Nacional	21,2	21,2	100,0	147,0	5,0	3,4
Sul	125,2	125,2	100,0	5,0	2,2	44,0
Financeiro	300.840.328	248.717.328	82,7	111.066.999	6.261.807	5,6
Fiscal Seguridade	300.840.328	248.717.328	82,7	111.066.999	6.261.807	5,6
Nacional	5.135.000	5.135.000	100,0	102.936.999	5.135.000	5,0
Sul	295.705.328	243.582.328	82,4	8.130.000	1.126.807	13,9
(P)	5737	Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor Mercosul				
Produto: CONTORNO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	40,0	40,0	100,0	14,0	9,0	64,3
Nacional	9,0	9,0	100,0	14,0	9,0	64,3
Sul	31,0	31,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.518.659	72.518.659	100,0	19.669.000	12.161.194	61,8
Fiscal Seguridade	72.518.659	72.518.659	100,0	19.669.000	12.161.194	61,8
Nacional	12.161.194	12.161.194	100,0	19.669.000	12.161.194	61,8
Sul	60.357.465	60.357.465	100,0	0	0	0,0
(P)	5755	Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor do Mercosul				
Produto: INTERLIGACAO CONSTRUÍDA			Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Financeiro	445.925	445.925	100,0	2.107.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	445.925	445.925	100,0	2.107.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	2.107.000	0	0,0
Sul	445.925	445.925	100,0	0	0	0,0
(P)	5767	Modernização de Portos				
Produto: INSTALACAO PORTUARIA MELHORADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	32.103.000	6.620.000	20,6	16.720.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	32.103.000	6.620.000	20,6	16.720.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	16.720.000	0	0,0
Sul	32.103.000	6.620.000	20,6	0	0	0,0
(P)	5774	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR DO MERCOSUL				
Produto: Obra de arte especial construída			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	350.000	350.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	350.000	350.000	100,0	0	0	0,0
Sul	350.000	350.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5785	Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Mercosul				
	Produto: ANEL CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	8,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.392.000	0	0,0	824.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.392.000	0	0,0	824.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	824.000	0	0,0
Sul	1.392.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5870	RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE RIO GRANDE E DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.011.971	14.011.971	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	14.011.971	14.011.971	100,0	0	0	0,0
Sul	14.011.971	14.011.971	100,0	0	0	0,0
(P)	5886	Dragagem e Aprofundamento do Canal da Hidrovia Porto Alegre/rio Grande				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.594.880	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	3.594.880	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.594.880	0	0,0
(P)	5983	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR MERCOSUL				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5985	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE ESTRELA (RS)				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5987	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL ESPECIALIZADO ROLL-ON/ROLL-OFF NO PORTO NOVO DE RIO GRANDE				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5989	CONSTRUÇÃO DO CENTRO INTEGRADO ADUANEIRO DE TRANSPORTE INTERMODAL E DE SERVIÇOS DO MERCOSUL EM FOZ DO IGUAÇU (PR)				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5991	HIDROVIA DO IVAÍ				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5993	HIDROVIA NO RIO TIBAGI				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5995	IMPLANTAÇÃO DOS COMPLEXOS HIDROVIÁRIOS DE ITAIPÚ E IGUAÇU (PR)				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

807

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	5997	RECUPERAÇÃO DOS MOLHES DO CANAL DA BARRA EM BARRA DO SUL (SC)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5999	RECUPERAÇÃO DOS MOLHES DO PORTO DE LAGUNA (SC)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7270	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7277	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO PARA 19 PÉS DOS CANAIS DE ACESSO DA LAGOA DOS PATOS				
	Produto: dragagem executada		Unidade de Medida: 1.000 m ³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7278	DRAGAGEM DOS CANAIS DE ACESSO DA LAGOA DOS PATOS E RIO GUAIBA				
	Produto: dragagem executada		Unidade de Medida: 1.000 m ³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7279	DRAGAGEM DOS CANAIS DE ACESSO E BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO NOVO DE RIO GRANDE				
	Produto: dragagem executada		Unidade de Medida: 1.000 m ³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7280	DRAGAGEM EM CANAIS DE ACESSO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (LAGOA DOS PATOS / RIO GUAÍBA / RIO JACUÍ / CANAL DO SÃO GONÇALO)				
	Produto: dragagem executada		Unidade de Medida: 1.000 m ³			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7284	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7286	MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO NA INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL (SC)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	50.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	50.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7287	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	100.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7290	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO NOVO DE RIO GRANDE				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(P)	7305	Melhoramento e Ampliação da Infra-estrutura do Porto de São Francisco do Sul				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	450.000	450.000	100,0	80.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	450.000	450.000	100,0	80.000	0	0,0
Sul	450.000	450.000	100,0	80.000	0	0,0
(P)	7309	MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PORTO ALEGRE				
	Produto: Obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	900.000	450.000	50,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0
Sul	450.000	450.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	450.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	450.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7463	Recuperação das Instalações do Porto de Laguna				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	25,0	25,0	100,0	21,0	S.R.	0,0
Sul	25,0	25,0	100,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.600.000	6.600.000	100,0	5.200.000	1.200.000	23,1
Fiscal Seguridade	6.600.000	6.600.000	100,0	5.200.000	1.200.000	23,1
Sul	6.600.000	6.600.000	100,0	5.200.000	1.200.000	23,1
(P)	7605	Melhoria da Navegação das Hidrovias do Corredor Mercosul				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	29,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	29,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	2.000.000	0	0,0
(OA)	9125	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL				
	Produto: trecho construído			Unidade de Medida: km		
Físico	163,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Sul	163,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9126	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL INTERMODAL EM SANTA TEREZINHA DO ITAIPU (PR)				
	Produto: terminal construído			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.910.000	0	0,0	3.960.000	0	0,0
Demais Fontes	8.910.000	0	0,0	3.960.000	0	0,0
Nacional	3.960.000	0	0,0	3.960.000	0	0,0
Sul	4.950.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9127	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CASCAVEL - FOZ DO IGUAÇU				
	Produto: trecho construído - 179 km			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	184.500.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Demais Fontes	184.500.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Nacional	82.000.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Sul	102.500.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0233 CORREDOR MERCOSUL						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva						
(OA) 9128 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CASCAVEL - GUAÍRA						
Produto: trecho construído - 150 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	184.500.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Demais Fontes	184.500.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Nacional	82.000.000	0	0,0	82.000.000	0	0,0
Sul	102.500.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9129 CONSTRUÇÃO DE ACESSO FERROVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU						
Produto: trecho construído - 21 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	27.450.000	0	0,0	12.200.000	0	0,0
Demais Fontes	27.450.000	0	0,0	12.200.000	0	0,0
Nacional	12.200.000	0	0,0	12.200.000	0	0,0
Sul	15.250.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9130 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL NO TRECHO LAJES - ROCA SALES - GENERAL LUZ (SC)						
Produto: trecho recuperado - 395 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sul	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	109.701.000	0	0,0	48.756.000	0	0,0
Demais Fontes	109.701.000	0	0,0	48.756.000	0	0,0
Nacional	48.756.000	0	0,0	48.756.000	0	0,0
Sul	60.945.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9131 CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU						
Produto: trecho construído - 23 km						
Unidade de Medida: km						
Físico	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Sul	65,0	0,0	0,0	35,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.350.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Demais Fontes	10.350.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Nacional	4.600.000	0	0,0	4.600.000	0	0,0
Sul	5.750.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9132 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO GUAÍRA - CIANORTE (PR)						
Produto: trecho construído - 102 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	8,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Sul	8,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	13.770.000	0	0,0	6.120.000	0	0,0
Demais Fontes	13.770.000	0	0,0	6.120.000	0	0,0
Nacional	6.120.000	0	0,0	6.120.000	0	0,0
Sul	7.650.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9133 ADAPTAÇÃO DE PARTE DO TERMINAL DE GRÃOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sul	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.500.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Demais Fontes	4.500.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	2.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Sul	2.500.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.514.049.431	682.620.391	45,1	575.006.319	106.292.001	18,5
Fiscal Seguridade	964.018.431	682.620.391	72,2	333.370.319	106.292.001	31,9
Demais Fontes	550.031.000	0	0,0	241.636.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

810

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P)	1043	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO				
	Produto: Trecho implantado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1075	RECUPERAÇÃO DO TERMINAL DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE MUCURIPE				
	Produto: Terminal portuário recuperado		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1301	Dragagem do Berço Interno do Pier Petroleiro do Porto de Maceió				
	Produto: DRAGAGEM REALIZADA		Unidade de Medida: MIL M³			
Físico	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	14,0	S.R.	0,0
Financeiro	460.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Investimento das Estatais	460.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Nordeste	460.000	0	0,0	500.000	0	0,0
(P)	1307	Recuperação do Porto de Fortaleza (CE)				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	3,2	3,2	100,0	73,0	S.R.	0,0
Nordeste	3,2	3,2	100,0	73,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.788.066	838.535	12,4	1.820.182	658.717	36,2
Investimento das Estatais	6.788.066	838.535	12,4	1.820.182	658.717	36,2
Nordeste	6.788.066	838.535	12,4	1.820.182	658.717	36,2
(P)	1309	Ampliação da Área Própria do Porto de Fortaleza (CE) - 120 mil m²				
	Produto: AREA ADQUIRIDA		Unidade de Medida: M²			
Físico	0,0	0,0	0,0	32.000,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	32.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Investimento das Estatais	100.000	0	0,0	500.000	0	0,0
Nordeste	100.000	0	0,0	500.000	0	0,0
(P)	1889	Obras Cíveis para o Aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	1,0	1,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Nordeste	1,0	1,0	100,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.073.000	73.000	1,2	800.000	0	0,0
Investimento das Estatais	6.073.000	73.000	1,2	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nordeste	6.073.000	73.000	1,2	0	0	0,0
(P)	1893	Modernização do Sistema de Iluminação Elétrica do Porto de Fortaleza				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	150.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Investimento das Estatais	150.000	0	0,0	300.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	300.000	0	0,0
Nordeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(A)	2747	Dragagem de Manutenção no Porto de Fortaleza				
	Produto: DRAGAGEM REALIZADA			Unidade de Medida: MIL M³		
Físico	0,0	0,0	0,0	873,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	873,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.583.967	2.583.967	100,0	3.450.000	2.583.967	74,9
Investimento das Estatais	2.583.967	2.583.967	100,0	3.450.000	2.583.967	74,9
Nacional	2.583.967	2.583.967	100,0	3.450.000	2.583.967	74,9
(P)	3255	Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária - Terminal Salineiro de Areia Branca - (RN)				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	10,0	10,0	100,0	22,0	S.R.	0,0
Nordeste	10,0	10,0	100,0	22,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.252.222	9.782.691	79,8	10.000.000	7.527.659	75,3
Investimento das Estatais	12.252.222	9.782.691	79,8	10.000.000	7.527.659	75,3
Nacional	7.527.659	7.527.659	100,0	10.000.000	7.527.659	75,3
Nordeste	4.724.563	2.255.032	47,7	0	0	0,0
(P)	3258	RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS - PORTO DE RECIFE - PE				
	Produto: Instalação recuperada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	10,9	10,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	10,9	10,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	846.262	846.262	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	846.262	846.262	100,0	0	0	0,0
Nordeste	846.262	846.262	100,0	0	0	0,0
(P)	3260	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO E BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE RECIFE - PE				
	Produto: dragagem realizada			Unidade de Medida: 1000 m³		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(P)	3296	Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária				
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: %		
Físico	29,0	29,0	100,0	46,0	S.R.	0,0
Nordeste	29,0	29,0	100,0	46,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.392.966	692.966	49,7	500.000	337.081	67,4
Investimento das Estatais	1.392.966	692.966	49,7	500.000	337.081	67,4
Nordeste	1.392.966	692.966	49,7	500.000	337.081	67,4
(P)	3502	DRAGAGEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE)				
	Produto: Dragagem realizada			Unidade de Medida: mil m³		
Físico	0,8	0,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	0,8	0,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.670.880	3.670.880	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	3.670.880	3.670.880	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.670.880	3.670.880	100,0	0	0	0,0
(P)	3736	Melhoria da Navegação da Hidrovia do Parnaíba				
	Produto:			Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	3.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P) 3748 Construção das Eclusas de Boa Esperança no Rio Parnaíba						
Produto:				Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	3.377.303	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	3.377.303	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	0	0	0,0	3.377.303	0	0,0
(P) 3758 Construção do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Luiz Correa						
Produto:				Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	800.000	0	0,0	2.412.359	0	0,0
Fiscal Seguridade	800.000	0	0,0	2.412.359	0	0,0
Nacional	800.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	0	0	0,0	2.412.359	0	0,0
(P) 5065 Melhoramento das Instalações Portuárias do Porto de Recife - PE						
Produto:				Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.505.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.505.000	0	0,0
Nordeste	0	0	0,0	1.505.000	0	0,0
(P) 5311 Complementação e Melhoramento do Porto de Suape						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	9,5	9,5	100,0	15,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Nordeste	9,5	9,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	104.488.539	67.818.539	64,9	19.688.100	19.000.000	96,5
Fiscal Seguridade	104.218.539	67.818.539	65,1	19.688.100	19.000.000	96,5
Nacional	19.000.000	19.000.000	100,0	19.688.100	19.000.000	96,5
Nordeste	85.218.539	48.818.539	57,3	0	0	0,0
Demais Fontes	270.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	270.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5312 Complexo Portuário do Porto de Pecém						
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	22,6	22,6	100,0	9,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	9,0	S.R.	0,0
Nordeste	22,6	22,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	115.849.000	109.449.000	94,5	32.800.000	12.000.000	36,6
Fiscal Seguridade	115.849.000	109.449.000	94,5	32.800.000	12.000.000	36,6
Nacional	12.000.000	12.000.000	100,0	32.800.000	12.000.000	36,6
Nordeste	103.849.000	97.449.000	93,8	0	0	0,0
(P) 5327 Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor Nordeste						
Produto: TRECHO PAVIMENTADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P)	5388	Recuperação do Porto de Cabedelo				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	11,5	11,5	100,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nordeste	11,5	11,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.750.225	12.900.000	54,3	1.200.000	1.200.000	100,0
Fiscal Seguridade	23.400.000	12.900.000	55,1	1.200.000	1.200.000	100,0
Nacional	1.200.000	1.200.000	100,0	1.200.000	1.200.000	100,0
Nordeste	22.200.000	11.700.000	52,7	0	0	0,0
Demais Fontes	350.225	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	350.225	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5490	Derrocagem no Porto de Fortaleza (CE)				
	Produto: DERROCAGEM REALIZADA		Unidade de Medida: M³			
Físico	0,0	0,0	0,0	1.714,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	1.714,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	600.000	0	0,0
Investimento das Estatais	100.000	0	0,0	600.000	0	0,0
Nordeste	100.000	0	0,0	600.000	0	0,0
(P)	5597	Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	19.704.320	17.704.320	89,8	18.000.000	17.704.320	98,4
Investimento das Estatais	19.704.320	17.704.320	89,8	18.000.000	17.704.320	98,4
Nacional	17.704.320	17.704.320	100,0	18.000.000	17.704.320	98,4
Nordeste	2.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5686	AMPLIAÇÃO, EM 140 METROS, DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5687	Recuperação do Pier Petroleiro e Cais Comercial no Porto de Mucuripe (CE)				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	26,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	26,0	S.R.	0,0
Financeiro	251.130	251.130	100,0	500.000	0	0,0
Investimento das Estatais	251.130	251.130	100,0	500.000	0	0,0
Nordeste	251.130	251.130	100,0	500.000	0	0,0
(P)	5688	Construção de Subestações no Porto de Fortaleza (CE)				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	45,1	45,1	100,0	26,0	S.R.	0,0
Nordeste	45,1	45,1	100,0	26,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.196.843	3.196.843	100,0	2.000.000	1.287.821	64,4
Investimento das Estatais	3.196.843	3.196.843	100,0	2.000.000	1.287.821	64,4
Nordeste	3.196.843	3.196.843	100,0	2.000.000	1.287.821	64,4



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P)	5689	Recuperação do Molhe de Proteção do Porto de Maceió				
Produto: OBRA EXECUTADA				Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	3,0	3,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Nordeste	3,0	3,0	100,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.470.557	2.010.557	81,4	1.199.454	1.179.123	98,3
Investimento das Estatais	2.470.557	2.010.557	81,4	1.199.454	1.179.123	98,3
Nordeste	2.470.557	2.010.557	81,4	1.199.454	1.179.123	98,3
(P)	5708	Construção de Trechos Rodoviários do Corredor Nordeste				
Produto: TRECHO PAVIMENTADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	155,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	155,0	S.R.	0,0
Financeiro	165.059.759	64.813.759	39,3	63.900.918	12.150.000	19,0
Fiscal Seguridade	139.959.759	64.813.759	46,3	63.900.918	12.150.000	19,0
Nacional	12.150.000	12.150.000	100,0	63.900.918	12.150.000	19,0
Nordeste	127.809.759	52.663.759	41,2	0	0	0,0
Demais Fontes	25.100.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	25.100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5714	Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Nordeste				
Produto: ANEL CONSTRUÍDO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	5,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.700.000	16.700.000	100,0	2.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.700.000	16.700.000	100,0	2.000.000	0	0,0
Nordeste	16.700.000	16.700.000	100,0	2.000.000	0	0,0
(P)	5719	CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS NO CORREDOR NORDESTE				
Produto: obra de arte especial construída				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	12,0	12,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.500.000	3.500.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.500.000	3.500.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.500.000	3.500.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5723	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE				
Produto: trecho pavimentado				Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5728	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste				
Produto: TRECHO ADEQUADO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	178,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	178,0	S.R.	0,0
Financeiro	220.545.696	198.603.696	90,1	136.289.784	78.358.593	57,5
Fiscal Seguridade	220.545.696	198.603.696	90,1	136.289.784	78.358.593	57,5
Nacional	78.358.593	78.358.593	100,0	136.289.784	78.358.593	57,5
Nordeste	142.187.103	120.245.103	84,6	0	0	0,0
(P)	5733	Adequação de Pontes no Corredor Nordeste				
Produto: PONTE CONSTRUÍDA				Unidade de Medida: M		
Físico	0,0	0,0	0,0	265,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	265,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.344.000	8.300.000	88,8	5.664.000	2.000.000	35,3
Fiscal Seguridade	9.344.000	8.300.000	88,8	5.664.000	2.000.000	35,3
Nacional	2.000.000	2.000.000	100,0	5.664.000	2.000.000	35,3
Nordeste	7.344.000	6.300.000	85,8	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

815

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P) 5738 ADEQUAÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE						
Produto: Contorno adequado				Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.528.900	1.528.900	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.528.900	1.528.900	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.528.900	1.528.900	100,0	0	0	0,0
(P) 5792 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Nordeste						
Produto: CONTORNO CONSTRUÍDO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	7.100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	7.100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	7.100.000	0	0,0
(P) 5799 Construção de Pontes no Corredor Nordeste						
Produto: PONTE CONSTRUÍDA				Unidade de Medida: M		
Físico	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.000.000	4.000.000	100,0	578.967	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.000.000	4.000.000	100,0	578.967	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	578.967	0	0,0
Nordeste	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5811 ADEQUAÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE						
Produto: trecho adequado				Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	150.000	100.000	66,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	150.000	100.000	66,7	0	0	0,0
Nordeste	150.000	100.000	66,7	0	0	0,0
(P) 5838 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR NORDESTE						
Produto: trecho adequado				Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5849 Construção de Ferrovias no Corredor Nordeste						
Produto: TRECHO FERROVIÁRIO CONSTRUÍDO				Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	57,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	27,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	624.882.100	1.000.000	0,2	310.231.900	1.000.000	0,3
Fiscal Seguridade	1.000.000	1.000.000	100,0	26.400.000	1.000.000	3,8
Nacional	1.000.000	1.000.000	100,0	26.400.000	1.000.000	3,8
Demais Fontes	623.882.100	0	0,0	283.831.900	0	0,0
Nacional	283.831.900	0	0,0	283.831.900	0	0,0
Nordeste	340.050.200	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5859 OBRAS COMPLEMENTARES NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	5.000.000	5.000.000	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(P) 5864	Melhoramento das Instalações do Porto de Natal					
	Produto: OBRA EXECUTADA					
	Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA					
Físico	37,5	37,5	100,0	70,0	S.R.	0,0
Nordeste	37,5	37,5	100,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	25.468.434	25.008.434	98,2	30.331.745	5.789.338	19,1
Investimento das Estatais	25.468.434	25.008.434	98,2	30.331.745	5.789.338	19,1
Nordeste	25.468.434	25.008.434	98,2	30.331.745	5.789.338	19,1
(P) 7001	CONCLUSÃO DO PORTO DE LUÍS CORREIA					
	Produto: porto construído					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7003	CONSTRUÇÃO DA ECLUSA DE BOA ESPERANÇA (PI-MA)					
	Produto: eclusa construída					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7005	IMPLANTAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO PARNAÍBA NO TRECHO SANTA FILOMENA - TERESINA - PARNAÍBA					
	Produto: hidrovía implantada					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7007	MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO-ILHA, EM MOSSORÓ (RN)					
	Produto: obra executada					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7296	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL/PÁTIO PARA CONTÊINERES DO PORTO DE NATAL (RN)					
	Produto: obra executada					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7300	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DO RECIFE (PE)					
	Produto: obra executada					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9135	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE					
	Produto: trecho recuperado					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9136	RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE MOSSORÓ (RN) - SOUZA (PB)					
	Produto: trecho recuperado - 242 km					
	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	141.435.000	0	0,0	62.860.000	0	0,0
Demais Fontes	141.435.000	0	0,0	62.860.000	0	0,0
Nacional	62.860.000	0	0,0	62.860.000	0	0,0
Nordeste	78.575.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0235 CORREDOR NORDESTE						
Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone						
(OA) 9137 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CRATEÚS - PIQUET CARNEIRO (CE)						
Produto: trecho construído - 179 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	181.679.000	0	0,0	80.746.000	0	0,0
Demais Fontes	181.679.000	0	0,0	80.746.000	0	0,0
Nacional	80.746.000	0	0,0	80.746.000	0	0,0
Nordeste	100.933.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9138 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE GRÃOS EM SANTA FILOMENA E TERESINA (PI)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	57,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Nordeste	57,0	0,0	0,0	43,0	S.R.	0,0
Financeiro	28.787.000	0	0,0	12.337.000	0	0,0
Demais Fontes	28.787.000	0	0,0	12.337.000	0	0,0
Nacional	12.337.000	0	0,0	12.337.000	0	0,0
Nordeste	16.450.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9139 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE RECIFE - SALGUEIRO (PE)						
Produto: trecho recuperado - 595 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	218.416.000	0	0,0	97.074.000	0	0,0
Demais Fontes	218.416.000	0	0,0	97.074.000	0	0,0
Nacional	97.074.000	0	0,0	97.074.000	0	0,0
Nordeste	121.342.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9140 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE CRATEÚS (CE) - ALTOS (PI) - TERESINA (PI)						
Produto: trecho recuperado - 296 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	109.208.000	0	0,0	48.537.000	0	0,0
Demais Fontes	109.208.000	0	0,0	48.537.000	0	0,0
Nacional	48.537.000	0	0,0	48.537.000	0	0,0
Nordeste	60.671.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.068.731.866	566.873.479	27,4	962.603.712	162.776.619	16,9
Fiscal Seguridade	652.595.894	498.713.894	72,2	306.716.431	125.708.593	41,0
Investimento Estatais	87.008.647	68.159.585	76,1	70.501.381	37.068.026	52,6
Demais Fontes	1.329.127.325	0	0,0	585.385.900	0	0,0

0236 CORREDOR OESTE-NORTE

Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha

(P) 3334 Recuperação do Pier nº 1 do Porto de Santarém (PA)

Produto: OBRA EXECUTADA

Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA

Físico	44,0	44,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Norte	44,0	44,0	100,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.425.910	775.910	54,4	195.094	171.004	87,7
Investimento das Estatais	1.425.910	775.910	54,4	195.094	171.004	87,7
Nacional	821.004	171.004	20,8	195.094	171.004	87,7
Norte	604.906	604.906	100,0	0	0	0,0
(P) 3334 Recuperação do Pier nº 1 do Porto de Santarém (PA)						
Produto: Obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	9,6	9,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	9,6	9,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

818

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0236 CORREDOR OESTE-NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(P)	5298	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE SANTARÉM (PA)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
Norte	500.000	500.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5616	RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PORTO DE MANAUS				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5700	AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTOS DE PORTOS				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5709	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	154,7	154,7	100,0	515,0	63,0	12,2
Nacional	45,0	45,0	100,0	416,0	45,0	10,8
Norte	109,7	109,7	100,0	99,0	18,0	18,2
Financeiro	436.008.209	399.608.391	91,7	231.426.000	141.294.502	61,1
Fiscal Seguridade	421.992.209	399.608.391	94,7	231.426.000	141.294.502	61,1
Nacional	119.494.502	119.494.502	100,0	177.066.000	119.494.502	67,5
Centro-oeste	43.283.818	20.900.000	48,3	0	0	0,0
Norte	259.213.889	259.213.889	100,0	54.360.000	21.800.000	40,1
Demais Fontes	14.016.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	3.887.830	0	0,0	0	0	0,0
Norte	10.128.170	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5717	Construção de Pontes no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: PONTE CONSTRUIDA		Unidade de Medida: %			
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.500.000	3.500.000	100,0	7.047.000	3.500.000	49,7
Fiscal Seguridade	3.500.000	3.500.000	100,0	7.047.000	3.500.000	49,7
Nacional	3.500.000	3.500.000	100,0	7.047.000	3.500.000	49,7
(P)	5720	Construção de Viadutos no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUIDA		Unidade de Medida: M			
Físico	0,0	0,0	0,0	150,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	150,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	3.200.000	0	0,0
Centro-oeste	0	0	0,0	3.200.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0236 CORREDOR OESTE-NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(P)	5729	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: TRECHO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.152.568	0	0,0	800.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	16.403.818	0	0,0	800.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	800.000	0	0,0
Centro-oeste	16.403.818	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	5.748.750	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	5.642.292	0	0,0	0	0	0,0
Norte	106.458	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5746	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA NAS HIDROVIAS DO CORREDOR OESTE-NORTE				
	Produto: Sistema implantado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5748	Implantação de Hidrovias no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: HIDROVIA IMPLANTADA			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	300.000	300.000	100,0	240.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	300.000	300.000	100,0	240.000	0	0,0
Nacional	300.000	300.000	100,0	240.000	0	0,0
(P)	5771	Melhoria da Navegação das Hidrovias no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
(P)	5786	Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: ANEL CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.496.000	6.800.000	90,7	2.800.000	2.800.000	100,0
Fiscal Seguridade	7.496.000	6.800.000	90,7	2.800.000	2.800.000	100,0
Nacional	2.800.000	2.800.000	100,0	2.800.000	2.800.000	100,0
Norte	4.696.000	4.000.000	85,2	0	0	0,0
(P)	5793	Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte				
	Produto: CONTORNO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM		
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	120.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	120.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	120.000	0	0,0
(OA)	6998	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NO NOVO PORTO DE MANAUS				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0236 CORREDOR OESTE-NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(OA) 6999 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE PORTO VELHO (RO)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	60,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7009 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE						
Produto: trecho pavimentado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7011 ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR OESTE-NORTE						
Produto: trecho adequado						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7013 CONSTRUÇÃO DE PORTO PARA CARGA EM MANAUS (AM)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	700.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	700.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	700.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7015 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE GRANÉIS NO PORTO DE PORTO VELHO (RO)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7307 MELHORIA DA NAVEGAÇÃO NOS RIOS TELES PIRES / JURUENA / TAPAJÓS						
Produto: hidrovia implantada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7319 RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE MANAUS						
Produto: Obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Demais Fontes	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9141 ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9142 ADEQUAÇÃO DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	11.813.000	0	0,0	5.250.000	0	0,0
Demais Fontes	11.813.000	0	0,0	5.250.000	0	0,0
Nacional	5.250.000	0	0,0	5.250.000	0	0,0
Norte	6.563.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0236 CORREDOR OESTE-NORTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(OA) 9143 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NO NOVO PORTO DE MANAUS (AM)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Norte	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	75.524.000	0	0,0	33.566.000	0	0,0
Demais Fontes	75.524.000	0	0,0	33.566.000	0	0,0
Nacional	33.566.000	0	0,0	33.566.000	0	0,0
Norte	41.958.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	559.619.687	411.484.301	73,5	288.644.094	147.765.506	51,2
Fiscal Seguridade	450.192.027	410.708.391	72,2	249.633.000	147.594.502	59,1
Investimento Estatais	1.425.910	775.910	76,1	195.094	171.004	87,7
Demais Fontes	108.001.750	0	0,0	38.816.000	0	0,0
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza						
(P) 3308 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Aratu (BA)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	14,2	14,2	100,0	31,0	S.R.	0,0
Nordeste	14,2	14,2	100,0	31,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.502.066	6.002.066	80,0	2.500.000	2.500.000	100,0
Investimento das Estatais	7.502.066	6.002.066	80,0	2.500.000	2.500.000	100,0
Nordeste	7.502.066	6.002.066	80,0	2.500.000	2.500.000	100,0
(P) 3311 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Ilhéus (BA)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	5,2	5,2	100,0	45,0	S.R.	0,0
Nordeste	5,2	5,2	100,0	45,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.854.961	4.005.430	40,6	21.900.000	3.548.153	16,2
Investimento das Estatais	9.854.961	4.005.430	40,6	21.900.000	3.548.153	16,2
Nordeste	9.854.961	4.005.430	40,6	21.900.000	3.548.153	16,2
(P) 3313 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Salvador						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	53,7	53,7	100,0	49,0	S.R.	0,0
Nordeste	53,7	53,7	100,0	49,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.407.252	4.907.252	76,6	5.600.000	2.645.909	47,2
Investimento das Estatais	6.407.252	4.907.252	76,6	5.600.000	2.645.909	47,2
Nordeste	6.407.252	4.907.252	76,6	5.600.000	2.645.909	47,2
(P) 5323 Adequação de Pontes no Corredor São Francisco						
Produto: PONTE ADEQUADA						
Unidade de Medida: M						
Físico	0,0	0,0	0,0	55,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	55,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.596.000	900.000	56,4	3.609.000	900.000	24,9
Fiscal Seguridade	1.596.000	900.000	56,4	3.609.000	900.000	24,9
Nacional	900.000	900.000	100,0	3.609.000	900.000	24,9
Nordeste	696.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5620 CONSTRUÇÃO DE ANÉIS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: km						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza						
(P) 5697	Construção de Contornos Ferroviários no Corredor São Francisco					
Produto: CONTORNO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.588.000	500.000	19,3	1.288.000	500.000	38,8
Fiscal Seguridade	2.588.000	500.000	19,3	1.288.000	500.000	38,8
Nacional	500.000	500.000	100,0	1.288.000	500.000	38,8
Sudeste	2.088.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5703	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco					
Produto: TRECHO PAVIMENTADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	114,0	114,0	100,0	122,0	30,0	24,6
Nacional	30,0	30,0	100,0	122,0	30,0	24,6
Nordeste	84,0	84,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	103.987.344	75.905.344	73,0	39.142.000	36.190.000	92,5
Fiscal Seguridade	103.987.344	75.905.344	73,0	39.142.000	36.190.000	92,5
Nacional	46.190.000	36.190.000	78,4	39.142.000	36.190.000	92,5
Nordeste	34.137.344	19.545.344	57,3	0	0	0,0
Sudeste	23.660.000	20.170.000	85,2	0	0	0,0
(P) 5712	Construção de Anéis Rodoviários no Corredor São Francisco					
Produto: ANEL CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	206.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	206.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	206.000	0	0,0
(P) 5736	Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor São Francisco					
Produto: CONTORNO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	15,0	15,0	100,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nordeste	15,0	15,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.782.472	11.086.472	94,1	1.010.000	900.000	89,1
Fiscal Seguridade	11.782.472	11.086.472	94,1	1.010.000	900.000	89,1
Nacional	900.000	900.000	100,0	1.010.000	900.000	89,1
Nordeste	10.882.472	10.186.472	93,6	0	0	0,0
(P) 5773	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO					
Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.000.000	1.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5777	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO					
Produto: trecho pavimentado			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza						
(P)	5795	Construção de Pontes no Corredor São Francisco				
	Produto: PONTE CONSTRUÍDA			Unidade de Medida: %		
Físico	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	25,0	S.R.	0,0
Financeiro	33.000.000	12.800.000	38,8	7.806.000	6.500.000	83,3
Fiscal Seguridade	33.000.000	12.800.000	38,8	7.806.000	6.500.000	83,3
Nacional	6.500.000	6.500.000	100,0	7.806.000	6.500.000	83,3
Nordeste	26.500.000	6.300.000	23,8	0	0	0,0
(P)	5841	Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco				
	Produto: TRECHO ADEQUADO			Unidade de Medida: KM		
Físico	1,6	1,6	100,0	18,0	1,6	8,9
Nacional	1,6	1,6	100,0	18,0	1,6	8,9
Financeiro	21.706.880	21.696.880	100,0	8.152.000	4.500.000	55,2
Fiscal Seguridade	21.706.880	21.696.880	100,0	8.152.000	4.500.000	55,2
Nacional	4.500.000	4.500.000	100,0	8.152.000	4.500.000	55,2
Nordeste	17.196.880	17.196.880	100,0	0	0	0,0
Sudeste	10.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5859	Obras Complementares na Hidrovia do São Francisco				
	Produto: OBRA EXECUTADA			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA		
Físico	40,0	40,0	100,0	11,0	0,0	0,0
Nacional	40,0	40,0	100,0	11,0	0,0	0,1
Financeiro	5.390.000	3.950.000	73,3	5.200.000	1.700.000	32,7
Fiscal Seguridade	5.390.000	3.950.000	73,3	5.200.000	1.700.000	32,7
Nacional	5.390.000	3.950.000	73,3	5.200.000	1.700.000	32,7
(P)	5955	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO				
	Produto: trecho pavimentado			Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5957	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO				
	Produto: travessia urbana adequada			Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	10.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7309	DRAGAGEM NA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO				
	Produto: dragagem realizada			Unidade de Medida: m³		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7310	MELHORAMENTOS NO PORTO DE SALVADOR (BA)				
	Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9098	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO				
	Produto: trecho recuperado			Unidade de Medida: km		
Físico	80,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nordeste	80,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO						
Gerente em 31/12/2002: Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza						
(OA)	9099	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO				
Produto: trecho construído			Unidade de Medida: km			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9100	RECUPERAÇÃO DA FERROVIA ENTRE CANDEIAS E SALVADOR PINTO (BA)				
Produto: obra executada - 100 km			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	89.775.000	0	0,0	39.900.000	0	0,0
Demais Fontes	89.775.000	0	0,0	39.900.000	0	0,0
Nacional	39.900.000	0	0,0	39.900.000	0	0,0
Nordeste	49.875.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9101	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO UNAÍ - PIRAPORA (MG)				
Produto: trecho construído - 260 km			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	117.000.000	0	0,0	52.000.000	0	0,0
Demais Fontes	117.000.000	0	0,0	52.000.000	0	0,0
Nacional	52.000.000	0	0,0	52.000.000	0	0,0
Sudeste	65.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9102	RECUPERAÇÃO DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA ENTRE IAÇU, BRUMADO E MONTE AZUL				
Produto: obra executada - 577 km			Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nordeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	212.310.000	0	0,0	94.360.000	0	0,0
Demais Fontes	212.310.000	0	0,0	94.360.000	0	0,0
Nacional	94.360.000	0	0,0	94.360.000	0	0,0
Nordeste	117.950.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	623.909.975	142.753.444	22,9	282.673.000	59.884.062	21,2
Fiscal Seguridade	181.060.696	127.838.696	72,2	66.413.000	51.190.000	77,1
Investimento Estatais	23.764.279	14.914.748	76,1	30.000.000	8.694.062	29,0
Demais Fontes	419.085.000	0	0,0	186.260.000	0	0,0
0232 CORREDOR SUDOESTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(P)	5325	Construção de Pontes no Corredor Sudoeste				
Produto: PONTE CONSTRUÍDA			Unidade de Medida: M			
Físico	0,0	0,0	0,0	111,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	111,0	S.R.	0,0
Financeiro	73.600.000	16.600.000	22,6	16.600.000	16.600.000	100,0
Fiscal Seguridade	24.600.000	16.600.000	67,5	16.600.000	16.600.000	100,0
Nacional	24.600.000	16.600.000	67,5	16.600.000	16.600.000	100,0
Demais Fontes	49.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	49.000.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0232 CORREDOR SUDOESTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(P) 5706	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste					
Produto: TRECHO PAVIMENTADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	75,5	75,5	100,0	86,0	20,5	23,8
Nacional	20,5	20,5	100,0	86,0	20,5	23,8
Centro-oeste	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	96.073.774	55.735.774	58,0	47.972.000	11.099.000	23,1
Fiscal Seguridade	96.073.774	55.735.774	58,0	47.972.000	11.099.000	23,1
Nacional	11.099.000	11.099.000	100,0	47.972.000	11.099.000	23,1
Centro-oeste	84.974.774	44.636.774	52,5	0	0	0,0
(P) 5732	Adequação de Anéis Rodoviários no Corredor Sudoeste					
Produto: ANEL ADEQUADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.336.000	13.248.000	59,3	11.570.000	2.300.000	19,9
Fiscal Seguridade	22.336.000	13.248.000	59,3	11.570.000	2.300.000	19,9
Nacional	2.300.000	2.300.000	100,0	11.570.000	2.300.000	19,9
Centro-oeste	20.036.000	10.948.000	54,6	0	0	0,0
(P) 5740	ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIAS URBANAS NO CORREDOR SUDOESTE					
Produto: trecho adequado			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	350.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	350.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	350.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5747	MELHORIA DA NAVEGAÇÃO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDOESTE					
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	23,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.560.019	2.560.019	100,0	3.600.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.560.019	2.560.019	100,0	3.600.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	3.600.000	0	0,0
Centro-oeste	2.560.019	2.560.019	100,0	0	0	0,0
(P) 5769	Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Sudoeste					
Produto: CONTORNO CONSTRUIDO			Unidade de Medida: KM			
Físico	25,9	25,9	100,0	9,0	7,6	84,4
Centro-oeste	25,9	25,9	100,0	9,0	7,6	84,4
Financeiro	61.694.000	45.510.000	73,8	16.510.000	16.510.000	100,0
Fiscal Seguridade	61.694.000	45.510.000	73,8	16.510.000	16.510.000	100,0
Centro-oeste	61.694.000	45.510.000	73,8	16.510.000	16.510.000	100,0
(P) 5791	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE					
Produto: Contorno construído			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.123.467	1.103.467	98,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.123.467	1.103.467	98,2	0	0	0,0
Centro-oeste	1.103.467	1.103.467	100,0	0	0	0,0
Sudeste	20.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0232 CORREDOR SUDOESTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(P) 5809 Adequação de Acessos Rodoviários no Corredor Sudoeste						
Produto: ACESSO ADEQUADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	150.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	150.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	150.000	0	0,0
(P) 5842 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste						
Produto: TRECHO ADEQUADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	31.764.494	23.764.494	74,8	11.910.000	2.536.000	21,3
Fiscal Seguridade	31.764.494	23.764.494	74,8	11.910.000	2.536.000	21,3
Nacional	2.536.000	2.536.000	100,0	11.910.000	2.536.000	21,3
Centro-oeste	29.228.494	21.228.494	72,6	0	0	0,0
(P) 5981 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO EM PORTO MURTINHO (MS)						
Produto: terminal construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7314 MELHORIA DA NAVEGAÇÃO NA HIDROVIA Nº 1 TIETÊ / PIRACICABA / PARANÁ						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9120 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE						
Produto: trecho recuperado - 1299 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	50,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	22,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Sudeste	28,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9121 AMPLIAÇÃO DO PORTO FLUVIAL DE CÁCERES (MT)						
Produto: porto ampliado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9122 RECUPERAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO CORUMBÁ (MS) - BAURU (SP)						
Produto: trecho recuperado - 1.299 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	22,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Sudeste	18,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	741.105.000	0	0,0	329.380.000	0	0,0
Demais Fontes	741.105.000	0	0,0	329.380.000	0	0,0
Nacional	329.380.000	0	0,0	329.380.000	0	0,0
Centro-oeste	219.586.667	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	192.138.333	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0232 CORREDOR SUDOESTE						
Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha						
(OA) 9123 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODO-HIDROFERROVIÁRIO EM RUBINÉIA (SP)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	37.485.000	0	0,0	16.660.000	0	0,0
Demais Fontes	37.485.000	0	0,0	16.660.000	0	0,0
Nacional	16.660.000	0	0,0	16.660.000	0	0,0
Sudeste	20.825.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9124 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO ALTO TAQUARI (MS) - CUIABÁ (MT)						
Produto: trecho construído - 568 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	896.770.000	0	0,0	448.385.000	0	0,0
Demais Fontes	896.770.000	0	0,0	448.385.000	0	0,0
Nacional	448.385.000	0	0,0	448.385.000	0	0,0
Centro-oeste	448.385.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.964.861.754	158.521.754	8,1	902.737.000	49.045.000	5,4
Fiscal Seguridade	240.501.754	158.521.754	72,2	108.312.000	49.045.000	45,3
Demais Fontes	1.724.360.000	0	0,0	794.425.000	0	0,0
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(P) 1049 Construção de Ponte Ferroviária no Corredor Transmetropolitano						
Produto: PONTE CONSTRUÍDA						
Unidade de Medida: M						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	30.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	30.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	30.000	0	0,0
(P) 1939 Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP)						
Produto: OBRA EXECUTADA						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	7,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.277.244	1.277.244	8,9	7.100.000	1.277.244	18,0
Investimento das Estatais	14.277.244	1.277.244	8,9	7.100.000	1.277.244	18,0
Nacional	1.277.244	1.277.244	100,0	7.100.000	1.277.244	18,0
Sudeste	13.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3268 DRAGAGEM NO PORTO DE SANTOS (SP)						
Produto: Dragagem realizada						
Unidade de Medida: mil m³						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 3323 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE CONTEINERES - TECON 2 - NO PORTO DE SANTOS (SP)						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	25,0	25,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.448.027	3.448.027	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	3.448.027	3.448.027	100,0	0	0	0,0
Sudeste	3.448.027	3.448.027	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(P)	3325	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA - PORTO DE SANTOS (SP)				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	30,0	30,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.398.193	6.398.193	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	6.398.193	6.398.193	100,0	0	0	0,0
Sudeste	6.398.193	6.398.193	100,0	0	0	0,0
(P)	3325	Recuperação da Infra-estrutura Portuária no Porto de Santos (SP)				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	1,4	1,4	100,0	40,0	S.R.	0,0
Sudeste	1,4	1,4	100,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.144.229	8.495.046	60,1	6.920.000	6.339.121	91,6
Investimento das Estatais	14.144.229	8.495.046	60,1	6.920.000	6.339.121	91,6
Nacional	5.649.183	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.495.046	8.495.046	100,0	6.920.000	6.339.121	91,6
(P)	5313	Obras Complementares na Hidrovia Tietê/Paraná				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
Sudeste	0	0	0,0	4.000.000	0	0,0
(P)	5350	BR-381/116/SP- Construção do Rodoanel				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	197,7	197,7	100,0	210,0	186,0	88,6
Sudeste	197,7	197,7	100,0	210,0	186,0	88,6
Financeiro	440.100.000	343.700.000	78,1	163.720.000	163.700.000	100,0
Fiscal Seguridade	370.100.000	343.700.000	92,9	163.720.000	163.700.000	100,0
Sudeste	370.100.000	343.700.000	92,9	163.720.000	163.700.000	100,0
Demais Fontes	70.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	70.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5618	CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM SOBRE RAMAIS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO				
	Produto: obra executada		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5633	CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRENS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO				
	Produto: estação conservada		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5705	Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano				
	Produto: TRECHO PAVIMENTADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.410.000	3.410.000	100,0	104.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.410.000	3.410.000	100,0	104.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	104.000	0	0,0
Sudeste	3.410.000	3.410.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(P) 5716 Construção de Pontes no Corredor Transmetropolitano						
Produto: PONTE CONSTRUÍDA	Unidade de Medida: M					
Físico	303,0	303,0	100,0	166,0	49,0	29,5
Nacional	49,0	49,0	100,0	166,0	49,0	29,5
Sudeste	254,0	254,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	27.036.508	27.036.508	100,0	13.606.000	13.300.000	97,8
Fiscal Seguridade	27.036.508	27.036.508	100,0	13.606.000	13.300.000	97,8
Nacional	13.300.000	13.300.000	100,0	13.606.000	13.300.000	97,8
Sudeste	13.736.508	13.736.508	100,0	0	0	0,0
(P) 5726 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano						
Produto: TRECHO ADEQUADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	2,8	2,8	100,0	4,0	S.R.	0,0
Sudeste	2,8	2,8	100,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.100.000	10.100.000	100,0	1.300.000	900.000	69,2
Fiscal Seguridade	10.100.000	10.100.000	100,0	1.300.000	900.000	69,2
Sudeste	10.100.000	10.100.000	100,0	1.300.000	900.000	69,2
(P) 5743 Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano						
Produto: TRECHO DUPLICADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	144,4	144,4	100,0	32,0	6,8	21,3
Nacional	2,3	2,3	100,0	14,0	2,3	16,4
Sudeste	142,1	142,1	100,0	18,0	4,5	25,0
Financeiro	245.687.284	245.687.284	100,0	108.170.000	28.027.674	25,9
Fiscal Seguridade	245.687.284	245.687.284	100,0	108.170.000	28.027.674	25,9
Nacional	10.970.097	10.970.097	100,0	44.000.000	10.970.097	24,9
Sudeste	234.717.187	234.717.187	100,0	64.170.000	17.057.577	26,6
(P) 5744 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Produto: trecho construído	Unidade de Medida: km					
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	400.000	400.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5745 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA NAS HIDROVIAS DO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Produto: sistema implantado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5778 Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Transmetroplitano						
Produto: ACESSO CONSTRUÍDO	Unidade de Medida: KM					
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.000	0	0,0	2.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	10.000	0	0,0	2.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	2.000	0	0,0
Sudeste	10.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5844 CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES						
Produto: trecho pavimentado	Unidade de Medida: Km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(P) 5845 CONSTRUÇÃO DA SUPRA-ESTRUTURA DE TABULEIRO SOBRE A HIDROVIA DO RIO PARANÁ						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.000.000	4.000.000	100,0	0	0	0,0
(P) 5881 Construção da Avenida Portuária em Santos						
Produto:				Unidade de Medida:		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	26.400.000	0	0,0
Investimento das Estatais	0	0	0,0	26.400.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	26.400.000	0	0,0
(P) 5969 CONSTRUÇÃO DE ANEIS RODOVIARIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Produto: trecho pavimentado				Unidade de Medida: km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5971 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP)						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5973 AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS NO PORTO DE SANTOS (SP)						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5975 CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM E ECLUSA EM SANTA MARIA DA SERRA						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5977 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS HIDROVIÁRIOS PARA TURISMO NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO						
Produto: obra executada e equipamento adquirido				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5979 COMPATIBILIZAÇÃO SINÉRGICA DOS SISTEMAS FERROVIÁRIOS DE CARGAS E DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7320 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA POLO HIDROVIÁRIO TIETÊ-PARANÁ DA REGIÃO NOROESTE DE SÃO PAULO						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7321 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ EM ARAÇATUBA (SP)						
Produto: obra executada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7333 OBRAS COMPLEMENTARES NO PORTO DE SANTOS - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA						
Produto: trecho executado				Unidade de Medida: Km		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

PPA 2000-2003 (A)		Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)	
39000 Ministério dos Transportes							
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva							
(OA)	9109	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
Produto: obra executada			Unidade de Medida: % de execução física				
Físico		0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Sudeste		0,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro		0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9110	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
Produto: trecho recuperado - 12 km			Unidade de Medida: % de execução física				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9111	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA - ENGENHEIRO MANOEL FEIO					
Produto: trecho construído - 63 km			Unidade de Medida: km				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		202.500.000	0	0,0	90.000.000	0	0,0
Demais Fontes		202.500.000	0	0,0	90.000.000	0	0,0
Nacional		90.000.000	0	0,0	90.000.000	0	0,0
Sudeste		112.500.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9112	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA - EVANGELISTA DE SOUZA (SP)					
Produto: trecho construído - 63 km			Unidade de Medida: km				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		59.085.000	0	0,0	26.260.000	0	0,0
Demais Fontes		59.085.000	0	0,0	26.260.000	0	0,0
Nacional		26.260.000	0	0,0	26.260.000	0	0,0
Sudeste		32.825.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9113	RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO BAURU - SANTOS (SP)					
Produto: trecho recuperado - 479 km			Unidade de Medida: % de execução física				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		279.720.000	0	0,0	124.320.000	0	0,0
Demais Fontes		279.720.000	0	0,0	124.320.000	0	0,0
Nacional		124.320.000	0	0,0	124.320.000	0	0,0
Sudeste		155.400.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9114	CONSTRUÇÃO DO 3º TRILHO NO TRECHO CUBATÃO - SANTOS (SP)					
Produto: trecho construído - 23 km			Unidade de Medida: km				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		4.095.000	0	0,0	1.820.000	0	0,0
Demais Fontes		4.095.000	0	0,0	1.820.000	0	0,0
Nacional		1.820.000	0	0,0	1.820.000	0	0,0
Sudeste		2.275.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9115	CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO ARTEMIS - PIRACICABA (SP)					
Produto: trecho construído - 20 km			Unidade de Medida: km				
Físico		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste		40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro		2.700.000	0	0,0	1.200.000	0	0,0
Demais Fontes		2.700.000	0	0,0	1.200.000	0	0,0
Nacional		1.200.000	0	0,0	1.200.000	0	0,0
Sudeste		1.500.000	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(OA) 9116 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO VILA CALIFÓRNIA - EVANGELISTA DE SOUZA (SP)						
Produto: trecho construído - 45 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	42.525.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Demais Fontes	42.525.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Nacional	18.900.000	0	0,0	18.900.000	0	0,0
Sudeste	23.625.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9117 CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE CUBATÃO E CONCEIÇÃOZINHA						
Produto: obra executada - 24 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	16.772.000	0	0,0	7.454.000	0	0,0
Demais Fontes	16.772.000	0	0,0	7.454.000	0	0,0
Nacional	7.454.000	0	0,0	7.454.000	0	0,0
Sudeste	9.318.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9118 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL NO TRECHO ENTRE SANTOS E CUBATÃO (SP)						
Produto: trecho recuperado - 12 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.164.000	0	0,0	3.184.000	0	0,0
Demais Fontes	7.164.000	0	0,0	3.184.000	0	0,0
Nacional	3.184.000	0	0,0	3.184.000	0	0,0
Sudeste	3.980.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9119 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PRIVATIVO DE GRÃOS NO PORTO DE SANTOS (SP)						
Produto: terminal construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Sudeste	40,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	7.875.000	0	0,0	3.500.000	0	0,0
Demais Fontes	7.875.000	0	0,0	3.500.000	0	0,0
Nacional	3.500.000	0	0,0	3.500.000	0	0,0
Sudeste	4.375.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.391.447.485	653.952.302	47,0	607.990.000	213.544.039	35,1
Fiscal Seguridade	660.743.792	634.333.792	72,2	290.932.000	205.927.674	70,8
Investimento Estatais	38.267.693	19.618.510	76,1	40.420.000	7.616.365	18,8
Demais Fontes	692.436.000	0	0,0	276.638.000	0	0,0

0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

Gerente em 31/12/2002: Magnólia Maria Pinheiro Daniel

(OE) 0428 Recursos em decorrência da Transferência Parcial de Domínio da Malha Rodoviária Federal para os Estados e o Distrito Federal (MP nº 82, de 2002)

Produto:

Unidade de Medida:

Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Gerente em 31/12/2002: Magnólia Maria Pinheiro Daniel						
(A) 2907 Fiscalização da Concessão de Rodovias						
Produto: RODOVIA FISCALIZADA						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	6.074,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.074,0	S.R.	0,0
Financeiro	50.919.350	36.409.350	71,5	20.553.520	14.744.146	71,7
Fiscal Seguridade	50.919.350	36.409.350	71,5	20.553.520	14.744.146	71,7
Nacional	14.744.146	14.744.146	100,0	20.553.520	14.744.146	71,7
Sudeste	28.768.376	17.348.376	60,3	0	0	0,0
Sul	7.406.828	4.316.828	58,3	0	0	0,0
(P) 5590 Estudos para a Concessão de Rodovias						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	17,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	17,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.309.092	5.009.092	94,3	3.919.000	314.435	8,0
Fiscal Seguridade	5.309.092	5.009.092	94,3	3.919.000	314.435	8,0
Nacional	5.309.092	5.009.092	94,3	3.919.000	314.435	8,0
Financ. Total Programa	56.228.442	41.418.442	73,7	24.472.520	15.058.581	61,5
Fiscal Seguridade	56.228.442	41.418.442	72,2	24.472.520	15.058.581	61,5
0224 EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Magnólia Maria Pinheiro Daniel						
(OA) 9092 TRANSFERÊNCIA DE RODOVIAS FEDERAIS AOS ESTADOS						
Produto: rodovia transferida						
Unidade de Medida: km						
Físico	9.334,0	0,0	0,0	4.000,0	S.R.	0,0
Nacional	9.000,0	0,0	0,0	4.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	155,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	113,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	66,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9093 CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS						
Produto: rodovia concedida						
Unidade de Medida: km						
Físico	4.913,0	354,2	7,2	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	291,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	1.014,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	2.160,0	354,2	16,4	0,0	0,0	0,0
Sul	1.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	0	0	0,0	0	0	0,0
8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0118 Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante						
Produto:						
Unidade de Medida:						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	560.265.688	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	560.265.688	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	560.265.688	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	560.265.688	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	560.265.688	0	72,2	0	0	0,0
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES						
Gerente em 31/12/2002: Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho						

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

834

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES						
Gerente em 31/12/2002: Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho						
(OE) 0713 Extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	144.832.543	129.445.629	89,4	190.685.838	129.445.629	67,9
Fiscal Seguridade	144.832.543	129.445.629	89,4	190.685.838	129.445.629	67,9
Nacional	144.832.543	129.445.629	89,4	190.685.838	129.445.629	67,9
(OE) 0715 Dissolução e Liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT						
Produto: - Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.781.706	9.290.520	55,4	11.485.336	9.290.520	80,9
Fiscal Seguridade	16.781.706	9.290.520	55,4	11.485.336	9.290.520	80,9
Nacional	16.781.706	9.290.520	55,4	11.485.336	9.290.520	80,9
(P) 1509 Estudos de Impacto Ambiental e Desenvolvimento de Projetos Rodoviários						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	5,2	5,2	100,0	18,0	4,2	23,3
Nacional	5,2	5,2	100,0	18,0	4,2	23,3
Financeiro	32.501.811	23.086.311	71,0	20.092.200	12.755.341	63,5
Fiscal Seguridade	32.501.811	23.086.311	71,0	20.092.200	12.755.341	63,5
Nacional	31.886.311	23.086.311	72,4	20.092.200	12.755.341	63,5
Centro-oeste	215.500	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	400.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5578 Estudos e Pesquisas para o Planejamento de Transportes						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	8,0	8,0	100,0	16,0	S.R.	0,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.698.415	5.398.415	80,6	1.318.000	65.000	4,9
Fiscal Seguridade	6.698.415	5.398.415	80,6	1.318.000	65.000	4,9
Nacional	6.698.415	5.398.415	80,6	1.318.000	65.000	4,9
(P) 5580 Estudos para o Planejamento do Setor Rodoviário						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	23,3	23,3	100,0	19,0	6,3	33,2
Nacional	23,3	23,3	100,0	19,0	6,3	33,2
Financeiro	38.837.943	30.837.943	79,4	13.787.240	9.844.240	71,4
Fiscal Seguridade	38.837.943	30.837.943	79,4	13.787.240	9.844.240	71,4
Nacional	38.837.943	30.837.943	79,4	13.787.240	9.844.240	71,4
(P) 5584 Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia Rodoviária						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4,2	4,2	100,0	11,0	1,2	10,9
Nacional	4,2	4,2	100,0	11,0	1,2	11,3
Financeiro	14.133.962	8.133.962	57,5	8.485.940	3.978.142	46,9
Fiscal Seguridade	14.133.962	8.133.962	57,5	8.485.940	3.978.142	46,9
Nacional	14.133.962	8.133.962	57,5	8.485.940	3.978.142	46,9
(P) 5586 Estudos, Pesquisas e Projetos Ferroviários						
Produto: ESTUDO REALIZADO Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.858.000	5.858.000	100,0	3.000.000	2.448.000	81,6
Fiscal Seguridade	5.858.000	5.858.000	100,0	3.000.000	2.448.000	81,6
Nacional	5.858.000	5.858.000	100,0	3.000.000	2.448.000	81,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES						
Gerente em 31/12/2002: Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho						
(P) 5644 ENGENHARIA DO VALOR EM EMPREENDIMENTOS DE TRANSPORTES						
Produto: projeto realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	83.922	83.922	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	83.922	83.922	100,0	0	0	0,0
Nacional	83.922	83.922	100,0	0	0	0,0
(P) 7190 ELABORAÇÃO DE PROJETOS RODOVIÁRIOS						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7191 ESTUDOS PARA COMPLEMENTAR A LEGISLAÇÃO DO TRANSPORTE MULTIMODAL						
Produto: estudo realizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	259.728.302	212.134.702	81,7	248.854.554	167.826.872	67,4
Fiscal Seguridade	259.728.302	212.134.702	72,2	248.854.554	167.826.872	67,4
8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1040 Infra-estrutura Portuária						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.000.000	8.000.000	100,0	29.920.000	8.000.000	26,7
Fiscal Seguridade	8.000.000	8.000.000	100,0	29.920.000	8.000.000	26,7
Norte	8.000.000	8.000.000	100,0	29.920.000	8.000.000	26,7
(P) 5850 Adequação de Rodovias Federais						
Produto: TRECHO ADEQUADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	67,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	67,0	S.R.	0,0
Financeiro	120.685.000	39.600.000	32,8	43.824.000	39.600.000	90,4
Fiscal Seguridade	120.685.000	39.600.000	32,8	43.824.000	39.600.000	90,4
Nacional	39.600.000	39.600.000	100,0	43.824.000	39.600.000	90,4
Centro-oeste	14.400.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	66.685.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5852 Construção de Rodovias Federais						
Produto: TRECHO PAVIMENTADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	151,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	151,0	S.R.	0,0
Financeiro	105.365.000	50.415.000	47,8	54.545.600	50.415.000	92,4
Fiscal Seguridade	105.365.000	50.415.000	47,8	54.545.600	50.415.000	92,4
Nacional	51.765.000	50.415.000	97,4	54.545.600	50.415.000	92,4
Norte	12.900.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	40.700.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5885 Desenvolvimento da Infra-estrutura em Transportes						
Produto: PONTO CRITICO ELIMINADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.000.000	2.000.000	100,0	4.327.000	2.000.000	46,2
Fiscal Seguridade	2.000.000	2.000.000	100,0	4.327.000	2.000.000	46,2
Nacional	2.000.000	2.000.000	100,0	4.327.000	2.000.000	46,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

836

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
Financ. Total Programa	236.050.000	100.015.000	42,4	132.616.600	100.015.000	75,4
Fiscal Seguridade	236.050.000	100.015.000	72,2	132.616.600	100.015.000	75,4
0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(A) 2036	Gerenciamento e Controle de Velocidade na Rede Rodoviária Federal					
Produto: RODOVIA FISCALIZADA			Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	60.764,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	60.764,0	S.R.	0,0
Financeiro	176.717.892	66.291.892	37,5	75.956.000	62.682.464	82,5
Fiscal Seguridade	176.717.892	66.291.892	37,5	75.956.000	62.682.464	82,5
Nacional	176.717.892	66.291.892	37,5	75.956.000	62.682.464	82,5
(A) 2325	Manutenção das Instalações e Operação do Sistema de Pesagem de Veículos					
Produto: POSTO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	55,0	55,0	100,0	48,0	S.R.	0,0
Nacional	55,0	55,0	100,0	48,0	S.R.	0,0
Financeiro	52.997.646	28.057.446	52,9	45.058.637	6.669.121	14,8
Fiscal Seguridade	52.997.646	28.057.446	52,9	45.058.637	6.669.121	14,8
Nacional	52.997.646	28.057.446	52,9	45.058.637	6.669.121	14,8
(A) 2669	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS					
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.525.000	1.525.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.525.000	1.525.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.525.000	1.525.000	100,0	0	0	0,0
(A) 2697	MANUTENÇÃO DA OPERAÇÃO DE VEÍCULOS NA REDE RODOVIÁRIA FEDERAL					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.925.425	32.925.425	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	32.925.425	32.925.425	100,0	0	0	0,0
Nacional	32.925.425	32.925.425	100,0	0	0	0,0
(A) 2834	Restauração de Rodovias Federais					
Produto: TRECHO RESTAURADO			Unidade de Medida: KM			
Físico	3.117,2	3.117,2	100,0	4.594,0	2.413,3	52,5
Nacional	2.409,7	2.409,7	100,0	4.546,0	2.383,3	52,4
Centro-oeste	59,4	59,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	281,0	281,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	113,5	113,5	100,0	48,0	30,0	62,5
Sudeste	194,5	194,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	59,2	59,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.719.398.305	1.301.847.305	75,7	580.249.918	327.930.165	56,5
Fiscal Seguridade	1.719.398.305	1.301.847.305	75,7	580.249.918	327.930.165	56,5
Nacional	401.153.561	401.153.561	100,0	575.502.703	323.195.810	56,2
Centro-oeste	235.409.825	185.444.851	78,8	0	0	0,0
Nordeste	441.483.424	308.466.535	69,9	0	0	0,0
Norte	127.728.408	93.326.146	73,1	4.747.215	4.734.355	99,7
Sudeste	287.820.190	180.699.103	62,8	0	0	0,0
Sul	225.802.897	132.757.109	58,8	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva						
(A)	2841 Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias					
	Produto: TRECHO CONSERVADO					
	Unidade de Medida: KM					
Físico	65.760,2	65.760,2	100,0	31.876,0	14.342,0	45,0
Nacional	13.734,0	13.734,0	100,0	31.076,0	13.734,0	44,2
Centro-oeste	7.618,9	7.618,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	16.317,8	16.317,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	12.222,6	12.222,6	100,0	800,0	608,0	76,0
Sudeste	10.046,9	10.046,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	5.820,0	5.820,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	619.383.587	448.365.416	72,4	167.120.523	118.159.508	70,7
Fiscal Seguridade	619.383.587	448.365.416	72,4	167.120.523	118.159.508	70,7
Nacional	134.999.816	134.999.816	100,0	164.112.871	115.359.508	70,3
Centro-oeste	75.728.903	54.251.397	71,6	0	0	0,0
Nordeste	144.366.048	99.173.638	68,7	0	0	0,0
Norte	112.246.301	64.607.377	57,6	3.007.652	2.800.000	93,1
Sudeste	99.025.182	64.104.627	64,7	0	0	0,0
Sul	53.017.337	31.228.561	58,9	0	0	0,0
(A)	4400 Recuperação de Obras de Arte Especiais					
	Produto: PONTE RECUPERADA					
	Unidade de Medida: METRO LINEAR					
Físico	72,0	72,0	100,0	1.600,0	72,0	4,5
Nacional	72,0	72,0	100,0	1.600,0	72,0	4,5
Financeiro	19.521.776	11.521.776	59,0	8.000.000	4.258.928	53,2
Fiscal Seguridade	19.521.776	11.521.776	59,0	8.000.000	4.258.928	53,2
Nacional	19.521.776	11.521.776	59,0	8.000.000	4.258.928	53,2
(A)	4482 Gerenciamento e Controle das Juntas Administrativas de Recursos de Infração					
	Produto: -					
	Unidade de Medida: -					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.339.165	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.339.165	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	1.339.165	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P)	5384 OBRAS RODOVIÁRIAS EMERGENCIAIS					
	Produto: Obra executada					
	Unidade de Medida: km					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	36.480.138	36.480.138	100,0	10.000.000	10.000.000	100,0
Fiscal Seguridade	36.480.138	36.480.138	100,0	10.000.000	10.000.000	100,0
Nacional	16.120.000	16.120.000	100,0	10.000.000	10.000.000	100,0
Nordeste	17.475.138	17.475.138	100,0	0	0	0,0
Norte	2.885.000	2.885.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5723 Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Nordeste					
	Produto:					
	Unidade de Medida:					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0,0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0,0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	0	0,0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.660.288.934	1.927.014.398	72,4	887.385.078	529.700.186	59,7
Fiscal Seguridade	2.660.288.934	1.927.014.398	72,2	887.385.078	529.700.186	59,7

0223 MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Coelho De Godoy

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0223 MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS						
Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Coelho De Godoy						
(A) 2845 ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO						
Produto: Hidrovia mantida	Unidade de Medida: km					
Físico	500,8	500,8	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	296,1	296,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	114,5	114,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Sul	90,2	90,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	21.023.249	21.023.249	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	21.023.249	21.023.249	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.164.344	7.164.344	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	7.595.876	7.595.876	100,0	0	0	0,0
Sul	6.263.029	6.263.029	100,0	0	0	0,0
(A) 2846 ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS - COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO						
Produto: Hidrovia mantida	Unidade de Medida: km					
Físico	434,0	434,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	179,9	179,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	254,1	254,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.301.634	8.301.634	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.301.634	8.301.634	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.284.190	5.284.190	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.017.444	3.017.444	100,0	0	0	0,0
(A) 2847 ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ						
Produto: Hidrovia mantida	Unidade de Medida: km					
Físico	408,4	408,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	127,2	127,2	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	5,7	5,7	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	275,5	275,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.147.298	12.147.298	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	12.147.298	12.147.298	100,0	0	0	0,0
Nacional	6.176.194	6.176.194	100,0	0	0	0,0
Norte	5.971.104	5.971.104	100,0	0	0	0,0
(A) 2848 ADMINISTRAÇÃO DAS HIDROVIAS - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA						
Produto: Hidrovia mantida	Unidade de Medida: km					
Físico	205,5	205,5	100,0	0,0	0,0	0,0
Nordeste	76,0	76,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	129,6	129,6	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.384.176	6.384.176	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.384.176	6.384.176	100,0	0	0	0,0
Nordeste	6.384.176	6.384.176	100,0	0	0	0,0
(A) 4349 Administração das Hidrovias						
Produto: HIDROVIA MANTIDA	Unidade de Medida: KM					
Físico	0,0	0,0	0,0	6.392,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6.392,0	S.R.	0,0
Financeiro	59.468.969	25.787.461	43,4	33.308.644	25.787.461	77,4
Fiscal Seguridade	59.468.969	25.787.461	43,4	33.308.644	25.787.461	77,4
Nacional	59.468.969	25.787.461	43,4	33.308.644	25.787.461	77,4
(P) 5057 Estudos de Aprimoramento das Técnicas de Manutenção de Infra-estrutura Hidroviária Interior						
Produto: ESTUDO REALIZADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	240.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	240.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	240.000	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	839	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
Financ. Total Programa	107.325.326	73.643.818	68,6	33.548.644	25.787.461	76,9
Fiscal Seguridade	107.325.326	73.643.818	72,2	33.548.644	25.787.461	76,9
0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA						
Gerente em 31/12/2002: Luís Cláudio Menezes de Andrade						
(A) 4399 Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias						
Produto: TRECHO MANTIDO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	1.484,0	1.484,0	100,0	1.216,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	158,0	158,0	100,0	319,0	S.R.	0,0
Nordeste	507,0	507,0	100,0	425,0	S.R.	0,0
Norte	395,0	395,0	100,0	275,0	S.R.	0,0
Sudeste	424,0	424,0	100,0	85,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	112,0	S.R.	0,0
Financeiro	250.305.258	81.405.258	32,5	147.691.146	40.926.519	27,7
Fiscal Seguridade	250.305.258	81.405.258	32,5	147.691.146	40.926.519	27,7
Centro-oeste	56.821.267	19.079.753	33,6	36.873.746	6.109.253	16,6
Nordeste	107.796.212	33.275.801	30,9	52.343.107	24.400.697	46,6
Norte	25.141.643	15.398.960	61,2	25.495.871	5.428.960	21,3
Sudeste	26.920.527	9.950.744	37,0	18.933.223	1.287.609	6,8
Sul	33.625.609	3.700.000	11,0	14.045.199	3.700.000	26,3
Financ. Total Programa	250.305.258	81.405.258	32,5	147.691.146	40.926.519	27,7
Fiscal Seguridade	250.305.258	81.405.258	72,2	147.691.146	40.926.519	27,7
0228 NAVEGAÇÃO INTERIOR						
Gerente em 31/12/2002: Martinho Cândido Velloso dos Santos						
(A) 2326 Manutenção e Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco						
Produto: CARGA TRANSPORTADA						
Unidade de Medida: TON						
Físico	190.553,3	190.553,3	100,0	58.000,0	77.184,0	133,1
Nacional	77.184,0	77.184,0	100,0	58.000,0	77.184,0	133,1
Nordeste	55.646,3	55.646,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	57.723,0	57.723,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.977.520	2.203.704	44,3	2.724.042	637.323	23,4
Fiscal Seguridade	4.977.520	2.203.704	44,3	2.724.042	637.323	23,4
Nacional	4.389.297	1.615.481	36,8	2.724.042	637.323	23,4
Sudeste	588.223	588.223	100,0	0	0	0,0
(A) 2869 Operação do Sistema de Transporte Fluvial						
(Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)						
Produto: SISTEMA OPERADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	109.639,0	109.639,0	100,0	1,0	56.713,05.671.300,0	
Nacional	56.713,0	56.713,0	100,0	1,0	56.713,0 5.671.300,0	
Sudeste	52.926,0	52.926,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.798.600	1.398.600	77,8	720.000	710.600	98,7
Fiscal Seguridade	1.798.600	1.398.600	77,8	720.000	710.600	98,7
Nacional	710.600	710.600	100,0	720.000	710.600	98,7
Sudeste	1.088.000	688.000	63,2	0	0	0,0
Financ. Total Programa	6.776.120	3.602.304	53,2	3.444.042	1.347.923	39,1
Fiscal Seguridade	6.776.120	3.602.304	72,2	3.444.042	1.347.923	39,1
0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Tereza Cristina de Araújo Ferreira						

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Tereza Cristina de Araújo Ferreira						
(OE) 0559	Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Marítima Nacional					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	361.324.607	361.324.607	100,0	258.987.000	210.796.646	81,4
Fiscal Seguridade	361.324.607	361.324.607	100,0	258.987.000	210.796.646	81,4
Nacional	361.324.607	361.324.607	100,0	258.987.000	210.796.646	81,4
(OE) 0567	Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Interior e Portuária					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	219.256.581	219.256.581	100,0	156.577.000	82.264.977	52,5
Fiscal Seguridade	219.256.581	219.256.581	100,0	156.577.000	82.264.977	52,5
Nacional	219.256.581	219.256.581	100,0	156.577.000	82.264.977	52,5
(OE) 0569	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	48.151.911	48.151.911	100,0	99.070.354	2.796.833	2,8
Fiscal Seguridade	48.151.911	48.151.911	100,0	99.070.354	2.796.833	2,8
Nacional	48.151.911	48.151.911	100,0	99.070.354	2.796.833	2,8
(OE) 0571	Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Marítima Internacional					
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.504.814	7.504.814	100,0	133.016.046	2.790.440	2,1
Fiscal Seguridade	7.504.814	7.504.814	100,0	133.016.046	2.790.440	2,1
Nacional	7.504.814	7.504.814	100,0	133.016.046	2.790.440	2,1
(A) 2369	Fiscalização e Controle de Arrendamentos, Portos Delegados ou Concedidos					
Produto: PORTO FISCALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	361.379	361.379	100,0	1.746.000	361.379	20,7
Fiscal Seguridade	361.379	361.379	100,0	1.746.000	361.379	20,7
Nacional	361.379	361.379	100,0	1.746.000	361.379	20,7
(A) 2604	Mediação das Relações Trabalhistas na Área Portuária (Ministério do Trabalho e Emprego)					
Produto: MEDIACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	40,0	S.R.	0,0
Financeiro	93.031	93.031	100,0	33.066	22.365	67,6
Fiscal Seguridade	93.031	93.031	100,0	33.066	22.365	67,6
Nacional	93.031	93.031	100,0	33.066	22.365	67,6
(A) 4345	Fiscalização do Transporte Aquaviário Interior					
Produto: OUTORGA FISCALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.374.567	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.374.567	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.374.567	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Tereza Cristina de Araújo Ferreira						
(A) 4513	Fiscalização do Trabalho Portuário (Ministério do Trabalho e Emprego)					
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4.000,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	874.946	574.946	65,7	194.000	190.724	98,3
Fiscal Seguridade	874.946	574.946	65,7	194.000	190.724	98,3
Nacional	874.946	574.946	65,7	194.000	190.724	98,3
(A) 4527	Fiscalização, Controle e Gestão do Meio Ambiente nos Portos Delegados ou Concedidos					
Produto: PORTO FISCALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	33,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	33,0	S.R.	0,0
Financeiro	10.000	10.000	100,0	1.350.000	10.000	0,7
Fiscal Seguridade	10.000	10.000	100,0	1.350.000	10.000	0,7
Nacional	10.000	10.000	100,0	1.350.000	10.000	0,7
(P) 5937	FOMENTO AO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE INTERIOR E DE CABOTAGEM					
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 6417	SINALIZAÇÃO E CONTROLE DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO NA REGIÃO NORTE.					
Produto: estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	637.577.269	637.277.269	100,0	652.348.033	299.233.364	45,9
Fiscal Seguridade	637.577.269	637.277.269	72,2	652.348.033	299.233.364	45,9
0221 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Tereza Cristina de Araújo Ferreira						
(OA) 9087	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS					
Produto: autoridade portuária implantada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9088	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR					
Produto: outorga concedida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9089	PARCERIAS EM PORTOS					
Produto: parceria realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9090	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS					
Produto: área arrendada			Unidade de Medida: m²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	0	0	0,0	0	0	0,0

0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

Gerente em 31/12/2002: Flávio Meneghetti Borralho



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA						
Gerente em 31/12/2002: Flávio Meneghetti Borralho						
(P)	1036	CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS				
	Produto: Contorno construído		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.400.000	5.400.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.400.000	5.400.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.400.000	5.400.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1435	Melhoria da Segurança do Transporte Ferroviário nos Perímetros Urbanos				
	Produto: OBRA EXECUTADA		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	75,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	75,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.540.000	16.354.000	93,2	18.775.820	13.690.000	72,9
Fiscal Seguridade	17.540.000	16.354.000	93,2	18.775.820	13.690.000	72,9
Nacional	17.500.000	16.354.000	93,5	18.775.820	13.690.000	72,9
Sudeste	40.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2336	Manutenção e Operação do Trecho Estreito - Pequiá - MA (Carajás)				
	Produto: TRECHO MANTIDO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	220,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	220,0	S.R.	0,0
Financeiro	837.234	590.234	70,5	296.000	178.779	60,4
Fiscal Seguridade	837.234	590.234	70,5	296.000	178.779	60,4
Nordeste	837.234	590.234	70,5	296.000	178.779	60,4
(A)	2348	Fiscalização e Controle da Concessão de Serviços de Transporte Ferroviário				
	Produto: CONCESSIONARIA FISCALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	12,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.099.022	8.369.022	59,4	6.170.000	1.292.792	21,0
Fiscal Seguridade	14.099.022	8.369.022	59,4	6.170.000	1.292.792	21,0
Nacional	14.099.022	8.369.022	59,4	6.170.000	1.292.792	21,0
(A)	4116	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
	Produto: Infra-estrutura mantida		Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	15.426	15.426	100,0	0	0	0,0
Investimento das Estatais	15.426	15.426	100,0	0	0	0,0
Nacional	15.426	15.426	100,0	0	0	0,0
(A)	4559	PATRULHAMENTO NAS FERROVIAS FEDERAIS (Ministério da Justiça)				
	Produto: ferrovia patrulhada		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4619	PATRULHAMENTO NAS FERROVIAS FEDERAIS				
	Produto: ferrovia patrulhada		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5347	Desativação de Ramais Ferroviários nos Perímetros Urbanos				
	Produto: RAMAL DESATIVADO		Unidade de Medida: KM			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	8.485.000	8.485.000	100,0	104.236	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.485.000	8.485.000	100,0	104.236	0	0,0
Nacional	8.485.000	8.485.000	100,0	104.236	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		843	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA						
Gerente em 31/12/2002: Flávio Meneghetti Borralho						
(OA) 9094	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS					
Produto: trecho concedido			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9095	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO					
Produto: trecho concedido			Unidade de Medida: km			
Físico	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	3,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	46.376.682	39.213.682	84,6	25.346.056	15.161.571	59,8
Fiscal Seguridade	46.361.256	39.198.256	72,2	25.346.056	15.161.571	59,8
Investimento Estatais	15.426	15.426	76,1	0	0	0,0
0227 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO						
Gerente em 31/12/2002: Márcio Mendes Soares						
(A) 2346	Fiscalização e Controle do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros					
Produto: EMPRESA FISCALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	400,0	400,0	100,0	400,0	S.R.	0,0
Nacional	400,0	400,0	100,0	400,0	S.R.	0,0
Financeiro	19.219.829	11.119.829	57,9	8.864.500	3.033.467	34,2
Fiscal Seguridade	19.219.829	11.119.829	57,9	8.864.500	3.033.467	34,2
Nacional	19.219.829	11.119.829	57,9	8.864.500	3.033.467	34,2
(A) 2347	Fiscalização e Controle do Transporte Rodoviário de Cargas					
Produto: EMPRESA FISCALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	831,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	831,0	S.R.	0,0
Financeiro	17.066.006	8.979.301	52,6	8.810.000	1.767.633	20,1
Fiscal Seguridade	17.066.006	8.979.301	52,6	8.810.000	1.767.633	20,1
Nacional	17.066.006	8.979.301	52,6	8.810.000	1.767.633	20,1
(OA) 9096	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS					
Produto: autorização concedida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	240,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Nacional	240,0	0,0	0,0	80,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA) 9097	OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS					
Produto: outorga concedida			Unidade de Medida: unidade			
Físico	60,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	60,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	36.285.835	20.099.130	55,4	17.674.500	4.801.100	27,2
Fiscal Seguridade	36.285.835	20.099.130	72,2	17.674.500	4.801.100	27,2
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins						
(P) 1030	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NO ESPÍRITO SANTO					
Produto: Trecho ferroviário construído			Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins						
(P)	1046	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL				
	Produto: Trecho implantado		Unidade de Medida: km			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	3.000.000	3.000.000	100,0	0	0	0,0
(P)	1189	Recuperação do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - RJ				
	Produto: SISTEMA RECUPERADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	196,1	196,1	100,0	65,0	98,1	150,9
Sudeste	196,1	196,1	100,0	65,0	98,1	150,9
Financeiro	41.411.527	29.571.527	71,4	27.600.000	3.666.621	13,3
Fiscal Seguridade	41.411.527	29.571.527	71,4	27.600.000	3.666.621	13,3
Sudeste	41.411.527	29.571.527	71,4	27.600.000	3.666.621	13,3
(P)	1191	RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SÃO PAULO				
	Produto: Sistema recuperado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Sudeste	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.869.196	7.829.196	99,5	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.869.196	7.829.196	99,5	0	0	0,0
Nacional	40.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	7.829.196	7.829.196	100,0	0	0	0,0
(P)	1287	RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE ALAGOAS				
	Produto: SISTEMA RECUPERADO		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.991.746	4.991.746	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.991.746	4.991.746	100,0	0	0	0,0
Nordeste	4.991.746	4.991.746	100,0	0	0	0,0
(P)	1289	RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PERNAMBUCO				
	Produto: SISTEMA RECUPERADO		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	492.573	492.573	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	492.573	492.573	100,0	0	0	0,0
Nordeste	492.573	492.573	100,0	0	0	0,0
(A)	2843	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS				
	Produto: PASSAGEIRO TRANSPORTADO MEDIA/DIA UTIL		Unidade de Medida: unidade			
Físico	808.997,0	808.997,0	100,0	482.147,0	406.210,0	84,3
Nordeste	371.244,0	371.244,0	100,0	230.905,0	180.280,0	78,1
Sudeste	175.700,0	175.700,0	100,0	121.242,0	92.152,0	76,0
Sul	262.053,0	262.053,0	100,0	130.000,0	133.778,0	102,9
Financeiro	271.849.632	210.769.233	77,5	106.870.672	86.287.911	80,7
Fiscal Seguridade	271.849.632	210.769.233	77,5	106.870.672	86.287.911	80,7
Nacional	42.580.399	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	109.528.113	109.528.113	100,0	61.430.005	48.666.843	79,2
Sudeste	47.902.463	47.902.463	100,0	21.537.399	18.783.416	87,2
Sul	71.838.657	53.338.657	74,2	23.903.268	18.837.652	78,8
(P)	5315	RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS				
	Produto: sistema recuperado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	41.384.869	41.384.869	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	41.384.869	41.384.869	100,0	0	0	0,0
Sudeste	41.384.869	41.384.869	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

845

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins						
(P) 5319 Construção do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE						
Produto: TRECHO CONSTRUÍDO	Unidade de Medida: KM					
Físico	43,4	43,4	100,0	2,0	20,4	1.020,0
Nordeste	43,4	43,4	100,0	2,0	20,4	1.018,5
Financeiro	401.362.996	298.662.996	74,4	135.000.000	91.000.000	67,4
Fiscal Seguridade	395.362.996	298.662.996	75,5	135.000.000	91.000.000	67,4
Nordeste	395.362.996	298.662.996	75,5	135.000.000	91.000.000	67,4
Demais Fontes	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	6.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5366 Implantação do Metrô de Salvador - BA						
Produto: TRECHO IMPLANTADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	4,3	4,3	100,0	2,0	3,3	165,0
Nordeste	4,3	4,3	100,0	2,0	3,3	164,5
Financeiro	284.954.358	169.747.358	59,6	72.480.000	41.300.000	57,0
Fiscal Seguridade	233.247.358	169.747.358	72,8	72.480.000	41.300.000	57,0
Nordeste	233.247.358	169.747.358	72,8	72.480.000	41.300.000	57,0
Demais Fontes	51.707.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	51.707.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5599 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DO RIO DE JANEIRO						
Produto: trecho executado	Unidade de Medida: % de execução física					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5635 ESTUDOS E PROJETOS PARA A CONSTRUÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM						
Produto: estudo realizado	Unidade de Medida: unidade					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5752 Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS						
Produto: TRECHO CONSTRUÍDO	Unidade de Medida: KM					
Físico	3,7	3,7	100,0	3,0	1,7	56,7
Sul	3,7	3,7	100,0	3,0	1,7	58,0
Financeiro	87.331.120	68.531.120	78,5	23.154.313	14.938.723	64,5
Fiscal Seguridade	87.331.120	68.531.120	78,5	23.154.313	14.938.723	64,5
Sul	87.331.120	68.531.120	78,5	23.154.313	14.938.723	64,5
(P) 5753 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG						
Produto: TRECHO IMPLANTADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	56,1	56,1	100,0	8,0	27,1	338,8
Sudeste	56,1	56,1	100,0	8,0	27,1	338,4
Financeiro	266.869.885	203.043.085	76,1	54.085.300	37.597.158	69,5
Fiscal Seguridade	266.869.885	203.043.085	76,1	54.085.300	37.597.158	69,5
Sudeste	266.869.885	203.043.085	76,1	54.085.300	37.597.158	69,5
(P) 5754 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE						
Produto: TRECHO IMPLANTADO	Unidade de Medida: KM					
Físico	64,7	64,7	100,0	4,0	35,7	892,5
Nordeste	64,7	64,7	100,0	4,0	35,7	891,5
Financeiro	306.833.803	262.498.503	85,6	80.059.180	55.650.042	69,5
Fiscal Seguridade	306.833.803	262.498.503	85,6	80.059.180	55.650.042	69,5
Nordeste	306.833.803	262.498.503	85,6	80.059.180	55.650.042	69,5

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins						
(P) 5860 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.498.881	4.498.881	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.498.881	4.498.881	100,0	0	0	0,0
Nordeste	4.498.881	4.498.881	100,0	0	0	0,0
(P) 5879 Construção do Metrô de Curitiba						
Produto: TRECHO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	5.829.100	5.829.100	100,0	264.900	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.829.100	5.829.100	100,0	264.900	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	264.900	0	0,0
Sul	5.829.100	5.829.100	100,0	0	0	0,0
(P) 5883 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Goiânia/anápolis						
Produto: TRECHO IMPLANTADO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	26,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	13,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	3.937.104	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	3.937.104	0	0,0
Centro-oeste	0	0	0,0	3.937.104	0	0,0
(P) 5884 Implantação do Metrô do Rio de Janeiro						
Produto: TRECHO CONSTRUÍDO						
Unidade de Medida: KM						
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	3,0	S.R.	0,0
Financeiro	74.000.000	1.000.000	1,4	65.039.998	1.000.000	1,5
Fiscal Seguridade	74.000.000	1.000.000	1,4	65.039.998	1.000.000	1,5
Sudeste	74.000.000	1.000.000	1,4	65.039.998	1.000.000	1,5
(P) 5939 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5941 CONSTRUÇÃO DO METRÔ DE SUPERFÍCIE NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5943 EXECUÇÃO DA 2ª FASE DA LINHA 05 (LARGO TREZE - VILA KLABIN) DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5945 EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO DE PASSAGEIROS EM TERESINA						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5947 EXPANSÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DO RIO DE JANEIRO						
Produto: sistema ferroviário descentralizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

847

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
39000 Ministério dos Transportes						
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS						
Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins						
(P) 5949 IMPLANTAÇÃO DA LINHA 04 (VILA SÔNIA - LUZ) DA COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ						
Produto: trecho executado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5951 IMPLANTAÇÃO DE TRENS URBANOS EM MACEIÓ (AL)						
Produto: trecho executado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5953 RECUPERAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA						
Produto: obra executada e equipamento adquirido						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7340 IMPLANTAÇÃO DE METRÔ DE SUPERFÍCIE NO ESPÍRITO SANTO - TRECHO VIANA - CARIACICA - VILA VELHA						
Produto: trecho executado						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7342 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)						
Produto: trecho construído						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7343 MODERNIZAÇÃO NA ÁREA FERROVIÁRIA DE PASSAGEIROS						
Produto: obra executada						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7625 Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA						
Produto: SISTEMA RECUPERADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	0,6	0,6	100,0	1,0	0,6	60,0
Nordeste	0,6	0,6	100,0	1,0	0,6	55,0
Financeiro	9.862.048	1.862.048	18,9	4.774.000	793.778	16,6
Fiscal Seguridade	9.862.048	1.862.048	18,9	4.774.000	793.778	16,6
Nordeste	9.862.048	1.862.048	18,9	4.774.000	793.778	16,6
(OA) 9091 CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO METRO - FERROVIÁRIA RIO - NITERÓI - SÃO GONÇALO - ITABORAÍ (RJ)						
Produto: trecho construído - 22,3 km						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	20,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Sudeste	20,0	0,0	0,0	15,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.134.000.000	0	0,0	486.000.000	0	0,0
Demais Fontes	1.134.000.000	0	0,0	486.000.000	0	0,0
Nacional	486.000.000	0	0,0	486.000.000	0	0,0
Sudeste	648.000.000	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	2.946.541.734	1.313.712.235	44,6	1.059.265.467	332.234.233	31,4
Fiscal Seguridade	1.754.834.734	1.313.712.235	72,2	573.265.467	332.234.233	58,0
Demais Fontes	1.191.707.000	0	0,0	486.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0412 Contribuição à Associação Internacional dos Procuradores						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	69.179	44.679	64,6	24.500	22.679	92,6
Fiscal Seguridade	69.179	44.679	64,6	24.500	22.679	92,6
Nacional	69.179	44.679	64,6	24.500	22.679	92,6
(P) 1132 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República						
Produto: UNIDADE CONSTRUIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 1136 Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações						
Produto: UNIDADE APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	99.487	99.487	100,0	100.000	99.487	99,5
Fiscal Seguridade	99.487	99.487	100,0	100.000	99.487	99,5
Nacional	99.487	99.487	100,0	100.000	99.487	99,5
(P) 1142 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade do Ministério Público da União						
Produto: UNIDADE APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	1.450.800	1.450.800	100,0	1.460.000	1.450.800	99,4
Fiscal Seguridade	1.450.800	1.450.800	100,0	1.460.000	1.450.800	99,4
Nacional	1.450.800	1.450.800	100,0	1.460.000	1.450.800	99,4
(P) 1187 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Goiânia - GO						
Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 6.517 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	26,3	26,3	100,0	22,0	26,3	119,5
Centro-oeste	26,3	26,3	100,0	22,0	26,3	119,3
Financeiro	4.066.656	2.066.656	50,8	2.047.156	2.047.156	100,0
Fiscal Seguridade	4.066.656	2.066.656	50,8	2.047.156	2.047.156	100,0
Centro-oeste	4.066.656	2.066.656	50,8	2.047.156	2.047.156	100,0
(P) 1203 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Porto Alegre - RS						
Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 12.832 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	16,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.039.364	39.364	1,3	274.800	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.039.364	39.364	1,3	274.800	0	0,0
Sul	3.039.364	39.364	1,3	274.800	0	0,0
(P) 1205 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, em Brasília						
Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 5.000 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	60,7	60,7	100,0	70,0	33,7	48,1
Centro-oeste	60,7	60,7	100,0	70,0	33,7	48,2
Financeiro	3.476.028	1.134.028	32,6	1.941.456	261.028	13,4
Fiscal Seguridade	3.476.028	1.134.028	32,6	1.941.456	261.028	13,4
Centro-oeste	3.476.028	1.134.028	32,6	1.941.456	261.028	13,4

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 1589 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Porto Alegre - RS						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 370,22 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	228.425	228.425	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	228.425	228.425	100,0	0	0	0,0
Sul	228.425	228.425	100,0	0	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	222.044.927	108.787.245	49,0	46.286.009	44.902.954	97,0
Fiscal Seguridade	222.044.927	108.787.245	49,0	46.286.009	44.902.954	97,0
Nacional	208.481.769	106.783.287	51,2	46.286.009	44.902.954	97,0
Centro-oeste	13.563.158	2.003.958	14,8	0	0	0,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	11.556.325	11.556.325	100,0	5.439.758	5.280.910	97,1
Fiscal Seguridade	11.556.325	11.556.325	100,0	5.439.758	5.280.910	97,1
Nacional	10.976.314	10.976.314	100,0	5.439.758	5.280.910	97,1
Centro-oeste	580.011	580.011	100,0	0	0	0,0
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	91.358.240	91.358.240	100,0	44.799.728	44.282.930	98,8
Fiscal Seguridade	91.358.240	91.358.240	100,0	44.799.728	44.282.930	98,8
Nacional	85.920.961	85.920.961	100,0	44.799.728	44.282.930	98,8
Centro-oeste	5.437.279	5.437.279	100,0	0	0	0,0
(A) 2003 AÇÕES DE INFORMÁTICA						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.286.646	20.286.646	100,0	8.760.802	8.724.672	99,6
Fiscal Seguridade	20.286.646	20.286.646	100,0	8.760.802	8.724.672	99,6
Nacional	17.751.704	17.751.704	100,0	8.760.802	8.724.672	99,6
Centro-oeste	2.534.942	2.534.942	100,0	0	0	0,0
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	47.878,0	47.878,0	100,0	24.605,0	26.615,0	108,2
Nacional	25.006,0	25.006,0	100,0	23.285,0	25.006,0	107,4
Centro-oeste	22.872,0	22.872,0	100,0	1.320,0	1.609,0	121,9
Financeiro	24.333.947	18.605.281	76,5	6.619.302	6.606.901	99,8
Fiscal Seguridade	24.333.947	18.605.281	76,5	6.619.302	6.606.901	99,8
Nacional	20.498.016	15.820.150	77,2	5.539.502	5.527.101	99,8
Centro-oeste	3.835.931	2.785.131	72,6	1.079.800	1.079.800	100,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	5.441,0	5.441,0	100,0	3.097,0	3.018,0	97,4
Nacional	2.652,0	2.652,0	100,0	2.755,0	2.652,0	96,3
Centro-oeste	2.789,0	2.789,0	100,0	342,0	366,0	107,0
Financeiro	14.128.205	9.548.283	67,6	3.936.450	3.904.559	99,2
Fiscal Seguridade	14.128.205	9.548.283	67,6	3.936.450	3.904.559	99,2
Nacional	12.242.958	8.262.936	67,5	3.382.250	3.352.412	99,1
Centro-oeste	1.885.247	1.285.347	68,2	554.200	552.147	99,6
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	8.902,0	8.902,0	100,0	5.360,0	4.632,0	86,4
Nacional	4.291,0	4.291,0	100,0	4.883,0	4.291,0	87,9
Centro-oeste	4.611,0	4.611,0	100,0	477,0	341,0	71,5
Financeiro	12.579.850	7.617.833	60,6	2.653.498	2.155.812	81,2
Fiscal Seguridade	12.579.850	7.617.833	60,6	2.653.498	2.155.812	81,2
Nacional	11.452.398	6.890.381	60,2	2.293.498	1.986.618	86,6
Centro-oeste	1.127.452	727.452	64,5	360.000	169.194	47,0
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	16.625,0	16.625,0	100,0	9.039,0	8.985,0	99,4
Nacional	7.984,0	7.984,0	100,0	8.073,0	7.984,0	98,9
Centro-oeste	8.641,0	8.641,0	100,0	966,0	1.001,0	103,6
Financeiro	112.247.445	72.004.853	64,1	33.571.040	33.459.886	99,7
Fiscal Seguridade	112.247.445	72.004.853	64,1	33.571.040	33.459.886	99,7
Nacional	98.270.562	62.956.970	64,1	29.388.440	29.282.203	99,6
Centro-oeste	13.976.883	9.047.883	64,7	4.182.600	4.177.683	99,9
(A) 2508 Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei						
Produto: UNIDADE APARELHADA	Unidade de Medida: UNIDADE					
Físico	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	4,0	1,0	25,0
Financeiro	31.701.229	20.364.666	64,2	8.340.562	7.311.369	87,7
Fiscal Seguridade	31.701.229	20.364.666	64,2	8.340.562	7.311.369	87,7
Nacional	31.701.229	20.364.666	64,2	8.340.562	7.311.369	87,7
(P) 3166 Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho						
Produto:	Unidade de Medida:					
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	267.000	267.000	100,0	300.000	267.000	89,0
Fiscal Seguridade	267.000	267.000	100,0	300.000	267.000	89,0
Nacional	267.000	267.000	100,0	300.000	267.000	89,0
(P) 3728 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 70.000 M2	Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA					
Físico	25,0	25,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	25,0	25,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	42.842.280	42.842.280	100,0	1.261.860	285.495	22,6
Fiscal Seguridade	42.842.280	42.842.280	100,0	1.261.860	285.495	22,6
Centro-oeste	42.842.280	42.842.280	100,0	1.261.860	285.495	22,6

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P)	3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais				
	Produto: UNIDADE ADMINISTRATIVA IMPLANTADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	16,0	16,0	100,0	72,0	10,0	13,9
Nacional	16,0	16,0	100,0	72,0	10,0	13,9
Financeiro	10.242.524	3.322.524	32,4	1.115.000	1.096.538	98,3
Fiscal Seguridade	10.242.524	3.322.524	32,4	1.115.000	1.096.538	98,3
Nacional	10.242.524	3.322.524	32,4	1.115.000	1.096.538	98,3
(A)	4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios				
	Produto: PARECER ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	1.008.085,0	1.008.085,0	100,0	999,0	519.309,0	51.982,9
Centro-oeste	1.008.085,0	1.008.085,0	100,0	999,0	519.309,0	51.982,9
Financeiro	346.839.725	240.643.725	69,4	98.899.597	98.898.958	100,0
Fiscal Seguridade	346.839.725	240.643.725	69,4	98.899.597	98.898.958	100,0
Centro-oeste	346.839.725	240.643.725	69,4	98.899.597	98.898.958	100,0
(A)	4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral do Trabalho				
	Produto: PARECER ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	539.491,0	539.491,0	100,0	304.000,0	263.141,0	86,6
Nacional	539.491,0	539.491,0	100,0	304.000,0	263.141,0	86,6
Financeiro	673.580.207	485.725.560	72,1	189.022.664	189.022.663	100,0
Fiscal Seguridade	673.580.207	485.725.560	72,1	189.022.664	189.022.663	100,0
Nacional	673.580.207	485.725.560	72,1	189.022.664	189.022.663	100,0
(A)	4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral da Justiça Militar				
	Produto: PARECER ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	18.036,0	18.036,0	100,0	7.750,0	8.680,0	112,0
Nacional	18.036,0	18.036,0	100,0	7.750,0	8.680,0	112,0
Financeiro	114.488.456	79.270.524	69,2	30.818.619	30.818.620	100,0
Fiscal Seguridade	114.488.456	79.270.524	69,2	30.818.619	30.818.620	100,0
Nacional	114.488.456	79.270.524	69,2	30.818.619	30.818.620	100,0
(A)	4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral da República				
	Produto: PARECER ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	2.108.668,0	2.108.668,0	100,0	950.000,0	1.110.256,0	116,9
Nacional	2.108.668,0	2.108.668,0	100,0	950.000,0	1.110.256,0	116,9
Financeiro	1.648.999.522	1.011.768.980	61,4	405.783.786	405.770.687	100,0
Fiscal Seguridade	1.648.999.522	1.011.768.980	61,4	405.783.786	405.770.687	100,0
Nacional	1.648.999.522	1.011.768.980	61,4	405.783.786	405.770.687	100,0
(A)	4268	Pesquisa na Área Jurídica				
	Produto: PESQUISA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	50,0	50,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Nacional	50,0	50,0	100,0	50,0	50,0	100,0
Financeiro	313.824	213.548	68,0	109.600	101.387	92,5
Fiscal Seguridade	313.824	213.548	68,0	109.600	101.387	92,5
Nacional	313.824	213.548	68,0	109.600	101.387	92,5
(A)	4515	Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes				
	Produto: ACAO JUDICIAL DESENVOLVIDA			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Nacional	5,0	5,0	100,0	5,0	5,0	100,0
Financeiro	695.180	295.180	42,5	400.000	295.180	73,8
Fiscal Seguridade	695.180	295.180	42,5	400.000	295.180	73,8
Nacional	695.180	295.180	42,5	400.000	295.180	73,8

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	4609 Capacitação de Recursos Humanos do Ministério Público da União					
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	10.255,0	10.255,0	100,0	5.577,0	4.072,0	73,0
Nacional	2.779,0	2.779,0	100,0	4.582,0	2.779,0	60,7
Centro-oeste	7.476,0	7.476,0	100,0	995,0	1.293,0	129,9
Financeiro	5.392.456	3.648.674	67,7	1.574.449	1.411.497	89,7
Fiscal Seguridade	5.392.456	3.648.674	67,7	1.574.449	1.411.497	89,7
Nacional	4.105.163	2.859.381	69,7	1.226.449	1.069.340	87,2
Centro-oeste	1.287.293	789.293	61,3	348.000	342.157	98,3
(P)	5265 Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP					
	Produto: SEDE ADQUIRIDA COM 15.000 M2		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	2,0	200,0
Financeiro	955.000	955.000	100,0	1.000.000	955.000	95,5
Fiscal Seguridade	955.000	955.000	100,0	1.000.000	955.000	95,5
Nacional	955.000	955.000	100,0	1.000.000	955.000	95,5
(P)	5267 Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belo Horizonte - MG					
	Produto: SEDE ADQUIRIDA COM 5.700 M2		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	1.000.000	0	0,0
(P)	5269 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Cuiabá - MT					
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 3.200 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	750.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	750.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	750.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5271 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberaba - MG					
	Produto: SEDE CONSTRUIDA COM 400 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	38,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	38,0	S.R.	0,0
Financeiro	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	200.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	200.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5273 Aparentamento do Edifício-Sede da Procuradoria Geral da República em Brasília - DF					
	Produto: SEDE APARELHADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	2.578.476	2.578.476	100,0	2.584.129	2.578.476	99,8
Fiscal Seguridade	2.578.476	2.578.476	100,0	2.584.129	2.578.476	99,8
Nacional	2.578.476	2.578.476	100,0	2.584.129	2.578.476	99,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 5275 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba - Pr.						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 554 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	13,0	13,0	100,0	20,0	13,0	65,0
Nacional	13,0	13,0	100,0	20,0	13,0	65,0
Financeiro	68.956	38.956	56,5	52.000	38.956	74,9
Fiscal Seguridade	68.956	38.956	56,5	52.000	38.956	74,9
Nacional	38.956	38.956	100,0	52.000	38.956	74,9
Sul	30.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5277 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Manaus - Am.						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 600 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	8,0	8,0	100,0	20,0	8,0	40,0
Nacional	8,0	8,0	100,0	20,0	8,0	40,0
Financeiro	53.636	23.636	44,1	52.000	23.636	45,5
Fiscal Seguridade	53.636	23.636	44,1	52.000	23.636	45,5
Nacional	23.636	23.636	100,0	52.000	23.636	45,5
Norte	30.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5279 Construção do Edifício-Sede do Ministério Público da Promotoria de Justiça no Gama - DF						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 4.500 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	24,3	24,3	100,0	38,0	24,3	63,9
Nacional	24,3	24,3	100,0	38,0	24,3	63,8
Financeiro	2.555.444	555.444	21,7	555.444	555.444	100,0
Fiscal Seguridade	2.555.444	555.444	21,7	555.444	555.444	100,0
Nacional	555.444	555.444	100,0	555.444	555.444	100,0
Centro-oeste	2.000.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5281 Construção do Edifício-Sede do Ministério Público da Promotoria de Justiça em Planaltina - DF						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 4.500 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,1	0,1	100,0	38,0	0,1	0,3
Nacional	0,1	0,1	100,0	38,0	0,1	0,3
Financeiro	659.000	30.000	4,6	30.000	30.000	100,0
Fiscal Seguridade	659.000	30.000	4,6	30.000	30.000	100,0
Nacional	30.000	30.000	100,0	30.000	30.000	100,0
Centro-oeste	629.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5283 Construção do Edifício-Anexo da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas - SP						
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 720 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	301.000	0	0,0	109.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	301.000	0	0,0	109.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	109.000	0	0,0
Sudeste	301.000	0	0,0	0	0	0,0
(P) 5285 Construção do Edifício-Anexo da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife - PE						
Produto: ANEXO CONSTRUÍDO COM 2.447 M2 Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	21,0	S.R.	0,0
Financeiro	102.000	0	0,0	88.044	0	0,0
Fiscal Seguridade	102.000	0	0,0	88.044	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	88.044	0	0,0
Nordeste	102.000	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
34000 Ministério Público da União						
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 7002 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA						
Produto: sede construída com 34.929 m ²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7003 ESTRUTURA DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL						
Produto: Unidade Aparentada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7005 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR						
Produto: sede construída com 425 m ²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7006 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO						
Produto: sede construída com 5.065 m ²						
Unidade de Medida: % de execução física						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P) 7007 AQUISIÇÃO DA SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA						
Produto: imóvel adquirido com 11.000 m ²						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	3.404.751.439	2.237.372.318	65,7	901.011.253	892.660.680	99,1
Fiscal Seguridade	3.404.751.439	2.237.372.318	65,7	901.011.253	892.660.680	99,1



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0252 CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS						
Gerente em 31/12/2002: Carlos de Cerqueira Leite Zarur						
(A)	2670	Manutenção do Contrato de Gestão com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)				
Produto: CONTRATO MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	69.286.121	51.068.121	73,7	21.864.811	21.864.811	100,0
Fiscal Seguridade	69.286.121	51.068.121	73,7	21.864.811	21.864.811	100,0
Nacional	69.286.121	51.068.121	73,7	21.864.811	21.864.811	100,0
(A)	2675	COBERTURA JORNALÍSTICA DO GOVERNO FEDERAL (Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)				
Produto: MATERIA JORNALISTICA DISTRIBUIDA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.330.648,0	2.330.648,0	100,0	110.000,0	362.849,0	329,9
Nacional	2.330.648,0	2.330.648,0	100,0	110.000,0	362.849,0	329,9
Financeiro	35.388.131	24.496.968	69,2	11.152.196	9.131.662	81,9
Fiscal Seguridade	35.388.131	24.496.968	69,2	11.152.196	9.131.662	81,9
Nacional	35.388.131	24.496.968	69,2	11.152.196	9.131.662	81,9
(A)	2676	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DA NBR - TV NACIONAL BRASIL (CANAL FECHADO) (Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)				
Produto: hora veiculada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	6.494,0	6.494,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.494,0	6.494,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	713.043	713.043	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	713.043	713.043	100,0	0	0	0,0
Nacional	713.043	713.043	100,0	0	0	0,0
(A)	2677	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE SISTEMA DE RÁDIO (Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)				
Produto: hora veiculada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	30.060,0	30.060,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	30.060,0	30.060,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	932.441	932.441	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	932.441	932.441	100,0	0	0	0,0
Nacional	932.441	932.441	100,0	0	0	0,0
(A)	2678	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE SISTEMA DE TV (CANAL ABERTO) (Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)				
Produto: hora veiculada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	6.403,0	6.403,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	6.403,0	6.403,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	914.668	914.668	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	914.668	914.668	100,0	0	0	0,0
Nacional	914.668	914.668	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	107.234.404	78.125.241	72,9	33.017.007	30.996.473	93,9
Fiscal Seguridade	107.234.404	78.125.241	67,6	33.017.007	30.996.473	93,9
9991 CARTA DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra						
(OE)	0703	Subsídio à Habitação de Interesse Social (MP nº 2.212, de 2001) (Operações Oficiais de Crédito)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	693.076.723	343.076.723	49,5	346.761.340	343.076.723	98,9
Fiscal Seguridade	693.076.723	343.076.723	49,5	346.761.340	343.076.723	98,9
Nacional	693.076.723	343.076.723	49,5	346.761.340	343.076.723	98,9

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

856

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
9991 CARTA DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra						
(OA)	9513	CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA REFORMA DE UNIDADE HABITACIONAL (Ministério da Fazenda)				
Produto: unidade habitacional reformada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	453.043,0	203.123,0	44,8	95.654,0	114.107,0	119,3
Centro-oeste	37.104,0	29.280,0	78,9	5.690,0	16.310,0	286,6
Nordeste	114.316,0	33.069,0	28,9	28.033,0	21.171,0	75,5
Norte	25.534,0	10.302,0	40,3	5.495,0	6.778,0	123,3
Sudeste	208.596,0	82.078,0	39,3	45.188,0	43.451,0	96,2
Sul	67.493,0	48.394,0	71,7	11.248,0	26.397,0	234,7
Financeiro	1.333.842.904	508.842.904	38,1	412.500.000	0	0,0
Demais Fontes	1.333.842.904	508.842.904	38,1	412.500.000	0	0,0
Nacional	921.342.904	508.842.904	55,2	412.500.000	0	0,0
Centro-oeste	25.137.831	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	115.018.581	0	0,0	0	0	0,0
Norte	23.018.333	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	199.641.875	0	0,0	0	0	0,0
Sul	49.683.380	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9514	CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO OU USADO (Ministério da Fazenda)				
Produto: imóvel adquirido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	331.001,0	177.190,0	53,5	65.380,0	92.063,0	140,8
Centro-oeste	19.448,0	10.937,0	56,2	3.910,0	5.160,0	132,0
Nordeste	83.845,0	24.924,0	29,7	19.260,0	13.454,0	69,9
Norte	13.835,0	2.379,0	17,2	3.433,0	1.291,0	37,6
Sudeste	168.971,0	106.129,0	62,8	31.049,0	55.499,0	178,7
Sul	44.902,0	32.821,0	73,1	7.728,0	16.659,0	215,6
Financeiro	4.950.253.541	1.980.253.541	40,0	1.485.000.000	0	0,0
Demais Fontes	4.950.253.541	1.980.253.541	40,0	1.485.000.000	0	0,0
Nacional	3.465.253.541	1.980.253.541	57,1	1.485.000.000	0	0,0
Centro-oeste	88.801.944	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	437.475.716	0	0,0	0	0	0,0
Norte	77.963.988	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	705.228.363	0	0,0	0	0	0,0
Sul	175.529.988	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9515	FINANCIAMENTO A PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS (Ministério da Fazenda)				
Produto: unidade habitacional construída			Unidade de Medida: unidade			
Físico	43.449,0	0,0	0,0	10.345,0	S.R.	0,0
Nacional	43.449,0	0,0	0,0	10.345,0	S.R.	0,0
Financeiro	375.000.000	0	0,0	187.500.000	0	0,0
Demais Fontes	375.000.000	0	0,0	187.500.000	0	0,0
Nacional	375.000.000	0	0,0	187.500.000	0	0,0
(OA)	9516	CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVA (Ministério da Fazenda)				
Produto: pessoa financiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	53.075,0	53.075,0	100,0	20,0	19.279,0	96.395,0
Nacional	53.075,0	53.075,0	100,0	20,0	19.279,0	96.395,0
Financeiro	315.360.173	311.360.173	98,7	2.000.000	0	0,0
Demais Fontes	315.360.173	311.360.173	98,7	2.000.000	0	0,0
Nacional	315.360.173	311.360.173	98,7	2.000.000	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
9991 CARTA DE CRÉDITO						
Gerente em 31/12/2002: Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra						
(OA)	9517	CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA CONSTRUÇÃO EM TERRENO PRÓPRIO (Ministério da Fazenda)				
Produto: habitação construída			Unidade de Medida: unidade			
Físico	181.890,0	66.358,0	36,5	47.673,0	7.561,0	15,9
Centro-oeste	10.871,0	10.287,0	94,6	2.853,0	444,0	15,6
Nordeste	51.564,0	31.545,0	61,2	14.016,0	234,0	1,7
Norte	9.229,0	6.176,0	66,9	2.505,0	76,0	3,0
Sudeste	86.572,0	8.921,0	10,3	22.659,0	3.763,0	16,6
Sul	23.654,0	9.429,0	39,9	5.640,0	3.044,0	54,0
Financeiro	2.011.692.959	306.692.959	15,2	852.500.000	0	0,0
Demais Fontes	2.011.692.959	306.692.959	15,2	852.500.000	0	0,0
Nacional	1.159.192.959	306.692.959	26,5	852.500.000	0	0,0
Centro-oeste	50.995.937	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	250.932.266	0	0,0	0	0	0,0
Norte	44.767.367	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	405.002.973	0	0,0	0	0	0,0
Sul	100.801.457	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	9.679.226.300	3.450.226.300	35,6	3.286.261.340	343.076.723	10,4
Fiscal Seguridade	693.076.723	343.076.723	67,6	346.761.340	343.076.723	98,9
Demais Fontes	8.986.149.577	3.107.149.577	33,1	2.939.500.000	0	0,0
0071 COMUNIDADE ATIVA						
Gerente em 31/12/2002: Adroaldo Quintela Santos						
(P)	1481	Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes (Ministério da Previdência e Assistência Social)				
Produto: PESSOA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2.860,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.860,0	S.R.	0,0
Financeiro	172.963.597	32.291.351	18,7	37.372.586	32.291.351	86,4
Fiscal Seguridade	172.963.597	32.291.351	18,7	37.372.586	32.291.351	86,4
Nacional	40.862.779	32.291.351	79,0	37.372.586	32.291.351	86,4
Centro-oeste	11.437.818	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	16.833.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.980.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	54.620.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	47.230.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	1843	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES (Ministério da Integração Nacional)				
Produto: Profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.925,0	1.925,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	176,0	176,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	1.749,0	1.749,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.699.150	4.218.150	89,8	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.218.150	4.218.150	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.921.136	2.921.136	100,0	0	0	0,0
Nordeste	367.014	367.014	100,0	0	0	0,0
Norte	930.000	930.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	481.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	386.652	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	11.904	0	0,0	0	0	0,0
Norte	82.445	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0071 COMUNIDADE ATIVA						
Gerente em 31/12/2002: Adroaldo Quintela Santos						
(P)	1859	GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)				
Produto: Empreendedor no mercado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	816,0	816,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	761,0	761,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Norte	55,0	55,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.489.063	3.921.063	87,3	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.921.063	3.921.063	100,0	0	0	0,0
Nacional	3.098.499	3.098.499	100,0	0	0	0,0
Nordeste	760.564	760.564	100,0	0	0	0,0
Norte	62.000	62.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	568.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	556.163	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.503	0	0,0	0	0	0,0
Norte	10.334	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2821	MANUTENÇÃO DO SIPGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEP/PR)				
Produto: Sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.742.728	1.467.728	84,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.467.728	1.467.728	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.125.000	1.125.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	94.728	94.728	100,0	0	0	0,0
Norte	248.000	248.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	275.000	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	55.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	20.625	0	0,0	0	0	0,0
Norte	199.375	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3532	CAPACITAÇÃO DE GESTORES LOCAIS NOS MUNICÍPIOS - ALVO (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: Profissional capacitado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	9.000,0	9.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	9.000,0	9.000,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.625.045	8.625.045	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.625.045	8.625.045	100,0	0	0	0,0
Nacional	8.625.045	8.625.045	100,0	0	0	0,0
(P)	3532	Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-alvo				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	18.400,0	18.400,0	100,0	10.000,0	18.400,0	184,0
Nacional	18.400,0	18.400,0	100,0	10.000,0	18.400,0	184,0
Financeiro	10.690.013	5.690.013	53,2	6.000.000	5.690.013	94,8
Fiscal Seguridade	10.690.013	5.690.013	53,2	6.000.000	5.690.013	94,8
Nacional	10.690.013	5.690.013	53,2	6.000.000	5.690.013	94,8
(P)	3604	PESQUISA DE QUALIDADE DE VIDA				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0071 COMUNIDADE ATIVA						
Gerente em 31/12/2002: Adroaldo Quintela Santos						
(P)	3604	PESQUISA DE QUALIDADE DE VIDA (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	897.686	897.686	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	897.686	897.686	100,0	0	0	0,0
Nacional	897.686	897.686	100,0	0	0	0,0
(A)	4119	Avaliação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável nos Municípios-alvo				
Produto: AVALIACAO REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	1.684.789	684.789	40,6	1.000.000	684.789	68,5
Fiscal Seguridade	1.684.789	684.789	40,6	1.000.000	684.789	68,5
Nacional	1.684.789	684.789	40,6	1.000.000	684.789	68,5
(A)	4565	Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6.388,0	6.388,0	100,0	4.006,0	6.380,0	159,3
Nacional	6.388,0	6.388,0	100,0	4.006,0	6.380,0	159,3
Financeiro	23.894.881	12.094.881	50,6	17.000.000	8.745.592	51,4
Fiscal Seguridade	23.894.881	12.094.881	50,6	17.000.000	8.745.592	51,4
Nacional	14.594.881	12.094.881	82,9	17.000.000	8.745.592	51,4
Norte	9.300.000	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4566	Apoio a Projetos para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4,0	4,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Nacional	4,0	4,0	100,0	10,0	2,0	20,0
Financeiro	965.825	965.825	100,0	500.000	288.124	57,6
Fiscal Seguridade	965.825	965.825	100,0	500.000	288.124	57,6
Nacional	965.825	965.825	100,0	500.000	288.124	57,6
(A)	6001	APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7489	ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (Secretaria Especial de Políticas Regionais - SEPPE/PR)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	188.294	129.294	68,7	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	129.294	129.294	100,0	0	0	0,0
Norte	129.294	129.294	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	59.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	6.556	0	0,0	0	0	0,0
Norte	52.444	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	230.841.071	70.985.825	30,8	61.872.586	47.699.869	77,1
Fiscal Seguridade	229.458.071	70.985.825	67,6	61.872.586	47.699.869	77,1
Demais Fontes	1.383.000	0	33,1	0	0	0,0

0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

Gerente em 31/12/2002: Rosângela Silveira de Oliveira



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO						
	Gerente em 31/12/2002: Rosangela Silveira de Oliveira					
(P)	1023	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA ADVOCACIA DE ESTADO				
	Produto: -		Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	2672	Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo (Advocacia Geral da União)				
	Produto: DOCUMENTO PRODUZIDO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	13.133,0	13.133,0	100,0	2.000,0	8.288,0	414,4
Nacional	13.133,0	13.133,0	100,0	2.000,0	8.288,0	414,4
Financeiro	2.601.343	1.801.343	69,2	800.000	442.453	55,3
Fiscal Seguridade	2.601.343	1.801.343	69,2	800.000	442.453	55,3
Nacional	2.601.343	1.801.343	69,2	800.000	442.453	55,3
(A)	2673	Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e Vinculados (Advocacia Geral da União)				
	Produto: CORREICAO REALIZADA		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	340,0	340,0	100,0	155,0	158,0	101,9
Nacional	340,0	340,0	100,0	155,0	158,0	101,9
Financeiro	1.445.298	1.045.298	72,3	400.000	369.979	92,5
Fiscal Seguridade	1.445.298	1.045.298	72,3	400.000	369.979	92,5
Nacional	1.445.298	1.045.298	72,3	400.000	369.979	92,5
(A)	2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União (Advocacia Geral da União)				
	Produto: PROCESSO JUDICIAL ANALISADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.737.026,0	1.737.026,0	100,0	577.106,0	489.360,0	84,8
Nacional	1.737.026,0	1.737.026,0	100,0	577.106,0	489.360,0	84,8
Financeiro	40.402.817	28.553.817	70,7	12.348.800	12.110.459	98,1
Fiscal Seguridade	40.402.817	28.553.817	70,7	12.348.800	12.110.459	98,1
Nacional	40.402.817	28.553.817	70,7	12.348.800	12.110.459	98,1
(P)	5433	Implantação de Sistema de Informações Jurídicas (Advocacia Geral da União)				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	83,7	83,7	100,0	12,0	15,7	130,8
Nacional	83,7	83,7	100,0	12,0	15,7	130,5
Financeiro	10.320.295	6.962.295	67,5	1.680.000	999.999	59,5
Fiscal Seguridade	10.320.295	6.962.295	67,5	1.680.000	999.999	59,5
Nacional	10.320.295	6.962.295	67,5	1.680.000	999.999	59,5
(P)	7008	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE ESTUDOS (Advocacia Geral da União)				
	Produto: centro de estudos implantado		Unidade de Medida: % de execução física			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	54.769.753	38.362.753	70,0	15.228.800	13.922.890	91,4
Fiscal Seguridade	54.769.753	38.362.753	67,6	15.228.800	13.922.890	91,4

0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto Guimarães Batista da Silva



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS						
Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto Guimarães Batista da Silva						
(P) 1803	INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO EDITORIAL					
Produto: Rede informatizada				Unidade de Medida: % de execução física		
Físico	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro-oeste	52,0	52,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.037.797	8.037.797	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	8.037.797	8.037.797	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.223.772	5.223.772	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.814.025	2.814.025	100,0	0	0	0,0
(P) 1831	Modernização do Parque Gráfico					
Produto: PARQUE GRAFICO ATUALIZADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	6,1	6,1	100,0	5,0	0,1	2,0
Nacional	0,1	0,1	100,0	5,0	0,1	1,8
Centro-oeste	6,0	6,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.737.277	1.237.277	45,2	2.662.800	2.402	0,1
Fiscal Seguridade	2.737.277	1.237.277	45,2	2.662.800	2.402	0,1
Nacional	1.502.402	2.402	0,2	2.662.800	2.402	0,1
Centro-oeste	1.234.875	1.234.875	100,0	0	0	0,0
(A) 2803	Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais					
Produto: PUBLICACAO VEICULADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	21.688.715,0	21.688.715,0	100,0	8.549.645,0	1.844.000,0	21,6
Nacional	11.475.293,0	11.475.293,0	100,0	8.549.645,0	1.844.000,0	21,6
Centro-oeste	10.213.422,0	10.213.422,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	34.396.670	25.896.670	75,3	15.015.184	9.767.069	65,0
Fiscal Seguridade	34.396.670	25.896.670	75,3	15.015.184	9.767.069	65,0
Nacional	28.839.108	20.339.108	70,5	15.015.184	9.767.069	65,0
Centro-oeste	5.557.562	5.557.562	100,0	0	0	0,0
(A) 2804	Edição e Produção de Publicações Oficiais					
Produto: EXEMPLAR PRODUZIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	28.487.365,0	28.487.365,0	100,0	14.044.800,0	8.642.650,0	61,5
Nacional	8.642.650,0	8.642.650,0	100,0	14.044.800,0	8.642.650,0	61,5
Centro-oeste	19.844.715,0	19.844.715,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	74.216.809	49.216.809	66,3	30.231.959	16.551.000	54,7
Fiscal Seguridade	74.216.809	49.216.809	66,3	30.231.959	16.551.000	54,7
Nacional	57.172.327	32.172.327	56,3	30.231.959	16.551.000	54,7
Centro-oeste	17.044.482	17.044.482	100,0	0	0	0,0
(A) 2805	Manutenção do Parque Gráfico					
Produto: PARQUE MANTIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	3,0	3,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Centro-oeste	2,0	2,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	45.864.744	29.174.278	63,6	15.469.208	11.100.744	71,8
Fiscal Seguridade	45.864.744	29.174.278	63,6	15.469.208	11.100.744	71,8
Nacional	27.791.210	11.100.744	39,9	15.469.208	11.100.744	71,8
Centro-oeste	18.073.534	18.073.534	100,0	0	0	0,0
(P) 5801	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL PARA A EDITORAÇÃO ELETRÔNICA					
Produto: servidor capacitado				Unidade de Medida: unidade		
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	165.253.297	113.562.831	68,7	63.379.151	37.421.215	59,0
Fiscal Seguridade	165.253.297	113.562.831	67,6	63.379.151	37.421.215	59,0

0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

862

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Roseiro Cavalcanti						
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	26.327.832	26.327.832	100,0	8.470.000	8.408.888	99,3
Fiscal Seguridade	26.327.832	26.327.832	100,0	8.470.000	8.408.888	99,3
Nacional	26.327.832	26.327.832	100,0	8.470.000	8.408.888	99,3
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério do Desenvolvimento Agrário)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.168.329	18.168.329	100,0	8.634.600	6.442.422	74,6
Fiscal Seguridade	18.168.329	18.168.329	100,0	8.634.600	6.442.422	74,6
Nacional	18.168.329	18.168.329	100,0	8.634.600	6.442.422	74,6
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério do Esporte e Turismo)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	8.221.613	8.221.613	100,0	3.034.641	1.419.635	46,8
Fiscal Seguridade	8.221.613	8.221.613	100,0	3.034.641	1.419.635	46,8
Nacional	8.221.613	8.221.613	100,0	3.034.641	1.419.635	46,8
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério da Defesa)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.713.401	2.713.401	100,0	803.237	752.643	93,7
Fiscal Seguridade	2.713.401	2.713.401	100,0	803.237	752.643	93,7
Nacional	2.713.401	2.713.401	100,0	803.237	752.643	93,7
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério da Integração Nacional)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.396.149	6.396.149	100,0	3.082.140	3.007.236	97,6
Fiscal Seguridade	6.396.149	6.396.149	100,0	3.082.140	3.007.236	97,6
Nacional	6.396.149	6.396.149	100,0	3.082.140	3.007.236	97,6
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Secretaria de Estado de Comunicação de Governo - SECOM/PR)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	136.132.453	24.527.512	18,0	7.815.960	5.540.830	70,9
Fiscal Seguridade	136.132.453	24.527.512	18,0	7.815.960	5.540.830	70,9
Nacional	136.132.453	24.527.512	18,0	7.815.960	5.540.830	70,9
(A)	2017	Comunicação de Governo				
(Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	458.896	458.896	100,0	192.600	192.120	99,8
Fiscal Seguridade	458.896	458.896	100,0	192.600	192.120	99,8
Nacional	458.896	458.896	100,0	192.600	192.120	99,8



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Roseiro Cavalcanti						
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério da Ciência e Tecnologia)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.108.898	10.108.898	100,0	3.953.620	3.385.494	85,6
Fiscal Seguridade	10.108.898	10.108.898	100,0	3.953.620	3.385.494	85,6
Nacional	10.108.898	10.108.898	100,0	3.953.620	3.385.494	85,6
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	16.708.238	16.708.238	100,0	5.600.000	5.576.874	99,6
Fiscal Seguridade	16.708.238	16.708.238	100,0	5.600.000	5.576.874	99,6
Nacional	16.708.238	16.708.238	100,0	5.600.000	5.576.874	99,6
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério da Educação)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	24.837.871	24.837.871	100,0	7.000.000	6.978.648	99,7
Fiscal Seguridade	24.837.871	24.837.871	100,0	7.000.000	6.978.648	99,7
Nacional	24.837.871	24.837.871	100,0	7.000.000	6.978.648	99,7
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	12.307.683	12.307.683	100,0	5.600.000	5.382.020	96,1
Fiscal Seguridade	12.307.683	12.307.683	100,0	5.600.000	5.382.020	96,1
Nacional	12.307.683	12.307.683	100,0	5.600.000	5.382.020	96,1
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério da Justiça)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	397.438	397.438	100,0	482.600	282.773	58,6
Fiscal Seguridade	397.438	397.438	100,0	482.600	282.773	58,6
Nacional	397.438	397.438	100,0	482.600	282.773	58,6
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério de Minas e Energia)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.545.607	7.545.607	100,0	14.574.374	7.545.607	51,8
Fiscal Seguridade	7.545.607	7.545.607	100,0	14.574.374	7.545.607	51,8
Nacional	7.545.607	7.545.607	100,0	14.574.374	7.545.607	51,8
(A) 2017 Comunicação de Governo						
(Ministério da Previdência e Assistência Social)						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	20.392.129	20.392.129	100,0	7.227.164	7.218.770	99,9
Fiscal Seguridade	20.392.129	20.392.129	100,0	7.227.164	7.218.770	99,9
Nacional	20.392.129	20.392.129	100,0	7.227.164	7.218.770	99,9



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO						
Gerente em 31/12/2002: Alberto Roseiro Cavalcanti						
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério da Saúde)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	60.909.990	60.909.990	100,0	30.780.000	30.779.990	100,0
Fiscal Seguridade	60.909.990	60.909.990	100,0	30.780.000	30.779.990	100,0
Nacional	60.909.990	60.909.990	100,0	30.780.000	30.779.990	100,0
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério do Trabalho e Emprego)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	18.322.088	18.322.088	100,0	6.300.000	5.814.486	92,3
Fiscal Seguridade	18.322.088	18.322.088	100,0	6.300.000	5.814.486	92,3
Nacional	18.322.088	18.322.088	100,0	6.300.000	5.814.486	92,3
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério dos Transportes)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	13.508.670	13.508.670	100,0	18.277.510	3.229.782	17,7
Fiscal Seguridade	13.508.670	13.508.670	100,0	18.277.510	3.229.782	17,7
Nacional	13.233.881	13.233.881	100,0	18.085.000	3.129.491	17,3
Sul	274.789	274.789	100,0	192.510	100.291	52,1
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério das Comunicações)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	49.034.074	48.734.074	99,4	43.000.000	17.241.839	40,1
Fiscal Seguridade	49.034.074	48.734.074	99,4	43.000.000	17.241.839	40,1
Nacional	49.034.074	48.734.074	99,4	43.000.000	17.241.839	40,1
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério da Cultura)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.059.163	2.059.163	100,0	700.000	696.765	99,5
Fiscal Seguridade	2.059.163	2.059.163	100,0	700.000	696.765	99,5
Nacional	2.059.163	2.059.163	100,0	700.000	696.765	99,5
(A)	2017	Comunicação de Governo (Ministério do Meio Ambiente)				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.478.368	6.478.368	100,0	2.400.000	2.400.000	100,0
Fiscal Seguridade	6.478.368	6.478.368	100,0	2.400.000	2.400.000	100,0
Nacional	6.478.368	6.478.368	100,0	2.400.000	2.400.000	100,0
Financ. Total Programa	441.028.890	329.123.949	74,6	177.928.446	122.296.822	68,7
Fiscal Seguridade	441.028.890	329.123.949	67,6	177.928.446	122.296.822	68,7

0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Gerente em 31/12/2002:

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2072	Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais (Ministério da Fazenda)				
Produto: GESTAO AVALIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2.597,0	2.597,0	100,0	1.223,0	1.290,0	105,5
Nacional	2.597,0	2.597,0	100,0	1.223,0	1.290,0	105,5
Financeiro	6.067.072	6.067.072	100,0	3.703.730	3.246.062	87,6
Fiscal Seguridade	6.067.072	6.067.072	100,0	3.703.730	3.246.062	87,6
Nacional	6.067.072	6.067.072	100,0	3.703.730	3.246.062	87,6
(A)	2073	Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais (Ministério da Fazenda)				
Produto: ACAO AVALIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	30.629,0	30.629,0	100,0	19.546,0	16.103,0	82,4
Nacional	30.629,0	30.629,0	100,0	19.546,0	16.103,0	82,4
Financeiro	1.968.755	1.968.755	100,0	1.191.000	884.943	74,3
Fiscal Seguridade	1.968.755	1.968.755	100,0	1.191.000	884.943	74,3
Nacional	1.968.755	1.968.755	100,0	1.191.000	884.943	74,3
(A)	2080	Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle (Ministério da Fazenda)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	10.664.145	10.664.145	100,0	5.940.000	4.683.607	78,8
Fiscal Seguridade	10.664.145	10.664.145	100,0	5.940.000	4.683.607	78,8
Nacional	10.664.145	10.664.145	100,0	5.940.000	4.683.607	78,8
Financ. Total Programa	18.699.972	18.699.972	100,0	10.834.730	8.814.612	81,4
Fiscal Seguridade	18.699.972	18.699.972	67,6	10.834.730	8.814.612	81,4
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						
Gerente em 31/12/2002: Vera Lucia Santos Ribeiro						
(A)	2400	Levantamentos de Informações para Gestão Territorial (Ministério de Minas e Energia)				
Produto: MAPA TEMATICO ELABORADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	84,0	84,0	100,0	156,0	84,0	53,8
Nacional	84,0	84,0	100,0	156,0	84,0	53,8
Financeiro	6.662.253	4.362.253	65,5	3.049.560	1.617.984	53,1
Fiscal Seguridade	6.662.253	4.362.253	65,5	3.049.560	1.617.984	53,1
Nacional	6.662.253	4.362.253	65,5	3.049.560	1.617.984	53,1
(P)	3976	Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos - SMAPP (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	30,0	30,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Nacional	30,0	30,0	100,0	30,0	30,0	100,0
Financeiro	883.000	700.000	79,3	736.119	0	0,0
Fiscal Seguridade	883.000	700.000	79,3	736.119	0	0,0
Nacional	883.000	700.000	79,3	736.119	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO						
Gerente em 31/12/2002: Vera Lucia Santos Ribeiro						
(P)	3977	Implantação de Sistema Nacional de Informações Urbanas - SNIU (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA			
Físico	60,0	60,0	100,0	30,0	60,0	200,0
Nacional	60,0	60,0	100,0	30,0	60,0	200,0
Financeiro	1.058.000	800.000	75,6	544.886	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.058.000	800.000	75,6	544.886	0	0,0
Nacional	1.058.000	800.000	75,6	544.886	0	0,0
(P)	3982	Estudos para Revitalização da Infra-estrutura de Centros Urbanos em Capitais (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: CENTRO REVITALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	260.000	220.000	84,6	356.422	0	0,0
Fiscal Seguridade	260.000	220.000	84,6	356.422	0	0,0
Nacional	260.000	220.000	84,6	356.422	0	0,0
(P)	3983	Seleção e Difusão das Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	22.000	0	0,0	329.475	0	0,0
Fiscal Seguridade	22.000	0	0,0	329.475	0	0,0
Nacional	22.000	0	0,0	329.475	0	0,0
(A)	4055	Estudos e Pesquisas para a Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	174.414	50.414	28,9	500.000	50.414	10,1
Fiscal Seguridade	174.414	50.414	28,9	500.000	50.414	10,1
Nacional	174.414	50.414	28,9	500.000	50.414	10,1
(A)	4511	Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Programas de Saneamento, Habitação e Infra-estrutura Urbana (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: INSTITUICAO FINANCEIRA REMUNERADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	5.199.995	3.471.995	66,8	3.472.010	3.471.995	100,0
Fiscal Seguridade	5.199.995	3.471.995	66,8	3.472.010	3.471.995	100,0
Nacional	5.199.995	3.471.995	66,8	3.472.010	3.471.995	100,0
Financ. Total Programa	14.259.662	9.604.662	67,4	8.988.472	5.140.393	57,2
Fiscal Seguridade	14.259.662	9.604.662	67,6	8.988.472	5.140.393	57,2
8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS						
Gerente em 31/12/2002: Nadja Limeira Araújo						
(P)	3963	Estudos para a Otimização da Prestação dos Serviços de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	62,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	62,0	S.R.	0,0
Financeiro	216.000	0	0,0	560.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	216.000	0	0,0	560.000	0	0,0
Nacional	216.000	0	0,0	560.000	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

867

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS						
Gerente em 31/12/2002: Nadja Limeira Araújo						
(P)	3966	Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que Vivem do Lixo				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: CRIANCA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	272.515,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2.000,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	27.806,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	135.791,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	66.923,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	23.959,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	16.036,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.445.337	2.181.408	49,1	8.859.242	2.181.408	24,6
Fiscal Seguridade	4.445.337	2.181.408	49,1	8.859.242	2.181.408	24,6
Nacional	2.363.929	100.000	4,2	100.000	100.000	100,0
Centro-oeste	184.756	184.756	100,0	900.345	184.756	20,5
Nordeste	750.000	750.000	100,0	4.396.886	750.000	17,1
Norte	656.561	656.561	100,0	2.166.994	656.561	30,3
Sudeste	210.000	210.000	100,0	775.777	210.000	27,1
Sul	280.091	280.091	100,0	519.240	280.091	53,9
(P)	5005	Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	127.284,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	127.284,0	S.R.	0,0
Financeiro	12.935.900	6.178.400	47,8	12.360.316	6.178.400	50,0
Fiscal Seguridade	12.935.900	6.178.400	47,8	12.360.316	6.178.400	50,0
Nacional	7.936.900	6.178.400	77,8	12.360.316	6.178.400	50,0
Centro-oeste	1.094.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	1.537.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	564.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.704.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5013	Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: MUNICIPIO ATENDIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	560,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	560,0	S.R.	0,0
Financeiro	372.000	66.000	17,7	795.000	66.000	8,3
Fiscal Seguridade	372.000	66.000	17,7	795.000	66.000	8,3
Nacional	372.000	66.000	17,7	795.000	66.000	8,3
Financ. Total Programa	17.969.237	8.425.808	46,9	22.574.558	8.425.808	37,3
Fiscal Seguridade	17.969.237	8.425.808	67,6	22.574.558	8.425.808	37,3

0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA

Gerente em 31/12/2002: Emmanuel Cavalcante Porto

(P) 3226 DIAGNÓSTICO DE OPÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NA ESFERA MUNICIPAL

(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)

Produto: Estudo Realizado

Unidade de Medida: unidade

Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA						
Gerente em 31/12/2002: Emmanuel Cavalcante Porto						
(P)	3955	ESTUDOS PARA MODERNIZAÇÃO E REORDENAMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DO SETOR SANEAMENTO (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.882.761	7.882.761	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.882.761	7.882.761	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.882.761	7.882.761	100,0	0	0	0,0
(P)	3963	ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	576.546	300.000	52,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	300.000	300.000	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	276.546	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	276.546	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3965	Estudos para Formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	6,0	6,0	100,0	41,0	1,0	2,4
Nacional	6,0	6,0	100,0	41,0	1,0	2,4
Financeiro	4.516.200	2.929.200	64,9	4.113.416	1.490.000	36,2
Fiscal Seguridade	4.516.200	2.929.200	64,9	4.113.416	1.490.000	36,2
Nacional	4.516.200	2.929.200	64,9	4.113.416	1.490.000	36,2
(OA)	9329	CONSULTORIA NAS ÁREAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA MUNICÍPIOS - CAIXA DO MUNICÍPIO (Ministério da Fazenda)				
Produto: município atendido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	4.406,0	0,0	0,0	1.101,0	S.R.	0,0
Nacional	4.406,0	0,0	0,0	1.101,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.883.959	0	0,0	2.219.405	0	0,0
Demais Fontes	3.883.959	0	0,0	2.219.405	0	0,0
Nacional	3.883.959	0	0,0	2.219.405	0	0,0
(OA)	9330	FINANCIAMENTO A MUNICÍPIOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: município financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	500,0	26,0	5,2	100,0	S.R.	0,0
Nacional	500,0	26,0	5,2	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	606.000.000	62.000.000	10,2	220.000.000	0	0,0
Demais Fontes	606.000.000	62.000.000	10,2	220.000.000	0	0,0
Nacional	606.000.000	62.000.000	10,2	220.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	622.859.466	73.111.961	11,7	226.332.821	1.490.000	0,7
Fiscal Seguridade	12.698.961	11.111.961	67,6	4.113.416	1.490.000	36,2
Demais Fontes	610.160.505	62.000.000	33,1	222.219.405	0	0,0

0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA

Gerente em 31/12/2002: Luiz Cláudio de Vasconcelos

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Cláudio de Vasconcelos						
(P)	1920	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	891,0	891,0	100,0	10.493,0	S.R.	0,0
Nacional	891,0	891,0	100,0	10.493,0	S.R.	0,0
Financeiro	1.403.759.192	706.395.374	50,3	510.304.708	356.109.387	69,8
Fiscal Seguridade	1.403.759.192	706.395.374	50,3	510.304.708	356.109.387	69,8
Nacional	372.694.387	370.194.387	99,3	510.304.708	356.109.387	69,8
Centro-oeste	194.168.818	84.482.000	43,5	0	0	0,0
Nordeste	425.774.942	134.517.942	31,6	0	0	0,0
Norte	109.869.545	46.354.545	42,2	0	0	0,0
Sudeste	187.021.500	52.731.500	28,2	0	0	0,0
Sul	114.230.000	18.115.000	15,9	0	0	0,0
(P)	1951	Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de Áreas Urbanas e de Adequação de Vias (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	412,0	412,0	100,0	751,0	S.R.	0,0
Nacional	412,0	412,0	100,0	751,0	S.R.	0,0
Financeiro	272.312.757	198.137.757	72,8	74.998.000	53.541.000	71,4
Fiscal Seguridade	272.312.757	198.137.757	72,8	74.998.000	53.541.000	71,4
Nacional	73.671.000	73.171.000	99,3	74.998.000	53.541.000	71,4
Centro-oeste	24.579.900	24.129.900	98,2	0	0	0,0
Nordeste	86.034.000	44.334.000	51,5	0	0	0,0
Norte	31.717.857	18.567.857	58,5	0	0	0,0
Sudeste	50.090.000	32.490.000	64,9	0	0	0,0
Sul	6.220.000	5.445.000	87,5	0	0	0,0
(P)	3148	Revitalização da Infra-estrutura de Centros Urbanos de Médio e Grande Porte (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	132,0	S.R.	0,0
Financeiro	56.936.000	45.530.000	80,0	17.424.000	3.650.000	20,9
Fiscal Seguridade	56.936.000	45.530.000	80,0	17.424.000	3.650.000	20,9
Nacional	3.650.000	3.650.000	100,0	17.424.000	3.650.000	20,9
Centro-oeste	150.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	28.216.000	17.530.000	62,1	0	0	0,0
Norte	2.550.000	2.350.000	92,2	0	0	0,0
Sudeste	70.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	22.300.000	22.000.000	98,7	0	0	0,0
(P)	3178	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	601,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	601,0	S.R.	0,0
Financeiro	124.845.882	124.845.882	100,0	44.851.000	27.164.333	60,6
Fiscal Seguridade	124.845.882	124.845.882	100,0	44.851.000	27.164.333	60,6
Nacional	27.164.333	27.164.333	100,0	44.851.000	27.164.333	60,6
Centro-oeste	710.000	710.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	18.920.000	18.920.000	100,0	0	0	0,0
Norte	20.108.000	20.108.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	7.283.000	7.283.000	100,0	0	0	0,0
Sul	50.660.549	50.660.549	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

870

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA						
Gerente em 31/12/2002: Luiz Cláudio de Vasconcelos						
(OA)	9471	PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	70,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Nacional	70,0	0,0	0,0	20,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Demais Fontes	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
Nacional	4.000.000	0	0,0	2.000.000	0	0,0
(OA)	9472	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE REDES DE GALERIAS PLUVIAIS, COMPLEMENTARES À MACRODRENAGEM (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	71.631,0	0,0	0,0	17.055,0	S.R.	0,0
Nacional	71.631,0	0,0	0,0	17.055,0	S.R.	0,0
Financeiro	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
Demais Fontes	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
Nacional	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
(OA)	9473	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A RETIFICAÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA E CANAIS (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	143.262,0	0,0	0,0	34.110,0	S.R.	0,0
Nacional	143.262,0	0,0	0,0	34.110,0	S.R.	0,0
Financeiro	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
Demais Fontes	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
Nacional	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
(OA)	9474	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, LIMITADA AOS LOGRADOUROS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	47.754,0	0,0	0,0	11.370,0	S.R.	0,0
Nacional	47.754,0	0,0	0,0	11.370,0	S.R.	0,0
Financeiro	27.288.000	0	0,0	13.644.000	0	0,0
Demais Fontes	27.288.000	0	0,0	13.644.000	0	0,0
Nacional	27.288.000	0	0,0	13.644.000	0	0,0
(OA)	9475	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA SERVIÇOS DE DRAGAGEM (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	71.631,0	0,0	0,0	17.055,0	S.R.	0,0
Nacional	71.631,0	0,0	0,0	17.055,0	S.R.	0,0
Financeiro	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
Demais Fontes	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
Nacional	40.932.000	0	0,0	20.466.000	0	0,0
(OA)	9476	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	143.262,0	0,0	0,0	34.110,0	S.R.	0,0
Nacional	143.262,0	0,0	0,0	34.110,0	S.R.	0,0
Financeiro	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
Demais Fontes	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
Nacional	81.864.000	0	0,0	40.932.000	0	0,0
Financ. Total Programa	2.134.733.831	1.074.909.013	50,4	786.017.708	440.464.720	56,0
Fiscal Seguridade	1.857.853.831	1.074.909.013	67,6	647.577.708	440.464.720	68,0
Demais Fontes	276.880.000	0	33,1	138.440.000	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	871	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0641 INTELIGÊNCIA NACIONAL						
Gerente em 31/12/2002: Francisco Xavier Balieiro Júnior						
(A) 2488 Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações						
Produto: PESQUISA REALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12,0	12,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	12,0	12,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	9.081.906	4.934.906	54,3	2.987.691	2.938.476	98,4
Fiscal Seguridade	9.081.906	4.934.906	54,3	2.987.691	2.938.476	98,4
Nacional	9.081.906	4.934.906	54,3	2.987.691	2.938.476	98,4
(A) 2671 Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações e Transmissão de Dados						
Produto: SISTEMA MANTIDO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	6,0	6,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	18.339.358	12.624.358	68,8	5.364.240	4.151.748	77,4
Fiscal Seguridade	18.339.358	12.624.358	68,8	5.364.240	4.151.748	77,4
Nacional	18.339.358	12.624.358	68,8	5.364.240	4.151.748	77,4
(A) 2684 Ações de Inteligência						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	10.436.787	7.436.787	71,3	2.530.100	1.955.817	77,3
Fiscal Seguridade	10.436.787	7.436.787	71,3	2.530.100	1.955.817	77,3
Nacional	10.436.787	7.436.787	71,3	2.530.100	1.955.817	77,3
(A) 2866 Ações de Caráter Sigiloso						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.391.151	10.291.151	71,5	3.942.710	3.323.439	84,3
Fiscal Seguridade	14.391.151	10.291.151	71,5	3.942.710	3.323.439	84,3
Nacional	14.391.151	10.291.151	71,5	3.942.710	3.323.439	84,3
(A) 6261 Estudos para a Manutenção da Ordem Institucional						
Produto: ESTUDO REALIZADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Nacional	3,0	3,0	100,0	3,0	3,0	100,0
Financeiro	252.121	129.121	51,2	130.000	84.121	64,7
Fiscal Seguridade	252.121	129.121	51,2	130.000	84.121	64,7
Nacional	252.121	129.121	51,2	130.000	84.121	64,7
(P) 7817 Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública						
Produto: SUBSISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	44,2	44,2	100,0	38,0	29,0	76,3
Nacional	44,2	44,2	100,0	38,0	29,0	76,3
Financeiro	1.651.147	1.651.147	100,0	1.200.000	897.359	74,8
Fiscal Seguridade	1.651.147	1.651.147	100,0	1.200.000	897.359	74,8
Nacional	1.651.147	1.651.147	100,0	1.200.000	897.359	74,8
Financ. Total Programa	54.152.470	37.067.470	68,5	16.154.741	13.350.960	82,6
Fiscal Seguridade	54.152.470	37.067.470	67,6	16.154.741	13.350.960	82,6

5008 MINHA CASA

Gerente em 31/12/2002: Nelson Teixeira da Silva



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
5008 MINHA CASA						
Gerente em 31/12/2002: Nelson Teixeira da Silva						
(OA) 9483 ARRENDAMENTO RESIDENCIAL						
(Ministério da Fazenda)						
Produto: unidade habitacional arrendada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	156.521,0	50.504,0	32,3	38.730,0	30.251,0	78,1
Centro-oeste	6.438,0	2.541,0	39,5	1.460,0	1.677,0	114,9
Nordeste	36.494,0	11.366,0	31,1	9.268,0	6.277,0	67,7
Norte	4.973,0	2.278,0	45,8	1.017,0	1.656,0	162,8
Sudeste	97.261,0	28.029,0	28,8	24.696,0	16.749,0	67,8
Sul	11.355,0	6.290,0	55,4	2.289,0	3.892,0	170,0
Financeiro	919.007.622	1.114.589.530	121,3	500.010.000	695.591.908	139,1
Demais Fontes	919.007.622	1.114.589.530	121,3	500.010.000	695.591.908	139,1
Nacional	919.007.622	1.114.589.530	121,3	500.010.000	695.591.908	139,1
Financ. Total Programa	919.007.622	1.114.589.530	121,3	500.010.000	695.591.908	139,1
Demais Fontes	919.007.622	1.114.589.530	33,1	500.010.000	695.591.908	139,1
0128 MORAR MELHOR						
Gerente em 31/12/2002: Mirna Quinderé Belmino Chaves						
(P) 3179 IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES						
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: Família beneficiada						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	153.405.000	153.405.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	153.405.000	153.405.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	48.350.000	48.350.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	34.000.000	34.000.000	100,0	0	0	0,0
Norte	4.910.000	4.910.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	64.005.000	64.005.000	100,0	0	0	0,0
Sul	2.140.000	2.140.000	100,0	0	0	0,0
(P) 3958 Melhoria das Condições de Habitabilidade						
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	465,0	465,0	100,0	80.522,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	59.496,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	4.631,0	S.R.	0,0
Nordeste	465,0	465,0	100,0	8.790,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	5.230,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	1.405,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	970,0	S.R.	0,0
Financeiro	889.712.036	582.297.093	65,4	206.162.127	125.453.630	60,9
Fiscal Seguridade	875.391.923	582.297.093	66,5	206.162.127	125.453.630	60,9
Nacional	237.512.350	224.362.570	94,5	153.348.998	96.529.577	62,9
Centro-oeste	70.781.801	45.166.801	63,8	11.686.739	5.437.000	46,5
Nordeste	229.329.084	146.082.084	63,7	22.114.429	11.534.000	52,2
Norte	136.104.292	56.134.292	41,2	13.092.264	7.655.811	58,5
Sudeste	147.235.019	73.146.969	49,7	3.524.911	2.690.872	76,3
Sul	54.429.377	37.404.377	68,7	2.394.786	1.606.370	67,1
Demais Fontes	14.320.113	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	1.343.036	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.625.009	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	5.109.057	0	0,0	0	0	0,0
Norte	951.778	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.896.133	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.395.100	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto

(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

873

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I Realização Física e Financeira de Programas e Ações Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B / A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D / C)
20000 Presidência da República						
0128 MORAR MELHOR						
Gerente em 31/12/2002: Mirna Quinderé Belmino Chaves						
(P)	3966	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMA DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: Criança beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.415.248	5.646.798	60,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.646.798	5.646.798	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	318.000	318.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	1.885.390	1.885.390	100,0	0	0	0,0
Norte	732.458	732.458	100,0	0	0	0,0
Sudeste	2.119.000	2.119.000	100,0	0	0	0,0
Sul	591.950	591.950	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	3.768.450	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	192.258	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	636.309	0	0,0	0	0	0,0
Norte	134.285	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	2.048.937	0	0,0	0	0	0,0
Sul	756.662	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3969	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE ATÉ 75 MIL HABITANTES				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: Família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	226.247.251	203.636.547	90,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	203.636.547	203.636.547	100,0	0	0	0,0
Nacional	31.547.376	31.547.376	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	27.869.151	27.869.151	100,0	0	0	0,0
Nordeste	79.236.418	79.236.418	100,0	0	0	0,0
Norte	17.979.600	17.979.600	100,0	0	0	0,0
Sudeste	28.322.460	28.322.460	100,0	0	0	0,0
Sul	18.681.542	18.681.542	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	22.610.704	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	2.861.269	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	1.675.056	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	9.497.826	0	0,0	0	0	0,0
Norte	1.949.934	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	4.230.224	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.396.395	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0128 MORAR MELHOR						
Gerente em 31/12/2002: Mirna Quinderé Belmino Chaves						
(P)	3978	Construção de Unidades Habitacionais em Parceria com Instituições Financeiras Públicas (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	819,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	0,0	0,0	0,0	85,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	410,0	S.R.	0,0
Norte	0,0	0,0	0,0	203,0	S.R.	0,0
Sudeste	0,0	0,0	0,0	72,0	S.R.	0,0
Sul	0,0	0,0	0,0	49,0	S.R.	0,0
Financeiro	113.774.075	500.000	0,4	4.500.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	500.000	100,0	4.500.000	0	0,0
Centro-oeste	400.000	400.000	100,0	462.546	0	0,0
Nordeste	100.000	100.000	100,0	2.258.870	0	0,0
Norte	0	0	0,0	1.113.278	0	0,0
Sudeste	0	0	0,0	398.549	0	0,0
Sul	0	0	0,0	266.757	0	0,0
Demais Fontes	113.274.075	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	14.204.760	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	44.583.925	0	0,0	0	0	0,0
Norte	8.304.454	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	25.271.610	0	0,0	0	0	0,0
Sul	20.909.326	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3981	REMUNERAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Projeto analisado/acompanhado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.895.271	1.895.271	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.895.271	1.895.271	100,0	0	0	0,0
Nacional	1.895.271	1.895.271	100,0	0	0	0,0
(P)	3999	Produção de Lotes Urbanizados				
Produto: LOTE URBANIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	15.500,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	15.500,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.298.521	1.715.000	39,9	14.436.600	1.715.000	11,9
Fiscal Seguridade	4.298.521	1.715.000	39,9	14.436.600	1.715.000	11,9
Nacional	4.298.521	1.715.000	39,9	14.436.600	1.715.000	11,9
(P)	5009	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.610.000	2.610.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.610.000	2.610.000	100,0	0	0	0,0
Centro-oeste	70.000	70.000	100,0	0	0	0,0
Nordeste	330.000	330.000	100,0	0	0	0,0
Norte	420.000	420.000	100,0	0	0	0,0
Sudeste	1.355.000	1.355.000	100,0	0	0	0,0
Sul	435.000	435.000	100,0	0	0	0,0
(P)	5011	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO INTEGRADO EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO INFERIOR A 20 MIL HABITANTES (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	875	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0128 MORAR MELHOR						
Gerente em 31/12/2002: Mirna Quinderé Belmino Chaves						
(P)	5577	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MUTIRÃO (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.401.357.402	951.705.709	67,9	225.098.727	127.168.630	56,5
Fiscal Seguridade	1.247.384.060	951.705.709	67,6	225.098.727	127.168.630	56,5
Demais Fontes	153.973.342	0	33,1	0	0	0,0
0665 NACIONAL ANTIDROGAS						
Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano						
(P)	1144	Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade da Presidência da República				
Produto: UNIDADE IMPLANTADA/APARELHADA/ADEQUADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
(A)	2679	FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS (Ministério da Justiça)				
Produto: FISCALIZACAO REALIZADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	13.641,0	13.641,0	100,0	1.000,0	S.R.	0,0
Nacional	13.641,0	13.641,0	100,0	1.000,0	S.R.	0,0
Financeiro	9.371.680	6.980.461	74,5	2.391.219	1.896.133	79,3
Fiscal Seguridade	9.371.680	6.980.461	74,5	2.391.219	1.896.133	79,3
Nacional	9.371.680	6.980.461	74,5	2.391.219	1.896.133	79,3
(A)	2680	COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES				
Produto: Droga apreendida			Unidade de Medida: t			
Físico	108,9	108,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	108,9	108,9	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	765.430	765.430	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	765.430	765.430	100,0	0	0	0,0
Nacional	765.430	765.430	100,0	0	0	0,0
(A)	2681	AÇÕES DE PREVENÇÃO AO USO DE ENTORPECENTES				
Produto: Ação realizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	10,0	10,0	100,0	5,0	9,0	180,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	5,0	9,0	180,0
Sudeste	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.871.756	1.871.756	100,0	1.917.110	1.833.975	95,7
Fiscal Seguridade	1.871.756	1.871.756	100,0	1.917.110	1.833.975	95,7
Nacional	1.833.975	1.833.975	100,0	1.917.110	1.833.975	95,7
Sudeste	37.781	37.781	100,0	0	0	0,0
(A)	2681	Campanha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD/PR)				
Produto: CAMPANHA REALIZADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	53,0	53,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	53,0	53,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.756.969	2.390.969	63,6	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.756.969	2.390.969	63,6	0	0	0,0
Nacional	3.726.969	2.360.969	63,3	0	0	0,0
Sudeste	30.000	30.000	100,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

876

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0665 NACIONAL ANTIDROGAS						
Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano						
(A)	2682	Tratamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD/PR)				
Produto: PESSOA ATENDIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	12.774,0	12.774,0	100,0	501,0	4.451,0	888,4
Nacional	11.773,0	11.773,0	100,0	501,0	4.451,0	888,4
Sudeste	1.001,0	1.001,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.949.118	2.549.118	86,4	930.000	810.118	87,1
Fiscal Seguridade	2.949.118	2.549.118	86,4	930.000	810.118	87,1
Nacional	2.864.198	2.464.198	86,0	930.000	810.118	87,1
Sudeste	84.920	84.920	100,0	0	0	0,0
(A)	4197	Capacitação de Agentes Multiplicadores na Área de Ações Antidrogas				
Produto: AGENTE CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	8.284,0	8.284,0	100,0	20.000,0	8.284,0	41,4
Nacional	8.284,0	8.284,0	100,0	20.000,0	8.284,0	41,4
Financeiro	940.000	740.000	78,7	740.000	740.000	100,0
Fiscal Seguridade	940.000	740.000	78,7	740.000	740.000	100,0
Nacional	940.000	740.000	78,7	740.000	740.000	100,0
(A)	4219	Apoio a Centros de Referência Antidrogas				
Produto: CENTRO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	100.000	0	0,0	200.000	0	0,0
(A)	4221	Apoio a Conselhos Municipais Antidrogas				
Produto: CONSELHO MUNICIPAL APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	195,0	195,0	100,0	25,0	195,0	780,0
Nacional	195,0	195,0	100,0	25,0	195,0	780,0
Financeiro	590.611	290.611	49,2	500.000	290.611	58,1
Fiscal Seguridade	590.611	290.611	49,2	500.000	290.611	58,1
Nacional	590.611	290.611	49,2	500.000	290.611	58,1
(A)	4419	Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Prevenção, Epidemiologia do Uso de Drogas e Tratamento de Usuários de Drogas (Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD/PR)				
Produto: PESQUISA PUBLICADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	9,0	9,0	100,0	1,0	5,0	500,0
Nacional	9,0	9,0	100,0	1,0	5,0	500,0
Financeiro	1.640.765	880.765	53,7	400.000	399.700	99,9
Fiscal Seguridade	1.640.765	880.765	53,7	400.000	399.700	99,9
Nacional	1.640.765	880.765	53,7	400.000	399.700	99,9
(A)	6010	Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas				
Produto: CONTENCIOSO REGULARIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.467,0	1.467,0	100,0	800,0	982,0	122,8
Nacional	1.467,0	1.467,0	100,0	800,0	982,0	122,8
Financeiro	2.209.520	1.829.520	82,8	1.892.890	682.205	36,0
Fiscal Seguridade	2.209.520	1.829.520	82,8	1.892.890	682.205	36,0
Nacional	2.209.520	1.829.520	82,8	1.892.890	682.205	36,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0665 NACIONAL ANTIDROGAS						
Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano						
(A)	6483	Apoio à Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos				
Produto: FISCALIZACAO APOIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	439,0	439,0	100,0	5.000,0	439,0	8,8
Nacional	439,0	439,0	100,0	5.000,0	439,0	8,8
Financeiro	10.013.943	4.717.543	47,1	5.000.000	3.785.770	75,7
Fiscal Seguridade	10.013.943	4.717.543	47,1	5.000.000	3.785.770	75,7
Nacional	10.013.943	4.717.543	47,1	5.000.000	3.785.770	75,7
(P)	9543	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO DE PRECURSORES QUÍMICOS				
(Ministério da Justiça)						
Produto: infra-estrutura modernizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	34.209.792	23.016.173	67,3	14.071.219	10.438.512	74,2
Fiscal Seguridade	34.209.792	23.016.173	67,6	14.071.219	10.438.512	74,2
0121 NOSSO BAIRRO						
Gerente em 31/12/2002: Heleno Franco Mesquita						
(P)	1083	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS, DE INFRA-ESTRUTURA E DE SANEAMENTO BÁSICO				
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3970	IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO (PASS/ BID)				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: Família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	32.087.949	7.345.239	22,9	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	7.345.239	7.345.239	100,0	0	0	0,0
Nacional	7.345.239	7.345.239	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	24.742.710	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	24.742.710	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3979	Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (HABITAR-BRASIL/BID)				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	23.394,0	23.394,0	100,0	11.385,0	23.394,0	205,5
Nacional	23.394,0	23.394,0	100,0	11.385,0	23.394,0	205,5
Financeiro	202.543.117	77.479.232	38,3	125.181.587	37.223.628	29,7
Fiscal Seguridade	196.446.232	77.479.232	39,4	125.181.587	37.223.628	29,7
Nacional	196.446.232	77.479.232	39,4	125.181.587	37.223.628	29,7
Demais Fontes	6.096.885	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	5.917.042	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	179.843	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3980	PROJETOS INTEGRADOS DE SANEAMENTO BÁSICO				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: Projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.171.750	4.171.750	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	4.171.750	4.171.750	100,0	0	0	0,0
Nacional	4.171.750	4.171.750	100,0	0	0	0,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0121 NOSSO BAIRRO						
Gerente em 31/12/2002: Heleno Franco Mesquita						
(P)	5015	Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (HABITAR-BRASIL/BID)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	50,0	50,0	100,0	246,0	50,0	20,3
Nacional	50,0	50,0	100,0	246,0	50,0	20,3
Financeiro	2.653.000	1.273.000	48,0	3.579.392	1.273.000	35,6
Fiscal Seguridade	2.653.000	1.273.000	48,0	3.579.392	1.273.000	35,6
Nacional	2.653.000	1.273.000	48,0	3.579.392	1.273.000	35,6
(OA)	9043	Financiamento a Estados e Municípios para produção de moradias , urbanização e melhorias habitacionais (Pró- Moradia) (Ministério da Fazenda)				
Produto: unidade habitacional construída/melhorada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	165.729,0	9.614,0	5,8	64.535,0	9.614,0	14,9
Nacional	165.729,0	9.614,0	5,8	64.535,0	9.614,0	14,9
Financeiro	616.666.664	0	0,0	308.333.332	0	0,0
Demais Fontes	616.666.664	0	0,0	308.333.332	0	0,0
Nacional	616.666.664	0	0,0	308.333.332	0	0,0
Financ. Total Programa	858.122.480	90.269.221	10,5	437.094.311	38.496.628	8,8
Fiscal Seguridade	210.616.221	90.269.221	67,6	128.760.979	38.496.628	29,9
Demais Fontes	647.506.259	0	33,1	308.333.332	0	0,0
0810 PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT						
Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Bastos Costa Campos						
(P)	3961	Estudos para Melhoria da Qualidade e Aumento da Produtividade na Construção Civil (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17,0	17,0	100,0	7,0	10,0	142,9
Nacional	17,0	17,0	100,0	7,0	10,0	142,9
Financeiro	5.335.612	1.587.080	29,7	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	1.972.080	1.587.080	80,5	1.000.000	0	0,0
Nacional	1.972.080	1.587.080	80,5	1.000.000	0	0,0
Demais Fontes	3.363.532	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	3.363.532	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3962	ESTUDOS PARA A MODERNIZAÇÃO E O REORDENAMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DO SETOR DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	1,0	1,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	689.560	689.560	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	689.560	689.560	100,0	0	0	0,0
Nacional	689.560	689.560	100,0	0	0	0,0
(P)	3964	ESTUDOS PARA COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ÁGUA (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	840.575	346.650	41,2	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	346.650	346.650	100,0	0	0	0,0
Nacional	346.650	346.650	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	493.925	0	0,0	0	0	0,0
Nacional	493.925	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	6.865.747	2.623.290	38,2	1.000.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	3.008.290	2.623.290	67,6	1.000.000	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais		879	Realizado = Empenho Liquidado		
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações			S.R. - Sem Registro		

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
Demais Fontes	3.857.457	0	33,1	0	0	0,0
0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA						
Gerente em 31/12/2002: Whitney Lacerda de Freitas						
(P)	1391	Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM (Ministério da Defesa)				
Produto: SÍTIO IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	28,0	28,0	100,0	8,0	17,0	212,5
Nacional	28,0	28,0	100,0	8,0	17,0	212,5
Financeiro	560.135.774	535.979.747	95,7	245.026.538	145.546.842	59,4
Fiscal Seguridade	560.135.774	535.979.747	95,7	245.026.538	145.546.842	59,4
Nacional	560.135.774	535.979.747	95,7	245.026.538	145.546.842	59,4
(A)	2343	Contratação de Sinais de Telecomunicação e Teleprocessamento (Ministério da Defesa)				
Produto: SINAL/IMAGEM CONTRATADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	376,0	376,0	100,0	209,0	S.R.	0,0
Nacional	376,0	376,0	100,0	209,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.245.753	3.245.753	100,0	3.122.721	2.543.404	81,4
Fiscal Seguridade	3.245.753	3.245.753	100,0	3.122.721	2.543.404	81,4
Nacional	3.245.753	3.245.753	100,0	3.122.721	2.543.404	81,4
(A)	2355	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO AO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM (Ministério da Defesa)				
Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	334.510	334.510	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	334.510	334.510	100,0	0	0	0,0
Nacional	334.510	334.510	100,0	0	0	0,0
(P)	3023	FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA - PPG7 (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior)				
Produto: projeto apoiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5523	Sistema de Aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM (Ministério da Defesa)				
Produto: AERONAVE ADQUIRIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	17,0	17,0	100,0	2,0	7,0	350,0
Nacional	17,0	17,0	100,0	2,0	7,0	350,0
Financeiro	504.414.096	478.047.737	94,8	170.765.841	142.210.956	83,3
Fiscal Seguridade	504.414.096	478.047.737	94,8	170.765.841	142.210.956	83,3
Nacional	504.414.096	478.047.737	94,8	170.765.841	142.210.956	83,3
(P)	5525	Obras Cíveis do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM				
Produto: AREA CONSTRUIDA			Unidade de Medida: M ²			
Físico	163.500,3	163.500,3	100,0	15.240,0	52.745,6	346,1
Nacional	163.500,3	163.500,3	100,0	15.240,0	52.745,6	346,1
Financeiro	354.774.772	335.895.381	94,7	34.339.800	12.102.381	35,2
Fiscal Seguridade	354.774.772	335.895.381	94,7	34.339.800	12.102.381	35,2
Nacional	354.774.772	335.895.381	94,7	34.339.800	12.102.381	35,2
(P)	5545	LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL				
Produto: Estudo realizado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

880

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA						
Gerente em 31/12/2002: Whitney Lacerda de Freitas						
(P)	5579	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS REGIONAIS DE VIGILÂNCIA (Ministério da Defesa)				
Produto: centro implantado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	599.718	599.718	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	599.718	599.718	100,0	0	0	0,0
Norte	599.718	599.718	100,0	0	0	0,0
(A)	6323	Manutenção e Operação do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM (Ministério da Defesa)				
Produto: SISTEMA MANTIDO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	1,0	1,0	100,0
Financeiro	29.558.167	29.558.167	100,0	20.750.050	18.145.196	87,4
Fiscal Seguridade	29.558.167	29.558.167	100,0	20.750.050	18.145.196	87,4
Nacional	29.558.167	29.558.167	100,0	20.750.050	18.145.196	87,4
(A)	7049	SISTEMA DE INFOMACÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA				
Produto: sistema mantido			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	7485	Capacitação de Recursos Humanos (Ministério da Defesa)				
Produto: PROFISSIONAL CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	231,0	231,0	100,0	28,0	87,0	310,7
Nacional	231,0	231,0	100,0	28,0	87,0	310,7
Financeiro	746.355	746.355	100,0	473.902	473.228	99,9
Fiscal Seguridade	746.355	746.355	100,0	473.902	473.228	99,9
Nacional	746.355	746.355	100,0	473.902	473.228	99,9
(P)	7491	Integração da Base de Dados do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM com os Usuários (Ministério da Defesa)				
Produto: BASE DE DADOS INTEGRADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	11,0	11,0	100,0	2,0	4,0	200,0
Nacional	11,0	11,0	100,0	2,0	4,0	200,0
Financeiro	6.079.505	6.079.505	100,0	5.581.050	5.517.323	98,9
Fiscal Seguridade	6.079.505	6.079.505	100,0	5.581.050	5.517.323	98,9
Nacional	6.079.505	6.079.505	100,0	5.581.050	5.517.323	98,9
(P)	7515	Desenvolvimento da Concepção Gerencial do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM (Ministério da Defesa)				
Produto: PLANO GERENCIAL DESENVOLVIDO			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	20,0	20,0	100,0	24,0	12,0	50,0
Nacional	20,0	20,0	100,0	24,0	12,0	50,0
Financeiro	548.150	548.150	100,0	1.443.591	360.650	25,0
Fiscal Seguridade	548.150	548.150	100,0	1.443.591	360.650	25,0
Nacional	548.150	548.150	100,0	1.443.591	360.650	25,0
(A)	9701	VIGILÂNCIA PERMANENTE DA AMAZÔNIA LEGAL				
Produto: área vigiada			Unidade de Medida: m²			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	1.460.436.800	1.391.035.023	95,2	481.503.493	326.899.980	67,9
Fiscal Seguridade	1.460.436.800	1.391.035.023	67,6	481.503.493	326.899.980	67,9

0122 SANEAMENTO É VIDA(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

881

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0122 SANEAMENTO É VIDA						
Gerente em 31/12/2002: Otávio Augusto Gonçalves Jardim						
(OE)	0414	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DO SISTEMA SANEAMENTO				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: -			Unidade de Medida: -			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	2.711.520	2.711.520	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.711.520	2.711.520	100,0	0	0	0,0
Nacional	2.711.520	2.711.520	100,0	0	0	0,0
(P)	3178	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	2,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	0	0	0,0	100.000	0	0,0
Nacional	0	0	0,0	100.000	0	0,0
(P)	3179	Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População Superior a 75 Mil Habitantes				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	66.418,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	66.418,0	S.R.	0,0
Financeiro	44.285.000	12.335.000	27,9	31.832.000	12.335.000	38,8
Fiscal Seguridade	44.285.000	12.335.000	27,9	31.832.000	12.335.000	38,8
Nacional	12.335.000	12.335.000	100,0	31.832.000	12.335.000	38,8
Nordeste	10.240.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	7.570.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	13.565.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	575.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3955	Estudos para Modernização e Reordenamento Institucional e Operacional do Setor Saneamento - PMSS II				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	10,0	S.R.	0,0
Financeiro	4.585.293	3.082.293	67,2	3.909.836	3.082.293	78,8
Fiscal Seguridade	4.585.293	3.082.293	67,2	3.909.836	3.082.293	78,8
Nacional	4.585.293	3.082.293	67,2	3.909.836	3.082.293	78,8
(P)	3959	Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	126.072,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	126.072,0	S.R.	0,0
Financeiro	39.747.293	12.162.733	30,6	33.378.367	12.162.733	36,4
Fiscal Seguridade	39.747.293	12.162.733	30,6	33.378.367	12.162.733	36,4
Nacional	17.417.293	12.162.733	69,8	33.378.367	12.162.733	36,4
Centro-oeste	175.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	10.760.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	9.975.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	1.100.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	320.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3964	Estudos para o Combate ao Desperdício da Água - PNCD A				
Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	4,0	S.R.	0,0
Financeiro	701.712	485.712	69,2	563.179	485.712	86,2
Fiscal Seguridade	701.712	485.712	69,2	563.179	485.712	86,2
Nacional	701.712	485.712	69,2	563.179	485.712	86,2
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	882	Realizado = Empenho Liquidado			
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações		S.R. - Sem Registro			

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0122 SANEAMENTO É VIDA						
Gerente em 31/12/2002: Otávio Augusto Gonçalves Jardim						
(P)	3967	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS NAS BACIAS DOS RIOS JABOATÃO, BEBERIBE, IPOJUCA E CAPIBARIBE				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3969	Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População de até 75 Mil habitantes				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	87.861,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	87.861,0	S.R.	0,0
Financeiro	107.670.669	26.307.000	24,4	41.370.000	26.307.000	63,6
Fiscal Seguridade	107.670.669	26.307.000	24,4	41.370.000	26.307.000	63,6
Nacional	31.480.669	26.307.000	83,6	41.370.000	26.307.000	63,6
Centro-oeste	35.110.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	27.730.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	2.990.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	8.260.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	2.100.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3970	Implantação e Ampliação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PASS/BID)				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	20.942,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	20.942,0	S.R.	0,0
Financeiro	6.200.000	0	0,0	16.123.347	0	0,0
Fiscal Seguridade	6.200.000	0	0,0	16.123.347	0	0,0
Nacional	6.200.000	0	0,0	16.123.347	0	0,0
(P)	3971	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS NAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3972	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS NAS BACIAS DO ALTO RIO SUBAE E PARAGUASSU				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3973	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	3975	Implantação de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto na Ilha de São Luís				
(Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)						
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	16.870,0	S.R.	0,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	16.870,0	S.R.	0,0
Financeiro	60.000	0	0,0	15.183.620	0	0,0
Fiscal Seguridade	60.000	0	0,0	15.183.620	0	0,0
Nordeste	60.000	0	0,0	15.183.620	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0122 SANEAMENTO É VIDA						
Gerente em 31/12/2002: Otávio Augusto Gonçalves Jardim						
(P)	3980	Projetos de Saneamento Básico Integrado (PAT/PROSANEAR)				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	6,0	S.R.	0,0
Financeiro	3.640.044	2.313.044	63,5	3.450.778	2.313.044	67,0
Fiscal Seguridade	3.640.044	2.313.044	63,5	3.450.778	2.313.044	67,0
Nacional	3.640.044	2.313.044	63,5	3.450.778	2.313.044	67,0
(P)	5555	APOIO A PROGRAMAS DE CONSÓRCIOS PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EFLUENTES INDUSTRIAIS E DEJETOS (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: Família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5559	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS (Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR)				
Produto: FAMÍLIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: unidade			
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5876	Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos				
Produto: FAMILIA BENEFICIADA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	126.040,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	126.040,0	S.R.	0,0
Financeiro	92.296.190	30.021.190	32,5	72.411.430	30.021.190	41,5
Fiscal Seguridade	92.296.190	30.021.190	32,5	72.411.430	30.021.190	41,5
Nacional	30.021.190	30.021.190	100,0	72.411.430	30.021.190	41,5
Centro-oeste	16.650.000	0	0,0	0	0	0,0
Nordeste	28.455.000	0	0,0	0	0	0,0
Norte	120.000	0	0,0	0	0	0,0
Sudeste	16.750.000	0	0,0	0	0	0,0
Sul	300.000	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9047	Financiamento a Estados e Municípios para implantação, ampliação ou melhoria da infra-estrutura urbana (PROSANEAR) (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	788.320,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nacional	788.320,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(OA)	9048	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO (Ministério da Fazenda)				
Produto: projeto elaborado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.179,0	21,0	1,8	276,0	21,0	7,6
Nacional	1.179,0	21,0	1,8	276,0	21,0	7,6
Financeiro	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
Demais Fontes	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
Nacional	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
(OA)	9049	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Ministério da Fazenda)				
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.003.825,0	367.105,0	36,6	151.600,0	367.105,0	242,2
Nacional	1.003.825,0	367.105,0	36,6	151.600,0	367.105,0	242,2
Financeiro	272.880.000	0	0,0	136.440.000	0	0,0
Demais Fontes	272.880.000	0	0,0	136.440.000	0	0,0
Nacional	272.880.000	0	0,0	136.440.000	0	0,0
(A) - Atividade (P) - Projeto (OE) - Operações Especiais (OA) - Outras Ações						
			884	Realizado = Empenho Liquidado S.R. - Sem Registro		



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
0122 SANEAMENTO É VIDA						
Gerente em 31/12/2002: Otávio Augusto Gonçalves Jardim						
(OA)	9050	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	2.569.919,0	871.999,0	33,9	404.267,0	871.999,0	215,7
Nacional	2.569.919,0	871.999,0	33,9	404.267,0	871.999,0	215,7
Financeiro	727.680.000	0	0,0	363.840.000	0	0,0
Demais Fontes	727.680.000	0	0,0	363.840.000	0	0,0
Nacional	727.680.000	0	0,0	363.840.000	0	0,0
(OA)	9051	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA DESESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: concessionária desestatizada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	45,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Nacional	45,0	0,0	0,0	30,0	S.R.	0,0
Financeiro	40.000.000	0	0,0	25.000.000	0	0,0
Demais Fontes	40.000.000	0	0,0	25.000.000	0	0,0
Nacional	40.000.000	0	0,0	25.000.000	0	0,0
(OA)	9052	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade			
Físico	122.924,0	25.900,0	21,1	40.428,0	25.900,0	64,1
Nacional	122.924,0	25.900,0	21,1	40.428,0	25.900,0	64,1
Financeiro	72.768.000	0	0,0	36.384.000	0	0,0
Demais Fontes	72.768.000	0	0,0	36.384.000	0	0,0
Nacional	72.768.000	0	0,0	36.384.000	0	0,0
(OA)	9053	FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO				
(Ministério da Fazenda)						
Produto: família beneficiada			Unidade de Medida: unidade			
Físico	1.273.440,0	0,0	0,0	303.200,0	S.R.	0,0
Nacional	1.273.440,0	0,0	0,0	303.200,0	S.R.	0,0
Financeiro	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
Demais Fontes	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
Nacional	90.960.000	0	0,0	45.480.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.597.145.721	89.418.492	5,6	870.946.557	86.706.972	10,0
Fiscal Seguridade	301.897.721	89.418.492	67,6	218.322.557	86.706.972	39,7
Demais Fontes	1.295.248.000	0	33,1	652.624.000	0	0,0
9989 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO						
Gerente em 31/12/2002: Iêda Maria de Oliveira Lima						
(P)	3962	Apoio a Projetos de Modernização da Gestão do Transporte Coletivo Urbano				
Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	4,0	2,0	50,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	4,0	2,0	50,0
Financeiro	801.085	390.085	48,7	1.000.000	390.085	39,0
Fiscal Seguridade	801.085	390.085	48,7	1.000.000	390.085	39,0
Nacional	801.085	390.085	48,7	1.000.000	390.085	39,0



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20000 Presidência da República						
9989 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO						
Gerente em 31/12/2002: Iêda Maria de Oliveira Lima						
(A)	4057 Estudos para Formulação da Política Nacional para o Transporte Urbano					
	Produto: ESTUDO REALIZADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	26,0	26,0	100,0	5,0	26,0	520,0
Nacional	26,0	26,0	100,0	5,0	26,0	520,0
Financeiro	527.119	279.119	53,0	600.000	279.119	46,5
Fiscal Seguridade	527.119	279.119	53,0	600.000	279.119	46,5
Nacional	527.119	279.119	53,0	600.000	279.119	46,5
(P)	5003 Apoio a Projetos de Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo Urbano.					
	Produto: PROJETO APOIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	4,0	4,0	100,0	60,0	4,0	6,7
Nacional	4,0	4,0	100,0	60,0	4,0	6,7
Financeiro	1.199.768	288.768	24,1	6.000.000	288.768	4,8
Fiscal Seguridade	1.199.768	288.768	24,1	6.000.000	288.768	4,8
Nacional	1.199.768	288.768	24,1	6.000.000	288.768	4,8
(OA)	9481 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA PROJETOS DE MELHORIA DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO					
	(Ministério da Fazenda)					
	Produto: projeto financiado			Unidade de Medida: unidade		
Físico	180,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Nacional	180,0	0,0	0,0	70,0	S.R.	0,0
Financeiro	39.000.000	0	0,0	21.000.000	0	0,0
Demais Fontes	39.000.000	0	0,0	21.000.000	0	0,0
Nacional	39.000.000	0	0,0	21.000.000	0	0,0
Financ. Total Programa	41.527.972	957.972	2,3	28.600.000	957.972	3,3
Fiscal Seguridade	2.527.972	957.972	67,6	7.600.000	957.972	12,6
Demais Fontes	39.000.000	0	33,1	21.000.000	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
20117 Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR						
0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS						
Gerente em 31/12/2002:						
(P) 3982 REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALIS						
Produto: centro revitalizado						
Unidade de Medida: unidade						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Financ. Total Programa	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	160.000	160.000	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
02000 Senado Federal						
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: FREDERIC PINHEIRO BARREIRA						
(OE) 0416 Ressarcimento das Contribuições aos Pensionistas do Extinto IPC						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	784.021	534.021	68,1	300.000	300.000	100,0
Fiscal Seguridade	784.021	534.021	68,1	300.000	300.000	100,0
Nacional	550.000	300.000	54,5	300.000	300.000	100,0
Centro-oeste	234.021	234.021	100,0	0	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	396.016.932	234.471.669	59,2	108.660.012	86.566.271	79,7
Fiscal Seguridade	396.016.932	234.471.669	59,2	108.660.012	86.566.271	79,7
Nacional	248.111.534	86.566.271	34,9	108.660.012	86.566.271	79,7
Centro-oeste	147.905.398	147.905.398	100,0	0	0	0,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	4.835.829	4.835.829	100,0	4.510.000	1.887.802	41,9
Fiscal Seguridade	4.835.829	4.835.829	100,0	4.510.000	1.887.802	41,9
Nacional	1.887.802	1.887.802	100,0	4.510.000	1.887.802	41,9
Centro-oeste	2.948.027	2.948.027	100,0	0	0	0,0
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: AREA CONSERVADA						
Unidade de Medida: M² DE AREA CONSTRUIDA						
Físico	4.155,0	4.155,0	100,0	5.847,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	5.847,0	S.R.	0,0
Centro-oeste	4.155,0	4.155,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	14.498.769	14.498.769	100,0	14.770.000	2.950.834	20,0
Fiscal Seguridade	14.498.769	14.498.769	100,0	14.770.000	2.950.834	20,0
Nacional	2.950.834	2.950.834	100,0	14.770.000	2.950.834	20,0
Centro-oeste	11.547.935	11.547.935	100,0	0	0	0,0
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	36.915,0	36.915,0	100,0	19.842,0	19.802,0	99,8
Nacional	36.915,0	36.915,0	100,0	19.842,0	19.802,0	99,8
Financeiro	88.574.834	64.564.834	72,9	24.457.800	24.450.823	100,0
Fiscal Seguridade	88.574.834	64.564.834	72,9	24.457.800	24.450.823	100,0
Nacional	88.574.834	64.564.834	72,9	24.457.800	24.450.823	100,0
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.861,0	4.861,0	100,0	659,0	487,0	73,9
Nacional	487,0	487,0	100,0	659,0	487,0	73,9
Centro-oeste	4.374,0	4.374,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.630.023	2.474.307	68,2	1.155.716	1.069.799	92,6
Fiscal Seguridade	3.630.023	2.474.307	68,2	1.155.716	1.069.799	92,6
Nacional	3.120.572	1.964.856	63,0	1.155.716	1.069.799	92,6
Centro-oeste	509.451	509.451	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
02000 Senado Federal						
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: FREDERIC PINHEIRO BARREIRA						
(A) 2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	75,0	75,0	100,0	87,0	26,0	29,9
Nacional	26,0	26,0	100,0	87,0	26,0	29,9
Centro-oeste	49,0	49,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	162.041	88.041	54,3	74.025	11.683	15,8
Fiscal Seguridade	162.041	88.041	54,3	74.025	11.683	15,8
Nacional	85.683	11.683	13,6	74.025	11.683	15,8
Centro-oeste	76.358	76.358	100,0	0	0	0,0
(A) 2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados					
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	56.731,0	56.731,0	100,0	5.026,0	4.749,0	94,5
Nacional	4.749,0	4.749,0	100,0	5.026,0	4.749,0	94,5
Centro-oeste	51.982,0	51.982,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	67.473.055	47.650.115	70,6	19.195.634	19.109.484	99,6
Fiscal Seguridade	67.473.055	47.650.115	70,6	19.195.634	19.109.484	99,6
Nacional	38.932.424	19.109.484	49,1	19.195.634	19.109.484	99,6
Centro-oeste	28.540.631	28.540.631	100,0	0	0	0,0
(P) 3180	Interlegis - Rede de Integração e Participação Legislativa					
Produto: SISTEMA IMPLANTADO			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	1.428,0	1.428,0	100,0	1.000,0	816,0	81,6
Nacional	1.428,0	1.428,0	100,0	1.000,0	816,0	81,6
Financeiro	52.358.797	36.658.797	70,0	12.700.000	12.700.000	100,0
Fiscal Seguridade	52.358.797	36.658.797	70,0	12.700.000	12.700.000	100,0
Nacional	52.358.797	36.658.797	70,0	12.700.000	12.700.000	100,0
(P) 3182	Obras Complementares no Complexo do Senado Federal					
Produto: AREA CONSTRUIDA COM 46.540 M2			Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	22,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	22,0	S.R.	0,0
Financeiro	14.990.588	1.490.588	9,9	7.470.000	902.400	12,1
Fiscal Seguridade	14.990.588	1.490.588	9,9	7.470.000	902.400	12,1
Nacional	14.402.400	902.400	6,3	7.470.000	902.400	12,1
Centro-oeste	588.188	588.188	100,0	0	0	0,0
(A) 4058	Assistência a Entidades de Intercâmbio Legislativo, Parlamentar e Político					
Produto: ENTIDADE ASSISTIDA			Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Nacional	2,0	2,0	100,0	2,0	2,0	100,0
Financeiro	771.084	311.084	40,3	108.800	75.017	68,9
Fiscal Seguridade	771.084	311.084	40,3	108.800	75.017	68,9
Nacional	535.017	75.017	14,0	108.800	75.017	68,9
Centro-oeste	236.067	236.067	100,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
02000 Senado Federal						
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL						
Gerente em 31/12/2002: FREDERIC PINHEIRO BARREIRA						
(A) 4060 Gestão do Sistema de Informática						
Produto: SISTEMA GERIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	261,0	261,0	100,0	260,0	131,0	50,4
Nacional	131,0	131,0	100,0	260,0	131,0	50,4
Centro-oeste	130,0	130,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	126.358.280	86.939.101	68,8	35.708.921	33.314.514	93,3
Fiscal Seguridade	124.281.301	86.939.101	70,0	35.708.921	33.314.514	93,3
Nacional	70.656.714	33.314.514	47,1	35.708.921	33.314.514	93,3
Centro-oeste	53.624.587	53.624.587	100,0	0	0	0,0
Demais Fontes	2.076.979	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	2.076.979	0	0,0	0	0	0,0
(A) 4061 Processo Legislativo						
Produto: PROPOSICAO APRECIADA				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	15.001,0	15.001,0	100,0	10.596,0	9.742,0	91,9
Nacional	4.871,0	4.871,0	100,0	5.298,0	4.871,0	91,9
Centro-oeste	10.130,0	10.130,0	100,0	5.298,0	4.871,0	91,9
Financeiro	2.430.958.316	1.695.054.579	69,7	661.008.451	661.008.451	100,0
Fiscal Seguridade	2.430.958.316	1.695.054.579	69,7	661.008.451	661.008.451	100,0
Nacional	1.271.890.325	600.017.866	47,2	600.017.866	600.017.866	100,0
Centro-oeste	1.159.067.991	1.095.036.713	94,5	60.990.585	60.990.585	100,0
(A) 4091 Capacitação de Recursos Humanos						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	5.249,0	5.249,0	100,0	4.400,0	2.717,0	61,8
Nacional	2.717,0	2.717,0	100,0	4.400,0	2.717,0	61,8
Centro-oeste	2.532,0	2.532,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	7.002.306	3.606.222	51,5	3.315.609	709.539	21,4
Fiscal Seguridade	7.002.306	3.606.222	51,5	3.315.609	709.539	21,4
Nacional	4.105.623	709.539	17,3	3.315.609	709.539	21,4
Centro-oeste	2.896.683	2.896.683	100,0	0	0	0,0
(A) 4597 Produção e Distribuição de Documentos Legislativos						
Produto: EXEMPLAR DISTRIBUIDO				Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico	72.740.137,0	72.740.137,0	100,0	33.402.000,0	35.249.803,0	105,5
Centro-oeste	72.740.137,0	72.740.137,0	100,0	33.402.000,0	35.249.803,0	105,5
Financeiro	63.575.774	41.478.977	65,2	21.530.310	20.576.717	95,6
Fiscal Seguridade	63.575.774	41.478.977	65,2	21.530.310	20.576.717	95,6
Centro-oeste	63.575.774	41.478.977	65,2	21.530.310	20.576.717	95,6
Financ. Total Programa	3.271.990.649	2.234.656.933	68,3	914.965.278	865.633.334	94,6
Fiscal Seguridade	3.269.913.670	2.234.656.933	68,3	914.965.278	865.633.334	94,6
Demais Fontes	2.076.979	0	0,0	0	0	0,0

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
11000 Superior Tribunal de Justiça						
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
Gerente em 31/12/2002: CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS						
(P) 1140 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade do Superior Tribunal de Justiça						
Produto: UNIDADE APOIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	72.797.171	32.885.171	45,2	12.753.000	12.434.419	97,5
Fiscal Seguridade	72.797.171	32.885.171	45,2	12.753.000	12.434.419	97,5
Nacional	72.797.171	32.885.171	45,2	12.753.000	12.434.419	97,5
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	3.154.881	3.154.881	100,0	1.827.000	1.613.466	88,3
Fiscal Seguridade	3.154.881	3.154.881	100,0	1.827.000	1.613.466	88,3
Nacional	3.154.881	3.154.881	100,0	1.827.000	1.613.466	88,3
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	43.655.401	43.655.401	100,0	15.850.000	15.641.562	98,7
Fiscal Seguridade	43.655.401	43.655.401	100,0	15.850.000	15.641.562	98,7
Nacional	43.655.401	43.655.401	100,0	15.850.000	15.641.562	98,7
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	6.490.228	6.490.228	100,0	1.950.000	1.846.044	94,7
Fiscal Seguridade	6.490.228	6.490.228	100,0	1.950.000	1.846.044	94,7
Nacional	6.490.228	6.490.228	100,0	1.950.000	1.846.044	94,7
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	16.608,0	16.608,0	100,0	8.253,0	8.294,0	100,5
Nacional	16.608,0	16.608,0	100,0	8.253,0	8.294,0	100,5
Financeiro	38.761.138	30.261.138	78,1	10.840.000	10.792.621	99,6
Fiscal Seguridade	38.761.138	30.261.138	78,1	10.840.000	10.792.621	99,6
Nacional	38.761.138	30.261.138	78,1	10.840.000	10.792.621	99,6
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.419,0	1.419,0	100,0	737,0	703,0	95,4
Nacional	1.419,0	1.419,0	100,0	737,0	703,0	95,4
Financeiro	4.996.622	3.196.622	64,0	1.357.000	1.331.832	98,1
Fiscal Seguridade	4.996.622	3.196.622	64,0	1.357.000	1.331.832	98,1
Nacional	4.996.622	3.196.622	64,0	1.357.000	1.331.832	98,1
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	2.125,0	2.125,0	100,0	1.755,0	375,0	21,4
Nacional	2.125,0	2.125,0	100,0	1.755,0	375,0	21,4
Financeiro	4.443.463	3.643.463	82,0	755.000	650.930	86,2
Fiscal Seguridade	4.443.463	3.643.463	82,0	755.000	650.930	86,2
Nacional	2.887.930	2.087.930	72,3	755.000	650.930	86,2
Centro-oeste	1.555.533	1.555.533	100,0	0	0	0,0
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	891				
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações					
					Realizado = Empenho Liquidado	
					S.R. - Sem Registro	



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
11000 Superior Tribunal de Justiça						
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA						
Gerente em 31/12/2002: CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS						
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	4.239,0	4.239,0	100,0	2.235,0	2.112,0	94,5
Nacional	4.239,0	4.239,0	100,0	2.235,0	2.112,0	94,5
Financeiro	36.611.848	26.111.848	71,3	9.370.000	9.336.848	99,6
Fiscal Seguridade	36.611.848	26.111.848	71,3	9.370.000	9.336.848	99,6
Nacional	36.611.848	26.111.848	71,3	9.370.000	9.336.848	99,6
(A)	2958	Fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e Fauna (Ministério do Meio Ambiente)				
	Produto: PROJETO APOIADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	1,0	S.R.	0,0
Financeiro	0	0	0,0	0	0	0,0
(A)	4236	Apreciação e Julgamento de Causas no Superior Tribunal de Justiça				
	Produto: PROCESSO JULGADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	351.344,0	351.344,0	100,0	190.000,0	171.980,0	90,5
Nacional	351.344,0	351.344,0	100,0	190.000,0	171.980,0	90,5
Financeiro	767.211.535	544.245.819	70,9	204.360.186	204.360.186	100,0
Fiscal Seguridade	767.211.535	544.245.819	70,9	204.360.186	204.360.186	100,0
Nacional	767.211.535	544.245.819	70,9	204.360.186	204.360.186	100,0
(A)	4603	Capacitação de Recursos Humanos do Superior Tribunal de Justiça				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO		Unidade de Medida: UNIDADE			
Físico	5.575,0	5.575,0	100,0	1.500,0	2.377,0	158,5
Nacional	5.575,0	5.575,0	100,0	1.500,0	2.377,0	158,5
Financeiro	2.084.464	1.384.464	66,4	488.500	462.548	94,7
Fiscal Seguridade	2.084.464	1.384.464	66,4	488.500	462.548	94,7
Nacional	2.084.464	1.384.464	66,4	488.500	462.548	94,7
(P)	5255	Construção de Estacionamento e de Protocolo Externo no Superior Tribunal de Justiça				
	Produto: ESTACIONAMENTO CONSTRUÍDO COM 15.000 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	100,0	S.R.	0,0
Financeiro	550.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	550.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	550.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5259	Construção de Prédio Destinado à Marcenaria, Arquivo Geral e Patrimônio do Superior Tribunal de Justiça				
	Produto: PRÉDIO CONSTRUÍDO COM 2.000 M2		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	50,0	S.R.	0,0
Financeiro	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	500.000	0	0,0	0	0	0,0
Centro-oeste	500.000	0	0,0	0	0	0,0
(P)	5560	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça				
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA			
Físico	29,0	29,0	100,0	20,0	19,7	98,5
Nacional	29,0	29,0	100,0	20,0	19,7	98,5
Financeiro	38.147.930	25.778.930	67,6	16.599.000	12.795.062	77,1
Fiscal Seguridade	38.147.930	25.778.930	67,6	16.599.000	12.795.062	77,1
Nacional	38.147.930	25.778.930	67,6	16.599.000	12.795.062	77,1
Financ. Total Programa	1.019.404.681	720.807.965	70,7	276.149.686	271.265.518	98,2
Fiscal Seguridade	1.019.404.681	720.807.965	70,7	276.149.686	271.265.518	98,2

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

892

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002**

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
10000 Supremo Tribunal Federal						
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO STF						
Gerente em 31/12/2002:						
(OE) 0399 Contribuição à Organização das Cortes Supremas das Américas						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
Fiscal Seguridade	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
Nacional	5.000	5.000	100,0	0	0	0,0
(P) 1147 Interligação Informatizada no Poder Judiciário						
Produto: SISTEMA IMPLANTADO						
Unidade de Medida: % DE EXECUCAO FISICA						
Físico	52,0	52,0	100,0	21,0	10,0	47,6
Nacional	52,0	52,0	100,0	21,0	10,0	47,6
Financeiro	37.866.368	26.966.368	71,2	9.810.000	5.266.731	53,7
Fiscal Seguridade	37.866.368	26.966.368	71,2	9.810.000	5.266.731	53,7
Nacional	37.866.368	26.966.368	71,2	9.810.000	5.266.731	53,7
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	78.966.912	35.231.157	44,6	14.345.801	11.875.895	82,8
Fiscal Seguridade	78.966.912	35.231.157	44,6	14.345.801	11.875.895	82,8
Nacional	78.966.912	35.231.157	44,6	14.345.801	11.875.895	82,8
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.905.575	1.905.575	100,0	341.892	277.241	81,1
Fiscal Seguridade	1.905.575	1.905.575	100,0	341.892	277.241	81,1
Nacional	1.905.575	1.905.575	100,0	341.892	277.241	81,1
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	23.687.070	23.687.070	100,0	9.280.277	8.072.677	87,0
Fiscal Seguridade	23.687.070	23.687.070	100,0	9.280.277	8.072.677	87,0
Nacional	23.687.070	23.687.070	100,0	9.280.277	8.072.677	87,0
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	38.852.068	38.852.068	100,0	15.063.226	11.145.067	74,0
Fiscal Seguridade	38.852.068	38.852.068	100,0	15.063.226	11.145.067	74,0
Nacional	38.852.068	38.852.068	100,0	15.063.226	11.145.067	74,0
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	12.068,0	12.068,0	100,0	6.034,0	6.034,0	100,0
Nacional	12.068,0	12.068,0	100,0	6.034,0	6.034,0	100,0
Financeiro	17.408.874	12.855.874	73,8	5.174.664	5.166.729	99,8
Fiscal Seguridade	17.408.874	12.855.874	73,8	5.174.664	5.166.729	99,8
Nacional	17.408.874	12.855.874	73,8	5.174.664	5.166.729	99,8
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	480,0	480,0	100,0	250,0	250,0	100,0
Nacional	480,0	480,0	100,0	250,0	250,0	100,0
Financeiro	1.557.306	948.806	60,9	428.400	351.830	82,1
Fiscal Seguridade	1.557.306	948.806	60,9	428.400	351.830	82,1
Nacional	1.557.306	948.806	60,9	428.400	351.830	82,1
(A) - Atividade	(OE) - Operações Especiais	893			Realizado = Empenho Liquidado	
(P) - Projeto	(OA) - Outras Ações				S.R. - Sem Registro	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
10000 Supremo Tribunal Federal						
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO STF						
Gerente em 31/12/2002:						
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico		1.695,0	1.695,0	100,0	844,0	100,0
Nacional		1.695,0	1.695,0	100,0	844,0	100,0
Financeiro		1.986.990	1.242.990	62,6	312.000	301.983
Fiscal Seguridade		1.986.990	1.242.990	62,6	312.000	301.983
Nacional		1.986.990	1.242.990	62,6	312.000	301.983
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Produto: SERVIDOR BENEFICIADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico		1.695,0	1.695,0	100,0	844,0	100,0
Nacional		1.695,0	1.695,0	100,0	844,0	100,0
Financeiro		13.127.368	8.845.368	67,4	3.385.586	3.372.040
Fiscal Seguridade		13.127.368	8.845.368	67,4	3.385.586	3.372.040
Nacional		13.127.368	8.845.368	67,4	3.385.586	3.372.040
(A)	4611	Capacitação de Recursos Humanos do Supremo Tribunal Federal				
	Produto: SERVIDOR CAPACITADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico		1.688,0	1.688,0	100,0	844,0	100,0
Nacional		1.688,0	1.688,0	100,0	844,0	100,0
Financeiro		1.502.905	1.002.905	66,7	400.000	394.972
Fiscal Seguridade		1.502.905	1.002.905	66,7	400.000	394.972
Nacional		1.502.905	1.002.905	66,7	400.000	394.972
(A)	6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal				
	Produto: PROCESSO JULGADO			Unidade de Medida: UNIDADE		
Físico		220.983,0	220.983,0	100,0	70.000,0	97.567,0
Nacional		220.983,0	220.983,0	100,0	70.000,0	97.567,0
Financeiro		242.123.689	171.762.197	70,9	63.475.272	63.463.456
Fiscal Seguridade		242.123.689	171.762.197	70,9	63.475.272	63.463.456
Nacional		242.123.689	171.762.197	70,9	63.475.272	63.463.456
Financ. Total Programa		458.990.125	323.305.378	70,4	122.017.118	109.688.621
Fiscal Seguridade		458.990.125	323.305.378	70,4	122.017.118	109.688.621

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
03000 Tribunal de Contas da União						
0550 CONTROLE EXTERNO						
Gerente em 31/12/2002: PEDRO LOPES DE OLIVEIRA						
(OE) 0407 Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	29.855	18.855	63,2	7.275	7.275	100,0
Fiscal Seguridade	29.855	18.855	63,2	7.275	7.275	100,0
Nacional	29.855	18.855	63,2	7.275	7.275	100,0
(OE) 0408 Contribuição à Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	81.160	52.160	64,3	18.920	18.920	100,0
Fiscal Seguridade	81.160	52.160	64,3	18.920	18.920	100,0
Nacional	81.160	52.160	64,3	18.920	18.920	100,0
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	99.781.464	28.242.639	28,3	10.791.360	10.362.411	96,0
Fiscal Seguridade	99.781.464	28.242.639	28,3	10.791.360	10.362.411	96,0
Nacional	99.781.464	28.242.639	28,3	10.791.360	10.362.411	96,0
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	1.135.098	1.135.098	100,0	449.300	387.236	86,2
Fiscal Seguridade	1.135.098	1.135.098	100,0	449.300	387.236	86,2
Nacional	1.135.098	1.135.098	100,0	449.300	387.236	86,2
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	33.705.859	33.705.859	100,0	12.677.760	12.013.873	94,8
Fiscal Seguridade	33.705.859	33.705.859	100,0	12.677.760	12.013.873	94,8
Nacional	33.705.859	33.705.859	100,0	12.677.760	12.013.873	94,8
(A) 2003 Ações de Informática						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	42.162.060	42.162.060	100,0	20.031.900	19.189.046	95,8
Fiscal Seguridade	42.162.060	42.162.060	100,0	20.031.900	19.189.046	95,8
Nacional	42.162.060	42.162.060	100,0	20.031.900	19.189.046	95,8
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Produto: PESSOA BENEFICIADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	22.174,0	22.174,0	100,0	11.087,0	11.087,0	100,0
Nacional	22.174,0	22.174,0	100,0	11.087,0	11.087,0	100,0
Financeiro	30.452.933	21.734.933	71,4	7.935.000	7.935.000	100,0
Fiscal Seguridade	30.452.933	21.734.933	71,4	7.935.000	7.935.000	100,0
Nacional	30.452.933	21.734.933	71,4	7.935.000	7.935.000	100,0
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Produto: CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	1.295,0	1.295,0	100,0	750,0	545,0	72,7
Nacional	1.295,0	1.295,0	100,0	750,0	545,0	72,7
Financeiro	4.253.343	3.047.343	71,6	1.006.000	968.377	96,3
Fiscal Seguridade	4.253.343	3.047.343	71,6	1.006.000	968.377	96,3
Nacional	4.253.343	3.047.343	71,6	1.006.000	968.377	96,3

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

895

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B/A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D/C)
03000 Tribunal de Contas da União						
0550 CONTROLE EXTERNO						
Gerente em 31/12/2002: PEDRO LOPES DE OLIVEIRA						
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	555,0	555,0	100,0	500,0	35,0	7,0
Nacional	555,0	555,0	100,0	500,0	35,0	7,0
Financeiro	678.732	578.732	85,3	66.000	22.412	34,0
Fiscal Seguridade	678.732	578.732	85,3	66.000	22.412	34,0
Nacional	678.732	578.732	85,3	66.000	22.412	34,0
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados						
Produto: SERVIDOR BENEFICIADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	4.125,0	4.125,0	100,0	2.120,0	2.025,0	95,5
Nacional	4.125,0	4.125,0	100,0	2.120,0	2.025,0	95,5
Financeiro	27.949.556	20.049.556	71,7	7.636.000	7.636.000	100,0
Fiscal Seguridade	27.949.556	20.049.556	71,7	7.636.000	7.636.000	100,0
Nacional	27.949.556	20.049.556	71,7	7.636.000	7.636.000	100,0
(P) 3176 Reaparelhamento das Instalações da Sede e das Secretarias de Controle Externo nos Estados						
Produto: UNIDADE REAPARELHADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	123,0	123,0	100,0	50,0	72,0	144,0
Nacional	123,0	123,0	100,0	50,0	72,0	144,0
Financeiro	19.652.765	5.872.765	29,9	4.432.000	2.448.859	55,3
Fiscal Seguridade	19.652.765	5.872.765	29,9	4.432.000	2.448.859	55,3
Nacional	19.652.765	5.872.765	29,9	4.432.000	2.448.859	55,3
(P) 3177 Construção de Sedes da Secretaria de Controle Externo nos Estados						
Produto: SEDE CONSTRUÍDA COM 1.000 M2						
Unidade de Medida: % DE EXECUÇÃO FÍSICA						
Físico	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Nacional	0,0	0,0	0,0	18,0	S.R.	0,0
Financeiro	2.880.749	380.749	13,2	20.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	2.880.749	380.749	13,2	20.000	0	0,0
Nacional	2.880.749	380.749	13,2	20.000	0	0,0
(A) 4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais						
Produto: ENTIDADE FISCALIZADA						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	16.142,0	16.142,0	100,0	8.072,0	8.071,0	100,0
Nacional	16.142,0	16.142,0	100,0	8.072,0	8.071,0	100,0
Financeiro	962.042.330	676.862.129	70,4	283.602.131	283.602.130	100,0
Fiscal Seguridade	962.042.330	676.862.129	70,4	283.602.131	283.602.130	100,0
Nacional	962.042.330	676.862.129	70,4	283.602.131	283.602.130	100,0
(A) 4091 Capacitação de Recursos Humanos						
Produto: SERVIDOR CAPACITADO						
Unidade de Medida: UNIDADE						
Físico	6.148,0	6.148,0	100,0	1.587,0	4.888,0	308,0
Nacional	6.148,0	6.148,0	100,0	1.587,0	4.888,0	308,0
Financeiro	5.288.726	3.488.726	66,0	1.632.500	1.632.500	100,0
Fiscal Seguridade	5.288.726	3.488.726	66,0	1.632.500	1.632.500	100,0
Nacional	5.288.726	3.488.726	66,0	1.632.500	1.632.500	100,0
(P) 5455 Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União						
Produto: -						
Unidade de Medida: -						
Físico	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financeiro	9.449.175	0	0,0	200.000	0	0,0
Fiscal Seguridade	9.449.175	0	0,0	200.000	0	0,0
Nacional	9.449.175	0	0,0	200.000	0	0,0
Financ. Total Programa	1.239.543.805	837.331.604	67,6	350.506.146	346.224.039	98,8
Fiscal Seguridade	1.239.543.805	837.331.604	67,6	350.506.146	346.224.039	98,8

(A) - Atividade
(P) - Projeto(OE) - Operações Especiais
(OA) - Outras Ações

896

Realizado = Empenho Liquidado
S.R. - Sem Registro

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****ANEXO I**
Realização Física e Financeira de Programas e
Ações
Exercício 2002

Valores em R\$ 1,00

	PPA 2000-2003 (A)	Realizado 2000 a 2002 (B)	% (B / A)	LOA 2002 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2002 (D)	% (D / C)
Financeiro Total Geral	1.184.009.638.517	735.711.066.039	62,1	368.009.141.218	258.538.976.182	70,3
Fiscal Seguridade	878.034.540.931	627.635.222.885	71,5	257.560.210.825	238.579.616.129	92,6
Investimento Estatais	64.707.965.712	41.649.223.115	64,4	21.992.268.401	18.868.717.861	85,8
Demais Fontes	241.267.131.874	66.426.620.039	27,5	88.456.661.992	1.090.642.192	1,2

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II – Indicadores



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA					
POTÊNCIA TOTAL INSTALADA	MW	ANUAL	82.247,00	82.319,45	Acima do esperado(acima de 100%)
0271 ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS					
RELAÇÃO RESERVA/PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO PAÍS	ANO	ANUAL	25,00	18,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA					
TAXA DE ESFORÇO AÉREO	PERCENTAGEM	ANUAL	75,00	63,61	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA					
CAPACIDADE DE PRONTO EMPREGO DOS MEIOS OPERATIVOS DA MARINHA	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	52,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO					
TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR	PERCENTAGEM	ANUAL	62,00	50,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA					
TAXA DE REALIZAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	105,75	Acima do esperado(acima de 100%)
ARRECAÇÃO DA RECEITA ADMINISTRADA PELA SRF	R\$ BILHÃO	ANUAL	167,38	232,71	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS INTERNOS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	80,19	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	74,62	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE INADIMPLÊNCIA	PERCENTAGEM	ANUAL	3,64	4,03	Acima do esperado(acima de 100%)
0364 AGRICULTURA DE PRECISÃO					
GERAÇÃO TECNOLÓGICA	UNIDADE	ANUAL	15,00	10,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF					
TAXA DE PROGRESSÃO SOCIOECONÔMICA DE UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	36,32	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0497 ÁGUAS DO BRASIL					
NÚMERO-ÍNDICE DE OUTORGA DE ÁGUA EM BACIAS SELECIONADAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	190,00	Não Apurado	Não apurado
NÚMERO-ÍNDICE DE MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA EM BACIAS SELECIONADAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	190,00	Não Apurado	Não apurado
0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL					
TAXA DE PREVALÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO NA INFÂNCIA	PERCENTAGEM	QUINQUÊNAL	3,70	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ADULTOS DE 20 A 59 ANOS	PERCENTAGEM	QUINQUÊNAL	35,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DA DESNUTRIÇÃO E CARÊNCIAS NUTRICIONAIS NO IDOSO	PERCENTAGEM	QUINQUÊNAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM GESTANTES	PERCENTAGEM	BIANUAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DO USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA NO PIB DA REGIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	0,50	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0469 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA					
PACIENTE ATENDIDO COM PRODUTOS E TÉCNICAS NUCLEARES	PACIENTE POR ANO	ANUAL	2.500.000,00	2.050.000,00	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO					
RENDA AGRÍCOLA	R\$ BILHÃO	ANUAL	92,00	104,66	Acima do esperado(acima de 100%)
0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
TAXA DE CRESCIMENTO DA ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	PERCENTAGEM	ANUAL	3,00	2,06	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	12,29	Dentro do esperado(90% a 100%)
0686 ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR					
TAXA DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR	1/1.000	ANUAL	2,48	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEACADAS					
TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR					
TAXA DE COBERTURA DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	55,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DO ABONO SALARIAL	PERCENTAGEM	ANUAL	93,00	89,97	Dentro do esperado(90% a 100%)
0646 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA À SOCIEDADE CIVIL					
GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	10,58	7,13	Não apurado
0645 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA MARINHA À SOCIEDADE CIVIL					
CONTRIBUIÇÃO NO ATENDIMENTO À DEMANDA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS	PERCENTAGEM	ANUAL	18,00	14,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0636 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL					
GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	94,00	100,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					
TAXA DE COBERTURA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA					
ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA PRESTADA AO CIDADÃO	PESSOA POR ANO	ANUAL	35.000,00	54.261,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA					
TAXA DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA					
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO PORTADORA DE DEFICIÊNCIA POR UNIDADES DE REABILITAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS COM A ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	PERCENTAGEM	MENSAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM POSTOS REGIONAIS DO SICORDE	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA COM O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	PERCENTAGEM	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE/ALTO CUSTO NO GASTO SIA-SIH/SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	12,44	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSULTA POR HABITANTE	UNIDADE	ANUAL	2,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
LEITO POR HABITANTE	1/1.000	ANUAL	3,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE NO GASTO COM ASSISTÊNCIA DO SIA-SIH/	PERCENTAGEM	ANUAL	24,71	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM INTERNAÇÕES NO GASTO COM ASSISTÊNCIA PRESTADA NO SIA-SIH/SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DE ALTA COMPLEXIDADE/ALTO CUSTO NO GASTO SIA-SIH/SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	7,14	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO GASTO COM PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS BÁSICOS NO GASTO COM ASSISTÊNCIA PRESTADA NO SIA-SIH/SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	22,85	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS					
TAXA DE LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS	PERCENTAGEM	ANUAL	98,00	73,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO					
PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO, LGN E GÁS NATURAL NO EXTERIOR	BARRIL DE ÓLEO EQUIVALENTE POR DIA	ANUAL	222.550,00	58.171,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SEM INDICADOR					
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL SEM INDICADOR					
0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA					
NÚMERO-ÍNDICE DO CONHECIMENTO SOBRE BIODIVERSIDADE	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	112,00	144,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	47,36	Abaixo do esperado(60% a 89%)
NÚMERO-ÍNDICE DE CONTRATOS DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA					
NÚMERO-ÍNDICE DE EMPRESAS DE BASE BIOTECNOLÓGICA CRIADAS NO PAÍS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO-ÍNDICE DE PRODUTOS E PROCESSOS BIOTECNOLÓGICOS GERADOS NO PAÍS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO-ÍNDICE DE ACESSO A MATERIAL GENÉTICO CARACTERIZADO E CONSERVADO	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	160,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL					
NÚMERO-ÍNDICE DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DAS CADEIAS PRODUTIVAS ESTUDADAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO-ÍNDICE DO VALOR DAS IMPORTAÇÕES NAS CADEIAS PRODUTIVAS ESTUDADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0516 BRASIL JOGA LIMPO					
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS AMBIENTALMENTE ADEQUADA	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	32,20	Acima do esperado(acima de 100%)
0070 BRASIL JOVEM					
TAXA DE ATENDIMENTO DE JOVENS E ADOLESCENTES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL					
TAXA DE PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EDIFICADOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL TOMBADOS PELA UNIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	27,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE INVENTÁRIO SOBRE BENS DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL SOB PROTEÇÃO DA UNIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	67,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA					
TAXA DE ATLETAS COM ÍNDICE INTERNACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	4,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE EQUIPES EM COMPETIÇÕES INTERNACIONAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	0,40	Não Apurado	Não apurado
0643 CALHA NORTE					
DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE	HABITANTE POR KM²	ANUAL	1,00	0,85	Muito abaixo do esperado(abaixo 0
EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR	KM POR NÚCLEO	ANUAL	400,00	356,25	Muito abaixo do esperado(abaixo 0
0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA					
TAXA DE PESQUISADORES DOUTORES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO	1/1.000.000	ANUAL	127,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE RELATIVA DOS BOLSISTAS DE PESQUISA DO CNPQ	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS					
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	91,60	Acima do esperado(acima de 100%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CONTRATANTES	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	90,50	Acima do esperado(acima de 100%)
0252 CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS					
MATÉRIAS JORNALÍSTICAS DISTRIBUÍDAS	UNIDADE	ANUAL	131.917,00	362.849,00	Acima do esperado(acima de 100%)
9991 CARTA DE CRÉDITO					
ATENDIMENTO A FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
FINANCIAMENTOS PARA MELHORIA DE HABITAÇÕES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE NOVAS UNIDADES RESIDENCIAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0799 CARTOGRAFIA NACIONAL					
TAXA DE INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS E GEODÉSICAS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0790 CENSO 2000					
PRAZO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES	MÊS	ANUAL	5,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRAZO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DEFINITIVOS	MÊS	ANUAL	13,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
GRAU DE COBERTURA DO CENSO 2000	PERCENTAGEM	A CADA CENSO O	2,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0069 CESTA DE ALIMENTOS					
TAXA DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO CARENTE	PERCENTAGEM	MENSAL	32,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
COEFICIENTE DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO CARENTE	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS					
NÚMERO-ÍNDICE DE MODELOS DE GESTÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDOS	ÍNDICE NUMÉRICO	BIANUAL	200,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS					
GERAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS	UNIDADE	ANUAL	1.150,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
COLEÇÕES DE BIODIVERSIDADE PRESERVADAS	UNIDADE	ANUAL	22,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0470 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO					
NÚMERO-ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS COM O AGRONEGÓCIO	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	115,00	Não Apurado	Não apurado
0478 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO					
NÚMERO-ÍNDICE DE PROFISSIONAIS EM P&D E ENGENHARIA NÃO-ROTINEIRAS NAS EMPRESAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	115,00	Não Apurado	Não apurado
0169 CINEMA. SOM E VÍDEO					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO FILME BRASILEIRO NO MERCADO DE SALAS DE EXIBIÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0462 CLIMATOLOGIA. METEOROLOGIA E HIDROLOGIA					
PREVISÃO NUMÉRICA DE TEMPO GLOBAL - RESOLUÇÃO ESPACIAL DA PREVISÃO	KM	SEMESTRAL	60,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
PREVISÃO NUMÉRICA DE TEMPO REGIONAL - RESOLUÇÃO ESPACIAL DA PREVISÃO	KM	SEMESTRAL	15,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL - REGIÃO SUDESTE, SUL DO NORDESTE E SUL DO CENTRO-OESTE	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	60,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL - REGIÃO AMAZÔNICA, NORTE DO NORDESTE E SUL	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	80,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER					
TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO FÍSICA NO ÂMBITO FAMILIAR	PERCENTAGEM	ANUAL	29,80	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
CASOS NOTIFICADOS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	UNIDADE	ANUAL	30,00	34.620,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO					
TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	85,00	76,82	Acima do esperado(acima de 100%)
0301 COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL					
ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA	GWH POR ANO	ANUAL	2.940,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO					
NÚMERO DE EMPRESAS INTEGRADAS AO COMÉRCIO ELETRÔNICO	UNIDADE	A DEFINIR	4.100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
VALOR DO COMÉRCIO ELETRÔNICO DE EMPRESAS BRASILEIRAS	US\$ MILHÃO POR ANO	ANUAL	2.700,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0071 COMUNIDADE ATIVA					
TAXA DE IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS LOCAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS					
TAXA DE MONITORAÇÃO DE ÁREAS MINERADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	55,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA					
TAXA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AGRÍCOLAS DEGRADADAS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	30,00	26,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES					
COEFICIENTE DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	1/10.000	ANUAL	1,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE CURA DE HANSENÍASE PAUCIBACILAR	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES					
COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE HANSENÍASE	1/10.000	ANUAL	1,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE CURA DE HANSENÍASE MULTIBACILAR	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0644 CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS					
TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS	PERCENTAGEM	ANUAL	88,00	126,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0357 CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA					
TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	90,00	238,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0669 CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS					
PRAZO MÉDIO DE EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTE	HORA	TRIMESTRAL	24,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TEMPO MÉDIO PARA FISCALIZAÇÃO MODERNA DO PASSAGEIRO INTERNACIONAL	SEGUNDO	MENSAL	30,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TEMPO MÉDIO PARA A FISCALIZAÇÃO MODERNA INFORMATIZADA/ELETRÔNICA DE PASSAGEIROS BRASILEIROS	SEGUNDO	MENSAL	30,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0550 CONTROLE EXTERNO					
TAXA DE APRECIACÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TCU	PERCENTAGEM	ANUAL	35,00	45,20	NÃO AVALIADA
0684 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE EMBAIXADAS E CONSULADOS DO BRASIL NO PROGRAMA	PERCENTAGEM	ANUAL	18,00	Não Apurado	Não apurado
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Não apurado
0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE					
TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-156/AP	UNIDADE	ANUAL	700,00	Não Apurado	Não apurado
TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-401/RR	UNIDADE	ANUAL	600,00	Não Apurado	Não apurado
TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-174/RR	UNIDADE	ANUAL	1.500,00	Não Apurado	Não apurado
TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-364/AC	UNIDADE	ANUAL	1.000,00	Não Apurado	Não apurado
TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-317/AC	UNIDADE	ANUAL	600,00	Não Apurado	Não apurado
0230 CORREDOR LESTE					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR LESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR LESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR LESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	3,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0233 CORREDOR MERCOSUL					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR MERCOSUL	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR MERCOSUL	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR MERCOSUL	R\$ POR T.KM	ANUAL	0,03	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0235 CORREDOR NORDESTE					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR NORDESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Não apurado
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR NORDESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	4,00	Não Apurado	Não apurado
0236 CORREDOR OESTE-NORTE					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Não apurado



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	R\$ POR T.KM	ANUAL	3,00	Não Apurado	Não apurado
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	R\$ POR T.KM	ANUAL	0,04	Não Apurado	Não apurado
0232 CORREDOR SUDOESTE					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SUDOESTE	R\$ POR T.KM	ANUAL	2,00	Não Apurado	Não apurado
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	R\$ POR T.KM	ANUAL	0,01	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	R\$ POR T.KM	ANUAL	1,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	R\$ POR T.KM	ANUAL	3,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
9982 CREDIAMIGO					
TAXA DE COBERTURA JUNTO AO PÚBLICO-ALVO	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	Não Apurado	Não apurado
ÍNDICE DE MELHORIA DE RENDA	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA					
TAXA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	PERCENTAGEM	ANUAL	29,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE RECONHECIMENTO E TITULAÇÃO DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	PERCENTAGEM	ANUAL	17,50	Não Apurado	Não apurado
0416 CULTURA EXPORTADORA					
NÚMERO DE EMPRESAS EXPORTADORAS	UNIDADE	ANUAL	20.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0667 DEFESA CIVIL					
TAXA DE ATENDIMENTO POPULACIONAL NOS MUNICÍPIOS AFETADOS POR DESASTRES	PERCENTAGEM	ANUAL	68,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0418 DEFESA COMERCIAL					
PRAZO MÉDIO PARA DETERMINAÇÃO PRELIMINAR	DIA	ANUAL	180,00	Não Apurado	Não apurado
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA					
TAXA DE ELABORAÇÃO DE PARECERES EM PROCESSOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
TAXA DE COBERTURA MUNICIPAL DO SISTEMA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR					
NÚMERO-ÍNDICE DE ATENDIMENTO POR PROCONS EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 20 MIL HABITANTES	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA					
TEMPO MÉDIO DE INSTRUÇÃO E APRECIACÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO	DIA	ANUAL	200,00	246,49	Dentro do esperado(90% a 100%)
TEMPO MÉDIO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	DIA	ANUAL	1.632,00	1.176,96	Dentro do esperado(90% a 100%)
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA A CONSULTAS AO CADE	DIA	ANUAL	204,00	203,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TEMPO MÉDIO DE INSTRUÇÃO E APRECIACÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS A PARTIR DE 1999	DIA	ANUAL	720,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO					
TAXA DE ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS PELA AGU	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE SUCESSO DA ATUAÇÃO DA AGU	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS					
TAXA DE CONCESSÃO DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO					
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE MATO GROSSO (IDH)	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,77	Não Apurado	Não apurado
0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL					
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA AMAZÔNIA LEGAL (IDH)	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,83	Não Apurado	Não apurado
0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA					
PRODUÇÃO DE PESCADO EM AQUICULTURA	T	ANUAL	258.468,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
VALOR DA EXPORTAÇÃO DE PESCADO EM AQUICULTURA	US\$ MIL	SEMESTRAL	-	73.901.000,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL					
GRAU DE ACOMPANHAMENTO DOS AERONAUTAS REGISTRADOS	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	6,50	Acima do esperado(acima de 100%)
GRAU DE APROVAÇÃO DE EMPRESAS FISCALIZADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	55,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA					
PRODUTIVIDADE POTENCIAL DO CAFÉ	SACA DE 60 KG POR HA	ANUAL	20,00	19,04	Dentro do esperado(90% a 100%)
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL					
TAXA DE DOCENTES QUALIFICADOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	PERCENTAGEM	ANUAL	5,50	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE COBERTURA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
NÚMERO-ÍNDICE DE DEFICIENTES COM ATENDIMENTO EDUCACIONAL	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	250,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL					
NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	Não apurado
8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES					
CONSUMO INTERNO PER CAPITA ANUAL DE FLORES	US\$	ANUAL	8,40	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
ÁREA CULTIVADA DE FLORES NO BRASIL	HA	ANUAL	5,82	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
VALOR DA EXPORTAÇÃO DE FLORES PELO BRASIL	US\$ MILHÃO	ANUAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA					
ÁREA CULTIVADA COM FRUTICULTURA	HA	ANUAL	2.650.000,00	2.200.000,00	Acima do esperado(acima de 100%)
VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE FRUTAS	US\$ MILHÃO	ANUAL	570,00	248,33	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	1,30	Acima do esperado(acima de 100%)
5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA					
PRODUTIVIDADE DA CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO NORDESTE	KG / HA	ANUAL	60,00	56,33	Acima do esperado(acima de 100%)
PRODUTIVIDADE DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL	KG / HA	ANUAL	72,00	72,54	Acima do esperado(acima de 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA					
TAXA DE AÇÚCAR RECUPERÁVEL NA CANA-DE-AÇÚCAR	KG DE ATR / T DE CANA	ANUAL	141,20	145,74	Acima do esperado(acima de 100%)
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA					
GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	PERCENTAGEM	ANUAL	91,00	87,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DOS AEROPORTOS DE GRANDE PORTE	PERCENTAGEM	ANUAL	53,00	48,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA					
BALANÇA COMERCIAL DE PESCAÇO	US\$ MILHÃO	ANUAL	200,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUÇÃO NACIONAL DE PESCA	T	ANUAL	1.200.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL					
VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL, EXCETO O PETRÓLEO E GÁS NATURAL	R\$ BILHÃO POR ANO	ANUAL	14,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE					
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (IDH)	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,87	Não Apurado	Não apurado
0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE					
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA REGIÃO NORDESTE (IDH)	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,73	Não Apurado	Não apurado
0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU					
RENDIMENTO AGROPECUÁRIO NAS REGIÕES CACAUEIRAS	R\$ POR HA	ANUAL	1.020,00	913,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUÇÃO DE CACAU	MIL TONELADAS	ANUAL	180,00	160,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES					
NÚMERO DE SERVIDORES-DIA CAPACITADOS	TREINANDO.DIA	ANUAL	30.000,00	53.018,00	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE CAPACITAÇÃO DE GERENTES ESTRATÉGICOS	PERCENTAGEM	A DEFINIR	70,00	53,30	Acima do esperado(acima de 100%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS-CLIENTES	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	90,30	Acima do esperado(acima de 100%)
NÚMERO DE PARTICIPANTES-DIA EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	TREINANDO.DIA	ANUAL	45.000,00	50.241,00	Acima do esperado(acima de 100%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES-CLIENTES	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	96,40	Acima do esperado(acima de 100%)
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					
TAXA MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM ATIVIDADE DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO PRIMEIRO ANO	PERCENTAGEM	ANUAL	60,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA MÉDIA DE PERMANÊNCIA EM ATIVIDADE DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO SEGUNDO ANO	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Não apurado
0755 DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS					
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	R\$ BILHÃO	ANUAL	22,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE ESTRUTURAÇÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS					
NÚMERO DE SISTEMAS E PRODUTOS CERTIFICADOS	UNIDADE	ANUAL	23.220,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO					
NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	125,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO					
NÚMERO-ÍNDICE DE MESTRES E DOUTORES TITULADOS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	129,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TEMPO MÉDIO DE FORMAÇÃO NO DOUTORADO	ANO	TRIENAL	5,00	4,25	Acima do esperado(acima de 100%)
TEMPO MÉDIO DE FORMAÇÃO NO MESTRADO	ANO	TRIENAL	3,00	2,67	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE BOLSISTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E NO EXTERIOR	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO					
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA NO ENSINO MÉDIO	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	87,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA NO ENSINO MÉDIO	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE DISTRORÇÃO IDADE/SÉRIE	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	53,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS					
RELAÇÃO ENTRE EMISSÕES PRIMÁRIAS E O INVESTIMENTO TOTAL DA ECONOMIA	PERCENTAGEM	ANUAL	14,00	10,80	Abaixo do esperado(60% a 89%)
RELAÇÃO ENTRE O VALOR DE MERCADO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO E O PIB	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	33,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE ANDAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	16,41	Abaixo do esperado(60% a 89%)
ACESSOS À HOME-PAGE DA CVM	UNIDADE	ANUAL	600.000,00	2.604.935,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR					
INCREMENTO NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	%	ANUAL	-	3,70	Abaixo do esperado(60% a 89%)
9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TURISMO NO PIB REGIONAL DO NORDESTE	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
INVESTIMENTO PRIVADO ACUMULADO EM TURISMO NO NORDESTE	US\$ MIL	ANUAL	10.900.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS GERADOS	PESSOA	ANUAL	3.870.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER					
ÁREA DO CERRADO INCORPORADA AO PROCESSO PRODUTIVO	HA	ANUAL	350.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS. CAPITALIZAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PIB NACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	2,52	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PIB NACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	0,56	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA NO PIB NACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	0,69	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0120 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA					
TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	16,84	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR					
PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS NA ÁREA NUCLEAR	UNIDADE	ANUAL	180,00	173,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERTADOS NA ÁREA NUCLEAR	UNIDADE	ANUAL	24,00	14,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0396 DESIGN BRASIL					
NÚMERO DE PRÊMIOS INTERNACIONAIS DE DESIGN	UNIDADE	ANUAL	12,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS					
CARGA ANUAL POLUIDORA ABATIDA	KG DBO POR DIA	A DEFINIR	985.000,00	Não Apurado	Não apurado
0154 DIREITOS HUMANOS. DIREITOS DE TODOS					
TAXA DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	Não apurado
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL	PERCENTAGEM	ANUAL	35,50	32,90	Dentro do esperado(90% a 100%)
0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR					
NÚMERO ABSOLUTO DE ALUNOS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	UNIDADE	ANUAL	66.936,00	19.190,00	Acima do esperado(acima de 100%)
ÍNDICE DE IMAGEM POSITIVA DO PAÍS NO EXTERIOR	PERCENTAGEM	MENSAL	85,00	80,25	Acima do esperado(acima de 100%)
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS					
TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL	PERCENTAGEM	MENSAL	0,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
TAXA DE CONHECIMENTO SOBRE MEIO AMBIENTE PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
TAXA DE ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	4,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	12,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO					
COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO NO BRASIL	1/100.000	ANUAL	7,32	Não Apurado	Não apurado
8010 EDUCAÇÃO FISCAL					
TAXA DE COBERTURA DO PROGRAMA NO ENSINO MÉDIO	PERCENTAGEM	ANUAL	6,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE COBERTURA DO PROGRAMA NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	15,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES EM EDUCAÇÃO FISCAL	PERCENTAGEM	ANUAL	6,28	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL	PERCENTAGEM	A DEFINIR	32,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS					
TAXA DE EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS ATÉ 1998	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES					
TAXA DE ATENDIMENTO COM ENERGIA ELÉTRICA A LOCALIDADES REMOTAS	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	35,17	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NA REDE SUDESTE	PERCENTAGEM	ANUAL	84,00	98,50	Abaixo do esperado(60% a 89%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE					
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REDE SUDESTE	GWH	ANUAL	191.308,00	163.000,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NO EIXO ARCO NORTE	PERCENTAGEM	ANUAL	89,10	90,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EIXO ARCO NORTE	GWH	ANUAL	1.122,70	1.050,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	PERCENTAGEM	ANUAL	71,00	75,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	GWH	ANUAL	20.958,00	16.050,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0295 ENERGIA NO EIXO SUL					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NO EIXO SUL	PERCENTAGEM	ANUAL	87,40	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EIXO SUL	GWH	ANUAL	60.600,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	92,95	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	GWH	ANUAL	7.893,00	6.037,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE					
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EIXOS DO NORDESTE	GWH	ANUAL	61.982,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NOS EIXOS DO NORDESTE	PERCENTAGEM	ANUAL	78,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA					
TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA AERONÁUTICA	PERCENTAGEM	ANUAL	91,00	124,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA					
TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	97,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO					
TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO					
TAXA DE QUALIDADE DE ENSINO NO EXÉRCITO BRASILEIRO	%	ANUAL	90,00	97,90	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DO EXÉRCITO	PERCENTAGEM	ANUAL	0,00	98,60	Dentro do esperado(90% a 100%)
0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA					
ZONA LIVRE DA FEBRE AFTOSA	KM²	MENSAL	3.042.526,00	3.970.853,00	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS	PERCENTAGEM	MENSAL	78,00	81,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE					
TRABALHADORES LIBERTADOS	UNIDADE	ANUAL	200,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL					
TAXA DE TRABALHO INFANTIL	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE TRABALHO INFANTIL NA ZONA URBANA	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE TRABALHO INFANTIL NA ZONA RURAL	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS					
TAXA DE ATENDIMENTO ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	96,80	97,00	Não apurado
DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	45,00	39,00	Não apurado
TAXA ESPERADA DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	68,00	Não Apurado	Não apurado
8028 ESPORTE NA ESCOLA					
TAXA DE ATENDIMENTO DOS ALUNOS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	PERCENTAGEM	ANUAL	13,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0180 ESPORTE SOLIDÁRIO					
TAXA DE ATENDIMENTO DE IDOSOS CARENTES ACIMA DE 60 ANOS COM PRÁTICA ESPORTIVA	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS CARENTES COM PRÁTICA ESPORTIVA	PERCENTAGEM	ANUAL	3,33	Não Apurado	Não apurado
0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS					
NÚMERO-ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	110,00	108,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DA AVALIAÇÃO DO ENEM	PERCENTAGEM	ANUAL	-	90,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DA AVALIAÇÃO DO PROVÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	90,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS					
TAXA DE ESTUDANTES INDÍGENAS MATRICULADOS EM ESCOLAS	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO RESPIRATÓRIA AGUDA NA POPULAÇÃO INDÍGENA	1/1.000	ANUAL	100,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA	1/1.000	ANUAL	21,10	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE TUBERCULOSE NA POPULAÇÃO INDÍGENA	1/100.000	ANUAL	58,60	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	PERCENTAGEM	ANUAL	59,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE DOENÇAS DIARREICAS NA POPULAÇÃO INDÍGENA	1/1.000	ANUAL	100,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO					
NÚMERO-ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE RELATIVA DOS PESQUISADORES APOIADOS PELO CNPQ	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES					
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	1,20	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0505 FLORESTAR					
ÁREA FLORESTADA/REFLORESTADA E MANEJADA	HA	ANUAL	5.040.000,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS					
ÁREA FLORESTAL MANEJADA	HA	ANUAL	11.500.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0378 FOMENTO À EQUÍDEOCULTURA					
TAXA DE ATENDIMENTO A ENTIDADES TURFÍSTICAS E CRIADORES DE EQUINOS	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE					
NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES NA ÁREA DA SAÚDE	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	115,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS					
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE GASTO PÚBLICO - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,10	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,80	Não Apurado	NÃO AVALIADA
DECLARAÇÕES DO ISS EM MEIO ELETRÔNICO - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,80	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ENTIDADES DO ORÇAMENTO QUE UTILIZAM SIAFI - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
VOLUME REGISTRADO ON LINE NO SIAFI - MUNICÍPIOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,10	Não Apurado	NÃO AVALIADA
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
PREVISÃO E REALIZAÇÃO DE GASTO PÚBLICO - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ENTIDADES DO ORÇAMENTO QUE UTILIZAM SIAFI - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
VOLUME REGISTRADO ON LINE NO SIAFI - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
DECLARAÇÕES DO ICMS EM MEIO ELETRÔNICO - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,80	Não Apurado	NÃO AVALIADA
VOLUME DE ARRECADAÇÃO VALIDADA ON LINE - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,90	Não Apurado	NÃO AVALIADA
QUANTIDADE DAS AÇÕES DE COBRANÇA - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,70	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ALCANCE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO - ESTADOS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,80	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS URBANAS	PERCENTAGEM	ANUAL	1,50	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS RURAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	3,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PARA PESSOAS FÍSICAS	PERCENTAGEM	ANUAL	1,80	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE CADASTRAMENTO DE ÁREA RURAL	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO					
METAS PARA INFLAÇÃO	PERCENTAGEM	MENSAL	3,25	Não Apurado	Não apurado
ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA	PERCENTAGEM	ANUAL	4,00	Não Apurado	Não apurado
8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS					
TAXA DE ATENDIMENTO COM GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	PERCENTAGEM	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE ATENDIMENTO COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO	PERCENTAGEM	A DEFINIR	96,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	PERCENTAGEM	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL					
PRAZO MÉDIO DE APURAÇÃO ELEITORAL	HORA	BIANUAL	4,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
PRAZO MÉDIO DE VOTAÇÃO POR ELEITOR	SEGUNDO	BIANUAL	60,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA SEM INDICADOR					
0046 HOSPITAIS DE ENSINO					
PROPORÇÃO ENTRE LEITOS ATIVOS E MÉDICOS-RESIDENTES	LEITO POR MÉDICO-RESIDENTE	SEMESTRAL	4,50	Não Apurado	Não apurado
PROPORÇÃO ENTRE INTERNOS E DOCENTES MÉDICOS EM HOSPITAIS DE ENSINO	INTERNO POR DOCENTE MÉDICO	SEMESTRAL	5,00	Não Apurado	Não apurado
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO SEM INDICADOR					
0285 INDÚSTRIA PETROQUÍMICA					
PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETROQUÍMICOS BÁSICOS NO CONSUMO DE PETROQUÍMICOS BÁSICOS	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS					
TAXA DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EM ATIVIDADES CONTINUADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EM PROJETOS ESPECÍFICOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO IPEA - ADIPEA	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS					
TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	PERCENTAGEM	ANUAL	95,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM P&D NO FATURAMENTO BRUTO DAS EMPRESAS	PERCENTAGEM	ANUAL	1,50	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO FATURAMENTO BRUTO MÉDIO DAS EMPRESAS	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO EM ATIVIDADES DE P&D NO TOTAL DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS	1/1.000	ANUAL	20,00	Não Apurado	Não apurado
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES					
TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
5010 INTEGRAÇÃO DA CADEIA DO AGRONEGÓCIO					
NEGÓCIOS ELETRÔNICOS - COMERCIALIZAÇÃO	R\$ MIL	ANUAL	1.657.625.000,	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS VIA MERCADO DE OPÇÕES E FUTURO - BB GARANTIA DE PREÇOS	R\$ MIL	ANUAL	531.562,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
AVAL PARA VENDA ANTECIPADA DA PRODUÇÃO - CPR	R\$ MIL	ANUAL	648.500,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL					
TAXA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR NA REGIÃO DO PROGRAMA	PERCENTAGEM	ANUAL	88,00	89,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO DO PROGRAMA	GWH	ANUAL	13.467,50	12.277,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
GANHO ENERGÉTICO AGREGADO AO SISTEMA INTERLIGADO	MW	ANUAL	1.400,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
5009 INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO E GÁS					
TAXA DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS PARA A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM					
PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA DAS ÁREAS IRRIGADAS	T POR HA	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0415 JOVEM EMPREENDEDOR					
TAXA DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO	PERCENTAGEM	ANUAL	0,45	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0168 LIVRO ABERTO					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0168 LIVRO ABERTO					
TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS	PERCENTAGEM	ANUAL	78,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
COEFICIENTE NACIONAL DE LEITURA	LIVRO POR PESSOA.ANO	ANUAL	2,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE LIVROS IMPRESSOS COM APOIO DO MINC NO MERCADO NACIONAL DE LIVROS	PERCENTAGEM	ANUAL	0,80	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
7006 LUZ NO CAMPO					
TAXA DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM ENERGIA ELÉTRICA	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL					
TAXA DE RODOVIAS FEDERAIS COM QUALIDADE BOA E ÓTIMA	PERCENTAGEM	ANUAL	76,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0223 MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS					
TAXA DE MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS	PERCENTAGEM	ANUAL	18,02	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE NAVEGAÇÃO EFETIVA NAS HIDROVIAS	PERCENTAGEM	ANUAL	84,79	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA					
TAXA DE RODOVIAS FEDERAIS ABRANGIDAS PELO PROGRAMA COM QUALIDADE BOA E ÓTIMA	PERCENTAGEM	ANUAL	83,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL					
CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	75,00	90,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO	PERCENTAGEM	ANUAL	55,00	40,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
5008 MINHA CASA					
DÉFICIT HABITACIONAL DE FAMÍLIAS URBANAS COM RENDA FAMILIAR MENSAL ENTRE 2 E 5 SALÁRIOS MÍNIMOS, A NÍVEL NACIONAL	PERCENTAGEM	TRIENAL	25,88	Não Apurado	Não apurado
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL					
NÍVEL DE CAPACITAÇÃO LOGÍSTICA NACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	5,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL					
TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO					
TAXA DE REVITALIZAÇÃO DE CONJUNTOS HISTÓRICOS CULTURAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0128 MORAR MELHOR					
TAXA DE CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA PARA A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL QUALITATIVO	PERCENTAGEM	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
0475 MUDANÇAS CLIMÁTICAS					
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES CAPACITADAS ENVOLVIDAS COM O TEMA MUDANÇAS CLIMÁTICAS	UNIDADE	ANUAL	49,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO					
PLANOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	UNIDADE	INDISPONÍVEL	550,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO					
TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	43,00	Não Apurado	Não apurado
FREQÜÊNCIA DE VISITAÇÃO A MUSEUS DA UNIÃO	PESSOA POR ANO	ANUAL	3.150.000,00	Não Apurado	Não apurado
0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS					
TAXA DE BANDAS DE MÚSICA EM MUNICÍPIOS	PERCENTAGEM	ANUAL	26,70	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ACESSO MÉDIO DE PÚBLICO AOS PROJETOS CULTURAIS DE MÚSICA	PESSOA POR PROJETO	ANUAL	5.000,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
ACESSO MÉDIO DE PÚBLICO AOS PROJETOS CULTURAIS DE ARTES CÊNICAS	PESSOA POR PROJETO	ANUAL	5.000,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0665 NACIONAL ANTIDROGAS					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0665 NACIONAL ANTIDROGAS					
TAXA DE DEPENDENTES DO USO DE ENTORPECENTES	PERCENTAGEM	ANUAL	8,00	Não Apurado	Não apurado
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE					
NÚMERO-ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO ACUMULADA EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS	ÍNDICE NUMÉRICO	BIANUAL	105,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	19,00	Não Apurado	Não apurado
0759 NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO					
DOCUMENTOS EXIGIDOS DO CIDADÃO POR SERVIÇO	UNIDADE	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TEMPO DE RESPOSTA DAS DEMANDAS DO CIDADÃO	DIA	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0647 NACIONALIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO					
GRAU DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo 0)
0228 NAVEGAÇÃO INTERIOR					
CARGA TRANSPORTADA NO RIO SÃO FRANCISCO	T POR MÊS	MENSAL	10.800,00	6.596,42	Dentro do esperado(90% a 100%)
0121 NOSSO BAIRRO					
TAXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL DIFERENCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE CRESCIMENTO DO ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS POR REAL INVESTIDO	FAMÍLIA ATENDIDA/REAL	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
NÚMERO-ÍNDICE DE FAMÍLIAS ATENDIDAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS					
TAXA DE CONFORMIDADE DA ÁGUA NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE OUTORGA DE ÁGUA NA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Não apurado
0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL					
TAXA DE CONFORMIDADE DA ÁGUA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE OUTORGA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	0,71	Dentro do esperado(90% a 100%)
0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO					
TAXA DE OUTORGA DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE CONFORMIDADE DA ÁGUA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO					
TAXA RELATIVA DE ESPERA POR UM EMPREGO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO SINE NAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO DO MERCADO FORMAL	PERCENTAGEM	MENSAL	7,00	9,35	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DO SEGURO-DESEMPREGO	PERCENTAGEM	MENSAL	75,00	49,93	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS	PERCENTAGEM	MENSAL	55,00	56,07	Dentro do esperado(90% a 100%)
0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS					
TAXA DE ASSENTAMENTO RURAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	76,20	Acima do esperado(acima de 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS					
TAXA DE INTEGRALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Não apurado
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL					
PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL	MIL BARRIS POR DIA	ANUAL	1.750,00	1.500,05	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL	MILHÃO DE M³ POR DIA	ANUAL	52,80	41,86	Dentro do esperado(90% a 100%)
8032 OPERAÇÕES MILITARES					
NÍVEL DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Não apurado
8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER					
TAXA DE GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO POR PESSOA CAPACITADA	PERCENTAGEM	INDISPONÍVEL	30,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0498 PANTANAL					
TAXA DE CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI	PERCENTAGEM	ANUAL	4,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS DO PANTANAL	KG POR UNIDADE DE ESFORÇO	ANUAL	15,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
FAMÍLIAS ATENDIDAS COM INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO	UNIDADE	ANUAL	120.000,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0499 PARQUES DO BRASIL					
TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	3,81	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS	PERCENTAGEM	ANUAL	12,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0668 PAZ NAS ESCOLAS					
NÚMERO-ÍNDICE DE OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	ÍNDICE NUMÉRICO	SEMESTRAL	50,00	Não Apurado	Não apurado
0810 PBOP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT					
SENSIBILIZAÇÃO ESTADUAL	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	74,07	Dentro do esperado(90% a 100%)
ADESÃO ESTADUAL - SETOR PRIVADO	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	77,70	Dentro do esperado(90% a 100%)
ADESÃO ESTADUAL - SETOR PÚBLICO	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	59,26	Dentro do esperado(90% a 100%)
QUALIFICAÇÃO DE CONSTRUTORAS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	77,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
CONFORMIDADE DE MATERIAIS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	40,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
ADESÃO DE AGENTES DE FOMENTO	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	200,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA SEM INDICADOR					
0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE					
TAXA DE PRODUTIVIDADE DOS PROJETOS DE PESQUISA	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO					
TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	80,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.					
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE RONDÔNIA (IDH)	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	0,79	Não Apurado	Não apurado
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS					
TAXA DE EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	11,81	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ADENSAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	PERCENTAGEM	ANUAL	35,00	27,60	Dentro do esperado(90% a 100%)
0566 PRESTACÃO JURISDICIONAL MILITAR					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA MILITAR	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	99,00	NÃO AVALIADA
0569 PRESTACÃO JURISDICIONAL NA JUSTICA FEDERAL					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA FEDERAL	PERCENTAGEM	ANUAL	28,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0567 PRESTACÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TJDF	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	84,14	NÃO AVALIADA
0565 PRESTACÃO JURISDICIONAL NO STF					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0568 PRESTACÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PERCENTAGEM	ANUAL	68,00	76,17	NÃO AVALIADA
0571 PRESTACÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA					
TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS. QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS					
TAXA DE DESFLORESTAMENTO NA AMAZÔNIA	PERCENTAGEM	ANUAL	0,29	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE MONITORAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE REDUÇÃO DE ACIDENTES COM O USO DO FOGO	PERCENTAGEM	ANUAL	30,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE LEGALIDADE DE DESMATAMENTO	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS					
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DA TUBERCULOSE	1/100.000	ANUAL	46,50	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	1/100.000	ANUAL	48,00	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR TUBERCULOSE	1/100.000	ANUAL	2,51	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	1/100.000	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS					
TAXA DE MORTALIDADE PRECOCE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 20 E 59 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	20,14	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE INCIDÊNCIA DE CEGUEIRA POR RETINOPATIA DIABÉTICA NO SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	1,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
INTERNAÇÃO POR DIABETES MELLITUS	UNIDADE	MENSAL	62.554,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
COEFICIENTE DE MORTALIDADE PRECOCE POR DOENÇA CÉREBRO-VASCULAR E ISQUÊMICA DO CORAÇÃO	1/100.000	ANUAL	52,60	Não Apurado	NÃO AVALIADA
COEFICIENTE DE HOSPITALIZAÇÃO POR DOENÇA ISQUÊMICA DO CORAÇÃO E CEREBOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 69 ANOS	1/1.000	ANUAL	1,72	Não Apurado	NÃO AVALIADA
INTERNAÇÃO POR FEBRE REUMÁTICA	UNIDADE	MENSAL	5.945,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE PREVALÊNCIA DA DIABETES MELLITUS	PERCENTAGEM	DECENAL	7,60	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS					
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DO SARAMPO	1/100.000	SEMESTRAL	0,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA VACINAL CONTRA HEPATITE B EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	95,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS					
CASOS DE TÉTANO NEONATAL	UNIDADE	MENSAL	0,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE CASOS DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA	1/100.000	MENSAL	1,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES					
TAXA DE INFECÇÃO HOSPITALAR	PERCENTAGEM	ANUAL	10,85	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PACIENTES COM INFECÇÃO HOSPITALAR	PERCENTAGEM	ANUAL	9,17	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE INFECÇÃO HOSPITALAR EM UTI	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES					
TAXA DE LETALIDADE POR CALAZAR (LEISHMANIOSE VISCERAL)	PERCENTAGEM	ANUAL	2,20	1,74	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DE EXAMES POSITIVOS DE ESQUISTOSSOMOSE	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	5,50	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE CÓLERA	1/100.000	ANUAL	0,37	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CASOS DE RAIVA HUMANA TRANSMITIDA POR ANIMAL DOMÉSTICO	UNIDADE	MENSAL	0,00	1,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA VACINAL CANINA	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	80,50	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DA DOENÇA DE CHAGAS NA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	7,00	0,01	Dentro do esperado(90% a 100%)
0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA					
COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR NEOPLASIA MALIGNA DE COLO DE ÚTERO	1/100.000	ANUAL	6,47	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DE EXAME PAPANICOLAU EM MULHERES NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 59 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS					
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DA SÍFILIS CONGÊNITA	1/1.000	ANUAL	1,00	1,20	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AIDS	1/100.000	ANUAL	12,30	8,10	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR AIDS	1/100.000	ANUAL	5,84	6,12	Dentro do esperado(90% a 100%)
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR					
TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PIB	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	12,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	66,67	Não Apurado	Não apurado
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA					
TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS	PERCENTAGEM	MENSAL	80,00	71,53	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE REINGRESSO DE SEGURADOS INCAPACITADOS NO MERCADO DE TRABALHO	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO OCUPADA PRIVADA RESTRITA	PERCENTAGEM	ANUAL	60,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL	PERCENTAGEM	ANUAL	68,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0495 PROÁGUA - GESTÃO					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0495 PROÁGUA - GESTÃO					
TAXA DE MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE OUTORGA DOS RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	3,20	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA					
TAXA DA POPULAÇÃO BENEFICIADA COM ÁGUA POTÁVEL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0472 PROANTAR					
TAXA DE EXECUÇÃO DAS PESQUISAS PROGRAMADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	100,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0509 PROBEM DA AMAZÔNIA					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DERIVADOS DA BIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA NO PIB REGIONAL	PERCENTAGEM	ANUAL	0,10	Não Apurado	Não apurado
0353 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL					
TAXA DE IMPORTAÇÃO DE BORRACHA	PERCENTAGEM	ANUAL	47,00	55,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0270 PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA					
ETAPAS DO CICLO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR COM PROCESSO DE PRODUÇÃO NACIONAL	PERCENTAGEM	MENSAL	69,80	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0395 PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA					
PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA	T	ANUAL	1.300,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0758 PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA					
TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA ANUAL DE CÉDULAS	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	106,70	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA ANUAL DE MOEDAS	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	101,60	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA ANUAL DE SELOS FISCAIS	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	104,50	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA ANUAL DE SELOS POSTAIS	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	84,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA ACUMULADA DE ATENDIMENTO MENSAL DA DEMANDA ANUAL DE CADERNETAS	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	73,90	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS PRIVADOS	PERCENTAGEM	ANUAL	1,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR					
PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS	MILHÃO DE T	ANUAL	100,50	Não Apurado	Não apurado
0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL					
TAXA DE FREQUÊNCIA DE PÚBLICO A ESPAÇOS CULTURAIS DA UNIÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	69,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS DA UNIÃO POR ARTISTAS, GRUPOS E COMPANHIAS DE ARTE E CULTURA	PERCENTAGEM	ANUAL	65,00	Não Apurado	Não apurado
0371 PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA					
TAXA DE CONVERSÃO ALIMENTAR	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS	PERCENTAGEM	MENSAL	30,00	100,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUTIVIDADE AVÍCOLA	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA					
PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA	LITRO POR ANIMAL.ANO	ANUAL	3.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE EFETIVIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES	PERCENTAGEM	MENSAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA					
TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	40,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE DESFRUTE DE OVINOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	70,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUTIVIDADE DE LÃ OVINA	KG DE LÃ POR HECTARE.ANO	ANUAL	30,00	25,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	25,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA	LITRO POR ANIMAL.ANO	ANUAL	-	250,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0373 PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA					
TAXA DE ÁREAS LIVRES DAS PRAGAS DE IMPACTO DA CITRICULTURA	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	70,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA					
RENDIMENTO DE CARNE SUÍNA	PERCENTAGEM	ANUAL	60,00	60,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
ZONA LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA	KM²	ANUAL	4.400.000,00	4.000.000,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0361 PRODUTIVIDADE DE CEREAIS					
NÚMERO-ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE POTENCIAL DOS CEREAIS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	114,00	114,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0363 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS					
PRODUTIVIDADE MÉDIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE OLEAGINOSAS	KG POR HA	ANUAL	2.858,00	2.924,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0369 PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS					
NÚMERO-ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE POTENCIAL DE OLERÍCOLAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	124,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS					
PRODUTIVIDADE MÉDIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALGODÃO	KG POR HA	ANUAL	2.700,00	2.817,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM					
TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS					
TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0479 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO					
NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL TÉCNICO ENVOLVIDO EM P&D NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	200,00	Não Apurado	Não apurado
NÚMERO-ÍNDICE DE ENTIDADES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	150,00	Não Apurado	Não apurado
0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL					
PROPRIEDADE INTELECTUAL PROTEGIDA	UNIDADE	ANUAL	185.088,00	65.336,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO					
ESPAÇO AÉREO MONITORADO	PERCENTAGEM	ANUAL	75,00	67,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
COEFICIENTE DE ACIDENTES AÉREOS	1/100.000	ANUAL	3,00	4,90	Abaixo do esperado(60% a 89%)
8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL					
TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL EM RELAÇÃO À ADOÇÃO NACIONAL	PERCENTAGEM	INDISPONÍVEL	40,00	Não Apurado	Não apurado
NÚMERO DE DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTADOS POR RESIDENTES NO EXTERIOR	UNIDADE	INDISPONÍVEL	-	Não Apurado	Não apurado
0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA					
TAXA DE DETECÇÃO DE AGRESSÕES AO MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE DETECÇÃO DE ATIVIDADES ILÍCITAS NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0275 PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO. GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL					
GRAU DA QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	95,00	92,43	Dentro do esperado(90% a 100%)
0501 QUALIDADE AMBIENTAL					
PRAZO MÉDIO PARA CONCESSÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	DIA	ANUAL	60,00	90,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DE OZÔNIO	T POR ANO	ANUAL	4.000,00	7.000,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	99,00	90,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
TEMPO DE ESPERA NA FILA	MINUTO	ANUAL	30,00	38,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE SOLUÇÃO DE BENEFÍCIOS EM ATÉ 30 DIAS	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	76,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
IDADE MÉDIA DO ACERVO DE SOLICITAÇÕES DE BENEFÍCIOS AGUARDANDO SOLUÇÃO	DIA	ANUAL	30,00	59,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0007 QUALIDADE DO SANGUE					
TAXA DE REAÇÃO ADVERSA ÀS TRANSFUSÕES SANGÜÍNEAS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE COMPONENTES, DERIVADOS SANGÜÍNEOS E CORRELATOS, PRODUZIDOS PELO SETOR PÚBLICO	PERCENTAGEM	ANUAL	75,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE APTIDÃO SOROLÓGICA DOS DOADORES	PERCENTAGEM	ANUAL	92,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES COM O SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	PERCENTAGEM	ANUAL	69,68	62,81	Acima do esperado(acima de 100%)
0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS					
TAXA DE IRREGULARIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	10,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE IRREGULARIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS	PERCENTAGEM	ANUAL	2,00	3,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE IRREGULARIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS	PERCENTAGEM	ANUAL	3,00	4,00	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS					
TAXA DE IRREGULARIDADE DE INOCULANTES	PERCENTAGEM	ANUAL	1,00	2,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0376 QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS					
TAXA DE CONFORMIDADE E QUALIDADE DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	90,00	86,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES					
EFICIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS					
TAXA DE MORTALIDADE POR CAUSAS MALDEFINIDAS	PERCENTAGEM	ANUAL	13,50	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO COM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	NOTA MÉDIA 1/10	ANUAL	-	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE MORTALIDADE SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA	PERCENTAGEM	ANUAL	9,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
COEFICIENTE DE MORTALIDADE HOSPITALAR NA REDE SUS	1/1.000	ANUAL	24,30	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO					
IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO	ANO	ANUAL	7,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO INTERIOR	ANO	ANUAL	7,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
IDADE MÉDIA DA FROTA - NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	ANO	ANUAL	7,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MODAL AQUAVIÁRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTE	PERCENTAGEM	ANUAL	17,00	Não Apurado	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0793 QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO					
GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR					
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA	PERCENTAGEM	ANUAL	7,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	95,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET					
QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA	T EQUIVALENTE DE PETRÓLEO POR ANO	ANUAL	700.000,00	144.000,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA					
TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS MEIOS OPERATIVOS DA AERONÁUTICA	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	75,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL					
TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	PERCENTAGEM	ANUAL	40,00	29,00	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO					
TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	PERCENTAGEM	ANUAL	9,00	8,23	Muito abaixo do esperado(abaixo)
0140 REASSENTAMENTO DE ITAPARICA					



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0140 REASSENTAMENTO DE ITAPARICA					
TAXA DE CONCESSÃO DE TÍTULOS DE PROPRIEDADE	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	100,00	0,02	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	100,00	100,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ÁREA TRABALHADA	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA					
TAXA DE PROCESSOS ANALISADOS NO PRAZO LEGAL	PERCENTAGEM	ANUAL	-	100,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO					
ARRECAÇÃO ACUMULADA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	R\$ MILHÃO	ANUAL	9.000,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
ARRECAÇÃO ACUMULADA DA DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	R\$ MILHÃO	ANUAL	6.000,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0474 RECURSOS DO MAR					
TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	60,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS					
COEFICIENTE DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS: CAMARÃO DA COSTA NORTE	KG POR DIA DE MAR	ANUAL	170,00	Não Apurado	Não apurado
PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL	T POR ANO	ANUAL	950.000,00	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS: LAGOSTA	KG POR COVO.DIA DE MAR	ANUAL	0,39	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS: PIRAMUTABA	KG POR BARCO.ANO	ANUAL	250.000,00	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS: PEIXES DEMERSAIS/PARELHA	KG POR DIA DE MAR	ANUAL	280,00	Não Apurado	Não apurado
COEFICIENTE DE SUSTENTABILIDADE DE USO DOS ATIVOS PESQUEIROS: ARRASTO COM PORTA	KG POR DIA DE MAR	ANUAL	212,00	Não Apurado	Não apurado
0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO					
RELAÇÃO ENTRE AS VAGAS NECESSÁRIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E AS EXISTENTES	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	152,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0288 REFINO DE PETRÓLEO					
NÍVEL DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL	MILHÃO DE BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA	ANUAL	1,39	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CUSTO OPERACIONAL UNITÁRIO MÉDIO DE REFINO	US\$ POR BARRIL DE PETRÓLEO PROCESSADO	ANUAL	0,90	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
FATOR DE UTILIZAÇÃO DE UNIDADES DE DESTILAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	91,60	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÍVEL DE PROCESSAMENTO ANUAL	MILHÃO DE BARRIS DE PETRÓLEO POR DIA	ANUAL	1,80	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0152 REINserção SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI					
TAXA DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL POR ADOLESCENTES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0680 RELACÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS					
TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	94,97	Não apurado
5002 RESSEGURO					
TAXA DE DESEMPENHO AMPLIADO DO IRB	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	71,00	Acima do esperado(acima de 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
5002 RESSEGURO					
TAXA DE DESEMPENHO DO IRB	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	109,00	Acima do esperado(acima de 100%)
0119 SANEAMENTO BÁSICO					
TAXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 30.000 HABITANTES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE ATENDIMENTO EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 30.000 HABITANTES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE DISPOSIÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 30.000 HABITANTES	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Não apurado
0122 SANEAMENTO É VIDA					
TAXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COLETA DE ESGOTO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE ESGOTOS	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ATENDIMENTO EM ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	%	ANUAL	61,85	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	%	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO					
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	1/1.000	ANUAL	31,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇA DIARRÉICA AGUDA EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	5,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PREVALÊNCIA DE ALEITAMENTO MATERNO	PERCENTAGEM	QUINQUÊNAL	50,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL	1/1.000	ANUAL	15,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR INFECÇÃO RESPIRATÓRIA AGUDA EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	6,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0001 SAÚDE DA FAMÍLIA					
INDICADOR DE CÁRIE DENTAL - CPO-D	UNIDADE	QUINQUÊNAL	3,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO PELAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	PERCENTAGEM	MENSAL	40,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ACOMPANHADA POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	PERCENTAGEM	MENSAL	60,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NA POPULAÇÃO COBERTA PELOS AGENTES E EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	1/1.000	ANUAL	35,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR DOENÇA DIARRÉICA AGUDA EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR INFECÇÃO RESPIRATÓRIA AGUDA EM MENORES DE 5 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0021 SAÚDE DA MULHER					
COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA	1/100.000	ANUAL	82,40	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
COEFICIENTE DE ATENDIMENTO PRÉ-NATAL	UNIDADE	ANUAL	6,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE OCORRÊNCIA DE CESARIANAS NO SUS	PERCENTAGEM	ANUAL	25,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0026 SAÚDE DO JOVEM					
TAXA DE MORTALIDADE HOSPITALAR POR PARTO, ABORTO, GRAVIDEZ E PUERPÉRIO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	0,40	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE INTERNAÇÃO POR PARTO E CURETAGEM PÓS-ABORTO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS DE IDADE	PERCENTAGEM	ANUAL	20,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0022 SAÚDE DO TRABALHADOR					
TAXA DE INTOXICAÇÃO POR METAIS SOLVENTES ORGÂNICOS E GASES TÓXICOS	PERCENTAGEM	MENSAL	5,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE INTERNAÇÃO POR ACIDENTE OU DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO	PERCENTAGEM	MENSAL	80,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0018 SAÚDE MENTAL					
PRAZO MÉDIO DE PERMANÊNCIA HOSPITALAR POR TRANSTORNOS MENTAIS NO SIH/SUS	DIA	ANUAL	40,00	43,86	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE GASTO COM INTERNAÇÕES POR TRANSTORNOS MENTAIS NO TOTAL DE GASTOS COM SAÚDE MENTAL NO SUS	PERCENTAGEM	MENSAL	70,00	79,97	Dentro do esperado(90% a 100%)
0025 SAÚDE SUPLEMENTAR					
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OPERADORAS DE PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	70,00	Acima do esperado(acima de 100%)
COEFICIENTE DE DENÚNCIAS DE SEGURADOS	1/1.000	ANUAL	-	0,34	Acima do esperado(acima de 100%)
TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO COM PLANOS E SEGUROS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	20,25	Acima do esperado(acima de 100%)
0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO					
COEFICIENTE DE HOMICÍDIOS	1/100.000	ANUAL	0,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0639 SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO					
COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS	1/1.000	ANUAL	1,00	1,60	Dentro do esperado(90% a 100%)
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS					
ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO	UNIDADE	ANUAL	4.220,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE IRREGULARIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS	PERCENTAGEM	ANUAL	12,00	15,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
TAXA DE PADRONIZAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	13,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA APPCC	UNIDADE	ANUAL	400,00	83,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS					
ACIDENTES EM RODOVIAS FEDERAIS	UNIDADE POR ANO	ANUAL	120.594,00	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0504 SEGURANÇA NUCLEAR					
NÚMERO-ÍNDICE DE CASOS DE TRABALHADORES COM DOSE ELEVADA DE RADIAÇÃO	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	-	64,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO	PERCENTAGEM	ANUAL	60,00	55,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
EVENTOS NUCLEARES E RADIOLÓGICOS	UNIDADE	ANUAL	10,00	67,00	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0365 SEGURO RURAL					
TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL	PERCENTAGEM	ANUAL	65,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS					
COEFICIENTE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO	1/1.000	ANUAL	30,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	Não Apurado	Não apurado
0253 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA					
GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0756 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA					
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM SERVIÇOS PRESTADOS AO SETOR PRIVADO	PERCENTAGEM	ANUAL	10,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO					
TAXA DE CUMPRIMENTO DOS ACORDOS DE NÍVEL DE SERVIÇO (ICANS)	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	95,00	99,30	NÃO AVALIADA
GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0255 SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO					
TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO INSTALADO	PERCENTAGEM	ANUAL	50,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA					
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0227 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO					
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0256 SERVIÇOS POSTAIS					
TAXA DE LOCALIDADES COM ATENDIMENTO POSTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	90,95	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ENTREGA DENTRO DO PRAZO DE CARTAS SIMPLES NAS CAPITAIS	PERCENTAGEM	ANUAL	95,20	93,50	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE LOCALIDADES COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	85,00	85,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES					
DENSIDADE DOS SERVIÇOS MÓVEL CELULAR E MÓVEL PESSOAL	PERCENTAGEM	TRIMESTRAL	26,20	20,30	Dentro do esperado(90% a 100%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
QUALIDADE DOS SERVIÇOS MÓVEL CELULAR	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO					
GERAÇÃO DE PRODUTOS E PROCESSOS POR EMPRESAS INCUBADAS E GRADUADAS	UNIDADE	ANUAL	6.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II					
VALOR DAS APLICAÇÕES DO SETOR PRIVADO EM P&D DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	R\$ MIL POR ANO	ANUAL	750.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
VALOR DA EXPORTAÇÃO DE SOFTWARE	R\$ MIL POR ANO	ANUAL	412.500,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO DE DOMÍNIOS INTERNET	UNIDADE	ANUAL	368.500,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO DE USUÁRIOS INTERNET	UNIDADE	ANUAL	5.625.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROSPAIAL					
TAXA DE EXECUÇÃO DAS PESQUISAS PROGRAMADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	64,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL					
TAXA DE EXECUÇÃO DAS PESQUISAS PROGRAMADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	70,00	Muito abaixo do esperado(abaixo 0
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE					
TAXA DE EXECUÇÃO DAS PESQUISAS PROGRAMADAS	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	73,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0254 TELEFONIA FIXA					
DENSIDADE DO SERVIÇO DE TELEFONIA DE USO PÚBLICO	TELEFONE POR 1.000 HABITANTES	TRIMESTRAL	8,20	8,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
DENSIDADE DO SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA	TELEFONE FIXO POR 100 HABITANTES	TRIMESTRAL	28,50	28,70	Abaixo do esperado(60% a 89%)
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	85,00	Abaixo do esperado(60% a 89%)
QUALIDADE DOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS FIXOS	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Abaixo do esperado(60% a 89%)
0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS					
TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS	PERCENTAGEM	ANUAL	79,00	75,94	Dentro do esperado(90% a 100%)
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA					
TAXA DE EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	3,00	4,80	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE REPETÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	19,00	21,60	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	PERCENTAGEM	ANUAL	96,30	97,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
0102 TRABALHO LEGAL					
TAXA DE REGULARIZAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS	PERCENTAGEM	ANUAL	80,00	84,89	Dentro do esperado(90% a 100%)
NÚMERO-ÍNDICE DE NEGOCIAÇÕES TRABALHISTAS	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	160,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
GRAU DE FORMALIZAÇÃO DO EMPREGO	PERCENTAGEM	ANUAL	70,00	66,55	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE IRREGULARIDADE EM ESTABELECIMENTOS	PERCENTAGEM	ANUAL	15,40	31,92	Dentro do esperado(90% a 100%)
0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL					
TAXA DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO	1/10.000	ANUAL	14,67	8,27	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRABALHO	1/100.000	ANUAL	11,11	12,10	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO	1/1.000	ANUAL	15,40	16,07	Dentro do esperado(90% a 100%)
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO. DERIVADOS E GÁS NATURAL					
CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS	MILHÃO DE M³. KM	ANUAL	49.092,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA TRANSPORTE DE GÁS NATURAL	BILHÃO DE M³. KM	ANUAL	5.259,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	PERCENTAGEM	ANUAL	24,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS					
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM FORTALEZA	MILHAR	ANUAL	2.500,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM NATAL	MILHAR	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM JOÃO PESSOA	MILHAR	ANUAL	120,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM MACEIÓ	MILHAR	ANUAL	130,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM SALVADOR	MILHAR	ANUAL	1.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM RECIFE	MILHAR	ANUAL	4.500,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM BELO HORIZONTE	MILHAR	ANUAL	2.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
MÉDIA MENSAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM PORTO ALEGRE	MILHAR	ANUAL	3.000,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE TRANSFERÊNCIA DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS	PERCENTAGEM	ANUAL	100,00	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS					
VOLUME TRANSPORTADO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	BILHÃO DE T.MILHA POR ANO	ANUAL	41,60	41,90	Acima do esperado(acima de 100%)
9989 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO					
GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO COM O TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO	EM DEFINIÇÃO	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO SETOR	PERCENTAGEM	A DEFINIR	-	Não Apurado	Não apurado
0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO					
OFERTA DE ÁGUA PER CAPITA NA ÁREA BENEFICIADA PELO PROGRAMA	M³ POR HABITANTE.ANO	ANUAL	450,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0500 TURISMO VERDE					
NÚMERO-ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO TURISMO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DA AMAZÔNIA LEGAL	ÍNDICE NUMÉRICO	ANUAL	130,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO					
FLUXO DO TURISMO DOMÉSTICO	UNIDADE	ANUAL	-	Não Apurado	NÃO AVALIADA
FLUXO DE TURISTAS ESTRANGEIROS	UNIDADE	ANUAL	6.500.000,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES					
TAXA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO	PERCENTAGEM	INDISPONÍVEL	100,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO	PERCENTAGEM	INDISPONÍVEL	60,00	Não Apurado	Não apurado
TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO	PERCENTAGEM	INDISPONÍVEL	50,00	Não Apurado	Não apurado
0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO					
COEFICIENTE DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS NO SUS	1/1.000	MENSAL	163,98	Não Apurado	NÃO AVALIADA
TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS IDOSAS COM RENDA FAMILIAR PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	PERCENTAGEM	ANUAL	90,00	Não Apurado	NÃO AVALIADA
0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE					
TAXA DE MUNICÍPIOS COM NOTIFICAÇÃO REGULAR DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	100,00	999.999.999.99	Não apurado
TAXA DE MUNICÍPIOS COM COBERTURA SATISFATÓRIA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	999.999.999.99	Não apurado
TAXA DE MUNICÍPIOS COM INFORMAÇÃO REGULAR PARA NATALIDADE	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	99,00	Não apurado



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo II - Indicadores

Índice apurado em 2002

Expectativa de alcance do índice ao final do PPA 2000 - 2003

	Unidade de medida	Periodicidade	Índice Final PPA	Índice Apurado em 2002	Expectativa de Alcance
0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE					
TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE CASOS COM INVESTIGAÇÃO CONCLUÍDA EM MENOS DE 60 DIAS	PERCENTAGEM	SEMESTRAL	-	61,10	Não apurado
0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS					
TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PERCENTAGEM	MENSAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE FRAUDE OU IMPROPRIEDADE PARA CONSUMO DE PRODUTOS ENCONTRADOS NO MERCADO	PERCENTAGEM	MENSAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRAZO MÉDIO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS NOVOS	DIA	ANUAL	120,00	90,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
PRAZO MÉDIO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS SUJEITAS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA	DIA	ANUAL	45,00	25,00	Dentro do esperado(90% a 100%)
TAXA DE APROVAÇÃO DE SERVIÇOS PELA FISCALIZAÇÃO	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Dentro do esperado(90% a 100%)
0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS					
TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA POSITIVA	PERCENTAGEM	ANUAL	-	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO					
TAXA DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	PERCENTAGEM	ANUAL	64,00	Não Apurado	Acima do esperado(acima de 100%)

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III – Custos



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

		Custo			
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2011 Advocacia-Geral da União					
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Rosangela Silveira de Oliveira					
(A)	2672 Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo	DOCUMENTO PRODUZIDO	UNIDADE	400,00	53,38
(A)	2673 Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU e Vinculados	CORREICAO REALIZADA	UNIDADE	2.580,65	2.341,64
(A)	2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União	PROCESSO JUDICIAL ANALISADO	UNIDADE	21,40	24,75
(P)	5433 Implantação de Sistema de Informações Jurídicas	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	140.000,00	63.856,90
9200 Atividades Padronizadas					
0750 APOIO ADMINISTRATIVO					
Gerente em 31/12/2002:					
(OE)	0110 Contribuição à Previdência Privada			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0621 Anuênios Devidos a Ex-Celetistas no Âmbito do Poder Executivo	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0717 Pagamento de Pessoal Decorrente de Incorporação de Decisão Judicial - 3,17%	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1134 Construção do Edifício da 2ª Sr - Regional CODEVASF	PREDIO CONSTRUIDO	M²	366,67	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2025 Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais			40.637,64	Não aplicável
(A)	2087 Pagamento de Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	28.734,86	Não aplicável
(A)	2243 Pagamento de Pró-labore aos Procuradores da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	PROCURADOR REMUNERADO	UNIDADE	54.821,37	Não aplicável
(A)	2867 Remuneração dos Militares das Forças Armadas			22.523,06	Não aplicável
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					
Gerente em 31/12/2002:					
(P)	1059 Implantação de Sistemas de Informação e Melhoria da Infra-estrutura das Redes de Dados	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	531.728,13	Não aplicável
(P)	1171 Implantação do Comércio Eletrônico na Petrobrás	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	73.700,00	Não aplicável
(P)	1727 Aquisição de Bens Imóveis	BEM ADQUIRIDO	UNIDADE	35.186.284,00	Não aplicável
(P)	1955 Reforma e Adequação de Prédio para Sede da Autoridade Portuária	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	142.857,14	Não aplicável
(P)	1963 Instalação da Sede Administrativa	SEDE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	200.000,00	Não aplicável
(A)	2811 Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	BEM MOVEI MANTIDO	%	9.390,40	Não aplicável
(A)	2827 Manutenção de Bens Imóveis	IMOVEI MANTIDO	%	5.460,00	Não aplicável
(A)	2839 Manutenção de Bens Imóveis	IMOVEI MANTIDO	%	1.000,00	Não aplicável
(A)	2849 Aquisição de Bens Móveis, Veículos, máquinas e Equipamentos.	BEM MOVEI MANTIDO	%	2.182,25	Não aplicável
(P)	3286 Instalação de Bens Imóveis	IMOVEI INSTALADO	% DE EXECUÇÃO FISICA	44.157,66	Não aplicável
(A)	4101 Manutenção de Bens Imóveis	IMOVEI MANTIDO	%	54.856,90	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

9200 Atividades Padronizadas**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

Gerente em 31/12/2002:

(A)	4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	BEM MOVEI MANTIDO	%	76.792,40	Não aplicável
(A)	4103 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	ATIVO MANTIDO	%	264.988,28	Não aplicável

0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL

Gerente em 31/12/2002:

(P)	3252 Instalação de Agências	AGENCIA INSTALADA	UNIDADE	90.590,12	Não aplicável
(P)	3324 Modernização de Agências	AGENCIA MODERNIZADA	UNIDADE	159.167,08	Não aplicável
(A)	4106 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento	INFRA-ESTRUTUR A	%	1.103.402,52	Não aplicável

0100 Câmara dos Deputados**0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gerente em 31/12/2002:

(OE)	0416 Ressarcimento das Contribuições aos Pensionistas do Extinto IPC	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0633 Contribuição à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	567,40	Não aplicável
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	2.655,17	Não aplicável
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	257,50	Não aplicável
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.809,97	Não aplicável
(A)	2549 Apoio ao Sistema de Comunicação e Divulgação Institucional da Câmara dos Deputados	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3181 Obras Complementares no Complexo da Câmara dos Deputados	ÁREA CONSTRUÍDA COM 64.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.891,82	Não aplicável
(A)	4058 Assistência a Entidades de Intercâmbio Legislativo, Parlamentar e Político	ENTIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	228.833,33	Não aplicável
(A)	4061 Processo Legislativo	PROPOSICAO APRECIADA	UNIDADE	262.787,44	Não aplicável
(A)	4062 Reparos e Conservação de Residências Funcionais dos Membros do Poder Legislativo	IMOVEI RESIDENCIAL REFORMADO E CONSERVADO	UNIDADE	18.555,20	Não aplicável
(A)	4091 Capacitação de Recursos Humanos	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	384,45	Não aplicável
(A)	4541 Divulgação Institucional da Câmara dos Deputados	-	-	Não aplicável	Não aplicável

1600 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: BERNADETE DE LIMA SANTOS



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

		Custo			
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
1600 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios					
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL					
Gerente em 31/12/2002: BERNADETE DE LIMA SANTOS					
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1136 Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações	PREDIO RECUPERADO	UNIDADE	9.903.000,00	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	488,35	492,38
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.244,49	1.488,32
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	454,33	759,09
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.695,86	3.715,31
(P)	3751 Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	JUIZADO IMPLANTADO	UNIDADE	295.384,62	468.000,00
(P)	3753 Implantação de Sistemas para a Modernização Jurisdicional	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	195.000,00	780.000,00
(A)	4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	PROCESSO SENTENCIADO	UNIDADE	1.424,06	1.742,77
(A)	4613 Capacitação de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	491,21	787,94

1500 Justiça do Trabalho

0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO					
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1130 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho	PREDIO CONSTRUÍDO	UNIDADE	320.000,00	1.279.688,00
(P)	1671 Construção de Edifício-Sede do Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília - DF	SEDE CONSTRUÍDA COM 96.000 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	1.047.619,05	32.519.620,51
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	ORGAO/ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	89.818.231,00	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	465,75	667,56
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.008,62	1.158,58
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	541,48	998,49
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	2.792,32	2.871,05
(A)	2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde	AMBULANCIA OU UTI MOVEEL ADQUIRIDA	UNIDADE	17.600,00	Não aplicável
(P)	3725 Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista em Macapá - AP	SEDE CONSTRUÍDA COM 1.720 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16.477,33	8.574,67
(P)	3740 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região em Natal - RN	SEDE CONSTRUÍDA COM 21.959 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	200.700,00	116.535,48

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

1500 Justiça do Trabalho**0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA**

Gerente em 31/12/2002: GILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO

(P)	3741 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região em Cuiabá - MT	SEDE CONSTRUIDA COM 26.550 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	227.368,42	356.435,64
(A)	4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PROCESSO SOLUCIONADO	UNIDADE	1.279,60	1.376,05
(A)	4607 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	240,18	132,35
(P)	5093 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	86.782,00	Não aplicável
(P)	5245 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho, em Ananindeua - PA	SEDE CONSTRUIDA COM 2240 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	9.492,00	Não aplicável
(P)	5247 Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista no Município de Fortaleza - CE	SEDE CONSTRUIDA COM 4.747,27 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	25.000,00	27.940,00
(P)	5373 Recuperação Emergencial das Dependências Estruturais e Físicas da Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região	AREA RECUPERADA	M²	1.315,79	937.479,11
(P)	5377 Conclusão da Desapropriação do Imóvel Destinado à Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas - Imissão na Posse			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5379 Aquisição de Imóvel para Instalação de Edifício-Sede de Vara do Trabalho da 18a. Região	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5381 Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho em Castanhal - PA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5385 Desapropriação de Imóvel destinado à Ampliação do Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5387 Aquisição de Imóvel para Instalação do Centro de Processamento de Dados do Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5409 Aquisição de Imóvel para Instalação do Centro de Treinamento do Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5441 Construção de Edifício-Sede das Varas do Trabalho da 16ª Região no Estado do Maranhão			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5445 Construção do Complexo da Justiça do Trabalho em Aracaju - SE			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5889 Conclusão dos Tribunais Regionais do Trabalho	-	-	Não aplicável	Não aplicável

1400 Justiça Eleitoral**0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO

(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1355 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Paraná	PREDIO CONSTRUIDO	UNIDADE	128.114,50	Não aplicável
(P)	1603 Atualização do Sistema de Votação e Apuração	SISTEMA ATUALIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.054.749,33	1.054.749,32
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	737,64	766,60
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.833,33	1.810,33
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	285,38	696,46

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

938

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

		Custo			
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
1400 Justiça Eleitoral					
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL					
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO					
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.511,42	3.616,96
(A)	2365 Manutenção do Sistema de Votação e Apuração	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	38,47	90,20
(P)	3568 Construção do Edifício-Anexo II do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3718 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	AREA AMPLIADA COM 6.317 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	36.842,11	65.394,00
(P)	3720 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	AREA AMPLIADA COM 4.280 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	41.026,70	Não aplicável
(P)	3786 Aquisição de Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais			Não aplicável	Não aplicável
(A)	4269 Pleitos Eleitorais	ELEICAO REALIZADA	UNIDADE	152.800.717,50	148.052.331,50
(A)	4271 Remuneração de Pessoal da Justiça Eleitoral	PESSOA REMUNERADA	UNIDADE	42.410,68	41.019,26
(A)	4605 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Eleitoral	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	423,10	397,27
(P)	5087 Construção do Anexo I do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	ANEXO CONSTRUIDO COM 18.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	61.475,88	Não aplicável
(P)	5221 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Espírito Santo	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	136.666,67	Não aplicável
(P)	5223 Construção do Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	ANEXO CONSTRUIDO COM 3500 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18.000,00	Não aplicável
(P)	5225 Construção de Sede para Cartório Eleitoral e Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado de Goiás	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	1.778.831,60	Não aplicável
(P)	5227 Construção de Imóvel para Cartórios Eleitorais no Estado do Pará	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	15.190,00	Não aplicável
(P)	5229 Aquisição de Imóvel para Instalação do Edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará	IMOVEL ADQUIRIDO COM 533 M2	UNIDADE	359.775,00	Não aplicável
(P)	5231 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado da Paraíba	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	250.035,71	284.271,00
(P)	5233 Construção de Cartório Eleitoral no Estado do Piauí	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	31.500,00	Não aplicável
(P)	5235 Ampliação de Prédio para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Rio de Janeiro	AREA AMPLIADA COM 3.653,98 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5.475,77	12.979,07
(P)	5237 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Rio Grande do Norte	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	720.000,00	Não aplicável
(P)	5331 Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Espírito Santo	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	250.000,00	188.755,00
(P)	5333 Construção do Centro de Treinamento da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte	CENTRO DE TREINAMENTO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	26.666,67	Não aplicável
(P)	5335 Aquisição de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas e para Instalação de Zonas Eleitorais	IMOVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	480.000,00	Não aplicável
(P)	5339 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Roraima	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	455.000,00	453.847,50
(P)	5449 Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais no Estado do Acre	IMOVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5681 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	AREA AMPLIADA COM 4.600 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	44.281,45	44.281,45
(P)	7125 Construção do Edifício-Sede do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília	SEDE CONSTRUIDA COM 52.537 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	450.000,50	Não aplicável
(P)	7127 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Acre	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	165.120,25	160.660,50
(P)	7129 Implantação da Rede de Alta Velocidade Via Satélite para a Justiça Eleitoral	REDE INSTALADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	129.776,51	159.086,91
(P)	7135 Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado da Bahia	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	831.855,00	Não aplicável
(P)	7137 Construção de Cartórios Eleitorais no Distrito Federal	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	190.000,00	63.333,33
(P)	7145 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado do Mato Grosso do Sul	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	53.720,40	29.449,71

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**



Plano Plurianual 2000-2003

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
1400 Justiça Eleitoral					
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL					
Gerente em 31/12/2002: ANTONIO DA CUNHA NUNES FILHO					
(P)	7149 Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul	AREA AMPLIADA COM 1.286,51 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	7.608,55	7.608,50
(P)	7159 Aquisição de Imóveis para os Cartórios Eleitorais no Estado de Minas Gerais	IMOVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	393.635,00	333.862,00
(P)	7161 Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Pará	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	296.402,00	219.914,00
(P)	7165 Construção de Imóveis para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado da Paraíba	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	250.333,33	485.804,00
(P)	7185 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Pernambuco	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	344.654,40	1.646.975,50
(P)	7191 Construção dos Cartórios Eleitorais no Estado do Amapá	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	163.247,00	Não aplicável
(P)	7211 Construção de Cartórios Eleitorais no Estado de Rondônia	CARTORIO CONSTRUIDO	UNIDADE	70.375,00	127.959,00
(P)	7215 Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais no Estado do Piauí	IMOVEL ADQUIRIDO	UNIDADE	57.000,00	Não aplicável
(P)	7225 Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas no Estado do Rio Grande do Norte	IMOVEL CONSTRUIDO	UNIDADE	989.582,00	Não aplicável
(P)	7643 Ampliação do Edifício-sede do TRE de São Paulo	ÁREA AMPLIADA COM 1005 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	48.863,33	39.531,00
(OA)	9407 APRECIACÃO E JULGAMENTO DE CAUSAS	processo julgado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

1200 Justiça Federal**0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS					
(P)	3737 Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Curitiba - PR	SEDE CONSTRUIDA COM 35.000 M2	% DE EXECUCAO FISICA	366.666,67	320.873,04
(P)	3739 Construção do Edifício-Sede do TRF da 4ª Região em Porto Alegre - RS	SEDE CONSTRUIDA COM 35.000 M2	% DE EXECUCAO FISICA	470.000,00	478.290,40
(P)	3754 Implantação de Varas de Execução Fiscal	VARA DE EXECUCAO FISCAL INSTALADA	UNIDADE	200.000,00	96.807,50
(P)	3755 Implantação de Varas Federais	VARA FEDERAL INSTALADA	UNIDADE	510.000,00	81.953,44
(P)	3757 Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	6.209.625,00	Não aplicável
(P)	3776 Aquisição de Prédio para a Justiça Federal em São Paulo - SP			Não aplicável	Não aplicável
(A)	4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	342,29	261,76
(A)	4257 Julgamento de Causas na Justiça Federal	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	1.330,94	1.765,58
(A)	4599 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Federal	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	261,83	246,13
(P)	5181 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campinas - SP	SEDE CONSTRUIDA COM 6.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	200.000,00	Não aplicável
(P)	5183 Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS	ANEXO CONSTRUIDO COM 300 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3.000,00	2.927,11
(P)	5185 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Bauru - SP	SEDE CONSTRUIDA COM 3.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	130.000,00	Não aplicável
(P)	5197 Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Natal - RN	ANEXO CONSTRUIDO COM 2.809 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30.780,00	150.909,09
(P)	5199 Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Aracaju - SE	ANEXO CONSTRUIDO COM 2.125 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16.000,00	Não aplicável
(P)	5201 Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador - BA	ANEXO CONSTRUIDO COM 8.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	200.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

1200 Justiça Federal**0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: EVA MARIA FERREIRA BARROS

(P)	5203 Aquisição de Terreno para a Seção Judiciária em Goiânia - GO (Desapropriação)	TERRENO ADQUIRIDO COM 750 M2	UNIDADE	223.000,00	2.230,00
(P)	5205 Implantação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Justiça Federal	JUIZADOS ESPECIAIS IMPLANTADOS	UNIDADE	3.700.000,00	43.791,08
(P)	5207 Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Ribeirão Preto - SP	ANEXO CONSTRUÍDO COM 4.500 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	19.460,00	Não aplicável
(P)	5548 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília - SP	SEDE CONSTRUÍDA COM 9.463 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	13.095,24	Não aplicável
(P)	5549 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos - SP	SEDE CONSTRUÍDA COM 4.000 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	33.333,33	31.025,40
(P)	5550 Aquisição de Prédio para a Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG (Desapropriação)	PREDIO ADQUIRIDO COM 16.086 M2	UNIDADE	12.000.000,00	126.724,02
(P)	5551 Aquisição de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	SEDE ADQUIRIDA COM 12.298 M2	UNIDADE	2.000.000,00	Não aplicável
(P)	7235 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juiz de Fora - MG	SEDE CONSTRUÍDA COM 10.571 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	200.000,00	Não aplicável
(P)	7237 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cachoeiro de Itapemirim - ES	SEDE CONSTRUÍDA COM 977 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	8.750,00	8.742,43
(P)	7241 Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá - MT	SEDE CONSTRUÍDA COM 10.263 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	189.045,45	93.536,80
(P)	7345 Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Teresina - PI	SEDE CONSTRUÍDA COM 6.500 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	66.000,00	148.514,85
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1136 Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações	PREDIO CONSTRUÍDO/AMPLIADO	M²	371,96	374,41
(P)	1138 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade da Justiça Federal	IMÓVEL CONSTRUÍDO	UNIDADE	50.000,00	Não aplicável
(P)	1896 Construção do Edifício- Sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1914 Construção do Centro de Treinamento da 1ª Região em Brasília - DF - CENTREJUFE			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	742,04	750,66
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	2.172,44	2.010,52
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	749,42	776,31
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	4.050,85	4.120,87
(P)	3727 Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rio Branco - AC	SEDE CONSTRUÍDA COM 9.440 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	106.565,22	98.967,24

1300 Justiça Militar da União**0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR**

Gerente em 31/12/2002: AFONSO IVAN MACHADO

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

1300 Justiça Militar da União**0566 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL MILITAR**

Gerente em 31/12/2002: AFONSO IVAN MACHADO

(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	831,19	948,72
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.449,56	1.849,23
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	516,52	1.863,93
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	4.189,86	4.386,95
(P)	3733 Construção do Edifício-Sede da 1ª Circunscrição Judiciária Militar no Rio de Janeiro	SEDE CONSTRUÍDA COM 3.416 M2	% DE EXECUCAO FISICA	40.350,00	39.692,00
(A)	4225 Processamento de Causas na Justiça Militar	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	79.621,37	76.658,39
(A)	4601 Capacitação de Recursos Humanos da Justiça Militar	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	1.031,40	728,32

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**0364 AGRICULTURA DE PRECISÃO**

Gerente em 31/12/2002: Evandro Chartuni Mantovani

(A)	4240 Desenvolvimento de Metodologias Avançadas para o Agronegócio	METODOLOGIA DISPONIBILIZADA	UNIDADE	480.000,00	359.640,00
(A)	4241 Desenvolvimento Tecnológico para Automação de Processos na Produção Agropecuária	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	1.451.147,50	967.556,50
(A)	4242 Desenvolvimento de Sistemas de Rastreamento e de Tomada de Decisão para o Agronegócio	SISTEMA DESENVOLVIDO	UNIDADE	2.071.500,00	1.251.764,00

0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Rinaldo Junqueira de Barros

(P)	1494 Estimulo à Produção Agropecuária	REDE ELETRICA IMPLANTADA	KM	27.357,76	242.458,72

0368 CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

Gerente em 31/12/2002: Luiz Novais de Almeida

(P)	1088 Implantação de Unidades Demonstrativas de Manejo e Conservação de Solo e de Água	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	69.444,44	163.073,80
(A)	2172 Pesquisa e Desenvolvimento em Manejo e Conservação de Solo e Água	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	248.965,52	277.784,05
(OA)	9342 FINANCIAMENTO AO USO DE CORRETIVOS DE SOLO (PRÓ-SOLO)	produtor financiado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0357 CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA

Gerente em 31/12/2002: Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado

(P)	1827 Apoio à Modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em Instâncias Intermediárias	SISTEMA ESTADUAL MODERNIZADO	UNIDADE	304.545,45	Não aplicável
(A)	2134 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos	PARTIDA INSPECIONADA	UNIDADE	38,05	20,19

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**0357 CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA**

Gerente em 31/12/2002: Júlio de Castilhos Matzenbacher Machado

(A)	2139 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos	PARTIDA INSPECIONADA	UNIDADE	22,00	9,97
(A)	2180 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos	PARTIDA INSPECIONADA	UNIDADE	6,16	4,45
(A)	2181 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos	PARTIDA INSPECIONADA	UNIDADE	2.530,84	380,04

0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

Gerente em 31/12/2002: Alexandre Caixeta Spinola

(P)	1685 Implantação de Unidades Demonstrativas de Cultivo e Processamento de Produção Aquícola	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	200.000,00	Não aplicável
(P)	1862 Implantação de Centro de Pesquisas em Aquicultura			708.500,00	Não aplicável
(P)	1872 Implantação de Unidades Demonstrativas para Produção de Pescados em Poços Salinizados			40.000,00	Não aplicável
(A)	2154 Pesquisa e Desenvolvimento em Aquicultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	179.000,00	175.739,00
(A)	2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura			140.881,41	101.667,39
(P)	3670 Pesquisas, Estudos e Projetos em Aquicultura			16.176,47	Não aplicável
(P)	5524 Promoção de Eventos para Divulgação da Aquicultura	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	49.750,00	98.474,00
(A)	6314 Apoio a Ações de Desenvolvimento da Aquicultura	PROJETO APOIADO	UNIDADE	40.000,00	Não aplicável
(P)	7901 Estudos Sócio-econômicos para Desenvolvimento de Cadeias Aquícolas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	192.750,00	Não aplicável

0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

Gerente em 31/12/2002: Jaime Junqueira Payne

(OE)	0012 Financiamento para Custeio de Lavouras Cafeeiras, Colheita de Café e Retenção Voluntária de Estoques	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	UNIDADE	30.808,04	30.967,90
(OE)	0993 Financiamento para Investimentos em Melhoria da Qualidade do Café			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1020 Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	101.333,33	51.757,62
(P)	1021 Promoção do Café Brasileiro	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	266.666,67	262.243,33
(A)	2825 Conservação dos Estoques Reguladores de Café	ESTOQUE CONSERVADO	SACA	8,17	2,28
(P)	9104 Financiamento para Investimentos em Melhoria da Qualidade do Café	FINANCIAMENTO CONCEDIDO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável

8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES

Gerente em 31/12/2002: Paulo César Nogueira

(P)	1687 Assistência Técnica aos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	1.800,00	Não aplicável
(A)	2461 Pesquisa e Desenvolvimento de Flores e Plantas Ornamentais	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	236.520,00	236.519,90
(A)	2493 Certificação de Flores e Plantas Ornamentais	PRODUTO CERTIFICADO	UNIDADE	950,00	Não aplicável

0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

Gerente em 31/12/2002: Jose Rozalvo Andrigueto

(P)	1084 Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura	AREA PREVENIDA	HA	1,56	1,52
(P)	1102 Capacitação de Fruticultores	FRUTICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	53,33	97,82
(P)	1103 Campanha para Promoção das Frutas Brasileiras	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	133.333,33	175.889,22

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA**

Gerente em 31/12/2002: Jose Rozalvo Andrigueto

(P)	1104 Difusão de Tecnologias em Fruticultura	FRUTICULTOR ATENDIDO	UNIDADE	371,37	297,32
(P)	3653 Controle de Resíduos Químicos na Fruticultura	PRODUTO ANALISADO	TON	51,89	Não aplicável
(P)	3659 Implantação de Sistema de Integração e Qualificação da Informação Comercial e Tecnológica da Fruticultura	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	24.000,00	23.027,20
(P)	3666 Inovação Tecnológica para a Fruticultura Irrigada no Semi-Árido Nordeste	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	217.680,00	217.418,87
(A)	4243 Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	596.500,00	446.896,35
(P)	7062 Estímulo ao Desenvolvimento da Fruticultura	AREA ASSISTIDA	HECTARE	22.146,94	Não aplicável
(OA)	9334 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS DA FRUTICULTURA BRASILEIRA	evento realizado	unidade	10.882,35	Não aplicável

5005 DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

Gerente em 31/12/2002: José Nilton de Souza Vieira

(OE)	0314 Financiamento à Estocagem de Alcool Combustível (Lei no 10.453, de 2002)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1014 Estudos sobre o Setor Sucroalcooleiro	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	233.000,00	Não aplicável
(A)	6316 Reconversão Agrícola da Cultura da Cana-de-açúcar	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	10.000,00	Não aplicável
(A)	6317 Regulação do Abastecimento e Equalização	PRODUTOR ATENDIDO	UNIDADE	10.000,00	Não aplicável

0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Gerente em 31/12/2002: Geovanio Milton de Oliveira

(OE)	0080 Concessão de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	EMBARCACA O ATENDIDA	UNIDADE	646,67	721,88
(A)	2121 Registro Nacional da Atividade Pesqueira	REGISTRO REALIZADO	UNIDADE	3,12	4,75
(P)	5519 Estudos Sócio-econômicos do Setor Pesqueiro	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	17.200,00	19.345,63
(P)	5520 Implantação do Sistema Informatizado para Registro da Atividade Pesqueira	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	45.753,52	49.182,78
(P)	5521 Difusão de Tecnologias em Pesca	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	4.410,91	4.854,69
(P)	5522 Implantação de Sistema de Integração e Qualificação da Informação Comercial e Tecnológica da Pesca	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	16.733,33	18.011,89
(P)	5546 Campanha para Promoção do Pescado Brasileiro	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	26.000,00	27.887,00
(P)	7481 Estímulo ao Desenvolvimento da Pesca, da Piscicultura e da Aquicultura	PROJETO APOIADO	UNIDADE	95.000,00	Não aplicável

0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

Gerente em 31/12/2002: Hilton Kruschewsky Duarte

(OE)	0297 Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Lei nº 9.126, de 1995)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2127 Geração e Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Cacaucultura	PRODUTOR ATENDIDO	UNIDADE	55,22	75,60
(A)	2128 Apoio à Diversificação Agroeconômica das Regiões Produtoras de Cacao	AREA ATENDIDA	HA	0,27	0,24
(A)	2143 Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa nos Cacaueiros	AREA CONTROLADA	HA	4,12	7,74
(A)	2144 Manutenção das Escolas Agrotécnicas das Regiões Cacaueiras	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	535,83	671,55
(A)	2147 Produção de Biofungicidas	BIOFUNGICIDA PRODUZIDO	KG	30,00	66,60

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**0362 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU**

Gerente em 31/12/2002: Hilton Kruschewsky Duarte

(P)	5001 Desenvolvimento e Produção de Mudanças e Garfos de Cacaueiros Resistentes a Doenças	MUDA/GARFO DISTRIBUIDO	UNIDADE	0,44	1,04
(OA)	9341 FINANCIAMENTO À CACAUCULTURA	produtor beneficiado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0366 DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER

Gerente em 31/12/2002: Nelson Victor Trombeta

(A)	2135 Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER	PRODUTOR ATENDIDO	UNIDADE	11.672,32	11.672,32

0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

Gerente em 31/12/2002: Geraldo Marcos de Moraes

(P)	3650 Campanha Educativa para Erradicação da Febre Aftosa	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	42.166,67	38.760,56
(P)	3664 Fiscalização Sanitária e Epidemiológica para Erradicação da Febre Aftosa	PROPRIEDADE FISCALIZADA	UNIDADE	75,33	4,85
(OA)	9337 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	animal vacinado	unidade	0,80	2,38

0378 FOMENTO À EQUÍDEOCULTURA

Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Motta

(OE)	0064 Assistência Financeira a Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	INSTITUICAO ATENDIDA	UNIDADE	38.095,24	22.999,67
(P)	1681 Prevenção e Controle de Doenças dos Equídeos	PROPRIEDADE ATENDIDA	UNIDADE	2.000,00	Não aplicável
(A)	2190 Fiscalização de Entidades e Atividades Turfísticas e de Associações de Criadores de Equinos	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	3.428,57	14.030,93

0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Gerente em 31/12/2002: Ângelo Bressan Filho

(P)	1099 Redefinição de Processos de Defesa Agropecuária	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	126.000,00	123.759,00
(A)	2123 Coordenação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural	ENTIDADE COORDENADA	UNIDADE	73.214,81	Não aplicável
(A)	2129 Estudos e Pesquisas de Apoio à Política Agrícola	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	7.000,00	6.938,60
(A)	2152 Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo	ENTIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	10.279,17	12.820,18
(P)	3660 Implantação de Sistema Gerencial da Política de Abastecimento	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	40.000,00	39.747,10
(P)	3990 Qualidade e Produtividade para o Agronegócio	PREMIO CONFERIDO	UNIDADE	24.000,00	Não aplicável
(OA)	9339 CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL	produtor beneficiado	unidade	25.000,00	Não aplicável
(OA)	9340 CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL	produtor beneficiado	unidade	32.044,38	Não aplicável

0353 PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL

Gerente em 31/12/2002: João Carlos Monteiro de Carvalho

(OE)	0079 Concessão de Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural (Lei nº 9.479, de 1997)	INSTITUICAO ATENDIDA	UNIDADE	647.761,19	735.593,22
(A)	2465 Fiscalização da Subvenção Econômica aos Produtores de Borracha Natural	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	5.625,00	Não aplicável

0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

0352 PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Gerente em 31/12/2002: Gilton Saback Maltez

(OE)	0294	Financiamento e Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0298	Financiamento e Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0299	Financiamento e Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0300	Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 9.848, de 1999)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0301	Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0611	Equalização de Juros Decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0701	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP - (MP nº 2.168-38)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1265	Implantação de Infra-estrutura de Proteção Ambiental	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	5.478,72	Não aplicável
(P)	1805	Implantação do Corredor de Exportação	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	4.700,00	Não aplicável
(P)	1817	Obras de Apoio aos Serviços da Comercialização das Unidades Atacadistas	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	17.900,00	19.990,16
(A)	2130	Formação de Estoques Públicos - AGF/BB/CONAB	PRODUTO ADQUIRIDO	TON	283,44	1.077,45
(A)	2133	Operacionalização da Comercialização de Produtos de Alimentação Básica	PRODUTO COMERCIALIZADO	TON	135,14	1.347,41
(A)	2137	Fiscalização de Estoques Públicos de Alimentos	PRODUTO FISCALIZADO	TON	0,21	0,17
(A)	2138	Aquisição de Produtos de Alimentação Básica	PRODUTO ADQUIRIDO	TON	1.117,27	2.674,54
(A)	2693	Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Técnico-Operacional	INFRA-ESTRUTUR A	%	11.500,00	12.346,75
(A)	2695	Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	INFRA-ESTRUTUR A	%	36.230,00	1.180.320,91
(A)	2829	Administração da Rede Armazenadora	UNIDADE ADMINISTRADA	UNIDADE	380.952,38	109.886,89
(A)	4105	Manutenção da Infra-estrutura Operacional	INFRA-ESTRUTUR A	%	42.310,00	39.571,61

0371 PRODUTIVIDADE DA AVICULTURA

Gerente em 31/12/2002: Márcia França Gonçalves Villa

(P)	1098	Controle de Doenças da Avicultura	PROPRIEDADE ATENDIDA	UNIDADE	195,60	505,56
(A)	2165	Pesquisa e Desenvolvimento em Avicultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	263.800,00	241.860,20

0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA

Gerente em 31/12/2002: Hygino Felipe de Carvalho

(P)	1095	Controle de Doenças da Bovinocultura	PROPRIEDADE ATENDIDA	UNIDADE	82,71	2,53
(A)	2159	Transferência de Embriões e Inseminação Artificial em Bovinos de Leite	PRENHES POSITIVA FORNECIDA	UNIDADE	958,33	427,76
(A)	2175	Pesquisa e Desenvolvimento em Bovinocultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	743.769,23	673.951,31
(A)	2823	Operação e Manutenção de Unidades de Melhoramento			339.200,00	496.840,00

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
0359 PRODUTIVIDADE DA BOVINOCULTURA					
Gerente em 31/12/2002: Hygino Felipe de Carvalho					
(P)	5139 Profissionalização de Produtores em Bovinocultura de Corte e de Leite	PRODUTOR PROFISSIONALIZADO	UNIDADE	182,77	Não aplicável
(OA)	9338 REGISTRO GENEALÓGICO E PROVAS ZOOTÉCNICAS	entidade assistida	unidade	1.383,64	Não aplicável
0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA					
Gerente em 31/12/2002: Luiz da Silva Vieira					
(A)	2167 Pesquisa e Desenvolvimento em Caprinocultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	246.600,00	245.552,00
(A)	2171 Pesquisa e Desenvolvimento em Pequenos Animais	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	167.600,00	167.518,50
(A)	2176 Pesquisa e Desenvolvimento em Ovinocultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	108.333,33	83.863,67
0373 PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA					
Gerente em 31/12/2002: Tarcisio da Silva Siqueira					
(P)	1092 Prevenção e Controle de Pragas da Citricultura	AREA PREVENIDA	HA	2,92	1,77
0367 PRODUTIVIDADE DA SUINOCULTURA					
Gerente em 31/12/2002: Ted Renan Sanxo					
(P)	1097 Controle de Doenças da Suinocultura	PROPRIEDADE ATENDIDA	UNIDADE	82,84	17,30
(A)	2166 Pesquisa e Desenvolvimento em Suinocultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	106.760,00	105.429,20
0361 PRODUTIVIDADE DE CEREAIS					
Gerente em 31/12/2002: Pedro Antônio Arraes Pereira					
(A)	2155 Pesquisa e Desenvolvimento em Cereais	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	197.392,86	121.764,10
(P)	3652 Prevenção e Controle de Pragas nos Cereais	AREA PREVENIDA	HA	3,69	0,03
0363 PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS					
Gerente em 31/12/2002: Plínio Itamar de Mello de Souza					
(A)	2156 Pesquisa e Desenvolvimento em Oleaginosas	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	263.933,33	192.302,89
(P)	3663 Prevenção e Controle de Pragas de Oleaginosas	AREA PREVENIDA	HA	0,23	0,23
0369 PRODUTIVIDADE DE OLERÍCOLAS					
Gerente em 31/12/2002: Ruy Rezende Fontes					
(P)	1089 Prevenção e Controle de Pragas da Olericultura	AREA PREVENIDA	HA	12,00	11,62
(A)	2168 Pesquisa e Desenvolvimento em Olerícolas	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	169.378,16	146.310,63
0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS					
Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio de Souza Costa					
(P)	1093 Prevenção e Controle de Pragas da Cotonicultura	AREA PREVENIDA	HA	1,60	1,58
(P)	1675 Profissionalização de Agricultores em Cotonicultura em Regiões de Seca	AGRICULTOR PROFISSIONALIZADO	UNIDADE	220,41	2.603,26
(A)	2169 Pesquisa e Desenvolvimento em Cotonicultura	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	45.333,33	44.804,42

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS**

Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio de Souza Costa

(A)	2170 Pesquisa e Desenvolvimento em Fibras Vegetais	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	109.400,00	107.804,20

0375 QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS

Gerente em 31/12/2002: José Marçal dos Santos Júnior

(A)	2122 Proteção de Cultivares	CULTIVAR PROTEGIDO	UNIDADE	1.966,00	8.904,56
(A)	2141 Fiscalização da Produção e Comercialização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	142,82	150,89
(A)	2177 Fiscalização de Empresas Prestadoras de Serviços Agrícolas	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	838,81	835,20
(A)	2179 Fiscalização da Produção e Comercialização de Sementes e Mudanças	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	291,32	114,41
(A)	2909 Fiscalização da Produção de Defensivos Agrícolas	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	3.654,00	3.560,42
(OA)	9343 REGISTRO DE CULTIVARES	cultivar registrado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0376 QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Rego Pamplona

(A)	2019 Fiscalização da Produção e do Comércio de Materiais de Multiplicação Animal	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	640,76	1.339,06
(A)	2124 Fiscalização da Produção e do Comércio de Produtos Destinados à Alimentação Animal	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	326,32	636,43
(A)	2140 Fiscalização da Produção e Comercialização de Produtos de Uso Veterinário	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	908,32	928,06

0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Oliveira

(A)	2120 Análise de Perigos Físicos, Químicos e Microbiológicos e Controle de Pontos Críticos na Produção Agroindustrial	ESTABELECIMENT O	UNIDADE	24.799,30	28.058,98
(A)	2131 Inspeção de Bebidas, Vinagres e Outros Produtos de Origem Vegetal	ESTABELECIMENT O	UNIDADE	298,67	259,96
(A)	2132 Operação do Sistema Laboratorial de Apoio Animal	LABORATORIO MANTIDO	UNIDADE	1.314.320,00	1.296.964,00
(A)	2136 Operação do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal	LABORATORIO MANTIDO	UNIDADE	583.630,00	548.065,50
(A)	2145 Inspeção de Produtos de Origem Animal	ESTABELECIMENT O	UNIDADE	744,40	707,42
(A)	2146 Tipificação de Produtos de Origem Animal	PRODUTO TIPIFICADO	UNIDADE	10,35	10,78
(A)	2148 Padronização de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico	PRODUTO PADRONIZADO	UNIDADE	146.363,64	142.926,09
(A)	2150 Fiscalização da Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico	ESTABELECIMENT O	UNIDADE	295,11	759,99
(A)	2163 Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Pecuários	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	771.000,00	293.174,00
(A)	2164 Pesquisa e Desenvolvimento em Beneficiamento, Processamento e Preservação de Produtos Agrícolas	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	366.916,67	254.545,96
(A)	2487 Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários - Rastreabilidade	CERTIFICADO EMITIDO	UNIDADE	7,20	7,40
(A)	4239 Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico	PRODUTO CLASSIFICADO	TON	0,41	0,31
(OA)	9336 FINANCIAMENTO PARA PRODUÇÃO SEM USO DE AGROTÓXICOS (APOIO À AGRICULTURA ORGÂNICA)	produtor beneficiado	unidade	15.901,10	Não aplicável

0365 SEGURO RURAL

Gerente em 31/12/2002: Luiz Antonio Rossetti

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

		Custo			
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2200 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
0365 SEGURO RURAL					
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antonio Rossetti					
(OE)	0026 Manutenção da Estabilidade do Prêmio do Seguro Rural	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1100 Zoneamento Agroclimático	ZONEAMENTO REALIZADO	UNIDADE	85.588,24	32.539,91
(P)	1101 Zoneamento Pedoclimático	ZONEAMENTO REALIZADO	UNIDADE	202.730,00	168.941,67
(A)	2157 Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros	RECURSO JULGADO	UNIDADE	340,28	986,70
2400 Ministério da Ciência e Tecnologia					
0469 APLICAÇÕES NUCLEARES NA ÁREA MÉDICA					
Gerente em 31/12/2002: JOSÉ ANTÔNIO DIAZ DIEGUEZ					
(P)	1405 Ampliação das Instalações e da Capacidade de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos	INSTALACAO AMPLIADA	UNIDADE	286.666,67	128.879,67
(A)	2478 Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica	RADIOISOTOPO PRODUZIDO	MCI(MILICURIE)	1,38	1,39
0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA					
Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad					
(P)	1106 Estudos em Biotecnologia para o Agronegócio	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	265.714,29	265.491,00
(P)	1255 Implantação de Rede Nacional de Bioinformática	LABORATORIO IMPLANTADO	UNIDADE	1.250.000,00	685.363,50
(P)	1259 Implantação do Laboratório Nacional de Biologia Molecular	LABORATORIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	105.083,33	118.807,60
(P)	1261 Implantação da Rede de Laboratórios de Mapeamento Genético - GENOMA	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	767.823,50	325.460,75
(A)	2006 Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia para Segurança Alimentar e Ambiental	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	1.453.660,00	1.442.623,63
(A)	2071 Pesquisa e Desenvolvimento em Genes para a Agropecuária (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2153 Enriquecimento e Conservação de Recursos Genéticos	GERMOPLASMA CONSERVADO	UNIDADE	447,53	367,25
(A)	2455 Pesquisa e Desenvolvimento de Genes para a Agricultura e Pecuária	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	1.617.000,00	1.505.650,00
(P)	3455 Fomento à Criação e Modernização de Bancos de Germoplasma e Coleções de Cultura	ENTIDADE ATENDIDA	UNIDADE	216.210,00	Não aplicável
(P)	3465 Diretrizes e Estratégias para as Ações de Ciência e Tecnologia em Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3674 Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Recursos Genéticos			142.696,83	Não aplicável
(A)	4031 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Biotecnologia - CT-BIOTECNOLOGIA			577.600,00	323.333,33
(A)	4039 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Biotecnologia - CT-BIOTECNOLOGIA	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	43.320,00	Não aplicável
(A)	4155 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Imunobiológicos, Medicamentos, Hemoderivados e Processos Terapêuticos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	178.880,00	226.868,25
(A)	4169 Fomento ao Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Agronegócio	PROJETO APOIADO	UNIDADE	206.833,33	184.239,67
(A)	4189 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade	PROJETO APOIADO	UNIDADE	91.447,18	70.119,92
(A)	4416 Caracterização e Avaliação de Recursos Genéticos	GERMOPLASMA AVALIADO	UNIDADE	663,00	393,58
(A)	4438 Fomento a Projetos Estratégicos de Biotecnologia	PROJETO APOIADO	UNIDADE	210.920,57	130.979,40
(A)	4523 Manutenção da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	PARECER EMITIDO	UNIDADE	113.028,75	103.587,13
(A)	4560 Fitoterapia em Saúde Pública	PRODUTO FITOTERAPICO DESENVOLVIDO	UNIDADE	250.000,00	185.447,75

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0466 BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA**

Gerente em 31/12/2002: Ana Lúcia Delgado Assad

(OA)	9384 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PATENTEAMENTO DE PRODUTOS ORIUNDOS DE RECURSOS GENÉTICOS	projeto financiado	unidade	416.666,67	Não aplicável

0460 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

Gerente em 31/12/2002: Alice Rangel de Paiva Abreu

(A)	4204 Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	12.335,27	12.510,00
(A)	4205 Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	15.076,60	16.753,00
(A)	4206 Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	2.929,16	2.874,27
(A)	4463 Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Avaliação da Capacitação de Recursos Humanos	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	10.000.000,00	9.860.866,00

0468 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS

Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos de Miranda Joels

(P)	3464 Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental	MODELO DESENVOLVIDO	UNIDADE	112.498,00	89.230,50
(P)	3480 Fomento às Ações de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais	PROJETO APOIADO	UNIDADE	6.887.700,00	Não aplicável
(P)	3672 Consolidação de Centros de Excelência e Núcleos de Difusão Tecnológica			126.664,00	92.668,33
(P)	3673 Estudos nos Setores de Energia e Aquaviário - Rede Amazônica de Centro de Excelência			165.000,00	38.350,00
(A)	4129 Desenvolvimento de Estudos sobre a Dinâmica e a Composição dos Ecossistemas Amazônicos	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	133.741,36	124.017,25
(A)	4143 Difusão de Informações e de Conhecimentos de Ciência e Tecnologia sobre a Amazônia - INPA	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	13.370,00	10.930,28
(A)	4145 Divulgação dos Resultados de Pesquisas sobre a Amazônia - MPEG	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	133.502,25	114.447,00
(A)	4157 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros	PROJETO APOIADO	UNIDADE	38.101,60	13.888,89
(A)	4175 Manutenção e Expansão do Acervo Científico do Museu Paraense Emílio Goeldi	ACERVO PRESERVADO	UNIDADE	72.327,80	65.644,60
(A)	4176 Monitoramento Ambiental da Amazônia	RELATORIO PRODUZIDO	UNIDADE	3.917,03	3.843,01
(A)	4188 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Reserva Ambiental - Mamirauá-OS	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	349.200,00	349.200,00
(A)	4190 Pesquisa e Desenvolvimento sobre a Amazônia Brasileira	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	189.232,70	199.439,90
(A)	4193 Preservação e Ampliação dos Acervos Científicos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	ACERVO PRESERVADO	UNIDADE	57.575,76	37.904,95

0470 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna

(A)	2093 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor do Agronegócio - CT-AGRONEGÓCIO	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	40.432,00	Não aplicável
(P)	3991 Avaliação da Qualidade e Produtividade na Pesquisa Agropecuária	ESTUDO DESENVOLVIDO	UNIDADE	19.428,57	25.669,60
(A)	4043 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor do Agronegócio - CT-AGRONEGÓCIO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	449.244,44	630.117,50
(A)	4180 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Agronegócio	PROJETO APOIADO	UNIDADE	70.054,71	429.636,00
(OA)	9385 INOVAÇÃO E GESTÃO TECNOLÓGICA NAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO	projeto financiado	unidade	200.000,00	Não aplicável

0478 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0478 CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO**

Gerente em 31/12/2002: Américo Rodrigues Filho

(A)	2067 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Aeronáutico - CT-AERONÁUTICO	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	43.320,00	Não aplicável
(A)	4053 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Setor Aeronáutico - CT-AERONÁUTICO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1.575.272,73	195.925,00
(OA)	9388 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS AERONÁUTICAS E SUA TRANSFERÊNCIA PARA O SETOR PRODUTIVO	projeto financiado	unidade	29.687.500,00	Não aplicável

0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA

Gerente em 31/12/2002: Andréa de Castro Bicalho

(P)	1253 Implantação da Anamet - Agência Nacional de Meteorologia	AGENCIA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	57.142,86	951,68
(A)	2025 Remuneração de Pessoal Ativo da União e Encargos Sociais	INFORMACAO GERADA	TERABYTE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2160 Operação dos Serviços Meteorológicos	CENTRO/ESTACAO MANTIDA	UNIDADE	50.489,41	50.605,85
(A)	2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	BOLETIM EMITIDO	UNIDADE	3,76	3,53
(A)	2209 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Recursos Hídricos - CT- HIDRO	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	12.482,27	8.699,12
(A)	2223 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Recursos Hídricos - CT- HIDRO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	664.141,34	118.021,11
(A)	2378 Sistema de Informações Hidrológicas e Hidroenergéticas para Geração de Energia Elétrica	INFORMACAO PRODUZIDA	UNIDADE	10,32	5,17
(A)	2394 Operação e Manutenção da Rede Hidrométrica	MEDICAO REALIZADA	UNIDADE	128,56	119,27
(P)	3476 Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos	CENTRO APOIADO	UNIDADE	5.000,00	835,89
(P)	3486 Apoio à Modernização dos Sistemas de Meteorologia e Hidrologia	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	20.628.163,50	Não aplicável
(P)	3656 Implantação de Laboratórios de Precisão	LABORATORIO IMPLANTADO	UNIDADE	930.000,00	911.028,00
(P)	3657 Implantação de Oficinas de Manutenção	OFICINA IMPLANTADA	UNIDADE	620.000,00	619.685,00
(P)	3658 Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	84.285,71	86.276,54
(P)	3989 Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos	ESTACAO IMPLANTADA	UNIDADE	49.375,00	49.375,00
(A)	4135 Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA)	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	681.000,00	551.145,50
(A)	4184 Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC	INFORMACAO GERADA	TERABYTE	163.531,93	150.966,02
(A)	4432 Meteorologia Marítima	INFORMACAO METEOROLOGICA DIVULGADA	UNIDADE	24,14	20,52
(OA)	9375 ESTÍMULO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE METEOROLOGIA PELO SETOR PRIVADO	projeto financiado	unidade	796.000,00	Não aplicável

0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Dias Ferraz de Souza

(A)	2241 Aplicação das Tecnologias de Caracterização, Normatização, Certificação, Qualificação e Análise de Falhas de Produtos de Hardware e Software	PRODUTO CERTIFICADO	UNIDADE	3.812,83	17.063,17
(A)	2291 Metrologia de Tempo e Frequência, Gravimetria e Orientação Magnética	CALIBRACAO REALIZADA	UNIDADE	2.117,20	Não aplicável
(A)	2467 Manutenção da Qualidade Metrológica das Radiações Ionizantes	INSTALACAO ATENDIDA	UNIDADE	1.442,55	1.284,58
(A)	2470 Regulamentação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	10.000,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

951

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0477 DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS TECNOLÓGICOS**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Dias Ferraz de Souza

(P)	3473 Fortalecimento da Infra-estrutura de Tecnologia Industrial Básica (PADCT)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	236.500,00	Não aplicável
(A)	4140 Desenvolvimento Tecnológico Industrial	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	116.683,93	57.487,84
(A)	4144 Disponibilização de Informação Tecnológica para a Inovação e Competitividade do Setor Produtivo	VORTAL DESENVOLVIDO	UNIDADE	474.070,71	207.784,13

0467 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR

Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Oliveira Barroso

(P)	1146 Modernização de Acervo Bibliográfico	BIBLIOTECA MODERNIZADA	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	1404 Implantação de Instalações e Laboratórios de Pesquisa nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	INSTALACAO IMPLANTADA	UNIDADE	675.000,00	13.085,00
(A)	2463 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear	PROJETO CONCLUIDO	UNIDADE	1.100.000,00	121.267,43
(A)	2472 Cooperação Técnica e Científica Nacional e Internacional na Área Nuclear	PROJETO DE COOPERACAO MANTIDO	UNIDADE	12.799,36	6.392,86
(A)	2473 Manutenção Técnica e Operacional das Instalações de Pesquisa e Laboratórios dos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	INSTALACAO MANTIDA	UNIDADE	101.283,82	89.218,83
(A)	2474 Capacitação de Recursos Humanos na Área Nuclear	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	416,67	129,18
(A)	2476 Desenvolvimento de Tecnologia de Reatores e Ciclo do Combustível	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	662.750,00	529.628,00
(A)	2477 Operação e Manutenção dos Reatores de Pesquisa	REATOR MANTIDO	UNIDADE	337.500,00	328.664,25
(A)	2480 Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas Nuclear e Correlatas	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	19.657,44	24.816,09
(A)	2492 Sistema de Informações Técnico-Científicas na Área Nuclear e Afins	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	119.600,00	109.016,40
(A)	2961 Desenvolvimento e Fornecimento de Produtos e Serviços na Área Nuclear e Correlatas	PRODUTO/SERVIC O	UNIDADE	14.589,91	14.107,64

0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão

(P)	1249 Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional (Institutos do Millenium)	INSTITUTO IMPLANTADO	UNIDADE	1.136.597,48	1.550.455,24
(P)	1257 Implantação do Instituto de Pesquisa Xingó	INSTITUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	150.008,45	106.339,75
(A)	2095 Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas - CT- INFRA	PROJETO APOIADO	UNIDADE	14.520.494,64	621.337,93
(P)	3080 Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	801,69	Não aplicável
(P)	3107 Implantação de Infra-estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	366.666,67	Não aplicável
(P)	3173 Produção de Estudos e Pesquisas nas Áreas de Ciências Sociais e Humanas	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	13.258,50	Não aplicável
(P)	3450 Apoio a Núcleos de Excelência - PRONEX	NUCLEO APOIADO	UNIDADE	122.938,71	121.959,38
(P)	3470 Expansão e Modernização da Infra-estrutura de Pesquisa	CENTRO CONSTRUIDO	UNIDADE	12.125.280,00	1.000.000,00
(P)	3481 Implementação da Componente Científica do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT	PROJETO APOIADO	UNIDADE	73.927,21	58.904,11
(P)	3489 Participação Brasileira na Construção dos Telescópios - Projeto GEMINI	TELESCOPIO CONSTRUIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	91.036,90	87.484,30
(P)	3490 Participação Brasileira na Construção de Telescópio - Projeto SOAR	TELESCOPIO CONSTRUIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	36.203,30	4.372,19
(A)	4122 Desenvolvimento de Competência no Campo da Matemática - IMPA-OS	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	37.456,55	35.997,20
(A)	4123 Desenvolvimento de Conhecimento em Física Teórica e Experimental	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	519.523,13	508.235,00

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

Gerente em 31/12/2002: Guilherme Euclides Brandão

(A)	4124	Desenvolvimento de Conhecimentos em Astronomia e Geofísica	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	190.439,00	165.486,50
(A)	4125	Desenvolvimento de Conhecimentos em Ciências Humanas, Sociais, Naturais e da Terra no Museu Paraense Emílio Goeldi	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	129.672,60	180.664,57
(A)	4126	Desenvolvimento de Conhecimentos no Campo da Astrofísica	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	43.863,64	36.867,16
(A)	4128	Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas na Área Minerometalúrgica e Materiais Afins	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	176.470,59	120.637,65
(A)	4132	Desenvolvimento de Pesquisas em Informação Científica e Tecnológica	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	25.440,00	12.465,76
(A)	4139	Desenvolvimento em Computação Científica e Ciências Aplicadas	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	254.173,50	216.949,50
(A)	4148	Apoio a Eventos Científicos e Tecnológicos	EVENTO APOIADO	UNIDADE	75.000,00	53.158,17
(A)	4158	Fomento à Pesquisa Fundamental	PROJETO APOIADO	UNIDADE	135.655,68	133.950,32
(A)	4163	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	PROJETO APOIADO	UNIDADE	47.364,27	47.210,78
(A)	4174	Pesquisa e Desenvolvimento em História de Ciência e Educação Científica	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	149.442,86	144.910,57
(A)	4192	Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Fonte de Luz Síncrotron - ABATLUS-OS	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	717.791,25	42.222,99
(A)	4208	Consolidação de Serviços de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica	INFORMACAO ACESSADA	UNIDADE	2,80	0,25
(A)	4213	Difusão da Produção Científica Nacional	TITULO APOIADO	UNIDADE	3.222,10	215,09
(A)	4214	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Conhecimentos Científicos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	44.371,53	197.711,00
(A)	4415	Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar	PROJETO APOIADO	UNIDADE	107.397,20	Não aplicável
(P)	5209	Implantação do Centro de Referência em Nanotecnologia	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	60.000,00	Não aplicável

5006 FOMENTO À PESQUISA EM SAÚDE

Gerente em 31/12/2002:

(A)	2281	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos e Hemoderivados	PROJETO APOIADO	UNIDADE	50.310,00	54.259,86
(A)	2285	Fomento a Projetos de Avaliação Tecnológica de Produtos e Processos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	244.680,00	167.361,00
(A)	2287	Fomento ao Desenvolvimento e Aprimoramento de Sistemas de Informação em Saúde	PROJETO APOIADO	UNIDADE	150.000,00	63.680,00
(A)	2997	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Saúde - CT-SAÚDE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	505.400,00	210.550,00
(A)	4007	Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Saúde - CT-SAÚDE	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	40.432,00	Não aplicável
(A)	4131	Fomento à Pesquisa em Gestão da Qualidade em Saúde	PROJETO APOIADO	UNIDADE	30.312,50	Não aplicável
(A)	4133	Fomento à Pesquisa em Morbimortalidade por Causas Externas	PROJETO APOIADO	UNIDADE	40.576,92	Não aplicável
(A)	4200	Fomento à Pesquisa em Doenças Infecciosas e Parasitárias	PROJETO APOIADO	UNIDADE	82.861,11	Não aplicável
(A)	6445	Fomento à Pesquisa em Doenças Crônicas Degenerativas e Não-Transmissíveis	PROJETO APOIADO	UNIDADE	27.634,62	Não aplicável
(OA)	9482	FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL EM SAÚDE	projeto financiado	unidade	4.000.000,00	Não aplicável

0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo

(P)	1267	Desenvolvimento de Projetos Conjuntos de Pesquisa Tecnológica entre Brasil e Coréia	COOPERACAO DESENVOLVIDA	UNIDADE	1.500.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 2201 Desenvolvimento de Projetos Conjuntos de Ciência e Tecnologia entre o Brasil e os Países da América do Sul	COOPERACAO MANTIDA	UNIDADE	576.591,33 2.720.797,00
(A) 2495 Controle de Bens Sensíveis	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	250,00 225,00
(P) 3474 Fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Informação sobre Ciência e Tecnologia	ESTADO ATENDIDO	UNIDADE	6.168,52 Não aplicável
(P) 3493 Avaliação e Prospecção nas Áreas do Conhecimento e Setores Econômicos (PADCT)	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	845.040,25 1.014.258,33
(A) 4194 Produção e Difusão de Indicadores em Ciência e Tecnologia	INDICADOR DESENVOLVIDO	UNIDADE	40.400,00 9.106,00
(A) 4203 Avaliação de Programas e Instrumentos de Fomento à Ciência e Tecnologia	PROGRAMA AVALIADO	UNIDADE	38.800,00 Não aplicável
(A) 4210 Planejamento e Coordenação das Políticas e Atividades de Ciência e Tecnologia	PROGRAMA MONITORADO	UNIDADE	235.987,14 222.959,14
(A) 4417 Coordenação do Gerenciamento dos Programas do PPA	PROGRAMA MONITORADO	UNIDADE	47.619,05 19.043,33
(A) 4475 Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica	ESTUDO DESENVOLVIDO	UNIDADE	194.000,00 100.000,00

0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna

(OE) 0410 Financiamento de Projetos de Pesquisa por Meio da FINEP			Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0741 Equalização de Taxas de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0743 Subvenção Econômica a Empresas que Executam Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA) - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0745 Estímulo às Empresas de Base Tecnológica Mediante Participação no Capital - CT - Verde Amarelo (Lei nº 10.332/01)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2097 Fortalecimento da Competência Técnico-Científica para Inovação (Verde Amarelo)	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	34.061,53	5.432,80
(A) 2113 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (Verde Amarelo)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	681.205,56	327.780,07
(A) 2115 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Mineral - CT - MINERAL	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	32.208,00	18.073,10
(A) 2119 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor Mineral - CT - MINERAL	PROJETO APOIADO	UNIDADE	368.091,43	148.352,54
(A) 2187 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Energia Elétrica - CT-ENERG	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	23.802,28	21.839,98
(A) 2189 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Energia Elétrica - CT-ENERG	PROJETO APOIADO	UNIDADE	380.836,45	344.533,15
(A) 2191 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários	PROJETO APOIADO	UNIDADE	316.907,75	1.829.994,00
(A) 2193 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	28.809,80	54.162,62
(P) 3479 Implementação da Componente Desenvolvimento Tecnológico do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT	PROJETO APOIADO	UNIDADE	144.230,77	93.730,26
(A) 4147 Fomento à Capacitação Tecnológica em Setores de Impacto Social	PROJETO APOIADO	UNIDADE	34.924,24	181.935,89
(A) 4170 Fomento à Capacitação Tecnológica Empresarial e do Trabalhador	PROJETO APOIADO	UNIDADE	442.411,76	95.141,82
(A) 4196 Fomento à Investimentos de Capital de Risco em Empresas de Base Tecnológica no Brasil - Projeto INOVAR	PROJETO APOIADO	UNIDADE	155.200,00	102.784,44
(A) 4207 Concessão de Bolsa de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico Empresarial	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	16.598,12	8.063,51

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0463 INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Fernandes Danna

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 4215 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica em Setores Estratégicos	PROJETO APOIADO UNIDADE	79.490,08	108.196,73
(OA) 9376 CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EMPRESAS INDUSTRIAIS E AGROPECUÁRIAS (LEI Nº 8.661/93)	projeto apoiado unidade	7.117.117,12	Não aplicável
(OA) 9377 EDUCAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE		6.500,00	Não aplicável
(OA) 9378 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS EMPRESAS EXPORTADORAS		2.400.000,00	Não aplicável
(OA) 9379 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS EMPRESAS	projeto financiado unidade	2.013.793,10	Não aplicável
(OA) 9380 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE RECONVERSÃO PROFISSIONAL		1.200.000,00	Não aplicável

0475 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Gerente em 31/12/2002: José Domingos Gonzalez Miguez

(P) 1335 Desenvolvimento de Modelo de Prospecção para Acompanhamento das Mudanças Climáticas	MODELO DESENVOLVIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3.600,00	Não aplicável
(P) 3457 Desenvolvimento de Estudos sobre a Vulnerabilidade e Adaptação aos Impactos das Mudanças Climáticas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	158.250,00	140.231,50
(P) 3467 Elaboração do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	INVENTARIO ELABORADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	3.710,00	Não aplicável
(P) 3477 Implantação de Sistema de Monitoração de Emissões de Gases de Efeito Estufa	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	1.968,75	Não aplicável
(P) 3953 Desenvolvimento de Estudos sobre Mitigação da Mudança do Clima	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	79.625,00	Não aplicável
(A) 4173 Sistema de Informações sobre o Efeito Estufa	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	105.000,00	83.360,00

0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes

(P) 1271 Apoio à Comercialização de Bens e Serviços no Setor Espacial	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(P) 1275 Implantação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	262.500,00	787.217,46
(P) 1398 Desenvolvimento de Satélites de Coleta de Dados e Sensoriamento Remoto	SATELITE DESENVOLVIDO	UNIDADE	4.795.795,00	7.378.659,38
(P) 1399 Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites	VEICULO DESENVOLVIDO	UNIDADE	7.333.835,00	12.196.956,67
(P) 1400 Desenvolvimento de Foguetes de Sondagem	FOGUETE DESENVOLVIDO	UNIDADE	307.960,00	295.606,00
(A) 2061 Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe	PROFISSIONAL TREINADO	UNIDADE	16.439,50	16.174,80
(A) 2207 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor Espacial	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	27.000,00	26.000,00
(A) 2253 Manutenção e Atualização da Infra-estrutura de Apoio a Satélites	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1.838.946,67	1.810.062,67
(A) 2357 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para o Setor Espacial	PROJETO APOIADO	UNIDADE	864.000,00	1.341.284,00
(A) 2460 Manutenção da Infra-estrutura de Apoio às Atividades Espaciais	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	647.910,71	1.088.020,25
(A) 2462 Desenvolvimento de Equipamentos Embarcados	EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	302.500,00	435.494,50
(A) 2595 Capacitação de Especialistas do Setor Espacial	SERVIDOR TREINADO	UNIDADE	21.428,57	21.428,57
(P) 3460 Desenvolvimento de Satélites de Aplicações Científicas e Tecnológicas	SATELITE DESENVOLVIDO	UNIDADE	6.723.277,00	12.554.598,00
(P) 3463 Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS	PROJETO DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	470.175,94	614.495,52
(P) 3488 Participação Brasileira na Estação Espacial Internacional - ISS	PROJETO DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	266.174,06	40.170.020,00
(P) 3702 Desenvolvimento de Tecnologia Associada a Veículos Lançadores	PRODUTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	325.273,00	324.394,00

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE**

Gerente em 31/12/2002: Lauro Tadeu Guimarães Fortes

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	3704 Implantação de Infra-estrutura Necessária ao Centro de Lançamento de Alcântara para a Prestação de Serviços de Lançamento	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	202.105,26 774.645,17
(P)	3957 Formação de Astronautas	ASTRONAUTA FORMADO	UNIDADE	1.100.000,00 1.019.125,00
(A)	4142 Difusão de Conhecimentos e Tecnologias Espaciais	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	982,10 9.213,30
(A)	4181 Pesquisa e Desenvolvimento em Observação da Terra	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	26.774,19 26.286,55
(A)	4182 Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência Espacial e da Atmosfera	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	29.520,00 37.431,15
(A)	4183 Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Espaciais	EQUIPAMENTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	450.000,00 383.490,00
(A)	4187 Pesquisa e Desenvolvimento em Computação, Materiais e Plasma para o Setor Espacial	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	35.548,78 21.256,98
(A)	4195 Recepção de Imagens e Geração de Produtos de Satélites	IMAGEM DE SATELITE PRODUZIDA	UNIDADE	24,32 23,35
(P)	7299 Construção de Terminal Portuário na Base de Alcântara	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	38.095,24 Não aplicável
(OA)	9381 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA ESPACIAL PARA O SETOR PRODUTIVO	projeto financiado	unidade	1.200.000,00 Não aplicável

0270 PRODUÇÃO DE COMPONENTES E INSUMOS PARA A INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA

Gerente em 31/12/2002: José Carlos Castro

(P)	1393 Implantação de Unidade de Enriquecimento de Urânio	UNIDADE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	1.697.529,41 1.510.213,52
(A)	2482 Fabricação de Combustível Nuclear	ELEMENTO COMBUSTIVEL PRODUZIDO	UNIDADE	1.293.624,75 1.233.045,45
(A)	2483 Fabricação de Equipamentos para a Indústria Nuclear	EQUIPAMENTO MONTADO	TON	16.248,31 17.035,21
(A)	2485 Capacitação de Profissionais para a Indústria Nuclear	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	800,00 2.489,50
(A)	2489 Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras	MINERAL PRODUZIDO	TON	403,31 515,11

0395 PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA

Gerente em 31/12/2002: Hélio José Carvalho Monteiro

(A)	2484 Fabricação de Equipamentos para a Indústria Pesada	EQUIPAMENTO PRODUZIDO	TON	2.350,22 1.671,24

0479 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO

Gerente em 31/12/2002: Jose Carlos Gomes Costa

(A)	2995 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Petróleo e Gás Natural	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	23.915,98 23.138,65
(A)	4156 Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica para Setor de Petróleo e Gás Natural	PROJETO APOIADO	UNIDADE	269.977,00 1.182.747,66

0504 SEGURANÇA NUCLEAR

Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva

(P)	1392 Implantação do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste (CRCN- NE)	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	160.000,00 185.003,25
(P)	1395 Construção e Adaptação de Abrigos Públicos e de Instalações de Saúde	ABRIGO CONSTRUÍDO	% DE EXECUÇÃO FISICA	10.000,00 Não aplicável
(P)	1396 Implantação de Sistemas de Proteção Física em Instalações Nucleares	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	90.666,67 81.590,33
(P)	1397 Implantação da Infra-estrutura Necessária à Resposta a uma Emergência Nuclear	INFRA-ESTRUTUR A	UNIDADE	50.000,00 Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0504 SEGURANÇA NUCLEAR**

Gerente em 31/12/2002: Ayrton José Caubit da Silva

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	1401 Reforma e Melhoria das Instalações de Rejeitos Radioativos	DEPOSITO REFORMADO	UNIDADE	675.000,00 62.064,00
(P)	1407 Ampliação e Modernização dos Laboratórios de Radioproteção, Segurança e Salvaguardas	LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO	UNIDADE	743.000,00 859.876,67
(A)	2464 Recolhimento e Armazenamento de Rejeitos Radioativos	REJEITO ARMAZENADO	CURIE	42,75 33,71
(A)	2466 Licenciamento e Fiscalização de Instalações Nucleares e Radioativas	INSTALACAO CONTROLADA	UNIDADE	1.230,20 642,63
(A)	2468 Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares	SITUACAO ATENDIDA	UNIDADE	2.080,00 1.622,04
(A)	2469 Controle de Radioproteção e Dosimetria	SERVICO EXECUTADO	UNIDADE	84.333,33 81.834,33
(A)	2471 Salvaguardas de Material Nuclear	INSTALACAO VERIFICADA	UNIDADE	1.256,41 Não aplicável
(A)	2491 Serviço de Monitoração e Preservação Ambiental	AREA PRESERVADA	HA	1.331,02 Não aplicável
(A)	2496 Realização de Exercícios de Resposta a uma Emergência Nuclear	EXERCICIO REALIZADO	UNIDADE	285.000,00 237.877,00
(A)	2497 Capacitação de Recursos Humanos em Segurança Nuclear	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	207,55 142,42
(A)	2499 Ações de Esclarecimento sobre Energia Nuclear	ACAO REALIZADA	UNIDADE	110.000,00 84.010,00

0471 SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO

Gerente em 31/12/2002: João Bosco de Carvalho Lima Freitas

(P)	3472 Fomento ao Desenvolvimento de Estudos de Dinâmica de Inovação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	508.250,00 628.419,00
(A)	4149 Fomento a Empreendimentos Tecnológicos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	400.000,00 247.500,00
(A)	4159 Fomento a Sistemas de Inovação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	46.560,00 59.814,67
(A)	4199 Fomento à Gestão de Incubadoras e Parques Tecnológicos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	22.380,95 Não aplicável
(OA)	9386 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL DO NORDESTE	projeto apoiado	unidade	50.251,26 Não aplicável
(OA)	9387 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO REGIONAL NA AMAZÔNIA	projeto apoiado	unidade	82.459,03 Não aplicável

0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II

Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo

(P)	1297 Desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços para a Área Social	PRODUTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	650.000,00 482.334,00
(A)	2199 Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa de Interesse da Área de Tecnologias da Informação	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	27.846,69 22.344,71
(A)	2241 Aplicação das Tecnologias de Caracterização, Normatização, Certificação, Qualificação e Análise de Falhas de Produtos de Hardware e Software (Restos a Pagar)			Não aplicável Não aplicável
(P)	3452 Atualização Tecnológica dos Centros Nacionais de Processamento de Alto Desempenho (PAD)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	270.000,00 107.125,00
(P)	3475 Fomento à Capacitação Laboratorial em Sistemas de Imagens Digitais	LABORATORIO IMPLANTADO	UNIDADE	35.824,50 25.297,50
(P)	3491 Rede Nacional de Pesquisa - Internet II	NOS DE REDE INSTALADO	GIGAPOP	3.476.901,25 3.464.293,50
(P)	3494 Estudos do Impacto das Tecnologias da Informação na Sociedade Brasileira	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	60.000,00 30.000,00
(A)	4023 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Sociedade da Informação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	388.000,00 388.000,00
(A)	4138 Desenvolvimento de Tecnologias em Informática e Automação Avançada	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	48.696,82 37.352,88
(A)	4141 Desenvolvimento Tecnológico para a Produção Industrial de Software	EMPRESA ATENDIDA	UNIDADE	18.918,23 5.061,84
(A)	4166 Fomento ao Desenvolvimento de Aplicações de Processamento de Alto Desempenho - PAD	PROJETO APOIADO	UNIDADE	24.062,50 193.085,00

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

957

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2400 Ministério da Ciência e Tecnologia**0465 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INTERNET II**

Gerente em 31/12/2002: André Amaral de Araújo

(A)	4172 Manutenção da Rede Nacional de Pesquisa	PONTO DE REDE MANTIDO	UNIDADE	436.500,00	434.140,09
(A)	4178 Desenvolvimento de Padrões para Bibliotecas Digitais	BIBLIOTECA ATENDIDA	UNIDADE	108.140,00	17.601,89
(A)	4185 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	432.000,00	102.169,98
(A)	4186 Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Informática	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	158.914,77	117.418,85
(A)	4202 Apoio ao Fortalecimento das Empresas de Software para Exportação	EMPRESA APOIADA	UNIDADE	11.101,47	10.472,08
(A)	4212 Desenvolvimento Tecnológico na Área de Componentes Eletrônicos e de Microestruturas	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	74.783,11	63.983,50
(OA)	9382 CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DE EMPRESAS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	projeto financiado	unidade	2.400.000,00	Não aplicável
(OA)	9383 ESTÍMULO À PRODUÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE BENS E SERVIÇOS DO SETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (LEI Nº 8.248/91)	projeto apoiado	unidade	2.780.000,00	Não aplicável

4200 Ministério da Cultura**0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck

(OE)	0491 Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	PROJETO APOIADO	UNIDADE	78.335,60	103.181,72
(P)	1499 Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Acervos Bibliográficos e Documentais	LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO	UNIDADE	100.000,00	55.006,00
(P)	1502 Capacitação de Agentes Patrimoniais	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	1.083,33	Não aplicável
(P)	1527 Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	19,21	2,00
(P)	1532 Registro de Bens Culturais Imateriais	BEM REGISTRADO	UNIDADE	56.250,00	5.590,00
(P)	1538 Tombamento de Bens Culturais e Outras Formas de Acautelamento	BEM TOMBADO	UNIDADE	3.851,85	6.000,00
(P)	1563 Concessão de Prêmios na Área do Patrimônio Cultural	PREMIO CONCEDIDO	UNIDADE	18.750,00	149.999,00
(P)	1583 Estudos e Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	95.500,00	Não aplicável
(P)	1610 Identificação e Inventário de Bens do Patrimônio Cultural	BEM INVENTARIADO	UNIDADE	75,20	2.710,90
(P)	1648 Revitalização de Sítios Históricos	SITIO REVITALIZADO	UNIDADE	112.617,14	106.487,67
(P)	1709 Implantação do Projeto Alagadiço Novo, Restauração da Casa de José de Alencar	BEM RESTAURADO	UNIDADE	1.080.000,00	Não aplicável
(P)	1759 Capacitação de Recursos Humanos na Área de Informação Documental	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	1.066,67	423,93
(P)	1814 Divulgação do Acervo Documental	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	27.684,21	17.486,57
(A)	2225 Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República	ACERVO PRESERVADO	UNIDADE	14.693,88	Não aplicável
(A)	2521 Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural	BEM PRESERVADO	UNIDADE	16.466,67	61.847,50
(A)	2630 Preservação de Acervos Culturais			13,20	8,72
(A)	2636 Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	BEM PRESERVADO	UNIDADE	70.060,33	92.007,21
(A)	2642 Tratamento Técnico para Salvaguarda de Documentos e Acervos de Arte e Cultura	BEM PROTEGIDO	UNIDADE	21,56	6,96
(A)	2652 Inspeção Técnica e Fiscalização de Bens Protegidos	BEM FISCALIZADO	UNIDADE	441,64	161,74
(A)	2810 Preservação do Acervo Documental de Interesse Público	DOCUMENTO PRESERVADO	UNIDADE	713,65	20,75
(A)	4013 Preservação de Acervos na Fundação Joaquim Nabuco	ACERVO PRESERVADO	UNIDADE	9,27	7,36
(A)	4282 Sistema de Atendimento ao Usuário	CONSULTA REALIZADA	UNIDADE	0,71	0,27

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4200 Ministério da Cultura**0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Henrique Heck

(A)	4483 Sistema de Informações Arquivísticas	SISTEMA MANTIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	400.000,00	345.186,00
(A)	4490 Concessão de Bolsa na Área do Patrimônio Cultural	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	55.478,88	30.562,00
(P)	5006 Monitoramento de Depósitos Fossilíferos	DEPOSITO MONITORADO	UNIDADE	3.517,59	Não aplicável
(P)	5397 Implantação de Sinalização em Sítios Históricos e Arqueológicos em Áreas de Interesse Histórico-Cultural	SINALIZACAO IMPLANTADA	UNIDADE	75.540,00	Não aplicável
(P)	5553 Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior	DOCUMENTO RESGATADO	UNIDADE	4,50	6,39
(A)	6525 Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	3.887,88	7.353,93
(P)	7581 Reforma do Prédio Anexo da Biblioteca Nacional	AREA REFORMADA	M²	93,70	1.698,18
(P)	7941 Ampliação de Acervos Relativos à Vida e Obra de Rui Barbosa e Escritores Brasileiros	BEM ADQUIRIDO	UNIDADE	77,46	86,03
(P)	7943 Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais	BEM ADQUIRIDO	UNIDADE	108,64	Não aplicável
(P)	7945 Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais do Patrimônio Cultural	BEM ADQUIRIDO	UNIDADE	122,30	117,21
(P)	7947 Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Acervos Relativos à Vida e Obra de Rui Barbosa e Escritores Brasileiros	LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO	UNIDADE	50.884,00	8.970,00
(P)	7949 Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Documentos e Fotografias do Patrimônio Cultural	LABORATORIO AMPLIADO/MODERNIZADO	UNIDADE	70.000,00	18.424,00
(P)	7951 Identificação e Inventário de Acervos Bibliográficos e Documentais	BEM INVENTARIADO	UNIDADE	1,09	1,93
(OA)	9076 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9077 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9078 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9079 CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC	projeto apoiado	unidade	150.122,55	Não aplicável

0169 CINEMA, SOM E VÍDEO

Gerente em 31/12/2002: José Álvaro Moisés

(OE)	0497 Fomento a Projetos Culturais na Área de Audiovisual	PROJETO APOIADO	UNIDADE	132.221,43	39.831,15
(A)	2535 Fomento à Indústria Cinematográfica e Videofonográfica	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1.031.612,90	Não aplicável
(A)	4488 Concessão de Bolsa na Área de Audiovisual	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	47.193,13	41.898,25
(A)	4529 Apoio ao Canal Cultura e Arte	OBRA EXIBIDA	UNIDADE	6.250,00	4.943,15
(A)	4531 Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	10.000,00	Não aplicável
(A)	4533 Promoção e Comercialização de Obras Cinematográficas e Videofonográficas no País e no Exterior	PROJETO APOIADO	UNIDADE	102.857,14	Não aplicável
(P)	5349 Sistema de Informações e Monitoramento da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	29.800,00	Não aplicável
(P)	5351 Estudos e Pesquisas na Área da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	40.000,00	Não aplicável
(A)	6527 Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais no País e no Exterior	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	6.190,48	4.514,71
(OA)	9081 CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC	projeto desenvolvido	unidade	249.733,93	Não aplicável
(OA)	9082 FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	produção financiada	unidade	132.450,33	Não aplicável
(OA)	9083 HABILITAÇÃO DE PRODUÇÕES DE OBRAS AUDIOVISUAIS CINEMATOGRAFICAS PARA FINS DE BENEFÍCIO FISCAL	benefício concedido	unidade	250.286,64	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4200 Ministério da Cultura**0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alves Moura

(OE)	0503 Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	PROJETO APOIADO	UNIDADE	221.794,84	94.130,95
(P)	1507 Construção do Centro Nacional de Informações e Referência da Cultura Negra	CENTRO CONSTRUIDO	UNIDADE	2.857.563,50	Não aplicável
(P)	1508 Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	450,00	Não aplicável
(P)	1512 Estudos e Pesquisas nas Áreas Étnica, Estética e de Valorização da Pessoa Negra	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	38.546,00	33.144,00
(P)	1642 Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos	COMUNIDADE TITULADA	UNIDADE	61.708,93	Não aplicável
(A)	4059 Preservação e Restauração de Bens e Acervos do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Afro-Brasileiro	BEM PRESERVADO/RESTAURADO	UNIDADE	11.523,20	60,73
(A)	4521 Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para Atuação nas Áreas Remanescentes de Quilombos	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	253,16	222,14
(A)	6531 Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais Afro-Brasileiros	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	15.482,73	15.199,50

0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA

Gerente em 31/12/2002: Ulysses Cesar Amaro de Melo

(A)	2641 Sistema Nacional de Informações Culturais	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	162.147,33	140.644,00
(A)	2654 Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	COTA EFETUADA	UNIDADE	30.000,00	30.000,00
(A)	4481 Coordenação e Manutenção do Fundo Nacional de Cultura - PRONAC	PROJETO AVALIADO	UNIDADE	380,61	363,73

0168 LIVRO ABERTO

Gerente em 31/12/2002: Ottaviano Carlo de Fiore

(OE)	0495 Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura	PROJETO APOIADO	UNIDADE	102.881,00	195.665,50
(OE)	0501 Fomento à Produção de Obras Literárias, Científicas e Acadêmicas	OBRA PUBLICADA	UNIDADE	9.601,03	13.605,45
(P)	1501 Capacitação de Agentes Multiplicadores do Hábito da Leitura	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	24,29	49,34
(P)	1521 Implantação de Bibliotecas Públicas em Cada Município	BIBLIOTECA IMPLANTADA	UNIDADE	39.416,44	54.617,14
(P)	1549 Capacitação de Recursos Humanos para Bibliotecas Públicas	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	300,00	Não aplicável
(A)	2638 Promoção de Encontros de Leitura	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	22,78	21,40
(A)	2645 Assessoria Técnica a Bibliotecas Públicas	BIBLIOTECA ATENDIDA	UNIDADE	6.000,00	1.856,60
(A)	2648 Concessão de Bolsas para Tradução de Títulos de Autores Brasileiros em Outros Idiomas	OBRA TRADUZIDA	UNIDADE	5.716,22	Não aplicável
(A)	2650 Funcionamento de Bibliotecas da União	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	8,62	1,14
(A)	4500 Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	35.000,00	17.095,00
(A)	6523 Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	9.158,54	38.218,83
(A)	6539 Concessão de Bolsa para Escritores Brasileiros	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	5.100,00	5.080,00
(P)	7953 Concessão de Prêmios à Arte Literária	PREMIO CONCEDIDO	UNIDADE	10.250,00	10.051,57
(P)	7955 Estudos e Pesquisas nas Áreas de Memória Bibliográfica, Editorial e Literária	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	22.074,07	29.991,86
(OA)	9080 CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC	projeto desenvolvido	unidade	150.819,77	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4200 Ministério da Cultura**0813 MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

Gerente em 31/12/2002: Pedro Taddei Neto

(P)	1648 Restauração de Centros Históricos em Áreas de Interesse Turístico-cultural (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5017 Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	2.242,00	1.102,88
(P)	5021 Campanha Educativa Referente ao Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	2.227.200,00	Não aplicável
(P)	5538 Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - MONUMENTA	CONJUNTO HISTORICO PRESERVADO	UNIDADE	495.066,67	645.396,24

0171 MUSEU MEMÓRIA E FUTURO

Gerente em 31/12/2002: Octávio Elísio Alves de Brito

(P)	1609 Identificação e Inventário de Acervos Museológicos	BEM INVENTARIADO	UNIDADE	80,00	1,82
(P)	1612 Modernização de Museus da União	MUSEU MODERNIZADO	UNIDADE	169.381,00	Não aplicável
(P)	1635 Produção e Distribuição de Material Informativo sobre Museus	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	20,00	1,09
(A)	2634 Preservação de Acervos Museológicos	OBRA PRESERVADA	UNIDADE	250,00	Não aplicável
(A)	2651 Funcionamento de Museus da União	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	4,29	4,27
(A)	6529 Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	30.949,97	25.830,43
(P)	7959 Modernização do Museu Casa de Rui Barbosa	MUSEU MODERNIZADO	UNIDADE	270.520,00	265.452,00

0166 MÚSICA E ARTES CÊNICAS

Gerente em 31/12/2002: Joatan Vilela Berbel

(OE)	0493 Fomento a Projetos Culturais nas Áreas de Música e de Artes Cênicas	PROJETO APOIADO	UNIDADE	50.577,31	122.590,67
(P)	1562 Concessão de Prêmios nas Áreas de Música e de Artes Cênicas	PREMIO CONCEDIDO	UNIDADE	5.400,00	14.425,00
(A)	4495 Apoio a Bandas de Música	BANDA APOIADA	UNIDADE	12.251,51	Não aplicável
(A)	4496 Apoio a Orquestras	ORQUESTRA APOIADA	UNIDADE	95.000,00	39.743,86
(A)	4499 Concessão de Bolsa nas Áreas de Música e de Artes Cênicas	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	45.454,55	27.156,26
(P)	5542 Implantação e Modernização de Espaços Culturais Destinados à Música e às Artes Cênicas	ESPACO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO	UNIDADE	21.666,67	30.000,00
(A)	6521 Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais de Música e de Artes Cênicas no País e no Exterior	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	3.143,27	4.987,14
(OA)	9074 PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS DE TEATRO, ÓPERA E MÚSICA	produção apoiada	unidade	23.076,92	Não aplicável
(OA)	9075 CONCESSÃO DE INCENTIVO FISCAL A PROJETOS CULTURAIS - PRONAC	projeto desenvolvido	unidade	104.888,26	Não aplicável

0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza

(OE)	0499 Fomento a Projetos de Difusão Cultural	PROJETO APOIADO	UNIDADE	213.500,02	272.792,71
(P)	1504 Capacitação de Instrutores e Guias Culturais em Áreas de Interesse Turístico-Cultural	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	162,50	Não aplicável
(P)	1561 Concessão de Prêmios nas Áreas de Artes Visuais e Cultura Popular	PREMIO CONCEDIDO	UNIDADE	5.400,00	23.117,00
(P)	1582 Estudos e Pesquisas nas Áreas de Artes Visuais e Cultura Popular	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	9.748,00	14.370,00

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

4200 Ministério da Cultura

0170 PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Gerente em 31/12/2002: Márcio Gonçalves Bentes de Souza

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	1611 Implantação e Modernização de Espaços Culturais	ESPACO CULTURAL IMPLANTADO/MODERNIZADO	UNIDADE	152.254,60 145.325,19
(P)	1633 Produção e Distribuição de Material sobre Arte e Cultura	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	10,86 5,50
(A)	2639 Registro de Direitos Autorais	DIREITO AUTORAL REGISTRADO	UNIDADE	3,33 6,98
(A)	2647 Concessão de Bolsa de Arte e Cultura	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	49.042,25 Não aplicável
(A)	4492 Funcionamento de Espaços Culturais da União	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	3,00 2,97
(A)	6417 Produção de Vídeo e Multimídia	EXEMPLAR PRODUZIDO	UNIDADE	22.900,00 2.083,40
(A)	6433 Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	9.848,11 3.043,41
(A)	6443 Edição de Livros, Revistas Científicas e Anais	TITULO PUBLICADO	UNIDADE	6.552,53 6.215,38
(A)	6517 Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais no País e no Exterior	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	12.719,44 55.996,08
(OA)	9084 FINANCIAMENTO À PRODUÇÃO CULTURAL	produção financiada	unidade	66.666,67 Não aplicável
(OA)	9085 DIFUSÃO DA CULTURA BRASILEIRA - PROJETO MEMÓRIA	público atingido	unidade	1,49 Não aplicável

5200 Ministério da Defesa

0621 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA

Gerente em 31/12/2002: Coronel-Aviador Jorge Silva Escobar

(A)	2754 Manutenção e Suprimento de Armamento	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	34.549,96 41.531,01
(A)	2755 Manutenção e Suprimento de Estandes de Tiro e de Campos de Provas	ESTANDE/CAMPO DE PROVAS MANTIDO	UNIDADE	60.016,50 23.938,60
(A)	2756 Manutenção e Suprimento de Material Contra Incêndio	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	34.595,36 34.526,55
(A)	2757 Manutenção e Suprimento de Simuladores	SIMULADOR MANTIDO	UNIDADE	32.008,80 35.674,00
(A)	2857 Manutenção e Suprimento de Munições	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	155.359,14 177.393,13
(A)	2864 Alimentação de Pessoal	MILITAR ALIMENTADO	UNIDADE	727,44 865,60
(A)	2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	MILITAR ATENDIDO	UNIDADE	227,07 226,87
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO	M³	650,78 645,16
(A)	2881 Capacitação Física do Pessoal Militar da Aeronáutica	MILITAR CAPACITADO	UNIDADE	786,35 785,47
(A)	2891 Manutenção e Suprimento de Material de Aviação	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	9.042.298,95 11.070.680,19
(A)	2894 Manutenção e Suprimento de Material de Intendência	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	38.282,97 39.471,06
(A)	2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	33.032,70 33.032,70
(A)	2896 Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície	CARGA TRANSPORTADA	TON	272,41 87,88
(A)	2916 Instrução Militar e Adestramento da Aeronáutica	MILITAR INSTRUIDO E ADESTRADO	UNIDADE	523,00 733,40

0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa

0622 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld

(A)	2449 Doutrina e Estratégia Militar	DOCUMENTO PRODUZIDO	UNIDADE	679,14	Não aplicável
(A)	2853 Manutenção de Meios Aeronavais	AERONAVE MANTIDA	UNIDADE	96.102,91	187.941,77
(A)	2854 Manutenção de Meios de Fuzileiros Navais	TROPA MANTIDA	UNIDADE	117.840,80	100.704,36
(A)	2855 Manutenção de Meios Navais	NAVIO/SUBMARINO	UNIDADE	469.651,40	670.522,71
(A)	2856 Manutenção de Sistemas Operativos	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	14.177,75	14.265,47
(A)	2857 Manutenção e Suprimento de Munições	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	11.287,79	18.622,84
(A)	2858 Abastecimento de Sobressalentes e Equipagens	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	171.375,40	205.329,61
(A)	2859 Aprestamento das Forças Navais	FORCA APRESTADA	UNIDADE	13.653.635,38	12.190.004,15
(A)	2861 Formação da Reserva Mobilizável	PESSOA MOBILIZAVEL	UNIDADE	65,80	82,11
(A)	2864 Alimentação de Pessoal	MILITAR ALIMENTADO	UNIDADE	1.335,27	1.337,89
(A)	2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	MILITAR ATENDIDO	UNIDADE	107,68	107,68
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO	M³	444,44	316,22
(A)	2906 Capacitação Física do Pessoal Militar da Marinha	MILITAR CAPACITADO	UNIDADE	0,54	0,54

0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira

(OE)	0233 Compromissos Decorrentes da Missão de Observadores Militares - Equador/Peru - MOMEF	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2449 Doutrina e Estratégia Militar	DOCUMENTO PRODUZIDO	UNIDADE	2.510,63	2.510,63
(A)	2788 Manutenção e Suprimento de Animais, Material de Veterinária e Agrícola	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	42.714,73	42.704,66
(A)	2857 Manutenção e Suprimento de Munições	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	30.703,98	28.924,35
(A)	2864 Alimentação de Pessoal	MILITAR ALIMENTADO	UNIDADE	575,72	768,68
(A)	2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	MILITAR ATENDIDO	UNIDADE	315,93	232,01
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2868 Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes	COMBUSTIVEL/ LUBRIFICANTE ADQUIRIDO	M³	1.456,73	1.498,75
(A)	2882 Capacitação Física do Pessoal Militar do Exército	MILITAR CAPACITADO	UNIDADE	772,72	772,72
(A)	2883 Cartografia Terrestre	CARTA PRODUZIDA	UNIDADE	1.692,79	2.031,99
(A)	2885 Emprego da Força Terrestre em Operações	MILITAR PARTICIPANTE	UNIDADE	117,00	485,83
(A)	2890 Manutenção e Suprimento de Material Bélico	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	38.893,64	13.600,60
(A)	2891 Manutenção e Suprimento de Material de Aviação	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	4.468.073,71	2.278.151,43
(A)	2892 Manutenção e Suprimento de Material de Comunicações Táticas e Estratégicas	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	28.125,00	32.064,08
(A)	2894 Manutenção e Suprimento de Material de Intendência	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	6.741,80	10.193,97
(A)	2895 Manutenção e Suprimento de Material de Saúde	ORGANIZACAO MILITAR MANTIDA	UNIDADE	13.714,28	2.420,18
(A)	2896 Manutenção e Suprimento do Transporte Logístico de Superfície	CARGA TRANSPORTADA	TON	110,96	103,59

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0620 ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO**

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Rui Monarca da Silveira

(A)	2897 Manutenção e Suprimento dos Sistemas de Telemática Militar	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	441.831,69	204.491,69
(A)	2898 Mapeamento e Demarcação de Áreas	AREA DEMARCADA	KM²	450,00	476,25
(A)	2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	PESSOA ALISTADA	UNIDADE	1,12	1,20
(A)	2904 Capacitação Operacional da Força Terrestre	MILITAR CAPACITADO	UNIDADE	31,16	31,86
(A)	2911 Manutenção e Suprimento de Equipamentos de Engenharia de Construção	EQUIPAMENTO MANTIDO	UNIDADE	9.129,14	9.987,33
(A)	2920 Formação e Adestramento da Reserva Mobilizável	PESSOA MOBILIZAVEL	UNIDADE	2,57	Não aplicável
(A)	2928 Segurança a Autoridades	AUTORIDADE PROTEGIDA	UNIDADE	5.000,00	2.000,00
(A)	4450 Instrução Militar e Adestramento do Exército	MILITAR INSTRUIDO E ADESTRADO	UNIDADE	658,86	712,83

0646 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA À SOCIEDADE CIVIL

Gerente em 31/12/2002: Tenente-Coronel Afonso Farias de Sousa Júnior

(A)	2862 Ações Cívico-Sociais	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2878 Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros	HORA DE VOO REALIZADA	UNIDADE	0,04	Não aplicável

0645 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DA MARINHA À SOCIEDADE CIVIL

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gilberto Max Roffé Hirschfeld

(A)	2862 Ações Cívico-Sociais	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	0,07	0,07
(P)	3212 Obtenção e Modernização de Meios Assistenciais	MEIO OBTIDO/MODERNIZADO	UNIDADE	0,33	Não aplicável

0636 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE CIVIL

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Walter Paulo

(P)	3136 Cooperação com Construção de Infra-estrutura	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	1.626.082,32	4.459.864,67

0643 CALHA NORTE

Gerente em 31/12/2002: Roberto de Paula Avelino

(P)	1209 Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte	EMBARCACAO CONSTRUIDA	UNIDADE	105.000,00	210.000,00
(P)	1211 Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios Mais Carentes da Região da Calha Norte	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	133.390,63	172.065,06
(P)	1213 Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte	UNIDADE DE FRONTEIRA IMPLANTADA	UNIDADE	3.094.868,83	3.094.857,50
(A)	2439 Apoio Aéreo na Região da Calha Norte	HORA DE VOO REALIZADA	UNIDADE	1.528,86	1.594,66
(A)	2441 Manutenção de Aeródromos na Região da Calha Norte	AERODROMO MANTIDO	UNIDADE	136.260,40	170.142,75
(A)	2442 Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte	RODOVIA CONSERVADA	KM	4.566,58	4.566,31
(A)	2443 Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região da Calha Norte	CENTRAL ELETRICA MANTIDA	UNIDADE	19.733,33	19.713,50
(A)	2444 Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte	COMUNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	6.667,54	6.897,11
(A)	2445 Manutenção de Embarcações na Região da Calha Norte	EMBARCACAO MANTIDA	UNIDADE	49.644,40	43.168,70

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

5200 Ministério da Defesa**0643 CALHA NORTE**

Gerente em 31/12/2002: Roberto de Paula Avelino

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 2452 Manutenção da Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região da Calha Norte	PELOTAO ESPECIAL DE FRONTEIRA MANTIDO	UNIDADE	28.014,29 28.011,29

0644 CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

Gerente em 31/12/2002: Gen Bda José Rosalvo Leitão de Almeida

(A) 2919 Fiscalização de Produtos Controlados	PRODUTO FISCALIZADO	UNIDADE	5,00 9.391,83

0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

Gerente em 31/12/2002: Brigadeiro-do-AR Cleonilson Nicácio Silva

(A) 2046 Apoio a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.739,13 1.698,39
(A) 2879 Assistência Financeira a Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil			Não aplicável Não aplicável
(A) 2880 Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil	AVALIACAO MEDICA REALIZADA	UNIDADE	16,71 25,98
(A) 2912 Fiscalização de Aeroportos, Empresas, Equipamentos, Instalações, Documentação e Procedimentos da Infra-estrutura Aeronáutica	ITEM FISCALIZADO	UNIDADE	4.780,56 1.316,06
(A) 2922 Suplementação Tarifária à Aviação Regional	TRECHO BENEFICIADO	UNIDADE	116.444,09 1.263,94
(A) 2924 Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	15.501.972,00 14.995.110,00
(A) 2925 Homologação, Registro e Controle de Empresas, Equipamentos e Pessoal Especializado	HOMOLOGACAO/R EGIstro/CONTROLE	UNIDADE	5.419,65 645,12
(A) 2926 Formação de Inspetores e Técnicos de Aviação Civil	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	14.714,29 4.317,75
(P) 3115 Aquisição de Aeronaves e Simuladores para Atendimento aos Aeroclubes	ITEM ADQUIRIDO	UNIDADE	81.040,75 Não aplicável
(P) 3121 Construção e Reforma de Instalações para o Sistema de Aviação Civil	INSTALACAO CONSTRUIDA/REFORMADA	M²	1.281,46 Não aplicável

0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva

(P) 3211 Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual	AEROPORTO/AERODROMO CONSTRUIDO	UNIDADE	39.648.889,00 Não aplicável
(P) 3253 Reaparelhamento da Infra-estrutura Aeroportuária	EQUIPAMENTO IMPLANTADO	UNIDADE	601.492,54 Não aplicável
(A) 4099 Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária	INFRA-ESTRUTURA	%	479.000,00 Não aplicável
(P) 5399 Modernização da Infra-estrutura Aeroportuária	AEROPORTO MODERNIZADO	UNIDADE	23.500.000,00 Não aplicável
(P) 5642 Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional	AEROPORTO/AERODROMO REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	4.079.052,95 3.957.265,42
(OA) 9408 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE			2.459.500,00 Não aplicável
(OA) 9409 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS			12.060.336,80 Não aplicável
(OA) 9410 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE			16.239.466,67 Não aplicável
(OA) 9411 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS			Não aplicável Não aplicável
(OA) 9412 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO			1.566.800,00 Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**

Gerente em 31/12/2002: Coronel-Engenheiro Antônio Jorge Nogueira Correa da Silva

(OA)	9413 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO TRANSNORDESTINO	aeroporto construído	unidade	3.688.414,00	Não aplicável
(OA)	9414 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO OESTE	aeroporto reformado/ampliado	unidade	2.555.000,00	Não aplicável
(OA)	9415 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUDOESTE	aeroporto reformado/ampliado	unidade	927.166,67	Não aplicável
(A)	2886 Manutenção de Aeroportos e Aeródromos	AEROPORTO OU AERODROMO MANTIDO	UNIDADE	41.070,60	41.070,60
(P)	3110 Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual	AEROPORTO/AERO DROMO REFORMADO/AMPLIADO	UNIDADE	1.045.027,19	1.099.256,00
(P)	3119 Implantação de Módulos de Combate à Incêndio	MODULO IMPLANTADO	UNIDADE	771.475,77	783.907,64

0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Av Vagner Krüger

(A)	2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.885,50	1.467,42
(A)	2507 Curso de Pós-graduação	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	711,30	410,36
(A)	2509 Ensino Preparatório para Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	973,67	823,54
(A)	2514 Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	6.136,31	4.663,53
(A)	2685 Curso de Graduação em Engenharia	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	2.317,33	1.816,28
(A)	2744 Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais e Civis	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	7.959,43	9.272,37
(A)	2903 Formação de Sargentos	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	758,59	815,14
(A)	2914 Especialização e Aperfeiçoamento de Sargentos e Civis	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.283,84	1.282,71
(A)	2915 Formação e Especialização de Cabos e Soldados	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	345,49	315,81

0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

Gerente em 31/12/2002: Vice-Almirante Kleber Luciano de Assis

(A)	2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	4.538,28	1.045,14
(A)	2507 Curso de Pós-graduação	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	41.407,89	9.491,77
(A)	2509 Ensino Preparatório para Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	540,74	374,75
(A)	2510 Ensino Profissional Marítimo de Nível Médio	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	206,93	335,78
(A)	2511 Ensino Profissional Marítimo de Nível Superior	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	3.481,87	9.088,86
(A)	2512 Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	198,86	2.726,12
(A)	2513 Especialização e Aperfeiçoamento de Praças	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	107,11	13,26
(A)	2514 Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	3.651,72	376,36
(A)	2515 Formação de Praças	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	61,33	32,04

0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Domingos Carlos de Campos Curado

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO**

Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Domingos Carlos de Campos Curado

(A)	2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	3.333,33	3.429,61
(A)	2509 Ensino Preparatório para Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	489,63	514,82
(A)	2514 Formação de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	863,79	903,22
(A)	2685 Curso de Graduação em Engenharia	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.364,26	1.271,55
(A)	2774 Curso de Pós-graduação em Engenharia	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.684,37	2.017,74
(A)	2777 Ensino Fundamental nos Colégios Militares	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	107,45	104,43
(A)	2778 Ensino Médio na Fundação Osório	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.763,33	1.869,05
(A)	2779 Ensino Médio nos Colégios Militares	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	106,50	112,25
(A)	2780 Especialização e Extensão de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	879,72	929,32
(A)	2795 Ensino Fundamental na Fundação Osório	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	658,92	725,45
(A)	2876 Aperfeiçoamento de Oficiais	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.520,91	747,66
(A)	2877 Aperfeiçoamento de Sargentos	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	313,43	313,43
(A)	2903 Formação de Sargentos	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	489,65	597,62
(A)	2918 Habilitação de Militares e Cíveis por Intermédio de Ações de Ensino à Distância	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	33,39	77,41
(A)	2921 Especialização e Extensão de Sargentos	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	927,18	998,33
(P)	3137 Estudos e Pesquisas de Interesse Militar	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	98.064,00	64.024,25

0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: José Fernando Depireux Brasil

(P)	1489 Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	22.866,67	Não aplicável
(A)	2055 Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	11.647,38	22.389,64
(A)	2385 Sistema de Comunicações Militares Via Satélite	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	3.253.306,00	3.279.060,00
(A)	2864 Alimentação de Pessoal	MILITAR ALIMENTADO	UNIDADE	1.233,08	1.217,05
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2872 Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório	PESSOA ALISTADA	UNIDADE	3,27	Não aplicável
(A)	2873 Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Defesa Nacional	PROJETO APOIADO	UNIDADE	535.829,00	88.820,67
(P)	3705 Implantação de Sistema de Comunicações Militares Via Satélite	Sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(A)	6515 Sistema Militar de Catalogação	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	585.999,00	566.496,00

8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: José Luiz D Ávila Fernandes

(A)	4427 Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional	EXERCICIO DE MOBILIZACAO REALIZADO	UNIDADE	122.300,00	85.850,00
(A)	4429 Adequação do Setor Produtivo aos Interesses da Defesa Nacional	UNIDADE PRODUTIVA ADEQUADA	UNIDADE	9.166,00	Não aplicável

0647 NACIONALIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

5200 Ministério da Defesa**0647 NACIONALIZAÇÃO DO MATERIAL BÉLICO**

Gerente em 31/12/2002: José Carlos Albano do Amarante

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 1515 Adequação do Parque Industrial	PARQUE INDUSTRIAL ADEQUADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	214.285,71 213.811,80
(P) 3495 Construção da Fábrica de Pólvora de Base Simples - 60 Toneladas/mês	FABRICA CONSTRUIDA	% DE EXECUCAO FÍSICA	200.000,00 Não aplicável
(P) 3496 Modernização da Fábrica de Itajubá (MG)	FABRICA MODERNIZADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	66.666,67 66.997,16
(P) 3497 Implantação de Sistema de Proteção Ambiental	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	5.714,29 Não aplicável
(P) 3498 Modernização da Fábrica de Pólvora de Base Dupla	FABRICA MODERNIZADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	18.181,82 17.840,00
(P) 3499 Aquisição de Equipamentos Industriais	EQUIPAMENTO/SOFTWARE ADQUIRIDO	UNIDADE	1.000,00 997,80
(P) 3500 Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental na Fábrica Presidente Vargas	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	2.000,00 Não aplicável
(P) 3501 Fábrica de Espoleta Elétrica	FABRICA CONSTRUIDA	% DE EXECUCAO FÍSICA	100.000,00 89.850,00
(A) 4105 Manutenção da Infra-estrutura Operacional	INFRA-ESTRUTURA	%	2.000,00 1.989,58
(OA) 9416 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	material produzido	unidade	916,67 Não aplicável

8032 OPERAÇÕES MILITARES

Gerente em 31/12/2002: Coronel Bruno Augusto Dzioli

(A) 4229 Operações Militares Combinadas ou Conjuntas	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 6002 Missão das Nações Unidas para o Timor Leste	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 6499 Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira	ACAO REALIZADA	UNIDADE	3.853.430,33	3.889.583,50

0472 PROANTAR

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima

(A) 2345 Missão Antártica	MISSAO EXECUTADA	UNIDADE	7.571,88	7.512,13
(A) 4130 Desenvolvimento de Pesquisa na Antártica	PESQUISADOR APOIADO	UNIDADE	31.619,50	21.639,09
(A) 4595 Manutenção da Estação Antártica Comandante Ferraz	ESTACAO CIENTIFICA MANTIDA	UNIDADE	1.178.237,00	1.227.862,00

0623 PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO

Gerente em 31/12/2002: Cel - Av Bruno Nazário Martins

(P) 1299 Desenvolvimento dos Sistemas de Proteção ao Vôo	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	126.209,68	608.080,21
(A) 2041 Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo	SISTEMA MANTIDO	%	181.250,00	50.095,07
(A) 2683 Cartografia Aeronáutica	CARTA PRODUZIDA	UNIDADE	74.928,49	54.010,24
(A) 2913 Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	LAUDO EMITIDO	UNIDADE	8.002,13	1.224,39
(A) 2923 Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	81.310.627,00	97.253.171,37
(P) 3126 Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	9.598.561,00	38.393.887,89
(P) 3133 Revitalização e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	SISTEMA REVITALIZADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	2.054.604,00	2.228.698,33

0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Gerente em 31/12/2002: CORONEL MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Gerente em 31/12/2002: CORONEL MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES

(P)	1493 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica	UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA	UNIDADE	39.885,93	162.435,30
(P)	3105 Aquisição de Veículos de Superfície para Atendimento à Área Operacional Militar	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	41.848,21	41.848,21
(P)	3108 Modernização de Instalações Militares	INSTALACAO MILITAR MODERNIZADA	UNIDADE	21.338,14	38.691,56
(P)	3113 Aquisição de Aeronaves	AERONAVE MILITAR ADQUIRIDA	UNIDADE	34.060.100,50	22.534.449,13
(P)	3116 Modernização de Equipamentos de Comunicação e Eletrônica	EQUIPAMENTO DE COMUNICACAO E ELETRONICA MODERNIZADO	UNIDADE	116.141,28	25.617,38
(P)	3120 Construção e Aquisição de Instalações Militares	INSTALACAO MILITAR CONSTRUIDA OU ADQUIRIDA	M²	1.250,00	480,38
(P)	3123 Implantação de Novos Sistemas Bélicos	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	37.942,37	142.255,55
(P)	3128 Modernização e Revitalização de Aeronaves	AERONAVE MODERNIZADA/RE VITALIZADA	UNIDADE	341.912.282,00	24.203.973,71
(P)	5261 Implantação de Sistemas de Telemática Militar	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	100.000,00	21.457,85
(P)	7861 Aquisição de Simuladores	SIMULADOR ADQUIRIDO	UNIDADE	237.139,83	Não aplicável

0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Gerson Carvalho Ravanelli

(P)	1947 Obtenção de Meios de Fuzileiros Navais	EQUIPAMENTO OBTIDO	UNIDADE	48.648,65	Não aplicável
(P)	1948 Obtenção de Meios Navais	NAVIO/SUBMARIN O	UNIDADE	2.134.553,40	Não aplicável
(P)	1949 Obtenção de Sistemas Operativos	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	1.447.967,14	Não aplicável
(P)	1952 Construção de Organizações Militares Terrestres	ORGANIZACAO MILITAR CONSTRUIDA	UNIDADE	300.000,00	Não aplicável
(P)	1954 Obtenção de Meios Aeronavais	AERONAVE OBTIDA	UNIDADE	222.500,00	Não aplicável
(A)	4517 Projetos de Construção Naval	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	120.028,00	119.963,60
(P)	1485 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha	UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA	UNIDADE	57.720,00	63.127,69
(P)	1942 Modernização de Meios Aeronavais	AERONAVE MODERNIZADA	UNIDADE	137.500,00	Não aplicável
(P)	1943 Modernização de Meios de Fuzileiros Navais	EQUIPAMENTO MODERNIZADO	UNIDADE	107.739,13	Não aplicável
(P)	1944 Modernização de Meios Navais	NAVIO/SUBMARIN O	UNIDADE	1.347.333,67	Não aplicável
(P)	1945 Modernização de Organizações Militares Terrestres	AREA MODERNIZADA	M²	1.426,22	20.158,33
(P)	1946 Obtenção de Embarcações de Apoio	EMBARCACAO OBTIDA	UNIDADE	32.500,00	Não aplicável

0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho

(P)	1076 Modernização Operacional dos Batalhões de Engenharia de Construção	BATALHAO MODERNIZADO	UNIDADE	900.000,00	Não aplicável
(P)	3131 Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	UNIDADE HABITACIONAL OBTIDA	UNIDADE	102.666,67	105.262,92

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Gerente em 31/12/2002: General de Brigada Nelson Marcelino de Faria Filho

(P)	3134 Adequação de Organizações Militares	ORGANIZACAO MILITAR ADEQUADA	M²	500,05	500,07
(P)	3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	46.259.983,00	33.458.678,50
(P)	3139 Implantação do Sistema de Comando e Controle	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	627.815,33	639.353,79
(P)	3141 Informatização do Exército	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	740.022,75	793.135,29
(P)	3142 Instalação de Organizações Militares	ORGANIZACAO MILITAR INSTALADA	M²	450,03	450,41
(P)	3144 Modernização da Força Terrestre	VETOR DE MODERNIDADE IMPLANTADO	UNIDADE	4.488.815,00	2.846.744,00
(P)	3145 Obtenção de Armamentos	ARMAMENTO OBTIDO	UNIDADE	2.021,59	2.024,04
(P)	3146 Obtenção de Meios Específicos	MEIO OBTIDO	UNIDADE	38,01	38,21
(P)	3147 Obtenção de Meios Terrestres	MEIO OBTIDO	UNIDADE	132.949,06	127.952,50
(P)	3149 Revitalização de Materiais de Emprego Militar	MATERIAL REVITALIZADO	UNIDADE	112.268,18	Não aplicável
(P)	3150 Transferência de Organizações Militares	ORGANIZACAO MILITAR TRANSFERIDA	UNIDADE	612.346,00	Não aplicável
(A)	4528 Produção de Material de Emprego Militar	MATERIAL PRODUZIDO	UNIDADE	1.691,43	1.696,65
(P)	5375 Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército	MODERNIZACAO DE 250 ORGANIZACOES MILITARES	% DE EXECUÇÃO FISICA	6.576.184,29	6.730.442,79

0474 RECURSOS DO MAR

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Paulo César Dias de Lima

(P)	1357 Levantamento da Plataforma Continental Brasileira	AREA LEVANTADA	KM²	0,09	0,08
(A)	2518 Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico	AREA MONITORADA	KM²	0,02	0,03
(A)	2520 Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo	ESTACAO CIENTIFICA MANTIDA	UNIDADE	444.044,00	444.030,00
(A)	4127 Fomento ao Desenvolvimento de Conhecimentos sobre os Ambientes Costeiros e Marinhos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	19.400,00	Não aplicável
(A)	4433 Avaliação dos Recursos Não Vivos da Zona Econômica Exclusiva	AREA AVALIADA	KM²	0,08	0,10

0639 SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Jair Alberto Ribas Marques

(A)	2501 Sinalização Náutica	SINALIZACAO NAUTICA MANTIDA	UNIDADE	1.913,81	1.544,49
(A)	2502 Registro e Fiscalização de Embarcações	EMBARCACAO FISCALIZADA	UNIDADE	3,33	Não aplicável
(A)	2506 Hidrografia e Cartografia Náutica	CARTA PRODUZIDA	UNIDADE	113,35	106,32
(A)	4434 Socorro e Salvamento	SOCORRO/SALVAMENTO	UNIDADE	192,31	Não aplicável

0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

Gerente em 31/12/2002: Maj-Brig. Médico Ricardo Luiz de Guimarães Germano

(A)	2059 Atendimento Médico-hospitalar/Fator de Custo	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	60,57	54,56
(A)	2528 Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	6.216,44	4.542,68

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5200 Ministério da Defesa**0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS**

Gerente em 31/12/2002: Maj-Brig. Médico Ricardo Luiz de Guimarães Germano

(A)	2887 Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo do Exército	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	488,45	392,11
(A)	2888 Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo da Aeronáutica	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	165,48	103,52
(P)	3104 Aquisição de Ambulâncias e de UTI Móvel	AMBULANCIA OU UTI MOVEL ADQUIRIDA	UNIDADE	66.666,67	Não aplicável
(P)	5592 Desenvolvimento de Novos Procedimentos na Área Biomédica	PROCEDIMENTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	18.000,00	17.984,00
(A)	6533 Manutenção dos Serviços Médico-hospitalares e Odontológicos a Cargo da Marinha	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	140,21	123,12

0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

Gerente em 31/12/2002: Coronel-Intendente Almir de Carvalho Coelho

(A)	2884 Curso de Reciclagem e Capacitação de Pessoal	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.000,00	655,50
(A)	2899 Suporte ao Desenvolvimento Industrial	SERVICO PRESTADO	UNIDADE	200,05	53,69
(A)	2917 Funcionamento dos Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento da Aeronáutica	ORGANIZACAO MANTIDA	UNIDADE	210.665,00	213.799,25
(P)	3107 Implantação de Infra-estrutura para Pesquisa e Desenvolvimento	INFRA-ESTRUTUR A	UNIDADE	1.057.549,00	1.356.641,50
(P)	3122 Desenvolvimento do AM-X	AERONAVE DESENVOLVIDA	% DE EXECUCAO FISICA	4.843.674,15	7.219.394,90
(A)	4404 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	720.199,00	821.705,00
(P)	5407 Desenvolvimento de Aeronaves			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5408 Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	PROJETO DESENVOLVIDO	UNIDADE	2.009.212,50	803.685,00

0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL

Gerente em 31/12/2002: Contra-Almirante Marcelo Victor de Uzêda

(P)	1421 Construção do Protótipo de Reator Nuclear	PROTOTIPO CONSTRUIDO	% DE EXECUCAO FISICA	3.982.989,80	4.069.672,02
(P)	1425 Implantação de Infra-estrutura Básica na Área Nuclear	AREA CONSTRUIDA	M²	717,25	726,12
(P)	3215 Desenvolvimento, Simulação e Avaliação de Táticas Aplicadas na Guerra Naval	TATICA ADOTADA	UNIDADE	2.191.225,00	826.792,67
(P)	3216 Construção de Protótipo de Submarino com Propulsão Nuclear	PROTOTIPO CONSTRUIDO	% DE EXECUCAO FISICA	992.358,33	1.122.823,09
(P)	3217 Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologia Nuclear em Pesquisas e Empreendimentos Conjuntos	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA E APLICADA	% DE EXECUCAO FISICA	2.026.430,00	2.026.337,66
(P)	3529 Desenvolvimento e Avaliação de Meios e Sistemas Navais	SISTEMA DESENVOLVIDO E AVALIADO	UNIDADE	193.349,25	218.162,75

0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

Gerente em 31/12/2002: General de Divisão Renato César Tibau da Costa

(A)	2769 Avaliação de Material de Emprego Dual	MATERIAL AVALIADO	UNIDADE	3.566,54	2.181,05
(A)	2786 Funcionamento dos Órgãos de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército	ORGANIZACAO APOIADA	UNIDADE	319.474,43	310.766,86
(A)	4403 Pesquisa e Desenvolvimento de Material de Emprego Dual	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	214.747,00	163.194,11

2600 Ministério da Educação**0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Estelles

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2600 Ministério da Educação**0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Estelles

(OE)	0511 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial	INSTITUICAO APOIADA	UNIDADE	24.406,86	9.250,37
(A)	6113 Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial	MATERIAL DISTRIBUIDO	UNIDADE	50,00	34,19
(A)	6123 Capacitação de Profissionais para a Educação Especial	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	24,36	25,87
(A)	6127 Funcionamento dos Institutos Federais de Educação Especial	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	16.890,97	15.009,57
(A)	6131 Produção e Disseminação de Conhecimento sobre Educação Especial	ESTUDO DISSEMINADO	UNIDADE	4.205,02	6.172,03
(A)	6135 Produção e Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille	EXEMPLAR PRODUZIDO E DISTRIBUIDO	UNIDADE	3,83	4,30
(A)	6137 Promoção de Eventos para a Educação Especial	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	80.000,00	80.000,00
(A)	6139 Qualificação de Docentes para a Educação Especial	DOCENTE QUALIFICADO	UNIDADE	333,33	281,67
(A)	6141 Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	302,56	335,79

0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Gerente em 31/12/2002: Domingos Sávio Spezia

(OE)	0529 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Profissional	INSTITUICAO APOIADA	UNIDADE	161.282,42	1.579.359,18
(P)	1411 Implantação da Escola Técnica Federal de Palmas	INSTITUICAO IMPLANTADA	UNIDADE	4.000.000,00	Não aplicável
(A)	2319 Prestação de Serviços à Comunidade	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	12,55	Não aplicável
(A)	2992 Funcionamento da Educação Profissional	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	2.696,59	2.604,02
(A)	2994 Assistência ao Educando da Educação Profissional	ALUNO ASSISTIDO	UNIDADE	101,49	25,82
(P)	3048 Capacitação de Docentes e Técnicos da Área Educacional para a Educação Profissional	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	620,48	Não aplicável
(P)	3049 Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado aos Centros de Educação Profissional	CENTRO DE EDUCACAO PROFISSIONAL EQUIPADO	UNIDADE	390.392,14	322.943,00
(P)	3052 Promoção de Cursos de Extensão	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	20,76	Não aplicável
(P)	3053 Veículos de Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	34.564,54	Não aplicável
(P)	3676 Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	782,65	533,15
(P)	3681 Estudos e Pesquisas Técnico-Pedagógicas e de Modelos de Gestão - PROEP	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	669.416,60	810.923,00
(P)	3685 Implementação da Reforma da Educação Profissional - PROEP	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUCAO FISICA	285.714,29	312.393,86
(P)	3687 Implementação do Sistema de Informação da Educação Profissional - PROEP	SUBSISTEMA IMPLEMENTADO	UNIDADE	414.666,50	358.666,00
(P)	5135 Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	ÁREA MODERNIZADA/RE CUPERADA	M²	358,59	Não aplicável
(P)	5430 Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional - PROEP/FAT	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	1.142,86	Não aplicável
(P)	5606 Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP/FAT	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	933.333,33	Não aplicável
(P)	7109 Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	707.321,06	654.763,19

0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente

(OE)	0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior não Federais	INSTITUIÇÃO APOIADA	UNIDADE	383.126,88	258.648,65

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2600 Ministério da Educação**0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Gerente em 31/12/2002: José Luiz da Silva Valente

				Previsto - 2002	Apurado - 2002
Produto	Unidade de Medida				
(OE) 0523 Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino				Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0525 Apoio a Entidades de Ensino Superior Federais	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE		993.671,64	783.837,17
(OE) 0527 Incentivo à Modernização e Melhoria da Qualidade na Gestão, por Resultados, das Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.	INSTITUICAO APOIADA	UNIDADE		810.774,13	791.565,48
(OE) 0577 Concessão de Crédito Educativo a Estudantes Carentes	ESTUDANTE FINANCIADO	UNIDADE		3.066,56	2.657,66
(OE) 0579 Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior não Gratuito	ESTUDANTE FINANCIADO	UNIDADE		2.797,66	3.453,48
(P) 1409 Implantação da Fundação Universidade Federal de Tocantins	INSTITUICAO IMPLANTADA	UNIDADE		9.051.731,00	Não aplicável
(A) 2233 Ensino de Graduação em Estatística e Geociências	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE		1.581,25	800,03
(A) 2321 Ampliação do Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	VOLUME ADQUIRIDO	UNIDADE		33,77	27,98
(A) 2327 Ensino de Graduação à Distância	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE		289,41	147,07
(P) 3076 Construção e Ampliação de Bens Imóveis das Instituições Federais de Ensino Superior	Área construída	m²		570,34	443,97
(P) 3114 Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	LABORATORIO EQUIPADO	UNIDADE		733.125,15	141.988,00
(P) 3714 Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE		1.023.896,62	369.368,94
(A) 4002 Assistência ao Educando do Ensino de Graduação	ALUNO ASSISTIDO	UNIDADE		118,92	154,37
(A) 4004 Serviços Sociais à Comunidade por meio da Extensão Universitária	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE		3,35	14.947.379,00
(A) 4008 Manutenção de Acervo Bibliográfico	VOLUME MANTIDO	MILHAR		434,67	442,03
(A) 4009 Funcionamento de Cursos de Graduação	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE		9.946,38	10.803,51
(A) 4010 Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População				Não aplicável	Não aplicável
(A) 4086 Serviços Sociais à Comunidade por meio de Hospitais de Ensino				Não aplicável	Não aplicável
(A) 4413 Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior - PET	ALUNO TREINADO	UNIDADE		2.819,75	2.571,64
(A) 4472 Apoio a Entidades de Ensino Superior	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE		1.126.312,00	375.877,80
(A) 4556 Administração do Financiamento Concedido a Estudantes do Ensino Superior não Gratuito	FINANCIAMENTO GERENCIADO	UNIDADE		97,46	123,77
(P) 5081 Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	ÁREA MODERNIZADA/RECUPERADA	M²		363,07	137,08
(P) 5187 Construção da Faculdade de Farmácia da UFMG no Campus da Pampulha	AREA CONSTRUIDA	M²		373,91	Não aplicável
(P) 5189 Construção da Escola de Engenharia da UFMG no Campus da Pampulha	AREA CONSTRUIDA	M²		259,22	59,70
(P) 5191 Construção da Faculdade de Educação da UFMG no Campus da Pampulha	AREA CONSTRUIDA	M²		330,99	48,39
(P) 5193 Ampliação das Instalações da Escola de Educação Física da UFMG	AREA CONSTRUIDA	M²		571,20	Não aplicável
(P) 5195 Ampliação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG	AREA CONSTRUIDA	M²		662,70	40,54
(P) 5211 Ampliação do Instituto de Geociências da UFMG	AREA CONSTRUIDA	M²		580,58	Não aplicável
(P) 5213 Construção da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG no Campus da Pampulha	AREA CONSTRUIDA	M²		19,56	Não aplicável
(OA) 9026 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (BNDES)	área construída	m²		5.108,99	Não aplicável

0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2600 Ministério da Educação**0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Horta Barbosa

(OE)	0485 Fomento à Pós-graduação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	67.129,50	65.946,50
(OE)	0487 Concessão de Bolsas de Pós-graduação no País e no Exterior	BOLISTA ATENDIDO	UNIDADE	18.131,60	17.831,52
(A)	2234 Ensino de Pós-graduação em Estatística e Geociências	ALUNO FORMADO	UNIDADE	1.230,68	10.928,80
(A)	2317 Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-graduação	VOLUME ADQUIRIDO	UNIDADE	12.434,06	3.399,92
(A)	2429 Formação de Recursos Humanos na Área Ambiental	PESSOA FORMADA	UNIDADE	281,43	692,81
(A)	4005 Funcionamento da Residência Médica	MEDICO RESIDENTE MANTIDO	UNIDADE	18.670,01	19.901,20
(A)	4006 Funcionamento dos Cursos de Pós-graduação	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	204,69	203,36
(A)	4011 Avaliação da Pós-graduação	PROGRAMA AVALIADO	UNIDADE	2.307,49	2.230,38
(A)	4012 Avaliação e Credenciamento de Cursos e de Instituições para Residência Médica	INSTITUICAO AVALIADA	UNIDADE	523,04	479,01
(A)	6465 Ensino de Pós-graduação à Distância	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	254,65	284,11

0045 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Gerente em 31/12/2002: Maria Beatriz Gomes da Silva

(P)	1148 Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Médio	LABORATORIO IMPLANTADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	1327 Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio	ALUNO ATENDIDO	UNIDADE	208,96	224,85
(A)	2991 Funcionamento do Ensino Médio	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	3.489,44	Não aplicável
(P)	3677 Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Médio - PROMED	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	187,55	11,27
(P)	3680 Estudos e Pesquisas para Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	254.019,45	174.019,45
(P)	3682 Expansão e Melhoria da Rede Escolar - PROMED	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	11.089,76	5.646,76
(P)	3686 Implementação da Reforma do Ensino Médio - PROMED	PROJETO IMPLEMENTADO	% DE EXECUCAO FISICA	311.401,20	55.637,40
(P)	5371 Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável

0047 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Gerente em 31/12/2002: Maria Auxiliadora Lopes

(OE)	0081 Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço - Programa Supletivo)	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	226,93	250,13
(OE)	0507 Fomento a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	275,36	5,86
(A)	2047 Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	102,30	101,96
(A)	2263 Produção e Distribuição de Programas da Rádio-Escola para Jovens e Adultos	PROGRAMA PRODUZIDO	MINUTO	1.541,67	1.512,26
(A)	2335 Material Didático-Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	20,00	14,20
(A)	4397 Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	506,00	536,68
(P)	7857 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	84,19	225,26

0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário

(P)	1181 Equipamentos para TV Escola	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	750,00	632,34

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2600 Ministério da Educação**0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS**

Gerente em 31/12/2002: Pedro Crisóstomo Rosário

(A)	2337	Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	506,00	219,34
(P)	3160	Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias no Ensino Fundamental	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	514,67	514,67
(P)	3697	Equipamentos de Informática para o Centro de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE e Escolas	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	31.587,17	30.706,08
(A)	4050	Veiculação de Programas de Educação à Distância	PROGRAMA VEICULADO	MINUTO	38,45	46,23
(A)	4088	Correção do Fluxo Escolar - ACeleração da Aprendizagem	ALUNO BENEFICIADO	MILHAR	363.636,36	37.478,25
(P)	7619	Edição e Distribuição de Material Impresso de Apoio à Educação à Distância e ao Uso de Novas Tecnologias na Educação	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	MILHAR	957,27	973,88
(P)	7859	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação à Distância	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	100,32	99,43

0048 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

Gerente em 31/12/2002: Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro

(P)	3090	Censos, Exames e Avaliações Especiais	CENSO/AVALIACAO	UNIDADE	333.333,33	250.000,00
(A)	4000	Desenvolvimento de Estudos e Disseminação das Estatísticas e Avaliações Educacionais	ESTUDO/ESTATISTICA	UNIDADE	56.470,59	50.291,69
(A)	4014	Censo Escolar da Educação Básica	CENSO REALIZADO	UNIDADE	7.872.000,00	7.351.422,00
(A)	4016	Exame Nacional de Cursos de Graduação - Provão	CURSO AVALIADO	UNIDADE	1.087.045,00	1.034.450,54
(A)	4017	Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM	ALUNO AVALIADO	UNIDADE	39,70	33,18
(A)	4021	Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED	MODULO IMPLANTADO	UNIDADE	244.461,54	228.111,69
(A)	4022	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB	SISTEMA EDUCACIONAL AVALIADO	UNIDADE	260.666,67	231.110,70
(A)	4465	Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação	CURSO AVALIADO	UNIDADE	5.284,48	7.620,00
(A)	4473	Avaliação Institucional	INSTITUICAO AVALIADA	UNIDADE	253,58	1.012,89
(A)	6503	Censo do Ensino Superior	CENSO REALIZADO	UNIDADE	3.430.000,00	3.430.000,00

0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Gerente em 31/12/2002: Marluce Araújo de Lucena

(A)	2014	Formulação de Políticas e Emissão de Atos Normativos para a Educação Nacional	NORMA PRODUZIDA	UNIDADE	699,30	617,05
(P)	3127	Estudos e Pesquisas Educacionais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	529.000,00	529.000,00
(A)	4024	Gerenciamento das Políticas do Ensino Fundamental	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4025	Gerenciamento das Políticas do Ensino Médio e Tecnológico	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4029	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-educação	INSPECAO REALIZADA	UNIDADE	1.950.000,00	848,42
(A)	4081	Gerenciamento das Políticas da Educação à Distância	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4082	Gerenciamento das Políticas da Educação Especial	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4083	Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior	-	-	Não aplicável	Não aplicável

0046 HOSPITAIS DE ENSINO

Gerente em 31/12/2002: Atílio Mazzoleni

(OE)	0523	Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino	HOSPITAL APOIADO	UNIDADE	540.689,66	379.460,16

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2600 Ministério da Educação**0046 HOSPITAIS DE ENSINO**

Gerente em 31/12/2002: Atílio Mazzoleni

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 4010 Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População	PESSOA ATENDIDA UNIDADE	268,04	19,28
(A) 4086 Serviços Sociais à Comunidade por meio de Hospitais de Ensino	LEITO OFERTADO UNIDADE	17.748,11	285,67

0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Gerente em 31/12/2002: Wilma Luíza Santana

(OE) 0304 Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0509 Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental	PROJETO APOIADO UNIDADE	567.571,75	2.725.016,47	
(OE) 0513 Alimentação Escolar	ALUNO BENEFICIADO MILHAR	23.860,02	23.387,95	
(OE) 0515 Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA	ESCOLA BENEFICIADA UNIDADE	2.128,44	2.246,80	
(OE) 0517 Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal	ESCOLA BENEFICIADA UNIDADE	2.907,65	2.859,75	
(OE) 0519 Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócioeducativas - Bolsa-Escola	ALUNO BENEFICIADO MILHAR	173.742,66	177.429,96	
(P) 3693 Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA II	ESCOLA BENEFICIADA UNIDADE	7.916,09	10.806,20	
(P) 3699 Veículos para Transporte Escolar	VEICULO ADQUIRIDO UNIDADE	35.175,52	46.729,72	
(A) 4001 Funcionamento do Ensino Fundamental	ALUNO MATRICULADO UNIDADE	44,98	Não aplicável	
(A) 4041 Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino	ALUNO MATRICULADO UNIDADE	221,15	442,12	
(A) 4042 Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental (Saúde do Escolar)	ALUNO ASSISTIDO MILHAR	3.223,80	Não aplicável	
(A) 4045 Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental	MODULO DISTRIBUIDO UNIDADE	906,23	37,25	
(A) 4046 Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental	EXEMPLAR DISTRIBUIDO MILHAR	5.245,36	4.885,02	
(A) 4389 Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social	CONSELHEIRO CAPACITADO UNIDADE	2.314,81	376,23	
(A) 4401 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios Concedidos pelo Bolsa-Escola	FAMILIA ATENDIDA MILHAR	28.587,24	22.515,48	
(A) 4411 Gerenciamento do Bolsa-Escola	FAMILIA ATENDIDA MILHAR	2.028,77	1.089,39	
(P) 5079 Fundo de Fortalecimento da Escola - FUNDESCOLA III	ESCOLA BENEFICIADA UNIDADE	20.000,00	30.083,19	

2500 Ministério da Fazenda**0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Gerente em 31/12/2002: Expedito José de Vasconcelos Gonçalves

(A) 2013 Apreciação e Julgamento Administrativo de Litígios Fiscais	RECURSO JULGADO UNIDADE	85,34	64,41	
(A) 2085 Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes	SISTEMA MANTIDO UNIDADE	100.000,00	81.969,00	
(A) 2237 Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	ACAO FISCAL REALIZADA UNIDADE	3.183,93	6.348,15	
(A) 2238 Normatização e Gestão Tributária e Aduaneira	NORMA PUBLICADA UNIDADE	259.045.000,00	221.408.560,00	
(A) 2239 Lançamento, Cobrança de Tributos e Atendimento ao Contribuinte	DECLARACAO RECEBIDA UNIDADE	1,87	0,73	
(A) 2242 Remuneração por Serviço de Arrecadação	INSTITUICAO REMUNERADA UNIDADE	1.517.516,13	1.763.098,90	
(A) 2247 Sistema Integrado de Comércio Exterior- SISCOMEX	SISTEMA MANTIDO UNIDADE	5.323.733,33	4.657.066,67	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2500 Ministério da Fazenda**0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

Gerente em 31/12/2002: Expedito José de Vasconcelos Gonçalves

(A)	2248 Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	2.417.524,68	2.096.622,54
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3583 Reparelhamento, Atualização e Aperfeiçoamento Tecnológico da Secretaria da Receita Federal	UNIDADE REAPARELHADA	UNIDADE	307.142,86	Não aplicável

0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS

Gerente em 31/12/2002: Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo

(A)	2219 Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa Econômica Aplicada e Avaliação de Políticas Públicas	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	46,67	Não aplicável
(A)	2250 Seleção, Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins.	SERVIDOR SELECIONADO E CAPACITADO	UNIDADE	733,40	500,19

9982 CREDIAMIGO

Gerente em 31/12/2002: Maria Rita da Silva Valente

(OA)	9509 CAPACITAÇÃO DE MICROEMPREENDEDORES	microempreendedor	unidade	20,00	Não aplicável
(OA)	9510 FINANCIAMENTO AO MICRONEGÓCIO	financiamento concedido	unidade	830,21	Não aplicável

0755 DESENVOLVIMENTO DE REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge

(P)	1479 Estudo para Reformas na Previdência de Servidores Federais, Estaduais e Municipais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	376.535,00	Não aplicável
(P)	3586 Capacitação dos Técnicos da Área Previdenciária dos Estados	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	7.345,24	Não aplicável
(P)	3591 Estudos de Reformas dos Sistemas Previdenciários dos Estados	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1.850.666,67	Não aplicável
(P)	3598 Implantação do Sistema Informatizado Integrado da Área Previdenciária dos Estados	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	18.500,00	Não aplicável
(OA)	9432 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS	fundo previdenciário constituído	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9433 ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E COMPLEMENTARES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	regime de previdência assistido	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9434 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS E COMPLEMENTARES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	regime de previdência organizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9435 ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ESTRUTURAÇÃO E CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS	fundo previdenciário implantado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Gerente em 31/12/2002: Ana Maria da França Martins Brito

(P)	1068 Reforma e Ampliação das Instalações da Comissão de Valores Mobiliários	OBRA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	118.750,00	118.700,00
(P)	1659 Estudos Prospectivos para Desenvolvimento de Novos Mercados	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	50.000,00	Não aplicável
(A)	2203 Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	373,02	134,73
(A)	2204 Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários	INFORMACAO DISPONIBILIZADA	MEGABYTE	6.368,61	675,99
(A)	2205 Orientação e Defesa aos Investidores - PRODIN	INVESTIDOR ATENDIDO	UNIDADE	30,66	9,08
(A)	2210 Sistema Informatizado da Comissão de Valores Mobiliários	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	273.472,22	169.936,67

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2500 Ministério da Fazenda**0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Gerente em 31/12/2002: Ana Maria da França Martins Brito

(P)	5089 Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	8.197.696,00	Não aplicável
(P)	5091 Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação da CVM junto ao Mercado de Capitais	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	17.040,00	Não aplicável

0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

(P)	1655 Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Curitiba - PR	OBRA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	195.500,00	Não aplicável
(P)	1657 Construção de Edifício do Banco Central do Brasil em Porto Alegre - RS	OBRA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	166.666,67	Não aplicável
(A)	2089 Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN	SUBSISTEMA DESENVOLVIDO	UNIDADE	92.057.400,00	69.406.049,00
(A)	2091 Regulamentação e Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional	HOMOLOGACAO CONCEDIDA	UNIDADE	375,00	25,62
(A)	2832 Fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e do Mercado Financeiro	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	1.807,50	1.308,02
(P)	3588 Capacitação para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do BACEN junto ao Sistema Financeiro Nacional	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	7.462,50	Não aplicável
(P)	3593 Estudos para Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do BACEN junto ao Sistema Financeiro Nacional	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	877.500,00	Não aplicável
(OA)	9447 AQUISIÇÃO DE CARTEIRAS IMOBILIÁRIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM LIQUIDAÇÃO			31.001.128,17	Não aplicável

9998 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pelágio da Costa Bomfim

(OE)	0173 Participação da União em Projetos de Infra-estrutura Turística no Âmbito do PRODETUR NE II	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9518 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9519 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9520 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9521 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9522 FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS	projeto financiado	unidade	5.670.000,00	Não aplicável
(OA)	9523 RESTAURAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO, HISTÓRICO E CULTURAL DE ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO	bem recuperado	m²	1.890,00	Não aplicável
(OA)	9524 RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	área protegida	ha	630,00	Não aplicável
(OA)	9525 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	trecho construído	km	236.250,00	Não aplicável
(OA)	9526 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL AEROPORTUÁRIO	terminal construído	% de execução física	47.250.000,00	Não aplicável
(OA)	9527 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	familia beneficiada	unidade	126,00	Não aplicável
(OA)	9528 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	familia beneficiada	unidade	189,00	Não aplicável
(OA)	9529 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	trecho restaurado	km	135.000,00	Não aplicável
(OA)	9530 CADASTRAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	cadastro realizado	unidade	160.000,00	Não aplicável

0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO

Gerente em 31/12/2002: Carlos Eduardo de Souza e Silva

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2500 Ministério da Fazenda**0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Eduardo de Souza e Silva

(OE)	0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Privada Aberta (Lei nº 10.190, de 2001 - Art.3)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2214	Fiscalização dos Mercados de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro	ENTIDADE FISCALIZADA	UNIDADE	8.080,28	4.047,50
(A)	2215	Regulamentação dos Mercados de Seguros, Capitalização, Previdência Privada Aberta e Resseguro	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	4.490,16	2.209,85
(A)	2216	Sistema Informatizado da Superintendência de Seguros Privados	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	595.000,00	448.463,00

0774 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Gerente em 31/12/2002: Robson de Araújo Jorge

(OE)	0015	Financiamento para Modernização da Administração Financeira e Tributária dos Estados	ESTADO BENEFICIADO	UNIDADE	13.165.074,07	13.148.148,15
(OE)	0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	MUNICÍPIO BENEFICIADO	UNIDADE	1.069.512,66	5.280.718,75
(P)	1149	Assistência Técnica para Gestão dos Contratos de Financiamentos aos Estados	CONTRATO GERIDO	UNIDADE	407.962,96	124.147,19
(P)	1151	Assistência Técnica para Gestão dos Contratos de Financiamentos aos Municípios	CONTRATO GERIDO	UNIDADE	31.265,82	23.977,00

0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

Gerente em 31/12/2002: Almério Cançado de Amorim

(OE)	0556	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	2.940.000,00	1.082.912,33
(P)	1579	Aperfeiçoamento das Atividades e Mecanismos de Gerenciamento da Dívida Pública	SISTEMA DESENVOLVIDO	UNIDADE	4.725.000,00	1.366.558,57
(A)	2074	Gestão Financeira e Contábil	BALANÇO GERAL DA UNIAO ELABORADO	UNIDADE	2.679.272,00	2.485.168,00
(A)	2075	Gestão de Obrigações da União	LEILÃO REALIZADO	UNIDADE	11.838,58	8.723,02
(A)	2076	Gestão de Haveres da União	CONTRATO GERIDO	REAIS MILHOES	81,76	37,54
(A)	2077	Gestão da Dívida Pública	CONTRATO GERIDO	UNIDADE	201.909,00	85.229,55
(A)	2081	Sistema Informatizado da Secretaria do Tesouro Nacional	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	800.000,00	1.038.602,67
(A)	2082	Sistema Informatizado do Ministério da Fazenda	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	3.078.000,00	2.707.467,67
(A)	2086	Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	53.744.922,00	51.281.769,00
(P)	3599	Implantação do Sistema SIAFI em Plataforma Gráfica - SIAFI Século XXI	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	438.823,26	4.000.000,00

0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Gerente em 31/12/2002:

(A)	2072	Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais	GESTAO AVALIADA	UNIDADE	3.028,40	2.516,33
(A)	2073	Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais	ACAO AVALIADA	UNIDADE	60,93	54,96
(A)	2080	Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	5.940.000,00	4.683.607,00

0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

Gerente em 31/12/2002: Francisco de Assis Leme Franco

(A)	2057	Promoção e Estímulo à Concorrência	INVESTIGACAO REALIZADA	UNIDADE	955.801,00	23.169,95

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2500 Ministério da Fazenda**0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS**

Gerente em 31/12/2002: Francisco de Assis Leme Franco

(A)	2068	Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	303.429,00	19.280,48
(A)	2069	Estruturação de Regimes Tarifários	REGIME TARIFARIO ESTRUTURADO	UNIDADE	182.057,67	20.942,56
(A)	2084	Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1.456.460,00	1.120.649,00
(A)	2387	Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	EVENTO ACOMPANHADO	UNIDADE	49.155,50	16.789,36
(OA)	9448	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	análise realizada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO

Gerente em 31/12/2002: JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

(A) 2066 Análise Macroeconômica e Proposição para Formulação da Política Econômica	ANALISE REALIZADA	UNIDADE	33.333,33	25.903,33
(A) 2083 Sistema Informatizado da Secretaria de Política Econômica	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	303.000,00	276.966,00
(A) 2098 Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	5.926.000,00	3.369,63
(A) 4479 Assistência Técnica em Assuntos Internacionais	NEGOCIACAO REALIZADA	UNIDADE	1.250,00	975,90

5010 INTEGRAÇÃO DA CADEIA DO AGRONEGÓCIO

Gerente em 31/12/2002: Biramar Nunes de Lima

(OA) 9487 INSTALAÇÃO DE SALAS DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO (BB SALA DE AGRONEGÓCIO)	sala instalada	unidade	13.750,00	Não aplicável
(OA) 9488 REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS ENTRE SEGMENTOS DO AGRONEGÓCIO	convênio firmado	unidade	1.256.211,07	Não aplicável
(OA) 9489 LEILÕES ELETRÔNICOS (BB LEILÃO ELETRÔNICO)	contrato comercializado	unidade	207.606,00	Não aplicável
(OA) 9490 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS VIA MERCADO DE OPÇÕES E FUTURO (BB GARANTIA DE PREÇO)	contrato comercializado	unidade	18.886,91	Não aplicável
(OA) 9491 AVAL PARA VENDA ANTECIPADA DA PRODUÇÃO (CÉDULA DO PRODUTOR RURAL)	contrato comercializado	unidade	52.012,39	Não aplicável

0758 PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

Gerente em 31/12/2002: Luiz Carlos Ferreira Lamarão

(P) 3274 Modernização do Parque Industrial	LINHA DE PRODUCAO MODERNIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.166.666,67	194.767,06
(A) 4105 Manutenção da Infra-estrutura Operacional	INFRA-ESTRUTUR A	%	60.000,00	75.242,52
(OA) 9438 PRODUÇÃO DE CÉDULAS	cédula produzida	unidade	0,06	Não aplicável
(OA) 9439 PRODUÇÃO DE MOEDAS	moeda produzida	unidade	0,07	Não aplicável
(OA) 9440 PRODUÇÃO DE SELOS POSTAIS	estampa de selo postal produzido	unidade	0,19	Não aplicável
(OA) 9441 PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE SEGURANÇA DIVERSOS	documento de segurança produzido	unidade	0,10	Não aplicável
(OA) 9442 PRODUÇÃO DE CARTÕES	cartão produzido	unidade	0,39	Não aplicável
(OA) 9443 PRODUÇÃO DE SELOS FISCAIS	selo fiscal produzido	unidade	6,99	Não aplicável
(OA) 9444 PRODUÇÃO DE BILHETES MAGNETIZADOS	bilhete magnetizado produzido	unidade	0,01	Não aplicável
(OA) 9445 PRODUÇÃO DE CADERNETAS	caderneta produzida	unidade	1,15	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2500 Ministério da Fazenda**0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO**

Gerente em 31/12/2002: AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO

(A)	2244 Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União	DIVIDA ATIVA INSCRITA	UNIDADE	3,02	2,53
(A)	2245 Representação e Defesa da Fazenda Nacional em Juízo	REPRESENTACAO REALIZADA	UNIDADE	7,38	6,56
(A)	2249 Sistema Informatizado da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	10.226.000,00	9.236.130,50

5002 RESSEGURO

Gerente em 31/12/2002: Maria Cristina Fischer Matos

(OA)	9480 OPERAÇÃO DE RESSEGUROS	operação realizada	R\$	0,90	Não aplicável

0756 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA

Gerente em 31/12/2002: Gilson Oliveira Lariu

(A)	2213 Serviços de Informática para a Iniciativa Privada	SERVICO VENDIDO	UNIDADE	5.000.000,00	4.395.436,00

0751 SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO

Gerente em 31/12/2002: Gilson Oliveira Lariu

(A)	2211 Produção de Serviços de Informática para o Governo Federal	SISTEMA DESENVOLVIDO	UNIDADE	26.922.887,00	25.891.745,00
(A)	2212 Manutenção dos Sistemas Informatizados do Governo Federal	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	15.235.071,71	13.724.043,76

5300 Ministério da Integração Nacional**0667 DEFESA CIVIL**

Gerente em 31/12/2002: José Wilson Pereira

(A)	4580 Ações Emergenciais de Defesa Civil	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	326.841,65	1.621.874,82
(A)	4582 Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres	MUNICIPIO ASSISTIDO	UNIDADE	80.000,00	456.400,00
(P)	5698 Capacitação de Agentes de Defesa Civil	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	115,17	2.633,96

0518 DESENVOLVIMENTO AGROAMBIENTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - PRODEAGRO

Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira

(P)	3628 Regularização Fundiária em Mato Grosso	IMOVEL CADASTRADO	UNIDADE	318,18	Não aplicável
(P)	3630 Gestão da Áreas Protegidas em Mato Grosso	AREA DEMARCADA	HA	1.000,00	Não aplicável
(P)	3638 Implantação de Projetos Comunitários Geradores de Alternativas Econômicas em Mato Grosso	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	62.500,00	Não aplicável
(P)	3640 Pavimentação de Rodovias Estaduais em Mato Grosso	TRECHO PAVIMENTADO	KM	275.000,00	Não aplicável
(P)	3644 Restauração de Rodovias Estaduais em Mato Grosso	TRECHO RESTAURADO	KM	2.477.178,00	Não aplicável
(P)	3648 Zoneamento Sócio-econômico-ecológico de Mato Grosso	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM²	38,46	Não aplicável
(P)	3843 Avaliação dos Componentes do Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso - PRODEAGRO	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	58.333,33	Não aplicável

0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL

Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz

(OE)	0175 Promoção do Desenvolvimento do Estado do Tocantins	-	-	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

5300 Ministério da Integração Nacional**0519 DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL**

Gerente em 31/12/2002: Divino da Costa Vaz

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OE)	0353 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	-	-	Não aplicável
(P)	1873 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	56.761,75
(P)	1913 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Amazônia Legal	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	846,86
(A)	2539 Manutenção de Distrito Agropecuário	DISTRITO MANTIDO	UNIDADE	4.500.000,00
(P)	3564 Edição e Distribuição de Publicações sobre Oportunidades de Investimento na Amazônia Ocidental	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	38,46
(P)	3567 Estudos para a Promoção de Investimentos na Amazônia Ocidental	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	100.000,00
(P)	3570 Elaboração e Acompanhamento de Projetos Agroindustriais Demonstrativos na Amazônia Ocidental e Amapá	PROJETO ELABORADO	UNIDADE	40.000,00
(P)	3571 Implantação de Infra-estrutura Básica do Projeto Piloto de Colonização em Grupo no Distrito Agropecuário de Manaus	INFRA-ESTRUTURA PROJETO IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	234.000,00
(P)	3669 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Amazônia Legal	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	2.216,32
(A)	4247 Fomento a Projetos de Infra-estrutura Econômica e Social na Amazônia Ocidental	PROJETO APOIADO	UNIDADE	283.937,35
(OA)	9402 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA NA REGIÃO NORTE - FNO	crédito concedido	R\$ 1.000	1.000,00
(OA)	9403 CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA PROJETOS DE APROVEITAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS REGIONAIS	projeto apoiado	unidade	540.540,54
(OA)	9404 FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA OCIDENTAL - PEXAM	exportação alavancada	US\$ milhão	4.672,90

0808 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga

(P)	1263 Unidade Piloto de Promoção de Oportunidades de Investimento no Centro-Oeste	EMPREENHIMENTO	UNIDADE	21.692,72
(A)	2871 Avaliação das Atividades Desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	AVALIACAO EFETUADA	UNIDADE	100.000,00
(OA)	9477 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA REGIÃO CENTRO-OESTE (FCO)	crédito concedido	R\$	1,00

0800 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE

Gerente em 31/12/2002: Anete Alves Fernandes Fidelis

(OE)	0355 Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste	-	-	Não aplicável
(P)	1060 Apoio ao Desenvolvimento Rural	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	160.235,77
(P)	1840 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	34.883,72
(P)	1858 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento da Região Nordeste	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	181.818,18
(P)	3675 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado na Região Nordeste	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	139.437,18
(OA)	9468 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DA REGIÃO NORDESTE - FNE	crédito concedido	R\$	1,00

0094 DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0094 DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: Manuel Marcos Maciel Formiga

(P)	7819	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal	PLANO ELABORADO	UNIDADE	200.000,00	Não aplicável
(P)	7821	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo do Entorno do Distrito Federal	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	40.000,00	Não aplicável
(P)	7845	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	64.666,67	Não aplicável
(P)	7847	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado do Entorno do Distrito Federal	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	3.947,37	Não aplicável
(P)	7849	Elaboração do Plano de Ordenamento Físico e Territorial do Entorno do Distrito Federal	PLANO ELABORADO	UNIDADE	61.538,46	Não aplicável

0077 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA

Gerente em 31/12/2002: Rogério Oliveira de Castro Vieira

(P)	7687	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	135.000,00	Não aplicável
(P)	7689	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana	PLANO ELABORADO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7691	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Bacia do Itabapoana	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável
(P)	7693	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Bacia do Itabapoana	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	18.000,00	Não aplicável
(P)	7695	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Bacia do Itabapoana	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.900,00	Não aplicável

0079 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS

Gerente em 31/12/2002: AURO SHIGUENARI YOSHIDA

(P)	7707	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7709	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	PLANO ELABORADO	UNIDADE	60.000,00	Não aplicável
(P)	7711	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável
(P)	7713	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	16.800,00	Não aplicável
(P)	7715	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.500,00	Não aplicável

0080 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Dias Ramagem

(P)	7717	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7719	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe	PLANO ELABORADO	UNIDADE	60.000,00	Não aplicável
(P)	7721	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Chapada do Araripe	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável
(P)	7723	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Chapada do Araripe	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	16.800,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

983

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0080 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE**

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Dias Ramagem

(P)	7725 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Chapada do Araripe	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.500,00	Não aplicável

0081 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Gerente em 31/12/2002: Henrique Villa da Costa Ferreira

(P)	7727 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	135.000,00	39.700,00
(P)	7729 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	PLANO ELABORADO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7731 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	18.000,00	Não aplicável
(P)	7733 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.727,27	Não aplicável
(P)	7853 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável

0093 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA

Gerente em 31/12/2002: Fábio Eduardo de Mello Cunha

(P)	7779 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	60.000,00	Não aplicável
(P)	7781 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina	PLANO ELABORADO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7783 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	19.333,33	Não aplicável
(P)	7785 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	3.789,47	Não aplicável
(P)	7855 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	13.142,86	Não aplicável

0076 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS

Gerente em 31/12/2002: Sérgio Paz Magalhães

(P)	7677 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	135.000,00	Não aplicável
(P)	7679 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas	PLANO ELABORADO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7681 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião de Águas Emendadas	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável
(P)	7683 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião de Águas Emendadas	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	21.000,00	Não aplicável
(P)	7685 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião de Águas Emendadas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.598,13	Não aplicável

0074 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Gerente em 31/12/2002: Dorotea Blos

(P)	7657 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0074 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**

Gerente em 31/12/2002: Dorotea Blos

(P)	7659	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões	PLANO ELABORADO	UNIDADE	75.000,00	Não aplicável
(P)	7661	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Alto Solimões	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	48.628,57	Não aplicável
(P)	7663	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Alto Solimões	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	13.000,00	Não aplicável
(P)	7665	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Alto Solimões	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.327,95	Não aplicável

0078 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Gerente em 31/12/2002: Denise Valéria de Lima Pufal

(P)	7697	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	90.000,00	Não aplicável
(P)	7699	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio	PLANO ELABORADO	UNIDADE	60.000,00	Não aplicável
(P)	7701	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Bico do Papagaio	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	44.160,00	Não aplicável
(P)	7703	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Bico do Papagaio	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	16.800,00	Não aplicável
(P)	7705	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Bico do Papagaio	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.500,00	Não aplicável

0090 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAQUEÇABA

Gerente em 31/12/2002: Sérgio Paz Magalhães

(P)	7745	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	50.000,00	Não aplicável
(P)	7747	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	PLANO ELABORADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	7749	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	29.500,00	Não aplicável
(P)	7751	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	20.000,00	Não aplicável
(P)	7753	Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.886,79	Não aplicável

0082 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI

Gerente em 31/12/2002: EMANUEL MALTA FALCÃO CALOËTE

(P)	7735	Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	91.310,00	Não aplicável
(P)	7737	Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri	PLANO ELABORADO	UNIDADE	101.455,00	Não aplicável
(P)	7739	Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	25.296,50	Não aplicável
(P)	7741	Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	19.334,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0082 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI**

Gerente em 31/12/2002: EMANUEL MALTA FALCÃO CALOÊTE

(P)	7743 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.881,65	214,29

0091 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE

Gerente em 31/12/2002: Maila Romano Villa Verde

(P)	7755 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	105.000,00	Não aplicável
(P)	7759 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre	PLANO ELABORADO	UNIDADE	70.000,00	Não aplicável
(P)	7761 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Vale do Rio Acre	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	25.760,00	Não aplicável
(P)	7763 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Vale do Rio Acre	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	19.600,00	Não aplicável
(P)	7765 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Vale do Rio Acre	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.900,00	Não aplicável

0092 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ

Gerente em 31/12/2002: André Luís Lopes Rocha

(P)	7767 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião do Xingó	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	105.000,00	Não aplicável
(P)	7771 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Xingó	PLANO ELABORADO	UNIDADE	70.000,00	Não aplicável
(P)	7773 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião do Xingó	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	68.693,33	Não aplicável
(P)	7775 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião do Xingó	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	14.000,00	Não aplicável
(P)	7777 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião do Xingó	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.900,00	Não aplicável

0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Ribeiro Moreira

(P)	7667 Realização de Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul	FORUM PROMOVIDO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	7669 Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul	PLANO ELABORADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	7671 Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável na Mesorregião Fronteira do Mercosul	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	1.189.800,00	24.765,23
(P)	7673 Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo na Mesorregião Fronteira do Mercosul	ASSOCIACAO/COO PERATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	17.777,78	Não aplicável
(P)	7675 Capacitação de Recursos Humanos para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado na Mesorregião Fronteira do Mercosul	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	833,33	Não aplicável

0120 DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA

Gerente em 31/12/2002: Rodrigo Machado Malaspina

(P)	1389 Obras Cíveis de Pequeno Porte nos Municípios da Faixa de Fronteira	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	298.967,13	Não aplicável
(P)	3307 Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Gerente em 31/12/2002: Maria Jose Monteiro

(P)	1842 Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.006,68	Não aplicável
(P)	1860 Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	161.904,76	45.333,33
(P)	3821 Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	3.818,66	Não aplicável
(OA)	9436 LEGISLAÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9437 FINANCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS COM RECURSOS DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - FUNRES	projeto financiado	unidade	1,00	Não aplicável

0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Gerente em 31/12/2002: Edson Zorzin

(P)	1185 Formação de Agentes de Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Irrigação	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	787.000,00	Não aplicável
(P)	1439 Estudo para Implementação de Pólos de Bioindústria para o Desenvolvimento da Irrigação	PROJETO APOIADO	UNIDADE	48.000,00	Não aplicável
(P)	1441 Implantação de Sistema para a Redução de Perdas em Agricultura Irrigada	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	40.869,57	Não aplicável
(P)	1836 Implantação de Projetos de Irrigação	AREA IRRIGADA IMPLANTADA	HA	2.274,53	5.924,92
(P)	1854 Emancipação de Perímetros de Irrigação	AREA EMANCIPADA	HA	276,20	994.242,50
(P)	1856 Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	712.428,94	Não aplicável
(P)	1869 Promoção de Oportunidades de Investimentos	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	350.000,00	Não aplicável
(A)	2820 Manutenção da Infra-estrutura de Irrigação de Uso Comum	AREA MANTIDA	HA	6.594,12	Não aplicável
(A)	2824 Estudo de Suporte Técnico Operacional	ESTUDO ELABORADO	UNIDADE	33.697,66	Não aplicável
(P)	5175 Estudos para a Melhoria da Eficiência no Uso da Água em Projetos de Irrigação	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	946.000,00	Não aplicável
(P)	5177 Capacitação dos Usuários de Projetos de Irrigação para o Uso Eficiente da Água	USUARIO CAPACITADO	UNIDADE	1.348,68	Não aplicável
(P)	5179 Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Irrigação	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	20.869,57	Não aplicável
(P)	5329 Projeto de Irrigação do Submédio São Francisco - Reabilitação das Ilhas do Submédio São Francisco	PROJETO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	141.428,57	Não aplicável
(OA)	9344 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO NOVO MODELO DE IRRIGAÇÃO	projeto financiado	unidade	2.632,56	Não aplicável

8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER

Gerente em 31/12/2002: Cristina Maria Silva Albuquerque

(P)	1843 Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores	MULTIPLICADOR CAPACITADO	UNIDADE	1.307,54	4.756,87
(P)	1859 Geração de Empreendimentos Produtivos	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	174,96	210,64
(A)	2821 Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	37,49	Não aplicável
(P)	5565 Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	PROJETO APOIADO	UNIDADE	85,38	Não aplicável
(P)	7489 Estudo Sócio-econômico para Geração de Emprego e Renda	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	123,96	Não aplicável

0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.

Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

5300 Ministério da Integração Nacional

0517 PLANO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DE RONDÔNIA - PLANAFLORO.

Gerente em 31/12/2002: Morgana Mendes Pedroza de Oliveira

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 3634 Gestão de Áreas Protegidas de Rondônia	AREA PROTEGIDA HA	0,30	Não aplicável
(P) 3639 Implantação de Projetos Comunitários Geradores de Alternativas Econômicas em Rondônia - PAIC	PROJETO IMPLANTADO	166.666,67	Não aplicável
(P) 3641 Pavimentação de Rodovias Estaduais em Rondônia	TRECHO PAVIMENTADO KM	200.000,00	Não aplicável
(P) 3649 Zoneamento Sócio-econômico-ecológico de Rondônia	ZONEAMENTO CONCLUÍDO KM²	167,79	Não aplicável
(P) 3841 Avaliação dos Componentes do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO	ESTUDO REALIZADO	80.000,00	Não aplicável

0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges

(P) 1279 Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escolas Públicas	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	4.857,99	862.637,14
(P) 1845 Construção de Obras de Contenção de Enchentes	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	18.427,65	865.822,85
(P) 1851 Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica	BARRAGEM CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	231.940,85	4.549.206,24
(P) 1852 Dessalinização de Água - Projeto Água Boa	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	17,29	Não aplicável
(P) 1855 Estudos e Projetos de Obras de Infra-estrutura Hídrica	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	321.866,67	Não aplicável
(P) 1861 Estudos para Transposição de Águas de Bacias Hidrográficas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	166.666,67	Não aplicável
(P) 1864 Monitoramento e Acompanhamento do Proágua	PROJETO MONITORADO	UNIDADE	700.000,00	Não aplicável
(A) 2817 Cadastro da Infra-estrutura Hídrica no Nordeste	CADASTRO DISPONIBILIZADO	UNIDADE	1.409.766,00	Não aplicável
(A) 2822 Manutenção e Conservação de Obras de Infra-estrutura Hídrica	OBRA MANTIDA	M²	2,16	Não aplicável
(P) 3321 Implantação de Poços Públicos	POÇO IMPLANTADO	UNIDADE	15.242,54	Não aplicável
(P) 3327 Construção da Barragem Vacaria	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	66.666,67	Não aplicável
(P) 3339 Construção da Barragem São Domingos	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	3.636,36	Não aplicável
(P) 3343 Construção da Barragem Saco Grande/Gaviãozinho	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	4.571,43	Não aplicável
(P) 3359 Construção do Açude Moralinho em Santa Cruz - PB	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	3.333,33	Não aplicável
(P) 3383 Construção da Barragem Goita/Tapacura/Carpina no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	2.500,00	Não aplicável
(P) 3385 Construção da Barragem Santa Cruz no Estado do Rio Grande do Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	68.640,69	68.640,69
(P) 3387 Construção da Barragem Umari no Estado do Rio Grande do Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(P) 3389 Construção da Barragem de Acauã no Estado da Paraíba	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	304.615,38	Não aplicável
(P) 3391 Construção da Adutora do Agreste Alagoano no Estado de Alagoas	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	673.219,80	1.000.000,00
(P) 3393 Ampliação do Açude do Encanto no Estado do Rio Grande do Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	8.000,00	Não aplicável
(P) 3415 Construção da Barragem de Pedras Altas no Estado da Bahia	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	1.000,00	Não aplicável
(P) 3429 Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	297.000,00	440.663,45
(P) 3433 Projeto Propertins no Estado de Tocantins	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	399.411,76	Não aplicável
(P) 3439 Transposição de Águas do Rio do Sono - TO/Rio Grande - BA	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	80.000,00	Não aplicável
(P) 3445 Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	265.389,52	Não aplicável
(P) 3451 Construção da Barragem do Poço do Maruá no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	325.833,33	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

				Custo			
				Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
5300 Ministério da Integração Nacional							
0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA							
Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges							
(P)	3515	Construção da Barragem Santo Antônio de Lima no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3517	Construção do Açude Algodão II no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		85.714,29	Não aplicável
(P)	3521	Construção da Barragem de São Pedro no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3527	Construção de Barragem no Estado do Maranhão	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3545	Construção da Adutora do Açude Petrônio Portela no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3569	Construção do Açude Arneiroz II no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3589	Construção de Barragem no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		9.000,00	Não aplicável
(P)	3595	Construção de Barragem no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		13.061,22	Não aplicável
(P)	3601	Construção da Barragem do Castanhão no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		643.500,00	658.603,39
(P)	3603	Construção do Sistema Adutor do Pajeú no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		370.000,00	Não aplicável
(P)	3605	Construção de Barragem no Estado do Rio Grande do Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		3.333,33	Não aplicável
(P)	3607	Construção de Barragem no Estado da Paraíba	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3631	Construção da Adutora Acauã no Estado da Paraíba	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		252.450,00	360.642,86
(P)	3635	Construção de Barragem no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3642	Proágua - Semi-Árido	OBRA EXECUTADA	UNIDADE		2.330.666,67	850.838,70
(P)	3647	Construção da Adutora Jucazinho no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		2.523.076,92	1.948.038,63
(P)	3707	Construção de Barragem no Estado da Bahia	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		4.000,00	Não aplicável
(P)	3715	Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		238.278,86	238.278,86
(P)	3729	Construção do Açude Tinguís no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		207.163,25	Não aplicável
(P)	3731	Construção de Barragem no Estado de Minas Gerais	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		3.000,00	Não aplicável
(P)	3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		500.000,00	Não aplicável
(P)	3743	Construção de Açude Estreito no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		120.000,00	Não aplicável
(P)	3759	Construção da Adutora Moxoto - Arcoverde no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		160.000,00	Não aplicável
(P)	3761	Construção da Barragem no Rio Poti-Castelo no Estado do Piauí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		800.000,00	Não aplicável
(P)	3763	Construção da Barragem de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		30.000,00	Não aplicável
(P)	3765	Construção da Barragem de Cachoeira no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		80.000,00	Não aplicável
(P)	3767	Construção da Barragem Paula Pessoa no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3769	Construção da Barragem Ingazeira no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		80.000,00	80.645,16
(P)	3771	Construção da Adutora do Açude Coremas no Estado da Paraíba	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		160.000,00	Não aplicável
(P)	3773	Construção da Barragem João Vaz no Estado da Bahia	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		80.000,00	Não aplicável
(P)	3775	Construção da Barragem Poço Comprido no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3777	Construção da Barragem Cruzeiro no Estado da Bahia	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		900.000,00	Não aplicável
(P)	3779	Construção da Barragem Fruta de Leite no Estado de Minas Gerais	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA		80.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5300 Ministério da Integração Nacional**0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA**

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Pereira Borges

(P)	3783 Construção da Adutora Capibaribe no Estado de Pernambuco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	400.000,00	Não aplicável
(P)	3785 Construção da Barragem de Bujari no Estado do Rio Grande do Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	13.333,33	Não aplicável
(P)	3787 Construção da Barragem Taquara no Estado do Ceará	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	13.333,33	Não aplicável
(P)	3789 Construção da Barragem de Matrona no Estado de Minas Gerais	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	80.000,00	Não aplicável
(P)	3817 Construção da Barragem Mucutu no Estado da Paraíba	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	160.000,00	Não aplicável
(P)	5141 Construção da Barragem Manguape	BARRAGEM CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.000,00	Não aplicável
(P)	5143 Construção da Barragem São Bento	BARRAGEM CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	502.921,77	502.921,73
(P)	5145 Projeto Multilagos no Município de Campina Grande - PB	BARRAGEM CONSTRUÍDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	75.000,00	Não aplicável
(P)	5253 Construção do Sistema de Abastecimento de Água Mesa de Pedra	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	40.000,00	Não aplicável
(P)	5303 Controle de Enchentes e Recuperação do Vale dos Sinos em São Leopoldo - RS	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	600.000,00	Não aplicável
(P)	5343 Construção da Barragem Poço do Magro - No Estado da Bahia			Não aplicável	Não aplicável

0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

Gerente em 31/12/2002: Secretário Rosevaldo Pereira de Melo

(P)	5414 Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	720.673,38	Não aplicável
(OA)	9405 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS			1.733.333,33	Não aplicável
(OA)	9406 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO			3.250.000,00	Não aplicável

3000 Ministério da Justiça**0670 ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS**

Gerente em 31/12/2002: Nilda Maria Turra Ferreira

(P)	1717 Capacitação e Formação de Agentes Operadores dos Serviços de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	2.348,91	2.976,27
(P)	1781 Implantação de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	200.000,00	Não aplicável
(P)	1787 Implantação de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	300.000,00	1.169.205,00
(A)	2831 Transporte, Custódia e Proteção a Testemunhas e Pessoas sob Grave Ameaça	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	3.600,00	Não aplicável
(A)	4278 Serviços de Proteção, Assistência e Apoio a Testemunhas e Vítimas de Crimes	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	590,57	849,67

0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

Gerente em 31/12/2002: José Ferreira Lima

(P)	1783 Implantação de Serviços da Defensoria Pública da União	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	148.825,00	71.041,79
(A)	2725 Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	236,20	86,01
(P)	3825 Implantação de Sistema Integrado de Informações de Defesa Jurídica	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	Não aplicável	Não aplicável

0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS

Gerente em 31/12/2002: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

990

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0696 ATENDIMENTO E LEGALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO PAÍS**

Gerente em 31/12/2002: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

(P)	1734 Edição e Distribuição de Manuais sobre Direitos e Obrigações para Estrangeiros	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	10,00	Não aplicável
(P)	1752 Implantação de Central de Atendimento aos Estrangeiros	CENTRAL INSTALADA	% DE EXECUCAO FISICA	5.142,86	1.440,00
(A)	2599 Autorização de Trabalho a Estrangeiros	AUTORIZACAO EXPEDIDA	UNIDADE	4,32	Não aplicável
(A)	2625 Sistema de Informações sobre Trabalho de Estrangeiros	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	277.543,00	Não aplicável
(A)	2728 Regularização da Situação de Estrangeiros	ESTRANGEIRO REGULARIZADO	UNIDADE	65,52	1,18
(P)	3812 Digitalização dos Registros Históricos de Naturalização	REGISTRO DIGITALIZADO	UNIDADE	0,70	Não aplicável
(P)	3833 Integração dos Sistemas de Informações Referentes à Situação de Estrangeiros no País	SISTEMA INTEGRADO	% DE EXECUCAO FISICA	12.000,00	Não aplicável
(A)	4275 Central de Atendimento ao Estrangeiro	CENTRAL MANTIDA	UNIDADE	150.000,00	140.315,00
(A)	4520 Execução de Medidas Compulsórias de Extradicação de Estrangeiros	ESTRANGEIRO REMOVIDO	UNIDADE	3.500,00	4,19
(OA)	9431 NEGOCIAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS DA ÁREA DA JUSTIÇA	acordo firmado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Gerente em 31/12/2002: Maria das Neves Rodrigues de Araújo

(P)	1713 Capacitação de Quadros das Delegacias da Mulher e Juizados Especiais e de Profissionais de Instituições Públicas que Atuem no Combate à Violência Contra a Mulher	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	1.000,00	197,70
(P)	1737 Edição e Distribuição de Material Informativo sobre Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	2,03	1,78
(P)	1748 Estudos e Pesquisas sobre o Direito da Mulher	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	29.166,67	144.804,00
(P)	5023 Apoio à Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher	CONSELHO IMPLANTADO	UNIDADE	15.765,44	10.084,89
(A)	6015 Atendimento Especializado no Combate à Violência Contra a Mulher	MULHER ATENDIDA	UNIDADE	24.285,71	26.642,17
(P)	7051 Apoio à Implantação de Abrigos para Mulheres em Situação de Risco	ABRIGO IMPLANTADO	UNIDADE	24.120,37	60.192,16
(OA)	9073 ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECIFICA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães

(A)	2680 Combate ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes	DROGA APREENDIDA	TON	20.833,33	6.875,84
(A)	2712 Formação de Quadros da Polícia Federal	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	4.058,86	3.889,93
(A)	2720 Operações de Caráter Sigiloso	OPERACAO REALIZADA	UNIDADE	9.725,00	40.624,72
(A)	2722 Operações Especiais e Emergenciais	OPERACAO REALIZADA	UNIDADE	227.257,37	157.263,74
(A)	2726 Prevenção e Repressão a Crimes Organizados e Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	ACAO POLICIAL REALIZADA	UNIDADE	8.984,68	1.641,64
(P)	7069 Implantação do Sistema Nacional de Identificação e Controle de Armas de Fogo - SINARM	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	15.160,00	23.119,87
(P)	7073 Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia Federal para o Combate ao Crime Organizado	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	13,83	295,92
(OA)	9419 NORMAS PERTINENTES PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9420 NORMAS PARA INSTITUIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

Gerente em 31/12/2002: Caio Christovam Ribeiro Guimarães

(OA)	9421 ACORDOS INTERNACIONAIS NA ÁREA DE COMBATE AO CRIME	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9422 CRITÉRIOS PARA A CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO CONTINUADO DO POLICIAMENTO FEDERAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9423 NORMAS PARA A ADOÇÃO DA COMPULSORIEDADE DA ESPECIALIZAÇÃO DOS QUADROS DA POLÍCIA FEDERAL PARA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0669 CONTROLE DO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS

Gerente em 31/12/2002: Rogério Sales

(P)	1832 Modernização do Sistema de Emissão de Passaporte e Controle de Tráfego Internacional	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA	733.333,33	773.280,57

0153 DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú

(P)	1221 Criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigação de Crimes Praticados Contra Crianças e Adolescentes	DELEGACIA IMPLANTADA	UNIDADE	90.000,00	18.583,87
(P)	1223 Campanha Educativa sobre o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	62.992,00	62.227,95
(P)	1227 Capacitação de Adolescentes para Inserção no Mercado de Trabalho	ADOLESCENTE CAPACITADO	UNIDADE	80,00	79,99
(P)	1732 Edição e Distribuição de Documentos Técnicos na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	4,50	Não aplicável
(P)	1743 Estudos e Pesquisas Aplicadas na Área de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	27.000,00	3.297,33
(P)	1761 Capacitação de Recursos Humanos para Atuação na Área de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	270,00	10,77
(P)	1785 Implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	17.000,00	10.199,28
(P)	1797 Implantação de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	UNIDADE DE DEFESA IMPLANTADA	UNIDADE	125.000,00	83.333,33
(P)	1800 Implantação do Sistema Integrado de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	65.000,00	25.681,17
(P)	1810 Promoção de Eventos Relativos aos Direitos de Crianças e Adolescentes	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	45.000,00	23.571,43
(A)	2042 Proteção e Assistência às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDOS	UNIDADE	312,50	312,50
(A)	2717 Manutenção de Unidades de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	UNIDADE DE DEFESA MANTIDA	UNIDADE	1.875.000,00	1.623.082,00
(P)	5002 Criação de Defensorias Públicas Especializadas em Crianças e Adolescentes nos Estados e no Distrito Federal	DEFENSORIA IMPLANTADA	UNIDADE	112.500,00	71.225,33
(OA)	9060 INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES NOS CURSOS REGULARES DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9061 REVISÃO DA LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE GARANTIA DE DIREITOS E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9062 INSERÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Gerente em 31/12/2002: Amanda Flávio de Oliveira

(P)	1756 Capacitação de Agentes e Técnicos de Defesa do Consumidor	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	529,58	586,49

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3000 Ministério da Justiça**0697 DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

Gerente em 31/12/2002: Amanda Flávio de Oliveira

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	1811 Promoção de Eventos sobre Direitos do Consumidor	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	35.000,00 17.896,00
(A)	2700 Atendimento a Demandas Relacionadas à Defesa do Consumidor	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	1.914,89 Não aplicável
(P)	3830 Implantação do Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	510.000,00 Não aplicável
(A)	4079 Sistema Integrado de Informações de Defesa do Consumidor	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	10.000,00 Não aplicável
(P)	5636 Produção, Distribuição e Veiculação de Material Informativo Relacionados aos Direitos do Consumidor	MATERIAL DIVULGADO	UNIDADE	10.000,00 0,65
(A)	6067 Apoio a Projetos de Defesa dos Direitos Difusos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	611.428,57 99.279,32

0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

Gerente em 31/12/2002: Paula Fontelles do Valle

(P)	1739 Edição e Distribuição de Publicações sobre Defesa da Concorrência	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	30,77 6,68
(P)	1763 Capacitação e Especialização de Recursos Humanos para Defesa da Concorrência	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.960,25 1.383,61
(P)	1776 Implantação de Banco de Material Jurisprudencial, Legislativo e Doutrinário sobre a Defesa da Concorrência	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	5.700,00 Não aplicável
(P)	1790 Implantação de Sistema de Informações sobre a Estrutura e Funcionamento dos Mercados	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	74.285,71 Não aplicável
(P)	1809 Promoção de Eventos para Defesa da Concorrência	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	32.094,67 24.249,33
(A)	2806 Instrução de Atos de Concentração e Processos Administrativos	PROCESSO INSTRUIDO	UNIDADE	6.690,34 309,61
(A)	2807 Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos e Consultas	PROCESSO JULGADO/IMPLEM ENTADO	UNIDADE	11.000,00 27,14
(A)	4562 Análises Econômicas sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais	ANALISE REALIZADA	UNIDADE	3.435,05 1.010,84
(OA)	9429 HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS	norma publicada	unidade	Não aplicável Não aplicável
(OA)	9430 HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA DEFESA DA CONCORRÊNCIA JUNTO AOS BLOCOS REGIONAIS	norma publicada	unidade	Não aplicável Não aplicável

0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente

(OE)	0083 Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas, nos Termos da Lei nº 9.140, de 1995	-	-	Não aplicável Não aplicável
(OE)	0739 Indenização a Anistiados Políticos (MP nº 2151-3, de 24/08/2001)	-	-	Não aplicável Não aplicável
(P)	1283 Implantação de Núcleos de Atendimento à Família nas Periferias de Grandes Metrópoles e Aglomerados Urbanos	NUCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	17.851,48 2.578.782,61
(P)	1733 Edição e Distribuição de Documentos e Informações em Direitos Humanos	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	4,65 1,00
(P)	1747 Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	86.666,67 168.921,00
(P)	1807 Promoção de Eventos em Direitos Humanos	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	40.000,00 30.180,00
(P)	1919 Implantação de Serviços de Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direito)	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	74.628,57 17.564,10
(A)	2447 Gerenciamento do Serviço Civil Voluntário	SERVICO ESTADUAL GERENCIADO	UNIDADE	94.736,84 59.839,52
(A)	2801 Manutenção dos Balcões de Direitos	SERVICO MANTIDO	UNIDADE	25.000,00 18.769,14

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0154 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS**

Gerente em 31/12/2002: Cynthia Losso Prudente

(P)	3811 Capacitação e Especialização de Profissionais e Lideranças Comunitárias em Direitos Humanos	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	180,08	170,91
(P)	3815 Apoio à Implantação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos	CONSELHO IMPLANTADO	UNIDADE	27.000,00	Não aplicável
(P)	5033 Apoio à Implantação de Serviços de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e de Combate a Todas as Formas de Discriminação	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	46.555,56	62.855,63
(P)	5151 Implantação da Rede Nacional de Informação e Combate à Tortura	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	16.000,00	15.433,56
(P)	5337 Implantação de Portais do Projeto Alvorada	PORTAL DO PROJETO ALVORADA IMPLANTADO	UNIDADE	16.149,42	9.847,21

0660 EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia Ferreira da Cunha

(P)	1243 Apoio a Projetos Intersectoriais de Prevenção de Acidentes de Trânsito	PROJETO APOIADO	UNIDADE	8.267.334,67	1.066.360,00
(P)	1706 Campanha Educativa para Prevenção de Acidentes de Trânsito	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1.387.027,67	568.240,93
(P)	1711 Capacitação de Agentes para a Fiscalização de Trânsito e Habilitação de Condutores	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	891,82	Não aplicável
(P)	1769 Estudos para Inserção Curricular de Educação para o Trânsito no Sistema de Ensino	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1.237.285,71	2.240.470,00
(P)	1799 Implantação do Sistema de Inspeção de Segurança Veicular	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	200.000,00	Não aplicável
(P)	1802 Implantação do Sistema Nacional de Estatística de Trânsito - SINET	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	71.000,00	1.066,00
(A)	2703 Certificação de Equipamentos para a Fiscalização de Trânsito	EQUIPAMENTO CERTIFICADO	UNIDADE	24,25	Não aplicável
(A)	2716 Inspeção dos Órgãos de Trânsito	INSPECAO REALIZADA	UNIDADE	3.695,11	31.485,14
(A)	2741 Sistema Nacional de Estatística de Trânsito - SINET	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	6.192.705,00	1.215.486,00
(A)	2742 Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	18.170.520,00	17.697.128,00
(A)	2800 Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	17.206.908,00	11.466.832,00
(P)	3819 Implantação da Municipalização do Trânsito	MUNICIPIO INTEGRADO	UNIDADE	7.238,10	10,13
(P)	3820 Implantação da Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores - RENFOR	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	300.000,00	Não aplicável
(P)	3840 Registro Comum de Veículos Automotores do Mercosul	REGISTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	7.384,62	5.775,67
(A)	4097 Registro Nacional de Cobrança de Multas - RENACOM	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	4.570.000,00	1.510.947,00
(A)	4277 Rede Nacional de Formação e Habilitação de Condutores - RENFOR	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	2.000.000,00	Não aplicável
(OA)	9417 NORMAS PARA A FISCALIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA PROFISSIONAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9418 CREDENCIAMENTO DAS CONTROLADORIAS REGIONAIS DE TRÂNSITO E DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES	certificado expedido	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva

(P)	1150 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Indígena	ESCOLA CONSTRUÍDA	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	1712 Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	2.555,56	1.128,78
(P)	1725 Construção de Postos Indígenas	POSTO CONSTRUÍDO	UNIDADE	11.000,00	9.936,09
(P)	1735 Edição e Distribuição de Material Didático para Educação Indígena	MATERIAL DISTRIBUÍDO	UNIDADE	72,63	60,42

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

994

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS**

Gerente em 31/12/2002: Vladinei Tadeu da Silva

(P)	1741 Recuperação e Equipamento de Postos Indígenas	POSTO RECUPERADO/EQ UIPADO	UNIDADE	2.333,33	2.327,82
(A)	2178 Assistência Técnica em Áreas Indígenas	COMUNIDADE ATENDIDA	UNIDADE	8.000,00	Não aplicável
(A)	2699 Assistência Jurídica às Comunidades Indígenas	INDIGENA ASSISTIDO	UNIDADE	137,00	112,27
(A)	2711 Fomento às Atividades Produtivas em Áreas Indígenas	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	269,97	244,86
(A)	2713 Funcionamento das Escolas nas Comunidades Indígenas	ESCOLA MANTIDA	UNIDADE	2.466,67	873,61
(A)	2714 Funcionamento de Casas de Estudantes Indígenas	CASA MANTIDA	UNIDADE	2.142,50	27.500,00
(A)	2715 Funcionamento de Postos Indígenas	POSTO INDIGENA MANTIDO	UNIDADE	14.850,00	13.472,94
(P)	3089 Capacitação de Professores para a Educação Indígena	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	800,00	374,10
(P)	3810 Capacitação de Professores das Escolas Indígenas	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	750,00	47,76
(P)	3869 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/AD EQUADA	UNIDADE	29.445,86	27.129,02
(P)	3913 Saneamento Básico em Comunidades Indígenas	COMUNIDADE INDIGENA BENEFICIADA	UNIDADE	36.595,74	3.088,93
(A)	4047 Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	20,00	5,10
(A)	6057 Assistência Social para Indígenas	INDIGENA ASSISTIDO	UNIDADE	1.886,34	1.283,51
(A)	6059 Assistência a Estudantes Indígenas Fora de Suas Aldeias	ESTUDANTE ASSISTIDO	UNIDADE	145,71	112,28
(A)	6501 Atendimento à Saúde em Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI	INDIGENA ATENDIDO	UNIDADE	328,57	25,55
(OA)	9054 NORMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS

Gerente em 31/12/2002: Marcus Vinicius Romano Lemos

(P)	1767 Estruturação da Rede Nacional de Direitos Humanos	REDE ESTRUTURADA	% DE EXECUCAO FISICA	14.711,54	26.804,13
(P)	1796 Implantação do Sistema de Informação Nacional em Direitos Humanos	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	17.153,85	Não aplicável
(OA)	9063 INSERÇÃO DE DISCIPLINA SOBRE DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PRIVADA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9064 REGULAMENTAÇÃO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS RATIFICADOS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9065 INSERÇÃO DO ASSUNTO DIREITOS HUMANOS COMO TEMA TRANSVERSAL NO CURRÍCULO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9066 CRIAÇÃO DE COMITÊ DE COORDENAÇÃO TÉCNICA PARA A IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	comitê criado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9067 INSERÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COMO TEMA TRANSVERSAL NOS CURRÍCULOS DE ENSINO FUNDAMENTAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9068 CRIAÇÃO DE CÂMARA TÉCNICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	câmara criada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9069 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PROPOSTAS PELA CÂMARA TÉCNICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE	política implantada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9070 GERAÇÃO DE INDICADORES ORIENTADOS PARA GRUPOS VULNERÁVEIS	indicador criado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9071 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	política implantada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS**

Gerente em 31/12/2002: Marcus Vinicius Romano Lemos

(OA)	9072 IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO CONFORME DIRETRIZES DAS CONVENÇÕES 100 E 111 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO- OIT	núcleo implantado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0698 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA

Gerente em 31/12/2002: Ivete Lund Viégas

(A)	2733 Cadastro de Legislação Brasileira	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	200.000,00	54.354,00
(A)	4283 Sistema de Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil	CADASTRO MANTIDO	UNIDADE	100.000,00	59.828,00
(P)	7517 Aperfeiçoamento e Consolidação do Sistema de Cadastro da Legislação Brasileira	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA	10.880,00	11.740,25

0664 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Gerente em 31/12/2002: Paulo Torres

(P)	1137 Construção de Delegacia da Polícia Federal	UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA	UNIDADE	340.000,00	Não aplicável
(P)	1233 Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de São Paulo	SEDE CONSTRUÍDA COM 34.800 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.236.363,64	781.609,20
(P)	1241 Construção de Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu	DELEGACIA CONSTRUÍDA COM 7.420 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	78.125,00	84.756,27
(P)	1245 Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Espírito Santo	SEDE CONSTRUÍDA COM 8.750 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	108.549,93	87.987,43
(P)	1247 Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio Grande do Norte	SEDE CONSTRUÍDA COM 7.010 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	120.000,00	116.504,85
(P)	1778 Implantação de Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.520.930,33	1.127.272,73
(P)	1899 Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico (Promotec/Pró-Amazônia)	UNIDADE REAPARELHADA	UNIDADE	3.505.161,03	2.636.822,00
(P)	3574 Instalação de Delegacias Regionais (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3832 Integração dos Sistemas de Informações da Polícia Federal e do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia - SIVAM (Promotec/Pró-Amazônia)	SISTEMA INTEGRADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.796.651,20	1.351.936,44
(P)	5035 Construção Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de Sergipe	SEDE CONSTRUÍDA COM 12.800 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	61.538,46	Não aplicável
(P)	5037 Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná	SEDE CONSTRUÍDA COM 16.800 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	44.469,60	144.095,29
(P)	5039 Construção de Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal de Tocantins	SEDE CONSTRUÍDA COM 16.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	62.500,00	Não aplicável
(P)	5628 Construção de Edifícios-sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	7079 Construção e Ampliação de Unidades Operacionais da Polícia Federal - PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC	UNIDADE CONSTRUÍDA/ AMPLIADA	UNIDADE	7.325.930,00	2.198.071,50
(P)	7081 Reforma das Bases Operacionais e Unidades do Departamento de Polícia Federal	UNIDADE REFORMADA	UNIDADE	2.142.857,14	884.722,25
(P)	7803 Reforma e Modernização da Academia Nacional de Polícia	UNIDADE REFORMADA	UNIDADE	1.881.348,00	Não aplicável
(OA)	9424 NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CRIMINAL FEDERAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9425 ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI ORGÂNICA DO POLICIAMENTO FEDERAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9426 PROMOÇÃO DO INTERCÂMBIO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL COM ENTIDADES CONGÊNERES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	acordo firmado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0668 PAZ NAS ESCOLAS**

Gerente em 31/12/2002: Denise Maria Fonseca Paiva

(A)	2044 Apoio à Implantação e Execução de Projetos que Desenvolvam Ações Complementares de Combate à Violência nas Escolas	PROJETO APOIADO	UNIDADE	108.221,94	105.302,16
(A)	2045 Apoio ao Fortalecimento de Grêmios Estudantis	ASSOCIACAO APOIADA	UNIDADE	3.260,87	2.678,57
(P)	3809 Capacitação de Policiais e Agentes de Direitos Humanos para o Enfrentamento da Violência nas Escolas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	213,31	256,52
(P)	3837 Estudos e Pesquisas na Área de Violência nas Escolas	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	49.333,33	74.000,00
(A)	4272 Apoio à Implantação e Execução de Projetos por Instituições Não-Governamentais que Desenvolvam Ações Complementares de Combate à Violência nas Escolas			Não aplicável	Não aplicável
(A)	4273 Apoio às Organizações de Jovens Atuantes no Fortalecimento de Grêmios Estudantis			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5396 Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	506,07	363,16
(P)	7113 Edição, Copiagem e Distribuição de Material Didático para Atuação no Combate à Violência nas Escolas	MODULO DISTRIBUIDO	UNIDADE	14,81	20,00

8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL

Gerente em 31/12/2002: Marrielle Maia Alves Ferreira

(P)	1775 Instalação da Unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes	UNIDADE ADMINISTRATIVA INSTALADA	UNIDADE	45.000,00	Não aplicável
(P)	5025 Promoção de Eventos em Matéria de Adoção	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	22.500,00	Não aplicável
(P)	5027 Capacitação de Técnicos que Atuem em Processos de Adoção	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	211,32	Não aplicável
(P)	5029 Estudos e Pesquisas na Área de Adoção	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	45.000,00	Não aplicável

0671 RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA

Gerente em 31/12/2002: Mozart Rodrigues da Silva

(A)	2735 Cassação de Título de Utilidade e Interesse Público	TITULO CASSADO	UNIDADE	810,81	164,16
(A)	2737 Concessão de Título de Utilidade e Interesse Público	TITULO CONCEDIDO	UNIDADE	120,12	20,77
(P)	3818 Implantação de Central de Atendimento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública Federal	CENTRAL DE ATENDIMENTO IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	2.400,00	1.816,95
(P)	3831 Implantação e Modernização de Sistema de Informações das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e das Entidades de Utilidade Pública Federal	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.000,00	538,44
(OA)	9428 RENÚNCIA FISCAL CONCEDIDA ÀS INSTITUIÇÕES DE UTILIDADE E INTERESSE PÚBLICO	instituição beneficiada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros

(P)	1701 Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	83.333,33	13.108,64
(P)	1718 Capacitação Profissional de Agentes Responsáveis pela Custódia do Preso	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	988,75	253,98
(P)	1844 Construção, Ampliação, Reforma e Aparelhamento de Estabelecimentos Penais	VAGA CRIADA	UNIDADE	15.632,26	12.342,79
(P)	1846 Implantação do Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	374.074,07	7.984,22
(A)	2698 Assistência ao Preso, à Vítima e ao Egresso do Sistema Penitenciário	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	1.533,33	3,01

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3000 Ministério da Justiça**0661 REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Gerente em 31/12/2002: Ângelo Roncalli de Ramos Barros

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 2719 Mutirão na Execução Penal	PRESO ASSISTIDO UNIDADE	351,01	9,85
(A) 2727 Profissionalização do Preso	PRESO PROFISSIONALIZADO UNIDADE	4.010,57	693,09
(A) 2730 Serviço de Acompanhamento da Aplicação de Penas Alternativas	APENADO BENEFICIADO UNIDADE	1.700,00	86,65
(P) 5448 Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade	MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO UNIDADE	5,97	12,67

0152 REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Gerente em 31/12/2002: gerente Soleny Álvares Hamú

(P) 1722 Construção de Unidades de Atendimento para Adolescentes em Conflito com a Lei	VAGA CRIADA UNIDADE	3,73	23.655,86
(P) 1728 Criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigação de Atos Infracionais Praticados por Adolescentes	DELEGACIA IMPLANTADA UNIDADE	450.000,00	Não aplicável
(P) 1758 Capacitação de Recursos Humanos dos Sistemas de Segurança, Justiça e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei	PESSOA CAPACITADA UNIDADE	270,01	255,09
(P) 1780 Implantação de Serviços de Acompanhamento para Reinserção Social do Egresso do Sistema Sócioeducativo	EGRESSO ASSISTIDO UNIDADE	119.604,00	956,22
(P) 1782 Implantação de Serviços de Atendimento a Adolescentes com Medidas Sócioeducativas não Privativas de Liberdade	SERVICO IMPLANTADO UNIDADE	126.000,00	97.471,97
(P) 1788 Implantação de Serviços Sócio-Psico-Pedagógicos Destinados aos Adolescentes em Conflito com a Lei e sua Família	SERVICO IMPLANTADO UNIDADE	100.000,00	76.923,00
(P) 1819 Reforma de Unidades de Atendimento a Adolescentes em Conflito com a Lei	UNIDADE REFORMADA M²	500,00	500,00
(P) 1829 Modernização das Unidades do Sistema de Justiça, Segurança e Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO UNIDADE	1.309,09	1.238,63
(A) 2227 Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei	ADOLESCENTE ASSISTIDO UNIDADE	1.225,04	796,72
(P) 7991 Produção de Material Esportivo por Menores Infratores - Cidadania ao Menor	MATERIAL ESPORTIVO PRODUZIDO UNIDADE	5,40	Não aplicável
(OA) 9059 DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	norma publicada unidade	Não aplicável	Não aplicável

0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO

Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto

(P) 1317 Capacitação de Liderança Comunitária para o Combate da Violência Urbana	PESSOA CAPACITADA UNIDADE	162,30	215,71
(P) 3805 Aperfeiçoamento dos Instrutores dos Estabelecimentos de Ensino de Segurança Pública (Restos a Pagar)		Não aplicável	Não aplicável
(P) 3814 Estudos e Pesquisas em Segurança Pública	ESTUDO/PESQUISA UNIDADE	25.000,00	16.666,33
(P) 3827 Implantação de Sistema de Registro de Identificação Civil	SISTEMA IMPLANTADO % DE EXECUCAO FISICA	24.800,00	Não aplicável
(P) 3829 Implantação do Sistema de Integração Nacional das Informações da Justiça e Segurança Pública - INFOSEG	SISTEMA IMPLANTADO % DE EXECUCAO FISICA	15.000,00	14.999,80
(P) 3834 Modernização da Capacidade Operacional dos Órgãos de Segurança Pública (Restos a Pagar)		Não aplicável	Não aplicável
(A) 4286 Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG	SISTEMA MANTIDO UNIDADE	1.607.000,00	1.084.354,00
(P) 5041 Modernização dos Órgãos de Segurança Pública	ORGAO MODERNIZADO UNIDADE	47.666,67	4.349,71
(P) 7795 Capacitação de Policiais, Instrutores Policiais e Guardas Municipais	PESSOA CAPACITADA UNIDADE	881,91	1.753,78

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3000 Ministério da Justiça**0666 SEGURANÇA DO CIDADÃO**

Gerente em 31/12/2002: Miguel Libório Cavalcante Neto

(P)	7797 Reaparelhamento das Polícias Estaduais e Guardas Municipais	POLICIA ESTADUAL/GUARD A REAPARELHADA	UNIDADE	1.324.434,36	1.562.705,26
(P)	7799 Implantação do Sistema de Acompanhamento de Polícias	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	544,36	Não aplicável
(P)	7801 Implantação de Centros Integrados de Cidadania	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	1.352.916,67	922.608,00
(P)	7803 Reforma e modernização da academia nacional de polícia (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	7805 Intensificação do Policiamento em Áreas Críticas	AREA CRITICA ATENDIDA	UNIDADE	7.885.877,57	10.753.445,35
(P)	7807 Implantação da Polícia Comunitária	POLICIA COMUNITARIA IMPLANTADA	UNIDADE	971.214,78	3.461.522,20
(OA)	9427 ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0663 SEGURANÇA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Dias da Silva

(P) 1700 Aquisição de Equipamentos Necessários para o Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	10.066,42	2.529,57
(P) 1715 Capacitação do Policial Rodoviário Federal	POLICIAL CAPACITADO	UNIDADE	509,29	544,04
(P) 1798 Implantação do Sistema de Informações da Polícia Rodoviária Federal	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	12.636,80	2.264,85
(P) 1821 Reforma de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal	AREA REFORMADA	M²	891,89	2.073,33
(P) 1835 Modernização do Sistema de Telecomunicações da Polícia Rodoviária Federal	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	2.560,00	2.045,90
(A) 2324 Manutenção da Sinalização Rodoviária	SINALIZACAO MANTIDA	KM	3.428,42	Não aplicável
(A) 2718 Manutenção de Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal nas Estradas	UNIDADE OPERACIONAL MANTIDA	UNIDADE	20.456,31	10.420,41
(A) 2723 Patrulhamento Ostensivo e Controle de Trânsito nas Rodovias e Estradas Federais	RODOVIA PATRULHADA	KM	483,13	393,76
(A) 2816 Sistema de Informações da Polícia Rodoviária Federal	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	7.407,41	7.005,19
(P) 3824 Implantação de Serviços de Informação ao Usuário nas Rodovias e Estradas Federais	UNIDADE DE SERVICO IMPLANTADA	UNIDADE	6.666,67	13.229,73
(P) 3826 Implantação de Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário Federal	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	42.285,71	13.037,36
(A) 4287 Sistema de Monitoramento de Veículos de Policiamento Rodoviário	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	526,32	Não aplicável
(A) 4290 Socorro a Acidentados em Rodovias Federais - SALVE	ACIDENTADO ATENDIDO	UNIDADE	21,02	229,07
(A) 4526 Operações Especiais com Outros Órgãos de Segurança, Comandos e Escolta de Autoridades	OPERACAO/ESCOL TA	UNIDADE	15.853,66	9.090,89
(P) 5394 Eliminação de Pontos Críticos	PONTO CRITICO ELIMINADO	UNIDADE	234.660,91	Não aplicável
(P) 7061 Aquisição de Viaturas e Veículos Especiais para Patrulhamento das Rodovias e Estradas Federais	VEICULO ADQUIRIDO	UNIDADE	30.000,00	48.425,40

0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS

Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes

(P) 1714 Capacitação de Técnicos em Assuntos Fundiários e Antropológicos	TECNICO CAPACITADO	UNIDADE	1.151,00	857,11
(P) 1738 Edição e Distribuição de Material da Cultura Indígena	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	2.500,00	2.437,93
(P) 1742 Estudos de Impacto Ambiental de Empreendimentos em Terras Indígenas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	6.333,33	6.934,04

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3000 Ministério da Justiça**0151 TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS**

Gerente em 31/12/2002: Artur Nobre Mendes

(P)	1808 Promoção de Eventos para a Revitalização do Patrimônio Cultural Indígena	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	4.814,81	4.639,39
(P)	1812 Promoção de Eventos sobre Educação Ambiental em Terras Indígenas	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	3.546,10	7.864,23
(P)	1818 Recuperação Ambiental em Terras Indígenas	TERRA INDIGENA RECUPERADA	HA	2.846,53	6.436,85
(A)	2235 Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas	TERRA INDIGENA DEMARCADA	HA	1,67	1,04
(A)	2630 Preservação de Acervos Culturais	BEM PRESERVADO	UNIDADE	25,00	21,55
(A)	2707 Fiscalização de Terras Indígenas	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	9.991,98	39.097,42
(A)	2724 Pesquisa sobre as Sociedades Indígenas	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	8.600,00	164.417,00
(A)	2814 Funcionamento do Museu do Índio	PUBLICO ATENDIDO	UNIDADE	2,00	2,06
(A)	4276 Identificação e Revisão de Terras Indígenas	TERRA INDIGENA IDENTIFICADA/REVISADA	HA	55.555,56	104.614,47
(A)	4390 Regularização Fundiária de Terras Indígenas	REGULARIZACAO EFETIVADA	HA	4,53	6,68
(A)	4524 Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	COMUNIDADE LOCALIZADA/PROTEGIDA	UNIDADE	91.666,67	Não aplicável
(A)	6487 Organização, Preservação e Divulgação dos Acervos Documentais sobre Índios e a Política Indigenista	DOCUMENTO PRESERVADO	UNIDADE	4,50	2,15
(OA)	9055 REGISTRO DE TERRA INDÍGENA	registro fundiário efetivado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9056 DECRETO HOMOLOGATÓRIO DE TERRA INDÍGENA	decreto publicado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9057 PORTARIA DE RESTRIÇÃO DE INGRESSO EM TERRAS INDÍGENAS	portaria publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9058 PORTARIA DECLARATÓRIA DE TERRA INDÍGENA	terra declarada	ha	Não aplicável	Não aplicável

3300 Ministério da Previdência e Assistência Social**0084 ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS**

Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira

(A)	2015 Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social	RECURSO JULGADO	UNIDADE	23,55	20,64
(A)	2567 Cobrança Administrativa de Créditos Previdenciários	CREDITO RECUPERADO	UNIDADE	3,09	0,00
(A)	2568 Cobrança de Débitos Inscritos em Dívida Ativa	CREDITO RECUPERADO	UNIDADE	1,48	0,00
(A)	2570 Fiscalização do Recolhimento das Contribuições Previdenciárias	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	1.002,01	332,17
(A)	2580 Serviço de Processamento de Dados das Guias de Previdência Social	GUIA PROCESSADA	UNIDADE	0,28	0,20
(A)	2596 Orientação Técnica às Empresas e aos Segurados da Previdência Social	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	1,30	3,80
(A)	2611 Formação Continuada de Servidores no Monitoramento da Arrecadação e Recuperação de Créditos Previdenciários	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	257,45	135,70
(A)	6541 Remuneração dos Agentes Prestadores de Serviços pelo Recolhimento das Guias de Previdência Social, do FGTS e de Informações à Previdência Social	GUIA RECOLHIDA	UNIDADE	1,16	1,33

0067 ATENÇÃO À CRIANÇA

Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo

(P)	1001 Construção, Ampliação e Modernização de Creche	CRIANCA ATENDIDA	UNIDADE	361,13	1.433,10
(A)	2331 Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Infantil	MODULO DISTRIBUIDO	MILHAR	447.759,49	57.336,88

P - Projeto

A - Atividade

1.000

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

				Custo		
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002	
3300 Ministério da Previdência e Assistência Social						
0067 ATENÇÃO À CRIANÇA						
Gerente em 31/12/2002: Alexandre Rocha Araújo						
(A)	2556	Atendimento à Criança em Creche	CRIANCA ATENDIDA	UNIDADE	158,04	156,41
(A)	4519	Formação Continuada de Professores da Educação Infantil para Implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais	PROFESSOR CAPACITADO	UNIDADE	506,01	249,63
(P)	5612	Assistência Financeira para a Melhoria da Educação Infantil	ESCOLA BENEFICIADA	UNIDADE	130.000,00	Não aplicável
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA						
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez						
(OE)	0565	Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez	PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA	UNIDADE	2.363,51	Não aplicável
(OE)	0575	Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	2.454,94	Não aplicável
(P)	1426	Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA	UNIDADE	1.092,05	2.628,40
(P)	1740	Eliminação de Barreiras Arquitetônicas e Ambientais	BARREIRA PARA DEFICIENTE REMOVIDA	UNIDADE	1.503,76	Não aplicável
(P)	1749	Estudos e Pesquisas na Área de Deficiência	ESTUDO/PESQUISA A	UNIDADE	100.000,00	396.150,00
(P)	1753	Apoio a Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência em Estados e Municípios	CONSELHO IMPLANTADO	UNIDADE	20.000,00	21.965,60
(P)	1760	Capacitação de Recursos Humanos para Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	233,13	141,30
(P)	1815	Promoção de Eventos sobre os Direitos de Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	42.000,00	26.250,00
(P)	1825	Implantação do Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	17.200,00	Não aplicável
(A)	2043	Apoio ao Trabalho Protegido para Pessoas Portadoras de Deficiência	INSTITUICAO APOIADA	UNIDADE	17.777,78	61.538,46
(A)	2561	Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Pobreza	PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA ATENDIDA	UNIDADE	519,60	541,01
(A)	2574	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	BENEFICIO PAGO	UNIDADE	1,06	12,77
(A)	2584	Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	BENEFICIO PROCESSADO	UNIDADE	3,40	Não aplicável
(A)	2590	Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência	BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO	UNIDADE	10,93	Não aplicável
(A)	2785	Apoio à Organizações Não-Governamentais que Desenvolvam Trabalho Protegido para Pessoas Portadoras de Deficiência			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3072	Campanha Educativa sobre Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	360.000,00	294.000,00
(P)	3813	Edição e Distribuição de Documentos e Informações na Área de Deficiência	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	5,00	6,67
(P)	3882	Núcleos de Reabilitação para Portadores de Deficiência	NUCLEO DE REABILITACAO APOIADO	UNIDADE	68.774,19	101.040,82
(P)	3903	Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Portador de Deficiência	ESTUDO/PESQUISA A	UNIDADE	200.000,00	108.212,20
(P)	3949	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Portador de Deficiência	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	62.500,00	198.011,00
(A)	4281	Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	200.000,00	117.546,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3300 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0065 ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA					
Gerente em 31/12/2002: Carolina Angélica Moreira Sanchez					
(P)	5125 Capacitação e Especialização de Técnicos em Acessibilidade	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	232,02	2.693,53
(OA)	9028 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES PARA INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9029 NORMAS PARA GARANTIA DE DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
0070 BRASIL JOVEM					
Gerente em 31/12/2002: Wânia Ribeiro Tavares					
(A)	2293 Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	JOVEM ATENDIDO	UNIDADE	857,97	695,52
(A)	2295 Capacitação de Jovens de 15 a 17 Anos como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	JOVEM CAPACITADO	UNIDADE	244,90	201,18
(A)	2558 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Abrigo	CRIANÇA/ADOLESCENTE	UNIDADE	440,81	618,00
(A)	4441 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa Brasil Jovem	BENEFICIO PROCESSADO	UNIDADE	0,97	Não aplicável
(A)	4449 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa Brasil Jovem	BENEFICIO PAGO	UNIDADE	4,02	Não aplicável
(P)	5398 Implantação de Centros da Juventude	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	250,33	22.016,26
0073 COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES					
Gerente em 31/12/2002: Antônio José Angelo Motti					
(A)	2815 Rede Nacional de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	REDE MANTIDA	UNIDADE	140.000,00	134.000,00
(P)	5393 Campanha Educativa de Combate ao Turismo Sexual	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	233.333,33	255.628,00
(P)	7939 Campanha Educativa de Combate à Exploração Sexual Infanto-juvenil	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	570.000,00	559.509,00
(A)	2383 Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	CRIANÇA/ADOLESCENTE	UNIDADE	300,00	147,31
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL					
Gerente em 31/12/2002: Milda Lourdes Pala Moraes					
(P)	1458 Promoção de Eventos para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	43.664,67	36.560,33
(P)	1459 Estudos e Pesquisas sobre Trabalho Infantil	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	21.966,50	85.081,00
(P)	1460 Edição e Distribuição de Publicações Institucionais sobre Trabalho Infantil	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	6,00	41,93
(P)	1910 Campanha para Sensibilização da Sociedade quanto ao Trabalho Infantil			1.100.000,00	844.938,00
(A)	2060 Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Escolar Ampliada	CRIANÇA/ADOLESCENTE	UNIDADE	234,43	235,36
(A)	2569 Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	CRIANÇA/ADOLESCENTE	UNIDADE	338,07	339,39
(A)	2602 Mapeamento dos Focos de Trabalho Infantil por Município	MAPEAMENTO REALIZADO	UNIDADE	25.983,00	Não aplicável
(A)	2688 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	33,33	114,61
(A)	4443 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	BENEFICIO PROCESSADO	UNIDADE	0,70	Não aplicável
(A)	4447 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	BENEFICIO PAGO	UNIDADE	3,13	Não aplicável
(A)	6537 Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	116,67	163,58

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3300 Ministério da Previdência e Assistência Social**0072 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Gerente em 31/12/2002: Hamilton Rice de Azevedo Cordeiro

(P)	1471 Capacitação de Conselheiros, Gestores e Técnicos de Assistência Social	PESSOA TREINADA	UNIDADE	22,00	Não aplicável
(A)	4589 Formulação de Políticas na Área de Assistência Social	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5646 Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	67.964,55	Não aplicável

0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gerente em 31/12/2002: Geraldo Almir Arruda

(P)	1015 Modernização do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA	39.682,54	Não aplicável
(P)	1480 Estudo para Reformulação do Seguro Acidente de Trabalho	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	128.427,00	Não aplicável
(A)	4117 Manutenção da Infra-estrutura Tecnológica	INFRA-ESTRUTUR A	%	297.000,00	296.353,43
(A)	4591 Formulação de Políticas na Área de Previdência Complementar	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4593 Formulação de Políticas na Área de Previdência Social	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5500 Implantação do Plano Diretor de Tecnologia e Informação	PLANO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FISICA	758.801,00	700.936,50
(P)	5645 Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	61.759,22	61.759,22

0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira

(OE)	0536 Pagamento de Benefícios de Legislação Especial	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	4.577,60	4.829,34
(A)	2572 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Legislação Especial	BENEFICIO PAGO	UNIDADE	1,35	1,85
(A)	2582 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Legislação Especial	BENEFICIO PROCESSADO	UNIDADE	0,23	0,31

0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Gerente em 31/12/2002: Solange Mara Silvia Braga Bomentre

(P)	1470 Ampliação do Sistema Integrado de Informações de Previdência Complementar com Instituições Fechadas	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FISICA	33.159,30	Não aplicável
(A)	2592 Supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Privada	ENTIDADE SUPERVISIONADA	UNIDADE	17.455,58	14.541,76
(A)	4563 Orientação aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos do Regime de Previdência Complementar	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	0,31	0,28

0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva

(OE)	0053 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas de Extintos Estados e Territórios	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	28.724,31	Não aplicável
(OE)	0054 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	4.794,24	Não aplicável
(OE)	0055 Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta Via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	6.940,06	Não aplicável
(OE)	0179 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	40.764,06	Não aplicável
(OE)	0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis			27.227,45	Não aplicável
(OE)	0396 Pagamento de Aposentadorias e Pensões			110.779,93	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

1.003

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

			Custo		
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3300 Ministério da Previdência e Assistência Social					
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Delúbio Gomes Pereira da Silva					
(OE)	0397	Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC		15.730,03	Não aplicável
(OE)	0711	Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas		Não aplicável	Não aplicável
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA					
Gerente em 31/12/2002: Marcos de Oliveira Ferreira					
(OE)	0117	Pagamento de Salário-Família	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	132,65 88,41
(OE)	0132	Pagamento de Aposentadorias	APOSENTADO BENEFICIADO	UNIDADE	4.852,55 4.738,93
(OE)	0133	Pagamento de Aposentadorias Especiais	APOSENTADO BENEFICIADO	UNIDADE	9.637,66 9.580,33
(OE)	0134	Pagamento de Pensões	PENSIONISTA BENEFICIADO	UNIDADE	3.829,38 3.665,43
(OE)	0136	Pagamento de Auxílios	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	5.212,71 4.425,38
(OE)	0137	Pagamento de Abono	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	2.827,03 2.944,07
(OE)	0141	Pagamento de Salário-Maternidade	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	10.248,27 9.142,34
(A)	2564	Cadastro Nacional de Informações Sociais - PREVICIDADE	REGISTRO MANTIDO	MIL	17,24 7,37
(A)	2571	Orientação aos Segurados para Prevenção de Doenças Ocupacionais e de Acidentes do Trabalho	SEGURADO ATENDIDO	UNIDADE	9,00 29,23
(A)	2578	Serviço de Perícia Médica	PERICIA REALIZADA	UNIDADE	16,45 16,64
(A)	2581	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	BENEFICIO PROCESSADO	MIL	1.305,76 1.314,01
(A)	2585	Serviço de Reabilitação Profissional	SEGURADO REABILITADO	UNIDADE	246,61 474,99
(A)	2591	Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Previdenciários	BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO	UNIDADE	14,16 5,17
(A)	2593	Funcionamento das Unidades de Atendimento da Previdência Social	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	6,29 3,76
(A)	2635	Formação Continuada de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	102,86 52,66
(A)	2910	Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios Previdenciários	BENEFICIO PAGO	MIL	1.841,87 1.853,51
0085 QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Gerente em 31/12/2002: ELIANE LOURENÇO DA SILVA SOUSA					
(P)	1478	Modernização da Gestão Administrativa e de Serviços Previdenciários	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	7.646.475,00 7.640.355,00
(A)	2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	AUDITORIA REALIZADA	UNIDADE	7.109,87 1.019,90
(A)	2563	Avaliação da Qualidade e Produtividade dos Serviços nas Unidades de Atendimento da Previdência Social	UNIDADE AVALIADA	UNIDADE	8.187,83 7.182,89
(A)	2587	Serviços de Atendimento aos Usuários da Previdência Social/Ouvidoria da Previdência Social	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	4,16 6,38
(A)	4405	Serviços Interativos da Previdência Social-Prevfone/prevnet/prevfácil	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	0,19 0,14
(P)	5509	Reformulação da Rede de Atendimento da Previdência Social	UNIDADE IMPLANTADA/REFORMULADA	UNIDADE	379.595,32 762.848,86
(P)	7933	Disseminação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade - SABI	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	14.500,00 12.029,70

3600 Ministério da Saúde**0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

P - Projeto

A - Atividade

1.004

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3600 Ministério da Saúde**0008 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

Gerente em 31/12/2002: Denise Costa Coitinho

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OE) 0357 Assistência Financeira à Família visando à Complementação da Renda para Melhoria da Nutrição - Bolsa-Alimentação	BOLSA ALIMENTACAO CONCEDIDA	UNIDADE 184,84	109,63
(OE) 0603 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Ações de Combate às Carências Nutricionais	POPULACAO COBERTA	UNIDADE 116,31	852,44
(P) 3890 Estudos e Pesquisas sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE 155.000,00	93.339,00
(P) 3945 Promoção de Eventos Técnicos sobre Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	EVENTO REALIZADO	UNIDADE 6.410,26	6.410,26
(A) 4294 Atendimento a Crianças, Gestantes e Idosos, em Áreas Endêmicas de Má Nutrição, com Micronutrientes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE 0,33	0,59

0005 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Gerente em 31/12/2002: Platão José Erwin de Sousa Lima Fischer Puhler

(OE) 0593 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica - Farmácia Básica	POPULACAO COBERTA	MILHAR 1.000,00	Não aplicável
(A) 2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos		48,12	Não aplicável
(P) 3928 Promoção de Eventos sobre Assistência Farmacêutica	EVENTO REALIZADO	UNIDADE 33.333,33	Não aplicável
(A) 4368 Atendimento à População com Medicamentos e Insumos Estratégicos	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE 6,66	Não aplicável
(P) 7835 Modernização e Adequação de Laboratórios Farmacêuticos Públicos	LABORATORIO FARMACEUTICO MODERNIZADO/AD EQUADO	UNIDADE 2.600.384,00	Não aplicável

0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR

Gerente em 31/12/2002: João Gabbardo dos Reis

(A) 4307 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar Prestado pela Rede Cadastrada no Sistema Único de Saúde - SUS	PESSOA ATENDIDA	MILHAR 49.315,48	44.188,55
(A) 4324 Cooperação Mútua com a Marinha Brasileira para Operação, Manutenção e Ações de Saúde nos Navios de Assistência Hospitalar - Nash, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, para Atendimento das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE 321,43	164,37
(A) 4375 Residência Médica nos Hospitais da Rede Própria do Ministério da Saúde	MEDICO RESIDENTE MANTIDO	UNIDADE 15.627,75	22.153,90
(OA) 9018 FINANCIAMENTO A HOSPITAIS SEM FINS LUCRATIVOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		118.347,83	Não aplicável
(A) 2101 Atendimento Médico Especializado Itinerante em Áreas Desassistidas	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE 4,46	Não aplicável
(A) 4299 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisas no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	LEITO OFERTADO	UNIDADE 263.253,74	293.647,06
(A) 4302 Funcionamento de Hospitais da Rede Pública Federal de Atendimento Médico Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar	LEITO OFERTADO	UNIDADE 42.707,62	318.828,57
(A) 4306 Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde - SUS	MUNICIPIO HABILITADO	UNIDADE 10.421.351,42	11.588.972,22

0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES

Gerente em 31/12/2002: Gerson Fernando Mendes Pereira

(OE) 0599 Incentivo-Bônus por Paciente de Hanseníase em Tratamento Curado	PACIENTE CURADO	UNIDADE 49,98	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0020 CONTROLE DA HANSENÍASE E DE OUTRAS DERMATOSES**

Gerente em 31/12/2002: Gerson Fernando Mendes Pereira

(A)	2739 Atendimento à População com Medicamentos para Hanseníase e Outras Dermatoses	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	33,33	33,33
(P)	3855 Estudos e Pesquisas sobre Hanseníase e Outras Dermatoses	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	55.555,56	Não aplicável
(A)	4313 Tratamento da Hanseníase e Outras Dermatoses	PACIENTE TRATADO	UNIDADE	101,89	Não aplicável

0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Gerente em 31/12/2002: Elias Rassi Neto

(P)	1841 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	183.333,33	Não aplicável
(P)	1849 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	60.000,00	Não aplicável
(A)	2016 Conselho Nacional de Saúde	CONSELHO MANTIDO	UNIDADE	440.000,00	Não aplicável
(P)	3886 Implantação de Novos Modelos de Gestão, Avaliação, Experiências Inovadoras e Controle Social de Serviços de Saúde para Promover a Descentralização do Sistema Único de Saúde - SUS	MUNICÍPIO ATENDIDO	UNIDADE	20.000,00	Não aplicável
(A)	4380 Sistema Nacional de Informações em Saúde, do Sistema Único de Saúde - SUS	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	34.972.478,00	Não aplicável
(A)	4388 Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	25.020.000,00	Não aplicável
(A)	4530 Implementação da Promoção à Saúde	MUNICÍPIO BENEFICIADO	UNIDADE	5.850,00	Não aplicável
(A)	4586 Formulação e Avaliação de Políticas para o Setor Saúde	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5518 Campanha Educativa de Prevenção da Morbimortalidade por Causas Externas	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	950.000,00	Não aplicável

0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE

Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade

(P)	3875 Adequação da Planta de Produção de Vacinas	UNIDADE ADEQUADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	440.000,00	439.996,28
(P)	3926 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	UNIDADE DE SAÚDE MODERNIZADA/ADEQUADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	616.000,00	615.232,40
(P)	3937 Promoção de Eventos Técnicos sobre Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	22.500,00	8.860,14
(A)	4325 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos	PROCESSO/PRODUTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	55.000,00	54.987,18
(A)	4326 Desenvolvimento Tecnológico de Processos e Produtos do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-manguinhos	PROCESSO/PRODUTO DESENVOLVIDO	UNIDADE	90.956,10	109.644,00
(A)	4334 Ensino em Saúde e Ciência e Tecnologia na Fundação Oswaldo Cruz	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	1.355,24	1.200,90
(A)	4355 Informação e Comunicação em Saúde, Ciência e Tecnologia	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	15,20	14,10
(A)	4359 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães - CPQAM	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	73.637,10	133.313,37
(A)	4360 Pesquisas Biomédicas e Preservação de Espécies Ameaçadas de Extinção no Centro Nacional de Primatas - CENP	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	241.235,29	Não aplicável
(A)	4361 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz - CPQGM	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	106.766,67	128.736,31
(A)	4362 Pesquisas Científicas do Centro de Pesquisas Rene Rachou - CPQRR	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	62.233,33	62.484,85
(A)	4373 Residência Médica na Fundação Oswaldo Cruz	MEDICO RESIDENTE MANTIDO	UNIDADE	25.957,45	11.290,95
(A)	4379 Serviço de Referência em Saúde e Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz	SERVICO DE REFERENCIA PRESTADO	UNIDADE	13,08	23,33

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.006

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0012 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE**

Gerente em 31/12/2002: José Eduardo Pessoa de Andrade

(A)	4381 Serviço de Referência de Qualidade em Saúde do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS	SERVICO DE REFERENCIA PRESTADO	UNIDADE	258,38	394,66
(A)	4386 Pesquisas no Campo de Medicina Tropical e Meio-Ambiente do Instituto Evandro Chagas - IEC	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	107.066,30	Não aplicável
(A)	4458 Pesquisas Científicas da Fundação Oswaldo Cruz	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	24.397,30	31.434,17

0019 PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E DE OUTRAS PNEUMOPATIAS

Gerente em 31/12/2002: Neilton Araujo de Oliveira

(OE)	0601 Incentivo-Bônus para Diagnóstico e Tratamento de Pacientes com Tuberculose	PACIENTE CURADO	UNIDADE	29,47	Não aplicável
(P)	3856 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e de Outras Pneumopatias	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	22.727,27	Não aplicável
(P)	3941 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção e Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	116.666,67	34.225,00
(A)	4314 Controle da Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário	PACIENTE TRATADO	UNIDADE	63,16	90,43
(A)	4363 Pesquisas em Tuberculose e Outras Pneumopatias de Interesse Sanitário do Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	144.777,50	Não aplicável
(A)	4369 Atendimento à População com Medicamentos para Tuberculose e Outras Pneumopatias	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	110,99	168,16

0017 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

Gerente em 31/12/2002: Maria do Socorro Alves Lemos

(OE)	0002 Apoio à Instalação de Posto Avançado do INCOR em Brasília			970.000,00	Não aplicável
(P)	3894 Estudos e Pesquisas sobre Doenças Crônico-Degenerativas	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	142.500,00	Não aplicável
(P)	3934 Promoção de Eventos Técnicos sobre Doenças Crônico-Degenerativas	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	33.333,33	Não aplicável
(A)	4315 Controle das Doenças Cardiovasculares	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	8,44	Não aplicável
(A)	4316 Controle das Doenças Reumáticas	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	2,06	Não aplicável
(A)	4319 Controle do Diabetes Mellitus	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	3,60	Não aplicável
(A)	4367 Atendimento a Diabéticos com Insulina, Hipoglicemiantes Orais e Correlatos	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	7,00	Não aplicável
(A)	4376 Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	17,37	Não aplicável
(OA)	9013 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DE DIABÉTICOS NO TRABALHO E SOBRE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE EM DIABETES MELLITUS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9014 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0006 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

Gerente em 31/12/2002: Maria de Lourdes de Sousa Maia

(P)	3877 Fomento à Produção Nacional em Imunobiológicos	LABORATORIO APOIADO	UNIDADE	916.666,67	916.666,67
(A)	4365 Produção de Imunobiológicos	DOSE PRODUZIDA	UNIDADE	0,04	0,08
(A)	4383 Vacinação da População	DOSE APLICADA	MILHAR	195,53	179,16
(A)	4453 Imunobiológicos para Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis	DOSE DISTRIBUIDA	MILHAR	1.042,66	1.441,16

0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES

P - Projeto

A - Atividade

1.007

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0028 PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES**

Gerente em 31/12/2002: Lucila Pedrosa da Cruz

(P)	1833 Capacitação de Profissionais de Saúde em Controle de Infecções Hospitalares	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	1.108,33	821,48
(P)	3895 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle das Infecções Hospitalares	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	176.000,00	202.175,25
(P)	3933 Promoção de Eventos Técnicos sobre Controle das Infecções Hospitalares	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	17.166,67	9.768,61

0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES

Gerente em 31/12/2002: Fabiano Geraldo Pimenta Júnior

(OE)	0597 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para Ações de Prevenção e Controle das Doenças Transmissíveis	POPULACAO COBERTA	MILHAR	3.281,88	1.615,39
(A)	2689 Desenvolvimento de Trabalho de Campo para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	DOMICILIO VISITADO	UNIDADE	0,88	1,08
(A)	2705 Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	0,82	0,31
(P)	3071 Implantação, Modernização e Adequação de Unidades de Controle de Zoonoses e de Fatores Biológicos de Risco	UNIDADE DE CONTROLE IMPLANTADA/ADEQUADA	UNIDADE	408.913,04	408.567,89
(P)	3847 Campanha Educativa para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3883 Drenagem e Manejo Ambiental em Áreas Endêmicas de Malária	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	81,87	750,00
(P)	3921 Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	3.602,22	4.960,26
(A)	4366 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento Ambulatorial e Domiciliar dos Casos Positivos de Malária	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	5,65	14,95
(A)	4372 Promoção da Educação em Saúde por Meio da Mobilização Comunitária	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0,17	0,16
(A)	4425 Controle de Doenças Endêmicas	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	0,45	0,41
(P)	5872 Campanha Educativa para Prevenção e Controle de Doenças Endêmicas	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	16.350.000,00	32.700.000,00

0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

Gerente em 31/12/2002: José Kogut

(P)	3850 Capacitação de Profissionais em Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	2.263,72	971,28
(P)	3898 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle de Câncer	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	76.250,00	19.182,39
(P)	3909 Prevenção e Vigilância para Controle do Câncer	MUNICIPIO COM SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	16.500,00	54.275,32
(P)	3944 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência Oncológica	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	26.086,96	17.642,43
(A)	4301 Atendimento Ambulatorial e Hospitalar do Instituto Nacional do Câncer - INCA	PACIENTE MATRICULADO	UNIDADE	12.857,06	18.849,88
(A)	4328 Prevenção e Tratamento do Câncer Cérvico-Uterino	EXAME REALIZADO	UNIDADE	3,58	2,74
(A)	4374 Residência Médica no Instituto Nacional do Câncer	MEDICO RESIDENTE MANTIDO	UNIDADE	18.320,61	18.320,61
(P)	7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON's	CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE IMPLANTADO	UNIDADE	3.000.000,00	4.499.461,25
(OA)	9009 APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9010 IMPLANTAÇÃO DO REGISTRO NACIONAL DE DOADORES DE MEDULA ÓSSEA	doador cadastrado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9011 IMPLANTAÇÃO DE REGISTROS DE CÂNCER DE BASE POPULACIONAL	registro implantado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9012 IMPLANTAÇÃO DO BANCO DE SANGUE DE CORDÃO UMBILICAL E PLACENTÁRIO	banco implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.008

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0003 PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS**

Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Teixeira

(A)	2721 Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2875 Diagnóstico e Acompanhamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- HIV/AIDS nos Laboratórios da Rede Pública			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3878 Campanha Educativa de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	956.000,00	1.313.846,15
(P)	3880 Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.127,50	872,14
(P)	3897 Estudos e Pesquisas sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	252.000,00	251.667,96
(P)	3910 Implantação de Serviços Alternativos Assistenciais - Hospital-Dia, Atendimento Domiciliar e Ambulatorial Especial - para Doentes com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	156.895,00	155.657,75
(P)	3943 Promoção de Eventos Técnicos sobre Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	96.666,67	88.386,16
(P)	3954 Promoção de Práticas Seguras sobre Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, e do Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV/síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS	GRUPO ATENDIDO	UNIDADE	1.934.366,67	1.400.793,03
(A)	4309 Atendimento do Disque-AIDS	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	1,07	0,52
(A)	4327 Diagnóstico e Acompanhamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST, Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida- HIV/AIDS nos Laboratórios da Rede Pública	DIAGNOSTICO EFETUADO	UNIDADE	15,90	10,09
(A)	4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	4.408,60	4.811,09

0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

Gerente em 31/12/2002: Rita Elizabeth da Rocha Sorio

(P)	3881 Qualificação Profissional dos Trabalhadores de Enfermagem Empregados em Estabelecimentos de Saúde	PROFISSIONAL QUALIFICADO	UNIDADE	2.671,67	Não aplicável
(P)	3922 Modernização de Escolas Técnicas de Saúde	ESCOLA TECNICA DE SAUDE MODERNIZADA	UNIDADE	428.571,43	Não aplicável
(P)	5429 Profissionalização de Trabalhadores na Área de Enfermagem - PROFPAE	PROFISSIONAL QUALIFICADO	UNIDADE	1.298,70	Não aplicável
(P)	7829 Suporte Técnico à Estruturação de Escolas Técnicas de Saúde	ESCOLA TECNICA DE SAUDE ESTRUTURADA	UNIDADE	110.750,00	Não aplicável
(P)	7831 Formação Pedagógica para Docentes na Área de Enfermagem	DOCENTE ESPECIALIZADO	UNIDADE	2.400,00	Não aplicável
(OA)	9008 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM			Não aplicável	Não aplicável

0007 QUALIDADE DO SANGUE

Gerente em 31/12/2002: Beatriz MacDowell Soares

P - Projeto A - Atividade

1.009

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3600 Ministério da Saúde**0007 QUALIDADE DO SANGUE**

Gerente em 31/12/2002: Beatriz MacDowell Soares

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	3862 Implantação e Ampliação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	UNIDADE IMPLANTADA/AMPLIADA	168.222,86 93.175,65
(P)	3867 Modernização e Adequação de Unidades de Hematologia e Hemoterapia	UNIDADE MODERNIZADA/ADQUADA	135.302,01 85.246,86
(P)	3915 Implantação do Projeto Sangue com Garantia de Qualidade	PROJETO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 200.000,00 Não aplicável
(P)	3946 Promoção de Eventos Técnicos sobre Sangue e Hemoderivados	EVENTO REALIZADO	UNIDADE 85.000,00 89,52
(A)	4295 Atendimento a Pacientes Hemofílicos com Fatores de Coagulação	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE 25.832,68 25.832,68
(OA)	9003 IMPLANTAÇÃO EM UNIDADES HEMATOLÓGICAS E HEMOTERÁPICAS DA REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EM SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS	unidade de rede implantada	% de execução física Não aplicável Não aplicável
(OA)	9004 ACREDITAÇÃO DE UNIDADES HEMATOLÓGICAS COM COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS	unidade acreditada	unidade Não aplicável Não aplicável
(OA)	9005 CADASTRAMENTO DE UNIDADES DE TRATAMENTO DE HEMOFILIA E HEMOGLOBINOPATIA	unidade de tratamento cadastrada	unidade Não aplicável Não aplicável
(OA)	9006 CADASTRAMENTO DE PACIENTES HEMOFÍLICOS E HEMOGLOBINOPATAS	paciente cadastrado	unidade Não aplicável Não aplicável
(OA)	9007 PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE DO SANGUE	prêmio concedido	unidade Não aplicável Não aplicável

0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS

Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame

(P)	3863 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA	UNIDADE	408.166,67	601.835,16
(P)	3865 Implantação e Ampliação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	UNIDADE IMPLANTADA/AMPLIADA	UNIDADE	96.601,31	90.250,12
(P)	3868 Modernização e Adequação de Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS	UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADQUADA	UNIDADE	16.188,51	588.738,50
(P)	3870 Modernização e Adequação de Unidades de Urgência/Emergência e de Gestantes de Alto Risco do Sistema Único de Saúde - SUS	UNIDADE MODERNIZADA/ADQUADA	UNIDADE	171.260,27	502.463,15
(P)	3888 Estudos e Pesquisas para a Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	178.662,82	134.625,58
(P)	3914 Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS	CARTAO IMPLANTADO	UNIDADE	1,72	1,97
(P)	3917 Implantação e Ampliação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORSUS	UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA	UNIDADE	390.109,89	402.777,74
(P)	3923 Modernização e Adequação da Rede de Serviços do Sistema Único de Saúde - REFORSUS	UNIDADE DE SAUDE MODERNIZADA/ADQUADA	UNIDADE	2.074.538,12	3.263.718,18
(P)	3936 Promoção de Eventos Técnicos sobre Melhoria da Qualidade e Eficiência dos Serviços do Sistema Único de Saúde - SUS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	66.666,67	85.714,29
(A)	4291 Acreditação Hospitalar das Redes Pública e Privada, Federal, Estadual e Municipal	HOSPITAL ACREDITADO	UNIDADE	1.000,00	7.142,86
(A)	4310 Atendimento do Disque Saúde	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	0,45	0,27
(A)	4311 Auditoria Analítica e Operativa do Sistema Único de Saúde - SUS	UNIDADE AUDITADA	UNIDADE	5.220,25	4.642,15
(A)	4372 Promoção da Educação em Saúde por Meio da Mobilização Comunitária	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	0,37	Não aplicável
(A)	4437 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 309 Leitos, Hospital Cristo Redentor S.A. , em Porto Alegre - RS	INFRA-ESTRUTURA	%	9.332,00	12,42

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.010

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0004 QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS**

Gerente em 31/12/2002: Alberto Beltrame

(A)	4525 Assist. Financeira à Manutenção de Unidades de Saúde do SUS	UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	120.984,46	Não aplicável
(P)	5215 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	EQUIPAMENTO INSTALADO	UNIDADE	154.364,29	42.309,13
(P)	5217 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Fêmima S.A.	EQUIPAMENTO INSTALADO	UNIDADE	141.279,70	250.122,00
(P)	5219 Instalação de Equipamentos Hospitalares - Hospital Cristo Redentor S.A.	EQUIPAMENTO INSTALADO	UNIDADE	767.527,00	405.273,75
(P)	5395 Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde - Saúde no Ceará - KFW	UNIDADE DE SAUDE IMPLANTADA/AMPLIADA	UNIDADE	887.571,43	Não aplicável
(P)	5776 Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	UNIDADE MOVEL DE SAUDE ADQUIRIDA	UNIDADE	30.222,59	Não aplicável
(OA)	9001 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALARES - PNASH	projeto implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9002 PRÊMIO NACIONAL DA QUALIDADE HOSPITALAR	prêmio concedido	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1823 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS	UNIDADE IMPLANTADA/APARELHADA/ADEQUADA	UNIDADE	83.847,39	Não aplicável
(A)	2049 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 153 Leitos, Hospital Fêmima S.A., em Porto Alegre - RS	INFRA-ESTRUTURA	%	6.211,00	8,83
(A)	2051 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento Hospitalar com 1.066 Leitos, Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., em Porto Alegre - RS	INFRA-ESTRUTURA	%	47.537,00	2,97
(A)	2729 Formação Continuada de Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	289,30	312,45
(P)	3846 Campanha Educativa de Atenção à Saúde	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	2.966.666,67	Não aplicável

0119 SANEAMENTO BÁSICO

Gerente em 31/12/2002: José Antonio da Motta Ribeiro

(P)	3859 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Controle de Agravos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	838,33	Não aplicável
(P)	3860 Construção e Ampliação ou Melhoria de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário para Controle de Agravos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	1.170,81	Não aplicável
(P)	3861 Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	606,18	Não aplicável
(P)	3984 Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	97,06	Não aplicável
(P)	3996 Implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	1.079,91	Não aplicável
(P)	3997 Implantação dos Serviços de Abastecimento de Água - Saúde e Saneamento no Piauí - KFW	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	720,07	Não aplicável
(P)	5528 Ações de Saneamento em Pequenas Localidades	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	140,63	Não aplicável

0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO

Gerente em 31/12/2002: Ana Goretti Kalume Maranhão

(A)	2783 Acreditação de Hospitais Amigo da Criança	HOSPITAL ACREDITADO	UNIDADE	2.000,00	Não aplicável
(P)	3891 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	218.333,33	Não aplicável
(P)	3906 Implantação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano	BANCO DE LEITE HUMANO IMPLANTADO	UNIDADE	51.600,00	Não aplicável
(P)	3947 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde da Criança e Aleitamento Materno	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	9.325,84	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.011

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3600 Ministério da Saúde**0027 SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO**

Gerente em 31/12/2002: Ana Goretti Kalume Maranhão

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 5602 Multivacinação de Crianças de 0 a 5 Anos de Idade	CRIANCA VACINADA	854,62	Não aplicável
(OA) 9023 ACREDITAÇÃO DE HOSPITAIS "AMIGO DA CRIANÇA"	hospital acreditado	Não aplicável	Não aplicável
(OA) 9024 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVOS À ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO E AO ACOMPANHAMENTO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	norma publicada	Não aplicável	Não aplicável
(OA) 9025 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVOS À COMERCIALIZAÇÃO DE SUCEDÂNEOS DO ALEITAMENTO MATERNO E À PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO	norma publicada	Não aplicável	Não aplicável

0001 SAÚDE DA FAMÍLIA

Gerente em 31/12/2002: Heloíza Machado de Souza

(OE) 0587 Atendimento Assistencial Básico Referente à Parte Fixa do Piso de Atenção Básica - PAB, nos Municípios em Gestão Plena da Atenção Básica	POPULACAO COBERTA	MILHAR	10.969,18	11.227,80
(OE) 0589 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB, para a Saúde da Família	EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA MANTIDA	UNIDADE	67.676,62	39.466,18
(P) 3851 Capacitação de Recursos Humanos em Atenção Básica - Saúde da Família	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	47,33	7,73
(P) 3932 Promoção de Eventos Técnicos sobre Atenção Básica - Saúde da Família	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	46.666,67	8.553,16
(A) 4456 Implementação das Ações de Saúde da Família	POPULACAO BENEFICIADA	UNIDADE	0,28	0,02
(P) 7839 Estudos e Pesquisas na Área da Saúde da Família	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	50.000,00	98.820,50

0021 SAÚDE DA MULHER

Gerente em 31/12/2002: Tania Di Giacomo do Lago

(P) 3879 Campanha Educativa em Atenção à Saúde da Mulher	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1.012.400,00	4.990.000,00
(P) 3900 Estudos e Pesquisas sobre Saúde da Mulher	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	200.000,00	200.000,00
(P) 3929 Promoção de Eventos sobre Saúde da Mulher	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	122.500,00	163.333,33
(P) 7841 Capacitação de Recursos Humanos para Promoção do Planejamento Familiar e da Saúde da Mulher	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	833,33	678,77
(OA) 9016 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES RELATIVA À ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL, GESTAÇÃO DE ALTO RISCO, PARTO E PUERPÉRIO, PLANEJAMENTO FAMILIAR, URGÊNCIAS OBSTÉTRICAS, CLIMATÉRIO E ASSISTÊNCIA À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0026 SAÚDE DO JOVEM

Gerente em 31/12/2002: José Domingues dos Santos Júnior

(P) 3872 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Adolescente e do Jovem	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	16.428,57	Não aplicável
(P) 3901 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Adolescente e do Jovem	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	80.000,00	Não aplicável
(P) 3907 Implantação de Centros de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	20.312,50	Não aplicável
(P) 3998 Campanha Educativa em Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	6.050.000,00	Não aplicável
(OA) 9019 ACREDITAÇÃO DE CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE	centro acreditado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA) 9020 ACREDITAÇÃO DE CENTRO DOCENTE ASSISTENCIAL - CDA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE	centro acreditado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA) 9021 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE A SAÚDE DO ADOLESCENTE E DO JOVEM	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.012

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0026 SAÚDE DO JOVEM**

Gerente em 31/12/2002: José Domingues dos Santos Júnior

(OA)	9022	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ACIDENTES, VIOLÊNCIAS, SUICÍDIOS E CATÁSTROFES NA ÁREA DA SAÚDE	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0022 SAÚDE DO TRABALHADOR

Gerente em 31/12/2002: Jacinta de Fátima Sena Da Silva

(P)	3893	Estudos e Pesquisas sobre Agravos à Saúde do Trabalhador	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	166.666,67	254.899,00
(P)	3920	Implantação em Unidades de Saúde de Serviços para Tratamento dos Agravos Relativos à Saúde do Trabalhador	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	16.000,00	Não aplicável
(P)	3927	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Trabalhador	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	120.000,00	33.800,00
(A)	4337	Fiscalização do Processo, do Ambiente e das Condições de Trabalho para a Proteção da Saúde do Trabalhador	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	400,00	237,80
(OA)	9017	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE A SAÚDE DO TRABALHADOR	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0018 SAÚDE MENTAL

Gerente em 31/12/2002: Pedro Gabriel Godinho Delgado

(OE)	0591	Incentivo-Bônus para Assistência, Acompanhamento e Integração Fora da Unidade Hospitalar de Paciente Portador de Agravos Mentais	PACIENTE ASSISTIDO	UNIDADE	363,64	Não aplicável
(A)	2743	Atendimento à População com Medicamentos para Saúde Mental	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	113,64	Não aplicável
(P)	3892	Estudos e Pesquisas sobre Saúde Mental	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	390.000,00	151.049,80
(P)	3911	Implantação de Serviço Ambulatorial de Saúde Mental e Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e Drogas	SERVICO IMPLANTADO	UNIDADE	40.115,94	7.861,08
(P)	3951	Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde Mental	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	16.666,67	35.714,29
(OA)	9015	CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS POR PORTE	hospital habilitado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0025 SAÚDE SUPLEMENTAR

Gerente em 31/12/2002: Roger Cardoso Pires da Rosa

(A)	4339	Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	10.370,37	2.485,08
(P)	7911	Implantação do Modelo Normativo para as Operadoras de Planos Privados de Saúde			Não aplicável	Não aplicável

0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO

Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre

(OE)	0561	Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	2.363,52	4.385,54
(OE)	0573	Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	2.414,07	2.189,34
(P)	1394	Construção, Ampliação e Modernização de Centro de Atendimento à Pessoa Idosa	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	445,21	Não aplicável
(P)	1847	Implantação de Serviços Extra-Hospitalares de Assistência à Saúde do Idoso	SERVICO EXTRA-HOSPITALAR	UNIDADE	28.571,43	71.194,00
(A)	2559	Atendimento à Pessoa Idosa em Situação de Pobreza	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	112,52	121,06
(A)	2560	Atendimento à Pessoa Idosa do Abrigo Cristo Redentor	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	7.317,07	8.695,65

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.013

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3600 Ministério da Saúde**0066 VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO**

Gerente em 31/12/2002: Jorge Alexandre Silvestre

(A)	2573 Remuneração dos Agentes Pagadores de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	BENEFICIO PAGO	UNIDADE	1,29	Não aplicável
(A)	2583 Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	BENEFICIO PROCESSADO	UNIDADE	2,85	Não aplicável
(A)	2589 Serviços de Concessão, Revisão e Cessação de Benefícios de Prestação Continuada à Pessoa Idosa	BENEFICIO CONCEDIDO/CESSADO	UNIDADE	11,10	Não aplicável
(P)	3902 Estudos e Pesquisas sobre Saúde do Idoso	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	166.666,67	Não aplicável
(P)	3948 Promoção de Eventos Técnicos sobre Saúde do Idoso	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	85.300,00	56.518,50
(P)	5600 Vacinação de Idoso com 60 Anos de Idade ou Mais	IDOSO IMUNIZADO	MILHAR	5.099,28	6.423,52

0013 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE

Gerente em 31/12/2002: Eduardo Hage Carmo

(P)	3703 Estudos e Pesquisas de Biossegurança do Exército	ESTUDO/PESQUISA	UNIDADE	58.493,00	56.130,00
(P)	3992 Implantação do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental sobre Fatores Biológicos, Físicos e Químicos Determinantes e Condicionantes de Agravos à Saúde	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	480.000,00	349.766,70
(P)	3994 Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - VIGISUS	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	2.500.000,00	2.385.690,68
(A)	4357 Operacionalização da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	LABORATORIO APOIADO	UNIDADE	444.444,44	231.993,18
(A)	4382 Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	18.000.000,00	15.193.247,00

0010 VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Gerente em 31/12/2002: Cláudio Maierovitch P. Henriques

(OE)	0595 Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para as Ações de Vigilância Sanitária	POPULACAO COBERTA	MILHAR	463,87	440,35
(A)	2691 Fiscalização de Produtos e de Serviços Sujeitos ao Controle da Vigilância Sanitária	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	1.112,30	662,71

0024 VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS

Gerente em 31/12/2002: Daniel Lins Menucci

(A)	4340 Fiscalização Sanitária em Portos, Aeroportos, Postos de Fronteiras e Terminais Alfandegados	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	21,11	8,59

4100 Ministério das Comunicações**8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Luiz Dias da Silva

(A)	4303 Estudos para Implantação do Órgão Regulador de Serviços Postais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	3.580.000,00	Não aplicável
(A)	4321 Formulação de Políticas para o Setor de Comunicações	-	-	Não aplicável	Não aplicável

8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro

(OE)	0505 Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações	PROJETO FINANCIADO	UNIDADE	664.263,00	Não aplicável
(A)	4333 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações	PROJETO APOIADO	UNIDADE	799.373,33	Não aplicável
(A)	4341 Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	11.703,02	455,20

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.014

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4100 Ministério das Comunicações**8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES**

Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro

(A)	4343 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPQD	PROJETO APOIADO	UNIDADE	3.322.636,75	3.295.084,57

0250 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Marcos da Rocha Lima

(P)	1366 Ampliação e Modernização da Rede de Fiscalização das Telecomunicações	ESTACAO INSTALADA	UNIDADE	880.000,00	706.813,00
(P)	1367 Instalação dos Escritórios Regionais da Anatel	ESCRITORIO REGIONAL INSTALADO	UNIDADE	6.466.666,67	5.567.912,50
(P)	1368 Instalação de Postos de Radiovideometria	POSTO INSTALADO	UNIDADE	865.000,00	604.125,20
(A)	2422 Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação	PRODUTO CERTIFICADO/HO MOLOGADO	UNIDADE	1.000,00	690,48
(A)	2424 Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	148,00	83,89
(A)	2425 Gestão do Espectro de Radiofrequências	ESPECTRO REGULAMENTADO	UNIDADE	2.300.000,00	398.596,00

0253 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Gerente em 31/12/2002: Hamilton de Magalhães Mesquita

(A)	2420 Outorga dos Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa	OUTORGA CONCEDIDA	UNIDADE	54.636,90	651.032,86
(A)	2421 Monitoramento dos Serviços de Comunicação Eletrônica de Massa	DOMICILIO ASSINANTE	%	156.250,00	58.884,00
(OA)	9149 SERVIÇO DE TV POR ASSINATURA	assinante atendido	unidade	1.775,00	Não aplicável

0255 SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Gerente em 31/12/2002: Alexandre Antônio de Souza

(A)	6341 Regulamentação dos Serviços de Radiodifusão e de Defesa e Proteção dos Direitos dos Usuários	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	19.333,33	Não aplicável
(A)	6495 Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens	OUTORGA CONCEDIDA	UNIDADE	1.803,23	200,25

0256 SERVIÇOS POSTAIS

Gerente em 31/12/2002: Carlos Luiz Dias da Silva

(P)	3220 Ampliação da Infra-estrutura dos Serviços Financeiros Postais	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	1.132.727,27	1.448.843,95
(P)	3221 Ampliação da Infra-estrutura de Produção e Transporte	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	659.375,00	659.409,56
(P)	3222 Modernização da Infra-estrutura de Produção e Transporte	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUÇÃO FISICA	14.059.615,38	13.054.934,25
(P)	3227 Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	423.076,92	305.572,35
(P)	3228 Modernização da Infra-estrutura de Atendimento	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.596.909,09	2.596.908,66
(A)	4094 Manutenção da Infra-estrutura de Produção e Transporte	INFRA-ESTRUTUR A	%	490.000,00	490.007,58
(A)	4095 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento	INFRA-ESTRUTUR A	%	250.000,00	250.008,65
(OA)	9152 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO POSTAL	objeto postado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra

(A)	2418 Outorga dos Serviços Privados de Telecomunicações	OUTORGA CONCEDIDA	UNIDADE	45.221,43	599,73

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.015

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4100 Ministério das Comunicações**0251 SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra

(A)	4331 Monitoramento dos Serviços Privados de Telecomunicações	META DE QUALIDADE ATINGIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	108.357,89	20.824,45
(OA)	9148 SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL	acesso em serviço	unidade	766,29	Não aplicável

0254 TELEFONIA FIXA

Gerente em 31/12/2002: Luiz Gladstone de Castro Almendra

(A)	2416 Outorga do Serviço Telefônico Fixo Comutado	OUTORGA CONCEDIDA	UNIDADE	300.000,00	532.180,83
(A)	2417 Monitoramento do Serviço Telefônico Fixo Comutado	META DE QUALIDADE ATINGIDA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	233.684,21	9.080,56
(OA)	9150 SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA	terminal instalado	unidade	1.814,66	Não aplicável
(OA)	9151 SERVIÇO DE TELEFONIA DE USO PÚBLICO	telefone instalado	unidade	2.135,03	Não aplicável

0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro

(OE)	0729 Cobertura da Parcela de Custos Provenientes da Implantação e Exploração do Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública, que não Possa ser Recuperada com a sua Exploração Comercial (Lei no 9.998, de 17/08/2000)			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0731 Cobertura da Parcela de Custos Provenientes da Implantação e Exploração do Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimento Públicos de Ensino e Bibliotecas, que não Possa ser Recuperada com a sua Exploração Comercial (Lei no 9.998, de 17/08/2000)			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0733 Cobertura da Parcela de Custos Provenientes da Implantação e Exploração dos Serviços de Telecomunicações em Localidades onde o Custo dos Serviços não Possa ser Recuperado com sua Exploração Comercial (Lei no 9.998, de 17/08/2000)			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0769 Promoção da Implantação de Acessos para Utilização de Serviços de Redes Digitais de Informação Destinadas ao Acesso Público, em Bibliotecas, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, Incluindo os Equipamentos Terminais			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0771 Promoção da Implantação de Acessos para Utilização de Serviços de Redes Digitais de Informação Destinadas ao Acesso Público, em Instituições de Saúde, por Meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0773 Promoção da Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, para Atendimento a Comunidades de Baixo Poder Aquisitivo			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0775 Promoção da Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, em Localidades com Menos de Cem Habitantes			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0777 Promoção da Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Unidades do Serviço Público, Situadas em Áreas Remotas e de Fronteira de Interesse Estratégico, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0779 Promoção da Implantação de Acessos Individuais aos Serviços de Telecomunicações, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, a Órgãos de Segurança Pública			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0781 Promoção de Fornecimento de Acesso Individual aos Serviços de Telecomunicações e Equipamentos de Interface, a Deficientes Carentes e a Instituições de Assistência a Deficientes, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável			Não aplicável	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4100 Ministério das Comunicações**0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

Gerente em 31/12/2002: Frederico José da Silveira Monteiro

(OE)	0783	Promoção da Implantação de Acessos aos Serviços de Telefonia, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, em Áreas Rurais			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0785	Promoção da Implantação de Acessos aos Serviços de Redes Digitais de Informação destinadas ao Acesso Público, em Estabelecimentos de Ensino, por meio de Ressarcimento de Parcela de Custo não Recuperável, incluindo os Equipamentos Terminais			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1319	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	11.385,00	Não aplicável
(P)	1321	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	32.000,00	Não aplicável
(P)	1323	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Localidades onde o Custo dos Serviços Não Possa Ser Recuperado com sua Exploração Comercial	ACESSO EM SERVIÇO	UNIDADE	5.615,00	Não aplicável
(A)	4459	Monitoramento da Universalização dos Serviços de Telecomunicações	ACESSO TELEFONICO IMPLANTADO	UNIDADE	0,93	Não aplicável

3500 Ministério das Relações Exteriores**0686 ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

Gerente em 31/12/2002: Ministro Adolf Libert Westphalen

(A)	2529	Assistência Diplomática e Consular	CIDADAOS ASSISTIDO	UNIDADE	267,23	298,77

0684 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

Gerente em 31/12/2002: Marília Sardenberg Zelter Gonçalves

(A)	2531	Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	16.883,12	661,27
(A)	2532	Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	21.693,96	192.097,75
(A)	2533	Cooperação Técnica Internacional	ACORDO IMPLEMENTADO	UNIDADE	4.042,67	4.041,61
(A)	2541	Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia no Exterior - SICTEX	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1.098.000,00	1.376.923,00

0682 DIVULGAÇÃO DO BRASIL NO EXTERIOR

Gerente em 31/12/2002: Luiz Fernando de Freitas Ligiéro

(A)	2530	Assistência Financeira a Institutos Culturais e a Centros de Estudos Brasileiros	ENTIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	99.895,52	122.572,32
(A)	2836	Veiculação de Matérias sobre o Brasil	MATERIA VEICULADA	UNIDADE	374,93	384,77

0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

Gerente em 31/12/2002: João Almino de Souza Filho

(A)	2534	Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas	DIPLOMATA MATRICULADO	UNIDADE	18.329,09	15.781,14

0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

(OE)	0287	Contribuição à International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas - ICCAT	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0288	Contribuição à International Tropical Timber Organization - ITTO	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0289	Contribuição à International Union for Conservation of Nature and Natural Resources - IUCN	-	-	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.017

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3500 Ministério das Relações Exteriores**0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

Produto		Unidade de Medida		Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OE)	0290 Contribuição à Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat - RAMSAL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0291 Contribuição ao Serviço de Informação de Correntes para a Produção Pesqueira na América Latina e Caribe - INFOPECA/FAO	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0292 Contribuição à United Nations Environment Programme - UNEP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0321 Contribuição à Associação das Universidades de Língua Portuguesa - AULP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0325 Contribuição à Associação Internacional das Universidades da Terceira Idade - AIUTI	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0328 Contribuição à Asociacion de Universidades Grupo Montevideo - AUGM	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0329 Contribuição à Association Columbus	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0330 Contribuição à Asociacion Universitária Iberoamericana de Postgrado - AIUP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0332 Contribuição à International Association of University Presidents - IAUP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0333 Contribuição à National Fluid Power Association - NFPA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0334 Contribuição à Organização Universitária Interamericana - OUI	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0342 Contribuição à Union de Universidade de América Latina - UDUAL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0348 Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0349 Contribuição ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0356 Contribuição à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação - UNCCD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0390 Contribuição ao Committee on Science and Technology In Developing Countries - COSTED	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0391 Contribuição à Coleção Archives	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0392 Contribuição à International Federation for Information Processing - IFIP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0393 Contribuição à International Geographical Union - IFIP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0394 Contribuição à International Lithosphere Program - ILP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0395 Contribuição à Rede Latino Americana de Ciências Biológicas - RELAB	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0406 Contribuição ao Grupo dos Países em Desenvolvimento - G24	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0420 Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0421 Contribuição à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0422 Contribuição à União Internacional para Proteção de Novas Obtenções Vegetais - UPOV	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0429 Contribuição ao Fundo Íbero-Americano de Ajuda - IBERMEDIA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0440 Contribuição à Associação de Universidades da América Latina e Caribe para a Integração - AUALCPI	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0444 Contribuição à Associação das Universidades do Mercosul - ARCAM	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0445 Contribuição à Associação Internacional de Reitores Universitários - AIRU	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0449 Contribuição à International Association of Universities - IAU	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0481 Contribuição à Cooperação Européia de Acreditação - EA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0483 Contribuição à Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB	CONTRIBUICAO EFETUADA	UNIDADE	288.356,00	Não aplicável
(OE)	0489 Contribuição a International Astronautical Federation - IAF	-	-	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.018

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Valores em R\$ 1,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

3500 Ministério das Relações Exteriores

0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OE) 0619 Contribuição ao Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0645 Contribuição ao Fórum Internacional de Credenciamento - IAF	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0647 Contribuição à Cooperação Internacional de Laboratórios Credenciados - ILAC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0649 Contribuição à Associação Internacional de Certificação de Auditores e Treinamento - IATCA	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0651 Contribuição à Cooperação de Credenciamento do Pacífico - PAC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0004 Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0006 Contribuição à Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0007 Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0009 Contribuição à Associação dos Países Produtores de Café - APPC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0011 Contribuição ao Global Environment Facility - GEF	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0017 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0057 Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0066 Contribuição à Comunidade Internacional da Pimenta	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0067 Contribuição ao Instituto Internacional do Frio	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0068 Contribuição à Comissão Sericícola Internacional	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0069 Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0070 Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0071 Contribuição à Associação Mundial de Veterinária	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0072 Contribuição ao Comitê Consultivo Internacional do Algodão - CCIA	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0073 Contribuição ao Escritório Internacional de Epizootias - EIE	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0074 Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0075 Contribuição à Organização Internacional do Cacau - OICC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0076 Contribuição ao Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul - COSAVE	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0077 Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0078 Contribuição ao Escritório Internacional de Vitivinicultores	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0084 Contribuição à Associação dos Países Produtores de Estando - ATPC	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0085 Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0086 Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0087 Contribuição à União Postal Universal - UPU	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0088 Contribuição à União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0089 Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0091 Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ECOM	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0099 Contribuição ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0100 Contribuição ao The Institute of International Finance, Inc - IFF	-	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

				Custo		
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002	
3500 Ministério das Relações Exteriores						
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto						
(OE)	0103	Contribuição à Organização Internacional das Comissões de Valores - OICV	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0104	Contribuição à Associação dos Superintendentes de Seguros da América Latina - ASSAL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0105	Contribuição à Associação de Supervisores de Seguros Lusofonos - ASSEL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0106	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0107	Contribuição à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0108	Contribuição à Associação Latino Pan-Americana de Ferrocarrilles - ALAF	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0111	Contribuição à Las-Latin Section American of The American Nuclear Society	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0112	Contribuição ao Japan Atomic e Industrial Forum	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0113	Contribuição à International Atomic Energy Agency	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0116	Contribuição à Latin American Society/American Nuclear	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0119	Contribuição ao Instituto Latino-Americano para Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes - ILANUD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0120	Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivos - ALA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0121	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0122	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL - França	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0123	Contribuição à International Maritime Organization - IMO	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0124	Contribuição a Organismos Econômicos Multilaterais	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0125	Contribuição a Organismos Internacionais Especializados	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	4.944.400,00	5.683.904,40
(OE)	0126	Contribuição a Organismos Regionais	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0127	Contribuição a Organismos Específicos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0128	Contribuição ao Sistema das Nações Unidas	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0129	Contribuição à Associação Internacional de Seguridade Social - AISS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0130	Contribuição à Conferência Interamericana de Seguridade Social - CISS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0131	Contribuição à Organização Iberoamericana de Seguridade Social - OISS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0135	Contribuição à Organização Hidrográfica Internacional - OHI	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0145	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0147	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos e Filmes - FIAF	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0149	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLAL	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0151	Contribuição à Associação de Estudos Brasileiros - BRASA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0152	Contribuição à Agência Internacional do Número de Padrão Internacional para Música - ISMN	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0153	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0156	Contribuição à União Latina	-	-	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

				Custo	
				Previsto - 2002	Apurado - 2002
Produto				Unidade de Medida	
3500 Ministério das Relações Exteriores					
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS					
Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto					
(OE)	0157	Contribuição à Federação Mundial dos Ex-Combatentes	-	-	Não aplicável
(OE)	0159	Contribuição ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR	-	-	Não aplicável
(OE)	0160	Contribuição à Associação Internacional de Congressos e Convenções - ICCA	-	-	Não aplicável
(OE)	0164	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT	-	-	Não aplicável
(OE)	0167	Contribuição ao Conselho Íbero-Americano do Desporto - CID	-	-	Não aplicável
(OE)	0168	Contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas - UNDCP	-	-	Não aplicável
(OE)	0172	Contribuição à Association Mondiale Des Services D'emploi Publics - AMSEP	-	-	Não aplicável
(OE)	0185	Contribuição à Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC	-	-	Não aplicável
(OE)	0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI	-	-	Não aplicável
(OE)	0187	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO	-	-	Não aplicável
(OE)	0188	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB	-	-	Não aplicável
(OE)	0189	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO	-	-	Não aplicável
(OE)	0190	Contribuição ao United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC	-	-	Não aplicável
(OE)	0191	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA	-	-	Não aplicável
(OE)	0193	Contribuição à Academia de Ciência do Terceiro Mundo	-	-	Não aplicável
(OE)	0194	Contribuição ao Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais	-	-	Não aplicável
(OE)	0196	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF	-	-	Não aplicável
(OE)	0197	Contribuição à International Astronomical Union - IAU	-	-	Não aplicável
(OE)	0199	Contribuição à International Federation of Automatic Control - IFAC	-	-	Não aplicável
(OE)	0200	Contribuição à International Federation of Social Science Organization - IFSSO	-	-	Não aplicável
(OE)	0201	Contribuição à International Foundation for Science - IFS	-	-	Não aplicável
(OE)	0202	Contribuição à International Union for Pure and Applied Chemistry - IUPAC	-	-	Não aplicável
(OE)	0203	Contribuição à International Union of Biological Sciences - IUBS	-	-	Não aplicável
(OE)	0204	Contribuição à International Union of Crystallography - IULCR	-	-	Não aplicável
(OE)	0205	Contribuição à International Union of Physiological Sciences - IUPS	-	-	Não aplicável
(OE)	0206	Contribuição ao Committee on Data for Science and Technology - CODATA	-	-	Não aplicável
(OE)	0207	Contribuição ao International Atomic Energy Center for International Center for Theoretical Physics - ICTP	-	-	Não aplicável
(OE)	0208	Contribuição ao International Council Scientific Unions - ICSU	-	-	Não aplicável
(OE)	0209	Contribuição ao International Labour Office (CINTERFOR) - ILO	-	-	Não aplicável
(OE)	0210	Contribuição ao International Union of Pure and Applied Physics - IUPAP	-	-	Não aplicável
(OE)	0211	Contribuição ao Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR	-	-	Não aplicável
(OE)	0212	Contribuição ao Scientific Committee on Oceanic Research - SCOR	-	-	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3500 Ministério das Relações Exteriores**0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Gerente em 31/12/2002: Ministro Denis Fontes de Souza Pinto

(OE)	0213 Contribuição ao Technological Information Pilot System - TIPS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0218 Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0219 Contribuição ao Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - BIREME	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0220 Contribuição à União Internacional Contra o Câncer - UICC	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0221 Contribuição à Organização Mundial Saúde - OMS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0285 Contribuição à Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora - CITES	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0286 Contribuição à Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem - ICID	-	-	Não aplicável	Não aplicável

0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Baumbach

(OE)	0537 Contribuição ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2367 Estudos e Pesquisas sobre Relações Internacionais e Política Externa Brasileira	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	19.951,45	15.456,18
(P)	3762 Fortalecimento da Capacidade Institucional na Área Econômica Internacional	INSTITUICAO FORTALECIDA	UNIDADE	1.655.973,00	427.000,00

0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E ACESSO A MERCADOS

Gerente em 31/12/2002: Mário Vilalva

(A)	2538 Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais	MISSAO APOIADA	UNIDADE	425.920,00	22.896,50
(A)	2544 Sistema Braziltradenet	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	10.206.000,00	12.566.159,00
(A)	2835 Sistema de Informações Comerciais e Econômicas	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	495.000,00	495.000,00
(P)	3661 Promoção de Eventos para Divulgação de Produtos do Agronegócio no Exterior	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	100.000,00	92.597,00
(OA)	9335 FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR	exportação alavancada	US\$ milhão	0,02	Não aplicável

0680 RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Gerente em 31/12/2002: Embaixador Almir Franco de Sá Barbuda

(A)	2536 Demarcação de Fronteira	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	46.000,00	150.969,67
(A)	2543 Manutenção do Cerimonial	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	24.574,06	25.935,60
(A)	2837 Representação Diplomática e Consular no Exterior	POSTO DE REPRESENTACAO MANTIDO	UNIDADE	987.356,48	1.133.403,36
(A)	4502 Locação de Imóveis no Exterior	IMOVEL LOCADO	UNIDADE	484.848,48	811.216,94
(A)	4503 Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para Embaixadas e Consulados	EQUIPAMENTO/MO VEL	UNIDADE	1.319,32	4.015,01
(A)	4504 Remuneração e Encargos Sociais de Pessoal Administrativo e Técnico Contratado no Exterior	PESSOA REMUNERADA	UNIDADE	51.777,46	73.808,21

3200 Ministério de Minas e Energia**0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho

(OE)	0358 Financiamento ao BNDES para atendimento de ações voltadas ao Setor Elétrico (MP No 59, de 2002)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1386 Campanha de Uso Racional de Recursos Naturais	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	6.255.754,00	6.255.639,00

P - Projeto A - Atividade

1.022

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho

(A)	2406	Autorização de Instalação de Usina Termelétrica	POTENCIA OUTORGADA	MEGAWATTS	208,00	28,75
(A)	2407	Inventário dos Potenciais de Energia Hidráulica	POTENCIAL INVENTARIADO	MEGAWATTS	924,44	664,99
(A)	2408	Concessão de Potenciais de Energia Hidráulica	POTENCIA OUTORGADA	MEGAWATTS	130,00	38,76
(A)	2409	Autorização de Construção de Pequena Central Hidrelétrica	POTENCIA OUTORGADA	MEGAWATTS	436,00	61,10
(A)	2411	Concessão de Distribuição de Energia Elétrica	CONCESSAO OUTORGADA	UNIDADE	790.520,33	Não aplicável
(A)	2412	Concessão de Transmissão de Energia Elétrica	CONCESSAO OUTORGADA	UNIDADE	172.850,00	55.150,00
(A)	2413	Autorização de Transmissão de Energia Elétrica	AUTORIZACAO OUTORGADA	UNIDADE	18.243,90	785,91
(A)	2414	Implantação do Horário de Verão	POTENCIA DE PONTA ECONOMIZADA	MEGAWATTS	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4265	Regulação Econômica dos Serviços de Energia Elétrica	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	308.875,00	288.259,00
(A)	4289	Regulação Técnica dos Serviços de Energia Elétrica	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	3.719.563,00	Não aplicável
(P)	5055	Estudos Hidroenergéticos	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1.306.618,00	693.678,00

0271 ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho

(A)	2379	Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras	ACERVO MANTIDO	UNIDADE	21.861.925,00	15.769.016,00
(A)	2380	Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	CONCESSAO OUTORGADA	UNIDADE	209.253,40	199.288,95
(A)	2381	Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	CONCESSAO CONTROLADA	UNIDADE	43.865,07	46.460,36
(A)	2388	Regulamentação das Atividades da Indústria do Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	156.651,53	270.839,54
(A)	4267	Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural	AUTORIZACAO OUTORGADA	UNIDADE	1.774,34	Não aplicável
(P)	5008	Estudos e Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural	ESTUDO/SERVICO REALIZADO	UNIDADE	10.345.044,33	Não aplicável
(P)	5045	Transferência do Escritório Central da Agência Nacional do Petróleo - ANP	ESCRITORIO INSTALADO COM 10.230 M2	UNIDADE	28.753.336,00	Não aplicável
(P)	5615	Planejamento da Expansão da Infra-estrutura de Abastecimento	PLANO ELABORADO	UNIDADE	2.205.970,00	Não aplicável
(A)	6197	Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo	INSTALACAO FISCALIZADA	UNIDADE	11.279,16	7.976,41

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

Gerente em 31/12/2002: João Carlos Araújo Figueira

(P)	1926	Implantação de Rede de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural no Exterior	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	699.431,91	Não aplicável
(A)	2126	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino na Argentina	INFRA-ESTRUTUR A	%	180.662,16	Não aplicável
(P)	3275	Incorporação e Adequação de Unidades de Refino no Exterior	CAPACIDADE INCORPORADA	BARRIL/DIA	448,55	Não aplicável
(P)	3281	Ampliação da Capacidade de Transporte de Gás no Exterior	CAPACIDADE AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3.520.238,10	6.597.941,25
(P)	3289	Implantação de Rede de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás no Exterior	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	62.415,93	2.393.254,00
(P)	3345	Apropriação de Reservas de Óleo, Condensado e Gás Natural no Exterior	RESERVA PROVADA APROPRIADA	MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE	8.058,66	4.701,90

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.023

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO**

Gerente em 31/12/2002: João Carlos Araújo Figueira

(P)	5484 Implantação de Estabelecimentos Operacionais - BR Aviation no Exterior	ESTABELECIMENT O	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9154 PRODUÇÃO DE ÓLEO, LÍQUIDO DE GÁS NATURAL E GÁS NATURAL NO EXTERIOR	petróleo produzido	mil barris de óleo equivalente	15.834,50	Não aplicável

0301 COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA - PROCEL

Gerente em 31/12/2002: Ione Maria Torres de Araújo

(P)	5053 Estudos para a Promoção da Eficiência Energética	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	369.528,00	Não aplicável
(P)	5287 Implantação de Projeto Demonstrativo para o Desenvolvimento do Mercado de Eficiência Energética na Utilização da Energia Elétrica	PROJETO DEMONSTRATIVO IMPLANTADO	UNIDADE	294.444,44	Não aplicável
(OA)	9318 FOMENTO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ESCO'S	Diagnóstico contratado	unidade	1.000.000,00	Não aplicável
(OA)	9319 REGULARIZAÇÃO DE CONSUMIDORES ATENDIDOS DE FORMA PRECÁRIA	consumidor regularizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9320 OTIMIZAÇÃO DE REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ponto otimizado	unidade	219,99	Não aplicável
(OA)	9321 OTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	prédio otimizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9322 OTIMIZAÇÃO ENERGÉTICA EM UNIDADES INDUSTRIAIS	indústria otimizada	unidade	83.680,00	Não aplicável
(OA)	9323 INSTALAÇÃO DE CONTROLADORES DE DEMANDA	controlador instalado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9324 ETIQUETAGEM DE ELETRODOMÉSTICOS COM INFORMAÇÕES SOBRE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	categoria de eletrodoméstico etiquetado	unidade	156.000,00	Não aplicável
(OA)	9325 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA MINISTRAR CURSOS DE MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS PARA UTILIZAÇÃO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	professor capacitado	unidade	4.071,43	Não aplicável
(OA)	9326 CAMPANHA DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA	campanha realizada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9327 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE OTIMIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES/UTILIDADES DE ENERGIA ELÉTRICA	instalação/utilidade	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9328 NORMAS PARA ENSAIO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA ETIQUETAGEM COM O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	norma publicada	unidade	1.000.000,00	Não aplicável

0510 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE REGIÕES MINERADAS

Gerente em 31/12/2002: Carlos Augusto Ramos Neves

(P)	1365 Estudo Ambiental em Reservas Garimpeiras	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	210.921,00	179.861,00
(P)	1369 Transferência de Tecnologia para Recuperação Ambiental na Amazônia Peruana	PROJETO AMBIENTAL ELABORADO	UNIDADE	221.689,00	1.294,00
(A)	2401 Proteção Ambiental de Áreas Mineradas	RELATORIO AMBIENTAL ELABORADO	UNIDADE	116.666,67	587.625,00
(A)	2402 Monitoramento Ambiental da Mineração	AREA DE LAVRA MONITORADA	UNIDADE	80.000,00	122.799,00

0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL

Gerente em 31/12/2002: Marcos Antônio Cordeiro Maron

(A)	2297 Difusão de Tecnologias Minerais em Áreas de Garimpo e para Pequenas Empresas	DEPOSITO ATENDIDO	UNIDADE	214.264,00	150.561,67
(A)	2375 Fiscalização e Controle da Produção Mineral	EMPREENHIMENT O FISCALIZADO	UNIDADE	591,39	817,44
(A)	2377 Outorga de Direitos Minerários	TITULO EMITIDO	UNIDADE	73,53	160,82
(A)	2398 Levantamentos Geológicos	AREA MAPEADA	MIL KM²	24.717,82	23.169,23

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.024

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0391 DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL**

Gerente em 31/12/2002: Marcos Antônio Cordeiro Maron

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 2399 Avaliação das Áreas de Concentração Mineral	MAPA TEMATICO ELABORADO	21.289,14	11.613,44
(A) 4396 Avaliação dos Distritos Mineiros	DISTRITO AVALIADO	191.257,70	232.364,50
(P) 5617 Estudos para Fomento da Produção Mineral	ESTUDO REALIZADO	112.889,38	56.704,83
(P) 7633 Planejamento do Setor Mineral	PLANO ELABORADO	16.470,59	29.928,11
(P) 7635 Edição e Distribuição do Informativo Estatístico do Setor Metalúrgico	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	1,65	3,88

0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL

Gerente em 31/12/2002: Otacílio Viana de Albuquerque

(A) 2787 Manutenção da Infra-estrutura Operacional de Distribuição de Petróleo e Gás Natural	INFRA-ESTRUTUR A	%	539.001,83	639.333,20
(A) 2797 Manutenção da Infra-estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	INFRA-ESTRUTUR A	%	1.382.501,31	1.144.557,07
(A) 2799 Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes	INFRA-ESTRUTUR A	%	800.109,86	344.686,83
(A) 2809 Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Segurança Industrial no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	SISTEMA MANTIDO	%	119.265,69	344.035,65
(P) 3336 Implantação de Estabelecimentos Operacionais - Bunker	ESTABELECIMENT O	UNIDADE	465.408,60	159.170,00
(P) 3347 Ampliação da Infra-estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	INFRA-ESTRUTUR A	UNIDADE	1.545.286,67	Não aplicável
(P) 3348 Ampliação e Modernização da Infra-estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	412.096,95	447.660,64
(P) 3351 Ampliação da Infra-estrutura de Atendimento a Grandes Clientes	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	5.356.032,00	5.311.152,00

0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES

Gerente em 31/12/2002: Fernando Antônio Giffoni Noronha Luz

(P) 1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	LOCALIDADE ATENDIDA	UNIDADE	28.150,87	Não aplicável
(P) 1380 Capacitação de Usuários e de Agentes das Comunidades na Instalação, Operação e Manutenção dos Equipamentos de Produção de Energia Elétrica	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	462,50	Não aplicável
(P) 5291 Implementação de Projeto-piloto de Modelo Auto-sustentável de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas	PROJETO-PILOTO IMPLANTADO	UNIDADE	5.000.000,00	Não aplicável
(P) 7111 Estudos para Avaliação de Microrregiões com Mercado para Projetos Energéticos e Produtivos Integrados	MICRORREGIAO AVALIADA	UNIDADE	495,54	Não aplicável
(OA) 9153 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	equipamento instalado/mantido	unidade	4.500,00	Não aplicável

0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE

Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo

(OA) 9272 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CAPIM BRANCO II NO RIO ARAGUARI (MG) DE 210 MW	usina implantada	% de execução física	7.350.000,00	Não aplicável
(OA) 9273 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM MACAÉ (RJ) DE 500 MW	usina implantada	% de execução física	6.480.000,00	Não aplicável
(OA) 9274 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA ALTO TIETÊ (SP) DE 88 MW			930.000,00	Não aplicável
(OA) 9275 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA BOM JARDIM EM JUNDIAÍ (SP) DE 800 MW			7.224.729,13	Não aplicável
(OA) 9276 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM ARARAQUARA (SP) DE 500 MW			5.200.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo

Produto		Unidade de Medida		Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OA)	9277 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM SÃO PAULO I (SP) DE 450 MW			3.500.000,00	Não aplicável
(OA)	9278 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM SÃO PAULO II (SP) DE 450 MW			3.500.000,00	Não aplicável
(OA)	9279 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA GN - PIE III (RJ) DE 450 MW			3.937.600,00	Não aplicável
(OA)	9280 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA SULMINAS EM POÇOS DE CALDAS (MG) DE 500 MW			4.457.142,86	Não aplicável
(OA)	9281 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA RHODIA EM SANTO ANDRÉ (SP) DE 100 MW	usina implantada	% de execução física	1.056.666,67	Não aplicável
(OA)	9282 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA RHODIA EM PAULÍNIA (SP) DE 152 MW	usina implantada	% de execução física	1.603.333,33	Não aplicável
(OA)	9283 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA GN - PIE IV (RJ) DE 450 MW			3.937.600,00	Não aplicável
(OA)	9284 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO PLANALTO PAULISTA (SP) DE 630 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9285 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) DE 700 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9286 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA VALPARAISO EM ARAÇATUBA (SP) DE 220 MW	usina implantada	% de execução física	2.325.000,00	Não aplicável
(OA)	9287 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO MONTES CLAROS A UHE IRAPÉ (MG) EM 345 KV (145 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9288 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO NORTE CAPIXABA (ES) DE 150 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9289 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CABIÚNAS (RJ) DE 460 MW	usina implantada	% de execução física	5.171.428,57	Não aplicável
(OA)	9290 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NO NORTE FLUMINENSE EM CAMPOS (RJ) DE 700 MW	usina implantada	% de execução física	6.914.285,71	Não aplicável
(OA)	9291 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM VITÓRIA (ES) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	5.200.000,00	Não aplicável
(OA)	9292 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA IGARAPÉ (MG) DE 390 MW			3.900.000,00	Não aplicável
(OA)	9293 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAPUAVA (SP) DE 230 MW			2.433.333,33	Não aplicável
(OA)	9294 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PIRAJU (SP/PR) NO RIO PARANAPANEMA DE 70 MW	usina implantada	% de execução física	1.802.500,00	Não aplicável
(OA)	9295 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESPÍRITO SANTO (80 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	116.000,00	Não aplicável
(OA)	9296 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CANDONGA (MG) NO RIO DOCE DE 95 MW	usina implantada	% de execução física	2.500.000,00	Não aplicável
(OA)	9297 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA FUNIL RIBEIRA NO RIO RIBEIRA DO IGUAPE (SP) DE 150 MW			4.130.000,00	Não aplicável
(OA)	9298 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA IRAPÉ NO RIO JEQUITINHONHA (MG) DE 360 MW	usina implantada	% de execução física	7.402.500,00	Não aplicável
(OA)	9299 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA CCBS (SP) DE 184 MW	usina implantada	% de execução física	3.450.000,00	Não aplicável
(OA)	9300 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM PIRATININGA (SP) DE 300 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9301 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TPP(SP) DE 600 MW			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1853 Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)	GERADOR SUBSTITUIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3.132.076,92	Não aplicável
(P)	3233 Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ) de 1.309 Mw	UNIDADE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	32.011.628,00	1.484.724,20
(P)	3414 Implantação do Ciclo Combinado da Usina Termelétrica de Santa Cruz (RJ) (Acréscimo de 1.200 Mw)	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.574.149,49	6.967.879,68
(P)	3419 Implantação de Sistema de Transmissão Tijuco Preto (SP) - Rio de Janeiro (RJ) (360 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e Subestações Associadas)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	4.855.558,33	2.905.875,50



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia

0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE

Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo

(P)	3420	Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste do Estado do Rio de Janeiro e no Espírito Santo (33 Km de Linha de Transmissão e 6 Subestações Associadas com capacidade de transformação de 1.675 MVA)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.673.032,22	1.679.628,95
(P)	3421	Implantação do Sistema de Transmissão São Paulo - Minas Gerais (13 Subestações com 18.626 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.947.949,32	1.187.429,27
(P)	3422	Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) - São Paulo (SP) (Ivaiporã - Itaberá - Tijuco Preto) (585 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	647.091,28	265.436,32
(A)	4445	Substituição de Elemento Combustível Nuclear do Complexo de Geração de Energia Termonuclear de Angra (RJ)	RECARGA EFETUADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	1.359.032,49	Não aplicável
(A)	4469	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (9.133 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	141.432,35	105.502,71
(A)	4477	Manutenção do Complexo de Geração de Energia Termonuclear de Angra (RJ) (total de 1.966 Mw)	SISTEMA MANTIDO	%	1.879.307,44	1.781.743,19
(A)	4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (17.705 Km de Linha de Transmissão e Subestações Totalizando 81.970 Mva)	SISTEMA MANTIDO	%	273.999,32	211.480,83
(P)	5117	Implantação do Ciclo Combinado da Ute Roberto Silveira - Campos (RJ) com Acréscimo de 80 Mw	USINA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	109.378,31	Não aplicável
(P)	5119	Implantação do Ciclo Combinado da Ute São Gonçalo (RJ) com Acréscimo de 193 Mw	USINA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	139.731,08	Não aplicável
(P)	5121	Implantação do Sistema de Transmissão Bateias (PR) - Ibiúna (SP) (328 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e Subestações Associadas	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	4.139.419,13	2.859.705,30
(P)	5123	Implantação do Sistema de Transmissão Foz do Iguaçu (PR) - São Paulo (SP) (800 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	3.201.496,06	Não aplicável
(P)	5167	Implantação da Uhe Simplicio - Queda Única de 324,8 Mw (RJ/MG)	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	1.000.000,00	Não aplicável
(P)	5357	Ampliação da capacidade do sistema de transmissão de São Paulo - SP (5 bancos de capacitores, nas SE Tijuco Preto/Itaberá, com 2.042 MVar)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.314.822,69	Não aplicável
(P)	5359	Ampliação da capacidade da SE Tijuco Preto -SP (3º banco de autotransformadores 750/500 KV - 1.650 MVA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	413.937,55	Não aplicável
(P)	5361	Implantação da linha de transmissão de Cachoeira Paulista - SP / Adrianópolis -RJ com 177 km (3º circuito em 500 KV)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.013.055,35	Não aplicável
(P)	5501	Implantação de Usina Termelétrica em Macaé (RJ) com 500 Mw de Capacidade	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5511	Reabilitação e Otimização do Sistema de Geração de Energia Elétrica	SISTEMA OTIMIZADO	% DE EXECUÇÃO FISICA	7.614.684,25	5.004.182,33
(P)	5512	Reabilitação e Otimização do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	SISTEMA OTIMIZADO	% DE EXECUÇÃO FISICA	2.650.342,24	1.292.767,03
(P)	7164	Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto (MG) - Vitória (ES) - (370 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas de 345 Kv)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.608.814,89	2.631.578,09
(OA)	9257	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA FUNIL GRANDE NO RIO GRANDE (MG) DE 180 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9258	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA MURTA (MG) NO RIO JEQUITINHONHA DE 120 MW	usina implantada	% de execução física	2.260.000,00	Não aplicável
(OA)	9259	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PICADA EM JUIZ DE FORA (MG) NO RIO DO PEIXE DE 50 MW	usina implantada	% de execução física	1.236.000,00	Não aplicável
(OA)	9260	IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA IBIRITÉ (MG) DE 660 MW	usina implantada	% de execução física	6.228.571,43	Não aplicável
(OA)	9261	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM OURINHOS (SP) NO RIO PARANAPANEMA DE 44 MW	usina implantada	% de execução física	1.288.000,00	Não aplicável
(OA)	9262	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA TRAÍRA II (MG) NO RIO SUAÇUÍ GRANDE, DE 70 MW			1.136.000,00	Não aplicável
(OA)	9263	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA TIJUCO ALTO NO RIO RIBEIRA DO IGUAPE (SP/PR) DE 144 MW			1.925.000,00	Não aplicável
(OA)	9264	IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BARRA DO BRAÚNA (MG) NO RIO POMBA DE 39 MW	usina implantada	% de execução física	1.100.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Passos Justo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OA) 9265 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM SÃO PAULO (1.350 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 138 KV)		1.957.500,00	Não aplicável
(OA) 9266 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA RIO GEN EM SEROPÉDICA (RJ) DE 500 MW	usina implantada % de execução física	5.466.666,67	Não aplicável
(OA) 9267 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM SANTA BRANCA (SP) DE 1.067 MW	usina implantada % de execução física	8.750.000,00	Não aplicável
(OA) 9268 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA AIMORÉS NO RIO DOCE (MG) DE 300 MW	usina implantada % de execução física	8.750.000,00	Não aplicável
(OA) 9269 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA PILAR NO RIO IPIRANGA (MG) DE 150 MW APE		2.397.500,00	Não aplicável
(OA) 9270 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA BOCAINA NO RIO PARANAÍBA (GO/MG) DE 150 MW		4.987.500,00	Não aplicável
(OA) 9271 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA CAPIM BRANCO I NO RIO ARAGUARI (MG) DE 240 MW	usina implantada % de execução física	7.052.500,00	Não aplicável

0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE

Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes

(P) 1885 Recapitação das Unidades Geradoras 1 e 2 de Uhe Coaracy Nunes (Acréscimo de 4 Mw)	UNIDADE RECAPACITADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	156.250,00	36.688,49
(A) 2789 Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista	SISTEMA MANTIDO	%	1.650,00	Não aplicável
(A) 2793 Manutenção do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica de Boa Vista (81 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	2.660,00	2.656,90
(P) 3213 Implantação de Sistema de Iluminação Pública na Cidade de Boa Vista - Reluz	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	100,00	Não aplicável
(P) 3243 Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá (520 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 339 MVA)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	2.539.250,00	379.788,85
(P) 3248 Implantação de Sistema de Transmissão de Interligação Brasil - Venezuela (190 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e Subestações Associadas com 200 Mva) - RR	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	400.000,00	327.793,31
(P) 3396 Implantação da Rede de Subtransmissão de Boa Vista (RR) (30,1 Km de Linha de Transmissão em 69 Kv e Subestações Associadas)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	107.609,00	71.709,00
(P) 3399 Revitalização do Parque de Geração Térmica de Roraima de 81 Mw	USINA REVITALIZADA	% DE EXECUCAO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(P) 3995 Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista	REDE AMPLIADA	KM	46.203,91	38.729,67
(A) 4431 Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)	SISTEMA MANTIDO	%	30.120,00	32.770,88
(OA) 9173 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			Não aplicável	Não aplicável
(OA) 9174 ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO ÁGUA BRANCA (AP)(73 MW)			Não aplicável	Não aplicável

0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes

(P) 1167 Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM	REDE AMPLIADA	KM	41.583,36	35.434,37
(P) 1183 Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica da CEAM de 71,2 Kw	PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	317.623,33	902.385,92
(P) 1721 Implantação de 12,7 Km de Oleodutos nas Usinas Termoeletricas de Barreirinha, Boca do Acre, Codajás, Parintins e São Paulo de Olivença (AM)	OLEODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	3.175,00	2.498,85
(P) 1879 Recapitação das Unidades Geradoras do Parque Térmico de Rondônia (Acréscimo de 18 MW)	UNIDADE RECAPACITADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	125.000,00	90.617,34
(P) 1881 Recapitação das Unidades Geradoras do Parque Térmico do Acre	UNIDADE RECAPACITADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	114.285,71	3.494.150,00
(P) 1897 Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à Uhe Tucuruí (Acréscimo de 1.200 Mva/351 Mvar nas Subestações)	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	2.789.473,68	1.782.520,54

P - Projeto

A - Atividade

1.028

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

		Custo			
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3200 Ministério de Minas e Energia					
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS					
Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes					
(P)	1907 Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará, com 11.000 Mw de Capacidade Instalada	ESTUDO REALIZADO	%	4.000,00	Não aplicável
(A)	2009 Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM	PARQUE MANTIDO	%	32.439,79	33.123,33
(A)	2206 Manutenção de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM	REDE ELETRICA MANTIDA	%	1.000,00	Não aplicável
(A)	2208 Manutenção de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEAM	REDE ELETRICA MANTIDA	%	56.994,20	Não aplicável
(A)	2218 Manutenção de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus	REDE MANTIDA	UNIDADE	39.340,84	Não aplicável
(A)	2224 Manutenção de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus	REDE ELETRICA MANTIDA	%	7.678,00	Não aplicável
(A)	2775 Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica no Estado de Rondônia	PARQUE DE GERACAO MANTIDO	%	10.000,00	9.000,00
(P)	3219 Implantação de Infra-estrutura para Instalação de Usina Termelétrica de Produtor Independente	USINA CONECTADA	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	3225 Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE Cariri a Itacoatiara e Rio Preto da Eva (AM)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	491.878,31	3.989.522,15
(P)	3242 Implantação de Sistema de Transmissão Acre - Rondônia (1.342 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 1.664 Mva/402 Mvar)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	4.562.500,00	3.114.907,64
(P)	3259 Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE de Iranduba à Manacapuru e Novo Airão (AM)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	187.459,32	549.229,07
(P)	3261 Transformação das Unidades Geradoras de Energia Elétrica para Utilização do Gás Natural	USINA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	40.000,00	Não aplicável
(P)	3263 Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica	PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	184.130,21	179.851,78
(P)	3267 Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica	PARQUE AMPLIADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.053.757,14	1.490.926,66
(P)	3273 Implantação de Infra-estrutura para Instalação de Usina Termelétrica de Produtor Independente	USINA CONECTADA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3367 Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre	REDE AMPLIADA	KM	81.398,28	116.147,01
(P)	3381 Implantação de Sistema de Transmissão em Rondônia (622 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 13,8 Kv)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	682.291,11	494.769,85
(P)	3398 Implantação do Sistema de Transmissão em Manaus (313,3 Km de Linha de Transmissão e Subestações Associadas com 645,3 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	120.486,35	95.222,43
(P)	3404 Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia	REDE AMPLIADA	KM	373.129,30	368.997,24
(P)	3410 Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus	REDE AMPLIADA	KM	111.804,94	118.025,60
(P)	3427 Estudos e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica	ESTUDO REALIZADO	%	1.075.793,88	1.007.481,34
(A)	4462 Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (6.525 Km de Linha de Transmissão e 14.294 Mva de Subestações)	SISTEMA MANTIDO	%	25.000,00	25.961,86
(A)	4467 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (5.071,62 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	35.000,00	34.532,16
(A)	4468 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (663,2 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	37.337,20	35.702,54
(P)	5111 Ampliação da Capacidade Geradora das Utes Pimenta Bueno, Vilhena e Colorado, Utilizando Equipamentos de Unidades Desativadas	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.500,00	Não aplicável
(P)	5113 Recapacitação da Pch Rio Vermelho	USINA RECAPACITADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.500,00	Não aplicável
(OA)	9302 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA) DE 11.000 MW	ESTUDO REALIZADO	%	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9303 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PARÁ (1.241 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	1.740.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0295 ENERGIA NO EIXO SUL**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	1127 Implantação da Usina Termelétrica Candiota III com Capacidade de 350 Mw	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	100.390,24	Não aplicável
(P)	1133 Estudo para Implantação do Projeto de Transformação da Usina Termelétrica de Porto Alegre - Nutepa para Utilização de Gás Natural	ESTUDO REALIZADO	%	30.303,03	7.272,73
(P)	3250 Implantação de Sistema de Transmissão no Sul (467 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 500 Kv e Subestações com 2.807 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	5.622.202,60	5.624.613,43
(A)	4471 Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (8.570 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 11.969,3 Mva)	SISTEMA MANTIDO	%	24.510,00	24.492,05
(A)	4493 Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica (490 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	275.520,00	346.502,83
(P)	5115 Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio Através da Conversora de Rivera (Aquisição de 12 Km de Linha de Transmissão e Construção de Entrada da Subestação)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	4.798.822,67	Não aplicável
(OA)	9220 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NO EIXO LONDRINA/MARINGÁ (PR) DE 480 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9221 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA PIRAPÓ (PR) DE 10 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9222 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA COFEPAR (PR) DE 600 MW	usina implantada	% de execução física	7.775.000,00	Não aplicável
(OA)	9223 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA SALTO NATAL (PR) DE 14 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9224 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA TERMOGAÚCHA (RS) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	5.171.428,57	Não aplicável
(OA)	9225 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA SÃO MATEUS-SIX (PR) DE 100 MW			1.216.666,67	Não aplicável
(OA)	9226 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA DOIS SALTOS (PR) DE 21 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9227 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO CANDIOTA A GRAVATAÍ (RS) (320 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E AUTOTRANSFORMADOR 500/230 KV NA SUBESTAÇÃO CANDIOTA)			1.230.356,25	Não aplicável
(OA)	9228 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA CAZUZA FERREIRA (RS) DE 9,1 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9229 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA FIGUEIRA (PR) DE 100 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9230 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA ITÁ (SC) DE 1450 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9231 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO GRANDE DO SUL (454 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)	sistema implantado	% de execução física	1.560.333,33	Não aplicável
(OA)	9232 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO GRANDE DO SUL (267 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	404.000,00	Não aplicável
(OA)	9233 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PARANÁ (788 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)	sistema implantado	% de execução física	1.964.700,00	Não aplicável
(OA)	9234 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM SANTA CATARINA (363 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9235 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM ARAUCÁRIA (PR) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	4.850.000,00	Não aplicável
(OA)	9236 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM PITANGA (PR) DE 25 MW			225.000,00	Não aplicável
(OA)	9237 AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELETRICA ITAIPU (PR) EM 1.400 MW	usina ampliada	% de execução física	1.933.333,33	Não aplicável
(OA)	9238 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO UHE SALTO CAXIAS E CASCAVEL (PR) (63 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E DA SUBESTAÇÃO 500/230KV DE CASCAVEL)	sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9239 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA CRICIÚMA (SC) DE 400 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9240 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELETRICA MACHADINHO (SC/RS) DE 1.140 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.030

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0295 ENERGIA NO EIXO SUL**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Roberto Gallo

(OA)	9241 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO CURITIBA A SÃO PAULO (340 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV)			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9242 AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE PALMEIRAS (SC) DE 7 MW	usina ampliada	% de execução física	1.060.700,00	Não aplicável
(OA)	9243 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA TERMOCATARINENSE (SC) DE 300 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9244 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM URUGUAIANA (RS) DE 600 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9245 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CUBATÃO SUL (SC) DE 45 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9246 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SALTO BANDEIRANTES (PR) DE 4,4 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9247 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO CASCAVEL A MARINGÁ (PR) (295 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)			696.875,00	Não aplicável
(OA)	9248 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PASSO DO MEIO (RS) DE 30 MW	usina implantada	% de execução física	400.000,00	Não aplicável
(OA)	9249 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SALTO CAICANGA (PR) DE 9,5 MW			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9250 AMPLIAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA SALTO (SC) DE 8 MW	usina ampliada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9251 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA SEIVAL I (RS) DE 250 MW	usina implantada	% de execução física	2.904.000,00	Não aplicável
(OA)	9252 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA NA REFAP (RS) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	5.200.000,00	Não aplicável
(OA)	9253 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITÁ (SC) A GARABI (ARGENTINA) (375 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV)	sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9254 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA CAMPOS NOVOS NO RIO CANOAS (SC) DE 880 MW	usina implantada	% de execução física	6.277.000,00	Não aplicável
(OA)	9255 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA DONA FRANCISCA NO RIO JACUÍ (RS) DE 125 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9256 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM JACUÍ (RS) DE 350 MW	usina implantada	% de execução física	3.268.000,00	Não aplicável

0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE

Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella

(P) 1887 Expansão de Sistema de Transmissão do Mato Grosso (Acréscimo de 360 Km de Linha de Transmissão e de 630 Mva/100 Mvar nas Subestações)	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FISICA	3.466.666,67	4.302.097,78
(P) 3395 Implantação da Uhe Manso de 210 Mw (MT)	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.400.204,06	2.292.492,73
(P) 5169 Implantação da Uhe Couto Magalhães de 150 Mw	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.000.000,00	Não aplicável
(OA) 9175 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO (975 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	1.413.750,00	Não aplicável
(OA) 9176 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA NO RIO CORRENTES (MT/MS) DE 176 MW	usina implantada	% de execução física	2.122.705,88	Não aplicável
(OA) 9177 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ITIQUIRA I - II NO RIO ITIQUIRA (MT) DE 156 MW APE	usina implantada	% de execução física	2.555.000,00	Não aplicável
(OA) 9178 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA JAURU (MT) DE 70 MW	usina implantada	% de execução física	1.801.600,00	Não aplicável
(OA) 9179 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PONTE DE PEDRA II (MT) DE 30 MW	usina implantada	% de execução física	412.171,91	Não aplicável
(OA) 9180 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SALTO DAS NUUVENS (MT) DE 20 MW	usina implantada	% de execução física	328.000,00	Não aplicável
(OA) 9181 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELETRICA EM TRÊS LAGOAS (MS) DE 750 MW	usina implantada	% de execução física	8.044.500,00	Não aplicável
(OA) 9182 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PARAÍSO (MS) DE 21 MW	usina implantada	% de execução física	280.000,00	Não aplicável
(OA) 9183 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA GUAPORÉ NO RIO GUAPORÉ (MT) DE 120 MW APE	usina implantada	% de execução física	1.421.052,63	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

				Custo	
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3200 Ministério de Minas e Energia					
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE					
Gerente em 31/12/2002: Luciano Nobre Varella					
(OA)	9184 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE II (MS) DE 120 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9185 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA CORUMBÁ (MS) DE 250 MW	usina implantada	% de execução física	2.514.285,71	Não aplicável
(OA)	9186 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE (MS) DE 300 MW	usina implantada	% de execução física	3.475.000,00	Não aplicável
(OA)	9187 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CAMPO GRANDE I (MS) DE 450 MW	usina implantada	% de execução física	2.787.840,00	Não aplicável
(OA)	9188 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CUIABÁ II (MT) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	3.780.000,00	Não aplicável
(OA)	9189 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM CUIABÁ I (MT) DE 480 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9190 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MATO GROSSO DO SUL (569 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	766.693,50	Não aplicável
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE					
Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque					
(P)	1891 Ampliação do Sistema de Transmissão Associado à Uhe Tucuruí no Estado do Maranhão (Acréscimo de 120 Km de Linha de Transmissão e de 200 Mva/140 Mvar nas Subestações)	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FISICA	4.176.470,35	3.538.957,98
(P)	3117 Implantação de Usina Eólica para Geração de Energia Elétrica no Nordeste	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	13.333,33	Não aplicável
(P)	3368 Implantação de Sistema de Transmissão Associado à Uhe Luiz Gonzaga - Etapa II (15 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e 5 Subestações com 300 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	3.109.042,75	3.311.733,79
(P)	3370 Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste (2.833 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e de 58 Subestações com 6.889 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	14.822.298,75	20.388.105,91
(P)	3371 Implantação do Sistema de Transmissão Banabuiú - Fortaleza - Pici (27,7 Km de Linha de Transmissão e Subestações com 566 Mva, Totalizando 2.800 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	526.904,00	84.876,25
(P)	3373 Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó em Pernambuco (180 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e de 6 Subestações com 1.240 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	3.076.259,75	3.662.834,51
(P)	3375 Implantação de Sistema de Transmissão em Alagoas (233 Km de Linha de Transmissão em 69 Kv)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	226.423,08	858.850,18
(P)	3376 Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó no Ceará (5 Subestações com 1.133 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.571.850,20	1.589.853,90
(P)	3378 Implantação de Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó na Bahia (251 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e de 2 Subestações com 400 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	2.048.860,50	1.537.196,48
(P)	3379 Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí (639 Km de Linha de Transmissão em 284 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.152.964,88	Não aplicável
(P)	3382 Implantação do Sistema de Transmissão Associado a Uhe de Xingó em Sergipe (159 Km de Linha de Transmissão em 230 Kv e de Subestações de 700 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.718.622,00	1.222.036,36
(P)	3407 Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí	REDE AMPLIADA	KM	20.726,42	30.009,42
(P)	3409 Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Alagoas	REDE AMPLIADA	KM	20.109,04	19.439,89
(A)	4476 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica (10.407 Mw de Capacidade Instalada)	SISTEMA MANTIDO	%	846.751,53	187.684,08
(P)	5103 Ampliação da Capacidade da Ute Bongü em 113 Mw (substituição de Combustível e Instalação de Novas Unidades Geradoras)	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	2.741.501,20	703.137,14
(P)	5105 Ampliação da Capacidade da Ute Camaçari em 157 Mw (substituição de Combustível e Instalação de Novas Unidades Geradoras)	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FISICA	4.382.881,93	4.095.971,65
(P)	5107 Ampliação do Sistema de Transmissão do Nordeste (572 Km de Linha de Transmissão e 17 Subestações Totalizando 2.700 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	3.764.198,25	3.323.833,33

P - Projeto

A - Atividade

1.032

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE**

Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	5109 Estudo de Viabilidade de Projetos de Pchs e de Aproveitamento de Fontes Energéticas Alternativas (Eólica e Bio-Massa)	ESTUDO REALIZADO	%	3.599,93	Não aplicável
(P)	5482 Implantação do Sistema de Transmissão Presidente Dutra - Teresina - Fortaleza II (753 Km de Linha de Transmissão em 500 Kv e 3 Subestações com 2.550 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	5.449.200,82	4.495.081,57
(OA)	9191 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TERMOAÇU (RN) COM 230 MW	usina implantada	% de execução física	3.320.000,00	Não aplicável
(OA)	9192 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO CEARÁ (685 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			1.695.238,10	Não aplicável
(OA)	9193 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM PERNAMBUCO (357 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			1.631.578,95	Não aplicável
(OA)	9194 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM PERNAMBUCO (132 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9195 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA PARAÍBA (509 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			605.882,35	Não aplicável
(OA)	9196 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO RIO GRANDE DO NORTE (627 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			619.047,62	Não aplicável
(OA)	9197 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TERMOPEERNAMBUCO (PE) COM 460 MW	usina implantada	% de execução física	5.200.000,00	Não aplicável
(OA)	9198 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA DUNAS (CE) COM 240 MW	usina implantada	% de execução física	3.100.000,00	Não aplicável
(OA)	9199 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TERMOALAGOAS COM 120 MW	usina implantada	% de execução física	1.559.118,24	Não aplicável
(OA)	9200 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA PARAÍBA COM 150 MW	usina implantada	% de execução física	1.725.000,00	Não aplicável
(OA)	9201 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NO RIO GRANDE DO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 79 MVA)			358.800,00	Não aplicável
(OA)	9202 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM SERGIPE (389 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			227.272,73	Não aplicável
(OA)	9203 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA EM PERNAMBUCO (CAPACIDADE INSTALADA DE 375 MVA)			1.109.130,43	Não aplicável
(OA)	9204 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NA PARAÍBA (CAPACIDADE INSTALADA DE 47 MVA)			176.000,00	Não aplicável
(OA)	9205 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA BAHIA (669 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 138 KV)			986.666,67	Não aplicável
(OA)	9206 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NO CEARÁ (CAPACIDADE INSTALADA DE 283 MVA)			970.000,00	Não aplicável
(OA)	9207 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NO MARANHÃO (CAPACIDADE INSTALADA DE 213 MVA)			692.758,62	Não aplicável
(OA)	9208 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SACOS NO RIO FORMOSO (BA) DE 114 MW	usina implantada	% de execução física	4.147.500,00	Não aplicável
(OA)	9209 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO POÇÕES/BRUMADO II (145 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 230 KV)	sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9210 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ITAPEBI NO RIO JEQUITINHONHA DE 450 MW	usina implantada	% de execução física	3.184.615,38	Não aplicável
(OA)	9211 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA EM SERGIPE (CAPACIDADE INSTALADA DE 81 MVA)			164.615,38	Não aplicável
(OA)	9212 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO URBANA NA BAHIA (CAPACIDADE INSTALADA DE 455 MVA)			1.308.695,65	Não aplicável
(OA)	9213 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO MARANHÃO (1.171 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			2.033.333,33	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.033

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE**

Gerente em 31/12/2002: Leonardo Lins de Albuquerque

(OA)	9214 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO MARANHÃO (136 KM DE LINHA EM 138 KV)			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9215 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA BAHIA (223 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 69 KV)			136.842,11	Não aplicável
(OA)	9216 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO SUDESTE/NORDESTE (1.050 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E 5 SUBESTAÇÕES COM 1.800 MVA)	sistema implantado	% de execução física	4.357.897,09	Não aplicável
(OA)	9217 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PEDRA DO CAVALO (BA) NO RIO PARAGUAÇU COM 300 MW	usina implantada	% de execução física	1.500.000,00	Não aplicável
(OA)	9218 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA NA FAFEN (BA) DE 45 MW	usina implantada	% de execução física	509.090,91	Não aplicável
(OA)	9219 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA TERMOSERGIPE EM CARMÓPOLIS (SE) DE 70 MW	usina implantada	% de execução física	1.050.000,00	Não aplicável

0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA

Gerente em 31/12/2002: Sérgio Valdir Bajay

(P)	1381 Estudos para Reorganização do Setor Elétrico	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	1455 Construção de Escada de Incêndio do Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia	ESCADA DE INCENDIO CONSTRUIDA	UNIDADE	390.000,00	Não aplicável
(P)	5047 Planejamento dos Setores Petróleo e Gás Natural	PLANO ELABORADO	UNIDADE	989.022,00	Não aplicável
(P)	7115 Estudos para Formulação da Política Energética Nacional	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	239.726,43	Não aplicável
(P)	7117 Elaboração da Matriz Energética Nacional	MATRIZ ENERGETICA ELABORADA	UNIDADE	250.000,00	Não aplicável
(P)	7119 Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Energéticas	SISTEMA DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FISICA	16.363,64	Não aplicável
(P)	7631 Edição do Balanço Energético Nacional	BALANCO ANUAL EDITADO	UNIDADE	40.000,00	25.872,00
(P)	7639 Planejamento da Expansão do Setor Elétrico	PLANO ELABORADO	UNIDADE	7.261.415,00	798.638,00

0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes

(P)	3235 Ampliação da Capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - 2ª Etapa de 4.245 Mw para 8.370 Mw	USINA AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	29.867.666,67	39.911.554,56
(P)	3417 Implantação de Sistema de Transmissão na Área de Goiás/Distrito Federal (8 Subestações com 9.699 Mva)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.553.112,05	1.390.992,38
(P)	3423 Ampliação de Três (3) Subestações no Sistema de Transmissão Norte - Sul II	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FISICA	1.831.986,00	284.656,26
(P)	5171 Implantação da Uhe São Salvador de 240 Mw	USINA IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.000.000,00	Não aplicável
(P)	5363 Ampliação da capacidade da SE Samambaia - DF (3 bancos de capacitores série, 500 KV - 774 MVar)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	903.807,99	Não aplicável
(P)	5365 Ampliação da capacidade da SE Bandeirante - GO (Acréscimo de 1 banco de autotransformadores de 345/230 KV - 225 MVA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	238.691,37	Não aplicável
(OA)	9304 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO (MA) DE 1.200 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9305 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA TUPIRATINS (TO) DE 1.000 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9306 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO SERRA A MESA (GO) - BOM JESUS DA LAPA (BA) - GOVERNADOR MANGABEIRA (BA) (1.050 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 500 KV)	sistema implantado	% de execução física	2.429.000,00	Não aplicável
(OA)	9307 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO MARANHÃO (950 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 69 KV)	sistema implantado	% de execução física	760.000,00	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL**

Gerente em 31/12/2002: José Antonio Muniz Lopes

(OA)	9308 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA PEIXE (TO) DE 1.106 MW	usina implantada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9309 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA COUTO DE MAGALHÃES (MT/GO) DE 220 MW	usina implantada	% de execução física	2.100.000,00	Não aplicável
(OA)	9310 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM GOIÂNIA (GO) DE 250 MW			2.589.810,00	Não aplicável
(OA)	9311 IMPLANTAÇÃO DE USINA TERMELÉTRICA EM BRASÍLIA (DF) DE 250 MW			2.589.810,00	Não aplicável
(OA)	9312 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS (GO) DE 210 MW	usina implantada	% de execução física	3.290.000,00	Não aplicável
(OA)	9313 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA QUEIMADOS (MG/GO) DE 105 MW	usina implantada	% de execução física	2.425.000,00	Não aplicável
(OA)	9314 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO TOCANTINS (320 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO 138 KV)	sistema implantado	% de execução física	514.720,00	Não aplicável
(OA)	9315 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO UHE LAJEADO - MIRACEMA (TO) (40 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO EM 500 KV E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)			110.300,00	Não aplicável
(OA)	9316 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA SERRA QUEBRADA (TO) DE 1.323 MW	sistema implantado	% de execução física	18.000.000,00	Não aplicável
(OA)	9317 IMPLANTAÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA LAJEADO NO RIO TOCANTINS (TO) DE 850 MW	usina implantada	% de execução física	23.187.500,00	Não aplicável

7006 LUZ NO CAMPO

Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier

(OA)	9494 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO DISTRITO FEDERAL (575 KM)	rede implantada	km	15.444,11	Não aplicável
(OA)	9495 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM GOIÁS (14.223 KM)	rede implantada	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9496 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MINAS GERAIS (25.501 KM)	rede implantada	km	9.124,70	Não aplicável
(OA)	9497 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MATO GROSSO DO SUL (3.081 KM)	rede implantada	km	8.130,83	Não aplicável
(OA)	9498 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (23.716 KM)	rede implantada	km	8.301,65	Não aplicável
(OA)	9499 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ (7.741 KM)	rede implantada	km	15.292,00	Não aplicável
(OA)	9500 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PARAÍBA (2.548 KM)	rede implantada	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9501 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO RIO DE JANEIRO (5.570 KM)	rede implantada	km	13.200,18	Não aplicável
(OA)	9502 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RORAIMA (3.230 KM)	rede implantada	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9503 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO RIO GRANDE DO SUL (17.415 KM)	rede implantada	km	4.280,55	Não aplicável
(OA)	9504 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA (3.840 KM)	rede implantada	km	10.000,00	Não aplicável
(OA)	9505 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SERGIPE (5.952 KM)	rede implantada	km	6.266,49	Não aplicável
(OA)	9506 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SÃO PAULO (5.317 KM)	rede implantada	km	43.434,17	Não aplicável
(OA)	9507 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO TOCANTINS (36.667 KM)	rede implantada	km	4.796,99	Não aplicável
(OA)	9508 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO (22.684 KM)	rede implantada	km	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1169 Ampliação de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica no Amazonas	REDE AMPLIADA	KM	5.000,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.035

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3200 Ministério de Minas e Energia**7006 LUZ NO CAMPO**

Gerente em 31/12/2002: Fernando Luiz Restum Pertusier

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P)	1329 Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Alagoas	REDE AMPLIADA KM	6.883,82	Não aplicável
(P)	3369 Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Acre	REDE AMPLIADA KM	10.244,41	Não aplicável
(P)	3401 Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)	REDE AMPLIADA KM	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3405 Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia	REDE AMPLIADA KM	333.333,33	Não aplicável
(P)	3413 Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus	REDE AMPLIADA KM	38.375,00	Não aplicável
(OA)	9492 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA BAHIA (16.855 KM)	rede implantada km	7.426,26	Não aplicável
(OA)	9493 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO CEARÁ (6.733 KM)	rede implantada km	12.621,71	Não aplicável

0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Gerente em 31/12/2002: José Luiz Marcusso

(P)	1119 Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Roncador (RJ) (Produção de 80 mil bpd em 2003)	SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	125.496.000,00	119.874.755,41
(P)	1924 Conversão de Navios e Plataformas em unidades de Produção	EQUIPAMENTO CONVERTIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	163.500.000,00	143.188.900,47
(A)	2100 Manutenção de Plataformas de Produção de Petróleo e Gás Natural	PLATAFORMA MANTIDA	%	35.900,00	67.516,21
(A)	2751 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte (Capacidade Instalada de 60 mil Bpd)	SISTEMA MANTIDO	%	262.400,00	262.331,98
(A)	2753 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sul (Capacidade Instalada de 6 mil Bpd)	SISTEMA MANTIDO	%	623.400,00	623.796,50
(A)	2759 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD)	SISTEMA MANTIDO	%	14.169.100,00	14.157.469,19
(A)	2761 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste (Capacidade Instalada de 270 MIL BPD)	SISTEMA MANTIDO	%	7.971.100,00	7.970.008,69
(A)	2851 Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural	BEM ADQUIRIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	6.240.500,00	6.240.589,47
(P)	3095 Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ) (Produção de 70 mil bpd em 2003)	SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	537.435,90	525.093,37
(P)	3312 Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim (RJ) (Produção de 570 mil bpd em 2003)	SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	5.977.500,00	6.828.977,40
(P)	3317 Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim Sul (RJ) (Produção de 180 mil bpd em 2003)	SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	62.013.750,00	160.706.741,37
(A)	4109 Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural	INFRA-ESTRUTUR A	%	1.691.200,00	1.691.390,27
(A)	4237 Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	SISTEMA MANTIDO	%	5.347.700,00	5.347.739,59
(A)	4393 Exploração de Petróleo e Gás Natural	POCO EXPLORATORIO PERFURADO	UNIDADE	30.038.571,43	27.353.994,33
(OA)	9155 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	petróleo e gás natural produzidos	barrel de óleo equivalente/dia	4.235,77	Não aplicável

0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA

Gerente em 31/12/2002: Manoel Fernandes Martins Nogueira

(P)	1039 Desenvolvimento de Tecnologia para Ônibus com Células a Hidrogênio Combustível	PROJETO DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	436.777,95	Não aplicável
(P)	1041 Desenvolvimento de Células a Etanol Combustível para Geração de Energia Elétrica	PROJETO DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	6.695,28	1.360,00

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.036

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA**

Gerente em 31/12/2002: Manoel Fernandes Martins Nogueira

(A)	2299 Fomento a Projetos Aplicativos de Tecnologias de Energia Renovável	PROJETO APOIADO	UNIDADE	875.675,30	110.535,67
(A)	2745 Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	10.000.000,00	Não aplicável
(A)	2765 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	195.150,00	Não aplicável
(P)	3426 Implantação de Florestas Energéticas Próprias de 4.053 Ha para Produção de Combustível de Biomassa Florestal - Wbp Sigame	Floresta implantada	%	30.303,03	Não aplicável
(A)	4191 Fomento ao Desenvolvimento de Fontes Novas e Renováveis de Energia	PROJETO APOIADO	UNIDADE	721.450,00	Não aplicável
(P)	7307 Estudos para o Desenvolvimento de Fontes Renováveis de Energia	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	144.083,36	Não aplicável

0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO

Gerente em 31/12/2002: Elias Menezes Oliveira

(A)	2005 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	499.818,18	222.248,54
(A)	2763 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	182.198,58	1.380.081,86
(A)	4112 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração e Desenvolvimento da Produção	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	1.032.191,19	1.485.850,59
(A)	4113 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	670.752,38	730.432,03
(A)	4115 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	15.849.000,00	16.266.731,00

0275 PROTEÇÃO DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

Gerente em 31/12/2002: Fernando Teixeira Mendes Filho

(A)	2391 Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Alcool Combustível	INSTALACAO FISCALIZADA	UNIDADE	4.251,07	1.887,36
(A)	2393 Aperfeiçoamento dos Canais de Comunicação da Agência Nacional do Petróleo - ANP com os Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível	CANAL DE COMUNICACAO MANTIDO	UNIDADE	535.950,00	450.730,00
(A)	4293 Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Alcool Combustível	AUTORIZACAO OUTORGADA	UNIDADE	48,15	Não aplicável
(P)	5621 Campanha de Orientação dos Consumidores de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível Quanto aos seus Direitos e Deveres	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	2.554.000,00	1.496.442,00

0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

Gerente em 31/12/2002: Eduardo Henrique Ellery Filho

(P)	1382 Implantação de Registradores Automáticos para Medição da Qualidade dos Serviços	REGISTRADOR IMPLANTADO	UNIDADE	150,00	817,14
(P)	1437 Campanha Educativa sobre Direitos e Deveres dos Consumidores de Energia Elétrica	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	18.357.688,00	17.557.750,00
(A)	2403 Fiscalização das Centrais Geradoras de Energia Elétrica	CENTRAL FISCALIZADA	UNIDADE	7.801,01	3.924,43
(A)	2404 Fiscalização das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	214.190,61	191.387,95
(A)	2405 Fiscalização das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	171.875,00	76.671,44
(A)	2410 Regulamentação Relativa à Qualidade dos Serviços de Energia Elétrica	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	1.085.000,00	214.454,71
(A)	2993 Operação e Manutenção do Sistema de Ouvidoria	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	15.752.236,00	14.232.660,00

0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET

P - Projeto

A - Atividade

1.037

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET**

Gerente em 31/12/2002: João Eudes Touma

(OA)	9160	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DE ESCOLAS DE 1º E 2º GRAU DA REDE PÚBLICA E PRIVADA EM CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DE COMBUSTÍVEIS - PROJETO CONPET NA ESCOLA	professor capacitado	unidade	250,00	Não aplicável
(OA)	9161	ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS E PASSAGEIROS E A FROTAS CATIVAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (PROJETO ECONOMIZAR)	veículo avaliado	unidade	7,78	Não aplicável
(OA)	9162	PRÊMIO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA NAS CATEGORIAS INDÚSTRIA E TRANSPORTES	prêmio outorgado	unidade	20.000,00	Não aplicável
(OA)	9163	DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE USO RACIONAL DE COMBUSTÍVEIS	material divulgado	unidade	0,30	Não aplicável
(A)	4394	Implantação de Sistema de Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	999.400,00	996.924,00
(P)	5263	Instalação de Centros de Acompanhamento do Consumo de Combustíveis no Transporte Rodoviário de Cargas (Programa Siga Bem)	CENTRO CONSTRUÍDO	UNIDADE	54.538,94	Não aplicável
(P)	5289	Implantação de Projeto Demonstrativo para o Desenvolvimento do Mercado de Eficiência Energética na Utilização de Combustíveis	PROJETO DEMONSTRATIVO IMPLANTADO	UNIDADE	300.000,00	Não aplicável
(P)	7147	Estudos para Promoção da Conservação de Energia no Setor de Petróleo e Gás	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	369.528,00	Não aplicável
(OA)	9156	INSTALAÇÃO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM POSTOS DE SERVIÇO NAS ESTRADAS (PROJETO SIGA-BEM)	centro instalado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9157	ASSISTÊNCIA A INDÚSTRIAS PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE CO-GERAÇÃO	assistência prestada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9158	ESTUDO PARA INSERÇÃO DO GÁS NATURAL NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA DE FORMA RACIONAL	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9159	INSTITUIÇÃO DE SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA AUMENTO DO RENDIMENTO DE FOGÕES E AQUECEDORES DE ÁGUA DE USO DOMÉSTICO	modelo de equipamento etiquetado	unidade	125.000,00	Não aplicável

0140 REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

Gerente em 31/12/2002: Osvaldo de Oliveira Nunes

(P)	3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento de Itaparica (20.599 Ha)	LOTE IRRIGADO	UNIDADE	319.156,38	Não aplicável

0288 REFINO DE PETRÓLEO

Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues

(A)	2555	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional	SISTEMA MANTIDO	%	36.410,00	47.642,50
(A)	2557	Manutenção da Infra-estrutura Operacional de Refino	INFRA-ESTRUTUR A	%	173.270,00	182.136,60
(A)	2767	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino	SISTEMA MANTIDO	%	2.446.850,00	2.395.740,65
(P)	3125	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (SP)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	160.000,00	Não aplicável
(P)	3129	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (BA)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	7.961.583,33	9.512.890,00
(P)	3135	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias (RJ)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18.588.333,33	18.864.994,33
(P)	3143	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos (MG)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4.663.405,41	4.714.762,19
(P)	3151	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba (SP)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	9.814.375,00	9.864.710,00
(P)	3155	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia (SP)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	70.446.000,00	14.174.600,90
(P)	3157	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava (SP)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	662.000,00	661.316,25

P - Projeto

A - Atividade

1.038

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

			Custo		
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3200 Ministério de Minas e Energia					
0288 REFINO DE PETRÓLEO					
Gerente em 31/12/2002: Luiz Alberto Gaspar Domingues					
(P)	3161	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	4.802.285,71 4.833.012,74
(A)	4108	Manutenção da Infra-estrutura Operacional do Parque de Refino	INFRA-ESTRUTUR A	%	2.546.806,50 2.011.037,41
(P)	5085	Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini (rs)	REFINARIA ADAPTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	16.307.718,75 25.874.507,74
(OA)	9164	PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO	derivado produzido	barril de óleo equivalente	425,32 Não aplicável
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL					
Gerente em 31/12/2002: Wong Loon					
(P)	1027	Implantação de Oleoduto Refinaria Duque de Caxias - Ilha D'água (RJ) de 15 Km	OLEODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	368.421,05 812.136,38
(P)	1045	Implantação de Melhorias na Infra-estrutura de Dutos e Terminais	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	1123	Implantação de Unidade Recuperadora de Líquidos em Cabiúnas (RJ)	UNIDADE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	250.400,00 391.184,40
(P)	1131	Implantação do Gasoduto Coari - Manaus (AM) de 420 Km	GASODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	1173	Ampliação da Capacidade da Malha de Gasodutos da Região Nordeste	CAPACIDADE AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	2.056.426,00 1.809,41
(P)	1219	Implantação de Etanoduto Cabiúnas - Refinaria Duque de Caxias (RJ) de 183 Km	ETANODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	217.000,00 392.535,40
(P)	3103	Ampliação da Capacidade de Compressão do Gasoduto Lagoa Parda - Vitória (ES) de 1 para 1,45 Milhão de M3/dia	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	114.051,83 7.789,11
(P)	3109	Implantação de Duto de GLP Urucu - Coari (AM) de 280 Km	DUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	3111	Implantação do Gasoduto Campinas - Cubatão (SP) de 145 Km	GASODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	452.140,20 333.916,24
(P)	3165	Implantação de Sistema de Coleta (1.500 M3) e Processamento (1.000 M3/dia) de Gás Natural de Cabiúnas (RJ)	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	3352	Ampliação da Capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia - Brasil para 44 milhões de m3/dia	CAPACIDADE AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	23.078.295,82 12.572.526,36
(P)	3441	Implantação de Oleoduto Barra do Furado (RJ) - Campos Elísios (RJ) - Refinaria do Vale do Paraíba (SP) de 480 Km	OLEODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.453.478,50 4.149.160,00
(A)	4107	Manutenção da Infra-estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	INFRA-ESTRUTUR A	%	903.282,46 2.404.261,60
(A)	4451	Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário	SISTEMA MANTIDO	%	2.893.000,00 3.626.013,83
(P)	5159	Ampliação da Capacidade da Malha de Gasodutos da Região Sudeste	CAPACIDADE AMPLIADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	503.719,71 254.507,77
(P)	5161	Implantação do Gasoduto São Carlos (SP) - Congonhas (MG) de 480 Km	GASODUTO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	5.073.548,00 707.152,59
(P)	5882	Implantação/construção de Gasoduto	ESTADO APOIADO	UNIDADE	Não aplicável Não aplicável
(P)	7993	Implantação de Unidade para Tratamento de Óleo de 300.000 Barris/dia no Terminal da Baía da Ilha Grande (RJ)	UNIDADE IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(OA)	9165	OPERAÇÃO DE TERMINAIS E DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	produto transportado	m³.km	0,01 Não aplicável
(OA)	9166	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO GASODUTO CABIÚNAS - REDUC (RJ) DE 7 PARA 11 MILHÕES DE M³/DIA	capacidade do gasoduto ampliada	% de execução física	Não aplicável Não aplicável
(OA)	9167	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO REPAR - FOZ DO IGUAÇU (PR) DE 570 KM	estudo realizado	unidade	Não aplicável Não aplicável
(OA)	9168	IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO URUGUAIANA - PORTO ALEGRE (RS) DE 615 KM	gasoduto implantado	% de execução física	2.940.625,00 Não aplicável
(OA)	9169	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO RIBEIRÃO PRETO - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) DE 170 KM	estudo realizado	unidade	Não aplicável Não aplicável
(OA)	9170	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GNC DE URUCU (AM)	sistema implantado	% de execução física	6.073.782,86 Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3200 Ministério de Minas e Energia**0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL**

Gerente em 31/12/2002: Wong Loon

(OA)	9171 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLIDUTO REFAP - SANTA MARIA (RS) DE 266 KM	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Gerente em 31/12/2002: Kensaku Saito

(P)	1061 Modernização e Adequação de Navios	NAVIO MODERNIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	497.131,58	977.883,71
(P)	1063 Ampliação da Capacidade da Frota de Navios em 380 mil Tpb	CONSTRUCAO DE NAVIO FISCALIZADA	%	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1065 Aquisição de Navios da Petrobras	NAVIO ADQUIRIDO	UNIDADE	27.619.284,74	29.890.689,08
(P)	1839 Aquisição de Navios	NAVIO ADQUIRIDO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9172 AFRETAMENTO DE NAVIOS	carga transportada	milhão de t.milha	3,11	Não aplicável

4900 Ministério do Desenvolvimento Agrário**0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo Pena Lopes

(OE)	0281 Financiamento e Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0359 Seguro-Renda para Agricultores Familiares do Semi-Árido			111,71	Não aplicável
(P)	1086 Assistência Financeira a Projetos de Infra-estrutura e Serviços Municipais	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	130.653,18	2.141.909,43
(A)	2174 Pesquisas Tecnológicas para a Agricultura Familiar	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	1.412.062,50	820.251,91
(A)	2607 Monitoramento das Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar	PROJETO ACOMPANHADO	UNIDADE	5.029,73	5.011,81
(P)	3651 Capacitação de Agricultores Familiares	AGRICULTOR CAPACITADO	UNIDADE	892,28	90,72
(P)	3654 Estudos de Avaliação do Desempenho do PRONAF	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	62.500,00	36.551,00
(P)	5457 Assistência Financeira para Implantação de Infra-estrutura em Municípios da Região Sul Atingidos por Estiagem			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5684 Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização do PRONAF	PROJETO CONTRATADO	UNIDADE	3.945,70	1.445,03
(P)	5695 Assistência Técnica e Extensão Rural	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE	17,04	Não aplicável
(P)	5696 Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo Rural	ENTIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	18.391,63	Não aplicável
(OA)	9331 CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AGRICULTORES FAMILIARES	agricultor beneficiado	unidade	2.876,76	Não aplicável
(OA)	9332 CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS VINCULADAS À AGRICULTURA FAMILIAR	agroindústria implantada	unidade	200.000,00	Não aplicável
(OA)	9333 CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AGRICULTORES FAMILIARES	agricultor beneficiado	unidade	10.000,00	Não aplicável

0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM

(OE)	0427 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	2.500,00	2.127,82
(P)	3668 Infra-estrutura Complementar para Emancipação de Assentamentos Rurais Criados até 1998	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	796,11	67.368,20
(P)	5530 Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998	FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	302,78	552,66
(P)	5533 Assistência Técnica e Capacitação de Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998 - LUMIAR	FAMILIA ASSISTIDA	UNIDADE	164,03	154,84

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.040

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4900 Ministério do Desenvolvimento Agrário**0137 EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM

(P)	5609 Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais Criados até 1998	FAMILIA ATENDIDA	UNIDADE	100,00	148,11

0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM

(P)	1066 Georeferenciamento e Levantamento do Uso da Terra	IMÓVEL GEOREFERENCIADO	UNIDADE	1.500,64	1.281,92
(A)	2105 Gerenciamento do Cadastro Rural	IMÓVEL CADASTRADO	UNIDADE	2,32	2,11
(A)	2110 Demarcação Topográfica em Ações de Regularização Fundiária	DEMARCAÇÃO REALIZADA	KM	563,21	547,62
(A)	2114 Sistema de Cadastro Rural	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	7.100.000,00	6.986.248,00

0139 GESTÃO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA

Gerente em 31/12/2002: MILTON SANTOS DE AMORIM

(P)	1062 Promoção da Qualidade e da Produtividade na Reforma Agrária	PROGRAMA DE QUALIDADE IMPLANTADO	UNIDADE	25.000,00	35.649,00
(A)	2038 Coordenação e Suporte Técnico às Ações do Banco da Terra	PROJETO APOIADO	UNIDADE	80.000,00	85.997,40
(A)	2103 Formulação e Avaliação da Política Fundiária	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	200.000,00	Não aplicável
(A)	2104 Cooperação Técnica para Melhoria da Gestão e das Ações Produtivas em Áreas de Assentamentos	ASSENTAMENTO ASSISTIDO	UNIDADE	11.915,84	11.896,47
(A)	2112 Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo	CONFLITO E TENSÃO CONTROLADA	UNIDADE	3.000,00	1.440,14
(A)	2373 Capacitação de Executores - BANCO DA TERRA	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	500,00	167,63
(P)	7020 Implantação de Sistema Integrado de Gerenciamento da Execução da Reforma Agrária e Agricultura Familiar	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	51.515,15	Não aplicável

0135 NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva

(OE)	0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais - BANCO DA TERRA	ÁREA OBTIDA	HA	288,38	1.134,28
(OE)	0062 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	3.900,00	3.846,19
(A)	2106 Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1.200.000,00	1.179.576,00
(A)	2107 Discriminação de Áreas Devolutas e Terras Irregularmente Ocupadas	ÁREA DISCRIMINADA	HA	3,71	Não aplicável
(A)	2108 Assistência Jurídica às Famílias Acampadas	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	13,56	13,56
(A)	2109 Assistência Social às Famílias Acampadas	FAMÍLIA ASSISTIDA	UNIDADE	16,53	24,59
(A)	2111 Titulação de Terras	IMÓVEL TITULADO	UNIDADE	132,00	256,69
(A)	2116 Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação e Aquisição	IMÓVEL IDENTIFICADO	UNIDADE	4.881,17	9.697,63
(A)	2908 Perícia Judicial em Ações de Desapropriação de Imóveis	PERÍCIA REALIZADA	UNIDADE	10.000,00	22.402,63
(P)	5527 Topografia em Áreas de Assentamento Rural	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	400,00	496,96
(P)	5608 Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural	FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	108,30	89,28
(P)	5611 Obtenção de Terras	ÁREA OBTIDA	HA	271,21	863,46

0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

P - Projeto

A - Atividade

1.041

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4900 Ministério do Desenvolvimento Agrário**0136 NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS**

Gerente em 31/12/2002: Marcelo Corte Real da Silva

(OE)	0060 Concessão de Crédito para Implantação de Infra-estrutura Básica - BANCO DA TERRA	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	4.100,00	7.267,77
(P)	1177 Implantação de Infra-estrutura Básica em Assentamentos Rurais - Cédula da Terra	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	4.100,53	13.839,29
(P)	1545 Implantação de Infra-estrutura Básica em Assentamentos Rurais - Combate à Pobreza Rural	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	4.100,00	8.606,13
(P)	3667 Investimento em Infra-estrutura Básica para Assentamentos Rurais	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	863,21	Não aplicável
(A)	4576 Acompanhamento da Instalação de Projetos de Assentamentos Rurais	PROJETO VISTORIADO	UNIDADE	16.153,41	Não aplicável
(P)	5613 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados - LUMIAR	FAMILIA ASSISTIDA	UNIDADE	300,00	191,10

2800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**0812 BRASIL CLASSE MUNDIAL**

Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri

(OE)	0384 Financiamento na Área de Insumos Básicos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1413 Estudos para Identificação de Oportunidades de Investimentos Produtivos para o Desenvolvimento Regional	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	11.538,46	71.551,00
(P)	1415 Estudos para Identificação dos Entraves ao Reposicionamento Competitivo de cada Cadeia Produtiva na Área de Comércio e Serviços	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	75.000,00	71.407,33
(P)	1417 Estímulo ao Revigoramento do Conselho Nacional de Secretários de Indústria e Comércio dos Estados	CONSELHO APOIADO	UNIDADE	50.000,00	17.934,00
(P)	1419 Estudos para Identificação dos Entraves ao Reposicionamento Competitivo de cada Cadeia Produtiva Selecionada na Área Industrial	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	30.900,00	7.842,65
(P)	1423 Instalação de Fóruns de Competitividade por Cadeia Produtiva	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	30.000,00	37.013,00
(P)	1429 Planos de Ação por Cadeia Produtiva Envolvendo Compromissos do Setor Público e Privado e Metas de Desempenho Setorial	PLANO ESTABELECIDO	UNIDADE	148.571,43	84.295,75
(P)	1693 Estudos para o Aproveitamento de Resíduos	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	134.000,00	2.361,00
(P)	1703 Implantação de Sistema de Identificação e Divulgação de Barreiras Técnicas	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	6.666,67	6.774,00
(P)	5295 Desenvolvimento do Portal de Informação Tecnológica Estratégica para Apoio ao Setor Produtivo	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	6.666,67	5.972,33
(P)	5297 Estudos de Prospeção Tecnológica em Cadeias Produtivas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	37.500,00	10.604,75
(P)	7603 Criação e Promoção da Marca Brasil	PRODUTO CERTIFICADO	UNIDADE	36.400,00	798,00
(OA)	9478 ESTÍMULO À ADOÇÃO DO BALANÇO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS	empresas com balanço adotado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9479 ESTÍMULO À ADOÇÃO DO BALANÇO DE ECOEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	empresa com balanço ambiental implantado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9703 Financiamento à indústria	Financiamento a empresa industrial	R\$ 1000,00l	Não aplicável	Não aplicável

8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO

Gerente em 31/12/2002: Rogério A.S.P. Vianna

(P)	5293 Estudos para a Promoção do Comércio Eletrônico	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	32.900,00	Não aplicável

0416 CULTURA EXPORTADORA

Gerente em 31/12/2002: Sérgio Nunes de Souza

(P)	1006 Promoção de Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	31.250,00	22.037,71

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.042

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
0416 CULTURA EXPORTADORA					
Gerente em 31/12/2002: Sérgio Nunes de Souza					
(P)	1012 Edição e Distribuição de Material Técnico para Orientação ao Exportador	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	11,00	Não aplicável
(P)	1013 Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	497,45	124,22
(P)	3655 Formação de Negociadores em Comércio Exterior	TECNICO CAPACITADO	UNIDADE	2.388,06	Não aplicável
(OA)	9362 FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES	profissional capacitado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9363 CONCESSÃO DO PRÊMIO EXPORTAÇÃO	empresa premiada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9364 CAPACITAÇÃO PARA EMPRESÁRIOS EXPORTADORES - BB PAE	empresário capacitado	unidade	35,71	Não aplicável
0418 DEFESA COMERCIAL					
Gerente em 31/12/2002: Armando de Mello Meziat Neto					
(P)	1004 Estudos para Subsidiar a Participação Brasileira nos Foros Internacionais de Defesa Comercial	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	14.594,74	12.056,52
(P)	1005 Promoção de Eventos para Divulgação dos Instrumentos de Defesa Comercial	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	265,00	953,00
(A)	2021 Apoio ao Exportador no Processo de Defesa Comercial	EXPORTADOR ATENDIDO	UNIDADE	4.000,00	2.123,96
(A)	2022 Análise de Processos de Defesa Comercial	PROCESSO ANALISADO	UNIDADE	9.312,00	6.409,47
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS					
Gerente em 31/12/2002: Marcia Martins Alves					
(OE)	0411 Financiamento a Pequenas e Médias Empresas	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0473 Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1009 Estudos para a Promoção de Micro e Pequenas Empresas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	160.000,00	29.087,40
(A)	2037 Serviços de Auditoria e Controle	AUDITORIA REALIZADA	UNIDADE	91.800,00	Não aplicável
(A)	2374 Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas	PROJETO APOIADO	UNIDADE	77.469,88	67.203,33
(P)	5299 Capacitação de Multiplicadores para Gestão de Micro e Pequenas Empresas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.822,22	1.120,00
(P)	7589 Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal	NUCLEOS PRODUTIVOS ESTRUTURADOS	UNIDADE	38.939,39	Não aplicável
(OA)	9365 FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (BB INVEST)	empresa beneficiada	unidade	16.010,73	Não aplicável
(OA)	9366 FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	empresa beneficiada	unidade	6.774,19	Não aplicável
(OA)	9367 FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (BB-GIRO RÁPIDO)	empresa beneficiada	unidade	9.979,88	Não aplicável
(OA)	9722 Financiamento à pequenas e médias - BNDES	Empresa beneficiada	Unidade	201.996,20	Não aplicável
(OA)	9723 Concessão de garantia para financiamento a micro,pequenas e médias empresas-CEF	Empresa beneficiada	Unidade	5.758,06	Não aplicável
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR					
Gerente em 31/12/2002: Ivan João Guimarães Ramalho					
(P)	1003 Desenvolvimento de Novos Pólos de Exportação	POLO DESENVOLVIDO	UNIDADE	194.477,78	33.334,33
(P)	1011 Estudos na Área de Comércio Exterior	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	83.760,00	22.587,11
(A)	2020 Controle de Incentivos às Exportações	CONTRATO ACOMPANHADO	UNIDADE	1.875,00	402,04

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
0412 DESENVOLVIMENTO DO SETOR EXPORTADOR					
Gerente em 31/12/2002: Ivan João Guimarães Ramalho					
(A)	2032 Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1.980.000,00	1.836.178,00
(A)	4507 Coordenação do Processo de Execução dos Serviços de Comércio Exterior	DOCUMENTO EMITIDO	UNIDADE	35,03	34,73
(P)	5702 Modernização de Sistemas Integrados de Informações e Operações para o Comércio Exterior	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA	99.108,00	71.685,22
0396 DESIGN BRASIL					
Gerente em 31/12/2002: Fernanda Bocorny Messias					
(A)	2505 Fomento à Capacitação Tecnológica em Design de Setores Industriais	OFICINA DE DESIGN ATENDIDA	UNIDADE	34.810,00	26.667,94
(P)	3558 Campanha de Promoção do Design Brasileiro	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	29.000,00	4.200,82
(P)	3562 Desenvolvimento e Promoção do Design do Produto Industrial da Amazônia	PRODUTO COM DESIGN PROPRIO DESENVOLVIDO	UNIDADE	380,00	Não aplicável
(P)	3565 Estudos na Área de Design	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	80.000,00	18.215,60
(A)	4171 Fomento a Projetos de Desenvolvimento do Design Nacional	PROJETO APOIADO	UNIDADE	24.500,00	Não aplicável
(OA)	9355 FINANCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE DESIGN	projeto/estudo financiado	unidade	300.000,00	Não aplicável
(OA)	9356 FINANCIAMENTO E FOMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE DESIGN PARA A REGIÃO NORDESTE	projeto/estudo financiado	unidade	23.595,51	Não aplicável
(OA)	9357 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA EM DESIGN	núcleo tecnológico em design instalado	unidade	19.500,00	Não aplicável
(OA)	9358 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE DIFUSÃO E INFORMAÇÃO EMPRESARIAL SOBRE DESIGN	evento realizado	unidade	8.263,16	Não aplicável
(OA)	9359 APRIMORAMENTO DOS PADRÕES E NORMAS TÉCNICAS LIGADAS AO DESENVOLVIMENTO DE DESIGN DE PRODUTOS	norma publicada	unidade	10.000,00	Não aplicável
0421 FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES					
Gerente em 31/12/2002: Renato José Silveira Lins Sucupira					
(OE)	0027 Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº 9.818, de 1999)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0267 Financiamento e Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0418 Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Garantia à Exportação			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9372 FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO ÀS EXPORTAÇÕES	bem/serviço exportado	US\$ milhão	1.740.005,75	Não aplicável
(OA)	9373 FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS EXPORTADORAS NORDESTINAS	bem/serviço exportado	US\$ milhão	332,91	Não aplicável
(OA)	9374 FINANCIAMENTO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA EXPORTAÇÃO - BB PGNi	empresa beneficiada	unidade	63.436,56	Não aplicável
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS					
Gerente em 31/12/2002: Reginaldo Braga Arcuri					
(OE)	0215 Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1000 Mobilização para a Qualidade e a Produtividade	ENTIDADE ALCANÇADA	UNIDADE	46.086,96	305.483,00
(P)	1007 Estudos na Área de Tecnologia Industrial	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	41.666,67	31.790,63
(P)	1008 Estudos na Área de Comércio e Serviços	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	90.000,00	151.124,00
(A)	2031 Cadastro Nacional de Empresas Mercantis	EMPRESA CADASTRADA	UNIDADE	8,73	11,49

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

				Custo	
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior					
5009 INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO E GÁS					
Gerente em 31/12/2002: Sergio Ferreira de Figueiredo					
(OA)	9484	REGULAMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA INDUÇÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES NACIONAIS NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E NAS AUTORIZAÇÕES DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO		Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9485	REGULAMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE INCENTIVO AOS INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E NAS REGRAS DE AUTORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO		Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9486	FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE BENS E SERVIÇOS LOCAIS PARA A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO		166.666.666,67	Não aplicável
0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL					
Gerente em 31/12/2002: Armando Mariante Carvalho					
(P)	1018	Implantação de Sistema de Informações Tecnológicas para Metrologia e Qualidade	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	22.500,00 22.799,00
(P)	1024	Implantação do Centro de Capacitação em Tecnologia Industrial Básica - CCTIB	CENTRO IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	22.500,00 Não aplicável
(P)	1025	Implantação de Infra-estrutura Básica para Instalação de Empresas de Base Tecnológica	INFRA-ESTRUTUR A	% DE EXECUCAO FISICA	180.000,00 Não aplicável
(P)	1705	Elaboração do Plano Brasileiro de Avaliação da Conformidade	PLANO ELABORADO	% DE EXECUCAO FISICA	37.500,00 33.333,33
(P)	1707	Implantação do Laboratório de Metrologia Química e de Materiais	LABORATORIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	90.000,00 Não aplicável
(A)	2023	Avaliação de Conformidade	PRODUTO AVALIADO	UNIDADE	517.357,14 504.795,71
(A)	2033	Padronização e Disseminação das Unidades de Medida	PADRAO CALIBRADO	UNIDADE	1.903,16 1.889,16
(A)	2034	Controle Metrológico de Instrumento de Medição e de Produto	INSTRUMENTO/PR ODUTO VERIFICADO	UNIDADE	12,77 11,51
(P)	3093	Adequação da Rede de Laboratórios de Medição	REDE DE LABORATORIOS ADEQUADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	85.500,00 93.881,33
(P)	3573	Implantação do Sistema de Informações ao Consumidor	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	22.500,00 Não aplicável
(A)	6479	Disseminação de Informação Tecnológica em Metrologia e Qualidade	CONSULTA ATENDIDA	UNIDADE	15,80 16,04
(P)	7591	Expansão e Melhoria do Controle Metrológico	SISTEMA AMPLIADO	% DE EXECUCAO FISICA	97.500,00 99.868,00
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS					
Gerente em 31/12/2002: Isper Abraham Lima					
(P)	1032	Edição e Distribuição de Informações e Publicações sobre Oportunidades de Investimento no Pólo Industrial de Manaus	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	76,92 27,54
(A)	2035	Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais	PROJETO CONTROLADO	UNIDADE	190,42 259,07
(A)	2537	Manutenção do Distrito Industrial de Manaus	DISTRITO MANTIDO	UNIDADE	5.615.000,00 2.811.289,00
(P)	3067	Promoção da Qualificação e Requalificação Profissional	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	16,67 Não aplicável
(P)	3560	Implantação do Complexo de Armazenagem e Comercialização de Mercadorias na Zona Franca de Manaus	COMPLEXO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	7867	Eventos para a Promoção Comercial	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	500.000,00 308.018,75
(OA)	9345	CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA PROJETOS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAIS	projeto apoiado	unidade	6.600.000,00 Não aplicável
(OA)	9346	FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS - PEXPAM	exportação alavancada	US\$ milhão	4.500,00 Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.045

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2800 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**0393 PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Gerente em 31/12/2002: José Graça Aranha

(OE)	0008 Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1019 Edição e Distribuição de Publicações sobre Propriedade Intelectual	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	8,27	Não aplicável
(P)	1096 Implantação de Unidade de Proteção Intelectual e Transferência de Conhecimento	CENTRO IMPLANTADO	CENTRO IMPLANTADO	200.000,00	Não aplicável
(A)	2026 Avaliação de Processo de Registros de Marcas	PROCESSO AVALIADO	UNIDADE	17,14	23,52
(A)	2027 Avaliação de Processos de Concessão de Patentes e Registros de Desenho Industrial	PROCESSO AVALIADO	UNIDADE	86,64	98,66
(A)	2028 Registro de Programas de Computador	PROGRAMA REGISTRADO	UNIDADE	92,31	80,53
(A)	2029 Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologias	CONTRATO AVERBADO	UNIDADE	475,65	404,78
(P)	3561 Desenvolvimento dos Sistemas Informatizados de Propriedade Intelectual	SISTEMA DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FISICA	40.536,59	31.842,15
(P)	3578 Reforma do Edifício-Sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	AREA REFORMADA	% DE EXECUCAO FISICA	117.647,06	15.743,29
(P)	5163 Implantação do Novo Modelo de Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	PRATICA GERENCIAL IMPLANTADA	UNIDADE	307.500,00	600.582,00
(A)	6481 Disseminação de Informações Tecnológicas	CONSULTAS ATENDIDAS	UNIDADE	617,51	581,74

5100 Ministério do Esporte e Turismo**0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA**

Gerente em 31/12/2002: Maristela Medeiros Gonçalves

(P)	1055 Implantação de Centros de Excelência Esportiva	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	2.000.000,00	Não aplicável
(P)	1535 Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Rendimento	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.431,82	Não aplicável
(P)	1567 Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Rendimento de Pessoas Portadoras de Deficiência	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.500,00	2.553,57
(P)	1616 Modernização de Centro Científico e Tecnológico para o Esporte	CENTRO DE EXCELENCIA MODERNIZADO	UNIDADE	1.190.062,50	17.860.734,00
(P)	1618 Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência	DELEGACAO APOIADA	UNIDADE	128.100,00	88.628,70
(P)	1619 Participação de Delegação Brasileira em Competições Nacionais e Internacionais de Rendimento	DELEGACAO APOIADA	UNIDADE	201.424,10	112.762,71
(P)	1623 Promoção de Eventos e Intercâmbios Científicos e Tecnológicos no Esporte	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	147.764,71	196.605,45
(P)	1625 Promoção de Eventos Esportivos de Rendimento	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	280.000,00	1.397.776,00
(P)	1626 Promoção de Eventos Esportivos de Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	150.000,00	110.225,09
(A)	8003 Avaliação de Atletas de Rendimento	ATLETA AVALIADO	UNIDADE	833,33	92,26
(A)	8005 Detecção de Talentos Esportivos	ATLETA POTENCIAL IDENTIFICADO	UNIDADE	1.000,00	71.472,00

8028 ESPORTE NA ESCOLA

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca

(P)	3985 Concurso Temático sobre o Esporte	CONCURSO REALIZADO	UNIDADE	229.000,00	Não aplicável
(A)	4377 Funcionamento de Núcleos de Esporte em Escolas	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	206,11	6,83
(P)	5069 Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Escolas	ESCOLA ATENDIDA	UNIDADE	47.499,47	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

1.046

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

5100 Ministério do Esporte e Turismo**8028 ESPORTE NA ESCOLA**

Gerente em 31/12/2002: Ricardo Nascimento de Avellar Fonseca

(P)	5071 Campanha na Área do Esporte na Escola	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	727.500,00	829.253,57
(P)	5073 Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	157,75	23,79
(P)	5075 Edição e Distribuição de Material Técnico-didático para o Esporte na Escola	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	6,98	Não aplicável
(P)	5077 Promoção de Eventos Esportivos na Escola	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	3.491.400,00	3.188.800,00

0180 ESPORTE SOLIDÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Antonio Carlos Pereira

(P)	1229 Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência	PROJETO APOIADO	UNIDADE	10.000,00	Não aplicável
(P)	1624 Promoção de Eventos Esportivos de Identidade Cultural e Criação Nacional	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	268.833,33	250.310,00
(A)	2667 Funcionamento de Núcleos de Esporte em Comunidades Carentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	133,05	80,80
(P)	3073 Modernização de Infra-estrutura Esportiva em Comunidades Carentes	ESPACO ESPORTIVO MODERNIZADO	UNIDADE	110.770,97	87.987,88
(P)	5450 Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Comunidades Carentes	ESPACO ESPORTIVO IMPLANTADO	UNIDADE	114.182,29	111.208,33
(P)	5452 Capacitação de Recursos Humanos em Esporte	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	127,50	378,93
(P)	7961 Promoção de Eventos de Esporte e de Lazer em Comunidades Carentes	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	28.974,36	125.031,67
(P)	7963 Implantação de Infra-estrutura Esportiva em Assentamentos Rurais	INFRA-ESTRUTUR A	UNIDADE	333.333,33	46.875,00
(OA)	9086 ATIVIDADES DESPORTIVAS, SOCIOCULTURAIS E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA CRIANÇAS CARENTES	criança beneficiada	unidade	124,32	Não aplicável

0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E TURISMO

Gerente em 31/12/2002: GILMAR MARTINS BORGES

(OE)	0169 Transferência a Estados e Distrito Federal			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1542 Edição e Distribuição de Material Técnico-Didático do Esporte	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	18,90	90.022,67
(P)	1595 Estudos e Pesquisas Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento do Esporte	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	32.500,00	276.984,67
(P)	3986 Implantação de Metodologia de Avaliação de Programas	METODOLOGIA IMPLANTADA	UNIDADE	58.000,00	Não aplicável
(P)	5760 Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Esporte e Turismo	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	300.000,00	1.640.202,00
(P)	5762 Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Turismo	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	277.142,86	462.798,25

0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO

Gerente em 31/12/2002: Anna Maria Marcondes Machado

(P)	1591 Estudos para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável Local	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	26.083,33	Não aplicável
(P)	1598 Formação de Produtos Turísticos	PACOTE TURISTICO FORMATADO	UNIDADE	9.033,33	Não aplicável
(P)	1630 Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	188.484,40	Não aplicável
(P)	1632 Oficinas para o Turismo	OFICINA DE CAPACITACAO REALIZADA	UNIDADE	6.250,00	Não aplicável
(P)	3781 Fomento à Produção de Artigos Artesanais para Consumo Turístico	ARTESAO APOIADO	UNIDADE	1.833,33	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.047

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

5100 Ministério do Esporte e Turismo**0414 MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO**

Gerente em 31/12/2002: Anna Maria Marcondes Machado

(P)	3782 Implantação de Centro de Formação para o Turismo (Liceu de Artes e Ofícios para o Turismo)	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	392.200,00	Não aplicável
(P)	5009 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios Turísticos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	69,71	Não aplicável
(P)	5367 Recuperação de Infraestrutura Turística e Urbana de Interesse Turístico em Municípios	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	2.200.000,00	Não aplicável
(P)	7887 Estudos e Projetos para a Gestão da Limpeza Urbana nos Municípios Turísticos	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	45.433,33	Não aplicável

0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO

Gerente em 31/12/2002: Luiz Otávio Caldeira Paiva

(OE) 0454 Financiamento da Infra-estrutura Turística Nacional	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P) 1588 Estruturação do Segmento de Pesca Amadora	POLO ESTRUTURADO	UNIDADE	30.700,00	27.909,09
(P) 1600 Estruturação do Segmento de Ecoturismo	POLO ESTRUTURADO	UNIDADE	62.700,00	62.700,00
(P) 1628 Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	56.666,67	11.290,32
(P) 1673 Fomento à Formação de Clubes da Melhor Idade	CLUBE CRIADO	UNIDADE	19.357,14	4.180,10
(A) 2301 Sinalização Turística	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	65.735,29	70.306,36
(A) 2433 Anuário Estatístico sobre o Turismo	ANUARIO EDITADO	UNIDADE	40,70	63.655,00
(A) 2435 Campanha para Promoção do Turismo Interno	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1.835.000,00	1.701.591,13
(A) 2437 Formação da Imagem Turística do Brasil no Exterior	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	652.603,77	2.019.592,93
(A) 2656 Sistema de Informações sobre o Fluxo Turístico Emissivo e Receptivo Nacional e Internacional	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	310.332,00	Não aplicável
(A) 2658 Fiscalização dos Serviços Turísticos	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	119,31	102,31
(A) 2659 Divulgação de Projetos Turísticos para Investidores - Bolsa de Negócios	PROJETO DIVULGADO	UNIDADE	2.375,00	3.642,86
(A) 2731 Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	341.013,33	915.757,27
(A) 4584 Avaliação da Qualidade dos Serviços Turísticos	SERVICO AVALIADO	UNIDADE	156,75	113,02
(P) 5701 Implantação de Centro de Informações Turísticas	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	125.000,00	Não aplicável

4400 Ministério do Meio Ambiente**0497 ÁGUAS DO BRASIL**

Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva

(P) 1107 Estudos de Monitoramento das Águas de Superfície e Subterrânea	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	75.014,29	72.550,00
(P) 1996 Implantação de Sistemas de Gestão dos Recursos Hídricos	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	1.691.047,33	1.034.619,67
(P) 1999 Implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos	SISTEMA IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	90.000,00	99.474,65
(A) 2039 Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2396 Avaliação de Recursos Hídricos Superficiais	RELATORIO ELABORADO	UNIDADE	82.500,00	12.839,86
(A) 2397 Avaliação de Recursos Hídricos Subterrâneos	MAPA TEMATICO ELABORADO	UNIDADE	92.724,85	10.400,76
(A) 2947 Fiscalização do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos	BACIA FISCALIZADA	UNIDADE	4.269,26	18.063,80
(A) 2977 Monitoramento de Corpos D'água	VAZAO D'AGUA OUTORGADA	M³/H	6,27	1,71

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

4400 Ministério do Meio Ambiente**0497 ÁGUAS DO BRASIL**

Gerente em 31/12/2002: Jair Sarmento da Silva

(P)	3046 Elaboração de Planos de Recursos Hídricos	PLANO ELABORADO	UNIDADE	1.125.000,00	Não aplicável
(P)	3871 Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Estados, Distrito Federal e Entidades Associadas à Gestão de Recursos Hídricos	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	960.000,00	222.343,33
(P)	5305 Recuperação Hidroambiental da Bacia do Rio Doce	AREA RECUPERADA	HA	9,06	Não aplicável
(P)	7401 Capacitação em Educação Ambiental Voltada para os Recursos Hídricos	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	450,00	2,12

0502 AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Gerente em 31/12/2002: Jorg Zimmermann

(P) 1964 Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	426,54	Não aplicável
(P) 1977 Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas na Região Amazônica	AREA EXPANDIDA	1000 HA	1.600,00	0,47
(A) 2931 Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia - Amazônia Solidária	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	706,83	1.232,21
(A) 2940 Desenvolvimento Ambiental Urbano na Amazônia	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	119.466,73	533.650,95
(A) 2955 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia	PROJETO APOIADO	UNIDADE	224.294,12	59.386,27
(A) 2967 Gestão Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia	AREA CONSERVADA	HA	6,68	Não aplicável
(P) 3023 Fomento a Projetos de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia - PPG7	PROJETO APOIADO	UNIDADE	851.704,55	768.711,09
(P) 3026 Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia - PPG7	AREA PROTEGIDA	HA	463,55	Não aplicável
(P) 3043 Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia	AREA RECUPERADA	HA	498,21	7.066,04

0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA

Gerente em 31/12/2002: Braulio Ferreira de Souza Dias

(A) 2934 Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção	ESPECIE RECUPERADA	UNIDADE	98.000,00	30.686,45
(A) 2935 Controle da Exportação e Importação de Animais Silvestres e Material Genético	AUTORIZACAO EMITIDA	UNIDADE	300,00	470,40
(A) 2958 Fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e Fauna	PROJETO APOIADO	UNIDADE	262.234,05	120.687,21
(A) 2971 Conservação das Coleções Nacionais de Referência - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	COLECAO CONSERVADA	UNIDADE	1,36	1,10
(A) 2973 Pesquisa em Diversidade Vegetal - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	2.229,73	2.053,16
(A) 2975 Manejo e Conservação da Fauna Silvestre	ESPECIE MANEJADA	UNIDADE	94.000,00	30.924,23
(A) 2976 Manejo e Conservação da Flora	ESPECIE MANEJADA	UNIDADE	48.619,50	45.473,40
(A) 2983 Pesquisa sobre Fauna Silvestre	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	9.700,00	13.548,43
(A) 2987 Fomento a Projetos de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica - PROBIO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	277.421,34	92.117,06
(P) 3000 Ampliação do Prédio do Herbário e Carpoteca - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	PREDIO AMPLIADO	M²	697,50	Não aplicável
(A) 6293 Manejo da Coleção Viva do Arboreto - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	AREA VERDE MANEJADA	M²	0,16	0,19
(A) 6305 Controle do Acesso aos Recursos Genéticos	AUTORIZACAO EMITIDA	UNIDADE	1.111,11	743,16
(A) 6309 Fiscalização da Manipulação da Fauna Silvestre	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	7.000,00	10.983,63
(P) 7385 Implantação de Sistema de Conservação de Recursos Genéticos	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	30.461,54	6.520,00
(P) 7423 Identificação de Espécies da Flora Nativa	ESPECIE IDENTIFICADA	UNIDADE	7.275,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.049

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0508 BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS - BIOVIDA**

Gerente em 31/12/2002: Braulio Ferreira de Souza Dias

(P)	7471 Formulação da Estratégia Nacional de Biodiversidade	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	97.000,00	45.000,00
(P)	7497 Implantação da Rede de Informações em Biodiversidade	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	4.666,67	14.000,00
(OA)	9400 NORMATIZAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS GENÉTICOS E DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DERIVADOS DA SUA UTILIZAÇÃO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0516 BRASIL JOGA LIMPO

Gerente em 31/12/2002: Carmen Dolores Paranhos Sampaio

(P)	1990 Implantação de Sistema de Informação Ambiental Relativo à Gestão Integrada de Resíduos	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	50.000,00	47.500,00
(A)	2940 Desenvolvimento Ambiental Urbano na Amazônia	PROJETO REALIZADO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2960 Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo	PROJETO APOIADO	UNIDADE	245.688,84	272.652,14
(P)	7467 Implantação de Instrumentos Tecnológicos e Metodológicos de Gestão Ambiental nos Assentamentos Rurais	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	63.636,36	40.000,00
(P)	7989 Projetos Demonstrativos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental	PROJETO REALIZADO	UNIDADE	74.300,27	212.208,01

8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira

(A)	2905 Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas	CARGA POLUIDORA ABATIDA CONTRATADA	KGDBO/DIA	757,55	1.258,30
(P)	3935 Recuperação de Nascentes e de Mananciais em Áreas Urbanas	ÁREA RECUPERADA	KM²	96.005,73	578.794,33
(P)	3939 Campanhas para Mobilização e Conscientização para Limpar os Rios	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	200.000,00	Não aplicável

0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Gerente em 31/12/2002: Ana Lucia Tostes de Aquino Leite

(P)	1961 Capacitação de Recursos Humanos em Educação Ambiental	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	649,65	918,24
(P)	1984 Implantação de Pólos de Difusão de Práticas Sustentáveis	POLO IMPLANTADO	UNIDADE	146.187,82	820.000,00
(P)	1997 Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - SIBEA	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	66.130,00	Não aplicável
(A)	2965 Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental	PROJETO APOIADO	UNIDADE	94.340,91	4.284,76
(A)	2972 Informação e Divulgação Técnico-Científica - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico	PESSOA INFORMADA	UNIDADE	1,35	Não aplicável
(P)	3045 Edição e Distribuição de Informações Técnico-Científicas na Área Ambiental	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	61,11	6.986,70
(OA)	9027 EDUCAÇÃO DO PRODUTOR RURAL PARA A UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS (BB - AGENDA VERDE)	produtor capacitado	unidade	14,59	Não aplicável

0505 FLORESTAR

Gerente em 31/12/2002: Raimundo Deusdará Filho

(P)	1974 Estudos para o Desenvolvimento Florestal Sustentável	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	351.315,00	140.856,00
(A)	2173 Pesquisa e Desenvolvimento em Conservação, Manejo, Transformação e Utilização de Florestas e Agroflorestas	TECNOLOGIA GERADA	UNIDADE	189.800,00	193.514,74
(A)	2951 Fomento a Projetos de Assistência Técnica ao Fazendeiro Florestal	FAZENDA ASSISTIDA	HA	755,56	991,72

P - Projeto

A - Atividade

1.050

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0505 FLORESTAR**

Gerente em 31/12/2002: Raimundo Deusdará Filho

(A)	2953 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal	PROJETO APOIADO	UNIDADE	101.835,54	17.147,58
(A)	2954 Fomento a Projetos de Extensão Florestal	PROJETO APOIADO	UNIDADE	195.000,00	226.210,58
(A)	2962 Fomento a Projetos de Reflorestamento	AREA REFLORESTADA	HA	1.566,77	1.230,19
(A)	2989 Reposição Florestal	AREA REFLORESTADA	HA	1.048,15	0,46

0506 FLORESTAS SUSTENTÁVEIS

Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti

(P)	1960 Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias Apropriadas às Comunidades Extrativistas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	5,83	79.742,81
(A)	2932 Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas	COMUNIDADE APOIADA	UNIDADE	9.820,51	Não aplicável
(A)	2943 Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais	MADEIRA CONTROLADA	M³	4,67	4,49
(A)	2966 Processamento de Produtos Florestais	PRODUTO PROCESSADO	UNIDADE	0,04	0,05
(A)	2982 Monitoramento dos Planos de Manejo das Florestas Sustentáveis	PLANO DE MANEJO VISTORIADO	UNIDADE	1.295,36	4.328,81
(A)	2990 Uso Múltiplo dos Recursos das Florestas Nacionais	FLORESTA MANTIDA	HA	161,45	0,65
(P)	3022 Plano para Ordenamento e Manejo de Recursos Florestais	PLANO IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	46.809,28	145.526,29
(P)	3024 Manejo de Recursos Naturais em Florestas Tropicais - PPG7	FLORESTA MANEJADA	HA	109,30	Não aplicável
(P)	7511 Implantação de Reservas Extrativistas	RESERVA IMPLANTADA	HA	13,32	Não aplicável
(OA)	9398 CONCESSÃO DE ÁREAS FLORESTAIS PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL	área manejada	ha	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9399 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIFUSÃO DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	evento realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0511 GESTÃO DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Gerente em 31/12/2002: Rita de Cássia do Vale Caribé

(P)	1970 Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Econômicos para a Proteção e Gestão Ambiental	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	290.000,00	290.900,80
(A)	2930 Formulação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável	DIRETRIZ ELABORADA	UNIDADE	5.649.777,00	5.554.826,00
(A)	2956 Fomento a Projetos de Gestão Integrada dos Recursos Ambientais	PROJETO APOIADO	UNIDADE	4.700.000,00	3.448.194,00
(P)	3857 Elaboração da Agenda 21 Brasileira	AGENDA ELABORADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	70.714,29	70.342,21
(P)	5307 Construção da Sede Administrativa da Agência Nacional de Águas - ANA	SEDE CONSTRUÍDA COM 10.250 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	44.000,00	144.512,70
(P)	7541 Apoio a Projetos de Descentralização da Política de Meio Ambiente	PROJETO APOIADO	UNIDADE	492.000,00	394.679,00
(P)	7597 Modernização do Gerenciamento Descentralizado do IBAMA	UNIDADE DESCENTRALIZADA	UNIDADE	163.996,23	104.029,55
(OA)	9401 AGENDA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS

Gerente em 31/12/2002: José Edil Benedito

(P)	3614 Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Araguaia-Tocantins	PLANO ELABORADO	% DE EXECUCAO FISICA	50.000,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.051

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0514 NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS**

Gerente em 31/12/2002: José Edil Benedito

(P)	3621 Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Araguaia-Tocantins	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	100.000,00	Não aplicável
(P)	3627 Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Araguaia-Tocantins	AREA RECUPERADA	HA	1.000,00	Não aplicável
(P)	3873 Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Araguaia-Tocantins	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	22.857,14	Não aplicável

0513 NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL

Gerente em 31/12/2002: Dilma Seli Pena Pereira

(P)	3617 Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	60.000,00	49.193,34
(P)	3625 Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Rio Paraíba do Sul	AREA RECUPERADA	HA	1.000,00	Não aplicável
(P)	3925 Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	32.000,00	2.600,00

0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO

Gerente em 31/12/2002: Antônio Félix Domingues

(P)	3613 Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco	PLANO ELABORADO	% DE EXECUCAO FISICA	89.622,22	Não aplicável
(P)	3615 Enquadramento de Corpos D'água na Bacia do Rio São Francisco (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3618 Implantação de Sistema Preventivo Diante de Eventos Críticos na Bacia do Rio São Francisco (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3620 Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	228.536,67	586.592,36
(P)	3626 Recuperação de Nascentes e Mananciais na Bacia do Rio São Francisco	AREA RECUPERADA	HA	2.482,22	1.252,76
(P)	3899 Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Estados e Entidades Associadas à Gestão de Recursos Hídricos na Bacia do Rio São Francisco	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	113.800,00	368.599,50
(P)	3919 Implantação do Sistema de Informações de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	52.995,00	Não aplicável
(P)	5309 Conservação Ambiental da Bacia do Rio São Francisco	AREA CONSERVADA	HA	840,00	Não aplicável

0498 PANTANAL

Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire

(A)	2311 Sinalização Turística na Região do Pantanal (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3004 Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	91,54	Não aplicável
(P)	3005 Implantação, Ampliação e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	506,07	Não aplicável
(P)	3007 Regularização de Atividades Mineradoras da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	MINERADORA REGULARIZADA	UNIDADE	21.790,17	Não aplicável
(P)	3008 Implantação de Sistemas para o Ordenamento e Promoção do Ecoturismo na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	30.762,05	Não aplicável
(P)	3009 Implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Faunísticos da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	14.087,02	Não aplicável
(P)	3011 Implementação da Reserva da Biosfera do PANTANAL - PANTANAL	RESERVA ESTRUTURADA	HA	67,51	Não aplicável
(P)	3012 Implantação e Operacionalização do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	35.829,28	Não aplicável
(P)	3013 Implantação de Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	180,02	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.052

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

4400 Ministério do Meio Ambiente**0498 PANTANAL**

Gerente em 31/12/2002: Oneida Divina da Silva Freire

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 3014 Implementação de Unidades de Conservação na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	UNIDADE DE CONSERVACAO IMPLEMENTADA	HA 279,99	Não aplicável
(P) 3015 Implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	SISTEMA IMPLEMENTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 177.107,80	Não aplicável
(P) 3017 Implementação de Estradas-Parque na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	ESTRADA PARQUE IMPLANTADA	KM 13.910,79	Não aplicável
(P) 3018 Recuperação Ambiental em Sub-Bacias Hidrográficas Críticas da Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	MICROBACIA RECUPERADA	UNIDADE 3.276,44	Não aplicável
(P) 3019 Implantação de Sistema de Gerenciamento e Manejo dos Recursos Pesqueiros na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA 30.505,56	28.902,00
(P) 3020 Atividades Ambientais Sustentáveis em Áreas Indígenas na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	COMUNIDADE ASSISTIDA	UNIDADE 34.203,05	25.891,40
(P) 3191 Gestão do Programa Pantanal	PROGRAMA GERIDO	UNIDADE 9.280.039,00	1.209.238,00
(P) 3845 Assistência Técnica aos Produtores Rurais da Planície Pantaneira - PANTANAL	PRODUTOR ASSISTIDO	UNIDADE 2.625,01	Não aplicável
(P) 3849 Estruturação da Polícia Ambiental e do Corpo de Bombeiros na Bacia do Alto Rio Paraguai - PANTANAL	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE 3.796,02	3.876,88
(P) 7329 Implantação de Unidades de Gestão Ambiental na Bacia do Alto Rio Paraguai - Pantanal	UNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE 13.733,00	Não aplicável

0499 PARQUES DO BRASIL

Gerente em 31/12/2002: Marco Antonio Ramos Caminha

(P) 1962 Capacitação de Recursos Humanos para Gestão de Áreas Protegidas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE 3.466,67	2.959,06
(P) 1972 Estudos para Desenvolvimento da Política Nacional para Áreas Protegidas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE 33.333,33	33.333,33
(P) 1975 Estudos para Valoração Econômica das Unidades de Conservação Federais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE 12.500,00	35.311,77
(P) 1978 Estudo para a Expansão e Consolidação de um Sistema de Áreas Estritamente Protegidas	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE 60.000,00	60.000,00
(P) 1985 Implantação de Infra-estrutura Ecoturística em Unidades de Conservação	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE 16.079,03	47.746,97
(A) 2889 Conservação e Manejo Integrado de Ecossistemas	AREA MANEJADA	HA 71,04	8,63
(A) 2950 Fomento à Gestão Integrada de Áreas Protegidas	PROJETO APOIADO	UNIDADE 222.111,26	124.553,89
(A) 2969 Gestão, Manejo e Fiscalização de Unidades de Conservação e do Patrimônio Espeleológico	UNIDADE DE CONSERVACAO MANTIDA	UNIDADE 165.674,60	20.613,39
(P) 3665 Desenvolvimento de Técnicas de Manejo de Ecossistemas Brasileiros	TECNICA DESENVOLVIDA	UNIDADE 406.000,00	405.917,00
(P) 7509 Implantação de Unidades de Conservação Federais	AREA IMPLANTADA	HA 71.285,44	87.884,62
(P) 7511 Implantação de Reservas Extrativistas (Restos a Pagar)		Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0655 Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais	AREA REGULARIZADA	HA 8,89	152,86
(P) 1956 Ampliação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas	AREA PROTEGIDA AMPLIADA	HA 105,40	1,40

0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti

(A) 2063 Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais	MAPA DE RISCO DE FOGO GERADO	UNIDADE 229.400,00	Não aplicável
(A) 2986 Prevenção de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação- Prevfogo	AREA DE RISCO PROTEGIDA	HA 98,18	95,05
(P) 3021 Elaboração do Plano de Ação de Combate a Incêndios, Queimadas e Desmatamentos	PLANO ELABORADO	UNIDADE 1.383.716,00	Não aplicável
(P) 3029 Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia - PROARCO	AREA MONITORADA	KM² 5,25	3,20

P - Projeto

A - Atividade

1.053

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0503 PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Gerente em 31/12/2002: Humberto Candeias Cavalcanti

(P)	5165 Combate Emergencial a Incêndios Florestais (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(A)	6307 Fiscalização de Recursos Florestais	AREA FISCALIZADA	HA	2,01	1,94
(A)	6329 Controle de Dsmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais	AREA CONTROLADA	HA	21,67	20,40

0495 PROÁGUA - GESTÃO

Gerente em 31/12/2002: João Gilberto Lotufo Conejo

(A)	2901 Monitoramento de Recursos Hídricos no Semi-Árido	VAZAO D'AGUA OUTORGADA	M³/H	0,89	Não aplicável
(A)	2957 Fomento a Projetos de Manejo e Conservação de Recursos Hídricos	PROJETO APOIADO	UNIDADE	33.100,00	Não aplicável
(P)	3027 Fomento a Projetos para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes	PROJETO APOIADO	UNIDADE	17.061,36	1.229.075,00
(P)	3028 Estudos para a Disponibilização de Água Bruta no Semi-Árido - Proágua Semi-Árido	PROJETO ELABORADO	UNIDADE	825.019,20	1.003.147,93
(P)	3042 Fomento a Projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas	PROJETO APOIADO	UNIDADE	500.000,00	Não aplicável

0509 PROBLEM DA AMAZÔNIA

Gerente em 31/12/2002: Maurício de Carvalho Amazonas

(A)	2315 Fomento a Projetos para o Uso Sustentável da Biodiversidade na Amazônia	PROJETO APOIADO	UNIDADE	366.666,67	160.449,86
(P)	3030 Implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia			383.465,35	652.574,97
(A)	4136 Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Região Amazônica	PESQUISA DESENVOLVIDA	UNIDADE	70.900,00	3.958,02

0501 QUALIDADE AMBIENTAL

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos

(P)	1071 Apoio à Implantação da Rede de Recifes Artificiais	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1.459,60	Não aplicável
(P)	1345 Estudo para a Melhoria da Gestão Ambiental dos Transportes Urbanos	ESTUDO PUBLICADO	UNIDADE	195.042,50	100.000,00
(P)	1976 Estudos sobre as Relações entre o Meio Ambiente e o Setor Produtivo	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	21.928,20	Não aplicável
(P)	1983 Implantação do Observatório Nacional para Monitoramento Ambiental	OBSERVATORIO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	18.730,88	Não aplicável
(P)	1989 Implantação de Sistema de Informações Ambientais Georeferenciadas	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	3.840,00	1.688,90
(P)	1991 Implantação de Sistema de Resposta e Controle de Acidentes com Derrame de Óleo	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	90.478,25	Não aplicável
(A)	2271 Fomento a Projetos de Preservação Ambiental e a Recuperação de Danos Causados pela Indústria do Petróleo	PROJETO APOIADO	UNIDADE	4,67	3.487.500,00
(A)	2944 Fiscalização da Poluição e da Degradação Ambiental	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	1.591,48	Não aplicável
(A)	2952 Fomento a Projetos de Controle Ambiental, Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Tecnológico	PROJETO APOIADO	UNIDADE	156.272,73	137.865,44
(A)	2959 Fomento a Projetos de Melhoria da Qualidade do Ar e Proteção da Atmosfera	PROJETO APOIADO	UNIDADE	181.794,87	Não aplicável
(A)	2974 Licenciamento Ambiental	LICENCA ANALISADA	UNIDADE	8.662,67	9.960,11
(A)	2978 Monitoramento e Controle da Poluição Ambiental	CONTROLE EFETIVADO	UNIDADE	77.148,80	68.620,62
(A)	2979 Controle de Agrotóxicos	PRODUTO CONTROLADO	UNIDADE	12.909,09	7.926,24
(P)	3001 Levantamento e Consolidação de Dados e Informações sobre a Qualidade do Meio Ambiente	ESTUDO PUBLICADO	UNIDADE	54.552,17	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.054

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0501 QUALIDADE AMBIENTAL**

Gerente em 31/12/2002: Reinaldo A. de Vasconcelos

(P)	3277	Implantação de Sistema de Controle dos Impactos Ambientais Causados pela Geração Térmica de Energia Elétrica	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	9.494,95	Não aplicável
(P)	5513	Estudo de Viabilidade Energética e de Preservação Ambiental	ESTUDO REALIZADO	%	1.289.706,03	Não aplicável
(A)	6335	Desenvolvimento de Tecnologia Ambiental Alternativa	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	39.885,00	34.420,00
(P)	7339	Estudo para Desenvolvimento de Instrumentos Auxiliares de Gestão Ambiental	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	101.333,33	208.839,40
(P)	7343	Promoção da Gestão Ambiental nas Empresas	EMPRESA APOIADA	UNIDADE	20.645,42	Não aplicável
(P)	7397	Fomento a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente - Pnma II	PROJETO APOIADO	UNIDADE	128.581,36	206.995,72
(P)	7409	Implantação de Centros Regionais de Vigilância Ambiental na Amazônia	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	70.000,00	Não aplicável
(P)	7449	Aperfeiçoamento do Sistema Federal de Licenciamento Ambiental	SISTEMA APERFEICOADO	% DE EXECUCAO FISICA	57.154,23	26.606,92
(P)	7499	Elaboração do Perfil Nacional de Substâncias Químicas	PERFIL ELABORADO	UNIDADE	776.441,00	205.000,00
(P)	7641	Estudo sobre o Recolhimento e a Destinação Adequada de Embalagens de Agrotóxicos	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	19.600,00	Não aplicável
(OA)	9390	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9391	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9392	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9393	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9394	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9395	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9396	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9397	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES			Não aplicável	Não aplicável

0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

Gerente em 31/12/2002: Simão Marrul Filho

(OE)	0585	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal	PESCADOR BENEFICIADO	UNIDADE	794,58	752,47
(P)	1988	Implantação de Sistema de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	74.000,00	80.625,00
(P)	1992	Implantação de Sistema Nacional de Informações Pesqueiras	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	8.000,00	Não aplicável
(A)	2431	Monitoramento e Ordenamento do Uso dos Recursos Pesqueiros	PLANO ELABORADO	% DE EXECUCAO FISICA	106.232,61	37.445,10
(A)	2933	Prospecção e Avaliação dos Estoques Pesqueiros	DIAGNOSTICO ATUALIZADO	UNIDADE	40.551,72	44.176,81
(A)	2946	Fiscalização do Uso dos Recursos Pesqueiros	AREA FISCALIZADA	KM²	25,73	44,34
(A)	2963	Fomento a Projetos de Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros	PROJETO APOIADO	UNIDADE	186.510,50	87.032,50
(P)	3044	Levantamento do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE	AREA AVALIADA	KM²	0,13	0,13
(P)	3528	Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - REVIZEE	AREA AVALIADA	KM²	0,10	0,10

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.055

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4400 Ministério do Meio Ambiente**0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS**

Gerente em 31/12/2002: Simão Marrul Filho

(A)	6519 Manejo de Recursos Pesqueiros	ESPECIE MANEJADA	UNIDADE	6.351,52	28.216,05

0500 TURISMO VERDE

Gerente em 31/12/2002: Ricardo José Soavinski

(P)	3034 Assistência Técnica e Financeira em Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR	ENTIDADE APOIADA	UNIDADE	58.664,53	62.188,84
(P)	3035 Capacitação de Recursos Humanos em Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	2.063,17	Não aplicável
(P)	3036 Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Ecoturismo na Amazônia - PROECOTUR	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	186.566,00	342.037,67
(P)	3037 Implantação de Infra-estrutura nos Pólos Ecoturísticos na Amazônia - PROECOTUR	POLO IMPLANTADO	UNIDADE	202.841,26	204.132,91
(OA)	9389 FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA	projeto financiado	unidade	555.555,56	Não aplicável

0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Gerente em 31/12/2002: Marcos Estevan Del Prette

(P)	1870 Zoneamento Ecológico-econômico da Região Nordeste	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM ²	2,88	Não aplicável
(A)	2970 Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos	AREA COM USO E OCUPACAO DEFINIDO	KM ²	104,81	Não aplicável
(P)	3579 Zoneamento Econômico-ecológico do Distrito Agropecuário de Manaus	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	HA	0,17	Não aplicável
(P)	3671 Zoneamento Ecológico-econômico na Amazônia Legal	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM ²	286,72	Não aplicável
(P)	3689 Zoneamento Ecológico-econômico Estadual na Escala 1:250.000	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM ²	55,17	Não aplicável
(P)	3692 Zoneamento Ecológico-econômico no Semi-Árido Nordestino na Escala 1:250.000	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM ²	13,80	Não aplicável
(P)	5443 Estudos Prospectivos de Ordenamento Territorial	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(P)	5444 Desenvolvimento de Metodologias para o Zoneamento Ecológico-econômico Nacional	METODOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	287.300,00	150.000,00
(P)	7413 Zoneamento Ecológico-econômico do Brasil na Escala 1:1.000. 000	ZONEAMENTO CONCLUÍDO	KM ²	24,14	Não aplicável
(P)	7965 Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-econômico	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	20.645,16	Não aplicável

4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**0799 CARTOGRAFIA NACIONAL**

Gerente em 31/12/2002: Angelo José Pavan

(A)	2229 Mapeamento Topográfico de Referência	CARTA PRODUZIDA	UNIDADE	753,89	480,12
(A)	2231 Sistema Geodésico Brasileiro	MARCO GEODESICO MANTIDO	UNIDADE	172,51	941,37
(P)	3596 Implantação do Sistema de Geoprocessamento e Modernização da Cartografia	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	14.977,78	92.969,80

0790 CENSO 2000

Gerente em 31/12/2002: Nuno Duarte Bittencourt

(P)	1082 Censo Demográfico 2000	CENSO CONCLUÍDO	% DE EXECUCAO FISICA	854.907,18	714.143,18

0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES

P - Projeto A - Atividade

1.056

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

				Custo	
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
0801 DESENVOLVIMENTO DE GERENTES E SERVIDORES					
Gerente em 31/12/2002: Regina Sílvia Viotto Monteiro Pacheco					
(P)	3193 Ampliação e Atualização do Acervo Especializado em Administração Pública e Gestão Governamental	TITULO ADQUIRIDO	UNIDADE	370,40	11,18
(P)	3194 Estudos/Pesquisas sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	5.000,00	3.333,11
(P)	3195 Promoção de Evento sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	3.463,33	448,80
(P)	3196 Edição e Distribuição de Publicações sobre Administração Pública e Gestão Governamental - Gestão Conhecimento	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	7,34	4,42
(P)	3534 Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal	PROJETO PREMIADO	UNIDADE	3.518,00	968,35
(A)	4065 Capacitação Continuada de Servidores Públicos	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	114,10	97,04
(A)	4066 Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública	GERENTE CAPACITADO	UNIDADE	348,25	123,57
(A)	4068 Formação Inicial para Carreiras do Serviço Público Federal	ALUNO MATRICULADO	UNIDADE	4.900,00	2.098,85
(A)	4072 Serviços de Hospedagem a Servidores em Treinamento	SERVIDOR HOSPEDADO	UNIDADE	3,93	2,51
(A)	6393 Intercâmbio com Instituições de Excelência em Gestão Pública	INTERCAMBIO REALIZADO	UNIDADE	1.040,00	663,71
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO					
Gerente em 31/12/2002: Janete Ortolani					
(A)	2070 Administração das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional	EMPRESA ALIENADA	UNIDADE	100.000,00	118.695,00
(P)	3183 Cadastramento dos Imóveis Localizados em Áreas de Domínio da União	IMÓVEL CADASTRADO	UNIDADE	68,39	104,14
(P)	3538 Desenvolvimento de Sistemas de Informações para Gestão do Patrimônio da União.	SISTEMA DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FISICA	71.128,33	70.000,00
(P)	3552 Privatização de Empresas de Pequeno e Médio Porte	EMPRESA PRIVATIZADA	UNIDADE	252.800,00	Não aplicável
(A)	4063 Administração do Patrimônio Imobiliário da União	IMÓVEL ADMINISTRADO	UNIDADE	8,30	8,31
(A)	4069 Liquidação ou Extinção de Entidades Públicas Federais	ENTIDADE LIQUIDADA/EXTINTA	UNIDADE	386.060,20	Não aplicável
(A)	4078 Sistema de Informações para Gestão do Patrimônio da União	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	3.083.940,00	3.064.895,00
(A)	6435 Depuração dos Registros da Base Cadastral dos Imóveis da União	REGISTRO DEPURADO	UNIDADE	10,31	4,48
(A)	6507 Manutenção do Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais	CADASTRO MANTIDO	UNIDADE	5,18	5,75
(P)	7559 Alienação de Imóveis da União	IMÓVEL ALIENADO	UNIDADE	913,11	677,32
(P)	7561 Demarcação de Imóveis da União ao Longo do Litoral e às Margens dos Rios Federais	IMÓVEL DEMARCADO	UNIDADE	3.731,27	3.119,92
(OA)	9457 DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS PARA PROJETOS SOCIAIS	imóvel destinado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9458 REVISÃO DO SISTEMA JURÍDICO-LEGAL REFERENTE À GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL					
Gerente em 31/12/2002: Ariel Cecílio Garces Pares					
(P)	1593 Estudo para Aperfeiçoamento do Modelo de Gestão do Plano Plurianual	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	2.157.300,00	Não aplicável
(P)	1757 Desenvolvimento do Plano Plurianual 2004-2007	PLANO ELABORADO	% DE EXECUCAO FISICA	43.873,08	39.076,92
(P)	3187 Estudos para o Aperfeiçoamento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	5.200.000,00	2.600.000,00
(A)	4251 Desenvolvimento de Gerenciamento de Grupos de Programas	METODOLOGIA DESENVOLVIDA	UNIDADE	100.000,00	49.197,00

P - Projeto A - Atividade

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.057

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL					
Gerente em 31/12/2002: Ariel Cecílio Garces Pares					
(A)	4254 Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual - SIGPLAN	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	900.000,00	597.956,00
(A)	4255 Sistema de Informações para o Georreferenciamento das Ações do Plano Plurianual	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	250.000,00	11.999,00
(A)	4505 Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual	PROGRAMA GERIDO	UNIDADE	10.366,55	10.323,66
(OA)	9469 NORMALIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
0795 GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO					
Gerente em 31/12/2002: Pedro Luiz Delgado Noblat					
(OE)	0347 Contribuição à Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3189 Desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR	SISTEMA DESENVOLVIDO	% DE EXECUCAO FISICA	111.033,33	277.583,33
(A)	4090 Coordenação do Processo Orçamentário	ORÇAMENTO ELABORADO	UNIDADE	1.942.422,00	919.927,00
(A)	4557 Sistemas Informatizados de Planejamento e Orçamento Público Federal	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	19.889.600,00	18.619.381,00
(OA)	9459 CONTROLE E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	orçamento controlado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9460 ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9461 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E RESULTADOS COM VISTAS AO CONTROLE SOCIAL			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9462 ELABORAÇÃO E CONTROLE DO ORÇAMENTO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9463 INTERCÂMBIO COM FOROS INTERNACIONAIS DE ECONOMIA E GESTÃO			Não aplicável	Não aplicável
0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA					
Gerente em 31/12/2002: Maria Marlene Almeida					
(OE)	0533 Alocação e Remanejamento de Cargos e Funções no âmbito do Poder Executivo	SERVIDOR PAGO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1729 Avaliação de Modelos Organizacionais e dos Sistemas de Gestão Implantados na Administração Pública Federal	MODELO AVALIADO	UNIDADE	9.400,00	Não aplicável
(P)	1751 Implantação do Sistema de Divulgação de Melhores Práticas de Gestão na Administração Pública	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	15.000,00	Não aplicável
(P)	3184 Edição e Distribuição de Publicação sobre Administração Pública e Gestão Governamental	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	5,64	4,55
(P)	3185 Promoção de Eventos para Sensibilização e Mobilização das Organizações para Gestão Empreendedora de Programas	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	10.555,56	5.770,59
(P)	3530 Assistência Técnica à Implantação de Gestão Empreendedora em Organizações	ORGANIZACAO ASSISTIDA	UNIDADE	1.501.120,67	177.236,36
(P)	3546 Implantação de Metodologias de Gerenciamento de Programas	METODOLOGIA IMPLANTADA	UNIDADE	145.722,82	483.333,33
(P)	3550 Mobilização e Capacitação dos Gerentes de Programas	GERENTE CAPACITADO	UNIDADE	1.375,00	Não aplicável
(A)	4075 Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	420.000,00	420.000,00
(OA)	9454 REVISÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL PARA A GESTÃO DE PROGRAMAS			Não aplicável	Não aplicável
8002 GOVERNO ELETRÔNICO					
Gerente em 31/12/2002: Ney Gilberto Leal					
(P)	3543 Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede Governo	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	357.413,33	549.117,75
(P)	3549 Integração de Sistemas Informatizados do Governo Federal	INTEGRACAO REALIZADA	% DE EXECUCAO FISICA	626.332,40	431.413,00

P - Projeto

A - Atividade

1.058

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**8002 GOVERNO ELETRÔNICO**

Gerente em 31/12/2002: Ney Gilberto Leal

(P)	3553 Promoção do Uso de Sistemas de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1.845.548,00	122.500,00
(A)	4305 Elaboração de Plano de Universalização do Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico	PLANO ELABORADO	UNIDADE	498.072,00	Não aplicável
(A)	4323 Capacitação de Agentes Envolvidos no Programa Governo Eletrônico	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	856,69	190.322,58
(A)	4537 Certificação Digital	CERTIFICADO EMITIDO	UNIDADE	0,14	3.119,01
(A)	4539 Fiscalização e Auditoria dos Provedores de Serviços de Certificação Digital	FISCALIZAÇÃO/AUDITORIA REALIZADA	UNIDADE	63.125,00	5.434,73
(P)	5051 Instalação de Pontos de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico	PONTO DE ACESSO INSTALADO	UNIDADE	1.444,60	Não aplicável
(P)	5369 Implantação da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil	AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ IMPLANTADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	196.470,59	41.932,46

0797 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Gerente em 31/12/2002: Roberto Borges Martins

(P)	1070 Estudos e Pesquisas Voltados à Qualidade e Produtividade	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	18.000,00	Não aplicável
(A)	2217 Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	29.411,76	66.666,67
(A)	2220 Estudos e Pesquisas Voltados ao Planejamento e Orçamento	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	3.379,31	Não aplicável
(A)	2221 Acompanhamento e Análise de Conjuntura	BOLETIM PUBLICADO	UNIDADE	8.000,00	Não aplicável
(A)	2222 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	AVALIACAO REALIZADA	UNIDADE	78.333,33	82.742,33
(A)	2663 Difusão de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas	EXEMPLAR EDITADO	UNIDADE	3.529,41	706,05
(P)	3590 Estudos da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	122.500,00	425.867,50
(P)	3597 Implantação do Sistema Informatizado da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FÍSICA	130.285,71	83.793,63

0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS

Gerente em 31/12/2002: Sergio Besserman Vianna

(P)	7547 Pesquisa de Orçamentos Familiares	PESQUISA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	30.034,84	29.493,00
(OA)	9464 INFORMAÇÕES SOBRE ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL	informação disponibilizada	unidade	163.699,60	Não aplicável
(P)	1779 Censo Agropecuário	CENSO CONCLUÍDO	% DE EXECUCAO FÍSICA	8.844,00	Não aplicável
(P)	1791 Implantação da Pesquisa Mensal de Emprego Nacional	PROJETO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	42.882,05	41.909,23
(P)	1793 Implantação do Índice de Preços ao Produtor	ÍNDICE DE PREÇOS AO PRODUTOR IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1795 Pesquisa de Economia Informal Urbana	PESQUISA REALIZADA	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2228 Pesquisas Estruturais da Área Sócio-Demográfica	RESULTADO DIVULGADO	UNIDADE	441.972,89	439.369,11
(A)	2230 Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	1,61	0,30
(A)	2236 Sistema Informatizado de Dados Estatísticos	SISTEMA DE INFORMATICA MANTIDO	UNIDADE	9.561.441,00	7.876.746,00
(A)	2665 Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	617,29	550,89
(A)	4227 Pesquisas Conjunturais	RESULTADO DIVULGADO	UNIDADE	74.551,96	61.341,35

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.059

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão					
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS					
Gerente em 31/12/2002: Sergio Besserman Vianna					
(A)	4228 Pesquisas Estruturais da Área Econômica	RESULTADO DIVULGADO	UNIDADE	116.946,79	203.054,31
0759 NACIONAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO					
Gerente em 31/12/2002: Elisa Gonçalves Martins					
(P)	1195 Mobilização para a Desburocratização	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	46.250,00	12.333,33
(P)	5562 Revisão de Normas e Procedimentos para a Desburocratização	NORMA REVISADA	UNIDADE	8.306,10	3.336,05
(P)	5564 Avaliação das Medidas de Desburocratização	AVALIACAO REALIZADA	UNIDADE	150.000,00	Não aplicável
(OA)	9446 COOPERAÇÃO COM ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA DESBUROCRATIZAÇÃO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
0793 QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO					
Gerente em 31/12/2002: Paulo Daniel Barreto Lima					
(A)	2653 Avaliação de Padrões de Qualidade de Atendimento ao Cidadão	ORGANIZACAO AVALIADA	UNIDADE	1.285,71	Não aplicável
(P)	3188 Mobilização das Organizações Públicas para a Qualidade	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	10.833,33	Não aplicável
(P)	3551 Pesquisas de Satisfação do Usuário	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	234.190,00	Não aplicável
(P)	3606 Implantação de Atendimento ao Cidadão em Centros Integrados	ATENDIMENTO IMPLANTADO	UNIDADE	100.000,00	25.000,00
(P)	7865 Promoção da Auto - Avaliação da Gestão Pública com Base em Critérios de Excelência	ORGANIZACAO AUTO-AVALIADA	UNIDADE	892,26	1.503,76
(OA)	9455 NORMAS TÉCNICAS PARA AFERIÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9456 ESTUDOS PARA DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO COM O CIDADÃO	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO					
Gerente em 31/12/2002: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos					
(OE)	0001 Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento - CAF	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0402 Integralização de Cotas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0403 Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0538 Integralização de Cotas do Fundo para Operações Especiais - FOE	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0539 Integralização de Cotas do Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0540 Integralização de Cotas da Corporação Interamericana de Investimentos - CII	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0541 Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0542 Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0543 Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0544 Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento - AID	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0545 Integralização de Cotas da Agência Multilateral de Garantia ao Investimento - MIGA	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2649 Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Privados.	PROJETO FINANCIADO	UNIDADE	40.000,00	Não aplicável
(P)	3192 Treinamento de Técnicos dos Órgãos Executores de Projetos com Financiamento Externo	TECNICO CAPACITADO	UNIDADE	299,93	238,89
(P)	3548 Implantação de Rede de Informações e Serviços ao Investidor	REDE IMPLANTADA	% DE EXECUCAO FISICA	55.319,15	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.060

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Gerente em 31/12/2002: Luiz Antônio Athayde Vasconcelos

(A)	4506 Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais	PROJETO FINANCIADO	UNIDADE	83.741,69	33.897,22
(P)	7889 Engenharias Financeiras para a Viabilização de Programas Estratégicos	PROJETO VIABILIZADO FINANCEIRAMENT E	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9470 ESTUDO PARA ESTABELECIMENTO DE ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0798 REDUÇÃO DE CUSTOS NA AQUISIÇÃO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS

Gerente em 31/12/2002: Renata Maria Paes de Vilhena

(P)	3537 Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA	70.200,00	57.522,28
(P)	3554 Revisão do Sistema Jurídico-Legal Relativo à Aquisição de Bens, Obras e Serviços	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4070 Normas para Padronização e Modularização de Bens, Obras e Serviços	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4077 Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	8.661.467,00	7.624.799,00
(A)	4252 Informatização de Processos Administrativos	PROCESSO INFORMATIZADO	UNIDADE	2.135.484,50	1.742.249,25
(OA)	9465 INVENTÁRIO E REGULARIZAÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO	obra inventariada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9466 CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BASE DE ÍNDICES DE CUSTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS	base de índice consolidada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9467 NORMAS PARA RACIONALIZAÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE

Gerente em 31/12/2002: Joaquim Batista de Araujo

(P)	1599 Implementação de Projetos para a Melhoria do Desempenho Fiscal da Administração Pública	TRIBUNAL DE CONTAS ATENDIDO	UNIDADE	4.270,57	Não aplicável
(P)	1601 Cooperação para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal	MUNICIPIO ASSISTIDO	UNIDADE	701,68	383,34
(P)	1745 Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios	PORTAL DESENVOLVIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1777 Avaliação do Impacto da Implantação da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal	ESTUDO REALIZADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	43.816,00	Não aplicável
(A)	2661 Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9511 MONITORAMENTO DO DESEMPENHO DE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	empresa monitorada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9512 ESTUDO PARA IDENTIFICAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES VISANDO O EQUILÍBRIO DAS PREVIDÊNCIAS PÚBLICA E PRIVADA	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos

(OE)	0623 Pagamento de Pessoal Decorrente de Provéimentos por meio de Concursos Públicos no Âmbito do Poder Executivo	SERVIDOR PAGO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0707 Reestruturação de Cargos e Carreiras no Âmbito do Poder Executivo	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1002 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	1.208,61	1.168,85
(P)	1765 Implantação das Gerências Regionais de Administração de Pessoal - GERAP	GERENCIA IMPLANTADA	UNIDADE	600.000,00	348.231,00
(P)	1771 Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	418.604,65	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			298,18	538,18

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.061

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

4700 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**0791 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO**

Gerente em 31/12/2002: José Antonio dos Santos

(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			829,14	1.027,18
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados			722,66	1.173,88
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados			1.092,83	2.111,76
(A)	2078 Vale-transporte ao Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	469,81	Não aplicável
(A)	2079 Auxílio Refeição ao Pessoal Ativo de Extintos Estados e Territórios	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	998,37	Não aplicável
(A)	2267 Assistência Médica do Serviço Exterior	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	5.752,43	Não aplicável
(A)	2655 Profissionalização dos Técnicos e Gerentes de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC	GERENTES E TECNICOS ESPECIALIZADOS/TITULADOS	UNIDADE	1.357,78	142,19
(A)	2833 Auxílio-Creche aos Extintos Estados e Territórios	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	620,00	Não aplicável
(P)	3186 Edição e Distribuição de Informações Gerenciais sobre Gestão de Recursos Humanos	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	13,54	4,49
(P)	3535 Concessão de Bolsas no Âmbito dos Cursos de Formação para Gestores Governamentais e Analistas de Planejamento e Orçamento	BOLSA CONCEDIDA	UNIDADE	7.266,67	2.646,86
(P)	3542 Formação Básica para Servidores Públicos Federais - FORMAR	SERVIDOR FORMADO	UNIDADE	1,40	3,73
(A)	4064 Auditoria na Área de Recursos Humanos	ORGAO AUDITADO	UNIDADE	4.000,00	854,70
(A)	4073 Sistema de Informações Gerenciais de Recursos Humanos	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	1.418.000,00	1.418.000,00
(A)	4076 Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	62.851.006,00	61.811.365,00
(A)	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			601,15	692,15
(A)	6011 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes dos Extintos Estados e Territórios	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	206,98	Não aplicável
(OA)	9449 CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	norma consolidada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9450 APERFEIÇOAMENTO DO CADASTRO DE PESSOAL CIVIL DA UNIÃO	cadastro aperfeiçoado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9451 ESTUDO PARA ESTABELECER ESTRATÉGIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIDORES	estudo realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9452 REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS PARA A INCORPORAÇÃO DA POLIVALÊNCIA	carreira reestruturada	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9453 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO VINCULADOS A RESULTADOS	sistema implantado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável

3800 Ministério do Trabalho e Emprego**0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**

Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly

(OE)	0554 Ressarcimento a Empregadores não Optantes pelo Benefício Fiscal Previsto nas Leis nº 6.321, de 1976 e 6.542, de 1978	EMPRESA BENEFICIADA	UNIDADE	266,67	Não aplicável
(OE)	0581 Pagamento do Benefício Abono Salarial	TRABALHADOR BENEFICIADO	UNIDADE	250,82	200,89
(P)	1452 Campanha para Divulgação do Calendário do Abono Salarial	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	1.500.000,00	Não aplicável
(P)	1906 Campanha para Conscientização da Importância da Declaração da Relação Anual de Informações Sociais	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	3.500.000,00	Não aplicável
(P)	1908 Campanha de Divulgação sobre Alimentação do Trabalhador	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	600.000,00	Não aplicável
(P)	1917 Promoção de Eventos Educativos sobre Alimentação do Trabalhador	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	20.641,00	Não aplicável
(A)	2621 Sistema de Informações para Atualização da Relação Anual de Informações Sociais	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	10.529.570,00	8.373.090,00

P - Projeto

A - Atividade

1.062

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3800 Ministério do Trabalho e Emprego**0100 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR**

Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Pères Torelly

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A) 2627 Remuneração de Agentes Pagadores do Abono Salarial	BENEFICIO PAGO UNIDADE	2,37	1,90
(A) 4407 Identificação do Trabalhador com Direito ao Abono Salarial	TRABALHADOR IDENTIFICADO UNIDADE	2,34	2,01
(OA) 9030 AUXÍLIO-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO A TRABALHADORES DE EMPRESAS BENEFICIADOS PELAS LEIS Nº 6.321/76 E 6.542/78	trabalhador beneficiado unidade	224,21	Não aplicável
(OA) 9031 AUXÍLIO-TRANSPORTE A TRABALHADORES COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	trabalhador beneficiado unidade	190,67	Não aplicável
(OA) 9032 CARTÃO DO TRABALHADOR	cartão disponibilizado unidade	10,00	Não aplicável

0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE

Gerente em 31/12/2002: Gláuber Maciel Santos

(P) 1911 Campanha Educativa de Esclarecimento sobre Formas de Trabalho Degradante	CAMPANHA REALIZADA UNIDADE	600.000,00	Não aplicável
(A) 2629 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante	FISCALIZACAO REALIZADA UNIDADE	35.714,29	26.508,53
(OA) 9042 NORMAS PARA DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE	norma publicada unidade	Não aplicável	Não aplicável

0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi

(A) 2597 Assistência Técnica ao Empreendedor	EMPREENDEDOR ASSISTIDO UNIDADE	94,44	388,62
(A) 2632 Controle de Empreendimentos Financiados	LAUDO TECNICO EMITIDO UNIDADE	29,44	194,16
(P) 5411 Campanha Informativa sobre Ações de Geração de Emprego e Renda	CAMPANHA REALIZADA UNIDADE	1.750.000,00	Não aplicável
(P) 5508 Pesquisa para Avaliação do Programa de Geração de Emprego e Renda	PESQUISA PUBLICADA UNIDADE	1.000.000,00	Não aplicável
(P) 5570 Capacitação Gerencial de Empreendedores Financiados	EMPREENDEDOR CAPACITADO UNIDADE	130,06	282,13
(OA) 9035 CONCESSÃO DE CRÉDITO A COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO	operação contratada unidade	79.066,67	Não aplicável
(OA) 9036 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES URBANOS	operação contratada unidade	9.509,00	Não aplicável
(OA) 9037 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	operação contratada unidade	7.466,12	Não aplicável
(OA) 9038 CONCESSÃO DE CRÉDITO A COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUÇÃO	operação contratada unidade	52.603,81	Não aplicável
(OA) 9039 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES URBANOS	operação contratada unidade	4.813,01	Não aplicável
(OA) 9040 CONCESSÃO DE CRÉDITO A MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	operação contratada unidade	8.252,19	Não aplicável

0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO

Gerente em 31/12/2002: Leonardo José Rolim Guimarães

(P) 1277 Pesquisas sobre Emprego e Desemprego - PED	PESQUISA PUBLICADA UNIDADE	862.142,86	825.000,00
(P) 1461 Estudos e Pesquisas na Área do Trabalho	ESTUDO/PESQUISA UNIDADE	1.840.000,00	868.392,43
(A) 2631 Coordenação e Manutenção do Fundo de Amparo ao Trabalhador	-	Não aplicável	Não aplicável
(P) 5413 Estudos para Avaliação e Harmonização das Políticas de Trabalho e Emprego	ESTUDO REALIZADO UNIDADE	1.833.333,33	192.907,08

0415 JOVEM EMPREENDEDOR

Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3800 Ministério do Trabalho e Emprego**0415 JOVEM EMPREENDEDOR**

Gerente em 31/12/2002: Rogério Nagamine Costanzi

(P)	3839	Implementação do Projeto Amanhã	JOVEM CAPACITADO	UNIDADE	1.461,44	Não aplicável
(P)	5417	Capacitação de Jovens para Inserção no Mercado de Trabalho	JOVEM CAPACITADO	UNIDADE	150,00	3.846,15
(OA)	9360	CONCESSÃO DE CRÉDITO A JOVENS RECÉM-FORMADOS	operação contratada	unidade	4.331,34	Não aplicável
(OA)	9361	CONCESSÃO DE CRÉDITO A JOVENS EMPREENDEDORES	operação contratada	unidade	4.266,58	Não aplicável

0099 NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO

Gerente em 31/12/2002: Rodolfo Péres Torelly

(OE)	0217	Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso	TRABALHADOR BENEFICIADO	UNIDADE	1.147,67	116,54
(OE)	0583	Pagamento do Seguro-Desemprego	TRABALHADOR BENEFICIADO	UNIDADE	1.365,02	1.246,55
(OE)	0653	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico	TRABALHADOR DOMESTICO BENEFICIADO	UNIDADE	579,61	9.770,36
(A)	2550	Captação de Vagas e Colocação do Trabalhador no Mercado de Trabalho	TRABALHADOR COLOCADO	UNIDADE	112,54	107,72
(A)	2615	Remuneração de Agentes Pagadores do Seguro-Desemprego	DOCUMENTO DE PAGAMENTO EMITIDO	UNIDADE	2,14	2,17
(A)	2624	Sistema de Informações sobre Empregados e Desempregados	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	27.555.728,00	27.274.332,00
(A)	2633	Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego	TRABALHADOR HABILITADO	UNIDADE	6,72	6,33
(A)	4235	Sistema de Processamento de Dados do Seguro-Desemprego	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	67.052.648,00	62.763.285,00
(P)	5101	Capacitação de Gestores, Técnicos e Usuários de Informações na Área do Trabalho	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	1.250,00	Não aplicável
(P)	5415	Campanha Informativa sobre a Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	500.000,00	Não aplicável
(A)	6489	Sistema de Integração das Ações de Qualificação Profissional, Intermediação do Emprego e Seguro-Desemprego	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	28.161.094,00	28.161.094,00

0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR

Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias

(P)	1281	Qualificação de Policiais Cíveis e Militares	POLICIAL QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	278,32
(P)	1463	Avaliação dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional	PROGRAMA AVALIADO	UNIDADE	427.832,89	181.624,83
(A)	4421	Supervisão Técnico-Operacional das Ações de Qualificação Profissional	SUPERVISAO REALIZADA	UNIDADE	155.555,56	Não aplicável
(A)	4423	Formulação de Políticas de Qualificação Profissional	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5405	Qualificação para Pequenos e Microempreendedores	EMPREENDEDOR QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	192,25
(P)	5418	Campanha Informativa sobre Qualificação Profissional do Trabalhador	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	400.000,00	Não aplicável
(P)	5420	Qualificação de Agentes de Turismo nos Municípios	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	144,14	252,81
(P)	5421	Qualificação de Cuidadores de Idosos	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	144,00	310,29
(P)	5422	Qualificação de Jovens em Risco Social	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	157,50	231,78
(P)	5423	Qualificação de Pessoas Portadoras de Deficiência e de Atendentes de Pessoas Portadoras de Deficiência	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	144,02	246,87
(P)	5424	Qualificação de Trabalhadores Autônomos ou Autogestionados	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	173,51
(P)	5425	Qualificação de Trabalhadores da Área da Cultura	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	360,77

P - Projeto

A - Atividade

1.064

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3800 Ministério do Trabalho e Emprego**0101 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR**

Gerente em 31/12/2002: Carmen Rocha Dias

(P)	5426	Qualificação de Trabalhadores Desocupados	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	161,98
(P)	5427	Qualificação de Trabalhadores sob Risco de Desocupação	TRABALHADOR QUALIFICADO	UNIDADE	144,00	159,46

0102 TRABALHO LEGAL

Gerente em 31/12/2002: Leonardo Soares de Oliveira

(P)	1464	Estudo para Revisão da Metodologia de Codificação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	3.238.403,00	3.208.933,00
(P)	1467	Reaparelhamento e Modernização das Unidades Regionais	UNIDADE MODERNIZADA	UNIDADE	793.057,26	121.347,18
(A)	2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	TRABALHADOR IDENTIFICADO	UNIDADE	1,68	0,51
(A)	2598	Melhoria do Atendimento ao Trabalhador e Orientações Trabalhistas	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	1,71	2,66
(A)	2603	Mediação de Relações Trabalhistas	MEDIACAO REALIZADA	UNIDADE	42,59	41,41
(A)	2619	Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	4.629.334,26	4.022.027,07
(A)	2623	Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	5.695.052,00	5.573.444,00
(A)	2628	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	81,28	59,48
(A)	4223	Formação Continuada de Auditores-Fiscais do Trabalho	AUDITOR-FISCAL CAPACITADO	UNIDADE	524,04	369,28
(A)	4245	Distribuição da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	UNIDADE	22,72	0,44
(P)	5416	Campanha de Divulgação da Central de Atendimento - ALÔ TRABALHO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	2.000.000,00	1.958.657,00
(P)	5428	Implantação do Sistema Informatizado de Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	227.486,09	186.250,19
(P)	5537	Capacitação de Mediadores e Negociadores em Relações Trabalhistas	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	7.200,00	862,10
(OA)	9033	INTERCÂMBIO COM OUTRAS ÁREAS DE FISCALIZAÇÃO DO GOVERNO PARA APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO FISCAL	intercâmbio realizado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9034	NORMAS SOBRE RELAÇÕES DO TRABALHO	norma publicada	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL

Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior

(A)	2545	Avaliação de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador	LAUDO EMITIDO	UNIDADE	794,12	641,81
(A)	2605	Normas sobre Segurança e Saúde do Trabalhador	NORMA PUBLICADA	UNIDADE	199.426,40	195.912,80
(A)	2617	Serviços de Análise Laboratorial em Segurança e Saúde do Trabalhador	ANALISE REALIZADA	UNIDADE	187,90	116,45
(A)	2618	Serviços de Informações sobre Segurança e Saúde do Trabalhador	USUARIO ATENDIDO	UNIDADE	10,65	7,10
(A)	2690	Inspeção dos Ambientes e Condições de Trabalho	INSPECAO REALIZADA	UNIDADE	10,23	12,80
(A)	4231	Formação Continuada de Técnicos em Segurança e Saúde do Trabalhador	TECNICO CAPACITADO	UNIDADE	915,96	620,91
(P)	5404	Promoção de Eventos Educativos sobre Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	22.759,80	8.839,24
(P)	5568	Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CANPAT	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	64.285,71	58.233,18
(OA)	9041	ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	acordo firmado	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1444	Pesquisa para Desenvolvimento de Sistemas, Métodos e Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva do Trabalhador	PESQUISA PUBLICADA	UNIDADE	195.000,00	180.378,60
(P)	1445	Estudos e Pesquisas para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho	ESTUDO/PESQUIS A	UNIDADE	132.965,07	89.907,73

P - Projeto

A - Atividade

1.065

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

3800 Ministério do Trabalho e Emprego

0105 TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL

Gerente em 31/12/2002: Juarez Correia Barros Júnior

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 1446 Edição e Distribuição de Publicações Técnico-Científicas, Didáticas e Institucionais sobre Segurança e Saúde do Trabalhador	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	6,82	2,62
(P) 1447 Campanha para Divulgação de Informações sobre Segurança e Saúde do Trabalhador	CAMPANHA REALIZADA	350.729,67	523.970,00
(P) 1448 Produção e Distribuição de Material Audiovisual Didático Técnico-Científico e Institucional sobre Segurança e Saúde do Trabalhador	EXEMPLAR DISTRIBUIDO	106,03	38,59
(P) 1449 Capacitação de Profissionais em Segurança e Saúde do Trabalhador	PROFISSIONAL CAPACITADO	81,21	79,77
(P) 1450 Modernização do Sistema de Informações sobre Segurança e Saúde no Trabalho	SISTEMA MODERNIZADO	% DE EXECUCAO FISICA 43.250,00	33.156,56

3900 Ministério dos Transportes

0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan

(P) 1305 Melhoramentos no Porto de Vila do Conde (PA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	46.088,10	Não aplicável
(P) 1547 Construção de Eclusa de Lajeado no Rio Tocantins	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.480.000,00	Não aplicável
(P) 1953 Execução de Obras de Infra-estrutura - Porto de Vila do Conde (PA)			Não aplicável	Não aplicável
(P) 3269 Dragagem no Porto de Belém (PA)	DRAGAGEM REALIZADA	MIL M³	3.036,88	Não aplicável
(P) 3337 Execução de Obras de Infra-estrutura no Porto de Belém	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	56.077,31	Não aplicável
(P) 3516 Recuperação da Infra-estrutura do Terminal de Combustíveis de Miramar (PA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	10.000,00	Não aplicável
(P) 5317 Construção da Alça Viária do Sistema Integrado de Transporte do Estado do Pará	TRECHO PAVIMENTADO	KM	412.727,27	Não aplicável
(P) 5344 Construção de Trechos Ferroviários no Corredor Araguaia-Tocantins	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	3.323.400,00	Não aplicável
(P) 5693 Realização de Obra de Contenção de Talude no Porto de Vila do Conde (PA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	162.629,00	Não aplicável
(P) 5694 Ampliação do Pier N° 2 do Porto de Vila do Conde (PA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	3.569,00	Não aplicável
(P) 5710 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins	TRECHO PAVIMENTADO	KM	214.398,49	Não aplicável
(P) 5718 Construção de Pontes no Corredor Araguaia-Tocantins	PONTE CONSTRUÍDA	M	82.213,74	Não aplicável
(P) 5730 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins	TRECHO ADEQUADO	KM	465.433,12	Não aplicável
(P) 5741 Adequação de Travessias Urbanas no Corredor Araguaia-Tocantins	TRAVESSIA ADEQUADA	KM	497.777,78	Não aplicável
(P) 5749 Implantação de Hidrovias no Corredor Araguaia-Tocantins	HIDROVIA IMPLANTADA	KM	53.191,49	Não aplicável
(P) 5750 Construção de Eclusas de Tucuruí	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	4.875.000,00	Não aplicável
(P) 5772 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins			Não aplicável	Não aplicável
(P) 5805 Construção de Viadutos no Corredor Araguaia-Tocantins	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	% DE EXECUCAO FISICA	70.000,00	Não aplicável
(P) 5819 Adequação de Aneis Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins	ANEL ADEQUADO	KM	330.625,27	Não aplicável
(P) 5846 Infra-estrutura do Complexo Portuário do Estado do Pará	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(P) 5877 Ampliação do Porto de Itaqui	INSTALACAO PORTUARIA AMPLIADA	UNIDADE	1.022.000,00	Não aplicável
(OA) 9144 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	966.889,63	Não aplicável
(OA) 9145 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE ITAQUI (MA)	obra executada	% de execução física	806.800,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.066

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS**

Gerente em 31/12/2002: Roberto Zaidan

(OA)	9146 CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE XAMBIOÁ (TO) E ESTREITO (MA)	obra executada	% de execução física	4.497.500,00	Não aplicável
(OA)	9147 MA-106, CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO PORTO DA BASE DE ALCÂNTARA	trecho pavimentado - 15 km	km	Não aplicável	Não aplicável

0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE

Gerente em 31/12/2002: Irani Dutra de Siqueira

(P)	3332 Execução de Obras de Infra-estrutura - Porto de Macapá em Santana (AP)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	70.998,86	Não aplicável
(P)	5711 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Fronteira-Norte	TRECHO PAVIMENTADO	KM	331.115,80	425.819,67
(P)	5715 Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte	ANEL CONSTRUIDO	KM	329.259,26	Não aplicável
(P)	5888 Revitalização do Setor Comercial Portuário em Santana	PROJETO IMPLANTADO	UNIDADE	8.800.000,00	Não aplicável

0230 CORREDOR LESTE

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva

(P)	3025 Dragagem de Aprofundamento no Porto de Niterói			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3031 Dragagem de Aprofundamento no Porto de Angra dos Reis			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3271 Estudos e Projetos para a Racionalização da Operação Portuária no Porto de Vitória	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	65.000,00	88.173,71
(P)	3276 Execução de Obras de Infra-estrutura - Porto de Vitória	Obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3338 Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos - Porto de Sepetiba (RJ)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	316.728,55	7.486.554,55
(P)	3340 Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	286.755,05	Não aplicável
(P)	3341 Desapropriação para Expansão de Área no Porto de Sepetiba (RJ)	AREA DESAPROPRIADA	M²	15,05	Não aplicável
(P)	3503 Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	68.000,00	128.502,12
(P)	3508 Obras Complementares no Cais de Capuaba (ES)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	240.000,00	1.820.970,77
(P)	5637 Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Leste	CONTORNO CONSTRUIDO	KM	2.650.000,00	2.545.454,55
(P)	5704 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Leste	TRECHO PAVIMENTADO	KM	258.621,35	416.311,70
(P)	5721 Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Leste	ACESSO CONSTRUIDO	KM	234.500,00	Não aplicável
(P)	5725 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste	TRECHO ADEQUADO	KM	841.827,81	1.944.206,01
(P)	5731 Adequação de Anéis Rodoviários no Corredor Leste	ANEL ADEQUADO	KM	107.285,71	Não aplicável
(P)	5734 Adequação de Acessos Rodoviários no Corredor Leste	ACESSO ADEQUADO	KM	375.000,00	375.000,00
(P)	5742 Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Leste	TRECHO DUPLICADO	KM	1.946.638,55	1.955.189,66
(P)	5756 Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor Leste	TRECHO PAVIMENTADO	KM	400.000,00	Não aplicável
(P)	5789 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Leste	CONTORNO CONSTRUIDO	KM	294.090,91	Não aplicável
(P)	5796 Construção de Pontes no Corredor Leste	PONTE CONSTRUIDA	M	838.261,90	Não aplicável
(P)	5835 Adequação de Travessias Urbanas no Corredor Leste	TRAVESSIA ADEQUADA	KM	534.500,00	Não aplicável
(OA)	9103 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NA PONTA DE UBU (ES)	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9105 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.067

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0230 CORREDOR LESTE**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva

(OA)	9106 CONSTRUÇÃO DE PÁTIOS INTERMODAIS DO CORREDOR RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9107 CONSTRUÇÃO DO ANEL FERROVIÁRIO DE BELO HORIZONTE (MG)	trecho construído - 17 km	% de execução física	474.000,00	Não aplicável
(OA)	9108 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM - TERMINAL PONTA DE UBU (ES)	trecho construído - 140 km	% de execução física	1.400.000,00	Não aplicável
(OA)	9531 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PARA CONTÊINERES NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1079 Melhoramentos e Ampliação da Infra-estrutura Portuária	INSTALACAO PORTUARIA MELHORADA	UNIDADE	733.364,00	Não aplicável
(P)	1285 Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor Leste	CONTORNO ADEQUADO	KM	739.777,78	914.285,71
(P)	1905 Recuperação e Melhoramentos da Infra-estrutura Portuária	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	408.200,00	492.569,99
(P)	1909 Dragagem de Aprofundamento no Porto de Vitória	DRAGAGEM REALIZADA	MIL M³	7.500,00	Não aplicável
(P)	1915 Derrocagem no Porto de Vitória			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1921 Dragagem de Aprofundamento do Porto de Barra do Riacho			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1923 Ampliação do Porto de Barra do Riacho (ES)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	333.333,33	Não aplicável
(P)	1925 Modernização do Sistema de Balizamento e Sinalização Náutica do Porto de Vitória	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	8.955,22	Não aplicável
(P)	1927 Modernização do Sistema de Defensas Marítimas no Porto de Vitória			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1929 Construção de Berço para Embarcações de Apoio para Plataformas de Petróleo no Porto de Vitória			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1931 Construção de Berço para Carga de Elevado Peso Unitario			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1933 Implantação de Sistema de Tratamento de Resíduos e Controle de Poluição			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1935 Modernização e Construção de Infra-estrutura Portuária das Retroáreas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1959 Ampliação da Subestação Principal no Porto do Rio de Janeiro (RJ)			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1965 Construção do Pier de Graneis Líquidos no Porto de Sepetiba			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1995 Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro			Não aplicável	Não aplicável

0233 CORREDOR MERCOSUL

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva

(P)	1080 Modernização do Porto de Itajaí	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	80.000,00	Não aplicável
(P)	5019 Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.720.363,64	1.764.705,88
(P)	5243 Ampliação e Recuperação da Infra-estrutura Portuária do Porto de Paranaguá	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	69.095,00	Não aplicável
(P)	5249 Dragagem do Rio Tramandaí e Complexo Lagunar	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	525.000,00	Não aplicável
(P)	5251 Recuperação do Molhe do Porto de Imbituba	OBRA EXECUTADA	% DA EXECUCAO FISICA	80.000,00	Não aplicável
(P)	5301 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Mercosul	CONTORNO CONSTRUIDO	KM	120.500,00	Não aplicável
(P)	5581 Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Mercosul	CONTORNO CONSTRUIDO	KM	250.064,71	Não aplicável
(P)	5707 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul	TRECHO PAVIMENTADO	KM	223.473,93	474.060,30
(P)	5722 Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Mercosul	ACESSO CONSTRUIDO	KM	398.750,00	3.166.666,67
(P)	5727 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Mercosul	TRECHO ADEQUADO	KM	730.703,94	869.695,42

P - Projeto

A - Atividade

1.068

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0233 CORREDOR MERCOSUL**

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto La Selva

(P)	5737 Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor Mercosul	CONTORNO ADEQUADO	KM	1.404.928,57	1.351.243,78
(P)	5755 Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor do Mercosul	INTERLIGACAO CONSTRUIDA	KM	117.055,56	Não aplicável
(P)	5767 Modernização de Portos	INSTALACAO PORTUARIA MELHORADA	UNIDADE	4.180.000,00	Não aplicável
(P)	5785 Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Mercosul	ANEL CONSTRUIDO	KM	103.000,00	Não aplicável
(P)	5886 Dragagem e Aprofundamento do Canal da Hidrovia Porto Alegre/rio Grande	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	3.594.880,00	Não aplicável
(P)	7305 Melhoramento e Ampliação da Infra-estrutura do Porto de São Francisco do Sul	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	80.000,00	Não aplicável
(P)	7463 Recuperação das Instalações do Porto de Laguna	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	247.619,05	Não aplicável
(P)	7605 Melhoria da Navegação das Hidrovias do Corredor Mercosul	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	68.965,52	Não aplicável
(OA)	9125 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	trecho construído	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9126 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL INTERMODAL EM SANTA TEREZINHA DO ITAIPU (PR)	terminal construído	% de execução física	113.142,86	Não aplicável
(OA)	9127 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CASCAVEL - FOZ DO IGUAÇU	trecho construído - 179 km	% de execução física	2.342.857,14	Não aplicável
(OA)	9128 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CASCAVEL - GUAÍRA	trecho construído - 150 km	% de execução física	2.342.857,14	Não aplicável
(OA)	9129 CONSTRUÇÃO DE ACESSO FERROVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	trecho construído - 21 km	% de execução física	348.571,43	Não aplicável
(OA)	9130 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL NO TRECHO LAJES - ROCA SALES - GENERAL LUZ (SC)	trecho recuperado - 395 km	% de execução física	2.437.800,00	Não aplicável
(OA)	9131 CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO TERMINAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	trecho construído - 23 km	km	131.428,57	Não aplicável
(OA)	9132 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO GUAÍRA - CIANOORTE (PR)	trecho construído - 102 km	% de execução física	1.530.000,00	Não aplicável
(OA)	9133 ADAPTAÇÃO DE PARTE DO TERMINAL DE GRÃOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	obra executada	% de execução física	100.000,00	Não aplicável

0235 CORREDOR NORDESTE

Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone

(P)	1301 Dragagem do Berço Interno do Pier Petroleiro do Porto de Maceió	DRAGAGEM REALIZADA	MIL M³	35.714,29	Não aplicável
(P)	1307 Recuperação do Porto de Fortaleza (CE)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	24.934,00	Não aplicável
(P)	1309 Ampliação da Área Própria do Porto de Fortaleza (CE) - 120 mil m²	AREA ADQUIRIDA	M²	15,63	Não aplicável
(P)	1889 Obras Civas para o Aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	61.538,46	Não aplicável
(P)	1893 Modernização do Sistema de Iluminação Elétrica do Porto de Fortaleza	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	10.000,00	Não aplicável
(A)	2747 Dragagem de Manutenção no Porto de Fortaleza	DRAGAGEM REALIZADA	MIL M³	3.951,89	Não aplicável
(P)	3033 Instalação de Defensas no Porto de Maceió			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3057 Revitalização de Armazéns do Cais do Porto de Recife, para Promoção de Turismo			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3061 Implantação de Sistema de Tratamento de Resíduos e Controle de Poluição			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3065 Implantação de Sistema de Informação no Porto de Maceió			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3069 Implantação do Sistema de Defensas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3255 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária - Terminal Salineiro de Areia Branca - (RN)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	454.545,45	Não aplicável
(P)	3258 Melhoramento das Instalações Portuárias - Porto de Recife - PE	Instalação recuperada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.069

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0235 CORREDOR NORDESTE**

Gerente em 31/12/2002: Lucia Helena de Souza Gnone

(P)	3296 Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária	ESTUDO REALIZADO	%	10.869,57	Não aplicável
(P)	3736 Melhoria da Navegação da Hidrovia do Parnaíba			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3748 Construção das Eclusas de Boa Esperança no Rio Parnaíba			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3758 Construção do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Luiz Correa			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5065 Melhoramento das Instalações Portuárias do Porto de Recife - PE			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5311 Complementação e Melhoramento do Porto de Suape	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.312.540,00	Não aplicável
(P)	5312 Complexo Portuário do Porto de Pecém	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	3.644.444,44	Não aplicável
(P)	5327 Construção de Interligações Rodoviárias no Corredor Nordeste	TRECHO PAVIMENTADO	KM	400.000,00	Não aplicável
(P)	5388 Recuperação do Porto de Cabedelo	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	400.000,00	Não aplicável
(P)	5490 Derrocagem no Porto de Fortaleza (CE)	DERROCAGEM REALIZADA	M³	350,06	Não aplicável
(P)	5597 Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	400.000,00	Não aplicável
(P)	5687 Recuperação do Pier Petroleiro e Cais Comercial no Porto de Mucuripe (CE)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	19.230,77	Não aplicável
(P)	5688 Construção de Subestações no Porto de Fortaleza (CE)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	76.923,08	Não aplicável
(P)	5689 Recuperação do Molhe de Proteção do Porto de Maceió	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	171.350,57	Não aplicável
(P)	5708 Construção de Trechos Rodoviários do Corredor Nordeste	TRECHO PAVIMENTADO	KM	412.263,99	Não aplicável
(P)	5714 Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Nordeste	ANEL CONSTRUÍDO	KM	400.000,00	Não aplicável
(P)	5728 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste	TRECHO ADEQUADO	KM	765.672,94	Não aplicável
(P)	5733 Adequação de Pontes no Corredor Nordeste	PONTE CONSTRUÍDA	M	21.373,58	Não aplicável
(P)	5792 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Nordeste	CONTORNO CONSTRUÍDO	KM	7.100.000,00	Não aplicável
(P)	5799 Construção de Pontes no Corredor Nordeste	PONTE CONSTRUÍDA	M	7.237,09	Não aplicável
(P)	5849 Construção de Ferrovias no Corredor Nordeste	TRECHO FERROVIARIO CONSTRUÍDO	KM	977.777,78	Não aplicável
(P)	5864 Melhoramento das Instalações do Porto de Natal	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	433.310,64	Não aplicável
(OA)	9134 CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS NO CORREDOR NORDESTE	TRECHO FERROVIARIO CONSTRUÍDO	KM	9.461.063,33	Não aplicável
(OA)	9135 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	trecho recuperado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9136 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE MOSSORÓ (RN) - SOUZA (PB)	trecho recuperado - 242 km	% de execução física	3.143.000,00	Não aplicável
(OA)	9137 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CRATEÚS - PIQUET CARNEIRO (CE)	trecho construído - 179 km	% de execução física	4.037.300,00	Não aplicável
(OA)	9138 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS DE GRÃOS EM SANTA FILOMENA E TERESINA (PI)	obra executada	% de execução física	286.906,98	Não aplicável
(OA)	9139 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE RECIFE - SALGUEIRO (PE)	trecho recuperado - 595 km	% de execução física	4.853.700,00	Não aplicável
(OA)	9140 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL ENTRE CRATEÚS (CE) - ALTOS (PI) - TERESINA (PI)	trecho recuperado - 296 km	% de execução física	2.426.850,00	Não aplicável

0236 CORREDOR OESTE-NORTE

Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha

(P)	3334 Recuperação do Pier nº 1 do Porto de Santarém (PA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	65.031,33	Não aplicável

P - Projeto A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.070

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0236 CORREDOR OESTE-NORTE**

Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha

(P)	5709 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte	TRECHO PAVIMENTADO	KM	449.370,87	2.242.769,87
(P)	5717 Construção de Pontes no Corredor Oeste-Norte	PONTE CONSTRUÍDA	%	440.437,50	Não aplicável
(P)	5720 Construção de Viadutos no Corredor Oeste-Norte	OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSTRUÍDA	M	21.333,33	Não aplicável
(P)	5729 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte	TRECHO ADEQUADO	KM	800.000,00	Não aplicável
(P)	5748 Implantação de Hidrovias no Corredor Oeste-Norte	HIDROVIA IMPLANTADA	KM	240.000,00	Não aplicável
(P)	5771 Melhoria da Navegação das Hidrovias no Corredor Oeste-Norte	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	160.000,00	Não aplicável
(P)	5786 Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Oeste-Norte	ANEL CONSTRUÍDO	KM	400.000,00	Não aplicável
(P)	5793 Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte	CONTORNO CONSTRUÍDO	KM	60.000,00	Não aplicável
(OA)	9141 ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9142 ADEQUAÇÃO DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS	obra executada	% de execução física	262.500,00	Não aplicável
(OA)	9143 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL NO NOVO PORTO DE MANAUS (AM)	obra executada	% de execução física	1.678.300,00	Não aplicável

0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO

Gerente em 31/12/2002: Maria do Perpétuo Socorro Alves de Souza

(P)	3308 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Aratu (BA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	80.645,16	Não aplicável
(P)	3311 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Ilhéus (BA)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	486.666,67	Não aplicável
(P)	3313 Recuperação e Melhoramento da Infra-estrutura Portuária do Porto de Salvador	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	114.285,71	Não aplicável
(P)	5323 Adequação de Pontes no Corredor São Francisco	PONTE ADEQUADA	M	65.618,18	Não aplicável
(P)	5697 Construção de Contornos Ferroviários no Corredor São Francisco	CONTORNO CONSTRUÍDO	KM	184.000,00	Não aplicável
(P)	5703 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco	TRECHO PAVIMENTADO	KM	320.836,07	1.206.333,33
(P)	5712 Construção de Anéis Rodoviários no Corredor São Francisco	ANEL CONSTRUÍDO	KM	51.500,00	Não aplicável
(P)	5736 Adequação de Contornos Rodoviários no Corredor São Francisco	CONTORNO ADEQUADO	KM	168.333,33	Não aplicável
(P)	5795 Construção de Pontes no Corredor São Francisco	PONTE CONSTRUÍDA	%	312.240,00	Não aplicável
(P)	5841 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor São Francisco	TRECHO ADEQUADO	KM	452.888,89	2.812.500,00
(P)	5859 Obras Complementares na Hidrovia do São Francisco	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	472.727,27	170.000.000,00
(OA)	9098 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	trecho recuperado	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9099 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	trecho construído	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9100 RECUPERAÇÃO DA FERROVIA ENTRE CANDEIAS E SALVADOR PINTO (BA)	obra executada - 100 km	% de execução física	1.995.000,00	Não aplicável
(OA)	9101 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO UNAÍ - PIRAPORA (MG)	trecho construído - 260 km	% de execução física	2.600.000,00	Não aplicável
(OA)	9102 RECUPERAÇÃO DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA ENTRE IAÇU, BRUMADO E MONTE AZUL	obra executada - 577 km	% de execução física	4.718.000,00	Não aplicável

0232 CORREDOR SUDOESTE

Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha

(P)	5325 Construção de Pontes no Corredor Sudoeste	PONTE CONSTRUÍDA	M	149.549,55	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.071

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0232 CORREDOR SUDOESTE**

Gerente em 31/12/2002: José Maria da Cunha

(P)	5706 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste	TRECHO PAVIMENTADO	KM	557.813,95	541.414,63
(P)	5732 Adequação de Anéis Rodoviários no Corredor Sudoeste	ANEL ADEQUADO	KM	964.166,67	Não aplicável
(P)	5747 Melhoria da Navegação das Hidrovias no Corredor Sudoeste	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	156.521,74	Não aplicável
(P)	5769 Construção de Contornos Ferroviários no Corredor Sudoeste	CONTORNO CONSTRUÍDO	KM	1.834.444,44	2.172.368,42
(P)	5809 Adequação de Acessos Rodoviários no Corredor Sudoeste	ACESSO ADEQUADO	KM	150.000,00	Não aplicável
(P)	5842 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Sudoeste	TRECHO ADEQUADO	KM	992.500,00	Não aplicável
(OA)	9120 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	trecho recuperado - 1299 km	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9121 AMPLIAÇÃO DO PORTO FLUVIAL DE CÁCERES (MT)	porto ampliado	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9122 RECUPERAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO CORUMBÁ (MS) - BAURU (SP)	trecho recuperado - 1.299 km	% de execução física	16.469.000,00	Não aplicável
(OA)	9123 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODO-HIDROFERROVIÁRIO EM RUBINÉIA (SP)	obra executada	% de execução física	833.000,00	Não aplicável
(OA)	9124 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO ALTO TAQUARI (MS) - CUIABÁ (MT)	trecho construído - 568 km	% de execução física	22.419.250,00	Não aplicável

0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva

(P)	1049 Construção de Ponte Ferroviária no Corredor Transmetropolitano	PONTE CONSTRUÍDA	M	30.000,00	Não aplicável
(P)	1939 Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	1.014.285,71	Não aplicável
(P)	1941 Implantação de Sistema de Tratamento de Resíduos e Controle de Poluição			Não aplicável	Não aplicável
(P)	3268 Dragagem no Porto de Santos (SP)	Dragagem realizada	mil m³	Não aplicável	Não aplicável
(P)	3325 Recuperação da Infra-estrutura Portuária no Porto de Santos (SP)	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	173.000,00	Não aplicável
(P)	5313 Obras Complementares na Hidrovia Tietê/Paraná	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	266.666,67	Não aplicável
(P)	5350 BR-381/116/SP- Construção do Rodoanel	TRECHO PAVIMENTADO	KM	779.619,05	880.107,53
(P)	5705 Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano	TRECHO PAVIMENTADO	KM	52.000,00	Não aplicável
(P)	5716 Construção de Pontes no Corredor Transmetropolitano	PONTE CONSTRUÍDA	M	81.963,86	271.428,57
(P)	5726 Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano	TRECHO ADEQUADO	KM	325.000,00	Não aplicável
(P)	5743 Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano	TRECHO DUPLICADO	KM	3.380.312,50	4.121.716,76
(P)	5778 Construção de Acessos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano	ACESSO CONSTRUÍDO	KM	2.000,00	Não aplicável
(P)	5881 Construção da Avenida Portuária em Santos			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9109 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	obra executada	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9110 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	trecho recuperado - 12 km	% de execução física	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9111 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA - ENGENHEIRO MANOEL FEIO	trecho construído - 63 km	km	4.500.000,00	Não aplicável
(OA)	9112 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO CAMPO LIMPO PAULISTA - EVANGELISTA DE SOUZA (SP)	trecho construído - 63 km	km	1.313.000,00	Não aplicável
(OA)	9113 RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO TRECHO FERROVIÁRIO BAURU - SANTOS (SP)	trecho recuperado - 479 km	% de execução física	6.216.000,00	Não aplicável
(OA)	9114 CONSTRUÇÃO DO 3º TRILHO NO TRECHO CUBATÃO - SANTOS (SP)	trecho construído - 23 km	km	91.000,00	Não aplicável
(OA)	9115 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO ARTEMIS - PIRACICABA (SP)	trecho construído - 20 km	km	60.000,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.072

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO**

Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva

(OA)	9116 CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO VILA CALIFÓRNIA - EVANGELISTA DE SOUZA (SP)	trecho construído - 45 km	% de execução física	945.000,00	Não aplicável
(OA)	9117 CONSTRUÇÃO DE FERROVIA ENTRE CUBATÃO E CONCEIÇÃOZINHA	obra executada - 24 km	% de execução física	372.700,00	Não aplicável
(OA)	9118 RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA PRINCIPAL NO TRECHO ENTRE SANTOS E CUBATÃO (SP)	trecho recuperado - 12 km	% de execução física	159.200,00	Não aplicável
(OA)	9119 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PRIVATIVO DE GRÃOS NO PORTO DE SANTOS (SP)	terminal construído	% de execução física	175.000,00	Não aplicável

0224 DESCENTRALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

Gerente em 31/12/2002: Magnólia Maria Pinheiro Daniel

(A)	2907 Fiscalização da Concessão de Rodovias	RODOVIA FISCALIZADA	KM	3.383,85	Não aplicável
(P)	5590 Estudos para a Concessão de Rodovias	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	230.529,41	Não aplicável
(OA)	9092 TRANSFERÊNCIA DE RODOVIAS FEDERAIS AOS ESTADOS	rodovia transferida	km	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9093 CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	rodovia concedida	km	Não aplicável	Não aplicável

0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES

Gerente em 31/12/2002: Sanelva Moreira Ramos de Vasconcelos Filho

(OE)	0713 Extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0715 Dissolução e Liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1509 Estudos de Impacto Ambiental e Desenvolvimento de Projetos Rodoviários	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	1.116.233,33	3.036.985,95
(P)	5578 Estudos e Pesquisas para o Planejamento de Transportes	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	82.375,00	Não aplicável
(P)	5580 Estudos para o Planejamento do Setor Rodoviário	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	725.644,21	1.562.577,78
(P)	5584 Desenvolvimento Tecnológico para a Engenharia Rodoviária	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	771.449,09	3.208.179,03
(P)	5586 Estudos, Pesquisas e Projetos Ferroviários	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	500.000,00	Não aplicável

8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES

Gerente em 31/12/2002:

(P)	1040 Infra-estrutura Portuária	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5850 Adequação de Rodovias Federais	TRECHO ADEQUADO	KM	654.089,55	Não aplicável
(P)	5852 Construção de Rodovias Federais	TRECHO PAVIMENTADO	KM	361.229,14	Não aplicável
(P)	5885 Desenvolvimento da Infra-estrutura em Transportes	PONTO CRITICO ELIMINADO	UNIDADE	240.388,89	Não aplicável

0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva

(A)	2036 Gerenciamento e Controle de Velocidade na Rede Rodoviária Federal	RODOVIA FISCALIZADA	KM	1.250,02	Não aplicável
(A)	2325 Manutenção das Instalações e Operação do Sistema de Pesagem de Veículos	POSTO MANTIDO	UNIDADE	938.721,60	Não aplicável
(A)	2834 Restauração de Rodovias Federais	TRECHO RESTAURADO	KM	126.306,03	135.884,54
(A)	2841 Conservação Preventiva, Rotineira e Emergencial de Rodovias	TRECHO CONSERVADO	KM	5.242,83	8.238,71
(A)	4400 Recuperação de Obras de Arte Especiais	PONTE RECUPERADA	METRO LINEAR	5.000,00	59.151,78

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.073

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: Jairo Rodrigues da Silva

(A)	4482 Gerenciamento e Controle das Juntas Administrativas de Recursos de Infração	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(P)	5384 Obras Rodoviárias Emergenciais	Obra executada	km	Não aplicável	Não aplicável

0223 MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

Gerente em 31/12/2002: Paulo Roberto Coelho De Godoy

(A)	4349 Administração das Hidrovias	HIDROVIA MANTIDA	KM	5.210,99	Não aplicável
(P)	5057 Estudos de Aprimoramento das Técnicas de Manutenção de Infra-estrutura Hidroviária Interior	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	120.000,00	Não aplicável

0234 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS EM REGIME DE GESTÃO TERCEIRIZADA

Gerente em 31/12/2002: Luís Cláudio Menezes de Andrade

(A)	4399 Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias	TRECHO MANTIDO	KM	121.456,53	Não aplicável

0228 NAVEGAÇÃO INTERIOR

Gerente em 31/12/2002: Martinho Cândido Velloso dos Santos

(A)	2326 Manutenção e Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco	CARGA TRANSPORTADA	TON	46,97	8,26
(A)	2869 Operação do Sistema de Transporte Fluvial			720.000,00	12,53

0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Tereza Cristina de Araújo Ferreira

(OE)	0559 Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Marítima Nacional	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0567 Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Interior e Portuária	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0569 Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0571 Financiamento da Construção de Embarcações para Navegação Marítima Internacional	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2369 Fiscalização e Controle de Arrendamentos, Portos Delegados ou Concedidos	PORTO FISCALIZADO	UNIDADE	134.307,69	Não aplicável
(A)	2604 Mediação das Relações Trabalhistas na Área Portuária	MEDIACAO REALIZADA	UNIDADE	826,65	Não aplicável
(A)	4345 Fiscalização do Transporte Aquaviário Interior	OUTORGA FISCALIZADA	UNIDADE	10.413,39	Não aplicável
(A)	4513 Fiscalização do Trabalho Portuário	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	48,50	Não aplicável
(A)	4527 Fiscalização, Controle e Gestão do Meio Ambiente nos Portos Delegados ou Concedidos	PORTO FISCALIZADO	UNIDADE	40.909,09	Não aplicável
(OA)	9087 IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9088 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9089 PARCERIAS EM PORTOS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9090 ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS			Não aplicável	Não aplicável

0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

Gerente em 31/12/2002: Flávio Meneghetti Borralho

(P)	1435 Melhoria da Segurança do Transporte Ferroviário nos Perímetros Urbanos	OBRA EXECUTADA	% DE EXECUCAO FISICA	250.344,27	Não aplicável
(A)	2336 Manutenção e Operação do Trecho Estreito - Pequiá - MA (Carajás)	TRECHO MANTIDO	KM	1.345,45	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.074

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

3900 Ministério dos Transportes**0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA**

Gerente em 31/12/2002: Flávio Meneghetti Borralho

(A)	2348 Fiscalização e Controle da Concessão de Serviços de Transporte Ferroviário	CONCESSIONARIA FISCALIZADA	UNIDADE	514.166,67	Não aplicável
(P)	5347 Desativação de Ramais Ferroviários nos Perímetros Urbanos	RAMAL DESATIVADO	KM	52.118,00	Não aplicável
(OA)	9094 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9095 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO	trecho concedido	km	Não aplicável	Não aplicável

0227 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Gerente em 31/12/2002: Márcio Mendes Soares

(A)	2346 Fiscalização e Controle do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	22.161,25	Não aplicável
(A)	2347 Fiscalização e Controle do Transporte Rodoviário de Cargas	EMPRESA FISCALIZADA	UNIDADE	10.601,68	Não aplicável
(OA)	9096 AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS	autorização concedida	unidade	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9097 OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERNACIONAL E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS	outorga concedida	unidade	Não aplicável	Não aplicável

0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Gerente em 31/12/2002: Kennedy de Assis Martins

(P)	1189 Recuperação do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - RJ	SISTEMA RECUPERADO	% DE EXECUCAO FISICA	424.615,38	37.376,36
(A)	2843 Manutenção e Operação dos Sistemas de Transporte Ferroviário de Passageiros	PASSAGEIRO TRANSPORTADO MEDIA/DIA UTIL	UNIDADE	221,66	212,42
(P)	3412 Implantação do Metrô de Curitiba			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5319 Construção do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	67.500.000,00	4.467.353,95
(P)	5366 Implantação do Metrô de Salvador - BA	TRECHO IMPLANTADO	KM	36.240.000,00	12.553.191,49
(P)	5437 Expansão do Sistema de Transportes Metropolitanos de Passageiros de Teresina - PI			Não aplicável	Não aplicável
(P)	5752 Expansão do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	7.718.104,33	8.585.472,99
(P)	5753 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG	TRECHO IMPLANTADO	KM	6.760.662,50	1.388.886,52
(P)	5754 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE	TRECHO IMPLANTADO	KM	20.014.795,00	1.560.573,25
(P)	5879 Construção do Metrô de Curitiba	TRECHO IMPLANTADO	KM	88.300,00	Não aplicável
(P)	5883 Implantação do Sistema de Trens Urbanos de Goiânia/anápolis	TRECHO IMPLANTADO	KM	151.427,08	Não aplicável
(P)	5884 Implantação do Metrô do Rio de Janeiro	TRECHO CONSTRUÍDO	KM	10.839.999,67	Não aplicável
(P)	7625 Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA	SISTEMA RECUPERADO	% DE EXECUCAO FISICA	4.774.000,00	1.443.232,73
(OA)	9091 CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO METRO - FERROVIÁRIA RIO - NITERÓI - SÃO GONÇALO - ITABORAÍ (RJ)	trecho construído - 22,3 km	% de execução física	32.400.000,00	Não aplicável

3400 Ministério Público da União**0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA**

Gerente em 31/12/2002:

(OE)	0412 Contribuição à Associação Internacional dos Procuradores	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.075

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

				Custo	
		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
3400 Ministério Público da União					
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA					
Gerente em 31/12/2002:					
(OE)	0711	Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas		Não aplicável	Não aplicável
(P)	1132	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República	UNIDADE CONSTRUIDA	Não aplicável	Não aplicável
(P)	1136	Reforma, Ampliação e Modernização de Instalações	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	100.000,00 99.487,00
(P)	1142	Implantação, Aparentamento e Adequação de Unidade do Ministério Público da União	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	730.000,00 725.400,00
(P)	1187	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Goiânia - GO	SEDE CONSTRUIDA COM 6.517 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	93.052,55 77.986,90
(P)	1203	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Porto Alegre - RS	SEDE CONSTRUIDA COM 12.832 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	17.175,00 Não aplicável
(P)	1205	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude, em Brasília	SEDE CONSTRUIDA COM 5.000 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	27.735,09 7.736,46
(A)	2000	Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2001	Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2002	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2003	Ações de Informática	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	269,02 248,24
(A)	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.271,05 1.293,76
(A)	2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	495,06 465,42
(A)	2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.714,02 3.723,97
(A)	2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei	UNIDADE APARELHADA	UNIDADE	2.085.140,50 7.311.369,00
(P)	3166	Aquisição do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho		Não aplicável	Não aplicável
(P)	3728	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília	SEDE CONSTRUIDA COM 70.000 M2	% DE EXECUCAO FÍSICA	1.261.860,00 285.495,00
(P)	3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais	UNIDADE ADMINISTRATIVA IMPLANTADA	UNIDADE	15.486,11 109.653,80
(A)	4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios	PARECER ELABORADO	UNIDADE	98.998,60 190,44
(A)	4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral do Trabalho	PARECER ELABORADO	UNIDADE	621,79 718,33
(A)	4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral da Justiça Militar	PARECER ELABORADO	UNIDADE	3.976,60 3.550,53
(A)	4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Procuradoria- Geral da República	PARECER ELABORADO	UNIDADE	427,14 365,47
(A)	4268	Pesquisa na Área Jurídica	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	2.192,00 2.027,74
(A)	4515	Ações Judiciais na Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes	ACAO JUDICIAL DESENVOLVIDA	UNIDADE	80.000,00 59.036,00
(A)	4609	Capacitação de Recursos Humanos do Ministério Público da União	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	282,31 346,63
(P)	5265	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP	SEDE ADQUIRIDA COM 15.000 M2	UNIDADE	1.000.000,00 477.500,00
(P)	5267	Aquisição de Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belo Horizonte - MG	SEDE ADQUIRIDA COM 5.700 M2	UNIDADE	1.000.000,00 Não aplicável
(P)	5269	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República, em Cuiabá - MT	SEDE CONSTRUIDA COM 3.200 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	5271	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberaba - MG	SEDE CONSTRUIDA COM 400 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável Não aplicável
(P)	5273	Aparentamento do Edifício-Sede da Procuradoria Geral da República em Brasília - DF	SEDE APARELHADA	UNIDADE	2.584.129,00 2.578.476,00

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

3400 Ministério Público da União**0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA**

Gerente em 31/12/2002:

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 5275 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Curitiba - Pr.	SEDE CONSTRUÍDA COM 554 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 2.600,00	2.996,62
(P) 5277 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Manaus - Am.	SEDE CONSTRUÍDA COM 600 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 2.600,00	2.954,50
(P) 5279 Construção do Edifício-Sede do Ministério Público da Promotoria de Justiça no Gama - DF	SEDE CONSTRUÍDA COM 4.500 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 14.616,95	22.895,47
(P) 5281 Construção do Edifício-Sede do Ministério Público da Promotoria de Justiça em Planaltina - DF	SEDE CONSTRUÍDA COM 4.500 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 789,47	300.000,00
(P) 5283 Construção do Edifício-Anexo da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas - SP	ANEXO CONSTRUÍDO COM 720 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 5.190,48	Não aplicável
(P) 5285 Construção do Edifício-Anexo da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Recife - PE	ANEXO CONSTRUÍDO COM 2.447 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA 4.192,57	Não aplicável

2000 Presidência da República**0252 CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS**

Gerente em 31/12/2002: Carlos de Cerqueira Leite Zarur

(A) 2670 Manutenção do Contrato de Gestão com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto			21.864.811,00	21.864.811,00
(A) 2675 Cobertura Jornalística do Governo Federal	MATERIA JORNALISTICA DISTRIBUIDA	UNIDADE	101,38	25,17

0071 COMUNIDADE ATIVA

Gerente em 31/12/2002: Adroaldo Quintela Santos

(P) 1481 Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	13.067,34	Não aplicável
(P) 3532 Capacitação de Gestores Locais nos Municípios-alvo	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	600,00	309,24
(P) 3604 Pesquisa de Qualidade de Vida (Restos a Pagar)			Não aplicável	Não aplicável
(A) 4119 Avaliação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável nos Municípios-alvo	AVALIACAO REALIZADA	UNIDADE	1.000.000,00	684.789,00
(A) 4565 Apoio ao Desenvolvimento de Programas Inovadores	PROJETO APOIADO	UNIDADE	4.243,63	1.370,78
(A) 4566 Apoio a Projetos para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	PROJETO APOIADO	UNIDADE	50.000,00	144.062,00

0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

Gerente em 31/12/2002: Carlos Alberto Guimarães Batista da Silva

(P) 1831 Modernização do Parque Gráfico	PARQUE GRAFICO ATUALIZADO	UNIDADE	532.560,00	26.108,70
(A) 2803 Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais	PUBLICACAO VEICULADA	UNIDADE	1,76	5,30
(A) 2804 Edição e Produção de Publicações Oficiais	EXEMPLAR PRODUZIDO	UNIDADE	2,15	1,92
(A) 2805 Manutenção do Parque Gráfico	PARQUE MANTIDO	UNIDADE	15.469.208,00	11.100.744,00

0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

Gerente em 31/12/2002: Alberto Roseiro Cavalcanti

(A) 2017 Comunicação de Governo			Não aplicável	Não aplicável

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

2000 Presidência da República**0641 INTELIGÊNCIA NACIONAL**

Gerente em 31/12/2002: Francisco Xavier Balieiro Júnior

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A)	2488 Desenvolvimento de Tecnologia na Área de Segurança das Comunicações	PESQUISA REALIZADA	UNIDADE	995.897,00 979.492,00
(A)	2671 Operacionalização dos Sistemas de Telecomunicações e Transmissão de Dados	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	2.682.120,00 2.075.874,00
(A)	2684 Ações de Inteligência	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	2866 Ações de Caráter Sigiloso	-	-	Não aplicável Não aplicável
(A)	6261 Estudos para a Manutenção da Ordem Institucional	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	43.333,33 28.040,33
(P)	7817 Implantação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública	SUBSISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	31.578,95 30.943,41

0665 NACIONAL ANTIDROGAS

Gerente em 31/12/2002: Ten Cel Int Aer Antônio Faust Luciano

(P)	1144 Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidade da Presidência da República	UNIDADE IMPLANTADA/APAR ELHADA/ADEQUADA	UNIDADE	100.000,00	Não aplicável
(A)	2679 Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	FISCALIZACAO REALIZADA	UNIDADE	2.391,22	Não aplicável
(A)	2681 Campanha de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas	Ação realizada	unidade	383.422,00	203.775,00
(A)	2682 Tratamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos			1.856,29	182,01
(A)	4197 Capacitação de Agentes Multiplicadores na Área de Ações Antidrogas	AGENTE CAPACITADO	UNIDADE	37,00	89,33
(A)	4219 Apoio a Centros de Referência Antidrogas	CENTRO APOIADO	UNIDADE	20.000,00	Não aplicável
(A)	4221 Apoio a Conselhos Municipais Antidrogas	CONSELHO MUNICIPAL APOIADO	UNIDADE	20.000,00	1.490,31
(A)	4419 Pesquisa e Desenvolvimento nas Áreas de Prevenção, Epidemiologia do Uso de Drogas e Tratamento de Usuários de Drogas			400.000,00	79.940,00
(A)	6010 Regularização do Contencioso de Bens e Valores na Área de Combate às Drogas	CONTENCIOSO REGULARIZADO	UNIDADE	2.366,11	694,71
(A)	6483 Apoio à Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	FISCALIZACAO APOIADA	UNIDADE	1.000,00	8.623,62

0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Gerente em 31/12/2002: Whitney Lacerda de Freitas

(P)	1391 Instalação de Equipamentos em Sítios Operacionais do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	SITIO IMPLANTADO	UNIDADE	30.628.317,25	8.561.578,94
(A)	2343 Contratação de Sinais de Telecomunicação e Teleprocessamento	SINAL/IMAGEM CONTRATADA	UNIDADE	14.941,25	Não aplicável
(P)	5523 Sistema de Aeronaves do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	AERONAVE ADQUIRIDA	UNIDADE	85.382.920,50	20.315.850,86
(P)	5525 Obras Cíveis do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	AREA CONSTRUIDA	M²	2.253,27	229,45
(A)	6323 Manutenção e Operação do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	SISTEMA MANTIDO	UNIDADE	20.750.050,00	18.145.196,00
(P)	7485 Capacitação de Recursos Humanos	PROFISSIONAL CAPACITADO	UNIDADE	16.925,07	5.439,40
(P)	7491 Integração da Base de Dados do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM com os Usuários	BASE DE DADOS INTEGRADA	UNIDADE	2.790.525,00	1.379.330,75
(P)	7515 Desenvolvimento da Concepção Gerencial do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	PLANO GERENCIAL DESENVOLVIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	60.149,63	30.054,17

2011 Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano**9991 CARTA DE CRÉDITO**

Gerente em 31/12/2002: Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra

P - Projeto	A - Atividade	1.078	OA - Outras Ações	OE - Operações Especiais
Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento			Valores em R\$ 1,00	

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2011 Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano					
9991 CARTA DE CRÉDITO					
Gerente em 31/12/2002: Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra					
(OE)	0703 Subsídio à Habitação de Interesse Social (MP nº 2.212, de 2001)	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9513 CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA REFORMA DE UNIDADE HABITACIONAL	unidade habitacional reformada	unidade	4.312,42	Não aplicável
(OA)	9514 CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO OU USADO	imóvel adquirido	unidade	22.713,37	Não aplicável
(OA)	9515 FINANCIAMENTO A PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS	unidade habitacional construída	unidade	18.124,70	Não aplicável
(OA)	9516 CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVA	peessoa financiada	unidade	100.000,00	Não aplicável
(OA)	9517 CARTA DE CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS PARA CONSTRUÇÃO EM TERRENO PRÓPRIO	habitação construída	unidade	17.882,24	Não aplicável
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Gerente em 31/12/2002: Vera Lucia Santos Ribeiro					
(A)	2400 Levantamentos de Informações para Gestão Territorial	MAPA TEMATICO ELABORADO	UNIDADE	19.548,46	19.261,71
(P)	3976 Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos - SMAPP	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	24.537,30	Não aplicável
(P)	3977 Implantação de Sistema Nacional de Informações Urbanas - SNIU	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	18.162,87	Não aplicável
(P)	3982 Estudos para Revitalização da Infra-estrutura de Centros Urbanos em Capitais	CENTRO REVITALIZADO	UNIDADE	356.422,00	Não aplicável
(P)	3983 Seleção e Difusão das Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	164.737,50	Não aplicável
(A)	4055 Estudos e Pesquisas para a Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	50.000,00	Não aplicável
(A)	4511 Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Programas de Saneamento, Habitação e Infra-estrutura Urbana	INSTITUICAO FINANCEIRA REMUNERADA	UNIDADE	3.472.010,00	3.471.995,00
8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS					
Gerente em 31/12/2002: Nadja Limeira Araújo					
(P)	3963 Estudos para a Otimização da Prestação dos Serviços de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	9.032,26	Não aplicável
(P)	3966 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que Vivem do Lixo	CRIANCA BENEFICIADA	UNIDADE	32,51	Não aplicável
(P)	5005 Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	97,11	Não aplicável
(P)	5013 Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos	MUNICIPIO ATENDIDO	UNIDADE	1.419,64	Não aplicável
0311 GESTÃO URBANA E METROPOLITANA					
Gerente em 31/12/2002: Emmanuel Cavalcante Porto					
(P)	3965 Estudos para Formulação de Planos Municipais de Desenvolvimento Urbano Sustentável	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	100.327,22	1.490.000,00
(OA)	9329 CONSULTORIA NAS ÁREAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA URBANA PARA MUNICÍPIOS - CAIXA DO MUNICÍPIO	município atendido	unidade	2.015,81	Não aplicável
(OA)	9330 FINANCIAMENTO A MUNICÍPIOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS	município financiado	unidade	2.200.000,00	Não aplicável
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA					
Gerente em 31/12/2002: Luiz Cláudio de Vasconcelos					

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
2011 Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano					
0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA					
Gerente em 31/12/2002: Luiz Cláudio de Vasconcelos					
(P)	1920 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana	PROJETO APOIADO	UNIDADE	48.632,87	Não aplicável
(P)	1951 Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de Áreas Urbanas e de Adequação de Vias	PROJETO APOIADO	UNIDADE	99.864,18	Não aplicável
(P)	3148 Revitalização da Infra-estrutura de Centros Urbanos de Médio e Grande Porte	PROJETO APOIADO	UNIDADE	132.000,00	Não aplicável
(P)	3178 Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano	PROJETO APOIADO	UNIDADE	74.627,29	Não aplicável
(OA)	9471 PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	projeto elaborado	unidade	100.000,00	Não aplicável
(OA)	9472 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE REDES DE GALERIAS PLUVIAIS, COMPLEMENTARES À MACRODRENAGEM	família beneficiada	unidade	1.200,00	Não aplicável
(OA)	9473 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A RETIFICAÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA E CANAIS	família beneficiada	unidade	1.200,00	Não aplicável
(OA)	9474 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, LIMITADA AOS LOGRADOUROS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	família beneficiada	unidade	1.200,00	Não aplicável
(OA)	9475 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA SERVIÇOS DE DRAGAGEM	família beneficiada	unidade	1.200,00	Não aplicável
(OA)	9476 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS	família beneficiada	unidade	1.200,00	Não aplicável
5008 MINHA CASA					
Gerente em 31/12/2002: Nelson Teixeira da Silva					
(OA)	9483 ARRENDAMENTO RESIDENCIAL	unidade habitacional arrendada	unidade	12.910,15	22.994,01
0128 MORAR MELHOR					
Gerente em 31/12/2002: Mirna Quinderé Belmino Chaves					
(P)	3958 Melhoria das Condições de Habitabilidade	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	2.560,32	Não aplicável
(P)	3978 Construção de Unidades Habitacionais em Parceria com Instituições Financeiras Públicas	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA	UNIDADE	5.494,51	Não aplicável
(P)	3999 Produção de Lotes Urbanizados	LOTE URBANIZADO	UNIDADE	931,39	Não aplicável
0121 NOSSO BAIRRO					
Gerente em 31/12/2002: Heleno Franco Mesquita					
(P)	3979 Melhoria das Condições Habitacionais, de Infra-estrutura e de Saneamento Básico (HABITAR-BRASIL/BID)	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	10.995,31	1.591,16
(P)	5015 Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (HABITAR-BRASIL/BID)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	14.550,37	25.460,00
(OA)	9043 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS HABITACIONAIS	unidade habitacional construída/melhorada	unidade	4.777,77	Não aplicável
(OA)	9044 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA PRODUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9045 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA O PROVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA EM CONJUNTOS HABITACIONAIS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9046 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA URBANIZAÇÃO DE ÁREAS			Não aplicável	Não aplicável
(OA)	9047 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA URBANA			1.200,00	Não aplicável

P - Projeto

A - Atividade

1.080

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

	Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002

2011 Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano**0810 PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT**

Gerente em 31/12/2002: Antônio Carlos de Bastos Costa Campos

(P)	3961 Estudos para Melhoria da Qualidade e Aumento da Produtividade na Construção Civil	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	142.857,14	Não aplicável

0122 SANEAMENTO É VIDA

Gerente em 31/12/2002: Otávio Augusto Gonçalves Jardim

(P)	3178 Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano	PROJETO APOIADO	UNIDADE	50.000,00	Não aplicável
(P)	3179 Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População Superior a 75 Mil Habitantes	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	479,27	Não aplicável
(P)	3955 Estudos para Modernização e Reordenamento Institucional e Operacional do Setor Saneamento - PMSS II	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	390.983,60	Não aplicável
(P)	3959 Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	264,76	Não aplicável
(P)	3964 Estudos para o Combate ao Desperdício da Água - PNCD	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	140.794,75	Não aplicável
(P)	3969 Implantação de Serviços de Saneamento Básico em Municípios com População de até 75 Mil habitantes	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	470,86	Não aplicável
(P)	3970 Implantação e Ampliação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (PASS/BID)	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	769,90	Não aplicável
(P)	3975 Implantação de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto na Ilha de São Luís	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	900,04	Não aplicável
(P)	3980 Projetos de Saneamento Básico Integrado (PAT/PROSANEAR)	PROJETO APOIADO	UNIDADE	575.129,67	Não aplicável
(P)	5876 Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos	FAMILIA BENEFICIADA	UNIDADE	574,51	Não aplicável
(OA)	9048 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO	projeto elaborado	unidade	164.782,61	Não aplicável
(OA)	9049 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	família beneficiada	unidade	900,00	Não aplicável
(OA)	9050 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO	família beneficiada	unidade	900,00	Não aplicável
(OA)	9051 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA DESESTATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	concessionária desestatizada	unidade	833.333,33	Não aplicável
(OA)	9052 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	projeto financiado	unidade	899,97	Não aplicável
(OA)	9053 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO	família beneficiada	unidade	150,00	Não aplicável

9989 TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO

Gerente em 31/12/2002: Iêda Maria de Oliveira Lima

(P)	3962 Apoio a Projetos de Modernização da Gestão do Transporte Coletivo Urbano	PROJETO APOIADO	UNIDADE	250.000,00	195.042,50
(A)	4057 Estudos para Formulação da Política Nacional para o Transporte Urbano	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	120.000,00	10.735,35
(P)	5003 Apoio a Projetos de Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo Urbano.	PROJETO APOIADO	UNIDADE	100.000,00	72.192,00
(OA)	9481 FINANCIAMENTO A CONCESSIONÁRIAS PARA PROJETOS DE MELHORIA DO ATENDIMENTO AO USUÁRIO E DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO	projeto financiado	unidade	300.000,00	Não aplicável

0200 Senado Federal**0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.081

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

0200 Senado Federal**0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Gerente em 31/12/2002: FREDERIC PINHEIRO BARREIRA

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(OE)	0416 Ressarcimento das Contribuições aos Pensionistas do Extinto IPC	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	AREA CONSERVADA	M² DE AREA CONSTRUÍDA	2.526,08	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	1.232,63	1.234,77
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.753,74	2.196,71
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	850,86	449,35
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.819,27	4.023,90
(P)	3180 Interlegis - Rede de Integração e Participação Legislativa	SISTEMA IMPLANTADO	UNIDADE	12.700,00	15.563,73
(P)	3182 Obras Complementares no Complexo do Senado Federal	AREA CONSTRUÍDA COM 46.540 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	339.545,45	Não aplicável
(A)	4058 Assistência a Entidades de Intercâmbio Legislativo, Parlamentar e Político	ENTIDADE ASSISTIDA	UNIDADE	54.400,00	37.508,50
(A)	4060 Gestão do Sistema de Informática	SISTEMA GERIDO	UNIDADE	137.342,00	254.309,27
(A)	4061 Processo Legislativo	PROPOSTAÇÃO APRECIADA	UNIDADE	62.382,83	67.851,41
(A)	4091 Capacitação de Recursos Humanos	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	753,55	261,15
(A)	4597 Produção e Distribuição de Documentos Legislativos	EXEMPLAR DISTRIBUÍDO	UNIDADE	0,64	0,58

1100 Superior Tribunal de Justiça**0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gerente em 31/12/2002: CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS

(OE)	0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE)	0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P)	1140 Implantação, Aparentamento e Adequação de Unidade do Superior Tribunal de Justiça	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A)	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	1.313,46	1.301,26
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.841,25	1.894,50
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	430,20	1.735,81
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	4.192,39	4.420,86
(A)	2958 Fomento a Projetos de Manejo Sustentável da Flora e Fauna	PROJETO APOIADO	UNIDADE	Não aplicável	Não aplicável
(A)	4236 Apreciação e Julgamento de Causas no Superior Tribunal de Justiça	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	1.075,58	1.188,28
(A)	4603 Capacitação de Recursos Humanos do Superior Tribunal de Justiça	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	325,67	194,59

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.082

Valores em R\$ 1,00

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão****Plano Plurianual 2000-2003****Anexo III - Custos**

Custo

1100 Superior Tribunal de Justiça**0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gerente em 31/12/2002: CLÁUDIA MARIA LOPES DANTAS

Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(P) 5255 Construção de Estacionamento e de Protocolo Externo no Superior Tribunal de Justiça	ESTACIONAMENTO CONSTRUIDO COM 15.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável
(P) 5259 Construção de Prédio Destinado à Marcenaria, Arquivo Geral e Patrimônio do Superior Tribunal de Justiça	PREDIO CONSTRUIDO COM 2.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	Não aplicável
(P) 5560 Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	829.950,00

1000 Supremo Tribunal Federal**0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO STF**

Gerente em 31/12/2002:

(OE) 0399 Contribuição à Organização das Cortes Supremas das Américas	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(P) 1147 Interligação Informatizada no Poder Judiciário	SISTEMA IMPLANTADO	% DE EXECUCAO FISICA	467.142,86	526.673,10
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	857,58	856,27
(A) 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.713,60	1.407,32
(A) 2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	369,67	357,80
(A) 2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	4.011,36	3.995,31
(A) 4611 Capacitação de Recursos Humanos do Supremo Tribunal Federal	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	473,93	467,98
(A) 6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	PROCESSO JULGADO	UNIDADE	906,79	650,46

0300 Tribunal de Contas da União**0550 CONTROLE EXTERNO**

Gerente em 31/12/2002: PEDRO LOPES DE OLIVEIRA

(OE) 0407 Contribuição à Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0408 Contribuição à Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0563 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Ativos			Não aplicável	Não aplicável
(OE) 0711 Revisão Geral da Remuneração dos Servidores Públicos Federais Inativos e dos Pensionistas			Não aplicável	Não aplicável
(A) 2000 Manutenção de Serviços Administrativos	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2001 Manutenção de Serviços de Transportes	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2002 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2003 Ações de Informática	-	-	Não aplicável	Não aplicável
(A) 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	715,70	715,70

P - Projeto

A - Atividade

OA - Outras Ações OE - Operações Especiais

Fontes: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

1.083

Valores em R\$ 1,00



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Plurianual 2000-2003

Anexo III - Custos

Custo

0300 Tribunal de Contas da União

0550 CONTROLE EXTERNO

Gerente em 31/12/2002: PEDRO LOPES DE OLIVEIRA

		Produto	Unidade de Medida	Previsto - 2002	Apurado - 2002
(A)	2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA	UNIDADE	1.341,33	1.776,84
(A)	2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	132,00	640,34
(A)	2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	3.601,89	3.770,86
(P)	3176 Reaparelhamento das Instalações da Sede e das Secretarias de Controle Externo nos Estados	UNIDADE REAPARELHADA	UNIDADE	88.640,00	34.011,93
(P)	3177 Construção de Sedes da Secretaria de Controle Externo nos Estados	SEDE CONSTRUIDA COM 1.000 M2	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	1.111,11	Não aplicável
(A)	4018 Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	ENTIDADE FISCALIZADA	UNIDADE	35.134,06	35.138,41
(A)	4091 Capacitação de Recursos Humanos	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	1.028,67	333,98
(P)	5455 Modernização da Capacidade Institucional do Tribunal de Contas da União	-	-	Não aplicável	Não aplicável